GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

VOLUME I

GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

VOLUME I

Comissão Organizadora
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
Maria Fernanda Bacelar do Nascimento
Maria Antónia Coelho da Mota
Luísa Segura
Amália Mendes

Colaboração de
Graça Vicente e Rita Veloso

FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

PLANO GERAL DA *GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS*

VOLUME I
Índice do Volume I
Introdução
Abreviaturas e siglas, símbolos e convenções
Transcrição fonética
Autores do Volume I
Parte 1 História e geografia do português
Parte 2 Léxico
Parte 3 Sintaxe e semântica
3A Propriedades gerais da frase
3B Tempo, aspeto, modalidade e modo
3C Classes lexicais e sintagmáticas
Referências bibliográficas do Volume I

VOLUME II
Índice do Volume II
Autores do Volume II
Parte 3 Sintaxe e semântica (continuação)
3C Classes lexicais e sintagmáticas (continuação)
3D Frase composta e frase complexa
3E Construções sintáticas
3F Fenómenos de omissão e elipse
Referências bibliográficas do Volume II

VOLUME III
Índice do Volume III
Autores do Volume III
Parte 3 Sintaxe e semântica (continuação)
3G Concordância
3H Sintaxe, pragmática e discurso
3I Aspetos contrastivos entre o português do Brasil e o português europeu
Parte 4 Morfologia
Parte 5 Fonética e fonologia
Anexos
Referências bibliográficas do Volume III
Índice remissivo

ÍNDICE DO VOLUME I

Plano geral da *Gramática do Português* V
Introdução XXV
Abreviaturas e siglas, símbolos e convenções XXXIII
Transcrição fonética XXXIX
Autores do Volume I XLV

PARTE 1 – HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO PORTUGUÊS 3

1 FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA 7
Ivo Castro
1.1 Origens 7
1.2 Português Antigo (sécs. XII-XIV) 8
1.2.1 Língua escrita 10
1.3 Português Médio (séc. XV) 11
1.4 Português Clássico (sécs. XVI-XVIII) 12
1.4.1 Língua escrita 13
1.4.1.1 Textos autógrafos 13
1.4.1.2 Obras de caráter metalinguístico 13
1.5 Conclusão 13

2 FENÓMENOS DE MUDANÇA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS 17
Rita Marquilhas
2.1 Natureza e difusão da mudança linguística 17
2.1.1 Panorama geral da mudança linguística na história do português 19
2.1.2 Observação da mudança linguística 21
2.2 Mudanças na gramática e no léxico 23
2.2.1 Leis fonéticas 24
2.2.2 Analogia e mudança morfológica 30
2.2.2.1 Casos de extensão analógica 31
2.2.2.2 Casos de nivelação analógica 31
2.2.2.2.1 Particípios em *-udo* 31
2.2.2.2.2 Particípios duplos 32

2.2.3 Reanálise 34
2.2.3.1 Reanálise e mudança morfofonológica 34
2.2.3.2 Reanálise e mudança sintática 34
2.2.3.2.1 Mudança na posição dos clíticos 35
2.2.3.2.2 Mudança na frequência do artigo definido 37
2.2.3.2.3 Mudança na sintaxe das palavras negativas 39
2.2.3.2.4 Mudança na sintaxe de *ser*, *estar*, *haver* e *ter* 40
Fontes das abonações 44

3 O PORTUGUÊS NO CONTEXTO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS 49
Rodolfo Ilari
3.1 O português: uma língua indo-europeia, românica e ibérica 50
3.1.1 Três adjetivos: três tempos históricos 50
3.1.2 Três adjetivos: três conjuntos de características estruturais 51
3.1.2.1 Uma herança indo-europeia: a importância da flexão 51
3.1.2.2 Uma herança latina: a distinção entre imperfeito e perfeito 52
3.1.2.3 Uma característica ibérica: as marcas de género e número 52
3.1.2.4 O português: uma língua ibérica com traços próprios 54
3.2 Níveis de análise e de observação 55
3.2.1 O nível dos sons 55
3.2.2 O nível das formas 57
3.2.2.1 Pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo 58
3.2.2.2 Futuro do conjuntivo 59
3.2.2.3 Infinitivo pessoal 59
3.2.3 O nível das construções 60
3.2.3.1 Verbo e pronomes clíticos 60
3.2.3.2 Perífrases verbais (verbo auxiliar + verbo pleno) 61
3.2.4 Entre as formas e as construções: variedade e riqueza das perífrases verbais 62
3.2.5 Representações do falante de português 64
3.3 Considerações finais 65
Fontes das abonações 66

VARIEDADES GEOGRÁFICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA *67*

4 GEOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA 71
Luisa Segura
4.1 A língua portuguesa no mundo 71
4.2 Os crioulos de base portuguesa 75

5 VARIEDADES DIALETAIS DO PORTUGUÊS EUROPEU 85
Luisa Segura
5.1 Dialetos continentais 88
5.1.1 Traços fonéticos diferenciadores 89
5.1.2 Dialetos setentrionais 96
5.1.2.1 Dialetos transmontanos e alto-minhotos 97

5.1.2.2 Dialetos baixo-minhotos, durienses e beirões 98
5.1.2.2.1 Variedade do Baixo Minho e Douro Litoral 98
5.1.3 Dialetos centro-meridionais 101
5.1.3.1 Dialetos do Centro Litoral e dialetos do Centro Interior e Sul 101
5.1.3.1.1 Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo 102
5.1.3.1.2 Variedade do Barlavento do Algarve 104
5.2 Dialetos insulares 105
5.2.1 Dialetos madeirenses 106
5.2.2 Dialetos açorianos 110
5.2.2.1 Dialetos micaelenses 111
5.2.2.2 Dialetos terceirenses 112
5.2.2.3 Alguns traços comuns aos dialetos açorianos 114
5.3 Dialetos fronteiriços 116
5.3.1 Dialetos portugueses em território politicamente espanhol 117
5.3.2 Dialetos portugueses com fortes traços dos dialetos espanhóis com que estão em contacto. O barranquenho 119
5.3.3 Dialetos não portugueses em território politicamente português 120
5.3.3.1 O mirandês 120
5.3.3.2 Os dialetos asturo-leoneses raianos: o riodonorês e o guadramilês 122
5.4 Aspetos morfológicos e sintáticos dos dialetos portugueses 123
5.4.1 Aspetos morfológicos 123
5.4.1.1 Género 123
5.4.1.2 Flexão em número 124
5.4.1.3 Regularização de padrões de flexão verbal 124
5.4.1.4 Duplos particípios passados 126
5.4.1.5 Pronomes pessoais 127
5.4.1.6 Determinantes 128
5.4.1.6.1 Artigos definidos 128
5.4.1.6.2 Artigos indefinidos 129
5.4.1.6.3 Demonstrativos 129
5.4.2 Aspetos sintáticos 130
5.4.2.1 Alguns traços sintáticos dos dialetos setentrionais 130
5.4.2.1.1 Conservação de *vós*, pronome da 2.ª pessoa do plural 130
5.4.2.1.2 Uso do pretérito mais-que-perfeito simples 131
5.4.2.1.3 Emprego pessoal do verbo *haver* 133
5.4.2.1.4 Interpolação 133
5.4.2.2 Alguns traços sintáticos dos dialetos centro-meridionais 134
5.4.2.2.1 Gerúndios flexionados 134
5.4.2.2.2 Uso de gerúndio em perífrases verbais 136
5.5 Aspetos lexicais dos dialetos portugueses. Áreas lexicais 137
Fontes das abonações 142

6 O PORTUGUÊS DO BRASIL 145
Rosa Virgínia Mattos e Silva
6.1 História sociolinguística do português do Brasil 145
6.1.1 Multilinguismo no Brasil colonial e pós-colonial 145

6.2 Algumas características do português do Brasil 148
6.2.1 Aspetos fónicos 148
6.2.1.1 Vocalismo átono e tónico 149
6.2.1.2 Palatalização de consoantes 150
6.2.1.3 Consoante lateral e consoante vibrante 150
6.2.2 Aspetos sintáticos 151
6.2.2.1 Concordância em número no sintagma nominal 151
6.2.2.2 Sistema pronominal, concordância verbal e uso do pronome sujeito 151
6.2.2.3 Pronomes pessoais clíticos 152
6.2.2.4 Orações relativas de retoma 153
6.2.3 Fundo lexical do português do Brasil 153

7 O PORTUGUÊS EM ÁFRICA 157
Perpétua Gonçalves
7.1 Condicionamentos socio-históricos na formação das variedades africanas do português 157
7.1.1 A colonização de Angola e Moçambique 158
7.1.2 O período pós-colonial 160
7.2 As variedades angolana (PA) e moçambicana (PM) do português 161
7.2.1 Limites e alcance da caracterização 161
7.2.2 Aspetos fónicos 163
7.2.3 Aspetos lexicais 164
7.2.4 Aspetos sintáticos 167
7.2.4.1 Fenómenos de interface léxico-sintaxe 167
7.2.4.2 Fenómenos sintáticos 171
7.2.5 Aspetos morfossintáticos 174
7.2.6 Considerações finais 177
Fontes das abonações 178

PARTE 2 – LÉXICO 181

8 ORGANIZAÇÃO DO LÉXICO 185
Rui Chaves
8.1 Aspetos do significado lexical 187
8.2 Vagueza 189
8.3 Homonímia e polissemia 190
8.3.1 Homonímia 192
8.3.2 Polissemia 192
8.4 Sinonímia 196
8.5 Antonímia 198
8.6 Hiponímia-hiperonímia 200
8.7 Meronímia-holonímia 205
8.8 Relações proposicionais 208
8.8.1 Relações e predicadores simétricos 209
8.8.2 Relações e predicadores reflexos 210
8.8.3 Relações e predicadores transitivos 211

9 PROCESSOS DE LEXICALIZAÇÃO 215
Maria Fernanda Bacelar do Nascimento
9.1 Noções gerais sobre lexicalização 217
9.2 Valores semânticos, classes lexicais ou gramaticais e valores funcionais das unidades multilexicais 221
9.3 Identificação das unidades multilexicais e aferição dos seus graus de lexicalização 223
9.3.1 Propriedades formais das unidades multilexicais 225
9.3.1.1 Plano paradigmático 225
9.3.1.1.1 Substituição lexical 226
9.3.1.1.2 Variação flexional 230
9.3.1.2 Plano sintagmático 232
9.3.2 Propriedades semânticas das unidades multilexicais 238
9.3.2.1 Uso das unidades multilexicais em línguas especializadas 241
9.3.3 Aspetos quantitativos das unidades multilexicais 244

10 PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO 249
Amália Mendes
10.1 Classes lexicais vs. classes gramaticais 255
10.1.1 Propriedades dos itens lexicais e gramaticais 256
10.1.2 Classificação das classes em lexicais e gramaticais 257
10.2 Estádios do processo de gramaticalização 261
10.2.1 Gramaticalização sem alterações formais 261
10.2.2 Gramaticalização e perda de propriedades flexionais 263
10.2.3 Gramaticalização, redução morfológica e cliticização 266
10.3 Mecanismos e percursos conceptuais da gramaticalização 273
10.3.1 Escalas de categorias conceptuais 274
10.3.2 Funções de estruturação textual 281
10.3.3 Discursivização 288
Fontes das abonações 292

PARTE 3 – SINTAXE E SEMÂNTICA
3A – PROPRIEDADES GERAIS DA FRASE 297

11 ESTRUTURA DA FRASE 303
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
11.1 Frase, oração, enunciado e proposição 305
11.1.1 Frase: primeira definição 307
11.1.2 Frase e oração 312
11.1.2.1 Estruturas de subordinação 313
11.1.2.2 Estruturas de coordenação 316
11.1.3 Enunciado 318
11.1.4 Gramaticalidade e aceitabilidade 321
11.1.5 Proposição e conteúdo proposicional 322
11.1.5.1 Proposição e enunciado 322
11.1.5.2 Conteúdo proposicional e frase 323

11.1.5.3 Tipos diferentes de conteúdo frásico 325
11.2 Classes de palavras e sua organização tipológica 326
11.2.1 Classes de palavras 326
11.2.2 Classes abertas e classes fechadas 330
11.2.3 Classes variáveis e classes invariáveis 332
11.2.4 Classes lexicais e classes gramaticais 332
11.2.5 Palavras e itens lexicais 334
11.3 Organização estrutural da frase 336
11.3.1 Estrutura de constituintes 336
11.3.2 Sintagmas e núcleos 339
11.3.3 Parentetizações etiquetadas 343
11.3.4 Relações estruturais entre constituintes 343
11.3.4.1 Inclusão 344
11.3.4.2 Precedência 344
11.3.4.3 Proeminência estrutural 345
11.3.5 Análises que assentam na estrutura de constituintes 347
11.4 Organização funcional da frase 351
11.4.1 Sujeito e predicado 352
11.4.1.1 Predicação 352
11.4.1.2 Sujeito da predicação, sujeito gramatical, tópico e comentário 353
11.4.1.3 Predicações de base verbal, de base adjetival e de base nominal 356
11.4.2 Predicadores, argumentos e adjuntos 357
11.4.2.1 Predicadores 358
11.4.2.2 Argumentos 360
11.4.2.3 Número de argumentos dos predicadores 361
11.4.2.4 Adjuntos adverbiais 364
11.4.2.5 Classificação dos argumentos: sujeito e complementos 366
11.5 Organização semântica da frase 369
11.5.1 Classes aspetuais: eventos e estados 370
11.5.1.1 Processos culminados, processos, culminações e pontos 371
11.5.1.2 Estados estáveis e estados episódicos 372
11.5.2 Papéis temáticos 373
11.5.2.1 Agente, paciente e causa 375
11.5.2.2 Experienciador e estímulo 378
11.5.2.3 Tema, locativo, origem, destino e destinatário 379
11.5.2.4 Beneficiário 380
11.5.2.5 Valores semânticos dos adjuntos adverbiais 380
11.5.3 Restrições de seleção 381
11.6 Estrutura argumental 383
11.6.1 Argumento externo e argumento(s) interno(s) 384
11.6.2 Estatuto lexical do argumento externo e dos argumentos internos 385
11.6.3 Verbos inergativos e verbos inacusativos 387
11.6.4 Papéis temáticos e funções gramaticais 388
11.6.5 O morfema *se* e a estrutura argumental 390
11.7 Dêixis 394

12 CONSTRUÇÕES DE TOPICALIZAÇÃO 401
Inês Duarte
12.1 Conceito de tópico frásico e estrutura tópico-comentário 401
12.1.1 Tópico marcado e tópico não marcado 403
12.1.2 Diferenças gramaticais entre o tópico marcado e o sujeito 404
12.1.3 Estrutura temática: juízos categóricos e téticos veiculados pela frase 405
12.2 Tipologia das construções com tópicos marcados 409
12.2.1 O tópico não é retomado por uma expressão interna ao comentário 409
12.2.2 O tópico é retomado no comentário 410
12.2.2.1 O tópico é retomado sob a forma de um epíteto ou de um pronome 410
12.2.2.2 O tópico é retomado obrigatoriamente por um pronome clítico 412
12.2.3 O tópico corresponde a um constituinte interno ao comentário e não tem retoma 416
12.2.3.1 O tópico respeita integralmente as propriedades de subcategorização e de seleção do verbo 417
12.2.3.2 O tópico não respeita integralmente as propriedades de subcategorização do verbo 421
12.3 Conceito de contratópico 423
Fontes das abonações 426

13 CONSTRUÇÕES ATIVAS, PASSIVAS, INCOATIVAS E MÉDIAS 429
Inês Duarte
13.1 Orações transitivas 430
13.2 Orações passivas 432
13.2.1 Orações passivas verbais 436
13.2.2 Orações passivas resultativas 440
13.2.3 Orações passivas estativas 443
13.2.4 Orações passivas pronominais 444
13.2.5 Orações de *se* impessoal 445
13.2.6 Conclusão 446
13.3 Orações reflexas 448
13.4 Orações com verbos de alternância causativa-incoativa 450
13.5 Orações com verbos inacusativos que não admitem alternância causativa-incoativa 454
13.6 Orações médias caracterizadoras 456

14 NEGAÇÃO 461
João Andrade Peres
14.1 Aspetos gerais da negação 461
14.1.1 Sobre o conceito de negação 461
14.1.2 Grandes tipos de negação 462
14.1.3 Negação sintática e seus subtipos 463
14.1.3.1 Negação oracional 464
14.1.3.1.1 Subtipos da negação oracional 464
14.1.3.1.2 Estatuto do operador de negação oracional simples 466
14.1.3.2 Negação de constituintes 468

14.2 Aspetos particulares da negação oracional 471
14.2.1 Variantes das construções de negação oracional simples 471
14.2.1.1 Relação semântica entre orações afirmativas e negativas 471
14.2.1.2 Escopo largo e escopo estreito da negação oracional simples 473
14.2.2 Negação oracional de subordinação e de coordenação 477
14.2.3 Construções especiais de negação oracional 479
14.2.3.1 Dupla negação 479
14.2.3.2 Negação reforçada 480
14.2.3.3 Negação expletiva 480
14.3 Aspetos particulares da negação quantificacional 481
14.3.1 Negação da universalidade 482
14.3.2 Negação existencial 483
14.3.2.1 Negação existencial de classe 483
14.3.2.2 Negação existencial particularizada 485
14.3.2.3 Negação existencial enumerativa 487
14.3.3 Negação de cardinalidade 487
14.3.4 Negação da inferioridade e negação da superioridade 488
14.4 Construções associadas à negação 489
14.4.1 Concordância negativa 489
14.4.2 Polaridade negativa e positiva 492
14.4.3 Apêndices discursivos interrogativos e enfáticos 494
14.4.4 Coordenação e elipse 495
14.5 Pistas para uma perspetiva unificada do sistema da negação 497
Fontes das abonações 498

3B – TEMPO, ASPETO, MODALIDADE E MODO 501

15 TEMPO VERBAL 509
Fátima Oliveira
15.1 A categoria linguística do tempo 510
15.2 Tempos do indicativo 513
15.2.1 Tempos simples 514
15.2.1.1 Presente 514
15.2.1.2 Pretérito perfeito 517
15.2.1.3 Pretérito imperfeito 518
15.2.1.4 Presente e pretérito imperfeito do indicativo como tempos aspetualmente imperfectivos 521
15.2.1.5 Pretérito mais-que-perfeito simples 524
15.2.1.6 Futuro 525
15.2.1.7 Condicional 527
15.2.2 Tempos compostos 527
15.2.2.1 Pretérito perfeito composto 528
15.2.2.2 Pretérito mais-que-perfeito composto 530
15.2.2.3 Futuro composto 531
15.2.2.4 Condicional composto 532
15.3 Tempos do conjuntivo 533

15.3.1 Conjuntivo em frases independentes 534
15.3.2 Tempos do conjuntivo em orações subordinadas 535
15.3.2.1 Presente 536
15.3.2.2 Imperfeito 536
15.3.2.3 Pretérito perfeito composto 538
15.3.2.4 Pretérito mais-que-perfeito composto 540
15.3.2.5 Futuro 541
15.3.2.6 Futuro composto 542
15.3.3 Combinações de tempos no verbo principal e no verbo subordinado 543
15.3.3.1 Liberdade de ocorrência dos tempos do indicativo no verbo subordinado 543
15.3.3.2 Restrições combinatórias com o verbo subordinado no conjuntivo 544
15.3.3.3 Liberdade de ocorrência dos tempos do conjuntivo quando o verbo principal é factivo 546
15.4 Tempo nas formas verbais não finitas 547
15.4.1 Infinitivo 547
15.4.2 Gerúndio 549
15.4.3 Particípio 552
Fontes das abonações 553

16 TEMPO ADJUNTO E TEMPO DISCURSIVO 557
Telmo Móia e Ana Teresa Alves
16.1 Aspetos gerais do tempo adjunto 558
16.1.1 Classes sintáticas associadas ao tempo adjunto 558
16.1.2 Valores semânticos expressos pelo tempo adjunto 559
16.1.3 Entidades relevantes para o tempo adjunto 563
16.1.3.1 Intervalos de tempo 563
16.1.3.2 Quantidades de tempo 566
16.1.4 Tempo referencialmente autónomo, tempo dêitico e tempo anafórico 567
16.2 Localização temporal adjunta 570
16.2.1 Onde localizamos as situações? 570
16.2.1.1 Localização dependente de intervalos e dependente de situações 570
16.2.1.2 Localização definida e indefinida 571
16.2.1.3 Localização direta ou mediante fronteiras temporais 571
16.2.2 Como localizamos as situações? 573
16.3 Duração 575
16.3.1 Duração de processos culminados 575
16.3.2 Duração de estados e processos 575
16.4 Tempo discursivo 577
16.4.1 Relações discursivas 578
16.4.2 Valores temporais associados às relações discursivas 579
16.4.3 Relações discursivas e expressões temporais anafóricas 579

17 ASPETO 585
Luís Filipe Cunha
17.1 Aspeto lexical (*Aktionsart*), aspeto gramatical e composicionalidade do aspeto 587

17.2 Traços aspetuais: dinamicidade, duratividade, telicidade e homogeneidade 588
17.3 Classes aspetuais básicas 591
17.3.1 Estados vs. eventos 591
17.3.2 Tipos de estados: estáveis, episódicos e faseáveis 595
17.3.2.1 Estados estáveis vs. estados episódicos 595
17.3.2.2 Estados faseáveis 596
17.3.2.3 *Ser* vs. *estar* 598
17.3.3 Tipos de eventos: processos, processos culminados, culminações e pontos 600
17.3.3.1 Processos 600
17.3.3.2 Processos culminados 601
17.3.3.3 Culminações 602
17.3.3.4 Pontos 603
17.4 Fatores linguísticos que intervêm na formação das propriedades aspetuais 604
17.4.1 O verbo 604
17.4.2 O complemento direto 604
17.4.3 Os sintagmas preposicionais 605
17.4.4 O sujeito 605
17.4.5 Vaguidade aspetual: fatores contextuais 605
17.5 Núcleo aspetual e transições 606
17.6 Interpretação aspetual derivada 607
17.6.1 Processos de derivação de classes aspetuais 608
17.6.2 Verbos de operação aspetual 608
17.6.2.1 *Estar* (*a*) e *andar* (*a*) 608
17.6.2.2 *Começar* (*a*), *passar* (*a*) e *continuar* (*a*) 609
17.6.2.3 *Deixar* (*de*), *parar* (*de*) e *acabar* (*de*) 611
17.6.3 Adjuntos adverbiais de tempo 614
17.6.3.1 Adjuntos adverbiais de duração e de localização temporal 614
17.6.3.2 Adjuntos adverbiais de frequência e de quantificação 615
17.6.4 Tempos gramaticais 616

18 MODALIDADE 623
Fátima Oliveira e Amália Mendes
18.1 Expressão da modalidade 625
18.2 Modalidade forte e modalidade fraca 628
18.3 Domínios da modalidade 630
18.3.1 Modalidade epistémica 630
18.3.2 Modalidade interna ao participante 632
18.3.3 Modalidade deôntica 632
18.3.4 Modalidade externa aos participantes 633
18.3.5 Modalidade desiderativa 634
18.4 Ambiguidade entre tipos de modalidade 635
18.4.1 Modalidade deôntica e modalidade externa 636
18.4.2 Modalidade interna e modalidade deôntica 636
18.4.3 Modalidade externa e modalidade epistémica 636
18.5 Verbos modais 637

18.5.1 *Dever* 637
18.5.1.1 Interação entre *dever* e a classe aspetual do verbo pleno 638
18.5.1.2 *Dever* seguido do infinitivo composto 640
18.5.1.3 *Dever* seguido do auxiliar progressivo 642
18.5.1.4 Obrigação fraca e obrigação forte 642
18.5.1.5 Modalização do valor deôntico 642
18.5.2 *Poder* 643
18.5.2.1 Interação entre *poder* e a classe aspetual do verbo pleno 643
18.5.2.2 *Poder* seguido do infinitivo composto 644
18.5.2.3 *Poder* seguido do auxiliar progressivo 645
18.5.2.4 Fatores contextuais na interpretação do verbo modal *poder* 645
18.5.2.5 *Pode ser, pode ser que* 646
18.5.3 *Ter* (*de*) 646
18.5.3.1 Interação entre *ter* (*de*) e a classe aspetual do verbo pleno 648
18.5.3.2 *Ter* (*de*) seguido do infinitivo composto 648
18.5.3.3 *Ter* (*de*) seguido do auxiliar progressivo 649
18.5.4 *Ser capaz* (*de*) 649
18.5.5 *Haver* (*de*) 650
18.5.6 Combinação de vários verbos modais 651
18.6 Modais e negação: negação externa e negação interna 654
18.6.1 *Poder* 655
18.6.2 *Dever* 655
18.6.2.1 Leitura deôntica e negação antecipada 656
18.6.2.2 Leitura epistémica e negação antecipada 656
18.6.2.3 Interação entre *dever*, predicados estativos e negação 657
18.6.3 *Ter* (*de*), *ser capaz* (*de*) 657
18.6.4 Possibilidade, necessidade e negação 658
18.7 Verbos plenos com valor modal 659
18.7.1 *Obrigar, permitir, autorizar, proibir* 659
18.7.2 *Desejar, querer, esperar* 660
18.7.3 *Saber* e *crer* 660
18.8 Adjetivos modais 662
18.8.1 Adjetivos modais em posição predicativa 662
18.8.2 Adjetivos modais em posição atributiva 665
18.9 Advérbios modais 668

19 MODO 673
Rui Marques
19.1 Questões gerais sobre o modo 673
19.2 Diversidade de modos 674
19.3 O modo em frases simples e em orações principais 676
19.4 O modo nas orações subordinadas completivas finitas 678
19.5 O modo nas orações subordinadas adverbiais finitas 681
19.6 O modo nas orações relativas 683
19.7 O condicional e o futuro 685
19.8 O infinitivo 688

3C – CLASSES LEXICAIS E SINTAGMÁTICAS **697**

20 INTRODUÇÃO AO SINTAGMA NOMINAL **703**
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo e Matilde Miguel
20.1 Valores semânticos e funções do sintagma nominal **703**
20.2 Referência e denotação **705**
20.2.1 Referência 706
20.2.2 Denotação 708
20.3 Elementos do sintagma nominal **710**
20.3.1 Elementos nucleares do sintagma nominal 711
20.3.1.1 Pronomes 711
20.3.1.2 Nomes próprios 713
20.3.1.3 Nomes comuns 714
20.3.2 Complementos do nome 715
20.3.3 Modificadores do nome 717
20.3.4 Especificadores 717
20.3.4.1 Propriedades semânticas dos especificadores 719
20.3.4.2 A determinação e a quantificação não definem classes estanques 722
20.3.4.3 Propriedades sintáticas dos especificadores 722
20.3.4.3.1 Posição inicial no sintagma nominal 723
20.3.4.3.2 Os quantificadores *todos* e *ambos* 723
20.3.4.3.3 A construção partitiva 724
20.3.4.3.4 A classe dos determinantes 724
20.3.4.4 Quantificadores e numerais entre um determinante definido e um nome (posição "intermédia") 726
20.3.4.5 Pronomes possessivos 729
20.4 Estrutura interna do sintagma nominal **730**
20.5 Sintagmas nominais reduzidos **731**

21 SEMÂNTICA DO SINTAGMA NOMINAL **735**
João Andrade Peres
21.1 Universo de discurso e semântica nominal **735**
21.1.1 Universo de discurso 736
21.1.2 Entidades contáveis e entidades não contáveis 737
21.1.3 Indivíduos e grupos, totalidades e partes 738
21.1.4 Espécies e espécimes, tipos e exemplares 739
21.1.5 Entidades reais e entidades virtuais 741
21.2 Aspetos da semântica dos nomes comuns **742**
21.2.1 Nomes autónomos e nomes dependentes 742
21.2.2 Nomes contáveis e nomes não contáveis 744
21.2.3 Nomes individuais e coletivos, totais e fragmentadores 745
21.2.3.1 Propriedades dos nomes coletivos e dos nomes fragmentadores 745
21.2.3.2 Seleção de complementos de nomes coletivos 747
21.2.3.3 Seleção de complementos de nomes fragmentadores 748
21.2.4 Modificação e coordenação de nomes comuns 751
21.3 Aspetos gerais da semântica dos sintagmas nominais **754**

21.3.1 Forma dos sintagmas nominais 754
21.3.2 Forma dos sintagmas nominais e relação com o contexto 760
21.3.3 Valores semânticos dos sintagmas nominais 762
21.3.4 Fatores externos na interpretação dos sintagmas nominais 764
21.4 Semântica dos sintagmas nominais determinados 765
21.4.1 Sintagmas nominais definidos e indefinidos 765
21.4.2 Particularidades dos sintagmas nominais definidos 766
21.4.2.1 Sintagmas nominais definidos epistémicos, textuais e situacionais 766
21.4.2.2 Sintagmas nominais definidos particulares e genéricos 767
21.4.3 Particularidades dos sintagmas nominais indefinidos 768
21.4.3.1 Extensão da classe dos sintagmas nominais indefinidos 768
21.4.3.2 Sintagmas nominais indefinidos e sensibilidade ao contexto 768
21.5 Semântica dos sintagmas nominais quantificados 769
21.5.1 Quantificação nominal de contagem e de medição 770
21.5.2 Quantificadores numerais 774
21.5.3 Quantificadores vagos 778
21.5.4 Particularidades da quantificação de contagem 779
21.5.4.1 Tipos de quantificação de contagem 779
21.5.4.2 Valor semântico dos quantificadores de contagem 781
21.5.5 Particularidades da quantificação de medição 782
21.5.5.1 Tipos de quantificação de medição 782
21.5.5.2 Aspetos estruturais da quantificação de medição 785
21.5.5.3 Valor semântico dos quantificadores de medição 788
21.5.6 Ambiguidade entre quantificação de contagem e de medição 789
21.6 Semântica dos sintagmas nominais reduzidos 791
21.6.1 Sintagmas nominais reduzidos plurais 791
21.6.2 Sintagmas nominais reduzidos singulares 793
21.7 Semântica dos sintagmas nominais com *qualquer* 796
21.7.1 Formas e valores das construções com *qualquer* 797
21.7.2 Variantes e paráfrases das construções com *qualquer* 799
21.8 Semântica contextual dos sintagmas nominais 800
21.8.1 Valores real e virtual dos sintagmas nominais 801
21.8.1.1 Valores real e virtual de sintagmas nominais determinados 801
21.8.1.2 Valores real e virtual de sintagmas nominais quantificados e reduzidos 806
21.8.2 Interpretações distributivas e coletivas dos sintagmas nominais 806
21.8.3 Sintagmas nominais em contextos frásicos genéricos 809
21.8.4 Relações de escopo entre sintagmas nominais 810
21.8.5 Interpretações *de re* e *de dicto* dos sintagmas nominais 813

22 DETERMINANTES 819
Matilde Miguel e Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
22.1 Artigo definido 822
22.1.1 Propriedades morfológicas do artigo definido 822
22.1.2 Propriedades semânticas do artigo definido 823
22.1.2.1 Artigo definido com valor referencial 823
22.1.2.1.1 Características gerais 823

22.1.2.1.2 Condições de existência, unicidade e identificação 824
22.1.2.1.3 Condição de inclusividade 825
22.1.2.1.4 Função do grupo nominal em sintagmas nominais definidos 826
22.1.2.1.5 Usos situacionais e usos anafóricos do artigo definido 828
22.1.2.1.6 Valor possessivo do artigo definido 832
22.1.2.1.7 Artigo definido com valor referencial genérico 833
22.1.2.2 Artigo definido com valor não referencial 835
22.2 Determinantes indefinidos 837
22.2.1 Propriedades morfológicas do artigo indefinido 837
22.2.2 Propriedades semânticas do artigo indefinido 839
22.2.2.1 O valor [±específico] dos sintagmas nominais indefinidos 840
22.2.2.2 Aspetos pragmáticos e gramaticais do traço [±específico] 842
22.2.2.3 Introdução de entidades novas no universo do discurso 846
22.2.2.4 Sintagmas nominais indefinidos com valor predicativo 848
22.2.2.5 Interpretação genérica dos sintagmas nominais indefinidos 850
22.2.3 O determinante *algum* 852
22.2.4 O estatuto de *um*: artigo indefinido ou numeral cardinal? 853
22.2.5 Sintagmas nominais reduzidos com leitura indefinida 857
22.3 Determinantes demonstrativos 859
22.3.1 Propriedades morfológicas dos determinantes demonstrativos 859
22.3.2 Demonstrativos e dêixis espacial 861
22.3.2.1 Dêixis 861
22.3.2.2 Dêixis espacial e determinantes demonstrativos 862
22.3.3 Uso anafórico dos demonstrativos 866
22.3.3.1 Uso anafórico textual 866
22.3.3.2 Uso anafórico em aposto predicativo não verbal 871
22.3.4 Outros valores semânticos dos demonstrativos 873
22.3.4.1 Valor temporal 873
22.3.4.2 Valor "generalizador" de *este* 875
22.3.4.3 Valor enfático 875
22.3.4.4 Valores afetivos 876
22.3.5 O uso antecipatório do demonstrativo *aquele* 876
22.3.6 O adjetivo *tal* como anáfora demonstrativa 877
Fontes das abonações 879

23 PRONOMES 883
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
23.1 Especificadores em contextos de elipse do nome 887
23.2 Equivalência sintática dos pronomes a sintagmas nominais 889
23.3 Equivalência semântica dos pronomes a sintagmas nominais completos 890
23.4 Caracterização dos pronomes 892
23.4.1 Pronomes demonstrativos 892
23.4.2 Pronomes quantificacionais 893
23.4.2.1 Pronomes indefinidos (de quantificação existencial) 893
23.4.2.2 O pronome *tudo* 895
23.4.3 Pronomes pessoais 897

23.4.3.1 Séries pronominais "canónicas" 897
23.4.3.2 Os pronomes *você* e *a gente*: distinção entre "pessoa semântica" e "pessoa gramatical" 899
23.4.3.3 Propriedades morfossintáticas dos pronomes 903
23.4.3.3.1 Variação em género e número 903
23.4.3.3.2 Contração com preposições 903
23.4.3.3.3 Formas casuais dos pronomes 904
23.4.3.3.4 Formas pronominais tónicas e átonas 904
23.4.3.4 Pronomes pessoais possessivos 906
23.4.3.5 Propriedades semânticas dos pronomes pessoais 907
23.5 Estatuto lexical dos pronomes 913
23.6 Possibilidades combinatórias dos pronomes dentro do sintagma nominal 914
23.6.1 Possibilidades combinatórias dos pronomes demonstrativos 915
23.6.2 Possibilidades combinatórias dos pronomes quantificacionais 915
23.6.3 Possibilidades combinatórias dos pronomes pessoais 916
Fontes das abonações 918

24 NUMERAIS 921
Graça Vicente
24.1 Sistemas de numeração indo-árabe e romano 922
24.1.1 Numeração indo-árabe 922
24.1.2 Numeração romana 923
24.2 Classes de numerais 924
24.2.1 Numerais cardinais comuns 929
24.2.1.1 Caracterização geral 929
24.2.1.2 Processos de formação dos numerais cardinais comuns 931
24.2.2 Numerais cardinais especiais 934
24.2.3 Numerais ordinais 935
24.2.4 Numerais multiplicativos 937
24.2.5 Numerais fracionários 939
24.2.6 Numerais percentuais 940
24.3 Uso impreciso e lexicalização dos numerais 941
24.4 Questões de concordância 942
24.5 Escrita dos numerais 945
Fontes das abonações 946

25 NOMES COMUNS 949
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
25.1 Nomes contáveis e nomes não contáveis 952
25.1.1 Caracterização geral 952
25.1.2 Diferenças e semelhanças entre os nomes contáveis e os nomes não contáveis 954
25.1.2.1 Quantificação de contagem e quantificação de medida 954
25.1.2.2 Ausência de determinante nos nomes massivos no singular em contextos pós-verbais e pós-preposicionais 955

25.1.2.3 Paralelismo semântico e gramatical entre nomes não contáveis no singular e nomes contáveis no plural 957
25.1.3 Flutuação polissémica dos nomes entre contáveis e não contáveis 957
25.1.3.1 Classificação dos nomes de alimentos 958
25.1.3.2 Nomes não contáveis recategorizados em contáveis 959
25.1.3.3 Nomes contáveis recategorizados em não contáveis 961
25.2 Nomes usados exclusivamente ou preferencialmente no singular ou no plural 963
25.2.1 Substantivos usados preferencialmente no singular 964
25.2.2 Nomes plurais ou *pluralia tantum* 965
25.2.2.1 *Pluralia tantum* exclusivos 966
25.2.2.2 *Pluralia tantum* inclusivos 967
25.2.2.3 *Pluralia tantum* unívocos 967
25.2.2.4 Fundamentação semântica dos *pluralia tantum* 968
25.3 Nomes coletivos 971
25.3.1 Caracterização geral 971
25.3.2 Classificação dos nomes coletivos 972
25.3.2.1 A propriedade [±Qdef] 973
25.3.2.2 A propriedade [±esp.lex.] 973
25.3.2.3 Tipologia dos nomes coletivos 974
25.3.3 Manifestações gramaticais da pluralidade nos nomes coletivos 975
25.3.3.1 Concordância no plural com nomes coletivos no singular 975
25.3.3.2 Manifestações lexicais da pluralidade com nomes coletivos 978
Apêndice 979
25.4 A animacidade 981
25.5 A dimensão semântica humano vs. não humano 985
25.6 A dimensão semântica concreto vs. abstrato 986
25.7 Nomes eventivos 988
Fontes das abonações 989

26 NOMES PRÓPRIOS 993
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo e Maria Fernanda Bacelar do Nascimento
26.1 Nomes próprios como expressões referenciais 995
26.1.1 Papel do contexto para a identificação do referente de um nome próprio 995
26.1.2 Nomes próprios como designadores rígidos 997
26.2 Tipologia dos nomes próprios 998
26.2.1 Nomes próprios simples e nomes próprios compostos 998
26.2.2 Nomes próprios canónicos e nomes próprios de base descritiva 998
26.2.2.1 Nomes próprios canónicos 999
26.2.2.2 Nomes próprios de base descritiva 1002
26.2.2.3 Nomes comuns com um só referente 1003
26.2.3 Classificação dos nomes próprios quanto à categoria ontológica do seu referente 1004
26.2.3.1 Antropónimos 1004
26.2.3.2 Topónimos 1005

26.2.3.3 Nomes próprios de entidades de outras categorias ontológicas 1007
26.3 Grafia dos nomes próprios 1009
26.4 Propriedades morfológicas dos nomes próprios 1010
26.4.1 Variação em género 1010
26.4.2 Variação em número 1012
26.5 Funções semântico-discursivas dos nomes próprios 1013
26.5.1 Função referencial 1013
26.5.2 Função denominativa 1015
26.5.3 Função vocativa 1016
26.6 Uso dos nomes próprios com artigo 1017
26.6.1 Artigo definido com nomes próprios de base descritiva 1017
26.6.2 Artigo definido com topónimos 1018
26.6.2.1 Nomes de países 1018
26.6.2.2 Nomes de lugar que designam massas de água (hidrotopónimos) 1019
26.6.2.3 Nomes de lugar que designam acidentes geográficos 1020
26.6.2.4 Nomes de localidades 1020
26.6.2.5 Nomes de partes topográficas de localidades 1024
26.6.3 Especificadores e modificadores com antropónimos 1024
26.6.3.1 Uso de nomes de pessoa com e sem o artigo definido 1024
26.6.3.2 Recategorização dos nomes próprios em nomes comuns 1027
26.6.3.3 Referência a fases temporais dos indivíduos 1031
26.7 Propriedades semânticas dos nomes próprios 1031
26.7.1 Teoria descritivista 1032
26.7.1.1 Nomes próprios como descrições definidas 1032
26.7.1.2 Interpretação metafórica dos nomes próprios 1033
26.7.1.3 Interpretação metonímica dos nomes próprios 1034
26.7.2 Sentido denominativo dos nomes próprios 1035
26.7.3 Classificadores dos nomes próprios 1037
26.7.4 A construção substantivo + (de) + nome próprio 1039

27 COMPLEMENTOS, MODIFICADORES E ADJUNTOS NO SINTAGMA NOMINAL 1045
Ana Maria Brito e Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
27.1 Nominalizações e complementos do nome 1047
27.1.1 Os argumentos do nome como complementos 1049
27.1.2 Pronome possessivo como argumento correspondente ao sujeito da frase 1049
27.1.3 Impossibilidade de ocorrência de sintagmas nominais como complementos do nome 1051
27.1.4 Complementos oracionais do nome 1052
27.1.5 Nominalizações ativas e nominalizações passivas 1053
27.1.6 Complemento direto da frase ativa nas nominalizações 1055
27.1.7 Interpretação eventiva e interpretação resultativa das nominalizações 1057
27.1.8 Adjuntos adverbiais nas nominalizações 1060
27.1.9 Opcionalidade dos complementos do nome 1061
27.2 Outros nomes dependentes no sintagma nominal 1062

27.3 Sintagmas preposicionais dentro do sintagma nominal 1065
27.3.1 Flexibilidade semântica da preposição *de* 1065
27.3.2 Tipos de sintagma preposicional dentro do sintagma nominal 1066
27.3.2.1 Sintagmas preposicionais classificadores 1067
27.3.2.2 Outros sintagmas preposicionais reduzidos dentro do SN 1070
27.3.2.3 Sintagmas preposicionais completos dentro do SN 1071
27.3.3 Construção nominal possessiva 1072
27.3.3.1 Forma das construções possessivas 1072
27.3.3.2 Valores semânticos expressos nas construções possessivas 1073
27.3.3.3 Casos que não são construções possessivas 1075
27.3.3.4 Combinações de pronomes possessivos e de sintagmas preposicionais nas construções possessivas: os nomes icónicos 1077
27.3.4 Sintagmas nominais inversos 1080
27.3.4.1 Sintagmas nominais inversos atributivos 1081
27.3.4.2 Sintagmas nominais inversos predicativos 1083
27.4 Modificação adjetival 1084
27.4.1 Características gerais dos adjetivos atributivos 1085
27.4.2 Adjetivos qualificativos 1087
27.4.2.1 Classificação dos adjetivos qualificativos 1088
27.4.2.2 Interpretação restritiva dos adjetivos qualificativos em posição pós-nominal 1089
27.4.2.3 Interpretação não restritiva dos adjetivos qualificativos em posição pré-nominal 1090
27.4.2.4 Interpretação não restritiva dos adjetivos avaliativos 1092
27.4.3 Adjetivos relacionais 1094
27.4.4 Adjetivos com leitura adverbial 1096
27.4.4.1 Adjetivos com valor de modo, avaliativo e de atitude 1097
27.4.4.2 Adjetivos temporais e aspetuais 1098
27.4.4.3 Os adjetivos *velho*, *novo* e *antigo* 1099
27.4.4.4 Os adjetivos *passado*/*próximo* e *anterior*/*seguinte* 1100
27.4.4.5 Adjetivos de localização espacial 1102
27.5 Modificadores oracionais do nome 1103
27.5.1 Orações relativas 1103
27.5.2 Orações infinitivas restritivas 1103
27.5.3 Particípios verbais e orações de particípio 1104
27.5.4 Orações gerundivas 1105
27.6 Ordem dos elementos no sintagma nominal 1106
27.7 Apostos 1108
Fontes das abonações 1113

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1115

INTRODUÇÃO

A *Gramática do Português* descreve, de modo tão exaustivo quanto possível, a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea. É inovadora em muitos aspetos, destacando-se o facto de serem considerados todos os níveis de análise linguística: fonético e fonológico (o estudo dos sons); morfológico (o estudo da forma das palavras e da sua estrutura interna); lexical (o estudo da organização das palavras no léxico); sintático (o estudo da maneira como as palavras se combinam para formar orações e frases); semântico (o estudo do tipo de significado que os vários elementos linguísticos apresentam).

As línguas não são entidades monolíticas; ou seja, não são faladas do mesmo modo por todos os seus utilizadores. Pelo contrário, são entidades altamente diversificadas, apresentando variação de acordo com a origem geográfica, o nível de instrução, a profissão e a idade dos falantes, entre outros fatores. A variação que apresentam está na origem da existência de dialetos (ou variedades).

A variação manifesta-se também a nível individual, quer na fala quer na escrita. Em primeiro lugar, o vocabulário, as regras e os princípios gramaticais dos indivíduos que falam o mesmo dialeto nunca são exatamente idênticos, podendo, assim, falar-se na existência de idioletos. Em segundo lugar, os falantes usam a língua de maneira diferente também em função da formalidade da situação de comunicação ou do grau de familiaridade entre os interlocutores. Para este tipo de variação, os linguistas usam o termo registo, ou estilo, que pode ser mais ou menos coloquial, mais ou menos familiar, mais ou menos cuidado ou mais ou menos formal.

Na dimensão geográfica, a variedade da língua portuguesa manifesta-se não só entre os falantes dos diferentes países que a usam como língua materna ou segunda, mas também, dentro do mesmo país, entre falantes de regiões diferentes, e afeta a pronúncia, o vocabulário e aspetos da estrutura sintática. Em Portugal, um destes dialetos – por razões históricas, políticas, sociais e culturais, o falado nas zonas urbanas do litoral-centro, aproximadamente entre Lisboa e Coimbra – adquiriu um estatuto social e cultural privilegiado, que se manifesta no facto de ser a variedade ensinada nas escolas, usada pelos meios de comunicação social (jornais, revistas, rádio e televisão) e, sobretudo na escrita formal, pela generalidade dos portugueses com uma instrução média ou superior. A este dialeto chama-se português-padrão, e também variedade (ou variante) culta do português. Por motivos sociológicos,

metodológicos e práticos, esta *Gramática* tem principalmente como objeto de estudo o português-padrão.

Tal não significa, no entanto, que se tenha descurado a variação linguística, que tem, aliás, uma longa tradição nos estudos sobre o português, quer em Portugal quer no Brasil. Muito pelo contrário: em primeiro lugar, no âmbito das gramáticas sobre a língua portuguesa, a presente obra é pioneira por conter capítulos onde se descrevem (de forma necessariamente breve) as principais características linguísticas não só do português falado no Brasil como também do português falado em África (com especial incidência sobre as variedades de Angola e Moçambique). Em segundo lugar, a maioria dos autores, embora centrando a sua descrição na variedade culta, dá conta igualmente de fenómenos de variação dialetal, individual e de registo, em particular nos casos em que essa variação é mais notória, ou quando constitui motivo de controvérsia sobre o uso tido como "correto" da língua portuguesa. Finalmente, e este é um ponto importante que queremos salientar, esta *Gramática* contém um capítulo que constitui um dos estudos mais completos e sistemáticos sobre as variedades regionais do português apresentado numa gramática. Em suma, com esta *Gramática*, o leitor terá uma visão da heterogeneidade da língua, tomando consciência da multiplicidade dos seus usos.

A língua é um sistema dinâmico em constante mudança. A comparação de textos escritos na época medieval, clássica e moderna não deixa dúvidas a este respeito. Com o decorrer do tempo, o português mudou em todos os seus aspetos: nos sons, no vocabulário, na forma e ordem das palavras, e nos significados das palavras e das expressões. Ao estudo histórico da evolução fonética, lexical, sintática e semântica das línguas chama-se linguística diacrónica (de modo mais geral, linguística histórica). Apesar de o objeto de estudo central desta *Gramática* ser o português contemporâneo, considerou-se importante dar a conhecer um pouco da sua história, no que respeita às suas origens, às suas diferentes fases de formação e à sua evolução geral. Procurou-se, também, situar brevemente o português no conjunto das línguas românicas, isto é, daquelas que derivam do latim. Estes contributos constituem um ponto de partida para que o leitor interessado possa aprofundar esse tipo de conhecimentos.

De modo geral, os estudos gramaticais são pautados por uma de duas perspetivas distintas. Numa delas – chamada prescritiva ou normativa –, dá-se particular atenção ao dialeto-padrão da língua, centrando-se a descrição sobre as suas características, apresentadas como correspondendo à "maneira correta de falar"; concomitantemente, relega-se para segundo plano a variação linguística, ou seja, os restantes dialetos e os registos coloquiais ou menos formais. Na outra perspetiva – chamada descritiva –, os gramáticos não fazem juízos de valor sobre a correção ou incorreção das variantes linguísticas, descrevendo-as sem preconceitos quando as suas características são relevantes para os fenómenos em análise. Embora, pelas razões assinaladas acima, esta *Gramática* tenha essencialmente como objeto de estudo o português-padrão, a perspetiva adotada na sua elaboração é estritamente descritiva, e não prescritiva. Isto significa que o leitor não encontrará regras normativas que valorizem uma determinada variante em detrimento de outra, ou que se considerem incorretas opções gramaticais que não sejam as do português-padrão. Muitos dos usos que são considerados erros ou desvios à norma ocorrem

regularmente, são uma consequência natural da existência de variação linguística e indiciam, por vezes, uma mudança linguística em curso. Querendo contribuir para a compreensão do sistema linguístico do português de forma tão abrangente quanto possível, entendemos ser mais importante fornecer ao leitor indicações relevantes sobre estas questões do que dar-lhe a conhecer tão-somente aquilo que é aceite pelas normas oficialmente em uso. Neste sentido, são esclarecidas muitas das dúvidas e hesitações sobre construções frequentemente produzidas pelos falantes, ainda que não sejam sancionadas pela norma-padrão. Um exemplo é a seguinte passagem, extraída do Cap. 23, sobre a concordância verbal com a locução pronominal *a gente* quando esta tem a função de sujeito:

"A locução *a gente* […], semanticamente, é de 1.ª pessoa do plural (visto que é usada pelo falante para representar um grupo no qual se inclui), mas gramaticalmente é de 3.ª pessoa do singular, na norma-padrão do português (cf. *a gente, logo, vai ao cinema*). Note-se, no entanto, que, para alguns falantes, num registo coloquial menos cuidado, *a gente* determina frequentemente concordância na 1.ª pessoa do plural (cf. *a gente, logo, vamos ao cinema*), embora esta variante seja estigmatizada na norma-padrão".

A variação dialetal não implica de forma alguma que não existam princípios e regras gramaticais que se aplicam à língua de maneira geral, e que determinam se uma expressão é correta ou não do ponto de vista da própria gramática, o que se traduz na aceitabilidade ou inaceitabilidade dessa expressão por parte dos falantes. Assim, e para dar apenas alguns exemplos extremos, são claramente incorretas e sentidas como inaceitáveis pela totalidade dos falantes expressões como *a gente logo ir ao cinema* (faltam no verbo marcas de tempo e de concordância), *ambas crianças foram ao cinema* (falta o determinante definido *as* entre *ambas* e *crianças*), ou *as que ganharam a lotaria pessoas são do Porto* (o antecedente *pessoas* do pronome relativo *que* tem de ocorrer antes dele).

Os exemplos incorretos, chamados "exemplos negativos", permitem explicitar com maior clareza as regras e os princípios que compõem o sistema gramatical, e são usados frequentemente ao longo desta *Gramática*. Para se distinguirem dos exemplos aceitáveis, e seguindo a prática da linguística contemporânea, assinalam-se com um asterisco inicial ("*"): **a gente logo ir ao cinema*, **ambas crianças foram ao cinema*, **as que ganharam a lotaria pessoas são do Porto*.

Nalguns casos, os exemplos são de aceitabilidade duvidosa, ou seja, um número significativo de falantes não tem juízos claros sobre o seu estatuto gramatical. Segundo o seu grau de marginalidade, esses exemplos são marcados com um ou dois pontos de interrogação ("?", "??") – por exemplo, ?[*que lhe deem já a notícia*] *é melhor* (a maioria dos falantes prefere que a oração subordinada entre parênteses retos ocorra no final da frase – *é melhor* [*que lhe deem já a notícia*].

A marcação de um determinado exemplo com um asterisco, com um ponto de interrogação ou com dois exige "juízos de gramaticalidade" que nem sempre são fáceis de decidir. Na verdade, muitas expressões suscitam hesitações sobre a sua aceitabilidade, devidas, frequentemente, à existência de variantes dialetais ou individuais com regras gramaticais parcialmente distintas. Nesse sentido, os falantes (incluindo os linguistas) nem sempre estão de acordo sobre o estatuto mais ou menos gramatical de algumas frases. Este é um problema incontornável dos

estudos linguísticos. Nesses casos, a perspetiva geralmente adotada pelos gramáticos e pelos linguistas é simplesmente a de assinalar as potenciais discordâncias e tentar explicar a sua causa; é esta a abordagem seguida nesta *Gramática* e que o leitor deverá ter em conta. Nesse sentido, note-se que os juízos assinalados com "?" ou "??" são os dos autores dos capítulos, sendo possível que o leitor discorde deles.

A descrição dos fenómenos gramaticais apresentada na *Gramática* apoia-se em resultados da linguística contemporânea, da filosofia da linguagem e da lógica moderna. No entanto, não se pressupõe da parte do leitor qualquer conhecimento prévio destas áreas. De facto, sempre que uma determinada descrição gramatical assenta sobre conceitos linguísticos, filosóficos ou lógicos, procura-se explicá-los em termos tão simples quanto possível, de modo a que o leitor possa ter uma visão clara da sua relevância relativamente aos fenómenos gramaticais em discussão. Para além disso, evita-se ao máximo a utilização de aparatos formais, explicitando-se com clareza as convenções e os termos técnicos utilizados. Finalmente, apesar da multiplicidade de autores, procedeu-se a uma harmonização da terminologia e dos conceitos usados na *Gramática*.

Uma das características da *Gramática* que mais útil pode ser ao leitor é a abundância de exemplos, frequentemente apresentados em paradigmas (no sentido aqui em causa, um paradigma é um conjunto de exemplos numerado e destacado do texto). Os exemplos visam essencialmente sustentar de forma direta a descrição dos factos linguísticos em discussão e são de tipo diferente e complementar: (i) construídos pelos autores, (ii) abonações extraídas de diversas fontes textuais, entre as quais *corpora* eletrónicos. Para os exemplos do segundo tipo, recorreu-se a textos orais, formais e informais, recolhidos em diferentes regiões e em diferentes situações de comunicação, e também a textos escritos, que consistem em obras literárias, técnicas, científicas, textos publicitários e artigos de jornais e de revistas, o que constitui um enriquecimento desta *Gramática*, permitindo dar conta de diferentes usos da linguagem. A acompanhar cada um destes exemplos, fornece-se uma informação sucinta da sua fonte e, no final de cada capítulo, a sua referência completa. O uso de *corpora* pelos autores permitiu-lhes ainda verificar a frequência de ocorrência de certas construções, fator importante na descrição de determinados fenómenos gramaticais.

Questões teóricas mais complexas ou que suscitem controvérsia entre linguistas, mas que sejam relevantes para o tópico em discussão, são abordadas em "caixas" tipograficamente diferenciadas relativamente ao corpo do texto. Também algumas questões históricas e etimológicas relevantes são tratadas nesse formato. A leitura das caixas não é necessária para a compreensão do texto principal, sendo essencialmente destinada a permitir ao leitor interessado uma compreensão mais aprofundada dos fenómenos.

Organização interna da *Gramática do Português*

A presente *Gramática* compreende três volumes e divide-se em cinco grandes partes: Parte 1 – História e geografia do português; Parte 2 – Léxico; Parte 3 – Sintaxe e semântica; Parte 4 – Morfologia; Parte 5 – Fonética e fonologia.

A Parte 1 articula-se em duas vertentes: uma tem como objeto de estudo a história e a geografia do português europeu, incluindo capítulos sobre a origem e

a evolução da língua em relação com dados da história social e cultural, sobre as mudanças ocorridas na gramática e no léxico ao longo dos séculos e sobre a variação dialetal. A outra inclui capítulos sobre o lugar do português no contexto das línguas românicas, sobre as zonas do mundo em que se fala português e sobre as principais características do português falado no Brasil e em África (com especial incidência em Angola e em Moçambique), incluindo o quadro histórico em que se formaram estas variedades. Faz-se ainda uma breve referência aos crioulos de base portuguesa e à sua distribuição geográfica.

Na Parte 2, apresentam-se os vários tipos de relações semânticas que existem entre as palavras e que estruturam a organização do léxico. Discute-se o processo gradual de lexicalização de determinadas sequências de palavras em grupos formal e semanticamente coesos, com um comportamento semelhante ao de unidades lexicais simples, bem como o processo progressivo e contínuo de gramaticalização de certas unidades linguísticas e as mudanças funcionais, semânticas e formais que, neste processo, podem alterar profundamente a sua forma e o seu sentido.

Na Parte 3 – a mais extensa da *Gramática* –, discutem-se fenómenos sintáticos e semânticos organizados em nove grandes blocos assinalados por letras maiúsculas: no Bloco A, discute-se a organização geral da frase; o Bloco B é dedicado a questões semânticas, nomeadamente o tempo, o aspeto, a modalidade e o modo; no Bloco C, descrevem-se as propriedades dos constituintes da frase: sintagma nominal, sintagma verbal, sintagma adjetival, sintagma preposicional e sintagma adverbial; o Bloco D é dedicado à organização textual e às frases constituídas por mais do que uma oração, nomeadamente em estruturas de coordenação e estruturas de subordinação; o Bloco E aborda um determinado número de estruturas sintáticas, nomeadamente construções de grau, os diferentes tipos de interpretação dos pronomes e a posição das formas pronominais clíticas; o Bloco F trata de fenómenos de omissão de pronomes e da elipse de alguns constituintes; no Bloco G, descrevem-se fenómenos de concordância verbal e nominal; no Bloco H, discutem-se aspetos linguísticos que se situam na fronteira entre a sintaxe, a semântica e a pragmática; finalmente, o Bloco I é constituído por um único capítulo e trata de alguns contrastes gramaticais entre o português do Brasil e o português europeu.

Na Parte 4, após uma introdução que apresenta as questões básicas da morfologia do português, a descrição centra-se na estrutura das palavras simples e nas propriedades morfológicas de diferentes classes de palavras, com especial relevância para nomes, adjetivos e verbos (incluindo-se um apêndice com tabelas de conjugação). Descrevem-se seguidamente os processos de formação de palavras por afixação (sufixação, prefixação e parassíntese), conversão e composição. Estes processos permitem determinar os tipos de estruturas das palavras não simples do português. Relativamente a vários dos fenómenos descritos, é feita a articulação entre morfologia e léxico, fonologia e sintaxe.

Na Parte 5, apresenta-se a componente sonora da gramática do português europeu padrão, focando os seus aspetos mais relevantes e indicando diferenças em relação a outras variedades da língua. Descrevem-se as vogais e consoantes tendo em conta a sua estrutura interna, a sua distribuição na palavra e as alternâncias regulares em que participam. São também objeto de descrição aspetos da

organização prosódica como o acento ou o agrupamento dos segmentos em sílabas e em unidades rítmicas e entoacionais maiores.

Nalguns casos, capítulos cuja temática está fortemente relacionada são antecedidos por um texto introdutório comum, que auxilia o leitor a relacionar as questões neles tratadas.

O Volume I da *Gramática* inclui as Partes 1 e 2 e o início da Parte 3, nomeadamente os Blocos A, B e a primeira parte do Bloco C. Inclui-se também neste volume uma secção introdutória que fornece as informações necessárias para uma fácil consulta da obra. O Volume II trata unicamente de sintaxe, incluindo a restante parte do Bloco C e os Blocos D, E e F. Finalmente, o Volume III contém a parte final da sintaxe – Blocos G, H e I – e as Partes 4 e 5. Neste volume inclui-se um anexo sobre ortografia e um índice remissivo.

No início de cada volume apresenta-se a lista dos autores que nele colaboram e o índice pormenorizado dos capítulos que o integram e respetivos autores. No início de cada parte (ou de cada bloco, no caso da Parte 3) são indicados os capítulos que a compõem e os respetivos autores. No final de cada volume, inclui-se a bibliografia mencionada nesse volume.

Em cada capítulo, a seguir ao índice, são sucintamente apresentados o tema e os objetivos desse capítulo. Para que o leitor compreenda como se articulam as várias questões e possa aprofundar ou recapitular a informação que vai sendo apresentada, é frequentemente explicitado o interesse em consultar outro ou outros capítulos; esse percurso é geralmente sugerido através da inclusão de referências cruzadas entre capítulos ou secções de capítulos.

Na Comissão Organizadora, foram responsáveis pelas diferentes áreas: Luísa Segura – história e geografia do português; Maria Fernanda Bacelar do Nascimento – léxico; Eduardo Buzaglo Paiva Raposo e Amália Mendes – semântica; Eduardo Buzaglo Paiva Raposo – sintaxe; Maria Antónia Coelho da Mota – morfologia; Maria do Céu Viana – fonética e fonologia.

Para finalizar, damos algumas indicações sobre o modo de proceder à leitura da *Gramática*. De maneira geral, não recomendamos nenhuma ordem sequencial de leitura dos capítulos. O leitor decidirá em função do seu interesse por tópicos particulares ou para resolver dúvidas que lhe sejam suscitadas pelo uso e estrutura de alguns aspetos gramaticais do português. No entanto, para o público sem formação linguística, recomendamos que se proceda à leitura do Capítulo 11 antes da leitura dos restantes capítulos das Partes 2 e 3 da *Gramática*. De facto, este capítulo apresenta, de forma clara e sucinta, as bases de natureza teórica que lhe permitirão abordar de modo mais profícuo o conteúdo dos restantes capítulos dessas partes. De modo semelhante, o Capítulo 20, da área do sintagma nominal, apresenta uma panorâmica geral das questões levantadas nos vários capítulos dessa área. Consideramos também importante a consulta prévia da lista de convenções e abreviaturas, para a adequada compreensão dos capítulos.

A *Gramática* foi redigida segundo as normas do Acordo Ortográfico de 1990. Os capítulos da responsabilidade de autores brasileiros foram adaptados à sintaxe e ao léxico do português europeu, com o acordo dos mesmos.

O projeto *Gramática do Português*

A Fundação Calouste Gulbenkian endereçou, no ano de 2000, um convite a Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), para a elaboração de uma nova gramática do português. Foi expressamente solicitado que a obra fosse dirigida a um leitor com instrução média-alta, interessado em esclarecer dúvidas ou em aprofundar questões sobre a língua portuguesa para as quais não encontrasse resposta nas gramáticas existentes, por serem ou demasiado sucintas ou demasiado especializadas. Este leitor seria conhecedor, de modo intuitivo e informal, dos conceitos e da terminologia mais comuns utilizados pela abordagem tradicional da gramática (*nome*, *verbo*, *sujeito*, *complemento direto*, *modificador adverbial*, etc.), mas não teria conhecimentos linguísticos especializados.

A investigadora contactada considerou que o projeto devia ser assumido pelo Centro de Linguística, pelo que apresentou essa proposta ao Conselho Científico da instituição, que a aceitou, em maio de 2000, tendo-se então constituído o projeto *Gramática do Português*. A mesma investigadora propôs a formação de uma Comissão Organizadora que se encarregaria da tarefa. Em julho de 2000, foi apresentada à Fundação Calouste Gulbenkian a previsão dos primeiros trabalhos a realizar para a apresentação da proposta de plano, que incluiriam a discussão, com um grupo de consultores, de problemas de caráter teórico e prático essenciais à conceção e planificação da obra.

Tendo a Fundação Calouste Gulbenkian acolhido favoravelmente a proposta, foi possível, entre outubro e novembro de 2000, constituir a Comissão Organizadora da *Gramática*, inicialmente formada pelos membros do CLUL Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Luísa Segura, Maria Antónia Coelho da Mota e Maria do Céu Viana e por Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. A estes membros da Comissão Organizadora juntou-se mais tarde Amália Mendes, também do CLUL. Nessa fase inicial, contámos com a colaboração dos seguintes consultores: Claire Blanche-Benveniste (Universidade de Aix-en-Provence), Dominique Willems (Universidade de Ghent), Sílvia Brandão (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Violeta Demonte (Universidade Autónoma de Madrid).

Em dezembro de 2000, a Comissão Organizadora apresentou o projeto à Fundação Calouste Gulbenkian, que deu o aval definitivo para o seu início em janeiro de 2001.

O projeto deu origem a uma obra de caráter coletivo. Com o atual desenvolvimento dos estudos gramaticais, seria impossível elaborar uma gramática com a profundidade que esta adquiriu sem o recurso a especialistas nos diversos domínios. Assim, é de toda a justiça valorizar a colaboração dada a esta obra por quarenta autores ligados a várias universidades portuguesas e a centros de investigação em linguística a elas associados (Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidades do Minho, do Porto, de Coimbra, do Algarve e dos Açores), a três universidades brasileiras (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Campinas) e ainda à Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, à Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo, à Universidade de Estocolmo e à Universidade Estadual de Nova Iorque/Buffalo.

A *Gramática* apresenta homogeneidade na escrita, na organização e na maneira como se apresentam e desenvolvem os vários temas. Nesse sentido, os membros da Comissão Organizadora, independentemente da área pela qual foram responsáveis, leram, comentaram e discutiram todos os capítulos com os seus autores, procurando uniformizar os termos técnicos usados, assegurando clareza na apresentação dos conceitos e visando coerência estilística na forma de redação. Pela qualidade dos seus contributos e pela cooperação havida, a Comissão Organizadora agradece a todos os autores.

Os volumes foram organizados por Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes. Do terceiro volume foi também organizadora Maria do Céu Viana. A Comissão Organizadora beneficiou da colaboração de Graça Vicente (na revisão de capítulos, na preparação do manuscrito e na revisão de provas) e de Rita Veloso (na revisão de capítulos). Luísa Alice Santos Pereira recolheu e organizou materiais constantes de *corpora* para dar resposta aos pedidos dos autores. Para a bibliografia, a Comissão Organizadora contou, em momentos diferentes, com o apoio de Aline Bazenga, de Maria João Colaço e de Luísa Alice Santos Pereira, que colaborou na sua organização e fez as verificações finais.

Agradecimentos

A Comissão Organizadora sente-se muito honrada pela confiança nela depositada pela Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa dos seus Administradores. Pelo incondicional apoio recebido e pela compreensão e encorajamento, o nosso caloroso agradecimento ao Senhor Diretor do Serviço de Educação e Bolsas Dr. Carmelo Rosa, nosso interlocutor na Fundação Calouste Gulbenkian.

Aos Autores queremos apresentar o nosso reconhecimento por terem aceitado participar neste ambicioso projeto do CLUL e terem cooperado com a Comissão Organizadora de modo a que esta obra pudesse alcançar as características desejadas.

Os colaboradores da Comissão Organizadora foram uma peça fundamental para a realização do Projeto; a todos estamos muito gratos, e apraz-nos destacar a colaboração de Graça Vicente, que, durante a maior parte do projeto, contribuiu, com o seu saber, competência, dedicação e empenho, para que levássemos a bom termo este trabalho. Um agradecimento ao Ministério da Educação por, durante três anos letivos (2002-2005), ter autorizado a equiparação a bolseira desta professora para participar no projeto *Gramática do Português*. Agradecemos, ainda, a João Lavinha e a Dulce Leiria Åberg, a quem solicitámos a leitura de alguns capítulos da *Gramática*.

O nosso reconhecimento vai também para as diferentes direções do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa pelo apoio recebido ao longo dos anos.

ABREVIATURAS E SIGLAS, SÍMBOLOS E CONVENÇÕES

ABREVIATURAS E SIGLAS

A = adjetivo
ac. = acusativo
ADJU = adjunto adverbial
Adv = advérbio
Ag = agente
ant. = antigo
AP = aposto
arb = arbitrário
arg. = argumento
art = artigo
aux = auxiliar
C = Contagem
c.p. = comunicação pessoal
Cap. = capítulo
cast. = castelhano
CD = complemento direto
cf. = conferir
CI = complemento indireto
CIP = construção do infinitivo preposicionado
CObl = complemento oblíquo
compl. = complemento
Conj = conjunção
conj = conjuntivo
D/Det = determinante
dat. = dativo
deriv. = derivado de
Dest = destinatário
esp. lex. = especificação lexical
Est = estímulo
et al. = *et alii* 'e outros'
Exp = experienciador
expl = expletivo
F = frase
fem. = feminino
fr. = francês
gal.-port. = galego-português
hisp. = hispânico
ger = gerúndio
GN = grupo nominal
i.e. = *id est* 'isto é'
ibid. = *ibidem* 'na mesma obra'
IC = Índice Combinatório
id. = *idem* 'na mesma obra, noutra página'
impess. = impessoal
ind = indicativo
inf = infinitivo
inf flex = infinitivo flexionado
inf (flex) = infinitivo flexionado ou não flexionado
ital. = italiano
Interj = interjeição
lat. = latim
LC = leitura coletiva
LD = leitura distributiva
M = Medição
masc. = masculino
N = nome
NP = nome próprio
Num = numeral
Op. cit. = *opus citatum* 'obra citada'

Or = oração
p.e. = por exemplo
P/Prep. = preposição
PA = português de Angola
PacAf = paciente afetado
PacRes = paciente resultante
PB = português do Brasil
PE = português europeu
pess. = pessoal
pl. = plural
PM = português de Moçambique
port. = português
pp/PP = particípio passado
Pron = pronome
prov. = provençal
Q/Quant = quantificador
Qdef = quantificação definida
rel/REL = relativa
rom. = romeno
s = seguinte ('e página seguinte')
s.d. = sem data
ss = seguintes ('e páginas seguintes')
s.v. = *sub voce* 'na palavra' (em entrada de dicionário)
SA = sintagma adjetival
SAdv = sintagma adverbial
sg./sing. = singular
SGrau = sintagma de grau
SN = sintagma nominal
SP = sintagma preposicional
SQ = sintagma quantificacional
SUJ = sujeito
SV = sintagma verbal
t.n. = tradução nossa
TMA = tempo, modo e aspeto ou tempo, modalidade e aspeto
V = verbo
VAsp = verbo de operação aspetual
Vauxiliar = verbo auxiliar
V_{finito} = verbo numa forma finita
$V_{infinitivo}$ = verbo no infinitivo
Vpleno = verbo pleno
vs. = *versus* 'em contraste com'

As abreviaturas que ocorrem em quadros ou formalizações podem ter apresentação diferente da que está nesta lista, quer no que respeita à sua grafia com letra maiúscula ou minúscula, quer quanto a terem ou não ponto final.

SÍMBOLOS E CONVENÇÕES

* antecede frases ou expressões gramaticalmente não aceitáveis (agramaticais) (ex. ***as crianças ambas** foram ao cinema*. Compare-se, por um lado, com a frase gramatical *ambas as crianças foram ao cinema* e, por outro lado, com as duas frases *todas as crianças foram ao cinema* e *as crianças todas foram ao cinema,* com o quantificador *todos,* que pode ocorrer quer no princípio quer no fim do sintagma nominal).

? antecede frases ou expressões de gramaticalidade duvidosa (ex. *?estamos interessados [que ela apareça].* A maioria dos falantes prefere que a oração subordinada, entre parênteses retos, seja iniciada pela preposição *em – estamos interessados em [que ela apareça]*).

?? antecede frases ou expressões marginais, ou seja, de gramaticalidade muito duvidosa (ex. *??[que o orçamento já tinha sido aprovado] constava*. Compare-se com a frase aceitável *constava [que o orçamento já tinha sido aprovado],* em que a oração subordinada ocorre no final da frase).

\# antecede frases ou expressões semanticamente anómalas ou não adequadas ao contexto discursivo em que são produzidas (ex. *#o vestido lavou a noiva vs. a noiva lavou o vestido*).

[-] representa pronomes (frequentemente com a função de sujeito) ou expressões sem realização fonética ou gráfica (exs. *[-] responderam ambos à pergunta vs. eles responderam ambos à pergunta* e *ela perguntou se alguém já tinha lido o jornal, mas ninguém tinha [-] vs. ela perguntou se alguém já tinha lido o jornal, mas ninguém tinha lido o jornal)*.

_ assinala posições vazias associadas a constituintes interrogativos, exclamativos ou relativos ou a tópicos (ex. *que amigos é que a Maria convidou _ para o seu aniversário?*). Nas frases correspondentes não interrogativas, não exclamativas, não relativas ou sem um tópico, essa posição é preenchida por um constituinte com a mesma função gramatical (ex. *a Maria convidou alguns amigos para o seu aniversário*). Este símbolo é referido na Gramática como "espaço em branco sublinhado".

~~Texto rasurado~~
identifica palavras ou expressões elididas (ex. *o meu irmão é mais novo do que o teu ~~irmão~~*, que representa a frase *o meu irmão é mais novo do que o teu*).

[...] assinala a supressão de parte de um texto citado (ex. *os chefes de Estado e de governo do G8 […] insistiram que esse princípio deveria ser aceite pelas duas partes. (CRPC, Público)*. O texto original é *os chefes de Estado e de governo do G8 apoiaram o envio de observadores para o Médio Oriente, mas insistiram que esse princípio deveria ser aceite pelas duas partes. (CRPC, Público)*).

/ assinala expressões ou frases alternativas (ex. *os teus muitos/cinco amigos vão-te prestar uma homenagem*). As alternativas correspondem a um número de frases ou expressões igual ao número de barras presentes no exemplo, mais uma. Assim, o exemplo acima deve ser lido como correspondendo às duas frases *os teus muitos amigos vão-te prestar uma homenagem* e *os teus cinco amigos vão-te prestar uma homenagem*.

{ } delimitam:
(a) expressões alternativas (separadas por barra(s) oblíqua(s)) (i) quando em número igual ou superior a três (ex. *o bolo foi feito com {manteiga/azeite/margarina}* – correspondente às frases *o bolo foi feito com manteiga, o bolo foi feito com azeite* e *o bolo foi feito com margarina*); (ii) quando pelo menos uma delas é constituída por duas ou mais palavras (ex. *pensei {no/sobre o} assunto*, correspondente às frases *pensei no assunto* e *pensei sobre o assunto*);

(b) conjuntos, no sentido lógico-matemático deste termo (ex. *consideremos o conjunto das formas que constituem a conjugação de um verbo (p.e., {canto, cantas, ..., cantávamos, ..., cantásseis, cantarem...}), o conjunto das formas*

de singular e plural de um nome (p.e., {livro, livros}) e o conjunto das formas de singular e plural e de masculino e feminino de um adjetivo (p.e., {alto, alta, altos, altas})).

[ ] (a) na área da sintaxe, delimitam constituintes gramaticais. Nalguns casos, a natureza do constituinte é assinalada por uma abreviatura, em forma de índice, no interior do parêntese da esquerda (ex. *vê* $[_{SN}$ *as* $[_{GN}$ *minhas duas primeiras fotografias]]*);

(b) enquadram designações de propriedades semânticas, fonéticas e fonológicas por vezes também chamadas "traços" (ex. *cujo aceita como antecedente nomes semanticamente muito variados, com valor positivo ou negativo para os traços [humano], [animado] e [lugar]*). A referência genérica a estas propriedades pode também fazer-se usando o símbolo "±" (ex. *a dimensão [±humano] afeta a morfologia de certos pronomes, os quais apresentam formas diferentes consoante denotam ou não seres humanos: cf. o pronome relativo/interrogativo quem vs. que*). A presença ou ausência da propriedade é assinalada, respetivamente, pelos sinais "+" e "–" (ex. *os nomes que denotam seres humanos são [+animado] e, trivialmente, os nomes que denotam matérias inertes, sem vida, são [–animado]*);

(c) enquadram classificações apresentadas a seguir a exemplos incluídos em paradigmas (ex. *(4) As pessoas a quem te apresentei são minhas amigas. [pronome relativo]*);

(d) enquadram palavras ou expressões adicionadas em textos citados (ex. *O meu [pão] ainda não está bem finto, tendes de esperar um pouco. (ALEPG, Sabugueiro, Guarda)*. O texto original é *O meu ainda não está bem finto, tendes de esperar um pouco. (ALEPG, Sabugueiro, Guarda)*);

(e) enquadram transcrições fonéticas (ex. *a pronúncia-padrão mantém o ditongo [ej], que, na pronúncia lisboeta, por dissimilação, toma a forma [ɐj]*).

( ) para além do seu uso corrente, enquadram:
(a) elementos linguísticos (como expressões, palavras ou partes de palavras) opcionais ou não relevantes para a discussão, sobretudo em exemplos (ex. *traz-me o livro de matemática, e (traz-me) também o (livro) de física*);

(b) preposições gramaticalizadas (*a* e *de*), quando se mencionam os verbos que as selecionam (ex. *a frase #parece que as paredes gostam da professora é anómala, devido às restrições de seleção semântica impostas pelo verbo gostar (de)*).

/ / enquadram representações fonológicas (ex. *a «troca do v pelo b», ou seja, a neutralização fonológica entre /v/ e /b/, em proveito de /b/, é um traço do português setentrional*).

‘ ’ delimitam a explicitação de significados (exs. *é o significado de ‘caminho’ que fundamenta a recategorização de via como preposição com valor espacial* ou *este sufixo tem origem no radical do verbo latino facere ‘fazer’*).

“ ” enquadram:
(a) termos técnicos (ex. *esta forma é também conhecida como “particípio passivo”*);

(b) expressões usadas em sentido metafórico ou pouco corrente (ex. *na frase quero-**te** dar os parabéns, o pronome pessoal “subiu” para junto do primeiro verbo*).

< > delimitam formas ortográficas (ex. *os pronomes relativos são formas tipicamente iniciadas, graficamente, pelas letras <qu> ou <c>*).

« » delimitam citações textuais (ex. *segundo Bechara (1999:208), a palavra avo corresponde à terminação de oitavo «como se fora sufixo», a qual «por hipertaxe passa a funcionar como uma palavra»*).

. indica separação silábica (ex. *veranu > ve.rã.o > ve.rão*) (para além dos seus usos correntes).

> indica que o elemento à sua esquerda dá origem ao elemento à sua direita ou é anterior a ele (ex. *síncope das consoantes -l- e -n- em posição intervocálica (dolore > door > dor, tenere > teer > ter)*).

< indica que o elemento à sua esquerda deriva do elemento à sua direita ou é posterior a ele (ex. *os verbos auxiliares resultarão da gramaticalização de verbos plenos (haver = aux. < haver = ‘possuir’)*).

Itálico assinala:
(a) palavras ou expressões mencionadas (ex. «a palavra *lago* é um dissílabo»);

(b) exemplos integrados em texto (ex. «Uma frase como *o João já chegou* ilustra esta hipótese»);

(c) palavras, partes de palavras ou expressões relevantes em exemplos incluídos em paradigmas (ex. «(13) a. Apenas *um por cento* da população não votou.»).

Sublinhado assinala palavras, partes de palavras ou expressões relevantes:
(a) em exemplos integrados em texto, e portanto escritos em itálico (ex. «Na frase *a Joana tinha saído,* há um verbo auxiliar»);

(b) em exemplos integrados em paradigmas, e portanto escritos em redondo, quando há outro destaque, em itálico (ex. «(18) A Marta conhece-*nos* as manias.»)

Negrito assinala:

(a) palavras, partes de palavras ou expressões relevantes em exemplos integrados em texto, e portanto escritos em itálico, quando já existem outros destaques sublinhados (ex. *se nos Deus entõ a morte nõ* ***deu*** *(Cantigas de Amor, apud Nunes 1932:225)*);

(b) palavras, partes de palavras ou expressões relevantes em exemplos integrados em paradigmas, e portanto escritos em redondo, quando já existem outros destaques em itálico e sublinhados (ex. «(220) a. Estamos todos [desejosos **de** *um gelado*].»);

(c) em formas ortográficas, partes de palavras correspondentes a sons relevantes apresentados em transcrição fonética (exs. [ɐkíʎu] aqui**l**o, p[ɐ́]dra p**e**dra);

(d) termos relevantes introduzidos no texto pela primeira vez, geralmente acompanhados da correspondente definição (ex. *Quando a interpretação de uma expressão é obtida a partir do significado dos elementos que a formam, diz-se que o seu significado é* ***composicional***).

TRANSCRIÇÃO FONÉTICA

SÍMBOLOS DO ALFABETO FONÉTICO INTERNACIONAL (AFI)

As transcrições não indicadas como dialetais correspondem à pronúncia de Lisboa.

VOGAIS ORAIS

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[i]	i, í, e	**i**lha, d**i**a, t**í**m**i**do, j**ú**r**i**, **e**ducar, **e**
[e]	e, ê	**e**le, d**e**do, v**e**r, m**ê**s, l**ê**
[ɛ]	e, é	**e**la, f**e**rro, fi**e**l, aqu**e**cer, **é**poca, caf**é**, **é**
[a]	a, á, à	**a**rte, c**a**so, tom**a**r, fug**a**z, **á**cido, ol**á**, h**á**, **à**quele, **à**-vontade
[ɐ]	a, â, e	**a**gir, c**a**d**a**, t**â**m**a**r**a**, **a**, coelho, v**e**jo, t**e**nho
[ɨ]	e	r**e**zar, m**e**x**e**rico, mont**e**, d**e**
[ɔ]	o, ó	**o**bra, b**o**ta, s**o**rte, n**o**ve, **ó**cio, p**ó**, av**ó**
[o]	o, ô, ou	**o**vo, b**o**ca, fl**o**r, f**ô**lego, av**ô**, **ou**tro, p**ou**co, fic**ou**
[u]	u, ú, o	**u**va, l**u**me, bamb**u**, g**u**los**o**, **ú**ltima, f**ú**ria, c**o**mer, iss**o**, **o**

VOGAIS NASAIS

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[ĩ]	in, im, ín, ím	**in**teiro, c**in**co, t**im**bre, jard**im**, p**ín**caro, t**ím**pano
[ẽ]	en, em, ên, êm	**en**tre, **en**terro, v**en**da, m**en**tir, s**em**pre, m**em**bro, audiê**n**cia, apê**n**dice, t**êm**pera

[ɐ̃]	ã, an, am, ân, âm	irm**ã**, maç**ã**, m**ã**e, c**ã**o, **an**ca, pl**an**tar, c**am**po, **am**bos, **ân**sia, p**ân**tano, l**âm**pada
[õ]	õ, on, om, ôn, ôm	p**õ**e, botõ**es**, **on**de, t**on**to, b**om**ba, s**om**, rec**ôn**dito, t**ôm**bola
[ũ]	un, um, ún, úm	**un**to, f**un**do, j**un**co, c**um**prir, **um**, com**um**, fur**ún**culo, c**úm**plice

SEMIVOGAIS ORAIS

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[j]	i	pa**i**, fe**i**o, papé**i**s, bo**i**, faró**i**s, azu**i**s
[w]	u	pa**u**, cé**u**, me**u**, bebe**u**, freq**u**ente, q**u**ando

SEMIVOGAIS NASAIS

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[j̃]	i, e	mu**i**to, cã**i**bra, mã**e**, pã**e**s, melõ**e**s
[w̃]	o	mã**o**, carvã**o**

DITONGOS ORAIS

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[aj]	ai	**ai**roso, b**ai**xa, p**ai**, c**ai**xote
[ɐj]	ei	**ei**ra, fe**i**o, p**ei**x**ei**ro, r**ei**, ligu**ei**
[ɛj]	éi	papé**i**s, fié**i**s
[oj]	oi	c**oi**sa, **oi**tenta, b**oi**
[ɔj]	ói, oi	m**ói**, far**ói**s, dez**oi**to
[uj]	ui	**ui**vo, az**ui**s
[aw]	au	**au**daz, ar**au**to, p**au**
[ɐw]	au	s**au**dade
[ew]	eu	**eu**ro, **eu**calipto, cel**eu**ma, m**eu**, beb**eu**
[ɛw]	éu	chap**éu**, c**éu**
[iw]	iu, io	v**iu**, r**io**
[wa]	ua	ig**ua**l, q**ua**se
[wɐ]	ua	ág**ua**, q**ua**drado, s**ua**douro
[wɛ]	ue, oe	eq**ue**stre, seq**ue**la, g**oe**la, m**oe**la
[we]	ue	ling**ue**ta
[wi]	ui	tranq**ui**lo, ling**ui**ça

[wɔ]	uo	q**uo**ta, aq**uo**sa
[wo]	uo	aq**uo**so

DITONGOS NASAIS

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[ɐ̃j̃]	ãe, ãi, em	m**ãe**, c**ãi**bra, ped**em**, b**em**
[ɐ̃w̃]	ão, am	n**ão**, carv**ão**, órf**ão**, lev**am**
[õj̃]	õe	p**õe**, bot**õe**s
[ũj̃]	ui	m**ui**to

CONSOANTES

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[p]	p	**p**ico, la**p**a
[b]	b	**b**elo, **b**aixo, **b**ico, com**b**oio,
[β]	b	lo**b**o, tá**b**ua, bar**b**a, co**br**ir, ál**b**um
[t]	t	**t**ipo, a**t**ar, **t**u
[d]	d	**d**ado, **d**izer, ven**d**er
[ð]	d	da**d**o, aze**d**o, ver**d**e, vi**d**ro
[k]	c, qu	**c**apa, pa**c**ote, **c**urto, **c**laro, a**c**re, **qu**eijo, pe**qu**eno, fi**qu**e, **qu**ilo, a**qu**ilo, a**qu**i
[g]	g, gu	**g**ato, zan**g**a, **g**rito, **gu**erra, **gu**ia
[ɣ]	g, gu	ba**g**o, vi**g**a, sar**g**o, re**g**ra, á**gu**ia, lar**gu**eza
[f]	f	**f**ava, **f**igo, a**f**ã, ca**f**é, **f**ruta
[v]	v	**v**aso, a**v**ô
[s]	s, ss, c, ç, x	**s**eco, valsa, ân**s**ia, ma**ss**a, fo**ss**o, **c**erto, **c**inza, ca**ç**a, ma**ç**o, próximo, sinta**x**e
[z]	s, z, x	a**s**a, pe**s**o, ro**s**a, **z**anga, a**z**ar, e**x**ame
[ʃ]	ch, x, z, s	**ch**uva, ca**ch**o, **x**aile, cai**x**a, en**x**ame, pa**z**, te**z**, disco, pé**s**
[ʒ]	j, g, s, z	**j**á, su**j**o, **g**ente, **g**iro, de**s**de, felizmente
[m]	m	**m**olho, ca**m**a
[n]	n	**n**eve, a**n**o, hífe**n**
[ɲ]	nh	vi**nh**o, u**nh**a
[l]	l	**l**aço, te**l**a, f**l**echa, g**l**obo, p**l**aca, at**l**as, c**l**aro

[ɬ]	l	tal**c**o, rel**v**a, ma**l**, anel, farol, anil, azul
[ʎ]	lh	fi**lh**o, ma**lh**o, **lh**e
[ʀ]	r, rr	**r**ota, ten**r**o, mel**r**o, bu**rr**o, a**rr**edores
[ɾ]	r	ca**r**o, ver**d**e, ma**r**, abraço, cravo, traço, preto, grito

SONS DIALETAIS

Vogais

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos	Observações
[ɪ]	i	l**i**nha, barr**i**ga	entre [i] e [e]
[œ]	e	m**e**do, c**e**sto, v**e**r	idêntico ao francês *p**eu**r*
[ɜ]	e	r**ê**s	próximo de [ɐ]
[æ]	e, é	t**e**rra, c**e**go, d**e**z, **é**gua	entre [a] e [ɛ] mais próximo de [a]
[ạ]	a	cid**a**de, p**a**sta	entre [a] e [ɛ] mais próximo de [ɛ]
[ɑ]	a, á	**á**gua, n**a**ta, pod**a**r	entre [a] e [ɔ], mais próximo de [a]
[ɒ]	a	p**a**sto, c**a**bra, c**a**rro	entre [a] e [ɔ], mais próximo de [ɔ]
[ọ]	o	p**o**rta, c**o**fre	entre [ɔ] e [o]
[ø]	ou	p**ou**co, **ou**tro	idêntico ao francês ***feu***
[y]	u	t**u**do, **u**nha	idêntico ao francês ***l**u**ne***
[ʉ]	u	l**u**a, sa**ú**de	entre [y] e [u]

DITONGOS ORAIS

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[ɐw]	ou	**ou**tro, p**ou**co
[ej]	ei	r**ei**
[ow]	ou	**ou**tro, p**ou**co

DITONGOS NASAIS

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos
[ẽj̃]	em	b**em**, cas**em**

CONSOANTES

Símbolos fonéticos	Símbolos gráficos	Exemplos	Observações
[s̪]	s, ss, c, ç	**s**ol, o**ss**o, **c**inco, len**ç**ol	
[z̪]	s, z	ro**s**a, a**z**ar	
[t͡ʃ]	ch	**ch**uva, ca**ch**o	
[d͡ʒ]	j	**j**á	antigo e dialetal
[l̪]	l	**l**ua, e**l**a, me**l**	idêntico ao **l** francês
[r]	r, rr	**r**ota, bu**rr**o, ten**r**o, mel**r**o	

SINAIS DIACRÍTICOS

Símbolos fonéticos	Observações	Exemplos
[ˊ]	marca a vogal acentuada	[kɔ́pu] c**o**po
[˜]	marca a nasalidade da vogal	[ɔɾfɐ̃] órf**ã**

AUTORES DO VOLUME I

ANA TERESA ALVES
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Auxiliar da Universidade dos Açores e Investigadora Colaboradora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: semântica e pragmática.

MARIA FERNANDA BACELAR DO NASCIMENTO
Doutora em Linguística Portuguesa. Investigadora Principal do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: recursos linguísticos (*corpora* e léxicos) e análise da língua falada.

ANA MARIA BRITO
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP). Principal área de investigação: sintaxe.

IVO CASTRO
Doutor em Linguística Portuguesa. Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: linguística histórica e crítica textual.

RUI P. CHAVES
Doutor em Linguística. Professor Assistente da Universidade Estadual de Nova Iorque/Buffalo e Investigador Colaborador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: interface sintaxe-semântica, modelos de hierarquia lexical e processamento.

LUÍS FILIPE CUNHA
Doutor em Linguística Portuguesa. Investigador do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP). Principais áreas de investigação: linguística portuguesa e semântica.

INÊS DUARTE
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: teoria da gramática – sintaxe; interfaces e linguística educacional.

PERPÉTUA GONÇALVES
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Catedrática da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. Principais áreas de investigação: linguística do português, aquisição de L2 e mudança linguística.

RODOLFO ILARI
Doutor em Ciências. Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade de Estocolmo. Principais áreas de investigação: semântica e história da língua.

RUI MARQUES
Doutor em Linguística Portuguesa. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: semântica, pragmática e linguística do texto.

RITA MARQUILHAS
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: linguística histórica e crítica textual.

†ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA
Doutora em Linguística Românica. Professora Titular da Universidade Federal da Bahia. Principais áreas de investigação: linguística histórica e história da língua portuguesa.

AMÁLIA MENDES
Doutora em Linguística Portuguesa. Investigadora Auxiliar do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: recursos linguísticos, interface sintaxe-semântica e léxico.

MATILDE MIGUEL
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principal área de investigação: sintaxe.

TELMO MÓIA
Doutor em Linguística Portuguesa. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: semântica, sintaxe, léxico.

FÁTIMA OLIVEIRA
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP). Principais áreas de investigação: semântica e discurso.

JOÃO ANDRADE PERES
Doutor em Linguística Portuguesa. Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Principais áreas de investigação: semântica e linguística do texto.

EDUARDO BUZAGLO PAIVA RAPOSO
Doutor em Linguística Portuguesa. Professor da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Principais áreas de investigação: sintaxe, semântica e linguística românica.

LUÍSA SEGURA
Doutora em Linguística Portuguesa. Investigadora Auxiliar do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: dialetologia e geografia linguística.

GRAÇA VICENTE
Licenciada em Filologia Românica. Professora do ensino secundário e Assistente Convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Principal área de investigação: sintaxe.

Colaboração em capítulos

MANUELA GONZAGA
Mestre em Linguística Portuguesa. Principal área de investigação: sintaxe.
Colaboração no capítulo 27.

1

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO PORTUGUÊS

1 **Formação da língua portuguesa**
Ivo Castro
2 **Fenómenos de mudança na história do português**
Rita Marquilhas
3 **O português no contexto das línguas românicas**
Rodolfo Ilari
VARIEDADES GEOGRÁFICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA
4 **Geografia da língua portuguesa**
Luisa Segura
5 **Variedades dialetais do português europeu**
Luisa Segura
6 **O português do Brasil**
Rosa Virgínia Mattos e Silva
7 **O português em África**
Perpétua Gonçalves

1 FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA 7
1.1 Origens 7
1.2 Português Antigo (sécs. XII-XIV) 8
1.2.1 Língua escrita 10
1.3 Português Médio (séc. XV) 11
1.4 Português Clássico (sécs. XVI-XVIII) 12
1.4.1 Língua escrita 13
1.4.1.1 Textos autógrafos 13
1.4.1.2 Obras de caráter metalinguístico 13
1.5 Conclusão 13

1 FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Este capítulo visa apresentar brevemente os processos de aparecimento e evolução histórica do português europeu, em conexão com dados da história social e cultural.

O tempo será dividido em quatro períodos sucessivos: Origens (cf. 1.1), Português Antigo (sécs. XII-XIV; cf. 1.2), Português Médio (séc. XV; cf. 1.3) e Português Clássico (sécs. XVI-XVIII; cf. 1.4). Os limites cronológicos destes períodos e as etiquetas atribuídas a cada um não têm grande rigor e sofrem mesmo de alguma arbitrariedade, justificando-se pela facilidade da apresentação. Assim, entende-se por **Origens** o período que vem até ao início do uso escrito da língua portuguesa, hoje situável no último quartel do séc. XII. Mas esse início, que tem flutuado ao sabor da descoberta de novos documentos, não nos diz muito sobre a língua que o povo falava. O período seguinte, o **Português Antigo**, comporta a consolidação da língua escrita, oficial e literária, e é nele que a língua transfere o seu centro de gravidade do Norte para o Sul do reino. Na passagem do séc. XIV para o séc. XV, momento de grandes transformações políticas e sociais, inicia-se uma série de mudanças coincidentes na estrutura da língua falada, com reflexos na escrita, que abrem um curto período de crise, o **Português Médio**, o qual transfigura a fisionomia da língua e abre as portas ao período do **Português Clássico**. Entre a primeira metade do séc. XVI e finais do séc. XVIII, o desenvolvimento da alfabetização e da leitura graças à imprensa, a ação normalizadora dos gramáticos e a influência de grandes modelos literários fornecem alguns dos traços mais vincados a este longo período, durante o qual a língua falada se aproxima do seu estado moderno. É também durante este período que, no Brasil, tem início uma outra história da língua portuguesa, marcada por influências de contacto com outras línguas (índias e africanas), que merece narrativa separada. Faltam estudos suficientes sobre a língua de finais do séc. XVIII e do XIX que permitam descrever em perspetiva diacrónica o que se poderia chamar o **Português Moderno**, razão pela qual aqui será elidido o seu tratamento. Não basta a intuição de que um contemporâneo de Garrett, tal como as personagens dos romances seus contemporâneos, falava com a pronúncia, com o vocabulário e com as frases coloquiais de um homem de hoje.

1.1 Origens

As línguas românicas têm a sua origem na transformação e na divisão interna do latim falado na Europa, durante a desagregação do Império Romano (cf. Baldinger 1972).

Numa região pouco acessível e tardiamente romanizada do noroeste da Península Ibérica, correspondendo à província romana *Gallaecia et Asturica* e, em termos modernos, à Galiza, ao ocidente de Astúrias e ao norte de Portugal (até ao paralelo de Aveiro), a variedade de latim aí falado seguiu, a partir dos sécs. V-VI, uma evolução própria, distinta da que sofreram as regiões suas vizinhas. Estas eram, a sul, a *Lusitania*, de romanização antiga e conservadora, e, a leste, a *Tarraconensis*, que se estendia do maciço cantábrico até ao Mediterrâneo (cf. Mapa 1 e Piel 1975). Estas regiões já se distinguiam na época romana, por ação de fatores como os povos que antes as habitavam, a época em que foram reduzidas ao domínio de Roma e as características dos agentes dessa colonização. O latim falado em cada uma delas agravaria as suas diferenças quando o Império perdeu a coesão e Roma a sua centralidade. Para isso contribuíram também, indiretamente, as chamadas invasões germânicas: um reino suevo, com capital em Braga e território aproximadamente coincidente com a *Gallaecia et Asturica*, teve curta existência (409-585 d.C.) e esteve em guerra constante com os seus vizinhos, até ser absorvido pelo reino visigodo de Toledo (cf. Kremer 2004:135). Nesse recinto se constituiu uma variedade românica distinta (um romance), que esteve na origem tanto do galego como do português, que de início mais não seriam que dialetos pouco diferenciados entre si. Algumas mudanças fonológicas, sem paralelo nas outras línguas românicas e por isso atribuíveis à conservação no latim de traços de línguas pré-romanas (**substratos**[1]), de que muito pouco se sabe (cf. Baldinger 1972, Correa 2004), tiveram um papel importante na reconfiguração do novo romance, pois afetaram largas secções do seu léxico vernáculo:

(i) síncope das consoantes *-l-* e *-n-* em posição intervocálica (*dolore* > *door* > *dor, tenere* > *teer* > *ter*);

(ii) convergência dos grupos iniciais *pl-*, *fl-*, *cl-* para uma africada palatal [t͡ʃ] (*plorare* > [t͡ʃ]*orar, flamma* > [t͡ʃ]*ama, clamare* > [t͡ʃ]*amar*).

O primeiro destes fenómenos constitui um critério seguro para distinguir o léxico originário galego e português do léxico do leonês e do castelhano, formados em território tarraconense, e também de um romance lusitânico que, após a Reconquista, foi submergido pela língua de repovoadores vindos do norte. A par desta distinção duradoura com as línguas vizinhas, podem reconhecer-se, ainda hoje, a origem comum e as afinidades que ligam os dialetos galegos e os portugueses ao longo de toda a faixa ocidental da Península Ibérica, desde a Corunha até Faro, onde se dispõem sob a forma de *continuum* (cf. Fernández Rei 1990:17s).

1.2 Português Antigo (sécs. XII-XIV)

A origem da língua portuguesa não se encontra, pois, no latim lusitânico (cuja descendência teve vida curta, deixando apenas vestígios nos atuais dialetos alentejanos e algarvios), mas no latim do Noroeste. O romance galego-português teve, por

[1] Substrato é o conjunto de traços, geralmente fonológicos ou lexicais, que uma língua desaparecida lega à língua que a suplantou, em situação de colonização; alguns deles podem, mais tarde, provocar mudanças nessa língua.



Mapa 1 Hispânia Romana

motivos políticos, uma considerável expansão fora da sua área inicial, que, por sua vez, acarretou uma quebra da unidade primitiva. A criação do Condado Portucalense, em finais do séc. XI, e a sua separação do reino de Galiza abriram esse processo diferenciador: a história externa (ou seja, política e social) do galego e do português deixaram de ser comuns e as escolhas linguísticas tomaram sentidos divergentes. Após a integração do reino de Leão na coroa de Castela, em 1230, a língua galega entrou na esfera de influência do castelhano (de que importou léxico e alguma gramática e a que cedeu espaço nos usos oficial, escrito, urbano, etc.).

Entretanto, com a constituição do reino de Portugal (séc. XII), a língua portuguesa nascente deslocou-se do Noroeste para Sul e para Leste, ocupando quase exatamente o território que fora definido pelas armas: a fronteira política com os reinos de Leão e de Castela tornou-se rapidamente uma fronteira linguística, exceto em terras de Miranda, onde um povoamento leonês criou a única bolsa de língua não portuguesa do nosso país, ocupada até hoje pelo mirandês (cf. Carvalho 1964 e Cap. 5), e na região de Ribacoa (cf. Cap. 5), que demorou a ser integrada em Portugal. Com estas exceções, a fronteira portuguesa oriental passou a corresponder a um feixe de isoglossas (linhas imaginárias que os linguistas, nomeadamente os

dialetólogos e os sociolinguistas, traçam sobre a carta geográfica de dada região, com vista a delimitar uma fronteira linguística entre dois dialetos ou entre duas línguas, com base em características linguísticas diferenciadoras dos mesmos). Além da isoglossa que distingue a área de *-l-* e de *-n-* sincopados da área onde se conservam, e da isoglossa que separa a área em que *pl-*, *cl-*, *fl-* foram palatalizados para [t͡ʃ] da área leonesa-castelhana em que os mesmos grupos resultaram na palatal [ʎ], grafada <ll>, a fronteira é igualmente assinalada por uma isoglossa que Menéndez Pidal privilegiou: a que traça a separação entre o espaço da ditongação das vogais latinas breves acentuadas *ĕ* e *ŏ,* típicas do leonês e do castelhano (respetivamente, [ɛ] > [jɛ], lat. *tĕrra* > *tierra*; [ɔ] > [wɛ], lat. *cŏva* > *cueva*), e o espaço galego e português, em que essas vogais latinas foram mantidas: *terra*, *cova* (cf. Menéndez Pidal 1962:16ss).

Com a expansão do português para sul do Mondego, dois processos paralelos tiveram lugar. As populações autóctones, constituídas por árabes, mouros (de origem berbere) e maioritariamente por hispano-romanos muito arabizados (os chamados moçárabes), adquiriram a língua vinda do norte, que temperaram com elementos linguísticos seus, em regime de substrato: esses elementos tanto são arabismos (*álcool, aldeia, arroz, azeite*)[2] como antigas formas latinas que, na boca de moçárabes, haviam sobrevivido ao domínio do árabe (*avelaneira, madroneira*). Mas a língua vinda do norte não era homogénea: a compartimentação dialetal que ainda hoje se observa nas províncias originárias do país, entre falares do Baixo e Alto Minho, e entre estes e os de Trás-os-Montes, e ainda os durienses e alto-beirões, devia ser, nos sécs. XII e XIII, ainda mais acentuada. Por isso, os povoadores setentrionais, a que se somavam galegos e estrangeiros de várias proveniências, trouxeram os seus variados dialetos para os novos territórios, onde teve lugar um processo de *koinê*[3], que ocorre quando dialetos de certa língua se deslocam para um mesmo território, sem que um deles se imponha como variedade de prestígio, e aí se desregionalizam, dando origem a uma nova variedade suprarregional e veicular (cf. Hock 1986:485). Assim se formaram no Centro-Sul do país, com o polo em Lisboa, novos dialetos mais extensos e menos diferenciados que os do Norte, que viriam a servir de base para a língua normalizada e culta que seria codificada a partir do Renascimento. O moderno mapa dos dialetos, proposto por Lindley Cintra, mostra bem o contraste entre o Portugal antigo e aquele que resultou da Reconquista (cf. Cintra 1971, reproduzido no Cap. 5, Mapa 3).

1.2.1 Língua escrita

As primeiras manifestações de português escrito situam-se no final do reinado de Afonso Henriques, mais cedo, portanto, do que até há pouco se supunha. Antes disso (e depois ainda por mais um século), a produção documental usava o latim com graus variáveis de literacia: o mais antigo documento original produzido em território portucalense chegado até nós é a escritura da igreja de Lardosa (Penafiel), datada de 882 (cf. Emiliano 1999).

---

[2] Nem todos os arabismos do português têm esta história; alguns foram importados mais tarde, em contactos nas praças do norte de África e na Ásia: *açorda, alcateia, alcatra, alecrim, aletria, cáfila, cafre, faquir, mameluco, monção, tufão* (cf. Benarroch 2000).

[3] *Koinê* designava o grego comum que servia de interlíngua a todos os gregos, ao lado da língua da sua cidade.

Situam-se na década de 1170 os primeiros casos conhecidos de uso do português na escrita: uma *Notícia de Fiadores* é datada de 1175 (cf. Martins 1999) e um *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais*, sem data, pode ser, ou não, ligeiramente anterior (cf. Souto Cabo 2008:255). No início do século seguinte (1214), duas cópias de um testamento real (*Testamento de Afonso II*) e um documento particular minhoto, a *Notícia de Torto*, provavelmente anterior, mostram com abundância de dados que o português já era escrito em ambientes muito diversos, tanto na corte como em recônditas paragens. Mas todos são ensaios isolados, até que a meio do séc. XIII a chancelaria de Afonso III começa a produzir parte da sua documentação em português (com inovações ortográficas importadas do provençal, como o uso dos dígrafos <lh> e <nh> para as consoantes palatais, em vez de <ll> e <nn> ou <ñ>, talvez destinadas a marcar a diferença do documento oficial português em relação ao leonês-castelhano e também ao galego). É finalmente na chancelaria de D. Dinis (a partir de 1279) que o português se torna a língua da escrita oficial (cf. Castro 2006:94ss).

Em contraste com a abundância de documentos oficiais e privados que sobreviveram em original desta época, a maior parte dos textos de natureza literária escritos nos sécs. XIII e XIV são conhecidos por cópias feitas nos dois séculos seguintes, o que frequentemente levanta problemas na datação dos dados linguísticos.

1.3 Português Médio (séc. XV)

A transferência do poder político do Norte para Lisboa, ainda no séc. XIII, e o predomínio dos dialetos centro-meridionais serviram de base à elaboração, a partir do séc. XV, de uma norma culta (e de uma língua literária) afastada dos dialetos setentrionais e do galego, que tinham sido a base da língua dos cancioneiros trovadorescos. Assim, das obras da geração de Avis desaparecem traços que eram característicos do Português Antigo:

(i) os abundantes hiatos causados pelas síncopes de consoantes intervocálicas são resolvidos por crase (*palumba* > *paomba* > *poomba* > *pomba*), por ditongação (*veranu* > *ve.rã.o* > *ve.rão*, *deus* (*d*[éu]*s*) > *d*[éw]*s* > *d*[éw]*s*), ou por epêntese, inserção entre as vogais de um elemento menos aberto (*credo* > *cre.o* > *cre*[j]*o*, *vinu* > *vĩ.o* > *vinho*);

(ii) seguindo a ditongação da terminação *-anu* > *-ão*, fundem-se em *-ão* várias terminações nasais (*tam* > *tão*, *non* > *não*, *sunt* > *sõ* > *são*, *oratione* > *oraçõ* > *oração*, *multitudine* > *multidõe* > *multidõ* > *multidão*);

(iii) o *-d-* das segundas pessoas do plural dos verbos desaparece da flexão verbal regular (*sabedes* > *sabeis*), criando tardios hiatos, depois resolvidos por ditongação[4];

(iv) na morfologia, registam-se realinhamentos, geralmente analógicos, que tendem a eliminar irregularidades no radical dos verbos (*ardeo* > *arço* > *ardo*, *jaceo* > *jaço* > *jazo*) e variações de género nos nomes (*o linhagem* > *a linhagem*) ou a regularizar a correspondência *-or* (masculino) com *-ora* (feminino), como em *o senhor*/*a senhor* > *o senhor*/*a senhora*;

[4] Subsistem relíquias da forma medieval em formas verbais como *vedes*, *ledes*, etc.

(v) o léxico enriquece-se por via literária com a importação de numerosos latinismos, alguns deles, aliás, já presentes: assim, *planu*, que figurava desde os primórdios da língua como *chão*, reentra como *plano*[5].

Algumas destas mudanças, como as lexicais, restringem-se ao plano da língua escrita, mas outras têm manifestação mais ampla: brotando dos dialetos meridionais, infiltram o dialeto da capital nos seus vários registos e vão marcar a norma culta, ao mesmo tempo que no terreno iniciam uma lenta marcha de Sul para Norte, repelindo formas mais conservadoras e cada vez mais sentidas como provinciais.

É, assim, centro-meridional a base linguística da língua literária que no séc. XV floresce em ambientes palacianos (a prosa de Avis, a historiografia de Fernão Lopes e Zurara, a poesia que Garcia de Resende recolherá, em 1516, no *Cancioneiro Geral*) e religiosos (mosteiros como Alcobaça empreendem traduções e cópias de manuscritos mais antigos). Os dados da língua literária apontam para uma conclusão rápida e em simultâneo de várias mudanças, que afetaram bastante a estrutura do português e, no prazo de poucas gerações, o diferenciaram da língua medieval e, igualmente, dos dialetos setentrionais e do galego. O Português Médio constitui tanto um separador cronológico entre Idade Média e época clássica, como um separador geográfico entre Norte e Sul do país (cf. Cardeira 2005).

Essa é a língua que, com os Descobrimentos, será transportada para fora da Europa, a começar pelas ilhas atlânticas e a terminar no Brasil, depois de passar pelo litoral africano e certos pontos do Oriente, dando origem, conforme o tipo de contacto com as populações locais e com povoamentos supervenientes, a novas áreas de expansão da língua portuguesa, de história autónoma (cf. Caps. 6 e 7), ou a fenómenos de pidginização que conduziram, ou não, ao nascimento de línguas crioulas de base lexical portuguesa (cf. Cap. 4).

1.4 Português Clássico (sécs. XVI-XVIII)

No território continental, o mapa dialetal português da época clássica pouco difere do atual (cf. Cap. 5). Concluídas, ou residuais, as grandes mudanças do Português Médio, ainda se mantêm na área inicial da língua, mas agora como marcas dialetais, certos traços antigos como os ditongos [ow] e [ej] (*pouco* e *feira*), a consoante africada [t͡ʃ] (*chave*) e a distinção entre consoantes sibilantes apicais ([s̻]) grafadas <s> ou <ss> e sibilantes dentais ([s]) grafadas <c>, <ç> ou <z> (*servo*/*cervo*, *passo*/*paço*, *coser*/*cozer*). No Centro e Sul, estes traços tinham resistido durante o Português Médio, mas, entrados na época clássica, sofrem mudança:

(i) [ow] monotonga para [o] (***pou**co* é pronunciado *p*[ó]*co*) e [ej] monotonga para [e] (***fei**ra* é pronunciado *f*[é]*ra*) ou mantém-se como [ɐj] no dialeto de Lisboa (*f*[ɐj]*ra*);

(ii) as sibilantes apicais são substituídas pelas dentais (*pa**s**so* = *pa**ç**o*), que passam a preponderar; [t͡ʃ] funde-se com [ʃ] (pelo que ***ch**ávena* e ***x**ícara* se iniciam pelo mesmo som); em final de sílaba, o [s] implosivo torna-se palatal (*pasto**s*** soa [páʃtuʃ]). Estas duas mudanças demoram a impor-se, só no séc. XVIII sendo reconhecidas como marca do falar da capital.

[5] Além de várias importações por intermédio de outras línguas: prov. *pran* > *porão,* cast. *llano* > *lhano,* ital. *piano*.

1.4.1 Língua escrita

O português escrito oferece, pelo menos, dois tipos textuais interessantes para o conhecimento da língua do período clássico (além do valor documental direto próprio de qualquer texto): são eles os manuscritos autógrafos e os escritos de natureza metalinguística (gramáticas, ortografias, apologias da língua e dicionários).

1.4.1.1 Textos autógrafos

Interessam duas categorias de autógrafos – os literários, originais produzidos pelo próprio escritor, e os textos de mãos inábeis, originais de semiletrados que por alguma circunstância sobreviveram. Os autógrafos literários têm o efeito de pôr em dúvida a eficácia da ortografia etimologizante que era preceituada, já que os escritores comprovadamente não a seguiam, deixando esses cuidados para revisores (cf. Marquilhas 1991); seriam igualmente os revisores do jornal oficial quem reclama, em 1911, e obtém, uma reforma ortográfica que passa a ser matéria de legislação. Os autógrafos dos escritores, e mais ainda os dos inábeis, contêm dados linguísticos não normalizados, interessantes por revelarem insuspeitadas dimensões da variação linguística (cf. Cap. 2).

Da pena de Camilo saiu *relação,* mas também *rellação* e *relaçam*; *preso* e *prezo*; *casa* e *caza*; *ceu* e *ceo*; *cadeia*, *cadea* e *cadêa*; *cincoenta* e *sincoenta*; *cair* e *cahir*; estas irregularidades eram eliminadas pelos revisores das suas obras, os quais exerceram uma função normalizadora que os gramáticos depois codificavam. Não se limita à ortografia a intervenção dos revisores: na 4.ª edição de *Amor de Perdição*, decerto à revelia do autor, alguém regularizou a colocação dos pronomes (de *me não dispenso* para *não me dispenso*; de *Quando se isto soube* para *Quando isto se soube*); e, na 2.ª edição do mesmo romance, emendou para *houvesse* a forma verbal *houvessem*, que Camilo, por seu punho, deixara nesse manuscrito, e em muitos outros (cf. Castro 2007).

Numa carta de denúncia à Inquisição, escrita em Leiria em 1699 (revelada em Marquilhas 2000:300s), a grafia *colxois*, por *colchões*, mostra que o desafricamento de [t͡ʃ] e a consequente confusão com [ʃ] eram praticados mais cedo e mais a norte do que os gramáticos da época supunham (cf. Castro 2006:198s).

1.4.1.2 Obras de caráter metalinguístico

As obras de caráter metalinguístico que abundam a partir do séc. XVI interessam menos pelas suas aspirações precetivas, não seguidas na prática, do que por registos e observações da língua real que, por vezes, veiculam: Fernão de Oliveira (1536) refere aspetos morfofonológicos, como a coexistência de quatro formas da 1.ª pessoa de ser: *som*, *são*, *sou* e *so*, ao mesmo tempo evocando como, em menino, era escarnecido no colégio de Évora devido à sua pronúncia beirã; as diferenças dialetais são atentamente descritas por Jerónimo Contador de Argote nas *Regras da Lingua Portugueza* (1725).

1.5 Conclusão

Este capítulo apresentou breves descrições de quatro dos cinco períodos que se reconhecem na história da língua portuguesa: as Origens, o Português Antigo, o Português Médio e o Português Clássico. O último período, o do Português

Moderno, iniciado em finais do séc. XVIII, inclui a versão contemporânea da língua. Como mencionámos no início, faltam-nos ainda os estudos diacrónicos suficientes que nos permitam descrever seriamente a fase inicial desse período; quanto à sua fase contemporânea, ela é o objeto de estudo desta Gramática, nas áreas da fonética/fonologia, da morfologia e da sintaxe, da semântica e do léxico, bem como no campo da variação dialetal.

2 FENÓMENOS DE MUDANÇA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS 17
2.1 Natureza e difusão da mudança linguística 17
2.1.1 Panorama geral da mudança linguística na história do português 19
2.1.2 Observação da mudança linguística 21
2.2 Mudanças na gramática e no léxico 23
2.2.1 Leis fonéticas 24
2.2.2 Analogia e mudança morfológica 30
2.2.2.1 Casos de extensão analógica 31
2.2.2.2 Casos de nivelação analógica 31
2.2.2.2.1 Particípios em *-udo* 31
2.2.2.2.2 Particípios duplos 32
2.2.3 Reanálise 34
2.2.3.1 Reanálise e mudança morfofonológica 34
2.2.3.2 Reanálise e mudança sintática 34
2.2.3.2.1 Mudança na posição dos clíticos 35
2.2.3.2.2 Mudança na frequência do artigo definido 37
2.2.3.2.3 Mudança na sintaxe das palavras negativas 39
2.2.3.2.4 Mudança na sintaxe de *ser*, *estar*, *haver* e *ter* 40
Fontes das abonações 44

2 FENÓMENOS DE MUDANÇA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

2.1 Natureza e difusão da mudança linguística

Chama-se **mudança linguística** à alteração dos sons, palavras e frases de uma língua ao longo da história. Observando as línguas no plano do tempo (ou diacronia), percebe-se que por alguma razão há sempre diferenças entre enunciados da mesma língua desde que tenham sido produzidos em épocas distintas. A **linguística histórica** é a descrição dessas diferenças e a busca das suas causas. Mas, apesar da longa tradição que têm os estudos sobre mudança linguística (que começaram há duzentos anos), ainda não existe, hoje em dia, uma resposta consensual à pergunta complexa: como e por que é que as línguas mudam? As causas e os mecanismos identificados têm sido múltiplos, mas o debate sobre a razão que leva os falantes a serem sistematicamente inovadores e a aceitarem sistematicamente inovações vindas dos outros prolonga-se nos nossos dias. Encontram-se demasiados padrões: há padrões sociais, padrões psicológicos e padrões gramaticais, sendo que todos eles parecem ser envolvidos quando há inovações nas línguas.

Uma ideia, no entanto, parece clara: a da estreita relação que liga a falta de homogeneidade dos usos da língua – a **variação** – e a substituição das regras que presidem à organização das gramáticas. Usada em comunidade, a língua fisicamente realizada nunca é homogénea. Os falantes distinguem-se uns dos outros em termos sociais, geográficos e educacionais, as intenções comunicativas variam constantemente, até os sons variam fisicamente (por exemplo, um som que ocorre em determinada palavra pode receber influências de outros sons da mesma palavra). Em contrapartida, as propriedades abstratas da linguagem afiguram-se altamente codificadas. Ora, entre a variação da fala, por um lado, e a ordenação do sistema, por outro, tem de haver ajustamentos. Assim, de alguma maneira, os falantes interpretam os fenómenos variáveis que os rodeiam e criam a partir deles novas propriedades abstratas para a sua língua. Essas propriedades novas conhecem então uma difusão comunitária, a qual, por sua vez, também está sujeita a pressões. Arritmia e caos aparente, estas são algumas das dificuldades que é preciso enfrentar para lidar, em geral, com a mudança linguística. Na expressão de William Labov, «[a mudança linguística] não é sob nenhum ponto de vista constante, exceto no que diz respeito à sua própria existência. A mudança é esporádica num sentido profundo, movendo-se rapidamente nalgumas áreas da estrutura da língua até que, ao fim de um ou dois

séculos, elas ficam tão distorcidas, que se tornam irreconhecíveis. Depois, pode parar tão repentinamente que as regras anteriormente normais e inevitáveis passam, no espaço de uma década, a parecer inconcebíveis e artificiais, desaparecendo durante milénios e dando uma ilusão de estabilidade. [...] O fenómeno que estamos a estudar é irracional, violento, imprevisível.» (Labov 1994:10, t.n.).

[1] Foram os neogramáticos Karl Brugmann e Berthold Delbrück, no seu *Manual de gramática comparada das línguas indo-germânicas,* de 1897-1916, que adiantaram a primeira proposta de distinção entre a origem e a difusão da mudança linguística. A origem seria psicológica, inconsciente e regular, já que a língua abstrata era entendida como um conjunto de "leis mentais", um forte pressuposto da escola a que pertenciam (cf. Osthoff e Brugmann [1878] 1967). Mas a difusão das novas regras inconscientes admitiria margens de incoerência muito maiores (cf. Davies [1990] 1996). Com Saussure e os estruturalistas, no início do séc. XX, a difusão da mudança passou a ser vista como a emergência de novos sistemas linguísticos: sem respeito pela solidariedade com os outros elementos do sistema, um elemento linguístico poderia mudar por pressão exterior, exercida pela fala. Mas, dada a forte estruturação da língua, essa mudança "elementar" determinaria o aparecimento de um novo sistema (cf. Saussure [1916] 2002). Nesta linha insere-se também a atual teoria da gramaticalização, segundo a qual é o sistema da língua que tende a mudar porque segue uma inclinação, (ou "deriva"), que o atrai sempre para os mesmos resultados. Haverá um processo «histórico, dinâmico e unidirecional» pelo qual os itens lexicais tendem a adquirir um estatuto cada vez mais gramatical, morfossintático (cf. Traugott e Koenig 1991). Por exemplo, os verbos auxiliares resultarão da gramaticalização de verbos plenos (*haver* = aux. < *haver* = 'possuir'); ou os complementadores resultarão da gramaticalização progressiva de pronomes (que = conjunção < que = determinante relativo < que = pronome interrogativo). Já segundo a perspetiva generativista, que concebe a língua abstrata não como um sistema exterior ao falante mas como um elemento da mente de cada indivíduo – a "língua-I" (cf. Chomsky 1986) –, a mudança dar-se-á a nível individual, mental. No momento crítico em que as crianças constroem a sua língua-I guiadas por princípios inatos, são expostas a um ambiente linguístico que, na formulação de David Lightfoot, pode ser diferente do dos pais: «Pode ter havido movimentação populacional, contacto linguístico, inovações por parte dos adultos, ou então os dados estão de alguma maneira truncados e não incluem certas expressões, ou incluem-nas, mas com uma frequência diferente da de há uma geração atrás» (Lightfoot 1999, t.n.). No caso da aquisição da sintaxe, os novos falantes podem fixar novas regras (parâmetros) para a sua língua-I e desencadear uma sucessão de mudanças futuras (ibid.). Ainda na perspetiva generativista, mas com igual atenção ao contexto social em que vivem os falantes, Anthony Kroch adianta a hipótese de as comunidades cuja língua está a mudar serem semelhantes às comunidades bilingues: os falantes interiorizam duas gramáticas (a tradicional e a inovadora) e mudam entre elas com a mesma fluência de um bilingue. Não adquirem forçosamente as duas à nascença porque podem até aprender uma gramática materna e, mais tarde, na escola por exemplo, aprender uma gramática erudita. Do lado do observador da mudança, o triunfo da gramática inovadora sobre a anterior, tal como pode ser visto nos textos do passado que ficaram escritos, ganha uma aparência gradual, mas constante, semelhante ao da evolução genética das populações (cf. Kroch 1989, 2001).

2.1.1 Panorama geral da mudança linguística na história do português

As exemplificações que se seguem mostram casos concretos das mudanças que afetaram historicamente o português. Em primeiro lugar, veja-se este parágrafo de um texto escrito há 500 anos, narrando o mito de Júpiter:

(1) E o escudeiro o fez bem asy como lho a rrainha mandou. E tomou o menino e livouo aa montanha e deuo a hum homem que o criase como que o avia achado e que não sabia cujo era (*Crónica Troiana* [de Guido de Columnis], séc. XVI)

Para modernizar o trecho de forma a poder ter sido escrito por um autor do séc. XXI, seriam necessárias inúmeras operações de substituição, e o resultado seria possivelmente este:

(2) E o escudeiro fê-lo tal como a rainha lho mandou: pegou no menino, levou-o à montanha e deu-o a um homem para o criar [tão bem] como se o tivesse achado e não soubesse de quem era.

São visíveis as mudanças nos tempos compostos (mudou o verbo auxiliar *haver* > *ter*) e nas orações condicionais (ou optativas) porque mudaram as conjunções *como que* > *como se* e, concomitantemente, a seleção do modo verbal (*como que havia achado* > *como se tivesse achado*).

Notam-se também mudanças nas formas pronominais: a palavra *cujo*, por exemplo, deixou de funcionar como pronome e passou a utilizar-se apenas como determinante relativo, não podendo mais desempenhar uma função predicativa (cf. Cap. 39):

(3) não sabia *cujo* era vs. não soubesse *de quem* era

Outro tipo de pronome – o clítico verbal (cf. Cap. 42) – deixou de poder ocorrer antes do verbo em algumas orações principais:

(4) E o escudeiro *o fez* vs. E o escudeiro *fê-lo*

E em certos contextos sintáticos – os de oração subordinada – o mesmo clítico verbal podia estar separado do verbo por um qualquer constituinte, mas passou a ocupar obrigatoriamente uma posição adjacente ao verbo (cf. exceções em 2.2.3.2.1):

(5) como *lho a rrainha mandou*. vs. como *a rainha lho mandou*.

Quanto às alterações que atingem palavras isoladas, há os casos em que o significado das palavras mudou. Foi o que aconteceu com o verbo *tomar*, que com a aceção de 'pegar' já só se usa em contextos muito específicos, como os das ordens para que o interlocutor pegue num objeto (*toma!*), ou então em contextos conservadores, como o da missa católica: «*tomou o pão, partiu-o e deu-o a seus discípulos*».

Há também um outro caso de mudança em palavras isoladas: – é diferente do anterior porque envolve formas que, não tendo mudado de significado, deixaram de se usar vulgarmente devido a alterações na sociedade. Verificou-se isso com a forma *escudeiro*: a ocupação de escudeiro desapareceu da organização social portuguesa em consequência da inutilidade defensiva dos escudos à medida que a tecnologia bélica foi evoluindo. Tendo desaparecido do mundo extralinguístico a entidade que servia de referente ao nome, ele próprio saiu do vocabulário comum e passou a ser um arcaísmo lexical.

Passando para outros níveis de mudança, eles estão ilustrados neste outro exemplo de há 700 anos, tirado da versão portuguesa de um romance de cavalaria:

(6) Amigo, vos sejades o bem vindo! Se vos nos nom conhiciamos, conhece-vos Deus, e podedes o veer polla seeda da Mesa Redonda que vos Deus deu (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)

Para que a fala da personagem de (6) – o rei Artur, dos cavaleiros da Távola Redonda – fosse modernamente aceitável, seria necessário escrever isto:

(7) Amigo, sejais bem-vindo! Se nós não vos conhecíamos, conhece-vos Deus, e podeis vê-lo pelo lugar na Távola Redonda que Ele vos deu.

Entre (6) e (7) notam-se várias diferenças. Na morfologia do português, as formas verbais da segunda pessoa do plural com *-d-* intervocálico passaram a ter outra terminação depois do séc. XV: o sufixo flexional de segunda pessoa do plural *-des* deu lugar a *-is*, após supressão do *-d-* quando o contexto era intervocálico[1].

(8) sejades, podedes vs. sejais, podeis

Também algumas palavras se escrevem hoje de maneira diferente da que se usava na Idade Média porque passaram a corresponder a sons diferentes: é o caso de *nom*, que já não se pronuncia geralmente com a vogal final, uma vez que sofreu ditongação em *-ão*; e é o caso de *veer*, que deixou de se escrever com duas vogais porque também deixou de ser uma palavra pronunciada com sequência vocálica (*veer* tinha duas sílabas, com vogais em **hiato**, enquanto hoje *ver* é uma palavra monossilábica porque se formou pelo processo da **crase** de duas vogais idênticas). Na história dos sons do português deram-se mudanças no vocalismo que distanciam muito a língua falada antes do séc. XV da que se falou depois desse século. Desapareceu também um processo fonológico (**harmonização vocálica**), atestado pela forma *conhicíamos*, em que a vogal acentuada [i] influenciava a qualidade da vogal da sílaba que a precedia [e], tornando-a também num *i*[2].

Finalmente, é de observar uma outra mudança no uso da língua em contexto. Uma tradução alternativa, mais informal, do exemplo (6) seria esta outra:

(9) Amigo, seja bem-vindo! Se nós não o conhecíamos, conhece-o Deus, e pode vê-lo pelo lugar na Távola Redonda que Ele lhe deu.

Desaparecem as formas verbais *sejades* e *podedes*, substituídas por *seja* e *pode*, porque o emprego do pronome *vós* sofreu uma ampla transformação. Esta é novamente uma mudança mais cultural do que linguística, porque está em causa o envolvimento dos falantes uns com os outros, ou seja, a **interação verbal** que entre eles se estabelece. Na história da interação em português, há a registar o geral abandono do pronome *vós* e do verbo na segunda pessoa do plural como **formas de tratamento** de um único interlocutor (há dialetos que conservam

[1] O contexto intervocálico verificava-se quando havia uma vogal do radical (p.e., *s*odes) ou do tema verbal (p.e., am*a*des, com*e*des, fug*i*des) a preceder o sufixo. Uma exceção é constituída pela forma verbal *ides*, que manteve o -d- intervocálico e não sofreu a esperável evolução para o monossílabo **is*.

[2] Este tipo de harmonização vocálica pode ainda hoje ser observado tanto no português do Brasil como no galego (*pedir*, por exemplo, pronuncia-se "pidir", tanto na Galiza como no Brasil).

vós, mas para situações comunicativas em que há mais do que um interlocutor; cf. Cap. 5). O tratamento formal de um só interlocutor passou a realizar-se com o verbo na terceira pessoa do singular, acompanhado de expressões nominais, como *vossa mercê*, logo em meados do séc. XV. Foi um código que nasceu na corte, mas no séc. XVII já se tinha expandido socialmente e já tinha assumido a forma contraída que é hoje o pronome *você* (de *vossa mercê*, por intermédio de *vossemecê*) (cf. Cintra 1972).

O português, como acontece com todas as línguas, mudou, por conseguinte, tanto nos sons como nas palavras e seus significados, como ainda nas frases e nos usos. A mudança linguística e cultural afetou-o inevitavelmente, como já tinha afetado a sua língua-mãe, o latim.

Independentemente do maior ou menor número de mudanças que ocorrerem numa língua, podem dar-se fenómenos sociopolíticos que forcem os falantes e as instituições a considerar que a língua antiga deu lugar a uma nova língua, a uma língua "diferente". Esse evento chama-se precisamente **diferenciação**. Do latim, por diferenciação, nasceram na Idade Média as línguas românicas, a cuja família o português pertence (cf. Cap. 3).

> [2] Considera-se que o atestado de "batismo" das línguas românicas foi passado em 813, quando, no concílio episcopal de Tours, se decidiu que a homilia da missa devia ser falada em língua germânica ou em língua "rústica românica" («*in rusticam Romanam linguam*») (cf. Tagliavini 1972). O objetivo era o de os analfabetos, que não sabiam latim, compreenderem o que se dizia. O português, em particular, só quatro séculos mais tarde teve uma instituição a consagrá-lo como língua diferente da latina. Apesar de ter começado a ser escrito anteriormente na esfera privada, só em 1214 o rei D. Afonso II, de cuja chancelaria saíam normalmente documentos em latim, escolheu o português para a língua do seu testamento[3]. Dentro de uma família linguística, a conquista da autonomia política é a principal condição social que determina o reconhecimento de uma nova língua. A nação portuguesa, com a sua história antiga de independência política, é pacificamente encarada como tendo uma língua própria. Em contrapartida, a região da Galiza, por exemplo, que de reino medieval passou muito cedo a constituir parte integrante dos reinos vizinhos de Leão e Castela (1126), veio a ter extrema dificuldade em ver reconhecido o galego como uma das línguas nacionais de Espanha, com todos os direitos inerentes. O reconhecimento oficial só ocorreu, com efeito, no último quartel do séc. XX, quando a Constituição consagrou a autonomia das grandes regiões de Espanha (cf. Fernández Rei 1988).

2.1.2 Observação da mudança linguística

Quando se trata de estudar a língua do passado, é preciso ultrapassar o problema de ser obviamente impossível a observação direta dos falantes e do seu comportamento em sociedade. Recorre-se então a duas estratégias: a primeira é a do "uso do presente para explicar o passado", segundo um raciocínio que diz que fenómenos linguísticos observados hoje se registaram certamente também em épocas precedentes (cf. Labov 1975, mas também Osthoff e Brugmann [1878] 1967). A observação de mudanças em curso pode, assim, servir para formular hipóteses sobre línguas antigas e suas inovações. Em segundo lugar, usam-se cautelosamente os

[3] Mais tarde fez um segundo, de novo em latim, como era habitual.

enunciados deixados pelos falantes antigos, i.e., faz-se a peritagem linguística do que eles escreveram. Os escritos antigos (a que se chama, significativamente, fontes) constituem o único registo que ficou dos usos antigos da língua, e o seu conteúdo tem de ser comparado com o de outros escritos, feitos em épocas diferentes, e com os de outras línguas genealogicamente aparentadas. A partir destas fontes, e para cada época da história, descrevem-se as regras da gramática da língua, passando-se então à identificação de mudanças entre épocas sucessivas.

A utilização de fontes escritas é uma metodologia com alguns inconvenientes. Acontece que sempre que uma língua muda em alguma área da sua gramática ou do seu léxico, a escrita tarda em registar essa mudança. Quando escrevem, os falantes de uma língua são tendencialmente mais conservadores do que quando falam, pelo que não é costume registarem, no tempo em que vivem, as inovações linguísticas que se estejam a desencadear na sua época e que ainda não estejam estabilizadas. Para além disso, os textos que as sociedades mais facilmente conservam são os textos literários, e as normas literárias são por sua vez muito mais conservadoras do que as variedades faladas. Mas mesmo quando os textos escritos apresentam inovações (como as ortográficas, por exemplo), é difícil distinguir o que são só novas convenções daquilo que são verdadeiras manifestações de mudança linguística. Assim, e sempre que o podem, os historiadores das línguas privilegiam as fontes que lhes foram deixadas por autores pouco alfabetizados (com "mãos inábeis"; cf. Marquilhas 2000), os quais transcrevem mais espontaneamente o que ouvem ou dizem, para além de não estranharem ver escritas palavras e frases mais coloquiais.

Um exemplo de texto de mão inábil com valor de fonte linguística pode ser encontrado nesta carta familiar, escrita em 1822, por uma senhora de Lisboa que não hesitou em escrever *i*, *tanho*, *estimarai*, testemunhando assim os processos de mudança [e] > [i] e [e] > [ɐ] que a ortografia normativa do português não acolhe:

(10) estimo que ahi pasasem bem: *i* a Maria Delfina *i* Joaqina de qem *tanho* imensas saudades […] *estimarai* que a comadre pasase melhor de lhe muitos e muitos recados meos: que *estimarai* que ela logo se restabelesa como eu lhe dezejo (CARDS, Carta familiar, 1822)[4].
(Estimo que aí passassem bem, *e* a Maria Delfina, *e* Joaquina, de quem *tenho* imensas saudades. *Estimarei* que a comadre passasse melhor. Dê-lhe muitos e muitos recados meus, que *estimarei* que ela logo se restabeleça, como eu lhe desejo.)

Há também, no entanto, muitas mudanças na **grafia** dos textos ao longo da história – bem como no desenho das letras e na disposição da página em geral – que não devem ser confundidas com testemunhos linguísticos. A mudança linguística afeta as frases, as palavras e os sons da língua, ao passo que a mudança gráfica é apenas uma alteração de convenções, umas tácitas, outras assumidas em documentos próprios e sancionadas por uma instituição académica. Ao longo da história da escrita em português, mudou, por exemplo, o uso das letras consonânticas duplas (<ll>, <pp>, <nn>, etc.), o uso de grafias com <h> inicial e o de sinais não alfabéticos, como são o hífen ou os acentos (por exemplo, já se escreveu

[4] Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Feitos Findos-Crime, Letra A, Mç. 4, n.º 12, Cx. 11, apenso 24, 1822.

sistematicamente *anno* por *ano*, *he* por *é*, *dase*, ou *dasse*, por *dá-se*). Uma atualização de textos antigos passa, assim, também pela aplicação de novos **códigos ortográficos**, mas esse é o sintoma de uma mudança cultural decorrente da alteração das convenções, e não de uma mudança linguística. No caso específico da história de Portugal, as convenções gráficas foram mudando tacitamente entre a Idade Média e a atualidade, admitindo sempre algum grau de variação. A partir de 1911, começaram a suceder-se códigos ortográficos explícitos, consagrados pelo Estado português e com aplicação obrigatória no ensino e na escrita de documentos e publicações oficiais. E durante o ano de 2008, deram-se os passos decisivos para que tanto Portugal como os restantes países de língua oficial portuguesa passassem a adotar todos a mesma **ortografia**[5]. Em Portugal, o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, lavrado inicialmente em 1990, entrou em vigor em 2010.

2.2 Mudanças na gramática e no léxico[6]

Uma das formas de classificar os diferentes fenómenos de mudança linguística consiste em indicar a área da gramática onde a inovação se registou. Se tiver havido alterações na fala sem consequências para o sistema fonológico, fala-se de **mudança fonética**. Se as alterações na fala refletirem mudanças na organização do sistema fonológico, tem-se **mudança fonológica**. Se tiver mudado a estrutura interna das palavras, suas subunidades ou conjuntos dessas subunidades, fala-se de **mudança morfológica**. Quando há modificação no padrão segundo o qual as frases e orações da língua se organizam, há **mudança sintática**, eventualmente acompanhada de **gramaticalização**, com seus esvaziamentos semânticos (**dessemantização**) (cf. Cap. 10). Os processos que permitem aos falantes operar tais mudanças nos diferentes domínios da gramática são sobretudo três: as leis fonéticas, a analogia e a reanálise (cf. *infra* 2.2.1-2.2.3).

A par das mudanças na gramática das línguas, há outras alterações, as **mudanças lexicais**, tradicionalmente registadas nos dicionários etimológicos. Correspondem a alterações no inventário das palavras que os falantes conhecem – **substituição lexical** – e nos significados associados às palavras – **semantização**.

---

[5] Cf. Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, de 29 de julho.

[6] Para esta secção foram usados três tipos de fontes bibliográficas, que o leitor deverá consultar se pretender um entendimento mais profundo dos tópicos abordados. O primeiro tipo de bibliografia diz respeito ao conhecimento canónico em linguística histórica: inclui Hock (1986), Hock e Joseph (1996), Trask (2000) e Campbell (2004). Ao segundo tipo pertencem os trabalhos que refletem sobre esse mesmo cânone, problematizando-o e adiantando novas abordagens: em fonologia, Kiparsky (1995); em morfologia e sintaxe, Lightfoot (1999), Kroch (1989, 2001) e Roberts e Roussou (2003); em semântica, Forston IV (2003); e em semântica pragmática, Heine (2003) e Traugott (2003). O terceiro tipo de fontes bibliográficas corresponde aos trabalhos desenvolvidos para a compreensão das mudanças linguísticas sofridas concretamente pelo português. Sem prejuízo de referências pontuais aos trabalhos de outros autores, as quais serão feitas *in situ*, as obras incontornáveis no estudo da gramática histórica portuguesa são as de José Leite de Vasconcellos ([1911] 1966), Augusto Epiphanio da Silva Dias ([1918] 1970), Manuel Said Ali ([1908] 1966 e [1931] 1971), José Joaquim Nunes ([1919] 1975), Joseph Huber ([1933] 1986), Edwin Williams ([1938] 1975), Paul Teyssier ([1980] 1982 e [1981] 1990), Clarinda Maia (1986), Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989, 1991, 1994, 2000), Rosa Virgínia Mattos e Silva e Machado Filho (2002), Rebecca Posner (1996), Ilza Ribeiro (1995, 2003, 2007), Ivo Castro (2006), Charlotte Galves e colaboradoras (Galves, Britto e Sousa 2005, Galves, Namiute e Sousa 2006) e Ana Maria Martins (1994, 1997, 2000, 2001, 2003a, 2003b, 2004a, 2004b).

Uma fonte importante de substituição lexical é o **empréstimo linguístico**. Por contacto com outros povos e com outras culturas, muitas palavras novas podem ser incorporadas nos vocabulários. Esse mecanismo leva à convivência de palavras estrangeiras (**estrangeirismos**) e de palavras eruditas (**cultismos**) com vocábulos tradicionais (as **formas vernáculas**). A comparação entre os três conjuntos espelha vicissitudes políticas, tais como invasões ou colonizações, e vicissitudes culturais, como são as conversões religiosas, o culto revivalista de um passado, ou qualquer outro fator de generalização de novos discursos (p.e., o discurso político, o discurso científico, o discurso tecnológico, o discurso económico, etc.). Na história do português, as palavras vernáculas são sobretudo romanas (*casa*, *homem*, *mulher*) e pré-romanas (*esquerdo*, *cama*); os estrangeirismos mais antigos são os germanismos medievais (*espia*, *estribo*) e arabismos medievais (*açúcar*, *azul*). Os cultismos, esses são renascentistas, apoiados no léxico das línguas clássicas grega (*democracia*, *metamorfose*) e latina (*óvulo*, *corpúsculo*).

O processo da semantização desencadeia-se no uso situado da língua, ou seja, no recurso à linguagem verbal para fins comunicativos em contextos forçosamente específicos. Quando se exprimem, os falantes são muitas vezes conduzidos a exercícios de estilização e adicionam novos sentidos às palavras antigas (por metáfora e metonímia, sobretudo), sentidos esses que depois se podem convencionalizar. Por extensão metafórica, uma palavra ganha uma nova denotação quando surge uma nova entidade ou estado de coisas no mundo extralinguístico que tenha alguma similitude com entidades ou estados previamente conhecidos. Por exemplo, o verbo latino para 'tomar o peso', *pensare*, evoluiu metaforicamente para o significado de 'avaliar mentalmente'. A extensão metonímica, que implica também uma associação entre dois tipos de entidades ou estados de coisas, exige que haja uma relação de causalidade ou de contiguidade (continente-conteúdo, parte-todo). O nome latino para a parte do braço que vai desde a mão ao cotovelo, *brachiu*, passou a denotar por metonímia todo o membro superior do corpo, incluindo braço e antebraço. Segundo o mesmo mecanismo, o nome latino para 'elevação', *tumulu*, passou a designar também 'sepultura' devido ao hábito de se fazerem montes de terra por cima das sepulturas.

Uma consequência da semantização está na transformação de certas palavras em vocabulário tabu. Na perspetiva antropológica, os temas tabu são conceitos que criam desordem na comunidade, como é o caso da falta de pureza e do perigo (cf. Douglas [1966] 1994). Como as palavras tabu referem os conceitos desordenadores, torna-se proibida a sua verbalização. As estratégias de escapismo linguístico são um bom barómetro para se ver o que é ou não tabu em cada comunidade. Em português europeu alude-se aos tabus, por exemplo, através de eufemismos fonéticos como *fogo*, *foge* e *caraças* (tabus sexuais) e de eufemismos lexicais como *falecer* (tabu da morte).

2.2.1 Leis fonéticas

Lei fonética é a designação tradicional de um mecanismo de mudança que atinge as propriedades físicas dos sons das línguas e que pode vir a modificar as propriedades abstratas dos sistemas fonológicos (suas entidades, suas regras). Fala-se de leis fonéticas quando a variação quotidiana na produção e perceção dos sons

ganha efeitos duradoiros, caracterizados por uma impressionante regularidade. Os neogramáticos falaram inicialmente em leis fonéticas nos seguintes termos: «Toda a mudança fonética, desde que ocorra mecanicamente [i.e., motivada pela fisiologia dos falantes e não pela sua psicologia], obedece a leis que não admitem exceção. A direção da mudança é a mesma para todos os membros da comunidade linguística (na ausência de fronteiras dialetais) e todas as palavras em que o som apareça – em contexto fonético idêntico – são afetadas sem exceção pela mudança em causa.» (Osthoff e Brugmann [1878] 1967:204, t.n.)

Esta ideia da regularidade cega das leis fonéticas foi posteriormente testada por múltiplas escolas linguísticas; passada uma fase de ceticismo em relação a ela, voltou a ganhar credibilidade em finais do séc. XX (cf. Joseph e Janda 2003). William Labov propôs que se reformulasse da seguinte maneira a ideia inicial dos neogramáticos (Labov 1994:603):

(i) a mudança fonética é uma mudança na realização fonética de um segmento fonológico independentemente de identidades lexicais (i.e., processa-se sem intervenção da classe gramatical a que pertencem as palavras em que o segmento ocorre);

(ii) a progressão da mudança obedece a fatores fonéticos e é independente da preservação de significados (i.e., processa-se sem intervenção da semântica das palavras em que o segmento ocorre).

A tipologia das leis fonéticas inclui tradicionalmente uma ampla terminologia[7] (cf. quadros exemplificativos destes fenómenos mais abaixo):

❖ **Assimilação:** processo mediante o qual um som se torna mais próximo de um som vizinho, ou mesmo idêntico a ele. A assimilação pode ser **total** ou **parcial**, conforme forem assimiladas todas ou apenas partes das propriedades do segmento que influencia a mudança. Pode ser **por contacto** ou **à distância** (**dilação**), conforme forem contíguos ou estiverem separados os segmentos envolvidos. Pode ser **regressiva** ou **progressiva**, conforme o segmento que influencia a mudança estiver depois ou antes do segmento assimilado. A **assimilação mútua** (assimilação em ambas as direções), no entanto, também parece ser possível. Alguns autores consideram como manifestação deste fenómeno os casos de **coalescência** (também ditos de **fusão** ou **crase**) de dois elementos consecutivos num só segmento que reúne as propriedades dos segmentos originais. As assimilações são tão frequentes na história das línguas que se costuma subdividi-las em vários tipos:

❖ **Palatalização:** processo mediante o qual um som não palatal passa a ser produzido com uma constrição na zona palatal ou palato-alveolar. É frequente as consoantes palatalizarem em virtude da copresença de [j], [i] ou [e]; assim, em latim vulgar deram-se algumas palatalizações ainda visíveis nas línguas românicas quando se observam séries de palavras cognatas (i.e., palavras vernáculas que descendem do mesmo étimo mas que pertencem ao léxico de línguas diferentes) – cf. Quadro 1.

[7] Seguiu-se aqui a sistematização feita em Campbell (2004).

LATIM	LATIM VULGAR	RESULTADO PORTUGUÊS	COGNATOS EM OUTRAS LÍNGUAS ROMÂNICAS	SÉRIES DE COGNATOS COM HISTÓRIA IDÊNTICA
HISPĀNĬA	hespa[ɲ]a	*Espa**nh**a*	*Espa**ñ**a* (cast) *Espa**gn**e* (fr) *Spa**gn**a* (ital)	port: *desde**nh**ar, se**nh**or, casta**nh**a, ara**nh**a, ba**nh**ar* cast: *desde**ñ**ar, se**ñ**or, casta**ñ**a, ara**ñ**a, ba**ñ**ar* fr: *dédai**gn**er, sei**gn**eur, châtai**gn**e, arai**gn**ée, bai**gn**er* ital: *sde**gn**are, si**gn**ore, casta**gn**a, ra**gn**o, ba**gn**are*
TĀLĔARE	ta[ʎ]are	*ta**lh**ar*	*tajar* (cast) (com [ʎ] em cast ant) *tailler* (fr) (com [ʎ] em fr ant) *tag**li**are* (ital)	port: *fi**lh**a, a**lh**o, conse**lh**o, me**lh**or, co**lh**er* cast: *hija, ajo, consejo, mejor, cojer* fr: *fille, ail, conseil, meilleur, cueillir* ital: *fig**li**a, ag**li**o, consig**li**o, mig**li**ore, cog**li**ere*
VERMĬC(Ŭ)LU	verme[kj]o > verme[ʎ]o	*vermel**h**o*	*bermejo* (cast) (com [ʎ] em cast ant) *vermeil* (fr) (com [ʎ] em fr ant) *vermig**li**o* (ital)	port: *coel**h**o, lentil**h**a, abel**h**a* cast: *conejo, lenteja, abeja* fr: *conil* (ant), *lentille, abeille* ital: *conig**li**o* (mas *lenticchia, pecchia*, sem palatalização)
CENTU	k[j]ento > [t͡ʃ]ento	*cento* (com [t͡s] em gal-port)	*ciento* (cast) (com [t͡s] em cast ant) *cent* (fr) (com [t͡s] em fr ant) ***c**ento* (ital) (mantém [t͡ʃ] do latim vulgar)	port: *cervo, céu, mercê, doce* cast: *ciervo, cielo, merced, dulce* fr: *cerf, ciel, merci, douce* ital: ***c**ervo, **c**ielo, mer**c**ede, dol**c**e*
LŪXU	lu[ks]o > lu[js]o (lat hisp) > lu[ʃ]o	*lu**x**o* (com [ʃ] em gal-port)	*lujo* (cast) (com [ʃ] em cast ant)	port: *ei**x**o, di**x**e* (port ant), *dei**x**ar, be**x**iga* cast: *eje, dijo, dejar, vejiga*
PLĬCARE	plegare > [pʎ]egar (lat hisp)	***ch**egar* [pʎ] > [pj] > [pt͡ʃ] > [t͡ʃ] em gal-port	***ll**egar* (cast) [pʎ] > [ʎ] em cast ant	port: ***ch**eio, **ch**over, **ch**uva, **ch**orar* cast: ***ll**eno, **ll**over, **ll**uvia, **ll**orar*

LATIM	LATIM VULGAR	RESULTADO PORTUGUÊS	COGNATOS EM OUTRAS LÍNGUAS ROMÂNICAS	SÉRIES DE COGNATOS COM HISTÓRIA IDÊNTICA
CLĀMARE	clamare > [kʎ]amar (lat hisp)	***ch**amar* [kʎ]> [kj]> [kt͡ʃ] > [t͡ʃ] em gal-port	***ll**amar* (cast) [kʎ] > [ʎ] em cast ant	port: ***ch**ave* cast: ***ll**ave*
FLAMMA	flama > [fʎ]ama (lat hisp)	***ch**ama* [fʎ] > [fj] > [ft͡ʃ] > [t͡ʃ] em gal-port[8]	***ll**ama* (cast) [fʎ] > [ʎ] em cast ant	port: *ac**h**ar* cast: *ha**ll**ar*

Quadro 1 – Palatalizações comuns a várias línguas românicas: novos segmentos palatais surgem nas fonologias do latim vulgar, do latim hispânico e do romance galego-português[9]

Outros tipos de assimilação são os seguintes:

- **Lenição**: enfraquecimento de um som, normalmente uma consoante intervocálica, em virtude da assimilação dos traços dos sons circundantes: de não vozeada (ou surda, na terminologia tradicional), uma consoante intervocálica, por exemplo, pode passar a vozeada (ou sonora) (**sonorização**), de não contínua (ou oclusiva), a contínua (ou fricativa) (**fricatização**), de contínua, a zero (**síncope**, uma forma de supressão).

- **Metafonia**: assimilação à distância em que a vogal acentuada muda por influência das propriedades da vogal postónica.

- **Harmonização vocálica**: assimilação à distância em que a qualidade das vogais pretónicas se altera por influência das propriedades da vogal acentuada (ou da que a preceder).

- **Nasalização**: passagem de um som oral a nasal em virtude da copresença de um segmento nasal.

Estes quatro subtipos de assimilação são fenómenos que estiveram presentes nas fases iniciais da história do português:

PROCESSO ENVOLVIDO NA MUDANÇA	EXEMPLOS (Palavras latinas em versaletes)	RESULTADO DA MUDANÇA
LENIÇÃO (SÍNCOPE)	DŎLŌRE > door (> dor) SALĪRE > sair SŌLES > soes (> sóis) BŎNU > bõo (> bom) LĀNA > lãa (> lã) TĔNES > tẽes (> tens)	adição da regra de síncope de *-l-* e -n- intervocálicos dando origem a hiatos
METAFONIA	ĂVUOLU > av[ɔ́][u]> av**ô** vs av[ɔ]a > avó, pl av[ɔ]os > avós FŌRMŌSA > form[ó]s[a] > form[ɔ]sa vs. formoso TŌTU > t[o]d[u] > t**u**do vs toda, todos ISTU > [é]st[u] > **i**sto vs este	adição de regra que modificava a qualidade da vogal tónica de alguns nomes e pronomes; note-se a incidência morfológica consoante o género e número dos nomes e pronomes

[8] A reconstituição destas fases de evolução encontra-se em Williams ([1938] 1975:75).
[9] Exemplos de Boyd-Bowman ([1954] 1980).

PROCESSO ENVOLVIDO NA MUDANÇA	EXEMPLOS (Palavras latinas em versaletes)	RESULTADO DA MUDANÇA
HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA	alegria > a**li**gria, devia > d**i**via, nemigalha > n**i**migalha, parecia > par**i**cia, sepultura > s**u**pultura, conheçuda > c**u**nh**u**çuda (formas medievais)	adição de regra que modificava a qualidade da vogal pretónica, condicionada pelas propriedades da vogal acentuada[10]
NASALIZAÇÃO	PINCTU > pinto > p[ĩ]to GĒNTE > g[ẽ]te TANTU > t[ẽ]to COMP(U)TARE > comptar > c[õ]tar	adição de regra que modificava a qualidade de vogal homossilábica de consoante nasal

Quadro 2 – Processos fonológicos próprios do romance galego-português e do português antigo

❖ **Dissimilação:** menos frequente do que a assimilação é o processo seu inverso, i.e., a **dissimilação**, mediante o qual dois sons semelhantes se tornam diferentes dentro da mesma palavra (p.e., *memorare* > (port. ant.) *nembrar*, *locale* > (port. ant.) *logar*).

A par da assimilação e da dissimilação, existem outros tipos de mudança nos sons das línguas; no seu condicionamento desempenham papel importante a estrutura silábica e a posição do acento:

❖ **Metátese**: mudança de posição de um som dentro de uma palavra.

❖ **Ditongação e monotongação**: passagem de vogal a ditongo e vice-versa.

❖ **Elevação vocálica**: diminuição do grau de abertura do trato vocal (maior elevação do corpo da língua) na produção de certas vogais em determinados contextos (por exemplo, em sílaba átona).

❖ **Consonantização** e **semivocalização**: passagem de semivogal a consoante e vice-versa.

❖ **Supressão** ou **queda**: desaparecimento total de um som de palavra. Em contexto inicial, chama-se **aférese**, em contexto medial, **síncope**, e em contexto final, **apócope**.

❖ **Haplologia**: eliminação de uma de duas sílabas consecutivas quando estas são idênticas ou muito semelhantes.

❖ **Epêntese** ou **inserção**: introdução de um som novo numa palavra. Em contexto inicial, chama-se **prótese**; em contexto medial, e quando se insere uma vogal, é **anaptixe**; quando se insere uma consoante, é **excrescência**. Em contexto final, a inserção chama-se **paragoge**.

❖ **Crase**: passagem a vogal de uma sequência de duas vogais (em hiato).

[10] Esta regra, inicialmente condicionada, a partir do séc. XVII deu lugar a uma regra de elevação geral das vogais pretónicas, independentemente da altura da vogal acentuada. A elevação das pretónicas em português contemporâneo é uma regra ainda com muitas exceções, facto que a distingue da regra da elevação das postónicas. Aquela, a das pretónicas, é provavelmente a generalização analógica desta última (cf. Marquilhas 2003).

Na história do português há a assinalar inúmeros fenómenos dos tipos *supra*, ocorridos sobretudo na transição da Idade Média para a Idade Moderna:

PROCESSO ENVOLVIDO NA MUDANÇA	EXEMPLOS (Palavras latinas em versaletes)	RESULTADO DA MUDANÇA
METÁTESE	CORIU > co**i**ro (port ant) PIGRITIA > p**ri**guiça (port ant) FABRICA > f**r**ávega (port ant)	palavras com diferente estrutura silábica
ELEVAÇÃO VOCÁLICA	roub[o] > roub[u] almad[a] > almad[ɐ] sed[e] > sed[i] (provavelmente medieval)	adição de regra de elevação das vogais do subsistema postónico (datação polémica)[11]
EPÊNTESE (ANAPTIXE)	(PLĒNA >) ch[é]a > che[j]a (FRĒNU >) fr[é]o > fre[j]o	adição de regras que impedem a realização fonética de certos hiatos: acrescentam um segmento, mudam vogais em semivogais, ou fundem vogais, respetivamente.
EPÊNTESE (EXCRESCÊNCIA)	(VĪCĪNA >) viz[ĩ]a > viz**inh**a (VĪNU >) v[ĩ]o > v**inh**o (PĪNU >) p[ĩ]o > p**inh**o (ŪNA >) [ũ]a > u**m**a	
SEMIVOCALIZAÇÃO	(MĂNU >) mã.o > m[ɐ̃w̃] (SĀNU >) sã.o > s[ɐ̃w̃] (GRĀNU >) grã.o > gr[ɐ̃w̃] (GERMANU >) irmã.o > irm[ɐ̃w̃] (ORGĂNU >) órgã.o > órg[ɐ̃w̃] (ORPHĂNU >) órfã.o > órf[ɐ̃w̃] (CĂNES >) cã.es > c[ɐ̃j̃]s (DRĂCONES >) dragõ.es > drag[õj̃]s (HŎMĪNES >) hom[ẽ].es > hom[ẽj̃]s	
CRASE	(PĔDE >) pee > p**é** (SĔDE >) see > s**é** (VEDITORE >) veedor > v[ɛ]dor (SŌLU >) soo > s**ó** (ĂVUOLA >) avoa > av**ó** (PĀNĀTARIA >) paadeira > p[a]deira (LĀNA >) lãa > l**ã** (TŎNU >) tõo > t**om**	

[11] Não sendo um fenómeno inequivocamente detetável na escrita dos documentos, só pelo discurso dos gramáticos se pode ter a certeza da sua datação. Paul Teyssier é da opinião de que Fernão de Oliveira, cuja gramática é de 1536, não registava ainda o fenómeno de elevação das vogais átonas (cf. Teyssier [1980] 1982). No entanto, uma observação atenta do comentário do autor quinhentista a palavras como *Almada* e *Alemanha*, no seu capítulo VIII, permite ver que as formas estão escritas com "*a* pequeno" na posição final. Por outro lado, a metafonia medieval não teria tido lugar se existisse [o] postónico e não [u] nos nomes singulares. Antes de Teyssier, Edwin Williams tinha sancionado a hipótese de a elevação [o] > [u] postónico ser do séc. XII (cf. Williams [1938] 1975).

PROCESSO ENVOLVIDO NA MUDANÇA	EXEMPLOS (Palavras latinas em versaletes)	RESULTADO DA MUDANÇA
EPÊNTESE (PARAGOGE)	NON > nom > n[õw̃] (> n[ẽw̃]) CŎRATION(E) > coraçom (mediev), coraç[õw̃] > coraç[ẽw̃] CAN(E) > cam (mediev), c[ẽw̃] (séc XV) PĀN(E) > pam (mediev), p[ẽw̃] (séc XV) CANTAN(T) > cantam (mediev), cant[ẽw̃]	adição de regra configurando as nasais em posição final
MONOTONGAÇÃO	[ów]tro, m[ów]co, p[ów]co, r[ów]ca (mediev e port setentrional) > [ó]tro, m[ó]co, p[ó]co, r[ó]ca	adição de regra que suprime os ditongos não diferenciados (séc XVI – dialetos centro-meridionais)

Quadro 3 – Processos fonológicos típicos do final do português antigo e do início do português clássico

Quando qualquer fenómeno fonético ocorre em fronteira de morfema dentro de uma mesma palavra ou entre palavras contíguas de um enunciado, chama-se-lhe **sândi interno** e **sândi externo**, respetivamente (*todalas cousas*, *se nono quiser*, *ca os non vejo* (port. ant.) em vez de <u>todas las</u> *cousas*, <u>non lo</u> *quiser*, <u>ca los</u> *non vejo* são casos de sândi externo).

2.2.2 Analogia e mudança morfológica

A analogia é um processo de mudança também identificado como pertinente logo pelos linguistas do séc. XIX[12]. Envolve uma relação de semelhança entre formas da língua e permite resolver, sobretudo, problemas de desproporção dentro do padrão que aquelas formas parecem integrar. Por exemplo, seguindo a aplicação de uma regra proporcional como

$a : b = c : x$
mouro : *moura* = *senhor* : x > x = *senhora*

Os paradigmas morfológicos são um alvo propício à mudança por analogia. A analogia funciona do seguinte modo: as formas flexionadas de cada paradigma podem apresentar falta de uniformidade, ou então falta de alternância (cf. Tabelas de conjugação). Por analogia, os falantes eliminam algumas irregularidades, ora por **extensão analógica**, que permite criar alternâncias em paradigmas que as não têm, ora por **nivelação analógica**, que permite reduzir alternâncias pouco transparentes (de sufixos, por exemplo). Mas os dois processos tendem a alimentar-se mutuamente.

[12] Segundo a formulação de Karl Brugmann em "Nasalis sonans in der indogermanischen Grundsprache" ('Nasalis sonans' na língua original indo-europeia), de 1876: 317ss, a analogia seria um processo psicológico de importância fundamental para a mudança linguística. As formações analógicas apresentavam, para Brugmann, três características principais que ainda hoje se lhes reconhecem: (i) não resultavam de mudança fonética regular; (ii) não correspondiam à introdução de novos conceitos na língua; (iii) nasciam porque o falante tinha em mente, durante o ato linguístico, outras formas diferentes daquela que estava a pronunciar (cf. Davies [1990] 1996:347s).

2.2.2.1 Casos de extensão analógica

Extensões analógicas importantes na história do português são as que atingiram as marcas de género e número nos nomes e adjetivos. Assim surgiram nomes femininos inovadores terminados em *-a*, como *meestra*, *leoa*, *pavoa*, *senhora*, *infanta*, *parenta*, *hóspeda*, *portuguesa*, *espanhola*. Hoje continuam a surgir inovações como a do nome singular *téni* 'sapatilha', sem *-s* final (que, no entanto, ainda não suplantou a forma normativa *ténis*), ou as dos nomes femininos *juíza* e *ministra*, já inegavelmente consagrados como normativos.

Sujeitos a extensão analógica têm sido também certos fenómenos que começaram numa lei fonética, mas acabaram por ganhar pertinência morfológica. É o caso da metafonia (cf. *supra* 2.2.1). Ao determinar uma alternância previsível na realização fonética de radicais de palavra, a metafonia desencadeou a possibilidade de operações proporcionais deste tipo:

p[ó]*rto* : *p*[ɔ]*rtos* = *p*[ó]*ço* : *x* > *x* = *p*[ɔ]*ços*

Houve, assim, um abaixamento analógico do plural de *poço*, com [ɔ] aberto, adotado por falantes de algumas das variedades do português, nomeadamente a variedade-padrão. Variação semelhante encontra-se em palavras como *acordo* e *bolso*, em relação às quais os falantes ora produzem o plural analógico, ora produzem o etimológico.

2.2.2.2. Casos de nivelação analógica

2.2.2.2.1 Particípios em *-udo*

As três conjugações portuguesas, de tema em *-a* (1.ª), em *-e* (2.ª) e em *-i* (3.ª), provêm de quatro conjugações latinas. A 2.ª e a 3.ª conjugações latinas fundiram-se: por exemplo, *respondēre* (2.ª conjugação latina) e *vendĕre* (3.ª conjugação latina) resultaram em português em *responder* e *vender*, ambos verbos da 2.ª conjugação. Isto sucedeu em todas as línguas românicas faladas na Península Ibérica, pelo que o fenómeno de fusão terá sido bem antigo, não fazendo parte, especificamente, da história do português.

As formas regulares do particípio passado dos verbos de tema em *-e*, com aquela genealogia dupla, tinham, até ao séc. XV, *-u* como vogal temática, ou seja, tinham terminação em *-udo*. Durante o séc. XV, instalou-se a variação com a terminação analógica *-ido*, típica dos verbos de tema em -i da terceira conjugação portuguesa (p.e., *medir*, *partir*, *servir*)[13]. No séc. XVI já eram raras as formas etimológicas dos verbos da segunda conjugação, mas todos os verbos do Quadro 4 tinham tido particípio etimológico em *-udo*[14].

[13] Muitos verbos medievais passaram da 2.ª para a 3.ª conjugação (exemplos de Mattos e Silva 1989): *caer*, *cinger*, *confonder*, *correger*, *enquerer*, *esparger*, *finger*, *tinger*, *traer* > *cair*, *cingir*, *confundir*, *corrigir*, *inquirir*, *aspergir*, *fingir*, *tingir*, *trair*.

[14] Eliminou-se a variação gráfica. Usaram-se as listas de Huber ([1933] 1986) e Barros (2000).

INFINITIVO	PARTICÍPIO PASSADO MEDIEVAL	FORMAS ATUAIS CORRESPONDENTES
asconder	ascondudo	escondido
aver	avudo	havido
conocer	conoçudo	conhecido
conter	contehudo	contido
correger	correiudo	corrigido
constranger	constranjudo	constrangido
creer	creudo	crido
enduzer	enduzudo	induzido
estabelecer	estabeleçudo	estabelecido
falecer	faleçudo	falecido
leer	lehudo	lido
manteer	mantehudo	mantido
mover	movudo	movido
perder	perdudo	perdido
perleer	perlehudo	–
receber	recebudo	recebido
saber	sabudo	sabido
sofrer	sofrudo	sofrido
soestabelecer	soestabeleçudo	substabelecido
tanger	tanjudo	tangido
teer	tehudo	tido
vencer	vençudo	vencido
vender	vendudo	vendido
vīir	vĕudo	vindo

Quadro 4 – Verbos cujo particípio passado terminado em *-udo* foi substituído por um particípio passado terminado em *-ido*

2.2.2.2.2. Particípios duplos

Um segundo caso de nivelação analógica portuguesa, que, aliás, ainda está em curso, é o dos **verbos abundantes**. São verbos com **particípios duplos** no seu paradigma, ou seja, têm duas formas diferentes para o particípio passado: a forma **rizotónica** (também dita **forte**), com acento no radical e irregular do ponto de vista da sua formação morfológica (p.e., *ganho*, *preso*, *extinto*), e a forma **arrizotónica** (também dita **fraca**), com acento na vogal temática e portanto regular, já que tem o

sufixo *-do* acrescentado ao tema verbal (p.e., *ganhado*, *prendido*, *extinguido*). As formas **fortes** têm, desde o latim, um estatuto gramatical mais próximo do de nomes e adjetivos do que do estatuto de verbos.

A existência destes e de outros pares morfológicos, integrados por palavras tanto regulares como irregulares, é muito comum ao nível da aquisição da linguagem, nível esse em que se pode produzir, inclusivamente, um **efeito de bloqueio** a favor das formas irregulares[15]. Já entre falantes adultos, os pares morfológicos e a instabilidade no uso de uma ou outra das suas formas são reflexo de uma mudança em curso. Em português, por exemplo, a mudança em causa é provavelmente sintática e envolve as construções com verbos auxiliares. Cada vez mais os falantes se afastam da prescrição da gramática tradicional que regula, geralmente, o uso dos particípios fortes (por serem adjetivais) com os verbos *ser* e *estar*, e o dos particípios fracos (por serem verbais) com o verbo *ter* dos tempos compostos. Vejam-se alguns exemplos:

(11) ganhar: ganho/ganhado
  a. O dinheiro *será ganho* pelo vencedor, ou já *está ganho*?
  b. O vencedor *terá ganhado* muito dinheiro.

(12) prender: preso/prendido
  a. O suspeito *será preso* pelo agente; *estará preso* dentro em pouco.
  b. O agente *terá prendido* o suspeito

(13) extinguir: extinto/extinguido
  a. O fogo *será extinto* pelos bombeiros; *estará extinto* dentro em pouco.
  b. Os bombeiros *terão extinguido* o fogo.

São frequentemente ouvidas hoje em português certas construções ativas como *a equipa tem ganho muitos jogos*, *os agentes tinham preso muitos indivíduos* ou *os bombeiros terão extinto os fogos todos*, prova de que há alguma mudança em curso nesta área, com o particípio fraco a ceder terreno à forma forte.

Já em português antigo, na sequência da herança latina, se verificava a existência de verbos abundantes e, a par destes, de muitos outros apenas com formas fortes do particípio passado (PP), algumas já desaparecidas, como *tinto* (PP de *tingir*), *suspeito* (PP de *suspeitar*), *cinto* (PP de *cingir*)[16]. A primeira inovação consistiu numa extensão analógica: introdução de formas fracas para os verbos que só tinham particípio forte, equilibrando assim os paradigmas verbais. Foi por esta via que surgiram, por exemplo, *secado*, *fritado*, *sujeitado*, *morrido*, a par das formas etimológicas para os mesmos verbos, únicas a aparecer em textos medievais, *seco*, *frito*, *sujeito*, *morto* (cf. Barros 2000). Só em casos como os de *fazer*: *feito*, *dizer*: *dito*, *pôr*: *posto*, *escrever: escrito* continua a existir apenas o particípio forte. Mas aquela inovação acabou por criar demasiados pares de particípios (irregular-regular) para funções que os falantes sentiam como semelhantes, o que teve como consequência uma mudança de sentido inverso, que consistiu na criação de novos particípios fortes que nunca antes tinham existido (p.e., *empregue*, *encarregue*, *gasto*) e na tendência para a eliminação dos particípios regulares correspondentes.

[15] Cf. a hipótese teórica, de alcance universal, sugerida em Aronoff (1976).
[16] Por conversão, passaram a nomes (*cinto*) ou a nomes e adjetivos (*suspeito* e *tinto*).

O fenómeno continua a gerar variação, sendo de registar o triunfo já quase consumado de pelo menos *pago* e *limpo* sobre os particípios regulares de *pagar*: *pagado*, *limpar*: *limpado*[17].

2.2.3 Reanálise

A reanálise é, genericamente, um processo de interpretação criativa de dados linguísticos ambíguos. Tal interpretação pode desencadear mudanças fonéticas, morfológicas e sintáticas.

2.2.3.1 Reanálise e mudança morfofonológica

A forma fonética que certas palavras ganham no decurso da sua mudança histórica pode desencadear processos de reanálise da respetiva estrutura interna. Muitas palavras portuguesas entradas na língua por empréstimo ao árabe, por exemplo, foram importadas com o determinante árabe *al-* ('o', 'a'), assimilado ou não ao som inicial do nome que precediam (*al-huzâmà*, *ad-day'a*, *as-suteih*, *as-sukkar*, etc.). Já entendidas como palavras portuguesas, foram reanalisadas como se o determinante fizesse parte do radical da palavra, dando respetivamente lugar às formas *alfazema*, *aldeia*, *açoteia* e *açúcar*, com manifestação da forma portuguesa do artigo quando essas palavras estão integradas num sintagma nominal definido (*a alfazema, a aldeia, a açoteia, o açúcar*).

Encontra-se um processo idêntico no caso dos nomes de pessoas canonizadas, tipicamente precedidos dos epítetos *santo* ou *santa*. Na Idade Média, podiam verificar-se dois tipos de apócope com *santo*/*santa*: antes de antropónimo começado por vogal, como *Ana* ou *Angustino*, havia queda da vogal final, ficando *Sant'Ana* e *Sant'Angustino*. Mas precedendo nome começado por consoante, *santo* e *santa* sofriam queda de toda a última sílaba: *San'Johan*, *San'Pedro*. A forma *Sant'Iago* nasceu daquela primeira regra, i.e., *Sant*(*o*) *Iagoo* (< *iacobu*-); no entanto, a formação veio a ser reanalisada como se tivesse sido obtida pela segunda regra, e o nome do santo recebeu uma consoante acrescentada ao início do seu radical: *Iago* > *Tiago*.

2.2.3.2 Reanálise e mudança sintática

A área da sintaxe das línguas é a que mais frequentemente é atingida pelos processos de reanálise. Os falantes atribuem por vezes uma estrutura inovadora a frases que tenham uma linearização ambígua, e assim põem em marcha mecanismos de mudança que alteram a gramática da língua (cf. Campbell 2004). Na história do português, aconteceu isso mesmo a múltiplas regras sintáticas de que se dão abaixo quatro exemplos[18].

---

[17] Exemplo flagrante de como é imprevisível o desfecho deste fenómeno é o facto de o espanhol contemporâneo ter os seus particípios duplos a desaparecerem num sentido exatamente contrário ao do português, ou seja, em benefício dos particípios fracos, que são cada vez em maior número no discurso coloquial (cf. Cassany i Comas 1988). Mesmo as variedades europeia e brasileira do português diferem em relação aos verbos que admitem particípios duplos (cf. Said Ali [1908] 1966).

[18] Outros casos de mudança sintática em português, aqui não comentados, são os da reanálise de *se passivo* como *se impessoal* (cf. Naro 1976, Martins 2003a), do desaparecimento dos pronomes anafóricos *hi* e *ende* (cf. Teyssier [1981] 1990, Martins 2003b) e da alteração da ordem de palavras (cf. Martins 1994, Ribeiro 1995 e 2007).

2.2.3.2.1 Mudança na posição dos clíticos

No português contemporâneo, frases como *ofereceram-me um presente* ou *vai-te embora* permitem observar que há tipos de frases independentes em que a posição dos pronomes clíticos é obrigatoriamente pós-verbal: os acusativos *o, a, os, as*, os dativos *me*, *te*, *lhe*, *nos*, *vos*, *lhes*, as contrações respetivas *mo*, *to*, *lho*, etc. e o pronome *se* têm de surgir depois do verbo, e não antes, para que a ordem de palavras seja aceitável. A esta posição pós-verbal dá-se o nome de **ênclise**, enquanto se chama **próclise** à posição pré-verbal do clítico (cf. Cap. 42).

Entre os sécs. XIII e XVI, no entanto, e considerando o mesmo tipo de frases, os pronomes clíticos podiam ocorrer tanto depois do verbo como antes do verbo, conforme os seguintes dados de Martins (2002):

(14) E a donzela foi-*se* e deo agoa à rainha. (*Primeiro Livro de Linhagens*, séc. XIII)
(E a donzela foi-*se* e deu água à rainha.)

(15) E a donzella *lhe* disse entom que achara um mouro doente. (ibid.)
(E a donzela disse-*lhe* então que achara um mouro doente.)

(16) E elle outorgou*lho*. (*Crónica Geral de Espanha*, séc. XIV)
(E ele outorgou-*lho*.)

(17) E Rotas *lho* outorgou. (ibid.)
(E Rotas outorgou-*lho*.)

(18) E a aguia feze-*o* assy. (*Fabulário*, séc. XV)
(E a águia fê-*lo* assim.)

(19) E o asno *lhe* deu dous couces. (ibid.)
(E o asno deu-*lhe* dois coices.)

(20) continuadamente ten guarda de muitos soldados, & muitos porteiros, & falão *lhe* cõ dificuldade. (*Crónica de D. Manuel*, séc. XVI)
(Sempre tem guarda de muitos soldados e muitos porteiros e falam-*lhe* com dificuldade.)

(21) el rei Mahamed anconij veo visitar dom Francisco, & *lhe* pedio hos mouros que [...] foram captiuos. (ibid.)
(El-rei Mohamed de Ancona veio visitar Dom Francisco e pediu-*lhe* os mouros que tinham sido feitos prisioneiros.)

No séc. XIII, a variação pendia em favor da ênclise, mas a próclise foi-se tornando cada vez mais frequente, para ser quase categórica durante o séc. XVI, com uma exceção – em início absoluto de frase, mantinha-se sempre a ênclise:

(22) Estas *se costumão* fazer nos navios, para proveyto, & fermosura. *Dão-lhes* parecer, & magestade. (*Livro da fábrica das Naos*, séc. XVI)
(Estas costumam-*se* fazer nos navios para proveito e formosura. Dão-*lhes* parecer [bom parecer] e majestade.

Entre os sécs. XVII e XVIII, após a reanálise do padrão das frases em que ocorriam, os clíticos passaram a ter uma posição cristalizada pós-verbal, aquela que é

ainda hoje obrigatória nas frases independentes ou nas orações principais de frases complexas. Esta é uma das grandes diferenças sintáticas entre o português europeu e o português brasileiro, uma vez que no Brasil a gramática evoluiu para uma regra generalizada de próclise, mesmo em início absoluto de frase (cf., por exemplo, *me joguei no chão*), enquanto a próclise em posição inicial absoluta nunca se verificou em português europeu, independentemente da sua fase histórica[19].

A par da ênclise que, como se viu, variou no seu grau de generalização na história da sintaxe portuguesa, a próclise sempre existiu e sempre foi obrigatória em certos contextos: por um lado, em todas as orações subordinadas; por outro lado, nas frases independentes e nas orações principais de frases complexas com itens negativos ou com um advérbio a anteceder o verbo (cf. *ele deu-lhe um beijo* vs. *ele disse que lhe dava um beijo*, *ele nem lhe deu um beijo*, *ele já lhe deu um beijo*).

No entanto, esta uniformidade de regras não se observa no que diz respeito à adjacência clítico-verbo. Hoje, essa adjacência é obrigatória na variedade-padrão do português, embora no registo literário o advérbio negativo *não* possa interrompê-la (cf., por exemplo, «*Havia na realidade outras cartas, mas que ele não copiou, decerto por as não julgar publicáveis*.» (V. Ferreira, *Cartas a Sandra*, pág. 9)). É uma construção portuguesa, sem dúvida, mas sentida pela generalidade dos falantes como marcada. Acontece que no passado as coisas foram diferentes: até ao séc. XVIII era vulgar o aparecimento de constituintes diversos entre o verbo e os clíticos verbais que o antecediam. Trata-se do fenómeno da **interpolação**, que envolvia uma grande variedade de constituintes (destacados a itálico nos exemplos (23) a (29)):

(i) Interpolação de sujeito pronominal

(23) E depois que o *ela* soube, de pesar que houve, matou-se com ũa espada. (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, séc. XIV)
(E depois que *ela* o soube, [por causa] do pesar que teve, matou-se com uma espada.)

(ii) Interpolação de sujeito nominal

(24) Já avedes ouvydo [...] como se *os linhagens* partirom da grande Babilonya (*Crónica Geral de Espanha*, séc. XIV)
(Já haveis ouvido como *as linhagens* se partiram (dispersaram) da grande Babilónia.)

(25) & algũs caravelões mays pequenos não tem necessidade destes castellos: porẽ se lhos *o senhorio* mandar por, serão segundo a descrição do mestre da obra (*Liuro da fabrica das Naos*, séc. XVI)
(e alguns caravelões mais pequenos não têm necessidade destes castelos; porém, se *o senhorio* lhos mandar pôr, serão [feitos] segundo a descrição do mestre da obra.)

[19] Este fenómeno tem recebido estudos profundos, como os de Martins (1994) e de Galves, Britto e Sousa (2005).

(iii) Interpolação de complemento

(26) E sse com ell nõ sse estrevesse de combater que buscasse outrem que sse *com ell* combatesse em sseu nome. (*Fabulário*, séc. XV)
(E se não se atrevesse a combater com ele, que buscasse outrem que *com ele* se batesse em seu nome.)

(iv) Interpolação de adjunto

(27) A maior doemça que se *nestas partes* semtia era quando o cravo nasya. (*Tratado de las yslas de los Malucos*, séc. XVI)
(A maior doença que *nestas partes* se sentia era quando nascia o cravo.)

(v) Interpolação de complemento e de palavra negativa

(28) Eu ouvi tanto bem dizer de vos que nom acharedes aqui homem que vos *mais algo nom* faça ca em casa de rei Artur. (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)
(Eu ouvi dizer tanto bem de vós, que não achareis aqui ninguém que vos faça *menos* do que em casa do Rei Artur.)

Entre os sécs. XVII e XVIII, a mesma reanálise que estava a tornar a ênclise categórica limitou a possibilidade da interpolação, tornando obrigatória a adjacência clítico-verbo (Martins 1994).

Contudo, é preciso reconhecer que certas interpolações continuam vivas hoje no português não padrão, i.e., em variedades regionais (cf. Caps. 5 e 42), tal como continuaram a surgir no texto de romancistas do séc. XIX.

(29) Quando lhe *eu* disse, o senhor saiu. (CORDIAL-SIN, Cabeço de Vide)

(30) Daí vinha o nenhum pendor que os amigos de Marcos Pamplona queriam que lhe *ela e o filho* tivessem no espírito. (CRPC, Camilo, *Doida*)

É difícil interpretar com acerto estes fenómenos mais recentes: serão só vestígios de uma estrutura antiga, ou manifestações de uma nova estrutura, ainda pouco estudada, que se foi expandindo dialetalmente entre o séc. XVIII e os dias de hoje[20]?

2.2.3.2.2 Mudança na frequência do artigo definido

Até ao séc. XIX, a frequência de emprego do artigo definido nas frases era diferente da que se observa em português contemporâneo. Na prática, aquele artigo – *o*, *a*, *os*, *as* – era geralmente mais raro, sobretudo antes de possessivo pré-nominal (*meu*, *teu*, *seu*, etc.). Do séc. XIII quase não ficaram atestações para a sequência artigo + possessivo + nome; nos textos dos séculos seguintes, no entanto, o grupo foi sendo progressivamente mais frequente, até se generalizar já muito perto do nosso tempo[21]:

(31) E esse Johane lourẽço dar cadá áno aos frades […] meio marauedi ĩ *sa vida*. (*Documentos Medievais*, séc. XIII)
(E esse João Lourenço dê cada ano aos frades meio maravedi durante *a sua vida*.)

[20] Cf. Magro (2007): a autora decide-se pela proposta de que houve uma inovação recente no domínio do fenómeno da interpolação em português.
[21] Cf. datações de Rinke (2010).

(32) E esse moesteyro deue a façer en cada hũu anos hũa aniuerssaria in dia de santo argyffonsso por alma de *mha madre*. (ibid.)
(E esse mosteiro deve fazer em cada ano um aniversário [uma missa de aniversário] em dia de Santo Argifonso por alma *da minha mãe*.)

(33) E houve i grandes fazendas e [moitas] grandes cavalarias, assi como fala *na sa* estorea. (*Livro de linhagens do Conde D. Pedro*, séc. XIV)
(E houve aí grandes batalhas e muitas grandes cavalarias [feitos de cavalaria], assim como diz *na sua história*.)

(34) Sam Senhor maravilhado *de minha* vida [...] sam çerto que *os meus* pecados mereçem danaçam. (*Breve memorial dos pecados*, séc. XVI)
(Estou, Senhor, assombrado com a minha vida [...] estou certo de que *os meus pecados* merecem condenação.)

Há, é certo, construções em que o artigo nunca apareceu, nem aparece hoje, a anteceder o grupo possessivo + nome. É o caso dos vocativos (*minha querida amiga*!) e das expressões idiomáticas, previsivelmente conservadoras (*por sua conta e risco*). Em certas construções copulativas (*és meu convidado*) e apositivas (*João e Mafalda, sua filha*) o artigo pode ocorrer ou não. Fora dos contextos mencionados, o artigo tardou também em aparecer junto de possessivo associado a um nome de relação familiar (*meu pai*, *meu filho*, *meu marido*, etc.); no séc. XIX, ainda era comum a ausência de artigo neste contexto em português europeu:

(35) asim faço esta Lembranca a *Meu Paii* para que haja de dar ordem de se me remeter ficando *Meu Paii* na certeza que eu nenhuma precizão tenho por que em caza de *Meu Marido* achei camas tanto para mim como para criados e Algumas de sobrecelente (CARDS, Carta familiar, 1822)[22]
(Assim lembro isto a*o meu pai* para que ele ordene que mo remetam, ficando *o meu pai* com a certeza de que não preciso de nada, porque em casa d*o meu marido* encontrei camas tanto para mim como para os criados e [mesmo] algumas de sobra.)

> [3] Como todas as línguas românicas evoluíram de uma língua-mãe cuja gramática não continha artigos definidos, e todas elas os apresentam, parece necessário encontrar uma explicação global para o desenvolvimento românico desta classe de palavras. O que efetivamente sucedeu terá sido provavelmente isto: formas descendentes dos pronomes demonstrativos *ille*, *illa*, *illud* do latim ('este', 'esta', 'isto') começaram a ser usadas junto dos nomes quando estivesse em causa a expressão de um valor anafórico. Quer isto dizer que os falantes, ao construírem um enunciado ao qual quisessem dar maior coesão interfrásica, podiam retomar o tópico discursivo por meio da introdução daqueles pronomes (cf. Cap. 34) (*a casa* significaria 'esta casa de que eu estava a falar' e não simplesmente 'casa', acompanhada de expressão de definitude). Posner (1996:126) explica que na evolução românica «como também aconteceu em outras línguas fora da família românica, a função do artigo definido se ampliou com o tempo, passando a admitir a combinação com nomes denotando objetos únicos [e não só

[22] Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Feitos Findos–Crime, Letra J, Mç. 28, n.º 20, Cx. 88, caderno [1], fl. 35, 1822.

tópicos discursivos] e com nomes abstratos [p.e., *a honra*]» (t.n.). O artigo definido adquiriu ainda a possibilidade de ser usado na expressão da posse inalienável (cf. *ele lavou as mãos*, equivalente a *ele lavou as suas mãos*), e, por outro lado, tornou-se um marcador de género e número (p.e., *o simples, a simples, os simples, as simples*).

No entanto, nem todas as línguas românicas atingiram até hoje a amplitude de uso do artigo definido que o português ganhou, isto no que diz respeito à variedade-padrão da língua. Só o português, de entre todas elas, generalizou a combinação do nome próprio de pessoa (antropónimo) com artigo. A possibilidade de ter, não marcado, um grupo definido – *a Ester* ou *o Fontes* – é exclusiva do português dentro do quadro românico[23], se bem que esse uso só seja mesmo sistemático no registo oral. Também só em português se constrói a sequência artigo definido + possessivo + nome de relação familiar (*o teu pai*, *a minha avó*). Mesmo uma língua como o italiano, que admite a sequência artigo + possessivo + nome (*il mio cuore* 'o meu coração'), deixa de a admitir quando o nome denota parentesco (*tuo padre*, *mia nona* 'o teu pai', 'a minha avó', respetivamente), e até a variedade brasileira, bem como certos dialetos portugueses mais conservadores, ainda assim se comportam.

2.2.3.2.3 Mudança na sintaxe das palavras negativas

Outra área de contraste entre a sintaxe do português medieval e a dos séculos posteriores envolve a construção das frases negativas. É um contraste que repousa no valor semântico dos marcadores negativos antigos (*nem um*, *só um*, *nada*, *rem*, *cousa*, *migalha*, *nulha*, *ninguem*, *homem*, *nunca*, *já mais*, etc.) em posição de sujeito pré-verbal. Durante a Idade Média, as frases negativas em português caracterizavam-se por poderem exibir um tipo de **concordância negativa** (ou **dupla negação**, cf. Cap. 14) que entretanto se perdeu. Ao longo da época clássica, deixaram de ser possíveis construções como *nada não se passou* ou *ninguém não grite*, em que havia um reforço da negação com recurso ao advérbio canónico *não*. Em contrapartida, até ao séc. XVI eram comuns as duplas negações com sujeito pré-verbal. Aparentemente, as palavras negativas conservavam, em todos os contextos sintáticos, traços semânticos das palavras positivas, daí ser possível o redobro com *não*:

(36) «Dona» disse Persival, «vos dezedes a vosso prazer, mas certamente, pois que vos *nada nom* sabedes de sua linhagem, nom tenho rezam por que o quisesse fazer cavalleiro». (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)
(«Senhora», disse Percival, «vós falais a vosso bel-prazer, mas é claro que não tenho razão para o querer fazer cavaleiro, visto que *nada* sabeis da sua linhagem».)

(37) Ora vos guardade, que *ja mais* ante cavalleiro *rem nom* faledes taa que sejades conpanheiro da Mesa Redonda. (ibid.)
(Ora vós, olhai: que *jamais* diante de [qualquer] cavaleiro deveis falar até que sejais companheiro da Távola Redonda.)

(38) Senhora, *nhũa* cousa que os homens por sua vomtade tomão *não* lhes deve ser grave de sofrer. (*Crónica Troiana* [de Guido de Columnis], séc. XVI)

[23] Em italiano, francês e espanhol, a combinação artigo definido + antropónimo é possível mas é sempre marcada.

(Senhora, *nenhuma* decisão que seja tomada por vontade própria deve causar sofrimento.)

(39) e despois lhe adoeçerão pasamte de cemto e dez peçoas, amtre criados e escravos, que *so hum nom* ficou, e a mor parte lhe faleceo. (*Tratado de las yslas de los Malucos*, séc. XVI)
(E depois lhe adoeceram mais de cento e dez pessoas, entre criados e escravos, que *nenhum* escapou, e a maior parte lhe faleceu.)

Em português contemporâneo, a dupla negação já só pode ocorrer quando a palavra negativa é um sujeito pós-verbal (*isso, não sabe ninguém*), ou então um complemento (*não queremos nada*). Neste aspeto, o português distingue-se de línguas como o espanhol, o francês e o italiano, uma vez que essas e outras línguas românicas conservam gramáticas em que as palavras negativas podem receber uma interpretação positiva[24].

2.2.3.2.4 Mudança na sintaxe de *ser, estar, haver* e *ter*

Os verbos *ser*, *estar*, *haver* e *ter* têm no português de hoje um comportamento sintático diferente do que tinham na Idade Média e do que tinham em latim. Entre o latim vulgar e o português antigo deram-se sucessivas reanálises sintáticas (que se prolongaram até ao séc. XVI), findas as quais deixou de haver variação ao nível das construções locativas, das construções de tempo composto e das construções copulativas.

Em latim, *esse* 'existir', *sedere* 'estar sentado', *stare* 'estar de pé', *habere* 'possuir' e *tenere* 'segurar' eram todos verbos locativos. Em termos semânticos, as construções locativas são aquelas em que um elemento do mundo real é localizado num espaço físico ou no domínio de um possuidor (cf. Lyons 1968). Construções vulgarmente descritas como existenciais (*há leões em África*), de localização (*está um livro em cima da mesa*) e de posse (*tenho um livro*, *o livro é meu*) incluem todas no seu significado a informação de 'locativo'. São casos de locativos latinos os seguintes exemplos[25]:

(40) *esse*
Qui nisi *fuisset*, quis nostrum *esse* potuisset? (Cícero, *Orationes Philippicae*, séc. I a.C.)
(Se ele não *existisse*, quem de nós podia *ter existido*?)

(41) *sedere*
Animalia *sedentur* (Flávio Vegécio, *Mulomedicina*, sécs. IV-V d.C.)
(Os animais são para montar (= para nos *sentarmos* neles))

(42) *sedere* e *stare*
Stant, non sedent (Cícero, *De divinatione*)
(*Estão de pé* e não *sentados*.)

[24] O fenómeno foi tratado em Martins (2000) e Martins (2002:271ss). A autora analisou os casos de palavras negativas como *nada* (galego), *nadie* (castelhano), *res* (catalão), *personne* (francês) e *nessuno* (italiano), as quais podem ocorrer em contextos modais não negativos: *¿cando me regalaches ti nada?* (galego); *el comandante prohibió que saliera nadie del cuartel* (castelhano); *si vols menjar res, avisa'm* (catalão); *Pierre est parti avant que personne ait pu faire aucun geste* (francês); *si domandava si sarebbe venuto nessuno* (italiano).
[25] Exemplos de Gaffiot ([1934] 1988). Os verbos *habere* e *tenere* tinham também muitos sentidos metafóricos.

(43) *habere*
Africam initio *habuere* Gaetuli. (Salústio, *De bello Jugurthino*, séc. I a.C.)
(A África, no início, *pertencia* aos Getúlios.)

(44) *tenere*
manu *tenere* aliquid (Cícero, *De officiis*, séc. I a.C.)
(*ter* qualquer coisa na mão)

Além de ser locativo, o verbo *esse* surgia já em latim noutras construções; era igualmente auxiliar da passiva, auxiliar perfectivo em construções inacusativas (cf. Cap. 28) e verbo copulativo (cf. Cap. 30)[26]:

(45) *esse* auxiliar da passiva
facilis *est* nostris receptus *datus*. (Júlio César, *De Bello Civillis*, séc. I a.C.)
(uma retirada fácil *foi dada* aos nossos [homens].)

(46) *esse* auxiliar de verbos inacusativos
Orgetorix *mortuus est*. (Júlio César, *De Bello Gallico*, séc. I a.C.)
(Orgetórix *morreu*.)

(47) *esse* copulativo
breviores esse quam in continenti noctes. (Júlio César, *De Bello Gallico*, séc. I a.C.)
(que as noites *são mais curtas* do que no continente.)

Estas correlações que se verificavam em latim não são surpreendentes porque as línguas do mundo demonstram, geralmente, que os verbos usados nas construções locativas estão relacionados com os das construções copulativas e de tempo composto (cf. Clark 1978, Ribeiro 2003:352).

Ora, a observação dos enunciados do português antigo permite que se encontre também uma língua com muitos verbos locativos diferentes: com efeito, estavam em competição dois verbos para predicado das orações de localização (*seer* e *estar*); o mesmo acontecia com dois verbos para predicado das orações existenciais (*seer* e *aver*) e dois para as orações de posse '*x* possui *y*' (*teer* e *aver*). Esta multiplicidade de verbos com sentido locativo poderá explicar que também tivesse havido vários verbos para funções auxiliares e copulativas, isto se se aceitar o esquema de correlações universais proposto em Clark (1978) e retomado em Ribeiro (2003):

Correlações A e B: nas línguas, é frequente obterem-se as seguintes construções mediante recurso aos mesmos verbos:

(i) construção existencial : construção de posse (= '*x* possui *y*')

(ii) construção de localização : construção de posse (= '*y* pertence a *x*')

Quando isto se verifica, os verbos em causa também surgem como auxiliares ou copulativos noutras estruturas. Em português antigo, encontra-se essa correlação no caso dos verbos *aver* e *seer*, o que justifica que reapareçam em construções de tempo composto (ambos) e em construções copulativas (só *seer*):

[26] Exemplos de Devine e Stephens (2006).

(48) *aver* existencial
Por onde, antre os principes *houve* e *ha* muitos que a arte militar se inclinárão. (*Livro de José de Arimateia*, séc. XV)
(Pelo que, entre os príncipes, *houve* e *há* muitos que se inclinaram para a arte militar.)

(49) *aver* possessivo: '*x* possui *y*'
Foi casado e ouue semel. (*Livro de linhagens do Conde D. Pedro*, séc. XIV)
(Casou-se e *teve* filhos.)

(50) *seer* de localização
Como Mador disse que Lançarot *era* em a Joiosa Guarda e a raïa con el. (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)
(Como Mador disse que Lançarote *estava* na 'Joiosa Guarda' e [que] a rainha [estava] com ele.)

(51) *seer* possessivo: '*y* pertence a *x*'
e. os termhos do d*i*cto Olyual estes som [...] oliual que *foy* de Páay Garcia (*Documentos Medievais*, séc. XIII)
(E os termos do dito olival são estes: [...] olival que *foi* de Paio Garcia)

(52) *aver* auxiliar do pretérito mais-que-perfeito composto
E, quando o senescal del-rei Ebalac o vio assi tornar a batalha, pareceo-lhe que nhũa de suas forças *havia perdido*. (*Livro de José de Arimateia*, séc. XV)
(E quando o senescal (= magistrado) d'el-rei Ebalac o viu assim voltar à batalha, pareceu-lhe que não *tinha perdido* nenhuma das suas forças.)

(53) *aver* auxiliar do pretérito perfeito composto
Ja *avedes ouvydo* de suso em como Deus confondeu a linguagem daqueles que per soberva queriam fazer a torre. (*Crónica Geral de Espanha*, séc. XIV)
(Já *ouvistes* acima como Deus confundiu a linguagem daqueles que por soberba queriam fazer a Torre [de Babel].)

(54) *seer* auxiliar do pretérito perfeito composto de verbos inacusativos
O meu filho *he morto*. Ven tu e resuscita-o. (*Diálogos de São Gregório*, séc. XIV)
(O meu filho *morreu*. Vem e ressuscita-o.)

(55) *seer* auxiliar da passiva
hera muy *louvado* de todolos bõos que ho sabiam. (*Crónica de D. Pedro de Meneses*, séc. XV)
(*Era* muito *louvado* por todos os bons que o sabiam.)

(56) *seer* copulativo com predicados estáveis (cf. Cap. 17)
E a fonte *era mui fermosa* e ele havia mui grande fame e gram sede. (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)
(E a fonte *era muito bonita*, e ele tinha muita fome e muita sede.)

(57) *seer* copulativo com predicados episódicos (cf. Cap. 17)
Entom *foi mais ledo* e contente ca ante e foi a Meraugis e filhou-o pella mão. (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)

(Então *ficou mais alegre* e contente do que antes e chegou-se a Meraugis e pegou-lhe pela mão.)

Correlação C: quando há dois verbos diferentes para construções existenciais e de localização, ou existenciais e de posse, esses verbos são também auxiliares noutras estruturas. Os verbos *aver* (existencial) e *estar* (de localização), por um lado, e *seer* (existencial) e *teer* (de posse) por outro, permitem demonstrar o funcionamento desta correlação em português antigo, o que vem justificar também o aparecimento de *estar* e *teer* no elenco dos auxiliares e copulativos:

(58) *aver* existencial
ca el é ora o scolheito a que nom *ha* par antre todos os cavalleiros que ora sam nem foram gram tempo *ha*. (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)
(porque ele é agora o escolhido; para ele não *há* par entre todos os cavaleiros que existem e existiram desde *há* muito tempo.)

(59) *estar* de localização
E deve dar a sentença seendo e nõ *stando* nẽ andando. (*Tempos dos Preitos*, séc. XIII?)
(E deve dar a sentença sentado e não *de pé* ou a andar.)

(60) *seer* existencial
ca el é ora o scolheito a que nom ha par antre todos os cavalleiros que ora *sam* nem *foram* gram tempo ha. (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)
(porque ele é agora o escolhido; para ele não há par entre todos os cavaleiros que *existem* e *existiram* desde há muito tempo.)

(61) *teer* possessivo
a. Encomendou-se muito a Deos, e nom andou muito que vio em ũu valle o cavalleiro que decera e *tinha* a donzella sub si por jazer com ella. E ella dava voz quanto podia. (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV)
(Rogou muito a Deus e não andou muito antes de ver num vale o cavaleiro que descera e *tinha* a donzela debaixo de si para dormir com ela. E ela gritava quanto podia.
b. E o dicto Nicollao stevez disse que Ell *tynha* e possoia as dictas cassas e *tynha* as chaues dellas de Mao do Priol. (*Documentos Medievais*, séc. XIV)
(E o dito Nicolau Esteves disse que ele *tinha* e possuía as ditas casas e *tinha* (= recebera) as chaves delas da mão do prior.)

(62) *estar* copulativo com predicados episódicos
Mas alguũs dos que *estavam presentes* lhe diseron que el rey Bamba nom veria ally sen grande tropel de cavallaria. (*Crónica Geral de Espanha*, séc. XIV)
(Mas alguns dos que *estavam presentes* disseram-lhe que o rei Bamba não viria ali sem grande tropel de cavalaria.)

(63) *teer* auxiliar do pretérito mais-que-perfeito composto
deus folgou de todallas obras que *tinha feyto* & aquele dia folgou o Senñor no sepulcro (*Sacramental*, séc. XV)
(Deus descansou de todas as obras que *tinha feito* e naquele dia descansou o Senhor no sepulcro)

A partir do séc. XVI a variação parece ter-se reduzido muito, pelo que se admite que foi nessa época que os falantes estabilizaram a gramática de tais predicados (cf. Mattos e Silva 2002). Assim, as diferentes construções passaram a ser obtidas do seguinte modo: (i) construções existenciais, com *haver* (mas *ter* veio a triunfar no português do Brasil: cf. *tem gente que não come camarão* vs. *há gente que não come camarão*, em português europeu); (ii) construções de posse do tipo '*x* possui *y*', com *ter*: cf. *a biblioteca tem milhares de obras*; do tipo '*y* pertence a *x*', com *ser*: cf. *este carro é do meu amigo*[27]; (iii) construções de localização, com *estar*: cf. *as cartas estão na sala*; (iv) construções de tempo composto, com *ter*: cf. *os rapazes têm cumprido as horas de estudo*; construções passivas, com *ser*: cf. *as horas de estudo foram cumpridas*); (v) construções copulativas, com *ser* para predicados estáveis: cf. *o Luís é licenciado*; com *estar*, para predicados episódicos: *o Luís está doente*.

Do ponto de vista sintático, terá havido reanálise das construções locativas devido à sua ambiguidade estrutural, mas a interpretação teórica dessa operação ainda é muito debatida[28].

Quanto ao resultado superficial, houve uma gramaticalização do léxico, uma vez que palavras de conteúdo referencial (referindo posse, existência e localização) passaram a palavras gramaticais, no caso, verbos auxiliares (cf. Meillet [1912] 1948). Trata-se de um mecanismo que envolve quatro processos[29]:

(i) a perda de conteúdo semântico, ou **dessemantização**, em que as expressões linguísticas ganham um sentido mais genérico – *seer* e *estar* passaram a referir estados e deixaram de referir posições do corpo humano, por exemplo;

(ii) a generalização de contextos, em que as expressões linguísticas passam a ter menos restrições de ocorrência – *ter* enquanto auxiliar passou a poder co-ocorrer com qualquer tipo de nome sujeito e de verbo no particípio passado, o que não acontecia com o latino *tenere*;

(iii) a perda de propriedades morfossintáticas – *esse* perdeu tantas formas flexionadas do seu paradigma que se fundiu mesmo com formas do paradigma de *sedere*;

(iv) a redução fonética, ou **erosão** – o verbo copulativo *estar* tem vindo a perder a sua sílaba inicial mediante um processo de aférese: *tou*, *tas*, *tá*, etc., ao contrário dos nomes que partilham a sua etimologia, como *estado* ou *estante*.

Fontes das abonações

Breve memorial dos pecados – Garcia de Resende (1521) *Breue memorial dos pecados & cousas que pertencem ha cõfissam*. Lisboa. Germão Galharde.

CARDS – *Cartas Desconhecidas*. http://alfclul.clul.ul.pt/cards-fly:
Carta familiar

[27] *Aver* e *ter* protagonizam ainda uma história de competição entre si enquanto "verbos leves" ao longo dos sécs. XIV e XV (cf. Brocardo 2006).

[28] Para uma reflexão de fundo sobre as estruturas reanalisadas na formação dos auxiliares das línguas românicas, cf. Roberts e Roussou (2003); para a reanálise dos auxiliares portugueses, cf. Ribeiro (2003); para a descrição dos dados medievais que contêm estes verbos, cf. Mattos e Silva (1989, 1994), Cardoso e Pereira (2003) e Brocardo (2006).

[29] Cf. exposição detalhada do mecanismo em Heine (2003).

CORDIAL-SIN – *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. http://www.clul.ul.pt

Crónica de D. Manuel – Góis, Damião de ([1566] 1953) *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte 2. Coimbra. Universidade de Coimbra.

Crónica de D. Pedro de Meneses – Brocardo, Maria Teresa (1997) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e Estudo.* Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT.

Crónica Geral de Espanha – Cintra, Luís F. Lindley (1954) *Crónica Geral de Espanha de 1344 (Edição Crítica do Texto Português)*, vol. 2. Lisboa. INCM.

Crónica troiana [de Guido de Columnis] – García Martín, Ana Maria (1996) *Coronica troiana em linguoajem purtugesa*. Salamanca. Universidad de Salamanca.

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Camilo, *Doida* – Castelo Branco, Camilo (1971) *A Doida do Candal*, Lisboa. Parceria A. M. Pereira, Lda.

Demanda do Santo Graal – Piel, Joseph-Maria (ed.), concluída por Irene Nunes Freire (1988) *A Demanda do Santo Graal*. Lisboa. INCM.

Diálogos de São Gregório – Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989) *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico.* Lisboa. INCM.

Documentos Medievais – Martins, Ana Maria (2001) *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século* XVI. Lisboa. INCM.

Fabulário – Ferreira, Maria Berta Esteves (1969) *Fabulário medieval português: introdução, texto, estudo linguístico, glossário*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (dissertação de licenciatura).

Livro da fábrica das Naos – Oliveira, Fernão de (c. 1581) *Liuro da fabrica das Naos*. Manuscrito consultável na BND-Biblioteca Nacional Digital. http://purl.pt/6744.

Livro de José de Arimateia – Castro, Ivo (1984) *Livro de José de Arimateia*. Universidade de Lisboa. (dissertação de doutoramento).

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro – Mattoso, José (1980) *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.* Lisboa. ACL.

Primeiro Livro de Linhagens – Mattoso, José e Joseph-Maria Piel (1980) *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. I. *Livros Velhos de Linhagens*. Lisboa. ACL.

Sacramental – Sánchez de Vercial, Clemente ([1488?] 1539) *Sacrame[n]tal en lingoage[m] portugues*. Braga. Pedro dela Rocha.

Tempos dos Preitos – Ferreira, José de Azevedo (1986) *Tempos dos Preitos. Edição e estudo linguístico dos "Tempos dos Preitos". In* Roudil, Jean (1986) *Summa de los Neuve Tiempos de los pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème*. Paris. Klincksieck: 151-169.

Tratado de las yslas de los Malucos – Tratado de las yslas de los malucos. In Sá, Artur Basílio de (comp.) (1988) *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. 6 (1595-1599) Insulíndia. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical.

V. Ferreira, *Cartas a Sandra* – Ferreira, Virgílio (1997) *Cartas a Sandra*. Círculo de Leitores.

3 O PORTUGUÊS NO CONTEXTO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS 49
3.1 O português: uma língua indo-europeia, românica e ibérica 50
3.1.1 Três adjetivos: três tempos históricos 50
3.1.2 Três adjetivos: três conjuntos de características estruturais 51
3.1.2.1 Uma herança indo-europeia: a importância da flexão 51
3.1.2.2 Uma herança latina: a distinção entre imperfeito e perfeito 52
3.1.2.3 Uma característica ibérica: as marcas de género e número 52
3.1.2.4 O português: uma língua ibérica com traços próprios 54
3.2 Níveis de análise e de observação 55
3.2.1 O nível dos sons 55
3.2.2 O nível das formas 57
3.2.2.1 Pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo 58
3.2.2.2 Futuro do conjuntivo 59
3.2.2.3 Infinitivo pessoal 59
3.2.3 O nível das construções 60
3.2.3.1 Verbo e pronomes clíticos 60
3.2.3.2 Perífrases verbais (verbo auxiliar + verbo pleno) 61
3.2.4 Entre as formas e as construções: variedade e riqueza das perífrases verbais 62
3.2.5 Representações do falante de português 64
3.3 Considerações finais 65
Fontes das abonações 66

3 O PORTUGUÊS NO CONTEXTO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS*

Neste capítulo, visa-se responder ao desafio de localizar o português entre as **línguas românicas** – o conjunto das línguas que têm origem comum no latim. Paradoxalmente, a principal dificuldade desse desafio provém não da falta de informações mas do seu excesso, e da impossibilidade de recuperar e apresentar em poucas linhas os vários contextos teóricos em que as línguas românicas têm sido estudadas e comparadas.

Sobre a língua portuguesa sabemos hoje muito mais do que sabíamos há cinquenta anos, e isso deve-se, em grande parte, ao formidável contributo de conhecimentos trazido pela linguística, uma disciplina cuja origem costuma ser identificada com a publicação, em 1916, do *Curso de Linguística Geral* do suíço Ferdinand de Saussure, e cujos efeitos começaram a manifestar-se, entre os investigadores do português, a partir dos anos 60.

Como todas as disciplinas de vanguarda, a linguística trouxe novas ideias e novos problemas e, como seria de esperar, dividiu-se em muitas escolas entre as quais há conflitos. Uma das consequências é que, atualmente, quando se abrem os livros escritos para especialistas, se encontram mais controvérsias do que ideias consensuais.

Aqui, far-se-á o possível para contornar essa dificuldade. Correndo o risco de sugerir que as coisas são muito mais simples do que são de facto, organiza-se esta exposição a partir de duas afirmações sobre as quais parece difícil discordar. A primeira é que o português é uma língua ibérica, românica e indo-europeia. Embora essas palavras orientem a reflexão no sentido de recuperar a história que o português tem em comum com o espanhol e as demais línguas ibéricas, ou a história que o latim teve em comum com as demais línguas derivadas do indo-europeu, elas também apontam para uma quantidade não desprezível de informações estruturais. A segunda afirmação é que se, em vez de recordar caminhos que a língua portuguesa acabou por trilhar à medida que deixou para trás a sua origem latina, nos empenharmos em descrever as feições que ela tem hoje, veremos que há fenómenos que a distinguem das línguas próximas em todos os campos possíveis de descrição: desde o estudo dos sons até à morfologia e à sintaxe, desde o vocabulário

* O autor agradece a revisão que os amigos Ataliba Castilho e Renato Basso fizeram de uma versão prévia deste texto.

até ao estudo dos processos semânticos que se baseiam no uso de construções gramaticais e ao tipo de interação que os falantes estabelecem no intercâmbio verbal.

Em cada um desses campos, os factos são tantos que se torna inevitável selecionar uns poucos exemplos. Sendo impossível tratar com exaustividade a grande quantidade de factos relevantes, apresentar-se-ão aqui apenas algumas amostras daqueles que podem ser considerados típicos do português ou de um subconjunto limitado das línguas românicas no qual o português se inclui. A escolha desses factos, de preferência a outros, foi determinada por um critério que nada tem de teórico: trata-se, e isso é intencional, de factos que, com toda a probabilidade, o leitor já observou pessoalmente. Também não se pretendeu exaustividade quanto às línguas românicas com as quais seria possível contrastar o português.

3.1 O português: uma língua indo-europeia, românica e ibérica

Nada poderia parecer mais banal do que a afirmação de que o português é uma *língua indo-europeia*, *românica* e *ibérica*, mas, por trás dessa aparente banalidade, há muita informação.

3.1.1 Três adjetivos: três tempos históricos

Falar em **língua indo-europeia** é, antes de mais nada, uma forma de recuperar uma história de subversão da realidade linguística do nosso planeta, que dura há alguns milénios e que começou há cerca de 3500 anos, com as migrações que levariam línguas indo-europeias de diversos ramos (como o helénico, o itálico, o celta, o protogermânico, etc.) a ocupar diferentes regiões da Europa e da Ásia.

Falar em **língua românica** lembra que o português é mais do que uma língua que se assemelha ao latim: o português de hoje é *o próprio latim* que, levado até à extremidade mais ocidental da Europa pelo expansionismo romano, ganhou feições próprias e se tornou a língua nacional de um país que teria um papel histórico importantíssimo no contexto europeu e mundial. Nesse contexto, que é o da romanização e da difusão da língua portuguesa no mundo, nunca é demais insistir em duas observações: dos dois termos que costumam ser aplicados ao português para explicar a sua origem, "língua latina" e "língua românica", este último é o mais pertinente, porque o protótipo de latim que a maioria das pessoas tem em mente, quando se fala de latim, é a língua escrita que se usou em Roma para fins literários entre o final da república e o início do período imperial; ora, o latim do qual deriva o português não foi esse; foi, ao contrário, a língua tipicamente falada que os militares, comerciantes e colonos levaram às regiões conquistadas. Marcado pela presença de construções e termos que os bons escritores abominariam, esse latim foi certamente considerado inferior e nunca foi objeto de uma atenção especial, no seu tempo; por isso, o que nos resta dele em termos de documentação escrita é muito pouco.

Falar em **língua ibérica** recupera não só a história da colonização românica da Península Ibérica, que foi bem diferente nas regiões voltadas para o Mediterrâneo, no Centro e nas regiões voltadas para o Atlântico. Lembra-nos também que o português, o espanhol e o catalão foram as línguas criadas no Norte da Península e implantadas no seu território europeu por reinos cristãos que estiveram empenhados, durante séculos, num processo de "reconquista" que tinha os árabes como

adversários. A partir do séc. XVI, esses Estados foram responsáveis pela descoberta dos caminhos que redesenharam a geografia do mundo e pela criação de vastíssimos impérios. Sem isso seria impossível explicar o facto de que o espanhol é hoje a segunda língua europeia mais falada no mundo, e o português a terceira, uma realidade na qual as antigas colónias de Espanha e de Portugal têm evidentemente um papel preponderante.

3.1.2 Três adjetivos: três conjuntos de características estruturais

Falar do português como uma língua indo-europeia, românica e ibérica lembra-nos todos esses factos históricos, mas é possível ler aqueles adjetivos numa perspetiva mais estritamente linguística, como se verá em seguida, e aí também são muitas as informações pertinentes.

3.1.2.1 Uma herança indo-europeia: a importância da flexão

Dizer que o português é uma *língua indo-europeia* é uma forma de dizer que serão previsíveis certas configurações estruturais, ao passo que outras não devem ser esperadas. De todos os factos que se poderiam lembrar a este propósito, um dos mais importantes é que as línguas indo-europeias são, tipicamente, línguas flexivas, ou seja, línguas nas quais as palavras são formadas pela combinação de uma base lexical com elementos que correspondem a flexões de vários tipos – conjugação, declinação, variação de algumas palavras em género, número e grau; encontraremos nessas línguas, em suma, uma morfologia rica. Uma forma tipicamente indo-europeia de flexão é exemplificada pelas alternâncias muito comuns de desinências: contando as "vozes" do verbo *cantar*, ou de qualquer outro que não seja defetivo, chegar-se-á rapidamente a um número que beira a centena. Esse recurso, que consiste em formar muitas palavras a partir de um mesmo radical pelo acréscimo de desinências, parece-nos inteiramente natural, mas muitas línguas do mundo não o têm. Por exemplo, em algumas línguas indígenas da América não existem duas formas do verbo diferentes para referir o presente e o passado. Quando um falante dessas línguas diz que os seus pais gostam de mandioca e de peixe, os falantes de uma língua flexiva como o português ficam às vezes na dúvida sobre se os pais do informante ainda vivem ou não. Isto não significa que os falantes dessas línguas não sabem distinguir entre o presente e o passado. Significa simplesmente que a distinção entre presente e passado não está gramaticalizada na sua língua do mesmo modo que nas línguas indo-europeias. Dito de outra maneira, o género, o número, o grau e os tempos, modos e pessoas do verbo não são categorias necessárias da linguagem humana. São características que estão presentes em algumas línguas e não em outras e que serão mais facilmente encontradas nas línguas indo-europeias, no português inclusive.

Alternâncias de outros tipos presentes nas línguas indo-europeias são ilustradas pelas palavras inglesas *sing*, *sang*, *sung* e *song*: reconhecemos em todas estas palavras a ideia básica de 'canto', mas diferentes realizações da vogal em torno da qual se constituem essas palavras dizem-nos que estamos diante de uma ação presente, de uma ação passada, do resultado de uma ação ou de uma entidade. Esta é uma alternância de formas semelhante à que distingue, em português, *faz*, *fez*, *fiz*.

3.1.2.2 Uma herança latina: a distinção entre imperfeito e perfeito

Lembrar que o português é uma *língua românica* evita reações de estranheza que seriam de outro modo possíveis. Quando se ensina o português (ou qualquer outra língua românica) a falantes do inglês ou do sueco, por exemplo, é complicado explicar por que, ao falar de factos passados, é preciso usar ora o pretérito imperfeito ora o pretérito perfeito. Por que razão, indagam então os alunos, se deve dizer (1a) ou (1b), mas não (1c)?

(1) a. Quando conheceu a Maria, o Manuel trabalhava no cais.
b. Quando trabalhou no cais, o Manuel conheceu a Maria.
c. * Quando conhecia a Maria, o Manuel trabalhou no cais.

Os manuais procuram às vezes responder dizendo que o pretérito perfeito fala de factos que fazem avançar o tempo da narrativa (ao passo que o imperfeito mantém o tempo inalterado); outras vezes, sugerem que o perfeito é reservado à expressão de factos pontuais. Essas explicações são aproveitáveis, porque cobrem um certo número de casos, mas a verdade é que as línguas românicas, em oposição às línguas germânicas acima citadas, obrigam o falante, sempre que queira referir-se a factos passados, a optar entre duas alternativas que têm a ver com o modo de "perceber" ou "representar" a ação. A obrigatoriedade dessa opção (não se veja nisso um jogo de palavras) é uma característica que todas as línguas românicas compartilham, e que muitas línguas não românicas não têm. Não sabemos tudo aquilo que seria preciso saber sobre o significado exato dessa escolha. Mas é certo que não se trata de uma alternativa de tempo, porque os factos descritos são, em ambos os casos, factos passados (cf. Cap. 15). Para qualificar a opção, generalizou-se há algumas décadas o uso da palavra "aspeto". É uma escolha feliz, porque a palavra "aspeto" contém em si mesma a raiz *spek*, uma velha raiz indo-europeia que se encontra também na palavra latina ***spe**culum* (a antepassada de *espelho*) e nas palavras portuguesas *e**spec**tador* e *per**spet**iva*. Até prova em contrário, "aspeto" é, então, uma boa escolha para falar dessa alternativa (cf. Cap. 17).

3.1.2.3 Uma característica ibérica: as marcas de género e número

O português é uma *língua ibérica*. Como seria de esperar a partir da sua história e da sua localização no espaço europeu, apresenta semelhanças mais fortes com o espanhol e com o catalão do que com o francês, e, em certos aspetos, as diferenças são ainda maiores se tomarmos como termo de comparação as duas línguas românicas que se desenvolveram com estatuto de línguas nacionais a leste do território romanizado: o italiano e o romeno.

Um facto que chama a atenção, nessas comparações, é a presença, nas línguas ibéricas, de dois procedimentos que são extremamente familiares para os falantes de português e que servem para "converter" nomes masculinos em femininos, e vice-versa, e nomes singulares em nomes plurais. Trata-se, evidentemente, da "troca" de *-o* por *-a* (segundo o modelo *amigo*/*amiga*, *feio*/*feia*) e do acréscimo de um *-s* (como em *amigo, amiga / amigos*, *amigas*; *feio, feia / feios, feias*).

O primeiro desses procedimentos é encontrado, tal e qual, em italiano (*amico*/*amica*; *brutto*/*brutta*); o segundo, não (o plural de *amic**o*** é *amic**i***, o de *amic**a*** é *amich**e***; o plural de *brutt**o*** é *brutt**i***, o de *brutt**a*** é *brutt**e***). Na pedagogia do francês, o *-s* foi

muitas vezes apresentado como o símbolo inconfundível do plural, mas trata-se de um *-s* que, embora presente na escrita, já não se pronuncia há séculos, a não ser em contextos muito especiais, o mesmo acontecendo com o *-e* final de feminino. Comparemos algumas expressões francesas com as suas traduções portuguesas, entre parênteses:

(2) a. *mes amis*, *mes amies* [mezamí] (port. *os meus amigos*, *as minhas amigas*)
b. *mes copains* [mekopɛ̃] (port. *os meus companheiros*)

Levando em conta a transcrição fonética das expressões francesas, fica claro que, no francês falado, não é o *-s* final que indica plural; com efeito, se em (2a) ocorre um [z] fonético entre o possessivo e o nome que poderia ser associado ao plural, a transcrição do exemplo em (2b) mostra que esse *-s* gráfico não é pronunciado e, logo, que não é ele que veicula a informação de número. Do mesmo modo, o *-s* final dos nomes *copains* e *ami*(*e*)*s* não tem realização fonética. Por outro lado, o *-e* final em *ami**e*** só graficamente indica o feminino: foneticamente, não tem realização, pelo que masculino (*ami*) e feminino (*amie*) são formas homófonas.

A situação descrita no parágrafo anterior, bem diferente da do português e do espanhol, pode parecer caótica, mas tem uma explicação bem conhecida e relativamente simples, que pode ser resumida como segue: é bem sabido que em latim a função sintática dos nomes era dada por terminações casuais – a mesma palavra poderia aparecer com várias formas diferentes, entre três (por exemplo, sg. *rosa, rosae, rosam*) e cinco (por exemplo, sg. *homo, hominem, hominis, homini, homine*), formas essas que estavam associadas a funções sintáticas como sujeito, modificador de nome, complemento indireto, complemento direto e adjunto adverbial de valor instrumental. É também sabido que o latim tinha cinco paradigmas de "declinação", ou seja, cinco modelos segundo os quais os nomes podiam ser declinados. Dessas declinações, a primeira comportava nomes masculinos e femininos como *incola* 'habitante', *agricola* 'agricultor' e *domina* 'esposa do dono da casa', ao passo que a segunda comportava nomes masculinos, femininos e neutros como *dominus* 'dono da casa', *pinus* 'pinheiro' e *templum* 'templo'. O que é relevante para resolver o quebra-cabeças do parágrafo anterior é a variação exemplificada por *dominus* e *domina*: mediante o mesmo radical, *domin-*, formavam-se nomes femininos usando as terminações casuais da primeira declinação, e nomes masculinos usando as terminações casuais da segunda.

Duas mudanças que aconteceram mais ou menos simultaneamente no final da latinidade provocaram uma reinterpretação radical desse conjunto de factos da gramática latina: a primeira foi que a alternância entre declinações passou a ser vista como um recurso sempre disponível para expressar a diferença de género; a segunda foi que a variação casual dos nomes se perdeu, sobrevivendo uma única forma casual. Mas essa forma não foi a mesma em todas as regiões em que o latim era falado: no oriente do mundo romanizado, sobreviveu a forma do nominativo, que terminava em *-a* ou *-u*(*s*) para o singular e em *-ae* ou *-i* para o plural. No ocidente, a forma sobrevivente foi o acusativo, em *-a*(*m*) ou *-u*(*m*) para o singular e em *-as* ou *-os* para o plural. Isso explica a situação que encontramos hoje nas línguas ibéricas e no italiano: *este gat**o***, *esta gat**a***, *estes gat**os***, *estas gat**as***, mas *questo gatt**o***, *questa gatt**a***, *questi gatt**i***, *queste gatt**e***. A situação atual do francês não desmente

essa explicação, ao contrário, reforça-a. Depois de passar pela etapa em que se encontram hoje as línguas ibéricas (perdoem-se as simplificações), o francês transformou o *-a* final em *-e*, e depois deixou de pronunciá-lo; além disso, o *-s* final emudeceu. Por isso, os recursos para indicar o feminino e o plural, no francês, não poderiam ser o *-e* e o *-s* finais, a não ser em circunstâncias muito especiais, sobre as quais não se entrará aqui em pormenor.

Às vicissitudes históricas que impuseram *-a*, *-o* e *-s* como marcas de género e número, deve ser associado um traço do português que levanta dificuldades a quem o aprende: a diferente pronúncia das vogais tónicas de palavras como ***po**rco*, *p**o**rca* e *p**o**rcos* – [o], [ɔ] e [ɔ], respetivamente. Para explicar estas pronúncias naquele contexto, basta lembrar que são o resultado de uma assimilação. Com efeito, em latim vulgar, a terminação do acusativo singular *-um* tinha dado origem a um *-o* fechado, [o]; o acusativo plural *-os* teve sempre *-o* aberto, [ɔ]; o acusativo singular *-a*(*m*) tinha igualmente vogal aberta. Foram as duas pronúncias abertas das terminações do masculino plural e do feminino singular que levaram às atuais pronúncias de *p*[ɔ]*rca* e *p*[ɔ]*rcos*, em oposição a *p*[o]*rco*; mais precisamente, as vogais tónicas dessas palavras abriram quando a vogal final era aberta, e somente nesse caso. A alternância que encontramos em *avô* e *avó* é a mesma: essas palavras provêm de *avolus* e *avola*, diminutivos de *avus* e *ava*. Como em outras palavras do português, o *-l-* intervocálico caiu, e as duas vogais em hiato reduziram-se a uma só. Mas a diferença na vogal tónica permaneceu, único vestígio de uma oposição de género que, no passado, era mais "regular", no sentido de que exibia também a alternância *-o* (< *-us*)*/-a*, típica das línguas ibéricas.

3.1.2.4 O português: uma língua ibérica com traços próprios

O português é uma língua ibérica, mas as diferenças em relação às outras línguas ibéricas – sobretudo o espanhol e o catalão – são notáveis. Já o eram, na verdade, no séc. XII. Naquele tempo, deviam chamar a atenção dos forasteiros vindos do Leste algumas pronúncias recorrentes na fala dos portugueses, e que acabaram por ser identificadas como marcas de uma língua autónoma, ao mesmo tempo que se fixava a imagem de uma monarquia e de uma nação também autónomas. Essas pronúncias são, por exemplo, a da palavra *lã*, que soava então [lɐ̃a], ou a da palavra *céu*, que soava então [t͡séo], ou ainda a da palavra *feio*, que soava então [féo]. Essas pronúncias, entenda-se, constituíam um facto sistemático da língua falada a Noroeste da Península Ibérica, afetavam todas as palavras que tinham certas sequências de sons e eram o resultado de uma evolução pela qual passaram regularmente essas palavras. Por exemplo, a pronúncia [lɐ̃a] da palavra que hoje é *lã* era o resultado da queda do *-n-* intervocálico presente na palavra latina *lana*, [t͡séo] era o resultado da queda do *-l-* presente na palavra latina *caelum*, e [féo] era a evolução da palavra latina *f*(*o*)*edu*; trata-se de um mesmo fenómeno de evolução fonética, a queda de certos sons quando localizados entre duas vogais[1]. Estas pronúncias são uma amostra mínima de como algumas mudanças surgidas no território do português criaram diferenças entre as várias regiões da Península Ibérica; as formas *la**n**a* e *cie**l**o* mostram que o espanhol conserva até hoje algumas das consoantes que o

[1] Para informações complementares sobre este e outros fenómenos, cf. Cap. 2.

português perdeu, estabelecendo uma diferença quase regular entre as duas línguas, ou, mais geralmente, entre o português e as demais línguas românicas (cf. fr. *laine, ciel*, ital. *lana, cielo*, rom. *lĭna, cer* (onde o *-l-* sobreviveu como *-r*)).

Para evitar mal-entendidos, vale a pena, em todo o caso, lembrar que, desde o séc. XII até hoje, o português mudou muito. Aos forasteiros que iam a Portugal no séc. XII, o português deve ter soado bárbaro, precisamente pela grande quantidade de hiatos criados pela queda de consoantes intervocálicas. Hoje, porém, o português é uma língua quase sem hiatos: ao longo dos séculos, a própria língua se encarregou de eliminá-los, quer porque as vogais contíguas se contraíram (como em *lã*), quer porque uma das duas vogais se transformou em semivogal (como em *céu*, *mão*) ou ainda porque entre as duas vogais foi inserida uma semivogal (como em *feio*). Se o critério para qualificar uma língua como bárbara é a quantidade de hiatos, o português já não merece essa qualificação.

A queda das consoantes intervocálicas *-l-*, *-n-* e *-d-* nos primórdios da língua é um exemplo de inovação que surgiu no território do português, e que acabou por distingui-lo das línguas vizinhas. Fenómenos que vão no sentido inverso também são comuns. Por exemplo, em certas condições, o *-o-* tónico mudou para *ue* numa grande região da Península Ibérica da qual Portugal não fez parte. Daí que tenhamos hoje em português *s**o**lo*, *l**o**go* e *s**o**rte* e em espanhol *s**ue**lo*, *l**ue**go* e *s**ue**rte*. Contudo, a conversão *o* > *ue* nem sempre se aplica: algumas conversões não são possíveis, mas a tentativa de explicá-las ultrapassaria os propósitos deste texto.

3.2 Níveis de análise e de observação

Os dois fenómenos descritos nos últimos parágrafos pertencem ao domínio da fonética e este foi, em todos os tempos, o domínio mais lembrado quando se tratou de decidir que duas línguas são diferentes, embora geneticamente afins. Mas a fonética é também o primeiro nível de análise de um roteiro popularizado pelo estruturalismo, segundo o qual a descrição linguística deve sempre ser elaborada em patamares, em que se analisam unidades de complexidade crescente. Essa conceção da descrição linguística preconiza que se fale primeiramente de fonética e fonologia, depois de morfologia e somente então de sintaxe. Não é a única maneira possível de organizar uma descrição, nem talvez a melhor, mas tem a vantagem de uma certa clareza, e por isso será usada aqui. Nas passagens que seguem, apresentam-se alguns factos que dizem respeito aos sons do português, outros que dizem respeito às formas e outros ainda que dizem respeito à organização da frase. Por fim, tratar-se-á brevemente de questões de sentido e de interação verbal.

3.2.1 O nível dos sons

São muitas, sem dúvida, as características que distinguem o português no domínio dos sons.

No sistema das vogais, não encontraremos a oposição /u/~/y/, que em francês dá origem a pares como *vous* (port. *vós*) e *vus* (port. *vistos*), nem a distinção, em posição acentuada, /i/~/ɨ/, já que, nas línguas românicas, esta última vogal só distingue palavras no romeno; mas nem por isso o sistema vocálico do português é simples.

Se considerarmos as vogais orais, é notável a existência de um inventário mais numeroso que o do espanhol. São sete as vogais do português: /a/, /ɛ/, /e/, /i/ /ɔ/, /o/, /u/. Mas a verdade é que o potencial distintivo deste sistema de sete vogais (isto é, a sua capacidade de distinguir palavras, como *pó* e *pé*, *dado* e *dedo*, por exemplo) só é inteiramente aproveitado quando essas vogais são utilizadas na posição tónica das palavras. Em sílaba átona, algumas oposições são neutralizadas e, em vez dos sons que se distinguem em posição tónica, encontramos um inventário bem mais reduzido. Isso cria uma diferença notável em relação ao italiano, que, como vimos, usa precisamente, em posição átona, a distinção entre [ɛ] e [i] para opor o singular e o plural de um bom número de palavras: sg. *un dent**e***, pl. *tre dent**i***; sg. *un signor**e***, pl. *tre signor**i***.

Ainda no domínio das vogais, é de assinalar a presença, ao lado das vogais orais, de vogais nasais, uma característica que basta para opor o português ao italiano, ao espanhol e ao romeno.

Outro traço notável é a existência de ditongos nasais, característica única e que constitui uma das grandes dificuldades da aprendizagem do português como língua estrangeira.

No sistema das consoantes, importa registar a ausência de consoantes geminadas. Estas últimas são uma característica do italiano, língua em que *pala* e *palla* são palavras diferentes, a primeira das quais significa *bola*, ao passo que a segunda significa *pá*. É também em palavras como *pizza* ou *focaccia*, do italiano, que se pensa quando se quer registar o facto de que o português-padrão não tem hoje consoantes africadas como [t͡ʃ], [d͡ʒ] ou [t͡s] e [d͡z]. Como se sabe, o português já teve africadas, que eram a evolução normal de consoantes latinas que se palatalizaram (p.e., [t͡ʃ]amar, ***ch**amar*; [d͡ʒ]ente, ***g**ente*; [t͡s]ervo, ***s**ervo*; co[d͡z]er, *cozer*), mas já as tinha transformado em fricativas em torno de 1500. Vem daí a identidade de pronúncia das consoantes destacadas de ***c**esta* e ***s**exta*, de *ca**ss**a* e *ça**ç**a*, de *pa**ç**o* e *pa**ss**o* (cf. Caps. 1 e 5).

Para entender a natureza de uma língua, vale a pena, às vezes, observar a maneira como ela adapta as palavras estrangeiras. Pense-se na palavra inglesa *sport*. Introduzida no Brasil por volta de 1880, essa palavra passou por uma "adaptação aos hábitos fonéticos locais" que resultou na sua forma atual: *esporte*, com a sílaba inicial pronunciada como [iʃ] ou [es]. Outras palavras de introdução mais recente que passaram por uma adaptação semelhante foram *snooker*, *skate* e *spray*, abrasileiradas como *esnúquer*, *esquêite* e *esprêi*[2], e um destino análogo coube a *status*, uma velha palavra latina que muitos escrevem hoje *estatus* (no Brasil) ou substituíram de vez por *estatuto*. Estes empréstimos (do inglês, do latim) são recentes, mas o problema de o que fazer com a sequência formada por *s* + *consoante* é uma velha questão que se colocou para todas as línguas românicas. Essas sequências foram encaradas como problemáticas sobretudo em começo absoluto de palavra, e três soluções maioritárias, e bem diferentes, apareceram no mundo de fala latina: (i) manter a sequência; (ii) resolvê-la pela anteposição de uma vogal de apoio; (iii) usar a vogal de apoio e, em seguida, eliminar o *-s*. Contrariando a afirmação corrente de que o italiano é a língua mais vocálica do globo, a primeira solução é a do italiano e a terceira é a do francês: onde o italiano tem *spada*, *stato*, *scala*,

[2] Em Portugal não ocorreu esta adaptação, pronunciando-se [snúkɐr], [skéjt] e [spɾéj], respetivamente.

smalto, o francês tem *épée*, *état*, *échelle*, *émail*. Relativamente ao português: o português do Brasil segue a solução (ii), como acontece nas outras línguas da Península Ibérica, apresentando *espada*, *estado*, *escada*, *esmalte*, com vogal inicial pronunciada. Essa já foi também, no passado, a solução adotada pelo português europeu, e é a que está registada na escrita, mas o português europeu apresenta hoje uma quarta solução para a sequência: (iv) núcleo silábico vazio e consoante palatal [ʃ] como elemento inicial (correspondendo a *s*-); as realizações [ʃ]*pada*, [ʃ]*tado*, [ʃ]*cada*, [ʒ]*malte* apresentam, assim, uma primeira sílaba com ausência de vogal e com a consoante palatal ([ʃ] ou [ʒ]) como coda dessa sílaba.

O que está implícito nesta comparação de línguas irmãs é, antes de mais nada, um facto linguístico geral: as línguas não se distinguem apenas pelos sons que utilizam, mas também pelas combinações de sons que permitem e pela maneira como os distribuem para formar unidades maiores. Essa verdade linguística geral aplica-se, como seria de esperar, às línguas românicas e torna-se relevante para refletir sobre o tratamento que elas deram a essa série de sequências cuja pronúncia foi sempre encarada como problemática, as sequências de consoantes iniciadas por *s*-. Para explicar a maneira como as línguas distribuem os seus sons, criou-se no passado uma palavra curiosa, *fonotática*, que se baseia por sua vez numa metáfora bélica – a língua, à maneira do general que dispõe os soldados em campo de batalha, dispõe os seus sons nessas formações de sons que são as palavras. Metáforas à parte, as línguas românicas têm fonotaxes diferentes: para um falante de qualquer língua românica que não o português pode parecer estranho o facto de que o *-r-* de *tenro* e de *honra* tenha que ter pronúncia forte (a mesma que encontramos em começo de palavras). Mas deixemos de falar de sons, e falemos um pouco de formas.

3.2.2 O nível das formas

Falar em formas leva, antes de mais nada, a lembrar que a declinação, isto é, a possibilidade de usar as terminações dos substantivos e adjetivos para indicar as suas funções sintáticas, só sobreviveu no romeno. Portanto, no que concerne às declinações dos substantivos e adjetivos, o português coincide com a maioria das línguas românicas: simplesmente não as tem.

Alguém poderia contra-argumentar, lembrando que no português, como na maioria das línguas românicas, há vestígios de declinação na classe dos pronomes pessoais, e, de facto, na oposição *ele ~ o ~ lhe*, está substancialmente representada a velha distinção entre o nominativo, o acusativo e o dativo (note-se, de passagem, que estes pronomes, que têm hoje uma aparência tão diferente, já foram bem mais parecidos entre si, pertencendo ao paradigma de declinação do demonstrativo latino: *ille*, *illum*, *illi*; cf. Cap. 22, Caixa 2).

Tudo somado, a presença desse vestígio é muito pouco também para afirmar que o sistema pronominal do português se assemelha ao sistema pronominal do latim clássico. Aqui, como em muitos outros aspetos da língua, o português acompanhou a tendência geral das línguas românicas: partiu de uma língua "mais sintética" e foi derivando para uma língua "mais analítica". Falar em mesma tendência não quer dizer, porém, que tudo se tenha passado de maneira igual e, de facto, se compararmos o sistema pronominal do português de hoje com os sistemas pronominais das línguas irmãs, encontraremos diferenças notáveis.

Pensemos num tradutor que queira passar para o português frases francesas tão banais como *ne t'en fais pas*, *on se revoit mardi* ou *j'y tiens*. Ele chegará provavelmente a soluções como *não ligues a isso* (PE), *não ligue para isso* (PB); *revemo-nos* (*na*) *terça-feira* (PB), *voltamos a ver-nos* (*na*) *terça-feira* (PE), *até terça-feira* (PE) e *faço questão*, *faço questão disso* ou *insisto*, e talvez isso baste. Mas estas traduções não são fiéis ao original, no sentido de que alteram a sua sintaxe. Estes exemplos, com efeito, chamam a atenção para o facto de que o português não tem equivalentes exatos para *en*, *on* e *y*. Na realidade, o português antigo teve esses equivalentes e fez deles um uso bastante frequente, mas hoje o único vestígio que resta são as duas últimas letras do conector *por**ém***, uma palavra que ninguém se lembraria de analisar em dois segmentos distintos.

Falar de formas, nas línguas flexivas, é também, e sobretudo, descrever o modo como a variação das palavras traduz diferenças de sentido que a língua impõe como relevantes, ou o modo como a língua apresenta variantes que têm de ser consideradas conforme o contexto sintático. Nesta perspetiva, "formas" remete para os domínios da morfologia e da sintaxe. Por isso, o estudo das formas implica considerar séries mais ou menos amplas de palavras entre as quais os falantes são obrigados a escolher quando constroem as suas frases. Como ficou dito mais acima, a classe em que a variação de formas é mais ampla, nas línguas indo-europeias, é o verbo. Não foi por acaso que os antigos viram nele a palavra mais completa, a palavra por excelência. O verbo é também a classe de palavras em que o português mais se afasta da maioria das línguas românicas, devido à existência de três paradigmas que são desconhecidos nestas últimas: os chamados pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo, futuro do conjuntivo e infinitivo pessoal.

3.2.2.1 Pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo

O pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo existe ainda hoje em português e deriva do mais-que-perfeito latino, um tempo que fazia honestamente o que o seu nome indica – localizar factos num passado anterior a outro passado (veja-se o exemplo de *ficara* e *perdera* em *Já em Agosto, quando o grupo partiu para os Estados Unidos, o mais novo ficara para trás. Razão oficial: perdera a casa onde morava e precisava de encontrar uma nova.* (CRPC, *Visão*).

A esse uso acrescentou-se mais tarde um outro, em que o mais-que-perfeito expressa as duas condições que formam o período hipotético quando este descreve factos irreais que poderiam ter ocorrido no passado. Assim, Camões pôde dizer, falando do papel que o povo português teve nas navegações, "*E se mais mundo houvera, lá chegara*". Há esse uso também em espanhol; nas demais línguas românicas, ao contrário, o mais-que-perfeito latino não deixou vestígio. Resta a essas línguas a possibilidade de indicar anterioridade no passado recorrendo a perífrases, mas isso tem os seus inconvenientes. Por exemplo, se Camões escrevesse em italiano, teria grande dificuldade para reduzir a um decassílabo as dezasseis ou dezassete sílabas que se encontram na tradução italiana mais rasteira: *Se ci fosse stato ancora del mondo, ci sarebbe arrivato*. Isso não quer dizer que é fácil ser poeta em português; quer dizer apenas que os poetas conhecem como ninguém as potencialidades da sua língua.

3.2.2.2 Futuro do conjuntivo

Um dos grandes mistérios da gramática portuguesa consiste em explicar a razão por que, na repartição das formas do verbo pelos vários modos, este futuro foi atribuído à circunscrição do conjuntivo. Haveria argumentos igualmente bons para enquadrar essa forma no indicativo. De facto, formas como *vier*, *puser*, *for* ou *souber* (escolhe-se propositadamente estas formas por serem inconfundivelmente conjuntivos futuros, formados com o mesmo radical do perfeito do indicativo) comutam ora com formas do indicativo (cf. (3a,b)), ora com formas do conjuntivo (cf. (4a)), como mostram os paralelismos abaixo:

(3) a. Quando ele se *foi* embora, eu sofri.
b. Quando ele se *vai* embora, eu sofro.
c. Quando ele se *for* embora, eu vou sofrer.

(4) a. Se ele *soubesse* disso, ficaria furioso.
b. Se ele *souber* disso, ficará furioso.

Questões terminológicas à parte, a existência do futuro do conjuntivo cria para o português uma complexidade própria quando se trata de lançar hipóteses inverificáveis no futuro. Note-se que o italiano diria do mesmo modo (cf. *ha promesso di informarci quando verrà*) estas duas frases do português, cujo sentido é bem diferente: *prometeu informar-nos de quando virá* e *prometeu informar-nos, quando vier.*

3.2.2.3 Infinitivo pessoal

Igualmente peculiar do português é a existência de um infinitivo pessoal. Quando se diz que *o governo proibiu a venda de vários remédios por serem prejudiciais à saúde*, entendemos imediatamente que o que causa prejuízo à saúde são os remédios, e não o governo; é uma informação que retiramos da terminação de terceira pessoa do plural do infinitivo *serem*, que, por sua vez, nos obriga a procurar um sujeito plural (*remédios*) para concordar com *prejudiciais*. Novamente, trata-se de uma construção que não tem paralelo nas demais línguas românicas. Isso não significa que elas não possam expressar esse sentido por outros meios, mas são obrigadas a fazê-lo recorrendo a frases subordinadas completamente desenvolvidas – com conjunção e verbo numa forma finita: por exemplo, em francês, *le gouvernement a interdit la vente de plusieurs remèdes parce qu'ils nuisent à la santé.*

Haveria muito mais a comparar, falando de formas do verbo. Mas neste ponto é mais importante lembrar que o verbo não é a única área da gramática em que o português se distingue das outras línguas românicas. Na verdade, é praticamente impossível, neste terreno cheio de acidentes que é o estudo das formas, encontrar áreas em que o português é absolutamente idêntico às suas línguas irmãs: não tem duas séries diferentes de possessivos (compare-se com o francês, que tem *mon*, *ton*, *son*, etc., como determinantes do nome, e *le mien*, *le tien*, *le sien*, etc., como pronomes) nem distingue, nos possessivos de 3.ª pessoa, os casos em que o possuidor é plural ou singular (*o vizinho e os seus filhos*, *os vizinhos e os seus filhos* vs. *le voisin et ses enfants*, *les voisins et leurs enfants*, em francês), mas conta com um artigo indefinido

plural (*uns, umas*); além disso, fala da soma de um mais um mediante dois numerais diferenciados quanto ao género (*dois, duas*) e dispõe de três demonstrativos distintos relacionados, em princípio, com as três pessoas do discurso: *este*, *esse*, *aquele*; não lhe é dado escolher entre dois artigos definidos masculinos, como acontece em italiano (*il topo*, *lo scoiattolo*), mas, em compensação, utiliza muito a sufixação avaliativa dos substantivos (*casinha, romancezinho*) – cf. Cap. 57) e a variação de grau dos adjetivos, com uma liberdade que outras línguas românicas já perderam há muito tempo (*obrigado, muito obrigado, obrigadíssimo, obrigadinho*: tente-se traduzir isto para o francês, preservando as diferenças, e ver-se-á ser impossível).

3.2.3 O nível das construções

Ao falar da maneira como o português constrói as suas frases, cabe observar antes de mais nada a possibilidade de omitir o sujeito. Dizemos em português (e também na maioria das línguas românicas) que *chove*, *neva* e *faz sol*, ou que *é preciso ter paciência*, ou ainda que *é bom fazer isto ou aquilo*, sem ser obrigatório antepor ao verbo um sujeito expletivo (como seria o caso de *ele chove* ou de *hoje, ele faz um frio de rachar!*, possibilidade existente em PE não padrão (cf. Cap. 43)). E, se estivermos a contar as peripécias de um amigo, não precisaremos de repetir constantemente o seu nome ou usar um novo pronome sujeito no início de cada oração. O termo de contraste, neste caso, é mais uma vez o francês, onde frases independentes como **pleut* ou **habite en France depuis 30 ans* (no contexto *mon ami Farhid est tunisien; *habite en France depuis 30 ans*) seriam impossíveis, precisamente pela falta de um pronome sujeito.

Uma vez assinalada a não obrigatoriedade do sujeito, duas construções vão reter a nossa atenção nas próximas linhas: a que o verbo forma juntamente com os pronomes clíticos e a que o auxiliar forma com o particípio passado. Acontece, nestes dois casos, um facto que se repete à exaustão nas línguas românicas: as construções aplicam um mesmo esquema básico, mas os resultados da aplicação são parcialmente distintos.

3.2.3.1 Verbo e pronomes clíticos

Ao construírem um sistema pronominal com aquilo que havia sobrado dos pronomes latinos, todas as línguas românicas formaram duas séries, uma tónica (*mim, ti, si,* etc.), que passou a ser usada depois de preposição, e uma átona (*me, te, se,* etc.), que se especializou como complemento não preposicionado do verbo. Este último fenómeno faz com que haja em português uma classe de pronomes átonos (ou seja, não portadores de um acento próprio), que são também "clíticos do verbo", porque, necessitando do apoio acentual de uma palavra tónica, gravitam sistematicamente em torno do verbo e formam com ele uma única unidade acentual.

Que o português apresente pronomes clíticos não é surpresa. A surpresa é encontrá-los com a mesma forma em posições variáveis, descritas, tradicionalmente, como **próclise** e **ênclise**, e, principalmente, o princípio que leva a colocá-los nessas duas posições. A explicação tradicional fala da ênclise como a posição básica e explica a outra posição possível, a próclise, como efeito de uma "atração" exercida, por exemplo, por um pronome relativo ou por um advérbio de negação. É assim que, pela atração de *que* e de *não*, se explica *as pessoas que me trouxeram esta carta* (pronome + V) em oposição a *trouxeram-me esta carta* (V + pronome) ou *não me convi-*

daram para ir ao teatro (pronome + V) em oposição a *convidaram-me para ir ao teatro* (V + pronome). Nas outras línguas românicas há também próclise e ênclise, mas essas posições são determinadas exclusivamente pelo modo do verbo: o caso mais claro é o do italiano, língua em que exemplos como *tu mi guardi* vs. *guardami* e *smettila di guardarmi* resumem as principais possibilidades: próclise em geral, e ênclise obrigatória com o imperativo e o infinitivo. No francês, passa-se essencialmente o mesmo que em italiano, mas é obrigatório, além disso, usar a forma tónica dos pronomes depois do imperativo na forma afirmativa (*regarde-moi!* vs. *ne me regarde pas!*).

A outra grande surpresa do português em matéria de pronomes átonos é a **mesóclise**, exemplificada por construções como *encontrá-lo-ia amanhã, encontrar-nos-á muito envelhecidos*, etc. Nestas construções, o pronome não aparece antes ou depois do verbo, mas sim no meio dele. Especialidade do português, a mesóclise só é possível em dois tempos verbais: o futuro e o condicional; explica-se, historicamente, pela maneira como se formaram estes dois tempos, que derivam (em todas as línguas românicas) de uma perífrase na qual se juntavam o infinitivo de um verbo de significação plena e o presente ou imperfeito do indicativo de um verbo usado para indicar tempo, quase sempre um descendente do latino *habere*. Perífrases como *amare + habeo, amare + habebam* foram comuns no latim tardio e vulgar. Tinham uma significação análoga à que têm ainda hoje *tenho que amar*, *tenho de amar* e vinham preencher uma lacuna criada com o desaparecimento do futuro latino, que tinha uma terminação própria. Com o tempo, *amare habeo* deu *amar-ei*, e *amare habebam* deu *amar-ia*. Interessa lembrar que a atual terminação do futuro e do condicional, *-rei* e *-ria*, nasceu do encontro do *-r* do infinitivo com o que restava de antigas formas do verbo *haver*, que inicialmente tinham um sentido pleno, depois passaram a ser utilizadas como auxiliares e finalmente se tornaram flexões do verbo (cf. Caps. 2 e 56). Retomando a questão da mesóclise, pode agora compreender-se que os pronomes cliticizam ao infinitivo, numa sequência infinitivo + pronome clítico + forma restante de *habere*.

Esse processo, pelo qual um verbo assume uma posição fixa e passa a ser usado como auxiliar, sendo em seguida reinterpretado como um instrumento gramatical, é relativamente comum na história das línguas (um exemplo bem conhecido é a formação dos futuros ingleses através dos verbos *will* e *shall*). Como envolve a transformação de uma palavra de sentido pleno num segmento que identifica uma categoria gramatical (no caso, o futuro), este é um dos vários processos que recebem o nome de "gramaticalização" (cf. Cap. 10). Mas o facto de que é possível encontrar o pronome átono internamente ao próprio verbo é sintoma de que a gramaticalização da perífrase de futuro, que chegou a completar-se nas demais línguas românicas (como prova a inexistência de mesóclise nessas línguas), não se completou em português, e isso é notável.

3.2.3.2 Perífrases verbais (verbo auxiliar + verbo pleno)

Quem estiver interessado em ver como as línguas românicas divergem no uso de um mesmo esquema básico deve olhar para as perífrases verbais em que o verbo de sentido pleno ocorre com um auxiliar. Foi por processos desse tipo que, além do futuro, se construíram, nas várias línguas românicas, os tempos compostos, a conjugação passiva e muitas outras perífrases verbais que elaboram a informação

dada pelo verbo de sentido pleno acrescentando-lhe determinações de tempo e aspeto ou modalizando a afirmação. Mas aqui também a aplicação de esquemas que eram no fundo os mesmos resultou em diferenças notáveis. Neste ponto, tratar-se-á apenas das formas passivas e dos tempos do passado.

No que diz respeito às formas passivas, uma diferença é o uso como auxiliar de um derivado do latim *venire* (port. *vir*), possível em italiano e obrigatório em romeno. No que diz respeito aos tempos compostos, o que chama a atenção é que o francês e o italiano os formam usando ora o equivalente de *ser,* ora o equivalente de *ter*: *Jean est venu, Jean a téléphoné*. Essas línguas podem legitimamente ser qualificadas como "línguas de dois auxiliares", porque a escolha entre *ter* e *ser* é determinada pela natureza do verbo de sentido pleno. Nada a ver com a possibilidade que existe em português de alternar entre *ter* e *haver*. Esta última possibilidade reduz-se na verdade ao pretérito mais-que-perfeito composto, sobretudo em certos registos escritos, e não tem nada a ver com a natureza do verbo de sentido pleno (cf., por exemplo, *Voltou a ler a carta. E verificou que havia* [/*tinha*] *sido escrita há mais duma semana*. (CRPC, F. Castro, *Missão*). Nas línguas de dois auxiliares, há uns poucos verbos que aceitam ambos, resultando da escolha uma diferença de sentido. É o que acontece em francês, onde se pode dizer tanto *il était grandi* como *il avait grandi*. Como seria de esperar, é possível expressar essa mesma diferença em português, mas para isso será preciso recorrer a um verbo auxiliar que não é nem *ser* nem *ter*, mas sim *estar* (cf. *ele estava crescido* vs. *ele tinha crescido*).

Ter preservado um verbo *estar* distinto de *ser* foi, historicamente, um dos grandes fatores de diversificação das línguas ibéricas em contraste com as outras línguas românicas. Mas as perífrases baseadas em *estar* são também a principal amostra da facilidade com que as línguas ibéricas conseguem, até hoje, construir perífrases verbais capazes de expressar matizes de significação particularmente requintados, e isso leva-nos ao penúltimo tópico do capítulo.

3.2.4 Entre as formas e as construções: variedade e riqueza das perífrases verbais

Esvaziando parcialmente do seu sentido original certos verbos de significação muito básica (como *estar*, *vir*, *andar*, *começar*, *seguir*, *acabar*, *terminar*, etc.) e combinando-os com os gerúndios, particípios ou infinitivos de outros verbos, o português construiu e continua a construir perífrases que hoje concorrem em posição de força com as formas simples. Uma dessas perífrases (baseada em *estar* + *a* + infinitivo, ou *estar* + gerúndio) é hoje, praticamente, o verdadeiro presente contínuo, e é usada onde outras línguas românicas usariam a forma simples. Considerem-se diálogos portugueses e franceses como estes:

(5) a. A – Pourquoi la circulation est-elle si lente ce matin?
B – Parce *qu'il pleut*. (vs.**parce qu'il est en train de pleuvoir*)
b. A – Por que é que o trânsito está tão lento?
B – Porque {*está a chover*/*está chovendo*}.

(6) a. A – Que fais-tu?
B – *Je lis*.
b. A – Que fazes?
B – *Estou a ler.* (vs. ?*leio*)

(7) a. A – Tu es encore loin?
B – Non, *j'arrive* tout de suite. (vs. **je suis en train d'arriver*)
b. A – Ainda estás longe?/Você está longe, ainda?
B – Não, {*estou a chegar*/*estou chegando*}. (vs. **não, chego*)

Face a estes exemplos, e à parte o PE padrão preferir *estar a* + infinitivo e o PB, *estar* + gerúndio, é imediato concluir que o presente simples, em português, tem muito mais limitações de uso do que no francês. Essas limitações resultam do facto de que as construções perifrásticas tomaram para si uma parte das funções tradicionais do presente simples, um processo que avançou em português muito mais do que em outras línguas.

Um outro fator de diferenciação que também diz respeito às perífrases verbais são os sentidos bastante requintados e por assim dizer especializados que algumas delas adquiriram, desfazendo a equivalência que apresentavam inicialmente em relação aos seus análogos românicos. Uma criança francesa que volte da rua com o joelho esfolado depois de cair da bicicleta contará o incidente aos adultos da casa dizendo *je suis tombé*. Não dirá nunca *je tombai*. Na mesma situação, uma criança portuguesa ou brasileira não dirá nunca *tenho caído da bicicleta*, e sim *caí da bicicleta*. Há, portanto, em ambas as línguas, diferenças importantes entre o pretérito perfeito simples e o pretérito perfeito composto. Mas as diferenças não são as mesmas. Em francês, o pretérito perfeito composto indica tipicamente um facto recente ou um facto ainda relevante no momento da fala: por essa relevância presente, o tempo composto já foi caracterizado em alguns estudos célebres como um tempo que exprime o passado próximo, às vezes com o custo de se ter de explicar essa proximidade em termos psicológicos, e não cronológicos. Também em português há uma oposição entre a forma simples e a composta, mas essa oposição não tem a ver com o caráter recente ou remoto do facto passado, porque factos próximos ou distantes exprimem-se igualmente pelo pretérito perfeito (pense-se no intervalo de tempo que se pressupõe ter decorrido em perguntas como *mãe, já tive varicela?* ou *Joãozinho, já terminou a redação?*). O pretérito perfeito composto caracteriza-se por um uso que nas outras línguas não aparece diferenciado: o de indicar iteração (repetição). A existência de um tempo composto com valor iterativo (cf. *tenho dormido pouco* ou *temos viajado nas férias*), sem necessidade de advérbios para veicular esse valor, é própria do português[3].

Uma outra explicação do pretérito perfeito composto, mais recente, torna ainda mais interessante esta forma portuguesa, porque desmente uma hipótese mais geral sobre os tempos verbais, segundo a qual os verbos estariam aptos para localizar factos no tempo, mas seriam intrinsecamente incapazes de expressar qualquer tipo de duração interna. Assim, veja-se o seguinte: é sabido que a ideia de iteração se desencadeia se colocarmos no pretérito perfeito composto um predicado, mesmo que este indique uma ação pontual, como é o caso de *tossir* (*o rapaz tem tossido?*); com tempos simples, esta possibilidade só tem lugar se se associar um adjunto adverbial de duração a esse predicado (*o rapaz* {*tosse*/*tossiu*/*tossia*} *a noite toda*). É possível unificar as duas explicações (valor de iteração e valor de duração) se se considerar que este tempo indica fundamentalmente duração e que

[3] Esta peculiaridade já tinha sido assinalada no começo do séc. XX por Gonçalves Viana.

a iteração de eventos, pressupondo um espaço de tempo alargado, se inscreve perfeitamente na duração. Esse é um resultado notável, que põe em causa a generalização acima referida.

3.2.5 Representações do falante de português

Esta última parte do capítulo incide sobre a questão de saber se dois interlocutores típicos do português se representam, enquanto participantes da interação verbal, da mesma maneira que o fariam quaisquer outros interlocutores, de qualquer outra língua românica. Prevê-se que não, mas esta é uma pergunta muito complexa, porque a expressão "representar-se da mesma maneira" recobre uma quantidade de possibilidades diferentes.

"Representar-se da mesma maneira" significa, antes de mais nada, ter os mesmos referenciais para a situação de interlocução e para os factos de que se fala. Ora, é sabido que quando um italiano convida alguém para o visitar, dirá *vieni da me sta sera*? e que as respostas possíveis são *vengo*, *sarà un piacere venire*, *purtroppo non posso venire*: ou seja, independentemente de o convite ser aceite ou não, o interlocutor coloca-se no ponto final do trajeto, característica essencial do uso de *venire* 'vir', em oposição a *andare* 'ir'. O mesmo acontece em francês (A – *Tu viens chez moi ce soir?* B – *Oui, je viens*.). Em português, *ir* seria seguramente o verbo da resposta, e, a depender de onde está quem fala, o da pergunta (cf. A – *Vens*/*Vais a minha casa esta noite?* B – *Vou*.). Vê-se que, de uma língua para outra, podem mudar os referenciais que os interlocutores usam para localizar as ações narradas, e este exemplo é particularmente forte, porque põe em jogo as respetivas localizações físicas. Mas esta é apenas uma das inúmeras maneiras que as línguas têm para imporem esquemas e representações a quem as fala. Se compararmos as diferentes formas de indeterminação associadas às expressões *a gente*, ao francês *on*, ao espanhol *uno* e aos vários pronomes reflexos que exprimem indeterminação, veremos que o grau de participação do falante na ação descrita varia de maneira extremamente subtil. Estes e outros factos abrem todo um vasto campo de pesquisas contrastivas que até há poucos anos era simplesmente inimaginável.

"Representar-se da mesma maneira" significa também que, independentemente da língua românica escolhida, os falantes deveriam poder contar, por parte dos seus interlocutores, com a mesma capacidade de suprir informações e de completar implícitos. Ao interagir, os falantes completam sempre a fala dos interlocutores suprindo implícitos de várias categorias, e um dos aspetos mais simples desse processo é o grau de explicitação que se exige no preenchimento das cadeias anafóricas (cf. Cap. 41). O termo pode parecer rebarbativo, pelo que se recorre a um exemplo:

(8) a casa da rua Nicolau de Souza Queiroz foi vendida e o dono exigiu a entrega imediata, nós mudamos para a rua Pelotas trezentos e qualquer coisa e entregamos a chave... (NURC, inq. 208)

Dada uma narrativa como esta, é imediato perceber que "o dono" de que se fala na primeira linha é o proprietário da casa da rua Nicolau de Souza Queiroz, que foi vendida, e que a entrega de que se fala na segunda linha é a da mesma casa da rua Nicolau de Souza Queiroz, o mesmo valendo para a chave da última linha. É sempre impressionante a quantidade de preenchimentos anafóricos que se fazem quando

se ouve uma narrativa, se interpreta um diálogo ou se procura fazer sentido de uma argumentação. A questão é esta: a quantidade de lacunas que se podem impor a um interlocutor é exatamente a mesma em qualquer língua? É exatamente a mesma em qualquer língua românica? Intuitivamente, dir-se-ia que não: o português brasileiro tolera mais lacunas do que o português europeu, e este tolera mais lacunas do que outras línguas românicas, como parece indicar o facto de que, diante de uma frase como *comprei o livro e li*, alguns portugueses poderão sentir falta de um pronome complemento direto (*comprei o livro e li-o*; cf. Cap. 44) e diante de frases francesas como **j'ai pris un billet pour Marseille et je suis allé*, frequentes em aprendizes que têm o português como língua materna, os franceses darão pela falta de um *y* (*et j'y suis allé*). Estes exemplos mostram que não se trata de comparar a maior ou menor liberdade com que as pessoas se expressam, escolhendo entre alternativas oferecidas pelo sistema da sua língua, mas sim de perceber a maior ou menor rigidez de dois sistemas linguísticos.

Finalmente "representar-se da mesma maneira" significaria que os falantes de todas as línguas românicas estão sujeitos a uma mesma etnografia da fala, ou seja, estão sujeitos aos mesmos códigos de cortesia, dão o mesmo valor à distância que mantêm em relação ao interlocutor, seguem rituais análogos quando se trata de estabelecer simetria ou assimetria no diálogo, têm o mesmo grau de tolerância (ou de intolerância) para com os falantes das variedades estigmatizadas da língua e lidam do mesmo modo com os estrangeiros, inclusive os que falam outras línguas românicas, etc.? É uma pergunta a que é difícil responder, mas tenderíamos a apostar numa resposta negativa.

3.3 Considerações finais

Estudar uma língua é tarefa para toda a vida. Comparar línguas também é uma tarefa infindável, e por isso seria temerário querer tirar qualquer conclusão daquilo que ficou dito nestas poucas páginas. Contudo, este exercício de comparação não deixa de encerrar uma lição. Estudar a própria língua obriga à tarefa inglória de falar sobre o óbvio, e o óbvio, como sabe qualquer cientista social, é sempre a descrição mais difícil de fazer porque, de tanto ser visto, se torna invisível. A comparação pode ser uma forma prática de desautomatizar a perceção dos factos. Nada impede, aliás, que o contacto intuitivo proporcionado pela comparação se torne o ponto de partida para análises mais rigorosas, inspiradas ou testadas pelo recurso a doutrinas científicas prestigiadas.

Das comparações feitas, conclui-se que o português não se singulariza entre as línguas românicas pelo facto de comportar uma ou outra característica única e peregrina, mas por ter com todas elas semelhanças e diferenças nem sempre fáceis de explicar, como é próprio numa grande família.

Para compreender essas semelhanças e diferenças, pode ser útil, às vezes, recuar no tempo até reencontrar uma base comum que a história posterior desfez. Tal se fez neste capítulo, que em certos momentos evocou épocas em que toda a România, isto é, todo o território romanizado, apresentava uma relativa unidade; noutros, visualizou domínios mais localizados (o das línguas ibéricas, por exemplo); noutros, ainda, teve que lidar com diferenças dentro da própria língua

portuguesa, assinalando que certos modos de construir as frases são próprios da variedade europeia ou da americana, ou têm numa dessas variedades um caráter de algum modo marcado.

Seja como for, da história das línguas românicas, procurou-se usar apenas o *quantum satis*, já que o objetivo deste capítulo não era a história pela história, mas sim contrastar o português contemporâneo com as restantes línguas românicas relativamente a um conjunto de factos importantes, e até certo ponto familiares.

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

F. Castro, *Missão* – Ferreira de Castro (1954[3]) *A Missão*. Lisboa. Livraria Editora Guimarães & C.ª. *Visão*.

NURC – *Corpus* NURC, transcrito em Preti, D. e H. Urbano (orgs.) (1985) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, vol. 3. São Paulo. T. A. Queiroz Editor, Lda., 90-91.

VARIEDADES GEOGRÁFICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

É uma propriedade de qualquer língua viva apresentar variação, isto é, diversidade linguística motivada pela coexistência de formas que alternam no uso, explicáveis por fatores linguísticos e/ou não linguísticos. A par de fatores linguísticos, nomeadamente contextuais, e de fatores históricos (estes explicando a coexistência de variantes conservadoras e de variantes inovadoras), fatores de ordem geográfica, social e situacional originam a chamada variação no tempo, no espaço e na sociedade. Estes diferentes tipos de variação são designados tradicionalmente por variação *diacrónica* (etimologicamente do prefixo grego *dia-* 'ao longo de, através de' + *kronos* 'tempo'), variação *diatópica* (*dia* + *topos* 'lugar'), variação *diastrática* (*dia* + *stratus* 'camada, nível') e variação *diafásica* (*dia* + *phasis* 'fala, discurso').

Nos capítulos anteriores foram tratados aspetos da variação observada em português ao longo do tempo e descritas as principais diferenças ocorridas, ou seja, aspetos da variação diacrónica que geraram mudanças linguísticas. É à variação relacionada com fatores geográficos que o português apresenta na atualidade que se consagram os capítulos seguintes da *Gramática do Português*, começando por indicar onde se fala hoje português (cf. Cap. 4) e dando conta das variedades do português dentro e fora de Portugal. Dentro de Portugal, apresentando aquilo que é usual designar por dialetos (cf. Cap. 5). Fora de Portugal, apresentando as variedades a que a língua tem dado lugar, por um lado no Brasil (cf. Cap. 6) e por outro em África (cf. Cap. 7).

4 GEOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA 71
4.1 A língua portuguesa no mundo 71
4.2 Os crioulos de base portuguesa 75

4 GEOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A partir da primeira metade do séc. XV e na sequência dos Descobrimentos e da expansão portuguesa no mundo, a língua portuguesa estendeu-se aos vários continentes, permanecendo até à atualidade nuns casos, tendo-se perdido noutros, adquirindo o estatuto de língua materna ou de língua segunda, impondo-se, nalguns casos, como língua oficial (independentemente de ser língua materna ou não), dando origem a pidgins e a novas línguas (crioulos) ou deixando apenas vestígios lexicais nas línguas com que entrou em contacto.

Impõe-se, pois, começar por indicar onde se fala hoje português e qual o estatuto que a língua portuguesa tem nos vários espaços geográficos em que perdurou.

4.1 A língua portuguesa no mundo

A língua portuguesa está entre as línguas mais faladas do mundo, sendo a terceira língua europeia (depois do inglês e do espanhol) com maior número de falantes. Estima-se que seja a língua de mais de 230 milhões de pessoas, das quais, como sabemos, só cerca de 10 milhões e meio são portugueses residentes em Portugal. Os emigrantes portugueses espalhados pelo mundo, em todos os continentes, serão perto de 5 milhões.

A língua portuguesa é atualmente falada em quatro continentes (cf. Mapa 1), embora o seu estatuto e a percentagem da população que a fala em cada um deles sejam bastante variáveis.

Na Europa, o português é língua materna e língua oficial em Portugal, continental e insular[1].

Em África, o português é hoje língua oficial nas Repúblicas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique (cf. Cap. 7). Nestes países, que foram colónias portuguesas, é, contudo, muito difícil contabilizar com total justeza o número de pessoas que falam português, quer como língua materna quer como língua segunda.

Na América do Sul, o português é língua oficial e língua materna da grande maioria da população do Brasil, restando, contudo, algumas bolsas de população que falam apenas línguas ameríndias (cf. Cap. 6).

[1] Numa pequena parte do nordeste transmontano, a língua portuguesa coexiste com uma língua de outro domínio linguístico, o domínio asturo-leonês (cf. Cap. 5.3.3).


AÇORES
PORTUGAL
MADEIRA
CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU
S.TOMÉ E PRÍNCIPE
ANGOLA
BRASIL



Mapa 1 Português – Língua Oficial no Mundo

Na Ásia, o português é língua oficial em Timor-Leste a par do tétum[2], embora seja maioritariamente língua segunda, e é uma das línguas oficiais de Macau (a par do cantonês). Na Índia, o português sobrevive em Goa, Damão e Diu, territórios que faziam parte da chamada Índia Portuguesa e que foram retomados pela República Indiana em 1961; aí, o português é falado no âmbito familiar e utilizado nalgumas manifestações culturais. Noutros pontos da Ásia, como, por exemplo, Malaca, há muito fora da esfera colonial portuguesa, o português ainda é mantido, embora de forma muito residual.

A razão desta distribuição espacial é conhecida: deve-se à expansão portuguesa iniciada nos tempos dos Descobrimentos e à fixação de portugueses, com maior ou menor demora, e sob variadas formas políticas, em várias partes do mundo. Em alguns desses espaços não havia populações autóctones anteriormente; é o caso dos arquipélagos do Atlântico. Com efeito, Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe eram desertos à data do descobrimento. O povoamento desses arquipélagos, no entanto, processou-se de maneira diferente: os Açores e a Madeira foram desde logo povoados a partir de populações oriundas de Portugal que aí se fixaram. Os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe foram povoados maioritariamente com populações africanas, dado que o objetivo era fazer deles entrepostos do comércio de escravos.

O caso destes dois arquipélagos testemunha também, de alguma maneira, os distintos tipos de contactos que os portugueses mantiveram com os diferentes territórios por onde passaram, ou seja, fixação em permanência (Açores e Madeira, como mais tarde será também o caso do Brasil) e contacto sem intenção de fixação permanente, através da criação de entrepostos de suporte a atividades comerciais (de mercadorias ou de pessoas). Este diverso tipo de contactos condicionou, como não poderia deixar de ser, o destino que a língua portuguesa havia de tomar em cada um desses espaços: naqueles em que os portugueses cedo se fixaram e em que estabeleceram colónias, a língua permaneceu, como, por exemplo, no Brasil (cf. Cap. 6), tornando-se língua materna dos brasileiros, mesmo depois da independência da colónia; já o caso de Angola e de Moçambique é diferente, dado que a penetração portuguesa é tardia, tal como a definição dos próprios territórios, que só se efetiva na segunda metade do séc. XIX (cf. Medeiros 1992 e Cap. 7). Naqueles espaços em que não houve fixação prolongada, ou (i) as necessidades de comunicação levaram à formação de crioulos, como nos referidos arquipélagos atlânticos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, e como acontecerá noutras paragens africanas e também em vários lugares do Oriente e da América, como será referido mais adiante, ou (ii) a língua, obviamente, não se manteve, deixando, no entanto, vestígios sob a forma de empréstimo de léxico português a outras línguas (cf. Mota e Nascimento 2001). Convém assinalar, contudo, que o português teve grande importância entre os sécs. XVI e XVIII, tendo tido caráter de "língua franca" no litoral africano e nos portos da Índia e do Sudeste da Ásia. Serviu também como língua diplomática dos europeus, estatuto que manteve durante esses dois séculos pelo menos. Vários depoimentos de estrangeiros testemunham a forte e vasta presença do português nessas paragens, desde uma carta de São Francisco Xavier, datada de

[2] As línguas inglesa e indonésia têm o estatuto de línguas de trabalho.

1545, em que este recomenda aos membros da Companhia de Jesus que aprendam o português como condição para a eficácia da futura missão na Índia, às cartas que os reis de Ceilão enviavam aos holandeses, em 1646 e 1656, redigidas em português, ou «aos numerosos depoimentos de ingleses, holandeses, dinamarqueses e franceses sobre a utilização do português que constantemente faziam, directamente ou através de intérpretes, para comunicar com indígenas desde o reino de Benim, no Golfo da Guiné, de Moçambique e de Ormuz, no Golfo Pérsico, até à Malásia, à China ou ao Japão, ou sobre o emprego da mesma língua na catequização ou na pregação» (Cintra [1983] 1999:293)[3].

Outro dos fatores que têm levado à grande difusão do português no mundo é a emigração: por um lado, como consequência e na sequência dos Descobrimentos, seguindo-os de perto; por outro lado, a partir da segunda metade do séc. XIX, prolongando-se pelo séc. XX até à década de setenta. Entre 1855 e 1973, saíram de Portugal 3 175 000 emigrantes (registados oficialmente, número a que se deve acrescentar à volta de um terço de emigrantes clandestinos; cf. Medeiros 1992). O destino destes emigrantes foi inicialmente, e durante décadas, o Brasil; a partir do final dos anos 50 do séc. XX, foi maioritariamente a França e a então Alemanha Federal, enquanto a emigração açoriana, que tinha tido um primeiro fluxo ainda no séc. XVIII para o Brasil, rumava aos Estados Unidos e posteriormente também ao Canadá, e a madeirense se dirigia para a Venezuela e para a África do Sul (cf. Medeiros 1992). Para além destas, há importantes comunidades portuguesas também noutros países europeus, nomeadamente na Suíça, Luxemburgo, Bélgica e Reino Unido e ainda na Argentina e na Austrália. Todas essas comunidades, que se tornam geralmente bilingues, mantêm viva a presença da língua portuguesa, embora em graus diversos, o que depende de múltiplos fatores, entre os quais a prática de plurilinguismo e de tolerância cultural das sociedades de acolhimento e o prestígio que nessas comunidades têm a língua e a cultura portuguesas (cf. Duarte 2002).

Depois destas breves notas sobre a geografia do português no mundo e a variedade de situações que o caracterizam, far-se-á ainda, neste capítulo, uma também muito breve referência aos crioulos de base portuguesa e à sua distribuição geográfica.

4.2 Os crioulos de base portuguesa

Os **crioulos**[4] são línguas naturais de formação rápida, que nasceram de uma forma especial de contacto entre línguas. No caso dos **crioulos de base portuguesa**, nasceram do contacto entre portugueses e populações indígenas, inicialmente de

[3] A propósito do declínio do português nestas e noutras paragens, ocorre lembrar as seguintes reflexões de Eduardo Lourenço: «A celebrada alma portuguesa pelo mundo repartida, de camoniana evocação, foi, sobretudo, língua deixada pelo Mundo. Por benfazejo acaso, os portugueses, mesmo na sua hora imperial, eram demasiado fracos para "impor" em sentido próprio, a sua língua. Que ela seja hoje a fala de um país-continente como o Brasil ou língua oficial de futuras grandes nações como Angola e Moçambique, que em insólitas paragens onde comerciantes e missionários da grande época puseram os pés, de Goa a Malaca ou a Timor, a língua portuguesa tenha deixado ecos da sua existência, foi mais benevolência dos deuses e obra do tempo que resultado de concertada política cultural» (Lourenço 1992:12s).

[4] Para uma informação mais completa sobre os crioulos em geral e sobre crioulos de base portuguesa, cf. Andrade e Khim (1992), Andrade, Pereira e Mota (2000), Baxter (1990, 1996, 2005), Couto (1994), Ferraz (1987), Hagemeijer (1999), Pereira (1992, 1996, 2006), Siegel (2008) e Tomás (1988, 1992).

África (e depois de outros continentes), num contexto de relações comerciais e de escravatura, em que se tornava urgente comunicar. Num primeiro momento, a partir da língua portuguesa e de línguas indígenas, por vezes muito diferenciadas entre si, formaram-se linguagens veiculares, os pidgins. Um **pidgin** corresponde, pois, à primeira fase de aquisição espontânea da língua do grupo socialmente dominante pelos falantes das outras línguas em presença[5]. A estrutura gramatical do pidgin, inicialmente muito simplificada, ir-se-á complexificando à medida das necessidades de comunicação dos seus falantes. A partir do momento em que esta forma de linguagem, por razões diversas de ordem histórica ou sociocultural, se torna língua materna de toda uma comunidade, torna-se um **crioulo**[6]. A passagem de pidgin a crioulo implica, pois, o enriquecimento do léxico e de estruturas gramaticais, de modo a poder suprir todas as necessidades de comunicação próprias de uma língua materna e não apenas as da situação de comunicação que tinha motivado o seu aparecimento. No caso português, a fixação de comerciantes e de colonos em zonas costeiras e a política de casamentos mistos de portugueses com mulheres nativas são alguns dos fatores que favoreceram o suporte necessário para a formação de crioulos.

Num crioulo, o léxico maioritário é fornecido pela língua dominante, designada **superstrato**, mas a estrutura gramatical é basicamente a da língua indígena, o **substrato**. Assim, chamam-se "crioulos de base portuguesa" aqueles cujo léxico é maioritariamente de origem portuguesa.

A classificação habitual dos crioulos de base portuguesa é predominantemente geográfica, cruzando, em alguns casos, o critério geográfico com o da língua de substrato.

Em África (cf. Mapa 2)[7] formaram-se dois grupos de crioulos: os **crioulos da Alta Guiné**, os mais antigos que se conhecem, constituídos pelos crioulos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Casamansa (Senegal), e os **crioulos do Golfo da Guiné**, constituídos pelos de São Tomé, Príncipe e Ano Bom.

O crioulo de Cabo Verde, que compreende as variedades de Barlavento e de Sotavento, e os crioulos de São Tomé e Príncipe são simultaneamente os mais antigos e também aqueles que têm maior vitalidade. De facto, o crioulo é a língua materna de toda a população cabo-verdiana e atualmente é falado também fora de Cabo Verde pelas comunidades cabo-verdianas emigrantes, especialmente nos Estados Unidos, em Portugal, na Holanda e em São Tomé e Príncipe (cf. Pereira 2006). Em São Tomé e Príncipe há dois crioulos: o santomense ou forro e o angolar, sendo o primeiro o que tem, de longe, a maior percentagem de falantes.

Os crioulos de base portuguesa da Ásia (cf. Mapa 3) são assim classificados: **crioulos indo-portugueses**, **malaio-portugueses** e **sino-portugueses.**

Os crioulos indo-portugueses situam-se na Índia e são os crioulos de Diu, Damão, Bombaim, Korlai, Cananor, Tellicherry, Cochim, Vaipim, Quilom e da

[5] Cf. Pereira (2002).

[6] A palavra *crioulo* formou-se a partir de *cria* (deverbal de *criar*) 'filhote de animal', 'pequeno animal de mama' e designa inicialmente 'o animal não comprado, que nasce em casa do dono', sentido que passou a designar também o escravo nascido na colónia, por oposição ao escravo ido de África, e posteriormente designa também as diversas manifestações da vida dos crioulos, entre elas a sua forma de falar (cf. Silva Neto [1957] 1986).

[7] Os Mapas 2, 3 e 4 inspiram-se nos mapas de crioulos do sítio web do Instituto Camões: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/historia-da-lingua-portuguesa.html



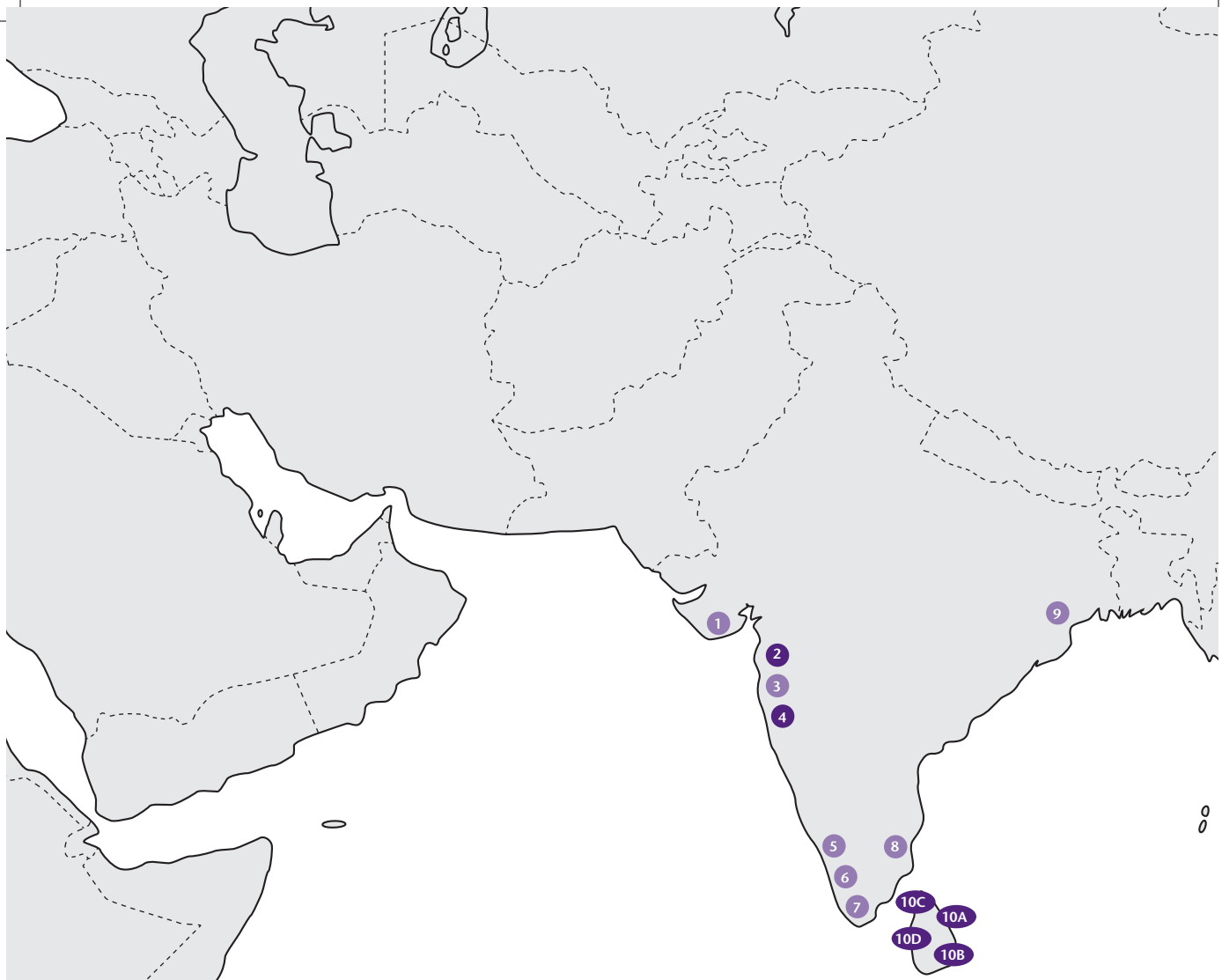
CRIOULOS DA ALTA GUINÉ

1. CABO VERDE
2. CASAMANSA (SENEGAL)
3. GUINÉ-BISSAU

CRIOULOS DO GOLFO DA GUINÉ

4. PRÍNCIPE
5. S. TOMÉ (SANTOMENSE E ANGOLAR)
6. ANO BOM

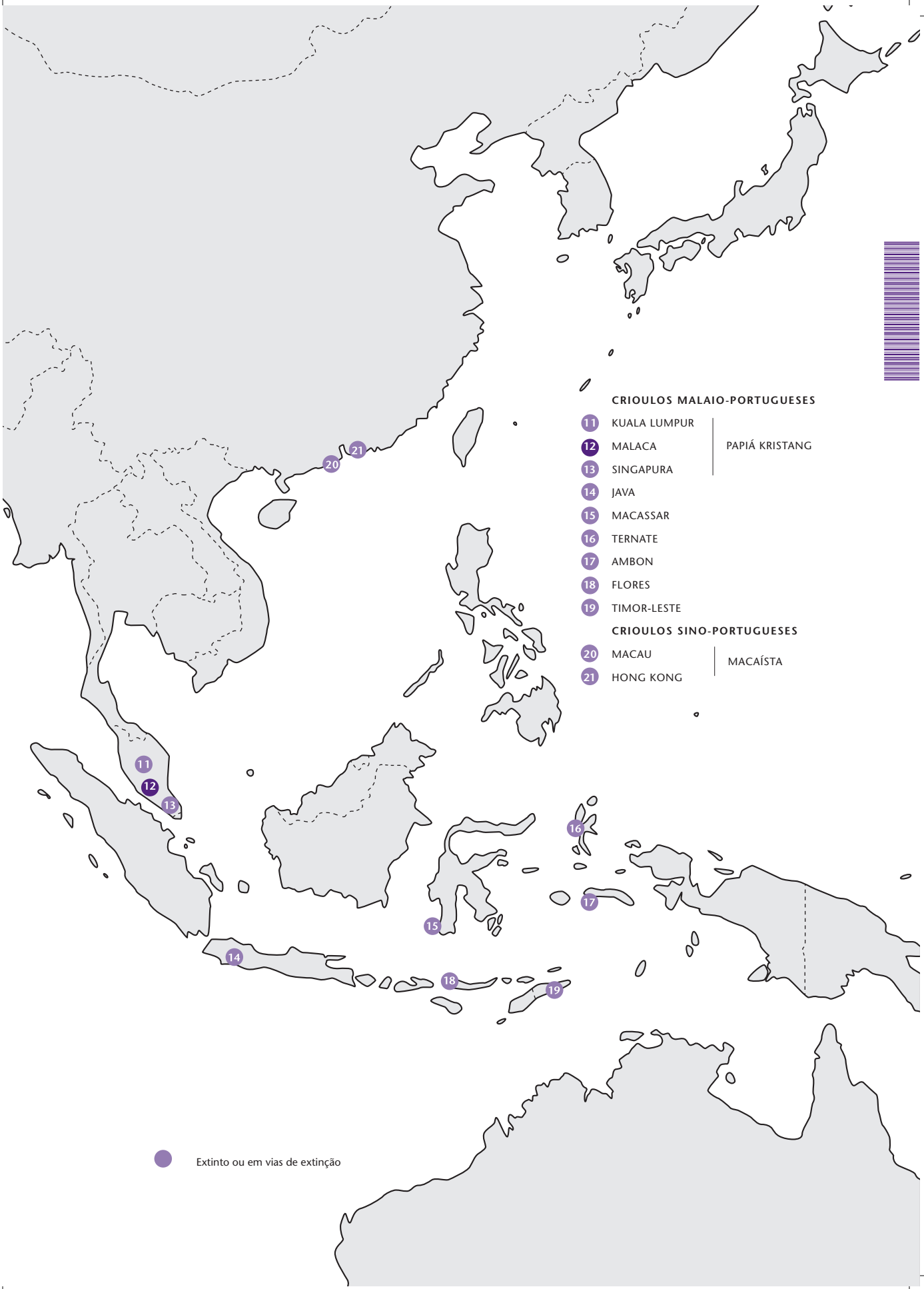
Mapa 2 Crioulos de base portuguesa – África



CRIOULOS INDO-PORTUGUESES

1. DIU
2. DAMÃO
3. BOMBAIM
4. KORLAI
5. CANANOR, TELLICHERRY
6. COCHIM, VAIPIM
7. QUILOM
8. COSTA DE COROMANDEL
9. COSTA DE BENGALA
10. SRI-LANKA (CEILÃO)
    - A TRINCOMALEE
    - B BATTICALOA
    - C MANNAR
    - D PUTTALAM

Mapa 3 Crioulos de base portuguesa – Ásia


CRIOULOS MALAIO-PORTUGUESES
11 KUALA LUMPUR
12 MALACA
13 SINGAPURA
PAPIÁ KRISTANG
14 JAVA
15 MACASSAR
16 TERNATE
17 AMBON
18 FLORES
19 TIMOR-LESTE
CRIOULOS SINO-PORTUGUESES
20 MACAU
21 HONG KONG
MACAÍSTA
Extinto ou em vias de extinção

Costa de Coromandel e de Bengala, bem como os de Sri-Lanka (antigo Ceilão), os de Trincomalee, Batticaloa, Mannar e Puttalam. Os crioulos indo-portugueses, como os outros de base portuguesa da Ásia, desapareceram quase todos ou estão em vias de desaparecimento, permanecendo ainda com alguma vitalidade o de Damão ("língua da casa" de cerca de 2000 cristãos) e o kristi ou crioulo de Korlai, que continua a ser a única língua materna de cerca de 900 falantes também cristãos (cf. Pereira 2006). Alguns dos antigos crioulos, como o que existiu em Goa, sofreram um processo de descrioulização, tendo sido substituídos pelo português.

Os crioulos malaio-portugueses são os da Malásia (Kuala Lumpur, Malaca, Singapura), de algumas ilhas da Indonésia (Java, Macassar, Ternate, Ambon, Flores) e de Timor. Destes crioulos, quase todos desaparecidos, destaca-se o *papiá kristang* 'falar cristão', falado ainda, na Malásia, por uma população de pescadores e suas famílias, cerca de mil pessoas.

Os crioulos sino-portugueses são o crioulo de Macau, o macaísta ou patuá, praticamente extinto atualmente, e o de Hong-Kong, para aí levado por macaenses.

Na América do Sul (cf. Mapa 4), existem crioulos que revelam uma forte presença de léxico português, sem que se possam, contudo, considerar como crioulos de base lexical portuguesa; são eles o papiamento e o saramacano. O papiamento (< port. *papear*), que tem atualmente o estatuto de língua oficial a par do neerlandês, é falado nas ilhas Aruba, Curaçau e Bonaire das Antilhas Holandesas; o seu léxico é de origem ibérica, sendo, para muitos vocábulos, difícil distinguir se a sua origem é portuguesa ou espanhola.

O saramacano, de base lexical inglesa, é falado no interior do Suriname.

No Brasil, segundo alguns autores, existe um crioulo falado por comunidades afro-brasileiras numa pequena área rural do sul da Bahia, nomeadamente em Helvécia[8], cuja formação é explicada por um processo de transmissão irregular do português (cf. Baxter e Lucchesi 1997, Lucchesi 2001).

[8] A população de Helvécia descende de escravos negros que pertenciam a uma colónia suíça-alemã fundada em 1818.



Mapa 4 Crioulos com forte influência lexical portuguesa e crioulo do Brasil – América

5 VARIEDADES DIALETAIS DO PORTUGUÊS EUROPEU 85
5.1 Dialetos continentais 88
5.1.1 Traços fonéticos diferenciadores 89
5.1.2 Dialetos setentrionais 96
5.1.2.1 Dialetos transmontanos e alto-minhotos 97
5.1.2.2 Dialetos baixo-minhotos, durienses e beirões 98
5.1.2.2.1 Variedade do Baixo Minho e Douro Litoral 98
5.1.3 Dialetos centro-meridionais 101
5.1.3.1 Dialetos do Centro Litoral e dialetos do Centro Interior e Sul 101
5.1.3.1.1 Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo 102
5.1.3.1.2 Variedade do Barlavento do Algarve 104
5.2 Dialetos insulares 105
5.2.1 Dialetos madeirenses 106
5.2.2 Dialetos açorianos 110
5.2.2.1 Dialetos micaelenses 111
5.2.2.2 Dialetos terceirenses 112
5.2.2.3 Alguns traços comuns aos dialetos açorianos 114
5.3 Dialetos fronteiriços 116
5.3.1 Dialetos portugueses em território politicamente espanhol 117
5.3.2 Dialetos portugueses com fortes traços dos dialetos espanhóis com que estão em contacto. O barranquenho 119
5.3.3 Dialetos não portugueses em território politicamente português 120
5.3.3.1 O mirandês 120
5.3.3.2 Os dialetos asturo-leoneses raianos: o riodonorês e o guadramilês 122
5.4 Aspetos morfológicos e sintáticos dos dialetos portugueses 123
5.4.1 Aspetos morfológicos 123
5.4.1.1 Género 123
5.4.1.2 Flexão em número 124
5.4.1.3 Regularização de padrões de flexão verbal 124
5.4.1.4 Duplos particípios passados 126
5.4.1.5 Pronomes pessoais 127
5.4.1.6 Determinantes 128
5.4.1.6.1 Artigos definidos 128
5.4.1.6.2 Artigos indefinidos 129

5.4.1.6.3 Demonstrativos 129
5.4.2 Aspetos sintáticos 130
5.4.2.1 Alguns traços sintáticos dos dialetos setentrionais 130
5.4.2.1.1 Conservação de *vós*, pronome da 2.ª pessoa do plural 130
5.4.2.1.2 Uso do pretérito mais-que-perfeito simples 131
5.4.2.1.3 Emprego pessoal do verbo *haver* 133
5.4.2.1.4 Interpolação 133
5.4.2.2 Alguns traços sintáticos dos dialetos centro-meridionais 134
5.4.2.2.1 Gerúndios flexionados 134
5.4.2.2.2 Uso de gerúndio em perífrases verbais 136
5.5 Aspetos lexicais dos dialetos portugueses. Áreas lexicais 137
Fontes das abonações 142

5 VARIEDADES DIALETAIS DO PORTUGUÊS EUROPEU

Antes de abordar a caracterização dos dialetos portugueses, torna-se imprescindível tornar claras, ainda que brevemente, algumas noções, como os próprios conceitos de variedade, dialeto, língua-padrão, norma e as suas inter-relações.

Pode considerar-se que **variedade** é a designação mais ampla e mais neutra, aquela que cobre qualquer das modalidades em que uma língua se pode diferenciar em função de diversos fatores, nomeadamente socioculturais e geográficos. Assim, são variedades sociais ou culturais a língua-padrão ou a língua popular, e são variedades geográficas ou diatópicas do português tanto o português de Portugal, o português do Brasil, o de Angola ou de Moçambique, como o dialeto do Barlavento do Algarve, o barranquenho, os dialetos micaelenses ou os dialetos brasileiros nordestinos. Dentro das variedades geográficas, podem opor-se as **variedades nacionais** (por exemplo, o português de Portugal, também designado por português europeu (PE), e o português do Brasil (PB)) às **variedades dialetais**, ou **dialetos**, que cada uma dessas variedades nacionais comporta.

Dialeto é, tradicionalmente, uma variedade geográfica ou diatópica de uma língua. Por oposição a língua, o dialeto é um sistema com a mesma origem que um outro sistema considerado como língua, que se desenvolveu de forma independente deste, mas que não adquiriu o mesmo estatuto cultural e social. Em sentido restrito, dialeto está relacionado com diferenciação no espaço, mas em sentido mais vasto podem considerar-se dialetos também outro tipo de modalidades do mesmo sistema (as variedades ou dialetos diastráticos como nível popular, culto, etc.) ou diferentes modalidades de comunicação – variedades diafásicas (estilo coloquial, estilo formal, estilo cuidado). Neste texto, "dialeto" será tomado no sentido tradicional de variedade geográfica.

"Variedade" e "dialeto" podem considerar-se sinónimos, tendo a sociolinguística, de certa maneira, vindo a substituir o termo "dialeto" pelo de "variedade", mais neutro, que praticamente impôs, uma vez que "dialeto" tem, em certos meios, a conotação pejorativa de modalidade rústica ou inferior da língua. Relativamente a este aspeto, convém referir que os dialetos não são (e nunca será de mais acentuar ou fazer compreender) variedades menores da língua ou, ainda menos, formas desviantes da língua, que se toleram ou se apreciam pelo seu pitoresco. Os dialetos são variedades de uso simultâneo dentro da mesma língua, com as suas regularidades e os seus sistemas particulares, as suas gramáticas próprias e com as suas normas-padrão próprias, embora, normalmente, não fixadas em nenhum documento de

tipo normativo, não tendo geralmente ortografia própria. É preciso não esquecer que as línguas românicas começaram por ser dialetos do latim e que aquilo que se considera a língua-padrão – no caso que nos interessa, o português-padrão – não é mais do que um dialeto ou, se quisermos, uma variedade da língua que, por contingências históricas, políticas e sociais, foi alçada a língua de prestígio, vindo a sobrepor-se às outras variedades, e passando a ser tomada como a "língua" de referência, o modelo. A elevação de um dialeto a língua de prestígio decorre, evidentemente, não só do facto de no espaço geográfico em que ele é falado habitarem pessoas de elevada cultura, mas, sobretudo, e uma coisa está indissociavelmente ligada à outra, pelo facto de nesse espaço se localizar o centro do poder.

Os dialetos representam, por outro lado, a língua em diferentes estádios da sua evolução, uns conservando características arcaizantes que a língua-padrão não conservou, outros apresentando aspetos inovadores que a língua-padrão não adotou, ou ainda não adotou, mas que poderá eventualmente vir a adotar, com o passar do tempo. De um ponto de vista linguístico não se justificam, pois, juízos de valor sobre se esta ou aquela variedade, este ou aquele dialeto é "melhor" ou "pior", mais "correto" ou menos "correto".

A **língua-padrão**, já foi referido, é a modalidade linguística que uma comunidade elege como modelo de comunicação, como língua de referência, supradialetal. É essa modalidade que irá constituir a **norma** da língua, o modelo que dita as regras, as prescrições que definem o que deve e o que não deve ser seguido, usado, dito. Tradicionalmente considera-se como a norma-padrão do português (ou **português-padrão**) «o conjunto dos usos linguísticos das classes cultas da região Lisboa-Coimbra» (Cunha e Cintra 1984:10).

> [1] Desde meados do séc. XVIII, pelo menos, que a variedade da Estremadura, ou seja, a falada na Corte, é considerada como aquela que deveria ser tomada como modelo, ou seja, como norma culta. A esse respeito diz Luís António Verney no *Verdadeiro Método de Estudar* (publicado em 1746): «sempre se devem preferir os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura» (*apud* Vasconcellos [1901] 1970:56). Um pouco antes, porém, D. Francisco Manuel de Melo, nos *Apólogos Dialogais*, exprimia a sua opinião nos seguintes termos: «se cá entre nós dissessemos se fallava mais elegante em Coimbra, que em outra parte, não mentiriamos, sendo alli o coração e a alma das sciencias que se ensinam e aprendem.» (*apud* Vasconcellos, ibid.:54). A ideia de que é a língua das pessoas cultas que deve ser tomada como modelo é também dada um pouco mais tarde por Monte Carmelo, no seu *Compendio de Orthografia*, de 1767, que diz também a propósito das pessoas de pouca cultura: «Devemos fallar e escrever como pratica o maior número, nam dos ignorantes ou plebeus, que corrompem os idiomas, mas dos doutos e peritos da côrte» (*apud* Vasconcellos, ibid.:56).

É a escola que tem a principal função de ensinar e difundir a norma. Atualmente, porém, não se pode desconhecer o papel da comunicação social, com especial relevo para a televisão.

> [2] Sirva de exemplo do papel determinante da comunicação social na alteração de hábitos e na sua difusão o que está a acontecer com a palavra *bicha* numa das suas aceções, talvez a mais usual: no sentido vernáculo português de 'fila de pessoas atrás

umas das outras', *bicha* foi alvo daquilo que se poderia considerar censura por parte da comunicação social, certamente conhecedora de uma das aceções da palavra no português do Brasil, a aceção, com forte carga pejorativa, de 'homossexual efeminado'. A palavra foi sistematicamente substituída nessa aceção pelo vocábulo *fila*; ora, o equivalente semântico do português *bicha* na aceção que aqui interessa é *fila de pessoas* e não apenas *fila*, que sempre precisou de ser determinado: *fila de pessoas*, *fila de carros*, *fila de cadeiras*, *fila de árvores*, *fila indiana* (este, sim, equivalente semântico de *bicha*). Hoje, *bicha*, nesta aceção, já caiu praticamente em desuso nas gerações mais novas.

Uma constatação que se impõe quando se considera a língua portuguesa adentro das fronteiras portuguesas é a sua relativa uniformidade, sobretudo se a compararmos com as suas congéneres românicas. A essa relativa uniformidade não é alheio o facto de as fronteiras de Portugal se terem constituído muito cedo, relativamente a outros países europeus, uma vez que, excetuando o caso de Olivença (cf. 5.3.1), as fronteiras portuguesas estão estabelecidas desde finais do séc. XIII (Tratado de Alcañices, assinado em 1297). Pode comprovar-se a existência de reduzida diferenciação dialetal ao constatar como qualquer português, seja qual for a sua região de origem, não tem dificuldade em compreender um outro de qualquer outra parcela do território, ainda que afastada (exceção feita, talvez, para os continentais relativamente aos falantes de alguns dos dialetos insulares, nomeadamente da Madeira e de São Miguel). No entanto, uns e outros reconhecem a sua pertença a regiões diferentes e, por vezes, até sabem determinar as respetivas proveniências, o que é testemunho de que existem diferenças.

A variação existe a vários níveis – fonético, fonológico (incluindo prosódico), morfológico, sintático, semântico e lexical – sendo, contudo, a nível da fonética, do léxico e, em certos casos, da prosódia que ela é mais imediatamente reconhecida pelos falantes. De facto, todos reconhecemos como sendo do Norte um falante que diz "binho" e "abô" por *vinho* e *avô*, ou como sendo do Sul aquele que diz "lête" e "caféi" por *leite* e *café* e não diz "a iágua" por *a água*. Não raro até somos capazes de, com maior ou menor sucesso, imitar as pronúncias de outras regiões, associando-lhes a prosódia própria da região. Quando – e é um caso paradigmático – se imita um alentejano, a primeira coisa imitada é precisamente a prosódia, ou seja, a toada, a cadência característica, independentemente de se pronunciarem os sons de acordo com as características próprias dos dialetos alentejanos. Por outro lado, também é do conhecimento comum que, por exemplo, *confeitaria* e *pastelaria* são duas denominações para um mesmo tipo de estabelecimento comercial, tal como *picheleiro* e *canalizador* são duas designações para a mesma profissão, respetivamente no Norte e no Sul, em relação a cada um destes pares de palavras. A existência de variação no léxico, consoante as regiões do país, é particularmente evidente em certas áreas como a zoonímia e a fitonímia: no litoral centro e norte, por exemplo, designam-se por *sardão* e *sardanisca* os répteis que no resto do país se designam por *lagarto* e *lagartixa*; nestas áreas, há casos de uma grande diversidade de denominações, ao longo do território, para a mesma noção, como, por exemplo, para o inseto mais comummente designado por *joaninha* – *rainha*, *santantoninho*, *santantónio*, *bicho de santantónio*, *avoa*, *avoinha*, *catrinita*, *mariquita* e *rãzinha*, entre muitas outras – ou

para uma planta aromática de que se faz chá, conhecida por *bela-luísa*, *maria-luísa*, *erva-luísa*, *doce-lima*, *lúcia-lima*, *limonete*, *erva-lima*, *erva-limão*. Esta diversidade justifica o ditado tantas vezes ouvido aos informantes quando se faz recolhas diretas dos dialetos: «Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso», sábia constatação popular da variedade de usos e costumes, incluindo também a variação linguística. Por outro lado, também é do conhecimento geral que no Norte continua a usar-se o pronome *vós*, bem como as formas verbais de 2.ª pessoa do plural (para a referência a mais do que um interlocutor), diferentemente do Sul, que há muito substituiu esse pronome por *vocês*, usando a forma verbal na 3.ª pessoa do plural.

5.1 Dialetos continentais

Embora a variação exista a vários níveis, como se acabou de exemplificar, as classificações de dialetos foram, porém, desde sempre estabelecidas tomando como base a componente fonética/fonológica[1]. A classificação dos dialetos portugueses que se apresenta é, também ela, de base fonética/fonológica e ocupa a primeira parte da descrição (cf. 5.1-5.3); numa segunda parte (cf. 5.4 e 5.5), apresentam-se algumas amostras de variação morfológica, sintática e lexical.

A classificação dos dialetos portugueses aqui seguida é fundamentalmente a que consta da "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses", de Lindley Cintra (1971)[2]. Por enquanto, e enquanto não estão explorados e disponíveis na totalidade os materiais recolhidos posteriormente (até finais dos anos 90) para o *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (ALEPG)[3], não é possível rever os dados de L. Cintra numa base fiável. A análise dos materiais já disponíveis permite alguns reajustamentos, como se verá ao longo deste texto, mas, por enquanto, não é prudente propor alterações substanciais. Por essa razão e porque, crê-se, os novos dados não porão em causa o fundamental desta proposta, que, a partir da sua publicação, foi imediatamente adotada, voltamos a apresentá-la, bem como o traçado de linhas de fronteira, tal como foi apresentado por L. Cintra, na convicção de que as possíveis diferenças existentes não passarão de ajustamentos no traçado das mesmas.

Convém, no entanto, esclarecer ainda o seguinte: segue-se L. Cintra na classificação dos dialetos continentais, bem como na extensão e localização geográfica dos seus "traços diferenciadores" (cf. 5.1.1) e na delimitação de fronteiras. A descrição é, contudo, complementada, em vários aspetos – nomeadamente no que diz respeito aos dialetos insulares, aos fronteiriços e a algumas variedades – com dados mais recentes provenientes das referidas recolhas dialetais efetuadas em todo o país

[1] Os dialetos portugueses têm sido objeto de várias classificações: Leite de Vasconcellos (com três classificações distintas: Vasconcellos [1893] 1897, 1901 e 1929), Paiva Boléo e M. H. Santos Silva (1962), Vásquez Cuesta e M. A. Mendes da Luz (1961 e 1971) e Cintra (1971); nesta última obra, o autor também analisa e critica as classificações anteriores.

[2] Esta classificação tem por base os dados recolhidos pelo autor para o *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (ALPI), nos anos 50.

[3] A rede de inquéritos do ALEPG é constituída por 212 pontos, com a seguinte distribuição: 176 em Portugal continental, 17 nos Açores, 7 na Madeira e 12 em Espanha em localidades fronteiriças. As recolhas de dados no território nacional terminaram em 1998. Toda a exemplificação usada neste texto foi extraída do Arquivo Sonoro do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza constituído com o material gravado proveniente desses inquéritos. São também usados, por vezes, exemplos e outra informação de algumas monografias dialetais, que virão devidamente assinaladas.

para o ALEPG e com a apresentação de um outro "traço diferenciador". A descrição diverge, no entanto, da de L. Cintra pela não inclusão do seu "grupo dos dialetos galegos". Quanto a este aspeto, convém esclarecer o seguinte: Na sua proposta, L. Cintra considera «o território linguístico galego-português no seu conjunto» e, na linha da filologia românica tradicional, considera o galego como um dialeto do português. Como se sabe, L. Cintra não estava só: nas classificações das línguas românicas estabelecidas, desde o séc. XIX, pelos grandes romanistas, como Diez ou Meyer-Lübke, o galego ou não figurava ou figurava como um dialeto do português (cf. Fernández Rei 1988). Aliás, em manuais de linguística românica da segunda metade do séc. XX, nomeadamente em Lausberg ([1963] 1974), ou até já de finais do século (cf. Martin Harris e Nigel Vincent 1988, *apud* Fernández Rei 1988), o galego continuava a não ser considerado como língua, com independência face ao português. Note-se que alguns manuais consideram mesmo o galego como dialeto do espanhol (cf. Vidos 1956, *apud* Fernández Rei, ibid.). A situação do galego ilustra o facto de que, no reconhecimento de determinado sistema como língua e não como dialeto, pesam fatores não exclusivamente linguísticos, sendo requisitos a ter em conta, entre outros, ser língua oficial de um Estado, ser dotado de instrumentos de normalização, como ortografia própria, e ser veículo de expressão literária, o que, desde logo, está indissociavelmente ligado à existência de uma ortografia consagrada. Citando Raposo (1984:589): «em última instância, não são as questões linguísticas, gramaticais, que decidem se um determinado sistema é língua ou dialecto, mas sim as fronteiras políticas, os interesses culturais, a história comum». Se é um facto que galego e português compartilharam uma fase comum, a fase do galego-português, tendo tido uma evolução comum a partir do latim e em divergência com os outros romances hispânicos, a verdade é que se sabe hoje[4] que muito cedo – ainda na Idade Média – estas línguas começaram a divergir e que essas divergências se acentuaram sobremaneira a partir do momento em que Portugal se tornou um reino independente e o português se tornou língua de um Estado soberano, tendo entretanto a Galiza sido anexada primeiro pelo reino de Leão, o qual foi posteriormente anexado por Castela (cf. Cap. 1). A esse respeito diz Maia: «...devido a várias circunstâncias de carácter histórico e político, se acentuam as divergências, seguindo a língua da Galiza e de Portugal caminhos «históricos» em grande parte distintos, acabando por constituir duas línguas suficientemente diferenciadas, não só quanto a certos aspectos de carácter fonético, mas também fonológico, morfológico, sintáctico e lexical, mas, ao mesmo tempo, estreitamente aparentadas.» (Maia 2002:28). Considerando, pois, o galego na atualidade, nem de um ponto de vista linguístico, nem de um ponto de vista institucional[5] se justifica que continue a ser considerado como um dialeto do português.

5.1.1 Traços fonéticos diferenciadores

Antes de mais, chama-se a atenção para o uso que é feito neste texto da palavra "traço", que não deve ser confundido com a aceção técnica de "traço distintivo"

[4] Cf. Maia (1986), o estudo mais completo sobre o galego-português. A autora considera os meados do séc. XIV como termo da fase de «relativa unidade linguística» do galego-português. Cf. também Maia (2002).

[5] O galego foi entretanto reconhecido, em 1978, como uma das línguas oficiais da Comunidade Autónoma da Galiza, a par do castelhano, e é atualmente dotado de ortografia e de todos os instrumentos tendentes à normalização: gramáticas e dicionários, entre outros.

usada em fonologia. Neste texto, "traço" é usado na aceção comum de 'elemento, dado ou aspeto que caracteriza ou distingue', tradicional em dialetologia para identificar cada uma das características de um dialeto. A utilização do termo nesta aceção encontra a sua justificação no facto de se seguir neste texto uma classificação dos dialetos que usa exatamente este termo como definidor.

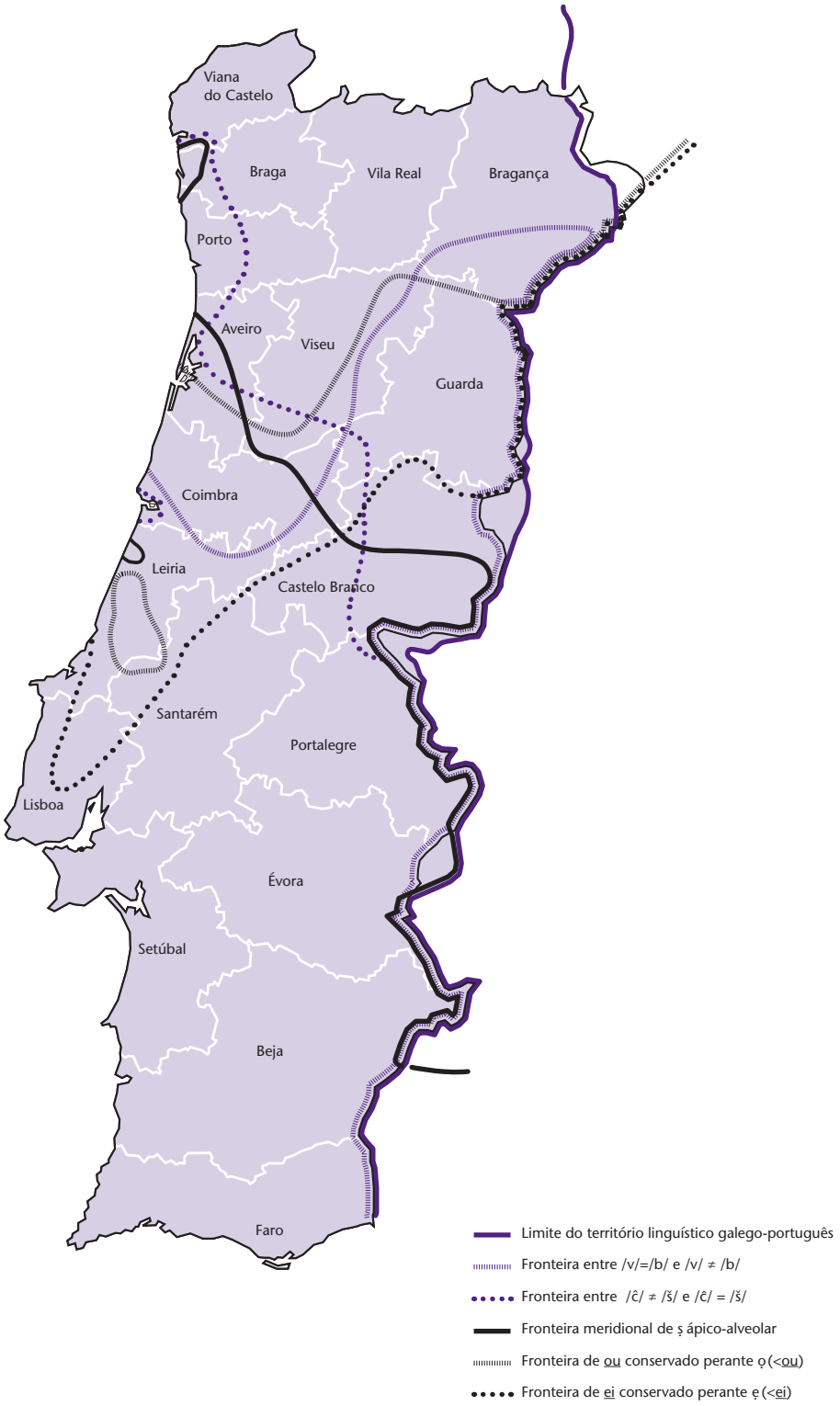
Para estabelecer a sua classificação, L. Cintra tomou como critério recorrer ao conhecimento empírico que, de uma maneira geral, qualquer português tem das diferenças entre os dialetos para verificar quais os traços que são verdadeiramente sentidos como diferenciadores e capazes de fazer reconhecer a proveniência regional de uma pessoa. A identificação desses traços permitiu-lhe depois a seleção de um ou de alguns deles para traçar fronteiras entre dialetos. São os seguintes os **traços fonéticos diferenciadores** reconhecidos por L. Cintra, de quem se reproduz também a formulação intencionalmente coloquial com que começa por apresentar cada um deles:

(i) A «troca do *v* pelo *b*», ou seja, a neutralização fonológica entre /v/ e /b/, em proveito de /b/, pronunciado geralmente como bilabial fricativa [β], embora possam ocorrer também realizações como oclusiva [b]: [β]*aca* ou [b]*aca*, [β]*ento* ou [b]*ento*, *o*[β]*o*, ou *fa*[β]*a* para ***v**aca*, ***v**ento*, *o**v**o* e *fa**v**a*, pronúncia própria do Norte do país (cf. Mapa 1). Esta pronúncia, que é sentida como fortemente dialetal, leva a hipercorreções, fazendo surgir [v] em palavras em que não devia existir, como em [v]*oi*, [v]*anha* ou *tra*[v]*alho* por ***b**oi*, ***b**anha* e *tra**b**alho*. A delimitação estabelecida por Cintra (1971) é uma linha que parte da costa, a norte de Figueira da Foz, em direção a sudeste, passa a sul de Coimbra, para infletir depois para norte, pelo centro do território, até ao rio Douro, que atravessa, continuando, depois, para leste até à fronteira. Este fenómeno ocorre igualmente no litoral da Estremadura, numa ilhota a norte de Lisboa, e numa outra na Beira Interior, no concelho de Sabugal, junto da fronteira com Espanha, não representadas no mapa[6].

(ii) A «pronúncia de *s* como *x* ou como *j*», isto é, realizações apicoalveolares, mais ou menos palatalizadas, para as consoantes sibilantes /s/ e /z/ e cuja variante mais palatalizada constitui a pronúncia conhecida por "*s* beirão", ou seja, a pronúncia "assobiada" [s̻]*aco* e *pe*[z̻]*o* para ***s**aco* e *pe**s**o*. É um fenómeno próprio das Beiras e do Norte de Portugal (ver mais à frente a descrição do seu traçado e Mapa 1).

(iii) A «pronúncia do *ch* como *tx* ou *tch*», ou seja, a manutenção da oposição fonológica entre /t͡ʃ/ (representado pelo grafema <ch> e pronunciado como africada palatal) e /ʃ/ (representado pelo grafema <x>): /t͡ʃ/ave, /t͡ʃ/uva, ca/t͡ʃ/o e bu/t͡ʃ/o para ***ch**ave*, ***ch**uva*, *ca**ch**o* e *bu**ch**o*. Esta pronúncia, que é sentida como rústica, tem sido progressivamente eliminada. Conserva-se ainda, contudo, na pronún-

[6] Estas localizações exteriores à área delimitada por L. Cintra não foram assinaladas pelo autor; essa ausência de referência não significa que o traço tenha necessariamente progredido desde as suas recolhas; de facto, relativamente à primeira, o próprio L. Cintra referiu «a existência de ilhotas da passagem a bilabial, nas proximidades de Lisboa» numa outra publicação (Cintra [1958] 1983:31) e representa-a no mapa que ilustra um outro artigo (Cintra [1961] 1983:103). Relativamente à segunda, ela já tinha sido assinalada por Adelina A. Pinto (1980) e Clarinda Maia (1977:180ss), tendo certamente escapado à malha pouco apertada de pontos inquiridos por L. Cintra.



Mapa 1 Algumas isófonas dialetais (adaptado de Cintra 1971)

cia de pessoas idosas das aldeias a norte e leste de uma linha que liga a parte mais oriental do Tejo ao curso inferior do Douro e exclui a maior parte da costa minhota (cf. Mapa 1; a africada está representada por/ĉ/ e a palatal por /š/). A este respeito é interessante referir que os materiais recolhidos posteriormente para o ALEPG revelam que, apesar de geralmente erradicado da fala das camadas jovens e adultas, ainda na última década do séc. XX, na área tradicional deste traço, pessoas que normalmente o omitem, pelo menos perante estranhos, na realidade ainda o conservam, deixando-o "escapar" na fala espontânea.

(iv) A «pronúncia de *ou* como *o-u* ou *â-u*», isto é, a conservação do ditongo [ow] nas realizações [ow], [ɐw], como em [ów]*ro* ou [ɐ́w]*ro*, *p*[ów]*co* ou *p*[ɐ́w]*co* para ***ou****ro* e *p****ou****co*, em oposição à monotongação do ditongo em [o] que ocorreu na maior parte de Portugal. Este fenómeno, que é sentido como característico regionalismo nortenho, ocorre a norte de uma linha que, partindo da região de Aveiro, desce um pouco para sul, infletindo a seguir para norte até alturas de Viseu, para depois se juntar ao curso do rio Douro, até à fronteira com Espanha. Há ainda uma ilhota de conservação do ditongo no Centro do país, no distrito de Leiria (cf. Mapa 1).

(v) A «passagem de *ei* a *ê*», ou seja, a monotongação do ditongo [ej] em [e], como em *rib*[é]*ra* ou *az*[é]*te* por *rib****ei****ra* e *az****ei****te*, fenómeno sentido como característico regionalismo meridional. De facto, ele domina todo o Algarve, o Alentejo, bem como o sul e uma faixa ocidental da Estremadura (cf. Mapa 1).

Em todos estes traços se configura a divisão do país em apenas duas áreas, um Norte e um Sul, o que permitiu a L. Cintra distinguir no território português dois grandes grupos de dialetos, o grupo dos dialetos setentrionais e o grupo dos dialetos centro-meridionais (cf. Mapa 3).

A estes traços propostos por L. Cintra pode acrescentar-se um outro que, tal como os anteriores, também configura a divisão do país apenas em duas áreas e também corresponde ao sentimento que os falantes têm da pertença a um Norte ou a um Sul linguístico, ou seja, quem o ostenta é do Norte, quem o não apresenta é do Sul, ou, mais propriamente, quem o ostenta indubitavelmente não é do Sul. Trata-se de um traço de fonética sintática que consiste, usando também um registo coloquial, na "pronúncia *a iágua* para *a água*", ou seja, como o exemplo (1) mostra, na inserção de uma semivogal para desfazer o hiato existente entre duas vogais centrais, a primeira átona [ɐ] (1a,b) ou tónica [á] (1c,d) e a segunda tónica [á], pertencentes a vocábulos diferentes. Trata-se da oposição entre a realização com semivogal própria do Norte e do Centro e a realização sem inserção de semivogal, própria do português-padrão e do Sul.

(1) a. [ɐ jáɣwɐ] ***a á****gua*
b. [béjɾɐ jáɬtɐ] *Beir****a Alta***
c. [nɐ̃w á jáɣwɐ] *não h****á á****gua*
d. [lá jɐ̃dɐ̃w] *lá* ***an****dam*

A linha que delimita as duas áreas tem um traçado semelhante a outras linhas de fronteira já descritas, ou seja, atravessa o país obliquamente, partindo do litoral

um pouco a norte de Vieira de Leiria, atravessando quase em linha reta o norte do distrito de Leiria em direção ao interior (deixando portanto fora da área em que o fenómeno se manifesta quase todo o distrito de Leiria), inflete para sul na fronteira entre o distrito de Leiria e o de Castelo Branco, atravessando a parte nordeste do distrito de Santarém (onde o fenómeno se manifesta apenas numa pequena região "encravada" no distrito de Castelo Branco) e toma a direção sudeste pelo interior norte do distrito de Portalegre até à fronteira com Espanha, que atinge a norte de Alegrete (cf. Mapa 2).

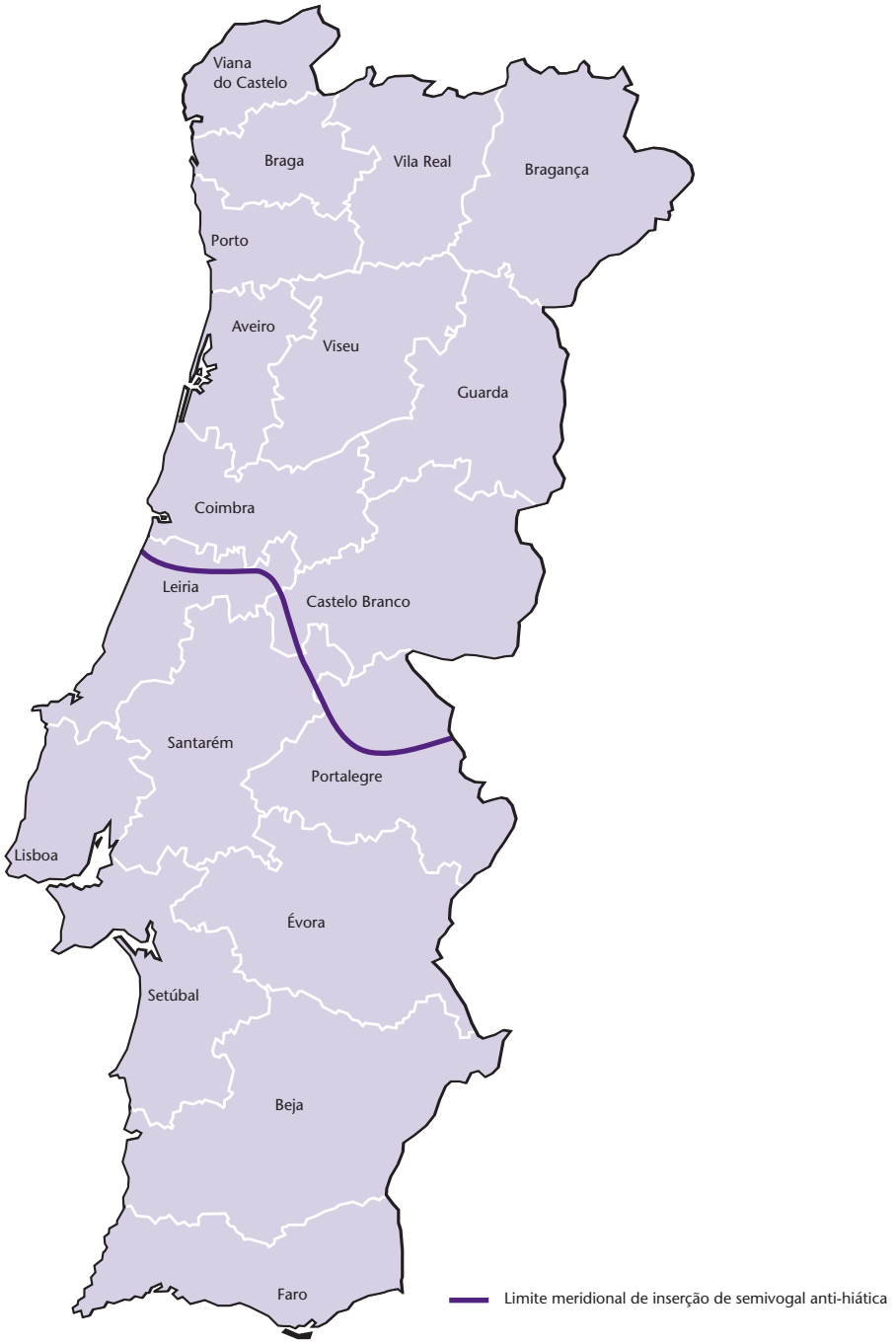
No Mapa 1 estão traçadas as várias linhas que definem os limites geográficos de cada um dos traços considerados por L. Cintra; essas linhas designam-se por **isoglossas**, ou mais rigorosamente por **isófonas**, visto traçarem limites referentes a traços fonéticos ou fonológicos.

> [3] A palavra *isoglossa*, do radical grego *iso-* 'igual' + *glossa* 'língua', significa literalmente 'a mesma língua', ou seja, a linha designada por isoglossa delimita, num mapa, os pontos em que se verifica o mesmo tratamento para determinado traço linguístico, separando-os daqueles em que se manifesta um tratamento diferenciado. Esta palavra foi usada pela primeira vez, em 1892, pelo dialetólogo letão J. G. A. Bielenstein, que a criou à semelhança do termo da meteorologia *isotérmica* 'linha que une, numa carta meteorológica, os pontos do globo com a mesma temperatura média'. Sobre *isoglossa* formaram-se então outros vocábulos: **isófona** e **isoléxica**, de acordo com a natureza fonética/fonológica e lexical dos traços observados. Sendo, porém, de âmbito mais geral, o termo *isoglossa* é o termo mais frequentemente empregado, independentemente da natureza do traço em análise. As isoglossas, isófonas e isoléxicas permitem delimitar áreas linguísticas num território, noção importante em geografia linguística. Como exemplo de isófona sirva exatamente qualquer daquelas que L. Cintra usou para traçar fronteiras entre dialetos (cf. Mapas 1 e 3) e como isoléxicas as usadas pelo mesmo autor para estabelecer áreas lexicais no território português (cf. Mapa 5).

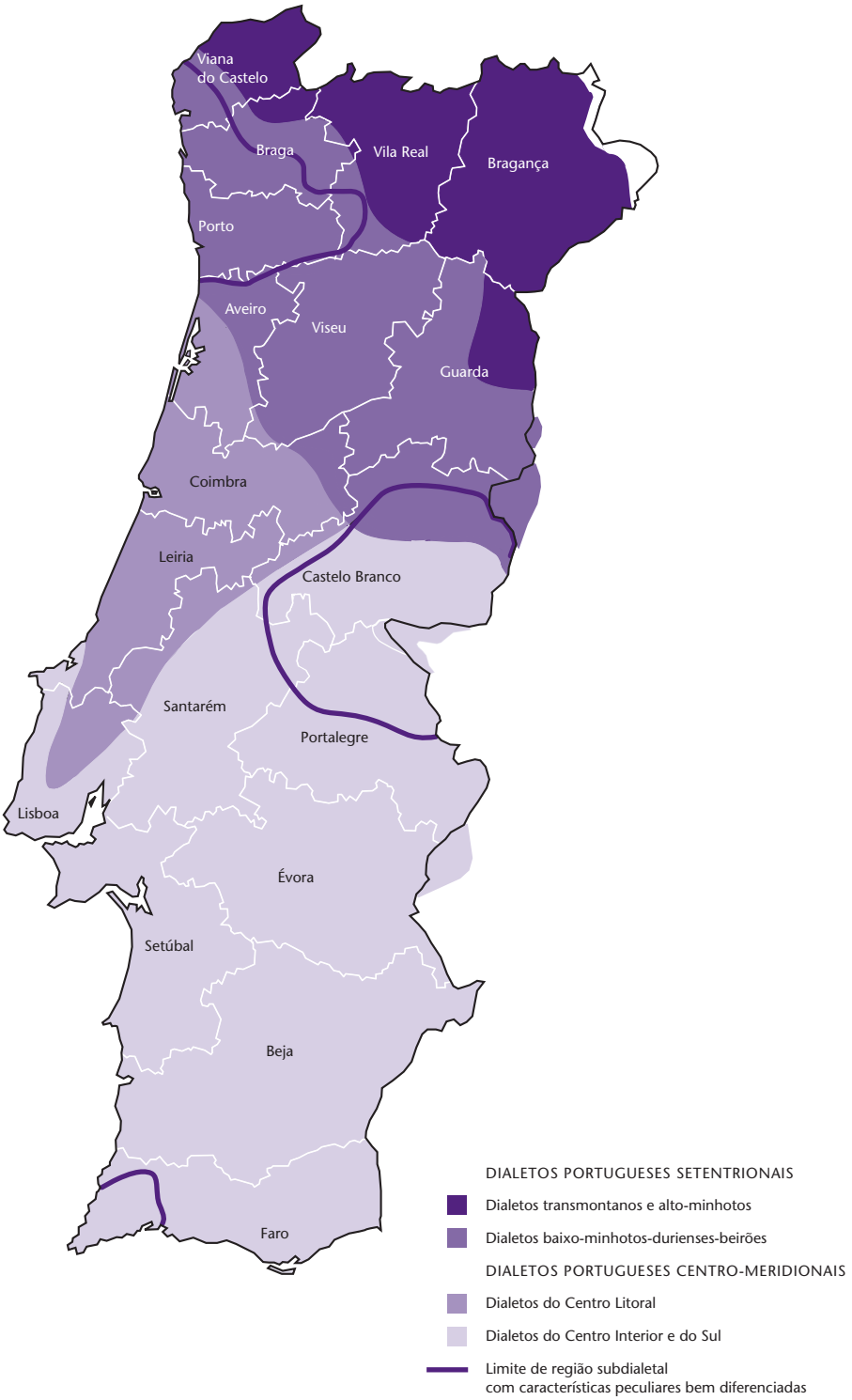
Como imediatamente se constata ao observar o Mapa 1, essas isófonas não coincidem, situando-se umas mais a norte e outras mais a sul, desenhando no território traçados que, longe de serem sequer paralelos, se cruzam em direções e orientações em certos casos opostas[7]. A não coincidência de limites geográficos dos vários traços fonéticos considerados torna impossível tomá-los todos em conjunto, se se quiser traçar uma fronteira entre os dois grupos de dialetos. Esse facto impõe então que se selecione apenas um dos traços para considerar a fronteira, que será, no entanto, e como não poderia deixar de ser, uma fronteira convencional.

L. Cintra selecionou o **sistema de sibilantes** para distinguir os dois grupos de dialetos: a isófona que marcará a fronteira é, assim, a que estabelece o limite das realizações apicoalveolares [s̻] e [z̻] para as consoantes /s/ e /z/, próprias do Norte, a que se contrapõem realizações dentais [s] e [z] para as mesmas consoantes, a sul desse limite.

[7] É este facto que explica em grande parte a inexistência de dificuldades intransponíveis de compreensão entre falantes de diferentes áreas: os traços próprios de cada dialeto, não tendo extensões geográficas coincidentes, funcionam como "estratégias" para assegurar a intercompreensão entre áreas vizinhas, o que não aconteceria se esses limites fossem coincidentes: nesse caso ter-se-ia um feixe de isoglossas que seria a expressão de uma fronteira abruptamente marcada, com o inevitável risco de incompreensão (cf. Tuaillon 1973).



Mapa 2 Hiato vs. inserção de semivogal



Mapa 3 Dialetos portugueses segundo L. Cintra (adaptado de Cintra 1971)

[4] L. Cintra apresenta três argumentos para esta opção: (i) a isófona correspondente a este traço não ultrapassa nem o curso do rio Douro, a norte, nem o do Tejo, a sul, como se pode verificar consultando os Mapas 1 e 3, o que não acontece com algumas das outras, facto a que L. Cintra atribui especial importância; (ii) este traço está relacionado com aquele que marca o limite meridional de ensurdecimento das fricativas no galego e que constitui uma das diferenças significativas entre o galego e o português; (iii) este traço, que marca a diferença entre dois tipos de sibilantes, é também aquele que separa os dialetos castelhanos setentrionais e centrais dos dialetos castelhanos meridionais (andaluzes), constituindo-se, pois, um traço com relevância no panorama dialetal ibérico.

A fronteira entre os dois grandes grupos de dialetos segue uma linha que, partindo do litoral ocidental na região da ria de Aveiro, atravessa o centro de Portugal no sentido noroeste-sudeste até encontrar a fronteira política com Espanha, na região de Castelo Branco (cf. Mapas 1 e 3).

A origem deste sistema de sibilantes é a seguinte: as consoantes apicoalveolares provêm de *s* latino; as consoantes dentais, de *c* ou *t* latinos quando seguidos de vogal ou semivogal palatais. Estas consoantes, com este condicionamento, tinham evoluído primeiramente para duas consoantes africadas dentais /t͡s/ e /d͡z/ que existiram no português antigo. Estas africadas posteriormente desafricaram, ou seja, perderam o seu elemento oclusivo, dando lugar às consoantes fricativas dentais.

Exemplificando[8]: [s̪]egar (< ***s****ecare* 'cortar') vs. [s]egar (< ***c****aecare* 'cegar'); con[s̪]elho (< *con**s**iliu* 'deliberação',) vs. con[s]elho (< *con**c**iliu* 'assembleia'); co[z̪]er (< *con**s**uere* 'coser uma coisa a outra') vs. co[z]er (< *co**c**ere* 'cozer, cozinhar'); va[z̪]o (< *va**s**u* 'vaso') vs. va[z]o (forma verbal) (de *vazar*, deriv. de *vazio* < *va**c**ivus* 'vago').

Este sistema começou a simplificar-se no Sul do país com a progressiva neutralização da oposição fonológica entre consoantes apicoalveolares e dentais, em favor destas últimas, provocando o desaparecimento das apicoalveolares. Esta transformação foi acolhida pelo português-padrão. Nos dialetos setentrionais também se produziu neutralização entre os dois tipos de sibilantes, mas com resultados contrários: a conservação das consoantes apicoalveolares e o desaparecimento das dentais. Numa zona mais conservadora subsistem as quatro sibilantes, como se verá mais à frente (cf. 5.1.2.1).

5.1.2 Dialetos setentrionais

Este grupo de dialetos abrange o Minho, Trás-os-Montes, o Douro Litoral e a parte norte da Beira Litoral, a Beira Alta e parte da Beira Baixa (cf. Mapa 3).

Relativamente aos "traços diferenciadores" atrás referidos, e independentemente da diferente extensão de cada um deles, os dialetos setentrionais apresentam como traços característicos gerais:

(i) desaparecimento da oposição fonológica entre /b/ e /v/;

(ii) realização apicoalveolar das sibilantes /s/ e /z/, respetivamente como [s̪] e [z̪];

(iii) manutenção da oposição fonológica entre /t͡ʃ/ e /ʃ/;

[8] A exemplificação é extraída de Martins e Saramago (1993).

(iv) manutenção do ditongo [ow];

(v) manutenção do ditongo [ej];

(vi) inserção da semivogal [j] entre duas vogais centrais para desfazer o hiato.

Relativamente à variedade-padrão, pode dizer-se que os dialetos setentrionais divergem dela em quase todos os traços acima assinalados, com exceção do penúltimo, ou seja, são marcados por quase todos os traços à exceção do penúltimo.

Dentro deste grupo de dialetos é ainda possível encontrar variedades de menor extensão que se caracterizam por, pelo menos, um traço comum. Assim, no grupo dos dialetos setentrionais, distinguem-se dois subgrupos, o dos dialetos transmontanos e alto-minhotos e o dos dialetos baixo-minhotos, durienses e beirões.

5.1.2.1 Dialetos transmontanos e alto-minhotos

O que individualiza este grupo de dialetos é a conservação de um estado de língua arcaico, caracterizado pela existência do sistema complexo de quatro sibilantes, já atrás referido. Essas sibilantes são duas consoantes fricativas apicoalveolares – /s̪/ e /z̪/ (uma não vozeada e uma vozeada, ou, na terminologia tradicional, uma surda e outra sonora) – e duas consoantes fricativas dentais – /s/ e /z/ (também uma não vozeada e outra vozeada)[9]. Essas quatro consoantes correspondem a origens etimológicas diferentes, como já foi referido, que a ortografia do português representa, também, por grafemas diferentes.

No que diz respeito às consoantes apicoalveolares, as correspondências com os grafemas são as seguintes: [s̪] corresponde a <s> inicial de palavra e a <ss>; [z̪] corresponde a <s> intervocálico. As consoantes dentais, por sua vez, têm as correspondências seguintes: [s] corresponde a <c> (seguido de *e*, *i*) e a <ç> (seguido de *a*, *o*, *u*); [z] corresponde a <z> em posição inicial de palavra ou medial inicial de sílaba. Assim, uma palavra como ***s**egar* 'cortar os cereais, a erva' pronuncia-se com [s̪], diferentemente de ***c**egar* 'perder a visão', que, neste grupo de dialetos, se pronuncia com [s]. Também *co**s**er* (a roupa) é pronunciado com [z̪], diferentemente de *co**z**er* (os alimentos), pronunciado com [z]. Neste grupo de dialetos, a pronúncia torna, pois, facilitada a tarefa de distinguir a grafia de pares de palavras como os acima indicados, ou ainda de *pa**ss**o* pa[s̪]o e *pa**ç**o* pa[s]o, ***s**ervo* [s̪]ervo e ***c**ervo* [s]ervo, que, no português-padrão, são homófonas. Apresentam-se a seguir outros exemplos de consoantes fricativas apicoalveolares (cf. (2)), não vozeadas (2a,b) e vozeadas (2c), e de consoantes fricativas dentais (cf. (3)), igualmente não vozeadas (3a,b) e vozeadas (3c):

(2) a. [s̪]im ***s**im*, [s̪]ela ***s**ela*, [s̪]al ***s**al*
b. mi[s̪]a *mi**ss**a*, ma[s̪]eira *ma**ss**eira*, o[s̪]o *o**ss**o*
c. ca[z̪]a *ca**s**a*, pe[z̪]o *pe**s**o*, pre[z̪]unto *pre**s**unto*

[9] Em época antiga, este sistema de sibilantes teve grande extensão no mundo românico (cf. Galmés de Fuentes 1962), tendo sido progressivamente eliminado, de tal forma que hoje apenas sobrevive nesta área do Norte de Portugal e em alguns pontos da Galiza em zonas contíguas ou muito próximas da fronteira portuguesa (cf. Martins e Saramago 1993).

(3) a. [s]era ***c**era*, [s]enteio ***c**enteio*, [s]inco ***c**inco*
b. len[s]ol *lençol*, balan[s]a *balança*, bra[s]o *braço*
c. cru[z]eiro *cruzeiro*, a[z]eitona *azeitona*, de[z]embro *dezembro*

Este sistema conservador de quatro sibilantes sobrevive numa área que abrange uma parte do Alto Minho, a maior parte de Trás-os-Montes e uma pequena parte da Beira Alta, a norte do distrito da Guarda, junto da fronteira com Espanha (cf. Mapa 3) e sobrevive ainda noutros pontos dispersos da Beira Alta situados ao norte do rio Mondego[10] que escaparam à malha pouco apertada de pontos inquiridos por L. Cintra, pelo que não estão representados no referido mapa.

5.1.2.2 Dialetos baixo-minhotos, durienses e beirões

Neste grupo de dialetos operou-se a simplificação do sistema de quatro sibilantes em apenas duas, tendo prevalecido as apicoalveolares, uma surda e outra sonora: [s̪] e [z̪]. Nesta vasta área, os pares ***s**egar* e ***c**egar*, ***s**ervo* e ***c**ervo*, *pa**ss**o* e *pa**ç**o*, *co**s**er* e *cozer* pronunciam-se da mesma maneira, respetivamente [s̪]egar, [s̪]ervo, pa[s̪]o e co[z̪]er. Qualquer destas realizações é, evidentemente, diferente da do português-padrão.

Apresentam-se a seguir, em (4) e (5), os mesmos exemplos utilizados em (2) e (3), em que se pode verificar a neutralização das quatro sibilantes apenas nas consoantes apicoalveolares:

(4) a. [s̪]im ***s**im*, [s̪]ela ***s**ela*, [s̪]al ***s**al*
b. mi[s̪]a *mi**ss**a*, ma[s̪]eira *ma**ss**eira*, o[s̪]o *o**ss**o*
c. ca[z̪]a *ca**s**a*, pe[z̪]o *pe**s**o*, pre[z̪]unto *pre**s**unto*

(5) a. [s̪]era ***c**era*, [s̪]enteio ***c**enteio*, [s̪]inco ***c**inco*
b. len[s̪]ol *lençol*, balan[s̪]a *balança*, bra[s̪]o *braço*
c. cru[z̪]eiro *cruzeiro*, a[z̪]eitona *azeitona*, de[z̪]embro *dezembro*

Este sistema vigora no Baixo Minho, Douro, Beira Alta e na parte norte da Beira Baixa. Presentemente, a zona litoral constitui exceção, tendo-se dilatado a ilhota minhota de [s] dental que L. Cintra assinalou junto da costa (cf. Mapa 1).

5.1.2.2.1 Variedade do Baixo Minho e Douro Litoral

Ainda dentro dos dialetos setentrionais, mais propriamente do grupo baixo-minhoto-duriense-beirão, destaca-se a região do Baixo Minho e Douro Litoral, que tem a cidade do Porto como centro urbano mais importante. O traço característico desta variedade é a formação dos ditongos crescentes [je] e [wo] ou [wɐ]

[10] Cf. Martins e Saramago (1993). Os autores cartografaram as várias localidades em que L. de Vasconcellos, entre finais do séc. XIX e a década de 30 do séc. XX, registou o sistema de quatro sibilantes, e compararam essa distribuição com a área delimitada por L. Cintra, nos anos 50, e ainda com os dados de recolhas efetuadas nos anos 70 para o *Atlas Linguarum Europae* (ALE). Estas últimas recolhas, apesar de usarem uma rede ainda menos apertada do que a utilizada por L. Cintra, se, por um lado, revelam a progressiva retração da área, sobretudo no Minho, revelam, por outro lado, a conservação desse sistema na Beira Alta, ao norte do Mondego. Também A. Andrade, que estuda as propriedades acústicas e os mecanismos de produção dos vários sons que constituem este sistema de sibilantes, revela a sua existência numa localidade da mesma área (Travanca, no concelho de Carregal do Sal) que ainda não tinha sido referenciada (cf. Andrade e Slifka 2006).

(diferenciação de [wo]) a corresponder às vogais acentuadas [e] e [o], como se exemplifica em (6):

(6) a. p[jé]lo *p**e**lo*, c[jé]ra *c**e**ra*, limp[jé]za *limp**e**za*
b. f[wó]lha ou f[wé]lha *f**o**lha*, rep[wó]lho *rep**o**lho*, nerv[wó]so *nerv**o**so*

Antes de passar para a observação dos dialetos centro-meridionais, convém acentuar que alguns dos traços que hoje se configuram como traços dialetais do português setentrional (nomeadamente a existência de sibilantes apicoalveolares ou mesmo, em certas áreas, a conservação do sistema de quatro sibilantes, a conservação da africada /t͡ʃ/ e a manutenção do ditongo [ow]), em fases anteriores da língua, abrangiam todo o território, tendo sido progressivamente eliminados da pronúncia-padrão pelas inovações geradas no Sul, as quais, em determinada fase, passaram a constituir a norma de prestígio[11]. Essas inovações tinham, elas próprias, começado por ser traços dialetais do Sul, considerados vícios ou «mao costume» (cf. Caixa [5]) e como tal tinham sido inicialmente criticadas e combatidas, como é ilustrado por testemunhos de gramáticos e ortografistas ao longo dos séculos, desde o séc. XVI.

> [5] O testemunho dos gramáticos e ortografistas portugueses não deixa margem para dúvidas quanto à maior extensão geográfica que alguns dos traços dos dialetos setentrionais ocuparam no passado, como se comprova nos excertos que se incluem nas alíneas seguintes:
>
> (i) Relativamente ao traço que L. Cintra escolheu como diferenciador dos dois grupos de dialetos, a pronúncia das sibilantes, podemos verificar que a coexistência dos quatro fonemas, hoje confinada essencialmente aos dialetos transmontanos e alto-minhotos e a alguns pontos da Beira Alta, tinha sido generalizada a todo o território. É muito provável que a neutralização que havia de se tornar normativa se tenha iniciado muito cedo, nas regiões do Algarve e de Lisboa, como provam as grafias não etimológicas registadas em documentos dessas regiões desde o séc. XIII[12]. No entanto, as primeiras menções condenatórias dos "erros" e da "confusão" resultantes dessa neutralização só se verificam no séc. XVI. É Duarte Nunes de Leão quem primeiro nos dá conta desse facto na sua *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, publicada em 1576: «Que tenhamos grande tẽto nos vocabulos, em q*ue* entra *c*, *s* e *z*. Porq*ue* a mais da gente, e não soo a vulgar, se engana na scriptura, confundindo estas letras, e poendo hũas por outras, sem distinção, sendo ellas differentes, e distantes na pronunciação, e natureza, assi como o são na figura.»[13] (*apud* Castro 1991:42).
>
> Século e meio depois, o ortografista João de Morais Madureira Feijó, na sua *Orthographia, ou Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa* (1739:44s), ainda pugna pela distinção das duas pronúncias, dando para cada uma delas a descrição articulatória apropriada: «Ja dissemos que o *C* como *C* se pronunciã com a extremidade anterior da lingua, tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he suavemente brando. O *S* pronunciase com a ponta da lingua

[11] Essas inovações foram, nomeadamente, a simplificação do sistema de sibilantes apenas em duas, com realização dental, o desaparecimento da africada /t͡ʃ/, com o consequente desaparecimento da oposição entre /t͡ʃ/ e /ʃ/ e a monotongação do ditongo [ow].

[12] Cf. Cintra (1963), Martins e Saramago (1993) e Maia (2003).

[13] É de ter em atenção que a "confusão" nessa altura teria já grande difusão, dado que Duarte Nunes de Leão chama a atenção para o facto de não ser praticada apenas pelas pessoas de pouca cultura, como Maia (2003) faz notar.

moderadamente applicada ao paladar junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto sahe hum som quasi assobiando do meyo da bocca, como se percebe nestas palavras *Sancto*, *Sá*, *Sé*, etc. Pois se esta he a rigorosa, e propria pronunciaçaõ do *S*, como se equivoca com a do C, que he taõ diversa? Se os sons saõ diversos, como póde ser a consonancia a mesma? Demos a cada huma destas letras a diversidade da sua pronunciaçaõ, e logo se perceberá a diversidade de *Sá*, ou *Çá*, *Sé*, ou *Ce*, *Si*, ou *Ci*, *So*, ou *Ço*, *Su* ou *Çu*. Pronunciese *Çapato*, e *Sapato*, *Maça* e *Massa*; e diga quem naõ he surdo a differença, que percebe entre hum, e outro som». Noutro passo condena a pronúncia com consoantes fricativas dentais de palavras que deveriam ser pronunciadas com consoantes apicais «porque esta pronunciação não é naturalmente nossa, mas afectada, ou de mulheres açucaradas, ou de homens ciciosos».

(ii) Quanto à africada palatal /t͡ʃ/, grafada <ch>, a sua fusão com a fricativa palatal /ʃ/, grafada <x>, é uma inovação vinda do Sul (com Lisboa a ter um papel, se não responsável pela própria inovação, pelo menos preponderante na sua aceitação). Da confusão que começava a existir entre a pronúncia e a grafia de <ch> e de <x> dá-nos conta, pela primeira vez, no último quartel do séc. XVII, João Franco Barreto na sua *Ortografia da Lingua Portuguesa*, de 1671: «*payxã*, *caxa*, *enxada*, *coxî*, *enxurrada*, e outros, que muytos por a lingua os nã ajudar, ou por mao costume, pronunciam barbaramente, dizendo (e ainda escrevendo) páchã, cacha, enchada, cochim, enchurrada. [...] sendo que outros, que se devem pronunciar e escrever per ch, como chave, chapeo, chafariz, fechadura, etc. escrevem e pronunciam xave, xapeo, xafariz, fexadura» (*apud* Pinto 1981:158).

Cerca de 70 anos mais tarde, Madureira Feijó, na já citada *Ortographia*, continua a distinguir as duas pronúncias, circunscrevendo a confusão aos oriundos de Lisboa: «...[CH] na [pronúncia] dos Portuguezes nunca sôa nem como C, nem como Q, mas faz hum terceiro som, em que se não percebe como sôa, ferindo as vogaes seguintes deste modo *Cha*, *Che*, *Chi*, *Cho*, *Chu*: v.g. *Chave*, *Chaminé*, *China*, *Chove*, *Chuva*, cuja pronunciaçaõ não tem similhança com outras letras, e só os oriundos de Lisbôa a equivócaõ tanto com o *X*, que a cada palavra trocaõ huma por outra; porque não só pronunciaõ, mas tambem escrevem *Xave*, *Xemine*, *Xina*, *Xove*, *Xuva*. E a alguns ouvi, que lhe era tão difficultosa a pronunciaçaõ do *Ch*, que achando-o escripto, o pronunciaõ como *X*; e pelo contrario, aonde achaõ *X*, o pronunciaõ como *Ch*».

Relativamente a alguns dos outros traços dos dialetos setentrionais, a sua antiguidade na língua também já era atestada desde, pelo menos, o séc. XVI.

(iii) A inexistência de distinção entre /v/ e /b/ era notada, no séc. XVI[14], por Duarte Nunes de Leão, que, na citada *Orthographia*, já a circunscreve geograficamente à Galiza e ao Norte de Portugal. É de notar que o ortografista nota também o fenómeno inverso, que pode ser considerado como de hipercorreção: «O que muito mais se vee nos Gallegos, e em algũs Portugueses d'entre Douro e Minho, que por *vós* e *vósso*, dizem *bos*, e *bosso*, e por *vida*, dizẽ *bida*. E quasi todos os nomes, em que há *v* cõsoante mudão em *b*. E como se o fizessẽ aas vessas, os q*ue* nos pronunciamos per *b* pronunciõ elles per *v*.» (*apud* Castro 1991:41s).

(iv) Quanto à semivogal anti-hiática, João Franco Barreto nota-a, em 1671, na sua *Ortografia da lingua portuguesa*: «He esta letra *a* fatal para os de entre Douro e Minho, e Beyrões, siguindo-se-lhe outro *a*, porque não os podem pronunciar ambos, ũ de tras do outro, sẽ lhes meter de permeyo ũ *y*, e assi, havendo de dizer *a agua*, *a alma*, infallivelmente hã de dizer *ay agua*, *ay alma*» (Barreto 1671 *apud* Vasconcellos [1901] 1970:53s).

[14] Na região da Galiza e de Entre-Douro-e-Minho, o fenómeno, porém, deve ser muito mais antigo, já da época anterior à Reconquista, como revela Maia (1986), que refere, a propósito da sua implantação geográfica e da razão por que ele não se terá expandido mais para sul, a existência de «núcleos de intensa moçarabia, alguns dos quais situados em regiões que viriam, com o decorrer dos séculos, a transformar-se em centros irradiadores de uma norma fonética e fonológica. Assim aconteceu com a zona de Coimbra e Lisboa.» (Maia 1986:484). Sobre os moçárabes e o romance moçárabe, ver a Nota 74 deste texto.

5.1.3 Dialetos centro-meridionais

Este grupo de dialetos abrange a Beira Litoral, a maior parte da Beira Baixa, a Estremadura, o Ribatejo, o Alentejo e o Algarve (cf. Mapa 3).

Os dialetos centro-meridionais caracterizam-se pelos seguintes traços, independentemente da diferente extensão de cada um deles:

(i) existência da oposição fonológica entre /v/ e /b/;

(ii) realização dental das sibilantes /s/ e /z/;

(iii) inexistência do fonema /t͡ʃ/, com o consequente desaparecimento da oposição fonológica entre /t͡ʃ/ e /ʃ/;

(iv) monotongação do ditongo [ow];

(v) monotongação do ditongo [ej];

(vi) pronúncia com hiato entre vogais centrais.

Os dialetos centro-meridionais coincidem com a variedade-padrão em todos os traços, com exceção apenas do penúltimo. De facto, a pronúncia-padrão mantém o ditongo [ej], que, na pronúncia lisboeta, por dissimilação, toma a forma [ɐj]. Relativamente aos "traços diferenciadores" considerados, a monotongação do ditongo [ej] é, pois, o único traço dialetal dos dialetos centro-meridionais.

Relativamente ao traço (ii), os dialetos centro-meridionais distinguem-se dos dialetos setentrionais por terem operado a simplificação do sistema de quatro sibilantes etimológicas em duas consoantes dentais, como já foi referido, sistema que veio a constituir a norma linguística portuguesa. Neste grupo de dialetos, e retomando os pares de palavras acima utilizados para ilustrar o fenómeno, as sibilantes de ***s**egar* e ***c**egar*, ***s**ervo* e ***c**ervo*, *pa**ss**o* e *pa**ç**o* pronunciam-se da mesma maneira, respetivamente [s]egar, [s]ervo e pa[s]o; *co**s**er* e *co**z**er* são igualmente homófonas: co[z]er, coincidindo a pronúncia de todas elas com a da norma. Apresentam-se a seguir, em (7) e (8), os mesmos exemplos utilizados em (2) e (3), em que se pode verificar a neutralização das quatro sibilantes apenas nas consoantes dentais:

(7) a. [s]im ***s**im*, [s]ela ***s**ela*, [s]al ***s**al*
b. mi[s]a *mi**ss**a*, ma[s]eira *ma**ss**eira*, o[s]o *o**ss**o*
c. ca[z]a *ca**s**a*, pe[z]o *pe**s**o*, pre[z]unto *presunto*

(8) a. [s]era ***c**era*, [s]enteio ***c**enteio*, [s]inco ***c**inco*
b. len[s]ol *len**ç**ol*, balan[s]a *balan**ç**a,* bra[s]o *bra**ç**o*
c. cru[z]eiro *cruzeiro*, a[z]eitona *azeitona*, de[z]embro *dezembro*

5.1.3.1 Dialetos do Centro Litoral e dialetos do Centro Interior e Sul

Embora a área ocupada pelo português centro-meridional apresente, do ponto de vista dialetal, uma maior homogeneidade do que a área correspondente ao português setentrional, é todavia possível distinguir dentro dessa área dois grupos de dialetos: os dialetos do Centro Litoral e os dialetos do Centro Interior e Sul (cf. Mapa 3).

O primeiro destes grupos é formado pelos dialetos da Beira Litoral e da maior parte da Estremadura e o segundo pelos dialetos do Ribatejo, de parte da Beira Baixa, do Alentejo e do Algarve, e o que os distingue é a conservação do ditongo [ej], nos primeiros, contrariamente aos restantes, em que o ditongo monotongou. Este contraste é ilustrado pelos exemplos de (9), correspondentes a dialetos do Centro Litoral, e de (10), correspondentes a dialetos do Centro Interior e Sul:

(9) c[éj]fa *ce**i**fa*, fil[éj]ra *file**i**ra*, palh[éj]ro *palhe**i**ro*, mant[éj]ga *mante**i**ga*

(10) c[é]fa *ce**i**fa*, mol[é]ro *mole**i**ro*, az[e]tona *aze**i**tona*, l[é]te *le**i**te*, qu[é]jo *que**i**jo*

A isófona correspondente à monotongação do ditongo [ej] em [e], que serve de fronteira entre estes dois grupos de dialetos, parte da costa ocidental, por alturas de Óbidos, desce quase até Lisboa e, infletindo depois para nordeste, acompanha quase paralelamente o curso do Tejo, uns quilómetros ao norte do rio, atingindo a raia a norte de Castelo Branco (cf. Mapa 1). É de referir, relativamente a este traço, que Lisboa constitui uma ilhota de conservação do ditongo no interior de uma área de monotongação. De referir também que, em Lisboa, o ditongo tem a realização fonética [ɐj], diferentemente de grande parte da restante área que conserva o ditongo.

Dentro da extensa área ocupada pelos dialetos do Centro Interior e Sul – e que vai desde o Ribatejo e Beira Baixa até ao Algarve –, destacam-se duas variedades localizadas em extremidades opostas, nordeste e sudoeste, e que apresentam profundas alterações de timbre dos respetivos sistemas vocálicos acentuados; são as variedades da Beira Baixa e Alto Alentejo (ou de Castelo Branco/Portalegre) e a do Barlavento do Algarve, que se descrevem a seguir.

5.1.3.1.1 Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo

Esta variedade apresenta significativas diferenças no seu sistema vocálico relativamente ao português-padrão, com a existência de vogais que não existem neste: é o caso das vogais arredondadas [y] (com pronúncia semelhante à do *u* francês de *lune*), [ø] (com pronúncia semelhante à da vogal da palavra francesa *feu*) e [œ] (com pronúncia semelhante à das vogais das palavras francesas *peur* ou *fleur*).

Os traços mais salientes desta variedade são:

(i) palatalização de /u/ em vários graus, a que correspondem as notações [y], o grau mais elevado, e [ʉ], como nos exemplos de (11):

(11) a. [týd] *t**u**do*, [krý] *cr**u***, [nýkɐ] *n**u**ca*, [lʉ́ɐ] *l**u**a*, [t͡ʃʉ́vɐ] *ch**u**va*
b. [sʉ̃m] *s**u**mo*, [ʒʉ̃kɨ] *j**un**co*, [nʉ̃kɐ] *n**un**ca*

(ii) palatalização condicionada de /a/ acentuado em [ɛ], em determinados contextos; trata-se de um fenómeno de harmonização vocálica que ocorre quando na sílaba pretónica existem (ou existiram) as vogais altas [i], [ĩ], [u] ou [ũ][15] ou as semivogais correspondentes [j] e [w], como se apresenta nos exemplos (12) e (13); chama-se a atenção para os exemplos de (12c) e de (13c), que mostram a alteração de timbre das vogais tónicas pela influência das semivogais dos

[15] O facto de ocorrerem fenómenos de palatalização depois da vogal [u], oral ou nasal, faz supor a existência de /u/ palatalizado também em sílaba não acentuada, em fases anteriores.

ditongos [ej] e [ow], alteração que ocorre mesmo em casos em que os ditongos tenham monotongado (no caso do ditongo [ow], o resultado da monotongação é a vogal [ø], como é referido em (iii)):

(12) a. [pizéðɨ] *pis**a**do*, [fikévɐ] *fic**a**va*, [miéðɐ] *me**a**da*, [tiɾéɾ] *tir**a**r*
b. [ɐlĩpéɾ] *alimp**a**r*, [ĩʃéðɐ] *enx**a**da*
c. [seféɾ] *ceif**a**r*, [detéɾ] *deit**a**r*

(13) a. [kurél] *curr**a**l*, [puɲéðɨ] *punh**a**do*
b. [ɐʒɐ̃téɾ] *ajunt**a**r*
c. [røβéɾ] *roub**a**r*, [pøzéɾ] *pous**a**r*

(iii) palatalização da vogal proveniente da monotongação do antigo ditongo [ow] em [ø], como se mostra nos exemplos (14) e também em (13c):

(14) a. [rǿpɐ] ***rou**pa*, [tǿɾ] ***tou**ro*, [mǿtɐ] ***mou**ta*
b. [pøzí] ***pou**sio*, [øvíɾ] ***ou**vir*

(iv) arredondamento e abaixamento da vogal [e] em [œ], como em (15):

(15) [kuzœ́ɾ] *coz**e**r*, [sœ́ʃt] *c**e**sto*, [pœ́l] *p**e**lo*

(v) elisão da vogal final não acentuada [u], grafada <o>, ou a sua realização como [ɨ], como mostram alguns dos exemplos já apresentados e ainda os de (16):

(16) a. [bałdí] *baldi**o***[16]
b. [kɔ́p] *cop**o***
c. [tɾɔ̃́kɨ] *tronc**o***

Esta variedade tem marcado caráter arcaizante, que se manifesta sobretudo na conservação, em algumas localidades, de sons consonânticos que desapareceram há séculos de qualquer outro dialeto português, como a africada palatal sonora [d͡ʒ] em formas como [d͡ʒá] ***já*** ou [d͡ʒɐ̃́tɨ] ***gente***[17].

Outro traço arcaizante é a conservação de demonstrativos reforçados, como *aqueste*, *aquisso* (cf. 5.4.1.6.3).

O limite territorial desta variedade é traçado pela isófona de palatalização de [u], que L. Cintra usou igualmente para demarcar o limite da variedade do Barlavento do Algarve.

> [6] A existência de sons tão próximos de sons franceses, nesta variedade dialetal, encontra explicação, na opinião de L. Cintra, na influência cultural tardia exercida pelos colonizadores das ordens religioso-militares Templários e Hospitalários, de origem galo-românica, a quem os primeiros reis de Portugal doaram terras e encarregaram de defender e povoar a maior parte da Beira Baixa e Alto Alentejo. Os topónimos Proença-a-Nova, Proença-a-Velha, Tolosa, Toulões e Nisa, que recordam as terras de origem dos povoadores (Provence, Toulouse, Nice), atestam a presença e a importância dessas ordens naquela região. A propósito da palatalização do ditongo [ow] em [ø] na Beira Baixa e Alto Alentejo, diz L. Cintra: «É uma evolução completamente

[16] Esta palavra pode apresentar como forma de plural a forma [bałdíʃ] *baldios* (ALEPG, Aldeia da Mata, Portalegre).
[17] Formas registadas em Idanha-a-Nova; também em Monsanto (cf. Buescu 1961), Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal e Vale de Espinho (cf. Maia 1977) foi registada a presença desta africada.

anómala e isolada no panorama geral da fonética histórica hispânica e que nos aparece surpreendentemente associada às paralelas e também anómalas transformações de *u* em *ü*, *a* em *e* (em certas condições), *e* em ëi (através de um grau intermédio ë), todas elas bem conhecidas da Galo-România» (Cintra [1970] 1983:52s). L. Cintra faz notar a quase perfeita coincidência entre a área caracterizada pelos fenómenos referidos e a que foi confiada àquelas ordens para repovoamento. Ver também a discussão, centrada sobretudo sobre a palatalização de *u*, bem como mapas históricos e linguísticos, em Segura da Cruz (1988:270ss).

5.1.3.1.2 Variedade do Barlavento do Algarve

A variedade do Barlavento do Algarve, muito menos extensa do que a anterior, situa-se no extremo sudoeste de Portugal. O seu sistema vocálico é constituído por oito vogais: /i/, /e/, /ɛ/, /æ/, /ɒ/, /ɔ̟/, /o/, /y/. É um sistema que apresenta grandes diferenças relativamente ao sistema vocálico do português-padrão; dessas diferenças avulta, por um lado, a existência de três segmentos vocálicos desconhecidos do padrão: /æ/ (vogal de grande abertura, cujo timbre se situa entre [ɛ] e [a]), /ɒ/ (vogal que acusa grande recuo, aproximando-se de [ɔ]) e /y/ (vogal arredondada palatalizada); por outro lado, destaca-se a existência de três vogais, /e/, /ɛ/ e /æ/[18], a corresponder às duas vogais /e/ e /ɛ/ do português-padrão.

Nesta variedade, verifica-se a tendência ao "deslocamento em cadeia" do sistema vocálico: uma tendência para a abertura (ou abaixamento) das vogais da série anterior e uma tendência para o fechamento (ou elevação) das vogais da série posterior. A conjugação destas tendências leva aos resultados seguintes:

(i) /i/, em certos contextos (nasais e vibrantes), é pronunciado como [ɪ] ou quase como [e], como em gal[í]nha ou mesmo gal[é]nha *gal**i**nha*, ou r[í]co *r**i**co*;

(ii) /e/ evoluiu para /ɛ/, sendo realizado como [ɛ], como em s[ɛ́]da *s**e**da*, cab[é]ça *cab**e**ça* ou diz[ɛ́]r *diz**e**r*;

(iii) /ɛ/ evoluiu para /æ/, como em [ǽ]rva ***e**rva*, p[ǽ]dra *p**e**dra* ou d[ǽ]z *d**e**z*;

(iv) /a/ sofreu recuo e evoluiu para /ɒ/, sendo pronunciado com timbre muito próximo de [ɔ], como em c[ɒ́]bra *c**a**bra*, n[ɒ́]ta *n**a**ta* ou m[ɒ́]r *m**a**r*;

(v) /ɔ/ eleva-se, sendo pronunciado como [ɔ̟], ou seja, com timbre que se aproxima do de [o], embora nunca se confunda com ele, como em [ɔ̟́]bra ***o**bra*, c[ɔ̟́]po *c**o**po* ou s[ɔ̟́]l *s**o**l*;

(vi) /u/ palataliza em [y], como na variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo, como em [ý]va ***u**va*, n[ý]vem *n**u**vem*, l[ý]to *l**u**to* ou s[ý]l *s**u**l*.

Outros aspetos salientes desta variedade são:

(vii) à vogal acentuada [ɒ], em posição final, corresponde um ditongo, [ɒw], como em *uma* p[ɒ́w] *p**á*** e *uma doença* m[ɒ́w] *m**á***.

---

[18] Sucintamente: /e/ com realização [e] corresponde ao resultado da monotongação do ditongo [ej], como em [lét] *l**ei**te* ou [ɐɾéɐ] *ar**ei**a*, e também a /e/ do português-padrão apenas em três situações: (i) quando a vogal é seguida de consoante palatal inicial de sílaba, como em [téʎɐ] *t**e**lha*, [sɾéʒɐ], *c**e**reja* e [féʃɐ] *f**e**cha*; (ii) em palavras em que a sílaba final conteve [ɨ] (historicamente [i]), hoje inexistente, como em [réd] *r**e**de*; (iii) em posição final absoluta, como em [vé] *v**ê***.

(viii) ao ditongo acentuado [ɛw] do português-padrão corresponde a vogal simples [æ], quando em posição final, como em chap[ǽ] *chap**éu*** ou v[ǽ] ***véu***;

(ix) elisão das vogais não acentuadas [u] e [ɨ], grafadas, respetivamente, <o> e <e>, em posição final, como em [séd] *ced**o***, [pók] *pouc**o*** e [séd] *sed**e*** ou [lét] *leit**e***.

Como facilmente se verifica, esta variedade tem várias características comuns com a variedade de Castelo Branco/Portalegre[19].

5.2 Dialetos insulares

Os dialetos falados nos arquipélagos dos Açores e da Madeira apresentam um conjunto de traços próprios (alguns deles comuns aos dois arquipélagos), que não se encontram nos dialetos continentais, ou que nestes estão esporádica ou parcamente representados; este facto confere aos dialetos insulares um estatuto que permite demarcá-los dos dialetos continentais, independentemente dos laços de maior ou menor proximidade que possam ter com estes. Justifica-se, pois, plenamente que se considere um grupo de dialetos insulares, a par do grupo dos dialetos setentrionais e do grupo dos dialetos centro-meridonais do continente, contrariando, assim, aquilo que, desde Leite de Vasconcellos ([1901] 1970:130), se vinha afirmando relativamente à filiação dos dialetos insulares nos dialetos do Sul do país. Relativamente aos traços usados por L. Cintra na sua classificação dos dialetos continentais (cf. 5.1.1)[20], os dialetos insulares coincidem com os dialetos centro-meridionais (em que também se inscreve o português-padrão) no que diz respeito aos traços consonânticos (ausência de sibilantes apicoalveolares e da africada palatal e existência da oposição entre /b/ e /v/); quanto aos ditongos, enquanto o ditongo [ow] monotonga em [o] como no português-padrão ou é substituído pelo ditongo [oj], o ditongo [ej] mantém-se, contrariamente aos dialetos centro-meridionais (exceto na ilha açoriana de São Miguel). Relativamente ao comportamento face ao hiato entre duas vogais centrais pertencentes a vocábulos diferentes, atrás referido como traço marcante na distinção entre os dialetos continentais, os dialetos insulares também neste aspeto coincidem com o português-padrão: o hiato é tolerado, não se verificando inserção de semivogal anti-hiática nem na norma-padrão madeirense, nem na açoriana, embora se registe esporadicamente em alguns falantes açorianos das ilhas de São Miguel, Santa Maria e Terceira[21].

---

[19] Para uma informação mais pormenorizada sobre a variedade do Barlavento do Algarve, cf. Segura da Cruz (1988, 1996) e A. Andrade (1992, 1993).

[20] Na primeira versão da sua proposta, L. Cintra (1971) não fez referência aos dialetos insulares, tendo posteriormente referido que eles prolongavam os dialetos centro-meridionais (Cunha e Cintra 1984:19); mais tarde, em texto redigido em 1990, Cintra veio a pronunciar-se pela autonomia dos dialetos insulares face aos continentais (cf. Cintra 2008).

[21] Vejam-se exemplos de inserção de semivogal anti-hiática nas seguintes sequências:

(i) a. o vento e **a á**gua [ɐ jáɣwɐ] (Ponta Garça, São Miguel, Açores)
b. **a an**ca [ɐ jɛ̃́kɐ] do cavalo (Nordeste, São Miguel, Açores)
c. a terr**a an**tes [ɐ téʀɐ jɛ̃́tiʃ] (Altares, Terceira, Açores)
d. a minh**a a**rte [ɐ míɲɐ jáɾtɨ] (Ponta Garça, São Miguel, Açores)
e. dá plant**a a**lta [plɛ̃́tɐ jáltɐ] (Santo Espírito, Santa Maria, Açores)
f. um**a á**rvore [umɐ járvɨ] (Mosteiros, São Miguel, Açores)
g. ia **à á**gua [ía jáɣwɐ] (Vila do Porto, Santa Maria, Açores)

Os dialetos dos dois arquipélagos apresentam um número considerável de traços comuns, e alguns dos que têm sido apresentados como próprios de um dos arquipélagos (ou de algumas das ilhas) estão também presentes no outro. Neste aspeto, é de chamar a atenção para a existência de maiores afinidades, como se mostrará, entre os dialetos madeirenses e os dialetos das ilhas do Grupo Central açoriano. Entre os traços comuns aos dois arquipélagos, destacam-se:

(i) instabilidade da vogal acentuada provocada por fenómenos de harmonização vocálica e metafonia; de facto, a sílaba acentuada pode apresentar-se modificada por dois tipos de condicionamento: por um lado, por influência das vogais e semivogais átonas que a precedem, tendo como resultado o aparecimento de ditongos crescentes, como em [ripjáɾ] ***ripar*** ou [fumwáɾ] ***fumar*** (cf. 5.2.1 (vi) e 5.2.2.2 (i)) (e a que pode associar-se a modificação de timbre da vogal tónica, mantendo ou não a semivogal, como em [siðją̊ðɨ] ou [siðéðɨ] *ci**da**de* – cf. 5.2.2.2 (i)) e, por outro lado, por influência do timbre da vogal átona da sílaba final, produzindo fenómenos de metafonia, como transparece comparando p[á]ta ***pa**ta* e p[ó]to ***pa**to* (cf. 5.2.2.3 (i) e Nota 38);

(ii) palatalização de /l/ e de /n/ em determinadas condições, como em [ɐkíʎu] *aqui**l**o* e [diʃtíɲu] *dest**n**o* (cf. 5.2.1 (i) e (ii) e 5.2.2.2 (ii));

(iii) semivocalização ou vocalização de /s/ final, como em [ɐj vákɐʃ] ***as** vacas* ou [éʃti vímɨʃ] *este**s** vimes* (cf. 5.2.1 (iii) e Nota 24);

(iv) síncope de /g/ intervocálico, como em [ʃpíɐ] *espi**g**a*. (cf. 5.2.1 (iv) e 5.2.2.2 (iii)).

É de acentuar que nem sempre os traços comuns têm a mesma amplitude e expressão nos dialetos dos dois arquipélagos; em alguns casos, o que constitui traço relevante num deles apresenta no outro pouca expressão ou pouca produtividade; está neste caso o tratamento peculiar e completamente original de /s/ em posição final (cf. 5.2.1 (iii)), que, sendo um traço relevante na Madeira, aparece nos Açores representado esporadicamente em apenas três ilhas, ou a metafonia (cf. 5.2.2.3), com maior expressão nos Açores. Atendendo a esta circunstância, a descrição mais pormenorizada destes traços será feita ao tratar os dialetos do arquipélago em que eles têm maior relevância, fazendo-se referência então ao que se passa no outro.

No interior dos dialetos insulares, aqueles que, pela especificidade e regularidade de alguns dos seus traços, mais se destacam são os da Madeira (Porto Santo incluído), de São Miguel e da Terceira. Assim, a descrição centrar-se-á nestes dialetos.

5.2.1 Dialetos madeirenses

A Madeira apresenta grande diversidade interna, como L. Cintra assinala (cf. Cintra 2008). São consonânticos os fenómenos que têm caráter mais geral no arquipélago, sendo especialmente abrangentes os indicados em (i) e em (iii):

(i) palatalização de /l/[22], quando imediatamente precedido (ou, mais raramente, seguido) da vogal [i] ou da semivogal [j], oral ou nasal, sendo a consoante

[22] A palatalização de /l/ é provavelmente o traço mais referido na bibliografia sobre os dialetos da Madeira. Confrontar, entre outros, Vasconcellos ([1901] 1970), Rogers (1946 e 1948), Pereira (1952), Rezende (1961), Nunes (1965), Pestana ([1940-41] 1965 e [1947] 1970), Andrade (1994) e Cintra ([1990] 2008).

então realizada como lateral palatal [ʎ]. É de notar que o segmento vocálico ou semivocálico condicionante pode não pertencer à mesma palavra, como alguns dos exemplos evidenciam:

(17) a. [ɐkíʎu] *aqui**l**o*
b. [pɨɣéj ʎúm] *peguei **l**ume*
c. [iʎétɾiku] *e**l**étrico*
d. [fɐmíʎɐ] *famí**l**ia*
e. [sɐkuðí ʎu] *sacudi-**l**o*
f. [tɐ̃j ʎátɐʃ] *tem **l**atas*
g. [kwɐʎiðáðɨʃ] *qua**l**idades*
h. [pɐʎítu] *pa**l**ito*

(ii) paralelamente, ocorre também a palatalização de [n], com o mesmo condicionamento, ou seja, o estar precedido de vogal ou semivogal palatal, passando a consoante a ser realizada como nasal palatal [ɲ]:

(18) a. [viɲáɣɾɨ] *vi**n**agre*
b. [ʃpiɲáfɾɨ] *espi**n**afre*
c. [kõtiɲẽ́tɨ] *conti**n**ente*
d. [tíɲɐ] *ti**n**a*
e. [dɨʃtíɲu] *desti**n**o*

(iii) semivocalização ou vocalização de /s/ em [j] ou [i], em coda e em final de palavra, quando seguido de consoante, com exceção de oclusiva surda.

(19) a. [uj βíʃuʃ] *o**s** bichos*
b. [kumɨsémuj ðɐ pṍtɐ] *começamo**s** da ponta*
c. [ɐj vákɐʃ] *a**s** vacas*
d. [uj fúɾuʃ] *o**s** furos*
e. [uj lɐvɾɐðóɾɨʃ] *o**s** lavradores*
f. [ɾɐpáj nóvu] *rapaz novo*
g. [duj ʎáðuʃ] *doi**s** lados*
h. [uj ʎṍbuʃ] *o**s** lombos*
i. [aj ɲɔ́vɨ][23] *à**s** nove*
j. [ráti gɾɐ̃́dɨʃ] *rato**s** grandes*
k. [uz ɔ́vi dɛ́lɐ] *os ovo**s** dela*
l. [éʃti vímɨʃ] *este**s** vimes*
m. [ʁɐpázi nɔ́vuʃ] *rapaze**s** novos*

Este traço nunca foi atestado em nenhum dialeto continental; poderá ser interpretado como resultado de enfraquecimento de [ʃ] e [ʒ] em coda, fenómeno que, sob outras formas (nomeadamente substituição por [ɾ] ou desaparecimento por assimilação ao som seguinte) é atestado em dialetos continentais[24].

[23] Os exemplos (19g-i) documentam também palatalização de /l/ e de /n/, provocada pela semivogal, como se acabou de referir.

[24] Este traço ocorre nos Açores, com uma certa frequência, na ilha das Flores ([bɐtátɐj bɾɐ̃́kɐʃ] *batata**s** brancas*; [dúɐj ʁézɨʃ] *dua**s** reses*) e foi registado também na freguesia micaelense dos Mosteiros (*botar* [aj ʁɑ̃́zʃ] *à**s** reses*; [dúɐj vákɐʃ] *dua**s** vacas*) e na jorgense da Calheta ([aj vézɨʃ] *à**s** vezes*; [nɐj ʎɔ́ʒɐʃ] *na**s** lojas*).

O enfraquecimento de /s/ em coda, revestindo várias formas, inclusivamente a vocalização em [i], é um traço conhecido de outras áreas românicas, nomeadamente no domínio galo-românico e em dialetos sardos[25].

Convém assinalar que este é um dos traços que está em recessão na Madeira. Pestana ([1940-41] 1965 e [1947] 1970) descreve-o, em meados do séc. XX, como geral na ilha: «É fenómeno que se verifica em todas as camadas sociais de todas as povoações da Ilha»; atualmente é dos poucos traços da Madeira que não se ouve na boca de falantes instruídos, provavelmente porque é daqueles que a escolaridade mais "eficazmente" se encarrega de eliminar.

(iv) síncope de /g/ intervocálico, que ocorre quando imediatamente precedido das vogais /i/ e /u/, como nos exemplos de (20):

(20) a. [siɨ́nɐ] *ci**g**ana*
b. [pɾiózu] *peri**g**oso*
c. [liɐðúɾɐ] *li**g**adura*
d. [fɾuméjɐ] *formi**g**a*
e. [fɨ́jɐðu] *fí**g**ado*
f. [nuéjɾɐ] *no**gu**eira*
g. [ẽʃuáɾ] *enxu**g**ar*
h. [fuéjɾɐ] *fo**gu**eira*

Este traço não tem a generalidade dos traços precedentes: é próprio sobretudo do sul e noroeste da ilha da Madeira e do Porto Santo (cf. Segura da Cruz e Saramago 1999:729ss).

Com a mesma localização geográfica ocorre o fenómeno inverso, ou seja, o aparecimento da consoante velar sonora em palavras que originalmente não a possuem: [fɾíɣu] *frio*, [ɐvíɣɐ] *havia*, [dɨ́wɣɐʃ] *duas*.

Entre os traços vocálicos destes dialetos, destacam-se os que dizem respeito às vogais /i/ e /u/, apresentados em (v), e que, pela sua originalidade, estão entre os mais frequentemente referidos na literatura, embora não abranjam a totalidade do arquipélago da Madeira:

(v) inserção de uma vogal, [ɐ] ou [ɨ], junto das vogais acentuadas [i] e [u], levando à semivocalização destas e ao aparecimento de ditongos decrescentes, respetivamente [ɐj] ou [ɨj], [ɐw] ou [ɨw], como exemplificado em (21) e (22):

(21) a. [fɨ́jnu] *f**i**no*
b. [fɐɾɛ̃́jɲɐ] *far**i**nha*
c. [kõtéju] *cont**i**go*
d. [ɐkéj] *aqu**i***
e. [mɨnɨ́jnu] *men**i**no*

Esta é uma das realizações de /s/ em posição final de palavra que podem ocorrer nas ilhas açorianas; outra é a assimilação à consoante seguinte: [kuɾtému lépɐ] *cortamo**s** lenha*, [tɾé mézɨʃ] *trê**s** meses* (São Jorge); outra ainda é a realização como [ɾ]: [ɐɾáðuɾ ðésɨʃ] *arado**s** desses* (São Jorge), [fuɾmígɐɾ ð ázɐ] *formiga**s** de asa* (Faial), [kɐʃtéɲɐɾ ðɨ βúʁu] *castanha**s** de burro* (Pico).

[25] Para uma informação mais completa, designadamente sobre outro tipo de modificações condicionadas por este fenómeno, bem como sobre as várias formas que o enfraquecimento de /s/ reveste em dialetos continentais e na România, cf. Segura da Cruz e Saramago (1999:724ss).

f. [kuzɨ́jðu] *cozi**d**o*
g. [vɨ̃́jɲu] *vi**n**ho*
h. [vɨ́jvɐ] *vi**v**a*

(22) a. [rɨ́wɐ] *r**u**a*
b. [sɨ́wl] *s**u**l*
c. [lɨ́wkɾu] *l**u**cro*
d. [nɨ́wkɐ] *n**u**ca*
e. [tɨwðu] *t**u**do*
f. [kɾɨwɐ] *cr**u**a*
g. [pɨwɐ] *p**u**a*
h. [dɨ́wɣɐʃ] *d**u**as*[26]

(vi) formação de ditongos crescentes na sílaba acentuada de uma palavra, pela inserção das semivogais [j] ou [w], sempre que na sílaba imediatamente anterior (pertença ela à mesma palavra ou à palavra precedente) existam as vogais [i] ou [u] ou as semivogais [j] ou [w]; dão-se, em (23), exemplos de sílaba tónica antecedida de [i] e de [j] e, em (24), exemplos de sílaba tónica antecedida de [u] e de [w][27]:

(23) a. [ripjáɾ] *ri**p**ar*
b. [i kjɛ̃́tɐ̃w] *e **ca**ntam*
c. [iɾmjɛ̃́w] *ir**mã**o*
d. [ĩvjɛ́ɾnu] *in**v**erno*
e. [ĩ sjéʃtuʃ] *em **ce**stos*
f. [biɣjɔ́ɾnɐ] *bi**go**rna*
g. [limjɔ̃́jʃ] *li**mõ**es*
h. [ĩ bjúruʃ] *em **bu**rros*

(24) a. [ũ kwáʃu] *um **ca**cho*
b. [bɾukwáɾ] *bro**ca**r*
c. [u swɐ̃́g] *o **sa**ngue*
d. [u pwɛ́ɐ] *o **pé***
e. [u fwɛ́ru] *o **f**erro*
f. [kumwɛ́ɾ] *co**m**er*
g. [ũ pwɛ̃́tɨ] *um **p**ente*
h. [suβwíɾ] *su**b**ir*

Os exemplos mostram que todas as vogais podem ser afetadas e que o facto de as vogais ou semivogais que desencadeiam o fenómeno poderem não pertencer ao vocábulo modificado tem como consequência que a vogal tónica pode apresentar variação. Assim, um mesmo vocábulo pode apresentar realizações diferentes, consoante o contexto anterior, como se mostra em (25):

[26] Neste exemplo regista-se epêntese de /g/ anteriormente referida como traço próprio de alguns dialetos madeirenses.

[27] Este traço é paralelo daquele que será descrito como o traço individualizador dos dialetos açorianos da Terceira. Contrariamente a estes (cf. 5.2.2.2 (i)), nos dialetos madeirenses, a inserção da semivogal [j] não produz qualquer efeito sobre o timbre da vogal tónica, que não sofre, pois, palatalização. Quanto aos efeitos da inserção da semivogal [w], cf. nota seguinte.

(25) a. [ɐ káʃɐ] *a **ca**ixa*, [ĩ kjáʃɐʃ] *em **ca**ixas*
b. [séʃtu] ***ce**sto*, [ĩ sjéʃtuʃ] *em **ce**stos*, [ũ swéʃtu] *um **ce**sto*
c. [dɨ tɾíg] *de **tri**go*, [u tɾójg][28] *o **tri**go*

(vii) modificação das vogais finais átonas [ɨ], grafado <e>, e [u], grafado <o>, que passam a ser pronunciadas como [i], sempre que a sílaba tónica contém /i/ oral ou nasal ou a semivogal [j]. Trata-se de um caso de harmonização vocálica que não é geral no arquipélago, mas mostra grande vitalidade em alguns dialetos madeirenses:

(26) a. [zḯki] zinc**o**
b. [míʎi mwíðɨ] milh**o** moíd**o**
c. [ísi] iss**o**
d. [uɾdḗjdi] urdind**o**
e. [véjmi] vim**e**
f. [nójti] noit**e**

5.2.2 Dialetos açorianos

Os dialetos açorianos, tal como os madeirenses, apresentam uma série de traços próprios que não se verificam nos dialetos continentais ou, quando se verificam, não apresentam a sistematicidade e regularidade que manifestam nos Açores. Sem se pretender apresentar aqui uma classificação exaustiva dos dialetos do arquipélago dos Açores, é forçoso, contudo, destacar, por um lado, os dialetos da ilha de São Miguel e, por outro, os da Terceira, uns e outros marcados por características muito vincadas e completamente distintas umas das outras: os micaelenses, marcados pelo "deslocamento em cadeia" do seu sistema vocálico, os terceirenses, pelos fenómenos de harmonização vocálica. Convém, porém, ter em atenção o seguinte: enquanto o deslocamento em cadeia de São Miguel não tem paralelo em nenhuma das outras ilhas[29], a harmonização vocálica manifesta-se, ainda que em diferentes graus, em todas as ilhas, à exceção, exatamente, da ilha de São Miguel; em nenhuma das outras ilhas se verifica, porém, a vitalidade e regularidade terceirense.

Há, no entanto, alguns traços comuns a quase todos os dialetos, incluindo os micaelenses, que serão apresentados mais à frente (cf. 5.2.2.3).

[28] Esta forma atesta uma série de modificações que a inserção da semivogal [w] pode provocar junto da vogal /i/ e de que este é um dos possíveis resultados finais: (i) formação de um ditongo crescente [wi]; (ii) passagem do ditongo de crescente a decrescente [uj]; (iii) modificação do timbre da vogal. Podem ocorrer ainda mais algumas modificações se a sílaba seguinte começar por consoante palatal; nesse caso, essa consoante pode assimilar a semivogal do novo ditongo, dando lugar a uma vogal recuada em graus diversos. Assim, palavras como *milho*, se antecedido de artigo, *o **mi**lho*, ou um diminutivo em *-**i**nho*, como *porqu**i**nho*, podem ter como realizações finais formas como, respetivamente, [u móʎu] e [puɾkújnu].

[29] Na realidade, encontram-se noutras ilhas alguns dos traços micaelenses, como, por exemplo, /u/ palatalizado, na Terceira e no Corvo (cf. Saramago 1992), mas não só nestas ilhas a articulação da vogal não atinge o grau de palatalização do [y] de São Miguel, como a instabilidade do seu uso diverge sobremaneira da estabilidade revelada pela vogal em São Miguel. Além disso, em nenhuma das outras ilhas se encontra reproduzida a arquitetura do sistema vocálico micaelense.

5.2.2.1 Dialetos micaelenses[30]

O sistema vocálico dos dialetos micaelenses apresenta, como as variedades continentais da Beira Baixa/Alto Alentejo e do Barlavento do Algarve, profundas alterações relativamente ao sistema vocálico do português-padrão, com a existência de vogais que não fazem parte do sistema deste último: é o caso das vogais arredondadas [y] e [ø] e da vogal [æ], de grande abertura, cujo timbre se situa entre [ɛ] e [a].

Os dialetos micaelenses apresentam o chamado "deslocamento em cadeia" do seu sistema vocálico acentuado, que pode ser sucintamente caracterizado e exemplificado da seguinte maneira:

(i) /i/ é realizado com maior abaixamento, como [ɪ] ou quase como [e], como em barr[í]ga *barr**i**ga* ou rod[é]nha *rod**i**nha*;

(ii) /e/ centraliza em [ɜ], aproximando-se de [ɐ], como em v[ɜ]rga *v**e**rga*, r[ɐ]s *r**ê**s* ou d[ɜ]dos *d**e**dos*;

(iii) /ɛ/ sofre abaixamento e é realizado como [æ], como em f[æ]rro *f**e**rro*, n[æ]ta *n**e**ta* ou p[æ]sca *p**e**sca*;

(iv) /a/ é a vogal que apresenta maior variação: além de realizações como vogal central baixa [a], como em ceif[á]r *ceif**a**r* ou s[á]ca *s**a**ca*, a vogal recua, em vários graus, [ɑ] ou [ɒ], aproximando-se de [ɔ], chegando, por vezes, a ser mesmo pronunciada como [ɔ], sobretudo se sob o efeito metafónico de [u] final (cf. 5.2.2.3), respetivamente como em [puðáɾ] *pod**a**r*, [pɔ́ʃt] *p**a**sto* ou [kɔ́ʃ] *c**a**cho*[31];

(v) /ɔ/ pode ser realizado com maior elevação (menor abertura), como [o̝], aproximando-se de [o], como em b[o̝]de *b**o**de* ou maçar[o̝]ca *maçar**o**ca*;

(vi) /o/ realiza-se também com maior elevação, aproximando-se de [u], como em senh[ú]r *senh**o**r* ou n[ú]vo *n**o**vo*;

(vii) /u/ palataliza, sendo realizado como [y], como em t[ý]do *t**u**do*, [ý]nha *u**n**ha* ou cint[ý]ra *cint**u**ra*.

Relativamente aos ditongos [ej] e [ow], o primeiro monotonga em [e], como em [é]ra *e**i**ra*, p[é]xe *p**ei**xe* ou chegu[é] *chegu**ei***, contrariamente aos outros dialetos açorianos, que mantêm o ditongo; o ditongo [ow] monotonga também, tendo a vogal resultante da monotongação palatalizado em [ø], como em [ǿ]tro ***ou**tro*, lav[ǿ]ra *lav**ou**ra* ou cheg[ǿ] *cheg**ou***. Esta é também a vogal resultante da monotongação do ditongo [oj], como em [bǿ] *b**oi***, [fǿ] ***foi*** ou c[ǿ]sa *c**oi**sa*.

Como alguns dos exemplos já apresentados mostram, as vogais átonas finais [u] e [ɨ], grafadas, respetivamente, <o> e <e>, são regularmente elididas nos dialetos de São Miguel[32].

---

[30] Frequentemente os dialetos açorianos são indevidamente identificados com os dialetos de São Miguel, certamente pelo facto de estes se afastarem, mais do que quaisquer outros, dos dialetos continentais.

[31] Além destas realizações, /a/ pode ter ainda, em São Miguel, realizações palatalizadas, [a̟], com um timbre próximo de [ɛ], como em p[á̟]sta *pasta* ou cav[á̟]la *cavala*, circunscritas, contudo, à região açoriana da Bretanha (cf. Bernardo 1991, 1993).

[32] Para uma informação mais pormenorizada sobre os dialetos micaelenses, cf. Bernardo (1999) e Bernardo e Montenegro (2003).

Relativamente às consoantes, o traço mais marcante destes dialetos é a consoante líquida lateral alveolar /l/ produzida com articulação apical [l̪], o que a distingue tanto da articulação da mesma consoante nos dialetos continentais, como mesmo de outros dialetos açorianos.

5.2.2.2 Dialetos terceirenses

Os traços mais importantes dos dialetos terceirenses são os seguintes:

(i) o traço individualizador destes dialetos é a modificação da vogal acentuada sempre que, na sílaba anterior (ou na sílaba final do vocábulo precedente), existe (ou existiu) [i], [ĩ], [j] ou [j̃], [u], [ũ], [w] ou [w̃]. Essa modificação consiste na inserção, imediatamente antes da vogal acentuada, de uma semivogal com a mesma zona de articulação da vogal ou da semivogal precedente, dando lugar à formação de ditongos crescentes. Trata-se de um fenómeno de harmonização vocálica devido à qualidade da vogal ou da semivogal pretónicas. A semivogal pode, por sua vez, condicionar o timbre da vogal acentuada que, assim, adquire qualidades (em avanço ou em recuo, respetivamente) das semivogais, como alguns dos exemplos evidenciam. Em (27), mostram-se exemplos de sílaba tónica antecedida de [i], [ĩ], [j] e [j̃] e, em (28), exemplos de sílaba tónica antecedida de [u], [ũ], [w] ou [w̃]:

(27) a. [iʃkjáðɐ] *es**ca**da*
b. [pɨnéjɾjá] *penei**rar***
c. [siðjáðɨ] ~ [siðją́ðɨ] ~ [siðéðɨ] *ci**da**de*
d. [i fjɛ́ɾvɨ] *e **fe**rve*
e. [ʃɨkjéjɾu] *chi**quei**ro*
f. [ojtjɛ́tɐ] *oi**ten**ta*
g. [ĩbjɔ́ɾɐ] *em**bo**ra*
h. [tɛ̃j̃ pjɔ́suʃ] *tem **po**ços*
i. [fikjó] *fi**cou***
j. [ĩfjúzɐ] *in**fu**sa*

(28) a. [ũ fɾwáʃku] *um **fras**co*
b. [fumwáɾ] ~ [fumwáɾ] ~ [fumɔ́ɾ] *fu**mar***
c. [tɛ̃w̃ fwáɾtɐʃ] *estão **far**tas*
d. [kũ pwɛ́ɾnɐʃ] *com **per**nas*
e. [tuʀwézmuʃ] *to**rres**mos*
f. [ũ bwíʃu] ~ [ũ bújʃu] ~ [ũ búʃu] ~ [ũ býʃu] *um **bi**cho*
g. [fuɾkwíʎɐ] ~ [fuɾkúʎɐ] *for**qui**lha*

Os exemplos mostram que todas as vogais, orais ou nasais, podem ser afetadas por este condicionamento. As vogais que têm o mesmo ponto de articulação das semivogais pretónicas condicionadoras não são obviamente afetadas. Este processo provocado pela semivogal pode conduzir à assimilação total entre os dois elementos do novo ditongo e à sua fusão, fazendo desaparecer a semivogal, como alguns exemplos mostram; podem, assim, coexistir variantes fonéticas dum mesmo vocábulo, como se exemplifica com as formas registadas para *cidade* e *fumar* (i) com ditongo e manutenção do timbre da vogal tónica, como em [siðjáðɨ] ou [fumwáɾ]; (ii) com

ditongo e alteração do timbre da vogal tónica, como em [siðją̊ðɨ] e [fumwáɾ]; (iii) com palatalização ou recuo da vogal tónica e desaparecimento da semivogal, como em [siðɛ́ðɨ] e [fumɔ́ɾ].

É de assinalar que a inserção da semivogal [w] junto da vogal /i/ pode provocar uma série de modificações de que a exemplificação dá conta, podendo o ditongo passar de crescente, [wi], a decrescente, [uj], e podendo a assimilação entre semivogal e vogal levar à fusão entre ambas, dando lugar à ocorrência de uma vogal acentuada cujo timbre pode variar entre [u], [ʉ] e [y] (cf. (28f)).

O facto de a vogal condicionadora poder integrar a sílaba final do vocábulo precedente tem como consequência que a vogal tónica pode apresentar variação, podendo um mesmo vocábulo apresentar realizações diferentes, consoante o contexto anterior, como se exemplifica a seguir:

(29) a. [tɾéʃ káʃuʃ] *três **ca**chos*, [ẽj kjáʃu] *em **ca**cho*, [ũ kwɔ́ʃu] *um **ca**cho*
b. [dɨ mɛ́ɬ] *de **me**l*, [fázĩ mjɛ́ɬ] *fazem **me**l*, [u mwɛ́ɬ] *o **me**l*
c. [sɛ́t sépuʃ] *sete **ce**pos*, [ĩ sjépuʃ] *em **ce**pos*, [uʃ swépuʃ] *os **ce**pos*

Este traço, que tem a sua maior incidência e regularidade na ilha Terceira, ocorre, na realidade, em todas as ilhas dos Açores, à exceção de São Miguel, alcançando nas outras ilhas diferentes graus de incidência. Assim, apresenta grande vitalidade também na Graciosa e em São Jorge, registando-se, em menor grau, nas outras ilhas dos grupos Central (Pico e Faial) e Ocidental (Flores e Corvo). Em Santa Maria ocorre esporadicamente. Convém ainda assinalar que, nas diferentes ilhas, a formação de ditongos crescentes com a semivogal [w] (bem como as modificações daí decorrentes) se mostra mais frequente e regular do que a formação de ditongos com a semivogal [j]; contudo, no Corvo e nas Flores, mostra-se mais produtiva a formação de ditongos com esta semivogal[33].

(ii) palatalização de /l/ e de /n/: É muito frequente a palatalização destas consoantes com o mesmo condicionamento que se verifica na Madeira, ou seja, quando imediatamente precedidas da vogal [i] ou da semivogal [j], oral ou nasal, como se pode observar nos exemplos que a seguir se apresentam[34]. É de notar que o segmento vocálico ou semivocálico condicionante pode não pertencer à mesma palavra, como alguns dos exemplos evidenciam:

(30) palatalização de /l/
a. [ɐkíʎu] *aqui**l**o*
b. [ĩ ʎíkdɨ] *em **l**íquido*
c. [iʃtíʎu] *esti**l**o*
d. [ũ kwíʎu] *um qui**l**o*
e. [víʎɐ] *vi**l**a*
f. [fúj ʎá] *fui **l**á*
g. [bɐ̃̃j ʎĩ́pu] *bem **l**impo*

[33] Para uma informação mais completa, designadamente sobre outro tipo de modificações operadas por este fenómeno, ver Martins e Vitorino (1989), Segura da Cruz e Saramago (1999) e Segura (2006).

[34] Paralelamente, e tal como na Madeira, podem verificar-se casos de despalatalização, como em [trílu] *tri**lh**o* ou [sílɐ] *ci**lh**a*.

(31) palatalização de /n/
  a. [fíɲu] *fi**n**o*
  b. [mɨníɲɐ] *meni**n**a*
  c. [miɲútuʃ] *mi**n**utos*
  d. [tẽʒɨɾ̃íɲɐ] *tangeri**n**a*
  e. [ʀɐjɲá] *rei**n**ar*

Este traço, que apresenta maior regularidade na Terceira, ocorre também significativamente na Graciosa e em São Jorge e, com menor expressão, nas outras ilhas do Grupo Central e no Grupo Ocidental.

(iii) síncope de /g/ intervocálico, quando imediatamente precedido das vogais /i/ e /u/:

(32) a. [tɾíu] *trig**o***
  b. [ʃiáɾ] *ch**e**gar*
  c. [mẽtéjɐ] *mant**ei**ga*
  d. [ẽʃuáɾ] *enx**u**gar*
  e. [fuéjɾɐ] *fo**gu**eira*
  f. [áwɐ] *á**gu**a*

Este fenómeno ocorre especialmente na Terceira e na Graciosa, e menos frequentemente em São Jorge e no Pico, embora possa verificar-se esporadicamente noutras ilhas; [áwɐ] e [awɐɾðɛ́tɨ] por *água* e *aguardente* são, contudo, realizações comuns em quase todas as ilhas[35]. Especialmente nas ilhas Terceira e Graciosa, regista-se, tal como acontece na Madeira, mas nestas ilhas açorianas com maior frequência e regularidade, o fenómeno inverso, ou seja, o aparecimento da consoante em palavras que não a possuem:

(33) a. [fɐʃtíɣu] *fastio*
  b. [viʒiɣáɾ] *vigiar*
  c. [puɾkɐɾíɣɐ] *porcaria*
  d. [ʒiɣéʃtɾɐ] *giesta*
  e. [púɣɐ] *pua*
  f. [kɐfúɣɐ] *cafua*

5.2.2.3 Alguns traços comuns aos dialetos açorianos

Para além dos traços que fazem a individualidade destes grupos de dialetos, existem ainda alguns outros traços que são comuns aos vários dialetos. Estão neste caso a metafonia e a supressão da consoante vibrante em final de palavra.

(i) Metafonia: A metafonia é um fenómeno de assimilação vocálica à distância motivado, nestes dialetos, pelo timbre da vogal átona final [u], grafada <o>, sobre a vogal acentuada. A vogal tónica sofre uma modificação no seu timbre, harmonizando-se, em recuo e arredondamento, com a vogal final [u]. Esta ação metafónica de [u] incide especialmente sobre a vogal acentuada [a],

[35] Estas realizações com síncope da consoante derivam, certamente, de [áwɣɐ] e [awɣɐɾðɛ́tɨ], realizações com as quais coocorrem.

que recua em graus diversos, [ɑ], [ɒ], chegando a ser pronunciada como [ɔ], como em g[á]do, g[ɒ́]do, g[ɔ́]do, c[á]rro, c[ɒ́]rro, c[ɔ́]rro, p[ɒ́]sto e p[ɔ́]sto, realizações, respetivamente, para *g**a**do*, *c**a**rro* e *p**a**sto* (cf. Segura da Cruz e Saramago 1999:720ss e Segura 2006:333s)[36].

Este tipo de metafonia é desconhecido dos dialetos do continente[37].

Este fenómeno produz-se na generalidade das ilhas dos Açores[38]. Apresenta, contudo, um grau mais elevado e maior regularidade nas ilhas de São Miguel, Graciosa, Corvo (cf. Saramago 1992) e Santa Maria; pelo contrário, nas ilhas do Faial e do Pico, a metafonia não se apresenta com regularidade.

(ii) Supressão de /R/ final de vocábulo: Outro traço da quase totalidade dos dialetos açorianos é a supressão da consoante vibrante em final de palavra, seguida de pausa, exemplificada a seguir:

(34) a. lav[á] *lava**r***
b. alguid[á] *alguida**r***
c. lag[á] *laga**r***
d. mo[é] *moe**r***
e. lavrad[ó] *lavrado**r***

A não realização da consoante vibrante nestas condições, ou seja, em final absoluto, seguida de pausa – não justificada, portanto, pela existência de um contexto seguinte propiciador de elisão – é conhecida como própria do português do Brasil. Pelo contrário, a não realização da vibrante em final de vocábulo, mas imediatamente antes de palavra começada por consoante, ocorre no português continental, mesmo no português-padrão, sobretudo em registo corrente, como já notava L. de Vasconcellos, que dá como exemplos «*comprá' caro*, *po' teu pé*, *se não fô' muito tarde*»[39], e, mais recentemente, Mateus e Rodrigues (2004) e Brandão, Mota e Cunha (2003). Este tipo de elisão condicionada pelo contexto consonântico seguinte também se verifica nos dialetos açorianos; porém, aquilo que é realmente relevante e que os distingue dos dialetos continentais é a não realização da vibrante seguida de pausa. Em alguns dialetos, o fenómeno é de tal maneira frequente e relevante que pode ter

[36] A metafonia por [u] final pode exercer-se também, embora com menor regularidade, sobre outras vogais, isoladas ou em ditongo, nomeadamente sobre [e] e [i]. Em todos os casos em que se verifica [u] átono final, a vogal acentuada é articulada com recuo da zona de articulação, como se pode verificar comparando a qualidade da vogal tónica nos seguintes pares de palavras que apenas divergem na vogal final: as formas masculinas, porque terminadas em [u], grafado <o>, são articuladas com recuo da zona de articulação: bez[é]rra *bez**e**rra* vs. bez[ɜ́]rro *bez**e**rro*, pen[éj]ra *pen**ei**ra* vs. pen[ɜ́j]ro *pen**ei**ro*, cord[éj]ra *cord**ei**ra* vs. cord[ɜ́j]ro *cord**ei**ro*, cabr[í]ta *cabr**i**ta* vs. cabr[í]to *cabr**i**to*. A ação da metafonia sobre estas vogais ocorre especialmente na Graciosa e, em menor medida, em São Miguel.

[37] Nos dialetos insulares, a metafonia pela vogal átona final produz efeitos diferentes daqueles que são responsáveis pela passagem das vogais [ɔ] e [ɛ], respetivamente, a [o] e [e] na evolução histórica do português (cf. Cap. 2); neste caso, a metafonia operou em termos de altura, ao passo que nos dialetos insulares opera adequando a vogal ao mesmo ponto de articulação.

[38] Na Madeira e em Porto Santo, a metafonia sobre /a/ também ocorre, tendo maior expressão em Porto Santo. Dão-se a seguir alguns exemplos: mach[á]do *mach**a**do* (Madeira e Porto Santo); cav[á]lo (Madeira) cav[ɒ́]lo (Porto Santo) *cav**a**lo*; bag[ɒ́]ço *bag**a**ço* (Madeira e Porto Santo); p[ɒ́]to *p**a**to* (Porto Santo); c[ɔ́]rro *c**a**rro* (Porto Santo); g[ɔ́]do *g**a**do* (Porto Santo).

[39] Vasconcellos ([1901] 1970:77 e 98) refere-o na pronúncia descuidada, pelo menos no Centro e no Norte de Portugal, a que se podem acrescentar também testemunhos relativos ao Sul do país, descritos para o Algarve (cf. Segura da Cruz 1991:91).

implicações ao nível da formação do plural das palavras, podendo este ser realizado como se a palavra terminasse por vogal, como em [ɐlɐɣáʃ], forma registada como plural do nome *alagar* (= *lagar*), correspondendo pois a *alagares* (= *lagares*) (cf. *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores* (ALEAç), vol. II, Mapa 273).

A supressão da consoante vibrante nestas condições ocorre praticamente em todos as ilhas, embora apresente muito menor regularidade no Faial e no Pico (cf. Segura 2006:334ss).

5.3 Dialetos fronteiriços

A fronteira linguística entre Portugal e Espanha, que, na generalidade do território, coincide com a fronteira política, é interrompida em duas ou três pequenas áreas. A razão dessa não coincidência entre fronteiras política e linguística é a existência nessas áreas, de um e de outro lado da fronteira, e por razões históricas diversas, de enclaves em que se falam dialetos portugueses (ou de origem galego-portuguesa antiga) em território politicamente espanhol e em que se fala, em território politicamente português, uma língua (ou dialetos de uma língua) que não é português. A par destas, existe ainda uma terceira situação, que é a existência, em território português, de dialetos portugueses que revelam forte presença de traços dos dialetos do outro lado da fronteira. Configuram-se, pois, três tipos de situações: (i) dialetos portugueses em território politicamente espanhol, a que se pode, de certa maneira, associar o caso dos dialetos galego-portugueses; (ii) dialetos não portugueses (leoneses) em território politicamente português; (iii) dialetos portugueses com fortes traços dos dialetos de Espanha com os quais estão em contacto.

Para bem compreender por que se pode dizer que nuns casos estamos perante línguas diferentes ou dialetos de línguas diferentes e noutros casos perante dialetos portugueses com fortes influências de outra língua, convém lembrar o que distingue o português das outras línguas.

O português, tal como o galego, caracteriza-se e distingue-se dos restantes domínios linguísticos peninsulares, descendentes do latim, por manifestar um tratamento específico de dois traços fonéticos, um de natureza consonântica e outro de natureza vocálica. São esses traços: (i) a síncope das consoantes *-n-* e *-l-* intervocálicas, traço exclusivo do galego-português: assim, temos *lua* (< lat. *luna*), por oposição a *luna* (castelhano), *lune* (francês), *luna* (italiano); *voar* (< lat. *volare*), por oposição a *volar* (cast.), *volare* (ital.), *voler* (fr.); (ii) a não ditongação das vogais breves latinas *ĕ* e *ŏ* (diferentemente das outras línguas românicas, especialmente das peninsulares, que ditongam essas vogais): assim, temos *pedra* (< lat. *pĕtra*) por oposição a *piedra* (cast.), *pierre* (fr.), *pietra* (ital.) e *porta* (< lat. *pŏrta*) por oposição a *puerta* (cast.).

A presença vs. ausência destes traços permite concluir que, enquanto o mirandês (cf. 5.3.3.1), o guadramilês ou o riodonorês (cf. 5.3.3.2) não são portugueses, o barranquenho (cf. 5.3.2) é português.

Relativamente a outro dos traços que individualizam o português e o galego em comparação com as outras línguas peninsulares – o tratamento dos grupos iniciais latinos *pl-*, *cl-*, *fl-* que evoluíram para a africada palatal /t͡ʃ/, numa primeira fase (que se mantém ainda dialetalmente, como vimos em 5.1.2), e depois para a palatal /ʃ/, e de que são exemplo *cheio* (< *plenu*), *chave* (< *clave*), *chama* (< *flama*) –, o

mirandês e os outros dialetos leoneses em território português seguem o tratamento galego-português, que é também o do leonês ocidental, já que o leonês oriental coincide com o castelhano, tendo, como resultado desses grupos, a palatal lateral [ʎ], como em *lleno*, *llave* e *llama*.

5.3.1 Dialetos portugueses em território politicamente espanhol

Em território espanhol, várias povoações, ao longo da fronteira, apresentam falares portugueses e distribuem-se tanto na fronteira norte com a Galiza e com a província de Zamora, como ao longo da fronteira leste com as províncias de Salamanca, Cáceres e Badajoz.

Relativamente à fronteira com a Galiza, existem vários traços em que os dialetos galegos e os dialetos portugueses setentrionais, falados nas províncias do Minho e de Trás-os-Montes, se aproximam, como é também reconhecido pelos dialetólogos galegos: «Desde unha perspectiva estrictamente lingüística, [...] ó N e ó S do Miño fálase o mesmo *dialecto* latino (ou a mesma *lingua* latina) porque non existen diferencias sustanciais entre os falares galegos e os falares interamnenses e transmontanos portugueses» (Fernández Rei 1988:100); e noutro texto do mesmo autor: «os falares do galego meridional e os do norte de Portugal veciños presentan fenómenos comúns, en contraste co resto dos falares do complexo lingüístico galego-português» (Fernández Rei 1990:24s). Apesar disso, é possível traçar a fronteira entre o português e o galego, tomando em consideração fundamentalmente várias isoglossas que coincidem com a fronteira política, nomeadamente (i) a que marca o limite entre sibilantes sonoras do lado português e o seu ensurdecimento do lado da Galiza; (ii) a que marca a menor elevação das vogais átonas no lado galego (cf. Cintra 1971); (iii) a da presença (Portugal) vs. ausência (Galiza) de vocalismo nasal; (iv) a da ausência (Portugal) vs. presença (Galiza) de gheada[40] (cf. Fernández Rei 1990). Ora, se tomarmos em linha de conta essas isoglosas, podemos verificar que algumas delas não seguem o traçado da fronteira, recuando e deixando localidades galegas do lado da fronteira linguística portuguesa. É o que se verifica com as localidades de Monterredondo, Entrimo e Lobios, da província de Orense, junto do concelho português de Melgaço, em que ainda se verificam traços portugueses como as sibilantes sonoras e o sistema de sibilantes arcaico do Minho e de Trás-os-Montes; a mesma situação se apresenta mais para leste, já na província de Zamora, em Hermisende, ao norte do concelho de Bragança (cf. Fernández Rei 1990).

> [7] A fronteira política com a Galiza, como, aliás, com outras regiões como a de Ribacoa (que será referida a seguir), nem sempre foi uma questão pacífica, havendo notícias de dúvidas e divergências relativamente ao traçado da fronteira, ao longo de várias épocas; como exemplo, cite-se o caso de povoações que, tendo pertencido a Portugal, passaram, em época posterior, a fazer parte de Espanha; é o caso de Hermisende, San Ciprián (antiga São Cibrão) e La Tejera (Teixeira), localidades que confinam com os concelhos de Vinhais e de Bragança, que foram portuguesas até às Guerras da Restauração; por outro lado, uma povoação como Lama de Arcos, no concelho

[40] A gheada é o nome com que se designa a realização fricativa faringal do fonema /g/ em formas como *amigho* ou *ghato*. A gheada, faringal ou glotal, pronuncia-se normalmente como um som aspirado. Em certas zonas perto da costa pode chegar a realizar-se como [x] castelhano (fricativa velar surda, como en *mujer* ou *gente*.) (cf. Fernández Rei 1990:163s).

> de Chaves, ficou na posse de Portugal depois de, durante pelo menos três séculos e meio, ter constituído uma das «aldeas mistigas», em que «os Portugueses estam mitidos por galyza nos ditos logares, e os galegos por Purtugall, e hũas casas sam de galegos e outras de Purtugueses e nam tem certa divisam», segundo o Recenseamento de 1530 de D. João III[41].

Na fronteira oriental, na província de Salamanca, contígua ao concelho de Sabugal, na chamada região de Ribacoa fala-se um dialeto português de tipo setentrional em La Alamedilla[42], o qual conserva a africada palatal sonora [d͡ʒ], que há muito desapareceu do português e de que apenas restam vestígios em falares contíguos da Beira Baixa, como já foi referido (cf. 5.1.3.1.1). Na região de Ribacoa houve disputas territoriais entre Portugal e Leão e só no final do séc. XIII (em 1297, pelo Tratado de Alcañizes) os castelos da região ficaram definitivamente na posse dos portugueses.

Mais a sul, fala-se ainda português numa extensa região da Extremadura que, sem interrupção, ocupa toda a faixa fronteiriça da "campiña" de Valencia de Alcántara desde o rio Tejo até ao limite da província de Cáceres, prolongando-se pela de Badajoz e confina, do lado português, com o sul do distrito de Castelo Branco e com o de Portalegre (cf. Carrasco González 1996). A esta faixa pertencem povoações com diferentes histórias e diferentes épocas de fixação de populações portuguesas. Assim, a mais antiga, Herrera de Alcántara, foi fundada na Idade Média, conservando o português aí falado traços arcaicos há muito desaparecidos quer dos lugares portugueses vizinhos, quer das outras localidades espanholas que mantêm o português; Herrera de Alcántara manifesta, além disso, grande influência moderna do castelhano (cf. Vilhena [1965] 2000). Cedillo, no vértice da "cunha" espanhola na margem sul do Tejo, foi constituída no séc. XVIII com pessoas idas de Portugal (algumas fugidas à Justiça) e a língua que aí se fala é o português dialetal de Castelo Branco/Portalegre[43].

Datam da última década do séc. XX os primeiros trabalhos e a própria "revelação" da existência de várias outras localidades de fala portuguesa na raia espanhola da Extremadura. São, por um lado, povoações nascidas provavelmente no séc. XVIII, de emigração portuguesa, localizadas na zona meridional do concelho de Valencia de Alcántara, como acontece com Las Casiñas, El Pino, Jola, La Fontañera (esta mais recente), e, por outro lado, povoações ainda mais recentes, de finais do séc. XIX, início do séc. XX, no concelho de La Codosera, já na província de Badajoz (cf. Carrasco 1996:57); a este concelho pertencem, entre outras, as povoações de La Tojera, La Rabaza, El Marco e La Varse. Em La Codosera, as localidades surgiram, por vezes, como prolongamento de localidades portuguesas, conservando até os mesmos nomes: a Rabaça portuguesa e La Rabaza espanhola, o Marco português e El Marco espanhol[44].

---

[41] *Apud* Santos (1967:88); cf. Maia (2001).

[42] Os falares de Alamedilla e de três povoações extremenhas da serra de Xalma (San Martín de Trevejo, Eljas e Valverde del Fresno, referidas mais à frente), bem como os de povoações portuguesas da região de Ribacoa, foram estudados por Clarinda Maia (1977).

[43] Estas duas localidades foram estudadas por Vilhena ([1965] 2000).

[44] Para um melhor conhecimento destes dialetos da Extremadura (Espanha), incluindo uma perspetiva sociolinguística, cf. ainda Carrasco González (2001, 2004 e 2007a).

Continuando para sul, ainda na província de Badajoz, no concelho de Olivença[45], dois séculos depois da sua anexação por Espanha, o português ainda se mantém, sobretudo em povoações rurais como Vila Real, San Jorge de Alor, Santo Domingo e San Benito[46]. O português falado em Olivença tem as características dos dialetos alentejanos que lhe estão contíguos[47].

Quanto aos dialetos falados em San Martín de Trevejo, Eljas (ou as Ellas) e Valverde del Fresno, as três povoações da serra de Xalma (Cáceres), os "tres lugaris" – como os seus habitantes as designam – que L. de Vasconcellos descreveu como «português dialectal da região de Xalma»[48], no que foi seguido por outros filólogos, inclusivamente espanhóis, na realidade são dialetos de origem galego-portuguesa medieval, com alguns traços leoneses. Isso mesmo começou por ser revelado por L. Cintra no seu estudo sobre a linguagem dos foros de Castelo Rodrigo (cf. Cintra 1959)[49] e depois por Maia (1977), que os descrevem como galego-portugueses. A esse respeito diz Maia: «Em Riba-Coa, embora sob a direcção de um rei leonês, a colonização parece dever-se essencialmente a galegos. O grande número de nomes de lugar formados com *Galegos*, *Galego*, *Galega*, revelados pela toponímia menor de Riba-Coa, e a linguagem essencialmente galega dos foros de Castelo Rodrigo e dos falares da região de Xalma teriam a sua origem e explicação nos repovoadores galegos da região nos séculos XII e XIII» (Maia 1977:24s). Os dialetos dos "tres lugaris", que, no seu conjunto, são denominados "A Fala", têm, na realidade, características e designações próprias, diferentes em cada um deles – *mañegu* (San Martin de Trevejo), *lagarteiru* (Eljas) e *valverdeiru* (Valverde del Fresno) – e têm despertado renovado interesse e motivado novos estudos, tendentes sobretudo à sua normativização e a estabelecer a sua filiação[50].

5.3.2 Dialetos portugueses com fortes traços dos dialetos espanhóis com que estão em contacto. O barranquenho

Observa-se ao longo da fronteira, em quase toda a sua extensão, influência mútua dos dialetos vizinhos. Em alguns casos, o produto linguístico do contacto é bastante complexo, fazendo surgir dúvidas sobre a filiação dos dialetos em causa. Nesta secção, tratar-se-á apenas do barranquenho, embora também se pudesse falar de características doutros dialetos como o de Castro Laboreiro (ou o do Soajo), que apresentam fenómenos conservadores comuns com o galego central (como a acentuação de formas verbais como *cantabámos*), ou o de Campo Maior (ou o de Juromenha), em que se regista aspiração e/ou perda de /s/ final, como em Barrancos e

[45] Olivença foi anexada pelos espanhóis, em 1801, na sequência das guerras napoleónicas e, embora objeto de vários tratados internacionais que determinam a sua restituição a Portugal, e que não foram cumpridos, permanece, dois séculos depois, virtualmente uma questão em aberto.

[46] Inquéritos efetuados para o ALEPG em 1998 revelaram a permanência do português com vitalidade e perfeito domínio, pelo menos na geração dos inquiridos-tipo de inquéritos dialetais – adultos de idade superior a 60 anos, de escolaridade reduzida ou analfabetos –, nas aldeias de Vila Real, San Jorge e San Benito.

[47] Um e outros foram estudados por Matias (1984).

[48] Nome de um seu artigo: cf. Vasconcellos (1933).

[49] Neste trabalho L. Cintra destaca a grande semelhança que reconhece entre a língua deste documento do séc. XIII e as falas atuais destas localidades da serra de Xalma.

[50] Cf. Costas González (1996, 2000), Gargallo Gil (1999) e Carrasco González (2007b).

nos dialetos extremenhos e andaluzes, mas não caberia dar conta do grande número de situações, muito variadas entre si.

Entre os dialetos que têm suscitado dúvidas quanto à sua filiação está o barranquenho[51], falado em Barrancos[52], vila do Baixo Alentejo, fronteira com a Andaluzia e que pertenceu outrora à andaluza Noudar, tendo sido povoada no séc. XVI essencialmente por castelhanos. Já acima se indicou quais os critérios linguísticos que fazem reconhecer uma língua ou um dialeto como não sendo português. Tendo em conta esses critérios, conclui-se que o barranquenho é indubitavelmente português, com as características dos dialetos meridionais, ainda que revele fortes marcas dos dialetos andaluzes, nomeadamente na fonética e no léxico. No campo da fonética, essas marcas são essencialmente a realização menos elevada das vogais relativamente ao português-padrão, e, no aspeto consonântico, a neutralização da oposição /b/ e /v/ a favor de /b/ e, sobretudo, o especial tratamento de /s/ em final de sílaba, podendo ocorrer o enfraquecimento, o desaparecimento ou a substituição por aspiração.

Em Barrancos, a população é trilingue, visto usar, além do barranquenho, também o português com características alentejanas e o espanhol na variedade das localidades vizinhas.

5.3.3 Dialetos não portugueses em território politicamente português

Numa pequena área do nordeste de Trás-os-Montes confinante com Espanha fala-se uma língua diferente do português. Trata-se do mirandês e dos dialetos asturo-leoneses riodonorês e guadramilês.

5.3.3.1 O mirandês

O mirandês constitui, histórica e linguisticamente, um dialeto de um antigo romance asturo-leonês que se falava no reino de Leão no séc. XII e que continuou, até aos nossos dias, a ser falado nessa pequena área do nordeste trasmontano[53]. Obteve, em 1999, enquanto língua minoritária, o estatuto de segunda língua oficial de Portugal[54]. Atualmente é falado em cerca de 30 aldeias, sobretudo do concelho de Miranda do Douro, mas também do de Vimioso. De tradição e transmissão oral até ao final do séc. XX, o mirandês tem vindo a suscitar interesse crescente, o que levou primeiramente à sua normativização ortográfica[55] e culminou com o reconhecimento oficial dos direitos linguísticos da comunidade mirandesa; Portugal dispõe, pois, de duas línguas oficialmente reconhecidas. Estes fatores fizeram, por

---

[51] O barranquenho tem dado lugar a abundante literatura de que se destaca Vasconcellos (1955) e Navas (1992, 1993 e 1997).

[52] Barrancos começou por ser um pequeno lugar do termo de Noudar, antiquíssimo povoado que ganhou este nome que significa 'atalaia' no tempo dos árabes. No reinado de Afonso X ainda pertencia a Sevilha. Sobre essa atalaia foi edificado um castelo no tempo de D. Dinis. Noudar tornou-se, em 1308, um couto de homiziados, a quem D. Manuel, em 1521, permitiu fixarem-se noutros lugares do termo (cf. Barros 2007).

[53] Para mais informações sobre a razão histórica deste facto e da consequente existência de dialetos leoneses em território português, cf. Carvalho (1964). Sobre o mirandês, cf. L. de Vasconcellos (1900-1901), Carvalho (1957), Ferreira (1994, 1995, 2001) e Martins (1994, 2005 e 2006).

[54] A lei de oficialização da língua mirandesa é a Lei 7/99 de 29 de Janeiro.

[55] Cf. Ferreira, Raposo et al. (1999). Um século antes tinha surgido com L. de Vasconcellos (1882), a quem se deve a "descoberta" da existência de uma outra língua diferente do português em Portugal, uma primeira tentativa de criação de uma norma escrita para o mirandês.

sua vez, recrudescer ainda mais o interesse pelo seu estudo e pela sua utilização, sendo atualmente ensinado em várias escolas da região e dando origem a importante produção escrita (cf. Martins 2006).

> [8] A justificação da presença do leonês em território português não tem feito a unanimidade de quem procurou estudar a questão, em particular Menéndez Pidal, Herculano de Carvalho e o P.e António Maria Mourinho.
>
> Assim, Menéndez Pidal acentua a antiguidade da relação da Terra de Miranda com Leão, defendendo que desde os tempos da romanização da Península Ibérica estes territórios teriam feito parte do convento jurídico dependente de Asturica Augusta (Astorga) e não do de Bracara Augusta (Braga), para além do facto de a Igreja de Bragança, entre os sécs. VIII e XII, ter estado incluída na diocese de Astorga. A Terra de Miranda, além disso, não terá integrado inicialmente o Condado Portucalense (cf. Torquato de Sousa Soares, "Condado Portucalense" *in Dicionário da História de Portugal* de Joel Serrão).
>
> Herculano de Carvalho, pondo em dúvida a fiabilidade da documentação em que Menéndez Pidal baseia a sua argumentação, embora admitindo que a Igreja de Bragança tenha estado na dependência da Sé de Astorga durante a Idade Média, prefere ver a justificação da implantação do leonês em terras portuguesas na intensa colonização leonesa levada a cabo no séc. XIII, no concelho de Miranda e em parte do de Vimioso, segundo revelam as Inquirições de D. Afonso III. A colonização leonesa, com a fundação de vários povoados, que durou do início do séc. XIII até ao séc. XV, em terras então já politicamente portuguesas, ter-se-á estendido inclusivamente para além dos limites ocidentais atuais ocupados pelos dialetos leoneses.
>
> Para o P.e António Mourinho (1987:76), o mirandês «é um idioma neolatino conservado e falado desde o nascimento das línguas românicas filhas do latim popular».
>
> Segundo Herculano de Carvalho, a longevidade do mirandês deve-se, por um lado, ao grande isolamento desta região em relação ao resto do país (que durou até meados do séc. XX) e, por outro lado, ao contacto estreito e permanente com os vizinhos do outro lado da fronteira.

Os traços fundamentais do mirandês, que o distinguem como pertencendo ao domínio linguístico asturo-leonês, são:

(i) manutenção do *-l-* e do *-n-* intervocálicos latinos, como em *pa**l**a* [pálɐ] a corresponder a *pá*, *ma**l**o* [málu] a *mau*, *lu**n**a* [lúnɐ] a *lua*, *gra**n**o* [gɾénu] a *grão*;

(ii) ditongação das vogais médias latinas *ĕ* e, em menor medida, *ŏ* em [je] e [wo], como em *p**ie**dra* [pjédɾɐ] a corresponder a *pedra*, *n**ie**to* [njétu] a *neto*, *p**uo**rta* [pwórtɐ] a *porta*, *f**uo**rte* [fwórti] a *forte*, *n**uo**be* [nwóβi] a *nove*;

(iii) palatalização de *l-* inicial latino em [ʎ], como em ***lh**ume* [ʎúm] a corresponder a *lume*, ***lh**abrador* [ʎɐβɾɐðór] a *lavrador*, ***lh**abar* [ʎɐβár] a *lavar*. Este é o traço mais característico do leonês, já que o opõe simultaneamente ao castelhano, ao galego e ao português.

(iv) palatalização das consoantes duplas intervocálicas latinas *-ll-*, *-nn-*, em [ʎ] e [ɲ], como em *caba**ll**o* [kɐβáʎu] a corresponder a *cavalo*, *ga**ll**o* [gáʎu] a *galo*, *a**nn**o* [éɲu] a *ano* e *ca**nn**a* [kéɲɐ] a *cana*.

Apesar da sua reduzida extensão territorial, o mirandês não se apresenta uniforme, destacando-se, pela sua originalidade, o mirandês do sul, ou sendinês, falado na localidade de Sendim, que apresenta os resultados [i] e [u] para as vogais médias latinas *ĕ* e *ŏ* (só muito raramente ainda se encontram vestígios de ditongos), como em ([pídrɐ] e [fíru], [púɾtɐ] e [rúðɐ], respetivamente para ***pie****dra* e ***fie****rro*, *p****uo****rta* e *r****uo****da*), e por não apresentar a palatalização de *l-* inicial latino, característica do leonês[56].

5.3.3.2 Os dialetos asturo-leoneses raianos: o riodonorês e o guadramilês

Um pouco mais ao norte, no concelho de Bragança, subsistem outros dialetos do asturo-leonês, o riodonorês e o guadramilês, falados respetivamente em Riodonor e Guadramil. O grupo formado por estes dois dialetos diferencia-se do mirandês, entre outros aspetos, por não dispor, no seu sistema fonológico, de consoante palatal líquida [ʎ] e por apresentar alguns traços que o aproximam do galego, nomeadamente a ausência de consoantes fricativas palatais sonoras e de sibilantes (dentais e apicoalveolares) sonoras[57].

As localidades de Deilão e de Petisqueira, no mesmo concelho, apresentam também ainda alguns vestígios linguísticos leoneses.

Relativamente às linguagens fronteiriças, convém assinalar o seguinte: tal como foi descrita, a situação dos vários dialetos (quer os portugueses falados em território político espanhol, quer os leoneses falados em território português) corresponde, em alguns casos, à realidade do momento em que se fizeram os levantamentos e estudos em que se fundamentam as descrições, podendo acontecer que a situação descrita já não corresponda à realidade atual. De facto, a situação tem vindo a modificar-se nos últimos 50 a 60 anos, assistindo-se, na maior parte dos casos, à gradual substituição dos dialetos pelas línguas nacionais. Vários fatores estão na origem dessa alteração, destacando-se dois: a expansão da escolaridade obrigatória (dos dois lados da fronteira) e a exposição aos meios de comunicação radiofónica e televisiva difundindo as respetivas normas-padrão; mas se, de facto, a ação de ambos estes fatores, pondo as populações em contacto com horizontes mais alargados do que aqueles que durante séculos tinham tido, foram decisivos para a nivelação e a perda dos dialetos, outros fatores também se revelaram importantes. Entre eles, o alargamento da rede de vias de comunicação. Até há umas décadas, o isolamento de algumas aldeias tinha sido um fator decisivo para a preservação dos dialetos; outro fator a ter em conta é a emigração das populações, quer para fora do país, quer para centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Em contrapartida, mais recentemente, a partir da última década do séc. XX[58], assiste-se ao desejo das populações de preservarem o que lhes é próprio e identitário, com especial ênfase para as suas linguagens próprias. Isto é particularmente evidente no caso do mirandês, já referido, do barranquenho e dos dialetos da serra de Xalma.

---

[56] Para mais informações sobre o sendinês, cf. Ferreira (1994).

[57] Para mais informações e caracterização destes dialetos e dos traços que os diferenciam do mirandês, cf. Segura da Cruz et al. (1994).

[58] Talvez na decorrência da adesão de Portugal e de Espanha à União Europeia, com o consequente esbatimento de fronteiras e de identidades, e talvez por reação a esse facto.

5.4 Aspetos morfológicos e sintáticos dos dialetos portugueses

Nos domínios da morfologia e da sintaxe também se verifica variação que, em certos casos, permite distinguir os dialetos portugueses. Nesta secção enunciam-se apenas alguns aspetos que podem ser considerados típicos dessa variação. Tal como relativamente aos traços fonéticos, os aspetos morfológicos e sintáticos que serão brevemente focados nem sempre coocorrem numa mesma zona geográfica nem correspondem exatamente à divisão que é comum fazer dos dialetos. Com efeito, relativamente a este tipo de variantes, não está ainda completamente estudada a sua localização geográfica, dado que a morfologia e a sintaxe dialetais mereceram tradicionalmente menos interesse da parte dos estudiosos e só recentemente se tem procedido à análise de *corpora* recolhidos em função de outro tipo de análises[59]. Assim, a localização geográfica que se apresenta é aproximativa, sendo certo que cada um dos traços em apreço é observável na área referida, mas sem que se possa indicar com rigor os respetivos limites geográficos. Um aspeto a salientar é o caráter conservador de certos dialetos, mantendo, por vezes, formas que há muito desapareceram da linguagem-padrão.

Para vários dos aspetos que a seguir se apresentam haverá, noutros capítulos desta Gramática, descrições e análises mais desenvolvidas. Sempre que tal se verificar, far-se-á aqui a respetiva remissão.

5.4.1 Aspetos morfológicos

5.4.1.1 Género

Os dados dialetais patenteiam variação relativamente ao género de algumas palavras, como em *o nascente* (de água) e *o febre*, que são masculinos em grande parte do território, ou *a fim*, que, em grande parte do país, mantém o género feminino que a palavra tinha no português arcaico; outros exemplos, menos generalizados, são *a pó*, *a nó* (dos ossos), *a gás*, *a suor*, *a açude* ou *açudre*, que apresentam género feminino, e *o acidez*, *o cal*, *o cima* 'a parte mais elevada', *o hortelã,* que apresentam género masculino. Note-se ainda *o besto*, que, em alguns dialetos, para além da mudança de género, adequou a terminação àquela que é mais frequente para o género masculino em português, a terminação *-o*; noutros dialetos, a palavra passou a apresentar duas formas, *o besto* para designar os animais machos e *a besta* para designar os animais fêmeas. Em (35) apresentam-se alguns exemplos em contexto:

(35) a. Aqui nas hortas tem *um nascente*. (ALEPG, Alegrete, Portalegre)
b. A raiz [da grama] lava-se e ferve-se para cortar *o febre*. (ALEPG, Castro Laboreiro, Viana do Castelo)
c. Aquilo era só para *aquela fim*. (ALEPG, Serra de Fora, Porto Santo)
d. Olhai rapazes, olhai que nós estamos *na fim* do mundo (ALEPG, Covo, Aveiro)
e. A semente [dos cereais] tem sempre *aquela pozinha* (ALEPG, Mesão Frio, Santarém)
f. *o cima* da pipa (ALEPG, Malhada, Viseu; Corujas e Sambade, Bragança)

[59] Estes domínios têm suscitado interesse crescente, dando origem a estudos de sintaxe dialetal, como é o caso dos estudos baseados no *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe (CORDIAL-SIN)*, extraído do acervo de materiais recolhidos para a elaboração do ALEPG.

g. Carrega um saco de cada lado e depois aquelas cordas […] traçadas assim ao meio e aperta os dois sacos *no cima* [do burro] e depois *no cima* se lhe quiser deitar outro saco… (ALEPG, Mondrões, Vila Real)
h. Havia forno *do cal*. (ALEPG, Rosais, São Jorge, Açores)

5.4.1.2 Flexão em número

No campo da morfologia flexional, os dialetos apresentam variantes resultantes de processos de regularização analógica, tanto no que diz respeito aos paradigmas nominais, como aos paradigmas verbais. Quanto aos primeiros, encontram-se casos de formação de plural segundo modelos que se afastam do que é normativo; está neste caso a formação do plural de dois tipos de palavras:

(i) palavras terminadas em *-l*, que testemunham a generalização do modelo de formação de plural das palavras terminadas em consoante, ou seja, o plural em *-es*. *Currales*, *quintales*, *toneles*, *móbeles*, *barriles*, *caracoles*, *paúles* como formas de plural, respetivamente, de *curral*, *quintal*, *tonel*, *móvel*, *barril*, *caracol* e *paúl* são frequentes nos dialetos.

(ii) palavras terminadas em *-ão* que podem apresentar formas de plural não coincidentes com as formas consagradas. Embora possa ocorrer hesitação, em vários dialetos, entre as terminações *-ões*, *-ães* e *-ãos* para formar o plural (p.e., *pãos*, *limães*, *irmões*), é, no entanto, nos Açores que se verifica maior regularidade na adoção de uma terminação não coincidente com a terminação mais produtiva no português-padrão. Nos Açores, a formação mais produtiva é em *-ães* (ou *-ãs*[60]) e não em *-ões*, aplicando-se não só aos casos etimológicos como *cães* (< lat. *canes*) ou *pães* (< lat. *panes*), mas também a todos os outros, como *grães* (*grãos*), *mãezinhas* (*mãozinhas*), *balcães* (*balcões*), *travessães* (*travessões*), *plantações* (*plantações*), *anães* (*anões*).

5.4.1.3 Regularização de padrões de flexão verbal

No campo da morfologia verbal[61], os dialetos revelam alguma tendência a fazer convergir as terminações das diferentes conjugações, nivelando-as preferencialmente com as terminações próprias da 2.ª conjugação (infinitivo terminado em *-er*) em vários tempos e pessoas, a que correspondem diferentes distribuições geográficas; apresenta-se a seguir apenas uma seleção de alguns casos:

(i) a 1.ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da 1.ª conjugação (infinitivo terminado em *-ar*) apresenta a terminação *-i*, em vez de *-ei*, provavelmente por analogia com os verbos das outras conjugações: os correspondentes de formas verbais como *casei*, *cortei*, *atirei* são, respetivamente, *casi*, *corti*, *atiri* nos dialetos centro-meridionais, especialmente no Alentejo e no Algarve:

[60] Dada a tendência dos dialetos insulares para a redução dos ditongos, a terminação *-ãs* pode ser o resultado da redução de duas terminações: *-ães* e *-ãos*.
[61] Sobre outros tipos de variação que a morfologia verbal apresenta dialetalmente cf. Mota (2001) e Mota et al. (2003).

(36) a. *Pensi, pagui*-lha (a pastagem aos patrões), *mudi*-me. (ALEPG, Corte Cobres, Beja)
b. *Andi* cavando todo o dia. (ALEPG, Vila do Bispo, Faro)
c. *Lidi* com as ovelhas até que fui para a tropa. (ALEPG, Corte Cobres, Beja)
d. *Piqui*-me toda (nas silvas). (ALEPG, Santa Luzia, Faro)

Este facto, que já teve maior extensão, está atualmente em regressão, provavelmente com o incremento da escolaridade obrigatória. J. J. Nunes ([1919] 1989:307, Nota 2) referencia-o na «fronteira de Trás-os-Montes, Norte e Centro, o Ribatejo, certos lugares da Beira Baixa e mais ou menos em todo o Sul» e é conhecido desde pelo menos o séc. XVII, de acordo com o testemunho de João Franco Barreto (*Ortografia da Língua portuguesa*, 1671, *apud* Vasconcellos [1901] 1970:53): «Os verbos da primeyra conjugaçã todos fazem o pretérito ẽ *-ey*, como *amey*, *faley*, *jantey* etc. sẽ nenhũa exceyçã. Ainda que por este Ribatejo todos os mudam ẽ *i* agudo, dizendo *ami*, *falli*, *janti*, etc., que he uma notavel barbaria, e mayor por ser aqui tã vizinho da Corte».

(ii) a 1.ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos da 1.ª conjugação apresenta a terminação *-emos* em vez de *-amos* em quase todo o território, incluindo os dialetos insulares: os correspondentes de formas verbais como *cavamos*, *deitamos*, *fechamos* são, respetivamente, *cavemos*, *deitemos*, *fechemos*, como em (37). A terminação *-emos* (*andemos*, *encontremos*, *arranquemos*) substitui também frequentemente a terminação *-ámos* (*andámos*, *encontrámos*, *arrancámos*) do pretérito perfeito, como em (38):

(37) a. Nunca aqui *chamemos* nada à mulher [que trabalha no campo]. (ALEPG, Sedielos, Vila Real)
b. "Se quiserem vir para as nossas terras, nós *arrendemo-lhes* as nossas terras, *lavremos* com o tractor [...] e *adubemos*, *deixemos* terem touros vossos". (ALEPG, Soutelo, Braga)
c. A gente corta lenha, a gente rasga lenha que é para o Inverno […] e depois no fim *acartemo-la* e depois *arrecademo-la* (ALEPG, Igreja Nova do Sobral, Santarém)
d. Racha-se uma [cana] mais fina […] que é a que vai então a ligar aquelas quatro mais fortes que *chamemos* nós as mestras. (Odeleite, Faro *in* Segura da Cruz 1991:204)

(38) a. Já o *capemos*. (ALEPG, Sambade, Bragança)
b. Quando foi que vim para aqui […] *arrendemos* terras, ele não tinha terras, eu também não. (ALEPG, Sedielos, Vila Real)
c. Uma ocasião com a minha irmã, *malhemos* um carro de pão, depois *fiquemos* com uns papos nas mãos. (ALEPG, Soutelo, Braga)
d. Nós aqui nunca *usemos*, mas havia quem tivesse. (ALEPG, Soutelo, Braga)
e. as trabalheiras por onde a gente *and*[ɛ]*mos*. (ALEPG, Terena, Évora)

(iii) As terminações em *-am* da 3.ª pessoa do plural do presente e do pretérito imperfeito do indicativo dos verbos da 1.ª conjugação tendem a convergir em *-em*, terminação da mesma pessoa e dos mesmos tempos dos verbos da 2.ª e da 3.ª conjugações, como mostram os exemplos (39) e (40):

(39) a. (Falando de lobos) os animais aqueles… o hábito… quando é para morder *procurem* o pescoço. (ALEPG, Cabeço de Vide, Portalegre)

b. Naquele tempo era a saia ali junto do pé! Se uma pessoa visse ali por cima [...] do artelho começava dormente, [...], se visse o joelho, desnorteava! Agora... *andem* nuas, ninguém liga! (ALEPG, Porches, Faro)
c. Há uma planta campestre que lhe *chamem* orégãos. (ALEPG, Porto da Espada, Portalegre)
d. Não sei como é que eles *apanhem* aquilo. (ALEPG, Rabo de Peixe, São Miguel, Açores)
e. Hão cabras que *andem* juntas com ovelhas e hão cabras que *andem* só cabras.[62] (ALEPG, Ponta Ruiva, Flores, Açores)
f. Eles *plantem* no jardim. (ALEPG, Porto da Cruz, Madeira)

(40) a. Eles tinham que roçar aquilo primeiro, depois *queimavem*, depois *lavravem* então. (ALEPG, Aldeia da Mata, Portalegre)
b. *Apanhavim* um moio de trigo, *ganhavim* cinquenta mil reis por mês. (ALEPG, Cabeço de Vide, Portalegre)
c. *Roçavim* o mato. (ALEPG, Dagorda, Lisboa)
d. Os pastos *estavim* cobertos daquele gelo. (ALEPG, Ponta Ruiva, Flores, Açores)
e. Dantes *usavem* isso. (ALEPG, Calheta, São Jorge, Açores)

5.4.1.4 Duplos particípios passados

Alguns dialetos apresentam duplas formas de particípio passado para alguns verbos que, no português-padrão, apresentam apenas uma forma; é o caso dos verbos *cortar*, *(a)justar*, *precisar*, *enxertar* e *voltar*, que, além das formas arrizotónicas, ou fracas, de formação morfológica regular (*cortado*, *(a)justado*, *precisado*, *enxertado* e *voltado*), apresentam também as formas rizotónicas, ou fortes, de formação irregular *corto*, *justo*, *preciso*, *enxerto* e *volto*, como se ilustra em contexto nos exemplos de (41). Nestes dialetos, estes verbos são, pois, **verbos abundantes** na tradição terminológica.

(41) a. [Esta é] a parte que *é corta*. (ALEPG, Moura, Beja)
b. Se [o leite] estiver azedo, a gente vai pô-lo a ferver, *fica corto*, estraga-se. (Odeleite, Faro *in* Segura da Cruz 1991:200)
c. Essa parte *era corta* para baixo. (ALEPG, Rabo de Peixe, São Miguel, Açores)
d. Havia ganhões no tempo que havia bois; *eram justos* ao mês. (ALEPG, Foros do Arrão, Portalegre)
e. Ao pôr-do-sol, [o girassol] já *está volto* ao contrário. (ALEPG, Moura, Beja)
f. Hoje já *vem* tudo *enxerto*. (ALEPG, Travanca, Bragança)

A utilização das formas fortes segue a regra de emprego dos verbos abundantes: forma fraca nos tempos compostos, ou seja, com o auxiliar *ter*, formas fortes com os verbos *ser*, *estar* e *ficar*, que são também as usadas como adjetivos. Este processo, que é característico dos dialetos meridionais, nomeadamente os do Algarve e Alentejo, foi também registado em Trás-os-Montes e na ilha de São Miguel, nos Açores.

Verifica-se também, embora mais raramente, o uso da forma forte com o auxiliar *ter*, como no exemplo seguinte com o verbo *morrer*:

(42) Já *tem morto* gente com isso (por comer cogumelos venenosos). (ALEPG, Penas Roias, Bragança)

[62] Sobre as formas do verbo *haver* nesta frase, cf. 5.4.2.1.3.

Algumas formas fortes usam-se também como nomes (são casos de conversão de particípio em nome; cf. Cap. 59), como atestam os exemplos seguintes com o verbo *precisar*:

(43) a. Ajudam-se uns aos outros […] quando algum se atrasava ou *tinha preciso*, falavam a este ou aquele e iam ajudar. (ALEPG, Pereiro, Santarém)
b. Se a pessoa […] *tem preciso* de lenha, não corta [a árvore], arranca-a porque as raízes também é lenha. (ALEPG, Cabeço de Vide, Portalegre)
c. Se ele *tivesse preciso* de mais mondas, pois íamos sempre mondando, conforme ele precisasse de monda. (ALEPG, Melides, Setúbal)

5.4.1.5 Pronomes pessoais

Apontam-se aqui alguns casos em que os pronomes nominativos, ou seja, com a função de sujeito, se afastam do português-padrão:

(i) Em alguns dialetos transmontanos, sobretudo no distrito de Bragança, o pronome sujeito de 3.ª pessoa *ele* apresenta como forma do plural a forma *eis* (= *eles*). Esta forma de plural, correspondente a uma forma de singular *el*, com apócope de *-e* (< *ille*), tal como o plural do demonstrativo *aquele* (cf. 5.4.1.6.3 (ii)), tem a sua formação por analogia com o plural dos nomes terminados em *-el*.

(44) a. Chamam-lhe uma pala ('toca'), metem-se na pala […], fazem-na *eis* (= *eles*) (os coelhos). (ALEPG, Corujas, Bragança)
b. Isto era *deis* (= *deles*). (ALEPG, Marmelos, Bragança)

(ii) O pronome *ela* pode apresentar a forma com a vogal tónica fechada [e] nos dialetos setentrionais:

(45) a. Eu tenho lençóis de linho […] que já foram tecidos pela minha bisavó, feitos por [é]la e tudo (ALEPG, Corujas, Bragança)
b. [é]*las* querem saber como eram as coisas, tem de se explicar. (ALEPG, Ala, Bragança)

(iii) O pronome pessoal acusativo pode manter as antigas formas *lo*, *la*, *los*, *las* em próclise (cf. (46a-c)) e especialmente em ênclise, mesmo depois de formas verbais terminadas em vogal (e não apenas depois de formas terminadas em *-r*, *-s* e *-z* como no português-padrão):

(46) a. Já *lo* disseste? (ALEPG, Outeiro, Bragança)
b. Ela é que *lo* enxuga (a vaca ao bezerro). (ALEPG, Vila Pouca do Campo, Coimbra)
c. Este madeiro apodreceu ou está a levar caminho, não é, a gente chama um tanoeiro para *lo* pôr. (ALEPG, Penas Roias, Bragança)
d. Isso que aí trazendes às costas não é vosso; e se vos não quiserdes ir embora […] pousai-*lo*. (ALEPG, Cabril, Vila Real)
e. A gente tira-lo para fora. (ALEPG, Brufe, Braga)
f. Uns botam-*las* no adubo. (ALEPG, Travanca, Bragança)
g. A urdideira? Eu mostro-*la*. (ALEPG, Malhada, Viseu)
h. [as batatas] é descascadas, lávo-*las* e… (ALEPG, Mosteiros, São Miguel, Açores)

5.4.1.6 Determinantes

Os artigos definidos e indefinidos, bem como as formas de demonstrativos, apresentam alguns fenómenos morfofonológicos interessantes.

5.4.1.6.1 Artigos definidos

(i) As formas arcaicas *lo*, *la*, *los*, *las*, no seu emprego como artigo definido, vivem ainda em alguns dialetos setentrionais, numa faixa sobretudo litoral. Estas formas ocorrem sobretudo, mas não exclusivamente (cf. (47i)), depois de formas verbais terminadas em *-r* (que, neste caso, é geralmente assimilado), nos mesmos contextos em que se realiza o pronome clítico acusativo:

(47) a. O fuso de fiá *lo* (= fiar o) linho era o fuso de ferro e o de fiá *la* (= fiar a) lã era o fuso de pau. (ALEPG, Castro Laboreiro, Viana de Castelo)
b. Carregá *la* (= carregar a) teia. (ALEPG, Castelo de Neiva, Viana do Castelo)
c. Vou lavá *la* (= lavar a) bata. (ALEPG, Carvoeiro; Aveiro)
d. Deitá *la* (= deitar a) canga aos bois. (ALEPG, Cesar, Aveiro)
e. É para apoiá *las* (= apoiar as) *pipas*. (ALEPG, Covo, Aveiro)
f. No fim de ripá *la* (= ripar a) semente. (ALEPG, Vila Verde, Viseu)
g. É atá *las* (= atar as) varas da vinha. (ALEPG, Moita do Martinho, Leiria)
h. É para ganhá *lo* (= ganhar o) seu. (ALEPG, Moita do Martinho, Leiria)
i. Fabricava-se *todolos* (= todos os) anos. (ALEPG, Gagos, Braga)

(ii) Em parte dos dialetos setentrionais, sobretudo no norte da Beira Alta e em Trás-os-Montes, os artigos definidos podem assumir as formas com vogal aberta [ɔ] e [a] e respetivos plurais, sempre que o contexto à esquerda seja a conjunção copulativa *e*. Na realidade, trata-se de um facto de fonética sintática[63], mas cuja incidência na forma do artigo e frequência de uso requerem que se lhe faça menção. O facto resulta do encontro entre duas vogais não acentuadas, [i] à esquerda e [ɐ] ou [u] à direita; esse encontro provoca o aparecimento na 2.ª posição, respetivamente, de um [a] (cf. (48)) ou de um [ɔ] (cf. (49)):

(48) a. Foi a minha cunhada [i a] (= *e a*) senhora Maria. (ALEPG, Seixas, Guarda)
b. Para apanhar aquela erva [i a] (= *e a*) palha dos palheiros. (ALEPG, Barreira, Guarda)
c. Os homens [i aʒ] (= *e as*) mulheres. (ALEPG, Covas do Barroso, Vila Real)
d. Aquilo fica fofinho [i aʒ] (= *e as*) vacas aguentam-se. (ALEPG, Vidoedo, Vila Real)

(49) a. Toda a vida teve moinho, ela [i ɔ] (= *e o*) homem. (ALEPG, Penas Roias, Bragança)
b. É o trigo [i ɔ] (= *e o*) centeio. (ALEPG, Sonim, Vila Real)
c. Éramos oito irmãos [i ɔʒ] (= *e os*) meus pais, dez. (ALEPG, Outeiro, Bragança)
d. Andava a cavar [éli ɔʃ] (= *ele e os*) filhos. (ALEPG, Travanca, Bragança)

[63] O facto de se registarem sequências com este contorno fonético, não se tratando de artigo à direita (cf. os exemplos seguintes, em que se encontra a preposição *a* no primeiro, e um demonstrativo no segundo) permite assegurar que não se trata de um facto de natureza morfológica ou morfossintática:
(i) Ir a Macedo [i a] (= *e a*) Peso [da Régua]. (ALEPG, Penas Roias, Bragança)
(ii) Este tem quatro [i akéli] (= *e aquele)* só tem três [dentes]. (ALEPG, Travanca, Bragança)

5.4.1.6.2 Artigos indefinidos

No domínio dos artigos indefinidos, observa-se a persistência das formas arcaicas *ũa*, *ũas* para o artigo indefinido (e também para o numeral) *uma, umas*, sobretudo nos dialetos setentrionais e também nos Açores e na Madeira.

(50) a. Nos porcos, qualquer *ũa* pessoa fazia isso. (ALEPG, São João do Campo, Braga)
b. É *ũa* arte muito puxada para as mulheres. (ALEPG, Bizalhães, Vila Real)
c. Há duas qualidades de piteira: há *ũas* que espigam e outras que não. (ALEPG, Amiais de Baixo, Santarém)
d. *ũa* tina. (ALEPG, Boaventura, Madeira)

5.4.1.6.3 Demonstrativos

No que respeita aos demonstrativos, verificam-se, nos dialetos, várias particularidades dignas de nota, pelo seu caráter conservador:

(i) Demonstrativos compostos: Na Beira Baixa e Alto Alentejo sobrevivem as formas dos demonstrativos ditos "reforçados" ou compostos *aqueste*, *aquesta*, *aquesse*, *aquessa* (e respetivos plurais), *aquisto* e *aquisso*, formas que, segundo os historiadores da língua, deixaram de ser usadas no séc. XVI.

(51) a. Moíam *aqueste*, estendiam logo além outro, que era para o gado nunca parar. (ALEPG, Monsanto, Castelo Branco)
b. *Aquestas* árvores querem terra mais magra. (ALEPG, Pereiro, Santarém)
c. Castanheiros também lá havia e ainda hoje lá há, porque *aquessas* touças que havia de castanheiros que arderam tornaram a arrebentar. (ALEPG, Alcongosta, Castelo Branco)
d. Isto? Isto é uma costa, isto é para se fazer o fundo [do cesto] e *aquisto* é para tecer, para fazer a volta. (ALEPG, Alcongosta, Castelo Branco)

(ii) Outro aspeto conservador que se pode observar relativamente às formas de demonstrativo é a persistência de utilização da forma *aquel* (< *eccu* + *ille*) com apócope de *-e*, em vez de *aquele*, a qual tem como forma de plural *aqueis*, de acordo com a regra de formação do plural da generalidade das palavras terminadas em *-el*. Estas formas do demonstrativo, que se relacionam com as do pronome pessoal *el* (atrás referido), são usadas em alguns dialetos setentrionais, nomeadamente em Trás-os-Montes:

(52) a. Dantes não havia balanças […] e tínhamos os rasões para medir [o cereal] e na malhadeira também se aparava com *aqueis* rasões. (ALEPG, Ala, Bragança)
b. A ferradura de ferro assentava em cima e ele cravava *aqueis* pregos. (ALEPG, Penas Roias, Bragança)
c. É marmelo, *daqueis* grandes do tio Firmino! (ALEPG, Corujas, Bragança)

(iii) Também nos dialetos setentrionais, mas numa área bastante mais alargada (Trás-os-Montes, Minho e norte das Beiras), as formas femininas dos demonstrativos mantêm na sílaba tónica [e] fechado etimológico, tanto no singular como no plural ([é]*sta*(*s*), [é]*ssa*(*s*) e, mais raramente, *aqu*[é]*la*), divergindo do português-padrão por não apresentarem a vogal tónica aberta proveniente da metafonia por *-a* final:

(53) a. É o caso *d*[é]*sta* [vide]. Veio dacolá, da beira daquela. (ALEPG, Soutelo, Braga)
b. Já o tenho visto *n*[é]*sta* encosta aqui. (ALEPG, Sobrado, Porto)
c. Eu estou aqui, mas [é]*sta* senhora está aqui. (ALEPG, Bizalhães, Vila Real)
d. Havia umas rodas como [é]*stas* com os raios em madeira. (ALEPG, Roalde, Vila Real)
e. E depois é que se junta [é]*ssa* calda com aquela massa. (ALEPG, Roalde, Vila Real)
f. [é]*ssa* plantinha também tem assim umas folhas, mas são mais largas. (ALEPG, Corujas, Bragança)
g. [é]*ssas* partes são os órgãos. (ALEPG, Azinhoso, Bragança)
h. Se sair *aqu*[é]*la* água pela salgadeira fora… (ALEPG, Mondrões, Vila Real)
i. Olhe, das de casa eram *aqu*[é]*las*. (ALEPG, Ala, Bragança)

5.4.2 Aspetos sintáticos

Nesta secção apresentam-se alguns dos traços sintáticos que caracterizam a variação dialetal em português.

5.4.2.1 Alguns traços sintáticos dos dialetos setentrionais

5.4.2.1.1 Conservação de *vós*, pronome da 2.ª pessoa do plural

Contrariamente aos dialetos do Sul e ao português-padrão, os dialetos setentrionais e alguns do Centro mantêm o uso de *vós* como pronome de 2.ª pessoa do plural em situações comunicativas em que o falante se dirige a mais do que um interlocutor[64]; nesse contexto, o verbo mantém igualmente, na sua flexão, as formas correspondentes de 2.ª pessoa de plural. Como se sabe, o português-padrão substituiu, na interação verbal com interlocutor plural, o pronome *vós* por *vocês* (redução de *vossas mercês*), usando o verbo na 3.ª pessoa do plural. Aquele traço conservador mantém plena vitalidade em todo o Norte e parte do Centro do país, havendo atestações nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco. Vejam-se exemplos com ou sem pronome expresso (de acordo com a possibilidade de construções de sujeito nulo em português). Na seleção de exemplos teve-se em conta a diversidade de construções e de proveniências geográficas:

(54) a. *Alugastes vós* os quartos. (CORDIAL-SIN, Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo)
b. "Ó senhor doutor, eu estou doente, não sei que tenho!" Dão ali quatro supositórios ou uma caixa de comprimidos, pronto! "*Ide-vos* embora!" Nem auscultam a gente! (ALEPG, Vila Boa de Bucos, Braga)
c. *Vós* não *vos mexeis*! (ALEPG, Gondomar das Taipas, Braga)
d. Olha, agora *comei* uvas que estamos no sã-miguel delas! Estamos no sã-miguel das uvas, agora *comei*! (ALEPG, São João do Campo, Braga)
e. Nesta, que *vedes* à minha frente, tira ali o leite todos os dias. (CORDIAL-SIN, Perafita, Vila Real)

[64] Para um único interlocutor, os dialetos, de uma maneira geral, comportam-se como o português-padrão, ou seja, aboliram o uso de *vós* como pronome singular na língua falada, mantendo-o apenas na linguagem religiosa para se dirigir a Deus e a outras entidades religiosas. No entanto, não é de excluir a possibilidade de que ainda se mantenha em uso, em dialetos muito conservadores, na fala das gerações mais velhas, como forma de tratamento de respeito.

f. São estes abrunhicos que *apanhasteis* este ano! (ALEPG, Outeiro, Bragança)
g. Ó Beto, que nome *chamais* àquelas [plantas com] que *fazeis* as fogueiras no São João?[65] (ALEPG, Larinho, Bragança)
h. Eu pensei que *vós tínheis* trabalhado muito. (ALEPG, Espinho, Aveiro)
i. *Calai-vos* que pode ser um colmeeiro! (ALEPG, Ester de Cima, Viseu)
j. Já *vos ides*? (ALEPG, Escalhão, Guarda)
k. O meu [pão] ainda não está bem finto, *tendes* de esperar um pouco. (ALEPG, Sabugueiro, Guarda)
l. Não sei se *vós tendes* já feito feijoada? (ALEPG, Casconho, Coimbra)
m. Foi o tio Bertoldo, *vós conhecei-lo* também. (CORDIAL-SIN, Porto de Vacas, Coimbra)
n. *Arranjai-vos* cá, *vós*! (ALEPG, Alcongosta, Castelo Branco)
o. Lá *vindes vós* com o perdoar! (CORDIAL-SIN, Monsanto, Castelo Branco)

Atestando a penetração do modelo padronizado nos dialetos que ainda mantêm o uso da 2.ª pessoa de plural, bem como a gradual perda do pronome *vós* e a sua substituição por *vocês*, podem ocorrer construções híbridas de utilização de *vocês* em combinação com formas verbais de 2.ª pessoa de plural (e não as esperadas de 3.ª pessoa). Podem também ocorrer, em concorrência, formas já padronizadas deste pronome, *vocês*, com o verbo na 3.ª pessoa do plural, como se exemplifica em (55). É de assinalar que é frequente a primeira das construções, isto é, a substituição do pronome *vós* por *vocês* mantendo o verbo na 2.ª pessoa do plural.

(55) a. Um dia disse eu para eles assim: "*Olhai* lá, que é que *vocês andam* a fazer? *Vocês são* uns tolos, *vocês andais* a gastar dinheiro!" (ALEPG, Covo, Aveiro)
b. Quando foi nas partilhas, parti com os meus irmãos; pois olhe, fui tão "mondável" como isto: Partimos e eu disse: "Ó meus amigos, agora *escolhei* o que *vocês quiserem,* se *quereis* à cega – bilhetes e assim – muito bem! e se não *quereis… vocês escolhei, lei* (lede) as folhas e o que *vocês quiserem* e *vocês escolhei* e eu fico com aquilo que *vocês não quiserem*". (ALEPG, Covo, Aveiro)
c. E *vocês vinde* por aí acima! (ALEPG, Covo, Aveiro)
d. *Vocês sendes* uns burros! (CORDIAL-SIN, Covo, Aveiro)
e. A canga que *vocês tendes*. (ALEPG, São Romão da Ucha, Braga)
f. *Vocês* não *se preocupais* que eu cá me ajeito. (ALEPG, Malhada, Viseu)

É de notar que nem sempre a forma verbal ocorre na forma canónica, como alguns dos exemplos apresentados atestam, registando-se formas que (i) relevam da analogia com a mesma pessoa de outros tempos verbais (caso de *apanhasteis* em vez de *apanhastes*); (ii) tomam provavelmente como modelo formas muito frequentes (*sendes*, provavelmente decalcado sobre *tendes*); (iii) regularizam formas irregulares (*lei*); (iv) usam o modo indicativo em vez do conjuntivo (caso de *preocupais* em vez de *preocupeis*).

5.4.2.1.2 Uso do pretérito mais-que-perfeito simples

Os dialetos revelam a persistência de uso, na oralidade, de tempos verbais que o português deixou de usar nesse registo. Está neste caso o uso do pretérito mais-que-perfeito simples, tempo que, pelo menos na oralidade, o português-padrão não

[65] A informante dirige-se ao marido, interrogando-o sobre um costume local, o que supõe um sujeito plural.

usa com o valor que lhe é próprio, ou seja, o de situar uma ação passada anterior a outra também passada, sendo este valor atribuído ao pretérito mais-que-perfeito composto (cf. Cap. 15)[66]. Em alguns dialetos setentrionais, contudo, o pretérito mais-que-perfeito simples continua a ser usado no seu valor temporal próprio de veículo de uma ação passada anterior a outra ação também passada, como os exemplos (56) permitem constatar:

(56) a. E depois ele disse que *fora* uma constipação que eu apanhei no geramento da criança e a constipação recolheu à criança e foi o resultado (a doença do filho). (ALEPG, Cesar, Aveiro)

b. E pus-me à beira do lume. Havia um cepo – um carvalho que *cortara* – e fazia como uma mesinha. E depois sentei-me. (CORDIAL-SIN, Castro Laboreiro, Viana do Castelo)

c. Olhe, e depois, há [...] lá um couto que tem o lagarto e a cobra e tem onde a Senhora apareceu. Que diziam os antigos que *aparecera* a Senhora lá, [...] no meio do penedo, numa gruta. (CORDIAL-SIN, Castro Laboreiro, Viana do Castelo)

d. A vaca só tinha trazido vitelas; tinha para aí nove anos, *parira* para aí oito vezes já e só trazia vitelas. (ALEPG, Travanca, Bragança)

e. Nós por acaso tínhamos um [carneiro], uma vez que bem calhou, houve aí uns anos... *fora criado* com muito mimo. (ALEPG, Travanca, Bragança)

f. O homem veio dizer que a nora *estivera* uns anos na França. (Soajo, Viana do Castelo *in* Pereira 1970:170)

[9] Para além deste uso, ocorre, noutra áreas, o uso, ainda na oralidade, do pretérito mais-que-perfeito simples com valor de pretérito perfeito simples[67], ou seja, para indicar uma ação passada, podendo alternar na mesma situação o uso dos dois tempos, como mostram alguns dos exemplos de (i):

(i) a. Semos daqui, *nascêramos* aqui e cá estemos. (ALEPG, Figueira de Lorvão, Coimbra)

b. *Passáramos* assim muitos tormentos para criarmos quatro filhos que *tivéramos*, passámos muitos tormentos! Era só o que dava o campo! (CORDIAL-SIN, Unhais da Serra, Castelo Branco)

c. O que é certo é que abalámos os dois. *Abaláramos* os dois, mas eles ficaram sempre com pena de mim. (CORDIAL-SIN, Melides, Setúbal)

d. A gente não temos; a gente já *tivera* em tempos. (ALEPG, Nordeste, São Miguel, Açores)

e. A gente nunca *fizera* isso. (ALEPG, Nordeste, São Miguel, Açores)

---

[66] Este tempo verbal no seu uso normal continua a usar-se na linguagem escrita, sobretudo literária. O uso do pretérito mais-que-perfeito simples restringe-se, na linguagem corrente (na oralidade, volta a acentuar-se), a expressões estereotipadas exclamativas como *quem (me) dera! pudera! tomara (que)...! prouvera (a Deus)...!*

[67] L. de Vasconcellos ([1901] 1970:112) refere que, em vários dialetos, se usa a 1.ª pessoa do plural do pretérito mais-que-perfeito em vez da correspondente pessoa do pretérito perfeito. «No Ribatejo, e nos distritos de Coimbra e de Portalegre [e em Torres Novas], é frequente ouvir, em todas as conjugações, *-rmos*, p. e., *passarmos*, *vindermos*, *fugirmos*: estas formas têm origem no pretérito mais-que-perfeito; é frequente ouvir o próprio pretérito mais-que-perfeito no sentido de pretérito perfeito, p. e., *passáramos*, *vindéramos*, *fugíramos*.» (t.n.).

5.4.2.1.3 Emprego pessoal do verbo *haver*

O verbo *haver* tem, em alguns dialetos, um comportamento sintático diferente daquele que tem no português-padrão; esse comportamento consiste em apresentar flexão, na 3.ª pessoa do plural, no seu emprego de verbo existencial, como mostram os exemplos (57), registados em dialetos setentrionais e nos Açores[68]:

(57) a. Aquelas canas grandes de pôr no feijão? Aqui não *hão*, não *hão*. (ALEPG, Cesar, Aveiro)
b. (A propósito dos cachos das madressilvas): Eu já tive aqui. […] *Hão* singelos e *hão* dobrados. (ALEPG, Cesar, Aveiro)
c. Mas também *hão* vacas arraianas. (ALEPG, Válega, Aveiro)
d. As forquilhas que *hão* por aqui… (ALEPG, Castelo de Neiva, Viana do Castelo)
e. *Hão* cabras que andem juntas com ovelhas e *hão* cabras que andem só cabras. (ALEPG, Ponta Ruiva, Flores, Açores)
f. Desses canecos que ultimamente já *hão*. (ALEPG, Ponta Ruiva, Flores, Açores)
g. Eu sei que *hão*! que já as vi! (ALEPG, Fajãzinha, Flores, Açores)
h. *Hão*! *Hão* lá muitas coisas! (ALEPG, Fajãzinha, Flores, Açores)

5.4.2.1.4 Interpolação

Um dos aspetos em que os dialetos se afastam do português-padrão diz respeito à colocação dos pronomes átonos quando proclíticos, ou seja, quando precedem o verbo; nestas circunstâncias, muitos dialetos apresentam **interpolação**, um fenómeno que consiste na interposição de constituintes entre o pronome pessoal átono e o verbo, colocação que era própria da sintaxe medieval, mas que deixou de ser usada no português-padrão. De facto, hoje, no português-padrão, o clítico, quando proclítico, está numa posição de adjacência ao verbo. Para além da interpolação do marcador de negação frásica *não*, exemplificada em (58), que é admitida, mesmo na língua-padrão, sobretudo no registo escrito, verifica-se dialetalmente a interpolação entre o clítico e o verbo de formas pronominais tónicas (cf. (59)), de advérbios e, embora mais raramente, de demonstrativos, como mostram, respetivamente, os exemplos (60) e (61) (cf. Caps. 2 e 42 e Magro 2007). Embora se verifique interpolação em todo o país (sobretudo do marcador de negação frásica *não*), o fenómeno é, contudo, mais produtivo nos dialetos setentrionais, onde se regista a presença de todos os outros casos exemplificados; por essa razão, este ponto foi incluído nos aspetos sintáticos dos dialetos setentrionais.

(58) a. E vós inde-vos embora […] e se *vos não quiserdes* ir embora em paz… (ALEPG, Cabril, Vila Real)
b. A gente já *se não lembra* do nome dessas lagartas. (ALEPG, Larinho, Bragança)
c. Havia uma forcada, para [...] quando *se não chegava* lá. (ALEPG, Larinho, Bragança)
d. A gente conta para a gente *se não enganar*. (ALEPG, Casconho, Coimbra)
e. Ainda agora o pôs e já *o não encontra*. (ALEPG, Pereiro, Santarém)

[68] À exceção do presente do indicativo, a flexão de 3.ª pessoa do plural deste verbo ocorre, inclusivamente, na produção de falantes do dialeto-padrão (sobretudo em *haviam*, *houveram*, *haveriam*).

f. Aqui o castanheiro não se dá, a cerejeira também *se não dá*, não é por falta de haver pessoas a tentarem a coisa, as bananeiras também *se não dão*. (ALEPG, Cabeço de Vide, Portalegre)

(59) a. Na casa onde *me eu criei* também se rezava. (ALEPG, Moledo do Minho, Viana do Castelo)
b. Quando *me eu criava*, a gente tinha porcos. (ALEPG, Larinho, Bragança)
c. Ó minha senhora, você […] tem de fazer aquilo que *lhe eu mando*. (ALEPG, Cesar, Aveiro)
d. Ele não parou como *lhe eu disse*. (ALEPG, Alegrete, Portalegre)
e. Agora estamos no sã-miguel das castanhas, agora é que *se elas comem*. (ALEPG, São João do Campo, Braga)
f. À medida que o milho vai crescendo vai-se-lhe chegando uma coisinha de terra […] para *se ele suster* ali de pé. (ALEPG, Corvo, Açores)

(60) a. O mocho já *o aqui vi* neste lado. (ALEPG, Sabugueiro, Guarda)
b. As coisas que *se aqui fazem*. (ALEPG, Amiais de Baixo, Santarém)
c. E dizende lá ao vosso amigo, ao que *vos cá mandou*, que eu… (ALEPG, Cabril, Vila Real)
d. Só aquele homenzinho é que *o cá teve* (um tear). (ALEPG, Vila Pouca do Campo, Coimbra)
e. E fiávamos linhas de casa. Ainda *as aí tenho*, linhas de casa, e torcíamo-las com a parafusa ('espécie de fuso'). (ALEPG, Ala, Bragança)
f. Outras vezes era a dinheiro como *se antes fazia* o negócio. (ALEPG, Sedielos, Vila Real)
g. [o arado] ainda *se hoje usa*. (ALEPG, Casconho, Coimbra)
h. Ainda *se agora usa* [salgadeira]. (ALEPG, Ala, Bragança)

(61) a. O rasto [da charrua] é o que anda por baixo, quando *se este desgastar*, depois compra-se outro. (ALEPG, Roalde, Vila Real)
b. Então como é que *se isto rega*? (ALEPG, Cabeço de Vide, Portalegre)
c. Que *se aquilo malhava*. (ALEPG, Isna, Castelo Branco)

Embora o mais usual seja a interpolação de um único elemento, podem ocorrer dois elementos entre o clítico e o verbo, como em (62):

(62) a. Isso é o que tem mão nas canas para *me elas não virem* para a frente. (ALEPG, Covas do Barroso, Vila Real)
b. Depois punha-se o tal cango […] por baixo da tal trave e depois com umas tábuas ali em cima, bem segurado em volta para *se ele não espalhar* para os lados. (ALEPG, Larinho, Bragança)
c. Que é para *se ele não estragar.* (ALEPG, Moita do Martinho, Leiria)

5.4.2.2 Alguns traços sintáticos dos dialetos centro-meridionais

5.4.2.2.1 Gerúndios flexionados

O português é das poucas línguas que admitem sufixos de pessoa/número em formas não finitas do verbo: o infinitivo, como sabemos, apresenta, no português-padrão,

além do infinitivo impessoal, também um infinitivo com flexão, o infinitivo pessoal. Um dos aspetos mais interessantes e originais que os dialetos centro-meridionais apresentam é o uso de gerúndios flexionados, ou seja, a ocorrência do gerúndio com sufixos flexionais de pessoa/número[69]. É nos dialetos centro-meridionais, especialmente no Algarve e no Alentejo (Baixo e Alto), que ele está mais representado e que as atestações são mais numerosas; há, porém, registos de ocorrências também na Estremadura, Ribatejo, Beiras (Baixa, Alta e Litoral) e nos dialetos fronteiriços de Cedillo (Cáceres) e de Olivença. O gerúndio flexionado apresenta flexão visível na 2.ª pessoa do singular e nas 1.ª e 3.ª pessoas do plural: (tu) *querendo+s*, (nós) *querendo+mos*, (eles) *querend*(*o*)*+em*[70].

Os exemplos de (63) ilustram casos em que a flexão é visível, bem como o emprego de gerúndio flexionado com ou sem sujeito expresso e, no caso de sujeito expresso, anteposto ou posposto, em orações introduzidas por conectores ou sem conectores (cf. Cap. 38). Ilustram-se também várias proveniências geográficas:

(63) a. Quando volti da tropa, os patrões […] disseram-me logo: "Tens aqui a casa tal e qual, em *querendos* viri..." (ALEPG, Corte Cobres, Beja)
b. Logo, em *tu vindos*, tratamos do gado. (ALEPG, Aljezur, Faro)
c. Eu digo assim para o rapaz que estava a gramar o linho […]: "Ó João, eu gostava que tu me fizesses a mim – *estândomos* a gente a falar – o que vocês costumam a fazer aos gaiatos: bater com as maniotas na mão". "É já" – o gajo para mim – "é já!" Digo assim: "Pronto! Em tu *querendos*!" (ALEPG, Cabeço de Vide, Portalegre)
d. Mas em se *separândomos*, o senhor pensa numa coisa e eu penso noutra. (CORDIAL-SIN, Carrapatelo, Évora)
e. (as terras) *dandem* trigo ou *dandem* cevada, já é uma relva, não é um barbeito. (ALEPG, Lavre, Évora)
f. Só têm esse nome enquanto são novas, *passandem* a parir já não é borregas, já é ovelhas. (ALEPG, Alcochete, Setúbal)
g. Quando *elas (es)tandem* floridas... (ALEPG, Penteadeiros, Faro)
h. *Os senhores querendem* lá ir... (ALEPG, Dagorda, Lisboa)
i. Dizem que depois, *vindem* as águas novas, aparecem uns carochinhos. (ALEPG, Lavre, Évora)
j. *Tendem* sete filhas seguidas, uma sai bruxa. (ALEPG, Campo Maior, Portalegre)
k. Também não se sabe qual é o macho, nem qual é a fêmea e às vezes anda aquele rebanho junto e depois às vezes vão dormir *pensandem* que é que são todas fêmeas e há algum macho ali no meio! (ALEPG, Porches, Faro)
l. E *tendem* uma árvore, não há pássaro nenhum que poise no chão. (CORDIAL-SIN, Santa Justa, Santarém)
m. Isto os arrendamentos, já se sabe, que não há como *as coisas estandem* nas mãos dos donos, está a compreender? (CORDIAL-SIN, Alto Alentejo)

[69] A existência de gerúndio flexionado é registada também em galego, em dialetos italianos da Calábria e há conhecimento de que existiu gerúndio flexionado em napolitano antigo (cf. Lobo 2001, 2008; ver também Mota 1998).

[70] As 1.ª e 3.ª pessoas do singular não apresentam flexão visível em português; quanto à 2.ª pessoa do plural, embora apresente flexão visível, ela só regista vitalidade nos dialetos setentrionais, em que não se atesta a existência de gerúndio flexionado.

n. Quando *sendem* grande é ratazana que se chama. (CORDIAL-SIN, Aldeia da Mata, Portalegre)
o. O caracol traz a casa atrás e em bem lhe *partindim* a casa, eles morrem. (ALEPG, Cabeço de Vide, Portalegre)

5.4.2.2.2 Uso de gerúndio em perífrases verbais

Regista-se também como próprio dos dialetos do Sul o uso preferencial de perífrases verbais construídas com os auxiliares *estar* ou *andar* seguidos de gerúndio do verbo principal, para exprimir um valor aspetual durativo, incluindo o progressivo (cf. Caps. 17 e 29), situação em que o português-padrão usa o verbo auxiliar seguido da preposição *a* e do infinitivo no verbo principal.

A construção com gerúndio, mais antiga na língua (cf. Cunha e Cintra 1984:394), geralmente assinalada como uma das diferenças a nível sintático entre o português de Portugal e o português do Brasil, tem plena vitalidade nos dialetos do Alentejo, do Algarve, e também dos Açores e da Madeira. Há ocorrências registadas também no norte de Trás-os-Montes, nos distritos de Vila Real e Viseu. Os exemplos (64) e (65) mostram perífrases com o verbo *estar* e *andar*, respetivamente:

(64) *Estar* + gerúndio
a. A mulher confirmou que realmente era verdade o que ele *estava dizendo*. (CORDIAL-SIN, Porches, Faro)
b. A vida do mar é arrastada, a gente *está contando* sempre com a morte. (CORDIAL-SIN, Alvor, Faro)
c. Eu *estive morando* ao pé de Mértola. (CORDIAL-SIN, Aljustrel, Beja)
d. Quando se *está fazendo* os queijos é que a água começa a aparecer. (CORDIAL-SIN, Serpa, Beja)
e. O meu marido é que *estava ganhando* para casa porque o meu sogro já era velhinho. (CORDIAL-SIN, Santo Espírito, Santa Maria, Açores)
f. A minha mãe disse assim: "Para que será que *estás fazendo* isso à rapariga?" (CORDIAL-SIN, Ponta Garça, São Miguel, Açores)
g. O sino *está tocando* para a missa. (ALEPG, Castelo Branco, Faial, Açores)
h. Então o homem *esteve contando* a sua vida como é que tinha sido. (CORDIAL-SIN, São Roque, Pico, Açores)
i. Uma horta é uma quinta de fruta, *está percebendo*? (ALEPG, Fajãzinha, Flores, Açores)
j. *Está vendo* aquele? Aquele peixe que o rapaz *está deitando* para a água? Aquele chama-se xara. (CORDIAL-SIN, Câmara de Lobos, Madeira)
k. Isto é verdade, como a luz que *está alumiando* a gente. (ALEPG, Curral das Freiras, Madeira)
l. O senhor A. [...] *esteve* aqui *falando* até com o meu marido. (CORDIAL-SIN, Porto Santo)
m. Eu já disse, *estou conversando* não sei com quem. (CORDIAL-SIN, Santo André, Vila Real)
n. O moinho *está moendo* na mesma. (ALEPG, Malhada, Viseu)

(65) *Andar* + gerúndio
- a. Quando um homem *anda limpando* uma oliveira ou uma amendoeira, tem o podão. (CORDIAL-SIN, Porches, Faro)
- b. Então o que é que *andas* aí *fazendo*? (CORDIAL-SIN, Aljustrel, Beja)
- c. Depois *andava* aqui [...] *apanhando* medronho e ia vender. (CORDIAL-SIN, Luzianes, Beja)
- d. O rapaz *andou aprendendo* a ler e agora anda no estudo. (CORDIAL-SIN, Melides, Setúbal)
- e. Era uma mulher que *andava pedindo*, não tinha casa. (CORDIAL-SIN, Carrapatelo, Évora)
- f. Aqui, eles *andaram fazendo* [poços] e deram com água. (CORDIAL-SIN, Porto Santo)
- g. Aquilo que meu pai lhe dizia: que *tinha andado apastorando* ovelhas na serra. (CORDIAL-SIN, Fajãzinha, Flores, Açores)

Nos mesmos dialetos, a preferência pela construção auxiliar + gerúndio em vez de auxiliar + *a* + infinitivo verifica-se inclusivamente noutras perífrases (incluindo algumas de valor não durativo), como se exemplifica com os verbos *começar* (cf. (66)), *ficar* (cf. (67)) e *vir* (cf. (68)):

(66) *Começar* + gerúndio
- a. E depois agarravam então numas enxadas e *começavam* à ponta de cima *estrambalhando* aquilo para esse sítio. (CORDIAL-SIN, Luzianes, Beja)
- b. E a gente *começava dizendo* uns aos outros para fazer um relheiro alto... (ALEPG, Cabeço de Vide, Portalegre)

(67) *Ficar* + gerúndio
- a. Agora de repente não me lembra o nome disto, mas quando vier, calhando, para amanhã ou depois, deito-me e *fico pensando* naquilo e lembro-me. (ALEPG, Luzianes, Beja)
- b. Eu *fiquei gostando* muito dela. (CORDIAL-SIN, Carrapatelo, Évora)
- c. Deu um trabalhão e ainda se *ficou devendo* a tanta gente, mas agora, graças a Deus, já pagámos. (CORDIAL-SIN, Porto Santo)
- d. O pai não *fique dizendo* que eu que desobedeço. (CORDIAL-SIN, Ponta Garça, São Miguel, Açores)

(68) *Vir* + gerúndio
- a. Mas, aprendeu a falar – iam ali para Lagos para a tropa – e depois quando vinha a casa, a fim para aí de um mês ou dois, *vinha falando* a uso de Lisboa (CORDIAL-SIN, Porches, Faro)
- b. Depois sentámo-nos na carrinha, *viemos comendo* o panito até aqui à vila. (CORDIAL-SIN, Aljustrel, Beja)

5.5 Aspetos lexicais dos dialetos portugueses. Áreas lexicais

A variação no léxico permite também distinguir diversos grupos de dialetos. Embora os tipos de estruturação do léxico sejam muito variáveis, sendo condicionados pelo próprio tipo de léxico, que depende, em larga medida, de fatores extralinguísticos,

nomeadamente de ordem histórico-cultural e social, é possível encontrar algumas regularidades na sua distribuição geográfica.

A observação de algumas dessas regularidades permitiu a L. Cintra estabelecer algumas «áreas lexicais no território português», como mostra o seu artigo assim intitulado (cf. Cintra [1962] 1983).

Entre essas áreas estão as que opõem dialetos setentrionais a dialetos meridionais, mas esta oposição entre Norte e Sul só se verifica quando a uma designação de origem latina ou germânica se opõe outra de origem árabe, correspondendo então a primeira aos dialetos setentrionais e a segunda aos dialetos meridionais. L. Cintra ilustra esta distribuição lexical com um Mapa (Cintra 1983:69, Mapa 3) relativo às designações usadas, ao longo do território, para a noção 'líquido que se separa do leite quando este coalha', fixando a sua observação apenas nas designações maioritárias, *soro* e *almece*, a primeira românica, a segunda árabe. A forma *almece* cobre todo o território ao sul do Tejo e ainda parte da Estremadura, parte do Ribatejo e penetra na Beira Baixa e na Beira Litoral. No Norte e na maior parte do Centro do país usa-se o vocábulo de origem latina, *soro*, que é também a designação-padrão[71].

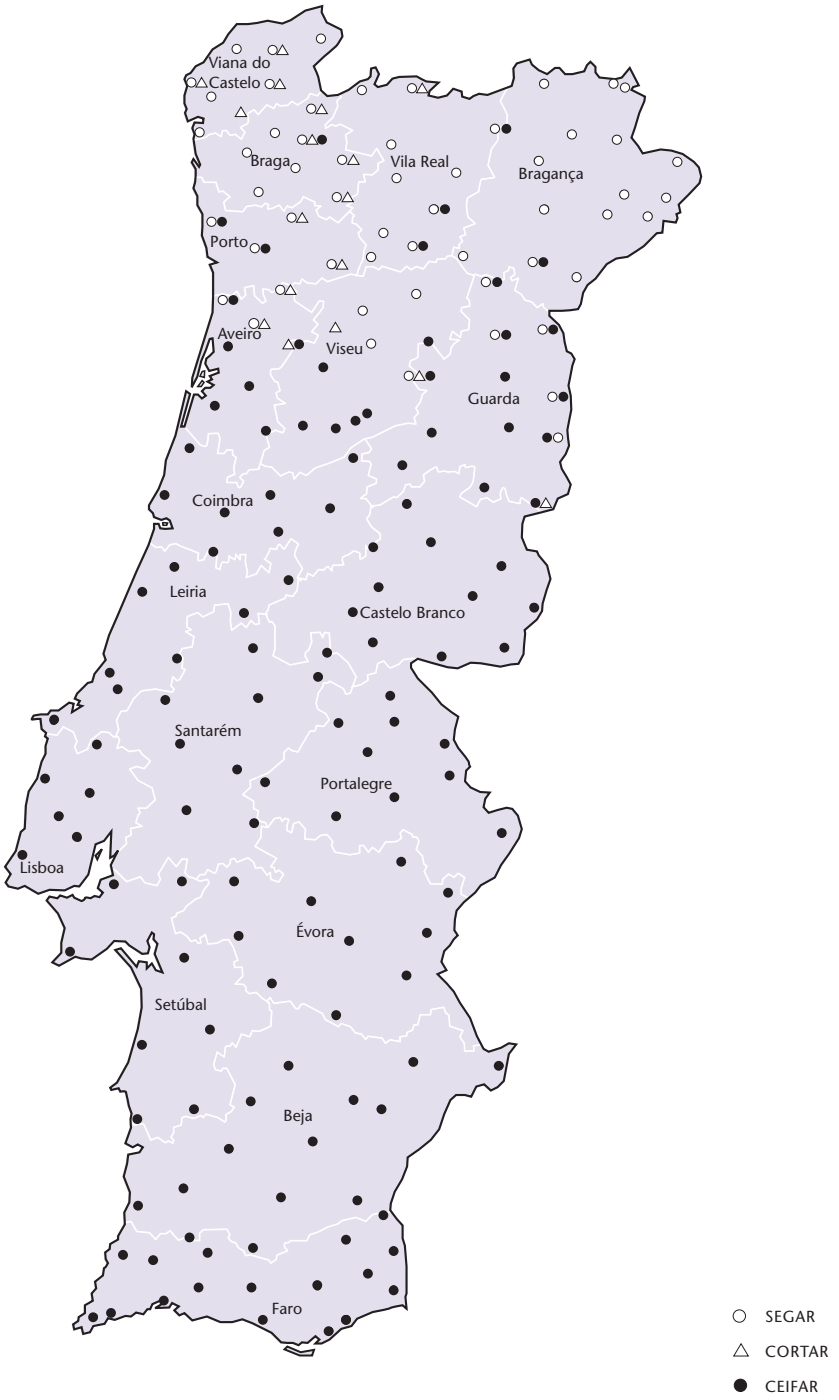
Como outro exemplo desta oposição entre Norte e Sul, apresenta-se no Mapa 4[72] a distribuição geográfica das designações para 'cortar os cereais', a que correspondem, ao longo do território, *ceifar*, *segar* e *cortar*. *Segar* e *cortar* são de origem latina, provenientes, respetivamente, dos verbos latinos *sĕcāre* 'cortar' e *curtāre* 'encurtar'; *ceifar*, em contrapartida, deriva do nome *ceifa*, do árabe *çaifâ*, que significa 'verão, estação do ano', atestado desde o séc. XIV, segundo Machado (1977, s.v.). Considerando apenas *segar* e *ceifar* (dado que *cortar*, embora circunscrevendo também uma área, é sobretudo um genérico e é, além disso, normalmente usado em concorrência com *segar*), podemos verificar que *ceifar* cobre praticamente três quartos do país e começa a penetrar na área de *segar*, enquanto esta, que é a designação mais antiga, está confinada aos dialetos setentrionais do Minho, Trás-os-Montes, Douro Litoral e desce apenas numa estreita faixa para sul do Douro que corresponde ao norte da Beira Alta; mantém-se ainda na Beira Alta, junto da fronteira leste, aí em concorrência com *ceifar*. *Ceifar* logrou, pois, suplantar a designação mais antiga, a latina, e impôs-se, passando a ocupar o lugar de designação-padrão e relegando *segar* para designação dialetal[73]. A grande extensão da área ocupada por *ceifar* encontra certamente nesse facto a sua explicação. No caso de *soro* vs. *almece*, o panorama é diferente (circunscrevendo embora também uma oposição entre Norte e Sul, como referido), já que a designação de origem árabe não logrou ascender a designação-padrão.

A observação de outros tipos de distribuição do léxico permitiu a L. Cintra constatar a existência de mais duas áreas: uma área localizada no Noroeste e Oeste que raramente ultrapassa o Tejo (Minho, Douro Litoral, ocidente de Trás-os-Montes, Beira Litoral, ocidente da Beira Alta e parte norte da Estremadura) e uma outra área localizada no Leste e no Sul (oriente de Trás-os-Montes, a maior parte da Beira Alta,

[71] Nos dialetos insulares é também esta a forma usada; *almece* é conhecido apenas na ilha açoriana de São Jorge, onde convive com *soro* (cf. ALEAç, vol. I, Mapa 82).

[72] Mapa elaborado a partir das respostas à pergunta 0754 do Questionário ALEPG.

[73] Os dialetos insulares seguem o português-padrão (cf., para os Açores, ALEAç, vol. III, Mapa 289).



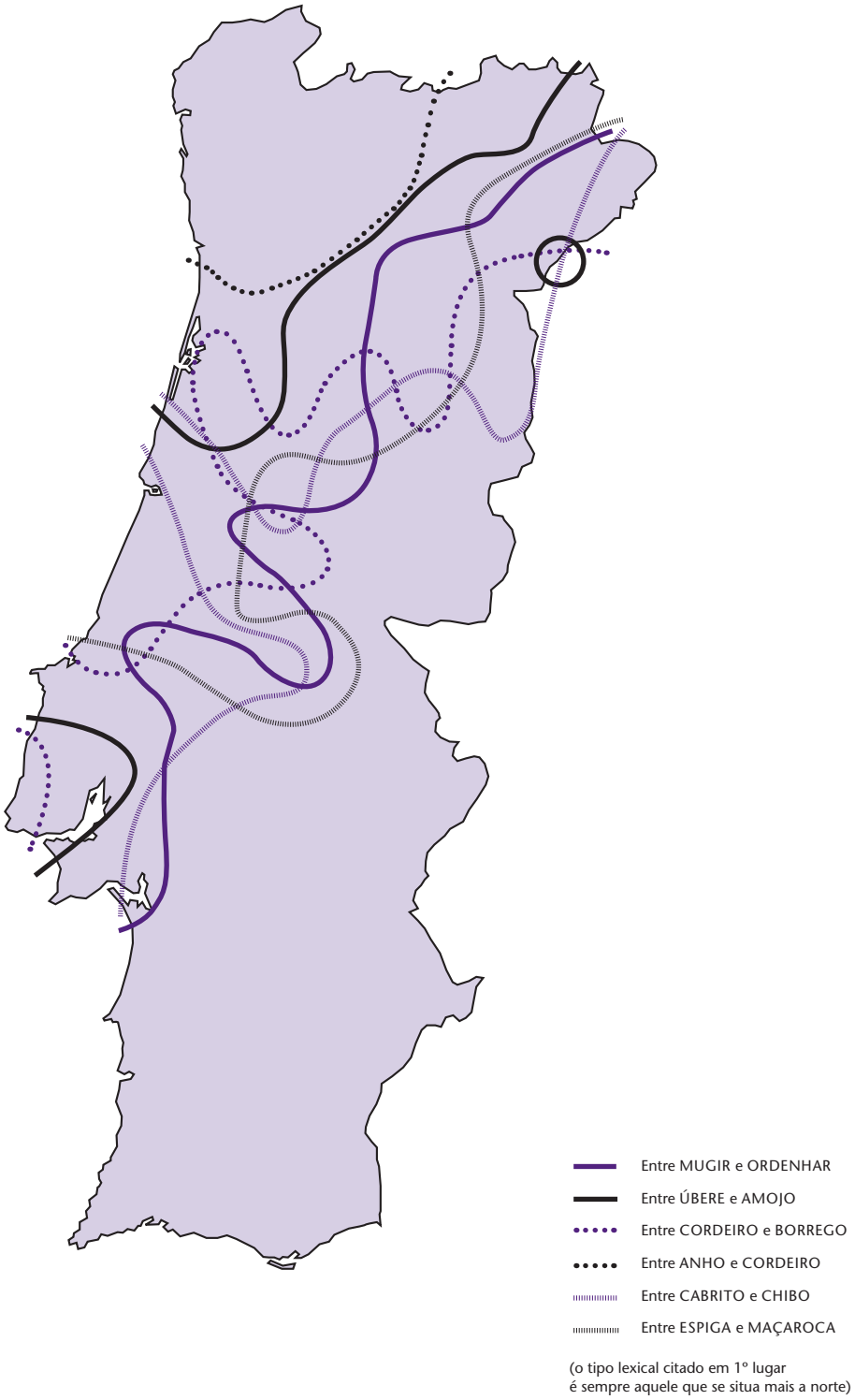
Mapa 4 Distribuição geográfica das designações para ‘cortar os cereais’

Beira Baixa, Alentejo e Algarve). Na primeira, conservadora, sobrevivem tipos lexicais muito antigos, «alguns quase totalmente desaparecidos do resto da România» (Cintra 1983:91); na segunda, inovadora, avultam inovações de vários tipos, que, por vezes, logram interromper a continuidade da área conservadora. Esta estrutura, opondo uma região Noroeste e Oeste a outra formada pelo Sul e Leste, é a que transparece da distribuição geográfica dos tipos lexicais com que se exprime uma série de conceitos da vida rural, nomeadamente da criação de gado: assim, a 'ordenhar', 'úbere', 'cria da ovelha', 'cria da cabra' e 'espiga do milho' correspondem as oposições *moger*/*mugir* vs. *ordenhar*, *úbere* vs. *amojo*, *anho* e *cordeiro* vs. *borrego*, *cabrito* vs. *chibo* e *espiga* (de milho) vs. *maçaroca* (cf. Mapa 5).

L. Cintra encontra fundamentos históricos nesta oposição lexical que transparece da distribuição geográfica: a primeira região, a região conservadora de Noroeste e Oeste, coincide aproximadamente com terras que se mantiveram permanentemente povoadas entre os sécs. VIII e XI, ocupadas «por uma população que, na sua maior parte, tem raízes muito antigas na terra em que habita, população fundamentalmente avessa a inovações»; em contrapartida, a área inovadora de Leste e Sul corresponde à parte do território que nesses séculos esteve intensamente despovoada, tendo sido repovoada nos sécs. XII e XIII «por uma população de várias proveniências que se misturou em localidades fundadas de novo ou totalmente reorganizadas, população propensa a criar ou a admitir formas de viver e de falar novas ou modificadas» (Cintra 1983:94).

Uma outra distribuição que se pode verificar no léxico diz respeito já não a diferentes denominações para um mesmo objeto ou noção, mas à forma diferente que determinado vocábulo pode apresentar ao longo do território: assim, nos dialetos centro-meridionais, mais propriamente no Alentejo e no Algarve, certas palavras de origem latina em cujo étimo existia *-n-* intervocálico mantêm-no, contrariamente ao resto do país, visto que essa consoante não se manteve no português. É o caso de formas como *romaneira*, ou melhor, *roman*[é]*ra*, *maçan*[é]*ra, rana* ou *arrana*, *ponente* e *marrana*, respetivamente para *romanzeira, macieira*, *rã*, *poente* e *marrã*, que vivem no resto do território. Esporadicamente, algumas destas formas e outras deste tipo, como é o caso de *avelaneira* para *aveleira*, podem ocorrer também em Trás-os-Montes e na Beira Alta. É também o caso de diminutivos em *-nito/-nita*, como em *manita*, *maçanita*, *panito* e *canito*, diminutivos respetivamente de *mão*, *maçã*, *pão* e *cão*, de grande vitalidade no Alentejo e no Algarve. Essas formas com a consoante conservada, que aproximam as palavras em que esta ocorre das suas correspondentes castelhanas e leonesas, são atribuídas à herança do romance moçárabe[74], em que a síncope da consoante não se verificou. Em menor medida, há também casos de manutenção de *-l-* intervocálico. Em palavras de origem árabe, essas consoantes também por vezes se mantêm, como em *azémola*

[74] Os moçárabes eram os povos «hispano-godos ou hispano-romanos submetidos ao domínio muçulmano, mas não assimilados; viviam em comunidades separadas e dispunham de instituições e autoridades próprias e conservavam as suas línguas romances» (Castro 2004:70); os moçárabes conservaram durante o domínio muçulmano a sua religião, cristã, e a sua língua, o romance moçárabe, pelo menos num primeiro tempo, tendo vindo este progressivamente a acusar forte influência do árabe. Posteriormente, com a Reconquista, acabou por ser assimilado pelo romance dos colonizadores do Norte da Península, que se substituíram aos árabes (cf. Cap. 1).



Mapa 5 Portugal – Fronteiras Lexicais (adaptado de Cintra 1961)

e *javali*[75]. A permanência destas consoantes está igualmente atestada na toponímia central e meridional: *Mértola* (< Mĭrtŭla por Myrtilis), *Fontanas*, *Fontanelas*, *Odiana* (antigo nome do rio Guadiana).

Fontes das abonações

ALEPG – Arquivo sonoro do *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*.
CORDIAL-SIN – *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. http://www.clul.ul.pt

[75] Cf. Cintra ([1962] 1983:72ss) e Teyssier ([1980] 1982:15ss) e para os diminutivos também Rio-Torto (1999:687ss).

6 O PORTUGUÊS DO BRASIL 145
6.1 História sociolinguística do português do Brasil 145
6.1.1 Multilinguismo no Brasil colonial e pós-colonial 145
6.2 Algumas características do português do Brasil 148
6.2.1 Aspetos fónicos 148
6.2.1.1 Vocalismo átono e tónico 149
6.2.1.2 Palatalização de consoantes 150
6.2.1.3 Consoante lateral e consoante vibrante 150
6.2.2 Aspetos sintáticos 151
6.2.2.1 Concordância em número no sintagma nominal 151
6.2.2.2 Sistema pronominal, concordância verbal e uso do pronome sujeito 151
6.2.2.3 Pronomes pessoais clíticos 152
6.2.2.4 Orações relativas de retoma 153
6.2.3 Fundo lexical do português do Brasil 153

6 O PORTUGUÊS DO BRASIL

6.1 História sociolinguística do português do Brasil

Inicialmente levado para os novos territórios no início do séc. XVI, o português europeu (PE), língua do colonizador – e língua do poder e do prestígio social[1] –, entrou em contacto, no decurso do tempo, com as numerosas línguas indígenas brasileiras, as diferentes línguas africanas chegadas pelo tráfico negreiro e as muitas línguas, europeias e não europeias, faladas pelos que, mais tardiamente, emigraram para o Brasil, sobretudo a partir de meados do séc. XIX. Este contacto foi configurando, através de uma história longa e complexa, o que é atualmente a variedade brasileira da língua portuguesa: o português do Brasil (PB), hoje falado por mais de cento e setenta milhões de pessoas.

6.1.1 Multilinguismo no Brasil colonial e pós-colonial

Pode afirmar-se com alguma segurança que, até meados do séc. XVIII, o território brasileiro se caracterizava por um multilinguismo generalizado. As leis pombalinas de política linguística, dessa mesma época, pretenderam refrear tal realidade, mas ainda hoje perduram resquícios desse multilinguismo inicial: apesar de o português ser a língua oficial do Brasil e de ser amplamente maioritária, persistem cerca de cento e oitenta das línguas indígenas existentes à época da colonização, faladas, segundo estimativas recentes, por 300 000 a 500 000 índios (0,2% da população brasileira), concentrados, na sua maioria, na Amazónia brasileira e na região centro-norte do país (cf. Franchetto 2000).

Sabe-se que, em meados do séc. XVI, havia uma certa homogeneidade cultural e linguística ao longo do litoral brasileiro, primeira zona de implantação dos colonizadores. A língua dos índios tupinambás que aí se falava, descrita na gramática do P.e José de Anchieta *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, de 1595, serviu de base para a catequese inicial assim como, segundo se crê, foi ensinada aos primeiros colonizadores. Considera-se que o que veio a ser designado

[1] Para além da regular chegada de portugueses ao Brasil, ao longo dos séculos, convém destacar, como fatores que favoreceram a implantação do português, as escolas e colégios de jesuítas e de outras ordens religiosas, assim como a permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, de 1808 a 1821, que favoreceu, nomeadamente, o aparecimento de uma classe dirigente brasileira, determinante para a construção do futuro Império, no séc. XIX.

como **língua geral**, muito usada nos sécs. XVII-XVIII, terá a sua génese nessa língua (cf. Rodrigues 1986:99).

> [1] Rodrigues (1986) distingue duas línguas gerais: a paulista, de base tupininquim e/ou guarani, que terá sido a língua de intercomunicação entre colonizadores, colonos e índios nas bandeiras paulistas para o interior do Brasil (séc. XVII), e a amazónica, de base tupinambá, que, a partir do Maranhão, se expandiu na época da colonização da Amazónia. Esta última está amplamente documentada, continuando a ser usada (modificada, é claro) no chamado nheengatu do médio Rio Negro, do rio Xié, da Bacia do Içana e das fronteiras com a Venezuela (cf. Taylor 1988:5s). A língua geral paulista, precariamente documentada, terá sido a língua da colonização de São Paulo e das suas extensões territoriais (Minas Gerais e Mato Grosso, entre outras), através dos bandeirantes. Diferentes povos indígenas tornaram-se, assim, bilingues, tendo essa situação dado origem a que ocorressem mudanças na língua geral inicial e diferenciação dialetal (cf. Rodrigues 1996), para a qual contribuiu a presença de escravos africanos e a de europeus.

A partir de 1549, estabelece-se o tráfico negreiro regular (que oficialmente se encerra em 1830, mas que continua para além dessa data[2]) e estimula-se a importação de africanos para o Brasil, estimando-se que, no fim do séc. XVI, 42% da população era constituída de africanos (cf. Couto 1975:278), os quais falariam entre duzentas a trezentas línguas diferentes, das famílias oeste-africanas, sobretudo bantas (cf. Bonvini e Petter 1998:73).

> [2] A presença banta no tráfico negreiro é consensual entre os especialistas. Mussa (1991:145s) fornece os seguintes dados sobre os escravos de língua banta trazidos pelo tráfico: 35%, no séc. XVI; 65%, no séc. XVII; 64%, no séc. XVIII; 50%, no séc. XIX. Segundo o autor, a antiguidade e a continuidade dessa presença explica o grande número de palavras bantas no léxico brasileiro e o seu alto grau de adaptação morfológica ao português.

No séc. XIX, com a chegada de muitos emigrantes europeus e asiáticos, recrudesceu o contacto entre diferentes línguas. Entre 1850 e 1920, uma das décadas de mais intensa imigração foi a de 1890, com 1 200 000 pessoas entradas no país (cf. Kreutz 2000:349ss). Na sua grande maioria, esses novos elementos da sociedade multilingue, multiétnica, multirracial e pluricultural brasileira fixaram-se de São Paulo para o sul.

Os quadros seguintes dão uma ideia da formação populacional do Brasil entre os sécs. XVI e XIX:

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	–	20%	21%	19%	13%
Mulatos	–	10%	19%	34%	42%

[2] Segundo Conrad (1978), a migração forçada dos escravos brasileiros, que se seguiu à supressão do tráfico, começou nas plantações, fazendas e cidades do norte, do oeste e do extremo sul e teve como alvo as plantações de café do Rio, de Minas e de São Paulo.

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Brancos brasileiros	–	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Quadro 1 – Formação populacional do Brasil entre os sécs. XVI e XIX (Fonte: Mussa 1991:63)

	ETNIAS NÃO BRANCAS	ETNIA BRANCA
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Quadro 2 – Formação populacional do Brasil entre os sécs. XVI e XIX (Fonte: Lobo 1996:16)

Fausto (1994:135) afirma, com base no primeiro censo oficial, de 1872, que «do ponto de vista social, os dados relativos às principais províncias sugerem que os brancos [portugueses e seus descendentes] representam menos de 30% da população total ao fim do período colonial», ao que Lobo (1996) acrescenta que a maioria dos brasileiros tem uma história linguística familiar de língua não portuguesa. A população de origem africana, escrava, sempre se concentrou nas chamadas grandes frentes de exploração económica do processo colonial, sendo caracterizada pela mobilidade geográfica e pela diversidade de papéis sociais, embora sempre subalternos (na lavoura, no cultivo do café, do algodão e do tabaco, na mineração de ouro e de diamantes, nos engenhos de açúcar ou nas imensas regiões pastoris do Brasil; cf. Mattoso 1990). A par dos escravos "migrantes", havia os escravos urbanos, apesar da pouca urbanização da colónia – em 1820, apenas 7% da população vive nas cidades (cf. Mattoso 1990:109) –, cabendo-lhes o trabalho considerado vil para os brancos, embora esses escravos citadinos gozassem, diante do seu senhor, de maior independência do que os rurais.

Face aos dados demográficos disponíveis, e sabendo-se que, no fim da fase de colonização, havia uma distribuição geográfica equilibrada da população escrava no Brasil, pode admitir-se que foram não os indígenas autóctones[3], mas os africanos e os afrodescendentes, os principais agentes da difusão do antecedente histórico do atual **vernáculo** ou **português popular**, a variedade do PB mais generalizada. O chamado **português brasileiro culto**, falado pelos brasileiros com um grau de escolarização alto, será o descendente do português europeu ou mais europeizado das elites e dos segmentos mais altos da sociedade colonial.

Os dados históricos mostram que a maioria da população brasileira adquiriu a língua da colonização, ou língua alvo, por um processo de **transmissão irregular**,

[3] Os indígenas morreram ou por extermínio intencional ou por epidemias. Os que restaram refugiaram-se no interior do Brasil ou integraram-se na nova sociedade, nos primeiros tempos da colonização, por casamento com os colonizadores.

favorecedora de uma **aquisição imperfeita**; com efeito, o modelo da língua alvo era defetivo e precário[4], variando em função das circunstâncias específicas em que viviam os indivíduos e as comunidades que se formavam pelo Brasil. Efetivamente, era adquirido na oralidade do quotidiano e, dada a escolarização praticamente inexistente, na ausência de uma normativização que só poderia ser veiculada pelo ensino. De facto, até ao início do séc. XIX, os brasileiros letrados não ultrapassariam os 0,5% da população, que rondava os 4 600 000 indivíduos (cf. Fausto 1994:137), tendo-se chegado à segunda década do séc. XX com apenas 25% de potenciais utilizadores do português brasileiro culto e com 75% de potenciais falantes do português popular brasileiro.

6.2 Algumas características do português do Brasil

O PB apresenta, hoje, algumas características gramaticais que o distanciam do português europeu contemporâneo (cf. também o Cap. 53), explicáveis por uma genealogia e um percurso sociolinguístico diferenciados dos do PE. Por outro lado, a variação linguística interna ao PB é muito grande, contribuindo para a sua explicação a imensidão geográfica do país e as diferenças socioeconómicas e socioculturais que estratificam grandemente a sociedade brasileira. Assim, não é fácil estabelecer uma **norma culta** brasileira única, a ser veiculada pela escola, sem se cair no risco de a idealizar, já que entre o português das camadas cultas de São Paulo ou do Recife, por exemplo, há diferenças importantes. Com efeito, a «grande questão nunca foi a da intercomunicabilidade, mas sim a da padronização de uma língua falada e escrita para fins cultos. Por uma ou outra razão, a escolha de um falar local padrão sempre girou em torno de três grandes centros urbanos, a saber, a cidade do Rio de Janeiro, a de São Paulo e a de Salvador. A preferência recaiu sobre a cidade do Rio de Janeiro e se deveu, prioritariamente, a razões extralinguísticas» (Leite e Callou 2002:9s).

Por outro lado, também a denominação "português popular" ou "vernáculo" recobre uma grande variedade de realidades linguísticas, embora seja possível isolar um certo número de características constantes, sobretudo sintáticas.

Nos pontos seguintes, far-se-á uma breve apresentação de algumas características gramaticais que diferenciam, contemporaneamente, o português do Brasil do português europeu, com a ressalva da variação que possam apresentar, conforme as regiões e o nível de instrução dos falantes[5].

6.2.1 Aspetos fónicos

As diferenças mais imediatamente percetíveis entre as variedades brasileira e europeia situam-se nos domínios fonético-fonológico e prosódico, não sendo este último aspeto considerado no presente capítulo. Antes de se referirem algumas questões importantes para a distinção entre estas duas variedades, convém notar que se tomarão como objeto de análise a variedade-padrão do PE e a variedade culta do

[4] Relembre-se que os luso-falantes, portugueses e seus descendentes não mestiçados, não teriam ultrapassado, no geral do Brasil, 30% dos habitantes.

[5] No Cap. 53, serão discutidos com maior detalhe, entre outros, alguns dos aspetos aqui brevemente apresentados.

Rio de Janeiro, acrescentando-se breves comentários relativos a algumas variantes de realização, internamente a ambas as variedades do português.

6.2.1.1 Vocalismo átono e tónico

Se, no português europeu, a elevação e/ou centralização das vogais átonas é praticamente categórica, tal não acontece no português do Brasil, o que por vezes torna quase inaudíveis, para os brasileiros, as vogais produzidas pelos portugueses.

Em PB culto carioca, ocorrem, em sílaba átona final de palavra, apenas as vogais [u], [i] e [ɐ] (*cert*[u], *lev*[i], *terr*[ɐ]), sendo a pronúncia da segunda diferente da do PE padrão (cf. PE *lev*[ɨ])[6]. Em sílaba pretónica, ocorrem cinco vogais: [u], [i], [o], [e][7] e [a], como exemplificado pelos infinitivos *f*[u]*gir*, *p*[i]*car, c*[o]*brar*, *s*[e]*car* e *l*[a]*var*, os dois primeiros com a vogal do radical idêntica à do PE, mas não os três últimos (cf. PE *c*[u]*brar*, *s*[ɨ]*car* e *l*[ɐ]*var*). Comparando palavras em que uma mesma vogal fonológica se encontra em diferentes tipos de sílaba, verifica-se existir uma diferença entre as duas variedades do português quanto ao timbre de algumas vogais quando em sílaba pretónica e átona (cf. Quadro 3):

SÍLABA PRETÓNICA			
PB		**PE**	
/ɔ/↦[o]	*p*[o]*rtal*	/ɔ/ ↦[u]	*p*[u]*rtal*
/ɛ/↦[e]	*l*[e]*vada*	/ɛ/↦[ɨ]	*l*[ɨ]*vada*
/a/↦[a]	*c*[a]*rtada*	/a/↦[ɐ]	*c*[ɐ]*rtada*
/o/↦[o]	l[o]*bão*	/o/↦[u]	l[u]*bão*
/e/↦[e]	p[e]*reira*	/e/↦[ɨ]	*p*[ɨ]*reira*
m[i]*lheiro, cr*[u]*zeiro*			
SÍLABA ÁTONA, EM FINAL DE PALAVRA			
PB		**PE**	
/e/↦[i] *lev*[i]		/e/ ↦[ɨ] *lev*[ɨ], [lév]	
terr[ɐ], *cert*[u]			
SÍLABA TÓNICA			
PB, PE			
p[ɔ]*rta, l*[ɛ]*va, c*[á]*rta*, l[ó]*bo, p*[é]*ra*, m[í]*lho, cr*[u]*z*			

Quadro 3 – Diferenças entre PB e PE quanto ao timbre de algumas vogais em sílaba átona

[6] De referir que, em PE, em final de palavra, existe dialetalmente a realização [i], como em PB (*lev*[i], por exemplo) e que a vogal [ɨ] da variedade-padrão é frequentemente não pronunciada (cf. [lév]); por outro lado, em PB, existe a realização dialetal [a] (como em terr[a]), que não ocorre em PE.

[7] Conforme as regiões, os falantes dispõem de [e] ou [ɛ] e de [o] ou [ɔ], produzindo sempre, por exemplo, *c*[e]*rteza*, numa região, e *c*[ɛ]*rteza*, noutra região. Por outro lado, na fala informal carioca, às vogais pretónicas [e] e [o] dos falantes cultos podem corresponder as vogais [i] e [u], respetivamente, por um fenómeno de harmonização com o timbre da vogal tónica da palavra em questão: *f*[i]*li̲z*, *c*[u]*stu̲ra* (cf. Callou e Leite 2003:80ss).

No que se refere às vogais em posição acentuada, apesar da semelhança entre PE e PB, existem, contudo, duas diferenças dignas de nota.

A primeira refere-se ao timbre das vogais tónicas médias seguidas de consoante nasal na posição inicial da sílaba seguinte: em PE, essas vogais realizam-se como [ɔ] e [ɛ] (cf. *homónimo* e *grémio*, respetivamente), enquanto em PB se realizam como [o] e [e] (cf. *homônimo* e *grêmio*, respetivamente).

A outra diz respeito à oposição existente em PE entre a 1.ª pessoa do plural do presente do indicativo e a 1.ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, nos verbos da primeira conjugação: *trabalh*[é]*mos* e *trabalh*[á]*mos*, respetivamente. Esta oposição não existe em PB, assim como não existe em algumas variedades dialetais do PE.

6.2.1.2 Palatalização de consoantes

Relativamente ao sistema consonântico, em PB ocorre a palatalização das consoantes oclusivas /t/ e /d/ quando seguidas da vogal [i] ou da semivogal [j], fenómeno que não ocorre em Portugal. Assim, *tia*, *Tiago* e *dente* são pronunciados, respetivamente, [tʃíɐ], [tʃjágu] e [dẽ́tʃi] (neste último exemplo, porque a vogal final é produzida como [i]; cf. Quadro 3). Essas palatalizações, que ocorrem noutras línguas românicas, não são extensíveis a todas as variedades do PB; contudo, em certas regiões brasileiras, esse fenómeno ocorre também quando a semivogal [j] precede a consoante oclusiva: pode ocorrer a palatalização em palavras como *oito* e *peito,* pronunciados *o*[tʃ]*o* e *pe*[tʃ]*o*, respetivamente, embora essa palatalização seja socialmente estigmatizada.

Por outro lado, é de assinalar que os falantes cariocas de nível de instrução superior produzem a consoante fricativa coronal /S/ como palatal, em posição final de palavra (cf. *cai*[ʃ]) ou em posição final de sílaba e antes de consoante (cf. *po*[ʃ]*to*, *a*[ʒ]*ma*, conforme a consoante seguinte), como acontece em PE padrão, constituindo a realização palatal um traço diferenciador da fala culta do Rio de Janeiro, no contexto brasileiro. Na generalidade das variedades dialetais do Brasil, nas mesmas posições essa consoante realiza-se como alveolar, [s] ou [z] (cf. *cai*[s], *po*[s]*to*, *a*[z]*ma*).

6.2.1.3 Consoante lateral e consoante vibrante

O PB caracteriza-se por enfraquecer as consoantes em posição final de palavra, posição em que o português europeu apresenta articulação forte. Assim, em PB, a consoante /l/ ocorre sistematicamente como [w], semivogal, em final de sílaba (cf. *animal* e *maldade*, pronunciados *anima*[w] e *ma*[w]*dade*, respetivamente)[8]. No vernáculo dos falantes não escolarizados, sobretudo nas áreas rurais, o [w] final é, por sua vez, eliminado, dando origem a formas socialmente estigmatizadas (*anim*[a]).

A consoante vibrante, no PB, geralmente não é produzida, em final de palavra, sobretudo no infinitivo dos verbos (cf. *amar*, pronunciado *am*[a])[9]. Pode, contudo, ser realizada como fricativa glotal (*ama*[h]) ou como fricativa velar (*ama*[x]), estas

[8] Este fenómeno ocorre em algumas variedades dialetais do português europeu (cf. *mel*, pronunciado [mɛ́w]), mas não na variedade-padrão.

[9] Este fenómeno está igualmente atestado em algumas variedades do PE (cf. Cap. 5).

últimas sobretudo antes de pausa ou de consoante, ou ainda como coronal simples (*ama*[ɾ]), como em português europeu padrão, sobretudo quando seguida de palavra iniciada por vogal [10].

6.2.2 Aspetos sintáticos

No domínio da sintaxe, existe um certo número de diferenças entre o PB e o PE, mais acentuadas quando se considera a variedade popular do PB e mais atenuadas quando se trata de falantes com alto grau de instrução que, em contextos altamente formais, procuram seguir a norma-padrão lusitanizante.

6.2.2.1 Concordância em número no sintagma nominal

Enquanto, em PE, o /s/ de plural é obrigatoriamente realizado, dentro do sintagma nominal, em todos os especificadores ou modificadores do nome passíveis de serem flexionados (como, por exemplo, em *os nossos amigos*), tal não acontece necessariamente em certas variedades do PB, em que apenas um dos elementos do sintagma, geralmente o determinante, apresenta a marca da pluralidade (cf. *os nosso amigo*). Apesar de serem os falantes do PB vernáculo aqueles que mais omitem as marcas de plural no sintagma nominal, o fenómeno também não é estranho a alguns falantes da norma culta.

6.2.2.2 Sistema pronominal, concordância verbal e uso do pronome sujeito

Um ponto central da diferença entre PB e PE reside no sistema pronominal. No caso dos pronomes sujeito, essas diferenças afetam também o sistema da concordância verbal (em pessoa/número).

	PARADIGMAS VERBAIS			
	5 FORMAS	**4 FORMAS**	**3 FORMAS**	**2 FORMAS**
1sg	eu falo	eu falo	eu falo	eu falo
2sg	você fala	você fala	você fala	você fala / tu fala
	tu falas	–	–	–
3sg	ele/ela fala	ele/ela fala	ele/ela fala	ele/ela fala
1pl	a gente fala	a gente fala	a gente fala	a gente fala
	nós falamos	nós falamos	–	–
2pl	vocês falam	vocês falam	vocês falam	vocês fala
3pl	eles/elas falam	eles/elas falam	eles/elas falam	eles/elas fala

Quadro 4 – Paradigmas verbais do PB

[10] Cf. Brandão et al. (2003), para um estudo sociolinguístico comparativo da realização desta consoante no português das zonas de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Em PB, a 3.ª pessoa do singular tem vindo a generalizar-se, em detrimento da 2.ª pessoa. Este fenómeno deve-se a vários fatores: por um lado, a expansão de *você* e de *a gente*, que desencadeiam concordância com a 3.ª pessoa do verbo; por outro lado, o uso de *tu* com a 3.ª pessoa verbal, nos dialetos que mantêm este pronome (*tu vai* substituindo *tu vais*, por exemplo). Existem, assim, em convivência, no Brasil, quatro paradigmas verbais diferentes (cf. Duarte 1993), com um número de formas do verbo que vai de cinco a duas, o último dos quais atestado nos falantes menos escolarizados ou não escolarizados, sobretudo de áreas rurais[11] (cf. Quadro 4).

Devido muito provavelmente à redução do paradigma da concordância verbal, o PB usa o pronome sujeito em contextos em que este não é necessário em PE, visto que a flexão verbal "rica" desta variedade permite ao ouvinte identificar o sujeito da frase sem que seja necessário explicitar o pronome que tem essa função (cf. Cap. 43). Assim, no padrão mais popular do PB, uma forma verbal como *fala*, por exemplo, pode corresponder a seis pronomes diferentes: *você*, *tu*, *ele*, *a gente*, *nós* e *eles*[12], pelo que, para a identificação do sujeito, se torna necessário o uso do pronome correspondente: *se <u>você</u> dorme tarde, <u>você</u> fica cansado*.

6.2.2.3 Pronomes pessoais clíticos

Os pronomes clíticos com a função de complemento, sobretudo os de terceira pessoa (*o*(*s*) e *a*(*s*)), estão em perda no português do Brasil, embora possam ocorrer no uso cuidado, monitorizado, de falantes escolarizados (cf. (1Bc)). Em seu lugar, ocorrem muito mais frequentemente o sintagma nominal pleno (cf. (1Ba)) e o chamado '*ele* acusativo' ou pronome forte (cf. (1Bb)), embora este seja estigmatizado pelos falantes altamente escolarizados. Em alternativa, o pronome é simplesmente omitido (cf. (1Bd)):

(1) A – Meu filho estava no *shopping*.
B – a. Eu vi *seu filho* lá.
b. Eu vi *ele* lá.
c. Eu vi-*o* lá.
d. Eu vi [-] lá.

A omissão do complemento direto pronominal clítico é corrente no português do Brasil, movimento inverso ao preenchimento regular do sujeito, como comentado acima.

Quanto ao pronome *lhe*, é de notar a perda acentuada da sua função como dativo (isto é, como complemento indireto), e o seu uso crescente, em certas variedades dialetais, como acusativo (ou seja, como complemento direto) na 2.ª pessoa, correlacionado com o pronome sujeito *você*:

(2) *Você* gosta mesmo de golfe! Eu *<u>lhe</u>* vejo sempre no clube.
(PE: Eu vejo-*o* sempre no clube.)

---

[11] *Você* e *vocês* são pronomes que desencadeiam concordância com a 3.ª pessoa do verbo; contudo, são considerados "pronomes de tratamento", ou seja, são formas de se dirigir ao interlocutor, singular ou plural, pelo que correspondem à 2.ª pessoa do discurso.

[12] Este fenómeno não ocorre em PE, nem mesmo dialetalmente. Em certas variedades do PE, a 3.ª pessoa do plural pode ser produzida sem ditongo nasal (*eles fal*[ɐ] ou *eles pod*[i], por exemplo), mas a explicação é de natureza fonológica e não morfossintática, como no PB popular.

Este *lhe* acusativo também alterna frequentemente com *te*, mesmo que o falante trate o seu interlocutor por *você*:

(3) *Você* gosta mesmo de golfe! Eu *te* vejo sempre no clube.
(PE: Eu vejo-*o* sempre no clube.)

Em PB, a posição mais comum dos pronomes clíticos é a próclise (ou seja, a posição pré-verbal), incluindo o caso das orações simples em que o PE tem ênclise (ou seja, posição pós-verbal): *eu te vi ontem* (PB) vs. *eu vi-te ontem* (PE). Existe, no entanto, uma tendência crescente para a ênclise em contextos em que até em português europeu sempre se usou a próclise, em textos de estudantes ou de jornalistas. Esta tendência manifesta-se sobretudo nas orações subordinadas e nas negativas:

(4) a. O vestido que *dei-lhe* de presente ficou bom.
b. Despertei quando *ligaram-me* da escola.
c. Eu não *disse-lhe* que viesse!

No português do Brasil, existe ainda uma aceitação generalizada dos clíticos na primeira posição da oração (cf. (5a,b)), exceto os acusativos *o*(*s*) e *a*(*s*); estes, com rara ocorrência na fala, encontram-se, contudo, em posição enclítica ao infinitivo, como na variedade europeia (cf. (5d)):

(5) a. *Te/Lhe* disse que ia chover!
b. *Me* passe esse livro.
c. **O* vi no cinema.
d. Vamos vê-*lo* amanhã.

O sistema pronominal do português do Brasil distancia-se, assim, bastante do sistema do português europeu e cria problemas de insegurança linguística que atinge aqueles que, no processo de escolarização, são "corrigidos" em função do padrão da gramática prescritiva de tradição lusitanizante. A tentativa de sistematizar o uso dos clíticos na escrita-padrão atual é, em consequência, uma tarefa difícil. Parecem estar em jogo fatores prosódicos, mais do que sintáticos, sendo alguns clíticos, como *me, te*, *lhe*, mais "cómodos" na posição proclítica e outros, como *o* e *se,* na posição enclítica.

6.2.2.4 Orações relativas de retoma

No que se refere às orações relativas, verifica-se desde há muito o uso do **pronome de retoma** (chamado "pronome lembrete" na tradição gramatical brasileira e "pronome resuntivo" na tradição portuguesa), como ilustrado em *o cão que eu gostei dele fugiu*, variante da construção padronizada *o cão de que eu gostei fugiu*. Em PE, este tipo de construção é cada vez mais frequente, embora não seja sancionado pela norma-padrão (cf. Cap. 39).

6.2.3 Fundo lexical do português do Brasil

Se o português do Brasil se distingue do europeu no que se refere à fonética, fonologia, morfologia e sintaxe, é no léxico, parte da gramática mais sensível às condições socio-históricas e culturais externas, que maiores diferenças se podem atestar. O português do Brasil deve, certamente, a sua riqueza lexical às línguas indígenas,

sobretudo as do tronco tupi, mas também às línguas africanas, sobretudo as do grupo banto, às línguas dos imigrantes que se fixaram em algumas regiões do Brasil e, sobretudo, a uma tendência criativa[13] e a uma abertura sem preconceitos em relação aos estrangeirismos e aos neologismos. Contudo, existe um fundo lexical comum e constante entre o português europeu e o português do Brasil, tendo o português europeu integrado algum léxico brasileiro indígena, como, por exemplo, *jacarandá*, *piranha*, *abacaxi*. Essa partilha lexical permite (com alguns mal-entendidos de permeio) uma comunicação não problemática entre brasileiros e portugueses, embora os usos discursivos, conversacionais e pragmáticos distingam bastante a interação linguística no Brasil e em Portugal.

[13] Nessa abertura para a criatividade lexical, é de ressaltar a espantosa liberdade que ocorre na antroponímia brasileira, dando origem a nomes de batismo muito originais.

7 O PORTUGUÊS EM ÁFRICA 157
7.1 Condicionamentos socio-históricos na formação das variedades africanas do português 157
7.1.1 A colonização de Angola e Moçambique 158
7.1.2 O período pós-colonial 160
7.2 As variedades angolana (PA) e moçambicana (PM) do português 161
7.2.1 Limites e alcance da caracterização 161
7.2.2 Aspetos fónicos 163
7.2.3 Aspetos lexicais 164
7.2.4 Aspetos sintáticos 167
7.2.4.1 Fenómenos de interface léxico-sintaxe 167
7.2.4.2 Fenómenos sintáticos 171
7.2.5 Aspetos morfossintáticos 174
7.2.6 Considerações finais 177
Fontes das abonações 178

7 O PORTUGUÊS EM ÁFRICA

Neste capítulo, é apresentado, em primeiro lugar, o quadro socio-histórico em que se formaram as variedades africanas do português, com particular destaque para Angola e Moçambique. Em seguida, apresentam-se as principais características que distinguem as variedades angolana e moçambicana do português europeu, a nível fónico, lexical, sintático e morfossintático.

7.1 Condicionamentos socio-históricos na formação das variedades africanas do português

O português constitui atualmente a língua oficial[1] de todos os países africanos anteriormente colonizados por Portugal, a saber: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. A escolha do português como língua oficial por países que são tipicamente multilingues prende-se basicamente com as suas potencialidades como língua "operacional" (cf. Ganhão 1979), que garante a unidade nacional, e permite, de forma mais eficaz do que as línguas locais, a comunicação internacional e a transmissão do conhecimento científico. Assim, em todos estes países, ainda que minoritário, o português constitui o principal veículo de comunicação usado na administração pública, no ensino formal e nos meios de comunicação social, sendo ainda a língua preferida pela quase totalidade dos escritores.

Ainda que a chegada dos portugueses aos diversos países africanos tenha decorrido quase integralmente na segunda metade do séc. XV (1444, Cabo Verde e Guiné-Bissau; 1471, São Tomé e Príncipe; 1482, Angola; e 1498, Moçambique), a colonização destes territórios só teve início muito mais tarde, já no séc. XIX. Por essa razão, na altura da independência destas colónias (1975), o português era usado por uma baixa percentagem de falantes, tipicamente como **língua segunda** (**L2**)[2]. Embora não se disponha de dados quantitativos rigorosos, pode dizer-se que o português

[1] Língua usada pelo governo e instituições públicas na comunicação a nível nacional e internacional. Em comunidades multilingues, como é o caso dos países africanos em geral, a "língua oficial" nem sempre é a língua materna da maior parte dos cidadãos.

[2] Usa-se a designação "língua segunda" para fazer referência às línguas não maternas que têm um papel institucional e social, usadas em comunidades multilingues, em contraste com as chamadas "línguas estrangeiras" que, sendo igualmente línguas não maternas, são apenas usadas em ambiente escolar ou em situações pontuais de comunicação.

tem uma relevância menor nos países em que emergiram línguas crioulas[3] – Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe –, onde estas constituem o principal veículo da comunicação oral para a grande maioria da população. A título de exemplo, segundo dados do censo populacional de 1979, a percentagem de falantes de português/L2 na Guiné-Bissau era de 11,1%, sendo o crioulo falado por 44,4% dos guineenses (cf. Henriques 1985:235). Em Angola e Moçambique, países situados na zona das línguas bantas[4], na ausência de uma língua materna (L1) comum, o português é muito usado na comunicação oral, sobretudo no meio urbano. Assim, Mendes (1985:46) admite que um terço da população angolana fala português, como L1 ou L2, e, de acordo com dados do Censo populacional de 2007, o número de falantes de português em Moçambique, como L1 e L2, é de cerca de 50%.

Neste capítulo, dedicado ao português em África, será dada particular atenção aos fatores socio-históricos que condicionam a situação da língua portuguesa em Angola e Moçambique, assim como às propriedades gramaticais que distinguem as variedades do português que estão a emergir nestes dois países. Os restantes países africanos de língua oficial portuguesa não serão aqui incluídos: o objetivo é fornecer alguns contributos para o conhecimento do português em África, e não apresentar um estudo exaustivo[5].

7.1.1 A colonização de Angola e Moçambique

Durante vários séculos, as colónias de Angola e Moçambique ocuparam uma posição periférica no conjunto dos territórios dominados por Portugal, cujo governo estava, nessa época, mais virado para o Brasil e para a Índia, regiões economicamente mais atraentes. Assim, por exemplo, no que se refere a Angola, esta funcionou essencialmente como base para o fornecimento de escravos para o Brasil durante os sécs. XVII, XVIII e XIX, tendo chegado a ser caracterizada como uma colónia do Brasil, mais do que de Portugal (cf. Davidson 1972:97). Quanto a Moçambique, a sua posição periférica pode ser ilustrada pelo facto de, até meados do séc. XVIII (1752), esta colónia ter sido governada a partir da Índia, e não diretamente por Portugal. Em síntese, como afirmam Oliver e Fage ([1962] 1980:209), excetuando cinco ou seis cidades, «a Angola e o Moçambique portugueses dificilmente se poderiam considerar colónias no sentido moderno do termo, mas antes reservas comerciais mal definidas que se estendiam para o interior do continente [africano]».

A posição periférica de Angola e Moçambique durante grande parte do período colonial implicou um atraso considerável no controlo político-militar destes territórios e no processo da sua colonização em geral. Com efeito, a ocupação efetiva

[3] Para uma definição de língua crioula, cf. Cap. 4.

[4] As línguas bantas fazem parte de uma família linguística de cerca de 1400 línguas, designada Níger-Congo, que ocupa quase toda a região da África austral e ocidental (cf. Heine e Nurse 2000). Embora exista ainda alguma polémica relativamente ao número de línguas bantas faladas em Angola e Moçambique, estima-se que, em Angola, sejam faladas nove línguas diferentes e que, em Moçambique, existam cerca de vinte (cf. Bonvini 1994 e Mingas 2000 para Angola, e Sitoe e Ngunga 2000 para Moçambique). Nestes países, o adjetivo *banto* é geralmente ortografado <bantu>, e é invariável em género e número (exemplo: *línguas bantu*).

[5] Para informação sobre os estudos já disponíveis sobre o português de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, vejam-se as bibliografias – em permanente atualização – disponíveis em http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=variedades-não-europeias, preparadas por Nélia Alexandre e Rita Gonçalves. Veja-se ainda Bacelar do Nascimento et al. (2008), onde, com base em cinco *subcorpora* comparáveis, se apresenta o primeiro estudo comparativo, a nível do léxico e da gramática, das variedades africanas do português de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

destas colónias teve início apenas a partir da segunda metade do séc. XIX, altura em que são desencadeadas as chamadas campanhas de "pacificação". A colonização maciça de Angola e Moçambique, por sua vez, ocorre já em meados do séc. XX. Por exemplo, nos anos 50-60, chegam a Moçambique cerca de 140 000 colonos, e nos anos 60-65, chegam 270 000 colonos a Angola. No final deste processo de colonização tardia, a percentagem de colonos continuava muito reduzida, não atingindo os 10% em Angola e sendo inferior a 2% em Moçambique (cf. Ribeiro 1981:390).

A definição de uma política educacional para as colónias portuguesas, através da qual pudesse ser desencadeada a difusão sistemática do português, só ocorreu em 1930, tendo sido adotado o modelo "assimilacionista" francês, segundo o qual a língua colonial deveria ser a única língua de contacto no ensino e o instrumento que propicia a assimilação cultural (cf. Barreto 1977). O português tornou-se, assim, a única língua autorizada nas escolas, ficando o uso das línguas bantas reservado para a instrução religiosa. Contudo, a criação de escolas que assegurassem a difusão da língua portuguesa só tem início muito mais tarde, pelo que em meados dos anos 40 o número de escolas era ainda insignificante tanto em Angola como em Moçambique. Só na década de 60-70 se registou um crescimento considerável nos vários níveis de ensino (primário, secundário e técnico-profissional). O Quadro 1 permite avaliar mais claramente este processo de expansão da rede escolar (cf. Mateus 1999:212, Quadro IV):

GRAUS	ANOS	NÚMERO DE ESCOLAS	
		ANGOLA	MOÇAMBIQUE
Primário	1945	96	92
	1955	133	104
	1965	1944	323
	1973	2990	4037[6]
Secundário	1945	2	1
	1955	2	6
	1965	9	12
	1973	77	28
Técnico-profissional	1945	3	8
	1955	12	14
	1965	32	21
	1973	59	20

Quadro 1 – Escolas dos vários graus de ensino oficial (1945-73)

[6] Neste quadro não se conservou o número fornecido por Mateus (1999:212), de 1190 escolas primárias, uma vez que ele contraria dados fornecidos pela mesma autora (ibid.:209), onde se indica que, em 1972-73, o número de escolas oficiais era de 4037. Por outro lado, o número que aqui se apresenta está mais de acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo Ministério da Educação de Moçambique, que apontam, para os anos de 1974-75, a existência de 5235 escolas no país.

Em 1973, o total de alunos que frequentavam os diferentes graus de ensino representava cerca de 1% do total da população, quer em Angola quer em Moçambique (cf. Mateus 1999:217, Quadro IX).

Sintetizando, em consequência do atraso no processo de colonização de Angola e Moçambique, na altura da independência, a língua portuguesa era praticamente desconhecida da maior parte da população destes países, particularmente nos meios rurais, onde a presença portuguesa se fez sentir de forma muito ténue.

7.1.2 O período pós-colonial

A partir da independência, teve início um importante processo de difusão e valorização do português, tanto em Angola como em Moçambique. A associação desta língua com o prestígio e a ascensão social, já presente na época colonial, não só não desaparece com a independência, como, pelo contrário, é reforçada. Segundo Firmino (2002:231), referindo-se ao processo moçambicano, tal reforço deve-se ao facto de o português «ter sido envolvido num novo quadro ideológico, que o promoveu e adotou como um importante símbolo de unidade nacional e como língua oficial». Em consequência desta situação, e também devido a uma forte expansão da rede escolar, o uso do português alargou-se consideravelmente em termos de contextos de utilização e de utentes, passando gradualmente a penetrar nos domínios chamados "baixos"[7] (p.e., conversas informais nas ruas ou mercados, etc.). As novas gerações das classes mais favorecidas dos centros urbanos já não aprendem línguas bantas, estando, assim, a emergir uma comunidade de falantes que não só comunicam entre si exclusivamente em português (mesmo que esta não seja a sua L1), como escolhem esta língua como a única a transmitir às novas gerações.

Este alargamento das funções e dos contextos de utilização do português traduziu-se naturalmente por um aumento significativo do número de falantes desta língua. Assim, no que se refere mais particularmente ao caso moçambicano, os dados dos censos populacionais de 1980, 1997 e 2007 mostram que, num período de quase trinta anos, a percentagem de falantes de português como L1 quase decuplicou, e os falantes desta língua como L2 passaram a representar perto de 50% da população moçambicana (cf. Firmino 2001 e Instituto Nacional de Estatística 2010).

FALANTES	1980	1997	2007
Português como L1	1,2%	6,5%	10,7%
Português como L2	24,4%	33%	39,7%
Português como L1 e L2	25,6%	39,5%	50,4%

Quadro 2 – Evolução da percentagem de falantes de português em Moçambique

O aumento do número de falantes de português em Angola como em Moçambique criou condições para o desencadeamento do que pode chamar-se o processo de "nativização" (Kachru 1986) desta língua, passando a evidenciar-se de forma mais regular e sistemática as inovações relativamente ao padrão europeu.

[7] Termo técnico proposto por Ferguson (1972), para quem a variedade "baixa" de uma língua é aquela que é aprendida em casa ou em ambiente de amigos e é usada em contextos informais.

7.2 As variedades angolana (PA) e moçambicana (PM) do português

7.2.1 Limites e alcance da caracterização

Dados os condicionamentos socio-históricos que subjazem à formação das variedades africanas do português, estas só começam a ganhar um formato mais consistente nos últimos vinte anos do séc. XX. Em traços muito gerais, pode dizer-se que devido ao facto de se tratar de variedades não nativas, tipicamente adquiridas como L2 num contexto em que quase não há exposição à norma-padrão europeia, se desencadeia um conjunto de efeitos de relevo no processo de variação e mudança que as caracteriza. Isto deve-se, em parte, à falta de acesso a dados robustos sobre a gramática do português europeu padrão, o que dificulta, em certos casos, o processo de re-estruturação gramatical que deveria conduzir a uma convergência com essa norma, dando assim origem à estabilização de novas propriedades gramaticais.

Assim, para além de estas variedades mudarem de forma mais radical do que as línguas adquiridas em contextos monolingues, pode salientar-se, em primeiro lugar, que, como consequência de este processo ocorrer em situação de contacto linguístico com as línguas bantas, as línguas maternas da maior parte da população, muitas das inovações relativamente à norma europeia resultam da interferência, direta ou indireta, da gramática destas línguas. Esta interferência manifesta-se não tanto pela criação de novas palavras, mas sobretudo por alterações nos traços fonéticos e fonológicos, morfológicos e sintáticos do sistema gramatical do português europeu (PE)[8].

Em segundo lugar, é necessário assinalar que uma consequência não trivial da situação de L2 do português é uma variabilidade maior dos traços gramaticais que caracterizam esta variedade do que aquela que se verifica em línguas faladas em contextos monolingues. Esta variabilidade evidencia-se quer na maneira pouco regular e sistemática com que estes traços se manifestam na produção linguística dos falantes angolanos e moçambicanos, quer na frequente falta de coerência entre as produções dos falantes, orais ou escritas, e os juízos de gramaticalidade que estes emitem quando submetidos a procedimentos experimentais, nomeadamente testes de gramaticalidade.

Assim, pode dizer-se que, no momento atual, o discurso dos falantes do PM e do PA é gerado não só por regras destas "novas" gramáticas, mas também da gramática do PE[9]. Na descrição que se segue, serão apresentadas as características que distinguem as variedades angolana e moçambicana do PE, mesmo que elas não sejam típicas do repertório linguístico de todos os falantes, ou mesmo que não ocorram em todas as situações de comunicação. Serão, assim, selecionados os traços gramaticais que apresentam caráter mais estável e se distribuem de forma mais regular pela comunidade de locutores. Sempre que relevante (e possível), destacar-se-ão os casos em que a caracterização apresentada se refere a um tipo particular de falantes (p.e., instruídos vs. não instruídos) ou de discurso (p.e., formal vs. corrente).

[8] Cf. Gonçalves e Sitoe (1999) sobre o caso específico do PM.

[9] No que se refere mais especificamente ao PM, diversos autores afirmaram já que este apresenta um amplo espetro de variação, que inclui desde as subvariedades populares (ou "baratas") às subvariedades de falantes educados, mais próximas do padrão europeu (cf. Firmino 2002, Dias 2002). À semelhança do que acontece com outras variedades de línguas coloniais, estas subvariedades distinguem-se não tanto pela presença ou ausência de um certo traço gramatical, mas antes pela frequência da sua ocorrência (cf. o estudo de Mesthrie 1992 sobre o inglês indiano da África do Sul, onde é descrita esta dinâmica da variação linguística).

É importante assinalar que, devido ao caráter relativamente recente da implantação social do português em Angola e Moçambique, a investigação sobre o processo de variação e mudança desta língua nestes países tem igualmente uma história recente. Como consequência desta situação, algumas áreas gramaticais estão ainda pouco estudadas[10], não permitindo uma caracterização abrangente das gramáticas do PM e do PA[11].

Note-se, por último, que nesta descrição não será possível tratar com o mesmo nível de profundidade as gramáticas do PM e do PA, dado que são em número reduzido as caracterizações, gerais e empiricamente fundamentadas, da variedade angolana do português. Os estudos atualmente disponíveis sobre o PA ou apresentam breves listas de alguns traços mais salientes da sua gramática (cf. Marques 1985) ou se referem a uma subvariedade particular (cf. Mingas 2000, Miguel 2003). Por outro lado, nos casos em que são apresentadas descrições do PA de alcance mais geral, a base empírica é constituída por textos literários, que dificilmente podem ser considerados representativos da gramática da língua oral, tal como foi fixada pela comunidade de falantes desta língua (cf. Mendes 1985, Gärtner 1989, 1996).

Dadas estas limitações, e tendo em conta que, tal como foi já assinalado, tanto o PM como o PA estão a formar-se em contacto com línguas bantas, admite-se que, pelo menos no que se refere às alterações não lexicais (isto é, fonéticas e fonológicas, morfossintáticas e sintáticas), estas duas variedades do português partilhem muitas das suas propriedades gramaticais. Assim, na descrição que se segue, embora tomando como alvo a gramática do PM, considera-se que muitas das propriedades gramaticais do PM são generalizáveis ao PA. Admite-se, contudo, que haja propriedades do PM que não se observam em PA, pelo que as generalizações aqui apresentadas relativamente ao PA devem ser tomadas como hipóteses, a serem validadas por uma pesquisa mais aprofundada desta variedade africana do português. Admite-se, por outro lado, que haja fenómenos que se registam apenas no PA, não sendo, por isso, possível caracterizá-los a partir do PM. Neste caso, na descrição que se segue, sempre que os dados disponíveis o permitem, são sugeridas hipóteses sobre propriedades específicas do PA.

A base empírica usada nos vários estudos em que se fundamenta a descrição do PM é constituída por entrevistas orais a falantes de português de várias regiões do país, e por dados escritos extraídos de jornais e revistas moçambicanos. Quanto ao PA, sempre que possível, fornecem-se abonações extraídas de dados orais, havendo casos em que os exemplos são extraídos de textos escritos, literários ou não[12].

[10] Está neste caso, por exemplo, a área da fonética e fonologia, apesar de nela se registarem importantes fenómenos de variação e mudança relativamente ao PE.

[11] Para informação sobre os estudos já disponíveis sobre o PM e o PA, vejam-se as bibliografias – em permanente atualização – disponíveis em http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=variedades-não-europeias, preparadas por Perpétua Gonçalves e Francisco Vicente (PM) e Liliana Inverno (PA).

[12] Os dados orais foram extraídos dos seguintes *corpora*: para o PM, *corpora* recolhidos no âmbito das pesquisas de Gonçalves (1990) (*corpus* Gonçalves) e do projeto "Panorama do Português Oral de Maputo" (*corpus* PPOM); para o PA, foram usados dados do *corpus* África (CA). As abonações de textos escritos estão seguidas das respetivas referências e, sendo caso disso, dos *corpora* de onde foram extraídas. Em alguns casos, devidamente assinalados, os dados orais foram extraídos de Miguel (2003). As citações de textos literários do PA foram extraídas de Mendes (1985) e Gärtner (1989, 1996). Neste capítulo, as referências às fontes orais de que foram extraídos os exemplos são feitas nesta nota, e não a seguir aos exemplos, como é feito noutros capítulos desta Gramática, para não quebrar a leitura contrastiva com as construções equivalentes do PE.

7.2.2 Aspetos fónicos

No conjunto dos estudos já disponíveis sobre o PM e o PA, quase não figuram pesquisas sobre os aspetos fónicos que os distinguem do PE. Nesta secção, tomando como base os poucos dados que se conhecem sobre esta área em PM e em PA, será apresentada uma caracterização que permita dar conta das principais tendências que se registam [13].

Como foi já aqui referido, a fonética e a fonologia estão entre as áreas onde se espera que ocorram fenómenos de interferência das línguas maternas dos falantes, as línguas bantas. A seguir, referem-se alguns desses casos.

❖ Padrão silábico

Todas as línguas bantas de Angola e Moçambique fixam como padrão silábico a sequência consoante-vogal, podendo admitir-se que esta propriedade deixa marcas na produção linguística dos falantes do PM e do PA. Está neste caso a tendência a estabelecer a sequência consoante-vogal como estrutura típica da sílaba. Este fenómeno desencadeia efeitos diversos no sistema fónico destas variedades do português, destacando-se particularmente a tendência a introduzir uma vogal a seguir a sílabas terminadas em consoante, sobretudo em final de palavra. Em PM, há tendência a introduzir a vogal [i], ao passo que em PA é usada mais frequentemente a vogal [e]. Assim, palavras do PE como *abri**r*** ou *dific**ul**dade* são pronunciadas em PM como [abɾíɾi] e [difikulidádi]. Por sua vez, palavras do PE como *bebe**r**, fina**l*** ou ***açor**da* podem ser pronunciadas em PA como [bebéɾe], [finále] e [asóɾeda]. Além disso, verifica-se que os falantes menos instruídos podem introduzir uma vogal no interior de grupos consonânticos que são iniciais de sílaba em PE. Tanto quanto os dados disponíveis mostram, a vogal inserida constitui uma "cópia" da vogal tónica da palavra em questão. Assim, palavras do PE como *patrão*, *flor* ou *ritmo* podem ser pronunciadas em PM e em PA como [pataɾɐ̃w], [folóɾi] e [rítimu]. Refira-se, por fim, que a adoção do padrão silábico consoante-vogal pode também explicar a tendência a usar as vogais [e] e [i], mais salientes, nos casos em que, em PE, devido à supressão frequente da vogal [ɨ] (sobretudo na fala coloquial; cf. Mateus et al. 2003), ocorrem sequências consonânticas inesperadas ou consoantes que, noutras circunstâncias, não ocorreriam em final de sílaba. Em PM e em PA, o uso das vogais [e] e [i] em lugar de [ɨ] parece, assim, constituir uma estratégia que permite assegurar a conservação do padrão consoante-vogal, seja em sílabas iniciais, mediais ou finais de palavra. O quadro que se segue resume este contraste:

PALAVRA	PE (Fala coloquial)	PM OU PA
querido	[kɾídu]	[kiɾídu] ou [keɾídu]
pesado	[pzádu]	[pezádu]
pequenino	[pknínu]	[pekenínu]
disse	[dís]	[dísi]
fome	[fɔ̃m]	[fɔ́mi]
debate	[dbát]	[debáti]

Quadro 3 – Variações na pronúncia correspondente ao som [ɨ] do PE

[13] Cf. Dias (2002) e Gonçalves (2001) sobre o PM, e Mendes (1985) e Mingas (2000) sobre o PA.

❖ Vogais átonas

A tendência para as vogais que são átonas em PE serem pronunciadas como vogais abertas ou semiabertas é igualmente de assinalar. Estão neste caso as vogais [ɐ] e [u] (esta última apenas em sílabas pretónicas), que tendem a ser pronunciadas como [a] e [o], respetivamente. Por exemplo, palavras do PE como *b**o**cado*, ***a**luno* ou *c**o**leg**a*** podem ser pronunciadas como [bokádu], [alúnu] e [koléga].

❖ Vogal [e] em contextos que em PE requerem [ɐ]

Pode ainda apontar-se a tendência a pronunciar o som [e] em contextos que em PE requerem [ɐ], seja em ditongos orais seja quando esta vogal precede uma consoante palatal. Assim, palavras como *primeiro* ou *cerveja*, que em PE, variante-padrão de Lisboa, se pronunciam [priméjɾu] e [sɨɾvéʒɐ], são pronunciadas em PM e em PA como [pɾiméjɾu] e [seɾvéʒa].

❖ Influência de traços de línguas bantas específicas

Note-se ainda que alguns dos traços fónicos que se observam em falantes do PM e do PA são produzidos por influência de traços de uma língua banta específica. Por exemplo, ao contrário do que acontece noutras línguas bantas de Moçambique, o macua não contém as consoantes oclusivas vozeadas [b], [d] ou [g] (cf. Sitoe e Ngunga 2000). Como consequência, os falantes de PM que têm o macua como L1 tendem a pronunciar as palavras do PE *ga**d**o* ou ***b**olo* como [kátu] e [pólu]. Um outro exemplo pode ser encontrado em falantes do PM com língua materna changana, cujo sistema fonológico possui apenas a vibrante múltipla [r] e não tem uma vibrante simples [ɾ] (cf. Sitoe e Ngunga 2000). Como consequência, estes falantes pronunciam palavras do PE como *a**r**eia* ou *he**r**ói* como [aréja] e [erɔ́j], podendo ainda acontecer que, provavelmente por um fenómeno de hipercorreção, em palavras como *carro* ou *morrer*, o [r] seja pronunciado como [ɾ].

Estas são algumas das características do sistema fónico do PM e do PA, que, na ausência de estudos consistentes sobre esta área da sua gramática, podem ilustrar tendências do processo de diferenciação destas variedades relativamente ao PE.

7.2.3 Aspetos lexicais

No conjunto de fenómenos lexicais que distinguem o PM e o PA da norma europeia, observam-se dois grandes tipos de inovações: por um lado, a criação de novas palavras, resultantes de empréstimos (às línguas bantas, sobretudo) ou da aplicação inovadora de afixos derivacionais a bases do PE ou a bases tomadas de empréstimo; por outro lado, a atribuição de novos valores semânticos a palavras já pertencentes ao léxico do PE.

❖ Criação de novas palavras por empréstimo

No que diz respeito aos empréstimos, verifica-se que estes surgem em geral nos casos em que o léxico do PE não proporciona meios para a referência a realidades específicas de Moçambique ou Angola, relativas à cultura (práticas religiosas, instrumentos musicais, pratos típicos), à fauna, à flora, e ainda a atividades económico-sociais típicas das sociedades moçambicana e angolana. Na fase atual, o aspeto interessante a assinalar, no que se refere ao PM, é que poucos são os neologismos plenamente integrados no seu léxico, para além daqueles que eram já reconhecidos

e usados no tempo colonial, como é o caso de palavras como *machamba* 'terreno cultivado', *matope* 'lama', *maçala* 'fruto'.

Na maior parte dos empréstimos recentes, usados em textos escritos (p.e., jornais), são adotadas estratégias que mostram que se trata ainda de palavras não plenamente assumidas como pertencendo ao léxico do português. Está neste caso o uso de aspas ou de carateres em itálico, destinados a destacar graficamente que se trata de neologismos (cf. (1)). Uma outra evidência do não reconhecimento dos empréstimos como parte do léxico do PM consiste no facto de estes não serem tratados de acordo com a morfologia flexional do português (cf. (1b), onde se tem *timbila* em vez de *timbilas*):

(1) a. nos "*dumba-nengue*" também se vendem eletrodomésticos (*dumba-nengue* = mercado informal)
b. os dançarinos podem parar de dançar para cantar em coro com as *timbila* (*Música Tradicional*) (*timbila* = instrumento de percussão)

❖ Produtividade lexical com base em palavras do PE

Quanto aos casos de produtividade lexical com base em palavras do PE, os dados do PM disponíveis não permitem ainda estabelecer, de forma clara, quais as regras morfológicas que têm tendência a ser aplicadas de forma mais sistemática. No momento atual, apenas é possível constatar que predomina a derivação sufixal, dando origem a unidades do léxico inexistentes em PE[14]. Vejam-se os seguintes exemplos do PM:

(2) a. Formação de um verbo a partir de uma base nominal
PM: confus(ão) > *confusion**ar***[15] (PE: *arranjar confusões*); mobíli(a) > *mobili**ar***; estil(o) > *estil**ar*** 'exibir-se'
PA: churrasc(o) > *churrasc**ar*** (PE: *fazer um churrasco*); boca > *boc**ar*** 'contar o que se ouviu dizer'
b. Formação de um nome a partir de uma base verbal ou nominal[16]
PM: empresta(r) > e*mprestação* (PE: *empréstimo*); ajuda(r) > *ajuda**mento*** 'ajuda'
PM: cabel(o) > *cabel**aria*** (PE: *cabeleireiro*)

No caso dos sufixos nominalizadores, em PM, o seu uso, em geral associado à formação de nomes abstratos, parece revelar que os falantes ou não adotam as palavras do PE formadas por um processo de "conversão" (cf. Cap. 59), também chamado "derivação regressiva" (cf. PM *ajudamento* vs. PE *ajuda*), ou recorrem a formações regulares mas que redundam em palavras inexistentes em PE, já que, na variedade europeia, a sua formação foi diversa (cf. PM *emprestação* ou *cabelaria*[17]).

---

[14] Note-se que, apesar de se referir frequentemente a palavra ***des**conseguir* como exemplo que ilustra a vitalidade das inovações lexicais do PM, nem a prefixação em geral nem o prefixo *des-* em particular são produtivos nesta variedade do português.

[15] Em PM, este verbo usa-se no discurso coloquial, em frases do tipo: *esse miúdo só gosta de confusionar*.

[16] Note-se que os dados orais e escritos do PA mostram a ocorrência de um número considerável de nomes formados a partir de bases verbais, nominais e adjetivais. Exemplos: *angariamento*, *premiação*, *cadastramento*, *positivização*. No momento atual, não é ainda possível apresentar generalizações sobre as regras morfológicas aplicadas de forma mais sistemática.

[17] Como se pode verificar, embora estas duas palavras não façam parte do léxico do PE, elas estão formadas de acordo com regras morfológicas existentes em PE. Com efeito, no caso de *emprestação*, o sufixo *-ção* foi

❖ Inovações lexicais que afetam palavras já existentes em PE

No que se refere às inovações lexicais que afetam palavras já existentes no léxico do PE, verifica-se que ou ocorre a modificação dos seus significados básicos, ou são alteradas as suas propriedades lexicais, de seleção semântica ou categorial[18].

Em PM e em PA, as alterações de natureza semântica – que afetam quer o significado das palavras, quer as suas propriedades de seleção semântica –, apesar de frequentes na linguagem corrente, apresentam ainda um caráter muito disperso. Vejam-se os seguintes exemplos do PM e do PA:

(3) a. PM: eu não sou boa *historiadora* ('contadora de histórias', e não, como em PE, 'aquela que escreve sobre história')
b. PM: alguns não conseguiam *apanhar sono* ('adormecer')
c. PA: aquela família que era *possessa* da pulseira ('possuidora')
d. PA: as crianças estavam assim bem *inundadas* com o vício ('cheias de vício', 'metidas no vício')

Saliente-se, contudo, que algumas unidades lexicais particulares têm tendência a estabilizar como parte do repertório lexical das comunidades angolana e moçambicana de falantes de português. Vejam-se os seguintes exemplos:

(4) a. PM: *negar* 'recusar': o namorado *negou* assumir o namoro
b. PM: *dialeto* 'língua banta moçambicana': não sei falar *dialeto*
c. PM: *antepassado* 'anterior a um período passado': vi o Dino na semana *antepassada*
d. PA: *ter* 'haver': aqui *tem* muitas, muitas senhoras que vendem e são do sul
e. PA: *assistir* 'ver': confessou ter já *assistido* vários documentários sobre Angola (CRPC, CA, *Jornal de Angola*)

A finalizar esta apresentação panorâmica das alterações lexicais que distinguem o PM e o PA do PE, vale a pena ressaltar que, pelo facto de a criação lexical estar frequentemente associada a processos histórico-sociais, se torna difícil predizer quais as inovações que virão a ser efetivamente integradas no léxico destas variedades africanas emergentes. A título ilustrativo, podem referir-se os neologismos surgidos em Moçambique no período pós-independência (1975-1986, aproximadamente), hoje quase desaparecidos do léxico corrente:

(5) a. *continuador* 'criança, aquela que dá continuidade à revolução'
b. *abastecimento* 'conjunto de produtos básicos de consumo – p.e., arroz, óleo, sabão – distribuídos a cada agregado familiar pelas lojas do Estado'

---

associado a uma base verbal, tal como acontece em palavras do PE como *apresentação* ou *deformação*; no caso de *cabelaria*, o sufixo *-aria* foi aplicado à base nominal *cabel-* (tal como acontece em palavras do PE como *livraria* ou *peixaria*) e não à base *cabeleir-* (como em PE, *cabeleir**eiro***).

[18] Recorde-se que a seleção categorial, ou subcategorização, diz respeito à classe sintagmática dos complementos de um predicador; assim, p.e., o verbo *pensar* subcategoriza um sintagma preposicional iniciado por *em* (como em *pensar num problema*); o verbo *ler* subcategoriza um sintagma nominal objeto direto (como em *ler um livro*), etc.

7.2.4 Aspetos sintáticos

Na área da sintaxe, podem distinguir-se, por um lado, os fenómenos de interface léxico e sintaxe, e, por outro, os fenómenos sintáticos em sentido mais restrito.

7.2.4.1 Fenómenos de interface léxico-sintaxe

As alterações que envolvem o léxico e a sintaxe afetam sobretudo as propriedades de seleção categorial dos itens lexicais, mais particularmente os verbos, alterando por vezes também o seu significado. Além disso, registam-se igualmente inovações nas condições de utilização do pronome pessoal *se* (e outros pronomes do paradigma reflexo) em frases não reflexas.

Na fase atual, as mudanças que atingem as propriedades de seleção categorial dos verbos cobrem um conjunto às vezes amplo de entradas lexicais, sendo já possível estabelecer uma tipologia de fenómenos com tendência a estabilizar em PM e em PA.

❖ Seleção categorial dos itens lexicais

⁘ Supressão de preposições

Em primeiro lugar, destaca-se a tendência para a supressão de preposições que, em PE, regem complementos verbais com a função gramatical de complemento indireto ou oblíquo (cf. Cap. 28)[19]. Isto significa que em PM e em PA se dá a conversão de complementos preposicionados do PE em complementos diretos. Vejam-se os exemplos:

(6) Complemento indireto
  a. PM: chegou na sala, entregou *o emissário* a carta (PE: *ao emissário*)
  b. PA: depois dos resultados do recurso que dá razão *o clube encarnado* (PE: *ao clube*)

(7) Complemento oblíquo
  a. PM: ninguém protestou *a iniciativa* (PE: *contra a iniciativa*)
  b. PM: até há filhos que batem *os pais* (PE: *nos pais*)
  c. PA: estão sempre a conversar *a mesma coisa* (PE: *sobre a mesma coisa*)
  d. PA: para penetrar *determinadas camadas* (PE: *em determinadas camadas*)

⁘ Variante transitiva de verbos intransitivos em PE

Em segundo lugar, regista-se a tendência a estabelecer uma variante transitiva de verbos que, em PE, são intransitivos, passando estes a funcionar como verbos de alternância causativa[20]. Vejam-se os exemplos:

(8) a. PM: aquele rapaz estava sempre disposto a [ele] *evoluir* a sua aldeia ('fazer evoluir'; sem contraparte em PE: *evoluir* = verbo intransitivo)

[19] Veja-se Gonçalves (1990:77ss) para os fenómenos que atingem o complemento indireto. Para os casos de supressão das preposições que regem complementos oblíquos, veja-se Gonçalves (1996, 2004). Note-se que, em PA, esta não parece ser uma tendência tão forte como em PM, uma vez que vários autores referem a regência do complemento indireto pela preposição *em* (cf. Mingas 2000, Mendes 1985), um fenómeno não atestado em dados do PM. Exemplos: *trouxe as armas para entregar no pai* (PE: *ao pai*); *não pode pedir ajuda nos seus clientes*? (PE: *aos seus clientes*); *telefonem na polícia* (M. Rui, *Quem me dera ser onda*) (PE: *à polícia*).
[20] Cf. Caps. 13 e 28 sobre este tópico. Para uma análise mais aprofundada deste fenómeno em PM, veja-se Gonçalves (2004).

b. PA: tu também podes *nascer* um filho como eu (U. Xitu, *Vozes,* pág. 74) ('gerar'; sem contraparte em PE: *nascer* = verbo intransitivo)

Como consequência dos fenómenos exemplificados em (6), (7) e (8), em PM e em PA, regista-se um aumento considerável das estruturas transitivas. Uma consequência sintática deste fenómeno é a possibilidade de formar frases passivas em casos excluídos pelo PE. Exemplos[21]:

(9) a. O emissário *foi entregue* a carta.
b. Os pais *são batidos* pelos filhos.
c. Um filho também pode *ser nascido* por ti.

[1] No caso dos verbos que, em PE, selecionam um complemento direto e um complemento indireto, a supressão da preposição *a*, em PM, dá origem às chamadas construções de duplo objeto. Nestes casos, e tal como é ilustrado em (6a), o complemento indireto ocupa geralmente a posição adjacente ao verbo. Note-se que esta construção é muito produtiva em inglês, alternando com a construção em que o complemento indireto é introduzido por preposição (cf. *John gave the book to Mary* vs. *John gave Mary the book* 'o João deu o livro à Maria'). A supressão da preposição *a*, que em PE rege o complemento indireto, assim como a possibilidade de este constituinte ocupar a posição de sujeito em frases passivas (como no exemplo (9a)) resultam muito provavelmente da interferência das línguas bantas (cf. Gonçalves 1990:77ss). Nestas línguas, tal como em inglês, o chamado "objeto primário", equivalente ao complemento indireto em PE, é tipicamente um sintagma nominal e ocupa a posição adjacente à direita do verbo. À semelhança do que acontece com o complemento indireto, a transitivização de verbos preposicionados parece resultar da interferência das línguas bantas, onde os verbos agentivos selecionam tipicamente um complemento direto (cf. Gonçalves 2004).

Papel semântico das preposições *a, em* e *com* na regência de complementos verbais

As alterações das propriedades de seleção categorial dos verbos manifestam-se ainda na tendência a associar papéis semânticos específicos, diferentes dos do PE, a algumas preposições que regem complementos verbais. Estão neste caso as preposições *a*, *em* e *com*. Em PM, a preposição *a* é usada tipicamente com argumentos [+humano], de valor semântico específico e com a função de complemento direto em PE, que podem ser interpretados como beneficiário[22]. Exemplos:

(10) a. PM: a filha do imperador amou *a*o Manuel (PE: *o Manuel*)
b. PM: eles elogiam *a* uma pessoa (PE: *uma pessoa*)

Em PM e PA, a preposição *em* ou é usada com argumentos direcionais que em PE exigem as preposições direcionais *a* ou *para* (cf. (11)), ou ocorre com verbos que em PE selecionam um complemento direto com a função semântica de locativo (cf. (12))[23]:

[21] A fim de tornar esta descrição mais clara, optou-se por formar as frases passivas a partir das frases (6a), (7b) e (8b). Isto significa que, neste caso, não são fornecidos exemplos extraídos de *corpora* do PM ou do PA.
[22] Note-se que no castelhano, uma outra língua românica, também é usada esta preposição nestes contextos. Em PE, esta proposição ocorre em casos muito restritos, como em *amar a Deus e ao próximo* ou *louvar a Deus* (cf. Caps. 28 e 32).
[23] Para uma análise mais profunda do comportamento sintático dos complementos locativos e direcionais do PM, veja-se Carvalho (1991) e Gonçalves e Chimbutane (2004).

(11) a. PM: chegou cedo *n*a escola (PE: *à escola*)
b. PM: o pai volta *em* casa às sete (PE: *para casa*)
c. PA: quando você vem, vai *n*a explicação (PE: *à explicação*)
d. PA: e desde oitenta e cinco nunca mais voltou lá *n*o Huambo? (PE: *ao Huambo*)

(12) a. PM: visitei *no* museu de história natural (PE: *o museu*)
b. PM: frequenta *na* escola primária (PE: *a escola*)

Quanto à preposição *com*, em PM, ela parece estar reservada ou para reger complementos de verbos que indicam 'separação' (exemplo (13a)), ou para selecionar o complemento agente da passiva (exemplo (13b)):

(13) a. PM: jovens recém-casadas que se divorciam *com* os seus esposos (PE: *dos seus esposos*)
b. PM: eu era muito mimada *com* os meus pais (PE: *pelos meus pais*)

Regência de orações completivas verbais

Um outro fenómeno de relevo, em que há alteração das propriedades de seleção categorial dos verbos, diz respeito à regência de orações completivas verbais pelas preposições *de* e *para*[24]. A escolha destas preposições parece estar condicionada pela semântica do verbo que rege a oração completiva (cf. Issak 1998)[25]: em PM e em PA, a preposição *de* é usada geralmente com verbos declarativos simples, percetivos e de atividade mental, que requerem o verbo no modo indicativo (cf. (14))[26]. A preposição *para*, por seu lado, é usada, em geral, em PM com verbos de sentido diretivo, que requerem o verbo da oração completiva no modo conjuntivo (cf. (15))[27]:

(14) a. PM: toda a gente *sabe de* que um dirigente *tem* direito de regalias (PE: *sabe que*)
b. PM: *acho de* que esses alunos não *conhecem* o paradeiro dos seus familiares (PE: *acho que*)
c. PA: conseguiu-se *ver de* que realmente a cistostomia *era* também endeme no nosso país (PE: *ver que*)
d. PA: conseguimos *constatar de* que das dezoito províncias, quinze províncias *são* endémicas (PE: *constatar que*)

(15) a. PM: Que ideia tem, caro leitor, ao *sugerir para* que se *pare* com o recrutamento? (PE: *sugerir que*)
b. PM: *disseram-me para* que *fizesse* um documento empréstimo (PE: *disseram-me que*)

---

[24] O fenómeno de inserção da preposição *de* é designado "dequeísmo" (cf. Cap. 36 sobre este tópico).
[25] Os exemplos (14)-(16) foram extraídos da revista *Tempo*, *apud* Issak (1998).
[26] Em Duarte et al. (1999:478) assinala-se ainda a ocorrência, em PM, de frases em que a preposição *de* introduz orações completivas não finitas em frases copulativas. Exemplos: *já é difícil de largar tudo aquilo*; *a nossa tendência foi de verificar se de facto as armadilhas eram ou não nossas*.
[27] Note-se que, em PE, os verbos *pedir* e *dizer* com sentido diretivo têm um complemento oracional infinitivo também regido por *para*. Exemplo: *Disseram-me/pediram-me para fazer um documento novo*.

Vale a pena ressaltar que este fenómeno se verifica igualmente em verbos do PE que não selecionam complementos frásicos, e que, em PM, passam a selecionar este tipo de complementos, como se ilustra em (16):

(16) a. PM: aproveito a oportunidade de *atualizar de* que a fábrica encara dificuldades (PE: *informar*)
b. PM: o funcionário *orientou-nos para* que passássemos pela porta traseira (PE: *deu orientações*)

Verbos auxiliares

Um último fenómeno que merece ser incluído nesta tipologia de alterações de propriedades de seleção categorial dos verbos é a tendência, ilustrada em (17), a omitir a preposição *a* requerida por verbos auxiliares do PE como *começar* (*a*), *estar* (*a*), entre outros[28]:

(17) a. PM: *continuo suspeitar* que ela está doente (PE: *continuo a suspeitar*)
b. PA: Estou estudar (PE: *estou a estudar*)

Os diferentes fenómenos aqui apresentados, que envolvem alterações das propriedades de seleção categorial dos verbos, parecem indicar que, em PM e em PA, há uma tendência a reter as preposições plenas e semanticamente interpretáveis do PE, com o consequente abandono daquelas que parecem ter um papel secundário[29]. Pode, assim, admitir-se que os fenómenos de supressão *versus* conservação das preposições que regem complementos verbais decorrem não de tendências contraditórias, mas de uma reanálise do papel das preposições do PE.

Uso dos pronomes do paradigma reflexo em frases não reflexas

Em PM, o uso do pronome *se* (e outros pronomes do paradigma reflexo) com verbos em frases não reflexas sofre alterações importantes.

Supressão do pronome reflexo

Em primeiro lugar, verifica-se a tendência para a supressão do pronome reflexo nas construções intransitivas de natureza incoativa, que alternam tipicamente com uma construção transitiva de natureza causativa, como *afundar* vs. *afundar-se* (cf. PE: *afundámos o navio* vs. *o navio afundou-se*). Estão neste caso *assustar* vs. *assustar-se*, *sobressaltar* vs. *sobressaltar-se*, *divertir* vs. *divertir-se*, *estragar* vs. *estragar-se*, *cansar* vs. *cansar*-se, etc. Contudo, o fenómeno é mais geral, pois ocorre igualmente com verbos de outras classes semânticas que em PE se constroem com *se* como *aproximar-se*, *deslocar-se*, *mover-se*, *sentar-se*, *deitar-se*,

[28] Note-se que, contrariando esta tendência, o verbo auxiliar *chegar* é frequentemente usado com a preposição *de*. Exemplos: PM: *não cheguei de aprender nada* (PE: *cheguei a*); PA: *não cheguei de acabar a minha tropa* (PE: *cheguei a*).

[29] Não se pode incluir nesta generalização o caso da preposição *a*, que, por um lado, aparece suprimida com complementos indiretos do PE (cf. (6)), e, por outro lado, ocorre associada a argumentos com o traço [+humano], com a função de complemento direto em PE (cf. (10)). De acordo com Gonçalves (1990:195), em PM, a presença desta preposição com este tipo de argumentos pode ser interpretada como estratégia de «enfatização do papel semântico atribuído a complementos [+humano]». Para uma análise mais aprofundada deste fenómeno, veja-se Gonçalves (1990:87ss).

prolongar-se, atrasar-se (= 'chegar tarde'), etc. (cf. Caps. 13 e 28). Os exemplos de (18) ilustram estes dois tipos de alterações:

(18) a. PM: ouvi um ruído e *assustei* (PE: *assustei-<u>me</u>*)
b. PM: eu lá trabalhava simplesmente para *divertir* (PE: *<u>me</u> divertir*)
c. PM: *movíamos* de um lado para o outro (PE: *movíamo-<u>nos</u>*)
d. PM: aquilo passou não *prolongou* (PE: *<u>se</u> prolongou*)

Inserção do pronome reflexo

Em segundo lugar, e em aparente contradição com o fenómeno que acaba de ser referido, há verbos que se constroem em PM, mas não em PE, com o pronome *se* (ou outro do paradigma reflexo). De um modo mais particular, verifica-se que este pronome é inserido junto de verbos que descrevem experiências psicológicas (como *troçar*, *desconfiar*, *simpatizar*, etc.) ou físicas (como *aguentar*, *resistir*, etc.) da entidade designada pelo sintagma nominal sujeito. Os dados disponíveis mostram que o uso deste pronome se destina a assinalar que a entidade designada por esse SN é afetada pela ação descrita pelo verbo (cf. Gonçalves 1990:309ss):

(19) a. PM: parecia *troçar-se* dele (PE: *troçar dele*)
b. PM: uma pessoa já não *se aguenta* a jogar (PE: *não aguenta*)

7.2.4.2 Fenómenos sintáticos

Os fenómenos mais puramente sintáticos que distinguem o PM e o PA do PE incluem (i) alterações dos padrões de ordem dos pronomes pessoais átonos; (ii) a adição de regras diferentes de distribuição dos nomes simples; (iii) alterações a nível de diferentes estruturas de subordinação.

Padrões de ordem dos pronomes pessoais átonos

No que diz respeito aos padrões de ordem dos pronomes pessoais átonos, salienta-se em primeiro lugar a tendência, em PM, a adotar a ênclise em contextos que, de acordo com a norma europeia, exigem a próclise, como se ilustra em (20):

(20) a. PM: há pessoas *que* opõem-*se* à religião (PE: *que se opõem*)
b. PM: sim, *tudo* experimenta-*se* (PE: *tudo se experimenta*)
c. PM: eu *só* farto-*me* de rir (PE: *só me farto*)

No que se refere ao PA, embora se registe ainda uma grande instabilidade na colocação dos pronomes átonos, sobretudo na linguagem coloquial, os dados recolhidos sugerem que, por um lado, existe a tendência a adotar o padrão proclítico em frases em que não estão presentes atratores da próclise (cf. (21)), e que, por outro lado, é adotado o padrão enclítico em orações subordinadas (cf. (22a)) assim como em frases contendo um advérbio de negação (cf. (22b))[30]:

(21) a. PA: *te* vi ontem no Roque (PE: *vi-te*)
b. PA: professora, *se* diz "cobarde"ou "covarde"? (PE: *diz-se*)

[30] Exemplos extraídos de Miguel (2003). Note-se que todas as frases aqui apresentadas foram produzidas por falantes com um nível de instrução médio ou superior.

(22) a. PA: *o que* surpreendeu-*nos* é que esta questão… (PE: *o que nos surpreendeu*)
b. PA: ontem *não* viste-*me*? (PE: *não me viste*)

Uso dos pronomes pessoais átonos com formas verbais complexas

Quanto aos casos em que os pronomes pessoais átonos são usados com formas verbais complexas (formadas por um verbo auxiliar ou semiauxiliar finito e um verbo principal numa forma não finita), verifica-se que, em PM, exibem um padrão diferente do PE, sendo difícil determinar se estão em ênclise ao verbo auxiliar (cf. *tinham-nos dado* (23a); *ia-me sentir* (23b) e *podes-me ajudar* (23c)) ou se estão em próclise ao verbo principal (cf. *tinham nos-dado* (23a); *ia me-sentir* (23b) e *podes me-ajudar* (23c)):

(23) a. PM: trocámos aquela roupa que eles tinham *nos* dado (PE: *nos tinham dado*)
b. PM: eu penso que ia *me* sentir muito perdida (PE: {*me ia sentir/ia sentir-me*})
c. PM: eu sei que podes *me* ajudar (PE: {*me podes ajudar/podes ajudar-me*})

Exemplos como (24), em que existe uma preposição entre o verbo semiauxiliar finito e o verbo principal no infinitivo, podem vir a dar uma pista no sentido de resolver esta questão:

(24) a. PM: começou *a me* proibir de treinar (PE: *começou a proibir-me*)
b. PM: são os métodos que estão-*se a* utilizar agora (PE: *se estão*)

Nestas frases, é já possível estabelecer claramente que o pronome pessoal é proclítico (cf. (24a)) ao verbo principal *proibir* ou enclítico ao verbo auxiliar *estão* (cf. (24b)). Os dados atualmente disponíveis, contudo, são ainda escassos, não permitindo validar qualquer destas hipóteses.

Quanto ao PA, os dados disponíveis parecem mostrar uma tendência a colocar o pronome pessoal em ênclise ao verbo auxiliar ou semiauxiliar (Miguel 2003:102), como se ilustra em (25)[31]:

(25) a. sabes porque é que estou-*te* a ligar? (PE: *que te estou a ligar* ou *que estou a ligar-te*)
b. se tivessem-*me* dito… (PE: *se me tivessem dito*)

Distribuição de sintagmas nominais reduzidos

Quanto às regras de distribuição de sintagmas nominais reduzidos (i.e., sintagmas nominais constituídos apenas pelo seu núcleo nominal, com ou sem complementos e/ou modificadores, mas sem especificadores; cf. Cap. 20) em PM e em PA, verifica-se que, quando têm um valor genérico, estes podem ocorrer no singular em contextos que em PE requerem a sua flexão no plural, como se ilustra em (26):

(26) a. PM: faço *bebida* (PE: *bebidas*)
b. PM: aqui já posso dizer que há *carteira* (PE: *carteiras*)
c. PA: Malange é uma região muito rica, não é? Tem *diamante* (PE: *diamantes*)

[31] Exemplos extraídos de Miguel (2003). Note-se, contudo, que, em PA, como ilustra a frase *é o embaixador meu amigo que veio me dizer*, ocorrem frases em que existe a mesma ambiguidade, já assinalada para o PM, relativamente ao verbo hospedeiro do pronome pessoal.

Por outro lado, pode assinalar-se o uso alargado de sintagmas nominais reduzidos (cf. Duarte et al. 1999) em contextos que em PE exigem a presença do artigo definido. Exemplos:

(27) a. PM: disseram-nos para apertar *cinto* (PE: *o cinto*)
b. PM: baixar *preço*, também acho que não é solução (PE: *o preço*)
c. PA: a medida está a prejudicar *atividade* piscatória (PE: *a atividade*)
d. PA: só fica *madrasta* e a minha irmã (PE: *a madrasta*)

Estruturas de subordinação

Orações relativas

Nas alterações que afetam as orações subordinadas em PM e em PA, destaca-se em primeiro lugar a construção de orações relativas (cf. Cap. 39), com recurso à estratégia com pronome de retoma (cf. (28)) ou à estratégia cortadora (cf. (29))[32]. Em qualquer dos casos, o introdutor das orações relativas é o pronome relativo *que*[33]:

(28) a. PM: foi um amigo *que* conheci-*o* logo que cheguei (PE: *que conheci*)
b. PM: usei o apagador *que* apagamos o quadro *com ele* (PE: *com que apagamos o quadro*)
c. PA: Padre Horácio que tem um centro *que* as crianças podem viver *lá* (PE: *onde as crianças podem viver*)

(29) a. PM: na banca *que* ela comprou o tomate estava mais barato (PE: *em que*)
b. PM: o emissário não chegou no momento *que* se esperava por ele (PE: *em que*)
c. PA: é uma profissão *que* se fala da beleza (PE: *em que*)
d. PA: Nga Xixi sorria [...] a lembrar a conversa *que* nem deu importância (L. Vieira, *Luuanda*, pág. 33) (PE: *a que*)

Introdutores de orações subordinadas

Quanto à escolha dos introdutores de orações subordinadas, em PM e em PA destaca-se a tendência a formar locuções conjuncionais não canónicas em PE, como se ilustra em (30):

(30) a. PM: estou a tentar ser música *embora que* não sou conhecida (PE: *embora não seja conhecida*)
b. PM: *mal que* toma banho já quer jantar (PE: *mal toma banho*)
c. PA: havia tudo isso *embora que* houvesse uma administração portuguesa (PE: *embora houvesse*)

[32] Nas duas estratégias, o único elemento em posição inicial da oração relativa é invariavelmente o pronome relativo *que*; na estratégia com pronome de retoma, o pronome relativo é retomado no interior da oração relativa por um pronome (*o* em (28a), *ele* em (28b)) ou por um advérbio (*lá* em (28c)), precedidos por uma preposição, se esta for exigida pela regência do verbo; na estratégia cortadora, nenhum elemento retoma o pronome dentro da oração relativa (cf. Cap. 39). Note-se que, em PA, parece ainda haver a tendência a construir orações relativas sem introdutor, uma estrutura praticamente ausente no discurso de falantes adultos de PM. Exemplo: *são cães estatais comem todos os dias* (M. Rui, *Quem me dera ser onda*, pág. 67) (PE: *cães estatais que comem*).

[33] Os exemplos (28a,b) provêm de redações de alunos do ensino secundário, apresentadas em Chimbutane (1998).

Em PA, por seu lado, parece ainda haver a tendência a não preencher lexicalmente a posição de complementador de orações completivas verbais, um fenómeno pouco relevante em PM, como se ilustra em (31):

(31) a. PA: Vimos pelas horas era um pouco tarde (PE: *vimos* […] *que era*)
b. PA: este povo não é traidor, mas precisa de ver a guerra está a sair mal ao tuga (Pepetela, *Mayombe*, pág. 127) (PE: *ver que a guerra*)
c. PA: fingi queria comprar o relógio (B. Cardoso, *Fogo*, pág. 32) (PE: *fingi que queria*)

Encaixe do discurso direto

No encaixe do discurso direto, o aspeto que mais se salienta em PM é a presença do complementador *que*, o qual só é usado em PE como introdutor do discurso indireto. Este facto é ilustrado em (32):

(32) a. PM: O presidente afirmou *que* não sei. Não conheço e não tenho plano. (*Notícias*) (PE: *afirmou que não sabia* ou *afirmou: "Não sei."*)
b. PM: Ismail Mussagy diz *que* "eu acho que todos os comerciantes sentem que é necessário continuar". (*Notícias*) (PE: *diz que ele acha que todos* [...] ou *diz: "Eu acho que todos* [...]*"*)
c. PM: só ouviam de *que* "ah existe a ilha da Juventude" (entrevista oral) (PE: *ouviam que existia a ilha* [...] ou *ouviam: "Ah! existe a ilha* [...]*"*)

Como se nota, a presença do complementador não desencadeia nem alterações na flexão do verbo em pessoa ou tempo, nem a substituição dos elementos dêiticos presentes nas frases do discurso direto[34]. Estes dados parecem indicar que o complementador *que* é usado para assinalar o início de uma predicação produzida por um novo locutor, sem que a sua presença desencadeie necessariamente as operações gramaticais requeridas pela gramática do PE.

7.2.5 Aspetos morfossintáticos

As alterações registadas nesta área gramatical incluem (i) o uso do infinitivo flexionado e do modo indicativo em contextos excluídos pelo PE; (ii) o uso do pronome clítico *lhe* com valor de objeto direto; (iii) o enfraquecimento da morfologia flexional verbal e nominal; (iv) a neutralização das diferentes formas de que o PE dispõe para a referência à 2.ª pessoa.

Uso do infinitivo flexionado e do modo indicativo

No que diz respeito à utilização do infinitivo flexionado, verifica-se que este ocorre mais sistematicamente em PM do que em PE (cf. Duarte et al. 1999), quer se trate de orações completivas infinitivas (cf. (33)) quer de verbos principais regidos por um verbo auxiliar ou semiauxiliar numa perífrase verbal (cf. (34)). Este fenómeno ocorre em geral no discurso oral ou escrito de falantes instruídos:

[34] É de destacar que, quer se trate do registo escrito quer do discurso oral, são usadas estratégias que denotam que os falantes reconhecem que se trata do discurso direto (e não de discurso indireto): em (32a), foram usados carateres em negrito; em (32b), usaram-se aspas; em (32c) houve mudança de entoação, graficamente representada através de aspas.

(33) a. PM: as pessoas preferem *ganharem* naquela hora mesmo (PE: *ganhar*)
b. PM: os professores não conseguem *darem* as aulas (PE: *dar*)

(34) a. PM: os chefes deviam *criarem* condições (PE: *criar*)
b. PM: fizeram isso para as duas pessoas poderem *conhecerem*-se (PE: *conhecer-se*)

Relativamente ao modo indicativo, as alterações relevantes registadas em PM e em PA dizem respeito ao seu uso em contextos que em PE requerem o modo conjuntivo, nomeadamente frases introduzidas pelo advérbio *talvez* (cf. (35a)) e diferentes tipos de orações subordinadas (relativas (cf. (35b,c)), adverbiais (cf. (35d,e)) e completivas (cf. (35f)):

(35) a. PM: talvez eu *tenho* vocação (PE: *tenha*)
b. PM: não há ninguém que *fica* satisfeito (PE: *fique*)
c. PA: Não há vigilantes que *obrigam* os alunos a irem às aulas? (PE: *obriguem*)
d. PM: embora que eu *sou* mais novo, posso dar uma opinião (PE: *embora eu seja*)
e. PA: então damos o medicamento para que o paciente *toma*-o em casa (PE: *tome*)
f. PA: eu espero que muitos jovens também não *roubam* (PE: *roubem*)

❖ Uso do pronome clítico *lhe*

Em PM e em PA, a forma dativa do pronome pessoal de 3.ª pessoa ocorre frequentemente em contextos que em PE exigem as formas acusativas *o* e *a*[35]. Por outras palavras, em PM e em PA o pronome clítico *lhe* pode assumir também a função de complemento direto, como se ilustra em (36)[36]:

(36) a. PM: levam a miúda para o quarto, vestem-*lhe* (PE: *vestem-na*)
b. PA: a minha mãe diz que *lhe* vão buscar e *lhe* vão levar todos os dias (PE: *a vão*)

Este fenómeno, que se regista de modo generalizado no discurso oral e escrito, é mais frequente naqueles casos em que o pronome pessoal tem um referente com o traço [+humano] (cf. Gonçalves 1990:151ss).

❖ Morfologia flexional verbal e nominal

Em PM e em PA, existe uma tendência para o enfraquecimento da morfologia verbal de pessoa e número. Assim, muitos falantes do PM com um baixo nível de instrução preferem usar a forma gramatical da 3.ª pessoa do singular em casos nos quais o sujeito é semanticamente da 1.ª pessoa do singular ou da 3.ª pessoa do plural, como se ilustra em (37). Desta forma, o paradigma do presente do indicativo do verbo *trabalhar*, p.e., é o seguinte: *eu trabalha*, *tu trabalhas*, *ele trabalha*, *nós trabalhamos*, *eles trabalha*.

---

[35] De acordo com os dados disponíveis, extraídos de recolhas orais ou de textos literários, em PA o pronome *ele*(*s*)/*ela*(*s*) também pode ocorrer associado à função de complemento direto. Exemplos: *eu convido ela para ir na escola* (dados orais, de Miguel 2003); *Quando levámos ele na escola* (M. Rui, *Quem me dera ser onda*). Em PM, o uso desta forma pronominal regista-se em contextos muito restritos, nomeadamente em orações infinitivas subordinadas a verbos causativos e de perceção, nas quais a preposição *a* precede o verbo no infinitivo. Exemplos: *gostávamos de ver ele a cantar*; *eu ouvi ela a procurar*.

[36] O exemplo do PA foi extraído de Miguel (2003).

(37) a. PM: como eu *trabalha*, não *tem* tempo (PE: *trabalho ... tenho*)
b. PM: ultimamente os casamentos não *dura* (PE: *duram*)
c. PA: se meus clientes *quer* pão eu *fia* mesmo (PE: *querem … fio*)

De acordo com os dados extraídos de textos literários, em PA parece ser também frequente o uso da morfologia verbal da 3.ª pessoa do singular com sujeito semântico da 2.ª pessoa do singular, como se mostra em (38):

(38) a. tu *vai* pagar tudo o que me fizeste (U. Xitu, *Vozes*, pág. 60) (PE: *vais*)
b. tu *quer* mesmo ir com aquele rapaz? (U. Xitu, *Vozes*) (PE: *queres*)

No que se refere aos fenómenos registados na área da concordância nominal, verifica-se que, em PM e em PA, os elementos antepostos ao núcleo nominal (artigos, pronomes possessivos e quantificadores) concordam, em muitos casos, em género e número com esse núcleo (cf. os elementos sublinhados de (39) e (40)). Contudo, no discurso de falantes com escolaridade baixa, é frequente o cancelamento de marcas de género e/ou número no SN nos elementos pospostos ao núcleo nominal, em geral adjetivos com função atributiva ou predicativa, como se ilustra em (39) e (40):

(39) Função atributiva
a. PM: é uma *cidade* mais ou menos *idêntico* à de Maputo (PE: *idêntica*)
b. PA: abriu a *cancela pequeno* do fundo do quintal (L. Vieira, *Luuanda*) (PE: *pequena*)

(40) Função predicativa
a. PM: as *condições* não estão nada *bom* (PE: *boas*)
b. PA: a *cerveja* está *caro* (PE: *cara*)

Ainda no âmbito dos fenómenos de concordância nominal, em PM e em PA registam-se também casos de cancelamento das marcas de número dos nomes (cf. (41)). Este fenómeno é mais frequente no discurso de falantes com escolaridade baixa[37]:

(41) a. PM: meus *neto* são dezasseis *neto* (PE: *netos ... netos*)
b. PM: há muitas dificuldade nas escola (PE: *dificuldades ... escolas*)
c. PA: eu trabalhava lá com os filipino (PE: *filipinos*)
d. PA: foi feito análise dessas *amostra* (PE: *amostras*)

❖ Formas de tratamento da segunda pessoa

A finalizar esta apresentação de alguns aspetos morfossintáticos do PM e do PA, refira-se a tendência a neutralizar as diferentes formas de que o PE dispõe para o tratamento da 2.ª pessoa, *tu/você/senhor*. Em PM e em PA, esta neutralização manifesta-se de diferentes formas. Assim, em primeiro lugar, verifica-se a tendência a abandonar a forma da 2.ª pessoa do singular do imperativo, sendo usadas, em seu lugar, as formas do conjuntivo que coocorrem com os pronomes *você/vocês* em PE (cf. (42)). Este fenómeno está generalizado à maioria dos falantes, podendo ocorrer no discurso oral ou escrito de falantes instruídos:

[37] É possível que este cancelamento dos sufixos flexionais de número dos nomes esteja relacionado com o facto de as línguas bantas serem línguas de flexão prefixal. Pode assim supor-se que, para os falantes que produzem este tipo de estruturas, seja suficiente a marcação do plural apenas nos elementos que antecedem os nomes.

(42) a. PM: Jovem universitário, *procure* o *teu* lugar nas seis semanas de eleições.[38] (PE: *procura o teu lugar* ou *procure o seu lugar*)
b. PM: *Queres* ganhar um fato de treino? *Vá* agora ao Jardim Tunduru. (aviso *in Notícias*) (PE: *queres … vai* ou *quer … vá*)
c. PA: Consulte as listas. Angola conta contigo. (CA, anúncio *in Jornal de Angola*) (PE: *consulta … contigo* ou *consulte … consigo*)

Uma segunda evidência da neutralização das formas destinadas ao tratamento da 2.ª pessoa consiste na coocorrência, numa mesma frase, da forma *você* e de formas verbais ou de pronomes pessoais e possessivos da 2.ª pessoa do singular, como se ilustra em (43) (cf. Gonçalves et al. 1998):

(43) a. PM: se *arrancas* o salário *você vai* passar mal (PE: *arranca*)
b. PM: *você* não *tinha* nada que falar, não é *teu* irmão (PE: *seu irmão*)
c. PM: *você* vai mandam-*te* ir numa montanha (PE: *mandam-no*)
d. PA: a *tua* vizinha diz que *você* saiu tarde[39] (PE: *sua vizinha*)
e. PA: aí *você* cultiva vai nas *tuas* lavra (PE: *suas lavras*)

De uma forma geral, as formas verbais concordam em pessoa com a forma *você* (cf. *você vai* (43a), *você tinha* (43b) e *você saiu* (43c)). Contudo, embora menos frequente, também se verifica o uso do pronome *você* associado à forma verbal da 2.ª pessoa do singular:

(44) a. PM: *você* é que *fizeste*? (PE: *fez*)
b. PA: queres que eu te dou mais dinheiro, se *você* ainda não me *pagaste* (PE: *pagou*)[40]

7.2.6 Considerações finais

Conforme se disse no início, este capítulo teve como principal objetivo contribuir para o conhecimento do português em África, e não apresentar um estudo exaustivo de todas as variedades africanas do português.

Embora se considere que a caracterização do PM e do PA aqui apresentada proporciona uma visão adequada das propriedades das suas gramáticas que apresentam caráter mais estável e regular, não se pode deixar de assinalar alguns limites desta caracterização. Estes limites decorrem de vários fatores, entre os quais se salienta o facto, já aqui referido, de estas variedades só terem começado a ganhar um formato mais consistente no último quartel do séc. XX. Por essa razão, a literatura científica produzida sobre elas tem também uma história recente. Este contexto histórico pode afetar a qualidade das descrições das variedades africanas do português, que podem apresentar algumas lacunas ou até deficiências, quer porque ainda não foram detetados e descritos pelos investigadores aspetos relevantes destas variedades quer porque os estudos realizados sobre elas não foram suficientemente divulgados[41].

[38] Aviso afixado numa faculdade.
[39] Frase do discurso oral (Miguel 2003).
[40] Frase do discurso oral (Miguel 2003).
[41] A título de exemplo, refira-se que, na altura em que este capítulo foi entregue para publicação, apenas existia um estudo que apresentava uma visão panorâmica da investigação realizada sobre o PM, com base em menos de 200 títulos (cf. Maciel e Pascoal 2002). A bibliografia sobre o PM, atualmente disponível em linha (cf. Nota 11), contém o dobro de títulos.

No momento atual, a pesquisa sobre as variedades africanas do português constitui um desafio para os investigadores, que são constantemente confrontados com novos fenómenos ou com novas abordagens, que obrigam a rever e reavaliar as suas descrições de forma dinâmica.

Fontes das abonações

B. Cardoso, *Fogo* – Cardoso, Boaventura (1980) *O fogo da fala*. Lisboa. Edições 70.

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

CA – *Corpus* África:

Corpus oral.

Jornal de Angola.

Corpus Gonçalves – Gonçalves, Perpétua (1990) *A gramática de Português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*. *Anexo – Corpus*. Universidade de Lisboa. (dissertação de doutoramento).

Corpus PPOM – *Corpus* do projecto Panorama do Português Oral de Maputo.

L. Vieira, *Luuanda* – Vieira, Luandino (1965) *Luuanda*. Belo Horizonte. Editora Eros.

M. Rui, *Quem me dera ser onda* – Rui, Manuel (1982) *Quem me dera ser onda*. Luanda. Edições 70.

Música tradicional – Música tradicional em Moçambique (1980) Gabinete de Organização do Festival da Canção e Música Tradicional. Maputo. Imprensa Nacional.

Notícias (jornal de Moçambique).

Pepetela, *Mayombe* – Pepetela (1980) *Mayombe*. Lisboa. Edições 70.

U. Xitu, *Vozes* – Xitu, Uanhenga (1980) *Vozes na sanzala*. Lisboa. Edições 70.

2

LÉXICO

8 Organização do léxico
Rui P. Chaves

9 Processos de lexicalização
Maria Fernanda Bacelar do Nascimento

10 Processos de gramaticalização
Amália Mendes

8 ORGANIZAÇÃO DO LÉXICO **185**
8.1 Aspetos do significado lexical **187**
8.2 Vagueza **189**
8.3 Homonímia e polissemia **190**
8.3.1 Homonímia 192
8.3.2 Polissemia 192
8.4 Sinonímia **196**
8.5 Antonímia **198**
8.6 Hiponímia-hiperonímia **200**
8.7 Meronímia-holonímia **205**
8.8 Relações proposicionais **208**
8.8.1 Relações e predicadores simétricos 209
8.8.2 Relações e predicadores reflexos 210
8.8.3 Relações e predicadores transitivos 211

8 ORGANIZAÇÃO DO LÉXICO

A organização semântica do léxico é uma questão complexa. De facto, o significado das palavras nem sempre é fácil de descrever, visto que muitas delas, principalmente as de uso comum, veiculam mais do que uma interpretação e remetem para classes de entidades e de conceitos muito diversos. Por exemplo, o conceito de 'aparelho' pode aplicar-se não só ao nome de natureza geral *aparelho*, mas também a nomes mais especializados como *rádio*, *televisão*, *ventilador*, *prensa*, *fotocopiadora* (entre muitos outros), devido à natureza e complexidade dos objetos que esses nomes representam, ainda que estes tenham formas e funções muito diferentes[1].

Por outro lado, existem características funcionais que podem, em princípio, ser atribuídas a uma enorme quantidade de objetos, sem, no entanto, definirem necessariamente uma propriedade semântica partilhada por todas as palavras que se usam para designar esses objetos. Por exemplo, muitos objetos podem ser usados como uma arma (ou seja, como um instrumento para ferir ou matar), incluindo carros, canetas, livros, telefones, lenços, etc. No entanto, nem todos os nomes que representam esses objetos são semanticamente caracterizados como 'armas'; assim, enquanto substantivos como *adaga*, *alfange*, *espingarda*, *faca*, *granada* ou *revólver* têm esse conceito como parte do seu significado, o mesmo não se pode dizer de nomes como *caneta*, *carro*, *lenço*, *livro*, *telefone* ou mesmo *canivete* e *faca de cozinha*.

As palavras podem também variar quanto à riqueza e precisão do significado que possuem. Assim, uma palavra como *gato* está associada a um conjunto relativamente preciso e rico de propriedades semânticas de natureza descritiva ('animal', 'mamífero', 'felino', 'com pelo', 'com quatro patas', 'com unhas retráteis', 'domesticado', 'que convive com o ser humano', 'que caça ratos', entre outras – cf. 8.1). Essas propriedades, por sua vez, permitem que a palavra represente um conjunto bem delimitado de entidades do mundo (de animais, neste caso), o qual se opõe ao conjunto dos cães, das girafas, das raposas, etc.

---

[1] Este facto, por sua vez, permite dizer que um ventilador é um aparelho, que uma televisão é um aparelho, etc. (sobre a relação que se estabelece entre um termo geral como *aparelho* e termos particulares como *televisão* e *ventilador*, cf. 8.6). O conceito de 'aparelho' sintetiza, assim, um núcleo semântico comum a todas essas palavras, podendo ser caracterizado como 'conjunto de peças ou mecanismos formando um instrumento capaz de executar determinadas operações'.

Em contrapartida, existem palavras com um significado muito reduzido ou mesmo nulo, de que são exemplo típico aquelas que integram as classes chamadas "gramaticais" (cf. Cap. 10): pense-se, p.e., na conjunção *que* em frases como *ele disse que a Maria não tinha sido convidada para a festa*. Outras palavras ainda, como as conjunções coordenativas *e*, *mas* e *ou*, não têm qualquer significado descritivo nem remetem para qualquer conjunto de entidades, mas possuem um significado de natureza inteiramente conceptual, caracterizável logicamente (cf. Cap. 35).

O significado de uma frase depende crucialmente da combinação do significado das palavras que a compõem. As palavras, no entanto, não se encontram simplesmente listadas alfabeticamente no "dicionário mental" – o **léxico** – de um falante. A sua organização, de facto, é bastante mais complexa. No dicionário mental, as palavras estão organizadas numa "rede" estruturada em torno de relações abstratas. Essa estruturação conceptual implica operações mentais de categorização.

Assim, consideremos, p.e., a palavra *fruto* e a categoria geral que representa. Se pedirmos a um falante português que enumere diferentes tipos de frutos, não nos será certamente dada como resposta uma listagem por ordem alfabética. Provavelmente, serão produzidas em primeiro lugar palavras como *maçã*, *laranja* e *banana*, e não palavras como *papaia, limão ou abacaxi*. Este facto sugere que a palavra *fruto* (entre muitas outras que se poderiam usar como exemplo) é um termo genérico que representa uma categoria natural e que alguns exemplares dessa categoria são mais naturais do que outros (i.e., constituem **protótipos**) num dado enquadramento cultural ou civilizacional. Ou seja, o falante (inserido numa determinada cultura) associa mais naturalmente à categoria determinados exemplares, os quais, por sua vez, dão origem a representações semânticas (mais) estáveis do termo geral na sua memória.

Para além disso, a organização das palavras em redes semânticas é consistente com o facto de determinados tipos de dano ou lesão cerebral poderem afetar a capacidade de um falante usar ou reconhecer palavras pertencentes a uma determinada área semântica. Esta disfunção pode afetar de modo extremamente seletivo qualquer classe semântica de palavras. Por exemplo, pode manifestar-se apenas com palavras abstratas (como *ideia*), apenas com palavras concretas (como *gato*), ou até mesmo apenas com palavras que representam seres vivos, objetos inanimados, animais, nomes próprios, frutos, vegetais, etc. Assim, um falante pode manter a sua capacidade geral de comunicar, mas não ser capaz de processar nomes de vegetais, ainda que não tenha dificuldade em usar palavras de outras classes. Isso acontece porque existem áreas no cérebro especializadas no armazenamento de palavras de classes semânticas específicas (cf. Best 2000).

Neste capítulo, apresentam-se os vários tipos de relações que podem existir entre as palavras, estruturando a organização do léxico. Tais relações são tipicamente de natureza semântica, isto é, estabelecem-se ao nível do significado das palavras. Em 8.1 analisa-se o termo "significado", mostrando que nele se amalgamam diferentes aspetos ou componentes conceptualmente e discursivamente diferenciados, dando-se particular importância à noção de "sentido" de uma palavra. Na secção 8.2 discute-se uma característica importante do sentido da maioria das palavras: a sua natureza pouco precisa, geral, ou "vaga". Da secção 8.3 à secção 8.7 discutem-se diferentes aspetos do sentido das palavras, incluindo as relações de

sentido que estas podem manter entre si: homonímia e polissemia, sinonímia e antonímia, hiponímia e hiperonímia, e meronímia e holonímia[2]. Na secção 8.8 discutem-se três tipos de relações lógicas entre proposições que assentam na natureza semântico-lexical dos predicadores que formam o seu núcleo: a simetria, a reflexividade e a transitividade.

8.1 Aspetos do significado lexical

Na sequência de uma longa tradição da semântica e também da disciplina da Lógica, o significado de uma palavra (ou, mais geralmente, de uma expressão linguística) pode ser decomposto em pelo menos duas dimensões diferentes. Por um lado, um conjunto de propriedades que definem o conceito expresso pela palavra; por outro lado, a classe de entidades do mundo que satisfazem essas propriedades e para a qual remete o conceito expresso pela palavra.

Retomando o substantivo *gato* como exemplo (ver o terceiro parágrafo da introdução), a primeira dimensão será um conjunto de propriedades, como ser um animal doméstico com pelo, ter quatro patas, cauda, ter tamanho médio (um pouco menor do que o de um cão típico), garras retráteis, o facto de caçar ratos, etc. Algumas destas propriedades são de natureza subjetiva (e por isso variáveis entre os falantes, dentro de certos parâmetros), como as relativas à inteligência, esperteza e afabilidade destes animais, o tipo de relacionamento que mantêm com os seres humanos, etc. Ao conjunto das propriedades semânticas que definem descritivamente uma palavra chamamos o **sentido** ou **intensão** da palavra.

A segunda dimensão, por sua vez, é a própria classe das entidades que satisfazem o sentido; para a palavra usada como exemplo, a classe dos gatos existentes no mundo. Ao conjunto das entidades que satisfazem a intensão de uma palavra e para o qual remete o conceito expresso pela palavra, chama-se a **extensão** da palavra.

Seguindo Lyons (1977), usamos nesta Gramática o termo **denotação** para nos referirmos quer à intensão quer à extensão de uma palavra, desambiguando onde necessário pelos termos **denotação intensional** e **denotação extensional** (cf. Cap. 20)[3].

O sentido de uma palavra ou de uma expressão pode, assim, ser entendido como a "definição" que a palavra tem no léxico mental e que a distingue das outras palavras. Assim, p.e., se um falante apontar para um pato e disser a frase *está ali um gato*, o resultado será alguma perplexidade por parte do ouvinte. O sentido da palavra *gato* remete para um animal mamífero com determinadas características físicas, ao passo que o sentido da palavra *pato* remete para uma ave com outras características físicas. Os dois sentidos não são compatíveis, e por isso as palavras não podem ser usadas para designar as mesmas entidades; neste caso, os conjuntos que definem a extensão de cada uma delas são mutuamente exclusivos.

---

[2] Para exposições mais detalhadas destes conceitos, cf. Cruse (1986), Jackendoff (1990), Pustejovsky (1995) e Fellbaum (1998).

[3] Repare-se que não são apenas os nomes que denotam: também os adjetivos (como *alto*) e os verbos (como *dormir*) possuem um significado denotativo, já que podem ser caracterizados descritivamente através de um conjunto de propriedades conceptuais e remetem igualmente para conjuntos de entidades que satisfazem essas propriedades (ou para relações entre conjuntos, no caso de verbos transitivos como *amar*).

Nem sempre isto acontece com duas palavras diferentes. A intensão diferente de duas palavras ou expressões distintas não implica necessariamente que a sua extensão também o seja. Assim, p.e., as expressões nominais *animal com rins* e *animal com coração* têm sentidos diferentes mas denotam extensionalmente a mesma classe de entidades, já que todos os animais que possuem coração também possuem rins e vice-versa; neste caso, os dois conjuntos são idênticos. Uma possibilidade mais frequente é que a extensão de duas expressões intensionalmente diferentes seja distinta mas com membros comuns; um exemplo é o par de palavras *estudante* e *jovem*: muitos estudantes são jovens (e vice-versa), mas nem todos os estudantes são jovens e nem todos os jovens são estudantes.

Distinguindo-se da denotação (quer intensional quer extensional), a **referência** é a propriedade que têm algumas expressões linguísticas, chamadas **expressões referenciais**, de designarem ou representarem uma entidade particular ou um grupo particular de entidades do **universo do discurso**. As expressões referenciais têm tipicamente como núcleo um nome comum (também chamado substantivo), um nome próprio ou um pronome, i.e., são sintagmas nominais (cf. Cap. 20). Os seguintes sintagmas nominais (sublinhados) constituem expressões referenciais, pois são usados para designar determinadas entidades num determinado contexto enunciativo: *a minha vizinha foi às compras*, *a Maria cozinhou um ótimo jantar* e *ela zangou-se com o marido*.

À entidade, individual ou coletiva, designada por uma expressão referencial chama-se o **referente** da expressão. O referente corresponde, assim, essencialmente, àquilo de que se está a falar quando usamos um determinado sintagma nominal num enunciado concreto (cf. Cap. 20). Por isso, a referência depende não só do sentido das palavras que formam o sintagma nominal (em particular, do substantivo e outros elementos que o modifiquem, como os adjetivos), mas também da situação em que o enunciado é produzido. Por exemplo, na frase *o gato adormeceu*, o sintagma nominal *o gato* refere normalmente um animal diferente de cada vez que a frase é produzida num enunciado concreto, consoante o contexto situacional, o lugar e o tempo em que esse enunciado é produzido. Isto acontece ainda que as palavras *o* e *gato* tenham a mesma contribuição semântica em todos esses enunciados (sobre a interpretação do artigo definido, cf. Caps. 20 e 22).

A dependência da referência relativamente ao contexto situacional ou discursivo em que um enunciado é produzido também é visível em frases como *todos os cães perseguiram o gato*. Nesta frase, o sujeito não é normalmente interpretado como designando todos os cães do mundo (perseguindo um determinado gato), mas sim como referindo a totalidade dos cães mencionados anteriormente ou que se encontram na situação concreta em que o enunciado é produzido (e que podem ser apenas três ou quatro). Em resumo, a referência depende do contexto situacional e discursivo em que a frase é dita, da intenção comunicativa de quem enuncia a frase e do conhecimento da situação partilhado pelos interlocutores; em contrapartida, a denotação, incluindo o sentido, não depende do contexto.

A distinção entre denotação e referência é particularmente evidente em casos em que as palavras, num determinado contexto situacional ou discursivo, não possuem um referente. Por exemplo, no enunciado *nenhum gato foi ferido na rodagem do filme, até porque não havia gatos no estúdio*, os sintagmas em que se insere a palavra *gato* (i.e., *nenhum gato* e *gatos*), embora tenham uma denotação,

não referem nenhum animal em particular, já que se declara que não havia gatos na situação em questão. Quando um SN não refere qualquer entidade, diz-se que é **não referencial** (cf. Caps. 20 e 22).

Estabelecidas estas diferenças, é importante assinalar que os aspetos do significado lexical abordados nos pontos seguintes deste capítulo têm a ver não com a referência, mas sim com a denotação das palavras, em particular a denotação intensional ou sentido.

8.2 Vagueza

O sentido da maioria das palavras inclui propriedades conceptuais de natureza muito diferente. Tomemos como exemplo um dos sentidos comuns da palavra *janela*. Esta palavra denota uma abertura na parte exterior de uma edificação ou de um veículo que permite a passagem do ar e da luz para o interior dessa edificação ou veículo, bem como o seu revestimento com vidro ou outro material transparente.

Estas propriedades, ainda que necessárias (ou, pelo menos, típicas) na caracterização daquilo que constitui uma janela, são, no entanto, muito gerais, permitindo alguma variação na sua caracterização precisa. Em particular, deixa-se em aberto toda uma série de possibilidades quanto à forma ou ao tamanho da abertura da superfície, a natureza da edificação ou do veículo, o material de que é feito o revestimento, a sua espessura, a possibilidade de se abrir ou não de modo a deixar passar o ar (por exemplo, as janelas de um avião e de muitos edifícios modernos não se podem abrir), etc. Ou seja, *janela*, e na realidade a maioria das palavras, tem um **sentido vago** (a propriedade semântica correspondente chama-se **vagueza**).

Os sentidos vagos permitem, assim, que exista variação e flexibilidade na especificação interna das propriedades que compõem o sentido das palavras, podendo essa especificação ser diferente de falante para falante; e quanto mais vago for o sentido de uma palavra, mais abrangente será a sua extensão. Uma janela, por exemplo, pode ser redonda, quadrada, retangular, pode ser pequena ou grande, o seu revestimento pode ser feito de um material mais ou menos translúcido, de maior ou menor espessura, pode aplicar-se sobre edificações ou veículos de natureza variada, desde que tenham um volume interno e uma superfície externa adequada, incluindo submarinos, aviões, carros, casas, cabanas, tendas, etc.

Para além das propriedades necessárias, o sentido das palavras inclui outras propriedades que estão frequentemente (e tipicamente) presentes nos objetos por elas designados, mas que não constituem características necessárias da definição. Por exemplo, as janelas típicas são feitas de vidro (mas não necessariamente), podem abrir-se através de um fecho (mas não necessariamente) e têm um caixilho (mas não necessariamente).

Para dar outro exemplo, consideremos a palavra *carro*, de cujo sentido são atributos típicos ter uma carroçaria, um volante, um motor, quatro rodas revestidas de pneus, um chassis, bancos, janelas com um revestimento de vidro, etc. No caso extremo, se removermos todas as peças de um carro à exceção do volante, então certamente já não temos um carro, mas unicamente um volante. No entanto, a determinação dos elementos necessários para que se possa dizer que (ainda) temos um carro varia provavelmente de falante para falante. Ou seja, se removermos as

peças de um carro uma a uma, os falantes poderão divergir sobre se o resultado de cada remoção é ainda um carro ou não. Isto significa que a definição precisa do sentido da palavra *carro* não é clara nem para os falantes nem para os linguistas que estudam o funcionamento da linguagem. Nesse sentido, a maioria das palavras de uma língua tem uma definição mental ligeiramente diferente para cada falante, relacionada com o seu conhecimento do mundo e a sua experiência pessoal. No entanto, a comunicação decorre, em geral, sem problemas, pois muito raramente os falantes se encontram numa situação em que a maioria dos atributos que associam à definição de uma palavra não seja satisfeita pelo seu referente.

Um exemplo extremo de vagueza é a palavra *algo* (cf. Cap. 23). Esta palavra é usada por muitos falantes para designar entidades abstratas ou concretas, e, embora seja tipicamente intuída como o pronome indefinido aplicável a entidades não humanas (e não animadas), é muitas vezes admissível o seu uso mesmo quando o referente inclui ou é constituído por seres animados, incluindo mesmo seres humanos: cf. a aceitabilidade de *algo matou os meus ratinhos da índia, possivelmente o frio, o stress, a gripe, a idade, o gato, o vizinho ou o bebedouro elétrico*, ou de *algo fez o alarme soar, e só pode ter sido um ladrão*. Nesse sentido, *algo* contrasta com *alguém* (outra palavra vaga), corretamente intuído como sendo um pronome indefinido unicamente aplicável a entidades humanas, mas não a animais ou a entidades não animadas, como se pode ver pela estranheza de *#alguém fez o alarme soar, e só pode ter sido ou o gato ou o vento*.

8.3 Homonímia e polissemia

Na sua maioria, as palavras de qualquer língua são ambíguas, isto é, a uma mesma forma lexical correspondem sentidos diversos, e tantos mais quanto maior for a frequência dessas palavras no uso; pelo contrário, são em muito menor número as **palavras monossémicas**, ou seja, aquelas em que há uma relação biunívoca entre a forma e o sentido. São exemplos deste último caso certos nomes científicos, como *camussela*, nome de um pássaro, *urzela*, nome de um líquen ou *batíscafo*, nome de um pequeno submarino para observação científica dos oceanos. São também palavras monossémicas algumas formas derivadas que se relacionam apenas com um dos sentidos da palavra base, como *colunável*, que significa, apenas, 'digno de aparecer nas colunas da imprensa', e que deriva de um dos vários sentidos da palavra *coluna*, o de 'secção regular da imprensa escrita'.

No âmbito da ambiguidade lexical, distinguem-se dois casos: o da **homonímia** e o da **polissemia**. Em ambos, a uma mesma forma fonética e gráfica correspondem sentidos diferentes, pondo-se como problema decidir em que casos se considera estarmos perante palavras distintas ou perante uma só palavra. No primeiro caso, trata-se de homonímia; no segundo, de polissemia.

Para dar um exemplo clássico, será que *verde*, como nome de cor, e *verde*, como designação do estado de maturação de um fruto, são duas palavras homónimas, ou uma só palavra polissémica? Alguns falantes não detetam qualquer relação entre a cor e o estado de maturação, considerando-as, por isso, palavras diferentes. Outros, no entanto, relacionam os dois sentidos, dado que a fruta que tem cor verde é, frequentemente, fruta que ainda não amadureceu, pelo que consideram tratar-se

de uma única palavra. Compreende-se, assim, que nem sempre seja fácil distinguir entre homonímia e polissemia[4].

Tendo em conta unicamente o conhecimento lexical do falante médio numa determinada época, e seguindo, portanto, uma perspetiva puramente sincrónica, diz-se que duas ou mais palavras são homónimas quando têm a mesma forma fonética e gráfica e sentidos completamente distintos, isto é, em que não se distinguem, presentemente, traços semânticos comuns[5], como, p.e., *serra* 'instrumento para cortar' e *serra* 'elevação de terreno'.

Em contrapartida, considera-se que uma palavra é polissémica quando a uma mesma forma lexical correspondem sentidos diferentes para os quais é possível estabelecer uma relação através de um ou mais traços semânticos comuns, como, p.e., *vão* no sentido de 'vazio, oco', e *vão* no sentido de 'sem valor, desnecessário'. No caso das palavras polissémicas, podem conceber-se pontes semânticas entre os vários sentidos, atribuídas a processos diversos, sendo particularmente sistemáticos na língua os processos de extensão ou restrição dos sentidos, nomeadamente por metáfora e metonímia (vulgarmente chamados "sentidos figurados"). Neste capítulo, segue-se esta perspetiva sincrónica e não uma perspetiva histórica.

Algumas formas lexicais como, por exemplo, a palavra *banco* podem ser tanto homónimas como polissémicas. Esta forma constitui uma palavra polissémica quando se compara a interpretação de 'instituição' (cf. *o banco vai falir*) com a de 'edifício' onde funciona a instituição (cf. *o banco vai ruir*). Em contrapartida, a forma instancia um caso de homonímia (ou seja, representa duas palavras distintas) quando se compara a interpretação de 'instituição' com a interpretação de 'assento' (cf. *ele sentou-se no banco do jardim*)[6].

Um dos critérios usados em lexicografia para distinguir entre homonímia e polissemia é observar a história da palavra. Ou seja, seguindo uma perspetiva diacrónica, consideram-se palavras homónimas aquelas que, tendo a mesma forma, têm origens etimológicas diferentes, convergindo numa mesma forma devido à sua evolução fonética. Assim, por exemplo, nos dicionários que adotam este critério, formas lexicais idênticas têm entradas diferentes, equivalendo a palavras distintas, ou seja, homónimas, sempre que as formas associadas aos diversos sentidos têm étimos também diferentes, como, p.e., *manga* 'parte de uma peça de vestuário', cujo étimo é *manica*, do latim, e *manga* 'fruto da mangueira', cujo étimo é *manga*, do malaiala, ou *canto* 'ângulo, esquina, aresta', do latim *canthus*, e *canto* 'ato de cantar, som musical', do latim *cantus*. Em contrapartida, a uma forma lexical cujos sentidos não correspondem a étimos diferentes é dada uma única entrada; neste caso, temos uma única palavra polissémica.

---

[4] Por este motivo, a distinção é considerada como praticamente insolúvel por vários semanticistas (cf. Lyons 1986:43ss).

[5] Frequentemente, palavras com sentidos muito distintos têm formas morfológicas derivadas também distintas (*banco* 'assento' > *bancada*, *banqueta* vs. *banco* 'instituição bancária' > *bancário*, *banqueiro*), o que corrobora a adoção de uma metodologia sincrónica para se distinguir entre polissemia e homonímia.

[6] O item *banco* pode também ser usado em expressões como *banco de areia* ou ainda *banco de sangue*, *banco de dados*, em que significa um lugar onde se guarda uma quantidade elevada da matéria ou das entidades em causa. É plausível que estes dois últimos usos instanciem um sentido relacionado com o de instituição financeira, na medida em que todos remetem para um lugar onde se guarda um volume elevado de alguma coisa.

Este critério histórico não é relevante para a maioria dos falantes porque estes não têm, de um modo geral, conhecimento da etimologia das palavras, nem do seu percurso histórico. Assim, existem palavras formalmente idênticas, com o mesmo étimo e, consequentemente, com sentidos historicamente relacionados, mas que não são intuídas como relacionadas pelos falantes de uma determinada geração (ou seja, para esses falantes, essas palavras são homónimas e não polissémicas), como, p.e., a palavra *curso*, do latim *cursus*, que pode significar, por um lado, 'ato de correr, movimento' e, daí, 'caminho percorrido por um rio', e, por outro lado, 'programa de estudos, lição, disciplina', sentidos que o falante não relaciona.

8.3.1 Homonímia

Como vimos, na perspetiva sincrónica seguida neste capítulo, palavras que têm a mesma forma gráfica e fonética mas sentidos diferentes são consideradas palavras homónimas. Por exemplo, o nome *canto* é ambíguo entre duas palavras diferentes, cada uma com sentidos distintos: uma ocorre em expressões como *o canto da sala* e a outra em expressões como *o canto do rouxinol*. Outros casos de homonímia são, por exemplo, *banco* 'assento' e *banco* 'instituição bancária', *cavalo* 'animal equídeo' e *cavalo* 'heroína (droga)'[7].

Em todos estes exemplos, a mesma forma tem, atualmente, sentidos suficientemente diferentes para ser tratada no âmbito da homonímia, independentemente de considerações sobre as suas origens etimológicas, que são diferentes em *canto* e em *banco*, ao contrário do que acontece em *cavalo*.

Muitas das palavras homónimas pertencem a classes diferentes: *foca* (verbo, em *a máquina foca bem*) vs. *foca* (nome, em *eu vi a foca*); *são* (adjetivo, em *ele está são*) vs. *são* (verbo, em *elas são altas*); *mato* (nome, em *estamos no mato*) vs. *mato* (verbo, em *eu mato as moscas*), entre muitas outras. Este tipo de homonímia, que diz respeito a palavras homónimas não pertencentes à mesma classe, é designado por **homonímia parcial**.

Outro tipo de homonímia, a **homonímia absoluta**, diz respeito a palavras que pertencem à mesma classe, como, por exemplo, *vela* 'objeto de cera' vs. *vela* 'tecido para propulsão eólica'; *banco* 'instituição financeira' vs. *banco* 'assento'; *manga* 'fruto' vs. *manga* 'parte de uma peça de vestuário'; *pena* 'castigo judiciário' vs. *pena* 'órgão cutâneo que reveste o corpo das aves'; *letra* 'sinal gráfico' vs. *letra* 'título de crédito'. Todas estas palavras pertencem à classe dos nomes e possuem sentidos independentes.

8.3.2 Polissemia

Como foi dito, designa-se como **polissemia** a associação de uma forma lexical única a sentidos diferentes que mantêm entre si alguma relação. Dois processos analógicos muito produtivos e com um papel importante neste domínio da significação são a **metáfora** e a **metonímia**. No primeiro caso, há transferência de sentido resultante de uma associação por semelhança. Assim, por exemplo, a palavra *joia* tem o sentido básico de ornamento valioso em *usava uma joia na lapela* e, por semelhança,

[7] O nome de "cavalo" para heroína vem do efeito que produz, semelhante ao de um coice de cavalo. Há, portanto, uma relação de analogia, mas nem todos os falantes têm conhecimento disto.

o de pessoa com qualidades valiosas em *a tua irmã é uma joia*. No segundo caso, há expansão ou restrição de sentido por contiguidade. Essa contiguidade pode ser (i) entre o continente e o conteúdo (*copo* significa recipiente em *enche o copo com água* ou o líquido que o recipiente contém – tipicamente uma bebida alcoólica – em *vamos beber um copo*); (ii) entre o todo e a parte (*teto* significa uma parte da casa em *pintei o teto de branco* ou toda a casa em *não tem um teto onde se abrigar*); (iii) entre a matéria-prima e o produto (*prata* tem o sentido de metal precioso em *a prata vale menos do que o ouro* e de objeto feito de prata em *roubaram-lhe todas as pratas*).

Outro exemplo de polissemia é a palavra *livro*, que pode significar o conteúdo intelectual de uma obra escrita (em frases como *o livro é extremamente polémico*) ou o suporte físico no qual o texto está escrito (em frases como *o rato roeu o livro*). Embora os dois sentidos (conteúdo vs. suporte) sejam diferentes, apresentam relações metonímicas que o falante reconhece.

Podemos distinguir dois tipos de polissemia, a **polissemia regular** e a **polissemia irregular**. Na polissemia regular, todas as palavras pertencentes a uma determinada classe semântica exibem o mesmo padrão polissémico. Um exemplo é o das palavras que remetem para uma obra escrita (*carta*, *diário*, *dicionário*, *jornal*, *livro de código*, *livrete*, *manual*, *panfleto*, *relatório*, *revista*, etc.), que exibem exatamente a mesma dualidade de sentidos da palavra *livro*. Se for dito a um falante do português que existe uma palavra nova, por exemplo *lídito* (palavra inventada por nós), que remete para um tipo de obra escrita mas cujo significado exato não é bem conhecido, os falantes concluirão que podem usar essa palavra tanto com o sentido de conteúdo como com o sentido de suporte material.

No caso da polissemia irregular, não existe qualquer padrão polissémico partilhado pelas palavras da mesma classe semântica. Por este motivo, as palavras e os seus sentidos têm de ser aprendidos um a um, não podendo ser inferidos a partir da classe semântica. Por exemplo, a palavra *coração* tem um sentido biológico, quando designa um órgão muscular, e um sentido emocional, quando designa metaforicamente a sede de algumas emoções. Contudo, esta dualidade de sentidos não é observada em outras palavras da mesma classe semântica, tais como *bexiga*, *pâncreas*, *pulmão*, *rim*, etc.[8]

Na polissemia regular, pode acontecer que os vários sentidos da palavra estejam simultaneamente disponíveis na mesma frase. Por exemplo, é possível usar os dois sentidos da palavra *livro* em *o livro que está em cima da mesa contém erros sobre a história de Portugal*. Aqui, o objeto físico livro está a ser localizado no espaço, ao mesmo tempo que se qualifica o seu conteúdo intelectual. Este tipo de polissemia regular é chamado **polissemia compatível**.

Contudo, nem todas as palavras polissémicas podem ser usadas desta forma; há um segundo tipo de polissemia regular a que chamamos **polissemia incompatível.** Como exemplo, consideremos a palavra *colher*, que pode ser usada no sentido de utensílio recipiente ou também, por metonímia, como medida de quantidade que o recipiente pode conter (cf. Cap. 21). Os dois sentidos são ilustrados, respetivamente, em *a colher está torta* e em *ponha uma colher de manteiga no refogado*. Esses

[8] Também a palavra *estômago* possui uma dualidade de sentido ('órgão' e 'ânimo') semelhante à da palavra *coração,* mas o sentido de 'ânimo' apenas se verifica na expressão idiomática *não ter estômago para*.

sentidos são observáveis em palavras da mesma classe: *balde*, *copo*, *pá*, *panela*, *pipa*, *pipeta*, *saco* ou *tacho*. Contudo, a polissemia incompatível não permite que estejam ativos na mesma frase, em simultâneo: cf. a estranheza de #*a colher de manteiga que está torta deve ser posta no refogado*, uma frase que não pode ser interpretada como uma instrução para colocar uma certa porção de manteiga num refogado usando uma colher torta. Abaixo são listados exemplos de palavras pertencentes a estas duas classes.

Polissemia compatível

(1) a. O *relatório* era falso. [conteúdo]
b. O *relatório* foi rasgado. [suporte]
c. O *relatório* que foi rasgado era falso. [conteúdo + suporte]

(outros exemplos: *livro*, *manual*, *carta*, etc.)

(2) a. O *hospital* despediu o segurança. [instituição]
b. O *hospital* foi assaltado. [edifício]
c. O *hospital* que foi assaltado despediu o segurança. [instituição + edifício]

(outros exemplos: *banco*, *escola*, *empresa*, etc.)

(3) a. A *cidade* foi inundada. [local, região]
b. A *cidade* está revoltada contra a Câmara. [população]
c. A *cidade* que foi inundada está revoltada contra a Câmara. [local, região + população]

(outros exemplos: *cidade*, *vila*, *aldeia*, *país*, etc.)

Polissemia incompatível

(4) a. Ele partiu um *copo*. [recipiente]
b. Ele pôs um *copo* de vinagre no estufado. [medida de quantidade]
c. #Ele pôs um *copo* de vinagre estalado no molho. [recipiente + medida de quantidade]

(outros exemplos: *colher*, *caneca*, *jarro*, *balde*, etc.)

(5) a. O *panda* está a dormir. [espécime (cf. Cap. 21)]
b. O *panda* está atualmente ameaçado. [espécie]
c. #O *panda* que está atualmente ameaçado está a dormir. [espécime + espécie]

(outros exemplos: *tigre*, *canário*, *sardinha*, etc.)

(6) a. Ele usa um fio de prata. [substância]
b. A prata tem o número atómico 47. [elemento]
c. #Ele usa um fio de prata que tem o número atómico 47. [substância+elemento]

(outros exemplos: *ouro*, *ferro*, *platina*, etc.)

A polissemia não está restringida a formas nominais. Há também verbos, adjetivos e preposições que exibem um comportamento polissémico.

Assim, os verbos *fechar* e *abrir* tanto podem remeter para ações físicas (*fechar a gaveta*, *abrir o portão*) como para atividades abstratas (*fechar o balanço*, *fechar a sessão*, *abrir a sessão*, *abrir a aula com uma anedota*, etc.). Também se podem considerar polissémicos alguns verbos com realizações sintáticas distintas associadas a leituras semânticas parcialmente diferentes, ainda que relacionadas. É este o caso dos verbos que entram na "alternância causativa-incoativa", como *afundar* (cf. Caps. 13 e 28). Este verbo ocorre numa frase transitiva com dois sintagmas nominais argumentais, desempenhando as funções de sujeito e de complemento direto (cf. (7a)), e numa frase intransitiva com apenas um sintagma nominal argumental, desempenhando a função de sujeito (cf. (7b)):

(7) a. O submarino *afundou* o barco. (afundar = fazer com que vá ao fundo)
b. O barco *afundou-se*. (afundar-se = ir ao fundo)

Nas duas frases, o sentido de *afundar* é essencialmente o mesmo. Nomeadamente, o mesmo sintagma nominal é complemento direto da versão transitiva (7a) e sujeito da versão intransitiva (7b), sendo-lhe atribuído pelo verbo o mesmo papel temático de paciente afetado em ambas as frases (cf. Cap. 11). No entanto, há uma diferença: em (7b) apenas se exprime a situação resultante do evento causal representado em (7a), sem qualquer menção, explícita ou implícita, desse evento causal e do agente causador (representados em (7a)). Tal como é característico da polissemia regular, o tipo de diferença semântica relacionada com a alternância causativa-incoativa é observado em muitos outros verbos, tais como *abrir*, *danificar*, *fechar*, *partir*, *submergir* ou *sujar* (cf. Cap. 28).

Existem também adjetivos polissémicos como *alto*, *baixo*, *belo, bom*, *grande*, *mau*, *pequeno* ou *verdadeiro*. Por exemplo, em (8a), o adjetivo atributivo *grande*, em posição pré-nominal, denota a elevada capacidade de jogo do indivíduo, ao passo que, em (8b), o mesmo adjetivo atributivo, em posição pós-nominal, denota a sua elevada estatura física. Já em (8c), o mesmo adjetivo, agora com função predicativa, é ambíguo entre um sentido em que denota dotes físicos e outro em que denota dotes morais:

(8) a. O Vasco é um *grande* jogador.
b. O Vasco é um jogador *grande*.
c. O Vasco é *grande*.

Frequentemente, o sentido dos adjetivos depende da entidade que qualificam, o que torna impossível listar todos os sentidos que podem ter. Este fenómeno é ilustrado nas frases em (9), onde o adjetivo *bom*/*boa* é sempre usado com uma conotação positiva, embora ligeiramente diferente em cada caso:

(9) a. A carne não está *boa*. ('fresca')
b. Foi *bom* passear pela cidade. ('agradável')
c. A caldeirada estava *boa*. ('saborosa')
d. Isto é *bom* para as enxaquecas. ('curativo')
e. Este nó é *bom* de se desfazer. ('fácil')
f. Ela é uma pessoa *boa*. ('bondosa')
g. Ela é uma *boa* médica. ('competente')

O mesmo tipo de comportamento polissémico pode ser observado em relação a adjetivos como *falso*, *lento*, *novo*, *rápido, velho*, *veloz*, *verdadeiro*: cf., por exemplo, *este é um jogo rápido*, *este carro é rápido* e *este teste é rápido*. No primeiro caso, *rápido* não qualifica a velocidade do jogo, mas sim a das jogadas. No segundo caso, o adjetivo qualifica a velocidade de um veículo, não a rapidez da condução. E, no terceiro caso, o adjetivo qualifica o tempo em que se pode fazer ou ler o teste.

Também existe polissemia nas preposições. Por exemplo, a preposição *em* significa inclusão, mas este sentido pode tomar diferentes matizes, alguns deles abstratos, tal como ilustrado em (10) (cf. Cap. 32):

(10) a. O livro está *em Lisboa*. [inclusão geográfica]
b. O futuro está *em ti*. [inclusão metafórica]
c. O peixe está *em óleo quente*. [inclusão física]
d. A avestruz está *em pânico*. [inclusão psicológica]
e. O sistema está *em fase de testes*. [inclusão abstrata]
f. Um dos condutores está *em contramão*. [inclusão numa situação]
g. O relatório está *em disquete*. [inclusão num suporte]
h. O meu quadro está *em pedaços*. [inclusão num estado]
i. A minha vida está *em pedaços*. [inclusão metafórica num estado]

8.4 Sinonímia

Chamam-se **sinónimas** as palavras distintas, da mesma classe lexical, com sentidos semelhantes (cf. *japonês* e *nipónico*, *nitrogénio* e *azoto*, *narcótico* e *estupefaciente*, *amável* e *gentil*, *célebre* e *famoso*, *horrível* e *horroroso*, *abelha-mestra* e *abelha rainha*, etc.).

A **sinonímia absoluta** é um fenómeno extremamente raro nas línguas humanas. De facto, praticamente não existem palavras que tenham exatamente o(s) mesmo(s) sentido(s) e as mesmas condições de uso, i.e., que possam substituir-se uma à outra num enunciado sem provocar qualquer diferença de significado expressivo ou de adequação pragmática do enunciado ao contexto situacional ou discursivo. Por vezes, existem também diferenças "colocacionais" entre sinónimos (i.e., que têm a ver com a sua capacidade combinatória com outras palavras; cf. Firth 1951:190ss e Lyons 1986:50ss): assim, *célebre*, mas não *notável*, pode ocorrer com o advérbio *tristemente*: cf. *tristemente célebre* mas não #*tristemente notável* (cf. Cap. 9).

Por este motivo, é mais correto (e produtivo) restringir a definição de sinonímia aos aspetos do significado que têm a ver com o valor de verdade das frases nas quais se integram os termos em questão[9] – a chamada **sinonímia proposicional** (cf. Cruse 2004). Com base neste critério, são sinónimas as palavras ou expressões linguísticas que se possam substituir numa frase sem alterar o seu valor de verdade (cf. *muitos japoneses/nipónicos emigraram para o Brasil*, *o azoto/nitrogénio faz parte do ar que respiramos*, *o tráfico de narcóticos/estupefacientes pode dar cabo de um país*, *a Maria é extremamente amável/gentil*, *esse filme é horrível/horroroso*, *a* {*abelha-mestra/abelha rainha*} *acabou de entrar na colmeia*, etc.).

[9] Dizendo melhor, que têm a ver com o valor de verdade das proposições expressas por essas frases (cf. Cap. 11). Para simplificar a exposição, continuamos a usar o termo "frase" neste contexto.

Quando uma palavra é polissémica, determinados sinónimos podem abranger apenas algum ou alguns dos seus sentidos; nesse caso, a sinonímia diz-se **parcial**. Por exemplo, o nome polissémico *alto* tem *cume* como sinónimo em contextos como *o alto/cume da montanha*, mas não em contextos como *ter um alto na cabeça* (cf. a estranheza de #*ter um cume na cabeça*); neste contexto, *alto* tem como sinónimo *protuberância* (cf. *tem uma protuberância na cabeça*); a palavra *caro* tem como sinónimo *dispendioso* em *o aluguer é caro/dispendioso*, mas tem como sinónimo *querido* em fórmulas de cortesia como *meu caro/querido amigo*.

Há palavras com sentidos semelhantes mas também com algumas diferenças semânticas que podem aparecer realçadas em determinados contextos, podendo, nalguns deles, a sua substituição alterar subtilmente o valor de verdade da frase; é o caso de palavras como *vaidade* e *arrogância*, *orgulho* e *soberba*; *célebre* e *notável*; e *guiar* e *conduzir*. Estas palavras são chamadas **quase sinónimos** ou **parassinónimos**[10]. Por exemplo, *guiar* está usualmente associado ao ato simples de orientar um volante ou um guiador, ao passo que *conduzir* remete para uma atividade mais complexa que inclui a manipulação de outras peças (pedais, alavancas, manetes, etc.). Assim, dizemos que um piloto conduz um avião, um submarino, etc., mas não que o guia.

Em muitos casos, as palavras sinónimas são variantes dialetais da mesma língua (cf. *sertã* e *frigideira*; *quarto de banho* e *casa de banho*; *borrego*, *cordeiro* e *anho*, *café*, *bica* e *cimbalino* (no sentido de café de máquina servido em cafés e restaurantes), *fino* e *imperial* (no sentido de copo de cerveja tirada à pressão) [11].

Entre variedades nacionais do português, há também casos de sinonímia, como, por exemplo, *autocarro* (português europeu), *ônibus* (português do Brasil) e *machimbombo* (português de Angola e de Moçambique). As palavras *ônibus* e *machimbombo*, para além de significarem transporte urbano de passageiros, tal como *autocarro*, têm outro sentido, correspondente ao da palavra do português europeu *camioneta* (transporte interurbano de passageiros).

A sinonímia também tem uma dimensão temporal, ou porque uma das palavras sinónimas é um arcaísmo (cf. *bragal* como sinónimo de *enxoval*, *ósculo* como sinónimo de *beijo*), ou porque é um neologismo (*rebaixas* como sinónimo de *saldos*, *flop* como sinónimo de *fracasso*).

Também entre registos de língua diferentes ocorrem frequentemente sinónimos: cf. *pai* (termo neutro) vs. *papá* (sinónimo familiar); *comer* (termo neutro) vs. *papar* (sinónimo familiar) e *morfar* (sinónimo popular). Outro exemplo é o das várias palavras que denotam intoxicação alcoólica, como *bebedeira* e os seus correspondentes populares: *borracheira*, *piela*, *pifo*, *tosga*, a par de outros, menos partilhados pela generalidade dos falantes, como *bezana*, *buba*, *cadela*, *cardina*, *manta*, *narda*, etc.

> [1] Muitos dos termos da linguagem científica, incluindo nomes latinos e fórmulas químicas, são sinónimos de termos da linguagem corrente (cf., entre outros, *síndrome de Down* e *mongolismo*, *cefaleia* e *dor de cabeça*, OH_2 e *água*, *merluccius merluccius* e *pescada*). O termo científico, no entanto, tem um sentido muito restrito, que se

[10] Os parassinónimos são, no entanto, frequentemente apresentados como sinónimos nos dicionários de uso.

[11] Com o tempo, a variação dialetal pode esbater-se ou mesmo desaparecer, e as palavras sinónimas passam a ser usadas por falantes do mesmo dialeto, quer como termos equivalentes quer com associações contextuais ou estilísticas diferentes.

reduz à nomeação científica da espécie ou categoria em questão, abstraindo de toda a riqueza expressiva do termo corrente e das suas várias associações de sentido com as outras palavras da língua. Por esse motivo, na maioria dos casos, o termo científico tem um contexto de uso limitado, restringido a textos científicos e legais, dicionários e enciclopédias, comunicação entre especialistas, etc. Por exemplo, *cefaleia* é termo usado por médicos, sendo *dor de cabeça* expressão corrente; *mongolismo* e *síndrome de Down* são ambos termos científicos, mas o primeiro é de uso mais corrente, sendo hoje em dia menos utilizado do que o segundo entre os especialistas; e ninguém diz que quer para o jantar *merluccius merluccius* com molho tártaro.

8.5 Antonímia

As palavras da mesma classe lexical com formas diferentes e sentidos opostos chamam-se **antónimos**, designando-se por **antonímia** a relação semântica entre elas (cf. *alto* e *baixo*, *despedir* e *contratar*, *macho* e *fêmea*, *noite* e *dia*, entre muitos outros).

A natureza semântica da oposição que é estabelecida entre palavras antónimas pode assumir várias formas, das quais destacamos quatro classes principais.

❖ Antonímia complementar

Os **antónimos complementares** são aqueles que instanciam uma relação que só possui dois pontos de oposição possíveis, isto é, em que os dois antónimos têm um sentido incompatível entre si e se excluem mutuamente. Neste caso, uma entidade que pode ser descrita por um deles não o pode ser pelo outro. Para além disso, não existem valores intermédios entre os conceitos opostos. É este o caso, p.e., de adjetivos como *par/ímpar, existente/inexistente* e *vivo/morto* (no sentido literal, não metafórico, destes dois últimos termos – cf. Nota 12). Ou seja, a negação de um implica a afirmação do outro: um número natural é par ou ímpar, uma pessoa está viva ou morta, etc.

Devido ao facto de não existirem estados intermédios entre dois antónimos complementares, estes não podem combinar-se com advérbios que especificam grau ou intensidade variável, tais como *muito*, *pouco*, *mais*, *menos* ou *bastante*: cf. **ele está muito/pouco morto*, **a água é mais inexistente em Marte do que na Terra* ou **este número é bastante ímpar* (mas cf. Nota 12).

❖ Antonímia de grau

Os **antónimos de grau** são aqueles que se definem numa escala contínua com pontos intermédios entre dois extremos opostos; são exemplos pares de adjetivos como *quente/frio*, *molhado/seco*, *fácil/difícil*, *novo/velho*, *limpo/sujo*, *sóbrio/bêbedo*, *curto/longo*, *alto/baixo, puro/impuro*, *amar/odiar*, *rir/chorar*, *longe/perto*. Estes antónimos podem combinar-se com advérbios que especificam grau ou intensidade: cf. *o chão está muito molhado*, *é mais difícil sobreviver em Marte do que na Terra*, *ele está bastante bêbedo*, etc.

Neste tipo de antonímia, existem com frequência palavras que remetem para estados intermédios, tais como *morno* (estado entre *quente* e *frio*), *húmido* (estado entre *molhado* e *seco*), ou *gostar* e *detestar* (par de antónimos situados entre os antónimos mais extremos *amar* e *odiar*). Nalgumas escalas existe mais do que um termo aplicável aos seus pontos intermédios. Assim, na escala de temperatura, tem-se *gelado*, *frio*, *fresco*, *morno*, *quente*, *tórrido*. Nem sempre é claro em que ponto

da escala se encontram tais palavras, mas estas escalas contrastam claramente com as dos antónimos complementares, onde não existem termos intermédios entre os dois antónimos[12].

❖ Antonímia reversível

Os **antónimos reversíveis** denotam extremos opostos de uma escala espacial, como o par *dentro/fora*, e podem envolver movimento, orientação ou localização, de tal modo que as entidades a que se aplicam podem "circular" de modo contínuo pelos vários pontos da escala espacial num sentido ou noutro, como ilustram os pares *expandir/encolher*, *abrir/fechar*, *tirar/pôr* e *subir/descer*. Assim, p.e., a ação de abrir uma porta pode ser invertida na ação de a fechar, o inverso de estar dentro é estar fora (e as duas situações são reversíveis), depois de enrolar uma corda é possível desenrolá-la, etc.

Os antónimos reversíveis são semelhantes aos antónimos de grau, na medida em que admitem termos de comparação ou intensidade: cf. *um elevador subiu mais do que o outro* ou *o camião está mais dentro da garagem do que fora*. Muitos verbos criados pelo prefixo *des-* são antónimos reversíveis da forma correspondente sem o prefixo, tais como *atar/desatar*, *apertar/desapertar*, *enrolar/desenrolar* e *ligar/desligar*.

❖ Antonímia relacional

Os **antónimos relacionais** denotam uma mesma situação, mas a partir de uma perspetiva oposta. Por exemplo, os verbos *dar* e *receber* remetem ambos para uma ação de transferência, mas ao passo que *dar* representa a transferência a partir da perspetiva de quem dá, *receber* representa-a a partir da perspetiva de quem recebe. Ou seja, para uma determinada situação particular, quer se use *dar* quer se use *receber*, estão envolvidos os mesmos intervenientes, com os mesmos papéis temáticos (fonte e destinatário), ainda que a função gramatical das expressões que representam esses papéis temáticos não sejam as mesmas: assim, a frase *o Pedro deu um beijo à Leonor* e a frase *a Leonor recebeu um beijo do Pedro* representam a mesma situação. De uma forma mais geral, '*x* dar algo a *y*' implica '*y* receber algo de *x*', e vice-versa (relativamente a uma determinada situação).

Outros exemplos de antónimos relacionais são *ensinar/aprender*, *empregado/patrão*, *professor/aluno*, como se pode ver em pares de frases que exprimem essencialmente a mesma situação, tais como *o Bruno é empregado do Carlos* e *o Carlos é patrão do Bruno*.

O verbo *alugar* é interessante a este respeito, pois pode expressar duas perspetivas diferentes sobre uma situação. De facto, este verbo tanto pode denotar o ato de ceder a outrem o direito ao uso de um bem móvel ou imóvel, com contrapartidas financeiras, como o ato de adquirir o direito a usar esse bem, mediante um pagamento: cf. *o João alugou a casa à Maria*, que tanto pode significar que o João, enquanto senhorio, cedeu à Maria o direito de usar uma determinada casa (provavelmente a sua) mediante um pagamento, como pode significar que o João, enquanto inquilino, adquiriu da Maria o direito de usar uma determinada casa (provavelmente propriedade da Maria). Assim, este verbo é polissémico entre duas interpretações que estão associadas entre si por uma relação de antonímia relacional.

---

[12] Num sentido não literal, figurativo ou metafórico, alguns antónimos complementares podem ser usados como antónimos de grau e combinar-se com advérbios de grau. É este o caso, p.e., do par *vivo/morto*. Assim, é possível dizer *essa pessoa está* {*mais morta do que viva/meio morta*}.

8.6 Hiponímia-hiperonímia

Frequentemente, palavras que pertencem à mesma área semântica encontram-se relacionadas entre si em termos da maior ou menor especificidade do seu sentido. Por exemplo, o item *azul* é mais específico e, logo, mais informativo do que o item *cor*, por denotar um tipo particular de cor; *azul claro* é mais específico e informativo do que *azul* por denotar um tipo particular de azul, e assim sucessivamente. Estas relações são chamadas **relações de hiponímia-hiperonímia**. Assim, *azul claro* é **hipónimo** de *azul* e *azul* é **hipónimo** de *cor*. Inversamente, *azul* é **hiperónimo** de *azul claro* e *cor* é **hiperónimo** de *azul*. Para dar outro exemplo de uma área semântica diferente, *maçã* ou *pera* são hipónimos de *fruta*, e este termo é hiperónimo daqueles.

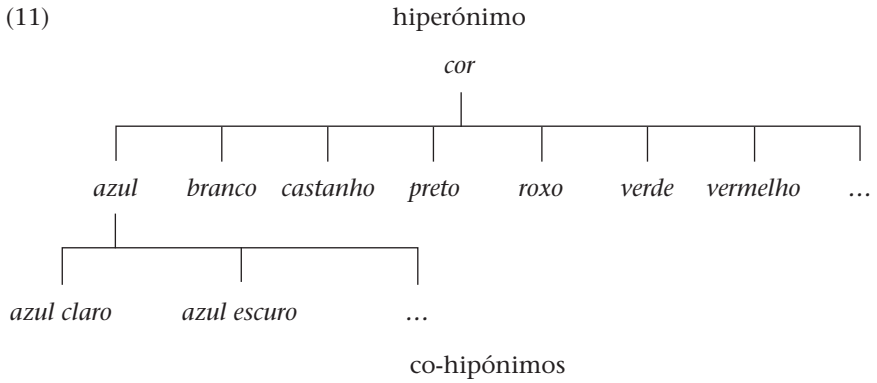
A relação lógica entre um hipónimo e o seu hiperónimo é a de inclusão. Assim, do ponto de vista extensional, a classe (ou conjunto) de entidades denotada por um hiperónimo contém (ou inclui) a classe (ou conjunto) de entidades denotada pelo hipónimo. Assim, p.e., a classe das entidades coloridas contém a classe das entidades azuis, a classe das frutas contém a classe das peras, etc.

Inversamente, do ponto de vista intensional, os conceitos que formam o sentido de um hipónimo formam uma classe mais abrangente, rica e informativa do que a classe de conceitos que formam o sentido do hiperónimo. Assim, p.e., o sentido de *azul* contém não só a noção de *cor*, como a noção adicional que tem a ver com uma determinada localização no espetro das ondas luminosas; o sentido de *maçã* inclui o sentido de *fruta* mais uma série de propriedades que individualizam as maçãs relativamente às peras, às uvas, etc.

As relações de hiponímia e hiperonímia são simétricas (mudando os predicados): sempre que *x* é hipónimo de *y*, *y* é hiperónimo de *x*, e vice-versa; p.e., *azul* é hipónimo de *cor* e *cor* é hiperónimo de *azul*.

Geralmente, um hiperónimo possui mais do que um termo hipónimo. Assim, todas as palavras que designam cores particulares são hipónimas do termo *cor*: *amarelo*, *branco*, *castanho*, *cor-de-rosa*, *laranja*, *preto*, *verde*, etc. As palavras que partilham o mesmo hiperónimo são chamadas **co-hipónimas**. Assim, p.e., as relações de hiponímia/hiperonímia do termo *cor* instanciam uma hierarquia de palavras ilustrada (de modo incompleto) em (11):

(11)

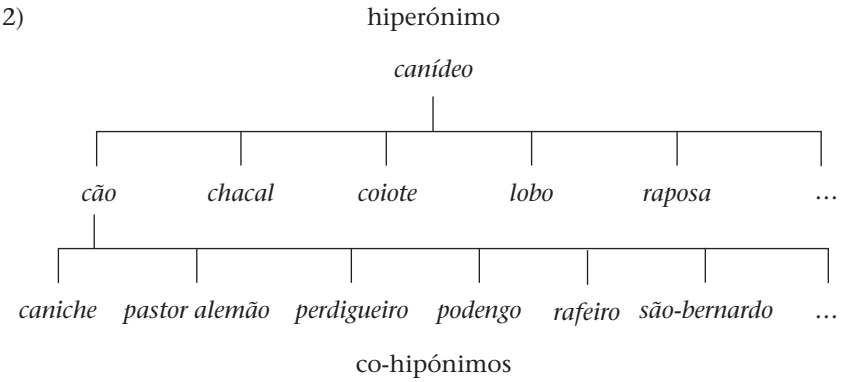


A mesma palavra pode entrar numa relação de hiponímia com mais do que um termo da mesma área semântica, numa organização hierárquica articulada em níveis

distintos; assim, p.e., *azul claro* é um **hipónimo indireto** de *cor*, visto que é **hipónimo direto** de *azul*, e, por sua vez, *azul* é hipónimo direto de *cor.*

Em alguns casos, a hierarquia de hiponímia/hiperonímia que se estabelece é relativamente complexa, como, p.e., a de *canídeo*, que se apresenta a seguir:

(12)



O termo *canídeo*, por sua vez, faz parte de uma hierarquia muito mais vasta (*canídeo* é hipónimo de *mamífero*, e esta palavra, por sua vez, é hipónimo de *animal*).

Existem vários critérios que permitem a identificação de um par de palavras relacionadas desta forma. Assim, é possível dizer que existe uma relação de hiponímia entre um par de palavras (aqui simbolizadas como "*x*" e "*y*") se estas não forem sinónimas e se a verdade de *a* é *x* implicar necessariamente a verdade de *a* é *y*. Este critério baseia-se no facto de um hipónimo remeter para um conceito mais específico do que o seu hiperónimo. Assim, p.e., se for verdade que o Rex é um caniche, é também necessariamente verdade que é um cão, visto que *caniche* é um hipónimo de *cão*. É, assim, possível comprovar em (12) que *caniche* é um hipónimo de *cão*[13].

Um outro critério para a identificação de hipónimos/hiperónimos resulta da impossibilidade de coordenar um hipónimo com um hiperónimo (cf. (13a)), contrariamente à coordenação de dois co-hipónimos (cf. (13b)) ou de dois termos que se situem em ramificações distintas de uma hierarquia de hiponímia-hiperonímia (cf. (13c)).

(13) a. #Eu tenho em casa um caniche e um cão.
b. Eu tenho em casa um caniche e um pastor alemão
c. Eu tenho em casa um cão/caniche e um {gato/gato siamês}.

A estranheza de (13a) deve-se ao facto de uma estrutura de coordenação de sintagmas nominais representar normalmente um conjunto de entidades distintas, cada uma correspondendo a um dos termos coordenados. Em (13b,c), a coordenação exprime um conjunto com dois animais distintos, mas em (13a) isso não

[13] É fácil para o leitor verificar que as relações de implicação inversas, i.e., de hiperónimo para hipónimo, não se verificam. Se Rex é um mamífero, não é necessariamente um canídeo, se é um canídeo, não é necessariamente um cão, e assim por diante.

acontece, visto que todos os caniches são cães. Naturalmente, se mais informação for acrescentada ao termo coordenado *um cão*, então a frase tornar-se-á aceitável: cf. *eu tenho em casa um caniche e um cão rafeiro*. Ou seja, nesta frase a coordenação é possível porque *caniche* é co-hipónimo de *cão rafeiro*.

Embora a relação de hiponímia/hiperonímia seja usualmente bastante intuitiva, nalguns casos não o é. Por exemplo, há uma diferença subtil entre as palavras *pássaro* e *ave*, que se reflete no contraste entre as duas frases de (14):

(14) a. Todos os pássaros são aves.
b. #Todas as aves são pássaros.

O exemplo (14b) é estranho porque a palavra *ave* é um termo genérico usado para qualquer ser bípede com o corpo coberto de penas, com asas e bico, ao passo que a palavra *pássaro* é um termo mais específico, que é usado para qualquer ave capaz de voar. Assim sendo, *pássaro* é hipónimo de *ave*, o que torna ilegítima a relação de inclusão expressa por (14b).

Nem todos os co-hipónimos de um hiperónimo estão em pé de igualdade. Alguns são melhores representantes do que outros da categoria representada pelo hiperónimo, sendo, por isso, considerados prototípicos (sobre esta noção, cf. a introdução a este capítulo). Por exemplo, quando um falante do português pensa na palavra *ave*, há vários co-hipónimos que se apresentam como representantes mais naturais desta classe (*águia*, *andorinha*, *canário*, *pardal*, *pombo*, etc.) e outros que se apresentam como representantes menos óbvios (*faisão*, *galinha* ou *pinguim*). Da mesma forma, se for pedido a alguém que enumere exemplos de cores, é mais provável que *azul*, *vermelho* e *amarelo* sejam enunciados antes de cores como *bege*, *magenta* ou *lilás*. Embora todos estes termos sejam exemplos de cor, alguns são hipónimos mais salientes na organização do léxico mental dos falantes do português.

A divisão dos co-hipónimos em prototípicos e não prototípicos pode ter consequências linguísticas a nível lexical. Para dar um exemplo, o nome coletivo *cardume* denota um grupo de peixes nadando em proximidade, e pode ser especificado pela espécie particular de peixes que formam o cardume (p.e., *cardume de sardinhas*). No entanto, é relativamente estranho falar de um cardume de tubarões, pelo facto de os tubarões não representarem exatamente o protótipo de um peixe. De facto, de modo geral, na nossa cultura, as classes prototípicas de peixes são aquelas cujos membros são animais comestíveis de porte relativamente pequeno (sardinhas, pescadas, linguados, carapaus, etc.). Ora, são precisamente os nomes destas classes que, também tipicamente, se aceitam como complementos do coletivo *cardume*. Repare-se que isso nada tem a ver com o facto de os tubarões não nadarem em grupo (os tubarões-martelo, na realidade, deslocam-se frequentemente em grupo), mas apenas com a aplicabilidade ou não aplicabilidade linguística do nome da classe ao nome coletivo. Naturalmente, também nesta área, falantes diferentes têm intuições diferentes, dependendo da cultura ou subcultura na qual estão integrados, do seu conhecimento e da sua experiência.

Existem certas relações de inferência lógica entre asserções contendo hipónimos e hiperónimos, que variam consoante o tipo de predicado. Por exemplo, verbos como *detestar* implicam que se for verdade que *x* detesta *y*, então é necessariamente

verdade que *x* detesta todos os hipónimos (diretos ou indiretos) de *y*. Este padrão de inferências é ilustrado abaixo, em que as frases de (16) são verdadeiras sempre que a frase (15) for verdadeira, isto é, em que a asserção *ele detesta cães* implica que ele detesta todos os tipos de cães, como se exemplifica em (16):

(15) Ele detesta cães.

(16) a. Ele detesta caniches.
b. Ele detesta galgos.
c. Ele detesta cachorros.

Repare-se que *detestar* não permite inferências do hipónimo para o hiperónimo. Se a frase (17a) é verdadeira, não é necessário que a frase (17b) também seja verdadeira:

(17) a. Ele detesta caniches.
b. Ele detesta cães.

Outros verbos, como os verbos de perceção (*ouvir*, *ver*, etc.) ou os verbos que denotam uma ação em que o complemento direto é um paciente afetado (*afagar*, *alimentar*, *comprar*, *fotografar*, *vacinar*, etc.) permitem a inferência inversa. Tomando *ver* como verbo representativo, se for verdade que *x* viu *y*, então não é obrigatoriamente verdade que *x* viu todos os hipónimos de *y*. Assim, o facto de a frase (18) ser verdadeira não implica que as frases de (19) o sejam:

(18) Ele viu cães no jardim.

(19) a. Ele viu caniches.
b. Ele viu galgos.
c. Ele viu cachorros.

Pelo contrário, verbos como *ver* permitem a inferência do hipónimo para o hiperónimo, ao contrário de *detestar*. Assim, a verdade da frase (20) implica a verdade das frases de (21):

(20) Eu vi um cão.

(21) a. Eu vi um canídeo.
b. Eu vi um mamífero.
c. Eu vi um animal.

A diferença entre os verbos de perceção e de ação (como *ver*, *afagar*, *alimentar*, etc.) e os verbos de atitude afetiva (como *detestar*, *odiar*, etc.) relativamente às suas inferências hiponímicas e hiperonímicas reside na forma como se combinam semanticamente com o seu complemento direto. Em *ver cães*, p.e., o verbo aplica-se a um conjunto de entidades na extensão do substantivo *cão* (por outras palavras, *ver cães* significa 'avistar seres que são cães'). Como um cão é, por definição, um canídeo, um mamífero e um animal (ou seja, o nome *cão* é caracterizável pelas propriedades semânticas 'canídeo', 'mamífero' e 'animal'), é possível, a partir de 'ver cães', inferir 'ver canídeos', 'ver mamíferos' e 'ver animais'. Contudo, a inferência não "desce" na hierarquia dos hipónimos (como *caniche*, p.e.: se vejo um cão, não

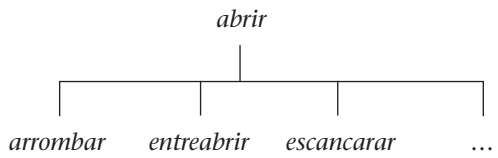
vejo necessariamente um caniche), visto que estes contêm especificações semânticas adicionais que não estão contidas no hiperónimo.

Em contrapartida, em *detestar cães*, o verbo aplica-se à intensão do substantivo *cão*, ou seja, ao conjunto de propriedades que compõem o sentido desse substantivo. Assim, *detestar cães* significa 'ter uma opinião negativa em relação às propriedades que fazem uma entidade ser um cão'. Por inferência, essa atitude afetiva estende-se a todos os seres denotados por palavras que são hipónimos de *cão* (caniches, pastores alemães, cães rafeiros, etc.), visto que todas elas são caracterizáveis pela propriedade 'cão'. Contudo, a atitude não "sobe" na hierarquia dos hiperónimos (como, p.e., *canídeo* ou *mamífero*), visto que estes não se caracterizam pela propriedade 'cão' (odiar cães não implica que se odeiem lobos ou baleias).

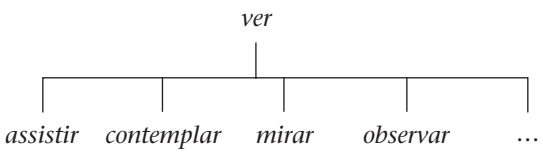
Verbos como *odiar*, *proibir*, *respeitar* e *temer* comportam-se da mesma forma que *detestar*. Este facto não é surpreendente, pois alguns destes verbos estão eles próprios relacionados com outros por meio de uma relação paralela à de hiponímia/hiperonímia nos nomes, relação usualmente referida como **troponímia.** Esta relação existe entre verbos que denotam eventos mais gerais (sobreordenados) e verbos que denotam eventos mais específicos (subordenados). Pode dizer-se, por exemplo, que essa relação existe entre *andar* e *coxear*, pois *coxear* pode ser definido como 'andar de um modo específico/particular' (cf. Barreto 2002).

Os verbos *desgostar*, *detestar* e *odiar* denotam um mesmo tipo de sentimento, embora com diferentes intensidades. Assim, sempre que a proposição '*x* odeia *y*' é verdadeira, então a proposição '*x* detesta *y*' também o é, mas não vice-versa: '*x* detesta *y*' não implica '*x* odeia *y*'. Em (22) e (23) ilustram-se duas hierarquias de hipónimos verbais (isto é, de relações de troponímia):

(22)



(23)



Como o hiperónimo e os seus hipónimos partilham parte do seu sentido, muitos processos lexicais aplicam-se tanto ao hiperónimo como aos seus hipónimos, diretos ou indiretos. Por exemplo, a relação de polissemia regular, discutida acima (cf. 8.3.2), observa-se de uma forma sistemática em todos os hipónimos de um hiperónimo. Assim, tanto *recipiente* como os seus hipónimos exibem dois sentidos polissémicos relacionados, o de 'utensílio' (cf. *amolguei o recipiente*) e o de 'capacidade' (cf. *entornei o recipiente*). Os hipónimos *colher*, *copo*, *panela* ou *tacho* possuem o mesmo tipo de polissemia observado no hiperónimo, como o leitor pode facilmente observar.

Também os hipónimos de um verbo tipicamente partilham parte do sentido do seu hiperónimo. Assim, p.e., todos os hipónimos de *abrir* em (22) selecionam o mesmo tipo de argumentos, combinam-se com o mesmo tipo de adjuntos adverbiais e podem ocorrer no mesmo tipo de estruturas, como exemplificado em (24) e (25):

(24) Ele {abriu/arrombou/entreabriu/escancarou} a porta com um tijolo.

(25) Ele {abriu/arrombou/entreabriu/escancarou} rapidamente a porta.

No entanto, um hipónimo verbal pode impor mais restrições do que o seu hiperónimo. Por exemplo, *abrir* permite exprimir a duração do estado resultante da ação através de um adjunto adverbial introduzido por *durante* (cf. a frase (26a), que significa que a janela esteve aberta durante cinco minutos depois de ter sido aberta); em contrapartida, *arrombar* apenas exprime a ação em si mesma, não permitindo exprimir a duração do estado resultante (cf. a estranheza de (26b)). Repare-se que *arrombar*, no entanto, permite exprimir a duração da própria ação, através de um adjunto adverbial introduzido por *em* (cf. (26c)):

(26) a. Ele abriu a janela *durante cinco minutos*.
b. #Ele arrombou a janela *durante cinco minutos*.
c. Ele arrombou a janela *em cinco minutos*.

Caso semelhante ocorre com *matar* e *assassinar*. Tal como é ilustrado em (27), o hiperónimo *matar* não requer um agente volitivo ou humano, contrariamente ao hipónimo *assassinar*. Por essa razão, (27b) é semanticamente anómalo:

(27) a. O maremoto matou Abel.
b. #O maremoto assassinou Abel.

8.7 Meronímia-holonímia

Um **merónimo** é uma palavra que denota uma parte incluída num todo maior. O termo que denota esse todo, por sua vez, chama-se **holónimo**. Por exemplo, as palavras *capa*, *contracapa* e *página* são merónimos de *livro* e, inversamente, *livro* é holónimo dessas palavras. O verbo *ter* pode ser usado para exprimir a relação de meronímia-holonímia, sendo o sujeito o holónimo e o complemento o merónimo: cf. *o livro tem muitas páginas* (*página* é merónimo de *livro*), *a cidade tem várias avenidas* (*avenida* é merónimo de *cidade*), *a casa tem um telhado* (*telhado* é merónimo de *casa*), *o júri tem cinco membros* (*membro* é merónimo de *júri*), *um dia tem vinte e quatro horas* (*hora* é merónimo de *dia*), etc.

Um dos aspetos distintivos desta relação é o facto de a entidade designada por um merónimo não estar necessariamente presente como uma parte de todas as entidades designadas pelo holónimo. Por exemplo, *índice* é um merónimo de *livro*, embora não seja necessariamente verdade que todos os livros têm um índice.

Um segundo aspeto desta relação é o facto de se poderem estabelecer estruturas relacionais complexas, pois uma palavra pode ter mais do que um merónimo e mais do que um holónimo. Por exemplo, *livro* tem como merónimos *capa*, *contracapa* e *página*, e tem como holónimos *coletânea* (no sentido de 'coleção de livros

de um mesmo autor, ou com o mesmo tema') e *biblioteca* (conjunto ordenado de livros possuídos por uma entidade). Da mesma forma, cada um destes merónimos e holónimos pode ter os seus próprios merónimos e holónimos. Assim, a palavra *página* (no sentido do conjunto de texto escrito) tem como merónimo *parágrafo*, que, por sua vez, tem como merónimo *linha*, e assim por diante, até *caráter*.

Para além disso, um merónimo pode ter mais do que um holónimo em campos semânticos diferentes. Por exemplo, a palavra *janela* é um merónimo de variadas palavras, incluindo meios de transporte (*autocarro*, *camião*, *carro*, *metro*, etc.) e edificações (*cabana*, *casa*, *prédio*, etc.). Em todos estes casos, uma parte integral que consiste numa abertura com uma determinada forma e disposição, ou no revestimento dessa abertura, é chamada *janela*.

Existem várias classes de meronímia-holonímia, que passamos a descrever mais detalhadamente.

Meronímia quantitativa

Na **meronímia quantitativa**, a relação parte-todo liga uma porção arbitrária a um todo sem partes distintas intrínsecas. Por exemplo, uma melancia não possui partes integrais distintas, como são, por exemplo, os gomos de um citrino. Contudo, um corte de parte de uma melancia é referido pelo nome *talhada*. Este termo requer uma forma específica (por exemplo, um cubo de melancia não é uma talhada) e requer um determinado tipo de holónimo (ver abaixo): um corte de queijo exatamente com a mesma forma e dimensão não é referido como *talhada*, mas sim como *fatia*. Em geral, classes de alimentos possuem termos específicos que referem as porções respetivas, como se ilustra em (28) (cf. também o Cap. 21):

(28) a. talhada – melancia, melão, meloa, abóbora
b. fatia – bolo, tarte, queijo, pão
c. naco – pão, carne, presunto
d. posta – peixe
e. bife – vaca, porco, frango, peru

Meronímia integral

Na **meronímia integral** ou **estrutural** (cf. Cap. 21), a parte é integral, individualizável, com funções próprias e claramente distinta do todo onde está inserida. É este o caso, por exemplo, de partes e peças, e o respetivo mecanismo onde estas se inserem. Alguns exemplos são dados em (29):

(29) a. asa – chávena
b. asa – pássaro
c. gomo – laranja
d. dedo – mão ou pé
e. manga – camisa, vestido, blusa
f. gargalo – garrafa
g. tronco – árvore
h. trinco – fechadura
i. parede – casa

❖ Meronímia inclusiva

Na **meronímia inclusiva**, a relação parte-todo liga uma entidade autónoma, com a sua própria identidade, a uma coleção. Por exemplo, uma floresta é formada por árvores, uma alcateia é formada por lobos, etc. Por outras palavras, a meronímia inclusiva estabelece uma ligação entre nomes **coletivos** (ou **grupais**) e os nomes que designam as entidades que compõem esses coletivos. Apresentam-se alguns exemplos em (30):

(30) a. lobo – alcateia
b. árvore – floresta
c. eucalipto – eucaliptal
d. sobreiro – montado
e. porco – vara
f. osso – esqueleto
g. tecla – teclado
h. peixe – cardume

Em muitos casos, o sentido do nome que representa o holónimo não se reduz a uma versão plural do sentido do nome que representa o merónimo. Assim, p.e., uma alcateia não é simplesmente um conjunto de lobos, visto que inclui também a ideia de uma hierarquia bem definida no grupo; e uma floresta não é simplesmente qualquer conjunto de árvores (um conjunto de árvores arrancadas do chão e empilhadas num armazém não é uma floresta).

À semelhança do que se exemplificou em (28), alguns nomes coletivos não possuem só um merónimo: p.e., uma manada pode ser formada por vários tipos de animal de grande porte (bovinos, equinos, paquidermes, etc.).

❖ Meronímia material

Na **meronímia material**, a relação parte-todo liga uma substância ingrediente (tipicamente expressa por um nome não contável, ou massivo; cf. Caps. 21 e 25) a uma substância mais complexa. Por exemplo, *álcool* é um merónimo material de *vinho* porque é um dos seus ingredientes necessários, mas não uma parte distinta, discernível e funcional, do vinho (contrariamente, p.e., ao volante de um carro). Ou seja, o sentido da palavra *vinho* de alguma forma implica um componente – entre outros – denotado por *álcool*. Apresentam-se outros exemplos em (31):

(31) a. açúcar – doce
b. limão – limonada
c. ginja – ginjinha
d. gema – gemada
e. nitroglicerina – dinamite
f. carne – bife

Note-se que as relações de meronímia podem entrelaçar-se. Por exemplo, *carne* é um merónimo material de *bife*, o qual, por sua vez, é um merónimo quantitativo de *vaca*, *porco* ou *peru*.

Na maior parte destes exemplos, a substância designada pelo merónimo é um fator necessário para se poder utilizar o holónimo correspondente como nome da

substância complexa. Por exemplo, não existe ginjinha sem ginja, dinamite sem nitroglicerina, ou limonada sem limões. É interessante notar, no entanto, que isso não acontece em relação a todos estes pares. Devido a determinados desenvolvimentos tecnológicos, existe hoje em dia café sem cafeína (também designado por *descafeinado*) e cerveja sem álcool; assim, em casos particulares, *cafeína* não é um merónimo de *café*, nem *álcool* um merónimo de *cerveja*.

Meronímia de subatividade

Na **meronímia de subatividade**, a relação parte-todo liga uma ação a outra ação na qual a primeira está incluída. Por exemplo, *pagar* é uma atividade que faz parte de uma atividade mais complexa, referida como *comprar*; outros casos são exemplificados em (32):

(32) a. falar – entrevistar
b. mastigar – comer
c. focar – fotografar

É importante notar que *pagar* e *comprar* não estão relacionados através de hiponímia-hiperonímia. As duas palavras pertencem a áreas semânticas distintas, embora estejam relacionadas pela meronímia de subatividade.

Repare-se que a subatividade designada pelo merónimo não se encontra necessariamente presente em todas as atividades ou situações designadas pelo holónimo. Por exemplo, não é necessário focar para fotografar, falar para entrevistar, ou mastigar para comer (cf. a expressão de censura *não comas sem mastigar!*).

Em certos casos, o merónimo e o holónimo de subatividade são palavras homófonas: cf., por exemplo, *pintar* ('aplicar tinta em alguma coisa' e 'criar uma pintura') e *escrever* ('inserir caracteres numa página' e 'criar um texto').

Meronímia espacial

A **meronímia espacial** é um tipo de meronímia em que a relação parte-todo liga uma área espacial a uma outra, mais abrangente, e em que as fronteiras entre as duas áreas são algo subjetivas. Ou seja, informalmente, *x* é merónimo espacial de *y* se *x* é uma subárea de *y*. Por exemplo, *baixa* é uma subárea de uma *cidade* densamente urbanizada, ainda que as suas fronteiras possam não ser completamente definidas. Em (33) são dados alguns outros exemplos de meronímia espacial.

(33) a. oásis – deserto
b. palma – mão
c. lombo – dorso
d. testa – face
e. nuca – cabeça
f. cume – montanha

8.8 Relações proposicionais

Nem todas as propriedades semânticas lexicais têm a ver com relações entre palavras. Algumas destas propriedades manifestam-se em inferências que envolvem

unidades frásicas, e têm a ver, em particular, com a relação que se estabelece entre um predicador (cf. Cap. 11) e os seus argumentos. Nesta secção, descrevem-se três relações que têm sido particularmente estudadas na literatura da Lógica e da Semântica: a simetria, a reflexividade e a transitividade.

8.8.1 Relações e predicadores simétricos

Com a maioria dos predicadores que selecionam dois argumentos (i.e., os predicadores de dois lugares; cf. Cap. 11), a ordem dos argumentos não é reversível. Assim, p.e., mantendo constante a referência dos nomes, a frase *a Joana gosta do Vasco* tem um significado diferente do da frase *o Vasco gosta da Joana*. Em particular, não se pode inferir a verdade de qualquer uma delas a partir da verdade da outra (ou seja, a Joana pode perfeitamente gostar do Vasco sem que o Vasco goste da Joana e vice-versa).

No entanto, existem predicadores de dois lugares que admitem uma tal reversibilidade, i.e., em que uma frase que corresponda ao esquema proposicional *a x b* implica a frase que corresponde ao esquema *b x a* e vice-versa (*a* e *b* representam argumentos, *x* representa o predicador)[14]. Assim, em (34a-c), a primeira frase implica a segunda e vice-versa:

(34) a. O Vasco casou(-se) com a Joana. = A Joana casou(-se) com o Vasco.
b. A Idalina é vizinha da Beatriz. = A Beatriz é vizinha da Idalina.
c. O Manuel é irmão da Maria. = A Maria é irmã do Manuel.

Dizemos então que *casar*(*-se*) (*com*), (*ser*) *vizinho* (*de*) e (*ser*) *irmão*/*ã* (*de*) são **predicadores simétricos**.

Como se observou acima, a maioria dos predicadores são **não simétricos**, como, p.e., os verbos *beijar*, *gostar* (*de*), *ver* e o nome *amigo* (*de*). Assim, a frase *o Vasco viu a Ana* não implica necessariamente a frase *a Ana viu o Vasco*; e o Pedro pode ser amigo do Paulo sem que o Paulo seja necessariamente amigo do Pedro.

Muitas línguas possuem uma construção gramatical que torna um predicador não simétrico num predicador simétrico: nomeadamente, a chamada **construção recíproca**. Nesta construção, os argumentos *a* e *b* constituem os dois termos de um sujeito coordenado, e no predicado ocorre o adjunto adverbial "de reciprocidade" *um* + preposição + *o outro* (*um do outro*, *uns com os outros*, etc.), como se ilustra em (35) (cf. Caps. 13 e 41)[15]:

(35) a. O Vasco e a Joana beijaram-se (um ao outro).
b. A Idalina e a Beatriz gostam uma da outra.
c. O Manuel e a Maria viram-se (um ao outro).
d. O Pedro e o Paulo são amigos (um do outro).

[14] As relações de implicação descritas nesta subsecção e nas seguintes estabelecem-se não entre as frases enquanto entidades gramaticais, mas sim entre as proposições expressas por essas frases (cf. Cap. 11). Para não sobrecarregar a exposição, no entanto, usamos o termo "frase" em vez de "proposição", pedindo ao leitor que faça o ajuste relevante.

[15] Se o predicador é um verbo transitivo, este é necessariamente "conjugado" com o pronome *se* e o adjunto de reciprocidade é opcional, como em (35a, c); quando o predicador é um nome, o adjunto é igualmente opcional, como em (35d). Na coordenação, os termos também são reversíveis: comparar (35a) com *a Joana e o Vasco beijaram-se* (*um ao outro*), etc.

Os predicadores simétricos também podem ocorrer nesta construção, como se ilustra em (36) (comparar com (34)):

(36) a. O Vasco e a Joana casaram (um com o outro).
b. A Idalina e a Beatriz são vizinhas (uma da outra).
c. O Manuel e a Maria são irmãos (um do outro).

Existem predicadores, chamados **assimétricos**, que, por razões lógicas, nunca permitem uma inferência de simetria, como *pai* (*de*), *mais alto* (*do que*), entre outros. Com estes, obviamente, nem as frases com o esquema proposicional *a x b* são equivalentes às frases com o esquema *b x a* (cf. (37a)), nem é possível construir uma frase recíproca bem formada semanticamente (cf. (37b)):

(37) a. O Eduardo é pai do Manuel. (≠ *o Manuel é pai do Eduardo*)
b. #O Eduardo e o Manuel são pais um do outro.

8.8.2 Relações e predicadores reflexos

Quando os dois argumentos de um predicador de dois lugares referem a mesma entidade, obtém-se uma **frase reflexa**. Em português, estas frases contêm uma só ocorrência do argumento, com a função de sujeito, e no seu predicado ocorre um adjunto adverbial "de reflexividade", preposição + *si próprio* ou preposição + *si mesmo* (e suas variantes morfológicas em género e número), como se ilustra em (38) (cf. Caps. 13 e 41)[16]:

(38) a. O doente lavou-se (a si próprio).
b. O Pedro não gosta de si mesmo.
c. A Maria é amiga de si própria.

A verdade destas frases é, obviamente, contingente, ou seja, não é necessariamente verdadeiro que um doente se lave a si próprio, nem que o Pedro de que se fala goste de si mesmo, nem que a Maria que eu conheço seja amiga de si própria.

No entanto, existe um pequeno número de predicadores com os quais, por motivos lógicos, as frases reflexas são necessariamente verdadeiras, qualquer que seja o contexto. Ou seja, com estes predicadores, chamados **predicadores reflexos**, o esquema proposicional *a x a* (*a* designa os argumentos, *x* o predicador), linguisticamente expresso por uma frase reflexa, é sempre verdadeiro. A maioria, se não a totalidade, dos predicadores reflexos representa relações de identidade ou de igualdade: cf. *o João é igual a si próprio*, *a Maria é tão alta como ela própria*, *o Pedro tem a mesma idade que ele próprio*. Por serem tautologias, estas frases são geralmente sentidas como estranhas (e pouco informativas) pela maioria dos falantes.

A maioria dos predicadores de dois lugares (*lavar*, *gostar* (*de*), *amigo* (*de*), etc.) são **não reflexos**; ou seja, como se observou acima, com eles as proposições que correspondem ao esquema *a x a* são apenas contingentemente verdadeiras. Finalmente, existem vários predicadores que, por razões lógicas, são **irreflexos**; ou seja,

[16] De novo, se o predicador é um verbo transitivo, este é necessariamente "conjugado" com o pronome "reflexo" *se* e o adjunto de reciprocidade é opcional, como em (38a). Em construções comparativas, em vez de uma preposição, ocorre uma conjunção-complementador (cf. os exemplos dois parágrafos a seguir, no texto).

com esses predicadores, as proposições representadas pelo esquema *a x a* nunca podem ser verdadeiras: cf., por exemplo, (*ser*) *pai* (*de*), (*ser*) *mais alto* (*do que*), etc.

Tal como a construção recíproca torna um predicador não simétrico num predicador simétrico (cf. 8.8.1 e os exemplos em (35)), também a construção reflexa, acima descrita, torna um predicador não reflexo num predicador reflexo (cf. (38)).

Em português existem verbos inerentemente reflexos, como o verbo *suicidar-se* (cf. *ele suicidou-se* e a impossibilidade de **ele suicidou o Luís*)[17]. Certos prefixos, como *auto-*, também convertem um predicador não reflexo num predicador reflexo, exigindo sempre o pronome clítico *se*: cf. *ele autorrecriminou-se*. Outros verbos são convertidos em predicadores "reflexos" quando têm determinado tipo de complementos. É o caso de *abrir* quando o seu complemento é uma expressão que denota uma parte do corpo, como em *abrir a mão*: numa frase como *o João abriu a mão*, a mão em questão é necessariamente a da entidade referida pelo sujeito (neste caso, o João).

8.8.3 Relações e predicadores transitivos

Os **predicadores transitivos**[18] são aqueles que selecionam (pelo menos) dois argumentos e permitem a seguinte inferência: se as frases que correspondem ao esquema proposicional *a x b* e *b x c* são ambas verdadeiras, então a frase que corresponde ao esquema proposicional *a x c* também é verdadeira. Muitos dos predicadores que denotam relações espaciais, como *conter*, (*estar*) *no interior* (*de*), *sobrevoar*, são transitivos. Por exemplo, se as frases (a) e (b) dos exemplos abaixo forem verdadeiras, então as frases (c) também o serão[19]:

(39) a. O balão sobrevoa o helicóptero.
b. O helicóptero sobrevoa o barco.
c. O balão sobrevoa o barco.

(40) a. As joias estão no interior da caixa.
b. A caixa está no interior do cofre.
c. As joias estão no interior do cofre.

A maioria dos predicadores são **não transitivos**, como *beijar*, *colidir*, *empurrar*, *gostar* (*de*), *odiar*, *zangar-se* (*com*), etc. Assim, se as frases (a) e (b) dos seguintes exemplos forem verdadeiras, nada implica que as frases (c) também o sejam, embora possam sê-lo, em determinadas situações:

(41) a. O Carlos gosta da Ana.
b. A Ana gosta do Pedro.
c. O Carlos gosta do Pedro.

---

[17] Paradoxalmente, e mau grado a presença do pronome *se*, as frases com *suicidar-se* não são casos da construção reflexa: cf. a impossibilidade de **ele suicidou-se a si próprio*. Este verbo combina-se "intrinsecamente" com *se*, tal como *afundar-se*, *ajoelhar-se*, *queixar-se*, etc.

[18] É crucial referir aqui que a noção de transitividade discutida nesta subsecção é de natureza lógico-semântica, nada tendo a ver com a noção de transitividade sintática caracterizada nos Caps. 11 e 28.

[19] Para além disso, é necessário que a referência dos argumentos seja a mesma nas três frases, e que as situações descritas se integrem no mesmo "macroevento". Por exemplo, se o helicóptero mencionado em (39a) for diferente do que é mencionado em (39b), ou se (39a) e (39b) representarem eventos distintos espacial e temporalmente, é evidente que a inferência transitiva não se obtém.

(42) a. O carro colidiu com o jipe.
b. O jipe colidiu com o muro.
c. O carro colidiu com o muro.

Um **predicador intransitivo**, por sua vez, é aquele que nunca suporta qualquer inferência transitiva; por outras palavras, uma frase que corresponda ao esquema da inferência será sempre contraditória com as frases obedecendo ao esquema das premissas. Um exemplo é o predicador (*ser*) *pai* (*de*): se forem verdadeiras as frases *o Pedro é pai do Luís* e *o Luís é pai do Paulo*, então é necessariamente falsa a frase *o Pedro é pai do Paulo*. No domínio espacial, o predicador (*estar*) (*diretamente*) *ao lado* (*de*) é igualmente intransitivo: assim, se a Maria estiver (diretamente) ao lado da Alexandra e a Alexandra estiver (diretamente) ao lado da Clara, a Maria não pode estar (diretamente) ao lado da Clara.

Contrariamente às relações simétrica e reflexa, não existe qualquer construção gramatical que torne um predicador não transitivo num predicador transitivo.

9 PROCESSOS DE LEXICALIZAÇÃO 215
9.1 Noções gerais sobre lexicalização 217
9.2 Valores semânticos, classes lexicais ou gramaticais e valores funcionais das unidades multilexicais 221
9.3 Identificação das unidades multilexicais e aferição dos seus graus de lexicalização 223
9.3.1 Propriedades formais das unidades multilexicais 225
9.3.1.1 Plano paradigmático 225
9.3.1.1.1 Substituição lexical 226
9.3.1.1.2 Variação flexional 230
9.3.1.2 Plano sintagmático 232
9.3.2 Propriedades semânticas das unidades multilexicais 238
9.3.2.1 Uso das unidades multilexicais em línguas especializadas 241
9.3.3 Aspetos quantitativos das unidades multilexicais 244

9 PROCESSOS DE LEXICALIZAÇÃO

Existem, na língua, sequências de palavras com comportamentos unitários ou tendencialmente unitários, isto é, semelhantes aos de uma palavra única, resultantes de conexões formais e semânticas que se foram estabelecendo entre os seus elementos e que o uso consagrou (cf. *dizer à boca cheia*, *de forma geral*, *à sua saúde*, etc.). Essas sequências **lexicalizadas** são aqui chamadas **unidades multilexicais** e ao processo da sua formação chamamos **lexicalização**[1]. A lexicalização é, pois, neste capítulo, definida como um processo gradual de fixação de sequências de palavras em grupos formal e semanticamente coesos, com um comportamento semelhante ao de uma unidade do léxico.

Na formação destes grupos, a coesão das palavras entre si pode tornar-se maior ou menor, dependendo, entre outros fatores, do momento mais ou menos recente em que se formaram e do seu grau de fixação no uso. Entre os grupos que apresentam maior coesão, temos itens como *lugar-comum* = 'banalidade'; *de se lhe tirar o chapéu* = 'excelente'; *esticar o pernil* = 'morrer'; *por um triz* = 'quase'; *ainda que* = 'embora'; *de acordo com* = 'conforme'; noutros grupos, o grau de coesão é menor, embora também se vão fixando no uso, por serem muito recorrentes: cf. *mania das grandezas*, *abandono escolar*, *absolutamente indispensável*, *passar fome*, *ficar a ganhar*, *fora de série*, *por mero acaso*. Todas estas sequências serão aqui globalmente consideradas unidades multilexicais[2].

---

[1] O termo "lexicalização" tem sido usado com vários sentidos, por vezes muito abrangentes, como seja o da criação, em geral, de novos "lexemas" (cf. Lyons 1977), ou o da criação de palavras lexicais ou gramaticais, simples ou complexas, resultantes de mudanças morfológicas, sintáticas ou semânticas, ocorridas sobre palavras já existentes. Neste último sentido, recobre processos morfológicos produtivos, como a composição e a derivação, e menos produtivos, como a conversão, a redução, a abreviação ou a amálgama. Outras vezes, o termo é usado num sentido muito restrito, como, p.e., o da especialização semântica de uma palavra (cf. Downing 1977). Também há autores que chamam lexicalização ao processo de "desgramaticalização", que se traduz na passagem de uma palavra gramatical a palavra lexical (plena), ou seja, o processo oposto ao da gramaticalização (cf. Cap. 10 sobre processos de gramaticalização).

[2] Consideramos que estes grupos formam unidades multilexicais, independentemente da sua ortografia. Alguns constam de vocabulários e de dicionários com o estatuto de entradas autónomas e são grafados com hífen. Mas é extremamente hesitante esta grafia, quer nos dicionários, quer na escrita corrente; assim, não trataremos de modo diferente os grupos que alguns dicionários registam com entrada própria, ortografados com hífen (consagrando-os como unidades no léxico) e aqueles que não são habitualmente registados dessa maneira, sendo antes tratados no interior dos artigos dos dicionários, sob a entrada de um dos seus componentes.

Os compostos sintáticos (cf. Cap. 58) como *desportos radicais*, *condomínio fechado* ou *cadeira de rodas* podem ser vistos como expressões sintáticas lexicalizadas, isto é, como unidades multilexicais. O mesmo acontece com as siglas, como *PS*, e os acrónimos, como *ONU*, que também têm na base da sua formação sequências lexicais de natureza sintagmática (respetivamente *Partido Socialista* e *Organização das Nações Unidas* (cf. Caixa [2]).

O processo de lexicalização das unidades multilexicais é um processo gradual, não regular e, em caso de forte grau de fixidez e coesão semântica dos seus elementos, o resultado final tem de ser definido individualmente no dicionário, pois a expressão, no seu sentido atual, não é (ou já não é) analisável semanticamente. Por exemplo, o sentido da expressão *meter os pés pelas mãos* não se deduz a partir do sentido dos elementos que a formam, sendo necessário defini-lo no dicionário como 'confundir-se, contradizer-se'. Quando a interpretação de uma expressão é obtida a partir do significado dos elementos que a formam, diz-se que o seu significado é **composicional** (p.e., o significado da sequência *ver um cão* é obtido a partir do significado das suas palavras constitutivas *ver*, *um* e *cão*). Quando isso não acontece, como sucede em *meter os pés pelas mãos*, diz-se que o significado da expressão é **não composicional**.

Existem também muitas sequências com um menor grau de fixidez e de coesão interna que são incluídas, sem definição, nos dicionários que registam grupos de palavras usuais. Por exemplo, na entrada "consumo", estes dicionários podem incluir sequências como *bens de consumo*, *sociedade de consumo*, *impróprio para consumo*, consagradas pelo uso, e que, embora mantendo o significado literal de cada elemento e tendo uma interpretação composicional, adquiriram também, de acordo com a perspetiva aqui seguida, o estatuto de unidades multilexicais.

À lexicalização estão associados processos de fixação sintática, semântica e pragmática que originam uma mudança linguística; diz-se que há **rotinização** quando as expressões lexicalizadas que decorrem desses processos se tornam familiares e rotineiras; um processo relacionado e mais avançado é o da **institucionalização**, que ocorre quando são aceites por toda ou por uma parte significativa da comunidade linguística. Passam, então, a fazer parte do inventário lexical da língua e, como tal, são adquiridas e memorizadas pelos falantes (nativos ou não) e inscritas nos dicionários.

A lexicalização, no sentido que aqui vamos desenvolver, processa-se ao longo do tempo. Existem sempre, em qualquer período da língua, frases ou grupos ambíguos, que podem ser usados quer como "sequências livres", i.e., interpretadas composicionalmente e contendo elementos sintática e semanticamente independentes, quer (em contextos diferentes) de uma forma na qual se observa um processo de lexicalização, em que os seus elementos perderam parcial ou totalmente a independência sintática e semântica, adquirindo, em maior ou menor grau, um caráter unitário. É o caso, por exemplo, da expressão *fazer a cama*, que pode ser usada com a significação literal 'fabricar uma determinada peça de mobiliário' ou então, enquanto unidade multilexical, com o sentido de 'arranjar as roupas da cama' ou com o sentido de 'armar uma cilada' (cf. a discussão desta unidade multilexical em 9.1).

Este capítulo articula-se do seguinte modo: em 9.1 discutem-se noções gerais sobre lexicalização; em 9.2 caracterizam-se as unidades multilexicais quanto às áreas

semânticas (e pragmáticas) em que ocorrem e quanto à sua classe e função gramatical; em 9.3 classificam-se as unidades multilexicais de acordo com o seu grau de lexicalização e discutem-se as suas propriedades formais, semânticas e pragmáticas mais salientes.

9.1 Noções gerais sobre lexicalização

A lexicalização cria unidades multilexicais cuja estrutura apresenta um maior ou menor grau de coesão interna, falando-se, concomitantemente, de "lexicalização (mais ou menos) forte ou fraca". Revelam um forte grau de lexicalização as unidades multilexicais formadas por compostos morfossintáticos, como *surdo-mudo*, *andar-modelo*, *peixe-espada*, por grupos sintagmáticos[3], como *pés-de-galinha* ou *andar à nora*, por siglas, como *TV*, por acrónimos, como *sida*, por fórmulas ritualizadas de saudação, como *passou bem?*, e de delicadeza, como *se faz favor*, e ainda por vários tipos de aforismos[4], como *mais vale prevenir do que remediar*.

A par destes exemplos com alto grau de unidade formal e semântica, observam-se também, muito frequentemente, outras coocorrências sistemáticas de palavras, com menos coesão interna, que mantêm o sentido literal de alguns ou mesmo de todos os seus elementos e que formam uma unidade de uso (cf. *fogo posto*, *estado lastimoso*, *politicamente correto* ou *induzir em erro*). Estes grupos (considerados aqui também como unidades multilexicais) são chamados **colocações**, **combinatórias** ou **coocorrentes privilegiados**, termos que designam, assim, a tendência particular de certas palavras para ocorrerem em combinação com determinadas outras, em certos contextos[5].

> [1] As unidades multilexicais têm recebido designações genéricas muito diversas e por vezes conflituosas, como sejam, entre outras, "frases feitas, expressões/frases estereotipadas/cristalizadas", "unidades multilexicais", "expressões pluriverbais", "locuções", "lexias complexas", "frasemas", "pragmatemas", "clichés", "idiomatismos", etc. Esta proliferação terminológica e o uso de termos diferentes com o mesmo sentido em nada têm contribuído para clarificar as noções relacionadas com este tema.

O que têm em comum estes diversos tipos de sequências de palavras é o facto de, em todas elas, se terem estabelecido progressivamente relações combinatórias (mais ou menos) fortes entre os seus elementos, relações essas que se foram consolidando formal, semântica e pragmaticamente, em maior ou menor grau, dando origem a grupos (mais ou menos) fixos, mas muito recorrentes no uso, qualquer que seja o seu grau de fixidez. Todos eles são grupos de palavras "pré-construídos", de que o falante dispõe e que utiliza automaticamente e de forma inconsciente, mesmo quando são analisáveis nos seus elementos constitutivos.

---

[3] Alguns destes grupos são também chamados "compostos sintáticos" no Cap. 58.

[4] Os aforismos englobam sentenças de origem culta e máximas de cunho popular; adotamos aqui a definição de "aforismo" dada por Prado Coelho (1969:26), como «expressão concisa de um pensamento moral».

[5] O termo inglês "*collocation*", que em francês corresponde a "*combinatoire*", foi definido pela primeira vez por Firth (1957) como «*actual words in habitual company*», «palavras que coocorrem habitualmente» (t.n.).

A consolidação formal da sequência implica, por um lado, que existe pouca (nalguns casos, nenhuma) liberdade de escolha das palavras que a constituem e, por outro lado, que a sua estrutura morfossintática se vai tornando fixa. Dizemos que há **des-sintatização** quando os falantes deixam de ter consciência de uma construção sintática subjacente à sequência e esta passa a funcionar como uma palavra simples: cf. *cara de pau* ou *fim de semana*.

A consolidação semântica consiste na perda do significado composicional dos elementos da unidade multilexical, através de um processo de **semantização** de todo o grupo. Quer isto dizer que o significado da sequência deixa de poder deduzir-se da combinação dos significados de cada uma das palavras que a compõem; a sequência adquire então um significado global, cristalizado e unitário, muitas vezes de caráter metafórico e por vezes completamente opaco. Quando se atinge o grau máximo de fixidez formal e de consolidação semântica, tem-se uma só unidade de forma e de sentido constituída por várias palavras, um processo chamado **idiomatização**. Neste caso, os falantes já não encontram nos elementos da expressão qualquer motivação para o seu sentido global. Por exemplo, em *estar com a pulga atrás da orelha* os falantes não veem hoje motivação para o sentido global de 'desconfiar' que a expressão tem.

A consolidação pragmática de uma unidade multilexical, por sua vez, consiste numa habituação (ou **rotinização)** do uso combinado das palavras que a formam. Note-se que, neste caso, as palavras não perdem necessariamente o seu significado individual, podendo manter uma certa "liberdade" semântica. A rotinização é favorecida pela frequente utilização das unidades multilexicais, quer em usos comuns, do dia-a-dia (cf. *cabeça no ar*, *consciência tranquila*, *apinhado de gente*, *banhado em lágrimas*, *esfregar as mãos de contente*, *contrair um empréstimo*, *estar condenado ao fracasso*), quer em usos específicos, de natureza técnica, científica, etc. (cf. *acidente vascular cerebral*, *artrite reumatoide*, *massa molecular*, *ângulo de reflexão*, *consolidação orçamental*, *mercado de capitais*, *carta rogatória*, *ação cível*). Existem também situações de comunicação, sejam elas mais ou menos formais, que favorecem a rotinização das expressões (cf. as expressões de saudação como *bom dia! como está?* ou de início ou fim de discurso oral como *ora viva! até logo!* ou de discurso escrito, como *caro amigo*, *com os meus melhores cumprimentos*). Em todos estes casos, os falantes memorizam e armazenam as combinatórias como um todo, no seu léxico mental, e dessa forma as utilizam.

Contrariamente às combinações livres de palavras, as unidades multilexicais, enquanto expressões lexicalizadas, para além de não obedecerem à livre escolha dos falantes no que respeita aos elementos que as constituem e à sua estruturação, adquirem, por vezes, um semantismo próprio, institucionalizado pelo uso.

Nomes como *lugar* e alguns dos adjetivos com que se podem combinar ilustram bem estas observações. Por exemplo, a propósito de um lugar onde as pessoas se sentem bem, pode escolher-se, livremente, dizer *que lugar simpático*, *que sítio aprazível*, *que local ameno* ou *agradável* ou qualquer outra combinação entre os nomes *lugar*, *sítio* e *local* e os adjetivos *simpático*, *aprazível*, *ameno* ou *agradável*, em qualquer das duas ordenações nome + adjetivo ou adjetivo + nome. A escolha do nome e do adjetivo, bem como a sua ordem, não implicam uma alteração substancial do significado do sintagma nominal. Estes casos são, pois, exemplos de sequências livres.

Em contrapartida, se se quiser falar de um texto cheio de banalidades, pode dizer-se: *quantos lugares comuns!* Mas, para este mesmo sentido, não se poderá optar por dizer *quantos lugares usuais*, *quantos sítios vulgares*, *quantos locais banais* ou qualquer outra combinação dos nomes *lugar*, *sítio* e *local* com os adjetivos *usual*, *vulgar* ou *banal*. Do mesmo modo, não é possível inverter a ordem entre o nome *lugares* e o adjetivo *comuns*: cf. a estranheza de #*quantos comuns lugares!*[6]. Ou seja, a sequência *lugar comum* passou a ser uma unidade multilexical, i.e., um sintagma fortemente lexicalizado, que não admite variação na escolha nem na ordem dos seus elementos constitutivos, tendo adquirido o sentido figurado de 'banalidade'; como tal, é produzido e reconhecido pelos falantes e atualmente tem entrada própria, sendo grafado com hífen, na maior parte dos dicionários.

Quer se trate da formação de palavras compostas, como *guarda-chuva* ou *corrimão*, quer da fixação de unidades gramaticais, como *em vez de* ou *por conseguinte*, e lexicais, como *mercado negro*, *perder a cabeça* ou *dar com os burrinhos na água*, está-se perante um processo de lexicalização, que pode, na sua origem, ter sido determinado pela necessidade de criação de novas designações, mas que é sempre o resultado da combinação frequente de elementos originalmente autónomos. Estes elementos vão perdendo gradualmente a sua autonomia formal, fixando-se, por vezes, em formas totalmente cristalizadas (*coca-bichinhos* e não *coca-bichos*; *tem-te não caias* e não *tenha-se não caia*); e vai-se tornando também fixa a sua ordem de ocorrência no grupo (*saia-casaco* e não *casaco-saia*; *de viva voz* e não *de voz viva*). Concomitantemente, os elementos vão perdendo a sua autonomia semântica dentro da unidade multilexical, que passa a ter um significado global, o qual tem de ser adquirido e memorizado pelos falantes da mesma forma que o significado das palavras simples; i.e., o falante tem de aprender que, p.e., *perder a cabeça* significa 'descontrolar-se' e *dar com os burrinhos na água* significa 'falhar'. Mesmo nos casos em que os elementos da sequência lexicalizada não perdem o seu significado autónomo, e, logo, o sentido do grupo não é opaco, o seu uso global não se confunde com o uso de uma sequência idêntica não lexicalizada (cf. a discussão a seguir sobre *fazer a cama*).

Sendo a lexicalização o resultado de um processo gradual, é possível observar, tanto diacronicamente como sincronicamente, expressões que atingiram diferentes graus deste processo. Assim, por exemplo, no momento atual, a sequência de palavras *fazer a cama* é ambígua: pode ocorrer como uma combinação livre em que cada uma das palavras mantém o seu sentido individual (cf. (1a)) ou apresentar características que a identificam como uma unidade multilexical, apresentando, contudo, diferentes graus de lexicalização: (i) uma combinatória em que ainda se pode deduzir o sentido global da unidade a partir do sentido dos seus elementos (cf. (1b)), ou (ii) uma combinatória que atingiu o grau máximo de lexicalização, tendo adquirido um sentido não composicional totalmente idiossincrático (cf. (1c)). A mesma expressão pode, ainda, fazer parte de um aforismo (cf. (1d)) que tem também, tal como (1c), um significado global, não composicional:

[6] Neste exemplo, e noutros deste texto, o símbolo "#" é usado para indicar que a unidade multilexical não é possível na interpretação que se discute.

(1) a. O marceneiro *fez-lhe a cama* e a cómoda. (= fabricou-lhe a cama)
b. A mãe *fez-lhe a cama* logo de manhã. (= arranjou-lhe as roupas da cama)
c. O colega *fez-lhe a cama* e ele foi despedido. (= armou-lhe uma cilada)
d. *Quem boa cama fizer nela se deitará*. (= terá um bom futuro quem o souber preparar)

Em (1a), as palavras *fazer* e *cama* mantêm o seu significado individual de 'produzir' e de 'peça de mobiliário para as pessoas se deitarem', entrando as duas em relações paradigmáticas com outras palavras da mesma área semântica, como *fabricar* e *construir* (para *fazer*) e *cómoda*, *cadeira* ou *estante* (para *cama*). Estas palavras podem ser substituídas na frase, preservando a sua interpretabilidade e alterando-a apenas em partes bem delimitadas do seu conteúdo (cf. *o marceneiro fabricou-lhe/construiu-lhe a cómoda/estante*. Em (1b-d), no entanto, essas substituições são impossíveis, uma vez que a expressão *fazer a cama* (*a alguém*) funciona globalmente, ou seja, como uma "grande" palavra, com um significado bem diferente do significado composicional que a expressão correspondente tem em (1a).

Como fica patente nos exemplos (1b,c), as expressões lexicalizadas, à semelhança das palavras individuais, podem ter vários sentidos. Em (1b), o sentido da expressão, embora menos transparente do que o de (1a), não é completamente opaco, pois o verbo *fazer* não ficou totalmente vazio de sentido (sendo usado aqui na aceção de 'arranjar, arrumar') e *cama* está usado metonimicamente como 'roupa da cama'. Em contrapartida, em (1c), a expressão *fazer a cama*, usada metaforicamente com o sentido de 'armar uma cilada', é semanticamente opaca, não sendo interpretada de nenhum modo a partir dos seus elementos constitutivos.

Esta diferença semântica reflete-se também na maneira como a expressão interage com determinados fenómenos sintáticos. Assim, *fazer a cama*, em (1b), está mais próxima da sequência livre de (1a) porque admite, tal como esta[7], variação flexional (cf. (2a)) e sintática (cf. (2b-e)):

(2) a. As mães *faziam as camas* das crianças logo de manhã. [variação flexional do verbo e dos elementos do SN]
b. *A cama*, a mãe vai *fazer-lha* logo de manhã. [construção de topicalização]
c. *Que cama* é que a mãe *fez*? [construção interrogativa]
d. *A cama* que a mãe *fez* ficou pronta logo de manhã. [construção relativa]
e. *A cama foi-lhe feita* pela mãe logo de manhã. [construção passiva]

Em (1c), *fazer a cama* admite variação na flexão verbal (cf. (3a)), mas não variação sintática (cf. (3b-d)):

(3) a. Os colegas *fizeram-lhe a cama* e ele foi despedido. [variação na flexão verbal: pessoa, tempo e modo]
b. #*A cama*, o colega *fez-lha* e ele foi despedido. [construção de topicalização]
c. #*Que cama* é que o colega *lhe fez*? [construção interrogativa]
d. #*A cama foi-lhe feita* pelo colega. [construção passiva]

[7] As variações de *fazer a cama* como sequência livre, correspondentes às de (2), são, respetivamente, *os marceneiros fizeram-lhes as camas*; *a cama, o marceneiro fez-lha* (*por bom preço*); *que cama é que o marceneiro lhe fez?*; *a cama que o marceneiro lhe fez ficou linda* e *a cama foi-lhe feita pelo marceneiro*.

Do cotejo destes exemplos se conclui que é em (1c) que a sequência atinge um maior grau de lexicalização.

Por sua vez, o exemplo (1d) forma, no seu todo, um enunciado completo, de sentido unitário e idiossincrático, com alto grau de generalidade. Trata-se de «uma unidade de comunicação mínima» (Zuluaga 1980:192, t.n.) e aqui o elemento *fazer a cama* pode ser interpretado como 'preparar o futuro'.

Em síntese, existe lexicalização quando as palavras de um sintagma ou de uma frase, tipicamente, perdem a sua independência semântica, passando a formar um grupo mais ou menos "fixo" ao qual estão associados contextos de uso e/ou significados específicos. Consequentemente, existem limitações fortes na escolha e na combinação das palavras que formam estes grupos; as palavras tendem a "escolher-se" umas às outras de maneira restrita, ou seja, manifestam aquilo que se chama **cosseleção**. Esta situação contrasta com o que se passa na formação de sintagmas e frases "normais" ou "livres", em que as palavras são livremente escolhidas pelos falantes e mantêm o seu significado próprio[8].

Assim, de acordo com Sinclair (1991), quando se constroem sintagmas e frases "livres", faz-se um uso quase ilimitado das possibilidades de estruturação sintática das palavras e estas são selecionadas de acordo com um "princípio de livre escolha". Em contrapartida, quando se constroem unidades multilexicais, essas possibilidades estão, de um modo ou de outro, limitadas, dando lugar à utilização automática de combinatórias previamente construídas, e a sua seleção deve-se a um "princípio idiomático"[9].

9.2 Valores semânticos, classes lexicais ou gramaticais e valores funcionais das unidades multilexicais

As unidades multilexicais distribuem-se por várias áreas semânticas e pragmáticas:

(i) expressões com que se designam realidades extralinguísticas do quotidiano (*pão com manteiga*, *café com leite*, *vinho branco*, *ferro elétrico*, *serviço de chá*, *trem de cozinha*);

(ii) expressões que respondem à necessidade de criar denominações especializadas, científicas, técnicas, artísticas, etc. (*água forte*, *água-pesada*, *órgão consultivo*, *sequenciação do genoma humano*, *deduzir acusação*, *natureza-morta*);

(iii) variantes "expressivas" de palavras ou sintagmas com um significado expressivo mais neutro (*dias a fio* por *dias seguidos*; *fino como um coral* por *muito fino* ('esperto'); *tratar alguém abaixo de cão* por *tratar alguém muito mal*);

(iv) expressões de natureza geral ou específicas de determinadas áreas (*cultura geral*, *fluxo migratório*, *drogas ilícitas*, *sinais exteriores de riqueza*, *fora do comum*, *do foro privado*, *matar à fome*, *estar em foco*);

[8] Existem também, obviamente, restrições de natureza sintática, morfológica e semântica na construção dos sintagmas e das frases.

[9] Estes dois princípios não se excluem mutuamente, podendo, até, coexistir na mesma expressão, como, p.e., em certas unidades multilexicais com um menor grau de lexicalização.

(v) expressões com uma função exclusivamente pragmática: saudações e fórmulas de cortesia (*bom dia* ou *muito prazer em conhecer*), formas de início ou fecho de discurso (*era uma vez* ou *sem outro assunto*), ditos (*quem sai aos seus não degenera*), máximas (*não deixes para amanhã o que podes fazer hoje*);

(vi) provérbios (*grão a grão enche a galinha o papo*, *cão que ladra não morde*, *dezembro frio, calor no estio*);

(vii) siglas (*RTP* – Rádio Televisão Portuguesa, *CTT* – Correios, Telégrafos e Telefones, *EDP* – Eletricidade de Portugal);

(viii) acrónimos (*sida* – síndrome de imunodeficiência adquirida ou *AMI* – Ajuda Médica Internacional).

> [2] A abreviação de unidades sintagmáticas faz parte do processo de lexicalização e inclui a **siglação** (formando **siglas**), a **acronímia** (formando **acrónimos**) e, ainda, o uso de **abreviaturas**, na escrita. Na siglação, combinam-se as iniciais de palavras plenas de um sintagma (cf. *AR < Assembleia da República*, *IRS < imposto sobre o rendimento de pessoas singulares*) ou as iniciais dos elementos de palavras complexas (cf. *TV < televisão* ou *ECG < eletrocardiograma*). Uma característica importante das siglas (que as distingue dos acrónimos) é o facto de a sua pronúncia ser feita letra a letra. A formação dos acrónimos, por sua vez, é semelhante à das siglas, com a diferença de que os acrónimos têm estrutura silábica, isto é, são pronunciados como uma palavra da língua (cf. *OPA < oferta pública de aquisição*, *IVA < imposto sobre o valor acrescentado*, *ETAR < estação de tratamento de águas residuais*). Finalmente, as abreviaturas consistem em reduções de palavras no registo escrito da língua (cf. *a.C. < antes de Cristo*, *V. Exa. < Vossa Excelência*, *s.d. < sem data*, *Sr. Dr. < Senhor Doutor*).

As unidades multilexicais pertencem a várias classes, lexicais ou gramaticais[10], dependendo do seu núcleo (cf. Cap. 11), e têm funções variadas na frase ou dentro de um sintagma nominal: podem ser (i) nominais[11] (cf. *chamavam-lhe caixa de óculos*, *só uso sal marinho*, *é preciso dar-lhes apoio logístico*, *avaliámos ganhos e perdas*), funcionando como argumentos; (ii) adjetivais (cf. *o rapaz está são como um pero*), funcionando como modificadores nominais restritivos ou como predicativo do sujeito; (iii) preposicionais, com a função de adjunto adverbial (cf. *a dada altura perguntaram-me por ti*, *gosto de tripas à moda do Porto*, *por alturas de Coimbra*, *o carro avariou*); (iv) verbais, funcionando como predicado (cf. *só ontem me dei conta de que tinhas razão*, *mandaste fazer essas calças*, *celebraram um contrato de compra e venda de propriedades*, *eles fazem vista grossa aos erros dos amigos*); (v) orações completivas infinitivas, funcionando como modificador de nome ou como

[10] Designam-se por "unidades multilexicais gramaticais" as locuções gramaticais de vários tipos: conjuncionais, como *ao passo que* e *ainda que*; relativas e/ou interrogativas, como *por que*, *o qual*, etc. Autores como Benson et al. (1986a e 1986b) e Hausmann (1989) só consideram como expressões multilexicais as que são constituídas por itens lexicais (plenos), excluindo, assim, as locuções gramaticais. Neste capítulo não consideramos as locuções gramaticais, que são tratadas nos capítulos dedicados às várias classes a que pertencem.

[11] Alguns autores incluem nestas categorias nomes próprios geográficos (*Mar Vermelho*, *Golfo Pérsico*), de períodos históricos (*Idade Média*, *Revolução Francesa*), de personalidades históricas (*Rei Sol*, *Dama de Ferro*), de instituições (*Cruz Vermelha*, *Legião Estrangeira*).

predicativo do sujeito (cf. *estou com um vestido de trazer por casa*, *o teu procedimento foi de se lhe tirar o chapéu*).

Em certos casos, a lexicalização reclassifica uma expressão que pertence originariamente a uma classe (lexical ou sintagmática) noutra classe lexical: cf. *as pessoas sem abrigo* (sintagma preposicional atributivo, com função adjetival) → *os sem-abrigo* (nome); noutros casos, a lexicalização envolve fenómenos de gramaticalização das palavras que constituem a unidade multilexical (i.e., a passagem da expressão ou de um dos seus elementos de uma classe lexical para uma classe gramatical. Para vários exemplos desta reclassificação, cf. Cap. 10).

9.3 Identificação das unidades multilexicais e aferição dos seus graus de lexicalização

Firth, no artigo em que escreveu a sua célebre frase «*You shall know a word by the company it keeps*», «Conhecerás uma palavra pela sua companhia» (t.n.) (Firth 1957), chamava a atenção para a importância de se estudarem e caracterizarem as palavras tendo em atenção as outras palavras com que podem coocorrer, designando por "*collocations*" ("colocações", em português) as possibilidades combinatórias de cada palavra. Marcava, assim, o início do desenvolvimento do conceito de "combinatória de palavras" ou de "unidade multilexical", o qual tem sido encarado segundo perspetivas diversas centradas em duas propriedades fundamentais:

(i) a fixidez sintática da sequência de palavras que forma o grupo;

(ii) a não composicionalidade semântica dessa sequência.

Ambas estas propriedades admitem uma gradação, que decorre da maior ou menor tendência associativa das palavras que formam o grupo[12].

De acordo com a forma como estas propriedades são perspetivadas, assim se têm dado definições mais restritas ou mais latas de unidade multilexical (cf. Bacelar do Nascimento et al. 2006); para alguns autores, estas unidades consistem em associações de palavras com características restritas cujo resultado é semanticamente não composicional (cf. Hausmann 1979, Mel'cuk 1984), enquanto para outros elas abrangem tipos de relações associativas menos restritivos (cf. Sinclair 1991).

Segundo as definições mais restritivas, a unidade multilexical é uma sequência de palavras totalmente coesa e indissolúvel, sem possibilidade de variação das formas que a constituem, e não admite a introdução de outros elementos, em particular no seu interior. Semanticamente, o seu significado é único e não é igual ao conjunto dos significados dos seus componentes (ou seja, não é composicional); antes, é fruto de um processo acabado de conversão de uma estrutura sintática numa unidade de valor lexical ou gramatical, ou numa unidade fraseológica. Pode dizer-se que em unidades deste tipo o processo de lexicalização atingiu o seu termo.

[12] A determinação desta tendência associativa exige o recurso a métodos estatísticos que permitam obter dados de frequência recolhidos com base em *corpora* equilibrados de grandes dimensões. Cf., entre outros, Church e Hanks (1990), Clear (1993), Smadja (1993), Krishnamurthy (1997).

Contudo, não é possível nem estabelecer com exatidão o momento em que se inicia o processo de lexicalização de uma sequência de palavras nem o momento em que está terminado. Por isso, parece-nos demasiado restritivo classificar as unidades multilexicais tomando como critério absoluto a finalização do processo de lexicalização. Seguimos, por isso, uma perspetiva menos restritiva do que a descrita no parágrafo anterior, estabelecendo vários tipos de unidades multilexicais segundo o grau de lexicalização que detêm.

A identificação e a aferição do grau de lexicalização das unidades multilexicais são feitas com base nas suas propriedades formais, semânticas e pragmáticas; o reconhecimento da consolidação pragmática envolve o estabelecimento de dados quantitativos: índices de frequência e estatísticos, incluindo medidas de associação lexical, aqui representadas pelo chamado Índice Combinatório (IC)[13].

Estas propriedades são mais valorizadas ou menos valorizadas conforme a abordagem seguida, sendo as propriedades formais e semânticas as mais utilizadas, tradicionalmente[14]. Dada a abrangência do conceito de unidade multilexical que seguimos nesta Gramática, consideram-se aqui também as propriedades pragmáticas.

Para além disso, consideramos que cada um dos tipos de propriedades, formal, semântico e pragmático, se manifesta de modo independente dos outros; por outras palavras, cada um deles contribui de modo independente para a identificação de uma unidade multilexical e para a determinação do seu grau de lexicalização. Assim, p.e., uma unidade multilexical pode atingir um forte grau de lexicalização do ponto de vista semântico ou pragmático e um fraco grau de lexicalização do ponto de vista formal. Naturalmente, o alto grau de lexicalização de uma unidade multilexical fica tanto mais reforçado quanto mais propriedades se lhe puderem reconhecer.

Para exemplificar este ponto, comparem-se duas unidades multilexicais: *pau mandado* e *fontes fidedignas*. A primeira é fortemente lexicalizada nas três dimensões consideradas: tem uma forte coesão formal, é semanticamente opaca e tem um forte Índice Combinatório (IC = 10)[15]. Em contrapartida, *fontes fidedignas* é uma unidade multilexical formada por coocorrentes privilegiados (cf. 9.1), mas não apresenta todas as propriedades identificadoras das unidades multilexicais (cf. 9.3.1): formalmente, aceita a comutação de um dos seus elementos (cf. *fontes seguras*) e a inclusão de uma palavra no seu interior (cf. *fontes bastante fidedignas*), e semanticamente é transparente. Neste caso, a propriedade que permite o seu reconhecimento como unidade multilexical é a forte tendência associativa entre

[13] O IC (também chamado "*Mutual Information*") é um índice que resulta da aplicação de uma medida sobre um *corpus* visando aferir a tendência associativa entre duas ou mais palavras (cf. 9.3.3).

[14] Cf., por exemplo, Carter (1987) e Zuluaga (1980).

[15] Recorde-se que o IC é a medida que identifica a tendência associativa de duas ou mais palavras. O valor 10 é o IC desta sequência num *corpus* de 50 milhões de palavras, *corpus* do projeto COMBINA-PT – *Combinatórias Lexicais do Português* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc) (cf. Antunes et al. 2008), também referido como *corpus* COMBINA, extraído do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, projeto do mesmo Centro. Em todos os casos em que é indicado, neste capítulo, o IC de uma unidade multilexical, ele foi extraído deste *corpus*. Considera-se que a partir do índice 7 se torna segura a identificação de combinatórias no plano estatístico. Em estudos sobre este tema (cf. Bacelar do Nascimento 2002, Evert e Krenn 2001, Pereira e Mendes 2002), foi evidenciado que os valores de *Mutual Information* entre 7 e 11 correspondem a uma faixa que tem a maior concentração de combinatórias num dado *corpus*.

os seus elementos, confirmada pelo seu elevado Índice Combinatório (= 12,4), o qual evidencia uma estabilidade de ocorrência conjunta das duas palavras que a formam. Assim, contrariamente a *pau mandado*, o grau de lexicalização de *fontes fidedignas* é praticamente só de natureza pragmática, não envolvendo fatores formais ou semânticos. Trata-se de uma "colocação", de acordo com a terminologia de Firth, ou seja, uma coocorrência típica entre duas ou mais palavras que, com o uso, se convencionalizou.

9.3.1 Propriedades formais das unidades multilexicais

Descrevem-se nesta subsecção algumas propriedades formais que caracterizam as unidades multilexicais. Estas propriedades manifestam-se no plano paradigmático e no plano sintagmático. As primeiras têm a ver com a possibilidade (ou não) de substituir cada um dos elementos de uma unidade multilexical por outros elementos com um significado semelhante ou próximo, mantendo constante a estrutura da expressão. A variação das unidades multilexicais nesta dimensão é tanto mais importante quanto nos servirá de base para estabelecer a sua tipologia formal básica, articulada em três grupos com propriedades distintas: (i) unidades multilexicais fixas, (ii) unidades multilexicais semifixas e (iii) coocorrentes privilegiados. Esta matéria é abordada em 9.3.1.1. As propriedades sintagmáticas, por sua vez, dizem respeito à maneira como os vários elementos que formam as unidades multilexicais se combinam linearmente e hierarquicamente entre si. Este aspeto é abordado em 9.3.1.2.

9.3.1.1 Plano paradigmático

No plano paradigmático, um critério para avaliar a fixação de uma unidade multilexical consiste em observar a maior ou menor possibilidade de substituição (ou comutação) de cada um dos seus elementos lexicais sem alteração da estrutura interna da unidade multilexical ou do seu significado global. Ou seja, as substituições restringem-se àquelas palavras que detêm com o elemento substituído relações de sentido próximas: sinónimos, hiperónimos, hipónimos e, por vezes, antónimos (cf. Cap. 8)[16].

O número de substituições lexicais que é possível fazer, quer num lugar fixo, quer em diferentes posições dentro da unidade multilexical, apresenta uma relação inversa com o grau de lexicalização da sequência. Por outras palavras, quanto menor for o número possível de substituições maior será o grau de lexicalização da unidade multilexical; inversamente, quanto menos restringida for a seleção paradigmática, mais "livre" é a sequência formada[17]. É importante ter em conta, no entanto, que mesmo nas unidades multilexicais com menor grau de lexicalização, o número dos elementos lexicais que podem comutar é tipicamente limitado, formando paradigmas mais ou menos fechados.

---

[16] A substituição de um elemento de uma unidade multilexical por um antónimo não altera necessariamente o seu sentido global. Veja-se, p.e., *ver com bons olhos* vs. *ver com maus olhos*, em que ambos exprimem a noção geral de ter uma determinada opinião sobre alguma coisa.

[17] Mesmo no "discurso livre" não envolvendo unidades multilexicais, nunca existe liberdade total nas escolhas, porque existem sempre restrições de natureza sintática, semântica e pragmática nas escolhas lexicais que levam à formação dos sintagmas e das frases.

É também no plano paradigmático que se tem em conta a possibilidade ou impossibilidade de variação em número, género, tempo, modo e aspeto dos elementos que compõem a unidade multilexical. Abordamos a substituição lexical e a substituição flexional separadamente.

9.3.1.1.1 Substituição lexical

Para ilustrar este ponto, compare-se a sequência livre *vimos uma estatueta que tinha corpo de gesso e cara de pau* com a unidade multilexical *contrataram uma secretária que tinha cara de pau, mas era muito eficiente*. Enquanto, no primeiro caso, *cara de pau* pode ser substituído por *rosto de pau* ou *cara de madeira* (cf. *vimos uma estatueta que tinha corpo de gesso e* {*rosto de pau/cara de madeira*}), no segundo tal substituição é impossível (cf. *#contrataram uma secretária que tinha* {*rosto de pau/cara de madeira*}*, mas era muito eficiente*). Ou seja, *cara de pau*, neste exemplo, é uma unidade multilexical com um alto grau de fixidez lexical.

Um aspeto muito importante das unidades fixas como *cara de pau*, e que é fundamental para a compreensão do seu funcionamento, é o seguinte: o seu grau de lexicalização (ou seja, a sua fixidez lexical) é tão grande no léxico mental dos falantes, que praticamente já não ocorrem como sequências livres, precisamente porque são automaticamente identificadas como unidades multilexicais. Isto explica que o primeiro exemplo dado acima (*vimos uma estatueta...*) e outros como ele sejam extremamente raros e pouco naturais quando ocorrem (para muitos falantes, a primeira interpretação que vem à ideia é que a estatueta tem "cara de pau" no sentido idiomático).

❖ Unidades multilexicais fixas

Existem unidades multilexicais que não aceitam qualquer substituição dos seus elementos, chamadas, por isso, **unidades multilexicais fixas**. Apresentam-se a seguir alguns exemplos, organizados por classes lexicais e/ou funcionais:

(4) Grupos nominais
   a. pau mandado (vs. #vara mandada)
   b. um belo dia[18] (vs. #um bonito dia)
   c. golpe de misericórdia (vs. #golpe de compaixão/#golpe de piedade/#golpe misericordioso/#pancada de misericórdia)
   d. falsa modéstia (vs. #fingida modéstia/#simulada modéstia)
   e. árvore das patacas (vs. #árvore das moedas)

(5) Grupos com a função de modificador restritivo de nome ou de predicativo do sujeito (passamos a designar esta função doravante como "função adjetival")
   a. de se lhe tirar o chapéu (vs. #de se lhe tirar o boné/#de se lhe pôr o chapéu)
   b. são como um pero (vs. #são como uma maçã/#são como um fruto)
   c. de trás da orelha/#de trás do ouvido)
   d. de força (vs. #de fortaleza/#de fraqueza)
   e. não contente (vs. #não feliz)

[18] Entende-se aqui *um belo dia* com o sentido de adjunto adverbial de tempo, como em *um belo dia, chegaram os livros que tínhamos encomendado*.

(6) Grupos com a função de adjunto adverbial
   a. de pedra e cal (vs. #de rocha e cal)
   b. com a pulga atrás da orelha (vs. #com a mosca atrás da orelha/#com o inseto atrás da orelha)
   c. a fio (vs. #a linha/#a cordel)
   d. a prazo (vs. #a data)

(7) Grupos verbais
   a. não se dar por achado (vs. #não se dar por encontrado)
   b. meter água (vs. #pôr água/#introduzir água)
   c. matar à fome (vs. #assassinar à fome)
   d. não ser flor que se cheire (vs. #não ser rosa que se cheire)
   e. ficar a ver navios (vs. #ficar a ver barcos)
   f. não arredar pé (vs. #não desviar pé/#não afastar pé)

Também não aceitam substituição certas unidades multilexicais que incluem elementos com sufixos avaliativos; em particular, o elemento sufixado não pode ocorrer sem o sufixo:

(8) a. coca-bichinhos (vs. #coca-bichos)
   b. de casa e pucarinho (vs. #de casa e púcaro)
   c. nervoso miudinho (vs. #nervoso miúdo)
   d. sair de fininho (vs. #sair de fino)

❖ Unidades multilexicais semifixas

Existem unidades multilexicais que aceitam a substituição de alguns elementos da sequência por outras palavras que mantêm com o elemento substituído relações semânticas de sinonímia, de hiperonímia, de hiponímia ou mesmo de antonímia, sem que a estrutura e o sentido genérico do grupo se alterem. Apresentam-se a seguir alguns exemplos:

(9) Grupos nominais
   a. ódio mortal/ódio de morte/ódio figadal
   b. fome de cão/fome canina/fome de lobo
   c. varinha mágica/varinha de condão
   d. onda de assaltos/maré de assaltos/vaga de assaltos
   e. desenhos animados/bonecos animados
   f. habilitações literárias/habilitações académicas
   g. altas pressões/baixas pressões
   h. consciência pesada/consciência tranquila
   i. velho continente/novo continente

(10) Grupos com função adjetival
   a. sobejamente conhecido/por de mais conhecido
   b. de alto nível/de alto gabarito/de alto coturno
   c. fora do comum/fora do vulgar/fora do normal
   d. politicamente correto/politicamente incorreto

(11) Grupos verbais
   a. armar aos cágados/armar aos cucos/armar ao pingarelho
   b. ficar de cara à banda/ficar de cara ao lado
   c. fechar a porta na cara/dar com a porta na cara/bater com a porta na cara
   d. dizer à boca cheia/dizer à boca pequena
   e. dar com o nariz na porta/bater com o nariz na porta
   f. ver com bons olhos/ver com maus olhos
   g. dar à sola/dar às de vila-diogo

(12) Grupos com função de adjunto adverbial
   a. de forma geral/de modo geral
   b. a folhas tantas/a páginas tantas
   c. por via materna/pelo lado materno
   d. em menos de um amém/em menos de um fósforo
   e. na mó de cima/na mó de baixo
   f. à compita/à porfia
   g. a meio gás/a todo o gás
   h. com fins lucrativos/sem fins lucrativos
   i. de bom grado/de mau grado

Em certas unidades multilexicais, observa-se também variação entre elementos simples e elementos com morfemas avaliativos:

(13) a. um *fio* de voz/um *fiozinho* de voz
   b. *carro* de linhas/*carrinho* de linhas
   c. *novo* em folha/*novinho* em folha
   d. ter a *papa* feita/ter a *papinha* feita
   e. de *alto* nível/de *altíssimo* nível
   f. de *primeira* água/de *primeiríssima* água
   g. de *corpo* bem feito/de *corpinho* bem feito
   h. com um *grão* na asa/com um *grãozinho* na asa
   i. dar com os *burros* na água/dar com os *burrinhos* na água

Nos exemplos (9)-(13), a variação lexical não é aleatória. De facto, não há total liberdade na escolha dos elementos que aceitam comutação: os paradigmas admissíveis (ou seja, as classes de elementos que podem comutar entre si) são fechados. Por esta razão, consideram-se estas sequências não como expressões livres mas como **unidades multilexicais semifixas**. Os exemplos seguintes ilustram algumas restrições que se verificam na seleção lexical destas unidades:

(14) a. fome de cão/fome canina/fome de lobo (vs. #fome lupina/#fome de raposa)
   b. varinha de condão/varinha mágica (vs. #varinha de magia)
   c. por de mais conhecido/sobejamente conhecido (vs. #demasiadamente conhecido/#demasiado conhecido)
   d. fora do comum/fora do vulgar/fora do normal (vs. #fora do geral)
   e. fechar a porta na cara/bater com a porta na cara/dar com a porta na cara (vs. #atirar com a porta na cara)

As expressões aforísticas[19] (muitas vezes consideradas como unidades altamente rígidas) também admitem alguma variação paradigmática, mas de modo mais restrito que os casos anteriores, como se ilustra nos seguintes exemplos (destacam-se com sublinhado as palavras registadas como variantes por substituição):

(15) a. Depois do temporal vem a bonança./Depois da tempestade vem a bonança./Depois da tormenta vem a bonança.
b. Mestre fora, dia santo na loja./Patrão fora, dia santo na loja.
c. Longe da vista, longe do coração./Longe dos olhos, longe do coração.
d. Quem não trabuca não manduca./Quem não trabalha, não come.
e. {Brigam/Guerreiam/Pelejam/Ralham/Zangam-se} as comadres, descobrem-se as verdades.

Diz-se que duas ou mais sequências são **variantes** de uma unidade multilexical semifixa quando (i) não têm significados globais diferentes, (ii) não dependem do contexto em que ocorrem e (iii) fazem parte de uma série paradigmática limitada e estável (cf. Corpas 1996:28s).

Este tipo de variação não deve confundir-se com "jogos de palavras" intencionais, a partir de uma unidade multilexical fixa, que por vezes ocorrem no discurso. Assim, por exemplo, no *corpus* COMBINA, ocorrem as seguintes substituições ocasionais na expressão aforística *no poupar é que está o ganho*:

(16) a. No *anunciar* é que está o ganho.
b. No *atacar* é que está o ganho.
c. No *descontar* é que está o ganho.
d. No *esperar* é que está o ganho.
e. No *provar* é que está o ganho.
f. No *comparar* é que está o ganho.
g. No *economizar* é que está o ganho.
h. No *prejuízo* é que está o ganho.

[3] Nos casos acima descritos, não se trata de variantes, mas sim de modificações criativas. De acordo com Corpas (*ibidem*), quanto maior é o grau de fixidez de uma unidade, mais possibilidade há de que sofra modificações no discurso e de que essas modificações e o seu efeito sejam reconhecidos pelos falantes. Ou seja, o facto de a unidade multilexical *no poupar é que está o ganho* permitir um tão diversificado número de alterações significa que ela atingiu, efetivamente, um alto grau de lexicalização. É precisamente a sua memorização global que facilita a produção pelos falantes dos "jogos de palavras" em que se mantém a estrutura da unidade multilexical e se conserva a identidade parcial dos seus componentes, mas se altera o semantismo da unidade multilexical. Isto nada tem a ver com os casos de variação da unidade multilexical por substituição do léxico.

❖ Coocorrentes privilegiados

Em (17)-(19), a mesma palavra de base ocorre com modificadores diferentes (sintagmas preposicionais atributivos em (17), sintagmas preposicionais "referen-

[19] Todos os exemplos de expressões aforísticas com variação dados neste capítulo foram extraídos do levantamento apresentado em Chacoto (1994).

ciais" em (18)), ou o mesmo modificador, adjetivo, ocorre com nomes diferentes, em (19b)):

(17) a. garrafa de água, garrafa de vinho, garrafa de cerveja, garrafa de aguardente, garrafa de whisky, garrafa de leite, garrafa de azeite
b. pão de mistura, pão de milho, pão de trigo, pão de centeio, pão-de-leite, pão de forma
c. pão com manteiga, pão com queijo, pão com fiambre
d. fora de dúvida, fora de causa, fora de propósito, fora de série, fora de moda, fora de serviço

(18) contrato de adjudicação, contrato de aluguer, contrato de arrendamento, contrato de compra e venda, contrato de promessa de compra e venda, contrato de concessão de serviços, contrato de empreitada

(19) a. pão branco, pão saloio, pão caseiro, pão quente, pão fresco
b. porto fluvial, praia fluvial, transporte fluvial, via fluvial

Nestes exemplos, os diferentes modificadores alteram significativamente o sentido do grupo; ou seja, estas sequências não são variantes de unidades multilexicais semifixas, mas cada uma delas é uma unidade multilexical.

Estes grupos são constituídos por combinações de palavras com uma alta frequência de coocorrência, superior ao que seria de prever tendo em conta as suas frequências individuais. Esse facto justifica que sejam considerados unidades multilexicais, chamadas colocações, combinatórias ou coocorrentes privilegiados. Os elementos que compõem os coocorrentes privilegiados mantêm o seu sentido próprio e a sua interpretação semântica é plenamente composicional; por outras palavras, os coocorrentes privilegiados têm um fraco grau de lexicalização.

9.3.1.1.2 Variação flexional

Para além da substituição lexical, contribui também para avaliar o grau de fixidez das unidades multilexicais a possibilidade de flexão morfológica dos seus elementos adjetivais, verbais ou nominais. Neste aspeto, a generalidade das unidades multilexicais comporta-se da mesma forma que as sequências livres de palavras. Assim, muitas delas aceitam a pluralização de nomes e adjetivos de acordo com as regras morfológicas da língua:

(20) a. ódio mortal/ódios mortais
b. bom dia!/bons dias!
c. motivo de força maior/motivos de força maior
d. arco do triunfo/arcos do triunfo
e. árvore das patacas/árvores das patacas

O mesmo acontece em provérbios, onde se registam variantes com formas no singular e no plural:

(21) a. Burro velho não aprende *língua*./Burro velho não aprende *línguas*.
b. A cavalo dado não se olha *o dente*./A cavalo dado não se olha *os dentes*.

Da mesma forma, na flexão verbal ocorre variação em pessoa/número, para além de variação em tempo e modo (cf. (22a,b)). Repare-se também na possibilidade de ocorrência de um verbo auxiliar aspetual, no terceiro exemplo de (22b) e no segundo de (22c)[20]:

(22) a. *Perdi* a cabeça./*Perdemos* a cabeça.
b. *Meteste* água./*Meteram* água./*Continuam a meter* água.
c. Não *tem* papas na língua./Não *têm tido* papas na língua.

Este tipo de variação é menos frequente em expressões de tipo aforístico, embora se encontre nalgumas:

(23) a. Maior *é* o dia, maior a romaria./Quanto maior *for* o dia, maior a romaria./Se maior *fosse* o dia, maior era a romaria.
b. Quem parte *paga*./Quem partiu *pagou*.

Em contrapartida, algumas unidades multilexicais cristalizam numa determinada forma flexiva, ou seja, possuem um maior grau de fixidez no que se refere à flexão nominal ou verbal. Veja-se, por exemplo: *ganhar terreno* (unidade multilexical) mas não *ganhar terrenos* (sequência livre), *detrás da orelha* (unidade multilexical) mas não *detrás das orelhas* (sequência livre), *braço direito* (unidade multilexical) mas não *braços direitos* (sequência livre), *quando o rei faz anos* (unidade multilexical) mas não *quando o rei fez anos* (sequência livre), *cão que ladra não morde* (unidade multilexical) mas não *cães que ladraram não morderam* (sequência livre). Os exemplos de (24) ilustram também fixação flexional (em (24a), no plural):

(24) a. mundos e fundos, primeiros socorros, altas esferas, forças armadas, (ter) macaquinhos no sótão, por artes mágicas, direitos humanos, desenhos animados
b. caixa alta, ordem do dia, sangue frio

É interessante notar que a fixidez lexical das unidades multilexicais fixas (cf. (4)-(8)) é relativamente independente da rigidez flexional. Assim, p.e., há muitas unidades multilexicais fixas que não admitem substituição dos seus elementos constitutivos mas que admitem variação flexiva: cf. *paus mandados, caras de pau, golpes de misericórdia, falsas modéstias, de se lhes tirar o chapéu, sãos como um pero, não se deram por achados* ou *andam a meter água*.

Para finalizar esta subsecção, mencionamos um tipo de variação morfológica que tem um importante correlato semântico, mais precisamente de natureza referencial. Quando um dos elementos de uma unidade multilexical é um pronome, este pode variar de referência, e, logo, concomitantemente, em pessoa e número. Neste caso, diz-se que a posição que corresponde ao pronome é de "preenchimento livre":

(25) a. à {minha/tua/sua/nossa/…} vontade
b. à {minha/tua/sua/nossa/vossa} espera
c. sair-{me/te/lhe/nos/…} um peso de cima dos ombros

[20] Note-se que em (22) o nome não pode variar flexionalmente: cf. #*perdemos as cabeças*, #*meteste águas* ou #*não ter papa na língua*).

d. fazer-{me/te/lhe/…} o ninho atrás da orelha
e. só {me/te/lhe/lhes/nos/vos} faltava mais essa!
f. que {te/lhe/lhes/vos} faça bom proveito!
g. não {me/te/lhe/lhes/nos/vos} faltava mais nada!
h. não {me/te/se/nos/...} dar por achado

Nestes exemplos, pode ocorrer, em vez do pronome, um sintagma preposicional introduzido por *de* quando o pronome é possessivo ou dativo de posse, e por *a* quando o pronome é um dativo ético, como se ilustra a seguir:

(26) a. à vontade da Maria
b. à espera do João
c. sair um peso de cima dos ombros do rapaz
d. fazer o ninho atrás da orelha do pai
e. só faltava mais essa ao Pedro!
f. não faltava mais nada ao Pedro!
g. que faça bom proveito a todos!

Há outros casos em que a substituição por um sintagma preposicional não é possível: p.e., não é possível a correspondência entre *estar/ficar fora* {*de mim/de ti/de si*} e #*estar/ficar fora de alguém*.

9.3.1.2 Plano sintagmático

No plano sintagmático, a fixação (ou "estabilidade") sintática das unidades multilexicais tem a ver, essencialmente, com os seguintes pontos: (i) possibilidade de alteração da ordem dos constituintes, (ii) possibilidade de inserção de elementos modificadores ou especificadores (artigos, quantificadores, advérbios, adjetivos, pronomes), (iii) possibilidade de redução ou extensão da expressão e (iv) possibilidade de modificação da estrutura sintática (p.e., em estruturas de nominalização, passivas, interrogativas, relativas, etc.).

❖ **Ordem dos constituintes**

Nas unidades multilexicais fortemente lexicalizadas, os constituintes ocupam, em geral, uma posição fixa. Quando essa ordem é alterada, deixam de funcionar como unidades multilexicais, o que se ilustra nos seguintes exemplos (primeiro apresenta-se a unidade multilexical e a seguir a sequência resultante da alteração da ordem):

(27) a. uso e abuso (vs. #abuso e uso)
b. altas esferas (vs. #esferas altas)
c. ter lágrimas nos olhos (vs. #ter nos olhos lágrimas)
d. trazer água no bico (vs. #trazer no bico água/#no bico trazer água)
e. ter um grãozinho na asa (vs. #ter na asa um grãozinho/#na asa ter um grãozinho)
f. tirar nabos da púcara (vs. #tirar da púcara nabos/#da púcara tirar nabos)
g. não saber da missa a metade (vs. #não saber a metade da missa/#da missa não saber a metade)

Também nos coocorrentes privilegiados a alteração da ordem pode levar à perda do estatuto de unidade multilexical, como se ilustra a seguir:

(28) a. congresso extraordinário (vs. #extraordinário congresso[21])
b. prós e contras (vs. #contras e prós)
c. claro e inequívoco (vs. #inequívoco e claro)
d. certo e sabido (vs. #sabido e certo)

Em contrapartida, noutras unidades multilexicais com uma lexicalização mais fraca, a ordem de palavras é livre e o estatuto da sequência como unidade multilexical mantém-se, independentemente da ordem, como se ilustra nos seguintes exemplos, retirados do *corpus* COMBINA, em que as duas versões têm um alto Índice Combinatório:

(29) a. aumento considerável/considerável aumento
b. silêncio absoluto/absoluto silêncio
c. conhecimento prévio/prévio conhecimento
d. consequências graves/graves consequências
e. consequências inevitáveis/inevitáveis consequências
f. atual situação/situação atual

Também se verifica alteração da ordem de palavras em variantes de aforismos:

(30) a. Cedo deitar e cedo erguer, dá saúde e faz crescer./Deitar cedo e cedo erguer dá saúde e faz crescer.
b. Deus dá nozes a quem não tem dentes./Dá Deus nozes a quem não tem dentes.
c. Mais vale cair em graça do que ser engraçado./Vale mais cair em graça do que ser engraçado.
d. A palavras loucas orelhas moucas./Orelhas moucas a palavras loucas.
e. Pela boca morre o peixe./O peixe morre pela boca.
f. Alcança quem não cansa./Quem não cansa alcança.
g. O segredo é a alma do negócio./A alma do negócio é o segredo.

❖ **Inserção de elementos novos na unidade multilexical**

Este é outro dos critérios que permitem avaliar o grau de lexicalização de uma unidade multilexical. Quando a unidade multilexical é fortemente lexicalizada, a sequência é totalmente coesa, não permitindo a inserção de qualquer novo elemento, em particular no seu interior; se isto acontece, a unidade multilexical torna-se numa sequência livre (em (31), damos primeiro exemplos da unidade multilexical e depois, entre parênteses, exemplos das sequências livres resultantes da inserção de novos elementos):

(31) a. sangue frio (vs. sangue muito/extremamente frio)
b. arco do triunfo (vs. arco do grande triunfo)
c. penas do inferno (vs. penas do terrível inferno)
d. desenhos animados (vs. desenhos muito animados)

[21] Neste caso, a alteração semântica deve-se ao facto de o adjetivo em anteposição ao nome adquirir sentido avaliativo (cf. Cap. 31).

e. fora de moda (vs. fora daquela moda)
f. linguagem natural (vs. linguagem pouco natural)
g. fazer prova (vs. fazer uma prova)

Em contrapartida, alguns coocorrentes privilegiados admitem a inserção de novos elementos (em geral, artigos, quantificadores, advérbios, adjetivos) que não fazem propriamente parte da unidade multilexical:

(32) a. votado ao abandono/votado a um completo abandono
b. solução consensual/solução totalmente consensual
c. autores consagrados/autores altamente consagrados
d. perder a cabeça/perder totalmente a cabeça
e. não passar da cepa torta/não passar nunca da cepa torta
f. conhecer os cantos à casa/conhecer bem os cantos à casa

O mesmo acontece em certos aforismos, como em *quem conta um conto aumenta um ponto* vs. *quem conta um conto aumenta sempre um ponto*.

❖ **Redução e extensão da unidade multilexical**

Certas unidades multilexicais têm uma variante "curta" e uma variante "longa", sendo relativamente fácil, na maior parte dos casos, identificar qual delas é a básica. Quando a variante básica é a mais curta, diz-se que há **extensão** (cf. *querer à força* vs. *querer à viva força*); quando a variante básica é a mais longa, diz-se que há **redução** (cf. *garrafa de vinho do Porto* vs. *garrafa de Porto*).

Contrariamente aos casos de "inserção" analisados acima, nas unidades multilexicais formadas por extensão, o elemento inserido (geralmente um especificador com características semânticas de intensificador) é intuído pelos falantes como pertencendo à unidade multilexical, e não como um simples "acrescento", como em (32). Isto é, trata-se, claramente, de variantes curtas e longas, qualquer delas com o estatuto de unidade multilexical, no seu todo. Outra diferença relativamente aos casos de inserção é que, tanto nos casos de extensão como nos de redução, as duas variantes são igualmente reconhecidas pelos falantes como usuais. Dão-se alguns exemplos em (33) e (34) (este último paradigma contendo aforismos):

(33) a. com o propósito de/com o firme propósito de
b. estar arranjado/estar bem arranjado
c. deitar achas para a fogueira/deitar mais achas para a fogueira
d. doença contagiosa/doença altamente contagiosa
e. o pão de cada dia/o pão nosso de cada dia
f. levar uma corrida/levar uma corrida em osso/levar uma corrida em pelo
g. vai dar uma volta!/vai dar uma volta ao bilhar grande!
h. ir para a rua/ir para o olho da rua

(34) a. Gaba-te cesta que vais à vindima./Gaba-te cesta rota que amanhã vais à vindima.
b. Gostos não se discutem./Gostos e cores não se discutem.
c. Galinha pedrês não a comas nem a dês./Galinha pedrês nem a comas nem a vendas nem a dês.

d. Mulher honrada não tem ouvidos./Mulher honrada não tem ouvidos nem olhos.
e. Abril águas mil./Abril águas mil coadas {por um funil/por um mandil}.

Nalguns casos, a variante da unidade multilexical pode ficar reduzida a um único elemento[22]:

(35) a. espinha dorsal/espinha
b. ensino secundário/secundário (cf. *a Joana anda no ensino secundário*/*a Joana anda no secundário*)

A extensão e a redução ocorrem apenas nalgumas unidades multilexicais, estando longe de constituir fenómenos produtivos, como se pode verificar nos seguintes exemplos, em que se comparam unidades multilexicais da mesma área semântica e com significados relacionados, mas em que só uma delas admite a redução/extensão:

(36) a. Vai dar uma volta!/Vai dar uma volta ao bilhar grande! (vs. *vai passear!*/*#vai passear* {*ao jardim/à praia/ao campo*}*!*)
b. garrafa de vinho tinto/garrafa de tinto (vs. *garrafa de água mineral*/**garrafa de mineral*)
c. ensino secundário/secundário (cf. *a Joana está no ensino secundário*/*a Joana está no secundário*) (vs. *ensino universitário*/*#universitário*[23] (cf. *a Joana está no ensino universitário*/**a Joana está no universitário*)

Modificação da estrutura sintática das unidades multilexicais

À semelhança do que acontece com as sequências livres, algumas unidades multilexicais podem ocorrer em construções sintáticas diferenciadas (nominalizações, estruturas passivas, relativas, interrogativas, etc.), mas este fenómeno não é de forma alguma generalizável a todas elas. Descrevem-se a seguir alguns destes casos[24].

Nominalizações

Algumas unidades multilexicais de natureza verbal admitem uma versão nominalizada, com um núcleo nominal obtido por derivação deverbal a partir do verbo correspondente, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(37) a. abusar da confiança/abuso de confiança
b. usar e abusar/uso e abuso
c. renovar o contrato/renovação do contrato
d. suspender o contrato/suspensão do contrato
e. abrir as hostilidades/abertura das hostilidades
f. abrir a sessão/abertura da sessão

[22] Nestes casos, temos uma palavra simples, fruto da redução de uma unidade multilexical da qual é sinónima.
[23] Neste caso, dir-se-á *está na universidade*.
[24] Na secção 9.1 já tínhamos chamado a atenção para a importância destas propriedades, dando em (1)-(3) exemplos com a unidade multilexical *fazer a cama a alguém*.

Já as seguintes unidades multilexicais não admitem nominalização:

(38) a. brincar com o fogo (vs. #brincadeira com o fogo)
b. andar à nora (vs. #andamento à nora)
c. custar os olhos da cara (vs. #custo dos olhos da cara)

Não sendo possível generalizar, podemos, no entanto, dizer que a composicionalidade da unidade multilexical parece favorecer a existência de nominalizações. De facto, em (37), tanto o verbo como o nome mantêm os significados que têm fora das unidades multilexicais. Pelo contrário, os sintagmas verbais de (38) são todos eles não composicionais, e o seu sentido global não encontra correspondência nas nominalizações.

⁘ Modificadores adjetivais e preposicionais
Algumas unidades multilexicais nominais cujo núcleo é modificado por um sintagma preposicional admitem uma alternativa adjetival para o modificador, como se ilustra a seguir:

(39) a. fome de cão/fome canina
b. ódio de morte/ódio mortal
c. método de contraceção/método contracetivo

Outras, pelo contrário, não admitem esta alternativa:

(40) a. esfera de ação (vs. #esfera ativa)
b. golpe de misericórdia (vs. #golpe misericordioso)
c. ordem do dia (vs. #ordem diária)
d. cara de fome (vs. #cara esfomeada)
e. fogo de artifício (vs. #fogo artificial)

⁘ Pronominalização
A pronominalização de um sintagma nominal dentro de uma unidade multilexical é possível quando esta é formada por coocorrentes privilegiados e mantém um sentido composicional, como se ilustra em (41) (põem-se as unidades multilexicais entre parênteses retos, e em itálico o elemento pronominalizado e o pronome):

(41) a. Ele ia [celebrar *um contrato*], mas acabou por não [*o* celebrar].
b. Ele tentou [contrair *um empréstimo*], mas acabou por não conseguir [contraí-*lo*].
c. Ele está sempre a [dar *conselhos*]; na realidade, [dá-*os*] a torto e a direito.
d. Adoras [gastar *dinheiro*]! É fácil [gastá-*lo*], não é?
e. Tens que [abafar *esse escândalo*]. É preciso mesmo [abafá-*lo*] já!

Em contrapartida, a pronominalização é impossível em unidades multilexicais fixas, altamente lexicalizadas e sem sentido composicional, como em *à noite todos os gatos são <u>pardos</u>* vs. #*pardos*, [*à noite todos os gatos <u>o</u> são*][25] (cf. (42)), o que faz com

[25] Neste exemplo, o elemento que não pode ser pronominalizado é um adjetivo predicativo (cf. *ele é <u>inteligente</u>, sempre <u>o</u> foi*).

que este fenómeno seja um bom critério para distinguir, nestas sequências, aquelas que têm um alto grau de lexicalização:

(42) a. [Deste com *os burrinhos* na água], #mas oh se [deste com *eles* na água]!
b. Não [abras *as hostilidades*], #porque quando [*as* abrires], vai ser o inferno!
c. Isso vai-te [custar *os olhos da cara*], #vai-te mesmo [custá-*los*]!
d. Ela [disse *cobras e lagartos*] de ti, #e [disse-*os*] à pior pessoa!

A pronominalização envolve um empobrecimento lexical, e é provavelmente por esse motivo que ocorre menos facilmente nas unidades multilexicais que dependem, para o seu processamento, do material lexical que as constitui.

- Passivização

As unidades multilexicais verbais com menor grau de lexicalização podem ser passivizadas; em contrapartida, as unidades multilexicais verbais altamente lexicalizadas não admitem a passivização. Este contraste é ilustrado pela unidade multilexical ambígua *fazer a cama* (*a alguém*). Como se observou em 9.1, esta unidade multilexical pode ter como significado 'arranjar as roupas da cama (a alguém)', leitura na qual tem um fraco grau de lexicalização, ou 'armar uma cilada (a alguém)', leitura na qual tem um alto grau de lexicalização e um sentido não composicional. Na primeira leitura pode ser passivizada, como se ilustra em (43a,b), mas na segunda não, como se ilustra em (43c,d). Outros exemplos de casos que não admitem passivização são dados em (43e,f) e (43g,h):

(43) a. A mãe fez-lhe a cama logo de manhã.
b. A cama foi-lhe feita pela mãe logo de manhã.
c. Os colegas fizeram-lhe a cama e ele foi despedido.
d. #A cama foi-lhe feita pelos colegas e ele foi despedido.
e. O rapaz não tomou chá em pequeno.
f. #Chá não foi tomado pelo rapaz em pequeno.
g. Dá Deus nozes a quem não tem dentes.
h. #Nozes são dadas por Deus a quem não tem dentes.

Outros fatores que contribuem para se avaliar o grau de lexicalização de uma unidade multilexical são:

- **Ausência de determinante**

Quando a unidade multilexical contém um sintagma nominal, a ausência de determinante no SN revela um alto grau de lexicalização, sendo outro bom critério para distinguir as sequências mais lexicalizadas (cf. (44)) das menos lexicalizadas (como *fazer a barba* ou *dar um passeio*):

(44) a. meter água (vs. #meter a água)
b. não ser flor que se cheire (vs. #não ser uma flor que se cheire)
c. ficar a ver navios (vs. #ficar a ver os navios)
d. não arredar pé (vs. #não arredar o pé)

❖ **Subcategorização**

Algumas unidades multilexicais de natureza verbal, em geral fortemente lexicalizadas, não admitem um dos complementos que o verbo seleciona numa construção livre:

(45) a. ajudar (#alguém) à missa
b. dar (#alguma coisa) às de vila-diogo

❖ **Construções com tópico e estruturas interrogativas e relativas**

A impossibilidade de os elementos nominais de uma unidade multilexical ocorrerem em posições que não sejam aquelas que correspondem ao seu estatuto argumental normal constitui prova do seu alto grau de fixidez; assim, um sintagma nominal contido numa unidade multilexical não pode ser um tópico marcado nem ocorrer sob a forma de um constituinte interrogativo ou de um pronome relativo, três elementos que tipicamente ocorrem na posição inicial de uma oração (cf. Caps. 12, 48 e 39, respetivamente). Assim, correspondendo a (46a), não se tem (46b-d):

(46) a. Os colegas fizeram-lhe *a cama* e ele foi despedido.
b. #*A cama*, os colegas fizeram-lha e ele foi despedido. [tópico]
c. #*Que cama* é que os colegas lhe fizeram? [constituinte interrogativo]
d. #A cama *que* os colegas lhe fizeram acabou com ele. [constituinte relativo]

9.3.2 Propriedades semânticas das unidades multilexicais

As propriedades semânticas permitem também classificar as unidades multilexicais em três tipos, numa escala de maior ou menor especialização e motivação semântica: (i) unidades multilexicais (semanticamente) transparentes, (ii) unidades multilexicais (semanticamente) opacas e (iii) unidades multilexicais (semanticamente) semitransparentes. O conceito de "transparência semântica" (cf., adiante, Caixa 3) é usado aqui como indicando a existência de algum grau de motivação ou fundamentação semântica, acessível ao falante, que lhe permite "descodificar" o sentido da unidade multilexical; inversamente, a "opacidade semântica" remete para uma situação em que o falante não encontra qualquer fundamentação semântica para descodificar o sentido de uma unidade.

(i) As unidades multilexicais transparentes têm um significado literal e composicional (ou seja, obtido a partir do significado dos seus elementos constitutivos), o que as aproxima das sequências livres. Estes grupos são considerados unidades multilexicais porque ocorrem frequentemente e constituem conjuntos estáveis, sendo muito comuns em linguagens de especialidade (cf. *acidente vascular cerebral*, *apneia obstrutiva do sono*, *consolidação orçamental*), embora ocorram também na linguagem comum, como mostram os exemplos de (47):

(47) consequências inevitáveis, em plena consciência, vaga de incêndios, são e salvo, feito inédito, sigilo absoluto, direitos humanos, entrada livre, opinião pública, por artes mágicas, dívida externa, acima de qualquer suspeita, da pior espécie

(ii) No extremo oposto, as unidades multilexicais semanticamente opacas são as que têm uma "especialização semântica" máxima. Neste caso, os falantes não têm atualmente acesso a qualquer motivação ou fundamentação para "descodificar" o sentido global que adquiriram e que não se deduz a partir dos seus componentes (cf. *dar com os burrinhos na água*, *dar às de vila-diogo*, *ir para o maneta*)[26]. Consequentemente, esse sentido tem de ser aprendido, tal como se aprende o significado de uma palavra simples. Note-se também que nalgumas destas unidades multilexicais ocorrem elementos que, atualmente, fora delas, não têm qualquer significado, como, por exemplo, os elementos sublinhados das expressões *por um <u>triz</u>*, *fazer <u>jus</u>*, *nem <u>chus</u> nem <u>bus</u>*, *por artes de <u>berliques</u> e berloques*, e do provérbio *<u>lé</u> com <u>lé</u>*, *<u>cré</u> com <u>cré</u>*. Apresentam-se em (48) outros exemplos de unidades multilexicais semanticamente opacas:

(48) a. alma do padeiro = buracos do pão
b. menina dos olhos = pessoa preferida, pessoa em quem mais orgulho se tem
c. dar às de vila-diogo = fugir apressadamente
d. dar com os burrinhos na água = falhar
e. tirar nabos da púcara = tentar saber alguma coisa de forma dissimulada
f. fazer o ninho atrás da orelha = enganar
g. estar com a pulga atrás da orelha = estar desconfiado
h. não passar da cepa torta = não progredir
i. estar com um grãozinho na asa = estar um pouco alcoolizado
j. encanar a perna à rã = protelar, atrasar o desenvolvimento de alguma coisa
k. ter macaquinhos no sótão = ter manias/desconfianças, cismar em alguma coisa
l. fazer jus (a alguma coisa) = merecer (alguma coisa)
m. por um triz = por pouco
n. por uma unha negra = por pouco
o. tomar chá em pequeno = ser bem-educado

(iii) As unidades multilexicais semitransparentes são aquelas em que alguns elementos mantêm o seu significado literal, enquanto outros adquiriram sentidos figurados, essencialmente por processos metafóricos ou metonímicos (cf. Cap. 8). Estas extensões do sentido, no entanto, são (ainda) familiares para os falantes, o que empresta a este tipo de unidades multilexicais um certo grau de motivação semântica. São exemplos, entre outros, *baixar a cabeça*, *custar os olhos da cara* (formados por metáfora), *ser um bom garfo* (formado por metonímia).

Algumas unidades deste tipo são formadas com os "verbos leves" (cf. Cap. 28) *dar*, *fazer*, *ter* e *tomar* (cf. *dar razão*, *fazer anos*, *ter cabeça/tino*, *tomar banho*, *tomar*

[26] Relativamente a algumas destas unidades multilexicais, como *dar às de vila-diogo* ou *ir para o maneta*, por exemplo, é ainda possível encontrar hipóteses sobre a sua possível origem, mas o falante comum não as conhece.

partido). Como é típico dos grupos formados com verbos leves, o complemento direto destas expressões é geralmente um grupo nominal (i.e., um sintagma nominal sem determinante (cf. Cap. 20)), e as expressões são tipicamente equivalentes a um único verbo pleno, o que comprova o seu caráter unitário, do ponto de vista lexical e semântico. Apresentam-se a seguir alguns exemplos:

(49) a. fazer pressão = pressionar
b. dar início = iniciar
c. dar valor = valorizar
d. pôr fim = finalizar
e. fazer frente = enfrentar
f. tomar partido = optar

Apresentam-se seguidamente alguns exemplos de unidades multilexicais semitransparentes, organizadas segundo o processo semântico que determina a sua interpretação figurada:

(i) Comparação (*são como um pero*, *fino como um coral*, *lindo como os amores*, *fresco que nem uma alface*, *magro que nem um carapau*, *dormir como uma pedra*, *viverem/darem-se como Deus com os anjos*)

(ii) Metáfora (*palavras azedas*, *ideias brilhantes*, *carta fora do baralho*, *pau mandado*, *fruto proibido*, *arma de dois gumes*, *passar a pente fino*, *deitar achas na fogueira*, *dizer cobras e lagartos*, *as paredes têm ouvidos*, *voz de cana rachada*, *lágrimas de crocodilo*)

(iii) Metonímia (*fuga de cérebros*, *ser um bom garfo*, *ser um bom copo*, *ser uma boa cabeça*, *pedir a mão*, *beber um copo*)

(iv) Hipérbole (*mil e uma coisas*, *morrer a rir*, *morrer de medo*)

(v) Eufemismo (*ir desta para melhor*, *despedir-se da vida*, *ir para o céu*, *partir deste mundo*)

[3] Embora sejam noções relacionadas, a interpretação não composicional e a opacidade semântica (ou seja, a ausência de qualquer motivação para a descodificação do significado) não são conceitos completamente equivalentes, sendo possível encontrar unidades multilexicais com uma, mas não com a outra propriedade. As unidades multilexicais composicionais são sempre semanticamente transparentes (cf. *renovar um contrato*, *falta de preparação*) e as unidades multilexicais semanticamente opacas são sempre não composicionais (cf. *dar às de vila-diogo*, *por uma unha negra*). No grupo das unidades semitransparentes, no entanto, encontram-se casos de não composicionalidade, ainda que a interpretação não seja completamente opaca. Assim, por exemplo, *baixar a cabeça* não tem uma interpretação composicional, pois nenhum dos seus elementos é usado no seu sentido literal. No entanto, muitos falantes podem considerá-la transparente porque existe um processo metafórico facilmente compreensível, que compara o sentido estrito da expressão com o significado global de 'aceitação/desistência' que se lhe atribui; *baixar a cabeça*, no sentido literal, representa uma postura corporal que pode corresponder a submissão, sujeição. Ou seja, o sentido de uma unidade multilexical não composicional tem de ser apreendido como um todo, mas a sua maior ou menor transparência/opacidade depende da

capacidade que o falante tem de recuperar a motivação de base, intuindo o sentido figurado que lhe está associado, em função de condicionantes lexicais, sintáticas, culturais, etc. Note-se também que, ao contrário do que acontece com as propriedades formais, a determinação da transparência ou opacidade de uma unidade multilexical implica uma certa dose de subjetividade. Em contrapartida, é mais fácil (e consensual) determinar se o sentido de uma unidade multilexical é composicional (ou seja, obtido a partir do significado das suas partes constitutivas) ou não (tendo, neste caso, de ser aprendido de forma global).

9.3.2.1 Uso das unidades multilexicais em línguas especializadas

Muitas unidades multilexicais são usadas em domínios do conhecimento especializados (embora, por vezes, possam entrar para o uso comum, como se discute adiante), como elementos das chamadas **línguas especializadas**. Exemplificam-se alguns casos a seguir:

(i) Artes (*natureza-morta*, *música de câmara*, *canto gregoriano*, *meio soprano*, *boca de cena*, *compasso binário*)

(ii) Economia (*oferta e procura*, *economia keynesiana*, *sistemas de valor*, *estruturas de mercado*)

(iii) Jurisprudência (*deduzir acusação*, *decisão sumária*, *pena agravada*, *matéria de facto*)

(iv) Política (*voto de confiança*, *separação de poderes*, *minorias parlamentares*)

(v) Desporto (*livre direto*, *corrida de fundo*, *falsa partida*, *salto à vara*, *subir a fasquia*)

(vi) Marinha (*amplitude da maré*, *ferro a pique*, *mar chão*, *mar grosso*, *à bolina*, *vela latina*)

(vii) Energia (*energia solar*, *energia eólica*, *energia hidráulica*, *energia nuclear*, *central nuclear*, *gás natural*, *painel solar*)

(viii) Zoologia – animais marinhos (*linguado legítimo*, *linguado da areia*, *perca do Nilo*, *perca da rocha*, *pargo mulato*, *solha das pedras*, *falso pampo*)

(ix) Vestuário (*fato de saia e casaco – também saia e casaco ou saia-casaco –*, *camisa de dormir*, *fato de banho*, *saltos altos*, *chapéu de palha*)

Tal como os diferentes domínios de especialidade, a diferença de géneros discursivos determina uma especialização das unidades multilexicais. Assim, algumas são próprias do discurso técnico-científico, outras do discurso jornalístico, outras do discurso televisivo ou publicitário, etc. Daremos aqui exemplos de unidades multilexicais usadas no discurso técnico-científico e no discurso publicitário.

Nas línguas especializadas do discurso técnico-científico, é muito comum o uso de unidades multilexicais de natureza nominal e com caráter denominativo, dada a necessidade de se atribuírem designações a novas descobertas científicas e a novas tecnologias ou produtos (cf. *genoma humano*, *ácido desoxirribonucleico* (*ADN*), *tomografia axial computorizada* (*TAC*), *energia solar*, *antena parabólica*, *cartões de memória*, *computador pessoal* (*PC*)).

Nas línguas especializadas, os termos científicos e técnicos (incluindo as unidades multilexicais) admitem variação conceptual e denominativa (cf. Cabré 1999:120). Assim, contrariamente ao que tradicionalmente se considerava, esses termos (incluindo as unidades multilexicais) admitem sinonímia, como se exemplifica a seguir:

(50) Marinha
  a. mar chão/mar de leite/mar de rosas
  b. mar grosso/mar cavado
  c. ferrar âncora/pôr âncora

(51) Zoologia (animais marinhos)
  a. bicuda gigante/barracuda gigante
  b. escorpião de água doce/peixe-sapo
  c. raia pintada/raia estrelada
  d. tubarão-martelo/peixe-martelo

(52) Física (energia)
  a. terrenos de cobertura/terrenos mortos
  b. carvão classificado/carvão calibrado

(53) Medicina
  a. pressão arterial/tensão arterial
  b. arteriografia coronária/angiografia coronária
  c. doença de Christmas/hemofilia B
  d. esclerose em placas/esclerose múltipla

Esta variação depende, muitas vezes, dos públicos a que se destina o discurso científico e técnico, ou seja, do grau de especialização desse público e também da situação comunicativa. Por exemplo, o mesmo conceito pode ser transmitido por uma unidade multilexical usada por especialistas – um termo – ou por uma unidade multilexical sinónima, mais típica do discurso oral ou escrito dirigido a leigos – uma expressão comum – (cf. *cefaleia* vs. *dor de cabeça*, *melanoma maligno* vs. *cancro da pele*). Pode, ainda, observar-se variação diacrónica na terminologia (cf. *bolina esternida*, forma antiga *de bolina folgada*, *trissomia XXI*, termo que atualmente se usa para designar *mongolismo*, ou *acidente isquémico transitório*, que hoje substitui o termo *ictus*).

Também é de notar que, tal como as palavras em geral, as unidades multilexicais científicas e técnicas podem passar a ser usadas em áreas de especialidade diferentes daquela em que tiveram origem: p.e., *teoria do caos*, termo inicialmente usado em física, é hoje usado em muitas disciplinas, da medicina à linguística. Levado ao seu extremo, este processo resulta na **vulgarização** da unidade multilexical (também chamada **banalização** ou **vocabularização**), ou seja, na sua passagem ao uso comum a partir de uma língua de especialidade, com a consequente mudança de estatuto de termo científico para vocábulo comum. São exemplos deste processo expressões como *anos-luz* e *entrar em órbita*, termos originados na astronomia e correntemente usados, o primeiro, para designar hiperbolicamente grandes distâncias, e o segundo, o facto de alguém ter ficado completamente descontrolado; *subir a fasquia*, termo com origem no desporto e usado com o sentido de 'subir o nível';

mar de rosas, termo metafórico da náutica, usado para designar um momento de calma e felicidade.

Inversamente, há palavras (cf. *rato,* usado em informática) e unidades multilexicais não especializadas (cf. *correr um programa* ou *abrir uma janela*, usados em informática), que passam a ser usadas como termos científicos ou técnicos, num processo chamado **terminologização**.

O discurso publicitário é um domínio que utiliza frequentemente unidades multilexicais de uso comum, "desconstruindo-as". Assim, p.e., a partir do aforismo *diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és*, foi feito o anúncio *dizemos com quem andamos* […] *dir-lhe-ão quem somos* (Markimagem)[27]; a partir das unidades multilexicais *ter um parafuso a menos*, *dar uma mãozinha* ou *fazer castelos no ar*, encontram-se os seguintes anúncios publicitários: *Você tem um parafuso a menos? Nós não* (Fabory); *Sempre que você dá uma mãozinha, alguém recebe duas* (peditório nacional da Abraço); *Nestas férias não faça castelos no ar… faça-os na areia* (TAP Air Portugal)[28].

Inversamente, certas expressões criadas em anúncios publicitários passam, por vezes, para a linguagem comum, como, por exemplo, o *slogan* publicitário da autoria do poeta Alexandre O'Neill *há mar e mar, há ir e voltar*, para uma campanha de socorros a náufragos, que passou para a linguagem comum como um verdadeiro aforismo, ou o *slogan* publicitário para a Coca-Cola, da autoria de Fernando Pessoa, *primeiro estranha-se, depois entranha-se*, que passou a ser usado na linguagem comum relativamente a diversos produtos ou ideias novas.

Também as diferentes situações de comunicação em que se inserem os enunciados determinam a ocorrência de diferentes unidades multilexicais próprias da interação discursiva. Neste caso, estão envolvidas unidades que correspondem a diferentes atos de fala e a distintas rotinas conversacionais, e que se especializam de acordo com a situação: p.e., se os participantes se encontram face a face ou se comunicam a distância, se o fazem oralmente ou por escrito, segundo o maior ou menor grau de formalidade da interação, o tipo de discurso, etc. Alguns destes usos são exemplificados a seguir:

(i) Fórmulas de saudação (*Bom dia! Boa tarde! Boa noite! Como está? Passou bem? Seja bem aparecido! Até qualquer dia! Até depois! Até à vista!*)

(ii) Fórmulas de cortesia (*Com licença, Peço desculpa, Se faz favor, Faz favor de dizer, É servido?, Bom proveito!, Estimo as melhoras!*)

(iii) Fórmulas de organização do discurso (*como ia dizendo, a propósito, por exemplo, por falar em, por um lado, por outro lado, em primeiro lugar*)

(iv) Fórmulas de início do discurso escrito (*Meu caro amigo, Caro senhor, Excelentíssimo Senhor*)

(v) Fórmulas de fecho do discurso escrito (*Um abraço, Um beijo, Com os meus melhores cumprimentos*)

[27] Exemplo de Teixeira (2007).
[28] Exemplos de Coimbra (2000).

(vi) Fórmulas de modalização (*como sabe, pode crer, de facto, com efeito, em princípio, quer dizer, isto é, de mais a mais*)

(vii) Estratégias de diálogo (*Não posso acreditar! Não {vai/vais/vão} acreditar! Contado ninguém acredita! Quem havia de dizer! Quem adivinhasse! Qual carapuça! Era só o que faltava! Não faltava mais nada!*)

9.3.3 Aspetos quantitativos das unidades multilexicais

A intuição dos falantes não é suficiente para identificar as inúmeras combinatórias de palavras presentes em vários tipos de discurso como sendo unidades multilexicais; de facto, só o recurso a análises quantitativas de *corpora* vastos e diversificados permite fazê-lo, mediante a identificação das tendências associativas das palavras e das suas cosseleções preferenciais[29].

Por outras palavras, os falantes nativos combinam as palavras que formam as unidades multilexicais de forma adequada porque as restrições combinatórias (as "cosseleções") que as regem fazem parte do seu léxico mental, mas isso não significa que tenham necessariamente consciência do estatuto da combinação que produziram como unidade multilexical, sobretudo quando se trata de coocorrentes privilegiados[30].

Em contrapartida, num *corpus*, a existência regular de padrões colocacionais é quantitativamente observável. Por exemplo, para qualquer unidade multilexical arbitrária, é fácil observar num *corpus* que, de entre um conjunto de palavras sinónimas ou quase sinónimas (cf. Cap. 8), apenas algumas (por vezes uma só) ocorrem na sua formação e que as outras não ocorrem, ou ocorrem apenas pouco significativamente. Assim, p.e., de acordo com dados do *corpus* COMBINA, duas palavras que nos dicionários são dadas como sinónimas, *total* e *absoluto*, ocorrem em combinatórias distintas com IC significativos: com *total* mas não com *absoluto* ocorreram, p.e., *descalabro total*, *eclipse total*, *colapso total*, *colesterol total*; em contrapartida, com *absoluto* mas não com *total* ocorreram *prioridade absoluta*, *recorde absoluto*, *monarquia absoluta*, *temperatura absoluta*.

É principalmente nas unidades multilexicais formadas por coocorrentes privilegiados, os quais, como foi dito, detêm um menor grau de coesão formal e semântica, que a análise quantitativa de dados empíricos se torna indispensável para determinar o grau de tendência associativa que existe entre os seus elementos. O estudo quantitativo inclui análises de frequência e outras análises estatísticas, nomeadamente o estabelecimento do Índice Combinatório (IC) (cf. 9.3 e Notas 13 e 15).

A identificação de unidades multilexicais através de dados quantitativos é feita com recurso a *corpora* linguísticos de grandes dimensões. Só assim, de facto, se pode evidenciar a existência de associações lexicais padronizadas e obter informação sobre os seus significados e usos convencionais. Estas associações constituem um

[29] Não se trata aqui de "restrições de seleção" de caráter gramatical ou semântico (cf. Cap. 11), mas de associações lexicais que permitem identificar e caracterizar padrões de coocorrência entre palavras, incluindo no plano gramatical e discursivo.

[30] A este propósito, veja-se a seguinte passagem de Fellbaum (2007:2): «A idiomaticidade de uma língua revela-se talvez melhor através dos erros que cometem os que estão a aprendê-la.» (t.n.).

aspeto importante da estrutura lexical de uma língua[31]. Nesses *corpora*, identifica-se a frequência de ocorrência de cada uma das palavras da sequência em estudo, assim como a frequência com que ocorre a sequência (estes dois tipos de dados permitem estabelecer o Índice Combinatório).

O Índice Combinatório[32] é um resultado estatístico que permite avaliar se, num dado *corpus*, a frequência da sequência é maior do que seria previsível relativamente à frequência de cada um dos seus elementos; este resultado, por sua vez, permite também medir a força da associação lexical existente entre os componentes da sequência.

O Índice Combinatório permite, ainda, avaliar se os elementos da expressão têm tendência para ocorrer apenas ou quase exclusivamente juntos ou se também ocorrem com uma grande variedade de outras palavras que não aquelas que compõem a expressão em análise. Se uma determinada palavra ocorrer maioritariamente na expressão em causa e se a sua frequência junto de outras palavras for reduzida, isso aponta para uma alta probabilidade de a expressão ter um grau forte de lexicalização.

> [4] A identificação das unidades multilexicais através de uma análise quantitativa torna patentes vários tipos de tendências associativas entre as palavras, de que se dão aqui exemplos para as palavras *abolição* e *mágico*[33]:
>
> (i) a. *abolição*: abolição da escravatura (11,6), abolição da pena de morte (13), abolição das fronteiras fiscais (15), abolição das portagens (11,7), abolição do tráfico de escravos (14,4)
>
> b. *mágico*: artes mágicas (10,1), caixinha mágica (13,3), como que por artes mágicas (12,39), espelho mágico (8), flauta mágica (13,1), lanterna mágica (12,5), lugar mágico (7,2), momento mágico (6,9), palavra mágica (7,2), poção mágica (14,5), poderes mágicos (11,7), varinha mágica (15,7)

Outras palavras há que ocorrem significativamente sempre combinadas com um número muito restrito de palavras, como *ínfimo*: cf. *ínfimo pormenor* (13,3) e *ínfima parte* (8,5).

Alguns itens lexicais ocorrem frequentemente em unidades multilexicais, o que decorre da sua aplicabilidade a variadas áreas da realidade extralinguística. Por exemplo, a palavra *contrato* entra numa vasta série de unidades multilexicais:

(54) a. contrato a prazo, contrato a termo, contrato a termo certo, contrato sem termo

b. contrato social, contrato coletivo, contrato coletivo de trabalho

c. contrato de adjudicação, contrato de aluguer, contrato de arrendamento, contrato de compra e venda, contrato de promessa de compra e venda, contrato de concessão de serviços, contrato de empreitada, contrato de

[31] Cf. Sinclair (1991), Fernando (1996), Biber et al. (1999), Brinton e Traugott (2005), Altenberg (2005) e Bacelar do Nascimento et al. (2006).

[32] Cf. Church e Hanks (1990:22ss) e Pereira (1994).

[33] Exemplos retirados do *corpus* COMBINA. Os números entre parênteses são os dos Índices Combinatórios que se registaram neste *corpus*.

fornecimento de serviços, contrato de locação financeira, contrato de manutenção, contrato de prestação de serviços, contrato de *leasing*

d. regime jurídico do contrato, termos do contrato, cláusulas do contrato, data do contrato, minuta do contrato, modelo de contrato, denúncia do contrato, duração do contrato, execução do contrato, renovação do contrato, final do contrato, incumprimento do contrato, cessação do contrato, rescisão do contrato, revisão do contrato, alteração do contrato, vigência do contrato

As análises quantitativas apontam, ainda, para a recorrência de diversos tipos de unidades multilexicais, do ponto de vista da sua estrutura gramatical. Assim, são particularmente frequentes as seguintes estruturas:

(i) Nome + adjetivo (*ação prolongada*, *ajuda humanitária*, *ano escolar*, *ano letivo*, *ar livre*, *área coberta*, *boletim meteorológico*, *cadeia hierárquica*, *centro comercial*, *classe média*, *condomínio fechado*, *construção civil*, *cultura geral*, *direitos humanos*, *drogas ilícitas*, *entrada livre*, *estado lastimoso*, *estrutura hierárquica*, *facto consumado*, *fluxo migratório*, *fogo posto*, *fonte fidedigna*, *força aérea*, *fórmula mágica*, *guerra aberta*, *habilitações literárias*, *luto carregado*, *mercado negro*, *nomes sonantes*, *opinião pública*, *orla marítima*, *ponte aérea*, *população ativa*, *suplemento alimentar*)

(ii) Nome + de + nome (*ar de família*, *área de serviço*, *arma de fogo*, *ato de misericórdia*, *cabeça de casal*, *caixa de óculos*, *caminho-de-ferro*, *camisa-de-forças*, *campo de ação*, *cara de pau*, *carro/carrinho de linhas*, *carta de recomendação*, *dia de anos*, *direito de antena*, *dor de alma/dó de alma*, *esfera de ação*, *fome* {*de cão/de lobo*}, *golpe de misericórdia*, *motivo de força maior*, *orelhas de abano*, *paz de alma*, *período de garantia*, *porto de abrigo*, *prazo de garantia*, *qualidade de vida*, *razão de força maior*, *rede de abastecimento*, *sessão de abertura*, *sistema de abastecimento*, *teia de aranha*)

(iii) Sintagmas verbais com verbos leves (*dar ajuda*, *dar autorização*, *dar início*, *dar origem*, *dar resposta*, *dar um beijo*, *dar um passeio*; *fazer a barba*, *fazer batota*, *fazer críticas*, *fazer perguntas*, *fazer pressão*, *fazer queixa*, *fazer uso*; *meter dó*, *meter medo*; *pôr em risco*; *ter admiração*, *ter dúvidas*, *ter medo*, *ter necessidade*, *ter paciência*, *ter pena*)

Concluindo, as unidades multilexicais não são casos marginais, antes constituem uma parte importante da produção lexical[34], como diversos estudos sobre *corpora* têm demonstrado: não só são muito recorrentes no discurso, mas também é linguisticamente significativo o seu estatuto na gramática e no léxico mental dos falantes (cf. Fellbaum 2007:2), conforme se procurou mostrar neste capítulo.

[34] Moon (1998:57ss) refere a grande recorrência das unidades multilexicais, em correlação também com a tipologia dos textos estudados, e Sinclair (2004), usando uma definição lata de unidade multilexical, afirma que, segundo estimativas feitas sobre *corpora* ingleses, 80% das ocorrências das palavras são cosseleções, ou seja, apenas 20% serão escolhas independentes.

10 PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO 249
10.1 Classes lexicais vs. classes gramaticais 255
10.1.1 Propriedades dos itens lexicais e gramaticais 256
10.1.2 Classificação das classes em lexicais e gramaticais 257
10.2 Estádios do processo de gramaticalização 261
10.2.1 Gramaticalização sem alterações formais 261
10.2.2 Gramaticalização e perda de propriedades flexionais 263
10.2.3 Gramaticalização, redução morfológica e cliticização 266
10.3 Mecanismos e percursos conceptuais da gramaticalização 273
10.3.1 Escalas de categorias conceptuais 274
10.3.2 Funções de estruturação textual 281
10.3.3 Discursivização 288
Fontes das abonações 292

10 PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO*

A **gramaticalização** é um processo progressivo e contínuo de passagem de certas unidades linguísticas de uma classe lexical para uma classe gramatical ou de uma classe menos gramatical para uma mais gramatical. Este processo de **recategorização** é acompanhado de mudanças funcionais e semânticas e também, nalguns casos, de mudanças formais que podem alterar profundamente a forma dessa unidade.

Para entender o processo de gramaticalização, é necessário discutir a distinção "lexical" vs. "gramatical", que leva à tradicional divisão das unidades do léxico de uma língua em dois grandes grupos. Por um lado, temos as classes dos nomes, dos adjetivos e dos verbos, constituídas por palavras ou locuções denotadoras de entidades externas à linguagem (pessoas, coisas, ideias, qualidades, ações, etc.) e, portanto, com um sentido descritivo. Estas classes são chamadas **classes lexicais** ou **plenas** e os itens que as constituem, concomitantemente, são chamados **itens lexicais**[1] ou **itens plenos**. Estas são **classes abertas**, pois admitem a inclusão de novos elementos (por exemplo, através de empréstimos ou de processos derivacionais). Por outro lado, existem **classes fechadas** (i.e., com um número finito de elementos), cujos membros têm essencialmente uma função estruturadora, quer ao nível da frase quer ao nível do discurso. Estas classes chamam-se **classes gramaticais** (ou **funcionais**), e os itens que as formam chamam-se, concomitantemente, **itens gramaticais** (ou **funcionais**). Constituem exemplos típicos as preposições, as conjunções e os verbos auxiliares ou semiauxiliares. Embora se divida tradicionalmente o léxico nestes dois grandes grupos, este estrutura-se, na verdade, num *continuum* que vai do mais lexical para o mais gramatical (cf. 10.1). A gramaticalização é, portanto, um processo de recategorização de unidades ao longo desse *continuum*, podendo atingir estádios mais ou menos avançados.

O estudo diacrónico e comparativo das línguas mostra que a gramaticalização é um processo extremamente produtivo nas línguas naturais, pois os falantes tendem a usar unidades com significado pleno para expressar conceitos gramaticais. Além disso, este processo apresenta regularidades cognitivas, pois a gramaticalização afeta preferencialmente unidades linguísticas pertencentes a determinadas áreas

* A autora agradece a Rita Marquilhas a leitura atenta de uma versão prévia deste texto e as suas sugestões.

[1] O termo "item lexical" é por vezes utilizado para designar qualquer elemento do léxico de uma língua, pelo que engloba, nesse uso, os itens lexicais e os itens gramaticais. Não é esse o uso do termo neste capítulo, que, aqui, se opõe ao de "item gramatical".

conceptuais do léxico. Estes processos cognitivos não são específicos de uma língua, pois determinados valores gramaticais são tipicamente expressos, em línguas diferentes, através de unidades lexicais oriundas das mesmas áreas conceptuais. Por exemplo, verifica-se em várias línguas que verbos plenos com valor de posse, como *ter* em português (*ele tem uma casa*), *avoir* 'ter' em francês (*il a une maison*) e *to have* 'ter' em inglês (*he has a house*), sofrem frequentemente um processo de gramaticalização mediante o qual são recategorizados como verbos auxiliares que ocorrem na formação dos tempos compostos (*ele tem lido o livro*, *il a lu le livre*, *he has read the book*). Note-se que o processo de gramaticalização não implica que a unidade lexical deixe de existir: neste caso, coexistem no português atual os dois valores de *ter*, isto é, o valor de verbo pleno de posse e o valor de verbo auxiliar.

O processo de gramaticalização de determinada unidade tem frequentemente por base processos de **reanálise**, isto é, uma nova interpretação de dados linguísticos ambíguos[2], e de **analogia**, ou seja, uma mudança linguística que consiste na nova interpretação de uma unidade a partir dos padrões linguísticos que caracterizam outra unidade com a qual a primeira tem uma relação de semelhança[3]. Serão dados exemplos destes processos ao longo do capítulo.

A gramaticalização de unidades linguísticas pode não envolver alterações fonológicas ou morfológicas. É o caso da palavra *assim*, que, em português, evolui de advérbio (cf. (1a)) para conector com valor consecutivo (com significado de 'portanto', como em (1b) (a posição que os advérbios e os conectores ocupam no *continuum* lexical vs. gramatical será discutida em 10.1.2):

(1) a. Ninguém no mundo pode brincar *assim* com as pessoas. (CRPC, *Jornal de Notícias*)

b. Na Península Ibérica, estes movimentos imprimiram uma nova organização geral ao relevo com orientação NE-SW e manifestaram-se de forma diferente, conforme a natureza e a idade das rochas. *Assim*, os terrenos sedimentados durante o Secundário, sujeitos à orogenia alpina, enrugaram-se e deram origem a grandes cadeias montanhosas. (CRPC, Rodrigues e Baptista, *Geografia*)

Noutros casos, a gramaticalização envolve alterações fonológicas e morfológicas profundas de uma palavra, que deixa de ser uma forma autónoma e passa a afixo. É o caso do presente do indicativo do verbo latino *habere*, que ocorria em perífrases verbais com valor de futuro, como, por exemplo, *cantare habeo*: em português, sofreu alterações formais ao passar a integrar a estrutura morfológica do futuro simples do indicativo (cf. *cantar<u>ei</u>*), adquirindo o estatuto de afixo.

Estes dois exemplos evidenciam estádios diferenciados de gramaticalização, em que o item lexical passa a item gramatical autónomo, como no caso de *assim*, ou dependente, como no caso do afixo *-ei* (cf. Hopper e Traugott 1993).

---

[2] Langacker (1977) define a reanálise como uma mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões, sem que essa mudança envolva uma modificação da estrutura de superfície, e inclui a reformulação semântica no conceito de reanálise. Para uma discussão das diferentes perspetivas sobre o conceito de reanálise e sua relação com a gramaticalização, veja-se Traugott e Trousdale (2010).

[3] Cf. Cap. 2.10.3.1 e também Campbell (1999, 2001).

O processo de recategorização para uma classe mais gramatical é acompanhado de alterações ao nível do significado das unidades. Dá-se, por um lado, um enfraquecimento semântico designado como **dessemantização** e que consiste na perda total ou parcial do significado da unidade enquanto item lexical da língua. Simultaneamente, os itens recategorizados ganham um significado que se prende com a sua nova função de tipo gramatical. Assim, retomando o exemplo da gramaticalização do verbo *habere* em afixo verbal, o percurso seguido por este verbo pleno envolveu a perda do seu significado enquanto verbo de posse e a aquisição de um novo significado gramatical (constituinte de um paradigma verbal, marcando os valores de tempo/modo/aspeto e de pessoa/número; cf. Cap. 56). Noutros casos, as unidades lexicais sofrem alterações de significado que se prendem com a sua nova função ao nível da estruturação do texto, como é o caso do já referido advérbio *assim*.

O significado de uma palavra lexical pode apresentar propriedades que possibilitam a sua utilização com outras funções linguísticas e que a tornam disponível para ser gramaticalizada, como no caso de *via*, que é um nome em (2a) e uma preposição em (2b,c):

(2) a. A *via* onde teve lugar o sinistro ficou cortada até às 5h30 de ontem. (CRPC, *Público*)
b. Os jogadores serão dispensados na sexta-feira, concentrando-se no domingo, e pelas 10 e 35 viajarão para Toronto, *via* Nova Iorque. (CRPC, *Diário de Notícias*)
c. A disponibilização de produtos *via* Internet permite a qualquer empresa perspectivar o mercado mundial, com milhões de potenciais clientes. (CRPC, *Expresso*)

É o significado de 'caminho' que fundamenta a recategorização de *via* como preposição com valor espacial em (2b) e, por extensão metafórica, como preposição com valor de meio, em (2c). A gramaticalização de *via* envolve, assim, simultaneamente, a perda e a manutenção de parte do seu significado, isto é, respetivamente, dessemantização e **persistência** (cf. Hopper 1991).

Noutros casos ainda, a palavra, ou o conjunto de palavras, deixa de ter um significado enquanto item lexical mas passa a ter uma função discursiva. Neste caso, o processo de gramaticalização é acompanhado de um enriquecimento pragmático, sendo este percurso específico designado como **discursivização** ou **pragmatização**. É este o caso, por exemplo, do advérbio *bem* ou da expressão *não é*, que, quando reanalisados como marcadores discursivos, têm, entre outras, a função de preencher as pausas no discurso (os elementos linguísticos com esta função são também designados por **bordões**), como se ilustra em (3), onde se reproduzem extratos de duas conversas de tipo informal:

(3) a. pois, ouve-se a música, *bem*, o que é que isto será, *bem*, isto é o mar a rugir, é uma cavalgada (CRPC, PF 0049)
b. olhe, eu gosto imenso, quanto a países eu não conheço nada a não ser a Espanha, *não é*, e, mas gosto imenso de acampar na Espanha [...] sim, gosto imenso porque aquele ambiente é diferente daqui, a que eu não estou habituado, *não é*, e portanto gosto mais de lá estar (CRPC, PF 0048)

Assim, em (3a), a expressão *bem* não tem qualquer valor adverbial de qualificação positiva e, da mesma forma, em (3b), a expressão *não é* não tem valor de negação nem de interrogação. Tanto *bem* como *não é* perderam o seu significado pleno e ganharam um valor pragmático, de solicitação da aprovação do interlocutor, no caso de *não é*, ou de elemento usado para preencher pausas no discurso, tanto no caso de *não é* como no de *bem*.

O processo de gramaticalização ocorre por vezes repetidamente. Quando uma unidade atinge um estádio avançado de gramaticalização, é frequente surgir uma nova unidade (formada por uma ou mais palavras) com o mesmo significado da unidade resultante da recategorização. Esta unidade nova poderá, por sua vez, sofrer também um processo de gramaticalização e ser de novo substituída por outro elemento. A expressão do futuro nas línguas românicas fornece um excelente exemplo deste processo (cf. Heine et al. 1991). Assim, em latim, a realização do futuro através de uma forma verbal contendo um sufixo (cf., por exemplo, *cantabimus* 'cantaremos') foi substituída por uma perífrase verbal formada pelo infinitivo do verbo seguido da forma latina *habere*. Esta perífrase sofreu gramaticalização e, por sua vez, deu lugar, através de processos morfológicos e fonológicos, à forma verbal simples do português *cantaremos*, forma essa que, por sua vez, concorre atualmente com uma nova perífrase formada com o verbo *ir*: *vamos cantar*[4].

A consciência por parte dos falantes do português da existência de um processo de gramaticalização varia consoante este tenha decorrido num estádio anterior da língua e esteja há muito concluído – como é o caso do afixo verbal do futuro do indicativo, que os falantes não identificam como tendo sido uma forma livre – ou consoante se trate de um processo de recategorização em curso e percetível num mesmo estádio da língua, isto é, percetível em sincronia e não apenas em diacronia. Por exemplo, a expressão *a gente* tem atualmente um uso como sintagma nominal livre (cf. *a gente que vive naquela aldeia tem poucos meios de transporte*) e outro como locução pronominal emergente (cf. Caps. 23 e 52), em que *a gente* remete para um conjunto plural que inclui o falante, tendo referência equivalente à do pronome *nós* (cf. *a gente foi ao cinema*). A recategorização do sintagma *a gente* como pronome com valor plural leva a que seja frequente, embora não aceitável na norma-padrão, a concordância do verbo na 1.ª pessoa do plural (*a gente fo<u>mos</u> ao cinema*) e, em estruturas predicativas, a presença de marcas de plural no adjetivo ou no particípio passado (cf. *a gente esta<u>mos</u> triste<u>s</u>*; *a gente esta<u>mos</u> cansada<u>s</u>*/*cansado<u>s</u>*) (cf. Cap. 46).

Em síntese, este exemplo de gramaticalização em curso na língua portuguesa mostra que, embora este seja um processo diacrónico, o momento da mudança pode ser, por vezes, observado em sincronia, isto é, num mesmo estádio da língua.

---

[4] Este processo de formação do futuro tem uma origem ainda anterior, pois a forma morfológica latina *cantabimus* contém o verbo de existência *b^{h}umos 'somos', herdado do indo-europeu, e pode ser reconstruída como a gramaticalização de uma perífrase pré-latina *kanta b^{h}umos (cf. Hopper e Traugott 1993:9s). O asterisco que marca as formas referidas nesta nota indica que estas são formas do indo-europeu reconstruídas a partir dos estudos comparados das línguas indo-europeias. Neste capítulo, apenas em dois casos (devidamente assinalados) se usa o asterisco com esta função, sendo que, no resto do capítulo, esta notação marca a agramaticalidade de uma sequência.

[1] Alguns autores usam o termo *gramaticalização* quando o processo é analisado numa perspetiva diacrónica e *gramaticização* quando é observado numa perspetiva sincrónica (cf. discussão da terminologia em Hopper e Traugott 1993:xvi). Nesta Gramática, usa-se unicamente o termo *gramaticalização*, designando este um processo diacrónico, que também pode ser observado em sincronia.

Por outro lado, o termo *gramaticalização* é por vezes associado ao significado 'tornar-se gramatical, isto é, aceitável para os falantes e para a norma linguística e integrado na gramática de uma língua', o que leva alguns autores a preferir *gramaticização* para o processo que é descrito neste capítulo (cf., por exemplo, Hopper 1991).

Enquanto alguns autores encaram a gramaticalização como um quadro teórico que permite compreender os processos de mudança linguística (cf. Hopper e Traugott 1993), outras correntes contestam esta posição, defendendo que a gramaticalização não tem estatuto próprio, sendo antes um epifenómeno, sem poder explicativo (cf. Campbell 1999, Campbell 2001, Roberts e Roussou 2003). No entanto, a validade dos casos de gramaticalização que ocorrem nas línguas não é posta em causa nestas abordagens, nem a existência de percursos na mudança diacrónica ("*pathways*" em Roberts e Roussou 1999:4), embora os processos de gramaticalização sejam encarados, nestas abordagens, como o resultado de processos de reanálise.

No caso de *a gente*, o processo de gramaticalização aplica-se não a uma unidade simples da língua, mas sim a um sintagma nominal constituído por duas palavras (o artigo definido *a* e o nome *gente*). O processo é, assim, simultâneo com uma cristalização da expressão linguística, isto é, com um processo de **lexicalização**. O sintagma nominal *a gente* perde liberdade sintática (não permite, por exemplo, a substituição do artigo ou do núcleo nominal), deixa de ser analisado composicionalmente (isto é, o seu significado não se pode depreender a partir da soma do significado de cada uma das palavras da expressão), ganha uma função pronominal e forma uma **unidade multilexical** (cf. Cap. 9). Este processo simultâneo de lexicalização e de gramaticalização é comum a muitas outras unidades linguísticas, como, por exemplo, as locuções prepositivas ou conjuncionais, que podem ser formadas, por exemplo, por um nome seguido de preposição (*face a*) ou por um advérbio e por uma conjunção (*assim que*).

Uma vez que a gramaticalização consiste numa evolução de determinada unidade linguística (simples ou multilexical) em direção a uma classe mais gramatical, é considerada como **unidirecional**[5].

O processo inverso, de passagem de uma unidade de uma classe mais gramatical para uma classe mais lexical, também ocorre, embora sejam reduzidos os casos claros deste tipo, que designamos como **desgramaticalização**. Os exemplos mais regulares envolvem a passagem de afixos a palavras autónomas com o estatuto de nomes, como o prefixo *ex-* (cf. (4a)) ou o sufixo *-ismo* (cf. (4b)):

(4) a. E a autora da biografia do magnata Donald Trump, além de ser sua *ex*, é também uma amiga chegada de Bushnell. (CRPC, *Expresso*)

[5] O princípio da gramaticalização levanta a questão de podermos pressupor ou não que todos os itens gramaticais têm origem num item lexical, pelo que nunca resultariam de formas totalmente novas, criadas para o efeito. No entanto, embora este seja o processo mais regular, não será exclusivo, como mostram os estudos sobre este tema. Além disso, nem sempre dispomos de informação suficiente para avaliar a evolução de certas formas com função gramatical.

b. Nas artes plásticas, por exemplo, é a cavalgada alucinante dos *ismos* que se sucedem e se interpenetram a um ritmo extremamente veloz: fauvismo, expressionismo, futurismo, cubismo, abstraccionismo. (CRPC, Guedes, *Ferro*)

Outro caso é o prefixo *super-*, que ganha, em registos coloquiais, estatuto de palavra livre, de natureza adverbial, com um sentido próximo de 'muito' (cf. (5a)). Também o prefixo *pro-* e a preposição *contra* são ambos recategorizados como nomes, por exemplo na expressão *os prós e os contras*. Embora *prós* e *contras* não sejam elementos necessariamente contíguos, ocorrem geralmente num contexto próximo, ou subentendem a presença do outro elemento (cf. (5b))[6]:

(5) a. Do outro lado tinha o meu pai, completamente ateu até hoje, *super* inteligente, com memória de computador. (CRPC, *Máxima*)

b. embora os contendores se esforcem por apresentá-los como uma objectiva questão, ou de tradição – *os prós* –, ou de civilização – *os contras*. *Os prós*, sempre muito mal representados nestes debates, são esmagadoramente compostos pelas mulheres e homens do interior. (CRPC, *Público*)

A classe dos advérbios apresenta também exemplos de desgramaticalização. É o caso do advérbio *altamente*, que ocorre por vezes com função adjetival em registos coloquiais de falantes jovens, com sentido equivalente a 'espetacular, genial' (cf. *é um filme altamente!*)[7].

> [2] Para a teoria da gramaticalização, estes casos são por vezes considerados como contraexemplos para o princípio da unidirecionalidade, isto é, para a perspetiva segundo a qual a gramaticalização segue um percurso regular, que vai do lexical para o gramatical. No entanto, há que realçar a fraca expressão dos casos de desgramaticalização, por oposição aos casos muito frequentes de gramaticalização.
>
> Existe alguma variação terminológica em relação ao processo aqui designado como desgramaticalização. Alguns autores mantêm para esses casos o termo gramaticalização, recusando, portanto, a proposta de unidirecionalidade. Não é essa a abordagem seguida neste capítulo, em que se assume a gramaticalização como um processo unidirecional.
>
> O processo de desgramaticalização é ainda, por vezes, designado como "lexicalização" (isto é, como a aquisição de propriedades lexicais; cf. Lehmann 1995 e Campbell 2001). Neste capítulo, como referido acima, o termo "lexicalização" é usado noutro sentido, para designar o processo que leva certas expressões linguísticas a adquirirem maior fixidez sintática e semântica (cf. Cap. 9).

São geralmente as palavras com um significado menos preciso e com maior frequência de uso que têm mais tendência para sofrerem gramaticalização (cf. Traugott e Heine 1991), como é o caso dos verbos *estar*, *haver*, *ser* e *ter*. Observando quais os

---

[6] Em latim, a forma livre *super* tinha função adverbial e também função de preposição, existindo ainda o prefixo *super-*. No português contemporâneo, manteve-se a função de prefixo e deu-se a recente desgramaticalização observada no texto. Quanto à forma *pro*, em latim, podia ser livre (preposição) ou presa (prefixo), mantendo-se em português a forma presa. Finalmente, *contra* em latim podia ser advérbio ou preposição, tendo passado para o português como preposição (mas cf. Cap. 32, onde se descrevem usos adverbiais deste item). É no estado atual da língua que o processo de desgramaticalização tem lugar, a partir do prefixo *pro-* e da preposição *contra*.

[7] Muitos advérbios podem ainda ser nominalizados, como se pode ver nos exemplos *além* e *amanhã* (cf. *ele casou com uma rapariga que comunicava com o além*; *importa viver o presente sem pensar no amanhã*).

verbos com maior número de ocorrências num *corpus* equilibrado de língua portuguesa de 11 milhões de palavras[8], temos os seguintes dados de frequência: *ser* (333 747), *ter* (117 212), *estar* (65 520), *fazer* (47 273), *ir* (45 510), *haver* (42 560) e *poder* (42 138). De facto, todos estes verbos sofreram um processo de gramaticalização que os levou a perder parte do seu significado e a apresentar algum grau de defetividade relativamente às propriedades que tipicamente caracterizam um verbo pleno, sendo recategorizados como verbos auxiliares (*ser*, *estar* e *ter*), como verbos copulativos (*ser* e *estar*), ou como verbos semiauxiliares com valor temporal futuro (*ir* + inf[9] e *haver de* + inf) ou com valor modal (*ter de*), como verbo leve (*fazer*) ou ainda como afixo verbal com valor de futuro (*haver*). A título exemplificativo, veja-se que o verbo *ter* é um verbo pleno com valor de posse (cf. (6a)) que ganhou funções de verbo semiauxiliar com valor modal (cf. (6c) e Caps. 18 e 29) e também de verbo auxiliar dos verbos compostos (cf. (6b)). As especificidades dos processos de gramaticalização que afetam os restantes verbos acima referidos serão discutidas ao longo do capítulo. Repare-se que estes verbos continuam a ter um estatuto de verbo pleno a par do seu novo estatuto gramatical.

(6) a. O João *tem* uma coleção de pacotes de açúcar.
b. O João *tem* conversado pouco com o Paulo.
c. Ela *tem de* telefonar à amiga.

Como foi referido, o processo de gramaticalização aplica-se frequentemente a unidades lexicais de sentido vago e com uma frequência de ocorrência elevada na língua. Por sua vez, a dessemantização e as novas funções gramaticais desempenhadas pelos elementos recategorizados contribuem ainda mais para as suas altas frequências.

Nas secções seguintes, iremos discutir as diferentes propriedades das classes lexicais e das classes gramaticais (cf. 10.1), os estádios da gramaticalização (cf. 10.2) e os seus mecanismos e percursos conceptuais (cf. 10.3).

10.1 Classes lexicais vs. classes gramaticais

As palavras do léxico de uma língua podem ser agrupadas em classes: nomes, pronomes, verbos, adjetivos, preposições, advérbios, conjunções, entre outras. Essas classes costumam dividir-se em dois grandes grupos, caracterizados por determinadas propriedades típicas, de natureza formal, funcional e semântica: as classes lexicais e as classes gramaticais. Não se trata, no entanto, de uma divisão estanque e rígida, na qual todas as classes de palavras de cada lado da divisão tenham o mesmo estatuto de "lexicalidade" ou de "gramaticalidade". Esta situação é particularmente verdadeira no grupo das classes de palavras gramaticais (preposições, conjunções, conectores, advérbios, pronomes, especificadores). Mais ainda, dentro

[8] As frequências foram extraídas do *corpus* escrito DCP (*corpus* do projeto *Dicionário de Combinatórias do Português*), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. No entanto, estes verbos são também os mais frequentes no *subcorpus* escrito do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, com 309 milhões de palavras, mudando apenas a sua ordenação. São também os mais frequentes nos *corpora* de língua falada *Português Fundamental* e C-ORAL-ROM (cf. Bacelar do Nascimento et al. 2005). Estes dados mostram uma grande regularidade na lista dos verbos mais frequentes, que não depende, portanto, do *corpus* observado.
[9] Usa-se "inf" como abreviatura de "infinitivo".

de cada classe, nem todos os elementos têm o mesmo estatuto, uma vez que podem apresentar algumas, mas não todas as propriedades que são típicas dos itens lexicais ou dos itens gramaticais. Assim, o léxico apresenta-se como uma escala contínua, em que classes diferentes, e mesmo subclasses ou itens particulares dentro de uma determinada classe, podem ocupar posições intermédias distintas.

Desenvolvendo estas ideias, apresentamos em 10.1.1 uma discussão das propriedades que caracterizam de forma típica, por um lado, as classes e os itens lexicais e, por outro, as classes e os itens gramaticais. Seguidamente, em 10.1.2, observamos as várias classes e subclasses de palavras do ponto de vista dessas propriedades e classificamo-las num *continuum* que vai do mais lexical ao mais gramatical.

10.1.1 Propriedades dos itens lexicais e gramaticais

A categorização das classes de palavras de uma língua em termos da sua natureza gramatical ou lexical relaciona-se com a distinção entre classes **abertas** e classes **fechadas**. As classes lexicais (em que se incluem os nomes, os verbos e os adjetivos) são classes abertas, no sentido em que contêm um número indefinidamente grande de elementos. Do ponto de vista formal, os seus membros são palavras autónomas, ou livres, que não dependem morfológica ou fonologicamente de outras entidades do léxico, como acontece com os afixos ou os clíticos. Os itens lexicais apresentam ainda marcas de flexão e apresentam, portanto, variantes flexionais: comparem-se, assim, as classes dos nomes (variação em número), dos adjetivos (variação em número, género e grau) e dos verbos (flexão de tempo/modo/aspeto e de pessoa/número). Note-se que estas marcas de flexão são veiculadas por afixos flexionais, que constituem uma classe gramatical, como se verá a seguir. Do ponto de vista semântico, os membros das classes lexicais representam a realidade extralinguística, em toda a sua riqueza ontológica, com especializações típicas (ainda que não únicas) de cada uma das classes: os nomes denotam entidades (cf. Cap. 25), os verbos denotam situações (cf. Cap. 28), e os adjetivos denotam propriedades (cf. Cap. 31). O sentido dos itens destas classes é descritivo, podendo ser consultado num dicionário ou numa enciclopédia. Finalmente, estas são as classes que sofrem alterações frequentes, através da criação de novas palavras (refletindo novas ideias, novas tecnologias e a mudança social em geral) e do progressivo desuso de outras.

As classes gramaticais, por sua vez, constituem conjuntos restritos de elementos linguísticos, que se renovam mais lentamente e formam, portanto, classes fechadas, que não são regularmente enriquecidas com neologismos pelos falantes. Do ponto de vista formal, os seus membros tendem a ser morfológica ou fonologicamente dependentes, i.e., são clíticos (cf. Cap. 42) ou afixos (cf. Cap. 57), embora também possam ser palavras autónomas, como as conjunções, as preposições e os verbos auxiliares e semiauxiliares. Tendem ainda a ser invariáveis, como no caso das preposições e das conjunções, isto é, não apresentam tipicamente marcas de flexão (cf. Cap. 55). No entanto, os pronomes e os advérbios, por exemplo, apresentam algumas propriedades típicas dos itens gramaticais e admitem variação: os pronomes têm marcas de pessoa (1.ª, 2.ª e 3.ª) e número (singular e plural) e os advérbios admitem apenas variação de grau (*muitíssimo*, *velocissimamente*). Estes dados confirmam que a categorização deve ser feita em termos de maior ou menor grau de "lexicalidade" e "gramaticalidade".

Uma das funções das classes gramaticais é de natureza estrutural, i.e., estes elementos permitem articular entre si os itens das classes lexicais, quer a nível da frase quer a nível do discurso. Semanticamente, em português e em geral nas línguas indo-europeias, os itens gramaticais (sobretudo os itens dependentes como os afixos) especializam-se tipicamente em áreas particulares do significado: tempo, modo e aspeto (os afixos verbais e os verbos auxiliares e semiauxiliares), número e género (os afixos flexionais dos adjetivos), número e pessoa (os afixos flexionais dos verbos); e ainda, no caso das preposições, das conjunções e dos advérbios, um pequeno conjunto de dimensões semânticas, nas quais se destacam os valores locativo, temporal e de modo.

Contrariamente às classes lexicais abertas, as classes gramaticais fechadas sofrem poucas inovações ao longo do tempo; assim, por exemplo, não são frequentes os casos de criação ou perda de uma preposição ou de um pronome na língua. No entanto, embora raros, casos deste tipo ocorrem e é precisamente esse processo de criação de novos elementos gramaticais a partir de itens lexicais que se analisa neste capítulo.

Podemos sistematizar as propriedades das classes lexicais e das classes gramaticais da seguinte forma:

- Os itens lexicais tendem a:

(i) apresentar um significado descritivo, denotador de entidades, propriedades, eventos, estados, etc.;

(ii) pertencer a classes abertas, que se caracterizam pela frequente inclusão de novos elementos, bem como pelo progressivo desuso de outros;

(iii) ter autonomia fonológica e gráfica;

(iv) apresentar marcas de flexão: de número (nomes e adjetivos); de género (adjetivos e alguns nomes); e de tempo/modo/aspeto e pessoa/número (verbos).

- Os itens gramaticais tendem a:

(i) ter um significado que codifica algumas áreas semânticas particulares, como tempo, modo, aspeto, número, género, ou a ter uma função estruturadora da frase e do discurso;

(ii) pertencer a classes fechadas, que raramente integram novos elementos;

(iii) ter uma menor autonomia fonológica e morfológica;

(iv) não apresentar marcas de flexão.

10.1.2 Classificação das classes em lexicais e gramaticais

Em termos esquemáticos, a maioria das propostas sobre o percurso de gramaticalização identifica as seguintes etapas gerais (cf. Hopper e Traugott 1993):

palavra lexical > palavra gramatical > clítico > afixo flexional

Existe alguma variação relativamente ao número de etapas da gramaticalização, às suas propriedades e às diferentes classes e seu posicionamento ao longo desta evolução (em inglês referida como "*cline*") que se prende, na sua maioria, com a

dificuldade em estabelecer fronteiras estanques entre as classes. Apesar dessas dificuldades, tentamos, no Quadro 1, com base nas propriedades apresentadas na secção anterior, categorizar as diferentes classes de palavras ao longo de uma escala que vai do mais lexical até ao mais gramatical. A distinção lexical (ou pleno) vs. gramatical (ou funcional) não constitui uma dicotomia, mas antes um *continuum*, ao longo do qual encontramos diferentes graus de "gramaticalidade", estando, por exemplo, os itens nominais no polo mais lexical e os afixos flexionais, como os sufixos verbais de tempo/modo/aspeto, no polo oposto. O processo de gramaticalização consiste na progressiva passagem de determinada palavra de uma classe mais à esquerda no quadro para uma classe mais à direita, simbolizada por uma seta. Note-se que este quadro organiza as várias classes de palavras como mais ou menos lexicais/gramaticais, não implicando que os elementos de determinada classe sejam forçosamente o resultado de um processo de gramaticalização. Porém, caso sejam o resultado desse processo, o quadro indica um percurso no sentido de crescente gramaticalização.

+ lexical + pleno + independente →						+ gramatical + funcional + dependente
ITENS LEXICAIS						AFIXOS
Nomes						
Adjetivos (incluindo os numerais ordinais)						
Verbos plenos		Verbos semiauxiliares	Verbos auxiliares			
	Advérbios em *-mente*	Advérbios de tempo, lugar, modo	Advérbio de negação			
		Preposições (*contra*, *desde*, *sob*, *sobre*)	Preposições (*a*, *de*)			
			Conjunções, Conectores, Marcadores discursivos			
			Determinantes Quantificadores (incluindo os numerais cardinais)			
		Pronomes pessoais tónicos e possessivos Demonstrativos		Pronomes clíticos		
			Pronomes relativos e interrogativos			
					Afixos derivacionais	Sufixos de flexão não verbal
						Sufixos de flexão verbal

Quadro 1 – Classes lexicais e gramaticais

No Quadro 1, os itens nominais (como *exame*, *janela*, *liberdade*, *mulher*, *pátio*), adjetivais (como *amarelo*, *amargo*) e a maioria dos itens verbais (como *dizer*, *escrever*, *pensar*, *pintar*) integram classes abertas, têm um significado preciso, relacionado com entidades e conceitos externos à linguagem, apresentam marcas de flexão e elevada autonomia na frase, pelo que as classes nas quais se integram são classes lexicais. Estão, por isso, representados na coluna mais à esquerda do quadro.

As restantes classes consideradas nesta Gramática ocorrem mais à direita no quadro por apresentarem todas ou algumas das propriedades associadas aos itens gramaticais. Estas classes são: advérbio, pronome, determinante, quantificador, preposição, conjunção, marcador discursivo, bem como os afixos derivacionais (como *-ific-* em *justificar*) e flexionais (afixos com valor de tempo/modo/aspeto, de número e género) (cf. Caps. 55, 56 e 57). Repare-se, no entanto, que estas classes diferem quanto ao grau de propriedades gramaticais que apresentam, pelo que se situam em posições diferentes ao longo do *continuum* lexical/gramatical.

Na classe dos verbos, há elementos que são verbos plenos, denotam eventos ou estados e têm, portanto, um significado descritivo, funcionando como predicadores que selecionam argumentos (cf. Cap. 11). Mas nesta mesma classe há também outros elementos com propriedades mais gramaticais. Os verbos auxiliares formam um pequeno conjunto de verbos que (i) satisfazem um determinado número de critérios sintáticos e semânticos particulares (cf. Cap. 29), (ii) apenas veiculam valores temporais, aspetuais e modais, não tendo estrutura argumental própria e (iii) constituem, com os verbos plenos que com eles ocorrem, uma perífrase verbal. É o caso, por exemplo, do verbo *ter* nos tempos compostos (*ele tinha lido esse livro*), do verbo *ser* como auxiliar da voz passiva (*esse livro foi lido pelos alunos*) e do verbo *ir* seguido de verbo pleno no infinitivo, com valor de futuro (*ele vai ler esse livro*). Existe ainda outro conjunto de verbos, chamados semiauxiliares, que satisfaz apenas um subconjunto dos critérios sintáticos e semânticos da auxiliaridade. Por exemplo, os verbos modais *poder* e *dever*, na sua leitura deôntica de obrigação ou de permissão, exercem restrições de natureza semântica sobre o sujeito. Veja-se que um sujeito não animado na frase #*as pedras devem rolar pela encosta abaixo* (no sentido em que se está a exigir às pedras que rolem) resulta numa frase pragmaticamente inaceitável. Isto deve-se a restrições semânticas exercidas pelo verbo modal *dever* no seu sentido de obrigação, pois a mesma frase, sem este verbo, é perfeitamente aceitável: *as pedras rolaram pela encosta abaixo*[10].

A diferença entre verbos plenos, semiauxiliares e auxiliares mostra que os elementos de uma mesma classe, neste caso a dos verbos, podem não partilhar as mesmas propriedades. Existe, portanto, com frequência, heterogeneidade no interior das classes de palavras tradicionalmente estabelecidas, sendo necessário, em muitos casos, estabelecer subclasses com diferentes posicionamentos no *continuum* do Quadro 1.

[10] Para uma descrição das propriedades dos verbos auxiliares e semiauxiliares, veja-se o Cap. 29. Em termos gerais, os verbos semiauxiliares situam-se entre o verbo pleno e o verbo auxiliar, isto é, ainda têm algum conteúdo semântico e respondem a algumas propriedades formais típicas dos verbos plenos, como a possibilidade de haver um elemento de negação com escopo sobre o verbo semiauxiliar e outro sobre o verbo principal (cf. *eu não posso não ir à festa*), enquanto os verbos auxiliares têm apenas um conteúdo gramatical e formam com o verbo principal da oração uma unidade verbal que apenas pode ser negada na sua globalidade (cf. *ele não* [*tinha lido*] *o livro*).

Isso mesmo acontece com a classe dos advérbios, que apresenta alguma variação interna e que se encontra, portanto, subdividida no quadro. Os advérbios em *-mente*, que se formam a partir de adjetivos, uma classe aberta (*rápida* > *rapidamente*; *veloz* > *velozmente*), constituem, por conseguinte, um conjunto relativamente aberto e partilham propriedades do significado dos adjetivos de que derivam, propriedades essas que os aproximam das classes lexicais (cf. Cap. 58). Os restantes advérbios apresentam propriedades mais gramaticais. Assim, enquanto um item nominal denota, por exemplo, entidades espaciais com propriedades específicas, como *aeroporto*, *estrada*, *praça*, *rua*, etc., advérbios de lugar como *aqui*, *ali*, *lá* têm um significado que denota uma localização espacial e uma maior ou menor distância em relação ao falante, embora não denotem qualquer propriedade mais específica desse local. Tal como os advérbios de lugar, também os advérbios de tempo (como *agora*, *logo*, *ontem*), de modo (como *assim*) e também os pronomes pessoais tónicos (*eu*, *tu*, *ele*, etc.), os pronomes pessoais possessivos (*meu*, *teu*, *seu*, etc.) e os pronomes demonstrativos (*isto*, *isso*, *aquilo*) não identificam de forma precisa e descritiva uma localização temporal, um modo de fazer as coisas ou uma entidade, como é próprio, por exemplo, dos nomes. Pelo contrário, têm um significado mais abstrato, dependente da situação de enunciação. Os pronomes relativos e interrogativos têm um valor ainda mais gramatical do que os pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, pois não referenciam diretamente uma entidade na situação de enunciação. Assim, os pronomes relativos ganham o seu valor através da correferência com um antecedente (cf. Cap. 39) e os pronomes interrogativos funcionam como uma variável cujo valor se quer conhecer (cf. Cap. 48). Para além disso, ocorrem na posição inicial da oração, que não é a posição canónica dos argumentos que estes pronomes realizam (cf. Caps. 39 e 48). Os pronomes interrogativos e relativos diferenciam-se ainda de conjunções, conectores e marcadores discursivos por estes terem apenas valor de ligação entre sintagmas nominais, orações ou frases: estes últimos têm, portanto, um maior grau de gramaticalidade, no sentido em que a sua função é essencialmente ligar itens lexicais, sintagmas ou orações, como no caso das conjunções (cf. *o rapaz e a rapariga*; *o Pedro chegou atrasado mas ainda assistiu à conferência*) e dos marcadores discursivos (cf. *primeiro, o João não acredita em Deus e, segundo, nem foi batizado*).

No caso das preposições, é necessário distinguir entre as preposições *a* e *de*, que nalguns casos apenas desempenham funções gramaticais de ligação entre constituintes[11] (cf. *a pintura da porta*), e outras preposições (como *contra*, *desde* e *sobre*) que, para além de estabelecerem uma ligação entre constituintes, veiculam um significado pleno, que determina (conjuntamente com o verbo, quando a preposição introduz um argumento) a função semântica dos constituintes (cf. *ele chocou contra o muro*; *ele vive em Berlim desde criança*; *ele pôs o livro sobre a mesa*). Também os determinantes e os quantificadores são elementos essencialmente funcionais, que constituem classes fechadas e cujo significado é gramatical, no sentido em que não denotam entidades externas, mas permitem estabelecer uma relação referencial

[11] Noutros contextos, a mesma preposição pode ter significado pleno, designando, por exemplo, uma localização espacial (cf. *ele veio de Lisboa para participar na reunião*). Ver a este respeito a discussão sobre a natureza gramatical ou plena da preposição *de* no Cap. 32.

entre um significado denotativo expresso pelo nome e uma entidade do universo do discurso.

Foram discutidas até agora as classes de palavras tradicionais, cujos membros funcionam como palavras autónomas da língua. Nem sempre a autonomia gráfica tem equivalente numa autonomia fonológica, como no caso dos pronomes clíticos, que não têm acento de palavra e formam, por isso, uma palavra fonológica com o elemento verbal que ocorre a seguir (*não me diga*) ou antes (*diga-me*), consoante sejam enclíticos ou proclíticos, podendo ainda ocorrer em posição de mesóclise (*dir-me-á*), interna à forma verbal (cf. Cap. 42). Os pronomes clíticos são, assim, elementos que partilham propriedades das unidades lexicais autónomas e também das unidades presas, os afixos. Estes últimos são elementos que não têm funcionamento autónomo e cujo significado apresenta um grau menor ou maior de gramaticalidade: assim, os afixos derivacionais apresentam um significado que não é puramente funcional e que está próximo do significado de algumas preposições; veja-se, por exemplo, a relação entre a preposição *com*, que indica 'companhia' em *ela almoçou com o Rui*, e o prefixo *com-* no verbo *compartilhar* ('partilhar com'). Pelo contrário, os afixos flexionais adjetivais[12] e verbais (por exemplo, os afixos que marcam o género masculino (*-o*) e feminino (*-a*) em *gordo*, *gorda*) posicionam-se no polo mais gramatical do *continuum* pela sua natureza dependente, pelo seu significado gramatical sem conteúdo descritivo, pelo número limitado de valores que veiculam: género, número, pessoa, tempo, modo, aspeto (cf. Caps. 55 e 56).

10.2 Estádios do processo de gramaticalização

Discutem-se, nesta secção, os vários estádios do percurso de gramaticalização de uma palavra (como *ter* e *haver*) ou de uma sequência de palavras (como *não é* e *face a*).

10.2.1 Gramaticalização sem alterações formais

A gramaticalização de uma palavra ou sequência de palavras pode não envolver qualquer alteração na sua forma ou nas suas propriedades flexionais. Por exemplo, no caso do advérbio *assim*, a sua passagem a conector não implica nenhuma alteração formal, pois na sua classe de origem a palavra é já invariável (cf. o exemplo (1) e a discussão à volta desse exemplo). O mesmo acontece com o verbo auxiliar *ter* nos tempos compostos (cf. (7)), com o verbo *ser* na passiva sintática (cf. (8)) ou com o verbo *estar* em construções predicativas (cf. (9))[13], que, nestas construções, mantêm a sua integridade formal enquanto palavras independentes, apesar do seu estatuto mais gramatical do que o dos verbos plenos que lhes deram origem. Além disso, e como se ilustra também nos exemplos (7)-(9), estes verbos mantêm as suas propriedades flexionais de pessoa (3.ª pessoa nas frases (a,b) e 2.ª pessoa nas frases (c)), de número (singular nas frases (a) e (c) e plural nas frases (b)) e de tempo/modo/aspeto (presente do indicativo em (a), pretérito

[12] Remete-se para o Cap. 55 relativamente ao género dos nomes.

[13] Este caso é um pouco diferente, pois, na oralidade, as formas do verbo *estar* são frequentemente realizadas como *tou, tás, tá*, etc., existindo enfraquecimento da sequência inicial.

imperfeito do indicativo em (b) e condicional em (c)). A manutenção dos padrões flexionais também é uma propriedade comum aos processos de gramaticalização dos restantes verbos auxiliares e semiauxiliares do português, como *acabar* (*de*), *continuar* (*a*), *dever*, *estar* (*a*), *poder*:

(7) a. O especialista *tem referido* os perigos da crise na conferência.
b. Os especialistas *tinham referido* os perigos da crise na conferência.
c. Tu *terias apreciado* este livro.

(8) a. Essa questão *é referida* pelo autor na conferência.
b. Essas questões *eram referidas* pelo autor na conferência.
c. Tu *serias convidado* para a festa se estivesses em Lisboa nessa altura.

(9) a. O atleta *está cansado* depois de um dia de treino.
b. Os atletas *estavam cansados* depois de um dia de treino.
c. Tu *estarias cansado* depois de um dia de treino.

Embora formalmente estas unidades não ganhem marcas visíveis de gramaticalização, a sua recategorização envolve alterações semânticas e sintáticas que se prendem com as suas novas funções na oração.

Um outro exemplo é *logo*, que deixa de ter uma função adverbial temporal e passa a conector textual com valor consecutivo. Em termos sintáticos, isto implica que o conector passa a ocorrer sempre no início da oração consecutiva e perde, assim, liberdade sintática na frase: veja-se que as frases (11b,c) não mantêm o significado da frase (11a), ao contrário do que acontece com as frases em (10).

(10) a. *Logo*, eu vou ter contigo ao cinema.
b. Eu, *logo*, vou ter contigo ao cinema.
c. Eu vou ter contigo ao cinema *logo*.

(11) a. Eu não estudei nada, *logo* eu tenho de repetir o exame.
b. #Eu não estudei nada, eu, *logo*, tenho de repetir o exame.
c. #Eu não estudei nada, eu tenho de repetir o exame *logo*.

Por sua vez, os verbos plenos que passam a ter funcionamento de (semi)auxiliares sofrem profundas alterações do seu significado: por exemplo, *ter*, enquanto auxiliar dos tempos compostos (cf. (12b)), perde o seu significado de verbo de posse (cf. (12a)) e tem essencialmente[14] como função veicular informação de tempo, modo, aspeto[15]:

(12) a. O João *tem* uma coleção de soldadinhos de chumbo.
b. O João e a Ana *tinham* lido todos os livros da série Os Cinco.

Estas alterações têm fortes implicações sintáticas, uma vez que os verbos (semi)auxiliares deixam de selecionar argumentos próprios: veja-se que, em (12a),

[14] Repare-se que, em construções transitivas predicativas, os verbos *estar* e *ser* podem estar implícitos sem que haja perda de informação na frase (cf. *vi os atletas cansados no final da prova* (equivalente a *vi que os atletas estavam cansados no final da prova*); *acho a Ana bonita* (equivalente a *acho que a Ana é bonita*)). Veja-se, por exemplo, que, em línguas como o árabe e o russo, o verbo copulativo não é realizado no tempo presente, embora seja realizado noutros tempos verbais.

[15] Para o perfil aspetual do predicado verbal contribui não só o verbo auxiliar, mas também a forma do particípio passado que realiza o verbo pleno.

o verbo pleno *ter* seleciona o complemento direto *uma coleção de soldadinhos de chumbo*, enquanto em (12b) o complemento direto *todos os livros da série Os Cinco* é selecionado pelo verbo pleno *ler* e não pelo auxiliar *ter*. As relações semânticas que caracterizam este percurso de gramaticalização serão exploradas na secção seguinte.

Como vimos, no caso de sequências de palavras, e não de palavras isoladas, a gramaticalização é acompanhada de um processo de lexicalização, isto é, de uma progressiva fixidez da sequência, que passa a formar uma unidade multilexical (cf. Cap. 9). Este processo pode envolver uma cristalização da unidade sem que haja alterações que afetem formalmente a sequência de palavras. É o caso, por exemplo, do conector frásico *assim que*, formado pelo advérbio *assim* e pela conjunção *que* (cf. (13)). Esta nova unidade multilexical deixa de ser analisada composicionalmente (pela soma do significado dos seus elementos) e passa a ter um significado próprio de simultaneidade ('no mesmo momento em que'):

(13) *Assim que* entrámos sentiu-se uma tensão na sala, tudo de olhos postos em nós. (CRPC, *Expresso*)

A ausência de alterações formais a acompanhar o processo de gramaticalização pode apontar para um processo de gramaticalização que não atingiu as fases finais assinaladas no Quadro 1 (cf. (7)-(10)).

10.2.2 Gramaticalização e perda de propriedades flexionais

Os casos até aqui analisados envolvem gramaticalização e por vezes também lexicalização, mas sem outras alterações formais. Ora, noutros casos, o processo de gramaticalização afeta a unidade não só semanticamente, mas também formalmente, embora em graus variáveis. Assim, algumas unidades linguísticas que sofrem gramaticalização apresentam restrições em termos flexionais que decorrem da natureza mais gramatical da nova classe a que passam a pertencer (cf. Hopper 1991). É o caso da palavra *segundo*, que, na passagem de numeral ordinal a preposição (já em latim), deixa de apresentar flexão de género e número. Exemplifica-se em (14) o uso de *segundo* como numeral ordinal, ou seja, como adjetivo (cf. Cap. 24), e, portanto, com variação em género e número, e em (15) o seu uso como preposição, cuja função é introduzir o sintagma nominal *a acusação* e que não admite qualquer variação de género e número (cf. (15b)):

(14) a. Tivemos oportunidades para marcar, mas desconcentrámo-nos depois de sofrer o *segundo* golo. (CRPC, *Público*)
b. Ao corrigir as *segundas* provas imagino que estou em frente a um cavalete. (CRPC, *Público*)

(15) a. *Segundo* a acusação, o arguido conhecia os códigos de acesso. (CRPC, *Jornal de Notícias*)
b. **Segunda* a acusação, o arguido conhecia os códigos de acesso.

Também o particípio passado do verbo *ver*, ao ser recategorizado como conector frásico com valor causal (*visto*, quando seguido de oração não finita, e *visto que*, quando seguido de oração finita), deixa de apresentar as marcas de flexão de género e número próprias do particípio. Compare-se as possibilidades de variação

em género e número no seu uso participial em (16) e a neutralização das marcas de flexão no seu uso de conector em (17):

(16) apesar de tudo (valha-nos isso) é-nos poupada a maior parte dos clichés habituais sobre "americanos na Europa" ou sobre "americanos *vistos* por europeus" ou "a Europa *vista* por americanos" (CRPC, *Público*)

(17) o projecto de reforma de 1985 precisa de ser repensado, *visto* ter havido uma evolução nas reivindicações da polícia (CRPC, *Expresso*)

Outro exemplo é o uso frequente, no discurso oral, mas também em textos escritos, de adjetivos recategorizados com função adverbial, como o caso de *rápido* e *exato* (exemplifica-se o primeiro em (18)):

(18) Vim muito bem preparado para esta Volta a Portugal, que em Espanha é vista como uma corrida em que não se anda muito *rápido* e não tem grande nível. (CRPC, *Público*)

Em (18), a forma *rápido* não admite variação em género e número, contrariamente ao adjetivo (cf. **uma corrida em que não se anda muito rápidos*) e não modifica um substantivo, mas sim um predicado verbal, podendo ser substituída por um advérbio como *depressa* (cf. *uma corrida em que não se anda muito depressa*). A recategorização destas formas adjetivais como advérbios é geralmente descrita nas gramáticas como não normativa e pouco recomendada, mas aponta para uma tendência de gramaticalização. Noutros casos, como *alto* e *claro*, o processo de gramaticalização já está num estádio adiantado, pelo que o uso adverbial não é apontado como marginal: *ela fala muito alto*; *A – vens connosco? B – sim, claro*.

Alguns nomes concretos, como *mar*, *montanhas*, *montes*, *mundo*, *rios*, podem desempenhar funções de quantificadores, tendo como complemento um grupo nominal que pode expressar entidades concretas ou abstratas, como se ilustra em (19):

(19) a. Ele tem *montes de namoradas*. (CRPC, *Público*)
b. inundando o mercado nacional com *montanhas de carne de vaca e de carneiro*. (CRPC, *DSAN*)
c. Acontece, por outro lado, que o actual gigante comunitário tem *rios de leite*, assim como de vinho, e *montanhas de cereais e de açúcar*, não sabendo o destino que lhes há-de dar. (CRPC, *DAR*)
d. Não hesitam, apesar dos *rios de lamentações hipócritas*, em, ao abrigo da lei em vigor, arrastar as mulheres que se vêem forçadas a abortar, por investigações policiais e julgamentos vexatórios e em as mandar para a cadeia. (CRPC, *Público*)
e. Uma multidão de gente sai à pressa da linha – são miúdos que jogam à bola, vendedores de legumes, de comida, de pequeno artesanato, um *mar de gente*. (CRPC, *Grande Reportagem*)
f. Durante o dia (a partir das 11 horas) funcionam como bares de apoio à praia e à noite albergam *mares de gente*. (CRPC, *Expresso*)
g. Os mais pessimistas dirão que a Cimeira Ibero-americana é um *mar de equívocos*. (CRPC, *Jornal de Notícias*)

Repare-se que estes nomes concretos (seguidos da preposição *de*) têm um valor aproximado ao do quantificador *muito* (cf. *ganham muito dinheiro*, *muito respeito humano*, *muita gente*). Tal como o quantificador *muito*, também estes nomes concretos têm um valor quantificacional vago, pois não é especificada a quantidade exata de cada uma das entidades referidas. Estes nomes, ao serem utilizados como quantificadores, perdem o seu significado de itens lexicais (ou plenos), pois deixam de referir as entidades mar, montes, mundo, rio, mas mantêm um traço semântico comum, o de 'grande dimensão'.

Outro caso ainda é o de nomes fragmentadores ou agrupadores (estes últimos também designados por "coletivos"). Os nomes fragmentadores *pingo* ou *gota*, por exemplo, aplicam-se habitualmente a grupos nominais que remetem para substâncias líquidas, como *um pingo de leite* e *uma gota de água*, enquanto o nome agrupador *resma* ocorre geralmente com o complemento *de papel* e o nome agrupador *molhos* com complementos nominais tipicamente denotadores de vegetais, como *molhos de brócolos* e *molhos de espinafres* (podendo, nalguns casos, o complemento estar ou não realizado no contexto: cf. *comprei várias resmas para o escritório*, *comprei várias resmas de folhas brancas para o escritório*). Ora, em certos contextos, estes nomes fragmentadores e agrupadores deixam de exercer fortes restrições sobre a natureza dos seus complementos e passam a poder ocorrer com um leque variado de grupos nominais, como se ilustra em (20) e (21):

(20) a. E assim se decidiu, não sem que as gargalhadinhas contidas de Machado fizessem crescer uma dúvida na sala: haveria ali *um pingo de ironia*? (CRPC, *Público*)

b. Eticamente, Srs. Deputados, perdoa-se a quem reconhece o erro e está arrependido, mas perdoar a quem arrogantemente continua a negar os factos e não mostra *um pingo de arrependimento*, não pode ser! (CRPC, *DAR*)

c. redescobre sem nostalgia uma certa melancolia poética do rock dos inícios de 80, tal como os Joy Division ou os Bunnymen de Heaven Up Here a conheciam, acrescentada de *uma ínfima gota de concisão pop* aprendida na cartilha de Lloyd Cole. (CRPC, *Expresso*)

d. Não há *uma gota de glamour* que se desprenda tão pouco dos seus relatos e diários. (CRPC, *Público*)

(21) a. Hoje são *molhos e molhos de sebentas* para vender, livres de impostos, e testes resolvidos, passados à máquina, que facilitam a vida a quem os lê e estuda por eles. (CRPC, *Público*)

b. Trazia um tabuleiro de vime com *resmas de camisas* engomadas. (CRPC, M. Velho da Costa, *Missa*)

c. É que transpor as avenidas 5 de Outubro e de Santa Joana, de Norte para Sul ou em sentido contrário, de automóvel, obriga a uma imaginativa gincana pelo labirinto de arruamentos alternativos, que acabam, todos eles, por acrescentar alguns quilómetros ao percurso e exigir *resmas de paciência*. (CRPC, *Jornal de Notícias*)

Em contextos como (20) e (21), os nomes *pingo*, *gota*, *molho* e *resma* perdem uma parte do seu significado, que é indissociável das características das entidades às quais

se aplicavam. Assim, passam a denotar uma quantificação de contagem vaga, com valor de pequena quantidade, no caso de *pingo* e *gota*, e valor de grande quantidade, no caso de *molhos* e *resmas*. Nestes casos, os nomes fragmentadores ocorrem tipicamente no singular (por exemplo, não se diz #*pingos de ironia* – cf. (20a)) e os nomes agrupadores tipicamente no plural (cf. (21b)).

A perda de marcas de flexão verifica-se igualmente na gramaticalização de unidades multilexicais e é parte integrante do processo de lexicalização, como foi já referido. Por exemplo, a locução prepositiva *face a* (cf. (22a)) e a locução pronominal *a gente* (equivalente a *nós*, *nos* – e *nosco* em *connosco*; cf. (22b)) resultam, respetivamente, da lexicalização e gramaticalização do nome *face* seguido da preposição *a* e do nome *gente* precedido do artigo definido *a*:

(22) a. Felizmente, a indignação da opinião pública *face a* essa campanha não se fez esperar (CRPC, *Expresso*)

b. Conversem com *a gente*, senão dá-nos o sono! (CRPC, Camilo, *O Santo da Montanha*)

As unidades exemplificadas em (22), bem como outras unidades multilexicais que gramaticalizaram (cf. *ao pé de*, *a despeito de*, *de modo que*), são totalmente fixas, como se comprova pelas seguintes propriedades:

(i) não variam em número: **ele demonstrou o seu descontentamento faces a estas situações*, **conversem com as gentes, senão dá-nos o sono!*

(ii) admitem uma limitada possibilidade de substituição por outro elemento: em *face a*, o nome *face* pode ser substituído, nalguns contextos, por *frente*, mas não por *fronte* ou *rosto*, e não é possível alterar a preposição (cf. #*face de*[16]);

(iii) o significado do nome *face* já não é pertinente para a interpretação da unidade multilexical que resulta de um processo de extensão semântica em que *face*, no sentido de 'rosto', é interpretado como 'frente a'.

10.2.3 Gramaticalização, redução morfológica e cliticização

Em estádios mais adiantados do processo de gramaticalização, as unidades podem sofrer alterações mais profundas das suas propriedades formais. No caso de unidades multilexicais, formadas por duas ou mais palavras, o processo de recategorização numa classe mais gramatical pode envolver, para além de uma maior fixidez sintática, a que se junta a perda de conteúdo semântico e de propriedades flexionais, uma redução fonológica e/ou morfológica e a consequente aglutinação numa única palavra. Veja-se o exemplo de *em boa hora*: esta sequência sintagmática sofre um processo de lexicalização e forma uma unidade multilexical com função adverbial com significado de avaliação positiva da situação referida no enunciado. Assim, na frase *em boa hora acabaste esse namoro*, *em boa hora* expressa a avaliação da proposição 'acabar esse namoro' por parte do falante. Este uso está já atestado no séc. XVI (cf. exemplo (23), de Lima 1997:647, retirado de CIPM – *Corpus Informatizado do Português Medieval*):

[16] Para uma discussão dos critérios para a identificação de unidades multilexicais, veja-se o Cap. 9.

(23) E assi deue seer seu prazer. De ouuir a pallaura de deos e amiudar a egreja/ E aquellas que am esta vida escolheita som *em booa ora* naçidas/Ca ellas am tomado a melhor parte (CIPM, Christine de Pizan, *O Espelho de Cristina*)

Observa-se uma tendência para escrever a expressão como uma única palavra, como no exemplo (24a), do séc. XV, não obstante esta mantenha nessa época o seu valor composicional (isto é, continue a ser interpretada como sendo constituída por vários elementos autónomos que contribuem semanticamente para a interpretação global da expressão (cf. Cap. 9)). Essa interpretação composicional é comprovada pela ocorrência de *em boa hora* junto da expressão antónima *em hora má*, como no exemplo (24b), do séc. XVII (os exemplos (24) são ambos de Lima (1997:647)). Não obstante a interpretação seja composicional, a expressão apresenta alguma fixidez, pois não admite flexão em número nem substituição de um dos seus elementos (*#em boas horas acabaste esse namoro, #em bons minutos acabaste esse namoro*).

(24) a. Senhor, eu por agora nom quero de vós nenhua pagua, mas hyrees muyto *emboora* e tornarees aqui Conde d'Ourem e entom me pagarees (*Crónica do Condestabre*, cap. XVII (em Silva, 1949-59, s.v.))

b. vivei *embora*, ou na *má hora*, à vossa vontade, largai a rédea a vossos apetites; mas não façais, nem inventeis novas seitas (António Vieira (em Silva, 1949-59, s.v.))

Como é apontado em Lima (1997), existe uma relação lógica entre os conceitos de aprovação e de admissão/concessão que faz com que a expressão *em boa hora* ocorra com frequência em contextos de interpretação concessiva e seja recategorizada como advérbio de concessão, como no exemplo (25) (de Lima 1997:649):

(25) Mas isto passe *embora*, porque é dano particular. (Vieira (em Freire, Dic., s.v.))

O processo de gramaticalização atingiu, assim, uma fase mais adiantada, com a perda de autonomia morfológica e fonológica e a aglutinação dos elementos, que são reanalisados como uma única palavra gramatical *embora*. A forma *embora* adquire função de conector frásico com valor concessivo, ocorrendo então em início de oração, como na frase (26). Para uma discussão detalhada do processo de gramaticalização de *embora*, veja-se Lima (1997), bem como Neves e Braga (1998) e Neves (2002).

(26) *Embora* nem um vidro faltasse nas janelas de guilhotina, a fachada parecia roída por uma impiedosa doença de pele (CRPC, Mourão-Ferreira, *Amor feliz*)

Processo semelhante é o da gramaticalização das formas *você* e *vocês*, formadas, respetivamente, a partir das unidades sintagmáticas *Vossa Mercê* e *Vossas Mercês* (pronome possessivo + nome), que foram reanalisadas como formas de tratamento de 2.ª pessoa, isto é, da pessoa ou pessoas a quem o falante se dirige, como em (27) (sobre as especificidades do uso de *Vossa Mercê*, *Vossas Mercês*, *você* e *vocês*, cf. Cap. 52):

(27) a. Vá, vamo-nos embora, se *você* soubesse as voltas que já dei ao estádio. (CRPC, *Público*)

b. O passado é importante, sem dúvida, mas *vocês* teimam em viver nele!
(CRPC, *Diário de Notícias*)

A gramaticalização do sintagma *Vossa Mercê* envolve não só a total lexicalização da sequência, mas ainda redução morfofonológica no processo de aglutinação sob a forma *vossemecê* e novo processo de redução morfológica e fonológica que resulta na forma *você*. Repare-se que, sendo embora *você* e *vossemecê* formas de 2.ª pessoa, a origem sintagmática destas formas ainda é visível na concordância de 3.ª pessoa no verbo, como em (27). O processo sofrido pela forma *a gente*, com função de 1.ª pessoa do plural, assemelha-se, no seu início, ao da forma *você* (cf. 10.2.2). Também em *a gente* existe uma lexicalização da sequência e a sua gramaticalização; trata-se, no entanto, de uma recategorização recente que não envolveu alterações formais[17].

Noutras situações, a gramaticalização afeta uma só palavra e conduz a uma perda de autonomia e à sua recategorização como afixo derivacional ou flexional. Chama-se **morfologização** a este processo de criação de formas presas (afixos) a partir de formas livres[18] (palavras autónomas do léxico) (cf. Hopper e Traugott 1993; Lehmann 1995). Um exemplo é o do elemento *-mente*, formado a partir do nome latino *mente* (ablativo de *mens*). Este elemento ocorria inicialmente, enquanto forma autónoma, em posição pós-adjetival, e sofreu posteriormente um processo de gramaticalização que o levou a cliticizar junto do adjetivo e a perder, portanto, autonomia, podendo formar advérbios a partir de adjetivos. Estas são propriedades que aproximam o elemento *-mente* dos sufixos derivacionais. No entanto, os advérbios em *-mente* apresentam propriedades que os diferenciam das palavras derivadas:

(i) existência de uma fronteira de palavra entre o adjetivo e o sufixo que permite coordenações como *correu rápida e furtivamente*, em que *-mente* é realizado uma única vez, mas tem alcance (i.e., escopo) sobre os dois adjetivos;

(ii) existência de um acento secundário no constituinte adjetival (esse acento secundário está assinalado com sublinhado no exemplo seguinte, enquanto a sílaba com o acento principal está a negrito: ra**pida****men**te);

(iii) quando o advérbio deriva de um adjetivo biforme (isto é, com formas diferentes para o género masculino e feminino), é formado a partir da forma feminina do adjetivo, por este concordar com o género feminino do nome latino original *mente* (cf. *rápida* + *mente* > *rapidamente*). O sufixo *-mente* não se

[17] A função pronominal de *a gente* aproxima-se de um dos valores da forma *on*, em francês, que também remete para um conjunto que inclui o falante e que equivale ao pronome *nós* (*on a lu ce livre* 'a gente leu esse livro'). O pronome *on* resulta, por sua vez, de um processo de gramaticalização do nome *ome* 'homem': *on* < *ome* (processo que também existiu em português medieval e que se manteve pelo menos até ao séc. XVI). Tal como no caso de *a gente*, a norma estipula que *on* desencadeie concordância na 3.ª pessoa do singular (*on va au cinéma*) e não na 1.ª pessoa do plural (**on allons au cinéma*). No entanto, como foi referido, com *a gente* a concordância na 1.ª pessoa do plural é muito frequente na oralidade e até na escrita, ao contrário do que acontece com o pronome *on* francês (embora essa concordância também ocorra com *on* a nível dialetal).

[18] Daí a observação de Givón (1971:413): «A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem» (t.n. de «*Today's morphology is yesterday's syntax*» (*apud* Hopper e Traugott 1993:25)).

aplica, portanto, ao radical adjetival, mas sim à forma feminina do adjetivo, ou seja, a uma palavra.

Estes advérbios têm, assim, um estatuto particular que advém do processo de gramaticalização do nome latino: *-mente* ocupa a posição dos sufixos derivacionais e permite, como estes, a formação regular e produtiva de novas palavras; por outro lado, a sua junção a um adjetivo dá origem a palavras que partilham muitas propriedades com as palavras formadas por composição, como descrito acima.

O caso do sufixo verbal *-ific-* envolve, tal como acontece com *-mente*, um processo de gramaticalização de elemento lexical a clítico e finalmente a afixo derivacional. Este sufixo tem origem no radical do verbo latino *facere* 'fazer', que, ainda em latim, sofre mudança para *ficare*. A sequência *-ific-*, em *fruct**ific**are*, por exemplo, terá sido reanalisada no baixo latim como um sufixo verbal (cf. Väänänen 1981 e Cap. 57), que permite formar verbos a partir de radicais nominais (cf. *class**ific**ar*, *cois**ific**ar*, *exempl**ific**ar*, a partir dos radicais de *classe*, *coisa*, *exemplo*) ou adjetivais (cf. *clar**ific**ar*, *pur**ific**ar*, *solid**ific**ar*, com base nos radicais de *claro*, *puro*, *sólido*). Este sufixo denota uma mudança de estado por resultado de um evento causativo (por exemplo, determinada entidade ou situação, a causa, faz com que algo se torne numa coisa (*coisificar*) ou algo se torne puro (*purificar*)). A reanálise do verbo original latino *facere* no sufixo *-ific-* é, pois, semanticamente motivada e o sufixo mantém parte do significado causativo do verbo que lhe deu origem.

Outro exemplo é o caso do elemento *-cida* (formado pelo radical *-cid* seguido da terminação casual *-a*), já existente no latim, que tem origem no verbo pleno latino *cædere* 'cortar, imolar' e cujo significado 'que mata' mantém o significado essencial do verbo latino que lhe deu origem. Este elemento tinha, já em latim, uma função de formador de palavras compostas, ocorrendo sempre em segunda posição (p.e., lat. *matri**cida***). Em português, *-cida* é também segundo elemento de composição (cf. *inseti**cida***), nos compostos morfológicos (i.e., formados por dois radicais unidos por uma vogal de ligação; cf. Cap. 58). Assim, ocorrem no *corpus* CRPC palavras compostas frequentes, como a referida acima, ou ainda *deicida*, *espermicida*, *herbicida*, *raticida*, *regicida*. No entanto, ocorrem também outros itens lexicais menos frequentes e não atestados pela lexicografia, como *burricida*, *psiquiatricida*, *xenocida*. Estas palavras mostram que os falantes associam o elemento em causa a um significado que se mantém constante, 'que mata'. Pode admitir-se que os falantes ou estão a formar novos compostos[19] ou interpretam *-cida* como um sufixo derivacional. Nesta última hipótese, aos radicais das palavras *burricida* e *psiquiatricida*, por exemplo, juntar-se-ia *-icida*, e não *-cida*, pois a vogal de ligação (*-i-*) passaria a ser reanalisada como integrando o elemento sufixal. Nesta presunção, estas palavras apontam para um processo de gramaticalização embrionário, um caso que se aproxima do do elemento *-mente*, estando essa formação na fronteira entre processos derivacionais e composicionais.

Outro exemplo ainda é o de nomes como *fantasma* e *sombra*, que ocorrem com frequência junto de outros nomes, numa estrutura de aposição que segue os princípios da formação de palavras por composição (cf. *navio-fantasma*, *governo-*

[19] Nesse caso, *xenocida* apresenta uma vogal de ligação (*-o-*) inesperada, pois o elemento *-cid*, nos compostos, é sempre precedido da vogal de ligação *-i-*.

-sombra) (cf. Cap. 58). Nos exemplos em (28), os nomes *fantasma* e *sombra* têm autonomia fonológica, mantêm parte do seu significado e acrescentam ao nome à sua esquerda um dos valores alternativos de 'não existente', 'com existência não oficial' ou 'ilusório', no caso de *fantasma*, e de 'não oficial', no caso de *sombra*. Estes nomes caracterizam-se ainda por uma alta produtividade na formação de novos compostos. O nome *fantasma* ocorre no *corpus* junto de 60 nomes diferentes (que podem estar no singular ou no plural), que denotam pessoas, instituições, lugares, meios de transporte ou eventos, ilustrados em (28a). O nome *sombra* ocorre com 32 nomes, essencialmente denotadores de instituições ou cargos políticos, embora não exclusivamente (cf. (28b)):

(28) a. aldeia-fantasma, castelo-fantasma, clientes-fantasma, coligação-fantasma, diocese-fantasma, eleitores-fantasma, empresa-fantasma, operação-fantasma, organizações-fantasma, viagens-fantasma, etc.
b. campeonato-sombra, governo-sombra, líder-sombra, ministro-sombra, orçamento-sombra, pasta-sombra, personagem-sombra, presidente-sombra, salário-sombra, etc.

Outros exemplos são os nomes *modelo* e *tipo*[20], que, quando se combinam com outros nomes, mantêm o seu significado de 'entidade mais adequada, exemplar ou representativa' e 'entidade mais representativa', respetivamente. O nome *modelo* ocorre no *corpus* junto de 76 nomes diferentes (cf. (29a)), enquanto o nome *tipo* ocorre com 178 nomes diferentes (cf. (29b)):

(29) a. agro-florestação-modelo, autarca-modelo, casal-modelo, cidade-modelo, projeto-modelo, prova-modelo, quinta-modelo, etc.
b. acidez-tipo, alinhamento-tipo, audiência-tipo, cliente-tipo, contrato-tipo, equipa-tipo, família-tipo, português-tipo, projeto-tipo, etc.

Algumas formas de base verbal, como *guarda-*, *para-*, *porta-*, mostram um comportamento semelhante quando se combinam com um nome à sua direita; veja-se *guarda-sol*, *para-fogo* e *porta-aviões*. Tal como no caso dos nomes *modelo* e *tipo*, também estes verbos mantêm a sua autonomia fonológica e se distinguem pela sua alta produtividade. Assim, a forma verbal *porta-* ocorre com 63 nomes no *corpus* (cf. (30)). Alguns destes exemplos são reconhecidos pelos falantes como unidades já fixas, que formam nomes compostos do português, como *porta-moedas* e *porta-chaves*, enquanto outros podem ter poucas ou apenas uma ocorrência, que não deixam, no entanto, de ser perfeitamente compreendidas. No caso de *guarda-*, o verbo ocorre junto de 40 nomes e a expressão pode denotar um objeto que permite arrumar certo tipo de entidades (cf. (31a)), um objeto que protege determinadas entidades (cf. (31b)), uma pessoa que protege determinada entidade, podendo designar uma profissão (cf. (31c)) (ou uma pessoa que protege outra, referida metonimicamente pelo nome *costas*: *guarda-costas*), ou que protege de determinada entidade (cf. (31d)):

[20] Para além dos exemplos dados no texto (*fantasma, sombra, modelo* e *tipo*), outros nomes apresentam um comportamento semelhante: *pirata* (*cassete-pirata, emissão-pirata, rádio-pirata,* etc.), *relâmpago* (*intervenção-relâmpago*, *operação-relâmpago*, etc.), *chave* (*problema-chave*, *questão-chave*, etc.), *base* (*opção-base*, *problema-base*, etc.).

(30) porta-automóveis, porta-bandeira, porta-cabos, porta-chapas, porta-chaves, porta-enxerto, porta-espada, porta-moedas, porta-paletes, porta-provetes, etc.

(31) a. guarda-alimentos, guarda-fato, guarda-joias, guarda-loiça, guarda-luvas, etc.
b. guarda-cama, guarda-porta, etc.
c. guarda-freio, guarda-linhas, guarda-redes, etc.
d. guarda-chuva, guarda-fogo, guarda-lama, guarda-mato, guarda-pó, guarda-sol, guarda-vento, etc.

A alta produtividade destes nomes e verbos, bem como o significado regular que imprimem ao composto, poderá indiciar um processo de gramaticalização incipiente, através do qual alguns destes radicais poderão estar a ser interpretados como afixos neste estádio da língua.

Por outro lado, interessa observar o processo de gramaticalização que deu origem a muitos prefixos do português. A origem dos prefixos remonta a formas adverbiais do indo-europeu que gramaticalizaram e foram recategorizadas como preposições e prefixos, mantendo sobretudo os valores locativo e instrumental[21]. A gramaticalização destes advérbios em preposições e em prefixos deu-se, na maioria dos casos, no latim. Assim, o advérbio do indo-europeu reconstruído **kum* deu origem à preposição e prefixo latinos *cum* e *co-*, respetivamente, que estão na origem da preposição e do prefixo do português *com* e *co-*; também o prefixo *em-*, do português, tem origem na preposição latina *in*, que deriva do indo-europeu **endo* 'em'. Note-se que a origem comum de algumas preposições e prefixos explica o facto de manterem em muitos casos valores semânticos comuns, como acontece com a preposição *com* e com o prefixo *co-*, que expressam ambos o valor de companhia (cf. *ele assumiu a responsabilidade com o João* e *eles assumiram a corresponsabilidade*). Este percurso de gramaticalização (advérbios > preposições/prefixos) não envolve a habitual dessemantização, isto é, a perda de conteúdo semântico, ou, pelo menos, não a envolve na totalidade. De facto, é necessário distinguir processos de gramaticalização que atuam sobre palavras lexicais (e que implicam, consequentemente, uma maior perda semântica) de processos que atuam sobre itens que já têm um significado gramatical. Nestes casos, a passagem de uma classe gramatical para uma classe ainda mais gramaticalizada mantém geralmente o significado já disponível, embora os prefixos possam ganhar novos significados abstratos. Veja-se, por exemplo, o caso do prefixo *em-*, que tem valores espaciais comuns aos da preposição *em* (compare-se *embarcar* com *entrar* ou *meter em barcos*), mas ganha igualmente valores de mudança de estado envolvendo um processo (cf. *embelezar* = *tornar belo* ou *mais belo*) (cf. Poggio 2002, Santana 2006).

Alguns dos exemplos apresentados acima são casos de recategorização (concluída, em curso ou, eventualmente, incipiente) de itens lexicais em afixos derivacionais. Existem ainda processos de gramaticalização de unidades lexicais que gramaticalizaram em afixos flexionais, como o caso, já referido, do verbo *habere*, que cliticizou junto da forma infinitiva do verbo com o qual se combina e passou a

[21] Estas formas adverbiais tinham origem em antigas formas casuais que se fixaram como advérbios no indo-europeu (cf. Romanelli 1964, Poggio 2002, Santana 2006, entre outros), sendo, portanto, um caso de desgramaticalização.

afixo verbal com valor de futuro (num processo que se inicia, por exemplo, com a perífrase verbal *amare habeo* e tem como resultado a forma do futuro *amar**ei***). Neste caso, o processo de gramaticalização abrange a totalidade do *continuum* indicado no Quadro 1: desde elemento lexical (verbo) a clítico e finalmente a afixo flexional, através de redução morfológica e fonológica (cf. Posner 1996:177ss). O anterior funcionamento como elemento autónomo deste afixo ainda é visível através dos casos em que ocorre um pronome clítico em posição de mesóclise, isto é, no interior da forma verbal, no futuro simples do indicativo e no condicional (*dir-me-á*, *sugerir-lhe-ia*). Nos outros tempos verbais, em contextos semelhantes, o clítico ocorre em posição de ênclise ao verbo, portanto depois do verbo (veja-se, por exemplo, as formas do pretérito perfeito do indicativo (*disse-me*) e do pretérito imperfeito do indicativo (*sugeria-lhe*)). A posição do clítico em mesóclise, no futuro e no condicional, que constitui, aparentemente, uma exceção à posição típica de ênclise nos outros tempos verbais, é, na verdade, uma propriedade que revela o processo de gramaticalização que esteve na origem da formação do futuro e do condicional.

Estes exemplos mostram que, a partir do momento em que uma palavra lexical é recategorizada como elemento gramatical, tende a sofrer um processo de erosão, no sentido em que sofre redução da sua forma (morfo)fonológica e, consequentemente, tende a tornar-se fonologicamente dependente do material que a rodeia (cf. Heine et al. 1991).

O processo de gramaticalização pode, numa fase última, envolver a perda da função gramatical desempenhada pelo afixo[22]. Vejam-se estes exemplos de palavras etimologicamente formadas pelo prefixo *de-*: *devagar* (*de* + *vagar*), *deveras* (*de* + *veras*), *diante* (*de* + lat. tardio *inante*), *devanear* (*de* + *vanu* + *-ear*; lat. *vanu* 'vão'). Em todos estes casos, o elemento *de-* perdeu o seu valor e função de prefixo e passou a ser interpretado pelos falantes como parte integrante do radical destas palavras. Nalguns casos, esse processo deu-se em fases antigas da evolução das palavras. Por exemplo, os verbos *colocar*, *comer*, *confirmar* e *conviver* têm todos origem em verbos latinos formados por prefixação de *cum* a temas verbais (*comer* < lat. *comedere* < *cum* + *ede*(*re*); *colocar* < lat. *collocare* < *cum* + *loca*(*re*); *confirmar* < lat. *confirmare* < *cum* + *firma*(*re*); *conviver* < lat. *convivere* < *cum* + *vive*(*re*)), tendo esse constituinte inicial perdido a sua função morfológica.

A forma *comigo*, de formação muito antiga em português, também resulta da aglutinação, em latim, do pronome *me* 'me' e da preposição *cum* 'com', dando a forma *mecum* (lat. vulgar *micum* > port. *migo*). Esta aglutinação foi acompanhada, ainda em latim (cf. Cunha [1982] 2010) da perda do significado e da funcionalidade associados à preposição, levando à sua repetição (*cum mecum* > port. ant. *comego*; *cum micum* > port. *comigo*) e a um novo processo de aglutinação até à atual forma *comigo* (bem como *contigo*, *connosco*, *convosco*)[23]. Note-se que, nestas formas atuais,

[22] A perda do valor morfológico de determinado elemento gramatical é designada como **desmorfologização** em Hopper e Traugott (1993:164ss). O mesmo processo é por vezes designado na literatura como desgramaticalização (cf. Heine et al. 1991:26), termo que reservamos nesta Gramática para o processo inverso ao da gramaticalização, como já foi aqui referido.

[23] Para mais pormenores sobre este processo de gramaticalização, cf. Cap. 32, Caixa [7]. O processo de criação de uma nova forma gramatical por perda de função morfológica é designado por alguns autores como **regramaticalização** (cf. Hopper e Traugott 1993:164ss).

os falantes reconhecem a presença de uma única preposição aglutinada (o primeiro constituinte: *com-* em *comigo* e *con-* em *contigo*, *connosco*, *convosco*).

Findo o processo de gramaticalização de uma unidade, é frequente aparecer uma nova sequência com o mesmo significado da unidade resultante da recategorização. Assim, o verbo *haver* começou por fazer parte de uma perífrase verbal com valor de futuro ou condicional e recategorizou como desinência verbal do futuro simples do indicativo e do condicional. No final deste processo de gramaticalização surge uma nova perífrase verbal formada pelo verbo *ir* seguido de oração infinitiva (*ir* + inf: *vou cantar*, *vamos cantar*), que concorre com o futuro simples (*cantarei*, *cantaremos*) para a expressão do futuro.

10.3 Mecanismos e percursos conceptuais da gramaticalização

A gramaticalização dá-se através de mecanismos que não lhe são específicos, sendo antes comuns aos diferentes processos da mudança linguística, como é o caso da reanálise e da analogia. Estas mudanças na interpretação da unidade pelos falantes levam à sua recategorização e a alterações formais analisadas na secção anterior. Note-se que a recategorização também não é específica da gramaticalização (cf. Caps. 57 e 59), apenas nos interessando aqui os casos em que a mudança de classe envolve um percurso de aquisição de propriedades mais gramaticais.

Os exemplos de gramaticalização apresentados até aqui neste capítulo mostraram que este processo é regular e não aleatório, sendo que determinadas unidades e não outras têm em si propriedades semânticas que as tornam candidatas a um processo de recategorização para assumir funções mais gramaticais. Os processos cognitivos relacionados com a **metáfora** têm um papel importante nesse percurso. Estes processos mostram que existe uma tendência para conceptualizar conceitos abstratos recorrendo a expressões que denotam inicialmente noções mais concretas. Por exemplo, o verbo de deslocação *vir* passou a desempenhar funções ao nível do sistema temporal e aspetual, expressando duratividade quando forma uma perífrase com o gerúndio (cf. *ele vem chamando a atenção das autoridades para esse problema*). Este verbo sofreu, portanto, uma transferência conceptual de espaço (noção mais concreta) para tempo/aspeto (noção mais abstrata) (cf. Traugott e Heine 1991, Heine et al. 1991).

Noutros casos, a mudança tem origem num processo baseado na **metonímia**, entendida aqui como uma reinterpretação que é induzida pelo contexto e que tem, portanto, origem em relações de contiguidade, podendo ser motivada por um elemento que ocorre junto da unidade que é recategorizada ou por um sentido presente no contexto (mas não realizado linguisticamente)[24]. Aqui intervém também a **rotinização**, pois a elevada frequência de ocorrência de uma expressão num determinado contexto, ganhando por isso fixidez, tende a conduzir a processos de reinterpretação, de que serão dados exemplos nas subsecções seguintes. Nem sempre a metáfora e a metonímia são mecanismos totalmente independentes, pois

[24] O papel da metáfora e da metonímia no processo de gramaticalização tem sido muito discutido na literatura, com autores a valorizarem um ou outro desses mecanismos, consoante, por vezes, a sua orientação teórica. Na verdade, ambos os processos desempenham um papel importante na gramaticalização, como se verá nas subsecções seguintes (cf. Hopper e Traugott 1993).

muitos casos evidenciam a influência de ambas no processo de gramaticalização, embora por vezes em fases diferentes. O contexto linguístico em que a palavra tende a ocorrer parece ser, em muitos casos, determinante para a recategorização de determinada unidade, que ganha novos valores e funções por influência dos elementos que lhe são contíguos (ou dos sentidos ou inferências presentes no contexto), embora essas mudanças se enquadrem com frequência em associações de tipo analógico e portanto metafóricas.

Nesta secção, vamos apresentar vários casos de gramaticalização do ponto de vista das regularidades conceptuais que estão em jogo (cf. 10.3.1) e de tendências que atuam no plano da estruturação textual (cf. 10.3.2) e do discurso (cf. 10.3.3). Os exemplos centram-se no português, com algumas referências pontuais a outras línguas, com o propósito de evidenciar a regularidade destas conceptualizações nas línguas naturais.

10.3.1 Escalas de categorias conceptuais

Com base em análises comparadas de várias línguas, têm sido propostos percursos conceptuais associados ao processo de gramaticalização que tendem a captar as regularidades encontradas. Esses percursos são estabelecidos de acordo com o grau de abstração das áreas conceptuais que contemplam e apontam para a maior ou menor gramaticalização das unidades linguísticas. Uma proposta de escala é a seguinte, que designamos como Escala A:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Esta escala parte de um domínio mais concreto, associado a expressões relativas à dimensão física do ser humano, e termina em domínios conceptuais mais abstratos (cf. Heine et al. 1991, Traugott e König 1991, Neves 1997).

O domínio cognitivo "espaço" no percurso assinalado é tomado num sentido lato, considerando-se que abrange a localização de determinada entidade num espaço físico ou no domínio de um possuidor. Assim, o domínio espacial envolve expressões que denotam a localização de uma entidade, a posição do corpo humano ou ainda uma localização de tipo abstrato que pode consistir na existência ou na posse (esta escala realça a importância da dimensão espacial na forma como o ser humano conceptualiza o universo do discurso; cf. Lyons 1977). Repare-se que o processo de gramaticalização não tem necessariamente de atingir a última fase do percurso da Escala A, nem de percorrer cada uma das fases indicadas. O que se indica é uma generalização que aponta tendências da gramaticalização identificadas a partir de casos específicos, que poderão abarcar uma maior ou menor parte deste percurso de domínios conceptuais. Existem, aliás, versões ligeiramente diferentes desta escala na literatura, mas que identificam, na generalidade, as mesmas fases principais do percurso.

Um exemplo ilustrativo do percurso da Escala A é o caso do nome *pé*, que denota uma parte do corpo humano e que, por processos metafóricos, passa a designar partes de objetos, por exemplo, *o pé do copo* (pessoa > objeto) e ainda valores espaciais de proximidade na locução prepositiva *ao pé de* (pessoa > objeto > espaço), que passou por um processo de lexicalização e gramaticalização. Noutros casos, verifica-se um percurso cognitivo que leva do domínio

espacial para o domínio temporal (espaço > tempo), como no caso do advérbio *perto*, que tem sentido espacial (cf. (32a)) e ganha sentido temporal (cf. (32b)). A mesma duplicidade de valores espaciais e temporais está disponível para a locução prepositiva *perto de* (cf. (33)):

(32) a. O leão estava muito *perto* e todos se assustaram.
b. O Natal estava *perto* e todas as crianças começavam a escrever as suas cartas ao Pai Natal.

(33) a. A Joana morava muito *perto d*a escola.
b. A Rita já deve andar *perto d*os 40 anos.

Outro exemplo ainda é o do advérbio *atrás*, com valor locativo, que pode ocorrer com a preposição *de* (*atrás de*). Este advérbio locativo pode expressar valores temporais em contextos como *ele encontrou o João dois dias atrás* e pode ainda denotar uma avaliação qualitativa negativa numa frase como *o Rui está muito atrás dos colegas*, falando-se, por exemplo, dos resultados escolares do Rui. Note-se que o verbo *atrasar* (derivado do advérbio *atrás*) tem essencialmente um valor temporal e que o adjetivo *atrasado* (formado a partir do particípio passado de *atrasar*) denota, para além desse mesmo valor (*o Rui está atrasado para a reunião*), alguma deficiência de aptidões cognitivas (*o Rui é atrasado*). Este exemplo ilustra um percurso espaço > tempo > qualidade que se caracteriza pela crescente abstração semântica dos conceitos denotados pela unidade (cf. Hopper e Traugott 1993, Martelotta, Votre e Cezario 1996).

Note-se, contudo, que a passagem de *pé* (parte do corpo humano) a *pé* (parte de objeto) não envolve recategorização para uma classe mais gramatical, pois o item *pé* é, em ambos os casos, de natureza nominal. Da mesma forma, quando o advérbio *atrás* conceptualiza valores temporais e de qualidade não sofre recategorização para uma classe mais gramatical. Na maior parte da literatura, a gramaticalização é entendida como um processo lato, que envolve a passagem de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato, havendo ou não recategorização para uma classe mais gramatical (cf. Heine et al. 1991). Outras abordagens são mais restritivas e requerem necessariamente uma passagem para uma classe mais gramatical, considerando que casos como o ilustrado por *pé* (pessoa > objeto) são extensões metafóricas muito produtivas na língua e que não devem ser necessariamente incluídas na gramaticalização (cf. Traugott e Heine 1991). Seguimos neste capítulo esta perspetiva mais restritiva, embora não deixe de ser interessante notar que muitos processos de gramaticalização ocorrem sobre palavras que passaram já por processos de extensão metafórica ou metonímica, ou seja, que mostram uma disponibilidade para conceptualizarem outros domínios mais abstratos e, por conseguinte, para sofrerem gramaticalização. Por exemplo, na análise do percurso do nome *pé*, é vantajoso ter em consideração a sua evolução metafórica de parte de corpo para parte de objeto e, finalmente, para a denotação de valores espaciais, pois possibilita uma perspetiva global dos processos cognitivos que acompanham a gramaticalização desta unidade.

Por outro lado, os casos de gramaticalização de itens verbais que passam a ter funções de verbo auxiliar, semiauxiliar ou copulativo são interessantes do ponto

de vista da sua evolução semântica e funcional e dos mecanismos envolvidos na sua evolução, como a metáfora e a metonímia conceptual.

Tomando o exemplo do verbo *ir*, este pode ocorrer em frases bioracionais, portanto constituídas por duas orações, como em (34a), com o locativo em posição pós-verbal. Nestes casos, o significado do verbo *ir* é claramente de tipo espacial, uma vez que denota uma deslocação a determinado local (com o fim de realizar determinado evento). Ora, esta construção contém já em si a noção de futuridade por inferência pragmática, pois esse evento terá lugar num tempo futuro, após o término da deslocação. A noção de futuridade torna-se mais evidente em construções em que o verbo *ir* e o verbo da subordinada estão adjacentes, como (34b), e sobretudo em construções sem locativo, como (34c). A associação entre o verbo *ir*, de domínio espacial, e o seu uso em construções bioracionais desencadeia um processo de reanálise em que *ir* é recategorizado como verbo semiauxiliar com valor futuro e integra uma perífrase verbal com um verbo principal:

(34) a. Ela *vai* ao restaurante *comer uma caldeirada*.
b. Ela *vai comer uma caldeirada* ao restaurante.
c. Ela *vai comer uma caldeirada*.

A construção em que o verbo *ir* é seguido de um verbo de tipo eventivo no infinitivo é, assim, geralmente ambígua entre uma interpretação espacial de deslocação e uma interpretação temporal de futuridade, como no caso da frase *vou trabalhar*, que envolve sempre a noção de futuridade, mas que pode envolver ou não a deslocação da entidade sujeito (cf. Cap. 29).

Este processo de gramaticalização faz com que o verbo *ir* passe a ocorrer igualmente com predicados estativos, como em (35a), exemplo do séc. XVII apresentado em Lima (2001:138), e (35b), onde apenas pode ser analisado como semiauxiliar de futuro e não como verbo de deslocação (note-se que não faz sentido uma paráfrase de (35b) como 'ela desloca-se para gostar da caldeirada'). Quando passa a ter apenas valor de futuridade, pode coocorrer com verbos de movimento, como em (35c) (cf. Pérez Saldanya 1997 e Campbell 2001). Note-se que o valor de deslocação do verbo *ir* ainda é predominante em construções do tipo *ir* + infinitivo pelo menos até ao séc. XV (cf. Lima 2001).

(35) a. O homem que tiver discrição e indústria, casando com molher de tal idade, pai cuide que vai a ser de sua molher, tanto como seu marido. (séc. XVII; D. Francisco Manuel de Melo, *Carta de Guia de Casados*/E. Prestage /BVAP)
b. Ela *vai gostar da caldeirada*.
c. Ela *vai viajar*.

O processo de gramaticalização do verbo *ir* segue o percurso da Escala conceptual A, acima mencionada, pois uma palavra denotadora de um evento de tipo espacial passa a representar um conceito temporal mais abstrato, num percurso metafórico de base analógica: espaço > tempo. Mas repare-se que, embora se dê sem dúvida uma transferência conceptual, que segue um percurso muito frequente nas línguas, esta mudança semântica é desencadeada pelo contexto regular (daí a importância da rotinização) em que ocorre o verbo *ir*, nomeadamente quando seguido de infinitiva (e podendo, nalguns casos, ser seguido da preposição *a*: *como eu*

ia a dizer). Essa relação de contiguidade, juntamente com relações conceptuais de analogia (tempo em termos de espaço), é um fator determinante para a reanálise, isto é, intervêm processos metafóricos mas também de metonímia[25] discursiva na gramaticalização desta e das restantes formas verbais aqui discutidas.

Note-se que este processo de reanálise é comum a outras línguas românicas, como o francês, em que o verbo *aller* 'ir' passa igualmente a ter valor de futuro (cf. *il va chanter* 'ele vai cantar'), e a línguas como o inglês, em que o verbo *to go* 'ir' tem o mesmo valor na expressão *to be going to* (cf. *he is going to sing* 'ele vai cantar'). Nesta língua, o processo de gramaticalização sofreu nova evolução com a redução de *going to* para *gonna*, na oralidade (e na escrita informal).

O verbo *ir* pode ainda ocorrer seguido de verbo no gerúndio, tendo a construção *ir* + gerúndio valor progressivo (cf. (36a)). Também aqui o verbo *ir* tem funções de auxiliar e passa por um processo de dessemantização. Em textos do séc. XIV e mesmo anteriores, o significado de deslocação já não está presente em muitas das ocorrências de *ir* + gerúndio (cf. (36b)), pelo que a gramaticalização desta construção parece estar já adiantada neste estádio da língua, em comparação com a construção *ir* + infinitivo. O verbo de movimento *vir* também ocorre seguido de gerúndio, em contextos como (37). Contrariamente a *ir* + gerúndio, o verbo *vir*, nesta construção, mantém uma leitura de deslocação em muitas das ocorrências dos textos do séc. XV, onde a leitura progressiva ainda é rara. Para uma análise detalhada da interpretação progressiva de *ir* e *vir* seguidos de gerúndio, ver Correia e Brocardo (2010), que apresentam os exemplos que aqui se reproduzem em (36b) e (37c), retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, fim do séc. XIV)[26].

(36) a. Ele *ia* adiando o dia do seu casamento desde fevereiro do ano passado.
b. Os portogueeses asi *forõ durado* e *sofrẽo* sa batalha ẽ tal presa e coita como ouuvides.

(37) a. Ele *vem* adiando o dia do seu casamento desde fevereiro do ano passado.
b. Eles *vêm* escrevendo um blogue sobre provas de vinhos.
c. E pera verdes o que digo, vede como nos *vem afastamdo* pouco e pouco d'açerca da cidade e tomamdo tamanho ousyo como vedes.

Nas frases (37), a sequência *vir* + gerúndio exprime uma situação de tipo durativo, cujo início pode estar expresso (cf. (37a)) ou não (cf. (37b)) e que se prolonga até ao momento da enunciação. Repare-se que o verbo *vir* não mantém, nestes contextos, o significado do verbo pleno correspondente, pois não expressa uma situação que envolva deslocação, embora se mantenha o valor durativo associado ao verbo pleno de movimento.

Outros exemplos ainda são os casos dos verbos *ser* e *estar*, que derivam das formas latinas *sedere* e *stare* e que significavam, respetivamente, 'estar sentado' e 'estar

[25] Para uma discussão do uso do termo "metonímia" para situações deste tipo, ver Lima (2001).

[26] Também o verbo *andar* tem leitura progressiva quando seguido de gerúndio, como em *ele anda lendo policiais* (construção sobretudo usada no português do Brasil), e quando seguido de preposição *a* e infinitivo, como em *ele anda a ler policiais* (construção preferencialmente usada no português europeu). A gramaticalização do verbo *andar* seguido de gerúndio é mais antiga, estando atestada no português medieval e tendo sido preservada no português do Brasil, enquanto a construção *andar a + infinitivo* é mais recente (cf. Correia e Brocardo 2010).

de pé'[27]. O verbo *estar* tem ainda um valor aspetual estativo, quando seguido da preposição *a* (cf. *estar a trabalhar*), e é a expressão privilegiada do tempo presente com predicados que expressam eventos, uma vez que com este tipo de predicados o presente morfológico ganha tipicamente uma leitura habitual (cf. Cap. 15). O contraste é visível nas frases (38a) e (38b):

(38) a. Eu *estou a* conduzir.
b. Eu *conduzo*.

O verbo *estar* sofreu, assim, um processo de gramaticalização, passando de verbo pleno a verbo copulativo e ainda a semiauxiliar (*estar* (*a*)), entrando, portanto, num percurso cognitivo extremamente produtivo nesse processo de gramaticalização, que envolve a passagem do domínio espacial para o domínio temporal (espaço > tempo).

Os verbos *ter* e *haver*, que, na sua origem latina, expressavam a posse, também são exemplos de itens verbais que sofreram um processo de gramaticalização. O verbo *haver* tem valor existencial em português europeu, como na frase *há livrarias muito boas nesta cidade* (no português do Brasil é o verbo *ter* o mais utilizado nestes contextos, como em *tem livrarias muito boas nesta cidade*). Os verbos *ter* e *haver* têm ainda função de auxiliares dos tempos compostos (*haviam feito*/*tinham feito*), tendo-se o verbo *ter* generalizado nesta função. Os processos de mudança que afetaram estes verbos são descritos de forma pormenorizada no Cap. 2.

O processo sofrido por estes dois verbos aponta para uma regularidade cognitiva, a da expressão de valores temporais com base em unidades que pertenciam inicialmente ao domínio cognitivo da posse (localização abstrata), e que exemplifica novamente o percurso espaço > tempo. Como foi já referido, este processo ocorre igualmente noutras línguas, como o francês, o castelhano e o inglês, em que os verbos de posse *avoir*, *haber* e *to have*, respetivamente, são os verbos auxiliares usados para formação dos tempos compostos (cf. *avait lu*, *había leído*, *had read*).

O verbo *haver* entrou ainda num processo de gramaticalização que culmina com a sua reanálise como afixo verbal com valor de futuro, como também já referimos. Ocorre já no latim clássico em construções com uma oração infinitiva com valor final, onde o verbo *habere* tem um significado abstrato de posse, como se ilustra nos exemplos (39) (exemplos de Fleischman, *apud* Pérez Saldanya 1997:104; para uma descrição pormenorizada das várias fases de evolução do verbo *habere*, cf. Pérez Saldanya 1997).

(39) a. *Habeo* etiam *dicere* quem… de ponte in Tiberim deicerit. (Cícero)
'*Tenho* [um caso] *a citar* de um que se atirou da ponte para o Tibre.'
b. Item in multis rebus *dicere habemus*. (Lucrécio)
'Da mesma forma, *temos* [isso] *a dizer* sobre muitas coisas.'

A conjugação do valor abstrato de posse com o valor final da infinitiva faz com que a construção ganhe um valor de tempo futuro. Esta evolução é acompanhada de uma maior dependência do verbo *habere* em relação ao verbo com o qual se combina, que culmina no processo de cliticização e aglutinação (que dá, por exemplo,

[27] Sobre estes verbos em português antigo, cf. Cap. 2.

origem à forma *cantarei*) discutido em 10.2.3. O valor de futuro está ainda presente na perífrase atual com o verbo *haver* seguido da preposição *de* (cf. *eu hei de passar por lá amanhã*), que concorre com o tempo verbal de futuro simples. Neste caso, o verbo *haver* (*de*) tem um funcionamento de verbo semiauxiliar (cf. Cap. 29)[28].

O verbo *haver* pode ainda ganhar valores mais subjetivos, que se prendem com uma avaliação da proposição por parte do falante ou do sujeito da oração. Trata-se de um percurso de **subjetivização** através do qual o significado da unidade passa a denotar uma avaliação ou modalização do enunciado (cf. Traugott 1995a, Traugott e König 1991). Assim, nos contextos com *haver* (*de*), o valor futuro e o valor modal de intenção forte ou mesmo obrigação de realizar o evento denotado pelo sintagma verbal estão em geral fortemente associados, como se ilustra em (40). Neste exemplo, *haver* (*de*) não tem apenas valor de tempo futuro, mas remete também para uma intenção forte de realizar a visita, isto é, tem valor de modalidade deôntica (cf. Cap. 18):

(40) Fico dois dias... voltarei muitas vezes, tantas que *hei de* acabar por aborrecê-la, Luziazinha. (CRPC, Aquilino, *Gavião*)

O verbo *haver* dá igualmente origem ao afixo *-ia* no modo condicional (*cantaria*) e, neste caso, ganha um valor modal epistémico, que se prende com a avaliação da probabilidade de realização do evento (cf. Cap. 18).

Assim, o verbo *haver* evolui de um valor inicial de posse (verbo latino *habere*) para um valor temporal de futuro, mas adquire ainda valores subjetivos que se prendem com uma avaliação da proposição pelo falante: valores de incerteza e valores de obrigação. O verbo *haver* ilustra, portanto, o processo de subjetivização frequentemente associado à gramaticalização.

Também o verbo de posse *ter* (cf. *o João tem uma edição antiga desse livro*), quando ocorre seguido da preposição *de*, tem funções de verbo semiauxiliar e valor modal. Na frase (41a), ilustra-se o valor modal deôntico, de obrigação forte, do semiauxiliar *ter* (*de*). Note-se que este valor deôntico forte contrasta com o valor deôntico fraco do verbo semiauxiliar *dever*, em (41b), que pode também ter valor epistémico de probabilidade neste exemplo. Veja-se que, por exemplo, também em inglês e castelhano encontramos o mesmo percurso de tipo cognitivo em que os verbos de posse *to have* e *tener*, respetivamente, passam a ocorrer em perífrases com valor deôntico (cf. *have to work*/*tener de trabajar* 'ter de trabalhar').

(41) a. Eu *tenho de* acabar este trabalho.
b. Eu *devo* acabar este trabalho.

Estes são vários casos de gramaticalização de verbos plenos em verbos semiauxiliares com valor modal: *haver* (*de*), *ter* (*de*), *dever* e ainda *poder* (que pode ter leitura epistémica, isto é, de possibilidade de realização da situação (cf. *o concerto pode vir a ser adiado*), leitura deôntica de permissão (cf. *ela portou-se bem e o pai acabou por*

[28] Em Móia (2011), discute-se ainda o processo de gramaticalização de expressões temporais com *haver*, como no exemplo seguinte (do autor): *o Hubble está em funcionamento há vinte anos*. Nestas expressões, o verbo *haver* apresenta, por um lado, propriedades de predicador verbal e, por outro lado, propriedades de conector de tipo preposicional.

dizer-lhe que pode ir à festa) ou de capacidade (cf. *ela ainda pode ler sem óculos*))[29]. Nos casos de *haver* e *ter*, os verbos perdem conteúdo semântico (de posse e existência) e ganham valores modais. Nos casos de *poder* e *dever*, não ocorre o mesmo grau de perda semântica, pois estes verbos mantêm em grande parte o seu significado de verbo pleno. Assim, enquanto verbos plenos, eles indicam, respetivamente, uma capacidade e a existência de uma obrigação ou dever (*eu posso com esta caixa*; *eu devo 50 euros ao João*; *eu devo obediência aos meus pais*). Como verbo modal, *poder* mantém a leitura de capacidade (*eu posso bater esse recorde*) e pode ter ainda as leituras epistémica ou deôntica de permissão atrás referidas. Da mesma forma, mantém-se no uso modal de *dever* a noção de obrigação (cf. *ele deve apresentar-se hoje no consulado*). É, aliás, o significado destes verbos enquanto plenos que possibilita que passem a veicular os valores modais em causa.

O Quadro 2 ilustra as categorias conceptuais e as propriedades de subjetivização dos itens verbais aqui discutidos. Listam-se aqui os valores que os verbos plenos iniciais foram adquirindo e a função na qual gramaticalizaram. No entanto, a posição dos valores e formas no quadro não pretende indicar uma progressão temporal da esquerda para a direita, pois as várias construções de um verbo podem ter sofrido processos de gramaticalização autónomos.

VERBO PLENO	VERBO SEMIAUXILIAR DE TEMPO E MODO VERBO COPULATIVO	VERBO AUXILIAR DOS TEMPOS COMPOSTOS	DESINÊNCIA VERBAL
espaço: posição lat. *stare* > *estar*	**tempo/aspeto** *estar a ler*		
	espaço *estar em cima da mesa*		
	qualidade *estar cansado*		
espaço: posição lat. *sedere* > *ser*	**existência** *ser alto*		
espaço: deslocação *ir*	**tempo/aspeto** *ir* + infinitivo *ir pensar nesse assunto*		
	ir + gerúndio *ir pensando nesse assunto*		
vir	*vir* + gerúndio *vir pensando nesse assunto*		
espaço: posse *ter* *ter um passaporte*	**modalidade** *ter* (*de*) *ter de pagar as contas*	**tempo** *tinha cantado*	
	modalidade/tempo	**tempo**	**tempo**
haver	*haver de* *hei de cantar*	*havia cantado*	*cantarei*

Quadro 2 – Categorias conceptuais e processos de subjetivização de itens verbais

[29] Também o verbo *deixar* sofre um processo de gramaticalização analisado em Silva (1997).

10.3.2 Funções de estruturação textual

O processo de gramaticalização de uma unidade envolve com frequência um percurso em que esta perde funções de item lexical e adquire funções estruturadoras do texto, sendo recategorizada como conector frásico (cf. Traugott e Heine 1991). Em termos conceptuais, a gramaticalização destas unidades segue um percurso diferente do referido em 10.2.3. Enquanto itens verbais como *habere* e *ficare* seguem processos que os levam a adquirir novas funções ao nível da **morfologia** (afixos *-ei* e *-ific-*, respetivamente), o processo de gramaticalização que é tratado nesta subsecção segue um percurso em que itens lexicais passam a assumir funções de conectores frásicos, isto é, funções ao nível do **texto**.

Como veremos nesta subsecção, estes elementos estruturadores do texto podem ter origem em diferentes classes de palavras, quer itens lexicais como nomes, verbos, adjetivos, quer elementos que não apresentam todas as propriedades típicas dos itens lexicais, embora tenham um grau de gramaticalidade inferior ao dos conectores oracionais, como é o caso dos advérbios. Os conectores frásicos podem ter ainda origem em constituintes que lexicalizam e se aglutinam.

Começaremos por discutir alguns exemplos deste último tipo, isto é, casos de conectores frásicos que resultam de um processo de gramaticalização e lexicalização de sequências formadas por mais do que uma palavra (sobre o conceito de lexicalização que adotamos, cf. Caixa [2]). É frequente estas sequências serem formadas por um sintagma nominal que pode ser precedido de preposição. Veja-se, por exemplo, o caso, já aqui referido, de *embora*, que tem origem na sequência *em boa hora* (cf. 10.2.3). Este sintagma lexicalizou e foi recategorizado como advérbio junto de verbos de movimento (*ir*(*-se*) *embora*) e como conector oracional com valor concessivo, como em (42a). Outros exemplos são os conectores com valor adversativo *todavia*, *a modos que* e *porém* (cf. (42b-d)): *todavia* é uma gramaticalização do sintagma nominal *toda* + *via*, *porém* resulta da sequência *por* + *en* (ou *ende*) do português antigo (vindo do latim *pro* + *inde* 'por isso') e *a modos que* é constituído pelo nome *modo* no plural, precedido de preposição e seguido de conjunção (cf. (42d)):

(42) a. Não costuma sair de casa, *embora* às vezes vá até um restaurante próximo da sua residência comer sardinhas. (CRPC, *Público*)
b. Dois pontos, *todavia*, se me afiguram particularmente significativos. (CRPC, *DAR*)
c. Mal sabiam, *porém*, o que lhes estava reservado nessa viagem. (CRPC, *Expresso*)
d. Lopes, tens aí uma caneta? A minha *a modos que* entrou em greve... (CRPC, *Diário de Notícias*)

Outro conector é a locução prepositiva *não obstante*, que resulta da gramaticalização (e simultânea lexicalização) da sequência formada pelo advérbio de negação *não* e pelo adjetivo *obstante*, que tem origem no particípio presente do verbo latino *obstare* (cf. (43)):

(43) A conclusão de que já não há «condições políticas» ou «espaço» para «novas purgas» é unânime. *Não obstante*, as expectativas dos que estão de fora quanto ao sucesso dos movimentos reformadores dos que estão dentro não são excessivamente optimistas. (CRPC, *Expresso*)

Outro conector de origem verbal é o item *visto,* formado pelo particípio passado do verbo *ver* no masculino singular, que ocorre seguido da conjunção *que* quando introduz uma oração finita (exemplificamos *visto que* em (44a)). Outro exemplo ainda é o conector *digamos,* formado pelo verbo *dizer* na primeira pessoa do plural do presente do conjuntivo, que é seguido da conjunção *que* quando introduz uma oração finita (cf. (44b)):

(44) a. Trata-se da primeira experiência a este nível, *visto que* as propostas visam revitalizar o espaço contíguo aos castelos e não apenas recuperar monumentos sem qualquer estratégia. (CRPC, *Diário de Notícias*)

b. Depois, mal soube o que tinha – um tumor –, começou um novo período, o da cura. *Digamos que* foi um período de renascimento e reconstrução. (CRPC, *Expresso*)

Em todos os casos de (42) a (44), a gramaticalização aplica-se a uma forma específica do nome ou do verbo que está na origem da expressão: pode ser o singular (cf. *embora* (*hora*) e *todavia* (*via*)), o plural (cf. *a modos que* (*modos*)), o masculino singular (cf. *visto*) ou um tempo/modo e pessoa/número específicos (cf. *digamos*). Em todas estas situações, a sequência que sofre gramaticalização ganha fixidez e não apresenta as possibilidades de variação flexional próprias da sua classe original (cf. a inaceitabilidade de: **a modo que*, **vistos que*, *#dizemos que foi um período de renascimento e reconstrução*[30]).

O conector pode ainda ser formado por um elemento adverbial seguido de conjunção (cf. *assim que*, em (45)):

(45) Com a portaria isso acontecerá já daqui a trinta dias, *assim que* terminar o período de consulta aos sindicatos de pessoal do ar e aos operadores. (CRPC, *Expresso*)

Em muitos outros casos, o conector é formado por uma única palavra, que pode igualmente pertencer a várias classes do léxico. Por exemplo, a forma adjetival *conforme* foi recategorizada como conector (cf. (46a)) e perdeu, nessa função, a flexão em número que a caracteriza (cf. *um documento conforme às normas*, *documentos conformes às normas*). Da mesma forma, os numerais ordinais como *primeiro*, *segundo*, *terceiro*, etc. têm funções de estruturação do texto, como se exemplifica em (46b), e perdem, nesse contexto, a possibilidade, própria do numeral, de flexionar em género e número (cf. o comportamento do numeral em *o primeiro gomo da tangerina*, *as primeiras leituras*, etc., que contrasta com o do conector em *eu não vou, primeiro porque estou cansada e doente e segundo porque não me interessa o espetáculo e é caro* (vs. **primeiros porque* […] *e segundos porque* […])).

(46) a. O tiro que mata o prisioneiro, *conforme* mostrou a reportagem, é dado na cabeça, na nuca. (CRPC, *Jornal de Notícias*)

b. *Primeiro*, foram as empresas públicas que, em anos de crise profunda, tiveram de criar mercado para alguns sectores de actividade [...], através de investimentos acrescidos e quase sempre incorrectamente financiados.

[30] Esta frase é perfeitamente gramatical, mas nestes casos o verbo *dizer* é claramente um verbo pleno que seleciona uma oração completiva finita, por oposição aos contextos como (44b).

> *Segundo*, para que o País pudesse financiar os défices externos, as empresas públicas, a partir de 1979, foram administrativamente obrigadas a contrair empréstimos no exterior (CRPC, *DAR*)

Ocorrem igualmente casos de preposições que têm origem em formas verbais, como *exceto* e *salvo* (a partir das formas de particípio passado latinas *exceptu* e *salvu*) e como as preposições *mediante* e *durante*, que têm origem nas formas de particípio presente dos verbos latinos *mediare* e *durare*, respetivamente. Exemplificamos estas duas últimas em (47):

(47) a. Nesse sentido será publicada a legislação que favoreça a descentralização da indústria, *mediante* incentivos à instalação de estabelecimentos fabris em novos pólos ou em zonas industriais. (CRPC, *DSAN*)

b. Com efeito, as economias, *durante* o processo da mundialização, deslizaram para uma produção de bens e serviços imateriais e culturais, a tal ponto que a informação e a indústria dos lazeres ocupam hoje o lugar da primeira indústria mundial. (CRPC, *O Consumidor*)

As marcas morfológicas verbais deixam de desempenhar as funções próprias dos particípios latinos e passam a integrar a forma invariável da preposição. Com a recategorização, estas formas ganham fixidez sintática ao funcionarem como elemento introdutor do sintagma nominal e perdem parte do significado do verbo pleno original, embora se mantenha presente algum sentido – por exemplo, no caso de *durante*, o de duração temporal.

Outro caso é o da conjunção adversativa *mas*, que tem origem no advérbio comparativo latino *magis* 'mais' (a forma já no latim vulgar tinha adquirido valor adversativo), que também deu origem ao advérbio *mais*. Como se aponta em Neves (1984), a definição semântica de base da forma *mas* prende-se com a noção de desigualdade. Se a diferença entre duas entidades só pode ser depreendida pela via da comparação, é legítimo afirmar que o traço da desigualdade, presente nos usos atuais desta forma, se relaciona com o próprio significado do étimo latino *magis*. Assim, a disponibilidade do valor adversativo adviria de extensões semânticas potenciadas pelo próprio significado da palavra inicial. Existem propostas que apontam outras motivações para o processo de gramaticalização de *mas*, centradas num processo de tipo metonímico. Este baseia-se na frequente ocorrência da forma latina *magis* após a conjunção adversativa *sed* (*sed magis*) e na ocorrência frequente de partículas negativas junto da forma *mas* (cf. Castilho 1997), como se ilustra no exemplo (48):

(48) A demagogia dá votos, *mas* não desenvolve um país. (CRPC, *Expresso*)

A forma *mas* terá assimilado o valor adversativo do contexto negativo, ocorrendo como conjunção adversativa mesmo em contextos sem elementos de negação, como em (49):

(49) A guerra foi suja, tive medo muitas vezes, *mas* soube vencê-lo. (CRPC, *Expresso*)

Note-se que as duas explicações não são incompatíveis, pois é possível que o significado original tenha possibilitado a ocorrência da forma latina em contextos

com elementos de negação, que, por sua vez, terão fortalecido a interpretação adversativa desta forma (para uma discussão das motivações que levaram à gramaticalização de *mas*, ver Rocha 2006).

Muitos dos itens que adquirem funções ao nível do texto partilham parte do percurso da Escala A (cf. 10.3.1), embora esta não dê conta da fase final da sua evolução, pelo que se propõe um percurso específico para este tipo de gramaticalização, que partilha as fases iniciais e termina no domínio textual (cf. Martelotta, Votre e Cezario 1996) e que designamos como Escala B:

espaço > tempo > texto

O caso do advérbio *logo* foi já aqui discutido (cf. 10.2.1) e é agora retomado como exemplo do percurso nesta escala. Este advérbio tem origem no nome latino *locu-* 'lugar', portanto com significado espacial, e passou a ter, em português, sentido de tempo simultâneo ao da situação (cf. (50a)), ou de tempo posterior ao da enunciação (cf. (50b)). Certos contextos possibilitam ambas as leituras de *logo* e são, por conseguinte, ambíguos. Assim, o verbo no tempo presente em (50c) possibilita uma leitura de (quase) simultaneidade em relação ao tempo do evento *receber a mensagem*[31], ou uma leitura de futuro:

(50) a. Eu percebi *logo* que ele era culpado. (= imediatamente)
b. Eu vou ao cinema *logo*. (= mais tarde)
c. A – Vou mandar-te uma mensagem urgente.
B – Está bem, eu respondo *logo*. (ambíguo)

Este elemento entra ainda na formação da locução *logo que*, que lexicalizou enquanto conector com valor temporal, conforme ilustram os exemplos (51):

(51) a. Nos termos da mesma circular, as companhias aéreas deverão comunicar à DGAC as situações de baixa de pilotos que se encontrem naquelas condições *logo que* delas tomem conhecimento. (CRPC, *Jornal de Notícias*)
b. solicito a V. Ex.ª que determine uma interrupção regimental da sessão por 15 minutos, *logo que* estejam concluídas as declarações de voto e demais assuntos extremamente urgentes. (CRPC, *DAR*)

O valor de futuro do advérbio *logo* e o contexto linguístico em que ocorre permitem uma inferência em que a relação temporal é perspetivada como relação de causa-efeito. Veja-se, por exemplo, que nas frases (52) o item *logo* tem um valor temporal, mas o contexto leva a que se infira uma relação de consequência, que pode ser expressa, respetivamente, como: existe uma afirmação, deduzindo-se consequentemente que ...; uma bomba recebe gasolina e consequentemente formam-se filas de veículos. Estes exemplos ilustram o processo através do qual *logo* ganhou valor de conector, pois, embora mantenha o seu valor temporal, ganha valor consecutivo por influência do material linguístico contíguo:

[31] Quando a situação tem leitura de tipo habitual, como na frase *eu respondo logo*, o item *logo* só tem valor de simultaneidade com a situação: 'eu respondo imediatamente sempre que me fazem uma pergunta'. Não analisamos aqui a unidade multilexical *logo vi*, com valor semântico de confirmação enfática, usada discursivamente.

(52) a. E que assim é, *logo* se deduz da afirmação de que se não quer fazer de Lisboa «o relicário da Europa» (CRPC, *DAR*)
b. Quási todas as bombas se encontram fechadas; e se alguma recebe gasolina *logo* se formam extensas filas de veículos (CRPC, *DSAN*)

Este tipo de inferência é frequente nos processos de gramaticalização de itens que ganham funções ao nível da estrutura do texto (cf. Traugott e König 1991) e, neste caso, conduz a uma interpretação de *logo* como conector consecutivo, como nos exemplos (53):

(53) a. Também é claríssimo que o regimento, em matéria de autorizações legislativas, reserva a iniciativa originária ao Governo. *Logo*, um e um são dois, e neste caso concreto não há qualquer dúvida: o único enquadramento possível desta autorização legislativa é o de uma proposta de lei. (CRPC, *DAR*)
b. A Câmara Municipal afirma não ter responsabilidade directa, já que foram os operadores de subsolo (EPAL, LTE ...) que esventraram o pavimento para a instalação dos seus respectivos serviços. *Logo*, terão de ser eles a repor a "ordem". (CRPC, *Jornal de Notícias*)

Vários outros advérbios sofrem igualmente processos de gramaticalização ao longo do mesmo percurso conceptual. É o caso do advérbio de lugar *aí*, que mantém o seu sentido locativo e pode contrair-se com a preposição *de* na forma *daí*. Como veremos, o processo de gramaticalização de *aí* e da forma contraída *daí* partilha, em grande parte, do seu percurso.

O advérbio *aí* identifica uma localização próxima do interlocutor, num paradigma em que *aqui* indica localização próxima do falante e *ali*, localização mais afastada dos interlocutores e eventualmente próxima de uma terceira entidade incluída na situação de enunciação. Pode ter uma função dêitica, ao referir uma localização presente no universo do discurso (cf. (54a)), ou anafórica, ao retomar como referente uma expressão linguística que ocorre no contexto anterior (cf. (54b)). Os mesmos valores estão presentes no advérbio quando contraído com a preposição *de*, como mostram os exemplos (55). Sublinha-se em (54b) e (55b) a expressão que funciona como antecedente da anáfora:

(54) a. Eles construíram *aí* esse prédio.
b. Procuraram a pastagem mais indicada para o efeito, construíram *aí* uma torre. (CRPC, *Expresso*)

(55) a. a senhora sai *daí* e senta-se acolá (CRPC, PF 0151)
b. Parte hoje no «sud» com destino a Paris e *daí* para Amesterdão a equipa nacional de football (CRPC, *Diário de Notícias*)

Para além desse valor locativo, *aí* ganha ainda um valor temporal, como em (56), em que retoma anaforicamente a localização temporal da oração precedente, isto é, é parafraseável por "nesse momento" (cf. *tudo começa a mexer e aí* ('nesse momento'), *aparece um conjunto de individualidades*) e serve de referência temporal à segunda oração:

(56) E, de repente, porque está na moda, porque houve um eclipse, porque alguém tocou no assunto, eis que tudo começa a mexer e *aí* aparece um conjunto de

individualidades e instituições a pronunciar-se, ou a dizer que prefere não se pronunciar. (CRPC, *Diário de Notícias*)

Quando a primeira oração é de tipo eventivo e não estativo, o advérbio *aí* retoma o momento da culminação do evento, isto é, o limite terminal intrínseco do evento e/ou o estado resultativo (cf. Cap. 17). Por exemplo, na frase *a Joana construiu a casota do cão e aí apareceu o Rui*, *aí* retoma o momento da culminação do evento *construir a casota do cão*, portanto o momento em que a construção está acabada (podendo, obviamente, não ser o momento exato em que a casota está acabada de construir, mas sim um momento no estado resultativo que consiste em 'a casota do cão estar construída'). No caso de eventos pontuais sem culminação, remete para o tempo posterior a esse evento. Assim, na frase *a Joana tossiu e aí apareceu o Rui*, o elemento *aí* remete para o tempo posterior ao evento de tossir.

Quando o advérbio ocorre contraído com a preposição *de*, tem valor temporal se integrar uma expressão mais extensa como *daí a dois dias*, como em (57). Esta expressão localiza temporalmente um evento a partir de outro tempo que serve como tempo de referência. A forma contraída *daí* tem, neste contexto, valor anafórico e coocorre com um elemento que quantifica a distância temporal entre os dois eventos (veja-se que *daqui a x tempo* toma como ponto de referência temporal o momento da enunciação). No exemplo (57), *daí* retoma anaforicamente o evento da primeira oração (comprar a casa), que serve de ponto de referência temporal para o evento da segunda oração (decidir vender a casa).

(57) Ele comprou a casa e *daí a dois dias* decidiu vendê-la.

A expressão de valores temporais envolve um princípio de lexicalização de *daí* com a preposição *a*, com variação no preenchimento da expressão de quantificação temporal, formando um padrão gramatical regular: *daí a* + numeral + nome (denotador de unidade de medida temporal). Chama-se **coligação** ao padrão gramatical regular no qual ocorre determinado item lexical (cf. Hoey 1997), também designado como *collocational framework* em Renouf e Sinclair (1991).

Nem sempre é evidente a delimitação de valores espaciais e temporais, uma vez que *aí* e *daí* retomam anaforicamente eventos que têm lugar num determinado espaço e tempo. Assim, no exemplo (58), *daí* retoma uma sequência (sublinhada no exemplo) que identifica um local onde determinado evento tem lugar, mas também o posicionamento desse evento numa sequência temporal:

(58) *digestor é onde, é aquela coluna grande lá em cima, uma espécie de panela onde se coze a madeira* e *daí* segue então para as outras secções (CRPC, PF 0669)

Existe continuidade entre exemplos como (58) e contextos em que *daí* tem valor anafórico de retoma de um evento, sem um valor espacial ou temporal específico, como em (59). Este exemplo mostra a progressão de *daí* enquanto locativo com valor anafórico para um elemento anafórico que retoma um evento e tem essencialmente uma função estruturadora da frase ou do texto:

(59) eu acho que estão a tentar reorganizar *as competições de clubes* de forma [...] a que os clubes possam *daí* colher mais benefícios. (CRPC, REDIP)

O valor temporal anafórico de *aí* e *daí* referido acima está associado a dois eventos que ocorrem em sequência. O facto de a precedência temporal ser muito frequentemente associada a uma relação de causa leva à reinterpretação de *aí* e *daí* de advérbios anafóricos a conectores com valor consecutivo, como ilustram os exemplos (60) (cf. Mendes e Bacelar do Nascimento 2007; Braga 2003a, 2003b; para o castelhano, Eguren 1999:961s). Este é um exemplo de metonímia conceptual, pois o sentido implícito no contexto em que ocorre o elemento anafórico *aí* leva à sua interpretação como conector com valor consecutivo:

(60) a. doenças [...] que resultam ou cuja causa são alterações num único gene *daí* a gente chamar-lhes doenças monogénicas (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn17)
b. não estão habituados a engolir várias dezenas de cápsulas por dia *daí que* o processo de concentração tenha que ser muito elevado e o processo é caro (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl05)

A forma contraída *daí* sofre lexicalização e cristaliza, deixando de ser analisada como contração de duas palavras, mas apenas como uma palavra única com função de conector. Repare-se que, nos exemplos (55) e (57)-(59), *daí* pode ser analisada como forma contraída, como o mostra a possibilidade de substituição do advérbio *aí* por outro advérbio ou por um pronome, sublinhado nos exemplos seguintes: *sai daqui* (cf. (55)), *dali a dois dias* (cf. (57)), *possam disso colher* (cf. (59)). No entanto, em (60), não é possível substituir o advérbio por qualquer outro elemento. Além disso, quando é seguido por orações finitas, o conector lexicaliza na locução *daí que*, como em (60b).

Tal como no caso de *logo*, também com *aí* e *daí* se torna por vezes difícil separar os valores temporais dos valores consecutivos. O Quadro 3 mostra o processo de gramaticalização seguido por estas formas. Embora o percurso proponha classes diferenciadas, os contextos mostram que há em muitos casos sobreposição de valores e funções. Isto deve-se ao facto de cada fase deste processo motivar e potenciar reinterpretações das unidades, que resultam na sua multifuncionalidade. A forma *daí* ganha ainda funções discursivas, discutidas na subsecção seguinte.

ESPAÇO	>	TEMPO	>	TEXTO	>	TEXTO
dêitico anafórico		anafórico		anafórico		conector

Quadro 3 – Processo de gramaticalização de *aí* e *daí* em espaço > tempo > texto

Para uma análise dos processos de gramaticalização que ocorrem ao longo de um percurso conceptual que partilha algumas das etapas acima identificadas, veja-se, por exemplo, os estudos sobre *donde* e *então* (Lopes e Amaral 2001; Martelotta e Silva 1996).

Outro exemplo é o caso de *pois*, que tem funcionamento como advérbio, conjunção/conector e, finalmente, como marcador discursivo (cf. Lima 2002). Tem origem na forma latina *post* e terá seguido a evolução *post* > *pos* > *pois*. Tem valor temporal indicando 'a seguir', ocorrendo no séc. XIII como preposição, advérbio ou conector, como se ilustra, respetivamente, nos exemplos (a), (b) e (c) de (61) (de Lima 2002:364):

(61) a. Mando o meu salteyro grande a Jo(han) Ean(e)s, sucelareyro, q(u)e o aia elle en sua uida e *poys* sua mort(e) que fique ao m(o)est(e)i(r)o e neúún nõ seia podroso de o en tirar. (1281; CIPM/Maia, *História do Galego-Português*, 055) (*poys* = 'após')

b. o preyto en que el testemonhou por dizer el que é falso o testimonhyo nõ deue seer desfeyto, foras se podesse *poys* seer prouado per boas testimonhas ou per boo scripto. (1280?; CIPM/Afonso X, *Foro Real*, 94r) (*poys* = 'depois')

c. Firmemente deffendemos que nenhuus nõ seyã ousados de casar contra mandamẽto da Sancta Eygreya *poys* que lhis for deffendodo. (1280?; CIPM/Afonso X, *Foro Real*, 104r) (*poys* = 'depois')

Em (61c), a situação denotada pela oração subordinada introduzida pelo conector temporal *pois* é temporalmente anterior ao evento denotado pela oração principal. Tal como no caso de *logo*, esta noção de precedência temporal conduz a um valor causal por inferência. Repare-se, aliás, que a frase (61c) apresenta alguma ambiguidade entre um valor temporal e um valor causal (para mais detalhes sobre a evolução diacrónica de *pois*, cf. Lima 2002). No português atual, *pois* mantém-se como conjunção com valor causal, como exemplificado em (62), e ganhou novas funcionalidades ao nível do discurso, que serão discutidas na subsecção seguinte:

(62) Foi uma vitória muito importante, *pois* dá-nos a possibilidade de lutar pelo quarto posto do campeonato. (CRPC, *Público*)

10.3.3 Discursivização

Para além do desempenho de funções ao nível da estruturação do texto, é frequente que unidades linguísticas gramaticalizadas ganhem funções ao nível do discurso e da pragmática. Fala-se nestes casos em **discursivização** ou **pragmatização** (cf. Martelotta, Votre e Cezario 1996), embora seja de ressalvar que a discursivização não se aplica necessariamente apenas a elementos já gramaticalizados. Os elementos lexicais ou gramaticais que passam a desempenhar funções ao nível da organização do discurso são chamados **marcadores discursivos** (cf. Cap. 51).

> [3] Em termos teóricos, coloca-se a questão de saber se o processo que leva um elemento lexical ou até mesmo gramatical a ter funções discursivas pode ser considerado como um caso de gramaticalização. Alguns autores defendem esta perspetiva, pois incluem na gramática a componente discursiva (cf. Traugott 1995b), enquanto outros defendem que a discursivização é independente da gramaticalização por abranger elementos que funcionam no campo do discurso, mais vasto do que o da gramática (cf. Martelotta, Votre e Cezario 1996). Não entraremos aqui numa discussão pormenorizada desta questão, sendo apenas de referir que seguimos neste capítulo a perspetiva que inclui a discursivização no processo de gramaticalização.

Nos casos de discursivização, a gramaticalização envolve, por um lado, um processo de dessemantização, pois a unidade perde conteúdo semântico, e, por outro lado, um enriquecimento pragmático. Para ilustrar este processo, retomamos o caso de *não é* e de *bem*, já referidos na introdução a este capítulo. A sequência *não é* pode integrar uma oração, como em *ele não é burro*: nestes casos, o advérbio de negação *não* tem escopo sobre o verbo copulativo *ser* e ambos os elementos têm um

funcionamento sintática e semanticamente autónomo na frase. Noutros contextos, a sequência *não é* apresenta já alguma fixidez e pode ter múltiplas funções, todas elas disponíveis no atual estádio da língua. Nalguns contextos, é um marcador de frase interrogativa (cf. *estás aqui por minha causa, não é?*), enquanto noutros, o seu uso não assinala verdadeiramente uma pergunta feita ao interlocutor, mas tem antes funções pragmáticas ao nível do discurso. Pode, por um lado, ser utilizado para solicitar a aprovação do interlocutor, sem constituir propriamente uma interrogação (cf. (63a)), ou pode ser apenas um elemento usado para preencher pausas no discurso (e manter o turno de fala), por vezes designado como "bordão" por funcionar como apoio ao discurso (cf. (3b), aqui repetido em (63b)). A discursivização de *não é* é, aliás, acompanhada de um processo de redução fonológica e de aglutinação que culmina na forma *né*, muito usual no português do Brasil e menos frequente no português europeu.

(63) a. Hoje em dia o padre já exige um determinado tipo de coisa e de renda, e por vezes quer ser ele a vir comprar e vem comprar e enfim pede um desconto e não sabemos com que intuito, *não é*? (CRPC, PF 0043)

b. olhe, eu gosto imenso, quanto a países eu não conheço nada a não ser a Espanha, *não é*, e, mas gosto imenso de acampar na Espanha [...] sim, gosto imenso porque aquele ambiente é diferente daqui, a que eu não estou habituado, *não é*, e portanto gosto mais de lá estar (CRPC, PF 0048)

No caso do advérbio *bem*, este sofre igualmente um processo de discursivização ao perder o seu significado de advérbio e ganhar funções de marcador discursivo, que não serve para qualificar a proposição anterior ou seguinte, mas antes para assinalar a tomada de turno de fala (cf. (64a)) ou ainda para preencher pausas, como em (3a), repetido em (64b):

(64) a. A – e… que mais é que elas fazem?
B – *bem*, agora estão a lavar as grelhas, depois para o tempo da… da sardinha descabeçam as sardinhas (CRPC, PF 0147)

b. pois, ouve-se a música, *bem*, o que é que isto será, *bem*, isto é o mar a rugir, é uma cavalgada (CRPC, PF 0049)

Nomes como *tipo* e *estilo* têm igualmente sido reinterpretados, sobretudo no discurso oral, como elementos com funções gramático-discursivas. O nome *tipo* ocorre, quer na escrita, quer na oralidade, como um núcleo nominal seguido da preposição *de*, como se ilustra em (65). A sua função de núcleo nominal leva a que desencadeie a concordância com o verbo, quando ocorre na posição de sujeito, como em (65b):

(65) a. depende depois do caminho que cada um segue e do *tipo de* interesses que cada um cria (CRPC, PF 1367)

b. e ele é muito, eeh, é daquele *tipo de pessoas* que faz, tem jeito para tudo (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl16)

No entanto, os falantes fazem por vezes a concordância não com *tipo*, mas sim com o núcleo do grupo nominal introduzido pela preposição *de*, como se ilustra em (66):

(66) Esse *tipo de fotos* já estão disponíveis no mercado. (CRPC, *Diário de Notícias*)

Nestes contextos, considerados não normativos, os falantes reinterpretam a estrutura do sintagma nominal como tendo um elemento especificador, constituído neste caso por *esse tipo de*, seguido do núcleo nominal *fotos*, que desencadeia a concordância. Neste processo, o nome *tipo* perde funcionalidades nominais, ganha funções gramaticais de especificador e forma uma unidade multilexical com a preposição *de*. A reinterpretação da unidade envolve, assim, uma **reparentetização** (em inglês, *rebracketing*) da sequência, isto é, envolve uma nova análise sintática dos constituintes do sintagma nominal, que deixa de ser analisado como [*um* [*tipo* [*de* [...]]]] e passa a [*um tipo de* [...]]. Repare-se que o significado de *tipo* enquanto nome é já de si abstrato e é certamente essa a razão pela qual é reinterpretado em contextos nos quais deixa de ter função claramente nominal. O mesmo processo é, aliás, visível com o nome *maioria*, pois a concordância entre o sujeito e o verbo também aponta para alguma variação quanto ao seu estatuto de núcleo nominal ou de quantificador (cf. *a maioria* [*dos alunos*] *chumbou*/[*a maioria d*]*os alunos chumbaram*) (cf. Caps. 21 e 46).

O nome *tipo* ocorre ainda em estruturas específicas do discurso oral (especialmente frequentes em falantes jovens), como as exemplificadas em (67). Veja-se que, nesses exemplos, *tipo* ocorre à direita de um núcleo nominal, respetivamente *meio* e *aparador*, após uma pausa breve, e é seguido de um nome ou adjetivo. A função da sequência *tipo* + nome/adjetivo é a de fornecer mais informação sobre a denotação do nome que a precede e, nestes contextos, *tipo* introduz elementos que permitem a categorização aproximada da entidade em causa (cf. Lima-Hernandes 2011):

(67) a. isso é aborrecido aqui. é um meio pequeno *tipo* aldeia. (CRPC, PF 0319)
b. tem no chão um alambique de cobre antigo que se comprou num antiquário há muito tempo, não fui eu mas alguém comprou, e depois tem o aparador *tipo* alentejano (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn06)

A palavra *tipo* pode ainda preceder o sintagma nominal e tem então valor de quantificador vago, aproximado ao das expressões *cerca de* ou *mais ou menos*, como em (68a). Pelo contrário, em contextos como (68b), o elemento *tipo* pode ser parafraseado com *por exemplo*:

(68) a. acho que havia *tipo* sessenta pessoas a ver o concerto (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv05)
b. ou então, vai *tipo* aos *drive-ins*, ver os meninos dentro dos carros (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv06)

Noutros contextos ainda, *tipo* ocorre depois do verbo *ser* e é seguido de uma oração, como em (69). Nestes casos, a expressão *é*/*era tipo* parece funcionar como um introdutor de informação no texto:

(69) a. a minha irmã tem menos dois anos e meio que eu; tinha nascido há pouco tempo, pá, ficou sozinha cá com a minha [...] ficou com a minha avó cá; ficou sem o meu pai, sem a minha mãe e foi uma situação muito gira, *era tipo* a minha mãe voltar, e a minha irmã não queria nada com ela (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl10)

b. as músicas são muito boas, mas... pá, *é tipo*, estás sentado a ouvir, gostas da música, mas é um bocado como se estivesses em casa, não tens aquele ambiente de concerto (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv05)

A mesma função parece ser desempenhada nos contextos em (70), sem o verbo *ser*, mas em que ocorre o verbo *olhar* e a interpretação geral é também a de chamada de atenção para a introdução de informação nova, relacionada com a anterior, quer especificando-a, como em (70a), quer criando contraste, como em (70b):

(70) a. veja se se lembra assim também de coisas, pronto, histórias engraçadas que fizessem antigamente, tradições, olhe, *tipo* aquela que a tia há bocado estava a falar, sobre as espigas (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl03)
b. mas olha agora, *tipo*, na política tens os elementos do bloco de esquerda, a maior parte deles não usam gravata (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv02)

Os exemplos apresentados ilustram o processo de gramaticalização do nome *tipo*, que passa a ocorrer em contextos diversificados, desempenhando funções que são simultaneamente gramaticais e discursivas, mostrando como, em muitos casos, é difícil estabelecer uma fronteira nítida entre estes dois domínios.

Na subsecção anterior, a forma contraída *daí* foi analisada do ponto de vista da sua evolução de preposição + advérbio com funções dêiticas para funções anafóricas, com a sua consequente reanálise como conector oracional. Ora, as funções anafóricas são o ponto de partida para a lexicalização de *daí* junto do verbo *ir*, formando o marcador discursivo *vai daí*, exemplificado em (71):

(71) (Conversa sobre um grupo etnográfico) *vai daí*, dir-se-á que vocês por aqui, neste corpo de baile, arranjaram gente nova (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedrt01)

Esta expressão é totalmente fixa (não admite variação na forma verbal, na preposição ou no advérbio) e tem funções de marcador discursivo, num registo coloquial. Remete anaforicamente para uma expressão que ocorre no discurso, mas distingue-se das funções de conector com valor anafórico por apresentar alguma liberdade sintática: pode ocorrer no início da oração, mas também numa posição parentética no interior da oração (cf. *a rapariga não lhe respondeu e vai daí o João começou a namorar outra*/*a rapariga não lhe respondeu e o João, vai daí, começou a namorar outra*). Enquanto *daí que* mantém um valor anafórico e funciona como conector frásico, *vai daí* tem, pelo contrário, um valor pragmático mais saliente.

Repare-se ainda no caso do advérbio locativo *lá*, que apresenta igualmente valores dêiticos e anafóricos espaciais (cf. (72a)), mas também temporais (cf. (72b)) e que ganha ainda valores pragmáticos no discurso (cf. (72c-f)):

(72) a. Encontrei-me *lá* com ele. [espaço]
b. Se viver até *lá*! [tempo]
c. *Lá* estava o meu amigo [espaço + valor pragmático acrescido]
d. Ela estava zangada, mas eu *lá* a convenci de que não tinha razão. [intensificador]
e. Eu preocupo-me *lá* com essas coisas. [negação/valor de afastamento do falante em relação ao seu enunciado]

f. Sei *lá* eu o que ela quer dizer. [negação/valor de afastamento do falante em relação ao seu enunciado]

Retomando o processo de gramaticalização de *pois* (cf. 10.3.2), esta forma ganha ainda valores discursivos. Em (73a), funciona como um elemento que marca o assentimento na resposta a uma pergunta. Pode ter ainda funções de bordão linguístico que permite ao falante indicar ao seu interlocutor que está a seguir o seu discurso, como em (73b) (para uma análise detalhada de *pois* como marcador discursivo, ver Lima 2002):

(73) a. X– quer dizer, eu cheguei ao sexto obstáculo
A– com o cavalo dele?
X– *pois*.
(CRPC, PF 0482)

b. X– claro, como era uma apaixonada de música, continuo a gostar de música, mas não sou limitada à música clássica
A– *pois*
X– quer dizer, na outra música chamada ligeira há imensa coisa que eu gosto
(CRPC, PF 0710)

O processo que afeta formas como *aí*, *daí*, *lá*, *pois* e *assim* (para a análise desta última, ver Lopes e Carapinha 2004) segue um percurso que pode ser sintetizado na escala lexical > gramatical > discursivo (cf. Martelotta, Votre e Cezario 1996), pois os itens lexicais ganham funções gramaticais ao nível da organização textual e apresentam ainda novas funções ao nível da organização do discurso, sendo a sua dessemantização acompanhada de um enriquecimento pragmático. No entanto, nos casos referidos de *não é* e *bem*, as unidades ganham valores discursivos sem ser patente uma fase em que passem de valores lexicais a valores textuais, podendo o percurso ser do tipo lexical > discursivo. Para uma análise detalhada dos valores desempenhados no discurso pelos marcadores discursivos, veja-se o Cap. 51.

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183--reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Aquilino, *Gavião* – Ribeiro, Aquilino (1935) "Quando ao Gavião Cai a Pena". *In Quando ao Gavião Cai a Pena*. Lisboa. Livraria Bertrand.

Camilo, *O Santo da Montanha* – Castelo Branco, Camilo (1972[6]) *O Santo da Montanha*. Lisboa. Parceria A. M. Pereira.

Corpus C-ORAL-ROM – *Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*:

pfamcv02 – português familiar, conversa 02.
pfamcv05 – português familiar, conversa 05.
pfamcv06 – português familiar, conversa 06.
pfamdl03 – português familiar, diálogo 03.
pfamdl05 – português familiar, diálogo 05.
pfamdl10 – português familiar, diálogo 10.
pfamdl16 – português familiar, diálogo 16.
pfammn06 – português familiar, monólogo 06.

pfammn17 – português familiar, monólogo 17.
pmedrt01 – português media, reportagem 01 (Programa radiofónico *Feira Franca*, Antena 1).

DAR – Diário da Assembleia da República.

Diário de Notícias.

DSAN – Diário das Sessões da Assembleia Nacional.

Expresso.

Grande Reportagem.

Guedes, *Ferro* – Guedes, Fernando (1997) *António Ferro e a sua política do Espírito*. Braga. Tilgráfica S.A.

Jornal de Notícias.

M. Velho da Costa, *Missa* – Costa, Maria Velho da (1988) *Missa* in Albis. Lisboa. Dom Quixote.

Máxima.

Mourão-Ferreira, *Amor feliz* – Mourão-Ferreira, David (1986[3]) *Um amor feliz*. Lisboa. Presença.

O Consumidor – O consumidor: revista bimestral do Instituto do Consumidor: http://opac.iefp.pt/ipac20/ipac.jsp?session=12J601A19A812.7734&profile=crc&uri=link=3100027~!67071~!3100024~!3100022&aspect=basic_search&menu=search&ri=1&source=~!formei&term=revista+bimestral+do+Instituto+do+Consumidor&index=ALTITLE#focus.

PF – *Português Fundamental*: entrevistas 0043, 0048, 0049, 0147, 0151, 0319, 0482, 0669, 0710, 1367.

Público.

REDIP – *Rede de Difusão Internacional do Português*:
Programa radiofónico *Livre e Directo*.

Rodrigues e Baptista, *Geografia* – Rodrigues, Jaime Frederico e José António Baptista (s.d.) *Geografia. 8.º ano de escolaridade*. Editora Universitária.

3A

SINTAXE E SEMÂNTICA – PROPRIEDADES GERAIS DA FRASE

11 Estrutura da frase
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

12 Construções de topicalização
Inês Duarte

13 Construções ativas, passivas, incoativas e médias
Inês Duarte

14 Negação
João Andrade Peres

Nos capítulos deste bloco apresentam-se as propriedades gerais da frase (Cap. 11), discutem-se as características das construções básicas que organizam, de maneira diferente, a informação por ela veiculada – construções de topicalização (Cap. 12), construções ativas (Caps. 11 e 13) e construções passivas (Cap. 13) – e descreve-se o fenómeno sintático-semântico da negação, não só quando se aplica à frase no seu todo, mas também quando se aplica a alguns dos grupos que a constituem (Cap. 14).

Ainda que as noções discutidas se apliquem às frases em geral, independentemente do seu grau de complexidade, a maioria dos exemplos que apoiam a apresentação é constituída por frases "simples", i.e., frases formadas por uma só oração. De facto, é nas frases simples que se manifesta de modo mais transparente a maioria das noções e dos fenómenos discutidos nestes capítulos; por uma questão de clareza, é, pois, metodologicamente preferível restringir o universo da discussão, tanto quanto possível, a esse tipo de frases – sem prejuízo, no entanto, de se considerar frases com um grau maior de complexidade quando tal seja necessário para uma devida caracterização das questões.

Chamamos aqui a atenção para o Cap. 11 – cuja leitura se recomenda na introdução a esta obra previamente à leitura dos restantes capítulos das Partes 2 e 3. Este capítulo tem dois objetivos centrais. Primeiro, dar uma visão geral da organização estrutural, funcional e semântica das frases: quais os elementos que as constituem, quais as suas funções, e que tipo de interpretação têm; segundo, apresentar os conceitos linguísticos e lógicos mais importantes para os quais se apela implícita ou explicitamente em vários capítulos da Gramática. São, assim, introduzidos e discutidos conceitos como frase, oração, sintagma, enunciado, proposição, argumento, sujeito, complemento, predicado e predicador, entre muitos outros. Também neste capítulo se discute brevemente a maneira como as orações se combinam entre si para formar frases com um grau maior de complexidade, abrindo caminho para a descrição das propriedades específicas dessas construções no Bloco 3D.

11 ESTRUTURA DA FRASE 303
11.1 Frase, oração, enunciado e proposição 305
11.1.1 Frase: primeira definição 307
11.1.2 Frase e oração 312
11.1.2.1 Estruturas de subordinação 313
11.1.2.2 Estruturas de coordenação 316
11.1.3 Enunciado 318
11.1.4 Gramaticalidade e aceitabilidade 321
11.1.5 Proposição e conteúdo proposicional 322
11.1.5.1 Proposição e enunciado 322
11.1.5.2 Conteúdo proposicional e frase 323
11.1.5.3 Tipos diferentes de conteúdo frásico 325
11.2 Classes de palavras e sua organização tipológica 326
11.2.1 Classes de palavras 326
11.2.2 Classes abertas e classes fechadas 330
11.2.3 Classes variáveis e classes invariáveis 332
11.2.4 Classes lexicais e classes gramaticais 332
11.2.5 Palavras e itens lexicais 334
11.3 Organização estrutural da frase 336
11.3.1 Estrutura de constituintes 336
11.3.2 Sintagmas e núcleos 339
11.3.3 Parentetizações etiquetadas 343
11.3.4 Relações estruturais entre constituintes 343
11.3.4.1 Inclusão 344
11.3.4.2 Precedência 344
11.3.4.3 Proeminência estrutural 345
11.3.5 Análises que assentam na estrutura de constituintes 347
11.4 Organização funcional da frase 351
11.4.1 Sujeito e predicado 352
11.4.1.1 Predicação 352
11.4.1.2 Sujeito da predicação, sujeito gramatical, tópico e comentário 353
11.4.1.3 Predicações de base verbal, de base adjetival e de base nominal 356
11.4.2 Predicadores, argumentos e adjuntos 357
11.4.2.1 Predicadores 358

11.4.2.2 Argumentos 360
11.4.2.3 Número de argumentos dos predicadores 361
11.4.2.4 Adjuntos adverbiais 364
11.4.2.5 Classificação dos argumentos: sujeito e complementos 366
11.5 Organização semântica da frase 369
11.5.1 Classes aspetuais: eventos e estados 370
11.5.1.1 Processos culminados, processos, culminações e pontos 371
11.5.1.2 Estados estáveis e estados episódicos 372
11.5.2 Papéis temáticos 373
11.5.2.1 Agente, paciente e causa 375
11.5.2.2 Experienciador e estímulo 378
11.5.2.3 Tema, locativo, origem, destino e destinatário 379
11.5.2.4 Beneficiário 380
11.5.2.5 Valores semânticos dos adjuntos adverbiais 380
11.5.3 Restrições de seleção 381
11.6 Estrutura argumental 383
11.6.1 Argumento externo e argumento(s) interno(s) 384
11.6.2 Estatuto lexical do argumento externo e dos argumentos internos 385
11.6.3 Verbos inergativos e verbos inacusativos 387
11.6.4 Papéis temáticos e funções gramaticais 388
11.6.5 O morfema *se* e a estrutura argumental 390
11.7 Dêixis 394

11 ESTRUTURA DA FRASE*

A frase é a unidade mais importante da língua. De facto, é através das frases que exprimimos pensamentos completos através dos quais comunicamos uns com os outros, fazemos perguntas quando precisamos de obter informação, e damos ordens ou fazemos pedidos quando queremos produzir alguma alteração no mundo através do envolvimento de outra ou outras pessoas. Com uma frase, também podemos persuadir, ameaçar, insultar, seduzir; e, não menos importante, é com frases que pensamos alto, falando connosco próprios, para planificar as nossas ações, para lhes dar um sentido, para precisar as nossas ideias ou para tentar convencer-nos de alguma coisa.

Através das frases, expressamos qualquer pensamento que a razão humana possa formar, uma propriedade à qual o linguista Noam Chomsky chamou "capacidade criativa da linguagem" (cf. Chomsky 1965, 1980). A essência gramatical da criatividade da linguagem humana, aquilo que lhe dá o seu poder expressivo praticamente infinito, é a capacidade que os falantes têm de construir um número ilimitado de frases, a partir da combinação das palavras que formam o léxico da sua língua. O estudo das regras e dos princípios que regem estas combinações, e da organização estrutural e funcional das frases que resulta da sua aplicação, constitui o objeto da **sintaxe** (palavra que tem origem na forma grega *sýntaxis*, que significa 'organização'), uma disciplina que ocupa, assim, um lugar central nos estudos gramaticais. O estudo da organização das frases não se limita aos seus aspetos estruturais e funcionais. As frases exprimem pensamentos e descrevem coisas que acontecem no mundo; ou seja, significam algo. Esse significado, em última instância, é função do significado das palavras que as constituem e do significado dos grupos que resultam da sua combinação. O estudo da frase envolve, pois, três aspetos – estrutural, funcional e semântico – intimamente relacionados entre si.

O principal objeto de estudo deste capítulo é a estrutura gramatical das frases de **tipo declarativo**. Convém, pois, esclarecer brevemente em que consistem estas frases. As frases declarativas são aquelas que são usadas pelos falantes para representar uma situação do mundo e comunicá-la assertivamente ao ouvinte (cf. Cap. 48). Constituem frases declarativas expressões como *chove*, *a Maria tossiu*, *o Pedro leu um livro*, *a criança atirou a bola do jardim para a rua*, *o gatuno arrombou a*

* O autor agradece a Inês Duarte, que leu e comentou uma versão prévia deste capítulo.

porta com uma gazua às três da manhã, *as crianças estão doentes*, *a Clara é inteligente*, entre muitas outras.

As frases de tipo declarativo ocupam um lugar central no sistema gramatical, visto que manifestam de forma canónica os princípios gerais da gramática. De facto, os elementos que compõem este tipo de frases ocorrem usualmente na ordem "não marcada" da língua, que revela de modo transparente as suas funções gramaticais e os seus valores semânticos. A maneira mais profícua de abordar o estudo dos outros tipos de frases – interrogativas, exclamativas e imperativas – consiste em tomar como modelo a organização das frases declarativas e descrever as alterações sistemáticas que os seus elementos constitutivos sofrem para formar frases desses outros tipos, uma perspetiva que é adotada nesta Gramática (cf. Cap. 48).

Outro objetivo deste capítulo consiste em introduzir e definir algumas noções básicas da gramática, da semântica e da lógica, que ocorrem frequentemente ao longo desta obra e para as quais se apela implicitamente em muitas das descrições nela apresentadas: concretamente, as noções de frase, oração, enunciado e proposição. Em muitas gramáticas, estas noções são simplesmente assumidas pelos seus autores. Embora defini-las de maneira simples não seja uma tarefa fácil (nem incontroversa), pensamos que o facto de constituírem a "infraestrutura" do edifício gramatical exige que sejam explicadas de maneira clara aos leitores. Esse é o objetivo da secção 1, onde também se discute, de forma breve, as diferentes maneiras como as orações se podem combinar para formar estruturas mais complicadas, como frases complexas e compostas, abrindo assim caminho para o estudo aprofundado dessas estruturas no Bloco D da Parte III da Gramática (em particular, nos Caps. 34 a 39).

Com este capítulo, procuramos, pois, alcançar dois objetivos: em primeiro lugar, introduzir os conceitos linguísticos mais importantes que se encontram subjacentes às análises apresentadas na Gramática; em segundo lugar, dar ao leitor uma visão geral da organização gramatical das frases que lhe permita ler os capítulos mais especializados onde se descrevem em pormenor, por um lado, as unidades que entram na formação das orações e, por outro, as estruturas mais elaboradas nas quais se articulam duas ou mais orações.

Como se mencionou acima, a nossa abordagem das frases incide sobre a sua organização estrutural, funcional e semântica. A **organização estrutural** tem a ver com o facto de uma frase não ser meramente uma soma linear de palavras, mas sim uma estrutura na qual as palavras formam grupos que se articulam entre si, estes por sua vez formam novos grupos de nível superior, até chegar ao nível da frase completa. Nesta **estrutura hierárquica**, as palavras constituem as unidades elementares e a frase a unidade mais complexa. Entre estes dois níveis existem grupos de natureza variada. Esses grupos organizam-se geralmente em redor de uma palavra, que constitui o seu elemento mais importante; essa palavra pode ser um nome, um verbo, um adjetivo, uma preposição ou um advérbio. Às várias unidades gramaticais cuja combinação e articulação formam a frase – palavras ou grupos – chamamos **constituintes** da frase.

Os constituintes de uma frase exercem nela funções diferentes. Essas funções estão intimamente articuladas com o seu valor semântico, e muitas das noções da **organização funcional** têm um fundamento semântico. Há dois tipos de articulação funcional, complementares, que os elementos de uma frase mantêm entre si: num deles, a frase divide-se em **sujeito** e **predicado**. No outro, a frase divide-se em três

partes: um **predicador** (função exercida canonicamente pelos verbos plenos), os **argumentos** do predicador, que lhe completam o sentido, e os **adjuntos adverbiais**, que descrevem circunstâncias de vária ordem que enquadram as situações descritas nas frases. Os argumentos, por sua vez, desempenham um pequeno número de funções na frase: **sujeito gramatical**, **complemento direto**, **complemento indireto** e **complemento oblíquo**.

Os argumentos e os adjuntos têm um valor semântico, sistematizado em torno de um pequeno número de **papéis temáticos**. Para os argumentos, esses papéis correspondem usualmente à maneira como a entidade por eles designada participa nas situações descritas na frase: como agente (interveniente ativo, que faz coisas), como paciente (interveniente passivo, a quem acontecem coisas), como entidade que se move de ou para um determinado lugar, etc. Para os adjuntos, esses papéis correspondem ao tipo de circunstâncias que enquadram as situações: o lugar e o momento em que ocorrem, o que as causa, a maneira como um agente realiza uma determinada ação, etc.

Para além do seu valor semântico lexical, algumas expressões linguísticas, nomeadamente os sintagmas nominais, têm a capacidade de designar diretamente – de **referir** – entidades do mundo no qual se situam os interlocutores. Frequentemente, a referência depende de fatores variáveis do ato de produção das frases, designadamente dos interlocutores, do lugar que eles ocupam e do momento em que as frases são produzidas. Os elementos que determinam este tipo de referência variável chamam-se **dêiticos**, e o sistema geral em que se integram tem o nome de **dêixis**. Devido à importância que este sistema tem na interpretação das frases, apresentamos, a finalizar este capítulo, uma panorâmica geral dos elementos que o integram e das suas propriedades.

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: em 11.1, discutem-se as noções de frase, oração, enunciado e proposição, que constituem a "infraestrutura" básica do sistema gramatical e semântico. Em 11.2, apresentam-se as várias classes de palavras em que se organiza o léxico do português, e apresenta-se uma tipologia dessas classes, tomando como critério classificativo um pequeno número de propriedades gramaticais. Em 11.3, discute-se a organização estrutural da frase, introduzindo-se o método de análise em constituintes imediatos. Em 11.4, apresenta-se a organização funcional da frase, primeiro em sujeito e predicado, seguidamente em predicador, argumentos e adjuntos. Em 11.5, tratamos da organização semântica da frase; em particular, discutem-se os tipos de situações que as frases podem descrever e os valores semânticos (chamados papéis temáticos) que os argumentos e alguns adjuntos mantêm nessas situações. Em 11.6, introduz-se a noção de estrutura argumental de um predicador, i.e., a coleção organizada de informações de natureza estrutural, funcional e semântica que se associa a um predicador no léxico, como base para o seu funcionamento no sistema gramatical. Finalmente, em 11.7, discutem-se as propriedades centrais do sistema da dêixis.

11.1 Frase, oração, enunciado e proposição

Juntamente com as palavras (cf. Cap. 54), as unidades linguísticas que dão o título a esta secção constituem as peças básicas da descrição gramatical, nas áreas da

sintaxe e da semântica. Ainda que não seja fácil dar delas uma definição simples e não polémica (sobretudo da noção de frase), é, no entanto, fundamental descrever as suas propriedades básicas, de modo a que o leitor possa compreender o seu estatuto teórico no sistema linguístico, incluindo aquilo que as distingue umas das outras. É esse o objetivo desta secção.

As noções de frase, enunciado e proposição encontram-se de tal maneira ligadas entre si que é praticamente impossível discutir cada uma delas sem mencionar as outras. Por esse motivo, damos delas, desde já, uma breve caracterização preliminar, antecipando uma discussão mais aprofundada nas subsecções seguintes.

Nas línguas, existem unidades gramaticais de vários tipos: morfemas, palavras, grupos, sintagmas, orações e frases. Cada uma destas unidades tem características próprias. Em particular, uma **frase** é uma sequência de palavras numa determinada ordem, que satisfaz as regras e os princípios gramaticais da língua a que pertence, e que descreve uma situação do mundo sobre o qual se fala ou remete para ela. As frases são elementos abstratos, inteiramente determinados pelo sistema gramatical; o seu estatuto é independente de qualquer realização oral ou escrita, ou seja, do seu uso concreto por falantes ou escritores, num momento e num lugar determinados. Assim, para dar um exemplo, a sequência de palavras *os assaltantes do banco fugiram num carro*, independentemente de ser dita ou escrita por alguém num momento particular, é uma frase, visto que descreve uma situação e satisfaz as regras e os princípios da gramática – entre outros, p.e., a divisão em sintagma nominal seguido de sintagma verbal, a concordância em pessoa e número entre o sujeito e o verbo e a ordem linear artigo + nome nas expressões nominais.

Em contrapartida, um **enunciado** é a realização concreta de uma unidade gramatical, em particular de uma frase (mas não só, como veremos; cf. 11.1.3), num ato de fala ou de escrita, por um falante ou um escritor particular, dirigindo-se a um interlocutor ou grupo de interlocutores – ouvinte(s) ou leitor(es) – num momento e num lugar determinados. Por outras palavras, os enunciados, enquanto produtos de um ato de fala ou de escrita, são elementos que podem ser percecionados (ainda que de modo efémero, no caso da língua falada), encontrando-se inscritos num meio físico, de natureza sonora, no caso da fala, ou gráfica, no caso da escrita. Assim, p.e., sempre que a frase mencionada acima é produzida num ato de fala ou de escrita, num lugar e momento determinados, por um falante ou escritor determinado, mencionando uma situação particular de fuga de assaltantes de um banco num carro (p.e., por um polícia, por uma testemunha ocular do evento ou por um jornalista), constitui um enunciado. Repare-se que a uma frase do sistema gramatical corresponde (ou pode corresponder) teoricamente um número indefinido de enunciados, tantos quantos o número de vezes que é produzida por falantes ou escritores diferentes, ou pelo mesmo falante ou escritor, em momentos e/ou lugares distintos, falando da mesma situação ou de situações diferentes do mesmo tipo (no exemplo usado, situações que envolvam uma fuga de assaltantes de um banco num carro).

Finalmente, uma **proposição** é o conteúdo descritivo de uma frase quando esta se realiza num enunciado concreto[1]; ou seja, corresponde ao "estado de coisas"

[1] Não confundir "proposição" com "preposição". O primeiro termo denota uma noção lógico-semântica (descrita nesta secção), ao passo que o segundo denota uma classe de palavras (cf. 11.2.1 e Cap. 32).

do mundo que o enunciado da frase descreve ou para o qual remete. Seguindo a terminologia da semântica moderna, usamos o termo **situação** para denotar esse "estado de coisas" do mundo que uma proposição representa (cf. também 11.5.1). A propriedade fundamental das proposições consiste em terem um **valor de verdade**, i.e., serem verdadeiras ou falsas relativamente à situação descrita. Assim, se a frase dada acima como exemplo for produzida num enunciado particular, a proposição veiculada por esse enunciado corresponde a uma situação do mundo: em princípio, uma fuga de assaltantes de um banco num carro. A proposição é verdadeira se a situação corresponde de facto à descrição e falsa se não corresponde à descrição (p.e., se não houve qualquer assalto, se foi uma mercearia e não um banco que foi assaltada, se os assaltantes fugiram a pé e não de carro, etc. – as possibilidades são múltiplas).

Quando consideramos a frase enquanto unidade do sistema gramatical, independentemente da sua realização em enunciados concretos produzidos em situações particulares, dizemos que tem um **conteúdo proposicional**. A relação entre as noções de proposição e conteúdo proposicional é explicitada em 11.1.5. Para já, importa apenas realçar que a noção de proposição se associa estreitamente com a noção de enunciado (de uma frase), ao passo que a noção de conteúdo proposicional se associa estreitamente com a noção de frase, enquanto unidade abstrata da gramática. Relativamente ao exemplo usado até aqui, o conteúdo proposicional dessa frase serão as propriedades semânticas que lhe permitem representar não apenas um evento concreto descrito por um enunciado particular, mas todos os eventos com características similares (i.e., consistindo em fugas de assaltantes de um banco num carro), descritos por todos os possíveis enunciados da frase, pelo mesmo falante ou por falantes diferentes em situações distintas.

Passamos agora a uma discussão mais aprofundada destas noções.

11.1.1 Frase: primeira definição

Na maioria das gramáticas (e em várias teorias linguísticas contemporâneas), a noção de frase não se define, ou seja, é concebida como um elemento axiomático do sistema teórico-descritivo, assumindo-se que o falante de uma língua (e em particular o leitor dessas gramáticas) tem uma noção intuitiva e apriorística daquilo que constitui uma frase (na sua língua). Em particular, assume-se que os falantes sabem distinguir (pelo menos na maior parte dos casos) as sequências de palavras da sua língua que são frases daquelas que o não são. Nesta perspetiva, a tarefa das gramáticas consiste em descrever as regras e os princípios gramaticais que determinam a estrutura e a interpretação das frases, reconhecidas como tal pelos falantes, e não propriamente em definir uma noção abstrata de frase. Por outras palavras, as frases constituem o ponto de partida da análise gramatical, e não o seu ponto de chegada.

Em geral, esta é também a perspetiva seguida nesta Gramática, cuja preocupação essencial consiste em descrever a estrutura das frases e dos elementos que as formam, a sua função e a sua interpretação. No entanto, dada a importância das frases na análise gramatical, parece-nos importante identificar algumas das suas características que permitam servir de base para uma definição geral da noção.

É um facto que os falantes de uma língua (neste caso, do português) têm intuições relativamente estáveis sobre as sequências de palavras que constituem frases. Assim, p.e., as seguintes sequências são identificadas pelos falantes como frases do português, em particular, frases de tipo declarativo (cf. Cap. 48):

(1) a. Os assaltantes do banco fugiram num carro.
b. A tua irmã mora em Paris.
c. A Maria é muito inteligente.
d. O meu amigo está contente.

De modo semelhante, também as sequências de (2) são consideradas frases, de um tipo diferente, assinalado entre parênteses:

(2) a. A tua irmã mora em Paris? [frase interrogativa global (ou "sim-não")]
b. Onde mora a tua irmã? [frase interrogativa parcial (ou *qu-*)]
c. Que inteligente a Maria é! [frase exclamativa]
d. Fecha a porta! [frase imperativa]

Em contrapartida, ninguém terá dúvidas em dizer que os exemplos do paradigma (3) (entre muitos outros que se poderiam apresentar) não constituem frases da língua portuguesa:

(3) a. Os assaltantes do banco um carro.
b. A tua irmã em Paris.
c. A Maria muito inteligente.
d. Os assaltantes do banco fugir num carro.
e. A tua irmã more em Paris.
f. A tua irmã mora Paris em.
g. É que a tua onde irmã mora?

Não é necessária uma análise linguística aprofundada para identificar o problema de cada uma destas sequências, em particular a razão pela qual não constituem frases. Nos dois primeiros exemplos, para além de faltar um verbo, não se descreve uma situação do mundo. Quando muito, no caso de (3a), podemos supor que existe uma relação qualquer entre os assaltantes e um carro, e, no caso de (3b), que existe uma situação que tem lugar em Paris na qual participa o indivíduo referido pela expressão *a tua irmã*. Nos dois casos, contudo, essa relação ou essa situação não são identificadas. Relativamente a (3a), será que os ladrões roubaram um carro? Que o compraram? Que o destruíram? Que fugiram nele? E, relativamente a (3b), será que o indivíduo em questão está em Paris? Mora lá? Almoçou lá? Em suma, não é possível recuperar a partir destas sequências um "estado de coisas": essas sequências não têm um conteúdo proposicional e não poderiam ser usadas para exprimir proposições particulares.

A propriedade de veicular um conteúdo proposicional é, assim, uma das características essenciais das frases, e podemos considerá-la como fazendo parte de uma definição adequada da noção correspondente. Se uma sequência de palavras não descreve ou remete para uma situação do mundo – se não veicula um conteúdo proposicional – não é uma frase.

Relativamente a (3c-e), a questão é diferente. Nestes exemplos, é possível recuperar um conteúdo proposicional. Em (3c), sentimos intuitivamente que falta um verbo a ligar a expressão *a Maria* à expressão *muito inteligente*; no entanto, a escolha é limitada a um número finito de verbos, dos quais *ser* é plausivelmente o primeiro que vem à mente dos falantes (cf. (1c)). Este verbo é usado para representar a atribuição de uma propriedade "estável" a um indivíduo (cf. 11.5.1 e Caps. 17, 30 e 31), neste caso a propriedade da inteligência. Logo, mau grado a ausência do verbo, podemos inferir implicitamente neste exemplo o conteúdo proposicional 'a Maria é muito inteligente'. O que a inaceitabilidade da sequência sugere, então, é que uma frase, para além de veicular um conteúdo proposicional, precisa de ter um verbo como elemento central – diremos aqui que uma frase tem de possuir um verbo como **núcleo gramatical**[2].

Por sua vez, os exemplos (3d,e) têm como núcleo gramatical um verbo e veiculam um conteúdo proposicional – em (3d), o mesmo veiculado por (1a), e em (3e) o mesmo veiculado por (1b)[3]. O verbo, no entanto, está numa forma infinitiva em (3d) e no modo conjuntivo em (3e). Nos dois casos, os exemplos não são frases do português. É possível, então, concluir que, canonicamente, uma frase tem de ter um núcleo verbal não só **finito** – i.e., com marcas morfológicas de tempo, modo, aspeto e de pessoa-número (estas últimas, geralmente, em concordância com o sujeito) –, mas também no **modo indicativo**, como em (1) e (2a-c), ou no **modo imperativo**, se a frase for de **tipo imperativo**, como em (2d).

> [1] Neste ponto, simplificamos a exposição ao considerar apenas as frases mais canónicas do português, nas quais o verbo está no modo indicativo ou, se forem de tipo imperativo, no modo imperativo. De facto, o uso canónico do conjuntivo e do infinitivo é em verbos de orações subordinadas (cf. 11.1.2.1 e Caps. 36 a 39). Em usos menos canónicos, no entanto, o conjuntivo e o infinitivo podem ocorrer como marcas morfológicas do núcleo verbal de algumas frases. O conjuntivo pode ocorrer no verbo de frases com um valor comunicativo no qual se exprime uma exclamação, um desejo ou uma vontade do falante. Estas frases são frequentemente introduzidas pela conjunção *que* ou por advérbios como *oxalá* e *talvez* (cf. *ah, ele quer ser rico?* (*que*) *fosse para médico!* e {*talvez*/*oxalá* (*que*)} *ele chegue a tempo*). No entanto, como se nota no Cap. 19, Nota 6, estes exemplos podem ser analisados como orações subordinadas completivas numa estrutura frásica implícita mais abrangente (cf. 11.1.2), e não propriamente como frases independentes. O infinitivo, por sua vez, pode ocorrer no verbo de frases que veiculam um valor exclamativo ou de ordem (cf., respetivamente, *nem pensar!* e *meninos, arrumar o quarto já!* e o Cap. 37.1.1). Abstraímos no texto destes usos menos centrais do conjuntivo e do infinitivo. Note-se, no entanto, que a definição de frase apresentada mais adiante

[2] Há línguas (o russo é uma delas) nas quais a sequência correspondente a (3c) é aceitável e constitui uma frase. De facto, nessas línguas, é possível, nas orações copulativas (cf. Cap. 30), omitir o verbo de cópula correspondente ao português *ser*. Plausivelmente, a ausência do verbo pode ser analisada como um fenómeno de elipse (cf. *a Maria é muito inteligente*, em que se rasura o verbo elidido; ver Cap. 45). Encontra-se uma estrutura semelhante em português, em expressões nas quais o predicado, reduzido ao adjetivo (i.e., com o verbo *ser* elidido), ocorre em posição inicial com um valor enfático, seguido do sujeito, com uma pausa entre os dois elementos, assinalada, na escrita, por uma vírgula: cf. *inteligente, a Maria!*, correspondendo a *é inteligente, a Maria!*

[3] Repare-se, no entanto, que, ainda que em (3e) se descreva uma situação, não se exprime que ela aconteça realmente. Em contrapartida, um falante que produza (1b) descreve uma situação e exprime também que ela acontece realmente (cf. 11.1.5).

no texto pode, em princípio, ser alterada (embora complicando-se) para dar conta destes casos. Finalmente, sendo a morfologia do modo imperativo defetiva, na medida em que se restringe a sujeitos de 2.ª pessoa, em frases imperativas cujo sujeito é gramaticalmente de 1.ª ou 3.ª pessoas, o modo conjuntivo supre o modo imperativo (cf. *falemos nós!* ou *falem vocês!* e o Cap. 19.2).

Os exemplos (3f,g), por sua vez, mostram que, independentemente das condições descritas nos parágrafos anteriores, uma sequência só constitui uma frase se satisfizer as regras e os princípios da gramática: assim, em (3f), não é satisfeito o princípio de que as preposições precedem o nome (ou o sintagma nominal) ao qual se ligam – e por isso, precisamente, se chamam *pre*posições (cf. Cap. 32); e, em (3g), não é satisfeito o princípio de que um pronome interrogativo (aqui com uma função de adjunto adverbial) tem de ocorrer numa posição "proeminente" da frase – tipicamente a posição inicial, como em (2b) – e não no interior de outro sintagma sem qualquer relação funcional ou semântica com o pronome (neste caso, o sintagma nominal *a tua irmã*). Seria excessivo – e impossível – incorporar na definição de frase todas as regras e princípios da gramática que determinam a sua "boa formação", ou gramaticalidade. De maneira mais simples, este facto pode ser sintetizado numa definição dizendo que uma frase é um determinado tipo de sequência de palavras construído de acordo com as regras e princípios da gramática, ou seja, que é uma sequência gramatical[4].

Finalmente, uma frase constitui uma unidade gramatical autónoma, i.e., pode ser usada isoladamente, constituindo por si só um enunciado – pode ser produzida ou escrita normalmente por um falante/escritor, sem qualquer material linguístico anterior ou posterior a ela[5].

É importante esclarecer que, quando dizemos que uma frase é uma sequência de palavras, contemplamos igualmente os casos em que é formada por uma só palavra (usando o termo da Lógica que designa conjuntos com um só elemento, contemplamos, pois, a possibilidade de a sequência ser "unária"): é este o caso, p.e., de frases formadas unicamente por um verbo "meteorológico", como *chove*, *neva*, *troveja*, ou por um verbo que descreve uma mudança de uma parte do dia para outra, como *anoitece*, *amanhece* – cada um destes verbos, dito ou escrito isoladamente no modo indicativo, pode descrever uma situação (ou seja, tem conteúdo proposicional), e pode constituir um enunciado autónomo.

Até aqui, discutimos unicamente as frases declarativas do paradigma (1). Os exemplos de (2), constituídos por frases não declarativas, também têm as características descritas acima. Trivialmente, estas sequências são gramaticais, têm como núcleo um verbo finito no modo indicativo ou imperativo (em (2d)), e podem constituir enunciados autónomos. Os exemplos de (2) manifestam também um conteúdo proposicional. Esta questão, no entanto, merece alguns comentários adicionais. Antes, porém, é conveniente dizer algo sobre o modo como as frases declarativas de (1) veiculam um conteúdo proposicional.

---

[4] O facto de as frases (canónicas – ver Caixa [1]) terem um verbo no indicativo é obviamente também um princípio da gramática, mas é suficientemente importante para fazer parte da definição.

[5] Note-se bem que, ao atribuirmos esta propriedade às frases, não estamos a dizer que outras unidades gramaticais não possam também ser usadas como enunciados autónomos (cf. 11.1.3 e Cap. 34).

No seu uso mais típico, as frases declarativas servem para o falante descrever uma situação do mundo e comunicá-la ao ouvinte assertivamente, assumindo que constitui informação nova para ele[6]. É neste tipo de frases (no seu uso normal) que o conteúdo proposicional se revela de forma mais transparente, visto que, quando a frase é produzida num enunciado concreto, toma a forma de uma proposição asserida pelo falante, i.e., comunicada ao ouvinte como sendo verdadeira, se o falante estiver de boa-fé e não mentir.

Em contrapartida, ao usar frases não declarativas, o falante não pretende comunicar um determinado estado de coisas ao ouvinte, ou seja, asserir uma proposição. Estas frases, no entanto, têm um conteúdo proposicional, e remetem para uma determinada proposição quando são produzidas como enunciados concretos.

Assim, o uso típico de uma frase interrogativa, quer global quer parcial, consiste em pedir informação (aquilo a que se chama comummente "perguntar") sobre uma determinada situação do mundo, representada proposicionalmente na frase. Ao usar uma frase interrogativa global (pelo menos na maneira mais típica em que estas frases são usadas), o falante menciona uma situação e interroga o ouvinte sobre se ela ocorre ou não efetivamente – por outras palavras, menciona uma proposição e pergunta se ela é verdadeira ou falsa. Assim, em (2a), o falante menciona a proposição 'a irmã do ouvinte mora em Paris' e pergunta se, sim ou não, essa proposição é verdadeira.

Por sua vez, quando se usa (na maneira mais típica) uma frase interrogativa parcial, a pergunta incide sobre algum aspeto de uma situação apresentada pelo falante, sobre o qual este pretende obter do ouvinte informação adicional; ou seja, pede-se uma especificação adicional sobre parte de uma proposição que é assumida (ou "pressuposta") pelo falante como sendo verdadeira, e apresentada ao ouvinte como tal. Assim, em (2b), o falante assume que a irmã do ouvinte vive nalgum lugar, e pergunta qual é esse lugar.

Os enunciados de frases exclamativas veiculam também uma proposição – no caso de (2c), a proposição de que o indivíduo referido pelo nome próprio é inteligente – e exprimem uma atitude subjetiva do falante sobre essa proposição, a qual pode ser de espanto, exaltação, ironia, contentamento, medo, etc.

Finalmente, no seu uso mais típico, as frases imperativas servem para o falante dar uma ordem ao ouvinte, ou para lhe pedir algo. O objetivo dessa ordem ou desse pedido é que o ouvinte pratique uma determinada ação – p.e., no caso de (2d), a ação de fechar uma porta. A proposição veiculada por uma frase imperativa consiste, assim, na descrição da situação do mundo que resulta da satisfação da ordem ou do pedido que estas frases veiculam – no caso de (2d), a proposição 'o ouvinte fecha a porta'.

Estamos agora em condições de apresentar uma primeira definição da noção de frase, que, como veremos, terá de ser revista quando se consideram frases com um grau maior de complexidade, que analisamos em 11.1.2[7]:

---

[6] Ou que constitui informação da qual o ouvinte tem de ser recordado, ou informação não necessariamente nova, mas importante para que o ouvinte possa seguir um determinado raciocínio, etc. As possibilidades são múltiplas e não as consideramos aqui.

[7] Relativamente a (iii), na definição, cf. a Caixa [1].

❖ DEFINIÇÃO DE FRASE (I): uma frase é uma sequência de palavras gramatical que (i) tem um conteúdo proposicional; (ii) tem como elemento nuclear um verbo; (iii) esse verbo está no modo indicativo ou imperativo; e (iv) pode ser usada como um enunciado autónomo.

11.1.2 Frase e oração

Como vimos em 11.1.1, duas das características definitórias da noção de frase são (i) ter um conteúdo proposicional e (ii) ter como núcleo um verbo. Para simplificar a exposição que segue, chamemos a qualquer sequência de palavras com estas propriedades um **domínio proposicional verbal**. Para ajudar o leitor a distinguir esta nova noção da noção de frase, note-se que nada se diz quanto à forma do verbo – em particular, não se requer que seja uma forma finita no modo indicativo ou imperativo – nem sobre se pode ou não constituir um enunciado autónomo. Esta definição mais abrangente inclui também as frases; ou seja, estas constituem domínios proposicionais verbais. O inverso, no entanto, não é verdadeiro, ou seja, nem todos os domínios proposicionais verbais constituem frases. Assim, p.e., (3d,e) constituem domínios proposicionais verbais, mas não são frases do português – em particular, em (3d) o verbo não é finito e em (3e) não está no modo indicativo – e, em condições normais, essas sequências não podem ser usadas como enunciados autónomos. Trivialmente, podemos converter todos os exemplos de (1) e (2) em domínios proposicionais verbais não frásicos, substituindo o verbo finito no indicativo por uma forma verbal infinitiva ou no conjuntivo[8].

O interesse desta discussão, e da noção de domínio proposicional verbal, introduzida acima, consiste no facto de existirem frases que contêm domínios proposicionais verbais como elementos constitutivos, quer desempenhando uma função gramatical na frase que os inclui (cf., por exemplo, *o Reitor propôs <u>que os professores trabalhassem mais</u>*) quer ligando-se simplesmente entre si para formar uma frase mais abrangente (cf. *<u>o Pedro é português</u> e <u>a Maria é francesa</u>*). Esses domínios proposicionais contêm frequentemente um verbo no infinitivo ou no modo conjuntivo e são frequentemente introduzidos ou ligados entre si por palavras de natureza gramatical (cf. 11.2.4) chamadas **conjunções**.

Discutimos em primeiro lugar exemplos do primeiro tipo, chamados estruturas de subordinação, em que um domínio proposicional verbal desempenha uma função gramatical na frase mais abrangente que o inclui. Com base nestes exemplos, propomos uma definição da noção de oração e uma segunda definição da noção de frase. Seguidamente, em 11.1.2.2, discutimos exemplos do segundo tipo, chamados estruturas de coordenação, em que os domínios proposicionais verbais se ligam entre si sem estarem contidos um no outro. Neste caso, as definições de oração e frase satisfazem condições algo diferentes. Devido à sua maior complexidade, as definições que abarcam estas estruturas serão apresentadas numa caixa (Caixa [2]). Chamamos, assim, desde já a atenção do leitor interessado para o facto de que só aí encontrará uma definição exaustiva destas noções que cubra os dois tipos de estruturas.

[8] Abstraímos aqui da possibilidade de alguns desses exemplos, com o conjuntivo ou o infinitivo, poderem ser usados como frases com um dos valores comunicativos descritos na Caixa [1].

11.1.2.1 Estruturas de subordinação

Considerem-se então exemplos do primeiro tipo, nos quais se coloca em itálico o domínio proposicional verbal contido em cada uma das frases e se sublinham as conjunções:

(4) a. O polícia afirmou *que os assaltantes do banco fugiram num carro*.
b. A mãe quer *que a filha arrume o quarto*.
c. O meu pai prometeu *levar-me ao cinema hoje*.
d. O aluno perguntou ao professor *se ele já corrigiu o exame*.
e. *Que a Clara chegue sempre tão tarde* preocupa os pais em demasia.
f. A Maria preparou o jantar antes *que o André ralhasse com ela*.
g. O gato *que a Rita encontrou na rua* chama-se Afonso.

Em (4a-d), o domínio proposicional verbal em itálico é um complemento do verbo nuclear da frase (*afirmar*, *querer*, *prometer* e *perguntar*, respetivamente); em (4e), esse domínio tem a função de sujeito da frase; em (4f), é um complemento do advérbio *antes*, desempenhando toda a sequência *antes que o André ralhasse com ela* a função de adjunto adverbial; finalmente, em (4g), o domínio proposicional verbal é um modificador do nome *gato*, fazendo parte do sintagma nominal que tem este nome como elemento mais importante[9].

Em (4b,e,f), o verbo do domínio proposicional em itálico está no conjuntivo, e em (4c) é uma forma infinitiva. Relativamente a este exemplo, é importante notar que, embora a sequência em itálico não tenha um sujeito, este é implicitamente recuperado como sendo *o meu pai*, i.e., o próprio sujeito da frase mais abrangente. De facto, a sequência em itálico de (4c) é compreendida como tendo o conteúdo proposicional 'o meu pai leva-me ao cinema hoje'[10]. De modo semelhante, o pronome relativo *que* que inicia o domínio proposicional em (4g) remete para o nome *gato*, funcionando como complemento direto do domínio, ainda que ocorra na sua posição inicial – ou seja, o domínio corresponde (aproximadamente) ao conteúdo proposicional 'a Rita encontrou o gato na rua'.

Com a conjunção presente (em (4g), o pronome relativo – cf. Nota 9), os domínios proposicionais verbais em itálico de (4) não podem ser usados como frases autónomas do português (mas cf. Nota 8), o que o leitor pode verificar facilmente (cf., por exemplo, a não gramaticalidade de **que os assaltantes fugiram num carro*, de **se ele já corrigiu o exame*, de **que a Clara chegue sempre tão tarde*, de **levar-me ao cinema hoje* ou de **que a Rita encontrou na rua*). Se omitirmos a conjunção introdutória (em (4g) o pronome relativo), as sequências em itálico de (4b,e,f,g) também não podem ser usadas autonomamente como frases declarativas: cf., por exemplo, a não gramaticalidade de **a filha arrume o quarto* ou, sem mais contexto, de **a Rita encontrou na rua* (falta aqui um complemento direto). No entanto, e este ponto é extremamente importante, quando ocorrem como parte de uma frase, todas essas sequências

[9] Sobre exemplos do tipo de (4a,b,d,e), cf. Cap. 36; sobre exemplos do tipo de (4c), cf. Cap. 37; sobre exemplos do tipo de (4f), cf. Cap. 38; e sobre exemplos do tipo de (4g), cf. Cap. 39. Repare-se que, em (4g), a forma *que*, sendo um pronome relativo, funciona também como uma conjunção introduzindo o domínio proposicional em itálico – comummente chamado "oração relativa" (ver a discussão a seguir).

[10] Na realidade, propõe-se nesta Gramática (cf. Cap. 37) que o domínio proposicional em itálico contém um sujeito que não é realizado foneticamente (assinalado a seguir pela convenção gráfica "[-]"), o qual refere a mesma entidade referida pelo sujeito da frase: cf. *o meu pai prometeu* [-] *levar-me ao cinema hoje*.

satisfazem as regras e os princípios da gramática; caso contrário, as frases em que ocorrem (i.e., os exemplos (4)) seriam agramaticais e não seriam aceites pelos falantes.

Muitos leitores terão já concluído que as unidades em itálico dos exemplos (4), a que temos vindo a chamar "domínios proposicionais verbais", constituem as **orações** da gramática tradicional, e é por esse nome que passamos doravante a designá-las. Ao introduzir estas unidades, usámos o termo mais longo apenas para realçar aquilo que as orações têm em comum com as frases – veicular uma proposição e ter um verbo como elemento nuclear. Lembremos também de novo as diferenças: as orações não têm necessariamente um verbo finito no modo indicativo (ou imperativo), e não possuem necessariamente a capacidade de funcionarem como enunciados autónomos. Esta caracterização implica que toda a frase é uma oração, mas o inverso não é verdadeiro: ou seja, nem todas as orações constituem frases.

Outro ponto importante é o seguinte. Intuitivamente, numa determinada construção sintática com mais de uma oração, a frase consiste na oração mais abrangente dessa construção – aquilo a que podemos chamar a sua "oração máxima". Assim, p.e., em (4a), a frase é o exemplo na sua totalidade, o qual constitui a oração mais abrangente – *o polícia afirmou que os assaltantes do banco fugiram num carro*. Abstraindo da conjunção *que*, nesta frase ocorre a sequência *os assaltantes do banco fugiram num carro*, que tem um conteúdo proposicional, um verbo no indicativo e tem a capacidade de funcionar como enunciado autónomo (cf. (1a)). Em (4a), no entanto, essa sequência não constitui uma frase, porque não é a oração mais abrangente do exemplo. Essa mesma sequência, porém, é uma frase em (1a), visto que é aí a oração máxima (trivialmente, visto que é a única) e obedece às restantes propriedades da definição. Por sua vez, num exemplo como *o jornalista comunicou ao inspetor* [*que o polícia afirmou* [*que os ladrões fugiram num carro*]], a mesma sequência que constitui uma frase em (4a) não tem esse estatuto, mas sim apenas o de oração (de novo, abstraindo da conjunção). A frase, neste caso, é a oração máxima, que tem como núcleo o verbo *comunicar* – ou seja, é a construção na sua totalidade.

Estamos agora em condições de reformular a definição de frase dada em 11.1.1, bem como de definir a noção de oração. No sistema aqui proposto (tal como no edifício teórico da gramática tradicional), a noção de oração é mais básica do que a noção de frase e é uma parte constitutiva da noção de frase – porque uma frase, como vimos, é uma oração com características adicionais:

❖ DEFINIÇÃO DE ORAÇÃO (I): numa construção sintática, uma oração é uma sequência de palavras gramatical, que tem um conteúdo proposicional e como elemento nuclear um verbo.

❖ DEFINIÇÃO DE FRASE (II): numa construção sintática, uma frase é a oração máxima (ou seja, a mais abrangente) cujo núcleo verbal está no modo indicativo ou imperativo e que pode ser usada como um enunciado autónomo.

Introduzimos agora um sistema terminológico que nos permite classificar as várias estruturas analisadas até aqui. Quando nenhuma das unidades que constitui uma oração é também uma oração, chamamos-lhe **oração simples**. Concomitantemente, às frases dos paradigmas (1) e (2), constituídas por uma oração simples, chamamos **frases simples**.

Em contrapartida, quando uma oração contém outra oração que desempenha nela uma função gramatical, chamamos-lhe **oração complexa**. Concomitantemente, as frases que são orações complexas (i.e., em que a oração mais abrangente é complexa), como as do paradigma (4), chamam-se **frases complexas**. Numa oração (ou frase) complexa, uma das orações está contida, ou **encaixada**, na outra, e a sua articulação forma uma **estrutura de subordinação** (cf. Caps. 36 a 39) – um caso particular da relação mais geral entre unidades linguísticas chamada **hipotaxe** (cf. Cap. 34). Nestas estruturas, a oração contida na outra chama-se **oração subordinada** e a oração que a contém chama-se **oração subordinante**. Quando a oração subordinante é a própria frase – a oração mais abrangente de toda a construção –, chama-se **oração principal**. O exemplo dado acima, no texto (cf. *o jornalista comunicou ao inspetor* ***que o polícia afirmou que os ladrões fugiram num carro***) contém três orações; aquela que se representa em sublinhado desempenha uma função gramatical na oração mais abrangente – ou seja, na frase –, e aquela que é representada em negrito desempenha uma função gramatical na oração sublinhada. A oração sublinhada é, assim, subordinante relativamente à oração em negrito e subordinada relativamente à oração subordinante constituída pela frase na sua totalidade – a oração principal. Neste exemplo, a sequência sublinhada é, pois, uma oração complexa, embora não seja uma frase.

Quando uma oração subordinada desempenha a função de complemento (cf. (4a-d)) ou de sujeito (cf. (4e)) da oração subordinante, chama-se **oração completiva** ou **integrante** (cf. Caps. 36 e 37); quando desempenha a função de adjunto adverbial (cf. (4f)) da oração subordinante, chama-se **oração adverbial** (cf. Cap. 38); e quando desempenha a função de modificador de um nome (cf. (4g)), ocorrendo no sintagma nominal que tem esse nome como núcleo (cf. 11.3.2), chama-se **oração relativa** (cf. Cap. 39). Neste último caso, na medida em que a oração subordinada desempenha uma função num sintagma nominal, considera-se que esse sintagma também constitui uma estrutura subordinante da oração relativa (em (4g), *o gato que a Rita encontrou na rua*), a par da oração que contém o próprio sintagma nominal (em (4g), a frase na sua totalidade).

Para finalizar, dois comentários breves sobre as estruturas de subordinação. Em primeiro lugar, as conjunções pertencem à oração subordinada, formando um grupo sintático com a sequência propriamente oracional que as segue: relativamente a (4a), p.e., [*que* + *os assaltantes do banco fugiram num carro*]. Assim, em construções nas quais uma oração subordinada ocupa uma posição diferente na estrutura frásica – como na construção de topicalização – cf. Cap. 12), a conjunção ocorre nessa posição juntamente com o resto da estrutura: cf. *que os assaltantes do banco fugiram num carro, o polícia nunca afirmou* (alteramos ligeiramente a frase original, para tornar o exemplo mais natural) vs. **os assaltantes do banco fugiram num carro, o polícia nunca afirmou que*).

Em segundo lugar (e este comentário é particularmente importante), nalgumas gramáticas tradicionais, a divisão de uma frase em oração subordinante (ou principal, no caso de ser a estrutura mais abrangente) e subordinada separa radicalmente os elementos que pertencem a uma e a outra. Tomando como exemplo (4a) e (4f), é comum encontrar descrições onde se diz que, em (4a), a oração subordinante (principal, neste caso) é constituída (unicamente) pela sequência *o polícia afirmou* e a

oração subordinada é constituída pela sequência *que os assaltantes fugiram num carro*; e, em (4f), que a oração subordinante (principal) é constituída (unicamente) pela sequência *a Maria preparou o jantar*, e a oração subordinada pela sequência *antes que o André ralhasse com ela*. Esta análise, na nossa opinião, está errada. Nos dois casos, a oração subordinada desempenha uma função gramatical na oração subordinante (de complemento, em (4a), e de adjunto adverbial, em (4f)), i.e., é um elemento constitutivo dessa oração. Para além disso, em (4a), a sequência *o polícia afirmou* não tem um conteúdo proposicional completo – falta-lhe um complemento direto, exprimindo o que é dito. Em suma, nas estruturas de subordinação, a oração subordinada está incluída na oração subordinante (principal): em (4a), a oração subordinante (principal) é toda a sequência *o polícia afirmou que os assaltantes do banco fugiram num carro*, e, em (4f), a oração subordinante (principal) é toda a sequência *a Maria preparou o jantar antes que o André ralhasse com ela*. De modo semelhante, na subordinação relativa, a oração relativa faz parte do sintagma nominal que a contém e da oração que contém esse sintagma nominal: assim, o sintagma nominal sujeito de (4g) é toda a sequência *o gato que a Rita encontrou na rua* e não apenas *o gato*, e a oração principal é *o gato que a Rita encontrou na rua chama-se Afonso*, e não apenas *o gato chama-se Afonso*.

11.1.2.2 Estruturas de coordenação

Passemos agora aos casos do segundo tipo mencionado em 11.1.2, em que os domínios proposicionais verbais – as orações – se ligam entre si, formando uma estrutura mais abrangente, mas sem que um esteja contido no outro:

(5) a. *O Pedro almoçou em Coimbra* e *a Josefina almoçou na Figueira da Foz*.
b. *O António estuda mais* ou *não passa no exame*.[11]
c. *O Manel viajou para Lisboa*, mas *a Mariana ficou em Madrid*.
d. Os pais querem [*que o filho siga a carreira médica* e *que a filha seja astronauta*].

Em (5a-c), nenhuma das orações em itálico mantém uma função gramatical na frase que a contém, constituída pela totalidade de cada exemplo. Na realidade, cada uma dessas frases consiste na simples ligação das orações entre si, a qual é formalmente marcada, respetivamente, pelas conjunções *e*, *ou* e *mas* (cf. Cap. 35). Por sua vez, em (5d), as duas orações em itálico (*que o filho siga a carreira médica*, *que a filha seja astronauta*) ligam-se entre si para formar uma nova oração mais abrangente (*que o filho siga a carreira médica e que a filha seja astronauta*), a qual desempenha a função de complemento do verbo *querer* da oração principal, numa estrutura de subordinação completiva.

Quando duas (ou mais) orações se ligam entre si de forma não hierarquizada[12], i.e., sem que nenhuma delas esteja incluída na outra, o resultado é uma **oração**

[11] A segunda oração (em itálico) deste exemplo contém um sujeito nulo, equivalente a *ele*, e que refere o mesmo indivíduo expresso pelo nome próprio *António*.

[12] Num exemplo como *o Pedro é português, a Maria é francesa e a Josefina é inglesa*, ligam-se três orações deste modo. Repare-se que a ligação entre a primeira e a segunda, neste exemplo, é feita prosodicamente (o que se assinala na escrita com uma vírgula) e não através de uma conjunção. Sobre estas questões, cf. Caps. 34 e 35.

composta[13]. Concomitantemente, as frases que são orações compostas (i.e., em que a oração mais abrangente é composta), como as de (5a-c), chamam-se **frases compostas**. Em (5d), a ligação entre as duas orações em itálico forma uma oração composta, que, no entanto, não é uma frase, em virtude de estar incluída numa estrutura frásica mais abrangente. A articulação entre orações numa oração (ou numa frase) composta forma uma **estrutura de coordenação** (cf. Cap. 35) – um caso particular da relação mais geral entre unidades linguísticas chamada **parataxe** (cf. Cap. 34). As orações ligadas por coordenação chamam-se **orações coordenadas**.

> [2] A análise das estruturas oracionais coordenadas como formando uma nova oração (ou frase) composta levanta um problema para as definições de oração e de frase dadas em 11.1.2.1, visto que a nova oração (ou frase) composta não contém um verbo como elemento nuclear[14]. Antes, cada uma das orações coordenadas é que contém um verbo como núcleo. Assim, p.e., na frase composta *o Pedro é português e a Maria é francesa* há duas ocorrências do verbo *ser*, constituindo cada uma delas o núcleo gramatical de cada uma das orações coordenadas. No entanto, nenhuma das ocorrências do verbo *ser* funciona como núcleo gramatical da oração composta (da frase, neste caso). Esta situação implica que a definição de oração composta e de frase composta tem de mencionar a presença obrigatória de um verbo, não como núcleo da estrutura composta em si mesma, mas sim como núcleo de cada uma das orações constitutivas. Introduzimos essa alteração nas definições finais dadas a seguir:
>
> ❖ DEFINIÇÃO DE ORAÇÃO (FINAL): numa construção sintática, uma oração é uma sequência de palavras gramatical que (i) tem um conteúdo proposicional; (ii) tem um verbo como elemento nuclear, exceto se for uma oração composta; nesse caso, cada uma das orações simples coordenadas que constituem a oração composta tem um verbo como elemento nuclear.
>
> ❖ DEFINIÇÃO DE FRASE (FINAL): numa construção sintática, uma frase é a oração máxima (ou seja, a mais abrangente) que pode ser usada como um enunciado autónomo; o seu núcleo verbal, ou, no caso de ser uma frase composta, o núcleo verbal das orações coordenadas que a constituem, tem de estar no modo indicativo ou imperativo.

Na mesma frase, podem coexistir estruturas de subordinação e estruturas de coordenação; assim, p.e., em (5d), as duas orações em itálico formam uma estrutura composta – uma oração, neste caso, não uma frase – e essa oração composta articula-se com a oração mais abrangente – a frase na sua totalidade – numa estrutura de subordinação. Inversamente, num exemplo como *o polícia disse que os assaltantes do banco fugiram num carro e a testemunha confirmou essa afirmação*, temos uma estrutura de subordinação (*o polícia disse que os assaltantes do banco fugiram num carro*) que constitui uma oração, mas não uma frase; esta oração, por sua vez,

[13] Do ponto de vista semântico, o modo como os conteúdos proposicionais de cada uma das orações se combinam para formar o conteúdo proposicional único da oração composta é o objeto de estudo da disciplina da Lógica Proposicional (cf. Cap. 35).

[14] Na análise proposta no Cap. 35, as estruturas compostas, formadas pela coordenação quer de orações quer de outras unidades, não possuem um núcleo gramatical. Esta situação deve-se basicamente ao facto de cada uma das unidades que se coordenam numa estrutura composta manter um grau alto de autonomia em relação às outras (cf. Cap. 34).

articula-se por coordenação com a oração *a testemunha confirmou essa afirmação*, formando uma frase, constituída pela totalidade do exemplo.

A partir de 11.2, as restantes secções deste capítulo têm como objetivo principal descrever a organização estrutural, funcional e semântica das frases. Como, por definição, as frases são orações, muito daquilo que se diz nessas secções sobre essas unidades aplica-se também às orações em geral, quer constituam a oração única de uma frase simples, quer sejam subordinantes (incluindo principais), quer sejam subordinadas, quer sejam coordenadas[15]. Na realidade, relativamente à maioria dos fenómenos descritos nessas secções, quando se diz que uma frase se caracteriza por tal ou tal fenómeno, o leitor pode substituir "frase" por "oração" na maior parte dos casos. Quando isso não for possível, fazemos uma advertência.

11.1.3 Enunciado

Um **enunciado** é o produto de um **ato de fala** (também chamado **enunciação**), i.e., consiste na realização concreta de uma unidade linguística, por um falante particular, dirigindo-se a um ouvinte ou grupo de ouvintes particular[16], num lugar e tempo determinados[17]. Os enunciados, enquanto produtos de um ato, são elementos "inscritos" num meio material (sons, no caso da fala; sinais gráficos, no caso da escrita) e podem ser percecionados (pelo sistema auditivo, no caso da fala; pelo sistema visual, no caso da escrita). Assim, p.e., cada vez que a frase *o Afonso é muito inteligente* é pronunciada, por falantes diferentes, ou pelo mesmo falante num momento diferente, constitui um enunciado distinto. Saliente-se de novo, aqui, a diferença entre frase e enunciado: uma frase é um elemento abstrato do sistema gramatical, que só se converte em enunciado quando é dita ou escrita com uma determinada intenção comunicativa (ver a discussão já a seguir).

Um enunciado tem tipicamente uma intenção comunicativa, que lhe é conferida pelo falante, chamada **força ilocutória** (cf. Cap. 48). A força ilocutória consiste no ato que o falante pretende levar a cabo ao produzir um enunciado: informar, perguntar, exclamar, ordenar, ameaçar, acusar, agradecer, entre várias outras possibilidades. Alguns destes valores são codificados na própria estrutura gramatical das frases, que se classificam em diferentes tipos – declarativo, interrogativo, exclamativo e imperativo – de acordo com a força ilocutória mais típica que têm quando constituem enunciados: no caso das frases declarativas, **asserir** uma proposição de modo informativo; no caso das frases interrogativas, **perguntar**; no caso das frases exclamativas, exprimir uma atitude emocional face àquilo que é dito, algo que podemos sintetizar no termo **exclamar**; e, no caso das frases imperativas, dar uma ordem ou fazer um pedido, ações para as quais se usa o termo **ato diretivo** (cf. Cap. 48).

Numa conversa típica, os enunciados vão-se sucedendo, produzidos em turno pelos vários interlocutores nela envolvidos. Ao contexto linguístico mais vasto em que se inserem os enunciados no decorrer da conversação, chamamos **contexto**

---

[15] Excetuam-se as orações compostas; sobre essas estruturas, cf. Cap. 35.

[16] Um enunciado pode também ser o produto linguístico de um solilóquio, i.e., um ato de fala não dirigido a nenhum interlocutor.

[17] No seguimento deste capítulo, restringimos estes termos à língua falada, embora muitas destas noções, devidamente generalizadas, se possam também aplicar à língua escrita, substituindo "fala" por "escrita", "falante" por "escritor", ouvinte" por "leitor", etc.

discursivo; e à própria situação em que decorre a conversação, incluindo os seus participantes, as coordenadas espácio-temporais que ocupam (o lugar em que se encontram, o momento em que falam) e as pessoas, animais ou coisas presentes na situação, chamamos **contexto situacional**.

À medida que vão falando, os interlocutores mencionam no discurso entidades (pessoas, lugares, animais, coisas, ideias, etc.) e acontecimentos que ficam acessíveis na sua memória, que podem ser retomados num momento posterior da conversação, e sobre os quais se vai elaborando e acumulando informação adicional. Juntamente com o contexto situacional, as entidades e situações introduzidas no contexto discursivo – aquilo a que se pode chamar, informalmente, os temas ou tópicos de uma conversa – e a informação que sobre eles é progressivamente dada formam o **universo do discurso**[18].

Crucialmente, há aspetos da interpretação que dependem não só das propriedades semânticas das frases (enquanto elementos do sistema gramatical), mas também do seu estatuto como enunciados – em particular, de propriedades contextuais, quer situacionais quer discursivas. Assim, p.e., na frase exemplificada acima, *o Afonso é muito inteligente*, atribui-se inteligência a uma entidade designada pelo nome Afonso, com as propriedades cognitivas adequadas para poder ser caracterizada como inteligente: presumivelmente uma pessoa, mas não necessariamente. Um antropónimo pode designar não só uma pessoa, mas também um animal ou, inclusivamente, uma máquina, e a qualquer uma destas entidades se pode atribuir inteligência. Ora, só o enunciado dessa frase, por um falante determinado, num contexto discursivo e situacional determinados, é que permite identificar a entidade particular designada pelo nome. Essa entidade pode ser uma pessoa que os interlocutores conhecem, mas pode ser igualmente o gato da minha amiga Rita ou mesmo, com o adjetivo *inteligente* interpretado metaforicamente, um robô com esse nome capaz de realizar ações que, quando praticadas por humanos, atribuímos à sua inteligência (p.e., jogar xadrez). Em suma, a propriedade dos nomes próprios e dos sintagmas nominais em geral de designar entidades particulares do universo do discurso, chamada **referência** (cf. Cap. 20), é uma característica dos enunciados em que esses elementos ocorrem, e não propriamente das frases como tal.

De modo semelhante, a **dêixis** é um sistema de elementos linguísticos que dependem, para a sua interpretação, do contexto situacional – logo, da sua ocorrência em enunciados. Entre os elementos dêiticos contam-se, entre outros, os pronomes pessoais e demonstrativos, advérbios como *aqui*, *hoje* e *então* e os tempos verbais (cf. 11.7).

Esta distribuição de trabalho na interpretação das expressões – entre, por um lado, o sentido propriamente linguístico das palavras e das frases, enquanto elementos do sistema gramatical, e, por outro, os elementos do contexto discursivo e situacional – está na origem, respetivamente, das disciplinas da **semântica** e da **pragmática**. Na semântica, estuda-se o significado dos elementos linguísticos, independentemente da sua contextualização em enunciados concretos; na pragmática, em contrapartida, estuda-se a maneira como o contexto situacional e o contexto discursivo contribuem para a interpretação dos enunciados.

[18] No Cap. 21, é dada uma definição mais lata desta noção, consistindo em todas as entidades que podem ser nomeadas numa língua (cf. Cap. 21.1.1).

Os enunciados podem consistir em unidades linguísticas de classes diversas, desde que veiculem uma força ilocutória e possam constituir unidades autónomas, i.e., desde que possam ser pronunciadas isoladamente – nos termos do linguista Zellig Harris (cf. Harris 1951), precedidas e seguidas de silêncio por parte do falante. As frases, obviamente, podem ser realizadas como enunciados (e para distinguir este tipo de enunciados de outros tipos, chamar-lhes-emos **enunciados frásicos**). Para além das frases, podem também ter esse estatuto, por um lado, **textos**, i.e., sequências de frases ligadas entre si de forma coerente e coesa (cf. Cap. 34), e, por outro lado, elementos que usualmente entram na constituição das frases, como palavras isoladas e grupos de palavras, chamados sintagmas (cf. 11.3.2). Também podem constituir enunciados as **interjeições**, unidades com uma força ilocutória exclamativa, de valor expressivo ou emotivo, constituídas por palavras, grupos de palavras ou sons convencionados (cf. *ai!*, *bolas!*, *caluda!*, *oh!*).

Têm particular interesse, no contexto desta secção, os enunciados formados por palavras ou por sintagmas. Tais enunciados ocorrem tipicamente em contextos discursivos nos quais funcionam como respostas (cf. (6B), (9B), (10B)), como perguntas (cf. (7A)), ou para retificar uma informação dada anteriormente (cf. (8B) = (93) do Cap. 45):

(6) A – Quem saiu de casa?
B – *A tua filha*.

(7) A – *O Pedro*?
B – O Pedro foi ao cinema.

(8) A – Eles ofereceram uma moto à filha.
B – *Ao filho*.

(9) A – Deste de comer ao cão?
B – *Sim./Não./Dei*.

(10) A – O João saiu antes ou depois da Rita?
B – *Antes./Depois*.

Do uso destes elementos como enunciados é tipicamente possível reconstruir uma frase de tipo apropriado (declarativo, interrogativo ou exclamativo): cf., para (6B), *a tua filha saiu de casa*; para (7A), *onde está o Pedro?*; para (8B), *eles ofereceram uma moto ao filho*; para (9B), {*dei*/*não dei*} *de comer ao cão*; e, para (10B), *o João saiu antes*/*depois da Rita* (cf. Cap. 45). Por este motivo, quando estas unidades funcionam como enunciados, chamam-se **fragmentos frásicos**. Os fragmentos frásicos constituem o **foco** (ou seja, a informação nova) da pergunta ou da resposta completa reconstruída, e é essa propriedade que lhes permite ocorrer autonomamente, como enunciados independentes[19].

[19] Nesse sentido, respostas adequadas, mas mais longas, a (6A) e (10A) teriam o sintagma *a tua filha* ou um dos advérbios numa posição especial de foco; p.e., numa construção clivada (cf. *foi a tua filha que saiu de casa*, como resposta a (6A)), ou no final do enunciado (cf. *saiu antes*/*depois*, como resposta a (10A). Do mesmo modo, uma retificação mais longa de (8A) poderia tomar a forma de uma construção clivada (cf. *não, foi ao filho que eles ofereceram uma moto*). Sobre construções de foco, cf. Cap. 50.

11.1.4 Gramaticalidade e aceitabilidade

Por definição, as frases são unidades gramaticais de um determinado tipo. Ou seja, constitui um contrassenso falar em "frases não gramaticais". Se uma sequência de palavras não é gramatical, mesmo que tenha outras propriedades definitórias da noção de frase (como ter conteúdo proposicional e um verbo – cf., por exemplo, (3d-g)), então não é uma frase. A **gramaticalidade** é, pois, uma propriedade definitória das frases de uma língua.

Um conceito relacionado, mas diferente, é o de **aceitabilidade**. A aceitabilidade é uma noção pré-teórica, de natureza subjetiva, e tem a ver com a reação dos falantes a uma determinada expressão linguística (frase, enunciado, sintagma, palavra, etc.), ou seja, com o seu juízo (subjetivo) sobre se essa expressão é ou não correta gramaticalmente, sobre se é ou não aceitável semanticamente, ou sobre se é ou não adequada a um determinado contexto discursivo ou situacional. Em geral, a aceitabilidade pelos falantes de um enunciado frásico significa que esse enunciado corresponde a uma frase do sistema gramatical. Ou seja, a aceitabilidade é um bom indício de gramaticalidade. Assim, p.e., os falantes consideram aceitáveis os exemplos gramaticais de (1)-(2), e inaceitáveis os exemplos não gramaticais de (3). Nesse sentido, quando os linguistas discutem os juízos dos falantes sobre se as expressões da sua língua estão ou não de acordo com as regras e princípios da gramática, é comum substituírem o adjetivo "aceitável" pelo adjetivo "gramatical", e dizerem que tal ou tal expressão é considerada "gramatical" pelos falantes, em vez de dizerem que é considerada "aceitável". Concomitantemente, é usual falar em "juízos de gramaticalidade", em vez de "juízos de aceitabilidade"[20].

Como se mencionou no parágrafo anterior, existem dimensões diferentes, independentes entre si, de aceitabilidade dos enunciados. Assim, um enunciado (i) pode ser aceitável gramaticalmente mas não semanticamente: cf. *#o vestido lavou a noiva*, ou a célebre frase do linguista Noam Chomsky (aqui traduzida) *as ideias verdes sem cor dormem furiosamente*[21]; (ii) pode ser aceitável semanticamente – i.e., interpretável –, sem o ser gramaticalmente: cf., por exemplo, **a Maria prometeu* [*ela levar o filho a Londres*], que não satisfaz o princípio gramatical de que a oração infinitiva subordinada ao verbo *prometer* não pode ter um sujeito realizado foneticamente em posição pré-verbal; a expressão, no entanto, é facilmente interpretada como significando o mesmo que a frase (gramatical) correspondente *a Maria prometeu* [*levar o filho a Londres*] (cf. Cap. 37); (iii) pode ser aceitável gramaticalmente e semanticamente, mas não pragmaticamente: em condições normais, um enunciado como *a noiva lavou o vestido* não é aceitável como resposta à pergunta *o que é que há hoje para o jantar?*; (iv) pode ser aceitável gramatical, semântica e pragmaticamente, mas não socialmente: para a maioria dos falantes, é este o caso das expressões em que ocorre o verbo *foder* ou a expressão nominal *filho*(*a*) *da puta*, usualmente preteridas pelos falantes por eufemismos como *fogo* ou *malandro*(*a*).

---

[20] Como se assinalou na introdução a esta obra, os juízos de gramaticalidade nem sempre são claros. De facto, existem expressões que constituem uma espécie de "zona de indeterminação", sobre as quais os falantes (incluindo os linguistas) hesitam quando se lhes pergunta se são aceitáveis gramaticalmente. Essas expressões são marcadas nesta Gramática por um ou dois pontos de interrogação.

[21] No original, *colorless green ideas sleep furiously* (cf. Chomsky 1957).

[3] Um caso particularmente interessante é aquele em que uma frase – logo, uma expressão gramatical, por definição – não é aceitável por não ser processável, em particular por sobrecarregar a memória a curto prazo dos falantes. Entre este tipo de exemplos contam-se as frases complexas com duas ou mais orações relativas modificando o nome de um sintagma nominal sujeito (cf. Chomsky 1965). Com apenas uma oração relativa, os falantes não têm dificuldade em processar esse tipo de frases, praticamente de modo instantâneo, e, logo, entendê-las imediatamente: cf. *o gato que o cão mordeu fugiu*, frase em que se associa facilmente a forma verbal *mordeu* com o sujeito *o cão* e a forma verbal *fugiu* com o sujeito *o gato*. Contudo, com duas orações relativas, uma subordinada à outra, a associação entre verbos e sujeitos torna-se mais difícil num intervalo curto: cf. *o gato que o cão que o Pedro encontrou mordeu fugiu*[22]. Com três orações relativas, a dificuldade de processamento aumenta: cf. *o rato que o gato que o cão que o Pedro encontrou mordeu comeu morreu*.

11.1.5 Proposição e conteúdo proposicional

Nesta subsecção, discutimos as noções de proposição e conteúdo proposicional, e a sua articulação com as noções de enunciado e de frase.

11.1.5.1 Proposição e enunciado

Uma proposição é a representação cognitiva da situação descrita por um enunciado frásico, independentemente das palavras usadas para descrever essa situação, da ordem das palavras entre si e da língua usada (voltamos a estes pontos mais à frente). As proposições reenviam, pois, para as situações do mundo (real ou imaginário) descritas pelos enunciados frásicos que as veiculam. Assim, p.e., a proposição expressa pelo enunciado frásico *o juiz interrogou as testemunhas*, pronunciado por um determinado falante que descreve um caso particular de tribunal, consiste na representação cognitiva da situação concreta em que o juiz desse caso interrogou as testemunhas; ou seja, reenvia diretamente para essa situação.

É importante notar que não são as frases em si mesmas (enquanto unidades abstratas do sistema gramatical) que veiculam proposições, mas sim os enunciados frásicos. Assim, p.e., a frase mencionada acima pode ser usada para descrever situações distintas, consoante o falante que a produz, o lugar em que a produz, o momento em que o faz, o caso particular de tribunal sobre o qual está a falar, o juiz que preside ao caso, as testemunhas chamadas a depor, etc. Logo, de cada vez que a frase é produzida num enunciado concreto num contexto diferente, veicula-se uma proposição distinta. Do mesmo modo, a frase *a Rita ontem acariciou o Afonso* veicula proposições muito diferentes consoante a entidade que é referida pelos nomes *Rita* e *Afonso*, e também consoante o dia em que o enunciado é produzido. Assim, p.e., o enunciado pode descrever uma situação em que a minha amiga Rita acaricia o seu gato chamado Afonso no dia anterior à enunciação, ou, se a Rita tem um namorado chamado Afonso, para descrever a situação completamente diferente em que a Rita acariciou o seu namorado.

A propriedade fundamental das proposições consiste em terem um **valor de verdade**, i.e., serem verdadeiras ou falsas.Uma proposição é verdadeira se a

[22] Informalmente, esta frase é formada pelas seguintes orações: *o gato fugiu* (oração principal), *o cão mordeu* (*o gato*) (primeira oração relativa, modificando o nome *gato*) e *o Pedro encontrou* (*o cão*) (segunda oração relativa, modificando o nome *cão*). Deixa-se ao leitor a tarefa de "descodificar" a frase dada a seguir na caixa.

descrição veiculada pelo enunciado fásico corresponder a uma situação do mundo, ou seja, a algo que realmente aconteceu; caso contrário, é falsa. Assim, a proposição expressa pelo enunciado frásico acima (*a Rita ontem acariciou o Afonso*), na interpretação em que o nome *Rita* remete para uma pessoa particular e o nome *Afonso* remete para o seu gato, é verdadeira caso descreva uma situação do mundo em que a Rita tenha realmente acariciado o seu gato no dia anterior àquele em que o enunciado é produzido pelo falante, e falsa se isso não tiver acontecido. Se o falante usar o nome *Afonso* com a intenção de referir o namorado da Rita, e se a Rita não tiver estado com o seu namorado no dia anterior ao da enunciação (ainda que tenha estado com o seu gato e o tenha acariciado), a proposição veiculada é falsa, visto que não representa uma situação do mundo que tenha acontecido.

Convém lembrar que as proposições não se confundem com os enunciados frásicos que as veiculam. Assim, p.e., se a Rita for vizinha do falante e habitar o apartamento do 5.º esquerdo, e o Afonso for o seu gato, a mesma proposição veiculada pelo enunciado frásico *a Rita ontem acariciou o Afonso* é também veiculada pelos enunciados frásicos *a minha vizinha do 5.º esquerdo ontem acariciou o seu gato*, *a Rita ontem acariciou o seu gato*, *a minha vizinha do 5.º esquerdo ontem acariciou o Afonso*, entre outras possibilidades, que são, de facto, múltiplas, pelo menos tantas quantas as maneiras diferentes de descrever a Rita e o seu gato Afonso.

Embora o estatuto ontológico das proposições seja controverso, é possível argumentar que têm uma natureza cognitiva, i.e., que são representações mentais, independentes dos enunciados frásicos através das quais são expressas[23]. Isto implica que os falantes podem ter atitudes linguísticas distintas relativamente às proposições, para além da sua asserção através de enunciados frásicos declarativos, como nos exemplos de (1) (cf. a parte final de 11.1.1, antes da definição de frase). Quando um falante usa uma frase declarativa (nas condições de uso típicas destas frases), a sua intenção é a de comunicar uma determinada proposição como sendo verdadeira[24]. Os falantes, no entanto, podem "suspender" a atribuição de um valor de verdade (verdadeiro ou falso) a uma proposição. Assim, uma proposição pode ser questionada (cf. (*será que*) *o juiz interrogou as testemunhas?*), pode ser objeto de uma crença, mais ou menos firme (cf. *acredito que o juiz tenha interrogado as testemunhas* ou *parece que o juiz interrogou as testemunhas*), ou pode ser posta em dúvida (cf. *não tenho bem a certeza se o juiz interrogou as testemunhas*), entre outras possibilidades. Por outras palavras, os falantes podem ter diferentes tipos de relações mentais com as proposições, chamadas **atitudes proposicionais**. As atitudes proposicionais são expressas por uma série de verbos (ou locuções verbais) chamados **verbos de atitude proposicional**, incluindo, entre outros, *acreditar*, *considerar*, *crer*, *duvidar*, *julgar*, *parecer*, (*não*) *saber*, (*não*) *ter a certeza*.

11.1.5.2 Conteúdo proposicional e frase

Como vimos acima, uma determinada frase (enquanto elemento abstrato do sistema gramatical) pode veicular proposições muito diferentes, que dependem do falante,

[23] Foi assim que definimos "proposição" no início desta subsecção.

[24] Nos termos de Lyons (1977), há um "compromisso epistemológico" do falante com a verdade daquilo que diz numa frase declarativa.

das coordenadas espácio-temporais em que se situam os interlocutores, e da referência das expressões nominais usadas, entre outros fatores. As frases, no entanto, caracterizam-se por possuírem **condições de verdade**, a que se chama também **conteúdo proposicional**. As condições de verdade, ou conteúdo proposicional, de uma frase (enquanto elemento do sistema gramatical) são as condições que o mundo tem de satisfazer para que os enunciados possíveis dessa frase veiculem uma proposição verdadeira. Assim, as condições de verdade da frase *a Rita ontem acariciou o Afonso* consistem na existência de duas entidades, uma chamada Rita (presumivelmente uma pessoa, mas também, possivelmente, um animal superior, visto que os animais superiores também podem acariciar) e outra chamada Afonso (uma pessoa, um animal, mas também, possivelmente, um boneco, entre outras possibilidades) relacionadas numa situação em que a primeira acaricia a segunda no dia anterior ao da enunciação da frase.

Tal como a noção de proposição deve ser distinguida da noção de enunciado frásico, também a noção de conteúdo proposicional deve ser distinguida da noção de frase. O conteúdo proposicional é uma das partes do significado de uma frase (voltamos a esta questão em 11.1.5.3), que tem a ver com a descrição do conjunto possível de situações representadas por ela. Ora, o conteúdo proposicional é preservado em certos conjuntos de frases distintas, que se correspondem entre si, mas que exibem construções gramaticais diferentes, ou uma diferente ordem de palavras, ou ainda que pertencem a línguas diferentes, como se ilustra em (11) com um par de frases ativa e passiva[25], e em (12) por duas frases de conteúdo equivalente pertencentes a línguas diferentes:

(11) a. A Rita ontem acariciou o Afonso.
b. O Afonso ontem foi acariciado pela Rita.

(12) a. O juiz interrogou as testemunhas.
b. Le juge d'instruction a interrogé les témoins.

De modo semelhante, mudando a posição linear do advérbio *ontem* em (11a), obtêm-se frases diferentes, mas cujo conteúdo proposicional é o mesmo: cf. *ontem a Rita acariciou o Afonso*, *a Rita acariciou ontem o Afonso*, *a Rita acariciou o Afonso ontem*. Como o leitor pode verificar, não é possível conceber uma situação que satisfaça as condições de verdade de (11a) mas não as de (11b), as de (12a) mas não as de (12b), ou as de (11a) mas não as das frases em itálico apresentadas acima. Por outras palavras, se (11a) for usado para descrever uma determinada situação, (11b) também o pode ser; e o mesmo se pode dizer de (12a,b) ou de (11a) e das frases em itálico. Ainda por outras palavras, qualquer que seja a proposição particular veiculada por um enunciado frásico de (11a), se essa proposição é verdadeira,

[25] Nem sempre os pares de frases ativas e passivas têm as mesmas condições de verdade (cf. Nota 3 do Cap. 13 e Chomsky 1977:30), como acontece em frases "caracterizadoras" com sintagmas nominais genéricos (cf. Caps. 21 e 22): assim, a frase *os castores constroem diques* não tem as mesmas condições de verdade da frase *os diques são construídos por castores* (frases traduzidas e adaptadas de Chomsky). A primeira exprime uma propriedade dos castores em geral, enquanto a segunda descreve uma propriedade dos diques em geral. No mundo em que vivemos, a primeira frase pode ser usada para veicular uma proposição verdadeira, ao passo que a proposição veiculada pelo uso da segunda é falsa (não é verdade que os diques em geral sejam construídos por castores; são-no também, e sobretudo, pelos seres humanos).

a proposição veiculada por um enunciado frásico de (11b) também o é necessariamente, e o mesmo acontece relativamente a (12a) e (12b), e relativamente a (11a) e às frases em itálico.

> [4] Mencionou-se acima que a mesma proposição pode ser veiculada por enunciados frásicos distintos. Assim, p.e., relativamente à situação em que a Rita é vizinha do falante e o Afonso é o seu gato, são possíveis enunciados como *a Rita ontem acariciou o Afonso* e *a minha vizinha do 5.º esquerdo ontem acariciou o seu gato*. No entanto, embora nas circunstâncias descritas estes enunciados veiculem a mesma proposição, as frases que eles realizam (enquanto elementos do sistema gramatical) não têm o mesmo conteúdo proposicional. Assim, p.e., uma das condições que satisfazem o conteúdo proposicional da frase *a minha vizinha do 5.º esquerdo acariciou o Afonso* é que haja uma pessoa do sexo feminino que seja vizinha do falante e que habite no apartamento do 5.º esquerdo. Contudo, esta condição nada diz sobre o nome dessa pessoa, ou seja, essa pessoa pode chamar-se Rita, mas não tem necessariamente de se chamar Rita. De modo semelhante, uma das condições que satisfazem o conteúdo proposicional da frase *a Rita acariciou o Afonso* é que haja um indivíduo do sexo feminino (entre outras possibilidades, como se discutiu acima) chamado Rita, mas esse indivíduo não tem necessariamente de ser vizinho do falante. Este ponto mostra de novo que são os enunciados, não as frases, que veiculam proposições, e que frases com conteúdos proposicionais diferentes podem, eventualmente, veicular a mesma proposição.

Para finalizar, repare-se que as frases usadas como exemplos linguísticos numa gramática não representam proposições, visto que o gramático não as usa como enunciados para descrever ou mencionar uma situação particular do mundo, mas apenas para ilustrar um fenómeno gramatical. Os exemplos têm, no entanto, um conteúdo proposicional, ou seja, é possível identificar as condições que o mundo tem de satisfazer para que os enunciados frásicos hipotéticos que lhes correspondem veiculem proposições verdadeiras. Este ponto é importante, pois requer do leitor um esforço adicional: o de imaginar situações às quais os exemplos se apliquem, ou seja, que sejam adequadamente descritas por eles e relativamente às quais as proposições potenciais veiculadas por potenciais enunciados desses exemplos sejam verdadeiras.

11.1.5.3 Tipos diferentes de conteúdo frásico

Como vimos, os enunciados frásicos veiculam proposições, as quais remetem para uma determinada situação, para um "estado de coisas" do mundo. Num nível mais abstrato, as frases caracterizam-se por terem um conteúdo proposicional, definido como as condições que o mundo tem de satisfazer para que os enunciados que as realizam exprimam proposições verdadeiras, ou seja, descrevam objetivamente situações determinadas. A este tipo de conteúdo das frases e dos enunciados chama-se **conteúdo descritivo**.

As frases e os enunciados, no entanto, caracterizam-se também, normalmente, por ter outro tipo de conteúdos. Assim, fatores como a maneira mais ou menos expressiva com que o falante produz um enunciado (com voz mais ou menos alta, com um tom calmo ou zangado, etc.), ou as palavras que usa para caracterizar as entidades sobre as quais fala, podem veicular a sua atitude emocional sobre aquilo que diz. Sendo uma parte importante do significado global das frases ou dos

enunciados, estes elementos não pertencem necessariamente à proposição expressa pelo enunciado nem ao conteúdo proposicional da frase. Assim, p.e., tanto (12a) (dito num tom perfeitamente neutro) como o enunciado *o sacana do juiz interrogou as malditas testemunhas* (dito em tom exaltado por alguém com um interesse direto no caso em questão) veiculam a mesma proposição, embora exprimindo atitudes emocionais distintas do falante. Esta dimensão semântica dos enunciados e das frases chama-se **conteúdo expressivo**.

Noutra dimensão semântica, as frases ativas e passivas, embora veiculem normalmente o mesmo conteúdo descritivo (ou seja, tenham o mesmo conteúdo proposicional), não apresentam a informação da mesma maneira: assim, enquanto (11a) apresenta a informação perspetivando-a como uma caracterização da entidade representada pelo nome *Rita*, (11b) apresenta a informação perspetivando-a como uma caracterização da entidade representada pelo nome *Afonso*. No primeiro caso, dizemos que o **tópico** da frase é o nome *Rita*; no segundo, que é o nome *Afonso* (cf. 11.4.1.2). Esta dimensão semântica das frases é, por vezes, chamada **conteúdo temático** (ou **estrutura temática**), sendo tratada nos Caps. 12 e 34[26].

De modo semelhante, as frases cujas diferenças residem unicamente na diferente ênfase do falante sobre um ou outro participante da situação descrita, ou sobre a ação praticada por um dos intervenientes, também partilham o mesmo conteúdo descritivo: compare-se, p.e., (12a) com *foi o juiz que interrogou as testemunhas*, em que se coloca a ênfase sobre o juiz, com *foi as testemunhas que o juiz interrogou*, em que se realçam as testemunhas, ou com *o que o juiz fez foi interrogar as testemunhas*, em que se realça a ação praticada pelo juiz. Todas estas frases têm o mesmo conteúdo proposicional, e os seus possíveis enunciados veiculam a mesma proposição (relativamente a uma dada situação), apenas variando a unidade realçada, chamada **foco**. Esta dimensão semântica das frases é, por vezes, chamada **conteúdo informacional**, sendo tratada nos Caps. 34 e 50.

11.2 Classes de palavras e sua organização tipológica

As palavras dividem-se em classes (nomes, verbos, adjetivos, etc.), com propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas distintas. Estas classes, por sua vez, organizam-se numa tipologia complexa, de acordo com os seguintes parâmetros: (i) se constituem ou não conjuntos quantitativamente delimitados; (ii) se os seus membros apresentam variação morfológica de natureza flexional (cf. Cap. 54), em dimensões apropriadas para cada classe, ou se, pelo contrário, são morfologicamente invariáveis; (iii) se os seus membros têm um significado de natureza descritiva que os relaciona com a realidade extralinguística, em toda a sua riqueza ontológica, ou se, pelo contrário, apresentam significados altamente codificados e formando um sistema fechado.

11.2.1 Classes de palavras

Nesta Gramática, adotamos o termo **classe de palavras** como designação geral dos conjuntos distintos nos quais se agrupam as palavras do léxico, diferenciados pelas

[26] Chama-se a atenção do leitor para o facto de o termo "temático" ser também usado para caracterizar as funções semânticas dos argumentos de uma frase (cf. 11.5.2). Estes usos não têm qualquer relação entre si.

suas propriedades gramaticais e semânticas. Deve-se ter em atenção, no entanto, que este não é o único termo usado com esse sentido, quer nas gramáticas tradicionais, quer na linguística moderna. Assim, tradicionalmente, as classes de palavras são por vezes chamadas "partes do discurso"; e, contemporaneamente, são também chamadas "categorias (ou classes) gramaticais", "categorias (ou classes) sintáticas" e "categorias (ou classes) lexicais"[27].

Na gramática tradicional, o termo "categoria gramatical" tem um sentido diferente do de "classe de palavras". Como por vezes ainda se encontra esse sentido nalgumas obras mais recentes que se pretendem herdeiras dessa tradição (incluindo nesta Gramática), cabe aqui uma breve explicação.

Na tradição gramatical greco-latina, "classes de palavras" (ou "partes do discurso") e "categorias gramaticais" são noções complementares. As classes de palavras são os verbos, nomes, adjetivos, advérbios, etc. As categorias gramaticais, por sua vez, são as *propriedades*, sobretudo de natureza flexional, que servem de critério definitório das várias classes de palavras. Assim, por exemplo, em grego e em latim, a classe dos nomes (e também a dos adjetivos e a dos pronomes) distingue-se das outras classes pela categoria gramatical flexional do caso, enquanto a classe dos verbos se caracteriza por manifestar as categorias gramaticais flexionais do tempo, do modo e do aspeto, e da concordância em pessoa e número (com o sujeito da frase). Ou seja, na tradição greco-latina, as categorias gramaticais designam as propriedades flexionais (também chamadas "acidentais") que servem de critério para organizar as palavras em diferentes classes de palavras ou partes do discurso.

Feita esta distinção, passamos a apresentar uma lista das classes de palavras do português, refletindo a classificação que se adota nesta Gramática, que é, de maneira geral, a da tradição gramatical clássica, complementada por resultados da investigação mais recente no âmbito da linguística contemporânea. Para cada classe, indica-se a sua abreviatura e dão-se exemplos ilustrativos[28]:

- **Nome comum** ou **substantivo** (N): *alegria*, *humidade*, *menina*, *mesa*, *trigo*
- **Nome próprio** (N próprio, por vezes NP): *Lisboa*, *Maria*, *Pedro*, *Raposo*, *Tejo*
- **Adjetivo** (A): *alto*, *azul*, *bêbado*, *bom*, *inteligente*, *mero*, *simples*
- **Verbo** (V): *chegar*, *comer*, *discutir*, *saber*, *ser*, *ter*, *votar*
- **Preposição** (P): *a*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *em*, *para*, *perante*, *sob*
- **Advérbio** (Adv): *agora*, *antes*, *atentamente*, *delicadamente*, *já*, *sempre*
- **Determinante** (D ou Det): *o*, *um*, *algum*, *este*, *esse*, *aquele*
- **Quantificador** (Q ou Quant): *alguns*, *bastante*, *cada*, *muitos*, *poucos*, *todos*

[27] Alguns destes termos, como "categoria gramatical", "classe gramatical" e "classe lexical" são usados nesta Gramática com um significado diferente do de "classe de palavras". Sobre o primeiro termo, ver o texto a seguir e o Cap. 54; sobre os dois últimos, cf. 11.2.4 e o Cap. 10. Embora se tenha procurado uniformizar na Gramática o uso do termo "classe de palavras", não descartamos a possibilidade de alguns autores usarem um dos termos alternativos. Nesse caso, o contexto é suficiente para desfazer potenciais ambiguidades.

[28] Os nomes comuns e os nomes próprios são usualmente agrupados na classe dos nomes (sem qualificativo). Distinguimo-los aqui apenas com a finalidade prática de apresentar uma classificação mais completa. Sobre o uso alternativo dos termos "nome (comum)" e "substantivo", cf. Caixa [5].

- **Pronome** (Pron): *eu*, *tu*, *elas*, *meu*, *suas*, *lhe*, *a*, *qual*, *quem*
- **Numeral** (Num): *dois*, *três*, *dez*, *cento e um*, *primeiro*, *quinto*
- **Conjunção** (Conj): *e*, *enquanto*, *mas*, *quando*, *que*, *se*, *ainda que*, *logo que*[29]
- **Interjeição** (Interj): *ai*, *bolas*, *caramba*, *livra*, *merda*, *oh*, *porra*

> [5] Na tradição gramatical portuguesa (e ibérica, em geral), os termos "nome" e "substantivo" são usados alternativamente para designar a mesma classe de palavras. As gramáticas modernas usam preferencialmente o primeiro termo, e as gramáticas tradicionais o segundo. Historicamente, o termo "nome" é usado na tradição greco-latina, e só na Idade Média o termo "substantivo" passou a impor-se nas gramáticas da Europa ocidental. Os gramáticos da antiguidade clássica e dos começos do período medieval consideravam que os nomes e os adjetivos pertenciam à mesma classe, que designavam com o termo genérico de "nome". Mais tarde, ainda na Idade Média, tomou-se progressivamente consciência de que existiam diferenças entre nomes e adjetivos, e passaram a utilizar-se os termos "nome substantivo" e "nome adjetivo" para os distinguir. Quando os dois tipos de palavras passaram a ser reconhecidos como distintos, o termo "substantivo" foi então adotado por vários gramáticos para designar os nomes, especialmente na Península Ibérica, onde o termo continua a ser usado em muitas gramáticas portuguesas e espanholas. Nesta Gramática, a par de "nome", usa-se também (indistintamente) o termo "substantivo" (por vezes pelo mesmo autor). No entanto, contrariamente a algumas gramáticas tradicionais, apenas consideramos como "substantivos" os nomes comuns, não os nomes próprios (para uma discussão desta questão, cf. Cap. 20, Nota 3).

De modo geral, os membros de uma dada classe não têm um comportamento homogéneo nem têm em comum todas as propriedades que são típicas da classe. Em cada classe de palavras, há um núcleo central de elementos, que manifestam um número maior das características canónicas, ou prototípicas, da classe. Concomitantemente, cada classe contém uma periferia de elementos que partilham apenas de um subconjunto das suas propriedades relevantes, e que por vezes podem ter características secundárias típicas de outra classe.

Damos seguidamente uma caracterização sucinta (e simplificada) de cada uma das classes indicadas acima, ilustrando com exemplos contextualizados sempre que for apropriado. Estas definições serão posteriormente retomadas e discutidas em capítulos específicos, indicados entre parênteses. A breve caracterização dada a seguir restringe-se às propriedades canónicas das classes, aquelas que caracterizam os seus membros mais representativos.

- Nomes comuns: palavras cujos elementos mais típicos denotam classes de entidades, concretas ou abstratas; caracterizam-se por ter um género intrínseco (masculino ou feminino – cf. *livro* e *mesa*, respetivamente) e por variarem morfologicamente em número (cf. *casa*, *casas*). São frequentemente precedidas por um especificador,

[29] Para além de palavras simples, a classe das conjunções contém igualmente locuções chamadas **locuções conjuncionais**, formadas por sequências de duas ou mais palavras que funcionam como uma conjunção simples em estruturas de subordinação adverbial. Essas locuções contêm tipicamente como membro principal um advérbio, como em *ainda que*, ou uma preposição, como em *sem que* (cf. Caps. 33 e 38).

quer quantificador (*muitos livros*) quer determinante (*os livros*) (cf. Caps. 20 a 23, 25, 27 e 55).

❖ Nomes próprios: palavras que referem de maneira direta entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (pessoas e lugares, entre outras), não enquanto membros de uma classe (como os nomes comuns), mas através da sua individualização dentro da classe a que pertencem; em português são usualmente precedidas pelo determinante (artigo) definido: cf. *o António*, *a Teresa*, *o Rossio* (cf. Cap. 26).

❖ Adjetivos: palavras cujos elementos mais típicos denotam propriedades (materiais, abstratas, mentais, sociais, comportamentais, etc.) das coisas e dos seres; variam morfologicamente em género e número, concordando com o nome ao qual se aplicam; sintaticamente, podem combinar-se com o nome diretamente, dentro de um sintagma nominal (cf. *o chapéu branco*) ou numa predicação, p.e., através da mediação de um verbo copulativo (cf. *o chapéu é branco*) (cf. Caps. 27, 30, 31, 39 e 55).

❖ Verbos: palavras cujos elementos mais típicos denotam ações, atividades, processos ou estados (cf. Cap. 17). Morfologicamente, podem ocorrer numa forma finita ou não finita; quando ocorrem numa forma finita, apresentam marcas flexionais que codificam propriedades semânticas temporais (cf. *canto – cantei – cantarei*), modais (cf. *canto – cante*) e aspetuais (cf. *cantei – cantava*); em forma finita e no infinitivo flexionado, concordam em pessoa e número com o sujeito da frase (cf. *eu canto – tu cantas* e (*para*) *tu leres* – (*para*) *nós lermos*) (cf. Caps. 15 a 19, 28 a 30, 36, 37 e 56).

❖ Preposições: palavras que relacionam um sintagma nominal com outra palavra, a qual pode ser um verbo (cf. *saí **com** a Maria*), um nome (cf. *o livro **d**o Pedro*), um adjetivo (cf. *fiel **a**o seu marido*) ou um advérbio (*antes **d**o Porto*). Morfologicamente, são palavras invariáveis (cf. Cap. 32).

❖ Advérbios: palavras cujos elementos mais típicos se combinam com verbos (cf. *saiu apressadamente*) ou com adjetivos (cf. *muito bonita*), especificando o seu significado em várias dimensões semânticas. Quando se combinam com verbos, exprimem usualmente circunstâncias acidentais das situações descritas. Morfologicamente, são palavras invariáveis (cf. Caps. 33 e 38).

❖ Determinantes: palavras que se combinam com nomes, adquirindo o grupo resultante uma dimensão referencial, ou seja, passando a designar entidades particulares do mundo real ou imaginário sobre o qual incide o discurso (cf. *este livro*, *a garrafa de vinho*). Morfologicamente, variam em género e número, concordando com o nome com o qual se combinam. Os determinantes incluem os artigos definido e indefinido, a forma *algum* (e variantes) e as formas demonstrativas *este*, *esse*, *aquele* e suas variantes (cf. Caps. 20, 21 e 22).

❖ Quantificadores: palavras que se combinam com nomes, passando o grupo resultante a designar entidades do mundo em termos da sua quantidade. Morfologicamente, variam em género e número (cf. *muitos livros*, *pouca água*, *várias garrafas de vinho*), concordando com o nome com o qual se combinam. Têm, por vezes, uma natureza adjetival. Entre os quantificadores incluem-se as formas *muito*, *pouco*, *todo* e as suas variantes morfológicas.

É importante notar, por um lado, que esta classe tem uma natureza mais semântica do que sintática, e, por outro, que o seu domínio de aplicação é mais vasto do que o sintagma nominal. De facto, a quantificação afeta igualmente o sistema dos adjetivos, dos verbos e dos advérbios (sublinhados, a seguir), os quais podem ser especificados por elementos com valor quantificacional (em negrito, a seguir): cf., respetivamente, ***muito*** *alto*, *trabalhou* ***imenso***, ***bastante*** *bem* e a Caixa [3] do Cap. 20. Quando se combinam com um adjetivo, um verbo ou um advérbio, os quantificadores têm uma natureza sintática adverbial. Nesta Gramática, é dada particular importância aos quantificadores que se combinam com nomes, e que formam, juntamente com os determinantes, o sistema dos especificadores (cf. Caps. 20, 21, 22 e 24).

❖ Pronomes: palavras cujos elementos mais típicos denotam os participantes do discurso: o falante (pronomes de 1.ª pessoa), o ouvinte (pronomes de 2.ª pessoa) e aquele(s) ou aquilo de que se fala (pronomes de 3.ª pessoa); tipicamente, os pronomes de 3.ª pessoa podem recuperar semanticamente outro sintagma nominal da mesma frase ou de outra frase, como em *as visitas bateram à porta; abri-**lhes** a porta e deixei-**as** entrar*, em que os pronomes *lhes* e *as* recuperam o sentido e a referência do sintagma nominal *as visitas*. Variam morfologicamente em pessoa, género, número e caso (cf. Caps. 23, 41, 42, 43 e 52).

❖ Numerais: palavras que, tendo como base o conceito matemático de número, representam, de modo exato, uma quantidade (cf. *cinco livros, o dobro dos livros*) ou uma posição numa sequência (cf. *o segundo classificado*). À exceção dos numerais ordinais, formam uma subclasse dos quantificadores (cf. Cap. 24).

❖ Conjunções: palavras que ligam entre si grupos que pertencem à mesma classe (cf. *o aluno* ***e*** *a aluna*, *o Luís bateu à porta*, ***mas*** *não entrou*, *a Joana saiu* ***e*** *o Pedro entrou*) ou que estabelecem a articulação entre uma oração subordinada e uma oração subordinante (cf. *ele disse* ***que*** *o Pedro vinha almoçar*) (cf. Caps. 34 a 39). Na **subordinação completiva** (cf. Cap. 36), destacam-se as formas *que*, *se* e *como*, chamadas **complementadores** ou **conjunções-complementadores**. Na **subordinação adverbial**, são frequentes locuções conjuncionais (cf. Nota 29) em que um dos elementos é um advérbio ou uma preposição, seguido do complementador *que*, como em *ainda que* e *para que*, respetivamente (cf. Caps. 33 e 38).

❖ Interjeições: palavras com valor expressivo ou emotivo, e que podem funcionar como enunciados independentes (cf. *ai!*, *bolas!*, *caluda! oh!*) (cf. Cap. 48).

As classes de palavras podem ser classificadas segundo várias dimensões, constituindo uma tipologia complexa. Destacamos aqui três dimensões que desempenham um papel particularmente importante na gramática: a distinção entre classes abertas e classes fechadas, a distinção entre classes variáveis e classes invariáveis e a distinção entre classes lexicais e classes gramaticais.

11.2.2 Classes abertas e classes fechadas

A distinção entre classes de palavras abertas e classes de palavras fechadas tem a ver, por um lado, com a quantidade dos seus membros e, por outro, com a relativa

facilidade (ou dificuldade) com que se altera a sua composição. Esta distinção agrupa as classes de palavras da seguinte forma:

- classes abertas: nomes, adjetivos, verbos e numerais
- classes fechadas: preposições, determinantes, quantificadores, pronomes, conjunções

As classes abertas são constituídas por uma quantidade indefinidamente grande de palavras, e são também aquelas (à exceção da dos numerais) que renovam historicamente a sua composição mais facilmente e a um ritmo mais acelerado, através da entrada de novas palavras[30], da saída de outras (caídas em desuso) e da alteração do sentido de outras.

Em contrapartida, as classes fechadas são constituídas por uma quantidade finita, relativamente pequena, de palavras, não são particularmente recetivas à introdução de novas palavras nem sofrem perdas significativas; e, quando isso acontece, deve-se a um processo de evolução histórica lento[31].

O leitor terá reparado que as classes dos advérbios e das interjeições não estão incluídas na classificação acima. A não inclusão das interjeições deve-se à dificuldade em delimitar exatamente os membros desta classe, já que muitas palavras pertencentes a classes abertas podem ser usadas como interjeições (*bolas*, *credo*, *fogo*, *fora*, *merda*, *safa*, *viva*), o que empresta a esta classe uma natureza algo aberta, ainda que de forma limitada. Para além disso, ainda que haja convenções linguísticas para o uso de tais formas, o caráter informal e aleatório dos sons que exprimem a reação a uma sensação física ou a uma emoção (*ai*, *au*, *oh*) confere-lhes um estatuto difícil de delimitar em termos quantitativos e qualitativos.

A classe dos advérbios representa um caso mais interessante. Os advérbios formam dois grupos com propriedades diferentes: um deles é constituído por palavras simples (*agora*, *depressa*, *já*, *ontem*, *sempre*). Esta subclasse é fechada, ou seja, contém um número finito de palavras. O outro grupo, no entanto, constitui um conjunto relativamente aberto. Trata-se de formas derivadas de adjetivos, por exemplo, através do sufixo *-mente* (*apressadamente*, *claramente*, *violentamente*). Na medida em que os adjetivos formam uma classe aberta, este conjunto de advérbios é também potencialmente aberto. Contudo, existem restrições de natureza lexical à formação de novos advérbios a partir de adjetivos, o que dificulta uma delimitação precisa deste grupo (cf. Cap. 33).

Finalmente, note-se que a classe dos numerais, embora seja aberta, não o é por motivos intrinsecamente linguísticos, mas sim aritméticos, na medida em que constitui a representação linguística dos números, que formam conjuntos infinitos (cf. Cap. 24). Contrariamente às restantes classes abertas, a sua composição é relativamente estável.

---

[30] A entrada de novas palavras na língua, frequentemente através de empréstimos a partir de outras línguas (inclusivamente do latim – a língua de que provém o português – no caso dos cultismos) deve-se fundamentalmente à necessidade de novos termos para representar realidades e conceitos novos que surgem em períodos históricos diferenciados nos mais variados domínios (cultural, artístico, bélico, científico, moral, tecnológico, etc.).

[31] São disso exemplo a perda da preposição *per* em português, substituída por *por*, exceto em contextos de contração (cf. Cap. 32) e a perda dos advérbios *desi* 'depois', *i* 'aí' e da conjunção *pero* 'mas', entre outros, poucos, exemplos.

11.2.3 Classes variáveis e classes invariáveis

Esta distinção separa as classes cujos membros apresentam variação morfológica de natureza flexional, em dimensões gramaticais apropriadas a cada classe (as categorias gramaticais; cf. o início de 11.2.1), daquelas cujos membros são morfologicamente invariáveis. As classes invariáveis são fechadas. Inversamente, as classes abertas são todas variáveis, mas também há classes fechadas que são variáveis:

- classes variáveis: nomes, adjetivos, verbos, determinantes, quantificadores e pronomes
- classes invariáveis: preposições, advérbios, conjunções e interjeições

Os nomes e os adjetivos podem apresentar variação em género e em número (cf. os nomes *primo*(*s*) – *prima*(*s*), *caderno*(*s*) e o adjetivo *alto*(*s*) – *alta*(*s*))[32]; os verbos variam em tempo (*canto* – *cantei*), modo (*canto* – *cante*) e aspeto (*cantei* – *cantava*), por um lado, e em pessoa/número, por outro (cf. *canto* – *cantas* – *cantamos*); os determinantes e os quantificadores podem variar em género e número (cf. o determinante *o*(*s*) – *a*(*s*) e o quantificador *muito*(*s*) – *muita*(*s*)); e os pronomes, em pessoa (cf. *eu* – *tu*), género (cf. *ele* – *ela*), número (cf. *ele* – *eles*) e caso (cf. *ele* – *o* – *lhe*). As marcas morfológicas da variação das palavras segundo as várias categorias gramaticais chamam-se **morfemas flexionais**, formando o seu conjunto o domínio da **morfologia flexional** de uma língua[33].

Os numerais não foram incluídos em nenhuma das listas desta subsecção por serem ambivalentes relativamente à dimensão em causa; por um lado, a grande maioria dos numerais cardinais é invariável, à exceção dos que representam os números 1 e 2, que variam em género (cf. *um* – *uma* e *dois* – *duas*)[34]; por outro lado, os numerais ordinais variam em género e número (cf. *primeiro*(*s*) – *primeira*(*s*)).

11.2.4 Classes lexicais e classes gramaticais

Esta é, certamente, a distinção mais importante que divide as classes de palavras, na medida em que está associada a dois tipos de comportamento gramatical bem diferentes – nos planos morfológico, estrutural, funcional e semântico[35]. Embora uma classificação estanque e exaustiva das classes segundo esta dimensão seja problemática (ver a discussão adiante e o Cap. 10), numa primeira aproximação (e para efeitos deste capítulo) podemos apresentar a seguinte divisão[36]:

---

[32] Embora o género seja uma categoria gramatical intrínseca dos nomes, alguns deles – aqueles em que o género codifica o sexo biológico – podem apresentar variantes nesta dimensão.

[33] Sobre a morfologia flexional das classes de palavras variáveis, cf. os Caps. 54 a 56; sobre a variação em caso nos pronomes, cf. o Cap. 23.

[34] As formas plurais *uns* e *umas* não representam o numeral, mas sim o determinante indefinido (cf. Cap. 22.2.4).

[35] Uma distinção deste tipo é feita em praticamente todas as escolas e correntes gramaticais, quer tradicionais quer contemporâneas.

[36] É necessário fazer alguns comentários sobre a terminologia usada para classificar as classes segundo este parâmetro, em particular relativamente ao uso do adjetivo "lexical" em oposição a "gramatical" (quer no termo "classe lexical" – no singular ou no plural – quer no termo "item lexical" – também no singular ou no plural). O léxico, enquanto repositório da totalidade das palavras de uma língua, contém tanto itens "lexicais" (i.e., pertencentes às classes lexicais, tal como se definem nesta subsecção) como itens "gramaticais" (i.e., pertencentes às classes gramaticais, tal como se definem nesta subsecção). Ou seja, o termo "item lexical" pode remeter simplesmente para qualquer palavra da língua (cf. 11.2.5),

- classes lexicais: nomes, adjetivos e verbos
- classes gramaticais: preposições, advérbios, determinantes, quantificadores, pronomes, numerais, conjunções e interjeições

A distinção básica (e plausivelmente a mais fundamental) entre as duas classes estabelece-se no plano semântico. As classes lexicais são aquelas cujos membros possuem um significado descritivo, independente de qualquer morfema flexional a que possam estar ligados, significado esse que denota entidades ou situações exteriores à linguagem (coisas, pessoas, animais, qualidades, lugares, ideias, ações, etc.). Os nomes, os adjetivos e os verbos constituem as classes lexicais. De facto, a generalidade destes itens pode ser definida em função de um significado descritivo extralinguístico, que remete para o mundo *fora da linguagem*, para as entidades, estados, ações e processos que nele existem, e para as propriedades destes.

Em contrapartida, os membros das classes gramaticais têm essencialmente uma função estruturadora, quer ao nível da frase quer ao nível do discurso. Quando apresentam valores semânticos, estes são altamente codificados, formando um conjunto paradigmático e fechado em campos semânticos especializados (p.e., as preposições da área espacial e temporal). Esses campos semânticos, quando comparados com os campos semânticos que caracterizam as classes lexicais, não se deixam definir de modo tão claro em termos descritivos extralinguísticos. Não é, pois, por acaso que, à exceção da dos numerais, as classes lexicais coincidem com as classes abertas e as classes gramaticais coincidem com as classes fechadas[37].

É importante notar que a partição particular acima proposta das várias classes em lexicais ou gramaticais apresenta simplificações consideráveis, e destina-se sobretudo a introduzir de uma forma acessível os conceitos por detrás da distinção. Em particular, essa partição não pode ser feita de maneira rígida e estanque, contrariamente ao que a classificação acima indicada dá a entender. Nalgumas classes, nem todos os membros têm o mesmo estatuto de lexicalidade ou de gramaticalidade. Assim, os verbos auxiliares e semiauxiliares constituem itens de natureza gramatical (em grau diferente) na classe aberta e lexical dos verbos, e nem todas as preposições ou advérbios têm o mesmo grau de gramaticalidade. A dimensão lexical-gramatical constitui, de facto, uma escala mais contínua do que discreta, existindo situações em que alguns elementos de uma classe canonicamente lexical ou gramatical apresentam propriedades diferentes das da maioria dos membros da classe[38].

Uma observação final sobre os sufixos flexionais que marcam as categorias gramaticais das classes de palavras (no sentido do termo "categoria gramatical" que explicámos acima, no início de 11.2.1). Estes sufixos formam classes fechadas,

independentemente de esta ser "lexical" ou "gramatical", no sentido em discussão aqui. O leitor deverá, pois, estar atento ao contexto mais geral em que o termo é usado. Por este motivo, alguns linguistas preferem usar, para a distinção que se discute aqui, os termos "pleno" (em vez de "lexical") e "funcional" (em vez de "gramatical").

[37] Como se observou acima, o estatuto dos numerais como classe aberta é de certo modo especial, na medida em que é um reflexo da infinitude dos números.

[38] Sobre a distinção entre classes lexicais e classes gramaticais, e as dificuldades de uma partição estanque, cf. Cap. 10.

com um número muito reduzido de elementos, como, p.e., a classe formada pelo morfema "zero" (Ø) (ausência de morfema) e o morfema *-s*, para marcar a distinção entre singular e plural nas classes dos nomes e dos adjetivos. Para além disso, estes sufixos marcam valores semânticos num sistema de oposições altamente codificado (as flexões verbais que marcam o tempo, a modalidade e o aspeto são outro exemplo). Na escala contínua lexical-gramatical, estes sufixos formam, pois, o conjunto situado no extremo mais gramatical dos elementos da língua.

11.2.5 Palavras e itens lexicais

A existência de palavras variáveis resulta muitas vezes num uso ambíguo do termo "palavra", que é conveniente esclarecer. Para ilustrar o problema, consideremos o conjunto das formas que constituem a conjugação de um verbo (p.e., {*canto*, *cantas*, ..., *cantávamos*, ..., *cantásseis*, *cantarem*...}[39]), o conjunto das formas de singular e plural de um nome (p.e., {*livro*, *livros*}) e o conjunto das formas de singular e plural e de masculino e feminino de um adjetivo (p.e., {*alto*, *alta*, *altos*, *altas*}). Certamente, dizemos que cada uma das formas destes conjuntos é uma palavra, como *cantásseis*, *livros* ou *altas*. No entanto, se procurarmos essas formas particulares num dicionário do português, não as encontraremos (ainda que um dicionário contenha, previsivelmente, uma listagem completa das palavras da língua). O que encontramos é uma entrada para *cantar*, uma para *livro* e uma para *alto*.

A lógica desta prática dos dicionários é o facto de se tomarem estas formas como *representativas* da totalidade das formas dos conjuntos respetivos, independentemente da sua variação flexional. A ambiguidade do termo "palavra" está precisamente associada a esta dualidade. Por um lado, usamos esse termo para designar cada uma das formas *particulares* dos conjuntos de formas variáveis, como quando dizemos que *cantásseis*, *livros* e *altas* são palavras; neste uso, referimo-nos a formas concretas da língua, realmente usadas em atos de fala. Por outro lado, usamos o termo para designar a totalidade das formas do conjunto através de uma forma representativa, abstraindo da sua variação formal, como quando dizemos que a palavra *cantar* é um verbo, a palavra *livro* é um nome e a palavra *alto* é um adjetivo. Ou seja, reconhecemos implicitamente que as várias formas particulares de cada um dos conjuntos pertencem, de certa maneira, ao mesmo elemento linguístico. Neste uso, portanto, referimo-nos a uma entidade abstrata que representa o conjunto através de uma forma convencional.

Para evitar esta ambiguidade, é frequente, no âmbito da linguística contemporânea, chamar **palavra** a cada uma das formas particulares de um conjunto de formas variáveis e **item lexical** à entidade abstrata que representa o conjunto de formas, independentemente da variação flexional[40]. Assim, dir-se-á que *cantásseis*, *cantava*, *livros* (e também *cantar* e *livro*, enquanto formas particulares) são palavras, mas que

[39] As chavetas "{}" constituem o símbolo da Lógica para designar conjuntos. Inserimos as formas dentro de chavetas para realçar que se trata de conjuntos cujos elementos estão relacionados entre si.

[40] No uso aqui em discussão, o termo "item lexical" tem, pois, um sentido mais amplo do que aquele que tem no uso discutido em 11.2.4, em que se opõe a "item gramatical". Sempre que encontre o termo "item lexical", o leitor deverá estar atento ao contexto da discussão para determinar o sentido pretendido (cf. Nota 36).

"*cantar*" e "*livro*" (enquanto formas representativas de conjuntos) são itens lexicais. As unidades que ocorrem num dicionário são os itens lexicais (as formas convencionais que os representam), e não as palavras concretas[41].

Tanto para as palavras como para os itens lexicais, usamos nesta Gramática a convenção de os escrever em itálico, já que o contexto da discussão é normalmente suficiente para determinar o sentido pretendido. Assim, quando escrevemos *ler*, *livro* ou *bom* em itálico (ou outros verbos no infinitivo, outros nomes no singular e outros adjetivos no masculino singular), podemos estar a usar a forma convencional que representa a totalidade do conjunto ou podemos estar a usar a forma particular desse conjunto que tem realmente essas características gramaticais, como no exemplo *esse livro é bom para eu ler*. Quando houver risco de confusão e for necessário distinguir entre palavra e item lexical, isso será claramente explicado no próprio texto.

Nas gramáticas da tradição greco-latina, os conjuntos de palavras variáveis, correspondendo a um dado item lexical, são chamados "paradigmas"[42]. Mais especificamente, um paradigma verbal constitui uma **conjugação** e um paradigma nominal constitui uma **declinação** (um termo pouco usado na nossa terminologia gramatical, visto que está estreitamente associado ao facto de os nomes em latim variarem em caso, o que não acontece em português). Na medida em que as variações morfológicas entre as palavras de um paradigma são altamente regulares e se repetem de paradigma para paradigma, podem ser descritas pela gramática, e não precisam, obviamente, de aparecer nas entradas de dicionário para cada verbo, nome, adjetivo ou pronome. Assim, um falante, para dominar o uso do item lexical *cantar*, tem de saber que se trata de um verbo transitivo com um determinado significado, uma informação que vai encontrar no dicionário; mas também terá de conhecer as diferentes formas da sua conjugação, uma informação que vai encontrar numa gramática da língua, na medida em que essas formas são comuns a muitos outros verbos, como *amar*, *arranjar*, *educar*, etc. Uma das tarefas da gramática consiste, portanto, em formular as regularidades morfofonológicas que caracterizam as conjugações, os paradigmas nominais, e assim por diante. Constituem casos bem conhecidos a declinação dos nomes em latim e a conjugação dos verbos em latim ou em português, com o estabelecimento de várias subclasses morfossintáticas (as classes de declinação em latim e as classes de conjugação em latim ou português)[43].

> [6] A escolha de uma forma particular para representar um item lexical variável, embora obedeça a convenções distintas nas tradições gramaticais das várias línguas, recai geralmente sobre a palavra menos marcada do paradigma, de acordo com um dos seguintes critérios: (i) aquela que tem um sentido mais geral e (ii) aquela que é morfologicamente mais simples, i.e., que tem um número menor de marcas flexionais.

[41] No caso das palavras invariáveis, não há nenhuma distinção interessante a fazer entre item lexical e palavra. Assim, por exemplo, o item lexical *sem* (preposição) corresponde a uma só palavra.

[42] Não confundir este sentido do termo "paradigma" com o sentido diferente em que denota um conjunto de exemplos usado na exposição e na argumentação gramatical, sentido esse popularizado pela linguística moderna e que também adotamos nesta Gramática.

[43] Em português, a declinação nominal reduz-se à variação singular/plural e também, para alguns nomes, à variação masculino/feminino (cf. Cap. 54).

Para os nomes e os adjetivos, essa forma é o singular (pelo critério (ii)); masculino (pelo critério (i))[44]. Na tradição gramatical das línguas românicas, a forma representativa das conjugações verbais é o infinitivo.

11.3 Organização estrutural da frase

Uma frase é constituída por uma sequência de palavras organizada numa estrutura hierárquica: as palavras formam grupos, esses grupos formam grupos de nível superior, e assim sucessivamente, até se chegar ao grupo mais amplo constituído pela própria frase. Na linguística contemporânea, esta organização hierárquica da frase em grupos articulados entre si chama-se **estrutura de constituintes**.

Cada um dos grupos que formam esta estrutura organiza-se em torno de um item pertencente a uma das classes de palavras, que constitui o seu elemento central e que pode ser um nome, um verbo, uma preposição, um adjetivo ou um advérbio. Esse item constitui o **núcleo** do grupo. Isto significa que os grupos também são classificados como nominais, verbais, preposicionais, adjetivais ou adverbiais, de acordo com a classe do seu núcleo.

11.3.1 Estrutura de constituintes

Uma frase não é apenas uma soma linear de palavras. É também, e sobretudo, uma estrutura hierárquica em que as palavras se combinam entre si para formar grupos e estes, por sua vez, se combinam entre si em grupos mais amplos, de forma recursiva, até se chegar ao grupo máximo constituído pela frase. As palavras e os grupos que estas formam são os **constituintes** da frase, e à organização estrutural de uma frase em constituintes chama-se **estrutura de constituintes**[45]. Na linguística contemporânea, a análise de uma frase nos seus constituintes chama-se **análise em constituintes imediatos** (o termo "constituinte imediato" será definido no decorrer da discussão).

Diversamente, podemos conceber o elemento inicial da organização estrutural como sendo a própria frase, que se divide sucessivamente em grupos de natureza menos abrangente, até chegar ao nível das palavras. A direção seguida (das palavras para a frase ou da frase para as palavras) não é importante. O que importa é o resultado final, que é idêntico nos dois casos. Metodologicamente, parece-nos mais claro ilustrar a estrutura de constituintes partindo das palavras, construindo os grupos sucessivos que estas formam, até chegar à frase. Como exemplo inicial, consideremos a seguinte frase:

(13) O ministro pôs o relatório secreto sobre a secretária.

Nesta frase, os falantes sentem de forma intuitiva que existe uma conexão sintática e semântica entre o nome *ministro* e o artigo *o*, e entre o nome *secretária* e o artigo *a*. Podemos representar essas combinações através de esquemas como os seguin-

---

[44] Independentemente das razões, que podem ser discutíveis, os nomes e os adjetivos no masculino têm a capacidade de representar uma classe na sua totalidade; assim, por exemplo, em *o lobo é um animal temido pelos aldeãos* (vs. #*a loba é um animal temido pelos aldeãos*), refere-se a espécie na sua totalidade, independentemente do sexo dos seus membros.

[45] Podemos considerar que a própria frase é um constituinte, assumindo que a relação "constituinte de" é reflexa.

tes, em que a bola negra representa o constituinte que resulta da combinação das duas palavras e as linhas saindo da bola e terminando nas palavras representam a composição do constituinte (*o* + *ministro*, num caso, e *a* + *secretária*, no outro):



Figura A-1

De modo semelhante, os falantes sentem também que existe uma conexão sintática e semântica que liga as três palavras *o relatório secreto*, ou seja, que estas formam igualmente um constituinte, na realidade do mesmo tipo que os constituintes *o ministro* e *a secretária*, mas com a complexidade adicional de conter um adjetivo que modifica o nome. Por motivos que se tornarão claros nos Caps. 20 a 22 e 31, começamos por combinar o nome *relatório* com o adjetivo qualificativo *secreto* que o modifica. Essa combinação forma o constituinte *relatório secreto*, que designa um tipo particular de relatório, com as características denotadas pelo adjetivo:



Figura A-2

Seguidamente, combinamos o constituinte assim obtido com o artigo definido, formando um constituinte mais abrangente do mesmo tipo dos já representados na Figura A-1, com a diferença de que um dos ramos que sai da bola negra mais alta se liga agora a um grupo e não a uma palavra:

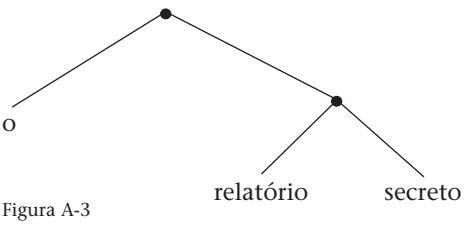


Figura A-3

Os falantes sentem também que o constituinte *a secretária* (representado pela bola preta à direita na Figura A-1) tem uma relação particular, sintática e semântica, com a preposição que o precede (*sobre*), formando um novo constituinte mais abrangente:

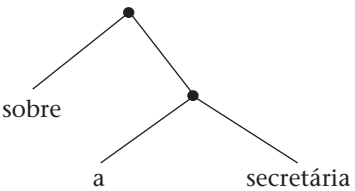


Figura A-4

Neste ponto, inclui-se o verbo na estrutura. O verbo associa-se naturalmente com os grupos *o relatório secreto* e *sobre a secretária*; de facto, ambos correspondem a expressões que completam o seu sentido. Esse novo constituinte mais abrangente representa-se na Figura A-5:

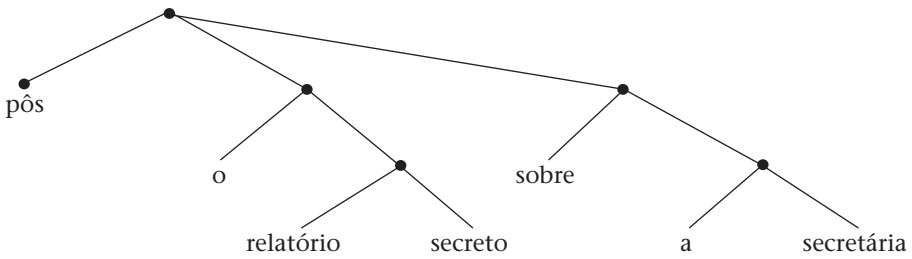


Figura A-5

Finalmente, o constituinte *o ministro* (o sujeito da frase) combina-se com o constituinte superior da Figura A-5, *pôs o relatório secreto sobre a secretária* (o predicado da frase)[46], chegando-se assim à etapa final da estrutura hierárquica, a frase na sua globalidade, *o ministro pôs o relatório secreto sobre a secretária*, representada pela bola preta mais alta da Figura A-6.

A organização da frase ilustrada na Figura A-6, construída recursivamente através das combinações sucessivas ilustradas nas figuras anteriores, é a sua estrutura de constituintes. Nesta organização, a frase constitui o topo da estrutura (tecnicamente, a sua **raiz**) e as palavras correspondem aos seus **elementos terminais**.

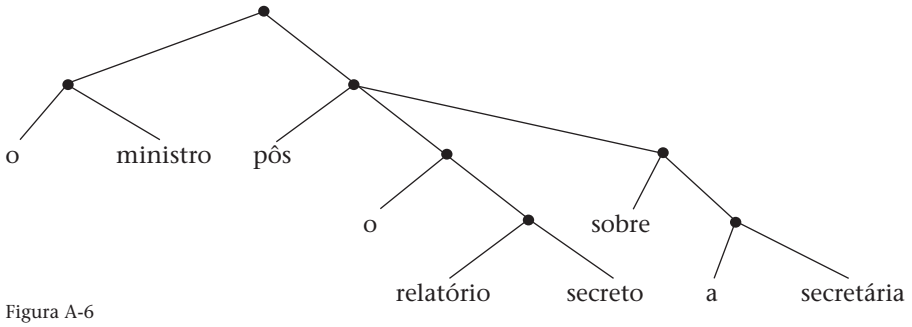


Figura A-6

Na teoria linguística contemporânea, as estruturas do tipo de A-6 chamam-se **árvores linguísticas**; as bolas associadas aos constituintes chamam-se **nós**[47], e as linhas que saem dos nós e que assinalam a composição dos constituintes chamam-se **ramos**[48].

Para conveniência da exposição que se segue, associamos uma letra minúscula a cada constituinte (nó) não terminal da estrutura em A-6 (cf. Figura B) e passamos a referir-nos à Figura B ao discutir a estrutura de constituintes de (13).

---

[46] Sobre as noções de sujeito e predicado, cf. 11.4.1.

[47] As palavras poderiam ter sido associadas também a bolas negras, mas não o fizemos para não sobrecarregar demasiado as figuras.

[48] As árvores linguísticas são adaptações de estruturas usadas na área da matemática chamada teoria dos grafos.

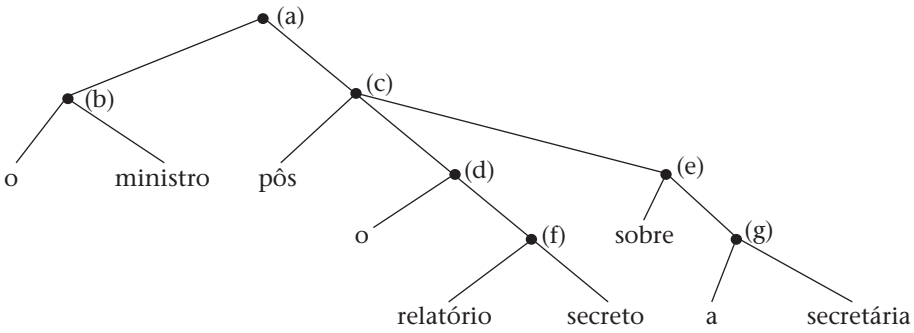


Figura B

Para determinar a composição exaustiva de qualquer grupo (nó) em termos dos grupos ou das palavras que o formam, verificamos quais são os nós ou palavras que estão abaixo dele e que se conectam com ele através de ramos. Assim, p.e., a composição de (c) pode ser dada de várias formas, das quais mencionamos algumas: (i) *pôs* + (d) + (e) (os três constituintes imediatamente abaixo de (c) e que se ligam a (c) através de um ramo); (ii) *pôs* + (d) + *sobre* + (g) (aqui damos a composição de (c) especificando (e)); (iii) *pôs* + *o* + (f) + *sobre* + *a* + *secretária* (aqui damos a composição de (c) especificando (d), (e) e (g)); (iv) *pôs* + *o* + *relatório* + + *secreto* + *sobre* + *a* + *secretária* (aqui damos a composição de (c) através de uma especificação completa de (d), de (e) e de todos os nós que compõem estes dois – ou seja, em termos da sequência de elementos terminais, as palavras). As palavras ou grupos que fazem parte da composição de um dado grupo (nó) *x*, determinados deste modo, são os **constituintes de *x***. Os constituintes de (c), p.e., são os grupos e palavras abaixo de (c) que se podem conectar com (c) através de um ramo ou de uma sequência de ramos ascendente (ou seja, *pôs*, (d), (e), *o*, (f), *sobre*, (g), *relatório*, *secreto*, *a* e *secretária*).

Os elementos que são constituintes de um grupo *x* e que estão "imediatamente" abaixo dele (i.e., que se ligam a ele através de um só ramo) são os **constituintes imediatos de *x***. Assim, p.e., (c) tem como constituintes imediatos *pôs*, (d) e (e); os constituintes imediatos de (a) são (b) e (c); os constituintes imediatos de (e) são *sobre* e (g); e assim por diante. É importante ter em atenção que se um nó é constituinte de outro nó, pode não ser constituinte imediato dele. Assim, p.e., as palavras *relatório* e *secreto* são constituintes de (d), mas não são seus constituintes imediatos; os nós (f) e (g) são constituintes de (c), mas não são seus constituintes imediatos. Em contrapartida, se um nó é constituinte imediato de outro nó, então é um constituinte desse nó, como o leitor pode verificar facilmente. Repare-se que os constituintes imediatos da frase são (b) e (c), i.e., funcionalmente, o sujeito e o predicado.

11.3.2 Sintagmas e núcleos

Quando se forma um constituinte através da combinação de duas (ou mais) palavras pertencentes a classes diferentes, o constituinte herda geralmente as propriedades gramaticais e semânticas de uma dessas palavras. Nesse sentido, podemos dizer que o constituinte é uma **expansão** ou uma **projeção** dessa palavra, a qual determina o funcionamento sintático e semântico do constituinte. A essa palavra, chamamos

o **núcleo** do constituinte. Assim, p.e., o constituinte (f) (*relatório secreto*) na Figura B funciona basicamente como um nome (p.e., combina-se com um artigo, tal como um nome "isolado" (i.e., não combinado com outro elemento): cf. *o relatório secreto*, a par de *o ministro*). Ou seja, (f) herda as propriedades do nome *relatório*, que constitui o seu núcleo. Os constituintes (b) e (g), formados pela combinação de um nome com um artigo (*o ministro* e *a secretária*, respetivamente) e o constituinte (d), formado pela combinação de (f) com um artigo, têm também basicamente as propriedades de um nome (p.e., podem ocorrer nos mesmos contextos e com as mesmas funções de um nome próprio isolado: cf. *o imperador (arrogante) perdeu a batalha*, a par de *Napoleão perdeu a batalha*). Ou seja, (b) herda as propriedades do nome *ministro*, (g) do nome *secretária* e (d) herda as propriedades de (f), ou seja, indiretamente, as do nome *relatório*. Estes nomes funcionam, pois, como núcleo desses constituintes. O constituinte (e), por sua vez, herda as propriedades da preposição *sobre*, assumindo um valor semântico locativo que é determinado por essa palavra. Finalmente, as propriedades do constituinte (c), formado pela combinação do verbo (*pôs*) e dos constituintes (d) (*o relatório secreto*) e (e) (*sobre a secretária*), são as de um verbo: semanticamente, o constituinte representa uma ação do tipo daquela que é denotada pelo verbo e pode ser substituído por um verbo isolado, i.e., não combinado com qualquer outro elemento: cf. *o ministro desmaiou*.

Os constituintes que adquirem as propriedades de um núcleo chamam-se **endocêntricos**. Na estrutura de constituintes das frases simples, o único constituinte que não é endocêntrico é a própria frase, resultante da combinação de um constituinte cujo núcleo é um nome – o sujeito (*o ministro*, em (13)) – com um constituinte cujo núcleo é um verbo – o predicado (*pôs o relatório secreto sobre a secretária*, em (13))[49]. Do ponto de vista funcional e semântico, esta estrutura define uma predicação (cf. 11.4.1.1). Ora, numa predicação, não só cada um dos grupos é igualmente central, como o resultado da sua combinação é um elemento de natureza gramatical e semântica diferente de cada um deles. Os constituintes que, como a frase, não têm núcleo chamam-se **exocêntricos**.

Aos constituintes endocêntricos mais abrangentes chamamos **sintagmas**. Um sintagma cujo núcleo é um nome é um **sintagma nominal** (abreviatura **SN**); em (13)/B, são sintagmas nominais (SN) os constituintes (b) (*o ministro*), (d) (*o relatório secreto*) e (g) (*a secretária*). Um sintagma cujo núcleo é uma preposição é um **sintagma preposicional** (abreviatura **SP**); em (13)/B, (e) (*sobre a secretária*) é um sintagma preposicional (SP). Um constituinte cujo núcleo é um verbo é um **sintagma verbal** (abreviatura **SV**); em (13)/B, (c) (*pôs o relatório secreto sobre a secretária*) é um sintagma verbal (SV). Existem, assim, paralelamente às classes de palavras, **classes sintagmáticas**. Finalmente, ao grupo (f), formado pelo nome *relatório* (que constitui o seu núcleo) e pelo adjetivo *secreto*, mas excluindo o artigo definido, chamamos **grupo nominal**. De um modo mais geral, o grupo nominal é um constituinte que inclui um nome e os seus complementos e/ou modificadores, mas que

[49] Em certas teorias linguísticas recentes, como a Teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Generativa, nas quais se propõe uma estrutura de constituintes mais complexa e articulada do que a que é descrita aqui, a frase é também considerada um constituinte endocêntrico, que adquire as propriedades gramaticais do morfema flexional verbal de concordância em pessoa e número.

exclui determinantes e quantificadores[50]. Este grupo é justificado e discutido nos Caps. 20, 21, 27, 31 e 39.

De entre as classes de palavras apresentadas em 11.2.1, podem funcionar como núcleos de sintagmas as seguintes: nome, adjetivo, verbo, preposição, advérbio e pronome[51]. A frase (13) (e a estrutura B) ilustrou o uso das classes nome, preposição e verbo como núcleos de sintagmas. Em (14), ilustra-se o uso de um adjetivo (sublinhado) como núcleo de um sintagma adjetival (abreviatura **SA**), formado pelo adjetivo *orgulhosa* mais o sintagma preposicional *dos seus filhos*. Em (14a), o sintagma adjetival tem função predicativa (i.e., faz parte do predicado da frase), e, em (14b), tem função atributiva (i.e., modifica um nome)[52]:

(14) a. A Maria está *orgulhosa dos seus filhos*.
b. As mães *orgulhosas dos seus filhos* são felizes.

Em (15), ilustra-se o uso de advérbios como núcleos de sintagmas adverbiais (abreviatura **SAdv**); em (15a), o SAdv é formado pelo advérbio *independentemente* mais o sintagma preposicional *da opinião do Presidente*, e, em (15b), pelo advérbio *bem* combinado com o advérbio quantificacional *muito* (sublinha-se o advérbio nuclear):

(15) a. O Pedro divorciou-se *independentemente do conselho dos pais*.
b. O Cristiano Ronaldo hoje jogou *muito bem*.

Na representação da estrutura de constituintes, para representar os nós, é comum usar, em vez de bolas (ou outra notação arbitrária), as abreviaturas dos constituintes, o que permite a sua identificação imediata. Substituímos, pois, a Figura A-6 por A-7, em que também se associa a cada palavra a abreviatura correspondente à classe a que pertence ("F" é a abreviatura de "frase")[53]:

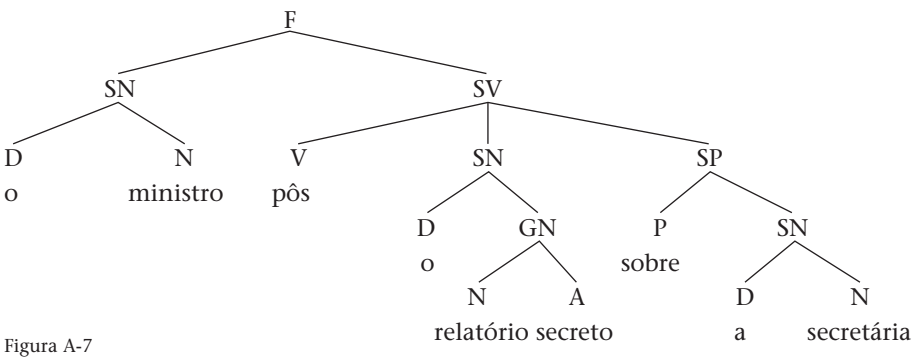


Figura A-7

[50] Os complementos e os modificadores podem ser adjetivos ou sintagmas preposicionais, entre outras possibilidades (cf. Cap. 27).

[51] Os pronomes pessoais têm uma natureza nominal (pelo menos parcialmente) e formam exaustivamente sintagmas nominais; assim p.e., na frase *elas chegaram tarde*, a palavra *elas* é classificada simultaneamente como pronome e como sintagma nominal (cf. Cap. 23).

[52] Sobre estas funções dos sintagmas adjetivais, cf. Cap. 31.

[53] Por convenção, como as palavras são os elementos terminais da estrutura, não se ligam através de ramos aos símbolos que representam a sua classe. Esta convenção nem sempre é seguida nos textos de linguística. Tecnicamente, um nome não complementado e/ou não modificado (cf. Nota 50) constitui igualmente, por si só, um grupo nominal (ver a discussão que antecede a Figura C). Omitimos esta informação em A-7 e representações seguintes para não sobrecarregar graficamente as figuras.

Quando um nome ou um verbo não se combinam com outros elementos para formar um grupo mais amplo do mesmo tipo, são mesmo assim classificados simultaneamente como nome, grupo nominal e sintagma nominal, e como verbo e sintagma verbal, respetivamente. Assim, p.e., a estrutura da frase *Napoleão espirrou* é a apresentada na Figura C:

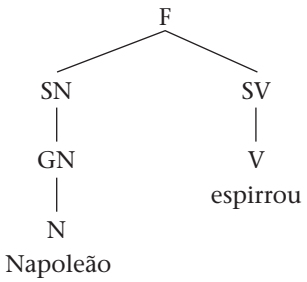


Figura C

Numa frase, um constituinte de um determinado tipo pode fazer parte de outro constituinte do mesmo tipo. Considere-se o exemplo *o professor das crianças tem um carro novo*. Aqui, *o professor das crianças* é um sintagma nominal que contém dois nomes, *professor* e *crianças*. O núcleo desse sintagma é claramente o nome *professor*, não o nome *crianças*. No entanto, *crianças* constitui o núcleo doutro sintagma nominal, *as crianças*, incluído num sintagma preposicional (cujo núcleo é a preposição *de*)[54], o qual, por sua vez, funciona como modificador do nome *professor*, de forma semelhante a um adjetivo qualificativo (cf. *o professor distraído tem um carro novo*). Logo, o sintagma nominal *as crianças* está contido no sintagma nominal *o professor das crianças*. Damos a seguir a estrutura de constituintes do exemplo, onde se pode ver de forma clara a relação entre os dois SN (associamos letras a cada um dos constituintes para os poder identificar na discussão a seguir):

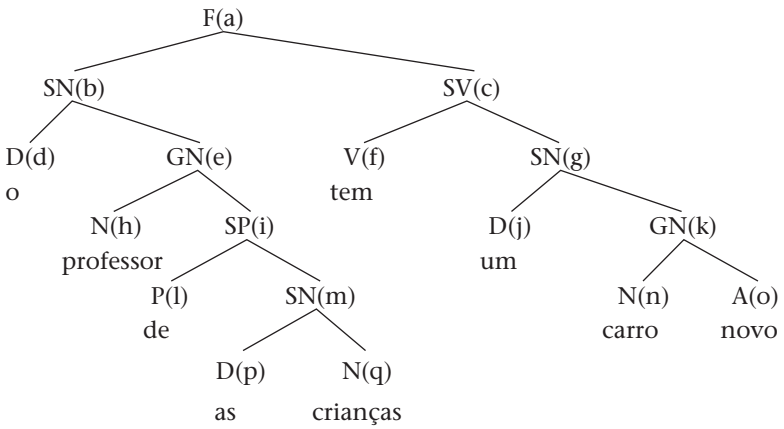


Figura D

[54] Morfologicamente, a preposição *de* contrai-se com o artigo definido seguinte, *as*, produzindo a forma *das* (cf. Caps. 22 e 32).

Fica claro pela observação da Figura D que o SN(m) é um constituinte (não imediato) do SN(b), i.e., que está contido dentro dele.

11.3.3 Parentetizações etiquetadas

Para além das árvores, existe outra maneira de representar a estrutura de constituintes das frases, chamada **parentetização etiquetada**. Neste sistema, os constituintes colocam-se entre parênteses retos, indicando-se na parte interna do parêntese da esquerda a classe a que pertencem, na forma de uma etiqueta (daí o adjetivo "etiquetada"). Relativamente às árvores, este sistema é mais económico, em termos de espaço impresso. No entanto, se quisermos indicar exaustivamente a estrutura de constituintes de uma frase, as parentetizações rapidamente se complicam e tornam-se difíceis de decifrar. Por esse motivo, são preferencialmente usadas quando se pretende ilustrar aspetos seletivos da estrutura da frase (o que constitui a situação mais frequente nas descrições gramaticais). A seguinte parentetização ilustra a estrutura de constituintes da frase (13); para simplificar, omitimos o parêntese que corresponde à própria frase e os parênteses que correspondem às palavras. O leitor deverá comparar (16) com a árvore da Figura A-7 (nesta Gramática, as parentetizações são numeradas, tal como os exemplos linguísticos):

(16) $[_{SN}$ O ministro] $[_{SV}$ pôs $[_{SN}$ o $[_{GN}$ relatório secreto]] $[_{SP}$ sobre $[_{SN}$ a secretária]]].

Para construir e ler adequadamente uma parentetização etiquetada, o leitor terá de assegurar-se de que a cada parêntese aberto à esquerda para marcar um constituinte corresponde um parêntese que fecha esse constituinte, na sua parte final. O parêntese de fecho muitas vezes não fica imediatamente a seguir ao de abertura, visto que, frequentemente, dentro de um constituinte existem outros, que se podem querer assinalar usando também parênteses. Assim, p.e., o constituinte que fecha o SV em (16) é o último da representação, e entre ele e o parêntese de abertura (marcado com a etiqueta "SV") encontram-se os parênteses do SN *o relatório secreto*, do GN *relatório secreto*, do SP *sobre a secretária* e do SN *a secretária*. Todos estes parênteses estão incluídos dentro dos parênteses que representam o SV.

Como se mencionou acima, podem escolher-se apenas aqueles aspetos que interessa representar. Assim, p.e., numa discussão sobre sintagmas preposicionais, seria plausivelmente suficiente dar a estrutura de (16) na forma de (17):

(17) O ministro pôs o relatório secreto $[_{SP}$ sobre $[_{SN}$ a secretária]].

Nos restantes capítulos desta Gramática, utilizam-se frequentemente parentetizações etiquetadas. Por vezes, omite-se a etiqueta quando é clara a classe que está em discussão. Noutros casos ainda, em vez de utilizar parênteses retos, colocam-se os constituintes em itálico ou sublinham-se.

11.3.4 Relações estruturais entre constituintes

Os constituintes de uma frase mantêm entre si vários tipos de relações estruturais, que se podem definir e identificar a partir da representação da sua estrutura de constituintes. Estas relações desempenham um papel relevante na descrição das propriedades gramaticais e semânticas das frases e dos elementos que as constituem. Definimos aqui três dessas relações que são importantes, direta ou indiretamente,

em vários capítulos da Gramática: as relações de **inclusão**, de **precedência** e de **proeminência estrutural**. As definições são dadas em termos das representações em árvore, que têm a vantagem de permitir uma "visualização" imediata das relações. Quando necessário, para efeitos de clareza, comentamos também o modo como se manifestam nas parentetizações etiquetadas.

Estas definições são construídas com base nas relações mais simples de "constituinte de *x*" e de "constituinte imediato de *x*", apresentadas em 11.3.1, e que é conveniente o leitor rever neste ponto.

11.3.4.1 Inclusão

❖ Definição: um grupo *x* **inclui** um grupo ou palavra *y* se *y* for um constituinte de *x*.

Esta definição praticamente traduz a definição de "constituinte de *x*" em termos da Teoria dos Conjuntos[55]. Assim, por definição, um nó *x* inclui os seus constituintes (inversamente, os constituintes de um nó *x* estão incluídos em *x*). Em vez de "incluir", usa-se também frequentemente o seu sinónimo "conter". Um caso particular da definição é a **inclusão imediata**, que se define do seguinte modo:

❖ Definição: um grupo *x* **inclui imediatamente** um grupo ou palavra *y* se *y* for um constituinte imediato de *x*.

Assim, na Figura D, p.e., o SN(b) inclui os constituintes (d), (e), (h), (i), (l), (m), (p) e (q) e inclui imediatamente os constituintes (d) e (e). Em termos de elementos terminais, o SN(b) inclui, portanto, *o*, *professor*, *de*, *as*, *crianças*, *as crianças*, *de as crianças* (= *das crianças*) e *professor de as crianças*, e inclui imediatamente *o* e *professor de as crianças*[56].

Numa parentetização etiquetada, os constituintes incluídos em *x* são todos os elementos exaustivamente contidos no interior dos parênteses que marcam *x*, quer esses elementos estejam assinalados por parênteses quer não. Assim, p.e., em (16), o par de parênteses que marca o SV contém *pôs*, o SN *o relatório secreto*, o GN *relatório secreto*, o SP *sobre a secretária*, o SN *a secretária*, mais cada um dos elementos terminais contidos nestes parênteses.

11.3.4.2 Precedência

❖ Definição: um constituinte *x* **precede** um constituinte *y* se todos os elementos terminais (ou seja, todos os itens lexicais) incluídos em *x* estiverem à esquerda de todos os elementos terminais incluídos em *y*[57].

Ilustrando de novo com a Figura D, o constituinte (f) (o verbo *tem*) precede SN(g) (*um carro novo*), D(j) (*um*), GN(k) (*carro novo*), N(n) (*carro*) e A(o) (*novo*). De facto, todos os elementos terminais de (f) – neste caso o conjunto singular formado

[55] Na teoria da Gramática Generativa, esta relação é definida "geometricamente" em termos dos nós e dos ramos de uma árvore, e chama-se **dominância**.

[56] Se definirmos a relação de inclusão como sendo reflexa, o SN(b) inclui-se também a si próprio.

[57] Esta definição é formulada em termos da língua escrita e das representações estruturais gráficas das frases. Em termos da língua falada, seria necessário formular a segunda parte da definição em termos de precedência temporal, em vez de "estar à esquerda de".

pelo próprio verbo[58] – estão à esquerda de todos os elementos terminais de (g), (j), (k), (n) e (o). Do mesmo modo, p.e., GN(e) (*professor das crianças*) precede, entre outros constituintes, GN(k) (*carro novo*), visto que todos os elementos terminais de (e) estão à esquerda de todos os elementos terminais de (k). Em termos de parênteses, em (16), podemos notar, p.e., que o SN *o ministro* precede não só o SV *pôs o relatório secreto sobre a secretária*, como também qualquer um dos constituintes contidos no SV.

As relações de inclusão e de precedência são mutuamente exclusivas. De facto, na teoria dos grafos, se um elemento *x* está incluído num elemento *y*, *x* não pode preceder (nem seguir) *y*. Assim, p.e., na frase *o professor das crianças tem um carro novo*, não faz sentido dizer que o constituinte *tem um carro novo* precede o constituinte *um carro novo* (ou qualquer dos elementos contidos neste constituinte), visto que *tem um carro novo* inclui *um carro novo*.

É por esse motivo que a definição de precedência tem de mencionar os elementos terminais dos constituintes, e não apenas os nós que representam os constituintes. "Visualmente", SV(c) na Figura D (*tem um carro novo*) está à esquerda de SN(g) (*um carro novo*) e de todos os constituintes incluídos em (g) (D(j), GN(k), N(n) e A(o)). No entanto, não é verdade que todos os elementos terminais de SV(c) estejam à esquerda de todos os elementos terminais de SN(g): só o V(f) *tem* está; os outros elementos são comuns aos dois constituintes.

A partir da definição de "precedência", é possível definir uma relação de **precedência imediata**, do seguinte modo:

❖ Definição: um constituinte *x* **precede imediatamente** um constituinte *y* se todos os elementos terminais incluídos em *x* estiverem à esquerda de todos os elementos terminais incluídos em *y* e não houver qualquer outro elemento terminal entre o último elemento terminal de *x* (i.e., o mais à direita) e o primeiro elemento terminal de *y* (i.e., o mais à esquerda).

Assim, p.e., em (16), o SN *o relatório secreto* precede imediatamente o SP *sobre a secretária*. Deixamos ao leitor o exercício de verificar esta definição nas estruturas em forma de árvore.

11.3.4.3 Proeminência estrutural

Esta relação capta a diferença de nível hierárquico entre dois constituintes *x* e *y* quando *x* e *y* não estão relacionados pela relação de inclusão, i.e., quando nem *x* inclui *y* nem *y* inclui *x*. Nos termos gráficos de uma árvore, a proeminência estrutural relaciona um nó *x* "mais alto" na estrutura, ou seja, mais perto do nó raiz F, com um nó *y* "mais baixo", sem que *y* esteja incluído em *x*. A relação é particularmente importante na descrição da interpretação dos pronomes pessoais e reflexos na sua leitura anafórica (cf. Cap. 41.3)[59].

[58] Este caso mostra que a relação de inclusão tem de ser definida reflexamente – cf. Nota 56.

[59] Na Teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Generativa, define-se uma relação semelhante (mas não exatamente idêntica) à de proeminência estrutural, chamada **comando** ou, por vezes, **c-comando** (cf. Raposo 1992).

A definição desta relação é mais complexa do que as anteriores, visto que é recursiva, i.e., assenta sobre uma relação mais simples (e primitiva), a relação que na linguística contemporânea se chama ***x* ser irmão de *y***, definida do seguinte modo:

❖ Definição: um constituinte *x* é **irmão** de um constituinte *y* se ambos forem constituintes imediatos do mesmo constituinte *z* (i.e., se ambos estiverem imediatamente incluídos em *z*).

Na Figura D, p.e., o SN(b) e o SV(c) são constituintes irmãos, visto que estão ambos imediatamente incluídos no nó raiz F; de modo semelhante, V(f) e SN(g) também são constituintes irmãos, visto que estão ambos imediatamente incluídos em SV(c). Em contrapartida, p.e., V(f) e GN(k) não são constituintes irmãos: ainda que estejam incluídos no mesmo constituinte SV(c), essa inclusão não é imediata para GN(k); e não há nenhum outro constituinte *z* que contenha ambos imediatamente.

A relação "irmão de" traduz em termos gráficos a situação na qual dois constituintes distintos estão no mesmo nível hierárquico da organização estrutural, i.e., em que ambos estão num nível idêntico de inclusão relativamente a um terceiro constituinte, e igualmente próximos do nó raiz F; ou seja, em termos de uma árvore, a relação entre *b* e *c* expressa na Figura E:

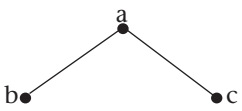


Figura E

É fácil ver que a relação de proeminência estrutural é aquela que se estabelece entre *b* e qualquer constituinte incluído em *c* ou, inversamente, entre *c* e qualquer constituinte incluído em *b* (a ordem entre os constituintes é irrelevante na definição da proeminência estrutural). De facto, se *b* e *c* estão no mesmo nível, qualquer constituinte incluído num deles (*b* ou *c*) tem de estar num nível inferior ao do outro (*c* ou *b*, respetivamente). A definição de proeminência estrutural é, pois, a seguinte:

❖ Definição: um constituinte *x* é **estruturalmente mais proeminente** do que um constituinte *y* se *y* for um constituinte incluído num terceiro constituinte *z*, e *x* e *z* forem constituintes irmãos.

Esta relação pode esquematizar-se nas duas seguintes figuras; na Figura F, o constituinte mais proeminente precede o menos proeminente, e, na Figura G, o menos proeminente precede o mais proeminente:

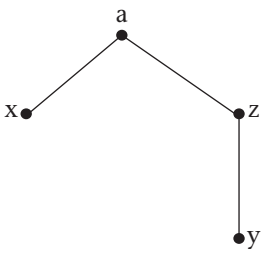


Figura F

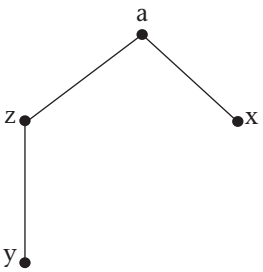


Figura G

Exemplificando de novo com a Figura D: SN(b) é estruturalmente mais proeminente do que V(f), do que SN(g) e do que todos os constituintes incluídos em SN(g), visto que SN(b) está "mais alto" (ou seja, mais perto de F) do que estes e não os inclui. Nos termos da definição, SN(b) e SV(c) são constituintes irmãos; e V(f), SN(g) e todos os nós incluídos em SN(g) estão incluídos em SV(c). Em contrapartida, o mesmo SN(b), embora esteja mais perto de F (ou seja, "mais alto") do que D(d), GN(e) e todos os constituintes incluídos em GN(e), não é, por definição, mais proeminente do que qualquer um deles, visto que os inclui – ou seja, não há nenhum nó irmão de SN(b) que inclua D(d) e GN(e).

Numa parentetização, dois constituintes são irmãos se estiverem ambos imediatamente incluídos num par de parênteses mais abrangente. Assim, p.e., em (16), são irmãos, entre outros, o SN *o ministro* e o SV (incluídos imediatamente em F, cujos parênteses se omitiram em (16)); *pôs*, o SN *o relatório secreto* e o SP *sobre a secretária* (imediatamente incluídos no SV); *o* e o GN *relatório secreto*, etc. Logo, p.e., *pôs* é estruturalmente mais proeminente do que o GN *relatório secreto* e do que o SN *a secretária*, visto que o GN está incluído no SN *o relatório secreto*, que é irmão de *pôs*, e o SN *a secretária* está incluído no SP *sobre a secretária*, que é também um constituinte irmão do verbo *pôs*.

11.3.5 Análises que assentam na estrutura de constituintes

São numerosos os fenómenos gramaticais que podem ser descritos e explicados de forma simples se assumirmos que as frases se organizam numa estrutura de constituintes. A título de exemplo, consideremos as seguintes frases:

(18) a. O Luís comprou o carro do João.
b. O Luís comprou o carro ao João.

De um ponto de vista linear, estas duas frases diferem apenas nas preposições que se combinam com o SN *o João* para formar um sintagma preposicional[60]. No entanto, e mau grado a sua identidade linear em termos da sequência de classes de palavras (D + N + V + D + N + P + D + N), cada uma das frases apresenta um comportamento bem diferente no que respeita à possibilidade de "manipulação sintática" dos grupos que as formam. Assim, p.e., tanto (18a) como (18b) têm uma versão passiva (cf. 11.6

[60] Na estrutura sintática, *do João* corresponde à sequência terminal *de* + *o* + *João* e *ao João* corresponde à sequência terminal *a* + *o* + *João*. As preposições contraem-se com o artigo definido, produzindo, respetivamente, *do* e *ao* (cf. Caps. 22 e 32).

e o Cap. 13). Na versão passiva de (18a), o sintagma nominal que funciona como sujeito é *o carro do João*, formado pela sequência D + N + P + D + N, como se ilustra em (19a). Em contrapartida, na versão passiva de (18b), o sintagma nominal que funciona como sujeito é *o carro*, formado apenas pela sequência D + N que antecede a preposição *a* em (18b), como se ilustra em (19b) (neste exemplo, sublinhamos a sequência final de (18b) – P + D + N – que não integra o sujeito de (19b)):

(19) a. *O carro do João* foi comprado pelo Luís.
b. *O carro* foi comprado <u>ao João</u> pelo Luís.

Podemos agora notar que nem a versão passiva de (18a) pode ter como sujeito apenas a sequência D + N que precede em (18a) a preposição *de* (cf. a impossibilidade de **o carro foi comprado <u>do João</u> pelo Luís*), nem a versão passiva de (18b) pode ter como sujeito a totalidade da sequência final de (18b) D + N + P + D + N (cf. a impossibilidade de **o carro ao João foi comprado pelo Luís*)[61].

Este conjunto de factos recebe uma explicação simples se assumirmos que as frases se organizam numa estrutura de constituintes hierárquica, e que a estrutura de (18a) é distinta da de (18b). O ponto fundamental desta diferença é que, em (18a), o sintagma preposicional *do João* modifica o nome *carro*, ao passo que, em (18b), o sintagma preposicional *ao João* não modifica o nome *carro*, antes constitui uma sequência semântica e sintaticamente independente da sequência *o carro*. Assim, em (18a), toda a sequência *o carro do João* forma um sintagma nominal imediatamente incluído no sintagma verbal *comprou o carro do João*. Em contrapartida, em (18b), a sequência *o carro ao João* não é um sintagma nominal; antes, é formada por um sintagma nominal seguido de um sintagma preposicional, ambos constituintes imediatos do sintagma verbal. Em termos de árvores, temos, pois, a seguinte diferença:

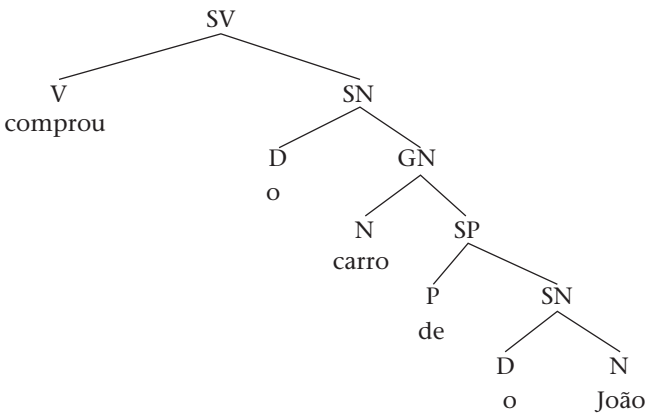


Figura H – SV de (18a)

[61] Este exemplo torna-se aceitável com uma pausa entre *o carro* e *ao João*, e entre *ao João* e o resto da frase (as pausas são assinaladas por vírgulas): *o carro, ao João, foi comprado pelo Luís*. Trata-se aqui de uma estrutura de topicalização, um processo sintático de anteposição de constituintes (cf. Cap. 12). Para efeitos do argumento aqui apresentado, o exemplo deve ser lido sem pausas.

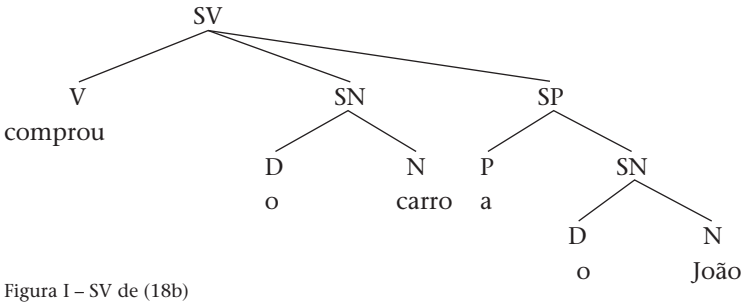


Figura I – SV de (18b)

Note-se que, na Figura H/(18a), o SV inclui um SP, mas esse SP não é seu constituinte imediato; antes, é constituinte imediato de GN (GN, recorde-se, é o constituinte que inclui o nome e os seus complementos e/ou modificadores – cf. 11.3.2 e Nota 50), o qual, por sua vez, é constituinte imediato do SN mais abrangente – esse, sim, constituinte imediato do SV. Em contrapartida, na Figura I/(18b), a sequência *ao João* é um SP independente do SN que a precede (*o carro*), sendo ambos constituintes imediatos do sintagma verbal.

Em termos de parentetizações etiquetadas, as diferenças entre os dois sintagmas verbais representam-se do seguinte modo:

(20) a. $[_{SV}$ comprou $[_{SN}$ o $[_{GN}$ carro $[_{SP}$ de $[_{SN}$ o João]]]]].
b. $[_{SV}$ comprou $[_{SN}$ o carro] $[_{SP}$ a $[_{SN}$ o João]]].

As diferenças entre as versões passivas de (18a) e (18b) podem agora ser descritas dizendo que, como regra geral, a sequência de uma frase ativa que assume a função de sujeito na frase passiva correspondente é o sintagma nominal imediatamente incluído no sintagma verbal (i.e., que é constituinte imediato do SV) – *o carro do João*, em (18a) (cf. Figura H) – e *o carro*, em (18b) (cf. Figura I). A estrutura de constituintes, como se vê, permite uma descrição simples do fenómeno da passivização.

Outro fenómeno que pode ser descrito de forma simples com base na organização hierárquica das frases em constituintes é a chamada "ambiguidade estrutural". Este tipo de ambiguidade ocorre quando uma frase pode receber duas interpretações (ou mais) sem que essa duplicidade seja causada pela presença de palavras homónimas (ou seja, palavras com a mesma forma mas com significados diferentes, como *banco* – cf. Cap. 8).

Considere-se, p.e., a frase *eu vi o soldado com uns binóculos*. Para muitos falantes, a interpretação mais saliente deste exemplo é aquela em que *com uns binóculos* é um sintagma preposicional que descreve o modo como o falante viu o soldado, i.e., usando uns binóculos. O exemplo, no entanto, tem outra interpretação (talvez pragmaticamente menos plausível e, por isso, menos acessível) na qual *com uns binóculos* serve para identificar o soldado visto pelo falante – i.e., nessa interpretação, o falante vê um soldado caracterizado por ter consigo (ao pescoço, ou nas mãos) uns binóculos (e plausivelmente o soldado foi visto à vista desarmada)[62].

[62] Esta frase tem ainda outra leitura, em que *com uns binóculos* é um constituinte que predica algo sobre a entidade referida e identificada unicamente pelo sintagma nominal *o soldado* – o SP, neste caso, chama-se predicativo do complemento direto. Esta leitura é discutida no Cap. 30.3, particularmente em 30.3.1.

De novo, a diferença entre estas duas interpretações corresponde a duas estruturas de constituintes diferentes. Na primeira interpretação, o sintagma preposicional *com uns binóculos* é um grupo independente do sintagma nominal *o soldado*, e ambos (juntamente com o verbo) são constituintes imediatos do sintagma verbal (cf. Figura J):

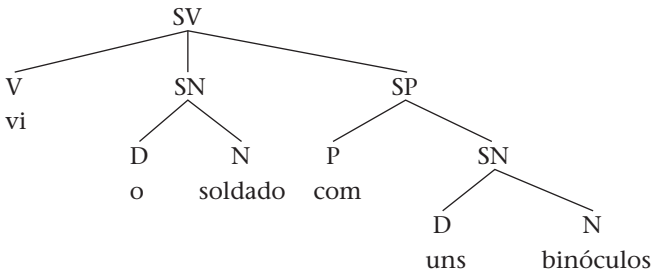


Figura J – SV na 1.ª interpretação

Na segunda interpretação, o mesmo sintagma preposicional modifica o nome *soldado*, formando um grupo nominal, o qual se combina com o artigo definido para formar um sintagma nominal mais abrangente, *o soldado com uns binóculos*, SN esse que é constituinte imediato do SV, juntamente com o verbo (cf. Figura K):

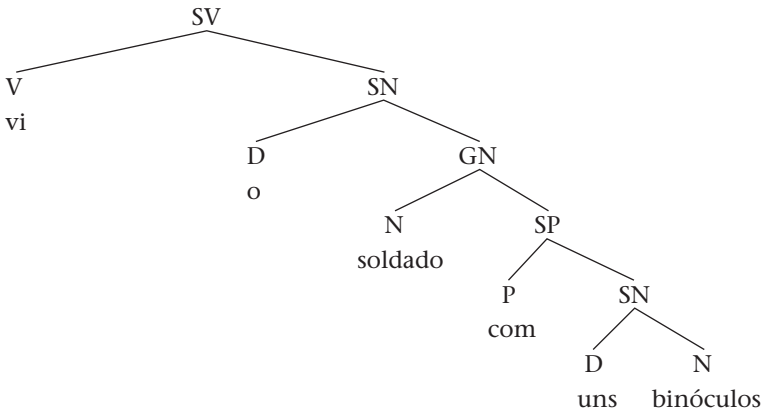


Figura K – SV na 2.ª interpretação

Em termos de parentetizações etiquetadas, a Figura J corresponde a (21a) e a Figura K a (21b) (simplificam-se as representações):

(21) a. $[_{SV}$ vi $[_{SN}$ o soldado] $[_{SP}$ com uns binóculos]].
b. $[_{SV}$ vi $[_{SN}$ o $[_{GN}$ soldado $[_{SP}$ com uns binóculos]]]].

Vimos acima que as diferenças entre as versões passivas de (18a) e (18b), exemplificadas em (19a) e (19b), respetivamente, se deviam às diferenças entre as suas estruturas de constituintes (ilustradas nas Figuras H e I e em (20a) e (20b)), juntamente com a regra que define a passivização: o sujeito de uma frase passiva corresponde ao sintagma nominal da frase ativa que é constituinte imediato do sintagma verbal. Esta explicação faz uma previsão relativamente à frase *eu vi o soldado com*

uns binóculos: nomeadamente, que tem duas versões passivas, correspondentes às duas estruturas ilustradas nas Figuras J e K (em termos de parênteses, em (21a) e (21b)). Numa delas, correspondendo à estrutura ilustrada na Figura J e em (21a), o sujeito deverá ser *o soldado* – o SN que é o constituinte imediato do SV – (cf. (22a)). Na outra, correspondendo à estrutura ilustrada na Figura K e em (21b), o sujeito deverá ser *o soldado com uns binóculos* – o SN que é constituinte imediato do SV – (cf. (22b)). Como o leitor pode verificar, ambos os exemplos de (22) são versões passivas gramaticais da frase em questão:

(22) a. *O soldado* foi visto por mim com uns binóculos.
b. *O soldado com uns binóculos* foi visto por mim.

O exemplo (22a) tem uma interpretação que corresponde à estrutura de constituintes da Figura J e de (21a) – os binóculos são o meio através do qual o falante vê o soldado –, e (22b) tem uma interpretação que corresponde à estrutura de constituintes da Figura K e de (21b) – o falante vê um soldado identificado por ter uns binóculos[63].

11.4 Organização funcional da frase

A análise da frase simples em constituintes tem pontos de semelhança com a análise tradicional da frase em sujeito e predicado, e do predicado, por sua vez, num verbo e em complementos de vária ordem. O denominador comum é a ideia de que a frase se organiza numa estrutura hierárquica de grupos de palavras articulados entre si. A diferença entre os dois tipos de análise tem a ver com a forma como os constituintes são caracterizados. Na análise estrutural desenvolvida nas correntes modernas da linguística, e exposta na secção anterior, os grupos classificam-se segundo a classe de palavras a que pertence o seu núcleo, ou seja, em sintagmas nominais, verbais, preposicionais, etc. Na análise que desenvolvemos nesta secção, os constituintes classificam-se segundo a função que desempenham na articulação lógico-semântica da frase, em termos, por um lado, da noção de predicação, e, por outro, da conceção das frases como sendo representações de situações em que participam diversas entidades em circunstâncias particulares. As noções relevantes, nestas perspetivas, são as de sujeito, predicado, predicador, argumento, complemento e adjunto adverbial. Assim, e para dar desde já um exemplo, a frase *o juiz interrogou as testemunhas* pode ser representada em termos da sua organização estrutural (cf. (23a)) e em termos da sua organização funcional (cf. (23b)) – as duas representações são dadas no formato das parentetizações:

(23) a. $[_{SN}$ O juiz] $[_{SV}$ interrogou $[_{SN}$ as testemunhas]].
b. $[_{\text{sujeito}}$ O juiz] $[_{\text{Predicado}}$ interrogou $[_{\text{complemento direto}}$ as testemunhas]].

Uma das contribuições mais importantes das teorias linguísticas recentes consistiu em reconhecer a complementaridade destes dois tipos de análise; em particular, que existem relações sistemáticas entre a classe sintagmática dos constituintes e a

[63] O exemplo (22a) pode igualmente ter a leitura mencionada na Nota 62, em que *com uns binóculos* é um predicativo, neste caso do sujeito (cf. Cap. 30).

sua função (cf. Raposo 1992:78ss). Neste capítulo, e na Gramática em geral, usamos os dois tipos de análise conforme sejam relevantes para a descrição dos fenómenos que se discutem. Nas subsecções seguintes apresentam-se as noções centrais da análise funcional das frases.

11.4.1 Sujeito e predicado

Nesta subsecção, discutem-se as noções de sujeito e predicado, que representam a divisão funcional mais abrangente das frases. Estas noções, por sua vez, assentam no conceito lógico-semântico de predicação, central na organização funcional das frases. Veremos também que o termo "sujeito" não é sempre usado com a mesma aceção que tem no contexto da noção de predicação. Assim, depois de introduzir o seu sentido básico, discutem-se alguns dos sentidos derivativos que o termo tomou na análise gramatical.

11.4.1.1 Predicação

Uma **predicação** é um modo particular (possivelmente o mais típico nas línguas humanas) de organizar linguisticamente a informação expressa por uma proposição. Concretamente, numa predicação, o falante descreve uma situação através da articulação de dois termos: uma entidade sobre a qual diz qualquer coisa e um comentário, ou juízo, que exprime sobre essa entidade. A expressão que introduz a entidade sobre a qual o falante diz qualquer coisa é o **sujeito** (da predicação)[64] e a expressão que representa o comentário ou o juízo que o falante exprime sobre essa entidade é o **predicado**[65]. Praticamente todos os exemplos de frases apresentados até aqui constituem predicações. Apresentam-se exemplos adicionais em (24) (coloca-se o sujeito em itálico e sublinha-se o predicado):

(24) a. *A Joana* é inteligente.
b. *A Joana* preparou uma sandes para o filho.
c. *A Joana* foi condenada a três anos de prisão.

Em (24), através do sujeito, o falante introduz uma entidade no universo do discurso (a Joana) e, através do predicado, diz qualquer coisa sobre essa entidade: respetivamente, que é inteligente, que preparou uma sandes para o filho e que foi condenada a três anos de prisão[66].

---

[64] Como se mencionou acima, o termo "sujeito" é usado em linguística com sentidos distintos (ainda que relacionados); logo, é conveniente por vezes explicitar o sentido pretendido, o que faremos frequentemente através de uma qualificação, a menos que seja claro no contexto qual o sentido em discussão. A noção de sujeito que se descreve nesta subsecção – e que constitui a aceção básica do termo – é referida como **sujeito da predicação** ou como **sujeito semântico**.

[65] Para uma caracterização mais desenvolvida da noção de predicação, cf. a introdução do Cap. 30.

[66] Diz-se também, por vezes, que o predicado "predica" algo sobre o sujeito. Para além da ambiguidade referida na nota 64 e que se discute de novo em 11.4.1.2, o termo "sujeito" também é usado com ambiguidade numa outra dimensão, que o leitor deverá ter em conta. Concretamente, o termo por vezes é usado para referir uma expressão linguística, e outras vezes para referir a entidade do mundo designada por essa expressão. Assim, quando se diz, relativamente às frases de (24), que "o predicado exprime um juízo sobre o sujeito", a expressão "o sujeito" refere aí a entidade do mundo (a Joana) designada pelo sintagma nominal com a função de sujeito – que escrevemos em itálico (o sujeito *a Joana*). Em princípio, o contexto da discussão permite distinguir entre os dois sentidos.

Do ponto de vista estrutural, nas frases simples, o sujeito e o predicado correspondem, respetivamente, ao sintagma nominal e ao sintagma verbal que são os constituintes imediatos da frase (cf. 11.3.2)[67].

No modelo gramatical aqui adotado, as noções de "sujeito" e "predicado" (bem como as restantes noções que se introduzem no decorrer de 11.4) são concebidas como funções gramaticais exercidas por constituintes pertencentes a determinadas classes sintagmáticas. Assim, p.e., em (24a), *a Joana* é um sintagma nominal que exerce nessa frase a função de sujeito, e *é inteligente* é um sintagma verbal com a função de predicado. Para simplificar a exposição, no entanto, referimo-nos frequentemente a esses constituintes pelos termos "sujeito", "predicado", etc. (como já fizemos ao introduzir estas noções), em vez de os referirmos pelas expressões mais longas "SN com a função de sujeito", "SV com a função de predicado", etc.

Em português, tipicamente, o sujeito precede o predicado. No entanto, contrariamente a outras línguas, mais rígidas nesse aspeto (como o inglês), a ordem entre os dois elementos pode ser alterada, estando frequentemente associada a fenómenos semânticos como a topicalização (cf. 11.4.1.2 e Cap. 12) e a focalização (cf. Cap. 50). Assim, p.e., o SN sujeito (sublinhado) da frase *o Pedro entregou o exame* pode ocupar a posição final da frase, para efeitos de realce contrastivo, recebendo, nesse caso, tipicamente, um acento mais forte e sendo pronunciado com uma entoação especial: cf. *entregou o exame o Pedro* (*não o Paulo*)[68].

11.4.1.2 Sujeito da predicação, sujeito gramatical, tópico e comentário

Nos trabalhos da linguística contemporânea, o termo "sujeito" é frequentemente usado com aceções diferentes (mas relacionadas). Como vimos acima, numa predicação, o sujeito designa a expressão que introduz a entidade sobre a qual se diz alguma coisa (sobre a qual o falante exprime um juízo, um comentário, etc.). Nas frases mais canónicas das línguas europeias que serviram de base à elaboração da tradição gramatical ocidental, a expressão que funciona como sujeito da predicação é o sintagma nominal que concorda em pessoa e número com o verbo. Por outras palavras, nos casos não marcados, como os de (24), o mesmo sintagma nominal (usualmente em posição pré-verbal) concorda com o verbo e introduz a entidade sobre a qual o falante diz qualquer coisa. No entanto, estas duas propriedades não confluem necessariamente sobre o mesmo SN, como se ilustra em (25):

(25) a. *Esse livro*, as minhas amigas compraram para a Maria.
b. *A viagem ao México*, nós só a concretizámos nas férias passadas.

---

[67] O sujeito pode ser um pronome (cf. *ela é inteligente*, *isso é pesado*); como vimos em 11.3 (cf. Nota 51), os pronomes pessoais são classificados como sintagmas nominais. Em estruturas frásicas complexas, o sujeito pode também ser uma oração (cf. *discutir com o António não vale a pena* ou *que esses dois países não assinem o tratado surpreende-me*; ver 11.1.2.1 e Caps. 36 e 37). Sobre outras manifestações estruturais da predicação – i.e., da relação entre sujeito e predicado –, cf. o Cap. 30.

[68] A posição do sujeito numa frase depende de um determinado número de fatores, alguns semânticos, outros prosódicos; p.e., os sujeitos complexos e "longos" tendem a ocupar a posição final de uma frase. Isso acontece frequentemente com sujeitos oracionais: cf., comparando com os exemplos dados na nota anterior, *não vale a pena discutir com o António* e *surpreende-me que esses dois países não assinem o tratado* (cf. Caps. 36 e 37).

Nestes exemplos, os sintagmas nominais que introduzem as entidades sobre as quais o falante faz um comentário (*esse livro* e *a viagem ao México*, respetivamente) não concordam com o verbo da frase (*compraram* e *concretizámos*, respetivamente). Os SN que concordam com o verbo são *as minhas amigas* e o pronome *nós*. Para distinguir entre estas duas propriedades dos sintagmas nominais usa-se geralmente o mesmo termo "sujeito", mas qualificado com modificadores distintos: **sujeito da predicação** (ou **sujeito semântico**) para o SN que introduz a entidade sobre a qual se diz algo, e **sujeito gramatical**, para designar o SN que concorda em pessoa e número com o verbo da frase. Deste modo, em (25), os SN *esse livro* e *a viagem ao México* são o sujeito da predicação mais abrangente veiculada por essas frases, mas não são o seu sujeito gramatical[69]. Essa função é desempenhada pelos SN que concordam com o verbo, *as minhas amigas* e *nós*, que podem também ser analisados como sujeito de uma predicação adicional, menos abrangente, contida no interior da primeira. Ou seja, em (25a), p.e., o sujeito da predicação mais abrangente (mas não o sujeito gramatical) é o SN *esse livro*, e o predicado dessa predicação é toda a expressão *as minhas amigas compraram para a Maria* (subentende-se o livro referido pelo sujeito da predicação). Esse predicado, por sua vez, pode ser analisado como constituindo uma segunda predicação, cujo sujeito semântico é o SN *as minhas amigas* e cujo predicado é *compraram para a Maria* (subentende-se de novo o livro em questão). Para além disso, o SN *as minhas amigas* é o sujeito gramatical da frase.

Os exemplos do tipo de (25) levaram à introdução na teoria linguística dos termos **tópico** e **comentário** para designar, respetivamente, o sujeito semântico e o predicado da predicação mais abrangente veiculada por uma frase (cf. Cap. 12). Assim, o tópico é o sintagma inicial de uma oração (geralmente um SN, mas nem sempre) que representa a entidade sobre a qual se diz qualquer coisa, e pode coincidir ou não com o sujeito gramatical; por sua vez, o comentário é "o resto" da frase, aquilo que exprime o que se diz sobre o tópico (geralmente um SV, mas nem sempre, como em (25)). Em (24), o tópico (i.e., o sujeito da predicação mais abrangente) coincide com o sujeito gramatical; em contrapartida, em (25), o tópico não coincide com o sujeito gramatical, o qual faz parte do comentário.

É importante realçar, no entanto, que nas línguas indo-europeias, em que se inclui o português, o sujeito gramatical (ou seja, o SN que concorda com o verbo) coincide nas frases canónicas da língua com o sujeito da predicação. Assim, sempre que no texto falarmos de "sujeito", sem mais qualificações, referimo-nos ao sujeito gramatical, o qual, tipicamente (i.e., em frases como as de (24)), funciona também como sujeito da predicação[70].

> [7] Nem todas as frases se organizam sob a forma de uma predicação. De facto, é possível distinguir entre frases que veiculam **juízos categóricos** (cf. (i)) – nas quais o conteúdo proposicional é linguisticamente articulado sob a forma de uma predicação – e frases que veiculam **juízos téticos** (cf. (ii)) – que descrevem uma situação sem,

[69] A função destes SN nas frases respetivas é a de complemento direto (cf. 11.4.2.5).

[70] As frases como (25), em que o sujeito da predicação é diferente do sujeito gramatical, chamam-se **construções de topicalização**; estas construções são analisadas desenvolvidamente no Cap. 12.

contudo, a articular como uma predicação (cf. Cap. 12, Duarte 1987 e Martins 1994, que cita Kuroda 1972, 1992):

(i) a. *O gato* apareceu no jardim.
b. *As bruxas* existem.
c. *Esta aldeia* tem bruxas.
d. *O tempo* esfriou.

(ii) a. Há bruxas nesta aldeia.
b. Chove muito.
c. Apareceu um gato no jardim.
d. Parece que as meninas estão doentes.

Nas frases de (i), a descrição da situação é perspetivada em função de uma entidade à qual a situação se aplica – ou seja, um sujeito semântico (um determinado gato, as bruxas em geral, uma determinada aldeia e a entidade abstrata a que chamamos "o tempo"). Em contrapartida, nas frases de (ii) descreve-se ou apresenta-se uma situação sem, no entanto, a perspetivar como centrada sobre uma entidade em particular.

Entre as frases do português nas quais se exprimem juízos téticos, incluem-se (a) as que têm verbos impessoais (cf. (iia,b)), como *haver*, *amanhecer* e *chover* (cf. Cap. 28.2.2.1); (b) as que têm verbos de apresentação e de entrada em cena (ou saída de cena), como *aparecer*, *chegar*, *desaparecer*, *entrar*, *sair* (entre outros) e nas quais o sujeito gramatical se encontra em posição pós-verbal (cf. (iic)); e (c) as que têm verbos que se combinam com um sujeito frásico, como *parecer*, e em que este ocorre na posição final da frase (cf. (iid) e o Cap. 36). Em contrapartida, os juízos categóricos (i.e., as predicações) têm canonicamente um sintagma nominal em posição pré-verbal, funcionando como sujeito da predicação, como nos exemplos de (i).

Nas frases de (iia,b), com verbos impessoais, não há nem sujeito da predicação nem sujeito gramatical (cf. Cap. 28.2.2.1). Em contrapartida, em (iic,d), há um sujeito gramatical, i.e., que concorda com o verbo – em (iid) uma oração (cf. o Cap. 36) –, mas que não é sujeito da predicação.

As frases como as de (ii), com verbos impessoais ou com o sujeito em posição pós-verbal (ou no final da frase) têm recebido particular atenção no âmbito da Teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Generativa. Nessa teoria defende-se que, ainda que não haja um sujeito foneticamente representado em posição pré-verbal, existe um sujeito gramatical nulo (i.e., sem manifestação fonética), de natureza pronominal e semanticamente sem qualquer conteúdo – aquilo a que se chama um **pronome expletivo**. Assim, a representação estrutural de, p.e., (iia) e (iid) seria a de (iiia) e (iiib), respetivamente, em que a notação "[$_{SN}$-]" representa o pronome em questão:

(iii) a. [$_{SN}$-] Há bruxas nesta aldeia.
b. [$_{SN}$-] Parece que as meninas estão doentes.

Contrariamente ao que acontece em português, em línguas como o francês e o inglês, as frases impessoais têm um sujeito pronominal expletivo manifestado foneticamente – em francês o pronome pessoal singular e masculino de 3.ª pessoa, e em inglês o pronome pessoal neutro de 3.ª pessoa. Assim, compare-se, p.e., (iib) (aqui repetido em (iva)) com (ivb,c) (em (iva), indica-se o pronome expletivo nulo:

(iv) a. [-] Chove muito.
b. *Il* pleut beaucoup.
c. *It* rains a lot.

Os pronomes expletivos – nulos ou não – são itens que não representam nenhuma entidade participante na situação descrita nessas frases, logo não podem funcionar como sujeito da predicação. A sua presença obrigatória em posição pré-verbal parece refletir unicamente uma exigência formal da estrutura sintática, nomeadamente de que toda a frase se articula num sintagma nominal seguido de um sintagma verbal, independentemente da contribuição semântica que o sintagma nominal possa trazer.

Em português, o pronome expletivo com a função de sujeito é nulo visto que o português é uma **língua de sujeito nulo**, ou seja, uma língua na qual um sujeito pronominal pré-verbal não tem necessariamente realização fonética: cf., a par de *nós vamos ao cinema*, o exemplo [-] *vamos ao cinema*[71]. Na norma-padrão do português, o sujeito pronominal expletivo é obrigatoriamente nulo, como em (ii) e (iva). Em certas variedades não padrão, no entanto, esse pronome pode ser foneticamente realizado: cf. *ele há bruxas nesta aldeia*, *ele chove muito* e *ele parece que as meninas estão doentes* – para uma discussão mais desenvolvida, cf. Caixa [3] do Cap. 43 e Carrilho (2005).

Na literatura da linguística encontra-se por vezes o termo **sujeito lógico**, o qual designa uma noção que tem as suas raízes na gramática racionalista dos sécs. XVII e XVIII. O termo é geralmente usado nos casos em que existem duas estruturas frásicas, uma ativa e outra não ativa (ou ativa mas com alguma modificação), que são equivalentes semanticamente (no sentido de veicularem o mesmo conteúdo proposicional) e relacionadas sintaticamente, mas que diferem no sujeito gramatical e/ou no sujeito da predicação. O termo designa então o sintagma nominal que constitui o sujeito da frase ativa (geralmente representando uma entidade que é agente de uma ação – cf. 11.5.2.1) e o sintagma nominal que lhe corresponde na versão não ativa (ou modificada). Os casos mais típicos (e que constituem o domínio por excelência onde a noção de sujeito lógico é usualmente invocada) são os dos pares formados por frases ativas e passivas como o seguinte:

(v) a. *O gato* apanhou o rato.
b. O rato foi apanhado pelo *gato*.

O sujeito lógico de ambas as frases é o sintagma nominal *o gato*, que corresponde ao sujeito gramatical e ao sujeito da predicação na frase ativa. Note-se que, em (vb), o SN *o gato* não é nem sujeito gramatical nem sujeito da predicação; esta função é exercida pelo SN *o rato*, complemento direto da frase ativa (cf. Cap. 13)[72]. É importante realçar que a noção de sujeito lógico é diferente da noção de sujeito da predicação (ou sujeito semântico). Na realidade, a noção de sujeito lógico tem utilidade precisamente naqueles casos (como o das frases passivas) em que designa um constituinte que não é nem sujeito da predicação nem sujeito gramatical.

11.4.1.3 Predicações de base verbal, de base adjetival e de base nominal

Consideremos agora os três seguintes paradigmas, todos eles exemplificando predicações:

(26) a. O gato comeu o rato.
b. O Manel mora em Madrid.

(27) a. O Pedro é inteligente.
b. A Maria está orgulhosa dos filhos.

---

[71] Na Teoria de Princípios e Parâmetros, o sujeito pronominal nulo, quer seja expletivo quer não, chama-se **pro** (cf. Cap. 43).

[72] Funcionalmente, o sujeito da frase ativa desempenha na frase passiva correspondente a função de **agente da passiva**, integrado num sintagma preposicional que tem tipicamente como núcleo a preposição *por*.

(28) a. O Zé é professor de Matemática.
b. Essa coisa é um bicho.

Numa predicação, o predicado contém sempre um item central, que representa o tipo de situação na qual o sujeito se encontra envolvido, ou uma propriedade que se lhe atribui[73]. Assim, em (26a), representa-se uma situação de "comer", e, em (26b), uma situação de "morar". Em (27a), atribui-se ao Pedro a propriedade de ser inteligente, e, em (27b), atribui-se à Maria a propriedade de estar orgulhosa (dos filhos). Em (28a), diz-se que o Zé é professor (de Matemática) e, em (28b), que a coisa designada pelo sujeito é um ser animado, não humano (ou seja, um bicho).

Nos três paradigmas, o predicado é um sintagma verbal. No entanto, como se depreende do parágrafo anterior, nem em todos eles o elemento semântico central, que define aquilo que se diz do sujeito, é um verbo. Em (26), o elemento semântico central do predicado é de facto um verbo (*comer* e *morar*, respetivamente), mas, em (27), é um adjetivo (*inteligente* e *orgulhosa*, respetivamente) e, em (28), um nome (*professor* e *bicho*, respetivamente). Dizemos então que as predicações veiculadas em (26) são **predicações de base verbal**, as veiculadas em (27) são **predicações de base adjetival** e as veiculadas em (28) são **predicações de base nominal**. Nestes dois últimos tipos, de facto, não é o verbo (*ser* ou *estar*) que veicula o conteúdo daquilo que se diz sobre o sujeito, mas sim o adjetivo, em (27), e o nome, em (28) (cf., para um desenvolvimento destas questões, o Cap. 30).

Nas predicações de base adjetival e nominal[74], o predicado é um sintagma verbal que tem como núcleo *gramatical* um verbo, nestes exemplos *ser* ou *estar*, chamado **verbo de cópula**, **verbo copulativo** ou simplesmente **cópula**[75]. Concomitantemente, as frases de (27) e (28) chamam-se **frases copulativas** (cf. 30.2).

11.4.2 Predicadores, argumentos e adjuntos

A Lógica moderna desenvolveu uma análise das proposições distinta da análise tradicional em sujeito e predicado, na disciplina chamada Cálculo (ou Lógica) de Predicados, desenvolvida no séc. XIX por vários filósofos e matemáticos (entre os quais Gottlob Frege e Sir Bertrand Russell). Juntamente com a articulação tradicional em sujeito e predicado, o tipo de análise proposto no Cálculo de Predicados tem sido amplamente utilizado nas teorias linguísticas modernas, tendo-se revelado um instrumento analítico fundamental na compreensão de variadíssimos fenómenos sintáticos e semânticos das línguas humanas.

---

[73] Este item, chamado **predicador**, desempenha um papel fundamental na análise funcional que descrevemos em 11.4.2, e que complementa a análise das frases em sujeito e predicado.

[74] Para simplificar a exposição neste ponto, mencionamos apenas predicações de base adjetival e nominal. Adiante, veremos que também as preposições e os advérbios (estes mais limitadamente) podem ser o elemento semântico central de um predicado.

[75] Este nome provém do facto de estes verbos estabelecerem uma ligação entre o sujeito e o adjetivo ou o nome que constituem o elemento semântico central do predicado. Noutras terminologias, são também chamados "verbos relacionais", "verbos de ligação" ou "verbos de significação indefinida". Embora os verbos de cópula não contribuam semanticamente para o conteúdo propriamente proposicional do predicado, veiculam valores semânticos importantes na área do aspeto (cf. Cap. 17) e, de modo mais restringido, da modalidade (cf. Cap. 18). Estas questões discutem-se em detalhe no Cap. 30.

Para a Lógica de Predicados, as proposições – e, para o linguista, as frases que as veiculam – organizam-se em redor de um elemento central, a que chamamos aqui **predicador**[76]. A propriedade fundamental dos predicadores consiste em combinarem-se com **argumentos** – expressões que tipicamente denotam entidades de vários tipos (pessoas, animais, coisas, situações, proposições, entre outros). Os predicadores exprimem propriedades das entidades representadas pelos argumentos com que se combinam, ou relações que essas entidades mantêm entre si. Os argumentos são requeridos pelo predicador para lhe completar o sentido, formando assim uma proposição completa. Tipicamente, os argumentos são expressões de natureza nominal, por vezes introduzidas por uma preposição, ou são expressões de natureza oracional[77]. Ilustrando com duas frases simples: em *a Maria é inteligente*, o predicador é o adjetivo *inteligente*, que exprime uma propriedade do indivíduo representado pelo sintagma nominal *a Maria*, o qual constitui o seu argumento; e na frase *a Maria ama o André*, o predicador é o verbo *amar*, que estabelece uma relação de determinado tipo entre os indivíduos designados pelos sintagmas nominais *a Maria* e *o André*, que constituem os seus argumentos. Para formar uma proposição semanticamente bem formada e completa, *inteligente* tem de combinar-se com uma expressão que represente uma pessoa (ou animal, ou máquina) a quem a propriedade é atribuída, e *amar* tem de combinar-se com duas expressões que designem os indivíduos que participam na relação, uma representando uma pessoa que ama e a outra representando uma pessoa que é amada. Essas expressões são os argumentos. Nas subsecções seguintes, desenvolvemos vários aspetos deste tipo de organização funcional da frase.

11.4.2.1 Predicadores

O predicador de uma frase é o item lexical que define o conteúdo fundamental das proposições, independentemente da sua natureza semântica mais precisa como representando ações, atividades, processos ou situações estáticas (cf. 11.5.1 e Cap. 17).

Os itens lexicais que podem funcionar como predicadores são aqueles que têm um conteúdo descritivo, i.e., que representam propriedades atribuídas a entidades ou relações entre entidades[78]. Os predicadores frásicos mais típicos são os verbos, mas podem também funcionar como tal adjetivos, nomes, determinadas prepo-

[76] Na Lógica de Predicados, usa-se o termo "predicado" em vez de "predicador". Para evitar ambiguidade com a noção de "predicado" (na dicotomia "sujeito-predicado"), e seguindo a prática corrente de vários linguistas, adotamos aqui o termo "predicador" (cf. também a Nota 78).

[77] Em frases complexas, pelo menos um argumento é uma oração, representando, p.e., uma proposição ou uma situação, entre outras possibilidades: cf., respetivamente, *o Pedro disse <u>que o pai o vinha buscar</u>* ou *a Maria esperou <u>que o filho saísse da escola</u>* (cf. Caps. 36 e 37).

[78] É comum na Lógica usar-se o termo "predicado" não só para o sintagma verbal de uma frase (o predicado na dicotomia sujeito-predicado), mas também para as palavras (tipicamente verbos, adjetivos e nomes) que têm um significado descritivo, i.e., que denotam propriedades ou relações entre entidades. É neste sentido mais amplo que se pode dizer que aquilo que habilita uma palavra a funcionar como predicador é o facto de ser um predicado. Mesmo nesta aceção mais ampla, o leitor não deverá confundir "predicado" com "predicador". Assim, p.e., o "predicado" *inteligente* funciona como predicador frásico no exemplo dado acima (*a Maria é <u>inteligente</u>*), mas não no exemplo *uma criança <u>inteligente</u> respondeu à pergunta*; do mesmo modo, o nome *criança* é um predicado, que não funciona como predicador no exemplo anterior, mas funciona como tal em *o Luís é uma <u>criança</u>*. Voltamos a esta questão adiante (cf. também os Caps. 22 e 30).

sições e alguns (poucos) advérbios. O seguinte paradigma ilustra os vários casos, pondo-se o predicador em itálico:

(29) a. A noiva *lavou* o vestido. [verbo]
b. A Joana é *teimosa*. [adjetivo]
c. A Luísa é (uma) *enfermeira*. [nome]
d. O livro está *sobre* a mesa. [preposição]
e. O espetáculo foi *ontem*. [advérbio]

Em termos da análise em sujeito e predicado desenvolvida na subsecção anterior, o predicador ocorre sempre no predicado, sendo o seu elemento semântico mais importante[79]; podemos, assim, dizer que o predicador constitui não só o **núcleo semântico da frase** como também o **núcleo semântico do predicado**.

De modo geral, os predicadores verbais descrevem situações em que participam entidades de vários tipos. Essas situações podem ser eventos dinâmicos controláveis pelos indivíduos (como *comer*, *lavar*, *nadar*, *passear*) ou não (como *adoecer*, *amanhecer*, *cair*, *chover*, *desmaiar*, *escorregar*); podem ainda ser situações de natureza estática, entre as quais se incluem processos mentais e cognitivos de vária ordem (como *amar*, *conhecer*, *gostar*, *perceber*, *preferir*).

Enquanto predicadores frásicos, os adjetivos e os nomes descrevem propriedades ou características que se atribuem a uma entidade (como (*ser*) *inteligente*, (*ser*) *professor*, (*estar*) *doente*, (*estar*) *triste*), ou relações que duas entidades mantêm entre si (como (*ser*) *irmão* (*de*) ou (*estar*) *orgulhoso* (*de*)). As preposições representam relações que duas entidades mantêm entre si (como (*estar*) *sobre* (*algo*), (*estar*) *sem* (*algo ou alguém*), (*ser*) *de* (*tal ou tal lugar*)), e os (poucos) advérbios que funcionam como predicadores frásicos descrevem circunstâncias – sobretudo temporais ou locativas – que se aplicam a uma entidade, normalmente de natureza eventiva (como (*ser*) *ontem*, (*ser*) *aqui*)[80].

Na medida em que todas as orações requerem um verbo (cf. 11.1.2), quando o predicador é um adjetivo, um nome, uma preposição ou um advérbio, o sintagma verbal contém um verbo de tipo particular, chamado **verbo copulativo** (cf. 11.4.1.3). Os verbos copulativos, embora veiculem valores semânticos importantes nas frases, não funcionam como predicadores, visto não terem um conteúdo descritivo – ou seja, não contribuem para definir o tipo de propriedade atribuída ao sujeito, que depende do adjetivo, do nome, da preposição ou do advérbio (cf. Cap. 30).

Também não funcionam como predicadores os **verbos auxiliares** e **semiauxiliares** (cf. Cap. 29). Estes elementos contribuem com informação nos domínios semânticos do tempo (p.e., *vou adormecer sem dificuldades*; cf. Cap. 15), da modalidade (p.e., *podes passar o sal?* cf. Cap. 18)) e do aspeto (p.e., *o bebé está a comer*; cf. Cap. 17); no entanto, tal como os verbos copulativos, não têm um sentido descritivo, i.e., não constituem o elemento que define o tipo de situação, propriedade ou relação descrito numa frase.

[79] Este ponto já tinha sido assinalado na subsecção anterior, quando se distinguiu entre predicações de base verbal, adjetival e nominal.

[80] Cf. 11.5.1. e os Caps. 17 e 30 para uma descrição dos vários tipos semânticos em que se classificam os predicadores enquanto elementos que descrevem situações ou estados.

Aos verbos com um sentido descritivo e que funcionam como predicadores frásicos (excluindo, portanto, os verbos copulativos, os verbos auxiliares e os verbos semiauxiliares), chamamos nesta Gramática **verbos plenos**[81].

Para além do seu uso como predicadores frásicos, os adjetivos, os nomes, as preposições e os advérbios ocorrem também em contextos nos quais não funcionam como predicadores (cf. também a Nota 78). O uso mais típico dos nomes é como núcleo de sintagmas nominais, contribuindo para a descrição das entidades – indivíduos, pessoas, coisas, ideias, etc. – representadas por esses sintagmas, os quais funcionam canonicamente como argumentos: cf., por exemplo, [*o estudante*] *ofereceu* [*um livro*] *a* [*uma rapariga*]. Os adjetivos, para além de funcionarem como predicadores frásicos – i.e., com **função predicativa**[82] (cf. (29b)) – podem ocorrer integrados dentro de sintagmas nominais, como modificadores do nome (cf., por exemplo, *a* [*aluna teimosa*] *interrompeu a aula*). Neste caso, diz-se que têm **função atributiva**[83]. As preposições (cf. Cap. 32), para além de funcionarem como predicadores (cf. (29d)), funcionam também como núcleo de expressões com o estatuto de argumento (p.e., *o Pedro pensou nos seus pais*; cf. 11.4.2.2 e Cap. 28), como núcleo de expressões com o estatuto de adjuntos adverbiais (p.e., *a Maria saiu da sala durante o filme*; cf. 11.4.2.4 e Cap. 33) e também como núcleo de expressões que modificam um nome (p.e., *a* [*rapariga com os óculos de sol*] *é minha amiga*, em que os parênteses retos assinalam o constituinte que contém o nome modificado e o SP modificador; cf. Cap. 27). Finalmente, a função primordial dos advérbios é a de adjuntos adverbiais (p.e., *a Maria foi para Paris ontem*; cf. 11.4.2.4 e Cap. 33).

11.4.2.2 Argumentos

Como vimos acima, na Lógica de Predicados e nas análises linguísticas que tomam essa teoria como modelo, um predicador é um elemento que se combina – tipicamente de forma obrigatória – com **argumentos**, ou seja, com expressões que lhe completam o sentido e sem as quais o predicador não poderia formar uma proposição – uma frase – semanticamente coerente e completa. Numa perspetiva lógico-semântica, os argumentos representam entidades às quais são atribuídas propriedades, entidades que entram num determinado tipo de relação, ou, de um modo mais geral, entidades que participam nas situações descritas nas frases.

Assim, em (29a), *lavar*, enquanto predicador, combina-se com os argumentos representados pelos sintagmas nominais *a noiva* e *o vestido*; sem esses argumentos (ou outros igualmente adequados), o verbo, sozinho, não forma uma frase. Por

---

[81] No sentido do termo "predicado" explicado na Nota 78, os verbos copulativos, auxiliares e semiauxiliares não são, pois, predicados. É importante notar que estes verbos, no entanto, têm usos em que funcionam como verbos plenos, com sentido descritivo; nesses usos, são predicados e funcionam como predicadores frásicos (para este uso dos verbos auxiliares e semiauxiliares, cf. o Cap. 29, e dos verbos copulativos, cf. o Cap. 30).

[82] Este termo – **função predicativa** ou **uso predicativo** – pode aplicar-se também aos nomes, preposições e advérbios quando funcionam como predicadores.

[83] Em função atributiva, muitos adjetivos – nomeadamente os qualificativos, como *teimosa* (cf. Caps. 27 e 31) têm também uma função predicativa, dentro do SN, relativamente ao nome que modificam – assim, p.e., na frase dada acima como exemplo, podemos inferir do sintagma nominal *a aluna teimosa* a proposição '(essa) aluna é teimosa', que pode ser (como se nota) veiculada por uma frase em que o adjetivo é um predicador. No entanto, o predicador da frase original (*a aluna teimosa interrompeu a aula*) é o verbo *interrompeu*, não o adjetivo.

outras palavras, para usar esse verbo, é necessário indicar quem lava e aquilo que é lavado, sendo essa, precisamente, a função dos argumentos.

Em linguística, chama-se **seleção** à relação semântica estreita que existe entre um predicador e os seus argumentos na formação de uma frase (ou seja, de uma sequência com conteúdo proposicional completo). Dizemos, assim, que **um predicador seleciona os seus argumentos**. O verbo *lavar*, p.e., seleciona dois argumentos, um que representa uma entidade que lava (o SN *a noiva*, em (29a)) e outro que representa a entidade que é lavada (o SN *o vestido*, em (29a)).

De modo semelhante, em (29b), o adjetivo *teimosa* seleciona um argumento – o sintagma nominal *a Joana*; já em (27b) (*a Maria está orgulhosa dos filhos*), o adjetivo *orgulhosa* seleciona dois argumentos – o SN *a Maria* e o SP *dos filhos*. Em (29c), o nome *enfermeira* seleciona como argumento o SN *a Luísa*; ou seja, o nome (precedido ou não por um artigo indefinido, que, neste contexto, preserva as propriedades do nome como predicador – cf. Caps. 21, 22 e 30) denota uma propriedade que se atribui ao indivíduo representado por esse SN. Em (29d), a preposição *sobre* seleciona dois argumentos, os SN *o livro* e *a mesa*, que representam as entidades que entram na relação espacial denotada pela preposição. Finalmente, em (29e), o advérbio *ontem* seleciona como argumento o sintagma nominal *o espetáculo*, atribuindo uma propriedade temporal à entidade de natureza eventiva representada por esse SN.

No seguimento desta subsecção (e deste capítulo), concentramo-nos sobre as frases cujo predicador é um verbo (pleno), visto ser neste domínio que se encontra maior variedade de estruturas; sempre que for pertinente, no entanto, damos exemplos com predicadores de outras classes de palavras.

A centralidade dos argumentos para a coerência (ou **boa formação semântica**) das frases é facilmente observável quando os omitimos. Em geral (mas nem sempre – cf. Cap. 28), a omissão do argumento de um predicador tem como resultado uma frase não gramatical, semanticamente incompleta, sobretudo quando corresponde a um enunciado não enquadrado num contexto situacional ou discursivo que permita recuperar pragmaticamente o valor do argumento: cf., por exemplo, a não gramaticalidade (fora de contexto) de ***a noiva lavou*** ou de ***o livro está sobre***[84].

No que respeita à sua classe sintagmática, os argumentos podem ser sintagmas nominais (cf. *a noiva lavou o vestido*), sintagmas preposicionais (cf. *a Maria pensou no André*, *o professor colocou os apontamentos sobre a secretária*), orações finitas (cf. *a Maria acha que o João é bom aluno*) ou orações infinitivas (cf. *a Joana quer comprar um carro novo*).

11.4.2.3 Número de argumentos dos predicadores

Segundo as suas propriedades semânticas e o tipo de situação, relação ou propriedade que denota, cada predicador seleciona um determinado número de argumentos.

[84] Do mesmo modo, numa língua que não seja de sujeito nulo, como o inglês, a expressão ***washed her dress*** 'lavou o vestido', também não é gramatical. Em contrapartida, numa língua de sujeito nulo, como o português (cf. Cap. 43), a omissão do argumento que se realiza como sujeito não tem consequências negativas para a gramaticalidade das frases ou para a sua coerência semântica (cf. *lavou o vestido*); nestes casos, "subentende-se" um sujeito pronominal nulo, equivalente a *ele* ou *ela*.

O número de argumentos selecionados por um predicador chama-se **enaridade** (do predicador)[85]. Nas línguas humanas, para a maioria dos predicadores, esse número varia entre 1 e 3, embora existam, por um lado, alguns (poucos) predicadores que não selecionam qualquer argumento e, por outro, alguns (poucos) predicadores que selecionam quatro argumentos.

Entre os predicadores que selecionam um só argumento encontram-se a grande maioria dos adjetivos e dos nomes, bem como muitos verbos (cf. Cap. 28). Seguindo a terminologia da Lógica, estes predicadores chamam-se **predicadores de um lugar** (na terminologia de Peres e Móia, **predicadores unários**). Entre eles contam-se os verbos *adormecer*, *dançar*, *desmaiar*, *espirrar*, *explodir*, *ladrar*, *morrer* e *nascer*, adjetivos como *alto*, *esperto*, *grande*, *inteligente*, *redondo* e *triste* e nomes de profissão (entre outros) como *médico* e *pedreiro*. Damos alguns exemplos a seguir, colocando os predicadores em itálico e sublinhando os argumentos:

(30) a. A Bárbara *adormeceu*.
b. *Explodiram* três foguetes.
c. A Ana é *inteligente*.
d. O Fernando é *pedreiro*.

Os predicadores que selecionam dois argumentos (chamados **predicadores de dois lugares** ou **predicadores binários**) incluem a grande maioria dos verbos (*amar*, *assustar*, *coser*, *detestar*, *ler*, *pensar*, *temer*, *visitar*, *votar*) e outros predicadores "relacionais" pertencentes à classe dos adjetivos (*contente*, *fiel*, *interessado*), dos nomes (*amigo*, *irmão*, *pai*) e das preposições (*em*, *sobre*):

(31) a. A Maria *leu* um livro do Tintim.
b. O Zé *votou* contra os fascistas.
c. A Ana é *fiel* ao António.
d. O meu irmão é *amigo* do Sr. Barros.
e. O livro está *sobre* a mesa.

Dos **predicadores de três lugares** ou **predicadores ternários** constam praticamente apenas verbos, incluindo-se entre eles *dar*, *entregar* e *pôr*; não há nomes ou adjetivos que selecionem três argumentos[86]:

(32) a. A minha tia *deu* [um barco à vela] [ao meu irmão mais velho].
b. O estudante *pôs* [o livro de linguística] [na pasta nova].
c. Eles *entregaram* [o livro] [à professora].

---

[85] Este termo foi proposto por Peres e Móia (1995:50); cf., em particular, a Nota 7 dessa obra para um pequeno historial da sua origem no uso da letra *n* como variável sobre números. Outros autores usam o termo "valência".

[86] Canonicamente, os predicadores preposicionais são binários, com a possível exceção de *entre* (cf. Cap. 32.9.2): cf. *Porches* {*fica*/*está*/*é*} ***entre*** *Portimão e Armação de Pêra*, com três argumentos (sublinhados). No entanto, não é claro, neste caso, se o predicador frásico é (apenas) a preposição ou se é uma locução complexa (um predicador complexo) formada pelo verbo (*ficar*, *estar* ou *ser*) em combinação com a preposição (cf. Cap. 32). Na primeira análise, os verbos são classificados como copulativos; na segunda, teriam de ser classificados como plenos quando têm um sentido locativo (cf. Cap. 30). Sobre a ocorrência de alguns verbos que representam fenómenos atmosféricos com um sujeito cognato, como em *choviam grossas bátegas de água*, cf. Cap. 28.2.3.3.

Os predicadores com enaridades menores que um ou maiores que três são em pequeno número. Do lado menor, existe um pequeno número de **predicadores de zero lugares** (i.e., que não selecionam qualquer argumento), todos eles verbos que denotam fenómenos que têm a ver com o tempo ou com as partes do dia; entre eles, incluem-se *amanhecer*, *anoitecer*, *chover*, *escurecer*, *nevar*, *relampejar* e *trovejar*. Estes predicadores são, pois, "autossuficientes", podendo constituir, só por si, uma proposição[87]:

(33) a. *Chove*.
b. Está a *nevar*.
c. Vai *amanhecer* dentro em breve.

> [8] Os pronomes *il* e *it* com função de sujeito gramatical que ocorrem com verbos correspondentes a estes em francês e em inglês (cf., respetivamente, *il pleut*, *it rains*), ou o pronome nulo equivalente que ocorre em português (cf. [-] *chove*) não é um argumento. Como vimos na Caixa [7], trata-se de um elemento expletivo, i.e., sem qualquer conteúdo semântico; ou seja, não designa nenhuma entidade extralinguística relacionada de qualquer forma com a situação descrita pelo verbo. Plausivelmente, a ocorrência do pronome reflete uma exigência formal da sintaxe das frases, nomeadamente a sua divisão obrigatória em sintagma nominal seguido de sintagma verbal. Repare-se, no entanto, que, com outros predicadores, estes pronomes representam entidades do mundo e funcionam como argumentos: cf., por exemplo, *il est lourd* (francês), *it is heavy* (inglês) ou [-] *é pesado*, frases em que o pronome (nulo, em português) se pode referir a uma coisa ou a uma pessoa.

Do lado da enaridade maior que três, existe um pequeno número de verbos que denotam movimento (*atirar*, *levar*, *passar*, *transferir*, *trazer*) ou transações (*comprar*, *pagar*, *trocar*, *vender*) que se prestam a uma análise como **predicadores de quatro lugares** (ou **predicadores quaternários**):

(34) a. O João *levou* [o carro] [do stand de vendas] [para casa].
b. O Pedrinho *trouxe* [a bola] [do jardim] [para a rua].
c. A Isabel *comprou* [um livro] [ao Luís] [por vinte escudos].
d. A Felisberta *pagou* [vinte euros] [ao comerciante] [por um par de sapatos].
e. A Clara *trocou* [um par de sapatos] [por uma camisola] [com a Maria].

No caso dos verbos de movimento (cf. (34a,b)), os quatro argumentos correspondem ao agente da ação (o sujeito), à entidade afetada pela ação (o complemento direto), à origem do movimento e ao seu destino. No caso dos verbos de transação (cf. (34c-e)), os argumentos correspondem aos indivíduos que participam na transação (quem dá e quem recebe) e às entidades que são transacionadas – normalmente um determinado produto e o dinheiro que se paga por ele, ou dois produtos[88].

---

[87] Em (33b) e (33c), *estar* (*a*) e *ir* são verbos auxiliares, não são predicadores (cf. 11.4.2.1); e, em (33c), *dentro em breve* é um adjunto adverbial, não é um argumento (cf. 11.4.2.4).

[88] A análise destes predicadores como quaternários não é unânime entre os linguistas; uma análise alternativa consiste em considerar uma das expressões como sendo um adjunto (cf. 11.4.2.4), e não como sendo um argumento: com os verbos de movimento, uma das expressões locativas, dependendo do sentido do verbo (com *levar*, seria adjunto a expressão que designa o lugar de origem e argumento a expressão que

11.4.2.4 Adjuntos adverbiais

Para além do predicador e dos seus argumentos, as frases podem conter expressões que enquadram as situações descritas em dimensões circunstanciais de natureza variada, nomeadamente espacial, temporal, relativa ao modo como uma ação é praticada, à sua finalidade e ao instrumento usado, entre outras possibilidades. Estes constituintes, no entanto, não são essenciais para completar o sentido do predicador e, logo, para obter uma proposição (completa). Dão-se alguns exemplos em (35):

(35) a. A Joana comprou um carro novo *ontem*.
b. A Maria rasgou o livro *violentamente*.
c. O bebé adormeceu *no quarto*.
d. O Júlio cortou o pão *com uma faca afiada*.
e. A minha tia deu uma bicicleta ao meu irmão *quando ele a visitou*.
f. O Isaltino comprou um automóvel *para chegar ao emprego mais cedo*.
g. O Zé vai ao médico *esta semana*.

A função exercida por estes constituintes é a de **adjunto adverbial** e, concomitantemente, chamamos-lhes **adjuntos adverbiais** (frequentemente, abrevia-se em "adjuntos")[89]. A função canónica dos advérbios (como classe de palavras) é a de adjunto adverbial, e é por esse motivo que o nome da função inclui o adjetivo "adverbial". Note-se, no entanto, que outras classes sintagmáticas podem exercer essa função, como a dos sintagmas preposicionais e a das orações, finitas ou infinitivas (mais restritamente, também a dos sintagmas nominais): assim, em (35a,b), os adjuntos são advérbios, em (35c,d), os adjuntos são sintagmas preposicionais, em (35e), o adjunto é uma oração subordinada finita, em (35f), uma oração subordinada infinitiva, e, em (35g), um sintagma nominal.

Não sendo selecionados pelos predicadores, os adjuntos adverbiais não são obrigatórios nas frases. Ou seja, podem ser livremente omitidos sem que a frase deixe de ter um conteúdo proposicional[90]. Assim, as frases de (36), semelhantes às de (35) mas omitindo-se os adjuntos, são todas gramaticais e coerentes:

(36) a. A Joana comprou um carro novo.
b. A Maria rasgou o livro.
c. O bebé adormeceu.
d. O Júlio cortou o pão.
e. A minha tia deu uma bicicleta ao meu irmão.
f. O Isaltino comprou um automóvel.
g. O Zé vai ao médico.

---

designa o lugar de destino; com *trazer*, o inverso); com os verbos de transação, seria adjunto o sintagma nominal iniciado pela preposição *por*, que representa uma das entidades transacionadas (*por vinte escudos* em (34c), *por um par de sapatos* em (34d) e *por uma camisola* em (34e).

[89] Na gramática tradicional, os adjuntos adverbiais são chamados "complementos circunstanciais". Esta expressão, no entanto, é contraditória no sistema terminológico desta Gramática, visto que os complementos são aqui definidos como um tipo particular de argumentos (cf. 11.4.2.5).

[90] Isto não implica de forma alguma que os adjuntos adverbiais não tenham importância semântica ou valor informativo. Do ponto de vista da informação, os adjuntos, quando estão presentes numa frase, são tão importantes como os argumentos e, dependendo da situação comunicativa particular, podem mesmo ser mais importantes do que eles.

Consideremos agora os seguintes exemplos, prestando particular atenção aos constituintes em itálico e à função que desempenham em cada frase:

(37) a. A Maria pôs o livro *no banco do jardim*.
b. A Maria adormeceu *no banco do jardim*.

(38) a. O concerto durou *até às oito da noite*.
b. A orquestra tocou música popular *até às oito da noite*.

(39) a. O Luís mora *em Lisboa*.
b. O Luís comprou o livro *em Lisboa*.

Nos exemplos (a) de cada paradigma, os constituintes em itálico são necessários para completar o sentido dos predicadores verbais, ou seja, funcionam como argumentos selecionados por eles. De facto, o verbo *pôr* seleciona um argumento que representa o lugar onde algo é posto; o verbo *durar* seleciona um argumento que indica a quantidade de tempo de um evento (este expresso pelo argumento com a função de sujeito); e o verbo *morar* seleciona um argumento que representa um lugar – uma rua, uma cidade, um país, etc. – onde se localiza um indivíduo (este representado pelo argumento com a função de sujeito).

Em contrapartida, nos exemplos (b), o mesmo constituinte representa um enquadramento circunstancial, locativo ou temporal, da situação representada. Em nenhum desses exemplos a expressão em itálico é requerida pelos verbos para lhes completar o sentido. Ou seja, essas expressões não são aí argumentos selecionados pelos predicadores verbais (*adormecer*, *tocar* e *comprar*), funcionando antes como adjuntos adverbiais.

Prevê-se, pois, que a omissão desses constituintes seja possível nos exemplos (b) (cf. (40)), mas que resulte em expressões semanticamente anómalas e gramaticalmente inaceitáveis nos exemplos (a) – sem eles, os exemplos não têm um conteúdo proposicional completo (cf. (41))[91]:

(40) a. A Maria adormeceu.
b. A orquestra tocou música popular.
c. O Luís comprou o livro.

(41) a. *Maria pôs o livro.
b. *O concerto durou.
c. *O Luís mora.

Estes paradigmas mostram algo de importante sobre o estatuto de um constituinte como argumento ou como adjunto. Esse estatuto é da exclusiva responsabilidade do predicador. Assim, p.e., em (37a), é o predicador verbal (*pôr*) que determina que o SP *no banco do jardim* seja um argumento, e, em (37b), é igualmente o predicador verbal (*adormecer*) que (neste caso pela negativa), ao não selecionar um argumento locativo, determina indiretamente a interpretação desse constituinte como um adjunto. Ou seja, não existe nenhuma característica intrínseca dos constituintes,

[91] No entanto, há casos em que um argumento pode ser omitido (cf. Cap. 28).

de natureza sintática ou semântica, que determine *a priori* se funcionam como argumento ou como adjunto numa frase.

Outro exemplo que nos permite chegar à conclusão de que a classe sintagmática de um constituinte é independente do seu estatuto como argumento ou como adjunto é a frase *o João pensou* [*nos seus problemas*] [*no avião*]. Neste exemplo, ambos os constituintes entre parênteses são sintagmas preposicionais cujo núcleo é a mesma preposição, *em*. Funcionalmente, no entanto, o primeiro é um argumento selecionado pelo verbo *pensar*, ao passo que o segundo é um adjunto adverbial.

Contrariamente a certas observações que encontramos nas gramáticas tradicionais, não podemos, pois, definir os adjuntos (aí chamados "complementos circunstanciais" – cf. Nota 89) com base na sua interpretação semântica ("de lugar", "de tempo", "de modo", etc.). As expressões em itálico dos exemplos (37)-(39) têm o mesmo valor semântico nos exemplos (a) e (b) – de lugar em (37) e (39), de duração temporal em (38). Não obstante, nos exemplos (a), essas expressões funcionam como argumentos e, nos exemplos (b), como adjuntos.

Embora os advérbios sejam canonicamente adjuntos, como referimos acima, nem sempre o são, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(42) a. A Maria pôs o livro *aí*.
b. A Maria não se portou *bem*.

Em (42a), o advérbio é um argumento locativo selecionado pelo predicador verbal *pôr*, e, em (42b), o advérbio de modo é igualmente selecionado pelo verbo *portar-(se)*[92]. Nos dois casos, a omissão do advérbio causa não gramaticalidade (a frase fica incompleta): cf. ***a Maria pôs o livro* e ***a Maria não se portou*.

11.4.2.5 Classificação dos argumentos: sujeito e complementos

Numa frase, os argumentos realizam-se funcionalmente de dois modos diferentes: ou como **sujeito** (**gramatical**) (cf. 11.4.1.2) ou como **complemento**. O **sujeito** (**gramatical**) é o argumento que concorda em pessoa e número com o verbo e que, canonicamente, ocorre fora do sintagma verbal, em posição pré-verbal, com o estatuto de sujeito da predicação[93]. Do ponto de vista sintagmático, o sujeito pode ser um sintagma nominal ou, em frases complexas, uma oração[94]. Os complementos, por sua vez, definem-se como sendo os argumentos que não concordam em pessoa e número com o verbo e que ocorrem canonicamente dentro do sintagma verbal[95]. Nos seguintes exemplos, sublinha-se o sujeito e colocam-se os comple-

[92] Ainda que o advérbio *bem* em (42b) seja selecionado pelo verbo e não seja, portanto, um adjunto, não é inteiramente claro que possa ser classificado como um argumento, visto que não corresponde propriamente a uma entidade à qual se atribua uma propriedade ou que entre numa relação com outra entidade. Poderíamos talvez descrevê-lo como um "quase argumento"; a este propósito, cf. Cap. 28.1.6 e Peres (2007).

[93] Dizemos "canonicamente" porque, nos juízos téticos (cf. Caixa [7]), o sujeito gramatical (quando é selecionado pelo predicador) ocorre dentro do sintagma verbal, em posição pós-verbal ou no final da frase, e não é sujeito da predicação: cf. *apareceram alguns gatos no meu quintal*.

[94] Cf., por exemplo, *que a Clara tenha chegado tão tarde desagradou-me muito* (ver 11.1.2.1 e Caps. 36 e 37).

[95] De novo, dizemos "canonicamente" porque um complemento pode ocorrer em posição pré-verbal, com o estatuto de tópico: cf. *a viagem ao México, nós só a concretizámos no ano passado*. Nesta frase, *a viagem ao México* é funcionalmente um complemento direto, retomado pelo pronome *a* no interior do comentário (cf. 11.4.1.2 e Cap. 12).

mentos em itálico (quando ocorre mais de um complemento, encerram-se dentro de parênteses retos):

(43) a. O novo aluno cumprimentou *a professora de Matemática*.
b. O Pedro ofereceu [*um presente*] [*à Rita*].
c. O professor entrou *na sala de aula*.
d. Esse livro custou *30 euros*.
e. O António confundiu [*o sapo*] [*com uma rã*].

O sujeito pode ser um pronome; nesse caso, as formas usadas são aquelas que pertencem à série nominativa – *eu*, *tu*, *nós*, *vós*, *você*(*s*), *ele*(*s*), *ela*(*s*) (cf. Cap. 23):

(44) a. *Eu* cumprimentei a professora de Matemática.
b. *Tu* ofereceste um presente à Rita.
c. {*Vocês*/*Eles*/*Elas*} entraram na sala de aula.

Uma frase só contém um sujeito gramatical, mas pode conter mais de um complemento, com propriedades gramaticais distintas entre si. Assim, os complementos subclassificam-se em **complemento de objeto direto** (frequentemente abreviado, nesta Gramática, na expressão mais simples **complemento direto**), **complemento de objeto indireto** (frequentemente abreviado em **complemento indireto**) e **complemento oblíquo**.

Os vários tipos de complementos definem-se pelas seguintes propriedades: o **complemento direto** caracteriza-se por ser um sintagma nominal (i.e., não é introduzido por uma preposição)[96]. No caso de ser um pronome, realiza-se através das formas que pertencem à série acusativa – *me*, *te*, *nos*, *vos*, *o*(*s*), *a*(*s*), *se* (cf. Cap. 23):

(45) a. O novo aluno cumprimentou *a professora de Matemática*.
b. O novo aluno cumprimentou-{*me*/*te*/*a*}.

Os verbos que selecionam um argumento com a função de complemento direto chamam-se **verbos transitivos** e as frases (orações) que contêm um complemento direto chamam-se **frases** (**orações**) **transitivas** (cf. 28.2.2.2). Por sua vez, os verbos que não selecionam um argumento com a função de complemento direto chamam-se **verbos intransitivos**, e as frases (orações) que não contêm um complemento direto chamam-se **frases** (**orações**) **intransitivas**.

O complemento direto de uma oração transitiva corresponde tipicamente ao sujeito de uma frase correspondente na **voz passiva**, formada com o verbo auxiliar *ser* (cf. Caps. 13 e 29)[97]:

(46) a. Os assaltantes roubaram *a Mona Lisa*.
b. *A Mona Lisa* foi roubada pelos assaltantes.

[96] O complemento direto também pode ser uma oração subordinada (cf. 11.1.2.1 e Caps. 28, 36 e 37). Com um pequeno número de verbos de atitude afetiva (como *amar* e *temer*) e nalgumas construções marcadas, o complemento direto pode ser um sintagma preposicional introduzido pela preposição *a* (cf. Cap. 28.1.3.1.1).
[97] Das frases não passivas diz-se que estão na **voz ativa**, independentemente do número e do tipo dos seus argumentos. Nem todas as frases transitivas têm uma contraparte passiva. Sobre esta questão, cf. Caps. 13 e 28.

O **complemento indireto** caracteriza-se por ser um sintagma preposicional cujo núcleo é a preposição *a*. No caso de ser um pronome, realiza-se através das formas que pertencem à série dativa – *me*, *te*, *nos*, *vos*, *lhe*(*s*), *se* (cf. Cap. 23):

(47) a. O Zé ofereceu um disco *à Júlia*.
b. O Zé ofereceu-{*me*/*te*/*lhe*} um disco.

O complemento indireto usa-se frequentemente em frases transitivas com **verbos de transferência**, como *dar*, *comprar*, *entregar*, *oferecer* e *vender* (entre outros), denotando geralmente um indivíduo a quem se destina a entidade transferida, como em (47), e ocasionalmente, com alguns (poucos) verbos, o indivíduo que está na origem da transferência (cf. *o Pedro comprou um disco à Ana*, na interpretação em que a Ana é a pessoa que vende o disco).

Os **complementos oblíquos** definem-se pela negativa, como sendo aqueles que não são nem diretos nem indiretos. Tipicamente, são sintagmas preposicionais; quando são pronomes, realizam-se através das formas que pertencem à série oblíqua – *mim*, *ti*, *nós*, *vós*, *ele*(*s*), *ela*(*s*), *si* (cf. Cap. 23), as quais seguem a preposição:

(48) a. A Maria pensou *nos seus filhos*.
b. A Maria pensou *em* {*mim*/*ti*/*eles*/*si*}[98].

Entre os complementos oblíquos, destacam-se aqueles que representam localizações espaciais, quer numa perspetiva estática ('estar em') quer numa perspetiva dinâmica de lugar de origem, de destino ou de passagem (cf. Cap. 32):

(49) a. A Maria está *em Roma*.
b. A Maria vai *a*/*para Roma*.
c. A Maria chegou *de Roma*.
d. A Maria passou *por Roma*.

Com este valor semântico, os sintagmas preposicionais são substituíveis por advérbios locativos como *aqui*, *aí*, *ali*, *acolá*, etc. (cf. *a Maria está lá*, *foi para lá*, *veio de lá*, *passou por lá*).

O complemento oblíquo de verbos de medida como *custar*, *durar*, *medir* e *pesar*, que exprimem o valor de entidades físicas ou abstratas numa escala quantitativa, é um sintagma nominal, ou seja, não é introduzido por uma preposição:

(50) a. O livro custou *vinte euros*.
b. O concerto durou *duas horas*.
c. A mesa mede *quatro metros*.
d. Essa cadeira pesa *uma tonelada*.

Ainda que sejam sintagmas nominais, estes complementos não são diretos, visto que não são substituíveis por um pronome acusativo: cf., por exemplo, a não gramaticalidade de **o livro custou-os*; para além disso, as frases com estes complementos não têm uma contraparte passiva na qual o complemento ocorra como sujeito: cf., por exemplo, a não gramaticalidade de **vinte euros foram custados por esse livro*.

[98] A sequência formada pela preposição *em* seguida do pronome *eles* contrai-se na forma *neles*.

Aos complementos que são sintagmas preposicionais chamamos **complementos preposicionados.** Os complementos oblíquos são, na sua maioria, preposicionados; excetuam-se os ilustrados em (50).

Como nota final, relembramos que nesta Gramática um complemento é definido estritamente como sendo um tipo de argumento. Este ponto é importante, pois nem todos os sistemas gramaticais impõem esta característica na definição de complemento. Segue-se que um sintagma com a função de adjunto adverbial, por definição, não é um complemento, visto que não tem estatuto argumental (cf. 11.4.2.4). Ou seja, no sistema de definições usado nesta Gramática, as noções de complemento e de adjunto adverbial (tal como as noções de argumento e de adjunto adverbial) são mutuamente exclusivas[99].

11.5 Organização semântica da frase

As frases declarativas descrevem acontecimentos do mundo ou propriedades e estados que se atribuem às entidades. No mundo real, as coisas que acontecem e os estados em que se encontram as pessoas, os animais e as coisas são fenómenos que podem coexistir no mesmo enquadramento espácio-temporal, em interações complexas e fluidas, e sucedendo-se sem fronteiras delimitadas. Em contrapartida, as frases simples declarativas funcionam como uma espécie de fotografia: "congelam" pedaços de realidade numa visão parcial e estática, abstraindo da sua fluidez, da sua interação com outros acontecimentos, da sua continuidade e da complexidade que apresentam no mundo real.

Em semântica, aos pedaços de realidade descritos numa frase declarativa dá-se o nome de **situações**. No mundo real, é difícil definir o que é exatamente uma situação. Em semântica, pelo contrário, uma situação é o estado de coisas descrito por qualquer frase declarativa, a maneira como o mundo tem de ser para que essa frase seja verdadeira, independentemente da natureza daquilo que se diz. Por outras palavras, a representação das situações constitui o conteúdo proposicional das frases (cf. 11.1.5.2). Qualquer das seguintes frases, por conseguinte, descreve uma situação, ainda que possivelmente não usássemos esse termo no seu sentido corrente para classificar aquilo que é dito nalgumas delas:

(51) a. A Maria levou vinte anos a ler Guerra e Paz.
b. O Manel vive em Madrid.
c. O Cristiano Ronaldo marcou um golo.
d. O Zé é inteligente.
d. Chove muito em Abril.

Há duas facetas semânticas das situações com particular importância na análise e na descrição gramatical: o **aspeto** e os **papéis temáticos**. O **aspeto** tem a ver com o tipo de situação que os predicados representam: p.e., se a situação é dinâmica (como a que é expressa por *correr uma maratona*) ou estática (como a que é expressa por *ser inteligente*); se leva tempo (como a que é expressa por *ler um livro*)

[99] É por este motivo que o termo tradicional de "complemento circunstancial" para designar os adjuntos adverbiais não é adotado nesta Gramática.

ou se é praticamente instantânea (como a que é expressa por *espirrar*), entre outras distinções (cf. 11.5.1 e Cap. 17).

Os **papéis temáticos** têm a ver com o valor semântico dos argumentos e de alguns adjuntos adverbiais no enquadramento das situações descritas pelas frases; p.e., e utilizando uma linguagem não técnica: quem é responsável por uma situação, quem é afetado, quem se move, de onde e para onde, quem dá, quem recebe, o que ou quem causa o quê, e assim por diante.

Esta secção dedica-se a introduzir as noções mais importantes destas duas facetas da organização semântica das frases. Em 11.5.1, descrevemos de forma resumida (visto que este tópico é objeto de um capítulo autónomo – o Cap. 17) as diferentes classes aspetuais em que se classificam as situações, com base num pequeno número de dimensões semânticas que definem aquilo a que se chama o "perfil aspetual" de cada uma delas; em 11.5.2, descrevemos os papéis temáticos consensualmente aceites na linguística contemporânea e que são usados pela generalidade dos autores desta Gramática. Finalmente, em 11.5.3, introduzimos a noção de **restrições de seleção**, i.e., as "escolhas" de natureza semântica que os predicadores impõem sobre os seus argumentos. Para dar um exemplo, o argumento com a função de sujeito do verbo *ver*, no uso normal deste verbo, tem de designar um ser, pessoa ou animal, com capacidade de visão (cf. a estranheza de #*a montanha viu o leão*).

11.5.1 Classes aspetuais: eventos e estados

O aspeto classifica as situações segundo são estáticas ou dinâmicas, segundo duram tempo ou são perspetivadas como instantâneas, segundo têm ou não momentos internos qualitativamente distintos e segundo tendem ou não para uma finalidade intrínseca. O aspeto é o produto de uma interação complexa de vários elementos linguísticos, entre os quais se contam o predicador, os complementos e os adjuntos das frases (aquilo a que se chama ***Aktionsart***); cf. Cap. 17[100]. Nesse sentido, pode dizer-se que o constituinte por excelência que veicula o aspeto das frases é o seu predicado.

As situações descritas pelas frases dividem-se em dois grandes tipos: os **eventos** e os **estados**[101]. Os **eventos** são **situações dinâmicas**, nas quais "acontece" alguma coisa, em que há porções temporais individualmente discerníveis (mesmo se forem repetitivas), chamadas **fases**, que fazem progredir a situação e alterar, por muito pouco que seja, o seu momento inicial. Os eventos mais típicos são aqueles que descrevem as atividades dos seres humanos (ler um livro, correr, passear no parque, nascer, apagar a luz, espirrar, tossir), mas não se reduzem de forma alguma a essa esfera; assim, descrevem igualmente eventos frases como *a pedra rolou pela ribanceira abaixo*, *a televisão estragou-se*, *a garrafa partiu-se* ou mesmo as frases que descrevem situações meteorológicas como *chove*, *troveja* ou *neva*. Os predicados que representam eventos chamam-se **predicados eventivos**.

[100] O sujeito também tem influência no aspeto, embora a sua importância seja menor (cf. Cap. 17.4).

[101] Estes termos (situação, evento, estado e outros da área do aspeto) são usados em semântica para classificar as *representações linguísticas* daquilo que acontece no mundo, e não propriamente para classificar diretamente os acontecimentos em si mesmos. Esta advertência é importante, visto que os termos são por vezes usados também com um sentido comum, em que designam diretamente acontecimentos do mundo real.

Na classe geral dos eventos, têm um papel de relevo as **ações**, ou seja, aqueles eventos que são iniciados e realizados de modo causal, voluntário e consciente por um indivíduo (ou por alguns animais superiores) e que representam usualmente uma manipulação do mundo, da qual o indivíduo é responsável (cf. *o Zé comprou um livro*, *o Joaquim beijou a Elvira*, *o Pedro bebeu um copo de vinho*, *o João bateu no André*). Numa ação, o argumento com a função de sujeito (quando a frase é ativa) tem o papel temático de **agente**, plausivelmente o mais central de todos os papéis temáticos (cf. 11.5.2.1).

Os **estados**, em contrapartida, são **situações não dinâmicas**, que (enquanto duram) não se deixam analisar em momentos sucessivos de natureza discreta qualitativamente diferentes, em que não há mudanças internas, progressão ou movimento, pelo menos linguisticamente representados. Outra característica dos estados é serem **durativos**, i.e., prolongarem-se por um período de tempo mais ou menos longo[102]. Representam tipicamente estados as frases copulativas, com predicadores nominais ou adjetivais (cf. 11.4.1.3), nas quais se atribuem características, propriedades ou "estados" (no sentido comum) aos indivíduos e às entidades em geral: cf. *o Pedro é alto/inteligente*, *o Luís está* {*contente/triste/bêbado*}, *a Maria é portuguesa*, *o copo é* {*de vidro/redondo*}, entre muitos outros exemplos que se poderiam dar. Representam também estados verbos de localização espacial como *estar* ou *viver* (cf. *o Manel vive/está em Madrid*), verbos de posse (incluindo inalienável – cf. Cap. 28) como *ter* ou *possuir* (cf. *a Idalina tem olhos azuis*, *o Pedro possui/tem um belo automóvel*) e verbos que denotam estados cognitivos ou afetivos das pessoas, como *gostar* (*de*), *perceber* (*de*) ou *saber* (cf. *o Joaquim gosta da Idalina*, *o Joaquim sabe tudo*, *o Zé percebe imenso de economia*). Os predicados que representam estados chamam-se **predicados estativos**.

11.5.1.1 Processos culminados, processos, culminações e pontos

Os eventos dividem-se em quatro tipos aspetuais[103]: **processos culminados**, **processos**, **culminações** e **pontos**.

Os **processos culminados** representam **situações durativas** (i.e., que se prolongam temporalmente, que "levam tempo") e **télicas**; este termo (do grego *telos* 'fim', 'limite') significa que essas situações têm um fim intrínseco, uma fronteira final, chamada **culminação**. Assim, p.e., *construir uma casa* é um processo culminado, que inclui uma fase intermédia, que leva tempo (i.e., é um evento durativo) e que termina quando acaba a construção – a culminação. Tipicamente, como consequência de se atingir essa fronteira final, um dos participantes do evento muda alguma das suas características, ou passa a existir, ou deixa de existir; i.e., de maneira geral, altera o seu estado. Com o predicado *construir uma casa*, é o participante representado pelo complemento direto que muda de estado: passa a existir como resultado da construção. A esse novo estado chama-se **estado resultativo**[104].

[102] Como veremos a seguir, a maior ou menor duração de um estado é um fator (entre outros) que leva à sua classificação em subtipos distintos (cf. 11.5.1.2). Os eventos podem ser durativos ou não: cf. 11.5.1.1.

[103] As ações, mencionadas acima, situam-se noutra dimensão classificativa, podendo, na realidade, pertencer a qualquer uma das subclasses aqui discutidas.

[104] Os processos culminados permitem geralmente inferir proposições realizadas por frases com os verbos *ficar* e *estar*: cf. *a casa ficou construída* (o **aspeto incoativo**, que inclui não só uma descrição do estado resultativo, mas também a mudança para esse estado), e *a casa está construída* (que descreve o estado resultativo).

Os processos culminados podem combinar-se com um adjunto adverbial de tempo, introduzido pela preposição *em*, que indica a quantidade de tempo que o processo dura até à sua culminação (cf. *os operários construíram a casa em três anos*).

Os **processos** são eventos durativos sem uma culminação, i.e., nos quais não se atinge um fim intrínseco codificado no predicado. Geralmente, os processos, embora sejam situações dinâmicas, são constituídos por fases "repetitivas", i.e., homogéneas. Constituem exemplos de processos as frases *o Pedro passeou no parque* e *choveu*. Os processos combinam-se tipicamente com adjuntos adverbiais de tempo iniciados pela preposição *durante*, que indicam a quantidade de tempo que o evento dura (cf. *o Pedro passeou no parque durante duas horas*, *choveu durante toda a tarde*)[105].

As **culminações** são eventos não durativos e télicos. Ou seja, por um lado, são perspetivados pelos falantes como sendo praticamente instantâneos; por outro, têm um fim intrínseco, que determina um estado resultativo para um dos participantes. São exemplos de culminações predicados como *desmaiar*, *fechar a luz*, *ligar a televisão*, *marcar um golo*, *morrer*, *nascer*, e verbos de movimento como *entrar* e *sair*, entre outros.

Finalmente, os **pontos** são eventos não durativos e não télicos, i.e., sem uma meta intrínseca da qual resulte uma mudança de estado para um dos participantes. São exemplos de pontos *espirrar*, *explodir* e *tossir*, entre outros.

11.5.1.2 Estados estáveis e estados episódicos

Na classe dos estados, a divisão fundamental é a que opõe os **estados estáveis** aos **estados episódicos**. Os **estados estáveis** são aqueles que representam propriedades ou qualidades que perduram durante uma parte da existência das entidades às quais são atribuídas, ou mesmo durante toda a sua existência, e que, portanto, tomadas em conjunto, as caracterizam enquanto entidades particulares. Incluem-se nesta classe (entre muitas outras) propriedades como a cor dos olhos, a nacionalidade, ser inteligente, ser feliz, ter uma profissão, viver num lugar, ser natural de um lugar, ser jovem ou ser velho: cf. *a Maria tem olhos castanhos*, *o Manel vive em Madrid*, *o Pedro é alto*, *a Joana é inteligente*, *o Michel Vaillant é francês*). Em frases copulativas, os predicados estativos estáveis combinam-se com o verbo copulativo *ser* (cf. Cap. 30).

Em contrapartida, os **estados episódicos** são aqueles que representam propriedades ou qualidades transitórias e contingentes das entidades, geralmente suscetíveis de mudança num período de tempo curto, e que são, portanto, perspetivados como "episódios" ou estados passageiros delimitados temporalmente. Incluem-se nesta classe propriedades como estar bêbado, estar num determinado lugar, estar nervoso, estar assustado, estar cansado, ter fome ou ter frio (cf. *o Miguel está bêbado*, *a Maria tem fome/frio*, *o Manel está em Madrid*, *a Sofia está* {*contente/triste/cansada*}). Em frases copulativas, os predicados estativos episódicos combinam-se com o verbo copulativo *estar* (cf. Cap. 30).

---

[105] Os verbos que denotam processos culminados também se podem combinar com estes adjuntos adverbiais (cf. *a Maria leu o livro durante toda a tarde*); nesse caso, a frase passa a representar um processo, na medida em que apenas se descreve a duração da fase intermédia, processual, do evento, i.e., não se contempla a sua culminação. De facto, da frase acima não se pode inferir que a Maria terminou o livro (compare-se com *a Maria leu o livro em duas horas*, frase da qual se infere que a Maria terminou a leitura do livro).

11.5.2 Papéis temáticos

As situações descritas nas frases põem em cena participantes de vários tipos (pessoas, animais, coisas, forças da natureza, etc.), que manipulam o mundo, que causam acontecimentos, a quem sucedem coisas (incluindo serem construídos, destruídos ou alterados), que percecionam ou são percecionados e que se movem de um lugar para outro. No caso de serem pessoas, podem utilizar instrumentos diversos, agir por causas distintas e com finalidades diversas, ter desejos, dar ordens, em suma, interagir de maneiras complexas entre si e com o mundo que os rodeia, num determinado contexto espácio-temporal.

Nas situações descritas nas frases, os participantes correspondem aos argumentos – e a alguns adjuntos adverbiais –, podendo ser concebidos como atores numa peça de teatro: cada um deles tem um determinado papel, i.e., protagoniza uma determinada personagem na situação descrita. O predicador, por sua vez, é responsável pelo *tipo* de situação que a frase descreve, podendo ser equiparado ao guião que define o papel que cada um dos atores mantém na peça.

Estes papéis constituem o valor semântico dos argumentos nas situações representadas nas frases, e não é por acaso que na linguística contemporânea se usa precisamente esse termo – "papel", qualificado pelo adjetivo "temático" – como designação geral desses valores: os **papéis temáticos**[106].

Embora os papéis temáticos e as funções gramaticais (sujeito, complemento, adjunto) se relacionem entre si (cf. 11.6), não se devem confundir. Assim, por um lado, há situações que podem ser descritas quer por uma frase ativa quer por uma frase passiva. Neste caso, os mesmos papéis temáticos são atribuídos a argumentos com funções gramaticais distintas. Considerem-se as duas frases seguintes, num uso em que descrevem a mesma situação do mundo e na leitura em que descrevem um ato intencional de uma noiva:

(52) a. A noiva lavou o vestido.
b. O vestido foi lavado pela noiva.

Nas duas frases, o papel temático do sintagma nominal *a noiva* é o de agente, e o papel temático do sintagma nominal *o vestido* é o de paciente (a definição semântica destes papéis discute-se a seguir). No entanto, *a noiva* é sujeito da frase em (52a) e agente da passiva em (52b) (cf. Cap. 13); e *o vestido* é complemento direto em (52a) e sujeito em (52b). Do ponto de vista do seu conteúdo proposicional (na leitura indicada), estas frases significam a mesma coisa (cf. 11.1.5.2), e uma das condições que assegura essa identidade de sentido é precisamente a manutenção do mesmo papel temático por cada um dos argumentos, numa frase e na outra, mau grado terem funções gramaticais distintas[107].

Por outro lado, há frases exatamente com os mesmos argumentos, com a mesma função gramatical, mas em que os papéis temáticos que lhes são atribuídos pelos predicadores são diferentes, como se ilustra no seguinte par ((53a) = (52a)):

[106] O adjetivo "temático" é usado metonimicamente para qualificar os valores semânticos em geral por ser o "tema" um dos papéis centrais no sistema destes valores (cf. 11.5.2.3 e Jackendoff 1972:29ss).
[107] As duas frases, no entanto (na leitura indicada), diferem semanticamente num aspeto: a estrutura sujeito-predicado de cada uma delas é diferente (cf. 11.4.1). Em (52a), a frase predica algo do sintagma nominal *a noiva* – ou seja, a frase é "sobre" a entidade representada por esse SN –, ao passo que, em (52b), a frase predica algo do sintagma nominal *o vestido* – ou seja, a frase é "sobre" a entidade representada por esse SN.

(53) a. A noiva lavou o vestido.
b. A noiva viu o vestido.

Em (53a), representa-se uma ação em que uma noiva age voluntariamente e com causalidade, provocando de forma direta, através de uma manipulação, uma alteração noutra entidade, o vestido. Em (53b), em contrapartida, não se representa qualquer ação da noiva que leve a uma alteração no vestido; antes, descreve-se uma experiência sensorial que tem como estímulo o vestido. Ou seja, os papéis temáticos tanto do sintagma nominal *a noiva* como do sintagma nominal *o vestido* são diferentes nos dois exemplos; no entanto, a função gramatical desses SN é a mesma: em ambos, *a noiva* é sujeito e *o vestido* é complemento direto.

Antes de apresentarmos uma lista dos principais papéis temáticos propostos na linguística contemporânea, convém fazer algumas observações sobre o seu alcance e aplicabilidade. Os papéis temáticos constituem generalizações sobre milhares de casos particulares. No limite, cada predicador determina valores semânticos para os seus argumentos diferentes dos valores semânticos atribuídos por qualquer outro predicador. Se descrevêssemos esses valores na sua individualidade, não o poderíamos fazer com termos gerais, como agente, paciente, etc. Assim, p.e., nos dois exemplos de (52) (e em (53a)), teríamos de nos referir ao argumento *a noiva* como "quem lava", e ao argumento *o vestido* como "o que é lavado"; em contrapartida, numa frase como *a noiva tingiu o vestido*, teríamos de nos referir ao argumento *a noiva* como "quem tinge", e ao argumento *o vestido* como "o que é tingido"; e assim sucessivamente. No entanto, o verbo *lavar* e o verbo *tingir* têm algo em comum no que respeita às características semânticas do sujeito e do complemento direto, o que permite estabelecer generalizações. O sujeito destes verbos representa um indivíduo que inicia uma ação voluntária e consciente (entre outras propriedades). O complemento direto representa uma entidade "afetada", de uma maneira ou de outra, pela ação descrita. Estas características, para além de constituírem generalizações, relacionam-se com outras propriedades sintáticas e semânticas das frases, logo, têm relevância gramatical. É esta a lógica que está na base da postulação de um pequeno número de papéis temáticos, em vez de se adotar uma descrição atomística como aquela que foi exemplificada acima.

Esta medalha tem o seu reverso. Na medida em que cada papel temático representa uma generalização com base em valores semânticos particulares atribuídos por um número elevado de predicadores diferentes, haverá eventualmente casos em que o valor preciso do argumento de um determinado predicador se encaixa "menos bem" num determinado papel temático. Por outras palavras, os papéis temáticos representam casos canónicos, mas é necessário ter em conta que, na periferia do sistema, o valor semântico de alguns argumentos poderá não corresponder de maneira precisa a qualquer dos papéis temáticos propostos, uma dificuldade que o leitor deverá ter em conta[108]. Feitas estas advertências, passamos a definir os papéis temáticos usados pelos autores desta Gramática.

[108] Este problema tem levado à elaboração, na literatura especializada, de sistemas diferentes de papéis temáticos, os quais, embora convirjam nas noções centrais (como a de agente), são parcialmente distintos entre si.

11.5.2.1 Agente, paciente e causa

No sistema dos papéis temáticos, o papel temático central é o de **agente**. Este papel é atribuído ao sujeito das frases que, aspetualmente, representam ações (cf. 11.5.1). O agente representa o ser animado que inicia uma ação, i.e., um processo voluntário e consciente, com a finalidade de alterar o estado inicial de uma situação e efetuar qualquer mudança no mundo, por vezes afetando outras entidades, e tendo controlo sobre a maneira como o faz[109]. Exemplos de argumentos com este papel temático são os sublinhados em *a Maria esbofeteou o João*, *os operários construíram uma casa*, *os soldados destruíram a ponte*, *os alunos estudaram a lição*, *o diretor da escola insultou/empurrou o funcionário*, *a Sofia sorriu ao namorado*, *o cavalo deu uma patada ao Luís*, entre milhares de outros exemplos que se poderiam apresentar.

Funcionalmente, o agente só pode exercer duas funções gramaticais: de sujeito, nas frases ativas, como as apresentadas acima (neste caso, diz-se também que o sujeito é **agentivo**), e de agente da passiva, em frases passivas correspondentes a frases ativas transitivas: cf. *o João foi esbofeteado pela Maria*, *uma casa foi construída pelos operários*, *a ponte foi destruída pelos soldados*, *o funcionário foi insultado/empurrado pelo diretor da escola*.

Nas frases ativas, o agente é necessariamente um sintagma nominal com a função de sujeito que representa um ser animado, mas o inverso não é verdadeiro; ou seja, um SN sujeito representando um ser animado não tem necessariamente o papel temático de agente, como em *a Joana tropeçou* (*e caiu*), *a criança adoeceu*, *o Joaquim percebe imenso de economia* ou *a Teresa viu o gatuno*. Em nenhum destes casos se tem a descrição de uma ação iniciada voluntariamente pelo indivíduo designado pelo sujeito, mas antes a descrição de algo que lhe acontece, de uma mudança de estado por ele sofrida, ou de um processo cognitivo ou sensorial que não depende propriamente de um ato de vontade.

Em certos casos, a atribuição do papel temático de agente ao sujeito de uma frase depende não só do predicador verbal, mas também de outros elementos do predicado. Assim, p.e., no sentido mais normal da frase *o Pedro partiu o braço*, o sujeito não tem o papel temático de agente, mas sim de paciente (ou seja, um participante que é afetado fisicamente num determinado evento – ver a discussão a seguir); em contrapartida, na frase *o Pedro partiu o vidro da janela voluntariamente*, *para se vingar do vizinho*, quer a natureza semântica do complemento direto (que, contrariamente a *o braço* no exemplo anterior, não representa algo que é possuído pelo Pedro de forma inalienável), quer os adjuntos adverbiais (que denotam, respetivamente, a vontade do Pedro e a finalidade do seu ato) contribuem para atribuir ao SN sujeito o papel temático de agente. Os adjuntos adverbiais *voluntariamente* (ou *intencionalmente*) e *involuntariamente* (ou *sem querer*), em particular, permitem distinguir, no sujeito, entre o papel temático de agente e outro papel temático não agentivo (que pode ser o de paciente ou causa). Assim, p.e., em frases como *o Pedro tossiu voluntariamente* (*para chamar a atenção do vizinho*) ou *o jogador caiu intencionalmente dentro da grande área* (*para provocar um penálti*), o sujeito é agente. Em contrapartida, em *o Pedro tossiu involuntariamente* ou *o jogador caiu sem querer*, o sujeito não

[109] O papel temático de agente relaciona-se com a noção de animacidade, uma das dimensões semânticas usadas para classificar tipologicamente os nomes comuns; sobre esta questão, cf. Cap. 25.4.

é agentivo. O próprio contexto mais amplo de uma frase pode contribuir para a interpretação do sujeito como agentivo ou não agentivo: cf., por exemplo, *ao cair, o Pedro partiu o vidro da janela*, em que a oração subordinada infinitiva (*ao cair*) leva à conclusão de que foi a queda (presumivelmente acidental) que esteve na origem direta do acontecimento descrito na oração principal, e não uma ação voluntária do Pedro como agente.

Relacionado com o papel temático de agente, o de **paciente** ocorre frequentemente (mas não exclusivamente – ver a discussão a seguir) em frases transitivas com um sujeito agentivo, nas quais se descreve uma ação na qual o agente afeta causalmente uma determinada entidade, que vê alteradas algumas das suas condições físicas, materiais ou abstratas (consoante a natureza da entidade e da ação que a afeta), i.e., que sofre uma mudança de estado nesses domínios[110]. Tipicamente, essa entidade é representada pelo complemento direto (por vezes, por um complemento oblíquo): cf. *a Maria esbofeteou o João*, *os operários construíram uma casa*, *os soldados destruíram a ponte*, *os alunos estudaram a lição*, *o diretor da escola insultou/empurrou o funcionário*, *o cavalo deu uma patada no Luís*. Alguns gramáticos exprimem a relação entre sujeito e complemento expressa nestas frases dizendo que a ação expressa pelo predicador tem início no sujeito-agente e "recai sobre" o complemento (direto)-paciente.

Com alguns verbos, a entidade "afetada" não existe antes da ação descrita pelo predicado, mas resulta da própria ação (cf. *os operários construíram uma casa*, *o Prof. Piccard inventou o batiscafo*, *o João escreveu um novo romance*). Nestes casos, o papel temático tem o nome de **paciente resultante**, e os verbos que selecionam um tal paciente chamam-se **verbos factitivos**. Nos restantes casos, em que o paciente preexiste à ação na qual é afetado (podendo ser alterado ou destruído), o papel temático chama-se **paciente afetado**.

Com certos verbos, a atribuição do papel temático de paciente a um argumento assenta numa interpretação metafórica, não literal, da ideia de "afetado": é esse o caso, p.e., em *os alunos estudaram a lição*. Esta frase descreve uma ação intencional dos alunos, e o SN que os representa tem, pois, o papel temático de agente. Essa ação "recai" sobre algo que constitui uma lição (já de si uma abstração; materialmente, uma lição incorpora-se em notas, num livro, etc.), mas, obviamente, a lição em si não sofre qualquer alteração; na realidade, quem altera o seu estado inicial (mental), como resultado do estudo, são os alunos[111].

O papel temático de paciente pode também ser atribuído ao sujeito de determinados verbos intransitivos que descrevem uma mudança de estado físico ou fisiológico, entre eles *adormecer*, *afogar-se*, *corar*, *crescer*, *desmaiar*, *embriagar-se*, *escorregar*, *tropeçar* (cf. *a criança adormeceu*, *o Luís* {*escorregou/tropeçou/caiu*} – no sentido involuntário destas frases –, *a Clara cresceu*, *o Miguel envelheceu*, *a Maria constipou-se*). Muitos destes verbos conjugam-se reflexamente, i.e., com o pronome *se*, e podem

[110] Quando as condições alteradas são psicológicas ou cognitivas, o papel temático chama-se "experienciador" (cf. 11.5.2.2); quando as condições alteradas são de natureza espacial ou posicional, o papel temático chama-se "tema" (cf. 11.5.2.3).

[111] Nesse aspeto, o verbo *estudar* atribui um papel temático misto ao sujeito, parcialmente de agente e parcialmente de experienciador; concomitantemente, o complemento direto é parcialmente paciente e parcialmente estímulo (cf. 11.5.2.2).

servir de predicador em frases transitivas com um sujeito agentivo ou causal e em que o paciente ocorre como complemento direto: cf., por exemplo, *a mãe adormeceu a criança*, *o tempo gelado constipou a Maria*, *o tabaco envelheceu o Miguel* (ver a discussão já a seguir).

O papel temático de **causa** tem em comum com o de agente o facto de representar uma entidade que afeta o mundo causalmente, provocando uma mudança de estado noutra entidade, que frequentemente tem o papel temático de paciente (quando as condições afetadas são de natureza física ou fisiológica), mas que também pode ser um tema ou um experienciador[112]. Contudo, contrariamente a um agente, uma causa não afeta o mundo de modo intencional, voluntário e com finalidade, mas sim involuntariamente e sem qualquer finalidade. Entre os argumentos que podem ter este papel temático incluem-se os que representam forças da natureza (como o vento, as tempestades, o calor, o frio, etc.), situações (reificadas) que têm potencialmente efeitos na vida das pessoas, como as leis, a subida ou descida dos preços, e, de modo geral, qualquer coisa que possa afetar involuntariamente o estado afetivo, psicológico ou físico dos indivíduos ou o estado físico das coisas. Os argumentos que denotam seres humanos também podem ter o papel temático de causa – e não de agente – se causarem um evento sem intencionalidade ou finalidade.

Em síntese, embora não se confundam, os papéis temáticos de causa e de agente estão relacionados. Os dois possuem uma componente semântica causal, acrescida no agente de uma componente semântica volitiva e de uma componente semântica de finalidade, que só os seres humanos ou os animais superiores podem manifestar (cf. também, sobre esta questão, o Cap. 25.4).

O papel temático de causa pode ter duas realizações funcionais, sendo a mais básica como sujeito de uma frase transitiva em que o argumento que sofre uma mudança de estado – material, espacial, afetivo ou psicológico – é representado pelo complemento direto: cf. *a chuva estragou as colheitas*, *a tempestade afundou o barco*, *o vento fechou a janela*, *o livro aborreceu o António*, *a nova lei melhorou as condições de vida dos trabalhadores*, *o general assustou os soldados* (*sem querer*)[113].

Alternativamente, o argumento com o papel temático de causa pode ser representado por um sintagma preposicional que ocorre dentro do predicado, introduzido pela preposição *com*; nesse caso, o argumento que corresponde à entidade afetada realiza-se como sujeito: cf., correspondendo aos exemplos acima, *as colheitas estragaram-se com a chuva*, *o barco afundou-se com a tempestade*, *a janela fechou-se com o vento*, *o António aborreceu-se com o livro*, *as condições de vida dos trabalhadores melhoraram com a nova lei*, *os soldados assustaram-se com o general*[114]. Os verbos que

[112] No primeiro caso, a mudança de estado é espacial ou posicional, no segundo, é de natureza psicológica ou cognitiva.

[113] Sem o adjunto adverbial entre parênteses, esta frase é ambígua entre uma interpretação em que *o general* tem o papel temático de agente e outra em que tem o papel temático de causa.

[114] Nesta última frase, a menos que haja qualquer indicação explícita em contrário dada no discurso, a interpretação é aquela em que o general é causa, não agente. De facto, os sintagmas preposicionais cujo núcleo é a preposição *com* não têm, em condições normais, o papel temático de agente, mas apenas (em frases do tipo exemplificado) o de causa. Quando um argumento agente se realiza dentro do predicado, é introduzido pela preposição *por*, em frases passivas. Assim, p.e., correspondendo a *o Pedro rasgou o livro*, em que a interpretação pragmaticamente mais plausível do sujeito é a de agente, tem-se *o livro foi rasgado pelo Pedro*, não **o livro rasgou*(*-se*) *com o Pedro*.

admitem esta alternância chamam-se **verbos de alternância causativa–incoativa** (cf. Caps. 13.4 e 28.2.3.2), visto que a versão transitiva descreve um evento causal que leva a uma mudança de estado sofrida pelo argumento representado pelo complemento direto, e a versão intransitiva realça a mudança de estado desse argumento, pondo a causa em segundo plano ou mesmo não a expressando[115]. Na versão intransitiva, estes verbos apresentam frequentemente conjugação reflexa.

11.5.2.2 Experienciador e estímulo

O papel temático de **experienciador** define as expressões que representam seres que têm uma experiência de natureza afetiva, sensorial ou cognitiva. Os argumentos com este papel temático denotam, pois, seres humanos ou animais superiores, capazes de manifestarem "vida interior". Seguindo Huddleston e Pullum (2002), chamamos **estímulo** ao papel temático que representa o "conteúdo", ou o estímulo, da experiência afetiva, sensorial ou cognitiva. Há três classes de verbos que selecionam um SN sujeito com o papel temático de experienciador e um SN complemento direto com o papel temático de estímulo: (i) **verbos de atitude afetiva**, incluindo *adorar*, *amar*, *detestar*, *gostar* (*de*), *odiar* e *temer* (cf. (54a) e Laca 1990); (ii) **verbos de perceção sensorial**, como *ouvir*, *sentir* e *ver* (cf. (54b)); (iii) **verbos de crença**, também chamados por vezes **verbos epistémicos**, como *achar*, *acreditar*, *julgar* e *pensar* e **verbos de conhecimento**, como *descobrir*, *notar* e *saber* (cf. (54c) e Cap. 36.6.1.1). Nos seguintes exemplos, o sintagma nominal em itálico representa o experienciador e o sintagma ou oração sublinhados, o estímulo[116]:

(54) a. *Os portugueses* {adoram/gostam de} sopa de feijão encarnado. [experiência afetiva]
b. *O Luís* {ouviu/sentiu/viu} as crianças (entrar em casa). [experiência percetual].
c. *As pessoas* {acreditam/creem/pensam/sabem} que a terra é redonda. [experiência cognitiva]

Com alguns verbos, o experienciador pode ser um complemento indireto, sendo, nesse caso, o estímulo realizado como sujeito (sublinha-se o experienciador): cf. *o programa do concerto agradou aos espectadores*, *isso não lhe convém*, *pareceu a toda a gente que o concerto ia acabar*, *apeteceu-lhe de repente um chocolate*.

Selecionam também um experienciador, realizado como complemento direto, vários verbos com sentido causal, cujo sujeito pode ser um agente ou uma causa, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(55) a. O general assustou *os soldados*. [sujeito agente ou causa] (cf. Notas 113 e 114)
b. O professor humilhou *os alunos*. [sujeito agente]

---

[115] Os verbos intransitivos que denotam uma mudança de estado chamam-se **incoativos**. A causa pode não ser expressa com estes verbos: cf. *as colheitas estragaram-se*, *o barco afundou-se*, *a janela fechou-se*, *o António aborreceu-se*, *as condições de vida dos trabalhadores melhoraram*, *os soldados assustaram-se*. De modo semelhante, o agente também pode ser omitido nas frases passivas: cf. *o João foi esbofeteado*, *a casa foi construída*, *a ponte foi destruída*.

[116] Com os verbos do terceiro grupo, o estímulo é canonicamente realizado por uma oração subordinada, embora também o possa ser por um sintagma preposicional: cf., por exemplo, *muita gente acredita em Deus*, *o Zé só pensa nos seus problemas*, *o Pedro sabe imenso de matemática*.

c. A subida dos preços preocupa *a Maria*. [sujeito causa]
d. Ultimamente, o marido chateia *a Josefina*. [sujeito agente ou causa]

Quando o sujeito é causa, estas frases têm uma variante intransitiva, semanticamente incoativa, em que o experienciador se realiza como sujeito (cf. 11.5.2.1):

(56) a. *Os soldados* assustaram-se com o general.
b. *A Maria* preocupa-se com a subida dos preços.
c. Ultimamente, *a Josefina* chateia-se com o marido.

11.5.2.3 Tema, locativo, origem, destino e destinatário

O conjunto dos papéis temáticos tema, locativo, origem, destino e destinatário aplica-se fundamentalmente na representação semântica da localização espacial, do movimento e da transferência de objetos ou ideias entre pessoas. O papel temático central (e um dos mais importantes na globalidade do sistema) é o de **tema**. O tema, representado pelos sintagmas nominais em itálico de (57)-(59), engloba três casos relacionados mas distintos: (i) uma entidade que se localiza estaticamente num determinado lugar (cf. (57)), (ii) uma entidade que se move direcionalmente – dinamicamente – de um lugar para outro (cf. (58)); (iii) uma entidade que é transferida de uma pessoa para outra, nos casos mais típicos com mudança de posse (cf. (59)):

(57) a. *O Pedro* vive/está em Paris.
b. O cofre contém *muito dinheiro*.

(58) a. *O Miguel* saiu/veio do escritório.
b. *A Mariana* vai a/para Madrid.

(59) a. A Abril ofereceu *um livro* ao Eduardo.
b. O Tintim comprou *um guarda-chuva* ao Sr. Oliveira da Figueira.

O constituinte que representa o lugar onde se localiza (estaticamente) o tema chama-se **locativo**; em (57a), este papel temático é o do sintagma preposicional *em Paris*, e, em (57b), é o do sintagma nominal *o cofre*. Quando o locativo é um complemento ou um adjunto (cf. *o Pedro conheceu a Teresa em Paris*) – as suas realizações mais frequentes –, é canonicamente um sintagma preposicional introduzido pela preposição *em* (cf. Cap. 32.9.1.1).

O papel temático do constituinte que representa o lugar inicial de um movimento dinâmico chama-se **origem** (também, por vezes, **fonte**); em (58a), *do escritório* tem o papel temático de origem. Canonicamente, este papel temático é realizado por sintagmas preposicionais cujo núcleo é a preposição *de* (cf. Cap. 32.9.1.1).

O papel temático do constituinte que representa o lugar final de um movimento dinâmico chama-se **destino** (também **alvo** ou **meta**); em (58b), *a Madrid* e *para Madrid* têm o papel temático de destino. Canonicamente, este papel temático é realizado por sintagmas preposicionais cujo núcleo é a preposição *a* ou *para* (cf. Cap. 32.9.1.2).

Na terminologia gramatical portuguesa, usa-se frequentemente, para estes valores semânticos, os termos **lugar onde** (para o locativo), **lugar de onde** (para a origem) e **lugar aonde** ou **lugar para onde** (para o destino).

As frases do paradigma (59) representam transferências de uma entidade de uma pessoa para outra, com uma concomitante mudança de posse. Entre os verbos que representam situações deste tipo incluem-se *dar*, *entregar*, *oferecer*, *passar*, *transmitir* e *vender*. Metaforicamente, a transferência (a mudança de posse) é concebida como um movimento espacial de um lugar para outro. Logo, os papéis temáticos são aproximadamente os mesmos usados na representação do movimento físico: tema, para aquilo que é transferido (*um livro* em (59a) e *um guarda-chuva* em (59b)); e origem ou fonte, para o indivíduo que constitui o ponto de partida da transferência (*a Abril* em (59a) e *ao Sr. Oliveira da Figueira* em (59b)). A única diferença terminológica situa-se no nome do papel temático do constituinte que representa a entidade recebedora: **destinatário**, em vez de destino (*ao Eduardo* em (59a) e *o Tintim* em (59b)). Com a maioria dos verbos que representam uma transferência, o papel temático de origem é atribuído ao sujeito (sendo *comprar* uma das poucas exceções – com esse verbo, o sujeito tem o papel temático de destinatário). Outro ponto importante é que, com estes verbos, que representam aspetualmente ações, o sujeito tem também o papel temático de agente, acumulando esse papel com o de origem (ou o de destinatário)[117].

11.5.2.4 Beneficiário

O constituinte com o papel temático de **beneficiário** (por vezes, também chamado **benefactivo**) representa a entidade (um ser humano ou um animal) para quem se faz alguma coisa ou que tem algo a ganhar – ou a perder – com a situação descrita pela frase. Este papel temático sobrepõe-se por vezes ao de destinatário, podendo ser realizado também por um complemento indireto (cf. (60)), mas mais frequentemente por sintagmas preposicionais cujo núcleo é a preposição *para* (cf. (61))[118]:

(60) a. Construí uma casa *ao meu filho*.
b. Li um livro *à criança* (para ela adormecer).

(61) a. Comprei um carro *para a Clara*.
b. Ele fez um bolo *para a Maria*.

11.5.2.5 Valores semânticos dos adjuntos adverbiais

Tal como os argumentos, os adjuntos também podem ser descritos com base no valor semântico que têm na situação descrita pela frase em que ocorrem. Alguns dos papéis temáticos analisados acima representam igualmente valores semânticos dos adjuntos, como o de locativo (cf. *a Maria conheceu o André em Lisboa*), o de destino (cf. *o Manel tomou um avião para Lisboa*) e o de origem (cf. *o Manel conduziu o carro de Madrid até Lisboa*). A localização temporal e a duração (ou seja, a quantidade de tempo que dura uma situação) são outros valores típicos dos adjuntos

[117] As frases com verbos de transferência são também importantes porque nelas se realizam os casos centrais da função de complemento indireto – na maioria das vezes com o papel temático de destinatário, mas nem sempre, como em (59b), em que o complemento indireto tem o papel temático de origem (cf. Cap. 28.1.3.2).
[118] Sobre a relação entre complementos indiretos com o papel temático de beneficiário e sintagmas preposicionais introduzidos por *para* com esse valor semântico, cf. Caps. 28.1.3.2.2.2 e 28.1.3.2.2.3.

(cf., respetivamente, *a Maria encontrou o Pedro* {*às três horas*/*na segunda-feira*} e *a Maria folheou a revista durante cinco minutos*)[119].

Outros valores semânticos que se manifestam canonicamente nos adjuntos são os de **modo** (cf. *o guarda-redes repôs a bola em jogo* {*sem pressa*/*vagarosamente*}), **instrumento** (cf. *o cozinheiro cortou a carne com uma faca afiada*) e **companhia** ou **comitativo** (cf. *o Pedro saiu com a Maria*), entre outros[120].

De um modo mais ou menos sistemático, as funções semânticas dos adjuntos encontram-se associadas a preposições e a advérbios particulares (ou locuções formadas com base nestes elementos). Assim, por exemplo, o valor de modo é tipicamente desempenhado por advérbios derivados através do sufixo *-mente* (cf. *procedeu lealmente*); os valores de modo, causa, instrumento e companhia são tipicamente realizados por sintagmas preposicionais iniciados pela preposição *com* (cf., respetivamente, *agrediu-o com violência*; *os navios afundaram-se com a tempestade*; *cortou o pão com a faca*; *saiu com a Maria*); os valores semânticos "espaciais", quer nos argumentos quer nos adjuntos, são tipicamente expressos por um conjunto de preposições básicas (*em*, *de*, *a*, *para* e *por* – cf. Cap. 32).

11.5.3 Restrições de seleção

Como vimos, a propriedade central dos predicadores consiste em combinarem-se com argumentos, i.e., com expressões que lhes completam o sentido e sem as quais não formam uma frase semanticamente coerente e completa. Vimos também que os predicadores são responsáveis pelos papéis temáticos que os seus argumentos desempenham – equiparámo-los ao guião de uma peça de teatro, que define o papel que os atores desempenham na representação. Assim, p.e., os verbos *lavar* e *ver* selecionam ambos um argumento com a função de sujeito e outro com a função de complemento direto (cf. *a noiva lavou o vestido* e *a noiva viu o vestido*); no entanto, atribuem papéis temáticos distintos a cada um deles: *lavar*, enquanto verbo que denota uma ação, atribui o papel temático de agente ao sujeito e de paciente afetado ao complemento direto, ao passo que *ver*, enquanto verbo que denota uma perceção sensorial, atribui o papel temático de experienciador ao sujeito e de estímulo ao complemento direto. Por outras palavras, os predicadores selecionam os papéis temáticos atribuídos aos seus argumentos; a esse tipo de seleção chama-se **seleção semântica**.

Decorre da seleção semântica que um predicador impõe restrições semânticas de natureza variada sobre os seus argumentos. Assim, p.e., o verbo *lavar*, enquanto verbo de ação, seleciona um argumento agente realizado como sujeito. O papel temático de agente só pode manifestar-se em sintagmas nominais com determinadas características semânticas; concretamente, têm de representar um ser animado, com a organização cognitiva suficiente para iniciar voluntariamente um evento. Só pessoas ou animais superiores têm essa capacidade. Logo, o SN sujeito do verbo *lavar* tem de incorporar estas características semânticas (em particular, no caso deste verbo, tem de denotar uma pessoa). Assim, se invertermos os argumentos da frase dada no exemplo acima, obtemos uma frase semanticamente anómala: cf. #*o vestido lavou a noiva*.

---

[119] Estes valores semânticos podem também manifestar-se em argumentos: cf. *o concerto é às três horas* (se o verbo *ser* for aqui analisado como pleno – cf. Cap. 30.2.5.1) e *o concerto durou duas horas*.

[120] Para uma lista mais completa e uma descrição pormenorizada de alguns destes valores, cf. Caps. 32 e 33.

Não é apenas o sujeito que é afetado por restrições semânticas. O paciente afetado selecionado como complemento direto por *lavar*, na aceção literal deste verbo, também tem de obedecer a determinados requisitos semânticos: concretamente, tem de denotar uma entidade material (pessoa ou coisa) que permita o tipo de atividade física que constitui a nossa representação conceptual da ação de lavar. As entidades abstratas, em geral, não têm essas características: cf., por exemplo, a estranheza de #*a noiva lavou a sinceridade*.

O verbo *ver* tem o mesmo tipo de restrições. Só seres equipados de um sistema visual podem ver, o que imediatamente restringe o tipo de argumentos que podem funcionar como sujeito deste verbo (cf. a estranheza de #*o vestido viu a noiva*). Quanto ao complemento direto, se nos ativermos ao seu sentido literal[121], *ver* restringe semanticamente o sintagma nominal com essa função a algo que possa ser visto, como um objeto material ou um acontecimento: cf. *a noiva viu o vestido*, *a noiva viu a entrada do Eduardo na sala*; compare-se com a estranheza de #*a noiva viu a honestidade* ou de #*a noiva viu a música*.

Estas condições de natureza semântica impostas pelos predicadores sobre os seus argumentos – determinadas parcialmente pelos papéis temáticos que lhes atribuem, mas também pelo seu conteúdo descritivo mais fino – chamam-se **restrições de seleção**. Na literatura da linguística contemporânea, as restrições de seleção têm-se revelado um instrumento valioso da análise linguística. Nesta Gramática, são usadas para apoiar um determinado número de conclusões e de hipóteses sobre a natureza dos verbos auxiliares e dos verbos copulativos – nomeadamente que não têm o estatuto de predicadores (cf. Caps. 29 e 30).

As restrições de seleção são sensíveis a determinadas dimensões semânticas, entre as quais se contam a natureza animada vs. não animada das entidades representadas pelos argumentos, a sua natureza humana ou não humana, e a sua natureza concreta ou abstrata; estas propriedades podem ser codificadas em termos de "traços semânticos": [±animado], [±humano] [±concreto] (cf. Cap. 25). Assim, p.e., o verbo *rastejar* seleciona um sujeito [+animado]: cf. {*o soldado*/*a serpente*} *rastejou* vs. #{*a pedra*/*o livro*} *rastejou*; o verbo *comprar* seleciona um sujeito [+humano]: cf. *o estudante comprou um livro* vs. #{*o cavalo*/*a pedra*} *comprou um livro*; o verbo *lavar* seleciona um complemento direto [+concreto] (pondo de parte interpretações metafóricas): cf. *a enfermeira lavou* {*a criança*/*a seringa*} vs. #*a enfermeira lavou* {*a doença*/*a tristeza*}; e assim sucessivamente.

No entanto, de modo mais geral, as restrições de seleção são sensíveis a variadíssimas dimensões semânticas, frequentemente mais finas do que aquelas que são estabelecidas por estes traços, determinadas muitas vezes de forma específica pelo sentido descritivo do verbo. Assim, p.e., o verbo *ler*, no seu sentido literal, seleciona como complemento direto um SN que denota um objeto material no qual estejam inscritos signos ou símbolos percecionáveis pela visão ou pelo tato – no caso do alfabeto Braille. Os verbos *suceder* e *acontecer* selecionam como sujeito expressões que representam eventos (cf. *sucedeu que a Julieta partiu uma perna* ou *sucedeu algo terrível* vs. #*sucedeu* {*uma perna*/*uma pedra*/*a Julieta*}); o verbo *dispersar*, em frases

[121] Este verbo admite facilmente interpretações metafóricas, não literais, que já fazem parte do seu uso normal: cf., por exemplo, *a noiva finalmente viu a verdade*, em que *ver* é usado com um sentido próximo de *compreender*. Para o argumento no texto, pomos de lado este tipo de interpretações.

transitivas, seleciona como complemento direto um sintagma nominal semanticamente plural – i.e., que tem como núcleo um nome comum não coletivo no plural ou um nome comum coletivo no singular (cf. Cap. 25): cf. *a polícia dispersou* {*os manifestantes*/*a multidão*} vs. #*a polícia dispersou o manifestante*.

Uma das dimensões semânticas que entram nas restrições de seleção é aquela que divide o universo, por um lado, em seres com vida interior, cognitiva e/ou afetiva, capazes de manifestarem emoção e compreensão, ainda que em graus diversos – indivíduos e animais superiores –, e, por outro, em seres sem vida cognitiva e afetiva de dimensão relevante – animais não superiores e entidades não animadas, concretas ou abstratas. A restrição de seleção imposta pelo verbo *compreender* sobre o sujeito é sensível a esta dimensão: cf. {*o estudante*/*o cavalo*/*o cão*/*o gato*} *compreendeu a situação* vs. #{*a minhoca*/*o caracol*/*o sapo*/*a formiga*/*a pedra*/*a alegria*} *compreendeu a situação*. A fronteira divisória pode ser determinada de maneira diferente por predicadores diferentes. Assim, p.e., a restrição de seleção do verbo *assustar* sobre o complemento direto, numa frase causativa (cf. 11.5.2.1), sendo sensível à mesma distinção geral, é menos restritiva (pelo menos para o autor destas linhas) do que a imposta por *compreender* sobre o sujeito: cf. *isso assustou* {*o estudante*/*o cavalo*/*o cão*/*o gato*/*a minhoca*/*o caracol*/*o sapo*} vs. #*isso assustou* {*a formiga*/*a pulga*/*a pedra*/*a alegria*}. Esta situação é normal, pois, como se mencionou, as restrições de seleção são determinadas pelo sentido particular de cada predicador, e o grau de organização mental ou neuronal necessário para sentir um susto não é certamente o mesmo que para compreender algo.

Para finalizar, é importante ter em conta que as restrições de seleção se aplicam sobretudo no uso literal da linguagem, podendo ser suspensas, ignoradas ou manifestamente violadas em usos ficcionais, poéticos, irónicos, em contos de fadas, na literatura fantástica, até no uso normal da linguagem, para veicular uma dimensão semântica expressiva ou emocional. Traduzindo e adaptando um célebre exemplo do linguista James McCawley (1971), não há nada de "errado" gramaticalmente em dizer que a minha escova de dentes está viva e pretende matar-me; nem são agramaticais frases como #*o vestido lavou*/*viu a noiva*, #*a pedra compreendeu a situação*, ou #*as janelas compraram uma maçaneta nova*. Essas frases apenas representam conteúdos proposicionais que não podem ser satisfeitos no mundo real em que vivemos. Contudo, podemos imaginar mundos em que o conteúdo proposicional expresso por essas frases pode ser satisfeito e nos quais, por conseguinte, são diferentes as condições semânticas impostas pelos predicadores sobre os seus argumentos.

11.6 Estrutura argumental

No léxico que acompanha a gramática, cada predicador está associado a uma **entrada lexical** que contém informação sobre o seu sentido e o número de argumentos que seleciona. Relativamente a estes, a entrada lexical do predicador deverá indicar (i) o papel temático que o predicador lhes atribui – a **seleção semântica** do predicador; (ii) a sua classe sintagmática (sintagma nominal, sintagma preposicional, oração, etc.) – a **seleção estrutural** do predicador ou **subcategorização**; e (iii) a função gramatical que desempenham na frase (sujeito, complemento

direto, etc.) – a **seleção funcional** do predicador. À componente da entrada lexical que contém a informação sobre os argumentos de um predicador chamamos **estrutura argumental**. Assim, p.e., a estrutura argumental do verbo *construir* (cf., por exemplo, *os operários construíram a casa*) indica que este verbo seleciona dois argumentos, semanticamente com o papel temático de agente e de paciente resultante (a sua seleção semântica), funcionalmente com a função de sujeito e de complemento direto (a sua seleção funcional), e estruturalmente ambos sintagmas nominais (a sua subcategorização)[122].

Os três níveis informativos da estrutura argumental mantêm um determinado número de relações entre si. Sem pretendermos ser exaustivos em relação a esta matéria nem desenvolver uma teoria detalhada das estruturas argumentais, introduzimos e discutimos nesta secção a forma geral que tomam as estruturas argumentais e algumas das relações que se estabelecem entre os seus vários níveis. Veremos também que certas construções sintáticas podem ser parcialmente caracterizadas em termos de operações sobre a estrutura argumental dos verbos que nelas participam.

11.6.1 Argumento externo e argumento(s) interno(s)

Metodologicamente, é conveniente apresentar as noções fundamentais da estrutura argumental começando por uma análise dos verbos transitivos canónicos, i.e., daqueles que selecionam (pelo menos) dois argumentos, um com a função gramatical de sujeito e outro com a função gramatical de complemento direto (*comprar*, *construir*, *convidar*, *corrigir*, *levar* e *pôr*, entre muitos outros).

Em primeiro lugar, a função de sujeito gramatical, independentemente de o verbo ser ou não transitivo, é sempre realizada por um sintagma nominal (que pode ser um pronome) ou por uma oração[123]. O sujeito gramatical concorda em pessoa e número com o verbo, realiza-se canonicamente fora do sintagma verbal (em posição pré-verbal) e, quando é pronominal, tem forma nominativa. De modo semelhante, o complemento direto de um verbo transitivo é canonicamente um sintagma nominal, realiza-se dentro do sintagma verbal (em posição pós-verbal) e, quando é um pronome, assume a forma acusativa (cf. 11.4.2.5).

Nas orações ativas, que constituem o tipo básico do sistema gramatical, um dos argumentos de um verbo transitivo realiza-se como sujeito e o outro como complemento direto. Na estrutura argumental desses verbos, o argumento que se realiza como sujeito gramatical chama-se **argumento externo**; os restantes argumentos, incluindo aquele que se realiza como complemento direto, chamam-se **argumentos internos**. A lógica destes termos é o facto de, nas orações ativas, o sujeito se realizar (canonicamente) fora do SV – ou seja, externamente a ele – e os complementos se realizarem dentro do SV – ou seja, internamente a ele.

O verbo *pôr*, p.e. (cf. *a Joana pôs o livro sobre a mesa*), seleciona três argumentos, um com o papel temático de agente (quem põe), outro com o papel temático de tema (o que se põe) e outro ainda com o papel temático de locativo (onde se põe). Em

[122] Na subsecção seguinte indicamos a forma das estruturas argumentais.

[123] Os casos em que o sujeito é uma oração são analisados detalhadamente nos Caps. 36 e 37. Neste capítulo, apenas consideramos sujeitos (e complementos diretos) que são sintagmas nominais.

frases ativas, o agente realiza-se como sujeito (logo, como um SN fora do SV e concordando com o verbo – *a Joana*, na frase dada como exemplo), o tema realiza-se como complemento direto (logo, como um SN dentro do SV – *o livro*) e o locativo realiza-se como complemento preposicionado (logo, também dentro do SV – *sobre a mesa*). Na estrutura argumental do verbo, o agente é, pois, o argumento externo, e o tema e o locativo são argumentos internos. Esta informação representa-se da seguinte forma:

❖ Estrutura argumental de *pôr*: agente, <tema, locativo>
SN SP

Neste esquema, os parênteses angulares encerram os argumentos internos, i.e., aqueles que se realizam como complemento nas frases ativas; concomitantemente, fora dos parênteses representa-se o argumento externo (sublinhado), que se realiza como sujeito nas frases ativas, neste caso o agente. Como o sujeito, por princípio, é um sintagma nominal (mas cf. Nota 123), essa informação (redundante) não necessita estar presente na estrutura argumental. Quanto aos argumentos internos, distingue-se o complemento direto dos outros complementos pela indicação da sua classe sintagmática: o complemento direto realiza-se canonicamente como um SN, ao passo que o complemento indireto e os complementos oblíquos são canonicamente realizados por sintagmas preposicionais[124].

11.6.2 Estatuto lexical do argumento externo e dos argumentos internos

Embora relacionadas no modo descrito na subsecção anterior, a noção de argumento externo não se confunde com a noção de sujeito gramatical, nem a noção de argumento interno se confunde com a noção de complemento. Conceptualmente, as noções de argumento externo e argumento interno representam o estatuto dos argumentos na entrada lexical dos verbos (dos predicadores em geral), ao passo que as noções de sujeito e de complemento representam as funções que esses elementos desempenham em frases da língua.

Nem sempre o argumento externo se realiza como sujeito gramatical, nem o argumento interno que é sintagmaticamente um SN se realiza como complemento direto. Nas **orações passivas**, que correspondem canonicamente a orações ativas transitivas com um sujeito (argumento externo) agente, este **alinhamento** (ou **diátese**) é alterado (cf. Cap. 13): o argumento interno SN realiza-se como sujeito e o argumento externo realiza-se (opcionalmente) dentro do sintagma verbal, na forma de um sintagma preposicional cujo núcleo é (tipicamente, embora nem sempre – cf. Cap. 13) a preposição *por* – com uma função a que a gramática tradicional chama **agente da passiva**:

(62) a. *A Joana* pôs o livro sobre a mesa. [frase ativa]
b. O livro foi posto sobre a mesa *pela Joana*. [frase passiva]

[124] Quando o verbo subcategoriza um SP, a estrutura argumental deve também indicar qual a preposição particular (ou a classe de preposições) que é o núcleo do SP. Omitimos essa informação para não sobrecarregar os esquemas. Os complementos oblíquos de verbos que exprimem uma quantificação, como *custar*, *durar*, *medir* e *pesar*, são sintagmas nominais (cf. *o livro custou muito dinheiro*, *o Pedro mede dois metros* – cf. Cap. 28.1.3.3). A estrutura argumental destes verbos terá, pois, de conter uma informação explícita associando a classe sintagmática desses argumentos (SN) à sua função de complemento oblíquo.

Esquematizando, tem-se a seguinte situação:

- Voz ativa: argumento externo = sujeito;
  argumento interno SN = complemento direto
- Voz passiva: argumento externo = agente da passiva (opcional)
  argumento interno SN = sujeito

Uma situação semelhante à dos verbos transitivos com argumento externo agente – que permitem frases ativas e frases passivas – é a dos verbos de alternância causativa-incoativa, que selecionam um argumento externo causa e um argumento interno SN paciente (ou experienciador, consoante o verbo – cf. 11.5.2.1). Um exemplo é o verbo *afundar*, que seleciona um argumento interno paciente:

- Estrutura argumental de *afundar*: causa, <paciente>[125]
  SN

Em frases transitivas (causativas), o argumento externo (causa) realiza-se como sujeito e o argumento interno SN (paciente ou experienciador) como complemento direto; e em frases intransitivas (incoativas), o argumento externo (causa) realiza-se (opcionalmente) dentro do SV, na forma de um complemento preposicionado, introduzido pela preposição *com*, e o argumento interno SN (paciente ou experienciador) realiza-se como sujeito (cf. 11.5.2.1):

(63) a. *A tempestade* afundou o navio.
b. O navio afundou-se com *a tempestade*.

Numa perspetiva lexical, as frases passivas e as frases incoativas podem ser analisadas como o resultado de uma operação sobre a estrutura argumental daqueles verbos transitivos que selecionam, respetivamente, um argumento externo agente (*pôr*) e um argumento externo causa (*afundar*). Concretamente, essa operação "interioriza" o argumento externo, permitindo a sua realização sintática dentro do sintagma verbal, como nos exemplos (b) de (62) e (63) (*pela Joana* e *com a tempestade*, respetivamente). O argumento externo pode também não ocorrer de todo, i.e., ser "suprimido", como se ilustra em (64):

(64) a. O livro foi posto sobre a mesa.
b. O navio afundou-se.

Estas operações lexicais podem ser representadas da seguinte forma:

- agente, <paciente> → <paciente, agente>
  SN SN $SP_{por}/Ø$
- causa, <paciente> → <paciente, causa>
  SN SN $SP_{com}/Ø$

Nas estruturas argumentais derivadas (do lado direito da seta), o argumento externo (agente e causa, respetivamente) aparece agora interiorizado, marcando-se

[125] O sujeito do verbo *afundar* também pode ser um agente, como em *a marinha japonesa afundou intencionalmente o porta-aviões Yorktown na batalha de Midway*. Neste caso, a frase tem uma contraparte passiva: cf. *o porta-aviões Midway foi intencionalmente afundado pela marinha japonesa na batalha de Midway*.

assim lexicalmente a sua realização dentro do SV nas frases passivas e incoativas. Na estrutura argumental derivada, por conseguinte, não há um argumento externo. Dado que os **verbos pessoais** – que formam a grande maioria do léxico do português – selecionam necessariamente um sujeito gramatical (cf. Cap. 28.2.2.1)[126], essa função é preenchida nas frases passivas e incoativas pelo argumento interno que é estruturalmente um sintagma nominal. De facto, na estrutura argumental derivada, esse argumento é a única opção para a função de sujeito, visto que este é necessariamente um sintagma nominal (de novo, pomos de lado nesta secção a realização oracional do sujeito – cf. Nota 123).

A opcionalidade do argumento externo "interiorizado" nas frases passivas e incoativas (cf. (64)) é indicada na estrutura argumental derivada através da notação "SP/Ø" na informação estrutural – "SP" significa que o argumento se realiza como sintagma preposicional (com a preposição indicada no subíndice), e "Ø" (o símbolo que em Lógica representa o conjunto vazio) significa que o argumento não se realiza.

A opcionalidade do argumento externo nestas frases é, assim, indicada na linha que corresponde à sua realização estrutural, não na linha que corresponde à sua realização temática. De facto, as frases passivas e algumas frases incoativas sem o sintagma preposicional (cf. (64)) descrevem situações nas quais se pode inferir um agente ou uma causa implícitos ('por alguém', no primeiro exemplo, 'por alguma causa', no segundo). Isto significa que, conceptualmente – o nível captado pelos papéis temáticos – o argumento está presente (implicitamente), embora não tenha realização sintática. Este facto é comprovado, no caso das orações passivas, pela possibilidade de acrescentar adjuntos adverbiais de intencionalidade ou de finalidade, os quais pressupõem semanticamente um argumento agente que tem uma intenção e uma finalidade (cf. 11.5.2.1): cf. *o livro foi posto sobre a mesa intencionalmente, para que toda a gente o pudesse ver*.

11.6.3 Verbos inergativos e verbos inacusativos

Os verbos intransitivos (i.e., aqueles que selecionam um sujeito gramatical mas não selecionam um complemento direto – cf. Cap. 28.2.2.2) não têm todos uma estrutura argumental em que o sujeito é argumento externo. Esses verbos dividem-se em duas subclasses, a dos verbos inergativos e a dos verbos inacusativos. Com os **verbos inergativos** (*assobiar*, *bocejar*, *brincar*, *buzinar*, *dançar*, e, de modo geral, aqueles cujo sujeito é agentivo ou tem algum controlo sobre o evento descrito pelo predicado), o sujeito é um argumento externo na estrutura argumental, tal como o sujeito dos verbos transitivos. Em contrapartida, com os **verbos inacusativos** (*adoecer*, *adormecer*, *desaparecer*, *desmaiar*, *morrer*, *nascer*, e, de modo geral, aqueles cujo sujeito tem o papel temático de paciente ou de tema), o sujeito é um argumento interno[127]:

(65) a. *A criança* brincou. (*brincar* = verbo inergativo; *a criança* = argumento externo do verbo)

[126] Os **verbos impessoais** (cf. Cap. 28.2.2.1) não selecionam um sujeito. Com esses verbos, o argumento interno realiza-se, pois, como complemento (direto, no caso do verbo *haver*). Esta propriedade, excecional no léxico do português, tem de ser assinalada na estrutura argumental desses verbos.

[127] Sobre os critérios para distinguir entre estas duas classes de verbos, cf. Cap. 28.2.2.3.2 e Perlmutter (1989).

b. *A criança* adormeceu. (*adormecer* = verbo inacusativo; *a criança* = argumento interno do verbo)

As entradas lexicais dos verbos *brincar* e *adormecer* têm, pois, a seguinte forma:

- *brincar*: agente
- *adormecer*: <paciente>
  SN

Como o verbo *adormecer* é pessoal, o argumento interno SN realiza-se com a função de sujeito gramatical (cf. o final de 11.6.2 e o Cap. 28.2.2.1).

As frases com verbos inergativos chamam-se **frases inergativas** e as frases com verbos inacusativos chamam-se **frases inacusativas**. As frases inergativas e inacusativas constituem subtipos das **frases intransitivas**, i.e., que têm um sujeito mas não têm um complemento direto. Esta classe inclui também as frases passivas e as frases incoativas, que se caracterizam pela mesma propriedade. As frases passivas e as frases incoativas são também inacusativas, visto que o seu sujeito gramatical corresponde a um argumento interno (cf. 11.6.2)[128].

11.6.4 Papéis temáticos e funções gramaticais

Nas orações ativas, existem relações entre os papéis temáticos selecionados por um predicador verbal e as funções gramaticais desempenhadas nas frases pelas expressões que os veiculam.

O papel temático de agente realiza-se sempre como sujeito gramatical, quer em orações transitivas quer em orações intransitivas (ativas) – logo, do ponto de vista lexical, o agente é sempre um argumento externo, com qualquer predicador que o selecione. Em orações passivas, o agente ocorre (opcionalmente) dentro do sintagma verbal, com a função de agente da passiva (cf. (62b)).

Em orações ativas transitivas, o argumento com o papel temático de causa realiza-se também sempre como sujeito, tendo igualmente o estatuto lexical de argumento externo (cf. (63a)). Em orações intransitivas incoativas, o argumento causa realiza-se (opcionalmente) dentro do SV, como sintagma preposicional, introduzido pela preposição *com* (cf. (63b)).

Com a maioria dos verbos que selecionam um argumento com o papel temático de experienciador e um argumento com o papel temático de estímulo (verbos de atitude afetiva, verbos de perceção sensorial e verbos de crença ou de conhecimento – cf. 11.5.2.2), o experienciador realiza-se como sujeito (é, pois, argumento externo) e o estímulo realiza-se como complemento direto ou preposicionado – é, pois, o argumento interno (cf., respetivamente, *a Júlia adora o Luís*, *o Luís viu a Júlia* e *a Mariana acredita no Pai Natal*). A estrutura argumental de *ver*, p.e., é a seguinte:

- Estrutura argumental de *ver*: experienciador, <estímulo>
  SN

[128] As diferenças entre verbos inergativos e inacusativos são descritas com mais pormenor no Cap. 28.2.2.3; sobre a alternância causativa-incoativa, cf. também os Caps. 13.4 e 28.2.3.2.

Com alguns verbos, o experienciador realiza-se como complemento indireto, correspondendo a um argumento interno; é o caso, p.e., do verbo *agradar* (cf., por exemplo, *o Luís agrada à Júlia*):

❖ Estrutura argumental de *agradar*: estímulo, <experienciador>
compl. indireto[129]

O experienciador pode também realizar-se com a função de complemento (tipicamente direto), em frases transitivas com verbos de alternância causativa-incoativa como *assustar*, *enervar*, *preocupar* (cf. *o mau tempo* {*assusta*/*enerva*/*preocupa*} *os marinheiros*).

A realização argumental mais típica com verbos de transferência (*dar*, *entregar*, *transmitir*, etc.) é aquela em que o argumento com o papel temático de fonte se realiza como sujeito – tendo, portanto, o estatuto lexical de argumento externo –, o tema se realiza como complemento direto e o destinatário como complemento indireto. A estrutura argumental de *dar*, p.e., é a seguinte (recorde-se que o sujeito destes verbos é também agente):

❖ Estrutura argumental de *dar*: agente/fonte, <tema, destinatário>
SN compl. indireto

Os papéis temáticos de paciente e tema são canonicamente realizados como complementos em frases ativas, quando ocorrem com um argumento externo agente ou causa; no entanto, como vimos em 11.6.2 e 11.6.3, podem assumir a função de sujeito em frases inacusativas, quer em virtude de o argumento externo ser "interiorizado" ou suprimido (nas orações passivas e incoativas), quer quando o predicador não seleciona à partida nenhum argumento externo.

[9] Assumindo que a função de sujeito gramatical é mais saliente do que a de complemento (plausivelmente por estar canonicamente associada à função semântica de sujeito da predicação – cf. 11.4.1), estas correspondências entre papel temático e função gramatical levam a postular uma **hierarquia de papéis temáticos**, em que o critério de saliência é a frequência maior de realização de um determinado papel como sujeito gramatical em frases ativas. Não pretendendo desenvolver esta questão complexa, e não havendo consenso na literatura da especialidade sobre a ordem exata desta hierarquia[130], apresentamos aqui tentativamente uma proposta (parcial), com base nas descrições e análises apresentadas nesta secção:

❖ agente > causa > experienciador > paciente/tema > locativo/estímulo

O papel temático de agente ocupa a posição mais proeminente visto que, em frases ativas (transitivas ou intransitivas), se realiza sempre como sujeito; o de causa vem

[129] Contrariamente ao complemento direto, identificável por ser um SN "interno" (mas cf. Nota 96), o complemento indireto não pode ser identificado apenas pela sua classe sintagmática, visto que nem todos os complementos preposicionados (incluindo os que têm como núcleo a preposição *a*) são indiretos (cf. Cap. 28). Neste caso, o modo mais simples de dar a informação pertinente na estrutura argumental consiste em assinalar a função, dado que um complemento indireto é sempre um SP introduzido por *a*, uma informação que a gramática do português tem de fornecer, por ser geral.

[130] Cf. Fillmore (1971), Jackendoff (1990), Grimshaw (1990) e Levin e Rappaport Hovav (1996, 2005). Estes autores propõem hierarquias que não são idênticas entre si, embora convirjam em aspetos fundamentais, como o de considerar os papéis temáticos de agente e experienciador como ocupando uma posição hierarquicamente elevada. Para discussão adicional, cf. Cap. 13.2.

a seguir, visto que é sempre sujeito em frases ativas transitivas, mas não o é em frases ativas intransitivas-incoativas; seguidamente vem o papel temático de experienciador, que se realiza por vezes, mas não sempre, como sujeito, dependendo dos predicadores; na posição a seguir temos os papéis temáticos de tema e paciente, que se realizam canonicamente como complementos em frases ativas, nas quais ocorrem com um argumento externo (agente ou causa), mas que podem realizar-se como sujeito em frases inacusativas (cf. 11.6.3). Finalmente, na posição mais baixa, ocorrem os papéis temáticos de locativo e de estímulo, que se realizam menos frequentemente como sujeito.

11.6.5 O morfema *se* e a estrutura argumental

Nas línguas românicas em geral, o pronome clítico *se* tem funções e valores variados, ocorrendo em diversos tipos de construções sintáticas. A ideia de reduzir esses diferentes usos a uma matriz ou princípio básico subjacente tem ocupado vários gramáticos e linguistas, tanto tradicionais como contemporâneos, e trabalhando em diferentes quadros teóricos[131]. Esse desiderato, no entanto, não tem sido fácil de alcançar para todos os usos de *se*. No que respeita a alguns deles, no entanto, há generalizações interessantes que têm precisamente a ver com as alterações da estrutura argumental discutidas em 11.6.2 (logo a seguir ao paradigma (64)), que alteram o estatuto do argumento externo agente ou causa, respetivamente, em frases passivas e em frases incoativas[132].

O uso básico do morfema *se* (que corresponde também ao seu uso histórico primitivo, em latim) é como **pronome reflexo**, em **orações reflexas** ou **recíprocas** (cf. Caps. 13.3 e 41.3.4). Nesta função, trata-se de um pronome obrigatoriamente anafórico[133], com a função de complemento direto ou indireto, que retoma o valor referencial de um sintagma nominal de 3.ª pessoa (do singular ou do plural) – o seu **antecedente** – que ocorre na mesma oração com a função de sujeito. Diz-se então que o pronome é **correferente** com o seu antecedente (ou que ambos os elementos são correferentes entre si). Canonicamente, nas orações reflexas, o sujeito tem o papel temático de agente e o pronome *se*, na função de complemento direto, tem o papel temático de paciente[134]:

(66) a. A criança lavou-*se*.
b. O Pedro barbeia-*se* todos os dias.

---

[131] Mencionando apenas trabalhos da linguística contemporânea, cf., entre muitos outros, Cinque (1988), Perlmutter (1989), Kayne (1988), Raposo e Uriagereka (1996).

[132] Recorde-se que muitos dos verbos que permitem frases passivas ou incoativas selecionam ambos os papéis temáticos como argumento externo, em alternância: cf., por exemplo, *o general assustou* (*intencionalmente*) *os soldados* (agente) e *a trovoada assustou os soldados* (causa). Como vimos, quando o sujeito é [+humano], e na ausência de material desambiguador (como um adjunto adverbial), esse facto pode dar origem a ambiguidade entre uma interpretação agentiva e uma interpretação causal.

[133] Seguindo a maioria dos linguistas, referimo-nos a *se*, no seu uso anafórico, pelo termo "pronome reflexo", ainda que, semanticamente, possa ter uma interpretação quer (verdadeiramente) reflexa (cf. *a criança viu-se a si própria ao espelho*) quer recíproca (*as crianças viram-se umas às outras ao espelho*). Sobre as diferenças entre estas duas leituras, cf. Cap. 41.3.4. Nesta subsecção, apenas damos exemplos de orações reflexas.

[134] O pronome reflexo *se* pode ocorrer também com a função de complemento indireto, embora alguns falantes considerem esse uso como um francesismo: cf. *?a Maria ofereceu-se uma viagem a Paris*. É importante também ter em conta que a forma *se* é a variante casual acusativa (e dativa) do pronome reflexo, que assume a forma forte *si* noutros contextos (frequentemente em combinação com o adjetivo marcador de reflexividade, *próprio*): cf. *a Maria é amiga de si própria*, *a Fernanda está orgulhosa de si (própria)*, *o Manuel pensa frequentemente em si (próprio)*.

O pronome *se* ocorre também em **frases passivas pronominais** (ou **passivas reflexas** – cf. Cap. 13.2.4), ligado a um verbo transitivo que concorda em pessoa e número com um sintagma nominal que corresponde ao complemento direto de uma frase ativa e transitiva equivalente. A frase passiva pronominal ilustra-se em (67a), a frase ativa correspondente em (67b), e, em (67c), ilustra-se a frase passiva canónica, com o verbo auxiliar *ser* (também chamada **passiva verbal**), para comparação:

(67) a. Declamaram-*se* vários poemas de Fernando Pessoa (para comemorar o aniversário do poeta). [frase passiva pronominal]
b. O ator declamou vários poemas de Fernando Pessoa (para comemorar o aniversário do poeta). [frase ativa transitiva]
c. Vários poemas de Fernando Pessoa foram declamados (pelo ator) (para comemorar o aniversário do poeta). [frase passiva verbal]

Tanto em (67a) como em (67c), o SN que corresponde ao complemento direto de (67b) concorda com o verbo, tendo, pois (naquelas frases), a função de sujeito gramatical. Para além disso, tal como a frase ativa (67b), com um sujeito (agente) explícito (o SN *o ator*), quer (67a) quer (67c) têm uma interpretação agentiva, como ilustra a possibilidade da oração subordinada final entre parênteses (cf. 11.5.2.1). Estas semelhanças entre (67a) e (67c) levam a considerar que (67a) constitui também uma construção passiva.

Diferentemente do que acontece em (67c), no entanto, em (67a) o argumento externo agente não pode ocorrer dentro do sintagma verbal como agente da passiva (cf. a impossibilidade de **declamaram-se vários poemas de Fernando Pessoa pelo ator*). Ou seja, nestes casos, o agente é necessariamente implícito, com uma interpretação indeterminada.

Como já se mencionou (cf. 11.5.2.1), o pronome *se* ocorre igualmente em numerosas frases intransitivas incoativas, com verbos de alternância causativa-incoativa; nessas frases, o argumento causa ocorre (opcionalmente) dentro do sintagma verbal, e o argumento interno (paciente ou experienciador) assume a função de sujeito (cf. 11.6.2, Cap. 13.4 e Cap. 28.2.3.2):

(68) a. A Maria preocupa-*se* (com os filhos).
b. O barco afundou-*se* (com a tempestade).
c. As portas abriram-*se* (com o vento).

As frases passivas pronominais e as frases incoativas têm algo em comum; concretamente, a estrutura argumental do verbo sofre uma alteração (cf. 11.6.2, logo a seguir ao paradigma (64)). Em particular, o argumento externo é "interiorizado" nos dois casos (podendo também ser sintaticamente suprimido) e o argumento interno (paciente ou experienciador) realiza-se como sujeito. Torna-se, portanto, tentador dizer que a ocorrência do morfema *se* é, em ambos os casos, um reflexo morfossintático da interiorização do argumento externo e da concomitante realização como sujeito do argumento interno do verbo[135].

[135] Existem diferenças, no entanto. Nas frases passivas pronominais, o morfema *se* é obrigatório com todos os verbos. Em contrapartida, nas frases incoativas, o morfema *se* é obrigatório com alguns verbos de alternância (cf. a impossibilidade de **a Maria preocupa com os filhos* vs. *a Maria preocupa-se com os filhos*), com outros

As **construções médias caracterizadoras** (cf. *as camisolas de algodão lavam-se bem*), nas quais também ocorre caracteristicamente o pronome *se*, recebem uma análise semelhante (cf. Cap. 13.6).

Outra construção na qual ocorre o pronome *se* é a **construção de *se* impessoal**, exemplificada por frases como as de (69) (cf. Cap. 13.2.5 e Cap. 29, Caixa [12]):

(69) a. *Dançou-se* muito na festa de ontem.
b. No começo do jogo, *assobiou-se* ao tocar o hino nacional.
c. *Diz-se* [que o governo vai aumentar os impostos].
d. *Comeu-se* morangos à sobremesa.

Nesta construção, o argumento externo não se realiza e, em vez dele, ocorre a forma *se*, ligada ao verbo. Diferentemente das frases passivas pronominais, no entanto, (i) podem também ocorrer nesta construção verbos intransitivos (cf. (69a,b)) e (ii) o verbo conjuga-se invariavelmente na 3.ª pessoa do singular – ou seja, não há concordância verbal com nenhum sintagma nominal, mesmo com o argumento interno paciente (cf. (69d)) que, nas frases passivas pronominais, se realiza como sujeito e concorda com o verbo (compare-se (69d) com *comeram-se morangos à sobremesa*, que exemplifica a construção passiva pronominal, com concordância verbal com o argumento interno). Ou seja, em (69d), o sintagma nominal *morangos* tem a mesma função de complemento direto que desempenha numa oração ativa transitiva canónica como *a criança comeu morangos à sobremesa*.

> [10] A construção de *se* impessoal ilustrada em (69d), com o verbo no singular e com um complemento direto plural, é por vezes estigmatizada, plausivelmente em virtude de estar em concorrência com a construção passiva pronominal *comeram-se morangos à sobremesa*, na qual o argumento interno se realiza como sujeito gramatical, concordando com o verbo. Outro par de exemplos do mesmo tipo, frequentemente citado na literatura gramatical, é *vende-se casas* vs. *vendem-se casas*. Esse estigma deve-se talvez ao facto de os verbos verdadeiramente impessoais – que não selecionam um sujeito, como *haver* – serem raros e relativamente marcados em português (cf. Cap. 28.2.2.1). Em (69d) e frases similares, os falantes porventura reagem mal à presença de um sintagma nominal que poderia funcionar como sujeito mas não funciona – o argumento interno SN –, preferindo a construção alternativa em que esse argumento assume efetivamente a função de sujeito – ou seja, a construção passiva pronominal.

De novo, é possível estabelecer uma correlação entre a ocorrência de *se* na construção de *se* impessoal e uma operação na estrutura argumental dos verbos que entram nessa construção; em particular, tal como nas passivas pronominais (em que o argumento externo agente é suprimido, i.e., não se realiza sintaticamente) e nas frases incoativas (em que o argumento externo é opcionalmente suprimido), também nas frases de *se* impessoal a realização sintática do argumento externo é suprimida. No entanto, contrariamente às frases passivas pronominais e às frases incoativas, nenhum argumento interno assume a função de sujeito.

---

não ocorre (cf. *a toalha secou com o vento* vs. **a toalha secou-se com o vento*) e com outros ainda é opcional (cf., para alguns falantes, a aceitabilidade de *a porta abriu com o vento*, a par de *a porta abriu-se com o vento*).

[11] Esquematicamente, essa operação pode ser representada do seguinte modo[136]:

❖ Alteração da estrutura argumental na construção de *se* impessoal:
agente, <...> → agente, <...>
Ø

Algumas observações sobre este esquema. Em primeiro lugar, colocamos pontos dentro dos parênteses angulares para indicar que qualquer tipo de verbo pode participar na construção, independentemente dos complementos que selecione. Em segundo lugar, assinalamos a não realização do argumento externo através do símbolo "Ø" na linha reservada à subcategorização (à seleção estrutural). Em terceiro lugar, optamos por deixar a indicação temática do argumento no mesmo lugar que tem na estrutura não modificada, por dois motivos: primeiro, porque conceptualmente o argumento está (implicitamente) presente nas frases de *se* impessoal, servindo de "âncora" a adjuntos com valor de intencionalidade ou de finalidade: cf., por exemplo, *no começo do jogo, assobiou-se intencionalmente ao tocar o hino nacional para mostrar o descontentamento com a política de miséria do governo*; segundo, porque a sua manutenção (conceptual) no lugar "externo" da estrutura argumental serve de obstáculo a que o argumento interno assuma a função de sujeito, o que explicaria a ausência de concordância nessas frases.

Em contrapartida, nas frases passivas pronominais, existe sempre um argumento interno paciente que assume a função de sujeito. Nesse caso, é plausível supor que o argumento externo, ainda que não seja realizado sintaticamente, se "interioriza" na estrutura argumental modificada (tal como nas passivas verbais), permitindo o acesso do argumento interno à função de sujeito:

❖ Alteração da estrutura argumental na construção passiva pronominal:
agente, <paciente> → <paciente, agente>
SN Ø

Vimos que o pronome *se* não anafórico (i.e., sem uma interpretação reflexa ou recíproca) ocorre nas frases passivas pronominais, na maioria das frases incoativas com verbos de alternância causativa-incoativa, nas frases médias caracterizadoras e nas frases de *se* impessoal. A ocorrência desta variante do pronome *se* não se limita, no entanto, a estes casos. Existem numerosos verbos intransitivos em português que não se deixam analisar facilmente como participando em qualquer um destes tipos de frases e que ocorrem (na maioria dos casos obrigatoriamente, por vezes opcionalmente) com *se*. Nesse caso, diz-se que têm **conjugação reflexa** – um termo que pode também ser usado para as construções mencionadas acima. Entre eles incluem-se verbos que denotam movimento e/ou postura corporal, como *ajoelhar-se*, *curvar-se*, *deitar-se*, *dirigir-se*, *erguer-se*, *estatelar-se*, *ir-se* (combinado com o advérbio *embora*: cf. *eles foram-se embora*), *levantar-se*, *mover-se*, *reclinar-se* e *refastelar-se*. É possível que alguns deles se possam reduzir a casos de alternância causativa-incoativa, ou a casos de construções (verdadeiramente) reflexas, mas tal não é inteiramente claro (cf. Cap. 13.3 e 13.4). De modo semelhante, há vários verbos que denotam processos subjetivos, de natureza psicológica e afetiva, que se conjugam com *se* e

[136] Os casos mais canónicos da construção de *se* impessoal são aqueles em que o sujeito implícito (não realizado) tem uma interpretação agentiva. Não é inteiramente claro, no entanto, que o sujeito seja sempre agente nesta construção (cf. Cinque 1988). Ignoramos aqui essa questão.

não se deixam analisar facilmente como verbos de alternância causativa-incoativa (cf. *apaixonar-se*, *condoer-se*, *habituar-se*, *queixar-se*, *sobressaltar-se* e *zangar-se*).

Para terminar, damos uma pequena lista de verbos conjugados reflexamente que denotam processos afetivos ou psicológicos e que (plausivelmente) podem ser analisados como verbos de alternância causativa-incoativa, ou seja, podem ser usados transitivamente com o experienciador realizado como complemento direto e com um sujeito causa (cf., por exemplo, *o João irritou-se* vs. *o filme irritou o João*): *abor-recer-se*, *admirar-se*, *afligir-se*, *amedrontar-se*, *assustar-se*, *atormentar-se*, *atrapalhar-se*, *comover-se*, *enervar-se*, *enfurecer-se*, *envergonhar-se*, *espantar-se*, *excitar-se*, *indignar-se*, *irritar-se*, *perturbar-se* e *preocupar-se* (cf. Mendes 2004).

11.7 Dêixis

Para além do seu significado lexical (cf. Caps. 8 e 20), algumas expressões linguísticas – em particular os sintagmas nominais definidos e demonstrativos – podem designar diretamente entidades ou eventos do contexto situacional em que se produzem os enunciados ou mencionados no contexto discursivo (cf. *o livro que eu comprei na feira*, *o Euro 2012*, *este casaco*; ver 11.1.3). A esta capacidade das expressões linguísticas de designarem diretamente entidades do contexto situacional ou discursivo chama-se **referência** (cf. Caps. 8, 20 e 22).

Frequentemente, a referência depende de fatores variáveis da enunciação e do contexto situacional (cf. 11.1.3), em particular (i) dos seus participantes, com especial importância para o falante e o ouvinte; (ii) das coordenadas espaciais dos participantes – o lugar que estes ocupam na enunciação; e (iii) das coordenadas temporais da própria enunciação, ou seja, do momento em que esta ocorre. Por exemplo, na frase *eu comprei este casaco ontem*, a referência do pronome *eu* será diferente consoante essa frase tenha sido dita pelo José ou pelo Emílio; o demonstrativo *este* assinala que o casaco em questão está perto do falante e relativamente afastado do ouvinte, qualquer que seja o lugar em que estes se encontrem; finalmente, o advérbio *ontem* indica que a compra do casaco se deu no dia anterior àquele em que a frase foi dita, independentemente da data concreta. Os elementos que determinam este tipo de referência variável chamam-se **dêiticos**, e o sistema geral em que se integram tem o nome de **dêixis**. O sistema da dêixis depende, pois, essencialmente do estatuto das frases enquanto enunciados.

Devido à importância que a dêixis tem na interpretação semântica, apresentam-se em seguida algumas das suas propriedades e características mais salientes.

Consoante a dêixis está centrada nos participantes, no lugar da enunciação ou no tempo da enunciação, chama-se, respetivamente, **dêixis pessoal**, **dêixis espacial** (ou **locativa**) e **dêixis temporal**. Ilustram-se estes três sistemas em (70), (71) e (72), em que se colocam as expressões dêiticas em itálico e se sublinha a flexão verbal ou os verbos auxiliares que contêm informação temporal relevante (cf. Caps. 15 e 29):

(70) a. *Tu* não *me* viste com *ela*.
b. Deixei o *meu* casaco em *tua* casa.

(71) a. *Este* lápis está partido; empresta-*me essa* caneta [*aí* ao *teu* lado].
b. *Aqui* está frio, e *aí*?

(72) a. [N*este* momento] [*estou a* fazer] os trabalhos de casa.
b. *Ontem* fiquei em casa, mas *hoje* vou sair.

A dêixis pessoal consiste na referência aos participantes no ato da enunciação, nomeadamente o falante, o ouvinte e outras entidades presentes no contexto, e nela desempenha um papel central (i) o sistema dos pronomes pessoais *eu*, *tu*, *ele* e suas variantes morfológicas (cf. Cap. 22), incluindo as formas possessivas *meu*, *teu*, *seu*, *dele*; (ii) em línguas com uma flexão verbal rica, como o português, a concordância verbal em pessoa, que duplica a informação dada pelo pronome pessoal sujeito e que pode, eventualmente, ser a única informação pessoal do enunciado quando o sujeito não é realizado. Neste sistema, as formas de 1.ª pessoa referem o falante, as de 2.ª pessoa o ouvinte e as de 3.ª pessoa outra entidade ou entidades presente(s) no contexto discursivo. Assim, em (70a), o pronome com a função de sujeito refere o ouvinte, o pronome com a função de complemento direto refere o falante e o pronome com a função de complemento oblíquo refere uma pessoa do sexo feminino presente no contexto situacional ou mencionada no contexto discursivo e identificável tanto pelo falante como pelo ouvinte. Em (70b), por sua vez, as formas possessivas permitem identificar o casaco particular de que se fala como sendo aquele que pertence ao falante, e a casa como sendo aquela que pertence ao ouvinte.

A dêixis espacial permite referir entidades através do seu posicionamento relativamente ao espaço ocupado pelos intervenientes no ato da enunciação, em particular o falante e o ouvinte. Nela desempenha um papel central o sistema dos demonstrativos *este*, *esse* e *aquele* (e suas variantes morfológicas), bem como os advérbios locativos *aqui*, *aí*, *ali*, *lá*, entre outros (cf. Caps. 22 e 33). No uso mais típico do sistema dos demonstrativos, *este* identifica um lugar perto do falante, *esse* um lugar perto do ouvinte e relativamente afastado do falante, e *aquele* um lugar relativamente afastado do falante e do ouvinte, e, eventualmente, perto de um terceiro participante no ato discursivo. Assim, em (71a), *este* permite identificar o lápis como estando perto do falante, e *essa* permite identificar a caneta como estando próxima do ouvinte; a expressão *aí ao teu lado* identifica um lugar perto do ouvinte, devido ao possessivo *teu* modificando um substantivo de natureza espacial (*lado*) e ao reforço trazido pelo advérbio *aí*. Em (71b), por sua vez, os advérbios *aqui* e *aí* referem, respetivamente, o lugar ocupado pelo falante (ou perto dele) e o lugar ocupado pelo ouvinte (ou perto dele).

Finalmente, a dêixis temporal permite identificar a referência de momentos (tempos) relativamente ao momento particular do ato da enunciação pelo falante. Nela desempenha um papel central o sistema dos tempos verbais e alguns verbos auxiliares (cf., respetivamente, os Caps. 15 e 29), bem como adjuntos adverbiais temporais como *agora*, *hoje*, *ontem*, *neste momento*, *há três anos*, etc. (cf. Cap. 33). Assim, em (72a), a expressão temporal *neste momento* e o verbo auxiliar *estar* (*a*) no presente do indicativo reforçam-se mutuamente na função de indicar que a atividade de o falante fazer os trabalhos de casa coincide com o momento em que o enunciado é produzido. Em (72b), por sua vez, o advérbio *hoje* permite identificar o dia da saída do falante como sendo aquele em que o enunciado é produzido, e *ontem* permite identificar o dia da estadia do falante em casa como sendo aquele que é imediatamente anterior ao da produção do enunciado.

Feita esta apresentação geral do sistema da dêixis, passamos a apresentar algumas das suas características mais importantes.

❖ Referência variável e significado lexical fixo das expressões dêiticas

Precisamente por depender dos fatores variáveis do ato da enunciação e do contexto situacional, a referência das expressões dêiticas é variável de enunciado para enunciado. A referência das expressões dêiticas de (70a), por exemplo, será diferente consoante essa frase tenha sido enunciada pelo José no dia 30 de abril de 1999, falando com o António e referindo-se à Etelvina, ou pelo Emílio no dia 13 de agosto de 2013, falando com o Luís e referindo-se à Laura; a referência de *hoje* e de *ontem* em (72b) depende do dia particular em que o enunciado é produzido.

O significado lexical (ou **denotação** – cf. Caps. 8 e 20) das expressões dêiticas, no entanto, é fixo, tal como o significado lexical das expressões não dêiticas. Aliás, é com base nas propriedades semânticas lexicais dessas expressões que se constrói a sua referência dêitica. Assim, por exemplo, *eu* denota de maneira fixa o falante (quem quer que este seja), *tu* o ouvinte, *hoje* o dia em que se produz o enunciado onde ocorre essa palavra, *aqui* o lugar perto do falante ou por ele ocupado, e assim sucessivamente.

❖ Interpretação referencial vaga ou indeterminada das expressões dêiticas

A referência de muitas expressões dêiticas locativas e temporais é imprecisa e vaga, necessitando frequentemente de ser especificada contextualmente pelo falante. Por exemplo, *aqui* pode designar um pequeno espaço imediato à volta do falante, mas também uma área mais vasta como a casa, a cidade, o país, a galáxia ou até mesmo o universo onde o falante se encontra (cf. *aqui, no universo conhecido, nada pode viajar mais depressa do que a luz*). O advérbio *agora* pode referir um momento pontual coincidindo com o ato da enunciação pelo falante, ou uma duração mais ou menos longa que contém esse momento: cf. *a Maria agora já não fuma*, em que o advérbio pode referir uma duração de dias, meses ou até anos, consoante a intenção do falante, desde que esse intervalo contenha o momento em que a frase é produzida. Os pronomes pessoais de 3.ª pessoa também podem apresentar indefinição contextual: assim, como resposta a um comando como *entrega-lhe o livro a ele*, o ouvinte poderá retorquir *a ele quem?* se houver mais do que uma pessoa do sexo masculino no contexto situacional.

❖ Acompanhamento por gestos ou indexação

Precisamente devido à possibilidade de uma interpretação vaga ou indeterminada de uma expressão dêitica, a sua produção pode ser acompanhada por um gesto auxiliar como, por exemplo, um ato de apontar, que ajuda o ouvinte a determinar com precisão a sua referência. Um ato gestual deste tipo é muito comum a acompanhar os pronomes pessoais de 3.ª pessoa ou na dêixis espacial, como se exemplifica no seguinte diálogo:

(73) A – O livro está *ali*.
B – *Ali* onde?
A (apontando) – *Ali*.

❖ A dêixis é centrada sobre o falante

O eixo central dos três sistemas dêiticos é sem dúvida o falante: na dêixis pessoal, a primeira pessoa, na dêixis espacial, o espaço por ele ocupado, e, na dêixis temporal, o momento em que produz o enunciado. Por esse motivo, os itens dêiticos centrais da linguagem são o trio *eu*, *aqui*, *agora*.

Pelo próprio facto de o falante ser o eixo central dos três sistemas dêiticos, a dêixis pessoal participa também nos sistemas dêiticos espacial e temporal. Assim, p.e., *aqui* refere o espaço próximo do falante ou ocupado por ele. Em português, o ouvinte constitui igualmente um dos pontos de referência no sistema dêitico locativo: o demonstrativo *esse* e o advérbio *aí* denotam tipicamente um espaço perto do ouvinte (ou ocupado por ele, no caso de *aí*) e afastado do falante. No sistema dêitico locativo existem, aliás, grupos de expressões que são decalcadas do sistema central da dêixis pessoal: os demonstrativos *este – esse – aquele* e os advérbios locativos *aqui – aí – ali* estão em correspondência biunívoca com o sistema pronominal *eu – tu – ele* (cf. Cap. 22.3.2).

❖ Distinção entre dêixis e anáfora

Algumas expressões dêiticas podem ter um uso **anafórico**, como é o caso dos pronomes pessoais de 3.ª pessoa. Considerem-se os seguintes exemplos:

(74) a. Não vi o Pedro com *ela*.
b. O Pedro disse à Joana que te tinha visto com *ela*.

Como contexto para (74a), suponha-se que existe uma pessoa do sexo feminino no contexto situacional, e que o falante aponta para essa pessoa ao pronunciar o pronome *ela*. Neste caso, o pronome é dêitico. Em (74b), esta interpretação também é possível para o pronome *ela*; ou seja, este pronome pode referir uma pessoa presente no contexto situacional, e que, em particular, não é a pessoa referida pelo nome *Joana*. No entanto, em (74b), existe outra possibilidade interpretativa, talvez mais natural neste caso: a referência do pronome *ela* pode depender da referência do sintagma nominal *a Joana*, que ocorre anteriormente na frase (cf. Cap. 41). Neste caso, o pronome é **anafórico** (ou, de modo mais simples, é uma **anáfora**), e à relação que se estabelece entre ele e a expressão referencial da qual depende chama-se **relação anafórica**. Por sua vez, a expressão referencial de cuja referência depende a anáfora constitui o seu **antecedente**. Assim, nesta leitura de (74b), o pronome anafórico *ela* tem como antecedente o sintagma nominal *a Joana*.

> [12] Nas relações anafóricas em geral, alguns linguistas distinguem entre **anáfora em sentido estrito** e **catáfora**. Na relação anafórica em sentido estrito, o antecedente precede a anáfora, como em (74b) ou (ia); em contrapartida, na relação catafórica, o antecedente segue a anáfora (ou, mais precisamente, a catáfora, neste caso), como em (ib) (em ambas as frases, interessa aqui a interpretação em que *a Clara* é o antecedente do pronome *ela*):
>
> (i) a. Os amigos da Clara acham que *ela* é uma ótima companheira.
> b. Os amigos d*ela* acham que a Clara é uma ótima companheira.

Pode também estabelecer-se uma relação anafórica entre elementos pertencentes a frases distintas, desde que integrem o mesmo texto (cf. Cap. 34), como entre o sintagma nominal *o Pedro* e o pronome *o* no seguinte minidiscurso:

(ii) A – Sabes o que o Pedro fez ontem?
B – Já me contaste, acho incrível; pessoalmente não *o* quero ver mais.

12 CONSTRUÇÕES DE TOPICALIZAÇÃO 401
12.1 Conceito de tópico frásico e estrutura tópico-comentário 401
12.1.1 Tópico marcado e tópico não marcado 403
12.1.2 Diferenças gramaticais entre o tópico marcado e o sujeito 404
12.1.3 Estrutura temática: juízos categóricos e téticos veiculados pela frase 405
12.2 Tipologia das construções com tópicos marcados 409
12.2.1 O tópico não é retomado por uma expressão interna ao comentário 409
12.2.2 O tópico é retomado no comentário 410
12.2.2.1 O tópico é retomado sob a forma de um epíteto ou de um pronome 410
12.2.2.2 O tópico é retomado obrigatoriamente por um pronome clítico 412
12.2.3 O tópico corresponde a um constituinte interno ao comentário e não tem retoma 416
12.2.3.1 O tópico respeita integralmente as propriedades de subcategorização e de seleção do verbo 417
12.2.3.2 O tópico não respeita integralmente as propriedades de subcategorização do verbo 421
12.3 Conceito de contratópico 423
Fontes das abonações 426

12 CONSTRUÇÕES DE TOPICALIZAÇÃO

12.1 Conceito de tópico frásico e estrutura tópico-comentário

Em muitas obras filiadas na tradição gramatical greco-latina, define-se o sujeito[1] como «o ser sobre o qual se faz uma declaração» (Cunha e Cintra 1984:122). Complementarmente, o predicado é definido como «tudo aquilo que se diz acerca do sujeito»[2] (*ibidem*). Em frases como (1), as definições propostas não levantam qualquer dificuldade; contudo, o mesmo não acontece em frases como (2), cuja análise desenvolveremos adiante:

(1) *Essa tua amiga* conhece bem a região de Tomar.

(2) *A viagem ao México*, nós só a concretizámos nas férias passadas.

Em ambos os exemplos, o constituinte em itálico denota aquilo sobre que se diz alguma coisa, mas só em (1) esse constituinte é o sujeito, já que, em (2), o sujeito é o pronome de 1.ª pessoa do plural *nós*. A observação de casos de não coincidência como o exemplificado em (2) levou a uma reformulação do conceito de sujeito como sendo a expressão linguística que determina a concordância verbal e pode ser substituída pela forma nominativa do pronome pessoal; levou também à introdução do termo **tópico**, definido como a expressão linguística sobre que se diz alguma coisa. Complementarmente, à distinção aristotélica entre sujeito e predicado foi acrescentada a distinção entre tópico e **comentário**[3]. Assim, em (1), *essa tua amiga* é simultaneamente sujeito e tópico, e *conhece bem a região de Tomar* é simultaneamente predicado e comentário; mas, em (2), essas funções encontram-se dissociadas: *a viagem ao México* é tópico, tendo como comentário *nós só a concretizámos nas férias passadas*; e o pronome *nós* é o sujeito, sendo o predicado *só a concretizámos nas férias passadas*.

[1] O conceito de tópico frásico tem sido alvo de muito debate, havendo na literatura diferentes propostas de definição.

[1] Note-se que a definição transcrita, para ser rigorosa, careceria da seguinte formulação: o sujeito é a expressão linguística que denota a entidade acerca da qual se diz alguma coisa.

[2] Na linha do comentário incluído na nota anterior, para que esta definição fosse rigorosa, deveria ser reformulada do seguinte modo: o predicado é a expressão linguística que denota o que se diz acerca do sujeito.

[3] O termo "tópico" e o seu complementar "comentário" devem-se a Hockett (1958).

No séc. XIX, foi proposto o conceito de sujeito psicológico, definido como «o ponto de partida cognitivo – a entidade ou assunto que o falante tinha em mente quando formulava a intenção de produzir um enunciado» (Lyons 1977,2:508, t.n.), ou seja, essencialmente o mesmo conceito que o termo "tópico" designa.

Na tradição funcionalista europeia inaugurada pelo Círculo Linguístico de Praga, utilizam-se os termos "tema" e "rema" para designar conceitos próximos dos de "tópico" e "comentário". Contudo, para os linguistas praguenses, o par "tema-rema" codificava informação não só de natureza temática (a expressão que designa a entidade sobre que se diz alguma coisa vs. a expressão que denota o que se diz sobre essa entidade), mas também de natureza informacional: o tema exprimia informação dada, e o rema informação nova.

Por influência desta tradição, Halliday e vários funcionalistas americanos identificam o tema com o constituinte em posição inicial da oração (em inglês), considerando que frases como *John saw the play yesterday* 'o João viu a peça ontem' e *yesterday John saw the play* 'ontem o João viu a peça' têm como tema, respetivamente, *John* e *yesterday*.

Utilizar-se-á aqui a conceção de tópico frásico proposta originalmente em Strawson (1964) e posteriormente desenvolvida em Reinhart (1982), que se sintetiza abaixo. De acordo com Strawson, existem dois tipos de propriedades a ter em conta na determinação do tópico frásico: (i) propriedades que relevam dos pressupostos e objetivos da interação verbal, reguladas pelos Princípios de Relevância e da Presunção de Conhecimento; e (ii) propriedades semânticas envolvendo a atribuição de valores de verdade à proposição expressa pela frase (sobre os conceitos de "valor de verdade" e "proposição", cf. Cap. 11).

Decorre do Princípio de Relevância que «não fornecemos uns aos outros fragmentos de informação isolados e desconexos, antes, pelo contrário, é nossa intenção, em geral, apresentar ou acrescentar informação acerca daquilo que está a ser considerado ou é de interesse ou preocupação geral.» (Strawson 1964:92, t.n.).

Por seu lado, o Princípio da Presunção de Conhecimento implica que «as frases declarativas, no que diz respeito à sua informatividade, não são, em geral, unidades autossuficientes, independentes da consideração daquilo que se crê que a audiência já conhece ou supõe, antes o seu efeito depende, geralmente, do conhecimento que se crê já estar na posse do auditório.» (ibid., t.n.). Strawson identifica, assim, o tópico frásico com o centro de atenção (ou centro cognitivo) da frase e considera que, numa situação normal de interação, os participantes reconhecem que o objetivo de uma frase (declarativa) é expandir o nosso conhecimento acerca desse centro cognitivo.

No que respeita às propriedades semânticas, Strawson afirma que «avaliações de frases declarativas como verdadeiras ou falsas são, em geral, embora não exclusivamente, centradas no tópico» (id.:93, t.n.). Assim, o exemplo clássico de Bertrand Russell *o rei de França é calvo*, produzido em qualquer momento posterior à implantação da República Francesa, é avaliado diferentemente de uma frase como, por exemplo, *Lisboa foi visitada pelo rei de França em 1960*. No primeiro caso, *o rei de França* é o tópico e a avaliação do valor de verdade é centrada nesse sintagma nominal; ora como tal sintagma nominal não denota nenhuma entidade (tecnicamente, falha na sua pressuposição existencial), os falantes não conseguem avaliar o que é dito acerca do tópico (*é calvo*) a partir do que sabem acerca dele, pelo que não atribuem à proposição expressa pela frase nenhum valor, i.e., não podem decidir se ela é verdadeira ou falsa. Pelo contrário, dado que avaliam a frase *Lisboa foi visitada pelo rei de França em 1960* relativamente ao tópico *Lisboa*, reconhecem que o que é dito acerca desse tópico não se lhe adequa, uma vez que contém a expressão com insucesso referencial *o rei de França*, e atribuem à proposição expressa pela frase o valor falso. Repare-se

que, de acordo com esta conceção, a seleção de uma dada expressão para tópico de uma frase pode ser entendida como uma estratégia utilizada pelo locutor para indicar aos seus interlocutores ou ouvintes o modo como devem proceder à avaliação do valor de verdade: devem fazê-lo a partir da verificação do que sabem acerca do tópico.

Reinhart (1982) desenvolve esta conceção de tópico, apoiando-se no conceito de **conjunto contextual** proposto por Stalnaker (1978), que define simplificadamente do seguinte modo: «o conjunto contextual de um discurso num dado ponto [...] é o conjunto de proposições que aceitamos serem verdadeiras nesse ponto do discurso.» (Reinhart 1982:23, t.n.). Esta linguista propõe que o conjunto contextual tem uma estrutura e organização interna semelhante à de um ficheiro de assuntos de uma biblioteca, constituindo cada tópico frásico uma entrada desse ficheiro: «As proposições admitidas no conjunto contextual são classificadas em subconjuntos de proposições que são armazenadas em entradas definidoras. Pelo menos algumas destas entradas são determinadas por interpretações de sintagmas nominais. Os tópicos frásicos nominais serão, portanto, entradas referenciais sob as quais classificamos proposições no conjunto contextual e as proposições existentes no conjunto contextual sob essas entradas representam aquilo que sabemos acerca delas nesse conjunto. [...] Isto significa que *os dois procedimentos utilizados na construção do conjunto contextual – AVALIE e ARMAZENE – são, de facto, relativos a tópicos (avalie através do que já sabe acerca do tópico; armazene-o numa entrada correspondente a esse tópico)*» (id.:26, t.n.) (o itálico de ênfase é nosso).

12.1.1 Tópico marcado e tópico não marcado

Frases como (1), em que o mesmo constituinte é simultaneamente o sujeito e o tópico, apresentam a situação descrita de uma forma estruturalmente simples. Com efeito, quaisquer paráfrases de (1) em que a expressão *essa tua amiga* não assuma essa dupla função, como seria o caso em frases como *a região de Tomar, essa tua amiga conhece-a bem* ou *quanto à região de Tomar, essa tua amiga conhece-a bem*, são estruturalmente mais complexas do que a frase (1). Assim, por exemplo, os falantes reconhecem que tais paráfrases apresentam uma ordem de palavras distinta da ordem não marcada (ou canónica), ou seja, sujeito – verbo – objeto (ou seja, complemento direto)[4]. Reconhecem igualmente que em ambas as paráfrases é necessário estabelecer uma relação entre o constituinte com a função de tópico (*a região de Tomar*) e a posição interna ao comentário, com a função gramatical de complemento direto, preenchida pelo pronome acusativo *a*, que retoma o tópico, relação esta de que nos ocuparemos em 12.2. Pelo contrário, a frase (1) apresenta a ordem canónica e dela está ausente a complexidade adicional introduzida pela relação a estabelecer entre o tópico e um elemento interno ao comentário.

Já no caso do exemplo (2), é possível encontrar uma forma estruturalmente mais simples de apresentar a situação descrita: aquela em que sobre o mesmo constituinte recaem as funções de sujeito e de tópico, como acontece na paráfrase *nós só concretizámos a viagem ao México nas férias passadas*, em que o pronome *nós* acumula ambas as funções.

As línguas em que a forma estruturalmente mais simples de organizar as frases é aquela em que o constituinte que denota a entidade acerca de que se fala

[4] Na linguística contemporânea, esta ordem é usualmente representada pelas iniciais de "sujeito", "verbo" e "objeto", escritas com letra maiúscula; no caso em questão, "ordem SVO".

desempenha a função de sujeito denominam-se **línguas de proeminência de sujeito** (cf. Li e Thompson 1976). O português pertence a este tipo de línguas, sendo o tópico tipicamente gramaticalizado (i.e., codificado formalmente na gramática da língua através de processos como a concordância verbal, o caso morfológico ou outros) como sujeito em posição pré-verbal, razão pela qual é usual considerar que frases como (1) são exemplos de construções de **tópico não marcado**; por oposição, frases como (2), em que o constituinte em posição inicial sobre o qual se estabelece a predicação não é o sujeito, ilustram construções de **tópico marcado**[5].

12.1.2 Diferenças gramaticais entre o tópico marcado e o sujeito

Embora em português os sujeitos pré-verbais sejam tipicamente interpretados como tópicos, várias propriedades distinguem o sujeito do tópico frásico que ocorre em construções de tópico marcado. Referiremos de seguida propriedades morfossintáticas, de ordem de palavras, argumentais e semânticas que distinguem o sujeito do tópico marcado em português.

Do ponto de vista morfossintático, o sujeito desencadeia obrigatoriamente o processo de concordância verbal, contrariamente ao tópico marcado, como o contraste entre (3) e (4) ilustra:

(3) a. *Eu* ainda não receb**i** a convocatória. (sujeito e verbo = 1sg)
b. *Eles* ainda não receber**am** a convocatória. (sujeito e verbo = 3pl)

(4) a. *A convocatória*, eu ainda não a receb**i**. (tópico = 3sg; verbo = 1sg, concordando com o sujeito *eu*)
b. *A mim*, os serviços ainda não enviar**am** a convocatória. (tópico = 1sg; verbo = 3pl, concordando com o sujeito *os serviços*)

Do ponto de vista da ordem de palavras, e considerando apenas frases simples, enquanto o sujeito pode ocupar diversas posições internas na frase (por exemplo, imediatamente à esquerda ou à direita do verbo, sendo precedido ou seguido de outros constituintes, como se pode observar em (5)), o tópico marcado apenas pode ocupar posições periféricas à esquerda ou à direita[6], como se mostra em (2), (4) e (6):

(5) a. Ontem *o Conselho de Estado* reuniu de urgência.
b. Ocupava *Sousa Mendes* o cargo de cônsul de Portugal em Bordéus quando os exércitos nazis invadiram França.
c. Era cônsul de Portugal em Bordéus *Sousa Mendes* quando os exércitos nazis invadiram França.

[5] Veja-se o conceito de "construção de tópico não marcado" apresentado em Hockett (1958:201, t.n.): «O locutor anuncia um tópico e a seguir diz alguma coisa acerca dele... Em inglês e nas línguas mais conhecidas da Europa, os tópicos são também sujeitos e os comentários são predicados.» Vai no mesmo sentido a distinção proposta em Fillmore (1968:58) entre "construções de topicalização primária" (i.e., com tópico não marcado) e "secundária": «É possível que, quando um mecanismo de topicalização se torna habitual, se transforme num requisito formal, e a língua tem então de recorrer a outros processos para realizar topicalizações motivadas.»

[6] O estatuto periférico destas posições é assinalado na escrita através de uma vírgula ou, em certos casos, de reticências; na oralidade, as expressões que ocupam estas posições apresentam-se sempre demarcadas entoacional ou ritmicamente do resto da frase.

(6) a. Quanto *a mim*, o excesso de proteção tem prejudicado a recuperação do Pedro.
b. Não me lembro de lhe ter sido apresentada, *ao teu amigo paquistanês*.[7]

Do ponto de vista da estrutura argumental (cf. Caps. 11 e 28), excetuando os casos em que o sujeito é um pronome expletivo (cf. Caps. 11, 28 e 43), o sujeito é sempre selecionado semanticamente pelo verbo, ou seja, é sempre um argumento do verbo, contrariamente ao que acontece com o tópico marcado, que pode estar ou não associado a argumentos do verbo. Assim, em (6b) o tópico que ocorre na periferia direita da frase está associado ao argumento dativo *lhe* do verbo *apresentar*, mas em (6a) o tópico pronominal *a mim* nem é selecionado semanticamente pelo verbo *prejudicar*, nem está associado a qualquer dos argumentos por ele selecionados.

Finalmente, pesam sobre as expressões nominais que podem ocorrer como sujeito e como tópico marcado restrições semânticas diferentes. Assim, sintagmas nominais negativos, como em (7) (cf. Cap. 14), e indefinidos específicos, como em (8) (cf. Cap. 22), podem ocorrer como sujeito, mas não como tópico (veja-se o contraste entre (7a), (7b) e (8a), (8b)). Inversamente, sintagmas nominais reduzidos e simples (cf. Cap. 20) podem ocorrer normalmente como tópico marcado, mas a sua ocorrência como sujeito é mais marcada, sendo, por vezes, não gramatical, como mostra o contraste entre (9a) e (9b)[8]:

(7) a. *Nenhuns vestígios de civilizações pré-históricas* foram encontrados nos Açores pelos arqueólogos.
b. **Nenhuns vestígios de civilizações pré-históricas*, os arqueólogos encontraram nos Açores.

(8) a. *Um inédito* foi leiloado em Londres por uma fortuna.
b. **Um inédito*, leiloaram-no em Londres por uma fortuna.[9]

(9) a. **Café* manchou o vestido da Teresa.
b. *Café*, não quero, obrigada.

12.1.3 Estrutura temática: juízos categóricos e téticos veiculados pela frase

Para saber se um determinado constituinte é o tópico de uma frase, pode utilizar-se um **teste de topicalidade** (ver, p.e., Reinhart 1982). Este teste consiste em colocar o referido constituinte (designemo-lo aqui por *x*) numa posição de complemento da locução preposicional *acerca de*; seguidamente, a expressão resultante é integrada numa frase com um verbo declarativo, de acordo com o esquema (*alguém*) *está a afirmar acerca de x que F*. Se a frase original e a frase obedecendo ao esquema atrás

[7] Sobre tópicos marcados que ocorrem na periferia direita da frase, cf. 12.3.

[8] Sobre as condições em que sintagmas nominais reduzidos e simples podem ocorrer como sujeito em posição pré-verbal, cf. Cap. 21.

[9] Quanto mais modificadores que contribuam para a sua especificidade denotativa tenham os sintagmas nominais indefinidos, tanto mais eles se qualificam como tópicos marcados; veja-se o contraste entre (8b), (ia) e (ib):
(i) a. ?Um inédito de Conan Doyle, leiloaram-no em Londres por uma fortuna.
b. Um inédito de Conan Doyle descoberto no Museu Britânico, leiloaram-no em Londres por uma fortuna.

referido forem semanticamente equivalentes, concluímos que *x* é, efetivamente, o tópico da frase original.

Os resultados da aplicação deste teste às frases apresentadas em (10a,b) estão indicados, respetivamente, em (11a,b):

(10) a. *Essa tua amiga* conhece bem a região de Tomar.
b. *A região de Tomar,* essa tua amiga conhece-a bem.

(11) a. Eu estou a afirmar acerca d*essa tua amiga* que ela conhece bem a região de Tomar.
b. Eu estou a afirmar acerca d*a região de Tomar* que essa tua amiga a conhece bem.

Verificamos que (11a), mas não (11b), é semanticamente equivalente a (10a) e, inversamente, que (11b), mas não (11a), é semanticamente equivalente a (10b). Concluímos, assim, de acordo com o nosso teste, que *essa tua amiga*, mas não *a região de Tomar*, é o tópico da frase (10a), e que *a região de Tomar*, mas não *essa tua amiga*, é o tópico da frase (10b).

Estes resultados sugerem a seguinte generalização: frases com ordem canónica têm como organização primária a estrutura sujeito-predicado, que coincide com a estrutura tópico-comentário, como se ilustra em (12a), que constitui a representação de (10a); frases com tópicos marcados têm como organização primária a estrutura tópico-comentário e como organização secundária a estrutura sujeito-predicado, como se ilustra em (12b), que constitui a representação de (10b):

(12)a. [**tópico**[sujeito Essa tua amiga]] [**comentário**[predicado conhece bem a região de Tomar]].
b. [**tópico** A viagem ao México], [**comentário** [sujeito nós] [predicado só a concretizámos nas férias passadas]].

Em ambos os casos se trata de frases que são interpretadas como a expressão de um **juízo categórico**, i.e., um juízo que envolve dois atos separados: «o ato de reconhecimento daquilo que vai ser o sujeito» e «o ato de afirmar ou negar o que é expresso pelo predicado acerca do sujeito» (Kuroda 1972:154, t.n.)[10].

> [2] A aplicação do teste de topicalidade mostra que, em português, os sujeitos em posição pré-verbal são, em geral, também tópicos frásicos.
> Constituem exceções a esta generalização:
>
> ❖ Sujeitos pré-verbais constituídos por sintagmas negativos.
> Como se pode observar em (ii), a aplicação do teste de topicalidade às frases em (i) dá origem a frases marginais que não são paráfrases de (i):
>
> (i) a. *Ninguém* telefonou.
> b. *Nenhum aluno* faltou ao teste.
> c. *Nada de grave* aconteceu ao condutor do veículo ligeiro.
>
> (ii) a. *Estou a afirmar acerca de *ninguém* que (ninguém) telefonou.
> b. *Estou a afirmar acerca de *nenhum aluno* que (ele) faltou ao teste.

[10] Sobre a distinção entre juízos categóricos e téticos em português, ver o texto a seguir à Caixa [12], o Cap. 11 e Duarte (1987, 1996), Martins (1994), Mateus et al. (2003:10.3).

c. *Estou a afirmar acerca de *nada de grave* que isso aconteceu ao condutor do veículo ligeiro.

❖ Sujeitos pré-verbais constituídos por sintagmas nominais integrando advérbios focalizadores como *apenas*, *até*, *só*, *também* (sobre este assunto, cf. Cap. 33 e Santos 2003).

Como se pode observar em (iv), a aplicação do teste de topicalidade às frases (iii) não origina paráfrases destas últimas:

(iii) a. [$_{sujeito}$ *Até o João*] veio à festa.
b. [$_{sujeito}$ *Só dez livros*] chegaram em boas condições.
c. [$_{sujeito}$ *Também o turismo*] foi afetado pela recessão económica.

(iv) a. *Estou a afirmar acerca de *até o João* que (ele) veio à festa.
b. *Estou a afirmar acerca de *só dez livros* que (eles) chegaram em boas condições.
c. *Estou a afirmar acerca de *também o turismo* que (ele) foi afetado pela recessão económica.

Nestes casos, a presença do advérbio de focalização dá origem a uma estrutura de "dupla predicação" sobre o SN, ou seja, nestes casos, no esquema (*alguém*) *está a afirmar acerca de x que F*, *que F* corresponde, na realidade, à coordenação de duas orações subordinadas. Assim, as paráfrases de (iii) são as que se apresentam em (v):

(v) a. Estou a afirmar acerca d*o João* que ele veio à festa, o que o locutor não esperava que acontecesse.
b. Estou a afirmar acerca de *dez livros* que eles chegaram em boas condições e que não houve outros para além deles que tenham chegado em boas condições.
c. Estou a afirmar acerca d*o turismo* que ele foi afetado pela recessão económica e que houve outros setores para além dele que foram afetados pela recessão económica.

Contrariamente aos sujeitos pré-verbais, os sujeitos em posição pós-verbal não se qualificam como tópicos frásicos. Por essa razão, o sentido dos exemplos (13a), (14a) e (15a) pode ser parafraseado como em (13c), (14c) e (15c), e não como em (13b), (14b) e (15b):

(13) a. Chegou *a Rita*.
b. ≠Estou a afirmar acerca d*a Rita* que ela chegou.
c. =Estou a afirmar que ocorreu o evento de *ter chegado a Rita*.

(14) a. Não se acabou *o chá*.
b. ≠Estou a afirmar acerca d*o chá* que ele não se acabou.
c. =Estou a afirmar que não ocorreu o evento de *se ter acabado o chá*.

(15) a. Telefonaram *uns alunos teus*.
b. ≠Estou a afirmar acerca de *uns alunos teus* que eles telefonaram.
c. =Estou a afirmar que ocorreu o evento de *terem telefonado uns alunos teus*.

Assim, frases como (13a), (14a) e (15a) exprimem **juízos téticos**, i.e., juízos que envolvem apenas um ato, o ato de «reconhecimento ou rejeição material de um juízo» (Kuroda 1972:154, t.n.), como se mostra nas paráfrases (13c), (14c) e (15c). Estas frases, denominadas **apresentativas**[11], não possuem, portanto, uma estrutura tópico-comentário.

[11] Ver Guéron e May (1984) e, para o português, Duarte (1997) e Ambar (1999), entre outros.

Embora nas frases exprimindo juízos categóricos a estrutura tópico-comentário, aqui designada como **estrutura temática**[12], seja em muitos casos homóloga da **estrutura informacional** (i.e., da partição da frase em elementos já dados e elementos introduzidos pela primeira vez no discurso), exemplos como os apresentados em (16) mostram que nem sempre o tópico frásico exprime informação já dada (ou seja, introduzida antes no discurso ou inferível a partir do contexto discursivo)[13]:

(16) a. A – O que é que está a acontecer na Alameda?
B – [$_{\text{novo}}$ [$_{\textbf{tópico}}$ Os estudantes] [$_{\textbf{comentário}}$ estão a organizar uma manifestação contra a guerra]].

b. Um freguês, num minimercado: [$_{\text{novo}}$ [$_{\textbf{tópico}}$ Pão de centeio], [$_{\textbf{comentário}}$ ainda há]]?

Repare-se que em (16a) toda a resposta à pergunta é informação com o estatuto informacional de novo (o que se representa pelos parênteses mais abrangentes), apesar de a frase estar organizada numa estrutura não marcada de tópico-comentário, em que o tópico é *os estudantes*. Por sua vez, (16b) ilustra produções muito frequentes em contextos de trocas comerciais: um freguês que entra numa loja que vende uma série de produtos inicia a troca conversacional pela enunciação do produto específico (o tópico – neste caso, *pão de centeio*) acerca do qual faz uma pergunta (o comentário), encontrando-se a pergunta formatada numa estrutura tópico (marcado)-comentário; nestes contextos, o tópico introduz um referente no discurso, constituindo, por isso, informação nova.

A distribuição, num texto, de frases exprimindo juízos téticos – através de frases apresentativas – e juízos categóricos – através de construções de tópicos não marcados e marcados – caracteriza a estrutura temática desse texto, i.e., o modo como, ao longo dele, se vão introduzindo, mantendo e mudando os referentes acerca dos quais se diz alguma coisa (cf. também Cap. 34).

Exemplificando, nos versos de Alberto Caeiro apresentados em (17), cada verso instancia uma construção de tópico não marcado. O sujeito nulo de *sou* e as expressões *o rebanho* e *os meus pensamentos* são o tópico e, simultaneamente, o sujeito de cada verso:

(17) Sou um guardador de rebanhos.
O rebanho é os meus pensamentos
E os meus pensamentos são todos sensações.
(A. Caeiro, *Poema Nono, apud* Mateus et al. 2003:120)

A estrutura temática deste fragmento organiza-se segundo a seguinte estratégia de **progressão temática**: um elemento do comentário do primeiro verso (*rebanhos*) é singularizado, definitizado e selecionado para tópico do segundo verso (*o rebanho*); por sua vez, um constituinte do comentário do segundo verso (*os meus pensamentos*) é retomado como tópico do terceiro verso.

---

[12] Não confundir este conceito com a noção de "papéis temáticos" enquanto valores semânticos dos argumentos de um predicador (cf. Cap. 11).

[13] Sobre os conceitos de "estrutura informacional", "dado" e "novo", cf. Caps. 34 e 50.

12.2 Tipologia das construções com tópicos marcados

O português dispõe de várias construções de tópicos marcados, com características sintático-semânticas e funções textuais próprias. Esta secção ocupa-se da sua descrição.

12.2.1 O tópico não é retomado por uma expressão interna ao comentário

São muitas as ocorrências, tanto na oralidade quanto na escrita, de enunciados que assumem o formato de uma construção de tópicos marcados em que o tópico marcado é claramente externo à frase contida no comentário e não é retomado no interior deste, como se exemplifica em (18):

(18) a. Por falar em *férias*, alguém conhece um alojamento interessante em Caminha?
b. *sobremesas*, como vê, temos laranjas. (CRPC, PF 41)

Nestes exemplos, os tópicos *férias* e *sobremesas* encontram-se justapostos à frase que funciona como comentário, não estabelecendo nenhuma relação sintática com qualquer expressão interna ao comentário nem desempenhando qualquer função sintática na frase. Por esta razão, a tentativa de colocação do tópico no interior do comentário origina frases agramaticais, como se pode observar através das manipulações sobre os exemplos (18) apresentadas em (19) e (20):

(19) a. *Alguém conhece *férias* um alojamento em Caminha?
b. *Alguém conhece um alojamento *férias* em Caminha?
c. *Alguém conhece um alojamento em Caminha *férias*?

(20) a. *Como vê, temos *sobremesas* laranjas.
b. *Como vê, temos laranjas *sobremesas*.

É frequente o tópico ser introduzido por expressões que, de algum modo, explicitam a relevância que a frase tem para esse tópico externo, como acontece no exemplo (18a). Contam-se entre elas expressões como *acerca de*, *em relação a*, *no que diz respeito a*, *por falar em*, *quanto a*, *relativamente a*. Mesmo quando tal não acontece, como exemplificado em (18b), as paráfrases possíveis usam essas expressões: {*quanto a/relativamente a*} *sobremesas, como vê, temos laranjas*.

Nos exemplos considerados, a relação entre o tópico externo e a frase-comentário é, portanto, uma relação exclusivamente semântica. Assim, em (18b), o tópico *sobremesas* estabelece com o constituinte *laranjas*, interno ao comentário, uma relação semântica de hiperonímia[14], ou seja, conceptualmente, *laranjas* está incluído no conjunto *sobremesas*. Em (18a), *férias* funciona como um **tópico de transição**, que permite conectar a pergunta feita no comentário com o discurso anterior, sem rutura temática; assim, (18a) é uma continuação natural de um fragmento de conversa cujo tema fossem férias, como se exemplifica em (21):

(21) A – Estou desejosa de que *as férias* comecem.
B – Por falar em *férias*, alguém conhece um alojamento interessante em Caminha?

[14] Podem também existir neste tipo de exemplos relações semânticas de hiponímia, holonímia-meronímia, sinonímia e antonímia entre o tópico e um elemento interno ao comentário. Sobre estas relações semânticas, cf. Cap. 8. De um modo mais geral, entre o tópico pendente (ver adiante, no texto) e um constituinte interno ao comentário podem existir os vários tipos de relação semântica que encontramos nas anáforas associativas (cf. Caps. 22, 34 e 41 e Silva 2006).

Na troca conversacional ilustrada em (21), o falante B retoma o nome *férias* presente no enunciado de A e utiliza-o como um tópico que faz a transição para um outro assunto: informação sobre alojamentos em Caminha.

A construção exemplificada em (18) denomina-se **Tópico Pendente**[15], devido, justamente, ao facto de o tópico ser nela claramente externo à frase-comentário. Esta externalidade justifica que os tópicos pendentes sejam mais frequentes em frases-raiz[16] e sejam considerados mais degradados quando ocorrem em orações subordinadas – comparem-se os exemplos (18) com os exemplos (22):

(22) a. *Perguntaram-me se, por falar em *férias*, alguém conhece um alojamento interessante em Caminha.
b. ??Estou a afirmar-lhe que *sobremesas*, como vê, temos laranjas.

Como se mostra em (23), os tópicos pendentes, embora ocorram geralmente em frases-raiz, podem estar associados semanticamente a um constituinte interno a uma oração subordinada – a uma oração relativa, em (23a), e a uma oração subordinada interrogativa indireta, em (23b):

(23) a. *Sobremesas*, como vê, hoje é o dia da semana [$_{Or}$ em que sugerimos <u>laranjas</u>].
b. Por falar em *férias*, podem dizer-me [$_{Or}$ se conhecem <u>um alojamento interessante em Caminha</u>]?

No plano textual, como referido e exemplificado acima, a construção de Tópico Pendente funciona frequentemente como uma estratégia de introdução de um tópico de transição, i.e., de um elemento que faz a "ponte" entre o assunto do discurso anterior e o do discurso subsequente.

12.2.2 O tópico é retomado no comentário

O português dispõe também de construções de tópico marcado em que este é retomado no interior do comentário. Nas subsecções seguintes, caracterizam-se duas construções deste tipo.

12.2.2.1 O tópico é retomado sob a forma de um epíteto ou de um pronome

A retoma do tópico pode ser feita por um epíteto[17], como exemplificado em (24):

(24) a. *O João*, não sei quem possa simpatizar com <u>esse anormal</u>.
b. *Água de coco*, gosto imenso d<u>esse néctar delicioso</u>.

---

[15] Tradução da designação "*Hanging Topic*" originalmente proposta por A. Grosu e adotada em Cinque (1977, 1983).

[16] Neste capítulo, **frase-raiz** designa frases simples, constituídas por uma só oração (cf. *alguém conhece um alojamento interessante em Caminha*) e, em frases complexas com uma estrutura de subordinação, o material lexical que pertence exclusivamente ao domínio oracional superior (p.e., o material sublinhado em <u>*eles disseram-me*</u> [*que conheciam um alojamento interessante em Caminha*]).

[17] Os **epítetos** são expressões nominais com uma das seguintes formas: (i) um determinante combinado com um nome modificado por um adjetivo avaliativo (cf. (ia)), (ii) um sintagma nominal inverso predicativo (cf. (ib) e Cap. 27.3.4.2) ou (iii) um determinante combinado com um adjetivo avaliativo funcionando com um nome (cf. (ic)):

(i) a. O João, *um miúdo glutão*, corre o risco de ficar obeso.
b. *O glutão do teu primo* comeu o gelado todo.
c. O teu primo, *esse glutão*, comeu o gelado todo.

Neste tipo de construção, o tópico ocorre sob a forma de um sintagma nominal, independentemente da função sintática desempenhada pelo termo que o retoma no interior do comentário, como se pode observar através do contraste entre (24) e (25):

(25) a. **Com o João*, não sei quem possa simpatizar com esse anormal.
b. **De água de coco*, gosto imenso desse néctar delicioso.

Contrariamente ao que se observa com a construção de Tópico Pendente, existem alternativas gramaticais de (24) em que o tópico ocorre internamente à frase-comentário, como se ilustra em (26):

(26) a. Não sei quem possa simpatizar com *o João*, esse anormal.
b. Não sei quem possa simpatizar com esse anormal d*o João*.
c. Gosto imenso de *água de coco*, esse néctar delicioso.

A retoma do tópico pode também ser feita por um pronome pessoal ou demonstrativo, como se exemplifica em (27):

(27) a. *O João*, não sei quem possa simpatizar com ele.
b. *Água de coco*, gosto imenso dela/disso.
c. *O João*, a Maria afinal não lhe telefonou hoje.

Também neste caso o tópico ocorre como um sintagma nominal, independentemente da função sintática do pronome que o retoma no interior do comentário; quando o tópico é retomado por um pronome forte (cf. Cap. 23), a presença no tópico da preposição que antecede a retoma dá origem a frases agramaticais, como se exemplifica através do contraste entre (27a,b) e (28):

(28) a. **Com o João*, não sei quem possa simpatizar com ele.
b. **De água de coco*, gosto imenso dela/disso.

Quando o tópico marcado é retomado por um pronome (cf. (27)), encontram-se frases alternativas em que esse tópico ocorre internamente ao comentário com a mesma função sintática desempenhada pelo pronome, como se ilustra em (29):

(29) a. Não sei quem possa simpatizar com *o João*.
b. Gosto imenso de *água de coco*.
c. A Maria afinal não telefonou hoje a*o João*.

A construção de tópico marcado em que este é retomado por um epíteto ou por um pronome e ocorre sem a preposição (ou o caso) da retoma denomina-se **Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente**[18]. Esta construção ocorre tipicamente em frases-raiz, embora o epíteto ou o pronome que retomam o tópico possam ocorrer em orações subordinadas, como se mostra em (24a) e (27a) (repetidos aqui em (30a,b)) e também em (30c,d):

[18] Tradução da designação "*Hanging Topic Left Dislocation*" proposta em Cinque (1977, 1983). Corresponde à construção denominada "*Left Dislocation*" em Ross (1967).

(30) a. *O João*, não sei [$_{Or}$ quem possa simpatizar com esse anormal].
b. *O João*, não sei [$_{Or}$ quem possa simpatizar com ele].
c. *Água de coco*, tenho muitos amigos [$_{Or}$ que gostam imenso desse néctar delicioso].
d. *Água de coco*, tenho muitos amigos [$_{Or}$ que gostam imenso dela/disso].

Na Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente, o nexo gramatical entre o tópico marcado e o comentário é fraco. Assim, o tópico marcado e a sua retoma são referencialmente idênticos, mas apenas apresentam conformidade de traços de pessoa, número e género quando a retoma é um epíteto constituído por um demonstrativo e um adjetivo ou é um pronome pessoal (cf., em (30a), o par *o João-esse anormal*: 3.ª pessoa, masculino, singular; em (30d), o par *água de coco-ela*: 3.ª pessoa, feminino, singular). Já quando a retoma é um epíteto com um núcleo nominal ou um demonstrativo invariável, a concordância em número e género não se verifica, como se pode observar com os pares *água de coco-esse néctar delicioso* em (30c) ou *água de coco-isso* em (30d).

Para além disso, como mostram os contrastes observados acima, entre (24) e (25) e entre (27) e (28), o tópico marcado ocorre sempre sob a forma de um sintagma nominal, mesmo quando a retoma desempenha funções sintáticas de complemento preposicionado.

Em trocas conversacionais, é frequente o tópico pendente ser retomado por uma expressão exatamente idêntica no interior do comentário, como se pode observar no exemplo (31):

(31) *Grades de ferro*, não tenho grades de ferro. (CORAL, CS)

No plano discursivo-textual, a Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente é uma estratégia muito utilizada na resposta a perguntas sobre o constituinte que ocorre como tópico marcado ou em comentários a uma asserção anterior sobre a entidade referida pelo tópico marcado; assim, as frases (32A) e (33A) são contextos plausíveis para as frases (32B) e (33B):

(32) A – Já bebeste alguma vez água de coco?
B – *Água de coco,* gosto imenso desse néctar delicioso.

(33) A – O João voltou a insultar a mulher em público.
B – *O João*, não sei quem possa simpatizar com esse anormal!

12.2.2.2 O tópico é retomado obrigatoriamente por um pronome clítico

Uma das construções de tópicos marcados característica das línguas românicas envolve a retoma do tópico marcado por um pronome clítico (cf. Caps. 23 e 42), havendo um nexo gramatical muito forte entre este e aquele. Esta construção, denominada, na literatura, **Deslocação à Esquerda Clítica**[19], está ilustrada em (34):

(34) a. A *mim*, ninguém me contou essa versão da história.
b. *os gerentes*, trata-os como se fossem míseros contínuos. (CRPC, PF 1243)

[19] Tradução do termo "*Clitic Left Dislocation*", proposto em Cinque (1977, 1983, 1990). Como veremos adiante, existe em português uma outra construção de tópicos marcados em que o clítico está ausente.

Dado que a retoma do tópico marcado nesta construção é obrigatoriamente um pronome clítico, ela pode assumir a forma de um clítico acusativo, como exemplificado em (35a), de um clítico dativo, como ilustrado em (35b), de um clítico dativo de posse, como se mostra em (35c), ou do clítico demonstrativo invariável, como acontece em (35d):

(35) a. *Esses artigos*, só os vou ler amanhã.
b. *Ao João*, a Maria também lhe telefonou.
c. *À Maria*, as lágrimas corriam-lhe pela cara abaixo.
d. *Amigo do seu amigo*, o João é-o.

[3] O termo "dativo de posse" (cf. Cap. 28) capta a dupla natureza destes pronomes: por um lado, eles ocorrem como dativos, como se desempenhassem a função sintática de complemento indireto; por outro, são parafraseáveis por expressões em que ocorrem pronomes possessivos (cf. (ib)) ou sintagmas preposicionais introduzidos por *de* com valor semântico de posse (cf. (iib)):

(i) a. A empregada lavou-*te* a roupa.
b. A empregada lavou a *tua* roupa.

(ii) a. A empregada lavou-*lhe* a roupa.
b. A empregada lavou a roupa *dela*.

Não basta, contudo, que a retoma do tópico marcado seja um pronome clítico para que se possa afirmar que se está perante uma ocorrência desta construção. Assim, compare-se (36) com (37):

(36) a. *O João*, a Maria ofereceu-lhe um livro no dia dos anos.
b. *Este aluno*, poucos professores lhe conhecem as qualidades.

(37) a. *Ao João*, a Maria ofereceu-lhe um livro no dia dos anos.
b. *A este aluno*, poucos professores lhe conhecem as qualidades.

Repare-se que nos exemplos (36) estamos perante uma construção de Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente, já que o tópico marcado é um sintagma nominal, que não poderia ocorrer no comentário com a função sintática do pronome clítico que o retoma; nos exemplos (37), pelo contrário, o tópico marcado é um sintagma preposicional introduzido pela preposição *a*, tendo, assim, a forma adequada para poder ocorrer no comentário, com a mesma função sintática do pronome, como se pode observar em (38):

(38) a. A Maria ofereceu um livro *ao João* no dia dos anos.
b. Poucos professores conhecem as qualidades *a este aluno*[20].

Inversamente, enquanto o tópico marcado em frases como (36) pode ser retomado por pronomes clíticos internos a orações subordinadas relativas ou adverbiais, como ilustrado em (39), tal não acontece com o tópico marcado em frases como (37), como se pode observar em (40):

[20] Sobre complementos indiretos exprimindo posse, cf. Cap. 28.

(39) a. *O João*, conheço a pessoa [$_{Or}$ que lhe ofereceu um livro nos anos].
b. *Este aluno*, todos os professores gostam dele [$_{Or}$ embora poucos lhe conheçam as qualidades].

(40) a. **Ao João*, conheço a pessoa [$_{Or}$ que lhe ofereceu um livro nos anos].
b. **A este aluno*, todos os professores gostam dele [$_{Or}$ embora poucos lhe conheçam as qualidades].

[4] O contraste entre os exemplos (39) e (40) mostra que a Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente não é sensível a ilhas, enquanto a Deslocação à Esquerda Clítica é. O conceito de "ilha" sintática, proposto em Ross (1967), capta o facto de certos tipos de orações não permitirem relações sintáticas fortes entre constituintes que ocorrem no seu interior e elementos externos. Em teorias gramaticais que captam certos processos sintáticos através de movimento de constituintes, considera-se que não é possível mover constituintes para fora de ilhas (chamadas "fortes") como as orações relativas, as orações adverbiais ou as orações completivas sujeito em posição pré-verbal. Vejam-se os contrastes nos paradigmas abaixo:

(i) a. *O que é que não sabes o nome da editora [$_{Or}$ que publicou _]?
b. Não sabes o nome da editora [$_{Or}$ que publicou o quê]?

(ii) a. *Quem te ris [$_{Or}$ quando o João cita _ como autoridade]?
b. Ris-te [$_{Or}$ quando o João cita quem como autoridade]?

(iii) a. *Quem [$_{Or\ sub}$ que o João tenha citado _] surpreendeu que júri?
b. [$_{Or}$ Que o João tenha citado quem] surpreendeu que júri?

Nos exemplos (a), não gramaticais, o pronome interrogativo *qu-* ocorre no início da frase, tendo sido "movido" da posição que corresponde à sua função gramatical na oração subordinada, posição essa assinalada por "_"; em contrapartida, nos exemplos (b), o pronome ocorre na posição que corresponde à sua função gramatical na oração subordinada, ou seja, não é "movido" (diz-se que está "*in situ*" – cf. Caps. 36 e 48); essas frases, como se verifica, são gramaticais.

A Deslocação à Esquerda Clítica caracteriza-se também pela identidade referencial e pela concordância em pessoa, género e número do tópico e da retoma pronominal, como se pode observar nos exemplos de (41):

(41) a. *A ti*, ninguém te telefonou. [2sg]
b. *Às/As minhas colegas*, ninguém as avisou da reunião. [3pl, feminino]

Note-se que, quando a retoma clítica tem a função sintática de complemento direto e o tópico marcado designa entidades humanas, a Deslocação à Esquerda Clítica permite que o tópico seja introduzido pela preposição *a* (cf. (42a)), uma propriedade que se verifica também no pronome anteposto das orações relativas (cf. (42b)) e interrogativas (cf. (42c)):

(42) a. *Aos gerentes*, trata-os como se fossem míseros contínuos.
b. Mal conheço a italiana [$_{Or}$ *a quem* cumprimentei ontem na receção].
c. *A quem* procuras tão freneticamente?

[5] Esta possibilidade é uma reminiscência do português antigo, que permitia que a preposição *a* introduzisse complementos diretos denotando entidades humanas, possibilidade que sobreviveu em expressões como *amar a Deus e honrá-Lo*.

No galego contemporâneo é facultativo o uso da preposição *a* com complementos diretos denotando entidades humanas (cf. (i)), enquanto no espanhol contemporâneo é obrigatório, como se pode observar através do contraste entre (iia) e (iib):

(i) a. Porén, a bomba, que estaba agochada baixo duns desperdicios, afectou principalmente *a un grupo de mulleres que estaban limpando as rúas da cidade*. (*Vieiros*, 05.05.2008)
b. Porén, a bomba, que estaba agochada baixo duns desperdicios, afectou principalmente *un grupo de mulleres que estaban limpando as rúas da cidade*.

(ii) a. Encontré *a Pedro* en el cine.
b. *Encontré *Pedro* en el cine.

No português contemporâneo, o uso facultativo da preposição *a* está restringido a casos em que um complemento direto denotando entidades humanas é anteposto (cf. (42b,c)) ou em que um tópico ocorre associado a um complemento direto que denote tais entidades (cf. (42a) e também o Cap. 28).

Em síntese, a Deslocação à Esquerda Clítica caracteriza-se pelas seguintes propriedades: (i) a retoma do tópico é obrigatoriamente um pronome clítico; (ii) existe entre ambos identidade referencial e concordância em traços de pessoa, número e género; e (iii) o tópico tem a mesma forma que teria se ocorresse no interior do comentário com a função sintática desempenhada pela sua retoma clítica.

Considere-se agora a questão da distribuição desta construção. A Deslocação à Esquerda Clítica ocorre tanto em frases-raiz (cf. (34), (37) e (41)) quanto em orações coordenadas (cf. (43)) e em vários tipos de orações subordinadas (cf. (44)):

(43) a. O João ofereceu-me um livro, [mas *ao Pedro*, não lhe deu nada].
b. *As flores*, rego-as, [e *aos pássaros*, dou-lhes comida e água].

(44) a. Podes crer [que *a mim*, ninguém me contou essa versão da história].
b. Lamento [que *aos gerentes*, ele os trate como se fossem míseros contínuos].

Contudo, esta construção não pode ocorrer em orações subordinadas não finitas, como mostra o contraste entre (44) e (45):

(45) a. *Podes crer [*a mim*, ninguém me ter contado essa versão da história].
b. *Lamento [*aos gerentes*, ele tratá-los como se fossem míseros contínuos].

Repare-se que, em orações coordenadas ou subordinadas, o tópico marcado ocorre à direita da conjunção coordenativa (cf. (43)) e do complementador (cf. (44)). Pelo contrário, em frases-raiz, o tópico é sempre o elemento mais à esquerda, precedendo, por exemplo, constituintes interrogativos e exclamativos, como mostra o contraste entre (46) e (47); estes constituintes estão assinalados a negrito:

(46) a. *Esse artigo*, **onde** é que o descobriste?
b. *À Maria*, **que serigrafia tão linda** que os amigos lhe ofereceram!

(47) a. ***Onde** é que *esse artigo*, o descobriste?
b. ***Que serigrafia tão linda** que *à Maria*, os amigos lhe ofereceram!

Em orações subordinadas, a Deslocação à Esquerda Clítica é incompatível com a presença de constituintes interrogativos e exclamativos, independentemente da ordem linear entre estes e o tópico marcado, como mostra a agramaticalidade dos exemplos (48) e (49):

(48) a. *Não sei [**onde** é que *esse artigo*, o descobriste].
b. *Olha [**que serigrafia tão linda** que *à Maria*, os amigos lhe ofereceram]!

(49) a. *Não sei [*esse artigo*, **onde** é que o descobriste].
b. *Olha [*à Maria*, **que serigrafia tão linda** que os amigos lhe ofereceram]!

Finalmente, esta construção caracteriza-se pela iteratividade, ou seja, pode ocorrer mais do que um tópico marcado por oração, como mostram os exemplos (50), em que os clíticos associados a cada um dos tópicos marcados estão amalgamados numa única unidade lexical (chamada **grupo clítico** – cf. Cap. 42):

(50) a. *À Maria*, *essa história*, ainda ninguém lha tinha contado. (*lha* = *lhe* + *a*)
b. *A nós*, *essa novidade*, o João só no-la deu agora mesmo. (*no-la* = *nos* + *a*)

No plano textual, a Deslocação à Esquerda Clítica pode funcionar como uma estratégia de preservação do tópico, ou como uma estratégia de "listagem exaustiva"[21], caso em que o discurso anterior introduz um conjunto ou classe de indivíduos e o tópico marcado enumera, exaustiva ou ilustrativamente, elementos desse conjunto ou classe. Assim, (51A) e (52A) são contextos plausíveis, respetivamente, para (51B) e (52B):

(51) A – Tu sabes como uma história destas afeta a reputação da empresa...
B – A *mim*, ninguém me contou essa versão da história.

(52) A – O tipo é insuportável! É incrível como ele trata as pessoas!
B – *Aos amigos*, fala-lhes com uma arrogância que só visto. *Os subordinados*, considera-os abaixo de cão. *Os gerentes*, trata-os como se fossem míseros contínuos.

12.2.3 O tópico corresponde a um constituinte interno ao comentário e não tem retoma

Para além das construções de tópicos marcados descritas acima, o português dispõe ainda de construções em que o tópico é interpretado como elemento interno ao comentário, sem que ocorra neste uma retoma, pronominal ou outra. Observem-se os exemplos (53):

(53) a. *A essa conferência*, confesso que não assisti _.
b. *Essa conferência*, confesso que não assisti _[22].

Em ambos os casos, o constituinte em posição inicial da frase é interpretado como complemento do verbo da oração subordinada, como se tivesse sido movido da posição assinalada com "_" para o início da frase sem deixar um "resíduo" com realização lexical nessa posição. Contudo, em (53a), o tópico marcado apresenta todas

[21] Este termo deve-se a Kuno (1972).
[22] Frases como (53b), frequentes no registo oral informal, são consideradas algo degradadas por alguns falantes (cf. 12.2.3.2).

as características gramaticais exigidas pelas propriedades de subcategorização e de seleção (cf. Cap. 28) do verbo *assistir*, nomeadamente a natureza categorial de sintagma preposicional. Já em (53b), as características gramaticais exigidas pelas propriedades de subcategorização do verbo *assistir* são imperfeitamente respeitadas pelo tópico marcado: em particular, é um sintagma nominal e não um sintagma preposicional.

Nas subsecções seguintes, descrever-se-ão as propriedades das construções ilustradas pelos exemplos (53).

12.2.3.1 O tópico respeita integralmente as propriedades de subcategorização e de seleção do verbo

Denomina-se **Topicalização**[23] a construção de tópicos marcados caracterizada pelo facto de o tópico marcado respeitar integralmente as propriedades de subcategorização e de seleção do predicador verbal do comentário e de não deixar neste qualquer "resíduo" com realização lexical. Observem-se os exemplos (54):

(54) a. *piscina*, não sabia que tinha _. (CRPC, PF 1183)
b. *Nesse político*, não voto _.

Nestes exemplos, o tópico marcado é interpretado, respetivamente, como complemento direto do verbo *ter* e como complemento preposicionado do verbo *votar*, respeitando integralmente as propriedades de subcategorização e seleção de cada um destes verbos. É, portanto, possível construir paráfrases gramaticais destas frases em que o tópico marcado ocorre no comentário, na posição silenciosa assinalada com "_" em (54), como se mostra em (55):

(55) a. Não sabia que tinha *piscina*.
b. Não voto *nesse político*.

Assim, os falantes sentem, intuitivamente, que os tópicos marcados dos exemplos (54) são deslocados de uma posição interna ao comentário para a posição inicial, característica destes constituintes.

A relação entre o tópico marcado e a posição silenciosa do comentário a que está associado é tão forte como a que existe na Deslocação à Esquerda Clítica (cf. 12.2.2.2). Na realidade, embora o tópico marcado e tal posição silenciosa possam estar separados por fronteiras oracionais, como se pode observar nos exemplos (56), não é possível que essa posição seja interna a orações subordinadas relativas ou adverbiais[24], como se mostra em (57):

(56) a. *Piscina*, acho [$_{Or}$ que não tinha _]. (cf. *acho que não tinha <u>piscina</u>*)
b. *Nesse político*, os meus amigos dizem [$_{Or}$ que não votam _]. (cf. *os meus amigos dizem que não votam <u>nesse político</u>*)

(57) a. **Piscina*, alguns amigos meus já foram à casa dela [$_{Or}$ que não tinha _]. (vs. *alguns amigos meus já foram à casa dela que não tinha <u>piscina</u>*)

[23] Tradução do termo "*Topicalization*", proposto em Ross (1967). Esta construção foi também denominada "Movimento-Y", por ser muito frequente em iídiche (*yiddish* em inglês), uma língua resultante do contacto do hebreu com o alto alemão, em especial com os dialetos da Renânia, falada pelas comunidades judaicas da Europa central e oriental e no Estado de Israel.

[24] Como referido na Caixa [4], estes domínios são considerados ilhas (fortes).

b. **Nesse político*, os meus amigos ficam doentes [$_{Or}$ quando as pessoas não votam _]. (vs. *os meus amigos ficam doentes quando as pessoas não votam nesse político*)

A distribuição dos tópicos marcados nesta construção é parcialmente idêntica à da Deslocação à Esquerda Clítica. De facto, também na Topicalização os tópicos marcados antecedem todos os constituintes do comentário em frases-raiz (veja-se o contraste entre (58) e (59)):

(58) a. *Esse artigo*, quem é que ainda não leu _?
b. *À Maria*, que serigrafia tão linda que os amigos ofereceram _!

(59) a. *Quem é que *esse artigo*, ainda não leu _?
b. *Que serigrafia tão linda que *à Maria*, os amigos ofereceram _!

Por sua vez, em orações coordenadas e subordinadas, os constituintes topicalizados ocorrem à direita da conjunção coordenativa e do complementador, como mostram, respetivamente, os exemplos (60) e (61):

(60) a. A casa era ótima, mas *piscina*, não tinha _.
b. O João detesta dobrada, e *pezinhos de coentrada*, odeia _.

(61) a. Acho [que *piscina*, não tinha _].
b. Todos os meus amigos dizem [que *nesse político*, não votam _].

Finalmente, os constituintes topicalizados só podem ocorrer internamente a frases finitas (cf. (61)), não podendo ocorrer dentro de orações infinitivas, como ilustram os exemplos (62):

(62) a. *Acho horrível [*piscina*, não ter _]. (vs. *acho horrível não ter piscina*)
b. *Lamento [*nesse político*, não teres votado _]. (vs. *lamento não teres votado nesse político*)

Tal como a Deslocação à Esquerda Clítica, a Topicalização caracteriza-se pela iteratividade, ou seja, pode ocorrer mais do que um tópico marcado por oração, como mostram os exemplos (63):

(63) a. *Ao João*, *sobre esse assunto*, ainda não desisti de falar _ _. (cf. *ainda não desisti de falar* [*ao João*] [*sobre esse assunto*])
b. *Dinheiro*, *ao João*, já ninguém ousa emprestar _ _. (cf. *já ninguém ousa emprestar* [*dinheiro*] [*ao João*])

Contudo, para muitos falantes do português, a Topicalização distingue-se da Deslocação à Esquerda Clítica no que se refere à possibilidade de constituintes topicalizados ocorrerem internamente a orações com sintagmas interrogativos, exclamativos e relativos. Embora se trate de frases marginais, esses falantes consideram-nas menos degradadas do que as equivalentes com Deslocação à Esquerda Clítica. Observem-se os exemplos (64), com constituintes topicalizados internos, respetivamente, a uma oração interrogativa, exclamativa e relativa:

(64) a. ?Não sei [a quem é que *esse artigo*, o editor enviou _ para revisão].
b. ?Olha [que serigrafia tão linda que *à Maria*, os amigos ofereceram _ no Natal]!

c. ?Trata-se de um criminoso [a quem *a liberdade*, nenhum juiz responsável pensará certamente conceder _].

Como referido no parágrafo anterior, embora os falantes do português não tenham juízos uniformes sobre frases como as exemplificadas em (64), têm-nos relativamente a frases equivalentes com Deslocação à Esquerda Clítica, nas quais um tópico marcado não pode ocorrer num contexto semelhante ao de (64), como se ilustra em (65):

(65) a. *Não sei [a quem é que *esse artigo*, o editor **o** enviou para revisão].
b. *Olha [que serigrafia tão linda que *à Maria*, os amigos **lhe** ofereceram no Natal]!
c. *Trata-se de um criminoso [a quem *a liberdade*, nenhum juiz responsável poderá certamente concedê-**la**].

Uma outra propriedade distingue a Topicalização de outras construções de tópicos marcados. Atente-se nos exemplos (66), em que, na oração subordinada adverbial, o constituinte com a função de complemento (representado por "[-]") está omisso e é referencialmente idêntico ao constituinte topicalizado que ocorre na frase-raiz[25]:

(66) a. *Esse livro sobre política externa*, o João discutiu _ [sem [-] ter lido].
b. *Ao meu patrão*, telefonei _ só ontem [para [-] dar a novidade].

Comparem-se estes exemplos com as alternativas sem Topicalização apresentadas em (67):

(67) a. O João discutiu [*esse livro sobre política externa*] [sem o ter lido].
b. Telefonei [*ao meu patrão*] só ontem [para lhe dar a novidade].

Esta omissão de um pronome, geralmente com a função de complemento direto ou indireto, numa oração subordinada adverbial não finita é legitimada pela existência de cadeias referenciais (cf. Caps. 34 e 41) com certas propriedades. Como mostra a gramaticalidade dos exemplos (66), a cadeia referencial iniciada pelo tópico marcado na construção de Topicalização legitima a omissão do pronome[26]. Pelo contrário, perante cadeias referenciais originadas na construção de Deslocação à Esquerda Clítica, os falantes do português dividem-se, havendo um grupo que as considera agramaticais. São os juízos deste grupo que estão representados nos exemplos (68), paralelos a (66):

(68) a. **Esse livro sobre política externa*, o João discutiu-o [sem [-] ter lido].
b. **Ao meu patrão*, telefonei-lhe só ontem [para [-] dar a novidade][27].

[25] Nestes exemplos e nos de (68), assinala-se com [-] a posição que ocuparia um pronome clítico correferente com o tópico marcado, como nos exemplos de (67).

[26] Esta construção denomina-se "Lacuna Parasita". Sobre esta construção, ver Chomsky (1982), Duarte (1987, 1996).

[27] Para este grupo de falantes, a presença de Deslocação à Esquerda Clítica na frase-raiz exige que esteja lexicalmente realizado o constituinte relevante da oração subordinada adverbial não finita, como em (ia,b), paralelos a (68a,b):

(i) a. *Esse livro sobre política externa*, o João discutiu-o sem o ter lido.
b. *Ao meu patrão*, telefonei-lhe só ontem para lhe dar a novidade.

A Topicalização distingue-se ainda das outras construções de tópicos marcados pelo facto de pesarem sobre o formato do comentário restrições de natureza prosódica (cf. Frota e Vigário 1996). Assim, as frases declarativas com constituintes topicalizados requerem que o comentário tenha pelo menos uma das características seguintes: (i) que haja material lexical à direita da posição silenciosa a que o constituinte topicalizado está associado; (ii) que o comentário seja uma frase negativa; (iii) que o comentário contenha advérbios aspetuais (por exemplo, *já*) ou de focalização (por exemplo, *só*); ou (iv) que um dos constituintes do comentário seja produzido com o acento característico dos focos[28] (cf. Cap. 50).

De facto, compare-se (69a), produzida sem nenhum acento especial sobre a forma verbal *escrevi*, com (69b), uma frase em que existe material lexical à direita da posição silenciosa associada ao constituinte topicalizado. Compare-se igualmente (69a) com (69c), produzida com o acento típico das interpretações contrastivas sobre a forma verbal *escrevi* (o acento característico dos focos marcados está representado aqui pelas letras maiúsculas):

(69) a. ?*Esse artigo*, escrevi _.
b. *Esse artigo*, escrevi _ na semana passada.
c. *Esse artigo*, ESCREVI _.

Compare-se agora (70a), enunciado produzido sem acento contrastivo sobre a forma verbal *lemos*, com (70b), exemplo em que o comentário é uma frase negativa, e com (70c), exemplo em que no comentário ocorre o advérbio aspetual *já*:

(70) a. ?*Esse livro*, lemos _.
b. *Esse livro*, não lemos _.
c. *Esse livro*, já lemos _.

Finalmente, é muito frequente a ocorrência de sintagmas nominais reduzidos e simples como constituintes topicalizados, quer em frases declarativas, quer em interrogativas, como ilustram, respetivamente, os exemplos (71) e (72):

(71) a. *Gelado*, não comprei _.
b. *Luvas polares*, ainda há _.
c. *Colares de prata*, encontra _ no expositor da direita.

(72) a. *Pão*, ainda há _?
b. *Café*, quem quer _?
c. *Livros de astronomia*, em que estantes estão _?

Saliente-se, finalmente, que, do ponto de vista interpretativo, o português se distingue da maioria das línguas românicas, que usam a Topicalização como uma estratégia de focalização contrastiva (cf. Cap. 50)[29]. Nestas línguas, o constituinte topicalizado é contrastado com outro constituinte. Assim, em francês, a continuação

[28] De um constituinte com estas características, diz-se que é "fonologicamente pesado" (cf. Cap. 36 e Frota e Vigário 1996).

[29] Em particular, o português distingue-se do francês (cf. Zribi-Hertz 1986) e de línguas de sujeito nulo como o espanhol ibérico e o italiano (cf. Campos e Zampini 1990, Zubizarreta 1998 e Cinque 1990).

natural da frase (73a) é a ilustrada em (73b), em que *ce livre* é contrastado com *celui-là*, e não a ilustrada em (73c), em que se contrasta o comentário *j'ai lu* com *je n'ai pas lu celui-là* (a desadequação da continuação da frase topicalizada está assinalada através do sinal "#", e os constituintes contrastados em cada um dos exemplos encontram-se sublinhados):

(73) a. *Ce livre*, j'ai lu [-]. (cf. Zribi-Hertz 1986:530)
b. *Ce livre*, j'ai lu [-], mais pas celui-là. (ibid.:531)
c. #*Ce livre*, j'ai lu [-], et/mais je n'ai pas lu celui-là.

Pelo contrário, em português, em frases com Topicalização que recebam uma interpretação contrastiva, contrastam-se predicações, ou seja, a continuação natural de uma frase como (74a) não é (74b), uma frase em que *esse livro* é contrastado com *este livro*, mas sim (74c), ela própria uma frase topicalizada (embora com o verbo (*li*) elidido, o que se representa com uma rasura; cf. Cap. 45):

(74) a. *Esse livro*, já li _,
b. #(e/mas) não este.
c. (mas) *este*, ainda não ~~li~~ _.

Em função do estatuto referencial do tópico marcado e do tipo de oração em que o mesmo ocorre, a Topicalização pode desempenhar várias funções no plano textual. Assim, (i) pode introduzir um novo tópico no discurso, como acontece em (75a); (ii) pode ser utilizada como uma estratégia de progressão temática, em que um elemento do comentário da frase anterior é selecionado como tópico da frase seguinte, como se pode observar em (75b); (iii) ou pode servir para pôr em contraste a predicação expressa pelo comentário acerca da entidade designada pelo tópico com outra predicação contida no discurso anterior envolvendo a mesma entidade, como (75c) exemplifica:

(75) a. *Leite*, ainda há _?
b. A – Gostas de *anéis*?
B – Ah sim, *anéis*, adoro _.
c. A – Aposto que ainda não leste *o último livro de Rushdie*.
B – Não, não. *Esse*, já li _.

12.2.3.2 O tópico não respeita integralmente as propriedades de subcategorização do verbo

Existe uma variante da construção de tópicos marcados descrita na subsecção anterior, que ocorre tipicamente no modo oral, em que o constituinte topicalizado está associado a uma posição silenciosa interna ao comentário, embora não respeite integralmente as propriedades de subcategorização do verbo. Os exemplos (76) ilustram esta construção, aqui designada **Topicalização Não Canónica**[30]:

(76) a. *Cenas dessas*, não precisamos _.
b. *Essa conferência*, não assisti _.

[30] Duarte (1996, 2003b) utiliza para esta construção a designação "Topicalização Selvagem", tradução da denominação "*Topicalisation Sauvage*", proposta em Zribi-Hertz (1986).

Repare-se que, embora os falantes interpretem os constituintes topicalizados como complementos subcategorizados e selecionados pelos verbos *precisar* e *responder*, tais constituintes não respeitam o formato categorial exigido por esses verbos, uma vez que não são sintagmas preposicionais introduzidos, respetivamente, pelas preposições *de* e *a*. Mostra-o a agramaticalidade das alternativas não topicalizadas das frases (76), apresentadas em (77):

(77) a. *Não precisamos cenas dessas. (vs. *não precisamos de cenas dessas*)
b. *Não assisti essa conferência. (vs. *não assisti a essa conferência*)

Como os exemplos (78) permitem observar, a Topicalização Não Canónica é tolerada essencialmente em contextos de frases-raiz e não em orações subordinadas:

(78) a. *Asseguro-te [que *cenas dessas*, não precisamos _].
b. *Acho [que *essa conferência*, não assisti _].

Os falantes da norma culta apenas aceitam esta construção quando a preposição suprimida não tem conteúdo semântico. Assim, é tolerada a supressão da preposição *de* com verbos como *gostar* ou *precisar*, mas não com verbos como *partir* ou *vir*, em que a preposição exprime a origem do movimento – veja-se o contraste entre (79a) e (79b):

(79) a. *Cerveja*, só gosto _ quando está muito calor.
b. **Paris*, só vim _ ontem.

O mesmo acontece com a preposição *a*, cuja supressão é tolerada na oralidade com verbos como *assistir* ou *recorrer*, mas não com verbos como *dar* ou *telefonar*, em que a preposição exprime o alvo, como mostra o contraste entre (80a) e (80b)[31]:

(80) a. *Serviços de engomadoria*, só recorro _ em último caso.
b. **Técnicos de informática*, não telefonei _ ontem.

No Quadro 1 sintetizam-se as propriedades das construções de tópicos marcados descritas nas subsecções anteriores.

CONSTRUÇÕES	RETOMA NO COMENTÁRIO	SUBCATEGORIZAÇÃO E SELEÇÃO DO VERBO RESPEITADAS	PREFERENCIALMENTE EM FRASES-RAIZ	SÓ NO MODO ORAL
Tópico Pendente	Não	Não	Sim	Não
Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente	Sim: epíteto ou pronome	Parcialmente	Sim	Não
Deslocação à Esquerda Clítica	Sim: pronome clítico	Sim	Não	Não
Topicalização	Não	Sim	Não	Não
Topicalização Não Canónica	Não	Parcialmente	Sim	Sim

Quadro 1 – Propriedades das construções de tópicos marcados

[31] São toleradas no português europeu oral outras construções envolvendo a supressão de preposições, para além da Topicalização Não Canónica. As chamadas "orações relativas de estratégia cortadora" (ou "relativas cortadoras") contam-se entre elas (cf. Cap. 39). Sobre outros casos de omissão de preposições em português europeu, cf. Caps. 32, 36, 37 e 39.

12.3 Conceito de contratópico

Em certos contextos discursivos e situacionais, pode ocorrer ou ser retomada no final de uma frase informação que ocorreria normalmente em outras posições da frase. Considere-se de novo o exemplo (1), aqui repetido como (81):

(81) *Essa tua amiga* conhece bem a região de Tomar.

A informação expressa por (81) pode ser expressa através de uma frase como (82):

(82) (Ela) conhece bem a região de Tomar, *essa tua amiga*.

A expressão nominal em itálico em (82) denomina-se **contratópico**[32]. Esta denominação exprime o facto de constituintes deste tipo serem interpretados como tópicos, mas ocuparem a posição final da frase, i.e., ocorrerem como tópicos "tardios". No exemplo (82), o contratópico tem a mesma referência do constituinte com a função de sujeito (quer ele assuma a forma do pronome *ela*, quer se trate de um sujeito nulo – cf. Cap. 43) – e precisa ou retifica a informação contida na frase que o precede. Deste modo, um contexto plausível para (82) é o apresentado em (83):

(83) A – *A minha amiga* levou-me ao Convento de Cristo, depois mostrou-me a Judiaria e a Sinagoga. A seguir guiou-me até um restaurante ótimo, onde comemos debaixo de uma latada.
B – (Ela) conhece bem a região de Tomar, *essa tua amiga*.

Repare-se que o constituinte com a função de sujeito da frase proferida por B tem o seu antecedente fixado pela expressão *a minha amiga*, que inicia a fala de A. A aposição de *essa tua amiga* à direita da frase de B destina-se a clarificar o referente do sujeito e, simultaneamente, a assinalar a manutenção do mesmo tópico ao longo de toda a sequência discursiva.

Nos exemplos (82) e (83), o contratópico está associado ao constituinte com a função de sujeito. Contudo, os contratópicos podem estar associados a constituintes com outras funções sintáticas, como se pode observar em (84):

(84) a. A Maria já o conhece bem, *o teu primo Filipe*. [complemento direto]
b. A Maria já o conhece bem, *ao teu primo Filipe*[33]. [complemento direto]
c. Ainda não lhe telefonei hoje, *àquele tonto*. [complemento indireto]
d. O João gosta dela desesperadamente, *da minha irmã*. [complemento preposicionado]

Os exemplos mostram que o contratópico é referencialmente idêntico a um constituinte interno à frase a que se encontra aposto e que ocorre com um formato compatível com as propriedades do verbo que subcategoriza e seleciona esse constituinte. Por estas razões, é possível construir alternativas estruturalmente mais simples destes exemplos, em que o contratópico ocorre interno à frase com a mesma função sintática do pronome a ele associado, como se pode observar em (85):

[32] Tradução do termo inglês "*antitopic*". Este conceito tem também sido designado através dos termos "tópico tardio" ("*afterthought topic*" – cf. Hyman 1975) e "cauda" ("*tail*" – cf. Dik 1978).
[33] Sobre a presença da preposição *a* neste contexto, ver a Caixa [5] acima.

(85) a. A Maria já conhece bem *o teu primo Filipe*.
b. Ainda não telefonei hoje *àquele tonto*.
c. O João gosta *da minha irmã* desesperadamente.

Os exemplos apresentados em (84) mostram igualmente que podem ocorrer como contratópicos expressões nominais (como *o teu primo Filipe*, *a minha irmã*) ou epítetos (como *aquele tonto*), precedidas, quando necessário, da preposição relevante (*a*, em (84b); *de*, em (84d)). Contudo, em ambos os casos, apenas são admitidas expressões definidas, uma vez que entre o contratópico e o constituinte pronominal interno à frase a ele associado se estabelece uma cadeia referencial **catafórica**, i.e., uma cadeia em que o pronome precede o sintagma nominal que fixa o seu valor referencial (cf. Caps. 34 e 41).

Uma vez que os SN indefinidos introduzem referentes novos no discurso, não podem ocorrer à direita numa cadeia catafórica; portanto, não se qualificam como contratópicos, o que a agramaticalidade de (86) mostra (compare-se (86) com (83)-(84)):

(86) a. *(Ela) conhece bem a região de Tomar, *uma amiga tua*.
b. *A Maria já o conhece bem, *um primo do Filipe*.
c. *A Maria já o conhece bem, *a um primo do Filipe*.
d. *Ainda não lhe telefonei hoje, *a um tonto*.
e. *O João gosta dela desesperadamente, *duma irmã da Maria*.

Podem também ocorrer contratópicos pronominais quando o constituinte a que estão associados é um pronome sem realização fonética (como em (87a)) ou um pronome clítico (como em (87b,c)):

(87) a. [-] Conhece bem a região de Tomar, *ela*.
b. A Maria já os conhece bastante bem, *a* (*todos*) *eles*.
c. Ainda não lhes telefonei esta semana, *a eles* (*dois*).

Quando o constituinte a que o contratópico está associado é uma expressão nominal, um epíteto ou um pronome forte, não são possíveis contratópicos pronominais "simples", i.e., constituídos exclusivamente pelo pronome (antecedido da preposição relevante quando ela é exigida pelas propriedades de subcategorização do verbo), como se mostra em (88):

(88) a. *Essa tua amiga conhece bem a região de Tomar, *ela*.
b. *A Maria já conhece os teus primos bem, *eles*.
c. *Ainda não telefonei àquele tonto hoje, *a ele*.
d. *A Maria foi com as crianças ao cinema, *com elas*.
e. *O João gosta dela desesperadamente, *dela*.

Contudo, são possíveis nestes contextos contratópicos pronominais acompanhados de expressões quantificacionais ou de modificadores que acrescentem informação ao SN, ao epíteto ou ao pronome forte a que estão associados, como se mostra em (89):

(89) a. Essa tua amiga conhece bem a região de Tomar, *ela também*.
b. A Maria conheceu os teus primos nas férias, *todos eles*.
c. Ainda não telefonei àquele tonto hoje, *a ele*, *que me diverte tanto*.

d. A Maria foi com as crianças ao cinema, *com elas cinco*.
e. O João gosta dela desesperadamente, *dela só*.

Contrariamente ao que acontece em várias construções de tópicos marcados, em que o tópico pode não estar adjacente à oração que contém o constituinte a que está associado, os contratópicos ocorrem preferencialmente adjacentes à oração que contém o constituinte ao qual estão associados. Assim, os exemplos (90) são frases gramaticais com tópicos marcados adjacentes à frase-raiz, mas associados a orações subordinadas completivas e relativas. Em (90), ocorrem, respetivamente, construções de Tópico Pendente (cf. (90a)), de Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente (cf. (90b)), de Deslocação à Esquerda Clítica (cf. (90c)), de Topicalização (cf. (90d)) e de Topicalização Não Canónica (cf. (90e)):

(90) a. *Fruta*, sabes muito bem [que só gosto de framboesas].
b. *O João*, não conheço ninguém [que não goste dele].
c. *A esse colega*, podes crer [que nunca mais lhe empresto livros].
d. *Café*, parece [que já não há _].
e. *Cidra*, acho [que o João não gosta _].

Veja-se agora o seguinte par de frases com contratópicos:

(91) a. Disseram-me [que a Maria já o conhecia, *ao teu primo Filipe*].
b. *[Eles garantem [que lhe disseram [que o Pedro já conhecia a Maria]], *ao teu primo Filipe*].

Em (91a), o contratópico surge adjacente à oração subordinada completiva que contém o pronome clítico a que está associado, e a frase é gramatical. Pelo contrário, em (91b), na análise estrutural evidenciada pela parentetização, o contratópico encontra-se adjacente à oração principal, enquanto o pronome clítico a ele associado ocorre na oração subordinada completiva dependente do verbo da oração principal, *garantir*, e a frase é agramatical[34]. O contraste de gramaticalidade entre (91a) e (91b) pode ser atribuído a uma estratégia de processamento que privilegia a associação de constituintes que se encontrem à direita da frase à oração que se está a processar[35]. Nos exemplos que se seguem, as frases (92a) e (93a) respeitam esta estratégia, uma vez que o contratópico "fecha" a oração subordinada:

(92) a. Contaram-me [que lhe ofereceste o lugar, *àquele tonto*].
b. ??Contaram-lhe [que ofereci o lugar à Maria], *àquele tonto*.

(93) a. Pediram-me [que fosse ao cinema com as crianças, *com elas cinco*].
b. ??Pediram às crianças [que não fossem brincar com as amigas], *a elas cinco*.

[34] Classicamente, considerava-se que a agramaticalidade de exemplos como (91b) se devia ao facto de a formação de contratópicos ser um processo limitado ("*bounded*"), i.e., ao facto de os contratópicos não poderem ocorrer adjacentes a orações superiores àquela em que ocorre o constituinte a eles associado. Sobre este assunto, veja-se Ross (1967).

[35] Esta estratégia foi denominada por Kimball (1973) "Associação à Direita" ("*Right Association*") e por Frazier (1979) "Ligação Mínima" ("*Minimal Attachment*") ou "Fecho Tardio" ("*Late Closure*"). É esta estratégia que tem sido invocada para justificar a pouca aceitabilidade de frases como *ela concretizará a proposta que elaborou amanhã*, em que o advérbio temporal não pode ser associado à oração subordinada completiva, devido ao tempo passado da forma verbal *elaborou* (exemplo traduzido de Frazier 1979).

Pelo contrário, nas frases (92b) e (93b), os contratópicos não se encontram associados à oração subordinada, obrigando os falantes a "voltar atrás" e a associá-los à frase-raiz. Por esta razão, as frases (92a) e (93a) são processadas mais rapidamente do que as frases (92b) e (93b) e estas são julgadas pouco naturais e, no limite, agramaticais.

Em casos paralelos aos exemplificados em (92)-(93), o efeito de processamento acima referido não parece fazer-se sentir quando o contratópico está associado ao constituinte com a função de sujeito da frase-raiz. Assim, (94b), em que uma oração subordinada ocorre entre o contratópico e o pronome a ele associado, não é pior do que (94a), em que o contratópico é adjacente à oração que tem o pronome associado como sujeito:

(94) a. Tu achas [que ela é uma má escolha para o lugar, *essa tua amiga*].
b. Ela acha [que o Pedro é uma má escolha para o lugar], *essa tua amiga*.

A aceitabilidade de (94b) deve-se, plausivelmente, à saliência e à proeminência estrutural do constituinte com a função de sujeito sobre todos os outros elementos da frase[36].

Finalmente, ao contrário do que acontece com os tópicos marcados em construções como a Deslocação à Esquerda Clítica e a Topicalização, dificilmente pode ocorrer mais do que um contratópico por frase, como mostram os exemplos (95):

(95) a. ??Ela foi ao cinema com as crianças, *essa tua amiga*, *com as cinco*.
b. ??Ainda não lhos mostrei, *os livros*, *àquele tonto*.
c. ??Ele nunca desconfiou dela, *o Pedro*, *da Maria*.

Fontes das abonações

CORAL – *Corpus de Diálogo Etiquetado de Português Europeu* (INESC, CLUL/FLUL, FCSH-UNL):
Informante CS.
CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:
PF – *Português Fundamental*: entrevistas 0041, 1183, 1243.
Vieiros – *Vieiros* www.vieiros.com.

[36] Sobre a noção de "proeminência estrutural", cf. Caps. 11 e 41.

13 CONSTRUÇÕES ATIVAS, PASSIVAS, INCOATIVAS E MÉDIAS 429
13.1 Orações transitivas 430
13.2 Orações passivas 432
13.2.1 Orações passivas verbais 436
13.2.2 Orações passivas resultativas 440
13.2.3 Orações passivas estativas 443
13.2.4 Orações passivas pronominais 444
13.2.5 Orações de *se* impessoal 445
13.2.6 Conclusão 446
13.3 Orações reflexas 448
13.4 Orações com verbos de alternância causativa-incoativa 450
13.5 Orações com verbos inacusativos que não admitem alternância causativa-incoativa 454
13.6 Orações médias caracterizadoras 456

13 CONSTRUÇÕES ATIVAS, PASSIVAS, INCOATIVAS E MÉDIAS

Neste capítulo, apresenta-se uma tipologia das orações baseada, por um lado, na estrutura argumental dos verbos plenos que nelas ocorrem (cf. Cap. 28) e, por outro, no argumento desses verbos que é selecionado para sujeito da oração (cf. 13.1 e 13.2). Esta tipologia considera igualmente os casos em que dois argumentos do verbo designam a mesma entidade (cf. 13.3). Tem, finalmente, em conta processos gramaticais que afetam a estrutura argumental dos verbos plenos que nela ocorrem (cf. 13.4 a 13.6).

Para determinar o tipo de oração, considera-se em primeiro lugar se o verbo é **transitivo**, i.e., se seleciona um argumento externo e um argumento interno direto[1], como exemplificado em (1a); se é **intransitivo de tipo inergativo**, ou seja, se seleciona um argumento externo e nenhum argumento interno direto, como ilustrado em (1b); ou se é **intransitivo de tipo inacusativo**, quer dizer, se não seleciona nenhum argumento externo e seleciona um argumento interno, como exemplificado em (1c) (cf. Caps. 11 e 28):

(1) a. Os meninos *lavaram* o cão.
b. Os meninos *espirraram*.
c. Os meninos *caíram*.

Em segundo lugar, quando o verbo seleciona um argumento externo e um argumento interno direto, verifica-se qual o argumento que é tomado como ponto de partida para a descrição da situação expressa pela frase. Assim, em (1a) a situação é descrita tomando como ponto de partida o argumento externo *os meninos*, que desempenha a função sintática de sujeito da oração. Já na frase (2), embora se descreva a mesma situação, é adotado como ponto de partida para a descrição o argumento interno direto *o cão*, que desempenha a função sintática de sujeito:

(2) *O cão* foi lavado pelos meninos.

Em terceiro lugar, a situação descrita por uma frase com um verbo transitivo pode envolver apenas uma entidade, ou seja, o argumento externo e o argumento

[1] O termo "argumento interno direto" designa o argumento interno não preposicionado de um verbo, que desempenha a função sintática de complemento direto e pode ser substituído pela forma acusativa do pronome pessoal (cf. Caps. 11 e 28).

interno direto podem designar a mesma entidade (cf. Cap. 41), caso em que o argumento interno direto é realizado como um pronome reflexo, como (3) ilustra:

(3) Os meninos lavaram-*se* (a *si próprios*).

Finalmente, certos processos gramaticais, que se caracterizarão adiante, podem alterar a estrutura argumental de um verbo transitivo, como se ilustra no par (4a,b); outros não só alteram a estrutura argumental do verbo como a sua natureza aspetual de base (cf. Cap. 17), como se exemplifica em (4c):

(4) a. O pasteleiro *derreteu* a gelatina em água quente.
b. A gelatina *derreteu* (com o calor).
c. A gelatina *derrete* facilmente com o calor.

As secções seguintes ocupam-se dos tipos de orações que é possível distinguir com base nos quatro critérios acima considerados.

13.1 Orações transitivas

Chamam-se **transitivas** as orações com um verbo transitivo, contendo um argumento externo com a função sintática de sujeito e um argumento interno não preposicionado com a função sintática de complemento direto (para além de outros possíveis argumentos e/ou adjuntos adverbiais) (cf. (1a) e (4a), entre muitos outros exemplos possíveis).

Nestas orações, o argumento interno (direto) denota uma entidade para a qual "transita" a ação expressa pelo verbo. Em algumas orações deste tipo, como resultado dessa ação, tal entidade passa a existir, ou seja, é um *effectum* dessa ação, recebendo o papel temático de **paciente resultante** (nos exemplos, usa-se a abreviatura "PacRes")[2]. No exemplo (5), a ação de um **agente**, denotado pelo argumento externo *Pedro Nunes*, "transita" para uma entidade que é o resultado dessa ação, *o nónio*:

(5) [Pedro Nunes]$_{\text{Agente}}$ inventou [o nónio]$_{\text{PacRes}}$.

Os verbos transitivos que selecionam um argumento interno com o papel temático de paciente resultante da ação expressa pelo verbo denominam-se **factitivos**. São exemplos de verbos factitivos *construir* (*uma ponte*), *desenhar* (*um unicórnio*), *elaborar* (*um parecer*), *escrever* (*um romance*), *esculpir* (*uma deusa sentada*), *fabricar* (*um automóvel*), *fazer* (*um bolo de chocolate*).

Em outras orações transitivas, o argumento interno direto do verbo transitivo pode denotar uma entidade que é afetada pela ação expressa pelo verbo, sendo-lhe atribuído o papel temático de **paciente afetado** (nos exemplos, usa-se a abreviatura "PacAf"). No exemplo (6), a ação de um agente, designado pelo argumento externo *os exércitos inimigos*, "transita" para a entidade designada por *as pontes sobre o Elba*, que é afetada por essa ação:

(6) [O exército inimigo]$_{\text{Agente}}$ destruiu [as pontes sobre o Elba]$_{\text{PacAf}}$.

[2] Sobre as funções semânticas atribuídas pelo verbo aos seus argumentos, chamadas "papéis temáticos", cf. Cap. 11.

Dependendo da ação expressa pelo verbo, a entidade pode ser de tal modo afetada que deixa de existir, como acontece em (6), ou pode simplesmente sofrer uma mudança que não comprometa a sua existência, como se pode observar em (7):

(7) a. O porteiro abriu *a porta*.
b. A polícia já prendeu *um dos assaltantes*.

O argumento interno direto das orações transitivas pode também designar uma entidade que é localizada espacialmente ou que muda de lugar, como ilustrado, respetivamente, em (8a) e (8b); pode também designar uma entidade que se "localiza" ou que se "move" em sistemas semânticos não espaciais como o da posse, como se mostra em (9a), ou o da transmissão de ideias abstratas, como se exemplifica em (9b). Nestes casos, o papel temático atribuído pelo verbo é o de **tema** (cf. Jackendoff 1972, 2002):

(8) a. O cofre contém *documentos secretos*.
b. O automobilista guardou *os documentos* (no porta-luvas).

(9) a. O João comprou *o jornal*.
b. O professor explicou *o teorema de Pitágoras* aos alunos.

As orações presentes nos exemplos (5)-(9) são **orações transitivas ativas** típicas. Nelas, como referido acima, a ação de um agente, expressa pelo verbo, transita para a entidade representada pelo argumento interno (cf. Lyons 1968:359): paciente resultante (cf. (5)), paciente afetado (cf. (6)-(7)) e tema (cf. (8)-(9)). Além disso, as situações são descritas nestes exemplos do modo estruturalmente mais simples: o argumento externo com o papel de agente é tomado como ponto de partida para a descrição da situação, pelo que é **alinhado** com a função sintática de sujeito; por sua vez, o paciente ou o tema é alinhado com a função sintática de complemento direto.

Ao alinhamento entre os papéis temáticos dos argumentos de um verbo e as funções sintáticas que esses argumentos desempenham numa oração chama-se **diátese** (para vários autores, sinónimo de **voz**). A **diátese ativa** caracteriza-se pelo seguinte alinhamento:

argumento externo	argumento interno direto	argumentos internos preposicionados
↓	↓	↓
Sujeito	Complemento direto	Complementos preposicionados

[1] Na tradição gramatical luso-brasileira, é o termo "voz" que se utiliza para caracterizar o alinhamento entre papéis semânticos e funções sintáticas característico das orações transitivas ativas e, como veremos adiante, das orações passivas e reflexas. Outros autores distinguem voz de diátese, considerando que a voz releva da morfologia flexional, enquanto a diátese envolve processos léxico-sintáticos. Recentemente, há uma tendência crescente para considerar o conceito de diátese mais lato do que o de voz, visto que aquele recobre vários processos de alternância verbal que, tradicionalmente, não se consideravam incluídos no conceito de voz, como é o caso dos processos de causativização, anticausativização (cf. 13.4, sobre alternância entre

orações causativas e incoativas) e impessoalização (cf. 13.2.5). Sobre este assunto, vejam-se, entre outros, Benveniste (1966), Pinker (1984), Babby (1998). Shibatani (2006) apresenta um conceito alargado de voz, coincidente com aquilo que aqui denominamos diátese.

Com exceção de (8a), em todas as orações transitivas ativas acima exemplificadas o argumento externo tem o papel de **agente**. Contudo, existem orações deste tipo que descrevem também situações dinâmicas nas quais uma das entidades envolvidas muda de estado, lugar ou posse, mas em que o argumento externo tem o papel de **causa**, i.e., denota uma entidade que é responsável pela ação que cria/afeta o paciente ou faz mover o tema, sem, contudo, o fazer intencionalmente, como acontece nos exemplos (10):

(10) a. [Os incêndios]$_{\text{Causa}}$ devastaram [vastas áreas florestais]$_{\text{PacAf}}$.
b. [A enxurrada]$_{\text{Causa}}$ arrastou [dezenas de carros]$_{\text{Tema}}$ até à foz do rio.

Em orações transitivas ativas com certos verbos psicológicos, descreve-se igualmente uma situação dinâmica, mas o argumento interno direto para o qual transita a ação expressa pelo verbo tem o papel de **experienciador** (abreviado nos exemplos em "Exp"), i.e., denota uma entidade que vivencia um determinado estado psicológico, podendo o argumento externo ter o papel de agente ou de causa, como se pode observar nos exemplos (11):

(11) a. [O cirurgião]$_{\text{Agente}}$ humilhou [o interno de anestesia] $_{\text{Exp}}$.
b. [A trovoada]$_{\text{Causa}}$ assustou [as crianças]$_{\text{Exp}}$.

Também situações não dinâmicas, i.e., em que não existe mudança de estado, de lugar ou de posse de qualquer das entidades envolvidas, podem ser descritas através de orações transitivas ativas. Nestes casos, o papel temático do argumento externo alinhado com a função sintática de sujeito é tipicamente o de experienciador, e o do argumento interno direto é tipicamente o de **estímulo** (abreviado nos exemplos em "Est") dessa experiência (cf. Huddleston e Pullum 2002; ver também o Cap. 11), como ilustram os exemplos (12):

(12) a. [Todas as mulheres]$_{\text{Exp}}$ adoram [os perfumes franceses]$_{\text{Est}}$.
b. [Milhões de espectadores]$_{\text{Exp}}$ viram [o massacre]$_{\text{Est}}$.

Em síntese: nas orações com verbos transitivos que descrevem situações em que esteja envolvida mais do que uma entidade, como acontece nos exemplos (5)-(12), a forma gramaticalmente mais simples de descrever tais situações consiste em alinhar o argumento externo com a função sintática de sujeito e o argumento interno direto com a função sintática de complemento direto. Por outras palavras, tais orações assumem o formato de orações transitivas ativas.

13.2 Orações passivas

Na secção anterior, observou-se que as orações transitivas ativas constituem o formato gramaticalmente mais simples para descrever situações em que estão envolvidas pelo menos duas entidades representadas linguisticamente por

um argumento externo e por um argumento interno direto. Contudo, outro alinhamento é possível. Assim, considerem-se os seguintes exemplos:

(13) a. O nónio foi inventado por Pedro Nunes.
b. Vastas áreas florestais foram devastadas pelos incêndios.
c. O interno de anestesia foi humilhado pelo cirurgião.
d. O massacre foi visto por milhões de espectadores.

Comparemo-los com as orações transitivas ativas que descrevem a mesma situação, apresentadas em (14):

(14) a. Pedro Nunes inventou o nónio.
b. Os incêndios devastaram vastas áreas florestais.
c. O cirurgião humilhou o interno de anestesia.
d. Milhões de espectadores viram o massacre.

Os exemplos (13) partilham propriedades com as orações transitivas ativas correspondentes exemplificadas em (14). Assim:

❖ umas e outras descrevem a mesma situação. Exemplificando com as frases (a), descreve-se em ambas a entrada em existência de uma entidade, o nónio, por ação intencional de outra entidade, Pedro Nunes. Mais rigorosamente, o conteúdo proposicional das duas orações e o seu valor de verdade são idênticos[3];

❖ numas e noutras estão presentes os mesmos papéis temáticos. Exemplificando com as frases (b), em ambas existe um argumento com o papel temático de causa, *os incêndios*, e outro com o papel temático de paciente afetado, *vastas áreas florestais*;

❖ umas e outras pertencem ao mesmo tipo de frase (o tipo declarativo) e caracterizam-se pela mesma força ilocutória (são usadas como asserções; cf. Caps. 11 e 48).

Contudo, existem diferenças sistemáticas entre os exemplos (13) e (14):

❖ nos exemplos (13), é o argumento interno (com o papel temático, respetivamente, de paciente resultante, paciente afetado, experienciador e estímulo) que é alinhado com a função sintática de sujeito. Pelo contrário, nas orações transitivas ativas de (14), tal argumento interno desempenha a função sintática de complemento direto.

❖ nos exemplos (13), o argumento externo (com o papel temático, respetivamente, de agente, causa, agente e experienciador, é "despromovido" sintaticamente, sendo alinhado com uma função sintática que não é central, a de **agente da passiva**. Pelo contrário, nas orações transitivas ativas apresentadas em (14), tal argumento desempenha a função sintática de sujeito.

---

[3] Esta identidade não se verifica quando existem expressões quantificadas. Assim, as frases (i) e (ii) não têm exatamente a mesma interpretação:
(i) Todos os castores constroem muitos diques.
(ii) Muitos diques são construídos por todos os castores.
Com efeito, (i) é parafraseável por (iii), um enunciado verdadeiro dado o nosso conhecimento do mundo, contrariamente a (ii):
(iii) Se um animal é um castor, então ele constrói muitos diques.
Esta diferença deve-se ao escopo relativo dos quantificadores (cf. Caps. 14 e 21).

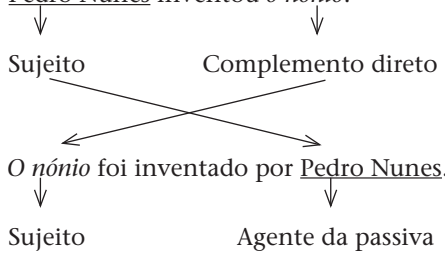
❖ nos exemplos (13), não existe nenhum argumento a que seja atribuída a função sintática de complemento direto, apesar de o verbo pleno que nelas ocorre ser transitivo.

Nos exemplos de (14), observa-se um alinhamento entre papéis temáticos e funções sintáticas que respeita a **hierarquia de papéis temáticos** (cf. Cap. 11). Esta hierarquia ordena os papéis temáticos de acordo com a sua proeminência semântica, alinhando-os numa relação biunívoca com as funções gramaticais de uma lista igualmente ordenada em que a função de sujeito ocupa a posição mais elevada, seguida pela de complemento direto, pela de complemento indireto, etc. De acordo com esta hierarquia, os argumentos com um papel temático mais proeminente (agente, causa e experienciador) são alinhados com a função sintática mais saliente, a de sujeito. Como vimos, é este o alinhamento que caracteriza as orações transitivas ativas. Ora as orações passivas não respeitam este alinhamento, que pode, portanto, ser ignorado para obter uma estrutura temática e informacional diferente (neste caso, a escolha do argumento interno como ponto de partida da descrição da situação).

> [2] Existe consenso sobre a utilidade teórica de uma hierarquia de papéis temáticos, em particular porque ela ajuda a compreender a impossibilidade de certos alinhamentos quando coocorrem argumentos com determinados papéis temáticos em frases simples ativas (cf. Fillmore 1968). Assim, se houver um agente e um instrumento (respetivamente *a Ana* e *a chave*, nos exemplos de (i)), só o agente pode ser alinhado com a função sintática de sujeito (cf. (ia,c)); se não houver agente, é o instrumento que é alinhado com a função sintática de sujeito (cf. (ib)):
>
> (i) a. A Ana abriu a porta com a chave.
> b. A chave abriu a porta.
> c. *A chave abriu a porta pela Ana.
>
> Contudo, não existe unanimidade nem quanto aos papéis temáticos a considerar na hierarquia nem quanto à respetiva hierarquização. Vejam-se exemplificativamente as três hierarquias seguintes, que se distinguem relativamente a estes dois aspetos:
>
> ❖ Fillmore (1971)
>
> agente > experienciador > instrumento > paciente > origem/alvo/locativo
>
> ❖ Jackendoff (1990)
>
> ator > paciente/beneficiário > tema > origem/alvo/locativo
>
> ❖ Grimshaw (1990)
>
> agente > experienciador > origem/alvo/locativo > tema
>
> Sobre este assunto, ver, entre outros, Levin e Rappaport Hovav (1996, 2005).

Utilizando como exemplo as frases (a) dos paradigmas (13) e (14), podem representar-se esquematicamente as diferenças sistemáticas entre orações ativas e orações passivas do seguinte modo:

(15) a. Pedro Nunes inventou *o nónio*.



b. *O nónio* foi inventado por Pedro Nunes.

Como referido na secção anterior, ao alinhamento de papéis temáticos e de funções sintáticas das frases representado em (15a) chama-se **diátese ativa**. Pelo contrário, o alinhamento representado em (15b) denomina-se **diátese passiva**, chamando-se **orações passivas** as orações que o exibem. Este tipo de alinhamento faz das orações passivas um caso particular das **orações intransitivas**, i.e., orações sem complemento direto, e também das **orações inacusativas**, i.e., orações em que um argumento interno desempenha a função sintática de sujeito (cf. Caps. 11 e 28).

Em português, nem todas as situações passíveis de ser descritas linguisticamente através de orações ativas podem ser descritas através de orações passivas.

Em primeiro lugar, só podem ocorrer em orações passivas verbos de dois ou três lugares em que o argumento que se realiza como sujeito tem o estatuto de argumento interno direto na entrada lexical do verbo, como mostra o contraste entre (13) e (16); em (16), ocorrem verbos que selecionam não um argumento interno direto, mas sim um argumento interno preposicionado, como se verifica nas orações ativas correspondentes, dadas à direita de cada exemplo:

(16) a. *O Pedro foi telefonado pela Maria. (vs. *a Maria telefonou ao Pedro*)
b. *A conferência foi assistida pelos doutorandos. (vs. *os doutorandos assistiram à conferência*)
c. *Sagres foi rumado pelo veleiro. (vs. *o veleiro rumou a Sagres*)
d. *Londres foi viajado pela Ana de Madrid. (vs. *a Ana viajou de Madrid para Londres*)
e. *Madrid foi viajado pela Ana para Londres. (vs. *a Ana viajou de Madrid para Londres*)

Contam-se como exceções a esta generalização os verbos *apelar*, *obedecer*, *pagar*, *perdoar* e *responder*, como exemplificado em (17):

(17) a. *A sentença* não foi apelada pelo réu. (cf. *o réu não apelou da sentença*)
b. *A ordem* foi obedecida pelos manifestantes. (cf. *os manifestantes obedeceram à ordem*)
c. *Os operários* foram finalmente pagos pela administração. (cf. *a administração pagou finalmente aos operários*)[4]

[4] O verbo *pagar* pode também ser construído como verbo de três lugares (cf. Cap. 11), selecionando um argumento interno direto não humano e um argumento interno indireto humano. Neste caso, a formação da passiva é regular, sendo o argumento interno direto não humano alinhado com a função sintática de sujeito: cf. *a administração pagou finalmente o subsídio de férias aos operários* vs. *o subsídio de férias foi finalmente pago aos operários pela administração*.

d. *Os instigadores do rapto* não foram perdoados pelo juiz. (cf. *o juiz não perdoou aos instigadores do rapto*)[5]
e. *Os pedidos de isenção* não foram respondidos a tempo pelos serviços. (cf. *os serviços não responderam a tempo aos pedidos de isenção*)

Do ponto de vista interpretativo, a diátese passiva tem sido considerada uma forma de despromoção (ou ocultação, como veremos adiante) do argumento mais elevado na hierarquia de papéis temáticos (o argumento com o papel temático de agente, causa ou experienciador), já que este argumento passa a desempenhar uma função sintática menos central na oração, a de agente da passiva (ou, como se verá, pode mesmo não ser expresso) e o argumento que é alinhado com a função sintática mais saliente, a de sujeito, é um argumento interno, i.e., um argumento com um papel temático menos destacado na referida hierarquia.

Existem em português várias formas de exprimir a diátese passiva, i.e., existem vários tipos de orações passivas. As próximas subsecções são dedicadas à caracterização de cada um desses tipos.

13.2.1 Orações passivas verbais

Retomemos alguns dos exemplos já apresentados de orações transitivas ativas e de orações passivas:

(18) a. Pedro Nunes inventou o nónio.
b. Os incêndios devastaram vastas áreas florestais.

(19) a. O nónio foi inventado por Pedro Nunes.
b. Vastas áreas florestais foram devastadas pelos incêndios.

Como observado atrás, a comparação das orações transitivas ativas de (18) com as suas alternativas passivas de (19) mostra que existe uma relação sistemática entre os dois tipos de orações. Assim, para além das diferenças (i) e (ii), já referidas anteriormente, observam-se as indicadas em (iii) e (iv):

(i) O sintagma nominal com a função sintática de complemento direto na oração ativa tem a função sintática de sujeito na passiva correspondente.

(ii) O sintagma nominal com a função sintática de sujeito na oração ativa ocorre na passiva correspondente introduzido pela preposição de valor agentivo *por* e desempenha a função sintática de agente da passiva.

(iii) Na oração passiva, ocorre uma forma do verbo auxiliar *ser* no mesmo tempo e modo do verbo pleno da oração ativa correspondente.

(iv) O verbo pleno da oração ativa assume na passiva correspondente a forma de particípio passado e concorda em número e género com o sujeito.

[5] O verbo *perdoar* pode também ser construído com um argumento externo e um argumento interno direto (cf. *o juiz não perdoou os instigadores do rapto*), sendo, nesse caso, regular a formação da passiva (17d) (cf. a entrada do verbo *perdoar* em Houaiss 2003: tomo V, 2831).

Quando o verbo pleno possui duas formas participiais verbais, uma regular e outra irregular, é a forma irregular que ocorre nas orações passivas, como os exemplos (20) mostram:

(20) a. A encomenda foi *entregue*/**entregada* pelo motorista.
b. O jogador foi *expulso*/**expulsado* pelo árbitro.
c. O traficante foi *preso*/**prendido* pela polícia de fronteiras.

No decurso da história da língua, muitas formas participiais irregulares foram recategorizadas como adjetivos. Foi o que aconteceu com o segundo elemento de cada um dos pares que a seguir se exemplificam: *cegado* vs. *cego*, *corrigido* vs. *correto*, *distinguido* vs. *distinto*, *inquietado* vs. *inquieto*, *tingido* vs. *tinto*. Como os exemplos (21) mostram, nestes casos, a passiva forma-se com a forma participial regular, a única que manteve o estatuto verbal:

(21) a. Os manifestantes foram *cegados*/**cegos* pela luz de potentes holofotes.
b. Os testes já foram *corrigidos*/**corretos* pelo professor.
c. A escultura foi *distinguida*/**distinta* pelo júri com uma menção honrosa.
d. O casal foi *inquietado*/**inquieto* por telefonemas ameaçadores, durante toda a noite.
e. As calças foram *tingidas*/**tintas* por uma tinturaria especializada em peles.

Chama-se **orações passivas verbais** às orações ilustradas em (19), (20) e (21), em que ocorre um grupo verbal complexo (nos termos do Cap. 29, uma "perífrase verbal") iniciado pelo verbo auxiliar *ser* seguido de um particípio com estatuto verbal correspondente ao verbo pleno da oração ativa[6]. Devido ao facto de conterem um grupo verbal complexo, estas orações passivas têm também sido denominadas **passivas perifrásticas**.

As orações passivas verbais descrevem tipicamente situações dinâmicas, i.e., em que uma das entidades envolvidas sofre alguma mudança (como vimos anteriormente, de estado, lugar ou posse). Por outras palavras, estas orações descrevem tipicamente eventos e não estados, razão pela qual muitos autores as denominam também **passivas eventivas**.

Por este motivo, existem fortes restrições relativamente à ocorrência nestas orações de verbos transitivos estativos (cf. Cap. 17). Assim, os verbos estativos de posse não admitem passivas verbais, como os exemplos (22) mostram[7]:

(22) a. *A melhor nota da turma *foi tida* pelo João. (cf. *o João teve a melhor nota da turma*)
b. *Esses terrenos *eram possuídos* por um alemão. (cf. *um alemão possuía esses terrenos*)

---

[6] Restringimos a nossa caracterização aos casos simples em que a oração ativa que corresponde à oração passiva contém apenas um verbo, o verbo pleno da oração; para uma descrição de casos mais complexos em que ocorrem verbos auxiliares ou semiauxiliares, cf. o Cap. 29; ver também 13.2.2, sobre a ocorrência de orações passivas com o verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*).

[7] Note-se que, nestes exemplos, os verbos *possuir*, *apresentar* e *conhecer* são parafraseáveis pelo verbo estativo típico de posse, *ter*. Na sua aceção não estativa, estes verbos podem ocorrer em passivas perifrásticas, como ilustrado em (i)-(iii):

(i) O paciente *foi possuído* por um demónio sarcástico. (cf. *um demónio sarcástico possuiu o paciente*)
(ii) O conferencista *foi apresentado* pelo reitor. (cf. *o reitor apresentou o conferencista*)
(iii) Os resultados *foram conhecidos* hoje pelos participantes. (cf. *os participantes conheceram os resultados hoje*)

c. *Muitas gralhas *eram apresentadas* pelo relatório. (cf. *o relatório apresentava muitas gralhas*)
d. *Muitas dificuldades *foram conhecidas* por Camilo. (cf. *Camilo conheceu muitas dificuldades*)

Outra subclasse de verbos transitivos estativos que não admite passivas verbais é a dos chamados verbos de capacidade, i.e., verbos que se constroem, em frases transitivas ativas, com um argumento locativo como sujeito e um argumento tema como complemento direto, como exemplificado em (23):

(23) a. *O mapa das operações *foi contido* por este cofre. (cf. *este cofre conteve o mapa das operações*)
b. *Os congressistas *foram acolhidos* pelo Salão Nobre. (cf. *o Salão Nobre acolheu os congressistas*)
c. *Dois estábulos *eram comportados* pelo palácio. (cf. *o palácio comportava dois estábulos*)

Estão também excluídos das orações passivas verbais verbos pseudotransitivos estativos que exprimem valores quantitativos de entidades físicas ou abstratas, em escalas de peso, medida, altura, preço, etc. (cf. Cap. 28), como ilustrado em (24)[8]:

(24) a. *Cinquenta quilos *eram pesados* por mim no ano passado. (cf. *eu pesava cinquenta quilos no ano passado*)
b. *Cinco metros de comprimento *eram medidos* pela estante. (cf. *a estante media cinco metros de comprimento*)
c. *Vinte anos *eram feitos/tidos* pelo João quando emigrou para o Brasil. (cf. *o João tinha/fazia vinte anos quando emigrou para o Brasil*)

Uma exceção a estas restrições de ocorrência de verbos (transitivos) estativos em orações passivas é constituída pelos verbos estativos epistémicos e psicológicos, como se ilustra em (25):

(25) a. As propriedades dessa planta já *eram conhecidas* pelos egípcios.
b. Esse ditador *foi temido* por todo o povo.

Todas as orações passivas exemplificadas até aqui têm o agente da passiva expresso, introduzido pela preposição agentiva *por*. Contudo, com certas classes de verbos, este complemento pode ser introduzido pela preposição *de*. É o que acontece, em geral, quando nas passivas verbais ocorrem verbos psicológicos (p.e., *amar*,

---

[8] As orações pseudotransitivas parecem transitivas, uma vez que se constroem com um sujeito e com um complemento não preposicionado; no entanto, não o são, uma vez que tal complemento não se qualifica como complemento direto, como mostra o facto de não poder ser substituído por um pronome pessoal acusativo (cf. Cap. 28): veja-se, por exemplo, a agramaticalidade de **eu pesava-os no ano passado*, correspondente a *eu pesava 50 kg no ano passado*.

São também pseudotransitivos os verbos *custar* (*10 euros*), *durar* (*2 horas*), *exceder* (*a capacidade/a lotação*), *valer* (*uma fortuna*). Note-se que, quando um verbo pseudotransitivo estativo dispõe de uma variante causativa, com um sujeito agente, esta variante, como esperado, admite passivas verbais, como se ilustra em (i) e (ii):

(i) Os 20 kg de uvas *foram pesados* pelo merceeiro. (cf. *o merceeiro pesou os 20 kg de uvas*)
(ii) A profundidade do poço *foi medida* rigorosamente pela equipa de técnicos. (cf. *a equipa de técnicos mediu rigorosamente a profundidade do poço*)

estimar, *odiar*), certos verbos epistémicos (p.e., *conhecer*, *saber*) e verbos que descrevem uma relação entre entidades contíguas no espaço (p.e., *cercar*, *cobrir*, *rodear*):

(26) a. Esse tirano foi odiado *do povo*.
b. Nesse mesmo dia, o resultado foi conhecido *de todos*.
c. O palácio do governador foi cercado *de tropas indonésias*.

As orações em que ocorre o agente da passiva chamam-se **passivas longas**, por contraste com outras passivas verbais, muito frequentes, em que este constituinte surge omitido, como exemplificado em (27):

(27) a. O nónio foi inventado no séc. XVI.
b. Na Segunda Guerra Mundial, as pontes sobre o Elba foram destruídas.

Orações passivas como as de (27) denominam-se **passivas curtas**. Ao interpretá-las, apesar de o agente da passiva não aparecer realizado foneticamente, os falantes reconstituem um agente implícito de referência indeterminada. Por outras palavras, a interpretação atribuída pelos falantes às orações de (27) é parafraseável, respetivamente, por *o nónio foi inventado no século XVI por alguém*, e por *na Segunda Guerra Mundial, as pontes sobre o Elba foram destruídas por alguém*. Esta interpretação é possibilitada pelo facto de, nas passivas verbais curtas, o argumento externo do verbo estar implícito, o que permite que nelas possam ocorrer expressões adverbiais que pressupõem um agente, como advérbios volitivos de atitude do agente (cf. (28a) e Cap. 33) e orações subordinadas finais (cf. (28b) e Cap. 38):

(28) a. Na Segunda Guerra Mundial, as pontes sobre o Elba foram *propositadamente* destruídas.
b. O nónio foi inventado *para identificar frações mínimas em réguas graduadas*.

As orações passivas curtas são usadas quando se desconhece a entidade denotada pelo argumento agente implícito, quando essa entidade é inferível a partir do contexto, quando é identificada no discurso subsequente ou quando se pretende ocultar a sua identidade.

Quando o sujeito de uma oração passiva é realizado na posição canónica pré-verbal, a oração chama-se **passiva pessoal** (cf. (29a)). Dado que o português é uma língua de sujeito nulo (i.e., que admite sujeitos sem realização lexical em frases finitas; cf. Cap. 43), nas passivas perifrásticas o sujeito pode ocorrer sem realização lexical (cf. (29bB)), correspondendo a um sujeito em posição pré-verbal (cf. (29a)). Neste caso, a oração também é denominada passiva pessoal.

(29) a. *Os livros* já foram enviados ao júri.
b. A – E os livros?
B – [-] Já foram enviados ao júri.

O sujeito pode também ocorrer em posição pós-verbal, em especial se for uma expressão indefinida (cf. (30a)) ou um sintagma nominal reduzido (cf. (30b) e Cap. 20), recebendo neste caso a oração a designação de **passiva impessoal**:

(30) a. Foram recebidas *duas reclamações*.
b. Foram encontrados *cisnes mortos* na Escócia.

[3] Em estruturas de subordinação não finita, quando a oração subordinante é passiva, o seu sujeito determina mais facilmente a referência do sujeito sem realização lexical da oração subordinada quando a oração (subordinante) é uma passiva pessoal. Veja-se o contraste entre os exemplos (i), em que a oração subordinante é uma passiva pessoal, e os exemplos (ii), em que a oração subordinante é uma passiva impessoal:

(i) a. O patrão foi obrigado a [[-] pagar uma elevada multa]. ([-] = o patrão)
b. Os reféns foram libertados, tendo [-] mais tarde prestado declarações]. ([-] = os reféns)

(ii) a. *Foi obrigado o patrão a [[-] pagar uma elevada multa]. ([-] = o patrão)
b. ?Foram libertados os reféns, [tendo [-] mais tarde prestado declarações]. ([-] = os reféns)

13.2.2 Orações passivas resultativas

Há orações passivas que descrevem uma situação que é o resultado de uma mudança de estado, lugar ou posse, como se pode observar em (31):

(31) a. Os museus de Bagdade ficaram destruídos (como resultado dos bombardeamentos americanos).
b. As joias da Coroa ficaram depositadas na Torre de Londres.
c. A encomenda já ficou entregue.

Comparemo-las com as orações passivas verbais curtas correspondentes, apresentadas em (32):

(32) a. Os museus de Bagdade foram destruídos.
b. As joias da Coroa foram depositadas na Torre de Londres.
c. A encomenda já foi entregue.

Nos exemplos (31) e (32), descrevem-se situações em que ocorreu uma mudança de estado (exemplos (a)), de lugar (exemplos (b)) e de posse (exemplos (c)); contudo, enquanto as orações passivas de (32) descrevem especificamente a fase dessa situação em que ocorre o processo de mudança, as orações passivas de (31) descrevem também uma fase posterior da mesma situação, aquela que resulta da mudança de estado, lugar e posse operada, respetivamente, no paciente afetado *os museus de Bagdade* e nos temas *as joias da Coroa* e *a encomenda*.

As orações passivas de (31) descrevem, pois, situações dinâmicas (cf. Cap. 17), perspetivando-as como o resultado de uma mudança de estado, lugar ou posse, o que levou alguns autores a denominá-las **passivas resultativas** (cf., entre outros, Embick 2004, Alexiadou e Anagnostopoulou 2008).

Nestas orações, ocorre tipicamente o verbo *ficar* em vez do auxiliar *ser*, como se mostra também em (33):

(33) a. A vítima do assalto *ficou* ferida (em consequência do tiroteio).
b. Os retratos dos antigos reitores *ficaram* colocados na Sala do Senado (depois de muita discussão).
c. A quantia prometida só *ficou* legalmente doada na semana passada.

Contrariamente às orações passivas verbais, as passivas resultativas não ocorrem com o verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*), como o contraste entre (34) e (35) mostra:

(34) a. Quando ouvi o noticiário, os museus de Bagdade *estavam a ser* destruídos (pelos bombardeamentos americanos).
b. Quando a polícia chegou, a vítima do assalto *estava a ser* ferida (pelos assaltantes).

(35) a. *Quando ouvi o noticiário, os museus de Bagdade *estavam a ficar* destruídos.
b. *Quando a polícia chegou, a vítima do assalto *estava a ficar* ferida.

Outra propriedade que distingue as orações passivas verbais das passivas resultativas é o facto de estas últimas não admitirem, em geral, a realização lexical do argumento externo do verbo através de um agente da passiva, como se pode observar através do contraste de gramaticalidade entre (33) e (36):

(36) a. *A vítima do assalto *ficou* ferida pelos ladrões.
b. *Os retratos dos antigos reitores *ficaram* colocados na Sala do Senado pelo carpinteiro.
c. *A quantia prometida só *ficou* legalmente doada na semana passada pelo benemérito.
d. *As joias da Coroa *ficaram* depositadas na Torre de Londres por soldados das forças especiais.

A impossibilidade de expressão do agente da passiva deve-se, nestas construções, ao facto de o argumento externo não estar implícito, ao contrário do que acontece nas passivas verbais (cf. a discussão do paradigma (28), acima). Assim, contrariamente às passivas verbais (cf. (37)), as passivas resultativas não admitem advérbios que pressupõem o agente, não coocorrem com orações subordinadas finais e não admitem sintagmas preposicionais de valor instrumental (cf. (38)):

(37) a. O exemplo foi corrigido propositadamente (pelo autor).
b. O exemplo foi corrigido para evitar confusões.
c. O exemplo foi corrigido com uma caneta.

(38) a. *O exemplo ficou corrigido propositadamente.
b. *O exemplo ficou corrigido para evitar confusões.
c. *O exemplo ficou corrigido com uma caneta.

O conjunto de propriedades acima mencionadas (impossibilidade de ocorrência do agente da passiva, de advérbios que pressupõem o agente, de sintagmas preposicionais de valor instrumental e de orações subordinadas finais sem sujeito expresso) decorre do facto de a componente agentiva estar ausente nas passivas resultativas; pelo contrário, tal componente está presente nas passivas verbais.

Com verbos que têm uma forma participial verbal e outra recategorizada como adjetivo, nas orações passivas verbais é usado o particípio verbal; pelo contrário, nas orações passivas resultativas, nuns casos pode, e em outros deve, ocorrer a forma recategorizada como adjetivo, como se pode observar em (39) e (40)[9]:

[9] A generalização descritiva que rege esta alternância parece ser a seguinte: nos casos em que a recategorização do particípio irregular como adjetivo foi concluída em época anterior à presente sincronia, é obrigatória a ocorrência da forma recategorizada como adjetivo; nos casos em que a recategorização do particípio irregular é um processo ainda em curso, os falantes tanto usam o particípio regular como o irregular nas orações passivas resultativas.

(39) a. O veículo foi *submergido*/**submerso* pela torrente.
b. O fuzileiro foi *cegado*/**cego* pelos estilhaços da bomba.

(40) a. O veículo ficou *submergido*/*submerso* na torrente.
b. O fuzileiro ficou **cegado*/*cego* em consequência dos estilhaços da bomba.

O facto de, nas orações passivas resultativas, poderem (ou deverem) ocorrer formas de particípios irregulares recategorizadas na história da língua como adjetivos levou muitos autores a considerá-las um subtipo de orações denominadas, na terminologia clássica, **passivas adjetivais**. Um argumento apresentado a favor desta caracterização foi a possibilidade de coordenação do particípio e de um adjetivo (cf. (41)), que não é permitida nas orações passivas verbais (cf. (42)):

(41) a. O caldo ficou [*perfumado e saboroso*] (como resultado do processo utilizado para o cozinhar).
b. Os museus de Bagdade ficaram [*destruídos e vazios*] (como resultado dos bombardeamentos e das pilhagens).

(42) a. *O caldo foi [*perfumado e saboroso*] pelo cozinheiro.
b. *Os museus de Bagdade foram [*destruídos e vazios*] pelos bombardeamentos e pelas pilhagens.

Contudo, como mostraremos na subsecção seguinte, as orações passivas resultativas distinguem-se de outro tipo de orações igualmente denominadas, na terminologia clássica, passivas adjetivais[10].

> [4] Embora as orações passivas resultativas ocorram tipicamente com o verbo *ficar* e um particípio, encontra-se o que parecem ser passivas resultativas construídas com o verbo *estar*, como as exemplificadas em (i):
>
> (i) a. O jantar já está servido.
> b. O problema já está ultrapassado.
> c. O assassino já está morto quando te fores deitar.
>
> Contudo, as passivas resultativas, por assinalarem não só o estado resultante como a fronteira da passagem a esse estado, admitem a expressão *em x tempo*, que mede o tempo que o processo demora até atingir o estado resultante (cf. (ii)):
>
> (ii) a. O jantar fica servido em 10 minutos.
> b. O problema fica ultrapassado em duas horas.
> c. O assassino fica morto em três minutos.
>
> Pelo contrário, quando a expressão *em x tempo* coocorre em passivas como as exemplificadas em (i), a interpretação típica da expressão *em x tempo* é "dentro de *x* tempo", "daqui a *x* tempo", como (iii) mostra:
>
> (iii) a. ?O jantar está servido em 10 minutos.
> b. ?O problema está ultrapassado em duas horas.
> c. ?O assassino está morto em três minutos.
>
> Na secção seguinte analisaremos as passivas ilustradas em (i).

[10] Cf., entre outros, Wasow (1977), Levin e Rappaport (1986).

13.2.3 Orações passivas estativas

Como vimos nas subsecções anteriores, em geral, as orações passivas verbais e as orações passivas resultativas descrevem diferentes fases de situações dinâmicas: as primeiras focalizam a fase do processo de mudança de estado, lugar ou posse, enquanto as segundas focalizam o estado que resulta dessa mudança, perspetivando-o como uma consequência da mudança.

Contudo, existem outras orações, com um formato sintático muito próximo do das passivas resultativas, mas que descrevem situações estativas, cujo significado não contém qualquer componente eventiva relacionada com mudança de estado, como se pode observar nos exemplos (43):

(43) a. Este autor é/*está muito conhecido.
b. A jornalista está/*é irritada.

As construções ilustradas em (43) distinguem-se das orações passivas verbais e resultativas por a seleção do verbo auxiliar ser sensível ao tipo de predicado (cf. Caps. 17 e 30): com predicados estáveis (i.e., que denotam propriedades estáveis dos indivíduos), utiliza-se o verbo *ser* (cf. (43a)), enquanto com predicados episódicos (i.e., que denotam propriedades transitórias dos indivíduos) se utiliza o verbo *estar* (cf. (43b)). Como os exemplos (44) e (45) mostram, tanto as passivas verbais com *ser* como as passivas resultativas com *ficar* podem ocorrer quer com predicados estáveis quer com predicados episódicos:

(44) a. Este autor foi conhecido pelos seus contemporâneos.
b. Este autor ficou conhecido pela sua prosa elegante.

(45) a. A jornalista foi irritada pelo entrevistado.
b. A jornalista ficou irritada com o entrevistado.

Em segundo lugar, enquanto nas orações passivas verbais é obrigatória a ocorrência de particípios com um estatuto verbal (cf. (39)) e nas orações passivas resultativas, como vimos na subsecção anterior, nuns casos pode, e noutros deve, ocorrer a forma recategorizada como adjetivo (cf. (40)), nas orações ilustradas por (43) é obrigatória a ocorrência da forma recategorizada como adjetivo, como o contraste entre (46) (com passivas verbais e resultativas) e (47) (com passivas estativas) mostra:

(46) a. A criança foi *descalçada* pelo pai.
b. Este terreno foi *secado* há mais de um século.
c. A aldeia ficou *submergida/submersa* devido à barragem.

(47) a. A criança está *descalça*/**descalçada*.
b. Este terreno é *seco*/**secado* há mais de um século.
c. Devido à construção da barragem, a aldeia está *submersa*/**submergida*.

Em terceiro lugar, as orações ilustradas em (43) e (47) não admitem a expressão *em x tempo*, que pode ocorrer em frases que descrevem eventos télicos (ou seja, em que se atinge uma meta final; cf. Cap. 17), contrariamente ao que acontece com as orações passivas verbais e resultativas, como mostra o contraste entre (48) e (49):

(48) a. *A criança está descalça *em três minutos*.
b. *A aldeia está submersa *em quatro dias*.

(49) a. A criança foi descalçada pelo pai *em três minutos*.
b. A aldeia ficou submersa *em quatro dias*.

A impossibilidade de ocorrência da expressão *em x tempo* em orações como as exemplificadas em (43) e (47) é um reflexo da natureza não eventiva (logo, atélica) destas construções. Por esta razão, denominamo-las **passivas estativas**[11].

Em síntese, contrariamente à classificação tradicional das orações passivas em duas classes, a das passivas verbais e a das passivas adjetivais, aduzimos argumentos a favor de uma classificação tripartida, em que distinguimos (i) orações passivas verbais (ou eventivas), caracterizadas por uma componente agentiva e por uma componente eventiva (cf. 13.2.1); (ii) orações passivas resultativas, sem componente agentiva e com uma componente eventiva (cf. 13.2.2); e (iii) orações passivas estativas, sem componente agentiva nem eventiva, descritas nesta subsecção[12].

13.2.4 Orações passivas pronominais

Observem-se agora as orações passivas curtas apresentadas em (50) e comparem-se com as frases apresentadas em (51):

(50) a. O raciocínio algébrico é ensinado propositadamente na escola.
b. As obras mais recentes foram publicadas numa editora espanhola para garantir maiores tiragens.

(51) a. O raciocínio algébrico ensina-se propositadamente na escola.
b. As obras mais recentes publicaram-se numa editora espanhola para garantir maiores tiragens.

As frases de (51) exibem o mesmo alinhamento entre papéis temáticos e funções sintáticas das orações passivas verbais exemplificadas em (50): o argumento interno direto surge alinhado com a função sintática de sujeito e o argumento externo está implícito, como se pode concluir do facto de todos os exemplos admitirem expressões adverbiais que pressupõem um agente, incluindo advérbios como *propositadamente* e orações subordinadas finais como *para garantir maiores tiragens*. Assim, é possível associar tanto (50) como (51) às alternativas ativas, apresentadas em (52), que são exemplos de orações transitivas ativas com sujeito nulo de 3.ª pessoa do plural, uma das formas de expressão do sujeito indeterminado em português:

(52) a. Ensinam o raciocínio algébrico propositadamente na escola.
b. Publicaram as obras mais recentes numa editora espanhola para terem maiores tiragens.

As propriedades mencionadas no parágrafo anterior levam-nos a concluir que as orações exemplificadas em (51) têm diátese passiva. Mas, enquanto nas orações passivas verbais curtas perifrásticas a diátese passiva é expressa através da combinação do verbo auxiliar *ser* e do particípio de um verbo pleno transitivo, nas orações exemplifi-

[11] Vários autores incluem este tipo de passivas na grande classe de construções copulativas (cf. Cap. 30).
[12] Sobre este assunto, ver Embick (2004), Alexiadou e Anagnostopoulou (2008) e, para o português, Duarte e Oliveira (2010).

cadas em (51) a diátese passiva é expressa através do pronome átono de 3.ª pessoa *se*, sem qualquer verbo auxiliar ou morfologia verbal especial no verbo pleno. Por esta razão, a tradição gramatical tem-nas denominado **passivas pronominais** (ou **reflexas**).

Nas orações passivas pronominais, o verbo ocorre sempre na 3.ª pessoa e concorda em número com o argumento interno alinhado com a função sintática de sujeito, como os exemplos (51) mostram. Além disso, neste tipo de orações passivas, o agente da passiva nunca pode estar expresso, como se pode observar através da agramaticalidade dos exemplos (53):

(53) a. *O raciocínio algébrico ensina-se na escola pelos professores de Matemática.
b. *As obras mais recentes publicaram-se pelo conhecido escritor.

Desta forma, as orações passivas pronominais partilham com as passivas verbais curtas um traço de indeterminação quanto ao referente do argumento externo que, como já referimos, está implícito (cf. a discussão do paradigma (28)).

As orações passivas pronominais são muito frequentes com sujeitos pós-verbais quantificados, indefinidos ou constituídos por sintagmas nominais reduzidos (cf. Cap. 20), como se exemplifica em (54):

(54) a. Já se publicaram em português *todos os romances de Salman Rushdie*.
b. Introduziram-se *algumas alterações* no regulamento do prémio.
c. Encontraram-se *pegadas de dinossáurios* perto da Areia Branca.

Note-se, finalmente, que, contrariamente às orações passivas verbais e às orações passivas resultativas, as orações passivas pronominais com sujeitos pós-verbais podem ocorrer em frases imperativas, como o contraste entre (55) e (56) mostra:

(55) a. Publiquem-se os resultados.
b. Entregue-se ao requerente uma cópia da ata.
c. Apresentem-se as testemunhas.

(56) a. *Sejam/Fiquem publicados os resultados.
b. *Seja/Fique entregue ao requerente uma cópia da ata.
c. *Sejam/Fiquem apresentadas as testemunhas.

13.2.5 Orações de *se* impessoal

As orações passivas pronominais são construções aproximáveis de orações impessoais como as que se apresentam em (57):

(57) a. Diz-se que esse ministro vai ser demitido.
b. Incorre-se frequentemente nesse erro.
c. Morria-se de sarampo no princípio do século passado.

As orações passivas pronominais com sujeitos pós-verbais e as orações ilustradas em (57) partilham o traço semântico de indeterminação. No entanto, as orações de (57) são ativas, e podem ser parafraseadas pelas frases (também ativas) de (58):

(58) a. As pessoas dizem que esse ministro vai ser demitido.
b. As pessoas incorrem frequentemente nesse erro.
c. As pessoas morriam de sarampo no início do século passado.

Para além de poderem conter um verbo transitivo (cf. *nesta praia*, *vende-se apartamentos*, parafraseável por 'nesta praia, {as pessoas/há pessoas que} vendem apartamentos' ou 'nesta praia, alguém vende apartamentos'), as orações ativas do tipo de (57) admitem verbos que não selecionam um argumento interno direto, como o exemplo (57b) mostra, e verbos inacusativos, como mostra o exemplo (57c); ora, como já se referiu, estes verbos não podem ocorrer, em português, em orações passivas, como se ilustra em (59):

(59) a. *Esse erro é incorrido frequentemente (pelas pessoas).
b. *(As pessoas) eram mortas de sarampo no início do século passado.

Outra propriedade distingue ainda as orações passivas pronominais das orações ativas exemplificadas em (57): enquanto nas primeiras o verbo concorda com o sujeito, ocorra ele ou não em posição pré-verbal, nas segundas o verbo ocorre sempre no singular, quer em orações intransitivas como as de (57b,c), quer em orações transitivas como as de (57a) ou (60b); compare-se esta última diretamente com a oração passiva pronominal (60a):

(60) a. Descobriram-se os genes no séc. XX.
b. Descobriu-se os genes no séc. XX[13].

As frases de (57) e (60b) exemplificam uma construção chamada ***se* impessoal**. O traço de indeterminação comum às orações passivas pronominais e às orações ativas com *se* impessoal leva a que, em frases com um verbo transitivo e um argumento interno com os traços de 3.ª pessoa e singular, haja ambiguidade sistemática entre uma interpretação passiva e uma interpretação ativa com sujeito de referência indeterminada, parafraseável por 'alguém', por 'as pessoas (em geral)', ou por 'há pessoas que'. Vejam-se os exemplos (61):

(61) a. Descobriu-se um gene responsável pela obesidade.
(Interpretação 1, passiva pronominal: 'Foi descoberto um gene responsável pela obesidade.')
(Interpretação 2, *se* impessoal: 'Alguém descobriu um gene responsável pela obesidade.')
b. Deu-se aos concorrentes um prazo de dez dias para reclamações.
(Interpretação 1, passiva pronominal: 'Foi dado aos concorrentes um prazo de dez dias para reclamações.')
(Interpretação 2, *se* impessoal: 'Alguém deu aos concorrentes um prazo de dez dias para reclamações.')

13.2.6 Conclusão

Em síntese, situações expressas por verbos como *resolver*, *pôr* ou *vender* podem ser descritas linguisticamente através de uma oração transitiva ativa, se o ponto de partida para a descrição for o argumento externo do verbo (cf. (62)), ou de uma oração passiva, se for o argumento interno direto o ponto de partida escolhido para a descrição da situação (cf. (63)-(65)). Quando se pretende focalizar a fase do processo de mudança,

[13] Exemplos deste tipo, com um verbo transitivo no singular e sintagma nominal plural, são frequentemente estigmatizados na norma-padrão.

constrói-se uma oração passiva verbal (cf. (63)), a qual disponibiliza uma interpretação agentiva e eventiva; se, pelo contrário, se pretende focalizar o estado resultante do processo de mudança, perspetivado como uma consequência dessa mudança, permitindo, assim, uma interpretação eventiva, mas não agentiva, da situação descrita, opta-se por uma oração passiva resultativa (cf. (64)). Quando se procura apresentar uma situação como não dinâmica, sem qualquer componente de significado que remeta para um evento anterior que a tenha provocado, escolhe-se uma passiva estativa (cf. (65)):

(62) a. O detetive resolveu os dois homicídios.
b. O professor pôs os discos externos nas portas USB.
c. A apresentadora vendeu a casa de que tu gostas.

(63) a. Os dois homicídios foram resolvidos pelo detetive.
b. Os discos externos foram postos nas portas USB pelo professor.
c. A casa de que tu gostas foi vendida pela apresentadora.

(64) a. Os dois homicídios ficaram resolvidos.
b. Os discos externos ficaram postos nas portas USB.
c. A casa de que tu gostas ficou vendida rapidamente.

(65) a. Os dois homicídios estão resolvidos.
b. Os discos externos (ainda) estão postos nas portas USB.
c. A casa de que tu gostas está vendida há muito tempo.

Na descrição de situações eventivas em que se focaliza a fase do processo de mudança e em que o argumento externo do verbo tem uma referência indeterminada, podem ocorrer orações transitivas ativas com sujeito nulo e verbo na 3.ª pessoa do plural (cf. (66)), orações de *se* impessoal (cf. (67)), orações passivas verbais curtas (cf. (68)) ou orações passivas pronominais (cf. (69)):

(66) a. [-] Resolveram os dois homicídios em 24 horas.
b. [-] Já puseram os discos externos nas portas USB.
c. [-] Venderam a casa de que tu gostas.

(67) a. Resolveu-se os dois homicídios em 24 horas.
b. Já se pôs os discos externos nas portas USB.
c. Vendeu-se a casa de que tu gostas.

(68) a. Os dois homicídios foram resolvidos em 24 horas.
b. Os discos externos foram postos nas portas USB.
c. A casa de que tu gostas foi vendida recentemente[14].

(69) a. Resolveram-se os dois homicídios em 24 horas.
b. Puseram-se os discos externos nas portas USB.
c. Vendeu-se recentemente a casa de que tu gostas.

[14] Como notam, por exemplo, Grimshaw e Vikner (1993), para que as orações passivas curtas com verbos de processo culminado (cf. Cap. 17) sejam gramaticais, é necessária a presença de adjuntos adverbiais temporais, locativos ou de modo. Vejam-se os seguintes contrastes:
(i) a. *As melhores alheiras são produzidas.
b. As melhores alheiras são produzidas {em Miranda/artesanalmente}.
(ii) a. *Essa ponte foi construída.
b. Essa ponte foi construída {em 2001/com imensa dificuldade}.

13.3 Orações reflexas

Na transição entre as construções transitivas, em que figuram explícita ou implicitamente dois argumentos, e as construções intransitivas com verbos que selecionam apenas um argumento, encontramos construções em que ocorrem verbos transitivos, mas cujos argumentos alinhados com as funções sintáticas de sujeito e de complemento direto representam a mesma entidade extralinguística (têm o mesmo referente), ou seja, são correferentes, como se ilustra em (70) (cf. Cap. 41):

(70) a. *O João* feriu-*se* para fugir à guerra.
b. *Tu* vês-*te* ao espelho dez vezes por dia.

Nos exemplos (70), os dois argumentos, com os papéis temáticos, respetivamente, de agente e paciente afetado em (70a) e experienciador e estímulo em (70b), designam o mesmo referente. Além disso, em ambos os casos, o argumento alinhado com a função sintática de sujeito age volitivamente. A este alinhamento entre papéis temáticos e funções sintáticas, chama-se **diátese reflexa** (cf. Kemmer 1993:71).

O **marcador de reflexividade** usado em português é o pronome pessoal do paradigma dos pronomes reflexos (*me*, *te*, *se*, *nos*, *vos*, *se*), concordando em pessoa e número com o argumento que tem a função sintática de sujeito, como se ilustra em (71)[15]:

(71) a. *Eu* vi-*me* ontem na televisão.
b. *Nós* ferimo-*nos* ao montar a tenda.

Contrariamente às orações transitivas ativas, as orações com diátese reflexa não admitem alternativas passivas, como mostra a agramaticalidade de (72):

(72) a. *Eu fui vista por mim na televisão.
b. *Nós fomos feridos por nós ao montar a tenda.

Assumindo que os critérios para identificar a diátese reflexa em português são a presença do marcador de reflexividade (ou seja, o pronome reflexo) e a transitividade do verbo, aceitam em geral a diátese reflexa os verbos transitivos diretos (incluindo os ditransitivos) não estativos que denotam mudança de estado (físico ou psicológico), de lugar e de posse, bem como aqueles que descrevem estados psicológicos.

Em particular, aceitam a diátese reflexa verbos transitivos diretos que denotam ações sobre o corpo, como *agasalhar*, *arranjar*, *banhar*, *barbear*, *calçar*, *depilar*, *despir*, *lavar*, *maquilhar*, *pentear*, *pintar*, *vestir*, o que se ilustra em (73):

(73) a. *A Ana* arranjou-*se* para ir ao jantar de gala.
b. *O cientista* lavou-*se* para evitar o risco de contaminação.

---

[15] Na realidade, os pronomes reflexos de 1.ª e 2.ª pessoa são homónimos dos pronomes pessoais não reflexos acusativos e dativos; comparem-se os exemplos (i), com pronomes reflexos, com os exemplos (ii), com pronomes não reflexos acusativos (iia) e dativos (iib):

(i) a. (Eu) cortei-*me* a abrir ostras.
b. (Tu) viste-*te* ontem na televisão?

(ii) a. A cabeleireira cortou-*me*, porque estava distraída a conversar.
b. Os teus filhos telefonaram-*te* ontem?

Por sua vez, o pronome reflexo de 3.ª pessoa, homónimo do morfema *se* que ocorre nas passivas pronominais e do pronome *se* que ocorre nas orações de *se* impessoal, tem a mesma forma no singular e no plural.

Em todos os casos acima referidos, os verbos admitem um complemento direto não correferente com o sujeito, como se ilustra nos exemplos (a) de (74)-(75) (contraste-se com os exemplos (b), em que o sujeito e o complemento são correferentes):

(74) a. Eu vi *a Ana* ontem na televisão.
b. Eu vi-*me* ontem na televisão.

(75) a. A enfermeira lavou *o doente*.
b. A enfermeira lavou-*se* para evitar o risco de contágio.

Nas orações reflexas, pode ocorrer um reforço pleonástico do complemento direto introduzido pela preposição *a* e constituído pela forma tónica do pronome reflexo, com traços de pessoa e número idênticos aos do pronome reflexo átono, seguido de uma das formas adjetivais anaforizantes *próprio* ou *mesmo* (cf. Cap. 41), como se ilustra em (76):

(76) a. O João feriu-se *a si próprio/mesmo* para fugir à guerra.
b. Penteaste-te *a ti própria/mesma* no dia da boda?

Também os verbos que denotam mudança da postura do corpo (como *curvar*, *deitar*, *erguer*, *estender*, *esticar*, *levantar*, *sentar*, *voltar*) podem ocorrer com pronomes do paradigma dos reflexos, como mostram os exemplos (77):

(77) a. *A Ana* estendeu-*se* para descansar uns minutos.
b. Embora doente, *o embaixador* levantou-*se* para apresentar as credenciais à rainha.

Tal como acontece com os verbos que ocorrem nas orações reflexas, também estes verbos admitem um complemento direto com um referente distinto do do sujeito, como ilustrado em (78)-(79), mostrando que possuem uma variante transitiva:

(78) a. A Ana deitou *as crianças*.
b. A Ana deitou-*se* para descansar uns minutos.

(79) a. A criança sentou *as bonecas* em cima da mesa.
b. A criança sentou-*se* deliberadamente em cima da mesa.

As frases (77), (78b) e (79b) partilham com as orações reflexas a presença de um pronome átono do paradigma dos reflexos e o facto de o constituinte com a função de sujeito agir volitivamente, como se pode observar em (78b) e (79b), exemplos em que ocorre uma oração final e um advérbio que pressupõe um agente. Contudo, não é claro que nelas haja dois argumentos distintos com dois papéis temáticos diferentes. Um indício de que nos exemplos acima referidos nos encontramos perante construções monoargumentais é a impossibilidade de ocorrência do reforço pleonástico característico das orações reflexas, como se exemplifica em (80):

(80) a. *A Ana deitou-*se a si própria* (para descansar uns minutos).
b. *A criança sentou-se *a si própria* (deliberadamente) em cima da mesa.

Assim, consideraremos que estas orações não são reflexas, mas sim **pseudo-reflexas**.

Existe igualmente um conjunto muito pequeno de verbos transitivos denotando movimento do corpo com direção inerente, em que se incluem verbos como *dirigir* e *passear*, que ocorrem em orações pseudorreflexas. Vejam-se os exemplos (81):

(81) a. O João passeou *as crianças* pelo parque para aproveitar o sol da tarde.
b. O João passeou-*se* pelo parque para aproveitar o sol da tarde.
c. *O João passeou-*se* a si próprio pelo parque para aproveitar o sol da tarde.

[5] No português moderno, os verbos que denotam movimento com direção inerente agrupam-se em duas grandes subclasses: verbos transitivos com uma variante incoativa (cf. 13.4) e verbos inacusativos sem qualquer variante transitiva. A esta segunda subclasse pertencem verbos como *chegar*, *ir*, *partir*, *sair*, *vir*, *voltar*. Como é característico dos verbos inacusativos (cf. Cap. 28), nenhum deles admite a nominalização em *-or*:

(i) *chegador, *idor, *partidor, *saidor, *vindor, *voltador

No entanto, e contrariamente aos verbos inacusativos típicos, nenhum aceita que a sua forma de particípio ocorra com função predicativa (cf. **o João está chegado*) e só alguns admitem a construção de particípio absoluto:

(ii) chegado o João, ?ido o João para casa, ?partido o João, saído o João, *vindo o João, ?voltado o João

Note-se, contudo, que em fases anteriores da história da língua portuguesa, alguns destes verbos ocorriam acompanhados do marcador reflexo *se* (cf. (iv)) e utilizavam como auxiliar dos tempos compostos o verbo *ser* (cf. (v)), como ainda hoje acontece em italiano e em francês, o que é típico dos verbos inacusativos nessas línguas (cf. (vi)):

(iv) ir-se, partir-se

(v) *Idas som* as frores d'aqui bem com meus amores! (Pai Gomes Charinho, *apud* Mattos e Silva 1994:63)

(vi) Jean *est* {arrivé/allé/parti/sorti/venu/revenu}.

Destas sincronias antigas sobreviveu a expressão *ir-se embora*.

13.4 Orações com verbos de alternância causativa-incoativa

Muitos verbos transitivos, semanticamente causativos, admitem duas variantes: (i) uma variante transitiva, em que, como esperado, o argumento externo agente ou causa surge alinhado com a função de sujeito e o argumento interno assume a função de complemento direto (cf. (82)); e (ii) uma variante monoargumental, em que o argumento interno ocorre alinhado com a função de sujeito e o argumento externo não é realizado (cf. (83)):

(82) a. [O calor] derreteu [o asfalto].
b. [O governo] aumentou [os impostos].
c. [O vento] abriu [a porta].

(83) a. [O asfalto] derreteu(-se).
b. [Os impostos] aumentaram.
c. [A porta] abriu-se.

À variante transitiva exemplificada em (82) dá-se o nome de **causativa** e à ilustrada por (83) chama-se **incoativa** ou **anticausativa** (cf. também o Cap. 28).

O significado da variante causativa destes verbos pode parafrasear-se informalmente do seguinte modo: 'a ação de *x* sobre *y* causa que *y* mude de estado', em que *x* representa o argumento externo, responsável pela mudança de estado, e *y* o argumento interno, que sofre tal mudança.

Na variante incoativa, o significado focaliza-se na mudança de estado sofrida pela entidade *y*, e só este argumento se mantém ativo sintaticamente (como veremos adiante), embora na interpretação desta construção identifiquemos uma componente semântica de causa[16].

Os verbos que admitem estas duas variantes denominam-se **verbos de alternância causativa-incoativa**. Trata-se de verbos que exprimem uma mudança provocada por uma **causa externa** à entidade que sofre a mudança, organizáveis em duas grandes subclasses: (i) verbos de mudança de estado, de natureza física (como *abrir*, *adormecer*, *afundar*, *arrefecer*, *aumentar*, *congelar*, *cozer*, *cristalizar*, *derreter*, *dissipar*, *escurecer*, *estilhaçar*, *fechar*, *fritar*, *partir*, *quebrar*, *rasgar*, *romper*) ou psicológica (como *aborrecer*, *admirar*, *afligir*, *assustar*, *comover*, *emocionar*, *endoidecer*, *enfurecer*, *enlouquecer*, *envergonhar*, *escandalizar*, *espantar*, *inquietar*, *irritar*, *maçar*, *preocupar* e *ralar*); (ii) verbos de mudança de lugar ou de posição (como *balançar*, *deslocar*, *girar*, *mover*, *rodar*). Note-se, contudo, que são muito mais numerosos os verbos do primeiro grupo do que os verbos do segundo.

As orações em que ocorre a variante incoativa destes verbos têm em comum com as orações passivas o facto de o argumento alinhado com a função sintática de sujeito ser tema, paciente ou experienciador (no caso dos verbos psicológicos), e não o agente ou a causa. Contudo, várias propriedades as distinguem das orações passivas.

Em primeiro lugar, a causa externa nunca pode ser expressa através de um sintagma iniciado pela preposição agentiva *por*, como mostra o contraste de gramaticalidade entre as construções incoativas exemplificadas em (84) e as orações passivas longas ilustradas em (85):

(84) a. *O asfalto derreteu(-se) pelo calor.
b. *Os impostos aumentaram pelo governo.
c. *O ponteiro rodou pelo relojoeiro.

(85) a. O asfalto foi derretido pelo calor.
b. Os impostos foram aumentados pelo governo.
c. O ponteiro foi rodado pelo relojoeiro.

Nas construções incoativas, a causa externa pode, no entanto, ser expressa através de um sintagma iniciado pela preposição *com* ou através das locuções *por causa de* ou *devido a*, como se ilustra em (86):

[16] Sobre este assunto, ver Levin e Rappaport (1995). Observe-se também o contraste entre os exemplos (87) e (88).

(86) a. O asfalto derreteu(-se) {com o calor/por causa do calor/devido ao calor}.
b. Os impostos aumentaram por causa do governo.
c. O ponteiro rodou devido ao esforço do relojoeiro.

Em segundo lugar, nas passivas curtas o argumento agente ou causa fica implícito, mantendo-se ativo sintaticamente, pelo que pode legitimar expressões que pressupõem um agente, como os advérbios volitivos e as orações finais (cf. (87)). Em contrapartida, tal não acontece nas construções incoativas, como mostra a agramaticalidade de (88):

(87) a. O asfalto foi propositadamente derretido para repavimentar a estrada.
b. Os impostos foram aumentados de propósito para equilibrar o défice público.
c. A porta foi aberta de propósito para entrar ar fresco.

(88) a. *O asfalto derreteu(-se) propositadamente para repavimentar a estrada.
b. *Os impostos aumentaram de propósito para equilibrar o défice público.
c. *A porta abriu-se de propósito para entrar ar fresco.

Embora, como os exemplos (88) mostram, a causa externa não esteja presente como argumento implícito, ativo sintaticamente, a variante incoativa de alguns destes verbos admite a ocorrência de uma expressão com um significado próximo de 'sem ajuda externa', que, de algum modo, remete para a componente causal do seu significado. Em português, essa expressão é *por si só*[17]:

(89) a. O asfalto derreteu(-se) *por si só*.
b. O barco afundou-se *por si só*.

Como acontece em outras línguas românicas, a variante incoativa de muitos destes verbos é assinalada através da presença de um pronome átono do paradigma dos reflexos. Com alguns verbos, a presença deste pronome é obrigatória, como mostram os exemplos (90)[18]:

(90) a. A porta abriu-*se*/fechou-*se* com o vento. (vs. ??*a porta abriu*/*fechou*…)
b. A colher queimou-*se* com o óleo de fritar. (vs. **a colher queimou*…)
c. A camisola rompeu-*se* com o uso. (vs. **a camisola rompeu*…)
d. O nevoeiro dissipou-*se* com a chuva. (vs. **o nevoeiro dissipou*…)

Com os verbos *derreter*, *fraturar* e *rasgar*, entre outros, a presença do marcador pronominal é opcional, como se pode observar nos exemplos (91):

(91) a. A manteiga *derreteu*/*derreteu-se* por causa do calor.
b. A rocha *fraturou*/*fraturou-se* devido ao gelo.
c. As calças *rasgaram*/*rasgaram-se* com o puxão.

[17] Chierchia (1989) fez esta observação para o italiano e Levin e Rappaport (1995) fizeram-na para o inglês. Nestas línguas, as expressões são, respetivamente, *da se* e *by itself*. Note-se que *por si só* é ambíguo entre a interpretação 'sem ajuda externa', a única relevante para a variante incoativa, e a interpretação 'sozinho'.
[18] Existe, no entanto, variação entre os falantes quanto à obrigatoriedade/opcionalidade do pronome com alguns destes verbos.

Outros verbos de alternância causativa, como *adormecer*, *aumentar*, *cozer*, não admitem o marcador pronominal na sua variante inacusativa (cf. (92)):

(92) a. A criança *adormeceu* com o cansaço. (vs. **adormeceu-se com o cansaço*)
b. O caudal do rio *aumentou* com as chuvas. (vs. **aumentou-se com as chuvas*)
c. O pato *cozeu* de mais devido à alta temperatura do forno. (vs. **cozeu-se de mais devido à alta temperatura do forno*)

Finalmente, registe-se que muitos verbos transitivos com propriedades semânticas semelhantes às dos verbos de alternância aqui descritos (i.e., causativos de mudança de estado e de lugar) não admitem variante incoativa. Encontram-se entre estes os verbos que selecionam exclusivamente argumentos externos agentivos (e não apenas causativos), como o verbo *assassinar* e os verbos factitivos *construir* e *escrever*, como mostra o contraste entre (93) e (94)[19]:

(93) a. Os terroristas assassinaram os dois reféns.
b. Esse arquiteto construiu a ópera de Sidney.
c. Amin Malouf escreveu um romance autobiográfico.

(94) a. *Os dois reféns *assassinaram*/*assassinaram-se*.
b. *A Ópera de Sidney *construiu*/*construiu-se*.
c. *Um romance autobiográfico *escreveu*/*escreveu-se*.

Muitos verbos transitivos derivados de adjetivos através de sufixos verbais causativos como *-izar* e *-ificar* (por exemplo, *homogeneizar*, *humidificar*, *pasteurizar*[20]) designam situações que não podem ocorrer espontaneamente, sem a intervenção de uma causa externa. Estes verbos não aceitam variante incoativa, como mostra o contraste entre os exemplos (95) e (96)[21]:

(95) a. A cooperativa homogeneizou o azeite.
b. O Pedro humidificou a terra do canteiro antes de plantar as roseiras.
c. A empresa pasteurizou o leite.

(96) a. *O azeite *homogeneizou*/*homogeneizou-se*.
b. *A terra do canteiro *humidificou*/*humidificou-se* antes de plantar as roseiras.
c. *O leite *pasteurizou*/*pasteurizou-se*.

Note-se, por fim, que alguns verbos transitivos de mudança de estado só aceitam variante incoativa com certos argumentos internos e não com outros. Assim, por exemplo, um verbo como *quebrar*, no seu significado não material, não admite variante incoativa, como mostra o contraste entre (97) e (98):

(97) a. O Pedro quebrou o copo.
b. O copo quebrou(-se).

(98) a. O governo quebrou {a promessa/o contrato}.
b. *{A promessa/O contrato} quebrou(-se).

[19] Frases próximas dos exemplos dados são gramaticais como passivas pronominais: *assassinaram-se dois reféns*, *construiu-se a ópera de Sydney*, *escreveu-se um romance autobiográfico*; as duas últimas são ambíguas entre orações passivas pronominais e orações de *se* impessoal.
[20] Neste caso, a forma derivante é o nome próprio *Pasteur*.
[21] Cf. Nota 19.

13.5 Orações com verbos inacusativos que não admitem alternância causativa-incoativa

Há orações cujo verbo pleno é inacusativo (cf. Caps. 11 e 28) e apresenta um significado próximo do de alguns dos verbos de alternância descritos na secção 13.4, mas que não têm uma variante causativa. Os verbos destas orações pertencem a duas grandes classes semânticas: (i) verbos que denotam mudança de estado provocada por uma causa interna à própria entidade que sofre a mudança e (ii) verbos que denotam existência e aparição.

Na primeira destas classes[22], incluem-se verbos que exprimem uma mudança que pode consistir (i) numa reação física ou psíquica (p.e., *corar*, *desfalecer*, *desmaiar*, *empalidecer*); (ii) numa emissão percetível através dos sentidos (p.e., *explodir*, *flamejar*); (iii) numa mudança devida a causa interna (p.e., *crescer*, *falecer*, *florir*, *morrer*, *murchar*, *nascer*)[23].

Na classe dos verbos de existência e de aparição incluem-se verbos existenciais (como *existir*, *perdurar*)[24], verbos que denotam a entrada em cena ou o desaparecimento de uma entidade (como *aparecer*, *entrar*, *surgir*; *desaparecer*, *sair*, *sumir*) e verbos que exprimem a ocorrência de um evento (como *acontecer*, *ocorrer*, *passar-se*).

Considerem-se, em primeiro lugar, as propriedades das orações em que ocorrem verbos inacusativos de mudança de estado provocada por uma causa interna à entidade que sofre a mudança, que se ilustram em (99):

(99) a. A Maria corou.
b. O esquentador explodiu.
c. As orquídeas já floriram.

Estes verbos não admitem uma variante transitiva semanticamente causativa, como se vê pela agramaticalidade de (100); para obter a interpretação causativa, é necessário construir uma frase com o verbo causativo *fazer* numa oração subordinante, podendo o verbo causativo e o verbo subordinado no infinitivo formar um grupo verbal (*fizeram explodir* e *fez florir*, respetivamente, em (101b,c), ou não, como em (101a) (cf. Cap. 37)):

(100) a. *O cumprimento elogioso corou a Maria.
b. *Os bombeiros explodiram o esquentador.
c. *A temperatura amena floriu as orquídeas.

(101) a. O cumprimento elogioso fez a Maria corar.
b. Os bombeiros fizeram explodir o esquentador.
c. O calor inesperado nesta altura do ano já fez florir as orquídeas.

As orações em que ocorrem verbos de mudança de estado devida a causa interna distinguem-se daquelas em que ocorre a variante incoativa de verbos de mudança

[22] A maioria dos verbos desta classe semântica, no entanto, são inergativos (cf. Caps. 11 e 28), como *brilhar*, *cintilar*, *faiscar*; *chorar*, *crepitar*, *gemer*, *tossir*; logo, não reúnem sequer a condição básica para entrar na alternância causativa-incoativa.

[23] Cf. Levin e Rappaport Hovav (1995), Mendikoetxea (1999a), Duarte (2003a).

[24] O verbo existencial *haver* constitui uma exceção notável, pois, apesar de não selecionar um argumento externo, permite que o seu argumento interno direto seja um pronome acusativo, como mostra o exemplo *adoro tâmaras e há-<u>as</u> felizmente em muitos supermercados* (cf. Cap. 28).

de estado devida a causa externa pelo facto de não admitirem como adjunto a expressão *por si só*, na interpretação relevante de 'sem ajuda externa', como se ilustra pelo contraste entre os exemplos (102) (com verbos de mudança de estado devida a causa interna) e (103) (com verbos de mudança de estado devida a causa externa):

(102) a. *A Maria corou *por si só*.
b. *O esquentador explodiu *por si só*.
c. *As orquídeas já floriram *por si só*.

(103) a. A porta abriu-se *por si só*.
b. A manteiga derreteu *por si só*.

Esta impossibilidade é um indício de que se trata de verbos monoargumentais, em cujo significado não existe qualquer componente de causa.

Os verbos inacusativos de existência e de aparição não são sensíveis a todas as propriedades diagnósticas de inacusatividade, mas partilham propriedades suficientes com os verbos inacusativos típicos para serem integrados nesta classe. Assim, o constituinte com a relação gramatical de sujeito tem sistematicamente o papel temático de tema, típico dos argumentos internos diretos dos verbos que denotam localização ou movimento. Além disso, estes verbos (i) não admitem, em geral, nominalizações em *-or* (veja-se a inexistência de nomes como **existidor*, **aparecedor*, **acontecedor*) e (ii) não admitem, geralmente, objetos cognatos (cf. Cap. 28), como mostra o contraste entre os exemplos (104), com verbos inacusativos, e (105), com verbos inergativos[25]:

(104) a. *Os alpinistas existem uma existência agitada
b. *O elfo desapareceu um desaparecimento rápido.

(105) a. Cristiano Ronaldo jogou um jogo brilhante.
b. Por vezes sonhamos sonhos aterradores.

Em contextos neutros, os verbos de existência e de aparição admitem, mais facilmente que os verbos inergativos, sintagmas nominais reduzidos como sujeitos pós-verbais, como se pode observar comparando (106) com (107):

(106) a. Chegaram cartas.
b. Surgiram dúvidas.

(107) a. ?Correram meninos.
b. ?Espirraram alunos.

Nas orações com verbos inacusativos existenciais, existe uma restrição sobre as expressões nominais que podem ocorrer como sujeitos pós-verbais. Assim, os sintagmas nominais definidos estão excluídos deste contexto, como mostra o forte contraste de gramaticalidade existente entre os exemplos (108a) e (108b).

(108) a. Existem *muitas* dúvidas sobre a eficácia desta política.
b. *Existem *as* dúvidas sobre a eficácia desta política.

[25] Este argumento é apresentado para o espanhol em Mendikoetxea (1999b:1610); cf. também o Cap. 28.

Esta restrição, conhecida na literatura como **efeito de definitude** (cf. Belletti 1988), deve, no entanto, ser modalizada. Com efeito, são possíveis nestas orações sujeitos pós-verbais definidos, desde que denotem entidades ou situações únicas no universo do discurso considerado, como se pode observar nos exemplos (109):

(109) a. (Falando do Museu de Arte Antiga) Existem lá os painéis de Nuno Gonçalves.
b. Existe a dúvida de que a vacina seja eficaz.

Nas orações com verbos inacusativos de existência e de aparição ocorre frequentemente um constituinte que denota localização espacial, lexicalmente realizado sob a forma de um sintagma preposicional geralmente introduzido pela preposição *em* (cf. (110a)) ou, com certos verbos, pela preposição *de* (cf. (110b)):

(110) a. Existem cegonhas *no sul da Península Ibérica*.
b. Um quadro muito valioso desapareceu *do castelo*.

Este constituinte locativo pode ocorrer em posição inicial da frase, como se pode observar em (111):

(111) a. *No sul da Península Ibérica* existem cegonhas.
b. *Do castelo* desapareceu um quadro muito valioso.

Os exemplos (111) ilustram uma construção denominada de **inversão locativa**[26].

13.6 Orações médias caracterizadoras

Alguns verbos transitivos podem ocorrer numa construção em que o seu argumento interno surge alinhado com a função sintática de sujeito. Observem-se os exemplos (112):

(112) a. *A letra dos médicos* lê-se mal.
b. Dantes, *este vinho* bebia-se bem.
c. *Esta camisola* lava-se facilmente.

Nos exemplos (112), o verbo encontra-se em tempos imperfectivos (o presente e o pretérito imperfeito do indicativo; cf. Caps. 15 e 17) e apenas ocorre o seu argumento interno, contrariamente ao que acontece quando o verbo ocorre em orações com diátese ativa (compare-se (112) com (113)):

(113) a. As pessoas leem com dificuldade *a letra dos médicos*.
b. Dantes, eles bebiam *este vinho*.
c. A empregada lavou *esta camisola*.

O alinhamento do argumento interno direto do verbo com a função sintática de sujeito é idêntico ao que encontramos nas orações passivas e nas orações em que ocorre a variante incoativa dos verbos de alternância causativa-incoativa. Contudo, várias propriedades distinguem a construção exemplificada em (112) quer das

[26] Sobre este assunto vejam-se, entre outros, Torrego (1989), Hoekstra e Mulder (1990), Bresnan (1994), Levin e Rappaport Hovav (1995), Moro (1997) e, para o português, Ambar (1992), Pereira (1998) e Duarte (2003).

orações passivas quer das orações incoativas. Assim, o argumento externo do verbo transitivo não pode ser expresso através de um sintagma preposicional agentivo, como mostra a agramaticalidade de (114):

(114) a. *A letra dos médicos lê-se mal *por qualquer pessoa*.
b. *Este vinho bebe-se bem *pelos apreciadores*.
c. *Esta camisola lava-se facilmente *por ti*.

Além disso, não existe neste tipo de orações qualquer argumento externo implícito que possa legitimar a ocorrência de expressões que pressupõem um agente, como mostra a agramaticalidade de (115):

(115) a. *A letra dos médicos lê-se mal *de propósito*.
b. *Este vinho bebe-se bem *para ficar contente*.
c. *Esta camisola lava-se facilmente *para ficar sem nódoas*.

A impossibilidade de ocorrência, neste tipo de orações, do argumento externo do verbo, quer explicitamente através de um sintagma preposicional agentivo, quer implicitamente, legitimando expressões que pressupõem um agente, distingue-as das orações passivas.

Por outro lado, estas orações distinguem-se também das orações em que surge a variante incoativa de verbos de alternância causativa-incoativa. Enquanto estas descrevem a fase da mudança de estado, de lugar ou de posição do constituinte com a função sintática de sujeito, as orações de (112) descrevem estados (cf. Cap. 17): mais propriamente, descrevem propriedades caracterizadoras das entidades denotadas pelo constituinte com a função sintática de sujeito. Por esta razão, os exemplos (112), aqui repetidos em (116) (incluindo agora um adjunto adverbial apropriado), são parafraseáveis pelas frases apresentadas em (117):

(116) a. *A letra dos médicos* lê-se (geralmente) mal.
b. *Este vinho* bebe-se (usualmente) bem.
c. *Esta camisola* lava-se (em geral) facilmente.

(117) a. A letra dos médicos não é (geralmente) legível.
b. Este vinho é (usualmente) de boa qualidade.
c. Esta camisola é fácil (em geral) de lavar.

Como as paráfrases mostram, as orações exemplificadas em (116) descrevem situações não dinâmicas (i.e., estados) que consistem na atribuição ao sujeito de uma propriedade que é característica da entidade por ele denotada, denominando-se **orações médias caracterizadoras**[27]. Informalmente, nestas orações, um verbo transitivo não estativo é convertido num predicado estativo (cf. Cap. 17).

Uma consequência da interpretação estativa e caracterizadora destas construções é a presença de tempos imperfectivos, como o presente e o pretérito imperfeito do indicativo, e a impossibilidade de ocorrência de tempos perfectivos, como

[27] Sobre estas construções, veja-se Keyser e Roeper (1984), Chierchia (1989), Zribi-Hertz (1993) e Mendikoetxea (1999b).

o pretérito perfeito, o que se exemplifica através do contraste de gramaticalidade entre (116) e (118)[28]:

(118) a. *A letra dos médicos leu-se geralmente mal.
b. *Este vinho bebeu-se usualmente bem.
c. *Esta camisola lavou-se, em geral, facilmente.

Da interpretação caracterizadora destas orações decorre também que o constituinte com a função sintática de sujeito é definido e específico, como acontece nos exemplos (116b,c), ou tem uma interpretação genérica, como ilustrado em (116a).

Nas orações médias caracterizadoras ocorrem tipicamente adjuntos adverbiais, quer se trate de advérbios simples como *bem*, *facilmente*, *mal*, quer de sintagmas preposicionais como *com mais prazer*, *com facilidade*, *com dificuldade*. Assim, em contextos neutros, i.e., isoladamente da situação ou do contexto discursivo, exemplos como (119) são agramaticais como instâncias de orações médias caracterizadoras:

(119) a. *A letra dos médicos lê-se.
b. *Este vinho bebia-se.
c. *Esta camisola lava-se.

Se o contexto discursivo o permitir, como acontece com os pares pergunta-resposta exemplificados em (120), os adjuntos adverbiais podem estar ausentes:

(120) a. A – O que achas d*este vinho*?
B – [-] Bebe-se.
b. A – Que tal *o filme*?
B – [-] Vê-se.

Neste caso, a interpretação destas orações é a de que a entidade denotada pelo sujeito nulo, que retoma o sintagma nominal em itálico na pergunta, tem uma qualidade inferior à esperada.

Embora em todos os exemplos apresentados até aqui ocorra nesta construção o pronome de 3.ª pessoa do paradigma dos reflexos, certos verbos transitivos podem ocorrer neste tipo de orações sem morfologia reflexa, como mostram os exemplos (121):

(121) a. Estas calças *vestem* bem.
b. Esta roupa *seca* bem.
c. Esta madeira *queima* mal.

[28] Os exemplos (118) são agramaticais na interpretação relevante de descrições de propriedades caracterizadoras das entidades denotadas pelo sujeito. Sem os advérbios em *-mente* e o adjunto *em geral*, estes exemplos são gramaticais na interpretação de passivas pronominais (i.e., de orações parafraseáveis, respetivamente, por *a letra dos médicos foi lida com dificuldade*, *este vinho foi bebido com agrado*, *esta camisola foi lavada com facilidade*).

14 NEGAÇÃO 461
14.1 Aspetos gerais da negação 461
14.1.1 Sobre o conceito de negação 461
14.1.2 Grandes tipos de negação 462
14.1.3 Negação sintática e seus subtipos 463
14.1.3.1 Negação oracional 464
14.1.3.1.1 Subtipos da negação oracional 464
14.1.3.1.2 Estatuto do operador de negação oracional simples 466
14.1.3.2 Negação de constituintes 468
14.2 Aspetos particulares da negação oracional 471
14.2.1 Variantes das construções de negação oracional simples 471
14.2.1.1 Relação semântica entre orações afirmativas e negativas 471
14.2.1.2 Escopo largo e escopo estreito da negação oracional simples 473
14.2.2 Negação oracional de subordinação e de coordenação 477
14.2.3 Construções especiais de negação oracional 479
14.2.3.1 Dupla negação 479
14.2.3.2 Negação reforçada 480
14.2.3.3 Negação expletiva 480
14.3 Aspetos particulares da negação quantificacional 481
14.3.1 Negação da universalidade 482
14.3.2 Negação existencial 483
14.3.2.1 Negação existencial de classe 483
14.3.2.2 Negação existencial particularizada 485
14.3.2.3 Negação existencial enumerativa 487
14.3.3 Negação de cardinalidade 487
14.3.4 Negação da inferioridade e negação da superioridade 488
14.4 Construções associadas à negação 489
14.4.1 Concordância negativa 489
14.4.2 Polaridade negativa e positiva 492
14.4.3 Apêndices discursivos interrogativos e enfáticos 494
14.4.4 Coordenação e elipse 495
14.5 Pistas para uma perspetiva unificada do sistema da negação 497
Fontes das abonações 498

14 NEGAÇÃO

14.1 Aspetos gerais da negação

Nesta primeira secção, delimita-se o conceito de negação linguística, em 14.1.1, e identificam-se os tipos de negação, nas subsecções seguintes. A primeira tipologia apresentada, em 14.1.2, é de caráter bastante geral, abrangendo todos os níveis de estrutura linguística, da palavra à frase. Em 14.1.3, é apresentada uma classificação confinada já aos subtipos sintáticos de negação, isto é, aos que envolvem processos gramaticais de combinação de palavras. Pela sua preponderância no uso linguístico e pela amplitude das suas interações sintáticas e semânticas, dois destes subtipos virão a ser objeto das secções subsequentes a esta: a negação oracional, na secção 14.2, e a negação de constituintes quantificacional, na secção 14.3. Seguidamente, em 14.4, são tratadas várias construções associadas à negação. Na última secção, 14.5, é esboçada uma perspetiva global sobre as construções de negação em português.

14.1.1 Sobre o conceito de negação

O conhecimento humano em geral e a faculdade da linguagem em particular incorporam como elemento fundamental a capacidade que consiste em, perante uma dada propriedade conhecida, verificar (e eventualmente declarar) se uma entidade possui ou não essa propriedade (ou, em termos da Teoria dos Conjuntos, se pertence ou não a um determinado conjunto de entidades). Quando, por exemplo, uma pessoa reconhece ou declara que um dado cão é castanho (ou que tem a propriedade de ser castanho), pode-se dizer que tal pessoa dispõe da informação de que o dito cão é membro do conjunto das entidades que têm essa cor e que, por isso mesmo, não o considera membro do conjunto complementar deste, isto é, do conjunto das entidades que têm qualquer outra cor ou que não têm cor alguma. Paralelamente, se a mesma pessoa reconhecer que um outro cão é branco, diremos que o inclui[1] no conjunto das entidades brancas e o exclui do

[1] Na linguagem matemática da Teoria dos Conjuntos, diz-se que uma entidade **é membro de um conjunto** (ou **não é membro de um conjunto**) – ou **pertence a um conjunto** (ou **não pertence a um conjunto**) –, reservando-se os termos da família de *incluir* para relações entre conjuntos. Por exemplo, diz-se que Portugal e a Espanha são membros do conjunto dos países da União Europeia, mas dir-se-á que o conjunto formado por estes dois países ibéricos **está incluído** no conjunto União Europeia e que, inversamente, o conjunto União Europeia **inclui** o conjunto formado por Portugal e Espanha (ou, equivalentemente, que o conjunto formado por Portugal e Espanha **é um subconjunto** do conjunto União Europeia e que este **é um**

conjunto complementar deste (ao qual pertencem, entre outras, as entidades castanhas). De algum modo, pode-se dizer, ainda que simplificando muito, que conhecer uma entidade é saber a que conjuntos ela pertence (e, decorrentemente, a quais não pertence).

A atividade mental de inclusão e exclusão (no sentido comum destes termos) de entidades em relação a conjuntos exprime-se nas línguas naturais por meio de um sistema de dois valores opostos, cada um deles associado a construções próprias: o **valor positivo**, que corresponde à pertença a um conjunto, e o **valor negativo** (ou **negação**), que corresponde à não pertença a um conjunto (ou, o que vale o mesmo, à pertença a um conjunto complementar de outro). Pensemos num qualquer indivíduo de nome Pedro. Relativamente à sua nacionalidade, ou se reconhece que ele pertence ao conjunto dos portugueses ou, alternativamente, que pertence ao conjunto complementar deste conjunto (constituído por todas as entidades que não têm o atributo de serem portuguesas, nas quais se incluem espanhóis, ucranianos, marcianos, os tigres da Malásia, as ilhas Fiji, etc.). Em língua portuguesa, a pertença ou valor positivo pode neste caso ser expressa por meio da frase *o Pedro é português*, que é uma **frase positiva** (ou **frase afirmativa** ou, simplesmente, **afirmação**), ao passo que a não pertença pode ser descrita pela frase *o Pedro não é português*, que é uma **frase negativa** (ou, simplesmente, uma **negação**). Adiante se verá que as noções de pertença e de não pertença e os correlativos valores positivo e negativo também se associam a expressões não frásicas ou oracionais. Por exemplo, nas frases afirmativas *estavam na sala <u>não mais de cem</u> pessoas* e *o piloto fez <u>não poucas</u> tentativas para aterrar* aparecem dois quantificadores de forma e valor negativos (*<u>não mais de cem</u>* e *<u>não poucas</u>*), cujos correspondentes positivos aparecem nas frases igualmente afirmativas *estavam na sala <u>mais de cem</u> pessoas* e *o piloto fez <u>poucas</u> tentativas para aterrar*. Nestes casos, fala-se de "valor positivo" das expressões, mas não de "valor afirmativo", que apenas se usa para designar o valor positivo de estruturas oracionais.

14.1.2 Grandes tipos de negação

Sendo a negação uma operação que se aplica em praticamente todos os níveis de estrutura linguística, da palavra à frase, e sendo em geral o valor negativo o valor marcado, as línguas dispõem de várias formas de o contrastar com o valor positivo. O presente capítulo trata de uma dessas formas, a **negação sintática**, em que o valor negativo é realizado por uma combinação de elementos morfologicamente autónomos, isto é, por meio de uma **construção negativa**. Além da negação sintática, existe um sistema de **negação morfológica**, obtido a partir de morfemas negativos que podem ocorrer numa palavra (como nos nomes *infelicidade* ou *desconforto*, nos adjetivos *incapaz* ou *desleal*, nos advérbios *atipicamente* ou *infelizmente* ou em verbos como *desconhecer* ou *desobedecer*). Pode-se ainda considerar que existe um sistema de **negação lexical**, constituído pelos grupos de elementos do léxico que exprimem conceitos complementares sem recurso a meios morfológicos, como é o caso dos pares de tipo antonímico *bom/mau* ou *aceitar/rejeitar*.

---

sobreconjunto daquele). Neste texto, não respeitaremos sempre este rigor terminológico, podendo usar os termos da família de *incluir* (de que faz parte *excluir*) no seu sentido mais comum, em que *incluir* é sinónimo de *ter como membro* e *estar incluído em* é sinónimo de *pertencer a* ou *ser membro de*.

Há construções negativas que alguns autores classificam como **negação morfossintática**, dado que se podem analisar numa perspetiva tanto lexical como sintática. Trata-se de construções em que uma das partículas *não* ou *sem* está diretamente aplicada a uma unidade lexical, dando origem a uma expressão da mesma ou de diferente classe sintática. Sem mudança de classe, temos, pelo menos, exemplos nominais (como *não violência*, *sem-abrigo*, *sem-fim*, *sem-vergonha*), adjetivais (como *não nuclear*, *não contagiosa* ou *não urgente*), adverbiais (como *não oficialmente* ou *não surpreendentemente*) e preposicionais (como *não por necessidade* ou *não com entusiasmo*). Exemplos em que há mudança de classe e de tipo de valor semântico são os sintagmas preposicionais *sem graça* ou *sem pressa*, formados a partir dos nomes *graça* e *pressa*, respetivamente. Note-se que o caráter lexical de uma construção deste tipo é tanto mais forte quanto mais a expressão negada adquire propriedades combinatórias de uma unidade lexical simples (cf. Cap. 9), como, por exemplo, a de admitir a aplicação de determinantes ou quantificadores (como em *a não violência* ou em *todos os sem-abrigo*) ou a de desempenhar função predicativa (como em *o assunto foi classificado como não urgente* ou *esta doença é não contagiosa*). Inversamente, a estranheza do marcador de grau em ?*muito não surpreendentemente* parece indiciar um estatuto menos lexical da sequência *não surpreendentemente*.

14.1.3 Negação sintática e seus subtipos

Embora diversas na forma, as construções negativas (isto é, que envolvem negação sintática e pelo menos parte da morfossintática) têm em comum a ocorrência de um operador próprio, chamado **operador negativo** ou **operador de negação**, que em português pode ter as formas *não*, *nem* ou *sem*, consoante os contextos e os valores em causa. É corrente na literatura linguística distinguir-se primariamente entre construções de **negação oracional** e construções de **negação de constituintes** e, em seguida, entre vários subtipos destas duas classes.

Apesar de a distinção entre uma negação oracional e uma negação de constituintes ser bem aceite no plano intuitivo, parecendo impor-se como óbvia, não deixa de suscitar problemas, já que uma grande parte do que se trata como "negação oracional" (como em *o Pedro não fez o trabalho*) pode ser adequadamente entendido como uma negação de sintagma verbal e, inversamente, algumas construções classificadas como negação de constituintes (por exemplo, aquelas em que expressões como *ninguém* ou *nada* ocorrem em posição pré-verbal, como em *ninguém falou* ou *nada se sabe sobre o caso*) podem justificar que se considere a presença de uma negação oracional. De qualquer modo, e independentemente de uma classificação mais fina que tenha em conta todas as propriedades relacionadas com a negação, é incontestável, por um lado, que uma negação de sintagma verbal e uma negação propriamente oracional quase não se distinguem e, por outro, que as construções de negação geralmente classificadas como não oracionais apresentam algumas características típicas de constituintes sintáticos. Assim, a fim de realçar as diferenças que de facto existem entre subtipos de negação, adotaremos aqui a classificação em causa, procurando esclarecer algumas das questões que coloca, conforme formos descrevendo as várias construções.

14.1.3.1 Negação oracional

Na classe das construções de **negação oracional**[2], agregamos três grandes subtipos, que designamos **negação oracional simples**, **negação oracional de subordinação** e **negação oracional de coordenação**. Serão em seguida identificados e caracterizados, sendo subsequentemente suscitada a questão do estatuto gramatical do operador de negação oracional simples.

14.1.3.1.1 Subtipos da negação oracional

Numa construção de **negação oracional simples**, um dos operadores negativos *não* ou *nem* precede imediatamente o verbo (em forma finita ou no infinitivo) de uma oração, frásica ou não, ou um pronome clítico em próclise, tornando negativa essa oração (e apenas ela). É o que temos em (1), com o operador *não*:

(1) a. *Não* está a chover.
b. O Pedro *não* é ribatejano.
c. Alguns estudantes *não* foram à festa.
d. Metade dos estudantes *não* tinha ainda decidido se iria à festa.
e. O Pedro resolveu *não* ir à festa.
f. A Ana *não* me disse se ia à festa.

A negação com o operador *não* pode ou não ser enfática, consoante a entoação. Porém, quando é usado o operador *nem* em vez de *não,* ao valor semântico da negação oracional é acrescido um valor discursivo de **ênfase da negação**, que pode marcar, nomeadamente, a surpresa de uma entidade perante a situação descrita[3]. Vejam-se exemplos:

(2) a. A Ana foi-se embora e *nem* se despediu!
b. O presidente da mesa *nem* cumprimentou a assistência!
c. A uma pergunta dessas, eu *nem* respondo.
d. *Nem* queiras saber o que andam para aí a dizer de ti!
e. O Paulo ficou tão perturbado que *nem* jantou.

No âmbito da negação oracional simples, é pertinente estabelecer uma distinção entre, por um lado, **negação oracional comum**, que pode ser realizada por *não* ou *nem* – exemplificada em todos os dados de (1) e (2) –, e, por outro lado, **negação oracional discursiva**, realizada sempre com o operador *não*. Esta última pode ser subdividida em **negação retórica** e **negação metalinguística**. Comecemos pela negação retórica:

(3) a. *Não* me passas o sal, por favor?
b. *Não* me ajudas a arrumar estes livros?
c. *Não* me entregas este livro ao Pedro?
d. *Não* se importa de que eu me sente?

---

[2] Cingimo-nos à negação em orações e em frases declarativas, uma vez que os tipos de frase (declarativo, imperativo, interrogativo e exclamativo – cf. Caps. 11 e 48) parecem ser independentes do caráter afirmativo ou negativo das frases em que se realizam. Sobre as noções de "frase" e "oração" adotadas nesta Gramática, cf. Cap. 11.1.2.

[3] O operador de negação oracional e marcador de ênfase *nem* não se confunde com a mesma expressão enquanto operador de negação de constituintes associado a uma ou mais proposições implícitas (como em *nem o Paulo respondeu à pergunta*) – cf. 14.3.2.2 e 14.3.3.

Antes de mais, registe-se que este tipo de negação oracional parece restringir-se a frases interrogativas, as quais, independentemente da negação, podem ser "perguntas retóricas", em que o caráter interrogativo tem valor meramente discursivo. Como mostram os exemplos de (3), a **negação retórica** consiste numa forma de negação oracional simples em que o operador de negação é facultativo, uma vez que tanto a pergunta de base afirmativa como a pergunta de base negativa permitem obter exatamente a mesma informação. A diferença é fundamentalmente de caráter discursivo, envolvendo modalidades comunicativas como a cortesia ou valores similares (compare-se, p.e., a pergunta negativa *não me ajudas a arrumar estes livros?* com a sua variante positiva *ajudas-me a arrumar estes livros?*).

A negação retórica não tem as mesmas propriedades da comum, sendo, por exemplo, incompatível com apêndices interrogativos. Por exemplo, se a (3b) se acrescentar um apêndice como *pois não?*, a negação passa de retórica a comum: *não me ajudas a arrumar estes livros, pois não?* Ao contrário de (3b), que é equivalente, no plano informacional, à simples pergunta *ajudas-me a arrumar estes livros?*, a frase com apêndice interrogativo faz uma afirmação negativa – *não me ajudas a arrumar estes livros* –, a que acrescenta o apêndice como forma (também ela retórica) de confirmação.

Quanto à **negação metalinguística**, trata-se de negação oracional associada a um processo discursivo em que um falante contrapõe a uma dada proposição uma outra que não contradiz necessariamente a primeira. Observem-se alguns exemplos, considerando que, em cada um dos pares de frases que se seguem, a primeira funciona como o contexto discursivo que desencadeia a reação de negação (metalinguística) presente na segunda:

(4) a. Este vinho é bastante bom.
    b. Perdão, este vinho *não* é bastante bom, é excelente!

(5) a. O Governo vai aumentar de novo os impostos.
    b. O Governo *não* vai aumentar de novo os impostos, vai mas é perder as eleições. (NB: entendendo-se que a perda se segue ao aumento)

(6) a. A minha ajuda não é muito importante.
    b. Concordo, a tua ajuda *não* é muito importante, é absolutamente essencial.

Como se vê, em todos estes casos o operador de negação não serve propriamente para contradizer o conteúdo da proposição a que está aplicado, mas antes ou para adicionar informação ou para relativizar a verdade de uma afirmação prévia. Por exemplo, a frase (4b) não contradiz a afirmação de que o vinho em causa é bastante bom, antes a reforça, ao afirmar a seguir à frase negativa que o vinho é de excelente qualidade.

Na **negação oracional de subordinação**, o operador negativo *sem* precede imediatamente uma oração subordinada, finita ou não, como em (7):

(7) a. A Ana saiu *sem* que eu desse por isso.
    b. A Ana saiu *sem* se despedir.

Na **negação oracional de coordenação**, o operador negativo *nem* coordena uma oração de valor negativo a outra igualmente de valor negativo, como em (8)[4]:

(8) a. Os salários não sobem *nem* os preços descem.
b. Nem os salários sobem *nem* os preços descem.

14.1.3.1.2 Estatuto do operador de negação oracional simples

O estatuto semântico e sintático do operador negativo é bastante evidente nas negações de subordinação e de coordenação: no primeiro caso, funciona como uma conjunção subordinativa e, no segundo, como uma conjunção coordenativa, em ambos os casos com a particularidade de dar origem a uma frase que é a versão negativa (e contraditória) da que se obtém sem tal operador. Já na negação oracional simples, o estatuto do operador negativo é menos claro, como se verá de seguida (restringindo-nos à negação comum, dadas as peculiaridades semânticas das negações discursivas). Em síntese antecipada, o que sobre esta questão parece razoável pensar-se é que a construção aqui designada "negação oracional simples" pode corresponder a diferentes modos (e até posições) de aplicação de um operador negativo e, consequentemente, a diferentes arranjos de significado.

O que estamos aqui a identificar como "negação oracional comum" tem sido caracterizado de maneiras diversas por diferentes autores[5]. Destacamos seguidamente três conceções possíveis:

❖ O operador de negação está aplicado externamente a uma proposição completa. Esta caracterização faz pleno sentido para frases sem sujeito como (1a) e também seria admissível para (1b) e (1e), por terem como sujeitos nomes próprios, portanto imunes a relações de escopo, mas já faria menos sentido para (1c) e (1d), não só por se afastar da ordem visível dos constituintes da frase, como acontece também com (1b) e (1e), mas também porque exige uma sintaxe abstrata complexa que subtraia os sujeitos ao escopo da negação.

❖ O operador de negação aplica-se, à maneira de um advérbio, ao sintagma verbal. Neste caso, o operador de negação dá origem a uma denotação complementar da do sintagma verbal, hipótese que dá conta, sem problemas, de todos os dados de (1).

❖ A negação oracional é vista como um modo de predicação, isto é, como uma forma de (no caso mais típico) associar um sujeito e um predicado tendo como resultado uma proposição com operador negativo, com a particularidade de essa proposição poder ficar sob o escopo desse operador; para esta terceira possibilidade (defendida, entre outros, por Horn 1989, que a faz remontar a Aristóteles), tal como para a anterior, os dados de (1) não são problemáticos.

A maior parte das construções do português aqui classificadas como "negação oracional simples" aparentam, a uma primeira análise, poder ser adequadamente tratadas como negação de sintagma verbal. Isto verifica-se nomeadamente porque, como veremos adiante, a língua portuguesa apresenta certas particularidades no que respeita à relação semântica da negação com os sintagmas nominais. Por

[4] Em 14.2.2, é referida uma análise alternativa destas construções; cf. também o Cap. 35.
[5] Horn (1989) constitui uma fonte essencial de informação, nomeadamente bibliográfica, acerca desta e doutras questões relacionadas com a negação.

exemplo, dada uma frase como *todos os estudantes estrangeiros não vieram à festa*, a única interpretação possível é a mesma de *nenhum estudante estrangeiro veio à festa*, não estando disponível uma interpretação equivalente a *nem todos os estudantes estrangeiros vieram à festa*[6]. Não é assim em línguas como o francês ou o inglês, em que frases com sujeitos quantificados universalmente geram ambiguidade. De facto, as frases correspondentes à nossa frase portuguesa – respetivamente, *tous les étudiants étrangers ne sont pas venus à la fête* e *all foreign students didn't attend the party* – são ambíguas entre a interpretação equivalente a *nem todos os estudantes estrangeiros vieram à festa* e a interpretação equivalente a *nenhum estudante estrangeiro veio à festa*. E, talvez mais estranhamente ainda para falantes de português, línguas existem em que as frases correspondentes a uma frase portuguesa como *um estudante não veio à festa* podem ter, em função da entoação, tanto a interpretação existencial que se obtém em português (equivalente a *há um estudante que não veio à festa*) como uma interpretação de negação existencial (equivalente a *nenhum estudante veio à festa*), que a frase portuguesa não admite.

Não obstante as restrições acabadas de referir, há que ter em conta que, em português, certos sintagmas quantificados originam ambiguidade quando se situam à direita do verbo, como em *não responderam à pergunta mais de dez estudantes* (voltaremos a este assunto em 14.2.1.2). Ora, uma negação de sintagma verbal que contemple estes casos não só é semanticamente problemática como requer uma sintaxe bastante complexa. Além disso, há ainda que ter presentes outros factos dificilmente explicáveis com negação de SV. Um deles é ilustrado por sequências de frases como esta:

(9) *Nenhum dos membros da direção* pediu que o assunto fosse agendado, porque, se [-] tivesse pedido, tê-lo-ia sido.

Note-se que a interpretação do sujeito nulo assinalado por "[-]" só pode ser dada pelo sintagma nominal indefinido *algum dos membros da direção*, que não figura visivelmente no texto, assim sugerindo que *nenhum* resulta da incorporação de um operador negativo ao determinante indefinido positivo *algum*.

Assim, se se pretender construir uma gramática de alcance translinguístico e cobrir determinados factos da língua portuguesa, a hipótese aristotélica da negação como modo de predicação é a que se afigura mais adequada para um tratamento económico e elegante da negação oracional. Todavia, não se requer aqui a tomada de uma posição apodítica sobre esta matéria, atentos os objetivos predominantemente descritivos que são prosseguidos.

A concluir esta breve subsecção, convém acentuar que, mesmo que tanto a negação de sintagma verbal como a negação proposicional externa não possam ser generalizadas para caracterizar toda a negação oracional simples, há certos factos linguísticos que só são compatíveis com uma ou com outra e não com a negação como modo de predicação. O primeiro tipo de factos está patente em dados como estes:

(10) a. Estas crianças *não têm pai* ou *não têm mãe*.
b. Estas crianças não têm pai ou estas crianças não têm mãe.

[6] Em termos técnicos, diz-se que, em português, a negação não assume "escopo largo" relativamente a sintagmas quantificados colocados à sua esquerda, quando esta é a posição canónica dos mesmos (i.e., não resultante de deslocação). A noção de "escopo" é explicada em 14.2.1.2.

Repare-se que a frase (10a) será verdadeira dado um grupo de crianças que tanto podem ser órfãs de pai como órfãs de mãe (ou dos dois), distinguindo-se, por isso, da frase (10b), formada por coordenação de orações, que só será verdadeira se as crianças do grupo em causa forem todas órfãs de pai ou todas órfãs de mãe. Assim sendo, a primeira frase não pode ser tomada como resultante de algum processo de redução da segunda, pelo que as negações nela presentes são inquestionavelmente de sintagma verbal. O segundo tipo de factos em questão é ilustrado por coordenações de orações como as que se seguem:

(11) a. Eu *não* desarrumo uma loja para experimentar roupa e só no fim pergunto os preços.
b. Nesta empresa, um funcionário *não* faz um bom trabalho num primeiro ano e a administração promove-o logo no ano seguinte.

Observe-se que, embora o operador negativo surja, nos dois exemplos, na posição típica de negação oracional na primeira oração coordenada (*eu não desarrumo uma loja para experimentar roupa*, no primeiro exemplo, e *um funcionário não faz um bom trabalho num primeiro ano*), o que de facto se nega é a frase composta resultante da coordenação das duas orações, ou seja, o primeiro exemplo é equivalente a *não é verdade que eu desarrumo uma loja para experimentar roupa e só no fim pergunto os preços*. Estes factos sugerem que uma negação que obedece à descrição da negação oracional pode de facto funcionar como uma negação proposicional, isto é, uma negação externa à oração ou frase em que ocorre[7].

14.1.3.2 Negação de constituintes

Classifica-se como **negação de constituintes** uma grande variedade de construções formadas por um operador negativo aplicado a um constituinte sintático de valor positivo. Neste âmbito, distinguem-se a **negação de sintagma verbal**, a **negação quantificacional** e a **negação nominal com *sem***.

Como já vimos, é pertinente considerar como negação de constituintes uma **negação de sintagma verbal** resultante da aplicação de um dos operadores negativos *não* ou *nem* a um sintagma verbal. Porém, dado que não nos debruçamos aqui sobre as propriedades que podem resultar da diferença entre uma negação oracional genuína e uma negação de sintagma verbal, ambas com a mesma ordem de constituintes, a última será também referida, por simplificação, como "negação oracional".

Expressamente classificada como negação de sintagma verbal, há ainda a considerar a **negação com o verbo negativo *deixar***, como na frase *o Pedro deixou de fazer uma viagem importante por causa das eleições*, que significa *o Pedro não fez uma viagem importante por causa das eleições*[8].

---

[7] Como é conhecido da literatura, o mesmo efeito de escopo largo pode ocorrer em estruturas com orações subordinadas: *esta lei não é menos importante por se aplicar a pouca gente*, que pode ser parafraseada por 'não é pelo facto de se aplicar a pouca gente que esta lei é menos importante'. Note-se, porém, que neste caso o escopo largo da negação articula-se facilmente com uma negação de sintagma verbal.

[8] Obviamente, importa não confundir o verbo negativo *deixar* com vários outros seus homónimos, que encontramos em frases como *a Ana deixou o livro em casa*, *o Paulo deixou a Ana*, *a Ana deixou o Paulo entrar*, *a Ana deixou o cão fugir*, *a Ana deixou cair o livro*, *a minha tia deixou-me uma casa*, *o Paulo deixou de fumar* ou *deixa-te de fantasias*.

A negação com o verbo *deixar* apresenta algumas particularidades. A primeira consiste na ausência de ambiguidade de escopo relativamente ao adjunto adverbial, ao contrário do que acontece quando ocorre o operador *não*. Em relação ao exemplo acabado de dar, isto significa que a frase *o Pedro não fez uma viagem importante por causa das eleições* pode significar *não foi por causa das eleições que o Pedro fez uma viagem importante*, mas esta interpretação é impossível com o verbo negativo *deixar*.

Outro facto típico da negação com *deixar* consiste na possibilidade de este verbo, ao contrário dos outros operadores negativos, ser compatível com expressões do tipo de *nenhum* (adiante designadas "expressões intrinsecamente negativas") em posição pré-verbal, como nos exemplos que se seguem (sobre restrições a estas ocorrências, cf. 14.4.1):

(12) a. *Nenhum doente *não* será atendido por não estar inscrito na consulta.
b. Nenhum doente *deixará de* ser atendido por não estar inscrito na consulta.

Note-se ainda que o verbo negativo *deixar* tem fortes restrições de ocorrência, parecendo ser favorecido por contextos em que se exprime uma dependência (nomeadamente, de tipo causal ou final) entre duas situações. Vejam-se as frases seguintes:

(13) a. A Sara não jantou.
b. A Sara deixou de jantar.

Enquanto a primeira frase nega que se tenha verificado a situação de a Sara jantar, a segunda, diversamente, exprime um valor aspetual, tendo um sentido próximo do da frase *a Sara costumava jantar, mas agora já não janta*, que nada tem a ver com o da anterior frase negativa. Porém, em contextos como os que a seguir se exemplificam, quer o operador *não* quer o verbo *deixar* introduzem um valor de negação:

(14) a. A Sara *não* jantou por tua causa.
b. A Sara *deixou de* jantar por tua causa.

(15) a. O Pedro *não* fez bons negócios para acompanhar a mulher na doença.
b. O Pedro *deixou de* fazer bons negócios para acompanhar a mulher na doença.

Um segundo subtipo de negação de constituintes é a **negação quantificacional** (a que, pela sua amplitude, é dedicada a secção 14.3). Os constituintes que realizam este tipo de negação envolvem sempre um valor de negação e um valor de quantificação, podendo este estar implícito. Em todos os casos, um dos operadores *não* ou *nem* precede, imediatamente ou não, um sintagma nominal quantificado, originando um valor quantificacional complementar. Distinguem-se os diferentes formatos sintáticos que a seguir se descrevem.

(i) Negação quantificacional por aplicação direta de um operador negativo a um quantificador, como em (16a-c):

(16) a. Estavam na festa *não muitos estudantes*.
b. *Nem todas as raparigas* foram à festa.
c. *Nem vinte estudantes* estavam na festa.

(ii) Negação quantificacional por aplicação do operador negativo *nem* ao quantificador de um sintagma nominal quantificado precedido de preposição, como em (17a,b), ou a uma expressão adverbial que implicitamente contém o quantificador universal, como em (17c):

(17) a. *Nem com toda a gente* podemos simpatizar.
b. *Nem com vinte pessoas* podemos contar.
c. *Nem sempre* se tem razão.

(iii) Negação quantificacional por meio de **expressões intrinsecamente negativas** (ou, por brevidade, **expressões autonegativas**) como *ninguém*, *nada* ou *nunca*, ou o quantificador *nenhum* e suas variantes morfológicas em combinação com um nome[9]:

(18) a. *Ninguém* protestou.
b. *Nada* me surpreende.
c. *Nenhum estudante* respondeu à pergunta.

(iv) Negação quantificacional por aplicação do operador negativo *nem* a sintagmas nominais coordenados:

(19) *Nem a Ana nem o Pedro* dançaram.

(v) Negação quantificacional por aplicação do operador negativo *nem* a um sintagma nominal de valor referencial, obtendo-se um valor quantificacional implícito (i.e., por "implicatura")[10], como em (20), onde se afirma explicitamente que uma entidade (a Ana) não dançou e, implicitamente, que era de esperar que ela dançasse e, além disso, que mais ninguém (de um grupo contextualmente identificável) dançou (o que constitui uma asserção quantificacional implícita):

(20) *Nem a Ana* dançou.

Por último, exemplifica-se a **negação nominal com *sem***, abrangendo a aplicação do operador de negação *sem* tanto a grupos nominais como a sintagmas nominais (sobre esta diferença, cf. Cap. 20). Não sendo lexical (ao contrário dos casos já referidos do tipo de *sem-abrigo*), esta classe de negação de constituintes tem uma sintaxe rudimentar que não justifica aqui um tratamento desenvolvido. Fica exemplificada em (21), onde o operador negativo *sem* surge aplicado aos nomes *fundo* e *mangas*, gerando os modificadores de grupo nominal *sem fundo* e *sem mangas*, e ao

[9] Laka (1990) usou para as expressões correspondentes em castelhano a *ninguém, nada, nunca*, *jamais* e *nenhum* N a designação inglesa "*n*-word" (abreviando *negative word*).

[10] A noção de **implicatura** foi introduzida pelo filósofo Paul Grice em 1967 e aparece em forma publicada em Grice (1975). Pode definir-se como «uma proposição que é implicada pela enunciação de uma frase [...], embora essa proposição não faça parte nem seja uma consequência lógica do que é realmente dito» (Gazdar 1979:38, t.n.). Ao tipo de implicatura presente na frase (20), Grice chamou **implicatura convencional**, por depender apenas das expressões utilizadas. A um outro tipo, que está também dependente de fatores contextuais (situação e conhecimento prévio da realidade, entre outros), chamou **implicatura conversacional**. Por exemplo, se, perante uma pergunta sobre a qualidade de um filme que alguém foi ver, a resposta for apenas "a música era boa", pode ser legítimo inferir, por implicatura conversacional, que a pessoa questionada não encontrou outras qualidades no filme.

sintagma nominal *alguns colaboradores habituais*, gerando o modificador de grupo verbal (nesta Gramática, um adjunto adverbial) *sem alguns colaboradores habituais*:

(21) a. Esta tarefa revelou-se um poço *sem fundo*.
b. A noiva levava um vestido *sem mangas*.
c. Estou a trabalhar *sem alguns colaboradores habituais*.

14.2 Aspetos particulares da negação oracional

A presente secção ocupa-se da variação sintática e semântica das construções de negação oracional, em função de diversos fatores. No âmbito da negação oracional simples, analisam-se, em 14.2.1, dois domínios de variação: primeiro, o da relação entre uma oração negativa e a correspondente forma afirmativa e, em seguida, o das relações de escopo entre um operador de negação oracional e sintagmas nominais. Em 14.2.2, observam-se as diferentes realizações da negação oracional de subordinação e de coordenação. Finalmente, em 14.2.3, são caracterizados três tipos de construções especiais de negação: a dupla negação, a negação reforçada e a negação expletiva.

14.2.1 Variantes das construções de negação oracional simples

As construções de negação oracional simples, que, como se viu, se caracterizam sintaticamente por apresentarem uma partícula negativa a preceder imediatamente um verbo em forma finita (*os bebés não choraram/os bebés não têm chorado*) ou no infinitivo (*tentaremos não acordar os bebés*) ou ainda um pronome pré-verbal (*as crianças não se sujaram*), não são uniformes no plano semântico, podendo variar em relação a alguns fatores. Um deles é a própria natureza da relação semântica existente entre uma oração negativa e a sua correspondente afirmativa. Outro tem a ver com as relações de escopo que podem estabelecer-se entre o operador de negação e constituintes nominais ou adverbiais presentes na oração. Outro ainda respeita à seleção do operador *nem* em vez de *não*, que tem implicações de tipo discursivo. Cada um destes domínios de variação semântica das orações negativas será em seguida considerado.

14.2.1.1 Relação semântica entre orações afirmativas e negativas

A relação semântica entre orações (frásicas ou não) afirmativas e negativas não é sempre a mesma, dependendo das construções nominais envolvidas. Observem-se exemplos onde o sujeito é um nome próprio ou um designador de espécie (*as baleias*):

(22) a. O Pedro *não* é português.
b. O Pedro é português.

(23) a. As baleias *não* respiram por guelras.
b. As baleias respiram por guelras.

Em ambos estes pares, a frase negativa é **contraditória** da correspondente afirmativa, isto é, se uma é verdadeira, a outra é falsa. A **contradição** verifica-se porque as duas frases atribuem a uma mesma entidade (o Pedro ou a espécie das baleias) duas

propriedades que se excluem mutuamente ('ser português' e 'não ser português', num caso, e 'respirar por guelras' e 'não respirar por guelras', no outro) e tal facto, dado o tipo de construções nominais em causa, gera contradição. A relação de contradição é confirmada pelo facto de as frases negativas que se seguem serem equivalentes a (22a) e (23a), respetivamente:

(24) *Não* é verdade que o Pedro é português.

(25) *Não* é verdade que as baleias respiram por guelras.

Estas são frases negativas em que o predicador principal é a expressão *ser verdade*, tendo como seu complemento as afirmativas (22b) e (23b), e que, semanticamente, realizam uma negação contraditória destas mesmas frases afirmativas. Na perspetiva da exclusão, pode-se dizer que cada uma das frases negativas de (24) e (25) exclui uma dada situação do conjunto das situações verificadas na realidade (respetivamente, a situação de o Pedro ser português e a situação de as baleias respirarem por guelras), ou, mais tecnicamente, que tal situação não pertence ao conjunto das situações verificadas.

Com outros sintagmas nominais na posição de sujeito, uma frase negativa com a mesma estrutura das observadas em (22) e (23) não é contraditória da correspondente afirmativa, como mostram os seguintes dados, em que os sujeitos contêm um numeral cardinal (*dez*) e o determinante indefinido (e quantificador de tipo existencial) *alguns*:

(26) a. Dez estudantes *não* são portugueses.
b. Dez estudantes são portugueses.

(27) a. Alguns estudantes *não* são portugueses.
b. Alguns estudantes são portugueses.

As frases de cada um destes pares não são contraditórias entre si. O que se verifica é que, em cada par, e dependendo do número de estudantes existente no contexto, tanto podemos ter uma frase verdadeira e outra falsa como ambas verdadeiras ou ambas falsas. De facto, a contradição só se verifica em frases com a estrutura sintática de (22)-(23) quando o sujeito é um nome próprio com ou sem determinante (no exemplo dado, *o Pedro*) ou um designador de espécie (como *as baleias*), que tem um estatuto semântico muito semelhante ao de um nome próprio. Veja-se outro exemplo de negação não contraditória:

(28) a. Mais de metade dos estudantes *não* são portugueses.
b. Mais de metade dos estudantes são portugueses.

Uma vez mais, temos um par de frases que não são contraditórias, mas sim, em terminologia lógica, **contrárias**, uma vez que não podem ser ambas verdadeiras, mas podem ser ambas falsas (por exemplo, numa situação em que exatamente metade dos estudantes são portugueses).

[1] O comportamento em causa dos nomes próprios e dos designadores de espécie decorre de possuírem simultaneamente as duas seguintes propriedades semânticas, identificadas (no que diz respeito a expressões das línguas naturais) por Zwarts (1998):

(i) a propriedade da **consistência**, que, nesta aceção, significa que as expressões em causa não podem gerar orações verdadeiras com uma expressão que tem uma determinada denotação e com a expressão que tem a denotação complementar dessa (por exemplo, nos pares de (22) e (23) as duas frases não podem ser ambas verdadeiras); e (ii) a propriedade da **completude**, que, neste domínio de questões, significa que, nos pares de (22) e (23), as duas frases também não podem ser ambas falsas, tendo pelo menos uma de ser verdadeira (para além de, por consistência, não poderem ser ambas verdadeiras).

14.2.1.2 Escopo largo e escopo estreito da negação oracional simples

Certos constituintes nominais e adverbiais tornam ambíguas as orações em que ocorrem desde que se verifiquem condições que façam variar as **relações de escopo** entre um operador de negação oracional e esses constituintes. Veja-se um exemplo de uma frase ambígua por variação de escopo (previsivelmente refletida numa variação prosódica), seguida de paráfrases correspondentes às duas interpretações disponíveis:

(29) a. Não fizeram o exame *mais de dez estudantes*.
b. Há mais de dez estudantes que não fizeram o exame.
c. Os estudantes que fizeram o exame não foram mais de dez.

De acordo com as interpretações expressas em (29b,c), a frase (29a) pode constituir uma asserção tanto sobre o número de estudantes que não fizeram exame (mais de dez), caso em que pode ser parafraseada por (29b), como sobre o número de estudantes que fizeram exame (dez ou menos), caso em que pode ser parafraseada por (29c). Independentemente da configuração sintática que se proponha para uma frase como (29a), é consensual dizer-se que a primeira interpretação resulta de o sintagma quantificado *mais de dez estudantes* ter **escopo largo** em relação ao operador de negação (ou, inversamente, de este ter **escopo estreito** em relação àquele)[11] e que a segunda interpretação resulta de o operador negativo ter escopo largo e o sintagma quantificado ter escopo estreito. Esta segunda interpretação é equivalente a *não é verdade que fizeram o exame mais de dez estudantes*, sendo portanto contraditória da versão positiva de (29a), isto é da frase *fizeram o exame mais de dez estudantes*.

Se o sintagma quantificado *mais de dez estudantes* ocorrer em posição pré-verbal, apenas estará disponível a interpretação de escopo largo do sintagma quantificado (e estreito da negação):

(30) *Mais de dez estudantes* não fizeram o exame.

Em termos gerais, pode-se dizer que, em português, a possibilidade de um sintagma quantificado ficar sob o escopo da negação (comum) só existe ou quando esse sintagma tem a sua posição canónica à direita do verbo, ainda que apareça deslocado à esquerda (como em *mais de dez livros, eu não vou ler*, que corresponde à frase de ordem canónica *eu não vou ler mais de dez livros*), ou quando, embora tendo a sua posição canónica à esquerda do verbo, se encontra deslocado à sua direita,

[11] Mais abreviadamente, poderá dizer-se apenas que o sintagma quantificado tem escopo sobre o operador de negação e, inversamente, que o operador de negação está sob o escopo do sintagma quantificado (ou vice-versa).

como é o caso em (29a) (que corresponde à frase de ordem canónica *mais de dez estudantes não fizeram o exame*).

A variação de escopo observada em (29a) – determinada pela posição do sintagma nominal que entra em relação de escopo com a negação (*mais de dez estudantes*) – não se verifica com todos os sintagmas nominais. Antes de mais, não se verifica com os nomes próprios e similares, que têm sempre escopo largo em relação a qualquer outra expressão ou operador (seja a negação ou, por exemplo, outros sintagmas nominais) – cf. Cap. 21. Também não se verifica com sintagmas nominais cujo valor predominante possa ser quer referencial quer quantificacional, como é o caso dos que contêm o especificador *alguns*:

(31) a. *Alguns estudantes* não fizeram o exame.
b. Não fizeram o exame *alguns estudantes*.

É consensual que a frase (31b) tem exatamente a mesma interpretação de (31a) – isto é, de escopo estreito da negação –, não podendo significar que não houve pelo menos dois estudantes a fazer o exame em causa[12]. Teríamos o mesmo tipo de invariância semântica com os quantificadores indefinidos plurais *uns*, *uns tantos* e *vários* e com quantificadores formados a partir da combinação dos operadores *cerca*, *pelo menos*, *no mínimo* ou *no máximo* com um numeral cardinal ou fracionário. Por exemplo, frases como *não fizeram o exame pelo menos vinte estudantes* ou *não fizeram o exame no máximo metade dos estudantes* só permitem a leitura de escopo estreito da negação.

Deve acentuar-se que os factos acabados de descrever não se verificam apenas com sujeitos, mas também com sintagmas desempenhando outras funções sintáticas. Vejam-se exemplos com os mesmos quantificadores em complemento direto:

(32) a. Os estudantes não leram *mais de dez livros*.
b. Os estudantes não leram *alguns livros*.

À semelhança do que se verificou com a função de sujeito, o sintagma *mais de dez livros* gera ambiguidade de relações de escopo com a negação na função de complemento direto (podendo (32a) significar tanto *há mais de dez livros que os estudantes não leram* como *os estudantes leram dez livros ou menos*), ao passo que o sintagma *alguns livros* apenas legitima a leitura de escopo estreito da negação (de modo que (32b) apenas pode significar *há alguns livros que os estudantes não leram*).

---

[12] Importa ter presente que só estamos a considerar a interpretação que a frase (31b) pode ter quando tomada isoladamente, imune a fatores contextuais que podem alterar a sua semântica. Por exemplo, num contexto em que alguém afirma *fizeram o exame alguns estudantes*, a frase negativa *não fizeram o exame alguns estudantes*, com entoação apropriada, pode exprimir um outro tipo de refutação da afirmativa, transmitindo, por implicatura, a informação de que *fizeram o exame muitos estudantes* ou mesmo de que *fizeram o exame todos os estudantes*. A comprová-lo, está o facto de serem perfeitamente aceitáveis sequências como *não fizeram o exame alguns estudantes, fizeram, sim, muitos estudantes* ou *não fizeram o exame alguns estudantes, na verdade fizeram o exame todos os estudantes*, em qualquer das quais é refutada a frase *fizeram o exame alguns estudantes*. Nestes casos, estamos perante a chamada 'negação metalinguística' (cf. 14.1.3.1.1, acima) e, concomitantemente, perante uma interpretação exclusivamente quantificacional de *alguns*, na qual este especificador contrasta, nomeadamente, com *muitos* e *todos*.

É plausível que a explicação para a diferença de comportamento entre sintagmas quantificados na sua relação com a negação tenha a ver sobretudo com a complexidade das formas, em particular com o facto de as variantes negativas de composição mais complexa serem equivalentes a formas afirmativas mais simples. Os Quadros 1 e 2 abaixo contêm elementos para a avaliação desta hipótese.

Na primeira coluna do Quadro 1 surgem frases com diferentes quantificadores integrados em sintagmas nominais que, apesar de colocados em posição pós-verbal, só podem ter escopo sobre a negação, isto é, que não admitem escopo largo do operador negativo. De facto, as frases em causa só permitem as leituras parafraseáveis por 'há alguns livros que o Pedro não leu', 'há cerca de cinco livros que o Pedro não leu', etc. Na segunda coluna, aparecem as mais simples frases afirmativas que são exatamente equivalentes à leitura de escopo largo da negação bloqueada nas frases da primeira coluna (com exceção para a frase com *cerca de*, que não tem uma correspondente do tipo em causa). Repare-se como as frases positivas da segunda coluna são extremamente simples quando comparadas com as negativas da primeira:

FRASES EM QUE É BLOQUEADA A LEITURA DE ESCOPO LARGO DA NEGAÇÃO	FRASE AFIRMATIVA CORRESPONDENTE À LEITURA BLOQUEADA
O Pedro não leu *alguns livros*.	O Pedro leu *menos de dois livros*.
O Pedro não leu *cerca de cinco livros*.	Ø
O Pedro não leu *no máximo cinco livros*.	O Pedro leu *mais de cinco livros*.
O Pedro não leu *cinco livros ou menos*.	
O Pedro não leu *pelo menos cinco livros*.	O Pedro leu *menos de cinco livros*.
O Pedro não leu *cinco livros ou mais*.	

Quadro 1 – Sintagmas quantificados pós-verbais e bloqueio do escopo largo da negação

Diversamente, no Quadro 2 surgem, na primeira coluna, frases com sintagmas quantificados pós-verbais que permitem escopo largo da negação (por exemplo, a frase *o Pedro não leu UM livro* tanto pode significar *há um livro que o Pedro não leu* ou *não há um livro que o Pedro tenha lido*[13], e a frase *o Pedro não leu poucos livros* tanto pode significar *foram poucos os livros que o Pedro não leu* como *o Pedro leu muitos livros*). Por sua vez, a segunda coluna exibe as mais simples frases afirmativas equivalentes à leitura de escopo largo da negação permitida pelas frases da primeira coluna. Ora, parece evidente que, ao contrário do que acontecia no Quadro 1, as versões positivas da segunda coluna do Quadro 2 não são estruturalmente (ou conceptualmente, como, por exemplo, no caso em que ocorre *zero*) mais simples do que as correspondentes da primeira. Na verdade, ou têm o mesmo grau de complexidade ou são mesmo mais complexas.

[13] Uma vez mais, a negação metalinguística induziria outra semântica, podendo a frase em causa transmitir, por implicatura, a informação de que o Pedro leu vários livros e não apenas um.

FRASES COM AMBIGUIDADE DE ESCOPO	FRASE AFIRMATIVA CORRESPONDENTE À LEITURA DE ESCOPO LARGO DA NEGAÇÃO
O Pedro não leu UM *livro*.	O Pedro leu *menos* de um livro.
	O Pedro leu *zero livros*.
O Pedro não leu *todos os* livros.	O Pedro leu *todos os livros exceto pelo menos um*.
O Pedro não leu *poucos* livros.	O Pedro leu *muitos livros*.
O Pedro não leu *muitos* livros.	O Pedro leu *poucos livros*.
O Pedro não leu *cinco* livros.[14]	O Pedro leu *menos de cinco livros*.
O Pedro não leu *menos de cinco* livros.	O Pedro leu *cinco livros ou mais*.
	O Pedro leu *pelo menos cinco livros*.
O Pedro não leu *mais de cinco* livros.	O Pedro leu *cinco livros ou menos*.
	O Pedro leu *no máximo cinco livros*.

Quadro 2 – Sintagmas quantificados pós-verbais e ambiguidade de escopo da negação

Do conjunto, parece poder-se concluir que a língua rejeita a colocação sob o escopo da negação de expressões com um grau de complexidade na forma e no sentido superior a um certo limiar, nomeadamente quando ocorrem os componentes quantificacionais *no máximo* ou *pelo menos*, quantificadores de caráter vago como *alguns* ou os que resultam da combinação de *cerca de* com um numeral.

Negação e sintagmas nominais indefinidos singulares

A interação da negação com os sintagmas nominais indefinidos singulares (com o determinante *um*) tem características próprias que importa salientar. Observem-se as frases seguintes:

(33) a. Um estudante não foi à reunião.
b. Não foi à reunião um estudante.

Produzida com um padrão de entoação neutro, qualquer destas frases é equivalente a *há um estudante que não foi à reunião*, mas não é equivalente a *não há um estudante que tenha ido à reunião*, ou seja, em ambos os casos a negação recebe escopo estreito, não bastando a simples colocação do constituinte indefinido em posição pós-verbal, como em (33b), para se obter escopo largo da negação (ou seja, temos um comportamento semelhante ao de *alguns* e diverso do que observámos com *mais de dez*). Para que possa emergir a interpretação de escopo largo da negação, o sintagma indefinido tem de receber uma marca, que pode ser um foco entoacional (assinalado com maiúsculas no primeiro exemplo do paradigma que se segue) ou uma construção especial:

[14] Com a entoação que induz à colocação do sintagma quantificado *cinco livros* sob o escopo da negação, esta frase só é interpretada como equivalente a *o Pedro leu menos de cinco livros*. Porém, se com a mesma frase se pretender realizar negação metalinguística – por exemplo, usando a frase numa réplica para contradizer uma afirmação como *o Pedro leu cinco livros* –, o significado é aberto, podendo a frase transmitir quer a informação de que o Pedro leu menos de cinco livros quer a de que leu mais.

(34) a. Não foi à reunião *UM estudante* (*que fosse*).
b. Não foi à reunião *um só/único estudante* (*que fosse*).
c. Não foi à reunião *sequer um estudante*.
d. Não foi à reunião *um estudante sequer*.
e. Não foi à reunião *qualquer estudante* (*que fosse*).
f. Não foi à reunião *nem um estudante* (*que fosse*).
g. Não foi à reunião *nenhum estudante*[15] (*que fosse*).
h. Não foi à reunião *estudante nenhum*.

❖ Negação e quantificador universal

Em associação com a questão das relações semânticas entre negação e sintagmas nominais, deve mencionar-se o estatuto peculiar do quantificador universal *todos*. A primeira particularidade consiste na difícil colocação de uma expressão quantificada universalmente em posição pré-verbal (i.e., em posição em que tem escopo largo), se o seu componente nominal não for modificado (preferencialmente, com uma modificação estruturalmente complexa), como mostram os dados seguintes:

(35) a. *Todos os estudantes não foram à reunião.
b. ?Todos os estudantes estrangeiros não foram à reunião.
c. Todos os estudantes que tinham exame não foram à reunião.

Em posição pós-verbal, parece manter-se o mesmo tipo de restrição, se considerarmos apenas a interpretação em que o quantificador tem escopo sobre a negação:

(36) a. *Não foram à reunião todos os estudantes.
(Interpretação excluída: 'nenhum estudante foi à reunião')
b. ?Não foram à reunião todos os estudantes estrangeiros.
(Interpretação: 'nenhum estudante estrangeiro foi à reunião')
c. Não foram à reunião todos os estudantes que tinham exame.
(Interpretação: 'nenhum dos estudantes que tinham exame foi à reunião')

Porém, se atendermos apenas à interpretação de escopo estreito do quantificador (i.e., com o operador negativo a ter escopo sobre ele) – em que, por exemplo, a frase (36a) significa que apenas alguns estudantes foram à reunião, não a totalidade –, todas as frases se tornam aceitáveis. Se compararmos com *alguns* e seus similares, podemos dizer que estamos perante comportamentos opostos: enquanto o grupo de *alguns* tem sempre escopo sobre a negação, o quantificador universal não só admite que a negação tenha escopo sobre ele como apresenta fortes restrições à relação de escopo inversa.

14.2.2 Negação oracional de subordinação e de coordenação

Consideremos agora as construções negativas realizadas por meio do operador negativo *sem* numa frase como a seguinte:

(37) Eles saíram *sem* {eu dar/que eu desse} por isso.

[15] Esta última variante e a seguinte realizam um tipo especial de construção – a concordância negativa – que será descrito na secção 14.4.

Claramente, o operador negativo está a introduzir uma estrutura oracional subordinada, finita ou não, de valor circunstancial. A este tipo de construção negativa chamaremos **negação oracional de subordinação**. Trata-se de uma **negação externa**, uma vez que o operador obrigatoriamente precede toda a estrutura oracional subordinada, podendo ter escopo sobre ela. Note-se, no entanto, que mesmo esta negação externa não tem escopo largo nos casos em que também a negação oracional simples não tem, referidos na subsecção anterior. É o que atesta a interpretação das seguintes frases, em que o quantificador *alguns* recebe escopo largo:

(38) a. O Paulo saiu, sem que *alguns colegas* o vissem.
b. A Ana partiu, sem se despedir de *alguns amigos*.

Registe-se agora uma outra característica sintática que distingue as construções de negação de subordinação das de negação comum. Consiste na possibilidade de a negação de subordinação, precisamente por ser externa, ser seguida, sem restrições, por advérbios oracionais ou outros operadores que atuam sobre orações:

(39) a. Eles saíram *sem*, evidentemente, o porteiro dar por isso.
b. Eles saíram *sem*, é claro, o porteiro dar por isso.
c. Eles saíram *sem* quase fazerem ruído.

(40) a. *O porteiro *não*, evidentemente, deu por eles saírem.
b. *O porteiro *não*, é claro, deu por eles saírem.
c. *Eles *não* quase fizeram ruído quando saíram.

(41) a. ??A uma pergunta dessas, eu *nem*, evidentemente, respondo.
b. ??A uma pergunta dessas, eu *nem*, é claro, respondo.
c. *À maioria das perguntas, eu *nem* quase respondi.

Finalmente, observe-se o caso particularmente interessante em que o operador *sem* funciona externamente em relação a uma estrutura de coordenação de orações ou com subordinação condicional:

(42) a. A questão tem de ser resolvida *sem* que os inquilinos paguem mais ou os senhorios recebam menos.
b. As situações de crise podem estar sob controlo, *sem* a população entrar em pânico, se se verificar um corte de energia.[16]

Estes exemplos refutam a ideia difundida na literatura de que as línguas naturais não têm realizações de negação externa comparáveis à negação lógica do Cálculo Proposicional, onde o operador de negação pode ser exterior a qualquer sequência de fórmulas unidas pelos operadores de conjunção (correspondentes à coordenação copulativa das línguas naturais) ou de disjunção, ou ainda pelos condicionais.

Consideremos brevemente a **negação oracional de coordenação**, que devemos distinguir da coordenação de estruturas oracionais negativas, esta última realizada, por exemplo, em *os salários não subiram e os impostos não baixaram*. Partindo desta frase, obtemos uma negação oracional de coordenação se, em vez da conjunção coordenativa (no caso, *e*), usarmos a partícula negativa *nem*, considerando que ela

[16] Estes exemplos são extraídos de Peres (1997).

realiza simultaneamente a função de operador de coordenação e de operador de negação da estrutura oracional que introduz. Vejam-se as possibilidades:

(43) a. Os salários *não* subiram *nem* os impostos baixaram.
b. *Nem* os salários subiram *nem* os impostos baixaram.

Se tivermos em conta que a coordenação copulativa de duas orações negativas (*não* p *e não* q) é equivalente à negação da disjunção das afirmativas correspondentes (*não é verdade que* [p *ou* q]), pode-se admitir a hipótese de estarmos perante uma disjunção negada, nos seguintes termos: o operador negativo da primeira oração teria escopo sobre a construção de coordenação no seu todo e a partícula *nem* que introduz a segunda oração coordenada seria a forma assumida pelo operador de disjunção (*ou*) num processo de concordância negativa (que será caracterizado em 14.4.1). Esta hipótese é tanto mais plausível quanto são conhecidos outros casos (como os do paradigma (11), subsecção 14.1.3.1.2) em que o operador de negação oracional ganha escopo sobre a frase gerada por coordenação.

14.2.3 Construções especiais de negação oracional

Agrupam-se nesta subsecção construções de negação que consistem em formas marcadas de realização da negação oracional, resultantes quer de uma duplicação do operador de negação, com anulação do valor negativo (caso da dupla negação – 14.2.3.1), quer da ocorrência de um operador suplementar de negação, com mero valor de reforço (na negação reforçada – 14.2.3.2), quer ainda da emergência de um operador de negação oracional sem valor semântico (na negação expletiva – 14.2.3.3).

14.2.3.1 Dupla negação

O português, como presumivelmente a maioria das línguas naturais, apresenta genuínos casos de dupla negação, do tipo conhecido do Cálculo Proposicional, em que dois operadores negativos ocorrem em sequência, anulando-se mutuamente. No entanto, esta possibilidade não é inteiramente livre, estando antes sujeita a duas fortes restrições: por um lado, os dois operadores têm de ser diferentes e, por outro, não podem ocorrer em qualquer ordem. Os seguintes são dados consensuais:

(44) a. Vou responder, *não sem* antes consultar um jurista.
b. *Não deixa* de ser curioso o que me estás a dizer.
c. O artigo foi contundente, *sem deixar* de ser tolerante.

Note-se que as construções de dupla negação envolvem tanto a negação oracional propriamente dita (comum, de subordinação e de coordenação) como o verbo negativo *deixar*. Quanto à ordem dos operadores, facilmente se pode verificar que só as três possibilidades dadas acima são aceites.

Importa não confundir os casos de dupla negação com os que apresentam dois operadores negativos associados a verbos diferentes – e, por isso, defensavelmente, a diferentes proposições –, como na sequência muito comum *como não podia deixar de ser* (presente, por exemplo, na frase *como não podia deixar de ser, chegámos atrasados*), onde o operador *não* está associado ao verbo modal *poder* e o verbo negativo *deixar* está aplicado a uma proposição construída com o verbo *ser* (aqui, significando *acontecer* ou *ocorrer*).

14.2.3.2 Negação reforçada

O fenómeno da **negação reforçada**, em que se usa um operador negativo para reforçar o valor de negação já expresso por um outro operador negativo, é atestado por frases do tipo *não sei, não* (por exemplo, como resposta à pergunta *sabe que horas são?*). Nestes casos, o operador negativo que ocupa a posição pré-verbal é repetido no final da mesma frase, o que distingue a negação reforçada de uma reiteração proposicional discursiva – isto é, de uma repetição de uma proposição, embora reduzida ao operador negativo, com função discursiva. Comparem-se as duas construções e veja-se até a sua combinação:

(45) A – Sabe que horas são?
B1 – *Não* sei, <u>não</u>. [reforço]
B2 – *Não*, *não* sei. [reiteração]
B3 – *Não*, *não* sei, <u>não</u>. [reiteração e reforço]

Note-se que o efeito de reforço pode ser obtido pela aplicação de outros operadores negativos. É o que temos nos exemplos que se seguem (a interpretar como pequenos diálogos), onde *nada* ou *coisa/coisíssima nenhuma* não desempenham qualquer função argumental ou onde *nenhum* não tem função de quantificação nominal:

(46) A – Vai chover!
B – <u>Não</u> vai chover *nada*./<u>Não</u> vai *nada* chover./<u>Não</u> vai chover *coisa nenhuma*./
<u>Não</u> vai chover *coisíssima nenhuma*.

(47) A – Foste tu o culpado!
B – <u>Não</u> fui *nada* (eu)!

(48) A – Estou com uma forte gripe.
B – <u>Não</u> estás com gripe *nada*, estás é com preguiça!

14.2.3.3 Negação expletiva

É frequente a ocorrência de operadores negativos que não têm qualquer valor semântico, dando origem a genuínas falsas negações oracionais. Designaremos **negação expletiva** o tipo de construções em que tal se verifica e distinguiremos dois subtipos. Num deles, o operador negativo expletivo pode ser caracterizado como uma espécie de duplicação relativamente a alguma expressão de caráter igualmente negativo ocorrente no contexto – por exemplo, um operador de negação oracional ou um verbo de caráter negativo (como *evitar*, *impedir* ou *proibir*). Este tipo de negação expletiva tem sido designado **negação expletiva redundante**[17]. Noutro subtipo, não existe qualquer unidade de valor negativo na oração que justifique a ocorrência do operador negativo expletivo. Em qualquer dos casos, trata-se de construções sobre que é difícil – e talvez imprudente – proferir juízos de gramaticalidade, sendo de admitir, pela sua grande frequência, que já estão legitimadas como marcadores

[17] Esta designação padece de alguma impropriedade, uma vez que, por um lado, o operador expletivo, semanticamente nulo, aparece em lugares da frase onde não se aplica o valor negativo do primeiro operador e, por outro, pode nem sequer existir identidade formal entre a unidade negativa com valor semântico e a unidade tomada como "redundante".

enfáticos. Comecemos por ver casos ditos de negação redundante (onde o operador em itálico constitui o elemento entendido como redundante em relação ao que aparece sublinhado):

(49) a. Não tarda muito que *não* chova!
b. É difícil não lermos estes resultados *sem* um profundo sentimento de nostalgia. (*Público*, 18.03.1999)
c. não se passa um único dia sem que as federações do patronato *não* façam declarações alarmistas. (*Expresso*, 27.04.1996)
d. Não poderia *deixar* de fazer outra coisa. (*Público*, 16.11.1996)
e. Fui ver o que se passava com a famosa lei 50/90 e verifico, com espanto, que nada de novo ela altera ao que tacitamente *não* estivesse já disperso por algumas leis. (*Público*, 27.03.1994)
f. tal não *impediu* que *não* houvesse críticas violentas à actual direcção (*Público*, 13.10.1991)

Vejamos agora exemplos de **negação expletiva não redundante**:

(50) a. As coisas que eles *não* terão dito!
b. O que eles *não* terão sofrido para subir aquela montanha!
c. Quantas pessoas eu *não* conheço que aceitariam este trabalho!
d. Imagino o que *não* vai ser preciso gastar nestas obras!
e. Se o local não ficou mais bonito, está agora, pelo menos, com a cara lavada e um ar mais arrumado, até que o vandalismo, um dos receios dos vendedores, *não* dê cabo da estética. (*Público*, 13.11.1996)
f. Podemos sempre interrogar-nos sobre o que *não* teria já acontecido em alguns dos países para onde a ONU costuma mandar missões de fiscalização das eleições para avaliarem se elas foram limpas e justas. (*Expresso*, 18.11.2000)

14.3 Aspetos particulares da negação quantificacional

A negação de constituintes quantificacional aqui descrita é realizada pelos operadores negativos *não* e *nem* e pelas expressões autonegativas, já referidas em 14.1.3.2. Quando aplicados a um quantificador, os operadores *não* e *nem* dão origem a um constituinte negativo, que designamos **quantificador negativo**[18], sendo o quantificador de base a que se aplica o operador designado **quantificador positivo**. A partir dos quantificadores negativos, de contagem ou de medição (cf. Cap. 21), formam-se **sintagmas negativos** (nomeadamente, nominais e adverbiais). Os sintagmas negativos podem também ser obtidos por aplicação de *nem* a constituintes de outras classes além dos quantificadores, nomeadamente a nomes próprios, sintagmas determinados e sintagmas nominais coordenados, como se verá já de seguida e em 14.3.2.2, adiante.

O primeiro tipo de negação de constituintes quantificacional aqui considerado (em 14.3.1) é a **negação da universalidade** (como em *nem todos* ou *nem sempre*). Em segundo lugar (14.3.2), vêm os constituintes de **negação existencial**, realizada por

[18] É bastante comum o uso da designação "quantificador negado" para expressões compostas com *não* (ou seus equivalentes noutras línguas) e "quantificador negativo" para as expressões a que aqui chamamos "autonegativas" (como *ninguém*).

expressões como *ninguém*, *nada*, *nem um elefante* ou *nem o Pedro nem a Ana*. Em terceiro lugar (14.3.3), são introduzidos os constituintes de **negação de cardinalidade**, realizada, por exemplo, por *nem dez* ou *nem metade*. Do ponto de vista semântico, as negações existencial e de cardinalidade constituem formas de **negação da igualdade ou superioridade**, dado que em ambos os casos é transmitida a informação de que uma determinada quantidade não é igual nem superior a um dado valor (ou, equivalentemente, é inferior a esse valor) – por exemplo, com *nenhum* (que nos remete para o número 0, inferior a 1), ou *nem vinte* (que nos remete para valores inferiores a 20)[19]. Rigorosamente, também a negação de universalidade poderia caracterizar-se nestes termos, embora neste caso só a negação da igualdade seja relevante. Tanto a negação da universalidade como a de cardinalidade são realizadas pelo operador *nem*. Passa-se o mesmo com a negação existencial, com exceção da negação existencial de classe, que é efetuada pelas expressões autonegativas.

Em quarto e último lugar (14.3.4), são apresentados os constituintes negativos que exprimem **negação da inferioridade** ou **negação da superioridade**, isto é, que negam que a quantidade de entidades sobre que se predica seja inferior (*não poucos*, *não menos de cem*) ou superior (*não muitos*, *não mais de vinte*) a um valor expresso por um numeral ou contextualmente subentendido. São todos formados com o operador *não*.

14.3.1 Negação da universalidade

A negação da universalidade constitui uma forma de **negação da igualdade** (a um determinado valor quantitativo, no caso o número total dos membros de um conjunto). Realiza-se pela aplicação de *nem* a um quantificador universal, de contagem ou de medição, precedido ou não de preposição, ou a uma expressão adverbial que incorpore o valor do quantificador (como é o caso de *sempre*):

(51) a. *Nem todos* os estudantes tinham lido o livro.
b. *Nem todos* os membros desta equipa levantariam esta pedra.[20]
c. *Nem* em *toda* a gente se pode confiar.
d. *Nem todo* o campo está lavrado.
e. *Nem* por *todos* os meus amigos me sacrificaria tanto.
f. *Nem* em *toda* a parte se vive em liberdade.
g. *Nem sempre* podemos estar bem dispostos.

Note-se que em todas estas frases o operador *nem* surge em posição inicial de frase. Uma das características deste tipo de negação reside precisamente na impossibilidade de a sequência formada por *nem* e o constituinte de valor universal a que está aplicado ocupar outra posição na frase. De facto, um constituinte de negação de universalidade com *nem* só pode surgir em posição não inicial numa oração se outro constituinte for topicalizado, como em *o livro, nem todos os estudantes o tinham lido* (no caso, o constituinte inicial *o livro* está deslocado para a posição inicial).

A rigidez posicional da estrutura de *nem* aplicado a um quantificador universal poderia sugerir estarmos perante uma forma de negação oracional externa semelhante à negação oracional de subordinação. Esta hipótese parece, porém,

[19] A importância desta macroclasse é manifesta no papel que desempenha no fenómeno da concordância negativa (cf. 14.5.1).
[20] A frase é ambígua entre leitura coletiva e leitura distributiva, facto aqui irrelevante.

pouco plausível, perante a impossibilidade de intercalação de operadores adverbiais, típica da negação oracional externa:

(52) a. **Nem*, {possivelmente/é claro}, todos os estudantes tinham lido o livro.
b. **Nem*, {naturalmente/é claro}, sempre podemos estar bem dispostos.

Também não encontramos nesta construção a capacidade de o operador negativo ter escopo sobre uma estrutura de coordenação oracional, como a que permite o *sem* de negação externa (cf. (42a)). Tudo somado, e apesar de a negação da universalidade não exibir propriedades de outros constituintes negativos (cf. 14.4), a diferenciação em relação à negação oracional externa e ainda a clara associação semântica existente entre o operador negativo e a expressão com valor de quantificação universal são motivação bastante para que incluamos estas construções no âmbito da negação de constituintes.

14.3.2 Negação existencial

A **negação existencial** apresenta três subtipos: (i) a **negação existencial de classe** (realizada pelas expressões autonegativas, como *ninguém* e *nada*), (ii) a **negação existencial particularizada** (como em *nem o Pedro* ou *nem um elefante*) e (iii) a **negação existencial enumerativa** (como em *nem o Pedro nem a Ana*). Cada uma será tratada em subsecção própria.

14.3.2.1 Negação existencial de classe

A **negação existencial de classe** é realizada pelas expressões autonegativas, que incluem o quantificador *nenhum* (ou suas variantes no feminino e no plural), os sintagmas nominais *ninguém* e *nada* e os sintagmas adverbiais *nunca* e *jamais* (e ainda *nenhures*, com o significado de *em nenhum lugar*, expressão caída em desuso). Seguem-se alguns exemplos:

(53) a. *Nenhum problema* ficará sem solução.
b. *Ninguém* se aborreceu.
c *Nada* me afastará dos meus objetivos.
d. *Nunca* fui à Ásia.
e. Eu *jamais* entraria num submarino.

Como sugere o epíteto "autonegativo", os constituintes negativos em causa exprimem por si mesmos não só um valor de operador negativo, mas também o valor sobre o qual este opera, que no caso é o de quantificação existencial. É o que acontece com *nenhum* (resultante da aglutinação da sequência do português antigo *nem huum*, formada por um operador negativo e um quantificador existencial). Nos outros casos, a expressão autonegativa veicula ainda o domínio de operação do próprio quantificador (o conjunto das pessoas no caso de *ninguém*, o conjunto das coisas no caso de *nada* e um conjunto de intervalos de tempo nos casos de *nunca* e *jamais*).

Deve ficar claro que as expressões autonegativas, embora tenham hoje um valor negativo, não resultam todas da incorporação, na sua estrutura morfológica, de um elemento que tivesse em latim ou no português antigo o estatuto de genuína partícula de negação. Na verdade, tal componente negativo – naturalmente já não reconhecido pela generalidade dos falantes atuais – está presente em *nenhum*, em *ninguém*

(palavra derivada da sequência latina *nec quem*), e também em *nunca* (derivado da sequência latina *ne umquam*), mas o mesmo já não se pode dizer de *nada*, resultante da redução da expressão latina acusativa *rem natam*, que literalmente significava 'coisa nascida' e, figurativamente, 'coisa insignificante', tendo por isso o valor "minimizador" que muitas línguas incorporam na formulação do seu sistema de negação[21].

Semântica e sintaticamente semelhantes, no essencial, às do grupo acabado de referir, se bem que estilisticamente mais marcadas, são as expressões formadas por combinação do operador *nenhum* (ou suas variantes no feminino e no plural) com um nome precedente:

(54) a. *Homem nenhum* cometeria tal infâmia.
b. *Obstáculo nenhum* me afastará do meu rumo.

São-no ainda expressões formadas por combinação do operador *algum* (ou suas variantes no feminino e no plural) com um nome precedente:

(55) a. *Homem algum* cometeria tal infâmia.
b. *Obstáculo algum* me afastará do meu rumo.

As expressões em itálico nas frases (54) e (55) são autonegativas e poderiam ser substituídas, sem alteração do significado, por *nenhum homem* e *nenhum obstáculo*.

Note-se que, com o valor que têm nas frases (53)-(55), a posição canónica das expressões autonegativas é pré-verbal, não sendo gramatical uma sequência como **ficará sem solução nenhum problema*. Para que a expressão autonegativa possa ocorrer em posição pós-verbal, a oração tem de conter um operador negativo pré-verbal. Observem-se em conjunto os contrastes relevantes:

(56) a. *Nenhum problema* ficará sem solução.
b. *Ficará sem solução *nenhum problema*.
c. *Não* ficará sem solução *nenhum problema*.

A construção de (56c) é uma construção de **concordância negativa** (cf. 14.4.1), peculiar a numerosas línguas, incluindo o português.

Existem ocorrências excecionais de expressões autonegativas em posição pós-verbal, na ausência de outro operador negativo pré-verbal:

(57) a. O meu interesse por esse assunto é *nenhum*.
b. Ele parecia ter o olhar fixo em *nada*.

Este tipo de arranjo é ainda mais patente em estruturas de coordenação:

(58) a. Foram obtidos *poucos ou nenhuns resultados*.
b. Eles querem *tudo ou nada*.

A concluir esta subsecção, acentuam-se dois factos. Em primeiro lugar, que a existência de expressões autonegativas não é um fenómeno universal, havendo muitas línguas que não as possuem (na Europa, pelo menos, o basco, o gaélico

[21] Por exemplo, o catalão e o francês tomaram para o valor que o castelhano e o português atribuem a *nada* a parte nominal da expressão *rem natam*, com, respetivamente, *res* e *rien*, à semelhança, aliás, do português medieval, com *rem/ren*. Outros exemplos de minimizadores integrados num sistema de negação são, no francês, *pas* (literalmente, 'passo', valor reduzido de medida de comprimento) e *point* (literalmente, 'ponto').

escocês, o irlandês, o estónio, o finlandês e o lapão). Em segundo lugar, que a existência de expressões autonegativas é totalmente independente do fenómeno da concordância negativa. Na verdade há línguas que possuem expressões autonegativas e não realizam concordância negativa (como o inglês e o alemão) e as que possuem tais expressões e realizam tal fenómeno (entre as quais se conta o português, juntamente com, entre outras, as restantes línguas românicas, as línguas eslavas, o húngaro ou o grego).

14.3.2.2 Negação existencial particularizada

As construções que classificamos como **negação existencial particularizada** realizam-se todas com o operador *nem*. No plano semântico, podemos distinguir vários subtipos desta forma de negação. Num primeiro, o domínio sobre que opera a negação existencial pode envolver qualquer classe de entidades – entidades físicas, situações, intervalos de tempo, etc. (com exceção de graus de uma escala, que caracterizam o segundo subtipo). O domínio não é explicitamente identificado, sendo antes obtido por inferência a partir de sintagmas que referem uma parte do domínio em questão – nomeadamente, sintagmas nominais (que podem ser nomes próprios), como em (59), ou sintagmas preposicionais, como em (60) – e a partir do conhecimento da realidade que os interlocutores partilham:

(59) a. *Nem o Paulo* respondeu à pergunta.
b. *Nem os melhores alunos* responderam à pergunta.
c. *Nem o leão* é tão feroz.
d. *Nem a água de dois rios* tornaria esta terra produtiva.
e. *Nem um elefante* derrubava este muro.

(60) a. Este verão *nem no Algarve* fez bom tempo.
b. *Nem de noite* se consegue estacionar nesta rua.

Sem podermos entrar nos pormenores de todas estas construções de negação existencial particularizada, analisemos o valor semântico de apenas duas delas. À semelhança do que já vimos em 14.1.3.2 com a frase *nem a Ana dançou*, a frase (59a) veicula três informações: (i) explicitamente, diz que o indivíduo Paulo (explicitamente referido) não respondeu a uma dada pergunta; (ii) implicitamente (por implicatura convencional, isto é, como uma proposição implícita associada de forma sistemática a uma determinada expressão – cf. Nota 10), informa que era de esperar que ele tivesse respondido; (iii) de novo implicitamente, assere que também não respondeu mais nenhum membro de um conjunto relevante no contexto (por exemplo, a turma do Paulo), o conjunto que constitui o domínio de quantificação. Assim sendo, e em termos informais, a frase está a excluir um indivíduo de uma determinada propriedade (daí tratar-se de uma negação "particularizada"), mas está igualmente a excluir todos os membros de um dado conjunto da mesma propriedade (daí tratar-se de uma negação "existencial"). Por sua vez, a frase (59e), *nem um elefante derrubava este muro*, exprime a convicção do falante de que não existe qualquer entidade (conceptualmente e discursivamente relevante) que possa derrubar o muro em questão, nem mesmo uma entidade que era suposto poder fazê-lo por representar um valor máximo numa escala (informal) subentendida (entidade

que é referida por meio do sintagma indefinido *um elefante* inserido num contexto oracional genérico – cf. Cap. 21.8.3).

Num segundo subtipo de negação existencial particularizada, o domínio da quantificação negativa é também inferencialmente identificado a partir de, nomeadamente, sintagmas nominais ou preposicionais, mas estes servem agora para referir um grau de uma escala (ou uma posição num qualquer conjunto ordenado). É o que temos nos dados seguintes:

(61) a. O carro *nem a* Coimbra chegou.
b. A lenha que comprei *nem até a*o Natal durou.
c. *Nem em* dez anos o país vai recuperar desta crise.
d. O depósito *nem* cinquenta litros comporta.
e. O pilar *nem* uma tonelada aguenta.
f. O prédio ainda *nem* o segundo andar alcançou.
g. Este carro *nem* cem quilómetros por hora atinge.

Em (61a), é identificado um ponto (Coimbra) num percurso; a seguir, um intervalo de tempo (uma dada época de Natal), uma quantidade de tempo (dez anos), um valor de capacidade (cinquenta litros), um valor de massa (uma tonelada), um valor informal de altura (um segundo andar) e, por último, um valor de velocidade (100 km/h). Acentue-se uma vez mais a relação de implicatura presente nas construções de negação existencial particularizada: em todas as frases de (61), é induzida a suposição de que se esperava que a situação se verificasse pelo menos no ponto da escala particularizado (que o carro chegasse pelo menos a Coimbra, que o país recuperasse da crise em dez anos, que o pilar aguentasse pelo menos uma tonelada, etc.). Pormenorizando um pouco mais a análise de (61c), a título de exemplo, verificamos que o falante deixa implícito que os distintos intervalos de tempo em que se pode verificar a recuperação de uma certa crise por parte de um determinado país têm graus de razoabilidade diferentes e que, para ele, o intervalo de dez anos se situa nos limites do razoável; por outro lado, assere expressamente que o país não recuperará nem nesse intervalo de tempo razoável nem, por consequência também implícita, em qualquer intervalo menor do que esse[22].

Num terceiro subtipo de negação existencial particularizada, o domínio de quantificação negativa é identificado por meio de orações precedidas pelo operador *nem*:

(62) a. *Nem que eles começassem o trabalho* eu consegui.
b. *Nem ouvir falar desse assunto* eu quero.

(63) A – Vamos ao cinema?
B – *Nem* sonhes!

Nas frases de (62), particulariza-se uma situação (respetivamente, começar um dado trabalho e ouvir falar de um dado assunto), excluindo-se essa situação e com ela todas as outras que se lhe associam numa sequência escalar de significado

[22] Note-se que só aparentemente estamos perante a negação de cardinalidade que será descrita em 14.3.3. Na verdade, o numeral cardinal que ocorre no sintagma nominal *dez anos* da frase em causa não serve para estabelecer uma quantidade de entidades, mas antes para identificar a dimensão global de um intervalo de tempo, isto é, uma quantidade de tempo: um intervalo de dez anos, por oposição a um de cinco ou a outro de quinze, etc.

(p.e., no primeiro caso, as situações que vão de fazer um pouco do trabalho, passando por fazer metade, até fazer o trabalho na totalidade). Por sua vez, na réplica do diálogo de (63), está subentendida uma gradação entre a situação de sonhar em ir ao cinema e a situação de ir efetivamente.

Um quarto subtipo de negação existencial particularizada é ilustrado em (64), onde ocorre também com o operador *nem* seguido de uma oração, mas tendo esta agora um valor condicional concessivo (ou incondicional):

(64) a. *Nem que eu perca o emprego* eu assino esta carta.
b. *Nem que não me deite* eu consigo acabar este trabalho.

Note-se que as frases de (64) são ambíguas. Numa das interpretações destas frases, que aqui é irrelevante, não está presente qualquer valor negativo, funcionando *nem* como uma simples conjunção subordinativa incondicional (ou condicional concessiva), substituível por *mesmo que* ou *ainda que*. Nesta leitura, a frase (64a) é equivalente a *mesmo que perca o emprego, eu assino esta carta*. Na outra interpretação, de negação existencial particularizada, que é a que aqui interessa por envolver negação, (64a) é equivalente a *perca eu ou não perca eu o emprego, eu não assino esta carta*. Ou seja, a frase exprime a disposição do locutor de não permitir que nenhuma (valor de negação existencial) de duas situações que esgotam todas as possibilidades do real (a situação explicitada de o locutor perder o emprego e a situação implícita de não perder) possa conduzir a um outro evento (a assinatura de uma dada carta). Adicionalmente, veicula de modo implícito a informação de que se esperaria que da previsão de a entidade em causa vir a perder o emprego decorresse a não assinatura da carta. Quanto a (64b), uma paráfrase será *deite-me eu ou não me deite, eu não consigo acabar o trabalho* e o seu significado analisa-se nos mesmos moldes do da frase anterior.

14.3.2.3 Negação existencial enumerativa

Obtém-se uma construção de **negação existencial enumerativa** em posição pré-verbal com coordenação de constituintes não oracionais por meio de uma dupla ocorrência de um operador *nem*, como em (65):

(65) a. Nem *o Pedro* nem *a Ana* foram à festa.
b. Pelo que vejo, aqui nem *trabalhar* nem *descansar* se consegue.
c. Nem *prazer* nem *lucro* eu obtive com este trabalho.
d. Nem *com açúcar* nem *sem açúcar* eu gosto de café.
e. Nem *de dia* nem *de noite* se pode estacionar nesta rua.
f. Nem *ontem* nem *hoje* a Ana foi à Faculdade.

Em posição pós-verbal, pode verificar-se tanto a dupla ocorrência de *nem* (*não foram à festa* nem *o Pedro* nem *a Ana*) como apenas uma (*não foram à festa o Pedro* nem *a Ana*). Trata-se, em ambos os casos, de construções de concordância negativa (cf. 14.4.1).

14.3.3 Negação de cardinalidade

A **negação de cardinalidade** é, como já foi dito, apenas um subtipo da negação da igualdade ou superioridade, realizada por *nem* seguido de um numeral (cardinal ou fracionário), como nos exemplos seguintes:

(66) a. *Nem vinte estudantes* tinham lido o livro.
b. *Nem metade dos estudantes* tinham lido o livro.

Uma frase como *nem um estudante respondeu à pergunta* constitui também uma forma de negação de cardinalidade, equivalente a uma negação existencial de classe com *nenhum*. Apesar desta equivalência, as duas construções têm propriedades sintáticas diferentes, como adiante se verá.

Dependendo dos predicados envolvidos, a negação de cardinalidade pode permitir ambiguidade entre leitura distributiva e leitura coletiva, como nestes casos:

(67) a. *Nem cinco homens* levantam este piano.
b. *Nem um quarto destes homens* levantam este piano.

O valor de implicatura convencional já apontado em relação às construções de negação existencial particularizada surge também com a negação de cardinalidade. Assim, por exemplo, numa frase como (66a), o operador *nem* induz a informação implícita de que seria razoável esperar que pelo menos vinte estudantes tivessem lido o livro em causa, e não, como diz a frase, que o valor de vinte não tivesse sido nem igualado nem superado.

14.3.4 Negação da inferioridade e negação da superioridade

A **negação da inferioridade** e a **negação da superioridade** obtêm-se por aplicação do operador negativo *não* a um quantificador positivo, de contagem ou de medição (cf. Cap. 21.5.1). Num primeiro subtipo, o quantificador positivo pode ser *pouco* ou *poucos* (para a negação da inferioridade) ou *muito*, *muitos* (para a negação da superioridade), que exprimem uma avaliação de quantidade ou subjetiva ou contextual. Resultam quantificadores negativos como os que aparecem em *não poucos problemas*, *não muitas pessoas*, *não pouco trabalho* ou *não muito entusiasmo*. Num outro subtipo, o quantificador positivo contém um elemento relacional, *mais* ou *menos,* aplicado a um quantificador numeral (cardinal ou fracionário) ou a um quantificador de medição. Resultam quantificadores negativos como os que ocorrem em *não menos de vinte toneladas de trigo* ou *não mais de cem pessoas*. Semanticamente, este tipo de negação exclui ou um valor quantitativo que seja inferior (como acontece com *não poucos* ou *não menos de*) ou superior (*não muitos*, *não mais de ...*) relativamente a um valor expresso (por um numeral ou por um quantificador de medição) ou contextualmente subentendido. O Quadro 3 ilustra, para os quantificadores de contagem, o paralelismo entre as formas positivas e as correspondentes versões negativas com *não*:

QUANTIFICADOR POSITIVO	OPERADOR	QUANTIFICADOR NEGATIVO
poucos	não	não poucos
muitos		não muitos
menos de NUMERAL		não menos de NUMERAL
mais de NUMERAL		não mais de NUMERAL

Quadro 3 – Quantificadores de contagem negativos com o operador *não*

Seguem-se exemplos vários de sintagmas nominais negativos de inferioridade ou de superioridade. Os de (68) envolvem quantificação de contagem e os de (69) de medição:

(68) a. *Não poucos erros* foram detetados no processo.
b. Encontrámo-nos em *não poucas ocasiões*.
c. *Não muitas pessoas* conheciam o segredo do cofre.
d. *Não menos de mil polícias* vigiaram a manifestação.
e. *Não mais de cinco pessoas* presenciaram a cena.
f. *Não mais de metade dos sócios* estiveram na reunião.

(69) a. O juiz revelou *não pouco sentido de humor*.
b. Saberemos o resultado dentro de *não muito tempo*.
c. Foram consumidos *não menos de cem litros de sumo*.

Noutros casos, o quantificador exprime grau e está aplicado a um adjetivo, a um advérbio ou a um sintagma preposicional, dando origem a sintagmas negativos adjetivais e adverbiais ou de valor adverbial:

(70) a. O ambiente era *não muito convidativo*.
b. Trata-se de uma obra *não muito apelativa*.
c. O trabalho foi feito *não muito depressa*.
d. O trabalho foi feito *não tão depressa como era preciso*.
e. Vejo isso com *não pouca preocupação*.

14.4 Construções associadas à negação

A negação constitui um domínio diversificado de construções e valores semânticos. No presente capítulo, foram até agora analisadas diferentes formas de construção negativa, na perspetiva da sua estrutura interna, e foram consideradas diferentes relações de escopo que os operadores negativos podem manter na frase. Na presente secção, observam-se outras interações das construções negativas com constituintes oracionais, a saber: (i) a concordância negativa, (ii) a polaridade negativa, (iii) a legitimação de apêndices interrogativos e enfáticos e (iv) algumas relações de coordenação e elipse. A seguir, na secção 14.5, faz-se a síntese do resultado da observação de algumas destas interações relativamente a uma tipologia, predominantemente semântica, da negação.

14.4.1 Concordância negativa

No português atual, a concordância negativa caracteriza-se pela ocorrência de um constituinte negativo nas seguintes condições: (i) colocado em posição pós-verbal, (ii) sob o escopo de negação oracional ou de outro constituinte negativo adequado em posição pré-verbal e (iii) sem veicular qualquer valor negativo[23]. No paradigma que se segue, a frase (71a) apresenta uma realização elementar de concordância negativa. Por sua vez, (71b) permite verificar que a ausência do constituinte negativo pré-verbal gera agramaticalidade.

[23] Para uma visão histórica da concordância negativa em português, particularmente das fases em que se realizava também com constituintes pré-verbais (como em *ninguém não veio*), veja-se Martins (1997).

(71) a. A Ana não viu *ninguém*.
b. *A Ana viu *ninguém*.

Do ponto de vista semântico, o ingrediente essencial da construção de concordância negativa reside no valor positivo do elemento negativo pós-verbal (em (71a), *ninguém*). No caso de uma frase como (71a), esse valor positivo é evidenciado pela equivalência da frase a *não é verdade que a Ana viu alguém*. Note-se que, no caso concreto de (71a), a expressão autonegativa *ninguém* não pode ser substituída sem mais pelos sintagmas nominais indefinidos *alguém* ou *uma pessoa* (donde o recurso a uma paráfrase com *não é verdade que*). Tal deve-se, porém, apenas às condições próprias de ocorrência dos sintagmas com determinantes indefinidos (cf., no que respeita a *alguém*, o Cap. 21, e, acerca da interpretação do indefinido *um* sob o escopo da negação, o final da subsecção 14.2.1.2, acima)[24]. De facto, na presença de certos fatores sintáticos, nomeadamente orações relativas, a variação entre uma expressão negativa como *ninguém* e a correspondente expressão positiva *alguém* é inteiramente livre, como nas frases seguintes: *a Ana não viu ninguém/alguém que a pudesse ajudar* ou *a Ana não quer que ninguém/alguém a oiça a tocar piano*.

Numa perspetiva integrada da gramática, importa responder a três questões. As duas primeiras são indissociáveis: (i) quais os constituintes negativos que podem ocorrer em concordância negativa e (ii) do ponto de vista semântico, qual a função da concordância negativa (supondo que existe e é passível de definição)? A terceira questão tem a ver com os operadores que legitimam o fenómeno, isto é, os **legitimadores da concordância negativa**.

A resposta à primeira pergunta é simples: os constituintes negativos que entram no processo de concordância negativa (isto é, os elementos concordantes), muito mais abundantes do que a literatura em geral dá a entender, são, no âmbito da negação quantificacional, todos os constituintes de negação existencial (vistos em 14.3.2) e de negação de cardinalidade (vistos em 14.3.3). Seguem-se exemplos:

❖ Concordância negativa e negação existencial de classe (cf. 14.3.2.1)

(72) a. Não veio *ninguém*.
b. Eu não disse *nada*.
c. Eu não disse isso a *ninguém*.
d. Não estive doente *nunca*.
e. Eu não disse *nada* a *ninguém*.
f. Eu não disse *nada* a *ninguém* (*nunca, em lugar nenhum*).

❖ Concordância negativa e negação existencial particularizada (cf. 14.3.2.2)

(73) a. Não respondeu à pergunta *nem o melhor aluno*.
b. Não derrubava este muro *nem um elefante*.
c. Este verão não esteve bom tempo *nem no Algarve*.
d. Não se consegue estacionar nesta rua *nem de noite*.
e. Não quero *nem ouvir falar desse assunto*.

[24] Tais condições levam a que uma frase como *a Ana não viu alguém* não signifique que não houve uma única pessoa que a Ana tivesse visto, mas antes que há uma pessoa particular que a Ana não viu. Por outras palavras, na estrutura sintática em causa *alguém* tem escopo largo sobre a negação.

f. Não conto tudo o que sei *nem que me matem*.
g. O depósito não comporta *nem cinquenta litros*.

❖ Concordância negativa e negação existencial enumerativa (cf. 14.3.2.3)

(74) a. Não foram à festa *nem* o Pedro *nem* a Ana.
b. A Ana não foi à Faculdade *nem* ontem *nem* hoje.

❖ Concordância negativa e negação de cardinalidade (cf. 14.3.3)

(75) a. Não vi *nem um lobo*.
b. Não tinham lido o livro *nem vinte estudantes*.

A concordância negativa pode também envolver quantificação de grau, como em (76), ou valores escalares de natureza não quantificacional, como em (77):

(76) a. O diretor não foi *nada simpático*.
b. A história não me pareceu *nada interessante*.

(77) a. O Pedro não é *nem licenciado*.
b. Isto não é *nem um hotel de três estrelas*.

Se partirmos das construções existenciais e cardinais de (72)-(75), a resposta à questão semântica é igualmente simples: a concordância negativa marca um valor quantificacional de negação da igualdade ou superioridade. Se atendermos também às construções predicativas e de grau de (76)-(77), a generalização mantém-se. Em suma, pode-se dizer que, em português, as expressões que entram em concordância negativa com um operador negativo que as legitima têm um valor real positivo (que é sempre um valor de igualdade ou superioridade) e que a forma negativa (concordante) que essas expressões assumem funciona como um indicador de que está presente na posição adequada um operador de negação que nega tal valor positivo.

Quanto à questão dos operadores que, em posição pré-verbal, legitimam a concordância negativa, essa não tem uma resposta simples. Uma verificação óbvia é que são elementos legitimadores da concordância negativa as negações oracionais e todas as negações existenciais. Vejam-se exemplos de alguns casos ainda não ilustrados (em que o elemento legitimador da concordância negativa vem sublinhado):

(78) a. A Ana nem viu *ninguém*.
b. O Paulo saiu sem se despedir de *ninguém*.
c. Ninguém disse *nada*.
d. Nem o Pedro fez *nada*.
e. Nem nas esplanadas se via *nenhum turista*.
f. Nem que me matem eu conto *nada do que sei*.

Acontece, porém, que a propriedade semântica que unifica todas as estruturas legitimadoras[25] parece ser apenas condição necessária, mas não suficiente para a legitimação. E isto porque existe um tipo de sintagma nominal negativo que também exibe essa propriedade e que não legitima a concordância negativa: o sintagma

[25] Em termos lógicos, a "antiaditividade" (cf. Zwarts 1995).

nominal com o quantificador negativo *nem um*. A não legitimação da concordância negativa por este tipo de sintagma nominal é visível no contraste entre as frases do par que se segue:

(79) a. Nenhum jornalista *fez nenhuma pergunta*.
b. ??Nem um jornalista *fez nenhuma pergunta*.

Se este contraste for geralmente claro para os falantes, é de admitir que, para além das condições semânticas de legitimação da concordância negativa, exista uma condição sintática que se verifica nas estruturas com negações oracionais e existenciais, mas não nas que contêm o quantificador negativo *nem um*.

A concluir esta subsecção sobre construções de concordância negativa, referiremos ainda dois factos. O primeiro é a existência de construções de **concordância negativa múltipla**, de que se seguem exemplos (com o elemento legitimador sublinhado e os elementos concordantes em itálico):

(80) a. Não vi a Ana *nem nenhuma colega*.
b. Não vi *nem* a Ana *nem nenhuma colega*.
c. Não encontrei *nenhum estudante nem nenhum professor*.
d. Não encontrei *nem nenhum estudante nem nenhum professor*.
e. O partido do Governo não discutiu *nenhuma proposta da oposição nem* fez *nenhuma alteração à lei*.
f. O partido do Governo nem discutiu *nenhuma proposta da oposição nem* fez *nenhuma alteração à lei*.

O segundo é que o processo de concordância negativa pode estabelecer-se entre um operador negativo e um constituinte colocados em domínios oracionais diferentes, num processo que pode denominar-se "concordância negativa transoracional"[26]. Vejam-se as frases que se seguem, com expressões intrinsecamente negativas a entrarem em concordância negativa com o operador negativo da oração principal:

(81) a. O Pedro não pediu que *ninguém* o ajudasse.
b. O Pedro não pediu que a Ana ajudasse *ninguém*.

Note-se que a primeira destas frases é ambígua, em virtude de *ninguém* poder ser interpretado como significando *alguém* (caso em que está em concordância negativa com o operador *não* da oração subordinante) ou *zero pessoas* (caso em que está a funcionar como uma expressão autonegativa pré-verbal, com força negativa no seu domínio oracional).

14.4.2 Polaridade negativa e positiva

Existem em várias línguas expressões que são sensíveis a determinados valores presentes no contexto (nomeadamente, valores aspetuais, valores de realidade e virtualidade e também valores de negação). Quando um conjunto de expressões se subdivide consoante a sensibilidade a valores opostos, diz-se que as expressões de cada grupo têm uma **polaridade** (no sentido, metaforicamente importado da física, em que são "atraídas" por um determinado valor) e qualifica-se essa polaridade com

[26] Sobre este assunto, ver Peres (2000).

a menção do valor a que são sensíveis[27]. Assim, se uma expressão é sensível à presença de um valor negativo no seu contexto, apenas podendo ocorrer se ele estiver presente, diz-se que essa expressão é uma **expressão** (ou **item**) **de polaridade negativa**. Se, pelo contrário, uma expressão só pode ocorrer num contexto positivo, diz-se que se trata de uma **expressão de polaridade positiva**. Sabe-se que várias línguas subdividem as suas expressões de polaridade negativa em função dos diferentes tipos de operadores negativos e das diferentes propriedades, particularmente semânticas, que os caracterizam. Não estando este estudo realizado para o português, apenas se apresentam alguns exemplos dos dois tipos de expressões, independentemente dos valores que as polarizam. Comecemos pelas expressões sensíveis à negação:

(82) a. Não fiz {*o mais pequeno*/*o menor*/*o mínimo*} esforço.
b. Não faço *a mínima* ideia do que se passa.
c. Ela não {*mexeu uma palha/levantou um dedo*}.
d. Não consegui *pregar olho* toda a noite.
e. Não se via *vivalma*.
f. Não se via *um palmo à frente do nariz*.
g. Não tínhamos um *tostão furado*.
h. Não quero perder *pitada* do que ele vai dizer.
i. Não entendi {*patavina*/*puto*/*peva*} do que ele disse.
j. Ela não ligou *pevide* ao que eu lhe disse.
k. Não sei *que diabo* ele quer.
l. Enquanto aqui esteve, ele não fez {*grande coisa/coisa que se visse/a ponta de um corno*}.
m. Isto não é *coisa que se faça*.
n. Fiquei sem *pinga de sangue*.

Note-se que, se o operador negativo for suprimido, deixamos de ter frases gramaticais. Vejam-se apenas alguns exemplos:

(83) a. *Neste momento, faço *a mínima ideia do que se passa*.
b. *Quando saí de manhã, via-se *um palmo à frente do nariz*.
c. *Acho que percebi *patavina* do que ele disse.

Importa salientar que alguns das expressões de polaridade negativa que surgem acima são também possíveis noutros contextos, nomeadamente com verbos de caráter negativo ou em frases interrogativas, o que sugere que a sua polaridade pode não ser exatamente negativa, mas relativa a outro tipo de valor:

(84) a. Duvido de que ele tenha feito *o mínimo esforço* para resolver o problema.
b. Ele negou que tivesse feito o *mínimo esforço* para influenciar os juízes.
c. Isto é *coisa que se faça*? (vs. **isto é coisa que se faça*.)
d. Sabes *que diabo* ele quer? (vs. **já sei que diabo ele quer.*)
e. Só tu é que deves saber *que diabo* ele quer.
f. Estive muito tempo acordado, mas depois lá consegui *pregar olho*.

[27] Em linguística, "polaridade" é pois um termo de uso geral, que não tem de se aplicar só à negação e que designa a distribuição sistemática de expressões em função de valores do contexto. Recentemente, a expressão "polaridade negativa" tem sido indevidamente usada, e sem qualquer vantagem, para substituir os termos mais simples "negação" e "valor negativo".

São curiosos casos de elipse em que parece poder anular-se o requisito de polaridade negativa numa estrutura coordenada:

(85) a. Eu não consegui *pregar olho* toda a noite, mas a Ana conseguiu.
b. O meu antecessor não fez *grande coisa*, mas eu vou fazer.

Seguem-se alguns exemplos de expressões que são sensíveis ao valor positivo, conforme se poderá comprovar passando as frases para a forma negativa:

(86) a. Ela é *extremamente*/*imensamente* simpática.
b. Ele *mal* falava.
c. Este argumento é *um pouco* estranho.
d. O conferencista *já* começou a falar.[28]
e. Tens *toda a razão*!
f. A – Não foste ao cinema?
B – *Antes* quis ficar em casa.

Notem-se de novo anulações de sensibilidade em casos de coordenação:

(87) a. O Pedro é *um pouco* estranho, mas o irmão não é.
b. Tu tens *toda a razão*, mas o teu irmão não tem.
c. A cantora *já* chegou, mas o pianista não.
d. A Ana *antes* quis ficar em casa, mas o irmão não.

14.4.3 Apêndices discursivos interrogativos e enfáticos

Em Klima (1964) foram apresentados vários testes sintáticos que visavam avaliar o caráter negativo (ou "negatividade") de frases do inglês, nomeadamente daquelas em que ocorrem expressões autonegativas. Um deles consiste na aplicação de uma estrutura interrogativa como apêndice em final de frase (em inglês, uma *tag-question*). Comecemos por ver a aplicação do teste apenas com uma simples frase afirmativa e a sua correspondente com negação oracional simples:

(88) a. *Os estudantes leram o livro, *leram*?
b. *Os estudantes leram o livro, *pois não*?
c. Os estudantes leram o livro, *não leram*?[29]

(89) a. Os estudantes não leram o livro, *leram*?
b. Os estudantes não leram o livro, *pois não*?[30]
c. *Os estudantes não leram o livro, *não leram*?

É evidente que as interrogativas-apêndice separam as construções afirmativas das de negação oracional simples. Verificado este facto, importa observar o quadro geral das construções negativas. Não considerando a negação de subordinação – onde o teste não é aplicável na estrutura subordinada que contém a negação –, conclui-se que

[28] A frase negativa *o conferencista já não começou a falar* é perfeitamente boa (podendo ser continuada, por exemplo, com *devido ao incêndio*), mas não é a versão negativa de (86d). A contrapartida negativa desta frase é *o conferencista ainda não começou a falar*.
[29] Em certos dialetos, é também usada uma forma com *pois* seguido apenas do verbo, como em *os estudantes leram o livro, pois leram?*
[30] Em relação às interrogativas-apêndice de (89b), registe-se que a estrutura *pois não* é aceite no português europeu, mas não é reconhecida no português brasileiro.

apenas duas construções de negação de constituintes (as que envolvem *não menos de* e *não poucos*) mostram clara preferência pelos apêndices compatíveis com construções afirmativas. Comparem-se pares construídos com *não muitos* e *não poucos*:

(90) a. Não muitas pessoas sabiam o segredo do cofre, {*pois não/sabiam*}?
b. *Não muitas pessoas sabiam o segredo do cofre, *não sabiam*?

(91) a. *Não poucas pessoas sabiam o segredo do cofre, {*pois não/sabiam*}?
b. Não poucas pessoas sabiam o segredo do cofre, *não sabiam*?

No mesmo sentido abonam as compatibilidades ou incompatibilidades com outros apêndices discursivos de caráter enfático selecionados ou pela negação simples ou, ao invés, por estruturas afirmativas:

(92) a. O Pedro não vai querer participar neste concurso, {*nem pensar/creio que não/nem pouco mais ou menos/vai lá agora*}.
b. O Pedro não vai querer participar neste concurso, {**ai não, (que) não vai/*olá se vai*}.
c. Não muitas pessoas vão querer participar neste concurso, {*nem pensar/creio que não/nem pouco mais ou menos/vão lá agora*}.
d. Não muitas pessoas vão querer participar neste concurso, {**ai não, (que) não vão/*olá se vão*}.
e. Não poucas pessoas vão querer participar neste concurso, {**nem pensar/*creio que não/*nem pouco mais ou menos/*vão lá agora*}.
f. Não poucas pessoas vão querer participar neste concurso, {*ai não, (que) não vão/olá se vão*}.

Existe uma propriedade semântica que parece estar subjacente à partição operada nas construções negativas pelos testes que acabamos de considerar[31]. No plano intuitivo, podemos dizer que o conhecimento linguístico do português é sensível à diferença entre, por um lado, formas de negação que preservam a essência do valor negativo, apontando no sentido da exclusão de membros em relação a um determinado conjunto e, por outro, as que de algum modo o subvertem. As primeiras são a quase totalidade das construções de negação sintática. As segundas são as que envolvem os operadores *não poucos* e *não menos de* seguidos de numeral ou quantificador de medição, que apontam precisamente no sentido da inclusão de membros num dado conjunto.

14.4.4 Coordenação e elipse

Os restantes testes de Klima (1964) mantêm-se no domínio da elipse (no sentido lato do termo) e permitem compreender um pouco mais da gramática das construções negativas. Um deles, em versão adaptada ao português, consiste na realização de uma coordenação com o operador inclusivo *nem mesmo* (variante negativa do positivo *até*). Vamos alargá-lo usando uma estrutura coordenada com elipse de todo o sintagma verbal (formado pela sequência *ler o livro* com as marcas de pessoa

[31] Trata-se da monotonia decrescente, que, não sendo exclusiva de estruturas negativas, está presente na maioria delas (cf. Zwarts 1995).

e número aplicáveis), que aparece em (93a,b), e outra com realização do verbo (*ler*) e elipse apenas do complemento direto (*o livro*), que aparece em (93c):

(93) a. *Os alunos leram o livro, *nem mesmo* o Paulo.
b. Os alunos não leram o livro, *nem mesmo* o Paulo.
c. Os alunos não leram o livro, *nem mesmo* o Paulo leu.

A primeira nota a salientar é a impossibilidade da construção quando a frase básica é afirmativa, evidenciada por (93a). Quanto às construções negativas, a aplicação generalizada deste teste, na versão alargada dada acima, a todas as construções relevantes descritas neste capítulo revela uma vez mais uma partição. A diferença entre os grupos de construções é subtil, mas significativa. Pode observar-se nos seguintes contrastes:

(94) a. Nenhum aluno leu o livro, *nem mesmo* o Paulo.
b. *Nem todos os alunos leram o livro, *nem mesmo* o Paulo.
c. *Não muitos alunos leram o livro, *nem mesmo* o Paulo.
d. *Não poucos alunos leram o livro, *nem mesmo* o Paulo.

(95) a. Nenhum aluno leu o livro, *nem mesmo* o Paulo leu.
b. Nem todos os alunos leram o livro, *nem mesmo* o Paulo leu.
c. Não muitos alunos leram o livro, *nem mesmo* o Paulo leu.
d. *Não poucos alunos leram o livro, *nem mesmo* o Paulo leu.

Se a esta amostra acrescentássemos todos os outros tipos de negação de constituintes antes considerados, verificaríamos que se formam dois grupos: (i) um, que tem o comportamento da negação oracional simples exibido em (93b,c) e que inclui as negações de constituintes existenciais; (ii) outro, que requer a realização da estrutura verbal que em (93) aparece como facultativa (no caso *leu*) e de que fazem parte todos os outros subtipos de negação de constituintes: a negação de universalidade (*nem todos*), a de cardinalidade (*nem vinte*, *nem metade*) e a de inferioridade ou superioridade (*não muitos*), com exceção dos quantificadores *não poucos* e *não menos de* seguido de numeral, que, recorde-se, se salientaram já por, no teste dos apêndices interrogativos, terem o comportamento de construções de valor positivo, que agora mantêm: *não poucos alunos leram o livro, até o Paulo leu*.

Assim, por um lado, o teste separa claramente a negação oracional e as negações existenciais das restantes formas de negação e, por outro, no âmbito destas, estabelece uma divisão que decorre essencialmente das propriedades dos quantificadores.

Um outro teste consiste numa coordenação envolvendo o operador *também*, seguido ou não da partícula negativa *não*:

(96) a. A Ana leu o livro e o Paulo *também* (leu).
b. *A Ana não leu o livro e o Paulo *também* (leu).

(97) a. *A Ana leu o livro e o Paulo *também não* (leu).
b. A Ana não leu o livro e o Paulo *também não* (leu).

É fácil verificar que os resultados obtidos usando neste teste as construções negativas até aqui analisadas são no essencial os mesmos que no teste anterior.

14.5 Pistas para uma perspetiva unificada do sistema da negação

Algumas das construções associadas à negação descritas ao longo do presente capítulo permitem-nos extrair algumas conclusões que servem como linhas de orientação para uma perspetiva global e integrada da semântica da negação. Passamos a enunciá-las.

A primeira grande conclusão é que os testes dos apêndices interrogativos e enfáticos e o das construções de coordenação com elipse estabelecem, num plano bastante global, uma partição das construções negativas em dois grupos. O primeiro é o grupo das **negações que apontam no sentido da exclusão** (isto é, que realizam o que pode definir-se como essência da negação). Passamos a enumerá-las, exemplificando cada tipo ou com os correspondentes operadores oracionais de negação ou com um constituinte negativo (quase sempre um quantificador):

- negações oracionais (realizadas por *não, nem* e *sem*);
- negações existenciais de classe (*ninguém*), particularizadas (*nem a* Ana) e enumerativas (*nem o Pedro nem a Ana*);
- negações de universalidade (*nem todos*, *nem sempre*);
- negações de cardinalidade (*nem dez*);
- negações da superioridade (*não mais de dez*, *não muitos*).

O segundo grupo de construções negativas que os referidos testes permitem isolar é o das **negações que apontam no sentido da inclusão** (isto é, de algum modo, pseudonegações). É um grupo pequeno e uniforme:

- negações da inferioridade (*não menos de dez*, *não poucos*).

A segunda grande conclusão que emerge é a de que a legitimação da concordância negativa opera também uma partição em dois grupos, diferente da anterior. O primeiro grupo é o das **negações que legitimam as construções de concordância negativa**, devido a para tanto possuírem os necessários requisitos semânticos (antiaditividade; cf. Nota 25 e Zwarts 1995) e condições estruturais:

- negações oracionais (como *não, nem* e *sem*);
- negações existenciais de classe (*ninguém*), particularizadas (*nem a Ana*) e enumerativas (*nem o Pedro nem a Ana*).

O segundo grupo é o das negações que não legitimam as construções de concordância negativa:

- todas as demais construções negativas.

O estudo atento das expressões de polaridade negativa e das suas relações de dependência com as construções que as polarizam e, por outro lado, um estudo mais fino das construções de coordenação envolvendo estruturas negativas permitirão acrescentar elementos relevantes a este esboço de quadro tipológico da negação em português.

Fontes das abonações

Expresso.
Público.

3B

SINTAXE E SEMÂNTICA – TEMPO, ASPETO, MODALIDADE E MODO

15 Tempo verbal
Fátima Oliveira

16 Tempo adjunto e tempo discursivo
Telmo Móia e Ana Teresa Alves

17 Aspeto
Luís Filipe Cunha

18 Modalidade
Fátima Oliveira e Amália Mendes

19 Modo
Rui Marques

Neste Bloco, discutem-se algumas categorias semânticas que têm maior relevância para a descrição gramatical: o tempo, o aspeto e a modalidade, bem como os mecanismos sintáticos e morfológicos que as atualizam nos enunciados frásicos, incluindo o modo, que, como se verá, é uma categoria verbal morfológica que exprime valores semânticos de modalidade. Como nem todas as gramáticas apresentam descrições separadas e exaustivas destas categorias, e na medida em que estas podem, assim, constituir matéria nova e desconhecida para alguns leitores, apresentamos uma breve panorâmica de cada uma delas e da maneira como se relacionam entre si.

Tempo

A categoria semântica do **tempo** exprime a localização temporal da situação expressa numa oração. A forma mais comum de marcar essa localização é através da morfologia flexional dos tempos verbais (cf. Caps. 15 e 56), como no exemplo *a Maria leu o livro*, em que a flexão de pretérito perfeito na forma verbal *leu* indica que a leitura do livro teve lugar no passado. Para além dos tempos verbais, outros mecanismos linguísticos podem ser usados para exprimir a localização temporal: (i) expressões adverbiais temporais, como o advérbio *amanhã* na oração *a Maria lê o livro amanhã* (cf. Cap. 16) e (ii) determinados verbos auxiliares em construções perifrásticas, como o verbo *ir* na oração *a Maria vai ler o livro*, na qual se denota a futuridade da ação expressa (cf. Cap. 29). Estes mecanismos coocorrem frequentemente, reforçando ou especificando com mais pormenor a informação temporal, como na oração *a Maria leu o livro ontem*, em que a informação de passado indicada pela morfologia verbal é especificada pelo advérbio *ontem*.

É importante não confundir o tempo semântico (isto é, o tempo de localização das situações) com as marcas temporais morfológicas que ocorrem como sufixos verbais. Por exemplo, em muitas frases, as marcas morfológicas verbais do presente do indicativo não indicam uma localização presente (isto é, simultânea com o tempo da enunciação), mas sim uma localização no futuro em relação à enunciação (cf., por exemplo, *a Maria viaja para Madrid amanhã*). Nesse sentido, usamos letra maiúscula para designar o tempo semântico e letra minúscula para designar o tempo morfológico das flexões verbais. Assim, por exemplo, diremos que na frase *o Pedro vai ao cinema amanhã* o tempo morfológico do verbo *ir* é o presente do indicativo, mas que o tempo semântico da situação descrita é o Futuro.

Localizar temporalmente uma oração significa associá-la a um momento ou a uma sequência de momentos numa ordenação linear orientada desde o passado até ao futuro. Chamamos a esse momento ou sequência de momentos o **tempo da situação** (descrita pela oração). Para essa localização, é necessário adotar um **tempo de referência** que nos permita ancorar temporalmente o tempo da situação como estando localizado antes dele (Passado), depois dele (Futuro) ou coincidindo com ele (Presente). Esse tempo de referência pode ser o momento da enunciação da oração pelo falante, a que chamamos **tempo da enunciação**. Assim, por exemplo, na oração *a Maria leu o livro ontem*, o uso conjunto do pretérito perfeito e do advérbio *ontem* diz-nos que a leitura do livro se situa num tempo anterior ao momento em que o falante enuncia a oração.

O tempo de referência também pode ser aquele que é introduzido por uma oração subordinada ou por um constituinte adverbial. Por exemplo, na frase *quando a Maria saiu, o Manel já tinha telefonado*, a interpretação temporal da oração principal *o Manel já tinha telefonado* depende crucialmente do tempo introduzido pela oração subordinada temporal (sublinhada), e não diretamente do tempo da enunciação: o telefonema do Manel é feito num momento que antecede a saída da Maria. Repare-se, no entanto, que a interpretação temporal da oração adverbial é feita relativamente ao tempo da enunciação: a Maria sai num tempo passado relativamente ao da enunciação da frase pelo falante. As propriedades do tempo verbal são discutidas no Cap. 15.

Aspeto

As situações representadas numa oração possuem uma estrutura temporal interna, chamada **aspeto**, que depende em grande parte (embora não só) da natureza semântica do predicado da oração. Entre outros, o aspeto de uma situação veicula valores semânticos associados a questões como as seguintes:

(i) A situação descrita pode ser perspetivada de forma dinâmica, isto é, envolvendo alterações em algum dos seus participantes, como em *a Rita caiu da cama*; ou, pelo contrário, pode ser perspetivada de forma estática (não dinâmica), isto é, como não sofrendo alterações, nomeadamente no que diz respeito aos participantes envolvidos, como em *a Rita vive em Madrid*. Às situações dinâmicas representadas por orações como a primeira chamamos **eventos** e às situações estáticas representadas por orações como a segunda chamamos **estados**.

(ii) A situação descrita pelo predicado pode prolongar-se no tempo, como em *o pedreiro construiu uma casa*; ou pode ser de natureza pontual, como em *o pedreiro espirrou*.

(iii) O predicado pode denotar uma ação que tem um fim intrínseco, como em *a Maria leu o livro*; ou, pelo contrário, pode denotar um processo que se poderia prolongar indefinidamente, como em *a Maria passeou no parque*. Enquanto o predicado da primeira frase codifica internamente uma situação que tem um fim (o qual consiste na finalização da leitura do livro pela Maria), o predicado da segunda denota uma situação sem qualquer limite temporal estipulado.

(iv) A situação descrita pelo predicado pode acontecer uma só vez, como em *o Pedro ontem visitou a avó*; ou pode repetir-se mais do que uma vez, como em *o Pedro visita a avó frequentemente*.

As várias dicotomias introduzidas por estas questões têm consequências gramaticais e semânticas importantes, que serão analisadas no Cap. 17.

Tanto o tempo semântico como o aspeto assentam numa categoria abstrata de "tempo". Mas enquanto o domínio do tempo propriamente dito trata do perfil temporal "externo" das orações e é uma categoria relacional (ou seja, situa-as numa linha temporal cuja âncora é o tempo de referência), o domínio do aspeto trata do seu perfil temporal "interno". Assim, a frase *a Maria leu o livro* expressa, do ponto de vista do tempo semântico, uma situação passada em relação ao tempo da enunciação e, do ponto de vista aspetual, uma situação única, dinâmica, com um fim intrínseco.

Realçando ainda mais a estreita articulação entre estes domínios, as mesmas categorias gramaticais utilizadas na expressão do tempo são utilizadas também na expressão do aspeto: tempos morfológicos, expressões adverbiais temporais e verbos auxiliares. Assim, considerem-se os exemplos do paradigma (1):

(1) a. O Rui *joga* futebol.
b. O Rui correu *até ao Estádio Municipal*.
c. O Rui *tem visitado* a avó.

Em (1a), o uso do presente do indicativo leva-nos a considerar que jogar futebol é uma atividade habitual do Rui; em (1b), o uso da expressão adverbial *até ao Estádio Municipal* põe um fim no processo de correr; finalmente, em (1c), o verbo auxiliar perfeito *ter* no presente do indicativo (em combinação com o particípio passado no verbo seguinte) é responsável pela ideia de repetição do evento representado pelo predicado.

Modalidade

O sistema linguístico permite que o falante (no caso de uma frase simples) ou a pessoa representada pelo sujeito da oração principal (no caso de uma frase complexa com uma oração subordinada) exprima a sua atitude sobre aquilo que é dito. Essa atitude é designada como **modalidade** e pode assumir diferentes valores, entre os quais o valor **epistémico** e o valor **deôntico**. O primeiro, como se ilustra em (2), prende-se com graus de certeza ou avaliação de probabilidade acerca daquilo que é dito. O segundo, como se ilustra em (3), relaciona-se com uma permissão ou obrigação exercida sobre o interlocutor ou sobre outra pessoa (em ambos os paradigmas, nos exemplos (a) a atitude expressa é a do falante e nos exemplos (b) a atitude expressa é a do sujeito da oração principal):

(2) a. *Provavelmente*, a Ana vende a casa. [epistémico]
b. O Luís *tem a certeza* de que a Ana vai vender a casa. [epistémico]

(3) a. *Tens de* me entregar o trabalho até amanhã. [deôntico: obrigação]
b. O chefe *permitiu* que os empregados fizessem ponte. [deôntico: permissão]

Os valores modais organizam-se em torno de duas dimensões fundamentais, a **possibilidade** e a **necessidade**, que subjazem a todo o sistema da modalidade. Assim, por exemplo, as duas dimensões estão presentes no valor modal deôntico: uma permissão dada ao interlocutor torna possível a atualização de determinada situação, da mesma forma que uma obrigação corresponde a uma necessidade.

A expressão da modalidade faz-se através de categorias linguísticas muito variadas. Entre elas contam-se verbos semiauxiliares como *dever*, *poder*, *ter* (*de*) (cf. (3a)); verbos plenos como *saber* e *permitir* (cf. (3b)); advérbios como *talvez* e *provavelmente* (cf. (2a)); adjetivos como *possível* e *provável*, e nomes como *possibilidade* e *certeza* (cf. (2b)). As propriedades da modalidade, bem como a apresentação completa dos elementos que a veiculam, são discutidas no Cap. 18.

Modo

Os valores modais podem ainda ser expressos através de morfemas verbais flexionais, a que se dá o termo geral de **modo**. Assim, por exemplo, o modo imperativo associa-se ao valor modal deôntico de obrigação; o modo indicativo exprime tipicamente situações que ocorrem realmente no universo do discurso; por sua vez, o modo conjuntivo associa-se frequentemente à descrição de situações hipotéticas. O contraste entre o valor do modo indicativo e o do modo conjuntivo é visível em frases como *o Luís vai mudar-se para um condomínio que tem piscina* e *o Luís vai mudar-se para um condomínio que tenha piscina*. Na primeira frase, através do modo indicativo no verbo da oração relativa, o falante exprime a ideia de que existe de facto um condomínio com piscina para o qual o Luís se vai mudar. Em contrapartida, no segundo exemplo, através do modo conjuntivo no verbo correspondente, o falante não se compromete relativamente à existência real de um tal condomínio.

Embora os conceitos de modo e de modalidade estejam relacionados, é necessário distingui-los, pois a modalidade, como se notou acima, pode ser expressa através de um conjunto alargado de categorias linguísticas, sendo o modo apenas uma delas. Uma discussão completa das questões que têm a ver com o modo é apresentada no Cap. 19.

15 TEMPO VERBAL 509
15.1 A categoria linguística do tempo 510
15.2 Tempos do indicativo 513
15.2.1 Tempos simples 514
15.2.1.1 Presente 514
15.2.1.2 Pretérito perfeito 517
15.2.1.3 Pretérito imperfeito 518
15.2.1.4 Presente e pretérito imperfeito do indicativo como tempos aspetualmente imperfectivos 521
15.2.1.5 Pretérito mais-que-perfeito simples 524
15.2.1.6 Futuro 525
15.2.1.7 Condicional 527
15.2.2 Tempos compostos 527
15.2.2.1 Pretérito perfeito composto 528
15.2.2.2 Pretérito mais-que-perfeito composto 530
15.2.2.3 Futuro composto 531
15.2.2.4 Condicional composto 532
15.3 Tempos do conjuntivo 533
15.3.1 Conjuntivo em frases independentes 534
15.3.2 Tempos do conjuntivo em orações subordinadas 535
15.3.2.1 Presente 536
15.3.2.2 Imperfeito 536
15.3.2.3 Pretérito perfeito composto 538
15.3.2.4 Pretérito mais-que-perfeito composto 540
15.3.2.5 Futuro 541
15.3.2.6 Futuro composto 542
15.3.3 Combinações de tempos no verbo principal e no verbo subordinado 543
15.3.3.1 Liberdade de ocorrência dos tempos do indicativo no verbo subordinado 543
15.3.3.2 Restrições combinatórias com o verbo subordinado no conjuntivo 544
15.3.3.3 Liberdade de ocorrência dos tempos do conjuntivo quando o verbo principal é factivo 546
15.4 Tempo nas formas verbais não finitas 547
15.4.1 Infinitivo 547
15.4.2 Gerúndio 549

15.4.3 Particípio 552
Fontes das abonações **553**

15 TEMPO VERBAL

O **tempo linguístico** serve para localizar temporalmente as situações expressas nos enunciados, em particular naqueles que são constituídos por frases. Existem três processos linguísticos especializados nessa função: (i) os tempos verbais (cf. *o Pedro comprou um livro*), (ii) os adjuntos adverbiais de valor semântico temporal, incluindo orações subordinadas (cf. *amanhã chove de certeza* ou *está a chover desde que a Rita chegou*) e (iii) os verbos auxiliares ou semiauxiliares que operam no domínio do tempo, como *estar* seguido da preposição *a* ou *ir*, conjugados em determinados tempos (cf. *estava a chover* ou *vai chover*).

Este capítulo é dedicado à abordagem semântica do primeiro destes mecanismos, o tempo verbal, assegurado quer pelo verbo pleno de uma frase quer por um verbo (semi)auxiliar temporal[1].

A localização temporal e a estrutura aspetual dos enunciados influenciam-se mutuamente; em particular, é frequente o valor temporal expresso por um determinado tempo verbal depender dos valores aspetuais veiculados na frase[2]. É nomeadamente relevante a distinção entre situações que correspondem a estados e situações que correspondem a eventos e, dentro dos primeiros, a distinção entre estados estáveis e estados episódicos (cf. *esse homem é senegalês* e *esse homem está desempregado*, respetivamente). Por este motivo, e ainda que o objetivo central deste capítulo seja o tratamento do tempo, é importante apresentar, nos casos relevantes, as incidências aspetuais que determinam a localização temporal[3].

Na análise dos tempos verbais, incluem-se as informações temporais veiculadas não só pelas formas verbais simples, mas também pelos tempos compostos, construídos com o auxiliar *ter*, e por outras perífrases verbais de natureza temporal (como *estar a* + verbo pleno e *ir* + verbo pleno), bem como as formas verbais não

---

[1] Sobre adjuntos com valor temporal, cf. Caps. 16, 27 e 33; sobre verbos auxiliares e semiauxiliares, cf. Cap. 29.

[2] O aspeto exprime a temporalidade dos tipos de situação veiculados nos predicados das frases, independentemente de essas situações se localizarem no Passado, no Presente ou no Futuro. Aspetualmente, as situações classificam-se em **eventos** e em **estados**. Os eventos são situações dinâmicas, caracterizadas por uma mudança interna (cf. predicados como *ler um livro*, *passear no parque* ou *espirrar*). Em contrapartida, os estados são situações de tipo estático e que não apresentam mudanças internas (cf. predicados como *viver em Paris*, *ser alto* ou *estar contente*). Os predicados que representam eventos chamam-se **eventivos** e os que representam estados chamam-se **estativos**.

[3] Aconselha-se, por isso, o leitor a ler em primeiro lugar o Cap. 17, dedicado ao aspeto.

finitas (infinitivo, gerúndio e particípio), cuja informação temporal está, de um modo geral, dependente do tempo de outra oração.

Em 15.1, faz-se uma breve introdução a questões gerais que fundamentam a análise dos tempos. Nas secções seguintes, são tratados os tempos verbais do modo indicativo (cf. 15.2), os tempos do modo conjuntivo (cf. 15.3.1 e 15.3.2) e as combinações de tempos no verbo principal e no verbo subordinado (cf. 15.3.3). Seguidamente, serão consideradas as formas verbais não finitas (cf. 15.4).

15.1 A categoria linguística do tempo

Nas línguas naturais, o tempo é concebido como um eixo linearmente ordenado, orientado do Passado em direção ao Futuro. O **tempo de uma frase**, ou **tempo gramatical**, consiste, pois, na **localização temporal** da situação descrita na frase num determinado ponto ou intervalo desse eixo. Nas línguas humanas, o eixo temporal articula-se em três domínios, **Passado**, **Presente** e **Futuro**, relativamente a um ponto ou a um intervalo tomado como referência, nomeadamente o momento em que o falante produz o enunciado (voltamos a esta questão adiante). Assim, na frase *o Pedro fez os trabalhos de casa*, expressa-se uma determinada ação (o Pedro fazer os trabalhos de casa), localizada temporalmente num intervalo de tempo passado relativamente ao momento em que o locutor produz o enunciado.

As situações descritas nas frases podem ser concebidas como não tendo duração, i.e., como acontecendo num intervalo de tempo tão curto que é geralmente perspetivado como um momento único (cf., entre outros, *espirrar*, *entrar em casa*, *ligar a televisão* e *marcar um golo*), ou, pelo contrário, como prolongando-se temporalmente (cf. *fazer os trabalhos de casa*, *consertar o automóvel*, *ler um livro*, *passear no parque*, *nadar*). As primeiras chamam-se **situações pontuais**, e, as segundas, **situações durativas**. A localização temporal das situações durativas não é, pois, conceptualizada como um ponto do eixo temporal, mas sim como uma sequência (mais ou menos extensa) de pontos, ou seja, como um **intervalo de tempo**. Pode, assim, considerar-se que o estudo do tempo envolve intervalos, embora, em muitos casos, a sua extensão precisa não seja explicitada[4]. Localizar temporalmente a situação descrita numa frase significa, assim, associá-la a um momento ou a um intervalo de tempo numa ordenação linear orientada desde o Passado até ao Futuro.

Como mencionado acima, a localização temporal é sempre feita em relação a um outro tempo, chamado **tempo de referência** (cf. Reichenbach 1947). Este pode ser o momento ou intervalo temporal em que o falante produz o enunciado, chamado **tempo da enunciação**, como se ilustra em (1):

(1) a. A Rita vive em Nova Iorque.
b. A Rita viveu em Nova Iorque.
c. O Pedro vai viver em Nova Iorque.

Nestes exemplos, a localização temporal da situação descrita pela frase (a que passamos a chamar **tempo da situação**) é, respetivamente, de Presente, Passado e Futuro

[4] Note-se que mesmo as situações pontuais podem ser concebidas formalmente como um tipo especial de intervalo (cf. Cap. 17).

relativamente ao tempo da enunciação. Assim, em (1a), o presente do indicativo no verbo *viver* ('residir'), aspetualmente estativo, indica que a situação expressa se sobrepõe ao tempo da enunciação; ou seja, a situação de a Rita viver em Nova Iorque ocorre no momento ou intervalo em que o falante produz o enunciado (e, plausivelmente, a situação teve início antes desse momento e prolonga-se para além dele). Em (1b), o pretérito perfeito do indicativo indica que o estado de a Rita viver em Nova Iorque ocorre num tempo passado relativamente ao momento da enunciação, que não inclui esse momento e que não se prolonga para além dele. Finalmente, em (1c), a perífrase verbal *ir* + infinitivo, com o verbo auxiliar no presente do indicativo, indica que o estado de a Rita viver em Nova Iorque tem lugar num tempo futuro relativamente ao tempo da enunciação (evidentemente, esse tempo não inclui o tempo da enunciação).

Estas relações temporais podem representar-se sob a forma de esquemas. Simbolizando o tempo da enunciação pela letra *E*, o tempo de referência pela letra *R* e o tempo da situação pela letra *S*, apresentam-se na Figura 1 três esquemas que representam a **estrutura temporal** das frases simples em (1). Nestes esquemas, o tracejado representa o eixo temporal (ordenado da esquerda para a direita, ou seja, representando espacialmente a ordenação temporal do Passado para o Futuro) e cada linha vertical representa um determinado momento ou intervalo desse eixo[5]:

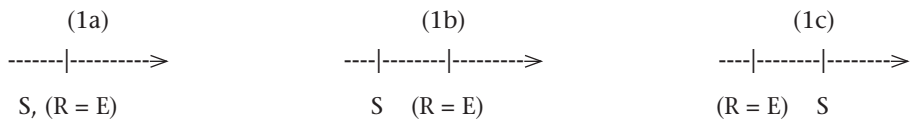


Figura 1 – Estrutura temporal das frases em (1)

Nos três esquemas, a notação "(R = E)" indica que o tempo de referência é tomado como sendo o tempo da enunciação. No esquema correspondente à frase (1a), o tempo da situação coincide com o tempo de referência (da enunciação); ou seja, os três tempos (de referência, da enunciação e da situação) coincidem[6], sendo representados por um único traço vertical. No esquema correspondente a (1b), o tempo da situação precede o tempo de referência (i.e., o tempo da enunciação). No terceiro esquema, correspondente a (1c), o tempo da situação é posterior ao tempo de referência (i.e., o tempo da enunciação).

Em frases complexas, constituídas por duas (ou mais) orações, as situações descritas por cada uma das orações articulam-se temporalmente entre si, ou seja, uma das situações ocorre antes, ao mesmo tempo, ou depois da(s) outra(s). Nestes casos, para além da localização temporal simples das situações expressas pelas diferentes orações, é também relevante a sua **ordenação no eixo temporal**. Quando uma das orações funciona como adjunto adverbial de valor temporal, introduz outro

[5] Os esquemas das Figuras 1 e 2 são dados a título ilustrativo, para que o leitor fique com uma ideia do simbolismo formal usado para representar a estrutura temporal. Nas secções seguintes, o valor temporal é apresentado em forma de comentário descritivo.

[6] Na interpretação de (1a), o tempo da situação coincide pelo menos parcialmente com o tempo da enunciação. Como se mencionou acima, neste caso, o tempo da situação pode ter começado anteriormente à enunciação, e pode prolongar-se para além desta.

tempo de referência relativamente ao qual se localiza o tempo da situação expressa na frase, como se ilustra nos exemplos de (2):

(2) a. O Rui saiu de casa *quando a Ana chegou*.
b. O Rui saiu de casa *antes de a Ana chegar*.
c. O Rui saiu de casa *depois de a Ana chegar*.

Nestes exemplos, o tempo da situação expressa na oração principal (o Rui sair de casa) tem de ser calculado não só em relação ao tempo da enunciação, mas também em relação ao tempo da situação descrita na oração subordinada (em itálico), a chegada da Ana; esse tempo é tomado como um tempo de referência adicional. Nos três exemplos, quer a saída de casa do Rui quer a chegada da Ana são anteriores ao tempo da enunciação. O que varia é a ordenação no eixo temporal do tempo da saída do Rui relativamente ao tempo da chegada da Ana – coincidente[7], anterior e posterior, respetivamente –, o que é expresso, nestes exemplos, pelo valor semântico do conector que introduz a oração subordinada (cf. Cap. 38). A estrutura temporal destas frases complexas pode representar-se através dos seguintes esquemas, em que o tempo da situação (*S*) é o momento da saída do Rui (ou seja, a proposição expressa na oração principal), o tempo de referência (*R*) é o momento da chegada da Ana (a proposição expressa na oração subordinada adverbial) e *E* representa o tempo da enunciação da frase[8]:

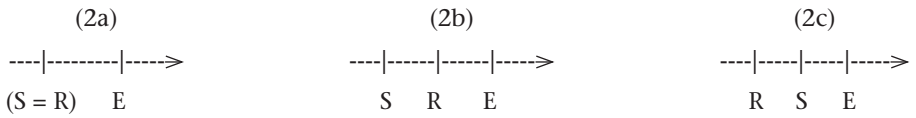


Figura 2 – Estrutura temporal das frases em (2)

Nos três esquemas, *S* e *R* precedem *E*, não havendo, assim, sobreposição de *S* ou *R* com o tempo da enunciação. O que diferencia a estrutura temporal dos exemplos de (2) relativamente aos de (1) é a existência de um outro tempo de referência (para além do tempo da enunciação), *R*, introduzido pela oração subordinada adverbial. De facto, é em relação a este novo tempo de referência que se estabelece a localização temporal da situação descrita na oração principal.

O tempo de referência adicional pode ser marcado não só por orações subordinadas adverbiais de valor temporal, como em (2), mas também por expressões adverbiais temporais de natureza não oracional (cf. (3a)) ou por frases independentes numa sequência textual (cf. (3b)):

(3) a. *No próximo mês de abril*, já a Maria terá terminado a tese.
b. A Ana *ficou aborrecida*. *Tinha-se esquecido* de telefonar ao Rui.

[7] Repare-se que em (2a) pode não haver coincidência temporal total, mas adotamos aqui essa leitura para estabelecer o contraste com os outros exemplos do paradigma.

[8] As frases em (2) são constituídas por duas orações, tendo cada uma delas os três tempos (tempo da enunciação, tempo da situação e tempo de referência). No entanto, optou-se, no Figura 2, por uma representação simplificada, que foca a situação expressa pela oração principal (a saída do Rui) porque o que é relevante neste caso é mostrar que a oração temporal serve de tempo de referência para a oração principal.

Em (3a), a expressão adverbial *no próximo mês de abril* marca um tempo de referência limite antes do qual se localiza a situação expressa na frase (a finalização da tese pela Maria), apesar de essa localização ser futura relativamente ao tempo da enunciação (cf. Cap. 16). Quanto a (3b), pode descrever-se a sua estrutura temporal tomando o tempo da primeira frase como referência para a segunda (cf. Cap. 34): esta precede temporalmente a primeira, o que é assinalado pelo pretérito mais-que-perfeito composto *tinha-se esquecido*. Neste caso, o tempo da enunciação é posterior relativamente ao tempo das duas frases, que estão ambas localizadas no Passado.

A relação entre o tempo da situação *S* e o tempo de referência *R* introduzido por outra expressão pode ser sequencial, podendo *S* ser anterior a *R* (cf. (2b) e (3a,b)) ou posterior a *R* (cf. (2c)). Essa relação pode também ser de sobreposição, quer parcial, como em (4a) – em que o tempo da situação descrita pela oração principal (a chegada da Maria) está incluído no tempo de referência, introduzido pela oração subordinada adverbial –, quer total, como em (2a) e (4b), em que as duas situações são simultâneas, ou seja, nenhuma se localiza antes ou depois da outra:

(4) a. A Maria chegou enquanto todos estavam a jantar.
b. A Maria cantou e a Ana acompanhou-a ao piano.

A natureza do tempo de referência relaciona-se com os conceitos de dêixis e de anáfora (cf. Caps. 11, 22, 34 e 41). Nos casos em que o tempo da situação é avaliado em relação ao tempo da enunciação, estamos face a uma relação temporal dêitica, como nos exemplos de (1). Em contrapartida, quando o tempo da situação é avaliado relativamente ao tempo de referência introduzido por outra oração ou expressão adverbial, estamos face a uma relação temporal anafórica, como nos casos de (2)-(4).

Em síntese, a localização temporal da situação descrita numa frase ou numa oração estabelece-se em função de um tempo de referência, o qual pode ser o tempo da enunciação ou outro tempo linguisticamente expresso na mesma frase ou texto. Por sua vez, a articulação entre o tempo da situação e o tempo de referência estabelece relações de sequencialidade (anterioridade ou posterioridade) ou de sobreposição, a qual pode ser total (simultaneidade) ou parcial.

15.2 Tempos do indicativo

Nesta secção, discutem-se os tempos do modo indicativo, começando pelas formas morfologicamente simples e passando depois às formas morfologicamente compostas, isto é, as formas construídas com o auxiliar *ter* seguido do particípio passado[9] do verbo pleno. As formas do indicativo (bem como as do conjuntivo) são **formas finitas**, visto que todas elas possuem uma marca morfológica de concordância em pessoa e número com o sujeito da frase ou da oração.

[9] Existindo apenas um tipo de particípio no sistema verbal português (cf. Cap. 56), simplifica-se por vezes neste capítulo a sua designação tradicional "particípio passado" em "particípio", apenas.

15.2.1 Tempos simples

Os tempos verbais finitos simples são o **presente** (*canto*), o **pretérito perfeito** (*cantei*), o **pretérito imperfeito** (*cantava*), o **pretérito mais-que-perfeito** (*cantara*), o **futuro** (*cantarei*) e o **condicional** (*cantaria*)[10]. As designações de "perfeito" e "imperfeito", associadas aos tempos pretéritos, não são temporais, mas sim aspetuais (cf. 15.2.1.2, 15.2.1.3, 15.2.1.4 e Cap. 17).

Como se indica parcialmente nas denominações destes tempos, existe uma forma de Presente, três de Passado (o termo usado na tradição gramatical é "pretérito") e duas de Futuro. Como veremos, no entanto, nem sempre os nomes dos tempos se adequam à verdadeira função temporal das formas respetivas. Por esse motivo, sempre que for relevante na discussão, quando nos referimos ao valor temporal (semântico) de uma situação (independentemente do tempo gramatical usado no verbo da frase que a descreve), usamos letra inicial maiúscula; em contrapartida, escrevemos com letra inicial minúscula o nome dos tempos gramaticais ("presente", "pretérito imperfeito", etc.).

Exemplifica-se, nas subsecções seguintes, o uso dos tempos simples do indicativo sobretudo em frases simples ou na oração principal de frases complexas, já que os valores que estes tempos têm em orações subordinadas, quer completivas quer adverbiais, não diferem significativamente dos valores que têm naqueles contextos[11].

15.2.1.1 Presente

O presente do indicativo, apesar da sua denominação, só em certos casos dá uma informação estritamente temporal de um Presente semântico, em que se descreve uma determinada situação cujo tempo se sobrepõe ao tempo da enunciação. Isso só acontece claramente com predicados que denotam estados (cf. Nota 2 e Cap. 17):

(5) a. A criança *está* contente.
b. A Rita *tem* febre.
c. A Ana *é* alta.
d. A Joana *é* natural de Sagres.

Com predicados que denotam eventos, o presente do indicativo não tem esse valor, como se pode ver pela estranheza de enunciados como *#o miúdo come um gelado* ou *#a Joana telefona à mãe* para descrever situações que estão a decorrer em simultâneo com o tempo da enunciação. No presente, estes predicados não denotam, assim, uma situação única coincidente com o tempo da enunciação ou sobreposta a ele. Antes, têm uma leitura aspetual de habitualidade, em que se descreve uma repetição regular e habitual de situações simples. Esta leitura é muitas vezes reforçada pela ocorrência de adjuntos adverbiais de frequência temporal, como se ilustra nos exemplos de (6b-d):

[10] Dão-se aqui apenas as formas de primeira pessoa do singular de um verbo da primeira conjugação; para os paradigmas verbais completos, assim como para a descrição da sua estrutura interna, cf. Cap. 56.
[11] No entanto, como se verá (cf. 15.2.2), alguns tempos compostos do indicativo ocorrem sobretudo em orações subordinadas. O uso dos tempos do indicativo (quer simples quer compostos) em orações subordinadas completivas é brevemente analisado em 15.3.3, servindo de termo de comparação relativamente ao uso mais restrito, nesse contexto, dos tempos do conjuntivo.

(6) a. A Ana *fuma*.
b. O miúdo *come* um gelado todos os dias.
c. A Joana *desmaia* sempre que vê sangue.
d. O miúdo *espirra* frequentemente.

Nestes exemplos, o presente do indicativo (juntamente com os adjuntos adverbiais de frequência temporal) é responsável por uma interpretação na qual a situação representada pela frase é perspetivada como uma repetição habitual de eventos particulares (cf. Cap. 17.6.4 e 17.6.3.2), ou seja, como uma habitualidade[12]. Isto implica que, embora essas frases contenham verbos aspetualmente eventivos, o uso do presente do indicativo altera a classe aspetual do predicado, que passa a ser interpretado como um estado habitual. Outro exemplo deste tipo é o das frases que denotam propriedades identificadoras de um indivíduo, como *a Ana trabalha na biblioteca*.

As macrossituações representadas em (6) (cf. Nota 12), sendo aspetualmente estativas (tal como as situações simples com predicados basicamente estativos ilustradas em (5)), sobrepõem-se ao tempo da enunciação: concretamente, o processo habitual descrito nestas frases começa num tempo anterior à enunciação, continua durante o tempo da enunciação e plausivelmente prossegue depois dele. A diferente leitura do presente do indicativo em (5) e (6) consiste, pois, no facto de em (5) se localizarem temporalmente situações estativas simples e em (6) se localizarem repetições habituais de eventos; esta repetição transforma eventos em estados habituais, como referido.

Esta leitura habitual do presente do indicativo é também possível com os predicados estativos **episódicos** (cf. (5a,b)) – que denotam propriedades transitórias dos indivíduos, que podem sofrer mudanças com alguma regularidade –, desde que estes sejam modificados por um adjunto adverbial de periodicidade: cf. *a criança está sempre contente*, *a Rita tem regularmente febre*. Em contrapartida, com predicados estativos **estáveis** (cf. (5c,d)) – que denotam propriedades que perduram durante toda ou uma boa parte da vida de um indivíduo –, esta leitura não é possível, visto que estas situações, sendo estáveis e durando um largo período de tempo, não são suscetíveis de repetir-se (cf. #*a Ana é frequentemente alta*, #*a Joana é habitualmente natural de Sagres*).

Com a maioria dos predicados eventivos (nomeadamente aqueles que são classificados aspetualmente como processos, processos culminados e culminações[13]), a representação de um evento único cujo tempo coincide com o tempo da enunciação ou se sobrepõe a ele é feita recorrendo à construção perifrástica progressiva *estar a* + infinitivo[14], com o verbo auxiliar no presente do indicativo (o chamado **presente progressivo**):

(7) a. A Ana *está a fumar*.
b. O miúdo *está a comer* um gelado.
c. A Joana *está a desmaiar*.

[12] A repetição habitual de situações idênticas particulares representada nestas frases pode conceber-se como uma "macrossituação" que engloba o conjunto dessas situações.

[13] Os predicados eventivos classificam-se em **processos** (cf. *nadar*, *correr*, *passear no parque*), **processos culminados** (cf. *construir uma casa*, *escrever um livro*, *comer um gelado*), **culminações** (cf. *fotografar a paisagem*, *cortar a meta, sair*) e **pontos** (cf. *tossir*, *espirrar*). Para uma descrição destas classes, cf. Cap. 17.

[14] No português do Brasil e em certas variedades do Sul de Portugal e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, usa-se *estar* + gerúndio: cf. *o miúdo está comendo um gelado*.

Com determinados predicados eventivos que representam situações temporalmente pontuais (os pontos, como *tossir* ou *espirrar* – cf. Nota 13 e Cap. 17), a perífrase verbal cria um conflito motivado pela sua natureza progressiva (logo, implicando duração), que é incompatível com a natureza instantânea da situação descrita por estes predicados. Assim, a frase *o miúdo está a espirrar* não é adequada para expressar um evento único (ou seja, um só espirro) no presente. Com estes predicados, o presente progressivo introduz uma leitura iterativa (no exemplo dado, representa-se uma sucessão de espirros), não habitual (contrariamente aos exemplos de (5), com o presente simples) e que pressupõe uma duração (ainda que curta), que se sobrepõe ao momento da enunciação.

O presente do indicativo é também usado em frases genéricas, que representam características típicas ou essenciais de espécies ou outros tipos de entidades (cf. Oliveira e Cunha 2011), como se ilustra em (8):

(8) a. Os tigres *são* animais ferozes.
b. O embondeiro *está* em vias de extinção.

Quando usado com alguns verbos eventivos que representam situações pontuais ou de curta duração, o presente do indicativo (sem o auxiliar progressivo), em contextos especiais, pode ter um valor semântico de Presente, localizando temporalmente a situação descrita como sendo coincidente com a enunciação. Trata-se de relatos diretos (cf. *o jogador remata fortemente à baliza e... golo!*) e de enunciados que descrevem a ação que o falante realiza, incluindo enunciados performativos (cf. *abraço-te para te felicitar*, *prometo que vou contigo ao museu* ou *declaro aberta a sessão*)[15].

Em construções apropriadas, o presente morfológico pode também ser utilizado para referir um tempo posterior ao tempo da enunciação, i.e., um tempo Futuro, nomeadamente quando apoiado por adjuntos adverbiais adequados e quando o predicado denota um evento:

(9) a. Amanhã, o Benfica *joga* no estádio da Luz.
b. O Rui *apresenta* uma comunicação na próxima semana.
c. A Ana *chega* a Paris dentro de duas horas.

Quando o predicado representa um estado episódico, a leitura de tempo Futuro relativamente ao tempo da enunciação é aceitável (cf. (10a)); mas não o é quando o predicado representa um estado estável (cf. (10b)):

(10) a. Amanhã, a Maria *está* em casa.
b. #Daqui a três anos, a Maria *é* alta.

O presente do indicativo pode ainda apresentar-se como uma projeção do Passado no Presente, sendo de uso bastante comum em determinados tipos de

[15] Os enunciados performativos apresentam verbos como *declarar*, *pedir* e *prometer* na primeira pessoa do presente do indicativo, em frases ativas; pragmaticamente, realizam o ato denotado pelo verbo, ao mesmo tempo que é produzida a frase que o contém. Por exemplo, ao produzir *declaro aberta a sessão*, o falante abre efetivamente a sessão (cf. Oliveira e Lopes 1995). Repare-se que, no exemplo *prometo que vou contigo ao museu*, está em causa o tempo semântico veiculado pelo verbo *prometer*, não aquele que é veiculado pelo verbo *ir* (que é um tempo verbal semanticamente Futuro; ver a discussão já a seguir e 15.2.1.2 e 15.2.1.3).

narrativa histórica (e sendo por isso chamado **presente histórico**) ou em textos em que se reportam situações de alguma forma notórias:

(11) a. Em 1147, D. Afonso Henriques *conquista* a cidade de Lisboa.
b. Chanel *abre* a sua primeira loja em Paris em 1910.

O presente do indicativo é também usado com um sentido diretivo, para dar instruções (cf. (12a)), conselhos (cf. (12b)) e mesmo para fazer pedidos e dar ordens, em atos de fala indiretos[16] (cf. (12c,d)):

(12) a. *Sais* do banco, *viras* à esquerda, *avanças* até aos semáforos e *segues* em frente até ao topo da rua. A farmácia fica aí.
b. Acho melhor assim: *telefonas* aos teus amigos e só depois *tratas* da viagem.
c. *Passas*-me o vinho?
d. *Comes* a sopa ou *vais* para a cama sem jantar.

O presente do indicativo é ainda usado em anúncios, em informações públicas e em títulos de jornais, não só com predicados que exprimem estados, mas também com predicados que exprimem eventos, procurando-se assim ampliar o Presente para além do tempo da enunciação, como em (13a). Em (13b) ilustra-se uma utilização do presente do indicativo frequente em textos jornalísticos, para localizar temporalmente uma situação ocorrida num tempo anterior ao da enunciação, mas próximo dele, e com relevância no presente (cf. Silvano 2002):

(13) a. *Decorre* até dia 31 de janeiro o prazo para entrega de candidaturas.
b. Incidentes *causam* 27 mortos.

15.2.1.2 Pretérito perfeito

Como os seguintes exemplos ilustram, o pretérito perfeito é usado para localizar temporalmente uma situação como anterior ao momento da enunciação (ou seja, é um tempo do Passado):

(14) a. A Luísa *correu* durante duas horas.
b. A Maria *escreveu a carta*.
c. O Pedro *ganhou a corrida*.
d. A Joana *espirrou*.
e. O Jaime *esteve doente*.

O pretérito perfeito pode também articular-se com um tempo de referência futuro, introduzido por uma expressão adverbial, sendo, nesse caso, interpretado como anterior relativamente a esse tempo e posterior ao tempo da enunciação, como se ilustra em (15):

(15) Quando o Paulo voltar da Índia, daqui a três semanas, já a Maria *escreveu* o artigo.

De facto, este exemplo representa uma situação em que a Maria escreve o artigo antes de o Paulo voltar da Índia, mas *depois* do momento da enunciação (concre-

[16] Um ato de fala indireto é realizado por uma forma linguística que é típica de outro tipo de ato de fala. No caso de (12c), por exemplo, trata-se de um pedido sob a forma de pergunta.

tamente, durante as três semanas que têm como fronteira inicial a enunciação e como fronteira final o regresso do Paulo)[17].

Quando ocorre uma sucessão de frases coordenadas ou sequencialmente ordenadas num texto com os verbos no pretérito perfeito, representa-se usualmente uma sucessão de eventos (cf. Cap. 34). Neste caso, o tempo de cada situação representada por um verbo funciona como referência para o tempo da situação representada pelo verbo seguinte, formando uma progressão narrativa (cf. Kamp e Reyle 1993) em que a ordenação temporal das situações corresponde à sua ordenação no texto:

(16) A Isabel *entrou* no gabinete, *cumprimentou* os colegas, *contou* as novidades, *sentou-se* à secretária e *começou a trabalhar*.

Como se pode ver nas frases (14), o pretérito perfeito apresenta as situações como estando localizadas temporalmente no passado em relação ao tempo da enunciação (estando, portanto, terminadas), pelo que veicula essencialmente informação temporal. Quando se combina com eventos que envolvem um estado resultativo, o pretérito perfeito apresenta a situação como concluída na totalidade das fases aspetuais que a constituem. Assim, no caso das frases (14b,c), os eventos envolvem um estado resultativo (*a carta está escrita* e *a corrida está ganha*, respetivamente) e a frase com o verbo no pretérito perfeito perspetiva estes eventos como concluídos, incluindo a sua fase final. Nesse sentido, estas frases apresentam situações perfectivas e o pretérito perfeito pode aqui ser considerado como um tempo **perfectivo**, tal como o seu nome indica (para uma discussão do conceito de perfectividade, cf. Cap. 17.6.4).

15.2.1.3 Pretérito imperfeito

O pretérito imperfeito é um tempo verbal com valor semântico de Passado, mas possui igualmente uma forte dimensão aspetual e, por vezes, modal.

Os predicados estativos que denotam propriedades estáveis dos indivíduos podem ocorrer no pretérito imperfeito tomando o momento da enunciação como ponto de referência, como se ilustra em (17):

(17) a. Hilbert *era* matemático.
b. O João *era* pasteleiro.
c. O pai da Ana *era* natural de Málaga.

Os predicados estáveis são de dois tipos: uns, como (*ser*) *matemático* ou (*ser*) *pasteleiro*, denotam estados que, ainda que perspetivados como tendo uma duração longa, podem, mesmo assim, ter um fim, i.e., não acompanham necessariamente um indivíduo ao longo de toda a sua vida. Em contrapartida, outros, como (*ser*) *natural de* (*tal ou tal sítio*), são permanentes (um indivíduo não pode mudar o lugar onde nasceu). Esta diferença entre os dois tipos de predicados relaciona-se com inferências distintas de valor temporal, quando o verbo está no pretérito imperfeito do indicativo. Assim, quando dizemos que o João era pasteleiro (cf. (17b)), estamos também a veicular a ideia de que já não o é no momento da enunciação,

[17] Neste uso, o pretérito perfeito simples aproxima-se bastante do futuro composto (cf. 15.2.2.3): cf. *quando o Paulo voltar da Índia, daqui a três semanas, já a Maria terá escrito o artigo*.

por um de dois motivos: ou porque morreu (ou seja, o referente do sujeito deixou de existir) ou porque mudou de profissão (ou seja, o referente existe, mas o predicado já não se lhe aplica). As duas inferências também estão, em princípio, disponíveis em (17a), mas pragmaticamente, para quem sabe quem foi Hilbert, apenas a primeira é válida, visto que este notável matemático já faleceu e nunca deixou de ser matemático. Em contrapartida, quando o predicado estável denota uma propriedade que acompanha o indivíduo ao longo de toda a sua vida (cf. (17c)), logicamente apenas a primeira inferência é possível, a de que o indivíduo já não existe (cf. Oliveira 2004). Ou seja, se alguém nos diz que o pai da Ana *era* natural de Málaga, podemos inferir que já faleceu.

Esta diferença entre os dois tipos de predicados correlaciona-se com outra: se com os primeiros se pode utilizar o pretérito perfeito, a par do imperfeito, sem qualquer alteração semântica, com os segundos o uso do pretérito perfeito não é permitido, como se verifica no seguinte contraste:

(18) a. Hilbert *foi* matemático.
b. O João *foi* pasteleiro.
c. #O pai da Ana *foi* natural de Málaga.

Quando os predicados denotam estados temporários ou eventos, o pretérito imperfeito do indicativo necessita normalmente de um tempo de referência introduzido por um adjunto adverbial ou por uma frase independente com valor temporal (como em (19d)). Quando o adjunto adverbial é uma oração subordinada (como em (19b,c)), esta é tipicamente introduzida por *quando*, *enquanto*, *ao mesmo tempo que* e tem o verbo no pretérito perfeito do indicativo ou no imperfeito[18]:

(19) a. {Na semana passada/Ontem}, o filho da Ana *estava* doente.
b. Quando os colegas *chegaram*, o Paulo *via* um filme de aventuras.
c. O Luís, ao mesmo tempo que *falava* ao telefone, *fazia*-me caretas.
d. A rapariga sentou-se na esplanada. O sol *brilhava*, as crianças *brincavam* e alguns veraneantes *liam* um livro.

Sem um tempo de referência, o pretérito imperfeito do indicativo não é, nestes casos, adequado para descrever situações localizadas no passado relativamente ao tempo da enunciação. Assim, sem qualquer contextualização temporal prévia, enunciados como *o filho da Ana estava doente* ou *o Paulo via um filme de aventuras* não são aceitáveis (compare-se com o pretérito perfeito, que é o tempo adequado para esse uso: *o filho da Ana esteve doente*, *o Paulo viu um filme de ficção científica*)[19].

Nos exemplos de (19), criam-se relações de sobreposição ou de inclusão entre o tempo passado denotado pelo pretérito imperfeito e o tempo denotado pelo advérbio ou pela oração temporal. Assim, em (19a), os intervalos de tempo denotados

[18] Alguns falantes não aceitam predicados eventivos no pretérito imperfeito quando o tempo de referência é dado por um advérbio ou por um adjunto adverbial que não seja uma oração: cf.??{*ontem/nesse dia*}, *o filho da Ana via um filme de ficção científica*.

[19] Em certas situações, são possíveis frases como (19) sem um adjunto adverbial. Por exemplo, se B anuncia a A que vai jantar fora com a Ana e posteriormente A encontra B a jantar sozinho, este pode simplesmente explicar-se dizendo *o filho da Ana estava/está doente*... Nestes casos, o tempo de referência (plausivelmente o momento prévio em que B anuncia a A a sua intenção de jantar com a Ana) é recuperado através da informação partilhada entre os falantes.

por *ontem* ou por *na semana passada* estão incluídos no intervalo de tempo em que decorre a doença do filho da Ana ou sobrepõem-se a ele; em (19b), o tempo denotado pela oração *quando os colegas chegaram* está incluído no intervalo de tempo da situação descrita na oração principal, de o Paulo ver um filme de aventuras, enquanto em (19c) o tempo denotado pela oração principal e pela subordinada se sobrepõem; e, em (19d), os tempos denotados pelas diversas ocorrências do pretérito imperfeito sobrepõem-se ao tempo da primeira frase, com o verbo no pretérito perfeito, que funciona como tempo de referência.

A interação entre tempos manifestada em (19) torna claro que o imperfeito atribui duração a uma situação, o que o torna semelhante ao verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*); na realidade, quando o predicado da oração principal é eventivo, esse auxiliar pode ser usado (também no pretérito imperfeito), resultando numa frase semanticamente equivalente àquela que contém apenas o verbo pleno (cf. *quando os colegas chegaram, o Paulo estava a ver um filme de aventuras*).

Em construções condicionais (cf. Cap. 38), o pretérito imperfeito pode (em português europeu) ser usado na oração consequente em vez do condicional, como se ilustra em (20):

(20) a. Se a Maria tivesse lido o jornal [já *sabia/saberia* as notícias].
b. [A Maria *tomava/tomaria* esse remédio] se o médico lho recomendasse.

Nestes dois casos obtém-se uma interpretação epistémica (ou seja, de possibilidade) de toda a frase; em particular, (20a), com o pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo na oração antecedente, tem uma leitura contrafactual, i.e., pode inferir-se que a situação descrita pela frase não teve efetivamente lugar (ou seja, infere-se que a Maria nem leu o jornal nem sabe as notícias).

Do mesmo modo, em construções textuais paratáticas como (21)[20], em que a segunda frase é introduzida por uma expressão de quantificação formada pelo advérbio *mais* e um sintagma nominal, o imperfeito também pode ser usado, a par do condicional, com uma interpretação contrafactual (aliás, a construção é equivalente a uma construção condicional):

(21) a. Ele bebeu durante toda a noite. Mais um copo e *ultrapassava*/*ultrapassaria* os limites de álcool no sangue. (cf. *se tivesse bebido mais um copo, ultrapassava*/*ultrapassaria os limites de álcool no sangue*)
b. Os bombeiros chegaram no momento exato. Mais um minuto e a criança *afogava-se*/*afogar-se-ia*. (cf. *se tivesse passado mais um minuto, a criança afogava-se*/*afogar-se-ia*)

Compare-se (21b) com *os bombeiros acorreram ao local, mas* [*um minuto depois a criança afogava-se*]. Neste exemplo, a interpretação da segunda oração, introduzida pela conjunção adversativa *mas*, é factual (i.e., a criança afoga-se realmente). Aqui, o pretérito imperfeito tem uma interpretação de Passado relativamente ao tempo da enunciação, mas Futuro relativamente ao tempo da situação descrita na primeira oração (i.e., o momento da chegada dos bombeiros). Esta interpretação deve-se à

[20] Em construções deste tipo, as duas frases não estão formalmente ligadas entre si por qualquer conector (cf. Caps. 34 e 35).

presença do adjunto adverbial temporal que tem como núcleo o advérbio *depois*, o qual tem um valor anafórico, tomando como antecedente o tempo da primeira oração. Repare-se que, neste caso, o pretérito imperfeito pode ser substituído quer pelo pretérito perfeito (cf. *os bombeiros acorreram ao local, mas* [*um minuto depois a criança afogou-se*]) quer pelo condicional (cf. *os bombeiros acorreram ao local, mas* [*um minuto depois a criança afogar-se-ia*], que, no entanto, tem aqui um valor exclusivamente temporal de Passado (cf. 15.2.1.7)[21].

O pretérito imperfeito do indicativo também pode ser usado na oração antecedente de uma construção condicional, obtendo-se uma interpretação factual e temporal, em que a frase representa uma correlação de situações que se repetem e constituem uma situação habitual. Neste caso, o imperfeito também é obrigatório na oração consequente:

(22) a. Se o Rui *estava* doente, a mãe *telefonava*-lhe todos os dias.
b. Se o Manel *chegava* tarde a casa, o pai *ralhava*-lhe.

15.2.1.4 Presente e pretérito imperfeito do indicativo como tempos aspetualmente imperfectivos

Tanto o presente como o pretérito imperfeito do indicativo são tempos aspetualmente imperfectivos. Isto quer dizer que perspetivam situações no seu decurso, sem que os seus limites se encontrem definidos, em particular o limite final[22]. Como se viu na interpretação dos exemplos de (5) e de (6), (5b), por exemplo, não informa nem sobre o início nem sobre o término da situação de a Rita ter febre e, de modo semelhante, em (6a), o tempo utilizado nada diz sobre o começo ou o final do hábito de a Ana fumar.

A natureza imperfectiva destes dois tempos possibilita determinados usos aspetuais e modais comuns, alguns dos quais já referidos relativamente ao presente do indicativo (cf. 15.2.1.1), e que comparamos aqui com usos similares do imperfeito.

Tal como o presente do indicativo (cf. (6)), o pretérito imperfeito, quando se combina com predicados eventivos, introduz uma leitura em que se descreve uma repetição regular e habitual de situações simples que ocorrem no passado, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(23) a. A Ana *fumava*.
b. O miúdo *comia* um sorvete todos os dias.
c. A Joana *desmaiava* sempre que via sangue.
d. O miúdo *espirrava* frequentemente.

[21] O estatuto do adjunto cujo núcleo é *depois* como uma expressão de localização temporal anafórica permite a leitura temporal de Passado do imperfeito e a possibilidade da sua substituição pelo pretérito perfeito. Em contrapartida, o adjunto cujo núcleo é o advérbio *mais* tem um valor exclusivamente quantificacional, que legitima unicamente uma interpretação modal do imperfeito em (21), o que não permite a sua substituição pelo pretérito perfeito.

[22] Em contrapartida, o aspeto perfectivo (manifestado em tempos como o pretérito perfeito, com certo tipo de predicados) representa uma situação como concluída (cf. 15.2.1.2). Assim, na frase *a Maria dava banho às crianças quando o Pedro enviou a mensagem*, a situação de dar banho às crianças é considerada no seu decurso, sem qualquer informação sobre o seu fim (nem sobre o seu início), ao passo que a situação de o Pedro enviar a mensagem é dada como concluída, podendo afirmar-se que a mensagem está enviada.

Da mesma forma, também os estados episódicos admitem uma leitura habitual com o imperfeito do indicativo (cf. *a criança estava sempre contente*, *a Rita tinha sempre febre*), desde que modificados por uma expressão adverbial de periodicidade – no caso, *sempre*.

Tal como o presente, o pretérito imperfeito também tem uma leitura habitual na oração principal de frases complexas com uma oração adverbial temporal introduzida por *quando*, em que esta representa a repetição de um evento em correlação com as repetições habituais expressas na oração principal, como se ilustra em (24)[23]:

(24) a. Quando a Maria *chega*, o Rui *levanta*-se.
b. Quando a Maria *chegava*, o Rui *levantava*-se.

Outra similaridade semântica importante entre o pretérito imperfeito e o presente do indicativo consiste no facto de ambos os tempos poderem ser usados em frases genéricas, que representam características típicas ou essenciais e atemporais das espécies, ou de outros tipos de entidades, como se ilustra em (25), que retoma (8), e (26):

(25) a. Os tigres *são* animais ferozes.
b. O embondeiro *está* em vias de extinção.

(26) a. O homem de Neandertal não *tinha* linguagem articulada.
b. Os dinossauros *eram* herbívoros.

Repare-se que, em (26), a inferência mais natural (e correta, neste caso) é a de que, no presente, as espécies referidas pelo sujeito já não existem[24].

Tal como no presente (cf. (7)), quando o verbo pleno de uma frase é aspetualmente eventivo, o uso da perífrase progressiva *estar a* + infinitivo com o verbo auxiliar no imperfeito do indicativo (ou seja, no **imperfeito progressivo**) é frequentemente preferido ao uso do verbo pleno simples (sem auxiliar) no pretérito imperfeito simples (cf. (27)), sobretudo quando não está presente um adjunto com valor temporal, adverbial ou oracional, como no caso das frases (27c,d):

(27) a. A Ana *estava a dançar* quando os amigos chegaram. (cf. *a Ana dançava quando os amigos chegaram*)
b. A Ana *estava a ler o jornal* quando os amigos chegaram. (cf. *a Ana lia o jornal quando os amigos chegaram*)
c. *Estou a ler*. Não quero que me incomodes. (vs. #*Leio*. *Não quero que me incomodes*)
d. *Estava a ler*. Não queria que me incomodasses. (vs. #*Lia*. *Não queria que me incomodasses*)

Este facto deve-se plausivelmente ao reforço trazido pelo auxiliar, que, tal como o imperfeito, introduz duração nas situações, em virtude da sua natureza aspetual progressiva.

---

[23] Nestas frases, a conjunção *quando* pode ser substituída pela locução conjuncional *sempre que*, sem alteração da interpretação: cf. *sempre que a Maria chega*(*va*), *o Rui levanta*(*va*)-*se*.

[24] No entanto, a leitura de que a espécie ainda existe, tendo-se alterado uma das suas características típicas, não é impossível, como se comprova pela aceitabilidade de *os cães eram animais selvagens* (*mas, pela ação do homem, são agora animais domésticos*).

Em português europeu, o pretérito imperfeito tem a particularidade interessante de poder ser usado com um valor unicamente modal, sem qualquer referência a um tempo do Passado, como se ilustra em (28)[25]:

(28) a. Agora, *bebíamos* um cafezinho, não?
b. Se chegarmos a horas ao Porto, ainda *íamos* a tua casa.
c. Amanhã *passava* pelo seu gabinete.

Em nenhum destes exemplos o pretérito imperfeito tem valor temporal de Passado. Em (28a), a localização temporal da situação expressa pela frase é um Futuro iminente, praticamente coincidente com o tempo da enunciação (o que se reforça pela expressão temporal *agora*). Em (28b,c), a situação localiza-se claramente no futuro, o que se reforça, respetivamente, pela oração condicional construída com o futuro do conjuntivo (*chegarmos*) e pelo advérbio *amanhã* (a que se pode associar uma oração condicional implícita também com o verbo no futuro do conjuntivo, como, p.e., *...se concordar*).

A possibilidade de o pretérito imperfeito veicular informação modal manifesta-se também, de forma diversa, nos seguintes exemplos:

(29) a. A Ana *ia* para Macau.
b. A – O que estás aqui a fazer?
B – *Estava* à espera do jornal.

Em (29a), o imperfeito é usado pelo falante para expressar que a situação de a Ana ir para Macau corresponde simplesmente a uma expectativa sua, i.e., o falante não tem certezas sobre a realização do evento. Quanto a (29bB), o uso do imperfeito assinala que a situação de estar à espera do jornal foi de certa forma interrompida pela intervenção do outro interlocutor (comparar com *estou à espera do jornal*, em que a situação se mantém no tempo coincidente com o da enunciação).

Plausivelmente, o que torna possível usar o imperfeito do indicativo com uma dimensão modal, em frases que exprimem situações projetadas para o futuro, é o facto de este tempo não ser delimitado por fronteiras que denotem quer o tempo inicial quer o tempo final de uma situação, à semelhança do que acontece com o presente do indicativo. Nestes casos, em particular, é a ausência de uma fronteira terminal que é pertinente.

Outro valor modal do pretérito imperfeito (e do presente) é aquele em que o mesmo serve para o falante sugerir um mundo fictício, frequente em brincadeiras de criança[26]:

(30) a. Eu agora *era*/*sou* o xerife e *tu eras*/*és* o mau.
b. Eu agora *era*/*sou* a mãe e tu *eras*/*és* a filha.

Um outro caso ainda é aquele em que o imperfeito é usado em enunciados diretivos com um efeito "atenuador". Neste uso, o imperfeito também não tem um valor semântico de Passado; antes, o seu uso modal introduz um efeito

[25] Sobre a modalização do imperfeito, cf. Oliveira (1987, 1991) e Oliveira e Lopes (1995).
[26] O início canónico das histórias infantis, *era uma vez*, situa à partida o texto num mundo de não realidade, não se usando, neste caso, o presente do indicativo.

pragmático de delicadeza, ausente quer do presente do indicativo quer do imperativo (cf. (31b,c))[27]:

(31) a. *Queria* um sumo de laranja (, por favor).
b. *Quero* um sumo de laranja (, por favor).
c. *Traga*-me um sumo de laranja (, por favor).

15.2.1.5 Pretérito mais-que-perfeito simples

Este tempo, pouco comum na língua falada, surge em textos escritos e localiza uma situação no Passado relativamente a outra situação também passada, tomada como tempo de referência, como se ilustra em (32). Em (32a), o pretérito mais-que-perfeito simples ocorre numa oração subordinada completiva e, em (32b), numa oração relativa (ambas entre parênteses retos, nos exemplos):

(32) a. O presidente afirmou [que a ministra *criticara* aquela convenção].
b. O exército atacou a aldeia [que *assinara o* acordo de paz].

Assim, em (32a), a crítica da ministra precede temporalmente a afirmação do presidente, e, em (32b), a assinatura do acordo de paz precede temporalmente o ataque do exército à aldeia. Nos dois exemplos de (32), o tempo de referência é introduzido pelo pretérito perfeito do indicativo na oração principal[28].

Por vezes, o tempo de referência não é dado explicitamente na frase, mas está implícito, podendo ser recuperado contextualmente, através do discurso anterior:

(33) a. Dias antes, *quisera* forçá-lo a pedir desculpa.
b. Ela *quisera* sair do país mas *vira* o seu passaporte confiscado.
c. Por várias vezes *desmaiara* em público...

Nestes exemplos, pressupõe-se uma determinada situação passada, que enquadra temporalmente a situação expressa na frase. Isso é bem claro em (33a), em que o advérbio *antes* no adjunto temporal *dias antes* seleciona um complemento implícito que alude ao tempo de referência (ou seja, dias antes de um determinado evento, que não é explicitado, mas que plausivelmente se recupera anaforicamente no discurso anterior).

Na maioria dos seus usos, o pretérito mais-que-perfeito simples é praticamente equivalente ao pretérito mais-que-perfeito composto (cf. 15.2.2.2), muito mais frequente. Assim, em qualquer dos exemplos dados acima se poderia substituir um tempo pelo outro: cf. (32a) e *o presidente afirmou que a ministra tinha criticado aquela convenção* ou (33a) e *dias antes, tinha querido forçá-lo a pedir desculpa*. Corroborando

---

[27] O efeito de delicadeza pode também ser expresso por uma frase interrogativa indireta com o verbo no presente (cf. *trazes-me um sumo de laranja?*) ou com uma perífrase com o verbo *poder* no presente (cf. *podes trazer-me um sumo de laranja?*). Com o verbo no imperfeito, o efeito de delicadeza é redobrado (cf. *trazias-me um sumo de laranja?*, *podias trazer-me um sumo de laranja?*). O mesmo efeito pode ser obtido com frases declarativas com o verbo *poder* no presente (cf. *podem entrar e aguardar um pouco*).

[28] Pode ocorrer o pretérito imperfeito na oração principal, em vez do pretérito perfeito, como nas frases *já não se lembrava das aventuras que tivera na juventude* e *saía da confeitaria, onde bebera café e comprara pão*. Nestes contextos, o pretérito imperfeito não serve de tempo de referência ao pretérito mais-que-perfeito da oração relativa, existindo antes um tempo da narração (tipicamente um pretérito perfeito) recuperado a partir da situação de enunciação (cf. [ele *disse que*] *já não se lembrava das aventuras que tivera na juventude* ou [*quando o vi,*] *saía da confeitaria onde bebera café e comprara pão*.

esta equivalência, é possível que os dois tempos coocorram com o mesmo valor temporal: cf. *a Ana tinha visitado o avô mas não lhe dissera que havia uma maneira de ele sair daquela situação*[29].

O mais-que-perfeito simples ocorre em expressões fixas de valor exclamativo, como *quem me dera* ou *tomara* (cf. {*quem me dera*/*tomara*} *que as férias cheguem depressa*, por exemplo) ou *pudera!* Esta última expressão, de uso muito frequente, tem um significado que a aproxima de uma interjeição (cf. *claro!*) ou da expressão *nem outra coisa se esperaria* (cf. *o meu patrão foi à China. Pudera! Com o dinheiro que ganha…*).

Para finalizar, note-se que, atualmente, o pretérito mais-que-perfeito simples é muito menos utilizado do que em fases anteriores da língua. Veja-se o exemplo *que fôra a vida se nela não houvera lágrimas?* (CRPC, Herculano, *Eurico*), do séc. XIX (correspondente a *que seria a vida se nela não houvesse lágrimas?*).

15.2.1.6 Futuro

Em português, o futuro localiza as situações num tempo posterior ao da enunciação, como se ilustra em (34):

(34) a. *Serão* dadas mais informações às 23 horas.
b. O sindicato *divulgará* o relatório no fim deste semestre.
c. *Voltaremos* a esta questão mais adiante.

O futuro ocorre também na oração principal de frases complexas com uma oração adverbial (temporal ou condicional) que introduz o tempo de referência:

(35) Quando/Se assinarmos esta revista, *receberemos* um bónus.

No entanto, existem alternativas de uso, sobretudo na oralidade, para exprimir um tempo semântico do Futuro. De facto, embora seja possível dizer *a Maria voltará daqui a duas semanas*, *o Luís comprará o fogão amanhã* e *eu acho que os meus pais me darão um automóvel*, muitos falantes preferem usar o presente do indicativo, frequentemente reforçado por expressões adverbiais denotadoras de um tempo do Futuro:

(36) a. A Maria *volta* daqui a duas semanas.
b. O Luís *compra* o fogão amanhã.
c. Eu acho que os meus pais me *dão* um automóvel.
d. Quando/Se assinarmos esta revista, *recebemos* um bónus.

Num contexto discursivo suficientemente informativo, os adjuntos não são necessários. Assim, p.e., relativamente a (36b), se o tópico da conversa for a hipotética compra de um fogão pelo Luís, um dos interlocutores poderá perfeitamente dizer algo como *está decidido, o Luís compra o fogão* (com localização temporal futura da situação). Este facto sugere que, com o presente do indicativo, a localização temporal é induzida pelas expressões adverbiais (quando estas ocorrem) ou por um contexto alargado que permita uma inferência temporal futura.

[29] Nalgumas variedades dialetais do português europeu, o pretérito mais-que-perfeito simples tem um uso equivalente ao do pretérito perfeito simples, localizando uma ação concluída no passado sem se articular com qualquer tempo de referência: cf. *ontem já acabáramos a horta e já faláramos com os senhores sobre isso* (distrito de Beja).

Outra alternativa ao uso temporal do futuro é a construção perifrástica *ir* + infinitivo, como se ilustra em (37):

(37) a. A Maria *vai voltar* (daqui a duas semanas).
b. O Luís *vai comprar* o fogão (amanhã).
c. Eu acho que os meus pais me *vão dar* um automóvel (quando eu fizer 18 anos).
d. Quando/Se assinarmos esta revista, *vamos receber* um bónus.

Neste caso, é a própria perífrase que veicula a ideia de futuridade, não sendo, portanto, necessários nem adjuntos adverbiais nem um contexto alargado.

A perífrase auxiliar *haver de*, com o verbo auxiliar no presente do indicativo, também é usada para indicar um tempo futuro, como se ilustra em (38). No entanto, está associada a um tempo futuro indeterminado e tem uma forte componente modal, em que se expressa um desejo, uma intenção ou um compromisso:

(38) a. A Maria *há de voltar* (qualquer dia).
b. Eu *hei de mostrar*-lhes que sou capaz.
c. Eu acho que os meus pais me *hão de dar* um automóvel (se eu tiver boas notas).

Com o verbo auxiliar no imperfeito do indicativo, esta perífrase tem sobretudo uma leitura deôntica, em que se exprime uma ordem atenuada ou uma sugestão: cf. *tu havias de verificar se a janela está fechada*.

O futuro simples também pode ter um valor modal epistémico, no qual se veicula incerteza ou não comprometimento do falante relativamente ao valor de verdade da frase, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(39) a. Neste momento, o Primeiro-Ministro *estará* a ser recebido pelo Presidente.
b. A rapariga *terá* 20 anos.

Em (39a), a interpretação modal é a única possível, veiculando um valor de incerteza, visto que a expressão adverbial *neste momento* implica que o tempo da situação é o Presente (i.e., é um tempo sobreposto ao da enunciação) e não o Futuro. O valor modal do futuro pode ser realçado se compararmos (39a) com a frase semelhante com o verbo no presente do indicativo: *neste momento, o Primeiro-Ministro está a ser recebido pelo Presidente*. Do mesmo modo, em (39b), veicula-se a incerteza do falante quanto à idade exata da rapariga (comparar com *a rapariga tem 20 anos*, sem qualquer valor modal).

Para além do valor epistémico descrito no parágrafo anterior, o futuro simples pode também ser utilizado com um valor modal deôntico de obrigação na expressão de regras, leis ou recomendações, podendo, neste caso, aproximar-se da força ilocutória do imperativo:

(40) a. Não *matarás*!
b. *Farão* como lhes digo!

15.2.1.7 Condicional

O condicional pode ter um valor temporal de "Futuro do Passado", pouco usual na fala e escrita correntes, localizando uma situação no Passado, mas ocorrendo posteriormente ao tempo de uma outra situação também passada, tomada como tempo de referência, explicitamente representada na frase quer por um adjunto adverbial de valor temporal (cf. (41a)) quer por uma oração ou frase com o verbo no pretérito perfeito (cf. (41b,c)):

(41) a. Depois da batalha de Aljubarrota, *seria* erguido o Mosteiro da Batalha.
b. Os bombeiros chegaram, mas um minuto depois a criança *afogar-se-ia*.
c. O Luís comprou uma casa no Alentejo em 1969. No ano seguinte, *construiria* uma piscina no jardim.

Quando o tempo de referência é uma oração independente, ocorre preferencialmente um conector temporal na oração que tem o verbo no condicional, o qual retoma o tempo de referência (*um minuto depois*, em (41b), e *no ano seguinte*, em (41c)).

O condicional ocorre também na oração consequente das construções condicionais com o verbo no imperfeito do conjuntivo[30] e não tem, nestes contextos, valor temporal de futuro do passado. Quando o predicado da oração condicional é do tipo estativo, como em (42a,b), estas construções são caracterizadas por terem uma interpretação contrafactual (as situações descritas não se realizam efetivamente; cf. Cap. 38). Quando o predicado é de tipo eventivo, é possível a leitura em que as situações venham a ocorrer, como se ilustra em (42c):

(42) a. Se a Ana fosse simpática, eu *convidá-la-ia* para jantar fora.
b. Se o Rui estivesse doente, a mãe não o *deixaria* ir à escola.
c. Se a Ana acabasse o relatório, eu (ainda) a *convidaria* para jantar fora.

Quando ocorre com verbos de tipo durativo e o tempo de referência introduzido por adjuntos adverbiais é Passado (sublinhados, em (43)), o condicional pode exprimir um valor modal epistémico de incerteza ou de probabilidade não confirmada, por parte do falante, relativamente a uma situação cuja localização temporal é o tempo de referência:

(43) a. Quando o conheci, ele *teria* 20 anos.
b. Nesse dia, o João *estaria* maldisposto.
c. Nessa época, ele *trabalharia* na Sumol.

Compare-se com as frases com o verbo no imperfeito do indicativo, das quais o valor epistémico está ausente: *quando o conheci, ele tinha 20 anos*, por exemplo.

15.2.2 Tempos compostos

Os tempos finitos compostos do português são o **pretérito perfeito** (*tenho cantado*), o **pretérito mais-que-perfeito** (*tinha cantado*), o **futuro** (*terei cantado*) e o **condicional** (*teria cantado*). Estes tempos são construídos com o verbo auxiliar *ter* num tempo finito e o particípio passado do verbo pleno (cf. Cap. 29). Estes "tempos compostos"

[30] Como se viu em 15.2.1.3, o condicional alterna aí – em português europeu, mas não no português do Brasil – com o imperfeito do indicativo.

constituem, na realidade, um tipo de perífrase verbal, sendo assim denominados e distinguidos das demais perífrases por, em contextos adequados, estabelecerem diretamente relações temporais com "tempos simples", podendo haver alternância entre eles, como se ilustra adiante, na comparação entre (48a) (*o miúdo leu o livro que a avó lhe tinha dado*) e *o miúdo leu o livro que a avó lhe deu* (embora a análise temporal não seja a mesma nas duas frases).

Contrariamente ao que acontece em outras línguas românicas, não existe em português um tempo composto com o verbo auxiliar no pretérito perfeito (**tive cantado*)[31]. Num registo um pouco arcaizante em português europeu, mas mais comum no português do Brasil, o verbo *haver* também pode ser utilizado como verbo auxiliar na construção dos tempos compostos. Este uso ocorre sobretudo no mais-que-perfeito composto e no condicional composto: cf., por exemplo, *quando começou a reunião, os administradores já haviam lido o relatório* e *se concordasse com a proposta, ele já o haveria dito*.

15.2.2.1 Pretérito perfeito composto

O pretérito perfeito composto é formado pelo verbo auxiliar *ter* no presente do indicativo e pelo particípio do verbo pleno da perífrase verbal[32]. Do ponto de vista temporal, este tempo expressa a duração de uma situação iniciada no passado, que abrange o momento da enunciação e que pode continuar para além do tempo da enunciação. Trata-se de um tempo sem limite final definido, isto é, imperfectivo, ao contrário do que o seu nome indica (cf. Cardoso e Pereira 2003).

Dependendo do tipo aspetual básico do predicado (eventivo ou estativo), este valor imperfectivo ganha leituras diferentes. Assim, com predicados que correspondem a estados episódicos, representa-se uma situação que se prolonga desde o seu início nalgum momento do passado (que pode ser expresso por um adjunto ou não), prologando-se no presente, com a possibilidade de continuar no futuro:

(44) a. A Ana *tem morado* em Paris (desde que se divorciou).
b. O Rui *tem estado* doente (ainda está e, segundo o médico, vai continuar por mais algum tempo).
c. (Ultimamente,) a Isabel *tem estado bem-disposta*.

Em contrapartida, o pretérito perfeito composto não é possível com predicados que representam estados estáveis, como se pode ver pela estranheza de #*o Pedro tem sido natural de Lisboa* (*desde que nasceu*).

Com predicados que denotam eventos, o pretérito perfeito composto introduz uma leitura aspetual de iteração, i.e., de situações que se repetem durante um determinado período de tempo que inclui o momento da enunciação e que se podem

[31] Este tempo existe, p.e., em francês, ainda que num registo formal, sendo usado em orações temporais (cf. *quand il eut fini la lecture, il salua le public*). Em português, o equivalente literal desta frase não é gramatical: cf. **quando ele teve acabado a leitura, saudou o público*. O português recorre neste caso ao pretérito perfeito simples: *quando ele acabou a leitura, saudou o público*. O francês também admite um tempo composto com o verbo auxiliar no futuro do indicativo em orações temporais (cf. *quand il aura fini sa lecture, il saluera le public*). Este uso particular do futuro composto não existe em português (cf. **quando ele terá acabado a leitura, saudará o público*). Neste caso, usa-se o futuro do conjuntivo: *quando ele tiver acabado a leitura, saudará o público*.
[32] Sobre o pretérito perfeito composto em português, veja-se Campos (1988), Lopes (1972), Oliveira (1996) e Peres (1996).

prolongar para além dele; ou seja, representa-se uma macrossituação formada pela iteração de situações simples (cf. Nota 12), como se ilustra em (45)[33]:

(45) a. O Manuel *tem feito* os exercícios de matemática (regularmente).
b. A Maria *tem nadado* (todas as semanas).
c. O Cristiano Ronaldo *tem marcado golos* (em todos os jogos).
d. O Luís *tem tossido* (desde que começou a fumar).

Nestes casos, quer a repetição das situações quer o período de tempo alargado que é necessário para permitir essa repetição podem ser explicitamente mencionados por adjuntos adverbiais adequados (entre parênteses, nos exemplos). Esses adjuntos reforçam o valor aspetual inerente a este tempo composto, dando informação adicional sobre o tempo alargado ou sobre a iteração. Os valores de continuidade temporal e de iteração do pretérito perfeito composto tornam-se particularmente claros quando este tempo é comparado com o pretérito perfeito simples (cf. 15.2.1.2), que não tem esses valores: cf., por exemplo, *o Rui esteve doente* e *o Manuel fez os exercícios*.

Com predicados que denotam estados episódicos (cf. (44)), o pretérito perfeito composto tem uma interpretação estativa, podendo a situação prolongar-se por um intervalo de tempo mais ou menos longo. A presença de determinados adjuntos adverbiais torna, no entanto, a leitura iterativa possível, como se ilustra em (46) (comparar com (44)), mantendo-se em (46) a informação temporal de situação passada que abrange o tempo presente da situação:

(46) a. A Ana *tem morado* em Paris sempre que o marido está em comissão de serviço.
b. Todas as primaveras, o Rui *tem estado* doente.
c. A Isabel *tem estado bem-disposta* nas reuniões com a equipa.

É relevante fazer uma comparação breve entre o uso do pretérito perfeito composto e o uso do presente do indicativo quando se combinam com predicados eventivos. O pretérito perfeito composto expressa a iteração de determinado evento; em contrapartida, o presente induz uma leitura estativa e habitual, podendo tipicamente ocorrer com o adjunto adverbial *habitualmente* (cf. *a Maria nada habitualmente na piscina municipal*). Com predicados eventivos, o presente do indicativo pode também ocorrer com adverbiais que quantificam as situações, tal como acontece com o pretérito perfeito composto em (45). Vejam-se, assim, os exemplos de (47), com o presente, paralelos aos de (45):

(47) a. O Manuel *faz* os exercícios de matemática regularmente.
b. A Maria *nada* todas as semanas.
c. O Cristiano Ronaldo *marca* golos em todos os jogos.
d. O Luís *tosse* desde que começou a fumar.

Os exemplos de (47) manifestam simultaneamente os comportamentos típicos da iteração de eventos (por exemplo, a iteração do evento *marcar golos* num

[33] Nas restantes línguas românicas, à exceção do galego, este tempo não tem a leitura de iteratividade que tem em português. No entanto, segundo Cartagena (1999), o espanhol americano e o das Canárias apresentam semelhanças com o português.

determinado padrão de frequência (*em todos os jogos*) em (47c)) e de uma leitura de habitualidade, que pode ser realçada com a expressão adverbial *habitualmente* (cf. *o Cristiano Ronaldo marca habitualmente golos em todos os jogos*). Pelo contrário, o pretérito perfeito composto não aceita tipicamente a leitura de habitualidade (cf. *#o Cristiano Ronaldo tem marcado habitualmente golos em todos os jogos*)[34].

15.2.2.2 Pretérito mais-que-perfeito composto

O pretérito mais-que-perfeito composto é formado pelo verbo auxiliar *ter* no imperfeito do indicativo e pelo particípio do verbo pleno da perífrase verbal. Este tempo representa uma situação passada e concluída relativamente a um tempo de referência também passado. Esse tempo de referência é introduzido pelo verbo de outra oração da mesma frase, como em (48a-d), ou por outra frase de uma sequência textual, como em (48e) (o mais-que-perfeito está em itálico e sublinha-se o verbo que contém o tempo de referência):

(48) a. O miúdo leu o livro que a avó lhe *tinha dado*.
b. A Ana disse que *tinhas jantado* em casa dela.
c. Quando chegaste, (já) o Rui *tinha saído*.
d. A Isabel faltou à aula porque *tinha estado* engripada.
e. A Maria chegou atrasada às aulas. *Tinha perdido* o autocarro.

Em (48a,b,d), o tempo de referência é introduzido na oração principal, em (48c), na oração subordinada temporal, e, em (48e), pela primeira frase da sequência textual. Em todos estes casos, a oração ou frase com o verbo no mais-que-perfeito composto representa uma situação concluída que ocorre antes da situação descrita pela oração que introduz o tempo de referência. Para além disso, ambas as situações precedem o tempo da enunciação.

Como se ilustra em (48), o tempo verbal tipicamente usado para servir de tempo de referência ao mais-que-perfeito composto é o pretérito perfeito simples. No entanto, também é possível usar o imperfeito do indicativo (cf. (49a)) e outro mais-que-perfeito composto (cf. (49b)):

(49) a. Ele encontrava a amiga frequentemente porque *tinha comprado uma casa no mesmo bairro*.
b. Alguém me tinha dito que já *tinhas visto* esse filme.

Note-se que, em (49b), a primeira ocorrência do pretérito mais-que-perfeito composto também necessita de um tempo de referência, o qual terá de ser reconstruído pelo ouvinte, com base no discurso anterior, ou implicitamente, através de uma inferência de natureza pragmática (p.e., pode ser o momento anterior da conversa no qual se começou a discutir o filme em questão). Os seguintes exemplos ilustram igualmente usos do pretérito mais-que-perfeito composto em que é necessário reconstruir inferencialmente o tempo de referência passado:

(50) a. Nunca *tinha ouvido* semelhante disparate!
b. A Ana *tinha vivido* em Madrid.

[34] Veja-se, a este respeito, Cunha (2006).

Em (50a), o tempo de referência implícito poderá ser o momento anterior da conversa em que o disparate em causa foi ouvido; e, em (50b), supondo que a Ana deixou de viver em Madrid nalgum momento passado, esse poderá ser o tempo de referência implícito; compare-se com a sequência textual *a Ana viveu em Londres e tinha vivido em Madrid*, em que o tempo de referência do mais-que-perfeito composto é explicitamente dado pelo pretérito perfeito simples como sendo aquele em que a Ana viveu em Londres.

O pretérito mais-que-perfeito composto tem como único valor temporal localizar uma situação como anterior a outra, no Passado, podendo-se dizer que essa leitura lhe é inerente. Note-se que o pretérito perfeito simples também pode ter este valor: cf. *o miúdo leu o livro que a avó lhe deu*, em que a sua ocorrência no verbo sublinhado tem uma interpretação temporal semelhante à do pretérito mais-que-perfeito composto, em itálico, em (48a). No entanto, contrariamente ao mais-que-perfeito, este não é o único valor que o pretérito perfeito pode ter, como se vê em frases complexas com orações subordinadas temporais introduzidas pela conjunção *enquanto*, a qual obriga à sobreposição temporal dos eventos, com possível simultaneidade: cf. *a Joana aspirou a casa enquanto o marido lavou a loiça*. Neste contexto, não pode ocorrer o pretérito mais-que-perfeito composto, que não admite sobreposição temporal das situações: cf. a impossibilidade de ***a Joana aspirou a casa enquanto o marido tinha lavado a loiça*.

15.2.2.3 Futuro composto

O futuro composto é formado pelo verbo auxiliar *ter* no futuro do indicativo e pelo particípio do verbo pleno da perífrase verbal. Tal como o pretérito mais-que-perfeito composto, também o futuro composto se articula com um tempo de referência introduzido por uma expressão temporal adequada, que pode ser uma oração ou um adjunto adverbial. Quando esse tempo é futuro relativamente à enunciação, o futuro composto tem uma leitura em que representa uma situação concluída posterior à enunciação mas anterior relativamente ao tempo de referência, como se ilustra nos seguintes exemplos (sublinha-se a expressão que introduz o tempo de referência):

(51) a. Daqui a um mês, a Maria já *terá terminado* a tese.
b. Estamos atrasados. Vais ver, quando chegarmos ao estádio, a Seleção já *terá marcado* um golo.

Assim, em (51a), o (hipotético) termo da tese tem lugar num momento entre a enunciação e o intervalo de tempo de um mês posterior à enunciação; e, em (51b), o (hipotético) golo marcado pela Seleção ocorre entre a enunciação e a chegada dos interlocutores ao estádio. Em exemplos deste tipo, o advérbio *já* ocorre frequentemente (e a sua ausência pode causar estranheza nalguns exemplos), marcando precisamente o tempo de referência como limite final para a realização da situação descrita pela frase[35].

[35] Estas interpretações são claras na medida em que o verbo pleno destas frases é aspetualmente télico (cf. Cap. 17), i.e., as situações descritas têm um fim intrínseco (o termo da tese e a entrada da bola na baliza). Quando o verbo não é télico, i.e., quando as situações descritas não têm um fim intrínseco, como nos processos e nos estados (cf. Cap. 17), o futuro composto é menos natural, como se ilustra em (i):
(i) a. ?Quando chegares ao escritório, já a Ana *terá trabalhado*.
b. ?Quando chegares da viagem, já a Ana *terá estado* no hospital.

O pretérito perfeito simples também pode ser usado nestes casos: cf. *daqui a um mês, a Maria (já) terminou a tese* e *quando chegarmos ao estádio, já a Seleção marcou um golo*. Na verdade, este tempo é considerado por muitos falantes como sendo mais natural do que o futuro composto, na medida em que retira a modalização que um tempo futuro envolve.

Quando o tempo de referência do futuro composto é passado relativamente à enunciação, este tempo apresenta uma leitura não já temporal, mas sim de natureza claramente modal, como se ilustra em (52):

(52) a. Ontem, o Manuel *terá passado* todo o dia em frente do computador.
b. Quando acabaram de almoçar, o João *terá insistido* em pagar a conta.

Nestas frases, o futuro composto não veicula qualquer informação de tempo futuro, quer relativamente à enunciação, quer relativamente ao tempo de referência introduzido pelos adjuntos adverbiais (sublinhados), e veicula antes informação de tempo anterior à enunciação. Em (52a), a situação de o Manuel passar todo o dia em frente do computador coincide com o intervalo de tempo expresso por *ontem*, e, em (52b), a insistência do João em pagar a conta ocorre após o fim do almoço. Nestes casos, o futuro composto expressa uma leitura modal de incerteza ou não comprometimento por parte do falante em relação à situação representada. Esta componente modal fica realçada quando se compara estes exemplos com outros semelhantes com o verbo no pretérito perfeito simples, que não introduz qualquer interpretação modal, mas apenas temporal: cf. *ontem, o Manuel passou todo o dia em frente do computador* e *quando acabaram de almoçar, o João insistiu em pagar a conta*.

Finalmente, quando o tempo de referência introduzido pelos adjuntos coincide com o momento da enunciação (cf. (53)), a interpretação do futuro composto é a de que a situação representada é ligeiramente anterior ao tempo de referência:

(53) a. A esta hora, o Paulo (*já*) *terá chegado* ao Porto.
b. Neste momento, a oposição (*já*) *terá rejeitado* a proposta do Governo.
c. Neste preciso momento, o Papa *terá aterrado* em Lisboa.

O futuro composto também não tem neste uso um valor temporal de futuro; de novo, tal como em (52), o seu valor é modal, introduzindo incerteza ou não comprometimento da parte do falante sobre as situações descritas. Também aqui, é visível um contraste com o valor temporal do pretérito perfeito simples: cf., por exemplo, correspondendo a (53c), *neste preciso momento, o Papa aterrou em Lisboa*.

15.2.2.4 Condicional composto

O condicional composto é formado pelo verbo auxiliar *ter* no condicional e pelo particípio do verbo pleno da perífrase verbal. Este tempo tem sobretudo uma leitura modal ou contrafactual, como se ilustra nos seguintes exemplos, com uma interpretação modal epistémica (cf. Cap. 18), na qual se veicula a ideia de incerteza ou não comprometimento da parte do falante relativamente à situação expressa na oração em que ocorre este tempo:

(54) a. Disseram-me que a empresa se *teria formado* em 2001.
b. Ontem ele não estava em casa; *teria ido* ao cinema.
c. O jornalista tentou entrevistar duas pessoas que *teriam presenciado* o crime.

O condicional composto também veicula uma leitura temporal, que, no entanto, aparece em segundo plano, como um pano de fundo relativamente à interpretação modal: nomeadamente, as situações descritas localizam-se num tempo anterior a um tempo de referência passado, introduzido por outra oração; assim, p.e., em (54b), a possível ida ao cinema precede a situação de não estar em casa, e, em (54c), o presenciar do crime pelas pessoas em questão precede a situação de o jornalista as querer entrevistar.

A informação temporal veiculada pelo condicional composto é, assim, diferente daquela que é veiculada pelo condicional simples (cf. 15.2.1.7). Com o condicional composto, é de passado relativamente a um tempo de referência também passado, como se acabou de observar relativamente a (54); em contrapartida, com o condicional simples, é de futuro relativamente a um tempo de referência passado. Esta diferença fica bem patente no seguinte par mínimo:

(55) a. O diretor declarou (ontem) que *teria convidado* o conferencista (há um mês).
b. O diretor declarou (hoje) que *convidaria* o conferencista (amanhã).

As características temporais do condicional composto são, pois, semelhantes às do pretérito mais-que-perfeito composto. No entanto, como se mencionou acima, no condicional composto a informação temporal é secundária e sobressai a interpretação modal. Em contrapartida, o mais-que-perfeito composto tem apenas uma leitura temporal. Este contraste fica claro se substituirmos o condicional composto em (54) pelo pretérito mais-que-perfeito composto, como se ilustra em (56):

(56) a. Disseram-me que a empresa se *tinha formado* em 2001.
b. Ontem ele não estava em casa, *tinha ido* ao cinema.
c. O jornalista tentou entrevistar duas pessoas que *tinham presenciado* o crime.

O condicional composto pode também ter uma leitura contrafactual (ou seja, em que as situações descritas efetivamente não ocorreram), como se ilustra nos seguintes exemplos:

(57) a. Se a Ana tivesse acabado o relatório, *teríamos ido* à festa.
b. Com um Ferrari, *teríamos ganho* a corrida.
c. Nas eleições passadas, *teria sido* melhor usar urnas de voto transparentes.

Em (57a), tem-se uma construção condicional. Os outros exemplos, embora não explicitamente condicionais, têm uma interpretação desse tipo, que pode ser reconstruída (cf., por exemplo, *se tivéssemos um Ferrari, teríamos ganho a corrida*).

15.3 Tempos do conjuntivo

Os tempos do conjuntivo são em menor número do que os tempos do indicativo: só existem três tempos simples e três compostos. Os tempos simples do conjuntivo são o presente (*faça*), o imperfeito (*fizesse*) e o futuro (*fizer*). Os tempos compostos do conjuntivo são o pretérito perfeito composto (*tenha feito*), o pretérito mais-que-perfeito composto (*tivesse feito*) e o futuro composto (*tiver feito*). Os tempos

do conjuntivo surgem tipicamente na oração subordinada de frases complexas, embora, em certos contextos, possam também ocorrer em frases simples ou em orações principais, com interpretações particulares. Na medida em que são em número mais reduzido do que os tempos do indicativo, os tempos do conjuntivo têm de diversificar os seus valores, para poderem corresponder semanticamente aos do indicativo. Assim, a seleção dos tempos do conjuntivo na oração subordinada tem muito menor independência, relativamente ao tempo do verbo na oração principal, do que a seleção de tempos do indicativo, por razões morfológicas. Também restrições semânticas entram em jogo: em orações subordinadas completivas, a ocorrência do conjuntivo (vs. indicativo), para além do leque de tempos em que se pode manifestar, depende em larga medida da classe semântica do verbo da oração principal e do tempo desse verbo.

Nesta secção, descreve-se, em 15.3.1, a ocorrência do conjuntivo em frases independentes e na oração principal de frases complexas. Em 15.3.2, descreve-se o valor temporal dos tempos simples e compostos do conjuntivo, com base sobretudo na sua ocorrência em orações subordinadas completivas[36]. Finalmente, em 15.3.3, descrevem-se as restrições sobre a combinação dos tempos gramaticais do verbo da oração principal e do verbo da oração subordinada, de acordo com a classe semântica do verbo da oração principal. Nesta subsecção, comparam-se classes de verbos que selecionam o modo indicativo na oração subordinada com classes de verbos que selecionam o modo conjuntivo, avaliando-se as restrições sobre combinações de tempos que se aplicam em cada caso.

15.3.1 Conjuntivo em frases independentes

Embora de maneira restrita, o conjuntivo pode ocorrer em frases independentes e na oração principal de frases complexas. Em primeiro lugar, o presente do conjuntivo colmata lacunas do imperativo nas pessoas em que este modo é defetivo: 1.ª pessoa do plural (cf. (58a)), 2.ª pessoa do singular e do plural em formas de tratamento nas quais se usa gramaticalmente a 3.ª pessoa (cf. (58b) e (58c), respetivamente, e Caps. 23 e 52) e em frases negativas da 2.ª pessoa do singular em que a forma de tratamento é o pronome *tu* (cf. (58d)). Estas frases têm, pois, um valor diretivo, ou seja, de ordem, sugestão, conselho ou advertência:

(58) a. *Brindemos* aos noivos. [1.ª pessoa do plural]
b. *Espere* um pouco, por favor. [2.ª pessoa do singular]
c. *Sejam* simpáticos com os convidados. [2.ª pessoa do plural]
d. Não *digas* disparates.

Em atos diretivos dirigidos indiretamente a uma terceira pessoa, utiliza-se também o presente do conjuntivo, precedido pela conjunção-complementador *que* (cf. Cap. 36), com sujeito nulo ou realizado; quando realizado, o sujeito precede a conjunção-complementador *que*:

(59) a. Querem ter boas notas? (Eles/Os alunos) *que trabalhem* mais!
b. (Elas/As miúdas) *que digam* se vêm connosco ao cinema!

[36] À exceção do futuro do conjuntivo, não incluímos neste capítulo uma discussão sistemática da ocorrência dos tempos do conjuntivo em orações subordinadas adverbiais; sobre esta matéria, cf. Cap. 38.

A conjunção-complementador pode ser omitida, e nesse caso também se omite o pronome: cf. *Eles querem ter boas notas? Trabalhem mais!*

Em segundo lugar, há frases independentes com o verbo no conjuntivo que podem ter um valor de chamada de atenção, de crítica ou de desejo, como se exemplifica no seguinte paradigma:

(60) a. *Saiba* o leitor que existe uma tradição culinária importante nesta terra.
b. A – Não posso partir amanhã! Já não há vagas no voo.
B – Olha, *tivesses* reservado a tempo.
c. *Possas* tu terminar a tese a tempo...
d. *Haja* chocolates em casa e estou feliz.

Apresentando uma estrutura semelhante, encontram-se também várias expressões fixas, de natureza exclamativa (por vezes idiomáticas), como *que se* {*lixe*/*trame*/*dane*}*!*, *que vá para o inferno!*, *Deus te ajude!*, *diabos te levem!*, *bons olhos te vejam*, *haja saúde!* Há ainda a registar formas de saudação que utilizam o conjuntivo, como *viva!*, *seja bem-vindo!* ou *passe bem*.

Em terceiro lugar, o conjuntivo pode ocorrer em frases independentes com advérbios modais que exprimem desejo ou dúvida, como *talvez* e *oxalá*, desde que precedam a forma verbal, como se ilustra em (61):

(61) a. *Talvez* vá ao cinema!
b. *Oxalá* façam boa viagem!

15.3.2 Tempos do conjuntivo em orações subordinadas

Nesta secção, descreve-se o valor semântico dos tempos simples e compostos do modo conjuntivo em orações subordinadas completivas[37]. Exemplificamos este valor com três classes de verbos na oração principal que selecionam o modo conjuntivo na oração subordinada e que nos parecem ser paradigmáticas relativamente aos valores assumidos pelos tempos do conjuntivo: (i) verbos volitivos como *desejar*, *esperar* (no sentido em que este verbo exprime uma expectativa) e *querer*, (ii) verbos diretivos como *exigir*, *pedir* e *permitir* (este último com um sentido "permissivo") e (iii) verbos avaliativos factivos como *aprovar*, *lamentar* e *reprovar* (no sentido de 'não aprovar')[38].

Para cada tempo que se discute (à exceção do futuro), damos dois paradigmas: um em que o verbo da oração principal ocorre no presente e outro em que ocorre num tempo do Passado (perfeito ou imperfeito do indicativo), assinalando-se em nota alguns casos em que outros tempos podem ocorrer no verbo principal. Estes dois casos cobrem praticamente as interpretações possíveis dos tempos do conjuntivo na oração subordinada. O futuro do conjuntivo discute-se no fim, para não quebrar a continuidade da discussão, dado que este tempo, contrariamente

[37] O futuro do conjuntivo não ocorre em orações subordinadas completivas (cf. 15.3.2.5). Sobre a ocorrência dos tempos verbais do indicativo e do conjuntivo em orações subordinadas adverbiais, cf. Cap. 38.

[38] Não são estas as únicas classes de verbos que selecionam o conjuntivo no verbo da oração subordinada. Seria praticamente impossível, no âmbito desta Gramática, oferecer uma descrição detalhada de todos os casos possíveis. As classes de verbos escolhidas, no entanto, são representativas dos valores que os tempos do conjuntivo podem assumir.

aos outros, não ocorre em orações subordinadas completivas. Por conveniência, usamos as expressões "verbo principal" e "verbo subordinado" para designar, respetivamente, o verbo da oração principal e o verbo da oração subordinada.

15.3.2.1 Presente

O presente do conjuntivo no verbo subordinado combina-se com um verbo principal no presente do indicativo[39], o qual toma como referência o momento da enunciação. O presente do conjuntivo localiza a situação descrita na oração subordinada num tempo posterior ao da oração principal (que pode ser muito próximo dele) e portanto num tempo posterior à enunciação:

(62) a. O Rui *quer*/*espera* que a Matilde lhe *dê* um beijo.
b. O Pedro *pede* insistentemente que o diretor o *receba*.
c. A mãe *permite* que tu *vejas* esse filme.
d. O professor *lamenta* que tu *faltes* à aula.

Assim, p.e., em (62b), a eventual receção do Pedro pelo diretor segue-se ao pedido do Pedro; observações semelhantes podem ser feitas sobre os outros exemplos.

Na oração subordinada dos exemplos de (62), ocorrem predicados eventivos. Com predicados estativos, a situação é basicamente a mesma, à exceção dos verbos factivos como *lamentar*:

(63) a. O Rui *quer*/*espera* que *sejas* simpática com os pais dele.
b. O Pedro *pede* insistentemente que a Ana *viva* com ele.
c. A mãe *permite* que tu *mores* sozinho.
d. O professor *lamenta* que tu *estejas* doente.

A interpretação dos exemplos (63a-c) é aquela em que o estado descrito na oração subordinada (de ser simpático com alguém, de morar com alguém e de viver nalgum lugar) segue temporalmente o ato volitivo, diretivo ou permissivo descrito pela oração principal. Contudo, em (63d), a interpretação mais natural é a de sobreposição temporal das duas situações; em particular, o ato de lamentar do professor (que coincide com o momento da enunciação) está incluído no intervalo de tempo em que dura a doença[40].

15.3.2.2 Imperfeito

O imperfeito do conjuntivo no verbo subordinado combina-se com um verbo principal no pretérito imperfeito ou no pretérito perfeito do indicativo[41]. Tal como o

[39] O presente do conjuntivo também se pode combinar com um verbo principal no futuro (ou com uma perífrase verbal formada pelo auxiliar *ir*), bem como com um verbo principal no pretérito perfeito composto: cf., por exemplo, *o Pedro* {*pedirá*/*vai pedir*} *que o diretor o receba*, *o Pedro tem pedido insistentemente que o diretor o receba*. Estes tempos no verbo principal são aspetualmente imperfectivos, tal como o presente (cf. 15.2.1.4).

[40] A mesma interpretação ocorre quando a oração subordinada representa uma propriedade habitual de um indivíduo: cf. *o professor lamenta que tu faltes* (*muito*) *às aulas* (com *aulas* no plural); neste caso, as faltas ocorrem durante um tempo alargado que inclui o tempo do ato de lamentar (tendo plausivelmente começado antes e perdurando para além dele). Compare-se com (62d) (com *aula* no singular), em que a oração subordinada representa uma só situação eventiva, e em que a interpretação do conjuntivo é futura relativamente ao tempo da oração principal.

[41] O imperfeito do conjuntivo também se pode combinar com um verbo principal no condicional, no pretérito mais-que-perfeito composto ou no condicional composto: cf. *se tu te portasses bem, a mãe permitiria que tu visses o filme*, *o Rui* {*tinha pedido*/*teria pedido*} *que o diretor o recebesse*.

presente do conjuntivo, o imperfeito do conjuntivo localiza a situação descrita nessa oração num tempo posterior ao da situação descrita na oração principal (excetuam-se os casos com o verbo *lamentar* – ver a discussão abaixo):

(64) a. O Rui *queria*/*esperava* que a Matilde lhe *desse* um beijo.
b. O Pedro *pediu* que o diretor o *recebesse*.
c. A mãe *permitiu* que tu *visses* esse filme.
d. O professor *lamentou* que tu *faltasses* à aula.

Em orações completivas, o imperfeito do conjuntivo distingue-se, pois, do presente do conjuntivo pelo facto de ser selecionado por um tempo do Passado relativamente à enunciação na oração principal. Neste caso, a localização temporal da situação expressa na oração subordinada fica em aberto relativamente à enunciação: pode ser anterior ou subsequente a esta, como se pode ver, p.e., nas possíveis combinações de (64b) com os advérbios temporais *ontem* (cf. *o Pedro pediu que o diretor o recebesse ontem*) ou *amanhã* (cf. *o Pedro pediu que o diretor o recebesse amanhã*).

Com o verbo *lamentar*, no entanto, a situação expressa na oração subordinada pode também preceder o ato de lamentar expresso pela oração principal; ou seja, (64d) pode ser dito num cenário em que o aluno falta à aula num determinado dia e o professor lamenta essa falta no dia seguinte. Contudo, nessa interpretação, os falantes tendem a preferir um tempo composto, *tivesses faltado*.

Com predicados estativos na oração subordinada, a situação é essencialmente a mesma, à exceção também do verbo *lamentar*:

(65) a. O Rui *queria*/*esperava* que *fosses simpática* com os pais dele.
b. O Pedro *pediu* que a Ana *vivesse* com ele.
c. A mãe *permitiu* que tu *morasses* sozinho.
d. O professor *lamentou* que tu *estivesses doente*.

Nas frases (65a-c), o tempo da situação expressa pela oração subordinada é também posterior relativamente ao tempo da principal. No entanto, tal como em (63d), a interpretação mais natural de (65d) é a de sobreposição temporal das duas situações; neste caso, o ato futuro de lamentar do professor está incluído no intervalo de tempo em que dura a doença.

[1] Para alguns falantes, o imperfeito do conjuntivo, nestes contextos, permite uma interpretação temporal em que a situação descrita na oração subordinada precede aquela que é descrita na principal, mesmo quando o verbo principal não é factivo. Esta leitura, no entanto, depende muito das situações descritas, dos pressupostos dos falantes, do contexto discursivo em geral e da presença de adjuntos adverbiais que favoreçam essa leitura. Assim, para esses falantes, numa frase como *o Pedro esperava que a mulher vendesse as joias no ano anterior*, a situação descrita na oração subordinada pode ser anterior à situação descrita na principal; ou seja, obtém-se uma leitura em que a esperada venda das joias se localiza temporalmente no ano anterior à expectativa do Pedro. Como se mencionou no texto, essa interpretação é mais natural quando o verbo da oração principal é factivo (cf. (64d) e *o ministro lamentou que os agricultores apanhassem a cortiça tão cedo este ano*). De qualquer forma, para obter esta interpretação, é mais natural usar o pretérito mais-que-perfeito composto do conjuntivo: cf. *o Pedro esperava que a mulher tivesse vendido as joias no ano anterior*, *o ministro lamentou que os agricultores tivessem apanhado a cortiça tão cedo este ano*.

15.3.2.3 Pretérito perfeito composto

O pretérito perfeito composto do conjuntivo é formado pelo verbo auxiliar *ter* no presente do conjuntivo e pelo particípio do verbo pleno da perífrase verbal. Tal como o presente simples do conjuntivo, o pretérito perfeito composto do conjuntivo pode ocorrer em frases em que o verbo principal está no presente, logo, em que a localização temporal da situação expressa na oração principal se sobrepõe à enunciação ou coincide com ela (cf. *a mãe espera que o filho tenha chegado a tempo*)[42].

Contrariamente ao pretérito perfeito composto do indicativo, que representa uma iteração e é, portanto, um tempo aspetualmente imperfectivo (cf. 15.2.1.2), o pretérito perfeito composto do conjuntivo é aspetualmente perfectivo, pois perspetiva a situação como estando concluída (em todas as suas fases constitutivas). O contraste entre os dois tempos compostos fica visível comparando as orações subordinadas dos exemplos seguintes:

(66) a. Disseram-me [que a Ana *tem lido* o livro indicado pelo professor].
b. Espero [que a Ana *tenha lido* o livro indicado pelo professor].

Na oração subordinada de (66a), representa-se uma repetição de situações em que a Ana lê partes do mesmo livro em intervalos de tempo diferentes, repetição essa que pode ainda estar em curso no momento da enunciação, e que não implica que a leitura total do livro esteja concluída no momento da enunciação. Pelo contrário, em (66b), representa-se a expectativa do falante de que a leitura completa do livro esteja concluída.

O pretérito perfeito composto do conjuntivo apresenta restrições sobre o seu uso e a sua interpretação, que dependem do tipo de verbo da oração principal.

Com um verbo volitivo que exprime expectativa, como *esperar*, o pretérito perfeito composto localiza a situação descrita na oração subordinada num tempo anterior a um tempo de referência, o qual não corresponde ao da oração principal e que é dado por um adjunto adverbial (sublinhado nos exemplos), como se ilustra em (67):

(67) a. O professor espera que o aluno *tenha feito* o trabalho de casa {antes de/até} voltar de férias.
b. O professor espera que o aluno *tenha feito* o trabalho de casa quando voltar de férias.[43]
c. O professor espera que o aluno *tenha feito* o trabalho de casa até ontem.
d. O professor espera que o aluno *tenha feito* o trabalho de casa.

O constituinte que denota o tempo de referência, sublinhado, introduz um limite temporal para a realização da situação expressa na oração subordinada. Assim, em (67a-c), a expectativa do professor é a de que o trabalho de casa esteja completado até ao momento introduzido pelo adjunto – o regresso de férias do

[42] O verbo da oração principal pode estar num tempo futuro: cf. *certamente o professor vai exigir que tu tenhas feito o trabalho de casa a tempo*.

[43] Com as conjunções *antes* (*de*) e *até*, em (67a), o tempo verbal na oração adverbial é o infinitivo (flexionado), ao passo que com a conjunção *quando*, em (67b), o tempo verbal nessa oração é o futuro do conjuntivo.

aluno, em (67a,b) (um momento futuro relativamente à enunciação), e o dia anterior à enunciação, em (67c). Quando não ocorre um adjunto, como em (66b) e (67d), o tempo de referência que funciona como limite é o da oração principal. Assim, em (67d), a expectativa do professor é a de que o trabalho esteja completado até ao momento da enunciação, e, em (66b), a expectativa do falante (enquanto sujeito da oração principal) é a de que a Ana tenha lido o livro até ao momento em que produz o enunciado. Repare-se que o uso do pretérito perfeito composto não introduz qualquer expectativa quanto ao momento particular em que se localiza temporalmente a situação expressa na oração subordinada, desde que esta esteja terminada no momento-limite introduzido pelo tempo de referência. Assim, em (67), o professor não tem expectativas quanto ao momento da feitura do trabalho, mas apenas relativamente ao momento em que ele está terminado.

Com verbos factivos, não ocorre este tipo de interpretação, em que o tempo de referência é interpretado como um limite até ao qual a situação expressa na oração subordinada tem de estar concluída. Com estes verbos, o tempo de referência é sempre o da oração principal, e a oração subordinada limita-se a localizar a situação num momento anterior a ele: cf. *o professor lamenta que o aluno tenha feito o trabalho de casa* (*visto que se enganou nas perguntas*). Assim, não se veicula qualquer ideia de limite temporal para a feitura do trabalho de casa. Repare-se também na estranheza resultante do uso de um verbo principal factivo quando o tempo de referência é introduzido por um adjunto que implica um tempo-limite futuro (cf. ??*o professor aprova que o aluno tenha feito o trabalho de casa até voltar de férias*), por oposição à aceitabilidade da frase com um adjunto que introduz um tempo-limite que pode ser interpretado como anterior ao tempo da enunciação (cf. *o professor aprova que o aluno tenha feito o trabalho de casa antes de voltar de férias*).

O pretérito perfeito composto também resulta estranho na oração subordinada quando ocorre com verbos principais diretivos, cujo sentido lexical projeta de forma inerente para o futuro a situação descrita na oração subordinada: cf. a estranheza de #*o Pedro pede insistentemente que o diretor o tenha recebido* ou de #*a mãe permite que tu tenhas visto esse filme* (compare-se com *o Pedro pede insistentemente que o diretor o receba* e *a mãe permite que tu vejas esse filme*, com o presente do conjuntivo no verbo subordinado).

[2] Quando a oração subordinada representa uma situação que perspetiva um estado resultativo e contém um adjunto adverbial de referência temporal futura, o pretérito perfeito composto é possível com alguns verbos diretivos: cf. *os agricultores pedem que o governo tenha aprovado a legislação até ao fim do ano*. No entanto, os falantes preferem estas frases com o presente do conjuntivo na oração subordinada: cf. *os agricultores pedem que o governo aprove a legislação até ao fim do ano*. Repare-se também que estas construções são próximas de uma variante explicitamente resultativa em que *ter* é um verbo principal e o particípio passado é o núcleo de uma oração sem núcleo verbal (uma predicação secundária selecionada – cf. Caps. 28 e 30): cf. *os agricultores pedem que o governo tenha* [*a legislação aprovada*] *até ao fim do ano*. É possível que os falantes admitam as frases (parecidas) com o pretérito perfeito composto por interferência desta construção.

15.3.2.4 Pretérito mais-que-perfeito composto

O pretérito mais-que-perfeito composto do conjuntivo é formado pelo verbo auxiliar *ter* no imperfeito do conjuntivo e pelo particípio do verbo pleno da perífrase verbal. Tal como o imperfeito simples do conjuntivo, o pretérito mais-que-perfeito composto pode ocorrer em frases em que o verbo da oração principal está no pretérito perfeito ou imperfeito do indicativo, logo, em que a localização temporal da situação expressa na oração principal é anterior ao tempo da enunciação.

Tal como o pretérito perfeito composto do conjuntivo, o pretérito mais-que-perfeito composto do conjuntivo é um tempo aspetualmente perfectivo que apresenta restrições sobre o seu uso e a sua interpretação, as quais dependem do tipo de verbo da oração principal. Com um verbo volitivo e que exprime expectativa como *esperar*, o pretérito mais-que-perfeito composto localiza a situação descrita na oração subordinada também num tempo anterior a um tempo de referência, dado por um adjunto adverbial. Este tempo de referência introduz um limite temporal para a realização da situação expressa na oração subordinada. Quando não ocorre um adjunto, o tempo de referência que funciona como limite é o da oração principal:

(68) a. O professor esperava que o aluno *tivesse feito* o trabalho de casa {antes de/até} voltar de férias.
b. O professor esperava que o aluno *tivesse feito* o trabalho de casa quando voltasse de férias.
c. O professor esperava que o aluno *tivesse feito* o trabalho de casa até ontem.
d. O professor esperava que o aluno *tivesse feito* o trabalho de casa.

Assim, em (68a-c), a expectativa do professor é a de que o trabalho de casa esteja concluído até ao momento introduzido pelo adjunto – o regresso de férias do aluno em (68a,b), o dia anterior à enunciação em (68c) e um tempo anterior ao momento da expectativa em (68d). O uso do pretérito mais-que-perfeito composto também não introduz qualquer expectativa quanto ao momento particular em que se localiza temporalmente a situação expressa na oração subordinada, desde que esta esteja concluída no momento-limite introduzido pelo tempo de referência.

Este tempo apresenta, no entanto, uma diferença importante relativamente ao pretérito perfeito composto do conjuntivo. Em (68), tal como em (67), os adjuntos marcam um tempo posterior ao tempo da principal, mas em (68), com o pretérito mais-que-perfeito, o limite temporal para a realização do trabalho de casa tem de ser anterior ao tempo da enunciação, contrariamente ao que sucede com o pretérito perfeito composto (cf. (67)), que admite um tempo-limite posterior à enunciação. Daí decorre que, em (68b), seja impossível usar o futuro do conjuntivo na oração adverbial, contrariamente a (67b): cf. **o professor esperava que o aluno tivesse feito o trabalho de casa quando voltar de férias*.

Com verbos factivos, a interpretação do pretérito mais-que-perfeito composto no verbo subordinado é semelhante à do pretérito perfeito composto, i.e., não se estabelece qualquer limite temporal, apenas se localizando temporalmente a situação descrita na oração subordinada num tempo anterior ao da oração principal: cf. *o professor lamentou que o aluno tivesse feito o trabalho de casa* (*visto que se tinha*

enganado nas perguntas); cf. também a estranheza de ??*o professor aprovou que o aluno tivesse feito o trabalho de casa até voltar de férias*.

15.3.2.5 Futuro

No quadro das línguas românicas, o futuro do conjuntivo só existe em português e em galego. Em português, com a maioria dos verbos, as formas deste tempo são idênticas às do infinitivo flexionado, com exceção de *caber*, *dar*, *dizer*, *estar*, *fazer*, *haver*, *ir*, *poder*, *pôr*, *querer*, *saber*, *ser*, *ter*, *trazer*, *ver* e *vir*, que apresentam uma forma do radical idêntica à do pretérito perfeito (cf. Cap. 56), como se constata comparando *estive* e *estiver* ou *quis* e *quiser*, por exemplo[44].

O futuro do conjuntivo simples ocorre em orações relativas (cf. (69)) e em orações subordinadas adverbiais, temporais (cf. (70)) e condicionais (cf. (71)):

(69) a. O restaurante [onde *formos*] tem de ser ao pé de casa.
b. As pessoas [que *virem* este filme] vão ficar entusiasmadas.
c. As pessoas [que *tiverem* gripe] são atendidas amanhã.

(70) a. [Quando todos *souberem* as respostas], concluiremos o relatório.
b. [Logo/Assim que *fizeres* os trabalhos de casa], podes ver televisão.
c. [Sempre que *tiveres* dificuldades], não hesites em dizer-me.
d. [Enquanto o Rui *estiver* doente], não pode ir à escola.

(71) a. [Se *tiverem* frio], ponham o cachecol.
b. [Se *houver* restos do almoço], poderemos aproveitá-los para o jantar.

Contrariamente aos outros tempos do conjuntivo, o futuro não ocorre em orações subordinadas completivas (cf., por exemplo, a impossibilidade de #*o professor espera que o aluno fizer os trabalhos de casa*).

Do ponto de vista temporal, o futuro do conjuntivo marca geralmente um tempo futuro relativamente ao tempo da enunciação, como em (69), (70a-c) e (71). Em geral, o futuro do conjuntivo coocorre com tempos do indicativo na oração principal que com ele partilham a possibilidade de veicular futuridade, como o futuro em (70a), o presente em (70b) e o imperativo em (71a), por exemplo. Em orações subordinadas temporais introduzidas por *enquanto* (cf. (70d)), o tempo da situação expressa pelo verbo no futuro do conjuntivo pode sobrepor-se ao da enunciação – devido ao próprio sentido da conjunção –, mas mesmo neste caso, prolonga-se para lá da enunciação. De modo semelhante, também nalgumas orações relativas com um predicado estativo, o futuro do conjuntivo pode sobrepor-se ao tempo da enunciação, mas, neste caso, essa possibilidade está fortemente condicionada pelo tipo de situações representadas e pelo contexto da enunciação. Assim, p.e., em (69c), alguns falantes aceitam a interpretação em que a localização temporal da situação expressa pela oração relativa (i.e., as pessoas terem gripe) coincide com a da enunciação (e obviamente prolonga-se para além dela), mau grado a situação expressa na oração principal (i.e., o atendimento dessas pessoas no dia seguinte) ser localizada no futuro.

[44] Esta situação explica que optemos, na maioria dos casos, por apresentar exemplos com estes verbos, por vezes em construções perifrásticas, para não haver confusão possível com o infinitivo flexionado.

O futuro do conjuntivo pode, também, ocorrer em orações comparativas correlativas, envolvendo valores de quantificação, introduzidas por *quanto mais* e *quanto menos*:

(72) a. [Quanto mais depressa *formos*], mais cedo chegaremos ao restaurante.
b. [Quanto menos barulho *fizermos*], menos possibilidades temos de ser apanhados.

De novo, a localização temporal da situação expressa na oração com o verbo no futuro do conjuntivo é futura relativamente à da enunciação, podendo, no entanto, sobrepor-se a ela, dependendo do contexto. Assim, (72a) pode ser dito por um falante que comunica aos seus interlocutores (num automóvel, p.e.) que, se forem mais depressa nesse momento, chegarão mais cedo ao seu destino. Repare-se que as construções de (72) são semanticamente equivalentes a construções condicionais (p.e., (72a) tem um significado próximo do de *se formos mais depressa, chegaremos mais cedo ao restaurante*).

15.3.2.6 Futuro composto

O futuro composto do conjuntivo é formado pelo verbo *ter* no futuro do conjuntivo e pelo particípio do verbo pleno da perífrase verbal. O futuro composto do conjuntivo ocorre tipicamente em orações relativas (cf. (73a)) e em orações subordinadas adverbiais, temporais (cf. (73b,c)) e condicionais (cf. (73d)), tal como o futuro simples do conjuntivo:

(73) a. As pessoas [que *tiverem lido* este livro] vão certamente ver a sua adaptação ao cinema.
b. O número exato de casas devolutas será publicado [quando o grupo de trabalho *tiver visto* todos os casos pendentes].
c. [Enquanto a administração não *tiver dado* resposta à proposta dos sindicatos], as greves continuam.
d. [Se *tiverem estado* em África], os médicos sabem que a malária exige cuidados.

Nalguns contextos, este tempo pode marcar um tempo futuro relativamente ao tempo da enunciação (como acontece com o futuro simples do conjuntivo). É o caso das frases (73b,c), em que as duas situações expressas pelo verbo no futuro composto do conjuntivo (respetivamente a análise dos casos pelo grupo de trabalho e a resposta da administração) se situam num tempo posterior ao da enunciação. Nestes casos, pode ocorrer no mesmo contexto o futuro simples do conjuntivo (cf. *enquanto a administração não der resposta à proposta dos sindicatos, as greves continuam*). Contudo, o futuro composto do conjuntivo, nestes contextos, assegura uma leitura de situação concluída.

Noutros contextos, o futuro composto do conjuntivo pode marcar um tempo passado em relação ao da enunciação. Assim, nas frases (73a,d) é possível uma interpretação em que a leitura esteja concluída e os médicos tenham estado em África num tempo anterior ao da enunciação. Nestes casos, poderia ocorrer no mesmo contexto o pretérito perfeito simples (veja-se a frase equivalente a (73a): *as pessoas que leram este livro vão certamente ver a sua adaptação ao cinema*). Porém, a presença

do futuro composto assegura, comparativamente com o pretérito perfeito, que a situação tem uma leitura modal de possibilidade ou hipótese; isto é, enquanto o pretérito perfeito tem uma leitura factual em que a leitura do livro aconteceu efetivamente, o futuro composto do conjuntivo estabelece a possibilidade de existir um conjunto de pessoas que tenham lido o livro.

15.3.3 Combinações de tempos no verbo principal e no verbo subordinado

A ocorrência do modo conjuntivo ou do modo indicativo no verbo de uma oração subordinada completiva depende da classe semântica do verbo da oração principal e também (com verbos declarativos e de crença) da presença de negação frásica (cf. Cap. 14) na oração principal[45]. Para além disso, os tempos do conjuntivo que ocorrem no verbo subordinado dependem em grande medida do tempo do verbo principal. Ou seja, existem restrições quanto à combinação de tempos no verbo principal e no verbo subordinado. Estas restrições, no entanto, não se aplicam, de forma geral, quando o verbo da oração subordinada está no modo indicativo, nem quando, estando no conjuntivo, é selecionado por verbos factivos (cf. Cap. 36).

Nesta subsecção, sistematizamos algumas das restrições que existem relativamente às combinações de tempos do verbo principal e do verbo subordinado no conjuntivo, e comparamo-las com os casos em que a escolha de tempos é mais livre, quer quando o verbo subordinado está no indicativo (com verbos declarativos e de crença) quer quando o verbo subordinado está no conjuntivo (com verbos factivos). É importante realçar que esta descrição não pretende ser exaustiva, até porque esta área da semântica não está ainda suficientemente estudada de forma a permitir apresentar um panorama exaustivo e sistemático no âmbito de uma Gramática desta natureza. Assim, discute-se aqui apenas um número reduzido de classes de verbos que nos parecem ilustrar de modo elucidativo as diferentes possibilidades de combinação temporal – nomeadamente verbos declarativos e de crença (que selecionam basicamente o modo indicativo no verbo da oração subordinada, mas também, em determinados contextos, o conjuntivo – cf. Cap. 19) e verbos volitivos, diretivos e factivos (cf. 15.3.2 e Cap. 19).

15.3.3.1 Liberdade de ocorrência dos tempos do indicativo no verbo subordinado

Os verbos declarativos (*declarar*, *dizer*, *jurar*) e os verbos de crença (*achar*, *acreditar*, *julgar*) selecionam basicamente o modo indicativo no verbo da oração subordinada (cf. Caps. 19 e 36). De forma geral, estes verbos não impõem restrições quanto aos tempos do indicativo no verbo subordinado. Apresenta-se a seguir um paradigma em que o verbo principal está no presente do indicativo (um tempo imperfectivo) (cf. (74)) e outro em que o verbo principal está no pretérito perfeito do indicativo (um tempo perfectivo quando ocorre com situações que têm um fim intrínseco,

[45] Tal como na subsecção anterior, os exemplos dados aqui consistem em frases complexas que envolvem subordinação completiva (i.e., argumental) em que a oração subordinada tem a função de complemento direto. Para além disso, limitamos os exemplos a estruturas com um só "encaixe" oracional, ou seja, com apenas duas orações: a principal, sempre com o verbo no indicativo, e uma oração simples subordinada a ela, que pode ter o seu verbo no conjuntivo (cf., por exemplo, *eles <u>querem</u>* [*que eu <u>compre</u> um automóvel novo*]) ou no indicativo (cf. *eles <u>acham</u>* [*que eu <u>comprei</u> um automóvel novo*]).

as quais perspetiva como estando concluídas) (cf. (75)); assinala-se, à direita de cada exemplo, o tempo do indicativo que ocorre no verbo da oração subordinada:

(74) a. O Pedro acha que a avó *toca* muito bem piano. [presente]
b. O Pedro acha que a avó *tocava* muito bem piano. [pretérito imperfeito]
c. O Pedro acha que a avó *saiu* muito cedo. [pretérito perfeito]
d. O Pedro acha que a avó *saíra* muito cedo.[46] [pretérito mais-que-perfeito]
e. O Pedro acha que a avó *chegará* muito tarde a casa hoje. [futuro]
f. O Pedro acha que a avó lhe *daria* um presente no Natal (se ele se portasse bem). [condicional]
g. O Pedro acha que a avó *tem saído* muito cedo. [pretérito perfeito composto]
h. O Pedro acha que a avó *tinha saído* muito cedo. [pretérito mais-que-perfeito composto]
i. O Pedro acha que a avó *terá*/*teria saído* muito cedo. [futuro/condicional composto]

(75) a. O Pedro disse que a avó *toca* muito bem piano. [presente]
b. O Pedro disse que a avó *tocava* muito bem piano. [pretérito imperfeito]
c. O Pedro disse que a avó *saiu* muito cedo. [pretérito perfeito]
d. O Pedro disse que a avó lhe *dera* um piano fantástico. [pretérito mais-que-perfeito]
e. O Pedro disse que a avó *chegará* muito tarde a casa hoje. [futuro]
f. O Pedro disse que a avó lhe *daria* um presente no Natal (se ele se portasse bem). [condicional]
g. O Pedro disse que a avó *tem saído* muito cedo [pretérito perfeito composto]
h. O Pedro disse que a avó *tinha saído* muito cedo. [pretérito mais-que-perfeito composto]
i. O Pedro disse que a avó *terá*/*teria saído* muito cedo [futuro/condicional composto]

Nestes exemplos, a interpretação temporal das orações subordinadas é idêntica à das frases simples correspondentes (cf. 15.2).

15.3.3.2 Restrições combinatórias com o verbo subordinado no conjuntivo

Como se observou em 15.3.2, os verbos volitivos e os verbos diretivos na oração principal selecionam o modo conjuntivo no verbo da oração subordinada. Neste caso, existem restrições no que respeita à combinação entre tempos. Assim, de modo geral, quando o verbo da oração principal está no presente do indicativo (e também no futuro ou no pretérito perfeito composto), o verbo da oração subordinada ocorre no presente ou no pretérito perfeito composto do conjuntivo, como se ilustra em (76) ((76a,b) = (62a,b) e (76c) = (67d))[47]:

[46] Como referido em 15.2.1.5 e 15.2.2.2, o pretérito mais-que-perfeito necessita de um tempo de referência que é dado pelo verbo de outra oração ou frase, tipicamente no pretérito perfeito. Neste caso (tal como em (74h)), estando o verbo da oração principal no presente, o tempo de referência está implícito, devendo ser recuperado a partir da situação de enunciação (por exemplo, [*como ela não lhe abriu a porta,*] *o Pedro acha que a avó* {*saíra/tinha saído*} *muito cedo*).

[47] Recorde-se que os verbos diretivos, que projetam semanticamente para o futuro, não aceitam facilmente tempos compostos no verbo subordinado (cf. 15.3.2.3 e 15.3.2.4).

(76) a. O Rui *quer*/*espera* que a Matilde lhe *dê* um beijo. [presente]
b. O Pedro *pede* insistentemente que o diretor o *receba*. [presente]
c. O professor *espera* que o aluno *tenha feito* o trabalho de casa. [pretérito perfeito composto]

Quando o verbo da oração principal está num tempo do Passado (pretérito perfeito ou imperfeito do indicativo), o verbo da oração subordinada ocorre normalmente no pretérito imperfeito ou no pretérito mais-que-perfeito composto do conjuntivo, como se ilustra em (77) ((77a,b) = (64a,b) e (77c) = (68d)):

(77) a. O Rui *queria*/*esperava* que a Matilde lhe *desse* um beijo. [pretérito imperfeito]
b. O Pedro *pediu* que o diretor o *recebesse*. [pretérito imperfeito]
c. O professor *esperava* que o aluno *tivesse feito* o trabalho de casa. [pretérito mais-que-perfeito composto]

Nos tempos compostos do conjuntivo, o verbo auxiliar está no presente do conjuntivo em (76c) e no imperfeito do conjuntivo em (77c).

Os verbos declarativos e os verbos de crença selecionam basicamente o modo indicativo no verbo subordinado (cf. 15.3.3.1). No entanto, quando a oração principal é uma negação frásica (cf. Cap. 14), o modo conjuntivo é aceitável no verbo subordinado (cf. (78)-(79)). Com o verbo de crença *acreditar*, o modo conjuntivo é igualmente aceitável quando a oração principal é afirmativa (cf. (80)-(81)). Embora alguns falantes admitam outras combinações de tempos, estas são as aceites por todos os falantes, sem hesitação:

(78) a. O Mário não acha que a mãe *compre* um Ferrari.
b. O Mário não acha que a mãe *tenha comprado* um Ferrari.

(79) a. O Mário não achou que a mãe *comprasse* um Ferrari.
b. O Mário não achou que a mãe *tivesse comprado* um Ferrari.

(80) a. O Zé acredita que a namorada lhe *compre* um carro.
b. O Zé acredita que a namorada lhe *tenha comprado* um carro.

(81) a. O Zé acreditou que a namorada lhe *comprasse* um carro.
b. O Zé acreditou que a namorada lhe *tivesse comprado* um carro.

Pode-se então concluir, a partir dos exemplos (76-81), que existe uma generalização mais simples que rege as restrições de tempo aqui ilustradas: quando o verbo principal no indicativo está no presente, o verbo subordinado que apresenta as marcas temporais ocorre no presente do conjuntivo, e quando o verbo principal no indicativo ocorre num dos tempos pretéritos, o verbo subordinado que apresenta as marcas temporais ocorre no imperfeito do conjuntivo; em termos esquemáticos, tem-se, pois, (i) presente + presente ou então presente + pretérito perfeito composto (cf. (76), (78) e (80)) e (ii) pretérito perfeito ou imperfeito + pretérito imperfeito ou mais-que-perfeito composto (cf. (77), (79) e (81)). Por motivos óbvios, este fenómeno é por vezes chamado **concordância de tempos** (em latim, *consecutio temporum*).

[3] Com verbos de crença (afirmados ou negados), o presente do indicativo no verbo principal pode ocorrer com o pretérito imperfeito ou com o mais-que-perfeito do conjuntivo na oração subordinada. No entanto, esta situação só é possível quando o verbo subordinado pertence à oração antecedente de uma construção condicional subordinada, que pode ser implícita: cf. *o Zé* (*não*) *acredita que a namorada lhe comprasse um carro* (*se ganhasse a sorte grande*)[48] e *o Zé* (*não*) *acredita que a namorada lhe tivesse comprado um carro* (*se tivesse ganho a sorte grande*). Estes tempos correspondem, respetivamente, ao pretérito imperfeito e ao pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo na oração antecedente de uma construção condicional independente (cf. *a namorada oferecia-lhe um carro se ganhasse a sorte grande*, *a namorada tinha-lhe oferecido um carro se tivesse ganho a sorte grande*).

15.3.3.3 Liberdade de ocorrência dos tempos do conjuntivo quando o verbo principal é factivo

Quando o verbo da oração principal é factivo, a escolha de tempos do conjuntivo no verbo da oração subordinada é praticamente livre; tem-se neste caso uma situação semelhante à dos verbos declarativos e de crença, com a diferença de que estes selecionam o indicativo na oração subordinada. A título ilustrativo, considerem-se os seguintes exemplos ((82a) = (62d) e (83b) = (64d)):

(82) a. O professor *lamenta* que tu *faltes* à aula. [presente]
b. O professor *lamenta* que tu *faltasses* à aula. [pretérito imperfeito]
c. O professor *lamenta* que tu *tenhas faltado* à aula. [pretérito perfeito composto]
d. O professor *lamenta* que tu *tivesses faltado* à aula. [pretérito mais-que-perfeito composto]

(83) a. O professor *lamentou* que tu *faltes* à aula. [presente]
b. O professor *lamentou* que tu *faltasses* à aula. [pretérito imperfeito]
c. O professor *lamentou* que tu *tenhas faltado* à aula. [pretérito perfeito composto]
d. O professor *lamentou* que tu *tivesses faltado* à aula. [pretérito mais-que-perfeito composto]

Em (82), com *lamentar* no presente do indicativo na oração principal, o pretérito imperfeito (cf. (82b)), o pretérito perfeito composto (cf. (82c)) e o pretérito mais-que-perfeito composto (cf. (82d)) no verbo subordinado têm basicamente a mesma interpretação de tempo passado relativamente ao tempo da oração principal (i.e., a falta do aluno precede o ato de lamentação do professor)[49]. Pelo contrário, em (82a), a interpretação é de tempo futuro em relação ao tempo da oração principal. Em (83), com *lamentar* no pretérito perfeito do indicativo na oração principal, o presente do conjuntivo (cf. (83a)) tem uma interpretação de futuro relativamente ao tempo da enunciação. Esta interpretação é partilhada por (83b), que, no entanto, pode também ter uma interpretação de anterioridade em relação à enunciação

[48] Nesta frase e noutras do mesmo tipo, o pretérito imperfeito do conjuntivo não tem leitura de passado, mas sim de futuro.
[49] Sobre a interpretação temporal de (82a) e de (82c), cf., respetivamente, 15.3.2.1 e 15.3.2.3.

(cf. a discussão de (64d))[50]. Quanto ao pretérito perfeito composto (cf. (83c)), tem basicamente uma interpretação de tempo passado idêntica à de (83d))[51].

15.4 Tempo nas formas verbais não finitas

As formas verbais não finitas são o infinitivo (*cantar*), o gerúndio (*cantando*) e o particípio (*cantado*), tradicionalmente denominado 'particípio passado'. Do ponto de vista morfológico, estas formas não são portadoras de informação temporal. O gerúndio e o particípio, no entanto, veiculam informação aspetual, morfologicamente marcada pelo constituinte morfológico *-do* no particípio e *-ndo* no gerúndio. O infinitivo, marcado pelo constituinte morfológico *-r*, é aspetualmente neutro. Estas formas podem ocorrer em diferentes construções, sendo de salientar as construções perifrásticas formadas com verbos auxiliares (cf., por exemplo, *ir cantar*, *ir cantando* e *ter cantado*). O particípio pode ainda ocorrer no núcleo predicativo de orações passivas ou copulativas (cf., respetivamente, *ele foi apanhado* e *o barco está afundado*).

O particípio pode apresentar marcas de número e de género, nomeadamente nas orações de particípio analisadas nesta secção, em concordância com o seu argumento interno – o sujeito se o verbo no particípio for inacusativo e o complemento direto se for transitivo (cf. Cap. 28). Quanto ao gerúndio, não apresenta quaisquer marcas gramaticais na variedade-padrão do português.

O infinitivo pode apresentar marcas de pessoa/número em concordância com o sujeito, constituindo um paradigma de formas finitas, o infinitivo flexionado, como em {*para* ***vocês*** *dormirem*/*para* ***tu*** *dormires*} *bem, aqueci o quarto* (cf. Caps. 37 e 56); em galego e em algumas variedades de línguas românicas, existe também um infinitivo flexionado.

Nesta secção, interessamo-nos apenas pelas ocorrências em que o infinitivo, o gerúndio e o particípio formam o núcleo de orações autónomas, ainda que reduzidas, as quais manifestam um valor temporal que não se pode atribuir a uma forma verbal finita, ausente.

15.4.1 Infinitivo

O infinitivo tem uma forma simples (*comprar*) e uma forma composta (chamada **infinitivo composto**), formada pelo verbo auxiliar *ter* no infinitivo seguido do verbo principal no particípio (*ter comprado*).

O infinitivo não apresenta marcas morfológicas de temporalidade, sendo, nessa medida, incapaz de contribuir por si só para a determinação do valor temporal das orações em que ocorre. Com o infinitivo simples, este valor depende do tipo semântico do verbo da oração principal. Assim, com verbos declarativos (*afirmar*, *dizer*, *jurar*) e com verbos factivos como *lamentar* na oração principal, há duas situações a considerar, relativas ao perfil aspetual do predicado da oração subordinada. Quando este representa um estado, o tempo da oração principal (que, no presente do indi-

[50] Para além disso, em (83a) (mas não em (83b)), a localização temporal da situação expressa na oração subordinada é posterior à da enunciação.

[51] Sobre a interpretação temporal de (83b) e de (83d), cf., respetivamente, 15.3.2.2 e 15.3.2.4.

cativo, coincide com o tempo da enunciação) está incluído no intervalo de tempo expresso pela situação descrita na oração subordinada, como se ilustra em (84):

(84) a. A Rita diz {*ser feliz*/*estar contente*}.
b. Elas afirmam *ser médicas*.
c. Os meus amigos juram *gostar de pernas de rã salteadas*.
d. A Catarina lamenta *estar atrasada*.

Com predicados eventivos reinterpretados como estados habituais, a interpretação é idêntica: cf. *a Maria afirma fumar*, *o Pedro diz ilustrar histórias infantis*. Assim, no caso da segunda frase dada como exemplo, a interpretação mais normal é que o Pedro está a reportar a sua profissão, ou seja, aquilo que faz habitualmente.

Vejamos agora exemplos em que o predicado da oração subordinada representa um evento:

(85) a. Nós afirmámos (ao professor) *entregar o trabalho no dia seguinte*.
b. A Violeta diz *telefonar ao irmão logo à noite*.
c. A Catarina lamenta *viajar para Paris amanhã*.

Na frase (85a), o verbo no pretérito perfeito representa um evento anterior ao tempo da enunciação e o tempo desse evento serve como tempo de referência para o adjunto adverbial *no dia seguinte*. Assim, a entrega do trabalho situa-se num tempo anterior ao da enunciação e posterior ao do verbo principal. Nas frases (85b,c), o verbo no presente não representa um evento que coincide com o tempo da enunciação, correspondendo, antes, àquilo que podemos chamar de "pré-presente", pois o seu tempo antecede o da enunciação (cf. Silvano 2002). Por exemplo, em (85b), entende-se que a declaração da Violeta, que está a ser relatada pelo falante ou escritor, ocorreu num tempo passado em relação ao da enunciação. Assim, os adverbiais *logo à noite* e *amanhã* tomam como tempo de referência a enunciação e não o tempo do verbo da oração principal.

Os verbos de crença (*achar*, *acreditar*, *julgar*) têm um comportamento temporal semelhante ao dos declarativos. Quando o predicado da oração subordinada é estativo, existe sobreposição temporal entre as situações: cf. *a Rita acredita* {*ser feliz*/*estar contente*}, *os meus amigos julgam gostar de pernas de rã salteadas*, *ela acredita ser médica* (esta última frase, embora pouco natural em circunstâncias normais, poderia perfeitamente ser dita, p.e., acerca de uma amnésica). Quando o predicado da oração subordinada é eventivo, o infinitivo marca um tempo futuro em relação ao da oração principal. Neste caso, favorece-se a presença de expressões modais (sublinhadas) na oração: cf. *nós julgamos poder*/*conseguir entregar o trabalho amanhã*, *a Violeta acredita poder telefonar ao irmão logo à noite*.

Os dados apresentados, embora não abarquem toda a complexidade destas sequências de tempos, mostram que, com verbos declarativos, factivos e de crença na oração principal, o infinitivo simples permite leituras de sobreposição e de posterioridade, mas não de anterioridade em relação ao tempo da oração principal[52].

Com verbos volitivos, que exprimem expectativas, desejos ou intenções (*desejar*, *esperar*, *querer*), o infinitivo no verbo da oração subordinada veicula uma leitura de

[52] Para uma análise mais pormenorizada, ver Cunha e Silvano (2006) e Gonçalves, Cunha e Silvano (2010).

futuridade relativamente ao tempo da oração principal, quer o predicado subordinado seja aspetualmente um estado quer seja aspetualmente um evento:

(86) a. A Rita {deseja/espera/quer} *ser feliz*.
b. Nós {desejamos/esperamos/queremos} *entregar o trabalho amanhã*.

Finalmente, há também casos em que o infinitivo pode remeter para um tempo passado relativamente ao da oração principal, nomeadamente com verbos cognitivos "de memória", como *lembrar-se* e *recordar-se*: cf. *eu lembro-me de almoçar neste restaurante* (*uma vez no ano passado*), com uma interpretação eventiva, na qual a oração subordinada é interpretada como representando um evento único[53], ou com uma interpretação habitual do predicado subordinado (cf. *eu lembro-me de* {*jogar à malha*/*ser feliz*} *em pequena*).

O infinitivo composto, por sua vez, tem sempre uma interpretação de passado relativamente a um tempo de referência, que pode ser o da oração principal (cf. *a Maria disse ter fechado a porta*) ou o de um adjunto adverbial com valor temporal, permitindo, neste caso, uma interpretação futura relativamente à enunciação: cf. *a Maria espera ter acabado Guerra e Paz quando o pai regressar do estrangeiro*[54]. Como se mencionou acima, esta interpretação de anterioridade do infinitivo composto deve-se não ao constituinte morfológico de infinitivo (que não possui marcas temporais), mas sim à natureza aspetual perfectiva do complexo verbal, que implica uma situação terminada, logo necessariamente anterior relativamente a um tempo de referência.

15.4.2 Gerúndio

O gerúndio tem uma forma simples (*comprando*) e uma forma composta (chamada **gerúndio composto**), formada pelo verbo auxiliar *ter* no gerúndio seguido pelo verbo principal no particípio (*tendo comprado*). Tal como o infinitivo, o gerúndio não apresenta marcas morfológicas de temporalidade, sendo, pois, incapaz de contribuir por si só para o valor temporal das orações em que ocorre.

As orações gerundivas têm dois tipos de ligação com a oração principal da frase complexa em que ocorrem. Num desses tipos, as orações gerundivas são sintática e prosodicamente integradas na oração principal (cf. *a Ana resolveu o problema mandando um fax para o cliente*), tendo tipicamente um valor de modo e uma interpretação temporal de sobreposição com o tempo da situação expressa pela oração principal. No outro tipo, as orações gerundivas são prosodicamente autónomas relativamente à oração principal (o que é marcado na ortografia por uma vírgula), mantendo com ela uma ligação sintática mais fraca e podendo ocorrer quer na posição inicial da frase (cf. *chegando a casa, a Maria foi fazer o jantar*) quer na posição final (cf. *a Maria desmaiou, batendo com a cabeça na esquina da porta*)[55].

[53] Nesta interpretação, é igualmente possível usar o infinitivo composto: cf. *lembro-me de ter almoçado neste restaurante* (*uma vez no ano passado*).
[54] Esta leitura é semelhante à do pretérito perfeito composto do conjuntivo (cf. *espero que a Maria tenha acabado Guerra e Paz quando eu regressar do estrangeiro*). Neste caso, o sujeito expresso da oração subordinada é referencialmente distinto do sujeito da oração principal, ao passo que no exemplo com o infinitivo o sujeito da oração subordinada não é expresso e é correferencial com o da oração principal (cf. Cap. 37).
[55] As orações gerundivas são descritas com bastante pormenor no Cap. 38.5, incluindo os seus valores temporais. No decorrer da presente secção, damos especial atenção a algumas propriedades destas orações que nos parecem particularmente relevantes para a sua interpretação temporal.

Um ponto importante, para o qual se chama a atenção do leitor, é o facto de as frases complexas que incluem orações gerundivas terem valores semânticos e pragmáticos diversos (causa, concessão, modo, entre outros), que frequentemente determinam a ordenação temporal das situações descritas nas duas orações (cf. Cap. 38).

Consideremos em primeiro lugar o gerúndio simples. Quando uma oração gerundiva (periférica) ocorre em posição inicial, são possíveis leituras de sobreposição ou de anterioridade temporal relativamente ao tempo da oração principal. A leitura de sobreposição ou de inclusão obtém-se quando o predicado da oração gerundiva representa situações durativas, incluindo estados e alguns eventos (cf. (87))[56], e a leitura de anterioridade obtém-se quando o predicado da gerundiva representa um evento não durativo (cf. (88)):

(87) a. *Levando* a tocha olímpica, a atleta percorreu as ruas da cidade.
b. *Estando* doente, a Maria faltou ao trabalho.
c. *Nadando* no lago, a Maria teve uma cãibra.
d. *Preenchendo* o formulário, a Maria notou que o seu passaporte estava caducado.

(88) a. *Chegando* a casa, a Maria preparou o jantar.
b. *Batendo* com a cabeça na esquina da porta, a Maria desmaiou.
c. *Acabando* o seu trabalho já de madrugada, os arquitetos foram tomar um copo.

Consideremos agora a ocorrência das orações gerundivas em posição final. Quando há sobreposição temporal (cf. (87)), a leitura mantém-se, independentemente da ordem, como ilustram os exemplos (89):

(89) a. A atleta percorreu as ruas da cidade, *levando* a tocha olímpica.
b. A Maria faltou ao trabalho, *estando* doente.
c. A Maria teve uma cãibra, *nadando* no lago.

Quando não há sobreposição, a relação temporal inverte-se relativamente aos casos de (88); ou seja, a interpretação é a de posterioridade temporal relativamente ao tempo da oração principal, como se ilustra em (90):

(90) a. O diretor assinou o documento, *saindo* do banco pouco depois.
b. A Maria desmaiou, *batendo* com a cabeça na esquina da porta.
c. A Joana subiu as escadas, *entrando* de rompante no quarto do filho.

Frequentemente, esta interpretação é mais aceitável quando existe um adjunto temporal na oração gerundiva que assinale explicitamente o tempo futuro, como *pouco depois* em (90a). Caso contrário, exemplos deste tipo só são possíveis quando se pode inferir um encadeamento natural e quase imediato entre as duas situações (i.e., a descrita na oração principal e a descrita na oração gerundiva).

Comparando as interpretações de (88) e (90), verifica-se que existe uma relação interessante entre a ordem linear da oração gerundiva relativamente à principal

[56] Esses eventos correspondem aspetualmente a processos, como em (87a,c), e a processos culminados, como em (87d). Para uma apresentação detalhada dos tipos aspetuais, veja-se o Cap. 17.

e a sua interpretação temporal. Esta relação fica bem patente ao contrastar (88b) com (90b), visto que apenas se muda a ordem linear das duas orações, invertendo-se correlativamente a sequencialidade temporal das situações respetivas.

Em todos os casos de (87)-(90), o tempo de referência da oração principal é o tempo da enunciação; por sua vez, como se viu, o tempo da situação expressa pela oração gerundiva (de sobreposição ou anterioridade) é o tempo da oração principal.

Tal como o infinitivo composto, o gerúndio composto é um tempo perfectivo, que se usa para representar uma situação concluída e, consequentemente, anterior a um tempo de referência. A particularidade desta forma composta, no entanto, é que esse tempo de referência corresponde ao tempo da enunciação (cf. Leal 2011). Relativamente à oração principal, as relações estabelecidas pelo gerúndio composto são algo distintas daquelas que se verificam com o gerúndio simples. Em primeiro lugar, não são possíveis casos de sobreposição, pelo próprio valor inerente de perfectividade do gerúndio composto: cf. a estranheza, p.e., de *#tendo levado a tocha olímpica, a atleta percorreu as ruas da cidade* (com interpretação de sobreposição). Em segundo lugar, quando a oração gerundiva (composta) antecede a oração principal, a leitura é de anterioridade temporal, tal como no caso do gerúndio simples:

(91) a. *Tendo batido* com a cabeça na esquina da porta, a Maria desmaiou.
b. *Tendo escapado* da prisão, o ladrão refugiou-se numa cabana abandonada.
c. *Tendo vivido* em Espanha, a Maria vai viver em França daqui a três anos.

Em contrapartida, quando a oração gerundiva segue a oração principal, a interpretação pode ser quer de anterioridade quer de posterioridade, dependendo de fatores semânticos e pragmáticos, ainda que a interpretação de posterioridade seja sentida como pouco natural pela maioria dos falantes:

(92) a. A Maria desmaiou, *tendo batido* com a cabeça na esquina da porta.
b. O ladrão refugiou-se numa cabana abandonada, *tendo escapado* da prisão.
c. A Maria vai viver em França daqui a três anos, *tendo vivido* em Espanha.

Assim, a interpretação pragmaticamente mais natural de (92a) é aquela em que a pancada na cabeça é posterior ao desmaio, ou seja, tem-se a ordem inversa à de (91a); em contrapartida, para (92b,c), a interpretação mais natural é aquela em que a situação descrita na oração gerundiva continua a preceder a situação descrita na principal, mau grado a oração gerundiva ocorrer depois da principal; assim, em (92c) não há qualquer mudança de significado relativamente a (91c).

Se a relação temporal da oração gerundiva relativamente à principal pode variar, como acaba de se mostrar, o mesmo não se passa relativamente ao tempo da enunciação. O uso do gerúndio composto obriga a uma leitura em que toda a localização temporal da situação descrita por essa oração é necessariamente anterior ao tempo da enunciação. Essa leitura é patente nos exemplos (c) de (91) e (92): ainda que a mudança da Maria para França seja posterior à enunciação, o tempo vivido em Espanha é necessariamente anterior ao tempo da enunciação[57].

[57] Em particular, é impossível uma interpretação deste exemplo em que o tempo vivido em Espanha pela Maria, sendo anterior à sua mudança para Paris, seja posterior à enunciação.

O gerúndio pode ocorrer ainda em expressões com valor temporal futuro, introduzidas por *em*, como nos exemplos: *em sendo sete horas, vamos ligar para a Francisca* ou *em* (*eu*) *saindo, compro fruta* e *em chovendo, o piquenique fica sem efeito* (i.e., *se chover*)[58]. Nestas frases, com interpretação de futuro, a oração na qual ocorre a forma gerundiva é equivalente a uma oração temporal introduzida por *quando*, com verbo no futuro do conjuntivo (cf. *quando forem sete horas, vamos ligar para a Francisca*)[59].

15.4.3 Particípio

O particípio tem apenas uma forma simples (*comprado*). Tal como o infinitivo e o gerúndio, não apresenta marcas morfológicas de temporalidade, sendo, pois, incapaz de contribuir por si só para o valor temporal das orações em que ocorre. Tal como o gerúndio composto, o particípio tem um valor aspetual perfectivo[60].

As orações de particípio absoluto ocorrem tipicamente na posição inicial da frase complexa (cf. *corrigidos os testes, a professora entregou-os aos alunos*). Do ponto de vista temporal, a situação concluída expressa por elas precede necessariamente a situação expressa na oração principal. Esta, portanto, funciona como tempo de referência para a oração participial (cf. Santos 1999):

(93) a. *Lido* o jornal, o Rui tirou os óculos.
b. *Chegada* a casa, a Maria telefonou à filha.
c. *Corrigidos* os testes, a professora parte no dia seguinte para Paris.

Em (93c), p.e., a correção dos testes é anterior à partida para Paris. No entanto, pode ser posterior à enunciação, o que mostra que a anterioridade da oração participial não toma como referência a enunciação.

Devido à sua aspetualidade perfectiva e à sua anterioridade temporal relativamente à oração principal, as orações de particípio podem frequentemente ser substituídas por orações gerundivas compostas em posição inicial da frase, que partilham essas duas propriedades (cf. 15.4.2), como se ilustra em (94):

(94) a. *Tendo lido* o jornal, o Rui tirou os óculos.
b. *Tendo chegado* a casa, a Maria telefonou à filha.

Só os verbos que selecionam um argumento interno, i.e., os verbos transitivos, como *corrigir*, *ler*, e os inacusativos, como *cair*, *chegar*, *nascer* (cf. Caps. 11 e 28) podem servir de núcleo a orações de particípio absoluto. Os verbos inergativos, i.e., aqueles que selecionam um argumento externo, mas não um argumento interno (cf. Cap. 28), não podem ocorrer nestas orações: assim, correspondendo a *o operário*

[58] Nestas frases, mesmo quando o sujeito está expresso, o gerúndio não apresenta flexão de pessoa/número. Mas note-se que o gerúndio não finito tem uma contraparte flexionada, em variedades não padrão do português (e do galego), em que, na construção que acaba de se referir, o gerúndio ocorre na forma finita (cf. *em sendem crescidos, levo-os a Lisboa* (cf. Lobo 2001), com sujeito nulo, neste caso). O gerúndio flexionado ocorre, nessas variedades, noutras orações; por exemplo, *quando sentindim outros animais, espantam-se* (cf. Lobo 2001; cf. também o Cap. 5).

[59] Alguns falantes aceitam ainda um uso do gerúndio com valor de possibilidade, como na frase *em chovendo, o piquenique fica sem efeito*, em que a oração com a forma gerundiva é equivalente a uma oração condicional com verbo no futuro do conjuntivo (cf. *se chover, temos de cancelar o piquenique*).

[60] As orações de particípio são descritas detalhadamente no Cap. 38.4, onde se notam nomeadamente restrições quanto ao tipo de verbos que nelas ocorrem.

trabalhou e depois foi almoçar, não podemos ter ***trabalhado**, *o operário foi almoçar*; correspondendo a *a Maria passeou no parque e depois voltou para casa*, não é possível ter ***passeada no parque**, *a Maria voltou para casa*[61]. Dada a proximidade semântica entre as orações de particípio absoluto e as orações de gerúndio composto, e o facto de o gerúndio composto não apresentar quaisquer restrições quanto à natureza do verbo, esta forma verbal pode suprir o particípio absoluto com os verbos inergativos em questão (cf. Leal 2011): cf. *tendo trabalhado, o operário foi almoçar* e *tendo passeado no parque, a Maria voltou para casa*.

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Herculano, *Eurico* – Herculano, Alexandre (1944[36]) *Eurico, o Presbítero*. Lisboa. Livraria Bertrand.

[61] Repare-se que o nexo temporal explícito dado pelas paráfrases com *depois* existe nos casos de (94), em que os verbos no particípio selecionam um argumento interno: cf., por exemplo, *o Rui leu o jornal e depois tirou os óculos*, que descreve a mesma macrossituação que (94a).

16 TEMPO ADJUNTO E TEMPO DISCURSIVO 557
16.1 Aspetos gerais do tempo adjunto 558
16.1.1 Classes sintáticas associadas ao tempo adjunto 558
16.1.2 Valores semânticos expressos pelo tempo adjunto 559
16.1.3 Entidades relevantes para o tempo adjunto 563
16.1.3.1 Intervalos de tempo 563
16.1.3.2 Quantidades de tempo 566
16.1.4 Tempo referencialmente autónomo, tempo dêitico e tempo anafórico 567
16.2 Localização temporal adjunta 570
16.2.1 Onde localizamos as situações? 570
16.2.1.1 Localização dependente de intervalos e dependente de situações 570
16.2.1.2 Localização definida e indefinida 571
16.2.1.3 Localização direta ou mediante fronteiras temporais 571
16.2.2 Como localizamos as situações? 573
16.3 Duração 575
16.3.1 Duração de processos culminados 575
16.3.2 Duração de estados e processos 575
16.4 Tempo discursivo 577
16.4.1 Relações discursivas 578
16.4.2 Valores temporais associados às relações discursivas 579
16.4.3 Relações discursivas e expressões temporais anafóricas 579

16 TEMPO ADJUNTO E TEMPO DISCURSIVO*

A informação temporal está distribuída no discurso, podendo ser associada a diferentes elementos gramaticais. Alguns dos mais evidentes são as marcas temporais do verbo e as unidades lexicais de valor temporal (como *antes*, *depois*, *até*, *quando*, *hoje*, *agora*, *ano*, *dia* ou *tempo*), que apresentam uma frequência elevadíssima. Numa tentativa de sistematização, podemos afirmar que a expressão do tempo pode envolver pelo menos os seguintes quatro sistemas gramaticais.

❖ Tempo verbal

É expresso através de sufixos flexionais verbais – cf. (1a) – ou através de verbos auxiliares temporais, como *ir* ou *haver* (*de*) com valor de futuro – cf. (1b):

(1) a. O primeiro-ministro {est*eve*/est*á*/est*ará*} no Porto.
b. O primeiro-ministro {*vai*/*há de*} estar no Porto.

❖ Tempo argumental

É expresso através da combinação de predicados temporais – como *datar* ou *durar* – com os seus complementos obrigatórios:

(2) a. A invenção da televisão *data do período entre as duas guerras*.
b. A intervenção cirúrgica *durou mais de três horas*.

❖ Tempo adjunto

É expresso através de sintagmas não obrigatórios de diferentes classes com a função de adjunto adverbial – cf. (3) – ou de adjunto adnominal – cf. (4):

(3) a. A ponte foi inaugurada pelo ministro *no princípio do ano*.
b. As tropas permaneceram no território *durante dois meses*.

(4) a. A inauguração da ponte pelo ministro *no princípio do ano* foi notícia em todos os jornais.
b. A permanência das tropas no território *durante dois meses* foi muito criticada.

* A secção 16.4 é da autoria de Ana Teresa Alves, a subsecção 16.1.4 é de autoria conjunta e as restantes secções são da autoria de Telmo Móia.

Tradicionalmente, estes sintagmas são designados como *complementos circunstanciais de tempo* (cf. Nomenclatura Gramatical Portuguesa de 1967) ou *adjuntos adverbiais de tempo* (cf., por exemplo, Cunha e Cintra 1984).

❖ Tempo discursivo
Envolve o encadeamento de orações autónomas, entre as quais se estabelecem relações discursivas que permitem deduzir informação temporal, realizado através de estruturas de justaposição, como (5a), ou de coordenação, como (5b) (cf. Caps. 34 e 35):

(5) a. O Paulo entrou no bar. Pediu uma cerveja. Sentou-se ao balcão.
b. O Paulo entrou no bar, pediu uma cerveja e sentou-se ao balcão.

Note-se que ambas as sequências descrevem três eventos sucessivos, mesmo na ausência de conectores explícitos, como *depois* ou *seguidamente*.

Este capítulo trata da expressão de valores temporais através dos dois últimos sistemas. Após uma análise de aspetos gerais do tempo adjunto (16.1), discutem-se com algum pormenor dois dos principais domínios de significação associados a este sistema – a localização temporal (16.2) e a duração (16.3). Seguidamente, exploram-se as questões essenciais relacionadas com a expressão do tempo no discurso (16.4).

16.1 Aspetos gerais do tempo adjunto

Esta secção integra quatro partes. Na primeira, explora-se brevemente a diversidade sintática das expressões temporais adjuntas, identificando-se as principais categorias a que elas podem pertencer. Na segunda, analisa-se a diversidade semântica destas expressões, referindo-se alguns dos principais valores – como a localização, a duração ou a frequência – que elas podem veicular. Na terceira, são apresentados dois tipos de entidades essenciais para compreender o tempo adjunto: os intervalos de tempo e as quantidades de tempo. Por fim, na quarta, discute-se a questão da autonomia referencial das expressões temporais adjuntas, distinguindo-se tempo referencialmente autónomo, tempo dêitico e tempo anafórico.

16.1.1 Classes sintáticas associadas ao tempo adjunto

Os adjuntos temporais – adverbiais ou adnominais – podem pertencer a diferentes classes sintáticas. De entre estas, destacam-se as seguintes:

❖ Sintagmas adverbiais

(6) a. A ponte foi inaugurada *recentemente*.
b. Há engarrafamentos na ponte *muito frequentemente*.

❖ Sintagmas preposicionais (com complementos nominais, como em (7a), ou com complementos frásicos, como em (7b) e (7c))

(7) a. A ponte está aberta ao tráfego *desde junho de 1998*.

b. O trânsito tem fluído bem *desde que a ponte foi inaugurada*.[1]
c. Foi difícil transitar nesta zona *até as obras terminarem*.

❖ Sintagmas nominais[2]

(8) a. Esta ponte é inspecionada por peritos *todos os anos*.
b. O comboio esteve *duas horas* parado na ponte.

❖ Sintagmas adjetivais (aplicados a expressões nominais)

(9) a. a *recente* inauguração da ponte
b. inspeções *semestrais*
c. uma permanência *muito demorada* em território inimigo

❖ Orações

(10) a. O trânsito fluiu mal *enquanto a ponte esteve em obras*.
b. Deixou de haver problemas no trânsito *mal a ponte foi reaberta*.
c. A ponte estremeceu *quando o comboio passou*.[3]

16.1.2 Valores semânticos expressos pelo tempo adjunto

A identificação dos domínios semânticos que é pertinente considerar na área da expressão do tempo – e, em particular, do tempo adjunto – é em grande medida uma questão em aberto, que não reúne o consenso dos diferentes autores[4]. Neste texto, limitamo-nos a destacar alguns tipos de **valores temporais** veiculados por meios adverbiais ou adnominais, que poderão servir como base para uma classificação semântica das expressões temporais adjuntas – a duração, a localização temporal, a frequência e valores afins e a delimitação temporal da quantificação.

A expressão dos valores em causa depende crucialmente da referência a dois tipos de entidades: os intervalos de tempo e as quantidades de tempo. Fazemos, por isso, em seguida uma breve apresentação destes dois conceitos, aliás bastante intuitivos, que será desenvolvida em 16.1.3.

Os **intervalos de tempo** são segmentos do eixo do tempo. Podem corresponder a um instante, concebido como indivisível, ou a uma sequência mais ou menos

[1] Na gramática tradicional, a sequência *desde que* é classificada como um locução conjuncional e *desde que a ponte foi inaugurada* como uma oração subordinada adverbial temporal (veja-se, para uma análise deste tipo, o Cap. 38). Aqui, adota-se uma perspetiva diferente, segundo a qual *desde* é uma preposição incluída na oração principal e *que a ponte foi inaugurada* é o seu complemento oracional (para uma análise idêntica, cf. também os Caps. 36 e 37).

[2] Segundo algumas análises, estes sintagmas nominais são, na realidade, sintagmas preposicionais com uma preposição subentendida (cf. Móia 2000 e 16.1.3.1 adiante).

[3] Tradicionalmente, as orações com *quando* são classificadas como subordinadas adverbiais, tal como as orações com *enquanto* ou *mal*. Esta é a perspetiva seguida no Cap. 38. Porém, neste capítulo, considera-se que, nos casos relevantes, como (10c), estas sequências são orações relativas associadas a um antecedente não expresso (cf. Móia 2001a para uma discussão deste assunto; ver também o Cap. 39). Repare-se que em determinadas condições é possível realizar explicitamente o antecedente do pronome relativo *quando*: cf. *não sei qual é o prazo até quando podem ser entregues as candidaturas*; *não me dá jeito o dia para quando a reunião foi marcada*.

[4] Cf. tipologias parcialmente incompatíveis de expressões temporais na literatura em Bennett e Partee (1978), Quirk et al. (1985), Smith (1991), Vlach (1993) ou Kamp e Reyle (1993), por exemplo, e a breve resenha de Móia (2000); cf. ainda Móia (2003).

longa de instantes. São exemplos típicos de intervalos os dias, as semanas, os meses ou os anos particulares do calendário – o dia 25 de abril de 1974, a semana que vai desde o dia 7 ao dia 14 de janeiro de 2008, março de 2001, 1969 –, períodos consagrados cultural ou historicamente – a Idade Média, o Paleolítico – ou períodos definidos, com maior ou menor precisão, através de situações – o instante em que a bomba de Hiroxima deflagrou, o ano em que Newton nasceu, o período em que Einstein trabalhou em Berna.

As **quantidades de tempo** – um segundo, meia hora, vinte e quatro horas, por exemplo – são propriedades dos intervalos. A todo o intervalo corresponde uma (e só uma) quantidade de tempo; por exemplo, ao dia 25 de abril de 1974 corresponde a quantidade de tempo que pode ser expressa equivalentemente por *um dia* ou *vinte e quatro horas*. Inversamente, uma mesma quantidade de tempo pode ser associada a mais de um intervalo; por exemplo, ao mês de janeiro de 2008 e ao mês de março de 2008, dois intervalos distintos, corresponde exatamente a mesma quantidade de tempo: trinta e um dias.

Passemos aos valores semânticos expressos pelo tempo adjunto.

❖ Duração

A duração envolve a atribuição de uma quantidade de tempo a uma situação. Em termos simples, corresponde à informação – que pode ser mais ou menos precisa – sobre *quanto tempo* (ou *há quanto tempo*) *duram as situações*, como em (11), ou *quanto tempo demoram a completar-se*, como em (12):

(11) a. A ponte esteve em ruínas *durante mais de um século*.
b. A ponte está em ruínas *há mais de dois anos*.

(12) a. A sala de ópera foi reconstruída *em pouco mais de uma semana*.
b. O assunto foi resolvido *num abrir e fechar de olhos*.

Repare-se que as **expressões adjuntas de duração** se constroem tipicamente com sintagmas que referem quantidades de tempo (sublinhados nos exemplos acima), precedidos de uma preposição – *durante*, *em*, *por* – ou de uma forma do verbo *haver*.

❖ Localização temporal (simples)

A localização temporal envolve o posicionamento de situações no eixo do tempo. É efetuada relacionando a situação a localizar com um intervalo, quer diretamente, como em (13), quer indiretamente, através da menção de uma segunda situação, cuja ocorrência é associada temporalmente à primeira, como em (14). Em termos simples, corresponde à informação – que pode ser mais ou menos precisa – sobre *quando acontecem as situações*.

(13) a. A ponte foi inaugurada *no final do século passado*.
b. A ponte foi inaugurada *às 10.15h do dia 6 de maio de 1998*.

(14) a. A ponte foi inaugurada *durante a última visita do ministro*.
b. A ponte foi inaugurada *enquanto o ministro visitava a cidade*.

Repare-se que as expressões de localização temporal diretamente dependente de intervalos (ou seja, as de (13)) se constroem tipicamente com expressões que referem

intervalos de tempo (sublinhadas nos exemplos acima), precedidas de uma preposição ou locução prepositiva, como, por exemplo, *a*, *em*, *durante*, *a partir de*, *desde*, *até* ou *de ... a*. Sobre a localização temporal dependente de situações, ilustrada em (14), cf. 16.1.3.1 e 16.2.1.1 adiante.

Podem associar-se à grande área da localização temporal adjunta estruturas em que emergem valores mais específicos. Assim, por exemplo, a localização temporal pode envolver **ordenação de situações** através de relações de anterioridade ou posterioridade, como em (15), ou **marcação de distâncias temporais** entre situações ou entre situações e intervalos de tempo, como em (16) (cf. Móia e Alves 2001). Repare-se que em (16a) o intervalo de localização é identificado por medição a partir do momento da enunciação e em (16b,c) é identificado por medição a partir de outras situações referidas no discurso.

(15) a. A ponte foi inaugurada *depois das últimas eleições*.
b. A ponte foi inaugurada *assim que o novo ministro tomou posse*.

(16) a. A ponte foi inaugurada *há seis semanas*.
b. A ponte foi inaugurada *dois meses depois de ter sido concluída*.
c. A ponte foi concluída à pressa e inaugurada *ao fim de dois dias*.

Interessa ainda referir que há expressões – classificáveis como genuínos adjuntos de localização – que transmitem simultaneamente informação sobre localização e duração. Estas expressões têm a particularidade de permitir inferir informação sobre a duração das situações que localizam, como se ilustra em (17) e (18) (cf. Móia 2000):

(17) A ponte esteve em obras *de janeiro a abril deste ano*.
Inferência: a ponte esteve em obras durante (cerca de) três meses.

(18) A ponte está em obras *desde o dia 10 janeiro*.
Inferência: a ponte está em obras há uma quantidade de tempo que equivale à duração do intervalo que medeia entre o dia 10 de janeiro e o momento da enunciação.

Convém sublinhar que as preposições *em* e *durante* são ambíguas, podendo introduzir tanto expressões de duração como expressões de localização temporal. Igualmente, as expressões com *haver* podem marcar valores de duração, de localização ou de simples identificação de intervalos. Discutiremos estas questões de homonímia adiante, em 16.3.

❖ Frequência, periodicidade, (localização associada a) quantificação temporal, iteração e valores afins

Agrupamos aqui diferentes valores que envolvem a repetição de situações relacionada diretamente com o uso de expressões temporais adjuntas. Entre eles, destacamos: (i) o número de ocorrências de uma dada situação por intervalo de tempo, como em (19) – **frequência** em sentido estrito; (ii) a distância entre situações que se repetem, como em (20) – **periodicidade**[5]; (iii) a repetição de situações que resulta

[5] A importância da distinção entre os conceitos de frequência e de periodicidade foi salientada por João Peres (c.p.).

diretamente de se mencionar uma pluralidade de intervalos, como em (21), ou uma pluralidade de outras situações correlacionáveis, como em (22) – **(localização associada a) quantificação temporal**[6]; (iv) a simples **repetição** de situações, como em (23).

(19) A ponte é encerrada ao tráfego *três vezes por ano*.

(20) A ponte é encerrada ao tráfego *de duas em duas semanas*.

(21) a. A ponte foi encerrada ao tráfego *na maior parte dos fins de semana de maio*.
b. A ponte foi encerrada ao tráfego *durante três fins de semana*.

(22) a. A ponte foi encerrada ao tráfego *sempre que houve festas na vila*.
b. A ponte foi encerrada ao tráfego *cada vez que foi inspecionada*.

(23) A ponte foi encerrada ao tráfego *repetidamente*.

Convém notar que a fronteira entre as diferentes modalidades referidas acima nem sempre pode ser definida com precisão, já que uma mesma sequência pode veicular distintos tipos de informação (quer de forma direta quer de forma inferida). Assim, por exemplo, da periodicidade expressa em (20) pode inferir-se uma frequência (i.e., duas vezes por mês), mas da frequência expressa em (19) não é necessariamente inferível uma periodicidade, já que o evento em causa pode repetir-se irregularmente.

❖ Delimitação temporal da quantificação (sobre situações)

Consideramos que a operação que consiste em limitar temporalmente a quantificação sobre situações define um domínio semântico autónomo, distinto da localização, da duração e da frequência (cf. Móia 2000, 2004)[7]. Em termos muito simplificados, a propriedade que distingue as construções relevantes é a referência à totalidade de situações de um determinado tipo ocorridas dentro de um limite temporal. Um caso típico é a contagem de situações temporalmente circunscrita, que está ilustrada nas frases seguintes, onde se contam idas da Ana a Paris:

(24) a. A Ana foi a Paris seis vezes *desde janeiro*.
b. A Ana foi a Paris seis vezes *todos os anos* (*da década de 80*).
c. A Ana foi a Paris seis vezes *em ano e meio*.

---

[6] Normalmente, se as expressões adjuntas contêm quantificadores universais, fracionários ou cardinais, a situação a localizar é iterada em cada um dos intervalos envolvidos: *a Ana visitou os pais* {*todos os domingos*/(*n*)*a maior parte dos domingos*/(*em*) *três domingos*}. Em contraste, o uso de determinantes definidos ou indefinidos singulares na expressão adjunta não implica tal iteração: *a Ana visitou os pais* {*no domingo passado*/*num domingo de julho*}. Vários autores distinguem as duas situações em apreço; Kamp e Reyle (1993), por exemplo, consideram que no primeiro caso há quantificação temporal, ao passo que no segundo (e só neste) há localização temporal. Outros autores (cf., por exemplo, Dowty 1979, Móia 2000) sublinham aspetos comuns às duas construções. Com efeito, podemos considerar que a primeira envolve uma localização, relativamente mais complexa, associada a quantificação temporal e a segunda uma localização temporal simples. Por facilidade, usaremos aqui as designações simplificadas **(localização associada a) quantificação temporal** e **localização temporal (simples)** (omitindo o epíteto "simples" na segunda designação, sempre que não haja problemas de interpretação).

[7] Como ilustração da pertinência de distinguir estas construções, observe-se o contraste seguinte (que mostra que as expressões com *desde* podem delimitar temporalmente a quantificação, mas não operar uma simples localização inclusiva):
(i) a. Esta atriz casou cinco vezes *desde 1980*.
b. *Esta atriz casou *desde 1980*.

Note-se que o limite temporal relevante pode corresponder a um intervalo de tempo, como em (24a), a um conjunto de intervalos de tempo, como em (24b), ou a uma quantidade de tempo, como em (24c). Note-se ainda que a contagem de situações pode ser feita diretamente, através de expressões como *seis vezes*, como acontece em (24), ou indiretamente, através de expressões como *seis artigos* (atendendo a que seis artigos implicam seis atos de escrita), como nos exemplos seguintes:

(25) a. A Ana escreveu seis artigos *desde que se doutorou*.
b. A Ana escreveu seis artigos *todos os anos* (*da década de 80*).
c. A Ana escreveu seis artigos *num mês e meio*.

Até aqui, analisaram-se diferentes valores temporais expressos isoladamente. Nos dois exemplos que se seguem, mostra-se que estes valores podem ser expressos conjuntamente e interagir de modo bastante complexo:

(26) a. A Ana teve de ir ao hospital [*três vezes por semana*] [*durante vários meses seguidos*], [*o ano passado*].
b. Até há bem pouco tempo, o Paulo corria [*todos os dias*] [*pela manhã*] [*durante uma hora*] [*antes de ir para o trabalho*].

Em (26a), por exemplo, refere-se que a situação de a Ana ir ao hospital ocorreu com uma dada **frequência**, que a ida com essa frequência se prolongou por vários meses (**duração**) e que a ida com essa frequência nessa quantidade de tempo ocorreu num dado período (**localização temporal**). Ou seja, numa mesma frase, encontramos uma combinação intrincada de vários sistemas de valores temporais expressos pelos meios adjuntos que aqui foram descritos.

16.1.3 Entidades relevantes para o tempo adjunto

Como foi referido anteriormente, a expressão dos valores temporais mencionados em 16.1.2 depende centralmente da referência a dois tipos de entidades: os **intervalos de tempo** e as **quantidades de tempo**. Em seguida, fazemos uma apresentação um pouco mais pormenorizada das expressões que representam estas duas entidades temporais básicas.

16.1.3.1 Intervalos de tempo

Os intervalos de tempo são referidos através de sintagmas, por vezes de grande complexidade estrutural, como os seguintes:

(27) a. 1969; o último ano da década de 60; o ano em que o Homem pisou a superfície da Lua pela primeira vez
b. a Idade Média; a década de 60; o verão passado; o primeiro fim de semana depois das eleições; o dia em que se instaurou a República em Portugal
c. a última meia hora; a meia hora em que estive no aeroporto

Chamaremos a estas sequências **expressões denotadoras de intervalos**. Como já foi brevemente mencionado, se lhes antepusermos uma preposição adequada (como *a*, *em*, *durante* ou *desde*), podemos formar expressões adjuntas de localização temporal a partir delas. Vejam-se exemplos:

(28) a. A Ana nasceu em Faro *a 10 de maio de 1969*.
b. A Ana nasceu em Faro *em 1969*.
c. A Ana mudou-se para Lisboa *durante a década de 60*.
d. A Ana está a trabalhar em Londres *desde o verão passado*.

É interessante comparar estas frases com as seguintes (ou com os exemplos (14)):

(29) a. O Igor mudou-se para Lisboa *durante a Guerra Fria*.
b. A Ana está em Salt Lake City *desde que começaram os Jogos Olímpicos*.
c. Clinton foi o primeiro democrata a ser reeleito *desde Roosevelt*.

Nestes exemplos, os complementos das preposições *durante* e *desde* não referem diretamente intervalos do eixo do tempo; referem antes situações – a Guerra Fria, os Jogos Olímpicos começarem – ou indivíduos – Roosevelt. Todavia, estes complementos podem ser substituídos, sem alteração significativa do conteúdo, por expressões estritamente temporais, como *o período em que decorreu a Guerra Fria*, *a altura em que começaram os Jogos Olímpicos* e *a altura em que Roosevelt foi reeleito*, respetivamente. Assim, importa aproximar os dois casos ilustrados em (28) e (29): aos complementos em itálico em (28) chamamos, como já foi dito, **expressões denotadoras de intervalos**; e àqueles em itálico em (29) chamamos – seguindo uma sugestão terminológica de João Peres, c.p. – **expressões supridoras de tempo**[8].

É importante não confundir a referência – direta ou indireta – a intervalos de tempo e a localização temporal de situações. Com efeito, ao passo que a localização temporal envolve sempre intervalos, os intervalos – entidades ontológicas autónomas – podem não estar associados à localização de situações, como em *1980 foi um ano bissexto*, *a semana que passou foi muito chuvosa* ou *detestei o ano de 1990*. Concomitantemente, é necessário distinguir entre as expressões denotadoras de intervalos e supridoras de tempo, como *1969* ou *a Guerra Fria* (sem preposição) e as expressões de localização temporal adjuntas, como *em 1969* ou *durante a Guerra Fria* (com preposição). Funcionalmente, as primeiras nomeiam – direta ou indiretamente – intervalos e as segundas localizam situações. Formalmente, as primeiras são mais simples e as segundas mais complexas, já que integram normalmente uma expressão do primeiro tipo e um conector, tipicamente uma preposição ou uma conjunção. Sintaticamente, as primeiras ocorrem em contextos nominais, como sujeito – (30a) –, complemento direto – (30b) – ou complemento de preposição – (30c) –, por exemplo, e as segundas em contextos adverbiais – (31a,b) – ou adnominais – (31c):

(30) a. *1969* foi um ano notável.
b. Achei *1969* um ano notável.
c. Este invento data de *1969*.

(31) a. A Ana casou *em 1969*.
b. *Em 1969*, o Homem pisou pela primeira vez a superfície da Lua.
c. o casamento da Ana *em 1969*

[8] Alternativamente, poderíamos designar ambos como expressões denotadoras de intervalos, como em Móia (2000). As primeiras seriam **expressões denotadoras de intervalos básicas** e as segundas **expressões denotadoras de intervalos derivadas**, na medida em que permitem identificar um intervalo de forma indireta.

Repare-se que nos contextos nominais de (30) pode ocorrer a expressão denotadora de intervalos *1969*, mas não a expressão localizadora *em 1969* (cf. **em 1969 foi um ano notável*; **achei em 1969 um ano notável*; **este invento data de em 1969*). O inverso ocorre nos contextos de (31); aí pode ocorrer a expressão localizadora *em 1969*, mas não a expressão denotadora de intervalos *1969* (cf. **a Ana casou 1969*; **1969, o Homem pisou pela primeira vez a superfície da Lua*; **o casamento da Ana 1969*).

Um facto interessante, que se verifica em muitas línguas, é que algumas expressões podem desempenhar – sem variação de forma – tanto a função de nomear intervalos como a de localizar situações. Esta ambivalência reflete-se sintaticamente na possibilidade de ocorrerem (embora por vezes com fortes restrições) tanto nos contextos nominais como nos adjuntos. Em português, são **expressões ambivalentes de localização e de denotação de intervalos** alguns sintagmas relativamente simples – como *amanhã*, *então*, *muito recentemente* ou *a semana passada* – e outros, mais complexos, introduzidos por conectores temporais como *entre*, *depois*, *antes*, *quando*, *assim que*, *há ...* (*atrás*) ou *de ... a*. Com efeito, estas expressões podem ocorrer tanto em contextos nominais, típicos das expressões denotadoras de intervalos (cf. frases (a) abaixo[9]), como em contextos adverbiais, típicos dos adjuntos de localização temporal (cf. frases (b)). Algumas formas, como *a semana passada*, apresentam ainda a particularidade de admitirem a realização opcional de uma preposição, quando ocorrem como adjuntos (compare-se (32b) com a frase *a Ana casou na semana passada*):

(32) a. *A semana passada* foi muito atribulada.
b. A Ana casou *a semana passada*.

(33) a. *Amanhã* será um dia muito complicado.
b. A Ana vai casar *amanhã*.

(34) a. Era proibido construir nesta área até *muito recentemente*.
b. Esta área foi reflorestada *muito recentemente*.

(35) a. Os artefactos encontrados datam de *entre 1900 e 1200 a.C.*
b. Os Hititas viveram na Anatólia *entre 1900 e 1200 a.C.*

(36) a. O Igor mora em Lisboa desde *antes da guerra*.
b. O Igor mudou-se para Lisboa *antes da guerra*.

(37) a. Os manuscritos datam de *quando Einstein vivia em Berna*.
b. Este livro foi escrito *quando Einstein vivia em Berna*.

(38) a. A reunião está marcada para *assim que o Rui regressar*.
b. Os acionistas reunir-se-ão *assim que o Rui regressar*.

[9] Nas frases (34a), (36a) e (40a), as expressões *muito recentemente*, *antes da guerra* e *daqui a dois anos* surgem como complementos de preposições temporais (*até* ou *desde*); note-se que a posição de complemento destas preposições representa um contexto nominal típico (cf., por exemplo, *até 1969* vs. **até em 1969*), embora as sequências no seu todo – preposição mais complemento nominal – surjam em posição adjunta. Nas frases (35a), (37a), (38a) e (39a), as expressões temporais relevantes surgem como complemento de preposições argumentais (*de* ou *para*), selecionadas por verbos como *datar* ou *marcar*.

(39) a. O problema data de *há dois anos* (*atrás*).
b. O Paulo casou *há dois anos* (*atrás*).

(40) a. A lei estará em vigor até *daqui a dois anos*.
b. A lei será mudada *daqui a dois anos*.

Alternativamente, é possível analisar estes sintagmas ambivalentes como simples expressões denotadoras de intervalos, postulando que, quando ocorrem em posição adjunta (ou seja, nas frases (b) dos paradigmas acima), são precedidas de uma **preposição nula** com o valor de *em* (cf. Móia 2000). Segundo esta hipótese, essas frases seriam analisadas como *a Ana casou ~~em~~ a semana passada*, *a Ana vai casar ~~em~~ amanhã*, *esta área foi reflorestada ~~em~~ muito recentemente*, *os Hititas viveram na Anatólia ~~em~~ entre 1900 e 1200 a.C.*, *o Igor mudou-se para Lisboa ~~em~~ antes da guerra*, etc. É de notar que a presença de preposições nulas tem um alcance amplo na gramática, não se restringindo às expressões temporais exemplificadas. Com efeito, estas preposições podem ser postuladas em contextos com outros valores temporais, como nas frases seguintes, que envolvem quantificação temporal universal ou duração: *o padre lia passagens do Génesis ~~em~~ todas as tardes*; *o bebé dormiu ~~durante~~ mais de três horas seguidas* (cf. 16.3.2, em que se apresentam mais exemplos deste último tipo).

16.1.3.2 Quantidades de tempo

As quantidades de tempo são referidas através de sintagmas, por vezes de grande complexidade estrutural, como os seguintes:

(41) a. uma hora e meia; noventa minutos; o tempo regulamentar de um jogo de futebol
b. uma eternidade; muitos séculos; o tempo médio de vida de uma tartaruga marinha; três horas; pouco tempo; um abrir e fechar de olhos

Chamaremos a estas sequências **predicados de quantidades de tempo**[10]. Elas podem formar expressões adjuntas de duração, se forem acompanhadas de uma preposição adequada, como *durante* ou *por*:

(42) a. O trânsito nesta rua esteve cortado *durante uma hora e meia*.
b. A funcionária tem direito a ser dispensada do trabalho *durante o tempo necessário para as consultas pré-natais*.
c. O trânsito foi cortado *por três horas*.

É importante não confundir a duração e a mera designação de quantidades de tempo. Com efeito, a duração envolve sempre quantidades de tempo, mas as quantidades de tempo – entidades ontologicamente autónomas – podem não estar associadas à expressão da duração (de situações), como, por exemplo, em *duas horas são cento e vinte minutos*, *cinco minutos podem parecer uma eternidade* ou *a Ana chegou*

[10] Como se disse acima, as quantidades de tempo podem ser concebidas como propriedades de intervalos, ou, por outras palavras, conjuntos de intervalos com determinadas propriedades (de dimensão) comuns. Assim sendo, as expressões que os identificam são mais adequadamente designadas como "predicados" (isto é, expressões que denotam conjuntos).

duas horas antes da festa[11]. Concomitantemente, distinguem-se os predicados de quantidades de tempo, exemplificados em (41), das expressões adjuntas de duração, exemplificadas em (42). Estas últimas são geralmente mais complexas, uma vez que integram tipicamente um predicado de quantidades de tempo e uma preposição de valor apropriado.

Convém salientar que em português, como em muitas outras línguas, existem nomes de quantidades de tempo **homónimos** de outros que designam intervalos. Entre estes, destacam-se os que referem unidades como dias, semanas, meses, anos ou séculos. Assim, por exemplo, a palavra *ano* tanto pode remeter para uma quantidade de tempo equivalente a 365 dias (independentemente da sua correspondência ou não a intervalos contínuos com pontos iniciais e finais definidos) como para um tipo de intervalo específico (anos do calendário, com início a 1 de janeiro e fim a 31 de dezembro, anos letivos, anos judiciais, etc.). A homonímia em causa está na origem da ambiguidade detetada nas seguintes frases:

(43) a. O Paulo percorreu a França de bicicleta *em dois anos*.
b. Quantos automóveis foram vendidos *nos últimos dois anos*?

A frase (43a) pode significar 'dois anos foi o tempo que o Paulo levou a percorrer a França de bicicleta' (quantidade de tempo) ou 'houve dois anos distintos do calendário em que o Paulo percorreu a França de bicicleta' (intervalos de tempo). A frase (43b), por sua vez, pode inquirir acerca do número de automóveis vendidos durante os 730 dias anteriores à enunciação (quantidade de tempo) ou nos dois anos do calendário que precedem aquele em que ocorre a enunciação, por exemplo, 2009 e 2010 (intervalos de tempo), sendo a resposta potencialmente bastante distinta.

16.1.4 Tempo referencialmente autónomo, tempo dêitico e tempo anafórico

As expressões temporais adjuntas surgem sob três formas distintas, no que respeita ao seu estatuto referencial: podem ser referencialmente autónomas, dêiticas ou anafóricas (cf. Cap. 11).

❖ Expressões temporais referencialmente autónomas

A interpretação destas expressões é autónoma, não dependendo nem do momento da enunciação nem de um elemento discursivo anterior. Podem exprimir os diferentes valores temporais mencionados em 16.1.2, como se ilustra nos exemplos a seguir:

(44) a. A ponte ruiu *no dia 11 de abril de 1980*. [localização]
b. Turim foi a capital da Itália *durante alguns anos*. [duração]
c. A presidência desta empresa muda *semestralmente*. [periodicidade]
d. A Ana foi à praia onze vezes *no verão de 2002*. [delimitação temporal da quantificação]

[11] Repare-se que, neste último exemplo, a expressão que refere a quantidade de tempo – *duas horas* – se encontra integrada numa expressão adverbial maior com a função de localizador temporal – *duas horas antes da festa*.

❖ Expressões temporais dêiticas

A interpretação destas expressões depende do momento de enunciação. São exemplo de expressões dêiticas: *hoje*, *agora*, sintagmas com o determinante *este* ou o adjetivo *passado* e alguns sintagmas iniciados por conectores temporais como *dentro de* ou *desde*.

(45) a. A Ana vai visitar os pais *hoje/agora*.
b. O ministro esteve em Itália {*esta semana*/*a semana passada*}.
c. Pode começar a chover *dentro de pouco tempo*.
d. O museu está fechado para obras *desde janeiro*.

As expressões dêiticas também podem representar os diferentes valores temporais mencionados em 16.1.2. Em (45), estão presentes valores de localização temporal; nos exemplos a seguir, outros tipos de valores:

(46) a. Portugal vive em democracia *há cerca de trinta e cinco anos*. [duração (associada a localização)]
b. O bebé tossiu hoje *com a mesma frequência que ontem*. [frequência]
c. A Ana publicou seis artigos *desde janeiro*. [delimitação temporal da quantificação]

❖ Expressões temporais anafóricas

A interpretação destas expressões depende de um elemento do discurso anterior (chamado o antecedente da expressão anafórica). São exemplo de expressões anafóricas: *então*, *entretanto*, sintagmas com o determinante *esse* e alguns sintagmas iniciados por conectores temporais como *desde*.

(47) a. O início da década de 1970 foi um período difícil em Portugal. O país vivia *então* sob um regime ditatorial.
b. A Ana saiu de casa às oito horas e regressou ao fim da tarde. *Entretanto*, assaltaram-lhe a casa.
c. Choveu torrencialmente no dia 1 de janeiro de 2001. A ponte ruiu *nesse mesmo dia*.
d. A Ana saiu do hospital no dia 15 de maio de 2001. Tinha estado internada *desde o dia 3*.

As expressões anafóricas podem representar, à semelhança das autónomas e das dêiticas, valores temporais distintos. Em (47), estão presentes valores de localização temporal; nos exemplos a seguir, outros tipos de valores:

(48) a. A Ana resolveu o problema em duas horas. A irmã resolveu-o *em metade do tempo*. [duração]
b. A Ana vai ao ginásio três vezes por semana. A irmã vai *com a mesma frequência*. [frequência]
c. A Ana arranjou um novo emprego em 2005. Foi a Paris seis vezes *nesse ano*. [delimitação temporal da quantificação]

Convém ainda referir que algumas expressões podem ser **simultaneamente dêiticas e anafóricas**:

(49) a. A Ana viajou no dia 11. Está incontactável *desde esse dia*.
b. A Ana viajou no dia 11. *Entretanto*, não voltei a ter notícias dela.

As expressões adverbiais em itálico acima exibem ao mesmo tempo os dois tipos de dependências referenciais. Repare-se que equivalem, respetivamente, a: 'desde o dia anteriormente mencionado (dependência anafórica) até ao momento da enunciação (dependência dêitica)' e 'entre o momento anteriormente mencionado (dependência anafórica) e o momento da enunciação (dependência dêitica)'.

Ainda no que respeita ao tempo anafórico, importa notar outro facto interessante: muitas vezes, o antecedente temporal não está diretamente representado no contexto precedente, tendo antes de ser, de algum modo, deduzido – ou reconstruído – a partir dele (cf. Alves 2003). Designaremos as anáforas que envolvem este processo mais complexo como **anáforas reconstrutivas**. Podemos distinguir pelo menos quatro tipos de reconstruções:

(i) A expressão dependente (anafórica) remete para o tempo em que se realiza uma situação anteriormente mencionada:

(50) a. A Ana foi a Paris o mês passado. *Entretanto*, a mãe tomou-lhe conta da casa.
b. A escola esteve em obras durante mais de seis meses. *Nesse período*, os alunos tiveram aulas em pré-fabricados.

O sintagma *entretanto* retoma o intervalo correspondente à ida da Ana a Paris e *esse período* o intervalo que as obras na escola ocupam no eixo do tempo. Porém, nenhum destes intervalos é diretamente representado nas primeiras frases das sequências (50), sendo antes deduzido.

(ii) A expressão dependente remete para um intervalo do calendário em que se realiza uma situação anteriormente mencionada:

(51) a. Os trabalhadores entregaram uma carta ao diretor da empresa. Ele respondeu-lhes *na mesma semana*.
b. Houve um apagão em Lisboa na semana passada. Os lisboetas ficaram impedidos de viajar de metro *nesse dia*.

Os intervalos de tempo que *a mesma semana* e *esse dia* representam são, respetivamente, a semana em que os trabalhadores entregaram a carta e o dia em que ocorreu o apagão. Todavia, o contexto linguístico precedente não contém nenhuma expressão que represente diretamente tais intervalos.

(iii) A expressão dependente remete para uma parcela de um intervalo maior, anteriormente mencionado:

(52) a. Os congressistas foram a Coimbra no fim de semana passado. Visitaram a biblioteca da Universidade *no sábado*.
b. A Ana veio para Lisboa em 2001. Arranjou emprego *em março*.

As expressões *o sábado* e *março* correspondem aqui a parte dos intervalos designados por *o fim de semana passado*, no primeiro caso, e *2001*, no segundo.

(iv) A expressão dependente remete para um intervalo situado entre duas fronteiras anteriormente mencionadas ou disponibilizadas:

(53) a. A Ana saiu de casa de manhã e regressou à noite. *Nesse meio tempo*, assaltaram-lhe a casa.
b. A nova residência só fica concluída dentro de dois meses. *Entretanto*, os estudantes ficam alojados em casas particulares.

A sequência *esse meio tempo* refere um intervalo situado entre duas situações, a saída da Ana e o seu regresso. O advérbio *entretanto* remete para o intervalo situado entre o tempo da enunciação e a conclusão da residência. O exemplo (47b), anteriormente apresentado, integra este mesmo tipo de anáfora reconstrutiva.

16.2 Localização temporal adjunta

Analisamos nesta secção com mais pormenor um dos domínios temporais identificados em 16.1.2: a localização de situações no tempo com recurso a expressões adjuntas. Nesta operação, destacam-se dois elementos: o intervalo de localização e o modo de localização – respetivamente *onde localizamos* e *como localizamos* (cf. Peres 1993b). Cada um destes dois elementos permite identificar tipos distintos de localização temporal, cujos aspetos essenciais discutiremos em seguida.

16.2.1 Onde localizamos as situações?

As expressões que identificam intervalos de localização possuem diferentes propriedades linguísticas que permitem distinguir subtipos de localização temporal. Consideraremos três distinções: localização dependente de intervalos vs. localização dependente de situações, em 16.2.1.1; localização definida vs. localização indefinida, em 16.2.1.2; localização direta vs. localização mediante a definição de fronteiras temporais, em 16.2.1.3.

16.2.1.1 Localização dependente de intervalos e dependente de situações

Como já foi brevemente mencionado acima, podemos localizar as situações diretamente em intervalos ou localizá-las relativamente a outras situações. O termo "localização temporal" é geralmente usado para designar estas duas modalidades, distintas mas estreitamente relacionadas.

❖ Localização (diretamente) dependente de intervalos

Há uma associação direta entre as situações a localizar e intervalos do eixo do tempo, representados por expressões denotadoras de intervalos.

(54) a. O museu esteve encerrado *no primeiro fim de semana de abril*.
b. O museu reabrirá *durante o mês de maio*.
c. O museu está encerrado *desde o dia 1 de janeiro*.

❖ Localização dependente de situações

Há uma associação direta entre as situações a localizar e outras situações, que servem para localizá-las. Estas últimas são representadas por frases ou sintagmas nominais, que classificamos como expressões supridoras de tempo (cf. 16.1.3.1).

(55) a. O museu esteve encerrado *enquanto decorreram as obras*.
b. O museu foi inaugurado *durante a visita do ministro*.
c. O museu está encerrado *desde que começaram as obras*.

É de notar que alguns conectores temporais – como *durante* (cf. (54b) e (55b)), *desde* (cf. (54c) e (55c)) ou *até* – são compatíveis com ambos os tipos de localização. Tal facto deve-se, naturalmente, às propriedades de seleção semântica destas preposições, que podem ter como seus complementos tanto expressões que denotam intervalos como expressões que referem situações. Outros conectores, porém, são mais especializados: a conjunção *enquanto*, por exemplo, apenas permite a localização dependente de situações, uma vez que tem sempre frases como seu complemento (cf. (55a)).

16.2.1.2 Localização definida e indefinida

Podemos localizar as situações em intervalos definidos ou indefinidos. Numa perspetiva mais abrangente, a questão remete para a importância crucial da estrutura de determinação das expressões temporais adjuntas.

❖ Localização definida (ou própria)

O intervalo de localização é identificado de forma unívoca através de uma expressão definida:

(56) a. A Ana casou *em 1980*.
b. A Ana nasceu *no dia em que Einstein morreu*.
c. A ponte ruiu *durante o terramoto do ano passado*.

❖ Localização indefinida (ou comum)

O intervalo de localização é identificado através de uma expressão indefinida, que designa uma propriedade aplicável a um conjunto potencialmente vasto de intervalos. A informação veiculada é, neste caso, significativamente menos específica que a veiculada na localização definida (como se pode verificar facilmente comparando (56a) com (57a) ou (56c) com (57c)):

(57) a. A Ana casou *num ano bissexto*.
b. A Ana nasceu *num dia chuvoso de inverno*.
c. A ponte ruiu *durante um terramoto*.

16.2.1.3 Localização direta ou mediante fronteiras temporais

Como já foi mencionado, as expressões de localização temporal constroem-se tipicamente com um conector – normalmente uma preposição – e um complemento que denota (ou supre) tempo. Observem-se os exemplos seguintes, em que o conector é *em* ou *até* e o complemento é *abril de 2001*:

(58) a. O museu esteve encerrado *em abril de 2001*.
b. O museu esteve encerrado *até abril de 2001*.

Se considerarmos o intervalo representado pelo complemento da preposição – aqui, abril de 2001 – e o intervalo total em que a situação é localizada, verificamos que umas vezes eles coincidem, como em (58a), e outras não, como em (58b). Com efeito, em (58b), abril de 2001 não é o intervalo de localização da situação descrita, mas apenas uma das suas fronteiras. Atendendo ao critério em causa, podemos distinguir pelo menos quatro classes de expressões adjuntas de localização, distinguíveis pelo conector que as introduz.

❖ Localizadores temporais diretos

O intervalo de localização da situação descrita pela frase coincide com o intervalo denotado ou suprido pelo complemento do conector. Estes localizadores são tipicamente introduzidos por *a*, *ao longo de*, *através de*, *durante*, *em* (que por vezes pode ser omitido, como em (59f)) e *enquanto*:

(59) a. Einstein nasceu *a 14 de março de 1879*.
b. O tempo esteve muito chuvoso *ao longo de todo o mês de maio*.
c. As espécies foram evoluindo *através dos séculos*.
d. O ministro viajou imenso *durante a campanha eleitoral*.
e. O Museu Nacional do Teatro foi oficialmente criado *em 1982*.
f. O museu esteve encerrado (*em*) *a semana passada*. [*em* + *a* = *na*]
g. O ministro esteve a trabalhar *enquanto as eleições decorriam*.

❖ Localizadores temporais de fronteira inicial

O intervalo de localização começa no intervalo denotado ou suprido pelo complemento do conector e estende-se até um momento indefinido ou determinado contextualmente. Estes localizadores são tipicamente introduzidos por *a partir de* e *desde*:

(60) a. As candidaturas podem ser entregues *a partir do dia 2*.
b. A Ana está sentada ao computador *desde o meio-dia*.
c. A Ana está sentada ao computador *desde que aqui cheguei*.

❖ Localizadores temporais de fronteira final

O intervalo de localização termina no intervalo denotado ou suprido pelo complemento do conector e começa num momento indefinido ou determinado contextualmente. Estes localizadores são tipicamente introduzidos por *até* ou *até a*:

(61) a. Os quadros estiveram nesta sala *até janeiro de 1998*.
b. Os quadros estiveram nesta sala *até serem vendidos*.
c. As candidaturas podem ser entregues *até ao final do mês*.

❖ Localizadores temporais de fronteira inicial e final

O intervalo de localização começa e termina nos intervalos denotados ou supridos pelos complementos dos conectores. Ocorrem tipicamente com conectores descontínuos, como *de ... a*, *de ... até* (*a*) ou *desde ... até* (*a*):

(62) a. O edifício esteve em obras *de 1995 a 1998*.
b. Os bombeiros não tiveram descanso *de junho até outubro*.
c. Estive em Paris *desde o princípio de março até ao final do ano*.

16.2.2 Como localizamos as situações?

Numa frase, podem estabelecer-se diferentes tipos de relações entre a situação localizada e o intervalo de localização, a que chamaremos **modos de localização temporal**. Entre os modos de localização mais comuns, destacam-se três.

❖ Localização inclusiva

A situação localizada situa-se por inteiro (algures) dentro do intervalo de localização. É o que se verifica nas frases seguintes, em que a escrita do romance ocorre integralmente dentro de 1980 e a cerimónia do casamento se inclui na década de 70:

(63) a. O Paulo escreveu o seu primeiro romance *em 1980*.
b. O Paulo casou *na década de 70*.

Este é o modo de localização típico das situações que têm um ponto de culminação intrínseco, isto é, dos processos culminados e das culminações (cf. Cap. 17).

❖ Localização durativa

A situação localizada cobre todo o intervalo de localização. É o que se verifica nas frases seguintes, em que a estada do Paulo em Paris cobre todo o período entre junho e outubro e a chuva torrencial se verifica em todo o período entre o meio-dia e a enunciação:

(64) a. O Paulo esteve em Paris *de junho a outubro*.
b. Chove torrencialmente *desde o meio-dia*.

Este é o modo de localização típico das situações que não têm um ponto de culminação intrínseco, isto é, dos estados e dos processos (cf. Cap. 17), quando as expressões de localização são introduzidas por conectores temporais como *de ... a*, *desde* ou *desde ... até*.

❖ Localização de simples sobreposição

A situação localizada e o intervalo de localização sobrepõem-se, mas não se especifica se total se parcialmente. É o que se verifica nas frases seguintes, em que a estada do Paulo em Paris e a chuva torrencial podem ocupar todo o intervalo mencionado ou abranger apenas parte dele (sendo este último caso ilustrado nas continuações entre parênteses curvos a seguir):

(65) a. O Paulo esteve em Paris *em 1980*. (Esteve lá dois meses, no verão.)
b. Choveu torrencialmente *durante o fim de semana*. (Foi na noite de sábado para domingo.)

A simples sobreposição é o modo de localização típico dos estados e dos processos, quando as expressões de localização são introduzidas por conectores temporais como *em* ou *durante* (menos restritivos que os que impõem a localização durativa).

Convém sublinhar que certas expressões temporais adjuntas podem obrigar a que uma situação seja interpretada de forma distinta da que seria se essas expressões não estivessem presentes, afetando diretamente o modo de localização. Referiremos dois casos, que envolvem as preposições *até* e *desde* (subclassificando o modo de localização relevante com o epíteto "derivada" para assinalar a conversão de um tipo de situação noutro).

❖ Localização inclusiva derivada

A presença do localizador temporal induz uma interpretação em que a situação descrita é concebida como pontual; sem o localizador, a situação relevante é normalmente concebida como prolongada no tempo.

(66) O computador estará arranjado *até ao final da semana*.

A situação de um computador estar arranjado é tipicamente um estado. Todavia, em (66), focaliza-se apenas o ponto inicial desse estado, asserindo-se que tal início se inclui no período entre a enunciação e o final da semana. Assim, a frase (66) é equivalente a *o computador ficará arranjado até ao final da semana*.

Note-se que algumas frases podem ser ambíguas entre uma interpretação inclusiva derivada e uma interpretação durativa:

(67) O computador estará na Sala 1 *até ao final da semana*.

Esta frase pode significar que o computador em causa ainda não se encontra na Sala 1, mas passará a estar aí algures entre o momento da enunciação e o final da semana (localização inclusiva derivada) – cf. *o computador será levado para a Sala 1 até ao final da semana* –, ou que o computador já está na Sala 1 e aí permanecerá até ao final da semana (localização durativa) – cf. *o computador permanecerá na Sala 1 até ao final da semana*.

❖ Localização durativa derivada

A presença do localizador temporal induz uma interpretação em que a situação descrita tem duração; sem o localizador, a situação relevante é normalmente concebida como pontual:

(68) O Paulo começou a estudar alemão *desde que soube que tinha ganho uma bolsa para estudar na Universidade de Berlim*.

O evento de alguém começar a estudar uma língua pode ser percecionado como pontual. Todavia, na frase (68), a interpretação pontual não é possível, dada a presença do conector *desde*. O que se localiza – durativamente – nesta frase é a situação (que se mantém no momento da enunciação) de o Paulo estar a estudar alemão e não a situação pontual de começar a fazê-lo, pelo que a frase (68) é *grosso modo* equivalente a *o Paulo anda a estudar alemão desde que soube que tinha ganho uma bolsa para estudar na Universidade de Berlim*.

16.3 Duração

Analisamos agora outro dos domínios temporais identificados em 16.1.2: a duração de situações. Importa começar por acentuar que a expressão da duração é fortemente condicionada, em português como noutras línguas, pelo tipo aspetual das situações envolvidas (cf. Cap. 17). Interessa distinguir pelo menos dois casos: a duração de processos culminados, como em (69a) (cf. 16.3.1), e a duração de estados e processos, como em (69b,c) (cf. 16.3.2)[12]:

(69) a. A Ana escreveu o relatório *em dez minutos*.
b. A Ana esteve na sala *durante dez minutos*.
c. A Ana passeou *durante dez minutos*.

Além destes casos, importa referir os que envolvem situações – expressas por meios nominais – que não têm um valor aspetual definido, como *terramoto*, *operação*, *silêncio* ou *pausa*. Nestes casos, a duração pode ser indicada – adnominalmente – por sintagmas adjetivais ou sintagmas introduzidos por *de*, como se ilustra a seguir:

(70) a. um silêncio *prolongado*; uma pausa *muito breve*
b. um terramoto *de trinta segundos*; uma operação *de duas horas*

16.3.1 Duração de processos culminados

A duração de processos culminados é tipicamente marcada por sintagmas introduzidos por *em*, os quais indicam o tempo que a situação demora até ser concluída (isto é, até atingir a culminação):

(71) a. A Ana resolveu esta equação *em três minutos*.
b. A Ana resolveu esta equação *num tempo recorde*.
c. A resolução desta equação *em apenas três minutos* é um feito!

Note-se que esta preposição é homónima da preposição de localização temporal que ocorre em sequências como *a Ana resolveu esta equação em maio*. Naturalmente, a interpretação da preposição como conector de duração ou de localização depende do seu complemento: um predicado de quantidades de tempo no primeiro caso (como *três minutos*, em (71a)), ou uma expressão denotadora de intervalos no segundo (como *maio* no exemplo acima, no texto).

16.3.2 Duração de estados e processos

A duração de estados e processos é tipicamente marcada – em português europeu contemporâneo – por sintagmas com a preposição *durante*, que indicam o tempo durante o qual uma situação se mantém:

(72) a. O diretor da empresa morou em Paris *durante três anos*.
b. O diretor da empresa esteve *durante três anos* nas Filipinas.

[12] Como é evidente, as expressões de duração não se aplicam – por definição – a descrições de eventos pontuais – cf. **a Ana achou acidentalmente uma moeda em/durante dez minutos*. A combinação gramatical de expressões de duração e descrições de eventos pontuais envolve sempre uma reinterpretação desses eventos como não pontuais. Por exemplo, com *durante*, é induzida uma leitura de repetição (cf. *a Ana espirrou durante cinco minutos*); com *em*, é induzida uma leitura em que se agrega um processo preparatório à culminação (cf. *a Ana atingiu o topo da montanha em meia hora*) – cf. Moens (1987) e Cap. 17.

c. Esta tarde, choveu *durante mais de uma hora*.
d. A permanência de tropas no território *durante mais de um mês* foi muito criticada.

Também aqui importa notar um caso de homonímia. Com efeito, esta preposição de duração é homónima da preposição de localização temporal que ocorre em sequências como *a Ana esteve no escritório durante o fim de semana*[13]. Mais uma vez, é o tipo de complemento que determina se a preposição marca duração ou localização: um predicado de quantidades de tempo, como *mais de uma hora*, no primeiro caso (cf. (72c)) ou uma expressão denotadora de intervalos, como *o fim de semana*, no segundo (cf. o exemplo acima, no texto).

Um facto linguístico interessante é que a preposição *durante* pode muitas vezes ser omitida sem alteração substancial de significado, como se pode verificar comparando os três primeiros exemplos de (72) acima com os seguintes:

(73) a. O diretor da empresa morou em Paris *três anos*.
b. O diretor da empresa esteve *três anos* nas Filipinas.
c. Esta tarde, choveu *mais de uma hora*.

A possibilidade de omitir a preposição nestes casos contrasta com a impossibilidade de o fazer em frases que descrevem a duração de processos culminados – compare-se (71a,b) com a sequência agramatical ***a Ana resolveu a equação** {*três minutos/um tempo recorde*}.

A duração de estados e processos também pode ser marcada por expressões temporais iniciadas por uma forma finita do verbo *haver* (tipicamente, *há*) e por expressões iniciadas pela preposição *por*, como se ilustra em (74) e (75), respetivamente:

(74) a. A Ana mora em Paris *há dois anos*.
b. Quando a torre foi demolida, a igreja já estava abandonada *há*/*havia mais de cinquenta anos*.

(75) A Ana saiu da sala *por cinco minutos*.

Trata-se de expressões com propriedades linguísticas muito distintas. A interpretação das expressões com *haver* está dependente de um ponto do eixo do tempo, a partir do qual a duração é determinada (cf. 16.1.4) – **duração temporalmente ancorada**; esse ponto é o momento da enunciação (dependência dêitica, em (74a)) ou um momento fixado no discurso anterior (dependência anafórica, em (74b)). Em termos simples, estas expressões indicam a duração que uma situação atingiu num dado momento e, por conseguinte, envolvem sempre uma associação de valores de duração e de localização.

Mais uma vez, interessa notar aqui um caso de homonímia. As expressões de duração com *haver* – como as que ocorrem em (74) – têm homónimos (com os quais importa não confundi-las) que se classificam como expressões denotadoras

[13] Repare-se que a preposição *durante* corresponde a duas preposições no inglês: *for* (que expressa tipicamente duração) e *during* (que expressa localização temporal).

de intervalos e ocorrem em frases como as seguintes (cf. 16.1.3.1 e em especial os exemplos (39))[14]:

(76) a. A Ana morou em Paris *há dois anos*.
b. A ponte foi inaugurada *há dois meses*.
c. Essa invenção data de *há mais de cinquenta anos*.

Note-se que as expressões de duração com *haver*, como as de (74), não são compatíveis com a partícula *atrás* (**a Ana mora em Paris há dois anos atrás; *quando a torre foi demolida, a igreja já estava abandonada há/havia mais de cinquenta anos atrás*), mas tal compatibilidade existe – independentemente de considerações estilísticas ou normativas – no caso das expressões deiticamente dependentes do tipo de (76) (*a Ana morou em Paris há dois anos atrás; a ponte foi inaugurada há dois meses atrás; essa invenção data de há mais de cinquenta anos atrás*). Note-se ainda que as expressões de duração com *haver* apenas se combinam com descrições de estados e processos (como se deduz do título desta subsecção), enquanto que as de (76) se combinam com descrições de qualquer tipo de situação (embora com certas restrições no uso dos tempos verbais ou outras).

Quanto às expressões com *por* (cf. Móia 2001b), apesar de não serem frequentes no português europeu atual como marcadores de duração equivalentes a *durante* (cf. (77a)), ao contrário do que acontece no português brasileiro, são possíveis em alguns contextos especiais (cf. (77b)):

(77) a. ?O vulcão expeliu lava *por quatro meses e meio*. [PE]
b. A emissão esteve no ar apenas *por alguns segundos*.

A preposição *por* tem, entretanto, um uso corrente como marcador de uma forma particular de duração, que designamos **duração planeada**. Trata-se da duração que um estado – resultante de uma situação descrita na frase (a saída da Ana em (78a) e a sua ida para Paris em (78b) – terá previsivelmente no futuro. As construções relevantes, que envolvem um valor de intencionalidade, estão ilustradas nos exemplos seguintes (além de (75)):

(78) a. A Ana saiu *por meia hora* (mas acabou por ficar fora o dia inteiro).
b. A Ana foi para Paris *por duas semanas*. (Espero que não tenha de regressar antes.)

16.4 Tempo discursivo

Nesta secção, discute-se muito sucintamente o tempo discursivo. São identificadas as relações discursivas que têm maior impacto na estrutura temporal dos discursos (16.4.1 e 16.4.2) e são discutidas algumas interações entre as relações discursivas e as expressões temporais anafóricas (16.4.3).

[14] É interessante notar que estas expressões correspondem a duas estruturas distintas do inglês: respetivamente, sintagmas iniciados por *for* (cf. *Ana has been living in Paris for two years*) e sintagmas terminados por *ago* (*Ana lived in Paris two years ago*; *the bridge was inaugurated two years ago*; *that invention dates back to more than fifty years ago*).

16.4.1 Relações discursivas

Num discurso coerente, é possível identificar os segmentos que o constituem – correspondentes, por exemplo, a frases ou períodos – e estabelecer relações entre eles, que são genericamente designadas **relações discursivas** ou **relações retóricas** (cf. Cap. 34). Vejamos alguns exemplos dessas relações em discursos constituídos por dois ou três períodos:

❖ Narração

As situações sucedem-se na ordem por que são apresentadas:

(79) A Ana pôs a mesa. Foi buscar a comida. Sentou-se ao lado do Pedro.

❖ Explicação

A segunda situação explica a ocorrência da primeira:

(80) A Ana chegou tarde ao emprego. Perdeu o autocarro.

❖ Resultado

É a relação inversa da anterior, uma vez que a segunda situação é resultante da primeira. As situações também se sucedem na ordem por que são apresentadas, mas há um valor de causalidade entre elas que não está presente nos casos de Narração:

(81) A Ana perdeu o autocarro. Chegou tarde ao emprego.

❖ Elaboração

A segunda situação é parte da primeira. Por outras palavras, o segundo período desenvolve a informação contida no primeiro:

(82) O Paulo esteve em Londres o ano passado. Visitou o British Museum.

❖ Enquadramento

A segunda situação fornece um enquadramento para a primeira, verificando-se antes e depois dela:

(83) A Ana chegou a Lisboa no dia 1 de agosto. Estava um calor sufocante.

A inferência destas relações envolve diferentes tipos de conhecimento, linguístico e não linguístico[15], como, por exemplo, o conhecimento dos princípios e máximas que regem a conversação, tal como definidos por Grice (1975) (cf. Cap. 34). Assim, da validade da Máxima do Modo, em particular da submáxima «sê ordenado», conclui-se – na ausência de informação em contrário – que, em (79), as situações de a Ana pôr a mesa, de ela ir buscar a comida e de ela se sentar ao lado do Pedro ocorreram pela ordem da descrição e, portanto, que se está perante um caso de Narração. Por outro lado, o nosso conhecimento do mundo – em particular, o conhecimento relativo às situações que podem causar ou ser causadas por outras (**nexos causais**) ou às situações que podem ser parte constituinte de outras (**nexos mereológicos**) – também é relevante para inferir o tipo de relações que existe entre

[15] Cf. Lascarides e Asher (1991, 1993) e Asher (1993), por exemplo.

os segmentos discursivos. Assim, com a informação disponibilizada em (80), infere-se que possivelmente foi o facto de a Ana perder o autocarro que levou a que ela chegasse atrasada ao emprego e, por conseguinte, que o segundo período explica o que se diz no primeiro; e com a informação disponibilizada em (81), infere-se que o conteúdo do segundo período é o resultado do que se diz no primeiro. De modo semelhante, o conhecimento de que uma visita ao British Museum pode ser parte integrante de uma ida a Londres permite-nos inferir que o segundo período de (82) desenvolve a informação apresentada no primeiro e, portanto, que estamos perante um caso de Elaboração.

16.4.2 Valores temporais associados às relações discursivas

Algumas relações discursivas têm impacto direto sobre a estrutura temporal do discurso. É precisamente o que acontece com as cinco que foram descritas acima. Como se ilustra nos exemplos a seguir, às relações de Narração e de Resultado associa-se um **avanço** temporal, à relação de Explicação associa-se um **retrocesso** temporal, à relação de Elaboração associa-se **inclusão** temporal e à relação de Enquadramento associa-se **sobreposição** temporal:

(84) a. O comboio chegou à estação. O maquinista desceu. [Narração: avanço temporal]
b. O Paulo deixou cair a jarra. A jarra partiu-se. [Resultado: avanço temporal]
c. O Paulo caiu. Escorregou numa casca de banana. [Explicação: retrocesso temporal]
d. O ministro visitou a escola. Falou com os alunos. [Elaboração: inclusão temporal]
e. O professor entrou na sala de aula. A sala estava cheia. [Enquadramento: sobreposição temporal]

Por outras palavras, as relações discursivas veiculam só por si informação temporal, consubstanciando o que neste capítulo se designa como tempo discursivo. Naturalmente, isto não significa que não se possam aplicar, em estruturas discursivas, expressões adjuntas explícitas que indiquem, de modo categórico, a relação temporal que se estabelece entre as diferentes situações. É o que acontece nos exemplos seguintes:

(85) a. O comboio chegou à estação. *Em seguida*, o maquinista desceu.
b. O ministro visitou a escola. Falou com os alunos *durante a visita*.

Convém sublinhar que nem todas as relações discursivas estão associadas a uma informação temporal. Um exemplo típico é o da chamada relação de **Continuação**, exemplificada na seguinte sequência de três períodos, da qual não se pode deduzir a ordem de realização dos eventos:

(86) A Ana fez um bolo. Leu um livro. Tratou do jardim. (Foi uma tarde muito produtiva.)

16.4.3 Relações discursivas e expressões temporais anafóricas

Nesta subsecção, exploram-se algumas interações entre expressões temporais – em particular, de tipo anafórico – e relações discursivas. Interessa acentuar que

expressões adjuntas equivalentes no plano estritamente temporal podem não o ser no âmbito da estrutura discursiva. É o que acontece, por exemplo, com *durante esse tempo*, *entretanto* e *enquanto isso*. Apesar de serem semanticamente muito próximos, só o primeiro destes três sintagmas pode ocorrer em estruturas com Elaboração, como evidenciam as sequências abaixo (onde o sinal # indica a impossibilidade de se obter a interpretação relevante):

(87) (A Ana foi a Paris o mês passado...)
   a. *Durante esse tempo*, ficou hospedada no Hilton de la Défense.
   b. #{*Entretanto*/*Enquanto isso*}, ficou hospedada no Hilton de la Défense.

Em contraste, a sequência seguinte, que não envolve uma relação de Elaboração (uma vez que se infere apenas a existência de um paralelismo no plano do tempo entre as duas situações descritas), admite os três sintagmas, em variação livre:

(88) (O Paulo fez o jantar a noite passada...)
   a. *Durante esse tempo*, a Ana arrumou a sala.
   b. {*Entretanto*/*Enquanto isso*}, a Ana arrumou a sala.

Um segundo exemplo de diferença de comportamento entre expressões semanticamente próximas é o que envolve *depois* e *depois disso* em contextos com a relação discursiva de Resultado. Como se pode verificar abaixo, nestes contextos apenas pode surgir com naturalidade a segunda expressão:

(89) (O Paulo atropelou um cão o ano passado...)
   a. *Depois disso* deixou de guiar à noite.
   b. #*Depois* deixou de guiar à noite.

Em contraste, no discurso a seguir, em que há mera Narração, as duas expressões parecem estar em variação livre:

(90) (O Paulo foi ao cinema ontem à tarde...)
   a. *Depois disso* foi jantar.
   b. *Depois* foi jantar.

Numa tentativa de sistematização, é possível identificar três situações distintas no que respeita às possíveis interações entre relações discursivas e expressões temporais anafóricas:

(i) A adição da expressão temporal não altera a relação discursiva inferida na sua ausência:

(91) (A Ana foi a Paris o mês passado...)
   a. Ficou hospedada no Hilton de la Défense. [Elaboração]
   b. *Nessa altura* ficou hospedada no Hilton de la Défense. [Elaboração]

Como se vê, a adição do sintagma *nessa altura* não altera a estrutura discursiva. Em ambos os casos, a interpretação é que a permanência no Hilton de la Défense faz parte da estada em Paris.

(ii) A adição da expressão temporal bloqueia a relação discursiva inferida na sua ausência, gerando-se incoerência:

(92) (A Ana foi a Paris o mês passado...)
   a. Ficou hospedada no Hilton de la Défense. [Elaboração]
   b. #*Entretanto* ficou hospedada no Hilton de la Défense. [Elaboração bloqueada, gerando-se incoerência]

(93) (O Paulo atropelou um cão o ano passado...)
   a. Deixou de guiar à noite. [Resultado]
   b. #*Depois* deixou de guiar à noite. [Resultado bloqueado, gerando-se incoerência]

Estes exemplos mostram que a adição de *entretanto* ou *depois*, nas sequências dadas, bloqueia, respetivamente, o estabelecimento de um nexo mereológico e de um nexo causal entre as situações envolvidas (nexos esses que existem na sua ausência). Não sendo natural a verificação de outra relação discursiva, os discursos tendem a ser assumidos como incoerentes (facto que é assinalado com o símbolo #).

(iii) A adição da expressão temporal induz uma relação discursiva diferente da que seria inferida na sua ausência:

(94) (A Ana chegou tarde ao trabalho na segunda-feira...)
   a. Teve um furo. [Explicação]
   b. Teve um furo *no mesmo dia*. [Explicação bloqueada; infere-se Continuação]

(95) (A Ana teve um grave acidente de automóvel em 1999...)
   a. Passou a Páscoa no hospital. [Resultado]
   b. Passou a Páscoa no hospital *no mesmo ano*. [Resultado bloqueado; infere-se Continuação]

Estes exemplos ilustram um efeito curioso das expressões temporais com *mesmo* sobre a estrutura discursiva[16]. As sequências (b) mostram que estas expressões bloqueiam o estabelecimento de nexos causais (Explicação ou Resultado), mas as estruturas resultantes não são incoerentes, já que é possível inferir uma relação de Continuação, isto é, que se está perante uma lista não ordenada de situações ocorridas no mesmo dia ou no mesmo ano, conforme o caso. Compare-se, por exemplo, a interpretação de (94b) com a da seguinte frase, em que se estabelece, de modo porventura mais evidente, a relação de Continuação:

(96) A passada segunda-feira não correu nada bem à Ana. Chegou tarde ao trabalho. Teve um furo. Recebeu uma série de contas para pagar.

Em síntese, pode dizer-se que as expressões temporais adjuntas não só são sensíveis à estrutura discursiva – já que selecionam os contextos em que ocorrem – como também podem alterar essa estrutura, levando à inferência de relações não inferíveis na sua ausência.

[16] Cf. Alves e Txurruka (2001), Alves (2003) e Glasbey (1994).

17 ASPETO **585**
17.1 Aspeto lexical (*Aktionsart*), aspeto gramatical e composicionalidade do aspeto **587**
17.2 Traços aspetuais: dinamicidade, duratividade, telicidade e homogeneidade **588**
17.3 Classes aspetuais básicas **591**
17.3.1 Estados vs. eventos 591
17.3.2 Tipos de estados: estáveis, episódicos e faseáveis 595
17.3.2.1 Estados estáveis vs. estados episódicos 595
17.3.2.2 Estados faseáveis 596
17.3.2.3 *Ser* vs. *estar* 598
17.3.3 Tipos de eventos: processos, processos culminados, culminações e pontos 600
17.3.3.1 Processos 600
17.3.3.2 Processos culminados 601
17.3.3.3 Culminações 602
17.3.3.4 Pontos 603
17.4 Fatores linguísticos que intervêm na formação das propriedades aspetuais **604**
17.4.1 O verbo 604
17.4.2 O complemento direto 604
17.4.3 Os sintagmas preposicionais 605
17.4.4 O sujeito 605
17.4.5 Vaguidade aspetual: fatores contextuais 605
17.5 Núcleo aspetual e transições **606**
17.6 Interpretação aspetual derivada **607**
17.6.1 Processos de derivação de classes aspetuais 608
17.6.2 Verbos de operação aspetual 608
17.6.2.1 *Estar* (*a*) e *andar* (*a*) 608
17.6.2.2 *Começar* (*a*), *passar* (*a*) e *continuar* (*a*) 609
17.6.2.3 *Deixar* (*de*), *parar* (*de*) e *acabar* (*de*) 611
17.6.3 Adjuntos adverbiais de tempo 614
17.6.3.1 Adjuntos adverbiais de duração e de localização temporal 614
17.6.3.2 Adjuntos adverbiais de frequência e de quantificação 615
17.6.4 Tempos gramaticais 616

17 ASPETO

Como se viu no Cap. 15, as frases possuem um tempo linguístico externo (categoria semântica a que se chama **tempo**), que localiza as situações em relação a uma referência temporal que lhes é externa, como, p.e., o momento da enunciação. Para além do tempo, as frases possuem igualmente uma estrutura temporal interna, chamada **aspeto**, que depende do tipo de situação que representam e que é independente de qualquer ponto externo de referência. Assim, p.e., na frase *a Maria leu Guerra e Paz no ano passado* (enunciada por um falante num determinado momento), aquilo que é expresso pelo tempo é que a situação descrita pela frase, considerada globalmente, teve lugar no ano anterior ao do momento da enunciação. Em contrapartida, no aspeto exprime-se a temporalidade intrínseca do tipo de situação veiculada pela frase, independentemente do tempo (externo), que é expressa em grande medida pelo predicado (*ler Guerra e Paz*), mas também por outros meios lexicais e gramaticais.

Assim, p.e., no caso de um predicado como *ler o livro*, representa-se uma situação dinâmica, que leva tempo a realizar e que tem uma meta intrínseca, correspondente ao momento em que se termina a leitura do livro. Distinguem-se no perfil aspetual deste predicado três partes temporais ou **fases** distintas (sendo fase uma porção aspetualmente relevante de uma dada situação): (i) um processo mais ou menos prolongado (que pode ser interrompido), (ii) uma parte que corresponde ao fim natural do processo anterior, quando se dá por terminado o livro, e (iii) um estado consequente que se pode considerar como o resultado do processo (a que se chama "estado resultativo"), e que pode ser expresso pela frase *o livro está lido*. No extremo oposto, um predicado como *espirrar* representa uma situação praticamente instantânea ou pontual que não leva a um estado resultativo (cf. a estranheza de #*o Pedro está espirrado*).

É importante realçar que **situação** (ou **eventualidade**), no contexto dos estudos semânticos sobre o aspeto, é um termo teórico que designa a **representação linguística** de um determinado estado de coisas ou acontecimento do mundo num contexto espácio-temporal. O mesmo se pode dizer de outros termos como "estado", "evento", "processo" e "ação" (entre outros), que designam tipos particulares de situações (cf. 17.3). Nesse sentido, ao atribuir propriedades gramaticais ou semânticas a situações (como o faremos frequentemente no decorrer deste capítulo), não estamos a falar propriamente de acontecimentos do mundo, mas sim das entidades linguísticas que os representam.

Em resumo, o aspeto é a área da semântica que estuda a estrutura das situações, possibilitando o estabelecimento de distinções no que diz respeito à sua constituição temporal interna.

Tendo em conta estas observações, pode-se, desde já, propor algumas distinções relevantes. Assim, fala-se de **aspeto ingressivo** quando uma situação é perspetivada na sua parte inicial (cf. (1a)); **aspeto continuativo**, se é focalizada a sua parte medial (cf. (1b)); **aspeto cessativo**, se é salientada a interrupção do seu decurso (cf. (1c)); **aspeto terminativo**, se a descrição se detém na sua parte final (cf. (1d)); e **aspeto resultativo**, se é salientado um resultado ou uma consequência associados à situação (cf. (1e))[1]:

(1) a. O João *começou a escrever o livro*.
b. O João *continuou a escrever o livro*.
c. O João *parou/deixou de escrever o livro*.
d. O João *acabou de escrever o livro*.
e. O livro *está escrito*.

Como se pode observar, estes diferentes valores aspetuais são introduzidos por verbos auxiliares ou semiauxiliares (cf. Cap. 29) aqui chamados **verbos de operação aspetual** (cf. 17.6.2 para uma análise mais detalhada destes operadores).

Para além das diferentes partes que constituem uma situação, outra distinção aspetual importante prende-se com os padrões de repetição de situações. É comum distinguirem-se três tipos diferentes de repetição, ilustrados nos três exemplos de (2):

(i) a **repetição simples** (cf. (2a)), em que uma situação é quantificada num âmbito temporal particular e relativamente delimitado, mas em que cada uma das suas realizações é encarada autonomamente. Assim, em (2a), cada ida da Maria ao cinema constitui um evento autónomo, que se repete num período determinado;

(ii) a **iteração** (cf. (2b)), que se obtém quando uma situação é repetida numa porção espácio-temporal delimitada, mas sendo o conjunto dessas repetições perspetivado como um evento único. Assim, em (2b), a repetição de espirros pode ser perspetivada como um único evento (por exemplo, um ataque de alergia do João);

(iii) a **repetição habitual** (cf. (2c)), obtida tipicamente com o verbo no presente ou no imperfeito do indicativo, e que representa um padrão de repetição da situação suficientemente relevante a ponto de poder ser considerado como uma propriedade característica da entidade representada pelo sujeito gramatical (cf. Cap. 21):

(2) a. Na semana passada, a Maria foi ao cinema {{três/poucas/várias/muitas} vezes/frequentemente}.
b. O João espirrou durante meia hora.
c. O Zé fuma charutos. (= o Zé é fumador de charutos)

[1] O tempo verbal da maioria dos exemplos deste capítulo é o pretérito perfeito, já que, contrariamente a outros tempos, se revela um tempo gramatical relativamente neutro em termos aspetuais, i.e., preserva, sem as alterar, grande parte das características temporais internas básicas das predicações a que se aplica (cf. 17.6.4).

17.1 Aspeto lexical (*Aktionsart*), aspeto gramatical e composicionalidade do aspeto

A informação aspetual de uma frase é dada por duas vias distintas: uma de natureza lexical e outra de cariz gramatical.

O **aspeto lexical**, também designado tradicionalmente "*Aktionsart*"[2], consiste no perfil temporal interno básico de uma situação, isto é, na sua **classe aspetual básica**, sendo obtido com base na interação entre informações veiculadas pelo verbo, pelos seus complementos (sobretudo o complemento direto e alguns sintagmas preposicionais) e, em casos excecionais, também por certas características semânticas do sujeito (cf. 17.4).

A classe aspetual básica de uma frase, obtida através da informação lexical, pode, no entanto, sofrer alterações de vária ordem graças à intervenção de elementos como os tempos gramaticais, os verbos de operação aspetual ou os adjuntos adverbiais temporais, dando origem a perfis aspetuais derivados. Assim, enquanto a frase *o João escreveu o livro* (na qual apenas ocorre o sujeito, o complemento direto e o verbo na forma aspetualmente neutra do pretérito perfeito; cf. Nota 1) representa, como foi já referido, uma situação constituída por três fases distintas e tem determinado perfil temporal interno básico (pertence, assim, a uma classe aspetual básica), na frase *o João começou a escrever o livro*, a presença do verbo de operação aspetual *começar* (*a*) altera esse perfil temporal e dá origem a um perfil aspetual derivado, ao focalizar a parte inicial da situação (tendo, portanto, um valor aspetual ingressivo). Aos efeitos da atuação deste género de fatores sobre a classe aspetual básica de uma situação chama-se **aspeto gramatical** ou **aspeto derivado** (cf. 17.6).

Tendo em conta que o aspeto, em português, se encontra na dependência de um conjunto vasto e complexo de fatores, não surpreende que uma mesma propriedade aspetual possa ser alcançada recorrendo a meios muito diferentes. Tomemos, a título de exemplo, o caso da habitualidade, ilustrada em (3):

(3) a. A Maria *toca* piano.
b. A Maria tocou piano *durante vinte anos*.
c. A Maria *costumava* tocar piano.
d. A Maria *tocava* piano *todas as noites*.

Como estes exemplos mostram, uma configuração de caráter habitual pode ser conseguida através de estratégias linguísticas muito diversas: assim, em (3a), a habitualidade resulta do recurso ao presente do indicativo; em (3b), depende do adjunto adverbial de duração temporal; em (3c), deriva da utilização de um verbo que introduz diretamente o valor aspetual em causa; e em (3d), prende-se com a interação entre o imperfeito do indicativo e o adjunto adverbial de frequência.

Casos como este revelam que, em línguas como o português, não se verifica uma correspondência direta entre formas linguísticas e propriedades aspetuais: uma mesma indicação aspetual pode ser transmitida por diferentes instrumentos linguísticos, muitas vezes atuando em complementaridade. Por outro lado, quase todos os elementos portadores de informação aspetual manifestam um conteúdo semântico que em muito ultrapassa o âmbito exclusivo do aspeto. Por exemplo, o

[2] O termo alemão "*Aktionsart*", que significa 'modo de ação', é muitas vezes usado na literatura para designar as diferentes classes aspetuais das situações, opondo-se por vezes ao termo "aspeto", que designa tipicamente os mecanismos de cariz morfológico que permitem perspetivar de maneiras diferentes uma mesma classe aspetual (veja-se a discussão em Binnick 1991).

presente do indicativo, para além da habitualidade (valor aspetual), tem também um valor temporal de presente ou de futuro, consoante a classe aspetual da situação (cf. 17.3.1), como se ilustra, respetivamente, em *a Maria está em casa* (valor temporal presente, com um predicado estativo) e *a Maria vai ao cinema* (valor temporal futuro, com um predicado eventivo).

> [1] Tradicionalmente, são considerados na análise do aspeto alguns fenómenos associados à morfologia derivacional. É o caso, por exemplo, da iteração associada ao sufixo *-it-* em verbos como *saltitar* (SALT + *it*(*ar*)) ou aos efeitos de **incoatividade**, ou seja, de mudança de estado, ligados à formação parassintética, como em *adormecer* (*a* + DORM + *ec*(*er*) (cf. Cap. 57)). No entanto, é necessário ser bastante cauteloso quanto à integração destes elementos no âmbito da análise aspetual. Por exemplo, não é claro que o sufixo *-it-* comporte, em si mesmo, informação relativa à iteratividade (compare-se *saltitar* com *dormitar:* no segundo verbo, a iteratividade não parece ser tão evidente como no primeiro). Mais relevante, porém, será o facto de que os afixos atuam sobre palavras isoladamente e, como vimos, o aspeto manifesta-se em frases completas, encaradas na sua globalidade.

Assim, em línguas como o português, a caracterização aspetual de uma dada situação depende de um vasto conjunto de elementos linguísticos: para além do verbo, também os seus argumentos, os adjuntos adverbiais de localização e duração temporal, os de frequência e os tempos gramaticais, entre outros fatores (cf. 17.4 e 17.6).

No entanto, não podemos conceber o perfil aspetual de uma situação como a simples soma das contribuições particulares de cada um destes elementos; pelo contrário, devemos encará-lo como o produto dinâmico das suas interações recíprocas. Por exemplo, em *a Maria tocava piano todas as noites*, o efeito de habitualidade resulta não apenas da presença do pretérito imperfeito ou do adjunto adverbial de frequência, mas da inter-relação recíproca em que ambos se encontram envolvidos. Numa frase como *a Maria tocava piano quando o João entrou*, a contribuição aspetual do pretérito imperfeito é completamente diferente – aproximando-se da contribuição da forma progressiva *estar a* (cf. *estar a tocar*) – e, mais uma vez, isto deve-se à presença de outros elementos (neste caso, a oração adverbial temporal) capazes de fornecer indicações aspetuais relevantes.

Isto significa, em última instância, que o aspeto é obtido composicionalmente, ou seja, a partir de uma complexa teia de dependências mútuas e bidirecionais entre os variados componentes que nele tomam parte. Cada componente portador de informação aspetual colabora decisivamente, em estreita cooperação com todos os outros, para o estabelecimento da configuração aspetual final das situações.

17.2 Traços aspetuais: dinamicidade, duratividade, telicidade e homogeneidade

O perfil temporal interno de cada situação (ou seja, o seu aspeto) pode ser descrito através de um conjunto limitado de propriedades ou traços. De entre as propriedades aspetualmente mais relevantes destacam-se a **dinamicidade**, a **duratividade**, a **telicidade** e a **homogeneidade**. Estas propriedades serão aplicadas, em 17.3, para distinguir tipos de classes aspetuais básicas das situações (como estado, evento, processo, etc.).

❖ Dinamicidade

Uma situação é **dinâmica** se contempla um conjunto de fases sucessivas, que progridem temporalmente e são suscetíveis de alterar o estado de coisas inicial (*passear no parque*, *andar*, *ler um livro*, *apagar a luz*); pelo contrário, uma situação é **não dinâmica** ou **estática** quando decorre durante um determinado intervalo de tempo sem qualquer modificação do estado de coisas descrito, não sendo possível discernir, enquanto dura, fases intrínsecas que a façam progredir (*ser alto*, *estar sentado*, *gostar de linguística*). As fases sucessivas de uma situação são porções de tempo estruturadas que identificam atomicamente uma mudança no estado de coisas em que participam. Assim, por exemplo, *andar* é constituído por porções temporais mínimas – que podemos identificar com os passos – que estruturam a situação através da alteração do estado de coisas imediatamente anterior. O mesmo sucede, por exemplo, com uma inspiração e uma expiração no que respeita a *respirar*. Situações como *estar sentado* ou *gostar de linguística*, pelo contrário, não apresentam uma estrutura fásica intrínseca, desenrolando-se ao longo do tempo sem quaisquer mudanças internas.

❖ Duratividade

Uma situação é considerada durativa se se prolonga num determinado intervalo de tempo, como em *a Rita dormiu durante uma hora*; pelo contrário, é não durativa ou pontual se se confina a um único momento linguisticamente estabelecido, como em *a loja fechou às cinco da tarde*.

A duratividade é linguisticamente detetável através da possibilidade de ocorrência de sintagmas preposicionais com a função de adjuntos adverbiais de duração cujo núcleo é a preposição *durante*, tendo como complemento uma expressão nominal denotadora de uma quantidade de tempo, como *três minutos*, *algumas horas*, *duas semanas*, *quatro anos*, etc. (cf. Cap. 16).

São, pois, durativas frases como (4a-c), contrastando com (4d,e), que não o são:

(4) a. O João leu o jornal *durante alguns minutos*.
b. A Rita cantou *durante duas horas*.
c. A Ana viveu em Paris *durante 5 anos*.
d. #A bomba explodiu *durante um minuto*.
e. #O avançado marcou um golo *durante 10 segundos*.

❖ Telicidade

Uma situação é télica se contém intrinsecamente um limite terminal próprio, que se constitui como uma fronteira final que determina a sua conclusão, como em *caminhar até à escola*. Uma situação é atélica caso não integre em si mesma um limite ou uma fronteira final, podendo, em princípio, desenrolar-se indefinidamente, como em *caminhar pelo parque*. Isto é, uma situação télica acaba quando se atinge a sua meta final, independentemente da quantidade de tempo que se leva, ao passo que uma situação atélica só acaba quando se lhe impõe arbitrariamente um limite temporal. À fase de uma situação que se identifica com o atingir do seu limite final chama-se **culminação**. As situações télicas caracterizam-se pela existência de um estado de coisas posterior à culminação, a que se chama **estado resultativo**. Assim,

caminhar até à escola envolve um estado resultativo que corresponde a estar {junto à/na} escola.

No caso de situações télicas que se constroem com um argumento nominal semanticamente contável (cf. Caps. 21 e 25) e com o papel temático de paciente (cf. Cap. 11) (como *alguém morrer*, *escrever a tese*, *ler o livro*, *construir a casa* ou *arranjar o relógio*), a existência de um estado resultativo pode ser representada por uma oração predicativa com o verbo de cópula *estar* (p.e., *o relógio está arranjado*), tendo o paciente como sujeito e o particípio passado do verbo como predicativo. Assim, a possibilidade de fazer corresponder esta construção a uma dada situação básica permite-nos identificar o caráter télico da situação em causa, como se ilustra em (5) e (6), ao contrário do que sucede em (7) e (8), que não suportam a referida estrutura.

(5) a. O gato morreu.
b. O gato *está morto*.

(6) a. O Luís escreveu a tese.
b. A tese *está escrita*.

(7) a. A Rita espirrou.
b. #A Rita *está espirrada*.

(8) a. A Maria guiou o carro.
b. #O carro *está guiado*.

No entanto, nem sempre a consideração exclusiva desta construção é suficiente para a deteção da presença de um estado resultativo. É o caso de predicados com complementos preposicionados, como o exemplo anterior *caminhar até à escola*, que não permite uma oração predicativa (cf. #{*o João/a escola*} *está caminhada*), e é igualmente o caso de frases como *o presidente chegou* (cf. #*o presidente está chegado*). Neste último caso, testes suplementares como o que diz respeito à possibilidade da construção de um particípio absoluto (cf. *chegado o presidente, começou a reunião*) poderão auxiliar a deteção do estado resultativo.

O estatuto télico ou atélico de uma situação durativa pode também ser determinado através do tipo de adjunto adverbial de duração temporal que mais naturalmente ocorre com ele: com uma situação télica, esse adjunto é um sintagma preposicional iniciado pela preposição *em* (cf. *o relojoeiro consertou o relógio em duas horas*), que mede a quantidade de tempo que dura a situação desde o seu início até ao seu final, incluindo a culminação; com uma situação atélica, é um sintagma preposicional iniciado pela preposição *durante* (cf. *o Pedro dormiu durante duas horas*).

Homogeneidade

Uma situação é **homogénea** se as suas partes constitutivas mantêm basicamente as mesmas características da situação completa considerada globalmente. Isto significa que, se a frase *a Ana dormiu durante uma hora* descreve uma situação verdadeira, então também é verdadeira a situação descrita pela frase *a Ana dormiu durante quinze minutos* (*dessa hora*), pelo que esta situação é homogénea. Pelo contrário, estamos perante uma situação não homogénea ou **heterogénea** se as subpartes

que a constituem diferem substancialmente da situação considerada globalmente. Assim, a verdade da frase *o Pedro fez o puzzle em meia hora* não implica, de modo algum, a verdade de *o Pedro fez o puzzle nos primeiros dez minutos dessa meia hora* e é mesmo incompatível com essa interpretação.

Ou seja, uma situação homogénea é divisível (no caso de ser dinâmica), sem que as propriedades que a identificam sejam alteradas. A divisibilidade de uma situação heterogénea, pelo contrário, acarreta necessariamente transformações do seu perfil aspetual. Considerações semelhantes aplicam-se também à cumulatividade das situações: somente as situações homogéneas são cumulativas, o que significa que o resultado da "soma" de duas situações temporalmente contíguas e do mesmo tipo dá origem a uma nova situação com propriedades aspetuais idênticas. Assim, a frase *a Maria correu das 9 horas às 9h30* "somada" à frase *a Maria correu das 9h30 às 10 horas* dá origem a uma situação que pode ser representada pela frase *a Maria correu das 9 às 10 horas*, com as mesmas propriedades aspetuais das duas primeiras. Pelo contrário, a partir das duas frases *o Pedro fez um puzzle das 9 horas às 9h30* e *o Pedro fez um puzzle das 9h30 às 10 horas*, na interpretação global que inclui a parte terminal das situações (ou seja, em que os puzzles ficam feitos), nunca poderemos obter uma frase representando uma única situação do mesmo tipo, i.e., *o Pedro fez um puzzle das 9 às 10 horas*; por outras palavras, mantém-se a total independência de cada uma das duas primeiras frases em relação à última.

17.3 Classes aspetuais básicas

As múltiplas combinatórias possíveis entre as propriedades que foram aqui apresentadas dão origem às diferentes classes aspetuais, propostas, pela primeira vez, por Vendler (1967) e desenvolvidas em Dowty (1979). Esta secção destina-se a analisar essas classes. Começamos por dar uma visão global e integrada das várias classes no Quadro 1, juntamente com a indicação das propriedades que são responsáveis por cada uma delas.

	Dinâmico		**Não dinâmico**
	EVENTOS		**ESTADOS**
	Pontual	**Durativo**	
Télico	CULMINAÇÕES *avistar, ganhar a corrida, reconhecer*	PROCESSOS CULMINADOS *comer uma sandes, construir a casa*	*amar, compreender, estar sentado, saber*
Não télico	PONTOS *espirrar, pestanejar, tossir*	PROCESSOS *andar, correr, nadar, tocar piano*	

Quadro 1 – Classes aspetuais básicas

17.3.1 Estados vs. eventos

A primeira distinção aspetual dentro das situações é aquela que opõe estados a eventos. A propriedade relevante que permite estabelecer tal divisão é a dinamicidade, ou seja, a presença (nos eventos) e a ausência (nos estados) de uma estrutura contemplando fases sucessivas que façam progredir a situação (cf. 17.2). Nesse

sentido, diremos que os **estados** são situações não dinâmicas, cuja estrutura interna se revela inteiramente uniforme (embora, como veremos, alguns deles possam vir a receber posteriormente marcas de dinamicidade, em contextos apropriados); os **eventos**, pelo contrário, são caracterizados pela dinamicidade, apresentando uma série de subfases constitutivas em sucessão. Assim, por exemplo, a situação (*o João*) *ser português* decorre no tempo sem que qualquer alteração visível seja detetável; pelo contrário, a situação (*a Maria*) *nadar* implica um conjunto de subfases dinâmicas sucessivas (que neste caso poderiam ser identificadas com as braçadas) suscetíveis de transformar a situação inicial.

Existem critérios – ou testes – linguísticos que, sendo sensíveis à presença vs. ausência de dinamicidade nas situações, permitem distinguir os estados dos eventos.

(i) O presente do indicativo

Num contexto neutro[3], apenas os estados mantêm uma leitura preferencial puramente temporal, de presente "real", com o presente do indicativo (cf. (9)); pelo contrário, em idênticas condições, esta interpretação temporal é claramente menos natural com os eventos, os quais remetem tipicamente, no presente do indicativo, para uma interpretação temporal futura ou para uma interpretação habitual das situações envolvidas consoante o perfil aspetual mais fino do evento (cf. (10)):

(9) a. O João *é alto* (*habitualmente).
b. O João *tem uma casa no Gerês* (#habitualmente).
c. O Pedro *tem olhos azuis* (*habitualmente).

(10) a. A Maria *lê o jornal* (habitualmente/mais logo).
b. A João *fuma* (habitualmente).
c. A Maria *vai ao cinema* (daqui a pouco).

(ii) O pretérito perfeito em orações temporais introduzidas por *quando*

Os estados representados por uma oração subordinada adverbial introduzida por *quando* e com o verbo no pretérito perfeito correspondem a um intervalo temporal dentro do qual se incluem os eventos representados na oração principal (cf. (11)), ao passo que, em condições semelhantes, os eventos numa oração introduzida por *quando* são interpretados como precedendo a situação representada pela oração principal (cf. (12)):

(11) a. *Quando a Maria esteve doente*, o João visitou-a.
b. *Quando morou na Holanda*, a Rita conheceu o Mário.
c. *Quando foi presidente*, o João inaugurou o museu de arte contemporânea.

(12) a. *Quando o leão rugiu*, as gazelas fugiram.
b. *Quando as gazelas fugiram*, o leão rugiu.
c. *Quando o João abriu a porta*, a Maria entrou.

[3] Faz-se esta ressalva porque, em certas condições, alguns predicados estativos suportam uma interpretação habitual com o presente do indicativo (cf. *A Maria está triste/cansada* (*habitualmente*)) e, por outro lado, existem leituras especializadas do presente, como o presente histórico ou o presente usado em relatos diretos (isto é, relatos de acontecimentos à medida que eles vão acontecendo (cf. *Ronaldo pega na bola, passa a um companheiro, este remata e marca golo!*)), que não são relevantes aqui (cf. Cap. 15).

Em (11a), por exemplo, a visita do João está incluída no intervalo de tempo em que a Maria esteve doente, ao passo que em (12c), por exemplo, a situação descrita pela oração *o João abriu a porta* precede necessariamente a entrada da Maria.

(iii) Compatibilidade e incompatibilidade com certos verbos de operação aspetual

Os estados são incompatíveis com operadores aspetuais como *parar* (*de*) ou *acabar* (*de*), ao contrário do que sucede com os eventos durativos[4]. Compare-se, a este respeito, o paradigma (13), em que figuram estados, com o paradigma (14), integrando eventos:

(13) a. #A Maria *parou de estar doente*.
b. #A girafa *acabou de ser alta*.

(14) a. O gnu *parou de pastar*.
b. A Ana *acabou de escrever a carta*.

Inversamente, apenas as situações estativas (básicas ou derivadas) ocorrem, sem problemas, com o operador *passar* (*a*) (cf. (15)); os eventos básicos nunca se podem combinar com este operador (cf. (16))[5]:

(15) a. O João *passou a ser feliz*.
b. A Rita *passou a viver na Holanda*.

(16) a. #O Pedro *passou a comer a fruta*. [leitura não habitual]
b. #A Ana *passou a dormir*. [leitura não habitual]

Existe um conjunto de testes linguísticos que são sensíveis à presença, numa frase, de um sujeito com o papel temático de agente, ou seja, de uma entidade, geralmente humana, que inicia voluntariamente o evento descrito pelo predicado (usamos aqui o termo **ação** para designar um tal evento). Na medida em que, por um lado, as ações são membros típicos da classe dos eventos e que, por outro lado, os estados são, em geral, situações que não se encontram sob o controlo de um agente animado, os testes de agentividade revelam-se de uma certa utilidade para efetuar uma triagem preliminar entre estados e eventos, ainda que precisem de ser completados com outros testes para se poder chegar a uma conclusão segura. Esses testes, que se discutem a seguir, são: (i) a possibilidade de uma oração imperativa; (ii) a possibilidade de uma oração subordinada a predicadores de comando ou de persuasão; (iii) a possibilidade de coocorrência com advérbios volitivos; e (iv) a possibilidade de o sintagma verbal ser o foco de uma oração

[4] Devido à sua curta duração, os eventos pontuais são incompatíveis com estes operadores; cf. a estranheza de *#o Rui Costa parou de marcar o golo*. A frase *o Rui Costa acabou de marcar o golo* é possível, mas aqui *acabar* (*de*) é um operador temporal (veiculando a ideia de o golo ter sido marcado no momento que antecede imediatamente a enunciação) e não um operador aspetual terminativo. Repare-se que (14b) é ambíguo entre estas duas interpretações. Para um desenvolvimento desta questão, cf. Cap. 29.

[5] O operador aspetual *passar* (*a*) pode ocorrer com predicados que denotam eventos básicos desde que estes tenham uma leitura habitual; cf. *o Zé passou a ler o jornal todos os dias* ou *aquele ponta de lança passou a marcar golos*. Esta possibilidade deve-se ao facto de as frases com leitura habitual descreverem situações de tipo estativo, independentemente da categoria básica do seu predicado (cf. *o Zé lê o jornal todos os dias* ou *aquele ponta de lança marca golos*); logo, *passar* (*a*) pode aplicar-se a esse tipo de predicações. No texto, portanto, apenas é relevante a leitura não habitual das frases de (16) (sendo irrelevante a interpretação de (16b) em que *passar* é um verbo de movimento).

pseudoclivada (cf. Cap. 50). Estes contextos permitem a ocorrência de eventos de natureza agentiva, como se ilustra em (17), (19), (21) e (23), excluindo tipicamente os estados, como se ilustra em (18), (20), (22) e (24)[6]:

(i) A possibilidade de uma oração imperativa

Os eventos de natureza agentiva (ou seja, as ações) podem ocorrer em frases imperativas, como se ilustra em (17), contrariamente aos estados, como se ilustra em (18):

(17) a. João, *lê o livro*!
b. Pedro, *mergulha*!
c. Manel, *desliga a televisão*.

(18) a. #Ana, *sê alta*!
b. #Rui, *tem olhos azuis*!
c. #João, *está cansado*!

(ii) A possibilidade de subordinação a verbos de comando e de persuasão

As orações que denotam eventos de natureza agentiva podem ocorrer subordinadas a verbos de comando e de persuasão como *forçar*, *obrigar*, *ordenar* ou *persuadir* (cf. (19)), contrariamente àquelas que denotam estados, como se ilustra em (20):

(19) a. Obrigámos o João a *ler o livro*.
b. Ordenámos-lhe *que mergulhasse*.
c. Persuadimos a Maria a *desligar a televisão*.

(20) a. #Obrigámos a Ana a *ser alta*.
b. #Ordenámos-lhe *que tivesse olhos azuis*.
c. #Persuadimos o Luís *a estar cansado*.

(iii) A possibilidade de coocorrência com advérbios volitivos

Os eventos agentivos podem coocorrer com advérbios volitivos como *intencionalmente* ou *deliberadamente*, que remetem para as intenções do iniciador da ação (cf. (21)); tal não é possível com os estados, como se mostra em (22):

(21) a. O João leu o livro *deliberadamente*.
b. O Pedro mergulhou *propositadamente*.
c. A Maria desligou a televisão *convictamente*.

(22) a. #A Ana é alta *deliberadamente*.
b. #Ela tem olhos azuis *propositadamente*.
c. #O Luís está cansado *convictamente*.

(iv) A possibilidade de o sintagma verbal ser o foco de uma oração pseudoclivada introduzida por *fazer*.

[6] Existe um tipo particular de estado que aceita estes testes. Trata-se dos estados faseáveis, discutidos em 17.3.2.2, que se caracterizam por apresentarem propriedades de dinamismo que os aproximam dos eventos (cf. *Maria, sê sincera!*, *obrigámos a Maria a ser sincera*).

Os predicados que representam um evento podem constituir o foco de uma oração pseudoclivada introduzida pelo verbo *fazer* (cf. (23) e Caps. 23, 28 e 50); tal é impossível, contudo, com predicados que representam estados, como se ilustra em (24):

(23) a. O que o João fez foi *ler o livro*.
b. O que o Pedro fez foi *mergulhar*.
c. O que a Maria fez foi *desligar a televisão*.

(24) a. #O que a Ana fez foi *ser alta*.
b. #O que ela fez foi *ter olhos azuis*.
c. #O que o Luís fez foi *estar cansado*.

17.3.2 Tipos de estados: estáveis, episódicos e faseáveis

Os estados não constituem uma classe inteiramente indiferenciada, pelo que importa distinguir diferentes subtipos de predicados estativos.

17.3.2.1 Estados estáveis vs. estados episódicos

Uma distinção clássica no tratamento dos estados opõe **estados estáveis** (como *ser feliz*, *ser inteligente*, *ter olhos azuis*, *viver em Lisboa*, *gostar de linguística*, *ser alto*, *saber inglês*) a **estados episódicos** (como *estar contente*, *estar bêbado*, *estar vestido*, *ter frio*, *ter fome*, *estar doente*, *ter dores de cabeça*). A estes termos deve adicionar-se a terminologia concomitante de **predicados estáveis** e **predicados episódicos** para os predicados que representam esses estados[7]. Os estados estáveis, como o nome indica, denotam propriedades estáveis dos indivíduos, que perduram durante uma boa parte da sua vida se não mesmo durante toda a sua existência, sendo, assim, relativamente independentes de contextos espácio-temporais particulares; os estados episódicos, pelo contrário, descrevem propriedades transitórias dos indivíduos, ligadas a porções espacial e temporalmente delimitadas da sua vida e suscetíveis de mudança frequente.

Observe-se, no entanto, que mesmo os estados estáveis não se prolongam infinitamente no tempo; na realidade, podem, em circunstâncias particulares, deixar de se aplicar, legitimando a possibilidade de frases como *o João deixou de ser português*. No entanto, e ao contrário do que sucede com os estados episódicos, o facto de os estados estáveis deixarem de se aplicar pode alterar, em certa medida, características consideradas identificadoras dos indivíduos envolvidos (no caso do exemplo dado, a nacionalidade do João).

Dado que a principal característica dos predicados episódicos consiste na delimitação de "porções" temporais das entidades sobre as quais predicam, não surpreende que possam ocorrer com adjuntos adverbiais de localização temporal estrita introduzidos pela preposição *a* (cf. (25) e os Caps. 16 e 32). Pelo contrário, os predicados estáveis, na medida em que perspetivam os indivíduos sobre os quais predicam na sua integridade, são semanticamente anómalos nesses contextos (cf. (26)):

[7] Na literatura linguística em inglês, estes predicados são conhecidos sob a designação de "*individual-level*" e "*stage-level*", respetivamente (cf. Carlson 1977). Os termos "estados individuais" e "estados permanentes" são, por vezes, usados em português em vez de "estados estáveis". Para os estados episódicos, tem-se usado também as expressões "estados transitórios" e "estados contingentes".

(25) a. A Maria esteve indisposta *às cinco da tarde*.
b. A Ana teve febre *às duas da manhã*.

(26) a. #A Maria foi inteligente *às cinco da tarde*.
b. #A Ana gostou de leite *às duas da manhã*.

Dado que os predicados episódicos denotam situações ligadas a contextos temporais particulares e, logo, repetíveis, podem integrar uma oração subordinada adverbial introduzida pelos quantificadores universais *sempre* e *todas as vezes* (cf. Caps. 16, 33 e 38), estabelecendo uma correlação com um evento independente representado pela oração principal, correlação essa que se repete sempre que o estado episódico é obtido, como se ilustra em (27):

(27) a. *Sempre que a Maria está doente*, toma chá de limão.
b. *Sempre que o Pedro está furioso*, grita com os vizinhos.
c. *Todas as vezes que a Rita tem febre*, fica em casa.

Pelo contrário, na medida em que descrevem propriedades pouco suscetíveis de mudança ou de repetição, os predicados estáveis não admitem a quantificação temporal pelo advérbio *sempre* e pela expressão *todas as vezes*, como se ilustra em (28):

(28) a. #*Sempre que a Maria é inteligente*, toma chá de limão.
b. #*Sempre que o Pedro é alto*, joga basquetebol.
c. #*Todas as vezes que tem olhos azuis*, a Rita arranja um novo namorado.

Sublinhe-se que a distinção entre estados estáveis e episódicos se prende com fatores de ordem eminentemente temporal. Na realidade, ela radica no facto de os primeiros se prolongarem no tempo acompanhando a existência do indivíduo, ao passo que os segundos se encontram forçosamente associados a intervalos de tempo bem delimitados.

17.3.2.2 Estados faseáveis

Tradicionalmente, os predicados estativos são encarados como denotando situações totalmente estáticas, incapazes de manifestarem quaisquer marcas de dinamicidade. No entanto, constatamos que algumas predicações estativas (como *ser sincero*, *viver em Paris*, *ser agressivo*, *gostar de linguística*, *ser preguiçoso*, entre outras) se aproximam bastante do comportamento da generalidade dos eventos. Por um lado, combinam-se naturalmente com expressões que remetem para a agentividade (cf. (29); comparar com exemplos (17)-(24) de 17.3.1):

(29) a. Maria, *sê sincera*!
b. O namorado convenceu a Maria a *viver em Paris*.
c. A Maria *foi* deliberadamente *agressiva* com a professora.
d. ?O que a Maria fez foi *ser preguiçosa*.

Outro aspeto linguístico que aproxima certas predicações estativas dos eventos é a possibilidade de ocorrerem com o verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*) e com os verbos de operação aspetual *andar* (*a*) e *começar* (*a*). Veja-se o contraste entre (30) e (31) e a aproximação entre os predicados eventivos de (32) e os predicados estativos de (31):

(30) a. #O João está a ser alto.
b. #A Ana começou a ser portuguesa.
c. #O Pedro anda a ter olhos azuis.
d. #O António anda a estar bêbado.

(31) a. A Maria está a ser sincera.
b. O meu cão anda a ser agressivo.
c. O Luís começou a gostar de linguística.

(32) a. A Maria começou a fazer o puzzle.
b. O Pedro anda a passear no parque.
c. O Zé está a apagar a luz.

Os estados representados em (29) e (31) são aqui designados **estados faseáveis** (cf. Cunha 2004) e caracterizam-se por serem suscetíveis, em circunstâncias adequadas, de se combinarem com traços denotadores de dinamicidade, aproximando-se, dessa forma, dos eventos. Pelo contrário, aqueles que não manifestam este tipo de marcas são denominados estados **não faseáveis**. Concomitantemente, os predicados que representam estes estados são chamados **predicados faseáveis** e **predicados não faseáveis**, respetivamente.

Apesar do seu comportamento até certo ponto semelhante ao dos eventos, os estados faseáveis partilham com os restantes estados importantes propriedades semânticas (cf. 17.3.1): em contexto neutro, selecionam preferencialmente uma leitura temporal, não habitual, do presente do indicativo (cf. (33a)); admitem, sem problemas, a ocorrência do verbo de operação aspetual *passar* (*a*), que se combina exclusivamente com estados (cf. (33b)) e, nas orações subordinadas temporais iniciadas por *quando*, correspondem a um intervalo temporal dentro do qual se incluem os eventos representados na oração principal (cf. (33c)):

(33) a. A Maria vive na Holanda. [leitura temporal de presente, não habitual]
b. A Maria passou a ser agressiva.
c. Quando a Maria foi sincera, os amigos ouviram-na com atenção.

As possibilidades combinatórias de vários tipos de predicados com os verbos de operação aspetual *passar* (*a*) e *começar* (*a*) são bastante reveladoras das classes aspetuais em que se integram: os estados não faseáveis apenas admitem *passar* (*a*) (cf. (34)); os eventos apenas se podem combinar com *começar* (*a*) (cf. (35)); finalmente, os estados faseáveis, partilhando propriedades características destas duas configurações, ocorrem, sem problemas, com ambos os operadores (cf. (36)):

(34) a. A Lígia passou a ser loura.
b. #A Lígia começou a ser loura.

(35) a. #O Rui passou a ler o livro.
b. O Rui começou a ler o livro.

(36) a. O Miguel passou a ser preguiçoso.
b. O Miguel começou a ser preguiçoso.

Ao contrário da distinção entre estados estáveis e episódicos, a oposição entre estados faseáveis e não faseáveis é de índole eminentemente aspetual, já que decorre do facto de certos estados poderem assumir características típicas dos eventos. O traço [+faseável] pode, pois, ser caracterizado como a disponibilidade de um predicado estativo para adquirir propriedades de evento, mudando, assim, de classe aspetual. Os estados não faseáveis, como *ser alto*, não manifestam esta propriedade, ao passo que os estados faseáveis, como *ser agressivo*, podem ser recategorizados, passando, desse modo, a ser interpretados como eventos.

17.3.2.3 *Ser* vs. *estar*

Numa língua como o português, quando o núcleo do predicado é de natureza adjetival, a ocorrência dos verbos copulativos *ser* ou *estar* encontra-se intimamente relacionada com a oposição entre predicados estáveis e predicados episódicos[8]. Assim, os predicados episódicos selecionam *estar* (cf. (37)), ao passo que os predicados estáveis selecionam *ser* (cf. (38))[9]:

(37) a. A Alice está grávida.
b. #A Alice é grávida.
c. O Pedro está cansado.
d. #O Pedro é cansado.

(38) a. O Pedro é português.
b. #O Pedro está português.
c. A tua opinião é discutível.
d. #A tua opinião está discutível.

Muitos adjetivos, no entanto, podem ocorrer quer com o verbo *ser* (cf. (39a,b)) quer com o verbo *estar* (cf. (39c,d)), adquirindo, respetivamente, uma interpretação estável e uma interpretação episódica. Nestes casos, a presença de *ser* ou de *estar* é decisiva no que se refere ao perfil aspetual a atribuir a estes predicados:

(39) a. O João é doente. [predicado estável]
b. O João está doente. [predicado episódico]
c. A Ana é linda. [predicado estável]
d. A Ana está linda. [predicado episódico]

Dado que os predicados episódicos denotam propriedades tipicamente transitórias das entidades a que se aplicam, podem ocorrer com verbos pseudocopulativos

[8] Esta distinção também se aplica aos casos em que o predicativo é de natureza nominal (cf. *o Luís é professor em Braga*/*o Luís está professor em Braga*).

[9] Observe-se que os adjetivos *vivo* e *morto* se combinam com o verbo copulativo *estar* (cf. *ontem o meu gato estava vivo*, *o meu avô está morto há vários anos*), formando, portanto, predicados episódicos e não estáveis, ao contrário do que seria intuitivamente esperado, uma vez que estes predicados descrevem situações durativas estáveis (repare-se que o adjetivo *vivo* apenas se pode combinar com o verbo *ser* em construções com o advérbio *ainda*, como nas frases *o meu avô ainda é vivo* (cf. ?*o meu avô é vivo*), portanto em contextos em que os falantes esperariam a situação contrária). No caso do adjetivo *vivo*, é possível argumentar que denota uma situação durativa mas inevitavelmente transitória, explicando assim a sua combinação com *estar*. Pelo contrário, o adjetivo *morto* denota um estado definitivo e a sua combinação com *estar* poderá radicar num paralelismo com *vivo*, na forma como os falantes perspetivam e estruturam esta situação ou ainda no facto de *morto* ser, na base, um particípio passado e os particípios derivados de eventos (neste caso, o evento "morrer") se combinarem preferencialmente com *estar*.

(cf. Cap. 30) de natureza auxiliar ou semiauxiliar (cf. Cap. 29) que focam diferentes partes da estrutura temporal interna da situação descrita, como se ilustra em (40):

(40) a. O Pedro ficou *cansado*.
b. A parede continua *suja*.
c. A Maria anda *triste*.

Pelo contrário, na medida em que denotam propriedades pouco suscetíveis de mudança, os estados estáveis não são suscetíveis de manifestar quaisquer tipos de alterações ao nível do seu perfil temporal interno. Deste modo, não ocorrem com estes verbos pseudocopulativos, como se ilustra em (41):

(41) a. #O Pedro ficou *português*.
b. #A parede continua *vertical*.
c. #A Maria anda *alta*.

O contraste entre (40) e (41) revela que apenas os predicados episódicos podem receber diferentes perspetivações aspetuais, sejam elas de incoatividade, como em (40a), de continuidade, como em (40b), ou de habitualidade, como em (40c) (cf. 17.6.2).

Em suma, a natureza aspetual do predicador adjetival é determinante na seleção dos verbos *ser* e *estar*: predicadores estáveis selecionam *ser*, enquanto predicadores episódicos selecionam *estar*. No entanto, os verbos copulativos e pseudocopulativos não se revelam inteiramente desprovidos de conteúdo semântico: não só são decisivos para a interpretação das frases em que um predicador tanto pode assumir um caráter estável como episódico (cf. (39)), mas também veiculam importantes indicações de natureza aspetual acerca das partes distintas da situação que são perspetivadas (cf. (40)).

Se tivermos em conta que os estados faseáveis assumem muitas vezes o comportamento típico dos eventos e que estes, dada a sua delimitação temporal, representam tipicamente propriedades episódicas (cf. 17.3.2.2), obtemos uma explicação plausível para exemplos como (42), em que o predicado faseável (e normalmente estável) *ser simpática* funciona como um predicado episódico, satisfazendo os testes que identificam tais predicados, discutidos em 17.3.2.1:

(42) a. Ontem, a Maria *foi simpática*.
b. Sempre que a Maria *é simpática*, recebe muitos elogios.
c. A Maria *foi simpática* às cinco da tarde, quando atendeu os utentes depois do seu horário de trabalho.

De facto, o caráter episódico do predicado destes exemplos não pode ser atribuído ao verbo *ser*, que, como vimos, ocorre com predicados estáveis. No entanto, ao assumir características típicas dos eventos, o estado faseável *ser simpático* em (42) vê alteradas as suas propriedades temporais no sentido de uma maior delimitação. Como consequência, pode receber uma interpretação semelhante à que é dada aos predicados episódicos típicos.

Observe-se ainda que, embora a grande maioria dos estados faseáveis, dada a possibilidade de conversão em eventos, revele um comportamento típico dos predicados episódicos (o que poderia conduzir à conclusão de que não se justificaria

uma distinção entre as referidas subclasses), subsistem alguns casos em que tal não acontece. O predicado *viver em x* (*x* = lugar) é um estado faseável de natureza estável, como a aplicação dos diferentes testes apresentados confirma. Assim, os exemplos de (43) atestam que o predicado é faseável (cf. 17.3.2.2), enquanto os de (44) mostram que é estável (cf. 17.3.2.1):

(43) a. A Rita está a viver na Holanda.
b. A mãe convenceu a Rita a viver na Holanda.
c. A Rita vive voluntariamente na Holanda.

(44) a. #Sempre que a Rita vive na Holanda, a Joana visita-a.
b. #Ontem, a Rita viveu na Holanda.
c. #A Rita viveu na Holanda às cinco da tarde.

O facto de estados faseáveis como *viver em* não manifestarem o comportamento episódico típico dos eventos deve-se à impossibilidade de efetuar restrições ou delimitações temporais no intervalo a que se aplicam, o que, em grande medida, é lexicalmente determinado.

17.3.3 Tipos de eventos: processos, processos culminados, culminações e pontos

Existem quatro grandes classes de eventos: os **processos**, os **processos culminados**, as **culminações** e os **pontos**. Todas elas partilham o traço [+dinâmico], distinguindo-se entre si pelas diferentes combinações possíveis entre os restantes traços apresentados em 17.2 (cf. Quadro 1 em 17.3). Assim, os **processos** e os **processos culminados** são classes que supõem duratividade, contrastando com os **pontos** e as **culminações**, que são eventos não durativos. Por seu lado, as **culminações** e os **processos culminados** partilham o traço [+télico], distinguindo-se, nessa medida, dos **processos** e dos **pontos**, que não tendem intrinsecamente para uma meta ou um fim.

17.3.3.1 Processos

Os **processos** são situações homogéneas, durativas e atélicas, o que significa que podem ser divididas sem alteração das suas propriedades básicas e que se prolongam num intervalo de tempo, sem contemplarem um ponto terminal intrínseco; exemplos de predicados que representam processos são *fumar*, *correr*, *passear no jardim*, *beber vinho*, *assar castanhas*, *nadar*, *fazer* {*exercício/ginástica/jogging*}, entre outros.

Como os exemplos em (45a,b) ilustram, os processos combinam-se naturalmente com adjuntos adverbiais de duração iniciados pela preposição *durante* seguida de um sintagma nominal que exprime uma quantidade de tempo (*durante uma hora*, *durante muito tempo*, etc.; cf. Cap. 16), não sendo possíveis com adjuntos iniciados pela preposição *em*; e não ocorrem naturalmente com adjuntos adverbiais de localização temporal estrita introduzidos pela preposição *a*, como se ilustra em (45c):

(45) a. A gazela correu durante duas horas.
b. #A gazela correu em duas horas.
c. #A gazela correu às duas e um quarto da tarde.[10]

[10] Este exemplo poderá ser aceitável num sentido equivalente ao da frase *a gazela começou a correr às duas e um quarto da tarde*. Ignoramos, por enquanto, os casos de alterações do perfil aspetual ou de leituras derivadas, como a ingressiva (cf. 17.6.2).

A natureza homogénea dos processos (cf. 17.2) implica que, de uma frase como *a gazela está a pastar*, com o verbo auxiliar progressivo (cf. Cap. 29), se pode inferir em qualquer momento do processo que a gazela efetivamente pastou (comparar com a impossibilidade de inferir que o Luís leu o livro a partir da frase *o Luís está a ler o livro*, em que se tem um processo culminado). Do mesmo modo, da frase *a gazela parou de pastar*, no aspeto cessativo (cf. 17.6.2), é igualmente possível inferir que a gazela pastou.

Tendo em vista que os processos são eventos atélicos, não se pode inferir deles um estado resultativo, como se mostra em (46) e (47):

(46) a. A Maria guiou o carro.[11]
b. #O carro está guiado.

(47) a. A Maria nadou.
b. #A Maria está nadada.

Os processos são tipicamente de natureza agentiva, como nos casos exemplificados acima, embora também possam corresponder a situações não agentivas[12] (cf. *choveu*, *nevou toda a noite*, *o saco de plástico esvoaçou no ar*, *as pedras rebolaram*), exibindo então o mesmo comportamento das frases de (45) (cf. veja-se *choveu durante meia hora*, *#choveu em meia hora*, *#choveu às duas da tarde*[13]).

17.3.3.2 Processos culminados

Os **processos culminados** são eventos de tipo durativo que incluem um processo mas tendem para uma meta (*escrever um livro*, *ler Guerra e Paz*, *pôr o carro na garagem*, *ir até à estação*, *tomar um banho*, etc.). São, pois, eventos tipicamente télicos e heterogéneos, cuja realização completa só tem lugar quando a meta é atingida. Por outras palavras, nenhum dos subintervalos de um processo culminado se identifica com a totalidade do intervalo de tempo em que ocorre o evento: assim, p.e., se levar dois anos à Maria a *ler Guerra e Paz*, este predicado só terá um valor de verdade ao fim dos dois anos, depois de a Maria ler a última página do livro, pelo que em nenhum dos subintervalos em que a Maria se encontra no processo de ler o livro se pode dizer que a Maria leu a obra de Tolstoi.

Os processos culminados combinam-se naturalmente com os adjuntos adverbiais de duração temporal iniciados pela preposição *em* seguida de um sintagma nominal que representa uma quantidade de tempo (*em duas horas*, *em três dias*, *em cinco anos*, etc.; cf. Cap. 16). Estes adjuntos têm a particularidade de apenas se combinarem com predicados télicos, medindo, no caso dos processos culminados, a quantidade de tempo que dura o evento desde o seu início até ao seu final (i.e., até a meta ser atingida), como se ilustra em (48a); em contrapartida, a sua modificação

[11] Tipicamente, a ocorrência de um determinante definido no complemento direto de um predicado favorece a sua interpretação como um processo culminado (cf. 17.4.2). Na frase (46a), no entanto, o predicado é interpretado como um processo e não como um processo culminado.

[12] As tipologias aspetuais nem sempre distinguem os casos agentivos dos não agentivos no que diz respeito aos processos (ou seja, às situações homogéneas, durativas e atélicas). No entanto, algumas tipologias diferenciam os processos agentivos dos não agentivos e designam os primeiros por "atividades" e os segundos por "processos" (cf. Evans 1967, Lyons 1977).

[13] Tal como se menciona na Nota 10 em relação a (45c), também este último exemplo pode ser considerado aceitável numa leitura ingressiva.

por um adjunto adverbial de duração introduzido por *durante* implica que se mede apenas uma parte do processo prévio à culminação, mas, crucialmente, sem que a culminação esteja incluída (cf. (48b)). Finalmente, não ocorrem naturalmente com adjuntos adverbiais de localização temporal estrita introduzidos pela preposição *a*, como se ilustra em (48c) (mas ver a Nota 10):

(48) a. A Joana leu o livro *em duas semanas*.
b. A Joana leu o livro *durante uma hora* (mas não o acabou).
c. #O leão devorou a gazela *às cinco da tarde*.

Contrariamente ao que acontece com os processos (cf. 17.3.3.1), os processos culminados, quando se combinam com o verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*) (cf. Cap. 29), não implicam necessariamente a concretização integral do evento em questão: assim, a frase *o Rui está a escrever a tese* não implica nem que o Rui escreveu a tese (no sentido em que terminou de escrevê-la) nem que a venha a escrever necessariamente. Por outro lado, a frase *o Rui parou de escrever a tese* implica que o Rui não escreveu a tese (compare-se com *o Rui parou de passear no parque* – um processo –, que implica que o Rui passeou no parque).

Finalmente, os processos culminados implicam tipicamente um estado resultativo: assim, a partir de *o médico curou o doente* é possível inferir que o doente está curado.

O facto de os processos culminados integrarem três partes perfeitamente distintas – um processo durativo, uma culminação que o conclui e um estado resultativo – faz com que este tipo de evento manifeste uma interessante ambiguidade com *quase*, como se ilustra na frase *o António quase escreveu um livro*. Numa das suas interpretações, *quase* atua sobre a primeira parte do evento, o processo, significando que o António esteve preparado para começar a escrever um livro, mas nem sequer começou o processo; na segunda, *quase* atua sobre a parte culminativa, significando que o António escreveu grande parte do livro, não chegando, contudo, a concluí-lo.

17.3.3.3 Culminações

As **culminações** diferenciam-se das restantes classes aspetuais por serem situações de natureza não durativa (ou seja, pontual), partilhando a telicidade com os processos culminados. São exemplos de culminações *cortar a meta*, *marcar um golo*, *nascer*, *morrer*, *apagar a luz*, *encontrar*, *descobrir*, *entrar*, *sair*, entre muitos outros.

Na sua interpretação básica, as culminações são compatíveis com adjuntos adverbiais de localização, incluindo os de localização pontual (cf. (49a)), mas não com adjuntos que denotam duração (cf. (49b,c)):

(49) a. A Joana desmaiou às cinco da tarde.
b. #A Joana desmaiou durante meia hora.
c. #A Joana desmaiou em meia hora.

No entanto, algumas culminações aceitam adjuntos adverbiais de duração introduzidos pela preposição *em* (cf. *o João cortou a meta em meia hora*, *o João atingiu o cume em duas horas*). Isto deve-se ao facto de, na sua generalidade, as culminações poderem ser associadas a um processo preparatório que, no entanto, não faz parte

da sua estrutura temporal interna básica. Mas, embora se possa aceitar uma frase como *o João atingiu o cume em duas horas*, isso não implica a frase *o João esteve a atingir o cume durante duas horas*, e, além disso, é estranha a frase #*o João começou a atingir o cume*. Pelas mesmas razões, as culminações mostram-se incompatíveis com o operador aspetual *parar* (*de*) (cf. #*a gazela parou de morrer*).

Estes factos contrastam com o que se passa com os processos culminados, em que o processo preparatório integra o perfil temporal interno básico da situação. Assim, *o João leu o artigo em duas horas* implica necessariamente *o João esteve a ler o artigo durante duas horas*. Por outro lado, é perfeitamente adequada a aplicação de operadores como *começar* (*a*) e *parar* (*de*) em frases como *o João começou a ler o artigo*, *o João parou de ler o artigo*.

Tal como os processos culminados, as culminações estão associadas a um estado resultativo consequente. Assim sendo, a verdade de *a Maria desmaiou* implica que a Maria está desmaiada.

17.3.3.4 Pontos

São exemplos de pontos predicados como *espirrar*, *esbofetear*, *tossir*, *bater à porta*, *explodir*. Tal como as culminações, os **pontos** são situações não durativas, ocupando um único momento ou instante de tempo, mas, contrariamente às culminações, são eventos atélicos. Sendo uma categoria totalmente atómica, os pontos não podem ser associados a uma estrutura fásica complexa, ao contrário do que sucede com as culminações. Enquanto eventos atélicos, os pontos não se associam a qualquer tipo de estado resultativo consequente, como se pode ver pela estranheza de #*a Maria está espirrada* para descrever a situação em que se encontra a Maria depois do espirro.

Na sua interpretação básica, os pontos são compatíveis com adjuntos adverbiais de localização, incluindo os de localização pontual (cf. (50a)). São, no entanto, incompatíveis com adjuntos adverbiais de duração temporal introduzidos por *em*, já que estes implicam telicidade, uma propriedade ausente dos pontos (cf. (50b)). Os pontos podem ocorrer com adjuntos adverbiais de duração iniciados por *durante* (cf. (50c)) e com o auxiliar progressivo (cf. (50d)), mas unicamente numa leitura iterativa, não numa leitura pontual (cf. o absurdo da interpretação de (50c) em que a Maria deu um só espirro):

(50) a. A Maria espirrou às cinco da tarde.
b. #A Maria espirrou em duas horas.
c. A Maria espirrou durante duas horas. [apenas leitura iterativa]
d. A Maria está a espirrar. [apenas leitura iterativa]

Na leitura iterativa, estes predicados deixam de representar situações pontuais consideradas individualmente, passando a ser interpretados como processos durativos, visto que representam uma repetição sucessiva das situações pontuais relevantes, repetição essa perspetivada globalmente como um evento único com duração. Pelo contrário, o auxiliar progressivo com culminações pode descrever um processo preparatório que lhes foi previamente adicionado (cf. *o meu gato está a morrer*) e os adjuntos adverbiais de simples duração aplicam-se tipicamente ao estado resultativo associado à culminação (cf. *a Teresa fechou a loja durante meia hora = a loja da Teresa esteve fechada durante meia hora*).

17.4 Fatores linguísticos que intervêm na formação das propriedades aspetuais

Como referimos em 17.1, o perfil aspetual básico das predicações depende da intervenção de vários elementos em interação dinâmica (cf. Verkuyl 1993). Iremos mostrar, em seguida, quais os principais componentes linguísticos que determinam ou influenciam a presença ou a ausência das propriedades aspetuais analisadas em 17.3.

17.4.1 O verbo

Um dos elementos que mais decisivamente contribui para a determinação das propriedades aspetuais de uma frase é, sem dúvida, o verbo. Nalguns casos, o verbo é mesmo o único responsável por essas propriedades, como se ilustra nos exemplos de (51):

(51) a. O Napoleão existiu. [estado]
b. O Napoleão nadou. [processo]
c. O Napoleão almoçou. [processo culminado]
d. O Napoleão morreu. [culminação]
e. O Napoleão tossiu. [ponto]

Como se pode verificar, em (51), todas as variáveis se mantêm inalteradas, exceto a que tem a ver com o tipo de verbo utilizado.

17.4.2 O complemento direto

A presença ou a ausência do complemento direto, bem como as suas propriedades, também são decisivas para a caracterização aspetual das frases, afetando em particular a sua natureza télica ou atélica (cf. 17.2). Assim, (52a), sem complemento direto, funciona como um evento atélico (um processo); em (52b), pelo contrário, a ocorrência de um complemento direto (consistindo num sintagma nominal definido; ver a discussão já a seguir) introduz uma leitura télica com uma fase de culminação:

(52) a. A Rosa Mota correu (durante duas horas). [processo atélico]
b. A Rosa Mota correu a maratona (em duas horas). [processo culminado télico]

Um outro fator importante prende-se com o estatuto referencial do sintagma nominal complemento direto: se o seu núcleo for um nome contável especificado por um determinante (definido ou indefinido), favorece-se a telicidade da situação, como se ilustra em (53a); se, pelo contrário, o seu núcleo for um nome não contável ou um nome contável no plural (cf. Cap. 25) e sem determinante (adquirindo assim uma interpretação contínua), favorece-se uma leitura atélica da situação, como se ilustra em (53b,c). Finalmente, se o sintagma nominal complemento direto for quantificado (existencial ou universalmente, por meio de numerais, etc.), obtém-se uma interpretação télica (cf. (53d)):

(53) a. O porco comeu a/uma abóbora (em meia hora). [processo culminado télico]
b. O porco comeu papa de abóbora (durante meia hora). [processo atélico]
c. O Luís comeu bolos (durante meia hora). [processo atélico]
d. O Luís comeu {o/um/cinco/todos os} bolo(s) (em meia hora). [processo culminado télico]

17.4.3 Os sintagmas preposicionais

Também os sintagmas preposicionais (SP), principalmente aqueles que veiculam indicações de natureza espacial, afetam, de uma forma decisiva, o perfil aspetual das frases.

A presença de um SP locativo que remeta explicitamente para uma meta pode, em circunstâncias apropriadas, conferir uma leitura télica à situação. Compare-se, a este respeito, (54a), com uma interpretação de processo atélico, com (54b), em que o SP *para a outra margem do rio* atribui à situação características típicas de um processo culminado télico:

(54) a. A Ana nadou no rio (durante uma hora). [processo atélico]
b. A Ana nadou *para a outra margem do rio* (em cinco minutos). [processo culminado télico]

17.4.4 O sujeito

Embora com um impacto mais reduzido do que aquele que se observa para o complemento direto, também o sujeito pode influenciar o aspeto. Comparem-se as seguintes frases ilustrativas:

(55) a. A andorinha chegou (às 2 horas). [situação télica]
b. As andorinhas chegaram (durante as duas primeiras semanas de março). [situação atélica]

Enquanto o sujeito singular em (55a) impõe uma leitura obrigatoriamente pontual e télica, o sujeito plural de (55b) permite uma interpretação de processo durativo da situação, na sua leitura distributiva, não grupal (ou seja, aquela em que se descreve a chegada individual de cada andorinha ou de grupos diferenciados de andorinhas, não a de um único grupo, e em que cada uma das andorinhas ou dos grupos chega num momento diferente). Neste caso, o evento das chegadas sucessivas pode prolongar-se por um tempo indefinido. Ou seja, foca-se aqui o processo das chegadas sucessivas, e não a situação pontual de cada chegada.

Os dados que acabámos de apresentar permitem-nos concluir que, em línguas como o português, a determinação das propriedades aspetuais está na estrita dependência de um vasto conjunto de elementos em inter-relação dinâmica. Sob esse ponto de vista, a classificação aspetual apenas poderá ser atribuída à frase, considerada na sua globalidade e concebida enquanto entidade semântica complexa, construída a partir da interação entre vários elementos: o verbo, os seus argumentos e complementos e os complementos da frase.

17.4.5 Vaguidade aspetual: fatores contextuais

Existem casos em que somente fatores contextuais, que se prendem com o conhecimento geral do mundo ou com as circunstâncias particulares que envolvem a produção linguística, se revelam capazes de resolver uma certa **vaguidade**[14] em termos da classificação aspetual inerente de certas frases. São disso exemplo os paradigmas que a seguir se apresentam:

[14] Entende-se por **vaguidade** (ou **vagueza**) **aspetual** uma certa indefinição ou subespecificação quanto à classe final de uma dada situação, indefinição essa que é resolvida por fatores de natureza contextual.

(56) a. A Maria limpou o pó. [processo ou processo culminado]
b. Os políticos discutiram o problema. [processo ou processo culminado]
c. A Ana conheceu o Mário. [estado ou culminação]

Exemplos como (56a) e (56b) revelam-se vagos entre uma leitura de processo e uma leitura de processo culminado (apenas no segundo caso a limpeza ou a discussão ficaram realmente completadas), o que é mostrado pela perfeita aceitabilidade dos adjuntos adverbiais *durante meia hora* e *em meia hora*: *a Maria limpou o pó* {*durante meia hora/em meia hora*}. Por seu lado, (56c) tanto pode manifestar características de uma situação estativa (cf. *a Ana conheceu o Mário durante toda a sua vida*) quanto de culminação (cf. *a Ana conheceu o Mário às duas da tarde*).

Como os exemplos de (56) deixam bem claro, não é possível isolar nestas frases nenhum elemento linguístico que, por si só, se mostre capaz de influir decisivamente nas divergências aspetuais patenteadas. Encontramo-nos, pois, perante casos de verdadeira vaguidade aspetual: sendo aceitável qualquer uma das interpretações propostas para as situações em questão, apenas o contexto situacional em que elas são efetivamente produzidas estará em condições de fornecer pistas suficientes para a eficaz determinação da interpretação pretendida.

17.5 Núcleo aspetual e transições

As diferentes classes aspetuais não se comportam como categorias fechadas, estanques, totalmente separadas umas das outras. A comprová-lo está a facilidade com que muitas delas sofrem uma modificação do seu perfil básico graças à intervenção de certos elementos que desencadeiam alterações a nível aspetual. É o que sucede nos exemplos apresentados em (57):

(57) a. O Rui leu o livro durante meia hora.
b. A Maria acabou de trabalhar às cinco da tarde.
c. O assaltante fechou a porta vagarosamente.

Em (57a), um adjunto adverbial de duração revela-se capaz de transformar um processo culminado (*ler o livro*) num processo, retirando-lhe a culminação; em (57b), a interação entre o verbo de operação aspetual *acabar* (*de*) e o adjunto adverbial de localização pontual perspetivam um processo básico (*trabalhar*) como uma culminação e em (57c) o advérbio de modo, ao acrescentar duração a uma culminação (*fechar a porta*), converte-a num processo culminado (cf. 17.4). Ou seja, nestes casos, as propriedades aspetuais básicas de uma dada situação são alteradas, dando origem a uma outra situação, **de natureza aspetual derivada**.

Por sua vez, a própria possibilidade destas alterações implica que as diferentes classes aspetuais partilham uma estrutura fásica comum, que permite a viabilização das diversas comutações observadas. Por exemplo, um processo culminado pode perder a sua parte culminativa e converter-se num simples processo, como em (57a), ou, pelo contrário, a uma culminação pode-se acrescentar uma parte processual, dando origem a um processo culminado, como em (57c).

Para dar conta destes factos, Moens (1987) propõe o agrupamento dos eventos num único **Núcleo Aspetual** constituído por três fases distintas[15]: um Processo Preparatório, um Ponto de Culminação e um Estado Consequente[16], como se ilustra a seguir, de forma esquemática:

NÚCLEO ASPETUAL

Processo Preparatório → Culminação → Estado Consequente

Segundo a referida proposta, cada classe aspetual recebe uma configuração fásica diferenciada, consoante a parte ou as partes do Núcleo Aspetual que a identificam: nesse sentido, os processos correspondem à atualização da primeira fase do Núcleo, as culminações são representadas pelas duas últimas e os processos culminados contemplam as três fases, o que lhes permite partilhar propriedades temporais comuns com as outras duas classes, nomeadamente a duratividade associada aos processos e a telicidade característica das culminações. Quanto aos pontos, correspondem apenas à segunda fase do Núcleo, o que significa que são formados por um único instante sem quaisquer consequências associadas.

Graças, sobretudo, ao seu caráter dinâmico, este tipo de representação facilita a compreensão das transições ou transformações que se podem verificar entre as diversas classes aspetuais, permitindo a adição ou a supressão de fases relativamente às categorias básicas. Assim, p.e., basta retirar o Processo Preparatório a um processo culminado para que este se converta numa Culminação (cf. *o João escreveu o artigo* vs. *o João acabou de escrever o artigo*); inversamente, será suficiente acrescentar um ponto de Culminação a um processo para que este assuma o comportamento de um processo culminado (cf. *a Ana tocou piano durante a tarde* vs. *a Ana tocou a sonata em dez minutos*). A iteração de pontos, por seu lado, dará origem a um processo (cf. *a Maria espirrou às duas da tarde* vs. *a Maria espirrou durante meia hora*).

Em síntese, constata-se que a postulação do Núcleo Aspetual e da noção de fase traz vantagens bastante significativas no que diz respeito ao tratamento das classes aspetuais, na medida em que reflete, de uma forma muito direta, a íntima relação que se estabelece entre os diferentes tipos de eventos, permitindo, igualmente, clarificar as possibilidades de derivação que se verificam entre eles. O princípio unificador de que os eventos são construídos a partir de um número limitado de fases fornece as condições indispensáveis para a análise das transições e das transformações aspetuais que vão dar origem à existência das classes aspetuais derivadas (cf. 17.6).

17.6 Interpretação aspetual derivada

Como já se referiu em 17.1 e 17.5, existe uma série de mecanismos que nos permitem modificar a configuração aspetual básica de uma situação, convertendo-a numa outra de tipo diferente. Esta operação será denominada **derivação aspetual**.

[15] No Núcleo Aspetual, uma fase corresponde a uma parte aspetualmente relevante de uma situação, com propriedades de dinamicidade e de duratividade constantes. Assim, um Processo Preparatório é uma fase [+dinâmica] e [+durativa]; uma Culminação é uma fase [+dinâmica] e [-durativa] e um Estado Consequente é uma fase [-dinâmica] e [+durativa].

[16] O termo "Estado Consequente" é usado como equivalente de "estado resultativo".

17.6.1 Processos de derivação de classes aspetuais

A formação de classes aspetuais derivadas depende de um vasto conjunto de elementos linguísticos, nomeadamente dos verbos de operação aspetual, dos adjuntos adverbiais temporais e dos tempos gramaticais. Estes fatores, aplicados a uma dada situação, têm a capacidade de modificar algumas das suas propriedades aspetuais básicas derivando uma situação de tipo aspetual diferente.

Tipicamente, tais elementos funcionam como operadores aspetuais, ou seja, selecionam uma categoria de entrada à qual se aplicam, transformando-a numa categoria de saída com características distintas.

Nas subsecções seguintes, discutem-se mais pormenorizadamente os fatores mencionados acima: verbos de operação aspetual (cf. 17.6.2), adjuntos adverbiais de tempo (cf. 17.6.3) e tempos gramaticais (cf. 17.6.4).

17.6.2 Verbos de operação aspetual

Os verbos de operação aspetual (VAsp) são, na sua maioria, verbos semiauxiliares (cf. Cap. 29) cuja função central é a de realçar as diferentes fases que constituem as situações, alterando assim o seu perfil aspetual básico (cf. Oliveira, Cunha e Gonçalves 2004). Os elementos mais representativos desta categoria são *acabar* (*de*), *andar* (*a*), *começar* (*a*), *continuar* (*a*), *deixar* (*de*), *parar* (*de*), *passar* (*a*) e o verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*). Apresentam-se em seguida algumas das suas características fundamentais.

17.6.2.1 *Estar* (*a*) e *andar* (*a*)

Um dos operadores aspetuais mais comummente utilizados no português é sem dúvida o auxiliar progressivo, que pode revestir a forma de *estar a* + infinitivo, na norma-padrão do português europeu, ou de *estar* + gerúndio, em certas variedades do português europeu e no português do Brasil. A sua principal função é a de perspetivar a fase intermédia de uma situação, focalizando-a na sua progressão ou decurso (cf. 17.5 e Cap. 29).

Este auxiliar aplica-se a todas as classes aspetuais, à exceção dos estados não faseáveis, como se ilustra em (58) (coloca-se entre parênteses a classe aspetual básica do predicado em itálico, i.e., sem o operador em discussão):

(58) a. #O lobo está a *ser preto*. [estado não faseável]
b. O lobo está a *ser agressivo*. [estado faseável]
c. O lobo está a *dormir*. [processo]
d. O lobo está a *atravessar a floresta*. [processo culminado]
e. O lobo está a *morrer*. [culminação]
f. O lobo está a *espirrar*. [ponto; possível numa leitura iterativa]

O resultado da operação aspetual desencadeada pelo auxiliar progressivo é um estado não faseável de tipo episódico. Recorde-se que uma das diferenças entre estados e eventos é o facto de os estados, quando o verbo está no presente do indicativo, terem uma leitura preferencial puramente temporal de presente, enquanto os eventos, nesse contexto, tendem a ter uma interpretação habitual. Ora, os estados que resultam da combinação com o auxiliar progressivo *estar* (*a*), como em (58), não têm interpretação habitual (cf. *o lobo está a ser agressivo* {*neste momento/desde há*

meia hora/??*habitualmente*} e *o lobo está a atravessar a floresta* {*neste momento/desde há meia hora*/??*habitualmente*}[17], ao contrário do que tipicamente acontece com os eventos e também com os estados faseáveis quando convertidos em processos.

O resultado do verbo de operação aspetual *andar* (*a*) (cf. (59)) é também um estado não faseável de tipo episódico[18]. No entanto, há uma diferença fundamental relativamente a *estar* (*a*): *andar* (*a*), ao contrário do auxiliar progressivo, é compatível com uma interpretação habitual, constituindo-se esta interpretação, de resto, como a sua leitura preferencial; cf. *o Guilherme anda a comer a sopa* (*#neste momento exato/ultimamente*).

(59) a. #O lobo anda a *ser preto*. [estado não faseável]
b. O lobo anda a *ser agressivo*. [estado faseável]
c. O lobo anda a *comer coelhos*. [processo]
d. O lobo anda a *atravessar a mata*. [processo culminado]
e. O lobo anda a *entrar na aldeia*. [culminação]
f. O lobo anda a *espirrar*. [ponto]

A principal diferença entre o auxiliar progressivo e o operador aspetual *andar* (*a*) reside, portanto, no facto de o primeiro perspetivar um estado associado ao decurso de uma determinada situação, ao passo que o segundo dá conta de um padrão de ocorrência tendencialmente habitual[19].

17.6.2.2 *Começar* (*a*), *passar* (*a*) e *continuar* (*a*)

O VAsp *começar* (*a*) é fundamentalmente utilizado para perspetivar o início de uma situação (o aspeto ingressivo). Aplica-se, em exclusivo, a situações durativas que suportem a presença de períodos ou intervalos sucessivos em que se verifica alguma mudança no estado de coisas inicial; por outras palavras, aplica-se a estados faseáveis, a processos e a processos culminados (cf. (60)):

---

[17] A natureza aspetual do predicado que resulta da operação aspetual é ainda comprovável a partir da aplicação de outros testes (cf. 17.3.2.1 e 17.3.2.2): o predicado não pode coocorrer com operadores aspetuais como *começar* (*a*) (cf. (ia)), pelo que se distingue dos estados faseáveis (os estados faseáveis podem combinar-se com estes operadores, aproximando-se assim do comportamento dos eventos); também não pode combinar-se com expressões que remetem para a agentividade (cf. (ib,c)), distinguindo-se, mais uma vez, dos estados faseáveis; além disso, o predicado é um estado de tipo episódico, pois pode coocorrer com adjuntos adverbiais de localização temporal estrita (cf. (id)):
(i) a. #O Guilherme começou a estar a comer a sopa.
b. #Guilherme, está a comer a sopa!
c. #A mãe obrigou o Guilherme a estar a comer a sopa.
d. O Guilherme estava a comer a sopa às 5h da tarde.

[18] Note-se que, nesta Gramática, a noção de estado episódico não equivale à ideia de um estado único, não repetível, mas antes à de um estado espácio-temporalmente bem delimitado. O facto de o operador aspetual *andar* (*a*) resultar num estado não faseável de tipo episódico pode confirmar-se pela aplicação dos testes relativos aos operadores aspetuais (cf. (ia)) e à agentividade (cf. (ib,c)) (ver a Nota 17):
(i) a. #O Guilherme começou a andar a comer a sopa.
b. #Guilherme, anda a comer a sopa!
c. #A mãe obrigou o Guilherme a andar a comer a sopa.

[19] Note-se, ainda, que o auxiliar progressivo se combina mais facilmente com estruturas não agentivas do que o operador *andar* (*a*) (vejam-se os contrastes entre *está a chover* e ??*anda a chover* ou *o motor do meu carro está a trabalhar* e ??*o motor do meu carro anda a trabalhar*) , embora esta seja uma tendência geral que nem sempre se verifica, pelo que não se pode afirmar que constitui um elemento totalmente diferenciador entre *estar* (*a*) e *andar* (*a*).

(60) a. #O João começou a *ser alto*. [estado não faseável]
b. O João começou a *ser impertinente*. [estado faseável]
c. O João começou a *cantar*. [processo]
d. O João começou a *cortar a maçã*. [processo culminado]
e. #O João começou a *marcar o golo*. [culminação]
f. O João começou a *espirrar*. [ponto; possível numa leitura iterativa]

Dado que este operador focaliza unicamente a fase inicial da situação a que se aplica, não surpreende que o resultado final da operação aspetual que efetua seja de natureza pontual, como confirma a compatibilidade com os adjuntos adverbiais de localização temporal pontuais:

(61) a. O João começou a ser simpático às duas da tarde.
b. O João começou a cantar às cinco da manhã.
c. O João começou a fazer o almoço ao meio-dia.

Ao contrário de *começar* (*a*), o VAsp *passar* (*a*) coocorre exclusivamente com predicações de natureza estativa (cf. (62a,b)), não podendo combinar-se com predicados eventivos (cf. (62c-e)) (indica-se entre parênteses retos, após o exemplo, a classe aspetual do predicado com o qual se combina o VAsp *passar* (*a*)). No entanto, como foi já referido, quando os eventos têm uma leitura habitual, a sua classe aspetual altera-se e passam a ser predicações estativas (derivadas), podendo, nestes casos, ocorrer com *passar* (*a*) (cf. Nota 5). É o caso dos predicados {*viajar de comboio/fotografar o rio Douro/espirrar*} (*habitualmente*), em (62f-h). O operador *passar* (*a*) tem uma função central de incoatividade, que consiste em indicar o aparecimento de um novo estado, anteriormente inexistente:

(62) a. A Lígia passou a *ser loura*. [estado não faseável]
b. A professora passou a *ser exigente*. [estado faseável]
c. #Passou a *chover*, logo não saias sem o guarda-chuva. [processo]
d. #O Luís passou a *comer o bolo*. [processo culminado]
e. #O Rui Costa passou a *marcar o golo*. [culminação]
f. A Lígia passou a *viajar de comboio*. [estado derivado por leitura habitual; classe básica: processo]
g. O Zé passou a *fotografar o rio Douro*. [estado derivado por leitura habitual; classe básica: culminação]
h. O Luís passou a *espirrar*. [estado derivado por leitura habitual; classe básica: ponto]

Tendo em conta que, por natureza, os estados, na sua forma básica, não comportam fases sucessivas, torna-se extremamente difícil determinar o resultado da operação aspetual para casos como estes. A incompatibilidade com qualquer um dos adjuntos adverbiais de duração mostra que essas predicações não têm cariz eventivo (cf. (63)):

(63) a. #A Rita passou a ser feliz durante dois anos.
b. #A Rita passou a ser feliz em dois anos.

Finalmente, *continuar* (*a*) é um operador que perspetiva as situações na sua continuidade ou prolongamento, apenas requerendo, para poder atuar, que sejam

durativas. Nesse sentido, somente as culminações e os pontos se encontram excluídos do seu âmbito de aplicação, embora possam ocorrer numa leitura habitual (cf. (64f)) ou processual (cf. (64g)):

(64) a. O Zé continuou a *ser baixo*. [estado não faseável]
b. O meu cão continuou a *ser agressivo*. [estado faseável]
c. O gnu continuou a *correr*. [processo]
d. O bloco de gelo continuou a *derreter*. [processo culminado]
e. #O João continuou a *marcar o golo*. [culminação]
f. O João continuou a *fotografar o rio Douro*. [estado derivado por leitura habitual; classe básica: culminação]
g. O Luís continuou a *espirrar* durante meia hora. [processo, derivado da classe básica ponto]

Dado que *continuar* (*a*) focaliza o prolongamento das situações com que se combina, sem fazer qualquer referência à sua fronteira final, o recurso à sua utilização resultará necessariamente em situações de tipo durativo (estados ou processos), como mostra a sua compatibilidade com os adjuntos adverbiais de duração temporal (cf. (65)):

(65) a. A Ana continuou a ser professora durante dois anos.
b. O gnu continuou a correr durante duas horas.
c. O Pedro continuou a ler o livro durante meia hora.

17.6.2.3 *Deixar* (*de*), *parar* (*de*) e *acabar* (*de*)

O VAsp *deixar* (*de*) perspetiva a suspensão de uma dada situação, bem como o estado cessativo daí resultante. Aplica-se preferencialmente a estados (cf. (66a,b)), podendo ocorrer com processos, processos culminados, culminações e pontos, quando todos eles têm uma leitura habitual, portanto estativa, como se ilustra em (66c-g) (no caso de (66e), trata-se de uma leitura não habitual, mas estativa, pois corresponde efetivamente a *estar a chover*). Assim, (66c) é possível na interpretação em que o João cessa qualquer relacionamento com a Maria, não sendo aplicável a uma situação em que o João está a falar com a Maria em dado momento e tem de interromper essa conversa por estar atrasado, por exemplo; da mesma forma, a frase (66d) recebe uma interpretação em que o João cessa de ler um livro que vinha lendo com alguma regularidade:

(66) a. O João deixou de *ser inglês*. [estado estável não faseável][20]
b. O meu cão deixou de *ser agressivo*. [estado estável faseável]
c. O João deixou de *falar à Maria*. [processo, possível apenas numa leitura habitual]
d. O João deixou de *ler o livro*. [processo culminado, possível apenas numa leitura habitual]
e. Deixou de *chover nesta terra*. [processo, leitura estativa ('estar a chover')]
f. O Sebastião Salgado deixou de *fotografar o Amazonas*. [culminação, possível apenas numa leitura habitual]
g. O Luís deixou de *espirrar*. [ponto, possível apenas numa leitura habitual]

[20] Recorde-se que os estados estáveis também são suscetíveis de alteração (cf. 17.3.2).

Tendo em conta que *deixar* (*de*) perspetiva não somente o momento da interrupção do decurso da situação mas também o estado cessativo que o segue, é de prever que o resultado da operação aspetual associada ao referido operador seja compatível quer com adjuntos adverbiais de localização temporal pontual, quer com adjuntos adverbiais de duração iniciados por *durante*, como os paradigmas (67) e (68) confirmam:

(67) a. O empregado deixou de ser amável exatamente às duas da tarde, quando lhe dissemos que o bife estava duro que nem uma sola.
b. Deixou de chover às duas da tarde.
c. O computador deixou de trabalhar às dez da noite.

(68) a. O João deixou de ser amável durante dois dias.
b. O João deixou de falar à Maria durante dois meses.
c. Deixou de chover durante dois meses. [21]
d. O computador deixou de trabalhar durante umas horas.

O VAsp *deixar* (*de*) diferencia-se de *parar* (*de*) por este descrever a interrupção de um evento enquanto o primeiro descreve a interrupção de uma situação estativa. Veja-se, assim, o contraste entre as frases *a Joana deixou de fumar* e *a Joana parou de fumar* (*e apagou o cigarro*) e também entre *a Joana deixou de trabalhar* e *a Joana parou de trabalhar*. Nas frases com *parar* (*de*), estamos perante um processo – uma situação dinâmica espácio-temporalmente delimitada (de fumo ou de trabalho) – que foi interrompida pela Joana. Em contrapartida, nas frases com *deixar* (*de*), temos um estado (o facto de a Joana ser fumadora ou de ser uma cidadã que tem um emprego) que é interrompido. O mesmo contraste existe em frases com sujeito não animado, como *o motor do meu carro parou de trabalhar* vs. *o motor do meu carro deixou de trabalhar*: no primeiro caso, é um evento que é interrompido (num determinado momento concreto o carro foi abaixo e o motor parou de trabalhar), enquanto no segundo se está a falar de um estado (a propriedade de o motor ser capaz de trabalhar).

Tal como acaba de ser referido, *parar* (*de*) também descreve a interrupção ou a suspensão de uma dada situação. No entanto, este operador é inteiramente incompatível com estados, faseáveis ou não faseáveis (cf. (69a,b)), admitindo preferencialmente, nas frases em que ocorre, processos e processos culminados (cf. (69c,d)). Admite também pontos, quando têm leitura iterativa e são, portanto, interpretados como processos, isto é, quando se descreve não a interrupção de um evento pontual único, mas sim a interrupção de um processo que consiste numa sequência de eventos (cf. o caso de espirrar em (69f)):

(69) a. #O João parou de *ser inglês*. [estado não faseável]
b. ??O João parou de *ser simpático*. [estado faseável]
c. Parou de *chover*. [processo]
d. O Jorge parou de *ler o livro*. [processo culminado]

[21] Alguns falantes aceitam com dificuldade as frases (68a-c), o que se deve ao facto de *deixar* (*de*) ser perspetivado como uma interrupção definitiva de uma situação estativa que não será, em princípio, retomada, pelo que a inclusão, nas frases (68), de uma delimitação temporal causa estranheza (veja-se que os mesmos falantes aceitam perfeitamente a frase *o João deixou de ser amável*, sem adverbial de duração).

e. #O atleta parou de *cortar a meta*. [culminação]
f. O João parou de *espirrar*. [ponto; possível numa leitura iterativa de processo]

Em termos gerais, o resultado aspetual obtido com *parar* (*de*) é uma situação pontual, conciliável, por conseguinte, com adjuntos de localização temporal de natureza pontual (cf. (70)):

(70) a. Parou de chover às cinco da tarde.
b. O Jorge parou de ler o livro às duas da manhã.
c. As máquinas pararam de trabalhar às duas da tarde.

No entanto, o VAsp *parar* (*de*) pode incluir, nalguns casos, um intervalo temporal mais lato posterior ao cessar da situação, correspondente a um estado cessativo, como mostra a aceitabilidade, para alguns falantes, de frases em que *parar* (*de*) se associa a adverbiais durativos, como *parou de chover durante dois dias*, *o computador parou de trabalhar durante dois dias*, *a Ana parou de responder às mensagens durante dois dias*, *a Joana parou de pintar o retrato durante dois dias*, *a Joana parou de espirrar durante dois dias*.

Por último, *acabar* (*de*) é um VAsp que remete para a conclusão ou para a finalização de uma situação. Tal como *parar* (*de*), aplica-se unicamente a processos e processos culminados, como podemos observar em (71):

(71) a. #Ontem, o lobo acabou de *ser selvagem* às cinco da tarde. [estado não faseável]
b. #Ontem, o lobo acabou de *ser agressivo* às cinco da tarde. [estado faseável]
c. Ontem, a Maria acabou de *trabalhar às cinco da tarde*. [processo]
d. Ontem, o Jorge acabou de *escrever a carta* às cinco da tarde. [processo culminado]
e. #Ontem, o Luís acabou de *acender a luz* às cinco da tarde. [culminação]

Como os exemplos em (71) deixam bem claro, o resultado da operação aspetual desencadeada por *acabar* (*de*) é uma culminação, o que está em plena consonância com a sua função central de marcação da fase terminal das situações com que se combina.

Há uma diferença importante entre *parar* (*de*) e *acabar* (*de*): com um processo culminado, *parar* (*de*) denota a cessação da atividade mas não a sua completude, ou seja, de *o Pedro parou de ler o livro* infere-se que não o acabou, e admite-se (talvez não necessariamente) que poderá retomar a leitura (ou seja, fica em aberto a possibilidade de ser um processo temporariamente interrompido). Mas de *o Pedro acabou de ler o livro* infere-se normalmente que o livro foi terminado.

[2] Optámos pela inclusão do adjunto adverbial de localização temporal *ontem* nas frases de (71) por forma a obter contextos em que *acabar* (*de*) funciona inequivocamente como verbo de operação aspetual. De facto, em construções como *o João acabou de sair* a interpretação de *acabar* (*de*) é temporal e não aspetual, indicando que a ação de sair teve lugar num momento anterior e muito próximo do da enunciação (cf. Cap. 29); em frases que explicitamente se referem a um intervalo temporal distante da enunciação, tal leitura é bloqueada. Assim, a frase *#ontem, o Pedro acabou de sair* não é aceitável por dois motivos: primeiro, porque *acabar* (*de*), enquanto verbo de operação aspetual, não se combina com culminações; segundo, porque a presença do localizador temporal *ontem* inviabiliza a leitura de cariz temporal.

17.6.3 Adjuntos adverbiais de tempo

Existem determinados adjuntos adverbiais de tempo que, em circunstâncias apropriadas, podem funcionar como operadores aspetuais, alterando a classe aspetual básica das predicações com que se combinam. Destacam-se, a este respeito, os adjuntos adverbiais de duração e de localização temporal (cf. 17.6.3.1) e os adjuntos adverbiais de frequência ou de quantificação (cf. 17.6.3.2).

17.6.3.1 Adjuntos adverbiais de duração e de localização temporal

Tal como observámos em 17.3, os adjuntos adverbiais de duração iniciados por *durante* aplicam-se, em geral, a situações atélicas com uma componente durativa, estabelecendo os limites temporais para o seu decurso (cf. *a Maria nadou durante vinte minutos*; *o Pedro trabalhou ao longo de duas horas*). Podem, no entanto, combinar-se com processos culminados, perspetivando-os enquanto simples processos, i.e., ignorando o seu ponto de culminação e focando apenas o processo preparatório que a ele conduz, como os exemplos em (72) mostram:

(72) a. O Luís escreveu a tese durante duas horas.
b. O Pedro pintou a sala durante meia hora.

De frases como estas não se pode concluir que a (totalidade da) tese foi efetivamente escrita ou que a sala está realmente (toda) pintada; apenas poderemos inferir que os processos associados a este tipo de situações, com a duração especificada pelos respetivos adjuntos adverbiais, tiveram lugar.

Também as culminações e os pontos se revelam compatíveis com os adjuntos adverbiais de duração iniciados por *durante*, sendo igualmente convertidos em processos durativos consistindo na iteração das situações em questão, como se ilustra em (73) e (74), para as culminações e os pontos, respetivamente. Quando ocorrem com culminações, estes adjuntos adverbiais aplicam-se, em certos casos, ao estado resultativo associado à culminação, como nas frases *a Teresa fechou a loja durante meia hora*, *o Nuno abriu a janela durante cinco minutos*.

(73) a. O João chutou a bola durante meia hora.
b. O atleta lançou o dardo durante vinte minutos.

(74) a. A Maria espirrou durante meia hora.
b. O Pedro bateu à porta durante dez minutos.

Como se referiu em 17.3.3.2, os adjuntos adverbiais de duração iniciados pela preposição *em* ocorrem tipicamente com processos culminados, denotando a quantidade de tempo que tomou a situação global a completar-se, incluindo crucialmente a fase da culminação (cf. *o Luís escreveu a tese em dois anos*). Como a presença de uma culminação é uma condição necessária para a ocorrência destes adjuntos, quando estes se combinam com processos simples, introduzem uma leitura da qual se pode inferir que existe uma finalização do processo, geralmente estabelecida pelo contexto discursivo, como se ilustra em (75):

(75) a. A Maria correu em vinte minutos e doze segundos.
b. A Ana discursou em cinco minutos.

Estes exemplos e outros do mesmo tipo só são pragmaticamente aceitáveis se estiver disponível informação adicional que determina a telicidade da situação, como, por exemplo, no caso de (75a), informação acerca da extensão concreta da corrida (por exemplo, o facto de a Maria ter corrido dez quilómetros).

Também as culminações podem ocorrer com um adjunto adverbial de duração iniciado por *em*, o qual, no entanto, lhes impõe o acréscimo de um processo preparatório antecedendo a culminação, convertendo-as, dessa forma, num processo culminado (cf. (76)):

(76) a. O avião descolou em cinco minutos.
b. A porta abriu-se em poucos segundos.

Finalmente, os adjuntos adverbiais de localização temporal pontual, conjugados com situações durativas de cariz dinâmico (isto é, processos e processos culminados), salientam os seus momentos iniciais ou terminais, perspetivando-as, assim, como eventos de caráter momentâneo. No caso dos processos, que não contemplam um ponto de culminação próprio, é a fase inicial da situação que é preferencialmente perspetivada (cf. (77)); já no que respeita aos processos culminados, estes adjuntos têm, em geral, a função de focalizar o ponto de culminação intrínseco, i.e., a sua fase terminal (cf. (78))[22]:

(77) a. A Maria correu às duas horas.
b. Hoje eu trabalho às cinco da tarde.

(78) a. A Maria cortou o cabelo às cinco da tarde.
b. O António consertou o carro às cinco da tarde.

17.6.3.2 Adjuntos adverbiais de frequência e de quantificação

Alguns dos adjuntos adverbiais que quantificam sobre intervalos de tempo ou sobre situações (como *algumas vezes*, *muitas vezes*, *poucas vezes*, *sempre*, *várias vezes*), sobretudo os que expressam frequência (como *em geral*, *frequentemente*, *geralmente*, *habitualmente*, *ocasionalmente*) (cf. Cap. 33), revelam um impacto aspetual significativo sobre as predicações com que se combinam, quando o tempo verbal da frase é imperfetivo (o presente ou o imperfeito do indicativo), convertendo tipicamente os eventos e a grande maioria dos estados episódicos em estados habituais, como se ilustra a seguir:

(79) a. A Ana visita a tia *todos os dias*.
b. O Guilherme come *sempre* a sopa.
c. A Maria vai *muitas vezes* ao café.
d. *Em geral*, o Pedro dorme a sesta.
e. Os lobos passavam por aqui *frequentemente*.
f. A Rita ouve música *habitualmente*.
g. A Maria está *frequentemente* doente.
h. O João está *muitas vezes* em casa.

[22] Com certos processos culminados, o adverbial *às x horas* pode não focalizar a culminação, mas sim outra fase constitutiva do evento. Por exemplo, na frase *a Maria correu os 100 metros barreiras às duas da tarde*, o adverbial está a focar a fase inicial do evento, em que a Maria começa a correr os 100 metros barreiras, e numa frase como o *Leonardo da Vinci pintou a Mona Lisa às duas da tarde*, a interpretação preferencial é aquela em que se focaliza uma subfase do processo prévio à culminação, isto é, a interpretação é a de que o pintor pintou mais um pouco do retrato nesse período, embora possa não o ter acabado de pintar.

17.6.4 Tempos gramaticais

A obtenção de classes aspetuais derivadas pode também ser conseguida graças à intervenção de certos tempos gramaticais que, para além da sua função localizadora, transportam consigo indicações aspetuais de relevância.

Um dos casos mais significativos é o do presente do indicativo, que, em contexto neutro (cf. Nota 3), imprime uma leitura preferencialmente habitual ou genérica (cf. 17.3.1) aos eventos, como se ilustra em (80):

(80) a. O Paulo fuma.
b. O Zé fotografa monumentos.
c. Os lobos fogem das pessoas.

Um efeito semelhante pode ser conseguido por meio do imperfeito do indicativo, que descreve tipicamente estados habituais ou genéricos ocorridos no passado (cf. (81)):

(81) a. Os tigres dente-de-sabre comiam mamutes.
b. A Maria ia para a escola de autocarro.
c. O Rui bebia cerveja preta.

O imperfeito do indicativo pode também desempenhar uma outra função aspetual, muito próxima daquela que atribuímos ao verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*). Assim, os eventos perspetivados por este tempo gramatical são por vezes encarados no seu decurso ou progressão, i.e., na sua fase processual, como ilustrado nos exemplos de (82) (em que o referido tempo ocorre no verbo que serve de núcleo a um processo simples) e de (83) (em que o imperfeito ocorre num verbo que serve de núcleo a um processo culminado):

(82) a. (Quando os ladrões entraram), a Maria *dormia* no sofá.
b. O veado *corria* pelo campo (quando um lobo o atacou).
c. Nessa tarde, a Maria *caminhava* calmamente no parque.

(83) a. A Joana *lia* um artigo (quando tocou o telefone).
b. O Rui *atravessava* a rua (quando foi atropelado).
c. (Quando foi apanhado pela polícia), o ladrão *roubava* um quadro do museu.

Exemplos como os de (83), em que figuram processos culminados, parecem confirmar a proximidade desta leitura do imperfeito com a do auxiliar progressivo (cf. *a Joana estava a ler o livro* (*quando tocou o telefone*)). Na realidade, em ambos os casos somente a parte processual dos eventos em causa é efetivamente perspetivada, não sendo atingido, por princípio, o ponto de culminação (cf. 17.1 e 17.2). Por outras palavras, a verdade da frase *o Rui atravessava a rua* não implica necessariamente que o Rui tenha atravessado a rua (no sentido de ter efetivamente atingido o passeio oposto).

Combinado com eventos, o pretérito perfeito composto do indicativo desencadeia igualmente um efeito de iteração ou mesmo de habitualidade, prolongando o intervalo em que se repetem as situações até ao momento da enunciação[23], tal como podemos constatar em (84) (cf. também os Caps. 15 e 29):

[23] Esta interpretação do pretérito perfeito composto é característica do português, que, neste ponto, contrasta com outras línguas românicas, como o francês, o italiano e o espanhol, em que o referido tempo gramatical funciona apenas como um passado "terminado", assumindo funções próximas daquelas que, para o português, são desempenhadas pelo pretérito perfeito simples do indicativo, como em *o Pedro telefonou à Maria* (cf. Caps. 15 e 29).

(84) a. O Pedro tem telefonado à Maria.
b. A Ana tem ido ao cinema.
c. O Rui tem feito os seus trabalhos de casa.

Finalmente, é interessante observar que tempos gramaticais como o pretérito perfeito ou o mais-que-perfeito do indicativo se revelam tendencialmente "neutros" em termos aspetuais. Prova disso é que as frases que melhor ilustram as principais divergências quanto à caracterização das diferentes classes aspetuais (visível, por exemplo, nas possibilidades combinatórias com adjuntos adverbiais temporais) têm o verbo num destes tempos.

O facto de os tempos gramaticais em questão não alterarem a classe aspetual das situações não significa, porém, que não subsistam outros efeitos aspetuais a eles associados. Na verdade, tanto o pretérito perfeito quanto o mais-que-perfeito parecem impor uma fronteira terminal às situações que perspetivam, como mostra a inaceitabilidade dos exemplos de (85a,b), face à gramaticalidade de (85c):

(85) a. #O João abriu a porta e ainda a está a abrir.
b. #A Maria tinha arrumado a casa e ainda a deve estar a arrumar agora.
c. O João fumava e, na verdade, ainda fuma agora.

Dado que o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito do indicativo preservam as propriedades aspetuais características das situações a que se aplicam, a fronteira terminal que impõem a processos culminados e a culminações é fornecida pela própria constituição aspetual interna dessas situações (que inclui obrigatoriamente a presença de um estado resultativo consequente: se é verdade que o João partiu a mesa, então a mesa está partida).

Quando o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito do indicativo se combinam com estados e processos, infere-se também uma fronteira terminal dessas situações, fornecida arbitrariamente pelo tempo gramatical (cf. *o João esteve doente*, que implica que o João deixou de estar doente (num momento indeterminado)), eventualmente em conjugação com outros elementos presentes na frase, como os adjuntos adverbiais temporais (cf. *o João nadou até às 3h da tarde*), ou através de informações contextuais (cf. *eu tinha estado em Faro de fevereiro a abril e vim a saber mais tarde que o João esteve doente nessa altura*).

Tradicionalmente, estabelece-se uma diferença entre aspeto imperfectivo e aspeto perfectivo, que se prende com a forma como uma dada situação é encarada em termos da sua ocorrência parcial ou total. Assim, fala-se de **aspeto imperfectivo** (ou **imperfectividade**) quando a situação é perspetivada a partir do seu interior, no seu decurso, sem que as suas porções inicial e final se encontrem assinaladas. O presente e o imperfeito do indicativo são tempos gramaticais que veiculam imperfectividade. Numa frase como *a Maria dormia quando o João entrou em casa*, nada nos é dito sobre o início ou o fim da situação de *a Maria dormir*, sendo relevante apenas o seu decurso, a sua parte intermédia.

Em contrapartida, fala-se de **aspeto perfectivo** (ou **perfectividade**) quando uma situação é perspetivada a partir do exterior, como um todo completo, incluindo a totalidade das suas porções constitutivas, e é perspetivada como concluída. Numa

frase como *o João levantou-se, tomou o pequeno-almoço e saiu de casa*, cada uma das situações que se sucedem é vista na sua integridade, não importando as suas partes internas constitutivas.

Tempos gramaticais como o pretérito perfeito ou o mais-que-perfeito do indicativo são normalmente associados à expressão da perfectividade, na medida em que, combinados com situações de tipo télico, permitem dar conta da sua realização integral. No entanto, devemos ter em atenção que nem sempre as situações perspetivadas pelo pretérito perfeito podem ser encaradas como estando concluídas: na verdade, uma frase como *o João esteve a escrever uma carta* não implica que a carta foi escrita na sua totalidade. Nesse sentido, devemos distinguir bem as noções **de situação concluída**, i.e., uma situação que contempla todas as suas fases constitutivas, e **de situação terminada**, i.e., uma situação cujo decurso terminou e que não se prolonga mais no tempo, podendo essa situação não abarcar todas as fases de uma determinada classe aspetual, como no exemplo dado imediatamente acima. Nesse sentido, diremos que, no português, o pretérito perfeito exprime preferencialmente o segundo caso (i.e., de "situação terminada"), na medida em que não requer obrigatoriamente a presença de todas as fases constitutivas de uma situação.

A distinção perfectivo vs. imperfectivo é muitas vezes invocada na análise de textos narrativos: as formas perfectivas, perspetivando cada situação como um todo completo na sua singularidade, permitem estabelecer uma sucessão de situações que, nesse sentido, fazem avançar o tempo narrativo; pelo contrário, as formas imperfectivas, que perspetivam partes não delimitadas de uma situação, estabelecem tipicamente relações de sobreposição temporal, o que as torna preferenciais para a expressão da descrição ou do enquadramento (para um desenvolvimento desta questão, cf. Cap. 34).

[3] Na verdade, não existe consenso na literatura sobre as definições de perfectividade e imperfectividade. Se, na linha de Smith (1991), se encarar esta diferença como correspondendo à presença vs. ausência de pontos terminais explícitos para as situações descritas, então é possível assumir que o pretérito perfeito, ao delimitar temporalmente as situações em que atua, funciona como um operador de perfectividade, enquanto o imperfeito, que apenas perspetiva o seu interior, as suas porções mediais, funcionará como um marcador de imperfectividade. Se, pelo contrário, forem seguidas propostas como as de Kamp e Reyle (1993), assumindo a perfectividade como a perspetivação de um estado consequente, é-se forçado a reconhecer que o pretérito perfeito não se revela capaz, por si só, de veicular tal informação. Na realidade, apenas com situações télicas o pretérito perfeito estará em condições de permitir a inferência de um estado consequente, como o contraste entre (i) e (ii) nos revela:

(i) a. O Luís escreveu a tese.
b. A tese está escrita.

(ii) a. O Ricardo adorou o filme.
b. #O filme está adorado.

Por outro lado, e como se tem vindo a verificar ao longo de todo o presente capítulo, o pretérito perfeito mantém inalteradas quase todas as propriedades básicas das diversas classes aspetuais (p.e., é sensível às diferenças ocasionadas pela aplicação dos adjuntos de duração e de localização temporal; cf. 17.6.3.1), pelo que não

> podemos afirmar que apenas possa ocorrer com estados (consequentes). Nesse sentido, o pretérito perfeito não deverá ser encarado como um operador de perfectividade. Independentemente da conceção de perfectividade, podemos concluir que o pretérito perfeito assume um papel aspetual importante: o de delimitar ou "confinar" uma situação no passado.

Em suma, o aspeto, concebido como a "perspetivação" temporal interna das predicações, assume-se como uma categoria semântica que envolve múltiplos e diversificados constituintes da língua interagindo de forma dinâmica e composicional, desde as diferentes classes de palavras (aspeto básico) até a elementos gramaticais de que são exemplo os verbos de operação aspetual ou os tempos verbais (aspeto derivado).

18 MODALIDADE 623
18.1 Expressão da modalidade 625
18.2 Modalidade forte e modalidade fraca 628
18.3 Domínios da modalidade 630
18.3.1 Modalidade epistémica 630
18.3.2 Modalidade interna ao participante 632
18.3.3 Modalidade deôntica 632
18.3.4 Modalidade externa aos participantes 633
18.3.5 Modalidade desiderativa 634
18.4 Ambiguidade entre tipos de modalidade 635
18.4.1 Modalidade deôntica e modalidade externa 636
18.4.2 Modalidade interna e modalidade deôntica 636
18.4.3 Modalidade externa e modalidade epistémica 636
18.5 Verbos modais 637
18.5.1 *Dever* 637
18.5.1.1 Interação entre *dever* e a classe aspetual do verbo pleno 638
18.5.1.2 *Dever* seguido do infinitivo composto 640
18.5.1.3 *Dever* seguido do auxiliar progressivo 642
18.5.1.4 Obrigação fraca e obrigação forte 642
18.5.1.5 Modalização do valor deôntico 642
18.5.2 *Poder* 643
18.5.2.1 Interação entre *poder* e a classe aspetual do verbo pleno 643
18.5.2.2 *Poder* seguido do infinitivo composto 644
18.5.2.3 *Poder* seguido do auxiliar progressivo 645
18.5.2.4 Fatores contextuais na interpretação do verbo modal *poder* 645
18.5.2.5 *Pode ser, pode ser que* 646
18.5.3 *Ter* (*de*) 646
18.5.3.1 Interação entre *ter* (*de*) e a classe aspetual do verbo pleno 648
18.5.3.2 *Ter* (*de*) seguido do infinitivo composto 648
18.5.3.3 *Ter* (*de*) seguido do auxiliar progressivo 649
18.5.4 *Ser capaz* (*de*) 649
18.5.5 *Haver* (*de*) 650
18.5.6 Combinação de vários verbos modais 651
18.6 Modais e negação: negação externa e negação interna 654

18.6.1 *Poder* 655
18.6.2 *Dever* 655
18.6.2.1 Leitura deôntica e negação antecipada 656
18.6.2.2 Leitura epistémica e negação antecipada 656
18.6.2.3 Interação entre *dever*, predicados estativos e negação 657
18.6.3 *Ter* (*de*), *ser capaz* (*de*) 657
18.6.4 Possibilidade, necessidade e negação 658
18.7 Verbos plenos com valor modal **659**
18.7.1 *Obrigar*, *permitir*, *autorizar*, *proibir* 659
18.7.2 *Desejar*, *querer*, *esperar* 660
18.7.3 *Saber* e *crer* 660
18.8 Adjetivos modais **662**
18.8.1 Adjetivos modais em posição predicativa 662
18.8.2 Adjetivos modais em posição atributiva 665
18.9 Advérbios modais **668**

18 MODALIDADE

A **modalidade** é a forma de exprimir, por meios linguísticos, atitudes e opiniões dos falantes ou das entidades referidas pelo sujeito sobre o conteúdo proposicional dos enunciados que produzem. Entre as variadas áreas semânticas sobre as quais pode incidir a modalidade, as que têm sido objeto de um estudo mais sistemático na teoria linguística contemporânea são aquelas que estão associadas aos valores de (i) crença, (ii) capacidades e necessidades internas dos indivíduos, (iii) obrigação e permissão e (iv) volição[1]. Em todas estas áreas, manifesta-se, como elemento organizador, o sistema conceptual da **possibilidade-necessidade**.

O primeiro valor modal indicado, designado como modalidade **epistémica**, prende-se com graus de certeza ou avaliação de probabilidade acerca do conteúdo proposicional da frase. Assim, em (1a), exprime-se a certeza do falante relativamente à verdade da proposição 'Deus existe'; em (1b) e em (1c), a sua crença na probabilidade e na possibilidade, respetivamente, da situação expressa pela oração subordinada, 'a Ana fechar a empresa'; e em (1d), exprime-se a dúvida, desta vez da parte da entidade denotada pelo sujeito da oração principal, sobre a realização do evento expresso na oração subordinada, 'o comboio chegar a horas'[2]:

(1) a. Eu *tenho a certeza* de que Deus existe.
b. É *provável* que a Ana feche a empresa.
c. É *possível* que a Ana feche a empresa.
d. O Pedro *duvida* de que o comboio chegue a horas.

O segundo valor modal prende-se com a **capacidade** ou a **necessidade interna**, psicológica ou física, do sujeito de determinados predicadores como *saber*, *ser capaz*, *precisar*, *necessitar*, etc. Assim, nas frases (2a) e (2b), o falante exprime, respetivamente, uma capacidade do João, neste caso um saber (resolver um problema matemático), e uma necessidade interna do Rui (dormir oito horas por noite).

(2) a. O João *é capaz de* resolver esse problema matemático. [capacidade]
b. O Rui *precisa de* dormir oito horas por noite. [necessidade]

[1] Veja-se, a este respeito, entre outros, Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), Bybee e Fleischman (1995), van der Auwera e Plungian (1998), Oliveira (1988, 2000) e Campos (1998).

[2] Nos paradigmas de exemplos, assinala-se a itálico os elementos linguísticos que veiculam os valores modais em discussão (cf. 18.2).

O terceiro valor modal, chamado **deôntico**, tem a ver com atos de **permissão** (ou autorização) e de imposição de uma **obrigação** envolvendo participantes na situação descrita pela frase, como em (3a), uma frase simples em que o falante impõe uma obrigação sobre o interlocutor, representado pelo sujeito (nulo) de 2.ª pessoa, ou como em (3b), uma frase complexa em que a entidade denotada pelo sujeito da oração principal dá uma autorização à entidade plural denotada pelo sujeito da oração subordinada:

(3) a. *Tens de* me entregar este trabalho até amanhã. [obrigação]
b. O chefe *permitiu* que os empregados fizessem ponte. [permissão]

Nos exemplos de (3), a permissão ou a obrigação são controláveis, dado que têm a sua origem em participantes humanos da situação descrita pela frase (incluindo o falante). A possibilidade ou necessidade de um determinado acontecimento, no entanto, podem ser o resultado de fatores independentes dos participantes, logo não controláveis por estes, como nos exemplos de (4):

(4) a. Para chegar a tempo ao aeroporto, o João *pode* apanhar um táxi. [possibilidade]
b. *É necessário que* todos abandonem as suas casas devido ao perigo de inundação. [necessidade]

Nestas duas frases, a possibilidade de o João apanhar um táxi e a necessidade de abandono das casas resultam de fatores não controláveis (o trânsito, a inundação), pelo que este valor modal é chamado **externo aos participantes**.

Ainda outro valor modal, designado como **desiderativo**[3], tem a ver com a expressão da volição ou do desejo, como nos seguintes exemplos:

(5) a. A Ana *quer* desistir da escola.
b. *Espero* conseguir passar de ano.
c. *Quem me dera que estivesse* um belo dia amanhã para podermos ir à praia.

Estes tipos modais, à exceção do desiderativo, organizam-se em torno de duas dimensões modais fundamentais, a **possibilidade** e a **necessidade**. A análise dos valores modais mostra que estas duas dimensões são centrais no estudo da modalidade e que estão presentes na grande maioria dos contextos com valores modais. Assim, exemplificando, o grau de certeza sobre a verdade de uma frase prende-se com a **possibilidade** ou **necessidade** de a situação por ela denotada se realizar; a capacidade interna ao participante pressupõe a **possibilidade** de realização de determinada ação; a permissão dada ao interlocutor torna **possível** a atualização de determinada situação, da mesma forma que uma obrigação corresponde à resposta a uma **necessidade**. Na secção 18.3 discute-se com mais pormenor cada um dos tipos de modalidade e, para cada um deles, o caráter central das dimensões de possibilidade e de necessidade.

[1] As tipologias da modalidade evidenciam uma grande variação relativamente ao conjunto de tipos modais considerados e à sua designação. A modalidade epistémica é

[3] A modalidade desiderativa é por vezes designada como modalidade volitiva.

o tipo mais constante nas várias tipologias, não apresentando também variação no que respeita à sua designação. As modalidades interna, deôntica, externa aos participantes e desiderativa apresentam diversas designações e são organizadas de forma muito diversa na literatura sobre modalidade. Várias propostas não incluem a modalidade desiderativa, como é o caso da de van der Auwera e Plungian (1998), que tomam esta opção devido ao facto de este tipo de modalidade não apresentar as dimensões de possibilidade e necessidade enquanto binómio conceptual, ao contrário dos restantes quatro tipos. No entanto, neste capítulo, optou-se por incluir esta modalidade, por um lado, devido a poder ser expressa por verbos plenos com valor modal (*desejar*, *querer*); por outro lado, por existir alguma tradição na literatura para a sua inclusão no estudo da modalidade. Existem ainda outros tipos de modalidade por vezes referidos na literatura, mas que não são aqui discutidos por serem menos usuais, como o tipo **compromissivo**, que se prende com a expressão de promessas ou ameaças, o tipo **avaliativo**, em que o falante faz uma apreciação do conteúdo dos factos enunciados (e não uma avaliação da verdade do enunciado), como em *soube que a Maria tinha chegado ontem. Que boa notícia!*, e também a modalidade **evidencial**, que indica a fonte ou o tipo de prova de que o falante dispõe para sustentar as suas afirmações, podendo a prova estar baseada em afirmações proferidas por outra entidade ou em dados visuais ou auditivos diretamente experienciados, como em *dizem no jornal que o concerto foi ótimo* (cf. Palmer 1986).

As frases de (1) a (5) exemplificam parcialmente a grande diversidade de expressões que podem veicular valores modais. Alguns destes valores também podem ser expressos através do sistema morfológico verbal, isto é, através da categoria do modo.

Embora os conceitos de **modo** e de modalidade estejam relacionados, é necessário distingui-los. A modalidade é um conceito mais amplo, tendo a ver com a expressão de valores semânticos modais através de vários instrumentos linguísticos (de natureza lexical, morfológica, sintática, etc.), enquanto o modo consiste na expressão de valores modais especificamente através de morfemas verbais dedicados a essa função (cf. Cap. 19).

18.1 Expressão da modalidade

Os conceitos modais exemplificados acima podem ser expressos nas línguas naturais através de uma grande variedade de formas e de construções, podendo uma mesma forma ser ambígua entre várias leituras modais. O valor modal pode ser expresso lexicalmente (cf. (i)-(v)), morfologicamente (cf. (vi)-(viii)), como resultado de propriedades semânticas das frases ou dos predicadores (cf. (ix)-(x)), ou ainda pela conjugação de vários destes elementos:

(i) **verbos semiauxiliares modais** como *poder*, *dever*, *ter* (*de*), *haver* (*de*) [4];

(6) a. Os alunos *podem* entrar na sala.
b. O coordenador do projeto *deve* escrever o relatório anual.

[4] Em contextos como os de (6a) e (6b), os verbos *dever* e *poder* funcionam como semiauxiliares, devendo estes contextos distinguir-se dos seus usos como verbos principais (cf. *ela não pode com aquele saco*, *ele deve vários milhares ao banco*; cf. Cap. 29).

Os verbos modais *poder* e *dever* expressam diferentes valores modais, pelo que as frases em que ocorrem são frequentemente ambíguas. Por exemplo, a frase (6a), com o verbo modal *poder*, pode ter uma interpretação epistémica de possibilidade ('é possível que os alunos entrem na sala') ou deôntica de permissão ('os alunos têm permissão para entrar na sala'), enquanto (6b) pode ter um significado epistémico de probabilidade ('é provável que o coordenador do projeto escreva o relatório anual') ou deôntica de obrigação ('o coordenador do projeto tem a obrigação de escrever o relatório anual').

(ii) **verbos plenos** que veiculam valores modais, como *saber*, *crer*, *permitir*, *obrigar*, *precisar* (*de*), etc., e a locução verbal *ser capaz* (*de*):

(7) a. O Rui *sabe* que o disco já está à venda.
b. A minha filha *precisa de* ir ao médico.
c. A Joana *é capaz de* correr 5000 metros sem se cansar.

Nos exemplos (7a,b), os verbos *saber* e *precisar* veiculam informação modal de crença e de necessidade interna, respetivamente, mas distinguem-se dos anteriores (*poder* e *dever*) por serem verbos plenos e não semiauxiliares (cf. Cap. 29). No exemplo (7c), a locução verbal *ser capaz* (*de*) tem valor modal de capacidade interna do sujeito.

(iii) **advérbios e locuções adverbiais**, como *possivelmente*, *necessariamente*, *provavelmente*, *talvez*, *certamente*, *se calhar*, etc., que veiculam valores modais de crença (possibilidade em (8a) e (8b), quase certeza em (8c) e (8d), podendo este último exemplo ter ainda uma leitura modal de obrigação):

(8) a. A Joana *talvez* acabe o trabalho até amanhã.
b. *Se calhar*, a Joana acaba o trabalho amanhã.
c. A Joana acabará *certamente* o trabalho até amanhã.
d. A Joana acabará *necessariamente* o trabalho até amanhã.

(iv) **adjetivos** como *possível*, *provável*, *certo*, *duvidoso*, *obrigatório*, *necessário*, etc.:

(9) a. É *possível* que a Rita desista de fazer o exame.
b. É *duvidoso* que o Rui consiga responder a todas as perguntas.
c. É *necessário* que a Joana acabe a contabilidade desta empresa até amanhã.

(v) **nomes** como *possibilidade*, *probabilidade*, *necessidade*, etc.:

(10) a. Há a *possibilidade* de a Joana chegar atrasada à reunião.
b. Existe uma grande *necessidade* de apoio por parte dos idosos.

Alguns dos exemplos apresentados em (i)-(v) mostram que determinadas raízes expressam sempre um valor modal (não necessariamente o mesmo), independentemente da classe de palavras em que se instanciam:

– *poder*, *possível*, *possivelmente*, *possibilidade;*
– *provável*, *provavelmente*, *probabilidade;*
– *necessitar*, *necessário*, *necessariamente*, *necessidade*.

(vi) alguns **sufixos derivacionais**, sendo o caso mais claro o de *-vel*, que forma adjetivos deverbais (cf. *lavável*, *concebível*, *solúvel*, *moldável*, *contestável*, *aceitável*), encontrando-se associado a um valor modal de possibilidade, como se ilustra em (11):

(11) a. Essa solução é aceitá*vel*.
b. Prefiro um tecido lavá*vel* à máquina.

Nestes exemplos, os adjetivos *aceitável* e *lavável* têm o significado de 'pode aceitar-se' e 'pode lavar-se', respetivamente.

(vii) alguns **tempos gramaticais** que podem criar situações alternativas associadas ao domínio da possibilidade, como é o caso do imperfeito e do futuro (simples e composto):

(12) a. Eu, agora, *ficava* aqui o dia todo na praia.
b. Neste preciso momento, o acordo entre os sete países já *estará* assinado.

Em (12a), a coocorrência do imperfeito *ficava* com o advérbio *agora* faz com que este tempo verbal não tenha, neste contexto, uma informação temporal de passado, criando uma situação alternativa possível, embora pouco provável, em que o falante ficaria na praia. Em (12b), a coocorrência entre uma expressão que remete para o tempo presente, *neste preciso momento*, e o tempo verbal futuro introduz incerteza em relação àquilo que é dito. Esta situação deve ser comparada com exemplos em que a expressão adverbial e o tempo verbal têm a mesma referência temporal, nos quais a incerteza desaparece (cf. *quando o jornal for publicado, o acordo entre os sete países já estará assinado*, em que ambos os elementos remetem para o futuro; ou *neste preciso momento, o acordo entre os sete países já está assinado*, em que ambos estes elementos remetem para o presente; cf. Cap. 15).

(viii) os **modos**, como, por exemplo, o indicativo e o conjuntivo, cuja alternância induz leituras diferentes em várias construções, como é o caso das construções relativas: em (13a), a relativa com verbo no indicativo assere a existência de um museu com boas condições de segurança e tem, assim, valor referencial; esse valor não está disponível em (13b), com o verbo no conjuntivo, cuja leitura se prende com o conceito de *museu com boas condições de segurança*, sem que isso implique a efetiva existência de tal museu. A frase (13b) veicula, portanto, valores de incerteza e de possibilidade sobre a existência de tal museu.

(13) a. O António vai doar a sua coleção de arte a um museu [que *tem* boas condições de segurança].
b. O António vai doar a sua coleção de arte a um museu [que *tenha* boas condições de segurança].

Outro exemplo é o modo imperativo, que veicula tipicamente um valor modal deôntico dirigido pelo falante ao seu interlocutor ou interlocutores, usualmente exprimindo uma ordem (cf., por exemplo, *abre a porta*), mas também uma autorização (cf. a resposta *entra!* a uma pergunta como *posso entrar?*).

Os modos como veículo da modalidade recebem uma abordagem exaustiva no Cap. 19.

(ix) as **frases caracterizadoras** com o verbo no presente ou no imperfeito do indicativo, que têm a propriedade de apresentar uma generalização sobre características da entidade denotada pelo sujeito; estas frases exprimem por vezes capacidade e um valor epistémico de possibilidade:

(14) O Rui *corre* quinze quilómetros sem se cansar.

Assim, o exemplo (14) pode ter um valor modal de capacidade, sendo, nesse caso, uma paráfrase possível a frase *o Rui é capaz de correr quinze quilómetros sem se cansar*, ou um valor modal epistémico, tendo como paráfrase a frase *é possível o Rui correr quinze quilómetros sem se cansar.*

(x) A **natureza semântica do predicado** que ocorre após um verbo semiauxiliar modal pode também influir na interpretação modal, como em (15):

(15) a. O Rui pode chegar a horas.
b. O Rui pode chegar atrasado.

As leituras mais naturais de (15a) estão relacionadas com a capacidade do Rui para conseguir chegar a horas ou com crença na possibilidade de o vir a fazer, enquanto a frase (15b) favorece uma interpretação em que é dada permissão ao Rui para chegar atrasado ou em que se afirma a crença na possibilidade de isso vir a acontecer. Ou seja, o verbo *poder*, ao combinar-se com o predicado *chegar atrasado*, que envolve uma situação de irregularidade em relação ao comportamento normal esperável, é mais passível de ser interpretado como tendo o valor modal de permissão do que quando ocorre seguido do predicado *chegar a horas*, que favorece leituras de capacidade interna ou epistémica.

Para além da natureza semântica do predicado, o conhecimento do mundo por parte do falante permite-lhe identificar determinadas relações que se estabelecem, por exemplo, entre o sujeito e o predicado, e que podem influenciar a leitura modal da frase, como no caso de (16):

(16) a. O professor pode faltar a essa aula.
b. Os alunos podem faltar a essa aula.

Em virtude do diferente posicionamento de alunos e professores na hierarquia institucional, o sujeito de (16a) favorece uma interpretação epistémica (de crença numa possibilidade), por ser menos natural pressupor, nesse caso, uma figura de autoridade que exercesse a permissão sobre o professor, enquanto o sujeito de (16b) favorece uma leitura deôntica de permissão (embora as leituras deôntica e epistémica também sejam possíveis para (16a) e (16b), respetivamente).

18.2 Modalidade forte e modalidade fraca

A expressão de determinado valor modal pode, em muitos casos, ser feita através de um conjunto alargado de construções linguísticas, que não são forçosamente equivalentes entre si. O valor de necessidade, por exemplo, pode ser veiculado

através dos verbos semiauxiliares *dever* ou *ter* (*de*), mas os dois diferem em termos da maior ou menor força que lhes está associada. Enquanto *ter* (*de*) expressa um valor de obrigação ou necessidade forte (cf. (17a)), ou ainda um valor epistémico de forte probabilidade (cf. (17b)), *dever* tem um valor de obrigação fraca (cf. (18a)) ou de necessidade fraca (cf. (18b)):

(17) a. *Tens de* assegurar este turno. [obrigação forte]
b. Com esta confusão de trânsito, *tem de* ter ocorrido um acidente. [probabilidade forte]

(18) a. *Deves* assegurar este turno. [obrigação fraca]
b. *Deve* ter havido um acidente. [probabilidade fraca]

Uma mesma expressão modal pode ainda, em determinados contextos discursivos, ser interpretada como mais forte ou mais fraca do que a sua leitura mais natural poderia sugerir. Assim, o verbo *ter* (*de*), que tipicamente expressa obrigação forte (cf. (19a)), pode ser atenuado em contextos nos quais se veicula algo próximo de uma sugestão ou um pedido e em que a prosódia contribui para essa leitura, como em (19b,c):

(19) a. *Tens de* ir entregar esta encomenda imediatamente.
b. *Tem de* experimentar esta receita nova, é uma maravilha.
c. *Tens de* nos vir visitar mais vezes.

Os exemplos (19b,c) poderiam ser expressos de outras formas, como *aconselho-a a experimentar esta receita nova* ou *sugiro que experimente esta receita nova*, para (19b), e *gostaria que viesses visitar-nos mais vezes* ou *que tal vires visitar-nos mais vezes?*, para (19c).

Quando ocorre uma reinterpretação da força modal de um enunciado de mais forte para menos forte no âmbito do mesmo domínio modal (neste caso o deôntico), fala-se em **modalização** e o resultado é uma **leitura modalizada**. Por exemplo, a modalização de uma ordem sob a forma de pedido ocorre com o verbo *querer*, como em *queira sentar-se*, e pode ainda ser realizada através de outras expressões linguísticas, como, por exemplo, construções interrogativas com verbo no presente com prosódia adequada (cf. (20a)) ou com verbo no imperfeito (este tempo reforça a modalização) (cf. (20b)). Nestes casos, trata-se de um ato linguístico indireto que, embora tenha formalmente propriedades de pergunta, constitui, na verdade, um pedido (cf. Cap. 48):

(20) a. *Dá-me* esse livro?
b. *Dava-me* esse livro?

Frases como (21a), quando dirigidas, por exemplo, a um empregado de café, têm leitura desiderativa e simultaneamente deôntica, pois o falante expressa um desejo e dirige uma ordem implícita ao seu interlocutor (parafraseável por 'traga-me um café e um pastel de nata'). Esta ordem pode ser ainda modalizada, produzindo efeitos de cortesia, através do uso do imperfeito, como em (21b):

(21) a. *Quero* um café e um pastel de nata.
b. *Queria* um café e um pastel de nata.

Inversamente, uma expressão modal pode receber uma interpretação modal mais forte do que a sua interpretação típica, como o verbo *poder*, que tem como interpretação preferencial uma modalidade fraca de permissão (cf. (22a)), mas que, com a prosódia adequada, é frequentemente utilizado para expressar uma ordem sob a forma de um pedido, por razões de cortesia entre os falantes (cf. (22b)):

(22) a. O Rui *pode* entrar.
b. *Pode* sentar-se.

18.3 Domínios da modalidade

Vimos na introdução que a modalidade se manifesta, através de diferentes elementos linguísticos, em cinco domínios semânticos fundamentais: o domínio **epistémico**, relacionado com a crença (do falante ou da entidade denotada pelo sujeito) relativamente à verdade da frase; o domínio **interno ao participante**, que se prende com capacidades ou necessidades próprias de um dos participantes na situação (nos casos mais típicos a entidade representada pelo sujeito); o domínio **deôntico**, que veicula valores de permissão ou obrigação; o domínio **externo aos participantes**, em que a possibilidade ou necessidade são estabelecidas por fatores independentes dos participantes da situação; e ainda o domínio **desiderativo**, associado ao desejo e à volição. Nesta secção discutem-se em detalhe estes domínios e os veículos linguísticos que os exprimem.

18.3.1 Modalidade epistémica

Esta modalidade está relacionada com o grau de certeza/incerteza manifestado pelo falante relativamente à verdade da proposição que produz (cf. *é possível que o comboio tenha chegado a tempo* ou *o comboio talvez tenha chegado a tempo*) ou pelo sujeito de uma frase complexa em relação à verdade da proposição veiculada pela oração subordinada (cf. *o Rui tem a certeza de que o comboio chegou a tempo*). Esta modalidade envolve as duas dimensões de **possibilidade** e de **necessidade**.

A dimensão de **possibilidade** é, com frequência, veiculada pelo verbo semiauxiliar *poder* e, em certos contextos, pela locução verbal *ser capaz* (*de*):

(23) a. O Rui *pode* ter chegado a tempo.
b. O Rui *é capaz de* ter chegado a tempo.
c. O Rui *era capaz de* chegar a tempo.
d. O Rui *foi capaz de* chegar a tempo.

Em (23a,b) o verbo *poder* e a locução *ser capaz* (*de*) (com o verbo no presente e o predicado seguinte no infinitivo composto) têm leitura epistémica, enquanto (23c) é ambígua entre uma leitura epistémica e outra relativa à capacidade interna do sujeito (cf. 18.3.2)[5]. No pretérito perfeito (cf. (23d)), a leitura de capacidade é claramente preferida e a epistémica só pode ocorrer quando existe informação contextual que a favoreça.

[5] A leitura epistémica é mais forte em (23b) e mais fraca em (23c), relativamente à leitura de capacidade.

Outros elementos linguísticos podem veicular uma leitura epistémica, como nos exemplos de (24):

(24) a. *É possível* que ele chegue amanhã.
b. *Talvez* a nossa equipa consiga ganhar o jogo.
c. O Rui *deve* ter chegado há minutos.
d. É *provável* que a nossa equipa consiga ganhar o jogo.
e. *Duvido* que a nossa equipa consiga ganhar o jogo.
f. Eu *creio* que o Rui chega amanhã.

Os exemplos de (24) cobrem diversos valores epistémicos que se prendem com a dimensão de **possibilidade**. Em (24a), o adjetivo *possível* como predicador da oração principal de uma frase complexa, e em (24b) o advérbio *talvez*, que ocupa uma posição pré-verbal e que, portanto, determina no verbo o modo conjuntivo, estabelecem uma leitura de possibilidade de atualização da situação, próxima das frases com *poder* e *ser capaz* (*de*). O verbo *dever*, em (24c), e o adjetivo *provável*, em (24d), veiculam uma leitura com um valor de incerteza menor, relativamente aos exemplos em (23) ou a (24a,b). Em (24e), o verbo pleno *duvidar* expressa um valor epistémico de crença negativa, enquanto em (24f) se expressa a crença positiva na realização da situação enunciada.

A comparação entre as frases (24a) e (24d) mostra que o adjetivo *provável* se caracteriza por uma leitura epistémica de maior certeza, em comparação com *possível* (cf. *um negócio possível* vs. *um negócio provável*), e esta gradação mantém-se entre os nomes *possibilidade* e *probabilidade* (cf. *comunicaram aos jornalistas a possibilidade de nacionalização do banco* vs. *comunicaram aos jornalistas a probabilidade de nacionalização do banco*). No entanto, noutros contextos, o nome *probabilidade* caracteriza-se por envolver noções de quantificação, muitas vezes indefinida, relativamente à realização da situação, como, p.e., em *existe alguma probabilidade de chover amanhã*, e pode variar entre uma probabilidade nula e uma probabilidade máxima, como em *a probabilidade de chover amanhã é* {*nula/ínfima/fraca/forte*}.

A modalidade epistémica também envolve a dimensão de **necessidade** (cf. (25)), e distingue-se por envolver uma leitura em que se veicula uma crença forte na verdade da proposição:

(25) a. O Rui *tem de* ter chegado há minutos.
b. Uma pessoa *tem de* ser louca para fazer tal coisa.
c. *É certo* que o Rui chega amanhã.
d. *Tenho a certeza* de que o Rui chega amanhã.
e. *Sei* que o Rui chega amanhã[6].

Esta dimensão prende-se, assim, com uma maior certeza na verdade da proposição, por oposição à crença na simples possibilidade da sua verdade, afirmando-se praticamente que não há outra alternativa. Não se trata, mesmo

[6] Embora as tipologias linguísticas classifiquem os domínios dos verbos *saber* (cf. (25e)) e *crer* (cf. (24f)) como modalidade epistémica, tradicionalmente, na lógica filosófica, é feita uma distinção segundo a qual o domínio do saber é chamado "epistémico" e o domínio da crença é chamado "doxástico".

assim, de uma certeza absoluta, pois, nesse caso, far-se-ia a asserção simples *o Rui chegou há minutos*.

18.3.2 Modalidade interna ao participante

A modalidade interna ao participante envolve noções associadas à capacidade e necessidade internas da entidade denotada pelo sujeito da frase, que pode ser o falante, no caso de um sujeito de primeira pessoa.

As interpretações relacionadas com a **capacidade interna** situam-se no domínio da **possibilidade**, pois as situações que referem podem realizar-se em qualquer tempo, independentemente do tempo da enunciação. Assim, p.e., a frase (26a) implica que é possível para a Ana realizar a ação descrita (saltar dois metros em altura). O domínio da capacidade é expresso pelos verbos *poder*, *saber*, *conseguir* e pela locução *ser capaz* (*de*):

(26) a. A Ana *pode* saltar dois metros em altura.
b. A Ana *é capaz de* acertar no alvo a 50 m de distância.
c. Eu *sei* tocar saxofone.
d. Tu ainda *podes* ler sem óculos.
e. Este carro *consegue* atingir os 100 kms/h em 5 segundos.

Divide-se, por vezes, a capacidade interna ao participante entre "inerente" e "aprendida", sendo a primeira associada ao verbo *poder* e a segunda ao verbo *saber*. De facto, os exemplos com o verbo *saber*, como (26c), correspondem a uma capacidade aprendida, mas os contextos em que ocorre o verbo *poder* podem envolver tanto uma capacidade inerente (frequentemente de natureza física), como uma capacidade simultaneamente inerente e aprendida, como em (26a) e (26b), em que as ações de saltar ou acertar no alvo resultam não só de uma propensão física, mas também de um processo de aprendizagem e treino.

O domínio da **necessidade** é veiculado por verbos como *precisar* e *necessitar*, que apresentam uma grande proximidade de significado, como se pode ver em (27), em que está em causa a necessidade interna do sujeito (o falante em (27a,b)):

(27) a. *Preciso de* comer.
b. *Necessito* (*de*) comer.
c. Ele *precisa de* ler para se sentir contente.

18.3.3 Modalidade deôntica

A modalidade deôntica prende-se com as leituras de permissão e de obrigação. O valor de **permissão** relaciona-se com o domínio da **possibilidade**, pois a permissão estabelece desde logo uma das condições para que a atualização da situação seja viável, podendo ser expresso por verbos como *poder* e *permitir*, e expressões como *dar/ter autorização*, como nos exemplos de (28):

(28) a. A Ana *permitiu* ao Rui ler a carta.
b. O Rui *tem autorização* para ler a carta.
c. Tu *podes* ler a carta.

O valor de **obrigação** prende-se, por seu turno, com o domínio da **necessidade**, e pode ser expresso por verbos como *obrigar*, *dever*, *ter* (*de*) e por locuções como *ter a obrigação* (*de*):

(29) a. A Ana *obrigou* os empregados a trabalhar até tarde.
b. Os empregados *têm a obrigação de* trabalhar até tarde.
c. Vocês *têm de* trabalhar até tarde.

A modalidade deôntica envolve duas entidades, uma que outorga uma permissão ou estipula uma obrigação e uma segunda entidade sobre a qual essa permissão ou obrigação recaem[7]. Nas frases (28a) e (29a), com os verbos *permitir* e *obrigar*, a entidade que estipula a ordem ou permissão (a Ana) é representada pelo sujeito, e a segunda entidade tem a função de complemento indireto ou direto (o Rui e os empregados, respetivamente). Nos exemplos (28b,c) e (29b,c), a permissão e a obrigação são estabelecidas por uma entidade que não corresponde a nenhum argumento da frase e que pode ser uma terceira pessoa não identificada ou, na interpretação mais comum, o próprio falante; e a entidade sobre a qual incide a permissão ou a obrigação é o sujeito da frase, que pode corresponder ao interlocutor, como nos exemplos (c). Quando corresponde a uma terceira pessoa, a permissão ou obrigação é emitida de forma indireta.

Os verbos *dever* e *ter* (*de*) são utilizados para indicar obrigação fraca e obrigação forte, respetivamente, como se vê pelo contraste entre (30) e (31):

(30) a. *Deves* sair já.
b. O Rui *deve* sair já.

(31) a. *Tens de* entrar já.
b. O Rui *tem de* entrar já.

18.3.4 Modalidade externa aos participantes

Enquanto a modalidade deôntica veicula valores de permissão e de obrigação impostos por um participante ou por normas sociais, envolvendo, portanto, alguma capacidade de controlo sobre a situação, no caso da modalidade externa aos participantes a possibilidade ou necessidade é estabelecida por circunstâncias externas, que se impõem aos participantes e que resultam das circunstâncias ou de fenómenos físicos, i.e., de aspetos não controláveis.

O valor de **possibilidade** pode ser expresso pelo verbo *poder* (cf. (32a), em que se indica que apanhar o metro é uma das formas de chegar ao centro da cidade). O valor de **necessidade** (obrigação) pode ser expresso por *dever* e *ter* (*de*) (cf. (32b) e (32c), respetivamente: (32b) tem como leitura uma forte recomendação de apanhar o metro como forma de chegar ao centro da cidade e (32c) indica que é a única maneira de alcançar o centro da cidade):

[7] Por se tratar de um tipo de modalidade que não envolve fatores internos ao participante, certas tipologias consideram a modalidade deôntica como um subtipo da modalidade externa aos participantes, descrita a seguir; opõem, assim, binariamente a modalidade interna ao participante aos dois tipos de modalidade aqui designadas como deôntica e externa aos participantes.

(32) a. Para ir para o centro da cidade, *pode* apanhar o metro. [possibilidade]
b. Para ir para o centro da cidade, *deve* apanhar o metro. [necessidade/obrigação fraca]
c. Para ir para o centro da cidade, *tem de* apanhar o metro. [necessidade/obrigação forte]

Nos exemplos (32), a possibilidade ou obrigação de apanhar o metro para ir para o centro da cidade não resulta de uma permissão ou obrigação exercida pelo falante sobre o seu interlocutor, resulta, sim, de propriedades que estes não controlam, neste caso, a rede de transportes disponível. São, portanto, propriedades externas aos participantes.

A mesma leitura de modalidade externa ocorre com verbos tipicamente associados à modalidade deôntica, como *permitir* ou *obrigar*, quando ocorrem em frases sem sujeito agentivo, mas mesmo assim capaz de exercer permissão ou obrigação sobre outro participante, como no caso de (33a) e (33b), em que os verbos podem ser parafraseados por 'tornar possível' e 'tornar necessário', respetivamente (o que não é possível na leitura deôntica):

(33) a. As circunstâncias *permitiram* que o Rodrigo ficasse a dar aulas na mesma escola.
b. O facto de ter havido um corte de luz nesse dia *obrigou* o Pedro a pedir um prolongamento do prazo de entrega do trabalho.

18.3.5 Modalidade desiderativa

A modalidade desiderativa veicula valores de vontade, desejo e esperança por parte do sujeito da frase, como nos exemplos (34)-(36):

(34) a. Eu *quero* ser atriz de cinema.
b. A diretora *gostaria* que a biblioteca dos alunos fosse renovada até ao início do ano letivo.
c. *Deus queira* que ela consiga ser selecionada para o papel principal.
d. *Quem me dera* ter sido selecionada para o papel principal.

(35) a. Não pode chover amanhã. Combinei ir à praia.
b. Amanhã tem de fazer sol, para podermos ir à praia.

(36) a. A Maria agora *dava* um mergulho, se tivesse trazido o fato de banho.
b. Eu *bebia* um cafezinho.
c. Eu *mudava* o título do artigo.

Em (34), é expressa a vontade do falante (cf. (34a)) ou de uma terceira entidade (cf. (34b)), através de frases complexas com verbos volitivos na oração principal, enquanto em (34c,d) o falante expressa um desejo através das expressões lexicalizadas *Deus queira* e *quem me dera*. Em (35), expressa-se uma impossibilidade (cf. (35a)) ou uma necessidade (cf. (35b)) em relação a algo que é condição para a realização de um desejo ou objetivo do falante, projetado para um tempo futuro através do advérbio *amanhã*, em (35a), ou da oração subordinada final, em (35b). Assim, nos exemplos (35), combinam-se vários elementos que levam a que as

interpretações de impossibilidade e de necessidade fundamentem uma leitura de tipo desiderativo. Em (36), o valor desiderativo é expresso através do uso do imperfeito com verbos plenos: nestes casos, o imperfeito indica um evento que o sujeito da frase deseja que venha a realizar-se. A probabilidade ou improbabilidade de esse desejo ser realizado depende do contexto discursivo e situacional: em (36a), o contexto propiciado pela condicional indica que esse desejo tem realização improvável, enquanto em (36b) poderá ser realizável ou não (*eu bebia um cafezinho, dê-me aí um cheio*; *eu bebia um cafezinho, mas o médico proibiu-me*). Em determinados contextos discursivos, o imperfeito pode não só ter valor desiderativo como também ter valor de sugestão ou pedido, como no caso de (36b), em que a frase pode constituir um convite aos interlocutores para beberem também um café, e no caso de (36c), em que o sujeito expressa uma sugestão de mudança do título do artigo.

Os exemplos de (35) mostram como a modalidade desiderativa se prende com a dimensão da **necessidade**, já que o forte desejo do falante o leva a apresentar a realização da situação como uma necessidade. Este tipo de modalidade também envolve a dimensão de **possibilidade**, por remeter para um futuro desejável. Mas, contrariamente aos restantes tipos modais, estes dois valores de possibilidade e de necessidade parecem estar presentes em simultâneo, em vez de funcionarem como duas dimensões.

> [2] Considera-se aqui a modalidade desiderativa como um tipo modal independente. Já foi mencionada na Caixa [1] a grande diversidade que existe na literatura semântica sobre as abordagens tipológicas da modalidade. Quando a modalidade desiderativa é contemplada nessas tipologias, é tratada de diversas formas. O tipo desiderativo é por vezes integrado na modalidade deôntica, tendo como critério o facto de não ser epistémico (cf. Palmer 1986). No entanto, os exemplos de (34) aproximam-se da leitura interna ao participante, pois envolvem uma vontade interna ao sujeito, que não depende de fatores externos e que se pode relacionar com os casos de necessidade interna como *o Rui precisa de dormir muitas horas*. Por outro lado, os exemplos de (35), que veiculam um desejo por parte do falante, prendem-se, simultaneamente, com uma leitura interna e externa aos participantes, pois expressa-se um desejo que envolve fatores não controláveis[8].

18.4 Ambiguidade entre tipos de modalidade

Os dados apresentados nas secções anteriores mostraram a existência de ambiguidade entre leituras modais em certas frases, quer por efeito da ambiguidade própria dos verbos semiauxiliares modais ou dos verbos plenos com valor modal que nelas ocorrem, quer por efeito de uma conjugação de diferentes elementos com valor modal. Nesta secção, serão discutidas algumas ambiguidades muito frequentes, que se prendem com a própria natureza dos domínios discutidos. Estas ambiguidades retomam-se na secção 18.5, na qual se discutem os verbos particulares (semiauxiliares e plenos) que veiculam valores modais.

[8] Veja-se van der Auwera e Plungian (1998), que consideram que o valor optativo (associado ao desejo) deriva do tipo modal externo aos participantes, por tratar-se de uma invocação de circunstâncias para a realização de determinada situação.

18.4.1 Modalidade deôntica e modalidade externa

Nem sempre é fácil distinguir entre modalidade deôntica e modalidade externa, pois, em muitos casos, a situação pode ser interpretada como sendo controlada por um dos participantes ou como sendo o resultado de fatores externos. No caso dos exemplos de (37), que envolvem valores modais de obrigação, as duas leituras são possíveis:

(37) a. Os recém-nascidos *devem* ser vacinados.
b. A biblioteca *deve* ter mais espaços de trabalho.

O exemplo (37a) pode ter uma leitura de modalidade externa, em que a vacinação dos recém-nascidos é uma imposição que resulta de fatores externos; ou uma leitura deôntica, menos natural, em que o falante (por exemplo, o responsável pela secção de pediatria do hospital) decide impor a obrigação de vacinação. Também o exemplo (37b) pode ter duas interpretações: externa, em que o facto de a biblioteca precisar de mais espaço é uma necessidade imposta pela própria natureza daquele espaço e da sua utilização; ou deôntica, também menos natural, em que a necessidade é determinada pelo falante, que será o responsável pelo espaço e que impõe essa alteração (tal como poderia impor a alguém que fizesse algo).

A dificuldade frequente em estabelecer a existência de controlo sobre a situação por parte de algum dos participantes leva a frequentes ambiguidades em relação às leituras deôntica e externa, que poderão ser eliminadas quando à frase se associa mais informação sobre o contexto em que decorre a situação.

18.4.2 Modalidade interna e modalidade deôntica

O verbo *poder* tem tipicamente uma leitura de capacidade interna, como na frase *tu ainda podes ler sem óculos*. Algumas frases com este verbo, e também com o verbo *precisar*, são ambíguas entre a leitura de capacidade interna e uma leitura deôntica de permissão/obrigação, como nos exemplos (38):

(38) a. O concorrente inglês *pode* mergulhar até 30 metros.
b. A professora disse que o aluno *precisa de* ler.

Para além da leitura interna, (38a) tem uma leitura deôntica que se obtém, por exemplo, no contexto de um concurso de mergulho com regras regulando a profundidade que se pode alcançar em cada prova. O exemplo (38b) tem uma leitura de necessidade interna, parafraseável por 'a professora disse que ele necessita de ler (para se sentir contente)', talvez menos natural, e outra deôntica, em que a própria professora impõe a prática de leitura ao aluno para que ele corresponda às suas exigências ou às exigências escolares e sociais.

18.4.3 Modalidade externa e modalidade epistémica

Existe, por vezes, uma grande proximidade entre as leituras de modalidade externa e epistémica, como no caso de (39):

(39) a. *Deve* chover amanhã.
b. A equipa sul-africana *pode* ganhar o jogo.

Na leitura epistémica de (39a), o falante enuncia a sua opinião sobre a alta probabilidade de vir a chover no dia seguinte; na leitura externa, afirma-se que as circunstâncias levam à probabilidade de chuva. Na verdade, torna-se difícil distinguir de forma clara entre as duas interpretações, pois ambas implicam a avaliação de circunstâncias externas aos participantes e a consequente dedução da probabilidade de vir a chover. Em (39b), para além da leitura de capacidade interna, em que se diz que a equipa tem capacidade para ganhar, existe ainda uma leitura externa, na qual se assere que existem circunstâncias externas e não controláveis que podem levar à possibilidade de a equipa ganhar o jogo, e uma leitura epistémica, em que o falante expressa incerteza quanto ao facto de a equipa vir a ganhar o jogo, parafraseável por 'é possível que a equipa sul-africana ganhe o jogo'.

Em resumo, a proximidade entre as leituras de modalidade externa e epistémica deve-se ao facto de ambas envolverem a avaliação de circunstâncias externas, da qual decorre a possibilidade de a situação se concretizar e que possibilita a expressão de certeza ou incerteza por parte do falante.

18.5 Verbos modais

Os verbos semiauxiliares modais *dever*, *poder*, *ter* (*de*) e, em certos contextos, *haver* (*de*) constroem-se com outros verbos no infinitivo; contrariamente ao que acontece com os seus correspondentes noutras línguas, como o inglês, estes semiauxiliares modais têm flexão temporal (cf. Cap. 29). A locução verbal *ser capaz* (*de*) será também analisada nesta secção.

18.5.1 *Dever*

O verbo modal *dever* constrói-se seguido de verbo no infinitivo (cf. *o João deve pagar as dívidas*), não devendo, por isso, confundir-se com o verbo pleno transitivo *dever*, como em *ele deve dinheiro aos pais*. O verbo *dever*, enquanto modal, pode ocorrer nos tempos do presente e do imperfeito, quer do indicativo (cf. (40a,b)), quer do conjuntivo (cf. (40c,d)), e ainda no futuro (cf. (40e)) e no condicional (cf. (40f)). No entanto, o modal *dever* é defetivo quanto ao pretérito perfeito do indicativo (cf. a impossibilidade de **ele deveu ler esse livro*) e raramente surge no futuro do conjuntivo, sendo, nestes casos, substituído por *ter* (*de*), em particular no seu valor deôntico de obrigação (compare-se ??*quando ele dever ler o livro, compra-o* com *quando ele tiver de ler o livro, compra-o*), e raramente ocorre nos tempos compostos (cf. a impossibilidade de **o João tinha devido pagar as dívidas*).

(40) a. O João *deve* pagar as dívidas.
b. O João *devia* pagar as dívidas.
c. Receio que o João *deva* pagar as dívidas.
d. Receei que o João *devesse* pagar as dívidas.
e. O João *deverá* pagar as dívidas.
f. O João *deveria* pagar as dívidas.

É, assim, o verbo modal que menos tempos verbais aceita. Este verbo admite ainda a construção em que é seguido de verbo no infinitivo composto, como em (41), em todos os tempos em que ocorre:

(41) a. O miúdo *devia ter comido* a sopa.
b. Suponho que o miúdo *devesse ter comido* a sopa.

Este verbo varia entre uma leitura deôntica (cf. (42a)), epistémica (cf. (42b)) e externa aos participantes (cf. (42c)), consoante o contexto, embora algumas construções desencadeiem preferencialmente uma leitura em detrimento de outras[9].

(42) a. *Deves* entregar-me o trabalho até às cinco da tarde.
b. Com todo esse barulho, *deve* haver uma festa no andar de cima.
c. Para ir para a Baixa, *deve* seguir a linha azul do metro.

18.5.1.1 Interação entre *dever* e a classe aspetual do verbo pleno

Como referido em 18.3.3, o conceito deôntico de obrigação (exemplificado com *dever* na frase *tu deves rever a contabilidade da empresa até amanhã*) envolve duas entidades, sendo que a primeira (o falante na frase ora dada como exemplo) obriga ou leva a segunda entidade (o sujeito nesta mesma frase, neste caso também o interlocutor) a realizar determinada ação ou a comportar-se de determinada forma. A imposição de uma obrigação está associada, em primeiro lugar, à possibilidade de controlo da situação pela entidade que está sujeita à obrigação, o que ocorre nos exemplos em (43a-c), cujos verbos pertencem a diferentes classes aspetuais (cf. Cap. 17): processo culminado (*ler o livro*), em (43a), e processos (*tocar piano*, *beber água*), em (43b,c). Pelo contrário, os predicados em (43d,e), com valor aspetual de culminação, não apresentam o mesmo grau de controlo e não têm leitura preferencial deôntica (a seguir a cada exemplo, assinalam-se as leituras modais possíveis):

(43) a. O Rui *deve ler o livro* até às duas horas. [deôntica, epistémica]
b. O Rui *deve tocar piano*. [deôntica, epistémica]
c. Tu *deves beber muita água*. [deôntica, epistémica]
d. O Rui *deve ganhar a corrida*. [epistémica, deôntica]
e. O comboio *deve chegar atrasado*. [epistémica, deôntica]

As frases de (43a-c) apresentam uma leitura preferencial deôntica, em que se estabelece sobre o Rui a obrigação de ler o livro, tocar piano ou beber água (todas elas atividades que podem ser controladas pelo Rui), enquanto as frases (43d,e) aceitam uma interpretação deôntica, embora não preferencial (devido ao facto de ganhar a corrida e de o comboio chegar atrasado serem eventos apenas parcialmente controláveis pelo sujeito). Todas estas frases têm ainda uma leitura modal epistémica, que se prende com a probabilidade de realização destes eventos, podendo o contexto situacional desambiguar as duas leituras. Nalguns casos, como em (43c), a prosódia da frase também pode ajudar a desambiguar.

[9] Em frases com o verbo *dever*, a ocorrência de determinados elementos como o tempo imperfeito, a entoação ou ainda a presença de um advérbio como *amanhã* ou de uma oração subordinada final (que projetam ambos para o futuro) propiciam uma leitura final desiderativa. Por exemplo, na frase *devia ser feriado!*, o verbo *dever* ocorre no imperfeito e o enunciado, com entoação específica, tem valor desiderativo (repare-se que a leitura desiderativa não está disponível quando o mesmo verbo está no tempo presente; cf. *deve ser feriado!*). Na frase *amanhã devia ser feriado para eu não ter de trabalhar*, a leitura desiderativa advém da combinação do advérbio, do imperfeito e da oração subordinada final.

Podem também ocorrer com *dever* predicados de tipo estativo, como em (44) e (45). Também nestas frases, a interpretação modal está dependente de os predicados serem controláveis ou não. As frases de (44) são exemplos de predicados não controláveis pelo sujeito da frase, pelo que apenas está disponível a leitura epistémica. Pelo contrário, os exemplos em (45) são casos de predicados controláveis, que aceitam as leituras epistémica e deôntica.

(44) a. O Rui *deve ser alto*. [epistémica]
b. O Rui *deve ser português*. [epistémica]
c. O Rui *deve estar assustado*. [epistémica]
d. O Rui *deve gostar de morangos*. [epistémica]

(45) a. O Rui *deve estar vestido* quando eu o vier buscar. [epistémica, deôntica]
b. O Rui *deve estar atento* quando entrar o professor. [epistémica, deôntica]
c. O Rui *deve ser simpático*. [epistémica, deôntica]
d. O Rui *deve viver em Lisboa*. [epistémica, deôntica]

[3] Os paradigmas (44) e (45) acima têm exemplos de diferentes tipos de predicados estativos: *ser alto* e *ser português* são estados estáveis (cf. (44a,b)), *estar assustado*, *estar vestido* e *estar atento* são estados episódicos (cf. (44c) e (45a,b)) e *ser simpático* e *viver em Lisboa* são casos de estados faseáveis (cf. (45c,d)). Os estados estáveis descrevem propriedades estáveis dos indivíduos, que se mantêm por longo período de tempo ou mesmo por toda a sua vida, enquanto os segundos denotam propriedades transitórias, associadas a um período de tempo delimitado. Alguns estados estáveis podem ser reinterpretados como episódicos em certos contextos (cf. *ele é uma pessoa simpática*, em que o predicado *ser* (*uma pessoa*) *simpática* é interpretado como estável, vs. *ele é um homem horrível, mas hoje foi muito simpático comigo*, em que *ser simpático* é reinterpretado como episódico); nesta reinterpretação adquirem propriedades dinâmicas, as quais partilham com os eventos, sendo designados como "faseáveis" (cf. Cap. 17.3.2.1 e 17.3.2.2).

Os estados estáveis são, tipicamente, não controláveis, pelo que não admitem leitura deôntica (cf. (44a,b)) e apenas aceitam leitura epistémica. É possível uma leitura de necessidade externa, como num contexto em que se discutem as propriedades necessárias para a realização de determinada tarefa: cf. *ainda não sei qual vai ser o reforço da equipa na defesa, mas o jogador a contratar deve ser alto*. Com estados episódicos, associados a propriedades transitórias, a leitura deôntica é admitida se o estado for de tipo controlável. Assim, *estar assustado* é um estado episódico, não controlável, e não aceita facilmente uma interpretação deôntica. Será possível interpretar (44c) como envolvendo uma obrigação, mas, nesse caso, *estar assustado* é reinterpretado como *parecer assustado* (como, por exemplo, numa situação em que se dá indicações a um ator: *nesta cena, o Rui deve estar assustado*). Pelo contrário, *estar vestido* e *estar atento*, que são igualmente estados episódicos, mas controláveis pelo sujeito, aceitam uma leitura deôntica, para além da leitura epistémica. Os estados faseáveis apresentam o mesmo comportamento, ao admitirem leitura deôntica se forem controláveis, como *ser simpático* e *viver em Lisboa* (cf. (45c,d)), e ao admitirem apenas leitura epistémica se forem não controláveis, como *gostar de morangos* (cf. (44d)), que constitui, à partida, uma propriedade não dependente da vontade da entidade experienciadora.

Assim, a possibilidade de interpretação deôntica de construções com o verbo semiauxiliar modal *dever* está dependente, em parte, da classe aspetual do verbo pleno (ou do predicado) com o qual se combina e da existência de controlo por parte do sujeito sobre o evento ou sobre o estado denotado por esse verbo ou pelo predicado que o integra.

A possibilidade de uma leitura deôntica existe também com certos predicados nos quais o controlo sobre a situação não é exercido pelo sujeito da frase, mas sim por outra entidade identificada ou assumida contextualmente (podendo ser o falante), como nos exemplos de (46a-d):

(46) a. O Rui *deve ser despedido*. [epistémica, deôntica]
b. O Rui *deve passar por vários dias de formação* até fazer trabalho de secretaria. [epistémica, deôntica]
c. A biblioteca *deve ter mais luz* para melhorar as condições de leitura. [externa, deôntica]
d. Os miúdos *devem ser vistos pelo médico* [externa, epistémica, deôntica]
e. *Deve chover* amanhã. [epistémica, externa]

Assim, por exemplo, em (46a) não é o sujeito, *o Rui*, que controla o evento *ser despedido* e no caso de (46e), a leitura deôntica não está disponível por não haver possibilidade, em condições normais, de controlar a realização de uma situação de natureza meteorológica[10].

Nas frases (46c-e), por sua vez, é possível uma leitura em que a imposição é determinada por fatores externos; assim, (46c) pode ser parafraseado por 'é necessário que a biblioteca tenha mais luz', (46d) por 'é necessário que os miúdos sejam vistos pelo médico' e (46e), nesta leitura, significa algo como 'as circunstâncias fazem com que seja muito provável que chova amanhã'.

Vemos, assim, que a leitura deôntica está dependente de o estado ou evento ser controlável, quer pelo sujeito, quer por outra entidade implícita (incluindo o falante). Com predicados não controláveis, incluindo estados estáveis como *ser alto*, ou eventos, como *chover* e *morrer*, a interpretação deôntica não está disponível, a não ser em situações muito especiais.

18.5.1.2 *Dever* seguido do infinitivo composto

Nas frases com o verbo *dever* no presente, seguido de um predicado verbal no infinitivo composto (ou seja, seguido pelo auxiliar perfeito *ter* + pp – cf. Cap. 29), o aspeto perfectivo da construção, em que a situação descrita é apresentada como terminada, faz com que a leitura mais natural, ou mesmo a única acessível, seja a epistémica; assim, compare-se (47a) com (47b), exemplo sem o auxiliar perfectivo e que, ao contrário de (47a), aceita a leitura deôntica:

(47) a. A Rita *deve ter elaborado* o relatório. [epistémica]
b. A Rita *deve elaborar* o relatório. [deôntica, epistémica]

[10] Mesmo as experiências para potenciar a queda de chuva não são totalmente controláveis e dificilmente seriam situações às quais se adequasse a enunciação da frase (46e).

Na frase (47a), o aspeto perfectivo faz com que a interpretação deôntica de obrigação, que pressupõe uma realização num tempo futuro, não esteja disponível, pelo que a frase tem unicamente valor modal epistémico. Em contrapartida, em (47b), a modalidade deôntica é a leitura preferencial, embora também possa haver interpretação epistémica, em que se considera provável que a Rita venha a elaborar o relatório.

Nas frases de (48), o verbo *dever* ocorre noutros tempos verbais, existindo contraste nas leituras acessíveis:

(48) a. Ele *deverá* ter visto o filme. [epistémica, deôntica]
b. Ele *deverá* ter feito os trabalhos até amanhã se quiser sair com os amigos. [deôntica]
c. Ele *devia* ter visto o filme. [deôntica]
d. Ele *deveria* ter visto o filme. [deôntica]

Tal como em (47a), o verbo modal *dever* no futuro também aceita a leitura epistémica (cf. (48a)). No entanto, também está acessível nesta frase a leitura deôntica, que é, aliás, mais saliente na frase (48b). As frases (48c) e (48d), em que *dever* ocorre no tempo imperfeito e condicional, respetivamente, têm leitura deôntica, mas não admitem a interpretação epistémica. Nestas duas últimas frases, cria-se um efeito de contrafactualidade[11], do qual se depreende que o sujeito não realizou essa ação, embora o devesse ter feito.

Nos seguintes paradigmas, temos igualmente exemplos com o verbo modal *dever* seguido de infinitivo composto, mas, neste caso, com predicados estativos:

(49) a. Ele *deve ter sido alto*. [epistémica]
b. Ele *deverá ter sido alto*. [epistémica]
c. Ele *devia ter sido alto*. [epistémica]
d. ?Ele *deveria ter sido alto*.

(50) a. Ele *deve ter estado doente*. [epistémica]
b. Ele *deverá ter estado doente*. [epistémica]
c. Ele *devia ter estado doente*. [epistémica]
d. ?Ele *deveria ter estado doente*.

(51) a. Ele *deve ter sido simpático*. [epistémica]
b. Ele *deverá ter sido simpático*. [epistémica]
c. Ele *devia ter sido simpático*. [deôntica]
d. Ele *deveria ter sido simpático*. [deôntica]

As frases de (49) e (50) mostram que quando o verbo *dever* é seguido de um predicado não controlável no infinitivo composto a leitura modal é sempre epistémica, quer o verbo *dever* esteja no presente, no futuro ou no imperfeito (a interpretação epistémica das frases com o verbo *dever* no condicional ((49d) e (50d)) é mais difícil). Quando, pelo contrário, o verbo *dever* se constrói com um predicado

[11] A contrafactualidade obtém-se em certas construções, em especial as condicionais, em que o sentido é contrário àquele que a forma linguística poderia sugerir. Assim, na frase *se tivesses estudado, agora sabias responder às perguntas*, embora não haja nenhuma palavra negativa, o significado é que o sujeito não estudou e não sabe responder às perguntas.

controlável, como *ser simpático*, as leituras variam consoante o tempo do verbo modal: quando *dever* está no presente e no futuro, as frases têm igualmente leitura epistémica (cf. (51a,b)), mas quando o verbo *dever* está no imperfeito ou no condicional (cf. (51c,d)), a leitura modal é a deôntica.

Tanto o imperfeito como o condicional, nas frases (c,d) dos paradigmas (49)-(51), têm uma interpretação de contrafactualidade: determinada situação, que era possível que tivesse ocorrido, não se realizou.

18.5.1.3 *Dever* seguido do auxiliar progressivo

O auxiliar progressivo, construído com *estar* (*a*) seguido de verbo no infinitivo (cf. Cap. 29), propicia, tal como o infinitivo composto, uma leitura epistémica do modal *dever* precedente, como se vê na frase *a Rita deve estar a nadar*, exemplo interpretado como 'na base daquilo que o falante sabe, é provável a Rita estar a nadar'. No entanto, com este auxiliar, a leitura do verbo modal depende também da classe aspetual dos predicados plenos e sobretudo de existir ou não controlo da situação por parte da entidade expressa pelo sujeito, como se ilustra nos exemplos seguintes:

(52) a. A Rita *deve estar a ler o livro*. [epistémica, deôntica]
b. A Rita *deve estar a tocar piano*. [epistémica, deôntica]
c. ??A Rita *deve estar a ser medrosa*. [epistémica]
d. A Rita *deve estar a ser simpática*. [epistémica]
e. A Rita *deve estar a viver em Lisboa*. [epistémica]
f. ??A Rita *deve estar a gostar de morangos*. [epistémica]

Em todos estes exemplos, a leitura preferencial é a epistémica, embora em (52c) e (52f) a coocorrência do verbo modal com o progressivo torne a frase semanticamente estranha. Como foi já referido, para além desta interpretação, os predicados de tipo eventivo aceitam uma leitura deôntica, onde se estipula uma obrigação (cf. (52a,b)).

18.5.1.4 Obrigação fraca e obrigação forte

As interpretações deôntica e externa do verbo *dever* devem ser entendidas como obrigação fraca ou necessidade fraca, pois este verbo entra numa escala em que *ter* (*de*) surge associado a essas leituras de forma muito mais forte (cf. Oliveira 1988, 2000), como se ilustra no contraste entre (53) e (54):

(53) a. *Deves* comer a sopa.
b. A biblioteca *deve* ter mais luz.

(54) a. *Tens de* comer a sopa.
b. A biblioteca *tem de* ter mais luz.

18.5.1.5 Modalização do valor deôntico

Os diferentes tempos em que o verbo modal *dever* ocorre podem, de algum modo, influenciar o grau de necessidade ou obrigação. Assim, o imperfeito, o futuro e o condicional, para além de possível informação temporal, podem também atribuir um menor grau de certeza ou uma obrigação ou necessidade menos forte. Assim,

as frases (b)-(d) dos exemplos (55) e (56) contrastam com as frases (a); naquelas, o tempo verbal utilizado modaliza, isto é, torna mais fraca (cf. 18.2) a obrigação estipulada pelo falante, que pode consistir numa ordem apresentada sob forma de sugestão, por motivos de delicadeza, ou numa recomendação ou conselho:

(55) a. *Deves* comer a sopa.
b. *Devias* comer a sopa.
c. *Deverás* comer a sopa.
d. *Deverias* comer a sopa.

(56) a. A biblioteca *deve* ter mais luz.
b. A biblioteca *devia* ter mais luz.
c. A biblioteca *deverá* ter mais luz.
d. A biblioteca *deveria* ter mais luz.

18.5.2 *Poder*

Este verbo semiauxiliar modal ocorre em todos os tempos simples e compostos, quer do indicativo quer do conjuntivo, e também no infinitivo composto. Apresenta quatro das leituras mencionadas em 18.3: interna ao participante, em particular de capacidade (cf. (57a)), externa aos participantes (cf. (57b)), deôntica de permissão (cf. (57c)) e epistémica (cf. (57d))[12]:

(57) a. Ele ainda *pode* ler sem óculos.
b. O senhor *pode* seguir por esta rua e vira à esquerda.
c. O senhor *pode* entrar quando eu disser.
d. Ele *pode* ter perdido o comboio.

18.5.2.1 Interação entre *poder* e a classe aspetual do verbo pleno

Tal como com *dever*, com o verbo modal *poder* a leitura deôntica surge preferencialmente com predicados eventivos, sendo o sujeito da frase a entidade sobre a qual incide a permissão, como em (58a,b) (respetivamente *o Rui* e *tu*):

(58) a. O Rui *pode* entrar. [deôntica]
b. Depois de fazer os trabalhos de casa, (tu) *podes* comer o chocolate. [deôntica]

Nestas frases, quer *o Rui* quer o interlocutor (*tu*) recebem permissão (ou uma ordem modalizada) para realizar uma ação que podem controlar (*entrar* e *comer o chocolate*). Estes exemplos, com a prosódia adequada, admitem ainda uma leitura deôntica mais fraca, que consiste numa sugestão ou conselho, tratando-se, portanto, de um ato linguístico indireto, pois formula-se uma sugestão sob forma de uma permissão; esta leitura é reforçada pelo recurso ao imperfeito (cf. (59)):

(59) a. *Podias* entrar.
b. *Podias* comer um chocolate.

[12] Tal como com o verbo *dever*, também o verbo *poder* pode ocorrer em contextos discursivos que têm uma leitura final desiderativa, que resulta do uso do tempo imperfeito e de uma entoação específica da frase: *bem podia parar de chover!*

Em (60), o verbo *poder* é seguido de diferentes tipos aspetuais de predicados, que afetam a leitura modal das frases, consoante denotam ou não eventos controláveis:

(60) a. O Rui *pode morrer*.
b. O Rui *pode ganhar a corrida*.
c. *Pode chover*.
d. *Podem surgir alguns problemas*.

A frase (60a), com o predicado *morrer*, não pode, em circunstâncias normais, ser aceitável com a leitura deôntica, uma vez que é incongruente dar permissão ao Rui para realizar uma ação que ele, em princípio, não controla. A mesma frase é, no entanto, aceitável com uma leitura epistémica de possibilidade. Em (60b), o predicado *ganhar a corrida* denota um evento que não depende exclusivamente do Rui, logo a leitura deôntica também é pouco natural. Para esta frase são aceitáveis as leituras de capacidade interna ('o Rui é capaz de ganhar a corrida'), externa ('as circunstâncias podem permitir que o Rui ganhe a corrida') e epistémica ('é possível que o Rui ganhe a corrida'). Finalmente, (60c) e (60d), com predicados (*chover* e *surgir*) que denotam situações não controláveis pelos participantes, também não podem ter uma leitura deôntica de permissão nem uma leitura de capacidade interna ao participante; prefere-se, assim, para estas frases a leitura epistémica, embora a leitura externa também seja possível, visto poderem estar envolvidos na situação fatores externos aos participantes. É, aliás, difícil nestes casos (como referido em 18.4.3) distinguir de forma clara entre a leitura epistémica ('é possível que chova', 'é possível que surjam problemas') e a leitura externa aos participantes ('as circunstâncias, por exemplo a deslocação do anticiclone dos Açores, levam a que possa chover' e 'as circunstâncias, por exemplo, alterações nos regulamentos de financiamento dos partidos, levam a que possam surgir problemas').

De modo semelhante a *dever*, com alguns predicados estativos, a leitura deôntica é também admissível, como se ilustra a seguir:

(61) a. Tu *podes ser simpático* durante o exame.
b. Tu *podes viver em Lisboa*.
c. Tu *podes estar aí sentado*.

Em (61a,b), o facto de estes predicados não terem, neste contexto, uma leitura preferencialmente estativa, envolvendo até um certo dinamismo e controlo por parte do sujeito, torna possível a leitura deôntica de permissão, contrariamente a frases com predicados não controláveis, como *ser alto*. Em (61c), o predicado estativo *estar sentado* resulta de um evento (*sentar-se*), sendo igualmente controlável pelo sujeito. Em resumo, o facto de os estados representados pelos predicados destes exemplos serem de tipo controlável permite a leitura deôntica de permissão destas frases.

18.5.2.2 *Poder* seguido do infinitivo composto

Como acontece com o modal *dever*, também o aspeto perfectivo associado ao auxiliar seguido de infinitivo composto (*ter* + pp) propicia a leitura epistémica, que ocorre mais naturalmente ou é mesmo a única acessível, como se ilustra em (62):

(62) a. Ele *pode ter saído*.
b. Ele *pode ter viajado*.
c. Ele *pode ter bebido um café*.
d. Ele *pode ter sido simpático*.
e. Ele *pode ter sido alto*.

Nos exemplos (62a-c), o verbo modal combina-se com predicados aspetualmente eventivos, enquanto em (62d,e) se combina com predicados estativos. Em qualquer dos casos a leitura acessível é a epistémica, isto é, com base no que se sabe infere-se que é possível terem ocorrido as situações descritas nos vários predicados.

Quando o verbo *poder* está no imperfeito, a construção está associada a um efeito de contrafactualidade (cf. Nota 11), do qual se depreende que o sujeito não realizou essa ação, embora o devesse ter feito (uma leitura próxima da de obrigação ou da de necessidade externa); dessa leitura resulta um efeito de recriminação (p.e., em (63a), interpretável como 'tinhas a possibilidade de ter dito isso antes e não o fizeste'):

(63) a. *Podias* ter dito isso antes.
b. Vocês *podiam* ter chegado a horas.

18.5.2.3 *Poder* seguido do auxiliar progressivo

Tal como no caso das construções com *dever*, também as frases com o verbo modal *poder* seguido do auxiliar progressivo *estar a* + inf têm uma leitura preferencial epistémica, podendo a leitura deôntica (neste caso, de permissão) estar disponível quando os predicados eventivos ou estativos apresentam propriedades mais evidentes de controlo por parte do sujeito, como em (64b,c):

(64) a. A Rita *pode estar a chegar*. [epistémica]
b. A Rita *pode estar a ler o livro*. [epistémica, deôntica]
c. A Rita *pode estar a tocar piano*. [epistémica, deôntica]
d. A Rita *pode estar a ser simpática*. [epistémica]
e. A Rita *pode estar a gostar de livros de ficção científica*. [epistémica]

18.5.2.4 Fatores contextuais na interpretação do verbo modal *poder*

Os exemplos de (65), apesar de muito semelhantes, apresentam propriedades contextuais que determinam divergências quanto à leitura modal preferencial:

(65) a. O Rui *pode* ler um livro por dia. [interna, deôntica]
b. O Rui *pode* ler um livro dessa estante. [deôntica]

Na interpretação em que (65a) é uma frase caracterizadora de uma propriedade do Rui, a leitura é interna, de capacidade; em alternativa, também pode ser deôntica, veiculando-se uma permissão dada indiretamente ao Rui. Já (65b), plausivelmente por causa do contexto específico introduzido pelo modificador nominal *dessa estante* (o qual bloqueia, na interpretação mais natural, a leitura caracterizadora), só admite a leitura deôntica, também dada indiretamente.

O tipo de sujeito (1.ª, 2.ª ou 3.ª pessoa) também influencia a interpretação modal da frase. Por exemplo, a frase (66b), com um sujeito de 2.ª pessoa, admite,

entre outras leituras que não serão aqui tomadas em consideração, uma leitura de capacidade interna ao participante (no sentido de indagar, por exemplo, sobre as capacidade de uma criança ou de uma pessoa com algum impedimento físico), enquanto tal leitura não é viável com a frase (66a), com um sujeito de 1.ª pessoa:

(66) a. #Eu *posso* servir-me? [interna]
b. Tu *podes* servir-te? [interna]

O tipo de predicado também influi na leitura modal das frases, como mostra a comparação entre (66b) e (67):

(67) #Tu *podes chegar atrasado*? [interna]

Em (67), com o predicado *chegar atrasado*, deixa de ser aceitável (pelo menos pragmaticamente) a leitura de capacidade interna com um sujeito de 2.ª pessoa, plausivelmente devido ao facto de um tal evento não requerer capacidades internas especiais. Por outro lado, enquanto (66b) admite uma leitura deôntica de sugestão, induzida pelo verbo semiauxiliar *poder* e pelo contexto interrogativo, tal interpretação é menos natural em (67).

18.5.2.5 *Pode ser, pode ser que*

O verbo modal *poder* ocorre ainda em construções particulares: *pode ser* e *pode ser que*, como se ilustra em (68):

(68) a. A – Queres vir comigo ao cinema?
B – *Pode ser*.
b. *Pode ser que* os miúdos cheguem hoje.
c. *Podia ser que* os miúdos tivessem chegado sem nós sabermos.
d. *Poderá ser que* ele se tenha enganado, mas duvido.

Na expressão *pode ser*, o modal *poder* ocorre como verbo semiauxiliar modal do verbo *ser*, que, nesta construção, tem um sentido existencial e, por conseguinte, é analisado como verbo pleno (cf. Caps. 29 e 36). Esta expressão, quando ocorre sem um complemento frásico, como em (68a), indica assentimento. Quando ocorre com complemento, como em (68b-d), o seu significado aproxima-se de *talvez*, e tem uma leitura modal epistémica equivalente a predicados copulativos com adjetivos modais, como *ser possível* e *ser provável*.

18.5.3 *Ter* (*de*)

O verbo semiauxiliar *ter* que entra na perífrase verbal de sentido modal não se pode confundir com o auxiliar dos tempos compostos (cf. *não o tenho visto*) ou com o verbo pleno (cf. *tenho uma mala igual à tua*). O verbo *ter* (*de*) modal constrói-se com infinitivo, podendo, por vezes, apresentar a construção alternativa *ter* (*que*) com a mesma leitura (embora *ter* (*que*) seja geralmente considerado menos normativo que *ter* (*de*)). *Ter* (*de*) usa-se em todos os tempos e admite a combinação com o infinitivo composto.

O significado deste verbo semiauxiliar recobre essencialmente a dimensão modal da necessidade, e as suas leituras mais comuns são, em primeiro lugar, a

deôntica de obrigação (cf. (69a)) e a externa aos participantes (cf. (69b))[13]. No entanto, a leitura epistémica também está acessível (cf. (69c), com a interpretação 'é altamente provável que estejas cansado, depois de tão longa viagem') e, em contextos apropriados, a leitura de necessidade interna ao participante (cf. (69d)):

(69) a. *Tens de* beber o leite já. [deôntica de obrigação]
b. *Tem de* se construir um novo aeroporto para responder ao aumento do tráfego aéreo. [externa]
c. *Tens de* estar cansado, depois de tão longa viagem. [epistémica]
d. *Tenho de* comer qualquer coisa. Estou cheia de fome. [interna de necessidade]

A leitura epistémica, no entanto, resulta menos natural do que com o verbo semiauxiliar *dever*, como se vê contrastando (69c) com *deves estar cansado, depois de tão longa viagem*. Esta menor disponibilidade da leitura epistémica com *ter* (*de*) relaciona-se com o facto de este verbo denotar sempre uma necessidade, obrigação ou probabilidade mais forte do que *dever*. Assim, ao comparar-se (70a) e (70b) em relação à leitura externa aos participantes, (70c) e (70d) em relação à leitura deôntica e (70e) e (70f) em relação à leitura epistémica, verifica-se que o primeiro exemplo de cada par é mais forte do que o segundo:

(70) a. As crianças *têm de* beber leite. [externa – forte]
b. As crianças *devem* beber leite. [externa – fraca]
c. *Tens de* acabar o trabalho hoje. [deôntica – forte]
d. *Deves* acabar o trabalho hoje. [deôntica – fraca]
e. *Tens de* estar com sono depois desta noitada. [epistémica – forte]
f. *Deve*s estar com sono depois desta noitada. [epistémica – fraca]

Deste modo, a leitura deôntica forte de *ter* (*de*) é preferencial e sobrepõe-se à leitura epistémica, ocorrendo a situação inversa com *dever*. No entanto, os dois verbos aproximam-se muito em termos de leituras modais e, como *ter* (*de*) ocorre em todos os tempos, ao passo que *dever* é defetivo nalguns tempos, o primeiro verbo tem tendência a substituir o segundo, em particular nas leituras deôntica e externa aos participantes.

Em (71a-c), *ter* (*de*) está, respetivamente, no imperfeito, no condicional simples e no condicional composto:

(71) a. *Tinhas de* mudar de estratégia para demover o teu patrão. [sugestão, recriminação]
b. *Terias de* mudar de estratégia para demover o teu patrão. [sugestão, recriminação]
c. *Terias tido de* mudar de estratégia para demover o teu patrão. [recriminação]

Estes exemplos apresentam um efeito de contrafactualidade, em que se enuncia uma condição necessária mas não cumprida para atingir determinado objetivo, gerando, portanto, da parte do falante, uma sugestão ou mesmo uma recriminação.

[13] Quando o verbo *ter* (*de*), com valor de necessidade, ocorre em determinados contextos discursivos ou prosódicos, o enunciado global pode ter uma leitura desiderativa, como em *o professor tem de faltar amanhã; não aguento mais estas aulas*, ou ainda *tem de chover!*

18.5.3.1 Interação entre *ter* (*de*) e a classe aspetual do verbo pleno

A leitura deôntica com o verbo modal *ter* (*de*) pode não estar disponível com predicados que denotam situações não controláveis, como em (72):

(72) a. #Tu *tens de* ser alto.
b. *Tem de* chover para não haver seca no verão. [externa]

Repare-se que o exemplo (72a) é aceitável, em certos contextos, mas com uma leitura externa, como se torna claro em *tu tens de ser alto para jogar basquetebol*, em que se explicita a necessidade invocando a razão externa de a altura ser um atributo importante dos jogadores de basquetebol, pela própria natureza do jogo. O mesmo tipo de leitura ocorre em (72b), com um predicado meteorológico que denota uma situação não controlável por seres humanos.

18.5.3.2 *Ter* (*de*) seguido do infinitivo composto

Nos seguintes exemplos, *ter* (*de*) combina-se com o infinitivo composto:

(73) a. Como já está de férias, o Rui *tem de* ter acabado os relatórios. [epistémica]
b. Com esta confusão de trânsito, *tem de* ter ocorrido um acidente. [epistémica][14]
c. Com essa cara, *tens de* ter estado doente. [epistémica]
d. *Tinhas de* ter acabado os relatórios. [deôntica de obrigação, externa]
e. O Rui *teria de* ter acabado os relatórios. [deôntica de obrigação, externa]
f. *Eu teria de* ter acabado os relatórios. [deôntica de obrigação, externa]

Em (73a-c), a leitura preferencial é a epistémica (p.e., relativamente a (73a), 'é quase certo que o Rui acabou os relatórios'), independentemente de o predicado denotar um evento, como em (73a,b), ou um estado, como em (73c)[15]. Porém, quando o tempo do verbo modal é o imperfeito ou o condicional, como em (73d-f), a leitura preferencial é a deôntica (p.e., relativamente a (73d), 'tinhas a obrigação de ter acabado os relatórios'), ou eventualmente a leitura externa ('devido às circunstâncias, era necessário que acabasses os relatórios'). Nestes casos encontramos também um efeito de contrafactualidade, pois depreende-se que os relatórios não foram acabados (veja-se, a este respeito, a Nota 11).

---

[14] A leitura veiculada por uma frase como (73b) pode também ser veiculada por *poder* associado a *só*: cf. *com esta confusão de trânsito, só pode ter ocorrido um acidente*, porque *só* opera uma quantificação exclusiva sobre as diferentes alternativas.

[15] A leitura epistémica de (73a-c) deve-se ao aspeto perfectivo induzido pelo auxiliar perfeito, mas o semiauxiliar *ter de* pode apresentar a leitura deôntica em combinação com a construção "resultativa" do verbo *ter* (também aspetualmente perfectiva), em que este verbo se combina com um particípio passado que concorda em género e número com o complemento direto: compare-se (73a) com *o Rui tem de ter os relatórios acabados*. Note-se que enquanto em (73a-c) só é possível uma informação temporal de passado, em que os relatórios já estão prontos, na frase dada acima (nesta nota) com a construção resultativa, o fecho da situação é preferencialmente projetado para um tempo futuro (*tem de ter os relatórios acabados* (*até amanhã*)) ou está associado ao momento da enunciação (*tem de ter os relatórios acabados* (*agora*)).

18.5.3.3 *Ter* (*de*) seguido do auxiliar progressivo

O verbo semiauxiliar *ter* (*de*) também pode coocorrer com o verbo auxiliar progressivo *estar* (*a*):

(74) a. A Ana *tem de* estar a corrigir os testes. [deôntica de obrigação, epistémica, externa]
b. A Ana *tinha de* estar a trabalhar. [deôntica de obrigação, epistémica, externa]

Sem outra informação contextual, a frase (74a) é ambígua entre uma leitura deôntica ('a Ana tem obrigação de estar a corrigir os testes'), uma leitura epistémica ('é altamente provável que a Ana esteja a corrigir os testes') e, eventualmente, uma leitura externa ('as circunstâncias tornam necessário que a Ana esteja a corrigir os testes'). As mesmas três leituras modais são possíveis com a frase (74b) (embora alguns falantes não aceitem, neste caso, a leitura epistémica). Para além disso, a frase (74b), com *ter* (*de*) no imperfeito, admite uma leitura com efeito de contrafactualidade, em que se depreende que a Ana não esteve a trabalhar (cf. *a Ana tinha de estar a trabalhar* (*mas ficou a manhã toda na cama*)). No entanto, esta leitura não é obrigatória, como se pode ver pela aceitabilidade da frase *a Ana tinha de estar a trabalhar e por isso não pôde ir connosco ao cinema ontem à noite* (da qual se depreende que a Ana esteve a trabalhar realmente).

Como foi já referido, a leitura epistémica aproxima-se, muitas vezes, da externa aos participantes, pois o domínio da inferência, que caracteriza a primeira, está em muitos casos relacionado com a avaliação das circunstâncias ou da situação que permitem realizar tal inferência. Nesta medida, há frases ambíguas entre as duas leituras, que só o contexto discursivo mais alargado e, em muitos casos, a própria prosódia da frase podem ajudar a desambiguar. Veja-se, assim, (75a,b), em que as duas leituras são possíveis (p.e., em relação a (75a), a epistémica: 'é muito provável que a Rita tenha perdido dez quilos'; e a externa: 'foi necessário que a Rita emagrecesse dez quilos'):

(75) a. A Rita está magra. *Teve de* emagrecer uns dez quilos. [epistémica, externa]
b. A atriz está gorda. *Teve de* engordar uns dez quilos. [epistémica, externa]

18.5.4 *Ser capaz* (*de*)

Esta locução verbal, cuja leitura preferencial de capacidade interna ao sujeito está associada ao adjetivo *capaz* que a integra, ocorre em frases caracterizadoras como (76a), em que se atribui ao sujeito determinada capacidade (neste caso, saltar dois metros em altura). A mesma leitura pode ser expressa, em certos contextos, pelo verbo semiauxiliar *poder*, como em (76b):

(76) a. Ele *é capaz de* saltar dois metros em altura. [interna]
b. Ele *pode* saltar dois metros em altura. [interna]

A locução verbal *ser capaz* (*de*) tem ainda, em alguns casos, uma leitura epistémica de possibilidade, como os seguintes exemplos mostram[16]:

[16] Mencione-se que a leitura epistémica atribuível a *ser capaz* (*de*) é uma especificidade da língua portuguesa, pois as outras línguas românicas não a apresentam.

(77) a. *Sou capaz de* ir ao concerto logo à noite. [epistémica]
b. Ele *é capaz de* estar em casa. [epistémica]
c. Ele *é capaz de* ter saído. [epistémica]
d. Eu *era capaz de* ir ao teatro. [epistémica]
e. É *capaz de* chover. [epistémica]
f. Ele disse-me que *era capaz de* telefonar. [epistémica, interna]
g. Eu *era capaz de* ir ao teatro sozinha. [epistémica, interna]

Vemos que a leitura epistémica é sempre possível, independentemente da pessoa do verbo ou de o predicado denotar um evento, como em (77a), ou um estado, como em (77b). Como se mencionou anteriormente a respeito de outros modais, em (77c) propicia-se a leitura epistémica em virtude de ocorrer o infinitivo composto, mas não é só nestas condições que *ser capaz* (*de*) tem tal leitura. Embora o tempo presente da locução *ser capaz* (*de*) seja o mais utilizado para conferir esta interpretação (cf. (77a-c)), também o imperfeito a admite, como se pode ver em (77d) e em (77f,g), apesar de nestes últimos exemplos haver ambiguidade entre leitura epistémica e interna ao sujeito. Repare-se igualmente na importância do contexto discursivo para a interpretação modal, pois a frase (77g), que mantém o mesmo tempo verbal e o mesmo predicado de (77d), passa a ter leitura preferencial de capacidade interna devido à presença do adjetivo *sozinha* funcionando como um predicado secundário (cf. Caps. 28 e 30).

Em contrapartida, o pretérito perfeito bloqueia a leitura epistémica e só admite a leitura interna de capacidade, como se verifica em (78)[17]:

(78) a. Ele disse-me que *foi capaz de* telefonar. [interna]
b. Ele *foi capaz de* correr. [interna]

18.5.5 *Haver* (*de*)

O verbo semiauxiliar *haver* (*de*) surge por vezes com uma leitura modal próxima da deôntica, mas aliada a uma leitura temporal de futuridade (cf. Cap. 29), como se pode ver em (79), frases nas quais se menciona a intenção ou obrigação de realizar determinado evento (*ver esse filme*, *comer a sopa* e *cumprir a promessa*)[18].

(79) a. Eu *hei de* ver esse filme.
b. Tu *hás de* comer a sopa a bem ou a mal.
c. Ele *há de* cumprir a promessa.

Quando *haver* (*de*) está no presente do indicativo, nem sempre a leitura modal sobressai relativamente à leitura temporal de futuro, que é frequentemente a dominante, talvez porque a leitura deôntica de obrigação se reporta necessariamente a um tempo posterior ao da enunciação, em que deverá ser cumprida a obrigação. Comparando a construção com *haver* (*de*) e construções em que o verbo pleno está no tempo futuro e se enunciam normas ou mandamentos (como em *respeitarás os teus pais* e *não matarás*), o tempo futuro tem uma força modal deôntica mais forte do que *haver* (*de*).

[17] No entanto, em determinados contextos, a leitura epistémica pode ser aceitável (cf. *O João ainda não me telefonou. Foi capaz de não ter apanhado o comboio*).
[18] Nestes casos, o modal *haver* (*de*) aproxima-se do valor modal compromissivo, relativo à expressão de ameaças ou promessas: assim, o exemplo (79a) constitui uma promessa feita pelo falante a si próprio, e o exemplo (79b), uma ameaça ao interlocutor.

No imperfeito do indicativo, inversamente, atenua-se a leitura temporal e sobressai a leitura deôntica, embora modalizada, ou seja, menos como uma obrigação forte e mais como um conselho, uma sugestão ou uma ordem dada delicadamente, como em *tu havias de verificar se a janela veda bem* ou *eles haviam de procurar as fotografias que tirámos durante a última viagem*.

Repare-se que o valor temporal futuro da perífrase verbal modal em (79a), com o verbo na 1.ª pessoa do singular, propicia também uma leitura desiderativa, pois o falante manifesta uma intenção e, portanto, uma vontade. Uma leitura desiderativa é também possível com *haver* (*de*) numa frase como *ele há de ser feliz*, que expressa, na verdade, um desejo por parte do falante e não uma promessa, bem como numa frase como *ele há de pagá-las*, que tem valor compromissivo de ameaça que corresponde a um desejo.

Como síntese de toda a secção 18.5 até este ponto, pode-se concluir que as leituras acessíveis com os vários verbos modais, embora limitadas por algumas restrições, estão muito dependentes (i) do tipo de predicado com que o modal ocorre; (ii) do aspeto perfectivo induzido pelo infinitivo composto; (iii) do tempo verbal do auxiliar modal; e também (iv) do contexto discursivo mais alargado, (v) da situação, (vi) do conhecimento do mundo e, em certos casos, (vii) da prosódia da frase. Convém ainda relembrar que certas formas, em particular as que se combinam com o imperfeito, são frequentemente utilizadas para "modalizar" as asserções (no sentido da secção 18.2), ou seja, fazer sugestões, convites, conselhos ou ainda recriminações, consoante o contexto discursivo.

18.5.6 Combinação de vários verbos modais

Os verbos modais descritos nas subsecções anteriores podem coocorrer entre si. Considerem-se, em primeiro lugar, os paradigmas (80) e (81), em que o primeiro elemento modal é *poder* e (a locução) *ser capaz* (*de*), respetivamente:

(80) a. Ele *pode ter de* chegar amanhã.
b. ?Ele *pode dever* chegar amanhã.
c. Ele *pode ser capaz de* correr a maratona.

(81) a. Ele *é capaz de ter de* chegar amanhã.
b. ?Ele *é capaz de dever* chegar amanhã.
c. Ele *é capaz de poder* correr a maratona.

Nos dois casos, o primeiro modal tem sempre uma interpretação epistémica, em que o falante expressa uma maior ou menor certeza quanto à realização da situação. Assim, tanto (80a,b) como (81a,b) têm a leitura 'é possível que ele tenha a necessidade ou a obrigação de chegar amanhã', embora *dever* seja pouco natural neste contexto e se prefira o uso do modal *ter* (*de*) (cf. Cap. 29). Em (80c) e (81c), por sua vez, considera-se possível que ele tenha a capacidade para correr a maratona, alternando nestas duas frases *poder* e *ser capaz* (*de*) como veiculadores das leituras epistémica e de capacidade interna. A impossibilidade de interpretação deôntica de permissão do verbo modal *poder* em (80) poderá estar relacionada com o facto de ser incongruente dar permissão para estabelecer uma obrigação ou para ter uma capacidade. Observe-se também que em (81c) o verbo *poder* tem não só a leitura

interna, comum a *ser capaz* (*de*) na frase (80c), como também uma leitura deôntica ou externa, de permissão.

Considerem-se agora as combinações do verbo modal *dever* (na primeira posição da cadeia de auxiliares) com os outros verbos modais:

(82) a. Ele *deve ter de* chegar amanhã.
b. Ele *deve poder* chegar amanhã.
c. Ele *deve ser capaz de* chegar a tempo.

A combinação do verbo *dever* com os restantes verbos modais tem resultados ligeiramente diferentes. A leitura epistémica para este verbo continua a estar disponível em todos os exemplos, mas (82b,c) têm também uma interpretação deôntica, menos natural, em que se estabelece uma obrigação. A disponibilidade da leitura deôntica prende-se com o significado saliente de obrigação do verbo *dever* e também com a natureza do predicado que segue a combinação de modais. Assim, quanto mais controlo está associado ao predicado, mais natural é a interpretação deôntica de obrigação (compare-se *o Rui deve ser capaz de ler aos 4 anos*, em que a interpretação deôntica de *dever* é pouco plausível, com *o Rui deve ser capaz de conduzir um automóvel quando terminar esse curso caríssimo de condução em que os pais o inscreveram*, em que a interpretação deôntica é mais plausível). Nas frases (82), o segundo verbo modal tem, respetivamente, leitura de obrigação ou necessidade (*ter* (*de*), em (82a)) e de capacidade (*poder*, *ser capaz* (*de*), em (82b,c)), sendo que o verbo *poder* pode ainda ter noutros contextos uma interpretação deôntica de permissão, mas em que *dever* terá a leitura epistémica (*ele deve poder sair mais cedo do trabalho*).

Finalmente, considerem-se as combinações em que o verbo modal *ter* (*de*) é o primeiro da sequência:

(83) a. Ele *tem de poder* chegar amanhã.
b. ??Ele *tem de dever* chegar amanhã.
c. Ele *tem de ser capaz de* chegar amanhã.

Nestas frases, sobressai muito fortemente a interpretação deôntica de *ter* (*de*), para muitos falantes a única possível. A menor aceitabilidade de (83b) deve-se à redundância estabelecida pela coocorrência de dois verbos modais que têm ambos leitura deôntica de obrigatoriedade, embora reflita também uma tendência a evitar o verbo *dever* na segunda posição de uma sequência de semiauxiliares modais (cf. (80b) e (81b)). Enquanto *dever*, com valor modal fraco, tem em (82) uma leitura preferencial epistémica, aceitando ainda a leitura deôntica ou externa, *ter* (*de*), com valor modal forte, tem, pelo contrário, leitura preferencial deôntica ou externa em (83), embora a leitura epistémica de crença forte (dimensão de necessidade) seja igualmente possível, ainda que menos natural (cf. 18.5.1.4). As frases (83a) e (83c) têm a mesma interpretação, pois *poder* e *ser capaz* (*de*) têm ambos, neste contexto, valor modal de capacidade. Em (83a), a leitura deôntica de permissão do verbo *poder* parece menos aceitável (veja-se a estranheza da paráfrase 'ele tem a obrigação de ter permissão para chegar amanhã'), embora, quando *ter* (*de*) tem valor de necessidade, *poder* possa ter leitura de permissão, sobretudo em contextos que requerem de forma mais óbvia essa interpretação, como *ele tem de poder participar na corrida* 'ele tem necessidade de ter permissão para participar na corrida'.

Combinações baseadas na repetição do mesmo verbo modal, como em (84), são consideradas estranhas, embora possam ser interpretadas:

(84) a. ?Ele *pode poder* chegar amanhã.
b. ??Ele *tem de ter de* chegar amanhã.
c. ?Ele *é capaz de ser capaz* de saltar dois metros em altura.

Assim, a primeira ocorrência de *poder* em (84a) tem valor epistémico (põe-se a possibilidade de haver permissão para chegar no dia seguinte), tal como a primeira ocorrência de *ser capaz* (*de*), em (84c) ('é possível que ele tenha a capacidade de saltar dois metros em altura'). Quanto a (84b), a sua menor aceitabilidade deve-se à redundância criada pela dupla asserção de uma modalidade deôntica de obrigação.

Assim, os valores dos verbos modais na primeira e na segunda posição de complexos verbais podem ser resumidos no quadro seguinte:

	1.ª POSIÇÃO	2.ª POSIÇÃO
poder	epistémico	capacidade/deôntico (permissão)
dever	epistémico/deôntico (obrigação) epistémico (antes de *ter* (*de*))	deôntico (obrigação)/necessidade
ter (*de*)	deôntico (obrigação)/epistémico	deôntico (obrigação)/necessidade
ser capaz (*de*)	epistémico	capacidade

Quadro 1 – Valores dos verbos modais na primeira e na segunda posição de complexos verbais

A primeira posição está claramente associada ao valor epistémico, exceto no caso de *ter* (*de*), com valor modal deôntico forte. Na segunda posição, a leitura epistémica não é aceitável e os semiauxiliares têm valores modais distintos: *ser capaz* (*de*) apenas tem leitura de capacidade interna; *dever* e *ter* (*de*) apresentam duas leituras muito próximas, a deôntica de obrigação e a de necessidade externa; e o verbo *poder* tem duas leituras, de capacidade e deôntica de permissão, que são determinadas pelo contexto.

[4] As possibilidades de ocorrência de três verbos modais são fortemente limitadas, devido ao facto de a leitura epistémica apenas ocorrer na primeira posição do complexo verbal e também devido às incompatibilidades entre valores modais. Assim, a única sequência de valores modais que parece aceitável é a que instancia os valores epistémico + necessidade/obrigação + capacidade. O valor epistémico pode ser expresso pelos verbos *dever*, *poder* ou pela locução *ser capaz* (*de*), o valor de necessidade ou obrigação por *ter* (*de*) e o valor de capacidade pela locução verbal *ser capaz* (*de*) ou pelo verbo *poder*. Estas várias possibilidades estão realizadas nas frases em (i):

(i) a. Ele *deve ter de ser capaz de* acordar cedo.
b. Ele *deve ter de poder* acordar cedo.
c. Ele *é capaz de ter de ser capaz de* fazer o exame na primeira chamada.
d. Ele *pode ter de ser capaz de* fazer o exame na primeira chamada.

Em todas as frases de (i), o primeiro verbo modal tem valor epistémico, o segundo valor de obrigação ou de necessidade e o terceiro de capacidade.

Outra sequência viável em termos modais, embora dificilmente interpretável pelos falantes, envolve os valores epistémico + necessidade + permissão, como na frase ??*Ele pode ter de poder sair tarde do trabalho*, em que se expressa a possibilidade de alguém ter necessidade de receber permissão para sair mais tarde do trabalho.

Outras sequências de valores modais são dificilmente interpretáveis, como no caso das frases em (ii):

(ii) a. ??Ele *deve poder ser capaz de* mergulhar até aos 30 metros.
b. ?Ele *tem de poder ser capaz de* mergulhar até aos 30 metros.
c. ??Ele *tem de poder dever* sair tarde.

A frase (iia) poderia ser parafraseada por 'é provável que ele tenha permissão para ter capacidade de mergulhar até aos 30 metros' (epistémico + permissão + capacidade) e resulta semanticamente estranha porque uma capacidade interna não pode depender de uma permissão. A frase (iib) corresponde à sequência obrigação + permissão + capacidade e é dificilmente interpretável pelo mesmo motivo de (iia). Outra leitura possível para a frase (iib) seria aquela em que o verbo *poder* teria valor de capacidade, com duplicação da expressão da capacidade interna: obrigação + capacidade + capacidade, e, neste interpretação, a frase (iib) é mais aceitável. Também a frase (iic) é considerada inadequada por estipular uma permissão para determinada obrigação ou necessidade (epistémico + permissão + obrigação).

Embora a maioria dos casos de duplicação de um valor modal resultem numa sequência inaceitável, os falantes parecem, no entanto, conseguir interpretar frases como as seguintes, em que se sublinham os elementos com valor modal repetido:

(iii) a. Ele *pode ser capaz de ter de* faltar à primeira aula.
b. Ele *deve ser capaz de ter de* acordar cedo.
c. Ele *deve ser capaz de poder* sair mais cedo.
d. ?Ele *é capaz de poder ter de* ir a Paris.
e. Ele *deve poder ser capaz de* chegar a horas.

Os exemplos (iiia-d) parecem ser interpretados apenas na leitura em que os elementos sublinhados expressam ambos valor epistémico[19], sendo, por exemplo, a frase (iiia) parafraseável por 'é possível que ele tenha de faltar à primeira aula'. No exemplo (iiid), o verbo *poder* é ambíguo entre uma leitura epistémica e de permissão, o que dificulta a interpretação. No exemplo (iiie), existe repetição do valor de capacidade, no verbo *poder* e na locução *ser capaz* (*de*). Os falantes são aparentemente capazes de ignorar a redundância e interpretar estas frases, embora, ao refletir sobre elas, venham a considerá-las inadequadas.

18.6 Modais e negação: negação externa e negação interna

A articulação dos verbos modais com a negação apresenta algumas especificidades semânticas e sintáticas que convém ter presentes[20].

Em frases com verbos semiauxiliares modais, a negação pode preceder o verbo; nesse caso, semanticamente, incide (ou **tem escopo**) sobre todo o predicado (incluindo o verbo modal), e é chamada **negação externa** (cf. (85a)). A negação também pode seguir o verbo modal, tendo, nesse caso, escopo sobre o predicado que segue o verbo

[19] Estes casos contrariam os padrões de coocorrência de valores modais apresentados no Quadro 1, ao realizarem um valor epistémico na segunda posição, embora sejam casos considerados muito marginais.
[20] Ver a este respeito Oliveira (1988, 2000) e Cap. 14.

modal, mas não sobre o próprio modal, na chamada **negação interna** (cf. (85b)). Quando a negação interna e a negação externa coocorrem na mesma frase, fala-se em **negação dupla** (cf. (85c)); ilustram-se estas possibilidades com o verbo *poder*:

(85) a. Os miúdos *não* podem ler esse livro. [negação externa]
b. Os miúdos podem *não* ler esse livro. [negação interna]
c. Os miúdos *não* podem *não* ler esse livro. [negação externa + interna]

Nas subsecções seguintes analisam-se as interpretações que se obtêm com os vários verbos semiauxiliares modais na negação interna e na negação externa.

18.6.1 *Poder*

Como se viu em (85), o verbo *poder* admite a negação externa, a negação interna e a combinação das duas (negação dupla).

Na negação externa (cf. (85a)), *poder* admite três leituras: interna de capacidade ('os miúdos não são capazes de ler esse livro'), externa ('as circunstâncias não permitem que os miúdos leiam esse livro' – por não o terem, por exemplo) e também deôntica ('os miúdos não têm permissão para ler esse livro').

Na negação interna (cf. (85b)), as interpretações são diferentes, desaparecendo a leitura interna (de capacidade), permanecendo a leitura deôntica (e a leitura externa, embora menos natural) e ficando disponível a leitura epistémica (sendo esta mais saliente, para alguns falantes). Na leitura deôntica, pode tratar-se do relato de uma permissão (alguém decidiu que as crianças podiam não ler o livro e a decisão é relatada pelo falante) ou de uma permissão dada indiretamente pelo falante (o falante autoriza as crianças a não lerem o livro e comunica-o, embora não diretamente, às crianças).

Quando o verbo modal *poder* se combina com o infinitivo composto, privilegia-se a leitura epistémica, quer na construção de negação interna quer na de negação externa, plausivelmente devido ao aspeto perfectivo induzido pelo auxiliar, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(86) a. Os miúdos *não* podem ter lido o livro.
b. Os miúdos podem *não* ter lido o livro.
c. Os miúdos *não* podem *não* ter lido o livro.

Assim, em (86a) diz-se que não é possível que os miúdos tenham lido o livro, em (86b) que é possível que os miúdos não tenham lido o livro e em (86c), com negação dupla, que não é possível que os miúdos não tenham lido o livro, isto é, que é altamente provável, se não mesmo certo, que o tenham, de facto, lido, sendo esta construção equivalente a uma construção de probabilidade forte.

18.6.2 *Dever*

Com o verbo *dever*, prefere-se a negação externa (cf. (87a)) à negação interna (cf. (87b)), considerada menos aceitável por vários falantes, tal como a negação dupla (cf. (87c)):

(87) a. Os miúdos *não* devem ler essa história.
b. ?Os miúdos devem *não* ler essa história
c. ??Os miúdos *não* devem *não* ler essa história.

O exemplo (87a) admite as leituras deôntica e epistémica, dependendo a sua distinção de um contexto discursivo mais alargado ou de uma prosódia diferente da frase. As duas leituras existem também em (87b), embora a negação interna favoreça a leitura deôntica sobre a leitura epistémica[21].

18.6.2.1 Leitura deôntica e negação antecipada

É interessante notar que as leituras deônticas com negação externa, como em (87a), e com negação interna, como em (87b), são praticamente sinónimas. Esta situação pode ser clarificada considerando frases nas quais, em vez de *dever*, ocorre o predicado sinónimo *ter a obrigação de* (o símbolo "=" indica sinonímia, e o símbolo "≠", diferença de sentido)[22]:

(88) a. Os miúdos *devem* ler esse livro.
b. = Os miúdos *têm a obrigação de* ler esse livro.

(89) a. Os miúdos *devem* <u>*não*</u> ler esse livro.
b. = Os miúdos *têm a obrigação de* <u>*não*</u> ler esse livro.

(90) a. Os miúdos <u>*não*</u> *devem* ler esse livro.
b. ≠ Os miúdos <u>*não*</u> *têm a obrigação de* ler esse livro.
c. = Os miúdos *têm a obrigação de* <u>*não*</u> ler esse livro.

Como se vê, as paráfrases de (89a) e de (90a) com o predicado *ter a obrigação* (*de*) são idênticas, ocorrendo em ambas a negação interna. Concluímos, assim, que a negação externa com *dever* tem apenas um caráter sintático, mas não um caráter semântico. Ou seja, em (90a), a negação sintaticamente externa corresponde a uma negação semanticamente interna; por outras palavras, a negação, embora ocorra anteposta ao verbo modal, não tem, na verdade, escopo sobre o modal, mas sim sobre o predicado que se combina com o modal, uma situação a que chamamos de **negação antecipada**.

18.6.2.2 Leitura epistémica e negação antecipada

Uma situação semelhante à da subsecção anterior acontece também na leitura epistémica, já que esta interpretação de (87b), *os miúdos devem não ler essa história*, ainda que menos saliente do que a interpretação deôntica[23], é praticamente sinónima da interpretação de (87a), *os miúdos não devem ler essa história*, significando ambas 'é provável que os miúdos não leiam essa história'[24]. Da mesma forma, a frase *ele não deve estar doente*

[21] A aceitabilidade da negação interna com *dever* na interpretação deôntica depende bastante dos predicados e do tempo verbal; assim, em contraste com (87b), frases como *os miúdos* <u>*deviam não*</u> *ler essa história*, *ele* <u>*devia não*</u> *dar ouvidos aos outros e fazer o que pensa* ou *tu* <u>*devias não*</u> *sair do hospital* são aceitáveis para a grande maioria dos falantes.

[22] Note-se, no entanto, que *dever* é um modal deôntico mais fraco do que *ter a obrigação* (*de*); ou seja, o grau de obrigatoriedade é mais fraco com *dever* do que com *ter a obrigação* (*de*).

[23] A interpretação epistémica é mais saliente nas seguintes frases, plausivelmente devido à presença do adjunto adverbial inicial: *contrariamente ao esperado, ele deve não sair do hospital hoje porque está anémico* (negação interna) e *contrariamente ao esperado, ele não deve sair do hospital hoje porque está anémico* (negação externa). De novo se verifica que as duas frases são sinónimas, tendo ambas (na porção relevante) a interpretação 'é provável que ele não saia do hospital hoje'.

[24] A paráfrase de *dever* (na leitura epistémica) construída com o adjetivo predicativo *provável* numa construção copulativa admite também dupla posição da negação, embora em orações distintas: assim, verifica-se nas frases *é provável que os miúdos não leiam essa história* e *não é provável que os miúdos leiam essa história* que a negação pode ocorrer na completiva com função de sujeito ou pode ocorrer anteposta ao

equivale a *ele deve não estar doente* (neste caso, tratando-se de um predicado estativo, a interpretação deôntica é menos saliente), pelo que a negação sintaticamente externa também corresponde a uma negação semanticamente interna na leitura epistémica.

Quando *dever* é seguido de um predicado no infinitivo composto, o aspeto perfectivo do auxiliar perfeito *ter* + pp (neste tempo) leva a que a leitura epistémica seja mais saliente, quer com negação externa (cf. (91a)), quer com negação interna (cf. (91b)):

(91) a. Com aquela cara, ele *não deve ter dormido* a noite toda.
b. Com aquela cara, ele *deve não ter dormido* a noite toda.

18.6.2.3 Interação entre *dever*, predicados estativos e negação

As frases seguintes apresentam construções com o verbo modal *dever* seguido de predicados estativos em combinação com negação externa e interna:

(92) a. Ele *não deve* ser português. [epistémica]
b. ?Ele *deve não* ser português [epistémica]

(93) a. Ele *não deve* gostar de desportos radicais. [epistémica]
b. Ele *deve não* gostar de desportos radicais. [epistémica]

(94) a. Ele *não deve* ser simpático. [epistémica, deôntica]
b. Ele *deve não* ser simpático. [deôntica, epistémica]

(95) a. Ele *não deve* viver em Lisboa. [epistémica, deôntica]
b. Ele *deve não* viver em Lisboa. [deôntica, epistémica]

A interpretação destas frases varia consoante o caráter controlável ou não dos estados. Assim, os predicados como *ser português*, que denotam estados estáveis não controláveis (cf. (92)), apenas admitem interpretação epistémica e ocorrem preferencialmente com negação externa. Da mesma forma, frases com predicados estativos episódicos, sem controlo por parte do sujeito, como *gostar* (*de*), em (93), têm sempre leitura epistémica, quer a negação seja externa quer interna, e a leitura deôntica não é admitida. Em contrapartida, os predicados como *ser simpático* ou *viver em Lisboa*, que denotam estados com controlo por parte do sujeito, admitem os dois tipos de negação, com as duas leituras possíveis, deôntica e epistémica, embora a leitura epistémica seja a preferencial com a negação externa (cf. (94a) e (95a)), e a leitura deôntica seja a preferencial com a negação interna (cf. (94b) e (95b)).

18.6.3 *Ter* (*de*), *ser capaz* (*de*)

Com o verbo modal *ter* (*de*), a negação pode ser externa ou interna, com leituras diferentes, como se mostra nos seguintes exemplos:

(96) a. Os miúdos *não têm de* ler esse livro. [deôntica]
b. Os miúdos *têm de não* ler esse livro. [deôntica]

---

verbo copulativo, embora as frases sejam sinónimas (cf. 18.8.1). Esta possibilidade de dupla posição da negação em paráfrases com expressões modais existe também com outros verbos de sentido modal como *crer*, *desejar* e *querer*, entre outros: compare-se, p.e., *eu quero que a Rita não vá connosco ao cinema* (a negação ocorre na completiva com função de complemento direto) com *eu não quero que a Rita vá connosco ao cinema* (a negação incide sobre o verbo modal).

Estas duas frases apresentam uma leitura deôntica, com significado diferente, dado que em (96a) se diz que não é obrigatório ler o livro e em (96b) se afirma que é obrigatório não ler o livro.

É interessante notar que a negação do verbo modal forte *ter* (*de*) expressa a ausência de obrigação, mas permite uma interpretação em que existe permissão, em virtude de não ser obrigatório não invalidar que seja permitido (cf. *os miúdos não têm obrigação de ler esse livro, mas podem fazê-lo*). Já em (96b) ocorre uma formulação em que se proíbe a leitura. Esta interpretação pode também ser veiculada por *não poder* ou *não dever* (*os miúdos não devem ler esse livro* ou *os miúdos não podem ler esse livro)*.

Na perífrase verbal com a locução *ser capaz* (*de*), a negação também pode ser externa ou interna, com consequências para a interpretação: assim, (97a) só pode ter uma leitura interna de capacidade, ao passo que (97b), para além de uma leitura de capacidade (uma leitura que sobressai se acrescentarmos uma continuação como *porque têm suficiente força de vontade*), admite também uma leitura epistémica (cf. Casteleiro 1981:193):

(97) a. Os miúdos *não são capazes de* ler esse livro. [interna]
b. Os miúdos *são capazes de não* ler esse livro. [interna, epistémica]

18.6.4 Possibilidade, necessidade e negação

Os domínios paradigmáticos da possibilidade e da necessidade estabelecem entre si relações que podem ser apreendidas através do comportamento destes dois valores modais em construções com e sem negação. No quadro seguinte, a coluna da esquerda exemplifica o domínio da necessidade com o verbo *ter* (*de*), numa leitura deôntica de obrigação, enquanto a coluna da direita exemplifica o domínio da possibilidade com o verbo *poder*, numa leitura deôntica de permissão. O quadro mostra as relações de equivalência que se estabelecem entre estes dois domínios, sendo cada frase da coluna da esquerda semanticamente equivalente à frase correspondente da coluna da direita.

NECESSIDADE	POSSIBILIDADE
Sem negação (a) Ele tem de ler o livro.	Negação externa e interna (a') Ele *não* pode *não* ler o livro.
Negação externa (b) Ele *não* tem de ler o livro.	Negação interna (b') Ele pode *não* ler o livro.
Negação interna (c) Ele tem de *não* ler o livro.	Negação externa (c') Ele *não* pode ler o livro.
Negação externa e interna (d) Ele *não* tem de *não* ler o livro.	Sem negação (d') Ele pode ler o livro.

Quadro 2 – Relações de equivalência entre os domínios paradigmáticos da possibilidade e da necessidade

Estas equivalências suscitam os seguintes comentários: (i) a afirmação de uma necessidade em (a) corresponde à dupla negação de uma possibilidade em (a'); (ii) a negação externa de uma necessidade em (b) corresponde à negação interna de

uma possibilidade em (b'): quando se diz que não é obrigatório fazer algo (como ler um livro), está subjacente a possibilidade de não o fazer. De facto, a frase (b) apenas nega a existência de uma obrigação, deixando, portanto, a viabilidade de duas implicações diferentes: 'não existe obrigação de ler o livro, logo é possível não o ler' e 'não existe obrigação de ler o livro, mas é possível lê-lo'; (iii) a negação interna de uma necessidade corresponde à negação externa de uma possibilidade; assim, a frase (c), com negação interna, afirma a obrigação de não ler o livro e corresponde à negação (externa) da permissão de o ler em (c'); (iv) finalmente, a dupla negação de uma necessidade corresponde à asserção de uma possibilidade: a negação da obrigatoriedade de não ler o livro em (d) é equivalente à permissão de o ler em (d').

18.7 Verbos plenos com valor modal

Tendo em conta os domínios da modalidade mencionados na secção 18.3, há um número considerável de verbos plenos cuja semântica se aproxima da dos verbos semiauxiliares modais propriamente ditos e que se constroem, na maior parte dos casos, com orações completivas finitas e não finitas. Os verbos em análise são agrupados de acordo com o seu sentido básico (as listas em cada título pretendem-se representativas e não exaustivas).

18.7.1 *Obrigar, permitir, autorizar, proibir*

Em primeiro lugar, considerem-se os verbos *obrigar* e *permitir*, cujo sentido primordial é deôntico ou externo ao participante, como se ilustra em (98) e (99):

(98) a. A Ana *obrigou* o Rui a seguir por outra estrada. [deôntica]
b. As condições atmosféricas *obrigaram* o Rui a seguir por outra estrada. [externa]

(99) a. A Ana *permitiu* que o Rui lesse a carta. [deôntica]
b. As circunstâncias *permitiram* que o Rui lesse a carta. [externa]

Note-se que em frases como *permita-me que discorde da sua avaliação dos factos* o falante não está verdadeiramente a pedir permissão ao seu interlocutor, mas sim a discordar dele efetivamente, embora atenuando a discordância através da aparente formulação de um pedido, pelo que constitui um ato de fala indireto (cf. Cap. 48). Em frases como esta, o verbo *permitir* não tem, portanto, uma leitura modal verdadeiramente deôntica.

Por sua vez, os verbos *autorizar* e *proibir* admitem ambos também as duas leituras deôntica e externa aos participantes, como se ilustra em (100), para a leitura deôntica, e em (101), para a leitura externa:

(100) a. O presidente *autorizou* {a promulgação da lei/que a lei fosse promulgada}.
b. O presidente *proibiu* {a promulgação da lei/que a lei fosse promulgada}.

(101) a. O código *autoriza* que a lei seja promulgada.
b. O código *proíbe* que a lei seja promulgada.
c. A transigência acaba por *autorizar* abusos.

18.7.2 *Desejar, querer, esperar*

Um outro grupo de verbos veicula modalidade desiderativa, associada à vontade e ao desejo:

(102) a. A Ana *deseja* encontrar um bom trabalho.
b. A Ana *quer* comprar um carro novo.
c. A Ana *espera* que o filho encontre o relógio que perdeu.

Enquanto o verbo *querer* expressa valores associados à vontade, *desejar* e *esperar* expressam valores associados ao desejo. Como foi mencionado em 18.3.5, este domínio modal aproxima-se, em muitos casos, da modalidade interna, na medida em que expressa necessidades que advêm do sujeito ou que, de alguma forma, lhe são próprias ou atribuídas.

O verbo *querer* pode igualmente ocorrer em frases interrogativas; cf. *o João quer fazer o favor de entrar?*. Em enunciados deste tipo, a interpretação pode ser a de um pedido, ou pode corresponder a uma ordem (ou seja, a uma leitura deôntica de obrigação), modalizada sob a forma de um pedido.

18.7.3 *Saber* e *crer*

Saber e *crer* são representativos do grupo de verbos relacionados com o domínio do saber e da crença; considere-se em primeiro lugar o verbo *saber* nos exemplos de (103):

(103) a. A Ana *sabe* que o Rui chega amanhã.
b. A Ana **não** *sabe* que o Rui chega amanhã.
c. A Ana *sabe* se o Rui chega amanhã.
d. A Ana **não** *sabe* se o Rui chega amanhã.

Estas frases apresentam diferenças interpretativas consoante a oração principal é ou não negada e consoante a oração subordinada é declarativa (introduzida pela conjunção-complementador *que*) ou interrogativa indireta (introduzida pela conjunção-complementador *se*). Em (103a), afirma-se um saber da Ana (a chegada do Rui amanhã), pressupondo o falante a verdade desse facto (tecnicamente, da proposição que o expressa); ou seja, o verbo *saber* é factivo neste contexto: a proposição expressa pela oração completiva é dada como um facto que ocorreu ou que irá ocorrer. Em (103b), o verbo *saber* também é factivo: de novo o falante pressupõe a verdade da proposição expressa pela oração subordinada (que o Pedro chega amanhã), mas agora afirma-se que a Ana desconhece esse facto.

Em (103c), por sua vez, afirma-se que a Ana tem o conhecimento da verdade ou falsidade da proposição 'o Rui chegar amanhã', e, em (103d), que a Ana não tem esse conhecimento. Nessas frases, no entanto, o verbo *saber* não é factivo; ou seja, em nenhuma delas o falante pressupõe a verdade da proposição 'o Rui chegar amanhã'. Vemos, assim, que a natureza diferente da oração subordinada (declarativa ou interrogativa) tem um efeito na factividade do verbo *saber*[25].

[25] Pertencem a este grupo o verbo *ignorar*, o qual integra lexicalmente a negação sintática de *não saber*, assim como *duvidar*, sinónimo de *não ter a certeza*; sobre a interação entre estes verbos e o modo da oração subordinada, ver o Cap. 19.

[5] Considerem-se exemplos semelhantes a (103), mas com um sujeito de 1.ª pessoa na oração principal:

(i) a. Eu sei que o Rui chega amanhã.
b. #Eu não sei que o Rui chega amanhã.
c. Eu sei se o Rui chega amanhã (mas não digo).
d. Eu não sei se o Rui chega amanhã.

Estas frases apresentam a particularidade de o sujeito da oração principal corresponder ao falante e de, por esse motivo, poderem apresentar conflitos entre aquilo que é asserido (que é da responsabilidade do sujeito da frase) e aquilo que é pressuposto (que é da responsabilidade do falante, independentemente de quem seja o sujeito). Em (ia), afirma-se que o sujeito do verbo *saber* tem conhecimento de que o Rui chega amanhã e o contexto factivo implica que o falante sabe que isso vai ocorrer: não há, portanto, conflito semântico. Em (ib), em contrapartida, afirma-se que o sujeito não sabe se o Rui chega ou não chega, mas o contexto factivo implica que o falante sabe que o Rui chega; como o sujeito e o falante são uma e a mesma pessoa, obtém-se um enunciado incongruente. No entanto, a frase é admissível num contexto em que o locutor tem verdadeiramente conhecimento do facto que enuncia, embora opte, por algum motivo, por pretender ocultar esse saber (cf. *se me perguntarem, para todos os efeitos, eu não sei que o Rui chega amanhã*) ou num contexto em que alguém afirma que o seu interlocutor tem disso conhecimento e este lhe responde negativamente: *eu não sei que o Rui chega amanhã*. Repare-se que uma frase semelhante, mas com o verbo no imperfeito, é aceitável (cf. *eu não sabia que o Rui chega amanhã*), mas, neste caso, o que o sujeito assere é que não sabia a verdade ou falsidade da proposição num momento anterior ao da enunciação, o que não entra em conflito com a pressuposição do falante, que implica apenas que *no momento da enunciação* esse conhecimento (já) existe. Em (ic,d), o sujeito afirma, respetivamente, que sabe e que não sabe se o Rui chega amanhã, mas, como estes contextos não são pressuposicionais (ver a discussão de (103c,d)), não há conflito entre aquilo que é da responsabilidade do sujeito e o que é da responsabilidade do falante.

O verbo *crer* apresenta dois sentidos (cf. Pinkal 1983): (i) um sentido "forte" de crença existencial, que realmente compromete epistemicamente o sujeito da frase, e que se manifesta sintaticamente em construções em que o verbo subcategoriza um sintagma preposicional introduzido pela preposição *em* (cf. (104a,b)) ou uma oração subordinada de natureza explicitamente existencial (cf. (104c,d)); e (ii) um sentido "fraco", que não compromete totalmente o sujeito (isto é, que deixa lugar à dúvida), e que se manifesta unicamente em construções com orações subordinadas (cf. (105)):

(104) a. *Creio* na reencarnação.
b. *Creio* em Deus.
c. *Creio* que Deus existe.
d. *Creio* que existe vida depois da morte.

(105) a. *Creio* que o João vai passar férias com os pais.
b. *Creio* que vai chover amanhã.

O uso "forte" de *crer* está associado à necessidade, significando 'crença forte', ao passo que o seu uso "fraco" está associado à possibilidade, significando 'tomar

como possível, provável'. Outros verbos com um significado próximo de *crer* "fraco" são *achar*, *julgar*, *pensar*, *calcular*, *imaginar* e *considerar*[26].

> [6] O verbo *achar* (no seu valor epistémico) tem um sentido próximo de *crer* "fraco" (cf. *acho que o João vai passar férias com os pais*, mas não **acho em Deus*; quanto a *acho que Deus existe*, poderá ser dito numa discussão racional sobre a existência de Deus mas não como uma manifestação de fé absoluta). O verbo *acreditar*, por sua vez, tem, para alguns falantes, um sentido próximo de *crer* "forte" (cf. *acredito em Deus*, *acredito que Deus existe*, etc.) e é estranho com o sentido de "crer" fraco. No entanto, nem todos os falantes partilham este último juízo, sendo o verbo *acreditar* usado frequentemente também com um sentido "fraco": cf. *acredito que o João vai passar férias com os pais*, *acredito que vai chover amanhã*, etc. No sentido "forte", *acreditar* pode usar-se também com um complemento preposicional humano para veicular crença não propriamente existencial, mas na integridade e honestidade da pessoa ou, mais frequentemente, crença de que a pessoa diz a verdade (cf. *acredito em ti*); os falantes dividem-se quanto à aceitação de *crer* neste sentido particular.

18.8 Adjetivos modais

Incluem-se neste grupo adjetivos como *possível*, *necessário*, *provável*, *certo*, *obrigatório*, *permitido*, *desejável*, *duvidoso*, *incerto*, entre outros. Os adjetivos modais ocorrem em posição atributiva (cf. *encontrámos uma solução possível*) e numa posição predicativa, em construções copulativas com o verbo *ser* ou com o verbo *parecer*; neste caso, o adjetivo predica sobre um argumento com a função de sujeito e que denota uma situação, argumento que pode tomar a forma de uma oração, finita ou infinitiva (cf. *é necessário* [*que saias rapidamente*] ou *parece possível* [*chover amanhã*]) ou de um sintagma nominal eventivo, como em *é obrigatório* [*o uso de cinto de segurança*][27]. Começa-se por descrever alguns aspetos da sintaxe e da semântica dos adjetivos modais predicativos, por ser esta a sua posição mais comum em português, fazendo em seguida alguns comentários à sua ocorrência em posição atributiva (a descrição destes adjetivos é retomada no Cap. 31).

18.8.1 Adjetivos modais em posição predicativa

Em posição predicativa, a modalidade deôntica é expressa pelos adjetivos *obrigatório* e *permitido* (e também *permissível*), sendo a única leitura possível aquela em que se descreve uma autorização ou a imposição de uma obrigação de natureza institucional ou com origem numa terceira pessoa (que não o falante):

(106) a. É *obrigatório* o uso de cintos de segurança.
b. É *permitido* fumar.

O adjetivo *necessário* tem predominantemente a leitura de modalidade externa aos participantes (eventualmente também a deôntica), sem qualquer contribuição no domínio epistémico, contrastando, curiosamente, com o advérbio *necessariamente*,

[26] Sobre a interação entre estes verbos, o modo da oração subordinada e também a existência ou não de negação na oração principal, ver o Cap. 19.
[27] Devido à sua complexidade interna, o sujeito destas construções ocorre frequentemente no final da estrutura (cf. Cap. 28).

que admite uma leitura epistémica de certeza praticamente absoluta por parte do falante, como se ilustra no seguinte contraste:

(107) a. É *necessário* que a Isabel visite a avó amanhã.
b. A Isabel visita *necessariamente* a avó amanhã.

Assim, enquanto em (107a) se veicula a ideia de que as circunstâncias são tais que impõem uma visita da Isabel à avó (a frase poderia ser continuada por uma explicitação dessas condições, como, p.e., *senão ela fica sozinha*), mas sem se veicular qualquer crença do falante sobre o grau de probabilidade de que isso venha a acontecer, em (107b), para além dessa leitura externa, também é possível a interpretação em que se assere a crença por parte do falante de que o evento em causa se realizará de maneira quase certa. Veja-se também, de modo semelhante, a diferença entre *é necessário que chova amanhã* – para salvar as colheitas, p.e. – e *amanhã chove necessariamente* – dado o estado do tempo hoje, é praticamente certo que vai chover.

O adjetivo *possível* (e também *impossível*), por sua vez, tem uma leitura preferencial epistémica, embora também possa ter um valor modal externo, sendo frequentemente difícil destrinçar as duas leituras, como se tem notado várias vezes no decorrer deste capítulo: cf. *é possível que a Isabel visite a avó amanhã*, *é possível que chova amanhã*. Outros adjetivos com valor epistémico são *provável*, *certo* (e os seus contrários *improvável*, *incerto*) e *duvidoso*, *inacreditável*, *impensável*, integrando estes últimos lexicalmente um conceito negativo.

Finalmente, encontra ainda representatividade entre os adjetivos predicativos modais o domínio da modalidade desiderativa (com *desejável*, *aconselhável*, por exemplo); cf. *era desejável que eles se reconciliassem*, etc.; só a modalidade interna não é concretizada por adjetivos modais predicativos.

Tal como os verbos modais, que admitem a negação interna e a negação externa (cf. 18.6), também as construções copulativas com adjetivos modais admitem duas posições para a negação, que decorrem, neste caso, da sua própria natureza sintática como frases complexas integrando duas orações distintas: nomeadamente, cada uma das orações, a principal e a subordinada (ou ambas), podem ser negadas, como se ilustra no seguinte paradigma com o adjetivo *obrigatório*:

(108) a. É obrigatório mudar de carro todos os anos.
b. *Não* é obrigatório mudar de carro todos os anos.
c. É obrigatório *não* mudar de carro todos os anos.
d. *Não* é obrigatório *não* mudar de carro todos os anos.

Como o leitor pode verificar facilmente, os exemplos de (108) têm todos um significado diferente, consoante os diferentes elementos afetados pela negação (embora essa verificação seja mais complexa nos casos de dupla negação, frequentemente difíceis de processar semanticamente). A negação em (108b) corresponde à negação externa com verbos modais, tendo a negação escopo sobre toda a frase, em particular sobre o adjetivo modal (cf. *não tens de mudar de carro todos os anos*). De acordo com o Quadro 2 (cf. 18.6.4), repare-se que a negação externa da obrigação (necessidade) de fazer *x* é equivalente à negação interna da sua permissão (possibilidade), como se verifica pela sinonímia que existe entre (108b) e *é permitido*

não mudar de carro todos os anos; além disso, a frase (108b), ao negar a obrigação de fazer algo, deixa, no entanto, subjacente a possibilidade de o fazer (não é obrigatório mudar de carro todos os anos, mas é possível fazê-lo). A negação em (108c) corresponde à negação interna com verbos modais, tendo a negação aí escopo sobre a oração subordinada, mas não sobre a oração principal ou sobre o adjetivo modal (cf. *tens de não mudar de carro todos os anos*); finalmente, a negação em (108d) combina as duas negações de (108b) e (108c): a primeira negação tem escopo sobre o adjetivo modal e a segunda sobre a oração subordinada (cf. *não tens de não mudar de carro todos os anos*). Assim, em (108b) nega-se a obrigação de fazer algo (mudar de carro todos os anos); em (108c) afirma-se a obrigação de não o fazer; e em (108d) nega-se a obrigação de não o fazer, sendo equivalente à frase *é permitido mudar de carro todos os anos*, sem qualquer negação.

Tal como o verbo *dever* nas interpretações deôntica e epistémica (cf. 18.6.2.1 e 18.6.2.2), também os adjetivos modais predicativos *desejável* e *provável* admitem uma forma da negação antecipada, em que a mesma interpretação é compatível com as duas posições distintas do marcador adverbial de negação *não*, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(109) a. *Não* é desejável que a Ana traga os amigos.
b. É desejável que a Ana *não* traga os amigos.

(110) a. *Não* é provável que ela venha.
b. É provável que ela *não* venha.

O fenómeno da negação antecipada, no entanto, não se aplica aos restantes adjetivos predicativos modais, como se ilustra a seguir relativamente a *necessário* e *permitido* (cf. também (108b,c)):

(111) a. *Não* é necessário ler esse livro.
b. É necessário *não* ler esse livro.

(112) a. *Não* é permitido falar com o candidato.
b. É permitido *não* falar com o candidato.

Como o leitor verifica facilmente, as frases (a) e (b) não têm o mesmo significado; em particular, não têm as mesmas implicações. Assim, p.e., (111a) é compatível com interpretações em que se lê ou não se lê o livro, ao passo que (111b) só é compatível com uma situação de não leitura do livro. Inversamente, em (112), a frase (a) implica que não haverá comunicação com o candidato, enquanto a frase (b) é compatível com interpretações em que há ou não há comunicação com o candidato.

Quanto aos adjetivos modais com valor negativo, *impossível*, *inacreditável*, *impensável*, *duvidoso* aceitam as duas posições da negação, como exemplificado em (113) e (114) com os dois primeiros adjetivos listados:

(113) a. *Não* é inacreditável que ele aceite o convite.
b. É inacreditável que ele *não* aceite o convite.

(114) a. *Não* é impossível que o nosso candidato ganhe.
b. É impossível que o nosso candidato *não* ganhe.

Nestes casos, quando a negação tem escopo sobre o adjetivo modal, como nos exemplos (a), este adquire uma leitura contrária, sendo, p.e., *não é inacreditável* equivalente a *é acreditável* e *não é impossível* equivalente a *é possível*. Nos casos em que a negação não tem escopo sobre o modal mas sim sobre a oração completiva, o modal não sofre alteração. A posição da negação também aqui pode levar a diferenças de interpretação. Assim, (113a) pode ser parafraseado como 'é possível que ele aceite o convite', enquanto (113b) corresponde a 'é muito provável que ele aceite o convite', sendo, portanto, mais forte a interpretação modal em que a negação tem escopo sobre a completiva[28]. As frases (114) também diferem, pois, enquanto (114a) equivale a 'é possível que ele ganhe', (114b) afirma que o candidato ganhará muito certamente, sendo aqui também a interpretação modal mais forte. Quanto ao adjetivo *incerto*, este parece não admitir facilmente a negação (cf. (115)), talvez pela dificuldade de processamento destas frases.

(115) a. ?*Não* é incerto que a Ana traga os amigos.
b. ?É incerto que a Ana *não* traga os amigos.

18.8.2 Adjetivos modais em posição atributiva

Em posição atributiva, os adjetivos modais (como *possível*, *obrigatório* e *necessário*) também apresentam as diferentes dimensões epistémica, interna, deôntica, externa e desiderativa, aceitando alguns deles serem pospostos ou antepostos ao nome, enquanto outros apresentam restrições quanto à posição que ocupam junto do nome. Estes adjetivos têm função próxima de advérbios modais como *possivelmente*, *presumivelmente*, *necessariamente*.

A leitura epistémica relaciona-se com o domínio modal da possibilidade, expressando um determinado número de atitudes subjetivas do falante relativamente à adequação do referente do sintagma nominal (assinalado entre parênteses, nos exemplos) à classe semântica denotada pelo próprio nome que é o núcleo desse sintagma: dúvida ou incerteza, no caso de adjetivos como *possível*, *suposto*, *presumível*, *alegado* e *potencial*; crença negativa, com adjetivos como *falso*, *aparente*; ou ainda crença positiva, com adjetivos como *verdadeiro*, *autêntico* e *certo*. Estas leituras modais são exemplificadas em (116), (117) e (118), respetivamente:

(116) a. Encontrámos [uma *possível* solução].
b. Recuso-me a respeitar [esta *suposta* lei].
c. [O *presumível* agressor das crianças] foi preso pela polícia ontem.

(117) a. Após ganhar a lotaria, o Rui viu-se rodeado de [*falsos* amigos].
b. Durante os saldos, muitas lojas apresentaram [uma *aparente* redução dos preços].

(118) a. Encontraram [uma *verdadeira* pechincha] na venda de Natal.
b. É [um *verdadeiro* milagre] o Pedro acordar antes do meio-dia.

[28] Para alguns falantes, (113b) tem uma leitura factiva e é interpretável como *ele não aceitou o convite e isso é inacreditável/incrível*, não tendo, portanto, valor modal. Esta leitura factiva é ainda mais óbvia se o verbo da completiva estiver no pretérito perfeito do conjuntivo (*é inacreditável que ele não tenha aceitado o convite*) e deixa de estar disponível se o verbo da completiva expressar um tempo futuro através da perífrase verbal *vir a* + inf (*é inacreditável que ele não venha a aceitar o convite*).

Nos exemplos em (116), o adjetivo tem a função de estabelecer incerteza sobre a atribuição do referente do SN à classe denotada pelo substantivo. Assim, a frase (116c) não permite inferir nem que o sujeito é, de facto, o agressor, nem que ele não o é, sendo o SN sujeito parafraseável por "é possível que ele seja o agressor das crianças"[29]. Note-se que, em contextos envolvendo mais do que um indivíduo, como *eles são os alegados autores do trabalho*, o plural torna possível uma leitura em que um deles possa vir a ser considerado como sendo, de facto, o autor e o outro não. Contrariamente a *possível* (e também *provável*), que podem ocorrer em posição predicativa (cf. subsecção anterior), adjetivos como *suposto*, *presumível*, *alegado*, *potencial* não admitem essa posição (cf. **esta lei é suposta*, **este agressor é presumível*, **esta violação é alegada*, **este argumento é potencial*).

Em (117), os adjetivos *falso* e *aparente*, que expressam crença negativa, têm valor lógico de negação de pertença a uma classe (é um falso amigo, logo não é um amigo), embora a entidade referenciada pelo SN apresente semelhanças com os elementos da classe.

Em (118), o adjetivo *verdadeiro* tem essencialmente uma função intensificadora da crença positiva, próxima da do advérbio *mesmo* (cf. *é sem dúvida uma pechincha, é sem dúvida um milagre*). Na posição anteposta, os adjetivos *verdadeiro* e *autêntico* ocorrem com frequência com esta função intensificadora em contextos em que o substantivo não é usado no seu sentido estrito. É o caso da frase (118b) ou de *vão arrumar o vosso quarto! Está uma autêntica feira*, em que a situação referida não corresponde ao significado estrito dos substantivos *milagre* e *feira*.

[7] Existem restrições quanto à posição que o adjetivo com valor modal ocupa junto do substantivo: é o caso dos adjetivos *suposto*, *presumível*, *alegado*, que não só não podem ocorrer em posição predicativa, como já foi referido, como também estão restritos à posição pré-nominal exemplificada em (117b,c) (veja-se **recuso-me a respeitar esta lei suposta*, **encontraram o agressor presumível das crianças*).

No caso de *certo*, este só é adjetivo e tem valor modal epistémico de crença quando posposto ao nome: *tudo indicava tratar-se de uma aquisição certa*, por oposição a #*tudo indicava tratar-se de uma certa aquisição*.

Consoante a sua posição pré ou pós-nominal, o adjetivo pode apresentar ou não diferenças de sentido (cf. Cap. 31), que se manifestam igualmente ao nível dos valores modais. Vejam-se os exemplos com os adjetivos *possível*, *falso*, *verdadeiro* e *autêntico*, em (i)-(iv):

(i) a. Encontrámos uma solução *possível*.
b. Encontrámos uma *possível* solução.

(ii) a. Os consultores financeiros apresentaram-lhes uma solução *falsa*.
b. Os consultores financeiros apresentaram-lhes uma *falsa* solução.

(iii) a. O Rui teve de apresentar uma certidão de nascimento *verdadeira*.
b. O Rui teve de apresentar uma *verdadeira* certidão de nascimento.

(iv) a. Ele comprou um Picasso *autêntico*.
b. Ele comprou um *autêntico* Picasso.

[29] Os adjetivos com esta interpretação caracterizam-se por atuarem sobre o sentido (a intensão) dos substantivos, alternando ou realçando a sua aplicabilidade ao referente do sintagma nominal. São, por isso, também designados como adjetivos intensionais (cf. Cap. 31).

Em (ia), diz-se que se encontrou uma solução que é possível adotar e que é considerada viável, enquanto em (ib) se diz que se encontrou algo que pode ser uma solução, havendo sobre isso incerteza ('encontrámos uma eventual solução'). Os exemplos (ii), com o adjetivo *falso*, apresentam, no âmbito de uma leitura de crença negativa, um contraste semelhante ao das frases em (i): em (iia) diz-se que foi apresentada uma solução que se revelou não ser viável, não funcionar, não havendo aqui leitura modal (para alguns falantes existe uma interpretação em que se trata, de facto, de uma solução, que funciona mas é eticamente reprovável), enquanto em (iib) se diz que aquilo que foi apresentado não é uma solução.

Os adjetivos que veiculam valores de crença positiva como *verdadeiro* e *autêntico* podem apresentar diferenças de interpretação consoante ocorram antepostos ou pospostos ao substantivo, embora a diferença de leitura varie bastante de acordo com a natureza do substantivo. Nas frases (iii), com a entidade *certidão de nascimento*, a posição do adjetivo não parece desencadear diferenças de interpretação significativas (embora para alguns falantes a frase (iiia) incida sobre a verdade do conteúdo da certidão, por oposição a (iiib) que incide sobre a autenticidade da certidão). De maneira geral, quando este tipo de adjetivo é usado em posição pós-nominal, o referente do SN é interpretado como correspondendo à classe denotada pelo substantivo (embora esta diferença seja mais óbvia com o adjetivo *autêntico* do que com *verdadeiro*), pelo que a asserção da autoria de um quadro é feita preferencialmente com o adjetivo em posição pós-nominal, como no exemplo (iva). Como foi referido em relação a (118b), a posição pré-nominal deste tipo de adjetivo está associada a uma função intensificadora e ocorre frequentemente com usos figurados dos substantivos. Assim, quando o adjetivo é usado em posição anteposta em (ivb) (*um autêntico Picasso*), o referente do SN é interpretado como não sendo, de facto, uma obra de Picasso, embora apresente fortes semelhanças. Aliás, num contexto que implique que a obra referida não pode de forma alguma ser da autoria de Picasso, apenas a posição anteposta é admissível (*o Rui desenhou um autêntico Picasso*/??*o Rui desenhou um Picasso autêntico*).

Apresentam-se, em (v), exemplos com o adjetivo *provável* anteposto e posposto ao substantivo:

(v) a. Os jornais referiam uma contratação *provável* para o clube.
b. Os jornais referiam uma *provável* contratação para o clube.

Neste caso, existe contraste entre um grau de probabilidade maior quando o adjetivo está em posição pré-nominal, na frase (b), e um grau de probabilidade menor, na frase (a) (embora nem todos os falantes identifiquem, neste caso, diferenças de interpretação). Em posição pré-nominal, este adjetivo não afeta o significado do substantivo, contrariamente aos adjetivos intensionais *possível*, *falso*, *presumível*. Assim, em (vb), o adjetivo *provável* não põe em causa tratar-se de uma contratação, mas cria incerteza sobre a efetiva realização deste evento.

Os adjetivos *obrigatório*, *permitido* e *proibido* têm valor modal **deôntico**, respetivamente de obrigação, permissão e proibição, e só aceitam posição pós-nominal, como exemplificado com os dois primeiros adjetivos em (119) e (120):

(119) a. Ele fez um exame *obrigatório*.
b. *Ele fez um *obrigatório* exame.

(120) a. Ele juntou uma substância *permitida* ao complexo multivitamínico.
b. *Ele juntou uma *permitida* substância ao complexo multivitamínico.

Quanto ao domínio da modalidade **externa**, que denota possibilidade e necessidade resultantes de fatores externos, não controláveis, pode ser expressa pelos adjetivos *possível* e *necessário*, como exemplificado em (121):

(121) a. uma *possível* destruição das colheitas
b. a *necessária* ampliação dos espaços de leitura da biblioteca

Em (121a), o adjetivo também admite leitura epistémica, mostrando, mais uma vez, a proximidade existente entre contextos de modalidade externa e epistémica.

A modalidade **desiderativa** é, por sua vez, expressa por adjetivos como *desejável*, *desejado* e *esperado*.

(122) a. um acordo *desejável*
b. uma solução *esperada* por todos

Note-se que adjetivos como *bom* ou *ótimo*, que em contextos predicativos podem ter uma leitura final desiderativa (*era bom que ele viesse hoje*), têm dificilmente essa leitura em posição atributiva (cf. *um bom acordo*, *uma boa solução*), embora, em contextos como *uma boa ideia era irmos agora os dois ao cinema*, o adjetivo contribua para a leitura desiderativa.

Finalmente, o adjetivo *capaz* denota, em posição atributiva, o domínio da modalidade **interna** com valor de capacidade:

(123) Conheço um atleta *capaz* de saltar dois metros em altura.

18.9 Advérbios modais

Finalmente, serão discutidos de forma breve nesta secção os advérbios e locuções adverbiais com valor modal. Apresentam-se vários exemplos de advérbios com valores modais de tipo epistémico em (124)-(126):

(124) a. Trata-se *possivelmente* de uma das maiores obras públicas do país.
b. *Talvez* o professor volte a explicar esta matéria na próxima aula[30].
c. O júri concluiu, *aparentemente*, que o candidato não tinha condições para desempenhar estas funções.
d. A oposição aprovará, *eventualmente*, o Orçamento de Estado deste ano.

(125) a. *Dificilmente* o valor das ações irá subir durante este mês.
b. Aquele filme muito *improvavelmente* seria premiado com um Óscar.

(126) a. O Rui irá *certamente* participar nesta conferência internacional.
b. Este é, *sem dúvida*, um dos mais belos exemplares desta espécie.

As diferentes leituras epistémicas prendem-se com a avaliação por parte do falante da verdade da proposição, expressando valores de possibilidade ou probabilidade, com advérbios como *possivelmente*, *talvez*, *aparentemente*, *provavelmente*, *eventualmente* (cf. (124)), de dúvida ou de improbabilidade, com advérbios como *dificilmente*,

[30] Numa oração com *talvez*, o verbo principal ocorre no indicativo ou no conjuntivo consoante a posição do advérbio: em posição inicial de frase, o verbo está no conjuntivo, como em (124b), enquanto em posição interna ou final o verbo está no indicativo (cf. *o professor volta, talvez, a explicar esta matéria na próxima aula*).

improvavelmente, *duvidosamente* (cf. (125)) e de crença, com advérbios como *certamente*, *forçosamente*, *infalivelmente*, *irremediavelmente*, *seguramente*, *indiscutivelmente* e locuções adverbiais como *sem dúvida* (cf. (126)).

O domínio modal da necessidade interna ao participante pode ser veiculado pelo advérbio *necessariamente* (cf. (127a)), podendo este ainda fortalecer a leitura de um verbo modal como *ter* (*de*) ou *precisar* (*de*) (cf. (127b))[31]:

(127) a. Ele dorme *necessariamente* oito horas por noite.
b. Ele *tem necessariamente de* dormir oito horas por noite.

A necessidade ou obrigação pode ser expressa por advérbios ou locuções como *necessariamente*, *obrigatoriamente*, *inevitavelmente*, *por força*, no âmbito da modalidade deôntica, como em (128), ou da modalidade externa aos participantes, como em (129):

(128) a. Por lei, os candidatos apresentarão *obrigatoriamente* os documentos até ao final do prazo do concurso.
b. Os alunos entregam-me *inevitavelmente* os trabalhos no prazo marcado.

(129) a. A Ana irá *necessariamente* apanhar o metro para ir ao cinema.
b. O excesso de chuva irá *inevitavelmente* implicar um reforço da barragem.

Os valores modais desiderativos podem ser expressos por advérbios como *desejavelmente* e *oxalá*, como exemplificado em (130):

(130) a. O candidato deverá ter três anos de experiência, *desejavelmente* na área de química.
b. *Oxalá* o João não se atrase!

[31] Contrariamente à necessidade interna, o domínio modal da capacidade interna não parece poder ser veiculado por advérbios modais. Assim, na frase *a Ana salta capazmente dois metros em altura*, a afirmação da capacidade interna é expressa pela frase declarativa com o verbo no presente (*a Ana salta dois metros em altura*) e o advérbio acrescenta uma avaliação dessa capacidade (que não é, aliás, muito positiva, em contraste com advérbios e expressões adverbiais como *espetacularmente* e *muito bem*).

19 MODO 673
19.1 Questões gerais sobre o modo 673
19.2 Diversidade de modos 674
19.3 O modo em frases simples e em orações principais 676
19.4 O modo nas orações subordinadas completivas finitas 678
19.5 O modo nas orações subordinadas adverbiais finitas 681
19.6 O modo nas orações relativas 683
19.7 O condicional e o futuro 685
19.8 O infinitivo 688

19 MODO

19.1 Questões gerais sobre o modo

O **modo** é um dos sistemas em função dos quais varia a flexão dos verbos em português. Os valores de modo são expressos conjuntamente com os de tempo. Ou seja, em português, as formas verbais finitas não exibem constituintes morfológicos de modo independentes dos de tempo: ambas as categorias se encontram amalgamadas num mesmo constituinte. O modo realiza no sistema verbal valores do sistema da **modalidade** (cf. Cap. 18), entendida como a atitude que o enunciador ou (no caso de uma frase complexa) a entidade referida pelo sujeito da oração principal[1] expressa relativamente ao estado de coisas descrito. No caso do enunciador, a atitude expressa é relativa ao conteúdo proposicional de toda a frase; no caso do sujeito da oração principal, a atitude expressa é relativa ao conteúdo proposicional da oração subordinada completiva[2]. Para ilustração, vejam-se os exemplos de (1):

(1) a. O Paulo acredita que acaba o trabalho a tempo.
b. É provável que amanhã chova.

Num e noutro exemplo é veiculada uma atitude de crença da parte do enunciador relativamente à verdade do conteúdo proposicional dessas frases (respetivamente 'o Paulo acreditar que acaba o trabalho a tempo' e 'ser provável que amanhã chova'); para além disso, em (1a) é veiculada uma atitude de crença da parte do sujeito da oração principal (o Paulo) relativamente ao conteúdo proposicional da oração subordinada (ou seja, 'ele, Paulo, acabar o trabalho a tempo'). Por se veicularem atitudes de crença, dizemos que estas frases estão associadas à **modalidade epistémica**.

Existem vários outros tipos de modalidade, como os que são exemplificados nas frases (2) e que correspondem a diferentes tipos de atitudes: em (2a) uma atitude de obrigação (**modalidade deôntica**); em (2b) uma atitude de desejo (**modalidade**

[1] Caso tenha a capacidade cognitiva para isso, ou seja, em geral, quando essa entidade consiste num ou mais seres humanos.

[2] A não ser em casos especiais, não voltamos a referir, ao longo do texto, qual é o "experienciador" particular das atitudes expressas nos diferentes exemplos apresentados, se o enunciador se o sujeito da oração principal. O leitor poderá depreender, de acordo com a generalização estabelecida neste parágrafo.

desiderativa); em (2c) uma atitude de avaliação (negativa) do conteúdo da proposição (**modalidade avaliativa**) e em (2d) uma atitude de receio (por vezes incluída na modalidade desiderativa ou volitiva):

(2) a. A lei exige que todos os cidadãos sejam recenseados.
b. Era bom que amanhã não chovesse.
c. É pena que o edifício tenha sido destruído.
d. O Paulo tem medo de que haja um acidente.

19.2 Diversidade de modos

Os modos do português são o **imperativo** (cf. (3a)), o **conjuntivo**[3] (cf. (3b)) e o **indicativo** (cf. (3c)). O **condicional/futuro do passado**, o **futuro** do indicativo e o **infinitivo** podem veicular valores modais e serão discutidos nesta secção e em 19.7 e 19.8 (cf. Cap. 56).

(3) a. *Telefona*!
b. Talvez o Paulo *telefone*.
c. O Paulo *telefonou*.

O modo imperativo está associado basicamente à expressão da ordem, embora possa exprimir também valores de desejo, sugestão, ou noções associadas, valores que podem também ser realizados por formas noutros modos. Ocorre exclusivamente em frases afirmativas, que podem ser simples (cf., por exemplo, *entra* ou *faz menos barulho*) ou coordenadas (cf., por exemplo, *está sossegado ou vai-te embora* ou *senta-te e presta atenção*) e em orações principais também afirmativas (cf., por exemplo, *faz com que te ouçam* ou *acredita que estou mesmo preocupado*). Em contrapartida, é excluído de orações subordinadas em geral (cf. a impossibilidade de **ordeno-te que vem imediatamente para casa*) e de orações negativas, quer estas correspondam a uma frase simples quer a uma oração principal (cf., por exemplo, a impossibilidade, como ordens, de **não adormece* ou de **não exige que toda a gente seja como tu*). Nestes casos, o imperativo é substituído pelo conjuntivo (cf., respetivamente, *ordeno-te que venhas imediatamente para casa*, *não adormeças* e *não exijas que toda a gente seja como tu*).

O modo conjuntivo ocorre sobretudo em orações subordinadas, embora possa ocorrer também nalgumas frases simples ou em orações principais como as seguintes:

(4) a. Oxalá amanhã não *chova*!
b. *Valha*-me Deus!
c. *Corra*!
d. Talvez ele *queira* reformular a proposta.

O conjuntivo não está associado a um valor modal específico, mas antes a uma grande variedade de valores modais, como se verá mais à frente.

Quanto ao modo indicativo, pode ocorrer nos vários tipos de frase (interrogativas, declarativas, etc.; cf. Cap. 48), quer estas sejam frases simples (cf. *está calor*), quer sejam orações principais (cf. *ele pensava que o dia seguinte era feriado*),

[3] O modo conjuntivo é também designado por **subjuntivo** nalgumas gramáticas, sobretudo brasileiras.

quer sejam orações subordinadas (cf. *ele faltou à reunião porque estava doente* ou *ele só faltou às reuniões quando esteve doente*). No que respeita às frases declarativas, qualquer oração com este modo é apresentada como verdadeira (para alguém), mas nem todas as orações subordinadas dadas como verdadeiras exibem o modo indicativo, como mostra, por exemplo, a impossibilidade de **foi pena que estava a chover* (por contraste com *foi pena que estivesse a chover* ou *foi pena estar a chover*). Ou seja, a aceitação de que a oração é verdadeira é condição necessária para a seleção do modo indicativo, mas não é condição suficiente. A outra condição que tem de estar preenchida para que possa ser selecionado este modo é que a atitude expressa seja de crença ou conhecimento. No caso da frase *foi pena que estivesse a chover*, embora a oração completiva (cf. Cap. 36) seja dada como verdadeira, a atitude que é expressa é de avaliação. Dito de outro modo, esta frase não indica apenas que é verdade que estava a chover, antes veicula também (através da expressão predicativa *ser pena*) uma atitude de avaliação deste facto. Uma vez que a atitude expressa não se situa no domínio da crença ou conhecimento, o indicativo é excluído da oração completiva.

Além do imperativo, indicativo e conjuntivo, em diferentes gramáticas do português são também apontados como modos o **optativo** (cf. (5a)), o **condicional** (cf. (5b)), o **futuro** (cf. (5c)) e o **infinitivo** (cf. (5d)), embora nem todas as gramáticas enumerem estas formas como modo:

(5) a. *Seja* ele capaz de acabar o trabalho a tempo!
b. *Gostaria* de viver aqui!
c. Ele *estará* a trabalhar a esta hora?
d. Convinha *fechares* a porta.

O modo **optativo** não é considerado pela maioria das gramáticas do português. Encontramo-lo, por exemplo, em Bechara (1999), que o associa à expressão de uma atitude de desejo. Tendo em conta critérios morfológicos, não há razão para se considerar que exista o modo optativo, em português, visto que as suas formas em nada se distinguiriam das do conjuntivo. Ou seja, a expressão de uma atitude de desejo não é assinalada por qualquer constituinte diferente dos que ocorrem em frases associadas à expressão de outras atitudes marcadas com o modo conjuntivo. Assim sendo, pode dispensar-se a consideração do modo optativo, assumindo que em frases como (5a) ocorre o modo conjuntivo e que o valor modal a que o modo optativo estaria associado – valor de desejo – é um dos vários valores a que o conjuntivo pode estar associado em português.

Quanto ao **condicional**, também ele é classificado como modo apenas nalgumas gramáticas do português. Em Cunha e Cintra (1984), o condicional é classificado como um tempo – *futuro do pretérito* (do modo indicativo) – e não como um modo. Uma outra posição, defendida em Mateus et al. (2003) e que aqui se subscreve, é a de que os constituintes morfológicos de condicional, bem como os de **futuro** do indicativo, podem ter meramente um valor temporal ou podem ter um valor modal. De facto, no que respeita ao condicional, se nalguns casos, como (6a), a forma verbal está associada a um valor de localização no tempo – indicando posterioridade em relação a um tempo do passado –, noutras construções, como em (6b), está associada a um valor modal (do domínio da crença):

(6) a. O edifício, construído em 1980, *seria* demolido doze anos depois.
b. Segundo a polícia, *seria* ele o principal responsável pelo assalto.

De igual modo, as formas verbais flexionadas no futuro do indicativo podem ter um valor de localização temporal, expressando posterioridade em relação ao tempo de enunciação, como em (7a), tal como podem ter um valor modal, como em (7b):

(7) a. Devido a uma rutura numa conduta, o abastecimento de água *continuará* interrompido durante a tarde.
b. Ele *terá* uns cinquenta anos, não mais.

Os valores destas duas formas verbais são descritos mais detalhadamente na secção 19.7.

No que respeita ao **infinitivo**, este é classificado como modo por algumas gramáticas do português (cf., por exemplo, Barbosa [1822] 1881 e Dias [1876] 1894), mas não por outras (cf., por exemplo, Bechara 1999 e Cunha e Cintra 1984), em que é classificado como uma das formas nominais do verbo, a par do gerúndio e do particípio passado. Assumindo que os constituintes de modo estão associados à expressão de valores de modalidade, relativamente a várias construções faz sentido não considerar o infinitivo como um modo, visto que não está associado a valores modais diferentes daqueles a que está ligado o indicativo ou o conjuntivo. No entanto, algumas construções com infinitivo – a que se faz referência na secção 19.8 – têm um sentido modal diferente do das suas congéneres com um modo finito, o que sugere que também o infinitivo possa estar associado à expressão de valores de ordem modal.

19.3 O modo em frases simples e em orações principais

Em frases simples e orações principais, há uma associação entre o modo e o tipo de ato de fala. Esta realidade é particularmente evidente no que respeita ao modo imperativo, que ocorre exclusivamente em frases associadas a **atos de fala diretivos**. De facto, qualquer frase com o modo imperativo é interpretada como uma diretiva para que o destinatário da mensagem realize o estado de coisas descrito, pelo que o modo imperativo está associado à modalidade deôntica. Esta diretiva pode ter diferentes graus de obrigatoriedade. Assim, uma frase com o modo imperativo pode expressar uma ordem, caso em que estará associada a um grau forte de obrigatoriedade, ou simplesmente um convite ou uma sugestão, caso em que será expresso um grau mais fraco de obrigatoriedade. Em qualquer dos casos, um enunciado com o modo imperativo é um ato de fala diretivo.

A correspondência entre o modo e atos de fala diretivos funciona apenas num sentido. Isto é, o imperativo está sempre associado a um ato de fala diretivo, mas não é o único modo que pode ocorrer neste tipo de atos de fala. De facto, em frases associadas a atos de fala diretivos podem também ocorrer o indicativo, em formas do presente (cf. (8a)) ou do futuro (cf. (8b)), o conjuntivo[4] (cf. (8c)), uma forma gerundiva (cf. (8d)), ou uma forma infinitiva (cf. (8e)):

[4] O imperativo flexiona apenas na 2.ª pessoa, do singular (cf. *fala*) e do plural (cf. *falai*). Para a flexão na 1.ª e 3.ª pessoas, a língua recorre às formas do presente do conjuntivo. Vejam-se os seguintes exemplos: *falemos* (*nós*), *fale* ({*você/o senhor/ele*}), *falem* ({*vocês/os senhores/eles*}).

(8) a. *Fazes* imediatamente o que te pediram!
b. *Farás* imediatamente o que te pediram!
c. *Corrijam*-me se eu estiver errado.
d. *Andando*!
e. Não *fumar*!

Para além do imperativo (e do gerúndio ou infinitivo, em casos como (8d,e)), em frases simples e em orações principais o verbo pode ocorrer no indicativo, no conjuntivo ou no condicional, mas é o indicativo o modo que mais frequentemente se encontra nesses contextos. Este é o único modo que pode ser selecionado em frases interrogativas, como (9a), e também em frases declarativas e exclamativas que descrevam situações reais, como (9b) e (9c), respetivamente:

(9) a. Ele (não) *está* em casa?
b. O comboio *partiu* com vinte minutos de atraso.
c. Que lindo dia *está* hoje!

Quer em (9b) quer em (9c), a frase é apresentada pelo falante como descrevendo uma situação que se verifica; ou seja, ao asserir estas frases, o falante indica que acredita que a frase que enuncia é verdadeira. Quanto a (9a), embora uma frase interrogativa global (cf. Cap. 48) não seja apresentada como verdadeira, exprime uma interrogação sobre o valor de verdade da proposição. Isto é, a pergunta corresponde a um pedido para saber se a frase é verdadeira ou falsa.

No que respeita ao modo conjuntivo, em frases simples ou em orações principais, este ocorre em expressões fixas ou semifixas que indicam desejo, esperança ou noções associadas, como nos exemplos de (10); em orações imperativas, como nos exemplos de (11); em orações introduzidas pelo advérbio *talvez*[5] ou pela expressão *oxalá,* ou equivalente, como nos exemplos de (12) e ainda em vários tipos de orações coordenadas, como em (13):

(10) a. Deus *queira*!
b. (Que) assim *seja*!
c. Diabos o *levem*!

(11) a. *Corram*!
b. Não *fujas*!

(12) a. Talvez ele *chegue* a tempo.
b. Oxalá ele *chegue* a tempo!
c. Tomara que ele *chegasse* a tempo![6]

(13) a. Quer *chova* quer *faça* sol, o Paulo vem a pé.
b. *Goste* ou não *goste,* o Paulo vai ter de pedir ajuda à Ana.
c. *Seja* por estar a chover, *seja* por ser véspera de feriado, o trânsito está caótico.
d. O Paulo teve uma boa nota no teste, ou não *fosse* ele o melhor aluno da turma.

[5] Em frases introduzidas por outros advérbios, ocorre o indicativo:
(i) a. Possivelmente, ele já *está* em casa.
b. Felizmente, ele já *estava* em casa quando começou a chover.

[6] Neste tipo de construção, pode-se considerar que a oração com o modo conjuntivo é uma oração subordinada completiva, se bem que o verbo da oração principal apresente sempre a forma fixa *tomara*. Um tipo de construção idêntico é *quem (me) dera que* (*ele chegasse a tempo*).

Em nenhuma das construções indicadas em (10)-(13), a oração com o modo conjuntivo é dada como verdadeira. Se o fosse, seria obrigatoriamente selecionado o indicativo.

Quanto ao condicional, em frases simples e em orações principais, este pode ocorrer em construções que referem uma situação hipotética (cf. (14a)), como uma forma de delicadeza (cf. (14b)), ou para relatar a suposição de outrem (cf. (14c), num contexto em que se estão a narrar acontecimentos passados):

(14) a. Eu *colocaria* o problema de uma forma diferente.
b. *Gostaria* de fazer uma pergunta.
c. A proposta *teria sido* apresentada numa reunião anterior.

19.4 O modo nas orações subordinadas completivas finitas

Em orações completivas finitas (cf. Cap. 36), podem ocorrer os modos indicativo e conjuntivo. O condicional também pode ser selecionado, se a oração completiva descrever uma situação hipotética, como no exemplo *acho que ele se demitiria* (*se a proposta fosse recusada*) ou se se tratar de uma frase como as de (14) que ocorra como complemento de um verbo declarativo (cf., por exemplo, *ele disse que colocaria o problema de um modo diferente*).

No que respeita aos modos indicativo e conjuntivo, a sua distribuição é condicionada por fatores de natureza modal. O indicativo está especializado na marcação de valores que se podem designar por **valores de modalidade epistémica positiva** – isto é, ocorre em contextos que expressam a crença de alguém na verdade da frase –, enquanto o conjuntivo ocorre em frases associadas a outros valores modais. Assim, o indicativo pode ser visto como o modo marcado, no sentido em que assinala valores específicos, enquanto o conjuntivo, por estar associado a uma maior variedade de valores modais, será o modo não marcado, que ocorre nos contextos de que o indicativo está excluído. Mais detalhadamente, o indicativo ocorre nas orações completivas de:

(i) predicados associados à expressão do conhecimento (por exemplo, *descobrir*, *estar consciente de*, *ignorar*, *saber*, *verificar*, entre outros):

(15) a. Ele sabe que a Ana *mora* em Lisboa.
b. Ele está consciente (de) que *vai* chegar atrasado.
c. Ele ignora que o prazo já *acabou*.

(ii) predicados associados a atos de fala compromissivos (por exemplo, *ameaçar* ou *prometer*, entre outros):

(16) a. Prometo que te *telefono* todos os dias.
b. Ele ameaça que se *demite* se o projeto avançar.

(iii) predicados declarativos (*avisar*, *afirmar*, *dizer*, entre outros):

(17) a. Ele disse que o livro *estava* algures por aqui.
b. A afirmação de que *existe* água em Marte foi-se tornando cada vez menos polémica[7].

[7] Nesta frase, a oração subordinada *(de) que existe água em Marte* é complemento do nome *afirmação*.

(iv) predicados que introduzem um cenário imaginário (*fingir*, *imaginar*, *sonhar*, *supor*, entre outros):

(18) a. Ele sonhou que *estava* de férias, numa ilha tropical.
b. Suponhamos que ele *era* um astronauta.

(v) predicados associados à expressão da crença (*concluir*, *pensar*, *ter a certeza*, entre outros):

(19) a. A comissão de inquérito concluiu que *era* ele o responsável.
b. Ele está seguro de que *consegue* acabar o trabalho a tempo.
c. Tenho a certeza de que ele *está* em casa.

Em todos estes casos, a oração completiva descreve uma crença, que pode ser apenas do enunciador (no caso do verbo *ignorar*; cf. (15c)), que pode ser do enunciador e do sujeito da oração principal (no caso de verbos como *descobrir*, *saber* e de locuções verbais como *estar consciente*; cf. (15a,b)); ou pode ser apenas[8] do sujeito da oração principal[9] – no caso de predicados como os que são indicados em (ii)-(v). Com predicados como *fingir* ou *sonhar*, a crença existe apenas em cenários fictícios; ou seja, a oração completiva é apresentada como verdadeira num cenário que não retrata a realidade (cf. (18)). Quanto aos predicados compromissivos, indicam que alguém se compromete a realizar uma ação e, portanto, a tornar verdadeira a frase que a descreve, pelo que também indicam uma crença, embora seja crença na verdade futura da proposição (cf. (16)). Assim, todos os predicados indicados em (i)-(v) podem ser designados como "predicados epistémicos", uma vez que estão associados à expressão de valores de conhecimento ou crença[10].

Além dos que são indicados em (i)-(v), há outros predicados epistémicos, que se distinguem destes por indicarem um valor mais fraco de crença. Ou seja, enquanto no caso dos predicados considerados em (i)-(v) a oração completiva é dada como verdadeira para alguma entidade, o mesmo não se verifica com outros predicados epistémicos, cuja proposição complemento é apresentada como sendo ou podendo ser falsa. Incluem-se neste grupo predicados como *duvidar* ou *ser possível*, e também verbos declarativos negativos, como *desmentir* ou *negar*. Estes predicados selecionam o modo conjuntivo:

(20) a. Duvido que ele *chegue* a horas.
b. É possível que *tenha existido* vida em Marte.
c. Há a possibilidade de que ele *venha* mais cedo.
d. Ele negou que *tivesse sido* contactado.

Há ainda um grupo de predicados epistémicos que admitem o indicativo ou o conjuntivo. É o caso de verbos como *acreditar*, *admitir*, *imaginar*, entre outros, e de nomes como *hipótese*, *ideia* ou *suspeita*:

[8] Exceto, obviamente, se o sujeito coincidir com o enunciador.
[9] No caso de orações completivas de nomes, a crença é de uma entidade que pode não ser identificada. Por exemplo, em (17b), a crença é do autor da afirmação, que não é identificado.
[10] Originalmente, o termo "epistémico" estava associado a valores de conhecimento, estando o termo "doxástico" associado a valores de crença. No entanto, o primeiro destes termos tem vindo a ser usado num sentido mais abrangente, que inclui valores de conhecimento e também de crença.

(21) a. Acredito que *existiu* vida em Marte.
b. Acredito que *tenha existido* vida em Marte.

(22) a. A suspeita de que a Ana *estava* doente deixava-o inquieto.
b. A suspeita de que a Ana *estivesse* doente deixava-o inquieto.

Nestes casos, a seleção do modo conjuntivo ou do modo indicativo é acompanhada por uma diferença de interpretação. A frase (21a), com indicativo, indica um valor forte de crença, enquanto (21b), com conjuntivo, indica um grau fraco de crença. Assim, (21a) tem um significado semelhante a (23a) e o significado de (21b) aproxima-se do de (23b) (o mesmo se podendo dizer, *mutatis mutandis*, a respeito de (22a,b)):

(23) a. Estou convencido de que *existiu* vida em Marte.
b. Não excluo a possibilidade de *ter existido* vida em Marte.

Posto isto, verifica-se que os predicados epistémicos podem estar associados a diferentes graus de crença, formando uma escala. Os que expressam um valor forte de crença selecionam o indicativo, os que estão associados a um valor fraco selecionam o conjuntivo e os que estão associados a valores intermédios admitem o indicativo ou o conjuntivo, dependendo a seleção de um ou outro modo do grau de crença veiculado em cada frase.

A negação frásica (cf. Cap. 14) interfere na seleção de modo em orações completivas de predicados epistémicos, uma vez que inverte o valor de crença veiculado pelo predicado. Assim, em (24a), na oração completiva, o verbo flexiona no indicativo porque a oração principal expressa crença forte, enquanto em (24b) ocorre o conjuntivo por ser expresso um valor de crença fraco na oração principal[11]:

(24) a. Ninguém duvida de que eles se *esforçaram*.
b. Não tenho a certeza de que ele *chegue* a horas.

Naturalmente, a indicação de ausência de crença leva à seleção do conjuntivo, uma vez que corresponde ao grau mais fraco de crença:

(25) a. É impossível que a carta se *tenha* extraviado.
b. Ele não acredita que *estejam* pessoas lá dentro.

Observe-se que a frase *ele não acredita que <u>estão</u> pessoas lá dentro*, com indicativo na oração completiva, embora também expresse ausência de crença, indica que o enunciador acredita na verdade da proposição encaixada, pelo que veicula um valor de crença forte.

Em resumo, no que respeita a orações completivas finitas de predicados epistémicos, é selecionado o indicativo para os casos em que se marca um valor forte de crença – incluindo o valor de conhecimento, que pode ser entendido como crença

[11] Em casos como *não duvido de que ele <u>chegue</u> a horas* e *não tenho a certeza de que ele <u>chega</u> a horas*, é selecionado o mesmo modo que em frases afirmativas porque a negação é metalinguística; ou seja, negam-se as asserções ou suposições prévias "duvido de que ele chegue a horas", no primeiro caso, e "tenho a certeza de que ele chega a horas", no segundo, podendo-se continuar as frases com asserções como {*duvido é que/tenho é a certeza de que*}... ou *não foi isso que quis dizer*.

do enunciador – e o conjuntivo para os casos em que se marca um valor fraco ou ausência de crença.

Em orações completivas finitas de predicados não epistémicos, como os que são indicados na lista (não exaustiva) que se segue, pode ocorrer o conjuntivo, mas não o indicativo:

(i) predicados associados a valores de obrigação ou permissão (*autorizar, mandar*, *ordenar*, *pedir*, *sugerir*, entre outros):

(26) a. Ele mandou que se *retirassem* todos os cartazes.
b. Ele permitiu que se *fizessem* filmagens no local.

(ii) predicados associados a valores de desejo (*desejo*, *esperar*, *querer,* entre outros):

(27) a. Não se cumpriu o teu desejo de que nesse dia *chovesse*.
b. Espero que te *cures* depressa.

(iii) predicados que expressam uma condição suficiente ou necessária (*bastar*, *fazer com que*, *impedir*, *ser necessário*, *ser suficiente*, entre outros):

(28) a. Para o empréstimo ser aprovado, é preciso que *haja* garantias.
b. Basta que *chova* um pouco mais para a rua ficar inundada.
c. A sua rápida intervenção impediu que o fogo *atingisse* as casas.

(iv) predicados que expressam uma avaliação de um facto assumido (*lamentar*, *ser* (*des*)*agradável*, *ser pena*, *surpreender*, entre outros):

(29) a. Lamento que *tenhas perdido* o espetáculo.
b. Tenho pena que *tivesses perdido* o espetáculo.

Nos exemplos (26)-(28), a oração completiva é dada ou como falsa – cf. (27a) e (28c) – ou como podendo ser verdadeira ou falsa. Também as orações completivas de predicados epistémicos com conjuntivo são dadas como podendo ser falsas. Pelo contrário, nos exemplos (29a,b), a oração completiva é dada como verdadeira. Assim, contrariamente ao que é defendido por alguns autores e ao que se verifica noutras línguas (cf., por exemplo, Farkas 1992 para o romeno, Giannakidou 1999 para o grego moderno e Noonan 1985 para várias línguas), em português a seleção do conjuntivo ou do indicativo não se prende apenas com o facto de a oração ser ou não ser verdadeira.

19.5 O modo nas orações subordinadas adverbiais finitas

Em orações subordinadas adverbiais finitas podem ocorrer os modos indicativo e conjuntivo. O verbo pode também flexionar no condicional, nos casos em que a oração descreve uma situação hipotética, como no exemplo *sendo ele maior de idade, a situação seria diferente, porque já teria direito a votar*. Quanto ao indicativo e conjuntivo, nas orações subordinadas adverbiais de quase todos os tipos a regra para a seleção de um ou outro modo é semelhante à que se verifica em orações declarativas não subordinadas: se a proposição for apresentada como verdadeira, é selecionado o indicativo; caso contrário, é selecionado o conjuntivo. As exceções são orações subordinadas concessivas (como *embora estivesse a chover, o dia estava agradável*), de que o

indicativo é excluído apesar de a proposição ser verdadeira, e orações subordinadas condicionais (como *se ele chega dez minutos mais tarde, perdia o comboio*), em que pode ocorrer o modo indicativo sem que a proposição seja dada como verdadeira.

O paradigma (30) ilustra orações subordinadas adverbiais finitas de diferentes tipos (causais, temporais, entre outras; cf. Cap. 38), com o verbo no modo indicativo e que são interpretadas como verdadeiras[12]:

(30) a. O Paulo chegou atrasado *porque teve um furo*.
b. *Como as estradas estavam cobertas de gelo*, o carro derrapou.
c. Ela tem estado eufórica *desde que recebeu a notícia*.
d. *Quando a Ana leu a notícia*, ficou estupefacta.
e. *Enquanto foi presidente*, ele teve motorista.
f. A Ana ajudou o Paulo *sempre que ele lhe pediu*.
g. *Se em Braga choveu muito*, no Porto choveu muito mais.

O indicativo pode ocorrer também em orações subordinadas condicionais, não só em orações dadas como verdadeiras, como no exemplo *se nem a Ana conseguiu resolver o enigma, não será ele que o vai resolver!*, mas também em orações condicionais dadas como falsas, como no exemplo (31a), ou como podendo ser verdadeiras ou falsas, como em (32a). Nestes dois últimos casos, pode também ser selecionado o conjuntivo, como mostram (31b) e (32b):

(31) a. Se ele *tem chegado* cinco minutos mais cedo, ainda nos apanhava!
b. Se ele *tivesse chegado* cinco minutos mais cedo, ainda nos apanhava!

(32) a. Se eles te *ouvem*, ainda pensam que estás a conspirar!
b. Se eles te *ouvirem*, ainda pensam que estás a conspirar!

Nos restantes tipos de orações subordinadas adverbiais finitas apresentadas como falsas ou como podendo ser verdadeiras ou falsas, o verbo flexiona no conjuntivo:

(33) a. O Paulo foi ter com a Ana para que ela o *ajudasse*.
b. Mesmo que *trabalhe* dia e noite, ele não acaba o texto a tempo[13].
c. Mesmo se *trabalhar* dia e noite, ele não acaba o texto a tempo.
d. Ele entrou e saiu sem que ninguém o *visse*.
e. Saí antes que me *vissem*.
f. As instalações ficam fechadas até que *sejam* dadas novas ordens.
g. Quando ele *chegar,* vai ter uma surpresa.
h. Ficarei no cargo enquanto *tiver* a vossa confiança.
i. Venho sempre que me *chamarem*.
j. Concordo que convém alargar o prazo de apresentação de candidaturas, mas não porque *tenha* havido falta de informação.

[12] Esta associação entre o facto de a oração ser dada como verdadeira e a seleção do indicativo explica o uso deste modo em construções em que por norma é selecionado o conjuntivo. É o que se verifica no seguinte exemplo, atestado num texto jornalístico: *mesmo se a distribuição da população não é normal, a distribuição das médias tende a aproximar-se da normal*, e também numa frase como *mesmo se estás cansado, tens de fazer os deveres*, com valor genérico (note-se, no entanto, que estas frases, e outras ilustrando o mesmo fenómeno, são sentidas como marginais por muitos falantes).

[13] A conjunção *mesmo* pode introduzir uma oração finita, como neste exemplo, ou uma oração gerundiva (*mesmo trabalhando dia e noite, ele não acaba o texto a tempo*).

k. Ou porque *tivesse* assuntos urgentes a tratar ou porque o tema em discussão não lhe *interessasse*, ele saiu antes do fim da reunião.

Além das orações subordinadas adverbiais que não são apresentadas como verdadeiras, o conjuntivo ocorre em orações concessivas[14], como mostram os seguintes exemplos:

(34) a. Embora *esteja* a chover, o dia está agradável.
b. Se bem que *esteja* a chover, o dia está agradável.

As orações subordinadas concessivas constituem o único tipo de oração subordinada adverbial com conjuntivo dada como verdadeira. Uma possível razão para que não seja o indicativo o modo selecionado prende-se com o contraste que este tipo de construção expressa: a oração principal descreve uma situação que não se esperaria que ocorresse quando se verifica a que é descrita pela oração subordinada concessiva. A seleção do conjuntivo para a oração subordinada e do indicativo para a principal pode ser vista como uma estratégia da língua para focalizar a oração principal, a que veicula informação inesperada.

19.6 O modo nas orações relativas

Em orações subordinadas relativas, o verbo pode flexionar nos modos indicativo ou conjuntivo. Pode também flexionar no condicional, se a oração descrever uma situação hipotética, como nos seguintes exemplos:

(35) a. A regulamentação da lei, que *permitiria* acabar com esse tipo de operações, nunca chegou a ser publicada.
b. Imagina o dinheiro que ele *teria despendido* (se tivesse feito a viagem)!
c. As coisas que ele *diria* (se soubesse o que se passa)!

Quanto aos modos indicativo e conjuntivo em orações relativas, é pertinente observar a distinção entre relativas explicativas e relativas restritivas (cf. Caps. 27 e 39).

Em **orações relativas explicativas** (também chamadas **apositivas** noutros capítulos desta Gramática), embora os dois modos possam ocorrer, o conjuntivo só se usa se for legitimado por uma expressão como *talvez* ou *oxalá*:

(36) a. Foram encomendados alguns livros, *que chegam esta semana*, muito úteis para o trabalho da Ana. (vs. **que cheguem esta semana*)
b. Vivia-se uma situação curiosa, *de que algumas pessoas talvez ainda se recordem*. (vs. **talvez ainda se recordam*)
c. Acabou de partir um avião, *que oxalá chegue sem problemas ao destino*, carregado com tendas, cobertores, medicamentos e outro material de ajuda humanitária. (vs. **que oxalá chega sem problemas*)

[14] Embora, de acordo com a norma, seja o conjuntivo o modo selecionado em orações concessivas, há registo de casos em que ocorre o indicativo. Alguns falantes do português já aceitam o indicativo em orações concessivas introduzidas por *se bem que*, como nos exemplos *vou ficar em casa, se bem que é pena não aproveitar este sol* ou *vou ficar em casa, se bem que não tenho aquecimento*. Este facto pode evidenciar um processo de regularização do padrão: em orações subordinadas adverbiais finitas, é selecionado o indicativo se a oração for dada como verdadeira; caso contrário, ocorre o conjuntivo.

A distribuição dos modos indicativo e conjuntivo nestas construções é idêntica à que se verifica em estruturas declarativas não subordinadas: se a proposição for apresentada como verdadeira, é selecionado o indicativo, caso contrário, é selecionado o conjuntivo. Por essa razão, o conjuntivo só pode ocorrer em orações relativas explicativas quando estão presentes expressões como *talvez* ou *oxalá*, que não indicam que a proposição é verdadeira.

Em orações relativas restritivas, pode ocorrer o indicativo ou o conjuntivo (sendo este legitimado mesmo sem a presença de uma expressão como *talvez* ou *oxalá*), e a interpretação do sintagma nominal que inclui a oração relativa é diferente consoante o verbo desta oração flexione num ou no outro modo. Esta variação interpretativa relaciona-se com a capacidade referencial do sintagma nominal, sendo relevante considerar as seguintes possibilidades:

(i) O sintagma nominal relativizado não é referencial (cf. Cap. 21) e nega-se a existência das entidades por ele descritas. Neste caso, pode ocorrer o conjuntivo, mas não o indicativo:

(37) a. Nesta biblioteca, não há um único livro *que trate deste assunto*.
b. Ele não tem *quem o ajude*.

(ii) O sintagma nominal relativizado não é referencial e as entidades por ele descritas podem existir ou não. Também neste caso, é selecionado o conjuntivo, e não o indicativo:

(38) a. A mulher *que casar com o Paulo* tem de ter muita paciência.
b. Haverá poucas pessoas *que consigam decifrar esse enigma*.
c. Ele quer contratar uma secretária *que fale russo e árabe*.
d. Tens *quem te ajude a preencher os impressos*?
e. *Quem tiver acertado nos números do Totoloto* está rico!

Nestes exemplos, o falante admite que as entidades relevantes possam não existir. Ou seja, (38a), por exemplo, não indica que há, de certeza, uma mulher que vai casar com o Paulo, nem (38b) garante que alguém consegue decifrar o enigma, tal como os restantes exemplos não permitem inferir que existem seguramente as entidades relevantes – uma secretária que fale russo e árabe, em (38c); alguém que ajude o interlocutor a preencher os impressos, em (38d); e alguém que tenha acertado nos números do Totoloto, em (38e).

Em contrapartida, em exemplos como os que se seguem, também com conjuntivo, é mais natural que o falante assuma que as entidades em questão existem:

(39) a. Podem concorrer as empresas *que tiverem os impostos em dia*.
b. Decidi comprar o computador *que for mais barato*.
c. Traz-me o primeiro livro *que encontrares*.

De facto, a frase (39a) sugere que o falante admite que há empresas que têm os impostos em dia; (39b) sugere que há um computador mais barato do que os outros e (39c) que o interlocutor encontrará pelo menos um livro. No entanto, estas frases podem ser verdadeiras mesmo que os sintagmas nominais não tenham referência. Ou seja, as frases de (39) podem ser verdadeiras mesmo que não haja empresas com

os impostos em dia, todos os computadores tenham o mesmo preço e o interlocutor não encontre nenhum livro. Assim, a seleção do conjuntivo nestes casos pode ser explicada pelo facto de não ser garantida a existência das entidades relevantes. Mesmo que seja assumida a existência dessas entidades, elas não são identificadas, o que justifica a seleção do conjuntivo.

(iii) O falante assume que as entidades descritas pelo sintagma nominal relativizado existem, mas não as identifica. Também neste caso, é selecionado o conjuntivo:

(40) a. Ele tem *quem o ajude*.
b. Mesmo assim, houve *quem votasse contra*.
c. No primeiro exercício, eles têm de identificar um país *que faça fronteira com a Grécia*.

(iv) As entidades descritas pelo sintagma nominal relativizado existem e o falante indica que as conhece; ou seja, o sintagma nominal tem leitura específica (cf. Cap. 21). Neste caso, é selecionado o indicativo:

(41) a. Os livros *que ele publicou* foram um sucesso.
b. Podem concorrer todas as empresas *que têm os impostos em dia*.
c. Há vários livros *que tratam desse assunto*.
d. Ele quer contratar uma secretária *que fala russo e japonês*.
e. Mesmo assim, houve pessoas *que votaram contra*.
f. Ganhou a equipa *que foi mais ofensiva*.
g. No primeiro exercício, eles têm de identificar um país *que faz fronteira com a Grécia*.

19.7 O condicional e o futuro

Em português, o condicional e o futuro do indicativo podem expressar valores de ordem temporal ou valores modais. A expressão de valores temporais é ilustrada pelos exemplos que se seguem, em que o futuro indica posterioridade em relação ao tempo de enunciação (cf. (42a))[15] e o condicional, posterioridade em relação a um tempo do passado (cf. (42b)):

(42) a. O comboio *chegará* daqui a duas horas.
b. A sonda espacial foi lançada em janeiro; só dez meses mais tarde *enviaria* as primeiras imagens.

Quanto a valores modais, tanto o futuro do indicativo como o condicional estão associados à expressão de valores de crença, sendo que as frases em que ocorrem não são dadas pelo enunciador como seguramente verdadeiras, antes indicando algum afastamento do enunciador em relação à aceitação da sua verdade. Ou seja, ao asserir uma frase com o futuro do indicativo ou o condicional, o enunciador

[15] Em casos como o que se segue, o futuro do indicativo, na segunda frase, e o presente do indicativo, na primeira, não têm como ponto de referência o tempo da enunciação, mas sim um tempo do passado:
(i) Em 1624, os holandeses *conquistam* a cidade de Salvador. *Serão* derrotados e expulsos da cidade em maio do ano seguinte.

expressa uma atitude de crença, sem que se comprometa com a indicação de que a proposição descreve a realidade.

No caso do futuro, o afastamento acima referido corresponde basicamente à expressão de incerteza (o enunciador admite que a proposição possa não ser verdadeira), como se ilustra em (43):

(43) a. Atualmente, ele *será* uma das pessoas mais influentes na empresa.
b. Agora, a Ana já *terá lido* a carta e sabe o que se passa.
c. *Estará* alguém em casa, a esta hora?
d. Os factos que o tribunal deu como provados *terão ocorrido* entre agosto e outubro.

Note-se que a associação entre o futuro do indicativo e o valor de incerteza está presente mesmo em frases como (42a), em que a forma verbal de futuro expressa um valor temporal. A incerteza decorre do facto de a frase descrever uma situação no futuro e, uma vez que a situação ainda não aconteceu, não é possível assegurar a sua verdade com a mesma certeza que se pode ter perante um facto já ocorrido. No entanto, os valores temporal e modal são distintos. Se construções como (42a) expressam um valor temporal a que está associado um valor de incerteza, construções como as de (43) veiculam apenas um valor modal.

Nos casos em que o futuro do indicativo expressa um valor temporal, pode ser substituído pelo presente do indicativo, sem que a interpretação da frase seja alterada, já que o presente pode veicular o valor de projeção no futuro. Pelo contrário, nos casos em que veicula apenas um valor modal, se for substituído pelo presente, a interpretação da frase não é a mesma. Veja-se que a frase (44a) pode ter o mesmo significado que (44b), mas a frase (45a) não tem a mesma leitura que (45b), já que esta indica que, de acordo com o falante, o Paulo está com certeza a dar aulas, enquanto (45a) não veicula o mesmo grau de certeza:

(44) a. Quando chegares, o Paulo *estará* à tua espera.
b. Quando chegares, o Paulo *está* à tua espera.

(45) a. A esta hora, o Paulo *estará* a dar aulas.
b. A esta hora, o Paulo *está* a dar aulas.

Passando agora ao condicional, este pode também estar associado à expressão de uma atitude de crença, mas, ao usar esta forma, o enunciador não indica que a proposição corresponde à sua versão da realidade. Podem distinguir-se pelo menos dois tipos de valor não temporal associados a esta forma. O primeiro expressa uma atitude de crença que compromete outra entidade que não o enunciador com a verdade da proposição, e é exemplificado pelas frases que se seguem, em que o falante relata uma suposição de outra pessoa[16]:

[16] O futuro do indicativo também é usado neste contexto (cf. *segundo diversos órgãos de comunicação social, os prejuízos ascenderão já a vários milhares de dólares* e *de acordo com alguns historiadores, ele terá nascido em Lisboa*); neste caso relata-se também uma suposição de outrem, notando-se uma ténue diferença de interpretação consoante seja usado o futuro do indicativo ou o condicional. Com o futuro, o enunciador indica que aceita que a proposição possa ser verdadeira, enquanto com o condicional se limita a relatar uma suposição de outra entidade. Em português brasileiro, o condicional pode ser usado em frases em que o falante relata a sua própria suposição (cf. Marques 2004), o que não parece verificar-se em português europeu.

(46) a. Segundo diversos órgãos de comunicação social, os prejuízos *ascenderiam* já a vários milhares de dólares.
b. De acordo com alguns historiadores, ele *teria nascido* em Lisboa.

Nestas construções, o condicional está associado à expressão da crença, mas marca um distanciamento em relação à certeza da verdade da frase. Por um lado, o falante não indica que acredita que a frase é verdadeira, remetendo essa crença para outras entidades – identificadas por *diversos órgãos de comunicação social*, em (46a), e por *alguns historiadores*, em (46b) – e, por outro lado, não é indicado que estas tenham a certeza de que a frase é verdadeira, ou pelo menos esta indicação não é tão forte como o é se for selecionado o indicativo:

(47) a. Segundo diversos órgãos de comunicação social, os prejuízos já *ascendem* a vários milhares de dólares.
b. De acordo com alguns historiadores, ele *nasceu* em Lisboa.

O segundo tipo de valor não temporal a que o condicional está associado encontra-se em construções em que a oração é apresentada como verdadeira, de acordo com o enunciador, mas numa situação hipotética, que é ou pode ser diferente da realidade. É o que se verifica em (48) e em construções condicionais como as de (49):

(48) a. Ele *daria* tudo para estar aqui!
b. *Teria sido* pior não o ter avisado.

(49) a. Se a Ana já tivesse acabado o exame, a esta hora *estaria* aqui.
b. Se ele soubesse alguma coisa, *teria dito*.

Em construções condicionais, a possibilidade de o condicional ocorrer na oração principal depende da forma verbal da oração subordinada, que corresponde ao antecedente da estrutura condicional (cf. Cap. 38). O condicional pode ser selecionado se a forma verbal do antecedente estiver no pretérito (imperfeito ou mais-que-perfeito) do conjuntivo (cf. (50)), no indicativo (cf. (51)), no infinitivo ou no gerúndio (cf. (52)), mas não se estiver no futuro do conjuntivo (cf. (53)):

(50) a. Se alguém *tivesse passado* por aqui, *haveria* pegadas.
b. *Fosse* ele dez anos mais novo, tudo *teria sido* diferente.

(51) a. Se *estás* assim tão cansado, *deverias* tirar férias.
b. Se ele *estava* em casa, *teria sido* melhor ir ter com ele.

(52) a. A *ser* verdade o que a Ana disse, *deveríamos* sair já.
b. O único problema que existia com o local era que, *chovendo*, o concerto *teria* de ser cancelado.

(53) a. *Se eu passar no exame, *faria* uma festa.
b. *Se eles souberem, *teriam respondido* à pergunta.

[1] Em português atual, o futuro do indicativo e o condicional encontram-se em variação com outras formas finitas, reservando-se o seu uso para registos mais formais. Este facto verifica-se nos casos em que o futuro do indicativo ou o condicional

expressam valores temporais e também em casos em que expressam valores puramente modais. No primeiro caso, o futuro é substituído pelo presente do indicativo, quer no próprio verbo da oração principal (doravante referimo-nos a este verbo como "verbo principal") (cf. (ib)), quer numa construção perifrástica com o verbo semiauxiliar *ir* (cf. (ic)), e o condicional (cf. (iia)) é substituído por várias formas do indicativo (cf. (iib)):

(i) a. *Chegarei* às duas horas.
b. *Chego* às duas horas.
c. *Vou chegar* às duas horas.

(ii) a. A notícia apareceu no dia 7 de maio. Duas semanas mais tarde, ele *demitir-se-ia*.
b. A notícia apareceu no dia 7 de maio. Duas semanas mais tarde, ele {*demitia-se*/*demitiu-se*/*demite-se*}.

Nos casos em que expressa valores modais, o condicional, simples ou composto, alterna com o imperfeito do indicativo:

(iii) a. *Gostaria* de viver aqui!
b. *Gostava* de viver aqui!

(iv) a. Se ele soubesse o que se passava, *teria falado* com a Ana.
b. Se ele soubesse o que se passava, *tinha falado* com a Ana.

Nestas construções, a opção pelo condicional ou pelo imperfeito não implica diferença de significado.

Pelo contrário, em construções como as que se seguem, a substituição do condicional pelo imperfeito do indicativo pode implicar uma alteração do significado, estando o imperfeito do indicativo associado a uma maior certeza do que o condicional:

(v) a. Segundo reza a lenda, ele *teria enterrado* um valioso tesouro.
b. Segundo reza a lenda, ele *tinha enterrado* um valioso tesouro.

(vi) a. De acordo com as testemunhas, ele *tencionaria* sair do país.
b. De acordo com as testemunhas, ele *tencionava* sair do país.

É em construções como (va) e (via) que o condicional é mais usado em português.

Também o futuro do indicativo mantém alguma vitalidade em construções como as de (vii), mas o valor de incerteza a que o futuro do indicativo está associado pode ser expresso por outros meios, como ilustrado em (viii):

(vii) a. Nesta altura, ele já *terá embarcado*.
b. Neste momento, o presidente *estará* a jantar com o seu homólogo.

(viii) a. O presidente *deve estar* a jantar com o seu homólogo.
b. O presidente *está* supostamente a jantar com o seu homólogo.

19.8 O infinitivo

Como ficou dito acima, enquanto algumas gramáticas do português classificam o infinitivo como um modo, outras não o fazem, apresentando-o como uma das formas nominais do verbo (cf. Cap. 56). Uma vez que o tipo de valores semânticos a que o infinitivo pode estar ligado é um tema que carece de tratamento nos estudos sobre a língua portuguesa, no estado atual do conhecimento, não parece

legítimo defender com segurança nem que o infinitivo está sempre associado à expressão de valores modais, nem a opção contrária. Apresenta-se seguidamente uma descrição genérica das construções em que pode ocorrer o infinitivo ou um dos modos acima descritos. Em muitos casos não parece existir uma oposição de significado entre as construções com infinitivo e as suas correspondentes com indicativo ou conjuntivo. No entanto, podem identificar-se algumas construções em que a interpretação é diferente consoante seja selecionado o infinitivo ou uma forma finita, estando esta variação interpretativa relacionada com fatores de ordem modal.

O infinitivo pode ocorrer nos vários tipos de construção acima identificados: frases simples e orações principais (cf. (54a,b)), orações subordinadas completivas (cf. (54c)), orações subordinadas adverbiais (cf. (54d)) e orações relativas ou outros modificadores nominais oracionais (cf. (54e,f)):

(54) a. *Apontar*! *Disparar*!
b. Instruções: 1. *Verificar* que o aparelho está ligado à corrente; 2. *Ligar* o botão A; 3. …
c. A comissão de inquérito considera *serem* precisos pelo menos mais dois meses.
d. Eles não debateram suficientemente a proposta antes de a *apresentarem*.
e. Não tenho nada de que me *queixar*.
f. Há vários assuntos para *tratar*.

Em frases simples e orações principais, a construção infinitiva expressa valores deônticos (de ordem, como em (54a), de proibição, como em *não fumar!*, etc.).

Em orações subordinadas adverbiais, o infinitivo pode ocorrer nos casos em que a oração é introduzida por uma preposição (como *até*, *para* e *por*, em (55a-c)), por uma locução prepositiva (como *antes de*, *apesar de* e *depois de*, em (55d-f)) ou pela locução conjuncional *não obstante*, em (55g)[17]:

(55) a. O edifício ruiu por *ser* muito antigo.
b. A biblioteca fechou para se *fazer* o inventário.
c. Esta máquina vai continuar a ser utilizada até *ser* substituída.
d. Ele saiu antes de *ter começado* a reunião.
e. Eles conseguiram chegar a horas, apesar de *terem perdido* o comboio.
f. O Paulo saiu já depois de a Ana *ter entrado*.
g. Decidiu avançar, não obstante as estradas s*erem* perigosas.

Em todos estes casos, a oração infinitiva (ilustrada nos exemplos (a) dos paradigmas (56)-(62)) pode ser substituída por um sintagma nominal (como ilustrado nos exemplos (b)) e, nalguns casos, por uma oração finita (como ilustrado nos exemplos (c)):

(56) a. A reunião foi adiada por *faltar quórum*.
b. A reunião foi adiada por *falta de quórum*.
c. A reunião foi adiada porque *faltava quórum*.

[17] Nalguns dos exemplos apresentados ocorre o infinitivo flexionado, noutros o infinitivo não flexionado. Os valores modais não são afetados por essa variação.

(57) a. A biblioteca fechou para *se fazerem obras*.
b. A biblioteca fechou para *obras*.
c. A biblioteca fechou para que *se fizessem obras*.

(58) a. A máquina vai continuar a ser utilizada até *ser substituída*.
b. A máquina vai continuar a ser utilizada até *à sua substituição*.
c. A máquina vai continuar a ser utilizada até que *seja substituída*.

(59) a. A Ana foi para casa antes de *começar a trovejar*.
b. A Ana foi para casa antes d*a trovoada*.
c. A Ana foi para casa antes que *começasse a trovejar*.

(60) a. Eles estão animados, apesar de *terem perdido o jogo*.
b. Eles estão animados, apesar d*a derrota no jogo*.
c. ??Eles estão animados, apesar de que *perderam o jogo*.

(61) a. Ele sai depois de *nós entrarmos*.
b. Ele sai depois d*a nossa entrada*.
c. *Ele sai depois que *nós entramos/entremos*.

(62) a. Ele saiu não obstante *estar a chover*.
b. Ele saiu não obstante *a chuva*.
c. *Ele saiu não obstante que *estava/estivesse a chover*.

A opção pela oração infinitiva ou por um sintagma nominal não parece estar associada a qualquer diferença de significado. Já a oposição entre uma oração infinitiva e uma oração finita pode corresponder a diferentes interpretações, embora nem sempre tal se verifique. Por exemplo, entre (56a) e (56c) pode haver uma diferença de registo, mas não parece existir uma diferença de significado, enquanto entre (59a) e (59c) claramente existe uma diferença de interpretação. Na primeira frase, é dado por certo que iria começar a trovejar e a decisão de ir para casa pode ter sido influenciada por esse dado ou não o ter sido, contrariamente ao que se verifica na segunda frase; esta indica que começar a trovejar era uma possibilidade, mas não uma certeza, e que foi essa possibilidade que levou a Ana a ir para casa. O mesmo tipo de contraste entre certeza e possibilidade se verifica entre (58a) e (58c). A primeira destas frases veicula a informação de que a máquina será substituída, enquanto na segunda a substituição da máquina é apresentada como uma possibilidade. Quanto a (57a) e (57c), a diferença de interpretação não é tão nítida, mas alguns falantes reconhecem uma ténue diferença de interpretação entre uma oração final infinitiva e uma oração final finita. Vejam-se os exemplos *fala mais alto, para toda a gente ouvir* e *fala mais alto, para que toda a gente ouça*. Para alguns falantes, com a oração infinitiva, a construção é equivalente a *fala mais alto, para toda a gente poder ouvir*, enquanto com a oração finita é equivalente a *fala mais alto, para garantir que toda a gente ouve*. Dito de outro modo, a oração final com conjuntivo expressará uma maior probabilidade do que aquela que é expressa com a oração final infinitiva: com o conjuntivo indica-se que se o interlocutor falar mais alto, com certeza toda a gente ouve, enquanto com o infinitivo se indica que se falar mais alto, toda a gente tem a possibilidade de ouvir, mas só ouve se quiser. Ainda assim, não se pode afirmar

com segurança que esta (ligeira) diferença de interpretação entre orações finais infinitivas e finitas seja sistemática.

Em suma, há alguma evidência de que, pelo menos nalgumas orações subordinadas adverbiais, a opção por uma oração infinitiva ou por uma oração finita está associada à expressão de valores de ordem modal. No entanto, tendo em conta os dados apresentados, não parece verificar-se que o infinitivo esteja associado a valores modais específicos. Veja-se, por exemplo, que em orações finais o infinitivo, para alguns falantes, surge associado a valores de possibilidade, contrariamente ao conjuntivo, enquanto em orações temporais introduzidas por *antes de*/*que* ou *até* (*que*) é o conjuntivo e não o infinitivo que surge associado ao valor de possibilidade.

Passando agora a orações relativas, verifica-se que o infinitivo pode ocorrer nalgumas orações relativas sem antecedente expresso, como no exemplo *já tens com que te entreter*, tal como ocorre em modificadores nominais oracionais introduzidos por uma preposição, como no exemplo *ainda temos imensos problemas para resolver*. Nestes casos, a oração infinitiva parece estar associada a valores modais, como mostra a equivalência entre os exemplos apresentados e construções com verbos modais como as seguintes: *já tens* (*algo*) *com que te possas entreter* e *ainda temos imensos problemas que devemos resolver*.

Finalmente, há a considerar o infinitivo em orações completivas. O infinitivo é a única forma verbal possível em orações completivas de algumas expressões predicativas que selecionam preposição, tais como *hesitar em* ou *ter a felicidade de* (cf., por exemplo, *hesitei em fazer isso*, **hesitei em que fizesse/faria isso*). Com predicados que não selecionam preposição, bem como com alguns que selecionam ou admitem preposição (cf., por exemplo, *duvidar* (*de*) ou (*estar*) *desejoso de*), a oração completiva pode ser finita – flexionando o verbo no indicativo ou no conjuntivo – ou infinitiva, distinguindo-se as seguintes situações:

(i) com alguns tipos de expressões predicativas na oração principal, a ocorrência do infinitivo ou de uma forma finita não está associada a qualquer diferença de significado, sendo a escolha entre infinitivo e uma forma finita uma questão estilística. É o que se verifica em exemplos como os que se seguem:

(63) a. Penso *conseguir* chegar a horas.
b. Penso que *consigo* chegar a horas.

(64) a. Eles lamentaram *ter* de sair mais cedo.
b. Eles lamentaram que *tivessem* de sair mais cedo.

A interpretação de (63a), com infinitivo na oração completiva, é idêntica à de (63b), com indicativo, tal como a interpretação de (64a), com infinitivo, pode ser a mesma que a de (64b), com conjuntivo[18].

(ii) Num segundo tipo de casos, a oposição entre infinitivo e uma forma finita relaciona-se com fatores de natureza sintática, que se prendem, fundamental-

[18] A frase (64b) pode ter outra leitura, em que o sujeito (nulo) da oração subordinada e o sujeito da oração principal não são correferentes. Alguns falantes apenas admitem, para esta frase, uma interpretação de não correferência de sujeitos.

mente, com o facto de o sujeito da oração principal e o da oração subordinada identificarem ou não a mesma entidade (cf. Raposo 1973, 1987 e Ambar 1992, entre outros). É o que se verifica em exemplos como os seguintes:

(65) a. O Paulo quer *sair*.
b. O Paulo quer *que saia*.

(66) a. A Ana chegará a tempo? O Paulo pensa *chegar*.
b. A Ana chegará a tempo? O Paulo pensa que *chega*.

A frase (65a), com infinitivo na oração subordinada, tem uma interpretação de correferência entre os sujeitos das duas orações, enquanto (65b), com conjuntivo, tem uma interpretação de referência distinta entre os sujeitos. Ou seja, se ocorrer o infinitivo, o sujeito da oração principal e o da oração subordinada identificam a mesma pessoa, ao passo que, se ocorrer o conjuntivo, os dois sujeitos identificam entidades diferentes.

Quanto a (66a,b), se for selecionado o infinitivo, o sujeito da oração subordinada identifica, necessariamente, a mesma pessoa que o sujeito da oração principal, mas se for selecionado o indicativo, os dois sujeitos podem identificar a mesma entidade ou entidades diferentes. Assim, (66a) só pode significar que o Paulo pensa que ele próprio chegará a tempo, mas (66b) pode significar que o Paulo pensa que a Ana chegará a tempo ou que pensa que ele próprio chegará a tempo.

(iii) Num terceiro tipo de casos, a opção pelo infinitivo ou pelo indicativo ou conjuntivo depende do tipo de atitude expressa para com a oração completiva. É o que se verifica em exemplos como os seguintes:

(67) a. O Paulo sabe *preencher* o formulário.
b. O Paulo sabe que *preencheu* o formulário.

(68) a. Vi a Ana (a) *fazer* os trabalhos de casa.
b. Vi que a Ana *fez* os trabalhos de casa.

(69) a. É possível as lojas *abrirem* às oito horas.
b. É possível que as lojas *abram* às oito horas.

Na frase (67a), com infinitivo, o verbo principal indica conhecimento de como proceder para realizar o estado de coisas descrito pelo complemento, enquanto na frase (67b), com indicativo, indica conhecimento da ocorrência de um facto. Também em (68a), com infinitivo na oração completiva, o verbo principal veicula um tipo de atitude proposicional diferente do que é expresso em (68b), com indicativo. Na primeira frase, o verbo principal tem um valor percetivo, indicando que a entidade referida pelo sujeito da oração principal (neste caso também enunciador) teve contacto visual com a situação descrita por *a Ana* (*a*) *fazer os trabalhos de casa,* enquanto em (68b) tem um valor epistémico, de inferência, aproximando-se de verbos como *inferir* ou *concluir*.

Quanto à construção (69a), com infinitivo, pode veicular um valor de modalidade externa ao participante – isto é, indica que estão reunidas as condições necessárias para as lojas abrirem às oito horas –, ao passo que (69b), com conjuntivo, só pode ter um valor de crença – isto é, não se exclui a possibilidade de que seja verdade as lojas abrirem às oito horas (cf. Cap. 18).

Em síntese, os dados de orações completivas mostram que a opção pelo infinitivo ou por uma forma finita pode estar relacionada com a expressão de valores de ordem modal, embora nem sempre exista uma associação entre infinitivo e valores modais.

A descrição que aqui se apresenta dos valores a que o infinitivo pode estar associado é necessariamente incipiente (quer no que respeita a orações completivas quer no que diz respeito a orações de outros tipos), uma vez que se trata de um tema ainda pouco explorado na literatura de especialidade. Ainda assim, há algumas evidências de que o infinitivo é um dos meios disponíveis em português para a expressão de atitudes proposicionais no domínio da flexão verbal, a par do condicional, do futuro do indicativo e dos modos imperativo, conjuntivo e indicativo.

SINTAXE E SEMÂNTICA – CLASSES LEXICAIS E SINTAGMÁTICAS

3C

20 Introdução ao sintagma nominal
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo e Matilde Miguel

21 Semântica do sintagma nominal
João Andrade Peres

22 Determinantes
Matilde Miguel e Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

23 Pronomes
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

24 Numerais
Graça Vicente

25 Nomes comuns
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

26 Nomes próprios
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo e Maria Fernanda Bacelar do Nascimento

27 Complementos, modificadores e adjuntos no sintagma nominal
Ana Maria Brito e Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

NO VOLUME II

28 Verbo e sintagma verbal
29 Verbos auxiliares
30 Orações copulativas e predicações secundárias
31 Adjetivo e sintagma adjetival
32 Preposição e sintagma preposicional
33 Advérbio e sintagma adverbial

Os capítulos que aqui se iniciam e que vão até ao final do volume são dedicados ao nome e ao sintagma nominal. No Capítulo 20, introduzem-se de forma breve os principais conceitos relacionados com este constituinte. Este capítulo funciona como uma síntese dos capítulos mais especializados que o seguem, dando ao leitor uma visão geral sobre a estrutura interna do sintagma nominal, as funções que este pode desempenhar nas frases e os parâmetros semânticos que determinam a sua interpretação. O Capítulo 21 tem um papel central neste grupo de capítulos: nele se propõe uma tipologia dos nomes e se discute, de forma detalhada e abrangente, as propriedades semânticas do sintagma nominal, bem como, quando isso é relevante, o modo como se relacionam com a sua estrutura sintática, dando-se particular atenção às questões de quantificação e de referencialidade. Os capítulos seguintes dedicam-se a aspetos particulares do sintagma nominal: o Capítulo 22 trata dos determinantes, o Capítulo 23 dos pronomes, o Capítulo 24 dos numerais, o Capítulo 25 dos nomes comuns, o Capítulo 26 dos nomes próprios e o Capítulo 27 dos elementos que funcionam como complementos, modificadores e adjuntos no interior do sintagma nominal. Alguns destes capítulos (em particular o 22, o 24, o 25 e o 27) retomam alguns dos tópicos discutidos no Capítulo 21, por vezes numa perspetiva algo distinta, mas não contraditória.

20 INTRODUÇÃO AO SINTAGMA NOMINAL 703
20.1 Valores semânticos e funções do sintagma nominal 703
20.2 Referência e denotação 705
20.2.1 Referência 706
20.2.2 Denotação 708
20.3 Elementos do sintagma nominal 710
20.3.1 Elementos nucleares do sintagma nominal 711
20.3.1.1 Pronomes 711
20.3.1.2 Nomes próprios 713
20.3.1.3 Nomes comuns 714
20.3.2 Complementos do nome 715
20.3.3 Modificadores do nome 717
20.3.4 Especificadores 717
20.3.4.1 Propriedades semânticas dos especificadores 719
20.3.4.2 A determinação e a quantificação não definem classes estanques 722
20.3.4.3 Propriedades sintáticas dos especificadores 722
20.3.4.3.1 Posição inicial no sintagma nominal 723
20.3.4.3.2 Os quantificadores *todos* e *ambos* 723
20.3.4.3.3 A construção partitiva 724
20.3.4.3.4 A classe dos determinantes 724
20.3.4.4 Quantificadores e numerais entre um determinante definido e um nome (posição "intermédia") 726
20.3.4.5 Pronomes possessivos 729
20.4 Estrutura interna do sintagma nominal 730
20.5 Sintagmas nominais reduzidos 731

20 INTRODUÇÃO AO SINTAGMA NOMINAL

A parte da Gramática que agora se inicia tem como tópico o sintagma nominal[1]. Este capítulo destina-se a apresentar uma visão de conjunto da estrutura e das funções deste constituinte, bem como dos vários tipos de elementos que nele ocorrem, preparando o leitor para a discussão mais aprofundada que se apresenta nos capítulos seguintes[2].

O **sintagma nominal** é um constituinte que tem como núcleo um **nome comum** (cf. (1a)), um **nome próprio** (cf. (1b)) ou um **pronome pessoal** (cf. (1c))[3]:

(1) a. Ontem comprei *um piano maravilhoso*.
b. Encontrei *a Maria*.
c. *Ela* ainda não chegou.

20.1 Valores semânticos e funções do sintagma nominal

Os falantes usam tipicamente os sintagmas nominais para falarem de entidades que existem no mundo real ou em qualquer outro universo onde se localizam as situações descritas no discurso. Essas entidades podem ser de natureza muito variada: pessoas, animais, objetos, lugares, eventos, sentimentos, emoções, ideias. A menção de outros universos é importante, pois a linguagem é usada não só para falar sobre o mundo real, em que os interlocutores existem, mas também sobre mundos imaginários, de ficção, ou sobre o mundo real tal como gostaríamos que

[1] No decorrer deste capítulo e desta Gramática, "sintagma nominal" será por vezes abreviado em "SN".
[2] Procura-se também neste capítulo fornecer um conjunto de informações sobre o sintagma nominal que permita ao leitor entender as referências a esta área feitas em outras partes da Gramática sem ter necessariamente de consultar os capítulos mais especializados.
[3] Na terminologia da tradição gramatical portuguesa, os nomes são designados "substantivos". O termo "nome" é usado noutras tradições gramaticais (p.e., a inglesa e a francesa) e na linguística contemporânea. Nesta Gramática, usa-se sobretudo o termo "nome", por ser este que dá origem aos vários termos que se empregam para descrever a estrutura e os elementos dos constituintes de que o nome é núcleo: "sintagma nominal", "grupo nominal", "complementos do nome", etc. No entanto, não vemos inconveniente em usar ocasionalmente o termo "substantivo" (a par de "nome"), mas com uma extensão menor do que aquela que usualmente tem: assim, contrariamente à tradição gramatical (cf., por exemplo, Cunha e Cintra 1984:177), apenas consideramos como "substantivos" os nomes comuns, já que as características semânticas dos nomes próprios, em particular a sua natureza não descritiva (cf. Cap. 26), não parecem adequar-se à ideia de "substância" que motiva o termo "substantivo", e que tem sobretudo a ver com o conteúdo denotativo típico dos nomes comuns (cf. 20.2.2).

ele fosse, tivesse sido ou venha a ser. Ora, tal como o nosso, estes vários mundos, ainda que não existam, estão também povoados de seres, de objetos, de lugares e de eventos.

Os sintagmas nominais ocorrem em frases que representam situações diversas nas quais participam entidades. Na estrutura funcional das frases, o **predicador** é a palavra ou expressão (canonicamente, um verbo pleno) que representa o tipo de situação descrito pela frase e os **argumentos** são as expressões que representam as entidades que participam nessas situações (cf. Caps. 11 e 28). O facto de representarem tipicamente entidades do universo do discurso faz com que os argumentos de uma frase sejam canonicamente constituídos por sintagmas nominais, por vezes introduzidos por uma preposição, formando nesse caso um sintagma preposicional, como se ilustra em (2)[4]:

(2) a. *A Maria* saiu do escritório às três horas.
b. Encontrámos *um cão vadio* no quintal.
c. Ofereci o livro [a *um amigo meu*].
d. Conversei [com *ela*].

Em (2a), o sintagma nominal tem a função gramatical de **sujeito**, e em (2b), de **complemento direto**. Em (2c) e em (2d), o sintagma nominal tem a função de **complemento da preposição** regida pelo predicador da frase (cf. Cap. 32). Nestes dois últimos casos, é o sintagma preposicional que tem o valor de argumento da frase: em (2c), com a função gramatical de **complemento indireto**, e, em (2d), com a função gramatical de **complemento oblíquo** (cf. Cap. 28).

Para além destas funções, que correspondem a um valor argumental, os sintagmas nominais podem ser complementos ou modificadores de outro nome (neste caso, geralmente introduzidos pela preposição *de* (cf. Caps. 27 e 33)), como em (3a) e (3b), respetivamente (cf. Cap. 27), complementos de um adjetivo, como em (3c) (cf. Cap. 31), de uma preposição não regida por um verbo, como em (3d) (cf. Cap. 32), ou de um advérbio, como em (3e) (cf. Cap. 33)[5]:

(3) a. Ontem encontrei o <u>pai</u> [d*o meu amigo*].
b. A <u>mesa</u> [d*o meu escritório*] custou-me caríssima.
c. Ele está muito <u>orgulhoso</u> [d*os seus filhos*].
d. Não saio daqui <u>sem</u> *a minha carteira*.
e. O comboio já está <u>perto</u> [d*a estação*].

Os sintagmas nominais também podem ter um valor predicativo (cf. Cap. 30). Neste caso, o SN não representa uma entidade, mas sim uma propriedade que se atribui a uma entidade (ou a um grupo de entidades) designada(s) por outro sintagma nominal da frase. As estruturas mais típicas em que um SN tem este

[4] Os argumentos podem também ser orações, que representam, de modo geral, situações, como em *disseram-me <u>que a Joana passou no exame</u>*, *quero <u>comprar uma bicicleta</u>* (cf. Caps. 36 e 37).

[5] Nos exemplos, sublinha-se os elementos que são complementados ou modificados. Em (3d), o SN não é introduzido por *de*, visto que já é complemento de uma preposição (cf. Cap. 32). Em (3d,e), os constituintes *sem a minha carteira* e *perto da estação* são **adjuntos adverbiais** (cf. Cap. 33). Em *ainda me falta o <u>presente</u>* [*para* ***a Cristina***], o SN (em negrito) é complemento da preposição *para*. Neste caso, é o sintagma preposicional na sua totalidade que é complemento do nome *presente*.

valor são as frases copulativas, nas quais o SN atribui uma propriedade à entidade representada pelo sintagma nominal sujeito, sendo por isso chamado **predicativo do sujeito**:

(4) a. O Pedro é *um pianista brilhante*.
b. Ele é *professor de matemática*.
c. Os quadros desta sala são *as peças mais antigas do museu*.

Assim, em (4a), atribui-se ao Pedro a propriedade de pertencer à classe – ao conjunto – dos pianistas brilhantes; em (4b), atribui-se à pessoa representada pelo pronome pessoal a propriedade de ser professor de matemática; e em (4c), o falante atribui aos quadros da sala do museu onde se encontra a propriedade exclusiva (o que se assinala pelo uso do artigo definido; cf. Cap. 22) de serem as peças mais antigas do museu.

Para além das frases copulativas, os sintagmas nominais podem ter igualmente um valor predicativo nas seguintes frases, em que atribuem uma propriedade à entidade designada pelo complemento direto, sendo, por isso, chamados **predicativo do complemento direto** (cf. Cap. 28):

(5) a. Muita gente considerava Napoleão *um tirano*.
b. Eles elegeram-me *presidente do clube*.

Em (5a) atribui-se a Napoleão a propriedade de ser um tirano, e em (5b) descreve-se a atribuição ao falante (representado pelo pronome pessoal acusativo de 1.ª pessoa) da propriedade (resultante da eleição) de presidente do clube.

20.2 Referência e denotação

Os conceitos de referência e de denotação (cf. Cap. 8) são centrais na descrição das propriedades semânticas e gramaticais dos sintagmas nominais, e na caracterização semântica dos pronomes pessoais (cf. Cap. 23) e dos nomes próprios (cf. Cap. 26). Por esse motivo, discutem-se aqui estes conceitos, em articulação com a função e a estrutura do sintagma nominal.

Antes de continuar, é importante fazer uma clarificação terminológica. Neste capítulo (e noutros da área do sintagma nominal) usam-se os verbos *representar* e *designar* como termos neutros para significar, de maneira geral e sem nenhum pressuposto teórico, qualquer tipo de conexão existente entre, por um lado, uma expressão linguística, e, por outro lado, uma entidade, uma propriedade ou uma situação do mundo extralinguístico.

Pelo contrário, os termos "referência" e "denotação" (que se introduzem nas subsecções que se seguem) têm uma definição teórica particular na gramática e na semântica, representando tipos particulares de conexão entre expressões linguísticas e entidades, propriedades e situações do mundo extralinguístico. Como se verá, há contextos em que basta usar um dos termos neutros, não sendo relevante questionar se se trata de denotação ou de referência. Noutros contextos, ainda, é por vezes conveniente usar inicialmente um dos termos neutros para poder em seguida discutir mais especificamente se se trata de um caso de denotação ou de referência.

20.2.1 Referência

Como se mencionou em 20.1, os sintagmas nominais são usados tipicamente para designar entidades do universo do discurso. Quando o falante usa um sintagma nominal para designar uma entidade particular do mundo (ou um grupo particular de entidades), por ele identificada, quer percetualmente quer cognitivamente, diz-se que o sintagma nominal tem **valor referencial**, ou, mais simplesmente, que é **referencial**. O contraste entre os seguintes exemplos permite ilustrar o que está em causa quando se diz que um SN é referencial:

(6) a. Vou apanhar *o táxi que está ali parado*.
b. Estou atrasadíssimo. Chamei *um táxi* pelo telefone.

Quando o falante enuncia (6a), nomeadamente ao usar o artigo definido no sintagma nominal em itálico, tem em mente um táxi particular. Se lhe pedissem que identificasse explicitamente o táxi em questão, o falante não teria qualquer problema em fazê-lo; poderia, p.e., apontar para ele. Este sintagma nominal tem, pois, um valor referencial (é referencial)[6].

Em contrapartida, na interpretação mais normal de (6b), o falante não tem nenhum táxi particular em mente, mas apenas um exemplar qualquer, arbitrário, da classe dos táxis. Se lhe pedissem que identificasse explicitamente o táxi que chamou, o falante não seria capaz de o fazer (e o próprio pedido seria absurdo). O sintagma nominal em itálico de (6b), embora designe uma entidade do mundo (um táxi qualquer), não tem valor referencial (diz-se também que é **não referencial**).

Os sintagmas nominais com valor predicativo, como os que estão em itálico nos exemplos (4) e (5), também são não referenciais: como se notou, não representam entidades, mas sim propriedades (que se atribuem a uma entidade)[7].

De um modo geral, define-se **referência** (ou **capacidade referencial**) como a propriedade que têm algumas expressões linguísticas, chamadas **expressões referenciais** (entre as quais as mais típicas são os sintagmas nominais) de designarem uma entidade particular ou um grupo particular de entidades do **universo do discurso** (cf. Caps. 11 e 21). Diz-se então que a expressão referencial **refere** essa entidade particular ou grupo particular de entidades[8]. Inversamente, a entidade ou grupo de entidades é o **referente** da expressão referencial. No exemplo (6a), o referente do sintagma nominal referencial *o táxi que está ali parado* é o próprio táxi concreto presente no contexto situacional e que se encontra no campo visual do falante.

---

[6] No caso da situação descrita, a identificação do táxi em questão é feita percetualmente: o táxi encontra-se no campo visual do falante, o que este assinala pela oração relativa (*que está ali parado*). Ao usar o artigo definido, o falante assinala também (i) que o táxi é único no contexto situacional e (ii) que espera que o ouvinte seja igualmente capaz de o identificar (sobre as propriedades do artigo definido, cf. 20.3.4.1 e Cap. 22).

[7] Em particular, o SN definido *as peças mais raras do museu*, em (4c), designa aqui, não diretamente um grupo de entidades, mas sim uma propriedade que se atribui exclusivamente (no contexto desse enunciado) ao grupo de entidades referido pelo sintagma nominal sujeito, esse sim, plenamente referencial. Funcionalmente, equivale a uma expressão adjetival (cf., por exemplo, *os quadros desta sala são muito raros*).

[8] O verbo *referir*, neste sentido, também pode ser empregue com conjugação reflexa, tomando como complemento um sintagma preposicional introduzido pela preposição *a*: em vez da expressão no texto, poder-se-ia dizer que uma expressão referencial *se refere a* uma entidade específica ou a um grupo particular de entidades.

Falamos de **referência singular** quando uma só entidade é referida (como nos sintagmas nominais em itálico de (1), (2) e (6a)) e de **referência plural** quando aquilo que é referido é um grupo constituído por duas ou mais entidades, como, p.e., no sintagma nominal sublinhado em *os táxis que estão ali parados não me inspiram muita confiança*.

Como se assinalou no início de 20.1, o universo do discurso que contém os referentes das expressões referenciais pode ser o mundo real onde existem os interlocutores, mas pode ser também um mundo imaginário, de fantasia ou de ficção. Assim, ao lermos, num conto de fadas, a frase *o unicórnio entrou no quarto da princesa*, os SN *o unicórnio*, *o quarto da princesa* e *a princesa* são usados para referir entidades que existem *nesse* universo do discurso (um universo de fantasia), ainda que no mundo real não existam nem unicórnios, nem quartos onde entrem unicórnios, nem princesas em cujos quartos entrem unicórnios.

Há três tipos de sintagma nominal que, nas línguas humanas, têm por excelência uma capacidade referencial:

(i) os **pronomes pessoais** (cf. (7a));

(ii) os **nomes próprios** (cf. (7b));

(iii) os sintagmas nominais com um determinante definido ou demonstrativo e cujo núcleo é um nome comum, chamados **descrições definidas** na literatura da semântica e da filosofia (cf. (7c))[9]:

(7) a. *Ela* foi às compras de manhã cedo.
b. A *Maria* foi às compras de manhã cedo.
c. *A proprietária da farmácia* foi às compras de manhã cedo.

No uso normal da linguagem, a identificação do referente de uma expressão referencial depende do contexto situacional e discursivo em que as frases são produzidas. Por outras palavras, é uma propriedade *dos enunciados*, produzidos numa determinada situação, e não propriamente das frases enquanto elementos do sistema gramatical (cf. Cap. 11.1.3). Assim, em (7), o referente do pronome *ela*, do nome próprio *Maria* ou da descrição definida *a proprietária da farmácia* será normalmente diferente de cada vez que esses enunciados são produzidos, consoante o falante que os produz, o tempo em que são produzidos e o lugar dos interlocutores. Existem no mundo muitas Marias, assim como proprietárias de farmácias, e todas essas pessoas podem ser referidas pelos sintagmas nominais em questão. O pronome *ela* é ainda mais geral, pois pode tomar como referente qualquer pessoa do sexo feminino. Em síntese: de maneira geral, só o contexto situacional e discursivo permite identificar o referente das expressões referenciais[10].

[9] Do texto não se deve concluir que estes três tipos de sintagma nominal tenham *sempre* uma função referencial, nem que, inversamente, outros tipos de sintagma nominal não possam ter uma função referencial. Como já se indicou (cf. a discussão de (4c), a Nota 7 e o Cap. 22), um sintagma nominal definido pode ter uma função predicativa, não referencial. Inversamente, um SN indefinido pode ser uma expressão referencial: cf. (1a) ou *estou neste momento a ver lá ao longe um barco à vela lindíssimo* (cf. Caps. 21 e 22). No texto, queremos apenas realçar que as expressões mencionadas são aquelas que assumem *tipicamente* um valor referencial.

[10] Ao usar frases como as de (7) enquanto exemplos, o linguista não refere, evidentemente, nenhuma entidade do mundo num contexto situacional e discursivo normal. A intenção do linguista é mostrar

[1] Na filosofia da linguagem, a referência é concebida como um atributo do falante e não propriamente da expressão referencial. Por outras palavras, é o falante que refere, que tem a intenção de identificar um determinado referente, e para tal utiliza uma expressão referencial que acha que é a mais adequada para designar esse referente. É possível dar-se o caso de existirem discrepâncias entre a intenção do falante de identificar uma entidade particular e a adequação da expressão referencial que usa com essa finalidade. Por exemplo, se eu e o meu interlocutor pensarmos, erradamente, que o Professor Sousa (da universidade onde ambos lecionamos) é também o reitor, podemos referir-nos a ele através da expressão referencial *o reitor* (p.e., *ontem almocei com o reitor*); neste caso, a expressão referencial é **descritivamente errada** para o referente em questão, pois descreve o Professor Sousa através de uma propriedade que não o caracteriza (ele não é, de facto, o reitor); a expressão, no entanto, tem **sucesso referencial**, pois o ouvinte identifica corretamente o indivíduo que o falante tem em mente, ou seja, o Professor Sousa, visto que ambos pensam erradamente que ele é o reitor. Exemplos como este mostram que a fonte última da referência é o falante, e não a expressão referencial. Ou seja, as expressões referenciais são um instrumento usado pelo falante para veicular uma intenção referencial que reside em última instância nele, falante. Esse instrumento é mais ou menos adequado, podendo eventualmente servir, ainda que erradamente (como no exemplo dado), ou não servir de todo. Estes cenários, contudo, não nos devem fazer perder de vista que na maior parte das situações comunicativas, o falante usa expressões referenciais que se aplicam corretamente ao seu referente e que, aliadas a um contexto suficientemente informativo, permitem identificá-lo sem problemas. Assim, de maneira informal, pode-se dizer (o que se faz nesta Gramática) que as expressões referenciais referem, colocando em segundo plano o papel do falante. No entanto, por vezes, será necessário perspetivar a discussão da referência em termos do falante.

20.2.2 Denotação

Os nomes comuns (os substantivos, na aceção desta Gramática; cf. Nota 3), por si sós, não referem entidades particulares. Para dar um exemplo, o substantivo *gato* (sem artigo ou outro especificador) não designa nenhum exemplar concreto da classe dos gatos[11]. O significado de um substantivo pode ser perspetivado em duas dimensões: por um lado, o substantivo representa um conceito mais ou menos complexo, sob a forma de um conjunto de propriedades (é esta a dimensão recolhida nos dicionários); por outro lado, o substantivo designa uma classe de entidades do mundo, mais precisamente a classe das entidades que satisfaz esse conjunto de propriedades, ou seja, para as quais o conceito expresso pelo substantivo remete (cf. Cap. 8).

Assim, na primeira dimensão, *gato* exprime um conceito complexo sob a forma de uma série de propriedades descritivas que os falantes atribuem de forma típica aos gatos: entre outras, ser um animal doméstico com pelo, ter quatro patas e cauda, ter tamanho médio (um pouco menor do que o de um cão típico), ter garras retráteis,

---

que, quando essas frases são usadas numa comunicação normal, os sintagmas nominais têm um valor referencial, que varia de situação para situação. Daí a importância de lembrar ao leitor de uma gramática que, quando avalia exemplos usados para discutir a referência e questões afins, deve sempre imaginar um contexto situacional e discursivo apropriado.

[11] Distinguem-se, assim, de sintagmas nominais como *o gato*, *um gato*, *muitos gatos*, etc., que podem representar exemplares concretos da classe dos gatos e podem ter – em enunciados e situações discursivas adequados – capacidade referencial.

caçar ratos, gostar de comer passarinhos, relacionar-se de uma determinada forma com os seres humanos. Ao conjunto das propriedades semânticas que constituem o conceito expresso por um nome, que o definem descritivamente, chamamos **significado descritivo**, **sentido** ou **intensão** do nome[12].

Na segunda dimensão, o nome *gato* representa de maneira abstrata a classe ou conjunto (no sentido da teoria dos conjuntos) das entidades que satisfazem o seu sentido; neste caso, a classe dos gatos que existiram, existem ou existirão no mundo. O conjunto das entidades que satisfazem a intensão de um nome e para o qual remete o conceito por ele expresso chama-se **extensão** do nome[13].

Seguindo Lyons (1977), usamos nesta Gramática o termo **denotação** para nos referirmos quer à intensão quer à extensão de uma palavra, desambiguando quando necessário pelos termos **denotação intensional** e **denotação extensional** (cf. também o Cap. 8).

De importância crucial para a compreensão das propriedades semânticas do sintagma nominal é o facto de não serem apenas os nomes, isoladamente, que denotam, mas sim a combinação dos nomes com complementos e modificadores (mas sem artigo ou outro especificador), quando estes estão presentes (cf. 20.3.3 e 20.3.4): p.e., *gato cinzento*, *livro de ficção científica*, *mesa que está no jardim, estudante de Linguística da Faculdade de Letras*, etc. Estas expressões denotam intensionalmente propriedades mais complexas do que as denotadas pelo nome sozinho (*gato*, *livro*, *mesa*, *estudante*) e, inversamente, denotam extensionalmente conjuntos mais restritos do que os denotados pelo nome sozinho: p.e., o conjunto dos estudantes de Linguística da Faculdade de Letras é menor do que o conjunto dos estudantes (em geral).

Contrariamente à referência, a denotação é uma propriedade constante das palavras[14], ou seja, não varia de enunciado para enunciado, em função do contexto situacional ou discursivo, do falante e do lugar ou do tempo em que se produz o enunciado. Assim, o significado descritivo do nome *gato* não se altera nos diferentes enunciados em que esta palavra ocorre, nem os falantes têm a liberdade de mudar aleatoriamente o seu sentido do modo que muito bem entenderem cada vez que a utilizam; em contrapartida, a referência dos sintagmas nominais *o gato* ou *este gato* varia tipicamente de enunciado para enunciado. Ou seja, enquanto a referência é uma propriedade predominantemente pragmática, a denotação é uma propriedade semântica (cf. Cap. 11.1.3). É precisamente a estabilidade denotativa das palavras que assegura que a linguagem funcione como um sistema coeso numa dada comunidade linguística.

> [2] Não são só os substantivos, ou os constituintes formados pela combinação de um substantivo com os seus complementos e/ou modificadores, que possuem um significado descritivo, mas também os adjetivos, os verbos, certas preposições e outros constituintes mais complexos como sintagmas adjetivais, verbais, etc. Assim,

[12] A palavra *intensão*, que denota um conceito semântico, escreve-se com "s", não com "ç".

[13] A classe denotada por um nome pode conter um único membro, como, p.e., o nome *papa* (num determinado momento histórico) ou, no contexto do nosso sistema planetário, os nomes comuns *lua* e *sol* (cf. Cap. 26).

[14] Abstraímos aqui dos fenómenos de polissemia (cf. Cap. 8). É também necessário descontar alguma variação que existe entre os falantes quanto ao sentido de uma palavra, ou os sentidos parcialmente distintos que certas palavras podem tomar dependendo das outras palavras com as quais se combinam (cf. Cap. 9).

p.e., o adjetivo *vermelho* denota intensionalmente uma determinada cor e extensionalmente a classe das entidades que têm essa cor; o verbo *dormir*, p.e., denota intensionalmente uma determinada atividade e extensionalmente a classe dos seres que dormem. Os verbos com dois argumentos denotam relações: p.e., *amar* denota intensionalmente um determinado estado psicológico entre dois indivíduos e extensionalmente a classe cujos membros são todos os pares de indivíduos (*x*,*y*) tal que *x* ama *y*. Também os pronomes pessoais possuem um significado descritivo, embora mínimo: p.e., *ele* significa (na maioria dos contextos) 'indivíduo do sexo masculino'. Quanto aos nomes próprios, a questão de saber se têm ou não têm um significado descritivo é complexa e tem sido amplamente debatida na literatura da filosofia e da semântica (cf. Cap. 26).

O sentido de uma determinada palavra poderá não ser exatamente o mesmo para todos os falantes (pense-se, p.e., nas aceções mais ou menos diferentes que muitas pessoas atribuem à palavra *inteligência*). No entanto, em qualquer comunidade linguística, existe sempre um núcleo central de palavras, de uso mais frequente, cujo sentido é partilhado por praticamente todos os falantes, o que é suficiente para assegurar a comunicação. Por outro lado, a imprecisão no conhecimento do sentido de uma palavra não costuma constituir um problema para o sucesso da comunicação, na medida em que pode ser suprida através do contexto situacional e/ou do contexto discursivo, do recurso a um dicionário, a uma enciclopédia, a outros falantes ou, no caso de palavras com um significado demasiado particular, a especialistas na área à qual a palavra pertence.

Para uma exposição detalhada do conceito de denotação tal como o usamos nesta Gramática, cf. Lyons (1977, Cap. 7), onde se discutem também outras aceções que este termo tem, quer em linguística quer em filosofia. No texto, usámos uma palavra relativamente simples do ponto de vista semântico (*gato*) para introduzir o conceito de denotação. Na obra ora citada, discutem-se alguns dos problemas que se colocam quando se consideram palavras mais complexas semanticamente (p.e., nomes abstratos como *beleza*, *bondade*, *eletricidade*). Cf. também o Cap. 8, onde se desenvolvem algumas questões semânticas na área da denotação intensional.

20.3 Elementos do sintagma nominal

Os sintagmas nominais contêm obrigatoriamente um nome (próprio ou comum) ou um pronome, que funciona como o seu núcleo. Quando o núcleo é um nome comum (e, por vezes, um nome próprio; cf. Cap. 26), pode combinar-se com outros elementos, agrupados nas subclasses dos **complementos**, dos **modificadores** e dos **especificadores**[15]. Os especificadores, por sua vez, são constituídos pelas subclasses dos **determinantes** e dos **quantificadores**. Apresentam-se a seguir expressões ilustrativas contendo estes elementos (em itálico):

(8) a. a conquista *da cidade* [complemento]
b. os livros *de capa azul* [modificador]
c. *os* livros [especificador-determinante]
d. *muitos* livros [especificador-quantificador]

[15] Os nomes relacionados com verbos e, de forma mais geral, os nomes que denotam situações e eventos também se podem combinar com elementos que correspondem a **adjuntos adverbiais** no domínio das frases (cf. Cap. 27).

Estes são os elementos centrais na composição do sintagma nominal, formando a sua estrutura interna. Para além deles, um sintagma nominal com valor referencial pode ligar-se a um constituinte prosódica e sintaticamente autónomo, que lhe é externo, ou seja, que não pertence à sua estrutura interna e que ocorre numa posição periférica da frase. Este constituinte, chamado **aposto**, introduz um comentário ou uma caracterização adicional sobre o referente do SN, mas não contribui diretamente para a sua identificação. Apresentam-se em (9) dois exemplos, nos quais o aposto (em itálico) é, respetivamente, um sintagma nominal e uma oração relativa[16]:

(9) a. O meu vizinho, *um médico notável*, vai ser condecorado pelo governo.
b. Os gatos da vizinha*, que são uns esfomeados*, miam o tempo todo.

Nas subsecções seguintes, tecem-se algumas observações sobre os elementos que formam o núcleo do sintagma nominal (pronomes, nomes próprios e nomes comuns) e sobre os elementos com os quais o núcleo se pode combinar (complementos, modificadores e especificadores). Relativamente aos apostos, cf. Caps. 27 e 39.

20.3.1 Elementos nucleares do sintagma nominal

O núcleo do sintagma nominal pode ser um pronome, um nome próprio ou um nome comum (um substantivo). Estes três elementos comentam-se brevemente nas subsecções seguintes.

20.3.1.1 Pronomes

A classe dos pronomes, tal como concebida na gramática tradicional, não constitui um conjunto homogéneo. Os pronomes que tipicamente funcionam como núcleo de um sintagma nominal são os **pronomes pessoais**: *eu*, *tu*, *você*, *ele*(*a*), *o/a*, *lhe*, *nós*, *vós*, *vocês*, *eles*(*as*), *os/as*, *lhes*, etc. (cf. Caps. 23, 42 e 52) e é sobre eles que incide a maior parte das observações que se fazem aqui.

Mau grado o significado literal da combinação dos termos morfológicos simples que ocorrem na formação da palavra *pronome* (*pro* e *nome*), os elementos desta classe não são equivalentes a um nome, mas sim a um sintagma nominal completo. Assim, na frase *os dois soldados valentes ofereceram-se como voluntários para a missão*, o sintagma nominal completo (sublinhado) pode ser substituído por um pronome (cf. *eles ofereceram-se como voluntários para a missão*), mas o nome sozinho não pode (cf. ***os dois eles valentes ofereceram-se como voluntários para a missão*). Esta equivalência faz com que os pronomes pessoais ocorram tipicamente como único elemento do sintagma nominal[17]:

(10) a. *Ela* foi às compras.
b. O Pedro encontrou-*a* ontem.
c. O Pedro ofereceu-*lhe* um livro.
d. O Pedro comprou um presente para *ti*.

[16] O estatuto periférico dos apostos indica-se usualmente na escrita colocando-os entre vírgulas.
[17] No entanto, de forma limitada, os pronomes pessoais podem combinar-se com outros elementos; sobre estas possibilidades combinatórias, cf. Cap. 23.6.

Em (10a), o pronome *ela* tem a função de sujeito, assumindo a forma **nominativa**; em (10b), o pronome *a* tem a função de complemento direto, assumindo a forma **acusativa**; em (10c), o pronome *lhe* tem a função de complemento indireto, assumindo a forma **dativa**; e, em (10d), o pronome tem a função de complemento de uma preposição, assumindo a forma **oblíqua**[18].

Os pronomes pessoais são, por excelência, expressões referenciais: à parte o uso do pronome *o* como uma pró-forma predicativa (cf., por exemplo, *o Pedro é inteligente e o António também o é*), estes elementos não só têm tipicamente um valor referencial, como o seu significado se esgota praticamente nesse valor, visto terem um conteúdo descritivo mínimo, que se limita ao sentido (quando o referente é um ser humano) 'pessoa do sexo masculino' ou 'pessoa do sexo feminino' nos pronomes de 3.ª pessoa, recuperável pela especificação de género, obrigatória nesses elementos (*ele*(*s*) vs. *ela*(*s*)).

No modo como assumem o seu valor referencial, os pronomes pessoais podem ser **dêiticos** ou **anafóricos** (cf. Caps. 11, 22 e 41). No primeiro caso, o seu referente está presente no contexto situacional da enunciação: cf., por exemplo, o pronome sujeito de (4b), *ele é professor de matemática*, dito numa situação em que o falante olha ou aponta para o indivíduo referido pelo pronome. No segundo caso, o pronome assume o referente de outro sintagma nominal (a que se chama o **antecedente do pronome**), presente na mesma frase (cf. *falei com o João e ele disse-me que não podia ir ao cinema hoje*) ou introduzido num discurso anterior: este é o cenário contextual mais plausível para a interpretação de (1c), *ela ainda não chegou*, que supõe certamente que alguém já terá mencionado a pessoa referida pelo pronome, possivelmente através do seu nome próprio.

A gramática tradicional considera como pronomes determinadas ocorrências de elementos aqui classificados como especificadores (cf. 20.3.4), nomeadamente os artigos definido e indefinido, as formas demonstrativas, alguns quantificadores e determinadas formas relativas e interrogativas, como *qual*, com base no facto de poderem ocorrer num sintagma nominal sem a presença de um nome comum, como se ilustra em (11) e (12) (coloca-se em itálico o sintagma nominal relevante e assinala-se pela notação "[-]" a posição onde ocorreria o nome comum, se estivesse presente)[19]:

(11) a. Falando de casas, *a* [-] *dos meus tios* tem uma vista magnífica.
b. A – Gostas de mercados?
B – Claro que sim! Sabes, naquela rua existia *um* [-].
c. (O falante aponta para um carro num stand de vendas) *Esse* [-] é lindíssimo.

(12) a. Muitas crianças foram brincar para o jardim, mas *algumas* [-] ficaram em casa.
b. Afinal onde estão os estudantes? Vieram *poucos* [-] à festa do fim do ano.
c. A Maria convidou alguns amigos, mas eu não sei *quais* [-].

[18] Sobre a forma *comigo*, cf. Cap. 32, Caixa [7]. Os pronomes pessoais possessivos (*meu*, *teu*, *sua*, etc.; cf. *os seus pais levaram-no a Paris*) funcionam como complemento ou modificador do nome nuclear de um sintagma nominal (cf. 20.3.4.4.7). Sobre as formas, funções e valores semânticos que os pronomes pessoais podem assumir, cf. 20.3.4.4 e Caps. 23, 41 e 42.

[19] Sobre o estatuto dos pronomes relativos e interrogativos como especificadores, cf., respetivamente, Caps. 39 e 48.

Considera-se nesta Gramática que esses elementos não pertencem à classe dos pronomes, mas sim à dos especificadores. Estas frases são, assim, analisadas como casos de elipse (cf. Cap. 45): os sintagmas em questão contêm um **nome elíptico**, que é o verdadeiro núcleo do SN, e que é recuperado contextualmente: *casa* em (11a), *mercado* em (11bB), *carro* em (11c), *crianças* em (12a), *estudantes* em (12b) e *amigos* em (12c) (cf. Cap. 23).

Têm um comportamento diferente, no entanto, as formas "indefinidas", de valor quantificacional, *algo*, *alguém*, *nada* e *ninguém*, as formas demonstrativas *isto*, *isso* e *aquilo*, e algumas formas interrogativas e relativas, como *quem*, as quais não se podem combinar com um nome e que, tal como os pronomes pessoais, são equivalentes a um sintagma nominal completo: cf., por exemplo, *ninguém viu nada*, *isto faz-me lembrar aquilo* e *quem bate à porta?*. Para estes elementos, a sua classificação pela gramática tradicional como pronomes é mais adequada (cf. Cap. 23).

20.3.1.2 Nomes próprios

Tal como os pronomes, os nomes próprios (como *Manuel*, *Maria*, *Alexandra*, *Clara*, *Lisboa*, *Tejo*) são expressões referenciais quando ocorrem com a função de argumento (cf. (13a,b)), de complemento ou modificador de um adjetivo ou de um nome (cf. (13c,d)), de uma preposição (cf. (13e)) ou de um advérbio (cf. (13f)). Ou seja, integrados em enunciados produzidos numa situação discursiva, servem para identificar um referente:

(13) a. O *Manuel* vive em Madrid.
b. Fui buscar a *Clara* à escola.
c. Fiquei orgulhoso da *Alexandra*.
d. O pai da *Maria* sou eu.
e. Saí sem a *Maria*.
f. Fiquei perto da *Maria*.

Tal como para as outras expressões referenciais, a identificação do referente de um nome próprio depende inteiramente do falante, do contexto situacional e discursivo e do lugar e do tempo em que produz o enunciado. Só tomando esses fatores em consideração é possível identificar os referentes dos nomes próprios em itálico nos enunciados que realizam as frases de (13), de entre os milhares de Manuéis, Claras, Marias e Alexandras existentes no mundo.

Contrariamente às restantes línguas românicas, em português europeu, os nomes próprios são normalmente introduzidos pelo artigo definido em registos informais e/ou coloquiais, como se ilustra também em (13). O uso do artigo definido com nomes próprios em português depende consideravelmente do registo particular dos enunciados. Assim, no registo literário, a omissão do artigo é mais frequente e aceitável do que no registo coloquial: não choca que um romance comece com a frase *Raquel apanhou o maior susto da sua vida quando atendeu o telefone naquele dia triste e cinzento*, enquanto na linguagem falada e coloquial provavelmente não diríamos *Raquel apanhou o maior susto da sua vida*, mas sim *a Raquel apanhou o maior susto da sua vida*.

Tal como os pronomes, os nomes próprios (pelo menos os canónicos, que incluem a totalidade dos nomes de pessoa, entre outros) não têm conteúdo descritivo,

constituindo uma espécie de etiqueta arbitrária cuja ligação ao referente tem de ser cognitivamente partilhada pelos interlocutores para que o nome possa exercer a sua função de identificar o referente (cf. Cap. 26).

20.3.1.3 Nomes comuns

Como vimos em 20.2, os nomes comuns, por si sós, denotam, mas não referem, ou seja, não estão habilitados para designar exemplares concretos das classes denotadas pelo nome. Assim, p.e., *gato*, por si só, denota intensionalmente um conjunto de propriedades e denota extensionalmente uma classe; mas não pode ser usado, sem mais, para representar um ou vários exemplares concretos dessa classe. De maneira geral, os nomes comuns têm de combinar-se com um especificador (determinante ou quantificador) para poderem designar entidades do universo do discurso: cf. *um gato*, *o gato*, *esse gato*, *vários gatos*, *muitos gatos*.

Na medida em que possuem um conteúdo descritivo, os nomes comuns, tal como os verbos, podem selecionar argumentos (cf. *o saque de Roma pelos Visigodos*), e combinar-se com vários tipos de modificadores, que os restringem e modificam em várias dimensões semânticas (cf. *um falso culpado*, *os livros que comprei ontem*, *as crianças traquinas*, *o gato cinzento da Rita*).

Os nomes comuns podem designar um número praticamente ilimitado de entidades pertencentes a diversas categorias ontológicas. Existem nomes que denotam pessoas (*vítima*, *polícia*), animais (*cão*, *lagartixa*), artefactos humanos (*livro*, *roupa*), lugares (*cidade*, *rio*, *igreja*), quantidades de tempo (*século*, *dia*), emoções (*alegria*, *amor*), ideias ou conceitos abstratos (*ideia*, *empirismo*, *honestidade*), eventos (*casamento*, *descoberta*), cores (*azul*, *vermelho*), entre muitas outras categorias. O estudo destas subclasses semânticas, dos seus membros e das relações que estes estabelecem entre si dentro de cada subclasse pertence à área da **semântica lexical** (cf. Caps. 8 e 21).

Para além de revelarem o modo como as línguas organizam ontologicamente o mundo (que pode ser diferente do da metafísica do senso comum ou do da metafísica naturalista das ciências), estas subclasses têm um interesse propriamente linguístico, já que, ao restringirem as combinações sintagmáticas dos nomes com elementos de outras classes, têm frequentemente consequências para a aceitabilidade das frases. Considere-se, por exemplo, a distinção semântica entre os nomes que designam líquidos (*água*, *vinho*) e os nomes que designam sólidos (*gelo*, *madeira*). Para a maioria dos falantes, apenas os primeiros podem ser usados como complemento direto do verbo *entornar*: cf. *entornaste* {*o vinho/a água*} vs. #*entornaste* {*os ovos/a manteiga*}[20].

Algumas categorizações semânticas dos nomes, que se apresentam brevemente a seguir, têm consequências gramaticais mais sistemáticas, podendo afetar a sua forma morfológica, as possibilidades combinatórias do nome com outros elementos dentro do sintagma nominal ou ainda o padrão normal da concordância entre o sujeito e o verbo[21]:

---

[20] Excetuam-se os nomes que designam recipientes que contêm líquidos (*não entornes* {*o copo/a chávena/o jarro*}; nestes casos, os nomes são usados metonimicamente representando o líquido contido no recipiente.

[21] Para um desenvolvimento destas tipologias, das propriedades semânticas que as motivam e das suas consequências gramaticais, cf. Caps. 21 e 25.

❖ distinção entre **nomes contáveis**, que denotam entidades discretas, individualizáveis (*janela*, *livro*, *pessoa*) e **nomes não contáveis**, que denotam substâncias (*água*, *ouro, vinho*) ou entidades abstratas (*amor*, *justiça*, *liberdade*). Os nomes não contáveis que denotam substâncias chamam-se **nomes massivos**;

❖ distinção entre **nomes individuais**, que denotam entidades individuais (*folha*, *peixe*, *pessoa*) e **nomes coletivos**, que denotam classes de entidades individuais (*ramagem*, *cardume*, *exército*);

❖ distinção entre **nomes humanos**, que denotam pessoas (*aluno*, *pessoa*, *soldado*) e **nomes não humanos** (*cão*, *janela*, *livro*);

❖ distinção entre **nomes animados**, que designam entidades capazes de iniciarem uma ação de forma intencional (*cão*, *homem*) e **nomes não animados** (*árvore*, *livro*, *ozono*);

❖ distinção entre **nomes concretos**, que designam entidades com uma constituição material, nas quais se pode tocar (*água, gelo, livro*) e **nomes abstratos** (*alegria*, *espírito*, *música*, *tristeza*).

20.3.2 Complementos do nome

Do mesmo modo que os verbos, também os nomes podem selecionar expressões de natureza argumental que lhes completam o sentido. Aos nomes que selecionam tais expressões chamamos **nomes dependentes**; aos que não as selecionam, chamamos **nomes autónomos** (cf. Cap. 21).

Os nomes dependentes denotam tipicamente entidades do mundo que só podem ser apreendidas quando são postas em relação com outras entidades: p.e., *amigo* (de alguém), *autor* (de uma obra), *casamento* (de alguém com alguém), *consequência* (de algo), *fatia* (de um bolo). Os nomes autónomos, em contrapartida, denotam entidades imediatamente identificáveis sem ser necessário relacioná-las com outras entidades: p.e., *cavalo*, *livro*, *madeira*, *mesa*, *pão*, *pessoa*, *tapete*.

Têm um interesse particular na classe dos nomes dependentes os que denotam eventos, incluindo aqueles que se relacionam com verbos ou deles derivam através de processos morfológicos (os **nomes deverbais**), como *conquista*, *dádiva*, *destruição*, *proclamação*, *saque*, *voto*. Estes nomes herdam os argumentos do verbo correspondente (embora o seu uso com o nome não seja obrigatório) em sintagmas nominais chamados **nominalizações** (cf. (14)):

(14) a. A entrada [*das crianças*] [*na escola*] (decorreu sem incidentes).
b. O saque [*de Roma*] [*pelos Visigodos*] (foi brutal).
c. As dádivas [*do mecenas*] [*ao museu*] (foram generosas).
d. O *nosso* voto *nos socialistas* (não é suficiente para eles ganharem).

Os argumentos dos nomes dependentes têm sempre a função gramatical de **complemento**, ocorrendo à sua direita (cf. Cap. 27), e são tipicamente introduzidos por uma preposição (cf. (14a-c)). Os complementos podem também ser realizados por um pronome possessivo, como em (14d).

Os argumentos do nome estabelecem uma relação com o nome em muitos pontos semelhante àquela que os argumentos do verbo estabelecem com o verbo

(cf. Cap. 28), o que é bem patente no caso das nominalizações como (14), nas quais os nomes deverbais selecionam os mesmos argumentos que os verbos correspondentes, como se ilustra em (15):

(15) a. *As crianças* entraram *na escola*.
b. *Roma* foi saqueada *pelos Visigodos*.
c. *O mecenas* deu (quadros) *ao museu*.
d. *Nós* votámos *nos socialistas*.

Na estrutura do SN, o argumento que corresponde ao sujeito verbal assume a forma de um sintagma preposicional, introduzido pela preposição *de* (cf. (14a,c) e (15a,c)), e ocorre a seguir ao nome (quando não é um pronome possessivo). Enquanto nas frases um dos argumentos é tipicamente pré-verbal e concorda com o verbo (o sujeito), nos sintagmas nominais todos os argumentos (de novo, excetuando os que são pronomes possessivos – cf. a discussão dois parágrafos a seguir) são pós-nominais, introduzidos por uma preposição, e não manifestam concordância de qualquer tipo com o nome nuclear. Ou seja, a função de sujeito não está disponível nos sintagmas nominais, apenas a função de complemento[22]. Assim, os sintagmas *das crianças* em (14a) e *do mecenas* em (14c), que correspondem ao sujeito pré-verbal em (15a) e (15c), respetivamente, não se distinguem, formal e posicionalmente, dos sintagmas *na escola* em (14a) e *ao museu* em (14c), que correspondem a complementos pós-verbais em (15a) e (15c): todos ocorrem à direita do nome e são introduzidos por uma preposição[23].

Em (14b), o argumento que corresponde ao agente temático (cf. Cap. 11) do verbo *saquear* é realizado como agente da passiva, introduzido pela preposição *por*, o que leva a supor que o sintagma nominal *o saque de Roma pelos Visigodos* corresponde à frase passiva (15b) e não à frase ativa *os Visigodos saquearam Roma* (cf. Cap. 27). Concomitantemente, o argumento interno *Roma* (que corresponde ao complemento direto na frase ativa) é o sujeito da frase passiva, sendo, portanto, introduzido na nominalização pela preposição *de* (cf. Nota 23).

Como (14d) ilustra, a posição do pronome possessivo é diferente da posição dos sintagmas nominais plenos. No entanto, esta posição não está relacionada com a função de sujeito que o pronome pessoal correspondente tem em (15d). De facto, quer o possessivo corresponda a um sujeito frásico quer corresponda a um complemento frásico, ocorre sempre à esquerda do nome quando o sintagma nominal é definido. A frase ambígua *a <u>vossa</u> avaliação não foi muito positiva* permite mostrá-lo, porque o possessivo tanto pode corresponder a um pronome pessoal sujeito (cf. *<u>vocês</u> não avaliaram alguém positivamente*) como a um pronome pessoal complemento direto (cf. *alguém não <u>vos</u> avaliou positivamente*).

Nem sempre os possessivos ocorrem à esquerda do nome. Quando o sintagma nominal é indefinido, estes elementos ocorrem à direita do nome: cf., com um nome deverbal, *uma má avaliação <u>vossa</u> causaria enormes danos à escola*, e, com

[22] No entanto, em teorias estruturais que distinguem diferentes posições hierárquicas no interior do sintagma nominal, o argumento que corresponde ao sujeito frásico ocupa uma posição "mais elevada" na estrutura do sintagma nominal do que os restantes argumentos.
[23] Distinguem-se, no entanto, pelas preposições particulares usadas; com nomes deverbais, a preposição *de* é tipicamente usada para introduzir o argumento que corresponde ao sujeito verbal (cf. a discussão de (14b), já a seguir).

um nome simples, *chegaram amigos meus*. A distribuição posicional dos possessivos dentro do SN depende, pois, da natureza definida ou indefinida do sintagma, e não da função gramatical do possessivo ou da função gramatical do pronome pessoal que lhe corresponde numa estrutura frásica (sobre os pronomes possessivos, cf. também 20.3.4.5).

20.3.3 Modificadores do nome

Os **modificadores do nome** são elementos cuja função mais típica consiste em introduzir propriedades adicionais na denotação de um nome, ou na denotação de um nome combinado com o seu complemento, restringindo o seu sentido e dando-lhe maior precisão. Os modificadores do nome podem ser (entre outras possibilidades) adjetivos (cf. (16a)), orações relativas (cf. (16b)), orações tendo como núcleo um particípio passado acompanhado ou não pelos seus argumentos (cf. 16c)) ou sintagmas preposicionais (cf. (16d)):

(16) a. um gato *siamês*
b. o jogador *que marcou o golo*
c. os livros *oferecidos à Biblioteca pela Câmara*
d. o gato *da minha vizinha*

A preposição *de* é a mais usada para introduzir modificadores preposicionais (cf. *a loja da Cristina*, *os professores da minha filha*, *a loiça da China*, *um prato de papel*), embora não seja a única (cf. *os operários em greve*, *aquele palácio em Veneza*, *um produto para limpar vidros*, *a rapariga com os óculos escuros*). Nalguns casos, mas não em todos, o modificador introduzido por *de* é equivalente a um pronome possessivo; assim, correspondendo aos exemplos dados acima, podemos ter *a sua loja*, *os seus professores* (mas não **a sua loiça* ou **o seu prato* – cf. Cap. 27).

Os sintagmas nominais que designam eventos (em particular, as nominalizações) podem também incluir expressões que são equivalentes a um adjunto adverbial nas frases que correspondem a esses sintagmas nominais, como se ilustra em (17):

(17) a. *A derrota de Napoleão em Waterloo em 1815* marcou uma nova época na História da Europa. (cf. *Napoleão foi derrotado em Waterloo em 1815*)
b. *O corte das árvores com uma serra elétrica* assustou a passarada. (cf. *alguém cortou as árvores com uma serra elétrica*)
c. *O jogo ontem* foi emocionante. (cf. *as equipas jogaram ontem*)

Essas expressões podem ser sintagmas preposicionais (cf. (17a,b)) ou advérbios (cf. (17c)) e têm frequentemente um valor locativo ou temporal (cf. (17a,c)), embora não só (cf. (17b), em que o adjunto tem um valor instrumental).

20.3.4 Especificadores

Os **especificadores** são palavras gramaticais que, aplicadas a um nome (isolado ou combinado com complementos e/ou modificadores), habilitam o sintagma nominal a representar entidades do universo do discurso que possuem as propriedades denotativas expressas pelo nome (ou expressas pela combinação do nome com complementos e/ou modificadores). Como já se discutiu, o nome *gato*, ou a expressão *gato cinzento*, denotam intensionalmente propriedades, e extensionalmente, classes de

entidades que manifestam essas propriedades. No entanto, não designam exemplares concretos dessas classes (cf. 20.2.2). Para designarem exemplares concretos, é necessário combiná-los com um especificador: *um gato* (*cinzento*), *o gato* (*cinzento*), *esses gatos* (*cinzentos*), *alguns gatos* (*cinzentos*), *muitos gatos* (*cinzentos*)[24]. A presença de um especificador é também crucial para que um sintagma nominal tenha capacidade referencial, i.e., para que possa designar uma entidade particular identificada pelo falante[25].

Desempenha um papel central no sistema dos especificadores a classe dos **determinantes**, que é constituída pelos seguintes elementos:

(i) o **artigo definido** *o* e as suas variantes morfológicas;

(ii) os **demonstrativos** *este*, *esse*, *aquele* e as suas variantes morfológicas.

(iii) o **artigo indefinido** *um* e as suas variantes morfológicas;

(iv) a forma *algum* e as suas variantes morfológicas.

Funcionam também como especificadores alguns **quantificadores**, incluindo os seguintes[26]:

(i) os **quantificadores universais** *todos* e *ambos* e as suas variantes femininas;

(ii) os **quantificadores "vagos"**, um grupo que inclui, entre outros, os itens *bastantes*, *demasiados*, *inúmeros*, *muitos*, *numerosos*, *poucos*, *vários* e as suas variantes femininas[27];

(iii) os **numerais cardinais** (*três*, *sete*, *treze*, etc.).

Gramaticalmente, os especificadores partilham as seguintes propriedades:

❖ formam uma classe gramatical (cf. Caps. 9 e 11), ou seja, uma classe com um número finito e reduzido de elementos[28] que não têm conteúdo descritivo, i.e., que não denotam entidades, propriedades ou situações;

❖ codificam as propriedades semânticas (aqui representadas em traços binários) [±referencial], [±definido], [±específico], [±quantificacional], [±dêitico];

---

[24] A partir daqui, para não sobrecarregar a exposição, apresentamos apenas exemplos em que o especificador se combina com um nome isolado, mas é importante que o leitor tenha em mente que os fenómenos e propriedades que se descrevem se aplicam de modo mais geral à combinação entre um especificador e o grupo formado pelo nome com os seus complementos e/ou modificadores, quando estes existem. Voltamos a esta questão em 20.4.

[25] Isto não significa que a simples presença de um especificador seja suficiente para que um sintagma nominal possa referir: cf. a discussão do exemplo (6b) em 20.2.1 e os Caps. 21 e 22.

[26] Não pretendemos apresentar nesta subsecção uma lista exaustiva dos quantificadores do português que podem funcionar como especificadores. Aqui, apenas serão considerados alguns **quantificadores de contagem**, i.e., quantificadores que se combinam com nomes contáveis, para representar quantidades discretas de entidades individualizáveis. Para uma análise detalhada dos vários tipos de quantificação no sintagma nominal, cf. Cap. 21; sobre os numerais em particular, cf. Cap. 24. Pertencem também ao sistema dos especificadores as **formas relativas** e **interrogativas** *que* e *qual*. Estas formas não são igualmente aqui tratadas; sobre as formas relativas, cf. Cap. 39, e sobre as formas interrogativas, cf. Cap. 48.

[27] Estes quantificadores chamam-se "vagos" por não exprimirem um valor preciso (cf. Cap. 21.5.3). Enquanto quantificadores de contagem, estes elementos apenas ocorrem no plural (cf. *poucos livros*). Enquanto quantificadores de medição, combinados com nomes massivos, ocorrem no singular (cf. *pouca água*). Sobre estes dois tipos de quantificação, cf. Cap. 21.

[28] Excetuam-se os numerais cardinais, que constituem um conjunto com um número infinito de elementos, correspondendo aos números naturais (cf. Cap. 24).

❖ em geral, estão providos de traços gramaticais de género e de número, em concordância com os traços equivalentes do nome nuclear do sintagma nominal;

❖ ocupam a posição inicial do sintagma nominal no qual se integram (cf. {*o/um/algum/este/esse/aquele*} *estudante de linguística*, {*vários/muitos/bastantes/cinco*} *estudantes de linguística*), podendo, em certas construções, ocorrer dois especificadores: cf. *todos os estudantes de linguística* (quantificador universal seguido de determinante definido – cf. 20.3.4.3.2) e *alguns dos estudantes de linguística* (especificador indefinido seguido de determinante definido, ligados pela preposição *de* – cf. 20.3.4.3.3).

> [3] É importante fazer aqui algumas observações sobre os quantificadores. Em particular, contrariamente aos determinantes, que se especializam na função de especificador do sintagma nominal, os quantificadores podem integrar sintagmas e funcionar como especificadores de várias classes sintáticas – i.e., não se limitam de forma alguma à função de especificador de SN. Como ilustração, considerem-se os seguintes exemplos:
>
> (i) a. O Pedro *trabalha* {*muito/pouco/bastante*}. (o quantificador integra-se num sintagma verbal e especifica um verbo)
> b. Compraste um varão *demasiado comprido*. (o quantificador integra-se num sintagma adjetival e especifica um adjetivo)
> c. O Pedro correu a maratona *muito lentamente*. (o quantificador integra-se num sintagma adverbial e especifica um advérbio)
>
> Mesmo quando integram sintagmas nominais, os quantificadores nem sempre funcionam como especificador: cf., por exemplo, *os teus muitos/cinco amigos vão-te prestar uma homenagem*. Em construções deste tipo, é o determinante inicial que especifica o SN, limitando-se o quantificador a introduzir uma informação puramente quantitativa sobre as entidades identificadas pelo falante e pelo ouvinte através do uso do determinante inicial (voltamos a esta construção em 20.3.4.4). Refletindo este funcionamento diverso, os quantificadores não constituem uma classe lexical homogénea: quando integram sintagmas nominais, têm propriedades adjetivais, concordando em género e número com o nome nuclear do sintagma (incluindo quando funcionam como especificadores); em contrapartida, quando se combinam com verbos, adjetivos ou outros advérbios (cf. (i)), têm uma natureza adverbial; em particular, não variam em género e número.

20.3.4.1 Propriedades semânticas dos especificadores

Os **especificadores** combinam-se com um nome para produzir sintagmas nominais que representam entidades em termos da sua identificação pelos interlocutores e em termos da sua quantidade. Por conveniência, chamamos a estes dois modos de representação, respetivamente, **sistema da determinação** e **sistema da quantificação**. Antes de mais, é importante notar que nem o sistema da determinação se manifesta apenas nos determinantes nem o sistema da quantificação se manifesta apenas nos quantificadores. Por outras palavras, semanticamente não existe uma separação nítida e estanque entre determinantes e quantificadores (cf. 20.3.4.2). Antes, há especificadores em que as propriedades do sistema da determinação têm maior proeminência (os determinantes), especificadores em que as propriedades do sistema da quantificação têm maior proeminência (os quantificadores universais) e ainda especificadores em que os dois sistemas têm um peso praticamente

equivalente (os quantificadores vagos e os numerais cardinais). Em última instância, por causa desta relativa indeterminação, é necessário recorrer a outras propriedades, de natureza sintática e morfológica, para estabelecer com precisão a composição das duas classes (cf. 20.3.4.3 e, em particular, 20.3.4.3.4).

No sistema da determinação, têm particular importância as diferenças interpretativas codificadas nos traços **[±definido]** e **[±específico]**[29]. O artigo definido e as formas demonstrativas são determinantes que induzem uma interpretação com valor positivo para cada um destes dois traços. A título ilustrativo, considere-se o seguinte exemplo, com um artigo definido no SN em itálico:

(18) *A enfermeira* saiu do quarto apressadamente.

Em (18), o falante tem em mente uma enfermeira particular, e assume que o ouvinte tem o conhecimento suficiente para a identificar. Esta interpretação chama-se **definida**. Num sintagma nominal referencial, a interpretação definida é necessariamente **específica**, visto que se identifica um referente particular. Em termos de traços, este sintagma nominal é, pois, [+definido, +específico].

O artigo indefinido, o determinante *algum*, os quantificadores vagos e os numerais cardinais induzem uma interpretação com valor negativo para o traço [±definido] (chamada interpretação **indefinida**), mas o valor do traço [±específico] varia, consoante o enunciado e o contexto em que é produzido. A título ilustrativo, considerem-se os seguintes exemplos, em que os SN em itálico contêm um artigo indefinido (cf. (19a)) e quantificadores (cf. (19b)):

(19) a. Ontem jantei com *um jogador de futebol*.
b. Ontem jantei com *vários*/*cinco jogadores de futebol*.

Em (19a), o falante tem em mente um jogador de futebol particular com quem jantou, mas assume que o ouvinte não tem o conhecimento suficiente para o identificar (e, plausivelmente, o falante também não está interessado em identificá-lo ao ouvinte, se não teria usado um nome próprio ou um SN definido suficientemente informativo). De modo semelhante, em (19b), o falante tem em mente um número (inexato com *vários*, exato com *cinco*) de jogadores de futebol, mas não assume que o ouvinte os possa identificar. Nestes casos, a interpretação chama-se **indefinida específica**: específica porque o falante tem alguém em mente, indefinida porque o ouvinte não tem condições para identificar o indivíduo ou indivíduos em questão. Em termos de traços, estes sintagmas nominais são, pois, [–definido, +específico].

Considere-se agora o seguinte exemplo, em que a expressão em itálico condensa vários sintagmas nominais:

(20) Quando fores à rua, compra-me {*um/uns/vários/cinco*} *lápis*, por favor.

Ao produzir estas frases, o falante não tem em mente nenhum lápis particular; qualquer lápis arbitrário (ou qualquer conjunto de lápis arbitrários) serve para satisfazer o pedido expresso. Esta interpretação chama-se **indefinida não específica**. Em termos de traços, estes sintagmas nominais são [–definido, –específico].

[29] Para uma exposição desenvolvida destas interpretações, cf. Caps. 21 e 22.

Os sintagmas nominais de (18) e (19) têm uma interpretação referencial, na medida em que o falante os usa para falar de uma ou várias entidades particulares que tem em mente; em contrapartida, a interpretação indefinida não específica dos sintagmas nominais de (20) é não referencial, visto que o falante, ao usá-los, não tem quaisquer entidades particulares em mente.

No sistema da quantificação, é relevante mencionar as leituras chamadas de **quantificação universal** e de **quantificação existencial**, também chamada **quantificação indefinida**, por induzir uma leitura indefinida[30]. Para começar, considere-se (21):

(21) *Todas as crianças* foram castigadas.

Através do quantificador *todos*, o falante representa a totalidade dos membros de um determinado conjunto contextualmente identificado (note-se, a esse respeito, o uso do artigo definido em combinação com este quantificador). Chama-se a esta interpretação **quantificação universal**. Nesta frase, em particular, diz-se que o predicado (*ser castigado*) se aplica a todos os membros de um conjunto identificado de crianças.

O quantificador *ambos* é universal porque induz uma leitura do sintagma nominal em que se representa a totalidade dos membros de um conjunto, ainda que restrinja lexicalmente a cardinalidade desse conjunto a dois. Assim, na frase *ambos os estudantes tiveram má nota*, pode inferir-se do uso de *ambos*, primeiro, que o conjunto sobre o qual quantifica tem dois membros (dois estudantes) e, segundo, que a totalidade dos membros (os dois estudantes) teve má nota.

Considerem-se agora os exemplos de (22):

(22) a. *Alguma criança* foi castigada.
b. *Algumas crianças* foram castigadas.

Ao usar *algum* (e variantes morfológicas)[31] num sintagma nominal, o falante afirma que existe pelo menos uma entidade (no plural, pelo menos duas entidades) de um conjunto (neste caso, de crianças) que satisfaz(em) o predicado da frase. Nestes exemplos em particular, independentemente do número de membros (i.e., da cardinalidade) do conjunto de crianças em causa, indica-se, em (22a), que existe pelo menos uma (ou mais) que foi castigada, e, em (22b), que existem pelo menos duas (ou mais) que o foram. Chama-se a esta interpretação **quantificação existencial**[32].

[30] Para uma exposição desenvolvida destas interpretações e outras induzidas por quantificadores, cf. Cap. 21.
[31] Embora sendo um determinante, a forma *algum* tem propriedades quantificacionais, o que realça aquilo que dissemos acima sobre a natureza não estanque dos determinantes e dos quantificadores enquanto especificadores.
[32] Pragmaticamente, os falantes inferem normalmente da quantificação existencial a negação da quantificação universal. Assim, de (22a) e de (22b) infere-se que nem todas as crianças foram castigadas (pressupondo que as crianças que o foram se incluem num dado conjunto mais vasto de crianças). Repare-se, no entanto, que, do ponto de vista estritamente lógico, essa inferência não é, de facto, legítima, já que a quantificação universal implica a quantificação existencial; ou seja, se todas as crianças foram castigadas, então houve pelo menos uma, pelo menos duas, etc., que o foram. Por outras palavras, do ponto de vista lógico, a quantificação universal sobre um determinado conjunto é compatível com a quantificação existencial sobre esse conjunto. É interessante que a linguagem induza uma inferência distinta.

20.3.4.2 A determinação e a quantificação não definem classes estanques

Como se mencionou acima, as propriedades semânticas da determinação e da quantificação não definem duas classes completamente estanques entre si, mas antes distribuem-se pelos vários especificadores. Damos a seguir alguns exemplos ilustrativos desta situação.

❖ Ao codificarem a categoria gramatical de número, os determinantes têm todos uma dimensão quantitativa, que distingue entre singular (um conjunto de cardinalidade 1) e plural (um conjunto de cardinalidade > 1): *o* vs. *os*, *um* vs. *uns* , *algum* vs. *alguns*, *este* vs. *estes*.

❖ O artigo definido tem um valor quantificacional universal (no plural, equivalente ao quantificador universal *todos*; cf. Cap. 22.1.2.1.3): assim, p.e., havendo cinco livros em cima de uma mesa, se eu disser ao meu interlocutor *traz-me os livros que estão em cima da mesa*, a minha expectativa é que ele traga todos os livros, e não apenas dois, três ou quatro.

❖ Os determinantes indefinidos *um* e *algum* têm um valor de quantificação existencial (cf. Caps. 21 e 22.2.3); em particular, *um* distingue-se dificilmente, do ponto de vista semântico, do numeral cardinal homófono *um* (cf. Cap. 22.2.4).

❖ Quando funcionam como especificadores, os quantificadores têm um dos valores possíveis do traço semântico [±definido]. Assim, os quantificadores universais (*todos* e *ambos*) têm um valor [+definido], na medida em que representam a totalidade dos membros de um conjunto identificado (e por isso se usam com o artigo definido). Os quantificadores vagos e os numerais cardinais têm um valor [–definido], na medida em que representam uma quantidade (inexata e exata, respetivamente) de membros não identificados de um conjunto, pelo menos para o ouvinte (cf. {*muitos/poucos/bastantes*} *estudantes faltaram à aula*); ou seja, funcionam como **quantificadores indefinidos** (cf. também o Cap. 22, Caixa [6])[33].

❖ Os determinantes podem combinar-se com quantificadores no mesmo sintagma nominal, dando lugar a leituras complexas em que se combinam propriedades semânticas da determinação e da quantificação, como se ilustra em expressões como *todos os livros*, *as poucas pessoas que se encontravam na rua*, *a maioria dos deputados*, *uma parte dos estudantes*, *o professor mandou-nos ler aí uns dez livros*. A combinação de determinantes com nomes que exprimem quantidade (mas que não são quantificadores no sentido estrito) mostra também que os dois conceitos são complementares, e não antagónicos: cf., por exemplo, com nomes coletivos, *esse montão de livros*, *um magote de espectadores*, *a pilha de discos em cima da mesa*, *um mar de gente* e *uma enxurrada de manifestantes* (nos dois últimos exemplos, os nomes *mar* e *enxurrada*, usados metaforicamente, adquirem um valor quantificacional).

20.3.4.3 Propriedades sintáticas dos especificadores

Nesta subsecção, discutem-se as propriedades sintáticas dos especificadores, em particular as posições que ocupam na parte do sintagma nominal que precede

[33] Sobre as leituras [+específica] ou [–específica] dos quantificadores indefinidos e a sua interação com o padrão de colocação dos pronomes clíticos, cf. Cap. 42.

o nome. Em última instância, como se observou na introdução a 20.3.4, são propriedades deste tipo que nos permitem estabelecer com precisão a composição da classe dos determinantes (cf. 20.3.4.3.4)[34].

As propriedades que discutimos aqui são apresentadas sob a forma de generalizações etiquetadas com letras maiúsculas, para facilidade de referência.

20.3.4.3.1 Posição inicial no sintagma nominal

(A) Quando o sintagma nominal contém um só especificador (determinante, quantificador vago ou numeral cardinal), este ocorre na posição inicial do SN, precedendo diretamente o nome:

(23) a. {*Os*/*Uns*/*Estes*/*Alguns*} *estudantes* chegaram atrasados.
b. {*Muitos*/*Poucos*/*Vários*/*Bastantes*/*Cinco*} *estudantes* chegaram atrasados.

Nesta posição, os quantificadores vagos e os numerais têm uma interpretação indefinida.

Os quantificadores vagos e os numerais cardinais podem também ocorrer entre um determinante definido e o nome, como em *os vários*/*cinco amigos do Luís*, uma posição à qual, por conveniência, chamamos "intermédia" e que será discutida em 20.3.4.4.

20.3.4.3.2 Os quantificadores *todos* e *ambos*

(B) Os quantificadores universais *todos* e *ambos* iniciam o sintagma nominal e precedem um nome especificado por um determinante definido (artigo ou demonstrativo)[35]; em particular, não podem preceder diretamente um nome sem determinante:

(24) a. *Todas as*/*estas crianças* vão ao cinema. (vs. **todas crianças vão ao cinema*)
b. *Ambas as crianças* vão ao cinema. (vs. **ambas crianças vão ao cinema*)

A posição ocupada por estes quantificadores leva por vezes a considerar que se combinam efetivamente com um sintagma nominal definido completo, criando um novo sintagma de classe diferente, do qual são o núcleo, ao qual se pode chamar **sintagma quantificacional** (abreviado em "SQ"):

(25) a. [$_{SQ}$ todas [$_{SN}$ as/estas crianças]]
b. [$_{SQ}$ ambas [$_{SN}$ as crianças]]

Quando quantificam sobre o sujeito, *todos* e *ambos* podem ocorrer em posição pós-verbal, separados do sintagma nominal, numa construção chamada **flutuação do quantificador**[36], que se ilustra nos exemplos (b) dos seguintes paradigmas (nos exemplos (a), os quantificadores ocorrem na posição canónica, antes do determinante):

(26) a. *Todas as crianças* traziam os livros na mochila.
b. *As crianças* traziam *todas* os livros na mochila.

[34] Para uma visão abrangente e mais detalhada das possibilidades combinatórias dos especificadores no sintagma nominal, cf. Cap. 21.

[35] Alguns falantes consideram marginal a combinação de *ambos* com um determinante demonstrativo (cf. ?*ambas essas crianças vão ao cinema*).

[36] Sobre esta construção, cf. Cap. 21, Sportiche (1988), Ambar (1990) e Peres e Branco (1990).

(27) a. *Ambas as crianças* comeram a/uma sobremesa.
b. *As crianças* comeram *ambas* a/uma sobremesa.

Com o quantificador *ambos*, a posição pós-verbal (cf. (27b)) induz ambiguidade, podendo o sintagma nominal ter uma leitura distributiva ou uma leitura coletiva (cf. Cap. 21): na primeira, cada criança comeu uma sobremesa individual, ao passo que, na segunda, as duas crianças partilharam a mesma sobremesa. Em contrapartida, (27a) apenas admite a leitura distributiva, em que cada criança comeu uma sobremesa individual.

Adicionalmente, o quantificador *todos* pode ocorrer no final do sintagma nominal, como se ilustra em (28):

(28) a. *As crianças todas* traziam os livros na mochila. (comparar com (26a))
b. Vou fazer uma lista d*os meus livros do Tintim todos*. (comparar com *vou fazer uma lista de todos os meus livros do Tintim*)

20.3.4.3.3 A construção partitiva

(C) O artigo indefinido (no singular), o determinante *algum* (no singular ou no plural), os quantificadores *muitos*, *poucos*, *vários* e *bastantes* (entre outros) e os numerais cardinais podem ligar-se a um nome especificado por um determinante definido (artigo ou demonstrativo), ocorrendo então a preposição *de* entre os dois elementos:

(29) {*Um/alguns/cinco/vários*} *dos estudantes* faltaram à aula.

Chama-se a esta estrutura **construção partitiva** porque, semanticamente, representa a "extração" de uma quantidade (inexata ou exata, consoante o quantificador) de entidades não identificadas para fora de um conjunto dado como conhecido. Ou seja, nesta construção, tal como em (23b), os quantificadores e os numerais têm uma leitura indefinida.

Tal como em (24), pode-se atribuir ao sujeito de (29) uma estrutura semelhante à de (25):

(30) [$_{SQ}$ {Um/Alguns/Cinco/Vários} de [$_{SN}$ os estudantes]]

20.3.4.3.4 A classe dos determinantes

Como se observou acima, os especificadores que se classificam nesta Gramática como determinantes são o artigo definido, o artigo indefinido, a forma *algum* (e variantes morfológicas) e as formas demonstrativas *este*, *esse*, *aquele* (e variantes morfológicas).

O artigo definido e as formas demonstrativas pertencem claramente à mesma classe paradigmática, ou seja, ocupam a mesma posição na estrutura do SN. Assim, estes elementos

- podem iniciar o sintagma nominal (cf. *vou comprar o/este carro*);
- podem seguir imediatamente os quantificadores universais *ambos* e *todos* (cf. *vou comprar todos os/esses carros*, *vou comprar ambos os/esses carros* (mas cf. Nota 35));
- podem preceder um pronome possessivo (cf. *os/aqueles teus livros de banda desenhada*);

❖ podem preceder um quantificador vago ou um numeral cardinal quando estes elementos ocorrem na posição intermédia mencionada no final de 20.3.4.3.1 (cf. *as/aquelas muitas/cinco viagens que fizeste no ano passado*). Quando ocorre um pronome possessivo nesta construção, a ordem é artigo/demonstrativo + possessivo + quantificador/numeral (cf. *esses teus vários amigos*, *esses teus cinco amigos*);

❖ não podem coocorrer no mesmo sintagma nominal (cf. a impossibilidade de **este o carro*, de **o este carro*, ou de qualquer outra combinação do artigo definido com um demonstrativo).

Considerem-se agora o artigo indefinido e a forma *algum*. Semanticamente, estas formas têm uma forte componente de quantificação existencial indefinida, semelhante à dos quantificadores vagos e à dos numerais cardinais quando ocorrem em posição inicial, sendo, portanto, pertinente interrogarmo-nos sobre se não devem antes ser classificadas como quantificadores, em vez de como determinantes.

Quer o artigo indefinido quer a forma *algum*, no entanto, têm propriedades importantes que os distinguem dos restantes quantificadores indefinidos. Em primeiro lugar, com nomes contáveis, podem ser usados quer no singular quer no plural: cf. *um amigo* a par de *uns amigos*, *algum livro* a par de *alguns livros*. Os quantificadores vagos, pelo contrário, só podem usar-se no plural com nomes contáveis: cf. {*vários/muitos/bastantes*} *livros* vs. *{*vário/muito/bastante*} *livro*[37].

Em segundo lugar, estas formas não podem ocorrer na posição intermédia (cf. 20.3.4.3.1 e 20.3.4.4) disponível para os quantificadores vagos e os numerais: cf. a impossibilidade de **os* (*meus*) *uns amigos* ou de **os* (*meus*) *alguns livros de linguística* vs. *os* (*meus*) *poucos amigos* ou *os* (*meus*) *cem livros de linguística*.

Em terceiro lugar, alguns falantes aceitam sintagmas nominais nos quais *um* e *algum* coocorrem com um pronome possessivo em posição pré-nominal, precedendo-o: cf. *ele fez-se representar por um seu antigo sócio* e *não me espantava que algum seu cliente deixasse de confiar nele*. Nesse aspeto, *um* e *algum* têm um comportamento mais próximo do do artigo definido e dos demonstrativos (comparar com *o seu antigo sócio* e *esse seu cliente*)[38].

Finalmente, no mesmo sintagma nominal, *um* e *algum* são incompatíveis com o artigo definido ou com qualquer das formas demonstrativas: cf. a impossibilidade de **estes uns livros*, **os alguns estudantes* (compare-se com a possibilidade de *estes poucos livros* (*que herdei dos meus avós*) ou de *os vários estudantes* (*que vieram à aula*), com quantificadores).

Por todos estes motivos, integramos o artigo indefinido e a forma *algum* na mesma classe do artigo definido e dos demonstrativos, i.e., na classe dos determinantes[39]. Semanticamente esta classe tem como principal função a representação de entidades do universo do discurso em termos da sua identificação/não identificação

[37] Em frases exclamativas, *muito* pode ser usado no singular com nomes contáveis (cf. *muito livro o João comprou!*). No entanto, nestes contextos, o nome contável adquire uma interpretação não contável, massiva (cf. Cap. 25).

[38] Nem todos os falantes, no entanto, aceitam que *um* e *algum* coocorram com um pronome possessivo pré-nominal, preferindo as construções correspondentes com o pronome pós-nominal: *um antigo sócio seu* e *algum cliente seu* (cf. 20.3.4.5).

[39] Sobre a relação entre o artigo indefinido e o numeral cardinal *um*, cf. Cap. 22.2.4.

pelo falante e/ou pelo ouvinte, codificando leituras diversas em termos dos traços [±definido] e [±específico] (cf. 20.3.4.1 e Cap. 22)[40]. No entanto, como vimos acima (cf. 20.3.4.2), os membros desta classe também apresentam propriedades quantificacionais.

20.3.4.4 Quantificadores e numerais entre um determinante definido e um nome (posição "intermédia")

Alguns dos quantificadores vagos (incluindo *inúmeros*, *muitos*, *poucos*, *vários*) e os numerais cardinais podem ocorrer entre um determinante definido (artigo ou demonstrativo) e o nome (ou seja, à direita do determinante e à esquerda do nome), como se ilustra em (31a); quando ocorre um pronome possessivo no SN, os quantificadores e os numerais ocorrem à direita deste, como em (31b) (por conveniência, chamamos a esta posição de "intermédia"):

(31) a. *Os* {*cinco*/*inúmeros*/*muitos*/*vários*} *amigos do Pedro* fizeram-lhe uma homenagem.

b. *Aqueles seus* {*cinco*/*inúmeros*/*muitos*/*vários*} *amigos* fizeram-lhe uma homenagem.

[4] Existe uma restrição semântica sobre o uso dos quantificadores vagos (especialmente *muitos*, *poucos* e *vários*) e dos numerais cardinais na posição intermédia: nomeadamente, dependem de um conjunto de referência que pode ser introduzido (i) por um complemento ou um modificador do nome (em ambos os casos, este elemento pode ser um pronome possessivo) ou (ii) por um antecedente que ocorre previamente no discurso. Assim, fora de contexto, não são aceitáveis expressões como ??*os vários livros são de ficção científica*, ??*os muitos amigos vieram à festa* ou ??*os poucos estudantes aceitaram a proposta*. Compare-se estes exemplos com *os vários livros do Rui são de ficção científica*, *os meus muitos amigos vieram à festa* e *os poucos estudantes presentes na reunião aceitaram a proposta*, em que o conjunto de referência é dado pelas expressões sublinhadas. Em alternativa, as expressões marcadas com "??" poderão ser aceitáveis num contexto em que o conjunto de referência constitui informação dada, previamente introduzida no discurso. Esta dependência contextual pode ser observada em frases com numerais cardinais. Assim, no enunciado *às três da manhã, os cinco gatos desataram a miar*, os gatos em questão constituem informação dada, partilhada pelos interlocutores, pressupondo-se que foram previamente introduzidos no universo do discurso por alguma expressão : p.e., a frase poderia seguir-se a um dos enunciados *a Rita tem cinco gatos*, ou *há cinco gatos naquela casa* (cf. *há cinco gatos naquela casa; às três da manhã, os cinco gatos desataram a miar*). De modo semelhante, em *às três da manhã, estes cinco gatos desataram a miar*, o demonstrativo fornece implicitamente um modificador relacionável com o numeral, visto que pode ser parafraseado por uma oração relativa (cf. Cap. 22): *os cinco gatos que estão aqui, próximos de mim, desataram a miar*.

[40] A integração do artigo indefinido e da forma *algum* na mesma classe do artigo definido e dos demonstrativos não significa, no entanto, que possam ocorrer exatamente nas mesmas posições do sintagma nominal, o que se deve às diferenças semânticas entre essas formas. Assim, p.e., na construção partitiva, apenas os determinantes indefinidos podem ocorrer inicialmente, e apenas os determinantes definidos (no plural) a seguir à preposição *de* (cf. *um*/*algum dos*/*destes estudantes faltou à aula*). Como se viu, semanticamente, nesta construção, extraem-se entidades não identificadas de um conjunto identificado (cf. 20.3.4.3.3).

Tal como os quantificadores vagos e os numerais cardinais, também alguns adjetivos podem ocorrer numa posição pré-nominal, entre um determinante e o nome, como em *um heroico soldado* e *o meu fantástico carro* (cf. Cap. 27.4.2.3). No seguinte paradigma, realça-se o paralelismo posicional entre um quantificador vago na posição intermédia (*muitas*, em (32a)) e um adjetivo em posição pré-nominal (*absorventes*, em (32b))[41]:

(32) a. As suas *muitas* atividades impedem-no de tirar férias.
b. As suas *absorventes* atividades impedem-no de tirar férias.

A semelhança entre os quantificadores na posição intermédia e os adjetivos pré-nominais é ainda realçada pelos seguintes factos: em primeiro lugar, é possível coordenar um adjetivo pré-nominal e um quantificador nesta posição, o que sugere que ambos têm a mesma função no sintagma nominal[42]:

(33) a. As suas *muitas e absorventes* atividades impedem-no de tirar férias.
b. Nunca esquecerá os *poucos mas preciosos* conselhos que a mãe lhe deu.

Em segundo lugar, tal como os adjetivos pré-nominais, também os quantificadores vagos e os numerais têm uma interpretação não restritiva na posição intermédia. Em particular, são equivalentes a um aposto com valor predicativo; assim, p.e., *os muitos amigos do Pedro fizeram-lhe uma homenagem* é parafraseável por *os amigos do Pedro, que são muitos, fizeram-lhe uma homenagem*[43].

Em terceiro lugar, na posição intermédia, os quantificadores vagos e os numerais cardinais têm um sentido unicamente quantificacional, i.e., informam sobre o valor numérico (exato no caso dos numerais, inexato no caso dos quantificadores vagos) de um conjunto que, no entanto, é especificado como definido pelo artigo ou pelo demonstrativo, ou seja, é apresentado como identificado pelo falante e pelo ouvinte. Ora, nesta posição, o valor quantificacional não é exclusivo dos quantificadores vagos e dos numerais cardinais, podendo também caracterizar alguns adjetivos "canónicos". Assim, p.e., o adjetivo *raro*, em posição pós-nominal, tem um significado equivalente a 'invulgar', denotando que os espécimes que constituem o tipo de que se fala são invulgares e difíceis de encontrar (cf., por exemplo, *um livro raro*). Em contrapartida, em posição pré-nominal, este item tem um significado de quantificação vaga, próximo do de *poucos*, e só pode ser usado no plural: assim, *os meus raros livros* significa 'os meus poucos livros' e não 'os meus livros que são invulgares'[44]. Outro exemplo é o adjetivo *único*, que, em posição pós-nominal, significa algo como 'incomparável' (cf. *eles são dois estudantes únicos*) e, em posição pré-nominal, tem um sentido quantificacional, indicando que as entidades designadas esgotam a extensão do conjunto considerado (que pode ser de cardinalidade = 1): cf. *ele é o único estudante*,

[41] Repare-se que tanto o quantificador como o adjetivo concordam em género e número com o nome. Os numerais cardinais não concordam com o nome (cf. *os seus cinco carros*) porque são itens morfologicamente invariáveis, à exceção de *um* e *dois*, que variam em género. O adjetivo *absorvente* tem a mesma forma no masculino e no feminino.
[42] O paralelismo funcional é um requisito para que dois elementos possam ser coordenados (cf. Cap. 35).
[43] Sobre a equivalência a um aposto dos quantificadores vagos e dos numerais cardinais nesta posição, cf. Cap. 21.3.1; sobre a interpretação não restritiva dos adjetivos pré-nominais, cf. Cap. 27.4.2.3 e Cap. 31.
[44] Repare-se que é possível dizer *o Pedro tem muitos livros raros*, mas não *#os raros livros do Pedro são muitos*, que é uma contradição.

eles são os únicos estudantes (i.e., não há outro ou outros no contexto situacional ou discursivo)[45]. Também o adjetivo *certo*, quando ocorre em posição pós-nominal, significa 'exato', 'correto', 'adequado' (cf. *o troco certo*, *o homem certo para essa tarefa*); em contrapartida, quando ocorre em posição pré-nominal, adquire um sentido de quantificador indefinido: cf. *certas decisões são difíceis de tomar* e *não vou ao concerto para não encontrar uma certa pessoa*.

Podemos então concluir, plausivelmente, que, na posição intermédia ilustrada em (31), os quantificadores vagos e os numerais cardinais têm um estatuto adjetival. Por outras palavras, nessa posição, estes elementos não funcionam como especificador do sintagma nominal nem induzem nele uma leitura indefinida. Antes, o especificador é o determinante definido inicial (artigo ou demonstrativo), que induz uma leitura definida (e referencial) no SN.

Em contrapartida, quando ocorrem na posição inicial do sintagma nominal (cf. (23b)), os quantificadores vagos e os numerais cardinais funcionam como especificadores, induzindo no SN uma leitura de valor indefinido, como se discutiu em 20.3.4.3.1.

Ao apresentarem informação puramente quantificacional na posição intermédia, os quantificadores vagos e os numerais contribuem para o sentido denotativo do sintagma nominal em que se integram, da mesma forma que um adjetivo pré-nominal.

> [5] Não são só os numerais cardinais e os quantificadores vagos que podem ocorrer na posição intermédia (para uma discussão mais completa dos quantificadores que podem ocorrer nesta posição e a interpretação que têm aí, cf. o Cap. 21). Também podem ocorrer nesta posição, entre outros, os numerais ordinais (cf. *a sua sétima mulher*). Mau grado as conclusões do texto, acima, é importante notar que há várias propriedades que diferenciam, por um lado, os quantificadores vagos e os numerais que podem ocorrer na posição intermédia, e, por outro lado, os adjetivos pré-nominais "canónicos". Em primeiro lugar, o primeiro grupo de elementos, contrariamente aos adjetivos, não pode ocorrer em posição pós-nominal: cf. **a sua mulher sétima*, **as suas mulheres sete* ou **as suas mulheres muitas* (vs. *a sua sétima mulher*, *as suas sete mulheres* e *as suas muitas mulheres*)[46]. Em segundo lugar, em contextos onde não pode ocorrer um sintagma nominal sem especificador, um adjetivo pré-nominal não pode iniciar o SN como se fosse um especificador: cf. a impossibilidade de **ricos amigos apareceram em minha casa para jantar* ou **ontem vi pobre homem a pedir esmola na rua*. Em terceiro lugar, um numeral pode coocorrer com um adjetivo pré-nominal, sem ser numa estrutura de coordenação, mostrando que há posições distintas no sintagma nominal para cada um destes elementos, presumivelmente por terem uma natureza gramatical diferente: cf. *as suas formosas sete mulheres*, *a sua formosa sétima mulher*[47].

---

[45] Veja-se, no entanto, a unidade multilexical (cf. Cap. 9) *filho único*, em que o adjetivo pós-nominal tem um valor quantificacional.

[46] Há, no entanto, exceções com os numerais ordinais, como em *capítulo primeiro*, *D. Afonso III* ("terceiro"). Para uma descrição detalhada da ordem dos numerais no sintagma nominal, cf. Cap. 24.

[47] Os quantificadores vagos, no entanto, não coocorrem facilmente com adjetivos pré-nominais em estruturas que não sejam de coordenação: cf. a marginalidade de ??*as suas muitas absorventes atividades impedem-no de tirar férias* ou de ??*nunca esquecerá os poucos preciosos conselhos que a mãe lhe deu* (sem uma conjunção como *e* ou *mas*; comparar com (33)).

20.3.4.5 Pronomes possessivos

Os pronomes possessivos ocorrem geralmente à esquerda do nome quando o sintagma nominal é definido e à direita do nome quando o sintagma nominal é indefinido: cf. *o/este meu amigo* vs. *um amigo meu*[48]. Na norma-padrão do português, um pronome possessivo pré-nominal não ocorre na posição inicial do sintagma nominal[49], sendo usualmente precedido por um determinante definido (artigo ou demonstrativo), como se ilustra no primeiro exemplo dado acima e pela não aceitabilidade de ***meu carro é descapotável* (vs. *o meu carro é descapotável*[50]. Finalmente, os possessivos podem preceder um quantificador ou um numeral na posição intermédia: cf. *os seus {vários/muitos/cinco} amigos fizeram-lhe uma homenagem*.

Os pronomes possessivos são por vezes considerados determinantes, em virtude de ocorrerem numa posição pré-nominal, à semelhança dos especificadores. Esta classificação, no entanto, é questionável.

Em primeiro lugar, como se observou acima, os possessivos não podem iniciar um sintagma nominal (no português-padrão), contrariamente aos especificadores. Em segundo lugar, os pronomes possessivos, como também se observou, não ocorrem uniformemente em posição pré-nominal. Em terceiro lugar, os pronomes possessivos (quer ocorram em sintagmas nominais definidos quer indefinidos, ou seja, à esquerda ou à direita do nome, respetivamente) desempenham sempre a função de argumento ou de modificador do nome (cf. 20.3.2 e 20.3.3, respetivamente). Assim, p.e., em *a minha chegada ao aeroporto*, o pronome *minha* é um argumento do nome, correspondendo ao argumento que se realiza como sujeito na frase com o verbo *chegar*: cf. *eu cheguei ao aeroporto* (cf. Cap. 27). Em *o teu livro*, *teu* é um modificador do nome *livro*, com valor semântico de posse (cf. Cap. 27). Em quarto lugar, quando o pronome possessivo é de 3.ª pessoa, é equivalente a um sintagma preposicional iniciado pela preposição *de*, contendo a forma oblíqua (forte) do pronome; assim, *o seu pai* (na leitura de 3.ª pessoa do pronome *seu*)[51] é equivalente a *o pai dele* (cf. também *a chegada dele ao aeroporto*, a par de *a sua chegada ao aeroporto*). Não havendo qualquer razão para classificar *dele* como determinante, também não parece plausível classificar *seu* dessa forma. Finalmente, os pronomes possessivos são expressões referenciais, i.e., referem uma

[48] Para alguns falantes, os pronomes possessivos podem ocorrer em posição pré-nominal com especificadores indefinidos, mas o SN tem nesses casos uma interpretação preferencialmente específica, i.e., na qual o falante tem algo ou alguém particular em mente, que não é, no entanto, identificável pelo ouvinte: cf., por exemplo, *um meu amigo de longa data vem visitar-me para a semana*, *ele fez-se representar por um seu antigo sócio*. Sobre a posição pré e pós-nominal do possessivo e as interpretações respetivas, cf. Miguel (2004) e Castro (2006).

[49] No entanto, em variantes formais, não padrão, do português europeu, é possível encontrar-se o pronome possessivo em posição inicial do SN, sem o artigo definido, sobretudo na linguagem escrita, e, mais frequentemente, em sintagmas nominais que referem pessoas a quem o falante deve respeito ou com quem faz cerimónia: cf., por exemplo, *nunca desobedeceria a* [*meus pais*].

[50] Os sintagmas nominais com função de vocativo podem ser iniciados por um pronome possessivo, e ocorrer sem determinante: cf. *meu amigo, por hoje já chega de parvoíces*. Este comportamento, no entanto, não é distinto do de outras expressões nominais, que também ocorrem sem qualquer especificador quando têm função vocativa: cf. *enfermeira, por favor, pode chamar o senhor doutor?*

[51] O pronome *seu* tem igualmente uma leitura de 2.ª pessoa do singular, em que refere o ouvinte (cf. Caps. 23 e 52).

entidade do universo do discurso, uma característica semântica completamente atípica da classe dos especificadores[52].

Em conclusão, os pronomes possessivos não são determinantes. Em português, a única propriedade que liga os possessivos ao sistema dos determinantes é o facto de a sua posição pré ou pós-nominal depender de um traço semântico próprio do sistema da determinação, o traço [±definido].

> [6] O português europeu distingue-se do português do Brasil, do inglês e das outras línguas românicas, como o castelhano ou o francês, nas quais o pronome possessivo ocorre na posição inicial do sintagma nominal, sem qualquer determinante: cf. *meu livro desapareceu* (português do Brasil), *my book disappeared* (inglês), *mi libro desapareció* (castelhano), *mon livre a disparu* (francês). Na medida em que estes sintagmas nominais têm uma interpretação definida, é plausível dizer que o possessivo codifica essa interpretação, i.e., caracteriza-se pelo traço [+definido]. Nestas línguas, é legítimo considerar que os pronomes possessivos funcionam como determinantes (sem deixarem de funcionar como complementos ou modificadores). Em português, no entanto, os pronomes possessivos não codificam o traço semântico [+definido], já que (i) podem ocorrer quer em sintagmas nominais definidos quer em sintagmas nominais indefinidos, e (ii) em sintagmas nominais definidos, combinam-se necessariamente (na norma-padrão) com um determinante definido, que codifica diretamente esse valor.

20.4 Estrutura interna do sintagma nominal

Como se tem mencionado ao longo deste capítulo (cf., por exemplo, 20.2.2), não é apenas o nome comum que contribui para o significado denotativo do sintagma nominal, mas também, quando estes elementos estão presentes, os complementos, os modificadores e, como se concluiu na subsecção anterior, os pronomes possessivos (enquanto complementos ou modificadores), e os quantificadores e os numerais, quando ocorrem na posição intermédia. Recorde-se que os possessivos, os quantificadores e os numerais (nessa posição) não funcionam como especificador do SN; essa função é desempenhada pelo determinante definido (cf. *os meus amigos*, *os muitos/cinco amigos da Luísa*).

É legítimo, então, propor que o sintagma nominal tem uma estrutura interna mais articulada, distinguindo-se dentro dele um constituinte menor formado pelo nome e os outros elementos com significado denotativo, mas excluindo o especificador. Chamamos a esse constituinte **grupo nominal** (abreviado em "GN")[53]. Como exemplos ilustrativos, representa-se em (34) a estrutura dos sintagmas nominais sublinhados nas frases *os meus livros de ficção científica estão na estante amarela* e *todos os heroicos estudantes do 1.º ano entraram em greve*[54]:

---

[52] Os determinantes podem induzir uma leitura referencial ou não referencial no sintagma nominal, mas não têm, em si mesmos, qualquer capacidade de referirem entidades, contrariamente aos pronomes possessivos.

[53] Na teoria de Princípios e Parâmetros e no Programa Minimalista da Gramática Generativa, o constituinte "SN" desta Gramática corresponde ao constituinte "SD" (sintagma de determinante, em inglês "DP", "*determiner phrase*"); e o constituinte "GN" desta Gramática corresponde ao constituinte SN (sintagma nominal; em inglês "NP", "*noun phrase*").

[54] Recorde-se que uma representação alternativa para o último exemplo é [$_{SQ}$ *todos* [$_{SN}$ *os* [$_{GN}$ *heroicos estudantes do 1.º ano*]]], em que o quantificador *todos* é o núcleo de um novo constituinte, classificado como sintagma quantificacional (cf. o paradigma (25) no texto e a discussão sobre ele).

(34) a. [$_{SN}$ os [$_{GN}$ meus livros de ficção científica]]
b. [$_{SN}$ a [$_{GN}$ estante amarela]]
c. [$_{SN}$ todos os [$_{GN}$ heroicos estudantes do 1.º ano]]

Quando o sintagma nominal contém um quantificador ou um numeral na posição intermédia, esse elemento encontra-se incluído dentro do grupo nominal, por contribuir para a denotação do sintagma nominal; o especificador, nesse caso, é o determinante, como se ilustra em (35)[55]:

(35) a. [$_{SN}$ Os [$_{GN}$ cinco estudantes presentes na reunião]] aprovaram a proposta.
b. [$_{SN}$ Os [$_{GN}$ muitos amigos da Maria]] vieram à sua festa de aniversário.

Em contrapartida, quando um numeral cardinal ou um quantificador ocorrem em posição inicial, induzindo uma leitura indefinida, funcionam como especificador do sintagma nominal, e encontram-se, por isso, fora do grupo nominal, como se ilustra em (36):

(36) a. [$_{SN}$ Cinco [$_{GN}$ estudantes presentes na reunião]] aprovaram a proposta.
b. [$_{SN}$ Muitos [$_{GN}$ amigos da Maria]] vieram à sua festa de aniversário.

20.5 Sintagmas nominais reduzidos

Nem todos os sintagmas nominais contêm um especificador. Quando um sintagma nominal tem um valor existencial e indefinido, representando uma quantidade indeterminada de entidades ou uma quantidade indeterminada de uma substância, pode ocorrer sem especificador. No primeiro caso, o núcleo do SN é um nome contável no plural, no segundo é um nome massivo no singular (cf. 20.3.1.3)[56]:

(37) a. Levei *livros do Tintim* para ler nas férias.
b. Ontem bebi *vinho tinto* ao jantar.

Estas frases significam, aproximadamente, 'levei uma quantidade indeterminada de livros do Tintim para ler nas férias' e 'ontem bebi uma quantidade indeterminada de vinho tinto ao jantar'. Ainda que as sequências em itálico apenas contenham explicitamente um grupo nominal (cf. 20.4), considera-se que, quando ocorrem em enunciados como (37), são, na realidade, sintagmas nominais, ainda que sem um especificador (cf. Cap. 21). A sua estrutura pode, pois, ser representada do seguinte modo:

(38) a. Levei [$_{SN}$ [$_{GN}$ *livros do Tintim*]] para ler nas férias.
b. Ontem bebi [$_{SN}$ [$_{GN}$ *vinho tinto*]] ao jantar.

Aos sintagmas nominais como os de (37)/(38), sem especificador, chama-se, nesta Gramática, **sintagmas nominais reduzidos**[57].

[55] A relação de dependência descrita na Caixa [4] entre os quantificadores e os numerais na posição intermédia, por um lado, e o complemento ou modificador do nome, por outro (nos exemplos de (35), entre *cinco* e *presentes na reunião* e entre *muitos* e *da Maria*), sugere igualmente que pertencem ao mesmo constituinte mínimo, ou seja, ao grupo nominal.

[56] A leitura existencial de quantificação indeterminada não é a única que estes sintagmas nominais podem ter (cf. Cap. 21.6), mas é a mais paradigmática.

[57] Por conveniência, quando é necessário distinguir de maneira sucinta entre os sintagmas nominais reduzidos e os sintagmas nominais com especificador, usaremos para estes o termo **sintagma nominal**

[7] Em alternativa à representação (38), poder-se-ia admitir a existência, nos sintagmas nominais reduzidos, de um determinante (ou quantificador) nulo, i.e., sem realização fonética, com a propriedade semântica de induzir uma leitura indefinida e um valor quantificacional indeterminado no sintagma nominal. Nessa hipótese, a estrutura das frases de (37) seria a que é dada em (i) ("Ø" representa o especificador nulo):

(i) a. Levei [$_{SN}$ Ø [$_{GN}$ *livros do Tintim*]] para ler nas férias.
b. Ontem bebi [$_{SN}$ Ø [$_{GN}$ *vinho tinto*]] ao jantar.

Para os sintagmas nominais reduzidos com nome plural, haveria ainda outra opção, que, contudo, não é generalizável aos que contêm nomes no singular. Mencionamo-la aqui porque tem alguma fundamentação semântica, ainda que, na generalidade, complique a descrição gramatical dos especificadores. Essa opção consiste em incluir o morfema de plural na classe dos especificadores quantificacionais. Essa hipótese, no entanto, tem como consequência tornar a classe dos especificadores não homogénea do ponto de vista morfológico e sintático: os especificadores são tipicamente palavras livres que ocorrem à esquerda do nome, ao passo que o morfema de plural se realiza como um sufixo (na parte direita do nome). Esta hipótese implicaria também que, num sintagma nominal plural como *livros do Tintim* (cf. (37a)/(38a)), o grupo nominal seria apenas *livro do Tintim*, ou seja, não incluiria o sufixo de plural.

completo. Embora não seja consensual, alguns autores consideram que os sintagmas nominais reduzidos que contêm apenas o nome nuclear (cf., por exemplo, *o Pedro faz desporto*) têm propriedades algo diferentes das dos outros sintagmas nominais reduzidos; quando se justifique uma referência especial a esses sintagmas, chamar-lhes-emos **sintagmas nominais simples**.

21 SEMÂNTICA DO SINTAGMA NOMINAL 735

21.1 Universo de discurso e semântica nominal 735

21.1.1 Universo de discurso 736

21.1.2 Entidades contáveis e entidades não contáveis 737

21.1.3 Indivíduos e grupos, totalidades e partes 738

21.1.4 Espécies e espécimes, tipos e exemplares 739

21.1.5 Entidades reais e entidades virtuais 741

21.2 Aspetos da semântica dos nomes comuns 742

21.2.1 Nomes autónomos e nomes dependentes 742

21.2.2 Nomes contáveis e nomes não contáveis 744

21.2.3 Nomes individuais e coletivos, totais e fragmentadores 745

21.2.3.1 Propriedades dos nomes coletivos e dos nomes fragmentadores 745

21.2.3.2 Seleção de complementos de nomes coletivos 747

21.2.3.3 Seleção de complementos de nomes fragmentadores 748

21.2.4 Modificação e coordenação de nomes comuns 751

21.3 Aspetos gerais da semântica dos sintagmas nominais 754

21.3.1 Forma dos sintagmas nominais 754

21.3.2 Forma dos sintagmas nominais e relação com o contexto 760

21.3.3 Valores semânticos dos sintagmas nominais 762

21.3.4 Fatores externos na interpretação dos sintagmas nominais 764

21.4 Semântica dos sintagmas nominais determinados 765

21.4.1 Sintagmas nominais definidos e indefinidos 765

21.4.2 Particularidades dos sintagmas nominais definidos 766

21.4.2.1 Sintagmas nominais definidos epistémicos, textuais e situacionais 766

21.4.2.2 Sintagmas nominais definidos particulares e genéricos 767

21.4.3 Particularidades dos sintagmas nominais indefinidos 768

21.4.3.1 Extensão da classe dos sintagmas nominais indefinidos 768

21.4.3.2 Sintagmas nominais indefinidos e sensibilidade ao contexto 768

21.5 Semântica dos sintagmas nominais quantificados 769

21.5.1 Quantificação nominal de contagem e de medição 770

21.5.2 Quantificadores numerais 774

21.5.3 Quantificadores vagos 778

21.5.4 Particularidades da quantificação de contagem 779

21.5.4.1 Tipos de quantificação de contagem 779

21.5.4.2 Valor semântico dos quantificadores de contagem 781
21.5.5 Particularidades da quantificação de medição 782
21.5.5.1 Tipos de quantificação de medição 782
21.5.5.2 Aspetos estruturais da quantificação de medição 785
21.5.5.3 Valor semântico dos quantificadores de medição 788
21.5.6 Ambiguidade entre quantificação de contagem e de medição 789
21.6 Semântica dos sintagmas nominais reduzidos 791
21.6.1 Sintagmas nominais reduzidos plurais 791
21.6.2 Sintagmas nominais reduzidos singulares 793
21.7 Semântica dos sintagmas nominais com *qualquer* 796
21.7.1 Formas e valores das construções com *qualquer* 797
21.7.2 Variantes e paráfrases das construções com *qualquer* 799
21.8 Semântica contextual dos sintagmas nominais 800
21.8.1 Valores real e virtual dos sintagmas nominais 801
21.8.1.1 Valores real e virtual de sintagmas nominais determinados 801
21.8.1.2 Valores real e virtual de sintagmas nominais quantificados e reduzidos 806
21.8.2 Interpretações distributivas e coletivas dos sintagmas nominais 806
21.8.3 Sintagmas nominais em contextos frásicos genéricos 809
21.8.4 Relações de escopo entre sintagmas nominais 810
21.8.5 Interpretações *de re* e *de dicto* dos sintagmas nominais 813

21 SEMÂNTICA DO SINTAGMA NOMINAL

O presente capítulo divide-se em oito secções. A primeira, 21.1, tem como objeto o universo de entidades sobre o qual as línguas produzem informação, o **universo de discurso**. Nela se distinguem classes de entidades que se manifestam nas línguas. A secção 21.2 incide sobre os nomes, elementos nucleares dos sintagmas nominais que servem para classificar os membros do universo de discurso. São aí analisados aspetos da forma dos nomes, em correlação com propriedades semânticas, e são também considerados dois mecanismos que podem ser entendidos como formas de expansão dessa classe de palavras: a sua **modificação** e a sua **coordenação**. Em 21.3, passa-se para o plano do **sintagma nominal**, identificando as suas formas (**sintagmas nominais determinados**, **quantificados** e **reduzidos**), descrevendo sumariamente os seus valores semânticos predominantes (**referencial**, **quantificacional** e **predicativo**) e dando ainda um panorama geral dos fatores externos que podem interferir com a sua interpretação, a estudar mais desenvolvidamente na secção final. Nas secções 21.4, 21.5 e 21.6, descrevem-se os valores semânticos das diferentes formas de sintagmas nominais anteriormente enumeradas, respetivamente os determinados, os quantificados e os reduzidos. Na secção 21.7, tratam-se os **sintagmas nominais construídos com *qualquer***, os quais, por combinarem e alternarem valores quantificacionais e valores qualitativos, constituem um setor autónomo no quadro dos sintagmas em estudo. Finalmente, na secção 21.8, examinam-se **variações na interpretação dos sintagmas nominais** que, por um lado, são total ou parcialmente induzidas por fatores externos e, por outro, são comuns a diferentes formas e valores desses sintagmas.

21.1 Universo de discurso e semântica nominal

O **universo de discurso**, constituído pelas entidades que as línguas podem referir, é variado. À gramática interessam os aspetos dessa variedade que se correlacionam com propriedades linguísticas. Dentro desta perspetiva, distinguem-se nesta secção os seguintes tipos de entidades: entidades contáveis e não contáveis; indivíduos, grupos, totalidades e partes; espécies e espécimes, tipos e exemplares; finalmente, entidades reais e entidades virtuais.

21.1.1 Universo de discurso

O **universo de discurso** é o conjunto de todas as **entidades** que podem ser nomeadas por uma língua. É um sistema complexo e diversificado, que reflete parcialmente a complexidade e a variedade do próprio real. Dele fazem parte as entidades físicas a que intuitivamente associamos as noções de **objeto** (ou **indivíduo**, mais usado para entidades humanas) – como este livro, a Torre de Belém, os guardas da mesma torre, a Lua, etc. –, mas também entidades de outros tipos, em que se incluem, por exemplo, entidades coletivas como o Governo de um país, um casal ou uma comissão, substâncias como o ar ou a água, realidades abstratas como a beleza, sentimentos como o amor, valores como a liberdade ou a democracia, situações – por exemplo, o eclipse do Sol que se verificou no dia em que este texto estava a ser escrito –, propriedades como a de ser honesto ou simpático, intervalos de tempo como o século em que nos encontramos ou quantidades de tempo como a que a Terra demora a fazer uma rotação completa sobre o seu eixo. O universo de discurso caracteriza-se, pois, por ser diversificado no que respeita à natureza dos seus membros, ou, na terminologia de alguns autores, por ser um **universo variado** (ou **sortido;** em inglês, "*multi-sorted*").

Os diferentes tipos de estruturas nominais (nomes, grupos nominais e sintagmas nominais) desempenham, em relação ao universo de discurso, essencialmente três funções. Uma, é a função de **classificação**, isto é, de organização desse universo em conjuntos constituídos por todas as entidades que partilham determinadas propriedades distintivas (por exemplo, as propriedades que identificam as pedras, ou as pessoas, ou os livros, ou diferentes tipos de situações – almoços, conversas, guerras, etc.). Esta função é desempenhada pelos **grupos nominais** (que podem ser constituídos apenas por um nome comum ou conter complementos ou modificadores de nome – cf. Cap. 20 e 21.2.1 e 21.2.4 adiante), podendo-se dizer, em termos genéricos, que cada nome comum ou grupo nominal denota um conjunto de membros do universo (independentemente do número de membros desse conjunto). As outras duas funções são a **referência** a entidades[1] e a **quantificação** (sobre conjuntos de entidades), qualquer delas realizada por **sintagmas nominais** (sobre estas funções, ver 21.3.3).

Os estudos gramaticais não precisam de incorporar uma visão orgânica da realidade em si (ou da perceção que dela têm os seres humanos), isto é, uma **ontologia**, mesmo que confinada à parte dessa realidade que constitui o universo de discurso. Tal domínio conceptual pertence à filosofia. Porém, interessam à gramática os atributos ontológicos que se refletem diretamente em propriedades linguísticas. Alguns desses atributos motivam subclasses de nomes com propriedades gramaticais distintivas e outros determinam interpretações de sintagmas nominais. Entre esses atributos contam-se, pelo menos, os que permitem distinguir os subtipos de entidades a seguir enumerados, de que subsequentemente faremos uma breve caracterização[2]:

[1] Os termos "identificação" e "nomeação" (de entidades) também exprimem adequadamente a função em causa.

[2] É oportuno referir que a semântica contemporânea das línguas naturais, usando diversos recursos matemáticos e lógicos – nomeadamente, a teoria dos conjuntos (alargada a relações e funções), a mereologia, a teoria dos reticulados e as álgebras de Boole, associadas a lógicas intensionais com mundos possíveis – consegue estabelecer distinções rigorosas entre todos os tipos de entidades que estamos aqui a considerar. Link (1998) é uma obra de semântica formal de referência que contém vasta bibliografia sobre a matéria.

- entidades contáveis e entidades não contáveis;
- indivíduos e grupos (ou entidades coletivas);
- totalidades e partes (ou fragmentos);
- espécies e espécimes;
- tipos e exemplares;
- entidades reais e entidades virtuais.

> [1] Na literatura linguística, nomeadamente em algumas gramáticas, são recorrentemente considerados certos atributos ontológicos (e, a partir deles, tipos de entidades e subclasses de nomes comuns) cuja relevância gramatical é praticamente nula em muitas línguas, nomeadamente em português. É o caso, por exemplo, dos que sustentam as oposições entre entidades "animadas" e "não animadas", entidades "humanas" e "não humanas" e, mormente, entidades "concretas" e "abstratas". De facto, estas subclasses de nomes condicionam sobretudo a compatibilidade com outros elementos do léxico e não a boa formação sintática ou a interpretação semântica. Em conformidade, não daremos qualquer relevo a classes de nomes baseadas em tais atributos. Algo de semelhante se pode dizer de nomes associados a outros subdomínios do universo, como os que denotam conjuntos de situações ou eventos (i.e., os nomes "situacionais", como *conversa*, *inauguração* ou *queda*), ou os que denotam conjuntos de intervalos de tempo (i.e., os nomes "temporais", como *ano*, *época*, *hora* ou *século*). Note-se, no entanto, que os nomes situacionais apresentam peculiaridades semântico-sintáticas, como seja a de aceitarem modificadores temporais (compare-se a naturalidade da expressão *uma conversa entre as três e as cinco da tarde* com a estranheza de **um livro entre as três e as cinco da tarde*).

21.1.2 Entidades contáveis e entidades não contáveis

Uma grande parte dos membros do universo de discurso – p.e., os seres vivos (os animais, incluindo as pessoas, ou as plantas), as situações ou certos intervalos de tempo (como os dias, os meses ou os séculos) – são percecionados como independentes uns dos outros (ou, por outras palavras, como "descontínuos" entre si ou "discretos"). Por isso mesmo, essas entidades podem ser contadas, permitindo que se conheça o número de membros (ou "cardinal") dos conjuntos a que pertencem. Este atributo ontológico permite distinguir entre **entidades contáveis** e **entidades não contáveis**, de que decorre a distinção linguística entre **nomes** (**comuns**) **contáveis**[3] (como *casamento* ou *país*) e **nomes** (**comuns**) **não contáveis** (como *ar* ou *honestidade*). De entre as entidades não contáveis, têm sido objeto de maior atenção no âmbito da semântica as que se designam **substâncias**, como a água, o ar ou o ferro. Os nomes das substâncias são geralmente chamados **nomes massivos**, pelo facto de o senso comum associar mais facilmente o conceito de "massa" às substâncias do que às entidades contáveis (que, em termos da física, também têm massa)[4].

[3] Note-se que este termo envolve a figura retórica da hipálage, uma vez que se transfere para o nome uma propriedade (a de ser contável) que pertence aos membros da classe que ele identifica.

[4] Meulen (1980) é uma referência importante neste domínio.

> [2] Na semântica das línguas naturais, as **substâncias** são concebidas como **homogéneas** e **cumulativas**. Uma substância é **homogénea** se a divisão em partes de uma sua qualquer porção é percecionada como resultando ainda em porções da mesma substância (por exemplo, no caso da água, aceitamos que a divisão de qualquer porção de água resulta em porções de água, pelo menos no plano do senso comum que tem utilidade para a vida quotidiana – presumivelmente aquele a que a língua é sensível –, ignorando-se, portanto, o limiar em que a água se cinde em oxigénio e hidrogénio). Por outro lado, uma substância é **cumulativa** se a combinação de quaisquer porções dessa substância é percecionada como resultando ainda numa porção dessa substância (por exemplo, no caso da água, aceitamos que a adição de quaisquer porções de água resulta numa porção de água).

Diversamente das substâncias e suas porções, as línguas parecem tratar (pelo menos predominantemente) como não contáveis e não massivas entidades como valores, qualidades, atitudes, áreas do conhecimento ou artes – p.e., a beleza, a bondade, a esperteza, a honestidade, o amor, a justiça, a liberdade, a democracia, a ecologia, a música, a dedicação de alguém a alguma coisa, o interesse de alguma entidade por algo ou a prontidão de alguém para alguma tarefa. Algumas destas realidades (a que se podem acrescentar outras como a altitude, o calor ou a velocidade), apesar de não massivas, são claramente passíveis de medição, pelo que as consideramos **entidades não contáveis medíveis**. Outras entidades, porém, são pensáveis em diferentes níveis de conceptualização, de tal modo que, pelo menos em algum deles, parecem não ser objeto de qualquer processo quantificacional, já que, tomadas nesse nível, por um lado são únicas e por outro são inanalisáveis em partes (é o caso de realidades como a justiça, a liberdade, a ecologia ou a música). Assumido este ponto de vista, estamos perante **entidades não contáveis e não medíveis**.

21.1.3 Indivíduos e grupos, totalidades e partes

Consideramos agora em conjunto duas oposições ontológicas com evidentes afinidades conceptuais: por um lado, a oposição entre **indivíduos** (ou **entidades individuais**) e **grupos** (ou **entidades coletivas**) e, por outro, entre **totalidades** (ou **entidades totais**) e **partes** (ou **entidades parciais**). A primeira destas duas oposições dá origem às subclasses dos **nomes individuais** (como *casamento*, *estudante*, *número* ou *país*) e dos **nomes coletivos** (como *coleção*, *conjunto*, *feixe*, *grupo*, *ramo*, *sequência*, *série* ou *turma*). Da segunda resultam a subclasse dos **nomes parciais** (ou **nomes fragmentadores**, designação que passaremos a usar) – como *fatia*, *fragmento*, *gota*, *migalha*, *parcela*, *parte*, *pedaço*, *pingo*, *placa*, *porção* ou *rodela* – e a vasta subclasse dos nomes que tomam os objetos na sua totalidade, geralmente sem designação própria, mas que, por sistematicidade, se poderiam designar **nomes totalizadores** (ou **nomes totais**) – p.e., nomes individuais contáveis como *casamento*, *conversa*, *dia*, *estudante*, *mesa* ou *país*, nomes individuais massivos como *água* ou *madeira* ou nomes coletivos como *coleção*, *grupo* ou *turma*. Trata-se de uma distinção pouco referida na literatura, apesar de, como se verá, ser linguisticamente pertinente (cf. 21.2.1 e 21.2.3, adiante).

Para se ter uma visão integrada da diversidade ontológica (e linguística) que estamos a considerar, é adequado pensar, em primeiro lugar, que entidades como um livro, a Lua ou a água, que são percebidas simultaneamente como **indivíduos**

(ou entidades individuais), por oposição a grupos, e como **totalidades** (ou entidades totais), por oposição a partes, constituem de algum modo entidades básicas da nossa apreensão da realidade (ou pelo menos da sua expressão por meio das línguas), podendo ser consideradas **entidades primárias do universo de discurso**. Num segundo passo, surge a evidência de que, partindo desta base ontológica, o conhecimento humano necessita de designar outras entidades – que podemos considerar **entidades secundárias do universo de discurso –**, isto é, **grupos** (ou entidades coletivas), classificados pelos **nomes coletivos**, e **partes** (ou entidades parciais), classificadas pelos **nomes fragmentadores**. Assim, por um processo (cognitivo e linguístico) de agrupamento de entidades, obtêm-se os conceitos e correspondentes nomes de entidades como comissões ou famílias, coleções de selos ou bibliotecas, grupos de edifícios ou conjuntos de planetas e assim sucessivamente. No sentido inverso (*grosso modo*), por um processo de fragmentação de entidades (este, possivelmente, com uma tradução física mais forte do que o anterior), obtêm-se, por exemplo, os conceitos e correspondentes nomes de entidades como pedaços de pão, talhadas de melão, gotas de água, a parte inicial deste livro, a parte submersa da Torre de Belém, a face oculta da Lua, uma massa de ar quente ou a fase final de um eclipse do Sol.

21.1.4 Espécies e espécimes, tipos e exemplares

Atributos ontológicos diferentes dos já considerados permitem-nos distinguir entre **espécies** e **espécimes** e entre **tipos** e **exemplares**. Note-se que, enquanto as categorias de entidades referidas em 21.1.2 (entidades contáveis e não contáveis) e 21.1.3 (indivíduos e grupos, totalidades e partes) determinam diretamente propriedades gramaticais de nomes e grupos nominais, as que consideramos na presente subsecção não levam a distinções entre subclasses de nomes, mas antes entre interpretações de sintagmas nominais.

A noção de **espécie** (natural) foi introduzida na literatura linguística em Carlson (1977). Limitamo-nos a assumir para esta noção o valor que lhe reconhecem quer o senso comum quer o conhecimento científico quando concebem as espécies como entidades de contornos muito vastos, quer temporal quer espacialmente, que não coincidem com os seus **espécimes** (isto é, as **entidades particulares** que pertencem a uma dada espécie), uma vez que as espécies têm propriedades que os espécimes não têm (pode-se, por exemplo, dizer que a espécie humana tem uma dada altura média – 1,70 m, por hipótese –, mas o mesmo não se pode dizer de cada ser humano; também se pode dizer que a espécie humana chegou à Lua em 1969, embora apenas dois dos seus espécimes tivessem na altura cometido a proeza). Em 21.4.2.2, falaremos da interpretação de sintagmas nominais enquanto denotadores de espécies.

Para captar a segunda oposição, entre tipos e exemplares, observem-se os seguintes paradigmas:

(1) a. *Os computadores* foram inventados no séc. XX.
b. *Os computadores* tendem a ser cada vez mais rápidos.

(2) a. Já não sei viver sem *computador*.
b. Ter *computador* tornou-se uma necessidade.

O sintagma nominal sujeito das frases de (1) – *os computadores* – refere a espécie dos computadores (note-se que a propriedade de "ser inventado", expressa em (1a), só pode aplicar-se a espécies de objetos e não a objetos concretos). Diversamente, nas frases de (2), o sintagma *computador* não refere a espécie (já que não se pretende dizer que alguém não consegue viver sem a megaentidade que é a espécie dos computadores nem que se tornou uma necessidade possuí-la). Ainda que se adote a posição, discutível, de considerar que expressões como *viver sem computador* ou *ter computador* constituem predicados complexos (cf., entre outros, os Caps. 28, 32 e 36), é bastante óbvio que elas têm uma estrutura semântica composicional (cf. Cap. 9), o que exige que se defina o valor semântico introduzido pelo componente nominal. Assumimos aqui que em contextos como os de (2), um sintagma nominal com a forma de *computador* (cingida ao nome) denota uma entidade diferente das que até agora enumerámos, que designaremos **tipo** – nas frases em apreço, trata-se do tipo que identifica os computadores (que se opõe, por exemplo, aos tipos que se concretizam em máquinas de escrever, telemóveis, gravatas ou piscinas, relevantes para frases como, respetivamente, *já não tenho máquina de escrever*, *só muito tarde comecei a usar telemóvel*, *raramente ponho gravata* e *a casa que vou comprar não tem piscina*)[5].

Ao tipo opõe-se o **exemplar**, isto é, cada uma das **entidades particulares** que instanciam um tipo[6]. Esta oposição sugere que a mente humana, nomeadamente através das línguas, organiza o universo segundo diferentes sistemas classificativos, que podem incluir entidades de caráter abstrato, como os tipos. Voltaremos a esta distinção na secção 21.6.

É oportuno acentuar que os sintagmas nominais indefinidos e os sintagmas nominais reduzidos (sobre estes termos, ver 21.3.1 e Cap. 20), singulares ou plurais, que muitos autores consideraram denotadores de espécies, não podem ser combinados com predicados típicos destas, como mostram os dados de (3) abaixo. Deduz-se deste facto que, ao contrário dos definidos, tais sintagmas nominais não referem diretamente espécies, embora este conceito possa estar indiretamente associado ao seu valor semântico[7].

(3) a. **Um elefante* está em vias de extinção.
b. **Elefantes* estão em vias de extinção.
c. **Elefante* está em vias de extinção.
d. **Um computado*r foi inventado na década de 80 do séc. XX.[8]
e. **Computadores* foram inventados na década de 80 do séc. XX.
f. **Computador* foi inventado na década de 80 do séc. XX.

---

[5] É possível que, em certos contextos, também sintagmas nominais indefinidos e definidos possam ter uma interpretação de tipo. Em abono desta hipótese, Telmo Móia (c.p.) chama a atenção para a possibilidade de coordenação numa frase como *nunca uso uma camisa aos quadrados e gravata às riscas*. Em relação a sintagmas definidos, são relevantes dados como *posso viver sem telemóvel*, *mas o computador já não dispenso*.

[6] Note-se que, enquanto as espécies e os tipos são entidades de natureza ontológica diferente, o mesmo não tem de se verificar com os espécimes e os exemplares. Na verdade, as mesmas entidades podem ser consideradas espécimes enquanto opostas a uma espécie e exemplares enquanto opostas a um tipo.

[7] Carlson (1977) defendeu que, tal como os definidos, também estes sintagmas nominais referiam espécies. Em Krifka et al. (1995), já é feita a distinção entre os dois grupos de sintagmas que aqui perfilhamos. Voltaremos a esta questão em 21.4.2.2, 21.6 e 21.8.3 (cf. também o Cap. 22.2.2.5).

[8] Esta frase só é agramatical com uma interpretação que envolveria uma espécie, comparável à de (1a). É aceitável na leitura chamada "taxinómica" (i.e., em que *um computador* identifica um subtipo particular de computador).

21.1.5 Entidades reais e entidades virtuais

Os seres humanos não usam as línguas para referirem apenas as entidades que fazem parte do que se considera ser o **mundo real** (com base em assunções filosóficas que podem variar). Bem pelo contrário, a mente humana concebe e integra no universo de discurso entidades cuja existência é meramente hipotética (ou "virtual", em relação ao mundo real), ou seja, que se confina ao plano conceptual. Na reflexão semântica contemporânea, é importante a ideia de que essas entidades têm um estatuto existencial comparável ao das entidades do mundo real, mas em mundos alternativos a ele, isto é, em formas imagináveis de o mundo ser que são diferentes das que conhecemos. Nesta perspetiva, o mundo real é apenas um de entre uma infinidade de **mundos possíveis**[9]. Às entidades que se assume pertencerem ao mundo real chamamos aqui **entidades reais** e às que só podem ser associadas a mundos possíveis alternativos ao mundo real chamamos **entidades virtuais**.

A possibilidade de a interpretação de um sintagma nominal envolver entidades virtuais depende de diversos fatores. Um deles é o contexto em que se integra o sintagma nominal, como mostra o seguinte paradigma:

(4) a. Esta tarde, *uma tempestade* abateu-se sobre a região.
b. Está prevista *uma tempestade* para as próximas horas.

Em (4a), o sintagma nominal *uma tempestade* refere uma entidade (situacional) real – isto é, uma tempestade que, podendo já não subsistir no momento da enunciação, realmente ocorreu –, ao passo que em (4b) a tempestade referida é meramente virtual, apenas existindo no mundo possível gerado por uma previsão. Um outro fator relevante são determinados tipos de modificadores nominais. Veja-se:

(5) a. Os *alunos que tiveram quinze na prova escrita* não fazem oral.
b. Os *alunos que tiverem quinze na prova escrita* não fazem oral.

A presença do modo indicativo em (5a), na oração relativa que modifica o nome *alunos*, remete para entidades reais (ou, de outro ângulo, impõe uma interpretação real do sintagma nominal sujeito). Diversamente, o modo conjuntivo que ocorre na mesma estrutura em (5b) convoca entidades virtuais (impondo, por conseguinte, uma interpretação virtual do sintagma nominal, a qual é compatível, nomeadamente, com a possibilidade de vir a verificar-se que nenhum dos alunos em causa teve quinze na prova escrita). Voltaremos a esta distinção em 21.8.1.

> [3] Uma das questões que Montague, na sua tentativa de interpretação de uma língua natural por meio de um modelo matemático da realidade, tratou no artigo conhecido pela sigla PTQ – Montague (1973)[10] – foi precisamente a do significado de uma expressão como *a unicorn* ('um unicórnio') numa frase como *John seeks a unicorn*

[9] O conceito atual de "mundo possível" inspira-se numa noção algo diferente da do filósofo Leibniz, para quem os mundos possíveis eram diversas conceções divinas do mundo, de entre as quais teria sido selecionada a do mundo real, "o melhor dos mundos possíveis". Porém, já na Antiguidade Clássica e na Idade Média se encontram fontes relacionáveis com a ideia básica que está em causa, que é a de que o mundo é o que é por contingência e não por necessidade. A "semântica de mundos possíveis" para as línguas naturais é uma criação do séc. XX que se deve fundamentalmente aos filósofos Saul Kripke, David Lewis e Robert Stalnaker.

[10] O texto foi originalmente apresentado em 1970 e é habitualmente referido com esta data.

('o John anda à procura de um unicórnio'). Sendo óbvio que as pessoas podem andar à procura de entidades que não existem (como animais mitológicos – unicórnios, centauros, cavalos alados, sereias, etc. – ou fadas, ou o Santo Graal, ou pessoas sem defeitos), a questão pertinente que se coloca é a de saber com que é que alguém está na relação de procura quando o objeto da sua procura é algo que não existe. Dizer que é com o nada não satisfaz, dado que andar à procura de uma pessoa sem defeitos não é o mesmo que andar à procura de um cavalo alado. Montague construiu uma engenhosa resposta lógico-matemática para esta questão.

21.2 Aspetos da semântica dos nomes comuns

Os nomes comuns partilham a função de classificar os membros do universo de discurso, mas distinguem-se em vários aspetos sintáticos e semânticos. Na sintaxe, destaca-se a diferença entre nomes autónomos, que não precisam de complemento (como *pedra* ou *pessoa*), e nomes dependentes, que requerem complementos (como *amigo* ou *observação*). Na semântica, é importante distinguir entre nomes contáveis e não contáveis, individuais e coletivos, totais e fragmentadores. Finalmente, a compreensão do funcionamento dos nomes requer que se analisem os processos da sua modificação e coordenação.

21.2.1 Nomes autónomos e nomes dependentes

As diferenças entre tipos de entidades de que falámos em 21.1.2 e 21.1.3 dão origem a classes distintas de nomes, de que falaremos em 21.2.2 e 21.2.3. Na presente subsecção, focaremos um tipo de diversidade dos nomes que é primariamente sintática, mas que pode envolver particularidades semânticas que não coincidem com as diferenças ontológicas de que falámos na secção anterior. Sintaticamente, o que aqui se distingue são, por um lado, os nomes comuns que não selecionam complementos (como *bairro*, *biblioteca*, *casa*, *leão* ou *planeta*, que denotam conjuntos de entidades físicas, ou como *felicidade*, *paz* ou *tristeza*, que remetem para entidades não físicas) e, por outro, nomes comuns que, para identificarem uma classe de entidades, requerem um ou mais complementos (como *autor*, *diretor*, *conversa*, *decisão*, *grupo*, *pedaço*, *possibilidade* ou *tio*). Aos nomes que não selecionam complementos chamamos **nomes autónomos** e aos que os requerem chamamos **nomes dependentes**. Aos nomes dependentes acompanhados dos complementos que lhes competem chamamos **nomes dependentes complementados**.

[4] Certos nomes autónomos têm uma variante dependente. Por exemplo, o nome *bairro* é autónomo na frase *no meu bairro há muitas crianças* e é dependente em *vai ser construído aqui um bairro de moradias*. Por sua vez, alguns nomes dependentes têm variantes autónomas. Por exemplo, os nomes *pais* e *mães* são dependentes na frase *os pais e as mães das crianças compareceram à reunião* e são autónomos em *os pais devem ajudar as mães a cuidar dos filhos*; o mesmo se passa com o nome *ideia*(*s*), que é dependente na frase *a ideia de interromper o curso é pouco sensata* e é autónomo em *o Pedro está sempre a ter ideias*.

Existem várias subclasses sintáticas e semânticas de nomes dependentes, para as quais não se dispõe ainda de uma tipologia exaustiva. No plano semântico, é pertinente a distinção entre pelo menos os seguintes grupos:

❖ **nomes coletivos** (como *grupo* ou *série*); quando complementados (como em *grupo de pessoas* ou *série de acontecimentos*), constituem grupos nominais que denotam classes de entidades coletivas, isto é, entidades que mantêm uma relação de um todo às suas partes com as entidades denotadas pelo complemento (como, por exemplo, mantém um grupo de pessoas com os seus membros)[11];

❖ **nomes fragmentadores** (como *fatia*, *parte* ou *porção*); quando complementados (como em *parte do edifício*, *membro do grupo* ou *pedaço de pão*), denotam classes de entidades que mantêm uma relação de partes a um todo com uma outra entidade de que são componentes (como, por exemplo, mantêm as partes de um edifício com esse edifício, os membros de um grupo com esse grupo ou um pedaço de pão com um exemplar que instancia esse tipo de alimento);

❖ **nomes argumentais** como *amigo*, *autor*, *consequência*, *construtor* ou *irmão*, geralmente chamados **nomes relacionais**; quando complementados (como em *amigos da Ana* ou *autores deste livro*), denotam classes de entidades que mantêm a relação expressa pelo nome dependente com a entidade ou entidades referidas pelo complemento;

> [5] A designação "nome relacional", que não tem um uso totalmente uniforme, é de caráter semântico e provém da matemática. Surgiu para se distinguirem os nomes que estamos a classificar como "autónomos" e como "relacionais" em função do modo como é definido o seu significado, ou, de outra perspetiva, do modo como são estabelecidos os conjuntos de entidades que denotam. Assim, os nomes autónomos são entendidos como designando conjuntos de entidades (como os livros, as pessoas, os astros, etc.) em função de **propriedades** que elas detêm por si, consideradas (*grosso modo*) independentemente de outras entidades e sem necessidade de outros cálculos. Diversamente, a captação do significado de um nome relacional requer que as entidades do conjunto denotado sejam consideradas enquanto participantes em **relações** com outras entidades. Recorrendo à matemática para traduzir este processo, dir-se-á que para se compreender a denotação de um nome relacional é preciso ter acesso a um conjunto de pares (ou triplos, etc.) de entidades, isto é, a uma relação (no sentido matemático) entre entidades.

❖ **nomes argumentais** como *ajuda*, *amizade*, *conversa*, *desejo*, *encontro*, *intenção*, *interesse*, *intervenção* ou *queda*[12]; quando complementados com sintagmas nominais ou frásicos introduzidos por preposição (como em *amizade do Pedro pela Ana*, *conversas do Presidente com os jornalistas sobre a crise económica*, *desejo do Pedro de resolver a situação*, *interesse da Ana em que tudo se esclareça*, *intervenção da ONU em zonas de conflito*, *queda do dólar*), denotam classes de situações e possivelmente também outros tipos de entidades (onde se incluiria, por exemplo, a amizade, se não for razoável classificá-la como uma situação);

❖ **nomes argumentais** como *facto*, *hipótese*, *ideia*, *possibilidade* ou *proposta*; quando complementados, com frases introduzidas por preposição (como em *facto de estar a chover*, *hipótese de que a situação melhore*, *ideia de o Pedro ir estudar para a Alemanha* ou

[11] A subsecção 21.2.3, adiante, trata de aspetos particulares dos nomes coletivos e fragmentadores.
[12] Em alguns autores, estes nomes também aparecem classificados como "relacionais".

possibilidade de a inflação aumentar), classificam a situação descrita pelo complemento frásico (nos exemplos dados, as situações descritas são classificadas, respetivamente, como um facto, uma ideia, uma hipótese e uma possibilidade) – cf. Caps. 36 e 37.

> [6] É importante não confundir **nomes complementados** e **nomes modificados.** Por exemplo, os grupos nominais *tio da criança*, *autor do livro*, *colaborador do projeto* e *decisão do Pedro de emigrar* são todos constituídos por nomes complementados. Diversamente, *tio de Lisboa*, *tio por afinidade*, *autor de grande categoria*, *colaborador de longa data* e *decisão de última hora* são grupos nominais constituídos por nomes modificados (cf. 21.2.4, adiante). Note-se, por exemplo, que no grupo nominal *tio de Lisboa*, a expressão sublinhada não refere uma entidade que mantenha com outra a relação expressa pelo nome *tio*, antes denota uma propriedade do indivíduo descrito por meio desse nome.

21.2.2 Nomes contáveis e nomes não contáveis

Um dos principais factos linguísticos que mostram que a língua portuguesa é sensível a uma distinção entre entidades contáveis e não contáveis, justificando a consideração, na gramática, das subclasses dos **nomes contáveis** e dos **nomes não contáveis**, consiste na seleção de diferentes quantificadores. A este respeito, tomem-se, por exemplo, o nome contável *país* e o nome não contável *ar* e compare-se a estranheza ou anomalia de sintagmas nominais como *pouco país* e *poucos ares* com a absoluta normalidade de *poucos países* e *pouco ar*.

Caso se opte pela perspetiva unificadora de que todos os nomes comuns denotam conjuntos de entidades[13], é óbvio que os nomes contáveis e não contáveis não podem denotar conjuntos com o mesmo tipo de composição. Por exemplo, poder-se-á dizer que um nome não contável como *água* identifica o conjunto que contém como único membro a "substância" água, ainda que repartida por múltiplas porções e quantidades – nos mares, nos rios, nos lagos, em garrafas, em copos, etc. –, tal como outros nomes remetem para substâncias como o ar, o ouro ou o carvão. Alternativamente, e de uma forma mais elaborada, pode-se ainda considerar que o nome *água* denota um conjunto mais amplo que contém não só a totalidade da substância, mas também todas as suas quantidades possíveis (tendo em vista, por exemplo, no caso da água, a interpretação de frases como *parte da água evaporou-se* ou *há muita água nos depósitos*). Note-se, porém, que este último conjunto, com mais membros do que o que contém apenas a substância, difere crucialmente dos conjuntos identificados pelos nomes contáveis pelo facto de as porções de substâncias não formarem conjuntos "contáveis", pelo menos no plano percetivo (ou intuitivo) que as línguas refletem. Dentro da categoria dos nomes não contáveis, os que são associados a substâncias pertencem à subcategoria dos **nomes não contáveis massivos** (geralmente chamados apenas **nomes massivos**).

Há também **nomes não contáveis não massivos**, que se podem conceber como identificando conjuntos singulares (isto é, com um só membro) de entidades já acima referidas, como valores, qualidades, áreas do conhecimento, artes, etc. São

[13] Trata-se de uma opção que não se situa no âmbito da gramática, mas antes no da Teoria dos Modelos aplicada à semântica. Há múltiplas soluções possíveis, que só no quadro de uma engenharia articulada de múltiplos aspetos da linguagem podem ser avaliadas.

exemplos nomes como *amor*, *beleza*, *bondade*, *democracia*, *ecologia*, *esperteza*, *honestidade*, *justiça*, *liberdade* ou *música* (por vezes, escritos com maiúscula). Estes nomes não devem ser confundidos com as suas formas homónimas pluralizáveis, que são contáveis, como em *várias <u>belezas</u> desta região*, *algumas <u>democracias</u> deste continente*, *muitas das <u>liberdades</u> reconquistadas* ou *todas as <u>músicas</u> que a banda tocou* (cf. Cap. 25). Ilustram-se algumas ocorrências em que emerge o valor relevante:

(6) a. A *beleza* é um ideal inatingível.
b. Espero que a *democracia* vença.
c. A *liberdade* é um bem inestimável.
d. A *música* é uma fonte de imenso prazer.

Com o valor em causa, estes nomes podem ser classificados como **nomes não contáveis não massivos não medíveis**. Distinguem-se dos **nomes não contáveis massivos** (e *ipso facto* **medíveis**), que são os de todas as substâncias (*água*, *ar*, *lã*, etc.) e dos **nomes não contáveis não massivos medíveis** (como os que ocorrem nos sintagmas nominais em itálico das frases seguintes)[14]:

(7) a. Este lugar impressiona pel*a sua grande beleza*.
b. Os jovens de hoje gozam de *imensa liberdade*.
c. Eu oiço *muita música*.
d. Hoje está *bastante calor*.

21.2.3 Nomes individuais e coletivos, totais e fragmentadores

Os processos cognitivos e gramaticais que levam ao estabelecimento das classes dos nomes coletivos e dos nomes fragmentadores justificam que, numa primeira subsecção, a sua apresentação e caracterização seja feita de forma conjunta. Nas duas subsecções subsequentes, a seleção de complementos é tratada em separado para cada uma das categorias.

21.2.3.1 Propriedades dos nomes coletivos e dos nomes fragmentadores

Os nomes coletivos e fragmentadores, semanticamente mais marcados em relação aos individuais e totais, têm um comportamento gramatical próprio, sobretudo pelo facto de, como se viu em 21.2.1, serem geralmente nomes dependentes de um complemento que identifica a entidade primária sobre que opera o agrupamento ou a fragmentação.

Aos nomes coletivos que não aceitam complementos ou que deles não necessitam para terem pleno valor denotativo, chamamos **nomes coletivos autónomos**. Os que requerem complementos recebem a designação de **nomes coletivos dependentes** (ou **nomes agrupadores**). Da aplicação de um complemento a um nome coletivo dependente resulta um **nome coletivo complementado**.

São exemplos de **nomes coletivos dependentes** os nomes *aglomerado*, *coleção*, *conjunto*, *feixe*, *grupo*, *molho*, *monte*, *ramo*, *sequência* ou *série*, que, se não lhes for acrescentado um complemento adequado que designe entidades primárias ou seus fragmentos (como em *aglomerado de casas*, *coleção de quadros*, *conjunto de proble-*

[14] Note-se que, no caso de nomes como *beleza*, *liberdade* e *música*, estamos a admitir que um mesmo nome pode apresentar subtis diferenças de valor.

mas, *grupo de amigos*, *monte de livros* ou *ramo de flores*), só excecionalmente poderão denotar um conjunto concreto de objetos. As exceções verificam-se, por exemplo, numa frase como *todas as coleções são trabalhosas* ou, em terminologia matemática (que tem um estatuto particular no quadro de uma língua natural), em frases como *nem todos os conjuntos têm membros* ou *as sucessões são objetos matemáticos*. Ocorrem ainda quando a entidade coletiva pode ser identificada no contexto situacional, como na frase *esta coleção é fabulosa*, produzida numa situação que lhe dê sentido.

São exemplos de **nomes coletivos autónomos** nomes como *biblioteca*, *hemeroteca*, *ludoteca*, *pinacoteca*, *videoteca* (na aceção destes termos em que designam uma coleção dos objetos relevantes e não o edifício que a alberga), *bagagem*, *cáfila*, *cardume*, *enxoval*, *esquadra* (designando ou um conjunto de navios ou um grupo de soldados comandado por um cabo), *esquadrilha* (designando um grupo de navios ou de aviões de guerra), *frota*, *guarda-roupa* (designando um conjunto de peças de roupa), *loiça*, *matilha*, *multidão* ou *roupa*. Note-se, por exemplo, que não se dirá *biblioteca de livros* nem *esquadra de navios*. Observe-se, no entanto, que é corrente usarem-se, sem que se considerem pleonasmos, expressões com nomes coletivos autónomos com complemento (como *matilha de cães*, *cáfila de camelos* ou *cardume de peixes*) e mesmo nomes como *biblioteca* ou *frota* aceitam complementos quando contêm modificadores: *uma biblioteca de livros raros*, *uma frota de navios mercantes*. Outros nomes coletivos podem funcionar como autónomos, mas facilmente surgem com complementos: *alcateia* (*de lobos*), *casal* (*de pombos*, *de namorados*), *comissão* (*de moradores*), *comunidade* (*de emigrantes*), *conselho* (*de peritos*), *equipa* (*de jogadores de basquetebol*), *família* (*de chimpanzés*).

No que respeita aos nomes fragmentadores, parece não existirem genuínos casos de autónomos, apenas se verificando ocorrências excecionais sem complemento quando o contexto permite a interpretação, como nas frases *apanha as migalhas* ou *estas placas estão a estorvar*, ditas em situações apropriadas.

Os complementos de nomes coletivos e fragmentadores são quase sempre nominais, introduzidos pela preposição *de*, mas também podem ser adjetivais[15]. Os complementos nominais de coletivos podem ser nomes ou grupos nominais no singular (como em *acervo de importante documentação* ou *coleção de pintura*), nomes ou grupos nominais no plural (como em *coleção de selos* ou *grupo de estudantes estrangeiros*) ou sintagmas nominais no plural (como em *coleção das mais raras edições de Shakespeare* ou *grupo de mais de mil pessoas*). Exemplos de nomes coletivos com complementos adjetivais são *agrupamento escolar*, *assembleia estudantil*, *complexo fabril*, *consórcio empresarial* ou *equipa médica*. No caso dos fragmentadores, os complementos podem ser grupos nominais ou sintagmas nominais no singular, como, respetivamente, em *pedaço de bolo de chocolate* e *pedaço deste bolo*, ou também adjetivos, como em *fragmento textual* ou *parcela territorial*.

Uma característica importante dos nomes coletivos e fragmentadores é a de imporem fortes restrições sobre os nomes ou estruturas nominais que admitem nos seus complementos, operando como verdadeiros classificadores da realidade. Por exemplo, em relação aos coletivos, temos *feixe de raios* ou *ramo de flores*, mas

[15] Telmo Móia (c.p.) observou que alguns complementos de coletivos podem ser adjetivais (à semelhança do que acontece com nomes relacionais não coletivos, como em *capital portuguesa* ou em *treinador benfiquista*).

não podemos ter **feixe de flores* ou **ramo de raios*, e, em relação aos fragmentadores, temos *fatia de pão* ou *torrão de açúcar*, mas não podemos ter *fatia de açúcar* ou *torrão de pão* (salvo, em qualquer dos casos, situações excecionais que poderiam dar sentido, eventualmente humorístico, às expressões consideradas anómalas).

Um outro fator gramatical distintivo dos nomes coletivos consiste na ambiguidade que originam em determinados contextos. Compare-se, por exemplo, a interpretação de uma frase como *o diretor reuniu todos os estudantes* (em que o núcleo nominal do complemento direto é um nome individual), a qual remete preferencialmente para uma única reunião e exclui a possibilidade de uma reunião do diretor com cada estudante, com as duas interpretações disponíveis para uma frase como *o diretor reuniu todas as turmas*: uma em que há uma reunião para cada turma e outra em que as turmas se reúnem em conjunto.

21.2.3.2 Seleção de complementos de nomes coletivos

O Quadro 1 apresenta, de forma não exaustiva, nomes agrupadores (i.e., coletivos dependentes) com exemplos de complementos que admitem.

aglomerado, fila	casas, estudantes
amontoado	casas, livros, problemas
braçada, ramo	flores
cacho[16]	bananas, uvas
carrada	incompetentes, problemas, pulgas
coleção	dados, documentos, factos, livros
combinação	cores, ideias, materiais, substâncias
complexo	dados, edifícios, factos, ideias, problemas, sentimentos, vitaminas
compósito, composto	materiais, substâncias
conjunto, grupo, série, sucessão,	acontecimentos, números, pessoas, problemas
correnteza	casas
equipa	estudantes, jogadores, médicos
feixe	espigas, nervos, raios
maço	cartas, cigarros, folhas, notas
magote	estudantes, pessoas
mão-cheia, monte	brinquedos, ideias, pessoas, problemas
molho	couves, flores, nabos
pilha	documentos, livros, papéis
resma	folhas A4
réstia	alhos, cebolas
rima	livros
sequência	acontecimentos, dados, factos, livros, números

Quadro 1 – Exemplos de nomes agrupadores e seus complementos

[16] A denotação de alguns nomes agrupadores, como *cacho* e *réstia*, tem a ver com um agrupamento de entidades primárias (p.e., bananas ou uvas no primeiro caso e cebolas ou alhos no segundo), mas envolve também uma entidade que não é apenas o agrupamento, uma vez que possui elementos estruturais próprios que lhe conferem o estatuto ontológico de entidade primária. Na verdade, um conjunto de bagos de uvas soltas não constitui por si só um cacho de uvas e um conjunto de cebolas soltas, sem liames aglutinadores, não constitui uma réstia de cebolas.

21.2.3.3 Seleção de complementos de nomes fragmentadores

Distinguem-se duas classes de **nomes fragmentadores**, em função do tipo de nomes que aceitam como complemento:

(i) **nomes fragmentadores de nomes massivos ou afins**, que se aplicam tipicamente a grupos nominais que remetem para substâncias (como a água ou o ouro) ou a grupos nominais singulares identificadores de entidades como frutos ou plantas (os quais não se podem considerar propriamente "massivos"); em qualquer dos casos, designam, conjuntamente com a estrutura nominal a que se aplicam, um conjunto de **fragmentos** (ou **partes**, ou **parcelas**) da substância ou entidade identificada, como em *bloco de gelo*, *rodela de ananás dos Açores* ou *talhada de melão* (cf. Quadro 2); estes fragmentos são em geral delimitados em termos de forma ou de dimensão e não em termos de quantidade, que se exprime através de meios próprios (cf. 21.3.3).

amontoado, magote	[COLETIVO – gente][17]
barra	chocolate, ferro, madeira, ouro, sabão
barrote, farpa, régua, ripa	madeira
bloco	cimento, gelo, pedra
carrada, monte	areia, cimento, lenha, madeira, pedra, pó, sal
corte, peça	fazenda, seda, tecido
dose	champô, detergente, pato assado, xarope
fardo	feno, palha
fatia	ananás, bolo, carne, pão, pudim, queijo
fragmento	madeira, osso, papiro, texto
gota	água, óleo, verniz
lasca	bacalhau, madeira
lingote	ouro
massa	água, ar, lava
meada, novelo	lã, linho
migalha	bolo, pão
mole	água, gelo, lama, lava
molho	lenha, palha
naco	carne, pão, prosa
parcela	terreno
pau	canela, giz
pedaço	carne, corda, ferro, madeira, pão, queijo, tecido, terreno
pedra	cal, gelo, sal
pilha	lenha, madeira, papel
pingo	água, óleo, solda, verniz
placa	cimento, madeira, metal
porção	carne, corda, dinheiro, leite, madeira, pão, queijo, tecido, terreno
posta	peixe
prancha	madeira, plástico
rodela	ananás, banana, chouriço, limão, pepino

[17] A inclusão desta linha no quadro significa que se está a considerar que expressões como *amontoado de gente* ou *magote de gente* podem ser entendidas como envolvendo uma operação de fragmentação em relação a um coletivo relativamente amorfo dado pelo nome *gente*, em vez de uma operação de agrupamento associada ao conceito básico de pessoa.

rolo	corda, cordel, fio
talhada	melancia, melão
tira	pano, papel
torrão	açúcar, areia

Quadro 2 – Exemplos de nomes fragmentadores que aceitam complementos de caráter massivo ou afim

Não incluímos no Quadro 2 nomes que, embora tendo algumas características de fragmentadores, constituem casos particulares. Trata-se de nomes como *bago* (combinável, por exemplo, com *arroz* ou *uva*), *gomo* (combinável, por exemplo, com *laranja* ou *tangerina*) ou *grão* (combinável, por exemplo, com *areia* ou *poeira*). Quando combinados com o complemento adequado, estes nomes designam entidades que não resultam de um processo de fragmentação de uma entidade primária em partes arbitrariamente delimitadas, mas antes em partes que podem ser identificadas de forma autónoma, como elementos de uma estrutura. Por exemplo, para a perceção comum – que é a que as línguas refletem –, o arroz consiste sempre num amontoado de bagos independentes, assim como a areia é percecionada como um agregado de grãos autónomos. Este tipo de perceção não é comparável com o que temos, por exemplo, da água, que obviamente não é vista como um agregado de gotas separadas umas das outras, ou do ouro, que é percecionado como um aglutinado, independentemente dos fragmentos que o constituem quando reduzido a pó.

(ii) **nomes fragmentadores de nomes contáveis**, que se aplicam tipicamente a sintagmas nominais que têm como núcleo um nome contável; podem designar quer **fragmentos** (ou **partes**) das entidades identificadas pelo nome, como em *centro da cidade*, *parte superior da parede* ou *topo da montanha*, quer componentes de entidades coletivas, como em *elemento do grupo* ou *subestrutura da ponte* (cf. Quadro 3).

base, topo	construção, hierarquia, montanha, móvel
centro	mesa, problema, sala
cimo	montanha, rua
começo, fase inicial, fase final, fim, parte inicial, parte final, primeira parte, última parte	NOMES COM VALOR ESPACIAL OU TEMPORAL, COMO fila, leitura, lista, rua, século, sessão
componente, constituinte, elemento, subestrutura	NOMES DE ENTIDADES COM ESTRUTURA (FÍSICA, QUÍMICA, CONCEPTUAL OU OUTRA), COMO edifício, frase, paisagem, plano, ponte, proposta
elemento, membro	NOMES COLETIVOS, COMO conjunto, grupo, série
extremidade	fila, fio, mesa, pau
fundo	lago, mar, questão, rua, tacho, túnel
parte direita, parte esquerda	cidade, construção, continente, corpo, fila, lago, mesa, montanha, móvel, nariz, país, região, rua, sala, túnel
parte de cima, parte inferior	construção, corpo, montanha, móvel, rua
periferia	cidade, região
ponta	alfinete, dedo, espada, nariz, pé
recanto	casa, jardim, sala
região, zona	continente, cidade, país
superfície	lago, mar, mesa

Quadro 3 – Exemplos de nomes fragmentadores que aceitam complementos contáveis

O conceito de **estrutura** é ainda mais importante para se entender a função dos nomes fragmentadores de nomes contáveis, uma vez que nos objetos designados por nomes contáveis é evidente a diferença entre dois tipos de **partes**: as **partes estruturais** (no caso de uma mesa, são-no, por exemplo, o tampo e as pernas) e as **partes materiais** (ainda no caso de uma mesa, a parte formada por uma secção do tampo e uma perna não constitui uma parte estrutural, mas antes uma parte material, embora possa ser referida autonomamente, por exemplo numa frase como *uma parte da mesa está iluminada*; cf. Peres e Branco 1990).

Em geral, as partes estruturais dos objetos são designadas por nomes mais ou menos exclusivos, isto é, com significado próprio, embora com alguma variação em função do outro nome com que se combinam; são exemplos *alçado*, *assento*, *capa* (de um livro), *carroçaria*, *fachada*, *gume*, *lombada*, *pega*, *perna*, *rosto* (p.e., de um livro ou de uma moeda) ou *tampo*. Porém, em muitos casos, as partes estruturais de um objeto podem ser designadas por nomes de valor semântico vago, inteiramente dependente do nome complemento, como é o caso de *base*, *centro*, *cimo*, *começo*, *fundo*, *ponta* ou *superfície*. Com este tipo de nomes, aliás, nem sempre é claro se são designadas partes estruturais ou meras partes materiais, tudo dependendo de estarem acessíveis no contexto de informação e serem relevantes as coordenadas que determinam uma dada estrutura (pense-se em exemplos como *começo do ano* ou *topo da mesa*). Com nomes fragmentadores como *componente*, *constituinte*, *elemento*, *membro* – este combinável apenas com nomes coletivos – ou *subestrutura*, é manifestamente de partes estruturais que se trata sempre. O Quadro 3 apresenta vários exemplos de nomes fragmentadores de contáveis.

É de assinalar que o Quadro 3 integra expressões nominais como *parte de cima*, *parte direita* ou *parte inferior*, mas não o nome *parte* apenas, sem um modificador. Tal se deve ao facto semântico de este nome, quando não modificado, exprimir predominantemente um valor de quantidade, fazendo a parte contrastar com o todo. Não é assim quando ocorrem modificadores de *parte*, que levam a que o valor da expressão não seja sobretudo quantitativo, mas antes identificativo (ou delimitativo) de uma entidade secundária (comparem-se, p.e., o valor quantitativo em *parte do móvel* e qualitativo em *parte superior do móvel*). Assim sendo, uma expressão nominal como *parte* será tratada no âmbito da quantificação, na secção 21.5.

Alguns dos nomes fragmentadores típicos de nomes massivos podem aplicar-se a sintagmas nominais de natureza contável, portanto não massivos. São exemplos *fatia*, *fragmento* e *parcela*, como em: *fatia deste bolo*, *fragmento de um documento*, *parcela de uma herança*, *parcela dos bens*. Nestes casos, a entidade primária sobre que opera a fragmentação é uma entidade individualizada.

Como se pode verificar nos quadros precedentes, alguns nomes ocorrem como fragmentadores e como agrupadores. São eles *amontoado*, *magote*, *molho*, *monte* e *pilha*, a que possivelmente outros se podem juntar. A diferença de valor semântico envolvida nas diferentes aplicações, dependente, respetivamente, do caráter massivo ou contável do nome identificador da entidade primária, está patente em contrastes como os seguintes (em (8a) o nome *carrada* é fragmentador e em (8b) é agrupador):

(8) a. A – Vou transportar uma carrada de cimento.
B1 –*Quantos é que podes transportar?
B2 – Quanto é que podes transportar?

b. A – Vou transportar uma carrada de livros.
B1 – Quantos é que podes transportar?
B2 –*Quanto é que podes transportar?

21.2.4 Modificação e coordenação de nomes comuns

O número de conjuntos de entidades que as línguas necessitam de representar é tão vasto que elas não dispõem de um nome comum para cada uma. Numa estratégia de grande economia, o que todas as línguas fazem é usar processos de formação de expressões complexas a partir de um número limitado de nomes comuns, atribuindo a essas expressões uma denotação do mesmo tipo da do nome que lhes serve de base, mas diferente dela. São dois esses processos de formação de expressões nominais: (i) a **modificação** (**nominal**), que, a partir de nomes básicos (autónomos ou dependentes – cf. 21.2.1), forma **nomes modificados** (cf. também os Caps. 27 e 39); e (ii) a **coordenação** (nominal), que, a partir de nomes básicos (autónomos ou dependentes), forma **nomes coordenados** (cf. também o Cap. 35).

O processo de **modificação nominal** é realizado por sintagmas adjetivais, sintagmas preposicionais, orações relativas, estruturas participiais e gerundivas. Dado o nome *livro*, estas várias possibilidades são ilustradas, respetivamente, pelos grupos nominais *livro azul*, *livro de arte*, *livro que me ofereceram*, *livro publicado este ano* e *livro contendo gravuras*.

Quanto à **coordenação nominal**, resulta da aplicação de operadores copulativos ou disjuntivos. Por exemplo, partindo do nome *poeta* e do nome *pintor*, obtém-se por **coordenação nominal copulativa** o nome coordenado *poeta e pintor* e, por **coordenação nominal disjuntiva**, o nome coordenado *poeta ou pintor.* No Quadro 4 encontram-se exemplos de nomes básicos (autónomos e complementados), seguidos de exemplos de nomes modificados e nomes coordenados.

NOMES AUTÓNOMOS	água biblioteca paz pintor poeta
NOMES DEPENDENTES COMPLEMENTADOS	amigo do Paulo encontro do Pedro com a Ana gota de água irmão da Ana monte de livros sócio da firma
NOMES (AUTÓNOMOS E DEPENDENTES) MODIFICADOS	água potável amigo do Paulo do Porto enorme monte de livros irmão da Ana que emigrou pintor de renome pintor impressionista pintor procurando um estúdio pintor que se tornou famoso recente encontro do Pedro com a Ana
NOMES (AUTÓNOMOS E DEPENDENTES) COORDENADOS	amigo do Paulo e irmão da Ana poeta e pintor poetas ou pintores

Quadro 4 – Nomes autónomos e nomes dependentes, nomes modificados e nomes coordenados

Do ponto de vista semântico, os nomes modificados denotam, como os nomes que lhes servem de base, um conjunto de entidades. Este conjunto mantém com o conjunto denotado pelo nome básico uma relação que depende do tipo semântico do modificador. Alguns exemplos permitem ver as diferenças relevantes:

(9) a. médicos portugueses
b. médicos competentes
c. supostos médicos
d. falsos médicos

O nome modificado *médicos portugueses* denota um conjunto de indivíduos que são simultaneamente médicos e portugueses, podendo por isso dizer-se que denota a interseção do conjunto dos médicos e do conjunto dos portugueses, isto é, o conjunto dos indivíduos que pertencem tanto à denotação de *médicos* como à denotação de *portugueses* (que inclui castelos, hotéis, barcos, vinhos, etc.). Teríamos o mesmo tipo de interpretação com adjetivos como *moreno*, *redondo* ou *vermelho*, a que Keenan e Faltz (1980) chamaram "adjetivos intersetivos"[18].

No segundo exemplo, *médicos competentes*, já não se pode afirmar que o conjunto de entidades que a expressão identifica seja a interseção da denotação de *médicos* e da denotação de *competentes*, uma vez que não faz linguisticamente sentido considerar o conjunto dos competentes, dado que os indivíduos que são competentes num domínio podem ser incompetentes noutro (por exemplo, um médico competente pode ser um pai ou um automobilista incompetente). Neste caso, a denotação do adjetivo não intersetivo *competente* tem de ser considerada como um operador (matematicamente, uma função) que, aplicado à denotação de um nome, dá um subconjunto dessa denotação; no caso de *médicos competentes*, esta expressão denota o subconjunto do conjunto total dos médicos que têm a propriedade de ser competentes enquanto médicos (não competentes em absoluto). Nesta classe de adjetivos incluem-se, p.e., *amador*, *exímio*, *famoso*, *habilidoso*, *persistente* ou *profissional*.

Para o terceiro exemplo, *supostos médicos*, imagine-se uma situação confusa em que alguns feridos de um acidente são de imediato socorridos por duas pessoas que se supõe serem médicos, mas sem certeza absoluta de que o sejam. Estamos perante outro adjetivo não intersetivo, uma vez que não tem pertinência semântica o conjunto das "entidades supostas", tal como não fazia o das "entidades competentes". Todavia, este caso apresenta a diferença interessante de que os supostos médicos podem de facto não ser médicos, mas enfermeiros, por exemplo, ou simples curiosos prestáveis. Na verdade, a expressão *supostos médicos* identifica um conjunto de indivíduos que podem ou não pertencer ao conjunto dos médicos. À classe de *suposto* pertencem, p.e., *alegado*, *hipotético* ou *presumível*. Note-se que, em português, estes adjetivos (com exceção, em relação aos exemplos dados, de *hipotético*) só podem ocorrer antes do nome.

[18] Por razões de simplificação, não se mencionam aqui todas as classes reconhecidas por Keenan e Faltz (1980). Em Móia (1992), encontra-se uma aplicação ao português da tipologia semântica de adjetivos baseada nestes autores, com apoio em testes distintivos das diferentes classes, formulados em língua natural, a partir dos que Åqvist (1981) criou numa linguagem lógica.

Quanto a *falsos médicos*, estamos perante uma expressão que denota um conjunto de indivíduos que não são médicos (mas que se fazem passar por tal). No exemplo anterior, ainda existia a possibilidade de os indivíduos em causa, referidos como *supostos médicos*, pertencerem de facto ao conjunto dos médicos, mas, neste caso, com *falsos médicos*, a denotação do nome modificado é constituída exclusivamente por indivíduos que não são médicos. Repare-se, no entanto, que o conjunto dos falsos médicos não coincide com o conjunto complementar da denotação de médicos (i.e., com o conjunto dos indivíduos que não são médicos), já que os indivíduos que não são médicos não são todos falsos médicos. De qualquer modo, do ponto de vista do processamento do significado, pode-se considerar que um adjetivo como *falso*, na aceção que estamos a ter em conta, denota uma função que, aplicada à denotação do nome básico, dá um conjunto de indivíduos que não estão na denotação desse nome[19]. Do mesmo tipo semântico são adjetivos como *fictício*, *fingido*, *ilusório* ou *simulado*.

Em síntese, verifica-se que dos quatro tipos de adjetivos apresentados, só os dois primeiros (classes de *português* e *competente*) criam uma denotação que é seguramente parte da denotação do nome não modificado, isto é, que a restringe. Por isso mesmo, tais adjetivos foram chamados **adjetivos restritivos** em Keenan e Faltz (1980). Quanto aos da última classe, do tipo de *falso*, foram chamados **adjetivos antirrestritivos**. Por sua vez, os da classe de *suposto* foram caracterizados, no sistema de traços daqueles autores, com os valores [–RESTRITIVO, –ANTIRRESTRITIVO]. Simplificando, podemos usar a designação **adjetivos não restritivos** para esta classe (com o que, rigorosamente, se quer dizer "adjetivos não restritivos e não antirrestritivos", dado que os antirrestritivos também são não restritivos).

Acentua-se que são **adjetivos intersetivos** apenas os da classe de *português* ou *vermelho*, isto é, os que dão origem a nomes modificados cuja denotação é a interseção das denotações do nome e do adjetivo. Em conformidade, não se podem usar com rigor os qualificativos "intersetivo" e "restritivo" (bem como os conceitos de "interseção" e "restrição") para caracterizar uma classe de modificadores nominais que inclua todos os adjetivos (sobre os adjetivos e as classes que formam, cf. também o Cap. 31).

Na ausência de estudos de referência sobre todo o sistema da modificação, acrescentamos apenas que as chamadas **orações relativas restritivas** (ou "adjetivas") parecem funcionar sempre com valor restritivo, no sentido aqui usado, isto é, delimitando um subconjunto do conjunto denotado pelo nome a que estão aplicadas (cf. Cap. 39). Aponta neste sentido o facto de carecerem de significado, ou, pelo menos, terem um valor muito marcado, nomes modificados por orações relativas com adjetivos predicativos não restritivos (antirrestritivos ou não), como #*médicos que são falsos* (*médicos*) ou #*médicos que são supostos* (*médicos*).

Quanto aos sintagmas preposicionais modificadores, parecem ser raros os casos não restritivos. Exemplos são expressões como *a fingir* (como em *fiz um lago a fingir no presépio*) ou *de fantasia* (como em *pérolas de fantasia*, que não denota pérolas, mas não em *colares de fantasia*, que denota colares).

[19] Note-se que há uma substancial diferença entre a propriedade de ser falso quando aplicada, por exemplo, a médicos e quando aplicada a declarações: falsos médicos não são médicos, mas falsas declarações são declarações (apesar de falsas). Conclui-se, assim, que existe mais de um adjetivo *falso*.

A coordenação copulativa ou disjuntiva de nomes constitui um recurso excecional, possivelmente mais a primeira do que a segunda (cf. Cap. 35). De facto, é preciso forçar um pouco a imaginação para encontrar um bom contexto situacional para um nome coordenado como *médico e cientista*. Mas a possibilidade existe, como na frase *o médico e cientista que acaba de ser homenageado é uma pessoa de muito valor*, onde o nome coordenado (copulativamente) *médico e cientista* denota a interseção das denotações dos nomes coordenados, ou seja, o nome complexo denota o conjunto dos indivíduos que são simultaneamente médicos e cientistas. Para exprimir o mesmo tipo de valor intersetivo, parece ser mais corrente o recurso ao processo de composição de palavras que resulta em nomes como *cardeal-patriarca*, *enfermeira-parteira*, *navio-escola*, *surdo-mudo* ou *trabalhador-estudante* (cf. Cap. 58). A coordenação disjuntiva de nomes parece ser um processo mais produtivo. Alguns exemplos contextualizados:

(10) a. Todos os *médicos ou enfermeiros* devem dirigir-se ao hospital mais próximo.
b. Podem participar no colóquio todos os *professores ou estudantes*.

Na interpretação mais natural destas duas frases, o nome coordenado por disjunção denota a união dos conjuntos denotados pelos nomes básicos (por exemplo, na primeira, o nome coordenado por disjunção *médicos ou enfermeiros* denota o conjunto que contém todos os médicos e todos os enfermeiros existentes no contexto relevante).

21.3 Aspetos gerais da semântica dos sintagmas nominais

O valor semântico de um sintagma nominal depende da sua **constituição interna** e de **fatores externos**. Na presente secção, apresenta-se em 21.3.1 uma caracterização geral dos diversos tipos de sintagmas nominais quanto à forma (**SN determinados**, **SN quantificados** e **SN reduzidos**), em 21.3.2 mostra-se a relação entre alguns aspetos da forma dos sintagmas nominais e a sua interpretação, em 21.3.3 descrevem-se os grandes tipos de valor semântico que lhes podem ser atribuídos (**valor referencial**, **valor quantificacional** e **valor predicativo**) e em 21.3.4 identificam-se de forma genérica as principais variações de interpretação dos sintagmas nominais e os fatores externos que as determinam.

21.3.1 Forma dos sintagmas nominais

Um sintagma nominal lexical[20] obtém-se a partir de um grupo nominal (formado por um nome autónomo ou por um nome dependente complementado, em qualquer dos casos com ou sem modificadores – cf. 21.2.1 e 21.2.4 acima) por um de três processos[21]:

[20] Salvo em alusões de passagem, não se consideram neste capítulo os SN constituídos por nomes próprios (cf. Cap. 26), os SN nulos (cf. Caps. 37, 43 e 44) e os SN pronominais (cf. Caps. 23 e 41).

[21] A distinção entre os processos de determinação e quantificação pressupõe o estabelecimento prévio das classes dos determinantes e dos quantificadores, que nesta Gramática formam conjuntamente a classe dos "especificadores" (cf. Caps. 20 e 22). Como adiante se verá, a fronteira entre as duas classes nem sempre é nítida, no plano semântico.

(i) **determinação**, que consiste na aplicação de um **determinante** (i.e., um artigo definido ou indefinido ou um determinante demonstrativo) a um **grupo nominal**, dando origem a um **sintagma nominal determinado**, como *o livro*, *os livros da Ana*, *este livro*, *estes livros da Ana*, *os dinossauros*, *o ser humano*, *um livro* ou *uns livros da Ana* (cf. 21.4, adiante, e Cap. 22);

(ii) **quantificação**, que consiste na aplicação de um **quantificador** a um **grupo nominal** ou a um **sintagma nominal definido**, dando origem a um **sintagma nominal quantificado**, como *cada livro*, *vinte livros*, *a maioria dos livros* ou *todos os livros*, *alguns amigos da Ana*, *todos os amigos da Ana* ou *todos os amigos da Ana exceto um* (cf. 21.5);

(iii) **passagem de um grupo nominal à categoria de sintagma nominal** (com a correspondente mudança de valor semântico), sem inserção de qualquer outro constituinte[22], dando origem a um **sintagma nominal reduzido**[23], singular ou plural, como os que aparecem em itálico nas frases que se seguem (cf. 21.6):

(11) a. Raras vezes como *carne*.
b. Não aprecio *desportos radicais*.
c. Raramente uso *gravata*.
d. Precisas de *ajuda psicológica*.
e. As crianças gostam de *animais domésticos*.
f. Estou à espera de *familiares da minha mulher*.
g. Só frequento *praias desertas*.

Os três processos de formação de sintagmas nominais encontram-se agrupados nos diagramas das Figuras 1 e 2, adiante, o primeiro relativo a sintagmas nominais com núcleo nominal contável e o segundo a sintagmas nominais com núcleo nominal não contável e medível. As listas de especificadores (determinantes ou quantificadores) são meramente exemplificativas e, por simplificação, contêm apenas formas masculinas.

Impõem-se alguns esclarecimentos sobre a Figura 1. Note-se, antes de mais, que a indicação "(+ QUANTIFICADOR)" na célula I do diagrama dá conta da ocorrência facultativa de um quantificador suplementar a seguir aos especificadores definidos e demonstrativos e antes do grupo nominal (como, p.e., em *os muitos*, *os dez*, *os milhares*, *estas poucas dezenas*, *os numerosos*, *os incontáveis*, *os mais de dois terços* ou *os cerca de 3000*). Verifica-se a mesma possibilidade, com restrições, nos SN definidos internos dos esquemas III, IV e V (*alguns dos muitos*, *a maioria dos mais de mil* ou *uma grande parte dos mais de dois terços*). Como se verá adiante, trata-se de estruturas de alguma complexidade.

[22] Por não ser essencial para a descrição que aqui se pretende fazer, não tomamos posição sobre a questão de, em português, estes SN conterem um determinante nulo. A sua existência foi defendida, por exemplo, em Chierchia (1998) relativamente ao italiano (cf. Cap. 22, Caixa [13]).

[23] Recorde-se que esta expressão corresponde a *bare noun* em inglês. Há uma inversão de perspetiva entre os dois termos: enquanto o termo inglês realça tratar-se de nomes "*bare*" (i.e., 'sem mais nada', 'solitários' na estrutura SN), o termo aqui adotado põe o foco no facto de o SN aparecer desprovido de um elemento que poderia conter (um artigo ou um quantificador). A diferença é relativamente irrelevante (cf. Cap. 20).

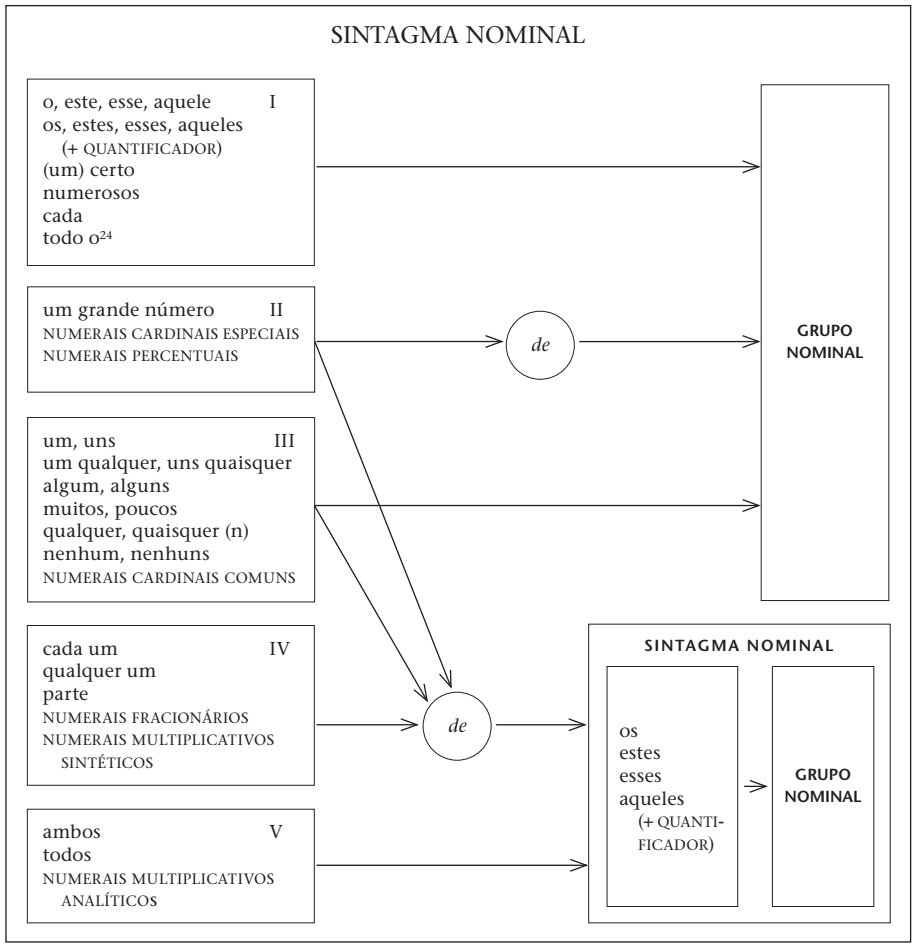


Figura 1 – Constituição interna dos sintagmas nominais com núcleo nominal contável

Em relação aos numerais, que serão descritos em 21.5.2 (cf. também o Cap. 24), importa desde já registar que serão considerados dois subtipos de numerais multiplicativos – o dos "sintéticos" (como *o dobro* ou *o triplo*) e o dos "analíticos" (como *duas vezes* ou *três vezes*) – e que será introduzida uma classe de "numerais percentuais". A inclusão destes últimos na célula II do diagrama justifica-se pelo formato presente em *90% dos estudantes afirmaram gostar de praia* ou em *1% dos inquiridos afirmou não ver televisão* e pelo formato que envolve apenas um grupo nominal precedido de preposição, que se aplica quando estes numerais servem para exprimir a composição de uma entidade complexa por meio de sintagmas nominais coordenados, por exemplo quando ocorrem como argumentos de verbos como *compor* ou *constituir*, como em *a comissão é constituída por 50% de professores e 50% de estudantes*.

Como mostram as Figuras 1 e 2, pode-se dizer, em síntese, que existem quatro vias de formação de um sintagma nominal com especificador, que a seguir se dis-

[24] A presença de uma locução *todo o* neste diagrama, em contraste com o simples quantificador *todo* no seguinte, é explicada no final de 21.5.6.

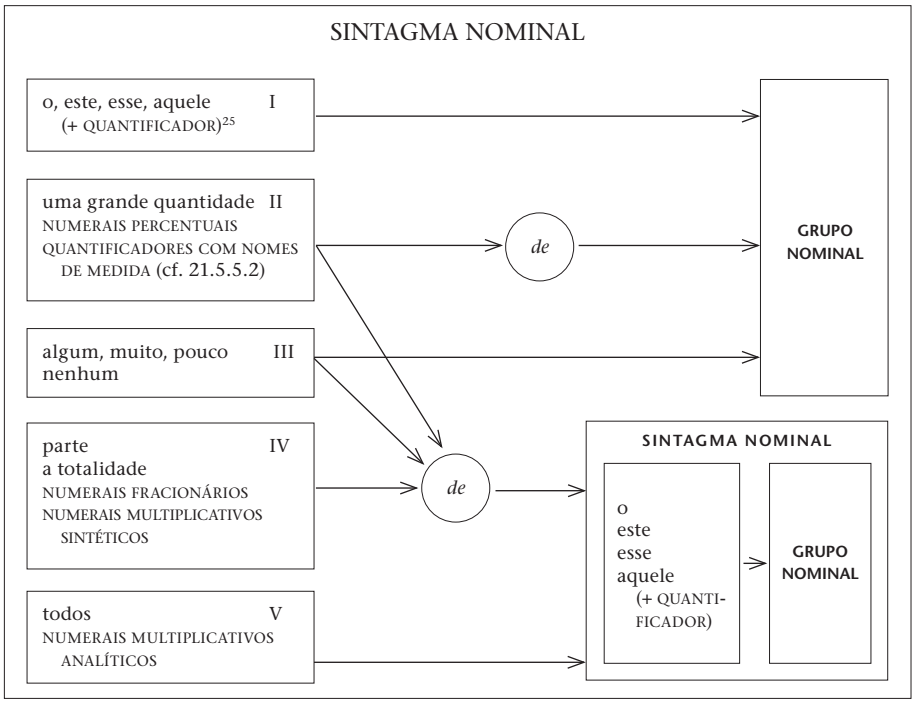


Figura 2 – Constituição interna dos sintagmas nominais com núcleo nominal não contável e medível

criminam e exemplificam. Os exemplos dados para cada uma das vias apresentam núcleos nominais contáveis e não contáveis medíveis:

(i) uma via direta, em que ao especificador se segue apenas o grupo nominal:

– com núcleos contáveis (cf. Figura 1): *cada pessoa*, *toda a criança*, *os livros antigos* (Grupo I); *algumas pessoas*, *cinco livros*, *nenhum dia do mês* (Grupo III);

– com núcleos não contáveis (cf. Figura 2): *a água*, *aquela tinta*, *este calcário* (Grupo I); *algum terreno*, *pouco sal* (Grupo III);

(ii) uma via em que a preposição *de* ocorre a seguir ao especificador, precedendo imediatamente o grupo nominal (nomeadamente, quando o especificador é ele próprio construído a partir de nomes como *monte*, *número* ou *quantidade*, quando é um numeral especial, como *dúzia* ou *centena*, ou nas construções especiais com numerais percentuais já referidas):

– com núcleos contáveis (cf. Figura 1): *um grande número de pessoas*, *duas dúzias de ovos*; *45% de rapazes e 55% de raparigas* (Grupo II);

– com núcleos não contáveis (cf. Figura 2): *uma grande quantidade de arroz*, *dois litros de leite*, *oitenta por cento de prata e vinte por cento de ouro* (Grupo II);

[25] Tal como no caso dos SN com núcleo contável, também em sintagmas nominais com núcleo medível pode ocorrer um elemento de valor quantificacional a seguir aos especificadores definidos e demonstrativos e antes do grupo nominal (p.e., em *a muita água que bebi*, *aquela imensa água desperdiçada*, *a nenhuma poupança conseguida* ou *parte do muito dinheiro recolhido*).

(iii) uma via em que o especificador é aplicado diretamente a um sintagma nominal definido plural:

– com núcleos contáveis (cf. Figura 1): *ambos os noivos*, *todos os ciclistas*, *todos os vinte ciclistas* (Grupo V);

– com núcleos não contáveis (cf. Figura 2): *toda aquela substância* (Grupo V);

(iv) uma via em que a preposição *de* ocorre a seguir ao especificador e a preceder imediatamente um sintagma nominal definido plural:

– com núcleos contáveis (cf. Figura 1): *um grande número dos presentes na sessão* (Grupo II); *alguns dos ciclistas*, *alguns dos vinte ciclistas*, *muitos destes ciclistas* (Grupo III); *cada um dos ciclistas*, *dois terços dos ciclistas* (Grupo IV);

– com núcleos não contáveis (cf. Figura 2): *vinte por cento do vinho produzido* (Grupo II); *alguma da água*, *muita daquela tinta* (Grupo III); *parte deste calcário* (Grupo IV).

Analisa-se agora a possibilidade acima mencionada de os especificadores definidos e demonstrativos serem seguidos de outros (pelo menos, aparentes) especificadores que transmitem informação quantificacional:

(12) a. As *muitas* dificuldades que temos serão vencidas.
b. Os *numerosos* apoios recebidos explicam o sucesso.
c. Os *poucos ou nenhuns* apoios recebidos explicam o insucesso.
d. Estes *dez* edifícios restaurados vão ser ocupados.

(13) a. Qualquer dos teus *muitos* amigos te há de ajudar.
b. Mais de metade dos *cerca de mil* estudantes presentes rejeitou a proposta do Reitor.

Obviamente, nem todas as combinações são possíveis, atuando restrições de sentido. Tais restrições são muito evidentes nos sintagmas do Grupo V (com *ambos* e *todos*):

(14) a. Todos os *dez* edifícios deste lado foram restaurados.
b. ??Todos os *poucos* apoios recebidos foram cruciais.
c. *Ambos os *muitos* advogados expuseram os seus argumentos.[26]

Perante os sintagmas nominais sujeito considerados em (12)-(14), faz sentido admitir que o segundo especificador, de valor exclusivamente quantificacional, envolve uma estrutura de aposição onde faz parte de um sintagma nominal de valor predicativo (cf. 21.3.3). Esta hipótese é consistente com as seguintes paráfrases dos paradigmas (12) e (13), em que a informação quantificacional relevante é dada por um aposto (uma oração relativa explicativa ou outro tipo de aposto):

(15) a. As dificuldades que temos, *que são muitas*, serão vencidas.
b. Os apoios recebidos, *numerosos*, explicam o sucesso.

[26] Note-se que a combinação *ambos os dois* é hoje considerada agramatical, mas era canónica em fases anteriores da língua.

c. Os apoios recebidos, *que foram poucos ou nenhuns*, explicam o insucesso.
d. Estes edifícios restaurados, *num total de dez*, vão ser ocupados.
e. Qualquer dos teus amigos, *que são muitos*, te há de ajudar.
f. Mais de metade dos estudantes presentes, *cerca de mil*, rejeitou a proposta do Reitor.

Um outro facto reforça a ideia de estarmos perante apostos a sintagmas nominais, com a particularidade de ocorrerem entre o especificador (principal, digamos) e o grupo nominal. Trata-se da possibilidade de estes segundos especificadores poderem ocorrer em combinação com adjetivos atributivos ou advérbios cuja presença e valor só fazem sentido em relação com uma estrutura de aposição. Veja-se:

(16) a. As *previsivelmente muitas* dificuldades que teremos serão vencidas.
b. Os *inesperados numerosos* apoios recebidos explicam o sucesso.
c. Os *surpreendentemente poucos ou nenhuns* apoios recebidos explicam o insucesso.
d. Mais de metade dos *seguramente mais de mil* estudantes presentes rejeitou a proposta do Reitor.[27]

[7] Com estruturas de quantificação de medição (cf. 21.5.5), a análise em termos de aposição que defendemos não tem uma aplicação evidente[28]. Vejam-se os dados seguintes:

(i) a. Os cinco metros de tecido que a Rita comprou não chegaram para o cortinado.
b. ?Os metros de tecido que a Rita comprou, *que foram cinco*, não chegaram para o cortinado.
c. O tecido que a Rita comprou, *que foram cinco metros*, não chegou para o cortinado.

Note-se que (ia) não parece ser adequadamente parafraseada por (ib), mas antes por algo como (ic). Estes factos estão de acordo com o modo como adiante trataremos os quantificadores de medição (considerando, por exemplo, que *cinco metros* é um quantificador) e revelam que estamos em presença de uma relação entre a semântica e a sintaxe diferente da que temos em exemplos como (12)-(14).

Observemos agora a construção quando o segundo especificador é um numeral fracionário ou percentual:

(17) a. *Os <u>mais de dois terços</u> de sócios do clube que rejeitaram a proposta da direção* constituem um argumento de peso.
b. *Os <u>49%</u> de eleitores que defendem a regionalização* não são suficientes para a vitória num referendo.

Repare-se que, na primeira frase, o grupo nominal *sócios do clube que rejeitaram a proposta da direção* não define o domínio de quantificação sobre que atua o quantificador fracionário *mais de dois terços*. De modo idêntico, na segunda frase, o grupo

[27] Outros adjetivos que funcionam bem neste tipo de contexto são, por exemplo, *anunciados*, *assustadores*, *dececionantes*, (*im*)*previsíveis*, *inacreditáveis* ou *surpreendentes*. Outros exemplos de advérbios: *alegadamente*, *certamente*, *comprovadamente*, *inesperadamente* e *possivelmente*.
[28] Esta observação deve-se a Telmo Móia (c.p.).

nominal *eleitores que defendem a regionalização* não define a base para o cálculo do valor percentual. Prova disso é o facto de as frases seguintes serem boas paráfrases de (17a,b):

(18) a. Os sócios do clube que rejeitaram a proposta da direção, *que são mais de dois terços* (*dos sócios do clube*), constituem um argumento de peso.
b. Os eleitores que defendem a regionalização, *que são 49%* ({*do eleitorado/dos eleitores*}), não são suficientes para a vitória num referendo.

Estes dados mostram que, no primeiro caso, o domínio de quantificação do quantificador *mais de dois terços* é dado pelo grupo nominal *sócios do clube* (e não pelo grupo nominal *sócios do clube que rejeitaram a proposta da direção*) e que, no segundo caso, o domínio a que se aplica o quantificador percentual *49%* é dado ou por *eleitorado* ou por *eleitores* (e não pelo grupo nominal *eleitores que defendem a regionalização*). Verifica-se, portanto, que estamos perante um interessante caso em que a interpretação semântica requer que sejam recuperados constituintes que a sintaxe suprime.

> [8] Note-se que só é relevante distinguir entre os domínios de quantificação dados pelo nome simples e pelo nome modificado quando o segundo especificador não exprime um valor absoluto (como faz, p.e., um numeral cardinal, como *mil*), mas sim um valor relativo (como faz, p.e., um numeral fracionário ou percentual)[29]. Assim, num caso como o de (12d) – *estes dez edifícios restaurados vão ser ocupados* –, é indiferente tomar-se como domínio de quantificação de *dez* a denotação do nome simples *edifícios* ou a do nome modificado *edifícios restaurados*, visto que dez edifícios restaurados serão sempre dez edifícios. Muito diferente é o que se passa com as frases de (17), dado que, por exemplo, o valor do quantificador *49%* aplicado à denotação de *eleitores* não tem necessariamente de dar o mesmo resultado quando aplicado à denotação de *eleitores que defendem a regionalização*.

A concluir esta subsecção sobre a forma dos sintagmas nominais, importa referir que, por coordenação, é possível obter combinações dos vários tipos de sintagmas nominais aqui apresentados, a que atribuímos a designação de **sintagmas nominais mistos**[30]. Eis alguns exemplos:

(19) a. o Pedro e todos os seus irmãos
b. alguns rapazes e todas as raparigas
c. estudantes e uma dezena de professores
d. peixe e muito pouca carne

21.3.2 Forma dos sintagmas nominais e relação com o contexto

A diversidade sintática dos sintagmas nominais – resultante quer da diferenciação entre sintagmas nominais determinados, quantificados e reduzidos quer dos processos de formação esquematizados nas figuras anteriores – coloca a questão de se saber se a cada forma possível (não considerando agora a possibilidade de ocorrência de especificadores em sequência, como em *os muitos* ou *os cinco*, de que tratámos no final

[29] Sobre a distinção entre valores de quantificação absolutos e relativos, ver 21.5.4.2 e 21.5.5.3.
[30] Esta designação deve-se a Telmo Móia (c.p.). A semântica de alguns destes sintagmas é amplamente discutida em Westerståhl (1986) e em Keenan e Stavi (1986).

da subsecção precedente) corresponde um diferente tipo de valor semântico. No que respeita à ausência ou presença de especificador e aos diferentes tipos de especificador, veremos adiante (em 21.3.3, 21.4, 21.5 e 21.6) que não se pode estabelecer uma correspondência fixa (i.e., biunívoca) entre estas variações e os grandes tipos de valor semântico dos sintagmas nominais. Diversamente, o que se verifica é que cada um dos tipos de sintagma nominal em causa pode acumular diferentes valores e variar na predominância de um ou outro. Já no que respeita à diferença entre a formação de sintagmas nominais por aplicação direta do especificador a um grupo nominal e por aplicação a um sintagma nominal definido plural, precedido da preposição *de* – cf. 21.3.1 –, parece possível estabelecer uma correspondência forte entre estes formatos sintáticos e possibilidades de interpretação. Vejam-se os seguintes dados:

(20) a. As crianças estão doentes.
b. As crianças são muito sensíveis ao calor.

A frase (20a) será normalmente produzida num contexto em que se conhece um dado conjunto de crianças e acerca dele se pretende dizer que estão todas doentes (com alguma possível exceção, permitida pelo simples uso do determinante *as*, sem o quantificador *todas* a reforçar). Em (20b), porém, o mesmo exato sintagma nominal *as crianças* tanto pode ter esta mesma interpretação, remetendo para um conjunto localizado de crianças, como pode referir genericamente (i.e., admitindo exceções) as crianças de qualquer lugar ou tempo[31]. A variação tem obviamente a ver com os predicados usados: *estar doente* é um predicado que denota uma situação episódica, ao passo que *ser muito sensível ao calor* (tal como *ser doente*) tipicamente denota uma propriedade não episódica (cf. Cap. 17). Vejam-se agora os seguintes pares:

(21) a. Algumas crianças estão doentes.
b. Algumas das crianças estão doentes.

(22) a. Algumas crianças são muito sensíveis ao calor.
b. Algumas das crianças são muito sensíveis ao calor.

Em (21), com um predicado do tipo *estar doente*, os dois formatos de sintagma nominal quantificado receberão normalmente a mesma interpretação, relativa a crianças localizadas contextualmente. Porém, com o predicado *ser muito sensível ao calor*, o primeiro formato, de (22a), origina preferencialmente uma interpretação não condicionada pelo contexto, em que se diz que, independentemente de um intervalo de tempo ou de uma situação concreta, é verdade, em geral, que algumas crianças são muito sensíveis ao calor, embora esteja também disponível a leitura contextual (p.e., numa situação em que uma educadora de infância fala acerca das "suas" crianças, podendo continuar o discurso com "*principalmente a Rita, o Pedro e a Sara*"). Quanto ao segundo formato, de (22b), origina exclusivamente uma interpretação dependente do contexto, portanto relativa a um conjunto localizado de crianças. Parece, pois, poder-se concluir que o formato indireto (preposicionado) de sintagma nominal, patente em (21b) e (22b), induz sempre interpretações dependentes do contexto, qualquer que seja o tipo de predicado. Este formato é por vezes

[31] Trata-se aqui da oposição entre o "valor particular" e o "valor genérico" de um sintagma nominal definido, de que falaremos em 21.4.2.2.

designado **construção partitiva** (especificador + preposição *de* + sintagma nominal definido plural), dado que envolve sempre a determinação de uma parte de um conjunto que se assume ser previamente conhecido.

Nos casos em que a via indireta não admite preposição, verifica-se o seguinte: quando o primeiro especificador é *ambos*, a interpretação é sempre contextual (*ambas as crianças gostam de praia*); quando é *todos*, há ambiguidade entre dependência e independência do contexto (a frase *todas as crianças gostam de praia* pode remeter para um grupo de crianças identificado no contexto ou para todas as crianças em geral).

21.3.3 Valores semânticos dos sintagmas nominais

Os valores semânticos dos sintagmas nominais podem ser agrupados em três grandes tipos: o **valor referencial**, o **valor quantificacional** e o **valor predicativo**. Qualquer deles pode ser predominante. Nas secções 21.4, 21.5 e 21.6, veremos como estes valores se relacionam com os três tipos de sintagmas nominais caracterizados em função da presença ou não de um especificador (que distingue sintagmas nominais completos e reduzidos) e, quando existe, da sua qualidade (determinante ou quantificador).

Um sintagma nominal tem **valor referencial** predominante quando a sua função semântica principal é referir uma ou mais entidades, introduzindo-as no universo (parcial) do discurso, sendo secundária a informação que também possa transmitir sobre a quantidade dessas entidades. Os sujeitos das frases que se seguem exemplificam sintagmas nominais com o valor referencial do tipo mais facilmente identificável:

(23) a. *Uma criança* está a andar de baloiço.
b. *O náufrago* foi salvo.

Note-se que, em virtude de fatores como o tempo verbal, estas frases remetem para situações episódicas (no presente e no passado, respetivamente), de modo que nenhuma delas constitui uma asserção genérica sobre crianças ou náufragos (ou seja, nenhuma é uma asserção válida para as espécies respetivas ou para todos os membros da espécie). Por outro lado, também em nenhuma delas se pretende predominantemente transmitir informação sobre números de crianças a andar de baloiço ou de náufragos existentes num dado momento no mundo. Na verdade, em (23a), o que é mais relevante do ponto de vista semântico é a introdução, pelo sintagma indefinido *uma criança*, de uma entidade nova no discurso, correspondente à criança em causa (e não a informação quantificacional de que há pelo menos uma criança a andar de baloiço). Por sua vez, o que é mais relevante em (23b) é a referência a um náufrago que o falante identifica e assume que o(s) seu(s) ouvinte(s) também identifica(m).

Tendo em conta a diversidade ontológica descrita em 21.1, distinguem-se vários **tipos de valor referencial**: o **valor referencial particular** (caracterizado pela referência a indivíduos, grupos, totalidades e partes), exemplificado em (23), e o **valor referencial genérico**[32], por sua vez subdividido num **valor referencial**

[32] Não deve confundir-se este qualificativo "genérico", aqui equivalente a "denotador de uma espécie ou de um tipo", com o seu homónimo usado para a caracterização aspetual de uma frase. Por exemplo, diz-se que a frase *a Terra gira em volta do Sol*, que não contém qualquer sintagma nominal genérico, mas apenas nomes próprios, é "genérica", ou que tem "valor aspetual genérico", pelo facto de a asserção que exprime ser "genericamente" verdadeira, isto é, sem restrições temporais.

(**genérico**) **de espécie** (que envolve a referência a espécies de entidades, como em *os computadores fizeram a ciência progredir*) e num **valor referencial** (**genérico**) **de tipo** (como em *dou-me bem com computadores*).

Têm valor predominantemente referencial os **nomes próprios**, acompanhados ou não de artigo (cf. Cap. 26); os **sintagmas nominais** (**determinados**) **definidos**[33], como *o livro*, *este livro*, *o livro azul*, *o livro que te ofereci*, *os meus pais* ou *o autor desta peça*, todos denotadores de entidades particulares, ou como *os leões* ou *os computadores*, enquanto denotadores de espécies (cf. Cap. 22); os **sintagmas nominais** (**determinados**) **indefinidos**, singulares ou plurais, como *uma pessoa* ou *umas pessoas* (cf. Cap. 22); e os **pronomes** (cf. Cap. 23). Podem também ter valor referencial (genérico de tipo) os **sintagmas nominais reduzidos**, **singulares ou plurais**.

Um sintagma nominal tem **valor quantificacional** predominante quando informa (principalmente) sobre o número de entidades que exibem determinada propriedade ou sobre uma quantidade de uma entidade não contável. Temos o primeiro caso nos sujeitos de frases como *todos os estudantes gostam de feriados*, *a maioria das pessoas tem férias muito curtas* ou *fizeram o exame vinte estudantes*, e o segundo nos sintagmas nominais presentes em *convém beber muita água* ou *perdi muito tempo com este assunto*.

Quando tem **valor predicativo**, um sintagma nominal, conjuntamente com um verbo copulativo, exprime uma propriedade, à semelhança, por exemplo, de um adjetivo (cf. Partee e Rooth 1983 e o Cap. 30). Os sintagmas nominais determinados e reduzidos que vêm em itálico no paradigma que se segue têm valor predicativo:

(24) a. A Sara é *uma simpatia*.
b. O Paulo é *uma joia de pessoa*.
c. Este sítio é *um encanto*.
d. Esta reunião é *uma perda de tempo*.
e. Ele é *o escritor do século*.
f. O Paulo é *médico*.
g. Estes jovens são *estudantes*.

Note-se que os sintagmas nominais determinados com valor predicativo podem ser coordenados com adjetivos predicativos:

(25) a. A Sara é *eficiente e uma simpatia*.
b. A reunião foi *maçadora e uma perda de tempo*.

Nos dados seguintes, temos sintagmas nominais quantificados também com valor predicativo:

(26) a. Estas pessoas são *um terço dos habitantes da vila*.
b. Isto é *metade do que eu preciso*.
c. Estes são *todos os estudantes inscritos no curso*.
d. Eles parecem *dois galos a lutar*.

[9] Montague (1973) constituiu o mais importante contributo para o desenvolvimento de uma semântica formal das línguas naturais com interpretação relativamente

[33] Na terminologia da Lógica, são chamados **descrições definidas**.

a modelos matemáticos do real. Um aspeto essencial deste trabalho pioneiro foi a definição de uma semântica uniforme para todos os sintagmas nominais, incluindo as descrições definidas e os nomes próprios, o que foi feito atribuindo a todos como denotação um conjunto de propriedades (p.e., *a Sara* denotaria o conjunto de propriedades que a Sara tem e *todas as crianças* denotaria o conjunto de todas as propriedades que as crianças têm em comum). Na realidade, isto significava que todos os sintagmas nominais eram tratados numa perspetiva exclusivamente quantificacional (como mostra ainda mais claramente a formalização de Barwise e Cooper 1981, que constitui uma expansão e aprofundamento das ideias de Montague).

A partir de Kamp (1981) e Heim (1982), impôs-se a tendência para autonomizar os valores referencial e quantificacional, por se terem compreendido dois factos: primeiro, que o valor quantificacional de certos sintagmas nominais (como, p.e., os nomes próprios ou os sintagmas definidos), embora matematicamente definível (p.e., pode-se dizer que o sintagma nominal próprio *o Pedro* envolve quantificação universal sobre o conjunto que contém o indivíduo Pedro como único membro), é semanticamente pouco relevante; em segundo lugar, que sintagmas como *todos os estudantes* ou *a maioria das pessoas* – p.e., nas frases *todos os estudantes gostam de feriados* e *a maioria das pessoas tem férias muito curtas* – são predominantemente, se não exclusivamente, quantificacionais, não servindo a função de introduzir entidades no discurso (que possam, nomeadamente, ser retomadas por pronomes). Entendeu-se, portanto, por um lado, que os referidos valores são distintos e, por outro, que não funcionam de forma exclusiva, podendo coocorrer, com predominância de um ou de outro.

21.3.4 Fatores externos na interpretação dos sintagmas nominais

O valor semântico dos sintagmas nominais depende também de elementos do contexto textual, que determinam, nomeadamente:

- **condições de interpretação** (um exemplo: na frase *o Paulo encontrou a namorada ideal*, o sintagma nominal complemento direto tem de referir uma entidade concreta do real, mas na frase *o Paulo anda à procura da namorada ideal* o mesmo sintagma nominal não remete para qualquer entidade concreta – cf. 21.8.1, adiante; outro exemplo: a frase *as equipas chegaram* só tem uma interpretação, mas a frase *as equipas reuniram-se*, devido ao caráter coletivo do verbo *reunir-se*, pode representar uma situação em que cada equipa se reuniu em separado ou outra em que todas se reuniram em conjunto – cf. 21.8.2, adiante);

- **relações de escopo** (ou **alcance**) entre sintagmas nominais, ou entre estes constituintes e operadores, nomeadamente de negação e de tempo (por exemplo, em relação à negação, a frase *a Ana não leu vinte livros* pode significar, dependendo da entoação, ou que a Ana leu menos de vinte livros ou que há vinte livros que a Ana não leu; em relação ao tempo, a frase *em 1982, um cunhado meu teve um prémio literário* é ambígua em função da relação de escopo entre o localizador temporal *em 1982* e o sintagma nominal *um cunhado meu*, podendo significar, com escopo largo do SN, que alguém que é atualmente cunhado do enunciador recebeu o dito prémio em 1982, ou, alternativamente, com escopo estreito do SN, que quem recebeu o prémio foi alguém que em 1982 detinha a referida relação de parentesco com o enunciador, mas que pode já não a manter no tempo presente) – cf. 21.8.4, adiante;

❖ **dependências referenciais** entre sintagmas nominais e outros sintagmas nominais ou pronomes (como, p.e. e respetivamente, em *o Paulo conhece o Pedro, mas não sabe em que é que o rapaz trabalha*, e em *apesar de ser amigo dele, o Paulo não sabe em que é que o Pedro trabalha*, na interpretação em que tanto o sintagma nominal *o rapaz* como o pronome *ele* remetem para a entidade designada por *o Pedro*) – cf. Cap. 41.

Processados os valores semânticos internos do SN e os induzidos por fatores externos, obtém-se o **valor global do sintagma nominal**, o qual, em certos casos, pode incluir valores de **pressuposição** (por exemplo, ao usarmos a construção definida *o Presidente da Itália*, estamos a pressupor a existência de uma entidade assim designada).

21.4 Semântica dos sintagmas nominais determinados

Os sintagmas nominais determinados são tradicionalmente subdivididos em definidos e indefinidos, pelo que começaremos por esclarecer esta distinção. Em seguida, trataremos em separado as particularidades semânticas de cada um dos dois grupos.

21.4.1 Sintagmas nominais definidos e indefinidos

Os **sintagmas nominais determinados** podem, como já se viu, ter valor predicativo, como em *a Joana é a minha melhor amiga*. Também já se observou que se lhes pode reconhecer um valor quantificacional. Por exemplo, na frase *o rapaz saiu*, pode-se considerar que o artigo definido *o* induz a informação de que a propriedade expressa pelo sintagma verbal (*saiu*) se aplica a todos os membros de um conjunto singular (i.e., constituído por uma única entidade) identificado no contexto relevante – no caso, o conjunto que tem como único membro um dado rapaz – ou, dito em termos lógico-matemáticos, que o artigo definido *o* tem um valor de **quantificação universal** (cf. 21.5.1) **sobre um conjunto singular**. Passando a um exemplo com artigo indefinido, pode-se considerar que na frase *saiu um rapaz* o artigo *um* induz a informação de que a propriedade expressa pelo sintagma verbal (*saiu*) se aplica pelo menos a um membro do conjunto dos rapazes, independentemente do número dos seus membros, ou, dito em termos lógico-matemáticos, que o artigo indefinido *um* tem um valor de **quantificação existencial** (cf. 21.5.1).

Não obstante as possibilidades acabadas de referir, os sintagmas nominais determinados têm **valor predominantemente referencial**. Dependendo da sua forma e da sua função referencial, são divididos em duas subclasses: **sintagmas nominais definidos** (como *a criança*, *as crianças*, *esta criança* ou *estas crianças*) e **sintagmas nominais indefinidos** (como *uma criança*, *umas crianças*, *alguma criança* ou *algumas crianças*). A diferença semântica entre as duas subclasses é evidente num par de frases como o que se segue, em que a primeira contém um sintagma nominal indefinido (*uma criança*) e a segunda um sintagma nominal definido (*a criança*):

(27) a. *Uma criança* está a andar de baloiço.
b. *A criança* está a andar de baloiço.

Quem interpreta a frase (27a) apenas tem de conhecer a língua portuguesa, não necessitando de dispor de qualquer informação prévia sobre a identidade da criança que está a ser referida pelo sintagma indefinido *uma criança*. Diversamente, para se interpretar adequadamente a frase (27b), é preciso ter alguma informação sobre a criança referida pelo sintagma nominal definido *a criança*. Essa informação pode, por exemplo, resultar da presença de uma (e uma só) criança na situação em que a frase é proferida ou, alternativamente, de já ter sido mencionada anteriormente alguma criança.

Generalizando, podemos dizer que, no seu valor mais comum, os sintagmas nominais indefinidos permitem introduzir no universo de discurso entidades que os ouvintes numa dada situação de enunciação podem não identificar (embora recebam informação, por meio do nome comum, acerca de um dos conjuntos a que essas entidades pertencem), enquanto os sintagmas nominais definidos exigem algum tipo de conhecimento prévio das entidades que referem (mesmo que seja tão vago como o de que toda a gente tem um coração, necessário para se interpretar adequadamente a expressão *o meu coração*, quando alguém a enuncia).

Devido à diferença referida, os sintagmas nominais indefinidos e definidos funcionam muitas vezes em interdependência textual. Os textos seguintes mostram como os sintagmas indefinidos introduzem no discurso entidades "novas" que os definidos permitem retomar:

(28) a. Entrou *um rapaz* na sala. *O rapaz* parecia assustado.
b. Uma criança atirou *uma bola azul*. *A bola* era grande.

21.4.2 Particularidades dos sintagmas nominais definidos

21.4.2.1 Sintagmas nominais definidos epistémicos, textuais e situacionais

Um **sintagma nominal definido** refere uma ou mais entidades do universo de discurso, desde que se verifique um dos seguintes requisitos:

- as entidades referidas pelo SN definido são, relativamente a um dado sistema de conhecimento do mundo, as únicas entidades identificáveis pelo nome (com ou sem complementos ou modificadores) a que está aplicado o determinante definido (como, por exemplo, em *o meu pai*, *o edifício mais alto do mundo*, *os três edifícios mais altos do mundo*, *as peças de Gil Vicente*, *os alunos do Pedro*); diz-se, neste caso, que temos um **sintagma nominal definido epistémico**;

- as entidades referidas pelo SN definido já foram previamente introduzidas no contexto textual (i.e., referidas), servindo o SN definido apenas para as retomar (numa função comparável à dos pronomes) como em (28a); diz-se, neste caso, que temos um **sintagma nominal definido textual**;

- as entidades referidas pelo SN definido estão presentes no contexto situacional (i.e., o contexto da situação de enunciação), como na primeira interpretação acima referida para (27b); diz-se, neste caso, que temos um **sintagma nominal definido situacional** (ou **dêitico**)[34].

[34] Num arranjo conceptual alternativo, pode-se designar **definitude** o modo de referência próprio dos sintagmas nominais definidos e distinguir entre **definitude epistémica**, **definitude textual** e **definitude situacional**.

21.4.2.2 Sintagmas nominais definidos particulares e genéricos

Foi dito na secção 21.1 que o universo de discurso das línguas naturais inclui entidades particulares e espécies. Em português, as espécies (pelo menos, na plenitude das suas propriedades) só podem ser referidas por sintagmas definidos, tanto singulares (p.e., *o elefante* ou *o computador pessoal*) como plurais (p.e., *os elefantes* ou *os computadores pessoais*). Prova-o o facto de predicados que só podem aplicar-se às espécies (tornando semanticamente anómala uma frase como *#este rapaz está em vias de extinção*) só ocorrerem com sintagmas nominais definidos:

(29) a. Os elefantes estão em vias de extinção.
b. O computador pessoal foi inventado na década de 80 do séc. XX.

Consoante a sua referência, distinguem-se **sintagmas nominais definidos particulares**, que referem entidades particulares (como em *o elefante está a dormir*, *os elefantes estão a dormir*, *o computador está avariado*, *os computadores estão avariados*, *as equipas vão intensificar os treinos*, *os pedaços de madeira servem para a lareira* ou *os montes de pedras vão ser retirados*), **sintagmas nominais definidos** (**genéricos**) **de espécie**, que referem espécies (como em *o elefante pode ser um animal feroz*, *os elefantes podem ser animais ferozes*, *o computador veio facilitar a vida das pessoas* ou *os computadores vieram facilitar a vida das pessoas*) e ainda **sintagmas nominais definidos** (**genéricos**) **de tipo**, que referem tipos, como nas frases seguintes: *o computador tornou-se uma necessidade na minha vida*, *mas o telemóvel não*; *a galinha cai sempre bem*, *mas o coelho é um pouco indigesto*; *em geral*, *na televisão*, *só vejo os noticiários e os bons documentários*; *a água deve beber-se fora das refeições*; *o vinho tinto não deve beber-se a uma temperatura demasiado elevada*. Como resulta evidente dos exemplos dados, a qualidade de ser genérico não é intrínseca a determinados sintagmas nominais, mas antes adquirida em contexto. Assim, por exemplo, qualquer das duas frases seguintes pode ter tanto uma interpretação particular como uma genérica de espécie, em virtude de, ao contrário dos predicados de espécie, como *estar em vias de extinção*, o predicado *ser uma boa companhia* se aplicar tanto a espécies como a espécimes:

(30) a. *Os cães* são uma boa companhia.
b. *O cão* é uma boa companhia.

Ambas estas frases têm uma interpretação em que é referida a espécie dos cães e em que é genericamente atribuída a todos os seus membros a propriedade de ser uma boa companhia. Noutra interpretação da primeira frase, o sintagma nominal definido plural *os cães* remete para um grupo concreto de espécimes – por exemplo, quatro cães que alguém possui –, sendo-lhes atribuída, e só a eles, essa mesma propriedade; por sua vez, o sintagma nominal definido singular *o cão* da segunda frase pode referir um único espécime, ao qual, e só a ele, é atribuída a propriedade de ser uma boa companhia.

[10] Note-se que nem todos os predicados que se aplicam a espécies são exclusivos delas. Os sujeitos de *estar em vias de extinção* ou de *ser inventado* (ou, equivalentemente, o objeto de *inventar*) só podem ser denotadores de espécies, o que explica a malformação de uma frase como **o elefante que vimos ontem está em vias de extinção*. Porém, muitos predicados, como o dos exemplos de (30), aplicam-se tanto a espécies

como a espécimes. Noutros casos, de caracterização mais complexa, o predicado aplica-se à espécie e apenas a alguns espécimes, sendo de algum modo a propriedade dos espécimes assumida pela espécie:

(i) a. Os elefantes chegaram à Europa antes das grandes glaciações.
b. Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500.

Uma outra possibilidade, quando se trata de predicados coletivos, é a da aplicação de uma propriedade à espécie e a grupos de espécimes, mas não a espécimes isolados:

(ii) a. Os lobos vivem em alcateias.
b. Os seres humanos agregam-se em famílias.

Neste quadro de questões, é pertinente referir o conceito de **estádio de uma espécie**, introduzido em Carlson (1977). Pode-se considerar que, nos exemplos que se seguem, as predicações episódicas em causa incidem sobre uma espécie num dado período histórico (um "estádio"):

(iii) a. Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500.
b. O homem chegou à Lua em 1969.
c. O urso branco está em vias de extinção.

Note-se que, enquanto de (iiia,b) se infere que alguns espécimes também verificam as propriedades em causa (chegar ao Brasil em 1500 e chegar à Lua em 1969) – como já se vira com os dados de (i), para ilustrar a aplicação comum de uma propriedade a uma espécie e a espécimes –, em (iiic) a propriedade de um estádio da espécie dos ursos não é aplicável a nenhum urso em particular.

21.4.3 Particularidades dos sintagmas nominais indefinidos

21.4.3.1 Extensão da classe dos sintagmas nominais indefinidos

Na gramática tradicional, são qualificados como indefinidos os artigos *um*, *uns* e suas variantes de género e várias expressões classificadas como pronomes. Destas últimas, incluímos aqui na classe dos determinantes indefinidos as seguintes: *algum*, *alguns* e suas variantes de género, *certo* e suas variantes de género e número e ainda as formas em que *certo* vem precedido do artigo indefinido: *um certo* e *uns certos*, no masculino ou no feminino. Além disso, é razoável incluir também entre os determinantes indefinidos alguns numerais cardinais (aparentemente os exatos, como *vinte*, e os inexatos aumentativos, como *mais de vinte*). As razões para esta inclusão, de ordem semântica, são o facto de os sintagmas nominais com estes especificadores se comportarem como indefinidos típicos, tanto por introduzirem entidades novas no discurso, como por permitirem facilmente a retoma anafórica. Deste ponto de vista, não se comportam de modo diferente os sintagmas nominais com artigo indefinido e com numeral (no caso, exato):

(31) a. Entrou *um rapaz* na sala. As raparigas gostaram d*ele*.
b. Entraram *cinco rapazes* na sala. As raparigas gostaram d*eles*.

21.4.3.2 Sintagmas nominais indefinidos e sensibilidade ao contexto

Diz-se que uma expressão tem sensibilidade a um ou mais contextos (ou a tipos de contexto) quando ela só pode ocorrer na sua presença. O fenómeno da sensibili-

dade é bem conhecido da área da negação (onde se fala de "sensibilidade" de uma expressão à "polaridade negativa" ou, pelo contrário, à "polaridade positiva" de um contexto – cf. Cap. 14). O determinante indefinido *algum*(*a*) é um exemplo claro de expressão sensível a determinados valores semânticos do contexto. Vejam-se os contrastes seguintes:

(32) a. O diretor tem *uma boa notícia*. Vai dá-la hoje.
b. #O diretor tem *alguma boa notícia*. Vai dá-la hoje.

(33) a. O diretor parece tão feliz! Tem *uma boa notícia*.
b. O diretor parece tão feliz! Tem *alguma boa notícia*.

(34) a. O diretor anda tão feliz! Deve ter *uma boa notícia*.
b. O diretor anda tão feliz! Deve ter *alguma boa notícia*.

O determinante *alguma* é inadequado em (32b) porque o contexto (em que o sintagma nominal indefinido é complemento direto do verbo *ter* e, por via pronominal, do verbo *dar*, nenhum deles condicionado por qualquer operador modal e, ademais, sob a influência do localizador temporal *hoje*) impõe que a denotação do sintagma indefinido tenha a ver com uma entidade real (uma notícia concreta). Em (33b), porém, é adequado porque o contexto não requer que haja uma notícia real, apenas introduzindo a hipótese de que exista uma, com fundamento no ar de felicidade do diretor em causa (sobre a distinção de interpretações que está aqui em jogo, cf. 21.8.1.1, adiante). Note-se que não se verifica uma especialização clara dos indefinidos *um*(*a*) e *algum*(*a*) em relação a estas duas interpretações. De facto, em (33a), a segunda frase, dependendo da entoação, e sobretudo se for exclamativa, não é necessariamente assertiva, podendo igualmente aventar uma mera hipótese. Por sua vez, (34a) mostra claramente o bom funcionamento de *um*(*a*) sob a influência de um verbo modal (*dever*) que cria um contexto meramente hipotético.

Vejam-se mais alguns contextos que, por não requererem que seja assumida a verdade de uma proposição, tipicamente permitem a ocorrência do determinante *algum*(*a*). O primeiro é uma construção interrogativa, o segundo contém uma construção condicional e os três restantes envolvem valores modais:

(35) a. Conheces algum/um biólogo?
b. Se tiveres algum/um problema, diz-me.
c. Cuidado! Podes ter algum/um problema.
d. Hás de encontrar algum/um médico que te ajude!
e. Talvez tenha acontecido alguma/#uma coisa!

Registe-se que a forma plural *alguns*, *algumas* também pode ter este tipo de funcionamento, mas, ao contrário da forma singular, ocorre livremente em contextos em que se assume a realidade das entidades relevantes, como mostra a introdução do plural em (32b): *O diretor tem algumas boas notícias. Vai dá-las hoje*.

21.5 Semântica dos sintagmas nominais quantificados

Os sistemas de quantificação das línguas naturais organizam-se em função de dois processos de caráter matemático: contar entidades e medir valores. Nesta secção,

começaremos, em 21.5.1, por distinguir estes processos e o modo como se refletem na língua portuguesa. Seguidamente, em 21.5.2, identificaremos os sistemas de numerais do português, tendo em conta a sua importância em ambos os processos de quantificação. Em 21.5.3, trataremos da vagueza na quantificação. Nas subsecções seguintes, 21.5.4 e 21.5.5, observaremos as singularidades dos sistemas de quantificação de contagem e de medição, respetivamente. Finalmente, em 21.5.6, focaremos a ambiguidade entre os dois tipos de quantificação considerados.

21.5.1 Quantificação nominal de contagem e de medição

Em sentido lato, pode-se considerar que a noção de **quantificação** engloba todos os **processos de determinação de quantidades**. Em sentido estrito, porém, o termo "quantificação" é em geral usado apenas para uma parte dos vários processos matemáticos que podem estar envolvidos na determinação de quantidades, como veremos adiante. Os seguintes exemplos cabem no sentido lato de quantificação:

(36) a. *Todas as mesas* estão ocupadas.
b. Está livre *uma mesa*.
c. *A maioria das mesas* leva *quatro pessoas*.
d. *Parte desta mesa* está manchada.
e. Em cima de *uma mesa* estão *cinco litros de leite*.

A quantificação que se realiza na frase (36a) consiste em aplicar uma propriedade a membros de um dado conjunto, concretamente a propriedade expressa por *estão ocupadas* e os membros de um conjunto de mesas identificável no contexto. A este conjunto, que é a denotação do nome comum *mesas* no contexto de enunciação, dá-se o nome de **domínio da quantificação**. Em (36a), a propriedade aplica-se a todos os membros desse domínio de quantificação, isto é, realiza-se **quantificação universal**, por meio do **quantificador universal** *todos*. Em (36b), o domínio de quantificação é o mesmo que na frase anterior (i.e., o conjunto de mesas contextualmente relevante), mas o valor de quantificação é expresso por *uma*. Podendo *uma* pertencer tanto à classe dos artigos indefinidos como à dos numerais cardinais, o falante possivelmente associa mais de um valor a um SN como *uma mesa* na frase (36b): o valor referencial, pelo qual se introduz uma entidade nova no discurso, e um valor quantificacional. Este último valor é, neste caso, o valor de **quantificação existencial**, que transmite a informação de que há pelo menos um membro do domínio de quantificação (concretamente, um domínio de mesas) que exibe a propriedade considerada, que é a de estar livre.

> [11] A noção de "quantificação existencial" tem uma grande importância nas lógicas matemáticas, de tal modo que o primeiro sistema lógico construído com símbolos artificiais – o Cálculo de Predicados, de Frege, no séc. XIX – apenas tinha dois símbolos de quantificação: o universal e o existencial. Nas línguas naturais, embora também exista quantificação existencial, verifica-se que, para realizar puras asserções de existência, se recorre mais a construções com verbos existenciais (em português, *haver* e *existir*) do que apenas a um quantificador existencial. Por exemplo, para afirmar a existência da Lua, será mais natural dizer-se *há um satélite que gira à volta da Terra* do que *um satélite gira à volta da Terra*.

No sujeito da frase (36c), mantém-se o domínio, mas o quantificador é agora a locução *a maioria*, um numeral fracionário, que nos diz que as mesas a que se aplica a propriedade de levarem quatro pessoas não constituem a totalidade desse domínio, mas, sim, pelo menos metade das mesas em causa mais uma. Na mesma frase, além da quantidade relativa ao sujeito (*a maioria das mesas*) é determinada uma outra quantidade – a das pessoas que se podem sentar a cada mesa. Este segundo processo é realizado por meio do numeral cardinal *quatro*, que é a representação em língua portuguesa de um número inteiro natural, "4", que é um objeto matemático.

Em (36d), determina-se uma quantidade que constitui uma parte de um objeto fisicamente bem individualizado, no caso uma mesa (*parte desta mesa*). Em (36e), refere-se uma quantidade de uma dada substância – no caso, leite. Como é óbvio, a noção de quantidade que associamos a uma substância como o leite não é a mesma que faz sentido para objetos como mesas. Além de referir uma quantidade de leite, a mesma frase (36e) introduz uma outra entidade – de novo, uma mesa –, por meio do SN indefinido (de valor existencial) *uma mesa*.

Os dados de (36a-e) são já suficientes para sustentarem uma distinção básica entre os dois grandes processos de quantificação das línguas naturais, os quais, no essencial, Aristóteles já havia intuído nas *Categorias*. De facto, o filósofo não só teve a perceção do caráter fundamental do conceito de **quantidade** como lançou as bases da sua estruturação, ao afirmar que «a quantidade é ou discreta ou contínua». Assumimos esta oposição como o primeiro parâmetro organizador dos processos de quantificação, procurando dar-lhe uma feição intuitiva e relacionável com sistemas básicos da cognição humana. Concebemos, assim, que os processos de quantificação se organizam segundo dois modos: (i) o modo da **quantificação de contagem** (ou **quantificação descontínua**, ou **quantificação discreta**), associado à noção de quantidade «discreta», que se aplica a domínios de objetos como as pessoas, os livros, as cadeiras ou os países – exemplificado em (36a-c); e (ii) o modo da **quantificação de medição** (ou **quantificação contínua**), associado à noção de quantidade «contínua», que se aplica ao domínio de substâncias como o ar ou a água e ao domínio das subpartes de entidades discretas – exemplificado em (36d,e), com *parte desta mesa* e *cinco litros de leite*[35]. Em termos simples, o que se pretende dizer é que os processos de quantificação realizados pelas línguas naturais se reduzem, em última análise, ao exercício de duas capacidades básicas da cognição humana: **contar** e **medir**. Convém registar que, na literatura linguística, o termo "quantificação" é predominantemente usado com um sentido estrito, para referir o processo de quantificação de contagem.

Pode-se dizer, em termos gerais, que em português não existe uma fronteira nítida entre uma classe de quantificadores de contagem e outra de medição (como a que existe em inglês com a separação clara dos pares {*many*, *few*} e {*much*, *little*}). De facto, embora possamos dizer que *muitos* e *poucos* são quantificadores típicos de contagem em português, também *muito* e *pouco*, que servem predominantemente

[35] Cf. Peres (1992). Higginbotham (1994), de uma forma muito vaga, e Link (1998, Cap. 9), de forma mais elaborada, apontam para uma oposição básica do mesmo teor. Para a parte da quantificação de medição geralmente chamada "quantificação massiva", aplicável ao domínio das substâncias, Meulen (1980) e Link (1983) são trabalhos de referência.

o processo da medição, podem exprimir contagem, se bem que em combinações restritas. É o que acontece nos exemplos seguintes:

(37) a. *Pouca gente* sabe em que dia da semana nasceu.
b. Juntou-se *muito povo* para assistir ao comício.
c. Há *muito estudante* que raramente pega num livro.

Em qualquer dos casos, a informação quantificacional que se transmite diz respeito a um número de entidades: *pouca gente* e *muito povo* podem ser substituídos por *poucas pessoas* e *muitas pessoas*, respetivamente, ou, ainda, por *escassas pessoas* e *numerosas pessoas*.

Atente-se também no comportamento dúplice entre contagem (C) e medição (M) de uma expressão como *inteiro*, a qual, não obstante o seu caráter adjetival, tem uma interpretação quantificacional, dependente da interpretação associada ao nome, neste caso, *bairro*:

(38) a. O Pedro correu *o bairro inteiro* à procura da Ana. [M]
b. *O bairro inteiro* ficou a saber a novidade. [C]

No primeiro caso, *bairro* remete para um espaço habitacional, servindo *inteiro* para exprimir a totalidade desse espaço (quantificação de medição). No segundo, *bairro* é interpretado como agregado populacional, sendo o domínio de quantificação um conjunto de pessoas, pelo que, neste segundo caso, o sintagma *o bairro inteiro* poderia ser substituído por *todas as pessoas do bairro* (retomando agora *bairro* o valor de "espaço habitacional" que tinha no exemplo anterior).

Note-se ainda a variedade de funcionamentos associada a um operador como *parte*:

(39) a. *Parte da tela* está alterada.
b. *Parte dos estudantes* votou a favor da proposta.
c. *Parte do grupo* votou a favor da proposta.

Em (39a), *parte* realiza quantificação de medição, remetendo para uma parte indeterminada de um objeto único. Por sua vez, em (39b), realiza uma operação de contagem (vaga ou imprecisa) sobre um dado conjunto de indivíduos (os estudantes do contexto em causa), sendo *parte dos estudantes* equivalente a *alguns dos estudantes*. No último caso, em (39c), a operação de quantificação é igualmente de contagem – uma vez que *parte do grupo* é equivalente a *alguns membros do grupo* –, mas com a particularidade de o único nome presente ser um coletivo, a partir do qual se tem de obter de forma implícita o conjunto dos indivíduos ao qual se aplica a operação de quantificação (isto é, o conjunto dos membros do grupo).

Para além da contagem e da medição, existe um terceiro tipo de quantificação, a que podemos chamar **quantificação escalar** ou **quantificação de graduação**, ou, mais simplesmente, **graduação**[36]. Embora este capítulo foque essencialmente os dois primeiros processos, apresentamos a seguir uma breve caracterização da quantificação escalar. Considerem-se os seguintes exemplos:

[36] Faz também sentido considerar a graduação como um subtipo da quantificação de medição, designando-a, por exemplo, "quantificação de medição escalar".

(40) a. O Paulo teve *as melhores* notas *da turma*.
b. O rádio está *muito alto*.
c. Este filme é *estranhíssimo*.
d. Acho estes desenhos *um bocado sem graça*.
e. O Paulo é *mais estudioso do que a Ana*.

Nas frases de (40), as estruturas relevantes (em itálico) envolvem predicados aplicados a nomes, quer em função atributiva, como em (40a)[37], quer em função predicativa, nos restantes casos. Em todas estas frases, refere-se uma quantidade (entendido o termo em sentido lato), a qual consiste num valor em determinada escala (daí dizer-se que os predicados em causa são **predicados escalares**): em (40a), uma escala numérica descontínua (os valores das notas); em (40b), uma escala de uma propriedade física (no caso, a intensidade do som); em (40c,d), escalas de valores relativos a qualidades atribuídas a objetos; em (40e), uma escala de uma propriedade comportamental (a propriedade de "ser estudioso").

Do ponto de vista estrutural, notem-se outras características destes predicados: em (40a-c) e (40e), o núcleo do predicado escalar é um adjetivo (respetivamente *bom*, *alto*, *estranho* e *estudioso*), ao passo que em (40d) é um sintagma preposicional (*sem graça*); as formas de (40a-d) podem ser consideradas de tipo superlativo, enquanto a de (40e) é de tipo comparativo (cf. também o Cap. 40).

Observem-se agora frases em que também atua uma categoria semântica de quantidade, mas em que os predicados que veiculam essa categoria são de tipo adverbial:

(41) a. Gosto *imenso* de cerejas.
b. Estou *profundamente* convicto de que tenho razão.
c. *Muito provavelmente*, amanhã vai chover.

Em (41a,b), o valor de quantidade incide sobre a intensidade de atitudes psicológicas (gostar de algo e estar convicto de algo) e, em (41c), sobre uma escala de probabilidades relativa à situação designada por *amanhã vai chover.*

Por último, considerem-se outros casos, estruturalmente diferentes, mas que têm em comum o facto de a propriedade escalar sobre que opera o processo de quantificação ser expressa por meio de um nome:

(42) a. É precisa *muita paciência* para aturar este diretor.
b. Recomenda-se *alguma contenção verbal*.
c. Tens de proceder com *todo o cuidado*.
d. A Sara agiu com *enorme prudência*.
e. Os oradores exprimiram-se com *grande convicção*.
f. Ele comportou-se com *a maior honestidade*.

Não há dúvida de que, em todas as estruturas consideradas em (40)-(42), estamos perante processos de determinação de uma quantidade, mas também parece inquestionável que os mesmos não podem ser descritos nem como contagem de um número de entidades, que caracteriza a quantificação de contagem, nem como determinação da porção de uma entidade a que se aplica uma propriedade, que

[37] Repare-se que, neste exemplo, a estrutura de valor atributivo, aplicada ao nome *notas*, é descontínua (*as melhores ... da turma*).

caracteriza a quantificação de medição. Do que se trata aqui é da definição do grau em que uma determinada propriedade se verifica numa entidade.

Aos três tipos de quantificação descritos (de contagem, de medição e de graduação) correspondem expressões interrogativas adverbiais distintas. Aos constituintes interrogados que envolvem quantificação de contagem corresponde a forma interrogativa *quantos*, aos que veiculam quantificação de medição corresponde a forma *quanto* e aos que exprimem quantificação de graduação corresponde *quão* (ou expressões comparáveis), como mostram os seguintes exemplos de diálogo:

(43) a. *Quantos* livros compraste? Comprei *cinco livros*.
b. *Quanto* açúcar leva o bolo? Leva *duzentos gramas* de açúcar.
c. *Quão* urgente é a aprovação da lei? É *muitíssimo* urgente.

Concluindo, assume-se que o nosso aparelho conceptual dispõe de uma noção de **quantidade** bastante ampla que presumivelmente constitui um primitivo de uma teoria do significado nas línguas naturais e que unifica diversas construções e processos semânticos. Tal noção constitui um recurso fundamental para a construção de expressões significativas nas línguas naturais, de tal modo que dificilmente se imagina o que seria um língua humana eficiente que a excluísse. A ela estão associados processos de grande amplitude de aplicação, atravessando múltiplas áreas do conhecimento humano e, por consequência, diversos subdomínios semânticos e categoriais de uma língua.

21.5.2 Quantificadores numerais

Tradicionalmente, a classe dos numerais (cf. também o Cap. 24) é dividida em diversas subclasses, nomeadamente: **numerais cardinais** (*zero*, *um*, *dois*, ..., *trinta*, ..., *um milhão*, etc.), **numerais fracionários** (*metade*, *um terço*, *quatro quintos*, *a décima parte*, *dois décimos*, *dois onze avos*, *um vigésimo* – ou *um vinte avos* –, *quatro setenta avos*, *dois centésimos*, etc.), **numerais multiplicativos** (de que, em geral, são dados exemplos como *o dobro*, *o triplo*, *o quádruplo*, *o quíntuplo*, *o sêxtuplo*, *o séptuplo*, *o óctuplo*, *o nónuplo*, *o décuplo*, *o undécuplo*, *o duodécuplo* ou *o cêntuplo*), **numerais coletivos** (*meia dúzia*, *uma dezena*, *uma dezena e meia*, *uma dúzia*, *uma dúzia e meia*, *uma quinzena*, *uma vintena*, *um quarteirão*, *um cento*, *uma centena*, *uma centena e meia*, *um milhar*, *duas dezenas*, *três centenas*, *quatro milhares*, etc.) e ainda **numerais ordinais** (*primeiro*, *segundo*, …, *centésimo*, …, *milionésimo*, etc.).

Acentue-se, antes de mais, que, enquanto as quatro primeiras destas subclasses exprimem valores quantitativos, a última envolve valores relativos à ordenação de elementos numa dada sequência, isto é, qualidades (definíveis em termos de uma ordem de números, como em *os primeiros livros que li* ou *as segundas escolhas*, comparáveis a *os últimos livros que li* ou *as últimas escolhas*) e não quantidades. Assim sendo, os chamados numerais ordinais têm um valor semântico do mesmo tipo do dos adjetivos e como tais devem ser tratados.

Em relação aos chamados numerais coletivos, não existe razão para os separar dos numerais cardinais, uma vez que não veiculam nenhum valor próprio associado ao conceito de "coletivo", ao contrário do que acontece com os chamados nomes coletivos (como *comissão*, *grupo* ou *rebanho*). Trata-se apenas, na verdade, de

formas alternativas dos numerais cardinais para referir certos números (os números *10*, *12*, *100*, etc.), com a particularidade de poderem ser vagos, no sentido de não exprimirem sempre valores exatos. Comparem-se as frases que se seguem (onde *uma centena* pode significar *cerca de cem* e *uma dezena* pode significar *cerca de dez*):

(44) a. Cem pessoas receberam assistência hospitalar.
b. Uma centena de pessoas recebeu assistência hospitalar.

(45) a. Juntaram-se cem pessoas na sala.
b. Juntou-se uma centena de pessoas na sala.

(46) a. Dez pessoas beberam um litro de leite.
b. Uma dezena de pessoas bebeu um litro de leite.

O exemplo (44) mostra que o chamado numeral coletivo *centena* não induz uma interpretação coletiva que o distinga do correspondente numeral cardinal *cem*. Por sua vez, os exemplos (45) e (46) evidenciam que a interpretação coletiva é compatível com qualquer dos dois tipos de numerais: em (45), tal leitura é imposta pelo predicado coletivo *juntar-se*; em (46), qualquer dos numerais permite ambiguidade entre leitura cumulativa (segundo a qual dez pessoas beberam ao todo um litro de leite) e leitura individual (segundo a qual cada pessoa de um grupo de dez bebeu um litro de leite). Por clareza, passaremos a chamar **numerais cardinais comuns** aos que representam toda a série dos números naturais e **numerais cardinais especiais** aos que envolvem nomes do tipo de *dezena*.

Os **numerais cardinais**, quer comuns quer especiais, usam-se na quantificação de contagem, como em, respetivamente, *dez livros* ou *uma dezena de livros*, mas podem integrar expressões que envolvem quantificação de medição, como em, respetivamente, *dez litros de água* ou *uma dezena de metros de tecido* (sobre a quantificação de medição, ver a subsecção 21.5.5).

Quanto aos **numerais fracionários** e aos **numerais multiplicativos**, uns e outros são usados diretamente em quantificação de contagem e em quantificação de medição (como, no caso dos fracionários, em *metade das pessoas que estavam na sala* e *metade da água do reservatório*, e, no caso dos multiplicativos, em *o dobro das pessoas que estavam na sala* e *o dobro da água do reservatório*). Note-se que, em qualquer destes tipos de numerais, pode não se exprimir uma quantidade, mas apenas uma relação entre duas quantidades. Vejam-se as frases seguintes:

(47) a. O Paulo respondeu a metade das perguntas do exame.
b. O Paulo leu o dobro dos livros que eram obrigatórios.

Na frase (47a), só se pode saber o número de respostas a que o Paulo respondeu conhecendo o número de perguntas que o exame em causa continha; caso contrário, apenas se sabe que o primeiro destes números é metade de um outro. Note-se, a propósito, que não há nenhuma expressão na frase em causa que exprima o segundo número, pelo que o sintagma nominal as *perguntas do exame* introduz na representação semântica da frase simultaneamente as entidades que refere, que são as perguntas do exame, e, implicitamente e como incógnita, o número de membros do conjunto que elas formam. Em relação a (47b), apenas se sabe que o número de livros que o Paulo leu é igual a duas vezes o número dos que eram de leitura

obrigatória, que é também um valor incógnito associado ao sintagma nominal *os livros que eram obrigatórios*. Diversamente, nas frases seguintes, é obtido um valor numérico por via anafórica, isto é, a partir de um numeral cardinal previamente expresso:

(48) a. O exame tinha *trinta* perguntas. O Paulo respondeu a *metade*.
b. Era obrigatório ler *cinco* livros. O Paulo leu *o dobro*.

Em (48a), o constituinte elíptico *metade* representa *metade de trinta perguntas* (ou seja, é semanticamente equivalente a *quinze perguntas*) e, em (48b), o constituinte elíptico *o dobro* representa *o dobro de cinco livros* (ou seja, é equivalente a *dez livros*).

[12] Em si mesmas, e sem embargo do valor semântico complexo que veiculam, as expressões classificadas como numerais fracionários são designações de números racionais (i.e., frações em que o numerador e o denominador são inteiros e o segundo é diferente de zero). Em geral, os fracionários das línguas naturais restringem-se aos casos em que os números componentes do correspondente número racional são diferentes um do outro e em que o dividendo é menor do que o divisor. Para os exemplos de fracionários dados acima, no primeiro parágrafo desta subsecção, os números racionais representados são, respetivamente, 1/2, 1/3, 4/5, 1/10, 2/10, 2/11, 1/20, 4/70, 2/100 (ou quaisquer outros seus equivalentes). Bem diferentemente, os numerais multiplicativos (*dobro*, *triplo*, etc.) não são nomes de números.

Independentemente de constituírem ou não designações de números, os numerais fracionários e multiplicativos participam na composição do significado como funções de números para números. Por exemplo, *metade* e *dobro* denotam cada um uma função deste tipo: no primeiro caso, a função que projeta cada número no resultado da sua divisão por 2 e, no segundo, a que projeta cada número no resultado da sua multiplicação por 2. Como se viu acima, umas vezes o argumento da função em causa (i.e., o número a que a função se aplica) é conhecido, permitindo obter um valor na função, como em (48) – onde, para os argumentos *trinta* e *cinco*, se obtêm, respetivamente, os valores *quinze* e *dez* –, mas outras vezes é desconhecido, como em (47), onde não é explícito o número de perguntas a que o Paulo respondeu e o número de livros que leu. Por não serem simultaneamente designações de números, os numerais multiplicativos evidenciam mais claramente do que os fracionários a dimensão funcional do seu contributo para o significado.

A quantificação com numerais multiplicativos é particularmente variada e complexa. Antes de mais, importa dividir esta classe em dois subtipos formalmente distintos: o dos **numerais multiplicativos sintéticos** (como os já referidos *o dobro*, *o triplo*, etc., que são os habitualmente referidos nas gramáticas) e o dos **numerais multiplicativos analíticos** (como *duas vezes*, *três vezes*, *onze vezes*, *cem vezes*, etc.). Com dados envolvendo quantificação de contagem, observe-se o comportamento destas duas variedades de numerais, associando-lhes ainda uma terceira via de expressão do valor multiplicativo:

(49) a. A biblioteca geral da minha universidade tem *o triplo* d*os livros desta*.
b. A biblioteca geral da minha universidade tem *três vezes os livros desta*.
c. A biblioteca geral da minha universidade tem *três vezes mais* livros do que esta (tem).

Como já se assinalou para os exemplos de (47), as construções de (49a,b), na primeira das quais temos o numeral multiplicativo sintético *o triplo* e na segunda o analítico *três vezes*, compactam informação referencial e quantificacional no sintagma nominal relevante (*os livros desta*), de tal modo que não é possível uma interpretação composicional do mesmo. Diversamente, em (49c), o constituinte *três vezes mais livros do que esta* (*tem*), que envolve uma estrutura de subordinação comparativa, contém todos os elementos necessários para uma interpretação composicional dos valores referenciais e quantificacionais em causa. Trata-se de uma realização explícita de **quantificação** (**de contagem**) **comparativa** (sobre construções comparativas, cf. Cap. 40). Também com certas instâncias de quantificação de medição não explicitamente comparativa, pode verificar-se a mesma ausência de composicionalidade, acumulando o SN que recebe a quantificação numeral um valor referencial e um valor quantificacional. É o caso nas duas primeiras frases do paradigma seguinte, que precedem uma construção comparativa explícita:

(50) a. Eu bebi *o dobro* da água que tu bebeste.
b. Eu bebi *duas vezes* a água que tu bebeste.
c. Eu bebi *duas vezes mais* do que a água que tu bebeste.

Porém, a composicionalidade é efetiva sempre que o sintagma nominal relevante identifica ele próprio um valor quantitativo que pode ser objeto do processo quantificacional induzido pelos numerais. Veja-se:

(51) a. A obra custou *o dobro* do valor previsto.
b. A obra custou *duas vezes* o valor previsto.
c. A obra custou *duas vezes mais* do que o (valor) previsto.

Nestas frases, o sintagma nominal *o valor previsto* refere uma quantidade, a qual pode ser diretamente objeto da operação de multiplicação que o numeral exprime, pelo que não há que convocar um valor implícito na computação semântica de (51a,b).

Assinale-se ainda que a compactação visível em dados como (49a,b) e (50a,b) atinge o auge em construções como as de (52), em que o sintagma nominal com base no qual se obtém o valor quantitativo a que se aplica o quantificador numeral multiplicativo (*mim* na primeira frase e *a Ana* na segunda) não denota a entidade ou o conjunto de entidades que exibem esse valor.

(52) a. O Pedro diz que trabalha *o dobro* de *mim*.
b. O Pedro ganha *o dobro* d*a Ana*.

Geralmente não referido pelas gramáticas, existe um outro tipo de expressões de valor quantificacional que podem ser consideradas numerais e que, no plano do significado, se aproximam dos numerais fracionários. Trata-se das expressões de percentagem, como *dez por cento*, *vinte e três por cento*, *cem por cento* ou *mil por cento*, que quase sempre se escrevem com algarismos, em especial quando exprimem valores com casas decimais, como 0,25% ou 5,12%. Designamos estes quantificadores **numerais percentuais**[38].

[38] Na disciplina da estatística, a base para a construção deste tipo de numeral pode não ser 100, usando-se também valores de permilagem, cuja base é 1000.

É de notar que as subclasses de numerais (embora constituídas por expressões de uma língua natural, não da linguagem matemática) têm – dito em termos informais – uma infinidade de elementos. Por exemplo, o conjunto dos numerais cardinais corresponde ao conjunto dos números naturais (isto é, os números inteiros positivos – 1, 2, 3, … – mais o 0, ao qual corresponde em português o numeral cardinal *zero*). Os chamados coletivos têm a particularidade de serem construídos a partir de um grupo fechado de termos – como *dúzia*, *dezena*, *centena* ou *milhar* –, os quais, combinados com numerais cardinais, geram também uma infinidade de expressões: *duas dezenas*, *duas dúzias*, *três centenas*, *quatro milhares*, etc.

Os numerais até agora referidos exprimem valores exatos (independentemente de a sua tradução matemática poder ser uma entidade numérica de características muito peculiares, como, por exemplo no caso de *cinco nonos*, dado que 5/9 = 0,555555...). Do ponto de vista da estrutura linguística, trata-se de **numerais exatos** (que podem ser todos reforçados por *exatamente*, como em *exatamente vinte* ou *exatamente metade*). Se aos numerais exatos se aplicarem operadores como *menos de*, *no máximo* (ou *quando muito*), *exatamente*, *cerca de*, *à volta de*, *aproximadamente*, *no mínimo* (ou *pelo menos*) e *mais de*, obtêm-se **numerais inexatos**. Facilmente se vê que as combinações possíveis aumentam grandemente a extensão do sistema dos numerais e a sua capacidade de transmitir informação.

21.5.3 Quantificadores vagos

Algumas expressões de valor quantificacional têm sido chamadas **quantificadores vagos**, em virtude de não exprimirem valores precisos. O seu valor depende do contexto e pode envolver uma dimensão subjetiva (pense-se, por exemplo, num contexto eleitoral em que todos os partidos reclamam ter tido *muitos votos* ou sobre o que pode significar *trabalhar muito*). Entre os **quantificadores de contagem vagos** contam-se *muitos* e *poucos* (*muitos livros*, *poucas mesas*), todos os numerais inexatos (como os que ocorrem em *menos de cem pessoas*, *no máximo mil euros*, *quando muito metade dos países da UE*) e ainda expressões resultantes da combinação de adjetivos como *grande* ou *pequeno* com nomes como *número* ou *quantidade* (*uma grande quantidade de pessoas*, *um pequeno número de encontros*). São **quantificadores de medição vagos** ou **quantificadores de graduação vagos** *algum*, *muito*, *pouco* (*algum pó*, *alguma paciência*, *muita fruta*, *pouco açúcar*), *um pouco* (*um pouco de descanso*) e ainda expressões resultantes da combinação dos já referidos adjetivos com nomes como *porção* ou *quantidade* (como em *uma pequena porção de mel* ou *uma grande quantidade de dinheiro*).

A importância de fatores contextuais, inclusivamente culturais, na interpretação dos quantificadores está bem patente nos seguintes dados e suas hipóteses de interpretação (cf. Kamp e Reyle 1993:459s):

(53) a. *Muitas casas desta cidade* estavam seguras contra incêndios no ano passado.
b. *Muitas casas desta cidade* arderam no ano passado.

Como observam Kamp e Reyle, é óbvio que, se estivermos a falar de uma cidade típica da Europa Ocidental no tempo atual, as quantidades em causa serão muito diversas. Por exemplo, se numa cidade apenas 5% das casas estiverem seguras contra incêndio, tal valor será considerado muito baixo, levando a que a frase (53a) seja

considerada falsa em tal contexto, ao passo que o mesmo valor será normalmente considerado elevado relativamente a casas ardidas, levando a aceitar-se (53b) como verdadeira numa situação em que arderam 5% das casas da cidade em causa.

Uma outra característica peculiar dos quantificadores vagos é a sua flexibilidade no que respeita à seleção do conjunto relevante para a interpretação. Considere-se, por exemplo, a vagueza exibida por uma frase como *estavam muitos professores na festa*. Segundo uma das interpretações possíveis, o número de professores presente na festa em causa era elevado em relação ao conjunto de todos os professores referenciáveis num dado contexto – por exemplo, os pertencentes à mesma escola dos interlocutores. Segundo outra leitura, esse número é elevado em comparação com um ou mais grupos, profissionais ou outros, presentes na festa; por exemplo, num contexto, o grupo dos estudantes, e, noutro contexto, grupos de artistas, de jornalistas e de políticos.

21.5.4 Particularidades da quantificação de contagem

O processo de quantificação de contagem de entidades não é uniforme, podendo variar consoante os membros de um conjunto de entidades são contados tendo em conta apenas esse mesmo conjunto, isto é, em termos absolutos, ou tendo em conta algum outro conjunto, isto é, em termos relativos. Além disso, a variedade de operadores de contagem requer que se caracterizem com precisão os seus valores semânticos.

21.5.4.1 Tipos de quantificação de contagem

Adota-se aqui a distinção entre **quantificação de contagem absoluta** e **quantificação de contagem relativa** (cf. Partee 1989 e Peres 1990). A quantificação de contagem absoluta é exemplificada por numerais como *vinte* ou *mais de cem* e por *alguns* (que é equivalente a *mais de um*, *pelo menos dois* ou *dois ou mais*) e verifica-se quando a verdade da fórmula a avaliar depende apenas do número de entidades que são membros tanto do conjunto denotado pelo grupo nominal (i.e., o nome e, se existirem, complementos ou modificadores) como do conjunto denotado pela expressão predicativa relevante (ou seja, que são membros da interseção desses dois conjuntos). Por sua vez, a quantificação de contagem relativa é exemplificada por quantificadores como *a maioria*, *mais de dois terços* ou *todos* e verifica-se quando a verdade da fórmula a avaliar depende não só do número de membros do referido conjunto de interseção, mas também do número de membros do conjunto denotado pela estrutura nominal. Nestes termos, em *faltaram dez estudantes*, temos quantificação de contagem absoluta, uma vez que para saber se a frase é verdadeira basta verificar se o conjunto de indivíduos que são simultaneamente estudantes e que faltaram tem exatamente dez membros, sem ser necessário relacionar este valor com o número total de estudantes. Diversamente, em *faltaram mais de metade dos estudantes*, temos quantificação de contagem relativa, uma vez que, neste caso, não basta saber quantos membros tem o conjunto formado pela interseção do conjunto dos estudantes e do conjunto dos faltosos, sendo também preciso saber quantos membros tem o conjunto dos estudantes sem mais (ou, para o efeito, equivalentemente, o conjunto dos estudantes que não faltaram), uma vez que é estabelecida uma razão entre esses dois conjuntos.

Um quantificador como *alguns* coloca o problema de se saber se quantifica de modo absoluto ou de modo relativo. Numa leitura de contagem absoluta (ou de cardinalidade), uma frase como *alguns estudantes faltaram ao exame* será considerada verdadeira se pelo menos dois estudantes tiverem faltado ao exame em causa (isto é, se houver pelo menos dois estudantes na interseção do conjunto dos estudantes com o conjunto das entidades que faltaram a esse exame). Porém, se houver apenas dois estudantes no contexto relevante, a frase será pragmaticamente inadequada, uma vez que o quantificador *todos* é igualmente aplicável. Na realidade, *alguns* recebe geralmente um valor de contagem relativa, porque se assume (implicitamente) que apenas algumas e não todas as entidades do conjunto dado têm a propriedade relevante. Ou seja, no uso mais normal do quantificador *alguns* é necessário, como no caso dos quantificadores de contagem relativa, considerar também o cardinal do conjunto denotado pela estrutura nominal.

Também por uma outra razão se deve considerar que com o quantificador *alguns* não se contabilizam apenas os membros do conjunto de interseção relevante. Considere-se a mesma frase *alguns estudantes faltaram ao exame*, mas suponhamos agora que o conjunto dos estudantes que podem ir ao exame são dez e que faltaram nove. Se a condição para que a frase seja verdadeira for apenas que *pelo menos* dois estudantes tenham faltado ao exame, rigorosamente a frase será verdadeira. No entanto, os falantes não a sentirão como tal, pelo que, uma vez mais, parece atuar uma condição sobre a relação entre os dois conjuntos considerados na contagem relativa: se uma propriedade se aplica a nove de dez entidades, não parece adequado dizer que ela se aplica (apenas) a "algumas" dessas entidades.

Há, porém, contextos em que é aceitável uma interpretação de contagem absoluta de *alguns*. Imagine-se que à pergunta *tens alguns livros do Saramago?*, o inquirido, embora sabendo que tem todos os livros do autor em causa, responde: *tenho* (resposta interpretável como *sim*, *tenho alguns livros do Saramago*). Nesta circunstância, não se pode dizer que a resposta seja falsa, pelo que o quantificador *alguns* está a ser interpretado como veiculando o valor absoluto de 'pelo menos dois', sem que seja tida em conta a dimensão total do conjunto de base.

> [13] A distinção entre quantificadores de contagem absoluta e quantificadores de contagem relativa é semelhante à distinção entre **quantificadores de cardinalidade** e **quantificadores proporcionais**, apresentada em Kamp e Reyle (1993) e atribuída pelos autores a Partee (1989). Kamp e Reyle consideram que a oposição entre quantificadores de cardinalidade e quantificadores de proporcionalidade é mais operacional do que aquela que, a partir de Milsark (1974) e com a formalização avançada em Barwise e Cooper (1981), se estabelece entre **determinantes fracos** (como, por exemplo, os indefinidos, os cardinais ou *muitos*) e **determinantes fortes** (como *todos* e *a maioria*). Esta distinção tem como base a distribuição dos determinantes nas frases do inglês iniciadas pelo elemento expletivo *there* exemplificadas em (a) abaixo – correspondentes, em português, a frases existenciais com *haver*, exemplificadas em (b) –, que são gramaticais com determinantes fracos e agramaticais com determinantes fortes:
>
> (i) a. There are ten apples in the basket.
> b. Há dez maçãs no cesto.
>
> (ii) a. *There are all the apples in the basket.
> b. *Há todas as maçãs no cesto.

A quantificação de contagem (por vezes referida apenas como "quantificação") desempenha um papel fundamental na arquitetura semântica das línguas naturais. Porém, a consciência clara da importância da quantificação é relativamente recente, só se manifestando com bastante força a partir de Montague (1973) e, mais nitidamente, nos anos 80, após Barwise e Cooper (1981). Diversamente, desde os começos da Lógica matemática, com o Cálculo de Predicados de Frege, teve-se uma perceção nítida do papel central dos quantificadores (de contagem) na construção de fórmulas relevantes de uma linguagem lógica, a ponto de o próprio Cálculo de Predicados receber, em muitos autores, a designação alternativa de Teoria da Quantificação. Contudo, mesmo na Lógica e na Matemática, a noção de uma classe de quantificadores (de contagem) só emergiu tardiamente, sendo Mostowski (1957) o primeiro trabalho a chamar a atenção para o facto de as propriedades dos quantificadores do Cálculo de Predicados serem generalizáveis a numerosos outros operadores de quantificação presentes nas linguagens lógicas e matemáticas – aos quais, por esta razão, ele atribuiu a designação (não muito transparente, convenhamos) de **quantificadores generalizados**. Na gramática da tradição greco-latina, as expressões que exprimem quantificação estavam dispersas por, pelo menos, as classes dos artigos (*um*, *o*, *as*, etc.), dos pronomes indefinidos (*alguns*, *todos*, *muitos*, *poucos*, etc.), dos numerais (*vinte*, *metade*, etc.) e dos advérbios (*muito*, *pouco*, *demasiado*, etc.).

21.5.4.2 Valor semântico dos quantificadores de contagem

No que respeita à semântica dos quantificadores de contagem, salienta-se desde já a variedade de domínios da realidade sobre os quais eles podem quantificar. Vejam-se os seguintes tipos de dados, meramente exemplificativos:

(54) a. *Todos os movimentos de terras* foram registados.
b. *Alguns dos debates* foram muito interessantes.
c. Ele esconde *grande parte das suas emoções*.
d. *Todos os domingos* dou um passeio à beira-rio.
e. Passaram-se *vários séculos* sem qualquer mudança.

Em (54a,b), quantifica-se sobre situações; em (54c), sobre realidades psíquicas; em (54d,e), sobre intervalos de tempo.

Para descrever o tipo de valor semântico associado aos quantificadores de contagem, considere-se uma frase elementar como *a maioria dos jovens pratica desporto*[39]. A função de *a maioria* nesta frase é a de estabelecer uma condição sobre a relação entre a denotação do nome comum *jovens* (que se concebe, numa perspetiva simplificada, como sendo o conjunto de entidades humanas de um determinado grupo etário) e a denotação da expressão predicativa complexa *pratica desporto* (que se pode conceber, também numa formulação simples, como sendo o conjunto de entidades humanas – crianças, jovens, adultos não seniores e adultos seniores – que praticam desporto). Concretamente, a presença de *a maioria* determina que a frase em análise só é verdadeira se o número de jovens que praticam desporto for maior do que o número dos que não praticam. Este tipo de caracterização poderia alargar-se, com as devidas adaptações, a quase todos os quantificadores de conta-

[39] A semântica da quantificação que aqui assumimos baseia-se na Teoria dos Quantificadores Generalizados, originada em Montague (1970) e desenvolvida em Barwise e Cooper (1981).

gem das línguas naturais[40]. Uma clara exceção é a expressão *cada*, que tem uma caracterização mais complexa. Observem-se os seguintes dados:

(55) a. *Cada pessoa é simpática.
b. Cada pessoa é simpática à sua maneira.

(56) a. *Cada amigo foi visitar o doente.
b. Cada amigo foi visitar o doente quando pôde.

(57) a. *Cada convidado bebeu vinho do Porto.
b. Cada convidado bebeu um cálice de vinho do Porto.
c. Cada convidado bebeu o que lhe apeteceu.

Estes exemplos mostram, antes de mais, que *cada* exprime um valor de quantificação universal, uma vez que impõe que a propriedade expressa pelo sintagma verbal se aplique a todos os membros de um dado conjunto (nos exemplos de (55)-(57), os conjuntos das pessoas, dos amigos de um dado doente e dos convidados de algum acontecimento social, respetivamente). Existe, porém, uma outra condição, que é a de que a cada membro desses conjuntos corresponda uma entidade própria na denotação do sintagma verbal. Assim, em (55b), a cada pessoa corresponde a sua própria maneira de ser simpática, em (56b), a cada amigo de um dado doente corresponde o seu momento próprio em que o pôde visitar, em (57b), a cada convidado corresponde o seu cálice de vinho e, em (57c), a cada convidado corresponde o que lhe apeteceu beber. O facto de a denotação dos SV das frases de (55a), (56a) e (57a) não envolver entidades com as quais se possa estabelecer a correspondência requerida torna as frases agramaticais. Note-se, porém, que não é necessário que a cada um dos membros do conjunto quantificado universalmente por *cada* correspondam elementos diferentes no outro conjunto. Por exemplo, uma frase como *cada estudante vai ler dois artigos* será verdadeira mesmo se se vier a verificar que todos os estudantes leram os mesmos dois artigos.

21.5.5 Particularidades da quantificação de medição

À semelhança do processo de contagem, também o processo de medição (de quantidades de substâncias ou de partes de entidades) não é uniforme, podendo variar consoante uma quantidade é medida tendo-a apenas a ela em conta, isto é, em termos absolutos, ou tendo em conta uma outra quantidade de que ela é parte, isto é, em termos relativos. No plano sintático, as expressões de quantificação de medição apresentam alguma complexidade, que se procurará esclarecer. Além disso, também se requer uma caracterização precisa dos seus valores semânticos.

21.5.5.1 Tipos de quantificação de medição

Recorde-se que a "quantificação contínua ou de medição" permite delimitar uma "parte" de uma entidade (ou "partes" de várias entidades) e não um número de entidades. Neste tipo de quantificação, não se contam entidades, antes se medem

[40] Este facto permite que se fale de uma "classe dos quantificadores" nas línguas naturais, que as tradições gramaticais anteriores a Montague não reconheciam.

porções de entidades tomadas como um todo. Por exemplo, nas expressões *uma porção de água* e *uma tonelada de ferro* medem-se porções de substâncias e na expressão *parte de uma parede* mede-se uma parte de uma entidade do domínio contável.

Com base na oposição já referida entre nomes contáveis e nomes não contáveis (como se disse, muitas vezes impropriamente identificados como "nomes massivos"), estabeleceu-se em 21.5.1 a distinção entre quantificação de contagem e quantificação de medição. Porém, numerosos dados, alguns dos quais já apresentados nessa subsecção, mostram que uma simples oposição entre um domínio de quantificação "contável" e um domínio de quantificação "massivo" é insuficiente para caracterizar adequadamente as operações de determinação de quantidades. As frases que se seguem, onde as expressões que realizam quantificação de medição aparecem em itálico, ilustram vários subtipos desta quantificação:

(58) a. *Parte desta mesa* está manchada.
b. *Parte da conferência* não teve grande interesse.
c. Em cima duma mesa estão *cinco litros de leite*.
d. Gastei *dois quilos de cal*.
e. Bebi *todo o sumo que estava no jarro*.
f. *Nenhuma fruta* se estragou.
g. O Paulo acabou o curso há *cinco anos*.
h. A operação durou *dois dias*.
i. Todos os dias faço *algum tempo de ginástica*.
j. Todos os dias faço *quatro quilómetros de corrida*.

Na frase (58a), determina-se uma quantidade que constitui uma parte de uma mesa e que pode ou não ser uma parte estrutural, como já foi referido em 21.5.1 acerca do mesmo exemplo, então dado como (36d). Em (58b), também está envolvida uma parte de uma entidade, mas esta é agora de um tipo muito diferente, visto tratar-se de uma situação. Em (58c), a expressão *cinco litros de leite* remete para uma quantidade da substância leite. Deste mesmo tipo são as expressões em itálico das frases (58d-f), que envolvem porções de substâncias, no último caso a porção nula. Nas frases (58g,h), quantifica-se sobre o domínio do tempo, no primeiro caso envolvendo localização temporal e no segundo duração. Finalmente, em (58i,j), as quantidades medidas delimitam, respetivamente, uma situação de prática de ginástica caracterizada pela sua dimensão temporal e uma situação de corrida caracterizada pela sua dimensão espacial. Estamos aqui, pois, perante material muito variado do ponto de vista dos domínios e das operações de quantificação.

Alguns dos exemplos de (58), em particular os que contêm numerais – (58c,d, g,h,j) – suscitam a questão da diferença entre quantificação de contagem e quantificação de medição, podendo perguntar-se se não estaremos nesses casos a contar entidades. Na verdade, em muitas construções existe ambiguidade entre os dois processos semânticos em causa. Assim, a frase (58c) pode servir para predicar acerca da localização (sobre uma mesa) de uma porção de leite (cinco litros, tomados globalmente como uma porção única), caso em que estaremos a realizar quantificação de medição, e pode servir também para predicar acerca de um dado número de litros de leite, envolvendo quantificação de contagem, o que se verificaria se, por exemplo, a referida frase fosse continuada deste modo: *dois deles vão*

ser utilizados para fazer arroz doce. Algo de semelhante se passará com (58h), se a frase for enquadrada do seguinte modo: *a operação durou dois dias*, *um em dezembro e outro em janeiro*.

A distinção estabelecida, em 21.5.4, entre quantificação de contagem absoluta e quantificação de contagem relativa (noutra terminologia, entre quantificadores de cardinalidade e quantificadores proporcionais, respetivamente; cf. Caixa [13]) encontra paralelo na quantificação de medição (cf. Peres 1992). Vejamos, então, a diferença entre o caráter absoluto ou relativo deste tipo de quantificação.

A **quantificação de medição absoluta** permite-nos determinar uma porção de uma entidade sem atender à entidade tomada como um todo, mas antes a um valor-padrão independente da entidade concreta em causa. Esse valor constitui a base que dá sentido aos **nomes de medida** (como *metro*, *centímetro*, *litro*, *quilo*, *grama*, etc.) que fazem parte da expressão quantificacional[41]. Os nomes de medida mais comuns da linguagem não científica designam valores de medidas de comprimento, de área ou superfície, de volume, de capacidade ou de peso (mais rigorosamente, massa[42]). Nas frases que se seguem, as expressões em itálico exemplificam quantificadores de medição absoluta. São constituídas por um numeral e por um nome de medida (que aparece sublinhado):

(59) a. Comprei *vinte <u>metros</u>* de corda. [comprimento]
b. Comprei *dois <u>metros quadrados</u>* de contraplacado. [área (ou superfície)]
c. Comprei *dois <u>hectares</u>* de terreno. [área (ou superfície) agrária]
d. Colocámos *dois <u>metros cúbicos</u>* de terra neste canteiro. [volume]
e. Esta vasilha contém *dez <u>litros</u>* de azeite. [capacidade]
f. Comprei *dez <u>quilos</u>* de maçãs. [massa/peso]

A **quantificação de medição relativa** permite-nos definir uma porção de uma entidade relativamente à totalidade dessa entidade e, não, como acontece na quantificação de medição absoluta, em função de um valor-padrão independente das entidades medidas. As partes envolvidas neste tipo de quantificação, que são predominantemente partes materiais (cf. 21.2.3.3), podem ir da parte vazia ou nula, como em (58f) ou em *até agora*, *<u>nada</u> se decidiu*, à parte total, como em (58e) ou em *fiquei <u>toda a tarde</u> a descansar*, passando pelas partes não vazias nem totais, como em (58a,b) ou em *o Pedro pintou <u>a parede quase toda</u>*. Outros operadores típicos da quantificação de medição relativa são *parte*, *uma parte*, *grande parte*, *uma* (*pequena/grande*) *parte*, *um terço*, *uma terça parte* ou *metade*. A esta lista podem ainda acrescentar-se outras expressões de uso mais condicionado no que respeita aos nomes a que podem

[41] Por exemplo, o valor-padrão associado ao nome de medida *metro* era, nos finais do séc. XVIII, a décima milionésima parte de um quarto de um determinado meridiano terrestre e é, desde 1983, a distância percorrida pela luz, no vazio, numa determinada fração ínfima de segundo.

[42] No plano científico, da física, massa e peso são grandezas distintas: a massa é uma propriedade inerente às entidades físicas (relacionável, embora não identificável com a quantidade de matéria), enquanto o peso é uma grandeza que depende da massa e da força gravítica a que os objetos estiverem sujeitos; assim, a massa é, *grosso modo*, constante, ao passo que o peso varia com a gravidade (que difere, por exemplo, de um planeta para outro). Numa balança, mede-se a massa, usando-se como unidade de medida o quilograma (símbolo "kg"); por sua vez, o peso é medido num dinamómetro e a sua unidade de medida é o newton (símbolo "N") ou, mais raramente, o quilograma-força (símbolo "kgf"). Porém, na linguagem corrente, o termo *peso* é usado em vez de *massa*.

associar-se, como, por exemplo, *um bocado* ou *um pedaço*. Vejamos alguns outros exemplos de quantificação de medição relativa:

(60) a. Para fazer este anel, utilizei *parte d*o ouro.
b. Inspecionei *todo* o edifício.
c. Apenas visitei (*uma*) *parte d*a casa.

O processo de quantificação de medição relativa envolve sempre uma entidade delimitada ou uma quantidade delimitada de uma substância que tem de estar identificada (como, nos exemplos anteriores, as entidades dadas pelos sintagmas definidos *o ouro*, *o edifício* e *a casa*). Tal característica justifica os seguintes contrastes de gramaticalidade:

(61) a. Para fazer este anel, utilizei *parte do ouro que me deste*.
b. *Para fazer este anel, utilizei *parte de ouro*.

(62) a. Usei *metade da corda que comprei* para prender a tenda.
b. *Usei *metade de corda* para prender a tenda.

Porém, na quantificação de medição absoluta, não se verifica tal requisito de identificação de uma entidade ou de uma quantidade delimitada de uma substância. De facto, este processo de quantificação pode envolver a identificação apenas de uma substância, como em (63a) e (64a), ou também a identificação de uma entidade discreta, como em (63b) e (64b):

(63) a. Para fazer este anel, utilizei *cem gramas de ouro*.
b. Para fazer este anel, utilizei *cem gramas do ouro que me deste*.

(64) a. Para prender a tenda, usei *dois metros de corda*.
b. Para prender a tenda, usei *dois metros da corda que comprei*.

Note-se, porém, que a identificação de entidades num processo de quantificação de medição relativa não tem de ser feita por aplicação do quantificador a uma descrição definida como acontecia em (60) com *o ouro*, *o edifício* ou *a casa*. De facto, pode realizar-se por meio de outros sintagmas nominais, como nos exemplos seguintes:

(65) a. Visitei *parte de alguns dos museus*.
b. Bebi *um pouco de vários dos vinhos expostos*.
c. Li *uma parte de cada um dos relatórios*.

Note-se que, nestes exemplos, os SN *alguns dos museus*, *vários dos vinhos expostos*, *cada um dos relatórios*, a que estão aplicados os quantificadores de medição (respetivamente *parte*, *um pouco* e *uma parte*), embora contenham todos um SN definido, não são eles próprios descrições definidas.

21.5.5.2 Aspetos estruturais da quantificação de medição

Não é plenamente consensual a questão da estrutura interna de expressões de quantificação de medição como *vinte metros*, *dois metros quadrados*, *dois hectares*, *dois metros cúbicos*, *dez litros* ou *dez quilos* dos exemplos de (59) acima. De um ponto de vista semântico, o que se pode dizer é que elas constituem unidades de significado que permitem exprimir a dimensão quantitativa de uma porção de uma

determinada matéria. Nessa perspetiva, a primeira das representações que se seguem parece representar melhor a estrutura semântica interna de uma expressão como *dez metros de corda* do que a segunda:

(66) a. [[dez metros] [de corda]]
b. [[dez] [metros de corda]]

Vejamos alguns factos linguísticos que parecem favorecer a ideia de que as expressões quantificacionais de medição (como *dez metros* ou *vinte quilos*) constituem uma unidade semântica. Em primeiro lugar, observe-se que é mais natural construir cadeias anafóricas (cf. Cap. 41) que remetam para o nome quantificado do que para o nome de medida:

(67) a. Ontem comprei *vinte quilos de maçãs*. Metade d*essas maçãs* não estavam em bom estado.
b. Ontem comprei *vinte quilos de maçãs*. ?Metade d*esses quilos* não estavam em bom estado.

(68) a. Ontem comprei *vinte quilos de maçãs*. Ofereci *algumas* a um amigo.
b. Ontem comprei *vinte quilos de maçãs*. ?Ofereci *alguns* a um amigo.

No mesmo sentido apontam dados como os seguintes, envolvendo também pronomes com valor anafórico, onde as primeiras versões são claramente as mais naturais:

(69) a. Comprei vinte quilos de maçãs. Coloquei-*as* em cestos.
b. Comprei vinte quilos de maçãs. ?Coloquei-*os* em cestos.

(70) a. Comprei vinte litros de um bom vinho. Guardei-*o* na cave.
b. Comprei vinte litros de um bom vinho. ?Guardei-*os* na cave.

Repare-se ainda em construções comparativas elípticas como *eu bebi dois litros de água, mas o Paulo bebeu mais*. Claramente, a interpretação pelo menos preferencial desta frase é aquela em que se afirma que o Paulo bebeu mais água do que o enunciador e não necessariamente mais litros de água. De facto, a frase será verdadeira se o Paulo tiver bebido, na situação relevante, por exemplo, 2,3 litros de água.

Os argumentos apresentados sugerem que os nomes de medida como *litros*, *metros* e *quilos* não funcionam nas frases em causa como núcleos nominais semânticos, ou seja, que não se está a quantificar sobre conjuntos de litros, de quilos ou de metros, o que constitui um argumento em favor de uma estrutura como (66a), a qual tem como núcleo o nome *corda* e em que o nome de medida aparece como fazendo parte do especificador. Pode, no entanto, acontecer que a sintaxe justifique que, num nível de superfície, os nomes de medida sejam por vezes tratados como núcleos sintáticos. As seguintes construções de tipo anafórico parecem apontar neste sentido (sobre este tipo de anáfora, envolvendo elipse, cf. Cap. 45):

(71) a. Bebi dois litros de água e o Paulo bebeu três.
b. Tenho de beber dois litros de água por dia: um de manhã e outro à tarde.
c. Comprei dois metros de tecido, mas só vou utilizar um.

Note-se que os nomes de medida têm indubitavelmente um estatuto de núcleos nominais tanto do ponto de vista semântico quanto do sintático quando ocorrem como o único nome em argumentos de verbos que selecionam complementos de medida, como acontece em frases como *a corda mede dez metros*, *a caixa pesa cinco quilos* ou a *garrafa leva dois litros*.

Todos os quantificadores de medição absoluta até aqui referidos são exatos, dado conterem um numeral exato (como *dois*, *dez*, ou *vinte*; cf. 21.5.2). Porém, a classe inclui igualmente quantificadores inexatos, por conterem numerais cardinais inexatos. Alguns exemplos: *menos de cinco quilos*, *no máximo* (ou *quando muito*) *vinte metros*, *cerca de dois hectares*, *no mínimo dez metros quadrados*, *pelo menos um metro cúbico*, *mais de dez litros*.

Em vez de conterem um numeral cardinal, os quantificadores de medição absoluta podem ser construídos com um numeral fracionário, como em *meio litro* ou *um quarto de litro*, e até por dois fracionários encadeados, como em *metade de meio litro* ou *metade de meio quilo*. Hoje pouco usadas em Portugal, estas últimas expressões estão ligadas a épocas em que fazia sentido comprar metade de meio litro de produtos como o leite ou o azeite. É ainda de salientar que, por vezes, estes quantificadores perderam o nome de medida, ficando apenas o fracionário e a expressão identificadora da substância, como em *um quarto de água* (por *um quarto de litro de água*) ou *uma quarta de manteiga/azeitonas* (claramente em desuso).

A alguns dos nomes de medida até aqui mencionados há que acrescentar os que exprimem valores superiores e inferiores ao valor-padrão da mesma medida (como *centímetro*, *quilómetro*, *grama* ou *tonelada*) e ainda alguns de uso restrito, quando não mesmo caídos em desuso (do tipo de *almude*, *alqueire*, *arrátel*, *arroba*, *quartilho* ou *quintal*). Também, é claro, fazem parte da língua portuguesa os nomes de medida não decimais, como *galão*, *jarda*, *libra* ou *onça*.

Do ponto de vista semântico, justifica-se tratar igualmente como quantificadores de medição absoluta expressões que se usam em vez dos nomes de medida até aqui considerados e que são constituídas por um numeral cardinal ou fracionário e por um **nome de medida informal** (como *balde*, *copo* ou *saco*), ou por uma expressão nominal de medida informal complexa (como *chávena de chá* ou *colher de sopa*). Os nomes (ou expressões nominais) de medida informais designam em geral objetos que podem conter as substâncias relevantes (i.e., as que são denotadas por um nome que define o domínio de quantificação como *água*, *arroz* ou *leite*). Vejam-se exemplos destes quantificadores de medição absoluta, que aparecem em itálico, com o respetivo nome ou expressão nominal de medida informal sublinhado:

(72) a. *dois <u>baldes</u>* de água
b. *três <u>copos</u>* de leite
c. *vários <u>cestos</u>* de maçãs
d. *uma <u>chávena</u>* de arroz
e. *uma <u>colher de chá</u>* de xarope
f. *dois <u>pratos</u>* de sopa
g. *vinte <u>sacos</u>* de trigo

O valor quantificacional em causa pode gerar ambiguidade, por exemplo numa expressão como *cinco colheres de sopa*. Na frase *comprei cinco colheres de sopa*, o numeral

cinco tem a função de quantificador de contagem aplicado à estrutura nominal *colheres de sopa*, que define o domínio de quantificação (constituído por colheres de sopa, em contraste com colheres de chá, colheres de sobremesa ou colheres de café). Porém, numa frase como *o bolo levou cinco colheres de sopa de açúcar*, a interpretação é diferente, visto que a estrutura nominal *cinco colheres de sopa* é aqui um quantificador de medição absoluta, sendo o domínio de quantificação definido pelo nome *açúcar*. No interior do quantificador *cinco colheres de sopa*, o numeral *cinco* tem também uma função de quantificação (de contagem) relativamente à expressão nominal de medida informal *colheres de sopa*. Note-se ainda que, numa frase como *comi só três colheres de sopa juliana*, *três colheres* é um quantificador de medição absoluta formado a partir do nome de medida informal *colher* e o domínio da quantificação é definido pela estrutura nominal modificada *sopa juliana*.

Ainda acerca dos quantificadores de medição, é de registar que alguns deles estão em variação livre com expressões adverbiais:

(73) a. *Todo* o edifício foi inspecionado.
b. O edifício foi inspecionado {*na totalidade*/*na íntegra*/*integralmente*}.

(74) a. *Parte* do edifício foi inspecionado[43].
b. O edifício foi inspecionado {*em parte*/*parcialmente*}.

21.5.5.3 Valor semântico dos quantificadores de medição

Apesar de, num plano abstrato, se considerar que tanto a quantificação de contagem quanto a de medição exprimem valores de uma categoria de quantidade, os dois tipos estão associados a ontologias e cálculos muito diferentes (para além de, como vimos, envolverem alguma variação sintática). No que respeita à ontologia, um universo de discurso que possa servir à interpretação da quantificação de medição tem de incluir todas as quantidades possíveis de qualquer substância concebida como homogénea e cumulativa (por exemplo, a água, o ar, o ouro ou o carvão – cf. 21.1.2).

Note-se que, como mostraram vários dos exemplos apresentados acima, estamos a adotar um conceito de quantificação de medição que se aplica, para além das substâncias, de que a água é um exemplo típico, a muitas entidades. Na verdade, falámos de quantificação de medição em relação a realidades designadas por nomes como *conferência*, *contraplacado*, *corda*, *maçãs*, *mesa*, *tempo*, *terra* ou *terreno*. Assim sendo, as quantidades de que é preciso dispor no universo de discurso são não apenas quantidades de substâncias, mas também as quantidades constituídas por todas as partes possíveis de muitos tipos de objetos, incluindo, por exemplo, os familiares objetos físicos, as situações e os intervalos de tempo. Tais quantidades têm de ser medidas de acordo com um ou mais dos sistemas de medição que lhes forem aplicáveis – comprimento, volume, peso, etc. Como já referimos em 21.2.2, certos nomes – os não contáveis e não medíveis – não podem ser objeto de processos de quantificação, quer de contagem, quer de medição.

[43] A concordância (cf. Cap. 46) entre o núcleo semântico (*edifício*) e o particípio passado (*inspecionado*) é possivelmente controversa. No entanto, é esta a nossa escolha para este tipo de construção (cf. ainda, p.e., *parte do território foi povoado/explorado nessa época*). Outra seria a opção se tivéssemos um artigo indefinido: *uma parte do edifício foi inspecionada, uma parte do território foi povoada/explorada nessa época*.

21.5.6 Ambiguidade entre quantificação de contagem e de medição

Existem algumas possibilidades de ambiguidade entre quantificação de contagem e quantificação de medição. Comparem-se as frases seguintes:

(75) a. Apenas li *parte do relatório*.
b. Apenas li *parte dos relatórios*.

A primeira frase ilustra a operação de quantificação de medição, sem qualquer ambiguidade: dado um relatório conhecido no contexto discursivo ou situacional (para o qual se remete por meio da descrição definida *o relatório*), afirma-se que esse relatório foi lido apenas parcialmente. Já (75b) é ambígua entre uma leitura de contagem, em que significa que apenas foi lido um número parcial de relatórios – talvez a leitura preferida –, e uma leitura de medição, em que significa que os relatórios que foram lidos o foram apenas parcialmente.

Um outro caso de ambiguidade entre contagem e medição é o que envolve a expressão *todo*. De facto, uma frase como *todo o edifício será restaurado* é ambígua entre uma leitura de contagem, em que se quantifica universalmente sobre o conjunto dos edifícios relevantes no contexto (sendo a frase, nesta leitura, *grosso modo* equivalente a *todos os edifícios serão restaurados*) e uma leitura de medição, em que se remete para a totalidade de um dado edifício e sobre ela se predica (sendo a frase, nesta leitura, equivalente a *o edifício será totalmente restaurado*)[44]. Deve-se acentuar que a construção com o quantificador universal *todo o* tem bastantes restrições de uso, sendo preferida em asserções de tipo enfático (*todo o traidor será punido!*) ou de caráter genérico (dir-se-á, por exemplo, *toda a criança gosta de brincar*, mas seria estranho dizer-se algo como *toda a criança está a brincar no jardim*, dizendo-se antes *todas as crianças estão a brincar no jardim*). Para uma perspetiva global das questões que estas construções colocam, veja-se o seguinte conjunto de dados:

(76) a. Todo o edifício será restaurado. [medição/contagem]
b. O edifício todo será restaurado. [medição]
c. O edifício será todo restaurado. [medição]
d. Todos os edifícios foram restaurados. [contagem]
e. Os edifícios todos foram restaurados. [contagem]
f. Os edifícios foram todos restaurados. [contagem/medição]

A frase (76a) pode ter interpretação de medição e interpretação de contagem. Em (76b,c), onde o quantificador não aparece na sua posição canónica antecedendo o artigo definido, apenas está disponível a leitura de medição. Nas frases (76d,e) só se obtém a leitura de quantificação de contagem, mesmo com a posição especial do quantificador *todos* que se verifica na segunda frase. Por último, em (76f) está obrigatoriamente presente a leitura de contagem e pode ou não emergir a de medição, isto é, diz-se que foi restaurada a totalidade dos edifícios, podendo cada um deles tê-lo sido integral ou parcialmente, se bem que, na versão mais enfática – talvez a mais natural –, pareça precisamente acentuar-se a integralidade

[44] Note-se que esta ambiguidade não se verifica no português do Brasil, onde a estrutura de contagem é *todo edifício será restaurado*.

do restauro de cada um dos edifícios. A viabilidade da leitura de medição é ainda mais evidente num exemplo como *os miúdos ficaram todos sujos*, *de andarem a brincar na terra*.

Estamos, pois, perante interpretações diversificadas no conjunto das frases (76a-f): na primeira, contagem e medição, na segunda e terceira, apenas medição, na quarta e quinta, apenas contagem e na sexta, contagem, com ou sem medição. Em conformidade, é de esperar que também se verifiquem algumas diferenças estruturais, a que se faz alusão na Caixa [14].

> [14] A ambiguidade de (76a) requer atenção. Em primeiro lugar, note-se que, na interpretação de quantificação de medição, o SN *todo o edifício* tem uma estrutura complexa, sendo constituído por um quantificador de medição de valor universal (*todo*, que se contrapõe a *parte*, *grande parte*, etc.) e pelo sintagma nominal definido *o edifício*. Este último SN permite individuar a entidade acerca da qual se afirma que será toda restaurada (ou, o que vale o mesmo, restaurada na totalidade), isto é, um edifício único no contexto discursivo relevante. Porém, no caso da interpretação de quantificação de contagem (universal), que normalmente estará associada a uma pluralidade de edifícios, não se pode dizer que está presente um SN definido *o edifício*, uma vez que, ao contrário do que se passa com a leitura de medição, não se aplica o requisito de existência de um único edifício no contexto. Coloca-se, então, a questão de saber qual a constituição interna de um SN como *todo o edifício* na interpretação de contagem.
>
> Para se obter uma resposta, há factos de variação e de mudança da língua portuguesa a ter em conta. A variação tem a ver com o português brasileiro, onde, como já foi referido (cf. Nota 44), a leitura de contagem de (76a) é normalmente dada por *todo edifício será restaurado* (sem *o*). A mudança tem a ver com o facto de se conhecerem fases anteriores do português em que a construção em causa era semelhante à brasileira atual. De facto, segundo Dias ([1918] 1970:89), «no português arcaico médio era mais usual [a construção em causa] não levar o artigo», como, p.e., em *tod'ome*, forma arcaica de *todo homem*. Uma conclusão possível seria que *todo o*, quando gera uma leitura de quantificação de contagem (universal), constitui uma locução com dois elementos, o segundo dos quais uma partícula espúria, sem valor semântico, não assimilável ao artigo definido *o* (cf. Peres 1992). Em alternativa, ainda nos casos de leitura de contagem, pode-se analisar a sequência [*todo o* N] como [*todo* [*o* N]], com a crucial particularidade de o sintagma definido identificar aqui não um indivíduo singular, mas uma entidade mais complexa, plausivelmente uma espécie (cf. 21.1.4 e 21.4.2.2). Nestes termos, teríamos um processo de quantificação universal (induzido pelo quantificador de contagem *todo*) atuando indiretamente, isto é, não sobre um nome simples denotador de um conjunto de indivíduos, mas sobre o resultado de uma operação de decomposição dessa entidade mais complexa. Em apoio desta análise aparentemente sinuosa, vem o facto de um processo muito semelhante ter de ser invocado para se explicitar uma das interpretações de frases como *toda a comissão votou a favor da proposta*, onde o domínio da quantificação universal é constituído pelo conjunto de pessoas que se obtém decompondo uma entidade coletiva – a comissão – nos seus componentes individuais[45].

[45] Em Peres e Branco (1990) esta leitura é chamada "leitura decomponente" e em Peres (1993a) recebe a designação "leitura distributiva derivada".

21.6 Semântica dos sintagmas nominais reduzidos

Em 21.3.1, considerou-se que um sintagma nominal pode consistir apenas num nome (com ou sem complementos ou modificadores) não acompanhado de qualquer determinante ou quantificador. Partindo da perspetiva do sintagma nominal, essas formas foram designadas **sintagmas nominais reduzidos** (tal como, partindo do nome, se lhes poderia chamar, por exemplo, "nomes isolados", designação mais próxima da que em inglês se adota para o mesmo tipo de estruturas: "*bare nouns*"). É importante acentuar que, ao contrário do que é frequente dizer-se, os sintagmas nominais reduzidos são abundantes em português. Por apresentarem algumas características diferentes, trataremos em separado os plurais e os singulares.

21.6.1 Sintagmas nominais reduzidos plurais

Os sintagmas nominais reduzidos plurais podem ser argumentos diretos, não preposicionados, de verbos (ou seja, sujeito ou complemento direto) ou combinar-se com preposições, dando origem quer a complementos preposicionados quer a modificadores de vários tipos. Dão-se de seguida vários exemplos destas possibilidades:

(77) a. *Jovens* protestam contra a falta de *empregos*.
b. *Pescadores* encontraram *fósseis* em *rochedos* na zona de Sines.
c. Gosto muito de *aguarelas*.
d. Presentemente, estou a trabalhar com *emigrantes*.
e. Foi interdita a circulação de *veículos* nesta zona.
f. Muitas pessoas vivem dependentes de *medicamentos*.
g. Ficava aqui bem um canteiro com *flores*.

Neste paradigma, os sintagmas nominais reduzidos plurais aparecem: (i) como sujeito dos verbos *protestar* (*jovens*, em (77a)) e *encontrar* (*pescadores*, em (77b)); (ii) como complemento direto (*fósseis*, em (77b)); (iii) em complementos preposicionados dos verbos *encontrar* (*rochedos*, em (77b)), *gostar* (*aguarelas*, em (77c)) e *trabalhar* (*emigrantes*, em (77d)); (iv) em complementos dos nomes *falta* (*empregos*, em (77a)) e *circulação* (*veículos*, em (77e)); (v) num complemento do adjetivo *dependente* (*medicamentos*, em (77f)); e (vi) num modificador do nome *canteiro* (*flores*, em (77g)).

Ao contrário do que acontece noutras línguas (p.e., no inglês), os SN reduzidos plurais do português não referem espécies, como mostra a inadequação, já referida em 21.1.4, de frases como **elefantes estão em vias de extinção* ou **computadores foram inventados no séc. XX*. Os valores predominantes de tais sintagmas nominais variam entre o **valor referencial** (**genérico**) **de tipo** (por oposição a "exemplar"), o **valor de quantificação existencial** e o **valor predicativo**. O primeiro está presente nos nomes ou grupos nominais em itálico das frases de (78):

(78) a. *Cães* são uma boa companhia, mas *gatos* não são muito de fiar.
b. *Militares* são em geral pessoas disciplinadas.
c. O Paulo arranja *computadores*.
d. Detesto *oportunistas*.
e. A Ana só convive com *músicos*.
f. Muitas empresas vivem dependentes de *subsídios do Estado*.

Nos dados de (78), os sintagmas nominais reduzidos plurais identificam um tipo de entidades do universo (cães, gatos, militares, oportunistas, músicos e subsídios do Estado) para, explícita ou implicitamente, os pôr em contraste com outros tipos (na primeira frase, opõe-se explicitamente o tipo dos cães ao dos gatos; na segunda, o dos militares ao dos civis; nas duas seguintes, o dos oportunistas e o dos músicos aos das pessoas que não pertencem a esses tipos; e, na última, subsídios do Estado a, p.e., empréstimos bancários).

Seguem-se exemplos de valor de quantificação existencial:

(79) a. Andam *cães* no jardim.
b. Neste momento, *militares* patrulham a zona.
c. O Paulo pôs *computadores* neste gabinete.
d. Infelizmente, vou ter de lidar com *oportunistas*.
e. Estive toda a tarde com *músicos*.
f. Esta empresa recebeu *subsídios do Estado*.

Neste paradigma, os mesmos sintagmas nominais do anterior transmitem agora um valor de quantificação existencial, uma vez que referem entidades concretas e asserem, em cada caso, que há duas ou mais dessas entidades na situação descrita.

Vejam-se, por último, exemplos de valor predicativo:

(80) a. Estes jovens são *estudantes*.
b. Estes fulanos parecem *baratas tontas*.
c. Os antigos empregados tornaram-se *sócios da empresa*.

Apesar de não estar disponível um estudo sistemático sobre sintagmas nominais reduzidos em português europeu, podem salientar-se algumas regularidades. A primeira é que a ocorrência destes sintagmas na função de sujeito é menos natural do que noutras funções sintáticas, parecendo exigir contextos legitimadores ou um estatuto informacional marcado (e decorrente entoação):

(81) a. ?*Crocodilos* são muito perigosos.
b. Tenho horror a *crocodilos*.

(82) a. ?*Exames* cansam-me muito.
b. Canso-me muito com *exames*.

(83) a. ?*Carros* dão sempre problemas.
b. Não tenho sorte com *carros*.

(84) a. ?*Homens* apreciam mulheres cultas.
b. Este produto destina-se a *homens*.

Em segundo lugar, observa-se que os sintagmas nominais reduzidos plurais ocorrem naturalmente, mesmo em função de sujeito, quer em definições, como em (85), quer em asserções genéricas de tipo caracterizador, como em (86):

(85) a. *Crocodilos* são répteis de grandes dimensões.
b. *Quadras* são estrofes de quatro versos.

(86) a. *Cães* e *gatos* não se dão muito bem.
b. *Antibióticos* não servem para curar *gripes*.
c. *Flores* ficam sempre bem numa sala.
d. *Tristezas* não pagam *dívidas*.

Pelo seu caráter de asserções genéricas, de tipo sentencioso, os provérbios são um lugar previsível para a ocorrência de SN reduzidos plurais com diferentes funções sintáticas:

(87) a. *Santos da casa* não fazem *milagres*.
b. Casa roubada, *trancas* à porta.
c. *Amigos*, *amigos*, *negócios* à parte.
d. Dá Deus *nozes* a quem não tem *dentes*.

Finalmente, verifica-se que certos fatores tornam mais aceitáveis as ocorrências em função de sujeito. Um deles é a presença de modificadores nominais. A razão para este facto pode residir no papel fundamental que os modificadores desempenham numa delimitação clara dos tipos ontológicos que podem constituir objeto de referência dos SN reduzidos plurais. Alguns exemplos:

(88) a. *Crocodilos em liberdade* são muito perigosos.
b. *Exames ao fim do dia* são muito cansativos.
c. *Carros usados* dão sempre problemas.
d. *Homens cultos* apreciam *mulheres cultas*.

A ocorrência de um sujeito em posição pós-verbal – cf. (89) – ou numa frase encaixada – cf. (90) – parece constituir outro fator facilitador dos SN reduzidos plurais:

(89) a. Vão cercá-lo *oportunistas* por todos os lados.
b. Serão impostas *regras*.

(90) a. É importante que surjam *psicólogos* nos Centros de Saúde.
b. Decidiu-se que *familiares* poderão acompanhar as crianças internadas.

21.6.2 Sintagmas nominais reduzidos singulares

Ao contrário da ideia corrente de que nas línguas românicas são impossíveis argumentos com sintagmas nominais reduzidos singulares de nome contável ou de que o português europeu pura e simplesmente não admite tais sintagmas nominais, o que se verifica é que eles ocorrem com frequência, mesmo em função argumental, embora com fortes restrições, particularmente no que respeita à função de sujeito (ao contrário do que acontece com o português brasileiro, não se produzem em português europeu frases como *criança gosta de brincar* ou *computador é caro*). No que respeita à semântica, os valores predominantes dos SN reduzidos singulares são o **valor** (**referencial genérico**) **de tipo** e o **valor predicativo**.

A ocorrência de sintagmas nominais reduzidos singulares (com um nome contável) em função de sujeito é rara, mas não impossível, como atestam frases como as de (91), onde o sujeito reduzido aparece em itálico. Trata-se de frases todas do mesmo tipo sintático, i.e., com verbo copulativo e predicativo do sujeito. Em todos

os casos, o predicativo do sujeito (que também vem em itálico) é igualmente um SN reduzido singular (modificado por uma oração relativa). Note-se que os sujeitos ilustram o **valor** (**referencial genérico**) **de tipo** e os predicativos do sujeito ilustram o **valor predicativo**:

(91) a. *Piscina* é *equipamento que ainda não existe por aqui*.
b. Na Islândia, *árvore* é *coisa que não se encontra*.
c. *Caneta* é *objeto que já pouca gente usa*.

Tal como no caso dos plurais, também com os singulares as possibilidades de ocorrência aumentam se o nome for modificado (uma vez mais, destacam-se todos os SN reduzidos singulares):

(92) a. *Banho de imersão frequente* não faz bem à pele.
b. *Escola sem alunos* é o que mais se encontra no interior.
c. *Laranja doce* tem *casca fina*.
d. *Verão sem sol* é uma tristeza.
e. *Domingo sem um bom almoço* é um desconsolo.
f. *Dor de dentes* é uma coisa horrorosa.
g. *Estudante que não ajuda um colega* não merece *consideração*.

Note-se que todos estes exemplos têm caráter aforístico e, portanto, um valor aspetual genérico. A ligação dos SN reduzidos singulares a este tipo de discurso está bem patente nos provérbios, como no caso dos plurais. Veja-se uma breve amostra (onde, além dos que são sujeitos, se destacam também os SN reduzidos singulares com outra função sintática, nos exemplos (93b), (93d) e (93h)):

(93) a. *Homem prevenido* vale por dois.
b. *Mulher doente, mulher para sempre*.
c. *Casa roubada*, trancas à porta.
d. *Ano novo, vida nova*.
e. *Filho de peixe* sabe nadar.
f. *Candeia que vai à frente* alumia duas vezes.
g. *Cão que ladra* não morde.
h. *Gato escaldado* de *água fria* tem medo.

A ocorrência de SN reduzidos singulares em funções que não a de sujeito é diversa e abundante. Exemplificam-se as principais variedades, começando pela função de **complemento direto**:

(94) a. O Pedro ainda não arranjou *emprego*.
b. Estou a pensar comprar *carro* este ano.
c. Raramente uso *gravata*.
d. O conferencista exigiu *secretária e motorista*.
e. Detesto *piscina*, mas adoro *praia*.
f. O preço inclui *jantar*.
g. Esta porta tem de levar *fechadura*.

Incluem-se neste formato de verbo com complemento direto reduzido construções como *pescar bacalhau*, *apanhar berbigão/batata*, *adorar ananás/cenoura*, cujos

nomes estão associados a espécies naturais, embora nestes contextos remetam para o tipo e não para a espécie[46].

Note-se que, dada a variedade de complementos reduzidos como os deste paradigma, não parece estar-se perante predicados complexos. Porém, mesmo que essa fosse a análise adotada, os SN reduzidos manteriam o seu valor semântico próprio, com o qual participam composicionalmente nas estruturas de que fazem parte.

Vários verbos admitem ou requerem **complementos preposicionados** com SN reduzidos singulares, como se exemplifica (assinalando também um complemento direto na primeira frase):

(95) a. Gosto muito de *conversa*, mas detesto *intriga*.
b. Ultimamente, ando muito pouco de *avião*.
c. Estas calças não precisam de *cinto*.
d. Temos de mudar de *tática*.

No que respeita a **complementos de nomes** e **modificadores de nomes**, a grande extensão das possibilidades é sugerida por exemplos como *acidente de moto*, *ar de herói*, *livro de bolso*, *porte de arma*, *risco de incêndio*, *riso de criança* ou *sensibilidade de artista*. Pense-se ainda noutras expressões com SN reduzidos singulares como *de porta em porta*, *de dia para dia*, *hora a hora* ou *de segunda a sexta-feira*.

De um ponto de vista semântico, é relevante observar, sobretudo tratando-se de predicações episódicas (como *o Pedro já arranjou emprego*), que é muitas vezes possível substituir o SN reduzido singular por um SN indefinido (obtendo-se, no caso, *o Pedro já arranjou um emprego*). A possibilidade de substituição por um indefinido pode ser um indicador de que não se está perante predicados complexos. A este respeito, comparem-se os dados seguintes, que sugerem que a ocorrência de *pedir licença* em (96a), mas não em (97a), constitui um predicado complexo[47]:

(96) a. O Paulo pediu *licença* para entrar.
b. *O Paulo pediu *uma licença* para entrar.

(97) a. O Paulo pediu *licença* para obras.
b. O Paulo pediu *uma licença* para obras.

Acerca da alternância com indefinidos, vale a pena registar ainda que ela não constitui evidência de que o valor referencial de um SN reduzido singular é particular em vez de genérico (de tipo). O que se passa é que o valor particular é obtido por inferência: por exemplo, sabe-se que quem tem gato, necessariamente tem um gato. Nesta ordem de ideias, as frases seguintes têm as mesmas condições de verdade, mas não têm o mesmo sentido:

---

[46] A propósito, compare-se *adorar* {*ananás/abacaxi/melão/papaia*}, casos em que ninguém usaria o plural, com *adorar* {*laranja/banana/pêssego*}, onde o singular parece pouco natural, e ainda com *adorar* {*cerejas/morangos/uvas/nozes*}, casos em que ninguém usaria o singular. Aparentemente, o fator relevante será a maior ou menor naturalidade de uma operação de contagem. Note-se que, tratando-se de sabores, por exemplo de gelado, já o singular seria adequado nos últimos casos.

[47] De acordo com este critério, também não teremos predicados complexos em *dar ajuda/apoio*, *receber ajuda/apoio*, *interpor recurso*, *apresentar queixa*, *dar/receber resposta*. Por sua vez, em *pedir autorização* podemos ter ou não um predicado complexo (como em *pedir licença*), e em *dar/prestar atenção* ou *pôr ordem* (onde, note-se, os nomes não são contáveis) seguramente temos.

(98) a. Tenho cão, mas não tenho gato.
b. Tenho um cão, mas não tenho um gato.

No entanto, dados como os seguintes, onde um SN reduzido com valor genérico de tipo é antecedente de pronomes, mostram que a língua é, mais uma vez, flexível, admitindo facilmente transições de sentido:

(99) a. Já tenho *cão*. Trouxeram-m*o* ontem.
b. Eu tenho *cão*. Levo-*o* todos os dias a passear.
c. A casa tem *jardim*. Fui eu que *o* desenhei.

A concluir, duas notas sobre a opção entre sintagmas nominais reduzidos plurais e singulares. Em primeiro lugar, note-se que, em determinados casos, a escolha entre uma forma e outra claramente depende do conhecimento do mundo. Assim, enquanto se diz *tenho cão*, *tenho gato* (e, em contextos especiais, *tenho cavalo* ou *tenho vaca*), não se dirá *tenho coelho*, *tenho galinha*, *tenho pato* ou *tenho pombo*, preferindo-se os nomes plurais, por razões óbvias. A segunda nota decorre da observação do contraste semântico entre frases como as dos pares seguintes:

(100) a. Adoro *patos*. Tenho vários no quintal.
b. Adoro *patos*. ?De preferência no forno, com arroz.

(101) a. Adoro *pato*. *Tenho vários no quintal.
b. Adoro *pato*. De preferência no forno, com arroz.

O que acontece é que enquanto o plural de nomes de certos animais comestíveis pode referir um tipo de animal enquanto ser vivo, por oposição a outros tipos de seres vivos, o singular remete sempre para um tipo de alimento, totalmente distinto do primeiro tipo. Note-se, no entanto, que se o nome for, por exemplo, *codornizes* ou *carapaus*, o singular é pouco usual e é o plural que por norma designa o alimento. Isto deve-se, possivelmente, a não se verificar com tais animais o mesmo tipo de relação cognitiva que se verifica com animais domésticos ou com espécies que podem suscitar algum tipo de apreciação não gastronómica, como é o caso dos patos, mas também, entre muitos outros, p.e., javalis ou veados: *adoro javali/veado* (alimento); *adoro javalis/veados* (os animais vivos).

21.7 Semântica dos sintagmas nominais com *qualquer*

A reflexão gramatical tem tido dificuldade em analisar e classificar de forma satisfatória as estruturas nominais que contêm a expressão *qualquer* (ou a sua variante plural *quaisquer*). Tradicionalmente, esta expressão era classificada como um pronome indefinido, com variação em número. Recentemente, é frequente ser considerada um quantificador[48], mas tal tratamento exclusivo não parece adequado, como se verá pela descrição subsequente da sua variação sintática e semântica.

[48] O mesmo ocorreu em relação à expressão inglesa *any*, que cobre valores muito próximos dos de *qualquer* e *quaisquer*.

21.7.1 Formas e valores das construções com *qualquer*

Analisamos em primeiro lugar construções em que *qualquer* aparece adjacente a um nome contável, modificado ou não. Consideremos (102):

(102) a. *Qualquer cidadão* pode denunciar um crime.
b. O Paulo identifica *qualquer quadro impressionista*.

Nestas duas frases, considera-se que *qualquer* tem valor de quantificação universal[49], em virtude de serem possíveis paráfrases com quantificadores inequivocamente universais (p.e., e respetivamente, *todo o cidadão pode denunciar um crime* e *o Paulo identifica todas as pinturas impressionistas*). A partir de Vendler (1967), este valor tem também sido identificado como valor de "escolha livre", a significar que a construção funciona como uma indicação de que o ouvinte que interpreta estas frases pode escolher aleatoriamente uma entidade do conjunto relevante (no caso, o conjunto dos cidadãos ou o conjunto das pinturas impressionistas) e verificar que o predicado em causa se lhe aplica. Consideremos agora (103):

(103) a. A Rita precisa de ler *qualquer obra do Eça*.
b. A Rita ainda não leu *qualquer obra do Eça*.
c. Se tiveres *qualquer problema*, diz-me.
d. Podes tirar da estante *qualquer obra do Eça*.
e. Tira da estante *qualquer obra do Eça*.

Neste segundo paradigma, temos estruturas bastante diversas, mas que partilham a possibilidade de serem interpretadas com valor existencial do sintagma nominal com *qualquer*. Assim, por exemplo, (103a) pode significar algo como 'a Rita precisa de ler pelo menos uma obra do Eça, não importa qual'. O exemplo (103b), com negação frásica, e o exemplo (103c), com subordinação condicional, têm a particularidade de, alternativamente, admitirem ser interpretados, como os de (102), com valor universal, caso se dê escopo largo (cf. 21.8.4, adiante) à estrutura nominal com *qualquer* (i.e., obtendo, em representação abstrata, algo como, respetivamente, 'toda a obra do Eça é tal que a Rita ainda não a leu' e 'para todo o problema, se o tiveres, diz-me'). Quanto aos exemplos (103d,e), distinguem-se pelo facto de o primeiro exibir um verbo modal (*poder*) e o segundo um verbo no modo imperativo, veiculando ambos a informação de que a ação a realizar (tirar da estante um livro de Eça) pode incidir livremente sobre todo o conjunto de livros disponíveis no contexto.

No paradigma (104), o operador *qualquer* está agregado a um nome a que pode ser aplicada quantificação de medição e de graduação:

(104) a. Eles não têm *qualquer intimidade* (nem muita nem pouca).
b. A história não tem *qualquer graça* (nem muita nem pouca).
c. Não existe *qualquer água* nestes reservatórios (nem muita nem pouca).

[49] Este valor tem também sido associado a outros operadores semelhantes a *qualquer*, nomeadamente ao *any* inglês.

Em (105), por sua vez, *qualquer* ocorre numa estrutura nominal a que pode ser aplicada quantificação com forma típica da contagem, mas igualmente de valor escalar:

(105) a. Será que ele tem *quaisquer hipóteses de vencer* (por poucas que sejam)?
b. Não vejo *qualquer possibilidade de alterar a situação* (por mínima que seja).

As estruturas com o operador *qualquer* que surgem nos quatro grupos de frases de (102)-(105) são bastante diversas, incluindo variação entre valor universal e existencial da interpretação. Há, porém, um fator semântico que as unifica. Trata-se da informação, veiculada pelo operador *qualquer*, de que as entidades do conjunto denotado pelo nome a que ele está associado se equivalem relativamente à aplicação da estrutura predicativa de cada frase. Assim, p.e., em (102a), não interessa qual o cidadão particular que pode denunciar um crime, todos eles se equivalem no que respeita a essa ação. Na leitura existencial de (103a), por sua vez, tudo o que se diz é que a Rita tem de ler pelo menos uma das obras de Eça, sem que se tenha em mente nenhuma em particular, todas elas se equivalendo para esse efeito. Usando a designação que Vendler aplicou a casos do tipo dos de (102), dizemos que as entidades desse conjunto estão em "escolha livre". A este valor induzido pelo operador *qualquer* chamamos **valor de equivalência**.

Outro valor do operador *qualquer* é dado por frases como as de (106):

(106) a. Já *qualquer pessoa* me tinha dito isso (não me lembro quem).
b. Eu já li *qualquer livro desse autor* (não sei qual).

Seria inadequado afirmar que também nestes casos as entidades denotadas pelo nome (com ou sem modificador) se equivalem em relação à predicação. O que de facto se transmite é a informação de que a entidade relevante constitui uma incógnita no conjunto das entidades que poderiam ser objeto da predicação. A esta valência do operador *qualquer* daremos o nome de **valor de incógnita**.

Em (107), apresentam-se exemplos de um terceiro tipo de valor semântico-pragmático de *qualquer*:

(107) a. O presidente não recebe *qualquer pessoa*.
b. Eu não leio *qualquer livro que aparece nas montras*.
c. A Ana não come em *qualquer restaurante*.
d. Não se trata de (um) *qualquer membro do partido*, mas do seu secretário-geral.

É admissível a hipótese de que, nestes casos, o operador *qualquer* realiza uma restrição do conjunto denotado pelo nome, tornando disponível um conjunto menor, que se distingue em relação ao conjunto total por constituir uma parte a algum título menos qualificada do que a parte restante. Assim, por exemplo, em (107b), de entre o conjunto dos livros que aparecem em montras, existe um subconjunto menos qualificado que o enunciador não lê, sendo a especificidade da menor qualificação pragmaticamente inferida (no caso de (107b), poderia ser a fraca qualidade literária). De acordo com esta interpretação, usaremos para esta valência a designação **valor de restrição**. Seguem-se outras instâncias deste mesmo valor, mas agora com a particularidade de o operador *qualquer* ocorrer associado a uma estrutura nominal com função de predicativo (ligado ao verbo *ser*) e daí resultar a presença

obrigatória do artigo indefinido *um* (note-se que, no caso de (108c), o nome está obrigatoriamente elidido):

(108) a. Ele é *um funcionário qualquer*.
b. Ela não é *uma escritora qualquer*.
c. Não era *qualquer um* que reagia com tanta calma.

21.7.2 Variantes e paráfrases das construções com *qualquer*

As construções com *qualquer* são, na sua quase totalidade, substituíveis por construções em que ocorre também o artigo indefinido, mantendo-se no essencial o mesmo conteúdo semântico. Para além deste facto, é também crucial para a sua compreensão a possibilidade de *qualquer* ocorrer em posição pós-nominal. Vejam-se alguns exemplos das estruturas alternativas, com indefinido realizado e colocação de *qualquer* antes e depois do núcleo nominal. Em primeiro lugar, para o valor de equivalência (sem se terem em conta possibilidades de ambiguidade em relação aos três valores, que existem):

(109) a. *Qualquer cidadão* pode denunciar um crime.
b. *Um qualquer cidadão* pode denunciar um crime.
c. *Um cidadão qualquer* pode denunciar um crime.

(110) a. O Paulo identifica *qualquer quadro impressionista*.
b. O Paulo identifica *um qualquer quadro impressionista*.
c. O Paulo identifica *um quadro impressionista qualquer*.

(111) a. A Rita precisa de ler *qualquer obra do Eça*.
b. A Rita precisa de ler *uma qualquer obra do Eça*.
c. A Rita precisa de ler *uma obra do Eça qualquer*.

(112) a. Podes tirar da estante *qualquer obra do Eça*.
b. Podes tirar da estante *uma qualquer obra do Eça*.
c. Podes tirar da estante *uma obra do Eça qualquer*.

Em (113)-(114), apresentam-se exemplos em que coocorrem *um* e *qualquer*, focando-se agora o valor de incógnita (continuando a ignorar possíveis ambiguidades):

(113) a. Já *qualquer pessoa* me tinha dito isso (não me lembro quem).
b. Já *uma qualquer pessoa* me tinha dito isso (não me lembro quem).
c. Já *uma pessoa qualquer* me tinha dito isso (não me lembro quem).

(114) a. Eu já li *qualquer livro desse autor* (não sei qual).
b. Eu já li *um qualquer livro desse autor* (não sei qual).
c. Eu já li *um livro qualquer desse autor* (não sei qual).

Convém salientar que não é só com o artigo indefinido que *qualquer* se combina, mas também com cardinais (que, como se viu, podem igualmente ter valor indefinido):

(115) a. Podes tirar da estante *duas quaisquer obras do Eça*.
b. Eu já li *dois livros quaisquer desse autor*.
c. A Rita precisa de ler *duas obras do Eça quaisquer*.

Um outro conjunto de construções interessantes apresenta *qualquer* combinado com o operador de modificação *outro*, em ordens diversas e com ou sem indefinido:

(116) a. Empresta-me *qualquer outro livro* desse autor.
b. Empresta-me *outro livro qualquer* desse autor.
c. Empresta-me *um qualquer outro livro* desse autor.
d. Empresta-me *um outro livro qualquer* desse autor.

Finalmente, são ainda de realçar as seguintes possibilidades de paráfrase de construções com *qualquer* obtidas por meio de estruturas oracionais intercaladas. Vejamos alguns exemplos para o valor de equivalência:

(117) a. *Qualquer cidadão* pode denunciar um crime.
b. *Um cidadão, qualquer que ele seja*, pode denunciar um crime.
c. *Um cidadão, seja* (*ele*) *quem for*, pode denunciar um crime.

(118) a. A Rita precisa de ler *qualquer obra do Eça*.
b. A Rita precisa de ler *uma obra do Eça, qualquer que ela seja*.
c. A Rita precisa de ler *uma obra do Eça, seja ela qual for*.

(119) a. Se tiveres *qualquer* problema, diz-me.
b. Se tiveres *um problema, qualquer que seja*, diz-me.
c. Se tiveres *um problema, seja qual for*, diz-me.

Para o valor de incógnita, também existem paráfrases padronizadas, diferentes das anteriores, exemplificadas em (120b) e (121b). Trata-se de construções com uma sintaxe claramente excecional:

(120) a. Já *qualquer pessoa* me tinha dito isso (não me lembro quem).
b. Já me tinha dito isso *não sei quem*.

(121) a. Eu já li *qualquer livro desse autor* (não sei qual).
b. Eu já li *não sei que livro desse autor*.

21.8 Semântica contextual dos sintagmas nominais

A interpretação dos sintagmas nominais depende da sua composição interna, mas também de fatores externos, nomeadamente presentes nas frases em que se integram. Nesta secção, começaremos por analisar as alterações de valor induzidas em diferentes tipos de sintagmas nominais relativamente a interpretações reais e virtuais, por um lado, e distributivas e coletivas, por outro (em 21.8.1 e 21.8.2, respetivamente). Seguidamente, consideraremos a ocorrência de sintagmas nominais em contextos frásicos genéricos (21.8.3). Em 21.8.4, analisaremos a interação de sintagmas nominais entre si ou com outros componentes da frase, estabelecendo **relações de escopo** que determinam a interpretação das frases. Finalmente, em 21.8.5, referiremos alguns dos usos das expressões latinas *de re* e *de dicto* na qualificação de interpretações linguísticas, nomeadamente de sintagmas nominais.

21.8.1 Valores real e virtual dos sintagmas nominais

Na secção em que tratámos da composição do universo de discurso (21.1), assumimos a pertinência de distinguir entre entidades reais e entidades virtuais (i.e., que podem não ter existência no mundo reconhecido como real). Agora, ao identificarmos os valores semânticos possíveis de sintagmas nominais, essa distinção entre entidades leva-nos a distinguir entre o **valor real** e o **valor virtual** desses sintagmas. Estes valores não são intrínsecos a tipos estruturais de sintagmas nominais, mas antes induzidos pelo contexto (onde se incluem certos fatores presentes no interior do sintagma nominal, como, por exemplo, orações relativas no modo conjuntivo). Consoante induzem realidade ou virtualidade na interpretação dos sintagmas nominais, os contextos podem ser classificados como **contextos reais** ou **contextos virtuais**. Embora a distinção entre realidade e virtualidade tenha sido relacionada sobretudo com sintagmas indefinidos, também se aplica aos definidos e mesmo a sintagmas quantificados ou reduzidos, como adiante se verá.

> [15] Deve-se acentuar que estamos aqui a optar por uma terminologia mais transparente do que a tradicional. Na verdade, em praticamente toda a literatura semântica, em vez de "contexto real" e "contexto virtual", fala-se de "contexto extensional" e "contexto intensional" (ou, em certos autores, por vezes com algumas subtis diferenças de sentido, contextos "transparente" e "opaco" ou "específico" e "não específico"[50]).

21.8.1.1 Valores real e virtual de sintagmas nominais determinados

Comecemos por observar a distinção entre realidade e virtualidade em sintagmas nominais definidos. O seu valor é real no primeiro dos dois paradigmas que se seguem e virtual no segundo:

(122) a. Conheci *o primeiro homem que pisou a Lua*.
b. *O livro que eu levei para a viagem* foi *o último romance do Philip Roth*.
c. Já encontrei *as chaves do carro*.

(123) a. *O primeiro homem que chegar a Marte* ficará na História.
b. *O livro que eu levaria para uma ilha deserta* ainda está por escrever.
c. Procuro *o elixir da juventude*.

Consideremos os casos de virtualidade. Em relação a (123a), repare-se que, não havendo a certeza de que algum dia um ser humano pise o planeta Marte, a entidade referida por meio de *o primeiro homem que chegar a Marte* tem caráter meramente virtual, induzido pelo futuro do conjuntivo ocorrente na oração relativa (*chegar*). O mesmo caráter virtual está presente em *o livro que eu levaria para uma ilha deserta* (em (123b)), neste caso induzido quer pela forma condicional presente na oração relativa (*levaria*), quer pela expressão predicativa *está por escrever* (que nos diz que tal livro não existe no mundo real), ou em *o elixir da juventude* (em (123c)), que pode ser procurado, apesar de, sendo uma quimera, não existir.

[50] Para os qualificativos "específico" e "não específico", que não têm um uso uniforme, seguiremos Kamp e Reyle (1993), onde servem para exprimir a oposição entre entidades identificadas e não identificadas pelo enunciador, de que adiante falaremos (cf. também o Cap. 22).

[16] É muito mencionada na literatura a oposição estabelecida por Donnellan (1966) entre "valor referencial" e "valor atributivo"[51] de um sintagma nominal definido (cf. Cap. 22.1.2.2). Imagine-se uma situação em que alguém depara com um cadáver, numa cena aparentemente de homicídio, e enuncia a frase *o assassino é louco*. Para este autor, o sintagma definido *o assassino* tem, em tal enquadramento, um valor referencial se o enunciador pretender referir uma pessoa que sabe ser o assassino naquela situação e tem um valor atributivo se quiser dizer algo como 'quem quer que seja o assassino' (que, neste caso, até pode não existir, se, por exemplo, se vier a descobrir mais tarde que a suposta vítima de crime afinal sofreu uma síncope e bateu com a cabeça numa mesa de pedra, em vez de ter sido brutalmente agredida). Em conformidade, o "valor referencial" de Donnellan corresponde ao que aqui identificamos como valor referencial "real" e o seu "valor atributivo" mais não é do que uma instância do nosso "valor virtual".

No que respeita a sintagmas nominais indefinidos, a oposição entre os valores real e virtual está patente nos seguintes dados:

(124) a. O Paulo casou com *uma astronauta portuguesa*.
b. O Paulo quer casar com *uma astronauta portuguesa*. Conheci-a ontem numa festa.
c. O Paulo quer casar com *uma astronauta portuguesa*. Será que encontra uma?

Em (124a), a expressão *uma astronauta portuguesa* remete para uma entidade que não tem de ser conhecida do contexto, mas que tem de ter existência real para a frase ser verdadeira, devido ao uso do verbo *casar* no pretérito perfeito (*casou*). O mesmo se passa em (124b), mas aqui é a segunda frase do texto (*conheci-a ontem numa festa*) que impõe a interpretação real da construção indefinida da primeira frase. De modo diferente, em (124c) a segunda frase do texto (*será que encontra uma?*) impõe uma leitura virtual do sintagma indefinido, que passa a referir uma entidade que até pode não existir. Vejamos outros pares de frases que exibem a mesma oposição, com valor real no primeiro membro de cada par e virtual no segundo.

(125) a. O embaixador acredita que *um dos seus secretários* é espião. Vai mandá-lo vigiar.
b. O embaixador acredita que *um dos seus secretários* é espião. Vai ver se consegue identificá-lo.

(126) a. O diretor anda à procura de *uma secretária*. Parece que só ela é que tem um número de telefone de que ele precisa.
b. O diretor anda à procura de *uma secretária*. Prefere que fale várias línguas estrangeiras.

(127) a. O diretor anda à procura de *uma secretária que fala várias línguas estrangeiras*.
b. O diretor anda à procura de *uma secretária que fale várias línguas estrangeiras*.

Nas frases de (125), o verbo *acreditar* permite quer a interpretação real, na primeira frase, quer a virtual, na segunda. Em (126), é o predicador *andar à procura* que

[51] Não se deve confundir o "valor atributivo" de uma descrição definida com a noção de "função atributiva" associada a adjetivos (cf. Cap. 31).

induz a ambiguidade. Num caso como noutro, a desambiguação resulta do texto subsequente. Em (127), o modo indicativo (*fala*) na oração relativa que modifica o nome *secretária* induz realidade e o modo conjuntivo (*fale*) induz virtualidade.

Os dados já considerados na presente secção apresentam diferentes fatores de legitimação de interpretações reais ou virtuais, nomeadamente tipos de predicadores e modo verbal em orações modificadoras de nomes. De entre esses predicadores, destacam-se, pela importância que tiveram na literatura semântica e de filosofia da linguagem, os do tipo de *procurar* e de *acreditar*, pelo que se justifica uma breve explicação a seu respeito na Caixa [17].

> [17] As questões de realidade e virtualidade de que temos estado a tratar foram equacionadas pela primeira vez em Frege (1892), ainda que sob outras designações e com outros enquadramentos. Este lógico defendeu a ideia de que, em alguns dos tipos de construção que analisou, certos constituintes não recebem o seu valor normal de "referência" (em alemão, *Bedeutung*), mas sim um outro valor, um "sentido" (em alemão, *Sinn*). Mostrou a pertinência desta distinção, por exemplo, para frases com um advérbio do tipo modal de *necessariamente* (dado que, p.e., a frase *necessariamente a Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã* é uma verdade lógica, mas *necessariamente a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde* não o é, apesar de os dois sintagmas nominais referirem a mesma entidade, o planeta Vénus), e também para os complementos frásicos de verbos como *achar*, *acreditar*, *imaginar*, *julgar*, *supor*, etc. (por vezes designados "verbos criadores de mundos possíveis"). Em relação a estes verbos, a evidência relevante é que a substituição, no seu complemento frásico, de um nome próprio ou de uma descrição definida por uma expressão com a mesma referência não garante a manutenção da verdade ou, como se diz em Lógica, trata-se de verbos que não obedecem ao "princípio da substituição *salva veritate*" ("mantendo a verdade"). Esta característica verifica-se, p.e., com as frases *o Pedro julga que o Vergílio Ferreira nasceu numa terra chamada Melo*, por um lado, e, por outro, *o Pedro julga que o autor de* Manhã Submersa *nasceu numa terra chamada Melo*, que podem ser uma verdadeira e outra falsa, apesar de se estar a referir a mesma pessoa, bastando para tanto que o Pedro não saiba que o autor do romance citado é o escritor em causa. Em Quine (1953) são metaforicamente chamados **contextos opacos**[52] aqueles em que a substituição da designação de uma entidade pode impedir de se "ver" que a entidade não mudou. Complementarmente, são **contextos transparentes** aqueles em que a substituição não afeta a verdade, como é o caso dos gerados, p.e., por verbos de perceção, como *ver* e *ouvir* (veja-se que a verdade de *o Pedro ouviu o Vergílio Ferreira falar* implica a verdade de *o Pedro ouviu o autor de* Manhã Submersa *falar*, independentemente de o Pedro saber ou não que os dois SN referem a mesma entidade).
>
> A partir destas observações, avançou-se para a verificação de que simples verbos transitivos como *procurar* ou *encontrar* – cujos equivalentes ingleses foram tratados em Montague (1973) – têm características, respetivamente, de opacidade e de transparência. Além disso, percebeu-se que à opacidade pode estar associada a possibilidade de pura e simples inexistência no mundo real (se for verdade que *a Rita procura o grande amor da sua vida* ou *a Rita anseia por um homem que a faça feliz*, nada garante que estes complementos de verbo refiram ou venham a referir alguma entidade do real)[53].

[52] Outros autores usaram a designação "contextos oblíquos".

[53] Aos contextos em que um SN pode não referir nenhuma entidade particular ou até remeter para o que não existe, alguma literatura linguística chamou **contextos inespecíficos** (ou **não específicos**, do inglês "*non-specific*"). Aqui daremos outro uso ao qualificativo em questão (cf. adiante, nesta subsecção, "leitura não específica").

Carnap (1947) procurou traduzir numa interpretação lógico-matemática a noção fregeana de "sentido", abrangendo tanto as questões de opacidade como as da não existência. Assumindo com Frege que, nas condições já mencionadas, certas expressões não têm a sua denotação normal, criou a distinção entre a "intensão" e a "extensão" de uma expressão. A **intensão** de uma expressão consiste numa função que, para todos os estados de coisas (compostos, p.e., por um mundo possível, um intervalo de tempo e um sistema de conhecimento), dá a denotação ou a referência dessa expressão em cada um deles. Por sua vez, a **extensão** de uma expressão num dado estado de coisas é a denotação ou a referência da expressão nesse mesmo estado de coisas e apenas nele. Com base nesta terminologia, os contextos opacos passaram também a ser chamados **contextos intensionais**.

Em relação ao valor semântico dos sintagmas nominais, o que interessa registar é que, em contextos intensionais ou com certos modificadores, a sua referência é uma intensão. Por exemplo, a referência de *o elixir da juventude* em (123c), onde este sintagma ocorre no contexto intensional criado pelo verbo *procurar*, é uma função que identifica uma entidade (o tal elixir) noutros mundos possíveis, mas não no mundo real, e, em (123a), a referência de *o primeiro homem que chegar a Marte*, que tem uma oração relativa no futuro do conjuntivo, é uma função que identifica uma entidade ou no mundo real, mas num tempo que não o atual, ou, alternativamente, noutros mundos possíveis.

Passamos agora a referir outros contextos que suscitam interpretações virtuais, especialmente em relação a sintagmas indefinidos. É o caso das frases interrogativas, negativas e condicionais, e bem assim dos contextos criados pelo tempo futuro, pelos verbos modais ou por verbos como *querer* ou *esperar*, ditos "criadores de mundos possíveis", tal como *acreditar* (cf. Caixa [17]) em virtude de os seus complementos frásicos (p.e., em *a Ana espera ganhar um bom prémio na lotaria*) ou nominais (cf. (128)) poderem corresponder, respetivamente, a situações ou entidades meramente virtuais, sem concretização na realidade:

(128) a. Conheces *uma tradutora de japonês para português*?
b. O Pedro ainda não encontrou *uma namorada*.
c. Se comprares *uma casa no campo*, lembra-te de mim.
d. Hei de comprar *uma casa no campo*.
e. Devias comprar *uma casa no campo*.
f. Espero comprar *uma casa no campo*.

Note-se, porém, que estes contextos não constituem condição suficiente para impor a virtualidade da interpretação de uma construção indefinida. Como se pode ver pelos exemplos seguintes, o potencial de virtualidade dos contextos é neutralizado pela informação contida nas orações relativas dos sintagmas nominais indefinidos, que força a interpretação real:

(129) a. Conheces *uma tradutora de japonês para português que trabalha no Departamento de Línguas Estrangeiras*?
b. O Pedro não encontrou *uma namorada que teve há cinco anos*.
c. Se comprares *uma casa de campo que eu vi ontem*, lembra-te de mim.
d. Hei de comprar *uma casa de campo que vi ontem*.
e. Devias comprar *uma casa de campo que eu vi ontem*.
f. Espero poder comprar *uma casa de campo que fui visitar a semana passada*.

No âmbito das construções indefinidas de valor real, atua um outro fator de variação interpretativa, que é o **valor de identificação** que elas têm para o falante que as usa. Comparem-se os exemplos seguintes:

(130) a. Todos os dias *um garoto* toca à minha porta. Mora no prédio ao lado.
b. Todos os dias *um garoto* toca à minha porta. Não sei quem é.

Veja-se, em primeiro lugar, que as expressões em itálico são tipicamente indefinidas, uma vez que em ambos os casos se introduzem entidades novas no discurso. Em segundo lugar, é evidente que temos interpretações reais, uma vez que qualquer das frases assume a existência da entidade introduzida pelo sintagma indefinido *um garoto*. Assim sendo, a diferença entre os exemplos (a) e (b) deste par, evidenciada pelo segundo período de cada texto, é a seguinte: em (130a), o falante manifesta que identifica, no seu sistema cognitivo, a entidade introduzida pelo indefinido, ao passo que (130b) revela que o falante não identifica qualquer entidade concreta por meio do indefinido, podendo, inclusivamente, existir mais de um referente que satisfaça a interpretação do SN *um garoto*, se não for a mesma criança a tocar todos os dias à porta. Falamos, assim, de **leitura específica** no caso de (130a) e de **leitura não específica** no caso de (130b) (cf. Kamp e Reyle 1993).

Na subsecção 21.4.3.1, classificámos *certo* e *um certo* (ou suas variantes morfológicas) como determinantes indefinidos e consideramos que tal classificação se justifica. No entanto, o traço de especificidade pode trazer agora alguma luz sobre o valor próprio de tais expressões na língua atual. O que se verifica é que tanto as formas simples (*certo*) como as formas com artigo (*um certo*) têm a curiosa particularidade de induzirem sempre um valor específico no singular, mas não necessariamente no plural. Vejamos uma ilustração, com formas sem artigo, por simplificação:

(131) a. Certo autarca usou dinheiros públicos em proveito próprio. #Não estou a pensar em ninguém em particular.
b. Certos autarcas usaram dinheiros públicos em proveito próprio. Não estou a pensar em ninguém em particular.

Repare-se que em (131a) a segunda frase do texto é discursivamente inadequada, dado não condizer com o caráter específico do sujeito da primeira (*certo autarca*), ao passo que (131b) é discursivamente coerente. Veja-se agora o que acontece se alterarmos o primeiro texto como se segue:

(132) Suponhamos que certo autarca usou dinheiros públicos em proveito próprio. Não estou a pensar em ninguém em particular.

O que fizemos foi colocar a primeira frase de (131a) como complemento de um verbo criador de mundos possíveis (*supor*). Ao fazê-lo, associámos toda a informação da frase complemento a um mundo alternativo à realidade (onde, de algum modo, o valor de especificidade do SN *certo autarca* se torna irrelevante), razão pela qual a segunda frase do texto (*não estou a pensar em ninguém em particular*), que se situa em relação ao mundo real, faz pleno sentido e mantém a coerência textual.

21.8.1.2 Valores real e virtual de sintagmas nominais quantificados e reduzidos

Reconhecidos os valores de realidade e virtualidade associados a sintagmas nominais determinados, basta recorrer a alguns contextos já analisados para se verificar que a ocorrência dos mesmos valores com sintagmas quantificados e reduzidos é possível (se bem que menos generalizada). No primeiro paradigma usaremos sintagmas quantificados e no segundo e terceiro sintagmas reduzidos.

(133) a. *Todos os homens que chegarem a Marte na primeira metade do séc. XXI* ficarão na História.
b. O Paulo quer formar *vinte astronautas portuguesas*. Será que consegue?
c. O embaixador acredita que *um terço dos seus funcionários* são espiões. Vai ver se consegue identificá-los.
d. O diretor anda à procura de *várias secretárias que falem árabe, chinês e russo*.
e. Haverá *muitas secretárias que falem árabe, chinês e russo*?
f. Se encontrares *algumas secretárias que falem árabe, chinês e russo*, fala com o diretor.

(134) a. *Pessoas que gostassem de ir a Marte* são difíceis de encontrar.
b. O Paulo quer formar *astronautas portuguesas*. Será que consegue?
c. O embaixador acredita que tem *espiões* na embaixada. Vai ver se consegue identificá-los.
d. O diretor anda à procura de *secretárias que falem árabe, chinês e russo*.
e. Haverá *secretárias que falem árabe, chinês e russo*?
f. Se encontrares *secretárias que falem árabe, chinês e russo*, fala com o diretor.

(135) a. O embaixador está convencido de que anda *espião* na embaixada. Vai ver se consegue identificá-lo.
b. O diretor anda à procura de *secretária*.
c. Haverá *secretária* neste mundo *que fale árabe, chinês e russo*?

21.8.2 Interpretações distributivas e coletivas dos sintagmas nominais

A variação de que aqui se trata tem a ver com o tipo de entidades envolvidas no processo de quantificação, no que respeita ao seu caráter **individual** ou **coletivo**. Vejamos em primeiro lugar variações de interpretação que dependem pelo menos dos seguintes fatores: tipo de especificador envolvido, caráter grupal ou coletivo do nome nuclear da estrutura quantificada e algumas propriedades semânticas da estrutura predicativa, determinadas pelo verbo ou outros predicadores (cf. Peres 1998).

Em 21.1.3, distinguimos o caráter individual do caráter coletivo dos nomes. Convém agora ter presente que os verbos também variam na natureza individual, coletiva ou mista que impõem à interpretação dos seus argumentos. A título de exemplo, note-se que verbos como *dispersar* e *reunir-se* impõem uma interpretação coletiva no seu único argumento e *congregar*, *juntar* ou *reunir* a impõem no seu complemento direto. Estes factos tornam agramaticais frases como, por exemplo, **o Pedro reuniu-se*, **o manifestante dispersou* ou **o Paulo juntou a Ana numa festa*.

Vejamos, então, em primeiro lugar, o papel do especificador na fixação das leituras de uma frase no que respeita à consideração de entidades individuais ou

coletivas. Exemplificaremos com sintagmas nominais quantificados, mas os factos relevantes seriam semelhantes com outros subtipos. Observem-se estes dados (que vêm seguidos de siglas que de imediato serão explicadas):

(136) a. Alguns estudantes alugaram um carro. [LD + LC]
b. Todos os estudantes alugaram um carro. [LD]

A primeira destas frases é ambígua entre uma **leitura distributiva** (LD), segundo a qual mais de um estudante alugou individualmente um carro, e uma **leitura coletiva** (LC) ou **leitura grupal**, segundo a qual uma entidade grupal formada por mais de um estudante alugou coletivamente um carro, podendo ainda verificar-se a situação de ter havido alugueres por mais de um grupo, eventualmente em simultâneo com alugueres individuais, tudo dependendo do número de pessoas envolvidas. Porém, a segunda frase, se interpretada literalmente, tem leitura preferencialmente distributiva, remetendo para alugueres individuais por parte de todos os estudantes. Se usarmos um predicado coletivo como *reunir-se*, os factos alteram-se:

(137) a. Alguns estudantes reuniram-se ontem à tarde. [LC]
b. Todos os estudantes se reuniram ontem à tarde. [LC]

Agora, o quantificador *alguns* dá origem a uma frase não ambígua, exclusivamente com leitura coletiva (uma vez que a propriedade expressa por *reunir-se* não pode aplicar-se a cada estudante isoladamente), enquanto com o quantificador *todos* se obtém unicamente uma leitura coletiva. Em ambos os casos, podem verificar-se reuniões por subgrupos.

Passemos agora de um nome comum individual para um nome coletivo, como *equipa*. Se usarmos os mesmos quantificadores e o mesmo verbo que em (136) (apenas alterando o complemento direto de *um carro* para *um autocarro*, por razões de verosimilhança), obtêm-se exatamente as mesmas leituras aí identificadas:

(138) a. Algumas equipas alugaram um autocarro. [LD + LC]
b. Todas as equipas alugaram um autocarro. [LD]

Por sua vez, com os quantificadores e o verbo de (137), gera-se ambiguidade, em virtude de a propriedade expressa por *reunir-se* poder aplicar-se isoladamente às entidades denotadas pelo nome *equipa*:

(139) a. Algumas equipas reuniram-se ontem à tarde. [LD + LC]
b. Todos as equipas se reuniram ontem à tarde. [LD + LC]

Observe-se agora o comportamento do quantificador *ambos*, com um nome individual no SN quantificado:

(140) a. Ambos os estudantes alugaram um carro. [LD]
b. *Ambos os estudantes se reuniram ontem à tarde.

No primeiro caso, com um predicado individual como *alugar*, *ambos* exibe o mesmo comportamento de *todos*, bloqueando a leitura coletiva. Diversamente, porém, a mesma leitura é igualmente bloqueada com um predicado coletivo como *reunir-se*, ao contrário do que acontece com *todos*, que a permite – cf. (137b). Note-se que

numa frase como *ambos os estudantes se reuniram ontem à tarde com o professor*, onde temos o predicado binário *reunir-se* (*com*), a leitura é distributiva, como em (140a), e não coletiva: de facto, o que se diz é que a propriedade de se ter reunido com o professor se aplica a qualquer dos dois estudantes individualmente, isto é, se "distribui" por eles (embora se possa admitir a simultaneidade). O quantificador *ambos* tem, pois, valor quase exclusivamente distributivo, salvo no caso excecional de uma classe muito restrita de verbos, de que *caber* é um exemplo:

(141) Ambos os volumes cabem na pasta. [LD + LC]

Na leitura distributiva desta frase, cada um de dois volumes cabe sozinho numa determinada pasta. Na leitura coletiva, os dois volumes em causa cabem conjuntamente nessa mesma pasta.

Atente-se agora na interpretação de frases como as seguintes:

(142) a. Dez estudantes compraram cinquenta livros.
b. Dez estudantes compraram todos os livros.
c. Os estudantes compraram cinquenta livros.
d. Dez pessoas ofereceram cem livros a cinco escolas.

Qualquer destas frases pode ter uma leitura distributiva, que em relação a (142a) corresponde à compra de cinquenta livros por cada um dos estudantes em causa, havendo um total de quinhentos livros comprados. Adicionalmente, está disponível uma **leitura cumulativa**[54], segundo a qual, e em relação à mesma frase, apenas se sabe que houve dez estudantes e cinquenta livros envolvidos numa relação de compra, ignorando-se o número de livros respeitante a cada comprador (individual ou coletivo). A leitura coletiva é apenas uma das realizações possíveis da leitura cumulativa, ou seja, aquela em que os dez estudantes da mesma frase (142a) adquiriram coletivamente os cinquenta livros.

Registe-se agora o papel desambiguador de operadores distributivos e coletivos que não são quantificadores, mas interagem com as estruturas de quantificação. O operador distributivo é *cada* (*um*) – a não confundir com a variante de simples quantificador universal referida acima, em 21.5.4.2 – e o operador coletivo é *em conjunto* (ou ainda, por exemplo, *conjuntamente*):

(143) a. Alguns rapazes alugaram *cada um* um carro. [LD]
b. Alguns rapazes alugaram um carro *cada um*. [LD]
c. Alguns rapazes alugaram um carro *em conjunto*. [LC]

(144) a. Dois rapazes compraram *cada um* dez livros. [LD]
b. Dois rapazes compraram dez livros *cada* (*um*). [LD]
c. Dois rapazes compraram dez livros *em conjunto*. [LC]

A concluir esta subsecção, é ainda de notar que as interpretações distributivas e coletivas de que temos falado não estão associadas apenas a sintagmas nominais quantificados, mas a todos os outros tipos possíveis. Particularmente interessantes a este respeito são os sintagmas nominais coordenados, de que damos dois exemplos:

[54] Este tipo de leitura é introduzido na literatura por Scha (1981).

(145) a. *O Pedro e a Ana* compraram uma casa.
b. *O patrão e os trabalhadores* chegaram a acordo.

A estrutura *comprar uma casa* não identifica uma propriedade aplicável apenas a entidades coletivas, pelo que a frase (145a) pode significar que o Pedro e a Ana compraram cada um a sua casa. Porém, o que agora importa salientar é a possibilidade de uma interpretação coletiva, de acordo com a qual eles compraram conjuntamente uma casa. Tal requer que se considere que a estrutura *o Pedro e a Ana* remete para a entidade coletiva que, só ela e não cada um dos seus componentes, comprou a casa. Quanto a (145b), tem a particularidade de a entidade coletiva em causa (a que chegou a acordo) resultar do agrupamento de uma entidade individual (introduzida por *o patrão*) e de uma entidade que pode ela mesma ser coletiva (dada por *os trabalhadores*), ao contrário do que tínhamos no exemplo anterior, em que o coletivo era formado a partir de entidades individuais. Por isso mesmo, o predicado usado daria origem a uma frase bem formada mesmo se aplicado apenas ao segundo elemento coordenado da construção: *os trabalhadores chegaram a acordo*.

21.8.3 Sintagmas nominais em contextos frásicos genéricos

A frase *uma criança precisa de carinho* pode ser parafraseada nos seguintes termos (ou noutros similares): em geral, qualquer que seja o tempo e o lugar que consideremos, um ser que é criança é um ser que precisa de carinho. Apesar do caráter óbvio da interpretação e da sua simplicidade, frases deste tipo (pense-se nas muitas possibilidades: *um homem não chora*, *um cão é uma boa companhia*, etc.) foram fonte de várias confusões ao longo de décadas. Inicialmente, considerou-se que os sintagmas indefinidos teriam, em contextos como os exemplificados, um valor referencial de espécie. Posteriormente, verificada a sua incompatibilidade com predicados típicos de espécie (cf. a impossibilidade de **um rinoceronte está em vias de extinção*; ver a discussão sobre os exemplos em (3) em 21.1.4 e também 21.4.2.2), favoreceu-se a ideia de que exprimiriam um valor genérico (associado a uma noção de "quantificação genérica"), mas independente da noção de espécie. Mais recentemente, sobretudo a partir de Krifka et al. (1995), firmou-se a ideia de que estes sintagmas indefinidos não são mais do que apenas indefinidos como quaisquer outros e que o indiscutível valor genérico em causa reside apenas na frase, i.e., na sua identidade temporo-aspetual. Perfilhamos esta ideia e também acompanhamos os referidos autores no reconhecimento de que os **contextos frásicos genéricos** em geral admitem qualquer tipo de sintagma nominal. É o que mostram frases como as seguintes:

(146) a. *Toda a criança* chora quando tem fome.
b. *Muitas pessoas* não dormem oito horas por dia.
c. *A maior parte das pessoas* vive sem se perguntar para quê.
d. Geralmente, *os portugueses* são trabalhadores.
e. Por norma, *o alemão* gosta de cerveja.[55]
f. *Algumas pessoas* não fazem uma multidão.

[55] Com um exemplo semelhante, usando também o SN definido *o alemão*, Lopes (1972) descreveu o tipo de interpretação em causa como envolvendo o «alemão típico».

A interpretação de sintagmas nominais em contexto frásico genérico abrange também construções com numerais. Foi Hoeksema (1983) quem primeiro detetou estruturas como as de (147), abaixo, com o equivalente inglês da primeira frase (que fazemos seguir de um provérbio em português, onde *um* é um numeral, visto que se opõe a quantidades superiores àquela que exprime):

(147) a. *Dez rapazes* não fazem uma equipa de futebol.[56]
b. *Uma andorinha* não faz a primavera.

Na leitura preferencial destas frases, o que se predica é, respetivamente, que, por norma, qualquer agrupamento de dez rapazes não forma uma equipa (completa) de futebol e que qualquer andorinha isolada não chega para fazer a primavera. Em ambos os casos, fica secundarizada uma hipotética leitura de quantificação existencial – *há dez rapazes que…* ou *há uma andorinha que…* No primeiro, fica igualmente em segundo plano uma leitura igualmente existencial, mas coletiva – *existe um grupo de dez rapazes que não faz uma equipa de futebol*.

21.8.4 Relações de escopo entre sintagmas nominais

O tipo de variação interpretativa referido nesta subsecção depende do fator que tem sido designado **escopo** (ou **alcance**, ou **âmbito**). Dados dois operadores passíveis de entrarem em relações de escopo, diz-se que um tem escopo sobre o outro, ou que um tem **escopo largo** e o outro tem **escopo estreito**, se o segundo é interpretado em função do primeiro (adiante se vendo o que isto significa). Limitar-nos-emos aqui a considerar relações de escopo entre negação e sintagmas nominais e destes últimos entre si.

Vejamos, em primeiro lugar, dois casos de escopo relativo entre um operador de negação e um sintagma nominal quantificado, seguidos, entre parênteses retos, de paráfrases informais que pretendem exprimir as diferentes interpretações, resultantes da variação de escopo:

(148) a. *Não* responderam ao inquérito *mais de cem pessoas*.[57]
b. [houve mais de cem pessoas que não responderam ao inquérito]
c. [não foram mais de cem as pessoas que responderam ao inquérito]

(149) a. O Paulo *não* leu *a Ilíada e a Odisseia*.
b. [a Ilíada e a Odisseia são dois livros que o Paulo não leu]
c. [não é verdade que o Paulo leu a Ilíada e leu a Odisseia; só leu um destes livros ou nenhum]

As paráfrases (148b) e (149b) correspondem ao escopo estreito do operador de negação e, concomitantemente, largo da expressão nominal. Por sua vez, as paráfrases (148c) e (149c) representam os valores de escopo inversos.

---

[56] Na altura, Hoeksema tratava o sintagma nominal correspondente a *dez rapazes* semanticamente como um denotador de espécie e sintaticamente como um sintagma nominal reduzido, em que o numeral funcionava mais como modificador do que como determinante.

[57] Note-se que o sujeito da frase (*mais de cem pessoas*) se encontra em posição pós-verbal e só por este facto pode ficar sob o escopo da negação, embora possa também não estar (caso em que a frase significa 'há mais de cem pessoas que não responderam ao inquérito'). Este assunto é tratado no Cap. 14.

No que respeita às relações de escopo entre sintagmas nominais – ou, se quisermos, quando são quantificados, entre os quantificadores que deles fazem parte –, são dois os principais fatores que as fazem variar: (i) a composição dos sintagmas nominais relevantes, com particular relevo para operadores de quantificação e (ii) a ordem dos operadores em causa. Vejamos alguns exemplos de ambiguidade resultante da variação de relações de escopo entre sintagmas nominais:

(150) a. *Todos os estudantes de Letras* leram um livro do Eça.
b. *Todos os estudantes desta turma* foram apoiados por um dos seus professores.
c. *Todos os estudantes desta turma* leram [um artigo [de [**um dos seus professores**]]].
d. [*Todos os rapazes* [*que se tornam* [*amigos de* [*uma das irmãs do Paulo*]]]] passam a interessar-se por política.

Por simplificação, todas as frases deste grupo apresentam uma estrutura quantificada universalmente (em itálico) e pelo menos uma estrutura indefinida singular (sublinhada), que podemos considerar quantificada existencialmente. Do ponto de vista sintático, e sem entrar em todas as minúcias estruturais, note-se que: (i) em (150a), a estrutura indefinida é um complemento direto (*um livro do Eça*); em (150b), faz parte de um agente da passiva (*por um dos seus professores*); em (150c), há dois indefinidos – um que é complemento direto de *leram* (*um artigo de um dos seus professores*) e outro que integra um modificador do nome nuclear (*artigo*) desse mesmo complemento direto (*um dos seus professores*)[58]; em (150d), o único sintagma indefinido (*uma das irmãs do Paulo*) é complemento de um nome com função predicativa (*amigos*), dentro da oração relativa que modifica o nome (*rapazes*) que define o domínio do quantificador universal. Do ponto de vista semântico, verifica-se ser sempre possível ter pelo menos duas ou mais interpretações. Procuremos captá-las por meio de paráfrases, mantendo a numeração e a ordem dos exemplos de (150):

(151) a1. Todos os estudantes de Letras leram pelo menos um livro do Eça, não necessariamente o mesmo. [escopo largo do quantificador universal]
a2. Há um livro do Eça que todos os estudantes de Letras leram. [escopo largo do indefinido]
b1. Todos os estudantes desta turma foram apoiados por um dos seus professores, não necessariamente o mesmo. [escopo largo do quantificador universal]
b2. Há um professor dos estudantes desta turma que os apoiou a todos. [escopo largo do indefinido]
c1. Todos os estudantes desta turma leram um artigo de um dos seus professores, não necessariamente o mesmo artigo e não necessariamente do mesmo professor. [escopo largo do quantificador universal sobre os dois indefinidos]
c2. Há um professor desta turma do qual todos os estudantes da turma leram um artigo, mas não necessariamente o mesmo. [escopo largo do segundo indefinido sobre o quantificador universal e sobre o primeiro indefinido e do quantificador universal sobre este último indefinido]

[58] Distinguem-se no exemplo os dois sintagmas indefinidos colocando-se o segundo em negrito.

c3. Há um professor desta turma e um artigo desse professor que todos os alunos da turma leram. [escopo largo dos indefinidos sobre o quantificador universal]

d1. Todos os rapazes que se tornam amigos de qualquer uma das irmãs do Paulo passam a interessar-se por política. [escopo largo do quantificador universal]

d2. Há uma irmã do Paulo tal que todos os rapazes que se tornam amigos dela passam a interessar-se por política. [escopo largo do indefinido]

[18] É importante acentuar que nem sempre os sintagmas contidos numa estrutura hierarquicamente inferior podem ganhar escopo sobre um quantificador colocado numa posição superior (e linearmente situado à esquerda dele). No seguinte tipo de exemplo, clássico na literatura, o sintagma quantificado existencial *um carro* encontra-se dentro de uma oração subordinada relativa de nome, o que o impede de ter escopo largo sobre o resto da frase:

(i) Todo o ladrão que rouba *um carro* modifica-o.[59]

Se déssemos escopo largo ao SN indefinido (*um carro*), a frase significaria o seguinte: 'há um determinado carro que todo o ladrão que o rouba o modifica'. Obviamente, não é isso que a frase significa, mas antes que 'qualquer carro roubado por um ladrão é por ele modificado'. Não exploraremos aqui esta questão, mas é importante notar que, do ponto de vista sintático, a estrutura de (i) é semelhante à de (150d), uma vez que em ambas o indefinido surge dentro de uma oração relativa que modifica a estrutura quantificada universalmente, sem que, no entanto, o problema de bloqueio interpretativo que se coloca com (i) se verifique também com (150d). Tudo indica que tal se deve ao valor de referência real do indefinido de (150d) – *uma das irmãs do Paulo* –, favorecido pela presença de um nome próprio (*Paulo*), que não tem equivalente no valor de referência virtual de *um carro* na frase (i).

Os nomes próprios e a maioria das descrições definidas têm interpretação autónoma, independente de quaisquer outros operadores (nomeadamente, de quantificação e de negação), pelo que se diz que têm geralmente escopo largo. Assim, por exemplo, em *não respondeu ao inquérito o Luís* (comparar com (148a)), existe apenas uma interpretação, e não duas. Essa interpretação é idêntica (ignorando questões de foco ou de tópico) à da frase sem inversão do sujeito: *o Luís não respondeu ao inquérito*. O mesmo já não se passa, porém, com coordenações de nomes próprios ou de descrições definidas, como se viu no exemplo (149). Igualmente escapam à generalização as descrições definidas que não têm por si mesmas um valor referencial em virtude de conterem ou um pronome dependente de uma outra expressão nominal ou algum outro tipo de dependência, como mostraram Kamp e Reyle (1993:297ss) por meio de exemplos comparáveis aos seguintes:

(152) a. Toda a mãe aprecia que elogiem *o seu bebé*.
b. Todos os carros ingleses têm *o volante* do lado direito.
c. Nas aldeias portuguesas, *a igreja* sobressai do casario.

[59] Estas frases são conhecidas como "*donkey-sentences*", em virtude de o exemplo originalmente surgido na literatura, de Paul Geach, ser *every man who owns a donkey beats it* ('todo o homem que tem um burro bate-lhe').

Em qualquer destas frases, os sintagmas definidos que estão em itálico (*o seu bebé*, o *volante* e *a igreja*) não têm um valor referencial típico, estando antes dependentes de uma correspondência com outras entidades: mães na primeira frase, carros ingleses na segunda e aldeias portuguesas na terceira.

Vejamos, por último, casos em que a variação de escopo se combina com outros fatores, nomeadamente a interpretação real ou virtual de um SN indefinido. Vejam-se os seguintes exemplos:

(153) a. O Paulo pensa que vai ganhar as eleições um socialista.
b. Todos os centristas pensam que vai ganhar as eleições um socialista.

A primeira destas duas frases apresenta uma ambiguidade entre as leituras real e virtual de *um socialista* (respetivamente, ou 'há um socialista concreto que o Paulo pensa que vai ganhar as eleições' ou 'o Paulo pensa que o vencedor será socialista, mas não o associa a nenhuma entidade em particular'). Não existe, porém, qualquer ambiguidade de escopo entre sintagmas nominais, uma vez que o sujeito da oração principal é um nome próprio, tendo, por isso, sempre escopo largo, como se disse no parágrafo anterior. Pelo contrário, a segunda frase envolve pelo menos três leituras, que se podem descrever nos seguintes termos:

(154) a. Existe um certo socialista tal que todos os centristas pensam que ele vai ganhar as eleições. (*um socialista* tem valor real e escopo largo em relação a *todos os centristas*)
b. Para cada centrista, existe um certo socialista que esse centrista pensa que vai ganhar as eleições. (*um socialista* tem valor real e escopo estreito em relação a *todos os centristas*[60])
c. Todos os centristas pensam que o vencedor será um indivíduo socialista, mas não têm em mente qualquer indivíduo concreto. (*um socialista* tem valor virtual, sendo neste caso indiferente a relação de escopo com *todos os centristas*)

A concluir estas observações, repare-se na redução das leituras obtidas quando, em vez de um contexto virtual induzido pelo verbo *pensar* (cujo complemento frásico pode ser falso), se tem um contexto real criado pelo verbo *lamentar* (cujo complemento frásico é obrigatoriamente verdadeiro; cf. Caps. 36 e 37):

(155) Todos os centristas lamentam que tenha ganho as eleições um socialista.

Neste caso, prevalece a leitura real de escopo largo de *um socialista*, não fazendo sentido a de escopo estreito. Por outras palavras, a frase significa sem ambiguidade que há um socialista concreto que ganhou as eleições e que todos os centristas lamentam que ele as tenha ganho.

21.8.5 Interpretações *de re* e *de dicto* dos sintagmas nominais

A oposição medieval entre aquilo que é asserido acerca de uma coisa em si – i.e., recorrendo ao latim, que se diz *de re*, 'acerca da coisa' – e aquilo que é asserido acerca

[60] Note-se que a frase será verdadeira nesta interpretação mesmo que se verifique a situação especial de muitos centristas – até mesmo todos – preverem a vitória do mesmo socialista.

de um conteúdo verbal, seja ele de que tipo for (p.e., uma designação nominal ou uma proposição) – i.e., de novo na língua de Cícero, que se diz *de dicto*, 'acerca do dito' – tem tido múltiplos usos nas lógicas modernas e também na semântica das línguas naturais. Em relação a este último domínio, que é o que nos importa, há pelo menos dois tipos de variação interpretativa de sintagmas nominais em relação aos quais tem sido utilizada a oposição entre um valor *de re* e um valor *de dicto* (como qualificativos de "leitura" ou de "interpretação").

Um dos referidos tipos de variação tem a ver com relações de escopo. Retomemos uma frase já considerada em 21.8.1.1: *o embaixador acredita que um dos seus secretários é espião*. Na interpretação em que o sintagma nominal *um dos seus secretários* recebe escopo estreito, o que a frase assere é apenas que há uma crença do embaixador em relação a uma determinada proposição (a de que há um secretário que é espião, sem referência a qualquer entidade concreta). Neste caso, alguns autores falam de uma "leitura *de dicto*" da frase. Se, pelo contrário, o mesmo sintagma nominal receber escopo largo (podendo a frase ser parafraseada por algo como *há um secretário do embaixador que este pensa que é espião*), os mesmos autores falam de uma "leitura *de re*" da frase, uma vez que a crença do embaixador envolve uma entidade concreta, que ele identifica.

Outro tipo de variação tem a ver com a oposição entre os valores particular e genérico de sintagmas nominais. Pensemos numa frase como *o Pedro julga que o Governador do Banco de Portugal é milionário*. Numa primeira possibilidade de interpretação da frase, suponhamos que o Pedro tem ideias peculiares acerca do que faz o Governador e da sua familiaridade com dinheiro, de tal modo que tira a ilação de que, qualquer que seja o indivíduo que desempenha a função em causa, ele tem de ser milionário. Portanto, de algum modo, a propriedade de ser milionário é associada pelo Pedro à propriedade de ser Governador e, por extensão, à designação da função. Dizem, neste caso, alguns autores que se está perante uma leitura *de dicto* (porque a propriedade predicada é associada a uma designação). Usando a terminologia que adotámos em 21.4.2.2, poderíamos dizer que, na hipótese em apreço, o Pedro atribui a propriedade de ser milionário à espécie identificada pelo sintagma nominal definido *o Governador do Banco de Portugal*, tomado no seu valor genérico de espécie. Analisada esta possibilidade, concebamos um cenário diferente: o Pedro sabe quem é o Governador, porque mora perto dele, e, pelos sinais exteriores de riqueza que o dito ostenta, está convencido de uma afirmação que por vezes profere: *o Governador do Banco de Portugal é milionário*. Neste caso, a atribuição da propriedade nada tem a ver com a função nem com a sua designação, mas com o indivíduo em si. Estamos, então, perante uma leitura da frase em que se fala acerca de uma pessoa concreta, i.e., da coisa (*de re*). Na nossa terminologia, o sintagma nominal em causa está apenas a receber um valor particular e não um valor genérico.

Para completarmos esta digressão em torno de uma oposição terminológica que, por ter múltiplos usos, gera alguma confusão, acabando por ser pouco útil, podemos ainda imaginar um terceiro cenário, que introduz um novo fator na semântica e pragmática dos sintagmas nominais. Imaginemos que o Pedro vai na rua com um amigo e vê parar à porta de um palacete um carro de alta cilindrada, do qual vê sair um homem que não identifica; impressionado com o veículo, o motorista e

outras eventuais mordomias, diz para quem o acompanha: *este tipo é milionário*. O amigo do Pedro, embora soubesse quem era a personagem saída do carro, não elucida o companheiro e, mais tarde, relata a cena a outras pessoas, concluindo nestes termos: *o Pedro julga que o Governador do Banco de Portugal é milionário*. Note-se que a frase é, pelo menos de um determinado ponto de vista, inteiramente verdadeira e tem uma leitura *de re* (isto é, particular, não genérica). No entanto, a verdade só se verifica se aceitarmos que a designação da coisa (no caso a pessoa do Governador) pode legitimamente ser da exclusiva responsabilidade do sujeito da enunciação (o amigo do Pedro) e não do sujeito da frase (o Pedro), que ignora que a pessoa a quem se referiu ao dizer *este tipo é milionário* é o Governador. Esta é uma curiosa questão de modo de referência, que, além de contornos semânticos e pragmáticos, pode, por vezes, tornar-se numa complexa questão ética e jurídica, na qual está em jogo a responsabilidade do modo de designação das entidades do mundo que nos rodeia.

22 DETERMINANTES **819**
22.1 Artigo definido **822**
22.1.1 Propriedades morfológicas do artigo definido 822
22.1.2 Propriedades semânticas do artigo definido 823
22.1.2.1 Artigo definido com valor referencial 823
22.1.2.1.1 Características gerais 823
22.1.2.1.2 Condições de existência, unicidade e identificação 824
22.1.2.1.3 Condição de inclusividade 825
22.1.2.1.4 Função do grupo nominal em sintagmas nominais definidos 826
22.1.2.1.5 Usos situacionais e usos anafóricos do artigo definido 828
22.1.2.1.6 Valor possessivo do artigo definido 832
22.1.2.1.7 Artigo definido com valor referencial genérico 833
22.1.2.2 Artigo definido com valor não referencial 835
22.2 Determinantes indefinidos **837**
22.2.1 Propriedades morfológicas do artigo indefinido 837
22.2.2 Propriedades semânticas do artigo indefinido 839
22.2.2.1 O valor [±específico] dos sintagmas nominais indefinidos 840
22.2.2.2 Aspetos pragmáticos e gramaticais do traço [±específico] 842
22.2.2.3 Introdução de entidades novas no universo do discurso 846
22.2.2.4 Sintagmas nominais indefinidos com valor predicativo 848
22.2.2.5 Interpretação genérica dos sintagmas nominais indefinidos 850
22.2.3 O determinante *algum* 852
22.2.4 O estatuto de *um*: artigo indefinido ou numeral cardinal? 853
22.2.5 Sintagmas nominais reduzidos com leitura indefinida 857
22.3 Determinantes demonstrativos **859**
22.3.1 Propriedades morfológicas dos determinantes demonstrativos 859
22.3.2 Demonstrativos e dêixis espacial 861
22.3.2.1 Dêixis 861
22.3.2.2 Dêixis espacial e determinantes demonstrativos 862
22.3.3 Uso anafórico dos demonstrativos 866
22.3.3.1 Uso anafórico textual 866
22.3.3.2 Uso anafórico em aposto predicativo não verbal 871
22.3.4 Outros valores semânticos dos demonstrativos 873
22.3.4.1 Valor temporal 873



22.3.4.2 Valor "generalizador" de *este* 875
22.3.4.3 Valor enfático 875
22.3.4.4 Valores afetivos 876
22.3.5 O uso antecipatório do demonstrativo *aquele* 876
22.3.6 O adjetivo *tal* como anáfora demonstrativa 877
Fontes das abonações **879**

22 DETERMINANTES

Juntamente com os quantificadores, os **determinantes** constituem uma das classes de especificadores. Os determinantes do português são o **artigo definido** *o* (e variantes morfológicas), o **artigo indefinido** *um* (e variantes morfológicas), o **determinante indefinido** *algum* (e variantes morfológicas) e os **determinantes demonstrativos** *este*, *esse* e *aquele* (e variantes morfológicas)[1]. Os determinantes combinam-se com um grupo nominal (p.e., *livro de ficção científica*) para produzir um sintagma nominal ({*o*/*um*/*algum*/*este*/*esse*/*aquele*} *livro de ficção científica*), i.e., um constituinte capaz de designar uma entidade do universo do discurso, ou um grupo de tais entidades, em termos da sua identificação pelos interlocutores.

Quando um sintagma nominal é usado para designar uma entidade particular do mundo (ou um grupo particular de tais entidades), identificada pelo falante, quer percetualmente quer cognitivamente, diz-se que tem **valor referencial**, ou, mais simplesmente, que é **referencial**, e a entidade designada é o **referente** do sintagma nominal. Em contrapartida, quando um sintagma nominal é usado para representar uma entidade (ou um grupo de entidades) não particularizada nem identificada pelo falante, ou quando é usado para designar uma propriedade que se aplica a uma entidade ou a um grupo de entidades, diz-se que é **não referencial** (sobre estas questões, cf. Caps. 20.2.1 e 21.4). Estas interpretações dos sintagmas nominais são, no essencial, veiculadas pelo sistema dos determinantes.

Um aspeto semântico central dos determinantes relaciona-se com as expectativas do falante quanto à possibilidade de o ouvinte ser ou não ser capaz de identificar o referente do sintagma nominal. Esta dimensão é codificada pelo traço [±definido], que divide os determinantes em definidos (o artigo definido e os demonstrativos) e indefinidos (o artigo indefinido e a forma *algum*)[2]. Assim, ao usar um determinante definido, o falante indica que tem em mente uma entidade particular, única do seu tipo no contexto da enunciação, e espera que o ouvinte seja capaz de a identificar, i.e., parte do princípio de que a sua menção não constitui

[1] Para uma visão panorâmica dos especificadores, cf. Caps. 20 e 21. Os determinantes relativos e interrogativos são tratados, respetivamente, nos Caps. 39 e 48.

[2] Esta distinção também se aplica aos quantificadores, dividindo-os em duas classes (cf. Caixa [6]). Inversamente, os determinantes também codificam propriedades quantificacionais, de valor universal no que respeita ao artigo definido e de valor existencial no que respeita ao artigo indefinido e à forma *algum* (cf. 22.1.2.1.3, 22.2.2 e Caps. 20.3.4.2 e 21.4.1).

informação nova para o ouvinte. Por exemplo, ao produzir um enunciado como *por favor, podes passar-me o livro?*, o falante tem em mente um livro particular e assume que o ouvinte já tem algum conhecimento sobre esse livro e está em condições de o identificar. Em contrapartida, o falante usará um determinante indefinido para introduzir uma entidade nova no universo do discurso, que ele não espera que o ouvinte seja capaz de identificar: cf., por exemplo, *ao sábado, janto sempre com um amigo*. Neste caso, o falante não espera que o ouvinte seja capaz de identificar de que amigo se trata.

O determinante indefinido, por sua vez, pode ter uma leitura específica ou não específica, codificada pelo traço [±específico] (cf. Caps. 20.3.4.1 e 21.8.1.1). Na leitura [+específica], o falante tem uma entidade particular em mente, ainda que não tenha qualquer expectativa de que o ouvinte a possa identificar. No exemplo dado acima, o falante pode ter em mente um amigo particular, p.e., o Pedro, com quem janta sempre aos sábados, e usa o artigo indefinido porque calcula que o ouvinte não tem informação suficiente para poder identificá-lo (nem está, provavelmente, interessado em identificá-lo ao ouvinte).

Em contrapartida, na leitura [–específica], o sintagma nominal não designa uma entidade única, particular, que o falante tenha em mente, mas sim uma ou várias entidades arbitrárias da classe denotada pelo grupo nominal. O sintagma nominal indefinido do exemplo dado acima pode ter também esta interpretação (ou seja, o sintagma é ambíguo entre uma leitura específica e uma leitura não específica). Neste caso, o falante afirma apenas que janta com um amigo qualquer aos sábados, podendo, inclusivamente, não se tratar sempre do mesmo amigo de sábado para sábado. Nesta interpretação, o sintagma nominal é não referencial.

Os traços semânticos [±definido] e [±específico] codificam propriedades interpretativas do sintagma nominal. Ou seja, os determinantes, em si mesmos, não têm uma interpretação definida ou indefinida, específica ou não específica. O que os determinantes fazem é induzir uma leitura desse tipo no sintagma nominal que especificam. Por outras palavras, é o SN que tem uma leitura definida ou indefinida, específica ou não específica. Aquilo que nos permite falar de determinantes definidos e indefinidos é simplesmente o facto de, no léxico do português, esses dois valores semânticos serem induzidos nos sintagmas nominais por itens diferenciados, o artigo definido e os demonstrativos, para o valor [+definido], e o artigo indefinido e a forma *algum*, para o valor [–definido]. No que respeita ao traço [±específico], a situação é diferente, já que os mesmos determinantes (*um* e *algum*) podem induzir quer uma interpretação específica quer uma interpretação não específica; estas interpretações dependem de fatores pragmáticos relativos ao contexto ou da maior ou menor plausibilidade semântica de uma leitura em relação à outra. As interpretações definida, indefinida, específica e não específica dos sintagmas nominais são discutidas desenvolvidamente em 22.1.2 e 22.2.2.

Uma dimensão semântica importante dos determinantes definidos tem a ver com a maneira como codificam propriedades espaciais da situação concreta da enunciação; em particular, se são usados para designar entidades que, no contexto situacional, se encontram próximas ou afastadas do falante e/ou do ouvinte. As expressões cujo significado referencial depende de elementos do contexto situacional chamam-se **dêiticas**, e ao processo de referência que assenta nessa

dependência chama-se **dêixis** (cf. Caps. 11 e 41). Os determinantes definidos demonstrativos (cf. {*este*/*esse*/*aquele*} *livro é meu*) têm propriedades dêiticas, discutidas em 22.3.

> [1] Em discussões sobre a referência, o termo "dêixis" pode ser usado num sentido estrito ou num sentido lato. Num sentido estrito, "dêixis" designa um processo de referência que assenta (total ou parcialmente) na indicação da localização espacial do referente de um sintagma nominal, através da codificação linguística da sua posição relativamente ao falante e/ou ao ouvinte. Os determinantes demonstrativos e os advérbios *aqui*, *aí* e *ali* são dêiticos neste sentido estrito.
>
> Em contrapartida, também é frequente usar o termo "dêixis" num sentido mais lato, para designar o processo de referência em que o falante assinala ao ouvinte que o referente de um sintagma nominal está presente no contexto situacional e que o ouvinte o pode identificar, mas sem que haja qualquer indicação da sua localização espacial em termos de proximidade/afastamento relativamente aos interlocutores. Neste sentido lato, o artigo definido pode ser dêitico, como, p.e., num enunciado como *passa-me o livro, por favor*, dito numa situação em que existe um e um só livro no contexto. No entanto, o artigo definido não é dêitico em sentido estrito, porque, contrariamente aos demonstrativos, não assinala a localização espacial do referente (como em *passa-me esse livro, por favor*).
>
> A dêixis (quer em sentido lato, quer em sentido estrito) opõe-se à **anáfora**, um processo gramatical-textual no qual a interpretação referencial de um sintagma nominal é estabelecida pela sua conexão com outro sintagma nominal, chamado **antecedente**, e não por uma relação direta com um referente da situação extralinguística (cf. 22.1.2.1.5, 22.3.3 e Cap. 41). A anáfora ilustra-se no seguinte exemplo, em que a referência dos sintagmas nominais em itálico (o segundo é um pronome) depende da referência do sintagma nominal sublinhado, que constitui o antecedente:
>
> (i) Ontem comprei um livro; *o livro* chamou-me a atenção porque era um exemplar raríssimo; o António queria comprá-*lo* mas eu antecipei-me a ele.

Os determinantes formam uma classe gramatical fechada, cujos membros estão em oposição paradigmática, ou seja, ocupam a mesma posição na estrutura do sintagma nominal, não podendo coocorrer entre si[3]; assim, p.e., não são possíveis sequências como **já li um o romance que me emprestaste*, **já li o este romance que me emprestaste* ou **já li esse um romance que me emprestaste*.

Os determinantes, em particular o artigo indefinido e a forma *algum*, distinguem-se também dos quantificadores vagos (como *bastantes*, *inúmeros*, *muitos*, *poucos*, *vários*, etc.; cf. Caps. 20.3.4 e 21.5.3) por não poderem ocorrer em posição pré-nominal precedidos por outro determinante definido e, opcionalmente, por um pronome possessivo (a posição "intermédia" analisada no Cap. 20.3.4.4); assim, não são possíveis sequências como **o meu um*/*este amigo é-me fiel*, **os meus alguns*/*estes amigos são-me fiéis* (comparar com *os meus muitos*/*vários amigos são-me fiéis*).

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: a secção 22.1 é dedicada ao artigo definido, a secção 22.2 ao artigo indefinido e à forma *algum*, e a secção 22.3 aos determinantes demonstrativos.

---

[3] Constitui exceção a construção partitiva (cf. Cap. 20.3.4.3.3 e 22.2.2), em que o artigo indefinido pode coocorrer com o artigo definido (cf. *um dos meus amigos*); neste caso, contudo, não se encontram em oposição paradigmática nem ocupam posições equivalentes na estrutura do sintagma nominal.

22.1 Artigo definido

Nesta secção caracteriza-se o artigo definido, discutindo-se as suas propriedades morfológicas, em 22.1.1, e as suas propriedades semânticas, em 22.1.2.

22.1.1 Propriedades morfológicas do artigo definido

O artigo definido varia em género e número, apresentando as quatro formas *o*, *a*, *os* e *as*[4]. Quando um sintagma nominal iniciado por um artigo definido é complemento de uma das preposições *a*, *de*, *em* e *por*, o artigo contrai-se com a preposição, i.e., incorpora-se morfologicamente nela, como se ilustra no Quadro 1 e se exemplifica em (1):

PREPOSIÇÃO	ARTIGO DEFINIDO			
	o	**a**	**os**	**as**
a	ao	à	aos	às
de	do	da	dos	das
em	no	na	nos	nas
por	pelo	pelas	pelos	pelas

Quadro 1 – Formas contraídas do artigo definido

(1) a. O que é que fizeste *aos* ovos?
b. Não temos notícias *dos* reféns.
c. O que é que puseste *no* pão?
d. *Pela* tua cara, vê-se que não estás contente.

Contudo, a contração do artigo e das preposições não é aceitável na norma-padrão do português quando o artigo inicia uma oração infinitiva flexionada que exclui a preposição, como se ilustra em (2) (cf. também o Cap. 32)[5]:

(2) a. Já me habituei *a* [*os* meus filhos passarem o dia frente à televisão]. (vs. **já me habituei aos meus filhos passarem o dia frente à televisão*)
b. Agrada-nos a ideia *de* [*o* congresso se realizar em Coimbra]. (vs. ??*agrada-nos a ideia do congresso se realizar em Coimbra*)
c. Está a alastrar a crença *em* [*o* santo fazer milagres no dia da festa]. (vs. **está a alastrar a crença no santo fazer milagres no dia da festa*)
d. Todos estão contentes *por* [*a* equipa ter chegado à final do campeonato]. (vs. ??*todos estão contentes pela equipa ter chegado à final do campeonato*)

[2] O artigo definido provém do determinante/pronome demonstrativo latino *ille*, *illa*, *illud* (em particular das formas acusativas deste elemento – cf. Quadro 2), o qual

[4] A forma arcaica do artigo masculino singular, *el*, é por vezes usada no título nobiliárquico *el-rei* (em vez de *o rei*).

[5] Tecnicamente, os sintagmas nominais definidos em (2) não são complemento das preposições, mas sim sujeito da oração infinitiva (o complemento da preposição é a oração no seu todo). Consequentemente, a ausência de contração neste contexto não constitui propriamente uma exceção à generalização dada acima. Note-se, no entanto, que a contração com as preposições *de* e *por* não é infrequente, neste contexto.

tinha basicamente o significado do demonstrativo *aquele* em português. Em latim, não existia artigo definido, e a leitura mais ou menos definida de um sintagma nominal dependia da plausibilidade semântica da interpretação e de fatores contextuais. No latim falado, sobretudo a partir da época imperial (o chamado latim vulgar), multiplica-se o uso de *ille* como determinante, i.e., em combinação com um nome, ao mesmo tempo que se esvazia o seu sentido dêitico estrito de assinalar um referente afastado do falante. Esta mudança sintático-semântica de *ille* reflete-se num processo de "enfraquecimento" fonético, que se representa no Quadro 2, dando origem ao artigo definido das línguas românicas.

ACUSATIVO	MASCULINO	FEMININO
SINGULAR	illum > lo > o	illam > la > a
PLURAL	illos > los > os	illas > las > as

Quadro 2 – Derivação do artigo definido a partir do demonstrativo latino

22.1.2 Propriedades semânticas do artigo definido

O uso mais típico do artigo definido é em sintagmas nominais referenciais, i.e., usados pelo falante para designar uma entidade particular ou um grupo particular de entidades do universo do discurso, como em *a caneta é minha* ou *os livros estão em cima da mesa* (cf. Cap. 21.4.2.1). O seu uso, no entanto, não se esgota neste valor. Como se verá, na interpretação chamada de "referência genérica", pode também referir espécies ou classes naturais, como em *a baleia é um mamífero* (cf. Cap. 21.4.2.2) e pode denotar propriedades individuais, quando tem valor predicativo (cf. *esse senhor é o meu médico*) ou na leitura chamada "atributiva", como em *o homem mais alto do mundo – quem quer que ele seja – deve ser um infeliz*. O valor referencial do artigo definido discute-se em 22.1.2.1, o valor de referência genérica em 22.1.2.1.7 e os valores predicativo e atributivo em 22.1.2.2.

22.1.2.1 Artigo definido com valor referencial

22.1.2.1.1 Características gerais

A melhor maneira de entender as propriedades semânticas do artigo definido com valor referencial consiste em compará-lo diretamente com o artigo indefinido em frases semelhantes. Considerem-se, então, os seguintes exemplos:

(3) a. *A enfermeira* saiu do hospital às três da manhã.
b. *Uma enfermeira* saiu do hospital às três da manhã.

Ao usar o artigo definido no sintagma nominal em itálico de (3a), o falante tem em mente uma enfermeira particular e assume que o ouvinte está em condições de a identificar; ou seja, a enfermeira em questão é conhecida por ambos. O falante veicula também a ideia de que essa enfermeira é única no contexto situacional em que a frase é usada: não há mais nenhuma nesse contexto ou, pelo menos, é a única que está saliente na consciência dos interlocutores. Em contrapartida, ao usar um sintagma nominal indefinido em (3b), o falante, ainda que possa ter uma determinada enfermeira em mente, não assume que o ouvinte esteja em condições de a identificar, nem veicula a ideia de que ela é a única no contexto situacional

em que a frase é usada; pode haver mais enfermeiras nesse contexto, apenas se dizendo de uma delas que saiu às três da manhã. Eventualmente, o próprio falante poderá não ter qualquer ideia da identidade da enfermeira, apenas sabendo (talvez porque lhe tenham dito) que uma qualquer enfermeira, que ele não sabe quem é, saiu a essa hora.

Como vimos, esta diferença semântica entre os dois sintagmas nominais, induzida por cada um dos determinantes, é codificada pelo traço [±definido].

22.1.2.1.2 Condições de existência, unicidade e identificação

Depreende-se da descrição do parágrafo anterior que, para que um artigo definido seja usado referencialmente de um modo pragmaticamente adequado, a entidade representada pelo sintagma nominal existe no universo do discurso relevante, é a única do seu tipo no contexto situacional e pode ser identificada pelo ouvinte. Estas três propriedades induzidas pelo artigo definido chamam-se, respetivamente, **condição de existência**, **condição de unicidade** e **condição de identificação**.

Considere-se, p.e., o pedido expresso na frase imperativa *traz-me o livro de capa azul*. Ao proferir esta frase, o falante assinala ao ouvinte que, num contexto situacional relevante (que pode ser perspetivado como um "espaço de busca" para o ouvinte), existe um e apenas um livro de capa azul; e que o ouvinte tem condições para o identificar nesse contexto. Esta ênfase sobre o contexto é fundamental para entender o uso do artigo definido. Existem, certamente, milhões de livros de capa azul no mundo, mas, ao proferir o enunciado em discussão, o falante pede implicitamente ao ouvinte que circunscreva o "universo" (o seu espaço de busca) a um determinado domínio restrito no qual existe apenas um tal livro; esse domínio, neste caso, é plausivelmente o contexto situacional imediato da enunciação[6]. Do mesmo modo, o enunciado (3a) não implica necessariamente que só exista uma enfermeira no mundo ou mesmo no hospital em questão, mas apenas que uma enfermeira se tornou "única", por estar saliente na consciência dos interlocutores e/ou por ter sido mencionada antes no contexto da conversação. É nesse "miniuniverso" que o livro de capa azul e a enfermeira são únicos e isso, por sua vez, torna-os acessíveis ao ouvinte (percetualmente ou cognitivamente) e, consequentemente, identificáveis por ele.

> [3] A condição de existência (mas não a condição de unicidade ou a de identificação) é igualmente partilhada pelo artigo indefinido: assim, ao produzir o enunciado (3b) num contexto apropriado, o falante pressupõe implicitamente que existe uma enfermeira que saiu do hospital às três da manhã (mas não que tenha sido a única, nem espera que o ouvinte a possa identificar). Para uma discussão mais aprofundada das três condições, cf. J. Lyons (1977) e C. Lyons (1999). Em vez de "identificação", este último autor usa o termo (equivalente inglês de) **identificabilidade**, um neologismo criado a partir do adjetivo *identificável*. Este termo reflete melhor as condições de uso do artigo definido pelo falante: trata-se não tanto da expectativa de que o ouvinte vai identificar seguramente o referente do SN, mas simplesmente da expectativa de que o ouvinte está em condições de o fazer.

[6] Nem sempre o contexto relevante é o da situação imediata da enunciação (cf. 22.1.2.1.5).

A condição de existência, em particular relativamente ao artigo definido, foi amplamente discutida na literatura filosófica sobre a referência: cf., entre outros, Russell (1905), que analisou a estranheza de uma frase como *o atual rei de França é careca* dizendo que a frase é falsa porque a condição de existência não é satisfeita – i.e., o rei de França não existe atualmente, nem existia no princípio do séc. XX, quando Russell escreveu o seu trabalho. Para uma visão algo diferente do estatuto semântico da condição de existência, cf. Strawson (1950, 1952) – que, contrariamente a Russell, a considera uma pressuposição do falante, e não uma asserção (cf. também J. Lyons 1977:183s). Como se verá, nos contextos chamados "opacos", a condição de existência do artigo definido (e do artigo indefinido) pode ser cancelada (cf. Caixa [8] e Cap. 21.8).

22.1.2.1.3 Condição de inclusividade

Até aqui, apenas demos exemplos com sintagmas nominais singulares. Ora, há que conciliar a condição de unicidade com o uso de sintagmas nominais definidos no plural. Consideremos então o seguinte exemplo, semelhante ao anterior, mas com um sintagma nominal plural: *traz-me os livros de capa azul*. Ao produzir este enunciado num determinado contexto, o falante designa uma pluralidade de livros de capa azul. Crucialmente, aquilo que caracteriza a pluralidade designada por um sintagma nominal definido no plural é o facto de ser **total** ou **máxima** (cf. C. Lyons 1999). Ou seja, ao usar um sintagma nominal definido plural, o falante tem em mente a *totalidade* das entidades de um determinado tipo – neste caso, livros de capa azul – presentes no contexto relevante, pressupondo que essa totalidade pode ser identificada pelo ouvinte. Se nesse contexto, p.e., houver cinco livros de capa azul, e o ouvinte apenas trouxer três ao falante, este tem todo o direito (ao descobrir que havia mais dois, ou sabendo-o de antemão) de questionar o ouvinte e de lhe assinalar que não cumpriu, na realidade, o seu pedido. Ou seja, ao usar o artigo definido no pedido acima, o falante informa o ouvinte de que quer, realmente, *todos* os livros de capa azul e não apenas alguns. É precisamente por ter este tipo de interpretação que o artigo definido partilha um valor de quantificação universal com o quantificador *todos*[7].

A esta propriedade, chama-se **condição de inclusividade** (cf. C. Lyons 1999); este termo significa que um sintagma nominal definido plural tem como referente o conjunto mais inclusivo (ou seja, máximo ou total) das entidades caracterizadas pelo grupo nominal, num dado contexto[8]. A condição de unicidade (aplicável aos sintagmas nominais definidos singulares) constitui um caso particular da condição de inclusividade: precisamente, aquele em que o conjunto relevante possui um único membro[9].

---

[7] O uso explícito de *todos* é usualmente evitado por ser redundante e tornar o enunciado pragmática e estilisticamente "pesado", a menos que o falante pretenda enfatizar o aspeto quantitativo – i.e., tornar bem explícito que tem em mente a totalidade das entidades relevantes: cf. *traz-me todos os livros de capa azul* ou *o professor chumbou todos os seus alunos* – e usualmente, neste caso, o quantificador recebe um acento enfático.

[8] Neste capítulo, utilizamos o termo singular "referente" tanto para a entidade singular designada por um SN singular como para a pluralidade de entidades designada por um SN plural.

[9] Outro aspeto da interpretação dos sintagmas nominais definidos no plural é o facto de admitirem (com predicados apropriados) uma **interpretação distributiva** ou uma **interpretação grupal**, também chamada **coletiva** (cf. Cap. 21.8.2): assim, a frase *os meus convidados vão trazer uma garrafa de vinho para o jantar* pode ter uma interpretação em que cada um dos convidados traz uma garrafa de vinho – a leitura distributiva – ou uma interpretação em que o grupo formado pela totalidade dos convidados traz uma garrafa de vinho – a leitura grupal. No primeiro caso trazem-se várias garrafas de vinho, no segundo caso apenas uma. Para

A condição de inclusividade aplica-se também no caso de sintagmas nominais definidos com nomes massivos, i.e., nomes que designam substâncias. Neste caso, a totalidade designada é de natureza contínua, e não discreta, de acordo com a semântica própria destes nomes (cf. Caps. 21 e 25). Assim, p.e., no enunciado *tenho de dizer ao jardineiro que corte a relva*, o sintagma nominal *a relva* designa a quantidade máxima de relva no contexto apropriado (que pode ser apenas uma parte delimitada de um jardim, mas, nesse caso, aquilo que se designa é a totalidade de relva presente nesse espaço).

22.1.2.1.4 Função do grupo nominal em sintagmas nominais definidos

Os exemplos dados permitem-nos, desde já, verificar que, num sintagma nominal definido, o grupo nominal (p.e., *enfermeira* ou *livro de capa azul*) e o artigo definido têm funções diferentes. A função do grupo nominal consiste em fornecer uma descrição que é (em princípio) satisfeita pelo referente e que orienta o ouvinte na determinação do tipo de entidade designada pelo falante. Assim, p.e., o grupo nominal *livro de capa azul* informa o ouvinte de que a entidade designada satisfaz um determinado feixe de propriedades – ser um livro e ter capa azul, e não ser um caderno, um carro de corridas ou uma bola de futebol. O artigo definido, por sua vez, serve para o falante assinalar ao ouvinte que existe uma única entidade que satisfaz essa descrição num determinado "espaço de busca" relevante e que pode ser identificada por ele.

Quanto mais informação o falante der ao ouvinte sobre as propriedades do referente (através, p.e., da inclusão de complementos e/ou de modificadores do nome no grupo nominal), mais limita o número de entidades a considerar no espaço de busca e facilita, assim, a identificação do referente. O grupo nominal pode ainda incluir informação que limita o próprio espaço de busca, como no exemplo *o livro de capa azul que está em cima da mesa*. Por outras palavras, assumindo um contexto idêntico (p.e., uma conversa no escritório do falante), a tarefa do ouvinte é certamente mais fácil se lhe for dito *traz-me o livro de capa azul que está em cima da mesa* do que se lhe for dito *traz-me o livro de capa azul* ou apenas *traz-me o livro*[10].

Por vezes, a informação dada no grupo nominal pelos complementos e/ou modificadores do nome é, por si só, suficiente para restringir de maneira unívoca, ou quase unívoca, o referente do sintagma nominal, pelo menos em situações pragmaticamente normais. Neste caso, o uso do artigo definido é frequentemente obrigatório. Por exemplo, dado que normalmente as cidades têm apenas um centro histórico, o grupo nominal *centro histórico de Guimarães* só pode ser (normalmente) usado com o artigo definido: *o centro histórico de Guimarães* (veja-se a estranheza de #*um centro histórico de Guimarães*). Do mesmo modo, dado que as pessoas só podem ter um pai ou uma mãe (em condições biológicas normais), os nomes *pai* e *mãe*, quando combinados com um complemento que refira a descendência, só é

alguns falantes, o uso do quantificador *todos* favorece a leitura distributiva (cf. *todos os meus convidados vão trazer uma garrafa de vinho para o jantar*), ao passo que a sua ausência, como no primeiro exemplo desta nota, favorece uma interpretação grupal.

[10] A mesa referida pelo sintagma nominal *a mesa* no primeiro exemplo também deverá ser única (nesse contexto) e, logo, identificável pelo ouvinte; ou seja, o uso do artigo definido neste sintagma nominal releva também das condições de existência, unicidade e identificação.

usado com o artigo definido, não com o indefinido: veja-se, p.e., a estranheza de dizer #*ontem jantei com um pai do Manuel* (vs. *ontem jantei com o pai do Manuel*). Em virtude de satisfazerem a condição de unicidade diretamente através do material linguístico do grupo nominal (o qual ocorre depois do determinante), estes usos do artigo definido chamam-se **antecipatórios** e os SN por eles especificados chamam-se **sintagmas nominais definidos epistémicos** (cf. Cap. 21.4.2.1).

O uso de um adjetivo no superlativo relativo, ao restringir necessariamente a denotação do grupo nominal a um conjunto de inclusividade máxima e identificável cognitivamente (no singular, um conjunto de um só membro), obriga também ao uso antecipatório do artigo definido: cf., por exemplo, *o melhor aluno da turma* (compare-se com a estranheza de #*um melhor aluno da turma*). Por motivos semelhantes, o adjetivo *único* no grupo nominal (em posição pré-nominal) obriga ao uso antecipatório do artigo definido: cf., por exemplo, *o único amigo da Joana* (vs. #*um único amigo da Joana*).

O artigo definido também é usado antecipatoriamente com nomes abstratos como *facto*, *hipótese* e *ideia*, entre outros, quando se combinam com orações especificativas (cf. Caps. 36 e 37), o que se ilustra em (4) (colocam-se as orações especificativas em itálico):

(4) a. Surpreende-me o facto de *que estamos face a uma pandemia*.
b. Ele não gostou nada da ideia de *que o exame fosse adiado*.

O papel das orações especificativas é tornar explícito o conteúdo do sintagma nominal simples que as antecede (*o facto* e *a ideia*, respetivamente, nos exemplos); ou seja, as orações especificam de modo unívoco em que consiste o facto e a ideia, obrigando, por isso, ao uso antecipatório do artigo definido (note-se a estranheza ou mesmo não gramaticalidade de **surpreende-me um facto de que estamos face a uma pandemia* ou ??*ele não gostou nada de uma ideia de que o exame fosse adiado*)[11].

Não é só o material linguístico descritivo do grupo nominal de um sintagma nominal definido que permite ao ouvinte limitar a busca das entidades relevantes e identificar um referente contextualmente único. O significado do resto da frase, nomeadamente do verbo, também pode contribuir para isso. Considere-se, p.e., a ordem *fecha a porta!*, dada numa sala onde existem cinco portas[12]. Num cenário plausível, a indicação crucial que permite ao ouvinte identificar uma das portas como sendo a única relevante no contexto é o verbo *fechar*, se quatro das portas já estiverem fechadas e apenas uma estiver aberta. Por vezes, são considerações de ordem pragmática que permitem a identificação unívoca do referente. Assim, noutro cenário plausível para o exemplo dado acima, uma das portas é identificada como sendo a única relevante se o ouvinte tiver acabado de entrar ou sair por ela (e este cenário é compatível com o facto de outras portas poderem estar abertas). Noutro cenário ainda, a porta pode ser identificada por ser a única que dá para o exterior, ainda que outras estejam também abertas, e, p.e., estar uma ventania tremenda.

[11] O uso antecipatório do artigo definido também se encontra em sintagmas nominais que descrevem eventos únicos nos quais participam entidades particulares; cf. *a captura dos fugitivos decorreu sem incidentes* (comparar com a estranheza de #*uma captura dos fugitivos decorreu sem incidentes*).

[12] Este exemplo é adaptado de C. Lyons (1999), que, no entanto, dele tira uma conclusão diferente.

22.1.2.1.5 Usos situacionais e usos anafóricos do artigo definido

Para além do seu uso epistémico (cf. a discussão na subsecção anterior), o uso de sintagmas nominais definidos pode ser legitimado de duas formas distintas, que dependem do tipo de relação que os sintagmas estabelecem com o seu referente (cf. também o Cap. 21.4.2.1): (i) o sintagma nominal designa diretamente o referente, que está presente no contexto situacional em que se encontram os interlocutores (como se verá, a dimensão desse contexto pode variar); (ii) o sintagma nominal designa um referente que é introduzido linguisticamente por outro sintagma nominal da mesma frase ou do discurso mais vasto, ficando assim acessível no "espaço cognitivo" dos interlocutores e, consequentemente, identificável pelo ouvinte (cf. Caixa [1]). Ao primeiro uso do artigo definido, exemplificado em (5), chamamos **uso situacional** e ao segundo, exemplificado em (6), chamamos **uso anafórico**:

(5) a. Por acaso viste *a chave do carro*?
b. *A Reitoria da Universidade* só abre às três horas.

(6) a. Era uma vez uma princesa que vivia num palácio maravilhoso. *A princesa*, no entanto, era extremamente infeliz.
b. Julião Sarmento expõe atualmente na galeria Y. *O pintor* falou da sua obra mais recente ao nosso jornal.

Discutimos em seguida algumas das características principais destes dois usos do artigo definido.

Usos situacionais do artigo definido

Nos usos situacionais do artigo definido, a questão mais importante que se coloca é a maneira como é feita a identificação do referente pelo ouvinte. De facto, a identificação varia consoante o referente esteja percetualmente presente no contexto situacional imediato ou não[13]. Mencionando dois dos exemplos dados até aqui, o primeiro caso é plausivelmente ilustrado pelo sintagma nominal sublinhado do enunciado *traz-me o livro de capa azul que está em cima da mesa*, e o segundo pelo SN sublinhado do enunciado *o centro histórico de Guimarães é lindíssimo*, dito por um falante que se encontra afastado desse local (p.e., em Lisboa).

Quando os interlocutores falam de entidades que estão presentes no contexto físico onde se situam, têm um acesso percetual (p.e., visual, auditivo ou tátil) aos referentes representados pelos sintagmas nominais definidos. Neste caso, a sua identificação pelo ouvinte tem um caráter imediato, fundamentado nos sentidos.

Em contrapartida, quando os falantes falam de entidades presentes num contexto mais vasto que não se resume ao domínio espácio-temporal imediato no qual se encontram, os referentes não terão, obviamente, o mesmo grau de acessibilidade (nomeadamente, não têm acessibilidade percetual), e a sua identificação adquire uma natureza cognitiva, assente no conhecimento partilhado que os interlocutores têm desses referentes.

Para além do exemplo dado acima, o primeiro caso, em que os referentes se encontram no contexto imediato, ilustra-se de novo nas seguintes frases (deixa-se

[13] O uso dêitico (em sentido lato) do artigo definido é, assim, o caso particular do uso situacional em que o referente do SN está presente no contexto situacional imediato da enunciação (cf. Caixa [1]).

ao leitor o exercício de imaginar contextos imediatos possíveis para cada um dos enunciados):

(7) a. Passa-me *o lápis*, por favor.
b. Importas-te de ligar *a televisão*?
c. *As toalhas* estão todas sujas.
d. *O cheiro dessa carne* não me inspira confiança.
e. *A música* é magnífica.

Estes usos do artigo definido são, por vezes, chamados **dêiticos** (em sentido lato), visto que a sua referência depende intrinsecamente da situação espácio-temporal na qual se encontram os interlocutores (cf. Caps. 21.4.2.1 e 41 e Caixa [1]). Assim, quando o referente é uma entidade material que pode ser percecionada visualmente, o falante poderá mesmo fazer o gesto de apontar para ela ao pronunciar o sintagma nominal, ou poderá modificar o nome através de uma oração relativa contendo um advérbio locativo de natureza explicitamente dêitica (cf. 22.3.2.2 e Caps. 11 e 33): cf. *passas-me o livro que está ali?* Estes processos, na realidade, constituem "bengalas" que ajudam o ouvinte a identificar o referente do sintagma nominal sem ser necessário para o falante usar um grupo nominal altamente descritivo (quando se aponta, basta usualmente o nome).

O segundo caso, em que os referentes existem num contexto situacional mais vasto (que pode ser invocado discursivamente), ilustra-se nos seguintes exemplos:

(8) a. *A Universidade* fica muito longe daqui, temos de tomar um táxi.
b. *O teu amigo* estava muito contente com *o carro que comprou ontem*.

Nestes casos, a identificação do referente pelo ouvinte assenta num leque variado de experiências e de conhecimentos comuns partilhado pelos interlocutores, e o uso do artigo definido depende crucialmente das expectativas que o falante tem sobre os conhecimentos do ouvinte. Por exemplo, num cenário plausível para (8a), os interlocutores participam ambos numa conferência organizada por uma certa universidade numa determinada cidade. Poderão existir várias universidades nessa cidade, mas seria pragmaticamente estranho que o falante, ao usar o sintagma nominal definido, não tivesse em mente aquela que organiza a conferência na qual ambos participam. Em (8b), por sua vez, o referente do primeiro sintagma em itálico poderá ser identificado por já se ter falado nele e ser, portanto, o único amigo "ativo" no contexto discursivo; e o uso do artigo no segundo sintagma (*o carro que comprou ontem*) indica que este é o único carro que o amigo comprou ontem, e mesmo se o ouvinte (e o falante) nunca viram esse carro (e portanto não o podem identificar percetualmente), o carro em questão é identificável cognitivamente.

Muitas vezes, o uso do artigo definido tem a ver com a maneira como o mundo está estruturado, socialmente, politicamente ou fisicamente, e o conhecimento comum dessa estrutura pelos interlocutores. Considerem-se os seguintes exemplos:

(9) a. *O Presidente da França* encontrou-se com *o Primeiro-Ministro britânico*.
b. *O Papa* finalmente aprovou o uso de contracetivos.
c. *O Sol* hoje está encoberto pelas nuvens.

Quando uma entidade é única numa escala suficientemente larga (uma cidade, um país ou mesmo todo o planeta), o uso do artigo definido é praticamente obrigatório devido à condição de unicidade (ou seja, o artigo tem características simultaneamente situacionais e antecipatórias). Isso acontece com as entidades que mantêm certos cargos políticos e religiosos que são únicos à escala relevante (no nosso tipo de organização social e política), como presidente da França, primeiro-ministro britânico, papa, etc.[14]. O mesmo acontece com o Sol e a Lua, que são os únicos objetos planetários do seu tipo no contexto do nosso planeta, legitimando (e obrigando a)o uso do artigo definido[15].

> [4] Um uso curioso do artigo definido é aquele em que especifica substantivos como *cinema*, *teatro*, *farmácia*, *supermercado*, *banco* (entre outros), quando o sintagma nominal é complemento do verbo *ir*: cf. *vou* {*ao teatro*/*ao cinema*/*ao banco*}, etc. Estes nomes denotam lugares especializados na prática de uma determinada atividade institucionalizada (ver um filme ou uma peça, comprar produtos, efetuar operações financeiras, etc.). Neste caso, as condições de uso do artigo definido não exigem que o cinema, ou o teatro, ou o banco sejam identificáveis pelo ouvinte enquanto lugares – ou mesmo pelo falante, que pode perfeitamente dizer *hoje vou ao cinema*, sem ter decidido que filme vai ver e, consequentemente, a que casa de espetáculos particular vai. Do mesmo modo, também a condição de unicidade parece não ser necessariamente satisfeita: ao dizer *hoje vou ao cinema*, o falante não se compromete a ir ver um único filme, ou seja, a frase é compatível com uma situação na qual o falante tem a intenção de ver nesse dia dois ou mais filmes em cinemas diferentes. O que esses sintagmas nominais parecem, então, designar é não tanto um lugar, mas sim a atividade social única nele praticada, que o ouvinte pode identificar sem qualquer dificuldade. Do mesmo modo, o artigo definido pode ser usado em sintagmas nominais que representam objetos que têm funções convencionalizadas, em situações socialmente institucionalizadas, como atravessar ruas, parar em sinais de trânsito, atravessar uma linha do comboio, etc.: cf., por exemplo, *já devias saber que não se atravessa a rua com o sinal vermelho*, ou *quando a cancela está fechada, não se deve atravessar a linha do comboio*. Esta interpretação é aquela a que se chama "genérica de tipo" no Cap. 21.4.2.2.

Usos anafóricos do artigo definido

Nos usos anafóricos do artigo definido, o referente é introduzido no universo do discurso por outro sintagma nominal do contexto discursivo, o qual funciona como o **antecedente** do SN definido (cf. Cap. 41), como se ilustra em (10):

---

[14] Veja-se, p.e., a estranheza de uma manchete de jornal que dissesse #*um Presidente da França encontrou-se com um Primeiro-Ministro britânico*. No entanto, se o universo do discurso incluir vários períodos históricos (em que mais de uma pessoa mantém o cargo de presidente ou de primeiro-ministro), o uso do artigo definido não é obrigatório: cf., por exemplo, *um Presidente dos Estados Unidos foi ator de cinema*. Do mesmo modo, a única interpretação possível da frase *um Papa revolucionou a Igreja* é aquela que invoca uma dimensão histórica (cf. a estranheza de #*hoje, um Papa rezou missa na Basílica de S. Pedro*).

[15] Devido a designarem entidades únicas à escala do nosso planeta, os substantivos destes sintagmas nominais funcionam como etiquetas referenciais, de um modo semelhante aos nomes próprios, sendo, por isso, frequentemente escritos com letra maiúscula; o mesmo sucede com os nomes que designam cargos políticos ou religiosos únicos (cf. Cap. 26). Com nomes como *sol* e *lua*, o artigo definido é obrigatório quando o universo do discurso se resume à escala planetária. Quando o universo do discurso é mais vasto, incluindo partes ou a totalidade do universo (astronómico), o artigo definido deixa de ser obrigatório: cf., por exemplo, *há pelo menos um sol que sustenta vida no universo, que é o nosso* ou *Júpiter tem várias luas*.

(10) a. Era uma vez uma princesa que vivia num palácio maravilhoso. *A princesa*, no entanto, era extremamente infeliz.
b. Ontem entrou um estudante furibundo no meu gabinete. Depois de perorar durante cinco minutos acusando-me de o perseguir e de o querer chumbar sem fundamento, *o estudante* ameaçou bater-me.
c. Julião Sarmento expõe atualmente na galeria Y. *O pintor* falou da sua obra mais recente ao nosso jornal.
d. Eu gostava muito de visitar o Japão, mas ninguém quer ir comigo a*o país do sol nascente*.
e. Sempre ofereci a orquídea à minha mãe, mas *a planta* murchou logo.

Nestes usos, o sintagma nominal definido "retoma" o referente introduzido pelo antecedente (sublinhado); este referente é acessível cognitivamente precisamente por ter sido introduzido previamente pelo antecedente. A saliência do referente para o seu uso posterior, i.e., o seu grau de acessibilidade para o ouvinte, depende, em parte, da "distância" discursiva entre o sintagma nominal antecedente e o sintagma nominal definido que "retoma" o referente: quanto mais próximo (textual ou discursivamente) o sintagma nominal definido estiver do seu antecedente, mais garantias de sucesso tem a recuperabilidade do referente pelo ouvinte[16].

Nos usos anafóricos, distingue-se a **anáfora fiel**, em que o nome do sintagma nominal definido retoma literalmente o nome do sintagma nominal antecedente, como em (10a,b), da **anáfora infiel** (usada frequentemente para obter efeitos estilísticos), em que o grupo nominal do sintagma nominal definido é lexicalmente distinto e tem um sentido diferente, mas adequado ao referente, como em (10c-e) (cf. também o Cap. 41)[17].

O uso anafórico infiel do artigo definido também pode ser legitimado por um antecedente frásico. Este antecedente denota tipicamente uma situação que é retomada por um sintagma nominal definido tendo como núcleo um nome abstrato adequado, como se ilustra em (11):

(11) a. A terra tremeu nos Açores. *O abalo* durou quinze segundos.
b. A economia do país está em crise e receia-se que *a situação* não melhore nos próximos tempos.

Um tipo particular de uso anafórico do artigo definido é a chamada **anáfora associativa**, que se ilustra nos seguintes exemplos:

(12) a. Ontem vi uma peça de teatro excelente; *o encenador* e *os atores* souberam tirar partido d*o texto*, que nem sequer era muito bom.
b. Jantei num ótimo restaurante; *a comida* era excelente e *os funcionários* extremamente atenciosos.

Neste tipo de anáfora, o uso do artigo definido é legitimado pela associação meronímica (cf. Cap. 8) que os interlocutores fazem entre os sintagmas nominais definidos

[16] Embora se encontrem também na linguagem oral, os usos anafóricos do artigo definido são mais típicos da linguagem escrita, precisamente porque é mais fácil o processamento textual que permite a conexão do SN definido com o seu antecedente e a recuperabilidade do referente.
[17] Na anáfora infiel, quando o antecedente não é um nome próprio, a relação lexical entre as duas expressões associadas é geralmente de hiperonímia ou de sinonímia (cf. Cap. 8).

e o sintagma nominal antecedente. Isto significa que os referentes dos sintagmas definidos constituem partes de um referente mais vasto (o holónimo), introduzido pelo sintagma antecedente (uma peça de teatro tem normalmente um encenador e atores, e num restaurante serve-se comida e existem funcionários que a servem). Nestes usos, a unicidade do referente dos sintagmas nominais definidos e a possibilidade da sua identificação encontram-se relativizadas ao contexto introduzido pelo antecedente.

22.1.2.1.6 Valor possessivo do artigo definido

Quando numa frase ocorrem sintagmas nominais que se encontram numa relação semântica de "posse" (incluindo certas relações meronímicas entre uma parte e o todo a que pertence – cf. Caps. 8 e 27)[18], pode utilizar-se o artigo definido no sintagma nominal que representa a entidade "possuída", quando esta designa uma parte do corpo tida como "inalienável" (cf. (13)) ou algo considerado único na entidade "possuidora" (cf. (14)) (coloca-se em itálico o SN possuído e sublinha-se o SN possuidor)[19]:

(13) a. Antes de operar, um cirurgião deve desinfetar *as mãos* e proteger *o corpo*.
b. O meu irmão anda com *a cabeça* no ar.
c. O Pedro partiu *o nariz*.
d. Ao preparar o jantar, o Pedro fez um golpe n*o dedo*.
e. O Pedro tem *os olhos* azuis.

(14) a. A Julinha deixou *os óculos* no centro comercial.
b. O carro perdeu *o para-choques* no acidente.
c. A casa tem *as persianas* fechadas.
d. O João foi buscar *o passaporte* ao Governo Civil.

Nestas frases, a relação linguística que se estabelece entre o SN possuído e o SN possuidor é semelhante a uma relação anafórica, na qual o SN possuidor funciona como antecedente. A diferença, claro, é que os dois SN não representam (estritamente) o mesmo referente, mas sim entidades relacionadas pela relação de posse.

Estas relações são semanticamente semelhantes aos casos de anáfora associativa do artigo definido ilustrados nos exemplos de (12). No entanto, o uso do artigo definido nas relações de posse ilustradas em (13) e (14) obedece a condições gramaticais diferentes das do seu uso na anáfora associativa. Nas relações de posse, existem condições sintáticas estritas que regem a relação entre o SN possuído e o SN possuidor, que funciona como antecedente. Estas relações são semelhantes

[18] As "relações de posse" – assim chamadas por poderem ser expressas por frases cujo predicador é o verbo *ter* (cf., por exemplo, *o Pedro tem um nariz grande*, *o Pedro tem um carro*) ou por sintagmas nominais em que os dois termos estão ligados pela preposição *de* (cf., por exemplo, {*o nariz*/*o carro*} *do Pedro*) – não exprimem apenas posse material ou jurídica, mas também, frequentemente, outras relações, como as de parentesco, ou entre uma parte e o todo a que pertence, incluindo a chamada "posse inalienável" de partes do corpo, por um pessoa ou por um órgão mais inclusivo, como, p.e., os dedos relativamente à mão. Para uma descrição dos vários tipos de relações de posse expressas pelo verbo *ter* e pela preposição *de*, cf. Cap. 27.3.3.2.

[19] Por conveniência, chamamos ao sintagma nominal que designa a entidade possuída de "SN possuído", e ao sintagma nominal que designa a entidade possuidora, de "SN possuidor". O uso exclusivo do artigo definido em português no SN possuído contrasta com o que acontece noutras línguas, como o inglês, que recorrem obrigatoriamente a um pronome possessivo: comparar, p.e., (13c) com a frase equivalente do inglês *Peter broke his nose*.

(embora não exatamente idênticas) às que se estabelecem entre um pronome reflexo ou recíproco e o seu antecedente (cf. Cap. 41): em particular, (i) o SN possuidor e o SN possuído têm de pertencer à mesma oração simples, (ii) o SN possuidor tem de preceder o SN possuído e (iii) o SN possuidor tem de ser estruturalmente "mais proeminente" do que o SN possuído (cf. Caps. 11.3.4.3 e 41). Os seguintes exemplos ilustram esse ponto:

(15) a. A mãe da Julinha vai cortar *o cabelo*.
b. Quando o Pedro preparava o jantar, [-] fez um golpe n*o dedo*.
c. Quando o Pedro preparava o jantar, [-] fiz um golpe n*o dedo*.

Em (15a), a relação de posse entre os dois SN (i.e., a interpretação em que o cabelo em questão pertence à mãe da Julinha) é possível porque o sintagma nominal *a mãe da Julinha* está contido na mesma oração que o sintagma nominal *o cabelo*, precede esse SN e é estruturalmente mais proeminente do que ele. O sintagma nominal *a Julinha*, embora esteja contido na mesma oração que o sintagma nominal *o cabelo* e preceda esse SN, não é estruturalmente mais proeminente do que ele, porque está contido num sintagma nominal mais vasto (*a mãe da Julinha*). Logo, a interpretação não pode ser que o cabelo pertence à Julinha[20].

Por sua vez, em (15b,c), a relação de posse estabelece-se entre o SN *o dedo* e o sujeito nulo da oração principal (representado por "[-]"): ambos estão contidos na mesma oração, e o sujeito nulo precede e é mais proeminente que o SN *o dedo*. Em (15b), a interpretação é que o dedo pertence ao Pedro porque o sujeito nulo da oração principal (cujo verbo está na 3.ª pessoa) é correferente com o SN *o Pedro* da oração adverbial. Em contrapartida, em (15c), o sujeito nulo, de 1.ª pessoa, não pode ser correferente com o SN *o Pedro*, que é de 3.ª pessoa; logo, a interpretação é que o dedo pertence ao falante, e não ao Pedro.

Por oposição a estes casos, na anáfora associativa, os sintagmas nominais que representam os merónimos (as partes) não estão necessariamente contidos na mesma oração simples que contém o antecedente holonímico: cf., por exemplo, (12a), *ontem vi* ***uma peça de teatro excelente****; o encenador e os atores souberam tirar partido do texto, que nem sequer era muito bom*.

22.1.2.1.7 Artigo definido com valor referencial genérico

O artigo definido é, por excelência, o determinante usado em sintagmas nominais com referência genérica, i.e., em que se refere uma espécie, ou uma classe natural de entidades, por oposição aos espécimes ou membros particulares dessa classe (cf. Cap. 21.1.4 e 21.4.2.2). O artigo definido pode assumir este valor quer no singular quer no plural. Apresentam-se a seguir alguns exemplos[21]:

[20] Esta interpretação, no entanto, é possível na frase *a mãe da Julinha vai-lhe cortar o cabelo*. Aqui, o pronome *lhe* constitui um SN diferente do SN com a função de sujeito, precede o SN *o cabelo* e é estruturalmente mais proeminente do que ele. Consequentemente, o pronome pode funcionar como o SN possuidor antecedente do SN possuído *o cabelo*. Como, por outro lado, o pronome *lhe* pode ser correferente com o SN *a Julinha* (ainda que este não seja estruturalmente mais proeminente; cf. Cap. 41), obtém-se, por transitividade lógica, a leitura de que o cabelo pertence à Julinha.

[21] Na referência genérica, é usual distinguir-se a referência à espécie, ou à classe natural, como em (16a-d), da referência ao tipo, como em (16e) (cf. Cap. 21). Quando um sintagma nominal plural, de valor genérico e com um núcleo nominal [+contável], é complemento de um verbo "de atitude afetiva", como em (16e)

(16) a. *O lince ibérico* está em vias de extinção.
b. *O homem* chegou à Lua em 1969.
c. Em África, está-se a tornar necessário proteger *o*(*s*) *elefante*(*s*).
d. *As andorinhas* chegam sempre com a primavera.
e. Não suporto *as crianças mimadas*.

As classes naturais formadas por substâncias também podem ser referidas genericamente através de sintagmas nominais definidos singulares (cf. (17a,b)); por sua vez, a menção de valores e qualidades abstratas de natureza universal como o amor, a justiça ou a igualdade releva igualmente da referência genérica e por isso é feita exclusivamente através do artigo definido no singular (cf. (17c,d)):

(17) a. *O leite* faz bem à saúde.
b. *A água* está a escassear no planeta.
c. *A solidariedade* está em vias de extinção.
d. *A música* faz bem à alma.

Os sintagmas nominais definidos não são os únicos que podem ter uma leitura de tipo genérico. Em frases que representam propriedades gerais ou habituais das pessoas, dos animais ou das coisas, chamadas **frases caracterizadoras** (cf. Krifka et al. 1995), é possível usar um sintagma nominal indefinido no singular com uma leitura semelhante à da referência genérica veiculada pelo artigo definido; assim, as frases de (18) são praticamente sinónimas (cf. Cap. 21.8.3):

(18) a. *O gato* gosta de conviver com as pessoas.
b. *Um gato* gosta de conviver com as pessoas.

De uma maneira aparentemente paradoxal, no entanto, apenas o artigo definido, mas não o indefinido, pode ser usado em sintagmas nominais com a função de sujeito quando o predicado da frase se aplica a uma espécie como entidade coletiva, mas não se aplica individualmente a cada um dos membros da espécie (cf. Cap. 21.1.4). Um desses predicados é aquele usado em (17c), *estar em vias de extinção*[22]. De facto, apenas uma espécie pode estar em vias de extinção, não uma entidade dessa espécie (veja-se o absurdo de #*o lince ibérico que caçámos ontem e vamos comer hoje ao almoço está em vias de extinção*)[23]. Comparem-se, assim, os seguintes exemplos:

(19) a. *O lince ibérico* está em vias de extinção.
b. #*Um lince ibérico* está em vias de extinção.

(uma classe que, para além de (*não*) *suportar*, inclui *gostar* (*de*), *detestar*, *odiar*, etc.; cf. Laca 1990), tem uma interpretação de tipo e o artigo definido é opcional: cf. *não suporto crianças mimadas*. Em contrapartida, na interpretação de espécie, o artigo definido é obrigatório, mesmo quando o sintagma nominal genérico é um complemento: cf., comparando com (16c), a impossibilidade de #*em África, está-se a tornar necessário proteger elefantes*. Neste exemplo, o SN sublinhado só pode ter uma interpretação indefinida (pragmaticamente estranha), próxima de *alguns elefantes* (cf. 22.2.5).

[22] O facto de o sintagma verbal *estar em vias de extinção* poder predicar sobre o sintagma nominal *a solidariedade* mostra que os sintagmas nominais que representam qualidades e valores universais têm, efetivamente, uma natureza genérica de espécie.

[23] Isso é verdade ainda que, obviamente, a extinção de uma espécie implique o desaparecimento dos seus membros.

Como se vê pela estranheza de (19b), o artigo indefinido não tem, na realidade, capacidade para representar "diretamente" uma espécie (ou melhor, um sintagma nominal indefinido não tem essa capacidade). Conclui-se que apenas o artigo definido pode ser usado num sintagma nominal com uma "verdadeira" leitura de referência genérica a uma espécie[24]. Esta capacidade do artigo definido deve-se, plausivelmente, à sua propriedade "generalizadora", de quantificador universal, refletida nas condições de unicidade e de inclusividade (cf. 22.1.2.1.2 e 22.1.2.1.3). Como vimos, um sintagma nominal definido refere uma entidade de determinado tipo que é única num contexto dado (ou, no plural, um conjunto máximo e único de entidades de determinado tipo). Esta propriedade semântica torna-o particularmente adequado para referir espécies, que também são entidades únicas e formam conjuntos de inclusividade máxima.

22.1.2.2 Artigo definido com valor não referencial

Nem sempre os sintagmas nominais com um artigo definido têm um valor referencial, i.e., em que identificam uma entidade ou grupo particular. Estes sintagmas podem também ser usados em orações copulativas, com um valor predicativo, como se ilustra em (20):

(20) a. Aquele senhor ali sentado é *o professor da minha filha*.
b. Ele é *o filho do Manuel*.
c. O Pedro e o Luís são *os melhores professores da Faculdade*.

Neste uso, os sintagmas nominais definidos têm um sentido descritivo, e denotam uma propriedade que se atribui exclusivamente ao referente do sintagma nominal sujeito. Esse valor é consagrado pelo termo da gramática tradicional que designa a sua função, **predicativo do sujeito**. Estes sintagmas nominais definidos são, assim, semelhantes funcionalmente a um adjetivo (cf. *aquele senhor ali sentado é careca*), com a diferença de que denotam uma propriedade individual e exclusiva do sujeito (cf. também o Cap. 30, onde estas orações copulativas são chamadas **identificadoras**).

Os sintagmas nominais definidos veiculam igualmente um valor predicativo quando ocorrem como **apostos**, ou seja, como constituintes externos de um sintagma nominal (cf. Cap. 27): cf. *esse senhor, o único médico desta aldeia, deve ser tratado com respeito*. Nesta frase, o SN *o único médico desta aldeia* introduz também uma propriedade individual que se atribui exclusivamente ao referente do SN *esse senhor*. Nesse sentido, as frases com um aposto são praticamente equivalentes à coordenação de duas orações, em que uma delas é copulativa e tem o aposto como predicativo do sujeito: cf. *esse senhor é o único médico desta aldeia e esse senhor deve ser tratado com respeito* (cf. também, sobre este tópico, o Cap. 39).

Não é só em contextos predicativos ou de aposição que os sintagmas nominais definidos podem ter uma interpretação não referencial. Os sintagmas nominais definidos também podem ter uma tal interpretação quando são argumentos (cf. também o Cap. 21, Caixa [16]). Considerem-se os seguintes exemplos:

[24] Torna-se, então, necessário dizer algo mais sobre o exemplo (18b), onde, aparentemente, o sintagma nominal indefinido tem uma leitura genérica de espécie; aborda-se esta questão na Caixa [10].

(21) a. *O assassino do Smith* é louco.[25]
b. Nem *o piloto mais rápido do mundo* faz este circuito em três minutos.

Nestes enunciados, o sintagma nominal em itálico pode ter uma leitura referencial ou uma leitura não referencial. Exemplificando com a primeira frase, no uso referencial, o falante tem em mente uma pessoa particular (suponhamos, o João) e descreve-a através do grupo nominal *assassino do Smith*, porque sabe ou acha que o João é o assassino do Smith. Neste caso, o que conta é a intenção do falante em designar um indivíduo particular (o João), e com essa finalidade usa o grupo nominal em causa, como poderia ter usado um nome próprio (*o João é louco*) ou outro grupo nominal que descrevesse o indivíduo em questão (p.e., *o homem que jantou ontem com o Smith é louco*, supondo que o falante sabe que o João jantou com o Smith no dia anterior ao da enunciação da frase – plausivelmente, no dia em que o assassinou).

Em contrapartida, na leitura não referencial, também chamada **leitura atributiva**[26], o falante assume que existe uma (e uma só) pessoa *x* que matou o Smith, mas não sabe quem essa pessoa é. Por outras palavras, não tem em mente um indivíduo particular, e usa o sintagma nominal para descrever quem quer que seja que matou o Smith. Nesta leitura, o grupo nominal (*assassino do Smith*, no primeiro exemplo) adquire particular importância: por um lado, o falante não poderia ter usado outro grupo nominal ou um nome próprio, pela simples razão de que a propriedade denotada pelo grupo nominal utilizado é a única pista que tem para a representação do indivíduo em questão, quem quer que ele seja; por outro lado, é o grupo nominal utilizado que justifica o uso do predicado (ou seja, a base para dizer que a pessoa *x* é louca é precisamente a sua descrição como assassino do Smith).

Estas duas leituras encontram-se também no sintagma nominal definido do exemplo (21b). Na leitura referencial, o falante tem em mente um piloto particular (p.e., Sebastien Vettel); na não referencial, em contrapartida, não tem ninguém em mente, e usa o sintagma para descrever o piloto *x*, qualquer que ele seja, que possui a propriedade representada pelo grupo nominal (a propriedade de ser o piloto mais rápido do mundo).

A leitura atributiva pode ser realçada utilizando as expressões *qualquer que* (*ele*(*a*)) *seja* ou *quem quer que* (*ele*(*a*)) *seja*, como aposto do sintagma nominal definido: cf. *o assassino do Smith*, *quem quer que* (*ele*) *seja*, *é louco*.

Em síntese, o uso atributivo de um sintagma nominal definido em orações declarativas como (21) preserva a condição de unicidade e a condição de existência – o falante veicula a ideia de que existe uma entidade única que satisfaz a descrição do sintagma nominal –, mas não a condição de identificação – nem o falante nem o ouvinte estão em condições de identificar a entidade designada[27].

---

[25] Esta frase é a tradução em português do famoso exemplo *Smith's murderer is insane*, de Donnellan (1966), um trabalho onde se discute a distinção entre a leitura referencial e a leitura atributiva de um sintagma nominal definido não predicativo, i.e., com função argumental. Donnellan considera unicamente sintagmas nominais com a função de sujeito (tal como nos exemplos dados aqui), mas esta leitura pode ser manifestada por sintagmas nominais com outras funções gramaticais, como em *é preciso descobrir o assassino do Smith*.

[26] Cf. Donnellan (1966) e Kripke (1977).

[27] Nem todos os autores concordam que a condição de existência é preservada no uso atributivo de um sintagma nominal definido; para uma visão contrária, cf. Cap. 21, Caixa [16]. Repare-se também que se

A leitura atributiva encontra-se também em sintagmas nominais definidos que ocorrem em orações interrogativas copulativas identificadoras (cf. Cap. 30), em que se procura identificar o ou os indivíduos que têm determinadas características ou que desempenham uma determinada função: cf., por exemplo, *quem é a tua avó?* ou *quem é o presidente do clube?* Nestes casos, os sintagmas nominais sublinhados não referem; antes, designam uma propriedade individual, e o que se pede é precisamente a identificação do referente que satisfaz essa propriedade. O significado destas frases interrogativas pode ser dado por paráfrases que contêm estruturas copulativas identificadoras declarativas (cf., respetivamente, 'quem é a pessoa *x* que tem a propriedade de ser a tua avó' e 'quem é a pessoa *x* que desempenha a função de ser o presidente do clube'), o que aproxima a interpretação atributiva destes sintagmas nominais da leitura predicativa ilustrada em (20). Note-se que, nas respostas adequadas a estas perguntas, ocorre normalmente um sintagma nominal referencial, que pode ser um SN definido (cf. (*a minha avó*) *é a senhora que está ali sentada*, como resposta à primeira pergunta), um nome próprio ou um pronome pessoal (cf. (*o presidente do clube*) {*é o Artur Vasconcellos*/*é ele*}, como resposta à segunda pergunta)[28].

22.2 Determinantes indefinidos

Nesta secção caracteriza-se o artigo indefinido, discutindo-se as suas propriedades morfológicas, em 22.2.1, e as suas propriedades semânticas, em 22.2.2. Em 22.2.3, discute-se o determinante indefinido *algum*; e, em 22.2.4, discute-se a relação entre o artigo indefinido e o numeral que representa cardinalidade 1.

22.2.1 Propriedades morfológicas do artigo indefinido

O artigo indefinido varia em género e número, apresentando as seguintes formas: *um*, *uma*, *uns* e *umas*. Quando um sintagma nominal iniciado por um artigo indefinido é complemento de uma das preposições *em* ou *de*, o artigo contrai-se com a preposição, i.e., incorpora-se morfologicamente nela, como se ilustra no Quadro 3 e se exemplifica em (22):

PREPOSIÇÃO	ARTIGO INDEFINIDO			
	um	**uma**	**uns**	**umas**
em	num	numa	nuns	numas
de	dum	duma	duns	dumas

Quadro 3 – Formas contraídas do artigo indefinido

pode dar o caso de o ouvinte, mas não o falante, saber quem é o assassino do Smith ou o piloto mais rápido do mundo. Nesse caso, o falante usa o sintagma nominal com um valor atributivo, enquanto o ouvinte o processa com um valor referencial. Isto mostra que muitas das propriedades de significado induzidas pelos determinantes nos sintagmas nominais não se podem atribuir diretamente aos determinantes ou mesmo aos sintagmas nominais que os contêm; antes, são uma consequência do seu uso e/ou da sua receção pelos interlocutores – ou seja, têm uma natureza mais pragmática do que propriamente semântica.

[28] Como resposta à segunda pergunta, pode também ocorrer outro SN com leitura atributiva/predicativa, que não identifica necessariamente o referente mas introduz outra função ou propriedade individual (cf. *o presidente do clube é o dono da fábrica de parafusos da minha terra*).

(22) Aqueles gnomos viviam *numa* viela obscura *duma* pequena aldeia *dum* país imaginário.

Com a preposição *de*, existe outra opção fonética: a vogal central [ɨ] da preposição converte-se na semivogal [j], com a consequente criação de um ditongo quando se junta à vogal nasal [ũ] do artigo indefinido: [djũ], [djúmɐ], [djũʃ], [djúmɐʃ]. Embora estas formas não tenham correspondentes na grafia, a oscilação na linguagem oral entre esta opção e a contração canónica pode explicar o facto de, na escrita, se evitarem frequentemente as formas combinadas da preposição *de* com o artigo indefinido.

Quando o artigo inicia uma oração infinitiva flexionada que exclui a preposição, a contração do artigo e da preposição costuma ser estigmatizada pelas gramáticas tradicionais, quer na fala quer na escrita, embora seja de notar que, mau grado este estigma, a contração é bastante comum na oralidade e mesmo na escrita menos formal[29]:

(23) Em virtude *de* [*um* despacho do Ministro das Finanças ter anulado o perdão fiscal anterior], as empresas deverão proceder à regularização das suas dívidas ao fisco. (vs. ??*em virtude dum despacho do Ministro das Finanças ter anulado o perdão fiscal anterior*)

A contração também não ocorre quando o artigo é a primeira palavra do título de uma obra, como se verifica nos seguintes exemplos[30]:

(24) a. Em *Uma Fenda na Muralha*, Alves Redol dá a verdadeira medida do seu talento de escritor. (vs. **numa Fenda na Muralha*)
b. O autor de *Uma Fenda na Muralha* é um homem solidário. (vs. **o autor duma Fenda na Muralha*)

[5] A forma plural do artigo indefinido é uma característica das línguas ibero-românicas, como o português, o castelhano, o catalão e o galego, como se ilustra em (i):

(i) a. Naquele pomar havia [*umas* maçãs realmente boas]. (português)
b. En aquell pomer, hi havia [*unes* pomes realment bones]. (catalão)
c. En aquel manzano, había [*unas* manzanas realmente buenas]. (castelhano)
d. Naquel pomar, había [*unhas* mazás realmente boas]. (galego)

Em contrapartida, línguas como o italiano e o francês usam o chamado **artigo partitivo** (uma contração da preposição *de* com o artigo definido) em vez do artigo indefinido (cf. (ii)):

(ii) a. Dans ce verger, il y avait [*des* pommes vraiment bonnes]. (francês)
b. In quel frutteto, c'erano [*delle* mele veramente buone]. (italiano)

[29] Cf. Nota 5. Neste contexto, alguns falantes usam a opção fonética com semivocalização da vogal da preposição, em vez da contração canónica.

[30] Com o artigo definido, no entanto, a contração é permitida, mas unicamente na linguagem oral: cf. *nos Maias, Eça de Queiroz descreve uma relação incestuosa* ou *o autor dos Maias viveu em Paris*. Na linguagem escrita, pelo contrário, a contração costuma evitar-se, e o artigo definido escreve-se com letra maiúscula: cf., por exemplo, *Casos recentes desse interesse são as publicações de A Crítica e a Convicção pelas Edições 70 e de O Justo ou a Essência da Justiça pelo Instituto Piaget* (CRPC, *Expresso*).

22.2.2 Propriedades semânticas do artigo indefinido

Como se notou em 22.1.2.1.1, na discussão dos exemplos do paradigma (3), em particular (3b) (*uma enfermeira saiu do hospital às três da manhã*), ao usar o artigo indefinido num sintagma nominal, o falante pressupõe que a entidade designada por esse SN existe no universo do discurso (a condição de existência), uma propriedade também partilhada pelo artigo definido.

No entanto, contrariamente ao artigo definido, o artigo indefinido não satisfaz necessariamente as condições de unicidade e de identificação (cf. 22.1.2.1.2). Assim, ao dizer a frase acima, o falante nem assume que o ouvinte tem condições para identificar a enfermeira nem veicula a ideia de que ela é a única no contexto situacional; pode haver mais enfermeiras nesse contexto, apenas se dizendo de uma delas que saiu às três da manhã[31].

Estas diferenças entre o artigo definido e o indefinido estão na base de outra distinção importante entre estes dois determinantes: enquanto o artigo definido é tipicamente usado para falar de entidades que já foram mencionadas na conversação, o artigo indefinido é usado tipicamente para introduzir entidades novas no universo do discurso, que ficam assim cognitivamente acessíveis ao ouvinte (cf. 22.2.2.3). Esta distribuição de funções está bem patente no seguinte enunciado textual:

(25) *Uma enfermeira* saiu do hospital às três da manhã. A enfermeira parecia perturbada e dirigiu-se rapidamente para o seu carro.

Neste enunciado, o SN indefinido introduz a enfermeira no universo do discurso e o SN definido retoma esse referente, já acessível ao ouvinte[32].

O artigo indefinido, bem como outros quantificadores com leitura indefinida (cf. Caixa [6]), pode introduzir uma construção, chamada **construção partitiva**, na qual o artigo se liga pela preposição *de* a um constituinte nominal introduzido por um determinante definido, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(26) a. *Um dos alunos* pediu para ir à casa de banho.
b. {*Alguns*/*Vários*/*Muitos*/*Cinco*} *dos alunos* pediram para ir à casa de banho.

Esta construção serve para "extrair" uma quantidade (vaga ou exata, conforme o quantificador) de membros não identificados de dentro de um conjunto mais vasto dado como conhecido de ambos os interlocutores; por esse motivo, a parte do sintagma nominal que introduz esse conjunto é especificada por um determinante definido[33].

O artigo indefinido pode ainda ser usado como especificador de sintagmas nominais predicativos (cf. 22.2.2.4) e, no singular, com uma interpretação de natureza genérica em frases do tipo "caracterizador" (cf. 22.2.2.5).

---

[31] A satisfação da condição de existência, mas não da de unicidade, implica que o artigo indefinido tem o valor de um quantificador existencial; em contrapartida, ao satisfazer essas duas condições, o artigo definido tem o valor de um quantificador universal (cf. Caps. 20, 21 e 22.1.2.1.3). A condição de existência pode ser cancelada, tanto nos sintagmas nominais definidos como nos indefinidos, em contextos chamados "opacos" (cf. Caixa [8]).

[32] Esta função do artigo definido é partilhada pelos pronomes pessoais, com ou sem realização fonética: cf. *uma enfermeira saiu do hospital às três da manhã. (Ela) parecia perturbada e dirigiu-se rapidamente para o seu carro*.

[33] Esta construção é por vezes analisada como contendo dois sintagmas nominais que partilham o mesmo núcleo nominal, sendo o núcleo do primeiro elíptico: cf., relativamente a (26a), [um ~~aluno~~] de [os alunos].

22.2.2.1 O valor [±específico] dos sintagmas nominais indefinidos

Ao usar um artigo indefinido, o falante pode ter uma entidade particular em mente, ainda que assuma que o ouvinte não tem condições para identificá-la; alternativamente, pode usar o artigo indefinido sem ter nenhuma entidade particular em mente, i.e., para mencionar uma entidade qualquer, arbitrária, da classe denotada pelo grupo nominal. Estas duas leituras são codificadas pelo traço **[±específico]**.

Na leitura [+específica], o falante usa o sintagma nominal indefinido para referir uma entidade particular do universo do discurso (ou um grupo particular de entidades), indicando, no entanto, ao ouvinte que a identificação dessa entidade (ou grupo) não é importante no contexto discursivo – em certos casos (mas não em todos), porque assume que o ouvinte, de qualquer modo, não tem informação suficiente para fazer essa identificação. Os exemplos do seguinte paradigma, na sua interpretação pragmaticamente mais natural, ilustram a leitura [+específica]:

(27) a. Estou a ler *um livro do Tintim*.
b. Ontem jantei com *uns amigos meus*.
c. Vai à sala e traz-me *um livro que está em cima da mesa*.

Em (27a), p.e., o falante sabe certamente qual livro do Tintim está a ler, mas não assume que o ouvinte o possa identificar (e não está interessado em identificá-lo). Considerações semelhantes podem ser feitas a propósito de (27b). Quanto a (27c), pode ser dito numa situação em que há apenas um livro em cima da mesa da sala em questão. Neste caso, o artigo indefinido é usado porque, plausivelmente, o livro constitui informação nova para o ouvinte, que não foi mencionada antes (cf. 22.2.2.3) nem está presente no seu campo de perceção imediato (embora possa ser facilmente identificado no momento em que o ouvinte entra na sala em questão)[34].

No uso [–específico] do artigo indefinido, o falante não tem qualquer referente particular em mente (e por isso se considera que este uso não é referencial). Os seguintes exemplos, na sua interpretação mais plausível, ilustram esta leitura:

(28) a. Foi preso *um manifestante* na marcha de protesto de ontem.
b. Apetece-me comprar *um livro de banda desenhada*.
c. Todos os dias falta *um estudante* à aula de Matemática.

Plausivelmente, ao produzir estas frases num determinado contexto, o falante não tem em mente um manifestante, um livro de banda desenhada ou um estudante em particular, mas apenas, em cada caso, uma entidade arbitrária dessas classes[35].

A interpretação não referencial de um sintagma nominal indefinido [–específico] fica bem patente em frases como (28c), que representam eventos repetidos com uma determinada frequência regular. Na interpretação pragmaticamente mais natural desta frase, não é o mesmo estudante que falta à aula em cada dia, mas

[34] O facto de o livro poder ser percetualmente identificável pelo ouvinte no momento em que ele entra na sala em questão poderia justificar o uso do artigo definido pelo falante neste mesmo contexto situacional: cf. *vai à sala e traz-me o livro que está em cima da mesa*.

[35] Os sintagmas nominais indefinidos de (28) podem também ter uma leitura específica, na qual o falante tem em mente um membro particular das classes denotadas, mas essa interpretação é pragmaticamente menos plausível.

sim um estudante diferente. Logo, e com mais forte razão do que em (28a,b), o sintagma nominal indefinido representa não um indivíduo particular que o falante tem em mente, mas indivíduos arbitrários, que variam de dia para dia, e que são apenas identificados por pertencerem à classe dos estudantes que frequentam a aula de Matemática.

Como nota J. Lyons (1977:189), uma vez introduzido no universo do discurso, o indivíduo ou o grupo de indivíduos arbitrários designados por um sintagma nominal indefinido [–específico] podem ser retomados por um sintagma nominal definido ou por um pronome pessoal, devido a ficarem cognitivamente acessíveis aos interlocutores. Assim, como continuação de (28b), poder-se-ia perfeitamente dizer *e faço tenções de o ler esta noite*, e como continuação de (28c) poder-se-ia dizer, agora com um SN plural, *não faço a mínima ideia de quem eles sejam, mas terei de investigar*.

O valor referencial ou não referencial de um sintagma nominal indefinido depende basicamente das intenções do falante (cf., para uma discussão mais detalhada deste ponto, a subsecção seguinte), mas o ouvinte recupera geralmente um dos valores em função da sua maior plausibilidade semântica ou através de fatores de natureza pragmática, i.e., que têm a ver com o conteúdo descritivo veiculado pelas frases e/ou com o contexto situacional ou discursivo em que se inserem os enunciados.

[6] O artigo indefinido não é o único especificador capaz de induzir uma leitura indefinida num sintagma nominal. Na realidade, o traço [±definido] codifica uma propriedade que se aplica também aos quantificadores. Quando um especificador (determinante ou quantificador) habilita o sintagma nominal para representar uma entidade ou um grupo de entidades identificável pelo ouvinte ou já introduzido no universo do discurso, é [+definido]; quando, pelo contrário, o especificador habilita um sintagma nominal para representar uma entidade ou um grupo de entidades não identificável pelo ouvinte, ou introduzido pela primeira vez no universo do discurso, é [–definido]. Existem contextos que distinguem entre estes dois tipos de sintagmas nominais (definidos e indefinidos), ao permitirem um deles mas não o outro; consequentemente, estes contextos distinguem entre os dois tipos de especificadores (cf. Milsark 1979). Um desses contextos é a função de complemento direto em orações impessoais com o verbo *haver* (cf. Cap. 28), apenas permitida a sintagmas nominais indefinidos, mas não a sintagmas nominais definidos, pelo menos no seu uso típico, como se ilustra no seguinte paradigma (cf. também o Cap. 21, Caixa [13]):

(i) a. Ontem havia *um livro interessante* na montra da livraria.
b. Ontem havia *uns livros interessantes* na montra da livraria.
c. Ontem havia {*alguns*/*muitos*/*poucos*/*bastantes*/*vários*} *livros interessantes* na montra da livraria.
d. Ontem havia *cinco livros interessantes* na montra da livraria.
e. Ontem havia *livros interessantes* na montra da livraria.

(ii) a. *Ontem havia *o*(*s*) *livro*(*s*) *interessante*(*s*) na montra da livraria.
b. *Ontem havia *todos os livros interessantes* na montra da livraria.
c. *Ontem havia *ambos os livros interessantes* na montra da livraria.

Esta distribuição permite concluir que o artigo indefinido, os especificadores *algum*/*alguns*, *bastantes*, *muitos*, *poucos*, *vários* (entre outros) e os numerais cardinais se caracterizam pelo traço [–definido], ao passo que o artigo definido e os quantificadores *todos* e *ambos* se caracterizam pelo traço [+definido].

Repare-se que, neste contexto, os sintagmas nominais reduzidos no plural, com nomes contáveis (cf. (ie)), e no singular, com nomes massivos (cf. *ontem havia água, mas hoje faltou*) são também indefinidos. Na realidade, os sintagmas nominais reduzidos, na sua interpretação indefinida, têm apenas a leitura [–específica] (sobre outras interpretações destes SN, ver Caps. 21.6 e 27): cf., por exemplo, *foram presos manifestantes na marcha de protesto de ontem* ou *todos os dias faltam estudantes à aula de Matemática*, em que os sintagmas sublinhados representam necessariamente membros arbitrários das classes denotadas pelo grupo nominal (compare-se com os exemplos correspondentes de (28), que, embora tenham uma interpretação preferencialmente [–específica], podem ter uma interpretação [+específica] num contexto apropriado, como se observou na Nota 35).

Para alguns falantes, os sintagmas nominais com o artigo indefinido no plural podem igualmente ter um valor [–específico], representando uma pluralidade de entidades arbitrárias; cf., por exemplo, *quando foi de férias, o Pedro levou uns livros do Tintim* ou *nos Açores, ocorrem regularmente uns abalos de terra preocupantes*. No entanto, outros falantes preferem usar nestes contextos sintagmas nominais reduzidos no plural, que têm exclusivamente uma leitura indefinida [–específica], em alternativa ao artigo indefinido plural: cf. *quando foi de férias, o Pedro levou livros do Tintim* ou *nos Açores, ocorrem regularmente abalos de terra preocupantes*. Para esses falantes, a leitura preferencial do artigo indefinido no plural é a [+específica].

É importante também assinalar que existem fatores semânticos e discursivos que legitimam sintagmas nominais definidos com a função de complemento direto do verbo *haver*, como, p.e., quando introduzem listas, como em (iiia), ou quando o grupo nominal é modificado de tal forma que restringe de maneira praticamente unívoca o referente do sintagma nominal, obrigando ao uso antecipatório do artigo definido (cf. 22.1.2.1.4), como em (iiib-e):

(iii) a. Entre a fruta que as crianças preferem, há *as bananas, as maçãs, os morangos, e, de modo geral, a fruta mais doce*.
b. De certeza que nesse compêndio há *os dados relativos aos assuntos que procurávamos*.
c. Entre as causas do fracasso das negociações houve *os comentários pouco abonatórios que os jornalistas teceram sobre as partes envolvidas*.
d. Entre os negociadores, havia *a ideia de que não seria possível reconciliar as posições diametralmente opostas*.
e. Naquela mercearia há *os melhores biscoitos de Lisboa*.

22.2.2.2 Aspetos pragmáticos e gramaticais do traço [±específico]

Um aspeto importante da interpretação [+específica] ou [–específica] de um sintagma nominal com um artigo indefinido é o facto de depender da subjetividade do falante, não sendo marcada linguisticamente na maior parte dos enunciados (mas cf. o parágrafo seguinte). De facto, o artigo indefinido, por si só, não assinala qual a leitura pretendida pelo falante; o ouvinte tem de inferir uma ou outra leitura de acordo com aquilo que acha ser a interpretação mais plausível para a situação descrita. Em certos casos, poderá ser difícil, para além de irrelevante, escolher entre uma ou outra leitura, como nos seguintes exemplos:

(29) a. O Pedro levou *um livro do Tintim* para ler nas férias.
b. Faltou *um aluno* hoje à aula.

Se achar relevante, o falante pode incluir informação adicional sob a forma de um aposto ao sintagma nominal indefinido, p.e., identificando um referente

(cf. *o Pedro levou um livro do Tintim para ler nas férias*, *por sinal O Tesouro de Rackham Le Rouge*, e *faltou um aluno hoje à aula*, *o Pedro*); ou, pelo contrário, dizendo diretamente, ou dando a entender, que não tem qualquer referente particular em mente (cf., por exemplo, *o Pedro levou um livro do Tintim para ler nas férias*, *mas não sei qual é*, e *faltou um aluno hoje à aula: estão quinze inscritos*, *mas só estavam presentes catorze*). Conclui-se, portanto, que a diferença entre estas duas leituras induzidas pelo artigo indefinido é essencialmente de natureza pragmática[36].

Existem também mecanismos lexicais, concretamente adjetivos modificadores (em função atributiva), que permitem a desambiguação entre as duas leituras pelo falante. Assim, os adjetivos *certo*, *determinado* e *particular* privilegiam a leitura [+específica] de um sintagma nominal indefinido (cf. *o Pedro levou um determinado*/*certo livro do Tintim para ler nas férias* e *o Pedro levou um livro do Tintim particular para ler nas férias*). Em contrapartida, os adjetivos *qualquer* e *diferente* (este quando se representam situações múltiplas, como em (28c)) privilegiam a leitura [–específica] (cf. *o Pedro levou um livro do Tintim qualquer para ler nas férias* e *todos os dias falta um estudante diferente à aula de Matemática*).

As leituras [+específica] e [–específica] podem também ser favorecidas em determinados contextos morfossintáticos. Um dos mais discutidos nas línguas românicas diz respeito ao modo no verbo de uma oração relativa restritiva contida num sintagma nominal indefinido. Quando o verbo da oração relativa está no modo indicativo, a leitura é [+específica]; em contrapartida, quando está no modo conjuntivo, favorece-se uma leitura [–específica], como se ilustra nos seguintes exemplos:

(30) a. O Alexandre procura *um conselheiro espiritual* [*que mora no seu bairro*].
b. O Alexandre procura *um conselheiro espiritual* [*que more no seu bairro*].

Ao produzir (30a), o falante tem em mente um determinado indivíduo, ao passo que, ao produzir (30b), o falante não tem nenhum indivíduo particular em mente (podendo mesmo dar-se o caso de não haver qualquer conselheiro espiritual no bairro onde mora o Alexandre; cf. Caixa [8]).

> [7] Para alguns falantes, a posição do pronome possessivo no interior de um sintagma nominal indefinido também é sensível às diferentes leituras do sintagma. Veja-se, em primeiro lugar, que, num sintagma nominal definido, a posição do pronome possessivo é obrigatoriamente pré-nominal, entre o determinante e o nome, como em *este*/*o meu amigo*. Em contrapartida, num sintagma nominal indefinido, o pronome possessivo ocorre tipicamente em posição pós-nominal, como em *um amigo meu* (cf. Cap. 20.3.4.5). Estes sintagmas tanto podem receber uma leitura [+específica] (cf. *ontem jantei com um amigo meu*, *o Luís*) como [–específica]: cf. *alguém me enviou esta garrafa de whisky; deve ter sido um amigo meu*, *mas não sei qual*. Ora, para alguns falantes, a colocação pré-nominal do pronome possessivo é possível quando a leitura do sintagma nominal é [+específica]: cf. *ontem jantei com um meu amigo*, *o Luís*, que contrasta com *alguém me enviou esta garrafa de whisky; *deve ter sido um meu amigo, mas não sei qual*.
>
> Do mesmo modo, um sintagma nominal indefinido com um possessivo pré-nominal pode ocorrer mais facilmente com uma oração relativa com o verbo no modo

[36] Isto implica que, numa perspetiva semântica, mesmo naqueles casos em que uma determinada leitura é mais natural, a outra não pode ser excluída (cf. Nota 35).

indicativo (indicando uma leitura [+específica]) do que com uma oração relativa com o verbo no modo conjuntivo (indicando uma leitura [–específica]): cf. *o Alexandre procura um seu amigo que o pode ajudar* vs. ??*o Alexandre procura um seu amigo que o possa ajudar*.

No entanto, como se observou, nem todos os falantes admitem a posição pré-nominal do possessivo em sintagmas nominais indefinidos, quer com uma leitura quer com a outra[37].

A posição pré-nominal dos adjetivos que permitem essa posição (nomeadamente os adjetivos avaliativos; cf. Caps. 27 e 31) num sintagma nominal indefinido privilegia uma leitura [+específica], ao passo que a posição pós-nominal permite as duas leituras. Assim, a frase *o Pedro sai todas as noites com uma rapariga bonita* é ambígua entre uma interpretação em que o Pedro sai sempre com uma determinada rapariga (a mesma), que o falante sabe quem é (a leitura [+específica]), e outra interpretação em que o Pedro não sai necessariamente com a mesma rapariga todas as noites (a leitura [–específica])[38]. Em contrapartida, na frase *o Pedro sai todas as noites com uma bonita rapariga*, a primeira leitura é mais saliente do que a segunda.

Finalmente, em frases declarativas, a posição pré-verbal de um sintagma nominal indefinido com a função de sujeito privilegia uma leitura [+específica] (cf. (31)); em contrapartida, os sintagmas nominais indefinidos com leitura [–específica] surgem mais facilmente em posição pós-verbal (cf. (32)):

(31) a. *Uma janela* tinha ficado aberta; foi por aí que o assalto teve lugar.
b. *Um painel de azulejos encontrado no Convento de Cristo* vai estar exposto no Museu Nacional de Arte Antiga.
c. *Um livro do Tintim* marcou consideravelmente a minha adolescência.

(32) a. Trabalhavam aqui *uns operários vidreiros*.
b. Todos os dias está *um pedinte* à porta da tabacaria.
c. Esse vidro, partiu-o *um aluno*.

Estas associações entre a posição do sintagma nominal indefinido com a função de sujeito e a sua interpretação específica ou não específica, no entanto, não são de modo nenhum obrigatórias, mas apenas tendenciais.

[8] Nesta caixa, discute-se a **leitura real** e a **leitura virtual** dos sintagmas nominais, quer definidos quer indefinidos (cf. também o Cap. 21.8.1). Estas leituras, como já se assinalou no Cap. 21, devem ser distinguidas das leituras [+específica] e [–específica], que dizem respeito apenas aos sintagmas nominais indefinidos (embora, como se verá, a leitura virtual de um sintagma nominal indefinido implique uma leitura não específica). A leitura real de um sintagma nominal é aquela que satisfaz a condição de existência (cf. 22.1.2.1.2 e 22.2.2); ou seja, o falante pressupõe implicitamente que a entidade representada pelo sintagma nominal existe no universo do discurso (cf. *a/uma enfermeira saiu do hospital às três da manhã*). Em contrapartida, na interpretação virtual, o falante pode suspender ou cancelar a condição de existência. Por

[37] Sobre a posição pré e pós-nominal do possessivo e as interpretações respetivas, cf. Miguel (2004) e Castro (2006).

[38] Existem outros cenários possíveis na leitura [–específica], mas este basta para o argumento.

outras palavras, o sintagma nominal pode não representar qualquer entidade do universo do discurso, definido como sendo o mundo em que existe o falante ou o produtor do discurso. Em particular, o falante pode questionar abertamente a existência da entidade que se descreve, sem provocar qualquer contradição. Esta interpretação ocorre num determinado número de contextos, chamados **contextos opacos** ou **intensionais** na literatura da semântica contemporânea, precisamente por permitirem uma interpretação não referencial dos sintagmas nominais que neles ocorrem. Apresentam-se a seguir alguns exemplos de sintagmas nominais definidos e indefinidos com interpretação virtual, realçando-se essa interpretação, nalguns casos através de uma oração relativa com o verbo no modo conjuntivo (que favorece sempre essa leitura), noutros através de material linguístico explícito (assinalado entre parênteses) e noutros ainda através de escolhas lexicais na frase que favoreçam essa interpretação. Os vários contextos opacos são identificados por uma letra maiúscula.

(A) Complementos oracionais de verbos, como *querer*, que denotam uma atitude do sujeito da oração principal relativamente ao que se exprime na oração subordinada:

(i) a. A Rita quer casar com *o primeiro homem que sair do sistema solar*.
b. A Rita quer casar com *um americano bondoso, rico e de olhos azuis* (ainda que tenha dúvidas de que tal pessoa exista).

(B) Complementos de outros verbos ou locuções verbais, como *procurar* ou *andar à procura de*, cujo complemento pode ser interpretado intensionalmente, i.e., como designando os atributos complexos de uma entidade (a "ideia" de tal ou tal entidade) e não necessariamente a própria entidade que manifesta esses atributos:

(ii) a. A Júlia anda à procura d*o homem dos seus sonhos* (se é que ele existe).
b. A Júlia anda à procura de *uma enfermeira que trabalhe neste hospital* (se é que há enfermeiras neste hospital).

(C) Orações interrogativas:

(iii) a. *A mulher dos teus sonhos* já apareceu?
b. Já viste *um*/*algum relógio que te agrade*?

(D) Orações negativas

(iv) a. *A mulher dos meus sonhos* ainda não nasceu.
b. Ainda não fabricaram *um relógio que me agradasse*.

(E) Orações condicionais

(v) a. Se vires *a mulher dos meus sonhos*, diz-me.
b. Se vires *um relógio que me agrade*, diz-me.

(F) Tempo futuro

(vi) a. Certamente votarei n*o primeiro candidato a presidente dos EUA lusodescendente* (mas é pouco provável que venha a existir um tal candidato).
b. Vou comprar *um relógio do tamanho de um estádio de futebol* (em imaginação, claro).

Estes contextos admitem também uma interpretação real, na qual os sintagmas nominais são referenciais, satisfazendo a condição de existência. Esta interpretação é a mais plausível nos seguintes exemplos:

(vii) a. A Rita quer casar com *o*/*um vizinho*.
b. A Júlia anda à procura d*as*/d*umas chaves*.

c. Por acaso encontraste *as*/*umas chaves*?
d. Ainda não encontrei *as*/*umas chaves que perdi*.
e. Se vires *as*/*umas chaves*, diz-me.
f. Vou levar para férias *o*/*um livro do Tintim*.

A interpretação virtual dos sintagmas nominais que ocorrem em contextos opacos é muito próxima da interpretação atributiva discutida em 22.1.2.2, com a diferença de que é possível cancelar o pressuposto de que a entidade descrita existe (mas cf. a parte inicial da Nota 27). Quando o sintagma nominal é indefinido, a interpretação virtual assenta também numa leitura [–específica], i.e., em que se designa um membro arbitrário da classe denotada pelo grupo nominal, mas acrescida da possibilidade de que tal entidade não exista. Este "acréscimo" de cancelar a condição de existência é uma função dos contextos opacos, como se pode ver no seguinte contraste:

(viii) a. O Pedro casou com *uma rapariga loira, inteligente e de olhos verdes*.
a1. Chama-se Joana e é um encanto de pessoa.
a2. Não faço a mínima ideia de quem seja e ninguém a conhece.
a3. # Mas essa rapariga não existe.
b. O Pedro quer casar com *uma rapariga loira, inteligente e de olhos verdes*.
b1. Chama-se Joana e é um encanto de pessoa.
b2. Não faço a mínima ideia de quem seja e ninguém a conhece.
b3. Mas essa rapariga não existe.

Em (viiia), o sintagma nominal indefinido ocorre num contexto não opaco (também chamado na literatura semântica de **contexto transparente** – cf. C. Lyons 1999) – e, em (viiib), num contexto opaco. Nos dois exemplos, o sintagma nominal indefinido pode ter uma leitura real, quer [+específica] (favorecida pelas continuações (a1) e (b1)), quer [–específica] (favorecida pelas continuações (a2) e (b2)). Em contrapartida, a leitura virtual (favorecida pelas continuações (a3) e (b3)) apenas é possível no contexto opaco (b3), mas não no contexto transparente (a3).

22.2.2.3 Introdução de entidades novas no universo do discurso

Como já se mencionou (cf. a discussão do exemplo (25)), um dos usos mais importantes dos sintagmas nominais indefinidos consiste em introduzir entidades novas (i.e., não mencionadas anteriormente) no universo do discurso, as quais podem ser posteriormente retomadas pelo falante (ou pelo ouvinte) através de sintagmas nominais definidos, incluindo pronomes pessoais – a chamada **retoma anafórica** –, como se ilustra em (33) (cf. Caps. 11 e 21):

(33) a. O Pedro comprou *um relógio* e hoje andava a mostrar o relógio a toda a gente.
b. O Pedro comprou *um relógio* e hoje andava a mostrá-lo a toda a gente.

A retoma anafórica, no entanto, não pode ser feita por um sintagma nominal indefinido: assim, em (34), a segunda ocorrência do SN *um relógio* não refere necessariamente o mesmo referente introduzido pelo primeiro SN[39]:

[39] No entanto, em (34), a segunda ocorrência do sintagma nominal *um relógio* pode retomar "acidentalmente" o referente introduzido pela primeira ocorrência desse SN; assim, p.e., a frase pode ser continuada por *Pode ser que seja o mesmo*. Este caso difere, pois, dos de (33), onde a retoma anafórica é praticamente obrigatória.

(34) O Pedro comprou *um relógio* e hoje andava a mostrar <u>um relógio</u> a toda a gente.

O paradigma (33) mostra haver uma distribuição de trabalho precisa entre sintagmas nominais indefinidos e sintagmas nominais definidos partilhando o mesmo nome nuclear[40], quando coocorrem sequencialmente no mesmo texto ou discurso: os primeiros introduzem uma entidade nova, mas não se especializam em retomá-la anaforicamente; em contrapartida, os segundos retomam as entidades introduzidas previamente pelo sintagma nominal indefinido, mas não introduzem entidades novas.

A introdução de entidades novas no universo do discurso pelos sintagmas nominais indefinidos é particularmente favorecida quando estes são argumentos de verbos que representam aparição, entrada em cena ou existência, como se ilustra em (35) (a posição mais comum destes sintagmas nominais é a pós-verbal)[41]:

(35) a. Era uma vez *um rei muito mau duma terra longínqua*.
b. Apareceu de repente *um polícia* e mandou-me parar.
c. Havia naquele castelo *uma bruxa má que comia as criancinhas que lá entravam*.

Os sintagmas nominais que exprimem relações de posse (cf. Cap. 27) manifestam uma propriedade interessante no que respeita à distinção [±definido]. Nestes sintagmas, a entidade "possuída" é representada pelo nome nuclear do sintagma e o "possuidor" é representado por um sintagma nominal introduzido pela preposição *de* que modifica o nome nuclear (cf. *o livro do Pedro*, *o pai do meu amigo*). Quando este "SN possuidor" é indefinido, pode determinar a natureza indefinida da totalidade do sintagma, mesmo quando este é especificado pelo artigo definido. Isso permite que estes sintagmas possam introduzir uma entidade nova nalguns dos contextos mencionados acima, como, p.e., *era uma vez* [<u>o</u> *rei de* <u>*um longínquo país*</u>].

Outro contexto que privilegia a introdução de entidades novas no universo do discurso, logo, o uso do artigo indefinido, é o de complemento direto do verbo de "posse" *ter* (cf. Cap. 27):

(36) a. A Julinha tem *um irmão*. (vs. **a Julinha tem o irmão*)
b. Esta cidade tem *um edifício horroroso*. (vs. **esta cidade tem o edifício horroroso*)
c. A Isabel tem *uma profissão muito interessante*. (vs. **a Isabel tem a profissão muito interessante*)

Neste contexto, o artigo definido no complemento direto só é possível em dois casos: quando este é alvo de uma predicação secundária selecionada (cf. Cap. 30.1.3 e 30.3.3): cf., por exemplo, *a Julinha tem* [*o irmão doente*]; e quando o complemento direto é modificado por uma oração relativa restritiva: cf., por exemplo, *esta cidade tem o edifício horroroso de que falávamos* ou *a Julinha tem a profissão que escolheu*.

[40] O sintagma nominal definido pode também ser um pronome pessoal, como exemplificado em (33b).
[41] Inclui-se nesta classe de verbos a locução verbal fixa *era uma vez*. Com a maior parte destes verbos (de que *aparecer* é representativo), o sintagma nominal indefinido tem a função de sujeito; com *haver*, o sintagma nominal indefinido tem a função de complemento direto (cf. Cap. 28).

No primeiro caso, não é propriamente uma entidade nova que se introduz no universo do discurso, mas sim uma situação, descrita pela totalidade da predicação (entre parênteses retos, no exemplo acima); isso justifica que se possa usar o artigo definido no complemento direto, que funciona semanticamente como sujeito da predicação. No segundo caso, a oração relativa justifica o uso antecipatório do artigo definido (cf. 22.1.2.1.4)[42].

22.2.2.4 Sintagmas nominais indefinidos com valor predicativo

Os sintagmas nominais indefinidos podem ter um valor predicativo, em que denotam uma propriedade e a predicam de uma entidade representada por outro sintagma nominal da frase, esse referencial (cf. Cap. 30). Com valor predicativo, os sintagmas nominais indefinidos ocorrem em três tipos de construções sintáticas: (i) em orações copulativas, com a função de **predicativo do sujeito** (cf. (37)); (ii) em predicações secundárias selecionadas, em particular em orações com verbos transitivos-predicativos, como *achar*, *considerar*, *tornar* e *transformar*, com a função de **predicativo do complemento direto** (cf. (38)); e (iii) com a função de **aposto** de um sintagma nominal referencial (cf. (39)):

(37) a. A Amadora é *uma cidade*.
b. Ultimamente, os teus filhos estão *umas pestes*.
c. Este animal parece *um caracol*.

(38) a. Considero o Luís *uma pessoa muito inteligente*.
b. O professor acha os seus alunos *uns génios*.
c. A bruxa transformou/tornou o príncipe n*um sapo*.[43]

(39) a. Aquele político, *um homem de bem conhecido de todos*, indignou-se com a atitude dos seus pares.
b. A minha vizinha, *uma mulher forte e bem constituída*, não se deixou amedrontar pelo ladrão.
c. Ontem jantei com um amigo meu, *um político respeitado*.

[9] Os sintagmas nominais indefinidos com valor predicativo alternam por vezes, mantendo o mesmo valor, com sintagmas nominais reduzidos, i.e., constituídos apenas pelo grupo nominal, sem determinante. Em todos estes casos, o sintagma nominal representa semanticamente um tipo (cf. Cap. 21.1.4). Na medida em que não estão ainda bem estudadas as condições que permitem esta alternância, limitamo-nos aqui a fazer algumas observações de natureza geral.

Na função de predicativo do complemento direto, os verbos *eleger* e *nomear* selecionam obrigatoriamente um sintagma nominal reduzido (cf. *eles nomearam-me/elegeram-me presidente do clube*) e os verbos *tornar* e *transformar* admitem um tal sintagma (cf., a par de (38c), *a bruxa transformou/tornou o príncipe em sapo*).

[42] Note-se também o valor intensificador do artigo indefinido, num registo informal, em construções sintática e semanticamente próximas das de (35) e (36): *foi cá um dia!*, *tens uma lata!* e *está um frio!*

[43] Com os verbos *transformar* e *tornar*, que admitem a alternância causativa-incoativa (cf. Caps. 13 e 28), o sintagma nominal indefinido pode predicar sobre o sujeito: cf. *o príncipe transformou-se/tornou-se num sapo*. Note-se também que o sintagma nominal predicativo está contido num sintagma preposicional (introduzido pela preposição *em*) subcategorizado por estes verbos.

A ocorrência de sintagmas nominais reduzidos é mais livre na função de aposto, como se ilustra a seguir:

(i) a. Aquele político, *homem de bem conhecido de todos*, indignou-se com a atitude dos seus pares.
b. A minha vizinha, *mulher forte e bem constituída*, não se deixou amedrontar pelo ladrão.
c. Ontem jantei com um amigo meu, *político respeitado*.

Na função de predicativo do sujeito, o uso de um sintagma nominal reduzido é mais aceitável com nomes que denotam cargos, funções, profissões e relações pessoais ou familiares (esta lista não se pretende exaustiva):

(ii) a. O João é *professor catedrático*.
b. A minha colega é *amiga da minha irmã*.
c. Ela é *mãe da Joana*.

Os nomes que denotam espécies naturais podem ocorrer como predicativos, sem determinante, quando o sujeito é plural (cf. *esses bichos são aranhas*, *esses gatos parecem cães*), mas não quando o sujeito é singular; neste caso, é necessária a presença do artigo indefinido (cf. *esse bicho é uma aranha*, *esse gato parece um cão* vs. **esse bicho é aranha*, **esse gato parece cão*)[44]. Nestes casos, o nome com função de predicativo tem uma aceção taxinómica. Numa leitura metafórica (cf. (iii)), ou quando são complementados e/ou modificados, perdendo, nesse processo, uma aceção estritamente taxinómica (cf. (iv)), estes nomes, mesmo no singular, podem ocorrer sem o artigo indefinido:

(iii) a. O Rui é *lesma*. (a par de *o Rui é uma lesma*)
b. Tu és *cobra*! (a par de *tu és uma cobra*)
c. Tu não és *homem* (nem és nada)! (a par de *tu não és um homem* (*nem és nada*))

(iv) a. Se preciso for, a Maria é *mulher capaz de dar a volta ao mundo à procura de respostas*.
b. O Rex é *cão para ficar de guarda durante um dia inteiro e não deixar ninguém aproximar-se da casa*.

Como os exemplos de (iv) mostram, um fator que interfere na presença vs. ausência do artigo indefinido em sintagmas nominais predicativos em orações copulativas tem a ver com a complexidade e o tamanho do sintagma nominal, em termos da presença de complementos e/ou modificadores do nome.

Finalmente, os adjetivos que denotam nacionalidades ou crenças podem ocorrer como predicativo do sujeito, recategorizados em nomes, quando se combinam com um complemento ou um modificador. Nesse caso, usa-se preferencialmente o artigo indefinido, como se ilustra em (v):

(v) a. A minha colega é *uma muçulmana convicta*.
b. Ele é *um italiano de renome internacional*.

Compare-se (va) com *a minha colega é muçulmana* e (vb) com *ele é italiano*, em que os itens sublinhados mantêm o seu estatuto básico de adjetivos.

A presença vs. ausência do artigo indefinido nos sintagmas nominais predicativos é, por vezes, correlacionada com a maior saliência, nesses sintagmas, de uma leitura extensional, quando o artigo ocorre, vs. uma leitura intensional, próxima do

[44] Este contraste é plausivelmente um reflexo do facto de os nomes contáveis – classe a que pertencem os substantivos que designam espécies naturais – poderem ocorrer sem determinante apenas no plural (cf. Cap. 25).

valor genérico de tipo (cf. Cap. 21), quando o artigo está ausente[45]. Assim, em exemplos como *a Amadora é uma cidade*, *o meu amigo*, *um político de renome*, *avisou-me antecipadamente da crise* ou *considero o Luís uma pessoa muito inteligente*, salienta-se a pertença do referente do sujeito da predicação (a Amadora, o meu amigo e o Luís, respetivamente) ao conjunto denotado pelo predicativo (a Amadora pertence ao conjunto das cidades, o meu amigo pertence ao conjunto dos políticos de renome e o Luís pertence ao conjunto das pessoas muito inteligentes). Em contrapartida, quando não ocorre o artigo (cf. *a Amadora é cidade*, *o meu amigo*, *político de renome*, *avisou-me antecipadamente da crise* ou *elegeram o Luís presidente do clube*), fica mais saliente a interpretação intensional da expressão predicativa, na qual se atribui uma propriedade à entidade que constitui o sujeito da predicação ou, inversamente, se diz que essa entidade pertence ao tipo genérico denotado pelo predicativo. No entanto, na medida em que uma interpretação implica logicamente a outra, nem sempre esta diferença é claramente sentida pelos falantes.

22.2.2.5 Interpretação genérica dos sintagmas nominais indefinidos

Os sintagmas nominais indefinidos no singular podem ocorrer como sujeitos de frases caracterizadoras, com uma interpretação em que representam uma espécie ou uma classe natural, ou seja, uma interpretação de tipo genérico, como se ilustra em (40) (cf. 22.1.2.1.7):

(40) a. *Um golfinho* é um mamífero.
b. *Um leão* é usualmente um animal pacífico.
c. *Um gato* gosta de conviver com as pessoas.

Recorde-se (cf. 22.1.2.1.7) que as frases caracterizadoras representam propriedades gerais ou habituais das pessoas, dos animais, das coisas ou das espécies, e têm o verbo num tempo/aspeto imperfectivo, usualmente o presente ou o imperfeito do indicativo. Em (40a), a frase caracterizadora exprime uma propriedade essencial (da espécie dos golfinhos). Quando não exprimem propriedades essenciais de uma espécie (cf. (40b,c)), essas frases admitem facilmente (e preferencialmente, para muitos falantes) expressões adverbiais que representam a habitualidade ou a iteração das atividades ou dos estados representados pelo predicado, como *geralmente*, *habitualmente*, *normalmente* ou *usualmente*.

Por oposição às frases caracterizadoras, as **frases episódicas** ou **particulares** exprimem um evento específico. Como mostra o contraste entre (41a) e (41b), nestas frases apenas o sintagma nominal definido pode ter um valor genérico:

(41) a. *O chocolate* foi introduzido na Europa pelos espanhóis.
b. #*Um chocolate* foi introduzido na Europa pelos espanhóis.

Em (41a), exprime-se o evento específico da introdução do chocolate (como espécie natural) na Europa pelos espanhóis. Em contrapartida, (41b) não pode ter essa interpretação[46].

[45] Sobre sentido intensional e extensional, cf. Cap. 20.

[46] Numa das interpretações de (41b), pragmaticamente estranha, o sintagma nominal indefinido é [+específico] e o exemplo significa algo como 'um pedaço de chocolate particular foi introduzido na Europa pelos espanhóis'. O sintagma nominal pode também ter a interpretação "taxinómica" discutida na Caixa [10], a seguir. Nesta interpretação, diz-se que um subtipo da espécie natural do chocolate foi introduzido na Europa pelos espanhóis.

Como se observou já em 22.1.2.1.7 (cf. também o Cap. 21), um sintagma nominal indefinido não pode ser o sujeito de uma frase cujo predicado se aplica unicamente a uma espécie, mas não aos membros individuais da espécie ((42) = (19); cf. também a Caixa [10]):

(42) a. *O lince ibérico* está em vias de extinção.
b. #*Um lince ibérico* está em vias de extinção.

Estes factos mostram que, mau grado a sua interpretação em frases como (40), os sintagmas nominais indefinidos no singular não têm intrinsecamente uma leitura genérica em que referem uma espécie ou uma classe natural, contrariamente aos sintagmas nominais definidos (cf. Cap. 21).

[10] Torna-se, então, necessário dizer algo mais sobre os exemplos de (40), i.e., explicar aquilo que permite, nesse contexto, a leitura "genérica" dos sintagmas nominais indefinidos. Neste tipo de frases, a origem da interpretação genérica encontra-se no predicado caracterizador (o qual exprime uma generalização atribuível a uma entidade), e não propriamente no sintagma nominal sujeito. Esta fonte alternativa da genericidade permite que o sujeito possa ser um sintagma nominal indefinido (no singular) devido ao facto de esses sintagmas admitirem uma leitura [–específica], de natureza não referencial (cf. 22.2.2.1). Nesta leitura, o sintagma representa uma (qualquer) entidade arbitrária da classe denotada pelo grupo nominal. Ora, a interpretação dos sintagmas nominais indefinidos [–específicos] é usualmente existencial e exprime cardinalidade 1: cf., por exemplo, *a Maria apanhou <u>um táxi</u> para ir para a Universidade*, que significa que existe um táxi qualquer, não identificável pelo falante ou pelo ouvinte, que a Maria apanhou para ir para a Universidade. Em contrapartida, nas frases de (40), o sintagma nominal indefinido tem um valor semelhante ao do quantificador *qualquer* no seu valor de "equivalência", em que representa uma "escolha livre" (cf. Cap. 21.7). Note-se, aliás, que o artigo indefinido pode ser substituído por *qualquer*: cf. *qualquer golfinho é um mamífero*, *qualquer leão é* (*usualmente*) *um animal pacífico* e *qualquer gato gosta de conviver com as pessoas*. Por outras palavras, a interpretação "arbitrária" da leitura [–específica] do artigo indefinido permite-lhe generalizar sobre os membros da espécie em frases como (40), "imitando" a interpretação de um sintagma nominal definido com referência genérica (repetimos, quando a fonte da genericidade se encontra no predicado). No entanto, a impossibilidade de (42b) na interpretação genérica mostra que esta "generalização" não é equivalente a uma verdadeira referência genérica à espécie.

Ainda que não possam referir uma espécie ou uma classe natural, os sintagmas nominais indefinidos no singular podem, no entanto, ter uma leitura referencial [+específica], em que designam uma subespécie de uma espécie (uma leitura a que Krifka et al. 1995 chamam **leitura taxinómica**). Nesse caso, podem ocorrer como sujeito de predicados "de espécie", como *estar em vias de extinção*: cf., por exemplo, a aceitabilidade de *um lince está em vias de extinção*, na interpretação em que se trata de um tipo ou de uma subespécie dos linces. Esta interpretação é realçada quando se modifica o sujeito por um aposto que designa a subespécie particular de que se fala: cf. *um lince*, *por sinal o* (*lince*) *ibérico*, *está em vias de extinção*. À luz destes factos, o exemplo (42b) é estranho não só porque os sintagmas nominais indefinidos não têm uma leitura verdadeiramente genérica, como se observou, mas também pelo facto de o lince ibérico ser uma subespécie que plausivelmente não se divide noutras subespécies.

22.2.3 O determinante *algum*

A forma *algum* e as suas variantes morfológicas, incluindo a forma negativa *nenhum* em contextos de negação frásica (cf. Cap. 14), tem propriedades sintáticas e semânticas próximas das do artigo indefinido. A tradição gramatical, no entanto, classifica *algum* como "pronome" indefinido (cf., por exemplo, Cunha e Cintra 1984:356ss), ainda que tanto *algum* como *um* possam ocorrer quer com função "adjetival", i.e., combinados com um nome, quer com função "pronominal", i.e., com o nome omitido (cf. Caps. 20 e 23):

(43) a. *Alguns ovos* estão estragados, mas *algum* [-] há de estar bom.
b. *Uma criança* foi brincar para o jardim e *uma* [-] ficou em casa.

Em (43), a segunda ocorrência de cada uma destas formas (i.e., a ocorrência com função "pronominal") está contida num sintagma nominal elíptico, i.e., em que o nome se encontra omitido foneticamente, sendo recuperado contextualmente: *ovo* e *criança*, respetivamente. Em síntese, nos dois casos, *algum* e *uma* são especificadores, não "verdadeiros" pronomes (cf. Cap. 23).

Há fatores de ordem sintática que justificam agrupar estes dois itens na mesma classe paradigmática. Em particular, estas duas formas têm distribuições muito semelhantes: ambas podem iniciar um sintagma nominal (cf. (44a)), ambas podem introduzir sintagmas nominais indefinidos em construções partitivas (cf. (44b)) e nenhuma delas pode ocorrer na posição intermédia típica dos quantificadores vagos (cf. Cap. 20.3.4.4 e (44c)):

(44) a. O Pedro ontem jantou com *um*/*algum amigo*.
b. *Um*/*Algum dos meus amigos* enviou-me este presente.[47]
c. **Os meus uns*/*alguns amigos* estão a envelhecer. (vs. *os meus muitos*/*poucos amigos estão a envelhecer*)

Finalmente, do ponto de vista semântico, as duas formas induzem uma leitura indefinida no sintagma nominal, e ambas têm valor existencial (cf. Cap. 21). A classificação de *algum* como determinante, em vez de quantificador, é, portanto, justificada.

> [11] Existem, no entanto, diferenças entre *um* e *algum*, tanto sintáticas como semânticas. Do ponto de vista semântico, *algum*, contrariamente a *um*, não tem facilmente uma leitura [+específica] (cf. Cap. 21.4.3.2). Assim, um sintagma nominal introduzido por *um* pode ser naturalmente continuado por um aposto em que o falante identifica o referente, ao passo que tal resulta estranho com um sintagma nominal introduzido por *algum*; comparar *ontem o Pedro jantou com um amigo, o Zé* com *#ontem o Pedro jantou com algum amigo, o Zé*. A estranheza do aposto parece dever-se à leitura preferencialmente [–específica] do sintagma especificado por *algum* (no singular)[48].
>
> A interação com a negação de sintagmas nominais indefinidos introduzidos por *um* e *algum* em posição pós-verbal revela algumas semelhanças e diferenças interessantes

[47] No plural, alguns falantes consideram marginal a construção partitiva com o artigo indefinido: cf. ?*uns dos meus amigos enviaram-me um presente*.

[48] Em contrapartida, as formas plurais (*alguns*, *algumas*) parecem admitir igualmente a leitura [+específica] (cf. Cap. 21).

entre estes dois especificadores (cf. também o Cap. 14). Considerem-se os seguintes exemplos (as maiúsculas no artigo indefinido indicam a presença de um acento de foco entoacional; a notação "UM/um" indica que o exemplo corresponde a duas frases, uma em que o artigo indefinido tem acento de foco e outra em que não tem):

(i) a. O estudante não leu UM/um livro.
b. O estudante não leu algum livro.
c. O estudante não leu livro algum.
d. *O estudante não leu livro um.

Nas duas versões de (ia) (com e sem acento de foco no artigo), o sintagma nominal indefinido pode ter "escopo largo" e a negação "escopo estreito" (i.e., o sintagma indefinido tem uma leitura mais abrangente do que a negação), o que resulta numa interpretação logicamente equivalente a 'há um livro que o estudante não leu'. Quando o artigo tem acento de foco, há outra leitura disponível, em que a negação tem agora escopo largo e o sintagma indefinido escopo estreito. Esta leitura é logicamente equivalente a 'não há um livro (sequer) que o estudante tenha lido' (ou seja, a leitura veiculada na frase *o estudante não leu nenhum livro*)[49]. Com o determinante *algum*, estas duas leituras repartem-se por (ib,c). A leitura em que o sintagma indefinido tem escopo largo manifesta-se em (ib) (equivalente a 'há algum livro que o estudante não leu') e a leitura em que a negação tem escopo largo manifesta-se em (ic) (equivalente a 'não há nenhum livro que o estudante tenha lido'). Nota-se, pois, que, para obter a leitura de escopo largo da negação, a língua portuguesa recorre a "operações" gramaticais diferentes com estes dois determinantes indefinidos: acento de foco no artigo indefinido e posição pós-nominal do determinante *algum* (posição essa que não é possível para o artigo indefinido, como se ilustra em (id)).

Existe, no entanto, uma diferença interessante entre as leituras de escopo largo do sintagma nominal com *um* e do sintagma nominal com *algum* (i.e., entre as leituras de (ia) e (ib) equivalentes a 'há um/algum livro que o estudante não leu'). Com *um*, é possível uma leitura em que o falante sabe de que livro se trata, ou seja, uma leitura com uma interpretação referencial [+específica], podendo a frase continuar com um aposto: *o estudante não leu UM/um livro, por sinal Os Maias*. Com *algum*, no entanto, esta leitura não parece ser possível, ou seja, o falante não sabe, neste caso, de que livro se trata (tem-se, pois, uma interpretação [–específica]), e a continuação com um aposto resulta estranha: cf. *#o estudante não leu algum livro, por sinal Os Maias*. Estas diferenças interpretativas entre *um* e *algum* na leitura de escopo largo do sintagma nominal indefinido sugerem (contrariamente ao que é por vezes assumido na literatura da linguística) que a leitura de escopo largo de um tal sintagma não coincide necessariamente com a leitura referencial [+específica]. De facto, parece ser possível, em (ib), uma leitura simultaneamente de escopo largo e [–específica] do sintagma nominal indefinido. Trata-se, portanto, de dois parâmetros semânticos pelo menos parcialmente independentes.

22.2.4 O estatuto de *um*: artigo indefinido ou numeral cardinal?

Na gramática tradicional, a forma *um* é tratada como um caso de homonímia; ou seja, existem duas formas, que se assume serem sincronicamente distintas[50]: o artigo indefinido e o numeral cardinal que representa o número 1. Seguindo

[49] O quantificador *nenhum* resulta da incorporação de um operador negativo no determinante indefinido positivo *algum* (cf. Cap. 14).
[50] Historicamente, o artigo indefinido e o numeral cardinal provêm ambos do numeral cardinal latino *unus*.

esta tradição, temos vindo implicitamente a assumir esta distinção entre as duas formas. Este tratamento dual, no entanto, pode ser questionado, por uma razão simples: nos usos em que é classificado usualmente como artigo indefinido, as propriedades sintáticas e semânticas da forma *um* são muito semelhantes às dos numerais cardinais (exatos) quando estes são usados como especificadores do sintagma nominal (cf. Cap. 20). Pode-se, então, especular que, nesses contextos, *um* é, na realidade, numeral cardinal, e não "artigo indefinido".

Em primeiro lugar, note-se que quer o numeral *um* quer o artigo indefinido (aceitando neste ponto, para efeitos da argumentação, que são formas distintas) têm um valor de quantificação existencial, exprimem cardinalidade 1 e induzem no sintagma nominal uma leitura indefinida. Considerem-se, assim, os seguintes exemplos, dos quais se poderia dizer com alguma plausibilidade que (45a) contém o numeral cardinal e (45b) o artigo indefinido:

(45) a. O Pedro tomou *um comprimido* de manhã e dois à noite.
b. A Maria apanhou *um táxi* para ir para a Universidade.

Em (45a), o segundo membro coordenado (*e dois à noite*, onde se subentende o verbo *tomar* e que *dois* especifica o nome omitido *comprimidos*) introduz um contraste numérico que torna mais proeminente o valor de cardinalidade da forma *um* no primeiro membro coordenado. Em contrapartida, em (45b), o sintagma nominal tem uma leitura preferencialmente [–específica], realçando-se a ideia de que a Maria apanhou um táxi qualquer, arbitrário (por oposição a um autocarro, um elétrico, etc.).

No entanto, em qualquer dos casos, a forma *um* (i) introduz um valor de quantificação existencial (o falante assume que o comprimido e o táxi existem), (ii) representa cardinalidade 1 (o Pedro tomou um comprimido de manhã, não dois ou mais, e a Maria apanhou um táxi, não dois ou mais) e (iii) induz uma leitura indefinida [–específica] no sintagma nominal (plausivelmente, o falante não tem em mente nem um comprimido nem um táxi particulares). Ou seja, poder-se-ia dizer que a saliência (mencionada acima) de cada uma das interpretações em (45a) e (45b) é perfeitamente compatível com a pertença da forma *um* unicamente à classe dos numerais cardinais. Nesta perspetiva, a proeminência de cada interpretação dever-se-ia mais à sua plausibilidade semântica e a fatores de natureza pragmática, quer discursivos quer situacionais.

Em segundo lugar, os sintagmas nominais especificados por *um* (a que, para efeitos da exposição que segue, chamamos "sintagmas nominais indefinidos") e os sintagmas nominais especificados por um numeral cardinal distinto de *um* (a que, para efeitos da exposição que segue, chamamos "sintagmas nominais cardinais") partilham várias propriedades.

Tanto os sintagmas nominais indefinidos como os sintagmas nominais cardinais podem ter uma leitura referencial indefinida [+específica], como se ilustra em (46):

(46) a. Ontem jantei com *um sobrinho meu*, o Vasco.
b. Ontem jantei com *três sobrinhos meus*, o Vasco, o Tiago e o Paulo.

Os dois tipos de sintagmas podem ter uma leitura indefinida [–específica], como se ilustra em (47):

(47) a. Esta semana, a Maria matou *uma mosca varejeira* todos os dias.
b. Esta semana, a Maria matou *três moscas varejeiras* todos os dias.

Ambos os tipos de sintagmas nominais podem ser usados para introduzir entidades novas no universo do discurso, como se ilustra em (48) e (49):

(48) a. Havia naquele castelo *uma bruxa malvada que comia todas as criancinhas que lá entravam*.
b. Havia naquele castelo *cinco bruxas malvadas que comiam todas as criancinhas que lá entravam*.

(49) a. A Julinha tem *um irmão*.
b. A Julinha tem *onze irmãos*.

Quer *um* quer os numerais cardinais podem ser usados como especificadores indefinidos na construção partitiva, em que se "extraem" elementos não identificados de um conjunto dado como conhecido, o que se ilustra em (50):

(50) a. *Um dos irmãos da Julinha* tem o nariz torto.
b. *Quatro dos irmãos da Julinha* têm o nariz torto.

Tanto os sintagmas nominais indefinidos como os sintagmas nominais cardinais podem ser usados com um valor predicativo:

(51) a. Ele é *um professor catedrático*.
b. A bruxa transformou/tornou o príncipe n*um sapo*.
c. O Pedro, *um político respeitado*, avisou-me da gravidade da situação.

(52) a. Eles são *dois professores catedráticos*.
b. A bruxa transformou/tornou os dois príncipes em *dois sapos*.
c. O Pedro e o Paulo, *dois políticos respeitados*, avisaram-me da gravidade da situação.

Como se nota no Cap. 21.8.3, os sintagmas nominais cardinais, tal como os indefinidos, podem ter uma interpretação próxima da leitura genérica em frases caracterizadoras, como se exemplifica em (53) ((53b) = (147a) do Cap. 21):

(53) a. *Um rapaz* não faz uma equipa de futebol.
b. *Dez rapazes* não fazem uma equipa de futebol.

Para além disso, ambos podem ter a leitura "taxinómica" que representa uma subespécie de uma determinada espécie (cf. Caixa [10]):

(54) a. *Uma cobra* está em vias de extinção (a cascavel).
b. *Duas cobras* estão em vias de extinção (a cascavel e a anaconda).

Sintaticamente, o artigo indefinido precede o nome, tal como os numerais cardinais (cf. *um livro* e *cinco livros*) e ambos privilegiam a posição pós-nominal dos pronomes possessivos (cf. *um amigo meu* e *três amigos meus*).

Estes factos sugerem, à primeira vista, que a forma *um* é, na realidade, (apenas) o numeral cardinal e que o termo "artigo indefinido" da gramática tradicional reflete não uma classe diferente à qual pertenceria esta forma, mas sim o seu uso mais

frequente, relativamente aos outros numerais, e a proeminência das interpretações existencial, indefinida, específica ou não específica, relativamente à interpretação "pura" de cardinalidade.

Existem, no entanto, algumas diferenças gramaticais entre a forma *um* e os numerais cardinais > 1 (no seu uso como especificadores), que justificam a classificação de *um* como artigo indefinido (quer exista quer não uma forma homófona classificada como numeral).

Em primeiro lugar, contrariamente aos numerais cardinais, a forma *um* apresenta variação em género e número, tal como os restantes determinantes e outros quantificadores indefinidos. Em particular, tem uma forma plural, aproximadamente com a mesma gama de interpretações que a forma singular. Assim, tanto em *o Pedro levou um livro do Tintim para ler nas férias* como em *o Pedro levou uns livros do Tintim para ler nas férias*, o sintagma nominal sublinhado é indefinido e ambíguo entre uma leitura específica e outra não específica[51]. Ora, a forma plural não pode ser classificada como numeral cardinal, visto que não representa qualquer número exato (antes, tem um valor quantificacional vago, > 1). Considerar que *uns* é um artigo mas *um* apenas um numeral cardinal seria, no mínimo, estranho, dado que as restantes formas plurais de especificadores indefinidos têm todas uma contraparte singular.

Em segundo lugar, os numerais cardinais podem ocorrer em sintagmas nominais definidos introduzidos pelo artigo definido ou por um determinante demonstrativo (a posição intermédia analisada no Cap. 20.3.4.4): cf. *os/estes cinco livros*. Esta posição está, no entanto, vedada a *um*, quer no singular quer no plural: cf. **o/este um livro*, **os/estes uns livros*. Este facto sugere que *um/uns* pertence ao mesmo paradigma que inclui o artigo definido *o*, os demonstrativos e a forma *algum* (cf. 22.2.3): nenhum destes elementos pode ocorrer na posição em questão. Em contrapartida, os numerais cardinais pertencem a outra classe paradigmática e, logo, podem coocorrer com o artigo definido e com os demonstrativos.

> [12] Se *um* (singular) é também um numeral cardinal, deveria, no entanto, poder ocorrer na posição em questão, a par dos outros numerais: cf. **o meu um livro* (comparar com *os meus cinco livros*). A não gramaticalidade de **o meu um livro* pode explicar-se de duas maneiras: (i) a forma *um* é, do ponto de vista gramatical, *sempre* um artigo indefinido; ou seja, não existe um representante linguístico "puro" do número 1, e é o artigo indefinido no singular que assume essa função; (ii) a sequência em questão não é gramatical porque é redundante: a única contribuição do numeral *um* coocorrendo com o artigo definido no singular consiste em indicar a cardinalidade do conjunto, o que já é feito pelo singular no artigo definido. Por outras palavras, *o meu livro* exprime exatamente a mesma informação que **o meu um livro*, sendo esta expressão excluída em virtude de a primeira ser mais "económica".

Em terceiro lugar, o artigo indefinido (no plural) pode preceder um numeral cardinal, o que sugere (de novo) que não pertencem à mesma classe paradigmática: cf. *o Pedro levou uns cinco livros do Tintim para ler nas férias*. Na realidade, nestes casos, o artigo combina-se *diretamente* com o numeral cardinal, e não com o grupo

[51] Alguns falantes não obtêm facilmente a leitura [–específica] da forma plural (cf. a parte final da Caixa [6]).

nominal: indica a natureza indefinida da própria cardinalidade do conjunto e não a natureza indefinida de um número exato de cinco livros do Tintim[52]. Ou seja, o que a frase significa é que o falante desconhece o número exato de livros do Tintim que o Pedro levou para ler nas suas férias, sabendo apenas que é um número próximo de cinco (poderão ter sido quatro, ou seis, por exemplo). Reforçando essa interpretação, podem ocorrer nestes sintagmas advérbios que indicam precisamente a ideia de "aproximação": cf. *o Pedro levou aí/aproximadamente uns cinco livros do Tintim para ler nas férias*[53].

22.2.5 Sintagmas nominais reduzidos com leitura indefinida

Os sintagmas nominais sem especificador explícito – chamados sintagmas nominais reduzidos (cf. Caps. 20 e 21) – podem ter uma interpretação indefinida com um nome contável no plural ou com um nome massivo no singular, como se ilustra, respetivamente, em (55a) e (55b)[54]:

(55) a. Hoje comi *morangos* ao almoço.
b. Hoje bebi *vinho* ao jantar.

Estes sintagmas têm apenas uma leitura [–específica], i.e., são usados para falar de quantidades indeterminadas das entidades denotadas pelo grupo nominal (com um nome contável) e de porções indeterminadas da substância denotada pelo grupo nominal (com um nome massivo)[55]. Para muitos falantes, os sintagmas nominais com núcleo nominal [+contável] e com o artigo indefinido no plural contrastam com os sintagmas nominais reduzidos no plural na dimensão [±específico]. Considerem-se, assim, os seguintes exemplos:

(56) a. Vou a Paris comprar *livros de banda desenhada*.
b. Vou a Paris comprar *uns livros de banda desenhada*.

(57) a. A Maria está a matar *moscas varejeiras*.
b. #A Maria está a matar *umas moscas varejeiras*.

Ao produzir (56a), o falante transmite a ideia de que vai comprar uma quantidade indeterminada de livros arbitrários de banda desenhada, ou seja, não tem nenhuns livros particulares em mente. Em (56b), contudo, fica mais saliente a ideia de que o falante tem em mente livros particulares de banda desenhada[56], embora não os identifique, e que é esses que vai comprar a Paris. Os exemplos de (57) revelam a

[52] Consequentemente, a estrutura sintática deste tipo de sintagmas nominais é a seguinte (ilustra-se com o exemplo do texto): [$_{SN}$ [*uns cinco*] [$_{GN}$ *livros do Tintim*]].
[53] Repare-se que a cardinalidade 1 não é modificável deste modo: cf. a impossibilidade de **o Pedro levou aí/aproximadamente um livro do Tintim para ler nas férias*.
[54] Esta leitura é chamada "existencial" no Cap. 21.6, onde se descrevem também outros tipos de leituras que os sintagmas nominais sem especificador podem ter (a leitura genérica de tipo e a leitura predicativa), bem como algumas restrições sintáticas e semânticas ao seu uso. Note-se aqui apenas que, no contexto de verbos intensionais de "atitude afetiva" (cf. Cap. 8 e Laca 1990) como *adorar*, *detestar* e *gostar*, os sintagmas nominais reduzidos têm não uma leitura indefinida, mas sim uma leitura genérica de tipo: cf. *adoro morangos/vinho*. Nestas frases, não se representa uma quantidade indeterminada de morangos ou de vinho, mas sim o tipo 'morango' e o tipo 'vinho' em geral (cf. também a discussão do exemplo (16e) e a Nota 21).
[55] Relativamente aos sintagmas nominais reduzidos com nomes contáveis, cf. também a Caixa [6].
[56] Alguns falantes aceitam também, contudo, a leitura [–específica] com o artigo indefinido no plural combinado com nomes contáveis (cf. igualmente a parte final da Caixa [6]).

mesma diferença, com o interesse acrescido de que os enunciados contrastam no que respeita à sua adequação pragmática à situação descrita. Como as moscas não são seres que as pessoas tenham (normalmente) qualquer interesse em identificar, o uso do artigo indefinido em (57b), ao possibilitar a inferência pelo ouvinte de que o falante tem moscas particulares em mente, causa alguma estranheza. Por isso o falante usará preferencialmente um sintagma nominal reduzido (cf. (57a)), que não convida a fazer essa inferência. Repare-se que, se o grupo nominal for modificado por uma oração relativa restritiva que tenha como resultado identificar de maneira plausível as moscas varejeiras presentes no contexto situacional, a situação inverte-se: o sintagma com o artigo indefinido passa a ser mais aceitável do que o sintagma reduzido:

(58) a. A Maria está a matar *umas moscas varejeiras que entraram no quarto de banho*.
b. #A Maria está a matar *moscas varejeiras que entraram no quarto de banho*.

[13] Este contraste entre sintagmas nominais reduzidos no plural e sintagmas nominais com o artigo indefinido no plural também está patente (para alguns falantes, pelo menos) nos contextos opacos (cf. Caixa [8]): cf. *ando à procura de marcianos* vs. #*ando à procura de uns marcianos*. Na primeira frase, com um SN reduzido, a leitura [–específica] suporta a interpretação virtual, com o consequente cancelamento da pressuposição de existência, e a frase pode ser continuada por material linguístico adequado: *ando à procura de marcianos, mas duvido que existam*. Na segunda frase, pelo menos para os falantes que privilegiam uma leitura [+específica] do artigo indefinido no plural, o cancelamento da pressuposição de existência torna-se menos adequado e a frase é semanticamente estranha; cf. #*ando à procura de uns marcianos, mas duvido que existam*.

É possível dar conta das propriedades semânticas dos sintagmas nominais reduzidos postulando um determinante (ou um quantificador) nulo (cf. Cap. 20.5): cf. *a Maria está a matar* [$_{SN}$ Ø [$_{GN}$ *moscas varejeiras*]]. Este determinante codifica uma leitura indefinida [–específica]. Note-se que o determinante nulo não constitui a contraparte plural do artigo indefinido, que é a forma *uns*. Como acabámos de ver, cada um deles especializa-se quanto ao traço [±específico]: *uns* é (preferencialmente) [+específico], Ø é [–específico].

Como se discutiu no Cap. 17.4.2, um complemento direto consistindo num sintagma nominal definido ou indefinido mas com uma leitura referencial (i.e., [+específico], no caso de ser indefinido) tem a capacidade de mudar a categoria aspetual de um predicado; em particular, converte um processo (i.e., um evento atélico) num processo culminado (i.e., um evento de natureza télica), como se ilustra no contraste entre (ia) e (ib):

(i) a. O jornalista escreveu durante três horas. [processo]
b. #O jornalista escreveu em três horas.
c. O jornalista escreveu {*as crónicas*/*umas crónicas*} em três horas. [processo culminado]

Os processos admitem modificação por um adjunto adverbial de duração temporal iniciado pela preposição *durante* (cf. (ia)), mas não pela preposição *em* (cf. (ib)), que, para além de indicar duração, pressupõe finalização (que não é marcada, nos processos; cf. Cap. 17). Em (ic), no entanto, esse adjunto pode ocorrer, revelando que a presença do complemento direto, necessariamente referencial, introduz uma leitura télica do evento, i.e., com um momento de finalização, transformando um processo num processo culminado.

Um sintagma nominal reduzido no plural, no entanto, não introduz no predicado uma leitura de evento télico, como mostra a estranheza de (iib), com um adjunto adverbial de duração iniciado por *em*:

(ii) a. O jornalista escreveu *crónicas* durante três horas. [processo]
b. #O jornalista escreveu *crónicas* em três horas.

Esta incapacidade de os sintagmas nominais reduzidos no plural converterem um processo atélico num evento télico deve-se, precisamente, à sua natureza não referencial (codificada no traço [–específico]), que não lhes permite individualizar os referentes necessários que possam delimitar temporalmente um processo, i.e., dar-lhe uma finalização. Por esse motivo, as frases com complementos diretos deste tipo são interpretadas como processos (simples), tal como as frases sem complemento direto; daí a perfeita compatibilidade de ambas com um adjunto adverbial introduzido por *durante* (cf. (ia) e (iia)).

Contrariamente aos sintagmas nominais reduzidos no plural, os sintagmas nominais com artigo indefinido podem ocorrer como antecedentes da expressão pronominal *o outro* e suas variantes morfológicas. Nestas frases, *o outro* (ou melhor, o sintagma nominal elíptico que contém essa expressão) representa um conjunto referencialmente distinto e complementar do conjunto referido pelo sintagma antecedente, como se ilustra no seguinte exemplo (coloca-se o antecedente em itálico):

(iii) (O falante tem um conjunto de dez revistas para ler) Hoje leio *umas revistas*, amanhã leio as outras.

Este uso de *o outro* pressupõe de modo crucial a referencialidade do antecedente (i.e., ao dizer (iii), o falante tem em mente as revistas particulares que vai ler hoje). Não é, pois, de estranhar que um sintagma nominal plural reduzido não possa ocorrer como antecedente nestas frases, pelos motivos já expostos, como mostra o contraste entre (iii) e (iv):

(iv) #Hoje leio *revistas*, amanhã leio as outras.

22.3 Determinantes demonstrativos

Nesta secção caracterizam-se os determinantes demonstrativos, discutindo-se as suas propriedades morfológicas em 22.3.1, o seu uso dêitico em 22.3.2 e o seu uso anafórico em 22.3.3; em 22.3.4, discutem-se brevemente outros valores semânticos que os demonstrativos podem ter, para além do seu uso na dêixis espacial; finalmente, em 22.3.5, discute-se o uso antecipatório do demonstrativo *aquele*.

22.3.1 Propriedades morfológicas dos determinantes demonstrativos

Existem três séries de determinantes demonstrativos em português. As formas de cada série variam em género e número: (i) *este*, *esta*, *estes*, *estas*; (ii) *esse*, *essa*, *esses*, *essas*; (iii) *aquele*, *aquela*, *aqueles*, *aquelas*[57]. Para além disso, cada série possui uma forma neutra: *isto*, *isso* e *aquilo*. Estas, no entanto, não são usadas como determinantes, mas apenas como pronomes: cf. *isto é meu* vs. **isto livro é meu*[58].

[57] Daqui para a frente, no texto, usamos a forma do masculino singular como representante das quatro formas de cada série.

[58] Os determinantes demonstrativos também podem ter um uso pronominal, no qual especificam um substantivo implícito, de natureza elíptica; este uso ilustra-se no segundo termo coordenado do exemplo *vou comprar* [*este livro*], *mas não tenho dinheiro para comprar* *aquele* [-], subentendendo-se *livro* como o substantivo especificado (cf. Caps. 23 e 45).

Quando um sintagma nominal introduzido por um dos demonstrativos *este*, *esse* ou *aquele* é complemento das preposições *de* e *em*, o demonstrativo contrai-se com a preposição, i.e., incorpora-se morfologicamente nela, como se ilustra no Quadro 4 e nos exemplos de (59):

PREPOSIÇÃO	DEMONSTRATIVO					
	VARIÁVEL			NEUTRO		
	este	esse	aquele	isto	isso	aquilo
de	deste(s) desta(s)	desse(s) dessa(s)	daquele(s) daquela(s)	disto	disso	daquilo
em	neste(s) nesta(s)	nesse(s) nessa(s)	naquele(s) naquela(s)	nisto	nisso	naquilo
a			àquele(s) àquela(s)			àquilo

Quadro 4 – Formas contraídas dos demonstrativos

(59) a. Guardava boa memória *daquelas* tardes de preguiça à beira-rio.
b. Os meus pais moraram *nesta* rua, não *nessa*.

Como se mostra também no Quadro 4, o determinante variável *aquele* e o neutro *aquilo* (e só estes) podem contrair-se com a preposição *a*: cf. *dirigiu-se <u>àquela</u> morada* ou *como é que podes dar atenção <u>àquilo</u>?*

Tal como para os artigos, a contração de um demonstrativo com uma preposição é estigmatizada pelas gramáticas normativas quando o demonstrativo inicia uma oração de infinitivo flexionado que exclui a preposição, como se ilustra em (60) (cf. Nota 5):

(60) a. A probabilidade de [*este* congresso se realizar em Coimbra] é remota. (vs. ??*a probabilidade <u>deste</u> congresso se realizar em Coimbra é remota*)
b. Não há maneira de [*essas* equipas chegarem à final do campeonato]. (vs. ??*não há maneira <u>dessas</u> equipas chegarem à final do campeonato*)

No entanto, na oralidade e na escrita menos formal, não é infrequente ocorrer a contração nestes contextos.

[14] Quer o artigo definido quer os determinantes demonstrativos derivam de formas demonstrativas latinas. O latim clássico possuía três séries de demonstrativos dêiticos, com um valor (aproximadamente) semelhante aos do português, havendo em cada série uma forma masculina, uma feminina e uma neutra[59]: (i) *hic*, *haec*, *hoc* 'este, esta, isto' (indicando localização próxima do falante); (ii) *iste*, *ista*, *istud* 'esse, essa, isso' (indicando localização próxima do ouvinte) e (iii) *ille*, *illa*, *illud* 'aquele, aquela, aquilo' (indicando localização afastada quer do falante quer do ouvinte). O latim possuía também um demonstrativo exclusivamente de uso anafórico, também com três formas: *is*, *ea*, *id*.

No período imperial, o latim falado (chamado latim vulgar) sofre uma série de alterações que estão, em última instância, na origem do artigo definido e dos determinantes demonstrativos do português e das outras línguas românicas.

[59] Assinalam-se a seguir apenas as formas nominativas.

O demonstrativo *ille* passa a usar-se cada vez com mais frequência, quer isolado quer combinado com um nome, perdendo progressivamente a sua dimensão dêitica em sentido estrito de assinalar localização afastada do falante e do ouvinte. Este "empobrecimento" semântico vai dar diretamente origem aos pronomes pessoais de 3.ª pessoa e ao artigo definido.

Com a "saída" de *ille* do sistema dos demonstrativos propriamente ditos, esse espaço estrutural fica em aberto, sendo preenchido pela combinação de *ille* com a forma *accu* (ou seja, *accu* + *ille*)[60].

No latim vulgar, o demonstrativo *hic* do latim clássico cai também em desuso. Para preencher o seu lugar, recorre-se ao demonstrativo de segunda pessoa, *iste*, que passa, assim, a funcionar na primeira pessoa, mas agora deixando vaga, por sua vez, a função de 2.ª pessoa que desempenhava em latim clássico. Esta função será preenchida por *ipse*, que em latim clássico era uma forma enfática de identidade, aproximadamente equivalente ao português *mesmo* ou *próprio* em expressões como *é ele mesmo/próprio*.

Obtém-se assim um novo sistema de demonstrativos em latim vulgar, que está diretamente na origem dos demonstrativos do português, como se ilustra no seguinte quadro:

MASCULINO	FEMININO	NEUTRO
iste > este	ista > esta	istud > esto > isto
ipse > esse	ipsa > essa	ipsum > esso > isso
accu + ille > aquele	accu + illa > aquela	accu + illud > aquelo > aquilo

Quadro 5 – Origem latina do sistema dos demonstrativos do português

A gramática tradicional considera também como "pronomes demonstrativos" as formas do artigo definido (*o*, *a*, *os*, *as*) em sintagmas nominais elípticos, i.e., nos quais o nome nuclear se encontra omitido (cf. Caps. 23 e 45): cf. *a Maria comprou a saia azul e a Isabel comprou a* [-] *vermelha*; *eu gosto de camisas lisas mas ele gosta mais das* [-] *de riscas*; *falando de filmes, vi o* [-] *que me tinhas indicado*. Nesta Gramática, no entanto, considera-se que, em exemplos deste tipo, a forma *o* e as suas variantes morfológicas não são mais do que instâncias do artigo definido, o qual especifica um nome, presente semântica e sintaticamente na estrutura do sintagma nominal, mas omitido foneticamente; nas frases acima, respetivamente *saia*, *camisas* e *filme* (cf. Cap. 23)[61].

22.3.2 Demonstrativos e dêixis espacial

22.3.2.1 Dêixis

As línguas humanas possuem uma série de elementos gramaticais que relacionam aspetos do conteúdo semântico dos enunciados – em particular no domínio da referência – com as coordenadas pessoais, espaciais e temporais do ato da enuncia-

[60] *Accu*, por sua vez, é uma contração da conjunção *atque* com a sequência *ecce eum* 'aqui está isso'.

[61] A forma *o* é por vezes considerada pronome demonstrativo na locução relativa *o que*, como em *estava a chover, o que mudou completamente os nossos planos*. As propriedades gramaticais desta locução, no entanto, são diferentes das propriedades gramaticais da sequência idêntica que ocorre em sintagmas nominais como os dos exemplos dados acima, no texto, ou ainda em *falando de filmes, vi o que me tinhas indicado*. (Sobre a locução relativa *o que*, cf. Cap. 39.3.2).

ção. Esses elementos são chamados **dêiticos**, e ao fenómeno geral do seu uso e das condições que o regem chama-se **dêixis** (cf. também o Cap. 11.7)[62].

Numa comunicação linguística típica, existem dois interlocutores, ambos situados num determinado contexto espácio-temporal, um em presença do outro, e que trocam entre si as funções de falante e de ouvinte no decorrer da conversa. Este é o modelo com base no qual se desenvolveram as noções linguísticas relacionadas com a dêixis. Nesta perspetiva, as coordenadas da enunciação são os interlocutores, o espaço particular ocupado por cada um deles e o intervalo temporal durante o qual se dá a interação verbal. Estas três coordenadas permitem codificar nos enunciados um sistema de contrastes gramaticais. Aos contrastes que têm a ver com os interlocutores, chama-se **dêixis pessoal**; aos contrastes que têm a ver com a sua localização espacial chama-se **dêixis espacial**; e aos contrastes que têm a ver com o momento ou intervalo em que se produzem os enunciados (a que se pode chamar a sua "localização temporal"), chama-se **dêixis temporal**[63].

Dada a importância particular do falante como produtor e organizador do discurso, têm particular proeminência no sistema da dêixis o espaço que ele ocupa e o momento ou intervalo em que produz o seu enunciado. Por este motivo, o eixo gramatical central da dêixis é a "trilogia" *eu*, *aqui* e *agora*: respetivamente, o pronome pessoal de 1.ª pessoa, que representa o falante, o advérbio que indica a sua posição espacial e o advérbio que indica o momento em que produz o enunciado.

Contrariamente à estabilidade denotativa das palavras (cf. Caps. 8 e 20), o valor dos elementos dêiticos varia consoante o ato da enunciação e só pode ser cabalmente descodificado se tivermos acesso às coordenadas pessoais, espaciais e temporais do enunciado. Por exemplo, os elementos sublinhados numa frase como *eu quero falar com o meu filho aqui e agora* têm referência variável consoante a identidade do falante, o lugar onde se encontra e o momento em que produz o enunciado; podemos entender essa frase "em abstrato", mas se não soubermos quem é o falante, onde está e quando falou, escapam-nos aspetos importantes da sua significação global.

22.3.2.2 Dêixis espacial e determinantes demonstrativos

A dêixis espacial permite identificar o referente de uma expressão referencial através da sua localização espacial relativamente ao falante e/ou ao ouvinte. O sistema dos três advérbios *aqui*, *aí* e *ali* ocupa um lugar central na dêixis espacial: estes referem, no seu uso básico, respetivamente o lugar ocupado pelo falante, o lugar ocupado pelo ouvinte e um lugar afastado de qualquer um deles[64]. Como veremos, este sistema encontra-se em articulação estreita com o sistema dos demonstrativos.

---

[62] Recorde-se que é possível estabelecer uma distinção entre dêixis em sentido estrito e dêixis em sentido lato (cf. Caixa [1]). Nesta subsecção, a discussão incide sobre a dêixis em sentido estrito.

[63] Entre os elementos gramaticais da dêixis pessoal contam-se os pronomes pessoais (cf. Cap. 23); entre os elementos gramaticais da dêixis temporal contam-se os tempos verbais (cf. Cap. 15) e advérbios de tempo como *ontem*, *hoje* e *amanhã* (cf. Caps. 16 e 33); a dêixis espacial discute-se nesta subsecção.

[64] Estes lugares podem ter dimensões muito diferentes, dependendo da perspetiva do falante: *aqui*, p.e., pode referir a área mínima ocupada pelo falante, mas também uma casa, uma cidade, um país, um planeta e mesmo o universo inteiro, desde que sejam perspetivados pelo falante como o lugar onde se encontra; observações semelhantes podem ser feitas sobre *aí* e *ali* (cf. Cap. 33).

A dêixis espacial pode ser vista como uma espécie de "apontar" linguístico para o referente de uma expressão referencial. Na realidade, o uso dos elementos dêiticos espaciais é frequentemente acompanhado de um gesto físico de apontar com o dedo indicador (repare-se que o verbo *indicar*, de que deriva morfologicamente *indicador*, é um quase sinónimo de *apontar*). Por exemplo, se o falante quer particularizar uma porção do espaço referido por *aqui*, pode fazê-lo apontando com o dedo indicador para um lugar determinado à sua volta; do mesmo modo, ao utilizar um demonstrativo, como, p.e., em *este livro é meu*, o falante pode reduplicar o valor de *este* apontando para o livro, ajudando o ouvinte a identificá-lo.

Os determinantes demonstrativos são elementos centrais no sistema da dêixis espacial, que constitui, sem dúvida, a sua especialização básica[65]. Estes determinantes permitem que a identificação do referente de um sintagma nominal seja feita em função da sua proximidade ou afastamento do falante e/ou do ouvinte. No sistema dos demonstrativos do português (tal como no sistema dos advérbios locativos dêiticos descrito acima), quer o falante quer o ouvinte assumem o papel de coordenada dêitica, o que dá origem a três séries de demonstrativos: uma centrada sobre o falante, outra sobre o ouvinte e outra que se opõe às duas primeiras, por não ser centrada nem sobre o falante nem sobre o ouvinte[66]. Concretamente, *este*, e as suas variantes morfológicas, identifica um referente na proximidade do falante ou de um grupo que inclui o falante; *esse*, e as suas variantes, identifica um referente na proximidade do ouvinte ou de um grupo que o inclui; *aquele*, e as suas variantes, identifica um referente afastado quer do falante quer do ouvinte ou de grupos que os incluem[67]. Por esta razão, os demonstrativos estão relacionados com as pessoas gramaticais e são frequentemente designados dessa forma: *este* como demonstrativo de primeira pessoa, *esse* como demonstrativo de segunda pessoa e *aquele* como demonstrativo de terceira pessoa.

Existe, portanto, uma correlação entre os determinantes demonstrativos, os pronomes pessoais e o sistema de advérbios locativos, que se ilustra no seguinte quadro[68]:

PRONOMES PESSOAIS	DETERMINANTES DEMONSTRATIVOS	ADVÉRBIOS LOCATIVOS
eu	este	aqui
tu/você	esse	aí
ele(a)	aquele	ali

Quadro 6 – Relação entre pronomes pessoais, determinantes demonstrativos e advérbios locativos

[65] Como se verá, os demonstrativos podem ter outros valores fora da dêixis espacial (cf. 22.3.3 e 22.3.4).
[66] Diferentemente deste sistema, em inglês, p.e., só o falante serve de coordenada dêitica, o que dá origem a um sistema de apenas dois determinantes demonstrativos; *this* e *that* (e suas variantes plurais), que assinalam, respetivamente, proximidade do falante e afastamento do falante.
[67] Como se verá (cf. Caixa [19] e 22.3.5), o estatuto de *aquele*, em oposição quer a *este* quer a *esse*, permite-lhe, em certos contextos, funcionar de modo "neutro", sem veicular qualquer indicação espacial, i.e., sem um valor dêitico no sentido estrito do termo.
[68] No quadro, usam-se as formas nominativas dos pronomes como representantes de todas as formas casuais em que estes elementos podem ocorrer e mencionam-se apenas as formas singulares do masculino dos pronomes e dos determinantes.

Assim, a contribuição do demonstrativo *este* (p.e., num sintagma nominal como *este livro*) pode ser parafraseada como 'o (livro) aqui, perto de mim/nós'; a contribuição do demonstrativo *esse* (num sintagma nominal como *esse livro*) pode ser parafraseada como 'o (livro) aí, perto de ti/vocês' e a contribuição do demonstrativo *aquele* (num sintagma nominal como *aquele livro*) pode ser parafraseada como 'o (livro) ali, perto dele(s)/dela(s)' (cf. J. Lyons 1977). Estas correlações podem ser tornadas explícitas sintagmaticamente (de um modo algo redundante) em exemplos como os seguintes:

(61) a. *Este* livro *aqui* ao pé de *mim* é um romance do Eça de Queiroz.
b. *Esse* livro *aí* ao pé de *ti* é um romance do Eça de Queiroz.
c. *Aquele* livro *ali* ao pé d*ela* é um romance do Eça de Queiroz.

Repare-se como são estranhas outras combinações destes elementos: #*este livro aqui ao pé de ti*, #*esse livro aí ao pé de mim*, #*aquele livro aqui ao pé de ti*, entre outros exemplos que se poderiam apresentar[69]. A combinação de um demonstrativo e de um advérbio locativo pode também ter um uso pronominal: cf., por exemplo, [*este*/*isto aqui*] *é meu*, dito por um falante que aponta para um determinado livro. Neste uso, é ainda mais notório que as únicas combinações possíveis são *este*/*isto aqui*, *esse*/*isso aí* e *aquele*/*aquilo ali* (cf. Cap. 33).

Na medida em que os demonstrativos constituem uma espécie de "apontar" linguístico e tomam como ponto de referência o falante e o ouvinte, o seu uso na dêixis espacial pressupõe que os referentes estejam presentes no contexto situacional imediato da enunciação (e, nos usos mais típicos, que possam ser percecionados pelos interlocutores). Este fator tem sido apontado como uma das características mais importantes do uso dêitico dos demonstrativos[70]; chamamos-lhe aqui **condição presencial do referente**. Como ilustração, suponhamos que duas pessoas estão no quarto duma casa que tem uma garagem afastada do quarto onde se encontram. Suponhamos que na garagem existe um (e um só) martelo, e que esse facto é conhecido dos interlocutores. Seria estranho que um dos interlocutores pedisse ao outro que lhe trouxesse o martelo em questão dizendo-lhe #*quando fores à garagem*, *traz-me* {*este*/*esse*/*aquele*} *martelo*. Isso deve-se à contradição entre o uso do demonstrativo, que pressupõe a presença do referente no contexto situacional imediato, com a indicação explícita dada pelo falante ao ouvinte (ao dizer *quando fores à garagem*...) de que o martelo se encontra, não no quarto onde ambos estão, mas na garagem. O enunciado ajustado, neste caso, teria o artigo definido: *quando fores à garagem*, *traz-me o martelo*; de facto, o uso do artigo definido não tem uma dimensão dêitica espacial estrita, e, por conseguinte, não exige necessariamente que o referente se encontre no contexto situacional imediato (cf. 22.1.2.1.5 e também a Caixa [1])[71].

---

[69] Existem vinte e sete combinações no total, sendo possíveis apenas três.

[70] Cf., entre outros, Hawkins (1978) e C. Lyons (1999).

[71] Como veremos, no uso anafórico dos demonstrativos (cf. 22.3.3), o referente não está presente no contexto situacional. Do mesmo modo, o demonstrativo de 3.ª pessoa, *aquele*, na medida em que é neutro relativamente aos interlocutores, tem um uso mais amplo do que *este* e *esse*, por vezes próximo do do artigo definido (cf. 22.3.5). Aqui, apenas se quer mostrar que a presença do referente é necessária no uso dêitico espacial dos demonstrativos.

As paráfrases dos sintagmas nominais com demonstrativos ('o *x* aqui', 'o *x* aí' e 'o *x* ali') contêm o artigo definido. De facto, os demonstrativos, tal como este artigo, são caracterizados pelo traço [+definido], e satisfazem as condições que regem o artigo definido (cf. 22.1.2.1.2 e 22.1.2.1.3). A condição de identificação é trivialmente satisfeita pelos demonstrativos dêiticos: ao usar um destes elementos, o falante assume que o ouvinte tem condições para identificar o referente do sintagma nominal, incluindo através de uma localização espacial. Na realidade, para os demonstrativos, esta condição é ainda mais estrita do que para o artigo definido: o referente tem de poder ser identificado no contexto situacional imediato.

Tem-se questionado, no entanto, que as condições de unicidade/inclusividade sejam satisfeitas pelos demonstrativos (cf., por exemplo, as referências da Nota 70). Em particular, o uso de um demonstrativo permite um contraste, pelo menos implícito, entre o referente do sintagma nominal por ele especificado e outros do mesmo tipo presentes no contexto situacional. Assim, em princípio, um enunciado como *este livro é um romance do Eça de Queiroz* é compatível com a presença de outros livros no contexto situacional (e por isso é possível continuar o enunciado com *e esse é um romance do Camilo*). Neste sentido, parece legítimo dizer que a condição de unicidade (ou de inclusividade, no plural) não tem de ser satisfeita pelos demonstrativos.

> [15] A este respeito, é interessante notar que os demonstrativos não podem ser usados como determinantes de sintagmas nominais que referem entidades únicas, mesmo quando a condição do uso presencial é satisfeita (i.e., quando os referentes se encontram no contexto situacional imediato), como se ilustra nos seguintes exemplos:
>
> (i) a. #*Esta Câmara Municipal de Lisboa* é realmente um edifício lindíssimo.
> b. #*Aquele Presidente da República* viaja amanhã para Marrocos.
>
> Estes enunciados são pragmaticamente estranhos, mesmo se a Câmara e o Presidente se encontrarem no contexto situacional imediato e nas localizações adequadas ao uso de cada demonstrativo (ou seja, perto do falante em (ia) e afastado do falante e do ouvinte em (ib)). Intuitivamente, essa estranheza parece dever-se ao facto de o uso do demonstrativo pressupor a possibilidade de se poder contrastar o referente do sintagma nominal com outros que correspondam à descrição do grupo nominal, o que não pode ser feito aqui devido ao facto de (na nossa organização político-social) as cidades terem apenas uma câmara municipal e os países apenas um presidente da república. Repare-se que estes enunciados já seriam pragmaticamente aceitáveis numa situação discursiva em que se folheia um livro que documenta fotograficamente os vários edifícios camarários de Lisboa ao longo da história (para (ia)) ou no contexto duma cimeira de chefes de estado (para (ib)).

No entanto, numa perspetiva diferente, e tomando em conta o sentido dêitico dos demonstrativos (*este* significa 'o *x* aqui', *esse* 'o *x* aí' e *aquele* 'o *x* ali'), pode-se argumentar que o seu uso, ainda que compatível com a existência de outras entidades do mesmo tipo no contexto situacional, não é compatível com outras entidades desse tipo na posição relevante assinalada pelo demonstrativo. Assim, p.e., um enunciado como *este livro* (*ao pé de mim*) *é um romance do Eça de Queiroz* não é pragmaticamente ajustado se houver dois ou mais livros perto do falante. Num sentido mais estrito, portanto, que toma em conta o seu valor dêitico particular, os demonstrativos satisfazem a condição da unicidade/inclusividade.

Repare-se, no entanto, que o enunciado dado como exemplo no parágrafo anterior seria compatível com a existência de mais livros perto do falante, se este apontasse explicitamente para um deles; nesse caso, é o uso combinado de *este...* (*ao pé de mim*) e do gesto de apontar que satisfazem a unicidade. Na realidade, o gesto de apontar pode ser concebido como um modificador restritivo no domínio gestual, semanticamente equivalente a 'para que estou a dirigir a tua atenção' (no exemplo, 'este livro (ao pé de mim), para o qual estou a dirigir a tua atenção com o meu gesto de apontar'), e que restringe o espaço de busca do ouvinte, comparável, p.e., a uma oração relativa como *que está em cima da mesa* (cf. *o livro que está em cima da mesa*).

22.3.3 Uso anafórico dos demonstrativos

Para além do seu uso básico na dêixis espacial, os determinantes demonstrativos também têm um uso anafórico (cf. Caixa [1] e Cap. 41). Nesse uso, o sintagma nominal que contém o demonstrativo (a que chamamos aqui por conveniência "sintagma nominal anafórico") adquire a sua referência através da relação que estabelece com um **antecedente** (cf. Cap. 41) introduzido numa frase ou numa oração anterior.

Damos aqui particular relevo a dois casos: o **uso anafórico textual** e o **uso anafórico em aposto predicativo não verbal**, ilustrados, respetivamente, nos seguintes exemplos:

(62) a. O meu autor favorito escreveu um novo livro. *Esse livro*, no entanto, foi mal acolhido pela crítica. [uso anafórico textual]
b. O meu autor favorito escreveu um novo livro, *livro esse*, no entanto, mal acolhido pela crítica. [uso anafórico em aposto predicativo não verbal]

No primeiro caso, o sintagma nominal anafórico desempenha uma função gramatical (de sujeito, complemento direto, etc.) numa frase autónoma de uma sequência textual ou numa oração de uma frase complexa ou composta; no segundo caso, o sintagma nominal anafórico é o sujeito de uma estrutura predicativa não verbal com a função de **aposto**, a qual introduz um comentário sobre o antecedente. Nesta construção, o determinante demonstrativo tem a particularidade de ocorrer obrigatoriamente em posição pós-nominal. Os dois usos são praticamente equivalentes do ponto de vista da informação que veiculam, distinguindo-se apenas gramaticalmente e estilisticamente. Como se verá, é possível transpor os exemplos de um tipo para o outro.

22.3.3.1 Uso anafórico textual

No uso anafórico textual, o sintagma nominal anafórico (em itálico nos exemplos) ocorre tipicamente numa frase autónoma de uma sequência textual (cf. (63a,b)), no segundo termo coordenado de uma frase composta (cf. (63c)) ou numa oração relativa apositiva (cf. (63d)) e desempenha uma função gramatical nessa frase ou oração:

(63) a. O meu autor favorito escreveu um novo livro. *Este*/*Esse livro*, no entanto, não foi bem acolhido pela crítica.

b. O Pedro visitou uma aldeia remota no interior do país. Os meus pais também tinham visitado *esta*/*essa aldeia* vários anos antes.
c. Falaram-nos de um país interessante que não devíamos perder e tomámos a decisão de ir a *este*/*esse país* nas próximas férias.
d. O Primeiro-Ministro encarou a possibilidade de congelar de novo os salários num discurso proferido na Assembleia da República, onde *esta*/*essa atitude* indignou os sindicatos.

Em (63a,d), o sintagma nominal anafórico desempenha a função de sujeito, em (63b), de complemento direto, e em (63c), de complemento oblíquo. Em (63a-c), o antecedente (sublinhado, nos exemplos) é um sintagma nominal, e, em (63d), é a primeira frase (a parte sublinhada, i.e., à exceção dos adjuntos adverbiais), a qual é retomada pelo substantivo *atitude*, que representa o conteúdo proposicional veiculado pela frase antecedente (outros substantivos possíveis seriam *ideia* e *proposta*; cf. Cap. 36).

Na anáfora textual, os demonstrativos neutros têm tipicamente como antecedente uma frase ou um sintagma verbal, retomando o seu conteúdo proposicional, como se ilustra em (64):

(64) a. O meu autor favorito criticou o júri do concurso. *Isto*/*Isso*, no entanto, não foi bem acolhido pela crítica.
b. O Pedro visitou uma aldeia remota no interior do país. Os meus pais também tinham feito *isto*/*isso* vários anos antes.
c. O Primeiro-Ministro encarou a possibilidade de congelar de novo os salários, e *isto*/*isso* indignou os sindicatos.

Nos exemplos de (63), quando o antecedente é um sintagma nominal, o sintagma nominal anafórico repete o nome (*livro*, *aldeia* e *país*, respetivamente). Nesse caso, diz-se que a anáfora é **fiel** (cf. também 22.1.2.1.5). É possível também ter **anáfora infiel**, em que o nome retomado é lexicalmente distinto e tem um sentido diferente, mas adequado ao referente, como em (65) (cf. Nota 17):

(65) a. O meu autor favorito escreveu um novo livro. *Esta*/*Essa obra*, no entanto, não foi bem acolhida pela crítica.
b. O Pedro visitou uma aldeia remota no interior do país. Os meus pais também tinham visitado *esta*/*essa terra* vários anos antes.
c. Falaram-nos de um país interessante que não devíamos perder e tomámos a decisão de ir a *este*/*esse lugar* nas próximas férias.

Com anáfora infiel, ou com os pronomes neutros *isto* e *isso*, o sintagma nominal anafórico pode preceder o antecedente, especialmente quando este é uma frase; diz-se então que o demonstrativo tem um uso **catafórico** ou **antecipatório**: cf. *ainda que esta/essa decisão não seja certa, é provável que o governo aumente os impostos no próximo ano, ainda que isso não seja certo, é provável que o governo aumente os impostos no próximo ano* e *eu disse-lhe apenas isto*/*isso: que era preciso pedir desculpa ao pai e já*[72].

[72] Em exemplos como *o meu problema é este: ter sido chamado para a tropa*, o demonstrativo ocorre num sintagma nominal elíptico (*o meu problema é* [*este ~~problema~~*]), e a oração infinitiva seguinte serve de antecedente catafórico ao SN elíptico. Na locução fixa *isto*/*isso de*, o demonstrativo neutro é também catafórico: cf. *isto de estarmos sempre a falar de futebol já chateia* ou *isso de festas a toda a hora vai ter de acabar*.

Os exemplos dados até aqui manifestam uma só relação de antecedente-sintagma nominal anafórico. Nestes casos, os dois determinantes *este* e *esse* podem ser usados no sintagma nominal anafórico, embora falantes diferentes possam preferir um ou outro por motivos estilísticos. Também com alguma variação, o determinante *aquele* usa-se preferencialmente se houver outro nome (integrado ou não num sintagma nominal autónomo) entre ele e o antecedente, como ilustram os seguintes exemplos (coloca-se o constituinte interveniente em negrito)[73]:

(66) a. Julião Sarmento expõe atualmente na **galeria Y**. {*Este*/*Esse*/*Aquele pintor*} falou da sua obra mais recente ao nosso jornal.
b. O Pedro visitou uma aldeia remota no interior do país. **Os meus pais** também tinham visitado *aquela aldeia* vários anos antes.
c. Falaram-nos de um país interessante que não devíamos perder e tomámos **a decisão** de ir *àquele país* nas próximas férias.

Quando não existe material nominal entre o antecedente e o sintagma nominal anafórico, os falantes dividem-se quanto ao uso de *aquele*:

(67) a. O meu autor favorito escreveu um novo livro. ??*Aquele livro*, no entanto, não foi bem acolhido pela crítica.
b. O Pedro visitou uma aldeia remota no interior do país. ??*Naquela terra*, encontrou gente extremamente acolhedora.
c. Conheci ontem o Julião Sarmento. ??*Aquele pintor* sempre me fascinou.

A situação é diferente quando existem duas relações distintas de antecedente-sintagma anafórico na mesma frase ou sequência textual. Nesse caso, usa-se o demonstrativo *aquele* para estabelecer a ligação com o antecedente textualmente mais distante, e *este* para estabelecer a ligação com o antecedente mais próximo, como se ilustra nos seguintes exemplos[74]:

(68) a. As línguas têm determinantes e têm pronomes. *Aqueles* (*elementos*) usam-se em combinação com um substantivo; *estes* (*elementos*), em contrapartida, usam-se quando o substantivo não ocorre.
b. Os professores catedráticos e os assistentes não têm os mesmos direitos. Enquanto *aqueles* (*membros do corpo docente*) podem comer no refeitório principal, *estes* (*membros do corpo docente*) só têm acesso à cantina.
c. O diretor da escola chamou o aluno ao seu gabinete. Enquanto *este* se mostrava muito preocupado, *aquele* parecia ter prazer na situação.

Neste caso, *esse* não se pode usar em vez de *aquele* para marcar a relação com o antecedente mais distante: cf., por exemplo, *os professores catedráticos e os assistentes não têm os mesmos direitos*. **Enquanto esses podem comer no refeitório principal*, *estes só têm acesso à cantina* ou *o diretor da escola chamou o aluno ao seu gabinete*. **Enquanto*

[73] Em (66a) o material interveniente (*na galeria Y*) pertence à frase que contém o antecedente, ao passo que em (66b,c) o material interveniente (*os meus pais* e *a decisão*) pertence à frase que contém o sintagma nominal anafórico.

[74] Os parênteses no grupo nominal assinalam a sua opcionalidade. Na realidade, estes exemplos são bastante mais naturais quando os demonstrativos se usam pronominalmente do que quando se usam adjetivalmente (cf. Cap. 23).

este se mostrava muito preocupado, *esse parecia ter prazer na situação* (comparar com (68b) e (68c), respetivamente).

> [16] Os demonstrativos *este* e *aquele*, quando marcam pares de relações anafóricas, como nos exemplos de (68), podem ser substituídos por sintagmas nominais contendo o artigo definido e um numeral ordinal (*primeiro*, *segundo*, *terceiro*, ...); neste caso, dada a natureza aberta dos numerais, é possível marcar mais de dois pares de relações, com um limite apenas estabelecido por restrições de processamento linguístico e de memória:
>
> (i) Lisboa tem a Torre de Belém, Paris tem a Torre Eiffel e Londres tem o Big Ben. *O primeiro monumento* é pequeno mas elegante; *o segundo* (*monumento*) é feérico, mas *o terceiro* (*monumento*) é um pouco lúgubre.
>
> Repare-se que, com mais de duas relações anafóricas, não se pode utilizar os demonstrativos: cf., por exemplo, a impossibilidade, como continuação da primeira frase de (i), de **aquele monumento é pequeno mas elegante; esse* (*monumento*) *é feérico, mas este* (*monumento*) *é um pouco lúgubre*. Com apenas duas relações anafóricas, os demonstrativos poderiam ser usados, como se ilustra em (iib):
>
> (ii) a. Lisboa tem a Torre de Belém; Paris tem a Torre Eiffel. *O primeiro monumento* é pequeno mas elegante; *o segundo* (*monumento*) é feérico.
> b. Lisboa tem a Torre de Belém; Paris tem a Torre Eiffel. *Aquele monumento* é pequeno mas elegante; *este* (*monumento*) é feérico.
>
> Quando se usam numerais para marcar estas relações, o sintagma nominal anafórico do último par pode ter como especificador a sequência formada pelo artigo definido ou pelo demonstrativo *este* seguido do adjetivo *último*:
>
> (iii) Lisboa tem a Torre de Belém, Paris tem a Torre Eiffel e Londres tem o Big Ben. *O primeiro monumento* é pequeno mas elegante; *o segundo* (*monumento*) é feérico, mas *o*/*este último* (*monumento*) é um pouco lúgubre.

Quando o antecedente é um sintagma nominal com um nome comum e o sintagma nominal anafórico tem a função de sujeito, o demonstrativo *este* pode ocorrer como pronome, mas nem *esse* nem *aquele* podem, como se ilustra a seguir (comparar com (63))[75]:

(69) a. O meu autor favorito escreveu um novo livro. *Este*/**Esse*, no entanto, não foi bem acolhido pela crítica.
b. Levei o pintor a uma galeria nova, onde {*este*/**esse*/**aquele*} falou da sua obra recente.

No entanto, *este* só pode ser usado pronominalmente quando o sujeito nulo (cf. Cap. 43) é impossível, como mostra o contraste entre os exemplos (a) e (b) de (70) e (71) (assinala-se o sujeito nulo pela notação "[-]"):

[75] Desempenhando outras funções gramaticais, *este* torna-se marginal ou inaceitável: cf., por exemplo, ??*o Pedro visitou uma aldeia remota no interior do país. Os meus pais também tinham visitado esta vários anos antes*. No entanto, com a função de adjunto adverbial em posição inicial de tópico, *este* é aceitável: cf. *o Pedro visitou uma aldeia remota no interior do país. Nesta, encontrou gente extremamente acolhedora*.

(70) a. O novo pintor deslocou-se à galeria Y, e [-] falou da sua obra mais recente ao nosso jornal.
b. ??O novo pintor deslocou-se à galeria Y, e *este* falou da sua obra mais recente ao nosso jornal.

(71) a. A galeria Y acolheu o novo pintor, e *este* falou da sua obra mais recente ao nosso jornal.
b. *A galeria Y acolheu o novo pintor, e [-] falou da sua obra mais recente ao nosso jornal.

[17] O uso anafórico dos pronomes demonstrativos neutros, sobretudo *isso*, é muito frequente em sintagmas preposicionais ou locuções preposicionais "semifixos", com função de adjunto adverbial, usualmente na posição periférica inicial de uma frase, remetendo para o conteúdo proposicional de uma frase antecedente, como se ilustra nos seguintes exemplos (sublinha-se o antecedente):

(i) a. A Maria insultou a vizinha; *por isso*, teve de lhe pedir desculpa.
b. O Manuel teve uma má nota a Matemática, mas *nem por isso* deixou de faltar às aulas.
c. No ano passado, o autor escreveu um novo romance; *para além disso*, deu duas conferências.
d. Ele fugiu a sete pés. *A isso*, eu chamo cobardia.

Existem também locuções fixas com pronomes demonstrativos neutros em que estes já não têm uma natureza dêitica ou anafórica clara, como *nem por isso* em sequências discursivas como *estás bem de saúde? Nem por isso*, ou *isto é*, uma locução que serve para introduzir um aposto que explicita o conteúdo de um sintagma nominal ou de uma frase imediatamente anteriores (cf. *os interlocutores, isto é, o falante e o ouvinte, são elementos importantes da situação discursiva* ou *a Maria chamou burra à vizinha, isto é, insultou-a à frente de toda a gente*)[76].

Ainda que os demonstrativos tenham um uso anafórico, não podem ser usados na anáfora associativa (cf. 22.1.2.1.5), plausivelmente por não ser satisfeita a condição presencial do referente (cf. 22.3.2.2). Assim, apenas o artigo definido é possível nos sintagmas nominais em itálico dos seguintes minitextos, mas não os demonstrativos *este* ou *esse* (sublinham-se os antecedentes):

(ii) a. Entrou no prédio; {*a*/**esta*/**essa*} *escada* estava mergulhada na penumbra.
b. É um filme estranho; nem sequer seria capaz de te contar {*o*/**este*/**esse*} *enredo*.
c. O edifício que vimos ontem é de construção recente; {*a*/**esta*/**essa*} *fachada* era particularmente arrojada.

Estes exemplos mostram que os demonstrativos apenas estabelecem uma relação anafórica com o sentido e a referência "literais" do antecedente, de que se excluem as relações baseadas na holonímia. Nesse sentido, vale a pena contrastar (iic) com o seguinte exemplo, em que apenas se altera o tempo verbal na segunda oração (de pretérito imperfeito para presente do indicativo) e se omite a oração relativa no antecedente:

(iii) O edifício é de construção recente; {*a*/*esta*/*essa*} *fachada* é particularmente arrojada.

[76] *Isto é* é discursivamente equivalente à locução fixa *ou seja*, na qual não há qualquer elemento anafórico.

Neste minitexto, o uso dos demonstrativos é possível. No entanto, não se tem aqui um caso de anáfora associativa: o enunciado é aceitável se os interlocutores estiverem frente ao edifício em questão, e o falante descrever deiticamente a fachada presente e visível no contexto situacional (usará *esta* se ele, falante, estiver localizado próximo dela, e *essa* se esse for o caso do ouvinte).

Nos exemplos de (ii), o uso do demonstrativo *aquela* é aceitável na interpretação de anáfora associativa, como se ilustra em (iv):

(iv) a. Entrou no prédio; *aquela escada* estava mergulhada na penumbra.
b. É um filme estranho; nem sequer seria capaz de te contar *aquele enredo*.
c. O edifício que vimos ontem é de construção recente; *aquela fachada* era particularmente arrojada.

Isto deve-se ao facto de a terceira pessoa ser neutra, ou não marcada, relativamente aos parâmetros dêiticos constituídos pelo falante e pelo ouvinte (ou seja, a 1.ª e a 2.ª pessoa); concomitantemente, os elementos gramaticais associados à 3.ª pessoa, incluindo o demonstrativo *aquele*, são gramaticalmente não marcados relativamente aos elementos associados à 1.ª e à 2.ª pessoa, o que lhes permite serem usados em contextos mais amplos, não necessariamente dêiticos (cf. também 22.3.5). Em (iv), o demonstrativo de 3.ª pessoa tem um valor que é essencialmente equivalente ao do artigo definido, mas introduz conotações subjetivas ou estilísticas que o artigo não tem. Assim, em (iva), o demonstrativo remete para um pensamento da personagem ou do narrador, ao deparar-se com a escada, algo que poderia ser parafraseado pelo discurso direto (cf. *esta escada está mergulhada na penumbra* (, *pensou ele*)); ou seja, a oração que inclui o demonstrativo é interpretada como um discurso indireto livre (cf. Cap. 49). Em (ivb,c), o demonstrativo de 3.ª pessoa tem um valor enfático (que o artigo definido não tem) e o seu efeito é o de estabelecer uma proximidade emocional entre o enredo ou a fachada em questão e o falante.

22.3.3.2 Uso anafórico em aposto predicativo não verbal

Noutro uso anafórico dos demonstrativos, o sintagma nominal anafórico é o sujeito de um predicado não verbal[77], funcionado toda a estrutura como **aposto** do antecedente, introduzindo sobre ele um comentário. Nesta construção, o determinante demonstrativo tem a particularidade de ocorrer obrigatoriamente em posição pós-nominal (e nenhum outro determinante ocorre em posição pré-verbal, incluindo o artigo definido). Este tipo ilustra-se nos seguintes exemplos, sublinhando-se o predicado não verbal do aposto:

(72) a. Essa editora acaba de publicar um livro de Saramago, *livro este*/*esse* escrito nos anos 80.
b. O governo aceitou ceder às pressões dos sindicatos, *decisão esta*/*essa* prudente, em vésperas de eleições.
c. O governo tomou medidas relativas ao combate aos incêndios, *medidas estas*/*essas* sem resultados práticos até hoje.
d. Aquele colecionador compulsivo adorava comentar os objetos heteróclitos que adornavam as paredes da sua casa, *objetos estes*/*esses* de viagens a países distantes, com pormenores sobre as circunstâncias da sua aquisição.

[77] Num predicado não verbal, o predicador não é um verbo finito ou no infinitivo; como (72a) ilustra, o predicador pode ser um particípio verbal.

e. O Pedro visitou uma aldeia remota no interior do país, *aldeia esta/essa* que os meus pais também tinham visitado vários anos antes.

Nesta construção, o predicado não verbal pode ser um particípio (cf. (72a)), um adjetivo (cf. (72b)), um sintagma preposicional (cf. (72c,d)) ou uma oração relativa (cf. (72e))[78]. O leitor poderá verificar facilmente que todos estes exemplos podem ser convertidos na construção de anáfora textual; exemplificamos aqui com (72a) e (72c): *essa editora acaba de publicar um livro de Saramago*. *Este/Esse livro foi escrito nos anos 80* e *o governo tomou medidas relativas ao combate aos incêndios*. *Estas/Essas medidas não tiveram resultados práticos até hoje*.

No sintagma nominal anafórico, não é apenas o nome que ocorre à esquerda do demonstrativo, mas todos os elementos retomados do antecedente, como se ilustra em (73); ou seja, apenas o predicado, contendo informação nova, ocorre à direita do demonstrativo:

(73) a. Aquela jovem acaba de comprar um livro de química, *livro de química esse* que também fala de alquimia.
b. A pesca baleeira açoriana, *pesca baleeira açoriana essa* de natureza artesanal, garantia, contudo, a sobrevivência de muitas famílias.

Nestes apostos, o demonstrativo é obrigatoriamente pós-nominal, como mostra a impossibilidade, p.e., de **o governo tomou medidas relativas ao combate aos incêndios*, *estas/essas medidas sem resultados práticos até hoje*; e o artigo definido não pode ser usado em vez do demonstrativo, como mostra a impossibilidade, p.e., de **essa editora acaba de publicar um livro de Saramago*, *livro o escrito nos anos 80*.

Quando um aposto é um sintagma nominal simples, pode ser especificado pelo demonstrativo *esse* para dar um relevo especial à característica que atribui ao sintagma nominal antecedente, como se ilustra em (74):

(74) a. Ontem vi A Intriga Internacional, *esse filme extraordinário do Hitchcock*.
b. O marido da Joaquina, *esse patife*, não lhe liga nenhuma.

O demonstrativo *esse* tem também a particularidade de poder ser usado pronominalmente como aposto de um sintagma nominal com função de tópico inicial (cf. Cap. 12), obtendo-se um efeito de realce adicional, como se ilustra em (75):

(75) a. Os filmes do Hitchcock, *esses*, são obras-primas do cinema mundial.
b. O marido da Joaquina, *esse*, nunca mais o convido para minha casa.

[18] Em construções exclamativas constituídas apenas por um sintagma nominal, o demonstrativo pode ocorrer em posição pós-nominal:

(i) a. Que vida *esta*!
b. Belos tempos *aqueles*!
c. Decisão difícil *esta*!
d. Que mau feitio *esse* que tu tens!

[78] Em (72e), o predicado não verbal é a própria oração relativa (incluindo o pronome *que*), a qual, evidentemente, contém um constituinte oracional com um predicador verbal finito.

É plausível, no entanto, analisar estas estruturas como orações copulativas com a cópula elíptica (cf. Cap. 45), o predicado em posição pré-copular, e o sujeito em posição pós-copular, com um nome também elidido por identidade com o nome do predicado, como se ilustra em (ii) (os elementos elípticos são rasurados):

(ii) a. Que vida é [esta ~~vida~~]!
b. Belos tempos ~~eram~~ [aqueles ~~tempos~~]!
c. Decisão difícil é [esta ~~decisão~~]!
d. Que mau feitio é [esse ~~feitio~~ que tu tens]!

Nesta análise dos exemplos de (i), o demonstrativo não está em posição pós-nominal dentro do sintagma nominal. A sua posição "superficialmente" pós-nominal em (i) deve-se antes ao facto de ser especificador pré-nominal de um sintagma nominal sujeito pós-copular cujo nome é omitido.

22.3.4 Outros valores semânticos dos demonstrativos

Para além dos usos dêitico (espacial) e anafórico, os determinantes (e os pronomes) demonstrativos podem ter outros valores, que se descrevem brevemente seguir.

22.3.4.1 Valor temporal

O determinante demonstrativo *este* tem um uso dêitico temporal quando especifica grupos nominais cujo núcleo é um substantivo que denota um intervalo de tempo (cf. Cap. 16), como *manhã*, *tarde*, *noite*, incluindo substantivos "de calendário" como *ano*, *mês*, *semana*, *dia*, etc.:

(76) a. (*N*)*este ano*, o Luís vai comprar uma casa nova.
b. Prometo visitar-te (*n*)*esta semana*/*tarde*.
c. *Neste momento* não te posso atender.
d. *Neste dia*, irmãos, expulsámos finalmente o opressor e seremos para sempre lembrados pelas gerações futuras.[79]

Nestes exemplos, os sintagmas nominais referem um intervalo temporal que inclui o momento da enunciação e cuja extensão corresponde à denotação do nome de calendário.

Com os nomes das estações do ano e nomes como *tarde*, *noite* ou o substantivo multilexical *fim de semana* (entre outros), *este* pode referir um intervalo temporal futuro, do tipo denotado pelo nome, mas com a restrição de ser necessariamente o primeiro imediatamente a seguir ao momento da enunciação, como se ilustra em (77):

(77) a. (*N*)*este verão*, vou fazer uma viagem à China.
b. (*N*)*este fim de semana*, vamos a Coimbra.
c. (Dito de manhã) *Esta tarde*, vou ao cinema.

Assim, p.e., se (77a) for dito na primavera de 2011, o intervalo temporal referido por *este verão* é necessariamente o do verão de 2011.

[79] O substantivo *dia* especificado por *este* é normalmente usado apenas em registos formais. Este uso restrito deve-se ao facto de o sentido de 'este dia' se encontrar lexicalizado no advérbio *hoje*. Repare-se também que os sintagmas nominais temporais especificados por *este* e cujo núcleo é um substantivo de calendário não são necessariamente introduzidos pela preposição *em* (cf. Caps. 16, 32 e 33).

Por oposição a *este*, nem *esse* nem *aquele* têm valor dêitico temporal, já que, numa comunicação linguística típica, o falante e o ouvinte estão localizados na mesma dimensão temporal – uma situação diferente daquela que envolve as coordenadas espaciais, em que tipicamente falante e ouvinte ocupam espaços diferentes. Isso significa que, mesmo que o tempo referido num enunciado se relacione com alguma situação cujo participante central é o ouvinte ou uma terceira pessoa, nem *esse* nem *aquele* podem ser usados, como ilustra a impossibilidade dos seguintes enunciados, em que *esse*/*aquele momento* devem ser interpretados como referindo-se ao momento da enunciação: #*podes tu atender o estudante nesse momento?* ou #*será que ele pode atender o estudante naquele momento?* (nos dois casos ter-se-ia de usar *neste momento*). Ou seja, o uso dos demonstrativos no sistema da dêixis temporal centra-se unicamente sobre o falante, limitando-se o seu uso a referir o intervalo de tempo que inclui a sua produção do enunciado.

Os três demonstrativos, no entanto, podem ser usados anaforicamente no domínio temporal, como se ilustra nos seguintes exemplos (sublinham-se os antecedentes):

(78) a. Terminei o meu curso em 1973. {*Neste*/*Nesse*/*Naquele*} *ano*, havia um regime fascista em Portugal.
b. A Alta Idade Média foi uma época terrível da história da humanidade. {*Neste*/*Nesse*/*Naquele*} *período*, não existia qualquer tipo de segurança pessoal.
c. Daqui a dois anos, no verão, vou a Portugal. *Nesse verão*, aliás, faço tenções de viajar por toda a Europa.

Quando o antecedente refere um intervalo de tempo anterior ao da enunciação, qualquer um dos demonstrativos pode ser usado; no entanto, quando o antecedente refere um tempo posterior à enunciação, só *esse* é gramatical (cf. a impossibilidade, como continuação da primeira frase de (78c), de **neste*/**naquele verão*, *aliás*, *faço tenções de viajar por toda a Europa*)[80].

Ainda que o seguinte enunciado não contenha um antecedente explícito, o sintagma nominal sublinhado só pode ser interpretado anaforicamente: *desculpa lá, mas nesse dia estou muito ocupado e não te posso ver*. Ou seja, é necessário que no contexto discursivo anterior tenha havido qualquer menção de um determinado dia, que é retomado no enunciado em questão pelo sintagma sublinhado. Do mesmo modo, o pronome neutro *isto* contraído com a preposição *em* (i.e., a forma *nisto*) é tipicamente usado na narrativa literária como anáfora temporal, remetendo para um momento previamente mencionado no discurso: cf. *entraram devagarinho no quarto escuro; nisto, ouviram um enorme estrondo*; neste uso, *nisto* significa 'nesse momento', tendo também uma conotação próxima do sentido da expressão *de repente*[81].

[80] Note-se que *este* é impossível com valor futuro em enunciados como os de (78), com anáfora, mas é possível em (77), com esse valor; neste caso trata-se de um uso dêitico.

[81] É interessante notar a discrepância entre o pronome *isto* e o sentido temporal que adquire em *nisto*, equivalente a *nesse momento*. Cunha e Cintra (1984:333) assinalam que a forma *nisso* também pode ter este uso, embora a sua ocorrência seja menos comum e mais marcada.

22.3.4.2 Valor "generalizador" de *este*

O demonstrativo *este* pode ser usado para falar de uma classe ou de uma espécie em frases do tipo "caracterizador" (cf. 22.1.2.1.7, 22.2.2.5 e Cap. 21), ocorrendo no singular com nomes não contáveis (cf. (79a)) e no plural com nomes contáveis (cf. (79b)):

(79) a. *Esta humanidade* é impiedosa.
b. *Estes jovens* (*de hoje*) não ouvem conselhos.

Este uso do demonstrativo faz lembrar o uso genérico do artigo definido (cf. *a humanidade é impiedosa*, *os jovens de hoje não ouvem conselhos* e 22.1.2.1.7).

No entanto, o demonstrativo *este* não pode ser usado com predicados que se aplicam unicamente a uma espécie, e não aos seus membros individuais (cf. 22.1.2.1.7 e Cap. 21), como se vê pela impossibilidade de a frase #*esta humanidade está em vias de extinção* ser usada para generalizar sobre a espécie humana (cf. *a humanidade está em vias de extinção*). Para além disso, contrariamente ao artigo definido, o demonstrativo não pode ser usado com esta aceção no singular, com nomes contáveis: compare-se (79b) com a impossibilidade de **este jovem de hoje não ouve conselhos*, mantendo o sentido generalizador de (79b) (cf. *o jovem de hoje não ouve conselhos*, com o artigo definido).

Não sendo, portanto, propriamente "genérico", o demonstrativo *este* tem, nos usos de (79), um valor generalizador, mas que é relativizado ao intervalo temporal em que se situa o falante (por exemplo, em (79), infere-se que se trata da humanidade e dos jovens durante um determinado período da existência do falante, que inclui o momento da enunciação), o que contrasta de novo com um verdadeiro sintagma nominal genérico com o artigo definido, o qual refere uma espécie de modo intemporal. Para além disso, o demonstrativo "generalizador" introduz uma conotação pejorativa, pelo menos para alguns falantes.

22.3.4.3 Valor enfático

Os demonstrativos podem ter um valor enfático em contextos não relacionados com a dêixis espacial, e em que a condição presencial do referente pode não ser satisfeita (cf. 22.3.2.2). O denominador comum destes usos parece ser o de realçar o referente do sintagma nominal, o que é, por vezes, acompanhado de um envolvimento emocional ou afetivo do falante. Os seguintes exemplos ilustram este uso:

(80) a. Estava eu ontem muito sossegado a ler quando de repente me aparece *este tipo*, que se mete comigo e começa a insultar-me.
b. Então *esse jantar*? Sai ou não sai?
c. *Aquela tua amiga* voltou a telefonar-te?

Embora seja difícil estabelecer generalizações, *este* parece ser usado preferencialmente quando só o falante está diretamente envolvido na situação descrita e *esse* quando existe um interesse especial do falante dirigido, de alguma forma, ao ouvinte. Assim, em (80a), tem-se a ideia de que o falante imagina a situação que descreve e usa o demonstrativo *este* como se estivesse a revivê-la de novo, presencialmente. Em (80b), veicula-se a ideia de que é o ouvinte que tem a responsabilidade, direta ou indireta, da preparação do jantar e que o falante o recrimina por

este ainda não estar pronto ou não ter sido servido; em (80c), realça-se o referente do sintagma nominal, podendo-se inferir também que a amiga em questão já foi mencionada, o que aproxima este exemplo dos usos anafóricos do demonstrativo.

22.3.4.4 Valores afetivos

Como mencionam Cunha e Cintra (1984:336), a natureza dêitica básica dos demonstrativos de aproximar ou distanciar objetos relativamente ao falante e ao ouvinte permite-lhes também, através de um processo metafórico, exprimir valores afetivos, negativos ou positivos (ou seja, de "aproximação" ou "distanciação" afetiva). Embora não pareçam existir regras fixas de especialização, os demonstrativos da série de *aquele* parecem ser os mais usados com valor positivo; cf. *aquilo é que é um homem* ou *com aquela coragem que o caracterizava*, *D. Afonso Henriques lançou-se ao assalto da cidade*[82]. Em contrapartida, com valor negativo, qualquer uma das três séries pode ser usada: cf. *aquilo não é homem nem é nada*; *esse miserável não devia sequer pôr os pés em tua casa* ou *isto... um escritor? Até agora não escreveu nada de jeito!*

22.3.5 Uso antecipatório do demonstrativo *aquele*

Relativamente aos parâmetros dêiticos constituídos pelo falante e pelo ouvinte (ou seja, a 1.ª e a 2.ª pessoas), a terceira pessoa é neutra, não marcada. Concomitantemente, os elementos gramaticais a ela associados, incluindo o demonstrativo *aquele*, são gramaticalmente não marcados relativamente aos elementos associados à 1.ª e à 2.ª pessoas, o que lhes permite serem usados em contextos mais amplos, não necessariamente dêiticos[83].

O determinante demonstrativo *aquele* e o pronome neutro correspondente, *aquilo*, admitem um tal uso quando o sintagma nominal contém uma oração relativa restritiva. Neste uso, extremamente frequente na linguagem escrita, o contributo semântico do demonstrativo não releva da dêixis espacial e é muito próximo, se não mesmo equivalente, ao do artigo definido. Em particular, a condição presencial do referente não é satisfeita. Os exemplos de (81) são ilustrativos; incluiu-se também o artigo definido em (81a,b) e o pronome "neutro" *o* em (81c), para que o leitor possa verificar que as frases com um e outro determinante (ou pronome) são praticamente sinónimas (em (81b), o determinante demonstrativo e o artigo são usados pronominalmente):

(81) a. O último número da revista de geografia traz um artigo sobre *aquela*/*a aldeia que visitámos nas férias passadas*.
b. Vou comprar um automóvel igual *àquele*/*ao que o Luís tem*.
c. *Aquilo*/*O que comprámos em Paris* custa metade do preço em Lisboa.

Este uso do demonstrativo pode plausivelmente aproximar-se do uso antecipatório do artigo definido (cf. 22.1.2.1.4), neste caso com a oração relativa restringindo

[82] Mas cf. *esta Maria, se não existisse, tinha de ser inventada*, em que *este* tem igualmente um valor afetivo. Cf. também o uso de *isso* como incitação, encorajamento ou aprovação: *isso, isso!*

[83] Não é, pois, por acaso que o artigo definido das línguas românicas resulta historicamente de um demonstrativo latino dêitico de 3.ª pessoa.

suficientemente a denotação do grupo nominal; daí usarmos a expressão **uso antecipatório** para estas ocorrências do demonstrativo.

> [19] O uso antecipatório de *aquele*/*aquilo* é permitido em contextos opacos nos quais o sintagma nominal tem uma leitura virtual (cf. Caixa [8]), o que realça a sua natureza não dêitica neste uso. De facto, o uso dêitico pressupõe necessariamente um referente, mas os sintagmas nominais com leitura virtual não são referenciais:
>
> (i) a. Para o curso de ator, devem selecionar-se apenas *aqueles candidatos que manifestarem capacidades de improviso* (mas, pelo que me apercebi, acho que não vai haver nenhum).
> b. *Aqueles candidatos que não tiverem uma forte motivação* serão afastados do concurso (esperemos que não haja nenhum).
>
> Repare-se que nem *estes* nem *esses* seriam adequados nestes exemplos.

22.3.6 O adjetivo *tal* como anáfora demonstrativa

Embora não pertença ao paradigma dos demonstrativos, a forma *tal* (plural *tais*) pode funcionar como um especificador adjetival anafórico, com um sentido semelhante ao dos demonstrativos[84]. Nos usos mais típicos, o sintagma nominal especificado por *tal* relaciona-se com um antecedente introduzido no discurso anterior, que pode pertencer à mesma sequência textual ou à mesma frase. Existem três possibilidades: (i) *tal* ocorre como o único especificador do sintagma nominal; (ii) *tal* ocorre precedido do artigo indefinido; (iii) *tal* ocorre precedido do artigo definido.

(i) *tal* ocorre como especificador único, tendo, nesse caso, um valor semântico muito próximo do dos demonstrativos *este* e *esse* no seu uso anafórico. Este uso de *tal* é mais frequente quando entre esta forma e o seu antecedente existe alguma "distância" discursiva (em (82b), o antecedente é implícito):

(82) a. <u>O Primeiro-Ministro encarou a possibilidade de congelar de novo os salários</u> num discurso proferido na Assembleia da República, onde *tal atitude* indignou os sindicatos.
b. Senhores Deputados, expliquem melhor a justificação por detrás de *tais propostas*, por favor.
c. Não queremos <u>uma pessoa incompetente</u> para esse lugar; *tal pessoa* só traria complicações.

Embora o antecedente possa ser um sintagma nominal (cf. (82c)), neste uso, *tal* ocorre sobretudo quando o antecedente tem um conteúdo proposicional, como em (82a,b).

A forma *tal*, especialmente no singular, pode também ocorrer sem antecedente, integrada num sintagma nominal [–definido, –específico] (i.e., com valor arbitrário), efetuando uma atualização aleatória de uma ou mais entidades do tipo descrito pelo

[84] A forma *tal* funciona também como operador de grau associado a uma oração consecutiva, como em *esta imagem impressiona-me de <u>tal</u> forma* [*que gostaria de a preservar na memória*] (cf. Cap. 40). Sobre as formas *mesmo* e *próprio*, apresentadas por vezes como próximas de demonstrativos (como em Cunha e Cintra 1984:341), cf. Cap. 41.3.4.2.

grupo nominal; nessas frases, é frequente *tal* ocorrer em estruturas de coordenação disjuntiva (cf. Cap. 35)[85]:

(83) a. Por vezes, *tal imagem*, ou *tal cena*, apenas entrevistas, impressionam-nos e gostaríamos de as preservar na nossa memória para sempre.
b. Quando procura *tal*, *tal ou tal livro* que não sabe como encontrar, o Diniz dirige-se invariavelmente a um livreiro amigo que conhece todas as publicações.

(ii) *tal* ocorre com o artigo indefinido; nesse caso, tem um valor semântico correlativo, que implica uma comparação, próximo de 'um *x* desse tipo' ou de 'um *x* como esse(a)', em que *x* corresponde ao grupo nominal do antecedente (quando este é um sintagma nominal) ou ao conteúdo proposicional do antecedente (quando este é uma frase). Este uso ilustra-se em (84):

(84) a. <u>As negociações com Moscovo podem ser adiadas até depois das eleições</u>; não faltará certamente quem veja as vantagens de *um tal adiamento*.
b. <u>Ainda não foram tomadas medidas para combater o desemprego</u>. A população pode muito bem ficar descontente com *uma tal situação*.
c. Nunca se viu *uma tal extravagância*.[86]

O adjetivo *tal*, precedido do artigo indefinido, pode também ocorrer com um nome próprio, adquirindo o sintagma nominal determinadas conotações de acordo com o contexto: cf. *telefonou-te <u>um tal Diniz</u>* ou *eu bem sei de quem precisávamos para levar este projeto a bom termo: de <u>um tal José Mourinho</u>*. No primeiro exemplo, o falante indica pelo uso de *tal* que não conhece a pessoa referida pelo nome próprio, e que a única informação que tem sobre ela é o nome que lhe foi indicado; no segundo, o uso de *tal* tem um valor enfático, pretendendo estabelecer um efeito de surpresa no ouvinte.

No plural, *tais* não pode coocorrer com o artigo indefinido, sendo possível apenas como especificador único do sintagma nominal; cf. *não queremos pessoas incompetentes; <u>tais pessoas</u> só trariam complicações* (comparar com a impossibilidade de ***umas tais pessoas só trariam complicações***).

(iii) *tal* ocorre com um determinante definido (artigo ou demonstrativo). Nesse caso, a leitura mais comum é aquela em que o sintagma nominal retoma anaforicamente um referente previamente introduzido no universo do discurso, com alguma distância temporal ou textual do sintagma em que ocorre *tal*[87]:

(85) a. Veio procurar-te {*o*/*esse*/*aquele*} *tal empresário* (*que quer construir o hotel contigo*).
b. Tenho aqui *os tais livros* (*que encomendaste*).
c. Tens de me apresentar {*o*/*esse*/*aquele*} *tal Diniz* (*de que me falaste*).

[85] Neste uso, a interpretação de *tal* aproxima-se da do quantificador adjetival indefinido *certo*.
[86] Neste exemplo, *tal* pode ter um antecedente implícito, mencionado anteriormente no discurso, ou pode ter um valor dêitico, em que se relaciona diretamente com alguma situação presenciada pelo falante (e por ele considerada extravagante) no contexto situacional.
[87] Isto explica possivelmente que, entre os demonstrativos, apenas *esse* e *aquele* possam ser usados, mas não *este*.

Nestes exemplos, o uso de *tal* leva à inferência de que o empresário, os livros e a pessoa chamada Diniz já teriam sido mencionados antes, não constituindo, pois, informação nova para o ouvinte. Este uso é frequentemente reforçado pela presença de uma oração relativa (ou outro modificador restritivo), que contribui para a identificação do referente pelo ouvinte (cf. 22.1.2.1.4). Note-se também que é perfeitamente normal a ocorrência de um nome próprio como núcleo do sintagma nominal.

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Expresso

23 PRONOMES 883
23.1 Especificadores em contextos de elipse do nome 887
23.2 Equivalência sintática dos pronomes a sintagmas nominais 889
23.3 Equivalência semântica dos pronomes a sintagmas nominais completos 890
23.4 Caracterização dos pronomes 892
23.4.1 Pronomes demonstrativos 892
23.4.2 Pronomes quantificacionais 893
23.4.2.1 Pronomes indefinidos (de quantificação existencial) 893
23.4.2.2 O pronome *tudo* 895
23.4.3 Pronomes pessoais 897
23.4.3.1 Séries pronominais "canónicas" 897
23.4.3.2 Os pronomes *você* e *a gente*: distinção entre "pessoa semântica" e "pessoa gramatical" 899
23.4.3.3 Propriedades morfossintáticas dos pronomes 903
23.4.3.3.1 Variação em género e número 903
23.4.3.3.2 Contração com preposições 903
23.4.3.3.3 Formas casuais dos pronomes 904
23.4.3.3.4 Formas pronominais tónicas e átonas 904
23.4.3.4 Pronomes pessoais possessivos 906
23.4.3.5 Propriedades semânticas dos pronomes pessoais 907
23.5 Estatuto lexical dos pronomes 913
23.6 Possibilidades combinatórias dos pronomes dentro do sintagma nominal 914
23.6.1 Possibilidades combinatórias dos pronomes demonstrativos 915
23.6.2 Possibilidades combinatórias dos pronomes quantificacionais 915
23.6.3 Possibilidades combinatórias dos pronomes pessoais 916
Fontes das abonações 918

23 PRONOMES

Nesta Gramática, define-se **pronome** como uma unidade gramatical sintática e semanticamente equivalente a um sintagma nominal[1].

O requisito sintático (cf. 23.2) implica que um pronome ocorre em vez de um sintagma nominal na sua totalidade, e não apenas em vez de uma qualquer combinação de elementos menor que essa totalidade. Assim, na frase *os dois soldados valentes ofereceram-se como voluntários*, um pronome pode substituir todo o sintagma nominal sublinhado (cf. *eles ofereceram-se como voluntários*), mas não apenas o nome nuclear (cf. a impossibilidade de ***os dois eles valentes ofereceram-se como voluntários***) ou qualquer outra combinação não máxima (cf. a impossibilidade de ***os dois eles ofereceram-se como voluntários*** ou de ***eles valentes ofereceram-se como voluntários***)[2].

O requisito semântico (cf. 23.3) significa que a interpretação de um pronome é equivalente à de um sintagma nominal completo[3], i.e., envolve o **valor de um especificador** (quer determinante quer quantificador; cf. Caps. 20 e 21) combinado com um **sentido nominal intrínseco**. O sentido nominal intrínseco dos pronomes tem uma natureza extremamente geral, correspondendo a conceitos hiperonímicos no topo da hierarquia estrutural do vocabulário nominal (cf. Cap. 8), como 'entidade', 'pessoa', 'coisa', 'objeto material', 'facto' ou 'situação'. Assim, p.e., na frase *isso pesa 20 quilos*, o pronome *isso* combina o significado referencial do determinante demonstrativo *esse* com um sentido nominal equivalente a 'coisa', neste caso na aceção de 'objeto material' (cf. *essa coisa pesa 20 quilos*)[4]. Por sua vez, o pronome *ele*(*a*), no seu uso mais típico, combina o valor do artigo definido *o* com um sentido nominal equivalente a 'pessoa' (do sexo masculino ou feminino, consoante a sua flexão em género): cf. *ela foi viver para Paris*, equivalente a 'a pessoa do sexo feminino (de que estamos a falar) foi viver para Paris'.

---

[1] Os pronomes são usualmente palavras isoladas, embora também existam locuções pronominais, como *o que*, locução pronominal relativa/interrogativa, *o qual*, locução pronominal relativa (cf. Caps. 39 e 48) e *a gente*, locução pronominal pessoal (cf. 23.4.3.2).

[2] No entanto, os pronomes têm possibilidades limitadas de combinação com outros elementos dentro do sintagma nominal (cf. 23.6).

[3] Por sintagma nominal completo, entende-se um SN constituído por um especificador e um grupo nominal, por oposição a um sintagma nominal reduzido, que não tem especificador (cf. Caps. 20-22).

[4] Este é apenas um dos sentidos nominais que o pronome *isso* – ou o nome *coisa* – pode ter; cf. 23.4.1 e a Caixa [4].

É precisamente esta característica muito geral do sentido nominal dos pronomes que lhes permite funcionar anaforicamente (i.e., retomando um sintagma nominal antecedente que ocorre previamente no discurso, como em *o pai do aluno acha que ele não vai ter boa nota no exame*; cf. Caps. 22 e 41) ou em contextos de substituição explícita, como no exemplo gramatical do segundo parágrafo deste capítulo; para tal é necessário que o conceito que constitui o sentido nominal do pronome tenha como hipónimo o sentido do grupo nominal do SN antecedente ou do SN que se substitui (p.e., o conceito de 'pessoa', constitutivo de *ele*, tem como hipónimo o sentido de 'dois soldados valentes' ou de 'aluno').

Satisfazem a definição de pronome dada no primeiro parágrafo os seguintes elementos[5]:

- os **pronomes pessoais**, incluindo os **pronomes possessivos**, que consideramos aqui uma das formas que os pronomes pessoais podem tomar, e não propriamente uma classe pronominal à parte (cf. 23.4.3);
- os **pronomes demonstrativos** *isto*, *isso* e *aquilo* (cf. 23.4.1);
- os **pronomes de quantificação existencial** *algo*, *alguém*, *nada*, *ninguém*, *outrem* – também chamados **pronomes indefinidos** na tradição gramatical (cf. 23.4.2.1);
- o **pronome de quantificação universal** *tudo* (cf. 23.4.2.2);
- os **pronomes relativos e interrogativos** *como*, *cujo*, *onde*, *o que*, *o quê*, *quando*, *quanto* e *quem*.

Apresentam-se a seguir alguns exemplos ilustrativos do uso destes pronomes. No uso dêitico, o referente dos pronomes (não quantificacionais) é identificado no contexto situacional da enunciação (cf. (1a,b,d,e)); no uso anafórico, o referente dos pronomes (não quantificacionais) é recuperado através de um antecedente (sublinhado) introduzido anteriormente no contexto linguístico (cf. (1c,f,k)):

(1) a. *Eu* não *te* encontrei ontem no cinema. [pronomes pessoais]
b. (O falante aponta para um grupo de pessoas) Finalmente *eles* chegaram. [pronome pessoal]
c. Chamei pela Maria, mas *ela* não me ouviu. [pronome pessoal]
d. O *teu* novo carro é magnífico. [pronome pessoal possessivo][6]
e. (O falante aponta para uma travessa de comida) *Isso* não presta. [pronome demonstrativo]
f. Os hipermercados fazem muita publicidade ao sumo gaseificado, mas todos sabem que *isso* não presta. [pronome demonstrativo]
g. *Alguém* vai pagar a conta. [pronome indefinido]
h. Ele comeu *tudo*, não deixou *nada* para *ninguém*. [pronome de quantificação universal (*tudo*), seguido de pronomes indefinidos negativos (*nada* e *ninguém*)]

[5] Sobre as noções de quantificação existencial e universal, cf. Caps. 20 e 21. Os pronomes relativos e interrogativos tratam-se desenvolvidamente nos Caps. 39 e 48, e não se discutem aqui.

[6] Os pronomes possessivos são equivalentes a um sintagma nominal completo que representa o "possuidor" da entidade designada pelo sintagma nominal mais abrangente, e funcionam como modificador ou complemento do nome nuclear desse SN (cf. 23.4.3.4 e Caps. 20.3.4.4 e 27.3.3).

i. Independentemente de haver ou não «boicote» – como o senhor chamou – há uma questão que se coloca: é que ninguém pode exigir a *outrem* que trabalhe, se não lhe pagar ou se ele não receber o que lhe é devido. (CRPC, *DAR*) [pronome indefinido]
j. *Quem* desarrumou o quarto? [pronome interrogativo]
k. As pessoas a *quem* te apresentei são minhas amigas. [pronome relativo]

Um ponto importante, para o qual se chama desde já a atenção do leitor, é o facto de os pronomes demonstrativos, os pronomes quantificacionais e os pronomes relativos/interrogativos se relacionarem com formas morfológica e semanticamente equivalentes da classe dos especificadores: os pronomes demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* constituem a contraparte invariável, neutra, dos determinantes demonstrativos *este*, *esse*, *aquele* e suas variantes morfológicas; os pronomes indefinidos *algo*, *alguém*, *nada*, *ninguém* e *outrem* constituem a contraparte invariável dos especificadores *algum*, *nenhum* e *outro* e suas variantes morfológicas; e o pronome *tudo* constitui a contraparte invariável do quantificador universal *todo* e suas variantes morfológicas. Quanto aos pronomes relativos/interrogativos (*o qual*, *que*, *quem*), relacionam-se com os especificadores relativos/interrogativos *qual* e *que* (cf. *qual/que professor te chumbou?*). Finalmente, os pronomes pessoais de 3.ª pessoa relacionam-se semanticamente com o artigo definido; para além disso, as formas de complemento direto destes pronomes – *o*, *a*, *os*, *as* – são morfologicamente idênticas a esse artigo (cf. 23.4.3 e Caixa [10])[7].

Os pronomes incorporam um sentido nominal intrínseco, contrariamente aos especificadores "puros" – determinantes e quantificadores – como *o*, *um*, *este*, *esse*, *aquele*, *algum*, *nenhum*, *outro*, *vários*, *muitos*, *bastantes*, etc. Por esse motivo, os especificadores "puros" não são considerados pronomes nesta Gramática. Por exemplo, o especificador (determinante) *aquele*, embora possa ocorrer como único membro de um sintagma nominal, não combinado com um nome (cf. (2)), não tem qualquer conteúdo nominal intrínseco; antes, está sempre dependente do contexto situacional ou discursivo para recuperar um conteúdo nominal específico (nos exemplos, *vestido* e *candidato*, respetivamente; cf. 23.1):

(2) a. (O falante aponta para um vestido) Compra *aquele*, é lindo!
b. Eu aprecio este *candidato*, mas acabei por votar n*aquele*.

Para além disso, tipicamente, um pronome constitui o único elemento do sintagma nominal (com as exceções limitadas que se descrevem em 23.6); em particular, não pode ocorrer com um nome ou um grupo nominal (cf. a impossibilidade de **aquilo vestido* ou de **aquilo candidato*); em contrapartida, um especificador combina-se com outros elementos, em particular com um nome ou com um grupo nominal. Assim, em (2), poder-se-ia perfeitamente ter *aquele vestido* e *aquele candidato* em vez de apenas *aquele*: cf. *compra aquele vestido, é lindo!* e *eu aprecio este candidato, mas acabei por votar naquele candidato* (cf. 23.1).

A gramática tradicional, no entanto, classifica a maioria dos especificadores como pronomes, uma classificação que não é aceite nesta Gramática por causa destas diferenças. Voltamos a esta questão adiante (cf. 23.1, 23.5 e Caixa [11]).

[7] Estas correspondências sugerem que, num nível mais abstrato, a classe dos pronomes pode ser assimilada à classe dos especificadores (cf. 23.5).

[1] Os pronomes de 3.ª pessoa incluem-se num grupo de palavras ou locuções pertencentes a diferentes classes lexicais, chamadas **pró-formas**. As pró-formas têm um sentido descritivo muito reduzido, limitado a categorias semânticas gerais como 'entidade', 'pessoa', 'coisa', 'lugar', 'tempo', 'modo' ou 'ação', o que lhes permite substituir um constituinte de tipo sintático e semântico apropriado, recuperando anaforicamente, de forma económica, o seu significado específico (cf. a discussão dos exemplos no terceiro parágrafo deste capítulo). Entre as pró-formas incluem-se os seguintes elementos:

❖ os pronomes pessoais de 3.ª pessoa, que substituem sintagmas nominais que denotam entidades de vários tipos, sendo as mais típicas pessoas: cf. *levei o meu filho mais velho ao Museu do Prado, e ele adorou* (cf. 23.4.3.5);

❖ os pronomes demonstrativos neutros *isto* e *isso*, que retomam conteúdos proposicionais expressos por uma frase ou por um sintagma verbal: cf. *o meu autor favorito criticou o júri do concurso. Isto/isso, no entanto, não foi bem acolhido pela crítica* (cf. 23.4.1 e Cap. 22.3.3);

❖ o pronome neutro *o* (cf. 23.4.3.5), que substitui adjetivos usados predicativamente (cf. *a Maria é muito inteligente e o Pedro também o é*) ou que retoma o conteúdo proposicional expresso pelo complemento frásico de verbos de comunicação ou de pensamento (cf. *a Joana disse/pensou que o Pedro não passava no exame e a Isabel também o disse/pensou*);

❖ o advérbio *assim*, que retoma um adjetivo, uma expressão adverbial ou mesmo um predicado inteiro, acrescentando-lhe um valor inerente de modo: cf. *ele foi muito indelicado com a avó e comportando-se assim certamente não vai herdar nada* (cf. Cap. 33);

❖ os advérbios de localização espacial *aí*, *ali* e *lá*, que substituem um sintagma nominal ou preposicional de valor locativo: cf. *a igreja era maravilhosa, mas não estava lá ninguém* ou *quando cheguei ao estádio, já aí/ali estavam os meus amigos* (cf. Cap. 33);

❖ o advérbio temporal *então*, que substitui um sintagma com valor temporal: cf. *não era fácil viver durante a Alta Idade Média; eram então muito frequentes os assaltos nos caminhos* (cf. Cap. 33);

❖ a locução formada pelo verbo *fazer* e o pronome clítico *o*, que substitui um sintagma verbal aspetualmente dinâmico: cf. *o Pedro leu Guerra e Paz em menos de duas semanas, mas a Maria não conseguiu fazê-lo* (cf. Cap. 28).

Em contrapartida, os pronomes pessoais de 1.ª e 2.ª pessoa não são pró-formas, visto que, ao representarem, respetivamente, o falante e o ouvinte, não podem ser usados anaforicamente, ou seja, não substituem um sintagma nominal não pronominal (cf. 23.4.3.5).

Este capítulo está organizado do seguinte modo: em 23.1, discute-se o estatuto dos especificadores em sintagmas nominais elípticos; em particular, propõe-se que não devem ser considerados pronomes, contrariamente à visão da tradição gramatical luso-brasileira (e não só); em 23.2, discute-se a primeira parte da definição de pronome, a saber, que se trata de uma unidade sintaticamente equivalente a um sintagma nominal completo; em 23.3, discute-se a segunda parte da definição de

pronome, a saber, a sua equivalência semântica a um especificador combinado com uma componente nominal; em 23.4, caracterizam-se os vários tipos de pronomes: demonstrativos, quantificacionais e pessoais[8]; em 23.5, questiona-se a noção de pronome enquanto classe lexical; finalmente, em 23.6, descrevem-se as possibilidades combinatórias dos pronomes com outros elementos dentro do sintagma nominal.

23.1 Especificadores em contextos de elipse do nome

A maioria dos especificadores do português pode ocorrer como único elemento do sintagma nominal, em particular, sem ser em combinação com um nome, e com um funcionamento semelhante ao dos pronomes, como se ilustra em (3) (os exemplos não se pretendem exaustivos):

(3) a. Traz-me o livro de matemática e também [*o* de física].
b. Eu gosto deste carro, mas sei que tu preferes *esse*.
c. (O falante aponta para um carro num stand de vendas) *Aquele* é lindíssimo.
d. Preciso urgentemente de um táxi. Olha, está ali a passar *um*!
e. Eu li um livro do Eça, mas ele leu {*vários*/*dois*/*muitos*/*mais*/*tantos*}!
f. Os meus alunos leram livros do Eça, mas eu não sei *quais*.
g. Umas crianças ficaram em casa, *outras* foram ao cinema.

No entanto, nenhum destes elementos permite recuperar *intrinsecamente* um conteúdo nominal. Em (3d), p.e., a segunda ocorrência da forma *um*, por si só, não me informa sobre se estou a falar de uma coisa, de uma pessoa ou de um animal. Essa informação é dada contextualmente: neste caso particular, recuperando anaforicamente o nome *táxi* a partir do sintagma nominal antecedente *um táxi*; ou seja, a segunda ocorrência de *um* = *um* 'táxi', com o nome *táxi* implícito, mas que poderia ser perfeitamente acrescentado no exemplo (ainda que com alguma redundância): cf. *preciso urgentemente de um táxi. Olha, está ali a passar um <u>táxi</u>!* Da mesma forma, em (3a), recupera-se anaforicamente o nome *livro* no constituinte entre parênteses retos, a partir do SN antecedente *o livro de matemática*; e, de novo, o nome *livro* poderia ocorrer entre *o* e *de física* numa frase gramatical: cf. *traz-me o livro de matemática e também* [*o <u>livro</u> de física*][9]. Encontra-se o mesmo tipo de recuperação anafórica em (3b,e,f,g), como o leitor poderá verificar.

Em (3c) e, parcialmente, em (3b), a recuperação do nome implícito do sintagma nominal que tem como único elemento a forma demonstrativa é feita deiticamente, i.e., apontando para um determinado veículo presente no contexto situacional. Em (3b), recupera-se o nome *carro*, visto que, para além da informação dêitica implicada no uso do demonstrativo, o conteúdo nominal também é recuperado

[8] Optámos por não incluir neste capítulo qualquer descrição dos pronomes relativos e interrogativos, que são discutidos nos Caps. 39 e 48, respetivamente. Note-se ainda que os pronomes indefinidos e quantificacionais são discutidos também no Cap. 21, e os demonstrativos também no Cap. 22, junto com os especificadores que lhes correspondem.

[9] Por motivos fonológicos e semânticos (cf. Caixa [10] e Cap. 45), o determinante *o* não pode ser o único elemento do sintagma nominal. Assim, em (3a), o sintagma nominal entre parênteses retos tem o nome omisso mas contém um sintagma preposicional (*de física*) que ocorre imediatamente a seguir a *o* e que modifica o nome implícito *livro*.

anaforicamente através do sintagma nominal antecedente (*d*)*este carro*. Em (3c), recupera-se um dos nomes *carro* ou *automóvel*.

Na linguística contemporânea, este uso "isolado" dos especificadores é captado através de uma análise em que os sintagmas nominais em questão contêm sintática e semanticamente os nomes recuperados contextualmente (anafórica ou deiticamente); por outras palavras, os nomes apenas são omitidos na parte fonética/fonológica da organização gramatical. O termo técnico utilizado para este fenómeno é "elipse" (cf. Cap. 45). Dizemos, pois, que os sintagmas nominais em itálico de (3b-g), e o que está entre parênteses retos em (3a), são estruturas de elipse nominal, o que significa que o seu núcleo nominal (ou o grupo nominal mais vasto que contém esse núcleo, no sentido do termo "grupo nominal" descrito no Cap. 20.4) é omitido foneticamente, i.e., não é pronunciado (diz-se também que esses sintagmas nominais contêm um nome – ou um grupo nominal – **elíptico**). A estrutura destes exemplos é, pois, a seguinte, onde se representa o nome ou o grupo nominal elíptico através de uma rasura[10]:

(4) a. Traz-me o livro de matemática, e (traz-me) também [*o* ~~livro~~ de física].
b. Eu gosto deste carro, mas sei que tu preferes *esse* ~~carro~~.
c. (O falante aponta para um carro num stand de vendas) *Aquele* ~~carro~~ é lindíssimo.
d. Preciso urgentemente de um táxi. Olha, está ali a passar *um* ~~táxi~~!
e. Eu li um livro do Eça, mas ele leu {*vários/dois/muitos/mais/tantos*} ~~livros do Eça~~!
f. Os meus alunos leram livros do Eça, mas eu não sei *quais* ~~livros do Eça~~ (eles leram).
g. Umas crianças ficaram em casa, *outras* ~~crianças~~ foram ao cinema.

Nesta análise, os elementos em itálico são especificadores (determinantes ou quantificadores), exatamente como nas frases correspondentes em que o nome ou o grupo nominal têm realização fonética explícita (i.e., as frases semelhantes às de (4) mas sem as rasuras). Aliás, como já se observou acima, uma propriedade importante destas frases, a qual justifica considerar os elementos em itálico como verdadeiros especificadores, sem estatuto de pronome, é precisamente o facto de ser possível explicitar foneticamente o nome ou o grupo nominal, algo que é impossível com os pronomes: assim, p.e., correspondendo a (3b), podemos dizer (ainda que redundantemente) *eu gosto deste carro, mas sei que tu preferes esse carro*; no entanto, correspondendo a (1e), p.e. (*isso não presta*), não podemos dizer ***isso comida não presta**, na medida em que o pronome *isso* já incorpora um sentido nominal[11].

> [2] Pode especular-se que é o facto de os especificadores poderem ocorrer sozinhos num sintagma nominal, em contextos de elipse nominal como os de (3)/(4), que está na base da sua classificação como "pronomes" pela tradição gramatical luso-brasileira[12]. Para diferenciar o uso em que se combinam com um nome explícito (como, p.e., *este carro*, *algum livro*, *várias crianças*, etc.) do uso elíptico, esta tradição distingue entre

[10] As expressões entre parênteses curvos em (4a) e (4f) também sofrem elipse (cf. Cap. 45).
[11] Voltamos a esta questão em 23.3, 23.4 e 23.5.
[12] Cf., entre outros, Said Ali ([1923] 1965), Cunha e Cintra (1984) e Bechara (1999).

"pronomes adjetivos" (ou "adjuntos", na terminologia de Said Ali ibid.) e "pronomes substantivos" (ou "absolutos", na terminologia de Said Ali ibid.). Quando se combinam com um nome, são chamados "pronomes adjetivos"; quando não se combinam com um nome (como nas estruturas de elipse nominal), são chamados "pronomes substantivos". A maior parte dos "pronomes" reconhecidos pela gramática tradicional admite os dois usos. Nesta Gramática, estes elementos são classificados como especificadores, quer num uso quer no outro. A gramática tradicional reconhece também a existência de pronomes unicamente "substantivos" (i.e., que não se combinam com um nome), e esses são precisamente aqueles que se classificam como "pronomes" nesta Gramática (cf. os elementos em itálico do paradigma (1)). Finalmente, uma minoria de formas, como *cada* e *qualquer*, são classificadas pela gramática tradicional exclusivamente como "pronomes adjetivos"; nos nossos termos, correspondem a especificadores que não permitem a elipse do núcleo nominal:

(i) A – Estão vários alunos inscritos para o acampamento.
B – *Cada aluno* tem de trazer uma mochila. (vs. **cada tem de trazer uma mochila*)
(ii) A – Que vinho preferes?
B – Não importa, traz *qualquer vinho*! (vs. **traz qualquer*) [13]

Ao propor o conceito de "pronome adjetivo", a tradição gramatical luso-brasileira subverte a conceção clássica da noção de pronome como elemento capaz de ocorrer "em vez de um nome" (nos nossos termos, em vez de um SN). De facto, num enunciado como, p.e., *este carro é amarelo*, o demonstrativo *este* não ocorre "em lugar de" qualquer nome ou de qualquer SN. Outra anomalia da tradição luso-brasileira neste domínio (à exceção de Bechara 1999:163) é o facto de não considerar o artigo definido *o* (cf., por exemplo, *o livro de matemática*) como "pronome adjetivo", ou seja, como a contraparte do "pronome substantivo" em itálico no exemplo (3a) (*o de física*). Na realidade, quando *o* ocorre sem nome, nem sequer é usualmente designado pelo termo geral de "pronome substantivo", mas sim, um pouco estranhamente, como "pronome demonstrativo", quando, na realidade, não possui as propriedades dêiticas que caracterizam as verdadeiras formas demonstrativas *este/isto*, *esse/isso* e *aquele/aquilo*.

23.2 Equivalência sintática dos pronomes a sintagmas nominais

A palavra *pronome* significa 'em vez do nome', uma designação que se deve à visão da gramática clássica, nomeadamente dos gramáticos latinos Apolónio e Prisciano (cf. Robins 1967:58), de que estas formas tinham como função essencial substituir um nome próprio[14]. No entanto, os pronomes também se usam "em vez de" nomes comuns (inclusive em latim clássico), e basta uma observação superficial dos factos para verificar que, nesse caso, os pronomes são sintaticamente equivalentes não ao nome sozinho, mas sim ao sintagma nominal que tem o nome como núcleo. Assim, por exemplo, a partir da frase *os professores de linguística que tu conheceste ontem ainda não chegaram*, se substituirmos no sujeito só o nome *professores* por um pronome, obtemos uma frase não gramatical, o mesmo sucedendo se substituirmos

[13] Para *cada*, Cunha e Cintra (1984) assinalam que pode ocorrer sem substantivo, mas nesse caso tem de combinar-se com a forma *um* (cf. *cada um tem de trazer uma mochila*), possivelmente reanalisada neste contexto como uma pró-forma nominal, ou seja, um verdadeiro "pró-nome" (cf. Caixas [1] e [3]). O mesmo acontece com *qualquer* (cf. *traz um qualquer* ou *traz qualquer um*), embora Cunha e Cintra não o assinalem explicitamente.
[14] Esta visão também assenta, plausivelmente, no facto de os nomes próprios ocorrerem em latim tipicamente como único elemento do sintagma nominal, acrescido do facto de em latim clássico não haver artigos.

qualquer grupo que seja mais pequeno do que a totalidade do sintagma nominal que tem *professores* como núcleo; só a substituição do sintagma nominal completo *os professores de linguística que tu conheceste ontem* produz um resultado aceitável, como se ilustra em (5):

(5) a. *Eles* ainda não chegaram. (*eles* substitui *os professores de linguística que tu conheceste ontem*)
b. *Os *eles* de linguística que tu conheceste ontem ainda não chegaram. (*eles* substitui *professores*)
c. *Os *eles* que tu conheceste ontem ainda não chegaram. (*eles* substitui *professores de linguística*)
d. *Os *eles* ainda não chegaram. (*eles* substitui *professores de linguística que tu conheceste ontem*)

Em síntese, um pronome corresponde a um sintagma nominal completo, e não apenas ao nome que lhe serve de núcleo, nem a qualquer outra combinação desse núcleo com complementos e/ou modificadores que não seja equivalente a um sintagma nominal. Por outras palavras, enquanto pró-formas (cf. Caixa [1]), os pronomes não são, na realidade, pró-nomes, mas sim pró-sintagmas nominais.

[3] A possibilidade de "substituir" um pronome pessoal por um nome próprio (cf., por exemplo, {*Napoleão Bonaparte/ele*} *perdeu a batalha de Waterloo*) deve-se ao facto de ambos serem equivalentes a sintagmas nominais completos; de facto, tal como os pronomes, os nomes próprios não ocorrem, na generalidade das línguas do mundo, com outros elementos dentro do sintagma nominal (ao contrário do que acontece em português; sobre os nomes próprios, cf. Cap. 26).

Como se concluiu acima, os pronomes (sem hífen entre *pro* e *nomes*) são pró-formas equivalentes a sintagmas nominais e não a nomes, o que justificaria, como também se notou, serem chamados "pró-sintagmas nominais". Em aberto fica a questão de saber se existem verdadeiros "pró-nomes" (com hífen), i.e., pró-formas que substituam de facto apenas um substantivo (um nome comum) e não um sintagma nominal na sua totalidade. Em inglês, p.e., a forma *one* é um candidato plausível: cf. *I like this car but my wife prefers the yellow <u>one</u>*, literalmente 'eu gosto deste carro mas a minha mulher prefere *o <u>um</u> amarelo*'[15], em que a forma *one* substitui apenas o nome *car*. A tradução portuguesa correta (cf. *eu gosto deste carro mas a minha mulher prefere <u>o</u> amarelo*) parece sugerir que a forma *o* substitui, neste tipo de contexto, também um substantivo (neste caso, *carro*), ou seja, que é um verdadeiro "pró-nome". No entanto, como já se discutiu (cf. 23.1 e Caps. 20 e 45), considera-se que, nestes contextos, a forma *o* é o artigo definido (ou seja, corresponde à forma *the* do exemplo inglês), que especifica um nome elíptico (*carro*), o qual, esse sim, corresponde à forma *one* do inglês.

23.3 Equivalência semântica dos pronomes a sintagmas nominais completos

Os pronomes são semanticamente equivalentes a sintagmas nominais constituídos minimamente por um especificador e por um nome, i.e., combinam de modo inerente o valor semântico de um especificador (determinante ou quantificador)

[15] Na tradução, colocou-se o adjetivo *amarelo* depois da pró-forma *um*, devido ao facto de os adjetivos ocorrerem em português canonicamente numa posição pós-nominal.

com um sentido descritivo de natureza nominal. Por outras palavras, são elementos mistos, em parte especificadores e em parte nomes. A afinidade dos pronomes com os especificadores também se revela morfologicamente: como se notou acima (cf. o parágrafo a seguir ao paradigma (1)), os pronomes demonstrativos, os pronomes indefinidos e quantificacionais e os pronomes relativos/interrogativos têm a mesma raiz morfológica que os elementos correspondentes da classe dos especificadores[16].

Assim, os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* incorporam, respetivamente, os determinantes definidos de natureza dêitica *este*, *esse* e *aquele*[17]. Os pronomes indefinidos *algo* e *alguém* incorporam o determinante *algum*, o pronome *outrem* incorpora o quantificador *outro*, e os pronomes *nada* e *ninguém* incorporam o determinante negativo *nenhum* (cf. Cap. 14). O pronome quantificacional *tudo* incorpora o quantificador *todo*(*s*). Quanto aos pronomes pessoais de 3.ª pessoa, incorporam o sentido do artigo definido. Além disso, como se observou (cf. Nota 16), os pronomes pessoais acusativos (i.e., os que correspondem a um complemento direto) de 3.ª pessoa não se distinguem morfologicamente do artigo definido.

Este paralelismo permite formar grupos mistos de pronomes e de especificadores, o que constituiu certamente um dos motivos (implícito ou explícito) que levou a tradição gramatical luso-brasileira a classificar os especificadores como pronomes (cf. Caixa [2]): {*este – isto*}, {*esse – isso*}, {*aquele – aquilo*}, {*algum – alguém*, *algo*}, {*nenhum – ninguém*, *nada*}, {*todo*(*s*) – *tudo*} e {*o* (artigo definido) – *ele*, *o*, *lhe* (pronomes pessoais)}.

Como se mencionou na introdução a este capítulo, semanticamente, a componente nominal dos pronomes corresponde a conceitos hiperonímicos no topo da hierarquia estrutural do vocabulário nominal (cf. Cap. 8), e pode, em larga medida, ser codificada pelos traços semânticos [±humano] e [±concreto]: p.e., *alguém* = *alguma pessoa*, *nada* = *nenhuma coisa* ou *nenhuma situação*, etc. (cf. 23.4). Dada a extrema generalidade destes conceitos, os pronomes têm a capacidade de substituir ou retomar uma vasta gama de sintagmas nominais com conteúdos semânticos específicos muito diferenciados, mas que têm esses conceitos como hiperónimo[18].

O facto de os pronomes serem equivalentes a um sintagma nominal completo implica que não se podem combinar com a generalidade dos elementos que formam a estrutura interna de um sintagma nominal, em particular com um nome e com um especificador (visto que os pronomes já incorporam estes elementos), mas também com complementos e modificadores: cf., para além dos exemplos (5b-d), a impossibilidade de *****[*eles professores de linguística*] *ainda não chegaram*, *****gostaria de*

[16] A afinidade morfológica dos pronomes pessoais de 3.ª pessoa com o artigo definido não é, em geral, tão clara – com a exceção notória dos pronomes acusativos *o*, *a*, *os*, *as*, que são morfologicamente idênticos às formas do artigo. No entanto, é sempre bom relembrar que, historicamente, os pronomes pessoais de 3.ª pessoa, em todas as suas formas e funções, provêm do mesmo elemento latino que o artigo definido – o demonstrativo *ille*, *illa*, *illud* (cf. Cap. 22).

[17] Mencionamos doravante os determinantes, os quantificadores e os pronomes pessoais pela sua forma de masculino singular, representativa do conjunto de variantes em género e número.

[18] Esta situação é diferente da dos especificadores quando funcionam "pronominalmente", como em (3)/(4); nesse caso, o conteúdo do nome é inteiramente recuperado a partir do contexto situacional (deiticamente) ou discursivo (anaforicamente).

conhecer [*aquela* <u>*ela*</u> *simpática*], *[<u>*isto*</u> *livro*] *é muito interessante*, *[<u>*alguém*</u> *amigo teu*] *me telefonou*, *[<u>*quem*</u> *professor do teu filho*] *lhe deu uma má nota?*[19].

Em síntese, um pronome é uma palavra ou uma locução equivalente sintaticamente a um sintagma nominal, e que incorpora semanticamente o valor de um especificador e um sentido nominal. Por terem já um sentido nominal intrínseco, os pronomes, contrariamente aos especificadores, não participam em estruturas de elipse nominal e não se podem combinar com um nome.

A definição de pronome aqui adotada é, pois, diferente daquela que é seguida pela tradição gramatical luso-brasileira (cf. Caixa [2]). Consequentemente, o conjunto das formas classificadas como pronomes nesta Gramática (cf. a lista dada acima) é bem mais reduzido do que o conjunto usualmente apresentado nas gramáticas tradicionais do português.

23.4 Caracterização dos pronomes

Vejamos, então, como se caracterizam os vários tipos de pronomes relativamente à definição apresentada acima. Em 23.4.1, discutem-se os pronomes demonstrativos, em 23.4.2, os pronomes quantificacionais, e, em 23.4.3, os pronomes pessoais. Dedicamos neste capítulo mais espaço aos pronomes pessoais, por serem os mais típicos da classe dos pronomes e por não serem descritos na sua globalidade em outros lugares desta Gramática[20].

23.4.1 Pronomes demonstrativos

Os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* combinam as propriedades morfológicas e semânticas dos determinantes *este*, *esse* e *aquele* com um sentido nominal inerente [–humano][21]. Estes pronomes podem referir objetos materiais (cf. (6)) e situações, ideias e noções abstratas (cf. (7); quando o pronome é anafórico, sublinha-se o antecedente):

(6) a. Vendo-te *isto* por trinta euros. (*isto* = 'esta coisa', p.e., um livro)
b. *Isso* pesa vinte quilos. (*isso* = 'essa coisa', p.e., uma estante)
c. *Aquilo* veio hoje pelo correio para ti. (*aquilo* = 'aquela coisa', p.e., um embrulho)

---

[19] Os pronomes podem, no entanto, combinar-se com alguns elementos dentro do sintagma nominal, embora essas combinações sejam limitadas (cf. 23.6). Repare-se que os pronomes possessivos ocorrem dentro de um sintagma nominal mais abrangente, como complementos ou modificadores do nome (cf. [*o* <u>*teu*</u> *carro*] *custou muito caro* e a impossibilidade de *[<u>*teu*</u>] *custou muito caro*), o que parece não satisfazer a condição de que um pronome é equivalente a um sintagma nominal completo. Consideramos, no entanto, que a condição é satisfeita, visto que um pronome possessivo constitui, na realidade, um SN completo dentro de outro SN completo mais abrangente (cf. 23.4.3.5).

[20] As propriedades semânticas dos pronomes quantificacionais discutem-se no Cap. 21, e as propriedades dêiticas e anafóricas dos pronomes demonstrativos discutem-se no Cap. 22. Como se mencionou, os pronomes relativos e interrogativos são descritos, respetivamente, nos Caps. 39 e 48. Quanto aos pronomes pessoais, para além deste capítulo, as suas propriedades anafóricas discutem-se no Cap. 41, o pronome sujeito nulo é o tópico do Cap. 43, e as propriedades dos pronomes clíticos, nomeadamente a diversidade da sua colocação junto ao verbo, formam o assunto do Cap. 42.

[21] Sobre a lexicalização deste traço semântico, cf. Caixa [4]. Os pronomes demonstrativos podem ser usados em sentido figurado para referir uma pessoa (cf. *não te vais casar com* <u>*isso*</u>*, pois não!?*), mas esse uso metafórico, geralmente insultuoso, assenta precisamente no facto de o seu traço semântico inerente ser [–humano].

(7) a. Naquele país, os bancos faliram; *isto*/*isso* criou pânico nos mercados internacionais. (*isto*/*isso* = 'esta/essa situação')
b. *Isso* é brilhante! (*isso* = 'essa ideia' ou 'essa hipótese')
c. *Aquilo* ainda vai redundar em tragédia! (*aquilo* = 'aquela situação', p.e., a má relação que existe entre os membros de um casal amigo do falante)
d. O amor e a amizade, *isso* são valores que vale a pena preservar (*isso* = 'esses sentimentos')

Parece, pois, legítimo considerar que a caracterização semântica destes pronomes inclui um valor para o traço semântico nominal [±concreto][22]. Se esse valor é positivo (i.e., [+concreto]), o pronome recobre a categoria semântica de 'objeto material' (possivelmente incluindo animais, em determinados casos; sobre esta questão, cf. Caixa [5]); quando o valor do traço é negativo (i.e., [–concreto]), o pronome recobre categorias semânticas como 'facto', 'situação', 'hipótese', 'ideia' ou 'valor abstrato'.

23.4.2 Pronomes quantificacionais

Os pronomes quantificacionais dividem-se em dois grupos: os de quantificação existencial (também chamados indefinidos) *algo*, *alguém*, *nada*, *ninguém*, *outrem* e o pronome de quantificação universal *tudo*. Nestes pronomes, a componente semântica nominal representa o domínio da quantificação da componente quantificacional (cf. Cap. 21).

23.4.2.1 Pronomes indefinidos (de quantificação existencial)

Excetuando *outrem*, os pronomes de quantificação existencial organizam-se em pares: (i) {*algo* – *alguém*}, formas que incorporam morfológica e semanticamente o determinante *algum*, e (ii) {*nada* – *ninguém*}, formas que incorporam morfológica e semanticamente o determinante de sentido negativo *nenhum*[23]. Em cada par, um dos membros caracteriza-se pelo traço nominal [–humano] – *algo* e *nada* – e o outro membro pelo traço nominal [+humano] – *alguém* e *ninguém*. O pronome *outrem* incorpora morfológica e semanticamente o especificador quantificacional *outro* e tem o traço [+humano], mas não existem formas equivalentes, quer negativa quer com o traço [–humano][24].

Assim, *alguém* significa 'alguma pessoa' (cf. *alguém bateu à porta*) e *ninguém* significa 'nenhuma pessoa' (cf. *ninguém bateu à porta*). Quanto a *outrem*, significa 'outra pessoa'. A sua utilização pressupõe a existência de um conjunto de pessoas, quer mencionadas discursivamente quer presentes no contexto situacional, e serve para designar uma entidade que não pertence a esse conjunto. Contrariamente aos pro-

[22] Em vez do traço [±concreto], poder-se-ia usar o traço equivalente [±abstrato], com uma atribuição inversa dos valores.

[23] Sobre o estatuto de *algum* como determinante, cf. Caps. 20 e 22. *Nenhum* é a contraparte negativa do determinante *algum*. Estes determinantes têm uma forte componente quantificacional de natureza existencial (cf. Cap. 20.3.4.2 e Cap. 22.2.3). Sobre os quantificadores existenciais negativos, cf. também o Cap. 14.3.2.

[24] A forma *outro* é classificada como quantificador porque, tal como os quantificadores vagos, pode ocorrer na posição pré-nominal "intermédia", seguindo um artigo definido e um pronome possessivo e antecedendo o nome: cf. *os meus outros amigos*. Esta posição não está disponível para os determinantes. Sobre estas questões, cf. Cap. 20.3.4.3.4.

nomes *alguém* e *ninguém*, o pronome *outrem* não pode desempenhar as funções sintáticas de sujeito ou de complemento direto: cf. a impossibilidade de **outrem disse que a paciência era uma virtude*; ou de ??*contratei outrem para tratar dessa tarefa* (comparar com *alguém/ninguém disse que a paciência era uma virtude*, *contratei alguém para tratar dessa tarefa* ou *não contratei ninguém para tratar dessa tarefa*). Este pronome ocorre sempre após uma preposição ou uma locução prepositiva, como se ilustra em (8):

(8) a. Como trabalhador por conta de *outrem*, está, em regra, sujeito ao pagamento de contribuições obrigatórias para o regime geral de Segurança Social (CRPC, *Diário de Notícias*)[25]
b. Não deve ser connosco, deve ser com *outrem*! (CRPC, *DAR*)
c. A liberdade de manifestar a religião ou crença, individual ou colectivamente, não pode ser objecto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias para garantir a segurança, ordem, saúde e moral públicas ou a protecção dos direitos de *outrem*. (CRPC, *DAR*)
d. Acima de tudo, o PS representa o eco das palavras proferidas por *outrem*. (CRPC, *DAR*)

Tal como com os demonstrativos, o traço [–humano] dos pronomes *algo* e *nada* recobre entidades que podem ser caracterizadas pelo traço [+concreto] (objetos materiais) ou pelo traço [–concreto] (situações, conceitos abstratos, etc.). Vejam-se os seguintes exemplos[26]:

(9) a. Há *algo* que me agrada muito nesta loja: aquele sofá. (objeto material)
b. O facto de só teres chegado a casa às três da manhã é *algo* que não me agradou. (situação)
c. A amizade é *algo* que se deve preservar. (valor abstrato)

(10) a. *Nada* me agrada nesta loja: os sofás, as camas, os tecidos, tudo. (objetos materiais)
b. Já *nada* me interessa: nem o amor, nem a justiça, nem a honestidade, nem sequer o facto de o Real Madrid ter ganhado a taça do Rei ao Barcelona. (conceitos abstratos e situação)

No sistema destes pronomes, o valor negativo do traço [humano] é não marcado relativamente ao valor positivo, ou seja, as formas que incorporam esse valor são mais abrangentes do que as formas com valor positivo. De facto, em determinados contextos, *algo* e *nada* podem também, "por defeito", retomar sintagmas nominais com um referente humano (cf. igualmente o Cap. 8): cf. *algo fez o alarme soar, e só pode ter sido um ladrão*; e *nada consegue matar os meus ratinhos da índia, nem o frio, nem o bebedouro elétrico, nem o gato, nem mesmo o vizinho*[27].

[25] Neste exemplo, *outrem* participa da unidade multilexical (cf. Cap. 9) *trabalhador por conta de outrem*. Esta é, porventura, a expressão da língua em que *outrem* ocorre com mais frequência.
[26] A forma *algo* tem um uso em que é reclassificada como um advérbio de quantificação especificador de adjetivos, com um sentido unicamente quantificacional de natureza "vaga": cf., por exemplo, *a situação está algo confusa*.
[27] Os pronomes *algo* e *nada* contrastam, assim, com *alguém* e *ninguém*, que só são aplicáveis a seres humanos (cf. também o Cap. 8); veja-se, p.e., a estranheza de #*alguém fez o alarme soar, e só pode ter sido o gato ou o vento* e de #*hoje ninguém consegue indispor-me, nem o meu gato, nem o meu carro nem o facto de o Barcelona ter ganhado ao Real Madrid*.

[4] O item do vocabulário que melhor lexicaliza o traço [–humano] que caracteriza os pronomes demonstrativos e os pronomes indefinidos *algo* e *nada* é o nome *coisa*. Numa organização hierárquica do vocabulário nominal do português, refletindo relações de hiperonímia-hiponímia (cf. Cap. 8), o nome *coisa* é um sério candidato a ocupar uma das posições cimeiras. De facto, este nome tem um sentido extremamente vago que lhe permite recobrir indiscriminadamente entidades concretas ou abstratas de natureza muito variada, e esse sentido é partilhado pelos pronomes demonstrativos e pelos indefinidos com o traço [–humano][28]. Assim, *isto/isso/aquilo* equivale essencialmente a {*esta*(*s*)/*essa*(*s*)/*aquela*(*s*)} *coisa*(*s*), e *algo/nada* equivale essencialmente a *alguma/nenhuma coisa*. Tal como os pronomes, também o nome *coisa* pode denotar objetos materiais, situações, factos, ideias e conceitos abstratos, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(i) a. As *coisas* em cima da minha secretária têm de ser limpas. (objetos materiais)
b. Não se fala noutra *coisa* senão no jogo do domingo passado. (situação)
c. A política e o amor são *coisas* complicadas. (conceitos abstratos)

Veja-se que o conteúdo destas frases pode ser expresso usando demonstrativos ou os pronomes *algo* e *nada*: cf. (apontando para os objetos em cima da minha secretária) {*isto*/*isso*/*aquilo*} *tem de ser limpo*; (referindo-me ao jogo de domingo passado) *só se fala nisso*, *não se fala em mais nada* ou *é algo em que se fala muito*; cf. também *a política e o amor são algo de muito complicado*.

23.4.2.2 O pronome *tudo*

O pronome *tudo* incorpora o quantificador universal *todo*(*s*), e tem uma componente semântica nominal extremamente geral; fazendo jus ao seu estatuto de quantificador universal, cobre praticamente todas as categorias ontológicas da realidade: entidades, substâncias, objetos materiais, situações, noções abstratas e, em particular, também pessoas; ou seja, recupera nomes quer com o traço [–humano], com qualquer dos dois valores para [±concreto] (cf. (11)), quer com o traço [+humano] (cf. (12)):

(11) a. *Tudo* me agrada nesta loja: as camas, os sofás e os tecidos.
b. *Tudo* me deprime: o amor, a justiça, a honestidade, sobretudo o Barcelona ter ido à final da Liga dos Campeões Europeus em vez do Real Madrid.

(12) a. Estava *tudo* cheio de fome, esperando pelas sardinhas que nunca mais vinham.
b. Tanto na vila como nas aldeias, *tudo* veio para a rua exteriorizar o seu entusiasmo revolucionário.

Plausivelmente, o facto de *tudo* cobrir ambos os valores do traço [±humano] deve-se ao facto de não ter uma contraparte com a qual forme um par, como acontece com {*algo* – *alguém*} ou com {*nada* – *ninguém*}. Repare-se, no entanto, que quando se opõe a *nada* (como em *é tudo ou nada!*), *tudo* parece ter apenas o valor [–humano].

Em português, também se utiliza a forma *todos*, isoladamente, para designar seres humanos quantificados universalmente (cf. (13), correspondendo a (12)), o que pode levar a pensar que esta forma deveria ser classificada também como um pronome, a par de *tudo*:

[28] O mesmo acontece com nomes que correspondem a *coisa* em várias outras línguas, como o francês *chose* e o inglês *thing*.

(13) a. Estavam *todos* cheios de fome, esperando pelas sardinhas que nunca mais vinham.
b. Tanto na vila como nas aldeias, *todos* vieram para a rua exteriorizar o seu entusiasmo revolucionário.

Pensamos, no entanto, que é mais correto analisar *todos* nestes exemplos como um quantificador "puro", sem qualquer componente nominal que lhe sirva de domínio de quantificação. O domínio da quantificação de *todos* é tipicamente introduzido por um sintagma nominal com o qual *todos* se combina: cf. *todos os sofás*, *todas as crianças*, *todas as ideias*, *todos os leões*, *todas as pessoas* (o quantificador concorda em género com o nome nuclear do SN). Ora, esse sintagma nominal pode ser um pronome pessoal: cf. *todos eles*, *todas elas*. Contrariamente a *todos*, *tudo* não se combina com um sintagma nominal: cf. a impossibilidade de ***tudo* (*os*) *sofás***, ***tudo* (*as*) *crianças***, ***tudo* (*as*) *ideias***, ***tudo* (*os*) *leões***, ***tudo* (*as*) *pessoas***, ***tudo eles*** ou ***tudo elas***.

Explorando a possibilidade de *todos* se poder combinar com um pronome pessoal, propomos que, em (13), *todos* também se combina com um sujeito pronominal, caracterizado pelo traço [+humano], só que se trata de um pronome nulo (cf. Cap. 43)[29]. Ou seja, em (13), tem-se, na realidade, *todos* [-], e não apenas *todos* ("[-]" representa o sujeito pronominal nulo). Por sua vez, isto implica que *todos*, em (13), mantém o estatuto de quantificador puro, já que o domínio da quantificação é dado pelo valor [+humano] (cf. Nota 29) do pronome nulo com o qual se combina (tal como é dado por *eles* ou *elas* em *todos eles* e *todas elas*). Em contrapartida, em (12), *tudo* ocorre isoladamente, já que, sendo um verdadeiro pronome, incorpora a componente nominal.

> [5] O leitor poderá ter notado que nem no texto nem nos exemplos se mencionou ou se ilustrou a possibilidade de os pronomes designarem animais. A menção de animais através de pronomes constitui uma área linguística problemática para a maioria dos falantes: de facto, estes não só hesitam frequentemente em usar pronomes para mencionar animais, como não têm intuições seguras de quais os pronomes mais adequados para essa função. Ou seja, na área da referência pronominal, a ontologia da língua parece dividir o mundo em pessoas, objetos materiais e abstrações, deixando de fora os animais. Sem propor qualquer avaliação de aceitabilidade, apresentamos a seguir alguns exemplos. Em (i), ilustram-se os demonstrativos:
>
> (i) a. *Isto* aqui na areia é uma alforreca.
> b. *Isso* é um cão rafeiro.
> c. *Aquilo* lá ao longe parece uma girafa.
>
> Na série dos pronomes indefinidos, apenas os que têm o traço [–humano] podem mencionar animais, como se ilustra em (ii):
>
> (ii) a. Vi *algo* a mexer-se atrás do sofá: deve ser uma aranha.
> b. (Dito a uma criança que diz ter visto um bicho qualquer a mexer-se debaixo da cama) Não vês que não há *nada* debaixo da cama?

[29] O traço [+humano] no sujeito nulo é, por sua vez, determinado pelas restrições de seleção impostas pelos predicados *estar cheio de fome* e *vir para a rua* (sobre restrições de seleção, cf. Cap. 11).

Em (iii), dão-se exemplos com *tudo*:

(iii) a. Via *tudo* a mexer nas paredes. Deviam ser formigas.
b. (Passando pela gaiola dos papagaios no jardim zoológico) Olha, ficou *tudo* calado, devem-se ter assustado.

23.4.3 Pronomes pessoais

Nesta subsecção, tratam-se os pronomes pessoais, especialmente no que respeita às suas propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas. As questões relativas ao seu uso enquanto formas de tratamento são abordadas desenvolvidamente no Cap. 52.

23.4.3.1 Séries pronominais "canónicas"

Quando funcionam como sujeito, as formas dos pronomes pessoais são as seguintes: *eu*, *tu*, *ele/ela*, *nós*, *vós*, *eles/elas*. Estas formas servem de base para a elaboração de uma lista mais completa, integrando as formas correspondentes com as funções de complemento direto, complemento indireto e complemento de uma preposição, e as variantes em género e número dos pronomes de 3.ª pessoa. Apresenta-se essa lista no Quadro 1 ("SUJ" = sujeito, "CD" = complemento direto, "CI" = complemento indireto e "CP" = complemento de preposição; *se* e *si* são formas reflexas/recíprocas)[30]:

		SUJ	CD	CI	CP
Singular	1.ª	eu	me	me	mim, comigo
	2.ª	tu	te	te	ti, contigo
	3.ª	ele	o, se	lhe, se	ele, si, consigo
	3.ª	ela	a, se	lhe, se	ela, si, consigo
Plural	1.ª	nós	nos	nos	nós, connosco
	2.ª	vós	vos	vos	vós, convosco
	3.ª	eles	os, se	lhes, se	eles, si, consigo
	3.ª	elas	as, se	lhes, se	elas, si, consigo

Quadro 1 – Lista tradicional dos pronomes pessoais

No Quadro 1, as formas organizam-se nas dimensões do número (singular e plural), da pessoa (1.ª, 2.ª e 3.ª) e da função que têm na frase (sujeito, complemento direto, complemento indireto e complemento de preposição)[31]. Em particular, cada linha horizontal forma uma **série pronominal**, definida como o conjunto das

[30] Cf., por exemplo, Nunes de Figueiredo e Gomes Ferreira ([s.d.] 1987), de onde se adapta este quadro, com alguns acrescentos. Os pronomes *comigo*, *contigo*, *consigo*, *connosco* e *convosco* são formas especiais assumidas pelos pronomes pessoais quando são complemento da preposição *com*, e que incorporam essa preposição (sobre a morfologia destas formas, cf. Cap. 32, Caixa [7]). Sobre a sintaxe e a semântica dos pronomes reflexos/recíprocos, cf. Caps. 11, 13, 28 e 41. O pronome *se* pode desempenhar a função de sujeito nas orações de *se* impessoal (cf. *diz-se que a RTP vai ser privatizada*; cf. Caps. 11 e 13). Esse uso não é representado neste quadro nem no quadro seguinte.

[31] Para além destes parâmetros de variação morfológica, os pronomes de 3.ª pessoa com função de sujeito e de complemento direto variam igualmente em género, tal como se representa no Quadro 1 (cf. também 23.4.3.3.1).

formas com a mesma pessoa e número e variando apenas na sua função gramatical[32]: assim, p.e., o conjunto de formas {*eu*, *me*, *mim*, *comigo*} forma a série da 1.ª pessoa do singular[33]. Cada série tem como "âncora" um pronome com a função de sujeito. Ilustra-se o uso das formas de cada série nos paradigmas (14)-(17). Em cada exemplo de (14), ocorrem as formas não reflexas, respetivamente de sujeito, complemento direto, complemento de preposição, complemento indireto e complemento da preposição *com*; em (15), ilustram-se as formas reflexas de complemento direto[34], em (16), as formas reflexas de complemento de preposição, e, em (17), as formas reflexas que incorporam a preposição *com*:

(14) a. *Eu* acho que a Maria *me* ama, ou pelo menos gosta de *mim*, *me* vai oferecer um presente, e vai sair *comigo*.
b. *Tu* achas que a Maria *te* ama, ou pelo menos gosta de *ti*, *te* vai oferecer um presente, e vai sair *contigo*.
c. *Ele*(*a*) acha que {a Maria/o Mário} *o/a* ama, ou pelo menos gosta d*ele*(*a*), *lhe* vai oferecer um presente, e vai sair *com ele*(*a*).
d. *Nós* achamos que a Maria *nos* ama, ou pelo menos gosta de *nós*, *nos* vai oferecer um presente, e vai sair *connosco*.
e. *Vós* achais que a Maria *vos* ama, ou pelo menos gosta de *vós*, *vos* vai oferecer um presente, e vai sair *convosco*.
f. *Eles*(*as*) acham que {a Maria/o Mário} *os/as* ama, ou pelo menos gosta d*eles*(*as*), *lhes* vai oferecer um presente, e vai sair *com eles*(*as*).

(15) a. Eu lavei-*me*.
b. Tu lavaste-*te*.
c. Ele(a) lavou-*se*.
d. Nós lavámo-*nos*.
e. Vós lavastes-*vos*.
f. Eles(as) lavaram-*se*.

(16) a. Eu costumo discordar de *mim* (próprio(a)).
b. Tu costumas discordar de *ti* (próprio(a)).
c. Ele(a) costuma discordar de *si* (próprio(a)).[35]
d. Nós costumamos discordar de *nós* (próprios(a)s).
e. Vós costumais discordar de *vós* (próprios(as)).
f. Eles(as) costumam discordar de *si* (próprios(as)).

---

[32] Na 1.ª e 2.ª pessoas, as formas de complemento direto são idênticas às de complemento indireto; na 3.ª pessoa e na 1.ª e 2.ª pessoas do plural, as formas de sujeito são idênticas às de complemento de preposição (exceto as que incorporam a preposição *com*); finalmente, na 1.ª e 2.ª pessoas, as formas reflexas são idênticas às formas de complemento, como se ilustra em (15).

[33] As formas que são idênticas em funções diferentes são listadas uma só vez na representação dos conjuntos que formam as séries pronominais.

[34] As formas pronominais reflexas de complemento indireto são idênticas às formas de complemento direto: cf., por exemplo, *ela ofereceu-se* (*a si própria*) *uma viagem a Paris*. Alguns falantes consideram marginal o uso de pronomes reflexos clíticos com esta função (cf. Cap. 41), preferindo usar unicamente a forma tónica de complemento de preposição (cf. *ela ofereceu a si própria uma viagem a Paris*).

[35] Na terceira pessoa, podem-se usar igualmente, em contextos semânticos de reflexividade, as formas não reflexas de complemento de preposição (idênticas às formas de sujeito): cf., a par de (16c), *ele*(*a*) *costuma discordar d*ele(*a*) *próprio*(*a*); a par de (16f), *eles*(*as*) *costumam discordar d*eles(*as*) *próprios*(*as*); a par de (17c), *ele*(*a*) *só conta com* ele(*a*) *próprio*(*a*); e a par de (17f), *eles*(*as*) *só contam com* eles(*as*) *próprios*(*as*)).

(17) a. Eu só conto *comigo* (próprio(a)).
b. Tu só contas *contigo* (próprio(a)).
c. Ele(a) só conta *consigo* (próprio(a)).
d. Nós só contamos *connosco* (próprios(as)).
e. Vós só contais *convosco* (próprios(as)).
f. Eles(as) só contam *consigo* (próprios(as)).

23.4.3.2 Os pronomes *você* e *a gente*: distinção entre "pessoa semântica" e "pessoa gramatical"

É notória a ausência, no Quadro 1, do pronome de 2.ª pessoa *você* e da locução *a gente*, hoje em dia gramaticalizada com a função de pronome de 1.ª pessoa do plural no seu uso mais comum (cf. *a gente, logo, vai ao cinema*).

Esta ausência deve-se ao facto de estes pronomes constituírem formas de tratamento (cf. Cap. 52) em que a "pessoa semântica" não coincide com a "pessoa gramatical" (discutem-se estas noções já a seguir). De facto, do Quadro 1 constam apenas as séries pronominais cujas formas pertencem à *mesma* pessoa semântica e gramatical. Nesse sentido, essas séries podem ser consideradas como as séries pronominais "canónicas" do português.

Para incorporar pronomes como *você* ou *a gente*, e as séries pronominais em que entram, é necessário, antes de mais, discutir as noções de "pessoa gramatical" e de "pessoa semântica" [36].

A noção de **pessoa semântica** dos pronomes tem a ver com a **dêixis pessoal** (cf. 23.4.3.5 e Caps. 11, 22.3.2.1 e 52), ou seja, com a designação dos participantes do discurso: o falante, representado pelos pronomes de 1.ª pessoa, o ouvinte, representado pelos pronomes de 2.ª pessoa, e as entidades sobre as quais os interlocutores falam, representadas pelos pronomes de 3.ª pessoa. Assim, na dimensão semântica, um pronome é de 1.ª pessoa quando é usado pelo falante para se referir a si próprio, enquanto falante (ou para referir um grupo no qual se inclui – voltamos a este ponto em 23.4.3.5); um pronome é de 2.ª pessoa quando é usado para referir o ouvinte ou um grupo no qual este se inclui; e um pronome é de 3.ª pessoa quando é usado para referir outras entidades, que não são nem o falante nem o ouvinte.

Em contrapartida, a **pessoa gramatical** dos pronomes é uma propriedade de natureza puramente morfossintática, e não coincide necessariamente com a pessoa semântica. A pessoa gramatical define-se recursivamente, primeiro para os pronomes com função de sujeito, com base na concordância verbal; e em seguida, para as restantes formas pronominais da mesma série do pronome sujeito correspondente. Assim, relativamente ao Quadro 1, os pronomes sujeito que desencadeiam concordância verbal de 1.ª pessoa pertencem à 1.ª pessoa gramatical (*eu*, *nós*), os que desencadeiam concordância verbal de 2.ª pessoa pertencem à 2.ª pessoa gramatical (*tu*, *vós*) e os que desencadeiam concordância verbal de 3.ª pessoa pertencem à 3.ª pessoa gramatical (*ele*(*s*), *ela*(*s*)). Em seguida, os restantes pronomes de cada uma das séries que têm como "âncora" cada um dos pronomes sujeito "herdam" a sua propriedade de pessoa. Esta definição recursiva (no sentido matemático do termo) permite definir como pronomes de 1.ª pessoa gramatical as formas das

[36] A distinção aplica-se, na realidade, à combinação de pessoa e número. Para simplificar a exposição, no entanto, usamos unicamente o termo "pessoa".

séries pronominais {*eu*, *me*, *mim*, *comigo*} (singular) e {*nós*, *nos*, *connosco*} (plural); como pronomes de 2.ª pessoa gramatical, as formas das séries pronominais {*tu*, *te*, *ti*, *contigo*} (singular) e {*vós*, *vos*, *convosco*} (plural); e como pronomes de 3.ª pessoa gramatical, as formas das séries pronominais {*ele*, *o*, *lhe*, *se*, *si*, *consigo*} (masculino singular), {*eles*, *os*, *lhes*, *se*, *si*, *consigo*} (masculino plural), {*ela*, *a*, *lhe*, *se*, *si*, *consigo*} (feminino singular) e {*elas*, *as*, *lhes*, *se*, *si*, *consigo*} (feminino plural).

Podemos agora caracterizar mais adequadamente o pronome *você* e a locução pronominal *a gente*. Assim, *você* é um pronome de 2.ª pessoa semântica, visto que é usado pelo falante para se dirigir ao ouvinte (no plural, a um grupo em que se inclui o ouvinte), mas gramaticalmente é um pronome de 3.ª pessoa, visto que desencadeia concordância verbal de 3.ª pessoa (singular ou plural): cf. *você comeu*, *vocês comeram*. A locução *a gente*, por sua vez, semanticamente, é de 1.ª pessoa do plural (visto que é usada pelo falante para representar um grupo no qual se inclui), mas gramaticalmente é de 3.ª pessoa do singular na norma-padrão do português (cf. *a gente, logo, vai ao cinema*). Note-se, no entanto, que, para alguns falantes, num registo coloquial menos cuidado, *a gente* determina frequentemente concordância na 1.ª pessoa do plural (cf. *a gente, logo, vamos ao cinema*), embora esta variante seja estigmatizada na norma-padrão.

> [6] A locução *a gente* funciona como um pronome, embora tenha a constituição formal de um sintagma nominal completo (i.e., determinante + nome). Curiosamente, estes dois elementos constituem a lexicalização das duas componentes que caracterizam semanticamente os pronomes pessoais de 3.ª pessoa no seu uso mais típico: um valor de especificador equivalente ao artigo definido, combinado com um sentido nominal [+humano] (cf. 23.4.3.5). Existem outros sintagmas nominais completos com um funcionamento muito próximo do de um pronome pessoal, mas que não atingiram ainda (se é que alguma vez atingem) o grau de gramaticalização de *a gente*: para a 1.ª pessoa do plural, *a malta* (cf. *a malta, logo, vai ao cinema*); para a 2.ª pessoa, *o senhor*, *o menino* e *Vossa Excelência* (este último usualmente escrito com maiúsculas e abreviado em *V. Ex.ª*): cf. {*o senhor*/*o menino*/*V. Ex.ª*} *deseja mais qualquer coisa?*; e, para a 3.ª pessoa, *o fulano*, *o tipo* e *o gajo*, os dois últimos com um valor algo pejorativo (cf. {*o fulano*/*o tipo*/*o gajo*} *não me deixa em paz*). Estas questões são tratadas no Cap. 52. Note-se, finalmente, que *a gente* nem sempre funciona como pronome de 1.ª pessoa. Em frases como *a gente que se encontra neste recinto corre um grave perigo*, *a gente* é um sintagma nominal não pronominal, que denota um conjunto de pessoas, no qual não se inclui necessariamente o falante.

Estas duas novas formas funcionam como sujeito e, tal como as formas de sujeito "canónicas" do Quadro 1, servem de âncora a outras formas que funcionam como complemento direto, complemento indireto e complemento de preposição. Estas novas séries têm duas particularidades: (i) as formas adicionais pertencem a outras séries pronominais "canónicas" (i.e., do Quadro 1), que passam, assim, a formar novas associações com *você* e *a gente*; e (ii) no caso de *a gente* e, para alguns falantes, de *vocês* (plural), as séries são "mistas", i.e., as suas formas não pertencem todas à mesma pessoa (e número) gramatical[37].

[37] Formalmente, este tratamento implica que a definição recursiva de pessoa/número gramatical se aplica apenas às formas "canónicas" do Quadro 1, mas não a estas novas séries; caso contrário, teríamos de dizer, p.e., que *nos* em (18a) é gramaticalmente um pronome de 3.ª pessoa do singular. Sobre a possível natureza mista da série ancorada por *vocês*, cf. Nota 39, abaixo.

Concretamente, a locução pronominal *a gente* forma uma série que inclui as formas pronominais de complemento da 1.ª pessoa do plural: {*a gente*, *nos*, *se*, *nós*, *connosco*}, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(18) a. *A gente* não fez nada ao professor, mas ele pôs-*nos* de castigo. [CD]
b. *A gente* gostava que o professor *nos* desse uma boa nota. [CI]
c. *A gente* acha que eles compraram isso para *nós*. [CP]
d. *A gente* gostava que você viesse *connosco*. [complemento de *com*]
e. *A gente* abraçou-*se* (uns aos outros). [reflexo/recíproco]
f. *A gente* comprou isso para *nós* (*próprios*). [CP, reflexo]

A própria locução pronominal *a gente* pode também ocorrer com as diferentes funções de complemento (inclusive em certos contextos reflexos), como se ilustra em (19), embora talvez com algum estigma por parte dos falantes mais tradicionais:

(19) a. *A gente* não fez nada ao professor, mas ele pôs *a gente* de castigo.
b. *A gente* gostava que o professor desse uma boa nota *à gente*.
c. *A gente* acha que eles compraram isso para *a gente*.
d. *A gente* gostava que você viesse com *a gente*.
e. *A gente* comprou isso para *a gente*.

O pronome *você*, no singular (masculino ou feminino), forma uma série com as formas pronominais de complemento da 3.ª pessoa gramatical: {*você*, *o/a*, *lhe*, *se*, *si*, *consigo*}. Estas formas passam, assim, a funcionar como formas de 2.ª pessoa semântica, como se ilustra nos seguintes exemplos (repare-se que as formas *si* e *consigo* têm um uso não reflexo nesta série, ilustrado em (20c) e em (20d), respetivamente)[38]:

(20) a. *Você* não fez nada ao professor, mas ele pô-*lo* de castigo. [CD]
b. *Você* gostava que o professor *lhe* desse uma boa nota? [CI]
c. *Você* acha que eles compraram isso para *si*? [CP]
d. *Você* gostava que ele viesse *consigo*? [complemento de *com*]
e. *Você* lavou-*se*? [reflexo]
f. *Você* comprou isso para *si* (*próprio*)? [CP, reflexo]
g. *Você* fala todo o tempo *consigo* (*próprio*). [reflexo, complemento de *com*]

No plural, a série mais comum é semelhante à de *você*, com a diferença de que é a forma *vocês* que ocorre na função de complemento de preposição, incluindo em contextos sintaticamente reflexos ou com a preposição *com*; ou seja, esta série pronominal é {*vocês*, *os/as*, *lhes*, *se*}[39]:

[38] Repare-se que *você* também pode ser usado como forma de complemento de preposição: cf., a par de (20c), *você acha que eles compraram isso para <u>você</u>?*; a par de (20d), *você gostava que ele viesse com <u>você</u>?*; a par de (20f), *você comprou isso para <u>você</u> (próprio)?*; e, a par de (20g), *você fala todo o tempo com <u>você</u> (próprio)*. De modo semelhante, em (20b), o pronome *lhe* pode ser duplicado pela forma *você* precedida da preposição *a* (cf. Cap. 42): cf. *você gostava que o professor lhe desse uma boa nota a <u>você</u>?*.

[39] Para alguns falantes, as formas *os/as* (de complemento direto) e *lhes* (de complemento indireto) podem alternar com a forma *vos* (cf. Cap. 52): cf., a par de (21a), *vocês não fizeram nada ao professor, mas ele pôs-<u>vos</u> de castigo*, e, a par de (21b), *vocês gostavam que o professor <u>vos</u> desse uma boa nota?*. Como complemento da preposição *com*, pode ocorrer também *convosco*: cf., a par de (21d), *vocês gostavam que ele viesse <u>convosco</u>?*; e, a par de (21g), *vocês falam todo o tempo <u>convosco</u> (próprios)*.

(21) a. *Vocês* não fizeram nada ao professor, mas ele pô-*los* de castigo. [CD]
b. *Vocês* gostavam que o professor *lhes* desse uma boa nota? [CI]
c. *Vocês* acham que eles compraram isso para *vocês*? [CP]
d. *Vocês* gostavam que ele viesse *com vocês*? [complemento de *com*]
e. *Vocês* lavaram-*se*? [reflexo/recíproco]
f. *Vocês* compraram isso para *vocês* (*próprios*)? [CP, reflexo]
g. *Vocês* falam todo o tempo *com vocês* (*próprios*). [reflexo, complemento de *com*]

Com base nestas considerações, apresenta-se a seguir o quadro que representa de maneira mais completa o sistema dos pronomes do português. Como no Quadro 1, cada sequência horizontal de células representa uma série pronominal. A ordem de apresentação dentro de cada série não é a mesma do Quadro 1, visto que se faz agora uma distinção (que se comenta adiante) entre formas tónicas e formas átonas ou clíticas. Importa mencionar outras duas diferenças entre o Quadro 1 e o Quadro 2, também comentadas adiante: (i) o uso de terminologia especial, de natureza "casual", para as diferentes formas pronominais, dependendo da sua função gramatical; (ii) a introdução, dentro de cada série, das formas pronominais possessivas, chamadas "genitivas"[40].

	FORMAS TÓNICAS			FORMAS ÁTONAS (CLÍTICAS)	
	SUJ (NOMINATIVO)	CP (OBLÍQUO)	POSSESSIVO (GENITIVO)	CD (ACUSATIVO)	CI (DATIVO)
1sg	eu	mim, comigo	meu, minha, meus, minhas	me	me
1pl	nós	nós, connosco	nosso, nossa, nossos, nossas	nos	nos
	a gente	nós, connosco	nosso, nossa, nossos, nossas	nos, se	nos, se
2sg	tu	ti, contigo	teu, tua, teus, tuas	te	te
	você	você, si, consigo	seu, sua, seus, suas	o, a, se	lhe
2pl	vós	vós, convosco	vosso, vossa, vossos, vossas	vos	vos
	vocês	vocês, convosco	vosso, vossa, vossos, vossas, seu, sua, seus, suas	os, as, vos, se	lhes, vos
3sg	ele, ela	ele, ela, si, consigo	seu, sua, seus, suas	o, a, se	lhe
3pl	eles, elas	eles, elas	seu, sua, seus, suas	os, as, se	lhes

Quadro 2 – Pronomes pessoais

[40] No quadro, representamos unicamente a locução pronominal *a gente* no seu uso mais comum com a função de sujeito, servindo de âncora aos pronomes "canónicos" de 1.ª pessoa do plural com função de complemento e de possessivo, e ao pronome reflexo *se* (cf. (18)); recorde-se, contudo, que *a gente* pode ocorrer com outras funções que não apenas a de sujeito (cf. (19)). Outro ponto importante é que, sendo *a gente* formalmente um sintagma nominal, os termos casuais ("nominativo", etc.) não se aplicam a esta locução pronominal (cf. Nota 42).

23.4.3.3 Propriedades morfossintáticas dos pronomes

23.4.3.3.1 Variação em género e número

Todos os pronomes pessoais têm variantes em número: na 1.ª e na 2.ª pessoa, uma forma no singular e uma forma no plural (sobre os possessivos, ver abaixo); e na 3.ª pessoa, duas formas no singular e duas no plural (uma para cada género). Na 1.ª e na 2.ª pessoas canónicas, as formas de singular e plural não são morfologicamente relacionadas (*eu* – *nós* e *tu* – *vós*, respetivamente). Na 3.ª pessoa, a forma do plural é morfologicamente regular, sendo marcada pelo constituinte morfológico flexional *-s* (cf. *eles*, *elas*, *os*, *as* e *lhes*). Apresenta também formação de plural regular o pronome de 2.ª pessoa semântica/3.ª pessoa gramatical *você* (cf. *vocês*). Os pronomes possessivos, que são formas adjetivais, têm duas formas de singular e duas de plural, morfologicamente relacionadas, em todas as pessoas (sobre a especificidade da variação em género e número nos pronomes possessivos, cf. 23.4.3.4).

De novo com exceção dos pronomes possessivos, apenas a 3.ª pessoa canónica apresenta variação em género, para além da de número, nas formas nominativa/oblíqua (*ele*(*s*) vs. *ela*(*s*)) e acusativa (*o*(*s*) vs. *a*(*s*)). As formas acusativas são idênticas às do artigo definido (para um tratamento integrado das questões morfológicas associadas a categorias nominais, cf. Cap. 55).

23.4.3.3.2 Contração com preposições

Quando são complemento das preposições *de* e *em*, as formas oblíquas dos pronomes canónicos de 3.ª pessoa contraem-se com a preposição: *dele*, *dela*, *deles* e *delas*; *nele*, *nela*, *neles* e *nelas*:

(22) a. Isso é *delas*.
b. Não confies *nelas*.

Quando o pronome segue a preposição *de* mas é sujeito de uma oração de infinitivo flexionado que exclui a preposição, a contração costuma ser estigmatizada pelas gramáticas tradicionais, quer na fala quer na escrita, como se ilustra em (23):

(23) A ideia *de* [*elas* virem tarde] irritou-me. (comparar com ?*a ideia delas virem tarde irritou-me*)

No entanto, mau grado o estigma, a contração é bastante comum na oralidade e mesmo na escrita menos cuidada[41]. Quando não fazem contração neste contexto, muitos falantes convertem a vogal central [ɨ] da preposição na semivogal [j], com a consequente criação de um ditongo quando se junta à vogal média anterior ([ɛ] ou [e]) do pronome: [djé]*le*, [djɛ́]*la*, [djé]*les*, [djé]*las* (cf. *a ideia* [djé]*las virem tarde irritou-me*).

[41] Tecnicamente, o pronome em (23) não é complemento da preposição (ou seja, não é "oblíquo" – ver a definição deste termo a seguir, no texto), mas sim sujeito da oração infinitiva (ou seja, é "nominativo"). Neste exemplo, o complemento da preposição é a oração no seu todo. Consequentemente, a ausência de contração neste contexto não constitui propriamente uma exceção à generalização do texto. No entanto, o facto de a generalização não ser respeitada por muitos falantes sugere que a regra da contração deve mencionar apenas adjacência entre *de* e a forma *ele* (e variantes), independentemente da função do pronome.

De modo semelhante, quando o pronome segue a preposição *em* mas é o sujeito de uma oração gerundiva que exclui a preposição, a contração não é possível (e neste caso não se trata apenas de um "estigma": a contração não é, de facto, aceite pelos falantes):

(24) *Em* [*eles* saindo], podes ligar a televisão. (vs. ***neles** saindo, podes ligar a televisão*)

23.4.3.3.3 Formas casuais dos pronomes

Uma característica que distingue morfologicamente os pronomes dos nomes em todas as línguas românicas é o facto de conservarem as diferenças casuais que eram típicas do sistema nominal do latim, podendo-se distinguir entre quatro tipos de formas, consoante a função gramatical que desempenham na frase (algumas formas são idênticas em mais de uma função gramatical; cf. Nota 32): as formas **nominativas**, usadas para a função de sujeito; as formas **acusativas**, usadas para a função de complemento direto; as formas **dativas**, usadas para a função de complemento indireto; as formas **oblíquas**, usadas para a função de complemento de uma preposição; e as formas **genitivas**, usadas para a função de modificador ou complemento do nome. As formas genitivas também são comummente conhecidas como **pronomes possessivos** (cf. 23.4.3.4 e Caps. 20 e 27). Estes termos já foram usados no Quadro 2[42].

> [7] Nas gramáticas gregas e latinas, e nas de inspiração clássica em geral, a noção de "caso oblíquo" é diferente daquela que se usa aqui e noutras gramáticas contemporâneas. Na gramática clássica, opunha-se o caso nominativo, a que se chamava o "caso reto" – próprio dos nomes e pronomes com a função de sujeito – a todos os outros casos (acusativo, dativo, ablativo e genitivo), os quais recebiam o nome geral de "casos oblíquos". Modernamente, o termo gramatical "oblíquo" usa-se com dois sentidos diferentes (embora relacionados), um morfológico e o outro sintático, ambos adotados nesta Gramática. Na aceção morfológica, o termo designa a forma casual particular que os pronomes tomam quando têm a função de complemento de uma preposição. Esta é a aceção no texto acima e no Quadro 2. Na aceção sintática, o termo usa-se para classificar os complementos do verbo que não são nem diretos nem indiretos (cf. Cap. 28); estes incluem os complementos que são introduzidos por uma preposição (cf., por exemplo, *pensei nos meus amigos*, *saí do escritório*)[43] e os complementos não preposicionados dos verbos *custar*, *durar*, *medir* e *pesar*, de natureza quantificacional (cf., por exemplo, *o livro custa vinte euros*, *o Pedro mede 2 metros*).

23.4.3.3.4 Formas pronominais tónicas e átonas

Em português, as formas nominativas e oblíquas são **tónicas** ou **fortes**; em contrapartida, as formas acusativas e dativas são **átonas** ou **fracas**; as formas átonas chamam-se (pronomes) **clíticos**, definidos como itens lexicais sem acento prosódico atribuído no léxico[44].

---

[42] A locução *a gente*, na medida em que tem a constituição estrutural de um sintagma nominal, não se caracteriza casualmente, porque não varia de forma consoante funcione como sujeito, complemento direto, indireto ou de preposição (cf. (19)).

[43] Excetuam-se os complementos indiretos e alguns complementos diretos, introduzidos pela preposição *a* (cf. Cap. 28).

[44] O pronome *se* é sempre átono (clítico), mesmo quando é sujeito, ou seja, casualmente nominativo, em orações de *se* impessoal (cf. Nota 30).

Por motivos fonológicos, os pronomes clíticos juntam-se ao verbo da oração em que ocorrem, podendo ligar-se à sua direita, numa configuração de **ênclise** (cf. *vi-as ontem à noite*), à sua esquerda, numa configuração de **próclise** (cf. *não as vi ontem à noite*) ou, no condicional e no futuro, dentro da própria forma verbal, na configuração de **mesóclise**, separando a flexão verbal em pessoa-número do tema (historicamente uma forma infinitiva; cf. Caixa [8]) desses tempos (cf. *vê-las-ia/vê-las-ei à noite*)[45].

Em configurações de ênclise, os pronomes clíticos acusativos de 3.ª pessoa têm três variantes condicionadas morfofonologicamente: (i) *-o*(*s*), *-a*(*s*), formas que se ligam a um verbo terminado em vogal ou ditongo oral (cf. *conheci-as*, *levei-o*); (ii) *-lo*(*s*), *-la*(*s*), formas que ocorrem em dois contextos: (A) com verbos no infinitivo, os quais sofrem queda (apócope) da sua consoante vibrante final (cf. *eu vou vê-las logo à noite*); (B) com verbos que terminam numa consoante sibilante (grafada <s> ou <z>), a qual também sofre apócope (cf. *nós vimo-las ontem à noite* e *ele fê-lo sem grande entusiasmo*); (iii) *-no*(*s*), *-na*(*s*), formas que se ligam a um verbo que termina num ditongo nasal (cf. *eles viram-nas ontem à noite*, *eles querem-nas ver*, *eles vão-nas ver*). As variantes *-lo*(*s*) e *-la*(*s*) também ocorrem em contextos de mesóclise, com o futuro e o condicional (cf. *vê-las-ia logo à noite* e *vê-las-ão logo à noite*).

> [8] A mesóclise pode ser assimilada à ênclise. De facto, quer o futuro quer o condicional (cf. Cap. 56) provêm historicamente de uma perífrase com o verbo pleno no infinitivo seguido, respetivamente, de formas reduzidas do presente (*hei*, *hás*, *há*, etc.) ou do imperfeito (*hia*, *hias*, *hia*, etc.) do verbo *haver* (cf., por exemplo, *ver-ei* e *ver-ia*; cf. Piel 1989). Assim, na mesóclise, o pronome clítico encontra-se, de facto, em ênclise com o verbo no infinitivo dessa perífrase antiga, cujo resquício, em português contemporâneo, se atesta apenas nestes contextos pronominais. Concomitantemente, é considerada agramatical ou, pelo menos, não pertencente à norma-padrão, a ênclise nas formas verbais completas do futuro e do condicional (cf. **verei-os*, **veria-os*), embora se verifique uma tendência para o uso destas formas em alguns falantes.

Os pronomes fortes, por sua vez, podem combinar-se com outros elementos dentro do sintagma nominal (cf. *todos/só eles receberam um prémio* – cf. 23.6), podem coordenar-se entre si (cf. *eu, tu e ele devíamos visitar a nossa avó*), podem ser acentuados contrastivamente (*ele deu-me o livro A MIM, não A TI*) e podem ocorrer isolados como resposta a uma pergunta, ou combinados apenas com uma preposição regente, caso se trate de formas oblíquas (cf. A – *quem vai ao cinema?* B – {*eu/tu/elas*}; A – *em quem votaste?* B – {*em mim/em ti/nelas*}).

Em contrapartida, os pronomes clíticos não podem ocorrer nestes contextos: cf. **vi-as só* (comparar com *vi-as só a elas*, em que é o pronome forte, introduzido pela preposição *a*, que se combina com o advérbio *só*); **visitei-os a as* (comparar com *visitei-os a eles e a elas*); **visitei-O* (com acento contrastivo – comparar com *visitei-o A ELE*); A – *quem visitaste?* B – **o* (comparar com A – *quem visitaste?* B – *a ele*)[46].

---

[45] Os condicionamentos que regem estes três tipos de colocação dos pronomes clíticos são abordados desenvolvidamente no Cap. 42, onde se descrevem também as combinações possíveis de dois pronomes clíticos, chamadas **grupos clíticos** (cf., por exemplo, *vou devolver-lho*).

[46] No entanto, são aceitáveis sequências formadas por um pronome clítico acusativo combinado com o quantificador universal *todos*: cf. *vi-as todas no cinema*; compare-se com *via-as a todas no cinema*, com *todas*

23.4.3.4 Pronomes pessoais possessivos

Os pronomes possessivos constituem a variante casual genitiva dos pronomes pessoais, na qual estes assumem uma forma especial que lhes permite funcionar adjetivalmente quando têm a função de complemento ou de modificador de um nome (cf. Caps. 20 e 27). Assim, em *o meu pai*, *meu* funciona adjetivalmente como complemento do nome dependente *pai* (cf. *o pai do António*), e em *o teu livro*, *teu* funciona adjetivalmente como modificador do nome autónomo *livro* (cf. *o livro do Pedro*)[47]. Na 3.ª pessoa canónica, os pronomes possessivos são equivalentes a sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *de* seguida da forma oblíqua do pronome: ou seja, *o seu pai* é equivalente a *o pai dele*, a *o pai dela*, a *o pai deles* ou a *o pai delas*[48].

A posição dos pronomes possessivos depende do estatuto [±definido] do sintagma nominal: se este é definido, ocorre à esquerda do nome (cf. *o meu amigo*); em contrapartida, se este é indefinido, ocorre preferencialmente à direita do nome: cf. *um amigo meu*).

Enquanto pronomes, os possessivos são equivalentes a um sintagma nominal completo, tanto sintática como semanticamente. Os possessivos constituem, pois, o único caso em português em que um sintagma nominal pode modificar outro sintagma nominal mais abrangente. Assim, a estrutura do sintagma nominal *o meu pai* é a que se representa em (25)[49]:

(25) $[_{SN}$ o $[_{SN}$ meu] pai]

Como o seu nome indica, os pronomes possessivos usam-se em sintagmas nominais que representam uma relação semântica de "posse". Nesta relação, o sintagma nominal mais abrangente representa a entidade "possuída" e o pronome possessivo representa a entidade "possuidora". Estas relações não exprimem apenas posse material ou jurídica (cf. *o seu livro*), mas também, frequentemente, outras relações, como as de parentesco (cf. *o seu pai*) e a relação entre uma parte e o todo a que pertence, incluindo a chamada "posse inalienável" de partes do corpo (cf. *os seus olhos*). Enquanto complementos do nome, os possessivos podem também ter um papel temático, como agente (cf. *o seu último livro fez muito sucesso*), paciente (cf. *a sua prisão não era esperada*), meta (*eles vieram na minha direção*) e tema (cf. *não se esperava a sua saída do clube a uma hora tão tardia*).

---

introduzido pela preposição *a*. Nesta última sequência, *todas* está contido, plausivelmente, num sintagma nominal com um pronome nulo, o qual redobra o clítico: cf. *vi-as a* $[_{SN}$ *todas* [-]] *no cinema* (compare-se com *via-as a* $[_{SN}$ *todas elas*] *no cinema*). Em *via-as todas no cinema* (sem a preposição *a*), podemos supor que *todas* se combina igualmente com um pronome nulo, e não com o clítico diretamente: cf. *vi-as* $[_{SN}$ *todas* [-]] *no cinema*.

[47] A forma *cujo* é a contraparte relativa de um pronome possessivo de 3.ª pessoa: cf. *a Ana, cujo colar misteriosamente desapareceu, queixou-se à polícia* (cf. Cap. 39.3.5).

[48] As formas de 3.ª pessoa gramatical dos possessivos pertencem igualmente à série pronominal de 2.ª pessoa semântica que tem como "âncora" o pronome *você*(*s*) (cf. Quadro 2); ou seja, *o seu pai* tanto pode significar 'o pai dele(s)/dela(s), da(s) pessoa(s) sobre quem se fala', como 'o pai do ouvinte (singular), a quem o falante se dirige' (cf. Cap. 52).

[49] Em inglês, um sintagma nominal não pronominal pode ocorrer como complemento ou modificador do nome, no caso genitivo, numa posição e numa função equivalentes às do pronome pessoal possessivo: cf. *the student's father* 'o pai do estudante' a par de *his father* 'o seu pai'. Nesta língua, o caso genitivo é marcado morfologicamente no sintagma nominal pleno por um *s* precedido de apóstrofo quando este é singular, e apenas pelo apóstrofo quando este é plural (cf. *the students' father* 'o pai dos estudantes').

O valor dos pronomes possessivos na dimensão de pessoa é determinado deiticamente na primeira e na segunda pessoa (conforme refiram o falante ou o ouvinte); na terceira pessoa semântica, o seu valor pode ser determinado quer deiticamente (cf. *os seus alunos são os melhores de todo o liceu*, dito por um falante que aponta para um determinado professor) quer anaforicamente (cf. *não gosto d**aquele professor***; *a sua atitude é demasiado arrogante*, com o antecedente do pronome em negrito).

Os pronomes possessivos concordam em género e número com o nome nuclear do sintagma nominal (cf. *os meus livros*, *a sua caneta*). Isto implica que não adquirem os traços de género e número da entidade "possuidora" por eles referida. Devido a esse motivo, introduzem frequentemente uma ambiguidade potencial relativamente ao seu referente, a menos que o contexto situacional ou discursivo forneça indicações adicionais; assim, p.e., na frase *a sua atitude é demasiado arrogante*, *sua* tanto pode referir-se a uma pessoa singular (masculina ou feminina) como a um conjunto plural de indivíduos, em qualquer combinação de género. Assim, veja-se a frase *não gosto daqueles professores (e daquelas professoras); a sua atitude é demasiado arrogante*, e compare-se com a frase do final do parágrafo anterior: em ambos os casos, usa-se o mesmo pronome possessivo, *sua*[50].

23.4.3.5 Propriedades semânticas dos pronomes pessoais

Como vimos no Cap. 20, os pronomes pessoais são, por excelência, expressões referenciais, constituindo uma das três classes típicas de elementos com esta função, juntamente com os nomes próprios e as descrições definidas (cf. Cap. 20.2.1 e 20.3.1.1). Enquanto expressões referenciais, os pronomes pessoais especializam-se na designação dos participantes do discurso (os interlocutores): o falante, representado pelos pronomes de 1.ª pessoa semântica (cf. as formas de sujeito *eu*, *nós*, *a gente*), o ouvinte, representado pelos pronomes de 2.ª pessoa semântica (cf. as formas de sujeito *tu*, *você*, *vocês* e *vós*) e as entidades sobre as quais os interlocutores falam, representadas pelos pronomes de 3.ª pessoa semântica (cf. as formas de sujeito *ele*, *ela*, *eles* e *elas*). Os pronomes desempenham, pois, um papel central na **dêixis pessoal** (cf. 23.4.3.2 e Caps. 11 e 22.3.2.1).

> [9] Como nota Lyons (1977:638), o termo *pessoa* provém do nome latino *persona*, com o sentido de 'máscara', usado para traduzir os termos gregos que significavam 'personagem dramática' e 'papel (teatral)'. Segundo Lyons, a adaptação da palavra para designar uma categoria gramatical (e semântica) deriva, provavelmente, da conceção tradicional de que os atos de fala são como pequenos dramas, de que o falante e o ouvinte são os participantes. Nesse sentido, é de realçar que a 3.ª pessoa tem um estatuto diferente do da 1.ª e da 2.ª: em primeiro lugar, porque não tem de representar necessariamente um ser humano (cf., por exemplo, *a realidade não pode ignorar-se; ela está sempre presente, pronta a trucidar-nos*); e, em segundo lugar,

[50] Em contrapartida, em inglês, os pronomes possessivos adquirem os traços de género e número do seu referente, e não os do nome nuclear: cf. *his books* 'o seu-sg.masc. livro-pl.' (um só possuidor masculino de vários livros, = *os livros dele*) vs. *her books* 'o seu-sg.fem. livro-pl.' (um só possuidor feminino de vários livros, = *os livros dela*), vs. *their book* 'o seu-pl. livro-sg. (vários possuidores de um só livro, = *o livro deles* ou *o livro delas* (em inglês, no plural, não se distingue o género). Repare-se que, em inglês, não se trata aqui de concordância (não há partilha de traços com o nome do sintagma nominal), mas sim de uma "aquisição independente" de traços, que tanto pode ter uma origem dêitica como anafórica.

> porque, mais do que um participante no drama, a 3.ª pessoa é o assunto ou a matéria desse drama. Fazendo eco desta assimetria, alguns linguistas (cf., por exemplo, Benveniste 1966:228) propõem que a 3.ª pessoa não deve ser considerada como uma "pessoa", mas sim como a "não-pessoa", que se opõe à 1.ª e à 2.ª, essas, sim, plenamente pessoais.

Na medida em que referem o falante e o ouvinte, os pronomes pessoais de 1.ª e 2.ª pessoas não são propriamente pró-formas (cf. Caixa [1]), i.e., não podem "substituir" um sintagma nominal independente; como Lyons (1977, Cap. 15) assinala, *eu* não é equivalente ao sintagma nominal *o falante*, nem *tu* é equivalente ao sintagma nominal *o ouvinte*. Assim, o enunciado *o falante está com frio* pode ser (e é, normalmente) dito por alguém sobre uma terceira pessoa caracterizada como estando no uso da palavra. Não parece, portanto, existir um sintagma nominal pleno que tenha como significado exclusivo a autorreferência do falante enquanto produtor do discurso. Considerações semelhantes podem ser feitas sobre o ouvinte e o pronome de 2.ª pessoa. Note-se também que o pronome de 1.ª pessoa do plural, *nós*, não refere uma pluralidade de falantes, mas sim um grupo que inclui o falante e outras pessoas; ou seja, *nós* corresponde ou a 'eu + tu/você(s)' ou a 'eu + ele(s)' (cf. Cap. 52)[51].

O pronome *se* e o pronome nulo de 3.ª pessoa do plural podem receber uma interpretação existencial, equivalente a 'alguém' ou 'algumas pessoas', interpretação por vezes chamada "indefinida" ou "indeterminada", no caso do pronome nulo, e "impessoal", no caso de *se* (representa-se o sujeito pronominal nulo pela notação "[-]"):

(26) a. [-] Dizem que vai chover amanhã.[52]
b. Diz-se que vai chover amanhã.

Por sua vez, os pronomes pessoais de segunda pessoa (semântica) do singular, *tu* e *você* (incluindo a versão nula), podem receber uma leitura semelhante a uma interpretação genérica, na qual o ouvinte é implicitamente incluído num grupo que representa as pessoas em geral, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(27) a. Em Barcelona, se (*tu*) entras num museu sem camisa ou camisola, vais preso!
b. Na América, se *você* não tem um cartão de crédito, não pode pedir um empréstimo ao banco.

O pronome acusativo *o* pode funcionar, em orações copulativas, como uma pró-forma anafórica predicativa, que retoma um adjetivo (ou um sintagma adjetival) predicativo: cf. *o Pedro é muito inteligente, e a Maria também o é*[53]. Também pode ser uma pró-forma oracional, substituindo uma oração subordinada argumental de complemento direto (cf. Cap. 36):

---

[51] São, possivelmente, exceções as cerimónias coletivas que envolvam respostas, orações, encantações rituais ou juramentos, em que todo o grupo, coletivamente, diz a mesma coisa.

[52] Alguns falantes aceitam o pronome explícito de 3.ª pessoa do plural com este sentido: cf. *eles dizem que vai chover amanhã*.

[53] No entanto, muitos falantes preferem usar uma construção elíptica em vez da construção com o pronome *o*: cf. *o Pedro é muito inteligente e a Maria também é* (i.e., *também é ~~muito inteligente~~*; cf. Cap. 45).

(28) a. Eu sabia-*o*. (cf. *eu sabia que a reunião fora adiada*)
b. O locutor afirmou-*o*. (cf. *o locutor afirmou que a reunião fora adiada*)

Passemos agora a uma discussão sobre a composição semântica interna dos pronomes pessoais de 3.ª pessoa (semântica) no seu uso referencial. Estes pronomes integram o sentido do artigo definido. Ou seja, têm uma interpretação [+definida], referindo entidades identificadas e conhecidas do falante e do ouvinte, quer deiticamente (cf. (29a)) quer anaforicamente (cf. (29b,c)) – no caso de (29c), retomando uma entidade introduzida no universo do discurso por um sintagma nominal indefinido[54]:

(29) a. (O falante aponta para uma criança) *Ela* está cheia de fome.
b. Chamei pelo miúdo para dar-*lhe* uma descompostura.
c. Uma enfermeira saiu do hospital apressadamente. Pouco depois, vimo-*la* entrar num carro que estava parado do outro lado da rua.

A componente nominal dos pronomes pessoais de 3.ª pessoa é extremamente geral, cobrindo praticamente todas as categorias ontológicas da realidade. Ainda que o seu uso mais comum (e mais frequente) seja na designação de seres humanos, os pronomes pessoais podem também usar-se para falar de outros tipos de entidades. Este comportamento é bem claro no caso dos pronomes acusativos, que podem representar objetos materiais, animais, situações e outras noções abstratas. Ou seja, estes pronomes podem recuperar nomes quer com o traço [+humano], quer com o traço [–humano], com qualquer dos dois valores para [±concreto], como se ilustra em (30):

(30) a. Vou visitá-*los* amanhã, os meus amigos.
b. Tenho de *o* levar para a oficina, o meu automóvel.
c. Tenho de *o* levar ao veterinário, o meu cão.
d. Todas as situações que mencionaste são muito significativas e tenho a certeza que o juiz *as* vai considerar atentamente.

Outra particularidade dos pronomes pessoais acusativos de 3.ª pessoa é o facto de terem a mesma forma do artigo definido, o que constitui, do ponto de vista sincrónico, um reflexo morfológico da sua componente semântica definida, própria desse artigo (para além de ser um reflexo da relação histórica entre as duas formas – cf. Nota 16 e Cap. 22).

> [10] Alguns linguistas (cf., para o português, Raposo 1995, 1998, 2002) consideram que a identidade morfológica entre o artigo definido (cf. *levei* [o *meu cão*] *ao veterinário*) e os pronomes pessoais acusativos (cf. *levei-o ao veterinário*), acrescida do facto de uns e outros se caracterizarem pelo traço semântico [+definido], justifica concluir que se trata da mesma forma gramatical, e não de formas homófonas pertencentes a duas classes distintas. Nessa análise, os pronomes pessoais acusativos são artigos definidos (logo, sem qualquer componente semântica nominal) que ocorrem em sintagmas nominais elípticos, i.e., com um nome omitido mas recuperável a partir do contexto situacional ou discursivo (cf. 23.1). Assim, num contexto em que o meu

[54] Sobre os usos dêiticos e anafóricos do artigo definido, cf. Cap. 22.1.2.1.5 e 22.3.2.1.

cão está presente ou foi mencionado no discurso anterior, a frase *levei-o ao veterinário* manifesta elipse do grupo nominal do complemento direto (cf. *levei* [o ~~(meu) cão~~] *ao veterinário*), grupo nominal esse que é recuperado contextualmente (cf. Cap. 45). Ou seja, o "pronome pessoal clítico acusativo" não é mais do que o artigo definido de um sintagma nominal elíptico.

Nesta análise, a forma *o* tradicionalmente considerada como "pronome demonstrativo" também não se distingue da forma *o* tradicionalmente considerada como "pronome pessoal", sendo ambas reduzidas ao artigo definido: a diferença reside apenas no facto de, no caso do "pronome pessoal", se omitir a totalidade do grupo nominal, ao passo que, no caso do "pronome demonstrativo", apenas se omite parte do grupo nominal (o nome ou um grupo mais pequeno contendo o nome), ficando algum material lexical "remanescente" (cf. Cap. 45): cf., por exemplo, *levei o meu cão ao veterinário e amanhã tenho de levar também o do vizinho*, cujo segundo SN se obtém por elipse do nome *cão* (*o ~~cão~~ do vizinho*), permanecendo o modificador *do vizinho*.

Dado que o artigo definido é um **clítico** (i.e., um elemento sem acento prosódico atribuído no léxico), precisa de um "hospedeiro" prosódico apropriado, i.e., de uma palavra ou de uma sequência de palavras acentuada prosodicamente na qual se possa integrar (cf. Cap. 42). Esse hospedeiro é normalmente o material linguístico que segue o artigo dentro do sintagma nominal: cf. *o meu livro*, *o belo livro*, *o livro*, entre outras possibilidades. Quando apenas o nome do sintagma nominal é omitido por elipse, a primeira unidade acentuada do material "remanescente" (i.e., não omitido) serve de hospedeiro ao artigo: cf. *o do vizinho*, na frase dada como exemplo no parágrafo anterior. Como vimos, neste contexto, o artigo definido é chamado "pronome demonstrativo" na gramática tradicional. Quando todo o grupo nominal é elidido, o artigo tem de integrar-se prosodicamente no verbo: cf. *levei-o ao veterinário*. Neste contexto, o artigo definido é chamado "pronome pessoal (clítico)" na gramática tradicional. Dependendo de fatores variados (cf. Cap. 42), o artigo pode ligar-se à esquerda do verbo (como proclítico; cf. *eu não o levei ao veterinário*), à direita do verbo (como enclítico; cf. *levei-o ao veterinário*) ou ainda no interior da forma verbal (como mesoclítico; cf. *eu levá-lo-ia ao veterinário se não estivesse a chover*).

Os pronomes pessoais de 3.ª pessoa nominativos (com a função de sujeito), dativos (com a função de complemento indireto), oblíquos (com a função de complemento de uma preposição) e possessivos (com a função de complemento ou modificador de um nome) são usados sobretudo para designar seres humanos (cf. (14c) e (25), entre muitos outros exemplos apresentados ao longo desta Gramática). No entanto, com menos frequência, também podem referir coisas, animais, situações e conceitos abstratos, como se ilustra nos exemplos abaixo, alguns deles retirados do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (CRPC)[55].

❖ Exemplos com pronomes nominativos

(31) a. Ainda no domínio das telecomunicações, a TV é, sem dúvida, uma das principais aplicações do electromagnetismo. *Ela* modificou profundamente a vida do Homem, a partir da sua descoberta. (CRPC, Cruz et al., *Física 8*)

b. Ao recusar-se a fazer uma verdadeira reforma fiscal, o Governo recusa-se a ir buscar o dinheiro onde *ele* está. (CRPC, *Público*)

[55] Exemplos extraídos do *subcorpus* escrito. Nos exemplos, sublinhamos o antecedente dos pronomes.

c. Sr.ª Deputada, não faz qualquer sentido estar a esconder a realidade. *Ela* está aí, perante toda a gente! (CRPC, *DAR*)
d. É que embora haja golfinhos em quantidade nos mares dos Açores, *eles* estão em vias de extinção a nível mundial. (CRPC, *DAR*)
e. Talvez não seja descabido recordar aqui o que Maeterlinck pinta, com a sua admirável mestria, quando descreve a vida das formigas, ao salientar que *elas*, por serem gulosas do líquido açucarado segregado por certo pulgão, transportam este para os celeiros do seu formigueiro, a fim de lhe sugarem o precioso néctar. (CRPC, *DSAN*)

❖ Exemplos com pronomes dativos

(32) a. A situação que acabou de se descrever é inédita, e o juiz vai-*lhe* prestar a devida atenção.
b. Os pronomes representam conceitos nominais muito gerais, o que *lhes* permite representar uma gama vasta de sintagmas nominais semanticamente diversos.
c. As capas de chintz ficam com uma aparência mais perfeita quando se *lhes* aplica uma aba pregueada e um vivo nas linhas das costuras. (CRPC, Jones et al., *Decoração*)
d. A Expo 98 revelou-se um sucesso tanto ao nível da qualidade como da quantidade. Ao contrário do que alguns preconizavam, não se *lhe* seguiu uma quebra. (CRPC, *DAR*)
e. Afinal parvo é aquele que entra na jaula do leão para lutar com ele, em vez de cortar-*lhe* o sustento e sentar-se a vê-lo morrer. (CRPC, Saramago, *Cerco*)

O uso de pronomes dativos para designar coisas e animais é particularmente frequente no chamado "dativo de posse" (cf. Cap. 28.1.3.2.2.4), em que o pronome representa o "possuidor" da entidade representada por um sintagma nominal ao qual o pronome se associa, como se ilustra nos seguintes exemplos (sublinha-se o antecedente do pronome e coloca-se em negrito o sintagma nominal associado):

(33) a. Os olhos dos carneiros fazem-me pena – proferiu Luzia. – Não parece que se estão a queixar da escravidão sem glória a que o homem os sujeita? É verdade; parece até que estão a olhar para nós e a chorar a costeleta que *lhes* havemos de talhar n**o flanco** para o almôço – respondeu Tiago sorrindo. (CRPC, Aquilino, *Gavião*)
b. A mesa está suja. Vou começar por limpar-*lhe* **os pés**.
c. O carro pifou. Tenho de arranjar-*lhe* **o motor**.

❖ Exemplos com pronomes oblíquos

(34) a. O mel também pode ser usado na culinária. Com *ele*, a dona de casa pode fazer balas, biscoitos e até pão. (CRPC, Freitas, *Receitas*)
b. Nós pensamos que o direito à vida é um dos direitos fundamentais, é um dos direitos humanos mais preciosos – por *ele* nos batemos, por *ele* nos continuaremos a bater. (CRPC, *DAR*)
c. "A Mosca", que foi na época da sua estreia um grande êxito, é uma emocionante e fascinante história de horror sobre a experiência falhada de um

cientista que acaba por se fundir geneticamente com uma mosca vulgar, trocando com *ela* de cabeça. (CRPC, *Público*)

d. Afinal parvo é aquele que entra na jaula do leão para lutar com *ele*, em vez de cortar-lhe o sustento e sentar-se a vê-lo morrer. (CRPC, Saramago, *Cerco*)

❖ Exemplos com pronomes possessivos

(35) a. Este aparelho de televisão foi construído com as mais modernas técnicas e materiais; a *sua* duração nunca será inferior a pelo menos vinte anos.

b. Os pronomes variam em número, pessoa e género, mas a *sua* característica morfológica mais importante é a variação casual.

c. Exemplo para os povos que em nós revêem a sua história terá de ser a consolidação da democracia em Portugal. Mas a democracia nas *suas* principais componentes: política, económica e social. (CRPC, *DAR*)

d. Para semelhantes exemplares do género humano a vida representava pouco. Representava pouco para eles, quanto mais para os seus senhores. Por isso os portugueses davam neles como em moscardos saídos em alvoroço para fora do *seu* vespeiro. (CRPC, Aquilino, *Constantino de Bragança*)

É relevante notar que, na maior parte dos casos em que os pronomes pessoais de 3.ª pessoa referem entidades não humanas, fazem-no anaforicamente, i.e., adquirem o seu valor referencial a partir de um sintagma nominal antecedente ocorrido anteriormente no contexto discursivo. Nesse aspeto, de certo modo, têm um comportamento semelhante ao dos especificadores "puros", quando estes ocorrem em sintagmas nominais elípticos (cf. a discussão dos paradigmas (3) e (4) em 23.1).

Existe, no entanto, uma diferença importante entre os especificadores "puros" que ocorrem em contextos elípticos como (3)/(4) e os pronomes pessoais de 3.ª pessoa, que justifica não assimilar estes àqueles. Considerem-se os seguintes exemplos:

(36) a. O meu amigo escreveu um livro novo, mas *este* não foi bem acolhido pela crítica.

b. O meu amigo escreveu um livro novo, mas *ele* não foi bem acolhido pela crítica.

Nestas frases, quer *este* quer *ele* podem referir anaforicamente, tendo como antecedente o sintagma nominal *um livro novo*. No entanto, apenas *este*, mas não *ele*, pode ser seguido pelo nome *livro*, como se ilustra a seguir:

(37) a. O meu amigo escreveu um livro novo, mas *este livro* não foi bem acolhido pela crítica.

b. *O meu amigo escreveu um livro novo, mas *ele livro* não foi bem acolhido pela crítica.

Explica-se este contraste se considerarmos que, em (36a), este é um determinante "puro" que integra um sintagma nominal com elipse (*este ~~livro~~*), em que o nome *livro* está omisso, sendo recuperável contextualmente; nesse caso, ainda que de

forma redundante, o nome pode ocorrer explicitamente, como em (37a), o que é típico do fenómeno da elipse (cf. Cap. 45).

Em contrapartida, em (36b), o pronome não está contido num sintagma nominal elíptico; ou seja, o sintagma nominal contém exclusivamente o pronome, o qual incorpora um conteúdo nominal suficientemente geral para poder recuperar semanticamente o conceito 'livro'. Na medida em que já incorpora intrinsecamente uma componente nominal, o pronome não pode ser seguido por um nome (cf. (37b)).

Em resumo, enquanto *este* é um determinante "puro", sem qualquer conteúdo nominal, *ele*, e as restantes formas dos pronomes pessoais, são "verdadeiros" pronomes, que incorporam um conteúdo nominal[56].

23.5 Estatuto lexical dos pronomes

A definição de "pronome" através de uma propriedade de equivalência a uma classe sintagmática (o sintagma nominal) é, certamente, muito diferente do tipo de caracterização morfológica, sintática e semântica que está na base quer das classes de palavras lexicais, como nome, adjetivo e verbo, quer das classes de palavras gramaticais, como preposição, advérbio ou conjunção. Não é, pois, de admirar que os pronomes tenham sido uma das classes cujo estatuto tem sido dos mais questionados, sobretudo na linguística moderna.

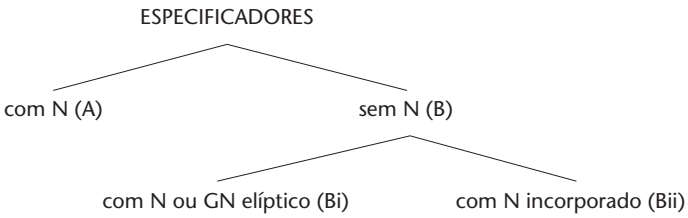
A equivalência sintática e semântica dos pronomes a sintagmas nominais, em particular o facto de combinarem intrinsecamente o valor de um especificador com uma componente de sentido nominal, sugere que, lexicalmente, deveriam ser assimilados ou à classe dos especificadores ou à classe dos nomes. Ambas as soluções têm os seus adeptos, quer na gramática tradicional quer na linguística contemporânea, embora a segunda seja mais difundida no âmbito da gramática tradicional.

> [11] Como já se mencionou, a forma morfológica da maioria dos pronomes é semelhante à dos especificadores que lhes correspondem: cf. a relação morfológica entre *isto* e *este*, entre *isso* e *esse*, entre *aquilo* e *aquele*, entre *algo*/*alguém* e *algum*, entre *nada*/*ninguém* e *nenhum*, entre *outrem* e *outro*, entre *tudo* e *todo*(*s*), bem como a identidade entre o artigo definido e os pronomes pessoais acusativos de 3.ª pessoa (cf. Caixa [10]). Essa morfologia comum sugere que os pronomes são basicamente especificadores incorporando uma componente nominal. No caso dos pronomes pessoais de 3.ª pessoa, esse especificador é o artigo definido[57]. Repare-se que esta posição é precisamente o inverso da posição mantida pela tradição gramatical luso-brasileira, que não reconhece uma classe de especificadores (à exceção dos artigos definido e indefinido), assimilando integralmente as formas que aqui se classificam como especificadores à classe dos pronomes (com as duas exceções assinaladas). Aceitando que os pronomes são especificadores que incorporam um nome, podemos

[56] Os pronomes acusativos de 3.ª pessoa são, possivelmente, uma exceção: cf. Caixa [10].

[57] A hipótese de que os pronomes pessoais de 3.ª pessoa são artigos definidos que incorporam uma componente nominal não encontrou eco na maioria dos gramáticos tradicionais. Uma exceção notável é o filólogo venezuelano Andres Bello, que, na sua *Gramática de la Lengua Castellana* (Bello 1903:72), diz: «…*él*, *ella*, *ellos*, *ellas*, … como [siendo] las formas abreviadas del artículo»; e continua, em nota, «¿Cómo es que en castellano, donde salta a los ojos la [identidad] de *él* y *el*, tienen algunos dificultad en aceptarla?». Na linguística contemporânea, a hipótese foi defendida pela primeira vez por Postal (1969) e, para o português, por Raposo (1973, 1998, 2000, 2002; cf. também a Caixa [10]).

apresentar uma tipologia da classe geral dos especificadores. No seu topo, distinguimos, por um lado, o uso dos especificadores em combinação com um nome (N) ou um grupo nominal (GN), como em *este carro*, e, por outro lado, o uso dos especificadores sem um nome, como em *este carro é meu, aquele é teu* ou em *ele é meu amigo* (no esquema, "com/sem N" abrevia "combinado/não combinado com um nome ou um grupo nominal"; as letras maiúsculas entre parênteses introduzem-se por conveniência para designar as várias classes formadas):



A subclasse (A) corresponde aos pronomes adjetivos da gramática tradicional, e a subclasse (B) aos pronomes substantivos. Por sua vez, os especificadores da subclasse (B) dividem-se em duas outras subclasses: a subclasse (Bi), dos especificadores que ocorrem num sintagma nominal elíptico (i.e., cujo nome ou grupo nominal é foneticamente omitido e recuperado contextualmente), e a subclasse (Bii), dos especificadores que incorporam uma componente nominal e que, por conseguinte, não se combinam com um nome explícito. A maioria dos especificadores, como vimos, tem os usos (A) e (Bi), embora alguns só possam usar-se combinados com um nome (cf. Caixa [2]); quanto aos especificadores da classe (Bii), são precisamente aqueles definidos como pronomes nesta Gramática. Neste sistema, um "pronome" é, portanto, um especificador que incorpora um nome. A gramática tradicional não distingue entre as subclasses (Bi) e (Bii), chamando ambas de "pronomes substantivos".

23.6 Possibilidades combinatórias dos pronomes dentro do sintagma nominal

Como se viu em 23.3 e no final de 23.4, o facto de os pronomes incorporarem uma componente nominal explica que não se combinem com um nome ou com um grupo nominal independente. Assim, p.e., o pronome *alguém*, na medida em que já incorpora o conceito nominal 'pessoa' (em combinação com o determinante *algum*), não se pode combinar sintaticamente com um nome explícito, como se vê pela impossibilidade de ***alguém pessoa** ganhou um prémio importante* (comparar com *alguém ganhou um prémio importante*). Do mesmo modo, não se pode dizer ***vendo-te isto objeto** por trinta euros* (comparar com (6a)); ***naquele país, os bancos faliram; isto/isso situação** criou pânico nos mercados internacionais* (comparar com (7a)); ***há algo coisa** que me agrada nesta loja* (comparar com (9a)); ***nada coisa** me agrada nesta loja* (comparar com (10a)); ***tudo coisa** me agrada nesta loja* (comparar com (11a)); ***ela criança** está cheia de fome* (comparar com (29a)); ou ***chamei pelo miúdo para dar lhe miúdo** uma descompostura* (comparar com (29b))[58].

[58] No entanto, é possível dizer *levei o cão ao veterinário*, a par de *levei-o ao veterinário*; sobre esta possibilidade, cf. Caixa [10].

Os pronomes, no entanto, podem combinar-se com um número limitado de elementos dentro do sintagma nominal. As possibilidades combinatórias variam consoante o tipo de pronome, como se descreve nas subsecções seguintes[59].

23.6.1 Possibilidades combinatórias dos pronomes demonstrativos

Os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* podem combinar-se com os advérbios locativos *aqui*, *aí* e *ali* (cf. Cap. 22). As combinações permitidas são extremamente restritas: *isto* coocorre com *aqui* (cf. *isto aqui*), *isso* coocorre com *aí* (cf. *isso aí*) e *aquilo* coocorre com *ali* (cf. *aquilo ali*). Como se discutiu no Cap. 22.3.2.2, existe uma afinidade semântica entre os dois grupos de elementos, que partilham uma componente dêitica de sentido espacial, na qual tanto o falante como o ouvinte funcionam como coordenadas: *isto* e *aqui* apontam para um espaço perto do falante; *isso* e *aí* apontam para um espaço perto do ouvinte e *aquilo* e *ali* apontam para um espaço afastado quer do falante quer do ouvinte.

Os pronomes demonstrativos podem também combinar-se com locuções prepositivas (cf. Cap. 32.10.3.2) semanticamente locativas, como *ao lado de*, *ao pé de*, *debaixo de*, *em cima de*, etc. Para alguns falantes, esta possibilidade é mais aceitável quando um dos advérbios locativos também está presente: cf., por exemplo, *isto* (*aqui*) *ao pé de mim*, *isso* (*aí*) *debaixo da mesa*, *aquilo* (*ali*) *ao lado do Eduardo*.

Os pronomes demonstrativos combinam-se igualmente com orações relativas restritivas (cf. Cap. 39): cf. *não sei o que é isto que apareceu no meu jardim*, *isso que tu me deste não vale nada*, *aquilo que está em cima da mesa é uma caixinha de rapé*. Como se viu no Cap. 22.3.5, a combinação com uma oração relativa restritiva é uma característica que praticamente define o uso antecipatório do demonstrativo *aquilo*: cf., por exemplo, *lembras-te daquilo que comprámos no verão passado?*

Os pronomes demonstrativos podem também combinar-se com um advérbio focalizador, uma classe que inclui *apenas*, *até*, *nem*, *só* e *também*, entre outros (cf. Cap. 33): cf. {*apenas/até/mesmo/nem/também*} *isso me surpreendeu*.

23.6.2 Possibilidades combinatórias dos pronomes quantificacionais

Os pronomes indefinidos *alguém*, *ninguém* (que incorporam o traço nominal [+humano]) e *algo* podem combinar-se com modificadores de nomes, quer sintagmas preposicionais quer orações relativas restritivas, como se ilustra nos seguintes paradigmas:

(38) a. Acabei de ver na festa *alguém que eu conheço*.
b. Só *alguém com muita força de caráter* poderá finalizar este projeto.
c. *Alguém neste departamento* tem de conhecer as regras, não?

(39) a. Não encontro *ninguém que valha a pena conhecer melhor*.
b. *Ninguém nesta casa* tem qualquer sentido da realidade.
c. Nesta casa, não há *ninguém com qualquer sentido da realidade*.

[59] Para além das possibilidades combinatórias dentro do sintagma nominal de que são o núcleo, os pronomes podem combinar-se com apostos (que, na escrita, ocorrem entre vírgulas); estes não pertencem à estrutura interna do sintagma nominal e funcionam como um comentário sobre o referente do pronome (cf. Cap. 27): cf., por exemplo, *nós, que não temos nada a ver com isto, decidimos retirar-nos*; *alguém, por sinal um político bem conhecido, convidou a Maria para jantar fora*.

(40) a. Aconteceu *algo que eu não consigo explicar*.
b. A Maria viu *algo com uma aparência muito estranha*.
c. *Algo nesta sala* está fora do seu sítio normal.

Os pronomes *tudo* e *nada* têm possibilidades combinatórias um pouco mais alargadas do que as dos restantes pronomes quantificacionais. No entanto, diferem entre si no que respeita à maneira como se ligam ao material com o qual se combinam: enquanto *tudo* se liga de forma direta, *nada* exige a presença da preposição de ligação *de*[60]. Estes pronomes podem combinar-se com os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*, como se ilustra em (41):

(41) a. *Tudo* {*isto*/*isso*/*aquilo*} foi em vão.
b. *Nada* {*disto*/*disso*/*daquilo*} foi em vão.

Estes pronomes ocorrem também com orações relativas restritivas iniciadas pela locução pronominal relativa *o que* (cf. Cap. 39.3.2):

(42) a. *Tudo o que eu disse* é verdade.
b. *Nada do que eu disse* é verdade.

Podem também combinar-se com modificadores preposicionais semanticamente locativos (em particular aqueles que têm como núcleo a preposição *em*), não sendo, nesse caso, necessária (nem possível) a preposição de ligação *de* a seguir ao pronome *nada*: cf. *tudo neste país custa caríssimo*, *nada neste país funciona*.

23.6.3 Possibilidades combinatórias dos pronomes pessoais

As formas fortes dos pronomes pessoais (cf. 23.4.3.3.4) podem combinar-se com expressões quantificacionais de vários tipos, como se descreve a seguir.

❖ No plural, podem combinar-se com os determinantes indefinidos *um* e *algum* (e variantes), e com os quantificadores *muitos*, *poucos* e *vários* na construção partitiva (cf. Cap. 20.3.4.3.3), ocorrendo entre os dois elementos a preposição de ligação *de*: cf. *um deles não acabou o curso*, *algumas delas decidiram não ir à festa*, *alguns de nós decidiram não ir à festa*.

❖ No plural, podem combinar-se com o quantificador universal *todos*, (i) seguindo-o (cf. os exemplos (a) de (43) e (44), que constituem a opção menos marcada), (ii) precedendo-o (cf. os exemplos (b) de (43) e (44)) ou (iii) quando o grupo tem a função de sujeito, como nestes paradigmas, na construção de flutuação do quantificador (cf. os exemplos (c) de (43) e (44); sobre esta construção, cf. Cap. 20):

(43) a. *Todas elas* foram convidadas para a festa.
b. *Elas todas* foram convidadas para a festa.
c. *Elas* foram *todas* convidadas para a festa.

[60] Esta combinatória é a contraparte pronominal da combinação análoga dos quantificadores *todos* e *nenhum* com um sintagma nominal subsequente: sem preposição de ligação no caso de *todos* (cf., por exemplo, *todos* {*estes/esses/aqueles*} *livros*), com a preposição de ligação *de* no caso de *nenhum* (cf., por exemplo, *nenhum* {*destes/desses/daqueles*} *livros*).

(44) a. *Todos nós* decidimos ir ao cinema.
b. *Nós todos* decidimos ir ao cinema.
c. *Nós* decidimos *todos* ir ao cinema.

Quando o pronome sujeito é omitido (a opção do sujeito nulo; cf. Cap. 43), obtêm-se, a partir de (43) e (44), respetivamente (45) e (46) ("[-]" representa o sujeito nulo; (45a) corresponde a (43a), (45b) a (43c), (46a) a (44a) e (46b) a (44c))[61]:

(45) a. *Todas* [-] foram convidadas para a festa.
b. [-] Foram *todas* convidadas para a festa.

(46) a. *Todos* [-] decidimos ir ao cinema.
b. [-] Decidimos *todos* ir ao cinema.

❖ Também no plural, podem combinar-se com um sintagma nominal formado pelo artigo definido seguido de um numeral cardinal maior do que 1, ocorrendo o sintagma nominal à direita do pronome, como se ilustra nos exemplos (a) de (47) e (48); também é aceitável, para a maioria dos falantes, uma variante sem o artigo definido, como nos exemplos (b). Quando o artigo está presente, o sintagma nominal cardinal pode ocorrer à direita do verbo, numa construção semelhante à flutuação do quantificador *todos* (cf. os exemplos (c))[62]:

(47) a. *Eles* <u>*os dois*</u> vão passar as férias a Vila do Conde.
b. *Eles* <u>*dois*</u> vão passar as férias a Vila do Conde.
c. *Eles* vão <u>*os dois*</u> passar as férias a Vila do Conde.

(48) a. *Nós* <u>*os três*</u> decidimos fazer uma viagem a Paris.
b. *Nós* <u>*três*</u> decidimos fazer uma viagem a Paris.
c. *Nós* decidimos <u>*os três*</u> fazer uma viagem a Paris.

❖ Tal como os sintagmas nominais plenos e os pronomes demonstrativos, os pronomes pessoais podem combinar-se com um advérbio focalizador: cf. {*apenas/até/mesmo/nem/também*} *ele achou que o vinho era péssimo*.

❖ Os pronomes pessoais, sobretudo na função de sujeito, podem combinar-se com os adjetivos intensificadores *próprio* e *mesmo* (e as suas variantes em género e número), ocorrendo estes depois do pronome, indicando o caráter inesperado

[61] O exemplo com sujeito nulo que corresponde a (43b) é linearmente idêntico a (45a), e o exemplo com sujeito nulo que corresponde a (44b) é linearmente idêntico a (46a), com a diferença de que o pronome nulo ocorre à esquerda do quantificador. A combinação do pronome com o quantificador *ambos* é aceitável com "flutuação" do quantificador (incluindo com sujeito nulo): cf. <u>*eles*</u> *responderam* <u>*ambos*</u> *à pergunta* e [-] *responderam* <u>*ambos*</u> *à pergunta*; a combinação direta deste quantificador com o pronome, no entanto, produz um resultado marginal: cf. ??<u>*eles ambos*</u> *responderam à pergunta* e ??<u>*ambos eles*</u> *responderam à pergunta*.

[62] Neste caso, a opção do sujeito nulo só é inteiramente aceitável na construção de flutuação: cf. [-] *vão* <u>*os dois*</u> *passar as férias a Vila do Conde*, [-] *decidimos* <u>*os três*</u> *fazer uma viagem a Paris*. Quando o SN cardinal se combina diretamente com o pronome (i.e., sem "flutuação"), o sujeito nulo é aceitável na 3.ª pessoa, mas menos na 1.ª ou 2.ª pessoas: cf. [-] <u>*os dois*</u> *vão passar as férias a Vila do Conde*, mas ?[-] <u>*os três*</u> *decidimos fazer uma viagem a Paris*. Do mesmo modo, [-] <u>*os dois*</u> *estão convidados para a festa* recebe facilmente uma interpretação de 3.ª pessoa (como em *eles os dois estão convidados para a festa*), mas não tão facilmente uma interpretação de 2.ª pessoa (ou seja, a que corresponde a <u>*vocês os dois*</u> *estão convidados para a festa*, com o pronome realizado). Já em [-] *estão* <u>*os dois*</u> *convidados para a festa*, com flutuação do SN cardinal, se pode ter facilmente uma interpretação de 2.ª pessoa.

de se atribuir uma determinada predicação ao referente do pronome (cf. *ele próprio/mesmo achou que o vinho era péssimo*)[63]. O sentido de surpresa destas expressões é o mesmo que se obtém com os advérbios focalizadores *até* ou *mesmo* precedendo o pronome: cf. *até/mesmo ele achou que o vinho era péssimo*. Em orações copulativas impessoais, a sequência *ele próprio/mesmo* pode ocorrer em função predicativa, servindo para o falante reforçar a identidade da pessoa referida: cf. *é ela própria/mesma*. Quando *mesmo* precede o pronome, como advérbio focalizador, introduz um elemento adicional de surpresa: cf. *é mesmo ela!*[64]

❖ Combinados com um pronome pessoal ou reflexo, os adjetivos *mesmo* e *próprio* podem também funcionar como expressões anaforizantes (cf. Cap. 41), isto é, facilitadoras de uma leitura em que o pronome é anaforicamente dependente de um antecedente: cf. *a Isabel confia nela própria/mesma*, *o Pedro só sabe falar de si próprio/mesmo*.

❖ Quando têm função de vocativo, os pronomes pessoais de 2.ª pessoa podem combinar-se com o advérbio locativo dêitico de 2.ª pessoa, que designa um lugar próximo do ouvinte: cf. (*ó*) *tu aí, sai da minha frente!*

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Aquilino, *Constantino de Bragança* – Ribeiro, Aquilino (1947) *Constantino de Bragança: VII Vizo-Rei da Índia*. Lisboa. Portugália.

Aquilino, *Gavião* – Ribeiro, Aquilino (1935) "Quando ao Gavião Cai a Pena". *In Quando ao Gavião Cai a Pena*. Lisboa. Livraria Bertrand.

Cruz et al., *Física 8* – Cruz, Maria Natália, Isabel P. Martins e Anabela Martins (1987[3]) *À Descoberta da Física*, 2.º vol. Porto. Porto Editora.

DAR – Diário da Assembleia da República.

Diário de Notícias.

DSAN – Diário das Sessões da Assembleia Nacional.

Freitas, *Receitas* – Freitas, N. *Receitas Internet*, vol. 01.

Jones et al., *Decoração* – Jones, Charyn, Deborah Evans e Carolyn Chapman (1990) *O Grande Livro de Decoração do Lar de Laura Ashley*. Lisboa – S. Paulo. Verbo, SA.

Público.

Saramago, *Cerco* – Saramago, José (1989) *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa. O Campo da Palavra.

[63] Recorde-se que *mesmo*, enquanto advérbio focalizador, pode também preceder o pronome, como se viu acima.

[64] Só o adjetivo *próprio*, mas não o adjetivo *mesmo*, se pode combinar com um sintagma nominal pleno (não pronominal) com os significados descritos no texto: cf. *o próprio Eduardo achou que o vinho era péssimo*. Em *o mesmo Eduardo achou que o vinho era péssimo*, o sentido de *mesmo* já não é o de um intensificador, mas sim de um elemento que assere que a identidade do referente é idêntica à do referente introduzido por um sintagma nominal semelhante ocorrido anteriormente.

24 NUMERAIS **921**
24.1 Sistemas de numeração indo-árabe e romano **922**
24.1.1 Numeração indo-árabe 922
24.1.2 Numeração romana 923
24.2 Classes de numerais **924**
24.2.1 Numerais cardinais comuns 929
24.2.1.1 Caracterização geral 929
24.2.1.2 Processos de formação dos numerais cardinais comuns 931
24.2.2 Numerais cardinais especiais 934
24.2.3 Numerais ordinais 935
24.2.4 Numerais multiplicativos 937
24.2.5 Numerais fracionários 939
24.2.6 Numerais percentuais 940
24.3 Uso impreciso e lexicalização dos numerais **941**
24.4 Questões de concordância **942**
24.5 Escrita dos numerais **945**
Fontes das abonações **946**

24 NUMERAIS*

Classificam-se tradicionalmente como **numerais** as palavras e expressões[1] que, tendo como base o conceito matemático de número[2], denotam, de modo exato, uma quantidade ou uma posição numa sequência. Os numerais subclassificam-se nos seguintes tipos:

(i) **numerais cardinais**: designam números inteiros não negativos, ou seja, os números naturais e o zero; esta subclasse de numerais divide-se na subclasse dos **cardinais comuns**, como *dois*, *vinte*, *vinte e três*, etc., e na subclasse dos **cardinais especiais** (também chamados **coletivos**), como *dezena*, *dúzia, centena*, *milhar*, etc. (cf. Cap. 21);

(ii) **numerais ordinais**: designam a posição numa sequência, como *primeiro*, *segundo*, *terceiro*, etc.;

(iii) **numerais multiplicativos**: designam múltiplos; podem ser constituídos por uma só palavra – são chamados **multiplicativos sintéticos** –, como *dobro* e *duplo* (respetivamente nome e adjetivo), *triplo, quádruplo*, etc., ou por mais de uma palavra – são chamados **multiplicativos analíticos** –, como *três vezes*, etc.;

(iv) **numerais fracionários**: designam frações, como *meio*, *metade*, *terço*, *quarto*, *três quartos*, *treze avos*, etc.;

(v) **numerais percentuais**: designam uma proporção ou relação entre dois valores com base na centena, como *três por cento*.

* A autora agradece a Elfrida Ralha e Fernanda Estrada a leitura atenta de uma versão prévia deste texto e o contributo que deram para o seu aperfeiçoamento, corrigindo imprecisões e sugerindo aditamentos, sobretudo no domínio da matemática. Agradece-se também o importante contributo de Nuno Crato. A todos se agradecem igualmente as sugestões bibliográficas.

[1] Em linguagem matemática, chama-se **numeral** à representação de um número através de palavras, símbolos ou gestos. Este capítulo incide, naturalmente, sobre as representações do primeiro tipo, ou seja, sobre as "palavras numerais" (aquilo a que Menninger [1958] 1969 chama "*Zahlwörter*"/"*number words*", por oposição a "*Ziffern*"/"*number symbols*").

[2] É preciso não confundir *número* – entidade abstrata – com *numeral* – convenção que permite representar os números. Assim, por exemplo, o número 'três' pode representar-se de diversas maneiras, entre as quais *3*, *+3*, *III*, *5 – 2* ou $\sqrt{9}$ (na linguagem matemática) ou *três*, *three* ou *τρία* (na escrita de três línguas naturais distintas, nomeadamente português, inglês e grego).

24.1 Sistemas de numeração indo-árabe e romano

Chama-se **sistema de numeração** a um conjunto de símbolos e de convenções utilizado para representar os números. Apresentam-se brevemente os dois sistemas de escrita simbólica dos números que "convivem" com as palavras na escrita do português atual: a numeração indo-árabe e a numeração romana[3].

24.1.1 Numeração indo-árabe

O sistema de **numeração indo-árabe** (também chamado **hindu** e **indo-arábico**) foi criado na Índia (possivelmente com alguma influência da civilização babilónica e, hipoteticamente, do ábaco chinês; cf. Menninger [1958] 1969:398 e Katz [1993] 1998:232) por volta do séc. VI, depois de uma longa evolução. Posteriormente, no séc. VIII, foi transmitido aos árabes muçulmanos, na sequência das suas incursões pelo território setentrional da Índia. Estes adaptaram-no e desenvolveram-no (por exemplo, introduzindo as frações decimais), tendo-o transmitido aos povos do Mediterrâneo. Um dos responsáveis por essa divulgação foi o matemático árabe al-Khwarizmi (c. 780-850), cujo nome (em latim, *Algorismus*) está na origem das palavras *algarismo*, *algorismo* e *algoritmo*. Al-Khwarizmi escreveu, entre outros, um tratado de aritmética (c. 820 d.C.) em que explicava o uso dos novos numerais provenientes da Índia, hoje conhecidos como "numerais árabes": 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e ainda o 0[4]. As traduções latinas desse pequeno livro permitiram a divulgação, no Ocidente, do novo sistema de numeração[5]. Em 1202, o matemático italiano Leonardo de Pisa (Fibonacci) (1180-c. 1250) escreveu a sua obra *Liber Abaci*, em que explicava este sistema de numeração e os algoritmos das equações aritméticas correspondentes. Estava preparado o terreno para a adoção generalizada dos numerais indianos e das novas operações aritméticas no Ocidente (cf. Menninger [1958] 1969:425).

O sistema indo-árabe é um sistema de numeração posicional, com uma base decimal. Os algarismos assumem um determinado valor em função da posição que ocupam dentro do numeral.

Para compreender as regras de formação das palavras e expressões numerais (cf. 24.2.1.2), é necessário ter presentes conceitos como o de **classe** de unidades e o de **ordem** de um algarismo. Estes conceitos estão associados ao valor posicional dos algarismos.

Os numerais com um, dois ou três dígitos (p.e., *sete* (7), *noventa e sete* (97) ou *duzentos e noventa e sete* (297)) correspondem a uma única classe de unidades – as

---

[3] Para uma visão detalhada da história da linguagem numérica, verbal e simbólica, veja-se Menninger ([1958] 1969).

[4] A palavra *zero* deriva, provavelmente, do árabe *sifr* (tradução árabe do sânscrito *sunyu* 'vazio'), latinizado em *cifra* ou *zephirum*/*cephirum*.

[5] Nas traduções latinas do livro de al-Khwarizmi, os símbolos de 0 a 9 eram chamados "*littĕrae*" (*letras*, em português), e era assim que os designavam ainda os aritméticos portugueses do séc. XVI. Só mais tarde começaram a ser chamados "algarismos". Segundo Machado ([1952] 1977, s.v.), os mais antigos textos conhecidos em que ocorre a palavra "algarismo" são a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, publicada em 1614 (31 anos após a morte do escritor), e a primeira *Década* da Ásia, de João de Barros, impressa em 1552. Note-se a originalidade da designação "algarismo" em português (contrariamente ao que acontece com o termo "dígito", que tem equivalentes próximos nas outras línguas ocidentais): em espanhol e italiano o termo correspondente é "*cifra*", em francês "*chiffre*", em alemão "*Ziffer*", etc. (As observações contidas nesta nota foram, em grande parte, sugeridas por Fernanda Estrada e Elfrida Ralha (c.p.)).

unidades simples. Naqueles que contêm quatro dígitos, como *mil duzentos e noventa e sete* (1297), o algarismo mais à esquerda corresponde à classe dos milhares e os restantes à classe das unidades.

Atente-se agora em numerais com mais de quatro dígitos como *cento e vinte e três milhões, duzentos e trinta e seis mil e vinte e nove*. Este numeral pode representar-se como 123 236 029. Em sequências deste tipo, cada conjunto de três algarismos forma uma **classe de unidades**, de diferentes grandezas (da direita para a esquerda, unidades simples, milhares, milhões, milhares de milhão, biliões, etc.). A classe de unidades mais à esquerda pode, contudo, ser formada apenas por um ou dois algarismos, como é, p.e., o caso em **3**401 (*três mil quatrocentos e um*) ou em **27** 393 (*vinte e sete mil trezentos e noventa e três*). Em numerais contendo entre sete e nove dígitos[6], como 123 236 029, ou 23 236 029, ou ainda 3 236 029, o primeiro conjunto a partir da esquerda (123, 23 e 3, respetivamente) corresponde à classe cuja unidade é o milhão (a classe dos milhões); o segundo conjunto (236, nestes exemplos) corresponde à classe cuja unidade é o milhar (a classe dos milhares); e o terceiro conjunto (029, nos exemplos) corresponde à classe cuja unidade é a unidade simples. Um numeral como 27 393 contém um conjunto (27) correspondente à classe dos milhares e outro (393) correspondente à classe das unidades simples.

Dentro de cada classe, os diferentes dígitos representam as **ordens** (das centenas, das dezenas e das unidades): por exemplo, na classe dos milhares do primeiro numeral referido no parágrafo anterior – 236 –, o algarismo 2 representa a ordem das centenas de milhar, o 3 representa a ordem das dezenas de milhar e o 6 representa a ordem das unidades de milhar; de um modo mais geral, ou seja, independentemente da grandeza da classe, o algarismo mais à direita representa a ordem das unidades, o algarismo que o antecede, a ordem das dezenas e o algarismo que antecede este, por sua vez, a ordem das centenas: em 97, p.e., 7 representa a ordem das unidades e 9, a ordem das dezenas.

Uma outra forma de determinar a ordem de um determinado algarismo na escrita de um numeral é escrever a sua expansão decimal. O expoente da potência de dez correspondente determina a sua ordem. Assim, no numeral 85 079, cuja expansão decimal é $8 \times 10^4 + 5 \times 10^3 + 0 \times 10^2 + 7 \times 10^1 + 9 \times 10^0$, vemos que o algarismo 9 é de ordem zero (unidades), o algarismo 7 é de ordem 1 (dezenas), o algarismo 0 é de ordem 2 (centenas), o algarismo 5 é de ordem 3 (milhares) e o algarismo 8 é de ordem 4 (dezenas de milhar)[7].

24.1.2 Numeração romana

O sistema de **numeração romana** é um sistema não posicional que foi utilizado na Europa antes da generalização do uso do sistema indo-árabe. A versão que ainda hoje é usada recorre a sete letras (quase sempre maiúsculas): I, V, X, L, C, D e M, correspondentes, respetivamente, a 1, 5, 10, 50, 100, 500 e 1000. Os símbolos I, X, C e M podem ser repetidos até três vezes[8] (p.e., CCC = 100 + 100 + 100 = 300).

[6] Os numerais muito grandes não são utilizados na língua corrente. Por isso, limitamo-nos aqui aos números constituídos por um máximo de nove algarismos.

[7] Este parágrafo deve-se a Fernanda Estrada e Elfrida Ralha (c.p.).

[8] A antiga notação "IIII" (correspondente a IV) ainda hoje se pode encontrar nos mostradores de alguns relógios.

Em contrapartida, os símbolos V, L e D nunca se repetem em posições contíguas. Os numerais correspondentes a I, X e C à direita de um símbolo que representa um número maior somam-se ao valor desse símbolo (p.e., CX = 100 + 10 = 110); à esquerda, subtraem-se (p.e., XC = 100 – 10 = 90). Um traço horizontal sobre uma letra indica a multiplicação do número correspondente por mil (p.e., $\overline{\text{D}}$ = 500 000). Não há, neste sistema, símbolo para representar a "quantidade" representada pelo símbolo 0 da numeração árabe.

Atualmente, emprega-se a numeração romana sobretudo na designação (i) de séculos (p.e., *séc. XXI*), (ii) de dinastias (p.e., *I dinastia*), (iii) de reis, imperadores e papas com o mesmo nome (p.e., *o rei D. Sancho I, o rei D. Sancho II, o imperador Carlos I, o papa João XXIII*), (iv) de atos e cenas de obras dramáticas (p.e., *ato II, cena I*) e (v) na numeração de livros, tomos, capítulos, partes e secções (p.e., *livro I*, *Anexo IV*, *Canto X*), etc.

Quando representam numerais ordinais, os símbolos romanos nunca são seguidos das letras elevadas "$^{o(s)}$" e "$^{a(s)}$" (p.e., *X Encontro da APL*), contrariamente ao que acontece na escrita dos numerais ordinais do sistema de numeração indo-árabe (p.e., *1.os classificados*).

> [1] Não se deve confundir numeração romana com numeração latina, por vezes usada em documentos oficiais (*bis* (2), *ter* (3), *quater* (4), *quinquies* (5), *sexies* (6), *septies* (7), *octies* (8), *nonies* (9), *decies* (10), *undecies* (11), *duodecies* (12), *terdecies* (13), *quaterdecies* (14), *quindecies* (15), *sexdecies* (16), *septdecies* (17), *octodecies* (18), *novodecies* (19), *vicies* (20), *unvicies* (21), *duovicies* (22), *tervicies* (23), *quatervicies* (24), *quinvicies* (25), *sexvicies* (26), etc.).

24.2 Classes de numerais

Os numerais podem ser estudados segundo duas perspetivas: relativamente às suas propriedades quantificacionais e relativamente às suas propriedades gramaticais, quer morfológicas quer sintáticas. A primeira destas perspetivas é assumida no Cap. 21; a segunda é o objeto específico deste capítulo. Embora complementares, estas duas aproximações são conceptualmente distintas; não são, no entanto, estanques e cada uma delas faz apelo a noções e terminologia da outra. Adverte-se, portanto, o leitor para o facto de poder encontrar neste capítulo e no Cap. 21 alguma informação comum, ainda que os objetivos finais sejam distintos.

A lista das palavras e das expressões numerais é aberta, visto os numerais corresponderem a entidades que são em número teoricamente infinito. Do ponto de vista gramatical, estas palavras comportam-se de um modo muito heterogéneo, quer morfologicamente, quer lexicalmente, quer ainda sintaticamente.

Morfologicamente, alguns numerais são invariáveis, como *mil*; outros são variáveis apenas em género, como *um/uma*[9]; outros são variáveis apenas em número, como *milhão/milhões*; outros ainda variam em género e em número, como os numerais ordinais (*primeiro*(*s*)/*primeira*(*s*)).

[9] Não é evidente que haja em português um numeral cardinal *um* distinto de um artigo indefinido homónimo (cf. Cap. 22.2.4). Vamos, contudo, assumir neste capítulo que se trata de duas palavras diferentes em português, uma conclusão a que também se chega no Cap. 22.

Os numerais integram-se em classes de palavras distintas. Os cardinais especiais (*dúzia*, *centena*, *milhar*, etc.) e a maior parte dos multiplicativos sintéticos (*dobro*, *triplo*, etc.) são nomes; os numerais ordinais (*primeiro*, *segundo*, *terceiro*, etc.) são adjetivos, seguindo-se ao determinante e ao pronome possessivo quando este está presente no sintagma nominal (cf., por exemplo, *o* (*meu*) *primeiro livro*)[10].

Sintaticamente, os numerais cardinais comuns (*dois*, *três*, *dezoito*, etc.) podem ser especificadores quantificacionais[11], com um comportamento semelhante ao de outros quantificadores, nomeadamente iniciando o sintagma nominal e precedendo diretamente o grupo nominal (cf. Cap. 20.3.4.4)[12]: cf., por exemplo, *desapareceram da estante* [*cinco livros*] (comparar com *desapareceram da estante* [*muitos livros*])[13]. Podem também ser nomes, quando integram sintagmas nominais que denotam números, algarismos e outras entidades (p.e., *o cinco é um número ímpar*).

Os numerais cardinais especiais quantificam um sintagma nominal ligando-se a ele através da preposição *de* (cf., por exemplo, *dúzias* ***de*** [*ovos estrelados*]); os multiplicativos analíticos quantificam um sintagma nominal (iniciado por um determinante) ligando-se a ele diretamente (cf., por exemplo, *duas vezes* [*o número de votos que o candidato do PS teve*]), e os multiplicativos sintéticos e os fracionários quantificam um sintagma nominal ligando-se a ele através da preposição *de* (cf., respetivamente, *o dobro* ***d***[*os votos que o candidato do PS teve*] e *um terço* ***d***[*o número de votos que o candidato do PS teve*]). Esta opção também existe para os numerais cardinais comuns, como em *desapareceram da estante cinco* ***d***[*os meus livros*]. Finalmente, como se referiu acima, os numerais ordinais são modificadores adjetivais pré-nominais (cf., por exemplo, *a minha segunda namorada*), uma opção também em aberto para os numerais cardinais (cf., por exemplo, *as suas sete mulheres*).

Dado o comportamento gramatical não uniforme dos numerais, é apenas uma razão de natureza semântica (o facto de denotarem números) que leva a que sejam tradicionalmente incluídos todos numa mesma classe.

[2] *Ambos*(*as*) é um quantificador universal dual ("universal" porque quantifica a totalidade dos membros de um conjunto e "dual" porque quantifica sobre expressões que denotam duas entidades), e partilha as propriedades gramaticais do também quantificador universal *todos* (cf. Caps. 20 e 21). Distingue-se deste pela sua natureza anafórica ou dêitica, devendo as entidades referidas pelo SN sobre que quantifica ter sido previamente introduzidas no discurso (cf. (ia)) ou ser salientes no contexto situacional (cf. (ib)):

(i) a. A Ana e o Gil já chegaram. Estão *ambos* com gripe.
b. (O falante aponta para o Gil e para o Pedro) Estão *ambos* despedidos!

[10] Os numerais ordinais ocorrem na expressão semicristalizada *ficar em n lugar* (*n* = numeral ordinal), sem artigo definido; cf. *ficou em quinto lugar* a par de *ficou no quinto lugar*. Se *lugar* for substituído por *posição*, o artigo é mais dificilmente omitido: ??*ficou em quinta posição* (vs. *ficou na quinta posição*).

[11] Sobre o conceito de especificador, cf. Cap. 20.

[12] Recorde-se que nesta Gramática (cf. Cap. 20) se distinguem os constituintes "sintagma nominal" (SN) e "grupo nominal" (GN). O sintagma nominal integra os especificadores (determinantes e quantificadores) e o grupo nominal. O grupo nominal integra o nome e os seus complementos e modificadores, incluindo os possessivos, e ainda os indefinidos adjetivais e os numerais quando estes ocorrem entre o determinante (artigo definido ou demonstrativo), seguido ou não de possessivo, e o nome, contribuindo para o significado denotativo do SN (cf. *vê* [$_{SN}$ *as* [$_{GN}$ *minhas duas primeiras fotografias*]]).

[13] Enquanto especificadores, os numerais também podem ter um uso pronominal, especificando um nome não expresso, como em *ia comprar três livros, mas só encontrei dois* ~~*livros*~~ (cf. Caps. 23 e 45).

Este quantificador satisfaz, contudo, a definição de numeral dada no início deste capítulo – segundo a qual são numerais as palavras e expressões que, tendo como base o conceito matemático de número, denotam, de modo exato, uma quantidade. Não há, pois, razão para não considerar *ambos*(*as*) como um numeral[14].

Embora *ambos*(*as*) represente o número 2, o seu funcionamento linguístico é distinto do do cardinal *dois*: não pode preceder imediatamente o grupo nominal, devendo ocorrer antes de artigo definido ou de demonstrativo (cf. **ambos alunos tiveram boa nota* vs. *ambos os/estes alunos tiveram boa nota*[15]).

Discutem-se com mais pormenor, no seguimento desta secção, os numerais identificados no início do texto: os cardinais comuns em 24.2.1, os cardinais especiais em 24.2.2, os ordinais em 24.2.3, os multiplicativos em 24.2.4, os fracionários em 24.2.5 e os percentuais em 24.2.6.

Segue-se um quadro com uma amostragem das diferentes classes de numerais:

NUMERAÇÃO		NUMERAIS				
INDO-ÁRABE[16]	ROMANA	CARDINAIS	ORDINAIS[17]	MULTIPLICATIVOS	FRACIONÁRIOS	COLETIVOS
1	I	um/uma	primeiro	–	–	–
2	II	dois/duas	segundo	dobro, dúplice, duplo	meio, metade	par, parelha
3	III	três	terceiro	triplo, tríplice	terço	trio, terno, tríade
4	IV	quatro	quarto	quádruplo	quarto	quadra
5	V	cinco	quinto	quíntuplo	quinto	quinteto
6	VI	seis	sexto	sêxtuplo	sexto	–
7	VII	sete	sétimo	séptuplo	sétimo	–
8	VIII	oito	oitavo	óctuplo	oitavo	–
9	IX	nove	nono	nónuplo	nono	novena
10	X	dez	décimo	décuplo	décimo	dezena, década
11	XI	onze	undécimo, décimo primeiro	undécuplo	undécimo, onze avos	
12	XII	doze	duodécimo, décimo segundo	duodécuplo	duodécimo, doze avos	dúzia
13	XIII	treze	trezeno, décimo terceiro	–	trezeno, treze avos	trezena
14	XIV	catorze	décimo quarto	–	(...)	–
15	XV	quinze	décimo quinto	–	(...)	–
16	XVI	dezasseis	décimo sexto	–	(...)	–

[14] Rebelo Gonçalves (1966) classifica *ambos* como "pronome demonstrativo numeral".
[15] Quando quantificam sobre o sujeito, tanto os numerais cardinais como o quantificador numeral *ambos* podem ocorrer em posição pós-verbal, numa construção conhecida como "flutuação do quantificador" (cf. *os alunos tiveram* {*ambos*/*os dois*} *boa nota*); sobre este assunto, cf. Cap. 20.3.4.3.2 e Cap. 23.6.3.
[16] Representam-se apenas os cardinais. Os ordinais correspondentes seguem o modelo *1.º, 1.ª, 1.os, 1.as*.
[17] Nas colunas respeitantes aos numerais ordinais e fracionários, representam-se apenas as formas de masculino singular.

NUMERAÇÃO		NUMERAIS				
INDO--ÁRABE[16]	ROMANA	CARDINAIS	ORDINAIS[17]	MULTIPLICATIVOS	FRACIONÁRIOS	COLETIVOS
17	XVII	dezassete	décimo sétimo	–	(...)	–
18	XVIII	dezoito	décimo oitavo	–	(...)	–
19	XIX	dezanove	décimo nono	–	(...)	–
20	XX	vinte	vigésimo	–	(...)	–
21	XXI	vinte e um	vigésimo primeiro	–	(...)	–
(...)[18]	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
30	XXX	trinta	trigésimo	–	(...)	–
40	XL	quarenta	quadragésimo	–	(...)	–
50	L	cinquenta	quinquagésimo	–	(...)	–
60	LX	sessenta	sexagésimo	–	(...)	–
70	LXX	setenta	septuagésimo	–	(...)	–
80	LXXX	oitenta	octogésimo	–	(...)	–
90	XC	noventa	nonagésimo	–	(...)	–
100	C	cem	centésimo	cêntuplo, centúplice	centésimo, cem avos	centena, cento
101	CI	cento e um(a)	centésimo primeiro	–	(...)	–
(...)[19]	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
200	CC	duzentos(as)	ducentésimo	–	(...)	–
201	CCI	duzentos(as) e um(a)	ducentésimo primeiro	–	(...)	–
300	CCC	trezentos(as)	trecentésimo, tricentésimo	–	(...)	–
400	CD	quatrocentos(as)	quadringentésimo	–	(...)	–
500	D	quinhentos(as)	quingentésimo	–	(...)	–
600	DC	seiscentos(as)	seiscentésimo, sexcentésimo	–	(...)	–
700	DCC	setecentos(as)	septingentésimo	–	(...)	–
800	DCCC	oitocentos(as)	octingentésimo	–	(...)	–
900	CM	novecentos(as)	nongentésimo, noningentésimo	–	(...)	–
1000	M	mil	milésimo	–	milésimo, mil avos	milhar
1001	MI	mil e um(a)	milésimo primeiro	–	(...)	–
1010	MX	mil e dez	milésimo décimo	–	(...)	–
1100	MC	mil e cem	milésimo centésimo	–	(...)	–

[18] Os numerais entre cada uma das dezenas redondas formam-se segundo o padrão do numeral correspondente a 21: por exemplo, *vinte e dois*, *trinta e três*, *quarenta e quatro*, *cinquenta e cinco*, *sessenta e seis*, *setenta e sete*, *oitenta e oito*, *noventa e nove*.

[19] Os numerais entre cada uma das centenas redondas (até 999) formam-se segundo o padrão do numeral correspondente a 101: por exemplo, *duzentos*(*as*) *e dois*/*duas*, *trezentos*(*as*) *e três*, *novecentos*(*as*) *e noventa e nove*.

NUMERAÇÃO		NUMERAIS				
INDO--ÁRABE[16]	ROMANA	CARDINAIS	ORDINAIS[17]	MULTIPLICATIVOS	FRACIONÁRIOS	COLETIVOS
1101	MCI	mil cento e um(a)	milésimo centésimo primeiro	–	(...)	–
2000	MM	dois/duas mil	dois milésimo, segundo milésimo	–	(...)	–
10 000	$\bar{X}$	dez mil	dez milésimo, décimo milésimo	–	(...)	–
100 000	$\bar{C}$	cem mil	cem milésimo, centésimo milésimo	–	(...)	–
1 000 000	$\bar{M}$	um milhão	milionésimo	–	milionésimo	milhão

Quadro 1 – Os numerais

Representam-se, no Quadro 2, alguns numerais cardinais de dez ou mais dígitos; nestes casos, as designações linguísticas têm valores numéricos diferentes em português europeu (PE) e na maior parte dos usos em português do Brasil (PB). Distinguem-se estes usos nas respetivas colunas. Na primeira coluna, todos os numerais são escritos em notação científica.

VALOR (EM NOTAÇÃO CIENTÍFICA)	PE	PB
10^{9}	mil milhões/milhar de milhão	bilião[20]
10^{12}	bilião/milhão de milhão	trilião
10^{15}	mil biliões/milhar de bilião	quatrilião
10^{18}	trilião	quintilião
10^{21}	mil triliões	sextilião
10^{24}	quatrilião	septilião
10^{27}	mil quatriliões	octilião
10^{30}	quintilião	nonilião
10^{33}	mil quintiliões	decilião
10^{36}	sextilião	undecilião
10^{39}	mil sextiliões	duodecilião
10^{42}	septilião	tredecilião
10^{48}	octilião	quindecilião

Quadro 2 – Alguns numerais cardinais correspondentes a grandes números

Muitos falantes não estão, todavia, conscientes da diferença entre estes dois usos das palavras *bilião*, *trilião*, *quatrilião*, etc., sendo elas usadas ora com um ora com o outro significado, o que leva, frequentemente, a mal-entendidos na comunicação.

[20] O nome *bilião* e os seus múltiplos *trilião*, etc., têm, no português informal do Brasil, as variantes *bilhão*, *trilhão*, etc., atualmente mais usadas.

24.2.1 Numerais cardinais comuns

24.2.1.1 Caracterização geral

Os numerais cardinais comuns (*zero*, *dois*, *vinte e sete*, *cinquenta*, ...) denotam números inteiros não negativos expressos em termos absolutos; tipicamente, quantificam sobre entidades contáveis[21]. O domínio de quantificação (isto é, o tipo de entidades quantificadas) é indicado pelo grupo nominal (entre parênteses retos nos exemplos) que integra o sintagma nominal de que fazem parte: p.e., *zero* [*erros*], *os vinte e sete* [*alunos de Linguística*], *cento e vinte e nove dos* [*candidatos a essa posição*], *três mil quinhentos e doze* [*tijolos de barro*].

Os numerais cardinais comuns ocorrem tipicamente na periferia esquerda dos sintagmas nominais, em três posições distintas (cf. Cap. 22): (i) dentro do grupo nominal, antes do nome e à direita de um pronome possessivo opcional; nesse caso, o sintagma nominal tem um especificador independente, como, p.e., um artigo definido (cf. 1a)); (ii) como especificadores únicos do SN, fora do grupo nominal (cf. (1b)); (iii) nas construções partitivas, precedendo um sintagma nominal definido, ao qual se ligam através da preposição *de* (cf. (1c)):

(1) a. Desapareceram [$_{SN}$ os [$_{GN}$ meus três *gatos cinzentos*]].
b. Desapareceram [$_{SN}$ três [$_{GN}$ *gatos cinzentos*].
c. Desapareceram [$_{SN}$ três d[$_{SN}$ *os gatos cinzentos*]].

Excetuando *um*/*uma* (p.e., *o meu neto faz hoje um ano*), todos os numerais cardinais, incluindo *zero*, especificam nomes no plural:

(2) a. Tive *zero erros* no ditado.
b. Os vizinhos têm *quatro gatos*.
c. Conseguiram recolher *mil e uma assinaturas*.

Os numerais cardinais comuns podem também ocorrer como nomes nucleares em sintagmas nominais que referem números (cf. (3a)) ou algarismos (cf. (3b)). Podem ainda ocorrer em empregos metonímicos e metafóricos, referindo-se a entidades como carreiras de transportes públicos (cf. (3c)), cartas de jogar (cf. (3d)), modelos de automóveis (cf. (3e)), etc.:

(3) a. O *zero* é um número natural?
b. Estes *setes* parecem *uns*.
c. Vou passear no *28* pela zona antiga da cidade. (*28* = carreira n.º 28 de elétricos de Lisboa)
d. Neste jogo tive vários *setes*. (*sete* = uma das cartas de um baralho, existente em cada um dos quatro naipes)
e. Lá vem ele no seu velho *180*. (*180* = modelo de carro da marca Mercedes)

[21] Quando usados com nomes não contáveis (cf. Cap. 21.2.2), os numerais cardinais denotam tipos, espécies, marcas, etc., como se verifica em *estas são as duas águas que mais aprecio*, em que a sequência *as duas águas* pode ser interpretada como 'os dois tipos de água' ou 'as duas marcas de água'.

É de notar também o uso dos numerais cardinais comuns em construções especificativas como *a sala dois* (comparar com *a sala Leite de Vasconcelos*), em que funcionam também como nomes próprios[22].

Os numerais cardinais podem ser usados com o valor de ordinais. Neste caso, ocorrem geralmente em forma invariável[23] à direita do nome e servem para especificar um exemplar único do tipo denotado pelo nome, ou seja, para tornar o sintagma nominal de certo modo equivalente a um nome próprio (cf., por exemplo, *página duzentos e um*). Quando o nome a que se associam é um nome próprio, são muitas vezes escritos em numeração romana: p.e., *João XXI*, *Luís XIV*). Neste uso, podem representar também, como assinala Neves (1999:597), a numeração «de casas, apartamentos, quartos de hotel, cabinas, poltronas de casas de eventos» (p.e., *moro no n.º 25 desta rua*, *o meu quarto é o 307*, *o meu lugar é o 20 da fila B*).

Variação em número

Os numerais cardinais comuns são invariáveis em número quando funcionam como especificadores (de um nome expresso ou elidido; p.e., *comi cinco bolachas e a Maria quatro ~~bolachas~~*; *achei três dos relógios que ele tinha perdido*; *os meus quatro gatos*) ou como nomes próprios de um número ou de entidades que são únicas (p.e., *o três é um número ímpar*; *os 28* [pronunciado como *vinte e oito*, no singular[24]] *são todos amarelos*).

Variam em número, no entanto, quando funcionam como nomes e denotam (i) algarismos, ou seja, os símbolos com que se representam os números (cf. (3b) e frases como *o número quatro mil e quatrocentos escreve-se com dois quatros e dois zeros* ou *os setes dele parecem uns*); e ainda (ii) entidades não únicas que podem ser metafórica ou metonimicamente representadas por numerais, como cartas de jogar (cf. (3d)) ou classificações (p.e., *este aluno só tem quatros e cincos*).

Variação em género

Os numerais cardinais são igualmente invariáveis em género. Excetuam-se aqueles que correspondem a duas ou mais centenas – que só se usam no plural (p.e., *duzentos livros* ou *trezentas revistas*) – e os numerais *um* e *dois*, quer quando ocorrem isoladamente (p.e., *um* (*só*) *livro*, *uma* (*só*) *revista*, *dois livros*, *duas revistas*), quer quando fazem parte de numerais aditivos, i.e., constituídos por várias palavras que se interpretam como parcelas de uma soma (p.e., *vinte e um livros*, *vinte e uma revistas*, *trinta e um livros*, *trinta e duas revistas*).

---

[22] Sobre esta construção, ver o Cap. 26. Em Quirk et al. (1985:1317), sugere-se que as expressões deste tipo contêm a palavra *número* em anteposição ao numeral, sendo essa palavra elidida na expressão: cf. *a sala ~~número~~ dois*.

[23] Bechara (1999:553) apresenta os seguintes exemplos da linguagem jurídica em que os numerais cardinais que seguem o nome estão flexionados em género, concordando com o nome que os precede: *a folhas vinte e uma*; *a folhas quarenta e duas*.

[24] O sintagma nominal *os* {*28/vinte e oito*} é, pois, sentido como uma expressão elíptica, correspondente a *os ~~elétricos da carreira~~ 28*. Verifica-se, contudo, que alguns falantes tendem a considerar o numeral como um nome, usando-o no plural neste contexto: *os vinte e oitos*. Idêntica situação se verifica em frases como *ele tem três 180 na garagem* (180 = Mercedes 180), em que o numeral pode, marginalmente, ser pronunciado como *cento e oitentas*.

24.2.1.2 Processos de formação dos numerais cardinais comuns

Os numerais cardinais comuns são, sincronicamente, formados com base num número reduzido de unidades lexicais constituídas por uma só palavra. Alguns, como os da série correspondente à primeira dezena, são palavras simples. Noutros, como os que são formados a partir da base 'dez', pode ser difícil, para o falante comum, identificar um processo regular de formação, visto que não são todos de igual modo morfologicamente "transparentes" (as mudanças morfofonológicas que sofreram ao longo do tempo podem tornar "opaca" a sua forma atual).

O caso mais complexo é representado pela série de 11 a 15. Em todos estes numerais, identifica-se a terminação *-ze*, mas o falante dificilmente reconhecerá neste elemento a base de cálculo '10', que está semanticamente presente em todos eles. Assim, *onze* é opaco relativamente a *um*, e *quinze* relativamente a *cinco*; *doze*, *treze* e *catorze* podem, eventualmente, evocar *dois*, *três* e *quatro* a partir do segmento inicial destas palavras simples (note-se que na reforma ortográfica de 1945 se escrevia *quatorze*; no Brasil, este numeral tem ainda hoje duas variantes, *quatorze*, pronunciado [kwɐ]*torze*, e *catorze*, pronunciado [kɐ]*torze*).

Pelo contrário, nas palavras que denotam os números de 16 a 19, inclusive, é possível identificar mais facilmente a presença da palavra *dez* (cf. *dezasseis*, *dezassete*, etc.), correspondendo à base de cálculo '10' destes numerais. *Dez* associa-se morfologicamente às palavras *seis*, *sete*, *oito* e *nove*, respetivamente, por adição – p.e., *dezassete* corresponde à operação 'dez mais sete' e essa operação é representada pela vogal *a* (note-se que, em estádios mais antigos do português e, hoje, no português do Brasil, a presença de *e* copulativo nas formas *dezesseis*, *dezessete* e *dezenove* clarifica a presença de um processo de formação de palavras por adição).

Casos de dificuldade intermédia são os das palavras que denotam:

(i) as dezenas: *vinte* é uma palavra simples; de 30 a 90 (*trinta*, *quarenta*, ..., *oitenta*, *noventa*), o falante pode reconhecer os segmentos iniciais (*tr-*, *qua-*, ..., *oit-*, *nov-*) dos numerais simples *três*, *quatro*, *cinco*, *seis*, *sete*, *oito*, *nove* – segmentos que denotam o número de dezenas – e, consequentemente, isolar os segmentos *-inta* e *-enta*, que veiculam o valor 'dezena'; ou seja, é possível associar aos numerais que denotam dezenas um processo muito particular de derivação;

(ii) as centenas: se não é possível tomar a palavra simples *cem* como base de formação de todos os restantes numerais que denotam centenas (para, a partir dela, explicar 200 a 900), em parte destes numerais, contudo, reconhece-se facilmente uma estrutura constituída por um numeral simples acrescido de *cento* (100 unidades), concretamente em *quatrocentos*, *seiscentos*, *setecentos*, *oitocentos*, *novecentos*; em *trezentos*, *duzentos*, e sobretudo em *quinhentos*, essa estrutura é um pouco menos transparente mas recuperável, por comparação com os restantes. Note-se que este tipo de numerais admite que o segundo membro varie em género por concordância com o nome que o numeral quantifica (cf. *quatrocentos livros*, *quatrocentas casas*). Nesta série das centenas, o primeiro segmento denota um número que se multiplica por 100, expresso no segundo segmento; p.e., *trezentos* corresponde ao produto de 3 por 100[25].

[25] Morfologicamente, porém, a estrutura das palavras como *trezentos* corresponde a uma operação de adição de palavras (neste caso, *três* + *centos*).

Apresentam-se no Quadro 3[26] os numerais comuns constituídos por uma só palavra. Em seguida, proceder-se-á à explicitação dos processos sintáticos de formação dos restantes numerais cardinais comuns.

1-9	11-19	10-90	100-900	OUTROS
				zero
um, uma	onze	dez	cem	mil
dois, duas	doze	vinte	duzentos(as)	
três	treze	trinta	trezentos(as)	
quatro	catorze	quarenta	quatrocentos(as)	
cinco	quinze	cinquenta	quinhentos(as)	
seis	dezasseis	sessenta	seiscentos(as)	
sete	dezassete	setenta	setecentos(as)	
oito	dezoito	oitenta	oitocentos(as)	
nove	dezanove	noventa	novecentos(as)	

Quadro 3 – Formas simples dos numerais cardinais comuns

Observe-se que *cem* e *cento* (este um numeral cardinal especial; cf. 24.2.2 adiante) ocorrem em distribuição complementar: *cem* usa-se para denotar a centena exata, podendo ser precedido de outros numerais (p.e., *cem alunos*, *quatro mil e cem euros*). Usa-se ainda antes de outro cardinal, multiplicando-o (p.e., *cem mil*). *Cento* ocorre em todos os numerais entre 100 e 200 (p.e., *cento e quatro*) ou isolado, muitas vezes referindo um número aproximado (p.e., *um bom cento de viagens*) (cf. 24.3). Curiosa é a expressão *cem por cento* (100%), que significa 'cem em cada cem' (ou seja, a totalidade) e em que o número '100' é representado pelas suas duas variantes linguísticas (*cem* e *cento*).

Os numerais cardinais comuns correspondentes a expressões compostas de várias palavras formam-se a partir das unidades lexicais representadas no Quadro 3, mediante um pequeno número de regras de combinação. Podem ser formados aditivamente, por coordenação (p.e., *vinte e quatro* = 20 + 4), ou multiplicativamente (p.e., *sete mil* = 7 × 1000), ou ainda pelos dois processos (p.e., *sete mil e quinhentos* = 7 × 1000 + 500). Ilustram-se em (4) (em que *e* = conjunção coordenativa e *unidade* = unidade simples) os esquemas de formação destes numerais. Note-se que na expressão linguística, oral ou escrita, a ausência de referência a uma classe ou a qualquer uma das suas três ordens é interpretada como inexistência de valores correspondentes, o que equivale à sua representação em escrita numérica por meio de zero ou zeros (*dois milhões e trinta e três* = 2 **000 0**33):

(4) a. dezena + *e* + unidade: *vinte e um* (21)
b. centena + *e* + dezena + *e* + unidade: *trezentos e vinte e um* (321)
c. centena + *e* + dezena: *trezentos e vinte* (320)

[26] Este quadro é adaptado de Álvarez e Xove (2002:517).

d. centena + *e* + unidade: *trezentos e um* (301)
e. milhar + centena + *e* + dezena + *e* + unidade: *mil trezentos e vinte e um* (1321)
f. milhar + *e* + centena: *mil e trezentos* (1300)
g. milhar + centena + *e* + dezena: *mil trezentos e vinte* (1320)
h. milhar + centena + *e* + unidade: *mil trezentos e um* (1301)
i. milhar + *e* + dezena: *mil e vinte* (1020)
j. milhar + *e* + dezena + *e* + unidade: *mil e vinte e um* (1021)
k. milhar + *e* + unidade: *mil e um* (1001)

A partir de dois mil, inclusive, *mil* é quantificado por outros numerais: p.e., *dois mil* (2000); *novecentos e noventa e nove mil* (999 000).

Os exemplos (4e-k) contêm numerais que referem duas classes de unidades (a dos milhares e a das unidades simples). Exemplificam-se em (5) numerais cuja representação numérica contém três classes de unidades (milhões, milhares e unidades simples):

(5) a. dois milhões, duzentos e trinta e seis mil trezentos e vinte e um (2 236 321)
b. dois milhões e trezentos mil (2 300 000)
c. dois milhões e sete mil (2 007 000)

Os paradigmas (4) e (5) permitem concluir que a conjunção *e* liga os numerais que denotam as diferentes ordens (centenas, dezenas e unidades) de uma mesma classe. Liga também as duas classes mais à direita do numeral que contenham valores expressos (ou seja, com casas preenchidas com algarismos diferentes de zero) quando a segunda termina em dois zeros (cf. (4f) e (5b)) ou começa por zero (cf. (4i-k) e (5c)). Nos outros casos, a conjunção é omitida entre as classes.

A partir de um milhão, inclusive, a contagem é feita com recurso a cardinais especiais. Os numerais da classe dos milhões são formados com base no cardinal especial *milhão*, que é lexicalmente um substantivo. Os diferentes numerais são obtidos através de quantificação por meio de numerais cardinais comuns (p.e., *um milhão, três milhões*). *Milhão*, *bilião*, *trilião*, etc. são, como se disse, cardinais especiais. Por esse facto, os numerais cardinais que denotam unidades destas classes e que não sejam seguidos de outros numerais ligam-se ao grupo nominal que forma o domínio da quantificação através da preposição *de*: assim, tem-se *um milhão de manifestantes* (vs. ***um milhão manifestantes*) a par, p.e., de *uma dúzia de manifestantes* (vs. ***uma dúzia manifestantes*); no entanto, se qualquer uma das ordens das classes dos milhares ou das unidades for lexicalmente referida, a preposição não ocorre: p.e., *um milhão e quinhentos mil manifestantes*; *um milhão e três manifestantes*.

No caso de numerais que representam grandes números, dificilmente computáveis pela mente humana, raramente se utilizam, na linguagem corrente, as suas representações linguísticas. Apenas para exemplificação, observe-se o seguinte numeral: 32 308 627 149 518 022 150 – *trinta e dois triliões, trezentos e oito mil seiscentos e vinte e sete biliões, cento e quarenta e nove mil quinhentos e dezoito milhões, vinte e dois mil cento e cinquenta*.

Também para obviar a equívocos se devem evitar alguns dos termos denotadores de grandes números, como *bilião*, *trilião*, etc. Com efeito, tradições diferentes associam-lhes valores numéricos diferentes. Assim, e como foi referido a propósito

do Quadro 2, no Brasil, trata-se de fatores de mil (*bilião* corresponde a mil milhões, sendo, nesse caso, equivalente ao termo francês *milliard* e ao italiano *miliardo*). Em Portugal, trata-se de fatores de milhão (*bilião* corresponde a um milhão de milhões). Veja-se, a este propósito, o Quadro 2. Em contrapartida, estes numerais prestam-se facilmente a ser utilizados com valor hiperbólico, significando uma quantidade enorme, colossal (cf. 24.3).

24.2.2 Numerais cardinais especiais

Os **numerais cardinais especiais**, também conhecidos como **numerais coletivos** ou **nomes quantificacionais**, indicam, mesmo no singular, grupos de entidades cujo número especificam com exatidão (*par*, *dezena*, *dúzia*, *quarteirão*, etc.). Todos eles variam em número.

Os cardinais especiais podem ser especificados por numerais fracionários (p.e., *meia dúzia*, *meia vintena*, *meia centena*, *meio milhão*) ou por quantificadores indefinidos (p.e., *muitos milhões*). Usa-se *milhão* no singular para referir a unidade (*um milhão*); nos restantes casos, mesmo inferiores à unidade, usa-se o plural (p.e., *0,631 milhões*, *1,9 milhões*).

Alguns destes numerais funcionam como expressões alternativas dos cardinais comuns correspondentes, denotando simplesmente um número, independentemente das entidades que fazem parte do domínio da quantificação: *par* (2), *dúzia* (12), *quarteirão* (25), *grosa* (doze dúzias, ou seja, 144), *milhar*/*milheiro* (1000), *milhão* (1 000 000). É ainda o caso do grupo produtivo de itens terminados em *-ena*, como *dezena* (10), *quinzena* (15), *vintena* (20), *trintena* (30), *quarentena* (40), *centena* (também *centenar* ou *cento* – 100), etc.

Alguns numerais coletivos têm empregos em que o seu sentido não se limita à denotação de um número. Sobre a lexicalização e semantização de alguns numerais, cf. 24.3 adiante.

Note-se que nomes denominados "*pluralia tantum*" como *calças*, *óculos*, etc., que denotam entidades inerentemente múltiplas mas cujos componentes não são isoláveis, podem ser especificados com o coletivo *par* sem que, por esse facto, deixem de denotar um único objeto (*um par de calças*, *um par de óculos*, etc.).

Os numerais cardinais especiais pertencem à classe dos nomes. Devido a esse estatuto, são variáveis em número, sendo, normalmente, quantificados por um numeral cardinal comum, incluindo *um/uma*: p.e., *recebi* <u>*um milhar*</u> *de euros*, *deram-me* <u>*duas dezenas*</u> *de garrafas de vinho*, etc.[27]; podem também ocorrer no plural sem quantificador cardinal, com um sentido de quantificação vaga, embora da ordem de grandeza normalmente representada pelo numeral: p.e., *deram-me dezenas de garrafas de vinho*. Os cardinais especiais (precedidos ou não por um cardinal comum) integram-se na estrutura do sintagma nominal mais vasto ligando-se através da preposição *de* ao grupo nominal que representa o domínio da quantificação (p.e., (*duas*) *centenas* <u>*de*</u> [*manifestações contra o governo*]), exceto se integrarem uma expressão numérica em que precedem um cardinal inferior (p.e., *um milhão e trezentos euros*).

[27] Compare-se esta situação com a do numeral *mil*, que só pode ser especificado por numerais cardinais superiores a 1 na formação de cardinais por multiplicação (cf. *dois mil*, *três mil*, etc., mas não **um mil*). Em *recebi* (*um*) *milhão e meio de euros de prémio*, a aparente opcionalidade do determinante deve-se à sua recuperabilidade (estando *milhão* no singular, o especificador nulo é necessariamente interpretado como 'um').

Como foi dito em 24.2.1.2, a partir de um milhão, os numerais especiais usam-se funcionalmente como cardinais comuns, ou seja, a contagem normal é feita através destes numerais.

Finalmente, os numerais cardinais especiais podem ser seguidos de numerais fracionários. Em *dois milhares e meio*, por exemplo, está subentendido um segundo numeral cardinal idêntico à unidade em causa – [*dois milhares*] *e* [*meio* ~~*milhar*~~], o que sugere que não se trata de um numeral aditivo, mas sim de dois numerais mais simples associados por coordenação.

24.2.3 Numerais ordinais

Os **numerais ordinais** pertencem à classe lexical dos adjetivos e representam a ordenação de um elemento numa sequência, ou seja, a sua ordem numérica (p.e., *primeiro*, *segundo*, *terceiro*, equivalentes a 'n.º 1', 'n.º 2' e 'n.º 3', respetivamente); não são, por isso, quantificadores, visto não denotarem a quantidade de entidades expressas pelo grupo nominal a que se associam:

(6) a. [As três *primeiras* atletas a chegar] ganham um automóvel.
b. O atleta português chegou em [*quinto* lugar].

As palavras desta subclasse de numerais são também usadas para denotar frações, sendo parte integrante dos numerais fracionários, esses, sim, quantificadores (p.e., *não li ainda um quinto/décimo do livro*; cf. 24.2.4). Enquanto adjetivos, variam em género e em número (p.e., *o primeiro nadador*, *a primeira nadadora*, *os primeiros nadadores*, *as primeiras nadadoras*), embora não em grau (cf. a impossibilidade de ***o mais segundo classificado*)[28]. A sua natureza adjetival manifesta-se igualmente no facto de poderem ser coordenados com outros adjetivos (p.e., *foi a minha primeira e mais emocionante viagem de avião*). Os adjetivos numerais podem também funcionar como advérbios (p.e., *as crianças entram primeiro* (= *primeiramente*); cf. Cap. 33). Ocorrem normalmente dentro do grupo nominal, à esquerda do nome (cf. (6)), quase sempre precedidos de determinantes e, por vezes, de pronomes possessivos[29] e de numerais cardinais (p.e., *os meus sete primeiros artigos são sobre linguística aplicada*).

Na ordenação de elementos pertencentes a determinadas classes de entidades, os numerais ordinais ocorrem, contudo, a seguir ao nome, formando com este uma unidade que funciona praticamente como um nome próprio, sendo grafados frequentemente em numeração romana: é o caso das sequências de papas, de soberanos e de séculos, e das sequências de publicações escritas ou de partes que as constituem, incluindo a numeração de artigos de textos normativos, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(7) a. Em maio de 67, *Paulo VI* visitou Fátima.
b. *Filipe II* de Espanha reinou em Portugal.
c. A arabização da Península Ibérica teve início no *séc. VIII*.
d. Já li o livro até ao *capítulo IX*.
e. Lê o *artigo 6.º* do Regimento.

[28] Frases como *fui o primeiríssimo a chegar* ocorrem no registo familiar, sendo marcadas estilisticamente.
[29] Nesta Gramática, os possessivos são classificados como formas genitivas dos pronomes pessoais; cf. Cap. 23.4.3.4.

Embora com flutuações, a partir de *décimo*, nestas ordenações usa-se preferencialmente um numeral cardinal em vez de um ordinal[30]. Semanticamente, contudo, a sua função é a de um verdadeiro ordinal: p.e., *João XXIII* (vinte e três), *Luís XV* (quinze), *capítulo XII* (doze), *séc. XXI* (vinte e um), *artigo 24.º* (vinte e quatro)[31].

Certos numerais ordinais usam-se também, por alargamento do seu sentido, como adjetivos qualificativos e não de ordem (p.e., *a primeira dama*, em que *primeira* significa 'mais importante' – trata-se da mulher do Presidente da República; *os países terceiros*, em que *terceiros* significa 'estranhos, estrangeiros'; *o terceiro mundo*, ou seja, os países economicamente mais débeis, por oposição aos países considerados "desenvolvidos" (na origem deste termo está a "Teoria dos Mundos" que distinguia três grupos de países: Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo, de acordo com o seu desenvolvimento económico). Estes são casos de semantização e recategorização, duas das formas de mudança linguística que estão na base do processo de lexicalização (cf. Cap. 9). Vejam-se outros exemplos em 24.3.

O Quadro 4 apresenta as formas simples dos numerais ordinais, abstraindo da sua variação em género e em número:

1.º-10.º	11.º-13.º	20.º-100.º	200.º-1000.º	OUTROS
primeiro	undécimo			
segundo	duodécimo	vigésimo	ducentésimo	
terceiro	trezeno	trigésimo	tricentésimo	
quarto		quadragésimo	quadringentésimo	
quinto		quinquagésimo	quingentésimo	
sexto		sexagésimo	seiscentésimo, sexcentésimo	
sétimo		septuagésimo	septingentésimo	
oitavo		octogésimo	octingentésimo	
nono		nonagésimo	nongentésimo, noningentésimo	
décimo		centésimo	milésimo	milionésimo
				bilionésimo

Quadro 4 – Formas simples dos numerais ordinais

Quando não há uma forma lexical simples para um numeral ordinal, este constrói-se recorrendo a formas aditivas constituídas pela sequência dos ordinais simples correspondentes a cada uma das ordens de grandeza em que esse numeral é analisável. Assim, *13.º = décimo terceiro*, *57.º = quinquagésimo sétimo*, *138.º = cen-*

[30] Estas flutuações manifestam-se também nos numerais inferiores a dez; assim, é possível encontrar *século nove* como verbalização de "séc. IX" paralelamente a *século nono*, tal como *artigo* {*trigésimo quinto/trinta e cinco*} como verbalização de *artigo 35.º*. Já na posição pré-nominal ocorre sempre o numeral ordinal.

[31] Em casos como *artigo 24.º*, a escrita – com um numeral ordinal – nem sempre corresponde à leitura, podendo antes resultar de uma vontade de uniformização gráfica por parte do legislador. Em Cunha e Cintra (1984:374) afirma-se que «[na] numeração de artigos de leis, decretos e portarias, usa-se o ORDINAL até *nov*e, e o CARDINAL de dez em diante» e os exemplos incluem «Artigo 9.º» e «Artigo 41». Todavia, na prática, os textos regulamentares usam, quase sempre, os números correspondentes aos numerais ordinais (p.e., *Artigo 41.º* e não *Artigo 41*).

tésimo trigésimo oitavo, *1335.º = milésimo tricentésimo trigésimo quinto*, etc.[32]. No uso corrente, os falantes evitam estas expressões numerais muito extensas.

Alguns numerais ordinais apresentam formas variantes (p.e., *undécimo* ou *décimo primeiro*, *duodécimo* ou *décimo segundo*, *nongentésimo* ou *noningentésimo*).

24.2.4 Numerais multiplicativos

Os **numerais multiplicativos** denotam múltiplos exatos de uma quantidade tomada como referência, i.e., o número de vezes que uma quantidade contável contém outra menor: *precisamos do dobro das inscrições* ou *esse montante corresponde a treze vezes o que foi pedido*.

Estes numerais podem ser constituídos por uma só palavra, como no primeiro exemplo acima – são os multiplicativos sintéticos –, ou incluir a palavra *vezes* – são os multiplicativos analíticos.

❖ Multiplicativos sintéticos

Os numerais da sequência *dobro*, *triplo*, *quádruplo*, etc. são chamados **multiplicativos sintéticos** por serem constituídos por uma só palavra. São especificados pelo artigo definido *o* (*o dobro*, *o triplo*, etc.). A quantidade de referência, por sua vez, é expressa por um sintagma nominal (sublinhado nos exemplos) ao qual a expressão multiplicativa se liga através da preposição *de*[33]:

(8) a. Estes técnicos ganham o *dobro* do que eu ganho. (*dobro* = 2 × *n*)
b. A Ana tem o *triplo* da idade do Pedro. (*triplo* = 3 × *n*)

Na sua manifestação típica, os multiplicativos sintéticos são nomes masculinos invariáveis (cf. (8) e (9a)); no entanto, podem construir-se como adjetivos, variáveis em género e número, modificando nomes que designam quantidades (cf. (9b)):

(9) a. A Ana ganha [o *triplo* do que ganha o marido].
b. Para acordar, tomo sempre café em doses *triplas*.

Os multiplicativos e a expressão que denota a quantidade que serve de referência formam, geralmente, um constituinte (cf. a expressão entre parênteses retos em (9a)), embora não necessariamente expresso na sua totalidade, como se verifica na frase *a Lia trabalha muito, mas eu trabalho o triplo*: neste caso, o numeral multiplicativo tem uma natureza anafórica, visto que remete para uma quantidade expressa anteriormente (a quantidade elevada de trabalho da Lia, expressa na primeira frase coordenada, *a Lia trabalha muito*).

Representam-se, no Quadro 5, os numerais multiplicativos sintéticos, identificando a classe de palavras a que pertencem.

---

[32] Relativamente aos ordinais dos milhares, Bechara (1999:209) observa: «A tradição da língua estabelece que, se o ordinal é de 2.000 em diante, o primeiro numeral usado é cardinal: 2345.ª – a duas milésima tricentésima quadragésima quinta. A língua moderna, entretanto, parece preferir o primeiro numeral como ordinal, se o número é redondo: décimo milésimo aniversário».

[33] Sobre algumas particularidades sintáticas e semânticas das expressões com numerais multiplicativos, cf. Cap. 21.5.2.

	NOMES	ADJETIVOS
× 2	dobro, duplo	duplo, dúplice
× 3	triplo	triplo, tríplice
× 4	quádruplo	quádruplo
× 5	quíntuplo	quíntuplo
× 6	sêxtuplo	sêxtuplo
× 7	séptuplo	séptuplo
× 8	óctuplo	óctuplo
× 9	nónuplo	nónuplo
× 10	décuplo	décuplo
× 11	undécuplo	undécuplo
× 12	duodécuplo	duodécuplo
× (...)	–	–
× 100	cêntuplo	cêntuplo

Quadro 5 – Numerais multiplicativos sintéticos

Excetuando *dobro*, *duplo* e *triplo*, estes numerais são pouco utilizados na linguagem corrente, sendo próprios de registos de língua eruditos ou técnicos. É mais frequente o recurso aos multiplicativos analíticos.

O advérbio multiplicativo latino *bis* mantém-se em português em usos muito restritos significando 'repetição': (i) em aposição a um numeral (cf., por exemplo, *ao art.º 4.º foi aditado o nº. 3 bis*); (ii) como nome (cf., por exemplo, *chegada a segunda metade e o "bis" de Iordanov, o Sporting controlou a partida* (CRPC, *Diário de Notícias*); *no concerto de ontem, o cantor só concedeu um bis*); e (iii) como interjeição (cf., por exemplo, *o público gritava: – Bis! Bis!*).

Multiplicativos analíticos

Como se disse, na linguagem corrente, excetuando *dobro*, *duplo* e *triplo*, os numerais multiplicativos sintéticos são pouco usados, recorrendo-se mais aos numerais analíticos *n vezes* (simbolicamente escritos *n* ×, em que *n* representa um numeral cardinal correspondente ao multiplicador), seguidos, frequentemente, do advérbio *mais*. Quando o advérbio *mais* está presente, e à semelhança do que acontece com os multiplicativos sintéticos, a quantidade de referência é expressa por um sintagma nominal precedido da preposição *de*[34] (cf., por exemplo, *gastei com este carro dez vezes mais* (= o décuplo) *do que tinha gastado com o anterior*). Na ausência do advérbio, a preposição não se usa (cf., por exemplo, *ele vai ganhar aqui dez vezes o que ganhava com o contrato anterior*).

[34] A construção com *mais* é comparativa, obedecendo, portanto, a uma sintaxe própria destas construções, que inclui a preposição (cf. Cap. 40).

24.2.5 Numerais fracionários

Os numerais **fracionários** (*meio*, *metade*, *um terço*, *três quartos*, *um undécimo, dois dezasseis avos*, etc.) denotam uma relação parte-todo. Referem frações numéricas das entidades denotadas pelos SN em que se integram (cf. (10a)) ou ao qual se ligam através da preposição *de* (cf. (10b,c)):

(10) a. Já comi *meio* bolo-rei.
b. *Três quartos* do ordenado vão para medicamentos.
c. *Metade* da população não tem a escolaridade básica.

Na linguagem não matemática, excetuando *meio* e *metade,* estes numerais são sempre antecedidos de um numeral cardinal – o numerador – que designa o número de partes da unidade tomadas do conjunto total das partes – o denominador – (p.e., *o professor não deu um terço* (1/3) *do programa*). O numeral fracionário propriamente dito é singular quando o cardinal do numerador é *um* (veja-se o exemplo anterior) e plural em todos os outros casos (p.e., em *o professor só deu dois terços do programa*). As formas *meio*, *metade* e *terço* são as únicas específicas dos numerais fracionários. As restantes formas são idênticas às dos ordinais.

A partir de *um décimo*, é frequente os numerais fracionários serem designados pela expressão (*n*) *n avos* (em que *n* corresponde a um numeral cardinal)[35], como em (11b), mais comum do que a forma sintética correspondente de (11a):

(11) a. Comprei *um duodécimo* da herdade do Tio Joaquim.
b. Comprei *um doze avos* da herdade do Tio Joaquim.

Quando o denominador é múltiplo de dez, em vez da expressão *n avos* (p.e., *um trinta avos*, *um dez mil avos*) pode usar-se o numeral ordinal correspondente ao denominador (*um trigésimo*, *um décimo milésimo*).

Os numerais fracionários são, na sua maioria, nomes. Precedem sintagmas nominais introduzidos pela preposição *de* (cf. (12a)). A própria palavra *avo* é um nome (cf. (12b)). Apenas *meio* pode funcionar como adjetivo pré-nominal (cf. (12c)):

(12) a. O médico deu alta a *metade* das crianças.
b. Os *dois quinze avos* da propriedade do tio pouco valem.
c. Está *meia* escola doente.

O fracionário *meio* concorda em género e número com o nome que denota o todo, precedendo-o (p.e., *meio litro*, *meias palavras*). Contudo, pode ter valor adverbial. Nesse caso, é invariável (p.e., *depois do acidente, ficaram meio*[36] *desnorteados*).

Expressões como *a maioria*, *a maior parte*, *uma minoria*, etc. podem ser consideradas numerais fracionários. Todavia, não denotam uma quantidade exata (nem em termos absolutos nem em termos relativos). Distinguem-se de outras expressões indefinidas como *alguns* ou *parte de* por terem implícito um numeral, 'meio' ou 'metade'. As duas primeiras significam 'mais de metade' e a terceira, 'menos de

[35] Segundo Bechara (1999:208), a palavra *avo* corresponde à terminação de *oitavo* «como se fora sufixo», a qual «por hipertaxe passa a funcionar como uma palavra».
[36] Neste emprego, *meio* tem um valor quantitativo indefinido, próximo de *um pouco*, e não o significado de 'metade'.

metade'[37]. Essa pressuposição de um valor numérico específico não se verifica no caso de *alguns* ou *parte de*.

No Quadro 6 abaixo representam-se os numerais fracionários sintéticos e exemplificam-se os analíticos (apresentam-se apenas exemplos correspondentes ao numerador "um"):

	NUMERAIS FRACIONÁRIOS SINTÉTICOS	NUMERAIS FRACIONÁRIOS ANALÍTICOS
1/2	(um) meio, (uma) metade	–
1/3	(um) terço	–
1/4	(um) quarto	–
1/5	(um) quinto	–
1/6	(um) sexto	–
1/7	(um) sétimo	–
1/8	(um) oitavo	–
1/9	(um) nono	–
1/10	(um) décimo	–
1/11	(um) undécimo	(um) onze avos
1/12	(um) duodécimo	(um) doze avos
1/13	(um) tredécimo	(um) treze avos
1/20	(um) vigésimo	(um) vinte avos
(...)	(...)	(...)
1/100	(um) centésimo	(um) cem avos
1/200	(um) ducentésimo	(um) duzentos avos
1/1000	(um) milésimo	(um) mil avos

Quadro 6 – Numerais fracionários

24.2.6 Numerais percentuais

Os **numerais percentuais** são formados composicionalmente com base nos numerais cardinais comuns associados à expressão *por cento*: *dez por cento* (10%), *um vírgula sete por cento* (1,7%). Semanticamente, correspondem a frações de 100, podendo ser parafraseados por *n partes em/de 100* ou *n centésimos*.

Gramaticalmente, (i) especificam quantificacionalmente sobre sintagmas nominais, completos (cf. (13a)) ou reduzidos (cf. (13b)), aos quais se ligam através da preposição *de*, e (ii) funcionam como especificadores de adjetivos (cf. (13c)):

(13) a. Apenas *um por cento* da população não votou.
b. Este tecido contém *80%* de algodão e *20%* de poliéster.
c. Em 1992 [as sondagens] estiveram *nove por cento* erradas, pois previam uma maioria de um por cento para o Partido Trabalhista, e os conservadores ganharam (CRPC, *Diário de Notícias*)

[37] Na linguagem comum, usam-se geralmente os termos *maioria* e *minoria* em situações em que estão em causa valores muito acima ou muito abaixo da metade.

24.3 Uso impreciso e lexicalização dos numerais

Os numerais cardinais, em particular os especiais não antecedidos de um cardinal comum, usam-se, com frequência, de modo impreciso, para simplificar ou simplesmente por desconhecimento do número exato, como se ilustra nos exemplos de (14):

(14) a. *Dezenas* de espectadores vaiaram o maestro.
b. A *dúzia* de vezes que veio à aula bastou para o professor o conhecer.
c. *Uma centena* de manifestantes provocou distúrbios na cidade.

Assim, p.e., em (14c), *uma centena* pode equivaler a 98 ou a 107, entre outros valores.

Estes numerais podem também ser usados com um valor hiperbólico (ou seja, de exagero), esbatendo-se igualmente o seu valor numérico exato, como se ilustra em (15):

(15) a. A história conta-se em *duas palavras*: por volta das 6h00 da manhã desse dia, Manuel decidiu ir tomar um café numa das «roulottes» da Foz do Douro, no Porto. (CETEMPúblico) (*duas* = algumas/poucas (≠ 2))
b. Já te contei esta história *uma centena* de vezes. (*uma centena* (*de*) = muitas (≠ 100))
c. A tua mãe deixou-se assaltar *dúzias* de vezes ainda sob as figueiras ramudas dos corgos. (CRPC, L. Jorge, *Dia*) (*dúzias* (*de*) = muitas (≠ 24, ≠ 36, ...))
d. Falaram de *mil e uma* coisas. (*mil e uma* = muitas (≠ 1001))

Por vezes, são os contextos sintáticos que determinam a inexatidão destes numerais. Isso acontece quando são especificados pelo determinante indefinido no plural (*uns*/*umas*) ou por expressões como *cerca de*, *menos/mais de*, *mais ou menos*. Acontece ainda quando são modificados por adjetivos pré-nominais como *escassa* e *boa*, ou por expressões lexicalizadas pós-nominais como *e tal* ou *e picos*. Nesses contextos, é reforçada a ideia de inexatidão numérica, expressando o numeral uma quantidade aproximada:

(16) a. Havia uma *escassa centena* de espectadores.
b. Já houve uma *boa dúzia* de reclamações.
c. Já viajei de avião *umas cento e tal* vezes.
d. Há *cerca de vinte* pessoas inscritas para a consulta.

Os numerais adquirem, por vezes, um sentido mais qualitativo do que quantitativo, como se disse em 24.2.3. Por exemplo, *carro em segunda mão* é um 'carro usado', mesmo que tenha tido antes mais do que um proprietário; é também o caso de expressões como *artigos de primeira necessidade*, *azulejos de segunda escolha/qualidade* (em expressões deste tipo, no registo familiar, o numeral pode até ser superlativizado para fazer ressaltar a má qualidade, como em *azulejos de terceiríssima escolha/qualidade*), *duplos de cinema/teatro* (= sósias ou substitutos). Trata-se de um fenómeno de lexicalização, incluindo semantização (sobre processos de lexicalização, veja-se o Cap. 9). São ainda exemplos deste fenómeno palavras como (i) *terço* ('uma terça parte' → 'a terça parte do rosário' → 'objeto de devoção constituído por contas enfiadas' ou 'as orações rezadas com esse objeto'); (ii) *quarto* ('a quarta parte' → 'a quarta parte de uma casa' → 'divisão da casa destinada a dormir'); (iii) *sesta* (do latim *sexta*-) ('sexta' → 'sexta hora canónica da liturgia católica' → 'hora de repouso, tipicamente a seguir ao almoço', ou o próprio 'repouso

feito a essa hora'); (iv) *meia* ('metade' → 'peça de vestuário que envolve o pé e metade da perna' → 'peça de vestuário que envolve o pé e a perna (no todo ou em parte)'; e (v) *cêntimo* ('centésima parte de uma unidade monetária' → 'quantidade muito pequena de dinheiro').

> [3] Há nomes que, embora denotando um grupo exatamente quantificado de entidades, incluem na sua denotação – pelo menos em alguns dos seus empregos – traços que restringem o tipo de entidades a que se aplicam. Neste caso, não satisfazem a definição de numeral dada no início deste capítulo, pese embora a inclusão, na sua denotação, de um traço referente a número. Trata-se de palavras como *novena*, *quadra*, *quarentena*, *quinzena*, *terceto*, *terno*, *trilogia*, *trindade* e *trio*, entre muitas outras. A restrição referida circunscreve-se, em alguns casos, à necessidade de os membros do grupo serem do mesmo tipo (cf. *Dicionário eletrônico Houaiss*: «entidades, seres, objetos etc. de igual natureza»). Noutros casos, as palavras numerais revelam um elevado grau de especialização, denotando um grupo exatamente quantificado de determinadas entidades. Assim, *resma* denota um conjunto de 500 folhas de papel; *biénio*, *triénio*, *quadriénio*, *lustro*, *quinquénio*, *decénio*, *século*, *milénio*, etc. denotam períodos de tempo específicos, contabilizados em anos. Um caso curioso é o de *quarentena*: para além de significar um conjunto de quarenta coisas, significa um período de quarenta dias e ainda um período de tempo (não necessariamente de quarenta dias) de isolamento de um paciente suspeito de doença contagiosa. Com a metáfora do "vírus" informático, o termo significa hoje também uma pasta específica do suporte lógico do computador destinada a guardar os ficheiros suspeitos.
>
> Outras palavras não denotam diretamente conjuntos, mas incluem também traços numéricos. Assim, *quadriga* denota um carro de duas rodas puxado por quatro cavalos ou esse conjunto de quatro cavalos; *sexagenário* significa 'pessoa que já completou 60 anos e ainda não tem 70'; *triângulo*, 'figura geométrica com três ângulos'; *bicicleta*, 'veículo constituído por um quadro e duas rodas'); etc.

24.4 Questões de concordância

Como foi dito, há nomes que são numerais cardinais especiais, fracionários e percentuais. Ligam-se através da preposição *de* ao grupo ou sintagma nominal que denota o domínio da quantificação. Nestas construções, quando a expressão tem a função de sujeito, colocam-se questões relativas à concordância verbal.

❖ Numerais cardinais especiais e fracionários

Comecemos por referir, concretamente, os numerais cardinais especiais, como em [*uma dúzia*] *de ovos*, [*uma centena*] *de coelhos*, e os fracionários, como em [*um terço*] *dos alunos*, [*metade*] *das crianças* (nos exemplos, colocou-se entre parênteses retos o numeral, que é, nalguns casos, uma expressão analítica, e sublinhou-se o seu núcleo nominal). Nestes casos, a concordância pode fazer-se quer com o numeral quer com o nome que denota o domínio da quantificação, e as duas construções têm o mesmo grau de aceitabilidade para a generalidade dos falantes[38]. Essa dua-

[38] Em Peres e Móia (1995:473) afirma-se, relativamente a construções deste tipo em que é o segundo nome que desencadeia a concordância frásica: «parecem-nos gozar de aceitação generalizada da comunidade linguística, sendo, aliás, consideradas como meras variantes nas diversas gramáticas e estando documentadas em muitos autores consagrados».

lidade torna-se visível quando o nome que denota o numeral é singular e o nome que denota o domínio da quantificação é plural, como se ilustra a seguir:

(17) a. [*Metade* das crianças] nunca tinha/tinham visto uma galinha viva.
b. [*Um milhão* de euros] desapareceu/desapareceram de uma agência bancária.
c. [*Uma centena* de euros] bastará/bastarão para pagar essa conta.
d. [*Meio milhar* de refugiados] aguarda/aguardam transporte para a capital.

Esta variação reflete duas estruturas sintáticas possíveis para o sintagma nominal complexo com a função de sujeito. Admite-se que é o nome nuclear de um sintagma nominal que desencadeia a concordância verbal. Assim, nos exemplos acima, a concordância singular corresponde a uma estrutura em que o núcleo sintático do sintagma nominal complexo é o numeral, ao passo que a concordância plural corresponde a uma estrutura em que o núcleo do sintagma nominal é o nome que denota o domínio da quantificação. Exemplificando com (17c), representam-se essas estruturas em (18):

(18) a. [$_{SN}$ Uma *centena* [de euros]] bastará para pagar essa conta.
b. [$_{SN}$ [Uma centena de] *euros*] bastarão para pagar essa conta.

Em (18a), *centena* é o núcleo nominal do SN e *de euros* funciona como complemento do nome. Em contrapartida, em (18b), *euros* é o núcleo nominal do SN e *uma centena de* é um especificador complexo deste núcleo[39].

Numerais percentuais

Os numerais percentuais apresentam uma dualidade semelhante à dos cardinais especiais no que respeita à concordância, mas com uma peculiaridade adicional. À semelhança destes, e como os seguintes exemplos ilustram claramente, a concordância pode ser desencadeada quer pelo numeral (cf. (19a)) quer pelo nome comum (cf. (19b)):

(19) a. *Um* por cento dos estudantes reprovou no exame.
b. Um por cento d*os estudantes* reprovaram no exame.

Nestes exemplos, o nome numeral é singular, desencadeando concordância verbal no singular em (19a); e o nome comum é plural, desencadeando concordância plural em (19b) (as estruturas sintáticas destes exemplos serão, pois, semelhantes às de (18a) e (18b), respetivamente).

Nos exemplos que se seguem, tem-se uma situação inversa da de (19): o numeral é agora plural e o substantivo comum singular. De novo encontramos dualidade na concordância, como se espera:

(20) a. segundo estudos existentes só 10 por cento d*a população portuguesa* terá dinheiro para suportar um seguro de saúde (CETEMPúblico)

[39] Repare-se que não é diferente a interpretação semântica dos exemplos com os dois tipos de concordância. Pode dizer-se, numa perspetiva dinâmica, que (18a) é o resultado de uma reanálise do sintagma nominal, a partir de (18b), num processo que converte o nome numeral em núcleo do SN, deixando de funcionar como especificador, e o núcleo inicial (incluindo o grupo nominal mais vasto que o contém) em complemento do numeral.

b. menos de *50* por cento da *UBP* não lhe interessam. (CETEMPúblico)
c. Às quatro horas, *cinquenta e cinco* por cento d*o eleitorado* já tinha/tinham votado.
d. *Dez por cento* d*a turma* acertou/acertaram na resposta.

O que é peculiar com os numerais percentuais é que, mesmo com um nome comum plural e um numeral também (semanticamente) plural, a concordância verbal pode ser feita (embora não o seja necessariamente) no singular, como se ilustra em (21a) – em (21b), apresenta-se a concordância plural; destaca-se em itálico o numeral e o nome comum plurais[40]:

(21) a. Em muitos países, cerca de *50* por cento das *mulheres* com filhos não trabalha de todo.
b. Em muitos países, cerca de *50* por cento das *mulheres* com filhos não trabalham de todo.

A possibilidade de concordância singular em (21a) pode justificar-se pelo facto de o numeral ser, nesses casos, reanalisado pelos falantes como um «todo inanalisável»[41], de número singular e não plural. Essa reanálise, no entanto, não é obrigatória, dada a possibilidade de concordância no plural. A corroborar esta conclusão tem-se o facto de, quando o sujeito é constituído apenas por um numeral percentual semanticamente plural, estando ausente o domínio da quantificação, a concordância verbal poder ser feita também no singular, e não apenas no plural: cf., por exemplo, *cinquenta e cinco por cento votou/votaram contra o projeto*. Alternativamente, pode admitir-se que, subjacente a estas frases com concordância no singular, está a expressão *uma percentagem de*, como na frase *em muitos países, uma percentagem de cerca de 50 por cento das mulheres com filhos não trabalha de todo*.

Existe uma generalização que descreve a concordância com os numerais cardinais especiais, os fracionários e os percentuais num contexto específico:

❖ quando o numeral é especificado por um determinante definido, é sempre o numeral o desencadeador da concordância (refletida no número do determinante).

Esta generalização, que se ilustra em (22), pode também ser alargada aos numerais multiplicativos, que têm sempre um determinante definido (cf. (22e)):

(22) a. *Esta centena* de trabalhadores está em greve há três dias. (vs. **estão em greve*)
b. *Esta metade* dos trabalhadores não concorda com a greve. (vs. **não concordam*)
c. *Os meus 49%* de participação não me permitem decidir sozinho. (vs. **não me permite*)
d. *Estes vinte por cento* de votação não chegam. (vs. **não chega*)

---

[40] Os exemplos são adaptados de CRPC, *Diário de Notícias*; o exemplo original contém concordância singular, não plural.

[41] A ideia de expressões percentuais analisadas como um «todo inanalisável» é de Peres e Móia (1995:485). Tratando uma questão ligeiramente diferente da que está aqui em causa, os autores justificam desse modo o contraste de gramaticalidade entre *dois por cento das empresas faliram* e **duas por cento das empresas faliram*.

e. Para abrir a turma é necessário *o dobro* dos estudantes inscritos neste momento. (vs. ??*são necessários*)

Quando o numeral em questão não é especificado ou é especificado por *um* (plausivelmente com o estatuto de numeral, aqui), é possível a concordância ser desencadeada pelo numeral ou pelo nome quantificado:

(23) a. *Uma centena* de trabalhadores está/estão em greve há três dias.
b. *Metade* dos trabalhadores não concorda/concordam com a greve.
c. Só *49%* de participação não me permite/permitem decidir sozinho.
d. *Vinte por cento* da votação não chega/chegam.

Nos sintagmas nominais com *milhar*(*es*) e *milhão*(*ões*), o especificador ocorre no masculino, independentemente do género da entidade quantificada (p.e., *os milhares/milhões de mulheres*). Em contrapartida, do ponto de vista da concordância frásica em género, os falantes aceitam, em geral, os dois géneros no predicativo do sujeito quando o segundo núcleo nominal é um nome feminino quantificado por estes numerais (cf. (24)):

(24) Os *milhares*/*milhões* de *crianças* em risco não foram ignorados/ignoradas.

24.5 Escrita dos numerais

São frequentes as dúvidas relativamente à escrita dos numerais nos textos, concretamente quanto às circunstâncias que devem levar a escrevê-los com recurso a palavras ou a algarismos. Trata-se, naturalmente, de uma questão estilística e de uso, e não de uma questão gramatical. Por isso os livros e guias de estilo de jornais, de revistas e de vários organismos tratam, em geral, este tipo de convenções.

Há algumas ideias consensuais que se resumem a seguir[42]:

(i) Os numerais cardinais até dez e os numerais correspondentes a números inteiros que referem dezenas e centenas exatas (ou seja, os numerais terminados em um ou mais zeros) escrevem-se, normalmente, por extenso (i.e., por palavras) nos textos (p.e., *oito livros* vs. *13 livros*; *quarenta telas* vs. *42 telas, quinhentos peixes* vs. *507 peixes*). Constituem exceção a esta regra as situações em que os numerais ocorrem no início de frase ou de título. Nesse caso, deverão escrever-se por extenso mesmo aqueles que, no interior ou no fim da frase, se escreveriam por algarismos (p.e., *treze professores da escola aposentaram-se este ano* vs. *este ano aposentaram-se 13 professores da escola*).

(ii) Os numerais cardinais da ordem de grandeza das dezenas ou centenas de milhar ou de milhão escrevem-se frequentemente de um modo híbrido, com palavras e algarismos (p.e., *as redes móveis terão originado algo como 1500 milhões de chamadas e 2600 milhões de minutos de ligação* (CRPC, *Público*)).

[42] As normas aqui enumeradas inspiram-se fortemente no *Código de Redação Interinstitucional* do Serviço das Publicações da União Europeia (consultado em 14.04.2010), por se considerar um exemplo relevante de guia de estilo.

Quando não interessa uma precisão absoluta, usa-se com frequência um numeral de valor aproximado: assim, ao numeral 12 552 327 (literalmente, *doze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil trezentos e vinte e sete*), poderiam corresponder as expressões *cerca de 12,5 milhões* (ou *cerca de 12 milhões e meio*) ou ainda, introduzindo mais alguma precisão, *cerca de 12 milhões e 552 mil*).

(iii) Devem usar-se algarismos nos quadros e enumerações, ou quando se comparam resultados estatísticos; escrevem-se também desse modo as percentagens, sobretudo quando contêm casas decimais (p.e., *12,5% do volume de negócios*), os anos, meses e dias de idade ou de antiguidade (p.e., *a Ana tem 23 anos e trabalha na empresa há 5 anos e 9 meses*), as datas e as horas – exceto em determinados documentos oficiais – (p.e., *dia 3 de abril de 2004 às 15 horas*), a numeração de documentos legislativos (p.e., *Decreto-Lei n.º 177/99*), os pesos e medidas (p.e., *mede 47 cm e pesa 2,5 quilos*), as somas de dinheiro (p.e., *são 50 euros*), a numeração das portas (p.e., *rua da Lua, n.º 10*) e os numerais decimais em geral (p.e., *15,6 valores*).

(iv) Os números fracionários escrevem-se geralmente por extenso (p.e., *apresentaram-se a exame <u>três quartos</u> dos alunos*).

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Diário de Notícias.

Público.

L. Jorge, *Dia* – Jorge, Lídia (1980) *O dia dos prodígios*. s.l. Publicações Europa-América.

CETEMPúblico – *Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público*. http://www.linguateca.pt/cetempublico/.

25 NOMES COMUNS 949
25.1 Nomes contáveis e nomes não contáveis 952
25.1.1 Caracterização geral 952
25.1.2 Diferenças e semelhanças entre os nomes contáveis e os nomes não contáveis 954
25.1.2.1 Quantificação de contagem e quantificação de medida 954
25.1.2.2 Ausência de determinante nos nomes massivos no singular em contextos pós-verbais e pós-preposicionais 955
25.1.2.3 Paralelismo semântico e gramatical entre nomes não contáveis no singular e nomes contáveis no plural 957
25.1.3 Flutuação polissémica dos nomes entre contáveis e não contáveis 957
25.1.3.1 Classificação dos nomes de alimentos 958
25.1.3.2 Nomes não contáveis recategorizados em contáveis 959
25.1.3.3 Nomes contáveis recategorizados em não contáveis 961
25.2 Nomes usados exclusivamente ou preferencialmente no singular ou no plural 963
25.2.1 Substantivos usados preferencialmente no singular 964
25.2.2 Nomes plurais ou *pluralia tantum* 965
25.2.2.1 *Pluralia tantum* exclusivos 966
25.2.2.2 *Pluralia tantum* inclusivos 967
25.2.2.3 *Pluralia tantum* unívocos 967
25.2.2.4 Fundamentação semântica dos *pluralia tantum* 968
25.3 Nomes coletivos 971
25.3.1 Caracterização geral 971
25.3.2 Classificação dos nomes coletivos 972
25.3.2.1 A propriedade [±Qdef] 973
25.3.2.2 A propriedade [±esp.lex.] 973
25.3.2.3 Tipologia dos nomes coletivos 974
25.3.3 Manifestações gramaticais da pluralidade nos nomes coletivos 975
25.3.3.1 Concordância no plural com nomes coletivos no singular 975
25.3.3.2 Manifestações lexicais da pluralidade com nomes coletivos 978
Apêndice 979
25.4 A animacidade 981
25.5 A dimensão semântica humano vs. não humano 985

25.6 A dimensão semântica concreto vs. abstrato 986
25.7 Nomes eventivos 988
Fontes das abonações 989

25 NOMES COMUNS

Neste capítulo discutem-se os **nomes comuns** (também chamados **substantivos**), em particular as suas propriedades semânticas que têm relevância gramatical e que, por esse motivo, servem de base para a elaboração de uma tipologia destes elementos. A tipologia que se propõe aqui é semelhante àquela que é aceite na maioria dos estudos gramaticais, tanto tradicionais como contemporâneos.

Do ponto de vista semântico, é possível estabelecer um número praticamente indefinido de classes de nomes, refletindo a diversidade ontológica do mundo e a maneira como os falantes o percecionam e conceptualizam. Para dar apenas alguns exemplos simples, existem nomes que denotam pessoas (*polícia*, *vítima*), animais (*cão*, *lagartixa*), artefactos humanos (*livro*, *roupa*), lugares (*casa*, *cidade*, *igreja*), quantidades de tempo (*dia*, *século*), emoções (*alegria*, *amor*), ideias ou conceitos abstratos (*empirismo*, *honestidade*, *ideia*), eventos (*boda*, *descoberta*), cores (*azul*, *vermelho*), entre muitas outras categorizações possíveis.

As tipologias gramaticais, no entanto, têm um alcance diferente. O seu objetivo é o de identificar determinadas dimensões semânticas de natureza geral que tenham reflexos gramaticais sistemáticos, de natureza morfológica ou sintática, nos nomes (ou pronomes) que as manifestam e nos grupos ou frases em que esses elementos se integram. Essas dimensões costumam ser apresentadas sob a forma de propriedades opostas ou complementares, cada uma delas dividindo os nomes exaustivamente em duas subclasses estanques[1]. Apresentamos a seguir uma lista das dimensões que se discutem[2]:

❖ distinção entre **nome contável** (*degrau*, *livro, mosca*) e **nome não contável** (*alegria*, *ferro*, *leite*);

[1] Contudo, em certas dimensões, como se verá, há nomes que podem ser ambíguos relativamente às propriedades opostas ou complementares, podendo apresentar uma das propriedades em determinados contextos e a outra noutros. Para dar um exemplo (e ignorando a diferença de número), o nome *pão* é contável em *comi três pães* e não contável em *adoro pão* (cf. 25.1).

[2] No final deste capítulo (cf. 25.7), discute-se brevemente a distinção entre nomes eventivos e nomes não eventivos. Essa dimensão não é aqui mencionada por não ser usual integrá-la entre as propriedades que servem de base para a classificação gramatical dos nomes comuns. No entanto, como se verá, a distinção tem consequências gramaticais (cf. também o Cap. 27.1).

❖ distinção entre **nomes de número variável** (*caderno*(*s*), *mesa*(*s*)) e nomes usados preferencialmente apenas no singular ou no plural, como, respetivamente, *ganas*, *óculos* (os **nomes plurais**) ou como *sede*, *saúde* (os **nomes singulares**);

❖ distinção entre **nome individual** (*lobo*, *peixe*) e **nome coletivo** (*alcateia*, *cardume*);

❖ distinção entre **nomes animados** (isto é, que designam entidades animadas, com a capacidade de controlar situações, como *cão*, *pessoa*, *vítima*, etc.) e **nomes não animados**, como *árvore*, *livro*, *ozono*. Esta dimensão semântica chama-se **animacidade** na linguística contemporânea[3];

❖ dentro da classe dos nomes animados, distinção entre **nomes humanos**, que denotam seres humanos (*juiz*, *rapariga*, *vítima*) e **nomes não humanos**, que denotam outros seres animados (*cão*, *lagarto*, *pardal*);

❖ distinção entre **nomes concretos**, que designam entidades materiais, em que se pode tocar (*árvore*, *homem*, *lagarto*, *livro*, *mesa*) e **nomes abstratos** (*alegria, banquete*, *casamento*, *espírito*, *ideia*, *literatura*, *tristeza*).

[1] Em Lyons (1977), propõe-se uma tipologia semântica dos nomes, também com relevância para a descrição gramatical, que é, de certa forma, ortogonal relativamente à tipologia tradicional acima apresentada. A tipologia de Lyons baseia-se em categorias ontológicas de natureza muito geral. Lyons distingue entre três tipos de entidades do mundo, a que chama entidades de primeira ordem, de segunda ordem e de terceira ordem. Os nomes que denotam as entidades de cada uma dessas classes têm propriedades diferentes. As entidades dos diferentes tipos caracterizam-se do seguinte modo: (i) entidades de primeira ordem: objetos físicos com constituição material (pessoas, animais e coisas materiais), localizáveis espacialmente e com propriedades percetuais mais ou menos constantes e estáveis ao longo do tempo; (ii) entidades de segunda ordem: situações, incluindo estados, eventos, atividades e processos, dos quais se diz tipicamente que acontecem, mais do que existem. Estas entidades são intrinsecamente temporais, isto é, têm duração, e são ontologicamente complexas, na medida em que envolvem, na maior parte dos casos, entidades de primeira ordem, as pessoas e as coisas que participam nas situações; (iii) entidades de terceira ordem: ideias, raciocínios, proposições, ou seja, entidades mentais fora do tempo e do espaço, que podem funcionar como objeto de crenças, desejos, expectativas, juízos, etc.

Para Lyons, os nomes mais típicos de uma língua, aqueles que formam o seu núcleo fundamental, são os que denotam entidades de primeira ordem. Na sua maioria, trata-se de nomes comuns concretos como *criança*, *pessoa*, *cavalo*, *mosca*, *rã*, *livro*, *ovo*, *água*, *vinho*, etc. Tipicamente, estes nomes são morfologicamente simples (isto é, não são obtidos por processos morfológicos como a derivação) e são os primeiros a ser adquiridos pelas crianças no processo de aprendizagem. Em contrapartida, os nomes das outras duas classes têm uma natureza abstrata, muitos deles relacionam-se com verbos e são adquiridos pelas crianças mais tardiamente no processo de aprendizagem. Entre os nomes que denotam entidades de segunda ordem incluem-se *acidente*,

[3] Este termo é um neologismo, criado a partir do termo inglês "*animacy*", de uso corrente em trabalhos de sintaxe e semântica nessa língua. A conversão da consoante oclusiva dental /d/ (cf. *animado*) numa consoante fricativa pré-dorso-alveolar /s/ não é, no entanto, estranha ao português; cf. *animação*.

chegada, *conquista*, *descobrimento*, *guerra*, *partida*, *reunião*, (cf. 25.7 e Cap. 27.1) e entre os nomes que denotam entidades de terceira ordem incluem-se *crença*, *expectativa*, *ideia*, *proposição*, *receio*. Segundo Lyons, poderá haver línguas sem nomes de segunda ou terceira ordem[4], mas todas as línguas que possuem estes dois tipos possuem necessariamente nomes de primeira ordem. Para além disso, é comum as línguas apresentarem alguma distinção gramatical (p.e., morfológica) entre os nomes de primeira ordem e os de segunda e terceira ordem.

A natureza binária das dimensões semânticas usadas na tipologia gramatical dos nomes comuns permite codificar as distinções através de um único termo, precedido pelo sinal "+" ou pelo sinal "–": p.e., nomes [+humano] e nomes [–humano], nomes [+contável] e nomes [–contável], etc.[5]. A este tipo de formalização das dimensões semânticas e gramaticais chama-se **traços distintivos binários**[6]. Quando nos queremos referir à dimensão semântica na sua totalidade utilizando este formato, utiliza-se o mesmo tipo de notação, i.e., coloca-se o termo entre parênteses retos, precedido por vezes do sinal "±": [humano] ou [±humano][7]. Note-se, finalmente, que alguns destes valores são designados por um termo consagrado, como "nome massivo" para um subgrupo significativo dos nomes [–contável].

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: em 25.1, descrevem-se os nomes contáveis e os nomes não contáveis, prestando-se particular atenção, na classe dos não contáveis, aos nomes massivos[8]. Em 25.2, distingue-se entre os nomes que ocorrem normalmente quer no singular quer no plural e aqueles que ocorrem exclusivamente ou preferencialmente apenas num destes números, com particular atenção dada aos que ocorrem apenas no plural. Em 25.3, discutem-se e classificam-se os nomes coletivos. Desta secção consta igualmente um apêndice contendo listas de nomes coletivos, acompanhados de uma breve descrição semântica. Em 25.4, discute-se a dimensão semântica da animacidade e a lógica que preside à distinção entre nomes animados e nomes não animados. Em 25.5, descreve-se a distinção entre nomes humanos e nomes não humanos. Em 25.6, discute-se a distinção entre nomes concretos e nomes abstratos. Finalmente, em 25.7, definem-se e discutem-se brevemente os nomes eventivos.

[4] Isto não significa que essas línguas não possam expressar esses conceitos, mas sim que o fazem através de outro tipo de expressões.

[5] Nem todas as dimensões semânticas têm uma natureza binária, embora sejam frequentemente apresentadas e discutidas como tal, quando a simplificação não tem consequências negativas. Assim, p.e., tem-se proposto que a animacidade (cf. Nota 3) não constitui uma oposição entre dois polos opostos "animado" vs. "não animado", mas antes uma escala não binária envolvendo vários graus (cf. 25.4).

[6] A expressão das propriedades linguísticas em termos de traços binários foi iniciada pelos estruturalistas da escola de Praga (R. Jakobson e N. Trubetzkoi, entre outros) nos seus trabalhos pioneiros sobre fonologia.

[7] A notação dos traços binários não é usada por todos os autores da Gramática, e o mesmo autor poderá utilizá-la por vezes, mas não sempre, como se faz neste capítulo. É, pois, importante assinalar que não há nenhuma questão de fundo envolvida na escolha (ou não escolha) destas convenções. Assim, é absolutamente equivalente dizer que o substantivo *livro* é contável (sem mais) ou que se caracteriza pelo traço [+contável].

[8] Como se verá (cf. 25.1), nem todos os nomes [–contável] são massivos, embora os mais típicos (e que formam a maioria dessa classe) o sejam.

25.1 Nomes contáveis e nomes não contáveis

Nesta secção, descrevem-se os nomes contáveis e os nomes não contáveis. Estes, por sua vez, dividem-se nas subclasses dos nomes massivos e dos nomes não massivos (cf. também o Cap. 21).

25.1.1 Caracterização geral

A distinção entre nomes contáveis e nomes não contáveis tem a ver com duas maneiras distintas como os falantes percecionam e conceptualizam aquilo que existe no mundo (e que pode ser designado através de um nome): assim, existem entidades que são conceptualizadas como **coisas discretas**, autónomas e separadas umas das outras, cada uma delas com a sua individualidade própria (p.e., as árvores, as pessoas, as flores, os livros, os animais, as almas, etc.). Os nomes que representam estas entidades chamam-se **nomes contáveis** (porque as entidades discretas podem contar-se), por vezes também **nomes descontínuos** ou **nomes discretos**.

Em contrapartida, existem outras entidades que são conceptualizas como um todo que não se manifesta em entidades discretas. Entre estas entidades, as que têm mais relevância do ponto de vista linguístico são as **substâncias** ou **massas** de natureza uniforme, como a água, o ar, o vinho, o ouro ou o ferro, que podem ser separadas em porções de quantidades diferenciadas, mas que não se concretizam em entidades com individualidade própria. Os nomes que representam estas entidades chamam-se **nomes não contáveis**, por vezes também **nomes contínuos**[9]. No caso das substâncias ou massas, como as referidas acima, os nomes não contáveis recebem a designação particular de **nomes massivos**.

Costumam também ser incluídos entre os nomes não contáveis (mas, neste caso, não massivos) nomes que designam entidades abstratas, como aqueles que representam valores estéticos, intelectuais, subjetivos ou institucionais (escritos, por vezes, com letra maiúscula, como a Justiça, o Amor, a Beleza) e aqueles que representam da maneira mais geral possível a produção social e intelectual da Humanidade (como a Música, a Literatura, a Arte, a Política, a Linguística).

Num nível muito básico, a diferença entre nomes contáveis e não contáveis reflete-se na maneira como asserimos a existência ontológica das entidades por eles designadas, no seu nível mais geral. Assim, dizemos que existem (no plural) homens, médicos, raparigas, animais, gatos, pássaros, moscas, plantas, árvores, rosas, arbustos, laranjas, maçãs, amêndoas, lágrimas, caixas, telefones, bolas, átomos, ervilhas, corridas, feitos, compras, filmes, livros, regras, noções, problemas. Os nomes que denotam estas entidades, cuja existência se assere no plural, são os nomes contáveis.

Em contrapartida, dizemos que existe (no singular) água, vinho, tabaco, gente, ar, fogo, ferro, areia, suor, arroz, manteiga, ouro, prata, cimento, literatura, cinema, poesia, pintura, arquitetura, simpatia, bondade, caridade, sabedoria, beleza. Os nomes que denotam estas entidades, cuja existência se assere no singular, são os nomes não contáveis.

[9] Na notação em traços binários, os nomes contáveis caracterizam-se pelo traço [+contável] e os não contáveis pelo traço [–contável].

[2] Note-se que estas intuições são bastante firmes, algo que o leitor poderá testar, abstraindo de alguns nomes cujo estatuto pode variar de falante para falante e de outros que admitem recategorização em determinados contextos, geralmente acompanhada de uma diferença de significado (cf. 25.1.3). Assim, não asserimos normalmente a existência das entidades denotadas por nomes contáveis usando o nome no singular; ou seja, não dizemos que existe homem, médico, rapariga, animal, gato, pássaro, mosca, planta, árvore, rosa, arbusto, laranja, maçã, amêndoa, lágrima, caixa, telefone, bola, átomo, ervilha, corrida, feito, compra, filme, livro, regra, noção, problema. Inversamente, não asserimos normalmente a existência (no nível mais geral) das entidades denotadas por nomes não contáveis usando o nome no plural[10]; ou seja, não dizemos que existem águas, vinhos, tabacos, gentes, ares, fogos, ferros, areias, suores, arrozes, manteigas, ouros, pratas, cimentos, literaturas, cinemas, poesias, pinturas, arquiteturas, simpatias, bondades, caridades, sabedorias, belezas. A famosa expressão do não menos famoso discurso de Sir Winston Churchill mostra bem esta distinção: *sangue, suor e lágrimas*, mas não *sangues, suores e lágrima*, ou qualquer outra combinação. Porquê? Porque *sangue* e *suor* são nomes não contáveis e *lágrima* é um nome contável.

A distinção entre nomes contáveis e não contáveis é apreensível sobretudo no domínio das entidades que têm uma natureza física, devido ao facto de estas serem diretamente percecionáveis e oferecerem, deste modo, um suporte mais firme para a classificação. Assim, as matérias, os gases e os líquidos, entidades que por excelência se percecionam como "massas" informes ou substâncias contínuas, são tipicamente denotados por nomes não contáveis (e massivos): *ar*, *metano*, *oxigénio*; *água*, *álcool*, *sangue*, *suor*, *vinho*, *algodão*, *marfim*, *ouro*, *prata*, *seda*, entre muitos outros (dizemos *existe ar, oxigénio, vinho*, etc., no singular). Inversamente, as espécies, animais ou vegetais, e os artefactos humanos, que são realidades claramente percecionadas como formando entidades individuais, fisicamente delimitadas (o que permite a sua contagem) e com um tamanho que as torna acessíveis à escala da perceção humana, são denotados por nomes contáveis: *árvore*, *cravo*, *erva*; *baleia*, *cavalo*, *pessoa*, entre muitos outros (dizemos *existem árvores, ovos, pessoas*, etc., no plural)[11].

Contudo, existe alguma arbitrariedade nas classificações impostas pela língua, as quais nem sempre refletem de forma evidente as discriminações percetuais. Por exemplo, um fenómeno de uma certa generalidade, e interessante do ponto de vista cultural, é o estatuto não contável que têm muitos substantivos que denotam comida, mesmo quando são percecionados como entidades discretas: *pão*, *grão*, *açúcar*, *farinha*, *manteiga*, *arroz*, *feijão*, *chocolate*, etc. Em certos casos, como *açúcar*, *farinha* e *arroz*, existe uma base percetual para a classificação, já que os elementos discretos (de natureza granular) em que se manifestam as entidades designadas por esses nomes são demasiado pequenos para poderem ser percecionados ou manipulados de maneira operativa pelas pessoas, o que a língua reflete caracterizando-as como substâncias. Mas isso nem sempre acontece: veja-se os nomes *pão*, *grão* e

[10] Alguns nomes não contáveis podem ser usados no plural em asserções de existência particular (cf., por exemplo, *existem literaturas*, *vinhos*, etc.), mas numa aceção diferente daquela que têm no singular (cf. 25.1.3.2); em particular, e este é o ponto que importa aqui, perde-se o nível mais geral da asserção existencial.

[11] Mas repare-se que dizemos *existe gente*; *gente* é um nome massivo, através do qual conceptualizamos um conjunto de pessoas como uma massa informe.

feijão, e compare-se com *ervilha*, um nome contável (dizemos *existem ervilhas*, não *existe ervilha*): tanto num caso como no outro, estes produtos alimentares manifestam-se como entidades discretas perfeitamente acessíveis à perceção e que se podem manusear.

> [3] Existem outros casos em que a partição feita pela língua entre substantivos contáveis e não contáveis obedece a uma metafísica diferente daquela assente em discriminações percetuais ou baseadas no senso comum. Assim, por exemplo, *areia*, embora denote uma realidade que pode ser individualizada em partículas discretas (os grãos de areia), é um nome não contável[12], certamente porque, por um lado, essas partículas são demasiado pequenas para serem facilmente percecionadas e, por outro, demasiado numerosas para serem contadas (uma situação semelhante à de *açúcar* e *farinha*). Em contrapartida, *átomo*, que denota partículas invisíveis ao olho humano (e que certamente não podemos contar), é um nome contável, talvez devido à importância que damos aos átomos como entidades constitutivas de toda a matéria e pelo seu papel central nas áreas nobres do conhecimento que são a filosofia e a física. Outro caso é o substantivo *lágrima*, um nome contável, vs. *suor*, não contável, sem que para isso exista uma razão aparente: não se pode dizer do suor que é mais "substância" do que as lágrimas, ou que as lágrimas, inversamente, são mais facilmente individualizáveis do que o suor.
>
> Uma propriedade típica das substâncias denotadas por nomes massivos é o facto de poderem ser divididas sem perderem o seu estatuto ontológico, pelo menos até ao nível atómico: assim, por mais que se quebre um lingote de ouro em pedaços sucessivamente mais pequenos, continuamos a ter ouro; por mais que eu deite fora de forma sucessiva os grãos de areia que tenho na palma da mão, continuo a ter areia; e por mais que vá bebendo o vinho que tenho no copo, pelo menos até o terminar, o que fica no copo continua a ser vinho. Pelo contrário, se partirmos uma mesa em pedaços sucessivamente mais pequenos, haverá necessariamente um momento a partir do qual deixamos de poder dizer que os pedaços constituem uma mesa. Esta diferença relaciona-se também, em geral, com a complexidade estrutural típica daquilo que é denotado pelos nomes contáveis, em comparação com a simplicidade e uniformidade daquilo que é denotado pelos nomes massivos (cf. Cap. 21.2).

25.1.2 Diferenças e semelhanças entre os nomes contáveis e os nomes não contáveis

Descrevem-se a seguir, por um lado, algumas das diferenças principais entre nomes contáveis e nomes não contáveis; e, por outro, certas similaridades que existem entre nomes não contáveis no singular e nomes contáveis no plural.

25.1.2.1 Quantificação de contagem e quantificação de medida

De modo breve, visto que esta área se estuda detalhadamente no Cap. 21, pode dizer-se que a quantificação típica dos nomes contáveis e dos nomes massivos se faz de maneiras diferentes: para os nomes contáveis, tem-se um modo de **contagem**; e para os nomes massivos, que designam substâncias, tem-se um modo de **medição** (cf. Cap. 21.5.1). Estes modos radicam, em última instância, no estatuto ontológico das realidades respetivas: as coisas ou entidades discretas (como os livros, as árvores, etc.) contam-se, mas as substâncias (como os gases, os líquidos

[12] Sobre os nomes ou as expressões (como *grão*) que permitem individualizar as entidades denotadas por nomes massivos, como em *grão de areia*, cf. Cap. 21.2.

e as matérias) medem-se, não se contam. Assim, enquanto os nomes contáveis podem ser especificados por quantificadores de contagem discretos (incluindo os numerais cardinais ou os quantificadores plurais como *alguns*, *bastantes*, *demasiados*, *muitos*, *poucos*, *suficientes*), os nomes massivos não podem, como se ilustra em (1) e (2), respetivamente:

(1) a. Comprei *três livros* na tabacaria.
b. Sobram-me *cinco cigarros* no maço.
c. Havia {*algumas/bastantes/muitas/poucas*} *pessoas* na sala.
d. Ela chorou *imensas/muitas lágrimas*.

(2) a. *Comprei *três ouros* na bolsa.
b. *Sobram-me *cinco tabacos* no maço.
c. *Havia {*algumas/bastantes/muitas/poucas*} *gentes* na sala.
d. *Caíram-lhe *imensos/muitos suores* pelo pescoço abaixo.

Inversamente, os nomes massivos podem ser especificados pelos quantificadores de medição (incluindo os indefinidos singulares *algum*, *bastante*, *demasiado*, *muito*, *pouco*, *suficiente*, *tanto*), os quais apenas medem a quantidade da substância, como se ilustra em (3); em contrapartida, os nomes contáveis não podem ser especificados por estes quantificadores, como se ilustra em (4)[13]:

(3) a. Comprei *ouro suficiente* na bolsa.
b. Sobra-me *pouco tabaco* no maço.
c. Havia {*alguma/bastante/muita/pouca*} *gente* na sala.
d. Caiu-lhe *imenso/muito suor* pelo pescoço abaixo.

(4) a. *Comprei *livro suficiente* na tabacaria. (vs. *comprei livros suficientes*)
b. *Sobra-me *pouco cigarro* no maço. (vs. *sobram-me poucos cigarros*)
c. *Havia {*bastante/muita/pouca*} *pessoa* na sala. (vs. (1c))[14]
d. *Chorou *imensa/muita lágrima*. (vs. (1d))

25.1.2.2 Ausência de determinante nos nomes massivos no singular em contextos pós-verbais e pós-preposicionais

Na medida em que exprimem quantidades mas não individualizam entidades, os nomes não contáveis (especialmente os massivos) no singular podem ocorrer sem um determinante, ou seja, com o estatuto de sintagmas nominais reduzidos (cf. Caps. 20 e 21) quando estão em posição pós-verbal, como complemento direto de um verbo transitivo (cf. (5a-c)), como predicativo do sujeito com um verbo de cópula (cf. (5d)), como sujeito invertido de frases com verbos intransitivos de

[13] Existe uma exceção: os nomes contáveis, no singular, podem ser especificados por *muito* ou *tanto*, quando o falante quer enfatizar a quantidade: cf. *compraste MUITO livro na tabacaria*, em que as maiúsculas representam um acento mais forte e um contorno prosódico particular no quantificador. Este tipo de frases torna-se mais aceitável quando o sintagma nominal quantificado ocorre em posição inicial da oração: cf. *MUITO livro compraste na tabacaria*. Note-se que, nestas frases, a entidade discreta 'livro' é, de certo modo, reconceptualizada como uma substância.

[14] O determinante a*lgum*(*a*) é polissémico, sendo simultaneamente de medição (cf. *havia alguma gente na sala*) e de contagem (cf. *havia alguma pessoa na sala?*).

"entrada em cena" como *chegar*, *entrar*, *sair* (cf. (5e)) e (para alguns falantes) como sujeito de frases passivas (cf. (5f)):

(5) a. Pedi *manteiga*.
b. Adoro *café*.
c. Há *tempo* para tudo.
d. Isso é *leite*.
e. Chegou *gente nova* à festa.
f. ?Foi roubado *dinheiro* da gaveta da minha cómoda

Esta possibilidade encontra-se vedada aos nomes contáveis no singular, como se ilustra a seguir:

(6) a. *Pedi *revista*.
b. *Adoro *rosa*.
c. *Há *regra* a seguir.
d. *Isso é *árvore*.[15]
e. *Chegou *pessoa nova* à festa.
f. *Foi roubada *medalha* da gaveta da minha cómoda.

Do mesmo modo, os nomes não contáveis no singular, mas não os contáveis, podem ocorrer como complemento de uma preposição sem ser introduzidos por um determinante, num sintagma preposicional classificador (cf. Cap. 27.3.2.1), como se ilustra em (7) e (8):

(7) a. O bolo foi feito *com* {*mel/canela/manteiga*}.
b. Comprei um fio *de ouro/prata*.
c. lar *para gente idosa*
d. máquina *a eletricidade/vapor*
e. livro/artigo *sobre linguística*

(8) a. *O brinquedo foi feito *com/de botão*.
b. *caixa *com moeda*, *colar *de pérola*
c. *colégio *para/de rapariga*
d. *livro *de receita*, *livro *sobre bandeira* (*de Portugal*)

Numa perspetiva semântica, um sintagma nominal com um nome contável singular denota necessariamente uma entidade discreta, não uma quantidade. Ora, para denotar uma entidade discreta, um sintagma nominal tem de ser introduzido por um especificador (cf. Cap. 22). Logo, nos contextos de (6) e de (8), é necessário um especificador, como se ilustra em (9) e (10) (comparar (9) com (6)) e (10) com (8)):

(9) a. Pedi *uma revista*.
b. Adoro *a rosa* (que me deste).
c. Há *uma regra* a seguir.

[15] Em frases copulativas, os nomes comuns contáveis que denotam profissões ou cargos podem ocorrer no singular na função de predicativo do sujeito: cf. *o meu pai é professor*, *ele é médico*. Neste contexto, os nomes em questão denotam propriedades e funcionam como adjetivos (cf. Caps. 22 e 30).

d. Isso é *uma árvore*.
e. Chegou *uma pessoa nova* à festa.
f. Foi roubada *uma medalha* da gaveta da minha cómoda.

(10) a. O brinquedo foi feito *com/de um botão*.
b. caixa *com uma moeda*, ?colar *de uma pérola*
c. (o) colégio certo *para uma rapariga*
d. (um) livro *de/com uma receita*, (um) livro *sobre a bandeira* (*de Portugal*)

25.1.2.3 Paralelismo semântico e gramatical entre nomes não contáveis no singular e nomes contáveis no plural

Nos contextos de (5)/(6) e (7)/(8), os nomes contáveis podem ocorrer sem um especificador quando estão no plural, como se ilustra em (11) e (12):

(11) a. Pedi *revistas*.
b. Adoro *rosas*.
c. Há *regras* a seguir.
d. Isso são *árvores*.
e. Chegaram *pessoas novas* à festa.
f. Foram roubadas *medalhas* da gaveta da minha cómoda.

(12) a. O brinquedo foi feito *com botões*.
b. caixa *com moedas*, colar *de pérolas*
c. colégio *de/para raparigas*
d. um livro *de receitas*

O paralelismo entre (5) e (7), por um lado, e (11) e (12), por outro, mostra que os nomes contáveis no plural partilham propriedades importantes com os nomes não contáveis no singular. Sintaticamente, ambos os tipos podem ocorrer como núcleo de um sintagma nominal reduzido, i.e., sem especificador, em posição pós-verbal e pós-preposicional. Semanticamente, os dois tipos de sintagma nominal têm o mesmo valor em contextos correspondentes. Assim, em (5a,c,e) e (11a,c,e), representam quantidades indeterminadas, no modo de quantificação de medição e de contagem, respetivamente; em (5d) e (11d), denotam um atributo geral que se predica do sujeito; e, em (5b) e (11b), representam genericamente uma classe natural. Por sua vez, nos contextos pós-preposicionais de (7) e (12), os dois tipos de sintagma nominal reduzido – quer o seu núcleo seja um nome contável quer um nome não contável – representam ambos um conceito geral ou um tipo (por oposição a um exemplar – cf. Cap. 21.1.4).

25.1.3 Flutuação polissémica dos nomes entre contáveis e não contáveis

Como se mencionou em 25.1.1, a categorização dos nomes comuns em contáveis ou não contáveis não é simplesmente um reflexo do mundo "real", "objetivo", mas também, em grande parte, da maneira como os falantes conceptualizam esse mundo, juntamente com alguma dose de arbitrariedade linguística. Não é, portanto, de admirar que muitos nomes possam oscilar entre uma e outra categoria, alguns de modo limitado e apenas em contextos especiais, outros de maneira mais geral. Sintaticamente, essa oscilação significa que um nome massivo poderá, p.e., ser usado no plural,

especificado por um quantificador de contagem discreto (cf., por exemplo, *traga-me três cervejas*); e, inversamente, que um nome contável poderá ocorrer no singular, sem qualquer especificador, em contextos pós-verbais ou pós-preposicionais (cf., por exemplo, *este bolo leva ovo*, aceitável para alguns falantes, a par de *este bolo leva ovos*).

Semanticamente, a passagem de uma categoria a outra – a que os linguistas chamam "recategorização" – implica, geralmente, uma alteração do significado básico do nome numa ou mais dimensões semânticas que se discutem nas subsecções seguintes. Analisam-se a seguir algumas das alterações semânticas mais importantes que se dão quando os nomes sofrem uma recategorização do seu tipo básico, de contáveis para não contáveis, e inversamente. Como a maioria dos exemplos provém da área semântica dos nomes de alimentos, começamos por discutir um critério para determinar o estatuto primitivo desses nomes, como [+contável] ou [–contável] (no caso destes nomes, [–contável] = massivo).

25.1.3.1 Classificação dos nomes de alimentos

Os nomes dos alimentos (e de certas espécies animais enquanto alimento) ocorrem frequentemente quer como contáveis quer como massivos, e, por vezes, não é evidente qual é a sua categoria básica. O nome *pão* ilustra uma situação desse tipo: é tão possível dizer *vou comprar pão*, com a versão massiva, no singular, como *vou comprar pães*, com a versão contável, no plural (veja-se também *vou comprar muito/bastante pão* vs. *vou comprar cinco/alguns pães*). Devido a essa flutuação, propomos a seguir um critério gramatical para decidir se um nome desta área semântica é primitivamente contável ou massivo[16]. O critério baseia-se no facto de os falantes serem bastante discriminativos quanto à forma, singular ou plural, que estes nomes têm quando ocorrem como complemento dos verbos *adorar*, *detestar*, *gostar* (*de*), *odiar* (entre outros com o mesmo sentido), chamados por Laca (1998) "verbos de atitude afetiva".

Como o leitor pode verificar facilmente, este contexto é particularmente adequado para a área semântica dos nomes de alimentos (ou de espécies enquanto alimento), já que usamos frequentemente esses verbos para exprimir o nosso agrado ou desagrado relativamente àquilo que comemos. Neste contexto, tal como no contexto com o verbo *existir*, os nomes contáveis ocorrem no plural e os nomes não contáveis ocorrem no singular (mas ver a discussão a seguir). Assim, para escolher dois nomes não problemáticos, dizemos *gosto imenso de peras*, com o nome no plural, e *gosto imenso de vinho* (*tinto/branco/rosé*), com o nome no singular, donde podemos concluir que *pera* é um nome contável e *vinho* (*tinto/branco/rosé*) é um nome massivo (o que é confirmado pelo "teste" da asserção existencial: cf. *existem peras* vs. *existe vinho*). Também parece relativamente claro que dizemos *adoro pão* (e não #*adoro pães*), a par de *existe pão* (e não #*existem pães*).

O comportamento dos nomes de alimentos no contexto dos verbos de atitude afetiva levou à elaboração das duas seguintes listas (não exaustivas) de nomes contáveis e massivos, respetivamente[17]:

---

[16] Em princípio, com adaptações, este teste também pode ser aplicado a nomes de outras áreas semânticas.

[17] Os juízos que presidiram à distribuição dos nomes numa ou noutra lista são os do autor deste capítulo. Se o leitor não concordar com alguns desses juízos, isso significa que o nome em questão, para ele ou para ela, deve ser classificado na categoria oposta. É importante ter em conta, relativamente aos nomes de espécies animais, que é o sentido de "alimento" que está em causa aqui (cf. a discussão a seguir e 25.1.3.3).

(i) Nomes contáveis

amêijoa, amêndoa, amendoim, batata, camarão, caracol, carapau, cenoura, cereja, ervilha, joaquinzinho, laranja, lula, mexilhão, morango, noz, ovo, pera, perdiz, pimento, salsicha, sardinha

(ii) Nomes massivos

açúcar, água, arroz, bacalhau, caju, carneiro, caviar, champanhe, compota, doce, farinha, feijão, foie-gras, grão, leite, linguado, manteiga, margarina, mousse, pato, pescada, porco, salada, sumo, vinho

O teste baseado nestes verbos tem de ser aplicado com precaução, porque há nomes contáveis de alimentos que podem ser recategorizados em massivos em determinados contextos, incluindo o dos verbos de atitude afetiva. A nossa interpretação do teste foi, pois, a seguinte: os nomes que só podem ocorrer no singular foram considerados como sendo primitivamente massivos (cf., por exemplo, *adoro arroz* vs. #*adoro arrozes*), e os nome que só podem ocorrer no plural foram considerados primitivamente contáveis (cf. *gosto imenso de morangos* vs. #*gosto imenso de morango*). O problema reside naqueles (poucos) nomes que podem ocorrer quer no singular quer no plural, com o sentido de nome de alimento[18]. Neste caso, consideramos que o nome é primitivamente contável, mas que pode ser recategorizado em massivo. Assim, p.e., para o autor, *adoro perdizes* é possível, a par de *adoro perdiz* (com o mesmo sentido de alimento, não de espécie biológica)[19]. A ocorrência do plural é suficiente para categorizar *perdiz* (no sentido alimentar) como um nome contável, que pode ser recategorizado em massivo, neste contexto.

Repare-se que os nomes que são polissémicos entre um sentido de espécie biológica e um sentido de alimento não dão necessariamente o mesmo resultado no contexto dos verbos de atitude afetiva e no contexto de asserção existencial. Assim, p.e., diz-se *adoro pato* (sentido de alimento), mas *existem patos* (sentido de espécie biológica), e diz-se *adoro patos* quando se quer manifestar estima não gastronómica pelos espécimes dessa espécie. Isso significa que o nome *pato* deve ser classificado como [+contável] no sentido de espécie e como [–contável] no sentido de alimento (cf. 25.1.3.3).

25.1.3.2 Nomes não contáveis recategorizados em contáveis

Descrevem-se a seguir três casos de recategorização de nomes não contáveis em nomes contáveis, dois na área dos nomes de alimentos e um na área dos nomes abstratos. Como se verá, estas recategorizações determinam alterações de sentido particulares nesses nomes, que se sintetizam nos subtítulos que introduzem cada caso.

❖ Porções discretas convencionalizadas

Um dos casos mais típicos de conversão de nomes massivos em contáveis, na área dos nomes de alimentos, é aquele em que o uso do nome como contável passa a

[18] Este ponto é importante, porque nomes como *perdiz* ou *pato*, p.e., são polissémicos entre um sentido em que denotam uma espécie biológica e outro em que denotam o alimento cujo ingrediente é um animal pertencente à espécie (cf. 25.1.3.3 e o parágrafo seguinte).

[19] No sentido de espécie biológica, dir-se-ia *adoro perdizes*, não #*adoro perdiz* (cf. 25.1.3.3).

denotar uma porção discreta convencionalizada. O cenário mais frequente para este uso dos nomes de alimentos é em restaurantes, quando damos a conhecer as nossas escolhas ao funcionário que nos atende, como se ilustra em (13)[20]:

(13) a. São *dois bacalhaus* e *dois patos*.
b. Traga-nos *duas cervejas* e *duas águas com gás*.

Estes exemplos são semanticamente equivalentes à construção mais complexa com nomes de alimentos consistindo num sintagma nominal cujo núcleo é um nome fragmentador (cf. Cap. 21.2.3.1) como *dose*, *prato*, *copo*, *garrafa*, entre outros possíveis[21], que funciona como unidade de medida, e em que o nome do alimento ocorre na versão massiva como complemento do nome fragmentador (cf. (14)):

(14) a. São {*dois pratos*/*duas doses*} de bacalhau e {*dois pratos*/*duas doses*} de pato.
b. Traga-nos *dois copos* de cerveja e *duas garrafas* de água com gás.

Estes nomes fragmentadores de medida têm uma natureza convencional, sendo o seu uso estandardizado em restaurantes, bares e cafés. Assim, a cerveja é normalmente servida em copos de determinado tamanho (ou em canecas), a água é servida em garrafas e a comida sólida é servida em quantidades (mais ou menos) estandardizadas. Nomes como *dose*, *prato* ou *porção* são usados convencionalmente para denotar uma quantidade de comida normalmente suficiente para consumo de uma só pessoa. É precisamente a convencionalidade e estandardização dos nomes de medida que permite a sua omissão em contextos como os de (13), com a concomitante recategorização dos nomes de alimento de massivos em contáveis. Através desta recategorização, esses nomes passam, de certa maneira, a incorporar a natureza discreta da quantidade que é expressa pelo nome de medida omitido.

❖ Tipos ou variedades de substâncias

Outra alteração típica sofrida pelos nomes massivos quando se usam como contáveis (na área dos nomes de alimentos, mas não só) é a sua reinterpretação como um tipo ou variedade da substância denotada. Assim, p.e. (e para não sair do domínio alimentar), à pergunta *o que é que tem hoje para a sobremesa?*, o garçon poderá responder *temos quatro queijos excelentes*, referindo-se não a (quatro) porções individuais, mas sim a (quatro) variedades ou tipos diferentes de queijo. Do mesmo modo, quando, numa prova de vinhos, dizemos *gosto muito destes dois vinhos*, não queremos com isso significar que nos agrada simplesmente a quantidade de vinho que está plausivelmente em dois copos que temos à nossa frente, mas sim, mais provavelmente, que essa quantidade nos agrada enquanto representativa de um determinado tipo ou variedade (casta, colheita, marca, etc.).

Tal como nos casos de conversão com o sentido de porção discreta, também os exemplos de conversão com o sentido de tipo são semanticamente equivalentes a sintagmas nominais mais complexos, semelhantes a (14), tendo como núcleo um substantivo classificador como *tipo* ou *variedade* (entre outros), o qual toma como

[20] Para o autor, os nomes de alimento *bacalhau*, *pato*, *cerveja* e *água* (*com gás*) são primitivamente massivos.
[21] Os nomes de medida usados em (14) são simplesmente ilustrativos; outros possíveis seriam *caneca*, *porção*, *travessa*, etc. – cf. Cap. 21.

complemento a versão massiva (primitiva) dos nomes de alimento: cf. *temos quatro tipos de queijo excelentes*, *gosto muito destas duas variedades de vinho*. Outros exemplos ilustrativos desta conversão são *há regiões dos Alpes com águas muito diversas* ou *esta loja gaba-se de ter várias sedas diferentes*.

Neste uso, os nomes massivos podem ser usados com quantificadores distributivos como *cada* e *qualquer*. Nesse caso, o domínio da quantificação não são entidades individuais, como quando esses quantificadores são usados com nomes contáveis (cf. *cada/qualquer aluno traz o seu almoço*), mas sim tipos, como em *com este prato, qualquer vinho serve* ou *cada tabaco tem um sabor diferente*.

❖ Nomes abstratos reinterpretados como eventos ou como entidades concretas

Alguns nomes não contáveis (e, neste caso, não massivos) de natureza abstrata, como *ajuda*, *amor*, *alegria*, *beleza*, *necessidade*, *trabalho*, entre muitos outros, podem ser recategorizados em contáveis, sendo, nesse caso, reinterpretados como denotando um evento ou uma entidade concreta que manifesta em si o conceito abstrato denotado pelo nome. Eis alguns exemplos:

(15) a. Já teve vários *amores*. (o nome denota pessoas)
b. Deste-me hoje duas grandes *alegrias*. (o nome denota eventos)
c. A câmara interessa-se pela exploração das *belezas* naturais. (o nome denota entidades físicas, geográficas ou paisagísticas)
d. Essa é uma *necessidade* menor (o nome denota um facto ou circunstância)
e. Entrou uma *beleza* na sala (o nome denota uma pessoa)
f. Ela teve muitas *ajudas*. (o nome denota eventos ou pessoas)
g. Aqui tens o meu *trabalho*. (o nome denota um objeto físico)

25.1.3.3 Nomes contáveis recategorizados em não contáveis

❖ Espécies biológicas e nomes de alimentos

De novo, é no domínio dos nomes de alimentos que se encontram os casos mais frequentes de recategorização de nomes contáveis em não contáveis (massivos, neste caso). Um dos mais interessantes é o dos nomes que designam de forma polissémica animais comestíveis, que podem ser perspetivados quer como espécie biológica quer como produto comestível (tanto cru como resultando da manipulação culinária). Como já se discutiu em 25.1.2.2, existem variadíssimos casos em que um nome é usado como contável para denotar a espécie biológica e como massivo para designar a espécie enquanto alimento. Eis alguns exemplos: *bacalhau*, *carneiro*, *coelho*, *frango*, *linguado*, *pato*, *peru*, *pescada*, *porco*, entre muitos outros. Assim, p.e., dizemos *tenho uma criação de porcos* (espécie animal) e *adoro porco* (produto comestível). Inversamente, veja-se a estranheza de #*tenho uma criação de porco* e de #*adoro porcos* (no sentido relevante de produto comestível).

Não é inteiramente claro como tratar gramaticalmente esta dualidade. Uma hipótese é considerar que cada sentido polissémico tem o mesmo estatuto lexical, não existindo propriamente recategorização do nome de contável em massivo (ou no sentido inverso), mas sim uma associação primitiva de cada sentido do nome com o estatuto de contável ou de massivo. Outra hipótese, que seguimos aqui

tentativamente, consiste em considerar que o sentido primitivo do nome é o de espécie biológica e que o sentido de produto alimentar é derivado, sendo, nesse caso, acompanhado de uma concomitante recategorização do nome de contável em massivo.

Nem todos os nomes de animais comestíveis apresentam esta dualidade; cf., por exemplo (para o autor), *camarão*, *caracol*, *carapau*, *joaquinzinho*, *lagostim*, *lula*, *perdiz* e *sardinha*, entre outros, usados como nomes contáveis nos dois sentidos. Assim, p.e., dir-se-á, com o nome no plural, tanto *adoro camarões*, *caracóis, carapaus, lagostins*, *lulas, perdizes* e *sardinhas* (sentido alimentar) como *tenho uma criação de camarões, de caracóis, de carapaus, de lagostins, de lulas, de perdizes e de sardinhas* (sentido de espécie biológica).

A lógica por detrás deste comportamento distinto dos nomes de animais é relativamente clara na maioria dos casos: sofrem recategorização de contável para massivo os nomes dos animais dos quais apenas comemos uma parte em cada refeição, devido ao seu tamanho[22]: porcos, coelhos, patos, etc. Inversamente, mantêm o estatuto de contável os nomes dos animais dos quais normalmente comemos um exemplar inteiro ou mais do que um exemplar numa refeição normal: sardinhas, carapaus, caracóis, etc. Mas repare-se que esta lógica tem as suas exceções, já que alguns falantes aceitam *adoro camarão e sardinha* a par de *adoro camarões e sardinhas*; e *lagosta*, como produto comestível, é um nome massivo (cf. *adoro lagosta*), ainda que seja uma espécie da qual comemos tipicamente um exemplar inteiro (ou mais) numa refeição.

Em frases existenciais com o verbo *haver* envolvendo uma apreciação comparativa, em que o nome tem uma interpretação de variedade ou de tipo, a recategorização de nomes contáveis em massivos é frequente, inclusivamente com nomes contáveis de animais que não sofrem normalmente recategorização em massivos no sentido de produto alimentar, como se ilustra a seguir:

(16) a. Não há *sardinha* como a de Setúbal.
b. Não há *carapau* como o de Lisboa.
c. Não há *lula* como a do Brasil.

❖ Sintagmas preposicionais classificadores introduzidos por *de*

Os sintagmas preposicionais classificadores são aqueles em que o complemento da preposição é um sintagma nominal reduzido, constituído apenas por um grupo nominal, ou seja, não contendo especificador. Este sintagmas ocorrem tipicamente como modificadores nominais (cf. *fábrica de automóveis*) ou como predicado de uma frase copulativa (cf. *essa fábrica é de automóveis*). Nestes exemplos, o sintagma nominal reduzido (usualmente constituído apenas por um nome) não tem valor referencial, representando um tipo semântico (cf. Cap. 21.1.4) que serve para classificar o nome modificado ou o sujeito da frase copulativa (cf. Cap. 27.3.2.1).

Neste contexto, o nome do sintagma nominal reduzido, se for primitivamente contável, é frequentemente recategorizado como massivo, ocorrendo no singular, como se ilustra em (17) (apresentam-se apenas contextos de modificação nominal; repare-se que os nomes em discussão são os que estão em itálico, introduzidos pela preposição, não os que servem de núcleo ao sintagma na sua totalidade):

[22] No caso típico de uma pessoa normal numa refeição normal, evidentemente.

(17) a. pudim de *ovo*, compota de *cereja*, bolo de *amêndoa*, mousse de *camarão*, sumo de *laranja*, batido de *morango*, gelado de *noz*, pasta de *sardinha*, barriga de *freira*, manjar de *príncipe*
b. orelhas de *burro*, passo de *caracol*, leis para *inglês* ver

Nestes exemplos, a individualidade das entidades (ovos, cerejas, burros, crianças, etc.) é neutralizada, e as entidades passam a ser perspetivadas como matéria amorfa (incluindo nos dois últimos exemplos de (17a), em que o nome em itálico não denota nenhum produto, mas tem uma relação semântica idiossincrática com o nome principal).

Em expressões quantificacionais envolvendo medidas estandardizadas de peso, o domínio da quantificação é dado por sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *de*, em que o sintagma nominal complemento da preposição é igualmente reduzido (cf. *dois quilos de batatas*, *trezentas gramas de cerejas*, etc.). Também neste contexto, é frequente ocorrerem nomes de alimentos primitivamente contáveis recategorizados em massivos: cf., por exemplo, *comprei dois quilos de* {*camarão*/*sardinha*/*tomate*}.

❖ Os verbos *cheirar* (*a*) e *saber* (*a*)

No seu uso intransitivo em que regem a preposição *a*, estes dois verbos, para muitos falantes, permitem frequentemente que o nome primitivamente contável do seu complemento nominal seja recategorizado em não contável; isto passa-se, tipicamente, com nomes de alimentos, mas para alguns falantes essa possibilidade alarga-se a outros nomes, como se exemplifica a seguir:

(18) a. Isso cheira/sabe a {*camarão*/*ervilha*/*lula*/*morango*/*ovo*}.
b. Isso cheira/sabe a {*árvore*/*carro novo*/*cómoda antiga*/*livro*}.

❖ Contextos de quantificação enfática

Quando especificado por um quantificador de medida como *demasiado* (no singular) ou *muito*, qualquer nome contável pode ser (opcionalmente) recategorizado em não contável; nessas frases, de natureza exclamativa e em que se quer tipicamente enfatizar uma quantidade elevada (inexata), o quantificador tem um acento mais forte do que o normal e um contorno prosódico especial (cf. também a Nota 13):

(19) a. *Muito livro* compraste ontem na FNAC!
b. Nesta casa há *demasiada mulher*!
c. *Muito carro* passa nesta rua!

25.2 Nomes usados exclusivamente ou preferencialmente no singular ou no plural

Praticamente todos os nomes do português admitem, do ponto de vista estritamente morfológico, duas versões, uma singular, outra plural[23]: *casa*, *casas*; *livro*, *livros*; *rapariga*, *raparigas*; *vinho*, *vinhos*; *tabaco*, *tabacos*; *saúde*, *saúdes*, etc. Com isto queremos dizer que é sempre possível citar, para qualquer nome (com as exceções indicadas

[23] São exceção os nomes paroxítonos terminados em *-s*, que são morfologicamente invariáveis em número: *o/os atlas*, *o/os pires*, *o/os lápis*, etc. (cf. Cap. 55).

na Nota 23), essas duas versões, independentemente das restrições de uso que cada uma delas possa ter. Tipicamente, quando um nome é usado em enunciados concretos, num sintagma nominal, as duas versões mantêm o mesmo significado básico, divergindo apenas na dimensão quantitativa do número: a versão singular representa a quantidade unitária da classe denotada e a versão plural duas ou mais entidades (cf. *comprei um/o livro* vs. *comprei uns/os livros*)[24].

As duas versões, singular e plural, pertencem ao mesmo item lexical. Nesse sentido, na discussão que se segue, é importante distinguir a entidade "nome" enquanto item lexical, i.e., como entidade abstrata, considerada independentemente das suas manifestações como singular ou como plural, e a entidade "nome" enquanto forma morfológica concreta, que pode ser singular ou plural (cf. Caps. 11.2.5 e 55). Com vista à discussão nesta secção, distinguem-se tipograficamente estas duas entidades do seguinte modo: usa-se itálico para representar o item lexical e plicas simples para representar a forma morfológica concreta que realiza o item: assim, p.e., o item lexical *casa* manifesta-se através das duas formas 'casa' (no singular) e 'casas' (no plural)[25].

Existe um conjunto de substantivos que são exceções, mais ou menos pronunciadas, ao caso típico acima descrito, por se usarem, exclusiva ou preferencialmente, no singular ou no plural. Os substantivos que se usam no plural (obrigatoriamente, como *óculos*, ou preferencialmente, como *calças*), chamam-se **nomes plurais** ou ***pluralia tantum***. Como se verá, é questionável se se deve reconhecer uma classe simétrica de **nomes singulares** (ou ***singularia tantum***), por razões que passamos a expor imediatamente, em 25.2.1, antes de passar à discussão dos *pluralia tantum* em 25.2.2.

25.2.1 Substantivos usados preferencialmente no singular

Existem substantivos que se usam preferencialmente no singular. Neste grupo, composto maioritariamente por nomes abstratos não contáveis (cf. 25.1), incluem-se os seguintes itens: (i) nomes abstratos que denotam estados físicos ou psicológicos dos seres animados, como *alegria*, *calor*, *esperança*, *frio*, *medo*, *ódio*, *vontade*; (ii) nomes abstratos que denotam valores, como *beleza*, (*in*)*justiça*, *liberdade*; (iii) nomes que denotam correntes de pensamento, como *comunismo*, *liberalismo*, *socialismo*; (iv) nomes de ciências ou de ramos do conhecimento, como *biologia*, *física*, *linguística*, *medicina*, ou que designam da maneira mais geral possível a produção social e intelectual da Humanidade, como *arte*, *literatura*, *música*, *política*; (v) nomes coletivos de grande generalidade, como *fauna*, *flora*, *gente*, *prole*. Por uma questão de simetria com os nomes plurais, pode-se ser tentado a propor uma classe especial de "*singularia tantum*", ou "nomes singulares".

---

[24] É importante notar que a oposição entre singular e plural nos nomes só ganha uma dimensão significativa quando estes servem de núcleo a um sintagma nominal usado num enunciado concreto. Por si só, num contexto de citação, a forma singular do nome denota uma classe de entidades (para os nomes contáveis) ou uma substância (para os nomes massivos), independentemente da sua quantidade ou da sua extensão (cf. Cap. 20).

[25] Os itens lexicais da classe dos nomes são convencionalmente citados na sua forma não marcada, que é geralmente a de (masculino) singular; para os nomes *pluralia tantum* que se discutem nesta subsecção (p.e., *óculos*), a forma de citação é o plural, por motivos que se tornarão óbvios no decorrer da discussão.

Pensamos, no entanto, que esta classificação não se justifica. De facto, estes nomes podem ser usados no plural em vários usos e contextos, por vezes envolvendo uma reinterpretação, sendo uma das mais comuns a que envolve a referência a tipos ou variedades: veja-se, p.e., expressões como *as medicinas alternativas*, *as várias físicas/linguísticas do séc. XX*, *as diversas faunas e floras que existem no planeta Terra*, *existem vários comunismos*, etc. Considerem-se também exemplos como *os frios não são todos iguais (no Polo Norte é muito pior do que aqui)*, *os medos da população*, ou o verso de Luís de Camões *mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*.

Também já se discutiu em 25.1.3.2 a possibilidade de usar no plural os nomes não contáveis abstratos (que costumam ser incluídos nos *singularia tantum*). Esse uso vem também acompanhado de uma alteração de sentido, por vezes na dimensão do tipo ou variedade (cf. *as justiças dos vários países não são todas iguais*), por vezes consistindo em extensões metonímicas ou metafóricas do sentido abstrato original. Assim, p.e., em *as tuas idiotices do costume*, o nome denota atos concretos que incorporam o conceito de idiotice, e, em *as belezas que entraram na sala*, o nome denota seres humanos que incorporam o valor de beleza (cf. a discussão dos exemplos de (15) em 25.1.3.2). Como caso extremo, considere-se o substantivo *saúde*, que resiste mais do que outros à recategorização nestas dimensões, mas que pode, mesmo assim, usar-se no plural, denotando o ato social de manifestar o nosso apreço por alguém, ao bater os copos em que tomamos uma bebida alcoólica: *vamos então fazer algumas saúdes!*

Por vezes incluem-se no grupo dos nomes singulares os nomes próprios (*João*, *Pedro*, *Maria*), incluindo os de entidades únicas, como *Sol*, *Lua*, *Norte*, *Sul*. Mas os nomes próprios, devido ao seu funcionamento especial (cf. Cap. 26), não podem ser classificados usando os conceitos que presidem à tipologia dos nomes comuns. Mesmo assim, em português, quando são introduzidos por um artigo definido, pluralizam facilmente: cf., por exemplo, *as várias Marias que eu conheço*. Quanto a *Sol*, *Lua*, *Norte*, *Sul*, são, na realidade, nomes comuns com um conteúdo denotativo, que, devido a designarem uma entidade única à escala planetária ou do sistema solar, são usados como nomes próprios. Contudo, quando são usados como nomes comuns, pluralizam facilmente (cf. *as luas de Júpiter*, *os vários sóis dos sistemas planetários do universo* ou *existem dois nortes: o geográfico e o magnético*).

Por estes motivos, não pensamos que seja de reconhecer uma classe distinta de nomes singulares ou *singularia tantum*. É certo que os nomes não contáveis são usados de maneira preferencial no singular (sendo os contextos de pluralização mais limitados para uns do que para outros), mas essa característica tem a ver com a sua própria natureza de nomes não contáveis, sem que seja necessário estabelecer uma classe distinta que acolha o seu comportamento relativamente ao número. O mesmo já não acontece com os nomes *pluralia tantum*, que passamos a discutir.

25.2.2 Nomes plurais ou *pluralia tantum*

Como se referiu acima, os **nomes plurais** ou ***pluralia tantum*** são aqueles substantivos que ocorrem obrigatoriamente ou preferencialmente no plural, sendo a versão no singular impossível ou usada de maneira marcada, com o mesmo sentido da forma plural, em registos dialetais ou idioletais particulares, ou com efeitos estilísticos, poéticos ou expressivos.

São exemplos de *pluralia tantum* nomes como *ademanes*, *afazeres*, *algemas*, *alvíssaras*, *anais*, *arredores*, *belas-artes*, *calças*, *calções de banho*, *calendas*, *cãs*, *condolências*, *confins*, *costumes*, *cuecas*, *endoenças*, *escadas*, *escombros*, *exéquias*, *férias*, *honorários*, *intestinos*, *matinas*, *muralhas*, *núpcias*, *óculos*, *parabéns*, *pêsames*, *preparativos*, *restos* e *víveres*, entre outros.

É importante insistir de novo que a noção de nomes plurais ou *pluralia tantum* se aplica aos itens lexicais, não às formas morfológicas concretas em que estes se manifestam. Para dar um exemplo (e antecipando parte da discussão seguinte), a forma 'óculos' é o plural morfológico regular da forma 'óculo'. Em contrapartida, o item lexical *óculos* (representado em itálico, e que significa 'objeto de uso pessoal, com duas lentes, para corrigir defeitos de visão') só tem um membro, que é morfologicamente plural, a forma 'óculos'. A forma singular 'óculo' não pertence ao item lexical *óculos*, mas sim ao item lexical distinto *óculo*. Ou seja, é o item *óculos* que é um *pluralia tantum*, não a forma morfológica 'óculos'.

Existem três tipos distintos de nomes *pluralia tantum*, consoante a relação que mantêm com a forma morfológica singular correspondente; esses três tipos, exemplificados pelos itens *óculos*, *calças* e *núpcias*, chamam-se, respetivamente, ***pluralia tantum* exclusivos**, ***pluralia tantum* inclusivos** e ***pluralia tantum* unívocos**.

25.2.2.1 *Pluralia tantum* exclusivos

O item *óculos* é um *pluralia tantum* porque se manifesta exclusivamente através da sua forma plural, 'óculos' (o que, como se verá, não é verdadeiro de todos os *pluralia tantum*). No caso particular deste item, a razão para isto reside no facto de a versão singular 'óculo' já estar tomada de modo exclusivo por outro item lexical, nomeadamente o item *óculo*, com o significado aproximado de 'objeto tubular, com uma lente de aumentar a visão, tipicamente usado por marinheiros'[26]. Os *pluralia tantum* que não têm versão no singular porque esta já está tomada por outro item lexical com um sentido diferente chamam-se ***pluralia tantum* exclusivos** (devido a excluírem a forma singular). Constituem outros exemplos os itens *costas* (enquanto parte do corpo), *espadas* (enquanto naipe de cartas de jogar), *férias*, *matinas* e *paragens* (no sentido geral de 'sítio', como em *nestas paragens respira-se um ar puríssimo*).

> [4] A forma nominal 'féria' só é usada como realização do item lexical *féria*, sinónimo de *salário* ou de *pagamento*; 'paragem' (no sentido não eventivo) só é usada como realização do item *paragem*, que designa os pontos onde os meios de transporte público param para que os passageiros possam entrar ou sair; 'costa' só é usada como membro do item lexical *costa*, no sentido geográfico, e 'espada' só é usada como realização de *espada*, no sentido de 'arma branca'[27]. Curiosamente, no entanto, e contrariamente ao que se poderia esperar, todos estes itens são perfeitamente regulares do ponto de vista do número, ou seja, todos eles podem manifestar as *duas* versões

[26] Existe uma relação semântica óbvia entre os dois itens lexicais *óculo* e *óculos*, que deve ser caracterizada no léxico, e que envolve a constituição estrutural dos objetos respetivos numa dimensão quantitativa (uma lente vs. duas lentes).

[27] Alguns falantes admitem 'espada', no singular, para denotar o naipe (cf. *neste momento precisava de uma espada para ganhar a mão*). Para estes falantes, o item não é um *pluralia tantum*, representando antes um caso de homonímia com *espada* no sentido de 'arma branca' (cf. Cap. 8).

do nome, não só a versão singular, mas também a versão plural, o que constitui uma fonte de ambiguidade potencial com o *pluralia tantum*, como se ilustra a seguir:

(i) a. Os piratas usam uns *óculos* potentes para observar os navios inimigos. (plural de *óculo*)
b. Aqueles operários entregam sempre as *férias* às mulheres. (plural de *féria*)
c. As *paragens* de autocarro da minha terra nem sequer têm um banco para a gente se sentar. (plural de *paragem*)
d. As *costas* de Espanha são lindíssimas, tanto a mediterrânica como a atlântica. (plural de *costa*)

Contrastem-se estas frases com as expressões em que ocorre o nome *pluralia tantum*: *o pirata usa uns óculos para ver ao perto, aqueles operários pedem sempre as férias no inverno, nunca viajei para essas paragens, as costas da Maria têm um sinal*.

25.2.2.2 *Pluralia tantum* inclusivos

O item *calças* usa-se normalmente no plural mas, contrariamente ao item *óculos*, a versão singular da palavra não se encontra excluída do item, e é usada por certos falantes em registos dialetais ou idioletais particulares. Assim, a par de *mandei fazer umas calças no alfaiate*, ouve-se não raramente *mandei fazer uma calça no alfaiate* (ainda que os falantes que usam normalmente a versão plural considerem a versão singular gramaticalmente marginal). Como *calças*, temos *algemas*, *bigodes*, *calções*, *calções de banho*, *cuecas* e *muralhas*[28]:

(20) a. {a *muralha*/as *muralhas*} de Coimbra
b. Vou rapar {o meu *bigode*/os meus *bigodes*}.
c. Esta casa tem {uma *escada*/umas *escadas*} em caracol.
d. Este chá cura males do estômago e {do *intestino*/dos *intestinos*}.

Cabe neste ponto levantar a seguinte questão: se as duas versões, singular e plural, existem para estes itens, porquê considerá-los *pluralia tantum*? A razão é a seguinte: a versão destes itens no singular não está em oposição semântica com a versão plural, na dimensão quantitativa do número. Ou seja, tal como a versão no singular, a versão no plural também pode designar um conjunto de um só membro da classe denotada pelo nome, o que não se passa, evidentemente, com os nomes que não são *pluralia tantum*. Assim, *comprei umas calças* pode significar que se comprou apenas uma peça, tal como *comprei uma calça*[29]. Em contrapartida, *comprei umas casas* só pode significar que se comprou mais do que uma habitação. É por este motivo que se diz que *calças* é um *pluralia tantum*, mas *casa* não é, ainda que ambos tenham uma versão no singular. Os itens cujo tipo é exemplificado por *calças* chamam-se ***pluralia tantum* inclusivos**, visto incluírem a versão no singular.

25.2.2.3 *Pluralia tantum* unívocos

O item *núpcias*, tal como *óculos*, realiza-se exclusivamente através da forma plural 'núpcias' (cf. a impossibilidade de **a núpcia da Isabel e do Pedro*). Neste caso, no

[28] A aceitabilidade e a frequência de uso da versão no singular é variável: p.e., 'bigode', 'intestino' e 'muralha' no singular são relativamente comuns.
[29] Repare-se que o nome no plural também pode ter um significado semanticamente plural. Esse significado é o único em *comprei várias calças*, devido à pluralidade inerente do quantificador.

entanto, a forma singular não pertence a nenhum item lexical; ou seja, não tem nenhum uso comum. Nesta subclasse incluem-se a grande maioria dos *pluralia tantum*: *ademanes*, *afazeres*, *alvíssaras*, *anais*, *arredores*, *belas-artes*, *calendas*, *cãs*, *condolências*, *confins*, *endoenças*, *escombros*, *exéquias*, *honorários*, *parabéns*, *pêsames*, *víveres*. Para os distinguir dos dois grupos anteriores, chama-se a estes itens ***pluralia tantum* unívocos**, não só por apenas se realizarem através da forma no plural, mas também, em contraste com os *pluralia tantum* exclusivos, em virtude de a forma singular não ser de uso comum nem pertencer a outro item lexical.

> [5] As formas singulares dos *pluralia tantum* unívocos não têm uso comum, mas isso não significa que não possam, por vezes, ocorrer. De facto, essas formas podem ser usadas excecionalmente, com um sentido expressivo ou para obter efeitos estilísticos, na prosa ou na poesia. Assim, p.e., a forma 'parabém' aparece registada no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2.ª edição revista e ampliada, citando-se um trecho de Machado de Assis: *esse estado da alma que vê na inclinação do arbusto, tocado do vento, um parabém da flora universal, traz sensações mais íntimas e finas que qualquer outro* (Machado de Assis, *Dom Casmurro*). É certo que a palavra tem aqui um sentido figurado, mas é exatamente com esse tipo de sentido que se espera que tais usos ocorram. Exemplo semelhante é o de *ademane*, registado no singular no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia de Ciências de Lisboa e ilustrado com a seguinte citação da *História do Cerco de Lisboa* de José Saramago: *Raimundo Silva, afogueado, deixa cair a manta com teatral ademane, sorri sem alegria, Isto não é discurso em que se acredite* (Saramago, *Cerco*).

25.2.2.4 Fundamentação semântica dos *pluralia tantum*

A questão que se discute aqui é a de saber se existe alguma propriedade semântica de natureza descritiva que caracterize os nomes *pluralia tantum*, distinguindo-os dos restantes substantivos do léxico, ou se, pelo contrário, o estatuto de um nome como *pluralia tantum* é semanticamente arbitrário.

Uma propriedade saliente de alguns *pluralia tantum* é o facto de as entidades que denotam serem constituídas estruturalmente por diversas partes com uma certa saliência percetual: essas partes podem ser duas, dispostas simetricamente, no caso de *algemas*, *calças*, *calções de banho*, *cuecas*, *óculos* (e por isso dizemos que estes *pluralia tantum* são **duais**); ou podem ser várias, no caso de *escadas*, *intestinos*, *muralhas* (e por isso dizemos que estes *pluralia tantum* são **múltiplos**)[30].

Devidamente contextualizada, esta propriedade pode ser usada para caracterizar semanticamente os *pluralia tantum* em geral; ou seja, propomos aqui que todos estes itens incluem, de uma forma ou de outra, a ideia de que as entidades denotadas são compostas por partes, ainda que seja variável de item para item a saliência dessas partes e a sua organização num todo. Assim, nomes como *arredores*, *exéquias*, *férias* ou *núpcias* denotam entidades cujas partes consistem em coleções vagas e informes, não identificáveis de maneira precisa, mas que, de algum modo, se reconhecem nas entidades representadas. Assim, p.e., *férias* denota um agregado de unidades

[30] A palavra *intestino* é polissémica entre dois sentidos, um em que denota o conjunto formado pelos intestinos grosso e delgado (cf. *há dois intestinos*: *o grosso e o delgado*) e outro, de uso mais comum, em que denota um segmento de tamanho indiferenciado de um dos tipos ou dos dois tipos de intestinos. É neste segundo sentido que *intestinos* é um *pluralia tantum* múltiplo.

temporais em que uma pessoa não trabalha (dias, semanas ou meses); *arredores* (de uma cidade) denota um agregado de áreas geográficas ou de lugares que estão perto de um lugar de referência (de uma cidade, p.e.); *núpcias* e *exéquias* denotam acontecimentos com uma certa complexidade interna[31]. Um termo adequado para designar estes nomes é o de ***pluralia tantum* imprecisos**. A grande maioria dos *pluralia tantum* pertence a este grupo: *ademanes*, *afazeres*, *alvíssaras*, *anais*, *belas-artes*, *calendas*, *cãs*, *condolências*, *confins*, *costumes*, *endoenças*, *escombros*, *exéquias*, *honorários*, *matinas*, *parabéns*, *pêsames*, *preparativos*, *víveres*.

Repare-se, no entanto, que o facto de um item lexical ter este tipo de caracterização semântica não implica que seja um *pluralia tantum*, o que reflete a arbitrariedade linguística: assim, p.e., o substantivo *casamento*, um sinónimo virtual de *núpcias*, não é um *pluralia tantum*.

Plausivelmente devido à imprecisão e indefinição das partes que constituem as entidades denotadas pelos *pluralia tantum* imprecisos, estes não são geralmente quantificáveis por numerais cardinais, como se ilustra em (21); podem, no entanto, ser quantificados de modo indefinido, como se ilustra em (22):

(21) a. *Dei-lhe *vinte parabéns*.
b. *Os *cinco arredores* desta cidade são lindíssimos.
c. *Neste momento, tenho *três afazeres*, portanto não me chateies!

(22) a. *Muitos parabéns*!
b. A cidade tem *alguns arredores* magníficos.
c. Neste semestre tenho *poucos afazeres*.

Em contrapartida, os *pluralia tantum* duais ou múltiplos, na medida em que denotam geralmente objetos discretos com uma estrutura interna precisa, podem ser quantificados por numerais cardinais, como se ilustra em (23):

(23) a. Comprei {*duas cuecas*/*dois pares de cuecas*}.
b. Na minha última viagem, visitei *duas muralhas* (a de Adriano e a da China).

Para os duais, como se verifica, existem duas opções: ou a quantificação incide diretamente sobre eles (a primeira opção de (23a), antes da barra), ou é mediada por uma espécie de nome agrupador (cf. Cap. 21.2.3.2), o substantivo quantificacional *par* (a segunda opção de (23a), depois da barra). Repare-se que *par* não quantifica sobre (duas) entidades individuais (peças de roupa, em (23a)), mas sim sobre (duas) partes de uma entidade (de uma peça de roupa, em (23a)). Assim, a segunda opção de (23a) descreve uma situação em que se compram duas peças de roupa, não quatro. De modo semelhante, *um par de calças* denota apenas uma peça de roupa, não duas. Este uso peculiar de *par* é impossível com os nomes *pluralia tantum* múltiplos do tipo de *muralhas*, como se observa na única interpretação possível da frase *na minha última viagem, visitei dois pares de muralhas*; neste caso visitam-se quatro estruturas distintas, não apenas duas.

Com o artigo indefinido plural, a interpretação obtida com a quantificação direta sobre um nome *pluralia tantum* é ambígua: assim, (24a) tanto pode denotar

[31] Por exemplo, *núpcias*, na nossa cultura, denota uma sucessão de subeventos mais ou menos bem definidos, como a chegada do noivo à igreja, a espera pela noiva, a chegada da noiva, o ato matrimonial, a festa, etc.

uma situação em que comprei uma peça de roupa como várias; e (24b) pode denotar uma situação em que visitei uma única estrutura ou várias[32]:

(24) a. Comprei *umas calças*.
b. Na minha última viagem, visitei *umas muralhas*.

Quando o especificador de um nome *pluralia tantum* é um determinante definido, há ambiguidade semântica de número, visto que a oposição singular/plural se encontra neutralizada; assim, em *comprei estes calções*, em *os calções que me ofereceram ontem* (*são horríveis*) ou em *gosto dos teus calções*, é impossível dizer, sem informação contextual, se se trata apenas de uma ou de várias entidades da classe *calções*. Nesse sentido, a presença de um complemento de posse pode influenciar a interpretação: se este complemento for singular, a ambiguidade mantém-se; no entanto, se for plural, como em (25b), favorece-se (numa situação normal) uma leitura também plural e distributiva do *pluralia tantum*:

(25) a. Os calções *do meu filho* têm de ser lavados. (ambíguo, pode ser uma peça ou várias)
b. Os calções *dos meus filhos* têm de ser lavados. (normalmente não ambíguo: várias peças de roupa)[33]

Outra maneira de desambiguar as expressões definidas com *pluralia tantum* é através de adjetivos que remetam necessariamente para uma pluralidade, como em *os calções* {*diferentes*/*distintos*/*parecidos*} *que comprei ontem*.

> [6] A caracterização semântica aqui proposta dos *pluralia tantum* assemelha-os, de certo modo, aos nomes coletivos (cf. 25.3), na medida em que ambos denotam entidades complexas formadas por partes diferenciadas. Contudo, existem diferenças importantes. No caso dos nomes coletivos, as entidades complexas que esses nomes denotam são grupos cujas partes são entidades discretas, nomeáveis por substantivos (p.e., um rebanho é composto por cabras ou carneiros), ao passo que no caso dos nomes *pluralia tantum*, as entidades complexas que os nomes denotam não formam propriamente um grupo, nem as partes constituem necessariamente entidades individualizadas e nomeáveis por substantivos da língua. Assim, se partirmos uns óculos ao meio, não obtemos dois monóculos nem duas peças que possam ser representadas pelo item lexical *óculo*, mas tão só uns óculos partidos, ou seja, duas partes que não são nomeáveis. Esta diferença entre os nomes coletivos e os *pluralia tantum* reflete-se nas possibilidades combinatórias que estas duas classes de nomes têm relativamente a predicadores que exigem um argumento semanticamente plural, como a preposição *entre* (cf. 25.3.3.2): pode-se dizer *o cão está entre o rebanho* (no sentido de estar no meio do rebanho, ou seja, entre ovelhas ou cabras), mas não **o meu nariz está entre*

[32] Em *comprei algumas*/*várias calças* e *na minha viagem, visitei muitas muralhas*, a natureza do quantificador impõe uma interpretação semanticamente plural do nome, em que comprei várias peças de roupa e visitei estruturas diferentes.

[33] Esta desambiguação é na realidade pragmática, sendo determinada pelo tipo de circunstância normal em que um enunciado como (25b) é produzido: quando se tem vários filhos, é normal que cada um deles tenha peças de roupas diferentes. Mas podemos imaginar uma situação em que todas as crianças têm de partilhar a mesma peça de roupa; e nesse caso o nome *calções* em (25b) poderia designar uma só peça.

os meus óculos, para representar a situação trivial de que, quando tenho os óculos postos, o meu nariz fica entre as suas duas partes constitutivas. Este contraste pode ser concebido como uma consequência da diferença ontológica, mencionada acima, entre os membros das entidades complexas denotadas pelos nomes coletivos e pelos *pluralia tantum*: no primeiro caso, esses membros são entidades discretas, designadas por um nome que pode ser usado no plural (dizer que o cão está entre o rebanho é o mesmo que dizer que está entre as cabras e as ovelhas); no segundo caso, esses membros são partes imprecisas, sem estatuto autónomo, para as quais não existe um nome (na maioria dos casos, pelo menos).

25.3 Nomes coletivos

Os **nomes coletivos** são aqueles que, no singular, denotam grupos de entidades do mesmo tipo, perspetivadas conceptualmente como uma entidade coletiva única[34]. Constituem exemplos os nomes *alcateia* (um grupo de lobos), *rebanho* (uma coleção de cabras ou carneiros), *casario* (um agrupamento de casas) e *folhagem* (um agrupamento de folhas). Em oposição aos nomes coletivos, os **nomes individuais**, que formam a grande maioria dos nomes da língua, denotam entidades individuais e discretas. Constituem exemplos os nomes *carneiro*, *casa*, *livro* e *papel*. Nesta secção, discutem-se e classificam-se os nomes coletivos (cf. também o Cap. 21.2.3.1).

25.3.1 Caracterização geral

As coleções que podem ser denotadas por um nome coletivo são necessariamente formadas por entidades discretas, nomeáveis por substantivos contáveis e que correspondem a classes naturais da categorização humana, como, p.e., carneiros, lobos, casas, árvores, peixes, gatunos, etc. Em contrapartida, as substâncias (nomeáveis por substantivos massivos) e os conceitos abstratos não podem formar coleções denotadas por nomes coletivos. Assim, p.e., o nome *casa*, que denota uma entidade discreta, tem uma contraparte coletiva, *casario*; mas os nomes *ouro* (massivo) e *alegria*, que denotam, respetivamente, uma substância e um conceito abstrato, não têm contrapartes coletivas.

As entidades denotadas pelos nomes coletivos são necessariamente do mesmo tipo ontológico: assim, não há nomes coletivos que representem, p.e., uma coleção mista de cães e de lobos, ou uma coleção exclusivamente de oliveiras e de laranjeiras. A palavra *arvoredo* pode, em contextos determinados, denotar um conjunto de oliveiras e laranjeiras, mas isso é perfeitamente acidental; um arvoredo é um grupo de árvores (qualquer que seja a sua espécie), e é unicamente devido ao seu estatuto como árvores que se pode falar de um arvoredo constituído unicamente por laranjeiras e oliveiras.

> [7] A mente humana pode conceber conjuntos formados por quaisquer entidades ou partes de entidades: p.e., o grupo formado por uma chávena de café, um livro de linguística e o tampo de uma mesa ou o conjunto formado por duas das pernas da minha mesa de trabalho e uma das duas almofadas do meu sofá. Em Lógica., p.e., é

[34] Os termos *agrupamento*, *coleção* e *grupo* são usados nesta secção de forma equivalente.

comum apresentarem-se conjuntos completamente arbitrários com a finalidade de explicar as relações de união, interseção, etc. Os grupos desse tipo, no entanto, não podem ser representados por nomes coletivos. Do mesmo modo, as partes estruturais que formam os objetos individuais também não podem ser nomeadas separadamente por um nome coletivo; p.e., não existe (nem pode existir, plausivelmente) um nome coletivo que denote o conjunto formado pelas quatro pernas de uma mesa, à exclusão das restantes partes (sobre estas questões, cf. Chomsky 1965:201 e Cruse 2004:90s). Por outras palavras: nem todos os conjuntos que podemos imaginar são nomeáveis por um nome coletivo. A língua, no entanto, dá-nos instrumentos para nomear qualquer conjunto, através de expressões mais complexas que usam nomes coletivos de sentido geral como *agrupamento*, *coleção*, *conjunto* ou *grupo*, combinados com uma especificação lexical dos membros constitutivos: cf., por exemplo, *o agrupamento constituído pelas quatro pernas da minha mesa de trabalho e uma das almofadas do meu sofá* ou *a coleção formada pelas minhas chávenas de café, os meus livros de linguística e o tampo da minha mesa de trabalho*. No entanto, não existe nenhuma palavra do léxico que possa denotar coletivamente grupos de entidades deste tipo.

É importante notar que o sentido dos nomes coletivos não se esgota na propriedade simples de designarem um conjunto composto por um determinado tipo de entidades. Assim, p.e., não é qualquer conjunto de livros que forma uma biblioteca nem é qualquer conjunto de músicos que forma uma orquestra. Sem entrar na discussão do sentido exato dos nomes coletivos (como *biblioteca* ou *orquestra*), basta notar aqui que a propriedade de designarem um conjunto é um aspeto necessário do seu sentido, mas não suficiente. Tipicamente, os nomes coletivos não designam simples coleções não estruturadas, mas antes grupos que obedecem a determinadas condições ou cujos membros se encontram relacionados de tal ou tal maneira, consoante o nome coletivo particular.

Os nomes coletivos têm uma natureza quantificacional, visto que denotam necessariamente classes com uma cardinalidade pelo menos igual ou superior a dois (na maior parte dos casos, superior a dois). Do ponto de vista da Lógica, no entanto, não representam estritamente conjuntos, na aceção da Teoria dos Conjuntos, mas sim coleções ou grupos, num sentido mais intuitivo destes termos. Na Teoria dos Conjuntos, um conjunto pode não ter membros (o conjunto vazio) ou ter qualquer cardinalidade, incluindo a cardinalidade 1, o que não acontece com os nomes coletivos. Alguns nomes coletivos apresentam lexicalmente uma indicação precisa de quantidade, como *casal* (duas entidades) ou *quinteto* (cinco entidades); os restantes, no entanto, são quantificacionalmente imprecisos ou vagos, como *rebanho*: quantos carneiros são necessários para formar um rebanho? Certamente, não um, nem dois, nem três; talvez quatro ou cinco? Falantes diferentes poderão ter ideias diferentes acerca desta questão.

25.3.2 Classificação dos nomes coletivos

Os nomes coletivos podem classificar-se com base em dois parâmetros semânticos: o da dimensão definida ou indefinida da cardinalidade dos membros do grupo: cf. *casal* (necessariamente dois membros) vs. *rebanho* (número indefinido); e o da especificação lexical, ou seja, o facto de o nome coletivo incluir ou não no seu sentido o tipo de membros que compõem a coleção: cf. *alcateia* (de lobos) vs. *bando*

(que não informa sobre o tipo de entidades que compõem o grupo: podem ser crianças, gatunos, lobos, etc.). Para simplificar a exposição que se segue, referimo-nos a estas propriedades através de traços binários: [±Qdef] ("quantificação definida") e [±esp.lex.] ("especificação lexical"):

- [+Qdef]: o coletivo representa a cardinalidade do grupo (p.e., *casal*);
- [–Qdef]: o coletivo não representa a cardinalidade do grupo (p.e., *rebanho*);
- [+esp.lex.]: o coletivo representa o tipo de entidades que formam o grupo (p.e., *rebanho*);
- [–esp.lex.]: o coletivo não representa o tipo de entidades que formam o grupo (p.e., *bando*).

25.3.2.1 A propriedade [±Qdef]

Há nomes coletivos que representam uma cardinalidade exata, que pode ser convencionalizada, como em *casal*, ou codificada na própria forma morfológica da palavra através da raiz latina de um número, como em *trilogia*, *quarteto* ou *quinteto*. Estes coletivos chamam-se **coletivos de indicação definida de quantidade** (que se abrevia no traço [+Qdef]). Em contrapartida, há outros coletivos (a grande maioria) que não fornecem qualquer informação acerca da quantidade das entidades que nomeiam, chamados **coletivos de indicação indefinida de quantidade**, como, por exemplo, *gado*, *pelotão*, *pinhal*, *rebanho*. Estes coletivos caracterizam-se pelo traço [–Qdef].

25.3.2.2 A propriedade [±esp.lex.]

Existem nomes coletivos cujo sentido contém uma representação do tipo de entidades que o compõem, como *arvoredo*, que denota um conjunto de árvores, *biblioteca*, que denota um conjunto de livros, *orquestra*, que denota um conjunto de músicos e *eleitorado*, que denota um conjunto de cidadãos com capacidade eleitoral. Estes nomes, chamados **coletivos autónomos**, caracterizam-se por possuir o traço [+esp.lex.] (no final desta secção, apresentam-se em apêndice listas de nomes coletivos autónomos, organizadas de acordo com o tipo de entidades que compõem o conjunto denotado).

Em contrapartida, os nomes coletivos que não representam lexicalmente o tipo de entidades que formam o grupo chamam-se **coletivos dependentes** ou **agrupadores**[35]**.** Estes nomes são caracterizados pelo traço [–esp.lex.]; são exemplos *braçada*, *conjunto*, *grupo* e *montão*.

Estes nomes coletivos necessitam de ser completados por uma expressão adicional que introduza informação sobre a composição do grupo, tipicamente sob a forma de um sintagma preposicional reduzido introduzido pela preposição *de*[36]: cf. *braçada* {*de flores*/*de lenha*}, *conjunto* {*de regras*/*de países*}, *grupo* {*de deputados*/*de rapazes*}, *montão* {*de pedras*/*de destroços*}. Nestes casos, é a combinação do nome

[35] Também é comum para estes nomes a designação **nomes de grupo**.

[36] Um sintagma preposicional reduzido é aquele que contém um sintagma nominal reduzido, i.e., sem especificador (cf. Cap. 27.3.2).

coletivo com o sintagma preposicional que forma uma expressão coletiva semanticamente completa, equivalente a um nome coletivo autónomo[37].

Quando estes coletivos ocorrem sem um sintagma preposicional, a informação sobre o tipo de entidades que denotam é dada contextualmente, quer no discurso prévio (cf. *estavam vários rapazes à porta do liceu; pouco depois, o grupo dirigiu-se para o Jardim Cinema*), quer através de elementos da própria situação em que ocorre a enunciação: assim, sem qualquer menção prévia, e face a vários rapazes que se dirigem para o falante, é possível dizer *o bando tem um ar ameaçador*[38].

> [8] Por não serem semanticamente completos, algumas gramáticas excluem inteiramente da classe dos coletivos os nomes aqui tratados como coletivos dependentes (ver, p.e., Bosque 1999), argumentando que se trata, na realidade, de quantificadores lexicais indefinidos do tipo de *alguns*, *muitos*, *vários*, etc. (cf. Caps. 20 e 21). Por outras palavras, na base da semelhança semântica entre *vi um grupo de rapazes* e *vi alguns rapazes*, classifica-se *grupo* (e os restantes coletivos dependentes) como um nome quantificacional e não como um nome coletivo. Ainda que reconhecendo a natureza essencialmente quantificacional destes nomes, pensamos que não se deve abandonar a sua classificação como nomes coletivos. Há um motivo sintático que favorece esta opção: a indicação do tipo de entidades denotado pelo nome coletivo é introduzida por um sintagma preposicional reduzido, contendo um sintagma nominal sem especificador (cf. *conjunto de regras*, *bando de malfeitores*). Em contrapartida, os quantificadores "canónicos" como *vários*, *alguns*, etc. não possuem esta opção: cf. **alguns de rapazes*, **vários de automóveis*. Estes quantificadores quantificam o substantivo diretamente, como em *alguns livros*, *vários automóveis*, uma opção que não existe para os nomes coletivos dependentes, como se vê pela impossibilidade, p.e., de **bando malfeitores*, **conjunto regras*[39].

25.3.2.3 Tipologia dos nomes coletivos

Combinando os valores de cada um dos dois parâmetros ora descritos, é possível classificar os nomes coletivos em quatro classes[40].

❖ [+Qdef, +esp.lex.]: estes são os coletivos que aliam a indicação precisa da cardinalidade à representação lexical dos membros que compõem o grupo: *casal* (duas pessoas numa determinada relação social ou amorosa), *dueto*, *duo* (dois músicos

---

[37] No entanto, existem, em geral, restrições entre um nome coletivo dependente e o tipo de entidades que pode denotar (cf. Cap. 21.2.3.2). Note-se também que alguns nomes coletivos autónomos permitem, redundantemente, que a informação sobre a composição do grupo seja expressa por um sintagma preposicional: cf., por exemplo, *junta*, que pode ocorrer a par de *junta de bois*, ainda que o sentido do nome coletivo possa codificar já a composição do grupo.

[38] Para uma discussão detalhada da classificação dos coletivos em autónomos e dependentes, e em particular das restrições sobre a formação de expressões nominais coletivas formadas com coletivos dependentes, cf. Cap. 21.2.3.

[39] Expressões como *alguns dos rapazes* ou *vários dos automóveis* são possíveis, mas trata-se aqui da construção partitiva (cf. Cap. 20.3.4.4), na qual o sintagma nominal contido no sintagma preposicional não é reduzido. Repare-se também que os nomes verdadeiramente quantificacionais (ou seja, não coletivos) *maioria* e *parte*, tal como os outros quantificadores, não podem combinar-se com um sintagma preposicional reduzido: cf. a impossibilidade de **a maioria de estudantes*, **parte de manifestantes*.

[40] As descrições entre parênteses são muito simplificadas e apenas se considera o sentido mais comum dos nomes dados como exemplo. Para uma lista mais ampla dos nomes coletivos autónomos e do seu sentido, cf. o apêndice no final desta secção.

ou peça musical para dois instrumentos), *junta* (dois bois), *parelha* (dois animais), *quarteto/quinteto* (quatro/cinco músicos ou peça de música para quatro/cinco instrumentos), *trilogia* (três tragédias formando um poema dramático), *trio* (três músicos ou peça musical com três partes);

❖ [–Qdef, +esp.lex.]: estes são os coletivos sem indicação precisa de cardinalidade, mas que representam lexicalmente o tipo de entidades que formam o grupo: *banda* (músicos), *biblioteca* (livros), *exército* (militares), *família* (pessoas ligadas por laços de sangue ou matrimoniais), *passarada* (pássaros), *alcateia* (lobos);

❖ [–Qdef, –esp.lex.]: estes são os coletivos sem cardinalidade exata e semanticamente incompletos, ou seja, que não representam o tipo de membros do grupo que denotam, necessitando, assim, de combinar-se com um sintagma preposicional adequado: *bando*, *coleção*, *grupo*, *montão*, *pilha*, *rol*.

❖ [+Qdef, –esp.lex.]: estes coletivos constituem a classe dos **numerais cardinais especiais** (também chamados **numerais coletivos** ou **números quantificacionais**), de que são exemplos itens como *par* (2), *dúzia* (12), *quarteirão* (25), *grosa* (doze dúzias, ou seja, 144), *centena* (100), *milhar*/*milheiro* (1000), *milhão* (1 000 000), bem como o grupo produtivo de itens terminados em *-ena*, como *dezena* (10), *quinzena* (15), *vintena* (20), *trintena* (30), *quarentena* (40), *centena* (também *centenar* ou *cento* – 100), etc. (cf. Cap. 24). Estes nomes indicam aritmeticamente a cardinalidade precisa do grupo, mas não representam lexicalmente o tipo de elementos que o compõem, necessitando, portanto, de se combinar com um sintagma preposicional: *dúzia de ovos*, *par de sapatos*, *centena de escudos*.

25.3.3 Manifestações gramaticais da pluralidade nos nomes coletivos

Tal como os nomes individuais no plural, os nomes coletivos denotam grupos com cardinalidade igual ou superior a dois; ou seja, pode-se dizer dos coletivos que são semanticamente plurais, ainda que não o sejam morfologicamente. Levanta-se, pois, a questão da sua sensibilidade aos fenómenos gramaticais e lexicais que têm a ver com a pluralidade, como, p.e., a concordância verbal ou a combinação com predicados que exigem argumentos plurais. Estas questões tratam-se nas subsecções seguintes.

25.3.3.1 Concordância no plural com nomes coletivos no singular

Ainda que este tipo de concordância não seja sancionado na norma-padrão, os nomes coletivos no singular, quando funcionam como sujeito, determinam frequentemente concordância verbal no plural. Há dois casos a considerar: aqueles em que o nome coletivo no singular ocorre sem um sintagma preposicional reduzido que represente a composição do grupo, e aqueles em que o nome coletivo no singular ocorre com um sintagma preposicional reduzido contendo um nome no plural[41].

A concordância verbal desencadeada por um sintagma nominal sujeito contendo um nome coletivo e sem sintagma preposicional reduzido é normalmente

[41] Cf. Cap. 46 e, para um estudo desenvolvido dos problemas levantados pela concordância em português, incluindo os casos que se tratam aqui, mas com um âmbito mais geral, Peres e Móia (1995:443ss).

idêntica à desencadeada por qualquer outro nome do léxico: singular se o nome coletivo estiver no singular e plural se o nome coletivo estiver no plural, como se ilustra em (26):

(26) a. {O casal/O par/A família/O grupo} *aprovou* uma resolução.
b. {Os casais/Os pares/As famílias/Os grupos} *aprovaram* uma resolução.
c. *{O casal/O par/A família/O grupo} *aprovaram* uma resolução.

Neste caso, os "desvios" de concordância quando o nome coletivo está no singular, como em (26c), são sentidos como erros pela maioria dos falantes.

No entanto, mesmo nestes casos, encontram-se atestadas ocorrências de concordância plural – chamada **silepse** ou **concordância *ad sensum*** (por ser de natureza semântica) –, como se ilustra nos seguintes exemplos[42]:

(27) a. [Uma *brigada* da PSP, trajando à civil], *detiveram* anteontem, cerca das 5 horas […] um desempregado de 38 anos, residente no Porto (CRPC, *Jornal de Notícias*)
b. É [um *grupo pop*] e *cantavam* cânticos negros (CRPC, PF 1292)
c. Sempre a subir tem sido o lema d[a *tripulação* do Cidade de Faro – Algarve], *que* amanhã, em Quiberom (França) *fazem* a despedida (CRPC, *A Bola*)
d. Também [todo o *grupo* Sonae, Portucel, Jerónimo Martins e Lusomundo] *deram* boa conta de si (CRPC, *Diário de Notícias*)
e. Limitou-se a falar para *a brigada* motorizada, dizendo-*lhes* que não estava disposto a cometer erros do passado (CRPC, *Público*)

Quando o sintagma nominal sujeito contém um nome coletivo combinado com um sintagma preposicional reduzido, a norma-padrão do português determina que a concordância verbal seja feita igualmente com o nome coletivo (tal como em (26)), visto que este é o núcleo gramatical do sintagma nominal (cf. Caps. 20 e 46): singular se o nome coletivo for morfologicamente singular, e plural se o nome coletivo for morfologicamente plural, como se ilustra em (28) e (29):

(28) a. Uma *alcateia* de lobos *aproximou-se* da vila.
b. Um *casal* de namorados *beijava-se* nos bancos públicos.
c. Uma *dúzia* de ovos *custa* muito caro hoje em dia.
d. Um *bando* de manifestantes *invadiu* a reitoria.

(29) a. Três *alcateias* de lobos *aproximaram-se* da vila.
b. Vários *casais* de namorados *beijavam-se* nos bancos públicos.
c. Duas *dúzias* de ovos *custam* muito caro hoje em dia.
d. Cinco *bandos* de manifestantes *invadiram* a reitoria.

No entanto, nestes casos, quando o nome coletivo é singular e o nome dentro do sintagma preposicional é plural, a concordância é feita, por vezes, no plural,

[42] Em (27b), a concordância é desencadeada por um sujeito nulo associado anaforicamente ao nome coletivo *grupo*; em (27c), a concordância plural ocorre numa oração relativa na qual o pronome relativo *que* desempenha a função de sujeito e retoma o antecedente coletivo *tripulação*; e, em (27e), a concordância que se ilustra não é verbal, mas sim entre o nome coletivo *brigada* e o pronome dativo *lhes* (que tem *brigada* como antecedente).

ainda que isso não seja sancionado na norma-padrão; ou seja, a concordância é determinada pelo nome que denota a composição do grupo, como se ilustra em (30) (coloca-se em itálico o nome coletivo no singular e sublinha-se o nome plural dentro do sintagma preposicional):

(30) a. Um *bando* de manifestantes *invadiram* a reitoria.
b. Uma *dezena* de polícias *agrediram* os manifestantes.
c. É possível [um *grupo* restrito de pessoas] *prosperarem*, mesmo no meio da miséria. (adaptado de CRPC, *Diário de Notícias*)

Plausivelmente, a concordância no plural é mais frequente em exemplos como os de (30) do que em exemplos como os de (27) (sendo também geralmente mais aceitável para os falantes) porque não é unicamente siléptica, como em (27), mas sim determinada gramaticalmente por um nome que ocorre dentro do sintagma nominal sujeito, ainda que esse nome não seja o seu núcleo gramatical.

Este padrão de concordância semântica é semelhante ao que se encontra em construções partitivas em que o núcleo do sintagma nominal sujeito é um nome quantificacional não coletivo, morfologicamente singular, como *parte* ou *maioria* (cf. Caps. 20 e 21). Também neste caso, a concordância no plural, com o nome dentro do sintagma preposicional reduzido, é frequente e relativamente aceitável para os falantes, embora não seja sancionada na norma-padrão:

(31) a. A *maioria* dos deputados *aprovaram* a proposta.
b. *Parte* dos manifestantes *tomaram* a reitoria.

Nem todos os nomes coletivos entram no padrão de concordância ilustrado em (30). A maioria dos exemplos atestados têm nomes coletivos como *grupo* e *bando*, ou numerais cardinais especiais como *dezena*, *centena* ou *dúzia*, ambos caracterizados pelo traço [–esp.lex.] (cf. 25.3.2.3), ou seja, semanticamente "pobres", na medida em que não representam o tipo de entidades que compõem o grupo. Em contrapartida, o padrão de concordância plural com nomes coletivos caracterizados pelo traço [+esp.lex.], mesmo quando ocorrem (redundantemente) com um sintagma preposicional que mencione a composição do grupo, parece ser menos aceitável: cf. a marginalidade, se não mesmo agramaticalidade, de ***um rebanho de carneiros estragaram a relva toda*** ou de ***uma alcateia de lobos aproximaram-se da aldeia***. Pode-se, pois, especular que o padrão de concordância no plural se correlaciona com o traço [–esp.lex.] do nome coletivo. Parece também comprovar essa conclusão a maior aceitabilidade de (31), em que os quantificadores, por si sós, também não representam a natureza dos elementos sobre os quais quantificam[43].

[43] Outro fator em jogo no padrão de concordância plural nestas construções parece ser a possibilidade de "distribuir" o estado ou o evento que o predicado da frase denota pelos membros individuais do grupo denotado pelo nome coletivo integrado no sintagma nominal sujeito. Assim, p.e., a partir de (30a), podemos inferir que cada um dos manifestantes, individualmente, invadiu a reitoria, algo que pode ser expresso na frase *os manifestantes invadiram a reitoria* (com concordância verbal no plural); e a partir de (30b), podemos inferir que cada um dos polícias, considerados individualmente, agrediu os manifestantes (ou pelo menos alguns deles, plausivelmente a maioria, se descontarmos a "vagueza" típica destes numerais – cf. Caps. 21 e 24), o que pode ser expresso pela frase *dez polícias agrediram os manifestantes*, também com concordância no plural. Considere-se agora a contraparte com concordância plural de (28c), que não é aceitável: ***uma dúzia de ovos custam muito caro hoje em dia***. Neste caso, a situação expressa pelo predicado não é distribuível

25.3.3.2 Manifestações lexicais da pluralidade com nomes coletivos

Discutem-se agora algumas combinações entre nomes coletivos e determinados itens lexicais que requerem nomes plurais no seu contexto. Como se verá, os nomes coletivos comportam-se como nomes plurais *bona fide*, sem que haja desvios relativamente à norma-padrão. Esta situação não é de estranhar, visto que, nestes casos, está em causa não uma propriedade morfossintática (a concordância verbal), mas sim restrições de coocorrência, sem implicações morfológicas e que refletem a pluralidade semântica dos nomes coletivos.

A preposição *entre* (cf. Cap. 32) toma apenas complementos no plural: em (32a), um sintagma nominal simples, e, em (32b), um sintagma nominal composto em que cada um dos SN constitutivos é singular (cf. Cap. 35). Como se ilustra em (32c), um sintagma nominal singular não é possível neste contexto:

(32) a. [Entre *os soldados*] havia união.
b. [Entre *o general e o capitão*] havia união.
c. *[Entre *o soldado*] havia união.

Um sintagma nominal com um nome coletivo no singular pode ocorrer sem problemas neste contexto:

(33) a. [Entre *o exército*] havia união.
b. [Entre *a multidão*], havia um agente provocador.
c. Estabeleceu-se a maior discussão [entre *o casal*].

Os adjuntos adverbiais de modo *por unanimidade* e *unanimemente* ocorrem necessariamente com um sujeito plural, como se ilustra em (34):

(34) a. *Os socialistas* aprovaram {*por unanimidade*/*unanimemente*} o documento.
b. *O deputado socialista*, *o deputado comunista e o deputado bloquista* aprovaram {*por unanimidade*/*unanimemente*} o documento.
c. **O deputado socialista* aprovou {*por unanimidade*/*unanimemente*} o documento.

De novo, pode ocorrer neste contexto um sintagma nominal cujo núcleo é um nome coletivo no singular, como se ilustra em (35):

(35) a. *O comité* aprovou {*por unanimidade*/*unanimemente*} o documento.
b. *O casal* decidiu {*por unanimidade*/*unanimemente*} passar as férias no Brasil.

Verbos como *congregar*, *dispersar*, *juntar* ou *reunir*, usados transitivamente, exigem um complemento direto semanticamente plural, e a sua contraparte intransitiva, conjugada pronominalmente, impõe esta restrição sobre o sujeito, como se verifica a seguir, usando *reunir* como exemplo:

(36) a. O sindicato *reuniu os seus funcionários*.
b. *A minha mãe e o meu pai reuniram-se* finalmente.
c. **O sindicato reuniu* o seu funcionário.
d. **A minha mãe reuniu-se* finalmente.

---

pelos membros do grupo: a partir de (28c), não se pode inferir que cada ovo, considerado individualmente, custe muito caro. Já o enunciado ?*uma dúzia de ovos estavam estragados* parece ser mais aceitável; neste caso, a situação expressa é distribuível individualmente: desta frase infere-se que cada ovo estava estragado.

Um sintagma nominal de núcleo coletivo pode ocorrer nestes contextos:

(37) a. O Presidente *reuniu o governo* ontem.
b. *O governo reuniu-se* ontem.

A naturalidade com que os nomes coletivos no singular ocorrem em contextos de pluralidade semântica servirá, assim se espera, para ajudar o leitor a compreender que os desvios gramaticais de concordância verbal descritos acima têm, afinal de contas, uma justificação parcial no sistema linguístico, em particular na parte semântica desse sistema.

Apêndice

Apresentam-se aqui listas de nomes coletivos autónomos, organizados de acordo com os tipos de entidades que denotam: (i) pessoas, (ii) animais, (iii) plantas e (iv) outras entidades. Dentro de cada grupo, os nomes são organizados alfabeticamente. A seguir a cada nome, descreve-se entre parênteses o tipo de entidades que formam o grupo denotado pelo nome coletivo, e que este representa lexicalmente. Apenas se indica o sentido mais comum dos nomes, e as listas não se pretendem de forma alguma exaustivas.

(i) Nomes coletivos envolvendo conjuntos de pessoas
assembleia, *associação*, *clube*, *conselho*, *corporação*, *grémio*, *sociedade* (pessoas com um objetivo institucional comum)
auditório (assistentes; ouvintes)
banda (músicos)
cabido (clérigos)
caravana (viajantes)
casal (duas pessoas ligadas por uma relação amorosa ou social)
claque (pessoas que aplaudem)
comissão, *junta* (pessoas encarregadas de tratar de um assunto em comum)
comitiva, *cortejo*, *séquito* (pessoas que acompanham oficialmente outra)
companha (pessoas que trabalham num barco de pesca)
comunidade, *confraria*, *congregação*, *irmandade* (pessoas unidas por uma fé ou um ideal)
coro (pessoas que cantam)
dueto, duo, quarteto, quinteto, trio (músicos)
eleitorado (eleitores)
elenco (artistas)
equipagem, *tripulação* (pessoas que trabalham num navio ou num avião)
exército (militares de terra)
garotada (garotos)
grémio (entidades patronais; associados)
guarda (polícias; conjunto de militares em ação de vigilância)
humanidade (todos os seres humanos)
júri (pessoas encarregadas de julgar ou de avaliar)
marinhagem (marinheiros)

miudagem (crianças)
mulherio (mulheres)
multidão (muitas pessoas)
orquestra (músicos que tocam juntos)
patrulha (militares)
pessoal (pessoas que trabalham no mesmo serviço)
plantel (atletas)
população (habitantes de um país, região ou localidade)
povo (pessoas que têm a mesma nacionalidade)
professorado (professores)
prole (filhos de um casal)
quadrilha (malfeitores)
rancho (trabalhadores agrícolas sazonais; membros de um grupo folclórico)
ronda (militares ou polícias)
súcia (pessoas de má reputação)
tropa (soldados)
turma (estudantes da mesma sala de aula)

(ii) Nomes coletivos envolvendo conjuntos de animais
alcateia (lobos)
bando (pássaros)
cáfila (camelos)
canzoada, *matilha* (cães)
cardume (peixes)
casal (aves)
colmeia, *enxame* (abelhas)
fato (cabras)
gado (reses)
junta (bois)
manada (bois, cavalos)
mosquedo (moscas)
ninhada (animais nascidos do mesmo parto)
parelha (muares)
passarada (grande quantidade de pássaros)
rebanho (ovelhas, cabras)
récua (bestas de carga)
vara (porcos)

(iii) Nomes coletivos envolvendo conjuntos de plantas
arvoredo (árvores)
bananal (bananeiras)
bosque (árvores, arbustos e outras plantas)
caniçal (canas ou caniços)
carvalhal (carvalhos)
floresta (árvores)
folhagem (folhas de uma ou várias plantas)
herbário (plantas recolhidas para coleção ou estudo)

laranjal (laranjeiras)
montado (sobreiros)
olival (oliveiras)
palmar, *palmeiral* (palmeiras)
pinhal (pinheiros)
pomar (árvores de fruto)
ramagem (ramos)
ramo, *ramalhete* (flores)
roseiral (roseiras)
souto (castanheiros)
vinhedo (vinhas)

(iv) Nomes coletivos envolvendo outras entidades
antologia, *crestomatia*, *coletânea* (textos)
arquipélago (ilhas)
bateria (utensílios ou instrumentos, canhões, componentes)
biblioteca (livros)
cancioneiro (canções)
casario (casas)
comboio (carruagens, navios, viaturas)
constelação (estrelas)
cordilheira (montanhas)
correspondência (cartas, telegramas, postais)
discoteca (discos)
esquadra (navios)
esquadrilha (navios de guerra, aviões)
estrofe (versos)
girândola (foguetes)
gritaria (gritos)
hemeroteca (publicações periódicas)
instrumental (instrumentos musicais ou cirúrgicos)
maciço (montanhas)
mobília, *mobiliário* (móveis)
papelada (papéis)
pedraria (pedras)
pinacoteca (quadros)
plumagem (plumas)
serviço (louça)
trilogia (obras literárias ou musicais)

25.4 A animacidade

Como já se observou no início deste capítulo, no âmbito da constituição de uma tipologia gramatical dos nomes de base semântica, é necessário que as dimensões semânticas que se postulam tenham consequências gramaticais, de natureza sintática ou morfológica, ou pelo menos que participem em restrições de seleção,

isto é, que tenham consequências sistemáticas e regulares nas combinatórias possíveis entre os nomes e itens de outras classes lexicais[44]. A distinção entre nomes animados e não animados não tem consequências morfossintáticas em português, mas participa em restrições de seleção.

Mais do que nunca, para não se cair em paradoxos ou contradições categoriais do ponto de vista ontológico, é necessário ter em conta que as noções de animado/não animado (ou humano/não humano) são consideradas pelos linguistas como propriedades semânticas dos substantivos, que refletem aproximadamente os conceitos filosóficos (e biológicos) correspondentes que servem para a nossa categorização do mundo, mas que podem divergir deles em certos casos, o que é próprio da arbitrariedade linguística. Ou seja (e ainda que isto seja trivial, parece recomendável dizê-lo), quando o linguista diz que o substantivo tal ou tal é animado ou humano (ou tem o traço [+animado] ou [+humano]), não espera certamente que o substantivo tenha o comportamento próprio de um animal ou de uma pessoa (p.e., que decida ir-se embora, ou que comece a discutir com ele ou a insultá-lo). O linguista quer apenas dizer que o nome denota (normalmente) uma entidade com um determinado tipo de propriedades físicas, mentais ou biológicas, e que esse facto tem um impacto na gramática da língua, incluindo as combinatórias possíveis em que o nome pode entrar.

Mais do que codificar uma oposição simples entre ser vivo vs. matéria inerte[45], a noção de animacidade que é operativa nas línguas humanas (i.e., que tem reflexos gramaticais ou semânticos) é a de um ser capaz de iniciar um processo, com vontade própria e com finalidade, isto é, com a intenção de causar uma alteração numa determinada situação inicial. Para falar sobre este conjunto complexo de condições, usam-se em linguística os termos **agentividade**, **causatividade** e **controlo**. Uma entidade com essas características é concebida como um **agente**, capaz de iniciar uma ação ou um processo de forma intencional (ou seja, pela sua própria vontade), capaz de causar mudanças noutras entidades (como, p.e., alterar o lugar onde se encontram), e tendo algum controlo sobre a maneira como o faz. É um ser com estas propriedades, mais do que a simples propriedade de ter vida, que serve de protótipo para a noção de **animado** em linguística e para a consequente classificação dos nomes como animados ou não animados.

Este complexo de noções entra também na definição do papel temático de **agente** (cf. Cap. 11), selecionado pelos verbos que denotam atividades ou ações, tipicamente realizado num sintagma nominal com a função gramatical de sujeito (cf., por exemplo, os SN sublinhados em *o cavalo deu uma patada na cobra*, *o gato perseguiu o rato* ou *o polícia agrediu o manifestante*). No entanto, é importante não confundir as noções de "animado" e de "agente". O traço semântico [+animado] é atribuído a um substantivo se este denotar uma entidade com as propriedades potenciais de agentividade, causatividade e controlo, p.e., a nomes como *cavalo*, *cobra*, *rato*, *polícia* e *manifestante*. Em contrapartida, a função semântica de agente é atribuída a um argumento (ou seja, a um sintagma nominal, não a um substantivo)

[44] Sobre restrições de seleção, cf. Cap. 11.

[45] A palavra *ser* emprega-se aqui e adiante como substantivo, não como verbo, ou seja, emprega-se com o sentido de 'entidade'.

quando este desempenha a função de sujeito de um verbo que denota ações ou atividades. Assim, p.e., todos os substantivos (à exceção de *patada*) das frases dadas acima são [+animado], mas apenas os sintagmas nominais sublinhados são agente. O ponto onde as duas noções se encontram (na medida em que se fundamentam no mesmo complexo de ideias) é no facto de um SN com a função semântica de agente ter (tipicamente) como núcleo um substantivo animado. No entanto, o inverso não é verdadeiro, ou seja, um SN cujo núcleo nominal é um nome animado pode não ser um agente, como os SN *a cobra*, *o rato* e *o manifestante* nas frases dadas acima.

A entidade que tipicamente apresenta as propriedades da agentividade, da causatividade e do controlo é o ser humano, logo os nomes que denotam seres humanos são [+animado] e, trivialmente, os nomes que denotam matérias inertes, sem vida, são [–animado]. Considerando as restantes entidades, no entanto, nem sempre é claro onde a conceptualização humana estabelece a linha divisória no que diz respeito às propriedades consubstanciadas na noção de animacidade. Para complicar as coisas, a conceptualização humana pode atribuir intencionalidade a determinados seres vivos em certos domínios do seu comportamento, mas não em outros (voltamos a esta questão abaixo). Não é de mais insistir que, para a linguística, não se trata propriamente de aceitar os resultados das ciências da vida (como a biologia ou a psicologia animal) sobre essas questões, aplicando-os diretamente na classificação dos substantivos. Trata-se antes de propor uma classificação que seja o reflexo da maneira como os falantes conceptualizam o mundo ao seu redor, em particular no que respeita às propriedades mentais que estão prontos a atribuir aos animais, numa conceção de "realismo ingénuo" (cf. Lyons 1977, para uma extensa discussão sobre esta noção), não necessariamente científica, mas que reflete a maneira como a língua é usada.

A este propósito, considerem-se as seguintes frases com o verbo *acertar*, que seleciona apenas opcionalmente o papel temático de agente. Nesse caso, o sintagma nominal que desempenha esse papel ocorre como sujeito (cf. (38a)). Alternativamente, se se quiser dar maior saliência ao SN com a função de instrumento, o verbo *acertar* permite que ele seja selecionado como sujeito da frase (cf. (38b)):

(38) a. O *polícia* acertou com uma pedra no gatuno (para o pôr em fuga).
b. A *pedra* acertou no gatuno (#para o pôr em fuga).

Sem a expressão entre parênteses, ambas as frases são gramaticalmente e semanticamente aceitáveis. Com a expressão entre parênteses, (38b) é semanticamente anómala. A explicação para isto é a seguinte: (i) as orações subordinadas introduzidas por *para* denotam a finalidade de uma determinada ação, expressa pela oração principal; (ii) só um agente capaz de intencionalidade pode atribuir uma finalidade às suas ações: um polícia, mas não uma pedra; logo, (38b), com a expressão entre parênteses, é anómala, visto que atribui intencionalidade a uma pedra. Esta diferença reflete-se na gramática classificando o substantivo *polícia* como [+animado] e o substantivo *pedra* como [–animado], e pelo princípio de que só um nome [+animado] pode servir de núcleo a um sintagma nominal com o papel temático de agente. Considerem-se agora as seguintes frases:

(39) a. O meu *cavalo* relinchou (para me avisar que está com fome).
b. A *abelha* voou para a flor (para ir buscar o pólen).

c. A *mosca* saiu a voar (para escapar ao meu mata-moscas).
d. O *verme* rastejou até ao limiar da porta (para entrar dentro de casa).
e. A *bactéria* entrou no meu intestino (para o infetar).

Todas as frases são semanticamente bem formadas sem a expressão ente parênteses. Com a expressão entre parênteses, deixa-se ao leitor a colocação do símbolo "#" onde achar que deve ocorrer, visto que a sua sensibilidade semântica pode ser diferente da nossa. Para nós, as três primeiras frases são semanticamente aceitáveis, a penúltima é relativamente estranha e a última completamente estranha[46]. Seguramente, os falantes estão prontos a reconhecer a certos animais determinadas capacidades mentais, pelo menos no que diz respeito a alguns comportamentos que são típicos de cada espécie. Em que ponto do reino animal se traça a linha divisória, ou exatamente para que atividades se admite a existência de intencionalidade[47], é uma questão que não pertence ao âmbito da gramática, mas que tem consequências para a gramática, pelo menos no que respeita ao domínio da semântica. É precisamente por envolver juízos mais finos do que simplesmente uma dicotomia absoluta de "aceitável" vs. "não aceitável" que a dimensão da animacidade é considerada atualmente pelos linguistas como uma escala, se não exatamente contínua, pelo menos com vários graus intermédios.

A existência de uma tal escala pode verificar-se noutras componentes semânticas da animacidade. Considere-se, p.e., a propriedade da vontade (ou volição) na iniciação de uma determinada atividade ou processo. Existem vários contextos que exigem um sintagma nominal denotando uma entidade volitiva. Um deles é constituído por verbos como *querer* e *tentar*, que requerem como sujeito um sintagma nominal que denote uma entidade com essas características. Outro contexto é constituído por adjuntos adverbiais como *propositadamente* ou *de propósito*, os quais reenviam para a intencionalidade do sujeito e para a responsabilização da sua vontade como iniciadora do processo em que está envolvido. Eis algumas frases relevantes[48]:

(40) a. O *polícia* quis/tentou prender o gatuno.
b. O meu *cavalo* quis/tentou fugir do estábulo.
c. A *abelha* quis/tentou entrar na colmeia.
d. A *mosca* quis/tentou escapar ao meu mata-moscas.

---

[46] É importante, ao avaliar semanticamente estas frases, ignorar universos do discurso constituídos por mundos alternativos imaginários ou de fantasia. Nesses universos, é sempre possível atribuir animacidade a qualquer entidade, incluindo a seres inertes (cf. o célebre exemplo de McCawley 1971, *a minha escova de dentes está viva e pretende matar-me*). É necessário também ignorar possíveis leituras figuradas ou irónicas (p.e., ironicamente, posso dizer que a bactéria estava animada das piores intenções ao entrar no meu intestino). Em suma, é importante manter as interpretações mais literais possíveis destas frases. Nunca é de mais insistir que um dos aspetos mais interessantes das restrições de seleção semântica é a facilidade com que podem ser anuladas em variadíssimos tipos de discurso que escapam à literalidade maçadora do uso normal da linguagem.

[47] Cf. a estranheza, relativamente a (39b), da frase *a abelha voou em direção ao mar para apreciar o magnífico pôr do sol*.

[48] Nestas frases, os verbos *querer* e *tentar* tomam como complemento uma oração infinitiva cujo sujeito subentendido é o sujeito da oração principal; logo, para avaliar a possibilidade de os nomes em itálico ocorrerem como sujeito de *querer* e *tentar*, é importante que as orações subordinadas contenham predicados que sejam semanticamente compatíveis com esses sujeitos, de modo a não falsear os resultados. Como o leitor pode verificar facilmente, todas essas orações são bem formadas, p.e., *o meu cavalo fugiu do estábulo*, *a pedra atingiu o Luís*, etc.

e. O *verme* quis/tentou rastejar até ao limiar da porta.
f. A *bactéria* quis/tentou entrar no meu intestino.
g. A *pedra* quis/tentou atingir o Luís.

(41) a. O *polícia* prendeu o gatuno de propósito.
b. O meu *cavalo* fugiu do estábulo de propósito.
c. A *abelha* entrou na colmeia de propósito.
d. A *mosca* escapou-se do meu mata-moscas de propósito.
e. O *verme* rastejou até ao limiar da porta de propósito.
f. A *bactéria* entrou no meu intestino de propósito.
g. A *pedra* atingiu o Luís de propósito.

Os nossos juízos são os seguintes: com o verbo *tentar*, aceitamos (40a-d) sem problemas, e não consideramos (40e) completamente anómalo, sendo as únicas frases semanticamente excluídas (40f-g). O verbo *querer*, em contrapartida, é menos flexível: com esse verbo, apenas (40a-c) são completamente aceitáveis, (40d,e) são marginais (sendo (40e) mais marginal do que a frase correspondente com o verbo *tentar*), e (40f-g) continuam a ser impossíveis. Quanto ao adjunto adverbial *de propósito*, impõe restrições mais severas: para nós, (41a-b) são aceitáveis, (41c) talvez seja aceitável em certos contextos, e as restantes frases são semanticamente anómalas.

Relativamente à propriedade do controlo, podemos tomar o predicado *tem a situação sob controlo* e decidir quais são os nossos juízos sobre as frases que têm os vários nomes em discussão como núcleo de um sintagma nominal sujeito: p.e., *o polícia tem a situação sob controlo*, *o meu cavalo tem a situação sob controlo*, etc. Na nossa opinião, este predicado dá os mesmos resultados que os adjuntos adverbiais, sendo, contudo, mais forte ainda a inaceitabilidade das frases a partir do nome *mosca*.

Na escala da animacidade, é indubitável que os seres humanos ocupam a posição mais alta, seguindo-se-lhes os animais domésticos como os cães, os gatos, os cavalos, etc., por sua vez seguidos por animais aos quais se reconhece alguma capacidade de organização social ou de comportamento organizado e com finalidade (em geral insetos como as abelhas e as formigas). Na parte mais baixa da escala estão os seres unicelulares, como as bactérias, os vírus, etc., seguindo-se-lhes as entidades sem vida, como pedras e mesas.

25.5 A dimensão semântica humano vs. não humano

Esta dimensão divide os nomes entre aqueles que denotam seres humanos (*condutor*, *gente*, *mulher*, *tia*, *tropa*) e os que denotam entidades de outros tipos, animadas ou não (*abelha*, *cavalo*, *formiga*, *gato*; *meia*, *mesa*, *pedra*). Em português, a dimensão [±humano] afeta a morfologia de certos pronomes, os quais apresentam formas diferentes consoante denotam ou não seres humanos: o pronome relativo/interrogativo *quem* vs. *que* (cf. Caps. 39 e 48), os pronomes indefinidos *alguém* (vs. *algo*), *ninguém* (vs. *nada*) e *outrem*, este sem contraparte [–humano] (cf. Cap. 23). Assim, por exemplo, a resposta à pergunta *quem encontraste no bar?* não pode ser nem (i) *um balcão, muitas mesas, cadeiras e várias garrafas de cerveja* nem (ii) *três ratazanas e duas*

baratas, mas sim (iii) *a Luísa e a Maria*[49]. Para certos falantes, *quem* pode denotar animais domésticos: *olha quem entrou na sala... o meu cão Rex*, mas este uso não é extensível a seres animados em geral: veja-se a estranheza de #*olha quem apareceu na nossa rua: um bando de cães vadios*. Assim, é preferível descrever o uso de *quem* para um animal doméstico como refletindo uma humanização do animal por parte do seu dono, e não dizendo que *quem* se caracteriza pelo traço [+animado] em vez de [+humano].

25.6 A dimensão semântica concreto vs. abstrato

Tradicionalmente, esta distinção efetua uma partição dos nomes entre aqueles que denotam objetos físicos, com uma constituição material, que se podem ver ou nos quais se pode tocar (os nomes concretos), e todos os outros, considerados nomes abstratos. O conjunto dos nomes abstratos contém subclasses semânticas de natureza muito diferente: nomes que denotam eventos (*casamento*, *conquista*, *festa*, *jogo*), estados psicológicos (*alegria*, *angústia*, *fúria*, *tristeza*), propriedades físicas (*brancura*, *calor*, *frio*), ideias abstratas (*categoria*, *metafísica*), estados fisiológicos (*fome*, *sede*), produtos artísticos da atividade humana (*música*, *pintura*, *poesia*), entre muitas outras que se poderiam citar. Praticamente todos os nomes derivados, quer de verbos (como *acontecimento*, *conquista*, *obediência*, *transformação*) quer de adjetivos (como *insensatez*, *justiça*, *tristeza*), são abstratos, visto que denotam eventos ou propriedades.

A dicotomia concreto vs. abstrato, no entanto, revela-se de fraca utilidade, quer na área da semântica lexical, quer na área da morfossintaxe. Para além disso, a importância atribuída à dimensão da constituição material como critério distintivo (e a particular importância dada aos sentidos do tato e da visão, em detrimento do cheiro, do olfato e da audição) levanta algumas dúvidas quanto à sua fundamentação ontológica.

Independentemente destes problemas, chamamos a atenção para o seguinte. Em primeiro lugar, não devemos confundir a propriedade semântica lexical [+concreto] ou [–concreto], própria de um substantivo, com leitura [+referencial] ou [–referencial], que é uma propriedade dos sintagmas nominais, não dos substantivos. Assim, p.e., o sintagma nominal indefinido *um barco* é referencial em (42a) (tem uma leitura [+específica]) e não referencial em (42b), tendo aí uma leitura virtual (cf. Caps. 21 e 22):

(42) a. Estou neste momento a ver *um barco* a passar no mar em frente à minha janela.
b. Gostaria de ver *um barco* a passar no mar em frente à minha janela.

Em (42a), a frase tem a ver com a realidade objetiva: estou a falar de um barco real, que vejo com os meus próprios olhos. Em contrapartida, em (42b), estou a falar de um barco que não existe no mundo em que me encontro; ou seja, o SN *um barco* não tem em (42b) um referente no mundo real. Mas seria errado concluir desta diferença *referencial* entre o SN de (42a) e o de (42b) que o nome *barco* tem um

[49] De novo, as duas primeiras respostas seriam talvez adequadas com um sentido irónico.

estatuto lexical diferente nestas duas frases, relativamente à propriedade concreto vs. abstrato. Nos dois casos, o nome *barco* é [+concreto]. Em particular, ao dizer (42b), o que se afirma é que o falante gostaria de ver um objeto físico concreto, e não uma qualquer abstração. Em suma, as propriedades *denotativas* do nome *barco* (cf. Cap. 20), das quais fazem parte a propriedade [+concreto], não se alteram de (42a) para (42b).

Outro exemplo desta constância denotativa dos nomes comuns e em particular da propriedade [concreto] é o facto de nomes de animais mitológicos ou ficcionais como *unicórnio* ou *marsupilami* serem lexicalmente [+concreto] (como *cavalo* ou *zebra*), mau grado não existirem na realidade. Mas nos mundos imaginários em que existem, esses animais são tão de carne e osso como os cavalos e as zebras.

Uma segunda questão é esta: existem nomes que englobam uma dimensão concreta e uma dimensão abstrata, adquirindo uma ou outra consoante o contexto sintático e semântico mais vasto em que ocorrem. Esse é o caso, p.e., de palavras que denotam símbolos, como *bandeira*, ou produtos da cultura humana, como *filme*, *livro*, *peça de teatro* (cf. Cap. 8). No primeiro caso, a ambiguidade é entre o estatuto imaterial de símbolo e o estatuto de objeto físico; no segundo, entre o estatuto de obra cultural e o de objeto físico que suporta a obra, feito de papel (no caso de *livro*) ou de película (no caso de *filme*). Compare-se agora (43) com (44):

(43) a. Encontrei *o livro* em cima da mesa.
b. Esse é *o mesmo livro* que o João tinha tirado da estante.

(44) a. Encontrei *o livro* à venda em todas as livrarias de Lisboa.
b. Esse é *o mesmo livro* que o João estava a ler.

Em (43), o nome *livro* denota um objeto físico, palpável, feito de papel, com peso, cor, forma, etc., e que pertence à classe [+concreto] dos nomes comuns. Em contrapartida, em (44), a palavra *livro* não se refere a um objeto físico (o mesmo livro físico não pode estar à venda em todas as livrarias de Lisboa, e o João não está a ler necessariamente o mesmo *exemplar* para o qual eu estou a apontar). Em (44), o nome *livro* é um nome [–concreto] com o sentido de 'obra', e o referente das expressões em itálico é uma entidade abstrata (por exemplo, *Guerra e Paz* como obra literária), que é "a mesma" independentemente de estar inscrita em milhares de livros concretos diferentes.

Um facto interessante é que um determinado sintagma nominal tendo como núcleo *livro* pode ser *simultaneamente* sujeito semântico de um predicado que requer a interpretação concreta e de um predicado que requer a interpretação abstrata (cf. Cap. 8.3.2 e Chomsky 2000):

(45) Esse é *o livro* que o João tirou da estante e que está à venda em todas as livrarias de Lisboa.

Em (45), predica-se do sintagma nominal *o livro* (i) que o João o tirou da estante e (ii) que está à venda em todas as livrarias de Lisboa. A primeira predicação requer a interpretação concreta do nome *livro*, e a segunda, a interpretação abstrata. Ou seja, o sintagma nominal *o livro*, em (45), tem de possuir simultaneamente os dois valores para a dimensão concreto vs. abstrato. Esta é uma situação inusitada na área

da classificação tipológica dos nomes comuns, onde a norma é que, relativamente a uma propriedade *p*, um item seja especificado como [+*p*] ou como [–*p*][50]. Este problema junta-se à fraca utilidade morfossintática da dicotomia concreto vs. abstrato no sentido de sugerir que essa dimensão não deve fazer parte da panóplia classificativa usada para o estabelecimento da tipologia dos nomes comuns (o que, obviamente, não significa negar a existência das categorias "concreto" e "abstrato", do ponto vista filosófico, ontológico e mesmo semântico).

Para finalizar, mencionemos a distinção entre sentido literal e sentido figurado de um nome, a qual, por vezes, é assimilada à distinção concreto vs. abstrato. Nomes como *cabeça*, *caminho*, etc. podem ser usados literalmente, como em *a bola atingiu o João na cabeça*, *esse caminho está cheio de poeira*, ou figurativamente, como em *ele é a cabeça da família* ou *o teu caminho é ires para médico*. No primeiro caso, o nome tem uma interpretação concreta, no segundo caso uma interpretação abstrata.

25.7 Nomes eventivos

Os nomes que denotam eventos são tradicionalmente integrados dentro dos nomes abstratos; apresentam, no entanto, propriedades semânticas e gramaticais importantes que os particularizam, merecendo, por isso, uma discussão separada. Eis uma pequena lista desses nomes, que não se pretende de modo algum exaustiva: *banquete*, *boda*, *casamento*, *chegada*, *concerto*, *conquista*, *corrida*, *escrita*, *festa*, *jogo*, *partida*, *proclamação*, *viagem*, e o próprio nome *evento*, usado para designar a classe. Esta subclasse inclui formas que têm uma contraparte verbal (como *casamento*, *conquista*, *corrida*, *viagem*, etc.), a par de nomes que não se relacionam com verbos, como *boda*, *concerto* ou *evento*[51].

Semanticamente, estes nomes têm uma dimensão temporal interna (de localização e duração) que lhes permite ocorrer (enquanto núcleo de um sintagma nominal) como complemento das preposições *antes* e *depois* (cf. (46)), as quais selecionam expressões de localização temporal (cf. *a Maria almoçou depois das três da tarde*), ou da preposição *durante* (cf. (47)), a qual seleciona uma expressão de duração temporal (cf. *a Maria esteve a almoçar durante duas horas*):

(46) a. A Maria almoçou [antes/depois da *festa*].
b. [Antes/Depois do *jogo*], o Pedro foi beber um copo com os amigos.

(47) a. O Pedro sentiu-se mal [durante a *viagem*].
b. O Zé leu o jornal [durante o *concerto*].

A dimensão temporal destes substantivos permite-lhes igualmente ocorrer como sujeito de predicados que denotam o início ou o fim de um intervalo (cf. (48)), ou que denotam simplesmente localização temporal (cf. (49)):

(48) a. O *banquete* começa às nove da noite.
b. O *evento* terminou às duas da manhã.

[50] Alternativamente, pode possuir, em determinadas ocorrências, a propriedade [+*p*] e, noutras ocorrências distintas, a propriedade [–*p*], como *pato* relativamente ao traço [contável] (cf. 25.1.3). Mas em (45) é a mesma ocorrência (literalmente) de *livro* que tem de ser simultaneamente [+concreto] e [–concreto].
[51] Estes nomes, e os sintagmas nominais de que são núcleo, são discutidos no Cap. 27.1.

(49) a. O *casamento* é às três da tarde.
b. A *corrida* é durante a noite.

Finalmente, estes substantivos podem ser modificados por adjuntos adverbiais de localização temporal ou espacial, como se ilustra em (50):

(50) a. [O jogo *ontem* entre o Manchester United e o Barcelona] foi emocionante.
b. [A chegada *aqui* do Primeiro Ministro] não foi anunciada por motivos de segurança.

Em conclusão, poder-se-ia especular, com base numa avaliação do comportamento gramatical e lexical dos nomes eventivos, que pode ter alguma utilidade descritiva incluir na panóplia da tipologia gramatical dos nomes comuns o traço [±eventivo].

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

A Bola
Diário de Notícias
Jornal de Notícias
PF – *Português Fundamental*: entrevista 1292
Público

26 NOMES PRÓPRIOS 993
26.1 Nomes próprios como expressões referenciais 995
26.1.1 Papel do contexto para a identificação do referente de um nome próprio 995
26.1.2 Nomes próprios como designadores rígidos 997
26.2 Tipologia dos nomes próprios 998
26.2.1 Nomes próprios simples e nomes próprios compostos 998
26.2.2 Nomes próprios canónicos e nomes próprios de base descritiva 998
26.2.2.1 Nomes próprios canónicos 999
26.2.2.2 Nomes próprios de base descritiva 1002
26.2.2.3 Nomes comuns com um só referente 1003
26.2.3 Classificação dos nomes próprios quanto à categoria ontológica do seu referente 1004
26.2.3.1 Antropónimos 1004
26.2.3.2 Topónimos 1005
26.2.3.3 Nomes próprios de entidades de outras categorias ontológicas 1007
26.3 Grafia dos nomes próprios 1009
26.4 Propriedades morfológicas dos nomes próprios 1010
26.4.1 Variação em género 1010
26.4.2 Variação em número 1012
26.5 Funções semântico-discursivas dos nomes próprios 1013
26.5.1 Função referencial 1013
26.5.2 Função denominativa 1015
26.5.3 Função vocativa 1016
26.6 Uso dos nomes próprios com artigo 1017
26.6.1 Artigo definido com nomes próprios de base descritiva 1017
26.6.2 Artigo definido com topónimos 1018
26.6.2.1 Nomes de países 1018
26.6.2.2 Nomes de lugar que designam massas de água (hidrotopónimos) 1019
26.6.2.3 Nomes de lugar que designam acidentes geográficos 1020
26.6.2.4 Nomes de localidades 1020
26.6.2.5 Nomes de partes topográficas de localidades 1024
26.6.3 Especificadores e modificadores com antropónimos 1024
26.6.3.1 Uso de nomes de pessoa com e sem o artigo definido 1024

26.6.3.2 Recategorização dos nomes próprios em nomes comuns 1027
26.6.3.3 Referência a fases temporais dos indivíduos 1031
26.7 Propriedades semânticas dos nomes próprios 1031
26.7.1 Teoria descritivista 1032
26.7.1.1 Nomes próprios como descrições definidas 1032
26.7.1.2 Interpretação metafórica dos nomes próprios 1033
26.7.1.3 Interpretação metonímica dos nomes próprios 1034
26.7.2 Sentido denominativo dos nomes próprios 1035
26.7.3 Classificadores dos nomes próprios 1037
26.7.4 A construção substantivo + (de) + nome próprio 1039

26 NOMES PRÓPRIOS*

Os nomes próprios[1], quando integrados em enunciados concretos produzidos em situações discursivas normais, como *a Clara acabou de chegar*, *amanhã parto para Lisboa*, *vou dar um passeio no Tejo* ou *adoro a Torre de Belém*, são palavras que referem diretamente entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (pessoas, cidades, rios, monumentos, entre outras – cf. 26.2.3). Enquanto os nomes comuns designam uma entidade enquanto membro de uma classe (p.e., *cidade*, *monumento*, *mulher*, *rio*, etc.), os nomes próprios designam uma entidade através da sua individualização dentro da classe a que pertence.

Ao usar um nome próprio para referir uma entidade particular – p.e., uma pessoa – num determinado contexto situacional e discursivo, o falante espera que o ouvinte seja capaz de identificar o seu referente através do nome (cf., por exemplo, *a Clara acabou de chegar*). Essa expectativa é semelhante àquela que o falante tem quando usa um sintagma nominal definido (uma descrição definida) com valor referencial (cf. *a minha filha mais nova acabou de chegar* – cf. Cap. 22) ou um pronome pessoal (cf. *ela acabou de chegar*, dito num contexto em que o referente do pronome se encontra saliente no universo do discurso – cf. Caps. 23 e 41). Os nomes próprios constituem, pois, um dos tipos de expressões referenciais por excelência das línguas humanas, a par dos sintagmas nominais definidos e dos pronomes pessoais (cf. Cap. 20.2).

No entanto, os nomes próprios diferem dos sintagmas nominais definidos e dos pronomes pessoais na maneira como referem, i.e., como se ligam ao seu referente, ou como "se conectam" com ele. Os sintagmas nominais definidos referem através de uma descrição, ancorada no nome que é o núcleo do sintagma: o falante refere a entidade única no contexto situacional ou discursivo que satisfaz a descrição dada pela combinação do nome comum com outros modificadores ou complementos do grupo nominal: p.e., *minha filha mais nova*, no caso do sintagma dado como exemplo acima (cf. Caps. 20, 21 e 27).

* Agradecemos a Ivo Castro e a João Peres a leitura atenta de uma versão prévia deste texto e o contributo que deram para o seu aperfeiçoamento.

[1] Os "nomes próprios" que são objeto deste capítulo opõem-se aos "nomes comuns"; não devem, pois, ser confundidos com os nomes de batismo, também chamados prenomes ou nomes próprios em sentido estrito (esta última designação é a usada no registo oficial português relacionado com assentos de nascimento). Sobre estes nomes, cf. 26.2.3.1.

Os pronomes, por sua vez, no seu uso dêitico (cf. Caps. 11, 22, 23 e 41) referem através de algo que se pode descrever como um "realce contextual", que pode consistir num apontar do dedo para o indivíduo referido ou no facto de esse indivíduo ser o mais saliente para os interlocutores, visualmente ou cognitivamente.

A maneira como os nomes próprios referem é mais controversa, e tem sido objeto de abundante discussão, não só na semântica, mas também na Lógica e na Filosofia da Linguagem (cf. 26.7 e as referências aí dadas). Os nomes próprios referem entidades particulares enquanto membros individualizados de uma classe, através de uma espécie de "etiqueta" (muitas vezes sem motivação semântica) que a eles se "cola", que é sentida como uma das suas características constitutivas, mas que não os descreve necessariamente; assim, p.e., ao passo que o sintagma nominal *a minha filha mais nova* refere uma pessoa (num determinado contexto situacional e discursivo) oferecendo dela uma descrição, o nome próprio *Clara* refere essa pessoa de forma direta, através de algo que a individualiza enquanto ser humano.

Podemos, pois, conceber o nome próprio como uma característica individualizadora das entidades e que, no caso das pessoas, p.e., está a par de outras características como a sua data de nascimento, a cor dos olhos, as impressões digitais, o nome dos pais, o seu percurso histórico, etc.

Repare-se, no entanto, que a relação entre os nomes próprios (pelo menos os de pessoas) e os indivíduos por eles nomeados não é biunívoca (cf. 26.1.2.1). Há muitos Eduardos, Marias, Carlos e Claras no mundo. Ou seja, o fator individualizador dos nomes próprios não significa de modo algum que cada um deles só seja usado para um referente (ainda que haja nomes próprios com essas características, como *Torre Eiffel* – cf. 26.2.2). Passa-se o mesmo com a cor dos olhos, considerada uma propriedade individualizadora das pessoas, ainda que haja milhares de pessoas com a mesma cor de olhos[2].

É útil também comparar diretamente os nomes próprios com os nomes comuns. Os nomes próprios canónicos, como *Eduardo*, *Luís* ou *Teresa*, distinguem-se dos nomes comuns por não terem um sentido descritivo de natureza lexical, que se possa consultar num dicionário ou numa enciclopédia[3]. Em contrapartida, os nomes comuns têm um significado lexical, i.e., descrevem (ou denotam) classes com determinadas características, e essas descrições encontram-se nos dicionários e nas enciclopédias (cf. Cap. 20.2.2). Assim, p.e., o nome *gato* designa uma classe de animais caracterizada por determinadas propriedades descritivas, como ser um animal doméstico com pelo, ter quatro patas e cauda, ter tamanho médio, um pouco menor do que o de um cão típico, ter garras retráteis, caçar ratos, gostar de comer passarinhos e relacionar-se de uma determinada forma com os seres humanos (cf. Caps. 8 e 20). Os nomes próprios canónicos, pelo contrário, não têm um sentido lexical deste tipo: não é possível associar ao nome *Félix* qualquer conjunto

[2] Como propriedades individualizadoras, o nome próprio e a cor dos olhos distinguem-se, pois, das impressões digitais, que são únicas para cada pessoa.

[3] Os nomes próprios canónicos (cf. 26.2.2) são aqueles que não têm sentido descritivo e são usados fundamentalmente para referir pessoas (*Clara*, *Eduardo*), animais domésticos (*Rintintim*, *Lassie*) e lugares (*Paris*, *Madrid*). Há, no entanto, nomes próprios que descrevem o tipo a que pertence o seu referente, como *Serra da Estrela* ou *Torre Eiffel* (cf. 26.2.2).

de propriedades descritivas, ainda que *Félix* nomeie um célebre gato ficcional que inclusivamente dança, fala e canta.

Em muitas línguas do mundo, se não na maioria delas, os nomes próprios canónicos, quando referem entidades particulares, usam-se no singular e como único membro do sintagma nominal: cf., por exemplo, *Claire est arrivée tard à la maison* (francês), *Clara llegó tarde a casa* (espanhol), ou a tradução literal em português, *Clara chegou tarde a casa*. Em português, os nomes próprios, sobretudo os que designam pessoas, combinam-se usualmente com o artigo definido (cf. *a Clara chegou tarde a casa*), sem que a presença deste introduza qualquer conotação semântica particular. Esta é uma característica que distingue o português das outras línguas românicas, e à qual voltamos em 26.6, especialmente em 26.6.3.1.

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: em 26.1, descreve-se o modo como os nomes próprios referem entidades do universo do discurso. Em 26.2, classificam-se os nomes próprios em diversas dimensões, nomeadamente uma dimensão formal, uma dimensão semântica e uma dimensão que tem a ver com a natureza ontológica dos seus referentes. Em 26.3, tecem-se algumas considerações sobre a grafia dos nomes próprios. Em 26.4, discutem-se algumas das propriedades morfológicas dos nomes próprios. Em 26.5, discutem-se as três funções discursivas mais importantes desempenhadas pelos nomes próprios: referencial, denominativa e vocativa. Em 26.6, descreve-se o uso dos nomes próprios com o artigo definido, com outros especificadores e com modificadores de nome. Em 26.7, põe-se a questão de saber se os nomes próprios, enquanto classe, têm significado, e de que natureza é esse significado, discutindo-se algumas das propostas recentes sobre essa questão no âmbito da filosofia e da linguística modernas. Finalmente, em 26.8, discute-se a construção substantivo + (de) + nome próprio, exemplificada por expressões como (*a*) *cidade de Lisboa*, (*o*) *rio Tejo*, (*a*) *Serra da Estrela*, (*o*) *mar Mediterrâneo*[4].

26.1 Nomes próprios como expressões referenciais

Nesta secção, discute-se de forma preliminar a função referencial dos nomes próprios. Voltamos a esta questão em 26.5, no âmbito de uma discussão mais desenvolvida das funções discursivas que os nomes próprios podem ter.

26.1.1 Papel do contexto para a identificação do referente de um nome próprio

Tal como as descrições definidas (p.e., *o meu compositor preferido*) e os pronomes pessoais ou demonstrativos quando usados com valor dêitico, os nomes próprios (p.e., *Felix Mendelssohn*) têm como função primordial referir de modo individualizado entidades particulares do mundo, presentes ou passadas, vivas ou mortas, reais ou imaginárias. Nessa função, os nomes próprios constituem uma espécie de etiqueta arbitrária cuja ligação direta ao referente tem de ser cognitivamente partilhada pelos interlocutores num determinado contexto discursivo.

[4] O leitor notará que por vezes escrevemos o nome comum destas expressões com letra minúscula e outras vezes com letra maiúscula. Esta questão, bem como o motivo da nossa opção num e noutro caso, discutem-se em 26.6.2.2.

O uso de um nome próprio pelo falante, tal como o uso de um sintagma nominal definido, pressupõe da parte deste que o ouvinte, no contexto situacional e discursivo em que o nome é usado, esteja em condições de identificar o seu referente. Assim, se, ao entrar numa sala com várias pessoas, eu disser para o meu interlocutor *olha, afinal o João não está cá, não deve ter sido convidado*, certamente tenho em mente uma pessoa particular com esse nome, e espero que o meu interlocutor seja capaz de a identificar pelo meu uso do nome. Embora haja muitos outros indivíduos com esse nome (talvez até na sala onde acabámos de entrar), o universo do discurso criado entre mim e o meu interlocutor contém apenas um determinado João, talvez por termos falado nele recentemente, ou por ser alguém com alguma importância para nós – as possibilidades são múltiplas). Neste aspeto, os nomes próprios referem de modo semelhante aos sintagmas nominais definidos (cf. Cap. 22.1.2.1).

Estes factos mostram que, tal como na identificação do referente dos sintagmas nominais definidos, o contexto discursivo, situacional e cultural no qual se inserem os enunciados é fundamental para a identificação do referente de um nome próprio. Embora sejam etiquetas individualizadoras, os nomes próprios, em geral, não são etiquetas únicas que se apliquem a uma só entidade do mundo. A associação entre nomes próprios e referentes está muito longe de ser biunívoca. Existem milhares de indivíduos chamados *Eduardo*, *João* ou *Teresa*, e só no hemisfério ocidental existem pelo menos dez cidades chamadas *Paris*[5]. A informação contextual é, pois, fundamental para a identificação do referente de um nome próprio contido num enunciado concreto.

Por vezes, o contexto (discursivo ou situacional) não é suficiente para a identificação do referente de um nome próprio. Suponhamos um cenário próximo do que foi descrito acima, em que dois amigos (designados por A e B) falam sobre uma festa para a qual ambos foram convidados: A – *sabes se o João também vai?* B – *de qual João é que estás a falar?* O interlocutor designado por "A" poderá então, eventualmente, responder dando informação adicional que permita a identificação unívoca do referente que tem em mente. Isto pode ser feito, p.e., acrescentando o seu apelido (*o João Rosário*). Mas mesmo esta informação pode não ser suficiente, visto que, embora numa escala menor, também há muitos indivíduos com o mesmo nome de batismo e de família, e pode-se dar o caso de o interlocutor conhecer mais do que um. Em última instância, se o interlocutor conhece duas pessoas com esse nome completo (e se nenhuma delas, por qualquer motivo, estiver mais saliente no universo do discurso), o falante terá de recorrer a uma descrição definida (p.e., *aquele estudante de economia da universidade que sabe tudo sobre futebol*)[6].

A situação aqui descrita (incluindo a da Nota 6) é extrema, mas não impossível, e serve para mostrar de novo (por absurdo) que os nomes próprios, neste aspeto, não têm um funcionamento referencial diferente do das descrições definidas: ambos os tipos dependem crucialmente de informação contextual para a identificação do referente. Quando o contexto contém duas entidades que satisfazem a mesma

[5] Existem (pelo menos) nove cidades com esse nome nos Estados Unidos, uma das quais, no Texas, foi tornada famosa pelo filme de Wim Wenders *Paris, Texas*.

[6] Pode eventualmente haver mais de um estudante de economia da universidade em questão que saiba tudo sobre futebol e que se chame João Rosário, sendo então necessário recorrer a outras propriedades descritivas para a identificação do referente pretendido.

descrição definida[7] ou têm o mesmo nome próprio, e se nenhuma delas for mais saliente que a outra, visual ou cognitivamente, a comunicação falha. Por outras palavras, tanto num caso como no outro, é fundamental o papel do contexto situacional e discursivo, bem como o do universo de referência dos interlocutores, para reduzir a um só o número de referentes possíveis de um nome próprio ou de uma descrição definida.

26.1.2 Nomes próprios como designadores rígidos

Ainda que o mesmo nome próprio esteja disponível para entidades diferentes, fica intrinsecamente conectado a cada entidade particular através daquilo a que Lyons (1977:218) (seguindo Austin 1961) chama «um ato performativo de nomeação» (t.n.), que, no caso das pessoas, corresponde, na nossa cultura, à inscrição do nome num documento oficial, o registo de nascimento. O nome próprio passa então a constituir uma das características identificadoras da entidade a que é atribuído e, no caso de uma pessoa, como já se observou, está a par do seu sexo, da forma das suas feições, das suas impressões digitais, da cor do seu cabelo e dos seus olhos, dos seus gostos, interesses e afetos, em suma, a par de tudo aquilo que permite a sua individualização física e mental. Por isso dizemos que as pessoas *têm um nome*, mas não dizemos que têm uma descrição definida ou que têm um pronome, ainda que possam ser referidas dessa maneira.

Esta característica permite distinguir o uso dos nomes próprios do uso dos pronomes pessoais enquanto expressões referenciais. Todo e qualquer indivíduo pode ser referido por um dos pronomes *ele* ou *ela*, consoante o seu sexo. A aplicabilidade do pronome a um determinado referente é inteiramente uma função do contexto situacional e discursivo, da saliência visual ou cognitiva do referente e das intenções comunicativas do falante. O pronome é, assim, um **designador variável**, que não se liga intrinsecamente a nenhuma pessoa em particular, mas que pode servir para referir qualquer pessoa, em função do contexto imediato.

Em contrapartida, a capacidade referencial do nome próprio é diferente: ainda que a identificação do referente de um nome próprio dependa do universo do discurso e do contexto (tal como a identificação do referente de um pronome pessoal ou de uma descrição definida), o nome próprio está estreitamente associado ao seu portador; segundo Kripke (1972), trata-se de um **designador rígido**.

> [1] Para Kripke, a noção de "designador rígido" tem a ver com o facto de os nomes próprios designarem a mesma entidade em todos os mundos possíveis. Considere-se, p.e., a frase *se a Maria fosse a professora da minha filha, ela não teria chumbado*, na qual a oração condicional (iniciada pela conjunção *se*) introduz um universo contrafactual, i.e., que não é o do mundo real onde existe o falante (no universo do falante, a Maria não é – talvez com pena dele – a professora da sua filha). No universo contrafactual expresso pela oração condicional, o nome próprio *Maria* está necessariamente associado a um indivíduo que também se chama assim no mundo real em que o enunciado é produzido. Em contrapartida, a descrição definida *a professora da minha filha* é adequada para designar o indivíduo chamado *Maria* no mundo contrafactual da

[7] Isso acontece, p.e., se eu disser ao meu interlocutor *traz-me o livro que está em cima da mesa* numa situação em que há dois livros em cima da mesa, e não apenas um (cf. Cap. 22.1.2.1).

oração condicional (nesse mundo, a Maria é a professora da filha do falante), mas não é adequada para designar esse indivíduo no mundo real em que o enunciado é produzido: nesse mundo, a Maria não é a professora da filha do falante. É nesse sentido que Kripke considera os nomes próprios como designadores rígidos (contrariamente às descrições definidas), precisamente porque mantêm a sua referência constante em todos os mundos possíveis.

Concluindo, ainda que um nome como *Maria* se possa aplicar a muitas pessoas, ele não é equivalente a uma espécie de pronome; antes, está indissoluvelmente associado a cada uma das pessoas assim nomeadas, independentemente do contexto. Não é por acaso que, para se identificar, nenhuma Maria dirá *eu sou ela*, mas sim *eu sou a Maria*.

26.2 Tipologia dos nomes próprios

Nesta secção, apresentamos uma tipologia dos nomes próprios, organizada em três dimensões: uma dimensão formal, que tem a ver com o número de palavras que compõem o nome próprio (cf. 26.2.1); uma dimensão semântica, baseada no seu grau de arbitrariedade ou de motivação semântica (cf. 26.2.2); e uma dimensão "ontológica", que tem a ver com a natureza do seu referente (cf. 26.2.3).

26.2.1 Nomes próprios simples e nomes próprios compostos

Existem nomes que são constituídos por uma única palavra, como os nomes de lugar *Paris*, *Londres*, *Portugal*, os nomes de batismo como *Clara*, *Joana*, *Teresa*, e os apelidos (ou nomes de família) maternos ou paternos, como *Bacelar*, *Coelho*. A estes nomes, chamamos **nomes próprios simples**.

Outros nomes próprios são constituídos por expressões mais complexas, com mais de uma palavra, incluindo nomes de batismo como *Eduardo José*, *Maria do Rosário* e *João Maria*, nomes de família como *Castelo Branco*, *Espírito Santo* e *Paiva Raposo*, nomes de localidades como *Castelo Branco* e *Vila Nova de Milfontes*, nomes de instituições como *Museu Nacional de Arte Antiga*, e de monumentos, como *Torre Eiffel*, entre muitos outros exemplos que se poderiam dar. Independentemente de diferenças de outro tipo que possam existir entre estes nomes (cf. 26.2.2 e 26.2.3), chamamos-lhes **nomes próprios compostos**, pelo simples facto de serem formados por mais de uma palavra[8]. O nome oficial de uma pessoa (cf. 26.2.3.1), na nossa sociedade, é sempre um nome próprio composto.

26.2.2 Nomes próprios canónicos e nomes próprios de base descritiva

Há nomes próprios que são semanticamente arbitrários e outros que descrevem o seu referente. Cada um destes tipos, como veremos, tende a especializar-se na nomeação de entidades ontologicamente distintas.

Para ilustrar os dois tipos, considere-se um exemplo claro de cada um deles, os nomes próprios *Rita* (como nome de batismo) e *Museu de Arte Popular* (nome de um museu de Lisboa). O primeiro não descreve o seu referente: as Ritas não têm

[8] O termo "composto", neste contexto, não tem qualquer relação teórica com o mesmo termo usado na sintaxe (na área da coordenação – cf. Cap. 35) e na morfologia (cf. Cap. 58).

propriedades comuns denotadas por esse nome, para além do facto de se chamarem Rita e de serem plausivelmente indivíduos do sexo feminino (cf. 26.7.2); ou seja, o nome *Rita* é semanticamente arbitrário e, neste caso particular, não tem outro uso no léxico do português a não ser como nome próprio (o que, no entanto, como veremos, não constitui uma propriedade necessária dos nomes próprios semanticamente arbitrários).

Em contrapartida, o nome próprio *Museu de Arte Popular* é um grupo nominal constituído por palavras do léxico comum, pode ser usado sem ser como nome próprio (cf., por exemplo, *nesta cidade, há um museu de arte popular que eu gostaria de visitar*), e tem claramente um sentido descritivo que se aplica ao seu referente: ou seja, o Museu de Arte Popular é de facto um museu, e de arte popular, embora muitos museus de arte popular não se chamem Museu de Arte Popular. Neste caso, a totalidade do nome tem uma natureza descritiva. Noutros casos, é apenas o nome nuclear do grupo nominal que é uma palavra do léxico com um sentido descritivo que se adequa ao seu referente: cf., por exemplo, *Mar de Azov*, nome próprio de um mar interior na península da Crimeia.

Ao primeiro tipo de nomes, semanticamente arbitrários, como *Lisboa*, *Rita*, *Tejo* (todos os nomes de pessoa, na nossa sociedade, são deste tipo – cf. a discussão a seguir), chamamos **nomes próprios canónicos** – porque, de certa maneira, são aqueles que os falantes identificam mais prontamente como os mais típicos da classe dos nomes próprios. Aos nomes do segundo tipo, que têm um sentido descritivo (na sua totalidade, como *Museu de Arte Popular*, ou apenas parcialmente, como *Mar de Azov*) que se aplica ao seu referente, chamamos **nomes próprios de base descritiva**[9].

Cada uma destas subclasses tem um domínio de aplicação ontológico típico: todos os nomes de pessoa (na cultura ocidental, pelo menos) são canónicos, bem como a maior parte dos nomes de localidades. Em contrapartida, são de base descritiva a maioria dos nomes de instituições, de museus, de marcas, de períodos históricos e de movimentos culturais. Quanto aos nomes de rios, mares, oceanos e outros acidentes geográficos, repartem-se entre canónicos e de base descritiva (cf. 26.2.3).

Estas duas subclasses de nomes próprios discutem-se a seguir com mais pormenor (cf. 26.2.1.1 e 26.2.1.2). Em 26.2.1.3, discute-se uma classe de nomes por vezes considerados próprios, mas que têm uma natureza "híbrida" entre o estatuto de nome comum e o estatuto de nome próprio. São exemplos deste tipo os substantivos *sol*, *lua* e *papa*, com características de nomes próprios em certos contextos nos quais, na língua escrita, esses nomes devem ser grafados com letra maiúscula. Não existe, no entanto, uma designação especial para estes nomes, quando usados como nomes próprios.

26.2.2.1 Nomes próprios canónicos

A disciplina da linguística que estuda os nomes próprios canónicos (do ponto de vista da sua morfologia, origem e motivação) chama-se **onomástica**. Como já se observou, em português, são canónicos os nomes próprios de pessoa, chamados

[9] Repare-se que o nome próprio composto de base descritiva *Mar de Azov* contém dentro de si, como uma das suas componentes, um nome próprio simples canónico, *Azov* (sobre estes nomes, cf. também 26.2.2.2, 26.6.2, 26.7.3 e 26.7.4).

antropónimos (cf., na área dos nomes de batismo, *Eduardo*, *Fernanda*, *Isabel*, *João*, *Rita* e, na área dos nomes de família, *Lobo*, *Peres*, *Raposo*, *Silva*, *Veloso*). A parte da onomástica que estuda os nomes próprios de pessoa chama-se **antroponímia**.

Os nomes próprios usualmente dados aos animais costumam também ser canónicos (cf. *Félix*, *Fiel*, *Lassie*, *Milú*, *Rintintim*, *Sertão*, *Spip*, etc.), embora seja difícil estabelecer generalizações, dada a completa liberdade (incluindo legislativa) que as pessoas têm para escolher o nome dos seus animais domésticos.

São também canónicos muitos dos nomes próprios que se aplicam a lugares, quer estes sejam localidades físicas, como cidades e vilas, quer sejam entidades geográfico-institucionais, como países e continentes, quer sejam acidentes geográficos naturais, como rios e montanhas. Constituem exemplos *Lisboa*, *Madrid*, *Paris*, *Roma* (nomes de cidades), *Espanha*, *França*, *Portugal* (nomes de países), *Ásia*, *Europa* (nomes de continentes), *Guadiana*, *Sena*, *Tejo* (nomes de rios) e *Alpes*, *Himalaias*, *Pirenéus* (nomes de maciços montanhosos)[10]. Os nomes próprios de lugares chamam-se **topónimos**, e a parte da onomástica que estuda esses nomes chama-se **toponímia**.

Como se mencionou acima, os nomes próprios canónicos não têm significado descritivo, ou seja, são semanticamente arbitrários. A este respeito, é importante dizer algo sobre o estatuto de antropónimos como *Coelho*, *Lobo*, *Raposo*, *Rosa*, e de topónimos como *Castelo Branco* ou *Guarda*. Estes nomes próprios são considerados canónicos, mau grado serem formados por palavras do léxico comum com um sentido descritivo. Contudo, contrariamente aos nomes próprios de base descritiva, o sentido destes nomes próprios não se aplica aos seus referentes. Assim, uma pessoa chamada *Raposo* nem é um animal da espécie dos raposos (macho da raposa) nem tem necessariamente as características psicológicas (esperteza, etc.) que se atribuem a esses animais. Uma pessoa chamada *Rosa* não tem necessariamente as características dessa flor que por vezes se aplicam metaforicamente aos seres humanos (beleza, doçura). Os nomes *Guarda* e *Castelo Branco* designam cidades de Portugal, não (respetivamente) um soldado ou vigia e um castelo. Em síntese, esses nomes próprios são semanticamente tão arbitrários como *Rita*, e por isso são classificados como canónicos.

Esta discussão leva-nos a um ponto importante, que é a necessidade de não confundir a arbitrariedade semântica dos nomes próprios canónicos com a sua **motivação semântica histórica** e/ou com o seu **sentido etimológico.**

Embora topónimos como *Guarda* e *Castelo Branco* sejam semanticamente arbitrários enquanto nomes próprios (canónicos), o seu sentido literal é facilmente compreendido pelos falantes (já que esses topónimos são formados por palavras correntes da língua). Na maior parte dos casos, esses topónimos têm uma motivação histórica[11]. Essa motivação tende a desaparecer com o decorrer dos tempos, e é por vezes difícil de reconstruir mesmo para os historiadores e para os semanticistas que se dedicam à onomástica. Para continuar com os topónimos que temos usado como exemplo, o nome *Guarda* parece dever-se ao posicionamento desta cidade como

[10] No entanto, a classe dos topónimos é rica também em nomes próprios de base descritiva (cf. 26.6.2).
[11] Isso não significa, repita-se, que se apliquem descritivamente ao seu referente ou mesmo que se tenham alguma vez aplicado, até no momento em que são atribuídos, já que a motivação histórica inicial pode residir numa associação metonímica ou metafórica, ou ter uma ligação ainda mais vaga com o referente.

"sentinela" durante o período da Reconquista. Para *Castelo Branco*, há duas teorias: uma delas faz referência aos Templários, a quem D. Afonso II doou a região, e que teriam construído aí um castelo que reproduzia a planta de um dos seus castelos da Palestina, chamado *Chastel-Blanc*. A outra faz referência às ruínas de uma fortaleza romana existente no local, a que se dava o nome latino de *castraleuca*, um composto formado pelo nome plural *castra* 'acampamento fortificado de legionários'[12] e pelo adjetivo *leuca*, que tem origem no grego *leukos* 'branco'[13].

Na área dos antropónimos, existem também vários tipos de motivações: a profissão exercida pelo primeiro portador do nome, como *Serralheiro* ou *Monteiro*; o lugar onde nasceu ou as terras que possuiu, como *Abrantes*, *Braga*, *Castelo Branco* ou *Guimarães*; a sua semelhança com algum aspeto físico de um animal ou alguma característica do seu comportamento, como *Lobo* ou *Raposo*. Por vezes, o apelido pode provir de uma alcunha (cf. 26.2.3.1), como *Badalo*, *Galego* ou *Gordo*. Outros nomes têm origem religiosa, como *Anjos*, *Baptista* e *Espírito Santo*, incluindo origem cripto-judaica: assim, costumam relacionar-se com esta origem os nomes baseados em substantivos que denotam certas árvores e determinados animais, como *Carvalho*, *Coelho*, *Cordeiro* e *Oliveira*. Em todos estes casos, quando, no decorrer dos tempos, o nome se estabelece como nome de família, essa associação desaparece completamente.

Um caso curioso (por ser do domínio da morfologia e não do léxico) de motivação semântica perdida é o dos nomes de família chamados **patronímicos** como *Henriques*, *Mendes* e *Rodrigues*, com o sufixo *-es* 'filho de'. *Henriques*, *Mendes* e *Rodrigues* eram sobrenomes individuais[14] , respetivamente do filho de Henrique, de Mendo e de Rodrigo. A partir do séc. XVI, esses sobrenomes passam a apelidos, designando todo o grupo familiar de modo permanente, com a perda progressiva do sentido original do sufixo (atualmente, uma pessoa com apelido *Henriques* não é necessariamente filha de um Henrique).

Para finalizar, assinale-se um ponto importante, que por vezes se perde de vista: todos os antropónimos, incluindo os nomes de batismo, são originalmente expressões comuns do léxico de alguma língua de origem (que não é, geralmente, o português), na qual têm um sentido descritivo. Este sentido original chama-se **significado etimológico** (do antropónimo). Assim, para dar apenas um exemplo, alguns dos nomes de batismo mais usados na nossa língua, como *Álvaro*, *Eduardo*, *Fernando* e *Rodrigo*, foram introduzidos em português pelos visigodos que ocuparam a Península Ibérica e outras regiões da Europa, e têm plausivelmente a sua origem na língua original da família germânica. Esses nomes são morfologicamente analisáveis em segmentos com um significado descritivo, perdido com o decorrer dos tempos (*Eduardo*, p.e., pode ser analisado em *ead* 'feliz' e *weard* 'guarda'). Nem os falantes atuais das línguas germânicas entendem o sentido original dos nomes equivalentes nas suas línguas.

---

[12] O diminutivo latino de *castra*, *castellum*, dá origem à palavra *castelo* do português, com o seu sentido atual.

[13] Sobre estas duas hipóteses, cf., respetivamente, Álvaro Duarte de Almeida e Duarte Belo (2007) e Pereira e Rodrigues (1906).

[14] O sobrenome, ou segundo nome próprio, é um nome de batismo simples (cf. *José João*), um nome religioso (cf. *Ana Celeste*), um topónimo (cf. *Maria Lisboa*), um patronímico (cf. *Carlos Henriques*), etc. (cf. Leite de Vasconcellos 1928:8ss).

26.2.2.2 Nomes próprios de base descritiva

Contrariamente aos nomes próprios canónicos, os nomes próprios de base descritiva, na sua maioria compostos, são grupos nominais (cf. Cap. 20) que descrevem o referente, formados por um substantivo modificado por um adjetivo, por um sintagma preposicional ou por ambos (cf. *Montanhas Rochosas*, *Museu de Arte Popular*, *Museu Nacional de Arte Antiga*). Alguns combinam um substantivo descritivo com um nome próprio canónico, semanticamente arbitrário (cf. *Lago Léman*, *Mar de Azov*). Embora mais raros, existem também nesta classe nomes simples, formados apenas por um substantivo, como, p.e., *Minhocão* (avenida da cidade de São Paulo caracterizada pelas suas curvas, que lhe dão o aspeto de uma minhoca) e *Atomium* (monumento em Bruxelas criado para a Expo 58, que tem a forma do modelo clássico do átomo). No seu uso em frases, estes nomes combinam-se com o artigo definido, formando verdadeiras descrições definidas com o estatuto de nomes próprios (*o Mar de Azov*, *o Minhocão*, *o Museu Nacional de Arte Antiga*, etc.).

Os nomes próprios de base descritiva aplicam-se sobretudo a instituições, organizações, monumentos, marcas, eventos, e também a lugares, incluindo ruas, avenidas e entidades geográficas naturais, como rios, lagos e montanhas. São exemplos *Museu Nacional de Arte Antiga*, *Casa Branca*, *Academia Militar*, *museu do Louvre*, *Torre Eiffel*, *Mar de Azov*, *Lago Léman*, *Avenida da Liberdade*, *Minhocão*, *Rio da Prata*[15].

Embora apoiando-se em material lexical descritivo, estes nomes são considerados nomes próprios porque, ainda que sejam descritivamente adequados, nomeiam entidades particulares não enquanto membros de uma classe, mas enquanto membros individualizados, para as quais o nome passa a constituir uma das suas características constitutivas. Para repetir uma observação já feita, existem muitos museus de arte popular, e todos eles podem ser referidos (em contexto apropriado) através do grupo nominal *museu de arte popular* (escrito com letra minúscula): p.e., *hoje vou ao museu de arte popular desta cidade* (este enunciado pode ser produzido em qualquer cidade que tenha um museu de arte popular). No entanto, em Portugal, só a um desses museus foi dado como nome próprio o referido grupo nominal.

Neste aspeto, é interessante notar que os nomes próprios de base descritiva, precisamente devido ao facto de serem descrições definidas, se aplicam em geral (enquanto nomes próprios) de maneira unívoca ao seu referente, contrariamente ao que sucede com os nomes próprios canónicos. É como se a conversão de uma descrição definida em nome próprio só pudesse ser feita uma vez, sob risco de "imitação". Assim, existem muitas pessoas com os nomes *Eduardo* ou *Joana* e mesmo várias cidades chamadas *Lisboa* ou *Paris*, mas apenas um exemplar da Torre Eiffel[16], da Casa Branca, do museu do Louvre, da Torre de Belém, do Mar de Azov ou do Lago Léman.

---

[15] Sobre a grafia, com letra maiúscula ou minúscula, da letra inicial do primeiro termo dos nomes próprios compostos de base descritiva (p.e., *Museu de Arte Popular* vs. *museu do Louvre*), cf. 26.6.2.2.

[16] Os simulacros não contam. Assim, há apenas uma Torre Eiffel, apesar de existir um simulacro (menor) no Hotel Paris em Las Vegas. Para designar essa entidade, utiliza-se usualmente outro grupo nominal, com um modificador restritivo (*Torre Eiffel de Las Vegas* ou *Torre Eiffel do Hotel Paris em Las Vegas*).

26.2.2.3 Nomes comuns com um só referente

Dentro da classe dos nomes próprios de base descritiva, existe um pequeno número com propriedades especiais, constituídos apenas por um nome comum do léxico, sem qualquer modificador. No entanto, diferentemente dos substantivos que integram os nomes próprios descritos na subsecção anterior, considerados isoladamente (p.e., *mar*, *museu*, *torre*), no caso dos nomes que se discutem aqui, o substantivo denota propriedades que são aplicáveis apenas a uma única entidade, em domínios relevantes das comunidades linguísticas. Por outras palavras, existe uma única entidade que satisfaz a descrição desses substantivos, o que lhes dá o estatuto de um nome próprio.

Três exemplos típicos são os substantivos *sol*, *lua* e *papa* (que escrevemos aqui com letra minúscula, visto que estamos a falar deles como nomes comuns), que significam, respetivamente (e de forma simplificada), 'estrela em redor da qual giram planetas', 'astro que gira em torno de um planeta' e 'chefe máximo da Igreja Católica'. À escala do nosso planeta, no entanto, só existe uma entidade que satisfaz estas propriedades (as duas primeiras, de forma relativamente intemporal, a última de forma temporalmente limitada): o nosso planeta gira em redor de uma só estrela, só existe um astro que gira em redor do nosso planeta, e só existe uma pessoa que, num determinado momento histórico, é o chefe máximo da Igreja Católica.

Assim, quando se combinam com o artigo definido para designar essas entidades, estes nomes referem de uma maneira muito próxima da referência direta, individualizadora, típica dos nomes próprios, o que faz com que sejam, de facto, considerados nomes próprios pelos falantes. Nesse caso, escrevem-se com letra inicial maiúscula: (*o*) *Sol*, (*a*) *Lua*, (*o*) *Papa*[17].

Estes casos são muito comuns no domínio dos nomes que denotam títulos honoríficos (como *Papa*), na medida em que, num determinado período e no contexto de uma determinada comunidade, os cargos por eles designados são detidos normalmente por uma única pessoa, a qual adquire uma proeminência especial para os falantes. Para além de *Papa*, são exemplos nomes (a maioria compostos) como *Presidente da República*, *Rei*, *Primeiro-Ministro*, *Procurador-Geral da República*, etc., que tendem a ser escritos com letra maiúscula quando são usados para referir os indivíduos únicos que detêm esses cargos[18].

---

[17] No período entre 1378 e 1417 (também designado pelo nome próprio *Grande Cisma do Ocidente*), houve três indivíduos que se consideravam a si próprios (e eram considerados pelos seus seguidores) como o chefe máximo da Igreja Católica: *o papa* (*Papa*?) *de Avinhão*, *o papa* (*Papa*?) *de Roma* e *o papa* (*Papa*?) *de Pisa* (todos coexistiam em 1415). Como devemos então escrever aqui a palavra? Com letra inicial maiúscula ou minúscula? Uma solução – entre outras possíveis – seria considerar-se Gregório XII (em Roma) como tendo sido o Papa (único, escrito com maiúscula inicial e precedido de artigo definido), e como *antipapas* (com letra minúscula) Bento XIII em Avinhão e o Cardeal Baldassare Cossa (que tomou o nome de João XXIII) em Pisa.

[18] Qualquer destes nomes, num contexto apropriado, pode também ter um valor genérico, denotando a espécie, o que se deve ao seu estatuto como nome comum: cf., por exemplo, *o Papa é eleito pelos cardeais* ou *o Presidente da República costuma viver no Palácio de Belém* (agradecemos esta observação ao nosso colega João Peres). O aspeto interessante é que, mesmo que a interpretação genérica dependa do estatuto destes nomes como comuns, eles podem (devem?) escrever-se com letra maiúscula inicial. Em contrapartida, quando nos referimos aos titulares destes cargos no plural, numa perspetiva histórica, os nomes são usados como comuns, e escritos com letra inicial minúscula: cf., por exemplo, *nem todos os papas do séc. XX se comportaram como santos*.

26.2.3 Classificação dos nomes próprios quanto à categoria ontológica do seu referente

Apresenta-se aqui uma classificação dos nomes próprios em função do tipo de entidades a que se aplicam. Por serem centrais na onomástica, dedicamos subsecções individuais aos antropónimos e aos topónimos.

26.2.3.1 Antropónimos

Os **antropónimos** são os nomes atribuídos às pessoas (por isso são também chamados **nomes de pessoa**). Nesta grande classe tem particular importância o **nome completo**, ou seja, o nome oficialmente registado num assento de nascimento. Esse nome consiste de duas partes: o **nome de batismo** (também chamado **prenome**, ou **nome próprio)**, como *Elvira*, *Emílio*, *Felisberta*, *Isabel*, *João*, *Jorge*, *Maria*, *Pedro*, *Sara*, e os **apelidos (**ou **nomes de família)**, da mãe e do pai (geralmente nessa ordem), como *Lobo*, *Melo*, *Mota*, *Raposo* ou *Silva*[19]. Uma pessoa pode ter um nome de batismo composto, formado por dois simples: *Carlos Artur*, *Eduardo José*, *João Maria*. Esta situação é frequente com o nome *Maria*, geralmente acompanhado de outro nome: *Maria Francisca*, *Maria do Rosário*, *Maria Teresa*. Também os apelidos (do pai e/ou da mãe) podem ser compostos, como *Castelo Branco*, *Espírito Santo*, *Faria e Maia*, *Paiva Raposo*, *Rio-Torto* ou *Sarmento de Matos*.

> [2] Segundo a legislação portuguesa, os nomes de batismo devem ser constantes da onomástica nacional ou adaptados gráfica e foneticamente à língua portuguesa, e não podem deixar dúvidas sobre o sexo da pessoa. A legislação portuguesa determina também que o nome oficial deve compor-se, no máximo, de seis vocábulos, dos quais só dois podem corresponder ao nome de batismo e quatro aos apelidos. Entre estes, a ordem é: nomes de batismo – apelidos. Um apelido (ou grupo de apelidos, materno e/ou paterno) pode ser introduzido pela preposição *de*, como em *Ivo de Castro* ou *José Sarmento de Matos*; e os nomes de um apelido constituído por mais de um nome podem ser coordenados pela conjunção *e*: cf., por exemplo, *Faria e Maia*.

Os antropónimos podem ser introduzidos por formas de tratamento, de maior ou menor formalidade, como *Dom/Dona* (do latim *dominu* 'senhor', abreviado frequentemente em *D.*) ou *senhor*(*a*) (geralmente abreviado na escrita em *Sr./Sr.ª*), ou ainda de títulos profissionais ou académicos, como *Doutor*(*a*), abreviado em *Dr./Dr.ª* (a menos que designe o titular de um doutoramento, caso em que se escreve por extenso), *Professor*(*a*), abreviado em *Prof./Prof.ª*, e *Engenheiro*(*a*), abreviado em *Eng./Eng.ª* (para uma descrição mais completa das formas de tratamento, cf. Cap. 52).

Entre os antropónimos incluem-se também as **alcunhas**, os **cognomes** e os **pseudónimos**. As **alcunhas** são nomes não oficiais, de natureza informal, atribuídos às pessoas com base nalguma das suas características físicas, profissionais ou de comportamento; constituem exemplos *Aleijadinho*, *Arreda*, *Maneta* ou *Trinca-Fortes*[20].

---

[19] Os apelidos também podem ser adquiridos por casamento: qualquer dos cônjuges pode tomar um apelido do outro (geralmente o paterno).

[20] *Aleijadinho* era a alcunha pela qual ficou conhecido António Francisco Lisboa, escultor, desenhador e arquiteto que nasceu e viveu no Brasil na época colonial, e que deve esta alcunha às graves deformidades do seu corpo. *Arreda* era a alcunha de D. Afonso de Bragança, irmão do rei D. Carlos, grande amante de automóveis, que conduzia por Lisboa gritando: *Arreda! Arreda!*, para que as pessoas saíssem da sua frente.

Nalguns casos, a alcunha passa a ser a maneira mais comum de referir o indivíduo, substituindo-se na prática ao seu nome, como no caso de Edison Arantes do Nascimento, mais conhecido pela sua alcunha *Pelé*.

Os **cognomes**, por sua vez, são alcunhas mais formais, atribuídas aos reis e às rainhas, como, p.e., *Lavrador* para D. Dinis, *Príncipe Perfeito* para D. João II, *Patriota* para D. Manuel II ou *Educadora* para D. Maria II. Os cognomes condensam uma característica típica da atividade ou do comportamento dos reis enquanto governantes, ocorrendo a seguir ao seu nome, numa posição e com uma função semelhantes às de um aposto (cf. Cap. 27.7), e precedidos do artigo definido: *D. João II, o Príncipe Perfeito*, *D. Isabel, a Rainha Santa*. Quer os cognomes quer as alcunhas podem classificar-se como nomes próprios de base descritiva.

Quanto aos **pseudónimos**, são nomes fictícios semelhantes aos nomes próprios canónicos (completos ou não), criados por personalidades que não se querem dar a conhecer através do seu nome real, ou que simplesmente consideram que o nome real não tem suficiente impacto público; são exemplos *António Gedeão*, pseudónimo de Rómulo de Carvalho, *Miguel Torga*, pseudónimo de Adolfo Correia Rocha, *Bob Dylan*, pseudónimo de Robert Zimmerman, e *Lenine*, pseudónimo de Vladimir Ilitch Ulyanov.

26.2.3.2 Topónimos

Os **topónimos** são os **nomes de lugar**, nomeadamente os atribuídos a aglomerados de dimensões variadas criados pelos seres humanos e onde estes vivem em comunidade, incluindo os que nomeiam partes estruturais desses aglomerados. São também topónimos os nomes de acidentes geográficos naturais de vários tipos. O primeiro grupo inclui, entre outros, nomes de cidades (*Lisboa*, *Paris*), de vilas (*Ansião*, *Cascais*, *Sintra*, *Vila Nova de Milfontes*), de aldeias (*Alentisca*, *Murteirinha*, *Palhota*, *Virtudes*), de ruas, avenidas, praças (*Avenida da Liberdade*, *Praça do Comércio*, *Rua da Arrábida*) e de países (*Angola*, *Bélgica*, *França*, *Iraque*). O segundo grupo inclui, entre outros, nomes de montanhas (*Everest*), de serras (*Serra da Estrela*), de cordilheiras (*Himalaias*), de lagos (*Lago Cachuma*), de rios (*Douro*, *Tejo*), de oceanos (*Pacífico*) e de continentes (*África*, *Europa*).

Como se mencionou acima, ao estudo da origem e da motivação semântica dos topónimos chama-se toponímia, que é uma área interdisciplinar por excelência, pois nela se projetam conhecimentos muito diversos como a geografia física e a geografia humana, a história e a arqueologia, a botânica e a zoologia, entre outras ciências. No âmbito da onomástica, a toponímia tem também relações com a antroponímia, pois muitos dos topónimos têm origem em nomes de pessoas, particularmente os proprietários ou povoadores das regiões nomeadas. A toponímia permite, assim, reconhecer características físicas e geográficas dos lugares bem como a motivação semântica original que lhes está associada e que, com o tempo, vai desaparecendo da memória dos falantes. Deste modo, contribui para um melhor conhecimento dos povos que habitaram esses lugares, das relações que estabeleceram, da sua história política e social, das suas crenças religiosas e de outras realidades de natureza social e económica.

Maneta era a alcunha de Louis Henri Loison, general francês que perdeu um braço num acidente de caça. Participou nas invasões napoleónicas e ficou célebre pela violência e brutalidade dos seus atos, o que deu origem à expressão *ir para o maneta*, que significa 'morrer', 'ficar destruído'. *Trinca-Fortes* era a alcunha do poeta Luís Vaz de Camões, conhecido pela sua valentia.

Relativamente ao português, a toponímia permite identificar estratos linguísticos anteriores e posteriores ao domínio romano (chamados, respetivamente, **substratos** e **superstratos**) e analisar evoluções fonéticas que ocorreram na língua portuguesa, por vezes sob a influência de outras línguas, faladas pelos vários povos que habitaram os lugares, constituindo, portanto, um contributo importante para o estudo da formação do português. Não sendo o propósito desta subsecção fazer uma descrição da toponímia portuguesa, adiantaremos, no entanto, exemplos que ilustram algumas origens de nomes de localidades portuguesas e algumas das suas motivações semânticas (cf. também 26.2.2.1). Como se verá, os topónimos portugueses têm origem diversa, particularmente latina, germânica e árabe.

Os topónimos de localidades de origem latina relacionam-se sobretudo com atividades agrícolas, como, p.e., os nomes que incluem o substantivo *oliveira* (cf. *Oliveira de Azeméis*); com edificações, como os nomes que incluem os substantivos *caldas*, *castelo*, *castro*, *estrada*, *ponte* e *porto*, entre outros (cf. *Caldas da Rainha*, *Castelo Branco*, *Castro Marim*, *Estrada Nova*, *Ponte de Lima*, *Porto de Mós*); com o vocabulário religioso, como os nomes que incluem os substantivos *abadia* e *igreja* (cf. *Abadia de Bouro*, *Igreja Nova*); e com acidentes geográficos, como os nomes que incluem os substantivos *cabeço*, *monte* (ou a sua versão apocopada *mon*) e *serra* (cf. *Cabeço de Montachique*, *Monchique*, *Monte Estoril*, *Serra d'El Rei*)[21].

A forte dominação romana teve também como consequência a alteração de nomes de localidades já existentes, ou a sua modificação através do acrescentamento de uma palavra ou morfema de origem latina, dando lugar, nesses casos, a nomes híbridos. É disso exemplo o topónimo *Portugal*, composto formado a partir do latim *portu-* 'porto' e do topónimo pré-latino *cale* (possivelmente um topónimo celta com o mesmo significado etimológico de 'porto' ou 'enseada').

Os topónimos de localidades com origens germânicas (por vezes incluindo elementos latinos) distribuem-se principalmente pelo norte de Portugal e são, em geral, provenientes de nomes étnicos (como *Vale Godinho* 'relativo à etnia dos godos') e de nomes de pessoas, atestando a presença de proprietários ou colonizadores dos territórios durante a Idade Média, o que é ilustrado por nomes como *Adufe*, *Agilde*, *Baltar*, *Esmoriz*, *Galhufe*, *Gandariz*, *Gondar*, *Gondomar*, *Nevogilde, Romarigães*, *Sandiães*, *Seixomil* e *Trouxemil*[22].

Os topónimos de localidades portuguesas de origem árabe são predominantes no Sul, embora também se encontrem na região centro e no Noroeste, para onde emigraram populações moçárabes. Estes topónimos provêm, em grande parte, de nomes comuns. Assim, apesar de muitos terem sofrido alterações fonéticas que escondem a sua origem, são reconhecíveis os que são formados com o prefixo *al-*, proveniente do artigo definido árabe: cf. *Albufeira* 'a lagoa', *Alcaria* 'a aldeia', *Algarve* 'o ocidente', *Azoia* 'o mosteiro'. Também são arabismos os topónimos iniciados por *od-*, um prefixo árabe que significa 'curso de água, rio' (cf. *Odeceixe*, *Odeleite*, *Odemira*, *Odivelas*).

---

[21] Nestes últimos topónimos, o nome de sentido geográfico é por vezes modificado por um adjetivo, integrado ou não no nome: cf. *Belmonte*, *Mesão Frio*, *Montenegro*, *Valongo*. O nome de origem portuguesa *Cabo Verde*, do país da costa atlântica do Norte de África, é formado a partir do substantivo de sentido geográfico *cabo*.

[22] Cf. Piel (1960:531ss) e Piel (1989:149).

Tem grande importância social e política a toponímia ligada à Reconquista (cf. Marsá 1960:615ss), que se revela em nomes que incluem os substantivos *alcácer*, *castelo*, *castro*, *torre*, e também no nome *Guarda*, com o sentido etimológico de 'sentinela'. Encontram-se igualmente nomes ligados ao repovoamento do território, provindos do antropónimo dos repovoadores, como *Diogo Alves*, *Gonçalo Mendes* ou *Paio Pires*. É de notar também as várias povoações designadas por *Vila Franca*, nome relacionado com compensações – as franquias – concedidas aos povoadores e, ainda, as várias *Póvoas* (do latim *popula*), nome que recebiam os núcleos repovoados nas terras conquistadas.

Os topónimos podem também ser classificados de acordo com o campo semântico que os motiva etimologicamente. Assim, os topónimos que são motivados em nomes de animais chamam-se **zootopónimos** (cf. *Ovelhinha*); os que são motivados em nomes de plantas chamam-se **fitotopónimos** (cf. *Alandroal*, *Flores*, *Olival*); e os que contêm ou são motivados por nomes ligados à religião chamam-se **hagiotopónimos**; entre estes contam-se os que incluem substantivos que designam edifícios religiosos, como *Abadia de Espinho*, *Adrinho* ou *Igreja Nova*; os que são nomes de santos, como *São João*, *São Manços*, *São Sebastião*; os que constituem evocações de santidade, como *Monsanto*, *Portosanto*, *Santos*; e outros, como *Belém*, *Calvário*, *Clérigos*, *Nazaré* e *Vila do Bispo* (cf. Santos 1960:580ss)[23].

26.2.3.3 Nomes próprios de entidades de outras categorias ontológicas

Os nomes próprios que não são antropónimos nem topónimos dividem-se em vários grupos, consoante a categoria ontológica das entidades representadas.

❖ **Nomes de animais domésticos**, muitos deles convencionalizados, sobretudo para cães (cf. *Bobi*, *Fiel*, *Lassie*, *Milú*, *Piloto*, *Rintintim*)[24] e para gatos (cf. *Bichano*, *Tareco*).

❖ **Nomes de entidades astronómicas**, como *Andrómeda*, *Lua*, *Marte*, *Sol*, *Terra*, *Ursa Maior*, *Vénus*, muitos deles baseados em nomes mitológicos[25]. Como se discutiu acima, *Lua* e *Sol* são nomes próprios "híbridos", que correspondem aos nomes comuns *lua* e *sol*.

❖ **Nomes de divindades**, incluindo as mitológicas: *Alá*, *Deus*, *Jeová*, *Baco*, *Júpiter*, *Vénus*, *Zeus*.

❖ **Nomes de instituições, agremiações e congéneres**: *Câmara Municipal do Porto*, *Casa do Povo de Aljezur*, *Fábrica da Pólvora*, *Fundação Calouste Gulbenkian*, *livraria Bertrand*, *Universidade da Califórnia*. Estes nomes têm uma ambiguidade própria, podendo referir quer a instituição quer o edifício que constitui a sua sede ou uma das suas sucursais. Todos eles são nomes próprios de base descritiva (cf. 26.2.2.2). A partir deles, formam-se muitas vezes siglas ou acrónimos, que funcionam também

---

[23] Os topónimos que nomeiam acidentes hidrográficos chamam-se **hidrotopónimos:** cf. *Lagoa Azul*, *oceano Atlântico*, *rio Douro*. A lógica desta nomeação, contudo, não é a mesma da dos topónimos descritos no parágrafo em que se abre esta nota. Os hidrotopónimos são nomes próprios de base descritiva, e chamam-se assim porque, de facto, se aplicam descritivamente a acidentes hidrográficos. Em contrapartida, topónimos como *Flores*, *Ovelhinha* ou *São João* são nomes próprios canónicos: as localidades não são plantas, animais ou santos.

[24] Os nomes *Lassie*, *Milú* e *Rintintim* foram atribuídos a cães ficcionais.

[25] Estes nomes são, por vezes, considerados topónimos, com a designação particular de **astrotopónimos**.

como nomes próprios: cf. *TAP* (= *Transportes Aéreos Portugueses*), *BESCL* (= *Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa*), *PS* (= *Partido Socialista*), *MDP* (= *Movimento Democrático Popular*), *CAM* (= *Centro de Arte Moderna*), *CCB* (= *Centro Cultural de Belém*).

❖ **Nomes de marcas**, como *Chanel* (roupas, perfumes), *Ferrari* (automóveis), *Boeing* (aviões), *Levi Strauss* (calças de ganga, conhecidas como "blue-jeans"), *Vacheron Constantin* (relógios), frequentemente baseados no antropónimo do seu criador ou criadores.

❖ **Títulos**, enquanto **nomes de obras artísticas**, como livros, quadros, esculturas, peças musicais, etc.: *Os Lusíadas*, *A Última Ceia*, *O Pensador*, *Sinfonia Concertante*, *As Quatro Estações*, *A Truta*. Repare-se que, neste caso, o artigo é parte integrante do nome próprio.

❖ **Títulos**, enquanto **nomes de cargos públicos** detidos em contextos institucionais relevantes por uma única pessoa num determinado período: *Papa*, *Presidente da República*, *Procurador-Geral da República*, *Rei*. Como se discutiu acima, estes são nomes próprios de tipo "híbrido".

❖ **Nomes de intervalos temporais convencionalizados**, como os meses do ano (*janeiro*, *fevereiro*, *março*, *outubro*), as estações do ano (*inverno*, *primavera*, *verão* e *outono*), os dias da semana (*sábado*, *domingo*, *segunda-feira*), bem como os períodos correspondentes a festividades, religiosas ou pagãs, como *Natal*, *Páscoa*, *Carnaval*. Em cada ciclo temporal adequado, estes nomes designam entidades particulares (em cada ano, só existe uma época do Natal ou um mês de janeiro; em cada semana só existe uma segunda-feira). No entanto, dado que, num contexto temporal mais vasto, estes períodos recorrem ciclicamente, deixam de ser únicos; talvez por isso, estes nomes, tal como os nomes comuns, adquiriram um significado lexical que se pode consultar num dicionário, deixando de ser sentidos como nomes próprios por muitos falantes. Note-se também que (pelo acordo ortográfico de 1990) os nomes dos meses e das estações do ano passaram a escrever-se com letra minúscula inicial.

> [3] Em português, os nomes dos dias da semana (à exceção de *sábado* e *domingo*) são designados por um numeral ordinal seguido do substantivo *feira*[26]: *segunda-feira*, *terça-feira*, *quarta-feira*, *quinta-feira* e *sexta-feira*. Este sistema deve-se a Martinho de Dume (? – 579), que foi Bispo de Braga durante o séc. VI. Martinho achava que o sistema antigo, baseado em nomes de astros e de divindades pagãs[27], não devia ser adotado pela Igreja Católica[28]. Curiosamente, as suas ideias tiveram influência apenas no português, já que o sistema antigo continuou em vigor nas outras línguas românicas (cf., por exemplo, em espanhol, *lunes*, *martes*, *miércoles*, *jueves* e *viernes*). Quanto aos nomes *sábado* e *domingo*, foram introduzidos em latim (e posteriormente

[26] Do latim *feria*, *feriae*, originalmente 'dia de repouso, de festa', mas que posteriormente passou a denotar os dias de trabalho.

[27] Esse sistema, que começava no dia que corresponde ao nosso sábado, era formado pelos seguintes nomes: *dies Saturni*, *dies Solis*, *dies Lunae*, *dies Martis*, *dies Mercuri*, *dies Iovis*, *dies Veneris*.

[28] No sistema de Dume, o dia de domingo chamava-se *prima feria*, mas esse nome não vingou na nomenclatura portuguesa (ver a discussão já a seguir).

passaram a todas as línguas românicas) pela reforma do calendário romano, orientada pelo imperador Constantino, durante o séc. IV (logo, anteriormente ao sistema de Martinho de Dume). O primeiro substitui o *dies saturni* da terminologia pagã e reflete as origens judaicas do cristianismo (o *shabbat* é o dia de descanso dos judeus); o segundo, por sua vez (chamado originalmente *dies dominicus* 'dia do senhor'), substitui o *dies solis* pagão.

❖ **Nomes de eventos culturais ou desportivos** (especificados frequentemente por uma data ou um lugar), como *Euro*, *Expo*, *Olimpíadas*.

❖ **Nomes de períodos históricos**: *Pré-História*, *Idade Média*, *Renascimento*, *Idade Moderna*.

❖ **Nomes de movimentos culturais ou artísticos**: *Classicismo*, *Contra-Reforma*, *Expressionismo*, *Futurismo*, *Impressionismo*, *Modernismo*, *Reforma*, *Renascimento* (que designa também o período histórico em que teve lugar).

❖ **Nomes de conjuntos musicais**: *Deolinda*, *Gatos Negros*, *Madredeus*, *Quarteto Juilliard*, *Sheiks*, *Xutos & Pontapés*.

[4] Podem também considerar-se nomes próprios os termos (símbolos ou palavras) que representam os números enquanto entidades matemáticas abstratas e os termos que representam as letras do alfabeto. Os primeiros podem tomar a forma de algarismos (como "1", "7", "13", "25") ou de itens lexicais que os representam (*um*, *sete*, *treze*, *vinte e cinco* – ainda que neste caso não se escrevam com letra maiúscula; cf. Cap. 24). Os nomes das letras, por sua vez, são tipicamente representados por um símbolo alfabético, que se pode escrever em letras de dois tipos: minúsculo (*a*, *b*, *c*, *d*) e maiúsculo (*A*, *B*, *C*, *D*), ou ainda por um item lexical que representa o modo como se pronunciam isoladamente: p.e., *bê* para *b*, *beta* para *β*. Também os símbolos científicos podem ser considerados como o nome próprio dos conceitos ou noções abstratas que representam: cf., entre muitos outros, *Ø* (para o conjunto vazio), *π* (para o número que também pode ser representado por 3,1416...), *pro* (para o sujeito nulo das línguas românicas – cf. Cap. 43).

Em favor de se considerarem os símbolos numéricos e alfabéticos (ou as palavras que os representam) como nomes próprios, tem-se o facto de poderem entrar em expressões como *número 13* (ou *número treze*), *letra W*, etc., nas quais ocorre um substantivo (sublinhado) que descreve a categoria do referente do símbolo; ora, este tipo de expressões forma-se tipicamente a partir de nomes próprios, algo que se discute desenvolvidamente em 26.7.3 e 26.7.4: cf. *menino Manuel*, *rio Douro*, *oceano Atlântico*, *Praça do Comércio*.

26.3 Grafia dos nomes próprios

Em português (e em muitas outras línguas do mundo), os nomes próprios canónicos são convencionalmente grafados com letra maiúscula inicial[29]: cf. *António*, *Cabo Verde*, *Fernandes*, *Fiel*, *Oliveira*, *Porto*, *Tejo*, *Vila do Conde*.

[29] Esta propriedade não distingue os nomes próprios dos comuns em todas as línguas; em alemão, p.e., este critério não é distintivo, já que os nomes comuns também se escrevem com letra maiúscula inicial.

Os nomes próprios de base descritiva tendem a ser igualmente grafados com maiúscula inicial, sobretudo quando são topónimos ou quando designam nomes de instituições e organizações (cf. *Museu Nacional de Arte Antiga*, *Centro Cultural de Belém*, *Torre Eiffel*)[30]. No entanto, apenas se escrevem com maiúscula inicial as palavras pertencentes às classes lexicais abertas (substantivos e adjetivos), incluindo qualquer nome próprio canónico que esses nomes compostos contenham, como *Eiffel* ou *Belém*. Em contrapartida, escrevem-se com letra minúscula inicial as palavras pertencentes a classes gramaticais fechadas, usadas não só em nomes próprios de base descritiva como em muitos topónimos e antropónimos canónicos: em particular, a preposição *de*, a conjunção coordenativa *e* e o artigo definido: cf., por exemplo, *José Faria e Maia*, *Museu Nacional de Arte Antiga*, *Salvato Teles de Meneses*, *Vila do Conde*, etc. Escreve-se com letra maiúscula, no entanto, a palavra gramatical inicial (artigo definido ou indefinido, conjunção ou preposição) que é parte inerente dos títulos de obras: cf. *A Bela e o Monstro*, *A Cidade e as Serras*, *A Pastoral*, *As Quatro Estações*, *O Falso Culpado*, *Os Lusíadas*, *Um Dia no Circo*, *Um Homicídio Perfeito*, *E Tudo o Vento Levou*, *Por Quem os Sinos Dobram*.

26.4 Propriedades morfológicas dos nomes próprios

Ainda que não possuam propriedades morfológicas particulares que os distingam dos nomes comuns, os nomes próprios apresentam geralmente menos possibilidades de modificação morfológica do que os nomes comuns. Nesta secção, discute-se brevemente a variação flexional em género e em número.

26.4.1 Variação em género

Dentro da classe dos antropónimos, os nomes de batismo têm uma especificação intrínseca quanto ao género, facilmente reconhecível, em português, pela forma do artigo definido que os acompanha: *a Elvira*, *a Maria*, *o Henrique*, *o José*, *o Pedro*. O género do nome, por sua vez, determina os referentes a que é aplicável: normalmente, os masculinos aplicam-se a indivíduos do sexo masculino, e os femininos a indivíduos do sexo feminino. Alguns nomes, como *João*, *José* e *Manuel*, constituem um caso especial, já que, embora sejam tipicamente masculinos quando constituem o único nome de batismo de uma pessoa ou quando constituem o primeiro elemento de nomes de batismo compostos como *João Maria*, *José Eduardo* ou *Manuel Luís*, são frequentente usados por indivíduos do sexo feminino como segundo elemento de um nome de batismo composto, como em *Maria João*, *Maria José* e *Maria Manuel*[31].

Tal como os nomes comuns, muitos nomes de batismo têm uma variante masculina, frequentemente marcada pelo sufixo *-o*, e uma variante feminina correspon-

[30] Há, no entanto, oscilações entre os utilizadores da língua relativamente ao substantivo que descreve o referente, como *torre*, *museu*, *mar*, *cordilheira*, etc. O leitor atento terá notado que essa oscilação existe também neste capítulo. Em 26.6.2.2, propomos uma regra para estes casos, que fornece uma lógica para essa oscilação.

[31] Curiosamente, um indivíduo do sexo feminino com um dos nomes *João* ou *José* como segundo elemento do nome de batismo composto pode ser referido apenas pelo nome *João* ou pelo nome abreviado *Zé*, especificados pelo artigo definido no feminino: cf. *a João já chegou?*, *a Zé acabou de telefonar*. Compare-se esta situação com a estranheza, no mínimo, de referir pelo nome *Maria*, especificado pelo artigo definido no masculino, um indivíduo do sexo masculino chamado *João Maria*: cf. *#o Maria já chegou?*

dente, marcada pelo sufixo *-a*: *Paulo/Paula*, *Fernando/Fernanda*, *Armando/Armanda*, *António/Antónia*, *Eduardo/Eduarda*[32]. Os nomes femininos terminados em *-a* podem também alternar com nomes masculinos que terminam em *-e* ou em consoante: *Alexandre/Alexandra*, *André/Andreia*, *Luís/Luísa*.

Nalguns casos, a variação envolve a adição, a subtração ou a modificação de outros segmentos fónicos do nome, como em *João/Joana* ou *Julião/Juliana*, em que o nome feminino preserva o [n] etimológico da forma latina; *Carlos/Carla*, em que o nome masculino[33] conserva a parte final da forma latina medieval (nominativa) *Carolus* (com *-us* > *-os* e com síncope do *o* médio) e em que *Carla* corresponde ao feminino de *Carlo* em italiano; *Mário/Maria*, em que o nome masculino inclui as duas vogais finais num ditongo, enquanto o nome feminino as mantém em hiato; *José/Josefa*, em que o nome masculino perde, por apócope, a consoante final [f] da forma primitiva *Yoseph*; e *Henrique*/*Henriqueta*, em que o nome feminino inclui o sufixo *-et-* antes da marcação de género. Outros nomes, finalmente, só possuem uma variante, como *Rodrigo*[34] e *Gonçalo* (apenas masculinos) ou *Ana*, *Clara* e *Sofia* (apenas femininos).

Quanto aos nomes de família, ainda que possam provir etimologicamente de nomes comuns masculinos ou femininos (como *Raposo*, *Oliveira* ou *Carvalho*), não têm hoje em dia qualquer especificação intrínseca para o género, podendo ser usados com o artigo definido masculino ou feminino consoante representem um indivíduo do sexo masculino ou feminino da família que designam: cf. *o Oliveira faltou hoje à escola* ou *vamos convidar a Oliveira para a festa*[35].

> [5] Em períodos anteriores do português, os apelidos podiam variar em género, o que resultou, nalguns casos, em apelidos independentes, como, p.e., *Andrade/Andrada* e *Lalande/Lalanda*. Segundo Leite de Vasconcellos (1928:538ss), essa variação (que é hoje em dia considerada um plebeísmo), outrora "tomava-se a rigor", aparecendo inclusivamente em documentos oficiais: *Filipa Bota* a par de *Francisco Boto*, *Alda Botelha*, irmã de *Pedro Botelho*, ou senhoras de apelido *Cardoso*, conhecidas por *as Cardosas*. Leite de Vasconcellos regista ainda alguns primeiros nomes masculinos hoje caídos em desuso, como *Margarido*, *Rito* e *Tereso*.

Quanto aos restantes nomes próprios, têm normalmente o género do substantivo que descreve a categoria ontológica a que pertencem (cf. 26.6.2): *ilha* (no plural), de género feminino, para os arquipélagos (cf. *as Antilhas*, *as Baleares*, *as Canárias*)[36]; *mar*, *oceano* e *rio*, de género masculino: cf. *o Guadiana*, *o Sena*, *o Tejo*

---

[32] No entanto, existem nomes terminados em *-o* que são femininos, como *a Amparo*, *a Carmo* e *a Rosário*, ainda que sejam tipicamente o segundo elemento de nomes de batismo compostos cujo primeiro elemento é *Maria* (*Maria do Rosário*, *Maria do Amparo*, *Maria do Carmo*). A forma feminina do artigo explica-se se supusermos que este especifica o nome *Maria* elidido (cf., por exemplo, *a Maria do Carmo* > *a Carmo*).

[33] *Carlos* é um nome de origem germânica (talvez *churl*, no original), significando 'homem livre não nobre'.

[34] A sua forma apocopada *Rui*, também sem variante feminina, é, no entanto, sentida como um nome distinto.

[35] O uso do apelido com artigo definido, no entanto, é mais comum para indivíduos do sexo masculino do que para indivíduos do sexo feminino.

[36] Uma exceção em português é o nome próprio (canónico) masculino *Açores* (do arquipélago português), que se usa com o artigo definido masculino no plural (*os Açores*). Este nome tem uma motivação semântica etimológica (perdida para a maioria dos falantes), provindo do substantivo *açor* 'ave de rapina', de género masculino, tendo o nome próprio preservado o artigo definido masculino do seu uso como nome comum.

(rios), *o Mediterrâneo* (mar) e *o Atlântico*, *o Pacífico* (oceanos). O mesmo acontece com os nomes de instituições, marcas ou modelos: cf. *a Ferrari vai ganhar o campeonato este ano* (substantivo feminino subentendido: *marca*) vs. *o Ferrari do Massa partiu o motor* (substantivo masculino subentendido: *carro*) ou *o Ferrari Testarossa é o mais vendido da marca* (substantivo masculino subentendido: *modelo*). Outros exemplos em que o nome comum que descreve a categoria determina o género são *a Sorbonne* (*universidade*, feminino), *o Coliseu* (*teatro*, masculino), *o S. Jorge* (*cinema*, masculino), *o Filipa* (*liceu*, masculino; neste caso com a particularidade interessante de que a terminação feminina do nome está em conflito aparente com o género do artigo).

Tendem a ser femininos os nomes de países que terminam em *-a* (cf. *a China*, *a Espanha*, *a França*, *a Índia*, *a Inglaterra*) e masculinos os que terminam em *-o* (*o Egito*, *o Irão*, *o Paquistão*)[37]. Os nomes de países que têm como base uma descrição definida mais ou menos transparente têm normalmente o género do nome comum que constitui o núcleo dessa descrição, como *os Estados Unidos*, *a Costa do Marfim*, *o Reino Unido*, *o Equador* e mesmo *o Brasil*, que etimologicamente tem origem no nome comum masculino *pau-brasil*. Finalmente, os nomes de países terminados em vogal acentuada ou consoante têm o seu género atribuído arbitrariamente (cf. *o Canadá*, *a Guiné*) ou não têm um género definido, como *Portugal*[38].

26.4.2 Variação em número

Na medida em que são normalmente usados para designar entidades individuais, os nomes próprios ocorrem usualmente no singular: cf. (*o*) *Eduardo*, (*a*) *Maria*, (*a*) *Lassie*, *Lisboa*, (*o*) *Guadiana*, *Marte*, *Vénus*, (*o*) *Museu de Arte Popular*, (*a*) *Ferrari*, (*o*) *Natal*, (*o*) *Euro 2004*, (*a*) *Contra-Reforma*. Esta asserção, no entanto, tem de ser devidamente relativizada, especialmente em português, língua na qual muitos nomes próprios (especialmente os antropónimos e os nomes próprios de base descritiva) têm propriedades que os aproximam dos nomes comuns (cf. 26.6.3.2).

Em primeiro lugar, existem nomes próprios que funcionam como verdadeiros ***pluralia tantum***, visto que designam entidades complexas, formadas por partes (cf. Cap. 25.2.2). Estes nomes tomam obrigatoriamente a forma plural. Constituem exemplos os nomes de arquipélagos, enquanto conjuntos de ilhas (cf. (*os*) *Açores*, (*as*) *Antilhas*, (*as*) *Baleares*, (*as*) *Canárias*)[39] e os nomes de cordilheiras, enquanto conjuntos de montes ou montanhas (cf. (*os*) *Alpes*, (*os*) *Pirenéus*). O mesmo acontece com o nome do país (*os*) *Estados Unidos da América*, cujo plural se pode explicar pela sua motivação semântica inicial, aludindo à origem do país como uma união de estados autónomos formando uma confederação. Em nenhum destes casos o nome pode ser usado no singular, como é próprio dos *pluralia tantum*, inclusivamente para nomear uma das entidades que faz parte do conjunto (cf. a impossibilidade de *#uma Balear*, *#um Açor*, *#um Alpe*, *#um Estado Unido*).

---

[37] Existem exceções, como *o Gana*, ou *Angola*, que não se usa com artigo, não sendo, portanto, claro a que género pertence. O mesmo acontece com os nomes de cidades, que não se usam normalmente com artigo (mas cf. *o Cairo*, *o Porto*); no entanto, quando são usados como nome comum (cf. 26.6.3.2), os nomes de cidades tendem a ser femininos, plausivelmente devido a subentender-se o nome comum *cidade*: cf. *a {Atenas/Lisboa/Paris/Roma} de hoje já não é o que era noutros tempos*.

[38] Quando usado como nome comum, *Portugal* é masculino, plausivelmente devido a subentender-se o substantivo *país*: cf. *o Portugal do séc. XIX*.

[39] O topónimo *Madeira*, para designar o arquipélago, é uma exceção (cf. Nota 50).

Quando estes nomes ocorrem como sujeito de uma frase copulativa, a concordância verbal pode oscilar entre o singular e o plural, dependendo dos falantes: p.e., *os Pirenéus é uma cordilheira que separa a Espanha da França* ou *os Pirenéus são uma cordilheira que separa a Espanha da França*. No primeiro caso, realça-se a natureza unitária do referente; no segundo, a sua constituição interna, composta de várias partes (cf. Cap. 46)[40].

Em segundo lugar, os apelidos usam-se com artigo definido no plural quando referem a família como um grupo: cf., por exemplo, *será que os Castelo Branco têm alguma coisa a ver com a cidade do mesmo nome?* ou *os Pestanas são uma família muito antiga*. Nestes contextos de pluralização, é de regra o apelido ocorrer no singular, sobretudo se é composto por mais de um nome, como no primeiro exemplo (cf. também *os Cerqueira da Mota*, *os Saraiva Lobo*, *os Paiva Raposo*, *os Melo*, *os Brito*, *os Bragança*), embora possa ocorrer também no plural, quando é composto por um único nome, como no segundo exemplo dado acima (cf. também *os Silvas*, *os Costas*, *os Coelhos*); o uso plural é, no entanto, menos frequente e considerado não normativo.

Finalmente, é importante assinalar que os antropónimos, em português, podem ser usados no plural quando referem um grupo de indivíduos com o mesmo nome (sem ser com o sentido de família que se observou no parágrafo anterior), funcionando, nesse aspeto, como nomes comuns: cf. *as Marias que eu conheço são todas muito simpáticas*, *qual das Isabéis vais convidar para a festa* ou *na minha vida, só namorei Pedros*. Voltamos a este uso em 26.6.3.2.

26.5 Funções semântico-discursivas dos nomes próprios

Nesta secção, discutem-se as funções semântico-discursivas que os nomes próprios podem desempenhar nas frases: a função referencial, a função denominativa e a função vocativa[41]. Utilizamos sobretudo antropónimos nos exemplos, em virtude de estes nomes poderem desempenhar facilmente todas estas funções.

26.5.1 Função referencial

A **função referencial** é a função mais importante dos nomes próprios, e já foi discutida na introdução ao capítulo e em 26.1. Nesta função, os nomes próprios no singular referem uma entidade particular num determinado contexto situacional ou discursivo, entidade essa identificada pelo falante através do seu nome, e que este assume que o ouvinte está igualmente em condições de identificar, também através do nome.

Nesta função, o português usa normalmente os nomes próprios de pessoa especificados pelo artigo definido, sendo a sua ausência possível, mas indicadora de um registo formal ou literário. Na medida em que o uso do artigo definido é uma característica peculiar do português entre as línguas românicas, dedica-se neste capítulo uma subsecção autónoma a essa questão (cf. 26.6.3.1).

[40] Com verbos plenos, não copulativos, a concordância no singular é agramatical: cf. ***os Pirenéus separa a Espanha da França** vs. *os Pirenéus separam a Espanha da França*.

[41] Os termos "apelativo" e "conativo" são por vezes também usados para designar a função vocativa, ou uma função mais lata que inclui o vocativo.

Na sua função referencial, os nomes próprios ocorrem como argumentos (cf. Cap. 11), e desempenham as funções gramaticais típicas destes elementos: sujeito (cf. (1a)), complemento direto (cf. (1b)) e complemento de preposição; neste caso, o sintagma preposicional que contém o nome próprio pode desempenhar as funções de complemento indireto (cf. (1c)), complemento oblíquo (cf. (1d)), adjunto adverbial (cf. (1e)) e modificador de nome (cf. (1f))[42]:

(1) a. *Napoleão* perdeu a batalha de Waterloo.
b. Muita gente venera *Jesus Cristo*.
c. Ofereci um presente ao *Pedro*.
d. Quando me passaram o copo, pensei em *Sócrates*.
e. Fui ao cinema com a *Cristina*.
f. A teoria de *Bertrand Russell* sobre o artigo definido tem muitos seguidores.

[6] Os nomes próprios podem também ter um **valor atributivo**[43], próximo do seu valor referencial, mas não idêntico. Esse valor manifesta-se sobretudo em frases copulativas (cf. Cap. 30). Neste caso, o nome próprio é perspetivado como uma propriedade individual de se chamar tal ou tal, tida exclusivamente (num determinado universo do discurso) por um indivíduo qualquer *x*, que, contudo, não é identificado pelo falante. De facto, muitas vezes desconhecemos a identidade de uma pessoa que sabemos existir e que sabemos ter determinadas características, incluindo chamar-se tal ou tal (Pedro Sousa, p.e.). Nesse caso, é normal inquirir a identidade de tal indivíduo usando uma frase copulativa, de tipo interrogativo, na qual o nome próprio ocorre com a função de sujeito, em posição pós-verbal (cf. Cap. 48), como se ilustra em (iA), junto com uma resposta adequada do interlocutor, em (iB)):

(i) A – Quem é *o Pedro Sousa*?
B – *O Pedro Sousa* é o senhor de gravata azul que estava ao pé da Maria no jantar de ontem à noite.

Em (iA), o nome próprio tem valor atributivo, i.e., apresenta uma propriedade individual de uma pessoa (de se chamar Pedro Sousa), mas não refere ninguém. O objetivo que A pretende atingir com a sua pergunta é precisamente o de identificar o indivíduo que tem esse nome, num determinado universo do discurso. Na resposta (iB), o nome próprio volta a ocorrer com função atributiva, sendo-lhe atribuído um valor referencial pelo sintagma nominal com a função de predicativo do sujeito, esse sim, plenamente referencial, que identifica o indivíduo descrito como sendo aquele que tem o nome Pedro Sousa[44].

O valor atributivo de um nome próprio pode também manifestar-se em frases copulativas em que o nome próprio é agora o predicativo do sujeito (cf. (iiB)), quando estas frases servem de resposta a uma pergunta em que um dos interlocutores pretenda inquirir sobre o nome de uma pessoa já identificada por si. Neste caso, a pergunta (cf. (iiA)) contém uma expressão referencial:

[42] Neste paradigma, apresentamos exemplos de nomes próprios com e sem artigo definido.
[43] Cf. Cap. 22.1.2.2, onde se discute o valor atributivo dos sintagmas nominais definidos.
[44] Uma resposta adequada a (iA) poderia conter um sintagma nominal definido igualmente atributivo, que não identifica necessariamente o referente para A, mas que introduz outra propriedade individual. Assim, p.e., B poderia responder *o Pedro Sousa é o dono da fábrica de parafusos da minha terra*, enunciado no qual o SN sublinhado pode não identificar o indivíduo em questão para A, mas apenas introduzir uma nova propriedade individual. Nesse caso, A teria toda a justificação para retorquir com uma nova pergunta: *e quem é o dono da fábrica de parafusos da tua terra?*

(ii) A – Quem é *o senhor de gravata azul que estava ao pé da Maria no jantar de ontem à noite?*
B – É *o Pedro Sousa*.

Neste pequeno diálogo, B dá o nome do referente do sintagma nominal usado por A como uma propriedade individual que, plausivelmente, ajudará A a aumentar o seu conhecimento da pessoa referida em (iiA). Uma resposta deste tipo é pragmaticamente útil se A for capaz de associar ao nome dado como resposta outras características que individualizam a pessoa em questão, como, por hipótese, ser o diretor de uma empresa conhecida, ter duas filhas, conduzir um Ferrari, etc. Repare-se que, em (ii), A não pergunta como se chama o indivíduo em questão, e não se pode dizer que a resposta de B consista unicamente em dar o nome do indivíduo, sem mais (cf. 26.5.2, sobre a função denominativa dos nomes próprios). B apresenta o nome próprio como uma propriedade do indivíduo referido pelo SN de (iiA), a par de outras que poderia ter dado (como, p.e., *é o diretor da Sumol*, *é o professor de matemática do meu filho*, *é o tipo que tem um Ferrari*).

Tal como no uso referencial, o uso de um nome próprio com valor atributivo, em português, favorece a ocorrência do artigo definido, embora seja possível usar um nome próprio sem artigo com esse valor, num registo formal (cf. A – *quem é Pedro Sousa?* B – *Pedro Sousa é o senhor de gravata azul*, ou A – *quem é o senhor de gravata azul?* B – *é Pedro Sousa*).

26.5.2 Função denominativa

Nesta função, os nomes próprios são perspetivados exclusivamente no seu valor formal de "etiqueta" individualizadora de uma entidade, e não têm qualquer valor referencial. Este uso ocorre tipicamente na função de complemento do verbo *chamar-se* (usado reflexamente) ou como predicativo do sujeito de frases copulativas cujo sujeito é um sintagma nominal construído a partir da expressão "o nome de *x*", em que *x* representa um pronome ou um sintagma nominal definido:

(2) a. Eu chamo-me *Eduardo*.
b. O nome {dele/daquele sujeito} é *António*.

Nestas frases, o falante informa que o nome, enquanto "etiqueta individualizadora", se associa, por uma convenção social pré-estabelecida, a um determinado indivíduo ou entidade (que pode ser ele próprio, como em (2a)). Os nomes próprios são também usados denominativamente em cerimónias rituais onde são atribuídos originalmente às pessoas ou às coisas, como, p.e., em cerimónias de batismo de barcos, de aviões, etc.

Na função denominativa, os nomes próprios não podem ser especificados pelo artigo definido: cf. **eu chamo-me o Eduardo* e **o nome dele é o António*. Ou seja, o artigo definido é uma marca exclusiva do uso referencial dos nomes próprios. Do mesmo modo, os nomes próprios com função denominativa não podem ser modificados restritivamente (cf. 26.6.3.2), como mostra a impossibilidade de **ela chama-se Isabel do 5.º esquerdo* (compare-se com a possibilidade de *encontrei a Isabel do 5.º esquerdo*, em que o nome próprio é usado referencialmente).

[7] Retomando a comparação entre o uso atributivo e o uso denominativo dos nomes próprios (cf. o final da Caixa [6]), repare-se que dizer *esse indivíduo chama-se Pedro Sousa* (uso denominativo do nome) não é o mesmo que dizer *esse indivíduo é o Pedro Sousa* (uso atributivo do nome). Os dois usos veiculam informação diferente. No pri-

meiro caso, associa-se simplesmente o nome à pessoa, e não se convida o ouvinte a tirar qualquer inferência adicional. No segundo caso, apresenta-se o nome como uma das propriedades que caracterizam o indivíduo, a par de outras que servem para o descrever e que o ouvinte pode eventualmente ligar à pessoa com esse nome, como se discutiu na Caixa [6]. Esta diferença ilustra-se bem se continuarmos as duas frases por um aposto que denote alguma característica do indivíduo em causa: cf., no uso atributivo, *esse indivíduo é o Pedro Sousa, sabes, o dono da Sumol*. Aqui, o aposto *o dono da Sumol* acrescenta outra propriedade que descreve o indivíduo referido (para além da propriedade de se chamar Pedro Sousa). Em contrapartida, é pragmaticamente estranho dizer *#esse indivíduo chama-se Pedro Sousa, sabes, o dono da Sumol*, porque não existe paralelismo entre o uso denominativo do nome e o uso descritivo do aposto.

26.5.3 Função vocativa

Na função vocativa, os nomes próprios são usados pelo falante para se dirigir ao ouvinte, para chamar por ele, atrair a sua atenção, avisá-lo de uma determinada situação, etc. Neste uso, os nomes próprios são constituintes periféricos, não integrados prosodicamente no resto da frase de que fazem parte, e ocorrem tipicamente no início desta (cf. (3a,b)), entre o sujeito e o predicado (cf. (3c)) ou no final da frase (cf. (3d)), embora esta última posição seja menos comum (e talvez mais típica da língua escrita). Uma característica do vocativo em português, sobretudo quando o nome próprio ocorre em posição inicial, é o facto de poder ser introduzido pela interjeição *ó* (cf. (3a,b)):

(3) a. (*Ó*) *Maria*, chega aqui.
b. (*Ó*) *Clara*, o pai já te disse que não voltasses a fazer isso.
c. O pai, *Clara*, já te disse que não voltasses a fazer isso.
d. O pai já te disse que não voltasses a fazer isso, *Clara*.

É importante notar que o vocativo não é uma função discursiva exclusiva dos nomes próprios, podendo ser detida igualmente por nomes comuns (ou, mais adequadamente, por grupos nominais – cf. Cap. 20): cf. *ó professor, quando é que nos entrega as provas?*; *ó homem, sai da frente!*; *ó amor da minha vida, não me deixes!*; *ó aldrabão de primeira apanha, vais-mas pagar caro!*.

Com esta função, os nomes próprios podem ser modificados restritivamente, mas não podem combinar-se com o artigo definido, como se ilustra em (4) e (5), respetivamente (compare-se (5) com (3)):

(4) a. (*Ó*) *querido Pedro*, há quanto tempo não te via!
b. (*Ó*) *Julieta do meu coração*, não me deixes nunca!
c. (*Ó*) *Isabel do 5.º esquerdo*, quando é que te mudas?

(5) a. *(*Ó*) *a Maria*, chega aqui.
b. *(*Ó*) *a Clara*, o pai já te disse que não voltasses a fazer isso.
c. *O pai, *a Clara*, já te disse que não voltasses a fazer isso.
d. *O pai já te disse que não voltasses a fazer isso, *a Clara*.

Mau grado não poderem combinar-se com um determinante, o facto de poderem ser modificados mostra que o comportamento dos nomes próprios com

função vocativa não deve ser assimilado ao seu comportamento com função denominativa. Na função vocativa, os nomes próprios funcionam efetivamente como nomes comuns: ambos podem ser modificados restritivamente (veja-se (4) a par de *ó aldrabão de primeira apanha, vais-mas pagar caro*), mas não podem ocorrer com um determinante (veja-se (5) a par de **ó o professor, quando é que nos entrega as provas?*).

26.6 Uso dos nomes próprios com artigo

O português tem um uso particularmente liberal dos nomes próprios, na sua função referencial, em combinação com o artigo definido, sendo a única língua românica que permite que os antropónimos se combinem com esse artigo no uso normal da língua, mesmo quando não são modificados restritivamente[45]. Assim, é possível (e perfeitamente comum) dizer em português *gosto muito da Isabel*, mas os exemplos francês e espanhol equivalentes (respetivamente, *j'aime bien l'Isabelle* e *me gusta mucho la Isabel*), embora talvez não devam ser considerados agramaticais, não são usados normalmente e, se o forem, têm conotações de familiaridade, ou mesmo depreciativas, que o exemplo português não tem.

Como o uso com e sem artigo tem implicações gramaticais, distinguimo-los aqui através de terminologia própria. Assim, aos nomes próprios no singular, sem artigo, que constituem o único membro do sintagma nominal, chamamos **nomes próprios puros**; e aos nomes próprios usados em combinação com o artigo definido ou com outro especificador – cf. 26.6.3.2), chamamos **nomes próprios especificados**[46]. É importante notar que esta classificação não divide exaustivamente os nomes próprios em dois grupos estanques. É certo que há nomes próprios que só podem ser usados com artigo, como (*o*) *Guadiana*, (*o*) *Porto*, (*o*) *Tejo*, e outros que são normalmente usados sem artigo, como *Braga*, *Israel*, *Lisboa* (cf. 26.6.2). Contudo, os nomes próprios de pessoa (em português) tanto podem ocorrer com artigo como sem artigo (com diferenças de registo e de uso), sendo, portanto, puros nalguns contextos e especificados noutros (cf. 26.6.3.1).

Nesta secção, descreve-se o uso dos nomes próprios com o artigo definido (e, no caso dos antropónimos, como se verá, igualmente com outros especificadores – cf. 26.6.3.2). Se o uso do artigo é praticamente sistemático com antropónimos e com nomes próprios de base descritiva, com topónimos canónicos é bem mais variável. A discussão nesta secção diz respeito ao uso referencial – e por vezes quantificacional (cf. 26.6.3.2) – dos nomes próprios.

26.6.1 Artigo definido com nomes próprios de base descritiva

Com os nomes próprios de base descritiva, semanticamente motivados (cf. 26.2.2), o artigo definido é obrigatório, com as marcas de género e de número adequadas ao substantivo que é o núcleo do nome próprio. Estes nomes são típicos de institui-

[45] Quando são modificados restritivamente, os nomes próprios são obrigatoriamente especificados em todas estas línguas: cf. *gostei muito da Isabel que conheci ontem, j'ai bien aimé l'Isabelle que j'ai connue hier* e *me gustó mucho la Isabel que conocí ayer*. Exemplos deste tipo voltam a discutir-se em 26.6.3.2.

[46] Esta terminologia é inspirada em Kleiber (1981, 2006).

ções e monumentos (e também de vários topónimos, que se discutem no parágrafo seguinte): *a Estátua da Liberdade*, *a Ponte D. Luís I*, *a Torre dos Clérigos*, *a Torre Eiffel*, *o Centro Cultural de Belém*, *o Liceu Pedro Nunes*, *o museu do Louvre*, *o Templo de Diana*. O artigo mantém-se também nas siglas formadas com base nesses nomes: cf. *a FLL*, *o CCB*.

O substantivo nuclear destes nomes próprios não só determina o género do artigo, como descreve a categoria ontológica da entidade designada pelo nome, funcionando, pois, como uma espécie de **classificador**, termo que adotamos aqui para o designar. À expressão que segue o classificador, e que, de certo modo, individualiza a entidade nomeada, chamamos **centro denominativo** do nome próprio. Frequentemente, o centro denominativo dos nomes próprios de base descritiva é um nome próprio canónico (cf. *Torre Eiffel*, *Ponte D. Luís I*), mas também pode ser uma expressão formada por palavras comuns do léxico e com um sentido descritivo (cf. *Museu de Arte Popular*). Repare-se que o centro denominativo se liga ao classificador quer diretamente (mais frequente quando é um nome próprio canónico) quer através da preposição *de*.

Possuem a mesma estrutura interna e usam-se também com o artigo definido os topónimos que se constroem com um substantivo que descreve o tipo de lugar ou de acidente geográfico nomeado, o qual funciona igualmente como um classificador (chamamos-lhe aqui **classificador toponímico**). Também com estes nomes próprios o artigo concorda em género e número com o classificador: cf. *a Avenida da Liberdade*, *a cordilheira dos Alpes*, *a praça do Rossio*, *a Rua do Carmo*, *as ilhas Canárias*, *o rio Tejo*.

26.6.2 Artigo definido com topónimos

O uso do artigo definido com topónimos canónicos não é exclusivo do português (cf., por exemplo, em francês, com nomes de rios, *la Seine*, *la Tamise*, *le Tage*). Este uso, no entanto, não é inteiramente previsível. Apresenta-se a seguir uma descrição do uso do artigo definido com topónimos.

26.6.2.1 Nomes de países

Constitui frequente motivo de conversa quais os nomes de países que permitem, exigem ou não admitem o artigo definido, assim como se existe ou não alguma generalização que regule esse uso (se existe, ainda não foi descoberta). Damos exemplos de usos comuns no Quadro 1:

NOMES DE PAÍSES SEM ARTIGO	NOMES DE PAÍSES COM ARTIGO
Andorra	a Alemanha
Angola	a Bélgica
Cabo Verde	a China
Cuba	a Grécia
Israel	a Guiné
Malta	a Índia
Marrocos	o Brasil
Moçambique	o Canadá
Portugal	o Irão

NOMES DE PAÍSES SEM ARTIGO	NOMES DE PAÍSES COM ARTIGO
São Tomé e Príncipe	o Iraque
Singapura	o Japão
Timor	o México
Vanuatu	o Reino Unido
	os Estados Unidos da América
	os Países Baixos[47]

Quadro 1 – O artigo com nomes de países

Eis alguns exemplos de uso:

(6) a. Portugal fica situado na Europa. (vs. **o Portugal fica situado na Europa*)
b. O Brasil fica situado na América do Sul. (vs. **Brasil fica situado na América do Sul*)

(7) a. Sou natural de Moçambique. (vs. **sou natural do Moçambique*)
b. Sou natural da Guiné. (vs. **sou natural de Guiné*)

(8) a. Vou para Cuba. (vs. **vou para a Cuba*)
b. Vou para a China. (vs. **vou para China*)

Com alguns nomes de países, existe flutuação no uso do artigo entre os falantes: cf. *França* vs. *a França*, *Espanha* vs. *a Espanha*, *Itália* vs. *a Itália*, *Inglaterra* vs. *a Inglaterra*[48]:

(9) a. (A) Espanha fica situada na Europa.
b. Sou natural {da Itália/de Itália}.
c. Vou para {(a) Inglaterra/(a) França}.

26.6.2.2 Nomes de lugar que designam massas de água (hidrotopónimos)

Os hidrotopónimos incluem nomes que designam baías, canais, lagoas, lagos, oceanos, rias, rios, etc. É frequente construir estes topónimos com um substantivo que funciona como classificador toponímico (cf. 26.6.1): *baía*, *lagoa*, *mar*, *oceano*, *rio*. Nesse caso, os hidrotopónimos são nomes próprios de base descritiva: *o rio Douro*, *o mar Mediterrâneo*, *o oceano Atlântico*, *a Lagoa de Albufeira*, *a Baía de Guanabara*. Nestes exemplos, ocorre o artigo definido, que concorda em género e número com o classificador.

Com alguns destes topónimos, o classificador toponímico é opcional, ou não se usa. Nesse caso, mantém-se, mesmo assim, de modo geral, o artigo definido que lhe corresponde: cf. *o Douro*, *o Guadiana*, *o Sena*, *o Tamisa*, *o Tejo* (pressupondo-se *rio* entre o artigo e o nome próprio); *o Atlântico*, *o Índico*, *o Pacífico* (pressupondo-se

[47] Em *o Reino Unido*, *os Estados Unidos da América*, *os Países Baixos* e outros casos semelhantes, o artigo definido justifica-se pelo facto de o topónimo ser formado com base numa descrição definida cujo núcleo é um substantivo, com o qual o artigo concorda em género e número. Não é claro se estes topónimos devem ser considerados canónicos ou de base descritiva, i.e., se já se perdeu, ou não, para os falantes, a motivação semântica que está na sua origem.

[48] O topónimo *África* também está sujeito a este tipo de variação, mas neste caso a variação depende parcialmente do contexto: comparar (*a*) *África é um continente* (artigo opcional) com *vivo em África* (sem artigo).

oceano entre o artigo e o nome próprio); *o Cáspio*, *o Mediterrâneo* (pressupondo-se *mar* entre o artigo e o nome próprio)[49]. Os topónimos de canais, lagoas, lagos e ribeiros, em contrapartida, conservam obrigatoriamente o classificador, com o uso concomitante do artigo definido adequado ao seu género e número: cf. *o Canal do Panamá*, *a Lagoa das Sete Cidades*, *o Lago Léman*, *a Ribeira de Odelouca*.

O leitor atento terá notado, ao longo deste capítulo, a oscilação entre a grafia com letra maiúscula ou minúscula da letra inicial do classificador toponímico. Não havendo uma regra fixa neste domínio, propomos aqui, e adotamos neste capítulo, as seguintes convenções (aliás também aplicáveis aos outros nomes próprios de base descritiva):

(i) quando o classificador (toponímico) é obrigatório, escrever-se-á com letra maiúscula, como em (*o*) *Lago Léman* (esse lago não pode ser designado apenas como (*o*) *Léman*);

(ii) quando o classificador (toponímico) é opcional, escrever-se-á com letra minúscula, como em (*o*) *rio Tejo* (esse rio pode ser designado apenas como (*o*) *Tejo*).

26.6.2.3 Nomes de lugar que designam acidentes geográficos

Estes topónimos incluem nomes que designam arquipélagos, desertos, cabos, cordilheiras, ilhas, montanhas, montes, penínsulas, serras e vales, entre outros. Tal como os hidrotopónimos, os topónimos de acidentes geográficos constroem-se frequentemente com um classificador toponímico e com o artigo definido que concorda em género e número com ele: cf. *a cordilheira dos Alpes*, *a ilha da Madeira*[50], *a Serra da Estrela*, *a Serra Nevada*, *as ilhas Canárias*, *as Montanhas Rochosas*, *o arquipélago dos Açores*, *o Cabo Espichel*, *o deserto do Saara*, *o Monte Pilatus*.

Em muitos destes exemplos, o classificador toponímico é obrigatório. Quando não é, existem duas opções para o artigo definido: (i) concorda em género e número com o classificador omitido, uma opção comum no caso de ilhas (cf. *as Salomão*, *as Canárias*, *as Baleares*, *as Filipinas*, *as Maurícias*, *as Antilhas*); (ii) concorda em género e número com o centro denominativo, quando este é formado a partir de um substantivo do léxico: cf. *os Açores* (a partir de (*as ilhas d*)*os Açores*; cf. Nota 36) ou *o Porto Santo* (a partir de (*a ilha d*)*o Porto Santo*).

26.6.2.4 Nomes de localidades

Estes topónimos incluem nomes que designam cidades, vilas, aldeias, lugares, freguesias, distritos, concelhos, etc. A grande maioria ocorre opcionalmente com um substantivo classificador: cf. *nasci em Lisboa* vs. *nasci na cidade de Lisboa*; *vou até ao Alvito* vs. *vou até à vila do Alvito*. No entanto, devido ao seu alto grau de convencionalização e à consequente facilidade com que é semanticamente recuperado pelos falantes, a variante mais comum é aquela em que se omite o classificador.

Alguns topónimos canónicos contêm um nome comum que designa um tipo de lugar mas que não funciona como classificador toponímico, e cuja motivação

[49] O classificador toponímico é obrigatório em *o Mar Vermelho*, *o Mar Negro* e *o Mar de Azov*; para alguns falantes, o classificador não se pode omitir em *o Mar Cáspio*.

[50] Escrevemos *ilha da Madeira* e *arquipélago da Madeira*, uma vez que nos dois casos se pode dizer apenas *a Madeira*, sendo o contexto que desambigua.

semântica, ainda que etimologicamente ou historicamente justificada, se perdeu. Ou seja, esse nome encontra-se completamente integrado no topónimo enquanto nome canónico: cf. *Cabo Delgado*, *Castelo Branco*, *Monte Gordo*, *Paço de Arcos*, *Porto Covo*, *Porto Salvo*, *Torres Novas*, *Vila do Conde*, *Vila Real*, entre muitos outros. Assim, p.e., nenhuma das "vilas" mencionadas é uma vila; são, de facto, cidades, mostrando bem que *vila*, nestes exemplos, não é um classificador toponímico e, por conseguinte, não pode ser omitido (cf. a impossibilidade de designar Vila do Conde apenas por *Conde* ou Vila Real por *Real*) e grafa-se com letra maiúscula inicial, por ser parte integrante do nome próprio canónico. Note-se que é aceitável dizer *a cidade de Vila do Conde* ou *a cidade de Vila Real*, com um classificador, sem que haja qualquer contradição.

Talvez por não serem normalmente usados com um substantivo classificador, ou devido à perda desse estatuto por parte do primeiro nome em casos como *Vila do Conde*, os topónimos deste grupo são aqueles que mais irregularidade apresentam no uso do artigo definido, tanto no que respeita à sua presença como no que respeita ao seu género, quando presente. Essa irregularidade mantém-se mesmo nos topónimos canónicos formados por uma só palavra que corresponde a um substantivo do léxico comum: cf. *a Guarda*, *o Porto*, com artigo, vs. *Albufeira*, *Faro*, sem artigo; ou *o Campo Pequeno*, com artigo, vs. *Campo Maior*, sem artigo – cf. o Quadro 3).

Apresentam-se a seguir dois quadros ilustrativos do uso do artigo com topónimos. No Quadro 2, dão-se exemplos de nomes de localidades de Portugal que não têm nos dicionários uma entrada correspondente de nome comum[51] (os nomes da coluna da esquerda, que ocorrem sem artigo, formam a grande maioria destes topónimos):

NOMES DE LOCALIDADES SEM ARTIGO	NOMES DE LOCALIDADES COM ARTIGO
Águeda	a Covilhã
Aveiro	a Curia
Beja	a Ericeira
Braga	a Golegã
Cascais	a Lourinhã
Coimbra	a Mealhada
Estremoz	a Murtosa
Évora	a Nazaré
Leiria	o Alvito
Lisboa	o Bombarral
Loures	o Buçaco
Mafra	o Cacém
Mértola	o Cadaval
Odivelas	o Estoril
Ourém	
Pinhel	
Sagres	
Santarém	
Sintra	
Tavira	
Viseu	

Quadro 2 – Uso do artigo com nomes de localidades que não correspondem a um nome comum

[51] É importante assinalar que é numa visão sincrónica que estes nomes não correspondem a nomes comuns; uma investigação etimológica poderia levar a conclusões distintas. Se existe um significado etimológico para alguns destes nomes, perdeu-se completamente para os falantes.

No Quadro 3, dão-se exemplos de nomes de localidades de Portugal, com e sem artigo obrigatório, que correspondem a nomes comuns[52]:

NOMES DE LOCALIDADES SEM ARTIGO	NOMES DE LOCALIDADES COM ARTIGO
Albergaria	a Batalha
Albufeira	a Charneca
Barrancos	a Comporta
Boticas	a Fajã
Chaves	a Guarda
Espinho	a Madeira
Faro	a Parede
Fronteira	a Pasteleira
Lagos	a Pontinha
Manteigas	a Zambujeira
Monção	as Flores
Oleiros	as Laranjeiras
Paredes	o Alandroal
Pombal	o Corvo
	o Pico
	o Pocinho
	o Porto
	o Ramalhal
	o Sobral
	o Zambujal
	os Açores
	os Carvalhos
	os Olivais

Quadro 3 – Uso do artigo com nomes de localidades que correspondem a nomes comuns[53]

Finalmente, no Quadro 4, dão-se exemplos de topónimos canónicos (i.e., semanticamente arbitrários) compostos (i.e., formados por dois nomes), em que o primeiro nome corresponde a um nome comum de lugar, mas que, no entanto, já não é sentido como um classificador:

NOMES COMUNS DE BASE	TOPÓNIMOS COMPOSTOS SEM ARTIGO	TOPÓNIMOS COMPOSTOS COM ARTIGO
alfândega	Alfândega da Fé	
angra	Angra do Heroísmo	
cabo	Cabo Delgado (cidade)	o Cabo Carvoeiro
	Cabo Frio (ilha)	o Cabo da Roca
	Cabo Verde (país)	o Cabo de São Vicente
		o Cabo Espichel
caldas		as Caldas da Rainha
		as Caldas de Vizela
campo	Campo de Besteiros	o Campo Alegre
	Campo de Ourique	o Campo Grande
	Campo Maior	o Campo Pequeno

[52] É de notar que, por vezes, as pessoas de um determinado lugar usam o artigo de forma diferente do uso generalizado. Assim acontece com o topónimo *Lavre*, que, em geral, os falantes usam sem artigo, ao passo que os habitantes da vila usam variavelmente o artigo: cf. *aqui em Lavre* vs. *aqui no Lavre*.

[53] Este quadro inclui também alguns nomes de ilhas.

NOMES COMUNS DE BASE	TOPÓNIMOS COMPOSTOS SEM ARTIGO	TOPÓNIMOS COMPOSTOS COM ARTIGO
castelo	Castelo Branco Castelo da Maia Castelo de Paiva Castelo de Vide Castelo Melhor Castelo Rodrigo	o Castelo do Queijo
castro	Castro Daire Castro Laboreiro Castro Marim Castro Verde	
foz	Foz Tua	a Foz do Arelho a Foz do Douro
monte	Monte Belo Monte Gordo Monte Real Montemor-o-Novo Montemor-o-Velho	o Monte Estoril
paço	Paço de Arcos Paços de Ferreira	
ponta	Ponta Delgada	a Ponta do Sal a Ponta do Sol
porto	Porto Salvo	o Portinho da Arrábida o Porto Santo (ilha)
póvoa		a Póvoa de Santo Adrião a Póvoa do Varzim
rio	Rio de Mouro Rio Maior Rio Tinto	
sobral	Sobral de Monte Agraço	o Sobral da Adiça
torres	Torres Novas Torres Vedras	
vila	Vila Chã Vila Chã de Ourique Vila de Frades Vila de Rei Vila do Bispo Vila Franca de Xira Vila Franca do Campo Vila Maior Vila Meã Vila Nova da Barquinha Vila Nova de Gaia Vila Pouca de Aguiar Vila Praia de Âncora Vila Real Vila Real de Santo António Vila Velha de Ródão Vila Verde Vila Viçosa	
vilar	Vilar de Besteiros Vilar Formoso	

Quadro 4 – Uso do artigo em topónimos canónicos compostos cujo primeiro nome é um nome comum de lugar

26.6.2.5 Nomes de partes topográficas de localidades

Estes topónimos incluem nomes que designam partes topográficas de localidades, como avenidas, bairros, largos, praças, ruas. Tipicamente, formam nomes próprios de base descritiva com um classificador toponímico adequado, como *avenida*, *azinhaga*, *bairro*, *beco*, *calçada*, *largo*, *praça*, *rua*: cf. *avenida Almirante Reis*, *Avenida da Liberdade*, *Avenida dos Aliados*, *Azinhaga dos Besouros*, *Bairro Alto*, *Bairro das Colónias*, *Bairro dos Atores*, *Beco do Jardim*, *Calçada de Carriche*, *largo do Rato*, *Praça das Flores*, *Praça do Comércio*[54], *praça Marquês de Pombal*, *Rua da Arrábida*, *Rua das Flores*, *Rua de Santa Catarina*, *Rua Vitorino Nemésio*. Quando se usam em enunciados concretos, estes topónimos combinam-se com o artigo definido adequado ao classificador: cf. *vivi a minha adolescência na Rua da Arrábida*; *o liceu Pedro Nunes fica na Avenida Álvares Cabral*, *que começa no largo do Rato*; *o táxi levou-me até à Praça do Comércio* (*à* = *a* + *a*), *a praça dos Restauradores fica no início da Avenida da Liberdade*.

Com muitos destes topónimos, o substantivo classificador é obrigatório; com outros, no entanto, o substantivo pode ser omitido: cf. *o Areeiro*, *a Graça*, *o Marquês de Pombal*, *a Mouraria*, *os Restauradores*, *o Rossio*, *o Saldanha*. Nestes casos, usa-se o artigo definido que especifica o centro denominativo, que tem a sua origem num substantivo ou num antropónimo: cf., por exemplo, *os Restauradores* (a partir de *a praça dos Restauradores*), *o Saldanha* (a partir de *a praça do Saldanha*), *a Graça* e *a Mouraria* (a partir de *o bairro* {*da Graça/da Mouraria*}. Noutros casos, o artigo usado é o que especifica o classificador: cf. *a 5 de Outubro*, *a Almirante Reis*, *a Alexandre Herculano* (a partir de *a avenida* {*5 de Outubro/Almirante Reis/Alexandre Herculano*}, *a Rodrigo da Fonseca* (a partir de *a rua Rodrigo da Fonseca*).

26.6.3 Especificadores e modificadores com antropónimos

Nesta subsecção, descreve-se o uso dos nomes de pessoa com o artigo definido, com outros especificadores, com modificadores restritivos e com adjetivos pré-nominais.

26.6.3.1 Uso de nomes de pessoa com e sem o artigo definido

Em português europeu, os antropónimos, no seu uso referencial, são normalmente precedidos pelo artigo definido em registos coloquiais ou mesmo de alguma formalidade, sem introduzir necessariamente uma conotação de familiaridade nem uma avaliação depreciativa sobre o referente do nome, contrariamente ao que acontece nas outras línguas românicas. Assim, é perfeitamente natural dizer em português *o Pedro avisou a Antónia para que não falasse com a Maria*. Em contrapartida, as frases equivalentes (com os artigos) noutras línguas românicas seriam julgadas estranhas, ou pelo menos sentidas como assinalando um registo altamente familiar ou como veiculando uma conotação depreciativa sobre os indivíduos referidos (cf. a introdução a este capítulo e a introdução da secção 26.6).

Em português, a situação é diferente. Nesta língua, no registo oral coloquial e mesmo na escrita não formal, é o uso dos antropónimos canónicos puros (i.e., sem

[54] A Praça do Comércio é também conhecida pelo nome próprio canónico *Terreiro do Paço*, com o substantivo *terreiro*, caído em desuso, que porventura funcionava antigamente como classificador toponímico, mas que hoje é parte integrante do nome próprio canónico.

artigo)[55] que provoca estranheza. Assim, um enunciado como *Pedro avisou Antónia para que não falasse com Maria*, dito numa situação discursiva normal, chamaria certamente a atenção do ouvinte para o seu enunciador. É importante notar que se trata de uma questão de uso, i.e., pragmática, e não propriamente gramatical. Ao ouvirmos um tal enunciado, pensaríamos certamente que a pessoa que o produziu ou não é portuguesa (e não conhece as convenções sobre o uso dos artigos com antropónimos na nossa língua) ou é extremamente pedante. Nas outras línguas românicas, contudo, os enunciados equivalentes seriam perfeitamente normais.

Em registos literários, a omissão do artigo (ou seja, o uso de um nome próprio puro) é mais frequente e aceitável do que no registo coloquial: não choca que um romance comece com a frase *Raquel apanhou o maior susto da sua vida quando atendeu o telefone naquele dia triste e cinzento*; em contrapartida, na linguagem falada e coloquial, provavelmente não diríamos *Raquel apanhou o maior susto da sua vida*, mas sim *a Raquel apanhou o maior susto da sua vida*.

A omissão do artigo definido em português também é frequente quando as pessoas nomeadas têm um estatuto especial na consciência "coletiva" da comunidade linguística, em virtude da sua importância histórica, política, cultural ou social. Quanto mais conhecido e proeminente (e, no limite, "único") um indivíduo é sentido pela comunidade, maior será a tendência para ser referido através de um nome próprio puro, sem artigo. O uso do antropónimo puro é considerado como um sinal de distanciamento (histórico ou social) e de respeito, sobretudo quando o nome é usado publicamente, como, p.e., em discursos e em meios de comunicação social, quer escritos (jornais e revistas) quer orais (televisão e rádio).

À falta de um melhor termo, referimo-nos a estas pessoas, de maneira geral, pela expressão "indivíduos proeminentes". A dimensão das comunidades em que uma pessoa tem esse estatuto varia: pode ser uma instituição, uma pequena localidade, uma cidade, um país ou o planeta inteiro (pense-se em personagens históricas como Napoleão Bonaparte ou Jesus Cristo). Isto significa que um indivíduo pode ser considerado proeminente numa comunidade, mas não noutra, e isso pode refletir-se na maneira diferente como o seu antropónimo é usado.

Mesmo em registos de menor formalidade, muitos falantes usam nomes próprios puros para indivíduos "extremamente proeminentes", especialmente quando têm uma dimensão histórica ou religiosa (ou ambas). Assim, falantes que nunca diriam ou escreveriam *Raquel apanhou o maior susto da sua vida* (sem artigo a especificar *Raquel*) não hesitariam em usar um nome próprio puro em enunciados como *Jesus Cristo devia ser uma pessoa fantástica* (vs. *o Jesus Cristo devia ser uma pessoa fantástica*), *Napoleão cometeu um enorme erro ao invadir a Rússia* (vs. *o Napoleão cometeu um enorme erro ao invadir a Rússia*), *Sebastião José de Carvalho e Melo foi o melhor Primeiro-Ministro que jamais tivemos* (vs. *o Sebastião José de Carvalho e Melo foi o melhor Primeiro-Ministro que jamais tivemos*)[56].

---

[55] Recorde-se que chamámos **nomes próprios puros** aos nomes próprios referenciais usados no singular e sem artigo, e **nomes próprios especificados** aos nomes próprios referenciais usados com o artigo definido (ou com outro especificador).

[56] Mas diz-se *o Marquês de Pombal foi o melhor Primeiro-Ministro que tivemos*, com artigo definido, visto tratar-se de um nome próprio de base descritiva.

Curiosamente, em português, o uso do artigo definido com nomes de indivíduos proeminentes introduz muitas das conotações que esse uso tem nas outras línguas românicas com qualquer nome próprio. Nomeadamente, esse uso, sobretudo quando é público, tende a minimizar a importância dos indivíduos e a criar uma conotação de familiaridade que é sentida como inoportuna ou mesmo como uma marca de falta de respeito.

O contexto situacional em que se usa o nome também desempenha um papel importante. Assim, o mesmo falante que não ousaria usar o artigo definido em público para referir um indivíduo proeminente não hesitaria em usá-lo numa conversa entre amigos ou com a sua família. Para dar um exemplo, em 2004, qualquer jornalista escreveria no seu jornal (ou diria na televisão) *Jorge Sampaio faz hoje uma comunicação ao país*, e não *o Jorge Sampaio faz hoje uma comunicação ao país*[57], porque o uso público do artigo com o nome próprio do Presidente da República é considerado um sinal de desrespeito para com a sua figura. No entanto, entre amigos, ou em casa, esse jornalista (e a maioria das pessoas) teria expressado essa ideia com a frase que inclui o artigo definido, sem que isso constituísse desrespeito (pelo contrário, o uso do nome próprio do Presidente sem artigo, em contextos informais, causaria estranheza e levaria certamente a alguma reação irónica por parte dos interlocutores).

Que característica linguística motiva as intuições pragmáticas que os falantes do português têm sobre o uso dos nomes próprios puros, em particular a intuição de que devem ser usados para pessoas proeminentes e sobretudo em domínios públicos? Inversamente, que característica linguística do artigo definido introduz a sensação de que a importância dessas pessoas se "dilui" quando se usa o nome próprio especificado?

Embora não seja uma questão fácil de responder, permitimo-nos fazer algumas considerações a esse respeito. Já se observou noutros pontos deste capítulo que nenhum antropónimo tem apenas um referente. Existem muitos Carlos, Eduardos e Manuéis, e existem mesmo várias pessoas que se chamam Napoleão, Jesus e até Sebastião José de Carvalho e Melo. Ou seja, ainda que os nomes próprios funcionem como "etiquetas" individualizadoras das pessoas, nenhum nome se aplica de modo unívoco a uma só pessoa, plausivelmente por não ser necessário. De facto, como já se observou, o nome próprio é apenas um dos elementos que individualizam uma pessoa, a par (entre outros fatores) do seu sexo, da data e local do seu nascimento, da cor dos seus olhos, da identidade dos seus pais, da forma das suas feições, da sua "história" e percurso individuais e das suas impressões digitais (essas, sim, únicas para cada pessoa, contrariamente ao nome próprio). É o conjunto de todos estes fatores que individualiza completamente uma pessoa dentro da sua comunidade (e no planeta em geral), o que permite, por sua vez, que os nomes próprios (nas culturas ocidentais, pelo menos) possam associar-se a mais do que uma pessoa sem pôr em risco a sua unicidade.

Os utilizadores da língua, numa dada comunidade, têm consciência de que cada nome de batismo está associado a uma multiplicidade de indivíduos, e que mesmo um nome completo pode ser partilhado por vários indivíduos (e é-o

[57] Em 2004, Jorge Sampaio era Presidente da República de Portugal.

frequentemente, o que sempre se descobre com algum espanto). Concomitantemente, os falantes sentem que, regra geral, nenhuma associação de um determinado nome a determinada pessoa é privilegiada em relação às outras: nenhum indivíduo tem mais direito a chamar-se Eduardo Raposo, Luísa Matos ou José Silva do que outro qualquer.

Com os indivíduos proeminentes, no entanto, o nome próprio adquire um estatuto diferente, associando-se a eles de uma forma privilegiada. Ou seja, a menção desses nomes na comunidade relevante remete imediatamente para esses indivíduos, como se eles fossem os únicos a possuir o nome. Assim, quando mencionamos Napoleão, Jesus ou Sebastião José de Carvalho e Melo, num contexto que não apresente pistas particulares que possam levar a uma identificação diferente dos referentes, pensamos imediatamente ("coletivamente", por assim dizer) no imperador da França derrotado em 1815 por Wellington na batalha de Waterloo, em Jesus Cristo de Nazaré e no Marquês de Pombal. Nestes casos, tem-se a sensação de que há uma espécie de "prioridade epistemológica" na associação do nome a essas pessoas, que essa associação constitui uma espécie de "matriz" denominativa. Ou seja, mesmo que outros indivíduos possam, por hipótese, ter o mesmo nome, a associação desse nome à personagem proeminente tem um estatuto privilegiado[58]. Em contrapartida, ao mencionarmos Carlos Santos, Eduardo Silva ou Manuel Sousa e Costa, não há qualquer associação "coletiva", da comunidade, a uma pessoa em particular.

De modo semelhante, é possível dizer que as personagens ficcionais são as únicas que têm o nome que lhes é atribuído, porque vivem num universo fechado, próprio da estrutura das ficções. No universo de *Os Maias*, p.e., só existe um Carlos Eduardo e uma Maria Eduarda, ao passo que na vida real existem centenas ou milhares de indivíduos com esses nomes próprios.

Em português, é precisamente o reconhecimento (sobretudo público) dessa associação privilegiada, sentida como única, entre os indivíduos proeminentes e o seu nome que é veiculada pelos nomes próprios canónicos puros, ou seja, usados no singular e sem artigo.

Em contrapartida, a partir do uso de um nome próprio especificado pelo artigo definido, pode-se inferir, ainda que implicitamente, duas coisas: primeiro, trivialmente, que a pessoa referida não é a única que tem esse nome, e segundo, que não há qualquer associação privilegiada entre o nome e o seu referente, pelo menos no contexto situacional em que o enunciado que contém o nome é produzido.

26.6.3.2 Recategorização dos nomes próprios em nomes comuns

Em português, como se observou, os antropónimos podem ser especificados pelo artigo quando têm uma leitura referencial e em qualquer função gramatical (sujeito, complemento direto, etc. – cf. 26.5.1). Na realidade, em português, os nomes próprios podem ser especificados por qualquer determinante e por qualquer quantificador de contagem (cf. (10)), podem ocorrer no plural (cf. (10c) e (11a)), podem ser modificados restritivamente por um adjetivo (cf. (11a)), por um sintagma

[58] Frequentemente, a atribuição a uma criança de um nome associado a um "indivíduo proeminente" constitui uma espécie de homenagem da parte dos pais da criança a esse indivíduo.

preposicional (cf. (11b)) e por uma oração relativa (cf. (11c)), e podem ser modificados por um adjetivo pré-nominal (cf. ((11d))[59]:

(10) a. *A Julieta* convidou-me para jantar.
b. Ontem, jantei com *uma Julieta*.
c. Ontem, conheci {*várias*/*algumas*/*três*} *Julietas*.

(11) a. Conheço *duas Julietas*, uma simpática e outra antipática. *A Julieta simpática* convidou-me para ir jantar a casa dela.
b. *A Julieta do 2.º esquerdo* queixa-se de que eu ponho a música muito alto.
c. *A Julieta que eu conheço* é muito bonita.
d. *A enigmática Julieta* ofereceu-me uma boleia.

Estas possibilidades combinatórias são típicas dos nomes comuns contáveis (cf. Cap. 25), como se pode ver comparando (10) e (11) com (12) e (13), respetivamente:

(12) a. *A atriz* convidou-me para jantar.
b. Ontem, jantei com *uma atriz*.
c. Ontem, conheci {*várias*/*algumas*/*três*} *atrizes*.

(13) a. Conheço *duas atrizes*, uma simpática e outra antipática. *A atriz simpática* convidou-me para ir jantar a casa dela.
b. *A atriz do 2.º esquerdo* queixa-se de que eu ponho a música muito alto.
c. *A atriz que eu conheço* é muito bonita.
d. *A enigmática atriz* ofereceu-me uma boleia.

Conclui-se, pois, que os antropónimos canónicos, em português, podem funcionar como nomes comuns contáveis, ocorrendo nos mesmos contextos e em sintagmas nominais com a mesma interpretação (referencial ou quantificacional)[60]. Assim, tanto em (10a) como em (12a), o sintagma nominal sujeito tem uma leitura definida (pressupõe-se que o referente dos dois SN é identificado contextualmente pelo falante e pelo ouvinte); em (10b) e em (12b), os SN em itálico têm uma leitura indefinida específica (i.e., o falante tem em mente uma determinada pessoa chamada Julieta e uma determinada atriz, mas não espera que o ouvinte seja capaz de identificá-las); e em (10c) e em (12c), quantifica-se, de modo indefinido, respetivamente sobre a classe das pessoas chamadas Julieta e sobre a classe das atrizes.

Em (13a-c), o grupo nominal que segue o artigo denota extensionalmente um conjunto formado pela interseção de duas classes, sendo uma delas constituída pelo conjunto de indivíduos na extensão do nome comum *atriz* e a outra constituída pelos indivíduos que satisfazem o modificador restritivo (p.e., em (13c), o conjunto

[59] Sobre quantificação de contagem, cf. Cap. 21.

[60] Reforçando esta conclusão, os antropónimos canónicos, tal como os nomes comuns contáveis, podem ocorrer no plural, sem especificador, com a função gramatical de complemento, quer com uma interpretação genérica de tipo (quando são selecionados por verbos de "atitude afetiva" como *adorar*, *detestar* ou *gostar* (*de*) – cf. Laca 1990), quer com uma interpretação indefinida: cf., respetivamente, *nunca gostei de Pedros* (leitura genérica de tipo: comparar com *nunca gostei de maçãs*) e *no ano passado só namorei Pedros* (leitura indefinida; comparar com *no ano passado só comi maçãs*).

das pessoas que eu conheço). Ora, em (11a-c) tem-se uma interpretação idêntica, com a diferença de que uma das classes é constituída pelo conjunto de indivíduos que se chamam Julieta em vez de o ser pelo conjunto de indivíduos que são atrizes. Finalmente, quer em (13d) quer em (11d), o adjetivo pré-nominal introduz uma avaliação do falante sobre o indivíduo referido, respetivamente, pelo SN definido e pelo nome próprio.

O paralelismo gramatical e semântico entre nomes comuns contáveis e nomes próprios, manifestado nas mesmas possibilidades de especificação e de modificação, leva por vezes alguns linguistas a dizer que os nomes próprios, em português, são "recategorizados" em nomes comuns (contáveis). Aceita-se aqui essa conceptualização, tornando-se, no entanto, necessário esclarecer em que é que consiste semanticamente, e em que condições e contextos gramaticais se dá.

Note-se também que, se há recategorização de nomes próprios em nomes comuns em determinados contextos, isso significa que há outros contextos nos quais os nomes próprios não estão recategorizados, i.e., funcionam de maneira "primitiva", específica do seu estatuto de nomes próprios. Parece evidente que os nomes próprios se encontram recategorizados em nomes comuns quando são especificados pelo artigo indefinido (cf. (10b)), por quantificadores (cf. (10c)), quando são usados no plural (cf. (10c), (11a) e os exemplos da Nota 60) e quando são modificados (cf. (11)). Parece também claro que os nomes próprios mantêm o seu estatuto primitivo, de nome próprio, quando são puros, i.e., quando são usados no singular, sem artigo e sem qualquer modificador (cf. (14a)). Menos claro, no entanto, é o estatuto dos nomes próprios especificados pelo artigo definido e sem modificador (cf. (14b))[61]:

(14) a. *Julieta* convidou-me para jantar. [nome próprio puro]
b. *A Julieta* convidou-me para jantar. [nome próprio especificado pelo artigo definido, sem modificador]

Devido ao caráter frequente e normal, em português, do uso do artigo definido com os antropónimos canónicos, é tentador dizer que em ambos os usos ilustrados em (14) os nomes próprios mantêm o seu estatuto de nome próprio, i.e., não estão recategorizados em nomes comuns.

Esta análise, no entanto, não nos parece correta. Em primeiro lugar, o artigo definido usa-se tipicamente, em português e nas outras línguas românicas, com nomes comuns contáveis. Parece natural, portanto, dizer que o uso dos nomes próprios com artigo definido é uma característica que já indica a sua "recategorização" em nome comum.

Em segundo lugar, o artigo definido é um especificador que permite referir uma entidade particular (contextualmente identificada pelo falante e pelo ouvinte) através da sua "extração", por assim dizer, da classe denotada pelo grupo nominal (cf. Caps. 21 e 22)[62]. Ora, na subsecção anterior, propusemos que o artigo definido

[61] A função gramatical desempenhada pelos nomes próprios (de sujeito, complemento direto, etc.) é irrelevante para esta questão. Em vez de (14), poder-se-ia ter dado como exemplos *ontem jantei com Julieta* e *ontem jantei com a Julieta*.

[62] Assim, p.e., no enunciado *o gato desapareceu*, o artigo definido tem como função extrair um gato particular, contextualmente identificado pelos interlocutores, da classe dos gatos em geral.

usado com nomes próprios refere um indivíduo particular mas veicula implicitamente a ideia de que esse indivíduo não é o único com esse nome. Nesse caso, o valor semântico do artigo definido é o mesmo, quer com nomes comuns quer com nomes próprios: com nomes comuns, o conjunto relevante do qual se "extrai" um indivíduo constitui a denotação extensional do nome, i.e., a classe que satisfaz as propriedades descritivas veiculadas pelo nome. Em contrapartida, com nomes próprios, o conjunto relevante é a classe de indivíduos que partilham o mesmo nome próprio[63].

Finalmente, aquilo que permite modificar um nome próprio (cf. (11)) é a presença de um especificador, nomeadamente do artigo definido. Sem artigo, a modificação de um nome próprio não é possível[64], como se ilustra nos seguintes paradigmas ((15) retoma o paradigma (11), omitindo-se a primeira parte de (11a)):

(15) a. *A Julieta simpática* convidou-me para ir jantar a casa dela.
b. *A Julieta do 2.º esquerdo* queixa-se de que eu ponho a música muito alto.
c. *A Julieta que eu conheço* é muito bonita.
d. *A enigmática Julieta* ofereceu-me uma boleia.

(16) a. **Julieta simpática* convidou-me para ir jantar a casa dela.
b. **Julieta do 2.º esquerdo* queixa-se de que eu ponho a música muito alto.
c. **Julieta que eu conheço* é muito bonita.
d. **Enigmática Julieta* ofereceu-me uma boleia.

É importante notar que não é apenas a ausência do artigo que causa a não gramaticalidade dos exemplos de (16), mas sim a conjunção da ausência do artigo com a presença de modificação nos nomes. De facto, sem modificadores, todos estes exemplos se tornam gramaticais (num registo apropriado – cf. 26.6.3.1):

(17) a. *Julieta* convidou-me para ir jantar a casa dela.
b. *Julieta* queixa-se de que eu ponho a música muito alto.
c. *Julieta* é muito bonita.
d. *Julieta* ofereceu-me uma boleia.

Conclui-se que, em (15), o artigo definido é exigido pelo modificador do nome, sugerindo que a sua presença é uma peça fundamental na "recategorização" do nome próprio em nome comum. Isto acontece mesmo naqueles casos em que o artigo é pouco natural com o nome não modificado, como, p.e., com nomes de personagens históricas proeminentes:

(18) a. *O Napoleão que foi imperador dos franceses* foi exilado para a ilha de Elba.
b. **Napoleão que foi imperador dos franceses* foi exilado para a ilha de Elba.

(19) a. *Napoleão* foi exilado para a ilha de Elba.
b. #*O Napoleão* foi exilado para a ilha de Elba.

[63] Sobre estas ideias, cf. 26.7.2 e as referências bibliográficas aí apresentadas.

[64] Enquanto expressões referenciais, os nomes próprios sem artigo podem ser seguidos de um aposto, p.e., uma oração relativa não restritiva (cf. Caps. 27 e 39): cf. *Carlos, que era o médico da aldeia, frequentara a escola de medicina em Lisboa*. Na escrita, colocam-se os apostos entre vírgulas.

Concluímos, pois, que a fronteira entre nome próprio não recategorizado e nome próprio recategorizado em nome comum separa, por um lado, os nomes próprios puros, i.e., aqueles que ocorrem no singular e constituem o único elemento do sintagma nominal (cf. *Julieta convidou-me para jantar*) e todos os outros, incluindo aqueles que ocorrem unicamente com o artigo definido (cf. *a Julieta convidou-me para jantar*).

26.6.3.3 Referência a fases temporais dos indivíduos

A recategorização dos nomes próprios em nomes comuns, em particular a possibilidade de serem modificados restritivamente, permite-lhes referir uma entidade não como um todo holístico e integrado, perspetivado como sendo o mesmo ao longo da sua existência, como na referência "normal", mas antes numa das suas ocorrências temporais particulares, i.e., nesta ou naquela fase da sua existência; ou ainda perspetivando a entidade numa relação particular que mantenha com os interlocutores, com outras entidades ou com outras situações (cf. Kleiber 1995, 1996, 2006). Os seguintes exemplos ilustram essa possibilidade:

(20) a. *A Julieta dos tempos da Faculdade* era bem mais simpática do que *a Julieta de hoje em dia*.
b. *O Hitchcock da Intriga Internacional* tinha um estilo completamente diferente do d*o Hitchcock da Rebecca*.
c. Ao entrar naquele bairro, deparou-se-me *uma Lisboa completamente desconhecida*.
d. Muita gente sofreu n*o Portugal do fascismo*.

De modo semelhante, a possibilidade de modificar um nome próprio permite referir partes geográficas descontínuas de um lugar sem o uso de nomes fragmentadores como *parte* (cf. Cap. 21.2.3.3): cf., por exemplo, *a Lisboa das docas é a mais animada*, *adoro o Porto ribeirinho* ou *viajei pelo Portugal interior*.

26.7 Propriedades semânticas dos nomes próprios

O objetivo desta secção não consiste em descrever o significado etimológico ou a motivação semântica histórica de nomes próprios particulares (cf. 26.2.2 e 26.2.3), mas antes em apresentar brevemente algumas das teorias, originadas nas disciplinas da semântica, da pragmática e da lógica, que propõem que os nomes próprios (incluindo os canónicos), enquanto classe, possuem propriedades denotativas, i.e., têm um sentido, tal como os nomes comuns (cf. Caps. 8.1 e 20.2.2). Em particular, descreve-se uma proposta (cf. 26.7.2) que permite fundamentar semanticamente a recategorização dos nomes próprios em nomes comuns, discutida acima.

A questão do sentido dos nomes próprios tem ocupado linguistas, filósofos e lógicos desde pelo menos os finais do séc. XIX, em particular na sequência da importante distinção, proposta por Frege, entre sentido e referência, no seu artigo de 1892 "Über Sinn und Bedeutung" (Sobre Sentido e Referência)[65]. A possibilidade de

[65] A noção de "sentido" de Frege é aproximadamente equivalente à noção de "denotação intensional" discutida no Cap. 20.2.2; cf. também Lyons (1977, Cap. 7).

dois nomes próprios diferentes mas com a mesma referência poderem ocorrer como sujeito e predicativo do sujeito na mesma frase copulativa sem que esta seja tautológica (cf. o célebre exemplo de Frege *a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde*) sugere que os nomes próprios, para além de referirem, têm sentido (cf. Caps. 8 e 20)[66]. Os dois nomes *Estrela da Manhã* e *Estrela da Tarde* são de base descritiva, logo, o seu sentido diferente é de certa maneira transparente para os falantes, e a frase citada acima informa-os de que há um só objeto que é perspetivado de duas maneiras distintas, nomeadamente Vénus. No entanto, a questão coloca-se igualmente para os nomes próprios canónicos, i.e., aqueles que são semanticamente arbitrários.

A literatura sobre a semântica dos nomes próprios é vasta e diversa, sendo impossível cobri-la exaustivamente neste capítulo, mesmo de modo superficial[67]. Nesta secção, limitamo-nos a discutir três perspetivas sobre o significado dos nomes próprios, escolhidas por terem particular relevância semântica e gramatical: (i) a tese de que os nomes próprios correspondem a descrições definidas baseadas na "história" dos seus referentes (cf. 26.7.1); (ii) a tese de que o sentido dos nomes próprios é um predicado de natureza denominativa, algo como 'chamar-se tal' (cf. 26.7.2); e (iii) a tese de que os nomes próprios remetem para o seu referente categorizando-o numa determinada classe ontológica (cf. 26.7.3). Esta última perspetiva será posteriormente desenvolvida para descrever a sintaxe dos nomes próprios de base descritiva como *a Torre Eiffel*, *o Mar de Azov*, *a Ponte 25 de Abril* (cf. 26.7.4).

26.7.1 Teoria descritivista

Começamos por expor brevemente a teoria descritivista (cf. 26.7.1.1), mostrando seguidamente a sua relevância para as interpretações metafórica (cf. 26.7.1.2) e metonímica (cf. 26.7.1.3) que os nomes próprios podem adquirir em determinados contextos.

26.7.1.1 Nomes próprios como descrições definidas

A teoria descritivista defende que os nomes próprios têm um significado descritivo "externo" consistindo em propriedades do seu referente. Em particular, o valor semântico de um nome próprio corresponde a um conjunto de descrições definidas baseadas na história das entidades (indivíduos, lugares, etc.) que constituem o seu referente. Ilustrando com um exemplo frequentemente apresentado na literatura, o significado do nome próprio *Aristóteles* seria dado por uma conjunção de descrições definidas, incluindo 'a pessoa nascida em Estagira, Grécia, em 384 a.C.', 'o filho do médico Nicómaco', 'o discípulo de Platão', 'o mestre de Alexandre o Grande', 'o célebre filósofo grego', 'o autor da *Ética a Nicómaco*', 'o fundador do Liceu em Atenas', entre outras[68].

---

[66] Os nomes próprios *a Estrela da Manhã* e *a Estrela da Tarde* referem a mesma entidade, o planeta Vénus. Logo, no exemplo dado, a sua referência é a mesma, mas o modo como apresentam o referente (ou seja, o seu sentido, na visão de Frege) é diferente, o que torna a frase informativa, i.e., não tautológica.

[67] Para uma síntese, cf., por exemplo, Lyons (1977), Fernández Leborans (1999) e *The Stanford Encyclopedia of Philosphy* sob a entrada "*Names*".

[68] São defensores da teoria descritivista Russell (1905) (o primeiro filósofo contemporâneo a defender esta tese), Quine (1960), Strawson (1959) e Searle (1962). Para críticas à teoria descritivista, cf. Donnellan (1972) e Kripke (1972).

Como nota Lyons (1977), certos nomes próprios evocam associações que podem também ser consideradas parte do seu significado descritivo externo: p.e., *Atenas* evoca a ideia de 'beleza arquitetural', *Cícero* (filósofo e político romano) evoca a ideia de 'eloquência' (exemplos de Lyons), *Einstein* evoca a ideia de 'génio científico' e o topónimo *Entroncamento* evoca (para alguns portugueses) a ideia de 'lugar onde acontecem fenómenos estranhos'. Como é fácil verificar, todas estas associações podem ser dadas na forma de uma descrição definida.

Na teoria descritivista, o significado de um nome próprio depende, portanto, crucialmente, do conhecimento individual, social, cultural ou histórico que os falantes têm do seu referente e das associações que lhe atribuem[69]. É, pois, um significado quantitativamente e qualitativamente variável de falante para falante, visto que as propriedades ou associações que cada falante atribui ao referente de um nome próprio (suponhamos, Cícero) podem ser (e são, usualmente) parcialmente diferentes. Contudo, como nota Lyons (1977), esse conteúdo tende a estabilizar-se no caso de "entidades proeminentes" (cf. 26.6.3.1), ou seja, figuras ou lugares historicamente, culturalmente, socialmente ou politicamente salientes na vida das comunidades.

Nesse caso, as descrições definidas ou associações que têm mais peso na composição do significado descritivo de um nome próprio são aquelas que assinalam a área em que a entidade referida mais se notabilizou, bem como as qualidades manifestadas nessa área (p.e., o génio científico no caso de Einstein, a oratória no caso de Cícero).

26.7.1.2 Interpretação metafórica dos nomes próprios

O significado descritivo baseado em descrições definidas ou em associações sobre o referente permite que um nome próprio seja interpretado metaforicamente (cf., por exemplo, *aquele Napoleão de pacotilha irrita-me*). Nesta interpretação, o nome denota uma propriedade descritiva, tida como saliente, de uma entidade proeminente, ou alguma associação de natureza histórica ou social que os falantes fazem sobre ela (p.e., no caso da frase ora dada como exemplo, o facto de Napoleão ter sido um ditador), que passam a ser atribuídas metaforicamente a um referente discursivo diferente que se supõe ter características semelhantes (mas que, obviamente, não tem esse nome nem é o referente "original" do nome próprio).

Neste uso, o nome próprio é sempre especificado e frequentemente modificado. Constituem exemplos típicos frases copulativas em que o nome próprio com sentido metafórico ocorre como predicativo do sujeito e o nome que denota a entidade a quem é atribuída a propriedade ocorre como sujeito da frase:

(21) a. Edimburgo é *a Atenas do Norte*.[70]
b. O Zé é *um Figo em potência*.

Noutro tipo de exemplos, o nome próprio que denota a propriedade metaforicamente atribuída serve também para designar o referente a quem a propriedade é atribuída. Neste caso, os falantes sabem bem que o referente não tem esse nome

[69] Não é, pois, por acaso que as exposições da teoria descritivista incidem usualmente sobre personagens históricas, das quais se tem um conjunto de informações particularmente rico que servem de base às descrições definidas que caracterizam o significado dos seus nomes próprios.
[70] Exemplo de Lyons (1977).

e que todo o sintagma nominal funciona efetivamente como uma descrição definida (um sintagma nominal definido de valor descritivo), em que o nome próprio "substitui" metaforicamente uma determinada propriedade:

(22) a. *Os Einstein portugueses* estão todos nesta conferência.
b. Aí vem *o nosso Fangio*!

Por dependerem de associações histórica ou socialmente motivadas, os nomes próprios mais frequentemente usados com sentido metafórico são os de figuras ou lugares proeminentes da comunidade social dos falantes, com relevo social, histórico, político, científico, cultural ou desportivo: ou seja, figuras cujo (re)conhecimento é partilhado de forma geral pelos membros da comunidade e sobre as quais é fácil estabelecer associações comuns. Assim, p.e., em (21b), *Figo* significa algo como 'pessoa que joga bem futebol'; em (22a), *Einstein* significa algo como 'génio científico'; e, em (22b), *Fangio* significa algo como 'ás do volante'. Neste uso, portanto, o nome próprio fornece uma base descritiva – aquela que a comunidade associa ao seu referente "original" – que é atribuída a outro referente. A descrição introduzida pelo nome próprio passa, pois, a funcionar como sentido lexical (de dicionário) desse nome.

Em casos em que uma determinada associação manifestada por um nome próprio atinge um grau convencionalizado extremo numa comunidade linguística, o nome próprio pode recategorizar-se totalmente num verdadeiro nome comum: cf. *cicerone,* com o sentido de 'guia' (exemplo de Lyons 1977), *mecenas*, com o sentido de 'patrono de intelectuais e artistas', *don juan*, com o sentido de 'sedutor', *fangio*, com o sentido de 'ás do volante', e *einstein*, com o sentido de 'génio'.

Como assinala Fernández Leborans (1999), existe uma construção especial em que o nome próprio é especificado pelo artigo indefinido *um*(*a*) e que tem propriedades semelhantes, mas não idênticas, às dos exemplos de (22):

(23) a. *Um Fernando Pessoa* nunca escreveria esse poema.
b. Ele é ótimo futebolista, mas não tem o talento de *um Luís Figo*.
c. Como é que eu me preparo para entrevistar *um Noam Chomsky*?

Nestas frases, o artigo indefinido é um dispositivo retórico que permite ao nome próprio realçar o estatuto único e exemplar do seu referente (original), através das propriedades excecionais que o caracterizam num determinado domínio da vida social (e que, evidentemente, tal como no uso metafórico descrito acima, tem de ser (re)conhecido pelos falantes). No entanto, e contrariamente ao uso puramente metafórico do nome próprio, neste caso o sintagma nominal que contém o nome próprio tem o referente original desse nome, não um referente discursivo distinto; ou seja, p.e., o sintagma nominal sujeito de (23a) refere realmente o poeta Fernando Pessoa, e não uma pessoa distinta com as qualidades do poeta.

26.7.1.3 Interpretação metonímica dos nomes próprios

A interpretação metonímica dos nomes próprios depende igualmente do conhecimento que os falantes têm da história do seu referente. Nesta interpretação, que se manifesta tipicamente em nomes próprios cujo referente original é um produtor cultural (um escritor, um músico, um cineasta, um ator, um escultor, um pintor), o

antropónimo passa a denotar metonimicamente exemplares concretos (p.e., livros, quadros, estátuas) da obra do indivíduo referido pelo nome:

(24) a. O Museu Rainha Sofia tem *vários Dalis*.
b. *O Fernando Pessoa* está (*todo*) no segundo andar da biblioteca.
c. Li *imensos Ellery Queens* quando era mais novo.
d. Gostas de *Brahms*?
e. Hoje passa *um Hitchcock* na Cinemateca.

De novo, o nome próprio funciona aqui como um verdadeiro nome comum, introduzindo uma descrição que incide sobre as obras criadas pelo referente original do nome. Usados metonimicamente, os nomes próprios podem classificar-se segundo as dimensões que são típicas dos nomes comuns. Por exemplo, *Fernando Pessoa* funciona como um verdadeiro nome comum coletivo em (24b), referindo a coleção dos livros do autor pertencente à biblioteca; e *Brahms* funciona como um nome não contável (massivo) em (24d), onde refere, não peças individuais, mas sim a música de Brahms na sua generalidade (cf. Cap. 25).

Não são apenas os nomes próprios dos autores que podem adquirir esta interpretação; quando o (re)conhecimento público da obra provém (também) de uma personagem ficcional, o seu nome pode ser usado metonimicamente para referir exemplares da obra: cf. *nos anos 50, os tintins em francês compravam-se na Livraria Bertrand* e *tenho o James Bond completo*.

26.7.2 Sentido denominativo dos nomes próprios

Outro tipo de propostas defende que os nomes próprios, no seu uso referencial, se caracterizam por introduzir uma descrição assente na sua função denominativa (cf. 26.5.2), algo como 'entidade *x* tal que *x* se chama NP' (em que "NP" representa um nome próprio particular). Assim, p.e., o nome *Pedro*, usado referencialmente numa frase como *o Pedro entrou na sala*, tem o sentido descritivo 'indivíduo *x* tal que *x* se chama Pedro'; concomitanemente, uma paráfrase adequada para essa frase pode ser dada pela proposição 'um indivíduo particular chamado Pedro, contextualmente identificado pelo falante e pelo ouvinte, entrou na sala' (voltamos a este ponto adiante)[71].

Em virtude de assentar na função denominativa dos nomes próprios, este tipo de caracterização é partilhado por todos os falantes, sendo-lhes imediatamente acessível, porque faz parte do seu conhecimento intrínseco de como os nomes próprios funcionam[72]. Esta situação contrasta com as descrições propostas pela teoria descritivista, que são de natureza "externa", histórica, e que por isso não são, em geral, comuns a todos os falantes. Por conseguinte, na teoria denominativa, o sentido dos nomes próprios é estável, contrariamente ao que acontece na teoria descritivista.

[71] São defensores da teoria do sentido denominativo Kneale (1962), Burge (1973), Katz (1990) e sobretudo Kleiber (1981, 1995, 1996, 2006), entre outros. Nesta subsecção, inspiramo-nos em particular nas ideias de Kleiber. Nos seus trabalhos mais recentes (cf., por exemplo, Kleiber 2006), este autor defende que são apenas os nomes próprios "modificados" (ou seja, recategorizados em nomes comuns) que possuem um sentido descritivo denominativo (cf. 26.6.3.1 e também a Caixa [8]).

[72] Ou seja, os falantes sabem que, ao dizer-se (*o*) *Pedro*, na frase dada como exemplo, se está a falar de um indivíduo chamado Pedro.

A descrição reintroduz (dentro de si própria) o nome próprio que se pretende definir (p.e., *Pedro* = 'indivíduo *x* tal que *x* se chama Pedro'), o que parece constituir uma circularidade. É, pois, importante realçar, primeiro, que a descrição se aplica ao uso referencial (e também quantificacional – ver a discussão abaixo) dos nomes próprios, e, segundo, que, dentro da descrição, o nome próprio ocorre com função denominativa. Não existe, pois, circularidade, mas sim uma definição de tipo recursivo[73].

Esta teoria tem outra vantagem, que é a de assimilar os nomes próprios (usados referencialmente) aos nomes comuns. Tal como estes, os nomes próprios introduzem extensionalmente uma classe (ou seja, um conjunto, no sentido da Lógica), nomeadamente a classe das entidades que se chamam tal ou tal. Assim, o nome *Pedro* (usado referencialmente) denota extensionalmente a classe dos indivíduos que se chamam *Pedro*, de modo semelhante, p.e., ao nome *gato*, que denota extensionalmente uma determinada classe de animais, caracterizada por certas propriedades descritivas (cf. Caps. 8 e 20).

A atribuição de um sentido denominativo aos nomes próprios e a ideia concomitante de que estes elementos denotam extensionalmente uma classe permite dar uma fundamentação semântica à "recategorização" dos nomes próprios em nomes comuns (cf. 26.6.3.1), i.e., ao uso destes elementos com um especificador e com modificadores, ilustrada nos seguintes exemplos, que retomam os paradigmas (10) e (11):

(25) a. *A Julieta* convidou-me para jantar.
b. Ontem, jantei com *uma Julieta*.
c. Ontem, conheci {*várias*/*algumas*/*três*} *Julietas*.

(26) a. Conheço *duas Julietas*, uma simpática e outra antipática. *A Julieta simpática* convidou-me para ir jantar a casa dela.
b. *A Julieta do 2.º esquerdo* queixa-se de que eu ponho a música muito alto.
c. *A Julieta que eu conheço* é muito bonita.
d. *A enigmática Julieta* ofereceu-me uma boleia.

Em particular, os nomes próprios podem ocorrer com um especificador porque a sua representação semântica introduz um conjunto a partir do qual o especificador pode "extrair" membros, de acordo com as suas características semânticas próprias (cf. Caps. 20, 21 e 22). Assim, p.e., em (25a), o artigo definido "extrai" da classe das pessoas que se chamam Julieta um indivíduo particular, conhecido e identificado pelo falante e pelo ouvinte num contexto particular; em (25b), o artigo indefinido "extrai" um membro da classe em questão, identificado pelo falante, mas que este não espera que o ouvinte esteja em condições de identificar; e, em (25c), os especificadores quantificam de modo indefinido sobre a classe das pessoas chamadas Julieta. Quanto aos modificadores restritivos, introduzem propriedades adicionais no grupo nominal, as quais se combinam com a propriedade denominativa (p.e., em (26c), o grupo nominal denota a interseção da classe das pessoas chamadas Julieta com a classe das pessoas que o falante conhece).

[73] Conclui-se que, nesta teoria, a função denominativa dos nomes próprios é primitiva relativamente à função referencial.

[8] Para Kleiber, esta caracterização semântica dos nomes próprios não se aplica aos nomes próprios puros, como os sublinhados em *Napoleão foi derrotado em Waterloo* ou *quando Carlos saiu de casa, já o sol raiava* (cf. Kleiber 2006)[74]. Ou seja, seriam apenas os nomes próprios que ocorrem juntamente com outros elementos dentro do sintagma nominal (a que ele chama "nomes próprios modificados") que se caracterizariam por denotar um conjunto com base na função denominativa do nome. Esta distinção recobre exatamente a distinção, discutida em 26.6.3.1, entre nomes próprios recategorizados em nomes comuns contáveis (aos quais chamámos "nomes próprios especificados") e nomes próprios puros. Assim, é apenas quando, no mínimo, são especificados (por um quantificador ou um determinante, incluindo o artigo definido) que os nomes próprios introduzem um sentido descritivo assente na sua função denominativa. Esta é uma conclusão esperada, visto que essas duas propriedades são ambas típicas dos nomes comuns contáveis – (i) a possibilidade de ocorrerem com um determinante ou um quantificador de contagem e (ii) terem um sentido descritivo que define uma classe de elementos.

Inversamente, o facto de os nomes próprios puros não terem um sentido descritivo que defina uma classe está de acordo com o seu uso típico em português para "indivíduos proeminentes", em particular a associação privilegiada que esses indivíduos mantêm com o seu nome, como se fossem os únicos a possuí-lo (cf. 26.6.3.1).

26.7.3 Classificadores dos nomes próprios

Embora os nomes próprios canónicos não descrevam as entidades particulares que referem, pressupõem, de certa forma, uma classificação dessas entidades num número reduzido de categorias ontológicas[75]: indivíduos, animais, lugares, acidentes geográficos e instituições, entre outras (cf. 26.2.3). Por outras palavras, as entidades nomeadas por um nome próprio são sempre conceptualizadas numa categoria que pode ser descrita por um nome comum (ou por um grupo nominal cujo núcleo é um nome comum). Esse nome comum ocorre como parte dos nomes próprios de base descritiva (*Serra da Estrela*, *Mar de Azov*, *Torre Eiffel*, *Museu Nacional de Arte Antiga*, *Rua do Carmo*), formando aquilo a que se chamou o **classificador** do nome próprio (cf. 26.6.1).

Pode-se, em princípio, generalizar esta ideia, e propor que todos os nomes próprios, incluindo os canónicos, se caracterizam por ter um classificador descritivo da categoria ontológica a que pertencem, o qual é implícito no caso dos nomes próprios canónicos. Para os antropónimos, esse classificador implícito é o termo geral 'indivíduo' (ou 'pessoa'), que pode, no entanto, ser realizado lexicalmente através de hipónimos como *menino*(*a*), *senhor*(*a*), incluindo nomes de profissão como *arquiteto*(*a*), *doutor*(*a*), *engenheiro*(*a*) (cf., por exemplo, *doutor Carlos*, *senhor Luís*). Para os topónimos, o classificador implícito é o termo geral 'lugar', realizado frequentemente através de hipónimos como *cidade*, *cordilheira*, *oceano*, *rio*, *vila* (cf., por exemplo, *rio Tejo*). Para os nomes de animais, o classificador implícito é 'animal', sendo por vezes realizado através de hipónimos que designam espécies, como *cão*, *gato*, *rato* (cf., por exemplo, *rato Mickey*). Para instituições, monumentos e outra obras arquitetónicas, existem vários classificadores, consoante o seu tipo,

[74] Recorde-se que os nomes próprios puros são aqueles que ocorrem como único membro do sintagma nominal, sem especificador ou modificador.

[75] Cf. Kleiber (2006), que nota que um nome próprio se aplica "a particulares enquanto membros de uma categoria conceptual".

em geral sempre usados na medida em que essas entidades tendem a ser nomeadas por nomes próprios de base descritiva: *museu*, *ponte*, *torre* (cf., por exemplo, *Ponte 25 de Abril*). Outros classificadores são os substantivos *mês* (cf. *mês de outubro*), *letra* (cf. *letra a*), *número* (cf. *número 7*).

Articulando o sentido denominativo dos nomes próprios (cf. 26.7.2) com o seu termo classificador, obtém-se um sentido descritivo mais complexo para o uso referencial dos nomes próprios, que se pode sintetizar na fórmula predicativa '*x* tal que *x* pertence à categoria *y* e *x* se chama *z*'. Nesta fórmula, "*x*" é uma variável que representa as entidades nomeadas, "*y*" é uma variável que representa os classificadores e "*z*" é uma variável que representa aquilo que se chamou em 26.2.2.2 o centro denominativo do nome próprio[76]. Esta fórmula pode ser simplificada, apresentando o classificador diretamente como uma restrição sobre a variável *x*: 'classificador *x* tal que *x* se chama *z*'.

Ilustram-se em seguida estas representações com alguns nomes próprios canónicos (na sua interpretação mais comum):

Etelvina	'indivíduo *x* tal que *x* se chama Etelvina'
Lisboa	'cidade *x* tal que *x* se chama Lisboa'
Mediterrâneo	'mar *x* tal que *x* se chama Mediterrâneo'
Milú	'cadela *x* tal que *x* se chama Milú'
Pedro	'indivíduo *x* tal que *x* se chama Pedro'
Tejo	'rio *x* tal que *x* se chama Tejo'

Estas representações contêm a mesma informação que os nomes próprios de base descritiva e têm uma estrutura semelhante, como se pode ver claramente nos casos de *Lisboa*, *Mediterrâneo* e *Tejo*, em que os classificadores podem ocorrer opcionalmente: cf. *cidade de Lisboa*, *mar Mediterrâneo* e *rio Tejo* (cf. 26.6.2 e 26.7.4). Comparando os nomes próprios canónicos com a sua representação (ou com a sua versão descritiva, quando a têm), observa-se que correspondem ao centro denominativo da representação, omitindo-se o classificador. No entanto, quando o nome próprio se combina com o artigo definido, este pode ser o determinante não do centro denominativo, mas sim do classificador, ainda que este não esteja expresso, como em *o Mediterrâneo*, *o Tejo*, *a Milú* (cf. 'o mar *x* tal que *x* se chama Mediterrâneo', 'o rio *x* tal que *x* se chama Tejo', 'a cadela *x* tal que *x* se chama Milú')[77]. No caso dos antropónimos, o artigo depende do sexo do indivíduo nomeado.

Como vimos, os classificadores são termos que denotam categorias gerais cujos membros podem receber um nome próprio. O conhecimento do tipo de classificador que se aplica descritivamente a um nome próprio canónico é algo de contingente, que faz parte da nossa aprendizagem do uso do nome próprio, em particular da identificação do referente ao qual se liga, num determinado universo do discurso. Assim, p.e., *Tejo*, no seu uso mais frequente, caracteriza-se, para a

[76] Ou seja, *Azov* em *Mar de Azov* ou *Eiffel* em *Torre Eiffel*. Recorde-se que, com nomes próprios de base descritiva, o centro denominativo é geralmente um nome próprio canónico, como nos exemplos dados, mas também pode ser uma expressão com sentido descritivo, como em *Museu de Arte Popular*.

[77] Noutros casos, como já se observou (cf. 26.6.2.3), o artigo é o determinante do centro denominativo, como em *os Restauradores* ou *os Açores*, com os classificadores *praça* e *ilhas*, respetivamente (cf. *a praça dos Restauradores* e *as ilhas dos Açores*).

maioria dos portugueses, pelo classificador "rio", porque o rio que desagua perto de Lisboa é a entidade culturalmente mais saliente que tem esse nome. No entanto, o nome *Tejo* pode ser dado a um cão, e haverá, pois, pessoas que, em contextos diferentes, associam ao nome, implicitamente, o classificador "animal", ou o seu hipónimo "cão".

A associação entre um nome próprio canónico e um classificador não é, no entanto, completamente arbitrária, envolvendo quase sempre determinadas expectativas, na medida em que muitos nomes próprios se encontram convencionalizados, i.e., se aplicam preferencialmente (ou exclusivamente) a certas categorias ontológicas e não a outras. Entre os mais convencionalizados, encontram-se os antropónimos, em especial os nomes de batismo: assim, a maioria dos falantes terá a expectativa de que *André*, *Eduardo*, *Luís* e *Pedro* se apliquem a indivíduos do sexo masculino, e que *Fernanda*, *Irene*, *Isabel* e *Teresa* se apliquem a indivíduos do sexo feminino[78]. Por outro lado, faz parte da nossa aprendizagem cultural de raiz, por assim dizer, associar o classificador apropriado aos nomes das cidades, rios, países e outros lugares que nos são familiares (p.e., 'cidade' a *Lisboa*, 'rio' a *Tejo*, 'mar' a *Mediterrâneo*, etc.)[79].

26.7.4 A construção substantivo + (de) + nome próprio

A atribuição aos nomes próprios de uma representação semântica descritiva 'classificador *x* tal que *x* se chama *z*' é corroborada pelo facto de os nomes próprios de base descritiva terem uma forma semelhante a esta representação. Como vimos, esses nomes são formados por um nome comum que funciona como classificador, seguido do centro denominativo, constituído geralmente por um nome próprio canónico ou por uma expressão descritiva (cf. 26.6.1 e Nota 76). A ligação entre as duas partes pode ser direta ou feita através da preposição *de*. Tipicamente, quando usados referencialmente, estes nomes próprios combinam-se com o artigo definido, constituindo uma descrição definida. Dão-se a seguir, de novo, alguns exemplos, em várias categorias ontológicas, sublinhando-se o classificador: (*a*) *livraria Bertrand*, (*a*) *Torre Eiffel*, (*o*) *Estádio José de Alvalade*, (*o*) *museu do Louvre*; (*a*) *Baía de Guanabara*, (*a*) *Lagoa de Albufeira*, (*o*) *Lago Léman*, (*o*) *rio Tejo*; (*as*) *ilhas dos Açores*, (*a*) *cordilheira dos Alpes*, (*as*) *ilhas Baleares*, (*a*) *Serra da Estrela*; (*a*) *Avenida da Liberdade*, (*o*) *largo do Rato*, (*a*) *Praça das Flores*, (*a*) *Rua da Arrábida*; (*a*) *cadela Lassie*, (*o*) *Gato Félix*, (*o*) *rato Mickey*; (*o*) *número sete*; (*a*) *letra W*. Como também já se observou, alguns destes nomes próprios de base descritiva têm uma alternativa canónica, i.e., na qual se omite o classificador e se realiza apenas o centro denominativo: cf., por exemplo, (*o*) *Tejo* a par de (*o*) *rio Tejo*, (*o*) *Mickey*, a par de (*o*) *rato Mickey*.

Em praticamente todos estes casos, o classificador pode ocorrer como sujeito de uma frase tendo como predicador o verbo *chamar-se* (ou a expressão equivalente *ter como nome*) e como complemento o centro denominativo (na função

[78] Isto implica, possivelmente, que o classificador 'indivíduo' dos antropónimos inclui uma marca de género. Como ilustração, suponha-se que uma pessoa me diz *o Luís está lá fora*, pensando (erradamente) que eu estou em condições de identificar a entidade em questão através do seu nome, ainda que, na realidade, eu não conheça nenhum Luís. Mesmo assim, a minha expectativa é que se trata de uma pessoa do sexo masculino. Se afinal for um cão, isso constituirá, certamente, uma surpresa para mim.

[79] Pode especular-se que essa associação não seja um processo cognitivo diferente daquele pelo qual associamos o nome *mesa* a uma determinada classe de objetos.

denominativa – cf. 26.5.2): cf. *essa livraria chama-se Bertrand*, *essa torre chama-se Eiffel*, *essa baía chama-se de Guanabara*, *essa avenida chama-se da Liberdade*. Mesmo os centros denominativos que não podem ocorrer sem classificador (i.e., que se realizam obrigatoriamente em nomes próprios de base descritiva) podem ocorrer sozinhos neste contexto (cf., por exemplo, a impossibilidade de ***o Léman* vs. a possibilidade de *esse lago chama-se Léman*).

Em geral, o classificador é obrigatório nos nomes próprios quando não é recuperável pelos falantes, ou porque ocupa um lugar de menor centralidade no espaço cognitivo das categorias nomeáveis (presumivelmente o caso de lagos e lagoas), ou porque a sua presença explícita serve para evitar potenciais ambiguidades, como no caso dos nomes de ruas, avenidas, praças e outros espaços topográficos das localidades[80]. O classificador também é obrigatório quando o centro denominativo se pode aplicar a mais de uma categoria: assim, p.e., não pode ser omitido no nome *Torre Eiffel*, visto que *Eiffel* é também o nome do famoso arquiteto e engenheiro que a concebeu, e que, por sinal, pode ser nomeado através do nome próprio composto de base descritiva *engenheiro Eiffel*. Outro caso é o do nome próprio *Torre de Belém*, já que o centro denominativo *Belém* se aplica também a um bairro de Lisboa (que pode ser designado por um nome próprio de base descritiva que inclui o classificador – *bairro de Belém* –, mas também apenas pelo centro denominativo, ou seja, por um nome próprio canónico – *Belém*).

No extremo oposto encontram-se os casos em que o classificador é geralmente omitido, o que acontece com os nomes próprios de pessoa (dizemos *o Pedro já chegou*, não #*o indivíduo Pedro já chegou*). Com estes nomes, o classificador é omitido por ser recuperável: como se mencionou acima, a associação entre antropónimos e indivíduos é extremamente convencionalizada (pelo menos na cultura ocidental), o que se reflete diretamente na existência do próprio termo "antropónimo" e de uma disciplina dedicada ao estudo desses nomes. De modo semelhante, é também muito convencionalizada a associação entre os nomes de batismo e o sexo das pessoas às quais se aplicam.

No entanto, mesmo estes nomes podem ocorrer com um classificador, hipónimo de "indivíduo": em geral, trata-se de formas de tratamento convencionalizadas, por vezes títulos (cf. Cap. 52) ou nomes de profissões. No primeiro caso, temos expressões como *sr. doutor André*, *menino Manuel*, *menina Maria*, *senhora Alexandra*, *dona Clara*, *senhora dona Luísa*, *Rei D. Pedro*, *Rainha Isabel*, *Presidente Sarkozy*, *Professor Raimundo de Matos*; no segundo, *futebolista Luís Figo*, *cineasta António Pedro Vasconcelos*, *locutor Artur Agostinho*, *linguista Noam Chomsky*, *maestro Vitorino de Almeida*.

Entre estes extremos, situam-se os casos em que o classificador é opcional, o que acontece frequentemente com nomes que designam lugares formados por massas de água, como, p.e., rios. Assim, os falantes dizem indiscriminadamente ora *o rio Sena*, *o rio Tamisa*, *o rio Tejo*, ou simplesmente *o Sena*, *o Tamisa*, *o Tejo*. Plausivelmente, esta possibilidade deve-se ao facto de os rios serem massas de água com uma importância fundamental na vida social, económica e política das comunidades humanas, facilitando-se assim o estabelecimento de uma associação cognitiva forte

[80] Estes nomes entram na elaboração de mapas, funcionam em sistemas de trânsito e são usados para dar direções. Por motivos óbvios, as ambiguidades não são permitidas.

entre o centro denominativo e o classificador, permitindo a sua omissão. O mesmo acontece com os nomes de ilhas, arquipélagos e outros acidentes geográficos: *as ilhas dos Açores* (em alternativa, *o arquipélago dos Açores*) ou simplesmente *os Açores*; *a cordilheira dos Alpes* ou simplesmente *os Alpes* (note-se que o artigo da versão sem classificador, nestes casos, é o que se associa ao centro denominativo). Do mesmo modo, omite-se o classificador de instituições cujo centro denominativo é um nome próprio canónico que se aplica univocamente a elas ou tem uma ligação muito forte com elas – pense-se, p.e., em (*o*) *mosteiro dos Jerónimos* vs. (*os*) *Jerónimos*; (*o*) *museu do Louvre* vs. (*o*) *Louvre*; (*o*) *museu do Prado* vs. (*o*) *Prado*; e, curiosamente, no caso de escolas ou liceus, quando o centro denominativo tem origem numa figura histórica: (*o*) *liceu Maria Amália Vaz de Carvalho* vs. (*o*) *Maria Amália*, (*o*) *liceu Pedro Nunes* vs. (*o*) *Pedro Nunes*, (*a*) *escola Machado de Castro* vs. (*a*) *Machado de Castro* (nestes casos, o artigo é aquele que se associa ao classificador omitido).

Ocorrem também produtivamente como classificadores alguns nomes comuns de parentesco, opcionalmente precedidos por um pronome possessivo que designa a pessoa (ou pessoas) com quem o referente do nome próprio tem um relacionamento: cf. (*o meu*) *filho Manuel*, (*o teu*) *primo Vasco*, (*o nosso*) *tio Luís*[81]. Do mesmo modo, ocorrem frequentemente como classificadores certos substantivos que designam categorias relacionais gerais de natureza afetiva, como *amigo* e *compadre*: cf. (*o meu*) *amigo João*, (*o nosso*) *compadre Zé*.

Em geral, o centro denominativo de um nome próprio de base descritiva segue o classificador, sem qualquer elemento de ligação (cf. *menino Manuel*, *rato Mickey*, *rio Guadiana*, *Torre Eiffel*). Nalguns casos, ocorre a preposição *de* ligando os dois; isso acontece com nomes de cidades, vilas, aldeias e outros espaços topográficos (cf. *cidade de Lisboa*, *vila de Sintra*, *Rua da Arrábida*) e, de modo mais sistemático, quando o centro denominativo é um grupo nominal ou um sintagma nominal formado por palavras comuns do léxico: cf. *arquipélago dos Açores*, *ilha da Madeira*, *Museu de Arte Popular*, *Museu dos Coches*.

Na origem dos topónimos compostos canónicos (i.e., hoje em dia semanticamente arbitrários) como os apresentados no Quadro 4, encontram-se plausivelmente nomes próprios de base descritiva, nos quais o primeiro substantivo (*castelo*, *castro*, *monte*, *vila*) seria etimologicamente um classificador cujo estatuto se foi perdendo progressivamente, juntamente com o seu conteúdo descritivo, terminando incorporado no centro denominativo: cf. *Póvoa do Varzim*, *Vila do Conde*, *Paço de Arcos*. Assim, já não se pode dizer desses lugares, hoje em dia, **essa póvoa chama-se do Varzim*, **essa vila tem o nome de o Conde*, **esse paço chama-se de Arcos*[82].

[81] No caso do nome *filho* usado como classificador, o pronome possessivo é obrigatório para muitos falantes. Os sintagmas nominais *o meu pai* e *a minha mãe* são descrições definidas que, devido a referirem um indivíduo único em contextos particulares (ninguém pode ter mais do que uma mãe ou um pai biológicos), têm já de si características próximas das dos nomes próprios. Logo, plausivelmente por esse motivo, não funcionam (tipicamente, pelo menos) como classificadores em nomes próprios de base descritiva: cf. a estranheza de #*a* (*minha*) *mãe Sofia* ou #*o* (*meu*) *pai Carlos*.

[82] Um caso duvidoso (possivelmente entre outros) é o da Torre de Belém. Será que o seu nome é um nome próprio canónico (composto) ou um nome próprio de base descritiva, em que *Torre* é um classificador? Para quem aceita *essa torre chama-se de Belém*, o nome é de base descritiva e *Torre* é um classificador. Para quem não aceita essa frase, o nome próprio é canónico, e *Torre* não funciona mais como classificador, mas sim como parte integrante do centro denominativo.

27 COMPLEMENTOS, MODIFICADORES E ADJUNTOS NO SINTAGMA NOMINAL 1045
27.1 Nominalizações e complementos do nome 1047
27.1.1 Os argumentos do nome como complementos 1049
27.1.2 Pronome possessivo como argumento correspondente ao sujeito da frase 1049
27.1.3 Impossibilidade de ocorrência de sintagmas nominais como complementos do nome 1051
27.1.4 Complementos oracionais do nome 1052
27.1.5 Nominalizações ativas e nominalizações passivas 1053
27.1.6 Complemento direto da frase ativa nas nominalizações 1055
27.1.7 Interpretação eventiva e interpretação resultativa das nominalizações 1057
27.1.8 Adjuntos adverbiais nas nominalizações 1060
27.1.9 Opcionalidade dos complementos do nome 1061
27.2 Outros nomes dependentes no sintagma nominal 1062
27.3 Sintagmas preposicionais dentro do sintagma nominal 1065
27.3.1 Flexibilidade semântica da preposição *de* 1065
27.3.2 Tipos de sintagma preposicional dentro do sintagma nominal 1066
27.3.2.1 Sintagmas preposicionais classificadores 1067
27.3.2.2 Outros sintagmas preposicionais reduzidos dentro do SN 1070
27.3.2.3 Sintagmas preposicionais completos dentro do SN 1071
27.3.3 Construção nominal possessiva 1072
27.3.3.1 Forma das construções possessivas 1072
27.3.3.2 Valores semânticos expressos nas construções possessivas 1073
27.3.3.3 Casos que não são construções possessivas 1075
27.3.3.4 Combinações de pronomes possessivos e de sintagmas preposicionais nas construções possessivas: os nomes icónicos 1077
27.3.4 Sintagmas nominais inversos 1080
27.3.4.1 Sintagmas nominais inversos atributivos 1081
27.3.4.2 Sintagmas nominais inversos predicativos 1083
27.4 Modificação adjetival 1084
27.4.1 Características gerais dos adjetivos atributivos 1085
27.4.2 Adjetivos qualificativos 1087
27.4.2.1 Classificação dos adjetivos qualificativos 1088

27.4.2.2 Interpretação restritiva dos adjetivos qualificativos em posição pós-nominal 1089
27.4.2.3 Interpretação não restritiva dos adjetivos qualificativos em posição pré-nominal 1090
27.4.2.4 Interpretação não restritiva dos adjetivos avaliativos 1092
27.4.3 Adjetivos relacionais 1094
27.4.4 Adjetivos com leitura adverbial 1096
27.4.4.1 Adjetivos com valor de modo, avaliativo e de atitude 1097
27.4.4.2 Adjetivos temporais e aspetuais 1098
27.4.4.3 Os adjetivos *velho*, *novo* e *antigo* 1099
27.4.4.4 Os adjetivos *passado*/*próximo* e *anterior*/*seguinte* 1100
27.4.4.5 Adjetivos de localização espacial 1102
27.5 Modificadores oracionais do nome 1103
27.5.1 Orações relativas 1103
27.5.2 Orações infinitivas restritivas 1103
27.5.3 Particípios verbais e orações de particípio 1104
27.5.4 Orações gerundivas 1105
27.6 Ordem dos elementos no sintagma nominal 1106
27.7 Apostos 1108
Fontes das abonações 1113

27 COMPLEMENTOS, MODIFICADORES E ADJUNTOS NO SINTAGMA NOMINAL

Para além do núcleo – que pode ser um nome comum, um nome próprio ou um pronome – e de um ou mais especificadores, os sintagmas nominais podem conter complementos, modificadores e adjuntos adverbiais (cf. Cap. 20). Estes três últimos elementos, as suas propriedades gramaticais e semânticas, bem como o modo como se integram estruturalmente no sintagma nominal formam o objeto do presente capítulo.

Do mesmo modo que os verbos, também alguns nomes selecionam **argumentos** que lhes completam o sentido. No sintagma nominal, os argumentos do nome realizam-se como **complementos**[1]. Aos nomes que selecionam complementos chamamos **nomes dependentes**; aos que não os selecionam, chamamos **nomes autónomos** (cf. Cap. 21). Os nomes dependentes são aqueles em cujo sentido figura de maneira proeminente uma relação com outra entidade, como, p.e., *amigo* ou *pai* (de alguém), *fatia* (de pão, de um bolo, etc.), *autor* (de uma obra), *fornecedor* (de alguma coisa), *consequência* (de algo); e os nomes que denotam situações com participantes, como *casamento* (de alguém com alguém), *chegada* (de alguém a algum lugar), *invasão* (de algum lugar por alguém), etc. Os nomes autónomos, em contrapartida, denotam entidades identificáveis sem ser necessário relacioná-las com outras entidades: p.e., *cavalo*, *livro*, *madeira*, *mesa*, *pão*, *tapete*.

Têm um interesse particular os nomes dependentes que denotam situações, em particular eventos (estes são chamados **nomes eventivos**); muitos destes nomes relacionam-se com verbos ou deles derivam através de processos morfológicos, sendo por isso chamados **nomes deverbais**: cf. *conquista*, *dádiva*, *destruição*, *proclamação*, *saque*, *voto*. Os nomes deverbais herdam os argumentos do verbo correspondente (embora o uso dos argumentos com o nome não seja obrigatório; cf. 27.1.9), e os sintagmas nominais de que são o núcleo chamam-se **nominalizações**. Assim, p.e., correspondendo a *os meus amigos votaram nos sociais-democratas*, tem-se a nominalização *o voto dos meus amigos nos sociais-democratas*.

Os **modificadores do nome** são elementos que introduzem propriedades adicionais na denotação de um nome, ou na denotação de um nome combinado com o seu complemento. Frequentemente (embora nem sempre), restringem o sentido

[1] Os argumentos do nome também podem ser realizados por adjetivos relacionais (cf. 27.4.3).

do nome, dando-lhe maior precisão. Os modificadores do nome podem ser (entre outros) adjetivos (cf. *um jogador talentoso*), orações relativas (cf. *o aluno que chegou tarde ao liceu*), orações tendo como núcleo um particípio passado acompanhado ou não pelos seus argumentos (cf. *os livros oferecidos à Biblioteca pela Câmara*) e sintagmas preposicionais (cf. *o gato da minha vizinha*).

Em sintagmas nominais com nomes que denotam eventos, e especialmente nas nominalizações, podem também ocorrer elementos que correspondem a **adjuntos adverbiais** nas frases correspondentes. No sintagma nominal, esses elementos podem ser sintagmas preposicionais, como em *a extinção do incêndio com mangueiras de alta pressão* (cf. a frase *extinguiu-se o incêndio com mangueiras de alta pressão*), advérbios, especialmente dêiticos de localização temporal, como em *a chegada da Seleção ontem ao aeroporto da Portela* (cf. a frase *a Seleção chegou ontem ao aeroporto da Portela*) e adjetivos, como *o beijo apaixonado da Joana ao Luís* (cf. a frase *a Joana beijou o Luís apaixonadamente*). Digno de nota é o facto de os advérbios terminados em *-mente* no domínio frásico corresponderem a adjetivos no domínio do sintagma nominal.

O nome e, quando estão presentes, os complementos, os modificadores e os adjuntos adverbiais, formam um grupo intermédio na estrutura do sintagma nominal, chamado **grupo nominal** (cf. Cap. 20.4), abreviado em "GN". O grupo nominal exclui os especificadores, que são os elementos responsáveis pelas propriedades referenciais e/ou quantificacionais dos sintagmas nominais. Assim, a estrutura do sintagma nominal de (1a) é a que se representa em (1b):

(1) a. os quadros de Monet do museu do Louvre
b. [$_{SN}$ os [$_{GN}$ quadros de Monet do museu do Louvre]]

Do grupo nominal de (1b) fazem parte o nome *quadros*, o complemento *de Monet,* que corresponde a um argumento do nome *quadros*, com o papel temático de agente – o autor da obra (cf. 27.2) – e o modificador *do museu do Louvre*[2]. Por conveniência, utilizamos por vezes o termo "elementos internos (do sintagma nominal)" para nos referirmos aos elementos que ocorrem juntamente com o nome dentro do grupo nominal (ou seja, os complementos, os modificadores e os adjuntos).

Um sintagma nominal com valor referencial pode também conter um constituinte prosodicamente autónomo, chamado **aposto**, que tem tipicamente como função introduzir um comentário, ou um esclarecimento, sobre o referente do SN ao qual se liga, mas que não contribui para a sua identificação[3]:

(2) a. O meu vizinho, *um médico notável*, vai ser condecorado pelo governo.
b. Os gatos da vizinha, *que são uns esfomeados*, miam o tempo todo.

O aposto e o sintagma nominal ao qual se liga constituem grupos autónomos, mas formam em conjunto um sintagma nominal mais abrangente, através de uma ligação de natureza paratática (cf. Caps. 34 e 35), a qual se traduz num grau de

[2] Para uma estrutura mais articulada do grupo nominal, onde se distinguem níveis hierárquicos distintos para os complementos e os modificadores, incluindo as orações relativas, cf. Brito (1991, 2005) e Alexandre (2000).

[3] A independência prosódica e sintática dos apostos é convencionalmente representada na escrita colocando-os entre vírgulas, travessões ou parênteses.

integração mais "frouxo" do aposto no sintagma nominal. A estrutura dos sintagmas nominais com apostos é, então, a seguinte ("AP" = "aposto"):

(3) a. [$_{SN}$ [$_{SN}$ O meu vizinho] [$_{AP}$ *um médico notável*]] vai ser condecorado pelo governo.
b. [$_{SN}$ [$_{SN}$ Os gatos da vizinha] [$_{AP}$ *que são uns esfomeados*]] miam o tempo todo.

Note-se que o aposto não se integra dentro do SN menor, que constitui o "alvo" do comentário (*o meu vizinho* e *os gatos da vizinha*, respetivamente). Por isso, dizemos que os apostos são constituintes externos do sintagma nominal.

Contrariamente ao domínio frásico, onde as fronteiras funcionais são claras (os argumentos e os adjuntos têm, em geral, propriedades sintáticas e semânticas diferentes), no sintagma nominal, as fronteiras funcionais são menos estanques e menos nítidas. Em geral, os complementos do nome partilham com os modificadores a função de restringir extensionalmente o conjunto denotado pelo nome. Assim, por exemplo, na expressão *fornecedor de material elétrico*, o constituinte sublinhado é um complemento do nome (cf. o paralelismo com a estrutura frásica *ele fornece material elétrico*); no entanto, serve ao mesmo tempo para restringir a sua denotação (o conjunto expresso por *fornecedor de material elétrico* é menor que o conjunto expresso unicamente pelo substantivo *fornecedor*). Por outras palavras, a fronteira entre complemento e modificador do nome esbate-se gramaticalmente. O exemplo mais típico desta situação é o dos sintagmas preposicionais possessivos introduzidos pela preposição *de*. Estes, semanticamente, podem ser complementos de um nome dependente (como em *o pai do meu amigo*) ou modificadores de um nome autónomo (como em *o livro do meu amigo*). No entanto, não só não se distinguem no seu comportamento gramatical, como têm ambos uma componente semântica "possessiva" (cf. 27.3.3). Na realidade, pode-se dizer que, gramaticalmente, é mais importante aquilo que têm em comum do que aquilo que os diferencia (o estatuto de complemento vs. modificador).

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: em 27.1 discutem-se os complementos do nome no âmbito de uma descrição das nominalizações; em 27.2 apresentam-se outros nomes, a maioria dos quais semanticamente não eventivos, que selecionam complementos; em 27.3 descrevem-se os elementos internos do sintagma nominal que são sintagmas preposicionais; em 27.4 descrevem-se os elementos internos do sintagma nominal de natureza adjetival[4]; em 27.5 descrevem-se os elementos internos do sintagma nominal de natureza oracional; em 27.6 formulam-se algumas generalizações quanto à ordem dos elementos internos no sintagma nominal; finalmente, em 27.7 discutem-se as propriedades gramaticais e semânticas dos apostos.

27.1 Nominalizações e complementos do nome[5]

As **nominalizações** são sintagmas nominais que têm como núcleo um nome deverbal (cf. Cap. 57). Nestas construções, os argumentos do nome correspondem aos

[4] Os adjetivos, quer na sua função atributiva (de modificadores do nome) quer na sua função predicativa, são tratados desenvolvidamente no Cap. 31; neste capítulo, apenas se descrevem algumas das suas propriedades mais importantes na função atributiva.

[5] Esta secção foi escrita em colaboração com Manuela Gonzaga.

do verbo relacionado com o nome[6]. Tal como os verbos com que se relacionam, os nomes deverbais representam situações que se localizam no espaço e no tempo, que "ocorrem" ou "acontecem", e distribuem-se por todas as classes aspetuais (cf. Cap. 17): estados (cf. (4a))[7], processos (cf. (4b)), processos culminados (cf. (4c)), culminações (cf. (4d)) e pontos (cf. (4e)). Os nomes que representam as quatro últimas categorias (ou seja, processos, processos culminados, pontos e culminações) são também chamados **nomes eventivos**[8].

(4) a. o *interesse* do estudante pela linguística (cf. *o estudante interessa-se pela linguística*)
b. a *corrida* da gazela (cf. *a gazela correu*)
c. a *invenção* do batiscafo pelo Prof. Auguste Piccard (cf. *o Prof. Auguste Piccard inventou o batiscafo*)
d. a *chegada* da Seleção ao aeroporto (cf. *a Seleção chegou ao aeroporto*)
e. a *explosão* da bomba (cf. *a bomba explodiu*)

Existem também nominalizações cujo núcleo nominal é derivado a partir de um adjetivo (ou seja, é um nome deadjetival) e herda os seus argumentos:

(5) a. a *humildade* do Pedro (cf. *o Pedro é humilde*)
b. a *sofreguidão* da Clara (cf. *a Clara é sôfrega*)
c. a *fidelidade* do António à Joaquina (cf. *o António é fiel à Joaquina*)

[1] Na linguística contemporânea, concebem-se as nominalizações como o resultado de operações morfológicas, sintáticas e semânticas sobre o verbo (ou o adjetivo), sobre os seus argumentos e sobre a estrutura das frases correspondentes. Nesse caso, para além do resultado, o próprio processo "dinâmico" de conversão de uma frase num sintagma nominal é também chamado "nominalização". Esta dualidade de sentidos do termo *nominalização* é, na realidade, um caso particular de uma regularidade que caracteriza um determinado número de nomes deverbais (repare-se que *nominalização* é também um nome deverbal que corresponde ao verbo *nominalizar*): nomeadamente o facto de serem ambíguos entre uma interpretação em que representam um evento enquanto processo e uma interpretação em que representam uma entidade que resulta desse processo ou que se associa a esse processo (cf. 27.1.7). Assim, p.e., em *o exame durou três horas*, o nome *exame* (que corresponde ao verbo *examinar*) denota um evento, ao passo que em *o exame ficou guardado na gaveta*, o mesmo nome denota um objeto físico, que pode ser o resultado do processo – a prova escrita feita por um aluno, por exemplo – ou o documento que fornece a base para o processo – o documento com as perguntas. Do mesmo modo, o termo *nominalização* representa um determinado tipo de sintagma nominal (p.e., *a corrida da gazela*) ou o processo pelo qual se obtém esse tipo de sintagmas a partir das frases que lhes correspondem (neste caso, *a corrida da gazela* a partir da frase *a gazela correu*).

[6] Sobre as nominalizações que têm como núcleo um nome obtido por conversão a partir de um infinitivo verbal (cf. *ouvia-se o rir alegre das mulheres*), cf. Cap. 37.

[7] A maioria dos nomes deverbais que se classificam aspetualmente como estados são predicadores psicológicos, que exprimem atitudes subjetivas de uma pessoa, como *adoração*, *amor*, *interesse*, *ódio*, *paixão*, *receio*, *respeito*, *temor*.

[8] Neste paradigma, apresentam-se exemplos de nominalizações seguidos das frases que lhes correspondem, e sublinham-se os argumentos do nome e os argumentos correspondentes do verbo.

Para além dos nomes deverbais, há outros nomes que representam situações ou eventos localizados temporal e espacialmente; pense-se em substantivos como *bodas* (cf. o sinónimo deverbal *casamento*), *concerto*, *cortejo*, *doença*, *espetáculo*, *evento*, *férias*, *tempestade* e até *noite* e *dia*. Alguns destes nomes podem ocorrer com expressões que correspondem semanticamente a argumentos (e a adjuntos adverbiais): cf. *as bodas do Pedro e da Lídia* (comparar com *o Pedro e a Lídia casaram-se*) ou *um concerto dos Rolling Stones em Lisboa* (comparar com *os Rolling Stones tocaram em Lisboa*). Os nomes deverbais e as nominalizações, no entanto, constituem os casos paradigmáticos de construções nominais com complementos e adjuntos adverbiais, justificando, assim, uma secção própria neste capítulo, sem prejuízo de se usarem eventualmente nomes eventivos não deverbais nalguns dos exemplos apresentados.

Passamos, então, a discutir uma série de propriedades que caracterizam as nominalizações, em particular no que respeita à natureza e ao estatuto dos argumentos do nome.

27.1.1 Os argumentos do nome como complementos

Numa frase, os argumentos diferenciam-se em sujeito e complementos. O sujeito concorda com o verbo e ocorre canonicamente à sua esquerda, fora do sintagma verbal, e os complementos ocorrem canonicamente à direita do verbo, dentro do sintagma verbal (cf. *o Pedro* [$_{SV}$ *abraçou a Joaquina*] e o Cap. 11). Em contrapartida, nas nominalizações, não há diferenças estruturais entre os argumentos. Em primeiro lugar, todos ocorrem à direita do nome[9], dentro do grupo nominal, incluindo o argumento que corresponde ao sujeito da frase (comparar <u>*o Pedro*</u> [$_{SV}$ *abraçou* <u>*a Joaquina*</u>] com *o* [$_{GN}$ *abraço* <u>*do Pedro*</u> <u>*à Joaquina*</u>]). Em segundo lugar, nenhum dos argumentos tem uma relação morfológica privilegiada com o nome, comparável à relação de concordância entre o sujeito da frase e o verbo. Finalmente, os argumentos do nome são sempre introduzidos por uma preposição[10], mesmo os que correspondem ao sujeito ou ao complemento direto frásicos, que são sintagmas nominais simples (cf. 27.1.3). Em suma, não se distingue, na estrutura do SN, entre as funções gramaticais de sujeito e de complemento; todos os argumentos do nome são complementos.

27.1.2 Pronome possessivo como argumento correspondente ao sujeito da frase

O argumento do nome que corresponde ao sujeito da frase é realizado tipicamente por um sintagma preposicional introduzido pela preposição *de* (cf. (4a,b,d,e) e também *o abraço* <u>*do Pedro*</u> *à Joaquina*). Quando o sujeito é um pronome, pode realizar-se de duas maneiras. Em primeiro lugar, como **pronome possessivo**, i.e., um pronome com forma casual genitiva (cf. Cap. 23), ocorrendo à esquerda do nome quando o sintagma nominal é definido (e à sua direita quando é indefinido – cf. Caps. 20 e 23):

[9] Excetuam-se os casos em que o argumento é um pronome possessivo e o sintagma nominal é definido (cf. (6)).

[10] Excetuam-se os pronomes possessivos. Para alguns falantes, os complementos oracionais finitos de um nome (cf. (6c)) podem ocorrer sem ser introduzidos por preposição (cf. Cap. 36.9.1.3).

(6) a. o *seu* abraço à Joaquina (cf. *ele abraçou a Joaquina*)
b. a *sua* oferta de um quadro renascentista ao museu (cf. *ela ofereceu um quadro renascentista ao museu*)
c. a *sua* declaração de que os impostos iam baixar (cf. *ele declarou que os impostos iam baixar*)
d. a *nossa* chegada ao aeroporto (cf. *nós chegámos ao aeroporto*)
e. o *teu* voto nos socialistas (cf. *tu votaste nos socialistas*)

Quando esse argumento é de 3.ª pessoa, como em (6a-c), o pronome pode também realizar-se na forma casual oblíqua (cf. Cap. 23), introduzido pela preposição *de* e ocorrendo na posição canónica dos complementos do nome, como se ilustra em (7):

(7) a. o abraço *dele* à Joaquina
b. a oferta *dela* de um quadro renascentista ao museu
c. a declaração *dele* de que os impostos iam baixar

Quando o argumento é um pronome de 1.ª ou 2.ª pessoa, realiza-se normalmente na forma casual genitiva, como em (6d,e). Para estes pronomes, a opção casual oblíqua, à direita do nome, não é gramatical: cf. ***a chegada** {*de mim*/*de nós*} **ao aeroporto* e ***o voto** *de ti* **nos socialistas*.

> [2] Quando o sujeito frásico é a forma plural *vocês*, semanticamente de 2.ª pessoa mas gramaticalmente de 3.ª pessoa, usa-se o pronome genitivo correspondente *vossa*: cf. *a vossa chegada ao aeroporto*, falando a um conjunto de pessoas, e que corresponde a *vocês chegaram ao aeroporto*. Exceto em situações de extrema formalidade, o pronome genitivo *vosso* não é usado para a segunda pessoa do singular; assim, *a vossa chegada ao aeroporto* não é usado quando falamos com uma só pessoa, como em *você chegou ao aeroporto*[11]. Neste caso, usa-se o pronome genitivo *seu/sua*, que corresponde gramaticalmente a *ele/ela*, mas é usado neste contexto como pronome semanticamente de 2.ª pessoa: cf. *a sua chegada ao aeroporto*, falando a uma só pessoa que se trata por *você*. Quando a forma de tratamento é familiar, correspondendo ao pronome *tu*, usa-se nas nominalizações o pronome genitivo *teu/tua*: cf. *a tua chegada ao aeroporto*, correspondendo a *tu chegaste ao aeroporto*.
>
> Em português europeu, o uso de *você* ou de *vocês* como pronome oblíquo, à direita do nome e introduzido pela preposição *de*, não é impossível, mas é sentido como marginal: cf., no plural, *?a chegada de vocês ao aeroporto*. O pronome singular *você* é ainda mais marginal: cf. *??a chegada de você ao aeroporto*. Estas observações aplicam-se também ao uso dos pronomes possessivos nas construções possessivas (cf. 27.3.3), com nomes não deverbais e que não correspondem, portanto, a nominalizações. Ou seja, comentários semelhantes poderiam ser feitos, p.e., a propósito de *o vosso livro*, *o seu livro*, *??o livro de você(s)*, etc.[12]. Note-se, contudo, que os exemplos marginais do português europeu são possíveis no português do Brasil.

A posição do pronome genitivo à esquerda do nome é semelhante à do sujeito da frase à esquerda do verbo (compare-se, p.e., (6a) com {*o Pedro*/*ele*} *abraçou a Joaquina*,

[11] O pronome *vosso*, representando uma só pessoa, corresponde ao pronome de 2.ª pessoa do plural *vós* quando este é também usado para designar um único ouvinte. Este pronome caiu em desuso em português, exceto como forma de tratamento formal (cf. Cap. 52).

[12] Embora marginal para a maioria dos falantes, este uso não deixa de ser atestado, incluindo em obras literárias: cf. *o artigo de Você, cheio de observações e de ciência* (CRPC, Eça, *Correspondência*).

ou (6d) com *nós chegámos ao aeroporto*). No entanto, não se pode concluir deste facto que o pronome possessivo em (6) tem a função de sujeito no sintagma nominal.

Em primeiro lugar, contrariamente ao sujeito da frase, que concorda com o verbo em número e pessoa, o pronome possessivo não concorda com o nome nestes parâmetros. Assim, mudando o número e/ou a pessoa no pronome possessivo, o nome não muda de forma; compare-se *a nossa chegada ao aeroporto* (pronome possessivo de 1.ª pessoa do plural) com *a minha chegada ao aeroporto* (pronome possessivo de 1.ª pessoa do singular) ou com *a tua chegada ao aeroporto* (pronome possessivo de 2.ª pessoa do singular).

O singular ou o plural no nome das nominalizações (tal como nos nomes em geral) é uma escolha básica, determinada pelo facto de se representar um ou mais eventos (ou objetos), e é independente do número intrínseco do pronome possessivo (*meu* vs. *nosso*, p.e.). Quer o artigo definido quer o pronome possessivo têm de concordar em número com o nome nuclear, qualquer que seja a combinação intrínseca de pessoa/número do pronome possessivo. Assim, p.e., em *as tuas chegadas ao aeroporto*, o pronome possessivo, embora esteja morfologicamente no plural (concordando com *chegadas*), é intrinsecamente de 2.ª pessoa do singular, i.e., refere um único indivíduo (o ouvinte), que participa numa pluralidade de chegadas ao aeroporto.

Em segundo lugar, a posição pré-nominal do pronome possessivo genitivo não é geral: o pronome ocorre antes do nome quando o sintagma nominal é definido, mas não quando é indefinido (cf. *um voto teu nos socialistas não vai alterar o resultado das eleições* face a *o teu voto nos socialistas não vai alterar o resultado das eleições*).

Conclui-se, portanto, que, mesmo quando o argumento que corresponde ao sujeito da frase se realiza como um pronome pessoal possessivo em posição pré-nominal, mantém o estatuto de complemento e de elemento interno do sintagma nominal, ou seja, ocorre dentro do grupo nominal. Assim, a estrutura de (6a), p.e., é [$_{SN}$ *o* [$_{GN}$ *seu abraço à Joaquina*]].

27.1.3 Impossibilidade de ocorrência de sintagmas nominais como complementos do nome

Nas frases, quer o sujeito quer o complemento direto realizam-se normalmente como sintagmas nominais, ou seja, sem ser introduzidos por uma preposição: cf., por exemplo, *o Pedro abraçou a Joaquina*, *a gazela correu* ou *o Prof. Piccard inventou o batiscafo*. Contudo, quando estes argumentos ocorrem numa nominalização, são necessariamente introduzidos por uma preposição: cf. *o abraço **d**o Pedro **à** Joaquina* (compare-se com ***o abraço o Pedro a Joaquina*), *a corrida **d**a gazela* (compare-se com ***a corrida a gazela*) e *a invenção **d**o batiscafo* (compare-se com ***a invenção o batiscafo*). Isto deve-se a uma propriedade geral dos nomes, que os distingue dos verbos e das preposições: enquanto estas duas classes lexicais podem reger complementos que são sintagmas nominais (cf. Caps. 28 e 32), os nomes não podem, como se ilustra a seguir:

(8) a. Eles [observaram *a cidade*].
b. Eles fugiram [para *a cidade*].[13]
c. *um [desenho *a cidade*]
d. um [desenho ***d**a cidade*]

[13] Em (8b), é a preposição *para* que rege o sintagma nominal, ainda que o sintagma preposicional na sua globalidade (*para a cidade*) seja regido pelo verbo (*fugiram*).

Em síntese, os argumentos do nome podem ser realizados como sintagmas preposicionais (cf. (4) e (8d)), como pronomes possessivos (cf. (6))[14] ou como orações (cf. (6c))[15], mas não como sintagmas nominais[16]. Os sintagmas nominais no domínio frásico (correspondendo ao sujeito e ao complemento direto) são convertidos em sintagmas preposicionais nas nominalizações.

A preposição com menos conteúdo lexical do português, ou seja, mais gramaticalizada (cf. Cap. 10), é a preposição *de*, o que lhe permite ocorrer em construções que expressam um leque variadíssimo de valores semânticos, recuperáveis a partir do sentido geral da expressão e/ou com base em informação contextual (cf. 27.3.1). Não é, assim, de estranhar que seja esta a preposição usada normalmente para introduzir os complementos de um nome que correspondem ao sujeito e ao complemento direto da frase correspondente, como se pode observar em (4a,b,d,e) para o sujeito e em (4c) e (6b,c) para o complemento direto.

Os argumentos do verbo que não são nem sujeito nem complemento direto são, na sua maioria, sintagmas preposicionais: cf. os exemplos frásicos (à direita) de (4a,d) e (6b,d,e). Nestes casos, o complemento preserva nas nominalizações a mesma preposição que tem na frase: *pela linguística* em (4a), *ao aeroporto* em (4d) e (6d), *ao museu* em (6b) (um complemento indireto) e *nos socialistas* em (6e). A preposição *por* no exemplo (4c) (*pelo Prof. Auguste Piccard*) discute-se mais abaixo, em 27.1.5.

27.1.4 Complementos oracionais do nome

Quando o complemento de um nome é uma oração[17], a ocorrência de preposição depende parcialmente do estatuto finito ou infinitivo da oração. Quando a oração é infinitiva, é obrigatoriamente introduzida por uma preposição. Se na frase correspondente a oração também é introduzida por uma preposição, essa preposição mantém-se na nominalização (cf. (9a)); se a oração não é introduzida por uma preposição na frase correspondente, a preposição *de* é usada na nominalização (cf. (9b)):

(9) a. o meu interesse *em*/*por desvendar o mistério* (cf. *eu interessei-me em*/*por desvendar o mistério*)
b. a minha promessa *de comprar um presente para a Clara* (cf. *prometi comprar um presente para a Clara*; comparar com **a minha promessa comprar um presente para a Clara*)

Quando o argumento é uma oração finita, introduzida pelo complementador *que*, correspondente ao complemento direto de uma frase, como em (6c) (*a sua declaração de que os impostos iam baixar*), a presença da preposição *de* é bastante frequente, mas não tem o caráter de obrigatoriedade que tem com uma oração

[14] Quando os argumentos de um nome são pronomes pessoais oblíquos, também se integram dentro de um sintagma preposicional (cf. (7)).
[15] Mesmo neste caso, as orações são também obrigatoriamente introduzidas por uma preposição quando são infinitivas (cf. *a sua promessa de virem a minha casa*; comparar com **a sua promessa virem a minha casa*); para alguns falantes, a preposição é opcional quando as orações são finitas, como em (6c) (cf. 27.1.4 e Caps. 36 e 37).
[16] Alguns argumentos do nome podem também ser realizados como adjetivos: cf. *a ocupação americana do Iraque*, correspondendo a *os Americanos ocuparam o Iraque*. Voltamos a essa opção em 27.4.3.
[17] Para uma descrição mais desenvolvida deste caso, cf. Caps. 36 e 37.

infinitiva ou com um sintagma nominal, existindo variação de falante para falante e até de ocasião para ocasião com o mesmo falante[18].

27.1.5 Nominalizações ativas e nominalizações passivas

Quando as nominalizações correspondem a frases ativas intransitivas, o argumento que corresponde ao sujeito é introduzido pela preposição *de* (cf. (4a,b,d,e)); no caso de ser um pronome, pode ser realizado como possessivo, na forma casual genitiva (cf. (6)).

Quando um verbo é transitivo, há duas opções frásicas possíveis: uma ativa e outra passiva (cf. Cap. 13). Assim, p.e., com o verbo *invadir*, e com os argumentos *os Árabes* e *a Península Ibérica*, podemos construir a frase ativa (10a) ou a frase passiva (10b):

(10) a. Os Árabes invadiram a Península Ibérica.
b. A Península Ibérica foi invadida pelos Árabes.

Na frase ativa, o argumento externo do verbo realiza-se como sujeito e o argumento interno como complemento direto; na frase passiva, o argumento interno do verbo realiza-se como sujeito e o argumento externo como agente da passiva, i.e., na forma de um sintagma preposicional introduzido pela preposição *por*, que ocorre dentro do sintagma verbal[19].

Embora com algumas restrições, como se discute mais adiante, nas nominalizações que correspondem a frases ativas transitivas, o argumento que corresponde ao sujeito (ativo) é também introduzido pela preposição *de*: cf. *o abraço do Pedro à Joaquina* (que corresponde a *o Pedro abraçou a Joaquina*), *?a oferta do mecenas de um quadro renascentista ao museu* (que corresponde a *o mecenas ofereceu um quadro renascentista ao museu*) e *um desenho da Ribeira do Júlio Resende* (que corresponde a *o Júlio Resende desenhou a Ribeira*). Esse argumento pode também ser realizado como um pronome possessivo: cf. *o seu abraço à Joaquina*, *a sua oferta de um quadro renascentista ao museu* e *o seu desenho da Ribeira*.

As nominalizações que correspondem a frases ativas (transitivas ou intransitivas) e nas quais o sujeito frásico se realiza como um sintagma preposicional introduzido por *de* ou como um pronome possessivo chamam-se **nominalizações ativas**.

Nas nominalizações com um nome deverbal que corresponde a um verbo transitivo, existe outra opção para o argumento externo (ou seja, para o sujeito da frase ativa): este pode realizar-se como agente da passiva, o que se ilustra em (11) ((11c) = (4c)):

(11) a. a *oferta* de um quadro renascentista ao museu pelo mecenas (cf. *um quadro renascentista foi oferecido ao museu pelo mecenas*)
b. a *invasão* da Península Ibérica pelos Árabes em 711 (cf. *a Península Ibérica foi invadida pelos Árabes em 711*)
c. a *invenção* do batiscafo pelo Prof. Auguste Piccard (cf. *o batiscafo foi inventado pelo Prof. Auguste Piccard*)

[18] Sobre este tópico, cf. Cap. 36.7 e 36.9.
[19] Sobre as noções de argumento externo e de argumento interno de um verbo, cf. Caps. 11 e 28.

d. a *declaração* pelo Presidente de que os impostos iam baixar (cf. *foi declarado pelo Presidente que os impostos iam baixar*)
e. a *promessa* pelo Eduardo de comprar um presente para a Clara (cf. *foi prometido pelo Eduardo comprar um presente para a Clara*)

Estas nominalizações correspondem, pois, a frases passivas, e são por isso chamadas **nominalizações passivas**. Nas frases passivas, o argumento interno do verbo é o sujeito (respetivamente *um quadro renascentista*, *a Península Ibérica*, *o batiscafo*, *que os impostos iam baixar* e *comprar um presente para a Clara*, nos exemplos à direita de (11)). Sendo as frases passivas construções intransitivas (cf. Cap. 28), este argumento é introduzido nas nominalizações passivas correspondentes por *de*, a preposição que, nas nominalizações, introduz o argumento que corresponde ao sujeito das frases intransitivas.

Muitos falantes consideram marginais algumas nominalizações ativas correspondentes a frases transitivas quando os argumentos que correspondem ao sujeito e ao complemento direto frásicos são ambos introduzidos por *de*[20]: cf., correspondendo a (11a-c), ?*a oferta do mecenas de um quadro renascentista ao museu*, ??*a invasão dos Árabes da Península Ibérica* e ??*a invenção do Prof. Auguste Piccard do batiscafo*[21]. A estes exemplos, os falantes preferem usualmente as nominalizações passivas (11a-c).

Existem, no entanto, dois casos em que esta restrição não é tão forte ou desaparece. O primeiro envolve nomes "icónicos" como *desenho*, *fotografia*, *quadro*, *retrato*: cf. *um desenho da Ribeira do Júlio Resende*[22]. O segundo diz respeito a nominalizações em que o complemento direto é uma oração, finita ou infinitiva; neste caso também, as nominalizações ativas em que ambos os argumentos são introduzidos por *de* são mais aceitáveis: compare-se (11d) com *a declaração do Presidente de que os impostos iam baixar* e (11e) com *a promessa do Eduardo de comprar um presente para a Clara*.

Para finalizar, note-se que, nas nominalizações passivas, o argumento que corresponde ao sujeito da frase passiva, quando é um sintagma nominal, pode ser realizado por um pronome possessivo, ainda que alguns falantes considerem essa opção marginal: cf., correspondendo a (11a-c), *a sua oferta ao museu pelo mecenas* (*sua = um quadro renascentista*), *a sua invasão pelos Árabes em 711* (*sua = a Península Ibérica*) e *a sua invenção pelo Prof. Piccard* (*sua = o batiscafo*)[23].

---

[20] São gramaticais, contudo, as nominalizações correspondentes em que o sujeito é realizado como pronome possessivo; cf. *a sua oferta de um quadro renascentista ao museu*, *a sua invasão da Península Ibérica em 711* e *a sua invenção do batiscafo*.

[21] Para muitos falantes, a ordem inversa dos argumentos (i.e., primeiro o que corresponde ao complemento direto, seguido do que corresponde ao sujeito) piora ainda mais o estatuto dos exemplos: cf. **a oferta de um quadro renascentista do mecenas ao museu*, **a invasão da Península Ibérica dos Árabes* e **a invenção do batiscafo do Prof. Auguste Piccard*. Repare-se que alguns destes exemplos são na realidade gramaticais, mas com uma interpretação diferente, em que o segundo constituinte sublinhado é interpretado não como um argumento do nome, mas sim como o possuidor da entidade referida pelo primeiro constituinte sublinhado.

[22] Estas nominalizações, no entanto, não têm a interpretação eventiva dos exemplos de (4) ou de (11), mas sim uma interpretação resultativa, em que se denota o objeto que resulta da atividade representada pelo evento (cf. 27.1.7). Repare-se que existe neste caso, também, uma versão passiva da nominalização: *um desenho da Ribeira pelo Júlio Resende* (cf. 27.3.3.4, onde se discutem os nomes icónicos com mais pormenor).

[23] Sobre a marginalidade ou mesmo impossibilidade de **o seu desenho pelo Júlio Resende* (*seu = a Ribeira*), correspondendo à nominalização passiva dada na nota anterior, cf. 27.3.3.4.

27.1.6 Complemento direto da frase ativa nas nominalizações

Existem nominalizações ativas com nomes deverbais correspondendo a verbos transitivos nas quais o complemento direto é introduzido não pela preposição canónica *de*, mas pela preposição *a* (cf. (12)) ou pela preposição *por* (cf. (13)):

(12) a. as ameaças (do professor) *ao Pedro* (cf. *o professor ameaçou o Pedro*)
b. as críticas (do funcionário) *ao chefe* (cf. *o funcionário criticou o chefe*)
c. os (teus) insultos *ao Presidente* (cf. (*tu*) *insultaste o Presidente*)

(13) a. a adoração do João *pela Maria* (cf. *o João adora a Maria*)
b. o ódio deles *à*/*pela linguística* (cf. *eles odeiam a linguística*)
c. a minha preferência *por um suculento bife* (cf. *eu prefiro um suculento bife*)

A preposição *a* ocorre sobretudo em argumentos com o valor temático de paciente afetado (cf. Caps. 11 e 13) e a preposição *por* em complementos de nomes deverbais estativos que correspondem a verbos de atitude subjetiva como *adorar*, *amar*, *gostar* (*de*), *odiar*, *respeitar*, *temer* (cf. Nota 7). Com alguns dos nomes deverbais estativos (como *amor* e *ódio*, p.e.), a preposição *por* alterna com a preposição *a*: cf. (13b) e *o amor ao/pelo próximo*.

Em muitas destas nominalizações (embora não em todas, como se discute mais adiante), a preposição *de* não pode ser usada com esses complementos, mesmo quando o argumento que corresponde ao sujeito da frase não é expresso: cf., mantendo constante o significado dos exemplos de (12) e (13), **as ameaças* (*do professor*) *do Pedro*, **as críticas* (*do funcionário*) *do chefe*, **os* (*teus*) *insultos do Presidente*, **a adoração* (*do João*) *da Maria*, **a* (*minha*) *preferência de um bife suculento*[24].

Plausivelmente, a ocorrência das preposições *a* e *por* em (12) e (13), respetivamente, deve-se ao facto de os exemplos frásicos (à direita) poderem ser parafraseados por construções ativas compostas por um **verbo leve**[25]. Nestas construções, o verbo leve combina-se com um complemento direto cujo núcleo nominal é o nome deverbal que ocorre em (12) e (13), seguido de um complemento preposicionado (introduzido por *a* ou *por*)[26], que corresponde ao complemento direto dos exemplos frásicos de (12) e (13). Estes exemplos ilustram-se a seguir (sublinha-se o nome deverbal e coloca-se em itálico o sintagma preposicional que corresponde ao complemento direto dos exemplos frásicos de (12) e (13)):

(14) a. O professor fez ameaças *ao Pedro*.
b. O funcionário fez críticas *ao chefe*.
c. Lançaste insultos *ao Presidente*.
d. O João tem adoração *pela Maria*.

[24] Repare-se que, com os dois argumentos presentes, estas nominalizações são agramaticais, contrariamente aos casos discutidos acima depois do paradigma (11), como, p.e., ?*a oferta do mecenas de um quadro renascentista ao museu*, que são marginais, mas não completamente impossíveis. Sem o sintagma preposicional entre parênteses, algumas destas nominalizações são possíveis, mas perde-se a interpretação pretendida: assim, p.e., pode-se dizer *as ameaças do Pedro*, mas aqui *o Pedro* não corresponde ao complemento direto de *ameaçar*, mas sim ao sujeito.

[25] Um verbo leve é um verbo com um sentido muito geral, como *dar*, *fazer*, *lançar* ou *ter*, e que tem de se combinar com uma expressão nominal para formar um predicado completo (cf. Cap. 28.2.4).

[26] Quando a preposição é *a* (cf. (14a-c)), trata-se de um complemento indireto, sendo substituível por *lhe*.

e. Eles têm ódio *à/pela linguística*.
f. Tenho preferência *por um bife suculento*.

As nominalizações de (12) e (13) podem, então, ser analisadas como correspondendo aos exemplos de (14), com um verbo leve, e não como correspondendo às frases (à direita) de (12) e (13)[27]. Ou seja, o núcleo nominal das nominalizações de (12) e (13) corresponde ao núcleo do complemento direto das frases de (14), sendo os outros argumentos que ocorrem em (14) realizados em (12) e (13) na sua forma canónica (cf. 27.1.3): o sujeito através de um sintagma preposicional introduzido pela preposição *de* ou por um pronome genitivo, e os outros argumentos através de um sintagma preposicional que mantém a mesma preposição que ocorre em (14), ou seja, *a* ou *por*.

Alguns destes nomes deverbais permitem igualmente a preposição *de* no argumento que corresponde ao complemento direto frásico, para além de *a* e/ou *por* (embora frequentemente os falantes tenham preferência por uma ou outra preposição): cf. *a inspeção das tropas* vs. *a inspeção às tropas*; *o assalto do quartel* vs. *o assalto ao quartel*, *o ódio da linguística* vs. *o ódio à/pela linguística*, *o amor de Deus* vs. *o amor a Deus*. Nestes casos, a versão com *a* corresponde a uma frase com um verbo leve (cf. *o general fez uma inspeção às tropas*, *as tropas montaram um assalto ao quartel*, *eles têm ódio à/pela linguística*, *eles têm amor a Deus*), ao passo que a versão com *de* corresponde a uma frase com o verbo pleno (cf. *o general inspecionou as tropas*, *as tropas assaltaram o quartel*, *eles odeiam a linguística*, *eles amam Deus*)[28].

Na versão com *de*, o argumento externo do verbo (i.e., o sujeito da frase ativa), se for expresso na nominalização, é preferencialmente realizado como agente da passiva: cf. *a inspeção das tropas pelo general* (vs. ??*a inspeção do general das tropas*), *o assalto do quartel pelas tropas* (vs. ??*o assalto das tropas do quartel*). Na versão com *a*, em contrapartida, as duas preposições são possíveis: cf. *a inspeção do general às tropas*, a par de *a inspeção às tropas pelo general* e *o assalto das tropas ao quartel* a par de *o assalto ao quartel pelas tropas*.

> [3] Com nomes deverbais estativos de atitude subjetiva, as nominalizações passivas são menos aceitáveis: cf. ?*o ódio da/à linguística pelos alunos*, ??*o amor de/a Deus pelo Joaquim*. Quando a preposição do argumento que corresponde ao complemento direto frásico é *por*, a nominalização passiva é completamente impossível: cf., por exemplo, **a adoração pela Maria pelo João* (comparar com (13a), *a adoração do João pela Maria*) ou **o ódio pela linguística pelos alunos*.
>
> Com nomes que admitem *de* tanto no argumento que corresponde ao sujeito frásico como no argumento que corresponde ao complemento direto frásico e em que as restrições de seleção são as mesmas para ambos os argumentos (i.e., quer o sujeito quer o complemento direto podem pertencer à mesma classe semântica – p.e., seres animados ou seres humanos), pode gerar-se ambiguidade nas nominalizações em que ocorre apenas um argumento: cf. o exemplo *o amor de Deus*, frequentemente

[27] Esta análise foi sugerida por Juan Uriagereka, a quem os autores agradecem.

[28] Repare-se que a nominalização semi-idiomática *o amor a Deus* pode corresponder também a uma frase com o verbo pleno *amar*, o qual admite excecionalmente que o complemento direto seja introduzido pela preposição *a* (cf. *eles amam a Deus* e Cap. 28.1.3.1.1). O complemento do verbo *gostar* é regido pela preposição *de* (cf. *gostar de linguística*). Nas nominalizações, este complemento pode ser regido quer por *de* quer por *por* (cf. *o gosto da/pela linguística*). Neste último caso, a nominalização corresponde à frase com um verbo leve *eles têm gosto pela linguística*.

apresentado nas gramáticas, que tanto pode significar o amor que Deus tem (pelas pessoas) como o amor que as pessoas têm por Deus. Na primeira destas leituras, o complemento preposicionado costuma ser chamado "genitivo subjetivo", e na segunda, "genitivo objetivo"[29]. A mesma ambiguidade aparece na nominalização *a inspeção dos soldados*, que tanto pode significar a inspeção feita pelos soldados como a inspeção feita aos soldados. O uso das preposições *a* ou *por* no argumento que corresponde ao complemento direto frásico permite minimizar as potenciais ambiguidades com estes nomes deverbais. Talvez por isso, os falantes tendem a interpretar *o amor de Deus* no sentido subjetivo (i.e., o amor que Deus tem pelas pessoas), já que, para o sentido objetivo, existem outras preposições que podem ser usadas (*o amor a/por Deus*). Mas note-se que na expressão idiomática *por amor de Deus!*, é o sentido objetivo que se expressa, equivalente ao da expressão *por amor a Deus!*

27.1.7 Interpretação eventiva e interpretação resultativa das nominalizações

Alguns nomes deverbais, e as nominalizações em que ocorrem como núcleo, são ambíguos entre uma interpretação **eventiva**, de natureza abstrata, em que denotam um evento, ou seja, um processo durativo (cf. Cap. 17), e uma interpretação **resultativa**, em que denotam a entidade (frequentemente de natureza concreta) que constitui o resultado do evento correspondente ou que se encontra associada de alguma forma a esse evento. Assim, p.e., o nome deverbal *tradução*, correspondente ao verbo *traduzir*, tem uma interpretação eventiva na frase *a tradução de Guerra e Paz foi um processo complicado que demorou muito tempo* e uma interpretação resultativa na frase *a tradução de Guerra e Paz está à venda em todas as livrarias*. Na primeira frase, a nominalização descreve um processo, na segunda, o resultado desse processo – neste caso, um livro[30].

Como estes exemplos mostram, as duas interpretações podem ser desambiguadas através de predicados ou de verbos apropriados. Entre aqueles que selecionam a leitura eventiva das nominalizações incluem-se (i) predicados ou verbos que denotam localização ou duração temporal, visto que estas são propriedades que caracterizam os eventos; (ii) a locução verbal *ter lugar*, a partir da qual se podem construir predicados de localização espacial ou temporal, e que só se pode usar com sujeitos eventivos; e (iii) predicados que afirmem ou pressuponham explicitamente a natureza eventiva do sujeito. O seguinte paradigma ilustra a leitura eventiva das nominalizações:

(15) a. A tradução *demorou quatro anos*.
b. O exame (de Física) (do 1.º ano) *foi às três da tarde*.
c. A observação do João pelo especialista *começou às três e acabou às quatro*.
d. A invasão *foi adiada*.

[29] Estas designações não são adotadas nesta Gramática, visto que usamos o termo "genitivo" unicamente para designar a forma casual manifestada pelos pronomes possessivos. O uso do termo "genitivo" para o sintagma preposicional introduzido por *de* nestas e outras construções (nomeadamente as possessivas) resulta da equivalência semântica entre esses sintagmas e os pronomes possessivos (cf. 27.3.3).

[30] Em Brito e Oliveira (1997) e Sleeman e Brito (2010) (entre outros), faz-se uma distinção tripartida nas interpretações possíveis das nominalizações, entre uma leitura eventiva (de processo), uma leitura resultativa (em que se representa o resultado do processo) e uma leitura onde se denota diretamente o objeto concreto ou a entidade produzida no processo. Neste capítulo, mantemos a ideia de leitura bipartida das nominalizações deverbais, mas sugerimos que há distinções que se relacionam com o caráter mais ou menos concreto associado à leitura resultativa (ver a este propósito a Nota 32).

e. O desembarque *teve lugar* {*na Normandia/em junho de 1944*}.
f. O discurso do Presidente *vai ser televisionado*.
g. A oferta pelo mecenas de um quadro renascentista ao museu *ocorreu nas novas instalações do museu*.

Outro contexto que seleciona exclusivamente a leitura eventiva das nominalizações é a função de complemento da preposição *durante*, que exige um complemento nominal eventivo com duração temporal: cf., por exemplo, *durante o exame, o aluno pediu para ir à casa de banho*, *durante o discurso, o Presidente foi vaiado*[31].

Em contrapartida, os predicados e verbos que selecionam sintagmas nominais concretos apenas permitem a interpretação resultativa das nominalizações[32]. O seguinte paradigma ilustra essa leitura:

(16) a. A tradução *está à venda em todas as livrarias*.
b. O exame (de física) (do 1.º ano) *foi roubado*.
c. O discurso do Presidente *está guardado no cofre*.
d. A oferta do mecenas *era um objeto pesadíssimo*.

> [4] Os nomes que denotam objetos "culturais" como *escultura*, *livro*, *quadro*, etc., podem ter uma interpretação eventiva: cf., por exemplo, *o último livro do Saramago foi um acontecimento cultural importante* ou *a Maria acabou o livro às três da tarde*. Neste caso, o sintagma nominal é interpretado como se fosse o complemento de um nome eventivo adequado: *saída* ou *lançamento* no primeiro exemplo (cf. *o lançamento do último livro do Saramago foi um acontecimento cultural importante*) e *leitura* no segundo exemplo (cf. *a Maria acabou a leitura do livro às três da tarde*). Mesmo assim, a maioria destes nomes não pode ocorrer por si só, i.e., sem um nome eventivo "de suporte", como sujeito de um predicado de localização ou de duração temporal, ou como complemento da preposição *durante*: cf. **o livro começou/acabou às três da tarde* (vs. *a leitura do livro começou/acabou às três da tarde*) ou **durante o livro, a Maria foi interrompida várias vezes* (vs. *durante a leitura do livro, a Maria foi interrompida várias vezes*). Excetua-se o nome *filme* (que se relaciona com o verbo *filmar*), o qual tem uma interpretação eventiva (relacionada com a sua projeção), podendo, portanto, ocorrer nesses contextos: cf. *o filme começou/acabou às três da tarde* e *os espectadores choraram muito durante o filme*.

Nem todos os nomes deverbais favorecem as duas interpretações. Existem nomes deverbais que, pelo significado da base verbal de que derivam, só possuem a interpretação eventiva, mas não a resultativa, como *ataque*, *desembarque*, *invasão*, *observação* (na interpretação médica). Nestes casos, para falar sobre o resultado do processo, é frequente usar-se o próprio nome *resultado* como núcleo de um sintagma nominal sujeito no qual a nominalização ocorre como complemento do nome, seguida de um predicado que descreve esse resultado: cf., por exemplo, *o resultado da invasão*

---

[31] Também podem ocorrer neste contexto nomes não deverbais que denotam eventos com duração temporal, como *banquete*, *espetáculo* (cf. *eles portaram-se pessimamente durante* {*o banquete/o espetáculo*}), e nomes que denotam períodos temporais, como *Natal* ou *férias* (cf. *durante* {*as férias/o Natal*}, *o João deu um pulo ao Algarve*).

[32] Com isto não se quer dizer que todos os nomes deverbais com interpretação resultativa sejam semanticamente concretos (cf. Cap. 25); assim, p.e., o nome *discurso*, na leitura resultativa, pode ter um sentido concreto, denotando um texto com suporte material (um conjunto de folhas de papel, p.e.), ou uma interpretação abstrata, denotando um produto intelectual, independentemente do seu suporte material.

da Península Ibérica pelos Árabes foi a fuga da nobreza visigoda para a região das Astúrias e da Cantábria, ou *o resultado da observação do João pelo especialista foi positivo*.

Em contrapartida, a generalidade dos **nomes deverbais icónicos**, i.e., que denotam objetos que são o suporte de representações visuais, como *desenho*, *fotografia* e *retrato* (que correspondem aos verbos *desenhar*, *fotografar* e *retratar*) têm apenas a interpretação resultativa, mas não a eventiva (note-se a estranheza de #*durante* {*o desenho/a fotografia/o retrato*}, *o artista permaneceu sentado*[33].

Os nomes deverbais formados com o sufixo *-or*, como *colecionador*, *comprador*, etc., não representam nem o evento associado ao verbo correspondente nem o resultado desse evento, mas antes o participante que é o agente do evento (cf. o final da Caixa [5]).

Frequentemente, as nominalizações com interpretação eventiva referem eventos específicos. Nesse caso, têm tipicamente como determinante o artigo definido no singular, como nos exemplos do paradigma (4). De facto, essas frases ou são descrições de eventos históricos únicos, como (4c), ou são normalmente interpretadas como referindo eventos particulares, identificados pelo falante e pelo ouvinte como tendo ocorrido num determinado contexto espácio-temporal (cf. Cap. 22). Repare-se, no entanto, que nada impede que uma nominalização eventiva tenha outro determinante, ou mesmo um quantificador, e possa ser pluralizada, se não estiver associada a esse tipo de interpretação, como nos exemplos *algumas chegadas da Seleção provocam o caos no trânsito*; *durante um discurso do Presidente, toda a gente adormeceu*; *todas as invasões napoleónicas tiveram consequências importantes para a Europa*.

Em contrapartida, as nominalizações com interpretação resultativa, na medida em que designam objetos materiais concretos, podem conter livremente, sem restrições, qualquer determinante ou quantificador e ocorrer facilmente no plural: cf. {*a/uma/alguma/esta*} *oferta chegou pelo correio*, {*muitos/vários/alguns*} *exames de física do primeiro ano foram roubados*.

> [5] Alguns dos nomes deverbais do paradigma (16) merecem comentários adicionais no que respeita à sua interpretação. O nome *exame*, na interpretação resultativa, é ambíguo entre um sentido de 'documento contendo perguntas, escrito por um ou mais professores', e outro de 'documento contendo respostas, escrito por aluno(s) que participam no processo descrito pela interpretação eventiva do nome'. Estritamente falando, apenas esta última interpretação é "resultativa", visto que a primeira (i.e., a que denota o documento com as perguntas) não é o resultado de um exame enquanto evento. O mesmo acontece com o sentido concreto do nome *discurso*. Um discurso enquanto texto não é certamente o resultado do discurso como evento; pelo contrário, preexiste ao evento e pode mesmo não ser escrito pelo discursante. No entanto, estas interpretações de "preexistência", na medida em que representam entidades associadas de alguma maneira ao processo eventivo (ainda que não denotem o seu resultado), são mesmo assim classificadas como "resultativas"[34].

[33] Excetua-se a interpretação eventiva descrita na Caixa [4]. Voltamos aos nomes icónicos em 27.3.3.4 (cf. também a Nota 34).

[34] Outro exemplo é o sentido resultativo do nome *filme*, quer enquanto película fotográfica quer enquanto obra intelectual. Essa interpretação não denota certamente um objeto que resulta do evento denotado pelo nome *filme* na sua interpretação eventiva, i.e., a sessão de projeção (cf. *o filme durou quatro horas* ou *durante o filme, o Joãozinho teve um acesso de tosse*). O sentido resultativo do nome *filme* resulta antes do evento associado ao nome *filmagem* (também um nome deverbal).

Outra situação interessante é representada por nomes como *oferta* ou *invenção*. Na interpretação resultativa, estes nomes representam a entidade referida pelo argumento que, na interpretação eventiva do nome, corresponde ao complemento direto da frase ativa correspondente ou, numa nominalização passiva, ao sujeito da frase passiva (ou seja, em ambos os casos, o argumento interno do predicador). Considerem-se os exemplos (4c) e (6b) de nominalizações com interpretação eventiva – *a invenção do batiscafo pelo Prof. Auguste Piccard* (*serviu de inspiração para uma famosa história de banda desenhada*) e *a sua oferta de um quadro renascentista ao museu* (*ocorreu nas novas instalações do museu*). Se continuarmos estas frases com os enunciados *a invenção, no entanto, teve vários problemas mecânicos* e *a oferta chegou ao museu num camião blindado*, com interpretação resultativa da nominalização, verifica-se que os nomes *invenção* e *oferta* denotam, respetivamente, o batiscafo e o quadro renascentista mencionados nas frases anteriores, i.e., as entidades que correspondem ao sujeito da frase passiva e ao complemento direto da frase ativa (cf. *o batiscafo foi inventado pelo Prof. Auguste Piccard* e *o mecenas ofereceu um quadro renascentista ao museu*).

Um grupo particularmente produtivo de nomes deverbais em que ocorre algo de semelhante é aquele que resulta da afixação do sufixo *-or* a um verbo transitivo: *comprador de arte*, *colecionador de banda desenhada*, *produtor de petróleo*, *vendedor de ferro-velho*, *possuidor de riquezas monumentais*. Estes nomes têm a particularidade de denotarem a entidade representada pelo sujeito – com a função temática de agente – das frases ativas com o verbo correspondente (p.e., um colecionador de banda desenhada é alguém que coleciona banda desenhada). Por esse motivo, estas construções chamam-se **nominalizações agentivas**, na medida em que representam o sujeito-agente da ação expressa pelo verbo correspondente, não o evento ou o seu resultado.

27.1.8 Adjuntos adverbiais nas nominalizações

As nominalizações com interpretação eventiva podem também conter expressões que, no domínio frásico, correspondem a **adjuntos adverbiais**. Nas frases, os adjuntos são tipicamente sintagmas preposicionais ou advérbios (cf. Cap. 33). Os sintagmas preposicionais com função de adjunto adverbial podem em geral ocorrer sem restrições nas nominalizações, como se ilustra em (17):

(17) a. a invasão da Península Ibérica pelos Árabes *em 711* (cf. *a Península Ibérica foi invadida pelos Árabes em 711*). [tempo]
b. o jogo do Sporting contra o Benfica *no Estádio José de Alvalade* (cf. *o Sporting jogou contra o Benfica no Estádio José de Alvalade*) [lugar]
c. a extinção do incêndio *com uma mangueira de alta pressão* (cf. *os bombeiros extinguiram o incêndio com uma mangueira de alta pressão*) [instrumento]
d. o abraço do Pedro à Joaquina *com muito carinho* (cf. *o Pedro abraçou a Joaquina com muito carinho*) [modo]

Podem também ocorrer nas nominalizações sintagmas nominais com valor de adjunto adverbial de localização temporal, como em *o discurso do Presidente esta semana foi bem acolhido pelos comentadores políticos*.

A ocorrência de advérbios nas nominalizações é mais restringida. Os advérbios constituem uma classe lexical cuja função mais típica é a de servirem como modificadores no domínio frásico, em particular modificadores do verbo e/ou do sintagma verbal (cf. Cap. 33). No âmbito do sintagma nominal, esta função compete aos adjetivos, enquanto modificadores do nome. Não é, pois, por acaso que,

nas nominalizações, a função desempenhada pelos advérbios (e o valor semântico por eles veiculado) é desempenhada por adjetivos relacionados morfologicamente com esses advérbios. Em particular, aos advérbios em *-mente* no domínio frásico correspondem, nas nominalizações, os adjetivos de que derivam, como se ilustra nos seguintes exemplos[35]:

(18) a. a corrida *veloz* das crianças (cf. *as crianças correram velozmente*)
b. a resposta *voluntária* do Luís ao inspetor (cf. *o Luís respondeu voluntariamente ao inspetor*)
c. o encerramento *temporário* das instalações (cf. *as instalações encerraram temporariamente*)

Alguns advérbios de tempo com valor dêitico podem ocorrer nas nominalizações eventivas: cf. *não houve golos n*[*o jogo ontem/hoje do Benfica contra o Sporting*], [*a chegada aqui do Presidente*] *não foi anunciada por motivos de segurança*. O advérbio de modo *assim* também pode ocorrer como adjunto adverbial nas nominalizações: cf. *as reuniões assim deixam-me doente*.

> [6] Mencionou-se no começo desta subsecção que os adjuntos adverbiais ocorrem em nominalizações com interpretação eventiva. Em contrapartida, não ocorrem em nominalizações com interpretação resultativa. Esta restrição pode ser ilustrada integrando um adjunto adverbial numa nominalização e combinando-a com um predicado que obrigue a uma interpretação resultativa: cf. a estranheza de *#o discurso* {*ontem*/*esta semana*} *do Presidente foi cuidadosamente guardado no cofre da Assembleia* (comparar com *o discurso* {*ontem*/*esta semana*} *do Presidente foi bem acolhido pelos comentadores políticos*); *#a invenção do Prof. Piccard nos anos 50 desceu a uma profundidade de 3 000 metros* (comparar com *a invenção do Prof. Piccard nos anos 50 permitiu o começo da exploração do mundo submarino*). No entanto, se as expressões temporais estiverem contidas num sintagma preposicional introduzido pela preposição *de* (o que nem sempre é pragmaticamente adequado), as nominalizações tornam-se mais aceitáveis: cf., por exemplo, *o discurso de ontem*/*desta semana do Presidente foi cuidadosamente guardado no cofre da Assembleia*. Isto deve-se ao facto de os sintagmas nominais introduzidos pela preposição *de* serem tipicamente modificadores nominais de natureza restritiva, mesmo quando contêm uma expressão temporal; ou seja, nestas frases, a expressão temporal não funciona propriamente como adjunto de localização temporal; antes, restringe a denotação do nome *discurso*.

27.1.9 Opcionalidade dos complementos do nome

Enquanto os argumentos de um verbo são tipicamente obrigatórios (embora nem sempre; cf. Cap. 28.1.2.1), os argumentos de um nome, tal como os seus modificadores, são tipicamente opcionais. No caso dos nomes deverbais, a opcionalidade dos argumentos caracteriza tanto a interpretação eventiva (cf. (19)) como a resultativa (cf. (20))[36]:

[35] Voltamos mais desenvolvidamente ao tópico dos adjetivos de valor adverbial em 27.4.4.

[36] No paradigma a seguir, apresentam-se também frases com argumentos selecionados pelos verbos respetivos. Repare-se que, nas nominalizações de (19) e (20), o ouvinte é, em princípio, capaz de recuperar semanticamente um número suficiente de argumentos que permite a interpretação dessas nominalizações a partir do contexto discursivo ou situacional.

(19) a. *A invasão* teve como resultado a fuga da nobreza visigoda para o norte da Península. (cf. *os Árabes invadiram a Península Ibérica*)
b. Durante *o discurso*, as pessoas dormiram. (cf. *o Presidente discursou*)
c. *A chegada* teve lugar de madrugada. (cf. *a Seleção chegou ao aeroporto*)
d. *A oferta* ocorreu nas novas instalações do museu. (cf. *ela ofereceu um quadro renascentista ao museu*)
e. *O exame* durou uma hora. (cf. *o professor examinou os alunos*)
f. *A tradução* foi um processo longo. (cf. *ele traduziu Guerra e Paz*)

(20) a. *A tradução* está à venda em todas as livrarias.
b. *O exame* foi roubado.
c. *O discurso* está guardado no cofre.
d. *A oferta* era um objeto pesadíssimo.

Na interpretação eventiva, contudo, existem algumas restrições sobre a realização dos argumentos do nome. Em (19), nenhum argumento é realizado nas nominalizações. Nos exemplos de (4), todos os argumentos estão presentes nas nominalizações. Quando o nome deverbal corresponde a um verbo transitivo, pode ocorrer apenas o argumento interno, i.e., aquele que tem a função de complemento direto na frase ativa, como se ilustra em (21):

(21) a. *A invasão da Península Ibérica* foi rápida.
b. *A observação do paciente* revelou uma úlcera.
c. *A oferta do quadro renascentista* ocorreu nas novas instalações do museu.
d. *O saque de Roma em 410* marca o começo do fim do Império Romano.

Quanto ao argumento externo, i.e., aquele que tem a função de sujeito na frase ativa, pode ocorrer sozinho em nominalizações ativas (introduzido pela preposição *de*): cf. *a invasão dos Árabes não era esperada pelos visigodos*, *a observação do especialista revelou uma úlcera*, *a oferta do mecenas ocorreu nas novas instalações do museu*, *o saque de Alarico marca o começo do fim do Império Romano*. Em contrapartida, as nominalizações passivas em que o argumento externo ocorre sozinho (introduzido pela preposição *por*) são usualmente consideradas marginais pelos falantes: cf. ??*a invasão pelos Árabes não era esperada*, ??*a observação pelo especialista revelou uma úlcera*, ??*a oferta pelo mecenas ocorreu nas novas instalações do museu*, ??*o saque por Alarico marca o começo do fim do Império Romano*.

27.2 Outros nomes dependentes no sintagma nominal

Como se discutiu na introdução, os nomes dependentes são aqueles cujo sentido só pode ser inteiramente apreendido pela relação que estabelecem com outra entidade. É, portanto, natural considerar que o constituinte que designa essa entidade funciona como complemento desses nomes. Os nomes deverbais discutidos na secção anterior são o exemplo mais típico de nomes dependentes, pois os sintagmas com que ocorrem correspondem aos argumentos dos verbos relacionados[37]. Nesta secção,

[37] Quando não são argumentos, esses sintagmas correspondem a modificadores ou adjuntos adverbiais no domínio frásico (cf. 27.1.8).

interessam-nos em particular os nomes dependentes não deverbais e/ou que não denotam eventos, como, p.e., *capital*, *presidente* ou *rei* (cf. {*capital/presidente/rei*} *do país*).

Existem vários domínios semânticos em que se estabelecem sistematicamente relações semânticas de dependência entre o nome e o sintagma ou oração com que se combina, e em que se considera, portanto, que esses elementos são complementos do nome. Como nalguns destes campos semânticos existem nomes deverbais, adverte-se o leitor de que poderá encontrar alguma redundância com a secção anterior.

❖ nomes de parentesco como *filho*, *irmã*, *pai*, *primo*, *tia*. A preposição usada nestes casos é sempre *de*: cf. *filho do almirante*, *irmã do Carlos*, *pai da Maria*;

❖ nomes que denotam relações institucionais ou sociais entre pessoas, como *amigo*, *professor* e *sócio*. A preposição usada é sempre *de*: cf. *amigo do Pedro*, *professor da minha filha*, *sócio do Luís*;

❖ nomes que descrevem estados psicológicos de um experienciador (cf. Cap. 11), como *alegria*, *amor*, *angústia*, *desejo*, *fúria*, *medo*, *temor* (esta classe contém vários nomes relacionados com verbos). Nestes casos, existe uma dupla relação: com o experienciador e com o conteúdo do estado psicológico. Para o experienciador, a preposição usada é *de*; para o conteúdo, a preposição mais típica é *de*, mas também pode ser *a*, *com*, *contra* ou *em*. A preposição *em* ocorre quando o complemento que representa o conteúdo do estado psicológico é uma oração infinitiva[38], como se ilustra em (22):

(22) a. a alegria [*da Clara*] [*em receber as amigas*]
b. a angústia [*do Júlio*] [*em perder o emprego*]

Quando o complemento que representa o conteúdo do estado psicológico é um sintagma preposicional, tem-se uma situação semelhante à descrita em 27.1.6: ou seja, a preposição usada é a mesma que ocorre em construções frásicas ativas correspondentes com um verbo leve, nas quais o experienciador ocorre como sujeito, o que se ilustra a seguir[39]:

(23) a. o amor [*do Rui*] [*pela Maria*] (cf. *o Rui tem amor pela Maria*)
b. {o ódio/a raiva} [*da Maria*] [*à/pela linguística*] (cf. *a Maria tem ódio/raiva à/pela linguística*)
c. as fúrias [*do Eduardo*] [*com/contra o departamento*] (cf. *o Eduardo tem fúrias com/contra o departamento*)
d. o medo [*da Carolina*] [*dos castigos corporais*] (cf. *a Carolina tem medo dos castigos corporais*)

[38] Alguns falantes aceitam igualmente *de*: cf. ?*a alegria da Clara de receber as amigas*, *a angústia do Júlio de perder o emprego*.

[39] Alguns destes sintagmas nominais têm um correspondente frásico com um verbo pleno. Com alguns dos verbos, o experienciador é o sujeito das frases (cf., por exemplo, *o Rui ama a Maria*, *a Maria odeia a linguística*); com outros, o experienciador é o complemento direto (cf., por exemplo, *os castigos corporais amedrontam a Carolina*, *o departamento enfurece o Eduardo*). Neste caso, existe também uma alternativa frásica pronominal (com o pronome *se*), em que o experienciador é sujeito e o complemento que descreve o estado psicológico é introduzido pela preposição *com* (cf. *a Carolina amedronta-se com os castigos corporais*, *o Eduardo enfureceu-se com o departamento*).

❖ nomes que denotam obras culturais, como *artigo*, *capítulo*, *filme*, *história*, *livro*, *ópera*, *quarteto*, *relatório*, *sinfonia*, *trabalho*, produzidas por um autor (que semanticamente corresponde ao papel temático de agente) e que, dependendo do meio artístico usado, podem ser sobre um determinado assunto ou tópico, como no caso de um livro ou de um filme (por oposição a uma sinfonia ou um quarteto). A preposição usada mais tipicamente para o autor é *de*, mas pode também ser *por*; e para o assunto, é tipicamente *sobre*, embora *de* seja também possível, especialmente se o autor não for expresso (já que a repetição de dois sintagmas preposicionais iniciados por *de* é estilisticamente infeliz em português):

(24) a. o capítulo [*do João*] [*sobre semântica nominal*]
b. uma sinfonia *de Mozart*
c. uma história [*de fadas*] [*de uma escritora famosa*]
d. um filme [*de Roberto Rossellini*] [*sobre a Alemanha do pós-guerra*]
e. um novo livro *pelo autor de Estruturas Sintácticas*

❖ nomes que denotam representações visuais ou gráficas, como *descrição*, *desenho*, *fotografia*, *imagem*, *quadro*, *radiografia*. Dentro desta classe predominam os **nomes icónicos**, ou seja, os que denotam representações visuais. Tal como os nomes da classe anterior, têm um autor; no entanto, diferem deles por não serem exatamente sobre um assunto, mas por constituírem antes uma representação de qualquer coisa, que corresponde semanticamente ao papel temático de paciente. Para o autor, a preposição usada é *de* ou *por*; para o que é representado, a preposição é *de*:

(25) a. o quadro *da paisagem*
b. a descrição [*do acidente*] [*pelo polícia*]
c. um desenho [*de Carlos Botelho*] [*da cidade de Lisboa*]
d. o retrato [*de Martinho Lutero*] [*de/por Lucas Cranach*]

Ainda que a diferença semântica entre os nomes desta classe e os da classe anterior tenda a esbater-se (ambos denotam produtos artísticos ou culturais com uma dimensão representacional), linguisticamente existe uma distinção entre os seus membros mais típicos, que tem a ver com o uso da preposição *sobre*; esta, de facto, é mais natural com nomes que denotam obras culturais, como *capítulo*, *filme*, *obra* (cf. {*um capítulo/um filme/uma obra*} *sobre a descoberta da América*), e menos natural com nomes que denotam representações visuais ou gráficas, como *descrição*, *desenho*, *fotografia*, *imagem* (cf. ***a descrição** *sobre o acidente*, ***o desenho** *sobre a cidade de Lisboa*, ***uma fotografia** *sobre a Maria*; compare-se com *a descrição do acidente*, *o desenho da cidade de Lisboa* e *uma fotografia da Maria*).

Certos nomes, como *filme* ou *quadro*, admitem as duas preposições, *sobre* e *de*. No entanto, o uso de uma ou da outra depende do estatuto da obra. Quando o complemento é introduzido por *sobre*, realça-se o aspeto cultural; quando o complemento é introduzido por *de*, realça-se o aspeto representacional; comparem-se, assim, os dois sintagmas nominais *o quadro de Goya dos fuzilamentos do dia 3 de maio* com *o quadro de Goya sobre as atrocidades do exército napoleónico*[40]. No primeiro,

[40] Estes dois sintagmas identificam o mesmo referente, um quadro de Goya exposto no museu do Prado e que tem como um dos seus títulos "Os fuzilamentos da montanha do Príncipe Pio".

o sintagma preposicional sublinhado descreve representacionalmente um evento através de um nome deverbal (*fuzilamentos*), e a preposição usada é *de*. No segundo, em contrapartida, o sintagma preposicional sublinhado descreve um conteúdo abstrato, inferido culturalmente a partir da cena e do conhecimento do contexto histórico no qual esta se insere, e a preposição usada é *sobre*. Com o nome *filme*, podem-se dar exemplos como *um filme sobre a velhice e o amor* (*realizado por Ingmar Bergman*) e *o filme dos meus filhos* (*que eu fiz nas últimas férias*). No primeiro caso, o filme é identificado através de um assunto; no segundo, através do que se representa.

27.3 Sintagmas preposicionais dentro do sintagma nominal

Nesta secção, descrevem-se os sintagmas preposicionais que constituem elementos internos do sintagma nominal. De novo, interessam-nos sobretudo os sintagmas nominais que têm como núcleo nomes não eventivos[41]. Como já se viu, os sintagmas preposicionais podem ser complementos de um nome dependente (cf. *o* ***pai*** *da Maria*) ou modificadores de um nome autónomo (cf. *o* ***livro*** *da Maria*). No entanto, como se observou no final da introdução a este capítulo, as diferenças entre complemento e modificador atenuam-se dentro do sintagma nominal, especialmente quando o nome nuclear não é deverbal ou não representa um evento. Assim, interessa-nos, nesta secção, discutir as propriedades gramaticais e semânticas dos sintagmas preposicionais que ocorrem no SN, independentemente do seu estatuto como complementos ou modificadores.

São várias as preposições (ou locuções prepositivas) que podem servir de núcleo aos sintagmas preposicionais que se combinam com nomes não eventivos, como se ilustra a seguir, de modo não exaustivo:

(26) a. tecido *para cortinas*
b. (o) homem *com a pistola de ouro*
c. (as) pessoas *sem um bilhete válido*
d. (um) quadro *a óleo*
e. (um) cidadão *contra a guerra no Iraque*
f. (um) livro *sobre História de Portugal*
g. (uma) pessoa *sob a influência de drogas*
h. (uma) pessoa *perante o juízo dos seus pares*
i. (uma) sonata *em ré menor*
j. (uma) ponte *entre duas margens*
k. (um) caminho *até à praia*

No entanto, a preposição mais típica que tem esta função, e também a que ocorre com mais frequência, é *de*.

27.3.1 Flexibilidade semântica da preposição *de*

Para além de ser a preposição que introduz canonicamente os argumentos dos nomes eventivos que correspondem ao sujeito (nas nominalizações ativas) e ao

[41] No entanto, dar-se-ão exemplos com nomes deverbais ou eventivos sempre que necessário para ilustrar algum ponto para o qual esses nomes sejam particularmente adequados.

complemento direto frásico (cf. 27.1), a preposição *de* suporta uma gama variadíssima de relações de sentido entre o sintagma preposicional e o nome com o qual este se combina. Ilustram-se algumas destas relações em (27), numa lista que não pretende ser exaustiva (cf. também os exemplos analisados em 27.2):

(27) a. (o) pai *da Maria* [parentesco]
b. (o) braço *da Júlia* [posse inalienável de uma parte do corpo]
c. (o) carro *da Clara* [posse alienável]
d. (a) perna *da cadeira* [relação parte-todo]
e. (uma) jarra *de flores* [relação continente-conteúdo]
f. (o) medo *das crianças* [experienciador de um estado psicológico]
g. (o) {patrão/médico/amigo} *da Maria* [relação institucional, profissional ou social]
h. (um) vestido *de seda* [material de fabrico]
i. (um) vinho *do Douro* [origem geográfica]
j. (um) vinho *de 1996* [origem temporal]
k. (um) livro *de matemática* [assunto]
l. (uma) fotografia *de Lisboa* [entidade representada]
m. (um) quadro *de Rembrandt* [autor]
n. (a) ideia *de irmos lá* [conteúdo proposicional]
o. (um) homem *de meia-idade* [localização numa escala]

A flexibilidade semântica desta preposição dentro do SN tem uma importante dimensão pragmática: em muitos casos, a relação de significado do sintagma preposicional com o nome só pode ser determinada pelo contexto situacional ou discursivo. Considerem-se, por exemplo, as expressões *a loja da Ana* e *a equipa do Eduardo*. Fora de contexto, é impossível saber se *a loja da Ana* refere a loja que ela possui, onde ela trabalha, a loja de que ela gosta particularmente, onde ela costuma comprar a sua roupa, entre outras possibilidades que se poderiam imaginar; de modo semelhante, *a equipa do Eduardo* pode referir a equipa da qual ele é jogador profissional, a equipa que o formou, a equipa da qual é sócio ou dono, a equipa que ele apoia, onde trabalha, etc.

A flexibilidade da preposição *de* também se manifesta no facto de poder substituir, com um grau maior ou menor de aceitabilidade, algumas das outras preposições, em particular *com*, *para* e *sobre*; cf. *roupa para/de criança*, *o homem com/da pistola de ouro*, *artigo sobre/de linguística*.

27.3.2 Tipos de sintagma preposicional dentro do sintagma nominal

Dependendo do sintagma nominal neles contido, os sintagmas preposicionais dentro do SN podem ser reduzidos ou completos. Os **sintagmas preposicionais reduzidos** têm como complemento sintagmas nominais reduzidos (cf. *livro de banda desenhada*, *pintura a óleo*)[42] ou um verbo no infinitivo (cf. *máquina de escrever*).

[42] Recorde-se que um sintagma nominal reduzido não tem especificador, consistindo apenas num grupo nominal (cf. Cap. 20); frequentemente, nos sintagmas preposicionais reduzidos, o grupo nominal complemento da preposição consiste apenas num substantivo, como em *óculos de sol* ou *pintura a óleo*. Para simplificar, quando os exemplos discutidos no texto forem deste tipo, utilizamos apenas o termo "substantivo" ou "nome" em vez de "grupo nominal", para designar o complemento da preposição.

Os **sintagmas preposicionais completos** têm como complemento um sintagma nominal completo, i.e., especificado por um determinante ou por um quantificador (cf., respetivamente, *o homem da pistola de ouro* e *o clube de muitos amigos meus*). A seguir, discutem-se estes sintagmas preposicionais, começando pelos reduzidos, que, como veremos, podem ter funções e valores semânticos variados.

27.3.2.1 Sintagmas preposicionais classificadores

Os sintagmas preposicionais classificadores (cf. (28)) constituem a subclasse mais produtiva dos sintagmas preposicionais reduzidos no interior dos sintagmas nominais:

(28) lar *para idosos*, máquina *de escrever*, vestido *de seda*, quadro *a óleo*

Nestes exemplos, o complemento da preposição (grupo nominal ou verbo) não tem qualquer valor referencial; antes, representa semanticamente um tipo (cf. Cap. 21.1.4). Assim, p.e., em *lar para idosos*, *idosos* não representa nenhum conjunto concreto de pessoas, identificado ou não identificado, mas sim o tipo de pessoas que podem ser designadas por esse nome, ou seja, as propriedades caracterizadoras de cada uma e todas elas; por outras palavras, um conceito abstrato. De modo semelhante, o verbo no infinitivo em *máquina de escrever* denota não uma instância particular da atividade de escrever, mas sim o conceito geral dessa atividade.

A função destes sintagmas preposicionais consiste em classificar o nome modificado (*lar*, *máquina*) relacionando-o com o conjunto de propriedades denotado pelo substantivo ou verbo que é complemento da preposição (*idosos*, *escrever*). Essas propriedades são atribuídas ao nome modificado numa determinada relação semântica, que é parcialmente veiculada pela preposição (sobretudo quando esta é diferente de *de*, como em *lar para idosos*) e parcialmente inferida pelos falantes com base no sentido quer do nome modificado quer do nome ou verbo contido no SP, e também com base no seu conhecimento do mundo. Assim, em *lar para idosos*, o sintagma preposicional *para idosos* introduz uma classificação dos lares (enquanto casas de habitação social), com base na dimensão social/etária dos seus habitantes, denotando um subtipo de lares que se opõe a outros, como, p.e., *lar para crianças abandonadas*, *lar de estudantes*, *lar de jovens*, *lar para militares reformados*. Neste caso, a relação induzida pela classificação é de finalidade ou de especialização funcional, parcialmente veiculada pela preposição *para* e também pelo nosso conhecimento de que os lares, enquanto habitações sociais, servem para acolher pessoas com base em grupos sociais ou etários.

De modo semelhante, *de escrever*, em *máquina de escrever*, introduz uma classificação na classe das máquinas, e a expressão denota um subtipo particular destas, por oposição a outros, como, p.e., *máquina de filmar*, *máquina de barbear*, *máquina de costura*. É também o nosso conhecimento do mundo e do sentido do nome *máquina* que nos permite inferir que a relação entre o verbo ou o nome que é complemento da preposição e o nome nuclear é, também neste caso, de finalidade ou especialização funcional.

Um nome adequado para este tipo de sintagmas preposicionais reduzidos dentro do SN é, pois, o de **sintagmas preposicionais classificadores**. As preposições mais usadas nestes sintagmas são *de*, *para*, *a* e, em menor grau, *em* (cf. *vestido em seda*, a

par de *vestido de seda*). Apresentam-se mais alguns exemplos em (29), indicando-se os vários sentidos introduzidos pelos classificadores (de novo esta lista não pretende ser exaustiva):

(29) a. sapatos *de ténis*, botas *de montar*, máquina {*de escrever/de costura*}, óculos *de sol*, sala *de espera*, óleo *para cozinhar*, pano *de cozinha*, comboio *de passageiros* [finalidade ou especialização funcional de um objeto ou espaço]
b. livro *de banda desenhada*, artigo *de/sobre linguística*, revista *de cinema* [conteúdo de um produto cultural]
c. colégio *de/para raparigas*, lar *de/para idosos*, hospital *de crianças* [beneficiário de uma instituição]
d. médico *de doenças da pele*, fábrica *de automóveis* [tipo de atividade, especialização funcional]
e. máquina *a vapor*, avião *a jacto*, barco *à vela* [modo de funcionamento]
f. pintura/quadro *a óleo* [modo de execução]
g. vestido *de seda*, lençol *de algodão* [matéria-prima]
h. dia {*de inverno/de verão/de outono/de primavera*} [caracterização meteorológica dos dias]

Entre os sintagmas preposicionais classificadores, vale a pena destacar os que classificam uma entidade segundo o seu lugar de origem ou de produção (cf. *algodão do Egito*, *porcelana de Limoges*, *vinho do Porto*, *bola de Berlim*, *tinta da China*). Contrariamente aos exemplos de (29), nestes casos, o complemento da preposição não é um sintagma nominal reduzido, mas sim o nome próprio de uma região ou de um país (cf. Cap. 26). Nestes exemplos, a presença ou ausência de artigo no nome próprio tem a ver com a maneira como ele é usado nos contextos em que funciona como argumento: alguns com artigo, outros sem artigo (cf., por exemplo, *Limoges é uma cidade onde se produz porcelana*, sem artigo, vs. *o Porto é a cidade que deu o nome ao famoso vinho*, com artigo; cf. Cap. 26.6.2.1).

Os sintagmas preposicionais classificadores de origem têm propriedades semânticas interessantes. Nomeadamente, existe nessas expressões uma tensão semântica entre uma classificação literalmente baseada na proveniência geográfica e uma classificação baseada em dimensões de sentido que têm mais a ver com as características físicas, materiais ou estéticas do produto, podendo mesmo perder-se o sentido de proveniência geográfica, que não é mais tomado como parte (necessária) constitutiva do sentido da expressão. Essa "cristalização" semântica está completamente consagrada em *tinta da China* ou em *bola de Berlim*, em que o sintagma preposicional perdeu completamente o sentido de origem, significando as expressões um tipo de tinta e um tipo de bolo, classificados relativamente à sua cor e consistência (no caso da tinta) e quanto à sua confeção (no caso do bolo).

Nota-se uma tendência semelhante com produtos gastronómicos e artesanais de muitas regiões. A expressão *vinho do Porto*, p.e., combinava até há pouco tempo as duas vertentes semânticas, ou seja, por um lado, um sentido que tem a ver com o modo como é produzido e os ingredientes que entram na sua confeção, e, por outro lado, um sentido geográfico, i.e., 'produzido na região do Porto'. Esta última vertente semântica, contudo, está em vias de desaparecer, e a expressão é cada vez mais usada unicamente para denotar um tipo de vinho, classificado quanto ao seu

modo de produção. De facto, atualmente, é possível comprar vinho do Porto (comercializado com esse nome) produzido na Califórnia, na Austrália ou na África do Sul[43].

Outro tipo semelhante de sintagmas preposicionais classificadores são os que tomam como complemento uma expressão referencial designadora de um intervalo de tempo, geralmente o nome de um ano[44], servindo para classificar uma entidade na dimensão da sua origem temporal. Um uso frequente destes sintagmas é na área da enologia, para classificar vinhos e colheitas segundo o seu ano de produção (cf. *um vinho de 1996*, *a colheita de 2002*).

O uso continuado da combinação de um nome com um sintagma preposicional classificador tem tendência a formar uma **unidade multilexical**, i.e., uma expressão em que há uma coesão interna entre os seus elementos constitutivos (cf. Cap. 9). Essa coesão pode ser maior ou menor, dependendo de vários fatores, sobretudo de uso, ou seja, nem sempre radica em razões puramente gramaticais ou semânticas. No âmbito dos sintagmas preposicionais classificadores, a categoria semântica de modo de funcionamento de um objeto parece favorecer a criação de unidades multilexicais com uma forte coesão interna, que podem ser classificadas como **compostos sintáticos** (cf. Caps. 9 e 58): cf. *avião a jacto*, *barco à vela*, *moinho de vento*, *motor a diesel* e *máquina a vapor*, entre outros. Nestes compostos, é difícil, e por vezes impossível, inserir outros modificadores no interior do grupo, quebrando a adjacência entre o nome e o SP classificador: cf. a estranheza ou impossibilidade de ??*avião privado a jacto* (vs. *avião a jacto privado*), ??*avião da marinha a jacto* (vs. *avião a jacto da marinha*), ??*barco ligeiro à vela* (vs. *barco à vela ligeiro*), ??*moinho em ruínas de vento* (vs. *moinho de vento em ruínas*). Noutras áreas semânticas, veja-se ?*bola de couro de futebol* (vs. *bola de futebol de couro*)[45], ??*vinho seco do Porto* (vs. *vinho do Porto seco*), ??*bola com creme de Berlim* (vs. *bola de Berlim com creme*), ??*tinta espessa da China* (vs. *tinta da China espessa*), ??*máquina antiga de escrever* (vs. *máquina de escrever antiga*), entre outros que se poderiam apresentar.

Em contrapartida, a categoria semântica de matéria-prima não induz, em geral, uma coesão tão forte (cf. ?*garrafa redonda de vidro*, ?*cama antiga de ferro*), sobretudo em casos em que a ordem nome + adjetivo + sintagma preposicional (classificador) permite evitar possíveis ambiguidades, o que acontece quando o adjetivo pode modificar quer o nome nuclear quer o nome que é complemento da preposição: cf. *camisa azul de seda* vs. *camisa de seda azul*. Neste último exemplo, de facto, pode entender-se que *azul* modifica *seda*, e não *camisa*[46].

Os sintagmas preposicionais classificadores têm uma função semelhante à dos adjetivos atributivos relacionais que ocorrem em expressões como *dia primaveril*, *pesca fluvial* ou *revista cinematográfica* (cf. 27.4.3 e Cap. 31). Estes adjetivos relacionam-se com nomes, morfologicamente (*primavera*, *cinema*) ou etimologicamente (*fluvial*, cultismo, do latim *fluvialis*, por sua vez derivado de *fluvius* 'rio').

[43] Nestes casos, o nome próprio alude simplesmente ao lugar de origem "histórica" do produto (onde se inventou, onde se produziu originalmente), mas não à sua procedência real.

[44] Sobre o estatuto das expressões designadoras de intervalos de tempo, cf. Cap. 16.

[45] Repare-se que, neste caso, o modificador *de couro* que quebra a unidade multilexical *bola de futebol* é, ele próprio, um sintagma preposicional classificador.

[46] No entanto, estas expressões têm uma coesão forte quando ganham um sentido metafórico ou figurado, como em *bola de neve*, *bola de sabão*, *bola de cristal*, *bola de fogo*, *bola de ouro* (designando um troféu).

Ao combinar-se com um nome (*dia*, *pesca* e *revista*, nos exemplos), atribuem-lhe as propriedades que caracterizam o nome com que se relacionam, criando subtipos, tal como os sintagmas preposicionais classificadores. Assim, *dia primaveril* representa um tipo de dia, com características próprias da primavera (temperatura agradável, céu azul); *pesca fluvial* denota o tipo de atividade piscatória exercida em rios; e *revista cinematográfica* é um tipo de revista que versa sobre temas que têm a ver com o cinema. Em muitos casos, como nos exemplos acima, estes adjetivos têm uma contraparte constituída por um sintagma preposicional classificador, exatamente com o mesmo sentido: cf. *dia de primavera*, *pesca de rio* e *revista de cinema*. Outros exemplos de pares com nome + adjetivo relacional equivalente a nome + sintagma preposicional classificador são *colégio feminino* vs. *colégio de/para raparigas* e *médico dermatologista* vs. *médico de doenças da pele*. Embora *comboio elétrico* não tenha variante com sintagma preposicional classificador, a mesma relação que existe entre o adjetivo e o nome (modo de funcionamento) encontra-se em *máquina a vapor*, *avião a jacto* e *barco à vela*.

Para além do seu uso atributivo, os sintagmas preposicionais classificadores podem ocorrer com uso predicativo, em frases copulativas, como se ilustra em (30):

(30) a. Esses óculos são *de sol*.
b. O livro que comprei ontem é *de banda desenhada*.
c. Esse colégio é *para raparigas*.
d. A única fábrica desta cidade é *de automóveis*.
e. Este vestido é *de seda*.

27.3.2.2 Outros sintagmas preposicionais reduzidos dentro do SN

❖ Sintagmas preposicionais que exprimem o domínio da quantificação

Outro uso dos sintagmas preposicionais reduzidos introduzidos por *de* é em expressões nominais de quantificação de medição, nas quais denotam o domínio da quantificação, quer este seja constituído por uma substância (cf. *dez litros de vinho*) quer seja constituído por uma classe de entidades discretas (cf. *dois quilos de maçãs*). Note-se, no entanto, que estas expressões também podem conter sintagmas preposicionais completos: cf. *dez litros do vinho magnífico que bebi ontem no restaurante*, *dois quilos dessas maçãs vermelhas*. Para uma discussão adicional destas construções, cf. Cap. 21.5.5.2.

❖ Sintagmas preposicionais com as preposições *com* e *sem*

São também muito comuns os sintagmas preposicionais reduzidos com estas duas preposições, enquanto modificadores de nomes (cf. *sobremesa com morangos*, *pastéis de Belém com canela*, *bola de Berlim com creme*, *história com personagens interessantes*, (*a*) *rapariga com óculos escuros*, *livro sem graça*, *sopa sem sal*). Nestes exemplos, a relação expressa é de posse, em sentido lato[47], quer afirmada (com a preposição *com*), quer negada (com a preposição *sem*), e pode ser parafraseada por frases com o verbo *ter*, afirmativas (posse afirmada) ou negativas (posse negada):

[47] Sobre a variabilidade semântica das construções de posse, cf. 27.3.3.2.

cf. *a sobremesa tem morangos*, *os pastéis de Belém têm canela*, *a bola de Berlim tem creme*, *a história tem personagens interessantes*, *a rapariga tem óculos escuros*, *o livro não tem graça*, *a sopa não tem sal*. O nome (ou grupo nominal) que é complemento da preposição tem frequentemente um valor indefinido, de quantificação indeterminada (cf. Cap. 21.2.5).

27.3.2.3 Sintagmas preposicionais completos dentro do SN

Nos sintagmas preposicionais completos, o complemento da preposição é um sintagma nominal completo, introduzido por um determinante ou por um quantificador. Esse sintagma nominal pode ter um valor referencial, quantificacional ou genérico (i.e., denotando uma espécie; cf. Cap. 21.1.4). Apresentam-se a seguir exemplos em que o sintagma preposicional modifica ou complementa o nome do sintagma nominal mais abrangente:

(31) a. (o) pai *da Maria*, (a) alegria *da Clara*, (os/alguns) vestidos *da minha filha*, (o) homem *da pistola de ouro*, (o/um) filho *de um amigo meu* [valor referencial]
b. (uma) casa *para alguns idosos da minha terra*, (uma) equipa *de milhões de pessoas*, (um) garrafão *com* {*algum/5 litros de*} *vinho* [valor quantificacional]
c. (um) artigo *sobre os adjetivos qualificativos*, (uma) lei *contra a fraude fiscal* [valor genérico]

Enquanto os sintagmas preposicionais classificadores denotam conceitos que servem para classificar os nomes com que se combinam, os sintagmas preposicionais completos introduzem entidades do universo do discurso (definidas e indefinidas, como em (31a), ou genéricas, como em (31c)) ou quantidades de substâncias (determinadas e indeterminadas, como em (31b)). Estes sintagmas restringem os nomes com que se combinam, circunscrevendo o seu sentido à relação que estabelecem com a entidade designada pelo SN que é o complemento da preposição. Assim, p.e., *da minha filha*, em (*os/alguns*) *vestidos da minha filha* restringe a denotação da classe dos vestidos àqueles que se encontram numa relação de posse com a entidade designada pelo SN *a minha filha*. De novo, o tipo de relação é inferido pelos falantes a partir do sentido do nome e do sintagma nominal que é complemento da preposição, da própria preposição usada (sobretudo quando esta é diferente de *de*), de indicações pragmaticamente obtidas do contexto discursivo ou situacional e, de um modo geral, do seu conhecimento do mundo.

> [7] Quando o SN dentro do sintagma preposicional tem valor genérico (cf. (31c)), existem, por vezes, variantes com o mesmo significado, com um sintagma preposicional classificador. Assim, *um artigo sobre os adjetivos qualificativos* tem o mesmo significado de *um artigo sobre adjetivos qualificativos* (cf. também *lei contra a fraude fiscal*, a par de *lei contra fraudes fiscais*). Contudo, no primeiro exemplo, com artigo definido no sintagma nominal dentro do SP, este tem um valor genérico (cf. Cap. 21), ao passo que, no segundo exemplo, o SN sem artigo é um classificador. Consequentemente, na primeira expressão, o sintagma nominal *os adjetivos qualificativos* denota uma espécie, enquanto classe natural de entidades, ao passo que, na segunda, o SN reduzido *adjetivos qualificativos* denota o tipo, ou seja, o conceito abstrato que representa a espécie (cf. Cap. 21). Neste contexto, essa diferença é subtil e não parece ter efeitos relevantes no significado das expressões.

27.3.3 Construção nominal possessiva

Nas construções possessivas como *o livro do professor* e *o professor tem um livro*, relacionam-se duas entidades com base na ideia geral de "posse": concretamente, uma entidade "possuidora" (*o professor*) e uma entidade "possuída" (*o livro*). Como os exemplos mostram, estas construções manifestam-se tanto no domínio nominal como no domínio frásico, e correspondem-se de maneira bastante estreita: ou seja, de modo geral, às expressões nominais possessivas correspondem expressões frásicas possessivas. Na medida em que existem construções nominais não possessivas com a mesma forma sintática das construções possessivas, essa correspondência é um fator crucial para separar as "verdadeiras" construções nominais possessivas daquelas que o não são. Assim, embora este capítulo seja sobre o sintagma nominal, descrevemos aqui também, de forma breve, as construções possessivas no domínio frásico.

27.3.3.1 Forma das construções possessivas

A construção nominal possessiva pode tomar duas formas: (i) determinante + nome + [$_{SP}$ de + SN] (cf. *o livro do professor*) e (ii) determinante + pronome possessivo + nome (cf. *o seu livro*)[48]. Nesta construção, o núcleo do sintagma nominal denota o tipo da entidade "possuída" (*o <u>livro</u> do professor*) e o sintagma nominal complemento da preposição *de* (*o livro d<u>o professor</u>*) ou o pronome possessivo (*o <u>seu</u> livro*) denotam (e referem) a entidade "possuidora"[49].

No domínio frásico, a construção possessiva mais típica tem como predicador o verbo *ter*, como sujeito um sintagma nominal que designa a entidade possuidora e como complemento direto um sintagma nominal, usualmente indefinido, que designa a entidade possuída (cf. *o professor tem um livro*).

> [8] Existe outra construção frásica possessiva, que tem como verbo a cópula *ser* e como sujeito um sintagma nominal que designa a entidade possuída; neste caso, a entidade possuidora é realizada por um sintagma preposicional introduzido pela preposição *de* (cf. *o livro é do professor*) ou por um pronome possessivo (cf. *o livro é teu/seu*), ambos em função predicativa[50]. Nem todas as construções com o verbo *ter* têm uma versão com o verbo *ser*: cf., por exemplo, *a Maria tem um feitio desgraçado* vs. *#o feitio desgraçado é da Maria*). Em termos das relações analisadas mais abaixo no texto, a construção com *ser* parece exigir um sujeito concreto ou de natureza proposicional: cf., por exemplo, *o Pedro tem um livro*, a par de *o livro é do Pedro* e *o João teve uma ideia* (*brilhante*), a par de *a ideia* (*brilhante*) *foi do João*.

Nem todos os sintagmas nominais com a forma (i) ou (ii) descritas acima são construções possessivas. Como se mencionou, as construções possessivas nominais

---

[48] A posição do pronome possessivo relativamente ao nome depende do estatuto definido ou indefinido do sintagma nominal: pré-nominal num SN definido e pós-nominal num SN indefinido (cf. Cap. 20).
[49] A partir deste ponto, deixamos de colocar aspas nos termos "possuidor(a)" e "possuído(a)". Na construção nominal possessiva, o nome que é núcleo da construção (*livro*, no exemplo) apenas denota o tipo da entidade possuída, mas não a refere. A expressão que refere a entidade possuída é, na realidade, o sintagma nominal na sua totalidade (i.e., no exemplo dado, *o livro do professor*). Repare-se que o tipo da entidade possuída é geralmente expresso por um nome simples (*livro*), mas pode ser também expresso por um nome modificado ou complementado (cf. *o <u>livro de matemática</u> do professor*).
[50] Na terceira pessoa, pode usar-se um pronome oblíquo introduzido por *de*: cf. *o livro é dele*.

têm tipicamente um correspondente frásico com o verbo *ter*[51]. Essa correspondência serve-nos, pois, de critério para distinguir as construções nominais possessivas daquelas, com a mesma forma, que o não são (cf., por exemplo, *um conto de fadas*, que não corresponde a *as fadas têm um conto*). Outro critério que usamos na identificação das construções possessivas nominais é o facto de praticamente todas elas se realizarem nas duas versões (i) e (ii) descritas acima (ou seja, uma em que o possuidor é realizado por um SN dentro do sintagma preposicional introduzido por *de* e outra em que o possuidor é realizado por um pronome possessivo)[52]. Em contrapartida, as construções com a forma determinante + nome + [$_{SP}$ de + SN] que não são possessivas não têm a versão com pronome possessivo (também com uma importante exceção, que se menciona mais à frente); p.e., a *o/um conto de fadas* não corresponde *o seu conto* ou *um conto seu*, com *seu* = *fadas*.

27.3.3.2 Valores semânticos expressos nas construções possessivas

As **relações de posse** expressas pelas construções possessivas, quer nominais quer frásicas, não se reduzem de forma alguma à posse material ou jurídica; antes, essas relações têm de ser entendidas num sentido muito mais lato. Como nota Lyons (1977:722), só uma minoria das relações de sentido que as línguas codificam através de construções possessivas caem efetivamente sob a alçada da ideia social ou legal de propriedade. É plausível, então, conceber que o conceito de propriedade funciona como fonte metafórica para a expressão de um número variado de relações semânticas, muitas delas fora da área semântica da posse material. Assim, p.e., são expressas por construções possessivas as relações de parentesco (cf. *a irmã do Zé*, *o Zé tem uma irmã*) e as relações entre uma parte e o todo a que pertence (i.e., relações de meronímia-holonímia; cf. Cap. 8.7), incluindo a chamada **posse inalienável** de partes do corpo por um pessoa ou por um órgão inclusivo (cf. *o nariz do Pedro* vs. *o Pedro tem um nariz* (*grande*) e *os dedos da mão* vs. *a mão tem dedos*).

> [9] No âmbito das relações de posse, distingue-se entre **posse inalienável** e **posse alienável**. A primeira categoria semântica tem a ver com relações de meronímia-holonímia (i.e., de parte-todo), quer no corpo humano (cf. *os olhos da Maria*, *a cara da Alexandra*, *o nariz da Júlia*) quer no domínio da afetividade, quando esta é reificada num nome, como *sorriso*, *simpatia*, *feitio*, etc. (cf. *o sorriso da Maria*, *a simpatia da Alexandra*, *o feitio da Júlia*). Em contrapartida, a posse alienável tem a ver com a propriedade de objetos ou entidades que são normalmente separáveis do seu possuidor (cf. *o carro do Eduardo*, *a carteira da Joana*, *o passaporte do Luís*). Em português, algumas expressões de posse alienável de objetos considerados "únicos" na perspetiva do possuidor têm propriedades gramaticais semelhantes às expressões que representam posse inalienável (cf. Cap. 22.1.2.1.6).

[51] Nessa correspondência, não tomamos em conta o estatuto definido ou indefinido dos sintagmas nominais que se correspondem nas construções nominal e frásica. Esse estatuto obedece a fatores semânticos e/ou discursivos próprios de cada construção (sobre as propriedades discursivas da construção frásica, cf. Cap. 22.2.2.3 e Caixa [10]).

[52] Há uma exceção na área da origem temporal, que se discute mais adiante, na Nota 54.

Ilustram-se a seguir alguns dos sentidos que são codificados nas construções possessivas, apresentando-se em primeiro lugar a construção frásica (a lista dos sentidos que podem ser expressos não é exaustiva):

(32) a. O Pedro tem uma casa. [propriedade material; posse alienável]
b. A Idalina tem um nariz grande. [parte-todo do corpo humano; posse inalienável]
c. A Maria tem {um lindo sorriso/uma simpatia especial/um feitio desgraçado}. [expressão afetiva; posse inalienável]
d. A Joana tem medo (do Zé). [estado psicológico][53]
e. Tenho uma ideia/pergunta! [estado ou processo intelectual]
f. A Júlia tem uma irmã. [parentesco]
g. Esta casa tem duas varandas. [parte-todo de um objeto material]
h. O João tem um {sócio/amigo/médico}. [relação institucional/social/profissional]
i. Carlos Botelho tem quadros de Lisboa. [autoria]
j. O Douro tem um vinho ótimo. [procedência geográfica]
k. 1966 teve uma produção vinícola magnífica. [origem temporal]

[10] O complemento direto do verbo *ter* na construção possessiva introduz entidades novas no universo do discurso (cf. Cap. 22). Este facto está associado a duas outras propriedades gramaticais deste constituinte. Em primeiro lugar, o complemento direto é tipicamente indefinido; em segundo lugar, quanto mais "rico" for de um ponto de vista informacional, mais aceitáveis são as frases, semântica e pragmaticamente. Como consequência desta segunda propriedade, o nome nuclear do complemento direto é preferencialmente modificado ou complementado por expressões que aumentem o seu valor informacional (em (32b,c,j,k), por um adjetivo, e, em (32i), por um sintagma preposicional). Quando se exprime posse inalienável, o nome não pode mesmo ocorrer isolado: cf., por exemplo, a estranheza de **a Maria tem um sorriso* ou de *??a Idalina tem um nariz*.

O verbo *possuir* também pode ser utilizado em vez de *ter* nalguns dos sentidos ilustrados em (32), embora com uma aplicação mais restrita, que se deve ao facto de este verbo ter um significado mais próximo do conceito de posse estrita (alienável ou inalienável). Assim, é possível substituir *possuir* por *ter* em (32a,b,c,g,j), como se ilustra em (i):

(i) a. O Pedro possui uma casa.
b. A Idalina possui um nariz grande.
c. A Maria possui um lindo sorriso.
d. Esta casa possui duas varandas.
e. O Douro possui um vinho ótimo.

Em contrapartida, *possuir* não pode substituir *ter* em (31d,e,f,h,i,k), como se vê pela impossibilidade de **a Joana possui medo* (*do Zé*), **possuo uma ideia/pergunta*, **a Júlia possui uma irmã*, **o João possui um* {*sócio/amigo/médico*}, **1966 possuiu uma produção vinícola magnífica*. Repare-se que a frase *Carlos Botelho possui quadros de Lisboa* (cf. (32i)) é perfeitamente gramatical, mas tem apenas o sentido de posse material, não o de autoria que pode ser expresso pelo verbo *ter*.

[53] Com nomes que denotam estados psicológicos, é o experienciador que é perspetivado como possuidor.

Apresentam-se seguidamente exemplos correspondentes aos de (32) com a construção possessiva nominal, em ambas as versões (coloca-se o possuidor em itálico em ambos os exemplos):

(33) a. a casa *do Pedro*; a *sua* casa
b. o nariz grande *da Idalina*; o *seu* nariz grande
c. {o lindo sorriso/a simpatia especial/o feitio desgraçado} *da Maria*; o *seu* lindo sorriso/a *sua* simpatia especial/o *seu* feitio desgraçado
d. o medo (do Zé) *da Joana*; o *seu* medo (do Zé)
e. a ideia/pergunta *do Eduardo*; a *sua* ideia/pergunta
f. a irmã *da Ana*; a *sua* irmã
g. as duas varandas *desta casa*; as *suas* duas varandas
h. o {sócio/amigo/médico} *do João*; o *seu* {sócio/amigo/médico}
i. os quadros de Lisboa *do Carlos Botelho*; os *seus* quadros de Lisboa
j. o vinho *do Douro*; o *seu* vinho
k. a produção vinícola *de 1966*; *a *sua* produção vinícola[54]

27.3.3.3 Casos que não são construções possessivas

Como se referiu, nem todos os sintagmas nominais com um sintagma preposicional iniciado pela preposição *de* são construções possessivas. Em particular, os sintagmas em que ocorre um nome combinado com um sintagma preposicional classificador iniciado por *de* não são construções possessivas, pela razão simples de que estes sintagmas não introduzem entidades no universo do discurso que possam ter o valor semântico de possuidor (como se discutiu, estes sintagmas denotam conceitos). Assim, nenhum dos seguintes sintagmas nominais possui um equivalente frásico possessivo[55]: *uns sapatos de ténis* (cf. #*o ténis tem uns sapatos*), *um comboio de passageiros* (cf. #*os passageiros têm um comboio*), *um jarro de flores* (cf. #*as flores têm um jarro*), *um tecido de seda* (cf. #*a seda tem um tecido*), *um livro de matemática* (cf. #*a matemática tem um livro*), *um colégio de raparigas* (cf. #*as raparigas têm um colégio*), *um dia de inverno* (cf. #*o inverno tem um dia*). Do mesmo modo, nestes casos, os sintagmas preposicionais não podem ser substituídos por pronomes possessivos, como se verifica pela impossibilidade (mantendo o mesmo sentido) de #*os seus sapatos* (i.e., de ténis), #*o seu comboio* (i.e., de passageiros), #*o seu jarro* (i.e., de flores), #*o seu tecido* (i.e., de seda), #*o seu livro* (i.e., de matemática), #*o seu colégio* (i.e., de raparigas) e #*o seu dia* (i.e., de inverno).

As expressões nominais com sintagmas preposicionais que exprimem o domínio da quantificação também não são construções possessivas. Assim, p.e., *dez litros de vinho* e *dois quilos de maçãs* não correspondem a frases com o verbo *ter*

[54] Note-se a impossibilidade do pronome possessivo neste caso (esta é a exceção assinalada na Nota 52 acima). Que o pronome possessivo é possível na aceção de procedência geográfica, mostram-no os seguintes exemplos: (i) *O Douro é uma zona vitivinícola por excelência. Os seus vinhos são conhecidos em todo o mundo* e (ii) *o Algarve é conhecido pela qualidade das suas amêndoas*. Contudo, apenas o sentido literal de procedência pode ser codificado no pronome possessivo, não o sentido "alargado" em que se descrevem atributos (cf. 27.3.2.1), como em *vinho do Porto*. Assim, na frase *o Porto é mundialmente famoso pelo seu vinho*, a expressão *seu vinho* (em que *seu* = Porto) não pode designar vinho do Porto produzido na Califórnia.

[55] O símbolo "#" indica aqui a não equivalência dos exemplos, independentemente de alguns dos exemplos frásicos serem gramaticais e interpretáveis com outro sentido.

nem a sintagmas nominais com pronomes possessivos: cf. *#o vinho tem dez litros*, *#as maçãs têm dois quilos*, ou *#os seus dez litros* (i.e., de vinho) e *#os seus dois quilos* (i.e., de maçãs).

[11] As nominalizações constituem um caso interessante e, por vezes, difícil de decidir, quanto ao seu estatuto como construções possessivas. Vimos em 27.1.2 (cf. (6)) que o argumento que corresponde ao sujeito de uma frase ativa pode ocorrer nas nominalizações sob a forma de um pronome possessivo. Repete-se aqui o paradigma (6), à exceção de (6d), que se discute adiante:

(i) a. o *seu* abraço à Joaquina (cf. *ele abraçou a Joaquina*)
b. a *sua* oferta de um quadro renascentista ao museu (cf. *ela ofereceu um quadro renascentista ao museu*)
c. a *sua* declaração de que os impostos iam baixar (cf. *ele declarou que os impostos iam baixar*)
d. o *teu* voto nos socialistas (cf. *tu votaste nos socialistas*)

Estas nominalizações não têm um equivalente frásico possessivo com o verbo *ter* e com um sujeito pronominal correspondente ao pronome possessivo: cf. **ele teve um abraço à Joaquina*, **ela teve uma oferta de um quadro renascentista ao museu*, **ele teve uma declaração de que os impostos iam baixar*, **tu tiveste um voto nos socialistas*. Conclui-se, então, que o pronome possessivo é legitimado nas nominalizações por uma razão diferente daquela que o legitima nas construções possessivas. Em particular, nas nominalizações, o pronome possessivo é legitimado por corresponder ao sujeito da frase ativa equivalente; ou seja, não se pode inferir a partir de (i) nem que as nominalizações sejam construções possessivas nem, concomitantemente, que o argumento que corresponde ao sujeito seja um possuidor.

No entanto, existem algumas nominalizações que permitem um pronome possessivo e que podem ser parafraseadas por construções com o verbo *ter*, usado como verbo leve, e cujo sujeito corresponde ao pronome possessivo (alguns destes exemplos foram apresentados no paradigma (14) e discutidos em 27.1.6). Isso acontece, p.e., nas nominalizações que têm como núcleo um nome psicológico como *adoração*, *amor*, *ódio*, *preferência*, como se ilustra em (ii), cujos exemplos são adaptados de (14d-f):

(ii) a. *Ele* tem adoração pela Maria. (cf. *a sua adoração pela Maria*; *ele adora a Maria*)
b. *Tu* tens ódio pela linguística. (cf. *o teu ódio pela linguística; tu odeias a linguística*)
c. *Eu* tenho preferência por um bife suculento. (cf. *a minha preferência por um bife suculento*; *eu prefiro um bife suculento*)

As paráfrases com o verbo leve *ter* também estão disponíveis em certas nominalizações passivas cujo argumento interno (i.e., aquele que corresponde ao complemento direto da frase ativa e ao sujeito da frase passiva) é um paciente afetado, semanticamente próximo de um beneficiário, como se ilustra em (iii)[56]:

(iii) a. *As tropas* tiveram uma inspeção cuidada pelo general. (cf. *a sua inspeção cuidada pelo general*; *as tropas foram cuidadamente inspecionadas pelo general*)

[56] Repare-se como as paráfrases com o verbo *ter* em (iii) têm o nome nuclear do complemento direto modificado por um adjetivo; sem este (ou outro modificador), as frases tornam-se marginais (especialmente (iiib,c)), como o leitor pode verificar.

b. *A Península Ibérica* teve uma invasão fácil (?pelos Árabes). (cf. *a sua fácil invasão pelos Árabes*; *a Península Ibérica foi invadida facilmente pelos Árabes*)
c. *A casa* teve uma construção rápida (?pelos operários). (cf. *a sua construção rápida pelos operários*; *a casa foi construída rapidamente pelos operários*).

De modo semelhante, o exemplo (6d), *a nossa chegada ao aeroporto*, também tem uma paráfrase com o verbo *ter*: cf. *nós tivemos uma chegada infeliz ao aeroporto* (de novo o nome tem de ser modificado). A diferença entre este exemplo e os outros exemplos de (6) (= (i)) é que o sujeito do verbo *chegar* corresponde a um argumento interno, e não a um argumento externo; ou seja, *chegar* é um verbo inacusativo, não um verbo inergativo (cf. Caps. 11 e 28). O mesmo acontece, p.e., com *desmaiar*, e de novo encontramos o par *o seu desmaio* (correspondente a *ela desmaiou*) e *ela teve um desmaio prolongado*. O que estes exemplos têm em comum com os do paradigma (iii) é o facto de o sujeito ser, em ambos os casos, um argumento interno do verbo.

A relação das nominalizações com as construções possessivas é uma área que necessita de um estudo mais aprofundado.

27.3.3.4 Combinações de pronomes possessivos e de sintagmas preposicionais nas construções possessivas: os nomes icónicos

Discutem-se nesta subsecção as possibilidades combinatórias dos pronomes possessivos e dos sintagmas preposicionais introduzidos por *de* dentro do sintagma nominal, bem como os valores semânticos particulares que esses elementos podem tomar na área geral das relações de posse (cf. 27.3.3.2 e o paradigma (32)). Na linguística contemporânea, usam-se frequentemente como exemplos, nesta investigação, sintagmas nominais com nomes icónicos, i.e., que denotam representações visuais, como *desenho*, *fotografia*, *pintura*, *quadro*. Isto deve-se ao facto de estes nomes admitirem facilmente combinações de dois (por vezes três) sintagmas preposicionais iniciados por *de* com valores semânticos variados[57].

A maioria dos nomes icónicos (incluindo *desenho*, *filme* e *quadro*) admite dois valores semânticos para o SN possuidor nas construções possessivas: (i) de autor – que se pode relacionar com o papel temático de agente (cf. Cap. 11) – e (ii) de dono ou possuidor material da entidade denotada pelo nome. Assim, na construção possessiva frásica *a Maria tem* {*desenhos/filmes/quadros*} *lindos*, a Maria pode ser a autora (agente) ou a possuidora das obras[58].

Estes dois valores estão igualmente presentes na construção possessiva nominal com um sintagma preposicional: cf. *os* (*lindos*) {*desenhos/filmes/quadros*} *da Maria*: a Maria pode ser autora ou dona das obras. No entanto, existe um terceiro valor semântico que este sintagma preposicional pode ter[59]. Este valor corresponde à entidade representada no desenho, filme ou quadro, e relaciona-se com o papel temático de paciente (cf. Cap. 11). Assim, para além dos dois sentidos expressos, o SN *os* (*lindos*) {*desenhos/filmes/quadros*} *da Maria* tem uma terceira leitura, em que a Maria é a pessoa representada na obra[60]. Repare-se, no entanto, que esta última leitura não

[57] Sobre este assunto, cf., entre outros, Brito (1984), Cinque (1980), Giorgi e Longobardi (1991) e Milner (1982).
[58] O sentido particular só pode ser inferido do contexto situacional ou discursivo mais vasto.
[59] Estritamente, é o sintagma nominal que segue a preposição (ou seja, *a Maria*) que tem esse valor semântico. Para não sobrecarregar o texto, continuamos a atribuir o valor semântico ao sintagma preposicional.
[60] Realça-se esta leitura com a adição de um sintagma preposicional iniciado pela preposição *por*, representando o agente/autor: cf. *os* (*lindos*) *desenhos/quadros da Maria pelo Júlio Resende*, *os filmes da minha aldeia* (*feitos*) *pelo Eduardo*.

se manifesta na construção frásica possessiva (*a Maria tem* {*desenhos/filmes/quadros*} *lindos*), que apenas se cinge às duas primeiras leituras discutidas acima (em que a Maria pode ser autora ou dona das obras).

Na construção nominal com um pronome possessivo (cf. *os seus* (*lindos*) {*desenhos/filmes/quadros*}), temos o mesmo leque semântico da construção frásica: os sentidos de agente e de posse são possíveis para o pronome, mas não o de paciente; por outras palavras, *seus* pode referir o dono da obra ou o seu autor, mas não a entidade nela representada.

Conclui-se então que, com estes nomes, a construção determinante + nome + [$_{SP}$ de + SN] se classifica como possessiva quando o sintagma preposicional denota o autor ou o possuidor da obra, mas não quando denota o paciente representado, visto que, nesta interpretação, (i) não existe correspondente frásico possessivo com o verbo *ter* e (ii) o sintagma preposicional não pode ser substituído por um pronome possessivo. Ou seja, quando o SP denota o paciente representado, é apenas um argumento do nome, não possessivo, equivalente ao complemento direto das frases correspondentes com os verbos *filmar* e *desenhar* (cf. *o Eduardo filmou/desenhou a Maria*)[61]. Ora, como já se viu, os argumentos de um nome deverbal que correspondem ao complemento direto frásico são normalmente introduzidos pela preposição *de* (cf. 27.1.3), sem que correspondam necessariamente a possuidores[62].

Entre os nomes icónicos destaca-se o substantivo *fotografia*. Contrariamente a *desenho*, *filme* e *quadro*, este nome admite os três sentidos discutidos acima nas construções possessivas: posse, autoria e entidade representada. Assim, na construção frásica possessiva *a Maria tem fotografias lindas*, o sujeito *a Maria* pode representar quer o possuidor das fotografias, quer o seu autor, quer a entidade nelas representada, o mesmo acontecendo com o sintagma preposicional correspondente dentro do SN mais abrangente (cf. *as* (*lindas*) *fotografias da Maria*). Crucialmente, o pronome possessivo, neste caso (cf. *as suas* (*lindas*) *fotografias*) também pode denotar a entidade representada na fotografia, para além do seu autor ou do seu dono. Conclui-se então que, com o nome *fotografia*, a construção determinante + nome + [$_{SP}$ de + SN] é possessiva nas três interpretações[63].

Devido a apresentar um leque semântico mais rico nas construções possessivas, o nome *fotografia* presta-se bem para investigar as combinações possíveis de sintagmas preposicionais e de pronomes no sintagma nominal, bem como os valores semânticos desses elementos. Consideremos em primeiro lugar o SN *a minha fotografia da Maria*, com um pronome possessivo e um sintagma preposicional[64]. Neste caso, as interpretações mais acessíveis são aquelas em que o pronome denota o autor ou o possuidor, e o SP denota a pessoa representada. Menos acessíveis (pelo menos para alguns falantes), mas mesmo assim possíveis, são as interpretações em que o

---

[61] O nome *quadro* não tem correspondente verbal, ainda que se possa considerar o verbo *pintar* como um equivalente semântico apropriado (cf. *o Júlio Resende pintou a Maria*).

[62] Quando tem o sentido de autor/agente, o sintagma preposicional é também argumento (externo) do nome, correspondendo ao sujeito frásico: cf. *a Maria desenhou/filmou algo*.

[63] Devido à sua excecionalidade, esta interpretação da construção possessiva com o nome *fotografia*, envolvendo o valor semântico de paciente, não foi listada acima, em 27.3.3.2.

[64] A partir daqui, usamos pronomes possessivos de 1.ª e 2.ª pessoas, para obter leituras mais naturais.

pronome denota a pessoa representada e o SP denota o autor ou o possuidor da fotografia. Já outras combinações, como, p.e., (i) pronome = autor e SP = possuidor ou (ii) pronome = possuidor e SP = autor, parecem bastante menos acessíveis (sem descartar que alguns falantes as aceitem).

São também possíveis dois pronomes no sintagma nominal, como se ilustra em (34):

(34) a. a *minha* fotografia *de ti*
b. a *minha* fotografia *tua*

Nos dois exemplos, o primeiro pronome é possessivo. Em (34a), o pronome pós-nominal é oblíquo e está contido num sintagma preposicional introduzido por *de* (cf. Cap. 23); em (34b), o segundo pronome é possessivo, mas ocorre em posição pós-nominal[65]. As interpretações possíveis dos exemplos dependem do estatuto do pronome pós-nominal. Em (34a), o pronome oblíquo (*ti*) denota a pessoa representada, o que obriga a uma interpretação do pronome possessivo pré-nominal como denotando o autor ou o possuidor da fotografia. Em (34b), com pronome possessivo pós-nominal (*tua*), as interpretações são sensivelmente as mesmas que as descritas no parágrafo anterior para *a minha fotografia da Maria*, sendo as mais naturais aquelas em que (i) *minha* = autor ou possuidor e *tua* = pessoa representada, ou (ii) *minha* = pessoa representada e *tua* = autor ou possuidor[66].

Os nomes icónicos permitem igualmente observar a ordem preferencial de dois ou mais sintagmas preposicionais dentro do SN, relativamente ao seu valor semântico (cf. Brito 1997). Considerem-se em primeiro lugar exemplos com dois sintagmas preposicionais introduzidos por *de*. As ordens preferenciais são as seguintes[67]: (i) entidade representada + autor (cf. (35a)); (ii) entidade representada + possuidor (cf. (35b)); (iii) autor + possuidor (cf. (35c)). Com três sintagmas preposicionais, a ordem preferida é entidade representada + autor + possuidor (cf. (35d)):

(35) a. um desenho [da Ribeira] [do Júlio Resende]
b. um desenho [da Ribeira] [do Manuel]
c. um desenho [do Júlio Resende] [do Manuel]
d. ?um desenho [da Ribeira] [do Júlio Resende] [do Manuel]

Quando o sintagma preposicional que denota o autor é introduzido pela preposição *por*, a ordem entidade representada + autor é ainda a preferida, mas a ordem entre autor e possuidor fica livre, como se exemplifica a seguir:

(36) a. um desenho [da Ribeira] [pelo Júlio Resende] [do Manuel]
b. um desenho [da Ribeira] [do Manuel] [pelo Júlio Resende]

[65] O pronome possessivo é pós-nominal ainda que o sintagma nominal seja definido (cf. Cap. 20). É apenas quando coocorre com outro pronome possessivo pré-nominal que um pronome possessivo pode ser pós-nominal num SN definido.

[66] No SN indefinido *uma fotografia tua minha*, com os dois pronomes possessivos em posição pós-nominal, tem-se o mesmo leque de significados. Este exemplo é o "espelho" de (34b), com o pronome pré-nominal do SN definido (*minha*) em posição final no SN indefinido.

[67] Nos exemplos, Júlio Resende é o autor e Manuel é o possuidor; o ponto de interrogação em (35d) representa a infelicidade estilística em português resultante do excessivo número de sintagmas preposicionais sucessivos iniciados pela mesma preposição.

27.3.4 Sintagmas nominais inversos

Chamamos **construções nominais inversas**, ou **sintagmas nominais inversos**, àqueles em que a função e a ordem dos seus elementos é inversa da função e da ordem que esses elementos (ou elementos relacionados morfologicamente) têm em expressões mais canónicas da língua que correspondem semanticamente às primeiras. Distinguimos entre dois tipos de construções nominais inversas: sintagmas nominais inversos atributivos e sintagmas nominais inversos predicativos.

Os **sintagmas nominais inversos atributivos** (cf. (37a)) correspondem a sintagmas nominais canónicos em que um nome é modificado por um adjetivo atributivo qualificativo ou avaliativo (cf. (37b)):

(37) a. um *encanto* de professora [sintagma nominal inverso atributivo]
b. uma professora *encantadora* [nome modificado por um adjetivo atributivo]

No sintagma nominal inverso, o núcleo nominal (*encanto*) relaciona-se com o adjetivo atributivo do sintagma nominal canónico (*encantadora*), e o nome que ocorre como complemento da preposição *de* (*professora*) corresponde ao nome modificado pelo adjetivo do sintagma nominal canónico.

Os **sintagmas nominais inversos predicativos** (cf. (38a)) correspondem a frases copulativas de natureza predicativa (cf. (38b)):

(38) a. o *idiota* do meu afilhado [sintagma nominal inverso predicativo]
b. O meu afilhado é (um) *idiota*. [frase copulativa]

No sintagma nominal inverso, o núcleo nominal (*idiota*), tipicamente um adjetivo que pode ser usado como nome (cf. Cap. 31), corresponde ao (adjetivo) predicativo do sujeito de uma frase copulativa, e o complemento da preposição *de* é um sintagma nominal, tipicamente referencial (*o meu afilhado*), que corresponde ao sujeito da frase copulativa.

Como o leitor pode verificar, nas construções inversas de (37a) e (38a), a função e a ordem dos elementos constitutivos é inversa da função e da ordem que esses elementos têm nas construções canónicas equivalentes de (37b) e (38b). O núcleo das construções inversas corresponde a um modificador ou a um predicado das construções canónicas; inversamente, o núcleo (em (37b)) e o sujeito (em (38b)) das construções canónicas ocorrem nas construções inversas dentro de um sintagma preposicional, com a função de modificador nominal.

Nestas construções, é necessário distinguir o núcleo gramatical do núcleo semântico. O núcleo gramatical das construções inversas ilustradas em (a) é o elemento em itálico; o seu núcleo semântico, no entanto, é o nome ou o sintagma nominal complemento da preposição *de*. Ou seja, em (37a), tal como em (37b), estamos a falar de uma professora, e não da propriedade denotada pelo nome *encanto*; e em (38a), tal como em (38b), estamos a falar do meu afilhado, e não da propriedade denotada pelo adjetivo *idiota*. O realce dado aos elementos em itálico nas construções inversas é unicamente gramatical e tem como objetivo obter efeitos estilísticos. Passamos seguidamente a discutir com mais detalhe cada uma destas construções.

27.3.4.1 Sintagmas nominais inversos atributivos

A construção ilustrada em (37a) ocorre sobretudo com a função de predicativo do sujeito, em frases com o verbo de cópula *ser* (cf. (39)-(40)). O seu núcleo gramatical (em itálico) é um substantivo que corresponde a um adjetivo, e o sintagma preposicional (sublinhado) introduzido por *de* é reduzido (cf. (39)) ou, sendo completo, contém um sintagma nominal especificado por um artigo indefinido (cf. (40)):

(39) a. Ela é [um *encanto* de professora].
b. Fala com Ela *é* [uma *maravilha* de filme].

(40) a. Ela é [um *encanto* de uma professora].
b. Fala com Ela é [uma *maravilha* de um filme].

Como se mencionou acima, esta construção é equivalente a um sintagma nominal cujo núcleo é o substantivo complemento da preposição (o núcleo semântico da construção), modificado por um adjetivo qualificativo ou avaliativo, que corresponde ao núcleo gramatical: para (39a), *ela é uma professora encantadora*, e, para (39b), *Fala com Ela é um filme maravilhoso*.

Semanticamente, a construção nominal inversa atributiva caracteriza-se pela proeminência dada à propriedade expressa pelo nome que constitui o núcleo gramatical. Esse nome corresponde tipicamente a um adjetivo que exprime uma avaliação subjetiva da parte do falante relativamente à entidade mencionada (cf. Cap. 31).

Nesta construção, aplicam-se dois requisitos sobre o núcleo do sintagma nominal: tem de ser um nome primitivo e tem de possuir um correspondente adjetival. Assim, quando existem pares adjetivo-nome, como *encantador* e *encanto*, *maravilhoso* e *maravilha*, *estúpido* e *estupidez*, é o nome, e não o adjetivo, que é usado na construção inversa, como se ilustra nos exemplos dados e pela impossibilidade de **ela é* (*uma*) *encantadora de pessoa*, **Fala com Ela é* (*um*) *maravilhoso de filme* (cf. também *uma estupidez de pessoa*, a par de **uma estúpida de pessoa*). Esta propriedade distingue a construção inversa atributiva (37a) da construção inversa predicativa (38a) (que se discute a seguir; cf. 27.3.4.2), na qual o núcleo do SN pode ser um adjetivo, e em certos casos tem de o ser, como em *o estúpido do Luís* (cf. a impossibilidade de **o/a estupidez do Luís*, com sentido idêntico).

A pluralização destas construções depende do estatuto do complemento nominal da preposição *de*. Quando este é um sintagma nominal reduzido, sem especificador, como em (39), há duas versões possíveis: (i) o morfema de plural ocorre no nome que constitui o núcleo gramatical, no determinante e no nome complemento da preposição, como em (41a); (ii) o morfema de plural ocorre apenas no nome complemento da preposição (o núcleo semântico da construção), não no nome que funciona como núcleo gramatical ou no determinante, como em (41b):

(41) a. Eles são [uns encantos de pessoas].
b. Eles são [um encanto de pessoas].

Quando o complemento da preposição é um sintagma nominal especificado pelo artigo indefinido, como em (40), o morfema de plural distribui-se por todos

os itens que permitem variação em número, como se ilustra em (42) (para alguns falantes, a construção no plural é menos aceitável):

(42) Eles são [uns encantos de umas pessoas].

Embora menos tipicamente, os sintagmas nominais inversos atributivos podem ocorrer como argumento, com valor referencial, como se ilustra em (43):

(43) a. Apareceu *um encanto de pessoa* na minha vida.
b. Acabei de ver *uma maravilha de um filme*.

Quando têm estatuto argumental (em vez do estatuto predicativo dos exemplos (39) a (42)), estes sintagmas nominais são normalmente introduzidos por um artigo indefinido com valor [+específico], ou seja, representam uma entidade particular que o falante tem em mente (cf. Cap. 22). Quando o complemento da preposição (o núcleo semântico da construção) é modificado por uma oração relativa, pode ocorrer como determinante de todo o sintagma nominal o artigo definido ou o demonstrativo *aquele*, nos seus usos antecipatórios (cf. Cap. 22.1.2.1.4 e 22.3.5), como se ilustra a seguir[68]:

(44) a. Nem imaginas [*a maravilha de filme que acabei de ver*].
b. [*Aquele encanto de pessoa que conheci ontem*] afinal saiu-me uma bela peça.

Quando a construção é introduzida por um determinante definido ou demonstrativo, o sintagma preposicional é obrigatoriamente reduzido, como se vê pela impossibilidade de *****[*aquele encanto de uma pessoa que conheci ontem*] *afinal saiu-me uma bela peça*.

> [12] A construção nominal inversa atributiva é semelhante sintática e semanticamente a uma outra construção, na qual ocorre o conector conjuncional *como* em vez da preposição *de*: cf. *ela é um encanto como pessoa*, *Fala com Ela é uma maravilha como filme*. A semelhança sintática, no entanto, é superficial: estruturalmente, as duas construções são diferentes. Em primeiro lugar, o nome que segue *como* não pode ser especificado por um artigo indefinido: cf. **ela é um encanto como uma pessoa* (comparar com (40)). Em segundo lugar, a construção com *como* não pode ocorrer como argumento: cf. **apareceu um encanto como pessoa na minha vida* e **acabei de ver uma maravilha como filme* (comparar com (43)). Finalmente, o grupo iniciado por *como* pode ser separado do resto do sintagma nominal, e ocorrer em posição inicial, com o estatuto de tópico: cf. *como pessoa, ela é um encanto* e *como filme, Fala com Ela é uma maravilha*. Esta possibilidade, no entanto, não existe na construção com *de*: cf. **de pessoa, ela é um encanto* ou **de filme, Fala com Ela é uma maravilha*. Estas diferenças sugerem que o sintagma introduzido por *como* (i.e., *como pessoa* e *como filme*, nos exemplos dados) não é um modificador do nome do sintagma nominal (*encanto* e *maravilha*, respetivamente), contrariamente ao que se passa com os grupos introduzidos por *de* na construção inversa atributiva. Antes, o grupo introduzido por *como* é

[68] As restrições relativas ao determinante ilustradas pelos paradigmas (43) e (44) reproduzem-se com os sintagmas nominais canónicos correspondentes e têm a ver com propriedades dos adjetivos de avaliação subjetiva: compare-se, p.e, *apareceu uma pessoa encantadora na minha vida* com ??*apareceu a pessoa encantadora na minha vida*, e veja-se a possibilidade de *hoje vou rever a pessoa encantadora que conheci ontem*. Sobre estes contrastes, cf. 27.4.2.4.

um adjunto adverbial incluído no sintagma verbal da frase. Ou seja, em termos estruturais, a diferença entre *encanto de pessoa* e *encanto como pessoa* é a representada de modo simplificado em (i):

(i) a. Ela [$_{SV}$ é [$_{SN}$ um [$_{GN}$ encanto de pessoa]]].
b. Ela [$_{SV}$ é [$_{SN}$ um encanto] [como pessoa]].

Em (ia), *encanto de pessoa* é um grupo nominal que, por sua vez, faz parte do SN *um encanto de pessoa*, mas em (ib), *como pessoa* é um adjunto adverbial que não está incluído no sintagma nominal *um encanto*.

27.3.4.2 Sintagmas nominais inversos predicativos

Os sintagmas nominais inversos predicativos podem ser definidos ou indefinidos, e têm tipicamente um valor referencial, podendo ocorrer com uma função argumental, como em (45a,b), ou com a função de predicativo do sujeito em frases copulativas de natureza "identificadora", em que se atribui uma propriedade individual ao referente expresso pelo sujeito, como em (45c,d) (cf. Cap. 22.1.2.2, 22.2.2.4 (sobretudo a Caixa [9]) e Cap. 30):

(45) a. *O idiota do meu afilhado* apareceu-me em casa às sete da manhã.
b. Ontem tive de aturar *um camelo de um colega meu*.
c. Esse fulano é *o idiota do meu afilhado*.
d. Esse tipo é *um camelo de um colega meu*.

Como se mencionou acima, esta construção é semanticamente equivalente a uma frase predicativa (para os exemplos de (45), *o meu afilhado é* (*um*) *idiota* e *um amigo meu é um camelo*). O predicativo do sujeito (*idiota* e *camelo*) ocorre como núcleo nominal da construção inversa, e o sujeito da predicação (*o meu afilhado* e *um amigo meu*) ocorre como complemento da preposição *de*[69]. As paráfrases predicativas das construções inversas não são sintagmas nominais e, logo, não podem substituir as construções inversas que lhes correspondem nas frases em que estas ocorrem (cf., por exemplo, a impossibilidade de ***o meu afilhado é um idiota** *apareceu-me em casa às sete da manhã*). No entanto, essas predicações podem ocorrer como orações relativas explicativas (cf. Cap. 39), tendo como antecedente o sintagma nominal sujeito da predicação e formando um sintagma nominal mais abrangente; sob essa forma, podem substituir as construções inversas: cf. *o meu afilhado, que é um idiota, apareceu-me em casa às sete da manhã*).

Como vimos, estes sintagmas nominais têm um valor tipicamente referencial[70]. Ora, a sua referência é "herdada" da referência do sintagma nominal complemento da preposição *de*: ou seja, *o idiota do meu afilhado* refere a mesma pessoa que *o meu afilhado* e *um camelo de um amigo meu* refere a mesma pessoa que *um amigo meu*. Estas propriedades têm duas consequências. Em primeiro lugar, o SN complemento da preposição é tipicamente uma expressão referencial: um SN definido (*o meu*

[69] Não confundir o facto de a construção ter *internamente* uma natureza predicativa com o facto de poder ser usada quer como argumento quer como predicativo do sujeito. Note-se que o critério e a terminologia usados como base da classificação das construções inversas têm a ver com a sua estrutura e o seu significado internos, não com os contextos em que podem ocorrer.

[70] Quando funcionam como predicativo do sujeito, como em (45c,d), passam a denotar propriedades individuais (cf. Cap. 22).

afilhado, em (45a,c)), um SN indefinido [+específico] (*um colega meu*, em (45b,d)) ou um nome próprio (cf. *o idiota/camelo do Joaquim*)[71]. Em segundo lugar, o determinante mais abrangente da construção inversa (i.e., aquele que é aplicado ao grupo nominal *idiota do meu afilhado* e *camelo de um amigo meu*, nos exemplos) é o mesmo que especifica o SN complemento da preposição: em (45a,c), o artigo definido e em (45b,d) o artigo indefinido. Se, em (45b,d), substituirmos o artigo indefinido no SN complemento da preposição por um artigo definido, temos de fazer uma substituição idêntica no artigo inicial (cf. *o camelo do meu colega* vs. ***um** camelo do meu colega*)[72].

> [13] Alguns falantes aceitam exemplos como *o camelo de um colega meu* (*meteu-se numa encrenca com a polícia*), com artigo indefinido específico no SN complemento da preposição, e artigo definido iniciando a construção inversa. O artigo definido tem aqui um uso anafórico (regressivo), semelhante ao que tem em minitextos como *Era uma vez uma princesa. A princesa era muito infeliz*, em que o sintagma nominal definido retoma um referente previamente introduzido no discurso por um sintagma nominal indefinido (cf. Cap. 22.1.2.1.5). Do modo semelhante, na construção inversa ilustrada acima, o referente é introduzido como "novo" no universo do discurso pelo sintagma nominal indefinido *um colega meu*, sendo retomado regressivamente pelo artigo definido que especifica a construção inversa na sua globalidade[73].

O núcleo gramatical da construção inversa predicativa tem de ser lexicalmente idêntico ao predicativo do sujeito que ocorre na paráfrase predicativa, quer se trate de um adjetivo quer de um nome (*idiota* e *camelo*, em (45)). No entanto, quer corresponda a um adjetivo quer corresponda a um nome, o núcleo do sintagma nominal inverso tem sempre um estatuto nominal, como se vê pela impossibilidade de ser especificado por um advérbio de grau: cf. ***o muito** idiota do meu afilhado*. Morfologicamente, quando a construção ocorre no plural, todos os elementos variáveis em número recebem marcas morfológicas, incluindo o núcleo gramatical e o artigo que especifica toda a construção: cf. *os idiotas dos meus afilhados* e *uns camelos de uns amigos meus*.

A construção inversa predicativa é utilizada sobretudo para referir pessoas (ou animais, sobretudo domésticos), e o adjetivo ou o nome que constituem o núcleo gramatical, tal como no caso das construções inversas atributivas, exprimem uma avaliação subjetiva da parte do falante sobre a entidade mencionada. Nas construções inversas predicativas, no entanto, essa avaliação tem tipicamente uma conotação negativa, mesmo quando se usa um adjetivo "positivo", como *inteligente*: cf. *o inteligente do meu afilhado* {*deu cabo da biblioteca do pai/*(*não*) *consegue resolver o problema*}, em que o uso da construção introduz uma apreciação irónica do falante sobre o referente.

27.4 Modificação adjetival

Os adjetivos são tratados nesta Gramática em capítulo próprio (cf. Cap. 31), onde se discutem com detalhe as suas propriedades gramaticais e os seus valores semânticos.

---

[71] Curiosamente, no entanto, não pode ser um pronome pessoal: cf. ***o idiota/camelo dele***.

[72] Em virtude de o SN ser agora definido, o pronome possessivo ocorre em posição pré-nominal. Note-se que *o camelo do meu colega* (tal como *um camelo do meu colega*) também pode ter uma leitura possessiva, em que denota um verdadeiro camelo possuído pelo colega do falante.

[73] Cf., no Cap. 22.2.2.3, o parágrafo que segue o paradigma (35).

É costume distinguir, nos estudos sobre os adjetivos, entre o seu uso predicativo e o seu uso atributivo. No primeiro, os adjetivos ocorrem (i) como predicativo do sujeito em frases copulativas (cf. *a Maria é inteligente*), (ii) como predicativo do complemento direto selecionado por determinados verbos transitivos como *considerar* e *achar* (cf. *considero a Maria inteligente*) ou (iii) como predicados secundários não selecionados (cf. *a Maria chegou a casa triste*). No seu uso atributivo, os adjetivos ocorrem dentro do sintagma nominal, como modificadores de um nome (cf. *uma mulher inteligente*, *uma pessoa triste*).

Nesta secção, tratam-se alguns aspetos do uso atributivo dos adjetivos, sem prejuízo de se voltar a eles mais desenvolvidamente no Cap. 31. Em particular, depois de uma introdução breve às propriedades gerais dos adjetivos atributivos, em que se distingue entre adjetivos qualificativos, adjetivos relacionais, adjetivos avaliativos e adjetivos intensionais (cf. 27.4.1), tratam-se os seguintes tópicos: em 27.4.2, discutem-se os adjetivos qualificativos, as posições em que podem ocorrer no sintagma nominal e as interpretações (restritiva e não restritiva) que induzem no SN; em 27.4.3, discutem-se os adjetivos relacionais, e, em 27.4.4, discute-se o uso adverbial dos adjetivos qualificativos, bem como outros adjetivos que funcionam nas áreas semânticas da localização temporal e da localização espacial.

27.4.1 Características gerais dos adjetivos atributivos

Os adjetivos atributivos mais típicos, quando ocorrem em posição pós-nominal, introduzem propriedades no sentido do nome que modificam (cf. *criança precoce*, *ordem religiosa*, *livro de banda desenhada caro*, *arroz de pato caseiro*, *gravata azul*, *leite estragado*, *mulher ansiosa*, *gato assanhado*, *pesca fluvial*, *reforma legislativa*)[74]. Em geral, essas propriedades não são inerentes ao sentido do nome, e constituem, portanto, informação nova, que enriquece o seu sentido com características adicionais mas não necessárias, ao mesmo tempo que restringe a extensão da classe denotada pelo nome. Para ilustrar com o primeiro exemplo dado acima, o adjetivo *precoce* acrescenta uma propriedade ao sentido do nome *criança* (à sua denotação intensional – cf. Cap. 20), ao mesmo tempo que restringe a extensão da classe das crianças àquelas que possuem adicionalmente essa propriedade. Aos adjetivos atributivos que acrescentam propriedades ao sentido do nome, atribuíveis à entidade por ele denotada, chamamos **adjetivos denotativos**; e devido ao facto de restringirem (quando ocorrem em posição pós-nominal) o conjunto denotado pelo nome modificado, dizemos que têm uma **interpretação** (ou **leitura**) **restritiva**[75].

Os adjetivos denotativos dividem-se em duas grandes classes com propriedades semânticas e sintáticas distintas: os adjetivos qualificativos e os adjetivos relacionais.

---

[74] Na maioria dos exemplos dados, o adjetivo modifica apenas um nome simples; concomitantemente, no texto, descrevemos o funcionamento dos adjetivos como modificadores do nome, mas o leitor deve ter em atenção que o elemento modificado pode ser maior (i.e., pode ser um subgrupo nominal), incluindo outros modificadores e/ou complementos do nome, como em *livro de banda desenhada caro*.

[75] Por esta razão, estes adjetivos são por vezes chamados **restritivos** (cf. Cap. 21 e Keenan e Faltz 1980). No entanto, há que ter em conta que muitos destes adjetivos podem também ocorrer em posição pré-nominal e que, nesse caso, não têm uma interpretação restritiva (cf. 27.4.2.3 e Cap. 31). Preferimos, pois, usar aqui os termos "restritivo" e "não restritivo" para designar as interpretações dos adjetivos e não propriamente para caracterizar classes de adjetivos.

Os **adjetivos qualificativos** são aqueles que introduzem uma propriedade simples nos nomes, no âmbito de um dos parâmetros de natureza física, psicológica ou conceptual constitutivos das entidades que os nomes denotam: p.e., dimensão (*uma mesa comprida*), forma (*um vaso redondo*), cor (*uma bandeira azul*), estados psicológicos ou fisiológicos (*um professor inteligente*, *um aluno doente*), entre outros (cf. 27.4.2 e Cap. 31).

Os **adjetivos relacionais** correspondem tipicamente a substantivos, geralmente através de derivação morfológica, mas também, por vezes, por uma relação etimológica. A sua função consiste em relacionar o sentido desse substantivo com o sentido do nome modificado (cf. Casteleiro 1981). Os adjetivos *campestre* e *fluvial* são relacionais. O primeiro deriva do substantivo *campo* e o segundo relaciona-se etimologicamente com o nome *rio*. Nas expressões *paisagem campestre* e *pesca fluvial*, relaciona-se *campo* com *paisagem* e *rio* com *pesca*, numa determinada relação semântica: *paisagem campestre* significa algo como 'paisagem caracterizada pelo tipo de flora e fauna que se encontra normalmente no campo', e *pesca fluvial* representa o tipo de atividade piscatória efetuada em rios[76].

Nem todos os adjetivos atributivos têm uma interpretação denotativa (cf. Cap. 31). Os **adjetivos avaliativos** (cf. *lugar agradável*, *carro fantástico*) servem para o falante fazer uma apreciação subjetiva sobre a entidade denotada pelo nome, mas não representam características constitutivas das entidades (como os qualificativos) nem relacionam o nome modificado com o sentido de outro nome (como os relacionais). Dizer de um carro que é fantástico introduz uma avaliação subjetiva do falante sobre o carro; embora essa avaliação possa assentar numa série de atributos que o carro tem, não representa propriamente uma propriedade constitutiva do carro, como, p.e., ser azul, ter um motor potente ou ser de construção recente. Devido a introduzirem uma avaliação subjetiva, os adjetivos avaliativos não têm uma interpretação restritiva (cf. 27.4.2.4).

> [14] É tentador dizer que os adjetivos denotativos representam propriedades objetivas das entidades denotadas pelos nomes e que os adjetivos avaliativos representam uma apreciação subjetiva do falante relativamente às entidades denotadas pelos nomes. O problema do uso do termo "objetivo" para os adjetivos denotativos reside no facto de entre as propriedades objetivas das pessoas, veiculadas por muitos adjetivos qualificativos, se incluírem características normalmente consideradas como subjetivas (cf. *curioso*, *inteligente*, *orgulhoso*, *rancoroso*, *triste*, etc.). A diferença entre estes adjetivos e os puramente avaliativos está em que essas propriedades, mesmo sendo subjetivas, constituem características constitutivas das pessoas, que podem ser atribuídas (com verdade ou falsidade) de forma "objetiva"; em contrapartida, *espantoso* e *fantástico* introduzem meras avaliações dos falantes, que dependem inteiramente da sua subjetividade. Assim, desde que se interprete o termo "objetivo" como podendo incluir propriedades psicológicas ou morais, podemos dizer que os adjetivos denotativos (incluindo os qualificativos) representam propriedades objetivas,

[76] Existem outras diferenças entre os adjetivos qualificativos e os adjetivos relacionais, que se descrevem desenvolvidamente no Cap. 31. Assim, p.e., os adjetivos relacionais não são graduáveis, logo, não podem ser especificados por advérbios como *muito* ou *pouco* (cf. **a pesca muito fluvial*), contrariamente à maioria dos adjetivos qualificativos, que são graduáveis (cf. *uma mesa muito comprida*).

ao passo que os adjetivos avaliativos são subjetivos, no sentido de representarem simplesmente apreciações subjetivas.

Outro facto que importa realçar é o seguinte: embora exista um pequeno grupo de adjetivos com um valor exclusivamente avaliativo, incluindo *excelente*, *fantástico*, *magnífico* e *ótimo*, existem vários adjetivos qualificativos, com sentido denotativo, mas que também veiculam normalmente um valor avaliativo. Ou seja, esses adjetivos têm conotações positivas ou negativas (por vezes socialmente determinadas), que introduzem uma perspetiva avaliativa por parte do falante, maior ou menor consoante o adjetivo, o nome modificado pelo adjetivo e a própria intenção do falante (pense-se em adjetivos como *chato*, *gordo*, *inteligente* ou *preguiçoso*). Recorde-se também que os adjetivos qualificativos, quando ocorrem em posição pré-nominal, têm sempre uma leitura não restritiva, em que sobressai frequentemente uma intenção subjetiva do falante (cf. 27.4.2.3).

Finalmente, há um pequeno grupo de adjetivos (incluindo *falso*, *suposto* e *verdadeiro*) que, quando ocorrem em posição pré-nominal, não denotam qualquer propriedade nem restringem a classe denotada pelo nome. Assim, p.e., o adjetivo *suposto*, na expressão *o suposto assassino* (*do Joaquim*), não adiciona uma característica ao sentido do nome *assassino*, atribuível à pessoa denotada pelo nome, nem restringe a classe dos assassinos àqueles que são "supostos", por oposição aos que o não são. Pelo contrário, o valor semântico do adjetivo consiste em deixar em aberto (até ver) a aplicabilidade do sentido do próprio nome – i.e., da sua denotação intensional – ao referente do sintagma nominal. Ou seja, ao dizer que alguém é o suposto assassino de tal ou tal pessoa, deixamos em aberto que possa não sê-lo e estamos implicitamente a afirmar que a aplicabilidade do nome à pessoa terá de ser confirmada. O adjetivo *falso* (em posição pré-nominal) constitui um exemplo semelhante. No sintagma nominal *o falso culpado*, o adjetivo não atribui "falsidade" à pessoa referida; antes, serve para dizer que essa pessoa na verdade não é culpada. Neste caso, o adjetivo nega que o sentido do nome seja aplicável ao referente do sintagma nominal. A estes adjetivos, que não restringem o conjunto denotado pelo nome nem servem para fazer uma apreciação subjetiva sobre a entidade denotada pelo nome, mas antes introduzem uma determinada avaliação (do falante) sobre a aplicabilidade do próprio nome ao referente do sintagma nominal, chamamos **adjetivos intensionais**[77]. Estes adjetivos são discutidos no Cap. 31.

27.4.2 Adjetivos qualificativos

Os nomes denotam entidades complexas, com uma constituição material, física, funcional, psicológica, moral, social, etc., dependendo da sua natureza ontológica. Consequentemente, o seu sentido consiste tipicamente num "feixe" de propriedades semânticas, organizado nas diversas dimensões próprias das entidades que denotam. A função dos adjetivos qualificativos consiste precisamente em atribuir propriedades aos nomes, nas várias dimensões em que o seu sentido se organiza. Para dar um exemplo, a extensão e a cor são duas dimensões constitutivas dos objetos (entre outras), e, logo, do sentido dos nomes que os denotam. Os valores

[77] Estes adjetivos são chamados **não restritivos** (cf. Cap. 21), porque não restringem o conjunto denotado pelo nome. De novo, preferimos aqui o termo "intensional", para os distinguir dos adjetivos avaliativos e dos denotativos em posição pré-nominal, que também têm uma leitura não restritiva.

que essas dimensões podem tomar são codificados por adjetivos qualificativos, como *comprido*, *curto*, *largo*, *longo*, etc., na dimensão da extensão, e *amarelo*, *azul*, *verde*, *vermelho*, etc., na dimensão da cor.

27.4.2.1 Classificação dos adjetivos qualificativos

No Cap. 31, propõe-se e discute-se desenvolvidamente uma classificação semântica dos adjetivos qualificativos. Aqui, apresentamos essa classificação de forma breve, adaptada aos propósitos deste capítulo[78].

Os adjetivos qualificativos dividem-se em dois grandes grupos: os que denotam estados de natureza material, constitutivos dos objetos em geral (incluindo os seres humanos); e os que denotam estados físicos, psicológicos, morais e sociais constitutivos das pessoas e de alguns animais. No primeiro grupo incluem-se as seguintes subclasses:

❖ Adjetivos de natureza material

Estes adjetivos cobrem várias áreas, entre as quais as seguintes:

- adjetivos de dimensão espacial (comprimento, largura, altura, área e volume): *alto*, *baixo*, *comprido*, *enorme*, *estreito*, *grande*, *largo*, *longo*, *pequeno*
- adjetivos de velocidade: *lento*, *rápido*, *vagaroso*, *veloz*
- adjetivos de peso: *leve*, *ligeiro*, *pesado*
- adjetivos de sabor: *ácido*, *amargo*, *doce*, *salgado*
- adjetivos de confeção culinária: *assado*, *cozido*, *estrelado*, *frito*
- adjetivos de tato e consistência: *áspero*, *duro*, *espesso*, *fino*, *grosso*, *maciço*, *rugoso*, *sedoso*, *suave*, *viscoso*
- adjetivos de cheiro: *acre*, *fétido*, (*mal*)*cheiroso*
- adjetivos de temperatura: *escaldante*, *frio*, *morno*, *quente*, *tépido*
- adjetivos de som: *agudo*, *alto*, *baixo*, *grave*
- adjetivos de cor: *amarelo*, *azul*, *cor-de-rosa*, *verde*, *vermelho*
- adjetivos de forma: *côncavo*, *convexo*, *direito*, *oval*, *quadrado*, *quadrangular*, *redondo*, *triangular*
- adjetivos de idade: *antigo*, *jovem*, *moderno*, *novo*, *recente*, *velho*

❖ Adjetivos que denotam estados fisiológicos, psicológicos, morais e sociais

- estados fisiológicos: *bêbado*, (*des*)*cansado*, *doente*, *estafado*, *fatigado*, *maldisposto*, *são*, *tonto*

---

[78] Esta classificação baseia-se parcialmente em Demonte (1999), embora com algumas alterações. Existem diferenças entre as várias subclasses, que não serão analisadas aqui. Neste capítulo, interessam-nos apenas as propriedades comuns que têm impacto nas propriedades gramaticais do sintagma nominal em que os adjetivos ocorrem.

- atitudes mentais e comportamentais: *alegre*, *arrogante*, *astuto*, *autoritário*, *calmo*, *comilão*, *contente*, *discreto*, *esperto*, *firme*, *gastador*, *imbecil*, *inteligente*, *maldisposto*, *mandão*, *nervoso*, *preguiçoso*, *relaxado*, *simples*, *tenso*, *tonto*, *trabalhador*, *triste*

- estados sociais: *casado*, *culpado*, *divorciado*, *ilegal*, *inocente*, *legal*, *solteiro*

> [15] As taxinomias semânticas de adjetivos qualificativos constituem usualmente propostas arriscadas e incompletas, porque há sempre parâmetros organizativos que escapam à melhor das classificações, e, na medida em que pressupõem uma determinada visão do mundo, é sempre possível dizer que os cortes classificativos poderiam ter sido feitos de outro modo.
>
> Outro problema ao qual os linguistas têm de atender é a possibilidade de haver domínios da realidade que não possuam adjetivos especializados, e que usem adjetivos de outras áreas, adaptando o seu sentido. Descobrir esses domínios e investigar quais os adjetivos aí usados não é tarefa fácil. Na classificação acima, p.e., não se incluem domínios que têm a ver com as situações (estados e eventos) nas quais participam as pessoas, codificadas em nomes deverbais (como *chegada*, *corrida*, *explosão*, *interesse*, *invenção* – cf. 27.1) e outros nomes eventivos ou com uma constituição semântica espácio-temporal (como *concerto*, *dia*, *doença*, *férias*, *noite*). Ora, este tipo de nomes possui propriedades semânticas que são também suscetíveis de modificação adjetival. No entanto, parece não haver adjetivos qualificativos que se especializem nesta área. De facto, a maioria, se não a totalidade, dos adjetivos que modificam estes nomes (e que correspondem a advérbios de modo no domínio frásico) são adjetivos emprestados de áreas que denotam propriedades materiais ou físicas das coisas (cf. *uma discussão dura*, *um almoço rápido*) e de áreas que denotam propriedades mentais ou atitudes dos seres humanos (cf. *uma discussão inteligente*, *uma proposta hábil*; cf. 27.4.4.1).

27.4.2.2 Interpretação restritiva dos adjetivos qualificativos em posição pós-nominal

Em posição pós-nominal, os adjetivos qualificativos têm tipicamente uma **interpretação restritiva**. Assim, na frase *na festa de ontem à noite, o João dançou com as raparigas loiras*, o adjetivo introduz uma propriedade adicional no sentido do nome, ao mesmo tempo que informa o falante de que, entre as raparigas presentes na festa, as que são relevantes para a interpretação da frase são as loiras, e não as morenas ou as ruivas – i.e., o adjetivo restringe o conjunto das raparigas àquelas que têm uma determinada cor de cabelo (e a frase assere que o João dançou com os membros desse subconjunto). Normalmente, o ouvinte infere desta frase que havia outra ou outras raparigas na festa que não tinham a propriedade expressa pelo adjetivo, i.e., que não eram loiras. O adjetivo é, assim, uma peça fundamental para o ouvinte poder identificar o referente do sintagma nominal, na medida em que lhe indica que o vai encontrar precisamente na interseção de dois conjuntos: o das raparigas e o das pessoas loiras que estavam na festa[79]. Do mesmo modo, no enunciado *não te esqueças de deitar fora a*(*s*) *banana*(*s*) *estragada*(*s*), o adjetivo restringe a classe das bananas àquelas que estão estragadas, veiculando-se igualmente a inferência de que

[79] Alternativamente, se as pessoas loiras na festa eram apenas raparigas, o falante encontra o referente num subconjunto do conjunto das raparigas. Nem sempre a restrição introduzida por um adjetivo na classe denotada pelo nome constitui a interseção de duas classes. Sobre esta questão, cf. Caps. 21 e 31.

existe pelo menos outra banana no contexto situacional que não está estragada[80]. O ponto fundamental a realçar é que, em sintagmas nominais definidos, os adjetivos qualificativos pós-nominais constituem uma peça fundamental na identificação do referente pelo ouvinte, devido à sua interpretação restritiva.

Em sintagmas nominais indefinidos, quer com leitura específica (cf. *a minha namorada ofereceu-me uma gravata azul*) quer com leitura não específica (cf. *apresenta-me uma rapariga loira*), os adjetivos qualificativos pós-nominais delimitam o tipo de entidade denotada pelo grupo nominal (e, nesse aspeto, mantêm uma interpretação restritiva), mas não contribuem para a identificação do seu referente. De facto, ou esses sintagmas nominais não são referenciais (na sua interpretação [–específica]) ou, no caso de o serem (na interpretação [+específica]), o material lexical do grupo nominal (ou seja, o nome, o adjetivo e outros modificadores) não constitui informação suficiente que permita ao ouvinte identificar o referente.

27.4.2.3 Interpretação não restritiva dos adjetivos qualificativos em posição pré-nominal

Alguns adjetivos qualificativos, em especial aqueles em que a componente subjetiva e avaliativa é mais forte, podem ocorrer em posição pré-nominal. Dão-se alguns exemplos em (46):

(46) a. Que saudades tenho d*as doces palavras que me dizias*.
b. Vais ter de transportar *essa pesada cómoda*.
c. Quem preparou *o saboroso bacalhau à Brás?*

Nesta posição, os adjetivos qualificativos têm uma **leitura** ou **interpretação não restritiva**; ou seja, não restringem o conjunto denotado pelo nome que modificam, contrariamente ao que sucede em posição pós-nominal. Estes adjetivos veiculam uma informação suplementar sobre o referente, realçando ou intensificando uma propriedade deste que não é, no entanto, usada na sua caracterização básica nem serve para a sua identificação pelo ouvinte. Trata-se de uma espécie de comentário do falante, que realça e intensifica uma propriedade do referente; esse comentário tem frequentemente uma conotação subjetiva e avaliativa (cf. Caixa [14]). Isto explica que sejam os adjetivos avaliativos, ou os qualificativos com uma componente semântica mais fortemente subjetiva e avaliativa (como os superlativos) aqueles que mais frequentemente ocorrem nesta posição (cf. *este meu inteligentíssimo aluno*, *uma magnífica bailarina*, *um fantástico carro de corrida*)[81].

Quando o sintagma nominal é definido, o falante não tem qualquer intenção de que um adjetivo pré-nominal seja usado pelo ouvinte como informação para identificar o referente. Assim, p.e., em (46c), o adjetivo *saboroso* não é (em princípio) usado pelo ouvinte para identificar o referente do sintagma nominal. Por outras palavras, não há neste caso qualquer operação lógica de criação de um

[80] O artigo definido, por sua vez, informa o ouvinte de que está em condições de identificar o referente e de que este constitui a entidade única (quando é singular) ou o grupo máximo de entidades (quando é plural) presente no contexto, com as propriedades denotadas pelo nome e pelo adjetivo (cf. Cap. 22).
[81] Este facto explica que os adjetivos de cor e de forma, ou os adjetivos relacionais, não ocorram normalmente em posição pré-nominal (a não ser para obter efeitos estilísticos especiais), porque não veiculam qualquer componente avaliativa: cf. a estranheza de **a azul gravata*, **a redonda jarra* ou **uma municipal câmara* (cf. 27.4.3 e Cap. 31).

subconjunto consistindo na interseção do conjunto dos pratos de bacalhau à Brás com o conjunto das entidades (pratos) saborosas. Concomitantemente, não se pode inferir que haja outro prato de bacalhau à Brás, que não seria saboroso, no contexto situacional.

A natureza subjetiva da posição pré-nominal dos adjetivos permite igualmente que um pequeno número de adjetivos qualificativos que, em posição pós-nominal, denotam propriedades materiais constitutivas das pessoas e têm leitura restritiva, adquiram uma leitura figurada, altamente expressiva, quando ocorrem antes do nome; incluem-se neste grupo, entre outros, os itens *velho*, *pobre* e *grande*, como nos seguintes exemplos[82]:

(47) a. um *velho* amigo (comparar com *um amigo velho*)
b. um *pobre* professor (comparar com *um professor pobre*)
c. um *grande* homem (comparar com *um homem grande*)

Em *um velho amigo*, o adjetivo representa uma avaliação subjetiva do falante sobre a pessoa em causa. Em particular, o sentido de idade próprio do uso pós-verbal de *velho* transforma-se num sentido temporal – um velho amigo não é um amigo necessariamente idoso, mas sim um amigo antigo, de longa data. Em *um pobre professor*, a avaliação subjetiva é ainda mais evidente, veiculando desprezo, piedade ou um sentimento semelhante, por parte do falante; o adjetivo tem um sentido próximo do de *desgraçado*, e certamente um pobre professor pode ser rico. Quanto a *um grande homem*, seria (de novo, subjetivamente, para alguns), uma caracterização adequada de Napoleão, que era, no entanto, um homem de baixa estatura.

Dois outros pontos são dignos de menção relativamente a estes adjetivos: (i) em posição pós-nominal, só a sua interpretação não figurada é permitida (e a leitura é restritiva); (ii) a interpretação não figurada também é possível em posição pré-nominal, embora com leitura não restritiva e adquirindo então uma natureza expressiva de realce (cf. *ele é realmente um grande homem: mede pelo menos dois metros e meio* ou *a velha dama de honor aproximou-se da jovem princesa*).

> [16] Para alguns falantes, os adjetivos qualificativos pré-nominais ocorrem preferencialmente em sintagmas nominais referenciais, quer definidos quer indefinidos (neste último caso, com leitura [+específica])[83]. Inversamente, a sua ocorrência em sintagmas nominais não referenciais é considerada por esses falantes semanticamente marginal. Assim, na frase *todos os dias falta um estudante à aula de matemática*, a interpretação mais plausível é a não referencial, i.e., aquela que envolve vários estudantes e em que não é sempre o mesmo que falta à aula em dias diferentes. No entanto, se modificarmos *estudante* pelo adjetivo *pobre* em posição pré-nominal, a interpretação referencial é altamente favorecida – i.e., aquela em que se trata sempre do mesmo estudante: cf. *todos os dias falta um pobre estudante à aula de Matemática*.
>
> Para os falantes que têm este juízo semântico, os adjetivos pré-nominais também não são possíveis nos contextos opacos em que ocorre uma oração relativa com o verbo no conjuntivo, os quais obrigam a uma leitura virtual – e, por conseguinte,

[82] Cf. 27.4.4.3, onde se discutem, para além de *velho*, os adjetivos *novo* e *antigo*, que têm características similares.

[83] Esta característica dos adjetivos pré-nominais é partilhada com os apostos (cf. 27.7) e deve-se, plausivelmente, à interpretação não restritiva de ambos.

não específica – do sintagma nominal, como se pode ver comparando (ia) com (ib) (cf. Caps. 21 e 22.2.2.2, especialmente a Caixa [8] desse capítulo). Em particular, para esses falantes, (ib) é semanticamente anómalo devido à tensão entre a presença do adjetivo pré-nominal – que requer uma leitura referencial – e o contexto opaco, com o verbo da oração relativa no conjuntivo – que requer uma leitura não referencial. Com o verbo no indicativo, o requisito de não referencialidade desaparece, e a frase com o adjetivo pré-nominal torna-se aceitável (cf. (ic)):

(i) a. Procuro [uma enfermeira que trabalhe neste hospital] (se é que há alguma).
b. #Procuro [uma *simpática enfermeira* que trabalhe neste hospital].
c. Procuro [uma *simpática enfermeira* que trabalha neste hospital].

Repare-se, finalmente, que um adjetivo pós-nominal, de leitura restritiva, pode integrar um sintagma nominal não referencial (cf. *procuro* [*uma enfermeira simpática que trabalhe neste hospital*]).

27.4.2.4 Interpretação não restritiva dos adjetivos avaliativos

A classe dos adjetivos avaliativos "puros", que inclui os **superlativos lexicais** (também chamados **adjetivos elativos**) *divino*, *espantoso*, *estupendo*, *fantástico*, *magnífico*, *maravilhoso*, *ótimo*, entre outros, distingue-se da dos adjetivos qualificativos não só pelo seu sentido, como se discutiu acima (designam uma apreciação subjetiva do falante sobre a entidade denotada pelo nome, e não uma propriedade constitutiva da entidade), mas também pelo facto de não terem uma interpretação restritiva, quer em posição pré-nominal (o que é de esperar, dadas as características dessa posição discutidas acima), quer em posição pós-nominal.

A primeira propriedade explica que estes adjetivos se possam combinar com uma vasta gama de nomes, que representam entidades de natureza muito diferente, mas suscetíveis do mesmo tipo de avaliação pelos seres humanos. Para dar apenas um exemplo, praticamente todos os nomes podem ser modificados por um adjetivo avaliativo como *fantástico* (cf. *livro fantástico*, *flor fantástica*, *bebida fantástica*, *quadro fantástico*, *pessoa fantástica*, *ideia fantástica*, *corrida fantástica*, *encontro fantástico*), mas só aqueles com os parâmetros adequados podem ser modificados por adjetivos qualificativos denotativos como *alto*, *amarelo*, *inteligente*, *rápido* ou *redondo*, como o leitor pode verificar facilmente.

A segunda propriedade é visível no seguinte contraste:

(48) a. Hoje vou pôr a gravata *azul*.
b. Parti a jarra *redonda*.
c. Comprei a casa *antiga*.

(49) a. #Hoje vou pôr a gravata *magnífica*.
b. #Parti a jarra *maravilhosa*.
c. #Comprei a casa *fantástica*.

Nos dois paradigmas, os sintagmas nominais são definidos, i.e., convidam o ouvinte a identificar o referente no contexto situacional ou discursivo. Em (48), os adjetivos são qualificativos com leitura restritiva; em (49), em contrapartida, os adjetivos são avaliativos, e as frases são semanticamente estranhas. Este facto parece dever-se a um princípio de natureza pragmática, que formulamos do seguinte modo:

❖ Havendo adjetivos pós-nominais num sintagma nominal definido, estes têm de ser restritivos, e cooperar na tarefa de identificação do referente pelo ouvinte.

Tentando delimitar o alcance deste princípio, note-se, em primeiro lugar, que as frases semelhantes às de (49), mas sem qualquer adjetivo, num contexto apropriado, são aceitáveis (cf. (50)), desde que a gravata, a jarra e a casa em questão constituam informação partilhada pelo falante e pelo ouvinte e sejam suficientemente salientes no contexto situacional ou discursivo para poderem ser identificadas:

(50) a. Hoje vou pôr a gravata.
b. Parti a jarra.
c. Comprei a casa.

Em segundo lugar, com o adjetivo avaliativo em posição pré-nominal (cf. (51)), as frases são menos estranhas do que as de (49), e praticamente tão aceitáveis como as de (50), num contexto apropriado:

(51) a. Hoje vou pôr a *magnífica* gravata.
b. Parti a *maravilhosa* jarra.
c. Comprei a *fantástica* casa.

À luz do princípio proposto, o contraste entre (49) e (51) pode ser explicado pelo facto de a posição pré-nominal dos adjetivos não permitir uma interpretação restritiva. Ou seja, é só na posição pós-nominal, onde essa interpretação é *a priori* esperada pelo ouvinte, que os adjetivos avaliativos causam estranheza.

Em terceiro lugar, a ocorrência de ambos os tipos de adjetivos em posição pós-nominal provoca igualmente anomalia semântica, como se ilustra em (52):

(52) a. #Hoje vou pôr a gravata azul *magnífica*.
b. #Parti a jarra redonda *maravilhosa*.
c. #Comprei a casa antiga *fantástica*.

No entanto, se o adjetivo avaliativo for pré-nominal e o qualificativo pós-nominal, as frases são de novo aceitáveis:

(53) a. Hoje vou pôr a *magnífica* gravata azul.
b. Parti a *maravilhosa* jarra redonda.
c. Comprei a *fantástica* casa antiga.

Para finalizar, repare-se que as restrições não se aplicam em sintagmas nominais indefinidos, como se ilustra em (54):

(54) a. Hoje vou pôr uma gravata (azul) *magnífica*.
b. Parti uma jarra (redonda) *maravilhosa*.
c. Comprei uma casa (antiga) *fantástica*.

Os sintagmas nominais indefinidos assinalam ao ouvinte que o falante não espera que ele proceda à identificação do referente. Sendo assim, os adjetivos pós-nominais não são chamados a contribuir para essa tarefa, anulando-se os efeitos do princípio pragmático acima enunciado para o caso dos sintagmas nominais definidos.

[17] A restrição formulada no princípio dado acima afeta os adjetivos, mas não afeta as orações relativas restritivas. De facto, uma oração relativa restritiva pode coocorrer com um adjetivo avaliativo pós-nominal num sintagma nominal definido, como se ilustra em (i):

(i) a. Hoje vou pôr a gravata *magnífica* que a Rita me deu.
b. Parti a jarra *maravilhosa* que tinha herdado dos meus pais.
c. Comprei a casa *fantástica* onde passei as férias no verão passado.

Este facto parece dever-se à natureza mais informativa das orações relativas relativamente aos adjetivos. Quanto aos sintagmas preposicionais, os juízos não são inteiramente claros: cf. ?*vou comprar a casa de verão fantástica*, ?*os alunos fantásticos desta turma têm sempre um 20*, ?*acabei de ler o livro magnífico do Luís* ou ?*convidei para jantar a enfermeira maravilhosa do meu oftalmologista*. Deixamos aqui em aberto a explicação desta diferença entre os sintagmas preposicionais e as orações relativas.

27.4.3 Adjetivos relacionais

Os adjetivos relacionais têm como função estabelecer uma relação (daí a sua designação) entre dois sentidos: o sentido do nome de que o adjetivo deriva ou que se liga a ele etimologicamente e o sentido do nome modificado pelo adjetivo (cf. *paisagem campestre*, *pesca fluvial*, *revista cinematográfica*, *base aérea*). O tipo de relação estabelecida depende em parte do sentido do nome e do adjetivo e em parte do nosso conhecimento do mundo, nomeadamente a forma como as áreas conceptuais representadas pelos dois elementos se podem relacionar. Assim, *revista cinematográfica* será interpretado como 'revista que versa sobre cinema em geral', *pesca fluvial* como 'atividade piscatória que tem lugar em rios', *paisagem campestre* como 'paisagem caracterizada pela flora e fauna típicas do campo', e *base aérea* como 'base de aviões' (compare-se com *ponte aérea*, que significa algo como 'transporte de pessoas ou produtos entre dois lugares por via aérea'). Em síntese, devido à natureza variável da relação entre o sentido do adjetivo relacional e o sentido do nome, as paráfrases dos grupos nominais constituídos por estes elementos são, em geral, expressões complexas e bastante diversas entre si. Dão-se a seguir outros exemplos, acompanhados das respetivas paráfrases:

(55) a. ordem *religiosa* (= confraria que funciona no domínio da religião)
b. situação *política* (= situação no âmbito da política)
c. comboio *elétrico* (= comboio movido por eletricidade)
d. avião *presidencial* (= avião para uso do presidente)
e. sobremesa *caseira* (= sobremesa feita em casa)
f. jornal *diário* (= jornal que sai todos os dias)
g. viatura *militar* (= viatura para uso de militares)
h. pintura *renascentista* (= pintura produzida na época do Renascimento)
i. Crónicas *Marcianas* (= crónicas sobre (a colonização de) Marte)[84]

Como já se assinalou (cf. 27.3.2.1), os adjetivos relacionais têm uma função semelhante à dos sintagmas preposicionais classificadores, como *livro de banda*

[84] Esta expressão, que contém um adjetivo relacional, é o título de uma famosa obra de ficção científica do autor norte-americano Ray Bradbury.

desenhada, *colégio de raparigas*, *blusa de seda*, *vinho do Porto*, *avião a jacto*. Tal como esses sintagmas, estes adjetivos têm como função classificar o nome modificado em subtipos, de acordo com a relação estabelecida com o sentido do adjetivo. Assim, p.e., *fluvial*, em *pesca fluvial*, introduz uma subclasse no conjunto das atividades piscatórias, que tem como característica ter lugar em rios (por oposição à pesca no mar, em lagos, etc.); *cinematográfica*, em *revista cinematográfica*, classifica um tipo de revista que tem como assunto o cinema, por oposição a outros tipos que versam sobre teatro, arquitetura, etc. Como também se assinalou, o mesmo conteúdo é frequentemente expresso quer por um adjetivo relacional quer por um SP classificador: cf. *colégio feminino* vs. *colégio de/para raparigas*, *médico dermatologista* vs. *médico de doenças da pele* e *revista cinematográfica* vs. *revista de cinema*.

Os adjetivos relacionais não são suscetíveis de ter uma interpretação avaliativa, de natureza subjetiva, o que explica o facto de não poderem ocorrer em posição pré-nominal, com leitura não restritiva: cf. ***uma religiosa ordem*, ***uma cinematográfica revista*, ***a política situação*.

Alguns adjetivos relacionais, no entanto, podem receber, em contextos apropriados, uma interpretação próxima da dos adjetivos qualificativos, na qual o seu sentido passa a representar uma propriedade simples, geralmente aquela que os falantes consideram mais típica entre todas aquelas que caracterizam o nome que corresponde ao adjetivo[85]. Um exemplo claro desta possibilidade é o adjetivo *barroco*, que tem uma leitura primariamente relacional em *pintura barroca* ('pintura produzida durante o período chamado "barroco"'); no entanto, em *gesto barroco*, ou *atitude barroca*, o adjetivo passa a designar uma propriedade simples (que se encontra tipicamente na arte do período barroco), próxima de 'exagerado' ou 'afetado' (cf. também *texto barroco*, que é ambíguo entre as duas interpretações). Quando ocorre esta reinterpretação, alguns adjetivos relacionais admitem mais facilmente a posição pré-nominal: cf. *ela entrega os trabalhos com religiosa pontualidade*.

Tal como a combinação entre um nome e um sintagma preposicional classificador, também as combinações nome + adjetivo relacional tendem a formar unidades multilexicais, algumas delas com um alto grau de coesão entre as duas palavras. Assim, adjetivos qualificativos e outros modificadores restritivos do nome não podem quebrar a sequência: cf. ***avião antigo presidencial* (vs. *avião presidencial antigo*), ***sobremesa deliciosa caseira* (vs. *sobremesa caseira deliciosa*), ***política honesta cultural* (vs. *política cultural honesta*), ***comboio para o Estoril elétrico* (vs. *comboio elétrico para o Estoril*), ***ordem com dez membros religiosa* (vs. *ordem religiosa com dez membros*).

> [18] Quando dois ou mais adjetivos relacionais se combinam com o mesmo nome, estabelecem relações "de escopo" entre si; ou seja, o primeiro classifica o nome, o segundo classifica o subtipo resultante da combinação do nome com o primeiro, e assim sucessivamente (cf. Demonte 1999:167ss). Assim, em *ordem religiosa laica*, o adjetivo relacional *religiosa* classifica *ordem*, obtendo-se o grupo intermédio *ordem religiosa* (que denota um tipo particular de confraria no domínio da religião) e sobre este grupo aplica-se o adjetivo relacional *laica*, criando agora um subtipo dentro das ordens religiosas, destinado aos laicos. A estrutura deste grupo é, pois, [[*ordem religiosa*] *laica*].

[85] Por vezes chama-se "recategorização" a esta reinterpretação dos adjetivos relacionais em qualificativos.

A existência de relações de escopo não implica que o tipo de entidade denotado seja necessariamente diferente se se alterar a ordem entre os adjetivos, mas apenas que a "maneira de apresentar" a entidade é perspetivada pela ordem das subclassificações sucessivas que se introduzem. Assim, a denotação extensional de *ordem religiosa laica* parece ser a mesma que a de *ordem laica religiosa* (ou seja, denotam exatamente o mesmo conjunto de ordens existente no mundo); no entanto, o modo de apresentação é diferente: em *ordem laica religiosa*, introduz-se primeiro uma classificação das ordens que tem a ver com o estatuto dos seus membros, e seguidamente classifica-se esse subtipo de acordo com a esfera de atividades da ordem, exatamente o oposto do que acontece em *ordem religiosa laica*.

Quando se combinam com nomes deverbais, os adjetivos relacionais podem ter valores que correspondem aos dos argumentos do nome; nesse caso, chamam-se também **adjetivos argumentais** (cf. Miguel 2004). O caso mais típico é aquele em que o adjetivo corresponde a um sujeito com o papel temático de agente, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(56) a. a ocupação *americana* do Iraque (cf. *os Americanos ocuparam o Iraque*)
b. as invasões *napoleónicas* da Europa (cf. *Napoleão invadiu a Europa*)
c. a legislação *governamental* (cf. *o governo legisla*)
d. as reformas *carolíngias* da Igreja (cf. *Carlos Magno reformou a Igreja*)
e. as emigrações *camponesas* para a cidade (cf. *os camponeses emigraram para a cidade*)

Também são possíveis casos em que o adjetivo corresponde a um sujeito com o papel temático de experienciador, como em (57a,b), ou a um complemento direto com o papel temático de paciente, como em (57c-e); em (57d,e) quer o sujeito quer o complemento direto são realizados por um adjetivo argumental; neste caso, o adjetivo que corresponde ao complemento direto precede preferencialmente aquele que corresponde ao sujeito:

(57) a. o amor *paternal* (cf. *os pais amam* (*os filhos*))
b. o ódio *estudantil* pela polícia (cf. *os estudantes odeiam a polícia*)
c. a reforma *ortográfica* (cf. *alguém reforma a ortografia*)
d. a pesca *baleeira açoriana* (cf. *os açorianos pescam baleias*)
e. a produção *automobilística alemã* (cf. *os Alemães produzem automóveis*)

27.4.4 Adjetivos com leitura adverbial

Como se notou em 27.1.8, a função desempenhada pelos advérbios terminados em *-mente* no domínio frásico é tipicamente desempenhada por adjetivos qualificativos que se relacionam morfologicamente com esses advérbios. Nas nominalizações ocorre, portanto, o adjetivo primitivo como modificador do nome deverbal ou semanticamente eventivo[86]. Estes adjetivos encontram-se maiorita-

[86] Recorde-se que os nomes que denotam eventos não se limitam aos nomes deverbais; substantivos como *batalha*, *concerto*, *evento*, *guerra*, *tempestade*, *vitória*, entre muitos outros, são eventivos mas não correspondem a verbos, ou correspondem a verbos com um uso muito mais restrito que o do nome correspondente, como *batalha* ou *guerra*: cf. a estranheza de #*Wellington batalhou Napoleão em Waterloo* (face a *a batalha de Waterloo*); ou de #*os Americanos guerreiam os Iraquianos* (face a *a guerra do Iraque*). Estes nomes são chamados **nomes de evento simples** em Grimshaw (1990).

riamente nas áreas semânticas do modo, da temporalidade/aspetualidade e da modalidade[87].

27.4.4.1 Adjetivos com valor de modo, avaliativo e de atitude

Apresentam-se em (58) nominalizações em que os adjetivos correspondem, no domínio frásico, a advérbios de modo, de atitude do agente ou avaliativos[88]:

(58) a. a corrida *veloz* das crianças (cf. *as crianças correram velozmente*)
b. o *escandaloso* encerramento do centro de saúde pelo governo (cf. *escandalosamente, o centro de saúde foi encerrado pelo governo*)
c. a saída *prudente* do Pedro do edifício em chamas (cf. *prudentemente, o Pedro saiu do edifício em chamas* ou *o Pedro saiu prudentemente do edifício em chamas*)
d. a resposta *voluntária*/*relutante* do Luís ao inspetor (cf. *o Luís respondeu voluntariamente*/*relutantemente ao inspetor*)
e. a *estranha* participação do deputado fascista no debate (cf. *estranhamente, o deputado fascista participou no debate*)

Não existem adjetivos qualificativos especializados semanticamente nos valores adverbiais aqui em discussão; todos eles têm um sentido básico numa das áreas descritas em 27.4.2.1, e adaptam-se aqui à natureza abstrata dos significados eventivos por extensões metafóricas ou metonímicas (cf. Cap. 8). Contudo, nem todas as áreas semânticas em que se classificam os adjetivos qualificativos podem ser usadas em domínios eventivos. Os adjetivos que mais facilmente adquirem estes valores são os de velocidade (cf. (58a)), peso (cf. *um debate pesado*), sabor (cf. *uma discussão amarga*), tato e consistência (cf. *uma crítica dura*), temperatura (cf. *um jogo quente*) e os que denotam estados, capacidades mentais e disposições humanas (cf. (58c) e *uma resposta inteligente*, *uma invasão hábil*).

Como os exemplos mostram, estes adjetivos podem ocorrer quer em posição pós-nominal quer em posição pré-nominal. Quando as nominalizações têm uma interpretação eventiva, como nos exemplos de (58) (cf. 27.1.7), a posição do adjetivo não parece corresponder a uma diferença de leitura restritiva vs. não restritiva, refletindo apenas diferenças de estilo e, possivelmente, uma postura mais subjetiva do falante quando o adjetivo é pré-nominal (comparar *a corrida veloz das crianças* com *a veloz corrida das crianças*). Em contrapartida, nas nominalizações resultativas, especialmente quando o nome deverbal denota um objeto concreto, os adjetivos qualificativos manifestam a mesma gama de interpretações que têm normalmente com os nomes básicos, não deverbais, incluindo a diferença entre interpretação restritiva e não restritiva (cf. *muitos alunos preferem os exames difíceis aos exames fáceis*, com interpretação restritiva dos adjetivos, vs. *os difíceis exames deste ano causaram o pânico generalizado nos alunos*, com interpretação não restritiva, de natureza avaliativa).

[87] Recorde-se que a área semântica do aspeto tem a ver com a estrutura temporal das situações, p.e., se estas são pontuais ou durativas, se se articulam em subpartes distintas (chamadas "fases") ou não, se ocorrem uma só vez ou se se repetem, etc. (cf. Cap. 17). Os adjetivos modalizadores são tratados nos Caps. 18 e 31.
[88] Estes advérbios descrevem-se no Cap. 33.

27.4.4.2 Adjetivos temporais e aspetuais

Esta área semântica contém adjetivos de localização temporal (cf. *futuro*, *imediato*, *recente*, *tardio*), de duração (cf. *curto*, *longo*, *prolongado*, *rápido*, *temporário*) e aspetuais. No domínio aspetual, exprime-se sobretudo frequência de repetição dos eventos (cf. *constante*, *habitual*, *intermitente*, *periódico*), que pode ser referenciada a uma unidade de medida temporal (cf. *diário*, *semanal*, *mensal*). Estes adjetivos formam advérbios terminados em *-mente*, usados com o mesmo valor em estruturas frásicas correspondentes às nominalizações (cf. Cap. 33). Para além dos nomes eventivos, estes adjetivos podem ser usados com outros nomes que possuam uma dimensão temporal interna.

Os adjetivos qualificativos que podem ser usados no domínio temporal pertencem às áreas da dimensão espacial (cf. *uma despedida longa/curta*, *uma sessão parlamentar pequena/grande*), da velocidade (cf. *uma invasão rápida*) e da idade (*um velho amigo*, *uma nova namorada*, *a minha antiga casa*)[89]. Apresentam-se a seguir alguns exemplos, nos domínios da localização temporal (cf. (59)), da duração (cf. (60)) e da aspetualidade (cf. (61)):

(59) a. a chegada *recente* do Presidente (cf. *o Presidente chegou recentemente*)
b. (Aviso num aeroporto) Partida *imediata* do voo TAP 114 para Nova Iorque (cf. *o voo TAP 114 parte imediatamente para Nova Iorque*)
c. a resposta *tardia* do professor (cf. *o professor respondeu tardiamente*)

(60) a. um discurso *longo*/*breve* (cf. *eles discursaram longamente/brevemente*)
b. uma discussão *rápida* da proposta (cf. *eles discutiram rapidamente a proposta*)
c. um exame *prolongado* (cf. *o professor examinou prolongadamente o aluno*)

(61) a. as queixas *habituais* do Pedro (cf. *o Pedro queixa-se habitualmente*)
b. as idas {*frequentes*/*raras*/*regulares*} da Maria a Madrid (cf. *a Maria vai* {*frequentemente/raramente/regularmente*} *a Madrid*)
c. as crises de fígado {*diárias*/*semanais*/*mensais*} do Eduardo (cf. *o Eduardo tem crises de fígado* {*diariamente/semanalmente/mensalmente*})

Para além de modificarem nomes eventivos, alguns adjetivos de localização temporal (como *presente* e *futuro*), de duração (como *temporário* e *permanente*) e de aspetualidade (como *habitual* e *regular*) podem também modificar nomes não eventivos, desde que estes denotem entidades conceptualizadas como tendo alguma permanência temporal: p.e., nomes que denotam funções institucionais ou sociais (*noiva*, *professor*, *presidente*, *rei*, *reitor*, *treinador*), instituições (*governo inglês*, *Banco de Portugal*) e lugares ligados a instituições (*estádio do Sporting*, *sede do Banco de Portugal*). Mencione-se, a este propósito, o advérbio *atual*, que se usa frequentemente nestes contextos, com uma aceção de localização temporal e um sentido próximo de 'no momento presente':

(62) a. a {*atual/futura/presente*} noiva do Luís
b. a sede *permanente/temporária* do Banco de Portugal
c. o médico *habitual/regular* da Maria

[89] O uso temporal destes adjetivos discute-se em 27.4.4.3.

Na realidade, qualquer nome que denote um objeto simples pode combinar-se com um adjetivo temporal, desde que seja conceptualizado através de uma possível relação temporal com seres humanos (cf. *o permanente/habitual casaco do Luís*, *o meu atual carro*, *o meu futuro relógio*). Repare-se que estes adjetivos não são qualificativos, i.e., não representam propriedades constitutivas dos objetos denotados. Em particular, não são adjetivos de idade: em qualquer dos exemplos, o objeto designado pode ser novo ou velho. A função destes adjetivos consiste antes em perspetivar temporalmente ou aspetualmente uma relação entre o objeto e outra entidade (frequentemente, um possuidor). Mesmo nomes próprios, especificados pelo artigo definido, podem ser modificados por certos adjetivos temporais, desde que se conceba conceptualmente o indivíduo representado pelo nome como tendo fases diferentes na sua vida, caracterizadas pelo menos por algumas propriedades distintas: cf. *o recente Ronaldinho já não tem a energia do antigo Ronaldinho*.

27.4.4.3 Os adjetivos *velho*, *novo* e *antigo*

Há três adjetivos qualificativos de idade que adquirem uma dimensão temporal quando ocorrem em posição pré-nominal: *velho*, *novo* e *antigo*. O primeiro já foi discutido em 27.4.2.3: enquanto em posição pós-nominal o sentido mais destacado desse adjetivo (quando se aplica a nomes que denotam seres humanos) é o de pessoa idosa, em posição pré-nominal, para além de introduzir conotações afetivas, o seu sentido é diferente: assim, em *um velho sócio do Pedro*, o adjetivo não denota a idade da pessoa designada (que pode ser ou não avançada), mas antes informa-nos sobre a dimensão temporal do seu estatuto enquanto sócio do Pedro, localizando o seu começo num período temporal substancialmente anterior ao momento presente.

De modo semelhante, em posição pós-nominal, o adjetivo *antigo*, quando modifica nomes que denotam objetos, tem um sentido de idade avançada, próximo do sentido de *velho*, embora com uma conotação adicional de valor que *velho* não tem (cf. *um móvel antigo*)[90]. Quando modifica nomes que denotam pessoas, este adjetivo designa uma qualidade mental metaforicamente relacionada com 'idade avançada', algo como 'retrógrado' ou 'com ideias ultrapassadas' (cf. *só uma pessoa antiga poderia pensar uma coisa dessas*). Neste uso, o adjetivo é qualificativo e tem uma leitura restritiva. Quando ocorre em posição pré-nominal, contudo, o adjetivo perde não só a interpretação restritiva, mas também o sentido de idade (literal ou metafórica), e ganha uma aceção temporal, próxima da do adjetivo pré-nominal *velho*. Assim, enquanto *a minha casa antiga* significa uma casa velha que eu possuo, ou habito, no momento presente, *a minha antiga casa* designa a casa que eu habitava, ou possuía, num período temporal anterior ao momento presente (e que já não possuo, ou não habito, atualmente)[91]. Por esse motivo, é possível dizer, sem contradição, *a minha antiga casa não era uma casa antiga* (*pelo contrário, era moderna/nova, mas fui obrigado a vendê-la*).

[90] Outra diferença entre os dois adjetivos é que *velho* tem como antónimo *novo*, ao passo que *antigo* tem como antónimo não só *novo*, mas também *moderno* (cf. Cap. 8).

[91] Alguns falantes admitem o sentido temporal de *antigo* também em posição pós-nominal, e o sentido de idade em posição pré-nominal, mas apenas com uma conotação altamente expressiva e subjetiva. Note-se também que só o sentido de idade é graduável: assim, *a minha muito antiga casa*, mesmo com o adjetivo pré-nominal, só pode denotar uma casa velha, não a casa que eu habitei ou possuí anteriormente.

O adjetivo *novo* tem também duas interpretações, consoante a sua posição, mas as diferenças são mais complexas. Neste caso, contrariamente a *velho* e *antigo* (mas cf. Nota 91), as duas interpretações são possíveis (e naturais) em posição pós-nominal. Uma dessas interpretações é como adjetivo qualificativo de idade, tendo como antónimos *velho*, no âmbito das pessoas (cf. *uma pessoa nova/velha*) e *antigo*, no âmbito das coisas (cf. *um relógio novo/antigo*). Este sentido só é possível quando o adjetivo ocorre em posição pós-nominal.

O outro sentido do adjetivo *novo* é temporal, com uma vertente quantificacional acrescida, significando algo como 'entidade (coisa, pessoa, etc.) que alguém passou a ter recentemente', mas com a implicação pragmática muito forte de que não é a primeira, isto é, que já houve outra ou outras entidades do mesmo tipo anteriormente. Este sentido é permitido quer em posição pré-nominal (cf. 63)) quer em posição pós-nominal (cf. (64)):

(63) a. O Pedro tem um *novo carro*: um Jaguar E antigo/velho de 1961.
b. A *nova namorada* do Pedro tem idade para ser minha avó.

(64) a. O Pedro tem um *carro novo*: um Jaguar E antigo/velho de 1961.
b. A *namorada nova* do Pedro tem idade para ser minha avó.

Como os exemplos mostram, neste sentido, o adjetivo *novo* não se opõe a *antigo* ou *velho* (cf. também o facto de se poder dizer, sem contradição, *o Pedro tem um carro novo antigo* ou *o Pedro tem uma namorada nova velha*). Estes exemplos contrastam com os de (65), em que o adjetivo tem o sentido de idade:

(65) a. Entre o *carro novo* e o usado, o Pedro decidiu comprar o novo.
b. O Pedro tem uma *namorada muito nova*, com menos vinte anos do que ele.

27.4.4.4 Os adjetivos *passado/próximo* e *anterior/seguinte*

Os pares de adjetivos com valor temporal *passado*/*próximo* e *anterior*/*seguinte* são usados para construir adjuntos adverbiais de localização temporal, através da combinação com um substantivo de medida temporal (que passamos, por conveniência, a designar pela sigla "SMT") como *dia*, *semana*, *mês* ou *ano*. As expressões construídas com *passado* e *próximo* são dêiticas, e significam algo como 'imediatamente antes' e 'imediatamente a seguir', tomando-se como ponto de referência o intervalo temporal (dia, semana, mês) no qual se inclui o momento da enunciação (cf. Caps. 15 e 16). Em contrapartida, as expressões construídas com *anterior* e *seguinte* significam também 'imediatamente antes' e 'imediatamente a seguir', mas necessitam de uma referência temporal distinta do momento da enunciação para poderem servir como localizadores temporais[92]. Considerem-se os seguintes exemplos:

(66) a. *No mês passado*, houve uma reunião do conselho de administração.
b. *No próximo ano*, a temperatura vai subir imenso.

[92] Nesse sentido, a relação que existe entre *passado* e *próximo* é paralela à que existe entre *ontem* e *amanhã*, e a que existe entre *anterior* e *seguinte* é paralela à que existe entre *antes* e *depois* (cf. Caps. 32 e 33).

Neste paradigma, os localizadores temporais *no mês passado* e *no próximo ano* são interpretados deiticamente, sendo o ponto de referência o mês ou o ano no qual o falante produz o enunciado. Assim, se o enunciado (66a) foi produzido no mês de outubro de 2007, a asserção que veicula é verdadeira se a reunião tiver tido lugar em setembro de 2007, aplicando-se o mesmo raciocínio (orientado para o futuro) em (66b)[93].

Se, nos exemplos de (66), substituirmos *passado* por *anterior* e *próximo* por *seguinte* (com algumas adaptações), a interpretação é diferente:

(67) a. *No mês anterior*, houve uma reunião do conselho de administração.
b. *No ano seguinte*, a temperatura subiu dramaticamente.

Para poder localizar temporalmente as asserções feitas nestas frases, é necessário ter um ponto de referência temporal diferente do da enunciação (um mês e um ano, respetivamente) relativamente ao qual se possa situar o mês e o ano mencionados. Esse momento pode ser expresso explicitamente, através de um complemento, como se ilustra em (68)[94]:

(68) a. *No mês anterior ao da falência da empresa*, houve uma reunião do conselho de administração.
b. *No ano seguinte ao do terramoto de São Francisco*, a temperatura subiu imenso.

Alternativamente, o momento de referência pode ser contextualmente inferido, como em (67) (com um contexto situacional ou discursivo apropriado), ou recuperado anaforicamente, como em (69):

(69) a. A empresa faliu em outubro do ano passado. *No mês anterior*, houve uma reunião do conselho de administração.
b. O terramoto de São Francisco foi em 1906. *No ano seguinte*, a temperatura subiu imenso.

> [19] O sistema dêitico *passado-próximo* contém um terceiro termo que o completa semanticamente, a expressão "(*n*)*este* SMT", a qual identifica a localização temporal do evento como estando incluída no período constituído pelo SMT (semana, mês, ano) em que o enunciado é produzido pelo falante:
>
> (i) a. *Esta semana*, o Belenenses empatou com o Porto no Dragão.
> b. *Este ano*, vai haver uma reunião do conselho de administração.
>
> O tempo veiculado pelo verbo ou pela perífrase verbal da frase pode ser passado (*empatou*, em (ia)) ou futuro (*vai haver*, em (ib)), dependendo da localização temporal do evento, dentro do intervalo denotado pelo SMT, como sendo anterior ou posterior à enunciação.

[93] Nestes casos, o adjetivo *próximo* é obrigatoriamente pré-nominal (cf. ***no ano próximo**, a temperatura vai subir imenso*). Isso deve-se plausivelmente ao facto de, em posição pós-nominal, *próximo* ter um sentido espacial semelhante ao de *perto*, normalmente exigindo um complemento (cf. *as farmácias* (*mais*) *próximas daqui* (cf. 27.4.4.5)). As expressões *próximo* e *passado* não são usadas com *dia* para falar do dia seguinte ou anterior ao da enunciação, visto que *no próximo dia* e *no dia passado* têm como equivalentes as palavras *amanhã* e *ontem*. No entanto, cf. usos como *no próximo dia 2 de fevereiro*, *no passado dia 5*.

[94] As expressões sublinhadas são elípticas, correspondendo a *no mês anterior ao mês da falência da empresa* e *no ano seguinte ao ano do terramoto de S. Francisco*. São também aceitáveis, neste contexto, expressões *no mês anterior à falência da empresa* e *no ano seguinte ao terramoto de S. Francisco*.

No sistema adjetival *anterior-seguinte*, a simultaneidade de SMT é veiculada pelo adjetivo *mesmo*, como se ilustra em (ii), com o tempo verbal da frase no passado ou no futuro consoante a localização temporal do evento que serve de momento de referência:

(ii) *No mesmo ano* (*da reunião do conselho de administração*), a gerência {fez/vai fazer} um novo aumento de capital.

27.4.4.5 Adjetivos de localização espacial

Combinados com um nome, os mesmos adjetivos *próximo*, *anterior* e *seguinte* permitem criar igualmente adjuntos adverbiais de localização espacial[95]. Assim, o adjetivo *próximo*, em posição pós-nominal, tem o sentido aproximado de *perto*, podendo tomar um complemento que serve de ponto de referência. Caso não haja complemento, a interpretação é dêitica, isto é, o ponto de referência é o lugar da enunciação: cf. *uma farmácia próxima* (*de tua casa*) *fica na Rua da Arrábida*[96].

Em posição pré-nominal (cf. *a próxima farmácia*), o adjetivo tem um significado abstrato similar ao do seu uso temporal ('imediatamente a seguir'), com uma leitura dêitica na qual o ponto de referência é o lugar da enunciação (geralmente entendido como um local do tipo descrito pelo nome: no exemplo acima, 'a farmácia a seguir a esta'). Repare-se que, nesta posição, o adjetivo não tem o sentido de 'perto' (a próxima farmácia pode muito bem ser a centenas de quilómetros).

Com um significado espacial, os adjetivos *anterior* e *seguinte* admitem igualmente um valor dêitico, que toma como ponto de referência o lugar da enunciação[97]: assim, *a farmácia seguinte* é interpretado como 'a farmácia a seguir a esta' e *a farmácia anterior* como 'a farmácia antes desta'[98].

Uma aplicação particular da dimensão espacial dos adjetivos *próximo*, *anterior* e *seguinte* consiste no seu uso textual, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(70) a. {*Na próxima página*/*Na página seguinte*}, define-se o advérbio.
b. *Na página anterior*, discutiram-se as propriedades da dêixis.

O adjetivo *passado*, contudo, não tem uso textual, como se vê pela impossibilidade de ***na página passada**, *discutiram-se as propriedades da dêixis*. Curiosamente, *anterior* e *seguinte* também admitem nesta função um valor dêitico que não têm no domínio temporal: em (70a), *a página seguinte* pode significar 'a página a seguir a esta'; e em (70b), *a página anterior* pode ser interpretado como 'a página antes desta'. Os adjetivos *anterior* e *seguinte* podem igualmente ter uma interpretação com um ponto de referência independente, não dêitico, como em *na página anterior/seguinte àquela em que se define o adjetivo, define-se o advérbio*.

---

[95] Em comparação com o domínio temporal, os recursos adjetivais para o domínio espacial equivalentes a advérbios ou outros adjuntos adverbiais no domínio frásico são bastante mais limitados. Outros adjetivos com valor espacial são *afastado*, *longínquo* e *remoto* (cf. *os países afastados de Portugal*, *terras longínquas/remotas*).

[96] Com este sentido, *próximo* pode ser usado no sintagma nominal quer como adjetivo quer como advérbio: cf., respetivamente, *os países próximos/próximo de Portugal*. Como adjetivo, *próximo* concorda com o nome.

[97] Repare-se que estes adjetivos não têm valor dêitico no domínio temporal, como se discutiu acima; ou seja, precisam de um momento de referência independente.

[98] No domínio espacial, *seguinte* é, assim, praticamente equivalente a *próximo* em posição pré-nominal.

27.5 Modificadores oracionais do nome

Os nomes podem ser modificados por constituintes oracionais, que se descrevem a seguir de forma breve, já que estas estruturas são tratadas em capítulos próprios (cf. Cap. 31 para os particípios adjetivais, Caps. 36 e 37 para a subordinação argumental, respetivamente finita e infinitiva, e Cap. 39 para as orações relativas).

27.5.1 Orações relativas

As orações relativas são, juntamente com os adjetivos qualificativos, os modificadores mais típicos do nome, e é particularmente importante o seu papel em restringir a extensão do conjunto por ele denotado, contribuindo assim, nos sintagmas nominais definidos, para a identificação do seu referente (cf. Cap. 39). Seguem-se alguns exemplos:

(71) a. [A rapariga *que vês ali*] é minha vizinha.
b. [Os livros *que comprei no Natal*] não foram caros.
c. Encontrei [algumas pessoas *que vinham ver a peça de teatro*].

27.5.2 Orações infinitivas restritivas

Os nomes podem ser modificados por orações infinitivas, com uma leitura restritiva, tipicamente introduzidas pelas preposições *a*, *para*, *por* e *de*, como se ilustra a seguir:

(72) a. A Baixa do Porto tem [muitos edifícios *a precisar de restauro*].
b. [Os presentes *para dar ao João*] estão escondidos no armário.
c. [A roupa *por lavar*] está em cima da máquina.
d. A minha filha tem [muitos trabalhos *para fazer*].
e. Esta é [a minha agenda *de marcar aniversários*].

Estas orações são reduzidas e têm um sujeito implícito, não realizado, que é interpretado de maneira variável: em (72a), tem o valor do próprio nome modificado (são os edifícios que precisam de restauro); em (72b,c), tem uma interpretação indeterminada, que parece poder incluir o falante e possivelmente o(s) ouvinte(s) (cf. *os presentes para nós darmos ao João*); em (72d), toma o valor do SN *a minha filha*, sujeito da oração principal (é a minha filha que faz os trabalhos); e, em (72e), é interpretado como tendo o valor do pronome possessivo (se é a minha agenda, é normal ser eu a marcar os aniversários)[99].

O nome modificado, por sua vez, corresponde a uma variedade de funções dentro da oração infinitiva: sujeito em (72a), complemento direto em (72b-d) (cf. *dar os presentes ao João*, *lavar a roupa*, *fazer os trabalhos*) e adjunto adverbial locativo em (72e) (cf. *marcar aniversários na agenda*). Tipicamente, com a preposição *a*, o nome modificado corresponde ao sujeito da oração infinitiva (cf., para além de (72a), [*os alunos a recorrer ao Apoio Social Escolar*] *são em grande número*); e, com as preposições *para* e *por*, o nome modificado corresponde ao complemento direto (cf. (72b-d)). Mas estas preposições aceitam outros padrões, mais marcados, cuja aceitabilidade e uso variam de falante para falante: assim, com *a*, o nome modificado

[99] O grupo formado por *de* e pela oração infinitiva em (72e) é um sintagma preposicional classificador (cf. 27.3.2.1).

pode corresponder ao complemento direto (cf. *a rapariga tem muitos trabalhos a fazer*, *os presentes a dar ao João estão escondidos no armário*), e com *para* o nome modificado pode corresponder ao sujeito (cf. *eis* [*a pessoa ideal para fazer o trabalho*]). Repare-se também que a preposição *por* introduz duas inferências semânticas: uma negativa (em (72c), infere-se que a roupa não está lavada) e outra no domínio da necessidade deôntica (infere-se também que é preciso lavá-la).

Devido à sua interpretação restritiva e ao facto de o nome modificado ser interpretado semanticamente dentro da oração infinitiva (p.e., relativamente a (72b), *presentes*, o nome modificado, é interpretado como sendo o complemento direto da oração; cf. *dar os presentes ao João*), estas orações são muitas vezes consideradas relativas na literatura da linguística sobre o assunto, e chamadas **orações relativas infinitivas** (cf. Cap. 39).

27.5.3 Particípios verbais e orações de particípio

Os particípios verbais podem ocorrer como modificadores do nome, e, quando ocorrem sozinhos, o seu uso não se distingue do uso típico dos adjetivos qualificativos restritivos (cf. *os exames corrigidos*, *as folhas caídas* e *os vinhos envelhecidos*). Os verbos cujo particípio pode ocorrer como adjetivo são os transitivos e os inacusativos, i.e., aqueles que selecionam um argumento interno (que corresponde ao complemento direto no caso dos verbos transitivos e ao sujeito no caso dos verbos inacusativos). Por sua vez, o nome modificado pelo particípio é interpretado como o argumento interno do verbo correspondente: relativamente aos exemplos acima, cf. *corrigir os exames*, *as folhas caíram* e *os vinhos envelheceram* (cf. Cap. 28.2.2.3)[100].

Os particípios verbais podem também ocorrer no sintagma nominal como núcleo de uma oração reduzida de particípio (reduzida porque lhes falta o pronome relativo e um verbo finito auxiliar), a qual inclui complementos subcategorizados pelo particípio e/ou adjuntos adverbiais, internos à oração[101]. Em (73), os particípios são derivados de um verbo intransitivo (inacusativo):

(73) a. [As pessoas *nascidas em território nacional*] podem requerer nacionalidade portuguesa.
b. [O filme *estreado ontem*] é muito mau.
c. [As coisas *acontecidas na Alemanha nos anos 30*] são a vergonha da Humanidade.

Em (74), os verbos de que derivam os particípios são transitivos, e as orações de particípio correspondem a orações passivas, podendo nelas ocorrer o argumento externo do verbo sob a forma de agente da passiva:

(74) a. [Os livros *lidos pela rapariga*] são normalmente pequenos.
b. [As revistas *oferecidas à Biblioteca* (*pelo mecenas*)] são todas de banda desenhada.

[100] *Envelhecer* é um verbo de alternância causativa (cf. Cap. 28), com um uso transitivo (cf. *os agricultores envelheceram o vinho* (*em cascos de carvalho*)) e um uso intransitivo (cf. *o vinho envelheceu* (*em cascos de carvalho*)). O exemplo *os vinhos envelhecidos* pode corresponder a qualquer uma destas estruturas. Ver a discussão a seguir.

[101] Estritamente, quando o particípio ocorre sozinho como modificador, trata-se igualmente de uma oração reduzida, em que os argumentos (opcionais) não ocorrem.

c. [As casas *construídas na minha freguesia* (*por esses operários*)] tiveram problemas de infiltração.
d. [Os exames *corrigidos* (*pela professora*)] foram entregues mais cedo.

A posição dos particípios é sempre pós-nominal (cf. a estranheza de **os corrigidos exames* ou de **os envelhecidos vinhos*). Quando o particípio ocorre com um argumento ou com um adjunto adverbial, a impossibilidade da posição pré-nominal (cf., por exemplo, **os lidos pela rapariga livros*) é também um caso particular do fenómeno mais geral que impede qualquer adjetivo de ocorrer nessa posição quando tem um complemento (veja-se o contraste entre *o orgulhoso homem* e **o orgulhoso dos seus filhos homem*; cf. 27.6).

27.5.4 Orações gerundivas

Embora sejam mais comuns no português do Brasil do que no português europeu, podem também ocorrer como modificadores restritivos do nome orações constituídas por um verbo no gerúndio, geralmente combinado com os seus complementos e/ou adjuntos adverbiais, como se exemplifica no seguinte paradigma[102]:

(75) a. Ontem comprei [um livro *contendo gravuras*].
b. Acabei de ver [um filme *mostrando os horrores da guerra*].
c. Está aqui um exemplo de [um particípio verbal *ocorrendo sem complementos*].

O nome modificado (grupo nominal, em (75c)) é interpretado como sendo o sujeito das orações gerundivas. No entanto, o nome não faz propriamente parte da oração gerundiva, sendo antes o núcleo de um constituinte que desempenha uma função gramatical na oração principal (de complemento direto, em (75a,b) e de modificador do nome *exemplo*, em (75c)).

Em (75), as orações gerundivas são equivalentes a orações relativas restritivas, atribuindo uma propriedade adicional à denotação do nome ou do grupo nominal, e contribuindo assim para a delimitação do conjunto dentro do qual se identifica o referente do sintagma nominal (cf., respetivamente, *ontem comprei um livro que contém gravuras*, *acabei de ver um filme que mostra os horrores da guerra* e *está aqui um exemplo de um particípio verbal que ocorre sem complementos*). Nestes exemplos, essas propriedades correspondem a estados que caracterizam de forma inerente a entidade designada pelo constituinte que tem como núcleo o nome modificado.

Num tipo de exemplos semanticamente distintos (cf. (76)), e considerado menos aceitável por muitos falantes, as orações gerundivas restringem o conjunto denotado pelo nome atribuindo-lhe uma propriedade dinâmica consistindo numa situação provisória, em curso (i.e., aspetualmente progressiva) na qual se encontra envolvida a entidade designada pelo constituinte que tem como núcleo o nome modificado:

(76) a. [As pessoas *bebendo vinho*] não podem entrar no recinto.
b. [O pintor *procurando um estúdio*] telefonou-te há dez minutos.

[102] Sobre esta construção, cf. Bechara (1999:517s). Este autor nota que as orações gerundivas restritivas, embora consideradas "como francesas" por vários gramáticos, não são estranhas à língua portuguesa.

Nestes exemplos, as orações gerundivas podem ser substituídas por uma construção introduzida pela preposição *a* com valor progressivo, incluindo a **construção do infinitivo preposicionado** (**CIP** – cf. Cap. 37.5.5): cf., respetivamente, *as pessoas a beber vinho não podem entrar no recinto*, *o pintor à procura de um estúdio telefonou-te há dez minutos* (alternativamente, com a CIP, embora menos natural, *o pintor a procurar um estúdio telefonou-te há dez minutos*). Note-se que, contrariamente aos exemplos com a CIP analisados no Cap. 37 (nos quais a CIP também pode ser substituída por uma oração gerundiva), que têm um valor predicativo, as orações em itálico de (76) (e as correspondentes com a preposição *a*) são modificadores restritivos do nome, ou seja, têm uma função atributiva. Este tipo de exemplos, com um gerúndio funcionalmente restritivo apresentando um valor progressivo, são claramente menos naturais e menos frequentes em português do que os ilustrados em (75), e do que os exemplos com gerúndio ou com a CIP, aspetualmente progressivos e com valor predicativo, analisados no Cap. 37.

Em contrapartida, com o estatuto de apostos, i.e., de constituintes não restritivos denotando propriedades atribuídas predicativamente ao referente do sintagma nominal com o qual se combinam (cf. 27.7), as orações gerundivas são mais comuns e mais aceitáveis, quer denotando estados inerentes (cf. (77a)) quer denotando situações transitórias em curso (cf. (77b)):

(77) a. A lei promulgada ontem, *autorizando as escutas telefónicas*, vai suscitar muitas questões.
b. Aqueles senhores, *bebendo cerveja assim*, não vão estar em condições de conduzir.

A segunda oração gerundiva, aspetualmente progressiva, pode ser substituída pela CIP: cf. *aqueles senhores, a beber cerveja assim, não vão estar em condições de conduzir*.

27.6 Ordem dos elementos no sintagma nominal

É possível estabelecer algumas generalizações quanto à ordem dos elementos que funcionam como complementos e modificadores do nome. Essas generalizações têm mais a ver com a sua classe lexical ou sintagmática do que propriamente com a sua função como complementos ou modificadores[103]. Algumas já foram discutidas nas secções sobre os modificadores preposicionais e os modificadores adjetivais. Não nos ocuparemos aqui da ordem entre os adjetivos qualificativos pertencentes a áreas semânticas distintas, de que se trata no Cap. 31. Algumas destas generalizações não são absolutas, e podem ter exceções (nesse caso, apresenta-se a generalização com o advérbio *preferencialmente*).

❖ Os adjetivos avaliativos e alguns adjetivos qualificativos podem ocorrer em posição pré-nominal.

(78) uma *maravilhosa* bailarina, a *fantástica* corrida do Vettel, o *simpático* médico

[103] Recorde-se o que foi dito na introdução a este capítulo sobre a natureza mais fraca da distinção entre complementos e modificadores no sintagma nominal.

❖ Quando um adjetivo qualificativo seleciona um complemento (e ocorre com ele), só pode ocupar uma posição pós-nominal, não uma posição pré-nominal.

(79) a. um servidor *fiel* (*ao seu rei*)
b. um *fiel* servidor
c. *um *fiel ao seu rei* servidor

❖ Os adjetivos especificados por advérbios de grau (pré-adjetivais) podem ocorrer quer em posição pós-nominal quer em posição pré-nominal.

(80) a. um servidor *muito fiel*
b. um *muito fiel* servidor

❖ Os sintagmas preposicionais classificadores e os adjetivos relacionais ocorrem imediatamente a seguir ao nome que modificam[104].

(81) a. um avião *a jacto* prateado, um colégio *de freiras* em Sintra, um barco *à vela* antigo (cf. ??*um avião prateado a jacto*, ??*um colégio em Sintra de freiras*, ??*um barco antigo à vela*)
b. uma situação *política* perigosa, uma sobremesa *caseira* muito doce, um jornal *diário* de Lisboa (cf. **uma situação perigosa política*, **uma sobremesa muito doce caseira*, **um jornal de Lisboa diário*)

❖ Os adjetivos relacionais não ocorrem em posição pré-nominal (a não ser que sejam reinterpretados como qualificativos – cf. 27.4.3)

(82) *a *municipal* câmara, *a *política* situação, *o *elétrico* comboio

❖ Quando um adjetivo qualificativo (sublinhado) ocorre com um adjetivo avaliativo (em itálico), ambos em posição pós-nominal, o adjetivo avaliativo ocorre preferencialmente depois do adjetivo qualificativo.

(83) uma jarra redonda *magnífica*, um carro antigo *maravilhoso*, uma saia azul *fantástica* (cf. ??*uma jarra magnífica redonda*, ??*um carro maravilhoso antigo*, ??*uma saia fantástica azul*)

❖ Quando um sintagma preposicional completo ocorre com um adjetivo pós-verbal, a ordem preferencial é nome + adjetivo + sintagma preposicional.

(84) os amigos *inteligentes* do meu irmão, o homem *violento* com uma pistola, o carro *fantástico* do professor (cf. ??*os amigos do meu irmão inteligentes*, ??*o homem com uma pistola violento*, ??*o carro do professor fantástico*)

❖ Os modificadores oracionais ocorrem preferencialmente no final do sintagma nominal ((85) exemplifica orações relativas, (86) orações infinitivas restritivas e (87) orações de particípio)[105].

[104] Esta restrição é consideravelmente mais forte para os adjetivos relacionais (cf. Miguel 2004). Nos exemplos que se seguem, incluem-se outros elementos em posição pós-nominal, para que se possam introduzir os contrastes adequados; esses elementos são sintagmas preposicionais não classificadores ou adjetivos não relacionais.

[105] Nos exemplos dados como marginais ou não gramaticais, é importante não colocar uma pausa entre a oração e o constituinte que a segue. Com pausa, o constituinte pode ser interpretado como um aposto (cf. 27.7), e os exemplos tornam-se mais aceitáveis.

(85) a. [A rapariga bonita *que vês ali*] é minha vizinha. (vs. ***a rapariga que vês ali bonita***)
b. [Os livros para a minha mãe *que estão sobre a mesa*] não foram caros. (vs. ?*os livros que estão sobre a mesa para a minha mãe*)
c. Encontrei [algumas pessoas inteligentes *que vinham ver a peça de teatro*]. (vs. ***algumas pessoas que vinham ver a peça de teatro inteligentes***)

(86) a. A Baixa do Porto tem [muitos edifícios antigos *a precisar de restauro*]. (vs. ***muitos edifícios a precisar de restauro antigos***)
b. [Os presentes embrulhados *para dar ao João*] estão escondidos no armário. (vs. ***os presentes para dar ao João embrulhados***)[106]
c. [A roupa da minha filha *por lavar*] está em cima da máquina. (vs. ?*a roupa por lavar da minha filha*)

(87) a. [Os livros para o Pedro *embrulhados pela Luísa*] já foram guardados. (vs. ?*os livros embrulhados pela Luísa para o Pedro*)
b. [As revistas antigas *oferecidas à Biblioteca*] são todas de banda desenhada. (vs. ***as revistas oferecidas à Biblioteca antigas***)
c. [Os quadros da Ribeira do Júlio Resente *roubados do museu*] ainda não foram recuperados. (vs. ??*os quadros roubados do museu da Ribeira do Júlio Resende*)

Esta generalização deve-se, plausivelmente, a uma tendência para colocar os constituintes mais extensos e complexos na posição final dos sintagmas (ou das frases) em que ocorrem (cf. Cap. 36.8).

27.7 Apostos

Os sintagmas nominais podem combinar-se com um constituinte prosodicamente autónomo, que tem como função introduzir um comentário, ou um esclarecimento, sobre a entidade por eles denotada. Nos seguintes exemplos, esse constituinte (que se destaca em itálico) é, respetivamente, um sintagma nominal indefinido e uma oração relativa:

(88) a. O meu vizinho, *um médico notável*, vai ser condecorado pelo governo.
b. Os gatos da vizinha, *que são uns esfomeados*, miam o tempo todo.

O constituinte em questão e o sintagma nominal ao qual se liga constituem grupos autónomos, mas formam em conjunto um sintagma nominal mais abrangente, através de uma ligação de natureza paratática (cf. Caps. 34 e 35), que se traduz num grau de integração mais fraco desse constituinte no sintagma nominal. Essa estrutura ilustra-se nas seguintes representações:

(89) a. [$_{SN}$ [$_{SN}$ O meu vizinho] [*um médico notável*]] vai ser condecorado pelo governo.
b. [$_{SN}$ [$_{SN}$ Os gatos da vizinha] [*que são uns esfomeados*]] miam o tempo todo.

[106] Repare-se que *embrulhados* é um particípio verbal ocorrendo sozinho, sem complementos ou adjuntos adverbiais. Neste caso, tem um comportamento semelhante ao dos adjetivos simples (comparar com o paradigma seguinte, em que *embrulhados* ocorre numa estrutura oracional, acompanhado do agente da passiva).

Em (89), o constituinte em itálico e o sintagma nominal ao qual se liga formam um sintagma nominal mais abrangente; crucialmente, no entanto, o constituinte não se integra dentro do SN menor, o qual constitui o "alvo" semântico do comentário (*o meu vizinho* e *os gatos da vizinha*, respetivamente). As gramáticas, tradicionais e não só[107], chamam **aposto** a estes tipos de constituintes, termo que se adota igualmente aqui[108]. A independência prosódica e sintática dos apostos é convencionalmente representada na escrita colocando-os entre vírgulas, travessões ou parênteses.

A natureza sintática variada dos apostos ilustra-se em (90) e (91) (coloca-se entre parênteses retos o SN que constitui o "alvo" do aposto)[109]:

(90) a. [A minha vizinha], *cansada*, sentou-se na cadeira. [adjetivo]
b. Olha-me para [esse pai], *todo orgulhoso do seu filho*. [sintagma adjetival]
c. Encontrámos [a tua amiga] – *com um lindo chapéu na cabeça* – à porta do cinema. [sintagma preposicional]
d. O Reitor ofereceu um jantar a [um famoso matemático], *o qual deu ontem uma conferência na Faculdade de Ciências*. [oração relativa]
e. [Os exames], *corrigidos pela professora*, foram entregues aos alunos de imediato. [oração de particípio]
f. A lei promulgada ontem, *autorizando as escutas telefónicas*, vai suscitar muitas questões. [oração gerundiva]
g. Lisboa foi tomada aos Árabes pel[o primeiro rei de Portugal], D. *Afonso Henriques*. [nome próprio]
h. [A chegada do Presidente] – *ontem/segunda-feira* – apanhou os políticos de surpresa. [advérbio e adjunto adverbial]

(91) a. [A minha vizinha], *uma mulher forte e bem constituída*, não se deixou amedrontar pelo ladrão. [sintagma nominal indefinido]
b. [A minha vizinha], *mulher forte e bem constituída*, não se deixou amedrontar pelo ladrão. [sintagma nominal reduzido]
c. [Esse senhor], *o único médico desta aldeia*, deve ser tratado com respeito. [sintagma nominal definido]

Os nomes próprios sem artigo e os pronomes, que não podem ser complementados nem modificados dentro do sintagma nominal de que são núcleo, podem, no entanto, ser alvo de um aposto, como se ilustra nos seguintes exemplos[110]:

---

[107] Cf. Bechara (1999), Cunha e Cintra (1984), Mateus et al. (2003), Nunes de Figueiredo e Gomes Ferreira ([s.d.] 1987), Peres e Móia (1995), entre outros.

[108] As orações relativas que funcionam como apostos chamam-se **orações relativas apositivas** ou **explicativas**, por oposição às **orações relativas restritivas** (cf. Cap. 39).

[109] Nestes paradigmas, apresentam-se frases completas, para realçar a autonomia do aposto não só relativamente ao SN mas também em relação ao resto da frase. Embora os apostos sejam mais comuns em sintagmas nominais com a função de sujeito, também podem ocorrer em sintagmas nominais com outras funções.

[110] Contrariamente aos nomes próprios com artigo definido (cf. *a Isabel que veio ontem a minha casa era muito simpática*), os nomes próprios sem artigo definido não podem combinar-se com modificadores (cf. a impossibilidade de ***Isabel** que veio ontem a minha casa era muito simpática*). Os nomes próprios com artigo definido podem também combinar-se com um aposto (cf. *a Isabel, um anjo de pessoa, fez anos ontem* (cf. Caixa [20] e Cap. 26)). Quanto aos pronomes, não podem combinar-se com modificadores restritivos: cf. ***eles** que nunca aparecem decidiram vir aborrecer-me hoje* (sem pausas que destaquem a oração relativa).

(92) a. [José Saramago], *o único Prémio Nobel português em Literatura*, tem uma vasta obra ficcional.
b. [Wellesley], *que ganhou a batalha de Waterloo*, era Duque de Wellington.
c. [Napoleão], *constipado*, não teve a concentração suficiente em Borodino.
d. [Eles], *que nunca aparecem*, decidiram vir cá aborrecer-me hoje.

A relação entre um aposto e o sintagma nominal que constitui o seu alvo é uma relação de predicação. De facto, os apostos funcionam como um predicado do sintagma nominal e a relação entre os dois é a mesma que existe em orações correspondentes tendo como sujeito o SN que é alvo do aposto e como predicado o aposto, como se ilustra em (93), (94) e (95), que correspondem, respetivamente, a (90), (91) e (92):

(93) a. [A minha vizinha] está *cansada*.
b. [Esse pai] está *todo orgulhoso do seu filho*.
c. [A tua amiga] tem *um lindo chapéu na cabeça*.
d. [Um famoso matemático] *deu ontem uma conferência na Faculdade de Ciências*.
e. [Os exames] foram *corrigidos pela professora*.
f. [O primeiro rei de Portugal] foi *D. Afonso Henriques*.
g. [A chegada do Presidente] foi *ontem/segunda-feira*.

(94) a. [A minha vizinha] é *uma mulher forte e bem constituída*.
b. [A minha vizinha] é *mulher forte e bem constituída*.
c. [Esse senhor] é *o único médico desta aldeia*.

(95) a. [José Saramago] é *o único Prémio Nobel português em Literatura*.
b. [Wellesley] *ganhou a batalha de Waterloo*.
c. [Napoleão] estava *constipado*.
d. [Eles] *nunca aparecem*.

A maneira como o aposto se realiza como predicado nestas paráfrases varia: pode tomar a forma de um predicativo do sujeito numa frase copulativa (cf. (93a,b,f), (94) e (95a,c)), pode ser um predicado simples, quando o aposto é uma oração relativa (cf. (93d) e (95b)), pode ser o predicado de uma construção frásica possessiva, quando o aposto é um sintagma preposicional que manifesta um dos valores de posse (cf. (93c)) ou pode ser o predicado de uma frase passiva, quando o aposto é uma oração de particípio formada com base num verbo transitivo (cf. (93e)).

A natureza predicativa dos apostos explica que funcionem como comentários sobre o sintagma nominal com o qual se ligam, atribuindo uma determinada propriedade ao referente desse sintagma nominal: é essa, basicamente, a função dos predicados.

O facto de introduzirem um comentário sobre um referente já estabelecido explica igualmente que, contrariamente aos modificadores, os apostos não restrinjam a denotação do nome do sintagma nominal nem sirvam, no caso de o sintagma nominal ser definido, para identificar o seu referente[111]. Ou seja, os apostos têm

[111] Como se discutiu anteriormente, na classe dos modificadores do nome, os adjetivos pré-nominais (cf. 27.4.2.3), os adjetivos avaliativos (cf. 27.4.2.4) e alguns adjetivos de uso adverbial (cf. 27.4.4) também não restringem o sentido do nome modificado.

sempre uma leitura não restritiva. Assim, p.e., numa frase como *traz-me os livros, que estão em cima da mesa*, a oração relativa apositiva introduz um comentário sobre um grupo de livros previamente identificado, mas não restringe o conjunto dos livros nem contribui para a identificação do SN. Em contrapartida, em *traz-me os livros que estão em cima da mesa*, a oração relativa restritiva (i.e., modificadora do nome e interna ao sintagma nominal) restringe o conjunto dos livros e contribui para a identificação do referente do SN. Outro exemplo sugestivo é o dos nomes próprios especificados pelo artigo definido (cf. Nota 110): compare-se *a Isabel que veio ontem a minha casa é muito simpática*, com uma oração relativa restritiva, com *a Isabel, que veio ontem a minha casa, é muito simpática*, com uma oração relativa apositiva. Na primeira frase, restringe-se o conjunto das pessoas chamadas Isabel à que veio a minha casa, o que contribui para a sua identificação, ao passo que, na segunda, faz-se um comentário sobre uma pessoa previamente identificada, chamada Isabel.

Os apostos só se combinam com sintagmas nominais referenciais[112]. Assim, na frase *todos os dias falta um estudante, (por sinal) muito simpático, à aula de Matemática*, a interpretação é referencial, i.e., [+específica] (comparar com *todos os dias falta um estudante à aula de Matemática*, em que se favorece a interpretação [–específica]; cf. Caixa [16] e Cap. 22). Do mesmo modo, em contextos opacos com uma oração relativa, a presença de um aposto causa agramaticalidade quando o verbo está no conjuntivo, mas não no indicativo (ver a discussão dos exemplos da Caixa [16]):

(96) a. Procuro [uma enfermeira, (*por sinal*) *muito simpática*, que trabalha neste hospital].
b. *Procuro [uma enfermeira, (*por sinal*) *muito simpática*, que trabalhe neste hospital].

Em (96b), a interpretação virtual imposta pelo conjuntivo no verbo da oração relativa choca com a referencialidade do SN imposta pelo aposto. Esta propriedade, como se discutiu em 27.4.2.3, é também partilhada pelos adjetivos qualificativos e avaliativos em posição pré-nominal.

> [20] Mau grado as semelhanças entre os adjetivos pré-nominais e os apostos, as suas propriedades não são idênticas, mesmo quando o aposto é um adjetivo. Em português, um nome próprio só pode ser modificado por um adjetivo pré-nominal se for introduzido pelo artigo definido (cf. Nota 110): compare-se *a apressada Maria saiu de casa de manhã cedo* com a impossibilidade de **apressada Maria saiu de casa de manhã cedo*. Quando o adjetivo é um aposto, no entanto, pode ocorrer mesmo quando o nome próprio não é especificado pelo artigo: cf. *apressada, Maria saiu de casa de manhã cedo* ou *Maria, apressada, saiu de casa de manhã cedo*. De modo semelhante, os pronomes pessoais não podem ser modificados por adjetivos pré-nominais: cf. a impossibilidade de **apressada ela saiu de casa de manhã cedo*. No entanto, admitem um aposto adjetival: cf. *apressada, ela saiu de casa de manhã cedo* ou *ela, apressada, saiu de casa de manhã cedo*.

[112] Os apostos também podem combinar-se com sintagmas nominais quantificacionais, desde que sejam implicitamente conhecidos os membros que formam o conjunto (cf., mais abaixo, a discussão dos exemplos de (98)).

Os apostos podem constituir uma expressão referencial alternativa para o referente do sintagma nominal, como nos exemplos de (97); nesse caso, são frequentemente introduzidos por conectores como *ou seja*, *isto é* ou *também*[113]:

(97) a. Passámos o verão em [Moledo], *a praia mais bonita do Alto Minho*.
b. O edifício foi desenhado por [um dos portugueses mais prestigiados da primeira metade do séc. XX], isto é, *o arquiteto Raul Lino*.
c. [A Estrela da Manhã], ou seja, *a Estrela da Tarde*, é o planeta Vénus.

Na medida em que são equivalentes, o sintagma nominal alvo do aposto e o sintagma nominal aposto são intersubstituíveis sem alteração do valor de verdade da frase: cf., por exemplo, relativamente a (97b), *o edifício foi desenhado pelo arquiteto Raul Lino, isto é, um dos portugueses mais prestigiados da primeira metade do séc. XX* [114].

Outro uso dos apostos consiste em dar informação sobre os membros de um conjunto expresso por um sintagma nominal quantificado, quer através de uma especificação completa ou parcial dos seus membros, quer através da menção de subconjuntos extensionalmente mais restritos. Frequentemente, nesses casos, o aposto é introduzido por conectores como *a saber*, *em particular*, *entre os quais*, *entre outros*, *isto é*, *nomeadamente* e *por exemplo*, como se ilustra em (98) ((98d) é adaptado de Bechara 1999):

(98) a. [Alguns jogadores do Chelsea], entre os quais *o Ricardo Carvalho e o Didier Drogba*, não alinharam no jogo de domingo.
b. Ofereceram-me [três discos]: a saber, *um dos Beatles, outro dos Pink Floyd e outro do Carlos Santana*.
c. Comprei [muitos livros], em particular *livros de linguística e de didática*.
d. [Tudo] – *alegrias, tristezas, preocupações* – ficava logo estampado no seu rosto.

Os apostos também podem ter um valor distributivo (cf. Bechara 1999), quando se combinam com um sintagma nominal plural (que pode ser uma coordenação de duas expressões referenciais) e atribuem uma propriedade a cada uma das entidades em separado, como no exemplo (adaptado de Bechara) [*Senna e Pelé*], *um no automobilismo, outro no futebol, marcaram um período de ouro no esporte brasileiro*[115].

> [21] As expressões em itálico nos exemplos do seguinte paradigma, com sentidos particulares que se indicam nos exemplos, são por vezes consideradas apostos (os exemplos (ic,d) são adaptados de Bechara 1999 e (ie) é adaptado de Peres e Móia 1995):
>
> (i) a. Compete-te a [ti], {*como/na tua qualidade de*} *cozinheiro*, preparar o jantar de gala de amanhã. [causal]

[113] Estes apostos são particularmente adequados para observar a diferença entre referência e sentido de um sintagma nominal, na perspetiva de Frege, de quem se adapta o exemplo (97c).
[114] O valor de verdade só não é alterado se a substituição se der em contextos transparentes, no sentido fregeano (cf. Cap. 21).
[115] Repare-se que o aposto tem de ser semanticamente reconstruído com o verbo *marcar* e o seu complemento, sendo, nesse aspeto, semelhante a uma estrutura elíptica (cf. Cap. 45): *Senna* (*marcou um período de ouro*) *no automobilismo, Pelé* (*marcou um período de ouro*) *no futebol*.

b. [O Pedro], *enquanto professor na Faculdade*, fez um trabalho notável. [temporal]
c. [As estrelas], (*como*) *grandes olhos curiosos*, espreitavam atrás da folhagem. [comparativo]
d. [D. João de Castro], (*quando*) *vice-rei da Índia*, empenhou os cabelos das barbas. [temporal]
e. [O Samuel], *porque ganhou no Totoloto*, comprou um avião. [causal]
f. [O Pedro], *apesar da sua teimosia*, fez aquilo que lhe disseram. [concessivo]

Pensamos, no entanto, que essas expressões devem ser analisadas como orações adverbiais reduzidas, à exceção de (ie), em que a expressão em itálico é uma oração plena (cf. Cap. 38). Apresentam-se a seguir alguns argumentos nesse sentido.

Em primeiro lugar, os valores semânticos mais frequentes nestes casos são precisamente aqueles que se encontram nas orações adverbiais, como causa, tempo, comparação e concessão, e as expressões em itálico podem ser introduzidas pelos mesmos conectores que introduzem as orações correspondentes. Em segundo lugar, estas expressões têm flexibilidade quanto ao seu posicionamento na frase, contrariamente aos (verdadeiros) apostos que se combinam com um SN definido, como se vê pelos seguintes exemplos: *compete-te a ti preparar o jantar de gala de amanhã, {como/ na tua qualidade} de cozinheiro*; *enquanto professor na Faculdade, o Pedro fez um trabalho notável* ou *D. João de Castro empenhou os cabelos da barba, quando Vice-Rei da Índia*[116].

No entanto, existem muitos apostos que, dependendo do contexto pragmático em que se insere a frase, manifestam um valor causal ou um valor concessivo relativamente ao predicado da frase, e que não são analisáveis como orações adverbiais[117]:

(ii) a. [O Samuel], *que ganhou no Totoloto*, comprou um avião.
b. [A Marta], *que tem rios de dinheiro*, nunca viaja.

Dependendo da situação que descrevem, estes exemplos podem ser parafraseados por *o Samuel, porque ganhou no Totoloto, comprou um avião* ou *a Marta, apesar de ter rios de dinheiro, nunca viaja.* Realce-se de novo que não só estas interpretações de (ii) são altamente dependentes do contexto discursivo, como estão longe de se encontrar na maioria dos casos de aposição.

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Eça, *Correspondência* – Queirós, Eça de (1983) *Correspondência*, I. Lisboa. INCM.

[116] Sem *quando*, esta frase torna-se agramatical (cf. ***D. João de Castro empenhou os cabelos das barbas, Vice-Rei da Índia*), o que sugere que *Vice-Rei da Índia*, por si só, i.e., sem *quando*, funciona como aposto em (id).
[117] Cf. Brito (1991) e Peres e Móia (1995) (os exemplos são de Peres e Móia).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALE – *Atlas Linguaram Europae* (1983-1990) I, 1-4 Assen-Maastricht. Van Gorcum; (1998) I, 5 Roma. Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato; (2002) I, 6 Roma. Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato; 2007 I, 7 Roma. Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato. (em curso).

ALEAÇ – *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores*. FERREIRA, Manuela Barros; João SARAMAGO; Luísa SEGURA; Gabriela VITORINO, com a colaboração de Ernestina CARRILHO e Maria LOBO ([2001] 2008) Vol. I *A Criação de Gado*. Lisboa. CLUL e INCM. SEGURA, Luísa; Gabriela VITORINO (2010) Vol. II *A vinha e o vinho. Os trabalhos do linho e da lã*. Lisboa. CLUL e INCM. SARAMAGO, João; Luísa SEGURA; Gabriela VITORINO (no prelo) Vol. III *O cultivo dos cereais. A moagem e a panificação*. Lisboa. CLUL e INCM.

ALEAÇ – *Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores* (2011). http://www.culturacores.azores.gov.pt/alea/

ALEPG – *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*. Lisboa. CLUL (em curso).

ALEXANDRE, Nélia (2000) "Reflexões sobre a estrutura dos DPs relativizados: a análise {DP Dº CP}, de Kayne 1994". *In* Castro, Rui Vieira de; Pilar Barbosa (orgs.) *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Faro 1999*). Braga. APL: 55-74.

ALEXIADOU, Artemis; Elena ANAGNOSTOPOULOU (2008) "Structuring Participles". *In* Chang, Charles B.; Hannah J. Haynie (eds.) *Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics*. Somerville, MA. Cascadilla Proceedings Project: 33-41.

ALMEIDA, Álvaro Duarte; Duarte BELO (2007) *Portugal Património*, Vol. V. Lisboa. Círculo de Leitores.

ALPI – *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*. NAVARRO TOMÁS, Tomás (dir.) (1962) Vol. I: *Fonética*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

ALTENBERG, Bengt (2005) "On the Phraseology of Spoken English: The Evidence of Recurrent Word-Combinations". *In* Cowie, Anthony Paul (org.) *Phraseology, Theory, Analysis, and Applications*. Oxford. Oxford University Press.

ÁLVAREZ, Rosario; Xosé XOVE (2002) *Gramática da Lingua Galega*. Vigo. Editorial Galaxia.

ALVES, Ana Teresa (2003) *Sobre a Localização Temporal Adverbial Anafórica em Português*. Universidade dos Açores (dissertação de doutoramento).

ALVES, Ana Teresa; Isabel GÓMEZ TXURRUKA (2001) "The meaning of *same* in anaphoric temporal adverbials". *In* Bras, Myriam; Laure Vieu (eds.). *Semantic and Pragmatic Issues in Discourse and Dialogue*: *Experimenting with Current Dynamic Theories*. Oxford. Elsevier 9: 147-181.

AMBAR, Manuela ([1988] 1992) *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português*. Lisboa. Edições Colibri.

___ (1990) "Sobre a posição do sujeito – Movimento do verbo e estrutura da frase". *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1989*). Lisboa. APL: 369-399.

___ (1999) "Aspects of the Syntax of Focus in Portuguese". *In* Rebuschi, Georges; Laurice Tuller (eds.) *The Grammar of Focus*. Amsterdam/Philadelphia. Jonh Berjamins: 23-53.

ANDRADE, Amália (1992) "Reflexões sobre as distinções de 'altura' em Português". *Workshop sobre Linguística Portuguesa*. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e APL: 1-24.

___ (1993) "Ainda as vogais de Sagres. Estudo fonético da distinção recuado/não-recuado". *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1992*). Lisboa. APL: 37-58.

ANDRADE, Amália; Janet SLIFKA (2006) "Estudo fonético de sibilantes produzidas por 2 falantes de um dialecto português setentrional". *In* Oliveira, Fátima; Joaquim Barbosa (orgs.) *Textos seleccionados do XXI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Porto 2005*). Lisboa. APL: 109-123.

ANDRADE, Ernesto d' (1994) "Algumas particularidades do Português falado no Funchal". *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Coimbra 1993*). Lisboa. APL: 17-29.

ANDRADE, Ernesto d'; Alain KHIM (orgs.) (1992) *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*. Lisboa. Edições Colibri.

ANDRADE, Ernesto d'; Dulce PEREIRA; Maria Antónia MOTA (orgs.) (2000) *Crioulos de Base Portuguesa*. Braga. APL.

ANTUNES, Sandra; Maria Fernanda BACELAR DO NASCIMENTO; Amália MENDES; Luísa PEREIRA; Tiago SÁ (2008) "COMBINA-PT: uma base de dados de combinatórias lexicais do português". *In* Frota, Sónia; Ana Lúcia Santos (orgs.) *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Évora 2007*). Lisboa. APL: 33-45.

ÅQVIST, Lennart (1981) "Predicate Calculi with Adjectives and Nouns". *Journal of Philosophical Logic* 10: 1-26.

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1725) *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa. Officina da Musica.

ARISTÓTELES (384-322 a.C.) *Organon*. (Trad. port. de Pinharanda Gomes. *Organon*. *Categorias*. Lisboa. Guimarães Editores. 1985-1987).

ARONOFF, Mark (1976) *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

ASHER, Nicholas (1993) *Reference to Abstract Objects in Discourse*. Dordrecht. Kluwer.

AUSTIN, John Langshaw (1961) *Philosophical Papers*. J. O. Urmson and G. J. Warnock (eds.). Oxford. Oxford University Press.

BABBY, Leonard (1998) "Voice and Diathesis in Slavic". "Position paper", *Workshop on Comparative Slavic Morphosyntax*. Bloomington, Indiana.

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda (2002) "Associations Lexicales: du *corpus* aux dictionnaires". *In* Melka, Francine; Maria Celeste Augusto (orgs.) *De la Lexicologie à la Lexicographie/From Lexicology to Lexicography*. Utrecht. Utrecht Institute of Linguistics (OTS): 39-54.

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda; José Bettencourt GONÇALVES; Rita VELOSO; Sandra ANTUNES; Florbela BARRETO; Raquel AMARO (2005) "The Portuguese Corpus". *In* Cresti, Emanuela; Massimo Moneglia (eds.) *C-ORAL-ROM: Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 163-207 (com DVD).

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda; Amália MENDES; Sandra ANTUNES (2006) "Typologies of Multiword Expressions Revisited: A Corpus-driven Approach". *In* Kawaguchi, Yuji; Susumu Zaima; Toshihiro Takagaki (orgs.) *Spoken Language Corpus and Linguistic Informatics*. Amsterdam/Philadelphia. Jonh Benjamins: 227-244.

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda; Luísa PEREIRA; Antónia ESTRELA; José Bettencourt GONÇALVES; Sancho M. OLIVEIRA (2008) "Aspectos de Unidade e Diversidade do Português: as Variedades Africanas face à Variedade Europeia". *Veredas* 9: 35-60.

BALDINGER, Kurt ([1963] 1972[2]) *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid. Gredos.

BARBOSA, Jeronymo Soares ([1822] 1881[7]) *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados à nossa Linguagem*. Lisboa. Academia Real das Sciencias.

BARRETO, Florbela (2002) *Troponímia em Português, especificações para uma base de dados relacional*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

BARRETO, Manuel (1977) "Aspectos da lusofonia em Moçambique: algumas questões linguísticas e didácticas". *Actas do 1º Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português* (*Lisboa 1976*). Águeda. Grafilarte: 529-548.

BARROS, Anabela Leal de (2000) *O Particípio Passado. Aspectos da sua morfologia do século XIII ao XVI*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

BARROS, Maria de Fátima Rombouts de (2007) *Noudar e Barrancos. História e Histórias*. Beja. Região de Turismo Planície Dourada.

BARWISE, Jon; Robin COOPER (1981) "Generalized Quantifiers and Natural Languages". *Linguistics and Philosophy* 4: 159-219.

BAXTER, Alan (1990) "Notes on the Creole Portuguese of Bidau, Timor". *Journal of Pidgin and Creole Languages* 5(1): 1-38.

___ (1996) "Línguas pidgin e crioulas". *In* Faria, Isabel Hub; Emília Ribeiro Pedro; Inês Duarte; Carlos A. M. Gouveia (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 535-549.

___ (2005) "Kristang (Malacca Creole Portuguese) – a seriously endangered language". *Estudios de Sociolingüística* 6(1): 1-37.

BAXTER, Alan; Dante LUCCHESI (1997) "A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil". *Estudos Lingüísticos e Literários* 19: 65-84.

BECHARA, Evanildo ([1961] 1999[37]) *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro. Lucerna. (ed. rev. e ampl.).

BELLETTI, Adriana (1988) "The Case of Unaccusatives". *Linguistic Inquiry* 19(1): 1-34.

BELLO, Andrés ([1847] 1903[8]) *Gramática de la Lengua Castellana destinada al Uso de los Americanos*. Paris. A. Roger y F. Chervoviz.

BENARROCH, Myriam (2000) *Des premiers dictionnaires (Jerónimo Cardoso) aux textes : l'apport lexical des arabismes dans la langue portugaise du XVIe siècle* . Université de Paris 3-Sorbonne Nouvelle/Universidade de Évora (dissertação de doutoramento).

BENNETT, Michael; Barbara PARTEE (1978) *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*. Bloomington. Indiana University Linguistics Club.

BENSON, Morton; Evelyn BENSON; Robert ILSON (1986a) *Combinatory Dictionary of English; A Guide to Word Combinations*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins.

___ (1986b) *Lexicographic Description of English*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins.

BENVENISTE, Emile (1966) *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris. Gallimard.

BERNARDO, Maria Clara Rolão (1991) *O Falar da Bretanha*. Universidade dos Açores (dissertação para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica).

___ (1993) "Le phénomène de palatalisation de [u] à Bretanha (Açores)". *Géolinguistique* 5: 205-216.

___ (1999) *Aspectos da Variação Fonética do Vocalismo Micaelense*. Universidade dos Açores (dissertação de doutoramento).

BERNARDO, Maria Clara Rolão; Helena Mateus MONTENEGRO (2003) *O Falar Micaelense: Fonética e Léxico*. s.l. João Azevedo Editor.

BEST, W. (2000) "Category specific semantic disorders". *In* Best, Wen; Karen Bryan; Jane Maxim (eds.) *Semantic processing: theory and practice*. London/Philadelphia. Whurr: 80-107.

BIBER, Douglas; Stig JOHANSON; Geoffrey LEECH; Susan CONRAD; Edward FINEGAN (1999) *The Longman Grammar of Spoken and Written English*. Harlow/New York. Longman.

BINNICK, Robert (1991) *Time and the Verb. A Guide to Tense and Aspect*. Oxford. Oxford University Press.

BOLÉO, Manuel de Paiva; Maria Helena SANTOS SILVA (1962) "Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental". *Boletim de Filologia*. XX (1961): 85-112.

BONVINI, Emilio (1994) "Angola: Language Situation". *In* Asher, Robert; J. Simpson (eds.) *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford/New York. Pergamon Press: 127-128.

BONVINI, Emilio; Margarida TADDONI-PETTER (1998) "Portugais du Brésil et langues africaines". *Langages* 130: 68-83.

BOSQUE, Ignacio (1999) "El nombre común". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A: 3-75.

BOSQUE, Ignacio; Violeta DEMONTE (dirs.) (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.

BOYD-BOWMAN, Peter ([1954] 1980[3]) *From Latin to Romance in Sound Charts*. Washington. Georgetown University Press.

BRAGA, Maria Luiza (2003a) "*Aí* e *então* em expressões cristalizadas". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 44: 169-177.

___ (2003b) "*E Aí se Passaram 19 Anos*". *In* Paiva, Maria da Conceição; Maria Eugênia Lamoglia Duarte (orgs.) *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria/ FAPERJ: 159-174.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; Maria Antónia MOTA; Cláudia de Sousa CUNHA (2003) "Um estudo contrastivo entre o português europeu e o português do Brasil: o -R final de vocábulo". *In* Brandão, Sílvia Figueiredo; Maria Antónia Mota (orgs.) *Análise Contrastiva de Variedades do Português. Primeiros estudos*. Rio de Janeiro. In-Fólio: 162-180.

BRESNAN, Joan (1994) "Locative Inversion and the Architecture of Universal Grammar". *Language* 70(1): 72-131.

British National Corpus (*BNC*) http://corpus.byu.edu/bnc/

BRINTON, Laurel J.; Elizabeth Closs TRAUGOTT (2005) *Lexicalization and Language Change*. Cambridge. Cambridge University Press.

BRITO, Ana Maria (1984) "Sobre as noções de sujeito e de argumento externo: semelhanças entre a estrutura de F e de SN em Português". *Boletim de Filologia* XXIX: 421-478.

___ (1991) *A sintaxe das orações relativas em Português*. Lisboa. INIC.

___ (1997) "A extracção a partir do SN revisitada". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Oliveira; Isabel Pires de Lima; Rosa Maria Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto. Campo das Letras: 527-537.

___ (2005) "Nomes derivados de verbos inacusativos: estrutura argumental e valor aspectual". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas Modernas* XXII: 47-64.

BRITO, Ana Maria; Fátima OLIVEIRA (1997) "Nominalization, aspect and argument structure". *In* Matos, Gabriela (org.) *Interfaces in linguistic theory. Selected papers from the International Conference on Interfaces in Linguistics (Porto, 1995)*. Lisboa. APL e Edições Colibri: 57-80.

BROCARDO, Teresa (2006) "'Haver' e 'ter' em português medieval. Dados de textos dos séculos XIV e XV". *Revue de Linguistique Romane* 70: 95-122.

BRUGMANN, Karl (1876) "Nasalis Sonans in der Indogermanischen Grundsprache". *Curtius Studien* 9: 287-338.

BUESCU, M. Leonor Carvalhão (1961) *Monsanto. Etnografia e Linguagem*. Lisboa. Publicações do Centro de Estudos Filológicos.

BURGE, Tyler (1973) "Reference and proper names". *Journal of Philosophy* 70: 425-438.

BYBEE, Joan; Revere PERKINS; William PAGLIUCA (1994) *The evolution of grammar. Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World*. Chicago. The University of Chicago Press.

BYBEE, Joan L.; Suzanne FLEISCHMAN (orgs.) (1995) *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam/New York. John Benjamins.

CABRÉ, MariaTeresa (1999) *La Terminologia. Representación y comunicación. Una Teoria de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona. Institut Universitari de Linguística Aplicada-Universitat Pompeu Fabra.

CALLOU, Dinah; Yonne LEITE ([1990] 2003[9]) *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

CAMPBELL, Lyle (1999, 2004[2]) *Historical Linguistics: an Introduction*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

___ (2001) "What's wrong with grammaticalization". *Language Sciences* 23: 113-161.

CAMPOS, Hector; Maria ZAMPINI (1990) "Focalization Strategies in Spanish". *Probus* 2(1): 47-.64

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa (1988) "O Pretérito Perfeito Composto: um Tempo Presente?". *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1987*). Lisboa. APL: 75-85.

___ (1998) *'Dever' e 'poder'. Um subsistema modal do português*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT.

CARDEIRA, Esperança (2005) *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa. INCM.

CARDOSO, Adriana; Susana PEREIRA (2003) "Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português". *Revista da ABRALIN* 2 (2): 159-181.

CARLSON, Gregory Norman (1977) *Reference to Kinds in English*. University of Massachusetts, Amherst (Ph.D dissertation). Pub. New York. Garland Publishing. 1980.

CARNAP, Rudolf (1947) *Meaning and necessity. A study in semantics and modal logic*. Chicago. The University of Chicago Press.

CARRASCO GONZÁLEZ, Juan (1996) "A Língua Portuguesa na Extremadura Espanhola: o Caso de Valencia de Alcántara". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (*Lisboa 1994*). Vol. III. Lisboa. APL e Edições Colibri: 57-73.

___ (2001) "La frontera lingüística hispano-portuguesa en la Provincia de Badajoz". *Revista de Filologia Románica* XVIII: 139-158.

___ (2004) "Cá no Alentejo: a língua portuguesa em La Codosera". *Anuário de Estudos Filológicos* XXVII: 12-21.

___ (2007a) "Falantes de dialectos fronteiriços da Extremadura espanhola no último século". *Limite* I: 51-69.

___ (2007b) "El futuro de la fala de Jálama". *Cuadernos para Mover Montañas* IX: 94-107.

CARRILHO, Ernestina (2005) *Expletive Ele in European Portuguese Dialects*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

CARTAGENA, Nelson (1999) "Los Tiempos Compuestos". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 2935-2975.

CARTER, Ronald (1987) *Vocabulary. Applied linguistic perspectives*. London. Allen & Unwin.

CARVALHO, José G. Herculano de ([1952] 1964²) "Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?". *Estudos Linguísticos*. Vol. 1. Lisboa. Editorial Verbo.

___ (1957) "Fonologia Mirandesa". *Biblos* XXXIII: 1-133.

CARVALHO, Maria José (1991) *Aspectos Sintáctico-Semânticos dos Verbos Locativos no Português Oral de Maputo*. Lisboa. Ministério da Educação e Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

CASSANY I COMAS, Daniel (1988) *Describir el escribir*. Barcelona. Paidós.

CASTELEIRO, João Malaca (1981) *Sintaxe Transformacional do Adjectivo*. Lisboa. INIC.

CASTILHO, Ataliba T. de (1997) "A Gramaticalização". *Estudos Lingüísticos e Literários* 19: 25-64.

CASTRO, Ana (2006) *On Possessives in Portuguese*. Universidade Nova de Lisboa/Université Paris 8 (dissertação de doutoramento).

CASTRO, Ivo (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa. Universidade Aberta.

___ (2004, 2006²) *Introdução à História do Português. Geografia da Língua. Português Antigo*. Lisboa. Edições Colibri.

___ (2007) Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição*. Edição genética e crítica. Lisboa. INCM.

CHACOTO, Lucília Maria Vieira Gonçalves (1994) *Estudo e formalização das propriedades léxico-sintácticas das expressões fixas proverbiais*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

CHIERCHIA, Gennaro (1989) *A Semantics for Unaccusatives and its Syntactic Consequences*. Ms. Cornell University.

___ (1998) "Reference to Kinds Across languages". *Natural Language Semantics* 6: 339-405.

CHIMBUTANE, Feliciano (1998) "As estratégias resumptiva e cortadora na formação de orações relativas do Português de Moçambique". *In* Gonçalves, Perpétua (org.) *Mudanças do Português em Moçambique: Aquisição e Formato de Estruturas de Subordinação*. Maputo. Universidade Eduardo Mondlane e Livraria Universitária: 111-181.

CHOMSKY, Noam (1957) *Syntactic Structures*. The Hague. Mouton.

___ (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass. The MIT Press. (Existe trad. port. (anotada) de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra. Arménio Amado. 1975).

___ (1977) *Essays on Form and Interpretation*. New York. North Holland.

___ (1980) *Rules and Representations*. New York. Columbia University Press.

___ (1982) *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

___ (1986) *Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use*. New York. Praeger. (Existe trad. port. de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves *O Conhecimento da Língua: sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa. Editorial Caminho. 1974).

___ (2000) *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge. Cambridge University Press.

CHURCH, Ken; Patrick HANKS (1990) "Word Association Norms, Mutual Information and Lexicography". *Computational Linguistics* 16(1): 22-29.

CINQUE, Guglielmo (1977) "The Movement Nature of Left Dislocation". *Linguistic Inquiry* 8(2): 397-411.

___ (1980) "On Extraction from NP in Italian". *Journal of Italian Linguistics* 5: 47-99.

___ (1983) "'Topic' Constructions in some European Languages and 'Connectedness'". *In* Ehlich, K.; Henk van Riemsdijk (eds.). *Connectedness in Sentence, Discourse, and Text*. Tilburg. KBU: 7-41.

___ (1988) "On si constructions and the theory of Arb". *Linguistic Inquiry* 19(4): 521-581.

___ (1990) *Types of A' – Dependencies*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

CINTRA, Luís F. Lindley ([1958] 1983) "Os inquéritos realizados em Portugal para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica* e seu interesse para a dialectologia brasileira". *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa. Sá da Costa Editora: 21-34.

___ (1959) *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Core, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII*. Lisboa. Publicações do Centro de Estudos Filológicos.

___ ([1961] 1983) "Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais". *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa. Sá da Costa Editora: 95-105.

___ ([1962] 1983) "Áreas lexicais no território português". *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa. Sá da Costa Editora: 55-94.

___ (1963) "Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle". *Revue de Linguistique Romane* XXVII: 59-77.

___ ([1970] 1983) "Os ditongos decrescentes *ou* e *ei*: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico". *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa. Sá da Costa Editora: 37-54.

___ ([1971] 1983) "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses". *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa. Sá da Costa Editora: 117-164.

___ (1972) *Sobre "Formas de Tratamento" na Língua Portuguesa*. Lisboa. Livros Horizonte.

___ (1983) *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa. Sá da Costa Editora.

___ ([1983] 1999) "Situação actual da língua portuguesa no Mundo". *In* Faria, Isabel Hub (org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa. Cosmos: 289-300.

___ ([1990] 2008) "Os dialectos da Ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego--portugueses". Comunicação apresentada no II Congresso da Cultura Madeirense (1990). *In* Franco, José Eduardo (coord.) *Cultura Madeirense. Temas e problemas*. Porto. Campo das Letras: 95-104.

CLARK, Eve V. (1978) "Locationals: existencial, locative and possessive constructions". *In* Greenberg, Joseph A. (org.) *Universals of Human Language*. Vol. 4: *Syntax*. Stanford, California. Stanford University Press: 85-126.

CLEAR, Jeremy (1993) "From Firth Principles – Computational tools for the Study of Collocations". *In* Baker, Mona; Gill Francis; Elena Tognini-Bonelli (orgs.) *Text and Technology*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 271-292.

COIMBRA, Rosa Lídia (2000) "Explorando as palavras e…o mercado. A silepse no discurso publicitário". *Revista da Universidade de Aveiro - Letras* 17: 119-130.

CONRAD, Robert ([1972] 1978[2]) *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1880*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

CORPAS PASTOR, Gloria (1996) *Manual de Fraseologia Española*. Madrid. Gredos.

CORREA, José Antonio (2004) "Elementos no indoeuropeos e indoeuropeos en la historia lingüística hispánica". *In* Cano, Rafael (coord.) *Historia de la lengua española*. Barcelona. Ariel: 35-57.

CORREIA, Clara Nunes; Teresa BROCARDO (2010) "On constructions with IR ('GO') + gerund/ infinitive in Portuguese". *In* Humphries, Carl; Jerzy Kossek; Aleksander Gomola (orgs.) *English Language, Literature and Culture: New Directions in Research*. Bielsko-Biala. Akademia Techniczno-Humanistyczna: 37-52.

COSTAS GONZÁLEZ, Xosé Henrique (1996) "O galego de Extremadura: as falas do val do río Ellas". *In* Carrasco González, Juan; Antonio Viudas Camarasa (orgs.) *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera* (*Cáceres 1994*). Vol.1. Cáceres. Universidad de Extremadura: 357-376.

___ (2000) "Tipoloxía das falas do val do río Ellas". *In* Vieira de Castro, Rui; Pilar Barbosa (orgs.) *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Faro 1999*). Vol. I. Braga. APL: 293-310.

COUTINHO, Maria Antónia (2005) "Para uma linguística dos géneros de texto". *Diacrítica* 19(1): 73-110.

COUTO, Hildo Honório do (1991) "A situação da língua portuguesa na Guiné-Bissau". *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 5/6: 114-124.

___ (1994) *O Crioulo Português da Guiné-Bissau*. Hamburgo. Buske.

COUTO, Jorge (1975) *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de quinhentos*. Lisboa. Cosmos.

CRUSE, Alan (1986) *Lexical Semantics*. Cambridge. Cambridge University Press.

___ (2004) *Meaning in Language. An Introduction to Semantics and Pragmatics*. Oxford. Oxford University Press.

CUMMING, Sam (2011) "Names". *In* Zalta, Edward N. (org.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/names/

CUNHA, Antônio Geraldo da ([1982] 2010[4]) *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Lexikon.

CUNHA, Celso; Luis F. Lindley CINTRA (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa. Edições João Sá da Costa.

CUNHA, Luís Filipe (2004) *Semântica das Predicações Estativas: para uma Caracterização Aspectual dos Estados*. Universidade do Porto (dissertação de doutoramento). Pub. München. Lincom GmbH. 2007.

___ (2006) "Frequência vs. Habitualidade: Distinções e Convergências". *In* Llamazares, Milka Villayandre (org.) *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. León. Universidad de León, Dpto. de Filología Hispánica y Clássica: 333-357. http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas/Cunha.pdf

CUNHA, Luis Filipe; Purificação SILVANO (2006) "A interpretação temporal dos infinitivos em orações completivas de verbo". *In* Oliveira, Fátima; Joaquim Barbosa (orgs.) *Textos seleccionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Porto 2005*). Lisboa. APL: 303-314.

DAVIDSON, Basil (1972) *In the eye of the storm. Angola's people*. London. Longman.

DAVIES, Anna Morpurgo ([1994] 1996) *La linguistica dell'Ottocento*. Bologna. Il Mulino.

DEMONTE, Violeta (1999) "El adjetivo: Clases y usos. La posición del adjetivo en el sintagma nominal". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Cap. 3, Vol. I. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 129-216.

DEVINE, Andrew M.; Laurence D. STEPHENS (2006) *Latin Word Order. Structured Meaning and Information*. Oxford. Oxford University Press.

DIAS, Augusto Epiphanio da Silva ([1876] 1894[9]) *Grammatica Portugueza Elementar*. Lisboa. A. Ferreira Machado e C.ª.

___ ([1918] 1970[5]) *Syntaxe Historica Portuguesa*. Lisboa. Livraria Clássica Editora.

DIAS, Hildezina (2002) A*s desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direcção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo. Promédia.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001). Lisboa. Verbo.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0.

DIK, Simon (1978) *Functional Grammar*. Amsterdam. North Holland.

DONNELLAN, Keith S. (1966) "Reference and Definite Description". *The Philosophical Review* 75: 281-304.

___ (1972) "Proper Names and Identifying Descriptions". *In* Donald Davidson; Gilbert Harman (orgs.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht. D. Reidel: 356–379.

DOUGLAS, Mary ([1966] 1994[8]) *Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. London, New York. Routledge.

DOWNING, Pamela (1977) "On the creation and use of English compound nouns". *Language* 53: 810-842.

DOWTY, David (1979) *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht. D. Reidel.

DUARTE, Inês (1987) *A Construção de Topicalização na Gramática do Português*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

___ (1996) "A Topicalização em Português Europeu: Uma Análise Comparativa". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (*Lisboa 1994*). Vol. 1. Lisboa. APL e Edições Colibri: 327-360.

___ (1997) "Ordem de palavras: sintaxe e estrutura discursiva". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Oliveira; Isabel Pires de Lima; Rosa Maria Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto. Campo das Letras: 581-592.

___ (2002) "A Língua Portuguesa e a sua variedade europeia". *In* Mateus, Maria Helena Mira (coord.) *As línguas da Península Ibérica*. (Actas do Congresso "As Línguas da Península Ibérica", Arrábida 2001). Lisboa. Edições Colibri: 101-115.

___ (2003a) "A família das construções inacusativas". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 507-548.

___ (2003b) "Frases com Tópicos Marcados". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 489-506.

DUARTE, Inês; Anabela GONÇALVES; Matilde MIGUEL; Maria Antónia MOTA (1999) "*Não cheguei de aprender nada* – Áreas de Variação e Tendências de Mudança no Português de Moçambique". *In* Lopes, Ana Cristina Macário; Cristina Martins (orgs.) *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Aveiro 1998*). Vol 1. Braga. APL: 477-493.

DUARTE, Inês; Fátima OLIVEIRA (2010) "Particípios Resultativos". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Silva; João Veloso; Alexandra Fiéis (orgs.) *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2009*). Porto. APL: 397-408.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1993) "Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil". *In* Roberts, Ian; Mary Kato (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas. Editora da Unicamp: 107-128.

EGUREN, Luis J. (1999) "Pronombres y adverbios demostrativos. Las relaciones deícticas". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Cap. 14, Vol. I. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 929-972.

EMBICK, David (2004) "On the Structure of Resultative Predicates in English". *Linguistic Inquiry* 35(3): 355-392.

EMILIANO, António (1999) "O mais antigo documento latino-português (882 a.D.) – edição e estudo grafémico". *Verba* 26: 7-42.

ESPÍRITO SANTO, Carlos (1985) "Situação actual da língua portuguesa nas ilhas de S. Tomé e Príncipe". *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* (*Lisboa 1983*).Vol. I. Lisboa. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: 253-260.

EVANS, C. O. (1967) "States, activities and performances". *Australasian Journal of Philosophy* 45: 293-308.

EVERT, Stefan; Brigitte KRENN (2001) "Methods for the Qualitative Evaluation of Lexical Association Measures". *Proceedings of the 39th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics* (Toulouse, France). ACL: 188-195.

FARKAS, Donka (1992) "On the semantics of subjunctive complements". *In* Paul Hirschbühler; E. F. Konrad Koerner (orgs.) *Romance Languages and Modern Linguistic Theory*. Amsterdam. John Benjamins: 69-104.

FAUSTO, Boris (1994) *História do Brasil*. São Paulo. EDUSP, FDE.

FEIJÓ, João de Moraes Madureira (1739) *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental. Miguel Rodrigues.

FELLBAUM, Christiane (org.) (1998) *WordNet: An Electronic Lexical Database*. Cambridge, Mass./London. The MIT Press.

___ (org.) (2007) *Idioms and Collocations. Corpus-Based Linguistics and Lexicographic Studie*s. London/New York. Continuum.

FERGUSON, Charles ([1959] 1972) "Diglossia". *In* Giglioli, Pier Paolo (org.) *Language and Social Context*. Harmondsworth. Penguin Books: 232-251.

FERNÁNDEZ LEBORANS, María Jesús (1999) "El nombre propio". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe S. A: 77-128.

FERNÁNDEZ REI, Francisco (1988) "Posición do Galego entre as linguas románicas". *Verba* 15: 79-107.

___ (1990) *Dialectoloxía da Língua Galega*. Vigo. Edicións Xerais de Galicia.

FERNANDO, Chitra (1996) *Idioms and Idiomaticity*. Oxford. Oxford University Press.

FERRAZ, Luiz Ivens (1987) "Portuguese Creoles of West Africa and Asia". *In* Gilbert, Glenn G. (ed.) *Pidgin and Creole Languages: Essays in memory of John E. Reinecke*. Honolulu. University of Hawaii Press: 337-360.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda ([1975] 1986²) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

FERREIRA, Manuela Barros (1994) "A limitrofia do Mirandês". *In Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade. Actas do Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Miranda do Douro 1993*). Lisboa. APL e Edições Colibri: 34-42.

___ (1995) "O mirandês e as línguas do Noroeste peninsular". *Lletres Asturianes* 57: 7-22.

___ (2001) "A situação actual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialectos asturo-leoneses em Portugal". *Revista de Filología Románica* 18: 117-136.

FERREIRA, Manuela Barros; Domingos RAPOSO (coords.) António Bárbolo ALVES; Ivo CASTRO; Marcolino FERNANDES; Valdemar GONÇALVES; Rita MARQUILHAS; Cristina MARTINS; António Maria MOURINHO; Moisés PIRES; José Augusto RAPOSO (1999) *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*. Miranda do Douro/Lisboa. Câmara Municipal de Miranda do Douro/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. http://mirandes.no.sapo.pt.

FIGUEIREDO, José Nunes de; António Gomes FERREIRA ([s.d.] 1987¹²) *Compêndio de gramática portuguesa*. Porto. Porto Editora.

FILLMORE, Charles (1968) "The Case for Case". *In* Bach, Emmon; Robert Thomas Harms (eds.) *Universals in Linguistic Theory.* New York. Holt, Rinehart and Winston: 1-88.

___ (1971) "Types of Lexical Information". *In* Steinberg, Danny D.; Leon A. Jakobovits (eds.) *Semantics. An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology.* Cambridge. Cambridge University Press: 370-392.

FIRMINO, Gregório (2001) *Situação linguística em Moçambique: Dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*. Maputo. Instituto Nacional de Estatística e Universidade Eduardo Mondlane.

___ (2002) *A "Questão Linguística" na África Pós-Colonial: o Caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo. Promédia.

FIRTH, John R. ([1951] 1957) "Modes of Meaning". *Essays and Studies* 4: 118-149. Reimp. *in* Firth, John R. (1957) *Papers in Linguistics 1934-1951*. London. Oxford University Press: 190-215.

___ ([1957] 1968) "A Synopsis of Linguistics Theory 1930-1955". *Studies in Linguistic Analysis. Special Volume of the Philological Society,* 1-32. Reimp. *in* Palmer, Frank R. (ed.) *Selected Papers of J. R. Firth*. Harlow. Longman: 168-205.

FORSTON IV, Benjamin W. (2003) "An approach to semantic change". *In* Joseph, Brian D.; Richard D. Janda (orgs.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Malden, Mass./Oxford. Blackwell: 649-666.

FRANCHETTO, Bruna (2000) "O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil". *In* Ricardo, Carlos Alberto (org.) *Povos indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo. I.S.A: 84-88.

FRAZIER, Lyn (1979) *On Comprehending Sentences: Syntactic Parsing Strategies* (Ph.D dissertation). ETD Collection for University of Connecticut. Paper AAI 7914150.

FREGE, Gottlob (1892) "Über Sinn und Bedeutung". *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik. NF* 100: 25-50. (Trad. port. de Paulo Alcoforado "Sobre o Sentido e a Referência". *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo. Cultrix. USP: 59-86. 1978).

FROTA, Sónia; Marina VIGÁRIO (1996) "On Weight Effects in European Portuguese". Comunicação apresentada no *GLOW Workshop on Weight Effects* (Atenas).

GAFFIOT, Félix ([1934] 1988[43]) *Dictionnaire latin-français*. Paris. Hachette.

GALMÉS DE FUENTES, Alvaro (1962) *Las sibilantes en la Romania*. Madrid. Editorial Gredos.

GALVES, Charlotte; Helena BRITTO; Maria Clara Paixão de SOUSA (2005) "The change in clitic placement from classical to modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe corpus". *Journal of Portuguese Linguistcs* 4(1): 39-68.

GALVES, Charlotte; Cristiane NAMIUTE; Maria Clara Paixão de SOUSA (2006) "Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa". *In* Endruschat, Annette ; Rolf Kemmler ; Barbara Schäfer-Prieß (Hrsg.) *Grammatische Strukturen des europaeischen Portugiesisch*. Tübingen. Calepinus Verlag: 45-75.

GANHÃO, Fernando (1979) "O papel da língua portuguesa em Moçambique". Comunicação apresentada no *I Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa* (Maputo, 1979).

GARGALLO GIL, José Henrique (1999) *Las Hablas de San Martín de Trebejo, Eljas y Valverde del Fresno. Trilogía de los tres lugares*. Mérida. Editora Regional de Extremadura.

GÄRTNER, Eberhard (1989) "Remarques sur la Syntaxe du Portugais en Angola et au Mozambique". *Etudes Portugaises et Brésiliennes* XXI: 29-53.

___ (1996) "Particularidades morfossintácticas do português de Angola e Moçambique". *Confluências* 12: 29-58.

GAZDAR, Gerald (1979) *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. New York. Academic Press.

GIANNAKIDOU, Anastasia (1999) "Affective dependencies". *Linguistics and Philosophy* 22(4): 367-421.

GIORGI, Alessandra; Giuseppe LONGOBARDI (1991) *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge. Cambridge University Press.

GLASBEY, Sheila (1994) *Event Structure in Natural Language Discourse*. Edinburgh. University of Edinburgh, Centre for Cognitive Science (Ph.D dissertation).

GONÇALVES, Anabela; Luís Filipe CUNHA; Purificação SILVANO (2010) "Interpretação temporal dos domínios infinitivos na construção de reestruturação do português europeu". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Silva; João Veloso; Alexandra Fiéis (orgs.) *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2009*). Porto. APL: 435-447.

GONÇALVES, Perpétua (1990) *A Construção de uma Gramática do Português em Moçambique: Aspectos da Estrutura Argumental dos Verbos*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

___ (1996) "Uma Hipótese sobre Estratégias de Aprendizagem do Léxico do Português/L2 em Moçambique". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (*Lisboa 1994*). Vol. II. Lisboa. APL e Edições Colibri: 471-490.

___ (2001) "Panorama geral do Português de Moçambique". *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* 79(3): 977-990.

___ (2004) "Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: Arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese". *Journal of Pidgin and Creole Languages* 19(2): 225-259.

GONÇALVES, Perpétua; Albertina MORENO; António TUZINE; Maria João DINIZ; Marisa MENDONÇA (1998) "Estruturas gramaticais do Português: problemas e exercícios". *In* Gonçalves, Perpétua; Cristopher Stroud (orgs.) *Panorama do Português Oral de Maputo*. Vol. III: *Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e Exercícios*. Maputo. Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação: 35-163.

GONÇALVES, Perpétua; Bento SITOE (1999) "Mudança linguística em situação de contacto de línguas: o caso do Changana e do Português". *Travessias* 1: 73-86.

GONÇALVES, Perpétua; Feliciano CHIMBUTANE (2004) "O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais". *Papia* 14: 7-30.

GRICE, H. Paul (1975) "Logic and Conversation". *In* Cole, Peter; Jerry Morgan (eds.) *Syntax and Semantics*. Vol. 3: *Speech Acts*. New York. Academic Press: 41-58.

GRIMSHAW, Jane (1990) *Argument Structure*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

GRIMSHAW, Jane; Sten VIKNER (1993) "Obligatory Adjuncts and the Structure of Events". *In* Reuland, Eric; Werner Abraham (eds.) *Knowledge and Languages: Lexical and Conceptual Structure*. Dordrecht. Kluwer: 143-156.

GUÉRON, Jacqueline; Robert MAY (1984) "Extraposition and Logical Form". *Linguistic Inquiry* 15(1): 1-31.

HAGEMEIJER, Tjerk (1999) "As Ilhas de Babel: a Crioulização no Golfo da Guiné". *Revista Camões* 6: 74-88.

HARRIS, Zellig (1951) *Methods in Structural Linguistics*. Chicago. University of Chicago Press.

HAUSMANN, Franz Josef (1979) "Un dictionnaire des collocations est-il possible?". *Travaux de Linguistique et de Littérature* XVII, 1: 187-195.

___ (1989) "Le dictionnaire de collocations". *In* Hausmann, Franz Josef; Oskar Reichmann; Ernst Wiegand; Ladislav Zgusta (orgs.) *Wörterbücher/Dictionaries/Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie/An International Encyclopedia of Lexicography/ Encyclopédie internationale de lexicographie*. Vol. 1. Berlin/New York. Walter de Gruyter: 1010-1019.

HAWKINS, John A. (1978) *Definiteness and indefiniteness*. London. Croom Helm Ltd.

HEIM, Irene (1982) *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. University of Massachusetts, Amherst (Ph.D dissertation). Pub. New York. Garland Publishing 1989.

HEINE, Bernd (2003) "Grammaticalization". *In* Joseph, Brian D.; Richard D. Janda (orgs.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Malden, Mass./Oxford. Blackwell: 575-601.

HEINE, Bernd; Ulrike CLAUDI; Friederike HÜNNEMEYER (1991) *Grammaticalization: A Conceptual Framework*. Chicago. University of Chicago Press.

HEINE, Bernd; Derek NURSE (2000) *African Languages: an Introduction*. Cambridge. Cambridge University Press.

HENRIQUES, Maria Augusta (1985) "Situação e perspectivas do Português na Guiné-Bissau". *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* (*Lisboa 1983*). Vol. I. Lisboa. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: 234-241.

HIGGINBOTHAM, James (1994) "Mass and Count Quantifiers". *Linguistics and Philosophy* 17: 447–480.

HOCK, Hans Henrich (1986) *Principles of Historical Linguistics*. Berlin/New York/Amsterdam. Mouton de Gruyter.

HOCK, Hans Henrich; Brian D. JOSEPH (1996) *Language History, Language Change, and Language Relationship: An Introduction to Historical and Comparative Linguistics*. Berlin/New York. Mouton de Gruyter.

HOCKETT, Charles (1958) *A Course in Modern Linguistics*. New York. Macmillan.

HOEKSEMA, Jacob (1983) "Plurality and conjunction". *In* Meulen, Alice ter (org.) *Studies in Modeltheoretic Semantics*. Dordrecht. Foris: 63-83.

HOEKSTRA, Teun; René MULDER (1990) "Unergatives as Copular Verbs. Locational and Existential Predication". *The Linguistic Review* 7(1): 1-79.

HOEY, Michael (1997) "From Concordance to Text Structure: New Uses for Computer Corpora". *In* Lewandoska-Tomaszczyk, Barbara; Patrick J. Melia (eds.) *Proceedings of PALC 97*. Lodz. Lodz University Press: 2-23.

HOPPER, Paul (1991) "On some principles of grammaticalization". *In* Traugott, Elizabeth Closs; Bernd Heine (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 17-35.

HOPPER, Paul J.; Elizabeth Closs TRAUGOTT (1993) *Grammaticalization*. Cambridge. Cambridge University Press.

HORN, Laurence R. (1989) *A Natural History of Negation*. Chicago. Chicago University Press.

HOUAISS, Antônio; Mauro de Salles VILLAR (2002-2003) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa. Círculo de Leitores.

HUBER, Joseph (1933) *Altportugiesisches Elementarbuch*. (Trad. port. de Maria Manuela Gouveia Delille *Gramática do Português Antigo*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1986).

HUDDLESTON, Rodney; Geoffrey K. Pullum (2002) *The Cambridge Grammar of the English Language*. Cambridge. Cambridge University Press.

HYMAN, Larry (1975) *Phonology: Theory and Analysis*. New York. Holt, Rinchart and Winston.

ISSAK, Aíssa (1998) "Estruturas de complementação verbal do Português de Moçambique". *In* Gonçalves, Perpétua (org.) *Mudanças do Português em Moçambique: Aquisição e Formato de Estruturas de Subordinação*. Maputo. Universidade Eduardo Mondlane e Livraria Universitária: 67-110.

JACKENDOFF, Ray (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

___ (1990) *Semantic Structures*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

___ (2002) *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar*. Oxford. Oxford University Press.

JEAN, Georges (1987) *L'écriture: mémoire des hommes*. Paris. Gallimard.

JOSEPH, Brian D.; Richard D. JANDA (2003) (orgs.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Malden, Mass./Oxford. Blackwell.

KACHRU, Braj (1986) *The alchemy of English: the spread, functions and models of non-native Englishes*. Oxford. Pergamon Press.

KAMP, Hans ([1981] 1984) "A Theory of Truth and Semantic Representation". *In* Groenendijk, Jeroen; Theo M. V. Janssen; Martin Stokhof (eds.) *Truth, Interpretation and Information, Selected Papers from the Third Amsterdam Colloquium*. Dordrecht. Foris: 1-41.

KAMP, Hans; Uwe REYLE (1993) *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht. Kluwer.

KATZ, Jerrold (1990) *The Metaphysics of Meaning*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

KATZ, Victor J. ([1993] 1998[2]) *A History of Mathematics: An Introduction*. Reading, Mass. Addison-Wesley.

KAYNE, Richard (1988) "Romance Se/Si". Paper presented at the 11th GLOW Colloquium. Budapest. *GLOW Newsletter 20*.

KEENAN, Edward; Leonard M. FALTZ (1980) "A New Approach to Quantification in Natural Language". *In* Rohrer, Christian (ed.) *Time, Tense and Quantifiers*. *Proceedings of the Stuttgart Conference on the Logic of Tense and Quantification*. Tübingen. Max Niemeyer Verlag: 223-268.

KEENAN, Edward; Jonathan STAVI (1986) "A Semantic Characterization of Natural Language Determiners". *Linguistics and Philosophy* 9: 253-326.

KEMMER, Suzanne (1993) *The Middle Voice*. Amesterdam/Philadelphia. John Benjamins.

KEYSER, Samuel J.; Thomas ROEPER (1984) "On the middle and ergative constructions in English". *Linguistic Inquiry* 15(3): 381-416.

KIMBALL, John (1973) "Seven Principles of Surface Structure Parsing in Natural Language". *Cognition*, 2(1): 15-47.

KIPARSKY, Paul (1995) "The Phonological Basis of Sound Change". *In* Goldsmith, John (ed.) *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge, Mass./Oxford. Blackwell: 640-670.

KLEIBER, George (1981) *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*. Paris. Klincksieck.

KLIMA, Edward (1964) "Negation in English". *In* Fodor, Jerry A.; Jerrold J. Katz (eds.) *The Structure of Language. Readings in the Philosophy of Language*. Englewood Cliffs, NJ. Prentice--Hall: 246-323.

KNEALE, William Calvert; Marta KNEALE (1962) *The Development of Logic*. London. The Clarendon Press.

KREMER, Dieter (2004) "El elemento germánico y su influencia en la historia lingüística peninsular". *In* Cano, Rafael (coord.) *Historia de la lengua española*. Barcelona. Ariel: 133-148.

KREUTZ, Lúcio (2000) "A educação de imigrantes no Brasil". *In* Lopes, Eliane Marta Teixeira; Luciano Mendes de Faria Filho; Cynthia Greive Veiga (orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte. Autêntica: 347-370.

KRIFKA, Manfred; Francis J. PELLETIER; Gregory CARLSON; Alice ter MEULEN; Gennaro CHIERCHIA; Godehard LINK (1995) "Genericity: An Introduction". *In* Carlson, Gregory; Francis. J. Pelletier (orgs.). *The Generic Book*. Chicago. The University of Chicago Press: 1-124.

KRIPKE, Saul (1972) "Naming and Necessity". *In* Donald Davidson; Gilbert Harman (eds.) *Semantics of Natural Language*. Dordrecht. D. Reidel: 253-355 e 763-769.

___ (1977) "Speaker's reference and semantic reference". *In* Peter A. French; Theodore E. Uehling Jr.; Howard K. Wettstein (eds.) *Midwest Studies in Philosophy*. Vol. II: *Studies in the philosophy of language*. Morris, MN. University of Minnesota: 255-276.

KRISHNAMURTHY, Ramesh (1997) "Keeping Good Company: Collocation, Corpus, and Dictionaries". *In* Cabré, Maria Teresa (ed.) *Cicle de conferències 95-96: Lèxic, corpus i diccionaris*. Barcelona. Institut Universitari de Lingüística Aplicada-Universitat Pompeu Fabra: 31-56.

KROCH, Anthony (1989) "Reflexes of grammar in patterns of language change". *Language Variation and Change* 1: 199-244.

___ (1994) "Morphosyntactic variation". *In* Beals, Katharine; Janette Denton; Robert Knippen; Lynette Melnar; Hisami Suzuki; Erica Zeinfeld (orgs.) *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Vol. 2. Chicago. Chicago Linguistics Society: 180-201.

___ (2001) "Syntactic change". *In* Baltin, Mark; Chris Collins (eds.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden, Mass./Oxford. Blackwell: 699-729.

KUNO, Susumo (1972) "Functional Sentence Perspective: A Case Study from Japanese and English". *Linguistic Inquiry* 3(3): 269-320.

KURODA, Sige-Yuki (1972) "The categorial and the thetic judgement. Evidence from Japanese Syntax". *Foundations of Language* 9: 153-185.

___ (1992) *Japanese Syntax and Semantics*. Dordrecht/Boston/London. Kluwer Academic Publishers.

LABOV, William (1975) *What is a linguistic fact?* Lisse. Peter de Ridder Press.

___ (1994) *Principles of Linguistic Change*. Vol. 1: *Internal Factors*. Cambridge, Mass./Oxford. Blackwell.

LACA, Brenda (1990) "Generic objects: some more pieces of the puzzle". *Lingua* 81: 25-46.

___ (1998) "Morphologie lexicale, morpho-syntaxe et le problème des bases supra-lexématiques: le cas de l'espagnol". *In* Harden, Theo; Elke Hentschel (orgs.) *Particulae particularum. Festschrift zum 60. Geburtstag von Harald Weydt*. Tübingen. Stauffenburg: 233-244.

LAKA, Itziar (1990) *Negation in syntax: on the nature of functional categories and projections*. Massachusetts Institute of Technology (Ph.D. dissertation).

LAKOFF, George (1969) "Presuppositions and relative grammaticality". *Journal of Philosophical Linguistics*. 1(1): 103-116.

___ ([1969] 1971) "Pressupposition and relative well-formedness". *In* Steinberg, Danny D.; Leon A. Jakobovits (eds.) *Semantics. An interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge. Cambridge University Press: 329-340.

LANGACKER, Ronald W. (1977) "Syntactic reanalysis". *In* Li, Charles N. (ed.) *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin/London. University of Texas Press: 57-139.

LASCARIDES, Alex; Nicholas ASHER (1991) "Discourse Relations and Defeasible Knowledge". *Proceedings of the 29th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*. (Berkeley, California, USA). ACL: 55-62.

___ (1993) "Temporal Interpretation, Discourse Relations and Common Sense Entailment". *Linguistics and Philosophy* 16(5): 437-493.

LAUSBERG, Heinrich (1963) *Romanische Sprachwissenschaft*. Berlin. Walter de Gruyter & Co. (Trad. port. de Marion Ehrhardt; Maria Luísa de Schemann *Linguística Românica*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1974).

LEAL, António (2011) "Some semantic aspects of gerundive clauses in European Portuguese". *In* Mortelmans, Jesse; Tanja Mortelmans; Walter De Mulder (eds.) *From now to eternity*. Amsterdam/New York. Rodopi (Cahiers Chronos 22): 85-103.

LEHMANN, Christian (1995) *Thoughts on grammaticalization*. München/Newcastle. Lincom Europa.

LEITE, Yonne; Dinah CALLOU (2002) *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

LEVIN, Beth; Malka RAPPAPORT (1986) "The Formation of Adjectival Passives". *Linguistic Inquiry* 17(4): 623-661.

___ (1995) *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

LEVIN, Beth; Malka RAPPAPORT HOVAV (1996) *From lexical semantics to argument realization*. Northwestern and Bar-Ilan Universities (ms).

___ (2005) *Argument Realization*. Cambridge. Cambridge University Press.

LI, Charles N.; Sandra THOMPSON (1976) "Subject and Topic: a New Tipology of Language". *In* Li, Charles N. (ed.) *Subject and Topic*. London/New York. Academic Press: 457-489.

LIGHTFOOT, David (1999) *The Development of Language: Acquisition, Change, and Evolution*. Malden, Mass./Oxford. Blackwell.

LIMA, José Pinto de (1997) "Caminhos semântico-pragmáticos da gramaticalização: o caso de *embora*". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Oliveira; Isabel Pires de Lima; Rosa Maria Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto. Campo das Letras: 643-655.

___ (2001) "Sobre a génese e a evolução do futuro com *ir* em português". *In* Silva, Augusto Soares da (org.) *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga. APL e UCP-Faculdade de Filosofia de Braga: 119-145.

___ (2002) "Grammaticalization, subjectification and the origin of phatic markers". *In* Wischer, Ilse; Gabriele Diewald (orgs.) *New reflections on Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia (2011) *Indivíduo, Sociedade e Língua: Cara, tipo assim, fala sério!* São Paulo. EDUSP.

LINK, Godehard (1983) "The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms: A Lattice-theoretical Approach". *In* Bäuerle, Rainer; Christoph Schwarze; Arnim von Stechow (eds.) *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin/New York. Walter de Gruyter.

___ (1998) *Algebraic Semantics in Language and Philosophy*. Stanford. CSLI Publications.

LOBO, Maria (2001) "On Gerund Clauses of Portuguese Dialects". *In* Veiga, Alexandre; Víctor M. Longa; Jo Dee Anderson (orgs.) *El Verbo. Entre el Léxico y la Gramática*. Lugo. Ed. Tris Tram: 107-118.

___ (2008) "Variação morfo-sintáctica em dialectos do português europeu: o gerúndio flexionado". *Diacrítica* 22(1): 25-55.

LOBO, Tânia (1996) "A formação histórica do português brasileiro. O estado da questão". Comunicação apresentada no XI Congresso Internacional da ALFAL (Gran Canaria).

LOPES, Ana Cristina Macário; Conceição CARAPINHA (2004) "Contributos para uma análise semântico-pragmática das construções com *assim*". *Cadernos de Linguística* 5: 57-80.

LOPES, Ana Cristina Macário; Patrícia Matos AMARAL (2001) "Pour une approche cognitive intégrée des valeurs de *agora* et *então*". Comunicação apresentada no *34th SLE Meeting* (Leuven).

LOPES, Óscar ([1971] 1972[2]) *Gramática Simbólica do Português*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian (ed. corr.).

LOURENÇO, Eduardo (1992) "A Chama Plural". *In* Ferronha, António L. (coord.) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa. INCM, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e União Latina: 12-13.

LUCCHESI, Dante (2001) "As Duas Grandes Vertentes da História Sociolingüística do Brasil (1500-2000)". *D.E.L.T.A.* 17(1): 97-130.

LYONS, Christopher (1999) *Definiteness*. Cambridge. Cambridge University Press.

LYONS, John (1968) *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge/New York. Cambridge University Press.

___ (1977) *Semantics*. Cambridge. Cambridge University Press.

___ ([1981] 1986) *Language, Meaning and Context*. London. Fontana Paperbacks.

MACCAULEY, James (1971) "Where do noun phrases come from?". *In* Steinberg, Danny D.; Leon A. Jakobovits (eds.) *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology.* Cambridge. Cambridge University Press: 217-231.

MACHADO, José Pedro ([1952] 1977[3]) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa. Livros Horizonte.

MACIEL, Carla; Joaquina PASCOAL (2002) "Produção científica sobre o Português de Moçambique". *In* Ngunga, Armindo; Samima Patel; Inocêncio Pereira; Aurélio Simango (orgs.) *Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Situação Actual e Perspectivas*. Maputo. Livraria Universitária e Universidade Eduardo Mondlane: 71-93.

MAGRO, Catarina (2007) *Clíticos: Variações sobre o Tema*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

MAIA, Clarinda de Azevedo (1977) *Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla*. Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra.

___ (1986) *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o séc. XIII ao séc. XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra. INIC.

___ (2001) "Fronteras del español: aspectos históricos y sociolingüísticos del contacto con el portugués en la frontera territorial". *Actas electrónicas del II Congreso Internacional de la Lengua Española* (*Valladolid, 2001*). http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/ponencias/unidad_diversidad_del_espanol/5_espanol_y_portugues/azevedo_c.htm.

___ (2002) *O galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses*. Lisboa. Edições Colibri e Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa.

___ (2003) "Para a história do sistema de sibilantes em português. Algumas reflexões sobre a cronologia da mudança fonológica". *In* Rovira Soler, José Carlos (coord.) *Con Alonso Zamora Vicente. Actas del Congreso Internacional "La Lengua, la Academia, lo Popular, los Clásicos, los Contemporáneos"*. Alicante. Universidade de Alicante: 783-792.

MARQUES, Irene Guerra (1985) "Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola". *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* (*Lisboa 1983*). Vol. I. Lisboa. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: 205-223.

MARQUES, Rui (2004) "On the system of mood in European and Brazilian Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics* 3(1): 89-109.

MARQUILHAS, Rita (1991) *Norma Gráfica Setecentista. Do autógrafo ao impresso*. Lisboa. INIC.

___ (2000) *A Faculdade das Letras: Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII*. Lisboa. INCM.

___ (2003) "Mudança analógica e elevação das vogais pretónicas". *In* Castro, Ivo; Inês Duarte (orgs.) *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. II. Lisboa. INCM: 7-18.

MARSÁ, Francisco (1960) *Enciclopédia Linguística Hispânica*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; Lucilene Rodrigues da SILVA (1996) "Gramaticalização de *então*". *In* Martelotta, Mário Eduardo; Sebastião Josué Votre; Maria Maura Cezario (orgs.) *Gramaticalização no Português do Brasil: uma Abordagem Funcional*. Rio de Janeiro. UFRJ: 221-235.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; Sebastião Josué VOTRE; Maria Maura CEZARIO (1996) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro. UFRJ.

MARTINS, Ana Maria (1994) *Clíticos na História do Português*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

___ (1997) "Aspectos da negação na história das línguas românicas (Da natureza de palavras como *nenhum, nada, ninguém*)". *In* Castro, Ivo (org.) *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Braga-Guimarães 1996*). Vol. II: *Linguística Histórica. História da Linguística*. Lisboa. APL: 179-210.

___ (1999) "Ainda 'os mais antigos textos escritos em português': documentos de 1175 a 1252". *In* Faria, Isabel Hub (org.) *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa. Cosmos: 491-534.

___ (2000) "Polarity Items in Romance: Underspecification and Lexical Change". *In* Pintzuk, Susan; George Tsoulas; Anthony Warner (eds.) *Diachronic Syntax: Models and Mechanisms*. Oxford/New York. Oxford University Press: 191-219.

___ (2001) "On the Origin of the Portuguese Inflected Infinitive: A New Perspective on an Enduring Debate". *In* Brinton, Laurel J. (org.) *Historical Linguistics 1999: Selected Papers from the 14th Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 207-222.

___ (2002) "The Loss of IP-scrambling in Portuguese: Clause Structure, Word Order Variation and Change". *In* Lightfoot, David (org.) *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford/New York. Oxford University Press: 232-248.

___ (2003a) "Construções com *se*: Mudança e variação no português europeu". *In* Castro, Ivo; Inês Duarte (orgs.) *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. II. Lisboa. INCM: 19-41.

___ (2003b) "Deficient pronouns and linguistic change in Portuguese and Spanish". *In* Quer, Josep; J. Schroten; M. Scorretti; P. Sleeman; E. Verheugd (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2001*. Amesterdam/Philadelphia. John Benjamins: 213-230.

___ (2004a) "Ambiguidade estrutural e mudança linguística: a emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos". *In* Brito, Ana Maria; Olívia Figueiredo; Clara Barros (orgs.) *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 197-225.

___ (2004b) *Relatório da cadeira de História da Língua Portuguesa*. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (texto policopiado).

MARTINS, Ana Maria; Gabriela VITORINO (1989) "Palatalisation et vélarisation conditionnées de la voyelle tonique dans certains dialectes portugais: Evolutions identiques dans l'espace roman". *Espaces Romans. Etudes de Dialectologie et de Géolinguistique offertes à Gaston Tuaillon*. Vol. 2. Grenoble. Ellug, Université Stendhal: 330-356.

MARTINS, Ana Maria; João SARAMAGO (1993) "As sibilantes em português: Um estudo de geografia linguística e de fonética experimental". *In* Lorenzo, Ramón (org.) *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas* (*Universidade de Santiago de Compostela, 1989*). Vol. 4. A Coruña. Fundación "Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa": 121-142.

MARTINS, Cristina (1994) *Estudo sociolinguístico do mirandês. Padrões de alternância de códigos e escolha de línguas numa comunidade trilingue*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado).

___ (2005) "El mirandès front al portugués i el castellà. Elements per a una breu caracterització lingüística i sociolingüística d'una llengua minoritària". *In* Burdeus, María Dolores; Joan Verdegal Cerezo (orgs.) *Anuari de l'Agrupació Borrianenca de Cultura. Revista de*

Recerca Humanística i Científica. Volume monográfico intitulado *Europa parla (I). Llengües romàniques minoritzades d'Europa* 16: 81-95. Versão em português disponível em http://www1.ci.uc.pt/celga/membros/docs/Cristina_M/ANUARI.pdf.

___ (2006) "Mirandês: estado da arte, produtos e projectos". *A Linguística em Portugal*. APL (edição em CD-ROM). Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/celga/membros/docs/Cristina_M/Mirandes.pdf.

MATEUS, Dalila (1999) *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins. Editorial Inquérito.

MATEUS, Maria Helena Mira; Ana Maria BRITO; Inês DUARTE; Isabel Hub FARIA; e Sónia FROTA; Gabriela MATOS; Fátima OLIVEIRA; Marina VIGÁRIO; Alina VILLALVA (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho (5.ª ed. rev. e aum.).

MATEUS, Maria Helena Mira; Celeste RODRIGUES (2004) "A vibrante em coda no Português Europeu". *In* Freitas, Tiago; Amália Mendes (orgs.) *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2003*). Lisboa. APL: 289-299.

MATIAS, Maria de Fátima de Rezende F. (1984) *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Separata dos volumes XVIII e XIX da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989) *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa. INCM.

___ (1991) *O Português Arcaico. Fonologia*. São Paulo/Salvador. Contexto/EDUFBA.

___ (1994) *O Português Arcaico. Morfologia e Sintaxe*. São Paulo/Salvador. Contexto/EDUFBA.

___ (2000) "O tempo composto na fase final do período arcaico". *Atas do II Congresso Nacional da ABRALIN*. Florianópolis (CD-ROM).

___ (2002) "Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros". *In* Mattos e Silva, Rosa Virgínia; Américo Venâncio Lopes Machado Filho (orgs.) *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador. EDUFBA/UEFS: 119-142.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO (orgs.) (2002) *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador. EDUFBA/UEFS.

MATTOSO, Kátia ([1979] 1990[3]) *Ser escravo no Brasil*. São Paulo. Brasiliense.

MEDEIROS, Carlos Alberto (1992) "Difusão Geográfica da Língua Portuguesa". *In* Ferronha, António L. (coord.) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa. INCM, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e União Latina: 19-23.

MEILLET, Antoine ([1912] 1948[3]) "L´évolution des formes grammaticales". *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris. Édouard Champion: 130-148.

MEL'ČUK, Igor (1984) *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain*. Montréal. Les Presses de L'Université de Montréal.

MENDES, Amália (2004) *Predicados Verbais Psicológicos do Português. Contributo para o estudo da polissemia verbal*. Lisboa. FCT e Fundação Calouste Gulbenkian.

MENDES, Amália; Maria Fernanda BACELAR DO NASCIMENTO (2007) "Grammaticalization Processes in a Spoken Portuguese Corpus: space, time and discourse". *In* Campoy-Cubillo, Mari Carmen; María José Luzón (eds.) *Spoken Corpora in Applied Linguistics*. Bern. Peter Lang: 147-160.

MENDES, Beatriz Correia (1985) *Contributo para o estudo da língua portuguesa em Angola*. Lisboa. Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa.

MENDIKOETXEA, Amaya (1999a) "Construcciones Inacusativas y Pasivas". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 575-629.

___ (1999b) "Construcciones com *se*: Medias, Pasivas e Impersonales". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 1631-1722.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón ([1906] 1962) *El dialecto leonés*. Oviedo. Instituto de Estudios Asturianos.

MENNINGER, Karl (1958) *Zahlwort und Ziffer*. Göttingen. Vandenhoeck und Ruprecht. (Trad. ingl. de Paul Broneer *Number Words and Number Symbols: a Cultural History of Numbers*. Cambridge, Mass./London. The MIT Press. 1969).

MESTHRIE, Rajend (1992) *English in language shift: the history, structure and sociolinguistics of South African Indian English*. Cambridge. Cambridge University Press.

MEULEN, Alice ter (1980) *Substances, Quantities and Individuals*. *A Study in the Formal Semantics of Mass Terms*. Bloomington, Indiana. IULC.

MIGUEL, Maria Helena (2003) *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda*. Luanda. Nzila.

MIGUEL, Matilde (2004) *O Sintagma Nominal em Português Europeu: Posições de Sujeito*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

MILNER, Jean-Claude (1982) *Ordres et raisons de langue*. Paris. Seuil.

MILSARK, Gary L. (1974) *Existential Sentences in English*. Massachussetts Institute Technology (Ph.D dissertation). Pub. New York. Garland Publishing. 1979.

MINGAS, Amélia (2000) *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda*. Luanda. Editora Chá de Caxinde.

MOENS, Marc (1987) *Tense, Aspect and Temporal Reference*. University of Edinburgh (Ph.D dissertation).

MÓIA, Telmo (1992) "Sobre Classes Semânticas de Adjectivos". *Cadernos de Semântica* 7. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

___ (2000) *Identifying and Computing Temporal Locating Adverbials with a Particular Focus on Portuguese and English*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

___ (2001a) "Aspectos Sintáctico-Semânticos das Orações Relativas com *como* e *quando*". *In* Correia, Clara Nunes; Anabela Gonçalves (orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Coimbra 2000*). Lisboa. APL: 349-361.

___ (2001b) "Sobre a Expressão da Duração em Português Europeu e Português Brasileiro: o Uso de Sintagmas com a Preposição *por*". *In* Soares, Maria Elias (org.) *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística, Número Especial, II Congresso Internacional da ABRALIN* (*Fortaleza*). *Anais*. Vol. I. Fortaleza. ABRALIN: 415-419.

___ (2003) "Subdomínios de significação associados ao tempo – uma panorâmica geral". *In* Castro, Ivo; Inês Duarte (orgs.) *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. II. Lisboa. INCM: 95-127.

___ (2004) "Sobre a delimitação temporal da quantificação". *In* Freitas, Tiago; Amália Mendes (orgs.) *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2003*). Lisboa. APL: 581-593.

___ (2011) "Expressões temporais com *haver*: gramaticalização e interpretação semântica". *In* Costa, Armanda; Isabel Falé; Pilar Barbosa (orgs.) *Textos Selecionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Porto 2010*). Lisboa. APL: 401-419.

MÓIA, Telmo; Ana Teresa ALVES (2001) "Sobre a expressão de distâncias temporais no português europeu e no português brasileiro". *In* Correia, Clara Nunes; Anabela Gonçalves (orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Coimbra 2000*). Lisboa. APL: 699-713.

MONTAGUE, Richard ([1973] 1974) "The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English". *In* Thomason, Richmond (org.) *Formal Philosophy, Selected Papers of Richard Montague*. New Haven. Yale University Press: 247-270.

MOON, Rosamund (1998) *Fixed Expressions and Idioms in English. A Corpus-Based Approach*. Oxford Studies in Lexicography and Lexicology. Oxford. Clarendon Press.

MORO, Andrea (1997) *The Raising of Predicates*. Cambridge. Cambridge University Press.

MOSTOWSKI, Andrzej (1957) "On a Generalization of Quantifiers". *Fundamenta Mathematicae* 44: 12-36.

MOTA, Maria Antónia (1998) «Les traits nombre et personne/nombre en portugais - l'oral dans ses variétés». *In* Bilger, Mireille; Karel van den Eynde ; Françoise Gadet (orgs.) *Analyse linguistique et approches de l'oral. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche Benveniste*. Leuven/Paris. Peeters: 339-345.

___ (2001) "O Português na fronteira com o Galego". *Revista de Filología Románica* 18: 103-115.

MOTA, Maria Antónia; Maria Fernanda BACELAR DO NASCIMENTO (2001) "Le portugais dans ses variétés". *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* 79: 931-952.

MOTA, Maria Antónia Coelho da; Maria Celeste RODRIGUES; Elisabete SOALHEIRO (2003) "Padrões flexionais nos pretéritos fortes, em PE falado setentrional". *In* Castro, Ivo; Inês Duarte (orgs.) *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. II. Lisboa. INCM: 129-155.

MOURINHO, António Maria (1987) "A língua mirandesa como vector cultural do Nordeste português". *Actas das 1.as Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa*. Miranda do Douro. Câmara Municipal de Miranda do Douro: 75-87.

MUSSA, Alberto Baeta Neves (1991) *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil.* Rio de Janeiro. UFRJ (dissertação de mestrado).

NARO, Anthony J. (1976) "The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: A study in syntactic change as a surface phenomenon". *Language* 52: 779-811.

NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, M. Victoria (1992) "El barranqueño: un modelo de lenguas en contacto". *Revista de Filología Románica* 9: 225-246.

___ (1993) "El efecto del contexto lingüístico en la presencia, aspiración o elisión de la /s/ en barranqueño". *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1992*). Lisboa. APL: 371-390.

___ (1997) "Factores lingüísticos y extralingüísticos que determinan la alternancia de las variantes de -/s/ en un dialecto luso-español, el barranqueño". *Revista de Filología Románica* 14(1): 391-410.

NETO, Serafim da Silva ([1957] 1986[4]) *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Presença/INL.

NEVES, Maria Helena de Moura (1984) "O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes". *Revista ALFA* 28: 21-42.

___ (1997) "O processo de gramaticalização". *A Gramática Funcional*. São Paulo. Livaria Martins Fontes Editora: 113-142.

___ (1999) *Gramática de Usos do Português*. São Paulo. Editora UNESP.

___ (2002) "Aspectos da gramaticalização em português". *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo. Editora UNESP: 175-188.

NEVES, Maria Helena de Moura; Maria Luiza BRAGA (1998) "Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição". *D.E.L.T.A.* 14 (número especial): 191-208.

Nomenclatura Gramatical Portuguesa, Portaria nº 22.664 do Ministério da Educação Nacional, publicada no Diário do Governo, I série, de 28 de Abril de 1967.

NOONAN, Michael (1985) "Complementation". *In* Schopen, Timothy (org.) *Language Typology and Syntactic Description*. Vol. II. Cambridge. Cambridge University Press: 42-140.

NUNES, João da Cruz (1965) *Os Falares da Calheta, Arco da Calheta, Paúl do Mar e Jardim do Mar.* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

NUNES, José Joaquim ([1919] 1975[8], 1989[9]) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: Fonética e Morfologia*. Lisboa. Livraria Clássica Editora.

OLIVEIRA, Fátima (1987) "Algumas considerações acerca do Pretérito Imperfeito". *Actas do 2.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1986*). Lisboa. APL: 78-96.

___ (1988) *Para uma semântica e pragmática de "dever" e "poder"*. Universidade do Porto (dissertação de doutoramento).

___ (1991) "Funções discursivas de alguns tempos do Passado em Português". *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes* (Porto 1987). APL: 165-186.

___ (1996) "Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (*Lisboa 1994*). Vol. II. Lisboa. APL e Edições Colibri: 151-190.

___ (2000) "Some issues about the Portuguese Modals". *Belgian International Journal of Linguistics* 14: 145-162.

___ (2004) "O Imperfeito e o Tempo dos Indivíduos". *In* Oliveira, Fátima; Isabel Margarida Duarte (orgs.) *Da Língua e do Discurso*. Porto. Campo das Letras: 505-528.

OLIVEIRA, Fátima; Ana Cristina LOPES (1995) "Tense and Aspect in Portuguese". *In* Thieroff, Rolf (org.) *Tense Systems in European Languages* II. Tübingen. Max Niemeyer Verlag: 95-115.

OLIVEIRA, Fátima; Luís Filipe CUNHA; Anabela GONÇALVES (2004) "Aspectual Verbs in European and Brazilian Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics* 3(1): 141-173.

OLIVEIRA, Fátima; Luís Filipe CUNHA (2011) "Tipos de Genericidade". *In* Costa, Armanda; Isabel Falé; Pilar Barbosa (orgs.) *Textos Selecionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Porto 2010*). Lisboa. APL: 446-459.

OLIVEIRA, Fernão de (1536) *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa. Germão Galharde. Reimpr. Lisboa. Biblioteca Nacional. 1981.

OLIVER, Roland; John FAGE (1962) *A Short History of Africa*. Londres. Penguin Books (Trad. port. de Artur Morão *Breve História de África*. Lisboa. Livraria Sá da Costa. 1980).

OSTHOFF, Hermann; Karl BRUGMANN ([1878] 1967) "Preface to Morphological Investigations in the Sphere of the Indo-European Languages I". *In* Lehmann, Winfred P. (org.) *A Reader in Nineteenth Century Historical Indo-European Linguistics*. Bloomington. Indiana University Press: Cap. 14.

PALMER, F. R. (1986) *Mood and Modality*. Cambridge. Cambridge University Press.

PARTEE, Barbara H. (1989) "Many Quantifiers". *In* Powers, Joyce; Kenneth de Jong (orgs.) *ESCOL 89: Proceedings of the Eastern States Conference on Linguistics*. Columbus. Ohio State University: 383-402.

PARTEE, Barbara H.; Mats ROOTH (1983) "Generalized conjunction and type ambiguity". *In* Bäuerle, Rainer; Christoph Schwarze; Arnim von Stechow (orgs.) *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin/New York. Walter de Gruyter: 361-383.

PEREIRA, Célia (1998) *Inversão Locativa em Português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado).

PEREIRA, Dulce (1992) "Crioulos de Base Portuguesa". *In* Ferronha, António L. (coord.) *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa. INCM, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e União Latina: 120-125.

___ (1996) "O Crioulo de Cabo Verde". *In* Faria, Isabel Hub; Emília Ribeiro Pedro; Inês Duarte; Carlos A. M. Gouveia (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 551-559.

___ (2002) *Crioulos de base portuguesa*. http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/historia-da-lingua-portuguesa.html.

___ (2006) *O Essencial sobre Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa. Caminho.

PEREIRA, João Manuel Esteves; Guilherme RODRIGUES (1906) *Portugal; diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. Vol. 2. Lisboa. J. Romano Torres.

PEREIRA, Luisa Alice Santos (1994) *Como se combinam as palavras? Contributo para um Dicionário de Combinatórias do Português*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

PEREIRA, Luísa Alice Santos; Amália MENDES (2002) "An electronic dictionary of collocations for European Portuguese: methodology, results and applications". *In* Anna Braasch; Claus Povlsen (hrsg.) *Proceedings of the Tenth EURALEX International Congress 2002* (Copenhagen. Denmark). Vol. II: 841-849.

PEREIRA, M. do Carmo Noronha (1952) *Tentativa de um Pequeno Atlas Linguístico da Madeira. Algumas Considerações sobre Particularidades Fonéticas, Morfológicas e Sintácticas do Falar Madeirense*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

PEREIRA, Maria Fernanda Afonso Alves (1970) *O Falar de Soajo*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

PERES, João Andrade (1990) "Constraints on the notion of partitive construction". *1990 EUROTRA Annual Workshop*. (*Noordwijk, Holanda, 1990*). 12 pp.

___ (1992) "Questões de Semântica Nominal". *Cadernos de Semântica* 1. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 35 pp.

___ (1993a) "Esboço de uma Semântica das Estruturas Nominais". *Discursos* 4 (*Semântica das Estruturas Nominais*). Coimbra. Universidade Aberta: 15-36.

___ (1993b) "Towards an integrated view of the expression of time in portuguese (First Draft)". *Cadernos de Semântica* 14. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

___ (1996) "Sobre a Semântica das Construções Perfectivas em Português". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (*Lisboa 1994*). Vol. II. Lisboa. APL e Edições Colibri: 33-58.

___ (1997) "Extending the Notion of Negative Concord". *In* Forget, Danielle; Paul Hirschbühler; France Martineau; Maria-Luísa Rivero (orgs.) *Negation and Polarity, Syntax and Semantics, Selected Papers from the Colloquium Negation: Syntax and Semantics* (*Ottawa, 1995*). Amsterdam. John Benjamins: 289-310.

___ (1998) "Issues on Distributive and Collective Readings". *In* Hamm, Fritz; Erhard Hinrichs (eds.) *Plural Quantification*. Dordrecht. Kluwer: 339-365.

___ (2000) "On the Nature and Licensing Conditions of N-phrases in Portuguese". *D.E.L.T.A.* 16: 165-199.

___ (2007) *Outras notas sobre a TLEBS revista, Novembro de 2007*. http://jperes.no.sapo.pt/.

PERES, João Andrade; António BRANCO (1990) "O *Todo* e as suas *Partes* como objectos de referência". *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1989*). Lisboa. APL: 187-199.

PERES, João Andrade; Telmo MÓIA (1995) *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho.

PÉREZ SALDANYA, Manuel (1997) "Entre el lèxic i la gramàtica: Els processos de gramaticalització". *In* Cabré, Maria Teresa (ed.) *Cicle de conferències 95-96*: *Lèxic, corpus i diccionaris*. Barcelona. Institut Universitari de Lingüística Aplicada – Universitat Pompeu Fabra: 91-111.

PERLMUTTER, David M. (1989) "Multiattachment and the Unaccusative Hypothesis: The Perfect Auxiliary in Italian". *Probus* 1(1): 63-119.

PESTANA, Eduardo Antonino ([1940-41] 1965) "Notas dialectais". *Ilha da Madeira*. Vol. I. *Folclore Madeirense*. Funchal. Edição da Câmara Municipal do Funchal: 83-87.

____ ([1947] 1970) "Recensão crítica a Francis Millet Rogers 'Insular Portuguese Pronunciation: Madeira'". *Ilha da Madeira*. Vol. II. *Estudos Madeirenses*. Funchal. Edição da Câmara Municipal do Funchal: 129-135.

PIEL, Joseph-Maria (1960) "Toponímia germánica". *In* Alvar, Manuel (dir.) *Enciclopédia Linguística Hispânica*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: 531-560.

____ ([1975] 1989) "Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza". *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa. INCM: 55-60.

____ (1989) *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa. INCM.

PINKAL, Manfred (1983) "Towards a Semantics of Precization". *In* Ballmer, Thomas T.; Manfred Pinkal (orgs.) *Approaching Vagueness*. Amsterdam. North-Holland: 13-57.

PINKER, Steven (1984) "How could a child use verb syntax to learn verb semantics?". *Lingua* 92: 377-410.

PINTO, Adelina Angélica (1980) "A neutralização da oposição fonológica v/b em português: estudo sincrónico e diacrónico". Separata de *Biblos* LVI: 599-651.

____ (1981) "A africada č em português: estudo sincrónico e diacrónico". *Boletim de Filologia* XXVI: 139-192.

POGGIO, Rosauta M. G. Fagundes (2002) *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português. Uma abordagem funcionalista*. Salvador. EDUFBA.

POSNER, Rebecca (1996) *The Romance Languages*. Cambridge. Cambridge University Press.

POSTAL, Paul M. (1969) "Anaphoric islands". *In* Binnik, Robert I.; Alice Davison; Georgia M. Green; Jerry L. Morgan (eds.) *Papers from the Fifth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago. University of Chicago: 209-239.

PRADO COELHO, Jacinto (dir.) (1969) *Dicionário de Literatura*. Lisboa. Figueirinhas.

PUSTEJOVSKY, James (1995) *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

QUINE, Willard Van Orman (1960) *Word and Object*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

____ ([1953] 1961[2]) *From a Logical Point of View. Nine Logico-Philosophical Essays*. Cambridge, Mass. Harvard University Press (revised).

QUIRK, Randolf; Sidney GREENBAUM; Geoffrey LEECH; Jan SVARTVIK (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London. Longman.

RAPOSO, Eduardo Paiva (1973) *Estudos sobre o Infinitivo em Português*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

____ (1984) "Algumas observações sobre a noção de «Língua Portuguesa». *Boletim de Filologia* XXIV: 585-593.

___ (1987) "Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese". *Linguistic Inquiry* 18(1): 85-109.

___ (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa. Caminho.

___ (1995) "Próclise, Ênclise e a Posição do Verbo em Português Europeu". *In* Santos, J. Camilo dos; F.G. Williams (orgs.) *O Amor das Letras e das Gentes*. Santa Barbara Center for Portuguese Studies, U.C.S.B.: 455-481.

___ (1998) "Some Observations on the Pronominal System of Portuguese". *In* Borràs, Zulema; Jaume Solà (orgs.) *Catalan Working Papers in Linguistics* 6: 59-93.

___ (2000) "Clitic Positions and Verb Movement". *In* Costa, João (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford. Oxford University Press: 266-297.

___ (2002) "Some Notes on Clitic Placement in European Portuguese". *Revista Portuguesa de Filologia* XXIV: 233-252.

RAPOSO, Eduardo; Juan URIAGEREKA (1996) "Indefinite SE". *Natural Language and Linguistic Theory* 14: 749-810.

REBELO GONÇALVES, Francisco (1966) *Vocabulário da Língua Portuguesa*. Coimbra. Coimbra Editora.

REICHENBACH, Hans (1947) *Elements of Symbolic Logic*. New York. Macmillan Co.

REINHART, Tanya (1982) *Pragmatics and Linguistics: An Analysis of Sentence Topics*. Bloomington, Indiana. Indiana University Linguistics Club.

RENOUF, Antoinette; John SINCLAIR (1991) "Collocational frameworks in English". *In* Aijmer, Karin; Bengt Altenberg (orgs.) *English corpus linguistics. Studies in Honor of Jan Svartvik*. London. Longman: 128-143.

REZENDE, M. Ângela Leotte (1961) *Canhas e Câmara de Lobos. Estudo Etnográfico e Linguístico*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

RIBEIRO, Ilza (1995) *A Sintaxe do Português Arcaico*. Universidade Estadual de Campinas (dissertação de doutoramento).

___ (2003) "A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*". *In* Roberts, Ian; Mary Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, S.P. Editora da Unicamp: 343-386.

___ (2007) "As mudanças sintáticas do PE – questões sobre periodização". *In* Castilho, Ataliba Teixeira de; Maria Aparecida Torres de Morais; Ruth E. Vasconcelos Lopes; Sônia Maria Lazzarino Cyrino (orgs.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Campinas. Pontes/FAPESP: 529-547.

RIBEIRO, Orlando (1981) *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa. INCM.

RINKE, Esther (2010) "A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do Português". *Estudos de Linguística Galega* 2: 121-139.

RIO-TORTO, Graça Maria (1999) "Geografia sufixal do português: algumas matrizes". *In* Faria, Isabel Hub (org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa. Edição Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: 683-706.

ROBERTS, Ian; Anna ROUSSOU (1999) "A formal approach to 'grammaticalization'". *Linguistics* 37: 1011–1041.

___ (2003) *Syntactic Change: A Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge. Cambridge University Press.

ROBINS, Robert Henry (1967) *A Short History of Linguistics*. London. Longman.

ROCHA, Ana Paula Antunes (2006) *Gramaticalização de conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Tese de doutorado). http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultadoenrSeq=9754@1.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1986) *Línguas brasileiras. Para um conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo. Loyola.

____ (1996) "As línguas gerais sul-americanas". *Papia. Revista de Crioulos de Base Ibérica* 4.2: 6-18.

ROGERS, Francis Millet (1946) "Insular Portuguese Pronunciation: Madeira". *Hispanic Revue* XIV: 235-253.

____ (1948) "Insular Portuguese Pronunciation: Porto Santo and Eastern Azores". *Hispanic Revue* XVI: 1-32.

ROMANELLI, Rubens Carlos (1964) *Prefixos Latinos*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial.

ROSS, Jonh Robert (1967) *Constraints on Variables in Syntax*. Massachusets Institute of Technology (Ph.D dissertation). Reprod. Blomington/Indiana. Indiana University Linguistics Club. 1968.

RUSSELL, Bertrand (1905) "On Denoting". *Mind*, New Series 14(56): 479-493.

SAID ALI, Manuel ([1908] 1966[6]) *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica.

____ ([1923] 1965[6]) *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo. Melhoramentos (ed. rev. e coment. por Evanildo Bechara).

____ ([1931] 1971[7]) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica.

SANTANA, Davi de Oliveira (2006) *Prefixos derivados de preposições em textos de língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII*. Universidade Federal da Bahia, Salvador (dissertação de mestrado).

SANTOS, Ana Lúcia (1999) *O Particípio Absoluto em Português e em Outras Línguas Românicas*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

____ (2003) "The Acquisition of Answers to yes-no Questions in European Portuguese: Syntactic, Discourse and Pragmatic Factors". *Journal of Portuguese Linguistics*. 2(1): 61-91.

SANTOS, Luís Lopez (1960) *Enciclopédia Linguística Hispânica*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

SANTOS, Maria José de Moura (1967) *Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia* XII(II), XIII e XIV. Coimbra.

SARAMAGO, João (1992) *Le parler de l'île de Corvo – Açores. Géolinguistique*, Hors série n.º 1. Centre de Dialectologie, Université Stendhal, Grenoble III/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Lisboa. INIC.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916) *Cours de linguistique générale*. Paris. Payot.

____ ([1916] 2002) *Écrits de linguistique générale*. Bouquet, Simon; Rudolf Engler (éds.) avec la collab. d'Antoinette Weil. Paris. Gallimard.

SCHA, Remko ([1981] 1984) "Distributive, Collective and Cumulative Quantification". *In* Groenendijk, Jeroen; Theo M. V. Janssen; Martin Stokhof (orgs.) *Truth, Interpretation and Information. Selected Papers from the Third Amsterdam Colloquium*. Dordrecht. Foris: 131-158.

SEARLE, John R. (1962) "Meaning and Speech Acts". *The Philosophical Review* 71(4): 423-432.

SEGURA DA CRUZ, M. Luísa (1988) *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve*. Lisboa. INIC (dissertação para acesso à categoria de Investigador Auxiliar).

___ (1991) *O Falar de Odeleite*. Lisboa. INIC.

___ (1996) "Aspectos Fonéticos do Barlavento do Algarve: As Vogais Finais Acentuadas". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (*Lisboa 1994*). Vol. II. Lisboa. APL e Edições Colibri: 345-358.

SEGURA, Luísa (2006) "Dialectos açorianos. Contributos para a sua classificação". *In* Bernardo, M. Clara Rolão; Helena Mateus Montenegro (orgs.) *I Encontro de Estudos Dialectológicos-Actas* (*Ponta Delgada 2003*). Ponta Delgada. Instituto Cultural de Ponta Delgada: 325-344.

SEGURA DA CRUZ, Luísa; João SARAMAGO; Gabriela VITORINO (1994) "Os dialectos leoneses em território português: coesão e diversidade". *In Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade. Actas do Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística* (Miranda do Douro 1993). Lisboa. APL e Edições Colibri: 281-293.

SEGURA DA CRUZ, M. Luísa; João SARAMAGO (1999) "Açores e Madeira: autonomia e coesão dialectais". *In* Isabel Hub Faria (org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa. Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: 707-738.

Serviço das Publicações da União Europeia – Código de Redação Interinstitucional http://publications.europa.eu/code/pt/pt-4100900pt.htm (atualização de 21.04.2008).

SHIBATANI, Masayoshi (2006) "On the conceptual framework for voice phenomena". *Linguistics* 44: 217-269.

SIEGEL, Jeff (2008) *The Emergence of Pidgin and Creole Languages*. Oxford. Oxford University Press.

SILVA, Augusto Soares da (1997) *A Semântica de DEIXAR. Uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical*. Universidade Católica Portuguesa (dissertação de doutoramento). Pub. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 1999.

SILVA, Fátima (2006) *Contributos para a Descrição da Anáfora Associativa em Português Europeu*. Universidade do Porto (dissertação de doutoramento).

SILVANO, Purificação (2002) *Sobre a Semântica da Sequência de Tempos em Português Europeu. Análise das Relações Temporais em Frases Complexas com Completivas*. Universidade do Minho (dissertação de mestrado).

SINCLAIR, John (1991) *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford. Oxford University Press.

___ (2004) "Lexical Grammar". *In* Sinclair, John; Ronald Carter (eds.) *Trust the Text: language, corpus and discourse*. London. Routledge: 164-176.

SITOE, Bento; Armindo NGUNGA (orgs.) (2000) *Relatório do II Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo. NELIMO – Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas, Universidade Eduardo Mondlane.

SLEEMAN, Petra; Ana Maria BRITO (2010) "Nominalization, Event, Aspect, and Argument Structure: a Syntactic Approach". *In* Duguine, Maia; Susana Huidobro; Nerea Madariaga (eds.) *Argument Structure from a Crosslinguistic Perspective*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 113-129.

SMADJA, Frank (1993) "Retrieving collocations from text: Xtract". *Computational Linguistics* 19(1): 143-177.

SMITH, Carlota (1991) *The Parameter of Aspect*. Dordrecht. Kluwer Academic Press.

SOUTO CABO, José António (2008) *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*. Monografía 5 da *Revista Galega de Filoloxía*. Coruña. Universidade da Coruña.

SPORTICHE, Dominique (1988) "Theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure". *Linguistic Inquiry* 19: 425-449.

STALNAKER, Robert (1978) "Assertion". *In* Cole, Peter (ed.) *Syntax and Semantics* 9. *Pragmatics*. New York. Academic Press: 315-332.

STRAWSON, Peter Frederick. (1950) "On Referring". *Mind*, New Series 59(235): 320-344.

___ (1952) *Introduction to Logical Theory*. London. Methuen.

___ (1959) *Individuals*: *An Essay in Descriptive Metaphysics*. London. Methuen & Co., Ltd.

___ (ed.) (1964) *Logico-Linguistic Papers*. London. Methuen.

TAGLIAVINI, Carlo (1972) *Le origini delle lingue neolatine. Introduzione alla filologia romanza*. Bologna. Pàtron.

TAYLOR, Gerald (1988) "Apontamentos sobre o nheengatu falado no Rio Negro". *Ameríndia* 10: 5-24.

TEIXEIRA, José (2007) "Mecanismos Metafóricos e Mecanismos Cognitivos: Provérbios e Publicidade". *Actas del VI Congreso de Lingüística General*. Madrid. Arco Libros: 2271-2280.

TEYSSIER, Paul (1980) *Histoire de la Langue Portugaise*. Paris. PUF. (Trad. port. de Celso Cunha *História da Língua Portuguesa*. Lisboa. Sá da Costa. 1982).

___ ([1981] 1990) "Le système des déictiques spatiaux en Portugais aux XIVe, XVe et XVIe siècles". *Études de Littérature et de Linquistique*. Paris. Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian: 161-198.

TOMÁS, Isabel (1988) "O crioulo macaense. Algumas questões". *Revista de Cultura* 2(5): 36-48.

TOMÁS, Maria Isabel (1992) *Crioulos portugueses do Oriente: uma bibliografia*. Macau. Instituto Cultural.

TORREGO, Ester (1989) "Unergative-unaccusative alternations in Spanish". *MIT Working Papers in Linguistics*. Cambridge, Mass. The MIT Press: 253-272.

TRASK, Robert Laurence (2000) *The Dictionary of Historical and Comparative Linguistics*. Edinburgh. Edinburgh University Press.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs (1995a) "Subjectification in grammaticalisation". *In* Stein, Dieter and Susan Wright (eds.) *Subjectivity and subjectivisation: Linguistics Perspectives*. Cambridge. Cambridge University Press: 31-54.

___ (1995b) "The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization". Paper presented at the *Twelfth International Conference on Historical Linguistics* (*Manchester 1995*).

___ (2003) "Constructions in grammaticalization". *In* Joseph, Brian D.; Richard D. Janda (eds.) *The Handbook of Historical Syntax*. Malden, Mass./Oxford. Blackwell: 624-647.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; Bernd HEINE (eds.) (1991) *Approaches to grammaticalization*. Vol. I: *Focus on Theoretical and Methodological Issues*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; Ekkehard KOENIG (1991) "The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited". *In* Traugott, Elizabeth Closs; Bernd Heine (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1: *Focus on Theoretical and Methodological Issues*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 189-218.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; Graeme TROUSDALE (2010) "Gradience, gradualness and grammaticalization: how do they intersect?". *In* Traugott, Elizabeth Closs; Graeme Trousdale (eds.) *Gradience, gradualness and grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 19-44.

TUAILLON, Gaston (1973) "Frontière linguistique et cohésion de l'aire dialectale". *Les dialectes romans de France à la lumière des Atlas régionaux* (*Actes du Colloque National du C.N.R.S., Strasbourg 1971*). Paris. C.N.R.S.

VÄÄNÄNEN, Veikko (1981) *Introduction au latin vulgaire*. Paris. Klincksieck.

VAN DER AUWERA, Johan; Vladimir PLUNGIAN (1998) "Modality's semantic map". *Linguistic Typology* 2(1): 79-124.

VASCONCELLOS, José Leite de (1882) *O dialecto mirandês. Contribuição para o estudo da dialectologia românica no domínio glotológico hispano-lusitano*. Porto. Livraria Portuense.

___ ([1893] 1897) *Mapa Dialectológico do Continente Português*. Separata de Ferreira Deusdado, *Chorographia de Portugal*. Guillard, Aillaut e C.ª. Lisboa.

___ (1900-1901*) Estudos de Philologia Mirandesa*. Lisboa. Imprensa Nacional.

___ ([1901] 1970[2]) *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa. Centro de Estudos Filológicos.

___ ([1911] 1966[4]) *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro. Livros de Portugal.

___ (1928) *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa. INCM.

___ (1929) "Mapa Dialectológico do Continente Português". *Opúsculos* IV. Coimbra. Imprensa da Universidade: 791-796.

___ (1933) "Português dialectal da região de Xalma (Espanha)". *Revista Lusitana* XXXI: 164-275.

___ (1955) *Filologia Barranquenha. Apontamentos para o seu estudo*. Lisboa. INCM.

VÁSQUEZ CUESTA, Pilar; M. Albertina Mendes da LUZ (1961[2]) e (1971[3]) "Estado actual del portugués en la Península Ibérica". *Gramática Portuguesa*. Madrid. Editorial Gredos. (Existe trad. port. de Ana Maria Brito e Gabriela Matos *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Edições 70. 1980).

VENDLER, Zeno (1967) *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, NY. Cornell University Press.

VERKUYL, Henk (1993) *A Theory of Aspectuality: The Interaction between Temporal and Atemporal Structure*. Cambridge. Cambridge University Press.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves (1903) *Portugais: phonétique et phonologie, morphologie, textes*. Leipzig. Teubner.

VILHENA, Maria da Conceição ([1965] 2000) *Falares de Herrera e Cedillo*. Mérida. Junta de Extremadura.

VLACH, Frank (1993) "Temporal Adverbials, Tenses and the Perfect". *Linguistics and Philosophy* 16(3): 231-283.

WASOW, Thomas (1977) "Transformations and the Lexicon". *In* Culicover, Peter W.; Thomas Wasow; Adrian Akmajian (eds.) *Formal Syntax*. New York. Academic Press: 327-360.

WESTERSTÅHL, Dag ([1986] 1989) "Quantifiers in Formal and in Natural Languages". *In* Gabbay, Dov M.; Franz Guenthner (eds.). *Handbook of Philosophical Logic*. Vol. IV: *Topics in the Philosophy of Language*. Dordrecht/London/Boston. Kluwer: 1-131.

WILLIAMS, Edwin B. (1938) *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. (Trad. port. de Antônio Houaiss *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1975[3]).

ZRIBI-HERTZ, Anne (1986) *Relations Anaphoriques en Français: Esquisse d'une Grammaire Générative de la Réflexivité et de l'Ellipse Structurale*. Université de Paris 8. (thèse de doctorat). Reprodução microfilmada. Atelier National de Reproductions des Thèses. Université de Lille 3.

___ (1993) "On Stroik's Analysis of English Middle Constructions". *Linguistic Inquiry* 24(3): 583-589.

ZUBIZARRETA, Maria Luísa (1998) *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge. Cambridge University Press.

ZULUAGA OSPINA, Alberto (1980) "Análisis y traducción de unidades fraseológicas desautomatizadas". *Introducción al estudio de las expresiones fijas*. Frankfurt am Main. Peter D. Lang.

ZWARTS, Frans (1995) "Nonveridical Contexts". *Linguistic Analysis* 25: 286-312.

___ (1998) "Three types of polarity". *In* Hamm, Fritz; Erahrd Hinrichs (eds.) *Plural Quantification*. Dordrecht. Kluwer: 177-238.

FICHA TÉCNICA

Título
Gramática do Português, Vol. I

Comissão Organizadora
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
Maria Fernanda Bacelar do Nascimento
Maria Antónia Coelho da Mota
Luísa Segura
Amália Mendes

Colaboração de
Graça Vicente e Rita Veloso

Edição
Fundação Calouste Gulbenkian

Imagem da Sobrecapa
João Vieira (1934-2009), *Alfabeto I*, 1981
Óleo sobre tela, Coleção do CAM
– Fundação Calouste Gulbenkian,
N.º inv. 84P537
Fotografia de Mário de Oliveira

Design
FBA./Ana Simões

Paginação
Jorge Seco

Impressão e Acabamento
Gráfica de Coimbra

5000 exemplares

ISBN 978-972-31-1456-0
Depósito Legal 363983/13

Outubro de 2013

GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

VOLUME II

GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

VOLUME II

Comissão Organizadora
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
Maria Fernanda Bacelar do Nascimento
Maria Antónia Coelho da Mota
Luísa Segura
Amália Mendes

Colaboração de
Graça Vicente e Rita Veloso

FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

ÍNDICE DO VOLUME II

Autores do Volume II XXIII

PARTE 3 – SINTAXE E SEMÂNTICA (continuação)
3C – CLASSES LEXICAIS E SINTAGMÁTICAS (continuação) 1151

28 VERBO E SINTAGMA VERBAL 1155
28.1 Constituintes do sintagma verbal 1156
28.1.1 Argumentos do verbo 1156
28.1.1.1 Considerações gerais 1156
28.1.1.2 Função gramatical dos argumentos 1157
28.1.1.3 Propriedades semânticas dos argumentos 1158
28.1.1.4 Propriedades estruturais dos argumentos 1158
28.1.1.5 Três tipos de seleção 1159
28.1.1.6 Noção de regência 1160
28.1.2 Complementos do verbo e adjuntos adverbiais 1160
28.1.2.1 Omissão de complementos e de adjuntos 1161
28.1.2.2 Coesão sintática dos adjuntos e dos complementos com o verbo 1163
28.1.3 Complementos do verbo 1165
28.1.3.1 Complemento direto 1165
28.1.3.1.1 Propriedades sintáticas do complemento direto 1165
28.1.3.1.2 Propriedades semânticas do complemento direto 1169
28.1.3.2 Complemento indireto 1171
28.1.3.2.1 Propriedades sintáticas do complemento indireto 1171
28.1.3.2.2 Propriedades semânticas do complemento indireto 1172
28.1.3.2.2.1 Complemento indireto selecionado 1173
28.1.3.2.2.2 Complemento indireto com o papel temático de beneficiário 1176
28.1.3.2.2.3 Estatuto funcional do sintagma preposicional introduzido pela preposição *para* 1177
28.1.3.2.2.4 Complemento indireto não selecionado 1180
28.1.3.3 Complementos oblíquos 1181
28.1.4 Adjuntos adverbiais 1183
28.1.5 Constituintes predicativos 1185

28.1.6 Constituintes adverbiais selecionados 1187
28.2 Classificação tipológica dos verbos plenos 1188
28.2.1 Quadros de regência 1188
28.2.2 Classes de verbos 1192
28.2.2.1 Verbos pessoais e verbos impessoais 1193
28.2.2.2 Verbos transitivos e verbos intransitivos 1195
28.2.2.3 Verbos inergativos e verbos inacusativos 1199
28.2.2.3.1 Argumento externo e argumento interno direto 1200
28.2.2.3.2 Duas classes de verbos intransitivos pessoais 1203
28.2.3 Verbos com argumentos opcionais 1206
28.2.3.1 Verbos de uso absoluto 1207
28.2.3.2 Verbos de alternância causativa-incoativa 1208
28.2.3.3 Argumentos cognatos 1213
28.2.4 Verbos leves 1214
Fontes das abonações 1218

29 VERBOS AUXILIARES 1221
29.1 Verbos auxiliares e perífrases verbais 1224
29.1.1 Verbos auxiliares do português 1224
29.1.2 Propriedades das perífrases verbais 1225
29.2 Gramaticalização dos verbos auxiliares 1227
29.3 Propriedades dos verbos auxiliares 1230
29.3.1 Propriedades semânticas dos verbos auxiliares 1232
29.3.1.1 Os verbos auxiliares não selecionam argumentos 1232
29.3.1.2 Os verbos auxiliares ocorrem com verbos impessoais 1235
29.3.2 Propriedades sintáticas dos verbos auxiliares 1238
29.3.2.1 Os verbos auxiliares não ocorrem com orações finitas 1238
29.3.2.2 Os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado 1240
29.3.2.3 Subida dos pronomes clíticos 1240
29.3.2.4 Equivalência semântica entre frases ativas e passivas com perífrases verbais 1244
29.3.2.5 As frases com perífrases verbais aceitam a construção passiva pronominal 1248
29.3.2.6 A negação incide sobre toda a perífrase verbal 1251
29.4 Verbos auxiliares, semiauxiliares e "quase auxiliares" 1253
29.4.1 Verbos auxiliares e semiauxiliares 1253
29.4.2 Verbos "quase auxiliares": *querer* e *parecer* 1255
29.5 Propriedades semânticas dos verbos auxiliares e semiauxiliares 1257
29.5.1 O verbo auxiliar perfeito (*ter* + particípio passado) 1257
29.5.1.1 O pretérito perfeito composto do indicativo 1258
29.5.1.2 As restantes formas compostas 1261
29.5.2 O verbo auxiliar *ir* + infinitivo 1263
29.5.3 O verbo semiauxiliar *haver* (*de*) 1266
29.5.4 Verbos semiauxiliares modais: *poder*, *dever* e *ter* (*de/que*) 1266
29.5.5 Verbos auxiliares e semiauxiliares aspetuais 1268
29.5.5.1 Verbos que marcam a fase intermédia de uma situação: *estar* (*a*) e *continuar* (*a*) 1268
29.5.5.2 Verbo que marca o início de uma situação: *começar* (*a*) 1269
29.5.5.3 Verbos que marcam o termo de uma situação: *acabar* (*de*) e *deixar* (*de*) 1270

29.5.5.4 Verbos que marcam uma mudança de situação: *ficar* (*a*) e *passar* (*a*) 1271
29.5.5.5 Verbos que marcam repetição: *andar* (*a*), *voltar* (*a*) e *tornar* (*a*) 1272
29.5.5.6 *Chegar* (*a*) 1274
29.5.5.7 Dualidade sintática e semântica das perífrases verbais com a preposição *a* 1274
29.5.6 Os verbos auxiliares *ir* + gerúndio e *vir* + gerúndio 1276
29.6 Sequências de verbos auxiliares e semiauxiliares 1276
29.6.1 Ordenação dos verbos auxiliares em perífrases verbais complexas 1277
29.6.2 Generalizações sobre a ordem dos verbos auxiliares 1280

30 ORAÇÕES COPULATIVAS E PREDICAÇÕES SECUNDÁRIAS 1285
30.1 Tipologia das predicações 1289
30.1.1 Predicações de base verbal, adjetival e nominal 1289
30.1.2 Predicações oracionais e predicações secundárias 1292
30.1.3 Predicações secundárias selecionadas e adjuntas 1295
30.1.4 Contextos de ocorrência das predicações de base adjetival e nominal 1296
30.2 Orações copulativas e verbos de cópula 1297
30.2.1 Dimensão semântica dos verbos copulativos 1297
30.2.2 Semelhanças entre os verbos copulativos e os verbos auxiliares 1298
30.2.3 Critérios para a identificação de um verbo copulativo 1301
30.2.3.1 "Transparência" semântica dos verbos copulativos 1301
30.2.3.2 Combinação dos verbos copulativos com adjetivos 1303
30.2.4 Usos e valores dos verbos copulativos 1304
30.2.4.1 *Ser* e *estar* 1304
30.2.4.1.1 *Ser* 1305
30.2.4.1.2 *Estar* 1309
30.2.4.1.3 Contextos em que se usa *ser* e *estar* 1310
30.2.4.2 *Continuar* e *andar* 1312
30.2.4.3 *Parecer* e *revelar*-se 1313
30.2.4.3.1 *Parecer* 1313
30.2.4.3.2 *Revelar-se* 1314
30.2.4.4 *Ficar* 1315
30.2.4.5 *Tornar-se* 1317
30.2.4.6 Orações copulativas caracterizadoras e orações copulativas identificadoras 1318
30.2.5 Relações entre verbos copulativos e verbos plenos correspondentes 1326
30.2.5.1 *Ser* 1327
30.2.5.2 *Estar* e *ficar* 1330
30.2.5.2.1 *Estar* e *ficar* locativos: verbos plenos ou verbos copulativos? 1331
30.2.5.2.2 Diferenças entre o uso locativo de *estar* e *ficar* 1332
30.2.5.3 Restrições de seleção impostas pelos verbos de cópula no seu uso locativo 1333
30.2.5.4 *Parecer* 1336
30.2.5.5 *Tornar*-se 1338
30.3 Predicações secundárias 1340
30.3.1 Ambiguidade potencial entre interpretação restritiva e interpretação predicativa de um adjetivo 1341

30.3.2 Predicativos do sujeito selecionados 1344
30.3.3 Predicativos do complemento direto selecionados 1345
30.3.3.1 Verbos de crença 1346
30.3.3.2 Verbos volitivos 1347
30.3.3.3 Verbos leves 1348
30.3.3.4 Verbos de designação e de caracterização 1350
30.3.4 Constituintes predicativos adjuntos 1351
30.3.4.1 Propriedades dos predicativos adjuntos 1351
30.3.4.2 Verbos de perceção, de representação e avaliativos com predicativos do complemento direto adjuntos 1354
30.3.4.3 Predicativos descritivos e predicativos resultativos 1354

31 ADJETIVO E SINTAGMA ADJETIVAL 1359
31.1 Estrutura do sintagma adjetival 1364
31.1.1 Especificadores do adjetivo 1364
31.1.2 Complementos do adjetivo 1365
31.1.3 Adjuntos no sintagma adjetival 1367
31.2 Classes de adjetivos 1368
31.2.1 Polivalência dos adjetivos 1370
31.2.2 Adjetivos denotativos 1372
31.2.2.1 Adjetivos qualificativos 1373
31.2.2.1.1 Adjetivos qualificativos de propriedades de natureza material 1374
31.2.2.1.2 Adjetivos qualificativos de propriedades físicas, psicológicas, morais e sociais associadas a seres vivos 1377
31.2.2.2 Adjetivos relacionais 1377
31.2.2.2.1 Adjetivos relacionais classificadores 1378
31.2.2.2.2 Adjetivos relacionais argumentais 1379
31.2.2.2.3 Fatores determinantes na interpretação dos adjetivos relacionais 1380
31.2.2.2.4 Valores semânticos na base dos adjetivos relacionais 1381
31.2.2.3 Diferenças entre adjetivos qualificativos e adjetivos relacionais 1383
31.2.3 Adjetivos avaliativos 1387
31.2.4 Adjetivos modais e intensionais 1388
31.2.4.1 Adjetivos modais 1388
31.2.4.2 Adjetivos intensionais 1393
31.2.4.2.1 O adjetivo *falso* 1394
31.2.4.2.2 Os adjetivos *verdadeiro*, *autêntico* e *genuíno* 1397
31.2.4.2.3 Diferenças entre os adjetivos lógicos *verdadeiro* e *falso* e os adjetivos de modalidade epistémica 1399
31.2.4.2.4 Os adjetivos *alegado*, *aparente*, *presumível*, *pretenso* e *suposto* 1401
31.2.4.2.5 Os adjetivos *potencial* e *possível* 1402
31.2.4.2.6 Os adjetivos *mero* e *simples* 1402
31.2.4.2.7 O adjetivo *único* 1403
31.2.5 Adjetivos de leitura adverbial 1404
31.2.5.1 Adjetivos de modo 1405
31.2.5.2 Adjetivos de duração 1406
31.2.5.3 Adjetivos de localização temporal 1408

31.2.5.4 Adjetivos de localização espacial 1411
31.2.5.5 Adjetivos aspetuais 1412
31.3 Grau dos adjetivos e relações de antonímia 1413
31.3.1 Adjetivos graduáveis e adjetivos não graduáveis 1415
31.3.1.1 Adjetivos avaliativos e modais 1415
31.3.1.2 Adjetivos relacionais e intensionais 1416
31.3.1.3 Adjetivos qualificativos 1417
31.3.2 Graduabilidade, escalas e antonímia 1419
31.3.3 Grau dos adjetivos 1424
31.3.3.1 Grau normal 1425
31.3.3.2 Grau comparativo 1427
31.3.3.3 Grau superlativo 1429
31.3.3.3.1 Superlativo absoluto 1429
31.3.3.3.2 Superlativo relativo 1431
31.4 Interpretação contextual dos adjetivos 1433
31.4.1 Leitura estável e leitura episódica 1433
31.4.2 Leitura restritiva e leitura não restritiva 1440
31.4.3 Leitura absoluta e leitura relativa 1445
31.5 Posição dos adjetivos em função atributiva 1450
31.5.1 Fatores semânticos, discursivos e estilísticos na anteposição dos adjetivos 1450
31.5.1.1 Fatores semânticos e discursivos 1451
31.5.1.2 Fatores estilísticos 1452
31.5.2 Ordem relativa de adjetivos e outros constituintes no sintagma nominal 1458
31.5.2.1 Ordem dos adjetivos entre si 1458
31.5.2.2 Ordem relativa entre adjetivos e sintagmas preposicionais 1462
31.6 Relações entre adjetivos, nomes e particípios verbais 1462
31.6.1 Adjetivos e nomes 1464
31.6.1.1 Diferenças entre adjetivos e nomes 1465
31.6.1.2 Adjetivos em contextos de elipse do nome 1468
31.6.1.3 Adjetivos recategorizados como substantivos 1470
31.6.1.3.1 Recategorização com interpretação [+humano] e leitura genérica 1471
31.6.1.3.2 Recategorização com leitura particular 1473
31.6.1.3.3 Recategorização de adjetivos denominais e deverbais 1475
31.6.2 Adjetivos e particípios verbais 1476
31.6.2.1 Particípios sintática e semanticamente verbais 1479
31.6.2.2 Estatuto morfológico dos particípios perfeito e passivo 1481
31.6.2.3 Recategorização de particípios em adjetivos 1481
31.6.2.4 Particípios e adjetivos em orações copulativas com *ficar* e *estar* 1484
31.6.2.5 Particípios passivos e particípios adjetivais em função atributiva 1487
31.6.2.6 Natureza inacusativa dos particípios passivos e adjetivais 1488
31.6.2.7 Particípios curtos e adjetivos de particípio 1489
Fontes das abonações 1493

32 PREPOSIÇÃO E SINTAGMA PREPOSICIONAL 1497
32.1 Preposições e advérbios 1500
32.2 Preposições simples e locuções prepositivas 1502
32.2.1 Preposições simples 1502
32.2.2 Locuções prepositivas 1503
32.3 Contração das preposições 1506
32.3.1 Formas que resultam da contração 1506
32.3.2 Contextos em que a contração não se aplica 1508
32.3.2.1 Fronteira de oração 1508
32.3.2.2 Títulos 1510
32.4 Funções do sintagma preposicional 1510
32.4.1 Sintagmas preposicionais regidos 1511
32.4.1.1 Preposições regidas por um verbo 1511
32.4.1.2 Preposições regidas por um nome 1512
32.4.1.3 Preposições regidas por um adjetivo, um advérbio ou uma preposição 1514
32.4.2 Sintagmas preposicionais como adjuntos adverbiais 1515
32.4.3 Sintagma preposicionais como constituintes predicativos 1516
32.5 Propriedades semânticas das preposições 1516
32.5.1 Generalidade, plasticidade e dependência contextual 1517
32.5.2 Predicadores complexos 1519
32.5.3 Variabilidade e rigidez na escolha da preposição 1520
32.5.3.1 Escolha múltipla de preposições com variação de sentido 1520
32.5.3.2 Escolha limitada de preposições sem variação de sentido 1521
32.5.3.3 Preposição fixa 1522
32.5.4 Semanticidade das preposições 1522
32.6 Restrições entre preposições e orações regidas 1524
32.6.1 Preposição + oração com estatuto de adjunto 1524
32.6.2 Preposição + oração com estatuto de complemento 1525
32.6.2.1 Preposição regida por um verbo 1525
32.6.2.2 Preposição regida por um nome 1527
32.7 Gramaticalização e semigramaticalização das preposições 1528
32.7.1 Contextos de ocorrência da preposição *de* gramaticalizada 1529
32.7.1.1 *De* ligando sintagmas nominais e orações infinitivas a um nome 1529
32.7.1.2 *De* ligando sintagmas nominais e orações infinitivas a um adjetivo ou a um advérbio 1530
32.7.1.3 *De* introduzindo o complemento de *gostar*, *precisar* e *necessitar* 1531
32.7.1.4 *De* ligando orações interrogativas subordinadas a predicadores interrogativos não verbais 1532
32.7.1.5 *De* introduzindo o complemento oblíquo de verbos transitivos 1535
32.7.1.6 *De* em locuções prepositivas 1536
32.7.2 Preposições semigramaticalizadas 1536
32.7.2.1 *A* e *de* introduzindo o complemento infinitivo oblíquo de verbos transitivos 1536
32.7.2.2 Verbos conjugados reflexamente 1537
32.7.2.3 *A* e *de* com verbos auxiliares e semiauxiliares aspetuais 1539
32.7.2.4 Redobro do complemento direto e do complemento indireto 1540
32.8 Uso e significado das principais preposições 1540

32.8.1 O sistema das preposições espaciais 1541
32.8.1.1 Preposições locativas e preposições direcionais 1541
32.8.1.2 As preposições direcionais *a* e *para* 1542
32.8.1.3 Uso dinâmico da preposição *em* 1543
32.8.1.4 Localização em volumes e em espaços opostos 1544
32.8.2 Valores semânticos de algumas preposições 1547
32.8.2.1 *Em* 1547
32.8.2.2 *De* 1548
32.8.2.3 *A* 1550
32.8.2.4 *Para* 1553
32.8.2.5 *Por* 1554
32.8.2.6 *Desde* e *até* 1555
32.8.2.7 *Sobre* e *sob* 1556
32.8.2.8 *Com* e *sem* 1557
32.8.2.9 *Contra* 1559
32.8.2.10 *Ante* e *perante* 1559
32.8.2.11 *Após* 1560
32.8.2.12 *Entre* 1560
32.9 Preposições atípicas 1562
32.9.1 *Conforme*, *consoante* e *segundo* 1562
32.9.2 *Durante* 1563
32.9.3 *Mediante* e *obstante* 1563
32.9.4 *Senão*, *exceto*, *salvo*, *menos* e *fora* 1564

33 ADVÉRBIO E SINTAGMA ADVERBIAL 1569
33.1 Complementaridade entre advérbios e adjetivos 1573
33.2 Forma dos advérbios 1574
33.2.1 Advérbios adjetivais 1576
33.2.2 Advérbios em *-mente* 1579
33.2.3 Locuções adverbiais 1581
33.3 Estrutura do sintagma adverbial 1583
33.3.1 Complementos do advérbio 1584
33.3.1.1 Complementos de advérbios em *-mente* 1584
33.3.1.2 Advérbios relacionais e locuções prepositivas 1586
33.3.1.3 Advérbios de grau comparativo: *mais*, *menos*, *tão* e *tanto* 1588
33.3.2 Especificadores do advérbio 1590
33.4 Funções dos advérbios 1593
33.4.1 Advérbios como elementos selecionados 1594
33.4.2 Advérbios como predicadores 1596
33.4.3 Advérbios como adjuntos adverbiais 1597
33.4.3.1 Advérbios e adjuntos adverbiais 1598
33.4.3.2 Posições integradas e posições periféricas dos advérbios 1600
33.5 Classificação semântica dos advérbios 1603
33.5.1 Advérbios de modo 1606
33.5.2 Advérbios de atitude do agente 1610
33.5.3 Advérbios de localização espacial e de localização temporal 1615

33.5.3.1 Advérbios locativos 1617
33.5.3.1.1 Advérbios locativos dêiticos 1617
33.5.3.1.2 Usos anafóricos das séries locativas dêiticas 1621
33.5.3.1.3 Advérbios locativos indefinidos 1621
33.5.3.1.4 Uso argumental dos advérbios locativos 1622
33.5.3.1.5 Posição dos advérbios locativos 1622
33.5.3.1.6 Extensões semânticas dos advérbios locativos dêiticos 1623
33.5.3.2 Advérbios de localização temporal 1626
33.5.3.2.1 A série ancorada por *hoje* 1627
33.5.3.2.2 A série ancorada por *agora* 1628
33.5.3.2.3 A série ancorada por locuções com o demonstrativo *este* 1631
33.5.3.2.4 Localização temporal dêitica de situações genéricas 1634
33.5.3.2.5 Advérbios de localização temporal anafóricos 1636
33.5.3.2.6 Os advérbios relacionais *antes* e *depois* e os advérbios *cedo* e *tarde* 1637
33.5.3.2.7 Advérbios de ordenação temporal 1638
33.5.3.2.8 Advérbios de duração e de pontualidade 1638
33.5.3.2.9 Posição dos advérbios de localização temporal 1639
33.5.4 Advérbios de iteração 1639
33.5.5 Os advérbios *sempre* e *nunca* 1642
33.5.5.1 *Sempre* como quantificador universal sobre períodos temporais 1642
33.5.5.2 Restrição e intervalo de referência temporal na interpretação de *sempre* 1644
33.5.5.3 Restrição de *sempre* expressa por uma oração subordinada temporal 1644
33.5.5.4 *Sempre* sem restrição expressa 1645
33.5.5.5 *Sempre* como advérbio focalizador exclusivo 1647
33.5.5.6 *Sempre* como advérbio de modalidade confirmativa 1649
33.5.5.7 O advérbio *nunca* e a locução adverbial *nunca mais* 1649
33.5.6 Advérbios aspetuais 1651
33.5.6.1 *Já*, *finalmente* e *nunca mais* 1651
33.5.6.2 *Ainda* 1653
33.5.6.3 *Ainda não* e *já não* 1654
33.5.6.4 *Quase* 1654
33.5.7 Os advérbios *mal* e *bem* em posição pré-verbal 1656
33.5.8 Advérbios quantificacionais 1657
33.5.9 Advérbios avaliativos 1660
33.5.10 Advérbios focalizadores 1667
33.5.10.1 Advérbios focalizadores exclusivos 1667
33.5.10.2 Advérbios focalizadores inclusivos 1671
33.5.10.3 Ambiguidades de foco 1672
33.5.10.4 Outros advérbios focalizadores 1675
33.5.11 Os advérbios *sim* e *não* 1675
Apêndice – Conjunções e locuções conjuncionais adverbiais 1678
Fontes das abonações 1684

3D – FRASE COMPOSTA E FRASE COMPLEXA 1687

34 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL E ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES 1691
34.1 Parâmetros da textualidade 1694
34.1.1 Coesão e coerência 1694
34.1.2 Intencionalidade, aceitabilidade e máximas conversacionais 1695
34.1.3 Informatividade, situacionalidade e intertextualidade 1699
34.2 Coesão textual 1701
34.2.1 Coesão referencial 1702
34.2.1.1 Pronomes e pró-formas 1703
34.2.1.2 Anáfora fiel (ou reiteração) 1705
34.2.1.3 Anáfora infiel (ou paráfrase) 1707
34.2.1.4 Anáfora associativa 1708
34.2.1.5 Anáfora conceptual 1709
34.2.1.6 Princípios de organização das cadeias referenciais 1709
34.2.2 Coesão temporal 1712
34.2.3 Coesão estrutural 1714
34.2.3.1 Hipotaxe 1716
34.2.3.2 Parataxe 1719
34.2.3.2.1 Coordenação frásica 1719
34.2.3.2.2 Suplementação 1726
34.2.3.2.2.1 Suplementos de âncoras nominais 1727
34.2.3.2.2.2 Suplementos de âncoras oracionais 1728
34.2.3.2.2.3 Outros suplementos de âncoras oracionais 1732
34.2.3.2.3 Justaposição 1735
34.2.3.2.4 Da subordinação à justaposição 1738
34.2.3.2.5 Conexões paratáticas interfrásicas ao nível do texto 1738
34.3 Estrutura temática e estrutura informacional 1743
34A Tipologias textuais 1747
34A.1 Categorias classificatórias 1747
34A.1.1 Modo de produção 1747
34A.1.2 Género 1748
34A.1.3 Tipo 1749
34A.1.4 Tema 1750
34A.2 Estudo da língua falada 1751
34A.2.1 Transcrição dos textos orais 1751
34A.2.2 Língua falada espontânea e língua escrita canónica 1752
Fontes das abonações 1755

35 ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO 1759
35.1 Propriedades estruturais e funcionais da coordenação 1761
35.1.1 Termos coordenados e conjunções coordenativas 1761
35.1.2 Coordenação de itens lexicais e de sintagmas 1762
35.1.3 Coordenação de orações 1763
35.1.4 Coordenação infra e suprassintática 1766
35.1.5 Classe das estruturas compostas 1767

35.1.6 Paralelismo estrutural, funcional e semântico dos termos coordenados 1768
35.1.7 Sujeitos compostos e concordância verbal 1771
35.1.8 Interpretação temporal da ordem das orações na coordenação com *e* 1772
35.1.9 Coordenação de orações relativas, exclamativas e interrogativas parciais 1773
35.2 Estrutura interna da coordenação e tipos de conjunções coordenativas 1776
35.2.1 Coordenação simples e coordenação correlativa 1777
35.2.2 Coordenação binária e coordenação múltipla 1779
35.2.3 Coordenação sindética, assindética e polissindética 1779
35.2.3.1 Coordenação simples sindética, assindética e polissindética 1779
35.2.3.2 Coordenação correlativa polissindética 1781
35.2.4 Coordenação integrada e coordenação parentética 1782
35.2.5 Coordenação e elipse 1784
35.3 Classificação semântica das estruturas e das conjunções coordenativas 1786
35.3.1 Coordenação copulativa 1787
35.3.1.1 Propriedades da coordenação copulativa e das conjunções copulativas 1787
35.3.1.2 Valores adicionais da coordenação copulativa 1792
35.3.1.2.1 Outros valores semânticos da coordenação com *e* 1792
35.3.1.2.2 Coordenação comitativa 1794
35.3.2 Coordenação disjuntiva 1796
35.3.3 Coordenação adversativa 1800
35.3.3.1 Valor de contraste na coordenação adversativa 1800
35.3.3.2 Outras construções com a conjunção *mas* 1801
35.4 Distinção entre conjunções coordenativas e outros conectores oracionais 1805
35.4.1 Propriedades gramaticais das conjunções coordenativas 1806
35.4.2 Conectores que não são conjunções coordenativas 1808
35.4.2.1 *Porém*, *todavia*, *contudo* e *no entanto* 1809
35.4.2.2 Conectores conclusivos 1810
35.4.2.3 Partículas de exclusão: *senão*, *exceto*, *salvo*, *menos* e *fora* 1811
35.4.2.4 Orações explicativas e causais não integradas 1814
35.4.2.5 Coordenação adversativa e subordinação concessiva 1816
Fontes das abonações 1817

36 SUBORDINAÇÃO ARGUMENTAL FINITA 1821
36.1 Caracterização geral das orações subordinadas completivas finitas 1821
36.1.1 Caracterização funcional das orações subordinadas completivas 1824
36.1.2 Caracterização formal das orações subordinadas completivas 1827
36.1.2.1 Orações subordinadas completivas finitas e infinitivas 1827
36.1.2.2 Estrutura interna das orações completivas finitas 1830
36.2 Subordinação argumental finita e tipo gramatical 1832
36.2.1 Orações subordinadas declarativas 1833
36.2.2 Orações subordinadas interrogativas 1834
36.2.3 Orações subordinadas exclamativas 1837

36.2.4 Elementos responsáveis pela escolha do tipo gramatical 1838
36.3 Subordinação argumental finita e modo 1840
36.4 Implicação e pressuposição na subordinação argumental finita; os predicadores factivos 1845
36.4.1 Implicação 1845
36.4.2 Pressuposição 1846
36.5 Orações completivas de sujeito 1848
36.5.1 Caracterização geral 1848
36.5.2 Orações completivas de sujeito selecionadas por um verbo 1849
36.5.2.1 Orações completivas de sujeito em estruturas intransitivas 1849
36.5.2.2 Orações completivas de sujeito em estruturas transitivas 1854
36.5.2.3 Orações completivas de sujeito com locuções verbais 1856
36.5.3 Orações completivas de sujeito selecionadas por adjetivos, nomes e advérbios 1857
36.6 Orações completivas com a função de complemento selecionadas por verbos: completivas de objeto e completivas oblíquas 1858
36.6.1 Orações completivas de objeto 1859
36.6.1.1 Subclasses de verbos que selecionam orações completivas de objeto 1859
36.6.1.2 Supressão e reduplicação do complementador 1868
36.6.2 Orações completivas oblíquas 1869
36.7 Orações completivas com função de complemento selecionadas por adjetivos e por nomes 1873
36.7.1 Caracterização geral 1873
36.7.2 Orações completivas selecionadas por um adjetivo 1875
36.7.3 Orações completivas selecionadas por um nome 1877
36.7.3.1 Caracterização geral 1877
36.7.3.2 Orações completivas e orações especificativas 1879
36.7.3.2.1 Caracterização geral dos dois tipos de orações 1879
36.7.3.2.2 Propriedades distintivas adicionais das orações completivas e das orações especificativas 1882
36.7.3.2.3 Três classes de nomes 1885
36.8 Posição das orações completivas relativamente aos restantes elementos da oração 1886
36.9 Variação no uso da preposição *de*: "queísmo" e "dequeísmo" 1888
36.9.1 Queísmo 1889
36.9.1.1 Caracterização geral 1889
36.9.1.2 A preposição *de* em complementos de verbos 1891
36.9.1.3 A preposição *de* em complementos de nomes 1895
36.9.2 Dequeísmo 1896
Fontes das abonações 1897

37 SUBORDINAÇÃO ARGUMENTAL INFINITIVA 1901
37.1 Caracterização geral do infinitivo e das estruturas infinitivas 1903
37.1.1 Ausência de marcas temporais 1903
37.1.2 Infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado 1904
37.1.3 Infinitivo pessoal e infinitivo não pessoal 1905

37.1.4 Possível ambiguidade entre o infinitivo não flexionado e o infinitivo flexionado 1906
37.2 Estatuto sintático das estruturas com o infinitivo não flexionado 1907
37.2.1 Infinitivo não flexionado dependente de predicadores 1908
37.2.2 Infinitivo não flexionado dependente de verbos auxiliares e semiauxiliares 1911
37.3 Ausência de marcadores de subordinação nas orações infinitivas 1913
37.4 Função das orações infinitivas em frases complexas 1915
37.4.1 Orações infinitivas com a função de sujeito 1918
37.4.2 Orações infinitivas com a função de complemento direto 1927
37.4.3 Orações infinitivas com a função de complemento preposicionado 1934
37.4.4 Orações infinitivas complemento de nomes 1936
37.4.4.1 Subordinação completiva e subordinação especificativa 1937
37.4.4.2 Propriedades adicionais das orações infinitivas complemento de nome 1937
37.4.5 Orações infinitivas com a função de complemento de adjetivo 1939
37.5 Construções sintáticas com verbos no infinitivo 1940
37.5.1 Construções de controlo 1941
37.5.1.1 Construções de controlo obrigatório 1941
37.5.1.1.1 Verbos que determinam controlo pelo sujeito da oração subordinante 1942
37.5.1.1.2 Verbos que determinam controlo pelo complemento direto da oração subordinante 1944
37.5.1.1.3 Verbos que determinam controlo pelo complemento indireto da oração subordinante 1945
37.5.1.1.4 Controlo implícito 1946
37.5.1.2 Construções de controlo não obrigatório 1947
37.5.2 Construções de elevação 1949
37.5.2.1 Elevação do sujeito para sujeito 1950
37.5.2.1.1 Diferenças entre elevação do sujeito para sujeito e controlo pelo sujeito 1950
37.5.2.1.2 Infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado com o verbo *parecer* 1954
37.5.2.1.3 Usos predicativos do verbo *parecer* 1955
37.5.2.1.4 Outros verbos que admitem elevação do sujeito para sujeito 1956
37.5.2.2 Elevação do sujeito para objeto 1957
37.5.2.3 Elevação do objeto 1961
37.5.3 A construção união de orações 1961
37.5.3.1 Caracterização geral 1961
37.5.3.2 Colocação dos pronomes clíticos na união de orações 1964
37.5.4 A construção de reestruturação 1966
37.5.5 A construção do infinitivo preposicionado 1969
37.5.5.1 Caracterização geral 1969
37.5.5.2 A construção do infinitivo preposicionado e a elevação do sujeito para objeto 1970
37.5.5.3 Contextos de ocorrência da construção do infinitivo preposicionado 1971
37.6 Infinitivo como forma nominal do verbo 1973
37.6.1 Infinitivo lexicalizado como substantivo 1974

37.6.2 Nominalização infinitiva 1974
37.6.3 Orações infinitivas integradas em sintagmas nominais 1975
Fontes das abonações **1977**

38 SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL **1981**
38.1 Estruturas de subordinação adverbial **1986**
38.1.1 Classificação tradicional 1986
38.1.2 Propriedades das estruturas de subordinação adverbial 1988
38.1.2.1 Orações adverbiais como estruturas subordinadas 1989
38.1.2.2 Orações adverbiais e orações coordenadas 1990
38.1.2.3 Propriedades específicas das orações adverbiais 1991
38.1.3 Estruturas com funcionamento diferente do das orações subordinadas adverbiais 1993
38.1.3.1 Orações consecutivas, comparativas e correlativas 1993
38.1.3.2 Estruturas paratáticas com valores adverbiais 1994
38.2 Orações adverbiais – classificação semântica **1994**
38.2.1 Orações temporais 1995
38.2.1.1 Orações com *antes de* + infinitivo e *antes que* + conjuntivo 1995
38.2.1.2 Orações com *depois de* + infinitivo e *depois que* + indicativo 1996
38.2.1.3 Orações com *ao* + infinitivo 1997
38.2.1.4 Orações com *desde que* + indicativo 1998
38.2.1.5 Orações com *até* + infinitivo e *até que* + conjuntivo 2000
38.2.1.6 Orações com *quando* + indicativo/conjuntivo 2001
38.2.1.7 Orações com *logo que*, *assim que* e *mal* + indicativo/conjuntivo 2004
38.2.1.8 Orações com *sempre que*, (*de*) *todas as vezes que*, (*de*) *cada vez que* + indicativo/conjuntivo 2004
38.2.1.9 Orações com *à medida que* + indicativo/conjuntivo 2005
38.2.1.10 Orações com *enquanto* + indicativo/conjuntivo 2005
38.2.1.11 Orações temporais não conjuncionais 2006
38.2.2 Orações causais e explicativas 2006
38.2.2.1 Propriedades semânticas e discursivas 2007
38.2.2.2 Propriedades sintáticas 2009
38.2.3 Orações finais e resultativas 2011
38.2.3.1 Orações finais de evento 2011
38.2.3.2 Orações finais de enunciação 2013
38.2.3.3 Orações resultativas 2014
38.2.4 Orações concessivas 2015
38.2.4.1 Orações concessivas factuais 2015
38.2.4.2 Orações condicionais-concessivas 2017
38.2.5 Orações condicionais 2020
38.2.5.1 Construções condicionais factuais, hipotéticas e contrafactuais 2020
38.2.5.2 Construções monocondicionais e bicondicionais 2022
38.2.5.3 Estruturas condicionais de enunciação 2024
38.2.5.4 Outras construções com interpretação condicional 2025
38.2.6 Orações de modo 2025
38.2.7 Orações de circunstância negativa 2027

38.2.8 Orações de lugar 2028
38.2.9 Orações conformativas e orações de comentário 2028
38.2.10 Orações contrastivas e contrapositivas 2029
38.2.11 Orações substitutivas e acrescentativas 2030
38.3 Orações adverbiais – classificação sintática 2031
38.3.1 Orações adverbiais periféricas vs. orações adverbiais integradas 2031
38.3.2 Diferenças de posição na frase 2036
38.4 Orações adverbiais participiais 2038
38.4.1 Propriedades sintáticas 2038
38.4.2 Valores semânticos das orações participiais 2042
38.5 Orações adverbiais gerundivas 2044
38.5.1 Valores semânticos das orações adverbiais gerundivas 2045
38.5.2 Propriedades sintáticas das orações adverbiais gerundivas 2050
38.5.2.1 Orações gerundivas integradas e periféricas 2050
38.5.2.2 Propriedades internas 2051
38.5.3 Orações gerundivas flexionadas do português dialetal 2055
Fontes das abonações 2056

39 SUBORDINAÇÃO RELATIVA 2061
39.1 Propriedades gerais das orações relativas 2063
39.1.1 Natureza explícita ou implícita do antecedente 2066
39.1.2 Orações relativas restritivas e orações relativas apositivas 2067
39.1.3 Orações relativas de nome e orações relativas de frase 2069
39.2 Constituintes relativos e pronomes relativos 2070
39.2.1 Propriedades dos constituintes relativos 2072
39.2.2 Constituintes relativos em estruturas complexas de subordinação 2074
39.2.3 Propriedades gerais dos pronomes relativos 2076
39.3 Pronomes relativos 2081
39.3.1 *Que* 2081
39.3.2 *O que* 2085
39.3.3 *Quem* 2089
39.3.4 *O qual* 2090
39.3.5 *Cujo* 2097
39.3.6 *Quanto* 2099
39.3.7 As pró-formas *onde, como* e *quando* 2101
39.3.7.1 *Onde* 2102
39.3.7.2 *Como* 2105
39.3.7.3 *Quando* 2107
39.4 Valores discursivos das orações relativas de nome restritivas e apositivas 2109
39.5 O antecedente das orações relativas de nome 2115
39.6 Orações relativas de antecedente implícito 2118
39.6.1 Propriedades do antecedente implícito 2118
39.6.2 Conformidade categorial 2121
39.7 Adjacência entre a oração relativa e o seu antecedente 2126
39.8 Orações relativas não canónicas 2127

39.8.1 Orações relativas com estratégia cortadora 2128
39.8.2 Orações relativas com estratégia de pronome de retoma 2129
Fontes das abonações **2133**

3E – CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS **2137**

40 CONSTRUÇÕES DE GRAU **2141**
40.1 Construções comparativas de grau **2143**
40.1.1 Sintaxe das construções comparativas 2146
40.1.2 Construções comparativas de igualdade, de superioridade e de inferioridade 2150
40.1.3 Elipses e outros tipos de omissões em construções comparativas 2154
40.1.4 Construções comparativas com mais de um operador de grau comparativo 2156
40.1.5 Construções pseudocomparativas 2159
40.2 Construções superlativas **2160**
40.2.1 Grau superlativo absoluto e grau superlativo relativo 2160
40.2.2 Construções superlativas e domínios de quantificação 2162
40.2.3 Construções superlativas e especificidade 2163
40.2.4 Construções superlativas sem operador comparativo 2164
40.3 Estruturas de correlação de escalas **2164**
40.4 Construções consecutivas **2168**
40.4.1 Construções consecutivas e domínios de quantificação 2171
40.4.2 Construções com mais de um operador consecutivo 2172
Fontes das abonações **2173**

41 DEPENDÊNCIAS REFERENCIAIS **2177**
41.1 Referência, dêixis e relações anafóricas **2177**
41.1.1 Dêixis e anáfora 2178
41.1.2 Relações anafóricas – considerações gerais 2180
41.1.2.1 A classe da anáfora 2181
41.1.2.2 A classe do antecedente 2181
41.1.2.3 Anáfora com antecedentes dispersos 2182
41.1.2.4 Ordem relativa entre antecedente e anáfora 2182
41.1.2.5 Elipse e anáfora 2182
41.2 Relações anafóricas ao nível do texto – a anáfora nominal **2183**
41.3 Relações anafóricas ao nível da frase **2186**
41.3.1 Relações estruturais entre antecedente e anáfora 2187
41.3.2 Sintagmas nominais plenos 2189
41.3.3 Pronomes pessoais 2193
41.3.3.1 Contextos em que um pronome pessoal pode ser anafórico e contextos em que não o pode ser 2195
41.3.3.2 Contextos em que a interpretação anafórica de um pronome pessoal é bloqueada 2198
41.3.3.3 Pronomes realizados vs. pronomes nulos 2199
41.3.3.3.1 Pronome com interpretação de variável ligada 2199

41.3.3.3.2 Referência idêntica vs. referência distinta do pronome sujeito de orações subordinadas 2200
41.3.4 Pronomes reflexos e recíprocos 2211
41.3.4.1 Formas reflexas e recíprocas do português 2214
41.3.4.2 As expressões anaforizantes *mesmo* e *próprio* 2216
41.3.4.3 Funções sintáticas dos pronomes reflexos e recíprocos 2217
41.3.4.4 Antecedentes possíveis dos pronomes reflexos e recíprocos 2218
41.3.5 A forma *si* 2220
41.3.5.1 Uso dêitico vs. uso anafórico de *si* 2220
41.3.5.2 *Si* em sintagmas nominais complexos 2220
41.3.5.3 Contextos em que *si* tem interpretação de variável ligada 2221
41.3.5.4 *Si* com antecedente não local 2221
41.3.5.5 Contextos em que *si* pode alternar com pronome pessoal não reflexo 2223
41.3.5.6 *Si próprio* vs. *ele próprio* 2224
41.3.6 Os pronomes possessivos *seu*, *sua*, *seus*, *suas* 2225
41.3.6.1 Pronomes possessivos com interpretação de variável ligada 2225
41.3.6.2 Semelhanças referenciais entre pronomes possessivos e pronomes pessoais não reflexos e não recíprocos 2226
Fontes das abonações **2227**

42 POSIÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS CLÍTICOS 2231
42.1 Orações principais 2238
42.1.1 Orações principais com ênclise 2239
42.1.2 Orações principais com mesóclise 2240
42.1.3 Orações principais com próclise 2241
42.1.3.1 Orações negativas 2242
42.1.3.2 Orações afirmativas introduzidas por quantificadores 2244
42.1.3.2.1 Próclise como padrão regular com quantificadores do tipo de *poucos* 2246
42.1.3.2.2 Próclise contrastada com a possibilidade de ênclise com quantificadores do tipo de *muitos* 2248
42.1.3.3 Advérbios focalizadores 2254
42.1.3.4 Advérbios enfatizadores 2258
42.1.3.5 Advérbios focalizados 2261
42.1.3.6 Outros focos contrastivos antepostos (não adverbiais) 2266
42.1.3.7 Orações declarativas (afirmativas) enfáticas 2268
42.1.3.8 Orações interrogativas e exclamativas *qu-* 2270
42.1.3.9 Orações imperativas introduzidas por *que* e orações optativas 2272
42.1.3.10 Orações interrogativas retóricas com *acaso* 2273
42.1.3.11 Próclise e ênclise com *próprio* 2273
42.1.4 Orações exclamativas com infinitivo flexionado 2274
42.2 Orações subordinadas finitas 2274
42.2.1 Colocação regular (proclítica) nas orações subordinadas finitas 2275
42.2.2 Casos de ênclise em variação com a próclise nas orações subordinadas finitas 2276
42.3 Orações subordinadas de infinitivo simples 2278

42.3.1 Orações infinitivas simples não introduzidas por preposição (afirmativas vs. negativas) 2278
42.3.2 Orações infinitivas simples introduzidas por preposição 2280
42.3.3 Orações infinitivas simples subordinadas a *haver que, ter que* 2283
42.3.4 Orações infinitivas simples introduzidas por *que*, *quem* e palavras afins 2283
42.3.5 Orações infinitivas simples introduzidas por *se* (interrogativas indiretas) 2284
42.4 Orações subordinadas de infinitivo flexionado 2284
42.4.1 Orações infinitivas flexionadas não introduzidas por preposição (afirmativas vs. negativas) 2284
42.4.2 Orações infinitivas flexionadas introduzidas por preposição 2285
42.5 Subida do clítico 2288
42.5.1 Subida de pronomes clíticos com função de complemento 2288
42.5.2 Subida de pronomes clíticos com função de sujeito 2289
42.6 Estruturas com gerúndio – orações gerundivas e complexos verbais com gerúndio 2290
42.6.1 Orações gerundivas com ênclise 2290
42.6.2 Orações gerundivas com próclise 2291
42.6.3 Complexos verbais com gerúndio 2291
42.7 Complexos verbais com particípio passado 2293
42.8 Complexos verbais com dois ou mais verbos não finitos 2293
42.9 Interpolação 2294
42.10 Estruturas de coordenação 2296
42.10.1 Coordenação copulativa e adversativa 2296
42.10.2 Coordenação disjuntiva 2298
42.10.3 Orações explicativas 2299
42.10.4 Coordenação de orações subordinadas finitas 2300
42.10.5 Coordenação de orações subordinadas não finitas 2301
Fontes das abonações 2301

3F – FENÓMENOS DE OMISSÃO E ELIPSE 2305

43 SUJEITO NULO: SINTAXE E INTERPRETAÇÃO 2309
43.1 Línguas de sujeito nulo e línguas de sujeito não nulo 2309
43.2 Tipos semânticos de sujeitos nulos 2312
43.2.1 Sujeitos nulos argumentais, sujeitos nulos não argumentais e sujeitos nulos "quase argumentais" 2312
43.2.2 Sujeitos nulos referenciais e sujeitos nulos arbitrários 2315
43.3 Omissão do sujeito em orações finitas vs. omissão do sujeito em orações não finitas 2316
43.3.1 Omissão do sujeito em orações infinitivas não flexionadas 2316
43.3.2 Omissão do sujeito em orações finitas: o sujeito nulo como um pronome nulo 2322
43.3.3 Omissão do sujeito em orações infinitivas flexionadas 2324
43.3.4 Omissão do sujeito em orações gerundivas e participiais 2326

43.4 Alternância entre sujeito pronominal nulo e sujeito pronominal expresso: distribuição e interpretação 2331
43.4.1 Sujeitos nulos de 1.ª e 2.ª pessoa vs. sujeitos nulos de 3.ª pessoa: identificação do sujeito nulo pela flexão ou por antecedente 2331
43.4.2 Contextos em que o sujeito não pode ser nulo: construções de foco ou contraste 2332
43.4.3 Sujeito pronominal nulo vs. sujeito pronominal expresso em orações independentes e em orações coordenadas 2333

44 OBJETO NULO 2339
44.1 Objeto nulo vs. elipse parcial do predicado 2340
44.2 Objeto nulo vs. elipse do complemento oracional 2342
44.3 Objeto nulo vs. uso intransitivo de verbos transitivos 2343
44.4 Propriedades semântico-discursivas do objeto nulo 2344
44.5 Objeto nulo vs. outros casos de omissão de complementos 2347

45 ELIPSE 2351
45.1 Propriedades gerais da elipse 2351
45.1.1 Elipse e recuperação do material omitido 2351
45.1.2 Contextos linguísticos de ocorrência da elipse 2357
45.1.3 Estrutura dos constituintes omitidos na elipse 2359
45.1.4 Natureza não focalizada dos constituintes omitidos na elipse 2361
45.2 Construções elípticas no domínio frásico 2362
45.2.1 Elipse parcial do predicado 2362
45.2.2 Elipse do complemento oracional 2366
45.2.3 Elipse polar da oração 2369
45.2.4 Elipse verbal 2371
45.2.5 Elipse parcial da oração interrogativa 2374
45.2.6 Elipse regressiva 2374
45.2.7 Respostas, perguntas e réplicas retificadoras abreviadas 2376
45.2.7.1 Respostas abreviadas 2376
45.2.7.2 Perguntas abreviadas 2378
45.2.7.3 Réplicas retificadoras abreviadas 2378
45.3 Elipse nominal 2379
45.3.1 Propriedades gerais da elipse nominal 2379
45.3.2 Legitimação semântica da elipse nominal 2381
45.3.3 Elipse nominal e uso pronominal dos especificadores do nome 2383
45.3.4 Restrições sobre o artigo definido na elipse nominal 2384
45.4 Observações finais 2385

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 2387

AUTORES DO VOLUME II

PILAR BARBOSA
Ph.D em Linguística Teórica. Professora Associada do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Principal área de investigação: sintaxe.

JOÃO COSTA
Doutor em Linguística, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Investigador do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). Principais áreas de investigação: sintaxe e aquisição da linguagem.

INÊS DUARTE
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: teoria da gramática – sintaxe; interfaces e linguística educacional.

ANABELA GONÇALVES
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: sintaxe e linguística educacional.

MARIA LOBO
Doutora em Linguística. Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL) e Investigadora Colaboradora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: sintaxe, aquisição da linguagem e dialetologia.

RUI MARQUES
Doutor em Linguística Portuguesa. Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: semântica, pragmática e linguística do texto.

ANA MARIA MARTINS
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: sintaxe, linguística histórica e dialetologia.

GABRIELA MATOS
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: sintaxe do português e sintaxe comparada.

AMÁLIA MENDES
Doutora em Linguística Portuguesa. Investigadora Auxiliar do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: recursos linguísticos, interface sintaxe-semântica e léxico.

EDUARDO BUZAGLO PAIVA RAPOSO
Doutor em Linguística Portuguesa. Professor da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Principais áreas de investigação: sintaxe, semântica e linguística românica.

RITA VELOSO
Licenciada em Linguística. Assistente Convidada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Colaboradora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principais áreas de investigação: sintaxe, recursos linguísticos e análise do oral.

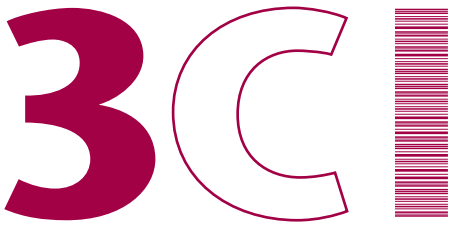
MARIA FRANCISCA XAVIER
Doutora em Linguística. Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL). Principais áreas de investigação: léxico, sintaxe e aquisição de língua estrangeira ou segunda.

Colaboração em capítulos

MADALENA COLAÇO
Doutora em Linguística Portuguesa. Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Principal área de investigação: sintaxe.
Colaboração no capítulo 35.

EDITE PRADA
Mestre em Estudos Interdisciplinares. Professora do Ensino Básico e Secundário. Consultora do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Professora na Universidade Senior de Almada – USALMA. Principais áreas de investigação: didática; sintaxe.
Colaboração no capítulo 35.

SINTAXE E SEMÂNTICA – CLASSES LEXICAIS E SINTAGMÁTICAS



28 Verbo e sintagma verbal
Anabela Gonçalves e Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

29 Verbos auxiliares
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

30 Orações copulativas e predicações secundárias
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

31 Adjetivo e sintagma adjetival
Rita Veloso e Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

32 Preposição e sintagma preposicional
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo e Maria Francisca Xavier

33 Advérbio e sintagma adverbial
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

NO VOLUME I

20 Introdução ao sintagma nominal
21 Semântica do sintagma nominal
22 Determinantes
23 Pronomes
24 Numerais
25 Nomes comuns
26 Nomes próprios
27 Complementos, modificadores e adjuntos no sintagma nominal

28 VERBO E SINTAGMA VERBAL 1155
28.1 Constituintes do sintagma verbal 1156
28.1.1 Argumentos do verbo 1156
28.1.1.1 Considerações gerais 1156
28.1.1.2 Função gramatical dos argumentos 1157
28.1.1.3 Propriedades semânticas dos argumentos 1158
28.1.1.4 Propriedades estruturais dos argumentos 1158
28.1.1.5 Três tipos de seleção 1159
28.1.1.6 Noção de regência 1160
28.1.2 Complementos do verbo e adjuntos adverbiais 1160
28.1.2.1 Omissão de complementos e de adjuntos 1161
28.1.2.2 Coesão sintática dos adjuntos e dos complementos com o verbo 1163
28.1.3 Complementos do verbo 1165
28.1.3.1 Complemento direto 1165
28.1.3.1.1 Propriedades sintáticas do complemento direto 1165
28.1.3.1.2 Propriedades semânticas do complemento direto 1169
28.1.3.2 Complemento indireto 1171
28.1.3.2.1 Propriedades sintáticas do complemento indireto 1171
28.1.3.2.2 Propriedades semânticas do complemento indireto 1172
28.1.3.2.2.1 Complemento indireto selecionado 1173
28.1.3.2.2.2 Complemento indireto com o papel temático de beneficiário 1176
28.1.3.2.2.3 Estatuto funcional do sintagma preposicional introduzido pela preposição *para* 1177
28.1.3.2.2.4 Complemento indireto não selecionado 1180
28.1.3.3 Complementos oblíquos 1181
28.1.4 Adjuntos adverbiais 1183
28.1.5 Constituintes predicativos 1185
28.1.6 Constituintes adverbiais selecionados 1187
28.2 Classificação tipológica dos verbos plenos 1188
28.2.1 Quadros de regência 1188
28.2.2 Classes de verbos 1192
28.2.2.1 Verbos pessoais e verbos impessoais 1193
28.2.2.2 Verbos transitivos e verbos intransitivos 1195
28.2.2.3 Verbos inergativos e verbos inacusativos 1199

28.2.2.3.1 Argumento externo e argumento interno direto 1200
28.2.2.3.2 Duas classes de verbos intransitivos pessoais 1203
28.2.3 Verbos com argumentos opcionais 1206
28.2.3.1 Verbos de uso absoluto 1207
28.2.3.2 Verbos de alternância causativa-incoativa 1208
28.2.3.3 Argumentos cognatos 1213
28.2.4 Verbos leves 1214
Fontes das abonações **1218**

28 VERBO E SINTAGMA VERBAL

Este capítulo tem como objetivo descrever a estrutura do sintagma verbal das orações em que o predicador é um verbo pleno (cf. *chove*, *a Maria adoeceu*, *o advogado leu o processo*), por oposição ao sintagma verbal das **orações copulativas**, caracterizadas por terem um predicador não verbal e um **verbo copulativo** que estabelece a ligação entre o sujeito e o predicado (cf. *a Maria é professora*, *o Pedro* {*está*/*continua*/*ficou*} *doente*). Estas orações e estes verbos são descritos no Cap. 30.

O verbo pleno pode ser precedido por um ou mais **verbos auxiliares**, formando uma perífrase verbal: cf. *a Maria começou a cozer a carne*, *o advogado tem estado a ler o processo*. As perífrases verbais e os verbos auxiliares são estudados no Cap. 29. A grande maioria – se não a totalidade – das frases dadas como exemplos neste capítulo não contém verbos auxiliares.

Nas orações estudadas neste capítulo, o verbo pleno é, portanto, o único verbo do sintagma verbal, constituindo o seu núcleo gramatical e semântico (cf. Cap. 11). Considera-se também que o verbo pleno é o núcleo semântico de toda a oração, visto que é o elemento que descreve o tipo de situação expresso por ela. Em particular, é o verbo pleno que determina o número de argumentos que a oração contém e a natureza semântica dos mesmos – incluindo o argumento realizado como sujeito (cf. 28.1)[1]. Numa oração finita sem verbos auxiliares, o verbo pleno é também o elemento que veicula as marcas de concordância com o sujeito, bem como a flexão de tempo, modo e aspeto, chamada **flexão TMA** (cf. Caps. 29 e 57)[2]. A maior parte dos exemplos usados neste capítulo são frases simples, i.e., estruturas formadas por uma única oração finita.

Este capítulo encontra-se organizado do seguinte modo: em 28.1, descrevem-se os constituintes que podem ocorrer no sintagma verbal, para além do verbo pleno: complementos, adjuntos e elementos predicativos; em 28.2, descrevem-se os quadros de seleção funcional e estrutural em que ocorrem os verbos do português dentro

[1] Sobre as noções de predicado, predicador, argumento, complemento, adjunto e papel temático, que são fundamentais para a compreensão deste capítulo, cf. Cap. 11; cf. também 28.1 e 28.2.2.3.1, onde se retomam algumas destas noções.

[2] Quando o verbo está incluído numa perífrase verbal (i.e., quando ocorre com um ou mais verbos auxiliares ou semiauxiliares), o núcleo do sintagma verbal é a perífrase na sua globalidade, mas o verbo pleno continua a ter um papel semântico preponderante. Nestes casos, o verbo que veicula a morfologia verbal é o primeiro verbo auxiliar da perífrase (cf. Cap. 29).

do sintagma verbal, e propõe-se uma classificação tipológica dos verbos em função desses quadros; para além disso, discutem-se dois grupos de verbos que permitem omitir um dos seus argumentos, bem como o fenómeno inverso da adição de um argumento, possível com alguns verbos intransitivos. Finalmente, encerra-se o capítulo com uma discussão de um uso especial dos verbos *dar*, *fazer* e *ter*, no qual são chamados de "verbos leves".

28.1 Constituintes do sintagma verbal

Descrevem-se nesta secção os elementos que ocorrem juntamente com o verbo pleno dentro do sintagma verbal; adota-se como fio organizador da discussão o estatuto funcional destes elementos (como argumento, complemento ou adjunto), usando-o como âncora para uma descrição das suas propriedades estruturais (como sintagma nominal, preposicional, etc.) e semânticas (como agente, tema, paciente, etc.).

Em 28.1.1, discute-se a noção de **argumento**, crucial na organização sintática e semântica do sintagma verbal e da oração. Entre os argumentos, distingue-se o **sujeito**, que se realiza canonicamente fora do sintagma verbal e que concorda em pessoa e número com o verbo, dos **complementos**, que se realizam canonicamente dentro do sintagma verbal; em 28.1.2, distingue-se entre complementos e **adjuntos adverbiais**; em 28.1.3, caracterizam-se diferentes tipos de complementos, com particular incidência no complemento de objeto direto e no complemento de objeto indireto; aborda-se em particular os valores semânticos que estes elementos podem ter, enquadrando-se a discussão no sistema de papéis temáticos apresentado no Cap. 11. Em 28.1.4, caracterizam-se os adjuntos adverbiais que ocorrem no sintagma verbal e, em 28.1.5, os elementos com valor predicativo. Por serem discutidos com mais profundidade noutras partes desta Gramática, é reduzida a cobertura dada neste capítulo aos complementos preposicionados (cf. Cap. 32), aos adjuntos adverbiais (cf. Caps. 16, 33 e 38) e aos constituintes predicativos dentro do sintagma verbal (cf. Cap. 30).

28.1.1 Argumentos do verbo

28.1.1.1 Considerações gerais

Como se referiu, o verbo pleno[3] é o elemento mais importante do sintagma verbal e da oração, na medida em que determina o número de expressões linguísticas que lhe completam o sentido e que são, por isso, indispensáveis à boa formação semântica e sintática da oração. Estas expressões "pedidas" pelo verbo constituem os seus **argumentos**. Diz-se também que o verbo **seleciona** os seus argumentos.

Numa perspetiva lógico-semântica, os argumentos correspondem às entidades (de natureza semântica muito variada) que participam necessariamente na situação descrita pelo verbo (nos exemplos seguintes, sublinha-se os argumentos e coloca-se o verbo em itálico; antecipando a discussão que se segue, indica-se, para cada argumento, a sua função gramatical):

[3] Para simplificar a exposição, daqui para a frente usamos apenas o termo "verbo", em vez de "verbo pleno". Se for necessário fazer a distinção entre diferentes tipos de verbos (copulativos, auxiliares ou plenos), utilizaremos expressamente o qualificativo correspondente.

(1) a. O muro [$_{SV}$ *ruiu*].
sujeito – V
b. O Pedro [$_{SV}$ *cumprimentou* os artistas].
sujeito – V – compl. direto
c. O Pedro [$_{SV}$ *deu* os bombons à Ana].
sujeito – V – compl. direto – compl. indireto
d. A Ana [$_{SV}$ *pensou* nas suas próximas férias].
sujeito – V – compl. oblíquo
e. Os livros [$_{SV}$ *custaram* 20 euros].[4]
sujeito – V – compl. oblíquo
f. O cão [$_{SV}$ *levou* o osso da cozinha para o quintal].
sujeito – V – compl. direto – compl. oblíquo – compl. oblíquo

Existem também verbos que, denotando situações sem participantes, não selecionam argumentos, sendo os mais típicos aqueles que representam fenómenos meteorológicos ou mudança de uma parte do dia para outra, exemplificados em (2):

(2) a. [$_{SV}$ *Choveu*!][5]
b. [$_{SV}$ *Já anoiteceu*].

Assim, dentro da classe dos verbos plenos, distinguem-se os que selecionam um, dois, três ou quatro argumentos, e também aqueles que não selecionam qualquer argumento. Na terminologia da lógica de predicados, utiliza-se a expressão **enaridade** (equivalente a "de *n*-lugares" (*n* = número natural)) para classificar os predicadores, e em particular os verbos, consoante o número de argumentos que selecionam.

Assim, *chover* é um verbo de zero lugares, *ruir* é um verbo de um lugar, *cumprimentar*, *pensar* e *custar* são verbos de dois lugares, *dar* é um verbo de três lugares e *levar* é um verbo de quatro lugares. Os verbos de quatro lugares são raros no léxico das línguas humanas; em contrapartida, os verbos de um e dois lugares formam a maioria dos verbos do léxico.

O verbo controla as seguintes propriedades dos seus argumentos:

(i) a função gramatical que desempenham na oração;

(ii) as suas propriedades semânticas, incluindo o seu papel temático;

(iii) a sua classe estrutural.

Estas propriedades discutem-se a seguir pela ordem apresentada.

28.1.1.2 Função gramatical dos argumentos

Como se ilustra nos exemplos do paradigma (1), nas orações ativas (cf. Caps. 11 e 13), um dos argumentos do verbo realiza-se como sujeito, tipicamente à esquerda

[4] Os complementos oblíquos são em geral introduzidos por uma preposição, com exceção dos que são selecionados por verbos que exprimem um valor quantificacional numa escala, como *custar*, *durar*, *medir* e *pesar* (cf. 28.1.1.4 e 28.1.3.3).

[5] Embora no seu uso normal os verbos meteorológicos não selecionem argumentos, podem ocorrer com um sintagma nominal que exprime o tipo mais fino do fenómeno em causa: cf. *chovem pedras de gelo*; para uma discussão destas construções e do estatuto do sintagma nominal, cf. 28.2.3.3.

do verbo e fora do sintagma verbal[6]; o sujeito concorda com o verbo em número e pessoa. Os outros argumentos chamam-se complementos e realizam-se canonicamente dentro do sintagma verbal, à direita do verbo.

Do ponto de vista funcional, o complemento que não é introduzido por uma preposição (pelo menos tipicamente; cf. 28.1.3.1.1) e que pode ser substituído por um pronome clítico acusativo (*me*, *te*, *o*, *a* e variantes plurais; cf. Caps. 23 e 42) chama-se **complemento de objeto direto** (ou apenas **objeto direto** ou **complemento direto**): p.e., *os artistas* em (1b) ou o pronome *os* em *o Pedro cumprimentou-os*.

O complemento introduzido pela preposição *a* e que pode ser substituído por um pronome clítico dativo (*me*, *te*, *lhe* e variantes plurais; cf. Caps. 23 e 42) chama-se **complemento de objeto indireto** (ou apenas **objeto indireto** ou **complemento indireto**)[7]: p.e., *à Ana* em (1c) ou o pronome *lhe* em *o Pedro deu-lhe os bombons*.

Finalmente, os complementos que não são nem diretos (logo, não substituíveis por um pronome acusativo) nem indiretos (logo, não substituíveis por um pronome dativo) chamam-se **complementos oblíquos** (cf. (1d-f) e Nota 4).

28.1.1.3 Propriedades semânticas dos argumentos

Os argumentos do verbo têm um valor semântico determinado pelo sentido descritivo, de natureza lexical, do próprio verbo; este valor pode ser expresso através de um sistema de papéis temáticos (cf. Cap. 11). Para dar alguns exemplos, o sujeito de *cumprimentar* (*o Pedro*, em (1b)) denota uma entidade que efetua uma ação controlada de modo voluntário e consciente – um **agente**; o complemento direto desse verbo (*os artistas*, em (1b)), denota uma entidade afetada pela ação descrita – um **paciente** (**afetado**); o verbo *dar* representa a transferência de uma entidade representada pelo seu complemento direto (*os bombons*, em (1c)) – o **tema**. Essa transferência tem como ponto de partida inicial uma entidade representada pelo sujeito (*o Pedro*, em (1c)) – a **origem** ou **fonte** (também agente, neste caso, por iniciar conscientemente a ação); e tem como destino uma entidade que constitui o ponto final da transferência, representada pelo complemento indireto (*à Ana*, em (1c)) – o **destinatário**. Dizemos, assim, p.e., que o verbo *dar* atribui o papel temático de origem (e de agente) ao seu sujeito, de paciente afetado ao seu complemento direto e de destinatário ao seu complemento indireto.

28.1.1.4 Propriedades estruturais dos argumentos

A propriedade estrutural de um argumento tem a ver com a classe da expressão que o realiza, nomeadamente se o argumento é uma oração, um sintagma nominal, um sintagma preposicional ou um constituinte pertencente a outra **classe sintagmática** (ou **classe estrutural**). Assim, os argumentos com a função de sujeito podem ser sintagmas nominais ou orações (cf., respetivamente, *a rapariga surpreendeu*

[6] O sujeito pode ocorrer à direita do verbo, em **posição invertida**, dentro do sintagma verbal, nas frases que exprimem "juízos téticos", nas quais não se veicula uma predicação propriamente dita, como *rebentou uma bomba no museu* (cf. Duarte 1987, Martins 1994a e também o Cap. 12).

[7] Nesta Gramática, usam-se mais frequentemente os termos "complemento direto" e "complemento indireto", ainda que ocasionalmente se possam encontrar os termos "objeto direto" e "objeto indireto". Nem sempre o complemento indireto é um argumento selecionado pelo verbo: cf. 28.1.3.2.2.2.

toda a gente e *que eles chegassem tão tarde surpreendeu toda a gente*)[8]. Por sua vez, os complementos podem ser sintagmas nominais (cf. *o Pedro cumprimentou os artistas*), sintagmas preposicionais (cf. *a Ana pensou nas suas próximas férias*) ou orações (cf. *o João Carlos sugeriu ao Hugo que se calasse*).

Estas escolhas, incluindo a preposição específica que pode introduzir os complementos que são sintagmas preposicionais, dependem em parte de propriedades idiossincráticas dos verbos. Exemplificando, o verbo *calhar* constrói-se com um sujeito oracional (cf. *calhou que passava na rua uma cigana*) e o verbo *desmaiar* com um sujeito nominal (cf. *as mulheres desmaiaram*); o verbo *cumprimentar* constrói-se com um complemento (direto) nominal (cf. *o Pedro cumprimentou os artistas*); o verbo *pensar* constrói-se com um complemento direto que pode ser uma oração (cf. *penso que esse aluno não vai passar no exame*) ou um sintagma preposicional introduzido por uma das preposições *em* ou *sobre* (cf. *pensei {no/sobre o} assunto*); o verbo *sugerir* constrói-se com dois complementos: um sintagma preposicional introduzido por *a* (o complemento indireto) e uma oração com a função de complemento direto (cf. *sugeriu* [*ao Hugo*] [*que se calasse*]); e assim sucessivamente (cf. 28.2).

Quando o complemento é um sintagma preposicional, ou seja, quando é introduzido por uma preposição, chama-se **complemento preposicionado**; repare-se que, consoante o verbo, o constituinte que segue a preposição pode ser quer um sintagma nominal (cf. *pensei em* [*vários assuntos*]) quer uma oração (cf. *pensei em* [*comprar um carro novo*] ou *eles confiaram em* [*que o carro teria seguro*]).

Entre os complementos preposicionados conta-se o complemento indireto (cf. (1c)), a grande maioria dos complementos oblíquos (cf. (1d,f)) e alguns complementos diretos (cf. 28.1.3.1.1). Os complementos não introduzidos por uma preposição chamam-se **complementos não preposicionados**[9]**;** este grupo inclui os complementos diretos típicos, que podem ser oracionais ou nominais (cf. (1b,c,f)) e os complementos oblíquos selecionados por verbos como *custar*, *durar*, *medir* e *pesar* (cf. (1e) e Nota 4).

28.1.1.5 Três tipos de seleção

As informações idiossincráticas relativas aos argumentos de um verbo, descritas na subsecção anterior, constituem aquilo a que por vezes se chama, na literatura da linguística, a **estrutura argumental do verbo**. A estrutura argumental, por sua vez, é uma componente fundamental da **entrada lexical** do verbo. Há, pois, (pelo menos) três tipos de informação que têm de aparecer na estrutura argumental dos verbos relativamente a cada um dos argumentos que ele seleciona: a sua função, o seu papel temático (i.e., o valor semântico) e a sua classe sintagmática; ou seja, cada verbo está associado a uma **seleção funcional**, a uma **seleção semântica** e a uma **seleção estrutural.**

A **seleção funcional** indica, para cada verbo, qual a função gramatical dos argumentos selecionados: p.e., os dois argumentos do verbo *cumprimentar* realizam-se,

[8] Utilizamos também os adjetivos "oracional" e "nominal" para qualificar orações e sintagmas nominais, em expressões como "sujeito oracional" (uma oração com a função de sujeito), "complemento nominal" (um sintagma nominal com a função de complemento), etc.

[9] Quando são pronomes clíticos, acusativos ou dativos, os complementos nunca são preposicionados (cf. *encontrei-o* e *dei-lhe o livro*).

respetivamente, como sujeito e como complemento direto (cf. a frase (1b), *o Pedro cumprimentou os artistas*).

A **seleção semântica** indica quantos argumentos o verbo seleciona e o papel temático de cada um deles, cruzando essa informação com a seleção funcional: p.e., o verbo *cumprimentar* seleciona dois argumentos, aos quais atribui o papel temático de agente e de paciente afetado; o agente é funcionalmente o sujeito e o paciente afetado é funcionalmente o complemento direto.

Finalmente, a **seleção estrutural** (também chamada **quadro de subcategorização**, ou simplesmente **subcategorização**) indica a classe estrutural de cada argumento (p.e., se é um sintagma ou uma oração), e, no caso de um argumento ser um sintagma preposicional, qual a preposição (ou preposições) que introduz(em) esse sintagma: p.e., com o verbo *pensar*, o argumento realizado como sujeito é um sintagma nominal e o argumento realizado como complemento pode ser uma oração ou um sintagma preposicional (SP); se for um SP, pode ser introduzido quer pela preposição *em* quer pela preposição *sobre*.

28.1.1.6 Noção de regência

A relação de dependência que existe entre o núcleo de um sintagma e os seus complementos é captada na gramática tradicional pela noção de **regência**[10]. Nesta relação, o núcleo do sintagma (no caso em discussão, o verbo pleno) é a categoria regente e os complementos selecionados por esse núcleo constituem as categorias regidas. Assim, p.e., em (1b), o verbo *cumprimentar* rege o complemento direto *os artistas* e, em (1c), o verbo *dar* rege o complemento direto *os bombons* e o complemento indireto *à Ana*.

Nesta Gramática, usamos a noção de regência de modo a cobrir não só a relação entre um regente e o seu complemento, enquanto constituinte, mas também a relação entre um regente e o núcleo do seu complemento. Assim, p.e., em (1b), o verbo *cumprimentar* rege o constituinte *os artistas* e também o núcleo desse constituinte, o substantivo *artistas*. Esta extensão é particularmente importante quando o complemento é um sintagma preposicional, pois permite captar a relação de dependência estreita que existe entre um verbo pleno e a preposição que introduz um complemento preposicionado: p.e., *pensar* admite *em* ou *sobre* (cf. *pensei sobre/em as minhas férias* – omitimos a contração), mas não *para* ou *com* (cf. ***pensei para/com as minhas férias*); ou seja, *pensar* rege as preposições *em* ou *sobre*, mas não as preposições *para* ou *com*.

28.1.2 Complementos do verbo e adjuntos adverbiais

Na sua qualidade de argumentos, os complementos de um verbo completam o seu sentido, correspondendo semanticamente a participantes logicamente necessários que são determinados pela situação descrita pelo verbo. Os sintagmas entre parênteses retos nos seguintes exemplos são complementos:

[10] Nalgumas gramáticas tradicionais, a regência tem um âmbito mais vasto, cobrindo qualquer relação de dependência entre palavras, como, p.e., entre substantivo e adjetivo atributivo (cf. *um livro interessante*) ou entre substantivo e oração relativa (cf. *o livro que eu comprei ontem*). Nesta Gramática, de acordo com algumas teorias linguísticas contemporâneas, restringimos o conceito exclusivamente à relação entre o núcleo de um sintagma (geralmente um predicador) e os seus complementos.

(3) a. O Pedro *cumprimentou* [os artistas].
b. A mãe *comprou* [o jornal].
c. A Joana *pôs* [os livros] [na estante].
d. A Marta *deu* [um ramo de flores] [à mãe].
e. O Zé *foi* [ao cinema].
f. O cozinheiro *mexeu* [nos copos].
g. Os livros *custaram* [20 euros].

Por outro lado, existem constituintes que contribuem para o significado do sintagma verbal, quantificando, qualificando ou localizando (temporal ou espacialmente) a situação que se descreve, mas que não representam participantes na situação ou no evento descrito pelo verbo. Estes constituintes são chamados **adjuntos adverbiais** (frequentemente simplificado apenas em **adjuntos**)[11]. Nos seguintes exemplos, que correspondem aos de (3), sublinham-se os adjuntos[12]:

(4) a. O Pedro *cumprimentou* [os artistas] em cinco minutos.
b. A mãe *comprou* [o jornal] na banca da esquina.
c. A Joana *pôs* [os livros] [na estante] com muito cuidado.
d. A Marta *deu* [um ramo de flores] [à mãe] ontem.
e. O Zé *foi* [ao cinema] domingo passado.
f. O cozinheiro *mexeu* [nos copos] sem lavar as mãos.
g. Os livros *custaram* [20 euros] na Feira da Ladra.

Em (4a,b,c,f,g), o adjunto é um sintagma preposicional; em (4d), é um advérbio; em (4e), é um sintagma nominal; em (4f), é uma oração (infinitiva) introduzida por uma preposição; quando o adjunto adverbial é uma oração, chama-se **oração subordinada adverbial** (cf. Cap. 38).

Repare-se que os complementos se relacionam diretamente com o verbo, ao passo que os adjuntos adverbiais modificam geralmente a expressão constituída pelo verbo e os seus complementos. Esta diferença tem como consequência que uns e outros têm propriedades sintáticas e semânticas distintas. Enquanto os complementos são selecionados pelo verbo, completando o seu sentido, os adjuntos fornecem informação circunstancial sobre a situação descrita por uma oração, mantendo um grau de ligação sintática com o verbo menos forte do que a dos complementos.

28.1.2.1 Omissão de complementos e de adjuntos

Os complementos são argumentos que completam o sentido do verbo. Daqui decorre que, nos casos mais típicos, não podem ser omitidos, com risco de se produzirem sequências sintaticamente mal formadas e semanticamente não interpretáveis. Assim, fora de um contexto situacional ou discursivo adequados que forneçam pistas para a sua interpretação completa, as seguintes frases não são possíveis: ***o Pedro***

[11] Também usamos, por vezes, o termo "adjunto circunstancial" para designar estes constituintes. Na gramática tradicional, o termo usado é "complementos circunstanciais", uma expressão contraditória no nosso sistema terminológico, visto que estes elementos são precisamente caracterizados como não sendo complementos.
[12] A noção de "adjunto adverbial" tem a ver com a função não argumental desempenhada por estes elementos na oração, e não com a sua classe estrutural. Assim, mau grado o adjetivo "adverbial" na expressão, um adjunto adverbial pode ser realizado não só por um elemento da classe dos advérbios, mas também por um sintagma nominal, por um sintagma preposicional, por uma oração e mesmo por um adjetivo (cf. 28.1.4 e Cap. 33). A inclusão do adjetivo "adverbial" na expressão justifica-se por ser esta uma função típica dos advérbios. Noutras gramáticas, usa-se por vezes o termo "modificador adverbial" em vez de "adjunto adverbial".

cumprimentou, **a mãe comprou*, **a Joana pôs*, **a Marta deu*, **o Zé foi*, **o cozinheiro mexeu* ou **os livros custaram*.

É importante realçar que a impossibilidade de omitir um complemento apenas produz resultados agramaticais em situações de enunciação que designaremos como "neutras", i.e., em que o contexto discursivo ou situacional não fornece nenhuma pista que permita a sua recuperação. De facto, a omissão de um complemento é possível nos seguintes casos:

(i) se este tiver sido introduzido discursivamente numa unidade textual anterior: cf., por exemplo, o pequeno diálogo contendo a pergunta *o Zé foi ao cinema?*, à qual o interlocutor poderia responder *o Zé foi*, sendo possível recuperar na resposta o complemento *ao cinema* a partir da pergunta (cf. Cap. 45);

(ii) se o referente do complemento for suficientemente saliente no contexto situacional do enunciado, permitindo a sua recuperação pelo ouvinte: p.e., frente a uma banca de jornais, vendo que o meu filho se prepara para comprar o jornal, posso dizer *a mãe já comprou*: o contexto supre, neste caso, o argumento ausente *o jornal*[13].

Em contrapartida, os adjuntos, embora veiculem informação adicional sobre os eventos, enriquecendo o sentido veiculado pelas frases, não são essenciais, nem gramaticalmente nem semanticamente, para a sua boa formação. Assim, contrariamente aos complementos, a presença de um adjunto adverbial numa frase não é exigida pelo verbo para que a frase seja gramatical e/ou interpretável, como se pode ver nos exemplos de (3), correspondentes aos de (4) mas sem os adjuntos. Para além disso, a ausência destes não tem de ser semanticamente suprida por qualquer estratégia de recuperação contextual. Assim, p.e., o processamento semântico de (3a) não exige que o leitor/ouvinte recupere a partir do contexto quanto tempo o Pedro levou a cumprimentar os artistas, onde os cumprimentou e como o fez.

A diferença funcional entre complementos e adjuntos adverbiais fica bem patente ao observarmos o seguinte par:

(5) a. A criança pôs a bola *no jardim*.
b. A criança jogou à bola *no jardim*.

Nos dois casos, as expressões em itálico têm as mesmas propriedades estruturais e semânticas: estruturalmente, são sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *em* (contraída com o artigo definido *o*); semanticamente, são expressões locativas. No entanto, funcionalmente, as duas expressões são distintas: enquanto *no jardim*, em (5a), é um complemento selecionado pelo verbo *pôr*, em (5b) é um adjunto de natureza circunstancial que o verbo não exige. Como confirmação desta diferença, a expressão pode ser omitida em (5b), mas não em (5a): veja-se a possibilidade de *a criança jogou à bola* vs. a impossibilidade de **a criança pôs a bola*.

Embora a omissão de um argumento (e, em particular, de um complemento) cause frequentemente agramaticalidade, existem verbos com argumentos opcio-

[13] Sobre a omissão do complemento direto, cf. Cap. 44. Como se verá adiante, há complementos que podem ser omitidos mesmo em contextos neutros, sendo a sua recuperação feita lexicalmente, a partir do próprio sentido do verbo e de certas convenções semânticas; ver o texto a seguir e a subsecção 28.2.3.

nais, cuja omissão é possível mesmo em contextos neutros[14]. Sem prejuízo de uma discussão mais sistemática de alguns destes verbos noutras partes deste capítulo, mencionamos aqui os seguintes casos:

❖ Verbos que descrevem eventos complexos com uma componente causal, e que admitem que se conceptualize apenas a situação resultante, omitindo-se a expressão que representa a causa (sublinhada a seguir, no segundo exemplo de cada par); estes verbos, chamados **verbos de alternância causativa-incoativa**, incluem itens como *aumentar*, *cozer*, *fechar*, *secar*: cf. *os impostos aumentaram* (vs. *o governo aumentou os impostos*) e *as toalhas secaram* (vs. *o vento secou as toalhas*; cf. 28.2.3.2).

❖ Verbos que permitem a recuperação de um argumento omitido (frequentemente com um sentido indefinido) a partir do sentido lexical do próprio verbo. Neste grupo, e sem intenção de sermos exaustivos, incluem-se os seguintes tipos de verbos:

(i) verbos que selecionam um complemento direto e que denotam atividades, como *beber*, *comer*, *desenhar*, *escrever*, *ler* e *pintar*, entre outros, que podem ser usados quer transitivamente (cf. *o João escreveu um belo poema*) quer intransitivamente, sem o complemento, no chamado **uso absoluto** (cf. *o João escreve*; cf. 28.2.3.1 e Lyons 1968:360);

(ii) verbos que denotam movimento direcional, como *chegar*, *entrar*, *partir* e *sair*, que podem ser usados sem o seu complemento locativo: cf. *a Maria finalmente chegou* (vs. *a Maria finalmente chegou a casa*; cf. 28.2.3.1);

(iii) verbos que denotam transferência, selecionando um complemento direto e um complemento indireto, e que permitem a omissão do complemento indireto, como *contar*, *devolver*, *dizer*, *entregar*, *oferecer*: cf. *o Pedro já devolveu os documentos* (vs. *o Pedro já devolveu os documentos à sua secretária*; cf. 28.1.3.2.2);

(iv) verbos que permitem a omissão de um complemento indireto ou introduzido pela preposição *para*, com o papel temático de **beneficiário** da ação descrita, como *comprar*, *construir*, *preparar*: cf. *o Zé comprou um carro* (vs. *o Zé comprou um carro a/para o filho*; cf. 28.1.3.2.2).

28.1.2.2 Coesão sintática dos adjuntos e dos complementos com o verbo

O diferente grau de coesão entre verbo e complemento, por um lado, e entre verbo e adjunto adverbial, por outro, manifesta-se na construção pseudoclivada.

> [1] A construção pseudoclivada, exemplificada por uma frase como *o que o Pedro comprou foi um livro de banda desenhada*, tem a particularidade de perspetivar uma frase simples (neste caso, *o Pedro comprou um livro de banda desenhada*) em duas partes: uma parte inicial que constitui informação dada, pressuposta pelo falante e pelo ouvinte, introduzida por uma locução relativa ou um pronome relativo, chamada **pressuposição** (a parte sublinhada em *o que o Pedro comprou foi um livro de banda*

[14] A omissão do sujeito pronominal *nós* em frases como *amanhã* [-] *vamos ao cinema* (o fenómeno do "sujeito nulo") tem um âmbito estritamente morfossintático, não caindo, portanto, no âmbito dos casos analisados aqui; do ponto de vista da sintaxe, existe nestas frases um sujeito pronominal nulo, ou seja, sem realização fonética, representado por "[-]" (cf. Cap. 43).

> *desenhada*, equivalente a 'o Pedro comprou algo'); e uma parte final, introduzida pelo verbo de cópula *ser*, que especifica o valor deixado em aberto na parte pressuposta e que constitui informação nova para o ouvinte, chamada **foco** (a parte sublinhada em *o que o Pedro comprou foi <u>um livro de banda desenhada</u>*).

Quando o foco de uma construção pseudoclivada é um sintagma verbal, a pressuposição contém o verbo *fazer*, funcionando como substituto de todo o sintagma verbal; assim, p.e., em (6a), pressupõe-se que o Pedro fez alguma coisa, e essa ação é especificada pelo SV focalizado, como sendo 'cumprimentar os artistas em cinco minutos'. O paradigma (6) corresponde a algumas das frases de (4), assinalando-se em itálico os complementos e sublinhando-se os adjuntos:

(6) a. O que o Pedro fez foi [cumprimentar *os artistas* <u>em cinco minutos</u>].
b. O que o Zé fez foi [ir *ao cinema* <u>domingo passado</u>].
c. O que o cozinheiro fez foi [mexer *nos copos* <u>sem lavar as mãos</u>].

Em (6), todo o sintagma verbal é focalizado, incluindo complementos e adjuntos. Mas é possível focalizar apenas o verbo e os seus complementos, mantendo o adjunto dentro da pressuposição, isto é, no sintagma verbal que tem o verbo *fazer* como núcleo (cf. (7)):

(7) a. O que o Pedro fez <u>em cinco minutos</u> foi [cumprimentar *os artistas*].
b. O que o Zé fez <u>domingo passado</u> foi [ir *ao cinema*].
c. O que o cozinheiro fez <u>sem lavar as mãos</u> foi [mexer *nos copos*].

Em contrapartida, é impossível focalizar apenas o verbo sem o seu complemento. Por outras palavras, se o complemento do verbo pleno ocorrer na pressuposição e não no foco, a construção pseudoclivada deixa de ser gramatical, quer o adjunto ocorra juntamente com o verbo pleno, no foco (cf. (8)), quer juntamente com *fazer*, na pressuposição (cf. (9)):

(8) a. *O que o Pedro fez *os artistas* foi [cumprimentar <u>em cinco minutos</u>].
b. *O que o Zé fez *ao cinema* foi [ir <u>domingo passado</u>].
c. *O que o cozinheiro fez *nos copos* foi [mexer <u>sem lavar as mãos</u>].

(9) a. *O que o Pedro fez *os artistas* <u>em cinco minutos</u> foi [cumprimentar].
b. *O que o Zé fez *ao cinema* <u>domingo passado</u> foi [ir].
c. *O que o cozinheiro fez *nos copos* <u>sem lavar as mãos</u> foi [mexer].

O contraste entre (6)-(7), por um lado, e (8)-(9), por outro, mostra que o verbo mantém com o complemento selecionado (*os artistas*, *ao cinema*, *nos copos*) uma relação muito mais estreita do que com o adjunto adverbial, na medida em que não pode ser separado dele na construção pseudoclivada em que o SV é focalizado. Pelo contrário, o facto de o adjunto poder ser separado do verbo pleno, aparecendo dentro da pressuposição cujo núcleo é *fazer*, como em (7), ilustra o seu caráter sintaticamente periférico dentro do SV.

> [2] Na construção pseudoclivada, o verbo *fazer* na pressuposição apenas pode ser usado com sintagmas verbais focalizados que representam eventos, i.e., cujo núcleo verbal é aspetualmente dinâmico (cf. Cap. 17): cf. a estranheza de #*o que o Pedro fez*

foi morar em Paris ou #*o que o Pedro faz é saber matemática*, correspondendo a *o Pedro morou em Paris* e *o Pedro sabe matemática*, respetivamente (*morar* e *saber* são verbos aspetualmente estativos, ou seja, não representam eventos dinâmicos). Esta restrição faz com que o argumento apresentado no texto só possa ser usado com frases cujo sintagma verbal seja aspetualmente dinâmico.

O verbo *fazer* pode também ocorrer, num uso chamado "leve" (cf. 28.2.4), em estruturas do tipo *fazer algo a alguém*. Nestes casos, *fazer* seleciona um complemento direto e um complemento indireto com o estatuto semântico de paciente afetado (cf. *o Pedro fez uma maldade à Maria*). Estas estruturas podem também ocorrer em construções pseudoclivadas semelhantes (mas não idênticas) às de (6)-(7) e que facilmente com elas se confundem; cf. *o que o Pedro fez aos artistas foi* [*cumprimentá-los*][15]. Neste caso, o complemento indireto de *fazer* (*aos artistas*, no exemplo) ocorre juntamente com o verbo na parte pressuposicional da construção (visto que é um verdadeiro complemento desse verbo), sendo retomado dentro do sintagma verbal que ocorre no foco por um pronome pessoal correferente com ele (cf. *...foi cumprimentá-los*).

28.1.3 Complementos do verbo

Como se assinalou em 28.1.1.2, os complementos do verbo podem ser de três tipos: complemento direto (cf. *o João lavou o cão com sabão azul e branco*), complemento indireto (cf. *o João ofereceu um disco à Ana*) e complemento oblíquo, podendo os complementos oblíquos ser preposicionados (cf. *o João mora em Lisboa*) ou não preposicionados (cf. *o livro custa 20 euros*). Nas próximas subsecções, analisam-se as propriedades destes complementos, com particular incidência sobre o complemento direto e o complemento indireto.

28.1.3.1 Complemento direto

Tratam-se em primeiro lugar as propriedades sintáticas do complemento direto, e em seguida as suas propriedades semânticas.

28.1.3.1.1 Propriedades sintáticas do complemento direto

O complemento (ou objeto) direto pode ser um sintagma nominal (cf. (10a)) ou uma oração subordinada, finita (cf. (10b-e)) ou infinitiva (cf. (10f)). A oração finita, por sua vez, pode ser declarativa, interrogativa ou exclamativa[16]. As orações subordinadas finitas são introduzidas por **conjunções integrantes**, chamadas **complementadores** na linguística moderna e designadas nesta Gramática pelo termo **conjunção-complementador** (cf. Caps. 34 e 36). As orações declarativas são introduzidas pela conjunção *que* (cf. (10b)), as orações interrogativas indiretas globais são introduzidas pela conjunção *se* (cf. (10c)) e as orações exclamativas são introduzidas pela conjunção *como* (cf. (10d)). As orações interrogativas indiretas parciais (cf. Caps. 36 e 48), por sua vez (cf. (10e)), são introduzidas por uma locução ou por um pronome interrogativo (no exemplo, *quem*):

[15] Nesta frase, a parte que corresponde a *algo* na expressão *fazer algo a alguém* é a locução relativa *o que* no início da frase pseudoclivada; essa locução introduz uma variável que, por sua vez, é identificada pelo sintagma verbal no infinitivo: 'a ação *x* tal que o Pedro fez *x* aos artistas = cumprimentá-los'.

[16] As orações subordinadas interrogativas são chamadas **orações interrogativas indiretas** (cf. Caps. 36, 37 e 48).

(10) a. O Pedro rejeitou *a proposta dos colegas*.
b. O autarca disse *que a notícia dos jornais era falsa*.
c. O autarca perguntou ao secretário *se o inquérito estava encerrado*.
d. Não posso crer *como a Clara cresceu*!
e. Pergunte na Praça do Comércio do Porto *quem é Hermenegildo Fialho Barrosas*. (adaptado de CRPC, Camilo, *Brilhantes*)
f. O polícia disse *ter interrogado os prisioneiros*.

Quando o complemento direto é um sintagma nominal, é substituível por uma forma pronominal clítica acusativa (cf. (11a)); quando é uma oração subordinada, pode ser substituído por um pronome clítico acusativo ou por um pronome demonstrativo neutro (*isto*, *isso* ou *aquilo*) (cf. (11b-d)):

(11) a. O Pedro rejeitou-*a*.
b. O autarca disse-*o*/*isto*.
c. Pergunte-*o*/*isso* aí na Praça do Comércio do Porto.
d. Não posso {crê-*lo*/crer *aquilo*}.

Os verbos que admitem um complemento direto chamam-se **transitivos** e as orações ativas que contêm um complemento direto chamam-se **orações transitivas** (cf. 28.2.2.2). O complemento direto de uma oração transitiva ocorre tipicamente como sujeito da frase passiva correspondente (cf. (12)-(13) e Cap. 13):

(12) a. Os assaltantes roubaram *os quadros desse pintor*.
b. As funcionárias guardaram *os livros sobre o Antigo Egito*.

(13) a. *Os quadros desse pintor* foram roubados pelos assaltantes.
b. *Os livros sobre o Antigo Egito* foram guardados pelas funcionárias.

Só o complemento direto pode ocorrer como sujeito numa oração passiva; um complemento indireto ou oblíquo não pode; por isso, as frases de (14) não têm uma variante passiva, como se ilustra em (15) (cf. Cap. 13):

(14) a. O Pedro sorriu *ao professor*.
b. A Ana mora *em Coimbra*.

(15) a. **O professor* foi sorrido pelo Pedro.
b. **Coimbra* é morada pela Ana.

No entanto, nem todos os verbos que selecionam um complemento direto podem ocorrer em frases passivas. Em várias línguas, entre as quais o português, as frases ativas que mais facilmente aceitam uma versão passiva são aquelas em que o sujeito corresponde a um agente e o complemento direto a um paciente ou a um tema (cf. Cap. 13). Quando este alinhamento não existe, como, p.e., com os verbos transitivos *ter*, *querer* e *suportar*, entre outros, as versões passivas não são possíveis:

(16) a. O Manel tem *todos os livros do Tintim*.
b. O meu filho quer *essa bicicleta*.
c. O António não suporta *a Maria*.

(17) a. **Todos os livros do Tintim* são tidos pelo Manel.
b. **Essa bicicleta* é querida pelo meu filho.
c. **A Maria* não é suportada pelo António.

Os constituintes em itálico de (16) são complementos diretos, visto que podem ser substituídos por um pronome clítico acusativo: cf. *o Manel tem-nos* (*todos*), *o meu filho quere-a*, *o António não a suporta*. Nestes exemplos, contudo, o sujeito não tem uma natureza agentiva: em (16a) é um **possuidor**[17] e em (16b,c) é um **experienciador** psicológico do estado mental descrito pelo verbo. Não se deve perder de vista, no entanto, que a impossibilidade de uma versão passiva depende em alto grau de propriedades idiossincráticas do verbo; assim, *possuir* (semanticamente próximo de *ter*), *desejar* (semanticamente próximo de *querer*) ou *odiar* (semanticamente próximo de *não suportar*) admitem versões passivas mais facilmente, embora nem sempre sejam aceitáveis para alguns falantes; cf. ?*todos os livros do Tintim são possuídos pelo Manel*, ?*essa bicicleta é desejada pelo meu filho* e *a Maria é odiada pelo António*.

Outra manifestação da correspondência estreita entre a passivização e a natureza semântica agentiva do sujeito manifesta-se na relativa estranheza em passivizar uma oração transitiva cujo núcleo verbal é um verbo de alternância causativa, como *afundar*, *aumentar*, *cozer*, *fechar*, *secar*, quando o sujeito não denota um ser com vontade própria, i.e., quando é uma causa não agentiva (cf. 28.2.3.2). Considere-se, p.e., a frase *a tempestade afundou o cargueiro*; neste caso, à versão passiva, ?*o cargueiro foi afundado pela tempestade*, alguns falantes preferem a versão ativa incoativa, *o cargueiro afundou-se com a tempestade*, em que o argumento causal é realizado dentro do sintagma verbal introduzido pela preposição *com*, numa oração ativa intransitiva. Compare-se a estranheza da oração passiva mencionada com a aceitabilidade de *o cargueiro foi afundado pela marinha japonesa*, que corresponde à oração ativa *a marinha japonesa afundou o cargueiro*, com sujeito agentivo.

O complemento direto responde tipicamente a perguntas iniciadas pela locução interrogativa *o que* ou pelo pronome interrogativo *quem*, como se ilustra a seguir:

(18) a. *O que* compraste?
b. (Comprei) *um livro do Tintim*.

(19) a. *Quem* encontraste ontem?
b. (Encontrei) *o meu antigo namorado*.

É importante sublinhar que o facto de um constituinte ser um sintagma nominal e ter o estatuto de complemento não é condição suficiente para desempenhar a função de complemento direto. Assim, sintagmas nominais com valor quantificacional selecionados por verbos como *custar*, *durar*, *medir* e *pesar*, embora sejam complementos selecionados, não manifestam as propriedades típicas de um complemento direto:

[17] "Possuidor" é um caso particular do papel temático **locativo**; ou seja, a relação de posse é entendida como um caso abstrato de localização (cf. Jackendoff 1972:30); concomitantemente, o complemento direto do verbo *ter* recebe o papel temático de tema, visto corresponder à entidade localizada.

(20) a. A casa do Zé custou *500 000 euros*.
b. A reunião durou *duas horas*.
c. O Zé mede *2 metros*.
d. A filha da Ana já pesa *10 quilos*.

Nestes casos, o SN não pode ser substituído pela forma clítica acusativa do pronome (cf., por exemplo, a impossibilidade de **a casa do Zé custou-os*), não pode ocorrer como sujeito de uma frase passiva (cf., por exemplo, a impossibilidade de **duas horas foram duradas pela reunião*), nem responde a uma pergunta iniciada pela locução interrogativa *o que* (cf., por exemplo, a impossibilidade de **o que mede o Zé?*, correspondendo a (20c)). Estas expressões, como se viu em 28.1.1.2, são complementos oblíquos não preposicionados[18].

Em contextos informativos neutros, a posição canónica do complemento direto é imediatamente à direita do verbo, antecedendo os restantes complementos:

(21) a. O Pedro deu *um livro de culinária* à namorada.
b. O Pedro impediu *a Maria* de sair com os amigos.

No entanto, também em contextos informativos neutros, a ordem do complemento direto relativamente aos outros constituintes do SV pode sofrer alterações, que se descrevem a seguir:

❖ O complemento direto surge à direita do complemento indireto se este for um pronome clítico ligado ao verbo[19]:

(22) O Pedro deu-lhe *um livro de culinária* como prenda de aniversário.

❖ O complemento direto pode ser separado do verbo por um advérbio:

(23) a. A Joana *pôs* cuidadosamente *os livros* na estante.
b. A Isabel *vai comprar* hoje *um automóvel novo*.
c. A Ana *encontra* provavelmente *a mãe* no supermercado.

❖ O complemento direto ocorre preferencialmente no final da frase se for uma oração ou um sintagma nominal mais longo e/ou mais complexo estruturalmente do que os outros complementos ou adjuntos da frase, como se ilustra nos seguintes exemplos (o complemento direto é uma oração subordinada em (24a) e um sintagma nominal que contém uma oração relativa em (24b,c)):

(24) a. O Pedro disse à Maria *que a Teresa já tinha saído*.
b. O Pedro deu à namorada *o livro de culinária que a Teresa escreveu*.
c. O Pedro levou para casa *o jogo do Monopólio que a Ana lhe emprestou*.

Tipicamente, o complemento direto em português não é introduzido por uma preposição, quer seja um sintagma nominal quer seja uma oração. Existem, no

[18] Os verbos *medir* e *pesar*, no entanto, têm um uso transitivo, no qual o sujeito é um agente e o complemento direto é um paciente: cf. *a enfermeira mediu a criança*, *o carniceiro pesou as costeletas*. Neste uso, os verbos em questão podem ser passivizados: cf. *a criança foi medida pela enfermeira*, *as costeletas foram pesadas pelo carniceiro*.

[19] Se o complemento direto também for um pronome clítico acusativo, contrai-se com o clítico dativo; na forma complexa contraída, o clítico acusativo surge depois do clítico dativo: *o Pedro deu-lho* (cf. Cap. 42).

entanto, alguns contextos especiais em que um complemento direto é introduzido pela preposição *a*; nestes casos, o complemento direto tem sempre o traço [+humano], caracterizando-se também por ser semanticamente específico[20]. Esses contextos são os que se enunciam de seguida[21]:

❖ O complemento direto é o pronome relativo *quem* na posição inicial de uma oração relativa: cf. *não conheço os miúdos* [*a quem o Pedro enganou*][22] (vs. ***não conheço os miúdos* [*quem o Pedro enganou*]).

❖ O complemento direto é um pronome oblíquo forte (isto é, não clítico; cf. Cap. 23) que acompanha um pronome clítico para efeitos de ênfase, tendo ambos o mesmo referente: *conheço-os a eles* (por terem o mesmo referente, diz-se que o pronome forte **redobra** o pronome clítico). Note-se que ***conheço a eles*, sem o pronome clítico e apenas com o pronome forte preposicionado, não é gramatical em português europeu.

❖ O complemento direto é um tópico em posição inicial da frase, formando um grupo prosódico distinto, e podendo ser ou não retomado por um pronome clítico: *ao Pedro, nunca* (*o*) *encontro nas reuniões da Faculdade*; aqui, contrariamente aos dois casos anteriores, a preposição é opcional: cf. *o Pedro, nunca* (*o*) *encontro nas reuniões da Faculdade*.

❖ O complemento direto ocorre em expressões (semi-)idiomáticas, com verbos "afetivos" como *amar*, *louvar*, *temer*: cf. *amar/louvar a Deus*, *amar ao próximo*.

28.1.3.1.2 Propriedades semânticas do complemento direto

O complemento direto corresponde tipicamente às funções semânticas de **tema** e de **paciente**. Enquanto tema, designa a entidade que se localiza ou que se move, quer estas relações se apliquem no domínio básico espacial (cf. (25)), quer se apliquem metaforicamente no domínio da posse/transferência (cf. (26a,b)) ou dos estados físicos ou mentais (cf. (26c))[23]:

(25) a. A Ana pôs *o livro* na estante.
b. O Carlos levou *a Sara* a Roma.

(26) a. O Zé comprou *esse livro* no alfarrabista.
b. O Pedro ofereceu *um CD dos Beatles* à namorada.
c. Isso pôs *a Maria* doente.

---

[20] Em espanhol, a preposição *a*, denominada "*a* pessoal", ocorre sistematicamente com complementos diretos semanticamente específicos e com o traço [+humano]: cf. *Marta insultó a un compañero* 'a Marta insultou um companheiro' (cf. Torrego 1999:1787).

[21] Com nomes deverbais (cf. Cap. 27), o complemento que corresponde ao complemento direto de uma oração é sempre introduzido por uma preposição, tipicamente *de* (cf. *destruíram Roma* vs. *a destruição de Roma*), mas também *a* (cf. *assaltaram o banco* vs. *o assalto ao banco*) e, menos frequentemente, *por* (cf. *respeitar os direitos humanos* vs. *o respeito pelos direitos humanos*). Sobre o uso da preposição *de* com complementos oracionais, cf. Cap. 36.

[22] O pronome relativo *que* também pode tomar como antecedente um SN [+humano] – cf. *não conheço os miúdos* [*que o Pedro enganou*] (cf. Cap. 39) –, mas não permite a preposição *a*: cf. a impossibilidade de ***não conheço os miúdos* [*a que o Pedro enganou*].

[23] Cf. Cap. 13 e também Gruber (1965), Fillmore (1968) e Jackendoff (1972). As orações integrantes que funcionam como complemento direto (cf. (10b-e)) são também classificadas como tendo o papel temático de tema.

O papel temático de **paciente** apresenta dois tipos diferentes: **paciente afetado** e **paciente resultante**. O **paciente afetado** é um complemento direto que representa uma entidade preexistente que é afetada de algum modo por uma ação iniciada por um agente (cf. (27a,b)) ou provocada por uma força causal não voluntária (cf. (27c)); o paciente resultante (cf. (28)) é um complemento direto que representa a entidade criada como resultado do evento descrito pelo predicado (cf. Cap. 13 e Levin e Rappaport Hovav 1995):

(27) a. O polícia agrediu *o prisioneiro*.
b. A Teresa convidou *as amigas* para a festa.
c. O vento secou *as toalhas*.

(28) a. A mãe da Ana faz *bordados lindíssimos*.
b. O Zé desenhou *uma casa amarela*.
c. O professor provocou *uma discussão sobre o racismo*.

Com alguns verbos que exprimem estados psicológicos de natureza emocional, como *aborrecer*, *alegrar*, *assustar*, *preocupar* e *surpreender*, entre outros, o complemento direto representa a entidade animada que se encontra ou que fica nesse estado; neste caso, o seu papel temático é o de **experienciador** (cf. (29))[24]:

(29) a. O Pedro assustou *a Ana*.
b. A doença do Zé preocupa *os amigos*.
c. Essa notícia desgostou *toda a gente*.

Com um pequeno número de verbos que denotam movimento (incluindo *abarrotar*, *atafulhar*, *atestar*, *carregar*, *encher*), o complemento direto (em itálico nos exemplos) denota um lugar que é meta ou destino final de um movimento, enquanto a entidade que se move (o tema) é realizado por um complemento oblíquo preposicionado (sublinhado nos exemplos)[25]:

(30) a. O Zé carregou *a carroça* com/de lenha.
b. A Carla encheu *a estante* com/de livros.
c. Ela abarrotou *a dispensa* com latas de sardinha.
d. Atestámos *o depósito* com gasolina super.

Finalmente, com verbos de perceção, como *escutar*, *ouvir*, *sentir* ou *ver*, com verbos de natureza estativa que denotam uma atitude afetiva causada por algo ou alguém externo ao experienciador, como *adorar*, *odiar* ou *temer*, e com verbos como *encontrar* e (*re*)*conhecer*, o sujeito é um experienciador (psicológico ou sensorial) e o complemento direto tem o papel temático de **estímulo** dessa experiência (cf. Huddleston e Pullum 2002:231):

(31) a. O Pedro ouviu *um grito horrível*.
b. O Miguel sentiu *uma coisa esquisita* debaixo da cama.

---

[24] Com estes verbos, o sujeito pode ser um agente (é o caso de *o Pedro*, numa das leituras de (29a) – o Pedro age voluntariamente) ou uma causa, como em (29b,c) e na outra leitura de (29a) – na qual o Pedro age involuntariamente. Sobre a ambiguidade de (29a), cf. 28.2.3.2.

[25] As preposições mais usadas nesta função são *de* e *com*. Sobre estes verbos, veja-se Demonte (1991), Levin e Rappaport Hovav (1995) e, para o português, Duarte (1998).

c. A Maria odeia *couve-flor*.
d. Ele conhece *a Maria*.

28.1.3.2 Complemento indireto

Tratam-se em primeiro lugar as propriedades sintáticas do complemento indireto; discutem-se em seguida as suas propriedades semânticas, abordando-se nessa discussão o estatuto de sintagmas com o papel temático de beneficiário introduzidos pela preposição *para* (cf. *construí uma casa para os meus pais*), semanticamente equivalentes a um uso particular do complemento indireto (cf. *construí uma casa aos meus pais*).

28.1.3.2.1 Propriedades sintáticas do complemento indireto

Quando não é realizado por um pronome clítico dativo, o complemento indireto é um sintagma preposicional introduzido pela preposição *a*:

(32) a. O programa do concerto agradou *aos espectadores*.
b. A Marta deu um ramo de flores *à mãe*.

O complemento indireto responde tipicamente a perguntas iniciadas pelo sintagma preposicional *a quem* (cf. *a quem é que a Marta deu um ramo de flores?*) e pode ser substituído por um pronome clítico dativo (cf. Cap. 23):

(33) a. O programa do concerto agradou-*lhes*.
b. A Marta deu-{*me/te/lhe*} um ramo de flores.

Nem sempre um complemento introduzido pela preposição *a* é indireto; a possibilidade de esse complemento ser substituído por um pronome dativo é uma condição necessária para esse estatuto. Assim, o complemento preposicionado de (34a) é um complemento oblíquo locativo direcional (exigido pelas propriedades selecionais do verbo *chegar*), não um complemento indireto, visto que não pode ser substituído por *lhe* (cf. (34b)), mas antes pelo advérbio locativo *lá* (cf. (34c))[26]:

(34) a. O Pedro chegou *à praia*.
b. *O Pedro chegou-*lhe*.
c. O Pedro chegou *lá*.

Do mesmo modo, o complemento oracional infinitivo introduzido pela preposição *a*, em verbos como *convencer*, *obrigar* ou *persuadir* (cf. *convenci o Pedro a comprar um barco*), também não é indireto: cf. a impossibilidade de **convenci-lhe o Pedro*, em que o pronome dativo *lhe* substituiria o complemento oracional.

O verbo *ensinar* tem um quadro de subcategorização semelhante a *convencer* e *persuadir*, podendo ocorrer com um complemento direto [+humano] e um complemento oracional introduzido por *a*: cf. *ensinei* [*as crianças*] [*a nadar*], *ensinei-as* [*a nadar*]. Alguns falantes aceitam que o complemento humano se realize como indireto, especialmente se for um pronome clítico: cf. *ensinei às crianças* [*a nadar*], *ensinei-lhes* [*a nadar*].

[26] Para uma discussão da preposição *a* e da relação semântica entre complementos indiretos e complementos locativos, cf. Caps. 29 e 32.

No português-padrão, e contrariamente aos outros complementos preposicionados, o complemento indireto não pode ser realizado exclusivamente por um sintagma preposicional consistindo na sequência *a* + pronome pessoal forte (cf. (35a))[27]; um tal sintagma pode, no entanto, ocorrer nos seguintes contextos:

(i) em construções de redobro do clítico, isto é, em que ocorre um pronome clítico dativo distinto mas com a mesma referência do pronome forte e por ele "redobrado" (cf. (35b) e 28.1.3.1.1, sobre o mesmo fenómeno relativo ao complemento direto);

(ii) em "fragmentos textuais" curtos, como, p.e., numa resposta a uma pergunta (cf. (35c)):

(35) a. *O Miguel mostrou as fotografias *a ela*.
b. O Miguel mostrou-*lhe* as fotografias *a ela*.
c. A – A quem mostraste as fotografias?
B – *A ela*.

Em contrapartida, quando o complemento introduzido por *a* é oblíquo, a sequência *a* + pronome pessoal forte é possível (cf. (36)) – a impossibilidade de **o Miguel recorreu-lhes* ou **obriguei-lhe o João* mostra que o complemento em itálico de (36) não é indireto:

(36) a. Para se acalmar, o Miguel recorreu *a eles*.
b. Obriguei o João *a isso*.

Na ordem básica dos constituintes em português, o complemento indireto ocorre à direita do complemento direto, como se verifica em (37a), surgindo, no entanto, imediatamente a seguir ao verbo se assumir a forma clítica (cf. (37b) e a Nota 19), e antes do complemento direto se este corresponder a uma oração subordinada ou a um sintagma nominal longo e/ou estruturalmente complexo (cf. (37c,d)):

(37) a. O professor entregou os testes *aos alunos*.
b. O Pedro deu-*lhe* um livro de culinária.
c. O Pedro disse *à Marta* que o livro de culinária que a Teresa escreveu já saiu.
d. O Zé ofereceu *à Joaquina* a medalha que tinha ganho no concurso de melhor cozinheiro do ano.

28.1.3.2.2 Propriedades semânticas do complemento indireto

Como o seu nome indica, o complemento indireto é, na maior parte dos casos, um argumento do verbo, tal como o complemento direto (cf. 28.1.1). Existem dois casos, no entanto, em que o complemento indireto não é um argumento, mas sim um adjunto adverbial, não selecionado pelo predicador da frase, os chamados "dativo de posse" (cf. *levaram-lhe a carteira*) e "dativo ético" (cf. *fecha-me essa porta*). Continuamos, no entanto, a chamar a estes constituintes de "complemento indireto", dado terem um comportamento formal semelhante ao dos restantes casos;

[27] Em registos informais, no entanto, podem-se ouvir frases como (35a); a caracterização no texto restringe-se ao português-padrão.

nomeadamente, são realizados por um sintagma preposicional cujo núcleo é a preposição *a* ou por um pronome da série dativa. Em 28.1.3.2.2.1, discutem-se os casos em que o complemento indireto é selecionado, e, em 28.1.3.2.2.2, brevemente, os dativos de posse e ético, em que o complemento indireto funciona como adjunto.

28.1.3.2.2.1 Complemento indireto selecionado

O complemento indireto é um argumento selecionado por várias classes semânticas verbais. A grande maioria destes verbos seleciona também um complemento direto, ou seja, são verbos de três lugares (contando com o sujeito).

❖ Verbos de transferência

Entre estes, os verbos mais típicos são os que descrevem situações que envolvem a transferência de uma entidade *x* a partir de uma entidade *y* concebida como a origem ou a fonte da transferência, para uma entidade *z* concebida como o destinatário da transferência: *comprar*, *confiar*, *dar*, *devolver*, *entregar*, *oferecer*, *roubar*, *tirar*, *transmitir*, *vender*, entre muitos outros.

A transferência em causa pode envolver literalmente o movimento do objeto transferido ou implicar simplesmente mudança de posse, sem qualquer movimento (p.e., uma frase como *ofereceram a biblioteca ao Estado* não implica necessariamente que os livros que a constituem se movam fisicamente). A transferência pode também ser concebida metaforicamente, envolvendo entidades abstratas, conceptualizadas como passando de uma pessoa para outra; encontram-se neste caso os verbos que exprimem comunicação, em que o complemento indireto representa o destinatário, como *contar*, *declarar*, *dizer*, *escrever*, *explicar*, *falar* ou *sorrir* – este último verbo incorpora lexicalmente uma manifestação física de caráter afetivo (o sorriso) que uma pessoa comunica a outra.

Os papéis temáticos atribuídos aos argumentos destes verbos são os de **tema**, para a entidade transferida (em (38), o complemento direto *o livro*, *uma carta* e *o teorema*), de **origem** (também chamado **fonte**), para a entidade a partir da qual se efetua a transferência, e de **destinatário**, para a entidade que constitui o ponto final da transferência (em (38), coloca-se o complemento indireto em itálico e assinala-se entre parênteses retos o seu papel temático):

(38) a. O Pedro {deu/entregou/vendeu} o livro *ao António*. [destinatário]
b. O Pedro {roubou/tirou/comprou} o livro *ao António*. [origem]
c. A Maria {sorriu/falou/escreveu} (uma carta) *ao Luís*. [destinatário]
d. O professor explicou o teorema *aos alunos*. [destinatário]

Dependendo do verbo, o complemento indireto pode ter o papel temático de destinatário ou de origem. O complemento indireto é destinatário com os verbos *dar*, *dizer*, *entregar*, *explicar*, *falar*, *sorrir*, *vender* (sendo a origem representada pelo sujeito); o complemento indireto é origem com os verbos *comprar*, *roubar*, *tirar* (sendo o destinatário, neste caso, representado pelo sujeito)[28]. O papel temático de

[28] Com todos estes verbos, o sujeito é também o agente da ação descrita. Com o verbo de transferência *receber*, o sujeito tem o papel temático de destinatário, e o papel temático de origem é realizado por um sintagma preposicional introduzido por *de*: cf. *eles receberam uma carta do filho que está a estudar no estrangeiro*.

tema (a entidade transferida), quando é explicitado, corresponde ao complemento direto[29]; com *falar* e *sorrir*, contudo, o tema não é expresso, já que faz parte inerente do próprio sentido lexical do verbo[30].

Com a grande maioria destes verbos, se não mesmo com todos, o complemento indireto, ainda que seja um argumento, pode ser omitido, sendo, nesse caso, interpretado a partir do sentido lexical do verbo: assim, frases como *o Pedro* {*comprou/entregou/mostrou/vendeu*} *o livro* são perfeitamente aceitáveis, invocando em todos os casos uma entidade humana (ou institucional, nalguns casos), semanticamente indefinida, com o sentido de 'alguém', que não é representada mas que corresponde ao complemento indireto, com o papel temático de origem ou destinatário, consoante o verbo[31].

Com alguns destes verbos, o complemento indireto tem (ou pode ter) secundariamente o papel temático de **beneficiário**, dependendo do envolvimento pessoal do seu referente no ato de transferência, em particular, se tem alguma coisa a ganhar ou a perder com ela[32]. Assim, na interpretação mais natural de *dei-lhe um livro no seu aniversário*, o pronome clítico dativo é simultaneamente destinatário e beneficiário; em contrapartida, com este mesmo verbo ou com o verbo *entregar*, existe também a possibilidade de o beneficiário ser realizado por um sintagma independente, introduzido pela preposição *para* (cf. *dei-lhe/entreguei-lhe uma mensagem para o Primeiro-Ministro*); neste caso, o complemento indireto (o pronome dativo) é exclusivamente interpretado como destinatário. Voltamos mais abaixo a uma discussão dos complementos indiretos com o papel temático de beneficiário.

Verbos diretivos

Outra classe que seleciona um complemento indireto é a dos verbos de sentido diretivo como *ordenar*, *pedir*, *propor*, *rogar*, *sugerir* e *suplicar*, entre outros, que denotam ordens, pedidos ou sugestões feitos por um indivíduo ou grupo de indivíduos (realizado como sujeito, com o papel temático de agente e fonte) a outro indivíduo ou grupo:

(39) a. O professor ordenou *ao aluno* que saísse da sala.
b. Pedi-*lhes* que comprassem o jornal.
c. Supliquei *ao professor* que não chumbasse o meu filho.

Com estes verbos, o complemento indireto corresponde ao destinatário do ato diretivo, i.e., a pessoa ou pessoas a quem se sugere, se ordena, etc.; a oração subordinada, que tem o verbo no conjuntivo, representa a ordem, a sugestão, etc. (cf. Cap. 36)[33].

---

[29] Com o verbo *escapar-se* (conjugado reflexamente), o tema é realizado pelo sujeito e a origem por um complemento indireto, que alterna com um complemento preposicionado introduzido por *de*: cf. *ela escapou-se-lhe*/*ela escapou-se dele*.

[30] Veja-se, p.e., o uso do verbo *falar* no português do Brasil, semelhante a *dizer* no português europeu, com um complemento direto lexicalmente realizado; cf. *não fales essas coisas* {*para a/à*} *tua mãe*.

[31] Para alguns falantes, o verbo *dar* tem de ocorrer com um complemento indireto; no entanto, a seguinte frase, sem complemento indireto, parece-nos aceitável: *a Joana deu todos os livros do Tintim que possuía*.

[32] Este papel temático cobre tanto as entidades que tiram vantagem de uma determinada ação como aquelas que sofrem um dano.

[33] Em frases como (39), o sujeito nulo da oração subordinada é tipicamente correferente com o complemento indireto da oração principal, já que é pragmaticamente natural que a entidade responsável pela ação pedida ou ordenada seja também aquela a quem se faz o pedido ou a ordem (cf. Caps. 36 e 37).

[3] Para além do seu sentido básico como verbo de comunicação, o verbo *dizer* também tem um sentido diretivo, próximo do de *pedir* ou *ordenar* – cf. *o professor disse ao aluno que saísse da sala*, com o verbo da oração subordinada no conjuntivo, e *o professor disse ao aluno para sair da sala*, com o verbo da oração subordinada no infinitivo. Em contrapartida, quando *dizer* tem o seu sentido básico de verbo de comunicação, o verbo da oração subordinada ocorre no indicativo (cf. *o Manuel disse aos pais que ia ao cinema*) e o sujeito da oração subordinada tem referência "livre": pode ser o sujeito da oração principal, como na frase acima, pode ser o complemento indireto (cf. *o ministério das finanças disse ao Pedro que* (*ele*) *devia 20 000 euros ao Estado*) ou uma terceira pessoa (cf. *o Pedro disse ao João que a Isabel era uma chata*).

❖ Outros verbos que selecionam um complemento indireto

Como se notou, os verbos que selecionam um complemento indireto selecionam também, na sua maioria, um complemento direto (ou incorporam-no lexicalmente, como *falar* e *sorrir*). Existem, no entanto, vários verbos intransitivos (i.e., que não selecionam um complemento direto – cf. 28.2.2.2) que selecionam um complemento indireto. Nesta classe de verbos podem distinguir-se quatro grupos: o dos verbos existenciais como *bastar*, *chegar*, *faltar*, *sobrar*, o dos verbos existenciais que incorporam uma componente cognitiva, como *constar*, *ocorrer*, *parecer*, o dos verbos psicológicos, como *agradar*, *apetecer*, *aprazer*, *convir*, *custar*, *desagradar*, *doer*, *importar*, *interessar*, *repugnar*, e ainda o verbo de posse *pertencer*. Com os verbos psicológicos e existenciais com uma componente cognitiva, o complemento indireto é tematicamente um experienciador psicológico; com os outros verbos, é um locativo[34]:

(40) a. {Sobram-*lhe*/Faltam-*lhe*/Chegam-*lhe*} 30 euros.
b. Pareceu-*lhe* que chovia.
c. O concerto agradou *ao público*.
d. Convém-*me* esse resultado.
e. Esse livro pertence *ao professor*.

Outro grupo de verbos intransitivos que selecionam um complemento indireto inclui *desobedecer*, *obedecer*, *resistir* e *sobreviver*. Com estes verbos, o complemento indireto apresenta uma particularidade: pode representar uma entidade não humana, contrariamente ao que acontece com as classes discutidas acima, como se ilustra na segunda variante dos seguintes exemplos:

(41) a. Todos os cidadãos devem obedecer {*aos seus governantes*/*às leis*}.
b. Sobrevivemos {*à Castafiore*/*à catástrofe*}.
c. Não consegui resistir {*à Joana*/*à tentação*}.

[4] Um complemento indireto pode também designar um ser inanimado com os verbos leves *dar* e *fazer* (cf. 28.2.4) seguidos de um complemento direto cujo núcleo é um nome deverbal: cf. *ele dá muita importância ao trabalho*, *a Maria deu uma pintura às estantes*, *eles fizeram uma enorme limpeza à casa*. Nestes casos, o complemento indireto pode ser substituído por um pronome clítico dativo, com a mesma leitura

[34] Quando ocorrem com um complemento indireto, os verbos existenciais (*chegar*, *faltar*, *sobrar*) têm um sentido próximo da posse. No sistema de Jackendoff (1972), um possuidor é caracterizado pelo papel temático de locativo (cf. Nota 17).

de entidade não humana: cf., correspondendo aos exemplos acima, *ele dá-lhe muita importância*, *a Maria deu-lhe uma pintura* e *eles fizeram-lhe uma enorme limpeza*.

Quando a sequência verbo leve + [$_{SN}$ ... nome deverbal] é substituída por um verbo pleno, este incorpora lexicalmente o complemento direto; nesse caso, o complemento indireto realiza-se como complemento direto (*dar uma pintura* [*às estantes*] = *pintar* [*as estantes*]; *fazer uma limpeza* [*à casa*] = *limpar* [*a casa*]).

28.1.3.2.2.2 Complemento indireto com o papel temático de beneficiário

O complemento indireto alterna por vezes com um sintagma preposicional introduzido pela preposição *para*, com o mesmo significado básico, como se ilustra a seguir:

(42) a. O Marco comprou um carro *ao filho*[35].
b. Construí uma casa *aos meus pais*.
c. A bruxa preparou uma armadilha *à princesa*.

(43) a. O Marco comprou um carro *para o filho*.
b. Construí uma casa *para os meus pais*.
c. A bruxa preparou uma armadilha *para a princesa*.

Os verbos que ocorrem nestas frases denotam geralmente uma ação de criação ou de transferência de um objeto (físico ou abstrato), ação essa que pode ser feita com a intenção de causar benefício ou dano a uma entidade humana, representada por um sintagma preposicional introduzido quer pela preposição *a* quer pela preposição *para* (em itálico nos exemplos acima). Essa entidade tem, portanto, algo a ganhar ou a perder com o evento, sendo esse valor semântico captado pelo papel temático de **beneficiário**.

Tal como os complementos indiretos com o papel temático de origem ou de destinatário, os sintagmas preposicionais com o papel temático de beneficiário são argumentos opcionais dos verbos com os quais ocorrem, podendo ser omitidos sem prejuízo da gramaticalidade das frases. Nesse caso, a interpretação mais natural é aquela em que o beneficiário é semanticamente indefinido ('alguém'), podendo, em certos casos, corresponder ao sujeito da oração (como em *o Pedro construiu uma casa*, frase da qual se infere, num contexto neutro, que a casa é para benefício do próprio Pedro).

O verbo *comprar* permite-nos distinguir claramente entre o complemento indireto com o papel temático de origem e o complemento indireto com o papel temático de beneficiário. Assim, em (42a), o sintagma em itálico pode ser interpretado quer como a pessoa que vendeu o carro (complemento indireto com o papel temático de origem) quer como a pessoa para benefício da qual se comprou o carro (complemento indireto com o papel temático de beneficiário).

Quando um verbo permite a coocorrência na mesma frase de um sintagma preposicional iniciado pela preposição *a* (ou seja, um complemento indireto) e outro iniciado pela preposição *para*, os papéis temáticos distribuem-se de maneira inequívoca pelos dois sintagmas, i.e., sem qualquer ambiguidade. Assim, o sintagma

[35] Este exemplo é ambíguo entre um sentido em que o filho do Marco é o vendedor do carro e outro, sinónimo de (43a); é este último sentido que se encontra em discussão aqui.

introduzido por *a* (ou seja, o complemento indireto) tem sempre o papel temático de origem ou de destinatário, consoante o verbo (cf. (44a) e (44b), respetivamente); e o sintagma introduzido por *para* é sempre o beneficiário:

(44) a. O Marco comprou um carro [ao vizinho] [para o filho]. (*ao vizinho* = origem)
b. O Marco entregou os documentos [ao contínuo] [para a professora]. (*ao contínuo* = destinatário)

Dois complementos indiretos (ou seja, dois sintagmas preposicionais introduzidos por *a*) nunca podem coocorrer na mesma oração, mesmo que tenham papéis temáticos diferentes, p.e., origem e beneficiário, como se ilustra em (45) (comparar com (44)):

(45) a. *O Marco comprou um carro [ao vizinho] [ao filho].
b. *O Marco entregou os documentos [ao contínuo] [à professora].

[5] Como mostra Campos (1999:1550), apenas o complemento indireto com o valor de origem ou de destinatário pode ocorrer em nominalizações, ou seja, em sintagmas nominais nos quais o núcleo nominal corresponde a um verbo que admite um complemento indireto, como se ilustra no contraste entre (i) e (ii):

(i) a. a oferta da prenda *às crianças*
b. o roubo do passaporte *à Marta*
c. a súplica *ao presidente*

(ii) a. *a preparação de uma armadilha *à princesa* (comparar com *a preparação de uma armadilha para a princesa*)
b. *a construção da casa *aos meus pais* (comparar com *a construção da casa para os meus pais*)
c. a compra do carro *ao meu filho* (possível na leitura de origem, impossível na de beneficiário; comparar com *a compra do carro para o meu filho*)

28.1.3.2.2.3 Estatuto funcional do sintagma preposicional introduzido pela preposição *para*

Uma questão que surge frequentemente é se o sintagma preposicional com o papel temático de beneficiário introduzido pela preposição *para* deve ou não ser considerado um complemento indireto, a par do sintagma preposicional semanticamente equivalente introduzido pela preposição *a* (retomam-se em (46) e (47) os paradigmas (42) e (43)):

(46) a. O Marco comprou um carro *ao filho*.
b. Construí uma casa *aos meus pais*.
c. A bruxa preparou uma armadilha *à princesa*.

(47) a. O Marco comprou um carro *para o filho*.
b. Construí uma casa *para os meus pais*.
c. A bruxa preparou uma armadilha *para a princesa*.

Os sintagmas preposicionais em itálico de (46) são tradicionalmente classificados como complementos indiretos, já que permitem a substituição pelo pronome clítico dativo, mantendo a leitura de beneficiário, como se ilustra em (48):

(48) a. O Marco comprou-*lhe* um carro.
b. Construí-*lhes* uma casa.
c. A bruxa preparou-*lhe* uma armadilha.

Dada a equivalência semântica entre (46) e (47), cabe perguntar se os sintagmas preposicionais de (47), iniciados por *para*, desempenham também a função gramatical de complemento indireto. Nesse caso, poder-se-ia considerar que as frases de (48) se relacionam tanto com (46) como com (47); por outras palavras, concluir-se-ia que tanto um SP introduzido por *a* como um SP introduzido por *para* (com o papel temático aqui em discussão) pode ser substituído pelo pronome clítico dativo. Esta hipótese parece ser defensável pelo facto de a preposição *para* (tal como a preposição *a*) introduzir, em português, constituintes que, em latim, se exprimiam através do Caso dativo (cf. Epiphanio da Silva Dias 1918).

No entanto, os sintagmas com *a* e com *para* exibem um comportamento sintático distinto, levando-nos a concluir que o sintagma introduzido por *para* não é um complemento indireto, como se verá.

Em primeiro lugar, a grande maioria dos verbos que selecionam um complemento indireto com o papel temático de destinatário, origem, experienciador, possuidor ou outro só admite como realização deste argumento um sintagma preposicional introduzido por *a*, mesmo quando esse argumento pode ser interpretado secundariamente também como beneficiário:

(49) a. O Pedro ofereceu uma garrafa de whisky *ao diretor*.
b. Tirei o relógio *à criança*.
c. O professor sugeriu *ao aluno* que saísse da sala.
d. O número com os leões agradou *ao público*.
e. Este carro pertence *ao meu pai*.
f. Ela desobedece sempre *aos pais*.

(50) a. *O Pedro ofereceu uma garrafa de whisky *para o diretor*.
b. *Tirei o relógio *para a criança*. (impossível com *a criança* = origem)
c. *O professor sugeriu *para o aluno* que saísse da sala.
d. *O número com os leões agradou *para o público*.
e. *Este carro pertence *para o meu pai*.
f. *Ela desobedece sempre *para os pais*.

Em segundo lugar, quando um sintagma preposicional com o valor de beneficiário iniciado por *a* alterna com outro iniciado por *para*, só o sintagma introduzido pela preposição *a* pode redobrar um pronome clítico dativo (cf. 28.1.3.2.1), como se verifica em (51) e (52):

(51) a. Construí-*lhes* uma casa *a eles*.
b. *Construí-*lhes* uma casa *para eles*.

(52) a. *Ao filho*, o Marco comprou-*lhe* um carro.
b. **Para o filho*, o Marco comprou-*lhe* um carro.

Recorde-se que, na leitura que se pretende para estes exemplos, o constituinte introduzido pela preposição e o pronome clítico se referem ao mesmo indivíduo,

ou seja, trata-se de um caso de redobro do clítico (cf. 28.1.3.1.1 e 28.1.3.2.1); tal é possível em (51a) e (52a), mas não em (51b) e (52b)[36].

Se a possibilidade de redobro do pronome clítico dativo for tomada como uma propriedade necessária e suficiente para atribuir o estatuto de complemento indireto ao constituinte que redobra o clítico, então pode concluir-se que só o sintagma preposicional introduzido por *a* tem esse estatuto, independentemente do seu valor semântico como origem, destinatário, beneficiário, etc. Concluímos, assim, que os exemplos de (48) correspondem aos exemplos de (46), mas não aos de (47).

Em terceiro lugar, tal como os restantes sintagmas preposicionais, o SP introduzido por *para* pode conter um pronome forte como complemento, o que não acontece com o complemento indireto introduzido por *a* (cf. 28.1.3.2.1):

(53) a. O Marco comprou um carro para *ele*.
b. *O Marco comprou um carro a *ele*.

[6] Em quarto lugar, o pronome dativo *lhe* pode coocorrer na mesma frase com um sintagma preposicional introduzido por *para* sem que este sintagma forme um grupo prosódico autónomo, como se ilustra em (ia); tal, no entanto, é impossível com um complemento indireto não pronominal introduzido por *a*, como se ilustra em (ib):

(i) a. O Marco comprou-lhe um carro para o filho.
b. *O Marco comprou-lhe um carro ao filho.

Em (ia), o pronome *lhe* é complemento indireto, representando a origem da compra, e *para o filho* representa o beneficiário, com uma referência distinta da do pronome (ou seja, há duas pessoas diferentes envolvidas no evento, para além da que é representada pelo sujeito; essa leitura é também possível para (52b), em que *para o filho* é um tópico; cf. Nota 36).

A não gramaticalidade de (ib), por sua vez, deve-se a dois fatores: (i) na leitura hipotética em que o pronome e o sintagma preposicional *ao filho* referem pessoas diferentes, a frase não é gramatical porque não podem ocorrer em português dois complementos indiretos com referência distinta na mesma oração, tal como não podem ocorrer dois complementos diretos ou dois sujeitos (cf. também a não gramaticalidade de (45)); conclui-se, assim, que o sintagma preposicional *para o filho* em (ia) não é um complemento indireto. (ii) Na leitura hipotética em que o pronome e o sintagma preposicional se referem à mesma pessoa (isto é, em que o sintagma redobra o clítico (cf. 28.1.3.2.1)), a frase não é gramatical porque o redobro do clítico por um sintagma preposicional contendo um sintagma nominal pleno (*ao filho* contém o SN pleno *o filho*) não é permitido em português quando os dois elementos estão integrados no mesmo grupo prosódico (em (ib), existe apenas um grupo prosódico, correspondendo a toda a frase)[37]. Contraste-se essa situação com a gramaticalidade de (52a), em que o sintagma preposicional contendo um SN pleno é um tópico na periferia esquerda da oração, formando um grupo prosódico distinto do resto da frase, onde se encontra o pronome clítico redobrado. Em contrapartida, se o complemento indireto for um pronome forte introduzido pela preposição *a*, o redobro do clítico é possível com o sintagma preposicional e o pronome clítico no mesmo grupo prosódico – cf. *o Marco comprou-<u>lhe</u> um carro <u>a ele</u>* (ver a discussão do paradigma (35) em 28.1.3.2.1).

[36] De forma irrelevante, a frase (52b) é gramatical numa leitura em que o sintagma preposicional topicalizado e o pronome clítico se referem a dois indivíduos distintos, o primeiro representando a entidade que beneficia com a compra e o segundo a entidade que vende o carro.

[37] Compare-se com o espanhol, em que tal é possível; cf. *Marco <u>le</u> compró un coche <u>a su hijo</u>*.

Os contrastes acima apresentados sugerem que se deve distinguir funcionalmente o complemento indireto introduzido por *a* do sintagma preposicional introduzido por *para*, mesmo quando ambos têm o papel temático de beneficiário. Estes contrastes sugerem ainda que a identificação das propriedades formais das expressões deve ter em conta fundamentalmente o seu comportamento sintático, não devendo centrar-se exclusivamente em critérios de natureza semântica.

28.1.3.2.2.4 Complemento indireto não selecionado

Há dois casos em que o complemento indireto é um adjunto adverbial, e não um verdadeiro complemento selecionado: os chamados **dativo de posse** e **dativo ético**. Estritamente falando, como já se assinalou no início de 28.1.3.2.2, nestes casos, o sintagma preposicional introduzido pela preposição *a* e o pronome clítico não são, portanto, "complementos", dada a nossa definição deste termo como sendo um tipo de argumento (cf. 28.1 e Cap. 11). No entanto, visto que a forma pronominal que estes constituintes assumem é a dativa (daí o seu nome), referimo-nos a estes casos como sendo também "complementos indiretos", no que seguimos a tradição gramatical.

❖ Dativo de posse

Numa construção possessiva muito frequente em português, o possuidor é representado pelo complemento indireto, e a entidade possuída pelo complemento direto ou pelo sujeito da frase (embora este caso seja menos comum)[38]. Nesta construção, o complemento indireto manifesta-se frequentemente na forma de um pronome dativo, sendo por isso chamado **dativo de posse**. Uma característica semântica da construção é o facto de o falante perspetivar a entidade representada pelo dativo de posse como afetada de modo subjetivo pelo evento descrito na frase. Estes casos exemplificam-se a seguir (coloca-se em itálico o dativo de posse e sublinha-se o sintagma nominal que representa a entidade possuída):

(54) a. A Marta conhece-*nos* <u>as manias</u>.
b. O irmão comeu-*lhe* <u>o rebuçado</u>.
c. Aos vinte anos, <u>o cabelo</u> caiu-*lhe* completamente.

Quando o possuidor é de 3.ª pessoa, pode ser realizado por um complemento indireto completo (ou seja, *a* + sintagma nominal), ainda que esta alternativa seja sentida como marginal por alguns falantes:

(55) a. A Marta já conhece as manias *aos filhos*.
b. O irmão comeu o rebuçado *ao Pedro*.
c. Aos 20 anos, o cabelo caiu *ao Pedro* completamente.

Alternativamente, o possuidor pode ser realizado por um pronome possessivo (no caso da 3.ª pessoa, também por um pronome forte introduzido pela preposição *de*), mantendo-se a leitura de posse mas atenuando-se a ideia de que o possuidor é afetado:

[38] Sobre as construções possessivas, cf. Cap. 22.1.2.1.6 e Cap. 27.3.3.

(56) a. A Marta conhece as *nossas* manias.
b. O irmão comeu o rebuçado {*dele*/*do Pedro*}.
c. Aos vinte anos, *o cabelo* {*do Joaquim*/*dele*} caiu completamente.

Dativo ético

O **dativo ético** ilustra-se nas seguintes frases:

(57) a. Aperta-*me* esses sapatos!
b. Fecha-*me* essa porta!
c. Esse namorado saiu-*te* cá uma prenda!
d. Coitada! O filho adoece-*lhe* sempre que chegam as férias!

O dativo ético é sempre um pronome dativo, e remete para uma entidade que, embora não corresponda a um participante da ação descrita pela frase (logo, não é um argumento), é de alguma maneira afetada por ela. Esta construção usa-se em frases exortativas (cf. (57a,b)) ou exclamativas (cf. (57c,d)). Ainda que não seja impossível na 3.ª pessoa (cf. (57d)), é mais comum na 1.ª e na 2.ª pessoa, na medida em que estas representam os intervenientes diretos no ato de comunicação, tipicamente mais envolvidos emocional ou afetivamente na situação descrita.

28.1.3.3 Complementos oblíquos

Os complementos oblíquos (ou seja, nem diretos nem indiretos) podem ser preposicionados ou não. Os não preposicionados têm um valor quantificacional, sendo selecionados por um número restrito de verbos de medida, que exprimem o valor de entidades físicas ou abstratas numa escala quantitativa cujo domínio é definido pelo verbo pleno: o preço (*custar*), a dimensão temporal (*durar*), uma das dimensões espaciais (*medir*) ou o peso (*pesar*):

(58) a. O livro custou *20 euros*.
b. O concerto durou *horas*!
c. A pista deste estádio mede *4 km*.
d. Essa cadeira pesa *muito*.

Este complemento pode ser expresso por um sintagma nominal devidamente quantificado, contendo um núcleo nominal adequado ao domínio de quantificação: nos exemplos dados, *euros* para o preço (cf. (58a)), *horas* para a dimensão temporal (cf. (58b)) e *quilómetros* para a dimensão espacial (cf. (58c)); alternativamente, pode ser expresso por um advérbio quantificacional indefinido como *bastante*, *imenso*, *muito* e *pouco*, entre outros, que designam um valor vago, ou indefinido, da escala expressa pelo verbo (cf. (58d)).

Embora os complementos de (58a-c) sejam sintagmas nominais, não são complementos diretos, visto que não são substituíveis por um pronome clítico acusativo – cf., por exemplo, **o livro custou-os* ou **o concerto durou-as* – nem podem ocorrer como sujeito de uma oração passiva – cf., por exemplo, **20 euros foram custados por esse livro* (cf. também 28.1.3.1.1 e a Nota 18).

Os complementos oblíquos preposicionados são, como a sua designação indica, introduzidos por uma preposição; esta pode ter como complemento um sintagma

nominal (cf. (59)), uma oração finita (cf. (60) e Caps. 32 e 36) ou uma oração infinitiva (cf. (61) e Caps. 32 e 37):

(59) a. A Ana afastou a irmã *da televisão*.
b. A Marta zangou-se *com a prima*.
c. O Miguel recorreu *aos pais*.
d. Não toques *na minha namorada*!
e. Sacrifiquei-me *pelos meus filhos*.

(60) a. Os deputados insistiram *em que se votasse a lei*.
b. O presidente opôs-se *a que os deputados votassem essa lei*.
c. O professor fez *com que o aluno estudasse mais*.

(61) a. Os deputados insistiram *em votar a lei*.
b. O presidente opôs-se *a votar a lei*.
c. O médico proibiu-me *de beber álcool*.

Como se notou em 28.1.1.4, cada verbo escolhe a preposição particular (ou um pequeno conjunto de preposições particulares) que introduz o seu complemento preposicionado. Esta dependência implica que o verbo rege não só o complemento preposicionado enquanto constituinte, mas também a preposição que constitui o seu núcleo (cf. 28.1.1.6); assim, p.e., *afastar* rege *de*; *zangar-se* rege *com*; *recorrer* rege *a*; *mexer*, *pensar* e *tocar* regem a preposição *em* (cf. Cap. 32).

Com verbos de localização espacial ou de movimento, os complementos oblíquos preposicionados que denotam a localização de uma entidade chamam-se **complementos de lugar onde**; os que denotam a origem chamam-se **complementos de lugar de onde**; os que denotam a meta, **complementos de lugar a/para onde**; e os que denotam o lugar de passagem, **complementos de lugar por onde**. Estes complementos (cf. (62)) são substituíveis por advérbios locativos que coocorrem com a preposição (cf. (63c-e)), exceto se esta for *em* ou *a* (cf. (63a,b) e Caps. 32 e 33):

(62) a. O Pedro mora *em Milão*.
b. A Isabel vai *a Coimbra*.
c. Os jornalistas partiram *para a zona dos combates*.
d. O avião não saiu *do aeroporto*.
e. O comboio passou *pela Pampilhosa*.

(63) a. O Pedro mora *lá*. (vs. **o Pedro mora em lá*)
b. A Isabel vai *aí*. (vs. **a Isabel vai a aí*)
c. Os jornalistas partiram *para lá*.
d. O avião não saiu *dali*.
e. O comboio passou *por aqui*.

Como se verifica nos paradigmas (59)-(63), o valor semântico dos complementos oblíquos preposicionados é bastante variado; para além dos valores associados ao espaço (localização, passagem, origem ou meta de um movimento), podem denotar separação (um dos valores centrais da preposição *de*, como em (59a)), paciente afetado (cf. (59b,d)), origem (cf. (59c), no pressuposto de que *recorrer* é

semanticamente próximo de *pedir ajuda a*) e beneficiário (cf. (59e) e Cap. 32 para uma discussão mais ampla deste tópico).

Os verbos *bater*, *mexer*, *pegar* e *tocar*, entre outros, subcategorizam um complemento oblíquo introduzido pela preposição *em* (cf. (64)); quando este complemento denota uma entidade humana, pode ser realizado por um pronome clítico dativo (cf. (65)), o que o torna parcialmente semelhante a um complemento indireto:

(64) a. O Pedro tocou ao de leve *na prima*.
b. A Isabel bateu *no delegado*.
c. A Irene pegou *no bebé* ao colo.

(65) a. O Pedro tocou-*lhe* ao de leve.
b. A Isabel bateu-*lhe*.
c. A Irene pegou-*lhe* ao colo.

Em contrapartida, se o complemento da preposição denotar uma entidade inanimada, a maioria dos falantes prefere usar um pronome neutro preposicionado (cf. *não toques/mexas nisso* ou *pega nisso com mais cuidado*), embora, para alguns falantes, o pronome clítico *lhe* não seja completamente impossível, sobretudo se se tratar de um objeto de estimação (cf. *pega-lhe com mais carinho, por favor*, *nesse livro do Tintim*).

Na ordem básica do português, os complementos oblíquos preposicionados ocorrem à direita do verbo, após o complemento direto e o complemento indireto, quando estes estão presentes:

(66) a. A Ana partiu *para Coimbra*.
b. A Ana pôs [os livros] *na estante*.
c. A Ana comprou [o livro] [ao irmão] *por cinco euros*.

No entanto, os complementos oblíquos preposicionados podem anteceder o complemento direto ou o complemento indireto quando estes são mais longos e/ou sintaticamente mais complexos, como em (67):

(67) a. A Ana pôs *na estante* [os livros que recebeu no Natal].
b. A Ana comprou *por cinco euros* [ao seu irmão mais velho] [o livro que o pai lhe tinha dado de presente].

28.1.4 Adjuntos adverbiais

Os constituintes com a função de adjunto adverbial não são selecionados pelo verbo, pelo que apresentam um fraco grau de ligação com este (cf. 28.1.2). Numa frase como (68a), p.e., o constituinte *no fim do espetáculo* é um adjunto, podendo, assim, ser separado do resto do sintagma verbal e ocorrer na parte pressuposta de uma construção pseudoclivada, como se ilustra em (68b) (cf. 28.1.2.2):

(68) a. Os atores cumprimentaram o público *no fim do espetáculo*.
b. O que os atores fizeram *no fim do espetáculo* foi cumprimentar o público.

Os adjuntos podem pertencer a diferentes classes sintagmáticas: sintagma preposicional (cf. (69)), sintagma nominal (cf. (70)), sintagma adverbial – geralmente

integrando apenas um advérbio – (cf. (71)) ou oração (cf. (72)); nesta função, as orações chamam-se **subordinadas adverbiais** (cf. Cap. 38):

(69) a. Os meninos entregaram o trabalho *em janeiro*.
b. Os meninos compraram borrachas *nessa livraria*.
c. Os meninos recitaram o poema *de forma brilhante*.
d. Eles cortaram o queijo *com uma faca*.
e. O Pedro saiu *com os amigos*.

(70) a. Os meninos vão ao cinema *este domingo*[39].
b. Os meninos acordam cedo *todos os dias*.

(71) a. Os meninos foram ao cinema *ontem*.
b. Os meninos compraram um livro *lá*.
c. Os meninos cantaram *muito bem*.
d. Ele ligou *subitamente* a televisão.

(72) a. O Pedro saiu *quando/porque a Maria entrou*.
b. O Pedro saiu *para a Maria entrar*.
c. O Pedro sairá *se a Maria entrar*.

Como se pode verificar através destes exemplos, são vários os valores semânticos que os adjuntos adverbiais podem veicular: de localização temporal (cf. (69a), (70), (71a), (72a) com *quando*), de localização espacial (cf. (69b), (71b)), de modo (cf. (69c), (71c)), aspetual combinado com temporal (cf. (71d)), instrumento (cf. (69d)), comitativo (ou companhia; cf. (69e)), causal (cf. (72a) com *porque*), fim (cf. (72b)) e condicionalidade (cf. (72c)), entre vários outros (cf. Caps. 33 e 38).

Os adjuntos adverbiais que constituem sintagmas plenos ou orações ocorrem geralmente depois dos complementos selecionados (cf. *o Pedro entregou o livro à mãe* {*após o jantar*/*domingo passado*/*quando saiu de casa*}); quando são advérbios, podem ocorrer numa posição imediatamente a seguir ao verbo, antes dos complementos selecionados, incluindo o complemento direto e o complemento indireto, como se ilustra em (73):

(73) a. O cavalheiro cedeu *amavelmente* o lugar à senhora idosa.
b. O Pedro foi *ontem* ao cinema.
c. O Pedro pôs *lá* o livro.

Finalmente, existe um pequeno grupo de advérbios, incluindo *ainda*, *até*, *já*, *não*, *nunca*, *quase*, *só*, *talvez* e *também*, que ocorrem entre o sujeito e o predicado, integrados prosodicamente dentro do sintagma verbal, como se ilustra em (74):

(74) a. O Pedro [$_{SV}$ *já* leu o livro].
b. A Maria [$_{SV}$ *ainda* mora em Roma].
c. A Joana [$_{SV}$ *talvez* apareça em tua casa logo à tarde].
d. Ele [$_{SV}$ *nunca* pôs os pés em Londres].

---

[39] Este adjunto temporal pode também ser introduzido pela preposição *em*: cf. *os meninos vão ao cinema* ***n****este domingo*. Com *todos os dias*, essa alternativa está excluída: *******eles vão ao cinema* ***em*** *todos os dias* (mas cf. o Cap. 16, onde se refere a existência de uma preposição nula neste exemplo).

Estes advérbios contrastam com outros, que também podem ocorrer entre o sujeito e o predicado, mas que formam um grupo prosódico autónomo, distinto do grupo prosódico formado quer pelo sujeito quer pelo predicado, o que se assinala na escrita através de vírgulas: cf. *o Pedro, lamentavelmente, pisou o cão* ou *a Joana, assim, vai odiar o Pedro*. Para uma descrição adicional das características sintáticas e dos valores semânticos dos advérbios e dos adjuntos adverbiais no sintagma verbal, cf. Cap. 33.

28.1.5 Constituintes predicativos

Os sintagmas verbais podem conter constituintes predicativos, que funcionam como predicados de uma **predicação secundária**, i.e., de uma predicação contida na **predicação oracional** veiculada pela frase na sua globalidade (cf. Cap. 30), como se ilustra em (75) (coloca-se em itálico o constituinte predicativo dentro do SV e sublinha-se o seu sujeito semântico)[40]:

(75) a. Os alunos consideram o professor *um tirano*.
b. A Maria saiu de casa *triste*.

Assim, em (75a), para além da predicação expressa pela frase na sua globalidade (*os alunos – consideram o professor um tirano*), existe uma predicação secundária que tem como sujeito semântico *o professor* e como predicado o sintagma nominal indefinido *um tirano*[41]. Por sua vez, em (75b), para além da predicação veiculada pela frase na sua totalidade (sujeito *a Maria* – predicado *saiu de casa triste*), estabelece-se uma predicação secundária que tem como sujeito semântico *a Maria* e como predicado o adjetivo *triste*[42]. Aos constituintes predicativos das predicações secundárias chamamos **constituintes predicativos secundários** (cf. Cap. 30.1.2)[43]. Os constituintes predicativos secundários, por sua vez, podem ser selecionados ou adjuntos.

Como o termo indica, os **constituintes predicativos secundários selecionados** são selecionados pelo predicador verbal da frase em que ocorrem, de modo semelhante a um argumento, sendo, portanto, obrigatórios (concomitantemente, chamamos a uma predicação com um destes constituintes **predicação secundária selecionada**). Em (75a) e nos exemplos de (76), a predicação secundária é selecionada:

(76) a. O Joaquim passou *por parvo*.
b. O professor acha o Pedro *um génio*.
c. O diretor considerou o relatório *muito confuso*.
d. Elegeram o Zé (*para*) *diretor de turma*.
e. O árbitro deu o jogo *por terminado*.

Nestes exemplos, a presença do constituinte predicativo é requerida pelo verbo, sendo fundamental para se obter uma interpretação coerente; assim, as sequências

[40] Esta notação (sublinhado no sujeito semântico e itálico no constituinte predicativo) usa-se nos restantes exemplos desta secção. As estruturas predicativas secundárias são tratadas em detalhe no Cap. 30; aqui, apenas se discutem os seus aspetos mais gerais.
[41] Veja-se a frase *os alunos consideram que o professor é um tirano*, uma paráfrase adequada de (75a) em que a predicação adicional desse exemplo é veiculada por uma oração subordinada copulativa.
[42] Numa paráfrase adequada de (75b), esta predicação pode ser veiculada por uma oração copulativa: cf. *ao sair de casa, a Maria estava triste*.
[43] Por vezes, abreviamos esta expressão em "predicado secundário" ou "predicativo secundário".

em que está omisso são incompletas (cf., por exemplo, *#o Joaquim passou*, *#o professor acha o Pedro* ou *#o árbitro deu o jogo*)[44]. Quando o constituinte predicativo está contido num sintagma preposicional, a preposição é selecionada pelo próprio verbo, formando com ele um "predicador complexo" – *passar por* em (76a), *eleger para* em (76d) e *dar por* em (76e).

Os **constituintes predicativos secundários adjuntos**, contrariamente aos selecionados, são opcionais, funcionando como adjuntos adverbiais na estrutura da frase (concomitantemente, chamamos a uma predicação com um destes constituintes **predicação secundária adjunta**). Em (75b) e nos exemplos de (77), a predicação secundária é adjunta:

(77) a. A Maria viajou para Paris *irritadíssima com os filhos*.
b. A Joana chegou a casa *com uma enorme constipação*.
c. Tu vais acabar o curso *um verdadeiro perito em línguas eslavas*.
d. Os apoiantes da Seleção chegaram ao estádio {*cantando/a cantar*} *o hino nacional*.
e. A cozinheira guardou a comida no frigorífico *completamente estragada*.
f. Eu levei-o para a urgência {*sangrando/a sangrar*} *abundantemente*.

Em (75b) e em (77), o predicado secundário não é necessário para a boa formação sintática e semântica das frases. Nestes casos, a omissão do constituinte em itálico não afeta nem a gramaticalidade nem a coerência semântica dos exemplos (embora diminua o seu conteúdo informativo): cf., por exemplo, *a Maria viajou para Paris* ou *a cozinheira guardou a comida no frigorífico*.

Nos exemplos de (75) a (77), o sujeito semântico (sublinhado) do predicativo ou é o sujeito gramatical da frase (em (75b), (76a) e (77a-d)) ou é o complemento direto (em (75a), (76b-e) e (77e-f)). No primeiro caso, os constituintes predicativos chamam-se **predicativos do sujeito**[45], e, no segundo, **predicativos do complemento direto**. Assim, p.e., em (75a) é o Pedro (representado pelo complemento direto) que é (considerado) um génio, e em (75b) é a Maria (representada pelo sujeito) que está triste (cf. também Notas 41 e 42)[46]. Tal como acontece nas orações copulativas, quando o predicado secundário é ou contém um adjetivo, este concorda em género e número com o sujeito semântico da predicação (compare-se, p.e., (76a) com *elas passaram por parvas* e (77a) com *eles viajaram para Paris irritadíssimos com os filhos*).

---

[44] Há exemplos com alguns destes verbos que são semanticamente coerentes sem predicativo, mas nesses casos o sentido dos verbos é diferente daquele que têm com predicativo. Assim, p.e., *passar* também significa 'ter sucesso num exame' (cf. *o Joaquim passou*), *achar* significa 'encontrar' (cf. *o professor achou o Pedro*) e *considerar* significa 'examinar' (cf. *o diretor considerou o relatório*). O verbo *eleger*, por sua vez, permite a omissão do predicativo, mas este é usualmente recuperado contextualmente (cf. *tens a certeza de que elegeram o Zé?*; pressupõe-se um determinado cargo). Este verbo também permite que o referente do complemento direto (ou seja, a pessoa eleita) seja descrito através do material linguístico correspondente ao predicativo: cf. *já elegeram* [*o diretor de turma*].

[45] Este termo aplica-se também aos constituintes predicativos das orações copulativas, como *o Joaquim é parvo*, *a Maria está triste* (cf. Cap. 30).

[46] Embora pouco comum, o sujeito semântico de um predicativo secundário adjunto pode ser um sintagma nominal contido num complemento preposicionado: cf., por exemplo, *o Pedro deu* [*com o filho mais velho*] ***completamente bêbado***; comparar com *o Pedro encontrou o filho mais velho* ***completamente bêbado***, em que o sujeito semântico do predicativo é o complemento direto. Nestes casos, o verbo e a preposição (*dar com*, no exemplo) formam um predicador complexo, que funciona essencialmente como um elemento verbal.

Estruturalmente, os predicados secundários podem ser sintagmas adjetivais (cf. (75b), (76c), (77a,e))[47], sintagmas preposicionais (cf. (76a,e), (77b)), sintagmas nominais (cf. (75a), (76b,d), (77c)) e sintagmas verbais com o verbo no infinitivo introduzido pela preposição *a*, alternando neste caso com sintagmas verbais com o verbo no gerúndio (cf. (77d,f)). Estas últimas estruturas, no entanto, só ocorrem na predicação secundária adjunta[48].

Os predicativos adjetivais, nominais e preposicionais ocorrem também em orações copulativas (cf. (78) e Cap. 30), e os predicativos verbais gerundivos ou infinitivos (introduzidos por *a*) ocorrem em perífrases verbais introduzidas pelos verbos auxiliares aspetuais *estar* (*a*), *continuar* (*a*) e *andar* (*a*) (cf. (79) e Cap. 29):

(78) a. A Maria está *irritadíssima* (*com os filhos*).
b. A Joana está *com uma enorme constipação*.
c. Tu és *um verdadeiro perito em línguas eslavas*.
d. A comida está *completamente estragada*.

(79) a. Os apoiantes da Seleção {estão/continuam/andam} {*cantando/a cantar*} *o hino nacional*.
b. Ele {está/continua/anda} {*sangrando/a sangrar*} *abundantemente*.

28.1.6 Constituintes adverbiais selecionados

Finalmente, assinale-se a existência de um pequeno grupo de verbos, incluindo *cheirar*, (*com*)*portar-se*, *funcionar*, *sentir-se* e *vestir*(*-se*) , os quais selecionam um constituinte com valor semântico de modo, que pode ser estruturalmente um advérbio, um sintagma preposicional ou uma oração relativa de modo introduzida pelo advérbio relativo *como*:

(80) a. Alguns advérbios funcionam *como complementos selecionados*.
b. Os meus alunos portam-se *de uma forma horrível*.
c. A flor cheira *bem*.
d. A Maria sentiu-se/veste(-se) *assim-assim*.

Embora estes constituintes tenham uma estrutura e uma interpretação semântica típica de um adjunto adverbial, são, no entanto, obrigatórios com estes verbos (cf. **alguns advérbios funcionam*, **os meus alunos portam-se*, **a flor cheira*, **a Maria sente-se/veste-se*), o que os torna semelhantes, nesse aspeto, a um complemento. Contudo, é importante notar que estes constituintes, ainda que selecionados pelos verbos em questão, não correspondem a qualquer participante na situação descrita; logo, não são realmente argumentos – nem, por conseguinte, complementos – do verbo (cf. Cap. 33 e Peres 2007).

[47] Neste tipo de exemplos, o sintagma adjetival é frequentemente constituído apenas por um adjetivo.
[48] O infinitivo precedido da preposição *a* é típico do português europeu, ao passo que o gerúndio é típico do português brasileiro. Contudo, em dialetos do sul de Portugal, o uso do gerúndio suplanta largamente o de *a* + infinitivo (cf. Cap. 5). Para uma descrição mais pormenorizada do uso destas construções, cf. Caps. 30.1.2 e 37.5.5).

28.2 Classificação tipológica dos verbos plenos

O objetivo principal desta secção consiste em estabelecer uma tipologia dos verbos plenos relativamente às suas propriedades de seleção funcional e estrutural (ou de subcategorização), propriedades essas para as quais usamos doravante a expressão **quadro de regência**. A secção tem a seguinte estrutura: em 28.2.1, dá-se conta da variedade dos quadros de regência permitidos pelos verbos do português; no entanto, mostra-se que, de maneira geral, os verbos não se deixam encaixar num quadro de regência único e fixo, antes admitindo alguma variabilidade e flexibilidade, nomeadamente no que diz respeito à preposição que introduz os complementos preposicionados; em 28.2.2, apresenta-se uma tipologia verbal baseada nos diferentes quadros de regência, distinguindo-se várias subclasses em oposição binária: verbos pessoais e impessoais; verbos transitivos e intransitivos; verbos inergativos e inacusativos. Em 28.2.3, discutem-se dois grupos de verbos que permitem a omissão de um dos seus argumentos: os verbos de uso absoluto e os verbos de alternância causativa-incoativa, para além de um grupo de verbos que permite acrescentar um argumento em determinadas condições (o chamado "argumento cognato"). Finalmente, em 28.2.4, descreve-se um uso particular de um pequeno grupo de verbos do português, incluindo *dar*, *ter* e *fazer*, no qual são chamados "verbos leves".

28.2.1 Quadros de regência

Os verbos plenos divergem entre si quanto aos quadros de regência que permitem, ou seja, quanto ao número de argumentos que selecionam, e quanto à função e à classe sintagmática destes. Na presente subsecção, dá-se conta da variedade destes quadros. O leitor deve ter em conta que as listas dadas a seguir se pretendem apenas representativas das classes descritas e não são de modo algum exaustivas.

(i) Verbos que não selecionam nenhum argumento (os que denotam fenómenos meteorológicos e mudança de uma parte do dia para outra, como *chover*, *nevar*, *trovejar*, *amanhecer* e *anoitecer*, entre outros (cf. (81)):

(81) a. Chove imenso!
b. Anoiteceu cedo.

(ii) Verbos que selecionam apenas um argumento (como *correr*, *descansar*, *desmaiar*, *morrer*, *nadar*, *nascer*, *passear*, *suar*, *tossir*), o qual se realiza normalmente como sujeito, podendo ser um sintagma nominal (cf. 82)) ou uma oração (cf. (83))[49]:

(82) a. *As crianças* ainda não descansaram.
b. *A Rita* tossiu.
c. *A Joaquina* desmaiou.

(83) a. Acontece *que as coisas não se passaram exatamente assim*.
b. Convém *que os exames sejam adiados*.

[49] Com os verbos impessoais, o argumento único realiza-se como complemento (direto ou oblíquo), não como sujeito; cf., por exemplo, *basta de choraminguices* (cf. 28.2.2.1). Sobre argumentos oracionais, cf. Caps. 36 e 37.

(iii) Verbos que selecionam dois argumentos, um com a função de sujeito e outro com a função de complemento, direto, indireto ou oblíquo:

(84) a. *O Pedro* fechou *a porta*.
b. *O Mário* deseja {*um Ferrari/comprar um Ferrari/que o filho o deixe em paz*}.
c. *Esse livro* pertence *ao professor*.
d. *A Joana* pensa muito {*nos/sobre os*} *seus amigos*.
e. *O concerto* durou *duas horas*.
f. Não agradou *à Isabel* [*que o filho tivesse chegado tão tarde*].
g. [*Que digam essas coisas dele*] não diverte *o António*.

O complemento dos verbos *fechar*, *desejar* e *divertir* (no uso deste verbo aqui exemplificado) é direto, o de *pertencer* e *agradar* é indireto e o de *pensar* e *durar* é oblíquo.

O sujeito dos verbos *agradar* e *divertir* pode ser uma oração (como em (84f,g)) ou um sintagma nominal (cf. *isso não agradou à Isabel* e *essas idiotices não divertem o António*). Com os verbos dos restantes exemplos de (84), o sujeito é um sintagma nominal.

O complemento direto dos verbos *fechar* e *divertir* é um sintagma nominal; em contrapartida, o de *desejar* pode ser um sintagma nominal ou uma oração, finita ou infinitiva (cf. Caps. 36 e 37); o complemento oblíquo de *pensar* é preposicionado, exigindo-se *em* ou *sobre* como preposição regida; o de *durar* é não preposicionado[50].

(iv) Verbos que selecionam três argumentos: um deles realiza-se como sintagma nominal sujeito, enquanto a função e a classe estrutural dos complementos (entre parênteses retos, nos exemplos de (85)) depende das propriedades de seleção funcional e de subcategorização do verbo:

(85) a. *O Pedro* ofereceu [*um carro novo*] [*ao filho*].
b. *A Manuela* guardou [*o livro*] [*na estante*].
c. *O Paulo* propôs [*ao pai*] [*que saíssem mais cedo/sair mais cedo*].
d. *O Zé* proibiu [*a Ricardina*] [*de ir ao cinema*].
e. *O professor* falou [*com o aluno*] [*sobre linguística*].

Com o verbo *oferecer*, um dos complementos é direto e o outro é indireto; com *guardar*, um complemento é direto e o outro oblíquo preposicionado (este verbo rege uma preposição semanticamente locativa no complemento oblíquo – *em*, *dentro de*, *sobre*, etc.). Com o verbo *falar*, os dois complementos são oblíquos. Com alguns verbos desta classe, um dos complementos é oracional: o complemento direto, com *propor*, e o complemento oblíquo, com *proibir*[51].

(v) Verbos que selecionam quatro argumentos, como *comprar*, *passar*, *transportar* e *vender*. Em número reduzido, estes verbos denotam movimento espacial ou transações, permitindo a expressão conjunta do agente, do tema, da origem

[50] Os verbos *passar* (*por*) (cf. 28.1.5) e *portar-se* (cf. 28.1.6) selecionam igualmente dois constituintes, embora apenas o sujeito seja um argumento; o outro é um elemento predicativo (com *passar* (*por*)) e uma expressão adverbial de modo (com *portar-se*).
[51] Os verbos *achar*, *considerar*, *dar* (*por*), *eleger*, *nomear* e outros do mesmo tipo, discutidos em 28.1.5, selecionam igualmente três constituintes, embora apenas dois deles sejam argumentos (o sujeito e o complemento direto), sendo o terceiro predicativo, como vimos.

e do destino (com verbos de movimento, como *transportar* e *passar*), e do agente/origem, do tema, do destinatário e do valor da transação (com os verbos de transação, como *vender* e *comprar*):

(86) a. *Os camionistas* transportaram [*a minha mobília*] [*de Lisboa*] [*para Coimbra*].
b. *O comerciante* vendeu [*as bolachas*] [*à Maria*] [*por 5 euros*].

O argumento com o valor temático de agente (também origem ou destinatário, com verbos de transação) realiza-se como sujeito e o argumento tema realiza-se como complemento direto; com os verbos de movimento, os dois restantes complementos são oblíquos preposicionados, e com os verbos de transação um dos complementos (com o papel temático de destinatário ou origem, consoante o verbo) é indireto e o outro é oblíquo preposicionado[52].

Os argumentos dos verbos plenos não são necessariamente apenas sintagmas nominais ou sintagmas preposicionais. Quando as propriedades semânticas do verbo o permitem, um ou dois dos argumentos de um verbo podem ser orações (em itálico, nos exemplos de (87)):

(87) a. Acontece *que a Idália se separou do marido*.
b. Surpreendeu [o António] *que a Maria tivesse ido à festa*.
c. Constou [ao Fernando] *que a Fernanda ia organizar uma grande jantarada*.
d. O Pedro quer *que o pai compre um Ferrari*.
e. Obriguei [a Maria] *a ler Guerra e Paz*.
f. Propus [ao António] *que saíssemos mais cedo*.
g. [*Que o motor tenha gripado*] indica [*que o carro está com falta de óleo*].

Em (87a-c), a oração subordinada desempenha a função de sujeito da frase; em (87d,f), a função de complemento direto (é essa também a função da segunda oração de (87g)); e, em (87e), a função de complemento oblíquo. Repare-se que os sujeitos oracionais, devido ao seu tamanho e complexidade interna, ocorrem frequentemente no final da frase (sobre as estruturas de subordinação argumental, cf. Caps. 36 e 37).

[7] Em geral, os verbos não se associam de forma rígida a um quadro único de regência. Os diferentes usos dos verbos são normalmente registados nos melhores dicionários e, mais particularmente, nos dicionários de regências (cf. Borba 1990, Busse 1994, Casteleiro 2007, Fernandes [1940] 2001 e Luft [1987] 2003, entre outros). Apresentam-se aqui alguns exemplos dessa variedade, como ilustração breve de uma tendência muito geral da língua, com o objetivo de sensibilizar o leitor para esse fenómeno.

Alguns verbos regem, em alternância, mais do que uma preposição no seu complemento oblíquo preposicionado; assim, p.e., *falar* admite, para o argumento que denota a matéria ou tópico, as preposições *de* ou *sobre*, sem alterar o sentido (cf. *falei de/sobre os meus problemas*); o complemento do verbo *chamar* pode ser direto (*chamei a funcionária*) ou oblíquo, introduzido pela preposição *por*: *chamei pela funcionária*. Com outros verbos, o sentido altera-se consoante a preposição regida; é o caso, p.e., de *olhar*, que pode reger *para* ou *por*, mudando o sentido do constituinte

[52] No sistema de papéis temáticos de Jackendoff (1972), o complemento oblíquo dos verbos de transação como *comprar* e *vender* é designado como um **tema secundário**.

preposicionado entre meta (com *para*) e beneficiário (com *por*): cf. *olhei para as crianças* vs. *olhei pelas crianças*.

O verbo *passar* é um dos que têm um maior número de quadros de regência em português, tanto no que respeita ao número de argumentos, ao seu papel temático e à sua função na oração, como no que respeita à escolha da preposição regida. Embora o verbo mantenha em todos os seus usos um sentido básico de travessia (concreta ou abstrata) no domínio espacial ou temporal, o significado particular e/ou o quadro de regência varia, como os seguintes exemplos ilustram: (i) *o Cristiano Ronaldo passou a bola* {*ao/para o*) *Deco*; (ii) *a bola passou do Cristiano Ronaldo para o Deco*; (iii) *o Alain Prost passou o Ayrton Senna*; (iv) *o João passou por Coimbra*; (v) *a Antónia passou* (*n*)*o exame de condução*; (vi) *os meus filhos passaram as férias no Algarve*; (vii) *esses acontecimentos passaram-se há dois dias em Lisboa*; (viii) *o meu filho passou a viver em Madrid* (uso semiauxiliar; cf. Cap. 29); (ix) a *Felisbela gosta de passar por modelo* (em que o constituinte introduzido pela preposição é predicativo; cf. 28.1.5); (x) *depois da dose que tomou, ela passou-se completamente*.

O verbo de movimento *pôr*, que normalmente seleciona dois complementos obrigatórios, um direto com o papel temático de tema e outro oblíquo e semanticamente locativo (cf. *ela pôs os lençóis na máquina de lavar*, bem como a impossibilidade de **ela pôs os lençóis* ou **ela pôs na máquina de lavar*, sem um dos complementos), tem usos cristalizados em que o complemento oblíquo é omitido, como em *a galinha pôs o ovo* (no ninho ou no galinheiro, presume-se), *o Pedro pôs o chapéu* (na cabeça, infere-se) e um uso ainda mais curioso em que o argumento locativo é realizado como complemento direto: a expressão *pôr a mesa*, que significa, na realidade, 'pôr a toalha, os pratos, os talheres, os copos, na mesa'.

O verbo *arrumar*, que pertence ao mesmo campo semântico, admite este uso muito mais livremente, na medida em que alterna entre uma construção com um complemento direto tema e um complemento oblíquo locativo (cf. *arrumei os livros na estante*) e outra em que o complemento direto tem um valor simultaneamente locativo e de paciente (cf. *arrumei a estante*; a estante é simultaneamente o que se pretende organizar e o lugar onde se dispõe algo com o objetivo de obter essa organização).

O verbo *descansar*, que seleciona, no seu sentido básico, um argumento tema com a função de sujeito (cf. *a Maria está a descansar*), pode, no entanto, ocorrer com um complemento direto que denota uma parte do corpo (cf. *a Maria está a descansar os pés*); nessa construção, é agora esse complemento que é tema (i.e., representa aquilo que descansa), ao passo que o sujeito tem um sentido mais agentivo.

Com o verbo *ensinar*, a pessoa ensinada é representada por um complemento direto quando aquilo que é ensinado é representado por uma oração infinitiva (cf. *ensinei o Pedro a tocar piano*); no entanto, quando aquilo que é ensinado é expresso por um sintagma nominal, a pessoa ensinada é expressa por um complemento indireto (cf. *ensinei música ao Pedro*) – embora alguns falantes aceitem o complemento indireto também com oração infinitiva, o que não é, contudo, sancionado pela norma-padrão (cf. *ensinei ao Pedro a tocar piano*).

Alguns verbos, como *esquecer*, alternam entre um uso intrinsecamente pronominal (ou seja, ocorrem obrigatoriamente com um pronome do paradigma dos pronomes reflexos; cf. Cap. 11) em que selecionam um complemento oblíquo introduzido por *de* (cf. *ele esqueceu-se das chaves*) e um uso não intrinsecamente pronominal, em que selecionam um complemento direto (cf. *ele esqueceu as chaves*); sobre esta alternância, ver Caps. 32 e 36.

O verbo *dizer*, no sentido diretivo (em que denota uma ordem), seleciona um complemento indireto (o destinatário do ato) e uma oração finita com o verbo no

conjuntivo (que denota a ordem); cf. *o Luís disse ao filho que saísse mais cedo hoje*); alternativamente, o argumento que denota a ordem pode ser realizado como uma oração infinitiva introduzida pela preposição *para* (cf. *o Luís disse ao filho para sair mais cedo hoje*), a qual funciona aqui como um complementador (cf. Cap. 37.3). Esta alternância é típica dos verbos diretivos.

O verbo *proibir* ocorre num quadro em que seleciona um complemento direto, que denota o recipiente da proibição, e um complemento oblíquo oracional introduzido pela preposição *de*, que denota o conteúdo da proibição (cf. *o Zé proibiu* [*a Ricardina*] [*de ir ao cinema*]); alternativamente, seleciona apenas uma oração finita como complemento direto, cujo sujeito corresponde ao complemento direto do quadro alternativo (cf. *o Zé proibiu que a Ricardina fosse ao cinema*).

Para realizar o objeto do pensamento, o verbo *pensar* subcategoriza tipicamente um sintagma preposicional introduzido por uma das preposições *em* ou *sobre* (cf. *a Joana pensa* {*nos amigos/sobre os amigos*}), mas ocorre obrigatoriamente sem a preposição quando o complemento é uma oração finita (cf. *a Ernestina pensa que os pais já voltaram*; comparar com a impossibilidade de **a Ernestina pensa em/sobre que os pais já voltaram*). No entanto, quando a oração complemento é infinitiva, a preposição *em* é opcional: cf. *a Joana pensou* (*em*) *sair mais cedo*.

Muitos outros exemplos se poderiam apresentar, mas cremos que estes são suficientes para sensibilizar o leitor para os quadros de regência alternativos que estão associados a um grande número de verbos do português e para a relativa idiossincrasia das várias escolhas.

28.2.2 Classes de verbos

Os verbos plenos podem ser organizados numa tipologia consoante o quadro de regência que lhes está associado. Esta tipologia ocupa um lugar central na gramática, na medida em que vários princípios e regras da sintaxe são sensíveis às diferentes classes. A tipologia aqui adotada assenta, no seu topo, em duas dimensões binárias, que se cruzam entre si, e que permitem estabelecer quatro classes de verbos, organizadas em dois pares. Essas dimensões são as seguintes:

- seleção vs. não seleção de um argumento com a função de sujeito;
- seleção vs. não seleção de um argumento com a função de complemento direto.

A primeira dimensão, discutida em 28.2.2.1, divide os verbos em duas classes: os **verbos pessoais**, que selecionam um sujeito, e os **verbos impessoais**, que não selecionam um sujeito; a segunda dimensão, discutida em 28.2.2.2, divide os verbos em duas classes: a dos **verbos transitivos**, que selecionam um complemento direto, e a dos **verbos intransitivos**, que não selecionam um complemento direto.

Esta classificação é cruzada: existem verbos transitivos e intransitivos tanto na classe dos verbos pessoais como na classe dos verbos impessoais (ainda que a grande maioria dos verbos impessoais sejam intransitivos)[53].

Os verbos transitivos e intransitivos subclassificam-se, por sua vez, de maneira mais fina, de acordo com o número e o tipo dos seus restantes complementos. Uma subclassificação particularmente importante dos verbos intransitivos pessoais dis-

[53] De modo equivalente, pode-se dizer que existem verbos pessoais e impessoais tanto na classe dos verbos transitivos como na classe dos verbos intransitivos.

tingue os **verbos inergativos** dos **verbos inacusativos**, consoante o sujeito corresponde a um argumento externo ou a um argumento interno do verbo (cf. 28.2.2.3).

28.2.2.1 Verbos pessoais e verbos impessoais

Esta dimensão distingue entre os verbos que selecionam um argumento como sujeito e os verbos que não selecionam um argumento como sujeito, do seguinte modo:

- **verbos pessoais**: selecionam um argumento com a função de sujeito gramatical, o qual concorda em pessoa e número com o verbo; podem ou não selecionar complementos;

- **verbos impessoais**: não selecionam um argumento com a função de sujeito gramatical; podem ou não selecionar complementos.

Em português, os verbos impessoais são em escasso número. Os verbos que denotam fenómenos meteorológicos e mudança de uma parte do dia para outra formam a maioria desta classe; como se viu em 28.1.1.1, estes verbos caracterizam-se por não selecionarem qualquer argumento (sendo, portanto, simultaneamente impessoais e intransitivos): *alvorecer*, *amanhecer*, *anoitecer*, *chover*, *chuviscar*, *nevar*, *relampejar*, *trovejar*, *ventar* (cf. (88a))[54]. Os restantes verbos impessoais são *haver* com sentido existencial (cf. (88b)), os verbos *haver* e *fazer* quando denotam duração (cf. (88c))[55] e os verbos *bastar*, *chegar*, *doer* e *tratar-se* quando regem a preposição *de* (cf. (88d-f)); nos exemplos que se seguem, colocam-se entre parênteses retos os complementos, quando existem:

(88) a. Já chove!
b. Havia [muitos animais] [em casa dos meus avós].
c. Faz/Há [cinco anos] que não vou a Paris.
d. Basta/Chega [de choraminguices]!
e. Trata-se [de questões de suma importância].
f. Dói-me [do lado direito][56].

Não tendo sujeito gramatical, os verbos impessoais conjugam-se invariavelmente na 3.ª pessoa do singular. As orações cujo núcleo é um verbo impessoal chamam-se **orações impessoais**.

> [8] No quadro de algumas teorias linguísticas contemporâneas, as orações impessoais são analisadas como contendo um sujeito não argumental, mais concretamente um pronome expletivo (cf. Cap. 11, Caixa [7]). Devido ao facto de o português ser uma língua de sujeito nulo, este pronome não tem expressão fonética no dialeto-padrão (cf. Cap. 43). Nesta análise, as frases de (88) têm, pois, um sujeito, ainda que este não represente qualquer argumento selecionado; p.e., a estrutura mais articulada de (88b) seria a ilustrada em (i), onde "[-]" representa o sujeito pronominal nulo expletivo:
>
> (i) $[_{Or}$ [-]$_{expl}$ $[_{SV}$ Havia muitos animais em casa dos meus avós]].

[54] Estes verbos podem ocorrer com um sujeito cognato (cf. *chovem pedras de granizo*); cf. 28.2.3.3.
[55] Neste sentido, o verbo *fazer* tem uma contraparte pessoal na expressão "cristalizada" *fazer x anos*; cf. *a Clara fez 14 anos ontem* (cf. *fez ontem 14 anos que a Clara nasceu*).
[56] Este verbo tem um uso pessoal quando o seu argumento é um sintagma nominal com a função de sujeito, concordando com o verbo: cf. *doem-me os dentes*.

Em línguas que não são de sujeito nulo, o pronome expletivo tem expressão fonética, realizando-se como um pronome de 3.ª pessoa do singular neutro (p.e., em inglês, *it rains*, *it is cold*) ou masculino (p.e., em francês, língua que não possui pronomes morfologicamente neutros, *il pleut*, *il fait froid*).

Em certas variedades dialetais do português (e, de modo mais geral, em registos enfáticos, mesmo no dialeto-padrão), as orações impessoais podem ser introduzidas por um pronome expletivo: cf. *ele chove a potes*, *ele faz realmente muito frio* ou *ele havia vinte bruxas neste sótão* (cf. Cap. 43). Repare-se que esta análise não altera a classificação destes verbos como impessoais, porque aquilo que realmente caracteriza os verbos impessoais é o facto de não selecionarem um sujeito que seja um argumento do verbo.

Praticamente todos os verbos impessoais são intransitivos, visto que não selecionam um complemento direto. Excetua-se o verbo *haver*, no seu sentido existencial (cf. (88b)). Este verbo seleciona um sintagma nominal indefinido como argumento (semanticamente, um tema do qual se assere a existência). Este argumento, no entanto, não é o sujeito, porque não concorda com o verbo em pessoa e número (comparar com o verbo *existir*, com um sentido próximo do de *haver*, em que o argumento correspondente é o sujeito, concordando em pessoa e número com o verbo: cf. *existiam muitos animais em casa dos meus avós*).

O argumento de *haver* tem, efetivamente, as propriedades de um complemento direto: em determinados contextos, pode ser substituído por um pronome clítico acusativo, nomeadamente quando o pronome retoma um sintagma nominal introduzido previamente, quer como tópico, quer numa oração anterior, como se ilustra, respetivamente, em (89a) e (89b):

(89) a. *Animais de estimação*, havia-*os* em casa dos meus avós.
b. Eu não acredito n*as bruxas*, mas lá que *as* há, há.

Este verbo é, pois, um verbo impessoal transitivo[57].

Em fases anteriores da língua portuguesa, o verbo *haver* podia concordar com o seu argumento; embora condenem este uso contemporaneamente, Cunha e Cintra (1984:535) citam *houveram muitas lágrimas de alegria* (Camilo, *Vingança*) e *ali haviam vários deputados que conversavam de política* (M. de Assis, *Obra Completa*). A concordância de *haver* com o seu argumento, apesar de não normativa, encontra-se, contudo, em expansão, o que revela a instabilidade gramatical do estatuto impessoal do verbo; cf., entre muitos outros exemplos registados em *corpora*: *e então, haviam lá muitas galinhas* (CORDIAL-SIN, Luzianes, Beja); *quer-se dizer, haviam quatro barcos* (CORDIAL-SIN, Fiscal, Braga); *já haviam pessoas que chamuscavam o porco com o gás* (CORDIAL-SIN, Cedros, Faial, Açores); *nesta zona haviam muitas pessoas com epilepsia e esquizofrenia* (*Jornal da Madeira*, edição *online*). É importante assinalar que, neste uso, o verbo *haver* é um verbo pessoal intransitivo, e não um verbo impessoal transitivo, já que o seu argumento único se realiza como sujeito, concordando em pessoa e número com o verbo.

[57] Cf. Cunha e Cintra (1984:535), para uma conclusão semelhante. Mau grado ser um verbo transitivo, *haver* não admite orações passivas: cf. a impossibilidade de **eram havidos muitos animais em casa dos meus avós*. Para que um verbo possa ser passivizado, no entanto, não basta que selecione um complemento direto; é preciso também que selecione um sujeito (cf. Cap. 13).

Entre as frases impessoais devem assinalar-se também as orações sem sujeito construídas com o pronome *se* e uma forma ativa do verbo na 3.ª pessoa do singular, independentemente de terem ou não complementos, como se ilustra em (90):

(90) a. Ontem *dançou-se* muito na festa.
b. Infelizmente, naquela gramática *ignorou-se* os verbos impessoais.
c. *Falou-se* com os estudantes sobre a greve aos exames.
d. *Diz-se* que o treinador é incompetente.

Nesta construção, chamada ***se* impessoal** (cf. Caps. 11 e 13), o pronome *se* assinala que o argumento agente selecionado por estes verbos, ainda que não esteja expresso na frase, tem um estatuto semântico indefinido, com um sentido próximo de 'as pessoas' ou de 'alguém'; p.e., (90a) significa 'as pessoas (em geral) dançaram muito na festa'. Repare-se que, em (90b), o sintagma nominal *os verbos impessoais* é o complemento direto do verbo *ignorar*.

Com verbos transitivos, a construção de *se* impessoal tem uma variante pessoal, de cariz passivo, na qual o argumento que corresponde ao complemento direto em frases transitivas (como, p.e., *os verbos impessoais* em (90b)) concorda em pessoa e número com o verbo, funcionando, portanto, como sujeito: cf. *infelizmente, naquela gramática ignoraram-se os verbos impessoais* (cf. Caps. 11 e 13). Assinale-se que a construção de *se* impessoal em orações transitivas é frequentemente estigmatizada no dialeto-padrão quando o complemento direto é plural (como em (90b)), preferindo-se-lhe a construção pessoal de cariz passivo, com concordância verbal.

28.2.2.2 Verbos transitivos e verbos intransitivos

Esta dimensão distingue entre os verbos que selecionam um argumento com a função de complemento direto e os verbos que não selecionam tal argumento, do seguinte modo[58]:

- **verbos transitivos**: selecionam um argumento com a função de complemento direto; podem ou não selecionar outros complementos (*desejar*, *fechar*, *guardar*, *nomear*, *oferecer*, *persuadir*, *proibir*, *propor*, *surpreender*);

- **verbos intransitivos**: não selecionam um argumento com a função de complemento direto; podem ou não selecionar outros complementos (*bastar*, *chover*, *descansar*, *desmaiar*, *durar*, *falar*, *nascer*, *pensar*, *pertencer*, *portar-se*, *tossir*).

Concomitantemente, define-se também a noção de **oração transitiva** como sendo aquela que contém um verbo transitivo usado transitivamente[59], ou seja, em que ocorre um complemento direto (entre outros possíveis), como nos exemplos

[58] Como se viu em 28.2.2.1, os verbos impessoais também se dividem em transitivos e intransitivos; o verbo impessoal *haver*, no sentido existencial, é transitivo; os restantes verbos impessoais são intransitivos.

[59] Esta ressalva é necessária devido às orações passivas, aos verbos de alternância causativa-incoativa e aos verbos de uso absoluto que permitem a omissão do complemento direto (cf. 28.2.3.1 e 28.2.3.2); assim, p.e., *a Ana lê* não é uma oração transitiva, embora contenha um verbo transitivo (i.e., que seleciona um complemento direto, ainda que este seja opcional; cf. *a Ana lê um livro*). Do mesmo modo, uma oração passiva como *a ourivesaria foi assaltada pelo ladrão*, embora contenha um verbo transitivo, é uma oração intransitiva, visto que não contém um complemento direto.

de (91) (colocam-se entre parênteses retos os complementos ou outros constituintes selecionados dentro do sintagma verbal e em itálico o complemento direto)[60]:

(91) a. O Pedro fechou [*a porta*].
b. Surpreendeu [*o António*] que a Maria tivesse ido à festa.
c. O Mário deseja {[*um Ferrari*]/[*comprar um Ferrari*]/[*que o filho o deixe em paz*]}.
d. O Pedro ofereceu [*um carro novo*] [ao filho].
e. A Manuela guardou [*o livro*] [na estante].
f. O Paulo propôs [ao pai] [*que saíssem mais cedo*]/[*sair mais cedo*].
g. O Zé proibiu [*a Ricardina*] [de ir ao cinema].
h. Os camionistas transportaram [*a minha mobília*] [de Lisboa] [para Coimbra].
i. O presidente nomeou [*o Luís Filipe*] [treinador do clube].

As orações que não contêm um complemento direto são chamadas **orações intransitivas:** cf. (92) (colocam-se entre parênteses retos outros complementos ou constituintes selecionados dentro do sintagma verbal):

(92) a. A Rita tossiu.
b. Esse livro pertence [ao professor].
c. Constou [ao António] que a Maria tinha ido à festa.
d. A Joana pensa [nos amigos].
e. O concerto durou [duas horas].
f. O Pedro portou-se [mal]/[com pouco tino].
g. O António passou [por tonto].
h. O professor falou [com o aluno] [sobre linguística].

Cada uma destas classes pode ser articulada em subclasses, de acordo com o número e o tipo dos restantes constituintes selecionados dentro do sintagma verbal. Assim, na classe dos verbos transitivos, definimos os seguintes grupos (nos paradigmas (93)-(96), o complemento direto ocorre em itálico, e sublinham-se os restantes complementos):

(i) **verbos transitivos simples**: selecionam apenas o complemento direto (*abrir*, *adorar*, *beber*, *comer*, *desejar*, *detestar*, *enganar*, *fazer*, *fechar*, *surpreender*; cf. (93)):

(93) a. O Pedro fechou *a porta*.
b. A Maria deseja *que os convidados não cheguem antes das 8*.
c. Surpreendeu *o António* que a Maria tivesse ido à festa.

(ii) **verbos ditransitivos**: para além do complemento direto, selecionam também um complemento indireto (*anunciar*, *apresentar*, *dar*, *dizer*, *emprestar*, *perguntar*, *prometer*, *propor*, *sugerir*; cf. (94)):

(94) a. O professor anunciou *as boas notícias* ao aluno.
b. O reitor propôs aos professores {*uma nova avaliação dos alunos/que se avaliassem novamente os alunos*}.
c. O patrão sugeriu aos empregados *saírem todos mais cedo*.

[60] As orações subordinadas de (91b), (92c), (93c) e (99c) em posição final têm a função de sujeito da frase; ver o parágrafo que segue o paradigma (87).

(iii) **verbos transitivos com complemento oblíquo**: para além do complemento direto, selecionam um ou mais complementos oblíquos (*acusar*, *afastar*, *colocar*, *confundir*, *impedir*, *obrigar*, *proibir*; cf. (95)):

(95) a. A Manuela confundiu *a criança* com um sapo.
b. O professor colocou *o livro* sobre a mesa da sala de aula.
c. O João impediu *a filha* de sair de casa.

(iv) **verbos transitivos-predicativos**: para além do complemento direto, selecionam um constituinte de natureza predicativa (*achar*, *considerar*, *eleger*, *nomear*; cf. 28.1.5 e (96))[61]:

(96) a. O presidente nomeou *o Acácio* chefe de repartição.
b. A Joana acha *a filha* lindíssima.

A classe dos verbos intransitivos, por sua vez, pode ser classificada de modo semelhante, reconhecendo-se os seguintes grupos:

(i) **verbos intransitivos simples**: verbos que não selecionam qualquer complemento, podendo selecionar ou não um argumento com a função de sujeito, o qual concorda em pessoa e número com o verbo; o primeiro grupo, claramente maioritário, inclui verbos pessoais como *brincar*, *correr*, *crescer*, *descansar*, *desmaiar*, *espirrar*, *morrer*, *nascer*, *tossir* (cf. (97), que retoma (82) e acrescenta um exemplo); o segundo grupo inclui os verbos impessoais meteorológicos e que denotam mudança de uma parte do dia para outra, analisados em 28.2.2.1: *chover*, *nevar*, *anoitecer* (cf. (98), que retoma (81)):

(97) a. *As crianças* ainda não descansaram.
b. *A Rita* tossiu.
c. *A Joaquina* desmaiou.
d. Acontece *que as coisas não se passaram exatamente assim*.

(98) a. Chove imenso!
b. Anoiteceu cedo.

(ii) **verbos intransitivos com complemento indireto**: selecionam um complemento indireto; este grupo só contém verbos pessoais, i.e., que selecionam também um sujeito gramatical (*acudir*, *agradar*, *bastar*, *constar*, *faltar*, *obedecer*, *perdoar*, *pertencer*, *sobreviver*; cf. (99)):

(99) a. O polícia acudiu *ao transeunte*.
b. O livro pertence *ao Alexandre*.
c. Constou *ao António* que a Maria tinha ido à festa.

(iii) **verbos intransitivos com complemento oblíquo**: subcategorizam um complemento oblíquo preposicionado (*assistir*, *chegar*, *depender*, *entrar*, *faltar* – no sentido de 'estar ausente' –, *morar*, *partir*, *recorrer*, *sair*; cf. (100)) ou não preposicionado (*custar*, *durar*, *medir*, *pesar*; cf. (101)):

[61] O verbo *dar* (*por*) (cf. *o árbitro deu o jogo por terminado*) seleciona um sintagma preposicional, o qual contém um constituinte predicativo (cf. 28.1.5).

(100) a. As meninas hoje faltaram *à aula*.
b. Isso depende *do teu pai*.
c. A minha filha partiu *para Paris*.

(101) a. O concerto durou *duas horas*.
b. Esse camião pesa *várias toneladas*.
c. O livro custa *20 euros*.

Este grupo contém igualmente os verbos impessoais *bastar*, *chegar*, *doer* e *tratar-se*, que subcategorizam um complemento oblíquo preposicionado (cf. (88d-f)); e *fazer* e *haver*, no sentido durativo, que selecionam um complemento oblíquo não preposicionado (cf. (88c))[62].

[9] No âmbito da gramática tradicional e contemporânea, têm sido apresentadas tipologias diferentes da adotada aqui, em particular no que respeita à transitividade, quer com base em critérios semânticos, quer com base em critérios formais de natureza sintática.

A transitividade numa oração ativa é muitas vezes associada à conjunção das duas seguintes propriedades: (i) a possibilidade de a converter numa oração passiva; (ii) a possibilidade de um pronome clítico acusativo funcionar como complemento. Estes critérios permitem incluir na classe dos verbos transitivos itens como *atacar* (cf. *o soldado atacou os inimigos* e *os inimigos foram atacados pelo soldado*, a par de *o soldado atacou-os*), excluindo corretamente verbos como *telefonar* (cf. *o Pedro telefonou à Maria* vs. **a Maria foi telefonada pelo Pedro*, a par de **o Pedro telefonou-a*), que são classificados como intransitivos. Mas o critério parece ser demasiado forte, visto que existem verbos como *ter* ou *querer*, que permitem um pronome clítico acusativo (cf. *o João tem os livros do Eça e a Teresa também os tem* ou *o Pedro quer esse carro e o João também o quer*), mas que seriam excluídos da subclasse dos verbos transitivos por não admitirem a voz passiva (cf. **os livros do Eça são tidos pelo João*, **esse carro é querido pelo Pedro*).

Como solução para este problema, e seguindo Lyons (1968:351), é plausível admitir que a conversão de uma frase ativa em passiva, ainda que seja típica dos verbos transitivos, não é uma propriedade necessária, existindo, nas "margens" da classe, verbos que não a permitem, mas que admitem um pronome acusativo como complemento. Esses verbos seriam considerados transitivos.

O critério de transitividade adotado nesta Gramática assenta na presença vs. ausência de um tipo particular de complemento, o complemento direto. Existem, no entanto, critérios diferentes de transitividade. Um deles merece ser assinalado, por se encontrar em obras importantes da gramática tradicional e da linguística moderna (cf., entre outros, Hernanz e Brucart 1987, que mencionam, por sua vez, Blinkenberg 1960 como o seu proponente original).

Contrariamente à proposta desta Gramática, esse critério alternativo não atribui particular importância à função de complemento direto; ou seja, a distinção entre verbos transitivos e verbos intransitivos tem a ver com a seleção vs. não seleção de *qualquer* complemento, independentemente da sua subclasse funcional ou sintagmática. Neste sistema, um verbo transitivo é aquele que seleciona um complemento de qualquer tipo (direto, indireto ou oblíquo), e um verbo intransitivo é aquele que não seleciona nenhum complemento. São, pois, considerados verbos transitivos tanto

[62] A estas classes, poder-se-ia acrescentar o grupo de verbos que selecionam um constituinte com valor de modo, como *funcionar* e (*com*)*portar-se* (cf. 28.1.6) e os verbos intransitivos que selecionam um sintagma preposicional que contém um elemento com valor predicativo, como *passar* (*por*) (cf. 28.1.5).

assaltar, que seleciona um complemento direto (cf. (ia)), como *pertencer*, que seleciona um complemento indireto (cf. (ib)), como *pensar*, que seleciona um complemento oblíquo preposicionado (cf. (ic)), como *durar*, que seleciona um complemento oblíquo não preposicionado (cf. (id)):

(i) a. O ladrão assaltou *a ourivesaria*.
b. O livro pertence *ao professor*.
c. O professor pensa frequentemente *nos seus alunos*.
d. O concerto durou *duas horas*.

Neste sistema, os únicos verbos intransitivos são aqueles que ou não selecionam qualquer argumento, como os impessoais meteorológicos ou de mudança de uma parte do dia para outra (cf. 28.2.2.1), ou selecionam um só argumento realizado como sujeito, como *brincar*, *correr*, *crescer*, *descansar*, *desmaiar*, *espirrar*, *morrer*, *nascer*, *tossir*:

(ii) a. Já chove!
b. As crianças brincam.
c. O bebé nasceu.
d. A Rita espirrou.

Esta tipologia não é adotada nesta Gramática. De facto, consideramos que a seleção vs. não seleção de um complemento *direto* (o critério de transitividade aqui adotado) se correlaciona com um maior número de distinções formais do que a simples seleção vs. não seleção de *qualquer* complemento. Em particular, temos em mente as duas propriedade já mencionadas no início desta Caixa: (i) a função de complemento direto é a única que pode ser assumida por um pronome clítico acusativo e (ii) tipicamente, uma frase com um complemento direto pode ser passivizada. Isto justifica, a nosso ver, que o critério básico da transitividade se centre sobre o complemento direto. Assinale-se ainda que este critério é adotado na grande maioria dos trabalhos da linguística contemporânea.

28.2.2.3 Verbos inergativos e verbos inacusativos

A distinção entre verbos inergativos e verbos inacusativos é uma divisão funcional que se aplica à classe dos verbos intransitivos pessoais, tendo a ver com propriedades diferenciadas do argumento que se realiza como sujeito; a distinção não afeta, portanto, a classe dos verbos transitivos[63].

No entanto, o critério para a distinção entre verbos inacusativos e inergativos tem como base as propriedades distintas do sujeito e do complemento direto das orações transitivas. Como se verá, dependendo do verbo, o sujeito de certas orações intransitivas manifesta propriedades que o aproximam do sujeito de uma oração transitiva típica, enquanto o sujeito de outras orações intransitivas manifesta propriedades que o aproximam do complemento direto de uma oração transitiva típica. Fazemos, portanto, aqui uma digressão em que se analisam algumas propriedades relevantes do sujeito e do complemento direto dos verbos transitivos para regressar posteriormente à divisão que dá o título a esta subsecção.

[63] A distinção entre verbos inergativos e inacusativos (a chamada "Hipótese Inacusativa") foi desenvolvida no quadro da Gramática Relacional, e deve-se a trabalhos desenvolvidos por David Perlmutter durante os anos 70 (cf., entre outros, Perlmutter 1989; no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, ver Burzio 1986). Alguns autores usam o termo "verbos ergativos" em vez de "verbos inacusativos" e "verbos intransitivos" em vez de "verbos inergativos". Não seguimos essa terminologia nesta Gramática, onde tanto os verbos inacusativos como os inergativos pertencem à classe mais abrangente dos verbos intransitivos.

28.2.2.3.1 Argumento externo e argumento interno direto

Para começar, recorde-se a distinção entre **argumento externo** e **argumentos internos** de um verbo transitivo (cf. Cap. 11). O argumento externo realiza-se como sujeito de uma oração ativa, concorda com o verbo em pessoa e número e realiza-se fora do sintagma verbal cujo núcleo é o verbo transitivo.

Em contrapartida, os argumentos internos realizam-se como complementos de uma oração ativa, isto é, são aqueles argumentos que ocorrem dentro do sintagma verbal. No paradigma (102) retomam-se alguns dos exemplos de (91); sublinha-se o argumento externo, com a função de sujeito, coloca-se em itálico o complemento direto, e os restantes complementos representam-se entre parênteses retos:

(102) a. O Pedro fechou *a porta*.
b. O Mário deseja *um Ferrari*.
c. O Pedro ofereceu *um carro novo* [ao filho].
d. A Manuela guardou *o livro* [na estante].
e. O Zé proibiu *a Ricardina* [de ir ao cinema].

Entre os argumentos internos, interessa-nos em particular o direto, i.e., complemento direto. Quando é nominal, este argumento partilha com o sujeito a propriedade de ser estruturalmente um sintagma nominal não preposicionado. No que respeita aos argumentos internos, a discussão que segue restringe-se, portanto, ao complemento direto; passamos, por isso, a falar apenas de "argumento interno", no singular.

Feita essa restrição, a distinção entre argumento externo e argumento interno recobre, de certa forma, a distinção entre sujeito e complemento direto; nesse sentido, parece ser redundante. Será que necessitamos das duas? A resposta é afirmativa. A distinção entre argumento externo e interno reflete uma propriedade lexical dos verbos, em concreto, uma hierarquia que se estabelece entre os seus argumentos. Nessa hierarquia, a "posição mais elevada" é a que corresponde ao argumento externo, que tem tipicamente o papel temático de agente, e a "posição menos elevada" é a que corresponde ao argumento interno, que tem tipicamente a função temática de tema ou paciente afetado.

Esta distinção é feita na estrutura argumental do verbo (cf. 28.1.1.5), sendo, pois, independente do tipo de frase em que o verbo ocorre (p.e., em frases ativas vs. frases passivas) e da classe funcional ou estrutural que esses argumentos possam assumir em diferentes tipos de frases. Assim, p.e., relativamente às duas frases *o Pedro abriu a janela* e *a janela foi aberta pelo Pedro*, *o Pedro* é invariavelmente o argumento externo do verbo *abrir*, independentemente de (i) ser sujeito na frase ativa ou agente da passiva na frase passiva; (ii) estar ou não incluído num sintagma preposicional (*o Pedro*, na voz ativa, *pelo Pedro*, na voz passiva); (iii) concordar com o verbo, enquanto sujeito, na frase ativa, ou não, na frase passiva.

O mesmo sucede quanto ao SN *a janela*, que é invariavelmente o argumento interno de *abrir* nas duas frases, independentemente de ser complemento direto na frase ativa ou sujeito, concordando com o verbo, na frase passiva.

Em contrapartida, a distinção entre sujeito e complemento direto reflete as propriedades funcionais que os argumentos adquirem quando se realizam em

frases ativas ou em frases passivas. Assim, numa frase passiva, o alinhamento (ou diátese; cf. Cap. 13) entre os argumentos do verbo (externo e interno) e as funções gramaticais não é o mesmo que o de uma frase ativa: enquanto numa frase ativa o argumento externo é o sujeito e o argumento interno é o complemento direto, numa frase passiva o argumento interno é o sujeito e o argumento externo realiza-se (opcionalmente) como agente da passiva (estruturalmente, como um sintagma preposicional introduzido pela preposição *por*), o que se ilustra em (103):

(103) a. O ladrão assaltou a ourivesaria.
b. A ourivesaria foi assaltada (pelo ladrão).

Usando como exemplo o verbo transitivo *assaltar*, este sistema pode ser esquematizado do seguinte modo (a notação usada neste capítulo para a representação da estrutura argumental é ligeiramente diferente da que é usada no Cap. 11; as duas são equivalentes):

- estrutura argumental de *assaltar*: argumento externo, argumento interno
  SN, agente SN, paciente
- construção ativa (cf. (103a)):

(i) argumento externo = sujeito;

(ii) argumento interno = complemento direto

- construção passiva (cf. (103b)):

(i) argumento interno = sujeito;

(ii) argumento externo = agente da passiva opcional

As noções de argumento externo e argumento interno permitem, pois, captar as propriedades lexicais de natureza sintático-semântica dos argumentos dos verbos transitivos, independentemente do modo distinto como esses argumentos se realizam nas orações ativas e passivas. Assim, o SN *a ourivesaria*, ainda que tenha um estatuto funcional diferente nas duas frases de (103) (complemento direto em (103a) e sujeito em (103b)), mantém constante, nas duas frases, o seu estatuto de argumento interno do verbo *assaltar*.

Estabelecida a distinção entre, por um lado, as noções de argumento externo e interno (relativas ao estatuto dos argumentos na estrutura argumental do verbo) e, por outro, as noções de sujeito e complemento direto (relativas ao estatuto funcional desses argumentos em tipos de frases, ativas ou passivas), interessa-nos agora observar algumas diferenças gramaticais que existem entre o argumento externo e o argumento interno dos verbos transitivos, independentemente das funções que adquirem em diferentes tipos de frases ou da sua classe sintagmática. Apontam-se aqui duas, que surgem em construções nas quais o verbo transitivo ocorre na forma verbal do particípio passado (passivo). Considerem-se as orações transitivas de (104):

(104) a. A professora corrigiu *os exames*.
b. O diretor chamou *a polícia* depois do crime.

Com base nestas duas orações, podemos construir as seguintes **orações de particípio absoluto** (entre parênteses retos, nos exemplos), nas quais o verbo transitivo de (104) se encontra na forma de particípio (cf. Caps. 38 e 43)[64]:

(105) a. [Corrigidos *os exames*], a professora foi de férias.
b. [Corrigidos], *os exames* foram entregues aos alunos.

(106) a. [Chamada *a polícia* depois do crime], o diretor reuniu o pessoal.
b. [Chamada depois do crime], *a polícia* apareceu rapidamente.

O ponto importante a assinalar é o seguinte:

❖ Nas orações de particípio absoluto, o argumento interno (em itálico, nos exemplos acima) concorda em género e número com o particípio do verbo transitivo (sublinha-se a morfologia que marca essa concordância). O argumento interno pode ocorrer (i) dentro da própria oração de particípio (cf. os exemplos (a) de (105)-(106)) ou (ii) como sujeito da oração subordinante da oração de particípio absoluto (cf. os exemplos (b) de (105)-(106))[65].

Em contrapartida, o argumento externo não pode concordar com o particípio do verbo transitivo nem pode ocorrer dentro da oração de particípio, sob pena de se alterar completamente o sentido das frases de referência em (104):

(107) a. *[Corrigida a professora], os exames foram entregues aos alunos.
b. *[Chamado o diretor depois do crime], a polícia apareceu rapidamente.

Considerem-se agora as orações transitivas de (108):

(108) a. Os soldados temem *o general*.
b. A funcionária lavou *as janelas*.

Com base nestas orações, podemos modificar o nome do sintagma nominal que corresponde ao argumento interno por um adjetivo correspondente ao particípio do verbo transitivo:

(109) a. um *general* temido (pelos soldados)
b. as *janelas* lavadas (pela funcionária)

Explicita-se essa possibilidade na seguinte formulação:

❖ O nome do argumento interno de um verbo transitivo pode ser modificado por um adjetivo correspondente ao particípio desse verbo (cf. (109)).

Em contrapartida, o nome do argumento externo não pode ser modificado pelo particípio do verbo transitivo, como se ilustra em (110), mantendo constante a interpretação de (108)[66]:

---

[64] Este tipo de orações só pode ser construído com verbos transitivos que denotam uma ação de natureza aspetualmente télica (cf. Cap. 17).
[65] Na interpretação de (105)-(106), é importante manter constantes os papéis temáticos atribuídos pelo verbo transitivo em (104): ou seja, *a professora* e *o diretor* devem ser interpretados como agente e *os exames* e *a polícia* como paciente, tal como em (104).
[66] De novo, convém insistir na necessidade de manter a mesma interpretação das frases de referência, visto que os sintagmas nominais de (110) são perfeitamente gramaticais na interpretação correspondente às frases *alguém teme os soldados* e *alguém lavou a funcionária*.

(110) a. *os *soldados* temidos
b. *a *funcionária* lavada

28.2.2.3.2 Duas classes de verbos intransitivos pessoais

Na posse destes dados, estamos finalmente em condições de regressar ao tópico principal desta secção: a divisão dos verbos intransitivos em duas classes, a dos verbos inergativos e a dos verbos inacusativos. Como se verá, esta tipologia tem como fundamento a forma diferenciada como o sujeito dos verbos intransitivos se comporta relativamente aos fenómenos que acabámos de analisar. Consideremos então os dois seguintes paradigmas, ambos com verbos intransitivos:

(111) a. A criança *nasceu* (à meia-noite do dia 1 de janeiro).
b. Os livros *desapareceram* (do escritório).
c. As folhas *caíram* (na terra).

(112) a. Os atletas *correram* (durante meia hora).
b. Os alunos *bocejaram* (de tédio).
c. O rapaz *sorriu* (à rapariga).

Observemos, em primeiro lugar, que é possível formar uma oração de particípio absoluto com base nos verbos de (111), na qual o particípio concorda em género e número com o sintagma nominal sujeito de (111), podendo este ocorrer quer na oração absoluta (os exemplos (a) dos seguinte paradigmas) quer (como sujeito) na oração subordinante (os exemplos (b) dos seguintes paradigmas)[67]:

(113) a. [Nascida *a criança*], a enfermeira chamou o pai.
b. [Nascida à meia-noite do dia 1 de janeiro], *a criança* foi o primeiro bebé do ano.

(114) a. [Desaparecidos *os livros*], chamou-se a polícia.
b. [Desaparecidos do escritório], *os livros* nunca mais foram encontrados.

(115) a. [Caídas *as folhas*], as árvores deixavam a nu os seus ramos agrestes.
b. [Caídas na terra], *as folhas* cobriam-na completamente.

Em contrapartida, tal não é possível com base nos verbos de (112):

(116) a. *[Corridos *os atletas*], a prova terminou.
b. *[Corridos durante meia hora], *os atletas* descansaram.

(117) a. *[Bocejados *os alunos*], a professora irritou-se.
b. *[Bocejados de tédio], *os alunos* adormeceram de vez.

(118) a. *[Sorrido *o rapaz*], a rapariga dirigiu-lhe a palavra.
b. *[Sorrido à rapariga], *o rapaz* convidou-a para tomar um copo.

[67] Note-se que o significado aspetual das orações simples de (111) e o das orações de particípio não é o mesmo: nas orações simples representa-se um evento dinâmico, ao passo que nas orações de particípio se representa o resultado desse evento; estas têm, pois, um sentido estativo, ausente de (111). Alguns falantes preferem os exemplos (b) de (113)-(115), considerando os exemplos (a) marginais; estes, no entanto, são claramente melhores que qualquer dos exemplos de (116)-(118).

Em segundo lugar, observamos que os particípios dos verbos de (111) podem ocorrer como adjetivos modificando um substantivo que corresponde ao seu sujeito:

(119) a. A *criança* nascida à meia-noite ainda está na casa de saúde.
b. Os *livros* desaparecidos do escritório tinham custado caríssimo.
c. As *folhas* caídas na terra cobriam-na completamente.

Em contrapartida, tal não é possível com os particípios dos verbos de (112):

(120) a. *Os *atletas* corridos estavam exaustos.
b. *Os *alunos* bocejados foram expulsos da sala.
c. *O *rapaz* sorrido à rapariga estava apaixonado por ela.

O comportamento diferenciado dos verbos de (111) e (112) relativamente ao seu sujeito é idêntico ao comportamento diferenciado dos verbos transitivos relativamente ao seu argumento externo (o sujeito da oração ativa) e ao seu argumento interno (o complemento direto da oração ativa). Assim, deve-se comparar (113)-(115) com (105)-(106); (116)-(118) com (107); (119) com (109); e (120) com (110). Estas comparações permitem-nos tirar as seguintes conclusões:

❖ O sujeito de verbos intransitivos como *nascer*, *desaparecer* e *cair* tem propriedades semelhantes (face aos fenómenos discutidos) às do argumento interno de um verbo transitivo.

❖ O sujeito de verbos intransitivos como *correr*, *bocejar* e *sorrir* tem propriedades semelhantes (face aos fenómenos discutidos) às do argumento externo de um verbo transitivo.

Dada a natureza lexical das noções de argumento externo e argumento interno (cf. 28.2.2.3.1), podemos usá-las diretamente para descrever os factos relativos aos verbos intransitivos, e concluir o seguinte:

❖ O sujeito de verbos intransitivos como *nascer*, *desaparecer* e *cair* (cf. (111)) é um argumento interno desses verbos.

❖ O sujeito de verbos intransitivos como *correr*, *bocejar* e *sorrir* (cf. (112)) é um argumento externo desses verbos.

O facto de ambos se realizarem como sujeito mostra apenas que as noções de argumento externo/argumento interno e de sujeito/complemento (direto) têm uma natureza conceptual diferente; ou seja, o sujeito de uma oração pode ser argumento externo do verbo (como nos exemplos de (112) e nas orações transitivas ativas) ou pode ser argumento interno (como nos exemplos de (111) e nas orações passivas); inversamente, o argumento interno de um verbo pode realizar-se como complemento direto (em orações transitivas ativas, p.e.) ou como sujeito (em orações passivas e nos exemplos de (111)).

Os verbos como *nascer*, *desaparecer* e *cair*, cujo sujeito é um argumento interno, chamam-se **verbos inacusativos**; e os verbos como *correr*, *bocejar* e *sorrir*, cujo sujeito é um argumento externo, chamam-se **verbos inergativos**. Concomitantemente, as orações com verbos inacusativos chamam-se **orações inacusativas**, e as orações

com verbos inergativos chamam-se **orações inergativas**. Compare-se a seguir as entradas lexicais destes dois tipos de verbos com a de um verbo transitivo:

- estrutura argumental de *assaltar* (verbo transitivo): arg. externo, arg. interno
  SN, agente SN, paciente
- estrutura argumental de *nascer* (verbo inacusativo): arg. interno
  SN, paciente
- estrutura argumental de *correr* (verbo inergativo): arg. externo
  SN, agente

Com base nas propriedades descritas acima, estabelecem-se também as seguintes correspondências:

- As orações transitivas e as orações inergativas (cf. (121)) têm em comum o facto de o seu sujeito corresponder a um argumento externo do verbo:

(121) a. *A professora* corrigiu os exames. [oração transitiva]
b. *Os atletas* correram (no parque). [oração inergativa]

- As orações inacusativas e as orações passivas (cf. (122)) têm em comum o facto de o seu sujeito corresponder a um argumento interno:

(122) a. *Os exames* foram corrigidos pela professora. [oração passiva]
b. *O bebé* nasceu (à meia-noite). [oração inacusativa]

Para completar a classificação tipológica das orações, distingue-se de novo entre **orações ativas**, como (121) e (122b), e **orações passivas**, como (122a) (cf. Cap. 13); e entre **orações transitivas**, i.e., que contêm um sujeito e um complemento direto, como (121a), e **orações intransitivas**, i.e., que contêm um sujeito, mas não contêm um complemento direto, como (121b) e (122).

Apresentam-se a seguir alguns exemplos de verbos inergativos e inacusativos (estas listas não se pretendem exaustivas):

- Verbos inergativos

  andar, *assobiar*, *brincar*, *constar*, *conversar*, *correr*, *dançar*, *durar*, *escorregar*, *existir*, *ficar*, *lutar*, *orar*, *passear*, *pecar*, *pensar*, *respirar*, *saltar*, *trabalhar*, *viver*, *votar*

- Verbos inacusativos

  acordar, *agarrar-se*, *ajoelhar-se*, *aparecer*, *arrepender-se*, *aterrar*, *cair*, *casar-se*, *convencer-se*, *crescer*, *desaparecer*, *desconfiar*, *desmaiar*, *despertar*, *divorciar-se*, *embarcar*, *emigrar*, *encostar-se*, *enfiar-se*, *estabelecer-se*, *levantar-se*, *magoar-se*, *morrer*, *naufragar*, *recolher-se*, *regressar*, *surgir*, *vir*, *zangar-se*

Também formam orações inacusativas todos os verbos de alternância causativa-incoativa (cf. 28.2.3.2) quando são usados intransitivamente, visto que o seu sujeito corresponde ao complemento direto da versão transitiva, ou seja, ao argumento interno do verbo: cf. *a Maria enfureceu-se* vs. *os atos do Pedro enfureceram a Maria* ou *o Pedro enlouqueceu* vs. *o barulho regular e contínuo enlouqueceu o Pedro*.

Digno de nota é o facto de muitos verbos inacusativos (incluindo a maioria dos verbos de alternância causativa-incoativa, quando são usados intransitivamente) serem intrinsecamente pronominais, isto é, usam-se obrigatoriamente com um pronome do paradigma dos pronomes reflexos. A este uso, a gramática tradicional chama "conjugação pronominal" ou "conjugação reflexa".

Embora as correspondências não sejam perfeitas e haja casos idiossincráticos, de um modo geral, os verbos inergativos denotam atividades consciente e voluntariamente realizadas pela entidade que corresponde ao sujeito, que é, assim, tipicamente um agente; e os verbos inacusativos denotam situações que afetam a entidade que corresponde ao sujeito e sobre as quais este não tem controlo; ou seja, o sujeito dos verbos inacusativos é tipicamente um paciente ou um tema[68].

> [10] Alguns dos fenómenos sintáticos que têm sido propostos como diagnóstico da inacusatividade não são observáveis em português. De entre eles, destacam-se:
>
> ❖ em italiano, a possibilidade de o pronome clítico partitivo *ne* recuperar, em estruturas com verbos inacusativos, o núcleo nominal de um argumento interno quantificado (cf. (ib)), o que não acontece com verbos inergativos (cf. (iib)):
>
> (i) a. Arriveranno *molti studenti*. ('chegarão muitos estudantes')
> b. *Ne* arriveranno molti. (literalmente, 'deles (ou seja, de estudantes) chegarão muitos')
> (ii) a. Telefoneranno *molti studenti*. ('telefonarão muitos estudantes')
> b. **Ne* telefoneranno molti. (literalmente, 'deles (ou seja, de estudantes) telefonarão muitos)
>
> ❖ em italiano e em francês, a seleção de diferentes verbos auxiliares para a formação dos tempos compostos, em função da natureza inacusativa ou inergativa do predicador verbal: *essere/être* com verbos inacusativos (cf. (iii)), *avere/avoir* com verbos inergativos (cf. (iv)):
>
> (iii) a. Giovanni *era* arrivato. ('o Giovanni tinha chegado', literalmente 'era chegado'); vs. **Giovanni aveva arrivato*.
> b. Jean *était* arrivé. ('o Jean tinha chegado', literalmente 'era chegado'); vs. **Jean avait arrivé*.
>
> (iv) a. Giovanni *aveva* telefonato. ('o Giovanni tinha telefonado'); vs. **Giovanni era telefonato*.
> b. Jean *avait* téléphoné. ('o Jean tinha telefonado'); vs. **Jean était téléphoné*.
>
> O português antigo admitia estas duas possibilidades, ocorrendo o auxiliar *ser* principalmente com verbos inacusativos e os auxiliares *haver* e *ter* com verbos inergativos (cf. Mattos e Silva 1994).

28.2.3 Verbos com argumentos opcionais

Como se notou em 28.1.2.1, existem verbos que permitem a omissão de um argumento, mesmo em contextos discursivos ou situacionais neutros. Nesta subsecção, analisam-se dois desses casos: em 28.2.3.1, os verbos de uso absoluto, que podem ocorrer apenas com o sujeito, omitindo o complemento direto; e em 28.2.3.2, os

[68] Para uma discussão das classes semânticas em que se dividem os verbos intransitivos e da correspondência dessas classes com a sua classificação em inacusativos e inergativos, cf., entre outros, Levin e Rappaport Hovav (1995), Mendikoetxea (1999); para o português, cf. Eliseu (1984).

verbos de alternância causativa-incoativa, que permitem a omissão do seu argumento causal ou agentivo.

Inversamente, existem verbos intransitivos que permitem *acrescentar* um argumento em certas condições; esse argumento, que tem a característica de materializar o próprio conceito expresso lexicalmente pelo verbo, chama-se **argumento cognato**; estes verbos discutem-se em 28.2.3.3.

28.2.3.1 Verbos de uso absoluto

Existe uma série de verbos transitivos como *beber*, *comer*, *escrever*, *estudar*, *fumar*, *ler*, *ouvir* e *ver*, entre outros, que podem ocorrer com ou sem um complemento direto:

(123) a. O Pedro *fuma*. (cf. *o Pedro fuma charutos*)
b. A Ana já *comeu*. (cf. *a Ana já comeu a sopa*)
c. Depois do acidente, o Pedro começou a *beber*. (cf. *começou a beber vinho*)
d. O João não *estuda*. (cf. *o João não estuda física*)
e. Ele gosta de *escrever*. (cf. *ele gosta de escrever críticas de cinema*)

Seguindo a tradição gramatical, consideramos que estes verbos são basicamente transitivos, i.e., selecionam um argumento com a função de complemento direto, o qual pode, no entanto, ser omitido, mesmo em contextos neutros, isto é, sem que o seu conteúdo tenha de ser recuperado a partir do contexto discursivo ou situacional (cf. 28.1.2.1). Ao uso intransitivo de tais verbos transitivos, chamamos **uso absoluto**, e aos verbos que permitem um tal uso, **verbos de uso absoluto** (cf. Lyons 1968:360).

O uso absoluto é uma estratégia linguística que permite pôr a tónica no processo descrito pelo verbo, na atividade em si (a atividade de fumar, comer, beber), eliminando a culminação dessa atividade na entidade afetada (cf. Cap. 17)[69]. Não é, assim, por acaso que estes verbos são frequentemente usados em **frases caracterizadoras**, nas quais se atribui a um indivíduo uma característica habitual, por exemplo, uma atividade regular (cf. (123a,c,d,e)).

A eliminação do complemento direto no uso absoluto, no entanto, não significa que desapareça completamente do ponto de vista interpretativo. Tipicamente, o complemento direto é subentendido e semanticamente recuperado como denotando as entidades mais típicas representadas pelo complemento direto desses verbos: 'tabaco' ou 'cigarros' para *fumar*, 'produtos comestíveis' para *comer*, 'lições' ou 'matéria' para *estudar*, etc. Em certos casos, a língua convenciona sentidos mais precisos, como 'bebidas alcoólicas' para *beber*. O próprio verbo, quando usado intransitivamente, pode apresentar extensões semânticas que não tem no uso transitivo, como no caso de *comer*, que, no uso absoluto, não significa apenas 'ingerir alimentos', mas sim 'ingerir alimentos numa das refeições socialmente convencionadas' (ou seja, no uso absoluto, o verbo *comer* é usado com frequência em vez dos seus hipónimos *almoçar* e *jantar*).

[69] Nesse sentido, poder-se-iam classificar também como de uso absoluto verbos como *votar* ou *pensar* (cf. *ele votou nos socialistas* vs. *ele já votou*; *ele pensa muito na vida* vs. *ele está sempre a pensar*), que, embora não selecionem um complemento direto, mas sim um complemento oblíquo, ocorrem frequentemente sem o seu complemento, pondo a tónica na atividade em si e eliminando o objeto dessa atividade.

O uso absoluto é seletivo: nem todos os verbos permitem a omissão do seu complemento direto. Em geral, permitem-na os verbos que denotam atividades biológicas ou culturais importantes para os seres humanos, como *beber*, *comer*, *escrever*, *estudar*, *fumar* e *ler*; e verbos de perceção física ou mental como *ouvir* e *ver*. Mesmo nestas classes semânticas, a omissão do complemento só é permitida com verbos semanticamente não marcados e de valor abrangente: assim, por exemplo, *comer* admite a omissão do complemento, mas *devorar* não (cf. *já comemos* vs. **já devorámos*); o mesmo se passa com *ver* relativamente a *olhar* (cf. *ele já vê* vs. **ele já olha*).

Existe uma diferença importante entre a omissão de um adjunto adverbial e a omissão de um complemento no uso absoluto, como se ilustra, respetivamente, no par *a Maria gosta de fumar* (*no carro*) vs. *a Maria gosta de fumar* (*cigarros*). Essa diferença reflete o facto de o complemento, mas não o adjunto, ser selecionado pelo verbo (cf. 28.1.2). Ao passo que o complemento direto ausente é subentendido e interpretado, ainda que de forma culturalmente fixa ('tabaco' ou 'cigarros'), o adjunto, quando não ocorre, está completamente omisso da frase, quer sintaticamente quer semanticamente; em particular, não é subentendido: assim, na frase *a Maria gosta de fumar*, não se pressupõe absolutamente nada quanto ao lugar onde a Maria gosta de fumar.

[11] Como se referiu em 28.1.2.1, também alguns verbos de movimento que selecionam um complemento oblíquo locativo permitem a sua omissão (incluindo *cair*, *chegar*, *entrar*, *partir*, *sair*), sendo este recuperado lexicalmente com uma interpretação indefinida ('{de/a/para} algum lugar'):

(i) a. A Maria *saiu*.
b. O Pedro já *chegou*.
c. Ele *parte* amanhã às dez horas.

Muitos verbos que denotam processos ou atitudes subjetivas permitem igualmente a omissão do seu complemento oblíquo, como *aborrecer-se*, *apaixonar-se*, *casar-se*, *chatear-se* e *zangar-se*; de novo, o complemento oblíquo ausente é interpretado com uma leitura indefinida [+humana], suprindo-se também "mentalmente" a preposição adequada (ou seja, aquela que o verbo rege quando tem o complemento expresso): 'com alguém', 'por alguém', etc.:

(ii) a. O Pedro *zangou-se*.
b. A Maria *apaixonou-se* e *casou-se* um mês depois.

Os verbos *acusar*, *ajudar*, *convidar* e *responsabilizar* permitem omitir um complemento oracional preposicionado, interpretado também de forma indefinida como '(fazer) algo'; cf. *o professor acusou o aluno* ('de algo' ou 'de fazer algo'), *o aluno responsabilizou o professor* ('por algo' ou 'por fazer algo'), *ajudei a Maria* ('a fazer algo'), *convidei o André* ('para algo' ou 'para fazer algo').

28.2.3.2 Verbos de alternância causativa-incoativa

Existem verbos que selecionam um argumento de natureza causal, que pode denotar uma pessoa, uma organização coletiva ou uma causa natural (o papel temático correspondente denomina-se **causa**) e um argumento paciente, tema ou experienciador. O argumento causal é um argumento externo do verbo e o paciente/tema/experienciador é um argumento interno.

Estes verbos podem ocorrer quer numa versão transitiva, com ambos os argumentos representados (cf. (124)), caso em que o argumento causal se realiza como sujeito e o paciente/tema/experienciador como complemento direto, quer numa versão intransitiva, apenas com o argumento paciente/tema/experienciador (cf. (125)), realizado como sujeito:

(124) a. O vento secou a toalha.
b. O novo governo melhorou as condições de trabalho.
c. O general assustou os soldados.

(125) a. A toalha secou.
b. As condições de trabalho melhoraram.
c. Os soldados assustaram-se.

Na sua versão intransitiva, estes verbos denotam uma mudança de estado sofrida pela entidade representada pelo sujeito (ou seja, o argumento interno); são, assim, chamados, neste uso, **verbos incoativos**, e as orações onde ocorrem chamam-se **orações incoativas** (cf. também o Cap. 13). Tipicamente, às orações incoativas correspondem orações chamadas **resultativas**, com o verbo copulativo aspetual *ficar* seguido do verbo pleno no particípio passado ou de um adjetivo relacionado com o verbo, e que representam o resultado da mudança de estado: cf. *a toalha ficou seca*, *as condições de trabalho ficaram melhores*, *os soldados ficaram assustados*.

Na versão transitiva, por sua vez, descreve-se o processo dinâmico que afeta o argumento interno e causa a sua mudança de estado. A entidade causal responsável por essa mudança corresponde ao argumento externo e realiza-se como sujeito, sendo agora o argumento interno realizado como complemento direto[70]. No uso transitivo, estes verbos são chamados **verbos causais**, e as orações em que ocorrem **orações causais** (cf. Cap. 13 e Lyons 1968:351ss).

Como designação geral, de forma neutra, entre o seu uso incoativo e o seu uso causal, estes verbos chamam-se **de alternância causativa** (cf. Eliseu 1984, entre outros), sendo também designados como **verbos de alternância causativa-incoativa** (cf. Cap. 13).

> [12] A natureza causal dos exemplos de (124) fica patente na possibilidade de estes serem parafraseados por uma construção em que essa dimensão é explicitamente representada pelo verbo causativo semigramaticalizado *fazer* (*com que*)[71], tendo como sujeito o argumento causal: *o vento fez com que a toalha secasse*, *o novo governo fez melhorar as condições de trabalho*, *o general fez os soldados assustarem-se*. Enquanto os verbos de alternância causativa-incoativa combinam lexicalmente no seu uso transitivo a componente causal e o evento causado, o verbo *fazer* (*com que*) representa lexicalmente apenas a componente causal "em estado puro", necessitando de uma

[70] Repare-se que a proposição expressa pela oração transitiva causal implica a proposição expressa pela oração intransitiva incoativa; p.e., se o vento secou a toalha, então a toalha secou; se o general assustou os soldados, então os soldados assustaram-se, etc.

[71] Este verbo pode construir-se com uma oração subordinada finita ou infinitiva; no primeiro caso, rege tipicamente a preposição *com*.

oração subordinada para representar o evento causado; por isso *fazer* é chamado **verbo causativo**[72].

Existem, no entanto, diferenças entre as duas alternativas; assim, os verbos de alternância causativa-incoativa (como *secar*, *melhorar*, *assustar*) têm um sentido de causalidade "direta", por oposição à causalidade "indireta" expressa na construção com o verbo causativo *fazer*: na leitura da frase *o general assustou os soldados* em que o sintagma nominal sujeito tem o papel temático de agente (ver a discussão depois desta caixa), o general é um interveniente direto na situação descrita, ao passo que na frase *o general fez com que os soldados se assustassem*, o general é apenas o responsável, não necessariamente direto, do susto dos soldados (p.e., o susto pode ter sido causado por um sargento que recebeu ordens nesse sentido do general).

Com os verbos de alternância causativa-incoativa, o mesmo item lexical serve de núcleo à oração causal e à oração incoativa, sendo esta a situação mais comum em português. Assinale-se, no entanto, que a alternância pode ser expressa através de itens lexicais distintos, como, p.e., *matar* e *morrer*: cf. *o Joaquim matou o gato* vs. *o gato morreu*.

São em grande número, na língua portuguesa, os verbos de alternância causativa-incoativa. Semanticamente, distinguem-se dois grupos: (i) os que denotam uma mudança de estado de natureza cognitiva ou psicológica, ou o evento que causa essa mudança, como *aborrecer*, *admirar*, *afligir*, *assustar*, *comover*, *emocionar*, *endoidecer*, *enfurecer*, *enlouquecer*, *envergonhar*, *escandalizar*, *espantar*, *inquietar*, *irritar*, *maçar*, *preocupar* e *ralar*; e (ii) os que denotam uma mudança de estado de natureza física ou fisiológica (incluindo mudança de lugar ou de posição) ou o evento que leva a essa mudança: *abrir*, *afundar*, *agoniar*, *aquecer*, *arrefecer*, *aumentar*, *balançar*, *cansar*, *congelar*, *cozer*, *curar*, *deslocar*, *encharcar*, *encher*, *envelhecer*, *fechar*, *girar*, *magoar*, *mover*, *queimar*, *rodar* e *secar*.

No seu uso incoativo, a grande maioria dos verbos de alternância causativa-incoativa usa-se com um pronome do paradigma dos pronomes reflexos, variável em pessoa e número[73], na chamada conjugação pronominal ou reflexa: cf. *isso* {*afligiu/emocionou/preocupou*} *a Maria* e *a Maria* {*afligiu-se/emocionou-se/preocupou-se*}; *ele* {*magoou-te/queimou-te/encharcou-te*} e (*tu*) {*magoaste-te/queimaste-te/encharcaste-te*}.

Entre os verbos cuja versão incoativa não se conjuga com um pronome encontram-se *arrefecer*, *assar*, *aumentar*, *congelar*, *enlouquecer*, *entristecer*, *envelhecer* e *secar*: cf. *a enfermeira aqueceu/arrefeceu a água* e *a água aqueceu/arrefeceu*; *a doença envelheceu-te* e (*tu*) *envelheceste*.

Com um reduzido número de verbos causais psicológicos, quando o sujeito da versão transitiva tem o traço semântico [+humano], existe ambiguidade entre uma interpretação em que o sujeito é um agente, volitivamente responsável pela ação, e outra em que não manifesta qualquer intencionalidade. Este é o caso, p.e., de (124c), *o general assustou os soldados*. Essas leituras podem ser desambiguadas através de expressões adverbiais adequadas (*intencionalmente* vs. *sem querer*, p.e.); assim, a ambiguidade de (124c) desaparece em *o general assustou intencionalmente os*

[72] Os verbos causativos são *fazer*, *mandar* e *deixar* (cf. Cap. 37.5.3). Nem sempre se faz uma distinção terminológica entre verbos causais e verbos causativos, e entre orações causais e orações causativas (i.e., orações cujo núcleo é um verbo causativo). Alguns autores usam o termo "causativo" também para os verbos e para as orações aqui chamados "causais" (cf. Cap. 13).

[73] Assim, temos: *eu emocionei-me*, *tu emocionaste-te*, *ele emocionou-se*, etc.

soldados, que apenas tem a interpretação em que o general é um agente intencional, e em *o general assustou os soldados sem querer*, que apenas tem a interpretação em que o general é uma causa não intencional (nesta interpretação, a frase poderia ser continuada por um comentário como *só o facto de ele aparecer os assustou*)[74].

Ainda que tenham uma componente causal comum, estes dois valores têm de ser distinguidos por terem consequências gramaticais distintas, como se verá imediatamente a seguir: assim, usamos o termo "agente" para o argumento investido de causalidade intencional e o termo "causa" para o argumento que manifesta causalidade não intencional (cf. Cap. 11.5.2.1). A causalidade não intencional, evidentemente, é a única que caracteriza o sujeito inanimado de uma oração causal, quer com verbos de mudança física (cf. (124a), *o vento secou a toalha*), quer com verbos de mudança psicológica (cf. *os trovões assustaram a Maria*).

Nas orações incoativas (intransitivas), o argumento causa pode ser opcionalmente realizado dentro do sintagma verbal, ocorrendo então na forma de um sintagma preposicional introduzido pela preposição *com*, como se ilustra em (126):

(126) a. A porta abriu-se *com o vento*. (cf. *o vento abriu a porta*)
b. A Ilda feriu-se *com a faca*. (cf. *a faca feriu a Ilda*)
c. O tanque encheu-se (de água) *com a chuva*. (cf. *a chuva encheu o tanque* (*de água*))

Esta opção, contudo, está vedada a um argumento agente, como se ilustra em (127):

(127) a. *A porta abriu-se *com o João*. (cf. *o João abriu a porta*)
b. *A Ilda feriu-se *com o marido*. (cf. *o marido feriu a Ilda*)
c. *O tanque encheu-se (de água) *com os bombeiros*. (cf. *os bombeiros encheram o tanque* (*de água*))

A possibilidade de realizar o agente numa oração intransitiva com um verbo causativo está reservada à construção passiva, como se ilustra em (128):

(128) a. A porta foi aberta *pelo João*.
b. A Ilda foi ferida *pelo marido*.
c. O tanque foi enchido (de água) *pelos bombeiros*.

Inversamente, para muitos falantes, o argumento causa não pode ocorrer sob a forma de agente da passiva (i.e., introduzido pela preposição *por*) numa oração passiva, como se ilustra em (129):

(129) a. ??A porta foi aberta *pelo vento*.
b. ??A Ilda foi ferida *por uma faca*.
c. ??O tanque foi enchido (de água) *pela chuva*.

[13] Estes contrastes podem ser explicados se assumirmos que uma oração passiva denota tipicamente uma ação dinâmica cujo responsável é um agente, ao passo que uma oração incoativa denota uma situação dinâmica consistindo apenas numa

[74] Com verbos que denotam mudança física, um sujeito humano tem necessariamente o papel temático de agente; assim, p.e., *a funcionária secou a toalha* significa necessariamente que a funcionária cometeu a ação intencionalmente.

mudança de estado, sem qualquer intervenção de uma entidade voluntária ou consciente. Explica-se assim que um argumento agente possa ser realizado numa oração passiva (cf. (128)), mas não numa oração incoativa (cf. (127)), e que, inversamente, um argumento que representa uma causa natural possa ser realizado numa oração incoativa (cf. (126)), mas que cause estranheza (no mínimo) numa oração passiva (cf. (129)). Repare-se que as orações ativas transitivas têm de ser consideradas neutras relativamente a estas duas interpretações, já que admitem quer uma causa natural (cf. (124a)) quer um agente (cf. (124b)) com a função de sujeito ((124c) é ambígua entre estas duas interpretações).

A natureza agentiva das orações passivas pode ser ilustrada pela possibilidade de ocorrência nessas orações do advérbio *intencionalmente*, o qual predica necessariamente sobre um agente: cf. *os soldados foram intencionalmente assustados pelo general*. A possibilidade de termos o advérbio igualmente na oração passiva "curta" *os soldados foram intencionalmente assustados* mostra que o agente é subentendido mesmo quando o agente da passiva não é explicitamente expresso na oração passiva.

Como se notou acima, em orações transitivas causais um conjunto reduzido de verbos psicológicos admite que o sujeito [+humano] possa ser interpretado como causa não intencional ou como agente intencional. Na primeira interpretação, a frase é compatível com os adjuntos adverbiais *sem a mínima intenção* ou *sem querer*; na segunda, com o advérbio *intencionalmente*:

(130) a. O general assustou os soldados.
b. O marido aborreceu a Maria.
c. A atriz escandalizou o público.

Correspondendo a estas duas interpretações, o argumento externo (i.e., o sujeito em (130)) pode ser retomado dentro do sintagma verbal numa oração incoativa (cf. (131)) ou como agente da passiva numa oração passiva (cf. (132)); no entanto, dependendo do verbo, esta última opção é marginal ou mesmo agramatical para alguns falantes[75]:

(131) a. Os soldados assustaram-se *com o general*.
b. A Maria aborreceu-se *com o marido*.
c. O público escandalizou-se *com a atriz*.

(132) a. Os soldados foram assustados *pelo general*.
b. ?A Maria foi aborrecida *pelo marido*.
c. ?O público foi escandalizado *pela atriz*.

A maioria dos verbos psicológicos de alternância causativa apenas admite o papel temático causa para o seu argumento externo humano, o que se pode ilustrar

[75] Nas orações incoativas com verbos psicológicos em que o argumento causal humano é expresso, como (131), os verbos distinguem-se no que respeita à diferença no "grau de participação", mais ou menos ativo, do experienciador (representado pelo sujeito) no processo psicológico denotado. Com *assustar-se*, p.e., o experienciador é afetado de forma passiva, sem ter qualquer responsabilidade no evento (quando me assusto com alguém ou alguma coisa, não tenho propriamente controlo sobre o meu estado psicológico). Em contrapartida, com *aborrecer-se*, p.e., o estado psicológico que afeta o experienciador é parcialmente da sua responsabilidade, sendo "dirigido", por assim dizer, contra a entidade representada pelo complemento (aborrecer-me com alguma coisa ou com alguém é parcialmente controlável por mim). Com alguns verbos, é difícil destrinçar entre estas duas leituras.

pela marginalidade das frases passivas correspondentes, que forçam a interpretação de agente para esse argumento: cf. **a Maria foi inquietada/irritada pelos filhos* (comparar com *a Maria inquietou-se/irritou-se com os filhos*), **a Maria foi enfurecida/emocionada pelo amigo* (comparar com *a Maria enfureceu-se/emocionou-se com o amigo*); para os falantes que não aceitam (132b,c), *aborrecer* e *escandalizar* possuem idêntica restrição.

No seu uso incoativo, os verbos de alternância causativa-incoativa são inacusativos, já que o seu sujeito corresponde a um argumento interno, ou seja, corresponde ao complemento direto da versão causal transitiva (cf. 28.2.2.3):

(133) a. A trovoada assustou *a Maria*.
b. *A Maria* assustou-se com a trovoada.

Confirmando esta análise, o particípio do verbo pode servir de núcleo a uma oração de particípio absoluto (cf. *assustada com a trovoada, a Maria refugiou-se na cave*) e pode modificar um substantivo que corresponde ao sujeito da oração incoativa (cf. *uma criança assustada com a trovoada*, que corresponde a *uma criança assustou-se com a trovoada*).

28.2.3.3 Argumentos cognatos

Alguns verbos intransitivos permitem, em condições estilisticamente marcadas, acrescentar um argumento, estruturalmente realizado como sintagma nominal. Este argumento permite reificar o próprio conceito lexical do verbo, introduzindo frequentemente na frase uma especificação adicional, ou exprimindo uma avaliação (por vezes emotiva) do falante sobre a situação descrita. Chama-se a este argumento **argumento cognato**.

Com verbos intransitivos pessoais (i.e., que selecionam um argumento com a função de sujeito), o argumento cognato realiza-se como complemento direto e chama-se **objeto cognato**, em itálico nos exemplos:

(134) a. Ela viveu *uma vida esplêndida*.
b. As crianças dormiram *um sono reparador*.
c. A Rosa Mota correu *uma corrida que ninguém vai esquecer*.
d. ?O Pedro anda a tossir *uma tosse esquisita*.
e. ?Ela sorriu-me *um sorriso maravilhoso*.

Tipicamente, o substantivo que é núcleo do objeto cognato ocorre modificado (excetuando-se certas expressões multilexicais idiomáticas, como *viver a vida*). Este facto deve-se plausivelmente à redundância dos sintagmas verbais com um objeto cognato cujo substantivo não é modificado: cf. **as crianças dormiram um sono, *a Rosa Mota correu uma corrida, *o Pedro anda a tossir uma tosse, *ela sorriu-me um sorriso*.

Em certos casos, podem surgir dúvidas sobre se um verbo deve ser classificado como transitivo de uso absoluto (ou seja, selecionando opcionalmente um complemento direto) ou como um verbo intransitivo simples que pode ocorrer com um objeto cognato; é o caso, p.e., de *cantar*: cf. *eles estão a cantar uma canção maravilhosa*; neste caso, no entanto, o leque de possibilidades para o complemento direto é muito vasto, o que indica ser mais razoável classificar este verbo como sendo de uso absoluto (cf. *cantar uma ária de Mozart, cantar uma melodia dos Beatles*). Para

além disso, *cantar uma canção*, com o nome não modificado, é aceitável, contrariamente ao que sucede com os objetos cognatos (ver os exemplos acima). O mesmo raciocínio aplica-se a outros verbos da área musical, como *assobiar* e *cantarolar*, ou a um verbo como *fumar* (cf. *fumar um cigarro, fumar um charuto*).

Os verbos que designam fenómenos atmosféricos, em particular o verbo *chover*, ou mudança de uma parte do dia para outra, também podem ocorrer com um argumento cognato[76]. Como estes verbos não selecionam qualquer argumento, este realiza-se como sujeito[77], desencadeando concordância em pessoa e número com o verbo:

(135) a. Amanheceu *uma manhã soalheira*.
b. Anoiteceu *uma noite escura e tenebrosa*.
c. Chovem {*pedras de granizo/umas gotas pesadas*}.
d. Chove *uma chuva miudinha*.

Justifica-se, pois, chamar a estas expressões **sujeito cognato**, mantendo o paralelismo com o objeto cognato.

Repare-se que o verbo *chover* tem usos metafóricos razoavelmente produtivos em português: cf. *choveram tiros no assalto ao banco* e *os relatórios negativos chovem na mesa do diretor*. Nestes casos, o sujeito é obrigatório, visto que o verbo deixa de incorporar uma componente semântica ligada ao fenómeno da queda natural de água.

28.2.4 Verbos leves

Existe em português um pequeno grupo de verbos que se relacionam semanticamente com verbos plenos com a mesma forma morfofonológica, mas que, fruto de um processo de esvaziamento semântico, se encontram, em determinadas construções, desprovidos de parte do seu sentido descritivo básico. Nessas construções, esses verbos ficam incapazes de funcionar por si sós como predicador único da frase e são chamados **verbos leves**[78]. Os verbos leves mais representativos do português são *dar*, *fazer* e *ter*.

Os verbos leves selecionam obrigatoriamente um constituinte de natureza nominal, formando com ele um predicador complexo, como se ilustra nos seguintes exemplos (coloca-se em itálico a sequência formada pelo verbo leve e o constituinte nominal e sublinha-se o constituinte nominal)[79]:

---

[76] Na Teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Generativa, o sujeito cognato dos verbos meteorológicos é caracterizado como um "quase argumento" (cf. Chomsky 1982 e Cap. 43).

[77] A lógica da realização dos argumentos cognatos é, pois, a seguinte: se o verbo não seleciona um sujeito, o argumento cognato realiza-se como sujeito; se o verbo seleciona um sujeito, o argumento cognato realiza-se como complemento direto. Não parecem existir argumentos cognatos com outras funções.

[78] O termo "verbo leve" deve-se a Jespersen (1909-1949). Harris (1970) utiliza a designação "verbo operador" e Gross (1981), "verbo suporte"; ver também Grimshaw e Mester (1988) e, para o português, Ranchhod (1990), Baptista (2000), Duarte, Gonçalves e Miguel (2006) e Duarte et al. (2009). O conteúdo desta subsecção é inspirado nos dois últimos trabalhos.

[79] Por vezes, a sequência formada por um verbo leve e o constituinte nominal pode cristalizar numa expressão idiomática fixa: cf. *os ladrões deram* {*à sola/de frosques/corda aos sapatos*} (= *fugiram*). O verbo *fazer*, quando seleciona um substantivo "climático" como *calor*, *frio*, *gelo*, etc., também pode ser considerado leve: cf. *faz* {*frio/vento/sol*}. Neste caso, o substantivo não tem valor argumental, e a combinação adquire o estatuto de um predicador complexo impessoal, semanticamente equivalente a verbos impessoais como *chover*, *nevar* e *trovejar*.

(136) a. Os miúdos *deram* *animação* à festa. (= *animaram* *a festa*).
b. É preciso *dar* *corda* ao relógio. (não existe um verbo pleno correspondente)
c. Os alunos *fizeram* *um resumo* da lição. (= *resumiram* *a lição*)
d. Nós *fizemos* *uma intervenção* rápida. (= *interviemos* *rapidamente*).
e. A Ana *teve* *lucro* com todo o processo. (= *lucrou* *com todo o processo*)
f. O Zé *teve* *sorte*. (não existe um verbo pleno correspondente)

Compare-se (136) com (137), em que estes verbos têm o seu sentido pleno, respetivamente de transferência material, de criação material e de posse:

(137) a. O Pedro deu um livro à Ana.
b. O carpinteiro fez um brinquedo.
c. O Pedro tem um iate.

Assim, em (137), *dar* tem aproximadamente o significado do verbo *oferecer*; *fazer*, o do verbo *construir*; e *ter*, o do verbo *possuir*. Como o leitor pode verificar facilmente, estes verbos poderiam substituir *dar*, *fazer* e *ter* em (137), mantendo-se as frases gramaticais e não se alterando substancialmente a sua interpretação. Tal não é possível, no entanto, em (136): cf., por exemplo, ***os miúdos ofereceram animação à festa*, ***os alunos construíram um resumo da lição* ou ***a Ana possuiu lucro com todo o processo*[80].

Uma propriedade típica das sequências verbo leve + constituinte nominal é a possibilidade de paráfrase por um verbo morfologicamente relacionado com o núcleo nominal do complemento, como se assinala nos exemplos de (136)[81]. Este facto reforça a ideia de que o elemento que contribui centralmente para a predicação nas construções com verbos leves é o complemento nominal e não o verbo.

Contudo, isso não significa que o verbo leve não tenha qualquer papel relevante na predicação. O facto de o verbo leve preservar as propriedades de seleção argumental do verbo pleno com ele relacionado mostra que o seu esvaziamento semântico não é total. Assim, tanto nos exemplos de (136) como nos de (137), *dar* é um predicador de três lugares, e *fazer* e *ter* são predicadores de dois lugares.

> [14] Tanto o verbo pleno *fazer* como o verbo leve correspondente podem selecionar três argumentos: cf. *o João fez um desenho ao filho*, com o verbo pleno, e *esse filme faz aflição à Ana*, com o verbo leve. No entanto, existe uma diferença entre o verbo pleno e o verbo leve: com o verbo pleno, o complemento indireto pode alternar com um sintagma preposicional introduzido pela preposição *para* (cf. 28.1.3.2.2.1); tal, porém, não é possível com o verbo leve: comparar *o João fez um desenho para o filho* com **esse filme faz aflição para a Ana*. Por sua vez, o verbo *dar* pode ocorrer apenas com dois argumentos (omitindo o complemento indireto), quer como verbo pleno quer como verbo leve (cf. 28.1.3.2.2.1): comparar *o João deu* [*todos os livros que herdou do avô*] (verbo *dar* pleno) com *o João deu* [*um mergulho*] (verbo *dar* leve).

[80] Assim, considera-se que a expressão *oferecer pancada*, p.e., não contém um verbo leve, sendo antes classificada como uma expressão idiomática cristalizada.
[81] Esta propriedade, no entanto, não é partilhada por todas as expressões formadas com um verbo leve: cf., por exemplo, (136b,f).

Ao preservarem as propriedades de seleção dos verbos plenos, os verbos leves preservam igualmente uma parte do seu significado. Contrariamente aos verbos plenos correspondentes, no entanto, a expressão nominal que segue o verbo não recebe uma interpretação autónoma; em particular, não denota qualquer entidade material transferida, criada ou possuída (com *dar*, *fazer* e *ter*, respetivamente). O esvaziamento semântico que afeta os verbos leves deve, assim, ser entendido como perda apenas de uma parte do sentido descritivo básico dos verbos plenos correspondentes[82].

Os verbos leves manifestam também propriedades de seleção semântica próprias, o que sugere terem uma contribuição semântica ativa na formação do predicador complexo. Em particular, condicionam as expressões que com eles podem coocorrer; assim, p.e., o verbo *dar*, quando se combina com um substantivo derivado de uma forma verbal (como *empurrão*, derivado de *empurrar*), impõe restrições de seleção semântica sobre o sujeito distintas daquelas que são impostas pelo verbo pleno relacionado com o nome, como se ilustra em (138):

(138) a. {O João/O vento} empurrou a Maria (com toda a força).
b. {O João/*O vento} deu um empurrão à Maria (com toda a força).

Este tipo de restrições mostra que os verbos leves selecionam um argumento externo, realizado como sujeito, ao qual atribuem um papel temático próprio, que pode ser distinto daquele que é atribuído pelo verbo morfologicamente relacionado com o substantivo que se combina com os verbos leves. Assim, enquanto o verbo *empurrar* pode ocorrer com um sujeito [–humano] com o papel temático de causa, tal não acontece com o predicador complexo formado pelo verbo leve e o nome deverbal, que apenas admite um sujeito [+humano] com o papel temático de agente, como se ilustra em (138). Para dar outro exemplo, na frase *os atletas tiveram um salto perfeito*, o sujeito tem o papel temático de possuidor/locativo (cf. Nota 17), atribuído pelo verbo leve, e não o de agente, atribuído pelo verbo *saltar* ao seu sujeito, como na frase *os atletas saltaram de forma perfeita*.

Outro fenómeno que mostra a relevância dos verbos leves na predicação é o facto de serem sensíveis às propriedades aspetuais do complemento nominal. Assim, p.e., o verbo leve *fazer* pode combinar-se com substantivos derivados de verbos que denotam processos (como *corrida*, derivado de *correr*; cf. (139a)), i.e., situações que têm uma duração temporal indefinida, já que não são apresentados os seus limites inicial e final (cf. Cap. 17); no entanto, não pode combinar-se com substantivos derivados de verbos que denotam pontos (como *espirro*, derivado de *espirrar*; cf. (139b)), i.e., eventos instantâneos, temporalmente indivisíveis, que não admitem um estado resultante (cf. Cap. 17):

(139) a. O João fez uma *corrida* impressionante.
b. *O João fez um *espirro* barulhento.

Esta sensibilidade às propriedades do complemento varia de verbo para verbo: verbos leves diferentes condicionam de forma distinta a classe aspetual a que

[82] Sobre o processo semelhante que afeta os verbos auxiliares e os verbos copulativos, cf., respetivamente, os Caps. 29 e 30.

pertence o substantivo com que se combinam: p.e., o verbo leve *dar* apresenta a propriedade inversa da de *fazer*, i.e., pode combinar-se com um substantivo que denota um ponto, mas não com um substantivo que denota um processo: cf. *o João deu um espirro barulhento* vs. **o João deu uma corrida impressionante*; o verbo leve *ter* pode combinar-se com substantivos que denotam situações não dinâmicas, i.e., estados (cf. *o João teve uma estadia agradável em Paris*), o que não acontece com o verbo *fazer* (cf. **o João fez uma estadia agradável em Paris*).

Concluindo, tal como os verbos plenos, e contrariamente aos verbos auxiliares e copulativos (cf. Caps. 29 e 30), os verbos leves contribuem para a predicação expressa na frase. Distinguem-se, no entanto, dos verbos plenos pelo facto de se combinarem necessariamente com um constituinte (geralmente nominal) que contribui igualmente de maneira preponderante para o conteúdo da predicação, formando com o verbo leve um predicador complexo.

[15] Alguns autores consideram que os verbos (em itálico) dos exemplos seguintes têm igualmente características de verbos leves:

(i) a. As notícias *puseram* o Zé eufórico.
b. O noticiário *pôs* as cheias em destaque.

(ii) a. Os novos diretores *fizeram* a empresa rentável.
b. A Maria *fez* a loiça em fanicos.

Estas frases têm uma interpretação causativa, inferindo-se um estado resultante causado pelo sujeito da frase. Tipicamente, esse estado resultante é expresso por um constituinte predicativo secundário (preposicional ou adjetival, sublinhado nos exemplos acima) tendo como sujeito semântico o sintagma nominal com a função de complemento direto (cf. 28.1.5 e Cap. 30). No que respeita aos exemplos de (i) e (ii), esse estado resultante é expresso pelas frases *o Zé ficou eufórico*, *as cheias ficaram em destaque*, *a empresa ficou rentável* e *a loiça ficou em fanicos*.

O constituinte predicativo é obrigatório (ou seja, é selecionado pelo verbo; cf. 28.1.5): se for suprimido, as sequências resultantes não recebem uma interpretação completa: cf. **as notícias puseram o Zé*; **o noticiário pôs as cheias*, **os novos diretores fizeram a empresa*, **a Maria fez a loiça*[83].

O constituinte predicativo de (i) e (ii) pode também ocorrer imediatamente a seguir ao verbo, o que sugere que forma com ele um predicador complexo, tal como a combinação de um verbo leve com o seu complemento nominal:

(iii) a. As notícias *puseram eufórico* o Zé.
b. O noticiário *pôs em destaque* as cheias.

(iv) a. ?Os novos diretores *fizeram rentável* a empresa.
b. ?A Maria *fez em fanicos* a loiça.

Para além disso, quando ocorrem em exemplos como os de (i)-(iv), estes verbos não têm o seu sentido descritivo básico (de movimento espacial, no caso de *pôr*, e de criação material, no caso de *fazer*), algo que, como se viu acima, acontece também com os verbos leves. No entanto, tal como no caso dos verbos leves, parte do seu significado é preservado: p.e., nas frases de (i), descreve-se uma ação causal que

[83] As duas últimas sequências são gramaticais se o verbo *fazer* não for interpretado com um sentido causal, mas sim com um sentido de criação material.

implica uma mudança, tal como na frase *a Maria pôs o livro na estante*. A diferença é que, nas frases de (i), se define uma mudança de estado da entidade representada pelo complemento direto, ao passo que nesta última frase se descreve uma mudança de lugar dessa entidade.

Nalguns casos, a sequência formada pelo verbo *fazer* ou *pôr* e o constituinte predicativo pode ser substituída por um único verbo pleno, outro fenómeno que aproxima esses verbos dos verbos leves: cf. *pôr as cheias em destaque*, equivalente a *destacar as cheias*; *fazer a empresa rentável*, equivalente a *rentabilizar a empresa*.

Fontes das abonações

CORDIAL-SIN – *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. http://www.clul.ul.pt.

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Camilo, *Brilhantes* – Castelo Branco, Camilo (1972º) *Os Brilhantes do Brasileiro*. Lisboa. Parceria A. M. Pereira.

Jornal da Madeira (*jm.online*) http://www.jornaldamadeira.pt/.

29 VERBOS AUXILIARES 1221
29.1 Verbos auxiliares e perífrases verbais 1224
29.1.1 Verbos auxiliares do português 1224
29.1.2 Propriedades das perífrases verbais 1225
29.2 Gramaticalização dos verbos auxiliares 1227
29.3 Propriedades dos verbos auxiliares 1230
29.3.1 Propriedades semânticas dos verbos auxiliares 1232
29.3.1.1 Os verbos auxiliares não selecionam argumentos 1232
29.3.1.2 Os verbos auxiliares ocorrem com verbos impessoais 1235
29.3.2 Propriedades sintáticas dos verbos auxiliares 1238
29.3.2.1 Os verbos auxiliares não ocorrem com orações finitas 1238
29.3.2.2 Os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado 1240
29.3.2.3 Subida dos pronomes clíticos 1240
29.3.2.4 Equivalência semântica entre frases ativas e passivas com perífrases verbais 1244
29.3.2.5 As frases com perífrases verbais aceitam a construção passiva pronominal 1248
29.3.2.6 A negação incide sobre toda a perífrase verbal 1251
29.4 Verbos auxiliares, semiauxiliares e "quase auxiliares" 1253
29.4.1 Verbos auxiliares e semiauxiliares 1253
29.4.2 Verbos "quase auxiliares": *querer* e *parecer* 1255
29.5 Propriedades semânticas dos verbos auxiliares e semiauxiliares 1257
29.5.1 O verbo auxiliar perfeito (*ter* + particípio passado) 1257
29.5.1.1 O pretérito perfeito composto do indicativo 1258
29.5.1.2 As restantes formas compostas 1261
29.5.2 O verbo auxiliar *ir* + infinitivo 1263
29.5.3 O verbo semiauxiliar *haver* (*de*) 1266
29.5.4 Verbos semiauxiliares modais: *poder*, *dever* e *ter* (*de/que*) 1266
29.5.5 Verbos auxiliares e semiauxiliares aspetuais 1268
29.5.5.1 Verbos que marcam a fase intermédia de uma situação: *estar* (*a*) e *continuar* (*a*) 1268
29.5.5.2 Verbo que marca o início de uma situação: *começar* (*a*) 1269
29.5.5.3 Verbos que marcam o termo de uma situação: *acabar* (*de*) e *deixar* (*de*) 1270
29.5.5.4 Verbos que marcam uma mudança de situação: *ficar* (*a*) e *passar* (*a*) 1271
29.5.5.5 Verbos que marcam repetição: *andar* (*a*), *voltar* (*a*) e *tornar* (*a*) 1272

29.5.5.6 *Chegar* (*a*) 1274
29.5.5.7 Dualidade sintática e semântica das perífrases verbais com a preposição *a* 1274
29.5.6 Os verbos auxiliares *ir* + gerúndio e *vir* + gerúndio 1276
29.6 Sequências de verbos auxiliares e semiauxiliares 1276
29.6.1 Ordenação dos verbos auxiliares em perífrases verbais complexas 1277
29.6.2 Generalizações sobre a ordem dos verbos auxiliares 1280

29 VERBOS AUXILIARES

Os verbos auxiliares e os **verbos semiauxiliares** são verbos que se combinam com o verbo pleno de uma oração, contribuindo com informação nos domínios semânticos do **tempo** (cf. Cap. 15), da **modalidade** (cf. Cap. 18) e do **aspeto** (cf. Cap. 17), como se ilustra, respetivamente, nos três seguintes exemplos (para facilidade da exposição, referimo-nos a estes valores semânticos pela sigla "TMA", formada pelas iniciais de "tempo", "modalidade" e "aspeto").

(1) a. *Vai* chover. [domínio do tempo]
b. A Clara *pode* vir a Lisboa hoje. [domínio da modalidade]
c. O meu carro *continua* a fazer um barulho esquisito. [domínio do aspeto]

Em (1a), *ir* denota um tempo futuro relativamente ao da enunciação; em (1b), *poder* representa, em leituras diferenciadas, a crença do falante numa determinada probabilidade de ocorrência da situação representada pela frase (equivalente a 'pode ser que a Clara venha a Lisboa hoje') – a **modalidade epistémica** – ou uma permissão dada à Clara (equivalente a 'a Clara tem autorização para vir a Lisboa hoje') – a **modalidade deôntica**[1]. Finalmente, em (1c), *continuar* perspetiva o prolongamento de uma situação.

> [1] Sobre as categorias semânticas do tempo, aspeto e modalidade, ver os Caps. 15 a 19. A categoria do tempo (cf. Caps. 15 e 16) exprime a localização temporal da situação expressa numa frase relativamente a um momento de referência, que pode ser, p.e., o momento da enunciação pelo falante. A categoria do aspeto (cf. Cap. 17) exprime a maneira como se estrutura internamente a situação descrita por um predicado (p.e., se representa um estado "estático", como *morar*, ou uma ação "dinâmica", como *correr*; se se prolonga temporalmente, como *ler um livro*, ou se tem uma natureza pontual, não durativa, como *espirrar*). A categoria da modalidade (cf. Caps. 18 e 19) exprime a atitude do falante sobre o conteúdo do enunciado; aos diferentes valores que estas atitudes podem ter chama-se "valores modais". Embora sejam noções relacionadas, a modalidade deve distinguir-se do modo, que é uma categoria flexional da conjugação verbal, na qual se exprimem alguns dos valores modais. Finalmente, dizer que um verbo auxiliar ou semiauxiliar tem uma componente semântica TMA não implica que veicule significados em todos esses domínios, como se explicita no decorrer do texto (cf., em particular, 29.5).

[1] Estas não são as únicas leituras modais que o verbo *poder* tem; cf. 29.5.4 e o Cap. 18.

Num dos seus usos, o verbo *ser* também é classificado como auxiliar, embora não traga qualquer contribuição semântica nos domínios mencionados: referimo-nos, concretamente, à sua função de marcar a **voz** ou **diátese passiva** (cf. *o filme foi visto pelas crianças* vs. *as crianças viram o filme*; cf. Cap. 13)[2].

Por oposição aos verbos auxiliares e semiauxiliares, os **verbos plenos** têm a função primária de **predicador** da oração em que ocorrem (cf. Caps. 11 e 28): ou seja, veiculam um sentido descritivo e são os responsáveis pela seleção dos argumentos da oração, pela sua classe sintagmática, pela sua função gramatical e pelo seu valor semântico, que pode ser expresso num sistema de papéis temáticos. Diferentemente dos verbos plenos, os verbos auxiliares e semiauxiliares não são predicadores.

É importante ter em conta, no entanto, que os domínios semânticos TMA não são exclusivos dos verbos auxiliares ou semiauxiliares. Todos os verbos plenos veiculam estes valores na sua morfologia verbal (cf. Cap. 56). Não é por acaso, aliás, que os domínios TMA são aqueles que, em simultâneo, se encontram codificados, por um lado, nos verbos auxiliares e semiauxiliares e, por outro, morfologicamente na flexão verbal; de facto, estes dois sistemas reforçam-se mutuamente. Nesse sentido, pode considerar-se que os verbos auxiliares e semiauxiliares constituem uma extensão e um enriquecimento da flexão verbal TMA, permitindo a expressão de valores e de gradações que não poderiam ser veiculados de maneira económica apenas por aquele sistema.

Para além disso, todos os verbos plenos têm uma componente aspetual associada ao seu sentido descritivo (cf. Cap. 17); e existem mesmo alguns verbos plenos cujo sentido descritivo se situa praticamente apenas num dos domínios TMA. Assim, por exemplo, os verbos *autorizar*, *obrigar* e *permitir* denotam conceitos que pertencem à área da modalidade deôntica (cf. *o médico autorizou/obrigou o Pedro a correr a maratona*); os verbos *acreditar*, *crer*, *julgar* e *saber* exprimem um valor modal na área epistémica (cf. *creio que o Pedro vai correr a maratona*); e os verbos *adiar*, *demorar*, *durar* e *tardar* (*em*) têm um valor temporal (cf. *o diretor adiou a reunião de 2.ª para 5.ª feira*). No entanto, nenhum destes verbos é auxiliar ou semiauxiliar, porque não satisfazem determinadas condições adicionais, de natureza sintática e semântica, que caracterizam estes verbos e os distinguem dos verbos plenos (cf. 29.3).

Praticamente todos os verbos auxiliares e semiauxiliares têm também um uso como verbos plenos, em que funcionam como predicadores e selecionam argumentos. O verbo *ir*, p.e., é pleno em (2a) e é auxiliar em (2b):

(2) a. O Manuel *vai* a Madrid.
b. A bomba *vai* explodir.

Em (2a), *ir* tem uma componente semântica descritiva (um sentido descritivo – cf. Cap. 8), denotando deslocação ou movimento do sujeito, e seleciona dois

[2] Embora tenha semelhanças com um verbo copulativo, na medida em que liga o sujeito a um constituinte predicativo cujo núcleo (o particípio verbal) tem características adjetivais, o verbo *ser* na construção passiva é classificado como auxiliar devido às propriedades semânticas desta construção. Assim, p.e., as orações passivas mais típicas partilham com as orações ativas correspondentes um sentido dinâmico, em que participa um agente, contrariamente às orações com o verbo de cópula *ser*, que representam tipicamente uma situação não dinâmica.

argumentos: um com o papel temático de tema (também agente), denotando a entidade que se move, e que se realiza como sujeito (*o Manuel*), e outro com o papel temático de destino ou meta, realizado como um complemento oblíquo (*a Madrid*). Em contrapartida, em (2b), *ir* é um verbo auxiliar, sem qualquer implicação semântica de deslocamento, sendo unicamente responsável pelo tempo futuro do evento; nessa frase, o verbo pleno é *explodir*, que seleciona um argumento com o papel temático de paciente (*a bomba*), o qual se realiza como sujeito.

Os verbos auxiliares e semiauxiliares são, pois, originalmente, verbos plenos cooptados para um uso como verbos auxiliares; nesse processo, perdem o seu estatuto de predicador, a capacidade de selecionarem argumentos e, em maior ou menor grau, o seu sentido descritivo (como no caso de *ir*, que perde o sentido de verbo de movimento); a este processo que converte um verbo pleno num verbo (semi)auxiliar chama-se **gramaticalização** (cf. 29.2 e Cap. 10).

Existem várias similaridades entre os verbos auxiliares e os verbos copulativos (cf. Cap. 30). Tal como os verbos auxiliares, também os copulativos não têm um sentido descritivo, e veiculam um valor semântico lexical nas áreas do aspeto ou da modalidade (mas não na do tempo). Em orações finitas, os verbos copulativos também são o suporte das marcas morfológicas obrigatórias de TMA e de concordância com o sujeito. É, pois, tentador dizer que ambos os tipos de verbos formam uma classe mais geral de "verbos de suporte". Nesta grande classe, os dois tipos de verbos têm especializações complementares: os copulativos são verbos de suporte nas orações com predicação não verbal (cf. *o Pedro é inteligente*, *a Joana está/ficou doente*), e os auxiliares são verbos de suporte nas orações de predicação verbal (cf. (1) e (2b)). Na área aspetual, aliás, alguns verbos (incluindo *ser*, *estar*, *ficar*, *andar* e *continuar*) podem funcionar quer como auxiliares quer como copulativos, essencialmente com o mesmo valor semântico (cf. Cap. 30, especialmente a parte final de 30.1.2 e 30.2.2): cf., por exemplo, *a Maria está/ficou a trabalhar* (*estar* e *ficar* são verbos auxiliares) e *a Maria está/ficou doente* (*estar* e *ficar* são verbos copulativos).

Esta secção organiza-se do seguinte modo: em 29.1, apresentamos a lista dos verbos considerados como auxiliares nesta Gramática e introduzimos a noção de **perífrase verbal**; em 29.2, discute-se a noção de gramaticalização de um verbo pleno em verbo auxiliar; em 29.3, discutem-se em detalhe as propriedades de natureza semântica e sintática que definem um verbo como auxiliar; em 29.4, distingue-se entre verbos auxiliares (propriamente ditos) e verbos semiauxiliares; em 29.5, descrevem-se semanticamente os verbos auxiliares e semiauxiliares mais usados em português; finalmente, em 29.6, descrevem-se as sequências possíveis de verbos auxiliares e semiauxiliares.

Como se verá em 29.4, a distinção entre "verbo auxiliar" e "verbo semiauxiliar" é uma questão de grau, que radica no facto de alguns destes verbos não satisfazerem uma ou outra das propriedades aqui consideradas como típicas da auxiliaridade, discutidas em 29.3. Por uma questão de simplicidade, referimo-nos daqui para a frente a todos eles unicamente através do termo "verbo auxiliar", até à secção 29.4, onde se procede à sua classificação mais precisa.

29.1 Verbos auxiliares e perífrases verbais

Nesta secção, apresenta-se uma caracterização preliminar da noção de "perífrase verbal" e propõe-se uma lista de verbos auxiliares do português.

29.1.1 Verbos auxiliares do português

Para tornar mais clara a discussão que se segue, apresentamos desde já uma lista dos verbos considerados auxiliares nesta Gramática. Como assinalam Cunha e Cintra (1984:393), as gramáticas do português variam relativamente aos verbos que incluem nesta classe. Tipicamente, as gramáticas tradicionais não apresentam critérios explícitos de auxiliaridade, para além de algumas caracterizações vagas de natureza semântica. Ao ler esses textos, fica-se frequentemente com a sensação de que, implicitamente, se considera auxiliar qualquer verbo capaz de se combinar diretamente com outro verbo numa forma não finita, ou seja, de infinitivo, gerúndio ou particípio. Sendo esta uma propriedade necessária dos verbos auxiliares, está longe, no entanto, de ser suficiente, devido ao facto de haver também muitos verbos plenos (i.e., não auxiliares) que se combinam diretamente com outro verbo numa dessas formas. Por exemplo, a par de *eu vou dormir uma sesta*, em que *ir* é um verbo auxiliar (combinado com um verbo pleno no infinitivo), tem-se *eu tenciono dormir uma sesta*, em que *tencionar* é um verbo pleno, sem qualquer característica de verbo auxiliar. É, portanto, necessário apresentar critérios explícitos de auxiliaridade, que permitam efetuar uma caracterização mais fundamentada da classe dos verbos auxiliares. Esse é um dos objetivos deste capítulo.

Mesmo quando se estabelecem critérios explícitos de auxiliaridade, o estabelecimento de uma lista definitiva de verbos auxiliares é uma tarefa difícil de atingir na prática. Isto deve-se, em parte, ao facto de variarem frequentemente os juízos dos falantes relativamente ao comportamento deste ou daquele verbo face a esses critérios, o que torna difícil chegar a uma lista fechada consensual. Contribui também para essa dificuldade o facto de ser praticamente impossível analisar todos os verbos que se podem combinar com uma forma não finita de outro verbo, para avaliar se possuem ou não as propriedades relevantes. É, portanto, tendo em atenção estas limitações que se propõe a lista apresentada abaixo.

Essa lista toma como ponto de partida listas de verbos auxiliares propostas noutras gramáticas, mas, adicionalmente, cada um desses verbos foi "testado" relativamente aos critérios que se propõem em 29.3. Como resultado, a lista aqui proposta é menor (por vezes consideravelmente) do que aquelas que aparecem noutras obras, como Cunha e Cintra (1984) ou Bechara (1999).

Antes de passar à apresentação da lista, é importante notar o seguinte: a maioria dos verbos auxiliares rege uma das preposições *de* ou *a*. Estas preposições são parte integrante da função auxiliar do verbo. Por esse motivo, referimo-nos a esses verbos através de uma designação que inclui a preposição e, por convenção, colocamo-la entre parênteses: p.e., *estar* (*a*), *haver* (*de*), etc. Neste uso, os parênteses *não* significam, pois, opcionalidade do material que encerram. Passamos agora à apresentação da lista (os exemplos em (3) são seletivos):

- *ter* (com o verbo seguinte no particípio passado), a que se chama aqui **auxiliar perfeito** (cf. (3a))[3]

- *ser* (com o verbo seguinte no particípio passado), a que se chama aqui **auxiliar passivo** (cf. (3b))[4]

- **Verbos auxiliares temporais**: *ir*, *haver* (*de*) (cf. (3c,d))[5]

- **Verbos auxiliares aspetuais**: *estar* (*a*), a que se chama aqui **auxiliar progressivo**[6]; *andar* (*a*), *chegar* (*a*), *começar* (*a*), *continuar* (*a*), *ficar* (*a*), *passar* (*a*), *tornar* (*a*), *voltar* (*a*), *acabar* (*de*), *deixar* (*de*), *ir* + gerúndio; *vir* + gerúndio (cf. (3e-k))

- **Verbos auxiliares modais**: *poder, dever* (cf. (3l)), *ter* (*de/que*), *haver* (*de*)

À combinação de um ou mais verbos auxiliares com um verbo pleno chama-se **perífrase verbal** (ou **construção perifrástica**). Apresentam-se a seguir exemplos de perífrases verbais para alguns dos verbos auxiliares da lista apresentada acima[7]:

(3) a. O Pedro *tem visitado* a avó.
b. Os trabalhos *foram entregues* a tempo.
c. A bomba *vai explodir*.
d. *Hei de comprar* esse livro.
e. A Maria *está a descansar* no quarto.
f. O Zé *continuou a fazer* paciências.
g. As crianças *começaram a comer* o bolo.
h. As crianças *acabaram de comer* o bolo.
i. As crianças *ficaram a comer* o bolo.
j. As crianças *chegaram a comer* o bolo.
k. A Maria *vem lendo* Guerra e Paz desde há dez anos.
l. Eles *podem/devem jogar* na lotaria.

29.1.2 Propriedades das perífrases verbais

Por definição, uma perífrase verbal contém um só verbo pleno, o qual constitui o elemento central da frase. Uma perífrase verbal, no entanto, pode conter mais do que um verbo auxiliar. Assim, p.e., em *os alunos podem ter estado a copiar no exame*, encontra-se uma sequência de três verbos auxiliares, seguida do verbo pleno *copiar*. Por conveniência, e quando for necessário na exposição, usamos o termo "perífrases verbais simples" para as que têm um só verbo auxiliar e o termo "perífrases verbais complexas" para as que têm mais de um verbo auxiliar. As perífrases verbais

[3] Na tradição gramatical portuguesa, o verbo *ter* é designado como o auxiliar dos tempos compostos. O nome "auxiliar perfeito", aqui adotado (que não significa 'sem defeitos'), tem sido usado no âmbito da linguística contemporânea, e deve-se ao facto de este verbo veicular por vezes um valor aspetual perfectivo (cf. 29.5.1).
[4] Este termo é usado com o sentido de "auxiliar das frases passivas".
[5] O verbo *haver* (*de*) aparece duas vezes na lista porque veicula simultaneamente um valor modal e um valor temporal (cf. 29.5.3). Ou seja, não se trata de dois verbos homónimos, mas sim do mesmo verbo.
[6] Este termo é adotado da terminologia gramatical anglo-saxónica, onde designa o verbo auxiliar equivalente do inglês, *be* + *-ing* (cf. *Mary is sleeping* = *a Maria está a dormir*); este termo está hoje em dia amplamente difundido nos trabalhos da linguística contemporânea. Note-se, contudo, que o sentido aspetual durativo ou progressivo é também partilhado pelo auxiliar *continuar* (*a*) (cf. *a Maria continua a dormir*).
[7] Nas perífrases verbais, o verbo pleno ocorre sempre numa forma morfológica não finita; cf. 29.1.2.

representam-se aqui através da notação Vauxiliar + ... + Vpleno, em que "..." representa a possível ocorrência de outros verbos auxiliares.

As perífrases verbais são, pois, grupos verbais complexos, internamente coesos, funcionando como se fossem um só verbo, mas com uma distribuição de funções clara: a componente descritiva, incluindo a seleção dos argumentos, cabe ao verbo pleno; a expressão dos valores TMA (ou a expressão da voz, no caso do verbo *ser*) cabe ao verbo ou verbos auxiliares[8]. É, pois, legítimo considerar que, nas frases com verbos auxiliares, é a perífrase verbal no seu todo, e não apenas o verbo pleno, que funciona como núcleo semântico do sintagma verbal e da oração.

Numa perífrase verbal, o verbo pleno é o *último* da sequência. Quando a frase em que ocorre a perífrase verbal é finita (como, p.e., nas frases simples de (3)), apenas um verbo contém as marcas flexionais de tempo/modo/aspeto e de concordância (ou seja, apenas um verbo está numa forma finita); esse verbo é o *primeiro* da sequência, logo, é necessariamente um verbo auxiliar. Todos os outros verbos, incluindo o verbo pleno, ocorrem numa forma não finita, que pode ser o infinitivo, o particípio ou o gerúndio, como se ilustra em (4a-c). Quando não existe perífrase verbal, i.e., quando o verbo pleno ocorre sozinho, as marcas flexionais TMA recaem, obviamente, sobre esse verbo, como em (4d):

(4) a. Os alunos *vão* te**r** más notas. [infinitivo]
b. Ultimamente, os alunos não *têm* aparec**ido** no liceu. [particípio]
c. Portugal *ia* fica**ndo** fora do Mundial. [gerúndio]
d. Os alunos *copiaram* no exame.

Para além das frases simples, esta descrição é válida para qualquer oração finita numa frase complexa (sublinham-se a seguir os verbos auxiliares), quer seja subordinante (cf. *eles podem ter desejado* [*sair mais cedo do emprego*]) quer seja subordinada (cf. *eles disseram* [*que podiam ter saído mais cedo do emprego*]): ou seja, em cada oração, o primeiro verbo é sempre finito, os restantes não finitos.

Em contrapartida, quando a oração contendo uma perífrase verbal é infinitiva ou gerundiva, o primeiro verbo da perífrase ocorre, respetivamente, no infinitivo e no gerúndio[9]: cf. *o embaixador desejava* [***ter** continuado a ser recebido no palácio real*] e [***tendo** continuado a ser recebido no palácio real*], *o embaixador sentia-se importante*[10].

Cada verbo auxiliar seleciona uma forma morfológica não finita particular no verbo que o segue imediatamente, quer este seja o verbo pleno quer seja outro verbo auxiliar. Assim, o auxiliar perfeito *ter* e o auxiliar passivo *ser* selecionam o particípio passado no verbo seguinte:

(5) a. O Pedro *tem visitado* a Maria.
b. O Pedro *tem podido* visitar a Maria.
c. A Maria *foi visitada* pelo Pedro.
d. A Maria *tem sido visitada* pelo Pedro.

[8] Recorde-se que o sentido descritivo dos verbos plenos contém também uma componente aspetual lexical (cf. Cap. 17) e que a morfologia verbal também exprime valores TMA (cf. Cap. 56).
[9] As orações participiais (cf. *corrigidos os testes, a professora entregou-os aos alunos*) não podem ter verbos auxiliares.
[10] Com o objetivo de simplificar a exposição, os exemplos apresentados neste capítulo são sobretudo constituídos por frases finitas simples; frases complexas ou outro tipo de estruturas apenas são apresentadas quando necessário para a exposição.

Na perífrase verbal complexa de (5d), p.e., o verbo auxiliar *ter* seleciona o particípio passado no verbo seguinte, que é o auxiliar passivo *ser*; e este, por sua vez, seleciona o particípio passado no verbo pleno *visitar*.

> [2] O particípio selecionado pelo verbo *ser* (chamado **particípio passivo**) concorda em género e número com o sujeito da oração passiva, um reflexo da sua natureza parcialmente adjetival (cf. Caps. 13 e 31). Em contrapartida, o particípio passado selecionado pelo verbo auxiliar *ter* (a que chamamos "particípio passado simples") não concorda em género e número com o sujeito da oração (compare-se (5a) com *a Maria tem visitad**o** o Pedro* e veja-se a não gramaticalidade de **a Maria tem visitad**a** o Pedro*). Contrariamente ao que acontece noutras línguas românicas, como o francês, em que o particípio passado simples concorda com o complemento direto quando este precede o verbo (cf., por exemplo, *la table que j'ai achetée hier*), tal não acontece em português (cf. *a mesa que eu tinha comprado/*a ontem*). Sobre esta questão, cf. também Caixas [3] e [17].

Os verbos auxiliares *ir* e *vir* (no sentido aspetual progressivo) selecionam o gerúndio no verbo seguinte (cf. (3k) e também *o governo vai/vem prometendo aumento dos salários*). Os verbos *dever*, *ir* (no sentido temporal) e *poder* selecionam o infinitivo no verbo seguinte (cf. (3c,l)).

Finalmente, a maioria dos verbos auxiliares, sobretudo na classe dos aspetuais, rege uma das preposições *a* ou *de*, a qual, por sua vez, rege o verbo seguinte na forma infinitiva (cf. (3d-j))[11]. No caso do verbo auxiliar *ter* com sentido modal, a preposição *de* alterna com a forma *que* (cf. *o Manel tem de ver esse filme*, a par de *o Manel tem que ver esse filme*), ainda que esta seja tida como menos correta na norma padrão do português[12].

29.2 Gramaticalização dos verbos auxiliares

Como se mencionou acima, os verbos auxiliares têm um uso como verbos plenos, em que funcionam como predicadores e selecionam argumentos (cf. Caps. 11 e 28), como se ilustra (seletivamente) em (6):

(6) a. A Maria *tem* um automóvel.
b. O Pedro *vai* ao cinema.
c. A Joana *voltou/tornou* a casa.
d. O Luís *anda* todos os dias no parque.
e. A Isabel *está/ficou* no Algarve.
f. A Josefina *chegou* a Diu.
g. O jogo *começou/acabou* às 3 horas.

[11] Sobre a noção de regência, cf. Caps. 28 e 32.

[12] Estas restrições entre os verbos auxiliares e as terminações não finitas do verbo que os segue refletem-se nas representações que são utilizadas neste capítulo: *ter* + pp (*pp* = abreviatura de "particípio passado"), *ir* + ger (*ger* = abreviatura de "gerúndio"), e assim sucessivamente. Quando um auxiliar tem um nome estabelecido, como é o caso do auxiliar passivo (*ser* + pp) ou do auxiliar perfeito (*ter* + pp), alterna-se entre esse nome e a representação "*ter* + pp" ou "*ser* + pp". A maioria dos verbos auxiliares determina o infinitivo no verbo seguinte; logo, omitimos esta informação para não sobrecarregar a exposição: *acabar* (*de*), *estar* (*a*), *poder*, etc., em vez de *estar* (*a*) + inf, *poder* + inf (*inf* = abreviatura de "infinitivo").

h. O jogo *continuou* até à meia-noite.
i. Eu não *posso* com este pacote, é demasiado pesado.
j. Eu *devo* 200 euros ao meu tio.

É praticamente consensual na literatura sobre este tópico que a recategorização dos verbos plenos em auxiliares resulta de um processo de gramaticalização (cf. Cap. 10), através do qual os verbos plenos perdem o seu sentido descritivo (cf. 29.3.1), mantendo embora uma parte do seu significado numa (ou mais) das áreas semânticas TMA. Para além disso, do ponto de vista sintático, adquirem propriedades formais que asseguram a coesão interna da perífrase verbal através de uma ligação estreita com o verbo pleno (cf. 29.3.2).

A perda do sentido descritivo de um verbo pleno na sua recategorização em auxiliar pode ser exemplificada pelo verbo *ter* e pelos verbos que denotam movimento físico, como *andar*, *chegar*, *ir* e *voltar*.

Como verbo pleno, *ter* representa posse. No entanto, não existe qualquer sentido possessivo neste verbo em frases como *quando cheguei a casa, já a Maria tinha jantado* ou *o Pedro tem visitado a avó ultimamente*. Na primeira frase, a função do verbo consiste em localizar temporalmente a ação de jantar como sendo anterior a um momento de referência, expresso pela oração subordinada adverbial (o momento em que o falante chega a casa); na segunda, tem um significado iterativo, significando que a ação de visitar a avó se repetiu no passado próximo e pode continuar a repetir-se (cf. 29.5.1).

Do mesmo modo, os verbos *andar*, *chegar*, *ir* e *voltar* perdem a sua componente ligada ao movimento: em frases como *andas a perfumar-te muito*, *ela chegou a ligar o computador*, *vou pensar no assunto* ou *voltei a engolir em seco*, estes verbos não denotam movimento físico, introduzindo antes noções temporais ou aspetuais que perspetivam de várias maneiras as ações descritas pelo verbo pleno – como implicando eventos sucessivos (caso de *andar*), como uma confirmação pelo falante de que a situação ocorreu mais tarde do que o esperado e mau grado possíveis expectativas em contrário (caso de *chegar*), como ocorrendo no futuro (caso de *ir*) ou como uma repetição (caso de *voltar*).

Esta perda de conteúdo descritivo pelos verbos auxiliares (chamada "dessemantização") tem uma consequência importante: estes verbos perdem simultaneamente a capacidade de selecionar argumentos e de impor restrições de natureza semântica sobre os argumentos do verbo pleno da perífrase verbal (voltamos a estes dois aspetos em 29.3.1).

Referiu-se acima que, nesse processo de empobrecimento semântico, os verbos auxiliares mantêm a dimensão semântica TMA do verbo pleno correspondente. Ilustra-se a seguir a existência (prévia) dessa dimensão em alguns dos verbos plenos correspondentes a verbos auxiliares.

O verbo pleno *andar* (cf. (6d)) representa uma atividade durativa, que, tal como no seu uso auxiliar, implica subeventos que se sucedem de maneira contínua, os passos que se dão (cf. Cap. 17).

O verbo pleno *chegar* (cf. (6f)), tal como a sua contraparte auxiliar, envolve uma meta que o sujeito da frase alcança (a expressão técnica usada em linguística é "fronteira télica") – um lugar, no caso do verbo pleno, um evento em que está envolvido, no caso do verbo auxiliar (cf. *a Joana chegou a falar com o professor*).

O verbo pleno *ir* (cf. (6b)) envolve necessariamente a noção de futuridade: se vou a algum lugar, só chego lá, necessariamente, num tempo posterior ao da partida.

Os verbos plenos *voltar* e *tornar* (cf. (6c)) implicam repetição, tal como os auxiliares correspondentes (se a Joana volta ou torna a casa, é porque já lá foi ou já lá esteve anteriormente).

Os verbos *estar* e *ficar* com sentido locativo (cf. (6e)) implicam continuidade e duração, tal como no seu uso auxiliar[13].

Os verbos auxiliares aspetuais como *acabar* (*de*), *começar* (*a*) e *continuar* (*a*) constituem um caso particularmente interessante, já que o seu significado enquanto verbos plenos se esgota na sua componente aspetual. Por outras palavras, os verbos plenos significam o mesmo que os verbos auxiliares. Assim, *começar* marca o início de uma situação, *continuar*, a sua parte intermédia em progresso e *acabar* a sua parte terminal; compare-se a interpretação de (6g,h), em que o verbo é pleno, com a interpretação das frases praticamente sinónimas em que o verbo é auxiliar: *eles* {*começaram a/acabaram de*} *jogar às 3 horas*, *eles continuaram a jogar até à meia-noite*. Não há, portanto, qualquer perda de significado na transição entre os usos, pelo simples motivo de que a componente descritiva destes verbos se esgota na sua componente aspetual. Esta situação implica igualmente que a diferença entre o uso pleno e o uso auxiliar destes verbos é puramente gramatical: no uso auxiliar, estes verbos integram uma perífrase verbal (cf. (7)), no uso pleno não (cf. (8)):

(7) a. O Benfica e o Sporting *começaram a jogar* às 3 horas.
b. Os mecânicos *continuaram a consertar* o McLaren do Hamilton pela noite fora.
c. A Maria *acabou de ler* o livro já tarde.

(8) a. O jogo entre o Benfica e o Sporting *começou* às 3 horas.
b. O Benfica e o Sporting *começaram* o jogo às 3 horas.
c. O conserto do McLaren do Hamilton *continuou* pela noite fora.
d. Os mecânicos *continuaram* o conserto do McLaren do Hamilton pela noite fora.
e. A leitura do livro (pela Maria) *acabou* já tarde.
f. A Maria *acabou* a leitura do livro já tarde.[14]

> [3] A relação semântica entre o verbo auxiliar *ter* e o seu correspondente pleno denotando posse (cf. *eu tenho muitos artigos*) não é das mais intuitivas, mas existe historicamente. Essa relação pode ser ilustrada comparando o uso de *ter* como auxiliar no pretérito mais-que-perfeito composto (cf. *eu já tinha escrito a tese quando me conheceste*) com o seu uso na construção chamada "resultativa" (cf. *eu já tinha a tese*

[13] Quando se usam para asserir localização espacial, como em (6e), *estar* e *ficar* são frequentemente considerados como sendo verbos copulativos, e não plenos. Esta questão não é de fácil resolução. Tecem-se algumas considerações a esse respeito no Cap. 30.2.5.2.1.

[14] Na frase *a Maria acabou o livro já tarde* (comparar com (8f)), o sintagma nominal *o livro* adquire – em virtude de ocorrer como complemento direto de *acabar* – um significado eventivo que não tem habitualmente. De facto, a frase é entendida como se o SN *o livro* incorporasse um verbo de ação, suprido por uma combinação de fatores lexicais e pragmáticos a partir do substantivo *livro* – esse verbo poderia ser *ler*, *escrever*, *rever* ou outro verbo que descreva uma atividade típica que envolva pessoas e livros. A este propósito, cf., entre outros, Pustejovsky (1995).

escrita quando me conheceste), em que o particípio passado associado ao verbo *ter* concorda em género e número com o complemento direto (cf. Cap. 2 e Cardoso e Pereira 2003). Nas duas frases, o verbo *ter* localiza temporalmente a escrita da tese num momento anterior ao ponto de referência temporal introduzido pela oração adverbial (o momento em que o ouvinte conhece o falante). Na primeira frase, o seu contributo esgota-se nessa informação temporal, sendo o verbo pleno *escrever* o responsável pelo conteúdo descritivo da frase, nomeadamente pela perspetivação da situação como uma atividade dinâmica. Em contrapartida, na construção resultativa, o contributo de *ter* faz-se sentir num nível descritivo. Em particular, *ter* é responsável pela perspetivação da situação como uma relação estática de posse entre o sujeito da frase (o falante, neste caso) e a entidade representada pelo complemento direto (a tese). Por sua vez, é essa relação estática de posse que permite inferir que foi atingido o estádio final da atividade representada pelo particípio. Nesta construção, o verbo *ter* apresenta, assim, uma mescla do seu sentido original de posse com um sentido temporal, sendo, pois, legítimo considerar a construção como um elo histórico intermédio entre o uso pleno e o uso auxiliar temporal de *ter* (sobre outros usos deste verbo auxiliar, cf. 29.5.1; sobre a construção resultativa, cf. também a Caixa [17]).

Em síntese, o processo de gramaticalização pelo qual alguns verbos plenos passam a funcionar como verbos auxiliares implica (i) que o verbo perde o seu significado descritivo[15]; (ii) que o verbo mantém uma componente semântica no âmbito do tempo, da modalidade ou do aspeto; e (iii) que, de um ponto de vista sintático, o verbo passa a participar numa perífrase verbal, com todas as consequências formais que isso implica (cf. 29.3.2).

29.3 Propriedades dos verbos auxiliares

Como se mencionou em 29.1.1, nem todas as sequências com a forma $V_{finito} + V_{infinitivo}$ formam perífrases verbais; ou seja, existem sequências desse tipo formadas por dois verbos plenos em estruturas de subordinação argumental infinitiva (cf. Cap. 37), de que se dão alguns exemplos a seguir:

(9) a. A Câmara *prefere* [*construir* casas de renda económica neste bairro].
b. *Pretendemos* [*corrigir* os exames antes do fim do mês].
c. O cônsul *pensou* [*expulsar* os diplomatas bizantinos].
d. Os sindicalistas *ousaram* [*distribuir* panfletos subversivos].
e. O Rui *lamenta* [*perder* frequentemente as chaves de casa].

Dada a similaridade formal entre estas sequências e as sequências Vauxiliar + Vpleno, torna-se crucial distinguir entre os dois tipos. Apresentamos a seguir uma série de propriedades que têm sido usadas na literatura da linguística contemporânea como critério para distinguir entre verbos auxiliares e verbos plenos (cf., entre outros, Gonçalves 1999). Como se verá, as estruturas com perífrases verbais comportam-se como frases simples relativamente a essas propriedades, ou seja, como frases constituídas por uma só oração. Em contrapartida, as estruturas com uma sequência Vpleno + Vpleno comportam-se como frases complexas, ou seja, com duas orações

[15] Como se discutiu acima, os verbos aspetuais *acabar* (*de*), *começar* (*a*) e *continuar* (*a*) não perdem o seu sentido descritivo, visto que este coincide inteiramente com a sua componente semântica aspetual.

numa estrutura de subordinação argumental infinitiva, como se assinala em (9) através dos parênteses retos (cf. Cap. 37).

As propriedades aqui apresentadas não devem ser vistas como condições rígidas satisfeitas por todos os verbos auxiliares e apenas por eles. Por um lado, como se verá, nem todos os verbos auxiliares satisfazem cabalmente todas essas propriedades, o que nos dá uma base objetiva para distinguir entre uma classe de verbos "auxiliares" propriamente dita e uma classe de verbos "semiauxiliares" (cf. 29.4). Por outro lado, existem verbos plenos que satisfazem uma ou outra dessas propriedades, embora não um número suficiente para serem incluídos na lista dos auxiliares (ou não satisfazem algumas propriedades consideradas mais importantes). Por conseguinte, as propriedades aqui propostas devem ser entendidas como formando um padrão típico da auxiliaridade, e não tanto como condições necessárias e suficientes. O que permite caracterizar alguns verbos como auxiliares é sobretudo um padrão significativo de "acumulação" das propriedades em questão.

No plano semântico, as propriedades dos verbos auxiliares refletem o fraco ou nulo conteúdo descritivo com que esses verbos contribuem para as frases em que ocorrem, em termos da situação representada e dos protagonistas que nela intervêm. No plano sintático, as propriedades dos verbos auxiliares marcam a coesão entre os dois verbos da perífrase verbal.

Para referência do leitor, apresenta-se desde já, sem discussão nem exemplificação, a lista das propriedades semânticas e sintáticas que caracterizam os verbos auxiliares. Em 29.3.1, discutem-se e exemplificam-se as propriedades semânticas, e, em 29.3.2, as propriedades sintáticas. Esta ordem de apresentação justifica-se pelo facto de as propriedades sintáticas terem a sua raiz, em última instância, nas propriedades semânticas, que, nesse sentido, são básicas. Para poderem ser referidas com facilidade ao longo do texto, identificam-se as propriedades por letras do alfabeto, em maiúscula. As propriedades (A) e (B) são semânticas; as restantes são sintáticas.

(A) Os verbos auxiliares não selecionam argumentos (cf. 29.3.1.1).

(B) Os verbos auxiliares podem ocorrer com verbos impessoais em orações simples (cf. 29.3.1.2).

(C) Os verbos auxiliares não selecionam orações subordinadas finitas introduzidas pelo complementador *que* (cf. 29.3.2.1).

(D) Os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado (cf. 29.3.2.2).

(E) Quando o complemento do verbo pleno de uma perífrase verbal é um pronome clítico, este pode ligar-se ao verbo auxiliar (cf. 29.3.2.3).

(F) Uma frase ativa transitiva contendo uma perífrase verbal tem o mesmo significado básico da sua contraparte passiva (cf. 29.3.2.4).

(G) As frases com perífrases verbais admitem a construção passiva pronominal, concordando o verbo auxiliar com o complemento direto da frase ativa correspondente (cf. 29.3.2.5).

(H) A negação frásica incide (apenas) sobre toda a perífrase verbal (cf. 29.3.2.6).

Ao discutir estas propriedades nas subsecções seguintes, não se procura ilustrar exaustivamente a aplicabilidade de cada uma delas a todos os verbos auxiliares da lista proposta acima, mas antes dar uns poucos exemplos seletivos, escolhendo, para esse efeito, verbos que se comportem de forma típica face a cada propriedade. Em contrapartida, não deixaremos de mencionar aqueles casos em que um verbo aqui considerado como auxiliar não se comporta da maneira esperada face a uma determinada propriedade.

29.3.1 Propriedades semânticas dos verbos auxiliares

Discutem-se nesta subsecção as propriedades semânticas que distinguem os verbos auxiliares dos verbos plenos.

29.3.1.1 Os verbos auxiliares não selecionam argumentos

Propriedade (A): os verbos auxiliares não selecionam argumentos.

Os verbos auxiliares não têm uma componente semântica descritiva, mas apenas temporal, modal ou aspetual. Logo, tipicamente, não selecionam argumentos que correspondam aos participantes da situação descrita. Assim, na frase *ele anda a ver demasiados filmes de cowboys*, quer o sujeito *ele* quer o complemento direto *demasiados filmes de cowboys* são selecionados por *ver*, não por *andar*: sem o verbo auxiliar, continuamos a ter uma oração gramatical (cf. *ele vê demasiados filmes de cowboys*), mas sem o verbo pleno *ver* não (cf. **ele anda* (*a*) *demasiados filmes de cowboys*). De forma semelhante, na frase *a Maria está a ler Guerra e Paz*, o tipo de situação representada e a seleção de argumentos (*a Maria* e *Guerra e Paz*) são da responsabilidade do verbo *ler*, e não de *estar* (*a*).

Os verbos auxiliares perdem a capacidade de selecionar os argumentos que a sua versão plena permite. Por exemplo, *ter*, enquanto verbo pleno de posse, seleciona um sujeito e um complemento direto (cf. *a Maria tem vários carros*). Estes argumentos, no entanto, não são legitimados pelo verbo auxiliar correspondente. Assim, na frase *a Maria tem comprado vários carros ultimamente*, é o verbo *comprar* que seleciona o sujeito e o complemento direto, não o verbo auxiliar *ter*.

Esta defetividade argumental pode mostrar-se pela negativa. Assim, p.e., se o verbo *haver*, que não seleciona um sujeito, se combinar com o verbo auxiliar *ter*, o sujeito continua a não poder ocorrer, mau grado o verbo pleno *ter* selecionar um sujeito, como se viu acima: cf. a impossibilidade de **a Maria tem havido muitas bruxas nesta aldeia*. Do mesmo modo, se o auxiliar *ter* se combinar com um verbo que não seleciona um complemento direto, como *desmaiar*, este não pode ser legitimado por *ter*, mau grado o verbo pleno *ter* selecionar um tal complemento (cf. **a Maria tem desmaiado várias pessoas ultimamente*).

Uma consequência desta defetividade argumental dos verbos auxiliares é o facto de não imporem restrições de seleção semântica sobre os argumentos da frase em que ocorrem. Isto significa que os verbos auxiliares não têm "poder de escolha" sobre os valores das várias dimensões que costumam ser sensíveis à seleção semântica dos argumentos, incluindo os traços [±humano], [±animado] e [±concreto] – cf. Caps. 11, 25, 28 e 30).

Damos aqui alguns exemplos relativamente ao argumento com a função de sujeito. A anomalia semântica da frase #*as minhocas continuam a estudar as lições*

regularmente provém das restrições de seleção impostas pelo verbo *estudar* sobre o sujeito, as quais se mantêm na oração em que se omite o verbo auxiliar: cf. #*as minhocas estudam as lições regularmente*. A prova de que não existe qualquer incompatibilidade entre o sujeito *as minhocas* e o verbo auxiliar *continuar* (*a*) é dada pela aceitabilidade de *as minhocas continuam a estragar as flores do meu jardim*. Neste caso, o sujeito é semanticamente compatível com o verbo pleno (cf. *as minhocas estragam as flores do meu jardim*).

Para exprimir a defetividade argumental dos verbos auxiliares relativamente aos argumentos da frase em que ocorrem, os linguistas usam o termo "transparência", dizendo que os verbos auxiliares são "transparentes" relativamente às propriedades semânticas dos argumentos da frase. Relativamente a estas propriedades, é como se os verbos auxiliares não ocorressem na frase: a sua presença não interage com elas.

Contrariamente a esta situação, em frases com sequências Vpleno + Vpleno semelhantes formalmente às perífrases verbais, o primeiro verbo não é transparente relativamente ao sujeito, impondo restrições de seleção sobre ele. Assim, p.e., em #*as minhocas pensaram estragar as flores do meu jardim*, é a relação semântica entre o verbo pleno *pensar* e o sujeito *as minhocas* que causa a anomalia semântica desta frase (como se viu acima, o sujeito *as minhocas* é compatível com o predicado *estragar as flores do meu jardim*). O leitor poderá ele próprio verificar que a substituição de *pensar* por outros verbos plenos como *decidir*, *desejar*, *lamentar*, *ousar*, *preferir*, *querer* ou *tentar*, entre muitos outros, provoca igualmente os efeitos de anomalia semântica típicos da não satisfação das restrições de seleção[16].

Admitindo que os argumentos selecionados por um determinado verbo (de modo mais geral, por um predicador) se incluem na mesma oração simples que tem esse verbo como núcleo, conclui-se que as frases com uma perífrase verbal (como as de (3), ou as apresentadas aqui como exemplo) se comportam como orações simples no que respeita a esta propriedade. Pelo contrário, as frases de (9), com dois verbos plenos, cada um deles selecionando uma série distinta de argumentos, são formadas por duas orações.

❖ Exceções à propriedade (A)

Os verbos auxiliares da área da modalidade deôntica (*dever*, *poder* e *ter* (*de*)), ou seja, aquela em que se exprime uma autorização ou a imposição de uma obrigação (cf. Cap. 18), são exceções parciais à propriedade (A). De facto, estes verbos requerem um argumento que represente uma entidade com algum grau de controlo sobre a situação descrita pela frase e com a estrutura cognitiva adequada para receber uma autorização ou ter uma obrigação para se comportar de tal ou tal maneira. Tipicamente, os argumentos que têm controlo sobre a situação descrita por uma frase realizam-se como sujeito ou como agente da passiva. Comparem-se, assim, os exemplos semanticamente bem formados de (10) com os exemplos anómalos de (11); em ambos os casos, *poder* deve ser interpretado como 'ter autorização' e *dever* ou *ter* (*de*) como 'ter obrigação':

[16] Descontam-se os usos irónicos, poéticos, de fantasia, etc. que podem atenuar, ou mesmo anular, o efeito das restrições de seleção: cf., por exemplo, dito por alguém que encontra as suas flores de estimação meio comidas: *as cretinas das minhocas ousaram estragar as flores do meu jardim!*

(10) a. A Clara *pode morar* neste país (o Serviço de Imigração autorizou-a).
b. (Antes do fim do curso,) os alunos {*devem/têm de*} *ler* o último artigo do Chomsky (, senão chumbam).
c. (Antes do fim do curso,) o último artigo do Chomsky {*deve/tem de*} *ser lido* pelos alunos (, senão chumbam).

(11) a. #A pedra *pode* rolar pela ribanceira abaixo (quando eu deixar).
b. #(Quando eu disser,) essas árvores {*devem/têm de*} dar flor (, senão arranco-as).

Nas frases de (10), um dos argumentos (o sujeito em (10a,b) e o agente da passiva em (10c)) representa um ser que tem controlo sobre a situação descrita (morar neste país e ler o último artigo do Chomsky, respetivamente) e que tem a estrutura cognitiva adequada para receber uma autorização ou ter uma obrigação para participar ativamente nessas situações. Em contrapartida, nas frases de (11), não existe um tal argumento: em particular, a entidade inanimada referida pelo sujeito nem tem controlo sobre a situação descrita nem tem a estrutura cognitiva adequada. Repare-se que, em (11), não há qualquer incompatibilidade semântica entre o sujeito *a pedra* e o predicado *rolar pela ribanceira abaixo*, nem entre o sujeito *essas árvores* e o predicado *dar flor*. As frases de (11) são estranhas simplesmente porque não se pode dar autorização ou impor uma obrigação às pedras ou às árvores. Conclui-se assim que, na interpretação deôntica, estes verbos auxiliares impõem restrições de seleção semântica sobre um dos argumentos da frase[17], o sujeito numa frase ativa ou o agente da passiva numa frase passiva.

Ainda que não tenham a transparência semântica absoluta dos outros verbos auxiliares, consideramos que os verbos modais com sentido deôntico são auxiliares: por um lado, satisfazem a maioria das propriedades sintáticas da auxiliaridade; por outro, a própria maneira como não satisfazem a propriedade (A) é limitada. De facto, a sua excecionalidade é um corolário da própria área modal deôntica em que funcionam: a permissão e a obrigatoriedade são necessariamente propriedades aplicáveis aos seres inteligentes, não aos seres biológica ou mentalmente simples, às entidades inanimadas ou a seres que não tenham qualquer controlo sobre a situação em que estão envolvidos. Por conseguinte, tem de haver um argumento com as propriedades relevantes quando estes verbos ocorrem com esse significado.

> [4] A transparência semântica relativamente ao sujeito não é uma propriedade suficiente para a auxiliaridade, na medida em que é característica de verbos plenos como *parecer*, que permitem a "elevação do sujeito para sujeito" ilustrada em (ib) (cf. Cap. 37):
>
> (i) a. Parece [que as crianças gostam da professora].
> b. As crianças parecem [gostar da professora].

[17] Os verbos *poder* e *dever* são semanticamente transparentes nos outros sentidos modais. Assim, omitindo as expressões entre parênteses em (11a) e (11b), as frases *a pedra pode rolar pela ribanceira abaixo* e *essas árvores* {*devem/têm de*} *dar flor* tornam-se aceitáveis numa leitura epistémica ou de modalidade externa (cf. Cap. 18) dos verbos auxiliares, significando, respetivamente, que é possível que a pedra role pela ribanceira abaixo e que o falante acha que é alta a probabilidade de que as árvores deem flor (com *dever*) ou que é necessário (por qualquer motivo) que deem flor (com ambos os auxiliares).

Em (ia), este verbo seleciona um sujeito oracional. Na construção de elevação (ib), o sujeito da oração subordinada de (ia) ocorre como sujeito gramatical de *parecer* e o resto da oração subordinada ocorre à direita de *parecer*, com o verbo no infinitivo simples. O nome desta construção deve-se ao facto de (metaforicamente) se poder dizer que o sujeito da oração subordinada de (ia) é "retirado" dessa oração e "elevado" para a função de sujeito da oração subordinante, cujo núcleo é *parecer*, em (ib). Ora, as restrições semânticas impostas sobre o sujeito de *parecer* na construção de elevação provêm, não deste verbo, mas sim do predicado da oração subordinada. Por outras palavras, na construção de elevação, *parecer* é transparente às propriedades semânticas do seu sujeito gramatical. Os exemplos de (ii) corroboram esta propriedade:

(ii) a. Parece [que as paredes estão rachadas].
b. As paredes parecem [estar rachadas].

Inversamente, a frase *#parece que as paredes gostam da professora* é anómala, devido às restrições de seleção semântica impostas pelo verbo *gostar* (*de*) sobre o seu sujeito (as entidades inanimadas não têm estados cognitivos ou afetivos); concomitantemente, a frase *#as paredes parecem gostar da professora* também é anómala, mostrando que as restrições de seleção sobre o sintagma nominal *as paredes* provêm unicamente do verbo *gostar*. As mesmas observações aplicam-se ao par *#parece que as crianças estão rachadas* e *#as crianças parecem estar rachadas*. Ainda que *parecer* seja transparente relativamente ao sujeito na construção de elevação, isso não é suficiente para ser considerado um verbo auxiliar, visto que não satisfaz a maior parte das propriedades típicas da auxiliaridade (cf. 29.4.2).

29.3.1.2 Os verbos auxiliares ocorrem com verbos impessoais

Propriedade (B): os verbos auxiliares podem ocorrer com verbos impessoais em orações simples.

Os verbos impessoais podem ocorrer com verbos auxiliares em orações simples sem qualquer sujeito explícito (podem ocorrer complementos selecionados pelo verbo, ou outros adjuntos). Esta propriedade constitui um bom diagnóstico para excluir determinados verbos da classe dos auxiliares.

Na medida em que os verbos auxiliares não selecionam argumentos, podem ocorrer com qualquer uma das classes de verbos identificadas no Cap. 28.2.2 com base na seleção argumental: verbos pessoais ou impessoais, transitivos ou intransitivos, inergativos ou inacusativos, como se ilustra no seguinte paradigma (põe-se o auxiliar em itálico e sublinha-se o verbo pleno):

(12) a. Com o aumento dos impostos, *vai* haver muitas dificuldades económicas nos países da UE. [verbo impessoal]
b. O Pedro *continua a* tossir. [verbo inergativo]
c. O Zé *voltou a* cair. [verbo inacusativo]
d. A Josefina *deixou de* visitar o Napoleão. [verbo transitivo]

Em particular, os verbos auxiliares podem ocorrer livremente com verbos impessoais, i.e., que não selecionam um sujeito (cf. Cap. 28.2.2.1), como, p.e., *haver* e os verbos meteorológicos, como se ilustra em (12a) e (13):

(13) a. *Tem* havido muitos acidentes.
b. {*Vai/pode/deve*} chover.
c. {*Está/continua/voltou*} *a* nevar.
d. As nuvens apareceram e de repente *ficou a* chover torrencialmente.
e. *Deixou de* doer-me nas costas.

Em contrapartida, os verbos plenos que podem preceder outro verbo pleno no infinitivo não admitem que o verbo infinitivo seja impessoal. Considerem-se, p.e., os verbos *desejar*, *preferir* e *tencionar* (entre muitos outros), que, tal como alguns auxiliares, podem preceder um verbo no infinitivo:

(14) a. O Pedro *deseja comprar* um automóvel.
b. O Luís *prefere ir* a Londres amanhã.
c. O Francisco *tenciona sair* mais cedo.

Como se ilustra em (15), estes verbos não podem ocorrer com verbos impessoais:

(15) a. **Deseja haver* muitos acidentes.
b. **Prefere doer*-me nas costas.
c. **Tenciona chover*.

A impossibilidade de (15) leva a excluir estes verbos, e outros do mesmo tipo (cf. (9)), da classe dos auxiliares.

No Cap. 37, verbos como *desejar*, *preferir* e *tencionar* são analisados como "verbos de controlo obrigatório pelo sujeito"; tais verbos selecionam um argumento com a função de sujeito e uma oração infinitiva cujo sujeito não é expresso, mas que é implicitamente interpretado como sendo a mesma entidade representada pelo sujeito do verbo "de controlo". Assim, p.e., em (14a), a pessoa que compra o automóvel é o Pedro. Ou seja, o sujeito implícito da oração infinitiva *comprar um automóvel* é correferente com o sintagma nominal sujeito *o Pedro* da oração principal (é "controlado" por esse SN). Isto explica a razão pela qual verbos como *desejar*, *preferir* e *tencionar* não podem ocorrer com um verbo impessoal: como o controlo é obrigatório, a oração subordinada tem de possuir um sujeito argumental (ainda que implícito) que possa ser "controlado" pelo sujeito da oração principal, o que não acontece quando o verbo da oração subordinada é impessoal, visto que estes verbos não selecionam nenhum sujeito com o valor de um argumento.

A possibilidade de ocorrer com um verbo impessoal diferencia, pois, os verbos auxiliares dos verbos plenos de "controlo pelo sujeito".

> [5] Existem duas exceções aparentes a esta generalização. Os verbos *querer* e *ameaçar* são verbos de controlo obrigatório pelo sujeito, tal como *desejar*, *preferir* e *tencionar*. Assim, selecionam uma oração subordinada infinitiva cujo sujeito implícito é obrigatoriamente correferente com o sujeito da oração principal, como se ilustra nos seguintes exemplos ("[-]" representa o sujeito implícito da oração subordinada e "Or" abrevia "oração"):
>
> (i) a. O Pedro quer [$_{Or}$ [-] comprar um Ferrari].
> b. O Pedro ameaçou [$_{Or}$ [-] ir à polícia].

Contudo, contrariamente ao padrão ilustrado em (15), estes verbos plenos podem preceder verbos impessoais no infinitivo, sendo particularmente frequentes enunciados desse tipo com verbos meteorológicos, como se ilustra em (ii):

(ii) a. Olha para o céu: *ameaça chover*.
b. Parece que *quer chover*.

Esta situação pode ser explicada do seguinte modo: excecionalmente, no contexto de verbos meteorológicos, estes dois verbos perdem as suas propriedades de verbos plenos e "auxiliarizam-se". Ou seja, em (ii), não temos os verbos plenos *ameaçar* e *querer*, mas sim verbos auxiliares correspondentes que, no entanto, se limitam a ocorrer neste contexto particular. Note-se, aliás, que adquirem aí um significado modal epistémico (cf. Cap. 18), uma das componentes semânticas típicas da auxiliaridade. Assim, as frases de (ii) significam algo como 'é provável que chova'. Para além disso, neste contexto, não admitem uma oração finita, outra das marcas típicas dos verbos auxiliares (ver a propriedade (C)): cf. a impossibilidade de **quer que chova* ou de **ameaça que chove*. Como se verá em 29.3.2, o verbo *querer* partilha algumas propriedades com os verbos auxiliares, ainda que não seja aqui considerado como tal por não satisfazer outras consideradas fundamentais. No entanto, no contexto de (iib) (e apenas nesse contexto), é (excecionalmente) auxiliar.

❖ Exceções à propriedade (B)

Os verbos auxiliares *dever*, *poder* e *ter* (*de*), na interpretação modal deôntica de autorização ou de imposição de obrigatoriedade, não se combinam com verbos impessoais pelas mesmas razões que motivam a sua excecionalidade relativamente à propriedade (A): nomeadamente o facto de exigirem um argumento que represente uma entidade com controlo sobre a situação descrita, tipicamente o sujeito (cf. 29.3.1.1). Sendo assim, não se podem combinar com verbos impessoais, visto que estes não selecionam qualquer argumento com essas características – em particular, não selecionam um sujeito argumental. Consequentemente, a frase *amanhã pode chover* não pode ser interpretada como uma autorização para que chova, nem a frase *hoje* {*deve/tem de*} *chover* pode ser interpretada como a imposição de uma obrigação para que chova; estas frases apenas podem ter uma interpretação epistémica ou de necessidade (cf. Nota 17 e Cap. 18).

[6] A ocorrência com verbos impessoais em orações sem sujeito explícito também não é uma propriedade suficiente para a auxiliaridade. Os verbos que entram na construção de elevação do sujeito para sujeito, como *parecer* (cf. Caixa [4]), podem preceder um verbo impessoal no infinitivo (cf. (ib)). A par de (ib), (ia) também é possível (comparar com a impossibilidade de **quer que chova*, mencionada na Caixa [5]):

(i) a. Parece [que chove].
b. Parece [chover].

O exemplo (ia) corresponde a (ib) da mesma maneira que (iia) corresponde a (iib) (estes exemplos repetem o exemplo (i) da Caixa [4]):

(ii) a. Parece [que as crianças gostam da professora].
b. As crianças parecem [gostar da professora].

Ou seja, (ib), tal como (iib), é um exemplo da construção de "elevação", se aceitarmos a ideia de que os verbos impessoais têm na realidade como sujeito um pronome

nulo de natureza expletiva, que não corresponde a qualquer argumento selecionado (cf. Cap. 11, Caixa [7])[18]. Este pronome expletivo é o sujeito da oração subordinada em (ia), sendo "elevado" em (ib) para sujeito da oração subordinante, cujo núcleo é *parecer*. Se usarmos a notação "[-]" para esse sujeito, uma representação mais adequada de (i) é a dada em (iii):

(iii) a. Parece [que $[-]_{expl}$ chove].
b. $[-]_{expl}$ Parece [chover].

Como o verbo *parecer* é transparente relativamente às propriedades do seu sujeito na construção de elevação (cf. Caixa [4]), não tem qualquer restrição em ocorrer com um sujeito nulo de natureza expletiva, como em (ib)/(iiib). Esta conclusão é extensiva aos restantes verbos de elevação (de sujeito para sujeito) discutidos no Cap. 37. Por outras palavras, estes verbos, tal como os verbos auxiliares, podem preceder um verbo impessoal no infinitivo.

29.3.2 Propriedades sintáticas dos verbos auxiliares

Passamos agora à discussão das propriedades sintáticas dos verbos auxiliares. Como se mencionou acima, os critérios sintáticos de auxiliaridade refletem a coesão estrutural entre os dois verbos da perífrase verbal. De facto, face a esses critérios, a perífrase verbal comporta-se como o núcleo coeso de uma frase simples, i.e., formada por uma única oração. Este comportamento contrasta com o das frases em que ocorre a sequência Vpleno + Vpleno, que contêm duas orações, cada uma delas tendo como núcleo um dos verbos.

29.3.2.1 Os verbos auxiliares não ocorrem com orações finitas

Propriedade (C): os verbos auxiliares não selecionam orações subordinadas finitas introduzidas pelo complementador *que* (cf. Cap. 36).

Consideramos nesta Gramática que esta propriedade é uma condição necessária dos verbos auxiliares. Ou seja, se um verbo não a satisfaz, não tem o estatuto de auxiliar ou semiauxiliar. Assim, correspondendo a (16) (onde se retomam alguns exemplos de (3)), nenhum dos exemplos de (17) é possível:

(16) a. O Pedro *tem visitado* a avó.
b. Os trabalhos *foram entregues* a tempo.
c. A bomba *vai explodir*.
d. *Hei de comprar* esse livro.
e. A Maria *está/ficou a descansar* no quarto.
f. O Zé *continuou a fazer* paciências.
g. A Maria *vem lendo* Guerra e Paz desde há dez anos.
h. Eles *podem jogar* na lotaria.

(17) a. *O Pedro *tem que* (*ele*) *visitou* a avó.
b. *Os trabalhos *foram que entregues* a tempo.

[18] Este sujeito pronominal corresponde ao francês *il* ou ao inglês *it* de *il pleut* e de *it rains*. Repare-se que continua a ser válida a definição de "verbo impessoal", dada no Cap. 28, como sendo um verbo que não seleciona um sujeito argumental.

c. *A bomba *vai que explode*.[19]
d. **Hei de que* (*eu*) *compre* esse livro.
e. *A Maria *está/ficou a que* (*ela*) *descansa* no quarto.
f. *O Zé *continuou a que* (*ele*) *faça* paciências.
g. *A Maria *vem que lê* Guerra e Paz desde há dez anos.
h. *Eles *podem que joguem* na lotaria.

Em contrapartida, a maioria dos verbos plenos que se combinam com um verbo no infinitivo pode ocorrer em sequências nas quais o segundo verbo é o núcleo de uma oração finita introduzida por *que*, o que se ilustra aqui seletivamente com os verbos *desejar*, *pensar*, *querer* e *parecer*[20]:

(18) a. A Maria *deseja consultar* um médico especialista.
b. A Maria *deseja que o João consulte* um médico especialista.

(19) a. A Idalina *pensa gostar* de música clássica.
b. A Idalina *pensa que gosta* de música clássica.

(20) a. A Manuela *quer sair* mais cedo do emprego.
b. A Manuela *quer que você saia* mais cedo do emprego.

(21) a. Ela *parece gostar* do Eduardo.
b. Parece *que ela gosta* do Eduardo.

Em qualquer destes exemplos ocorrem, pois, duas orações distintas, uma delas, subordinante, tendo como núcleo o primeiro verbo pleno, e outra, subordinada, tendo como núcleo o segundo verbo pleno; nos exemplos (a), a oração subordinada é infinitiva (cf. Cap. 37), e, nos exemplos (b), a oração subordinada é finita (cf. Cap. 36).

Aceitando a propriedade (C) como um critério necessário de auxiliaridade, os exemplos (20) e (21) são particularmente importantes, pois mostram que os verbos *querer* e *parecer* são plenos e não auxiliares, mau grado terem algumas propriedades que os aproximam dos verbos auxiliares: nomeadamente, a "transparência" semântica de *parecer* relativamente às propriedades do sujeito (cf. Caixas [4] e [6]) e a ocorrência de *querer* com verbos impessoais (cf. Caixa [5]; cf. também 29.4.2).

> [7] O verbo *poder* numa interpretação modal epistémica pode ocorrer com uma oração finita desde que seja seguido pelo verbo *ser* no infinitivo: cf. *pode ser* [*que o Rui entre a qualquer momento*]. Tem-se apontado a possibilidade de frases deste tipo, que aparentemente não satisfazem a propriedade (C), como uma indicação de que o verbo

[19] Num estilo coloquial, a frase *vai que a bomba explode!* é gramatical para alguns falantes, num sentido próximo do da frase interrogativa retórica *e se* (*acontece que*) *a bomba explode?* Trata-se, neste caso, de um uso particular do verbo *ir*, onde se veicula, em tom exclamativo, uma situação hipotética. Analisamos *ir* neste uso não como um verbo auxiliar, mas sim como um verbo pleno usado impessoalmente e selecionando como complemento uma oração finita (cf. Cap. 28). A confirmar esta análise, repare-se que *ir* não tem necessariamente aqui a interpretação de tempo futuro que tem como verbo auxiliar, como mostra a frase *vai que o Rui contou tudo à polícia!*, em que o tempo da situação hipotética descrita pela oração subordinada é passado.
[20] O sujeito das orações finitas subordinadas aos verbos semanticamente volitivos como *querer* e *desejar* não pode ser correferente com o sujeito da oração principal (cf. Caps. 36 e 41).

poder não é auxiliar, inclusive na interpretação epistémica (cf. 29.3.1.1). Mantemos, no entanto, que, mesmo nestes casos, o verbo *poder* não só é auxiliar como satisfaz a propriedade (C). Nesta construção, o verbo *ser* não tem o seu uso típico como verbo de cópula, sendo antes um verbo pleno de significado existencial, semanticamente próximo de *acontecer* ou *suceder* e selecionando um argumento oracional finito com a função de sujeito (cf. Caps. 30 e 36). Assim, na frase em discussão, o verbo *poder* é auxiliar do verbo pleno *ser*, e é este que seleciona a oração, não *poder*.

29.3.2.2 Os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado

Propriedade (D): os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado.

Em português europeu padrão, quando o verbo auxiliar determina o infinitivo no verbo pleno (independentemente de reger ou não uma preposição), este não pode ser flexionado, como se ilustra em (22):

(22) a. *As bombas *vão explodir**em***.
b. **Havemos de comprar**mos** esse livro.
c. *Tu *estás a descansar**es*** no quarto?
d. *Nós *continuámos a fazer**mos*** paciências.
e. *Eles *podem jogar**em*** na lotaria.

[8] Sendo condições necessárias da auxiliaridade, as propriedades (C) e (D) não são, contudo, suficientes, já que existem verbos plenos que se combinam com verbos no infinitivo mas que não selecionam orações subordinadas finitas ou que não permitem o infinitivo flexionado no verbo da oração subordinada infinitiva. Constituem exemplos do primeiro caso os verbos volitivos *ousar* e *tencionar*: cf. *o Pedro ousou assaltar a ourivesaria* e *a Maria tenciona ver esse filme*, mas não **o Pedro ousou que (ele/o Luís) assaltava a ourivesaria* e **a Maria tenciona que (ela/a Antónia) veja esse filme*. São exemplos do segundo caso a generalidade dos verbos volitivos, para além de *ousar* e *tencionar*: cf. **nós queremos/tencionamos irmos ao cinema*. Os verbos volitivos, no entanto, não satisfazem nenhuma das outras propriedades sintáticas ou semânticas da auxiliaridade, logo não se classificam como auxiliares; nomeadamente, impõem restrições de seleção sobre o sujeito, como se vê pela estranheza de #*o livro* {*ousou/tencionou/quis*} *custar vinte euros* e #*a minhoca tenciona/quer estar quieta no jardim* (note-se que nestas frases os predicados *custar vinte euros* e *ficar quieta no jardim* são compatíveis com os sujeitos *o livro* e *a minhoca*, respetivamente: cf. *o livro custou vinte euros* e *a minhoca está quieta no jardim*).

29.3.2.3 Subida dos pronomes clíticos

Propriedade (E): quando o complemento do verbo pleno de uma perífrase verbal é um pronome clítico, este pode ligar-se ao verbo auxiliar.

Um pronome clítico, acusativo ou dativo, liga-se canonicamente ao verbo pleno do qual é complemento direto ou indireto; ou seja, toma como **hospedeiro** o verbo que o seleciona (cf. Cap. 42), como se ilustra nos exemplos do seguinte paradigma:

(23) a. Ela decidiu [$_{Or}$ [-] *visitar-me* amanhã].
b. O Pedro *obrigou-os* a [$_{Or}$ [-] caminhar].

Nestas frases, ocorrem dois verbos plenos, cada um funcionando como núcleo de uma oração distinta, sendo a segunda uma oração subordinada infinitiva. Em

(23a), o pronome clítico *me* é complemento direto do verbo *visitar*, e, em (23b), o pronome clítico *os* é complemento direto do verbo *obrigar*. Como se observa, os pronomes ligam-se aos verbos de que são complemento. A ligação dos pronomes ao outro verbo resulta numa sequência não gramatical: cf. ***ela** decidiu-me visitar amanhã* e ***o Pedro obrigou a** caminhá-los*[21].

Com uma exceção a que nos referimos adiante, em frases com uma perífrase verbal, um pronome clítico complemento do verbo pleno pode tomar esse verbo como hospedeiro:

(24) a. Ela *está a ver-me* lá de cima.
b. *Vou telefonar-lhes* amanhã de manhã.
c. Desta distância, ainda *continuo a ver-te* perfeitamente.
d. A Maria *ficou a dever-me* imenso dinheiro.
e. Se tivermos sorte, *podemos encontrá-la* nesta praia.
f. Não *tenho de pagar-lhe* absolutamente nada.
g. Ela não *há de encontrar-me* nunca.
h. Mal *acabaram de trazer-me* o pequeno-almoço, já *estavam a chamar-me* para o almoço.

Para além da ligação evidenciada em (24), as perífrases verbais permitem que o pronome clítico complemento do verbo pleno se ligue também ao verbo auxiliar, como se ilustra em (25) – um fenómeno a que na teoria linguística moderna se chama **subida do clítico** (cf. Caps. 37 e 42)[22]:

(25) a. Ela *está-me a ver* lá de cima.
b. *Vou-lhes telefonar* amanhã de manhã.
c. Desta distância, ainda *te continuo a ver* perfeitamente.
d. A Maria *ficou-me a dever* imenso dinheiro.
e. Se tivermos sorte, *podemo-la encontrar* nesta praia.
f. Não *lhe tenho de pagar* absolutamente nada.
g. Ela não *me há de encontrar* nunca.
h. Mal *me acabaram de trazer* o pequeno-almoço, já *me estavam a chamar* para o almoço.

Em português europeu (e na generalidade das línguas românicas – cf. Kayne 1991, entre outros), o particípio passado não pode hospedar um clítico (uma restrição morfológica, não sintática. Logo, com o auxiliar perfeito e o auxiliar passivo, a subida do clítico é a única possibilidade de obter uma frase gramatical, como se ilustra a seguir (repare-se que os pronomes são complementos dos verbos plenos *visitar* e *entregar* – respetivamente complemento direto e complemento indireto desses verbos)[23]:

---

[21] Nem todos os verbos plenos se comportam como *decidir*; alguns permitem a ligação de um pronome clítico que é complemento do verbo subordinado (cf. Cap. 37); voltamos adiante a esta questão.

[22] A colocação proclítica em (25c,f,g,h) é fruto da presença de um "atrator" pré-verbal: a negação em (25f,g) e os advérbios *ainda* e *mal* em (25c) e (25h), respetivamente (cf. Cap. 42).

[23] Para alguns falantes, a ligação de um pronome clítico a uma forma verbal no gerúndio produz igualmente resultados menos aceitáveis: cf. ??*essas reformas, o governo vem adiando-as desde há anos* vs. *essas reformas, o governo vem-nas adiando desde há anos*.

(26) a. A Maria *tem-me visitado* todos os dias. (vs. **tem visitado-me*)
b. Os documentos *foram-lhe entregues* pela secretária ontem. (vs. **foram entregues-lhes*)

❖ Exceções aparentes à propriedade (E)

Um fator importante na aceitabilidade dos exemplos (25f-h), em que os verbos auxiliares regem a preposição *de*, é a colocação proclítica do pronome no verbo auxiliar. Na ausência de elementos que obriguem à próclise, a colocação enclítica do pronome nos verbos auxiliares não é aceitável para a maioria dos falantes, como se ilustra no seguinte paradigma:

(27) a. ??*Tenho-lhe de pagar* alguma coisa, certamente.
b. *Ela *há-me de encontrar* nalgum momento.
c. ??O mordomo *acabou-me de trazer* o pequeno-almoço.

Havendo subida do clítico, como se comprova em (25), é no mínimo estranho que a colocação enclítica do pronome no verbo auxiliar (como em (27)) não seja possível. Note-se, no entanto, que a colocação do pronome à direita da preposição produz resultados aceitáveis:

(28) a. *Tenho de lhe pagar* alguma coisa, certamente.
b. Ela *há de me encontrar* nalgum momento.
c. O mordomo *acabou de me trazer* o pequeno-almoço.

Este paradigma permite resolver a contradição entre a existência de subida do clítico e a "aparente" impossibilidade da posição enclítica do pronome no verbo auxiliar. Para resolver este paradoxo, propõe-se aqui a hipótese de que a preposição *de* se "incorpora" no verbo auxiliar, formando com ele um grupo complexo unitário do ponto de vista morfológico. Ou seja, a preposição *de* é parte integrante dos verbos auxiliares (repare-se que, antes do Acordo Ortográfico de 1990, a ortografia codificava essa estrutura no caso do auxiliar *haver* (*de*), ao unir os dois itens com um hífen). Nesse caso, é possível analisar a colocação dos pronomes em (28) como casos de subida do clítico, com ênclise do pronome ao complexo verbo auxiliar + preposição (o que se indica aí pelo sublinhado).

> [9] Os exemplos de (28) podem também ser analisados como casos de próclise do pronome ao verbo pleno infinitivo (cf. Cap. 42), como se representa em (i) através do sublinhado:
>
> (i) a. *Tenho de lhe pagar* alguma coisa, certamente.
> b. Ela *há de me encontrar* nalgum momento.
> c. O mordomo *acabou de me trazer* o pequeno almoço.
>
> Estas frases representam, pois, um caso de ambiguidade estrutural entre a colocação enclítica do pronome ao grupo verbo auxiliar + preposição e a colocação proclítica do pronome ao verbo infinitivo.

Como já se observou (ver a discussão de (23)), os verbos plenos na primeira posição de uma sequência Vpleno + Vpleno não podem, tipicamente, servir de

hospedeiros a um pronome clítico que seja complemento do segundo verbo, como se ilustra de novo em (29) (compare-se com (30)):

(29) a. *Ela *decidiu-me* visitar amanhã.
b. *Eu *desejo-lhe* escrever uma carta.
c. **Penso-te* ver daqui a pouco.
d. **Lamento-as* encontrar tão tristes.

(30) a. Ela decidiu *visitar-me* amanhã.
b. Eu desejo *escrever-lhe* uma carta.
c. Penso *ver-te* daqui a pouco.
d. Lamento *encontrá-las* tão tristes.

[10] A subida do clítico é possível com alguns verbos plenos, sendo o caso mais típico o verbo *querer*, como se ilustra em (i):

(i) a. Quero *ver-te* amanhã, sem falta, no escritório.
b. *Quero-te* ver amanhã, sem falta, no escritório.

Por esse motivo, a subida do clítico também não é um critério suficiente para a auxiliaridade. Para além de *querer*, o fenómeno manifesta-se esporadicamente com os verbos *conseguir*, *desejar*, *pretender*, *tencionar* e *tentar*, não havendo, no entanto, consenso relativamente à sua aceitabilidade: cf. ?*não a desejo encontrar tão depressa*, ?*pretendi-te ver ontem à noite*, ?*alguém nos tentou avisar de que havia neve na estrada*; compare-se com *não desejo encontrá-la tão depressa*, *pretendi ver-te ontem à noite*, *alguém tentou avisar-nos de que havia neve na estrada*.

O duplo padrão de colocação dos pronomes clíticos em frases de subordinação infinitiva como as de (i) é usualmente analisado como indicando a aplicação de um processo opcional de "reestruturação". Este processo cria um grupo verbal complexo a partir dos dois verbos (em (i), *querer* + $V_{infinitivo}$), obliterando ao mesmo tempo a estrutura complexa bioracional dessas frases, ou seja, convertendo-as numa estrutura simples consistindo numa única oração (cf. Cap. 37, Rizzi 1982 e, para o português, Gonçalves 1999). Nesta análise, o pronome clítico liga-se ao verbo infinitivo (do qual é um complemento) quando a estrutura é bioracional (ou seja, quando a reestruturação não se aplica) e liga-se ao verbo *querer* (a "subida do clítico") quando a estrutura é mono-oracional (ou seja, quando a reestruturação se aplica). Esta ligação a *querer* é uma consequência da formação do grupo verbal complexo: um pronome clítico liga-se à primeira forma verbal de um tal grupo. Ilustram-se a seguir essas estruturas, que correspondem, respetivamente, a (ia) e a (ib) (omitem-se os adjuntos):

(ii) a. [$_{Or}$ Quero [$_{Or}$ *ver-te* amanhã]].
b. [$_{Or}$ *Quero-te ver* amanhã].

O facto de as frases com perífrases verbais permitirem a mesma dualidade de colocação do pronome clítico (cf. (24) e (25)) sugere que também elas admitem uma estrutura bioracional (correspondente à colocação do clítico em (24)), e que o seu estatuto mono-oracional (correspondente à colocação do clítico em (25)) é uma consequência da aplicação do processo de reestruturação. Nesta hipótese, a aplicação (opcional) de reestruturação é uma propriedade que caracteriza todos os verbos auxiliares. Por sua vez, as propriedades sintáticas (E), (G) e (H) dependem da aplicação desse processo, na medida em que são sensíveis à natureza mono-oracional das estruturas. Em contrapartida, o padrão de colocação dos pronomes clíticos observado em (24) reflete um estádio bioracional das frases com perífrases verbais, ou seja, em

que o processo de reestruturação não se aplicou. Do mesmo modo, como se verá em 29.3.2.6, a possibilidade de negar diretamente o verbo pleno de uma perífrase verbal (cf., por exemplo, *eles continuaram a não trabalhar* vs. *eles não continuaram a trabalhar*) reflete igualmente um estádio bioracional das frases com perífrases verbais.

Na medida em que admitem uma versão bioracional, as frases com perífrases verbais são construções de elevação do sujeito para sujeito, semelhantes às construções com o verbo *parecer* (cf. Caixa [4] e Cap. 37). Nesta hipótese, os verbos auxiliares selecionam um sujeito oracional cujo núcleo é o verbo pleno; por sua vez, o sujeito dessa oração é "elevado" para a função de sujeito do verbo auxiliar, e a estrutura sofre (opcionalmente) o processo de reestruturação, convertendo-se numa estrutura mono-oracional. Exemplificando com o verbo auxiliar *ir* na frase *o Pedro vai telefonar à Maria*, tem-se a seguinte análise "dinâmica" para estes verbos (cf. Cap. 37):

(iii) a. [$_{Or}$ Vai [$_{Or}$ o Pedro telefonar à Maria]].
b. [$_{Or}$ O Pedro vai [$_{Or}$ [-] telefonar à Maria]]. [elevação do sujeito]
c. [$_{Or}$ O Pedro vai telefonar à Maria]. [reestruturação]

29.3.2.4 Equivalência semântica entre frases ativas e passivas com perífrases verbais

Propriedade (F): uma frase ativa transitiva contendo uma perífrase verbal tem o mesmo significado básico da sua contraparte passiva.

Uma frase ativa com uma perífrase verbal é praticamente sinónima da sua contraparte passiva, descontando os aspetos que têm a ver com a topicalidade dos sintagmas nominais ou a perspetiva de apresentação da situação descrita (cf. Cap. 13). Os seguintes exemplos ilustram essa sinonímia:

(31) a. O médico especialista *vai examinar* a Ana.
b. A Ana *vai ser examinada* pelo médico especialista.

(32) a. O Zé *tem visitado* o avô todas as semanas.
b. O avô *tem sido visitado* pelo Zé todas as semanas.

(33) a. O jardineiro *está a regar* as flores.
b. As flores *estão a ser regadas* pelo jardineiro.

(34) a. Depois da saída de Carlos Queiroz, Paulo Bento *ficou a dirigir* a Seleção.
b. Depois da saída de Carlos Queiroz, a Seleção *ficou a ser dirigida* por Paulo Bento.

(35) a. A Luísa *começou a escrever* o artigo.
b. O artigo *começou a ser escrito* pela Luísa.

(36) a. O Rui *pode ganhar* a lotaria. [interpretação epistémica]
b. A lotaria *pode ser ganha* pelo Rui.

(37) a. A Clara *pode ver* esse filme, dou-lhe autorização. [interpretação deôntica]
b. Esse filme *pode ser visto* pela Clara, dou-lhe autorização.

Estes pares manifestam as correlações típicas que existem entre as frases ativas e as passivas verbais correspondentes (cf. Cap. 13)[24]: (i) o complemento direto da

[24] Por conveniência, chamaremos "passivização" ao processo "dinâmico" pelo qual se obtém uma frase passiva a partir de uma frase ativa, através das correspondências descritas já a seguir no texto.

oração ativa passa a sujeito da frase passiva, concordando em pessoa/número com o primeiro verbo (auxiliar) da perífrase (cf. 29.1.2); (ii) o sujeito da frase ativa toma a função de "agente da passiva", sendo realizado estruturalmente como um sintagma preposicional introduzido pela preposição *por*; (iii) ocorre o verbo auxiliar *ser* como marcador da voz passiva; este verbo ocupa a última posição dos verbos auxiliares numa perífrase verbal e seleciona a forma de particípio no verbo pleno seguinte.

Em contrapartida, quando se passiviza de forma superficialmente idêntica uma frase complexa com uma sequência Vpleno + $\text{Vpleno}_{\text{infinitivo}}$, o resultado não é sinónimo da frase ativa, como se ilustra em (38), um exemplo semelhante a (31) exceto no primeiro verbo, que é pleno e não auxiliar:

(38) a. O médico especialista *quer examinar* a Ana.
b. A Ana *quer ser examinada* pelo médico especialista.

Ao passo que os dois exemplos de (31) significam basicamente a mesma coisa (nas duas frases, descreve-se uma situação futura em que um médico especialista examina a Ana), os dois exemplos de (38) têm significados diferentes.

O conteúdo proposicional de (31) mantém-se como uma das componentes semânticas dos dois exemplos de (38): tal como em (31), descreve-se uma situação – neste caso potencial ou hipotética – em que um médico examina a Ana. Para além desse conteúdo, no entanto, o verbo *querer* introduz uma componente de natureza volitiva, e aqui as duas frases significam coisas diferentes: em (38a), descreve-se uma situação em que é o médico especialista que quer alguma coisa (examinar a Ana); mas em (38b) descreve-se uma situação na qual quem quer alguma coisa é a Ana (que o médico a examine). Estas diferenças semânticas entre estrutura ativa e estrutura passiva são típicas das frases complexas de subordinação infinitiva com dois verbos plenos: cf., com outros verbos em vez de *querer*, o contraste entre *o médico especialista* {*deseja/tenciona/pensa/lamenta*} *examinar a Ana* e *a Ana* {*deseja/tenciona/pensa/lamenta*} *ser examinada pelo médico especialista*.

A diferença relevante entre os exemplos (a) de (31)-(37) e o exemplo (38a) que motiva a preservação do significado básico das frases ativas nas versões passivas (b) de (31)-(37), mas não em (38b), deve-se, pois, à diferença de estatuto do primeiro verbo nesses exemplos: auxiliar nos exemplos (a) de (31)-(37), pleno em (38a).

No que respeita à passivização, os exemplos (a) de (31)-(37), com uma perífrase verbal, comportam-se como uma frase simples, i.e., uma frase formada por uma única oração, como se ilustra em (39a) tomando de novo como exemplo (31a); em (39b), por sua vez, ilustra-se a estrutura de (31b), resultante da passivização de (31a) (assinala-se entre parênteses retos e com a etiqueta "Or" a oração única dessa frase; sublinha-se o verbo pleno e destaca-se o auxiliar com itálico):

(39) a. [$_{\text{Or}}$ O médico especialista *vai* <u>examinar</u> a Ana].
b. [$_{\text{Or}}$ A Ana *vai* ser <u>examinada</u> pelo médico especialista].

Em (31a)/(39a), o verbo auxiliar não desempenha qualquer papel na seleção dos argumentos nem lhes atribui qualquer valor semântico. Estes dependem exclusivamente do verbo pleno *examinar* (cf. 29.3.1.1), que atribui o papel temático de agente ao sujeito *o médico especialista* e o papel temático de paciente ao complemento direto *a Ana*.

Como a passivização altera as funções gramaticais dos argumentos sem, contudo, alterar os valores semânticos que o verbo pleno lhes atribui (cf. Caps. 11 e 13), (39b) tem o mesmo significado de (39a) (ou seja, *a Ana* continua a ser paciente e *o médico especialista*, agente). A situação é idêntica nos restantes pares de (32)-(37).

A estrutura de (38a), no entanto, é mais complexa. Nesse exemplo, existem dois verbos plenos, cada um deles constituindo o núcleo de orações distintas: uma oração subordinante, cujo núcleo é a forma verbal *quer*, e uma oração subordinada, cujo núcleo é a forma verbal *examinar*, como se ilustra na representação (40):

(40) [$_{Or}$ O médico especialista quer [$_{Or}$ [-] examinar a Ana]].

Nesta estrutura, o verbo *querer*, núcleo da oração principal, seleciona dois argumentos: o sujeito *o médico especialista* (a que atribui o papel temático de experienciador; cf. Cap. 11) e o complemento *examinar a Ana*, uma oração subordinada infinitiva (cf. Cap. 37). Na oração subordinada, o verbo *examinar*, por sua vez, seleciona também dois argumentos: o complemento direto *a Ana*, com o papel temático de paciente, e um sujeito, não explicitamente realizado (representado pela notação "[-]") mas interpretado como sendo correferente com o sujeito de *querer*, ou seja, com *o médico especialista*.

A não realização explícita do sujeito da oração subordinada em (40) deve-se às propriedades do verbo *querer* na oração principal; de facto, quando seleciona orações infinitivas, este verbo impõe dois requisitos sintáticos (cf. Cap. 37):

(i) o sujeito da oração subordinada infinitiva não é explicitamente representado;

(ii) esse sujeito, embora não explícito, é interpretado como referencialmente idêntico ao sujeito da oração principal (o fenómeno do "controlo pelo sujeito").

É precisamente a identidade referencial entre os dois sujeitos que faz com que, na interpretação de (38a)/(40), o médico especialista seja simultaneamente a entidade que quer e a entidade que examina.

Ora, sendo a passivização um fenómeno gramatical que se aplica estritamente no domínio de orações simples, não pode afetar toda a estrutura (40), que é constituída por duas orações. Na realidade, ao passivizar-se o verbo pleno da oração subordinada (com o sufixo do particípio passivo), as funções gramaticais afetadas são estritamente aquelas que pertencem a essa oração: o complemento direto passa a ser o sujeito *dessa oração*, e o sujeito *dessa oração* passa a ser o agente da passiva. Para entender melhor como se obtém (38b) através da passivização da oração ativa *subordinada* de (38a)/(40), é conveniente representar explicitamente o seu sujeito implícito, i.e., o sintagma nominal *o médico especialista*; essa estrutura "completa" da oração *subordinada* de (40) é representada em (41a) e a sua passivização em (41b) (omite-se em (41b) o material que pertence estritamente à oração principal, por motivos que se tornam claros adiante):

(41) a. O médico especialista quer [$_{Or}$ o médico especialista examinar a Ana].
b. [$_{Or}$ a Ana *ser* examinada pelo médico especialista].

Em (41b), os papéis temáticos da oração subordinada não se alteram: *a Ana* continua a ser paciente e *o médico especialista*, agente do verbo *examinar*.

Para se obter (38b), em simultâneo com a passivização da oração subordinada (explicitamente representada em (41b)), é necessário alterar também o sujeito da oração principal relativamente a (38a): assim, em (38b), é o sintagma nominal *a Ana* (e não *o médico especialista*) que é selecionado como sujeito do verbo pleno *querer* e que recebe o papel temático de experienciador atribuído por este verbo, como se representa na estrutura (42), que completa (41b):

(42) [$_{Or}$ A Ana quer [$_{Or}$ a Ana *ser* examinada pelo médico especialista]].

É esta alteração necessária do sujeito da oração principal que é responsável pela diferença de significado entre (38a) e (38b).

A representação (42), no entanto, não corresponde a uma frase bem formada (cf. ***a Ana quer a Ana ser examinada pelo médico especialista***); isso deve-se à condição (i), acima descrita, imposta pelo verbo *querer*, de que o sujeito da oração subordinada não seja foneticamente realizado. A estrutura (42) tem, pois, de ser "convertida" na estrutura (43), que representa diretamente a frase (38b):

(43) [$_{Or}$ A Ana quer [$_{Or}$ [-] *ser* examinada pelo médico especialista]].

Esta "conversão" é possível porque obedece à condição (ii), imposta pelo verbo *querer*, de que o sujeito não realizado da oração subordinada seja correferente com o sujeito da oração subordinante. É por este motivo que, na situação descrita por (38b), é agora a Ana que é simultaneamente a pessoa que quer alguma coisa e a pessoa que é examinada pelo médico.

Repare-se que, se o sujeito da oração principal não tivesse sido alterado na estrutura em que há passivização da oração subordinada (i.e., se em vez de (42) tivéssemos [$_{Or}$ *o médico especialista quer* [$_{Or}$ *a Ana ser examinada pelo médico especialista*]), nenhuma frase gramatical poderia resultar, devido precisamente à condição (ii) imposta por *querer*. Nesta representação, o sujeito da oração subordinada (*a Ana*) não pode ser convertido em "[-]" porque não é correferente com o sujeito da oração subordinante *o médico especialista*[25]. É por esse motivo que, a par da passivização da oração subordinada, é necessário também alterar o sujeito da oração subordinante, com a concomitante diferença de significado.

Em conclusão, embora a frase passiva (38b) pareça ter o mesmo tipo de relação com (38a) que a frase passiva (31b) tem com (31a), existem diferenças estruturais e semânticas profundas entre os dois pares; essas diferenças radicam, em última instância, no facto de o *primeiro* verbo da sequência ser auxiliar em (31), mas pleno em (38).

[11] A propriedade (F) não é, no entanto, condição suficiente: em estruturas de elevação com o verbo pleno *parecer* (cf. Caixa [4]) combinado com um verbo no infinitivo, as frases passivas mantêm o mesmo significado básico das frases ativas correspondentes, como se ilustra em (i):

(i) a. O Pedro *parece odiar* os vizinhos do 5.º direito.
b. Os vizinhos do 5.º direito *parecem ser odiados* pelo Pedro.

[25] Com uma oração subordinada finita, pode-se obter uma frase que reflete diretamente essa estrutura: cf. *o médico especialista quer* [*que a Ana seja examinada por ele*].

A sinonímia entre (ia) e (ib) deve-se ao facto de *parecer* não selecionar o seu sujeito gramatical na construção de elevação; de facto, este é inteiramente dependente do predicado da oração subordinada, como se observou nas Caixas [4] e [6]. Assim, correspondendo a (ia), o verbo *parecer* admite também (iia); e passivizando a oração subordinada desse exemplo, obtém-se (iib):

(ii) a. Parece [que o Pedro odeia os vizinhos do 5.º direito].
b. Parece [que os vizinhos do 5.º direito são odiados pelo Pedro].

Os dois exemplos de (ii) são sinónimos, da mesma maneira que os dois exemplos de (i) o são. Nos exemplos de (i), o sujeito da oração subordinada dos exemplos de (ii) é agora o sujeito de *parecer*: (ia) é a versão de (iia) com elevação e (ib) é a versão de (iib) com elevação. Como nem a passivização nem a elevação alteram o significado básico, as quatro frases têm a mesma interpretação.

29.3.2.5 As frases com perífrases verbais aceitam a construção passiva pronominal

Propriedade (G): as frases com perífrases verbais admitem a construção passiva pronominal, concordando o verbo auxiliar com o complemento direto da frase ativa correspondente.

As orações passivas pronominais (cf. (44a)) caracterizam-se por terem o pronome clítico *se* ligado a um verbo transitivo, concordando este em pessoa e número com o sintagma nominal que é o complemento direto (em itálico) da oração ativa transitiva correspondente (cf. (44b)). Em (44a), portanto, esse sintagma nominal funciona como sujeito[26]:

(44) a. (Ontem, no recital,) declamaram-se *poemas de Fernando Pessoa*.
b. (Ontem, no recital,) o ator declamou *poemas de Fernando Pessoa*.

Estas orações são consideradas passivas por dois motivos (cf. Cap. 13): (i) como nas passivas verbais, com o auxiliar *ser*, o sintagma nominal que concorda em pessoa e número com o verbo (ou seja, o sujeito gramatical) corresponde ao complemento direto de uma oração transitiva ativa correspondente; e (ii) como nas passivas verbais sem o agente da passiva expresso, subentende-se na sua interpretação um agente semanticamente indefinido.

Tal como acontece com as passivas verbais (cf. 29.3.2.2), é possível formar uma oração passiva pronominal a partir de uma frase ativa com uma perífrase verbal. Nestas frases, o pronome clítico *se* liga-se ao verbo auxiliar e este concorda com o complemento direto da frase ativa correspondente (que funciona, portanto, como sujeito da frase passiva). Esta possibilidade mostra de novo que as perífrases verbais se comportam como um grupo verbal coeso que é núcleo de uma oração única. Ilustram-se essas frases em (45), apresentando-se em (46) as frases ativas correspondentes (sublinha-se a perífrase verbal e põe-se em itálico o sintagma nominal que é sujeito em (45) e complemento direto em (46)):

(45) a. Têm-se construído *casas de renda económica* neste bairro.
b. Neste bairro, vão-se construir *casas de renda económica*.

[26] A posição do sujeito nesta construção é preferencialmente pós-verbal, sobretudo quando é indefinido, como em (44a), embora um sujeito definido possa ocorrer em posição pré-verbal: cf. a aceitabilidade de ambas as variantes: *esses poemas declamaram-se ontem, no recital* e *declamaram-se esses poemas ontem, no recital*.

c. Finalmente, estão-se a corrigir *os exames*.
d. *Os panfletos* começaram-se a distribuir ontem à noite.
e. Podem-se ver *golfinhos* nesta praia.
f. Infelizmente, *as minhas chaves* nunca se hão de encontrar.

(46) a. A Câmara tem construído *casas de renda económica* neste bairro.
b. Neste bairro, a Câmara vai construir *casas de renda económica*.
c. Finalmente, a professora está a corrigir *os exames*.
d. Alguém começou a distribuir *os panfletos* ontem à noite.
e. Podemos ver *golfinhos* nesta praia.
f. Nunca ninguém há de encontrar *as minhas chaves*.

Contrastando com as frases com perífrases verbais, as frases complexas com sequências Vpleno + $\text{Vpleno}_{\text{infinitivo}}$ não permitem orações passivas pronominais semelhantes às de (45). Ou seja, não são permitidas frases com o pronome clítico *se* ligado ao primeiro verbo, concordando este com o complemento direto do segundo verbo da estrutura ativa correspondente, como se ilustra em (47) (em (48) apresentam-se as frases ativas correspondentes, como base de comparação):

(47) a. *Preferem-se construir *casas de renda económica* neste bairro.
b. *Pretendem-se corrigir *os exames* antes do fim do mês.
c. *Pensaram-se expulsar *os diplomatas bizantinos*.
d. *Ousaram-se distribuir *panfletos subversivos*.
e. *Lamentaram-se perder *as chaves de casa*.

(48) a. A Câmara prefere construir *casas de renda económica* neste bairro.
b. Pretendemos corrigir *os exames* antes do fim do mês.
c. O cônsul pensou expulsar *os diplomatas bizantinos*.
d. Os sindicalistas ousaram distribuir *panfletos subversivos*.
e. O Rui lamentou perder *as chaves de casa*.

Os exemplos de (47) não são permitidos porque, em (48), ambos os verbos são plenos, constituindo o núcleo de uma oração diferente. Como a passivização é um processo gramatical que atua estritamente no âmbito de uma oração simples (cf. 29.3.2.2), não é possível converter o complemento direto da oração subordinada em sujeito da oração principal.

Em síntese, tal como para a passivização verbal, também no que respeita à passivização pronominal os exemplos com uma perífrase verbal comportam-se como frases simples, i.e., formadas por uma única oração.

[12] Em contraste com (47), são gramaticais frases semelhantes com o primeiro verbo da sequência na 3.ª pessoa do singular, ou seja, sem concordância com o complemento direto do segundo verbo pleno, como se ilustra em (i) (assinala-se entre parênteses retos a oração subordinada):

(i) a. *Prefere-se* [construir casas de renda económica neste bairro].
b. *Pretende-se* [corrigir os exames antes do fim do mês].
c. *Pensou-se* [expulsar os diplomatas bizantinos].
d. *Ousou-se* [distribuir panfletos subversivos].
e. *Lamentou-se* [perder as chaves de casa].

Estas frases, no entanto, exemplificam a construção de ***se* impessoal**, que tem características distintas da construção passiva pronominal (cf. Caps. 11 e 13). Aqui, o pronome *se* (responsável pela interpretação agentiva e indefinida do sujeito) liga-se a um verbo invariavelmente na 3.ª pessoa do singular. Ora, esta construção é admitida tanto por verbos transitivos, como em (iia) (repare-se que não há concordância com o sintagma nominal *demasiados morangos*, que tem aqui a função de complemento direto), como por verbos intransitivos, como em (iib,c), e também por verbos que selecionam uma oração subordinada numa estrutura frásica complexa, como em (iid,e):

(ii) a. *Comeu-se* demasiados morangos ao jantar.
b. *Dançou-se* muito na festa de ontem.
c. No começo do jogo, malcriadamente, *assobiou-se* ao tocar o hino nacional.
d. *Diz-se* [que o governo vai aumentar os impostos].
e. Nos meios sindicalistas, *pensa-se* [que o governo não dura muito].

As frases de (i) são, pois, semelhantes às de (iid,e), com a diferença de que em (i) a oração subordinada é infinitiva e não finita.

Devido à existência desta construção, são possíveis igualmente frases semelhantes às de (45), mas em que o verbo auxiliar ocorre na 3.ª pessoa do singular, como se ilustra em (iii):

(iii) a. Tem-se construído *casas de renda económica* neste bairro.
b. Neste bairro, vai-se construir *casas de renda económica*.
c. Finalmente, está-se a corrigir *os exames*.
d. Começou-se a distribuir *os panfletos* ontem à noite.
e. Pode-se ver *golfinhos* nesta praia.
f. Infelizmente, nunca se há de encontrar *as minhas chaves*.

Nas frases de (iii), o sintagma nominal em itálico não é o sujeito da frase (contrariamente ao que acontece nas orações passivas pronominais de (45)), mas sim o complemento direto: para além de não concordar com o verbo auxiliar, ocorre sempre em posição pós-verbal (comparar (45d,f) com (iiid,f)).

Praticamente todos os verbos auxiliares permitem a formação de orações passivas pronominais. Uma exceção, para muitos falantes, é o verbo auxiliar aspetual *ficar* (*a*)[27]. Outra exceção é o auxiliar passivo *ser* (cf. a impossibilidade de ***foram-se construídas casas de renda económica neste bairro*). Este facto, no entanto, tem uma razão fundamentada: com efeito, o auxiliar passivo *ser* e o pronome *se*, no uso aqui em discussão, têm a mesma função, que é a de converter uma oração ativa numa oração passiva. Nenhum deles pode, pois, ser usado numa construção obtida através do outro, visto que estão "em competição" funcional.

[13] O verbo *querer* (como primeiro verbo da sequência Vpleno + $V_{pleno\ infinitivo}$) e, em geral, os verbos de "reestruturação" (cf. Caixa [10] e Cap. 37) admitem a construção passiva pronominal, como se ilustra em (ia) (em (ib) apresenta-se a estrutura ativa):

(i) a. Querem-se construir *casas de renda económica* neste bairro.
b. A Câmara quer construir *casas de renda económica* neste bairro.

Por este motivo, a possibilidade de ocorrência numa construção passiva pronominal não é uma condição suficiente para o estatuto de verbo auxiliar.

[27] Contraste-se a aceitabilidade de *essas empresas ficaram a ser exploradas pelo Estado* e de *os exames ficaram a ser corrigidos pelos professores durante toda a noite* (com passivização verbal) com a não aceitabilidade de ??*ficaram-se a explorar essas empresas* e ??*ficaram-se a corrigir os exames durante toda a noite*.

29.3.2.6 A negação incide sobre toda a perífrase verbal

Propriedade (H): a negação frásica incide (apenas) sobre toda a perífrase verbal.

Nas frases com perífrases verbais, a negação incide tipicamente sobre a perífrase verbal no seu todo (tecnicamente, dizemos que a negação "tem escopo" sobre toda a perífrase verbal – cf. Cap. 14), ou seja, o advérbio *não* ocorre antes do verbo auxiliar, como se ilustra em (49):

(49) a. O Luís não *tinha* (ainda) *visitado* a avó.
b. Os livros não *foram* (ainda) *entregues* na biblioteca.
c. A Câmara não *vai* (ainda) *construir* casas de renda económica.
d. A professora não *está* (ainda) *a corrigir* os exames.
e. A Maria não *acabou* (ainda) *de ler* Guerra e Paz.
f. A máquina não *ficou a trabalhar* durante toda a noite.
g. O Pedro não *chegou a visitar* o Museu do Louvre.
h. Ele (ainda) não *começou a fazer* os trabalhos e casa.
i. Depois de dez anos, a Maria não *continuou a ler* Guerra e Paz.
j. Ela não *há de ver* a filha nunca mais.
k. As crianças não *podem/devem ir* à missa.

Em frases com sequências Vpleno + $\text{Vpleno}_{\text{infinitivo}}$, a negação frásica envolvendo o advérbio *não* pode ter escopo quer sobre o primeiro verbo quer sobre o segundo verbo, como se ilustra a seguir[28]:

(50) a. O Miguel não *decidiu visitar* os tios.
b. A Câmara não *prefere construir* casas de renda económica neste bairro.
c. Não *pretendemos corrigir* os exames antes do fim do mês.
d. O cônsul não *pensou expulsar* os diplomatas bizantinos.
e. Os sindicalistas não *ousaram distribuir* panfletos subversivos.
f. O Rui não *lamentou perder* as chaves de casa.

(51) a. O Miguel *decidiu* não *visitar* os tios.
b. A câmara *prefere* não *construir* casas de renda económica neste bairro.
c. *Pretendemos* não *corrigir* os exames antes do fim do mês.
d. O cônsul *pensou* não *expulsar* os diplomatas bizantinos.
e. Os sindicalistas *ousaram* não *distribuir* panfletos subversivos.
f. O Rui *lamentou* não *perder* as chaves de casa.

A possibilidade de negar cada um dos verbos plenos deve-se ao facto de serem ambos núcleos de duas orações distintas, e tem resultados semânticos diferentes, como o leitor pode verificar (p.e., não ousar fazer qualquer coisa é diferente de ousar não fazer qualquer coisa)[29].

---

[28] O advérbio *não* pode igualmente preceder ambos os verbos: cf., por exemplo, *o Miguel não decidiu não visitar os tios*; para a argumentação no texto, basta considerar as possibilidades de (50) e (51).

[29] Nem sempre se obtêm significados diferentes quando se nega a oração principal ou a oração subordinada de frases em que se combina um verbo pleno com outro verbo pleno no infinitivo: cf., por exemplo, *a Maria pensa não sair de casa* vs. *a Maria não pensa sair de casa*, ou *o Pedro deseja não convidar esses amigos* vs. *o Pedro não deseja convidar esses amigos*, em que os membros de cada par são praticamente sinónimos (cf. Caps. 14 e 18).

As frases com perífrases verbais não têm um comportamento uniforme face às possibilidades de escopo da negação. A maior parte das perífrases verbais apenas admite o advérbio *não* com escopo sobre toda a perífrase verbal, como se ilustra pela negativa nos exemplos de (52), que são marginais ou mesmo não gramaticais para a maioria dos falantes[30]:

(52) a. *O Luís *tinha* não *visitado* a avó.
b. *Os livros *foram* não *entregues* na biblioteca.
c. *A Câmara *vai* não *construir* casas de renda económica.[31]
d. *A professora *está a* não *corrigir* os exames[32].
e. *A Maria *acabou de* não *ler* Guerra e Paz.
f. *A máquina *ficou a* não *trabalhar* durante toda a noite.
g. ??O Pedro *chegou a* não *visitar* o museu do Louvre.[33]

Contudo, nem todas as perífrases verbais apresentam esta restrição. Assim, as que têm um valor modal e algumas que regem a preposição *a* (à exceção de *estar* (*a*) e *ficar* (*a*)) admitem que a negação tenha escopo diretamente sobre o verbo pleno, como se ilustra a seguir:

(53) a. Para não chumbar, o aluno só *tem de* não *irritar* o professor a torto e a direito.
b. Todos nós *havemos de* não *dar* qualquer oportunidade ao professor para nos chumbar.
c. As crianças *podem/devem* não *apanhar* o autocarro.
d. Ontem, o Luís *começou a* não *se sentir* bem.
e. O Pedro *continua a* não *fazer* os trabalhos de casa.
f. A Maria *voltou a* não *te encontrar*.

As perífrases de (53) representam casos em que, mau grado a coesão entre os dois verbos noutros domínios gramaticais, a contribuição aspetual ou modal do verbo auxiliar é suficientemente independente da contribuição semântica proposicional do verbo pleno, permitindo que a negação possa modificar cada um deles separadamente. Na realidade, a negação de um ou outro verbo mantendo o resto da frase constante introduz uma diferença de significado ou de adequação pragmática, sendo o caso mais marcante o dos verbos modais *dever* e *poder*: quando a negação tem escopo sobre toda a perífrase, como em (49k), o seu valor modal é necessariamente deôntico, ao passo que quando tem escopo direto sobre o verbo pleno, como

[30] A impossibilidade de negar diretamente o verbo pleno não reflete nenhuma proibição relativa à ocorrência de advérbios nessa posição, como se ilustra em (49a-e) com o advérbio *ainda*.
[31] Em estruturas de coordenação adversativa focalizadora (cf. Cap. 35.3.3.2), é possível, nalguns destes casos, negar autonomamente o predicado cujo núcleo é o verbo pleno; cf. *o Luís tinha, não visitado a avó, mas sim* (*visitado*) *a tia*; *os livros foram, não entregues na biblioteca, mas sim* (*entregues*) *no departamento* e *a Câmara vai, não construir casas de renda económica, mas sim* (*construir*) *apartamentos de luxo*.
[32] Alguns falantes aceitam expressões como *ele está a não fazer caso do que lhe foi dito* ou *a criança está a não obedecer aos pais*. No primeiro exemplo, *não fazer caso de* é uma expressão idiomática cristalizada; quanto aos exemplos do segundo tipo, encontram-se por vezes, mas não invalidam a asserção do texto de que a negação do verbo pleno com a perífrase verbal *estar a* + $V_{infinitivo}$ produz tipicamente resultados bastante marginais.
[33] Para alguns, esta frase é aceitável em contextos especiais, veiculando uma apreciação negativa do falante sobre o facto de o Pedro não ter visitado o museu.

em (53c), o seu valor modal pode ser epistémico ou deôntico (sobre esta correlação entre a negação e o valor modal destes verbos, cf. Cap. 18).

[14] A possibilidade de negar o verbo pleno de algumas perífrases verbais deve-se, em última instância, à natureza bioracional das frases com verbos auxiliares quando o processo de reestruturação não se aplica (cf. Caixa [10]). A interação da negação com a subida do clítico é reveladora a este respeito. Quando a estrutura é bioracional (i.e., quando não se aplica reestruturação), um pronome clítico que seja complemento do verbo pleno liga-se a esse verbo, o qual pode também ser negado autonomamente, como se ilustra nos exemplos de (i), que correspondem aos de (53):

(i) a. Para não chumbar, o aluno só *tem de* não *o irritar* a torto e a direito.
b. Todos nós *havemos de* não *lhe dar* qualquer oportunidade para nos chumbar.
c. As crianças *podem/devem* não *o apanhar*.
d. Ontem, o Luís *começou a* não *se sentir* bem.
e. O Pedro *continua a* não *os fazer*.
f. A Maria *voltou a* não *te encontrar*.

Quando há subida do clítico, o verbo infinitivo não pode ser negado, como se observa em (ii):

(ii) a. *Para não chumbar, o aluno só *o tem de* não *irritar* a torto e a direito.
b. *Todos nós *lhe havemos de* não *dar* qualquer oportunidade para nos chumbar.
c. *As crianças *podem-no/devem-no* não *apanhar*.
d. *Ontem, o Luís *começou-se a* não *sentir* bem.
e. *O Pedro *continua-os a* não *fazer*.
f. *A Maria *voltou-te a* não *encontrar*.

Em (ii), a subida do clítico revela que os dois verbos formam agora um núcleo verbal complexo numa estrutura mono-oracional (i.e., com aplicação de reestruturação); neste caso, apenas a perífrase no seu todo pode ser negada[34]:

(iii) a. Para não chumbar, o aluno só não *o tem de irritar* a torto e a direito.
b. Todos nós não *lhe havemos de dar* qualquer oportunidade para nos chumbar.
c. As crianças não *o podem/devem apanhar.*
d. Ontem, o Luís não *se começou a sentir* bem.
e. O Pedro não *os continua a fazer*.
f. A Maria não *te voltou a encontrar*.

29.4 Verbos auxiliares, semiauxiliares e "quase auxiliares"

Apresenta-se nesta secção uma divisão mais fina dos verbos discutidos até aqui entre "auxiliares" e "semiauxiliares", e discutem-se alguns verbos que não foram incluídos nestas classes, ainda que satisfaçam algumas das propriedades aqui consideradas típicas da auxiliaridade.

29.4.1 Verbos auxiliares e semiauxiliares

Todos os verbos auxiliares satisfazem as propriedades sintáticas (C), (D), (E) e (F):

❖ **Propriedade (C)**: os verbos auxiliares não selecionam orações subordinadas finitas introduzidas pelo complementador *que*.

[34] A colocação proclítica do pronome em (iiic-f) (vs. enclítica em (iic-f)) deve-se à posição diferente do advérbio *não*, que funciona agora como "atrator" do clítico.

❖ **Propriedade (D)**: os verbos auxiliares não se combinam com um verbo no infinitivo flexionado.

❖ **Propriedade (E)**: quando o complemento do verbo pleno de uma perífrase verbal é um pronome clítico, este pode ligar-se ao verbo auxiliar.

❖ **Propriedade (F)**: uma frase ativa transitiva contendo uma perífrase verbal tem o mesmo significado básico da sua contraparte passiva.

À exceção de *ficar* (*a*) e *ser* passivo, os restantes verbos auxiliares satisfazem a propriedade (G):

❖ **Propriedade (G)**: as frases com perífrases verbais admitem a construção passiva pronominal, concordando o verbo auxiliar com o complemento direto da frase ativa correspondente[35].

À exceção dos verbos modais de valor deôntico, os restantes verbos auxiliares satisfazem as propriedades (A) e (B):

❖ **Propriedade (A)**: os verbos auxiliares não selecionam argumentos.

❖ **Propriedade (B)**: os verbos auxiliares podem ocorrer com verbos impessoais em orações simples.

A excecionalidade dos auxiliares modais deônticos no que respeita à propriedade (A) é de âmbito limitado: contrariamente aos restantes auxiliares, os modais deônticos impõem restrições de seleção semântica sobre um dos argumentos da frase. Como se mencionou em 29.3.1.1, esse facto é um corolário da própria área modal deôntica em que funcionam: a permissão e a obrigatoriedade são necessariamente propriedades aplicáveis aos seres inteligentes, não aos seres biológica ou mentalmente simples nem às entidades inanimadas. Por sua vez, a não satisfação de (B) deve-se fundamentalmente ao mesmo motivo: o argumento exigido por estes verbos não é selecionado pelos verbos impessoais.

Finalmente, os verbos modais e os verbos aspetuais que regem a preposição *a* (à exceção de *estar/ficar* (*a*)) não satisfazem a propriedade (H):

❖ **Propriedade (H)**: A negação frásica incide (apenas) sobre toda a perífrase verbal.

Como vimos, essas duas classes de verbos auxiliares admitem que a negação tenha escopo diretamente sobre o verbo pleno (cf. (53)).

As propriedades (A), (B) e (H) são aquelas que diferenciam mais marcadamente os verbos considerados até aqui; ao não satisfazerem uma ou mais dessas propriedades, os verbos modais e o grupo indicado de verbos aspetuais que regem a preposição *a* aproximam-se do estatuto de verbos plenos. Por esse motivo, usamos essas propriedades como critério para distinguir entre um grupo de verbos auxiliares propriamente ditos e um grupo de verbos semiauxiliares. Assim, classificamos como

[35] Como se discutiu em 29.3.2.5, as perífrases verbais passivas não admitem a construção passiva pronominal por uma razão funcional básica: não é possível passivizar uma oração que já é passiva. Por esse motivo, em vez de dizer que o auxiliar passivo *ser* é uma exceção a (G), poder-se-ia dizer que essa propriedade não se aplica neste caso. Pelo mesmo motivo, a propriedade (F) é igualmente inaplicável: uma frase passiva perifrástica (i.e., formada com *ser*) também já não pode ter uma contraparte passiva.

auxiliares os verbos que satisfazem (A), (B) e (H) (conjuntamente) – bem como as restantes propriedades –, e como semiauxiliares os verbos que não satisfazem pelo menos uma dessas três propriedades:

- **Verbos auxiliares**
  - *ter* + pp (o auxiliar perfeito)
  - *ser* + pp (o auxiliar passivo)
  - *estar* (*a*) (o auxiliar progressivo)
  - *ficar* (*a*)
  - *ir* + infinitivo
  - Verbos auxiliares aspetuais que regem a preposição *de* ou que selecionam o gerúndio: *acabar* (*de*), *deixar* (*de*), *ir* + gerúndio, *vir* + gerúndio

O auxiliar perfeito e o auxiliar passivo têm um estatuto particular nas gramáticas tradicionais, por serem considerados como fazendo parte da conjugação verbal.

- **Verbos semiauxiliares**
  - Verbos aspetuais que regem a preposição *a*: *andar* (*a*), *chegar* (*a*), *começar* (*a*), *continuar* (*a*), *passar* (*a*), *tornar* (*a*), *voltar* (*a*)
  - Verbos modais: *dever*, *haver* (*de*)[36], *poder*, *ter* (*de/que*)

Podemos ainda estabelecer uma partição dentro deste grupo, entre os modais de valor deôntico, que são excecionais relativamente às propriedades (A), (B) e (H), e os outros (incluindo os modais quando têm um valor epistémico), que são excecionais unicamente no que respeita à propriedade (H). Quando assumem um valor deôntico, os verbos modais são, pois, aqueles que se encontram "mais baixo" na escala da auxiliaridade.

29.4.2 Verbos "quase auxiliares": *querer* e *parecer*

Ao longo da discussão sobre as propriedades da auxiliaridade, mencionou-se que os verbos *querer* e *parecer* possuem algumas dessas propriedades e que, consequentemente, por vezes têm um comportamento sintático que os aproxima dos verbos auxiliares. Assim, p.e., *querer* satisfaz as propriedades (B)[37], (D), (E)[38] e (G)[39], o que se ilustra em (54):

(54) a. Parece que *quer chover*. [propriedade (B)]
b. *Os meus filhos *querem irem* ao cinema. [propriedade (D)]
c. *Quero-te* ver amanhã sem falta no escritório. [propriedade (E)]
d. *Querem-se construir* casas de renda económica neste bairro. [propriedade (G)]

[36] Este verbo veicula igualmente um valor temporal de futuridade.
[37] Relativamente à propriedade (B), no entanto, sugerimos que o verbo *querer* se "auxiliariza" efetivamente neste contexto particular (cf. Caixa [5]).
[38] Cf. Caixa [10].
[39] Cf. Caixa [13].

No entanto, este verbo não satisfaz nenhuma das outras propriedades da auxiliaridade: em particular, seleciona argumentos e impõe sobre eles restrições de seleção (cf. (55a)), seleciona uma oração completiva introduzida pelo complementador *que* (cf. (55b)), não "passa" o teste da sinonímia entre frase ativa e passiva discutido em 29.3.2.4 (cf. (55c)) e admite que a negação tenha escopo diretamente sobre o verbo pleno que o segue (cf. (55d)):

(55) a. *O Pedro* quer *uma bicicleta*.
b. O Pedro quer *que os pais lhe comprem uma bicicleta*.
c. A Ana quer ser examinada pelo médico especialista. (≠ *o médico especialista quer examinar a Ana*)
d. Eu *quero não ver* mais essa mulher.

Quanto ao verbo *parecer*, quando ocorre na construção de elevação (cf. Cap. 37 e Caixa [4]), satisfaz parcialmente a propriedade (A) (não impõe restrições de seleção sobre o sujeito)[40] e as propriedades (B)[41] e (F)[42], como se ilustra em (56):

(56) a. *Esse livro* parece custar caro (= *parece que* [*esse livro custa caro*]) [propriedade (A)]
b. *Parece chover*. [propriedade (B)]
c. Os vizinhos do 5.º esquerdo parecem ser odiados pelo Pedro. (= *o Pedro parece odiar os vizinhos do 5.º esquerdo*) [propriedade (F)]

No entanto, este verbo não satisfaz nenhuma das outras propriedades da auxiliaridade: seleciona argumentos, nomeadamente um experienciador dativo e um sujeito oracional (cf. (57a) e Cap. 37), seleciona uma oração completiva introduzida pelo complementador *que* (cf. (57a)), admite o infinitivo flexionado no verbo seguinte (cf. (57b)) e admite que a negação tenha escopo diretamente sobre o verbo pleno que o segue (cf. (57c)):

(57) a. Parece-*me* [que a Maria está doente].
b. *Pareceu-me terem* ganho a corrida os Ferraris.
c. As crianças *parecem não gostar* da sopa.

Podemos, pois, concluir que, não sendo verbos auxiliares ou semiauxiliares, *querer* e *parecer* são os verbos plenos que, mesmo assim, mais se aproximam do estatuto da (semi)auxiliaridade[43].

> [15] O comportamento de *querer* e *parecer* face às propriedades da auxiliaridade deve-se, no caso de *querer*, ao facto de ser um verbo de reestruturação e, no caso de *parecer*, ao facto de ser um verbo de elevação do sujeito para sujeito (sobre ambos os verbos, cf. Caixa [4] e Cap. 37). A reestruturação é responsável pelo facto de o verbo *querer* admitir a subida do clítico (cf. Caixa [10]) e a passivização pronominal em frases complexas (cf. Caixa [13]). Por sua vez, a elevação é responsável pelo facto

[40] Cf. Caixa [4].
[41] Cf. Caixa [6].
[42] Cf. Caixa [11].
[43] Não tendo o estatuto de verbo auxiliar, *parecer* tem, no entanto, características que o tornam, em certos usos, praticamente idêntico a um verbo copulativo (cf. *a Maria parece inteligente/cansada* e Cap. 30.2.4.3.1).

de o verbo *parecer* não impor restrições de seleção sobre o sujeito (na construção de elevação; cf. Caixa [4]), por poder combinar-se com verbos impessoais (cf. Caixa [6]) e por manter a sinonímia entre frases complexas ativas e passivas (cf. Caixa [11]).

Aceitando a hipótese, proposta na Caixa [10], de que os verbos auxiliares e semiauxiliares são verbos de reestruturação, é plausível considerar que é essa característica que é responsável pelas propriedades (E) (= subida do clítico) e (G) (= possibilidade da passivização pronominal). Se aceitarmos também que, quando são bioracionais, são verbos de elevação sintaticamente semelhantes a *parecer* (cf. Caixa [10] e Cap. 37), obtém-se uma explicação para o facto de todos eles manterem a sinonímia entre frase ativa e frase passiva correspondente.

29.5 Propriedades semânticas dos verbos auxiliares e semiauxiliares

Como se viu nas secções anteriores, os verbos auxiliares e semiauxiliares do português distribuem-se por três áreas semânticas: a área temporal, a área da modalidade e a área aspetual. Apenas um verbo auxiliar do português não tem um conteúdo semântico próprio: *ser* no seu uso enquanto auxiliar passivo[44]. Nesta secção, apresentamos uma descrição breve das propriedades semânticas dos verbos auxiliares e semiauxiliares mais usados em português[45].

29.5.1 O verbo auxiliar perfeito (*ter* + particípio passado)

O termo que dá o nome a este verbo auxiliar ("perfeito") é do domínio aspetual, onde se opõe ao "imperfeito". Esta dicotomia tem essencialmente a ver com a maneira segundo a qual se representa a situação veiculada por uma frase: esta pode ser apresentada como concluída, i.e., delimitada temporalmente (o **aspeto perfeito** ou **perfectivo**; cf. *o Pedro leu o jornal*) ou, pelo contrário, pode ser apresentada como não concluída, ainda em curso, i.e., perspetivada desde o interior da própria situação, sem se atender aos seus limites temporais (o **aspeto imperfeito** ou **imperfectivo**; cf. *o Pedro lia o jornal quando a Maria entrou*)[46]. Ora, nem sempre o auxiliar perfeito tem um conteúdo aspetual perfectivo; na realidade, como se verá, o português, entre as línguas românicas, caracteriza-se por usar o auxiliar perfeito no pretérito perfeito composto do indicativo com um sentido aspetual imperfectivo[47].

Consoante o tempo gramatical em que se conjuga o verbo *ter*, a perífrase verbal que este auxiliar integra define diferentes paradigmas que são sancionados pela tradição gramatical luso-brasileira como fazendo parte da conjugação do verbo pleno

---

[44] Embora existam diferenças semânticas entre uma frase ativa e a frase passiva correspondente na maneira como a informação é apresentada (cf. Cap. 13), essas diferenças não são da responsabilidade do verbo *ser*, mas sim do arranjo sintático diferente dos constituintes nos dois tipos de frases.

[45] O significado dos verbos auxiliares e semiauxiliares é igualmente abordado nos capítulos que tratam das áreas semânticas respetivas (cf. Caps. 15, 17 e 18) e no capítulo 30, relativamente àqueles que também são verbos copulativos: *estar* (*a*), *ficar* (*a*), *andar* (*a*), *continuar* (*a*) e *parecer*.

[46] Para não se confundir o nome do verbo auxiliar com o nome do aspeto propriamente dito, passaremos doravante a usar o termo "perfectivo" para designar o aspeto, continuando a usar o termo "perfeito" para o verbo auxiliar.

[47] Do ponto de vista lexical, o auxiliar perfeito do português, o verbo *ter*, também não é equivalente ao auxiliar perfeito de outras línguas românicas, como o espanhol, o francês e o italiano, que usam o verbo que corresponde ao português *haver* (*haber*, *avoir* e *avere*, respetivamente). É plausível supor que as diferenças semânticas entre o auxiliar perfeito do português e o das outras línguas românicas tenham aqui a sua raiz (cf. Cardoso e Pereira 2003).

da perífrase; em particular, formam os seus **tempos compostos**. No indicativo, existem quatro tempos compostos (cf. Cap. 56): o **pretérito perfeito composto**, conjugado com o verbo *ter* no presente do indicativo (cf. *tenho lido*); o **pretérito mais-que-perfeito composto**, conjugado com o verbo *ter* no imperfeito do indicativo (cf. *tinha lido*); o **futuro composto**, conjugado com o verbo *ter* no futuro do indicativo (cf. *terei lido*); e o **condicional composto**, conjugado com o verbo *ter* no condicional (cf. *teria lido*)[48]. No conjuntivo, existem três tempos compostos: o **pretérito perfeito composto**, conjugado com o verbo *ter* no presente do conjuntivo (cf. *tenha lido*); o **pretérito mais-que-perfeito composto**, conjugado com o verbo *ter* no imperfeito do conjuntivo (cf. *tivesse lido*); e o **futuro composto**, conjugado com o verbo *ter* no futuro do conjuntivo (cf. *tiver lido*). Existem também duas formas não finitas, o **infinitivo composto**, conjugado com o verbo *ter* no infinitivo (flexionado ou não; cf. *ter lido*, *termos lido*), e o **gerúndio composto**, conjugado com o verbo *ter* no gerúndio (cf. *tendo lido*). Sem tentar ser exaustivo na descrição da semântica de todas estas formas compostas (cf., para uma discussão adicional, o Cap. 15), assinalam-se aqui as suas propriedades mais importantes.

Em português europeu, a característica mais saliente do auxiliar *ter* + pp é o facto de ter um valor aspetual iterativo (e imperfectivo) no pretérito perfeito composto do indicativo, valor esse que o tempo equivalente nas outras línguas românicas não possui. As restantes formas compostas, em contrapartida, possuem uma dimensão temporal mais acentuada, aliada a uma dimensão aspetual perfectiva. Nesta subsecção, descrevemos, em primeiro lugar, o pretérito perfeito composto do indicativo; seguidamente, caracterizamos de modo breve a semântica temporal e aspetual das restantes formas, tomando como representativos o pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo, o futuro composto do indicativo e o infinitivo composto.

29.5.1.1 O pretérito perfeito composto do indicativo

Diferentemente das outras línguas românicas (cf. Cap. 3), o pretérito perfeito composto do indicativo veicula em português um valor aspetual de **iteratividade**, em que se exprime a repetição múltipla do tipo de situação descrita pela frase[49], como se ilustra em (58):

(58) a. O João *tem visitado* a avó.
b. O Pedro *tem lido* livros de ficção científica.
c. A Clara *tem feito* os trabalhos de casa.
d. O Luís Filipe *tem passeado* no parque.
e. O Cristiano Ronaldo *tem marcado* muitos golos.

Estas frases representam não uma situação simples e única, mas antes uma "macrossituação" complexa que consiste numa sucessão de situações simples do mesmo tipo

[48] Estes dois últimos tempos são também chamados, respetivamente, "futuro do presente composto" e "futuro do pretérito composto" (cf. Cunha e Cintra 1984).

[49] Dizemos "do tipo de situação" porque uma determinada situação delimitada temporal e espacialmente não se pode repetir, apenas pode ser semelhante a outra. Por outras palavras, quando se fala da repetição de uma situação, referimo-nos ao tipo, não ao exemplar (cf. Cap. 21). É a repetição de situações distintas mas partilhando um número suficiente de características que permite conceptualizá-las como sendo "a mesma", e é nesse sentido que se deve interpretar semanticamente o aspeto iterativo.

(o João visitar a avó, o Pedro ler um livro de ficção científica, o Cristiano Ronaldo marcar um golo, etc.). Assim, p.e., (58a) significa que o João visitou a avó várias vezes até ao momento da enunciação da frase, e que possivelmente continuará a visitá-la num tempo futuro, i.e., posterior ao momento da enunciação.

Ora, uma sucessão de eventos necessita de um intervalo de tempo suficiente para o seu desenrolar. Em consequência disto, a macrossituação descrita por estas frases é necessariamente durativa, ou seja, prolonga-se durante um intervalo que tem como ponto de referência o momento da enunciação. Esse intervalo pode ser explicitamente expresso através de um adjunto adverbial de localização temporal: cf. *esta semana, o João tem visitado a avó*; *nos últimos (dois) anos, o Pedro tem lido livros de ficção científica*; *ultimamente, a Clara tem feito os trabalhos de casa*. O intervalo tem início num momento anterior à enunciação, o qual pode ser inferido a partir de alguns dos adjuntos adverbiais, como nos dois primeiros exemplos acima; esse momento inicial pode também ser representado explicitamente por um adjunto temporal introduzido pela preposição *desde*: cf. *desde a semana passada, o João tem visitado a avó*. A parte terminal do intervalo, no entanto, não é determinada, podendo a sucessão de eventos continuar indefinidamente no futuro. Por este motivo, a macrossituação representada pelo pretérito perfeito composto (i.e., a sucessão repetida de eventos do mesmo tipo) é apresentada como não concluída, ainda em curso, ou seja, mantendo-se no momento da enunciação e prolongando-se eventualmente para lá desse momento; este tempo composto é, portanto, aspetualmente imperfectivo, mau grado o seu nome (cf. Cardoso e Pereira 2003, para uma justificação mais detalhada desta conclusão)[50].

A componente semântica iterativa do auxiliar perfeito neste tempo composto permite igualmente explicar a ocorrência frequente de adjuntos adverbiais de quantificação indefinida sobre situações, como *várias vezes*, *repetidamente* ou *frequentemente*; cf. *o Luís Filipe tem passeado no parque várias vezes*; ou *o João tem visitado a avó repetidamente*/*frequentemente*[51].

Os exemplos (59a,b) mostram que o pretérito perfeito composto do indicativo não pode representar eventos únicos, e o exemplo (59c) mostra que o intervalo da repetição não pode ser fechado na sua parte terminal:

(59) a. *O João *tem acabado de ler* o livro.
b. *O Rui Costa *tem marcado* um golo.
c. *A Maria *tem visitado* a avó na semana passada.

Os dois primeiros exemplos não são aceitáveis porque o seu predicado favorece a referência a um evento único: assim, acabar de ler um livro é algo que se faz normalmente uma só vez e marcar um determinado golo é um evento único, que não se repete. Por sua vez, o terceiro exemplo não é aceitável porque o adjunto

[50] O termo "perfeito" é adequado, no entanto, para cada uma das microssituações repetidas, visto que estas, consideradas individualmente, são aspetualmente perfectivas. Assim, p.e., na frase *o João tem visitado a avó*, cada uma das visitas incluídas na macrossituação ocorreu no passado e é perspetivada como concluída.
[51] O limiar quantitativo inferior de situações iteradas que torna verdadeiras as frases no pretérito perfeito composto, para além de poder variar de falante para falante, depende do intervalo de tempo em que ocorrem as repetições. Assim, p.e., a frase (58a) modificada por *esta semana* poderá (para alguns falantes) ser satisfeita por duas visitas do João à avó, mas a frase (58b) modificada por *nos últimos dois anos* necessita certamente de mais de duas sessões de leitura e de mais de dois livros de ficção científica para ser verdadeira.

adverbial de localização temporal *na semana passada* fecha o intervalo da repetição dos eventos, para além de não incluir o momento da enunciação, o que não é permitido neste tempo composto – comparar com *desde a semana passada, a Maria tem visitado a avó*, em que o adjunto representa um intervalo que inclui o momento da enunciação e o deixa em aberto para lá da enunciação.

Voltando aos exemplos de (58), se a macrossituação descrita tem de ser durativa, em contrapartida não se impõe nenhuma restrição aspetual sobre cada "microssituação" simples; esta pode ser durativa, como nos exemplos de (58a-d) (p.e., visitar uma avó ou ler um livro são situações que se prolongam temporalmente), ou pontual, como em (58e) (marcar um golo é uma situação perspetivada como praticamente instantânea; cf. Cap. 17).

Contudo, a situação simples tem de ser repetível, o que tem consequências sintático-semânticas importantes, dependendo do predicado particular que se combina com o auxiliar. Assim, se a situação descrita pelo predicado só se puder aplicar uma única vez sobre a entidade representada pelo sujeito ou pelo complemento direto, o pretérito perfeito composto tem um resultado pragmaticamente inaceitável: cf. *#ultimamente, a Josefina tem nascido* ou *#esta semana, a Clara tem matado essa mosca*. A razão para esta inaceitabilidade é que uma dada pessoa não pode nascer várias vezes e a mesma mosca não pode ser morta várias vezes.

Para que estes predicados possam ocorrer no pretérito perfeito composto, é necessário que o sujeito ou o complemento direto representem entidades distintas, embora do mesmo tipo: comparar as frases acima com *ultimamente, muita gente tem nascido*, ou *esta semana, a Clara tem matado muitas/várias moscas* (em cada evento nasce uma pessoa diferente ou mata-se uma mosca diferente). Essas entidades distintas são tipicamente representadas por sintagmas nominais plurais e indefinidos, como nestes exemplos (cf. também *livros de ficção científica* e *muitos golos*, em (58b,e)), ou de natureza genérica (cf. *os trabalhos de casa*, em (58c)). Este requisito de pluralidade, contudo, não é necessário quando o predicado é compatível com uma repetição de situações envolvendo a mesma entidade, como em (58a,d), relativamente à avó e ao parque, respetivamente, e em todos os exemplos desse paradigma, relativamente à entidade representada pelo sujeito.

> [16] A quantificação cardinal precisa não sanciona o pretérito perfeito composto do indicativo porque não se "distribui" por eventos distintos: cf. a estranheza de *#esta semana, a Clara tem matado quatro moscas*. Em particular, este exemplo não pode ser usado para representar *n* situações simples nas quais a Clara matou, em cada uma delas, menos de quatro moscas, perfazendo um total de quatro no conjunto das *n* situações (p.e., (i) duas situações simples em que tenha matado uma mosca e uma situação em que tenha matado duas moscas, ou (ii) quatro situações em que tenha matado uma só mosca de cada vez). De modo semelhante, a quantificação precisa sobre situações também não é permitida com o pretérito perfeito composto: cf. a impossibilidade de *#o Luís Filipe tem passeado no parque cinco vezes*.
>
> Em contrapartida, o pretérito perfeito simples admite uma interpretação de iteração com quantificação precisa: assim, p.e., a frase *esta semana a Clara matou quatro moscas* pode ter as interpretações (i) e (ii) acima ou outras do mesmo tipo (incluindo, claro, a interpretação não iterada em que há um só evento, tendo a Clara matado as quatro moscas de uma só vez); e a quantificação precisa sobre situações também é permitida: cf. *o Luís Filipe passeou no parque cinco vezes*.

Quando o predicado que ocorre no pretérito perfeito composto do indicativo denota um estado (em vez de um evento dinâmico, como nos exemplos dados até aqui), pode anular-se a componente aspetual de repetição, passando nesse caso a perífrase verbal a representar uma única situação que se prolonga por um determinado intervalo de tempo: cf., por exemplo, *o João tem estado doente*, que significa normalmente que há uma única situação de doença que se prolonga por um determinado período; cf. também *nos últimos cinco anos, o Pedro tem morado em Lisboa*. Contudo, mesmo com estes predicados, o sentido de iteratividade não é excluído se for usado um adjunto adverbial apropriado: cf. *o João tem estado várias vezes doente* ou *nos últimos cinco anos, o Pedro tem morado repetidamente em Lisboa* (ou seja, há vários períodos distintos de morar em Lisboa, intercalados com períodos em que morou noutros lugares).

Finalmente, é de notar que, numa oração subordinada condicional com leitura contrafactual (cf. Cap. 38), o pretérito perfeito composto do indicativo pode ter uma interpretação perfectiva (tal como os restantes tempos compostos; ver a subsecção seguinte), em que representa um único evento que, no entanto, não ocorreu: cf. *se ele tem chegado cinco minutos mais cedo, não tinha perdido o início do filme*[52]. Neste uso, aliás, o pretérito perfeito composto é equivalente ao pretérito mais-que-perfeito composto do conjuntivo: cf. *se ele tivesse chegado cinco minutos mais cedo, não tinha/teria perdido o início do filme*, uma frase praticamente sinónima da anterior.

29.5.1.2 As restantes formas compostas

Nas outras formas compostas, o verbo auxiliar adquire uma leitura predominantemente temporal, que está ausente do pretérito perfeito composto do indicativo, e que se exemplifica aqui com o pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo (cf. (60a)), com o futuro composto do indicativo (cf. (60b)) e com o infinitivo composto (cf. (60c)):

(60) a. Naquele momento, o João *tinha acabado* de falar ao telefone.
b. Quando chegarmos ao estádio, já o Rui Costa *terá marcado* um golo.
c. A Maria disse-me *ter visitado* a avó.

Nestas formas compostas, a perífrase verbal que integra o auxiliar *ter* + pp distingue-se do pretérito perfeito composto do indicativo nos seguintes pontos: (i) pode representar um evento único, como nos exemplos de (60) (mas ver a discussão no parágrafo seguinte) e (ii) representa temporalmente esse evento como tendo ocorrido antes de um tempo de referência representado pelas expressões sublinhadas: em (60a,b), essas expressões são adjuntos adverbiais de localização temporal e, em (60c), é o tempo (passado) veiculado pela morfologia do verbo *dizer* na oração principal (i.e., a visita da Maria à avó foi feita antes de ela me ter dito que a tinha visitado). Note-se que não se exige que a situação descrita ocorra no passado relativamente ao momento da enunciação, como mostra (60b), mas apenas que seja anterior ao momento de referência.

[52] Ou seja, infere-se da frase que ele *não* chegou cinco minutos mais cedo do que um tempo de referência implícito, presumivelmente o momento real da sua chegada.

As formas compostas, em geral, também podem representar uma repetição de eventos, desde que o predicado da oração contenha informação que suporte essa interpretação, como se ilustra em (61) (em (61a,c) a informação que suporta a iteração é dada pelos advérbios *frequentemente* e *ultimamente*, e, em (61b), pelo complemento direto indefinido plural):

(61) a. Antes de se mudar para Coimbra, o João *tinha visitado* a avó frequentemente.
b. Quando voltar para Portugal, já o Rosário *terá feito* muitos amigos nos Estados Unidos.
c. O Luís Filipe disse-me *ter passeado* no parque ultimamente.

É importante notar que, nestes casos, a capacidade de representar a iteração não provém das formas compostas em si mesmas, mas sim de outros elementos linguísticos, e é partilhada com outros tempos simples da conjugação: cf., por exemplo, *no passado, o João visitou a avó frequentemente*, onde existe um valor aspetual iterativo veiculado pelo advérbio *frequentemente*.

Contrariamente ao pretérito perfeito composto do indicativo, as restantes formas compostas em que entra o auxiliar perfeito são aspetualmente perfectivas, já que a situação é apresentada como concluída no momento representado pelo tempo de referência introduzido pelos adjuntos adverbiais ou pelo tempo do verbo da oração principal; o mesmo se pode dizer da iteração nos exemplos de (61), em que a repetição das situações tem também como limite final o tempo de referência.

[17] Existe em português, à semelhança do que acontece noutras línguas românicas, uma construção em que o particípio passado coocorre com o verbo *ter* e concorda em género e número com o complemento direto[53]:

(i) a. Já tenho *as cartas escritas*. (vs. **já tenho as cartas escrito*)
b. A Maria tem *a roupa lavada*. (vs. **a Maria tem a roupa lavado*)
c. O Miguel tem *dois trabalhos publicados*. (vs. **o Miguel tem dois trabalhos publicado*)

Esta construção chama-se **resultativa** por representar uma ação passada através do seu resultado (representado pelo constituinte em itálico, que constitui uma predicação secundária – cf. Cap. 30). Esse resultado, por sua vez, é perspetivado como possuído pela entidade que iniciou a ação (o sujeito). Nesta construção, no entanto, o verbo *ter* e o verbo seguinte no particípio passado não formam uma perífrase verbal, como sugerem os seguintes factos de natureza comparativa:

❖ Em espanhol, o verbo auxiliar perfeito que corresponde a *ter* é *haber* (cf. (iia)). Porém, o verbo espanhol utilizado na construção resultativa é *tener*, que não é verbo auxiliar em espanhol (cf. (iib)):

(ii) a. Juan *ha leído* dos novelas.
b. Juan *tiene leídas* dos novelas.

[53] Ver também a Caixa [3].

❖ Em francês, o particípio passado nas frases equivalentes a (i) é obrigatoriamente precedido por *de* (cf. (iiia)), ao contrário do que acontece nos contextos em que *avoir* é auxiliar (cf. (iiib)), o que sugere tratar-se de duas construções diferentes:

(iii) a. Jean a deux romans *de lus*.
b. Jean *a lu* deux romans.

❖ Em português, quando o verbo admite duas formas de particípio passado, uma forma fraca (regular) com o sufixo *-do* e outra forte (cf. Cap. 56), só a forma forte coocorre com *ter* na construção resultativa (cf. (iva)), o que contrasta com o uso da forma fraca quando *ter* é um verbo auxiliar (note-se, no entanto, que está em expansão o uso da forma forte nos tempos compostos):

(iv) a. O carteiro já tinha a correspondência *entregue/*entregada.*
b. O carteiro já tinha *entregado/entregue* a correspondência.

29.5.2 O verbo auxiliar *ir* + infinitivo

Quando ocorre em frases simples, a perífrase verbal *ir* + inf exprime futuridade relativamente ao momento da enunciação, como se ilustra a seguir:

(62) a. A Ana *vai ficar* em casa.
b. As rosas *vão murchar*.
c. *Vai chover*.

Quando ocorre na oração subordinada de uma frase complexa, a perífrase exprime futuridade relativamente ao tempo da oração principal, tomado como ponto de referência:

(63) a. A Ana diz que *vai ficar* em casa.
b. Porque pensas que a Sofia Loren *irá deixar* o cinema?
c. Pensámos que as rosas *iriam murchar*.
d. O serviço meteorológico anunciou que *ia chover*, e choveu mesmo.

Como (63d) mostra, o evento descrito pelo predicado que inclui o auxiliar *ir* não necessita de ser futuro em relação ao momento da enunciação, mas apenas em relação ao tempo de referência.

Em frases simples que têm a enunciação como momento de referência, o verbo *ir* ocorre no presente do indicativo, como se ilustra em (62); em orações subordinadas, o verbo *ir* ocorre no presente ou no futuro quando o tempo de referência da oração principal é o presente; e no imperfeito ou no condicional quando o tempo de referência é o passado[54].

[18] O tempo de referência pode também ser introduzido por uma oração independente, p.e., numa estrutura de coordenação: cf. *convidei a Maria para ir ao teatro, mas ela ia ficar em casa.* O auxiliar *ir* no imperfeito pode veicular também a ideia de um evento futuro dado como provável mas que acabou por não acontecer: cf. *a Maria ia ficar em casa, mas o Pedro convidou-a para jantar e ela mudou de ideias*; ou *ia chover, mas de repente o sol apareceu e limpou as nuvens* (cf. também, a este propósito, os Caps. 15, 18 e 19).

[54] Sobre as diferenças entre o uso do condicional e do imperfeito nestes casos e noutros semelhantes, cf. Caps. 15, 18 e 19.

Em orações simples, o imperfeito do indicativo no verbo auxiliar *ir* também pode ser usado pelo falante com o objetivo de ser delicado com o ouvinte, de se desculpar de determinada ação ou de evitar represálias, como se ilustra a seguir:

(i) A – Não suporto que andes descalça no jardim!
B – Eu *ia* agora mesmo calçar-me...

(ii) (O pai do Joaquim encontra o filho com uma amiga, a Ana, em sua casa às duas da manhã. "A" é o pai do Joaquim e "B" é o Joaquim)
A – O que é que a Ana está a fazer cá em casa a estas horas?
B – Ela *ia* dormir cá em casa...

No pretérito perfeito do indicativo, o uso deste verbo auxiliar é mais complexo. Com sujeitos não agentivos, e em orações simples não contextualizadas, este uso resulta pragmaticamente estranho, como se verifica no seguinte paradigma:

(64) a. #A Ana *foi ficar* cá em casa.
b. #*Foram cair* umas gotas de vinho na toalha.
c. #*Foi chover*.

No entanto, se houver um contexto mais amplo (p.e., numa estrutura coordenada) que introduza um tempo de referência passado aspetualmente imperfectivo, o pretérito perfeito é mais aceitável, como se ilustra em (65)[55]:

(65) a. Com tanto sítio para onde podia ter ido, a Ana *foi ficar* cá em casa.
b. Estava a mesa tão bonita e não é que *foram cair* umas gotas de vinho na toalha, que a sujaram toda?
c. Estávamos tão bem no parque e logo *foi chover*.

[19] Com sujeitos agentivos ou experienciadores, que têm controlo sobre a situação expressa pelo predicado, é mais livre o uso do verbo *ir* no pretérito perfeito em orações simples, precedendo um verbo pleno, como se ilustra em (i):

(i) a. A Maria *foi comprar* o jornal.
b. O Manuel *foi ver* uma tourada.
c. A Ana *foi divertir-se*.
d. Ela *foi pensar* no assunto.

Nestes casos, ainda que o limiar inicial da situação descrita pelo predicado tenha lugar num momento anterior à enunciação, pressupõe-se que a situação não foi necessariamente terminada, e que o pode ser na realidade apenas num momento futuro (p.e., relativamente a (ia), a ação iniciou-se antes de o falante produzir o enunciado mas deixa-se em aberto se, no momento da enunciação, a Maria já comprou o jornal).

Tipicamente, exemplos deste tipo, em que o sujeito tem controlo sobre a situação expressa pelo predicado, admitem uma expressão de lugar direcional, como se ilustra em (ii):

(ii) a. A Maria foi comprar o jornal *à tabacaria*.
b. O Manuel foi ver uma tourada *a Madrid*.
c. A Ana foi divertir-se *para Paris*.
d. Ela foi pensar no assunto *para o quarto*.

[55] Repare-se que, neste uso, se veicula implicitamente a ideia de que a situação não correspondia às expectativas do falante.

Ora, a expressão direcional é necessariamente legitimada pelo verbo *ir* (cf. *a Maria foi à tabacaria*, *o Manuel foi a Madrid*, *a Ana foi para Paris* e *ela foi para o quarto*), e não pelo segundo verbo (cf. a impossibilidade de **a Maria comprou o jornal à tabacaria*, **o Manuel viu uma tourada a Madrid*, **a Ana divertiu-se para Paris* e *ela pensou no assunto para o quarto*)[56]. Por outras palavras, em (ii), a expressão direcional é um complemento do verbo *ir*, o que, dada a propriedade (A) dos verbos auxiliares (cf. 29.3.1.1), indica que este verbo é aí pleno, não auxiliar[57]. O conteúdo destes exemplos pode, aliás, ser expresso por frases em que fica claro, por um lado, o estatuto de *ir* como verbo pleno e, por outro, o estatuto do predicado com o verbo infinitivo como um adjunto adverbial de finalidade:

(iii) a. A Maria foi à tabacaria [(para) comprar o jornal].
b. O Manuel foi a Madrid [(para) ver uma tourada].
c. A Ana foi para Paris [(para) se divertir].
d. Ela foi para o quarto [(para) pensar no assunto].

Face a estes factos, é possível analisar igualmente os exemplos de (i) como envolvendo o verbo pleno *ir*, sem um complemento direcional explícito. Nestas frases, o predicado que segue o verbo *ir* é equivalente semanticamente à expressão de finalidade entre parênteses retos dos exemplos (iii). Esse predicado, aliás, pode mesmo, em certos casos, ser reinterpretado como um complemento direcional. Assim, é perfeitamente adequado responder a uma pergunta como *aonde é que foi a Maria?* (na qual o advérbio interrogativo *aonde* tem valor direcional) unicamente com a expressão *comprar o jornal* (a par de uma resposta contendo uma expressão de lugar direcional explícita, como *à tabacaria*).

Corroborando esta análise, repare-se que nem (ia,b) nem (iia,b), com o verbo *ir* no pretérito perfeito, podem ser passivizados (ver a propriedade (F) dos verbos auxiliares em 29.3.2.4): cf., por exemplo, **o jornal foi ser comprado à tabacaria pela Maria*, ou **o jornal foi ser comprado pela Maria*[58].

Nos exemplos de (iv), com o complemento direcional expresso e com o verbo *ir* no presente do indicativo, este também é pleno, não auxiliar:

(iv) a. A Maria *vai* comprar o jornal (à tabacaria).
b. O Manuel *vai* ver uma tourada (a Madrid).
c. A Ana *vai* divertir-se (para Paris).
d. Ela *vai* pensar no assunto (para o quarto).

De facto, pelos motivos já apontados, as expressões de lugar direcionais são aí complementos do verbo pleno *ir*, não do verbo no infinitivo. Do mesmo modo, a passivização destes exemplos quando o complemento direcional está presente produz resultados agramaticais: cf. **o jornal vai ser comprado à tabacaria pela Maria*. Sem o complemento direcional, no entanto, os exemplos (iva,b), com o verbo *ir* no presente do indicativo, contrariamente a (ia,b), com o verbo no pretérito perfeito, admitem passivização, preservando a sinonímia do par ativo-passivo. Este facto indica que, neste caso, o verbo *ir* é auxiliar: cf. *o jornal vai ser comprado pela Maria* (comparar com **o jornal foi ser comprado pela Maria*). É plausível supor, então, que nos exemplos de (iv) sem o complemento direcional e com o verbo no presente do indicativo, *ir* tanto pode ser

[56] Com a preposição *em*, estas sequências são gramaticais (cf., por exemplo, *o Manuel viu uma tourada em Madrid*, etc.), o que é irrelevante para a presente discussão.
[57] Note-se que em (id) e em (iid) a expressão *no assunto*, introduzida pela preposição *em*, é complemento do verbo *pensar* (cf. *ela pensou no assunto*), não de *ir* (cf. **ela foi no assunto*).
[58] A passivização não se aplica por motivos independentes em (ic,d) ou (iic,d), visto que essas frases não têm um complemento direto (cf. Cap. 13).

verbo auxiliar como verbo pleno. Esta ambiguidade surge sempre que o sujeito da frase é uma entidade capaz de locomoção autónoma e o seu envolvimento na situação descrita pelo predicado com o verbo infinitivo (comprar um jornal, ver uma tourada, divertir-se, pensar num assunto) é compatível com a sua locomoção para um lugar diferente daquele onde se encontra inicialmente.

29.5.3 O verbo semiauxiliar *haver* (*de*)

No presente do indicativo, o verbo *haver* (*de*) exprime futuridade relativamente ao momento da enunciação, podendo ser modificado por um adjunto de localização temporal futura:

(66) a. A Maria *há de ler* Guerra e Paz (um dia).
b. O bebé *há de nascer* (para a semana).
c. *Há de chover* (amanhã).

Juntamente com a leitura temporal futura, este verbo veicula também uma componente modal, mais ou menos forte, com um valor de necessidade, mais facilmente acessível nos seguintes exemplos:

(67) a. Ele *há de* pagar a dívida.
b. Tu *hás de* comer a sopa a bem ou a mal.

A força maior ou menor deste valor modal depende em grande parte do predicado com o qual o verbo se combina, incluindo o contexto pragmático mais vasto em que se insere o enunciado.

Sempre aliado à futuridade, outro valor modal que pode ser veiculado por este auxiliar é o desiderativo (cf. Cap. 18), onde se exprime um desejo do falante: cf. *hei de ir às vindimas para o ano que vem, der por onde der*.

Na interpretação mais típica de *haver* no imperfeito do indicativo (sobretudo num registo coloquial), atenua-se a leitura temporal de futuridade e sobressai a interpretação modal de necessidade ou de obrigação (embora fracas; cf. Cap. 18), como se ilustra em (68):

(68) a. A Maria *havia de ler* Guerra e Paz.
b. O bebé *havia de nascer* para a semana.
c. *Havia de chover* amanhã.

Em narrativas, no entanto, é frequente encontrar *haver* no imperfeito unicamente com uma dimensão temporal, como em *a Ana deixou de ver o Rui quando foi viver para França; havia de o reencontrar muitos anos depois, numa festa em Lisboa*.

29.5.4 Verbos semiauxiliares modais: *poder, dever* e *ter* (*de/que*)

Em orações simples[59], estes verbos exprimem uma atitude modal do falante relativamente ao conteúdo da proposição expressa pela frase, em particular nos domínios epistémico, deôntico (os exemplos neste capítulo com os verbos *poder* e *dever*

[59] Esta qualificação é necessária porque, em frases complexas com verbos subordinantes declarativos, a atitude veiculada é a do sujeito da oração principal, não a do falante: cf., por exemplo, *o Pedro disse que a Maria podia sair de casa*. Nesta frase, quem autoriza é o Pedro, não o falante; comparar com *a Maria pode sair de casa*, em que a autorização emana do falante (cf. Cap. 18 e também Faria 1974).

pertencem quase exclusivamente a estas duas áreas), interno ao participante e externo aos participantes (cf. Cap. 18).

No domínio epistémico, exprime-se o grau de certeza/incerteza manifestado pelo falante relativamente à verdade da proposição veiculada pelo enunciado que produz, como se ilustra em (69), com predicados que favorecem essa interpretação, em contextos apropriados:

(69) a. O céu está carregado. Amanhã *pode chover.* (= é possível que chova)
b. A professora hoje estava doente. Amanhã *deve faltar* à aula. (= é provável que falte à aula)
c. *Tens de estar cansado* depois de um turno de 24 horas. (= é muito provável que estejas cansado)

No domínio deôntico, exprime-se uma autorização (com *poder*) ou uma indicação de obrigatoriedade (com *dever* e *ter de*) dada pelo falante, dirigida ao sujeito da oração, como se ilustra em (70):

(70) a. As crianças agora *podem entrar* na sala. (= o falante autoriza)
b. O aluno *deve fazer* os trabalhos de casa. (= o falante impõe como obrigação)
c. *Tens de comer* a sopa em três minutos. (= o falante impõe como obrigação)

No domínio interno ao participante estão envolvidas noções associadas à capacidade ou à necessidade interna (física, fisiológica, psicológica ou cognitiva) da entidade ou entidades representadas pelo sujeito, como se ilustra a seguir:

(71) a. Depois de seguirem o meu curso, os meus alunos certamente *podem ler* o último artigo do Chomsky. [capacidade cognitiva]
b. As pessoas {*devem/têm de*} *beber* água todos os dias, senão ficam desidratadas. [necessidade fisiológica]

Finalmente, no domínio externo aos participantes, aquilo que impõe a necessidade ou a possibilidade de uma determinada situação são condições externas ao falante ou aos participantes do evento descrito; frequentemente, a condição externa é expressa por uma oração autónoma, adverbial ou independente, como se ilustra em (72)[60]:

(72) a. Para evitar a expansão da epidemia, as crianças *devem ser vacinadas*. (= é uma circunstância externa que torna a vacina necessária)
b. Para chegar à faculdade, *tens de apanhar* o metropolitano da linha amarela. (= é uma circunstância externa que impõe a escolha da linha amarela)
c. Dado o aumento de leitores, a biblioteca *podia ter* mais espaços de leitura. (= é uma circunstância externa que favorece essa possibilidade)

[60] A locução verbal *ser capaz* (*de*) possui um elevado número das propriedades que caracterizam os verbos auxiliares, podendo ser usada nos domínios epistémico (cf. *é capaz de haver bruxas nesta casa*) e interno ao participante (cf. *tu ainda és capaz de ler sem óculos*); cf. Cap. 18.

29.5.5 Verbos auxiliares e semiauxiliares aspetuais

Os verbos auxiliares e semiauxiliares aspetuais representam a repetição de um evento ou focalizam os diferentes momentos "internos" de uma situação – as suas diferentes **fases**, na terminologia semântica aspetual (cf. Cap. 17): o seu começo, o seu final, a sua parte intermédia, e também a mudança de uma situação para outra. Todos estes verbos regem na norma padrão do português europeu a preposição *a* ou a preposição *de*. Apresentam-se aqui apenas os aspetos mais gerais do significado de alguns destes verbos; para uma descrição detalhada, incluindo as restrições aspetuais que impõem sobre os predicados com que se combinam, cf. Cap. 17, e também o Cap. 30, relativamente aos verbos deste grupo que também funcionam como copulativos.

29.5.5.1 Verbos que marcam a fase intermédia de uma situação: *estar* (*a*) e *continuar* (*a*)

Começamos com os verbos que focalizam a parte intermédia de uma situação (*estar* (*a*) e *continuar* (*a*)), dando especial realce a *estar* (*a*), visto ser um dos verbos auxiliares mais frequentemente usados em português e adquirir um valor temporal próprio que, embora relacionado com a sua dimensão aspetual, lhe dá uma importância particular.

No presente do indicativo, este verbo indica uma situação em progresso, aspetualmente imperfectiva, não limitada temporalmente na sua parte final e localizada num intervalo temporal de extensão arbitrária, mas que tem de incluir o momento da enunciação:

(73) a. A Clara *está a falar* ao telefone (desde as duas horas).
b. O Pedro *está a passar* as férias no Algarve (desde o começo de junho).
c. A Maria *está a ler* o jornal (desde esta manhã).

Nestas frases, o limite inicial da situação pode ser expresso por um adjunto adverbial de localização temporal (as expressões entre parênteses)[61].

Com *estar* (*a*) no imperfeito do indicativo, as propriedades semânticas deste verbo são praticamente idênticas às que tem no presente do indicativo, com a diferença de que o momento de referência deixa de ser a enunciação e passa a ser um tempo passado usualmente expresso por um adjunto adverbial temporal: cf. {*há três minutos*/*quando a encontrei*}, *a Clara estava a falar ao telefone*. Neste caso, o intervalo temporal da situação descrita (falar ao telefone) tem de incluir o momento expresso pelo adjunto adverbial.

Quando o verbo auxiliar está no pretérito perfeito simples, o intervalo temporal é necessariamente fechado; logo, a duração total da situação pode ser expressa por um adjunto adverbial adequado; cf. *a Clara esteve a falar ao telefone durante duas horas* (o que é impossível com o presente ou o imperfeito do indicativo, que exigem intervalos abertos; cf. ***a Clara está/estava a falar ao telefone durante duas horas*)[62].

---

[61] Os falantes dividem-se quanto à aceitabilidade de frases como *a Rita está a dar aulas até às cinco da tarde*, em que se marca através de uma expressão adverbial (sublinhada) um limite final para a situação descrita. Para alguns falantes, *ficar* (cf. 29.5.5.4) seria a opção preferida nesse caso: cf. *a Rita fica a dar aulas até às cinco da tarde*.

[62] Se a frase tiver um valor aspetual iterativo (cf. *a Clara está a estudar inglês durante duas horas todos os dias*, em que o adjunto adverbial sublinhado marca o aspeto iterativo), o verbo auxiliar incide sobre a macrossituação que inclui o conjunto de repetições, e não sobre cada situação em si. Assim, nesta frase, *durante duas horas* fecha o intervalo de cada ação individual de estudar, ao passo que *está a* indica que a cadeia de repetições decorre no presente e se pode prolongar no futuro.

A importância especial que este verbo adquire em português manifesta-se no presente do indicativo. Nesse tempo da conjugação, a perífrase que inclui este verbo tem a particularidade de poder reduzir o intervalo temporal da situação descrita a um valor praticamente pontual, simultâneo com a enunciação; este facto permite que *estar* (*a*) tenha um valor temporal de presente semântico, exprimindo que a situação descrita coincide com o momento da enunciação. Nesta função, *estar* (*a*) substitui o tempo gramatical do presente do indicativo com verbos aspetualmente dinâmicos, que representam processos ou atividades, como se ilustra em (74)[63]:

(74) a. O Pedro *está a ler* o jornal.
b. A Luísa *está a fazer* ginástica.
c. *Estou a jantar*.

Comparem-se estes exemplos com os correspondentes sem a perífrase verbal, *o Pedro lê o jornal*, *a Luísa faz ginástica* e *janto*, que não são normalmente usados para exprimir o presente semântico (pelo menos coloquialmente), mas sim outros valores: assim, os dois primeiros têm uma leitura aspetual de habitualidade (cf. Cap. 15) e o último uma leitura de futuridade, podendo, p.e., ser usado como resposta a uma pergunta (cf. A – *Jantas em casa amanhã?* B – *Janto*).

Tal como *estar* (*a*), o verbo semiauxiliar *continuar* (*a*) focaliza a fase intermédia de uma situação, sem atender à sua parte inicial ou final:

(75) a. A Clara *continua a falar* ao telefone.
b. *Continua a chover*.

Este verbo coloca o foco na duração ou no prolongamento da situação descrita, introduzindo, por vezes, uma inferência pragmática por parte do falante de que esta já deveria ter terminado (sobretudo com um determinado tipo de entoação, que pode representar-se graficamente através de reticências ou ponto de exclamação). Este enfoque sobre o prolongamento da situação constitui plausivelmente a razão pela qual *continuar* (*a*), tão próximo semanticamente de *estar* (*a*), não pode, no entanto, ser usado com um valor pontual de presente semântico para indicar simultaneidade com o momento da enunciação: para exprimir aquilo que a Clara faz neste preciso momento, sem conotações adicionais, é adequado dizer *a Clara* (*agora*) *está a falar ao telefone* mas não #*a Clara* (*agora*) *continua a falar ao telefone*.

29.5.5.2 Verbo que marca o início de uma situação: *começar* (*a*)

O verbo semiauxiliar *começar* (*a*) marca o início de uma situação durativa (o **aspeto ingressivo**; cf. Cap. 17). Essa situação pode ser simples, ou seja, consistir num só evento, como em (76a-c), ou complexa, representando uma sucessão múltipla de eventos, tipicamente perspetivada como um padrão repetitivo (cf. (76d)):

[63] Com verbos que representam estados, o presente semântico é veiculado pelo presente do indicativo: cf. *o Manuel vive em Madrid*, *o Pedro gosta da Joaquina*, *o André sabe imenso de economia*. Neste caso, a aceitabilidade de *estar* (*a*) para representar o momento presente depende da "dinamicidade" do estado: p.e., é mais aceitável com *viver* (cf. *o Manuel está a viver em Madrid*), mas menos com *saber* (cf. ??*o André está a saber imenso de economia*).

(76) a. A Maria *começou a ler* Guerra e Paz.
b. A Joana *começou a passear* há três minutos.
c. *Começou a chover*.
d. Depois de sair da tropa, o Luís *começou a ter* pesadelos.

29.5.5.3 Verbos que marcam o termo de uma situação: *acabar* (*de*) e *deixar* (*de*)

Os verbos auxiliares *acabar* (*de*) e *deixar* (*de*) marcam a finalização de uma situação. Estes verbos regem a preposição *de*, que tem aqui um valor semântico de afastamento e separação, aplicados metaforicamente ao termo de uma situação: aquilo que segue uma situação terminada representa um afastamento dessa situação. Em particular, quando a oração é pessoal (i.e., tem um sujeito – cf. Cap. 28), marca-se a separação da entidade referida pelo sujeito relativamente à ação ou atividade na qual estava envolvida, como consequência da sua finalização (casos de (77a,b)):

(77) a. A Maria *acabou de ler* Guerra e Paz.
b. A Isabel *deixou de fumar*.
c. Finalmente, *deixou/acabou de chover*.

O verbo *acabar* (*de*) marca a finalização completa de uma situação, o que é particularmente evidente quando o predicado, aspetualmente, é um processo culminado (cf. Cap. 17), i.e., quando representa um processo durativo que tem uma finalização (como *ler Guerra e Paz*, em (77a)): neste caso, a atividade é interrompida porque foi completada; ou seja, de (77a) infere-se que a Maria leu *Guerra e Paz* até à última página, e não que parou momentaneamente a leitura do livro sem o ter terminado.

Este verbo apresenta também a particularidade de poder, em determinados casos, receber uma leitura temporal, que se sobrepõe à leitura aspetual, e na qual localiza o evento descrito pelo predicado num momento imediatamente anterior à enunciação, uma leitura que é muitas vezes reforçada pelo uso de expressões adverbiais de localização temporal como *mesmo agora* ou *há um instante* (cf. (78a,b)) ou pela possibilidade de usar o presente do indicativo (cf. (78e)):

(78) a. A Maria *acabou de ler* Guerra e Paz mesmo agora.
b. Ela *acabou de nadar* há um instante.
c. O Pedro *acabou de sair*.
d. *Acabei de ligar* a televisão.
e. O barco *acaba de explodir*.

Em particular, quando o predicado é de natureza pontual, como em (78c-e), o verbo auxiliar *acabar* (*de*) tem necessariamente essa leitura temporal, mesmo sem o apoio de adjuntos adverbiais[64]. A obrigatoriedade dessa interpretação pode ser verificada pela incompatibilidade desses exemplos com adjuntos adverbiais de localização temporal que não representem momentos imediatamente anteriores à enunciação: cf. o absurdo de #*o Pedro acabou de sair ontem à noite* ou de #*acabei de ligar a televisão*

[64] Isto deve-se ao facto de os predicados pontuais denotarem situações sem uma duração interna (cf. Cap. 17); logo, não têm propriamente uma fronteira terminal, distinta de uma fronteira inicial, que possa ser realçada pelo uso aspetual de *acabar* (*de*) ou *deixar* (*de*).

há três anos (comparar com *a Maria acabou de ler Guerra e Paz há dez anos*, com um predicado durativo e em que o verbo auxiliar tem apenas um valor aspetual).

O verbo *deixar* (*de*) usa-se para assinalar o fim de uma situação, incluindo aquelas que representam padrões repetitivos de eventos, como se ilustra em (79):

(79) a. O Pedro *deixou de ter* dores de barriga fortíssimas.
b. A Luísa *deixou de viver* em Madrid.
c. Nesta terra, *deixou de chover* desde o século passado.
d. Depois de sair da tropa, o Luís *deixou de ter* pesadelos.

[20] O verbo *parar* (*de*) é por vezes considerado auxiliar. De facto, tem uma forte componente aspetual, marcando que a situação descrita pelo predicado é interrompida (cf. Cap. 17). No entanto, contrariamente a *acabar* (*de*) ou *deixar* (*de*), a situação não é necessariamente terminada. Assim, p.e., em *a Maria parou de ler Guerra e Paz* (em que o predicado *ler Guerra e Paz* é aspetualmente um processo culminado), infere-se que não houve finalização, i.e., que a atividade não foi completada e que, para além disso, a interrupção pode ser momentânea. Com determinados predicados que representam eventos pontuais (como *espirrar*), este verbo exprime a interrupção (também não necessariamente final) de uma repetição: cf. *a Maria parou de espirrar*. Quando o predicado denota uma atividade (ou seja, um processo simples sem finalidade, como *nadar*, *passear* ou *correr*), a diferença entre *acabar* (*de*) e *parar* (*de*) atenua-se, já que não existe uma meta a atingir. Para alguns falantes, no entanto, o uso de *acabar* (*de*) implica que se cumpriu um limite de tempo "pré-programado", ao passo que o uso de *parar* (*de*) deixa em aberto a possibilidade de a interrupção ter sido momentânea (cf. a diferença entre *ela acabou de nadar* e *ela parou de nadar*). Com estes predicados, *parar* (*de*) pode também exprimir a cessação de um hábito, tal como *deixar* (*de*). Assim, a frase *ela parou de nadar* pode também ser interpretada como significando que a pessoa em causa nadava habitualmente, mas já não o faz.

Contrariamente aos restantes verbos auxiliares aspetuais que regem a preposição *de*, *parar* (*de*) é menos aceitável (para alguns falantes) em frases passivas: veja-se, p.e., a estranheza de *#as plantas pararam de ser regadas pelo jardineiro às 3 da tarde* (vs. *o jardineiro parou de regar as plantas às 3 da tarde*). Esta restrição não afeta os verbos *acabar* (*de*) ou *deixar* (*de*): cf. *as plantas acabaram/deixaram de ser regadas pelo jardineiro às 3 da tarde*. De qualquer modo, este verbo tem usos que o tornam extremamente próximo de um verbo auxiliar, e que possivelmente justificariam a sua inclusão nesta classe.

29.5.5.4 Verbos que marcam uma mudança de situação: *ficar* (*a*) e *passar* (*a*)

Embora de forma diferente, os verbos *passar* (a) e *ficar* (*a*) descrevem a continuidade de uma situação, perspetivando-a como o resultado de uma mudança ou contrastando-a implicitamente com outra situação que poderia ter ocorrido mas não ocorreu (uma leitura que se manifesta apenas com *ficar* (*a*)).

O verbo *passar* (*a*) assinala o aparecimento de uma nova situação que corresponde a um estado estável ou habitual que caracteriza a entidade referida pelo sujeito (cf. Cap. 17.6.2.2):

(80) a. O Pedro *passou a ter* dores de barriga fortíssimas.
b. A Luísa *passou a viver* em Madrid.
c. Nesta terra, *passou a chover* desde que arborizaram a região.
d. Depois de sair da tropa, o Luís *passou a ter* pesadelos.

Esse novo estado é perspetivado como resultado de uma mudança a partir de um outro estado, que não é diretamente expresso mas que se pode inferir como sendo o contrário do estado descrito.

O verbo *ficar* (*a*) tem um leque mais amplo de usos. Tal como *passar* (*a*), *ficar* (*a*) pode assinalar uma nova situação de natureza estável (mas não necessariamente habitual) perspetivada como resultado de uma mudança. Esta leitura é particularmente saliente em frases passivas como (81e,f). Para alguns falantes, este uso de *ficar* (*a*) é mais natural quando se fornece o enquadramento causal da mudança ou quando se representa explicitamente o seu momento:

(81) a. Depois de tomar o remédio, o Pedro *ficou a ter* dores de barriga fortíssimas.
b. A Luísa gostou tanto de Madrid que *ficou a viver* lá.
c. Naquele momento, a Amália *ficou a pensar* que eu era burro.
d. O João *ficou a dirigir* o negócio do pai.
e. Depois da saída de Carlos Queiroz, a Seleção *ficou a ser dirigida* por Paulo Bento.
f. A empresa *ficou a ser explorada* por uma entidade privada.

Tal como *estar* (*a*), *ficar* (*a*) representa uma situação num enquadramento temporal durativo, inferindo-se do seu uso que o novo estado se mantém durante algum tempo. Com predicados que representam eventos (em vez de estados estáveis, como em (81)), a componente aspetual durativa de *ficar* pode tornar-se mais saliente (especialmente se for realçada com advérbios de duração temporal ou que marcam um limite temporal), o que por vezes coloca em segundo plano a componente semântica de mudança:

(82) a. O João *ficou a ler* o livro (durante toda a noite).
b. O Pedro *ficou a trabalhar* (até ao raiar da alvorada).

Por vezes, do uso de *ficar* (*a*) com verbos eventivos, infere-se que o indivíduo referido pelo sujeito poderia ter passado a ocupar outro lugar que não aquele onde se localiza a situação descrita, mas que tal não aconteceu, porque não quis ou devido a outras circunstâncias. Esse lugar alternativo pode ser explicitamente mencionado numa continuação da oração:

(83) a. O Rui *ficou a trabalhar* (, não veio ao cinema connosco).
b. A Maria *ficou a tomar* conta dos meus netos (, por isso não acompanhou o André a Paris).

Nestes casos, o auxiliar *ficar* (*a*) tem um sentido locativo implícito que o aproxima do uso locativo do seu homólogo copulativo (cf. 30.2.5.2.2).

29.5.5.5 Verbos que marcam repetição: *andar* (*a*), *voltar* (*a*) e *tornar* (*a*)

Os verbos semiauxiliares aspetuais *voltar* (*a*) e *tornar* (*a*) assinalam que um determinado tipo de evento se repete, mas sem qualquer implicação de iteração múltipla[65], como se ilustra em (84):

[65] Uma leitura de iteração múltipla é possível, no entanto, desde que seja expressa por um adjunto adverbial adequado: cf., por exemplo, *voltei a ler os poemas de Eugénio de Andrade vezes sem conta*. Na ausência desse tipo de apoio, a interpretação mais natural é a de uma repetição única.

(84) a. A Maria *voltou a ler* Guerra e Paz.
b. Depois de descansar, a Joana *tornou a correr*.
c. *Voltou a chover*.

Estes verbos também podem significar o recomeço de uma atividade repetida que foi cessada por algum motivo: cf. *depois de recuperar do pé partido, o Eduardo voltou/tornou a correr* ou *depois de sair da tropa, o Luís tornou a ter pesadelos*. Nestes casos, focaliza-se o recomeço do macroevento (ou seja, do padrão de repetições), e não propriamente a repetição de cada microevento de correr ou de ter um pesadelo.

O verbo semiauxiliar *andar* (*a*) insere-se neste grupo, mas tem uma leitura mais complexa. Por um lado, este verbo partilha com *continuar* (*a*) e *estar* (*a*) (cf. 29.5.5.1) a propriedade de marcar a fase intermédia de uma situação em progresso. Por outro lado, partilha com o pretérito perfeito composto do indicativo (cf. 29.5.1.1) uma leitura iterativa, na qual representa uma macrossituação complexa consistindo numa repetição múltipla de eventos (contrariamente a *voltar* (*a*) e *tornar* (*a*), que representam normalmente uma única repetição). Comparem-se, nesse sentido, os exemplos de (85) com os de (58), com *ter* + pp, aqui retomados em (86):

(85) a. O João *anda a visitar* a avó frequentemente.
b. O Pedro *anda a ler* livros de ficção científica.
c. A Clara *anda a fazer* os trabalhos de casa (com uma grande regularidade).
d. O Luís Filipe *anda a passear* no parque (desde que comprou um fato de treino).
e. O Cristiano Ronaldo *anda a marcar* muitos golos (nesta época).

(86) a. O João *tem visitado* a avó frequentemente.
b. O Pedro *tem lido* livros de ficção científica.
c. A Clara *tem feito* os trabalhos de casa (com uma grande regularidade).
d. O Luís Filipe *tem passeado* no parque (desde que comprou um fato de treino).
e. O Cristiano Ronaldo *tem marcado* muitos golos (nesta época).

O verbo *andar* (*a*) realça o facto de a repetição estar em curso, ou seja, coloca a tónica no seu prolongamento[66]. Por outras palavras, este verbo semiauxiliar partilha com *continuar* (*a*) e *estar* (*a*) o facto de realçar a parte intermédia de uma situação, mas, enquanto que, com estes dois últimos verbos, essa situação constitui um evento único, com *andar* (*a*) trata-se de uma macrossituação consistindo numa sucessão iterada de eventos.

Quando *andar* (*a*) se combina com predicados que denotam processos culminados (cf. Cap. 17), não representa necessariamente uma iteração de eventos, mas sim que a fase intermédia do evento representado pelo predicado apresenta uma continuidade intermitente, porventura em virtude de ser várias vezes interrompida antes de se chegar ao estádio final da culminação: comparar (ainda que a diferença possa ser subtil) *o Eduardo está a ler um livro de banda desenhada* (a fase intermédia do evento é perspetivada de modo contínuo) com *o Eduardo anda a ler um livro de banda desenhada* (a fase intermédia é dividida em subeventos distintos, que se repetem com intervalos pelo meio).

[66] Esta leitura está plausivelmente relacionada com o significado pleno do verbo, que denota uma ação em progresso (os passos repetidos que se dão).

29.5.5.6 *Chegar* (*a*)

O verbo *chegar* (*a*) incide sobre a realização de uma situação como um todo global. Este verbo é mais complexo semanticamente do que os anteriores, porque combina a dimensão aspetual com um valor temporal e com um valor modal.

No pretérito perfeito, este verbo usa-se para confirmar a ocorrência de uma situação antecipada pelo falante, mas relativamente à qual este poderia não ter muitas expectativas de que sucedesse efetivamente, talvez por pensar que pudesse haver obstáculos potenciais à sua realização. Este uso tem uma interpretação próxima da do advérbio confirmativo *sempre*, quando este ocorre em posição pré-verbal, sendo as duas expressões usadas, por vezes, em conjunto:

(87) a. A Maria (sempre) *chegou a ler* Guerra e Paz (com algum esforço, mas lá conseguiu).
b. Ele (sempre) *chegou a ver* o Rui (não sabia se o ia encontrar, mas encontrou).
c. Elas (sempre) *chegaram a arranjar* bilhetes para o concerto do Lou Reed (foi difícil, mas conseguiram).

Este verbo pode ter outro valor, no qual está em causa, não a expectativa do falante, mas sim uma atitude de crítica face a uma dada situação: cf. *esses rapazes até chegaram a maltratar o vagabundo, depois de o roubarem*, e *ela chegou mesmo a insultar o irmão*. Nesta interpretação, ocorrem frequentemente no sintagma verbal os advérbios focalizadores *até* e *mesmo*, tomando o predicado como foco (cf. Cap. 33.10).

No presente ou no pretérito imperfeito, *chegar* (*a*) exprime que uma dada atividade ou processo é considerada pelo falante como "extrema": cf. *o Pedro chega a fumar três maços de tabaco por dia* e *de tão tímido que era, o Zé chegava a declarar-se às miúdas pela Internet*.

29.5.5.7 Dualidade sintática e semântica das perífrases verbais com a preposição *a*

Existe uma importante distinção gramatical entre as perífrases verbais em que a preposição *a* é regida por um verbo auxiliar ou semiauxiliar. Quando este verbo é *estar*, *ficar*, *continuar* e *andar*, as perífrases têm uma versão alternativa na qual estes verbos selecionam o gerúndio e a preposição *a* não ocorre, sendo esta a versão preferida no português brasileiro e nalguns dialetos do sul de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira (cf. (88)):

(88) a. A Clara *está falando* pelo telefone.
b. A Seleção *ficou sendo* dirigida pelo Paulo Bento.
c. *Continua chovendo*.
d. O Cristiano Ronaldo *anda marcando* muitos golos nesta temporada.

Em contrapartida, quando o verbo é *começar*, *passar*, *chegar*, *voltar* e *tornar*, as perífrases verbais não permitem essa opção, inclusive nos dialetos que admitem (88)[67]:

[67] Se o primeiro verbo dos exemplos de (89) for usado como verbo pleno, pode ocorrer com uma oração adverbial gerundiva: cf. *a Maria começou as aulas lendo Guerra e Paz*, *o Pedro passou por Lisboa tendo dores de barriga fortíssimas*, *elas chegaram a Lisboa vendo um vídeo do Lou Reed*, *voltou à Pátria trazendo todas as suas mágoas*, *tornámos a Sorrento ouvindo a famosa canção*. Obviamente, não é esta a construção em discussão no texto.

(89) a. *A Maria *começou lendo* Guerra e Paz.
b. *O Pedro *passou tendo* dores de barriga fortíssimas.
c. *Elas *chegaram arranjando* bilhetes para o concerto do Lou Reed.
d. **Voltou chovendo*.
e. *Depois de sair da tropa, o Luís *tornou tendo* pesadelos.

Estes factos sugerem que a preposição *a*, quando é usada com verbos auxiliares ou semiauxiliares, tem dois valores aspetuais distintos.

Com *andar*, *continuar*, *estar* e *ficar*, a preposição tem um valor temporal durativo, em que se representa uma situação em progresso, na perspetiva da sua duração e do seu desenrolar[68]. A este uso da preposição, chamamos ***a* durativo**. Com este valor, *a* é equivalente semanticamente ao gerúndio. À sequência formada por *a* durativo e pelo sintagma verbal seguinte com o verbo no infinitivo (cf. *a Clara está a falar ao telefone*), chamamos **construção do infinitivo preposicionado** (cf. Caps. 30.1.2, 32.8.2.3 e 37.5.5).

Com *chegar*, *tornar*, *voltar*, *começar* e *passar*, a preposição tem um valor temporal pontual, introduzindo a ideia de um limite inicial e, no caso de *chegar*, também de um limite final, na perspetiva do falante – com este verbo, de facto, o falante expressa a ideia de que, em condições normais, esperaria que a situação tivesse ocorrido antes, mas que houve obstáculos para a sua realização, e foi necessário um "percurso", talvez sinuoso, no fim do qual a situação ocorre – daí o uso do verbo *chegar*. Neste uso pontual, a preposição *a* tem um valor contrário ao da preposição *de*, marcando começo, aproximação e junção (repare-se que um começo é sempre uma aproximação a qualquer coisa, o contrário de um afastamento). A este uso da preposição, chamamos ***a* télico**[69].

A preposição *a* télica é também aquela que é usada para introduzir complementos indiretos (cf. *ofereci um relógio ao Manuel*), complementos de lugar direcionais (cf. *levei o Manuel a Paris*) e complementos oblíquos de verbos diretivos como *convencer*, *obrigar* e *incitar* (cf. *obriguei o Manuel a fazer as pazes com a irmã*)[70]. Em todos estes casos, exprime-se uma meta final: com o complemento indireto, um destinatário; com o complemento direcional, um lugar de chegada; e com o complemento oblíquo dos verbos diretivos, a situação que resulta do ato diretivo causal, envolvendo a entidade referida pelo complemento direto. Curiosamente, estes três subvalores de *a* télico encontram-se em usos polissémicos distintos do verbo *levar*, realçando a identidade semântica subjacente da preposição: cf. *levei um relógio ao Manuel* (complemento indireto), *levei o Manuel a Paris* (complemento direcional) e *levei o Manuel a fazer as pazes com a irmã* (complemento de verbo diretivo).

---

[68] Recorde-se que *ficar* (*a*) partilha essa propriedade com *estar* (*a*), para além de marcar uma mudança de situação ou de estado (cf. 29.5.5.4).

[69] O uso do termo "télico" para representar o valor em discussão da preposição *a* amplia o uso comum que o termo tem na literatura sobre o aspeto, em que designa apenas a parte final de uma situação dinâmica. Aqui, pretendemos sobretudo captar a ideia de "limite", que pode ser tanto final como inicial (ver a discussão a seguir).

[70] Neste caso, veja-se que o gerúndio não pode ser usado: cf. a impossibilidade de **obriguei o Manuel fazendo as pazes com a irmã*.

29.5.6 Os verbos auxiliares *ir* + gerúndio e *vir* + gerúndio

Estes verbos auxiliares exprimem tipicamente uma situação durativa que se desenrola gradualmente, possivelmente em etapas discretas, mas próximas umas das outras, dando uma ilusão de continuidade:

(90) a. O estudante *ia escrevendo* a tese à medida que as suas aulas lho permitiam.
b. O Eduardo *vem colecionando* livros de banda desenhada desde há muito tempo.

No pretérito imperfeito, *ir* + gerúndio pode igualmente servir para indicar que uma situação que estava prestes a ocorrer afinal não ocorreu, como se ilustra em (91):

(91) a. A Joana *ia caindo*, mas segurou-se.
b. Portugal *ia ficando* fora do Mundial, mas lá se safou.
c. *Ia havendo* uma tragédia.

[21] A sequência *vir* + $\text{Vpleno}_{\text{infinitivo}}$ não se qualifica como perífrase verbal; assim, p.e., a sinonímia entre frase ativa e frase passiva não é preservada, como mostram os exemplos seguintes, que não são sinónimos:

(i) a. O polícia *veio interrogar* o preso.
b. O preso *veio ser interrogado* pelo polícia.

Neste uso, *vir* é um verbo pleno que impõe restrições de seleção sobre o sujeito: este tem de representar uma entidade capaz de locomoção. Por isso, a frase passiva (iib) é semanticamente anómala relativamente à versão ativa (iia): em (iib), o sujeito *o jornal* não satisfaz as restrições de seleção relevantes:

(ii) a. O miúdo *veio comprar* o jornal.
b. #O jornal *veio ser comprado* pelo miúdo.

Por estes motivos, e mau grado ser por vezes classificado como tal (cf. Cunha e Cintra 1984:395), consideramos que *vir* seguido de verbo pleno no infinitivo não é um verbo auxiliar, mas sim um verbo pleno de movimento, tomando uma oração infinitiva como complemento. Semanticamente, este verbo tem também um valor de finalidade (cf. *o miúdo veio para comprar o jornal*, exemplo com uma interpretação muito próxima da de (iia)).

29.6 Sequências de verbos auxiliares e semiauxiliares

Nesta secção, apresentam-se alguns princípios que regem a ordenação dos verbos auxiliares e semiauxiliares mais usados do português, bem como algumas restrições sobre as suas possíveis combinações. Para simplificar a exposição, voltamos a usar apenas o termo "verbo auxiliar" para cobrir quer os verbos auxiliares quer os verbos semiauxiliares. As restrições sobre a ordenação que se propõem a seguir são identificadas por letras maiúsculas, e as generalizações sobre essas restrições por algarismos romanos também em maiúscula[71].

[71] Nesta secção, assinalam-se diversas interpretações dos verbos auxiliares modais que se descrevem pormenorizadamente no Cap. 18.

29.6.1 Ordenação dos verbos auxiliares em perífrases verbais complexas

(A) O verbo auxiliar passivo *ser* + pp é sempre o último numa perífrase verbal complexa, qualquer que seja a natureza semântica ou sintática dos restantes auxiliares:

(92) a. Esse deputado *tem sido* eleito repetidamente. [perfeito + passivo]
b. Esse deputado *vai ser* eleito. [temporal + passivo]
c. Esse deputado *pode ser* eleito. [modal + passivo]
d. Esse deputado *voltou a ser* eleito. [aspetual com *a* + passivo]
e. De tanta asneira que fez nas últimas sessões legislativas, esse deputado *deixou de ser* eleito pelo seu círculo. [aspetual com *de* + passivo]
f. Esse deputado *vai ter de voltar a poder ser* eleito. [temporal + modal + aspetual + modal + passivo]

(B) O verbo auxiliar perfeito *ter* + pp pode ser precedido por um verbo auxiliar modal, nas interpretações epistémica e de possibilidade/necessidade impostas por condições externas (cf. (93)), mas não pode ser precedido por qualquer outro verbo auxiliar (cf. (94)):

(93) a. O Carlos *pode ter* comprado esse livro.
b. O Carlos *deve/devia ter* entrado sem autorização.

(94) a. *A bomba *vai ter* explodido.
b. **Vai ter* chovido muito.
c. *A Isabel *continua/está a ter* gostado de matemática.
d. *A Isabel *deixou de ter* visitado a avó.

O verbo auxiliar *haver* (*de*) pode preceder o auxiliar perfeito: cf. *a Maria havia de ter falado com o professor*; *a terra está toda molhada: há de ter chovido ontem*. Repare-se, no entanto, que, nestes casos, *haver* (*de*) perde o seu sentido temporal de futuridade, preservando apenas uma componente modal de necessidade externa. Estes exemplos estão, pois, em conformidade com o princípio (B) sobre o auxiliar perfeito.

(C) O verbo auxiliar perfeito *ter* + pp não pode ser seguido por um verbo auxiliar com valor temporal:

(95) a. *As folhas das árvores *têm ido* cair.
b. **Tem havido de* chover muito.[72]

A impossibilidade de (94a,b) e de (95) deve-se ao conflito entre o valor temporal de passado do infinitivo composto e o valor temporal de futuro dos verbos auxiliares temporais.

[72] Neste contexto, *haver* (*de*) não possui igualmente significado modal. Existem exemplos em que a generalização (C) parece não ser satisfeita: cf. *o Carlos tem ido comprar livros de banda desenhada*; *quando o Luís telefonou, a Maria tinha ido fazer compras*. No entanto, trata-se aqui do verbo *ir* pleno, com sentido de movimento (cf. 29.5.2, Caixa [19]), como se vê pelo facto de admitir um complemento de lugar direcional introduzido pela preposição *a*: cf. *o Carlos tem ido comprar livros de banda desenhada a Paris*; *quando o Luís telefonou, a Maria tinha ido fazer compras à praça*.

(D) O verbo auxiliar perfeito *ter* + pp pode ser seguido por qualquer outro verbo auxiliar (com a ressalva descrita em (C)), mas um auxiliar modal nessa posição não pode ter uma interpretação epistémica:

(96) a. O Manuel *tem podido* sair mais cedo do trabalho.
b. O Manuel *tem tido de* entrar mais cedo no trabalho.
c. O Zé *tem continuado a* ver a Maria.
d. Quando eu o vi, o António já *tinha acabado de* jantar.
e. Esse deputado *tem sido* eleito repetidamente.

Em (96a), *poder* tem um sentido de possibilidade condicionada por fatores externos, mas não indica crença num grau de probabilidade.

O modal *dever* é inaceitável para muitos falantes neste contexto, sendo-lhe preferido o deôntico de obrigação *ter* (*de*): comparar (96b) com ??*o Manuel tem devido entrar mais cedo no trabalho*.

(E) Um verbo auxiliar modal pode preceder um verbo auxiliar aspetual; se o verbo modal for o primeiro da sequência na perífrase verbal, qualquer interpretação do modal é possível (incluindo a epistémica e a deôntica (cf. (97a,b), exemplos ambíguos entre as duas leituras)); caso contrário, a interpretação epistémica não é possível (cf. (97c)):

(97) a. A Maria *pode/deve voltar a* fazer ginástica.
b. O Júlio *deve/pode deixar de* trabalhar para o ano que vem.
c. A Maria *tem de poder voltar a* fazer ginástica.

[22] Contudo, quando os verbos modais *poder* e *dever* em posição inicial precedem o verbo auxiliar aspetual *estar* (*a*), não têm uma leitura deôntica: as duas frases expressas no exemplo *a Clara pode/deve estar a fazer os trabalhos de casa* não são usadas para exprimir uma ordem ou uma autorização do falante dirigida ao sujeito da frase; neste caso, *poder* e *dever* admitem apenas uma leitura epistémica e de modalidade externa, imposta por condições exteriores (cf., respetivamente, (ia) e (ib)):

(i) a. Devido à crise económica, as pessoas *devem estar a* viver pior.
b. Agora que as crianças se deitaram, a Amália já *pode estar a* trabalhar mais tranquilamente.

(F) Os verbos auxiliares modais podem seguir os verbos auxiliares aspetuais; nesse caso, têm uma interpretação de capacidade interna (cf. (98a,b)) ou de possibilidade/necessidade externa (cf. (98c,d)), mas não têm uma interpretação epistémica: nenhum dos exemplos de (98) pode exprimir crença do falante num grau de probabilidade (comparar com (97)):

(98) a. A Maria *voltou a poder* fazer ginástica.
b. O Júlio *deixou de poder* trabalhar.
c. Agora que a situação melhorou, as pessoas *estão a poder* comprar mais coisas.
d. A biblioteca *está/continua a ter de* comprar mais livros este ano.

Neste contexto, *dever* é pouco natural, preferindo-se-lhe o verbo semiauxiliar modal *ter* (*de*): comparar (98d) com ??*a biblioteca continua a dever comprar mais livros este ano*.

(G) Dois verbos auxiliares modais podem coocorrer na mesma perífrase verbal, mas com restrições sobre a sua interpretação semelhantes às que existem relativamente à ocorrência de um auxiliar aspetual e de um auxiliar modal (cf. (F)): o primeiro tem mais possibilidades interpretativas do que o segundo[73]; em particular, o segundo não pode ter uma leitura epistémica[74]:

(99) a. A Maria *tem de poder* sair mais cedo.
b. A Maria *deve poder* sair mais cedo.
c. A Maria *pode ter de* sair mais cedo.
d. Agora que a situação melhorou, as pessoas *devem poder* comprar mais coisas.

Em nenhuma destas frases pode o modal *poder* na segunda posição da sequência ter uma interpretação em que se exprima a crença do falante numa determinada probabilidade.

Neste contexto, de novo, *dever* é pouco natural, preferindo-se-lhe o verbo semiauxiliar modal *ter* (*de*): comparar (99c) com ??*a Maria pode dever sair mais cedo*.

(H) Um verbo modal não pode preceder um verbo auxiliar temporal:

(100) a. *Quando forem aumentadas, as pessoas *podem haver de* melhorar o seu nível de vida.
b. *A Isabel *tem de ir* gostar de matemática.

(I) Um verbo auxiliar modal pode seguir um verbo auxiliar temporal com uma leitura de possibilidade/necessidade externa, mas não com uma interpretação epistémica: assim, em (101a), o verbo modal *poder* não exprime crença num grau de probabilidade:

(101) a. Quando forem aumentadas, as pessoas *hão de poder* melhorar o seu nível de vida.[75]
b. A Isabel *vai ter de* gostar de matemática.

[73] Há, todavia, restrições: pondo de lado a interpretação epistémica (possível em todos os casos), a primeira ocorrência de *dever* pode receber uma interpretação deôntica (cf. (99b)), mas a primeira ocorrência de *poder* não pode (cf. (99c)), tendo apenas uma interpretação externa aos participantes. Como ajuda pragmática à interpretação de (99b) com uma leitura deôntica de *dever*, o leitor poderá imaginar uma situação em que o falante impõe que a Maria consiga que lhe deem autorização para sair mais cedo.

[74] A repetição de dois verbos auxiliares modais idênticos na mesma perífrase verbal não é aceite pela maioria dos falantes, por motivos estilísticos e devido à dificuldade de processamento semântico das respetivas leituras: cf. ??*a Maria pode poder sair mais cedo*; no entanto, o leitor poderá verificar que numa interpretação possível desta frase o primeiro modal tem valor epistémico e o segundo exprime possibilidade compatível com condições externas.

[75] Repare-se que esta frase tem, globalmente, um valor epistémico (de certeza elevada), embora esse valor não venha de *poder*, mas sim do valor de futuridade do auxiliar *haver* (*de*), que neste caso representa uma crença alta da parte do falante de que a situação descrita se realizará. Para além disso, como se discute no Cap. 18, a leitura de possibilidade externa de *poder* está sempre próxima da leitura epistémica (se as circunstâncias tornam algo possível, isso remete para o campo da possibilidade).

Também neste contexto *dever* é pouco natural, preferindo-se-lhe o verbo semiauxiliar modal *ter* (*de*): comparar (101b) com ??*a Ana vai dever gostar de matemática*.

(J) Um verbo auxiliar temporal pode preceder verbos auxiliares aspetuais:

(102) a. A Isabel *vai* {*começar/continuar/voltar*} *a* gostar de matemática.
b. O Pedro *vai estar a* estudar toda a tarde.
c. *Há de acabar de* chover.

(K) Um verbo aspetual não pode preceder um verbo auxiliar temporal:

(103) a. *A Isabel {*começou/continuou/está/voltou*} *a ir* gostar de matemática.
b. **Acabou de haver de* chover.

29.6.2 Generalizações sobre a ordem dos verbos auxiliares

A partir das restrições descritas na subsecção anterior, podem tirar-se algumas conclusões de natureza mais geral sobre a ordenação e interpretação dos verbos auxiliares nas perífrases verbais.

(I) Os verbos auxiliares temporais não coocorrem com o auxiliar perfeito *ter* + pp (a partir de (B) e (C)).

(II) Os verbos auxiliares temporais ocorrem sempre na primeira posição de uma perífrase verbal (a partir de (C), (H) e (K)).

(III) A interpretação epistémica de um verbo modal só é possível se este estiver na primeira posição de uma perífrase verbal (a partir de (B), (D), (E), (F), (G) e (I)).

(IV) Os verbos auxiliares modais podem ocorrer na posição inicial de uma perífrase verbal (cf. (B), (E) e (G)); podem também ocorrer depois de um auxiliar perfeito (cf. (D)), depois de um auxiliar aspetual (cf. (F)), depois de outro auxiliar modal (cf. (G)) e depois de um auxiliar temporal (cf. (I)). No entanto, apenas o modal na posição inicial da perífrase (com sublinhado, a seguir) pode ter uma interpretação epistémica. São, assim, possíveis as seguintes construções[76]:

(i) modal + perfeito + modal + aspetual (cf. (104a))
(ii) modal + perfeito + aspetual + modal (cf. (104b))
(iii) temporal + aspetual + modal (cf. (104c))
(iv) modal + modal + perfeito + aspetual (cf. (104d))
(v) temporal + modal + aspetual (cf. (104e))

(104) a. A Maria *deve ter podido continuar a* fazer ginástica.
b. A Maria *deve ter continuado a poder* fazer ginástica.
c. A Maria *vai continuar a poder* fazer ginástica.
d. A Maria *devia poder ter continuado a* fazer ginástica.
e. A Maria *vai poder continuar a* fazer ginástica.

[76] Devido à generalização (II), em (iii) e (v) a posição inicial não está disponível para um verbo auxiliar modal.

Dada a mútua incompatibilidade entre o auxiliar perfeito e os auxiliares temporais, apresentam-se dois esquemas gerais de ordenação dos verbos auxiliares, o primeiro tendo como âncora o auxiliar perfeito e o segundo tendo como âncora os auxiliares temporais. Nestes esquemas, "$modal_1$" representa a única posição onde os verbos modais podem ter interpretação epistémica (a posição inicial da perífrase) e "$modal_2$" representa o conjunto de posições não iniciais nas quais *não* se verifica a interpretação epistémica[77]:

- Esquema A:

$modal_1$ + (**$modal_2$**) + **perfeito** + (**$modal_2$**) + **aspetual** + (**$modal_2$**) + p**assivo**

- Esquema B:

temporal + (**$modal_2$**) + **aspetual** + (**$modal_2$**) + **passivo**

As duas frases seguintes ilustram, para cada esquema, o número máximo de possibilidades combinatórias com apenas uma das posições "$modal_2$" preenchida (ver Nota 77; são possíveis outras combinações com a mesma cardinalidade de posições, dependendo da posição do segundo verbo modal):

(105) a. As casas *devem ter podido continuar a ser* vendidas.
b. As casas *vão continuar a poder ser* vendidas.

Para finalizar, é ainda possível estabelecer a seguinte generalização:

(V) Na posição "$modal_2$", *dever* é pouco natural, preferindo-se-lhe o verbo semiauxiliar modal *ter* (*de*) (a partir de (D), (F), (G) e (I)).

[77] Não é inteiramente claro que exista um princípio gramatical que impeça o preenchimento de mais de uma posição "$modal_2$" na mesma frase. Plausivelmente, são restrições de ordem semântica, pragmática ou de processamento que tornam tais enunciados pouco aceitáveis.: cf. ??*a Maria devia poder ter tido de continuar a fazer ginástica*, ??*a Maria deve ter podido continuar a ter de fazer ginástica*, ??*a Maria deve poder ter continuado a poder fazer ginástica*, ??*a Maria vai poder continuar a ter de fazer ginástica*.

30 ORAÇÕES COPULATIVAS E PREDICAÇÕES SECUNDÁRIAS 1285
30.1 Tipologia das predicações 1289
30.1.1 Predicações de base verbal, adjetival e nominal 1289
30.1.2 Predicações oracionais e predicações secundárias 1292
30.1.3 Predicações secundárias selecionadas e adjuntas 1295
30.1.4 Contextos de ocorrência das predicações de base adjetival e nominal 1296
30.2 Orações copulativas e verbos de cópula 1297
30.2.1 Dimensão semântica dos verbos copulativos 1297
30.2.2 Semelhanças entre os verbos copulativos e os verbos auxiliares 1298
30.2.3 Critérios para a identificação de um verbo copulativo 1301
30.2.3.1 "Transparência" semântica dos verbos copulativos 1301
30.2.3.2 Combinação dos verbos copulativos com adjetivos 1303
30.2.4 Usos e valores dos verbos copulativos 1304
30.2.4.1 *Ser* e *estar* 1304
30.2.4.1.1 *Ser* 1305
30.2.4.1.2 *Estar* 1309
30.2.4.1.3 Contextos em que se usa *ser* e *estar* 1310
30.2.4.2 *Continuar* e *andar* 1312
30.2.4.3 *Parecer* e *revelar*-se 1313
30.2.4.3.1 *Parecer* 1313
30.2.4.3.2 *Revelar-se* 1314
30.2.4.4 *Ficar* 1315
30.2.4.5 *Tornar-se* 1317
30.2.4.6 Orações copulativas caracterizadoras e orações copulativas identificadoras 1318
30.2.5 Relações entre verbos copulativos e verbos plenos correspondentes 1326
30.2.5.1 *Ser* 1327
30.2.5.2 *Estar* e *ficar* 1330
30.2.5.2.1 *Estar* e *ficar* locativos: verbos plenos ou verbos copulativos? 1331
30.2.5.2.2 Diferenças entre o uso locativo de *estar* e *ficar* 1332
30.2.5.3 Restrições de seleção impostas pelos verbos de cópula no seu uso locativo 1333
30.2.5.4 *Parecer* 1336
30.2.5.5 *Tornar*-se 1338

30.3 Predicações secundárias 1340
30.3.1 Ambiguidade potencial entre interpretação restritiva e interpretação predicativa de um adjetivo 1341
30.3.2 Predicativos do sujeito selecionados 1344
30.3.3 Predicativos do complemento direto selecionados 1345
30.3.3.1 Verbos de crença 1346
30.3.3.2 Verbos volitivos 1347
30.3.3.3 Verbos leves 1348
30.3.3.4 Verbos de designação e de caracterização 1350
30.3.4 Constituintes predicativos adjuntos 1351
30.3.4.1 Propriedades dos predicativos adjuntos 1351
30.3.4.2 Verbos de perceção, de representação e avaliativos com predicativos do complemento direto adjuntos 1354
30.3.4.3 Predicativos descritivos e predicativos resultativos 1354

30 ORAÇÕES COPULATIVAS E PREDICAÇÕES SECUNDÁRIAS

A **predicação** é um dos princípios centrais na organização semântica das línguas humanas. Consiste fundamentalmente na asserção de um determinado estado de coisas – de uma situação – na qual se relacionam dois termos: um **sujeito semântico** e um **predicado**. O sujeito semântico é uma expressão linguística que representa uma entidade do universo do discurso (cf. Caps. 11 e 21)[1]; o predicado é uma expressão linguística que emite um juízo sobre o sujeito, que faz um comentário sobre ele[2] – mais corretamente, sobre a entidade representada pelo sujeito. As orações são os constituintes sintáticos nos quais se veicula tipicamente uma predicação[3]. Em (1), exemplificam-se predicações veiculadas por orações (sublinha-se o sujeito da predicação e coloca-se em itálico o predicado):

(1) a. O Luís *leu o jornal*.
b. Os meus amigos *passearam no parque*.
c. A enfermeira que ajudava o médico na operação *desmaiou*.
d. As crianças *escorregaram*.
e. O António *mora em Cascais*.
f. A Sofia *está triste*.
g. O motor *está gripado*.
h. O Luís *é inteligente*.
i. Ele *é o meu professor de Matemática*.
j. Essa pedra *é pesada*.

[1] Essa entidade pode ser introduzida no universo do discurso pela primeira vez, ou ser retomada anaforicamente a partir de uma menção anterior. O sujeito semântico de uma predicação não representa necessariamente uma entidade (singular); pode também representar uma pluralidade de entidades, se for expresso por um sintagma nominal plural ou se contiver um nome coletivo. Para simplificar a exposição, no entanto, usamos o termo "entidade (representada pelo sujeito)", no singular, em vez da disjunção "entidade ou entidades (representadas pelo sujeito)".

[2] Não confundir a noção de sujeito semântico da predicação – tipicamente um SN que introduz a entidade sobre a qual o predicado produz um comentário – com a noção de sujeito gramatical de uma oração – o SN que concorda em pessoa e número com o verbo, no caso de a oração ser finita ou de infinitivo flexionado. Nos exemplos de (1), o mesmo SN desempenha as duas funções; no entanto, nem sempre o sujeito de uma predicação é o sujeito gramatical da oração (cf. a discussão de (2b), 30.1.2 e o Cap. 12).

[3] O inverso não é verdadeiro: há predicações que não coincidem com uma oração (cf. 30.1).

A natureza semântica do juízo que o predicado emite sobre o sujeito – e, logo, a natureza das situações descritas pelas predicações – é variada[4]. Esse juízo pode consistir na asserção de que o sujeito pratica uma determinada ação ou atividade (cf. (1a,b)), de que lhe sucede algo que não pode controlar voluntariamente (cf. (1c,d)), ou de que está envolvido num tipo de situação "estativa" que não tem a dinamicidade das ações, das atividades ou dos processos, i.e., que é um **estado** (cf. (1e-j)). Os estados, por sua vez, podem consistir em características mais ou menos estáveis do sujeito (cf. (1e,h,i,j)), podem ser situações passageiras (cf. (1f,g)), e podem incidir sobre áreas variadas da sua existência, como a sua constituição física (cf. (1g,j)), mental (cf. (1f,h))) ou a sua vida social (cf. (1e,i)), entre outras possibilidades.

Nos predicados de (1a-e), o verbo é o elemento central do ponto de vista semântico. De facto, é o verbo que define o tipo de juízo que se faz sobre o sujeito, e, concomitantemente, a natureza da situação descrita: respetivamente, situações de ler, passear, escorregar, desmaiar e morar. Estas são, pois, **predicações de base verbal**. Em contrapartida, nos predicados de (1f-j), não são os verbos *ser* ou *estar* que veiculam o conteúdo fundamental daquilo que se diz sobre o sujeito, mas sim, em (1f,g,h,j), os adjetivos – respetivamente *triste*, *gripado*, *inteligente* e *pesado* – e, em (1i), o nome *professor*. Em (1f,g,h,j) exprimem-se, assim, **predicações de base adjetival**, e, em (1i), uma **predicação de base nominal**. Quando as predicações de base adjetival ou nominal são veiculadas por uma oração, esta contém um verbo especial, como *ser* ou *estar*, chamado **verbo copulativo** (cf. (1f-j)). Concomitantemente, essas orações chamam-se **orações copulativas**.

As predicações de base adjetival e de base nominal podem também estar contidas dentro de uma oração maior, introduzindo nela uma segunda relação de predicação, como se ilustra em (2) (sublinha-se o sujeito da segunda predicação, e coloca-se em itálico o predicado adjetival ou nominal):

(2) a. A Maria saiu de casa *triste*.
b. Os alunos consideram o professor *um tirano*.

Assim, em (2a), para além da predicação veiculada pela oração na sua totalidade (sujeito *a Maria* – predicado *saiu de casa triste*), estabelece-se uma predicação adicional que tem como sujeito *a Maria* e como predicado o adjetivo *triste*)[5]. De modo semelhante, em (2b), para além da predicação expressa pela oração na sua globalidade (sujeito *os alunos* – predicado *consideram o professor um tirano*), existe uma predicação adicional que tem como sujeito semântico *o professor* e como predicado o sintagma nominal indefinido *um tirano*[6]. Nestas predicações, a relação entre o sujeito e o predicado não é mediada por nenhum verbo copulativo como *ser* ou

[4] O juízo expresso numa frase, quer seja simples, como *o aluno faltou à aula*, quer seja complexa, como *o professor disse que o aluno faltou à aula*, é da responsabilidade do falante; o juízo expresso em orações subordinadas completivas é frequentemente da responsabilidade do sujeito da oração principal (cf. *o professor disse que o aluno faltou à aula*): o juízo expresso na predicação *o aluno faltou à aula* (nesse contexto) é da responsabilidade do professor.

[5] Numa paráfrase adequada de (2a), esta predicação pode ser veiculada explicitamente por uma oração copulativa: cf. *ao sair de casa, a Maria estava triste*.

[6] Esta segunda predicação também pode ser veiculada explicitamente por uma oração copulativa numa paráfrase adequada de (2b): cf. *os alunos consideram que o professor é um tirano*.

estar. No entanto, os falantes sentem que (2a) veicula a ideia de 'a Maria estar triste' e (2b), a ideia de 'o professor ser um tirano' (cf. Notas 5 e 6).

O exemplo (2b) ilustra igualmente outro ponto importante, já mencionado na Nota 2. Nos exemplos de (1) e na predicação adicional ilustrada em (2a), o sujeito semântico (i.e., a expressão que representa a entidade acerca da qual se diz qualquer coisa) é o sujeito gramatical, i.e., o sintagma nominal que concorda em pessoa/número com o verbo (e que, para além disso, ocupa a posição pré-verbal). Em (2b), no entanto, o sujeito semântico da predicação adicional não é o sujeito gramatical, mas sim o complemento direto da oração. Esta situação mostra claramente que as noções de sujeito da predicação e sujeito gramatical não devem ser confundidas.

[1] As frases com um tópico marcado, i.e., com um sintagma nominal ou um sintagma preposicional inicial que não corresponde ao sujeito gramatical (cf. Cap. 12), ilustram o mesmo ponto ((ia) = (2) do Cap. 12):

(i) a. *A viagem ao México*, nós só a concretizámos nas férias passadas.
b. *Ao Pedro*, a Maria nunca mais lhe oferece nada.

Nestes exemplos, o falante faz um comentário sobre uma determinada viagem ao México e sobre um indivíduo chamado Pedro. Ou seja, a predicação mais abrangente veiculada pela oração tem como sujeito semântico, respetivamente, *a viagem ao México* e *ao Pedro*; ora, nenhuma destas expressões é o sujeito gramatical da oração: *a viagem ao México* é o complemento direto de (ia) e *ao Pedro* é o complemento indireto de (ib)[7].

Os exemplos deste tipo levaram à introdução dos termos **tópico** e **comentário** para designar, respetivamente, o sujeito semântico e o predicado da predicação mais abrangente veiculada por uma oração. Neste sistema, o tópico é a expressão inicial de uma oração, que representa a entidade sobre a qual se produz um comentário, podendo corresponder ou não ao sujeito gramatical; o comentário, por sua vez, é "o resto" da oração, a parte que exprime aquilo que se diz sobre o tópico (cf. Cap. 12). Repare-se que, em (i), o comentário inclui o sujeito gramatical dessas orações, sendo, respetivamente, *nós só a concretizámos nas férias passadas* e *a Maria nunca mais lhe oferece nada*.

Nestes termos, em (1), as expressões sublinhadas são simultaneamente sujeito gramatical e tópico dessas orações, ao passo que em (i) acima, o tópico e o sujeito gramatical são expressões distintas. Repare-se, no entanto, que o termo "tópico" não se aplica ao sujeito semântico da predicação adicional de (2b) – o complemento direto *o professor* –, visto que este não ocorre em posição inicial. Do mesmo modo, também não se aplica às expressões *nós* e *a Maria*, em (ia) e (ib), respetivamente, as quais, não sendo o sujeito semântico da predicação mais abrangente, são, contudo, o sujeito semântico dos predicados *só a concretizámos nas férias passadas* e *nunca mais lhe oferece nada*, respetivamente. Por este motivo, e também porque as construções com tópicos marcados não são importantes para as noções que se discutem neste capítulo, continuamos a usar os termos "sujeito semântico" (de uma predicação) e "predicado", em vez de "tópico" e "comentário" – cf. Cap. 12, onde se descrevem as estruturas para as quais estas noções são relevantes.

Outra questão que queremos assinalar é a seguinte. Segundo vários autores (cf., entre outros, Duarte 1987 e Martins 1994a, que cita Kuroda 1972, 1992), nem todas as orações veiculam uma predicação (cf. também o Cap. 11, Caixa [7], e o

[7] Em (ia), o sujeito gramatical é o pronome de 1.ª pessoa do plural *nós*, e, em (ib), é o sintagma nominal *a Maria*.

Cap. 12.1.3). Esses autores fazem uma distinção entre aquilo a que chamam "juízo categórico" – o conteúdo das orações que exprimem uma predicação – e "juízo tético" – o conteúdo das orações que exprimem uma "apresentação". Nas primeiras, uma determinada situação é perspetivada em função de uma entidade à qual a situação se aplica (ou seja, são caracterizadas por uma predicação), ao passo que, nas segundas, se apresenta uma situação, sem a perspetivar como estando centrada sobre nenhuma entidade em particular. Tipicamente, as orações que exprimem juízos téticos são aquelas cujo sujeito gramatical não se encontra em posição inicial; e, acrescentaríamos nós, as orações impessoais, i.e., aquelas com verbos que não selecionam qualquer argumento com a função de sujeito gramatical (cf. Cap. 28). Vejam-se os seguintes exemplos, de ambos os tipos:

(ii) a. Apareceu um/o gato no jardim.
b. Há bruxas nesta aldeia.
c. Chove.
d. Amanheceu cedo.

Em contrapartida, exprimem juízos categóricos – ou seja, veiculam uma predicação – as orações em que o sujeito gramatical (e semântico, neste caso) é pré-verbal e tem valor referencial, como as de (iii):

(iii) a. O/Um gato apareceu no jardim.
b. As bruxas existem.
c. Esta aldeia tem bruxas.
d. O tempo esfriou.

Antes de prosseguir, fazemos uma advertência terminológica importante (já anteriormente abordada, no primeiro parágrafo do capítulo) sobre o termo "sujeito", a qual deverá ser tida em conta no decorrer deste capítulo. Tecnicamente, o termo "sujeito", quando qualificado pelo adjetivo "gramatical", representa a expressão que determina a concordância verbal numa oração finita; representa também, quando qualificado pelo adjetivo "semântico", a expressão que designa a entidade sobre a qual o predicado faz um comentário. Em ambos os casos (embora nem sempre, especialmente na segunda aceção – cf. Cap. 12), essa expressão é um sintagma nominal, como *a criança* na frase simples *a criança comeu a sobremesa*. Este SN é simultaneamente o sujeito gramatical (determina a concordância verbal) e o sujeito semântico da predicação (designa a entidade sobre a qual se diz que comeu a sobremesa).

Neste capítulo, no entanto, essencialmente com a finalidade de encurtar e simplificar a exposição, usamos também o termo "sujeito" para designar a própria entidade do mundo que é representada ou designada pela expressão. Assim, usaremos frequentemente frases como, p.e., "o predicado é uma expressão linguística que faz um comentário *sobre o sujeito*" – o leitor deverá ter em conta que não é propriamente sobre o sujeito, como expressão linguística, que o predicado faz um comentário, mas sim sobre *a entidade* representada pelo sujeito. Esperamos que o contexto de uso do termo "sujeito" seja suficiente para desambiguar entre estas duas aceções (e também entre a aceção de sujeito gramatical e a aceção de sujeito semântico).

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: em 30.1, apresenta-se uma tipologia das predicações. Em 30.2, descrevem-se as orações copulativas e discutem-se as

propriedades semânticas dos verbos copulativos do português. Finalmente, em 30.3, descrevem-se as propriedades sintáticas e semânticas das predicações adicionais que fazem parte de uma oração maior, como as que estão presentes em (2).

30.1 Tipologia das predicações

Nesta secção, apresentamos uma tipologia das predicações, organizada com base nas seguintes dimensões: (i) o tipo de item lexical que suporta semanticamente a predicação (verbo, adjetivo, nome, preposição ou advérbio); (ii) se a predicação coincide sintaticamente com uma oração ou se está apenas contida dentro de uma oração; (iii) quando a predicação está contida dentro de uma oração, se é obrigatória (i.e., selecionada pelo verbo da oração de que faz parte) ou opcional (i.e., com o estatuto de um adjunto adverbial não selecionado).

30.1.1 Predicações de base verbal, adjetival e nominal

As orações são os constituintes sintáticos que veiculam por excelência uma predicação. Em frases compostas e em frases complexas (cf. Caps. 11 e 34), cada oração corresponde, pois, a uma predicação independente. Assim, p.e., na frase composta *a Maria entrou em casa e o Pedro cumprimentou-a*, cada uma das orações – *a Maria entrou em casa* e *o Pedro cumprimentou-a* – veicula uma predicação; e na frase complexa (manifestando uma estrutura de subordinação) *o Pedro acredita que o seu filho passa no exame*, veicula-se uma predicação que corresponde à oração principal – i.e., a toda a frase (sujeito *o Pedro* – predicado *acredita que o seu filho passa no exame*) e outra que corresponde à oração subordinada (sujeito *o seu filho* – predicado *passa no exame*).

Na estrutura sintática das orações, nomeadamente das frases declarativas simples, o sujeito semântico da predicação é tipicamente um **sintagma nominal** com a função de **sujeito gramatical** – ou seja, é o sintagma que determina a concordância em pessoa e número no verbo da oração, quando esta é finita, e que ocorre em posição pré-verbal (mas cf. Caixa [1]); e o predicado, por sua vez, é um **sintagma verbal**, i.e., um constituinte que tem como núcleo gramatical um verbo que, em orações finitas, veicula as marcas morfológicas de tempo, modo e aspeto (doravante TMA – cf. Caps. 29 e 56) e concorda em pessoa e número com o sujeito gramatical[8].

Nas predicações, o predicado contém um item lexical que caracteriza de maneira central o tipo de situação expressa, quer esta seja um evento em que o sujeito se vê envolvido quer seja uma propriedade que lhe é atribuída. Esse item constitui o **núcleo semântico do predicado**, e chama-se **predicador** (cf. Caps. 11 e 28). Os predicadores mais típicos são **verbos de significado pleno**, como *abraçar*, *beijar*, *morar* ou *durar* (nos exemplos que se seguem, sublinha-se o predicado e coloca-se o predicador em itálico):

[8] Em orações subordinadas infinitivas não flexionadas (cf. Cap. 37), o verbo, na forma infinitiva simples, não veicula marcas morfológicas TMA nem de concordância. As orações subordinadas infinitivas, mesmo quando não contêm um sujeito explicitamente representado (como na sequência sublinhada em *a criança prefere brincar no parque*) constituem predicações, visto que é sempre possível "reconstruir" nelas um sujeito semanticamente implícito (cf. Cap. 37). Neste capítulo, damos sobretudo como exemplos orações que constituem frases simples, de modo a simplificar a exposição.

(3) a. A Maria *abraçou* o António.
b. O João *mora* em Paris.
c. O concerto *durou* três horas.

As predicações cujo predicador é um verbo pleno chamam-se **predicações de base verbal** (cf. Cap. 28).

Nem todas as predicações têm como predicador um verbo. Nos exemplos de (4) e de (5), o predicado descreve um estado ou uma propriedade que se atribui ao sujeito. Em nenhum desses exemplos se pode dizer que o verbo (*ser*, *estar* ou *ficar*) é responsável pela caracterização do estado ou da propriedade em questão; ou seja, o verbo não contribui para o significado da predicação em si mesma – i.e., não nos elucida sobre o tipo de situação geral por ela expressa[9]:

(4) a. O Pedro é [*fiel* à sua namorada].
b. A Clara está [*gorda*].
c. A biblioteca ficou [*vazia*].

(5) a. O Eduardo é [um *especialista* em banda desenhada].
b. Esse bicho é [um *tigre*].
c. O António é [o *professor* de Matemática do meu filho].

Em (4) e em (5), a expressão que é responsável pela caracterização do estado ou da propriedade que se atribui ao sujeito – ou seja, a expressão que é responsável pelo conteúdo semântico do predicado – é o constituinte entre parênteses retos: um sintagma adjetival em (4) e um sintagma nominal em (5)[10]. No primeiro caso, o núcleo do sintagma é um adjetivo, e, no segundo, um nome. Podemos, pois, considerar que, nas orações de (4), o predicador é um adjetivo e que, nas de (5), o predicador é um nome. Concomitantemente, em (4) temos **predicações de base adjetival** e em (5) **predicações de base nominal**.

Nas predicações de base adjetival e nominal, o adjetivo e o nome (e também, quando ocorre, o determinante que especifica o nome) concordam em género e número com o sujeito: compare-se (4b) com *o Pedro está gordo*, *elas estão gordas*, e (4c) com *a Marta é a professora de Matemática do meu filho* ou *eles são os professores de Matemática do meu filho*[11].

É importante notar que, embora a base semântica das predicações expressas em (4) e (5) seja um adjetivo ou um nome, os predicados dessas frases são sintagmas verbais que têm como núcleo *gramatical* um verbo (nestes exemplos, *ser*, *estar* ou *ficar*), chamado **verbo de cópula**, **verbo copulativo** ou simplesmente **cópula** (cf. 30.2)[12]. Concomitantemente, as orações de (4) e (5) chamam-se **orações copulativas**. Ainda que não tenham um sentido pleno que lhes permita funcionar como

[9] Isto não significa que o verbo não tenha qualquer tipo de contribuição semântica (cf. 30.2.1).
[10] Quando o adjetivo ou o nome ocorrem sozinhos, podemos também considerar que formam um sintagma (adjetival ou nominal, consoante o caso), do qual são o único elemento (cf. Cap. 11).
[11] Seguindo a ideia tradicional de que os nomes e os adjetivos formam uma classe mais ampla de natureza nominal, algumas gramáticas usam o termo "predicação nominal" para designar a classe mais ampla formada pelas predicações quer de base nominal quer de base adjetival.
[12] Este nome provém do facto de estes verbos estabelecerem uma ligação entre o sujeito e o constituinte predicativo. Noutras terminologias, são também chamados "verbos relacionais", "verbos de ligação" ou "verbos de significação indefinida".

predicadores, os verbos copulativos têm um valor semântico lexical no domínio do aspeto ou da modalidade (cf. 30.2.1 e 30.2.4), e veiculam, em orações finitas, as marcas morfológicas obrigatórias de TMA e de concordância em pessoa e número com o sujeito da oração.

Em vez de um adjetivo básico, pode também ocorrer como predicador um particípio verbal. Tipicamente, os particípios exprimem um "estado resultativo" decorrente de uma ação que afeta uma entidade e que tem como resultado uma mudança de estado dessa entidade. O estado resultativo é precisamente o novo estado que a caracteriza (cf. 30.2.4.1.2 e Caps. 13 e 17)[13]:

(6) a. O Pedro está [*preso*].
b. A televisão está [*ligada*].
c. O Diogo está [*apaixonado* pela Isabel].

Dadas as semelhanças, neste contexto, entre adjetivos e particípios, passamos a designar os casos de predicação de base participial, como (6), simplesmente como predicações de base adjetival.

Os adjetivos (incluindo os particípios) e os nomes são os predicadores não verbais mais comuns. No entanto, o conteúdo semântico do predicado pode também ser veiculado por um sintagma preposicional (cf. (7)) ou (de forma mais restrita) por um sintagma adverbial (cf. (8)). Nestes casos, o predicador é, respetivamente, uma preposição e um advérbio[14]:

(7) a. O Pedro é [*de* Lisboa].
b. O chá está [*sem* açúcar].
c. O rapaz ficou [*com* má cara].

(8) a. O espetáculo foi [*ontem* de manhã].
b. Os meus filhos estão [*bem* de saúde].
c. A reunião é [*ali*].

Introduzimos agora terminologia adicional, no sentido de facilitar a referência às várias expressões que desempenham um papel importante nas estruturas de predicação. Nos exemplos de (3) a (8), a expressão sublinhada, como já se referiu, constitui o predicado, e a expressão que antecede o predicado, não sublinhada, é o sujeito semântico da predicação – neste caso, é também o sujeito gramatical da frase. Nestes exemplos, em que a predicação é veiculada por uma oração, o predicado, estruturalmente, é um sintagma verbal, e o sujeito da predicação é um sintagma nominal.

Nos exemplos de (4)-(8), como se observou, só parte do predicado – nomeadamente o constituinte entre parênteses – contribui semanticamente para a predicação. A esse constituinte, chamamos **constituinte predicativo**. Em (4) e (6), o

[13] Assim, em (6a), o predicado exprime o estado que resulta de alguém (a polícia, presumivelmente) ter prendido o Pedro, em (6b), o estado que resulta de alguém ligar a televisão, e, em (6c), o estado que resulta de o Diogo se ter apaixonado pela Isabel.

[14] Só um número limitado de advérbios pode desempenhar esta função – na sua generalidade, pró-formas de natureza dêitica ou anafórica, como os advérbios locativos *aqui*, *aí*, *ali*, o advérbio de modo *assim* e os advérbios de tempo *ontem*, *hoje*, *amanhã*.

constituinte predicativo é um sintagma adjetival, em (5) é um sintagma nominal, em (7), um sintagma preposicional e, em (8), um sintagma adverbial. Concomitantemente, em (4) e (6), o predicador é um adjetivo, em (5), um nome, em (7), uma preposição e, em (8), um advérbio.

O constituinte predicativo de uma oração copulativa pode também ser ele próprio uma oração, quer finita (cf. *o facto é que eles não conseguem trabalhar em equipa*, *a vantagem desse carro é que não gasta muita gasolina*) quer infinitiva (cf. *o nosso plano é levarmos-te embora daqui*, *a intenção das tropas é atingir o alvo*). Nestes exemplos, no entanto, não se estabelece propriamente uma relação de predicação; por outras palavras, a oração sublinhada não atribui nenhuma propriedade à entidade abstrata representada pelo sujeito. Assim, p.e., relativamente ao último exemplo, atingir o alvo é apresentado não como uma propriedade da intenção, mas sim como o seu conteúdo (cf. Cap. 36, Caixa [2], onde estas frases são chamadas **construções copulativas especificativas**).

Nos exemplos de (3), com predicações de base verbal, nas quais o predicador é um verbo pleno e o sintagma verbal não contém outro verbo, o predicado coincide com o constituinte predicativo (e por isso não foi assinalado entre parênteses retos). No entanto, nem sempre isso acontece. Quando o sintagma verbal contém uma perífrase verbal, com um (ou mais) verbos auxiliares, o constituinte predicativo exclui o(s) verbo(s) auxiliar(es) – cujo contributo semântico se limita (de modo semelhante ao contributo dos verbos copulativos) ao tempo, modalidade ou aspeto (cf. 30.2.2 e Cap. 29). Ou seja, neste caso, o constituinte predicativo é formado exclusivamente pelo verbo pleno e os seus complementos e/ou adjuntos (quando estes existem), como se ilustra nos seguintes exemplos, nos quais se coloca o constituinte predicativo entre parênteses retos (comparar com (3))[15]:

(9) a. A Maria está a [*abraçar* o António].
b. O João tinha [*morado* em Paris].
c. O concerto vai [*durar* três horas].

30.1.2 Predicações oracionais e predicações secundárias

Como se observou acima (cf. o início de 30.1.1), as orações são as expressões linguísticas canónicas que veiculam uma predicação. Por **oração**, entendemos um constituinte formado por um sintagma nominal (SN) com a função de sujeito gramatical e por um sintagma verbal (SV). O SN corresponde ao sujeito semântico da predicação e o SV, ao predicado. Em orações finitas (incluindo frases simples), o verbo que constitui o núcleo gramatical do SV (o verbo pleno, um verbo de cópula ou um verbo auxiliar) veicula as marcas morfológicas obrigatórias de TMA e de concordância (cf., como exemplos, respetivamente (3a), (4a) e (9a)).

Nas predicações de base verbal, o verbo que suporta as marcas gramaticais de TMA e de concordância pode coincidir com o predicador (cf. (3)) ou pode ser

[15] As terminações de particípio (no verbo que segue o auxiliar *ter*) e de gerúndio (no verbo que segue o auxiliar *estar* na versão alternativa de (9a) *a Maria está beijando o António*) não fazem propriamente parte do constituinte predicativo, na medida em que estão estreitamente ligadas, sintática e semanticamente, aos verbos auxiliares respetivos (cf. Cap. 29). Esse facto, no entanto, não pode ser indicado por uma parentetização adequada das expressões.

um verbo auxiliar (cf. (9)). Nas predicações oracionais de base adjetival, nominal, preposicional ou adverbial, o verbo que suporta essas marcas é (geralmente) um verbo copulativo (cf. (4)-(8))[16].

Para além das predicações de natureza oracional ilustradas em (4)-(8), existem também predicações de base adjetival ou nominal que ocorrem como componentes parciais de uma oração mais ampla, ou seja, estão incluídas numa predicação maior veiculada por essa oração[17]. A título ilustrativo, considerem-se os seguintes exemplos, nos quais, por conveniência, se separou por um travessão o sujeito e o predicado da oração:

(10) a. O professor – considera o seu novo aluno muito inteligente.
b. O barulho – pôs a Maria louca.
c. O pai – chegou a casa com uma péssima disposição.
d. O namorado – encontrou a Joana no bar completamente bêbada.

Em todos estes exemplos, para além das predicações assinaladas em (10), cujos predicadores são, respetivamente, *considerar*, *pôr*, *chegar* e *encontrar*, existe uma predicação adicional, cujo predicador não é um verbo e na qual não há mesmo qualquer verbo – como *ser* ou *estar* – que ligue o sujeito ao constituinte predicativo. Essas predicações assinalam-se em (11), que repete (10), e onde se sublinha o sujeito da predicação adicional e se coloca em itálico o seu constituinte predicativo (à direita de cada exemplo, apresentam-se orações copulativas simples correspondendo a essas predicações):

(11) a. O professor – considera <u>o seu novo aluno</u> *muito inteligente*. (cf. *o seu novo aluno é muito inteligente*)
b. O barulho – pôs <u>a Maria</u> *louca*. (cf. *a Maria ficou louca*)
c. <u>O pai</u> – chegou a casa *com uma péssima disposição*. (cf. *o pai estava com uma péssima disposição*)
d. O namorado – encontrou <u>a Joana</u> no bar *completamente bêbada*. (cf. *a Joana estava completamente bêbada*)

A estas predicações adicionais chamamos **predicações secundárias**[18] e chamamos concomitantemente **predicações oracionais** àquelas que coincidem com a oração na sua globalidade. Nas predicações secundárias, a ligação entre o sujeito e o constituinte predicativo não é mediada por um verbo copulativo.

O sujeito semântico das predicações secundárias pode ter funções gramaticais diferentes na oração. Em (11c), o sujeito da predicação secundária é o sujeito

[16] Pode também ser um verbo auxiliar, nos casos em que um verbo copulativo se combina com um verbo auxiliar – cf., por exemplo, *a Idalina <u>tem</u> estado doente*. Para não sobrecarregar a exposição, e porque as predicações oracionais de base adjetival ou nominal são as mais comuns, passamos a usar o termo mais simples "predicações de base adjetival ou nominal" para designar os quatro casos em que o predicador não é um verbo – ou seja, em que é um adjetivo, um nome, uma preposição ou um advérbio.

[17] Estas predicações já foram discutidas na introdução – cf. os exemplos do paradigma (2).

[18] Este uso do termo "predicação secundária" é mais lato do que aquele que tem normalmente na literatura especializada, onde designa apenas um subconjunto destas estruturas, nomeadamente aquelas em que o predicado é adjunto (cf. 30.1.3). O uso do termo "secundário" aqui destina-se a captar o estatuto hierárquico destas predicações relativamente às predicações oracionais que as contêm. De maneira nenhuma se deve inferir do uso do termo que estas predicações são menos importantes do ponto de vista informativo.

gramatical da oração (e é também o sujeito semântico da predicação oracional), ao passo que em (11a,b,d), o sujeito da predicação secundária é o complemento direto. Essa diferença reflete-se terminologicamente nos nomes dados aos constituintes predicativos. Assim, quando o constituinte predicativo se aplica ao sujeito gramatical, chama-se **predicativo do sujeito** (*com uma péssima disposição*, em (11c)), e quando se aplica ao complemento direto, chama-se **predicativo do complemento direto** (*muito inteligente*, *louca* e *completamente bêbada*, em (11a,b,d), respetivamente). O termo "predicativo do sujeito" aplica-se também aos constituintes predicativos das orações copulativas de (4)-(8), visto que o sujeito semântico dessas predicações é também o sujeito gramatical das frases[19]. Repare-se que o predicado das predicações secundárias coincide com o constituinte predicativo (p.e., em (11d), o sintagma adjetival *completamente bêbada*). Assim, ao discutir essas estruturas, designá-lo-emos livremente pelos termos "predicado", "constituinte predicativo" ou simplesmente "predicativo".

Com uma exceção que se discute adiante, os constituintes predicativos que ocorrem em estruturas de predicação secundária são os mesmos que ocorrem em orações copulativas: sintagmas nominais, sintagmas adjetivais, sintagmas preposicionais e (de forma mais restrita) sintagmas adverbiais, como se ilustra nos seguintes exemplos (de novo se sublinha o sujeito semântico da predicação e se coloca em itálico o constituinte predicativo)[20]:

(12) a. Muita gente considera o Marquês de Pombal *o maior estadista português de todos os tempos*. [sintagma nominal definido]
b. As circunstâncias históricas tornaram Napoleão *um tirano*. [sintagma nominal indefinido]
c. A Maria chegou a casa *furiosa com os filhos*. [sintagma adjetival]
d. A Isabel pediu o chá à amiga *sem açúcar*. [sintagma preposicional]
e. O Zé encontrou a amiga no hospital *muito mal*. [sintagma adverbial]

Nas predicações secundárias pode ainda ocorrer um constituinte predicativo formado por um sintagma verbal com o verbo no infinitivo, introduzido pela preposição *a*, uma sequência chamada **construção do infinitivo preposicionado** (abreviada em **CIP** – cf. Caps. 32.8.2.3 e 37.5.5), como se ilustra a seguir:

(13) a. As crianças chegaram a casa *a resmungar com a mãe*.
b. Os meninos sentiram-se *a afundar no mar*.
c. O filme deixou toda a gente *a dormir*.
d. Vimos as crianças *a saltar o muro*.

Em vez da CIP, pode ocorrer, com o mesmo valor semântico, uma construção equivalente em que o verbo está no gerúndio, e sem a preposição *a* introduzindo o sintagma verbal:

---

[19] A tradição gramatical, contudo, não consagrou o termo "predicativo do sujeito" para o constituinte predicativo das predicações (oracionais) de base verbal, que, contudo, também têm como sujeito semântico o sujeito gramatical.

[20] A partir daqui, seguimos a prática, sem o assinalar mais no texto, de sublinhar o sujeito semântico da predicação (quer seja sujeito gramatical quer não) e de colocar em itálico o constituinte predicativo. Caso se use uma notação diferente, isso será explicitamente referido.

(14) a. As crianças chegaram a casa *resmungando com a mãe*.
b. Os meninos sentiram-se *afundando no mar*.
c. O filme deixou toda a gente *dormindo*.
d. Vimos as crianças *saltando o muro*.

A construção gerundiva é usada no português do Brasil e nalguns dialetos do português europeu (especialmente no Alentejo, no Algarve, na Madeira e nos Açores), enquanto a CIP é preferencialmente usada na generalidade dos dialetos do Centro e Norte de Portugal continental.

Repare-se que a CIP é a mesma construção que é usada nas perífrases verbais com o verbo auxiliar *estar* (*a*) (cf. *a Maria está a abraçar o António* e Cap. 29), o que é confirmado pela sua possível substituição pelo gerúndio, no português do Brasil e nos dialetos do português europeu que a usam (cf. *a Maria está abraçando o António*). Este ponto é interessante, pois (contrariamente à perspetiva assumida no Cap. 29 e nesta Gramática em geral) sugere que estas construções poderiam ser classificadas como orações copulativas, mesmo tendo um verbo como predicador. Nessas construções, o verbo assume uma forma não finita, gerundiva ou infinitiva, e, quando a forma é infinitiva, combina-se com a preposição *a*, que veicula então o mesmo valor semântico da terminação gerundiva – cf. Cap. 32.8.2.3).

Na medida em que a CIP é descrita detalhadamente no Cap. 37.5.5, não a tratamos neste capítulo, mencionando-a apenas ocasionalmente.

30.1.3 Predicações secundárias selecionadas e adjuntas

Uma diferença importante entre as predicações secundárias ilustradas em (11) tem a ver com a obrigatoriedade do predicado em itálico. Em (11a,b), o predicado é obrigatório, e a sua omissão torna a frase não gramatical (cf., respetivamente, **o professor considera o seu novo aluno* e **o barulho pôs a Maria*)[21]. A sensação que se tem, ao processar estes exemplos, é de que "falta qualquer coisa" para os completar, o que é típico das orações incompletas nas quais se omite um complemento selecionado (cf., por exemplo, *o Pedro comprou um disco* vs. **o Pedro comprou*, ou *o disco custou vinte euros* vs. **o disco custou* – cf. Cap. 28).

Para terem um sentido completo, os verbos *considerar* e *pôr*, em (11a,b), têm de combinar-se com um constituinte predicativo que se aplique ao seu complemento direto. Nestes casos, o constituinte predicativo (obrigatório) é **selecionado** pelo verbo (cf. Cap. 28.1.5), e chamar-lhe-emos **constituinte predicativo** (ou **predicado**) **secundário selecionado**. Em suma, a predicação secundária, nestes exemplos, é um elemento semântico fundamental da predicação global veiculada pela oração, e, por extensão, pode dizer-se que a própria predicação secundária (não apenas o seu predicado) é semanticamente selecionada por estes verbos, ou seja, trata-se de uma **predicação secundária selecionada**.

Em contrapartida, nos exemplos de (11c,d), o constituinte predicativo é opcional, podendo ser omitido sem que a frase deixe de receber uma interpretação completa (cf. *o pai chegou a casa* e *o namorado encontrou a Joana no bar*).

[21] Para alguns falantes, o primeiro exemplo é possível numa leitura do verbo *considerar* próxima de 'ter respeito por'. Na leitura que se pretende aqui, em que o verbo tem um sentido de crença próximo do de *julgar* ou de *achar*, o exemplo não é aceitável.

Concomitantemente, a predicação secundária, nestes exemplos, não é um elemento central da predicação global oracional (o que não quer dizer que não seja importante do ponto de vista informativo). Nestes casos, o constituinte predicativo funciona como um adjunto adverbial (cf. Cap. 28.1.5), e designá-lo-emos como **constituinte predicativo** (ou **predicado**) **secundário adjunto** (concomitantemente, **predicação secundária adjunta**).

30.1.4 Contextos de ocorrência das predicações de base adjetival e nominal

As predicações de base adjetival ou nominal (incluindo a CIP; ver também a Nota 16), para além de ocorrerem em orações copulativas (cf. 30.1.1) e em predicações secundárias (cf. 30.1.2 e 30.1.3), podem também ocorrer (sem verbo copulativo) como enunciados independentes. Estes enunciados ocorrem em contextos discursivos particulares e manifestam uma gama fixa de valores semânticos. Trata-se, portanto, de expressões de certa forma marcadas no sistema da língua. Os contextos discursivos em que se podem encontrar são os seguintes:

❖ contextos exclamativos, em que o falante exprime surpresa perante a situação descrita (cf. (15)):

(15) a. O João *com bigode*!? Nem o reconheci!
b. Os meninos *acordados a esta hora*! Vão imediatamente para a cama!
c. Tu *aqui*! Que surpresa!

❖ títulos de jornal, ou suportes de imagem, funcionando como legenda ou epígrafe (cf. (16)):

(16) a. (Os) reis de Espanha *de visita à Noruega*.
b. A Ana *mascarada de minhota*.
c. O João *cheio de frio*.

❖ situações de relato radiofónico ou televisivo, em que o acontecimento é simultâneo da enunciação (cf. (17)):

(17) a. Ronaldo {*a correr/correndo*} *em direção à baliza do adversário*!
b. Nelson Évora *já em cima do pódio*.

Do ponto de vista semântico, os constituintes predicativos destas estruturas descrevem geralmente uma situação estativa de caráter transitório; ou seja, pertencem à classe que se combina, em orações copulativas, com o verbo *estar* (cf. 30.2.4.1 e Cap. 17).

❖ Outro contexto não oracional em que pode ocorrer uma predicação de base adjetival ou nominal sem verbo copulativo é como complemento da preposição *com*, num sintagma preposicional com a função de adjunto adverbial e que significa algo como 'dada a situação *x*' ou 'por causa da situação *x*' (cf. Cap. 37.5.5.3):

(18) a. Com [as crianças *doentes*], não posso sair de casa.
b. Com [o Nelson Évora *já no pódio*], a multidão levantou-se e aplaudiu.
c. Com [as crianças *a gritar dessa maneira*], ninguém aguenta.

30.2 Orações copulativas e verbos de cópula

Esta secção dedica-se à caracterização das orações copulativas e dos verbos copulativos. Em 30.2.1, mostramos que os verbos copulativos, embora não tenham um sentido descritivo, contribuem semanticamente nas áreas do aspeto e da modalidade. Em 30.2.2, discutimos as semelhanças e as diferenças entre os verbos copulativos e os verbos auxiliares. Em 30.2.3, discutimos duas propriedades que os verbos copulativos têm de satisfazer, e que, juntas, constituem um critério linguístico para identificar este tipo de verbos. Em 30.2.4, discutimos o uso e os valores semânticos dos verbos copulativos do português. Em 30.2.5, discutimos se existem versões plenas dos verbos copulativos, funcionando como predicadores, e discutimos as relações que existem entre essas versões e os verbos copulativos correspondentes.

30.2.1 Dimensão semântica dos verbos copulativos

Como vimos, uma oração que exprime uma predicação de base adjetival ou nominal (cf. Nota 16) chama-se **oração copulativa**, em virtude de o seu predicado conter um **verbo copulativo** (cf. 30.1.1). As gramáticas do português não apresentam, em geral, critérios explícitos para caracterizar os verbos copulativos. Assim, encontram-se algumas variações quanto aos verbos que recebem essa classificação. De facto, a constituição de uma classe fechada, definitiva, de verbos copulativos não é tarefa fácil, porque há verbos plenos (que funcionam como predicadores) que assumem, em certas construções, propriedades que os aproximam dos verbos copulativos mais típicos, que são *ser* e *estar*. Neste capítulo, propomos dois critérios que, quando tomados em conjunto, permitem classificar um verbo como copulativo. Esses critérios identificam como copulativos os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, *andar*, *continuar*, *parecer*, *revelar-se* e *tornar-se* (os dois últimos conjugados reflexamente).

As orações copulativas têm tipicamente um valor "estativo". Fundamentalmente, descrevem propriedades que caracterizam o sujeito (cf., por exemplo, *o Pedro é* {*alto/inteligente/médico*}) ou estados em que ele se encontra (cf., por exemplo, *o Luís está cansado/bêbado*), por vezes perspetivados como resultado de uma mudança a partir de um estado anterior, inferido implicitamente (cf. *o Luís ficou cansado/bêbado*). Nestas orações, a expressão responsável pela descrição da propriedade ou do estado atribuídos ao sujeito é o constituinte predicativo, ou seja, o adjetivo ou o nome que seguem o verbo (de modo mais geral, os sintagmas em que estes se incluem – cf. 30.1.1), e não propriamente os verbos de cópula.

Estes verbos, no entanto, interagem com fatores semânticos de outro tipo, como (i) a natureza das propriedades e dos estados expressos pelos constituintes predicativos, (ii) o facto de essas propriedades ou estados serem perspetivados ou não como resultado de uma mudança, (iii) o grau de certeza/incerteza com que o falante atribui os estados ou propriedades ao sujeito e (iv) a base factual que o falante tem para essa atribuição. Tradicionalmente, estas questões pertencem às áreas semântica do **aspeto** (cf. Cap. 17) e da **modalidade** (cf. Cap. 18).

Assim, meramente a título exemplificativo, e antecipando uma discussão mais pormenorizada, o verbo *estar* perspetiva o estado em que se encontra uma entidade como sendo durativo mas limitado temporalmente (cf. *a Ana está nervosa*); o verbo *ser* (cf. *o João é inteligente*) marca a atribuição ao sujeito de uma propriedade tida

como essencial nele, perspetivada fora de qualquer enquadramento temporal mais ou menos passageiro (no que contrasta com *estar*); o verbo *ficar* descreve uma mudança de estado do sujeito, focando o momento em que o novo estado ou a nova propriedade surgem (cf. *a Isabel ficou doente*); e o verbo *parecer* modaliza o grau de certeza com que o falante atribui uma propriedade ou um estado ao sujeito (cf. *a Isabel parece doente/inteligente*).

Estes exemplos são suficientes para ilustrar o valor semântico dos verbos copulativos. Assim, quando se diz que um verbo copulativo não tem significado ou se encontra "dessemantizado", o leitor deve ter em consideração que essa asserção tem de ser devidamente perspetivada. Os verbos copulativos não contribuem, de facto, para a descrição do estado ou da propriedade veiculada pelo predicado – p.e., nos predicados *ser inteligente*, *estar cansado* ou *ficar nervoso*, os verbos *ser*, *estar* ou *ficar* em nada contribuem para a caracterização dos estados descritos pelos adjetivos *inteligente*, *cansado* ou *nervoso*. No entanto, esses verbos enquadram aspetualmente ou modalmente o modo como a propriedade ou o estado são atribuídos ao sujeito, tendo, portanto, um valor semântico, que por vezes se traduz em restrições sobre os constituintes com os quais se podem combinar.

Para além do seu valor semântico, de natureza aspetual ou modal, os verbos copulativos, em orações finitas, servem de suporte morfológico das marcas flexionais de concordância em pessoa e número com o sujeito, e das marcas flexionais de tempo, modo e aspeto (TMA), umas e outras obrigatórias nesse tipo de orações (cf. a não gramaticalidade **as crianças estar cansadas* vs. *as crianças estavam cansadas* ou *as crianças estão cansadas*).

30.2.2 Semelhanças entre os verbos copulativos e os verbos auxiliares

A função gramatical e as propriedades semânticas dos verbos de cópula são semelhantes às dos verbos auxiliares (cf. Cap. 29): tal como os verbos de cópula, também os verbos auxiliares (i) não contribuem semanticamente para a predicação propriamente dita – não são predicadores; (ii) contribuem lexicalmente com significados nas áreas do tempo, da modalidade e do aspeto; e (iii) em orações finitas, são o suporte das marcas morfológicas obrigatórias de TMA e de concordância com o sujeito.

> [2] De certa maneira, os verbos copulativos e os verbos auxiliares formam uma classe mais geral de "verbos de apoio", não só porque veiculam os morfemas de concordância e TMA em orações finitas, mas também porque têm um significado lexical, inerente, nessas áreas (tempo, modalidade e aspeto). Nesta grande classe, os dois tipos de verbos têm (tendencialmente) especializações complementares: os copulativos são verbos de apoio nas orações de predicação de base adjetival ou nominal (cf. (4)-(8)) e os auxiliares são verbos de apoio nas orações de predicação de base verbal (cf. (9)). Esta complementaridade, no entanto, não é total, visto que há perífrases verbais com verbos copulativos – i.e., sequências verbais formada por um verbo auxiliar seguido de um verbo de cópula: cf., por exemplo, *a Idalina tem estado doente*, *a Joana está a* {*ser*/*ficar*/*tornar-se*} *chata*) ou *a Josefina continua a ser teimosa*).

O leque dos valores semânticos dos verbos copulativos, no entanto, é mais reduzido que o dos verbos auxiliares: enquanto estes podem manifestar (consoante

o verbo particular) significados de valor temporal, modal e aspetual, os verbos copulativos especializam-se fundamentalmente na área do aspeto, e, limitadamente, na área da modalidade (*revelar-se* e *parecer*). Alguns verbos podem funcionar quer como auxiliares quer como copulativos, incluindo *ser*, *estar*, *ficar*, *andar* e *continuar*, como se ilustra nos seguintes paradigmas:

(19) a. A ponte *foi* destruída pelas tropas de Napoleão. [auxiliar][22]
b. Napoleão *era* um tirano iluminado. [copulativo]

(20) a. Os rapazes *estão a beber vinho*. [auxiliar]
b. Os rapazes *estão bêbados*. [copulativo]

(21) a. A máquina *ficou a trabalhar a noite inteira*. [auxiliar]
b. A máquina *ficou avariada*. [copulativo]

(22) a. A Maria *anda a ler demasiados romances cor-de-rosa*. [auxiliar]
b. A Maria *anda tonta*. [copulativo]

(23) a. O Pedro *continua a beber*. [auxiliar]
b. O Pedro *continua bêbado*. [copulativo]

Existe, no entanto, uma diferença importante entre os verbos auxiliares e os verbos de cópula. Os primeiros são (estruturalmente) opcionais (cf. os exemplos de (3), a par dos exemplos de (9)), ao passo que os verbos copulativos são obrigatórios, como se ilustra em (24), exemplos que correspondem aos exemplos (a) de (4)-(8) com a cópula omitida[23]:

(24) a. *O Pedro [*fiel* à sua namorada].
b. *O Eduardo [um *especialista* em banda desenhada].
c. *O Pedro [*preso*].
d. *O Pedro [*de* Lisboa].
e. *O espetáculo [*ontem* de manhã].

A não gramaticalidade destes exemplos como enunciados assertivos pode ser atribuída ao facto de os predicadores (em itálico) – um adjetivo, um nome, um particípio, uma preposição e um advérbio – não serem morfologicamente adequados como veículo das marcas flexionais de tempo/modo/aspeto (TMA) e de concordância em pessoa/número com o sujeito, umas e outras obrigatórias em orações finitas. Em contrapartida, um verbo pleno está morfologicamente apto a ser o veículo dessas marcas, o que torna o verbo auxiliar estruturalmente e morfologicamente "dispensável", como em (3).

[22] Classificamos o verbo *ser* que ocorre em orações passivas como auxiliar (cf. Cap. 29), e não como copulativo, visto que o constituinte predicativo com o qual se combina é verbal, ainda que tenha como núcleo um particípio. De facto, nas orações passivas, o predicado mantém o valor semântico eventivo, aspetualmente dinâmico, típico das frases na voz ativa, e que se atribui, pelo menos parcialmente, à natureza verbal do seu núcleo (cf. Cap. 13).

[23] Estes exemplos não são gramaticais quando são pronunciados com uma entoação neutra e têm um valor assertivo, equivalente ao das predicações oracionais correspondentes de (4) a (8). Com o estatuto de enunciados exclamativos, prosodicamente marcados, os exemplos são aceitáveis (cf. 30.1.4).

[3] Na literatura sobre orações copulativas, é usual explicar-se a obrigatoriedade dos verbos de cópula pelo facto de serem o suporte morfológico das marcas verbais obrigatórias de TMA e de concordância em pessoa e número com o sujeito. Foi essa linha de raciocínio que usámos no texto, imediatamente antes desta caixa. A obrigatoriedade dessas marcas – e, logo, da cópula – pode ilustrar-se através do contraste entre, por um lado, os exemplos de (i), e, por outro, quer os exemplos de (ii), em que a cópula está ausente, quer os de (iii), em que a cópula está presente mas no infinitivo não flexionado, uma forma verbal sem marcas morfológicas TMA ou de concordância com o sujeito (nos exemplos (b), a oração copulativa é subordinada):

(i) a. O Pedro *é* engenheiro.
b. O Pedro diz [que *é* engenheiro].

(ii) a. *O Pedro engenheiro.
b. *O Pedro diz [que engenheiro].

(iii) a. *O Pedro *ser* engenheiro.
b. *O Pedro diz [que *ser* engenheiro].

Na medida em que o predicador nominal *engenheiro* – e os outros predicadores não verbais dos exemplos de (4) a (8) – não podem servir de suporte morfológico às marcas em questão, a cópula torna-se obrigatória nestes contextos.

É bom recordar, no entanto, que, para além de servirem de suporte morfológico, nem os verbos auxiliares nem os verbos copulativos são dispensáveis numa perspetiva semântica, visto que, como se mostrou acima, contribuem com um significado lexical numa das áreas do tempo, da modalidade ou do aspeto. Nesse sentido, uma frase com um verbo auxiliar não tem o mesmo significado da frase correspondente sem esse verbo, e a omissão de um verbo copulativo, para além de retirar o suporte morfológico das marcas TMA e de concordância, priva a predicação de um valor aspetual que reside no próprio significado lexical do verbo de cópula. Isso sugere que a obrigatoriedade dos verbos copulativos não pode ser justificada unicamente pelo facto de servirem de suporte das marcas gramaticais TMA e de concordância com o sujeito.

Os seguintes factos parecem indicar que essa conclusão é correta. Como mostra o contraste entre (iv) e (v), os verbos de cópula também são obrigatórios em orações copulativas subordinadas infinitivas não flexionadas[24]:

(iv) a. Eles querem [*ser* engenheiros].
b. Eles trabalharam muito [até *ficar* ricos].

(v) a. *Eles querem [engenheiros].
b. *Eles trabalharam muito [até ricos].

Ora, nas orações subordinadas infinitivas não flexionadas, o verbo não tem quaisquer marcas morfológicas TMA ou de concordância com o sujeito (cf. Cap. 37). A não gramaticalidade dos exemplos de (v) não pode, pois, ser atribuída à ausência dos morfemas de TMA e de concordância, visto que esses morfemas também estão ausentes dos verbos copulativos nos exemplos gramaticais de (iv). Estes factos sugerem, pois, que, mesmo em orações finitas (a frase simples em (ia) e a oração subordinada em (ib)), a presença obrigatória da cópula não se deve *apenas* ao facto de ser o veículo das marcas morfológicas obrigatórias de TMA e de concordância.

[24] Nalguns casos, que envolvem orações copulativas subordinadas temporais e adjetivos (sobretudo particípios verbais) como predicadores, alguns falantes admitem a omissão da cópula: cf. *gosto da pizza* [*quando estaladiça*] (vs. *gosto da pizza* [*quando está estaladiça*]), *lembro-me dela* [*antes de casada*] (vs. *lembro-me dela* [*antes de estar casada*]). A possibilidade de omitir a cópula, no entanto, está longe de ser um fenómeno geral.

É possível que a obrigatoriedade dos verbos de cópula – para além de serem o veículo morfológico das marcas gramaticais em questão em contextos finitos – se deva ao seu valor semântico inerente de natureza aspetual, assumindo que as orações têm obrigatoriamente de manifestar um valor neste domínio. Ora, na ausência de um verbo pleno – que, para além de poder veicular marcas morfológicas, tem também um valor aspetual inerente (cf. Cap. 17) –, os verbos de cópula são os veículos desse valor; daí a sua obrigatoriedade, quer em orações finitas quer em orações infinitivas[25]. Em alternativa, podemos assumir que existe um princípio gramatical geral que exige que as orações tenham um verbo, ou seja, que tenham uma estrutura gramatical com a forma sintagma nominal + sintagma verbal (SN + SV). Na falta de um predicador de natureza verbal, usa-se um verbo copulativo.

Com o objetivo de simplificar a exposição, continuamos no texto a apresentar apenas exemplos constituídos por orações finitas (quase sempre consistindo em frases simples). Nessas orações, a obrigatoriedade do verbo de cópula, como vimos, deve-se parcialmente ao facto de este veicular as marcas gramaticais obrigatórias de TMA e de concordância. O leitor fica, no entanto, advertido de que essa não pode ser a única justificação para a obrigatoriedade destes verbos nas orações copulativas.

30.2.3 Critérios para a identificação de um verbo copulativo

Nesta subsecção, discutimos duas propriedades que, em conjunto, formam uma condição necessária e suficiente para a inclusão de um verbo na classe dos verbos copulativos. Essas propriedades são as seguintes: (i) a possibilidade de o verbo ocorrer com qualquer tipo semântico de sujeito e (ii) a possibilidade de o verbo ocorrer num sintagma verbal em combinação única e exclusiva com um adjetivo. A primeira propriedade é tratada em 30.2.3.1, e a segunda, em 30.2.3.2. Como veremos, há verbos que satisfazem a propriedade (ii), mas não a propriedade (i). Esses não são considerados copulativos nesta Gramática.

30.2.3.1 "Transparência" semântica dos verbos copulativos

Na medida em que os verbos de cópula não contribuem para o significado da predicação propriamente dita (cf. 30.2.1), não são eles que selecionam o argumento que tem a função gramatical de sujeito, contrariamente aos verbos plenos que funcionam como predicadores nas predicações de base verbal (cf. Caps. 28 e 29). Isto significa que os verbos copulativos não têm "poder de escolha" sobre os valores das várias dimensões que costumam ser sensíveis à seleção semântica do sujeito, incluindo os traços [±humano], [±animado] e [±concreto] – cf. Caps. 11, 25, 28 e 29). Considerem-se, p.e., os verbos *abraçar* (um predicador) e *estar* (um verbo de cópula). O primeiro (no seu uso literal com o sentido de manifestação de amizade) seleciona um sujeito [+humano]: compare-se *a Maria abraçou o António* com a estranheza de #{*o cavalo*/*o muro*/*o debate*} *abraçou o António*. Em contrapartida, o segundo é compatível com qualquer tipo semântico de sujeito:

(25) a. *A criança* está [mascarada de minhota]. [sujeito [+humano]]
b. *O cavalo* está [com fome]. [sujeito [+animado]]

[25] Para que esta hipótese seja sustentável, é necessário assumir também que o valor aspetual do constituinte predicativo, nas orações copulativas, não é suficiente para determinar a coerência semântica de uma oração; por outras palavras, nas orações, alguma parte do significado aspetual tem de ser veiculada por um verbo.

c. *O muro* está rachado. [sujeito [–animado]]
d. *O debate* está [aceso]. [sujeito [+abstrato]]

Nestas frases, a expressão que seleciona semanticamente o sujeito é o constituinte predicativo, como se pode ver pela estranheza dos exemplos de (26), em que se combinam esses constituintes com sujeitos diferentes:

(26) a. #*A criança* está rachada.
b. #*O cavalo* está mascarado de minhoto.
c. #*O muro* está aceso.
d. #*O debate* está com fome.

Dizemos, então, que os verbos copulativos não impõem **restrições de seleção semântica** (cf. Cap. 11) sobre o sujeito das orações copulativas; essas restrições são impostas pelo constituinte predicativo. Em termos algo metafóricos, diz-se também que os verbos de cópula são "transparentes" às propriedades semânticas do sujeito[26].

Em (27)-(30) ilustra-se a compatibilidade dos verbos copulativos *ser*, *parecer*, *ficar* e *revelar-se* com sujeitos de tipos semânticos variados[27]:

(27) a. *A criança* é [simpática].
b. *O cavalo* é [um puro sangue].
c. *O muro* é [alto].
d. *O debate* é [interessante].

(28) a. *A criança* parece [assustada].
b. *O cavalo* parece [nervoso].
c. *O muro* parece [pouco seguro].
d. *O debate* parece [interessante].

(29) a. *A criança* ficou [insuportável].
b. *O cavalo* ficou [de mau humor].
c. *O muro* ficou [rachado].
d. *O debate* ficou [chato].

(30) a. *A criança* revelou-se [um génio precoce].
b. *O cavalo* revelou-se [um puro sangue].
c. *O muro* revelou-se [dificílimo de transpor].
d. *O debate* revelou-se [muito interessante e intenso].

De novo, como o leitor poderá observar construindo exemplos relevantes do tipo de (26), é o constituinte predicativo, não o verbo copulativo, que "escolhe" o sujeito que pode ocorrer nestas orações, i.e., que o seleciona semanticamente.

---

[26] Esta propriedade é partilhada pelos verbos auxiliares (cf. Cap. 29.3.1.1), reforçando a ideia de que os dois tipos de verbos se agrupam numa mesma classe (cf. Caixa [2]).

[27] O leitor poderá construir outros paradigmas semelhantes para estes e outros verbos copulativos. Contudo, tenha-se em atenção, por um lado (como se notou acima – cf. (26)), que os constituintes predicativos não se combinam livremente com todos os tipos de sujeito; e, por outro lado (como se nota no texto adiante), que existem igualmente restrições sobre as possíveis combinações de verbos copulativos e constituintes predicativos. Estas duas limitações podem criar um efeito que por vezes parece erradamente resultar de restrições de seleção do verbo copulativo sobre o sujeito. O uso de paradigmas como (25) e (27)-(30) destina-se a mostrar que, uma vez controladas as restrições entre o sujeito e o constituinte predicativo, não existem restrições significativas de natureza semântica entre o verbo de cópula e o sujeito (cf., no entanto, 30.2.5.3).

30.2.3.2 Combinação dos verbos copulativos com adjetivos

A segunda propriedade que permite identificar um verbo copulativo (juntamente com a transparência semântica) é a possibilidade de se combinar com um constituinte predicativo formado unicamente por um adjetivo (por um sintagma adjetival)[28]. O leitor poderá achar este critério demasiado restritivo, visto que, em 30.1.1, concluímos que os constituintes predicativos não se limitam a expressões de natureza adjetival, mas incluem também sintagmas nominais, sintagmas preposicionais e sintagmas adverbiais. Podemos pôr de parte, nesta discussão, os sintagmas adverbiais, cuja ocorrência em predicações oracionais copulativas é limitada.

A razão pela qual não consideramos a possível combinação com sintagmas nominais e preposicionais como critério para a identificação de um verbo de cópula reside no facto de estes sintagmas, contrariamente aos adjetivais, serem constituintes também selecionados (e subcategorizados – cf. Cap. 28) como complementos por verbos plenos, em predicações de base verbal (cf. *os meus pais convidaram o professor*, *o Pedro pensou na sua sorte*). Ou seja, esta propriedade não serve para distinguir entre verbos de cópula e verbos plenos. Em contrapartida, são raros os verbos plenos que apenas selecionam um adjetivo no seu predicado (adiante discutimos alguns desses verbos)[29].

Todos os verbos aqui classificados como copulativos podem combinar-se com um adjetivo como único elemento do constituinte predicativo, como se ilustra a seguir:

(31) a. O João é *parvo*.
b. O jardim está *lindo*.
c. A tua sogra continua *bêbada*.
d. A Joana anda *irritada*.
e. A Idalina parece *triste*.
f. A mesa ficou *suja*.
g. A discussão tornou-se *azeda*.
h. O André revelou-se *astuto*.

Esta propriedade, no entanto, não é exclusiva dos verbos copulativos. De facto, existem verbos plenos que podem ocorrer (única e exclusivamente) com um adjetivo predicativo no sintagma verbal, como se ilustra em (32):

(32) a. A Maria sente-se *feliz*.
b. A Isabel passou por *parva*.[30]
c. A Manuela passeou *contente*.
d. O Francisco adormeceu *tranquilo*.

Estes verbos, no entanto, não são "transparentes" relativamente ao sujeito; ou seja, selecionam-no semanticamente, como se pode ver pela estranheza de #*o debate sente-se interessante*, #*a minhoca passou por vagarosa*, #*o muro passeou rachado* e #*a luz*

[28] Ou por um particípio verbal. Para simplificar a exposição, usamos exemplos em que o adjetivo ou o particípio é o único elemento do sintagma (adjetival ou participial), e referimo-nos a ele simplesmente pelo termo "adjetivo".
[29] Veja-se a impossibilidade, p.e., de **os meus pais convidaram tristes* ou **o Pedro pensou feliz*.
[30] Com o verbo *passar* (*por*), o adjetivo não se combina diretamente com o verbo, mas está integrado num sintagma preposicional. No entanto, como tem um valor predicativo, não excluímos o exemplo da discussão.

adormeceu fraca, entre muitos outros que se poderiam apresentar[31]. Por este motivo, consideramo-los verbos plenos, ainda que se possam combinar com um adjetivo predicativo dentro do sintagma verbal. Esse adjetivo, nestes casos, é o constituinte predicativo de uma predicação secundária (adicional) cujo sujeito semântico coincide com o sujeito gramatical. O constituinte predicativo adicional é selecionado pelos verbos *sentir-se* e *passar* (*por*) em (32a,b) e é adjunto em (32c,d) (cf. 30.1.3).

30.2.4 Usos e valores dos verbos copulativos

Os verbos copulativos podem ser semanticamente classificados em dois grandes grupos: (i) os que são usados para atribuir uma propriedade ao sujeito ou para descrever um estado no qual este se encontra (*ser*, *estar*, *andar*, *continuar*, *revelar-se* e *parecer*); e (ii) os que são usados para descrever uma mudança de estado do sujeito (*ficar* e *tornar-se*). No primeiro grupo, há várias distinções mais finas a fazer: *ser* marca a atribuição ao sujeito de uma propriedade que o caracteriza enquanto indivíduo (cf. *o Zé é médico*); *estar* marca um estado mais ou menos provisório e contingente no qual se encontra o sujeito (cf. *a Idalina está grávida*); *andar* e *continuar* focam a propriedade ou o estado atribuído ao sujeito como prolongando-se no tempo, com características de habitualidade no caso de *andar* (cf. *a Josefina continua/anda triste*); *revelar-se* marca a "descoberta" pelo falante de que, talvez contra as suas expectativas, o sujeito possui uma determinada propriedade, inferida a partir de algum comportamento seu, novo ou inesperado (cf. *o Pedro, afinal, revelou-se inteligente*). Finalmente, *parecer* marca a atribuição de uma propriedade ou de um estado ao sujeito, feita não de forma categórica, mas apresentada com algum grau de incerteza, mais como uma opinião ou uma crença do falante (cf. *o Luís parece cansado*), ou uma opinião ou crença atribuídas a um indivíduo representado por um complemento indireto (cf. *o Manuel pareceu-lhe feliz*). Nas subsecções seguintes, discute-se mais pormenorizadamente o uso e os significados de cada um dos verbos de cópula. Por representarem polos aspetuais opostos, *ser* e *estar* são discutidos de modo comparativo.

30.2.4.1 *Ser* e *estar*

Dentro da família românica, as línguas ibéricas caracterizam-se por terem dois verbos de cópula, *ser* e *estar*, usados produtivamente em orações copulativas com características aspetuais distintas. Não admira, pois, que esta dualidade, em particular as diferenças semânticas decorrentes do uso de um ou de outro destes verbos, tenha sido uma das questões mais estudadas e debatidas nos estudos sobre essas línguas.

O uso de *ser* e *estar* está intimamente associado à distinção semântica entre predicados estáveis e predicados episódicos, introduzida no Cap. 17 (cf. também o Cap. 11.5.1.2), e à natureza das propriedades e dos estados denotados por estes dois tipos de predicados[32].

---

[31] Repare-se que, nestes exemplos, o adjetivo é semanticamente compatível com o sujeito, como se comprova pela possibilidade das frases copulativas *o debate é interessante*, *a minhoca é vagarosa*, *o muro está rachado* e *a luz está fraca*. Isto comprova que a estranheza dessas frases se deve, efetivamente, à combinação do verbo com o sujeito.

[32] Mais do que nunca, o leitor deve ter em conta a distinção que se fez entre "predicado" e "constituinte predicativo" no âmbito das orações copulativas (cf. 30.1.1): nestas orações, o predicado é constituído pelo constituinte predicativo e o verbo de cópula que o precede. O significado, estável ou episódico, de um predicado assenta fundamentalmente nas propriedades semânticas do seu constituinte predicativo, sendo

Os **predicados estáveis** são aqueles que denotam propriedades ou qualidades tidas como estáveis nos indivíduos, que perduram durante uma boa parte da sua vida ou mesmo durante toda a sua existência, e que, portanto, os caracterizam enquanto indivíduos particulares[33]. Incluem-se nesta classe (entre muitas outras) propriedades como a cor dos olhos, a nacionalidade, ser inteligente, ser feliz, ter uma profissão, viver num lugar, ser natural de um lugar, ser jovem ou ser velho. Embora algumas destas propriedades (possivelmente a maioria) se apliquem a períodos limitados e distintos da vida de um indivíduo (pense-se em ser jovem ou ser velho), são, no entanto, perspetivadas como independentes das situações particulares em que as pessoas se encontram; por outras palavras, não constituem episódios mais ou menos precários e contingentes da sua vida. Nas orações copulativas, os predicados estáveis contêm o verbo *ser*.

Os **predicados episódicos**, por sua vez, são aqueles que denotam propriedades ou qualidades transitórias e contingentes dos indivíduos, geralmente suscetíveis de mudança, e que podem ser concebidas como episódios ou estados passageiros[34], delimitados temporalmente, ou seja, ligados a momentos relativamente curtos da existência dos indivíduos. Incluem-se nesta classe propriedades (estados) como estar bêbado, estar num determinado lugar, estar nervoso, estar assustado, estar cansado, ter fome ou ter frio. Nas orações copulativas, os predicados episódicos contêm o verbo *estar*.

Seguindo a terminologia usada no Cap. 17 (e mau grado o que se diz na Nota 34), usamos a palavra "estado" para designar não só as situações em que os indivíduos manifestam propriedades ou qualidades episódicas, mas também as situações caracterizadas pela atribuição de uma propriedade estável a um indivíduo; ou seja, utilizamos (frequentemente) os termos **estados estáveis** e **estados episódicos** para designar as propriedades de cada um destes tipos[35].

30.2.4.1.1 *Ser*

Como vimos, as propriedades estáveis são aquelas que caracterizam uma pessoa durante um largo período da sua existência, sendo, pois, de certo modo, consideradas como essenciais; tomadas em conjunto, contribuem para caracterizar cada pessoa (cada entidade) na sua individualidade própria.

---

a escolha de *ser* ou *estar* sensível a essas propriedades. No entanto, como alguns constituintes predicativos (sobretudo adjetivos) podem combinar-se quer com *ser* quer com *estar*, adquirindo as propriedades semânticas típicas das predicações em que cada um desses verbos é usado de forma canónica, não podemos descartar que os próprios verbos sejam "portadores ativos" desses significados. Por esse motivo, no seguimento do texto, dizemos frequentemente que são os predicados que têm este ou aquele significado, e não apenas os constituintes predicativos.

[33] Para simplificar a exposição, e na medida em que a maioria dos exemplos que apresentamos tem sujeitos que denotam seres humanos, dizemos que as propriedades e os estados em discussão são atribuíveis a indivíduos. O leitor deve ter em conta, no entanto, que isto constitui uma simplificação. Todas as entidades existentes no universo (sejam pessoas, animais, objetos materiais ou abstratos) têm propriedades, quer estáveis quer episódicas. O uso predominante de exemplos com sujeitos [+humano] (designados pelo termo "indivíduos") não afeta a descrição ou as conclusões.

[34] Repare-se que a palavra *estado*, que é, juntamente com *episódio*, a que melhor caracteriza o tipo de propriedades veiculadas por estes predicados, é etimologicamente o particípio passado do verbo *estar*, precisamente o verbo que se utiliza nas orações copulativas com estes predicados.

[35] Os usos de *ser* e *estar* (bem como *ficar*) com constituintes predicativos locativos descrevem-se em 30.2.5.

A expressão linguística destas propriedades numa predicação é normalmente perspetivada fora de qualquer enquadramento espacial ou temporal, i.e., sem atender às circunstâncias ou situações particulares em que se encontram os indivíduos. Pode-se dizer que é este basicamente o sentido aspetual do verbo *ser* nas orações copulativas.

Consideremos como exemplo os adjetivos que denotam nacionalidade (*português*, *francês*, *inglês*, *russo*, etc.). Embora um indivíduo possa mudar a sua nacionalidade (ou mesmo perdê-la), esta é usualmente concebida como uma característica que contribui para definir uma pessoa. Estes adjetivos são, pois, de tipo estável, e, no seu uso mais normal (aquele em que se atribui nacionalidade a uma pessoa), combinam-se com o verbo *ser*, não com o verbo *estar*: assim, dizemos *o Pedro é português*, não #*o Pedro está português*[36].

Em determinados contextos é, no entanto, possível construir um adjetivo de nacionalidade com o verbo *estar*. Assim, p.e., pode dizer-se de uma pessoa que (hoje) está (muito) portuguesa. No entanto, o predicado *estar português*, contrariamente a *ser português*, não denota atribuição de nacionalidade, mas sim um comportamento particular do indivíduo, numa determinada situação temporalmente limitada, em que este manifesta características consideradas típicas das pessoas com essa nacionalidade. Na realidade, podemos mesmo dizer de alguém que não é português, com base nalgum comportamento seu, que está português.

Os adjetivos de nacionalidade também servem para mostrar que as propriedades (estados) estáveis não caracterizam necessariamente um indivíduo ao longo de toda a sua vida. Ainda que a maioria das pessoas nasça e morra com a mesma nacionalidade, outras há que, adquirindo uma nova por naturalização, perdem a que tinham anteriormente. No entanto, quando um indivíduo adquire uma nova nacionalidade (p.e., francesa), mesmo no dia a seguir à naturalização não se dirá desse indivíduo que está francês, mas sim que é francês, nem se dirá, se tiver perdido a anterior nacionalidade (por hipótese, portuguesa), que já não está português, mas sim que já não é português.

Por vezes é a própria forma como o mundo está estruturado (fisicamente ou biologicamente) que impossibilita que uma propriedade perspetivada pelos falantes como estável (e para a qual se usa *ser* em orações copulativas) seja permanente. É esse o caso, p.e., dos adjetivos *jovem*, *novo* e *velho*, no significado em que caracterizam a idade dos indivíduos. Quando se usam com o verbo copulativo *ser* (cf. *o Luís é jovem/velho*), estes adjetivos são aspetualmente estáveis, i.e., o falante perspetiva a propriedade como caracterizando o sujeito durante um período relativamente longo da sua existência[37]. No entanto, ninguém é jovem nem velho para sempre. Ou seja, de forma geral, os predicados estáveis denotam estados relativizados a um

[36] O predicado *ter a nacionalidade portuguesa*, de igual modo, é de tipo estável. Repare-se que não são apenas os predicados de base adjetival ou nominal (que se constroem com verbos copulativos) que se podem classificar como estáveis ou episódicos. Os predicados de base verbal aspetualmente estativos (cf. Cap. 17) também se classificam em estáveis ou episódicos.

[37] Se usar *estar*, especialmente com *velho* (cf. *o Luís está velho*), o falante normalmente pretende dizer que o sujeito manifesta, em determinados momentos, características particulares, físicas, fisiológicas ou comportamentais, ligadas à velhice. Ora, essas asserções podem perfeitamente ser feitas de alguém que não é velho de idade. Ou seja, *estar velho* denota um estado perspetivado como episódico (o mesmo acontecendo de outros adjetivos de idade combinados com *estar*).

determinado período, usualmente longo, da vida dos indivíduos, e a propriedade ou qualidade denotada por esses estados pode mudar ou terminar.

Existe, no entanto, um pequeno número de propriedades estáveis que não podem mudar, ou seja, que, de facto, acompanham um indivíduo ao longo de toda a sua existência: é o caso, p.e., dos predicados de naturalidade (origem geográfica), como, p.e., *ser* (*natural*) *de Lisboa*. Uma pessoa que é natural de um lugar (que nasceu num lugar) não pode mudar esse estado de coisas. Por este motivo, distingue-se por vezes, na literatura da semântica, entre **estados estáveis permanentes** e **estados estáveis não permanentes**.

Os adjetivos qualificativos que denotam propriedades ou qualidades caracterizadoras dos indivíduos são do tipo aspetual estável: sem pretender de forma alguma apresentar listas exaustivas, integram-se neste grupo adjetivos que representam propriedades materiais ou físicas (*alto*, *baixo*, *leve*, *pesado*, *magro*, *gordo*, *bonito*, *feio*, *careca*, *jovem*, *velho*), adjetivos de cor (*amarelo*, *azul*), adjetivos de forma (*redondo*, *quadrado*, *côncavo*), adjetivos que denotam atitudes mentais ou comportamentais (*esperto*, *inteligente*), adjetivos que denotam estados sociais (*casado*, *solteiro*, *divorciado*). Apresentam-se a seguir alguns exemplos de orações copulativas com estes adjetivos:

(33) a. O livro é *pesado*.
b. A Maria é {*bonita*/*jovem*/*magra*}.
c. O cinzeiro é *redondo*.
d. O Pedro é {*inteligente*/*esperto*/*estúpido*/*parvo*}.
e. A Joana é {*casada*/*solteira*/*divorciada*}.

O leitor poderá verificar que, trocando *ser* por *estar*, ou se obtém um enunciado semanticamente anómalo, ou se obtém uma interpretação distinta, em que se perde o conteúdo "caracterizador" do adjetivo, passando este a representar um estado temporalmente limitado do indivíduo, usualmente curto e envolvendo uma circunstância ou uma situação particular[38].

Também são aspetualmente estáveis, combinando-se com o verbo *ser*, os adjetivos ou sintagmas preposicionais que denotam a inclusão de um indivíduo num grupo, com base em critérios de nacionalidade (já discutido acima), religião, origem geográfica, pertença a clubes, partidos ou movimentos políticos, classe ou estrato social, como se exemplifica a seguir:

(34) a. O Hergé era *belga*.
b. O Manel é *do Benfica*.
c. O João é {*judeu/cristão/ateu*}.
d. O Eduardo é {(*natural*) *de Lisboa/lisboeta*}.
e. A Sofia é *socialista/marxista*.
f. A Teresa é {*aristocrata*/*burguesa*/*da classe média*}.

Os nomes que classificam e definem as entidades ou que representam o tipo a que pertencem são também aspetualmente estáveis, e, quando ocorrem com

[38] O uso de *estar* em vez de *ser* é frequente com os adjetivos de (33b,d,e). Voltamos adiante a esta questão. Ao usar *estar* em vez de *ser* em (33e), o falante pode veicular uma visão pessoal de que os estados civis são transitórios.

função predicativa combinados com o verbo *ser*, integram-se em sintagmas nominais indefinidos (cf. (35a) e a versão de (35c) com o artigo) ou reduzidos, i.e., sem especificador (cf. (35b) e a versão de (35c) sem o artigo). Quando o sujeito é um ser humano, os nomes com função predicativa denotam tipicamente uma profissão, um cargo, uma relação pessoal ou de família:

(35) a. O João é {*um operário especializado*/*um professor universitário*}.
b. O Pedro é {*ministro da educação/amigo do Luís*}.
c. A Amadora é (*uma*) *cidade*.

A presença ou ausência do artigo indefinido nos sintagmas nominais predicativos pode relacionar-se com a maior saliência, nesses sintagmas, de uma leitura extensional, quando o artigo ocorre, vs. uma leitura intensional, próxima do valor genérico de tipo (cf. Cap. 21), quando o artigo está ausente[39]. Assim, na versão de (35c) com o artigo, salienta-se a pertença da Amadora ao conjunto das cidades, i.e., o seu estatuto como membro dessa classe. Em contrapartida, na versão sem o artigo, fica mais saliente a interpretação na qual se atribui à Amadora a propriedade de manifestar em si o "tipo" conceptual 'cidade'. No entanto, na medida em que uma interpretação implica logicamente a outra, nem sempre esta diferença é claramente sentida pelos falantes.

Ocorrem também muito frequentemente como constituintes predicativos, combinando-se com *ser*, sintagmas nominais indefinidos cujo núcleo é um nome, ou um adjetivo recategorizado em nome, os quais, para além do seu significado descritivo, têm, ou podem adquirir, nesse contexto, um conteúdo expressivo. Por esse motivo, esses enunciados são muitas vezes usados pelo falante não só para caracterizar "objetivamente" o sujeito, mas também, e talvez sobretudo, para emitir sobre ele uma avaliação, positiva ou negativa, frequentemente asserida de forma enfática:

(36) a. O António é {*um génio*/*um sábio*/*um herói*/*um valente*/*um anjo*}.
b. O Pedro é {*um ateu*/*um ladrão*/*um mentiroso*/*um velho*/*um egoísta*/*um infeliz*/*um cobarde*/*um gordo*}.

Assim, p.e., dizer de alguém que é um jovem não é necessariamente dizer que é jovem (sem artigo); muitas vezes, essa asserção faz-se expressivamente sobre uma pessoa de idade avançada que tem uma aparência jovem ou que manifesta, de forma estável, uma ou mais propriedades físicas ou comportamentais típicas da juventude.

Os sintagmas nominais predicativos especificados por um determinante, especialmente quando este é definido e também, nalguns casos, quando é indefinido, podem servir para identificar uma pessoa através de uma propriedade que lhe é exclusiva (quando se usa o artigo definido) ou que a apresenta como um membro individual de uma classe contextualmente determinada (quando se usa o artigo indefinido):

(37) a. Aquele senhor ali sentado é *o meu avô*.
b. Aquele fulano é *um ministro do atual governo*.

[39] Sobre significado intensional e extensional, cf. Cap. 20. Sobre o uso predicativo de sintagmas nominais indefinidos, cf. também o Cap. 22.2.2.4, sobretudo a Caixa [9] desse capítulo.

Estas orações, que se chamam **copulativas identificadoras**, apresentam características particulares que justificam que se volte a elas numa secção posterior (cf. 30.2.4.6), comparando-as de forma mais explícita com as orações copulativas com o verbo *ser* em que se atribui uma propriedade simples ao sujeito, como as exemplificadas em (33)-(36). Antes disso, no entanto, descrevemos o uso dos restantes verbos copulativos.

30.2.4.1.2 *Estar*

O verbo copulativo *estar* usa-se com predicados episódicos, que denotam propriedades transitórias dos indivíduos, i.e., estados temporalmente limitados nos quais estes se encontram, suscetíveis de mudança frequente. Entre os adjetivos com estas características incluem-se *triste, contente*, *furioso*, *grávido*, *nervoso*, *cansado*, *seco*, *descalço*, *maduro*:

(38) a. A Maria está *grávida*.
b. O Pedro está {*furioso*/*triste*/*contente*}.
c. A carne está *seca*.
d. A criança está *descalça*.

Também se classificam como episódicos, combinando-se com *estar*, muitos particípios verbais usados adjetivalmente, como *aberto*, *arranjado*, *fechado*, *caído*, *abandonado*, *desmaiado*, *ferido*, *preso*, *pago*, *morto*[40]:

(39) a. A porta está *fechada*.
b. A ponte está *destruída*.
c. O mosteiro está *abandonado*.
d. O lagarto está *morto*.

Quando existem duas versões do particípio, uma regular e outra irregular, usa-se em geral, nas orações copulativas, a forma irregular (cf. *a camisa está limpa/*limpada*, *a corrida está ganha/*ganhada*, *o gatuno está preso/*prendido*).

Nem todos os particípios verbais se podem combinar com *estar* numa oração copulativa: só podem ocorrer nessas orações os particípios de verbos que denotam situações télicas. Uma situação é télica quando representa um processo com um fim intrínseco no qual participa uma entidade que sofre uma mudança no termo do processo. Como resultado dessa mudança, a entidade passa a um novo estado, chamado **estado resultativo** ou **estado consequente** (cf. Caps. 13 e 17). *Consertar um relógio*, p.e., é um predicado télico, que representa um processo que, quando chega ao fim, permite inferir que o relógio está consertado[41]. Ora, as orações copulativas com estes particípios e cuja cópula é *estar* representam, precisamente, o estado resultativo, ou seja, o novo estado da entidade que sofre a mudança descrita na oração ativa que tem esse verbo como predicador. A título de exemplo,

[40] Quando o particípio corresponde a um verbo transitivo, estas orações são também chamadas "passivas estativas" (cf. Cap. 13).

[41] Os verbos télicos são, na sua maioria, transitivos (*abrir*, *consertar*, *fechar*, *ferir*, *matar*, *prender*) ou inacusativos (*cair*, *desmaiar*, *morrer*). Nos primeiros, a entidade que sofre a mudança corresponde ao complemento direto; nos segundos (cf. Cap. 28.2.2.3), corresponde ao sujeito. Nos dois casos, trata-se do argumento interno do verbo (cf. Caps. 11 e 28).

considerem-se (39a) e (39d). O primeiro destes exemplos é o estado resultativo de um evento que pode ser descrito, p.e., pela frase *o professor fechou a porta*[42]; e o segundo representa o estado resultativo de um evento que pode ser descrito pela frase *o lagarto morreu* ou pela frase *alguém matou o lagarto*[43].

Compreende-se agora a razão por que o particípio *morto*, que denota a mais estável e permanente de todas as situações possíveis, ocorre com o verbo de cópula *estar* (cf. (39d)) e não com *ser*: isso deve-se ao facto de ser a forma de particípio de um verbo aspetualmente télico, junto com a generalização de que as formas desse tipo se combinam com *estar* nas orações copulativas que representam o estado resultativo[44].

30.2.4.1.3 Contextos em que se usa *ser* e *estar*

Como já se mencionou acima (cf. a discussão dos exemplos de (33)), muitos adjetivos permitem quer a cópula *ser* quer a cópula *estar*, recebendo as predicações interpretações diferentes. Admitem essa dualidade, entre muitos outros, *bonito*, *doente*, *inteligente*, *alto*, *chato*, *simpático*, *gordo*, *magro* e *alegre*. Quando se combinam com *ser*, os predicados resultantes caracterizam o sujeito "intemporalmente", como algo que contribui para o definir enquanto pessoa. Em contrapartida, quando se combinam com *estar*, caracterizam um estado em que se encontra o sujeito, temporalmente limitado, envolvendo uma situação ou uma circunstância particular; neste caso, admitem facilmente adjuntos adverbiais de natureza temporal que delimitam a duração do estado. Contrastem-se os exemplos (a) com os exemplos (b) dos seguintes paradigmas:

(40) a. A Maria *é bonita*.
b. A Maria hoje *está bonita*.

(41) a. O Pedro *é inteligente*.
b. O Pedro ontem *estava inteligente* (nem parecia ele).

(42) a. A Isabel *é simpática*.
b. Na tua festa a Isabel *esteve simpática*.

Mesmo um adjetivo estável como *alto*, que representa um estado físico relativamente inalterável durante uma boa parte da vida de um indivíduo, pode combinar-se com *estar*: cf., por exemplo, *que alto que o João está!*. Neste caso, o falante expressa não que o João tenha subitamente crescido, ou que possa mudar de altura consoante as situações particulares, mas sim que a mudança normal inerente

---

[42] No conjunto formado pelas orações ativas e pelas orações copulativas com *estar*, devem-se incluir também as orações copulativas com *ficar*, que descrevem o estado resultativo na perspetiva da mudança que leva a ele: cf. *o professor fechou a porta – a porta ficou fechada – a porta está fechada* (cf. 30.2.4.4).

[43] A forma *morto* é ambígua entre particípio passado do verbo intransitivo *morrer* e particípio passado do verbo transitivo *matar* (cf. *ele tem morto/matado todos os lagartos que encontra no jardim*).

[44] O facto de o adjetivo *vivo* (que não é um particípio passado) se combinar com *estar* (cf. *o lagarto está vivo*), e não com *ser*, deve-se plausivelmente ao paralelismo que os falantes sentem haver entre *vivo* e *morto*, tanto do ponto de vista semântico como do ponto de vista do uso. Para além disso, quando se diz "estar vivo", há sempre um contexto de contraposição a uma eventualidade de "estar morto", o que contraria a visão de estabilidade deste particípio.

a esta propriedade estável é para ele inesperada[45], ou que a altura do João sofreu uma alteração tal desde a última vez que o viu que deixou de corresponder à sua expectativa da aparência do indivíduo.

Muitas vezes, do uso de *estar* com os adjetivos que admitem ambas as cópulas parece inferir-se que a propriedade por eles denotada, embora se manifeste episodicamente no sujeito na ocasião descrita, não o caracteriza realmente como indivíduo, o que pode ser facilitado por continuações como a que se assinala entre parênteses em (41b). Uma inferência desse tipo também parece existir em (42b), nomeadamente a de que a Isabel não é normalmente simpática, mas apresentou temporariamente essa qualidade na situação em questão. Estas inferências, no entanto, não parecem ser uma característica necessária do uso de *estar* com estes verbos. Assim, p.e., (40b) é perfeitamente compatível com o facto de a Maria ter beleza como propriedade estável, e pode ser usada pelo falante apenas como realce de que, nesse dia particular, essa característica sobressaía particularmente. O mesmo efeito pode ser obtido em (41b), substituindo a expressão entre parênteses por algo como *mais do que já é normalmente*.

Os adjetivos que admitem *ser* e *estar* exemplificados em (40)-(42) têm o mesmo significado lexical quando se combinam com os dois verbos, apenas se alterando a interpretação aspetual do predicado, entre episódica e estável. Existem adjetivos, no entanto, que alteram, mais ou menos acentuadamente, o seu significado, usualmente através de uma extensão metafórica, como (entre outros) *bom*, *mau*, *cego*, *decente*, *seco* e *maduro* (cf. Fernández Leborans 1999:2430s). Na realidade, essa alteração de sentido correlaciona-se não só com o uso de *ser* ou *estar*, mas também, por vezes, com a natureza semântica do sujeito, entre [+humano] e [–humano]. Assim, p.e., o adjetivo *bom* tem uma aceção estética ou moral em *ser bom*, aplicável tanto a pessoas como a coisas (cf. *o Pedro é bom*, *o livro é bom*), mas é usado para avaliar positivamente alimentos em *estar bom* (cf. *o bacalhau à Brás está bom*)[46]; o adjetivo *cego* denota uma incapacidade física em *ser cego*; quando se combina com *estar*, pode ter o mesmo significado, num uso aspetualmente episódico (cf. *ele está momentaneamente cego*), mas também pode adquirir um sentido metafórico, próximo de 'incapaz de raciocinar', como em *estás cego, pá? não vês que essa mulher te vai arruinar e depois te abandona?* O predicado *estar seco* denota um estado físico ('não molhado'), selecionando um sujeito concreto (cf. *a toalha está seca*), ao passo que *ser seco* denota uma atitude comportamental, selecionando um sujeito humano; cf. *a Joana é seca*). O leitor poderá verificar que *ser decente* e *estar decente*, *ser maduro* e *estar maduro* têm também significados diferentes, relacionados metaforicamente.

> [4] O facto de muitos adjetivos se poderem combinar quer com *ser* quer com *estar* levanta a questão de saber qual é a sua caracterização aspetual básica. Em vários casos, a nossa intuição pode pender para um lado ou para outro – assim, p.e., os adjetivos em (33b,d) e em (40)-(42) têm uma interpretação preferencialmente estável, e tendem a usar-se com *ser*, enquanto adjetivos como *triste* e *alegre* têm uma interpretação preferencialmente episódica, e tendem a usar-se com *estar*. Contudo,

[45] Recorde-se que as propriedades estáveis não são permanentes e podem também mudar, o que é certamente o caso da altura de uma pessoa.

[46] Se for o tipo a ser avaliado, usa-se *ser*: cf. *bacalhau à Brás é muito bom*; sobre a noção de tipo (vs. exemplar), cf. Cap. 21.

existe um tipo de construção predicativa que aceita praticamente apenas predicados aspetualmente episódicos – nomeadamente as predicações secundárias adjuntas descritivas (cf. 30.3.4.3). Assim, são aceitáveis frases como *a Maria saiu de casa* {*cansada*/*alegre*/*triste*/*furiosa*}, ou *a Maria saiu da clínica ainda grávida*; em contrapartida, são relativamente anómalos, ou estranhos, enunciados como *#a Maria saiu de casa* {*inteligente*/*bonita*/*simpática*/*egoísta*/*cristã*}[47]. Estes adjetivos, por conseguinte, são estáveis. Logo, quando, p.e., *bonita*, *inteligente* e *simpática* se combinam com *estar* (cf. os exemplos (b) de (40)-(42)), são recategorizados em episódicos. Em contrapartida, quando *triste* e *alegre* se combinam com *ser*, são recategorizados em estáveis (cf. *a Maria é triste/alegre*). Para alguns falantes, a recategorização de um adjetivo de episódico em estável (e a sua consequente combinação com *ser*) é menos aceitável do que a recategorização inversa. Frequentemente, esses falantes preferem usar uma predicação de base nominal, com um SN indefinido, em que o próprio adjetivo é recategorizado em nome (cf. *o João é um bêbado*, *a Maria é uma triste*) ou modifica o nome *pessoa* (ou um sinónimo adequado): cf. *a Maria é uma pessoa triste/alegre*.

30.2.4.2 *Continuar* e *andar*

Estes dois verbos copulativos representam continuidade temporal da propriedade atribuída ao sujeito ou do estado em que este se encontra.

O uso mais normal do verbo *continuar* é como cópula de constituintes predicativos episódicos (i.e., que se combinam preferencialmente com *estar*), marcando essencialmente que um estado temporário se prolonga[48]:

(43) a. A Maria continua doente/cansada.
b. A porta continua aberta/fechada.
c. A Ana continua {com dores de cabeça/com febre/com má cara}.
d. A situação política continua tensa.

O verbo *continuar* pode também usar-se com predicados estáveis não permanentes (cf. 30.2.4.1.1), assinalando-se nesse caso que uma determinada propriedade estável mas suscetível de mudança continua a caracterizar o indivíduo, talvez contra as expectativas do falante[49]:

(44) a. O rapaz continua baixo (para a idade).
b. O Pedro continua português (apesar de viver em França há 15 anos).
c. A Ana continua inteligente (apesar de só ver telenovelas).

Tal como *continuar*, o verbo *andar* assinala o prolongamento de um estado episódico, mas veicula implicitamente a ideia de que este está em vias de se tornar habitual. Ou seja, um pouco paradoxalmente, *andar* apresenta um estado episódico quase como estável, mas dentro de um enquadramento temporal limitado, ainda que mais extenso do que o normal. Frequentemente, essa extensão temporal da situação assinala-se com advérbios apropriados:

---

[47] Este critério também se aplica a predicados não adjetivais: cf., por exemplo, *a Maria saiu de casa com má cara/com febre* vs. *#a Maria saiu de casa do Benfica* (na interpretação em que *do Benfica* designa uma característica da Maria).

[48] Nalguns enunciados, parece também inferir-se do uso deste verbo que o estado se prolonga contra as expectativas do falante; ou seja, que o falante acha que o estado já deveria ter terminado.

[49] *Continuar* não pode ser usado como cópula de predicados estáveis permanentes, como se vê pela estranheza de *#o Pedro continua natural de Lisboa*. De facto, não tem sentido dizer que uma situação que não pode mudar continua.

(45) a. Ultimamente, a Rita anda {cansada/doente/com má cara}.
b. Desde que o Presidente dissolveu a Assembleia, a situação política anda tensa.

Diferentemente de *continuar*, e tal como *estar*, *andar* só se combina com constituintes predicativos episódicos, plausivelmente por não ter sentido alargar temporalmente a duração de uma propriedade que já de si é estável (cf. a estranheza de *#o Pedro anda português* ou de *#a Maria anda solteira*).

30.2.4.3 *Parecer* e *revelar*-se

Estes dois verbos copulativos distinguem-se dos restantes por terem uma componente semântica modal, de natureza epistémica (cf. Caps. 18 e 29). Com *parecer*, veicula-se uma atitude de relativa incerteza sobre a atribuição de uma propriedade ao sujeito; com *revelar-se*, veicula-se uma aceção de "descoberta" no modo como uma propriedade é atribuída ao sujeito.

30.2.4.3.1 *Parecer*

Parecer, como verbo de cópula, tem um sentido muito próximo, se não idêntico ao do seu homólogo pleno, denotando crença numa situação construída com base numa evidência percetual, ou simplesmente obtida a partir de terceiros; essa crença, no entanto, não é forte; ou seja, o uso de *parecer* veicula um certo grau de incerteza na atribuição da propriedade ou do estado à entidade representada pelo sujeito. Este verbo pode combinar-se com um pronome dativo, que representa o experienciador da crença (cf. *a Maria parece-lhe doente*); neste caso, o falante assere que um determinado indivíduo, designado pelo pronome, atribui de forma não categórica uma propriedade ou um estado ao sujeito (a Maria estar doente, na frase dada como exemplo). Em alternativa, o verbo pode ser usado sem complemento indireto (cf. *a Maria parece doente*), significando, nesse caso, que o experienciador da crença é o próprio falante[50].

Como verbo de cópula, *parecer* combina-se com constituintes predicativos quer de natureza estável (cf. (46)) quer de natureza episódica (cf. (47)):

(46) a. A Maria parece {corajosa/fiel ao seus princípios}.
b. O Fernando parece um excelente aluno.
c. O espetáculo parece um sucesso.
d. O Rui parece português.

(47) a. O Pedro parece {bêbado/cansado/triste}.
b. A criança parece de mau humor.
c. O lagarto parece morto.
d. O mosteiro parece abandonado.

[50] Este significado pode também ser obtido com um complemento indireto pronominal de 1.ª pessoa do singular: cf. *a Maria parece-me doente*. Embora subtis, parecem existir diferenças semânticas entre as duas alternativas. Com o pronome, a evidência que suporta a crença parece ter como origem exclusivamente o falante (tal como nos exemplos em que o pronome não é de 1.ª pessoa, em que a evidência é da exclusiva responsabilidade da pessoa designada pelo pronome). Em contrapartida, sem o pronome, a evidência pode ter origem em pessoas distintas do falante, é uma espécie de "ouvir dizer", de origem diluída. Ou seja, nas frases sem o pronome, parece haver uma partilha generalizada da crença, i.e., veicula-se o pressuposto de que não é só o falante que crê, mas que se trata de uma opinião generalizada.

Com o verbo *parecer*, resultam pragmaticamente estranhos enunciados em que o constituinte predicativo denota uma propriedade facilmente acessível, sobretudo percetualmente: cf. a relativa estranheza de *#o carro parece azul*, *#a Maria parece gorda/magra*, *#a criança parece alta* (sobretudo se estes enunciados forem ditos na presença da entidade referida pelo sujeito e não houver obstáculos a uma perceção correta da propriedade). Esta restrição parece dever-se à natureza modal de *parecer*, nomeadamente o facto de exprimir dúvida, o que parece entrar em conflito com a natureza evidente, facilmente percecionável, de propriedades físicas como ser alto, gordo ou magro (que, em condições normais, não deixam lugar para dúvida).

O verbo *parecer* pode também combinar-se com um sintagma nominal definido ou indefinido, significando, nesse caso, semelhança física, psicológica ou comportamental de dois indivíduos: cf. *o Pedro parece o Rui*, *a Idalina parece uma amiga minha com quem jantei ontem*, *o João parece o assassino do Smith*. Neste caso, contudo, o sintagma nominal pós-verbal não é predicativo, mas sim plenamente referencial; ou seja, designa diretamente um indivíduo, e não uma propriedade, sendo, portanto, questionável que *parecer* seja aqui um verbo de cópula[51]. Corroborando esta conclusão, o mesmo significado de semelhança (mas restringida, para muitos falantes, ao domínio físico) pode ser veiculado por *parecer*, conjugado reflexamente, em frases nas quais seleciona um complemento preposicional: cf. *o Pedro parece-se com o Rui*, *a Idalina parece-se com uma amiga minha com quem jantei ontem*, *o João parece-se com o assassino do Smith*.

30.2.4.3.2 *Revelar-se*

Este verbo mantém praticamente sem alteração um dos sentidos que tem como verbo pleno, que se pode descrever como '(fazer) vir a público uma determinada situação que não era conhecida ou que não estava visível': cf. *o comportamento do Pedro revelou a sua enorme coragem* (uso transitivo, sem o pronome *se*), *revelou-se a sua enorme coragem* (uso intransitivo, com conjugação reflexa obrigatória) ou ainda *afinal, revelou-se que o Luís tinha mesmo ganho a sorte grande*, em que o verbo, usado intransitivamente, seleciona um sujeito oracional[52]. O uso transitivo tem um sentido causal, que se perde nos usos intransitivos, semanticamente incoativos (cf. Caps. 13 e 28):

Quando usado como verbo de cópula, *revelar-se* (obrigatoriamente com conjugação reflexa) tem apenas o significado incoativo dos usos intransitivos. Ou seja, infere-se a ideia de que a propriedade atribuída ao sujeito, embora existindo previamente, não era conhecida pelo falante, dando-se a conhecer:

(48) a. A Maria revelou-se {corajosa/fiel ao seus princípios}.
b. O Fernando revelou-se um excelente aluno.
c. Tudo isso se revelou uma mentira.

[51] Sobre este uso de *parecer*, cf. também o Cap. 37.5.2.1.3. Esta leitura é distinta da que se tem em orações copulativas identificadoras com o verbo *ser*: cf. *o João é o assassino do Smith*. Neste caso, o SN definido *o assassino do Smith* tem um valor predicativo, servindo para atribuir ao João uma determinada propriedade individual que ele é o único a possuir (cf. 30.2.4.6 e Cap. 22.1.2.2).

[52] O verbo *revelar* pode ser usado transitivamente com um sujeito humano, adquirindo, nesse caso, um sentido também declarativo: cf. *a Maria revelou que estava grávida*. Neste caso, a componente semântica 'fazer vir a público' é o resultado de uma comunicação. O sentido de *revelar-se* como verbo copulativo (cf. (48)) não inclui qualquer componente semântica declarativa.

O uso desta cópula pressupõe que há uma situação nova qualquer, na qual a entidade referida pelo sujeito se vê envolvida, e que causa o reconhecimento pelo falante de que ela possui a propriedade em questão[53].

O uso copulativo de *revelar-se* pode ser parafraseado por uma construção em que este verbo seleciona uma oração com a função de sujeito, como no terceiro exemplo dado no primeiro parágrafo desta subsecção; em particular, o sujeito dessa oração corresponde ao sujeito da oração copulativa: cf., por exemplo, *revelou-se que a Maria é* {*corajosa*/*fiel aos seus princípios*}, e compare-se com (48a).

Como verbo de cópula, *revelar-se* combina-se preferencialmente com constituintes predicativos que denotam propriedades estáveis. A sua combinação com constituintes predicativos episódicos é sentida como estranha (mas ver o final do parágrafo seguinte): cf. *#o Pedro revelou-se* {*embriagado/cansado/com fome*}, *#a criança revelou-se* {*descalça/farta dos amigos*}.

No entanto, nem todos os constituintes predicativos estáveis se podem combinar com *revelar-se*. De facto, são sentidas como estranhas orações em que o verbo se combina com predicados estáveis que denotam propriedades que podem ser percecionadas de maneira evidente em condições normais (cf. *#a Maria revelou-se gorda/magra*, *#o Pedro revelou-se alto* ou *#o carro revelou-se azul*). Plausivelmente, isto deve-se ao facto de estas propriedades serem (em situações normais) imediatamente acessíveis aos sentidos (particularmente à visão), não sendo, portanto, suscetíveis de serem "destapadas" e dar lugar a um reconhecimento da sua existência. A corroborar esta conclusão, veja-se que, em contrapartida, são relativamente aceitáveis orações com um constituinte predicativo episódico, desde que seja pragmaticamente plausível inferir-se que a propriedade ou o estado em questão não era imediatamente acessível, necessitando de uma investigação ou uma inquirição para a sua descoberta (cf., por exemplo, *o mosteiro revelou-se abandonado* ou *depois de uma inspeção cuidadosa, a casa revelou-se muito suja*).

30.2.4.4 *Ficar*

Este verbo copulativo descreve um estado em que o sujeito se encontra, mas perspetivando-o como o resultado de uma mudança a partir de um estado anterior; nesse aspeto, apresenta uma componente semântica "dinâmica", partilhada por *revelar-se* e *tornar-se* (cf. 30.2.4.5), mas não pelos restantes verbos copulativos. Esse estado anterior não é diretamente expresso na predicação, mas pode inferir-se semanticamente (ou pragmaticamente) como sendo contrário ao estado descrito. Pode, pois, ser expresso por um constituinte que é um antónimo do constituinte predicativo que ocorre com *ficar*. Assim, da frase *a Maria ficou doente* infere-se que a Maria, anteriormente, estava bem de saúde. Em suma, o verbo *ficar* permite assinalar o processo da mudança e o estado que resulta da mudança – o "estado resultativo" ou "estado consequente" (cf. 30.2.4.1.2 e Cap. 17).

Ficar combina-se sobretudo com constituintes predicativos de natureza episódica; de facto, na medida em que estes denotam estados temporários dos indivíduos,

[53] Este reconhecimento veiculado por *revelar-se* faz lembrar um véu que se remove, revelando algo que estava tapado. Este verbo pressupõe também, por vezes, que o reconhecimento pelo falante de que o sujeito possui a propriedade em questão vai contra as suas expectativas; daí o uso frequente do advérbio *afinal* nestas frases, marcando que a situação é inesperada (cf. *afinal, a Maria revelou-se corajosa*).

são aqueles que mais naturalmente são suscetíveis de mudança. Assim, praticamente todos os constituintes predicativos que se combinam com *estar* podem combinar-se com *ficar*, incluindo os particípios de verbos que denotam situações télicas, como se ilustra, respetivamente, em (49) e (50) (cf. 30.2.4.1.2 e Caps. 13 e 17)[54]:

(49) a. A Maria ficou grávida.
b. O Pedro ficou {furioso/triste/contente}.
c. A carne ficou seca.
d. A criança ficou descalça.
e. A Maria ficou caída no chão.

(50) a. A porta ficou fechada.
b. A ponte ficou destruída.
c. O mosteiro ficou abandonado.
d. A criança ficou ferida.

Tal como *estar*, *ficar* apresenta o estado resultativo num enquadramento temporal durativo, inferindo-se do seu uso que o novo estado se mantém durante algum tempo. A diferença é que, com *ficar*, a duratividade do novo estado é perspetivada diretamente como resultado de uma mudança[55].

A componente aspetual durativa de *ficar* pode ser realçada com advérbios de duração temporal, ou que marcam um limite temporal, o que por vezes coloca em segundo plano a componente semântica de mudança:

(51) a. O Pedro ficou bêbado durante toda a festa.
b. A porta ficou fechada enquanto durou a tempestade.
c. O mosteiro ficou abandonado desde a invasão dos Árabes.
d. A criança ficou caída no chão até alguém a socorrer.

> [5] A componente semântica de mudança é especialmente atenuada quando *ficar* se combina com particípios formados a partir de verbos inacusativos, como *desmaiar* e *cair*. Assim, em enunciados como *a Maria ficou caída/desmaiada*, minimiza-se a mudança de estado e acentua-se a duratividade do estado resultativo. Nestes casos, para representar a mudança, usa-se sobretudo o próprio verbo pleno numa frase não copulativa: cf. *a Maria caiu/desmaiou*. Nos exemplos com *ficar*, a duração que se representa é mesmo assim limitada, visto que os particípios dos verbos inacusativos são semanticamente episódicos. Isto é, dessas frases infere-se que a Maria ficou caída ou desmaiada durante um período de tempo limitado, que pode ser assinalado por adjuntos adverbiais adequados: cf. *a Maria ficou caída/desmaiada* {*durante cinco minutos/até que a socorressem*}.

[54] As orações com *ficar* cujo constituinte predicativo é um particípio são também chamadas "passivas resultativas" (cf. Cap. 13). *Ficar* também se pode combinar com constituintes predicativos que denotam posse (tipicamente sintagmas preposicionais cujo núcleo é a preposição *com*), perspetivando essa posse como um novo estado que resulta de uma mudança a partir de um estado de não posse (cf. *a filha mais velha ficou com as joias*).

[55] Nos termos da semântica formal, pode dizer-se que *ficar* = [operador de mudança + *estar*]. Com alguns adjetivos, a componente da mudança pode ser realçada e "prolongada", usando *estar* (*a*) como auxiliar de *ficar* copulativo: cf. *o Pedro está a ficar bêbado/triste*, *a carne está a ficar seca*.

Nas frases copulativas com *ficar*, usa-se preferencialmente o pretérito perfeito simples no verbo para representar o evento simples da mudança de estado e da duratividade do novo estado. Ou seja, correspondendo a *a Maria está doente*, diremos *a Maria ficou doente* para assinalar a mudança de estado, e não *a Maria fica doente*[56]. Plausivelmente, isto deve-se ao facto de a enunciação de frases com *ficar* ter tipicamente lugar no momento em que o novo estado já existe, logo, para incluir o momento da mudança é necessário usar um tempo passado. Para além disso, como a mudança em si já está completada, o tempo tem de ser aspetualmente perfectivo: ou seja, temos as propriedades que caracterizam o pretérito perfeito simples (cf. Cap. 15).

O verbo *ficar* pode também usar-se com constituintes predicativos semanticamente estáveis mas não permanentes, em que se atribui uma nova propriedade estável ao sujeito. Neste uso, são frequentes constituintes predicativos nominais (sem determinante) que representam cargos ou profissões, mas não só:

(52) a. O Rui ficou presidente do clube.
b. O Zé ficou leitor em Madrid.
c. A Joana ficou presidente da associação de moradores.
d. O Rui ficou diabético.

Ficar também pode ser usado para assinalar uma mudança de grau dentro de uma propriedade estável: cf. *o António ficou mais alto* ou ainda *com o passar do tempo, a Maria ficou mais inteligente*.

30.2.4.5 *Tornar-se*

O verbo *tornar-se*, no seu uso copulativo, é semanticamente próximo de *ficar*, com o qual partilha o sentido de mudança de estado. No entanto, introduz uma ideia de conversão ou de transformação (próxima do sentido do verbo *transformar-se*, mas menos radical), que *ficar* não tem[57]:

(53) a. O mundo tornou-se (*n*)*um sítio melhor*.
b. As máquinas de escrever tornaram-se *inúteis*.
c. O espetáculo tornou-se {*cansativo*/*monótono*/*um pesadelo*}.

Este verbo combina-se preferencialmente com constituintes predicativos de natureza estável não permanente, assinalando a mudança de uma propriedade estável noutra propriedade estável[58]. Em contrapartida, a combinação do verbo com constituintes predicativos episódicos resulta em enunciados estranhos: cf. #*o Rui tornou-se* {*cansado/com má cara*}, #*o Pedro tornou-se zangado* (comparar com *o Rui ficou* {*cansado/com má cara*}, *o Pedro ficou zangado*). Note-se também que em *a Maria*

[56] Com o presente do indicativo, obtém-se uma leitura habitual, sobretudo com adjuntos adverbiais apropriados: cf. *a Maria fica doente com frequência*.

[57] Embora *transformar-se* partilhe várias propriedades sintáticas e semânticas com *tornar-se* (em particular, são ambos verbos de alternância causativa-incoativa – cf. 30.2.5.5), não o consideramos copulativo porque, contrariamente a *tornar-se*, não se combina com adjetivos: cf. **o espetáculo transformou-se cansativo/monótono* (compare-se com (53c)). Ora, este é um dos critérios necessários para incluir um verbo nessa classe (cf. 30.2.3).

[58] Este facto relaciona-se plausivelmente com a componente semântica de "transformação" veiculada por este verbo. É mais natural considerar que um indivíduo se transforma quando sofre uma mudança de um estado estável do que quando sofre uma mudança de um estado episódico.

tornou-se triste, o adjetivo é reinterpretado como denotando um estado estável; ou seja, infere-se que, depois da mudança, a Maria é uma pessoa triste, não que está triste (esta última inferência obtém-se de *a Maria ficou triste*).

30.2.4.6 Orações copulativas caracterizadoras e orações copulativas identificadoras

As orações copulativas com o verbo *ser* classificam-se em duas grandes classes, que se distinguem pelo tipo de propriedade denotada pelo predicado. Numa delas, o predicado denota uma característica geral que o sujeito possui:

(54) a. O Pedro é baixo.
b. O Pedro é de Lisboa.
c. O Pedro é cliente da Livraria Bertrand.
d. O Pedro é engenheiro.
e. O Pedro é um amigo meu.

Acumulando um número suficiente de tais propriedades, pode-se eventualmente identificar uma entidade na sua individualidade própria, distinguindo-a de todas as outras. No entanto, consideradas isoladamente, nenhuma destas propriedades é, por si só, suficiente para identificar uma entidade. Antes, cada uma delas atribui-lhe uma característica geral e classifica-a como membro de um conjunto que contém todas as entidades que partilham essa propriedade. Por esse motivo, as orações do tipo de (54) chamam-se **orações copulativas de caracterização geral**[59].

Nestas orações, o constituinte predicativo pode ser um sintagma adjetival (cf. (54a)), um sintagma preposicional (cf. (54b)) ou um sintagma nominal (cf. (54c-e)). Este pode ser reduzido, i.e., sem determinante (cf. (54c,d)) ou ser especificado pelo artigo indefinido (cf. (54e)), e em geral é constituído por um nome, por vezes combinado com um complemento ou modificado por um adjetivo relacional ou por um sintagma preposicional classificador (cf. Cap. 27.3.2.1)[60].

Consideremos agora as seguintes orações copulativas, nas quais quer o sujeito quer o constituinte predicativo (em itálico) são sintagmas nominais definidos:

(55) a. O Rui é *o meu professor de Matemática*.
b. Aquele senhor ali sentado é *o linguista que escreveu as Estruturas Sintáticas*.
c. Ele é *o assassino do Smith*.

Nestes exemplos, o sintagma nominal predicativo (em itálico) descreve uma propriedade que faz sobressair o sujeito enquanto indivíduo, e não como simples portador de uma característica geral. Para além disso, o uso do artigo definido no SN predicativo permite inferir que essa propriedade se aplica a um só indivíduo. O conteúdo da predicação, neste caso, consiste em dizer que o indivíduo (único) que tem essa propriedade é aquele que é referido pelo sujeito da oração copulativa. Por outras palavras, a predicação, nestes casos, identifica o indivíduo representado pelo sujeito como sendo o portador exclusivo da propriedade individual definida pelo SN predicativo. O verbo *identificar*, usado na frase anterior, é importante:

[59] Este termo é adaptado de Fernández Leborans (1999). A maior parte dos exemplos discutidos em 30.2.4.1 são deste tipo.
[60] Sobre as leituras diversas determinadas por um SN reduzido ou por um SN indefinido nas orações copulativas de caracterização geral, cf. 30.2.4.1.1.

o constituinte predicativo, neste caso, não classifica propriamente o indivíduo referido pelo sujeito como pertencendo a uma classe geral, mas *identifica-o* como sendo o portador de tal ou tal propriedade. Assim, em (55a) identifica-se o Rui como tendo a propriedade de ser o (único) indivíduo que é professor de Matemática do falante; em (55b), identifica-se o indivíduo referido pelo SN *aquele senhor ali sentado* (para o qual o falante poderá apontar, reforçando o conteúdo dêitico referencial veiculado pelo determinante demonstrativo) como tendo a propriedade de ser o (único) linguista que escreveu o livro chamado *Estruturas Sintáticas*; e, em (55c), o falante identifica a pessoa referida pelo pronome pessoal como tendo a propriedade de ser o indivíduo (único) que matou o Smith. Devido a servir essencialmente para identificar um indivíduo como portador de uma propriedade individual (e que lhe é exclusiva, nestes exemplos com o artigo definido), estas construções com o verbo *ser* recebem o nome de **orações copulativas identificadoras**.

Ao discutir estes exemplos, considera-se por vezes que o sintagma nominal predicativo é referencial, tal como o sintagma nominal sujeito, isto é, que se liga diretamente com uma entidade (com um indivíduo) do mundo (cf. Cap. 22), e que a função do verbo *ser*, nestas orações, seria a de asserir que ambas as expressões apontam para o mesmo referente; por outras palavras, essa função consistiria em asserir a identidade de dois referentes introduzidos autonomamente por cada um dos sintagmas nominais.

Pensamos, no entanto, que é descritivamente mais adequado, do ponto de vista semântico, dizer que, nestas construções, só o sintagma nominal sujeito é referencial, e atribuir ao sintagma nominal predicativo uma **leitura atributiva**, no sentido de Donnellan (1966) (cf. Cap. 22.1.2.2). Nesta leitura, o SN predicativo definido representa (ou denota) o indivíduo *x*, qualquer que ele seja, que é o único ao qual se aplica a descrição veiculada pelo grupo nominal do SN (nos exemplos, ser professor de Matemática do falante, ser linguista e ter escrito as *Estruturas Sintáticas*, e ter matado o Smith). Por outras palavras, o SN representa uma **propriedade individual**, que se manifesta num indivíduo *x*, perspetivado como tal e não enquanto simples membro de um conjunto, e que, para além disso, devido ao uso do artigo definido, é o único portador dessa propriedade (ou seja, a propriedade é individual e exclusiva dele).

Nesta perspetiva, a predicação veiculada por estas orações assere que o portador dessa propriedade individual, o indivíduo *x* a quem ela se aplica de modo exclusivo, é a pessoa referida pelo SN sujeito[61]. Ou seja, o SN predicativo serve para identificar o indivíduo referido pelo sujeito como sendo o portador (único) da propriedade individual que ele (SN predicativo) veicula[62].

As orações copulativas identificadoras são muito usadas quando um dos participantes no discurso desconhece uma pessoa presente na situação da enunciação, ou que é introduzida no universo do discurso no decorrer da conversação, e pede

[61] Nesse aspeto, as predicações veiculadas pelas orações identificadoras não são diferentes das veiculadas nas orações caracterizadoras: trata-se, nos dois casos, de atribuir uma propriedade ao sujeito da frase. A natureza da propriedade é que é diferente.

[62] A unicidade é uma função do uso do artigo definido no SN predicativo das orações identificadoras. As orações copulativas identificadoras em que o SN predicativo é especificado por um artigo indefinido discutem-se adiante.

ao seu interlocutor que lhe dê informação sobre ela, para dela poder construir uma "imagem" cognitiva que a identifique através de propriedades de natureza individual. Essas propriedades incidem frequentemente sobre a sua profissão, cargo ou função, ou sobre a relação familiar ou pessoal que essa pessoa tem com outros indivíduos que o interlocutor conhece. Em geral, para obter uma informação deste tipo, faz-se uma pergunta iniciada pelo pronome interrogativo *quem*. Assim, p.e., numa conversa em que se tenha falado sobre um indivíduo chamado Rui, que um dos participantes no discurso não conhece, este poderá perguntar *mas quem é o Rui?*, e a sua expectativa é que o seu interlocutor lhe responda na forma de uma oração copulativa identificadora, p.e., *o Rui é o meu professor de Matemática*. Noutro tipo de situação, a pergunta poderá ser feita sobre alguém que está fisicamente presente no contexto situacional, e de quem se pretende obter informação: *quem é aquele senhor ali sentado?* De novo, a resposta esperada é uma oração copulativa identificadora, p.e., *aquele senhor ali sentado é o linguista que escreveu as Estruturas Sintáticas*[63].

Outro contexto discursivo que favorece a produção destas orações são as apresentações, que geralmente incluem algum tipo de informação individual sobre a pessoa apresentada: p.e., *apresento-lhe o João Rosário. O João Rosário é o dono do clube de futebol da minha terra*, em que o SN predicativo serve para o ouvinte inserir a pessoa identificada na rede social complexa que relaciona os indivíduos que conhece.

Nas orações copulativas identificadoras de (55), o SN referencial, com a função de sujeito, ocorre antes da cópula *ser* (é pré-verbal), e o SN predicativo, que veicula a propriedade individual, ocorre depois da cópula (é pós-verbal). Estas orações têm, pois, uma **ordem canónica**, ou **direta**, típica das estruturas frásicas não marcadas do português. A ordem inversa desta também é possível, como se ilustra em (56) (compare-se com (55)):

(56) a. *O meu professor de Matemática* é o Rui.
b. *O linguista que escreveu as Estruturas Sintáticas* é aquele senhor ali sentado.
c. *O assassino do Smith* é ele.

Nas construções de (56), o SN referencial é pós-verbal, e o SN predicativo, que introduz a propriedade individual, é pré-verbal. Estas orações identificadoras, que têm uma **ordem inversa** da ordem das de (55), chamam-se **orações especificativas**, visto que neste caso o SN pós-verbal especifica a referência do portador da propriedade individual veiculada no SN predicativo pré-verbal – o inverso daquilo que sucede nas orações identificadoras de ordem canónica[64].

> [6] Assumimos aqui que o sujeito gramatical das orações especificativas (i.e., com ordem inversa) continua a ser a expressão referencial, ou seja, o SN pós-verbal. O padrão de concordância que se obtém quando o SN predicativo é de 3.ª pessoa e o SN referencial é um pronome de 1.ª ou 2.ª pessoa parece confirmar esta conclusão:
>
> (i) a. *Nós* somos os amigos do João. (ordem canónica)
> b. Os amigos do João somos *nós*. (ordem inversa)

[63] A pergunta pode, evidentemente, ser feita por quem dá a resposta: *sabes quem é aquele senhor que está ali sentado? é o linguista que escreveu as Estruturas Sintáticas*. Neste exemplo, a oração identificadora tem um sujeito nulo, anaforicamente ligado ao SN referencial da pergunta.

[64] Sobre as orações especificativas, cf. também o Cap. 36.7.3.2.1.

Na oração especificativa (ib), o verbo concorda em pessoa e número com o pronome pós-verbal de 1.ª pessoa do plural. Assumindo (por definição) que o sujeito gramatical da frase é o SN que determina a concordância verbal, conclui-se que, nas orações especificativas, este é o SN pós-verbal, que é também o SN referencial.

No entanto, nem sempre é o SN referencial a determinar a concordância verbal nas orações copulativas identificadoras, o que abre um conflito entre dois critérios plausíveis para definir o sujeito gramatical destas orações: um critério baseado na concordância e outro critério baseado na referencialidade do SN. Deixamos esta questão em aberto, voltando a ela no Cap. 46.

Ainda que as orações identificadoras de ordem direta e de ordem inversa veiculem a mesma proposição, ou seja, tenham o mesmo valor de verdade (relativamente a uma dada situação, é impossível que uma delas seja verdadeira e a outra falsa), não têm as mesmas condições de uso, no que respeita ao modo como veiculam a informação. As orações de ordem direta, como vimos, dão-nos informação sobre um indivíduo presente no contexto situacional ou acessível cognitivamente aos interlocutores por ter sido introduzido no universo do discurso (*quem é o Pedro?* ou *quem é aquele fulano? – é o dono da fábrica de parafusos da minha terra*). Por outras palavras, identifica-se um indivíduo através de uma descrição que se lhe aplica.

Em contrapartida, nas orações especificativas, um dos interlocutores assume que há uma pessoa qualquer que satisfaz uma determinada propriedade individual, e quer saber quem é essa pessoa (*quem é o dono da fábrica de parafusos da tua terra? – é o Pedro* ou *é aquele fulano*). Por outras palavras, especifica-se o portador de uma propriedade individual através de um sintagma nominal referencial.

As orações copulativas identificadoras de ordem canónica também podem ter um SN predicativo especificado pelo artigo indefinido:

(57) a. O Pedro é *um professor da minha universidade*.
b. Aquele fulano ali sentado é *um jogador de futebol que joga no estrangeiro*.
c. O teu amigo economista não é *um dos membros da troica*?

Neste caso, a propriedade introduzida pelo SN predicativo continua a ser individual, ou seja, é apresentada como manifestando-se num indivíduo *x*, mas que não é necessariamente o único a quem a propriedade se aplica. Ou seja, neste caso, não se exclui que haja outros indivíduos que satisfaçam também essa propriedade (p.e., em (57a), o ouvinte assume que há mais de um professor na universidade do falante, caso contrário este teria usado o artigo definido).

Estas orações só ocorrem normalmente com ordem direta. A ordem inversa, no entanto, é possível quando se quer focalizar contrastivamente o SN referencial, numa interpretação em que o falante pretende realçar que um determinado indivíduo, e não outro, é, efetivamente, um dos portadores da propriedade em questão. Essas frases têm uma entoação particular e o SN referencial recebe um acento mais forte, chamado "acento contrastivo": cf., por exemplo, correspondendo a (57a), *um professor da minha Universidade é o Pedro (, não o João)*.

No entanto, quando não há interpretação focalizadora, um SN indefinido em posição inicial tem canonicamente um valor referencial, não predicativo. Assim, p.e., em (58a), o SN indefinido *um amigo meu* é referencial e o SN definido *o diretor do Banco da Gronelândia* é predicativo. Esta frase tem uma variante com ordem inversa,

em que o SN predicativo, definido, ocorre em posição inicial e o SN referencial, indefinido, ocorre em posição final (cf. (58b)):

(58) a. Um amigo meu é o diretor do Banco da Gronelândia.
b. O diretor do Banco da Gronelândia é um amigo meu.

Na medida em que os sintagmas nominais indefinidos também ocorrem predicativamente em orações copulativas de caracterização geral, é possível destacar algumas das propriedades semânticas que distinguem estas orações das identificadoras, através de contrastes em que, nos dois casos, se tem um SN indefinido pós-verbal. Comparem-se, assim, os exemplos de cada um dos seguintes paradigmas:

(59) a. O Pedro é um professor universitário.
b. O Pedro é um ótimo professor universitário.
c. O Pedro é um professor universitário brasileiro de oftalmologia.

(60) a. Aquele fulano é um jogador de futebol.
b. Aquele fulano é um excelente jogador de futebol.
c. Aquele fulano é um jogador de futebol que joga no estrangeiro.

Nos exemplos (a), a leitura é claramente de caracterização geral. Ou seja, nessas frases, inclui-se o indivíduo referido pelo sujeito numa classe geral, de natureza profissional. Nos exemplos (b), que contêm um adjetivo avaliativo pré-nominal no SN predicativo, a leitura é a mesma, com o acréscimo de haver uma avaliação por parte do falante sobre a qualidade do indivíduo enquanto membro da classe profissional. Finalmente, nos exemplos (c), a interpretação mais saliente é a identificadora: ou seja, nestes casos não se classifica o indivíduo através da sua atribuição a uma classe (profissional ou outra), denotada pelo constituinte predicativo; antes, o constituinte predicativo identifica o sujeito atribuindo-lhe uma propriedade individual (que não é, no entanto, apresentada como exclusiva dele, devido ao uso do artigo indefinido).

Formalmente, o que distingue os exemplos (c) dos exemplos (a) e (b) de (59) e (60) é a presença acrescida de constituintes de natureza descritiva[65], combinados com o nome do SN predicativo. Esses constituintes, ao restringir a extensão do conjunto denotado pelo grupo nominal contido no SN (cf. Cap. 20), diminuem a plausibilidade de uma interpretação na qual se represente uma característica geral que possa ser usada como base de uma classificação, profissional ou outra. De facto, 'jogador de futebol' ou 'professor universitário' denotam classes gerais (profissionais, neste caso) que servem para classificar indivíduos; em contrapartida, 'professor universitário brasileiro de oftalmologia' ou 'jogador de futebol que joga no estrangeiro' não definem conjuntos "naturais" que sirvam normalmente para classificar as pessoas em grupos.

Estes factos indicam que, quanto maior for a **riqueza descritiva** (e restritiva) de um sintagma nominal predicativo, mais facilmente ele veicula uma propriedade individual e menos facilmente tem uma leitura de caracterização geral.

Os sintagmas nominais que ocorrem como constituinte predicativo nas orações copulativas identificadoras são definidos ou indefinidos, mas nesse contexto, como vimos, não referem diretamente entidades do mundo; antes, introduzem

[65] Isto é, que não são exclusivamente avaliativos (cf. Caps. 27 e 31), como os adjetivos pré-nominais dos exemplos (b).

uma propriedade que é atribuída ao referente do SN sujeito. No entanto, noutros contextos (p.e., em orações não copulativas, ou com a função de sujeito de uma oração copulativa caracterizadora), esses sintagmas nominais podem ser usados referencialmente, para designar diretamente um indivíduo do mundo, como se ilustra em (61) (cf. Cap. 22)[66]:

(61) a. *O meu professor de Matemática* é simpático.
b. *O linguista que escreveu as Estruturas Sintáticas* já esteve em Portugal.
c. *Um jogador de futebol que joga no estrangeiro* foi castigado pela Federação.
d. Ontem jantei com *um professor universitário brasileiro de oftalmologia*.

A diferença entre o uso destes sintagmas nominais em (61), por um lado, e em (55), (56), (57), (59) e (60), por outro, é que, em (61), para além de fornecerem uma descrição, eles próprios ligam essa descrição à entidade do mundo a quem a descrição se aplica (ou seja, referem). Em contrapartida, nas orações copulativas identificadoras, essa ligação é "transferida", por assim dizer, para o outro sintagma nominal, o SN sujeito, que é aquele que tem uma leitura efetivamente referencial. Por outras palavras, as orações copulativas identificadoras contêm duas expressões que descrevem o referente (p.e., em (55b), *aquele senhor ali sentado* e *o linguista que escreveu as Estruturas Sintáticas*), mas apenas uma delas efetua a conexão com esse referente (a primeira, nesse exemplo), ainda que a outra, noutros contextos, também possa funcionar referencialmente, como (61b) ilustra.

O facto de os dois sintagmas nominais das construções copulativas identificadoras terem potencialmente capacidade referencial levanta a questão de saber como é que os falantes identificam, nessas construções, o sintagma nominal que refere efetivamente, por oposição ao sintagma nominal predicativo. Repare-se que, quando os dois sintagmas nominais são definidos, a sua posição pré ou pós-verbal não é suficiente para os distinguir, dada a possibilidade de "trocarem" de posição, como se vê comparando (55) com (56). Ou seja, neste tipo de frases, não podemos dizer que o sintagma referencial ocupa sempre a posição pré-verbal ou sempre a posição pós-verbal. No entanto, na generalidade dos casos, os falantes reconhecem intuitivamente qual é o SN referencial e qual é o SN predicativo, independentemente da ordem em que ocorrem.

A própria forma e conteúdo dos sintagmas nominais parece ser relevante para esta distinção. Ao analisar as orações identificadoras com um SN predicativo indefinido, mencionámos que, quanto maior for a riqueza descritiva desse SN (quanto mais restritiva for a classe por ele denotada), melhor ele se adequa a uma função predicativa com leitura de propriedade individual. Este fator de natureza informativa é relevante, p.e., na interpretação de (62) (dito numa situação discursiva apropriada), um exemplo com dois sintagmas nominais definidos:

(62) O professor é o chefe do Departamento de Espanhol da Universidade do Minho.

Plausivelmente, aqui, fala-se de um professor previamente mencionado no universo do discurso, ou que se está a apresentar a outra pessoa, e atribui-se-lhe a propriedade

[66] Em (61c,d), os sintagmas nominais têm uma leitura indefinida [+específica], i.e., designam uma entidade particular do mundo, identificada pelo falante mas não pelo ouvinte (cf. Cap. 22).

individual de ser chefe do Departamento de Espanhol da Universidade do Minho. Sem dúvida, o material lexical do grupo nominal incluído no segundo SN tem maior riqueza descritiva do que o material lexical incluído no primeiro (que se limita ao nome *professor*), e denota um conjunto bem mais restrito, na realidade unitário (normalmente, os departamentos universitários só têm um chefe).

Outro fator importante na identificação do SN referencial e do SN predicativo tem a ver com a "capacidade de referência potencial" de tipos diferentes de sintagmas nominais. Isto significa que há sintagmas nominais mais aptos a referir do que outros, e que esses são precisamente aqueles que têm valor referencial nas construções copulativas identificadoras. Nessa **escala de referencialidade**, ocupam a posição mais elevada os sintagmas nominais com um conteúdo dêitico, i.e., que se ligam diretamente – ou contêm elementos que se ligam diretamente – às coordenadas pessoais ou espaciais da enunciação (cf. Caps. 11 e 22.3.2.1). No topo da escala encontram-se os pronomes pessoais; em seguida vêm os sintagmas nominais com formas demonstrativas; depois vêm os nomes próprios (ou melhor, os sintagmas nominais formados por nomes próprios); seguem-se os sintagmas nominais definidos, e na última posição ocorrem os sintagmas nominais indefinidos. A escala é apresentada a seguir esquematicamente[67]:

❖ pronomes pessoais > SN com formas demonstrativas > SN constituídos por nomes próprios > SN definidos > SN indefinidos

O efeito da escala na interpretação das orações copulativas identificadoras pode ser ilustrado nos seguintes paradigmas[68]:

(63) a. Ela é a secretária do meu departamento.
R P

b. A secretária do meu departamento é ela.
P R

(64) a. Aquele fulano é o diretor do Banco.
R P

b. O diretor do Banco é aquele fulano.
P R

(65) a. O Pedro é o representante da Ferrari em Portugal.
R P

b. O representante da Ferrari em Portugal é o Pedro.
P R

Quando um dos sintagmas é definido e o outro é indefinido, as possibilidades de interpretação, por um lado, são mais restritas; por outro, essas interpretações podem ser contrárias àquelas que são preditas pela escala de referencialidade. Como vimos, em posição inicial, com acento e entoação neutros da frase, os sintagmas

[67] Os sintagmas nominais reduzidos não têm lugar nesta escala, visto que não são referenciais (cf. Cap. 22). No interior da posição ocupada pelos pronomes pessoais, é plausível supor que existe a seguinte miniescala: pronomes de 1.ª pessoa > pronomes de 2.ª pessoa > pronomes de 3.ª pessoa.

[68] Nestes exemplos, "R" sob um SN indica que esse SN é referencial, e "P", que é predicativo. Nos exemplos (a) ilustra-se a ordem direta e nos exemplos (b), a ordem inversa.

nominais indefinidos só têm uma leitura referencial, como se ilustra em (58a), repetido aqui em (66a). Em (66b) (= (58b)), o SN indefinido continua a ter uma interpretação referencial, ou seja, (66b) é a variante inversa de (66a):

(66) a. Um amigo meu é o diretor do Banco da Gronelândia.
R P

b. O diretor do Banco da Gronelândia é um amigo meu.
P R

Neste caso, como se verifica, a interpretação é contrária à que é predita pela escala de referencialidade. Para (66a), a explicação parece ser que, sendo a interpretação referencial a única possível para o SN indefinido em posição inicial, o SN definido tem de assumir a interpretação predicativa. Para além disso, em ambos os exemplos, a riqueza descritiva do SN definido é maior do que a do SN indefinido, o que adequa melhor o primeiro a ter uma função predicativa com leitura de propriedade individual (ver a discussão acima). Neste caso, portanto, a "escala" de riqueza descritiva é satisfeita em detrimento da escala de referencialidade.

Os nomes próprios também podem funcionar com valor predicativo nas orações copulativas identificadoras, o que mostra que têm um valor descritivo, a par do seu valor referencial, contrariamente ao que por vezes se assume (cf. Cap. 26). Como vimos nesse capítulo, os nomes próprios introduzem uma descrição assente na sua função denominativa (cf. Cap. 26.5.2), algo como 'entidade *x* tal que *x* se chama NP' (em que "NP" representa um nome próprio particular). Assim, p.e., o nome *Pedro*, usado referencialmente numa frase como *o Pedro entrou na sala*, tem o sentido descritivo 'indivíduo *x* tal que *x* se chama Pedro'. É precisamente esse sentido que serve de suporte à interpretação predicativa do nome próprio nas seguintes orações identificadoras, em que a expressão referencial é um pronome pessoal ou demonstrativo:

(67) a. {Ele/Aquele ali} é o Pedro.
R P

b. O Pedro é {ele/aquele ali}.
P R

Em (67a), o falante identifica a pessoa presente na situação (referida por *ele* ou *aquele ali*) como sendo o indivíduo *x* que tem a propriedade de se chamar Pedro. Inversamente, em (67b), especifica-se a referência do indivíduo *x* que tem a propriedade de se chamar Pedro através do pronome ou do SN contendo o demonstrativo. Esta frase poderia ser dada como resposta à pergunta *quem é o Pedro?* feita por um falante A que tem um "conceito" da pessoa que sabe chamar-se Pedro, mas que não a conhece nem a identifica. Sabendo, por hipótese, que essa pessoa está presente na mesma sala onde ele se encontra (suponhamos, numa festa para a qual ambos foram convidados), A, ao fazer a pergunta, tem todo o direito de esperar que o seu interlocutor lhe responda com uma oração copulativa identificadora de ordem inversa, em que a informação nova consiste numa expressão referencial, como em (67b).

Com dois sintagmas indefinidos (e com entoação e acento neutros), só o primeiro pode ser interpretado referencialmente (cf. a discussão de (58a)). Esse tipo de frases é bastante comum em definições nas quais o SN pré-verbal indefinido tem

uma leitura genérica de tipo e o SN pós-verbal designa uma propriedade individual que constitui uma condição necessária (mas não suficiente) do tipo que se define:

(68) a. Um quadrado é uma figura geométrica.
R P

b. Um cimbalino é um café de máquina.
R P

30.2.5 Relações entre verbos copulativos e verbos plenos correspondentes

Tal como acontece com os verbos auxiliares, também os verbos copulativos têm, ou tiveram em estádios anteriores da língua (incluindo em latim), versões plenas, que funcionam (ou funcionaram) como predicadores. Nesta secção, discutem-se as relações que existem entre essas versões e os verbos copulativos correspondentes.

Os verbos *ser*, *estar*, *ficar* e *andar* têm a sua origem em verbos plenos que se recategorizaram em copulativos através de um processo de gramaticalização, no qual perderam o seu sentido descritivo, mantendo, contudo, uma componente aspetual ligada ao significado original. No caso de *andar*, que também funciona como verbo auxiliar, os três usos coexistem na língua – cf. *a Joana hoje andou dois quilómetros* (verbo pleno), *a Joana anda a ver muitos filmes de cowboys* (verbo auxiliar) e *ultimamente, a Joana anda distraída* (verbo copulativo). O sentido durativo e de repetição que *andar* tem como verbo copulativo e auxiliar liga-se ao seu significado enquanto verbo pleno: andar é uma atividade repetitiva (os passos que se dão), com duração temporal e sem uma finalidade intrínseca.

Quanto a *ser*, *estar* e *ficar*, é menos óbvio que existam, no português contemporâneo, versões produtivas de verbos plenos correspondentes. *Estar* e *ficar*, em particular, perderam o seu significado etimológico, ainda que a componente aspetual que veiculam como verbos copulativos se possa considerar uma extensão desse significado original (ver a discussão adiante).

Relativamente a *continuar*, *parecer*, *revelar-se* e *tornar-se*, o seu significado como verbos copulativos não se distingue do seu significado como verbos plenos. O sentido de *continuar* como verbo pleno reduz-se a uma componente aspetual, como se observou ao discutir o estatuto desse verbo como auxiliar (cf. Cap. 29). Ora, essa componente mantém-se nos usos auxiliar e copulativo – por outras palavras, trata-se do mesmo verbo, com o mesmo significado, que tem a capacidade de poder funcionar quer como predicador (cf. *o jogo continuou até à meia noite*), quer como auxiliar (cf. *eles continuaram a jogar até à meia noite*), quer como cópula (cf. *eles continuam doentes*).

Quanto a *parecer* e *revelar-se*, estes verbos têm, no seu uso copulativo (cf. *a Maria parece/revelou-se corajosa*), praticamente o mesmo significado que têm no seu uso como verbos plenos, no qual selecionam uma oração subordinada com a função de sujeito: cf., respetivamente, *parece que a Maria é corajosa* e *afinal de contas, revelou-se que a Maria é corajosa*. No caso de *parecer*, esse significado encontra-se também na construção de "elevação do sujeito para sujeito", *a Maria parece ser corajosa* (cf. Cap. 37.5.2.1).

O verbo pleno *tornar*(*-se*), por sua vez, é um verbo de alternância causativa-incoativa (cf. Cap. 28.2.3.2). Estes verbos alternam entre dois usos relacionados, um transitivo com um valor semântico causativo (cf. *as circunstâncias da vida tornaram*

a Maria corajosa) e outro intransitivo com um valor semântico incoativo, i.e., que denota uma mudança de estado (cf. *a Maria tornou-se corajosa*).

No seguimento desta secção, discutimos a relação que os verbos copulativos *ser*, *estar*, *ficar*, *parecer* e *tornar-se* têm com as suas contrapartes verbais plenas. *Ser*, *estar* e *ficar* são, provavelmente, os verbos de cópula mais usados em português e plausivelmente aqueles que mais se gramaticalizaram neste uso e em mais alto grau perderam o seu significado original. Com *parecer* e *tornar-se*, a situação é exatamente a oposta. O uso copulativo destes verbos pode, efetivamente, relacionar-se com alguns dos seus usos não copulativos. Em particular, o uso copulativo de *parecer* pode relacionar-se, em certos casos, com o seu uso como verbo de elevação do sujeito para sujeito (cf. Cap. 37), e o uso copulativo de *tornar-se* relaciona-se com o seu uso incoativo enquanto verbo de alternância causativa-incoativa (cf. Cap. 28).

30.2.5.1 *Ser*

O verbo *ser* provém fundamentalmente do verbo latino *esse*[69]. Em latim, tal como em português, *esse* é também um verbo de cópula, ou seja, estabelece a ligação entre um sujeito e um constituinte predicativo não verbal. Justifica-se, pois, perguntar se há, ou houve alguma vez, um uso deste verbo como pleno em orações não copulativas.

Intuitivamente, para a maioria – se não a totalidade – dos falantes, o sentido básico que melhor se candidata como definindo o verbo *ser* é de natureza existencial, semelhante ao do verbo *existir*. No entanto, contrariamente ao que acontece com *existir*, são raras na língua contemporânea as frases em que *ser* ocorre com esse sentido. Tal uso de *ser* restringe-se, em larga medida, a fórmulas feitas no domínio religioso, como *Deus é!* ou *no princípio era o Verbo*.

O verbo *ser* também se usa como pleno quando ocorre como verbo principal em estruturas de subordinação completiva, com uma oração subordinada com a função de sujeito em posição pós-verbal, como se ilustra em (69) (cf. Cap. 36.5.2.1):

(69) a. É [que o professor não preencheu a pauta].
b. É [que eu não vi que tu estavas aí].

Estes enunciados têm condições de uso particulares, constituindo, p.e., uma resposta ou uma reação a uma situação inesperada[70]. Também aqui *ser* tem um sentido próximo do existencial, servindo para introduzir uma situação nova no universo do discurso, dada como justificação para outra situação (cf. Cap. 36).

Outras construções nas quais por vezes se considera que *ser* é um verbo pleno (cf. Fernández Leborans 1999:2367) são aquelas em que se localiza temporal ou espacialmente um evento expresso por um sintagma nominal com a função de sujeito, como se ilustra em (70) (localização temporal) e (71) (localização espacial)[71]:

[69] Dizemos "fundamentalmente" porque a conjugação de *ser* inclui formas que pertencem à conjugação do verbo latino *sedere* 'estar sentado'.

[70] Assim, (69a) pode ser dito por um funcionário de uma escola como reação ao facto de um aluno não conseguir encontrar qualquer registo da sua nota numa pauta, e (69b) como resposta do falante a uma reação menos agradável de alguém que tenha sido pisado por ele.

[71] Quando a localização temporal é dada na forma de horas e minutos, assinala o começo do evento, e não um intervalo de tempo mais lato que inclui o período temporal de duração do evento (como em *o jogo é hoje/amanhã*). Não se deve confundir localização temporal com duração – a quantidade de tempo desde o começo até ao final de um evento, expressa por frases com o verbo *durar*: cf. *o jogo durou duas horas*. Nesta secção, tratamos da localização temporal, não da duração. Sobre estas questões, cf. Cap. 15.

(70) a. O jogo é às cinco da tarde.
b. O jogo é amanhã.

(71) a. O jogo é no Estádio da Luz.
b. O jogo é ali.

Nestes casos, no entanto, é questionável a ideia de que *ser* é um verbo pleno e não um verbo de cópula. Em primeiro lugar, as orações de (70) e (71) têm a mesma forma das orações copulativas canónicas: um SN sujeito e uma expressão não verbal que denota uma propriedade do evento referido pelo sujeito (o tempo e o lugar em que aquele acontece), sendo as duas ligadas pelo verbo *ser*. Se consideramos orações como *o João é inteligente* ou *o Pedro é de Lisboa* como sendo copulativas, não é evidente por que motivo se classificariam diferentemente as de (70) e (71)[72]. Em segundo lugar, pelo menos as expressões que exprimem localização espacial podem ocorrer como constituintes predicativos nalgumas predicações secundárias, nomeadamente as selecionadas pelo verbo *querer*, como em *eu quero os meninos na cama antes do jantar* (cf. 30.3.3.2). Finalmente, não parece existir no sentido do verbo *ser* qualquer componente semântica intrínseca de localização (temporal ou espacial) para além da componente existencial (contrariamente aos casos de *estar* e *ficar*, como veremos adiante)[73].

A localização espacial e temporal de um evento é contextualmente determinada, envolvendo um intervalo finito e um espaço geográfico delimitado (um jogo de futebol, p.e., acontece num estádio e consiste em duas partes de quarenta e cinco minutos cada uma, com um intervalo de quinze minutos). À primeira vista, essas características de certo modo contingentes e temporalmente limitadas parecem coadunar-se mais com o verbo de cópula *estar* do que com *ser* (cf. 30.2.4.1). No entanto, a duração e a localização são propriedades caracterizadoras de um evento tão essenciais como o tipo de situação que lhe dá conteúdo, ou ainda a natureza e o número das entidades que nele participam, entre muitas outras que contribuem para caracterizá-lo na sua individualidade. É precisamente o facto de a localização temporal ou espacial ser uma propriedade essencial dos eventos que faz de *ser* o verbo de cópula adequado nestes casos.

O verbo *ser* usa-se também para exprimir a localização temporal de um momento deiticamente ou anaforicamente determinado dentro de um intervalo (temporal) mais lato; são extremamente comuns, em particular, as frases em que o momento localizado é o da própria enunciação, como se ilustra em (72):

(72) a. São cinco da tarde.
b. É segunda-feira.

---

[72] A naturalidade, ou origem geográfica (cf. *o Pedro é de Lisboa*) é um tipo particular de localização espacial, e não deixa de ser uma propriedade que se atribui a um indivíduo.

[73] Em Fernández Leborans (1999), a par de orações em que se exprime localização temporal e espacial, mencionam-se exemplos em que o constituinte pós-verbal exprime causa (cf. *isso foi por tua culpa!*), finalidade (*isso é para teu bem!*) e modo (*isso foi sem querer!*), entre outros, assinalando-se que nestes casos *ser* se poderia considerar um verbo pleno, com um sentido próximo do de *suceder* (também um verbo semanticamente existencial – cf. Cap. 36). Nestes exemplos, de facto, pode-se substituir *ser* por *suceder* com resultados gramaticais e semanticamente coerentes, como o leitor pode verificar. Deixamos em aberto o estatuto de *ser* nestes exemplos. Pessoalmente, para o autor destas linhas, a substituição de *ser* por *suceder* em (70) e (71) é menos feliz.

c. Já é manhã/noite.
d. É Natal.

Embora não contenham um constituinte pré-verbal que funcione como sujeito semântico da predicação, estes exemplos são implicitamente interpretados como asserindo algo sobre um momento ou intervalo deiticamente determinados (p.e., o 'agora' da enunciação, ou outro intervalo dêitico mais lato como 'hoje'), nomeadamente, que esse momento está incluído num intervalo de tempo convencionado que divide ciclicamente os dias (as horas e os minutos, ou as partes do dia como a manhã e a noite), que divide ciclicamente as semanas (os dias da semana) e que divide ciclicamente os anos (os meses e as estações)[74]. Aliás, ocorrem frequentemente, neste tipo de frase, expressões temporais dêiticas em posição pré-verbal, que exprimem explicitamente a leitura implícita em (72)[75]:

(73) a. Agora são cinco da tarde.
b. Hoje é segunda-feira.
c. Agora já é manhã/noite.
d. Esta semana é Natal.

O uso de *ser*, nestas frases, também se justifica. O intervalo de tempo que contém a enunciação (o "agora", o "hoje" ou o "esta semana") é perspetivado na sua globalidade, e é esse intervalo completo que se localiza num determinado período de calendário. Essa propriedade é estável, não é episódica. O facto de hoje ser segunda-feira, ou de agora serem 11 horas e 45 minutos, é uma propriedade estável (e essencial) deste hoje e deste agora, que não pode mudar. É curioso que a linguagem reflita de maneira correta essa realidade, ao usar a cópula *ser* nestes contextos.

> [7] Nas orações copulativas de (73), existe uma discrepância entre o sujeito semântico da predicação – as expressões temporais dêiticas pré-verbais – e o sujeito gramatical, que determina a concordância em pessoa/número do verbo de cópula – a expressão temporal pós-verbal. Aceitando o critério de que o sujeito gramatical de uma oração é o constituinte que determina a concordância verbal, nestes exemplos é, pois, o constituinte predicativo que funciona como sujeito gramatical. O mesmo sucede em (72), em que o sujeito semântico da predicação não é explicitamente representado. Assumindo que apenas os sintagmas nominais podem determinar concordância verbal, é plausível especular que este padrão de concordância se deve à natureza adverbial do sujeito semântico pré-verbal. Ou seja, na impossibilidade de o sujeito semântico determinar a concordância (por ser adverbial), é o predicativo que assume essa função. Nesse sentido, *esta semana*, em (73d), teria de ser analisado como um sintagma preposicional, com uma preposição elidida (cf. Cap. 16). Sobre esta e outras questões que têm a ver com a concordância verbal, cf. Cap. 46.
>
> Num enunciado como *já é tarde* (*para jantar*), *tarde* não denota um período convencionado do dia (opondo-se a *manhã* e *noite*). Neste tipo de frases, o predicado *ser tarde* significa que o momento em que se produz o enunciado já ultrapassou o

[74] Os períodos festivos ou religiosos (Natal, Páscoa, Carnaval), embora não dividam exaustivamente os anos em períodos, como as estações, caracterizam intervalos particulares, também de modo cíclico.
[75] Outros exemplos deste tipo, em que o momento localizado não é o da enunciação, são os seguintes: *ontem foi segunda-feira* ou *quando o Luís saiu eram 5 horas*. Para simplificar, apresentamos no texto apenas exemplos nos quais se localiza o momento da enunciação.

período temporal socialmente convencionado para realizar tal ou tal atividade, ou que já passou o período em que uma determinada situação deveria ter acontecido (cf., por exemplo, *ele fez anos ontem – agora já é tarde para lhe dar os parabéns*). Nestas frases, em que o predicado temporal é contextualmente delimitado a uma situação que acaba por não ter lugar, é possível usar, a par de *ser*, a cópula *estar* (cf. *agora já está tarde para sair com vocês*) ou o verbo *fazer* conjugado reflexamente (cf. *agora já se faz tarde para jantar*).

Em síntese, o uso de *ser* como verbo de cópula para marcar a atribuição de propriedades estáveis aos indivíduos está ligado ao seu significado existencial básico. Como vimos, as propriedades estáveis caracterizam um indivíduo de maneira essencial e acompanham-no durante uma larga parte ou mesmo durante a totalidade da sua existência. O ser do indivíduo, a maneira como ele é, como ele existe, está indissoluvelmente ligado às suas propriedades estáveis. De certa maneira, ao dizer que o João é inteligente, estamos a dizer que ele existe com essa propriedade.

30.2.5.2 *Estar* e *ficar*

O verbo *estar* provém do verbo do latim clássico *stare*, que significava o estado de posicionamento vertical ou em pé de um indivíduo[76]. Num sentido mais restrito, significava um estado de imobilidade, de repouso ou de permanência. Ainda em latim, o verbo começa por ampliar o seu sentido à área semântica da localização espacial (estar em pé pressupõe um lugar onde se possa ter esse posicionamento). Este sentido, por sua vez, constituiu plausivelmente a etapa inicial do percurso que culminou (por extensão metafórica) no seu uso totalmente copulativo, para indicar que uma entidade se encontra num determinado estado físico, mental, fisiológico ou social, temporalmente delimitado (como em *o livro está sujo*, *a Maria está cansada*).

Esta extensão metafórica tem plausivelmente como base a conceptualização dos estados episódicos como "espaços" de natureza abstrata que uma entidade ocupa transitoriamente. Repare-se que o sentido original do verbo latino já contém em si a semente da componente aspetual durativa, mas episódica, transitória, do futuro verbo de cópula, visto que a posição vertical, ou de pé, de um indivíduo, pode prolongar-se durante algum tempo mas é necessariamente transitória. Esta componente durativa aplica-se de maneira particularmente adequada à localização espacial dos indivíduos, visto que estes, pela sua natureza própria, não ocupam o mesmo lugar permanentemente.

O verbo *ficar*, por sua vez, provém do verbo latino **figicāre*, que significava 'colocar', 'cravar', 'fixar', 'atarraxar'. Este sentido básico apresenta já uma componente semântica de natureza simultaneamente incoativa e locativa: ao colocar, fixar, cravar ou atarraxar um objeto, muda-se o seu lugar inicial e veicula-se a ideia de permanência no novo lugar. Não admira, pois, que este verbo tenha também sofrido um processo de gramaticalização semelhante ao de *estar*, ampliando primeiro o seu sentido incoativo na área da localização espacial e posteriormente na área dos estados, como em *a Maria ficou cansada*.

[76] Agradecemos a Luísa Alice Santos Pereira a ajuda preciosa que nos deu sobre a etimologia de *estar* e *ficar* e sobre os usos dos verbos latinos de que derivam.

30.2.5.2.1 *Estar* e *ficar* locativos: verbos plenos ou verbos copulativos?

Na língua atual, nem *estar* significa posicionamento vertical ('estar de pé'), nem *ficar* significa 'cravar' ou 'atarraxar'. Ou seja, já não se usam com o significado original que tinham como verbos plenos em latim. No entanto, como se notou acima, usam-se, de forma comum, em combinação com uma expressão locativa (um advérbio ou um sintagma preposicional), para descrever a localização espacial dos indivíduos durante um período mais ou menos longo, mas nunca concebido como permanente:

(74) a. O Rui está *na sala*.
b. A Maria está {*em Paris*/*em França*}.
c. O Eduardo está *aqui*/*ali*.

(75) a. O Rui ficou *na sala*.
b. A Maria ficou {*em Paris*/*em França*}.
c. O Eduardo ficou *aqui*/*ali*.

A aquisição de um sentido locativo por estes verbos constituiu, plausivelmente, uma etapa inicial (que teve lugar ainda em latim) no percurso que culminou no seu uso totalmente copulativo, i.e., em frases que representam atribuição de um estado (*estar cansado*) ou mudança de estado (*ficar cansado*). Por esse motivo, alguns linguistas e gramáticos defendem a tese de que, no seu uso locativo[77], os verbos *estar* e *ficar* não são, na realidade, verbos copulativos, mas sim verbos plenos, ou seja, predicadores que veiculam eles próprios um sentido descritivo de natureza locativa e que selecionam argumentos (cf. Caps. 11 e 28). Nessa perspetiva, os sintagmas preposicionais e os advérbios em itálico de (74) e (75) não seriam constituintes predicativos, mas sim complementos locativos dos predicadores *estar* e *ficar*.

A escolha entre estas duas visões não é fácil, tal como não é óbvio se elas têm implicações diferentes no que respeita à caracterização gramatical – sintática e semântica – das frases em questão. Assim, considere-se a questão de saber se *na sala*, em (74a) e (75a), é um argumento (um complemento oblíquo) dos verbos *estar* e *ficar* ou um constituinte predicativo[78].

Por definição, um predicador que seleciona dois argumentos (como *ler*, p.e.), quando se usa num enunciado frásico concreto, relaciona duas entidades do mundo, representadas pelos argumentos (cf. Cap. 11). Assim, na proposição expressa por um enunciado qualquer da frase *o aluno leu o livro*, relaciona-se um aluno e um livro (contextualmente identificados) numa situação de leitura. Dizer que os constituintes locativos são argumentos leva-nos a perspetivar as proposições expressas por enunciados de (74a) e (75a) como relacionando duas entidades do mundo, contextualmente determinadas, numa situação de localização: um indivíduo chamado Rui e um lugar (uma sala), ambos identificados pelos interlocutores.

---

[77] Na terminologia gramatical, o termo "locativo" designa a natureza semântica das expressões que descrevem localização espacial. Tem, pois, um sentido mais restrito do que o termo "localização", que é frequentemente usado (incluindo nesta Gramática) não só na área espacial, como também na área temporal.
[78] Estes exemplos são escolhidos a título meramente ilustrativo. Os comentários seguintes aplicam-se a qualquer constituinte locativo que se combine com *estar* ou *ficar*.

Na visão alternativa, em que *estar* e *ficar* são verbos copulativos, *na sala* é um constituinte predicativo. Esta perspetiva leva-nos a conceber a localização do Rui como uma propriedade transitória que o caracteriza, um estado no qual ele se encontra (para além das diferenças aspetuais induzidas por cada um dos verbos – cf. 30.2.5.2.2)[79].

Como se mencionou acima, não é claro qual destas duas descrições se adequa melhor à interpretação das frases em questão. Na realidade, parecem ser *as duas* adequadas. Se assim for, *estar* e *ficar*, no seu uso locativo, são "simultaneamente" verbos plenos (ou seja, predicadores) e verbos de cópula. Deixamos a questão em aberto, passando seguidamente a descrever outras propriedades do uso locativo destes verbos[80].

> [8] Com uma interpretação semelhante à do verbo *ser* em frases como (72) e (73), *estar* pode ser usado na 1.ª pessoa do plural para exprimir a localização temporal de um momento deiticamente determinado (incluindo o tempo da enunciação) num "intervalo de calendário": cf. (*hoje*) *estamos a 25 de Abril*, (*agora*) *estamos no Natal*, (*nessa altura*) *estávamos na primavera*. Enquanto com o verbo *ser* (cf., por exemplo, *hoje é o dia 25 de Abril*) a localização é feita de maneira impessoal, quando se usa o verbo *estar* existe um envolvimento do falante, que engloba também os seus interlocutores num grupo mais vasto (daí o uso da 1.ª pessoa do plural). Este uso, no entanto, é semi-idiomático e restrito; assim, não se pode centrar sobre o ouvinte ou sobre terceiras pessoas: cf. a impossibilidade de **hoje estás no dia 25 de Abril* ou de **hoje eles estão no dia 25 de Abril*. Por esse motivo, não consideramos que a existência de frases deste tipo permita concluir, de forma generalizada, que o verbo *estar* funciona como verbo de localização temporal.

30.2.5.2.2 Diferenças entre o uso locativo de *estar* e *ficar*

A melhor maneira de caracterizar as incidências aspetuais dos usos locativos de *estar* e *ficar*, com sujeitos que denotam seres humanos, é através de uma comparação entre os dois verbos.

O verbo *estar* usa-se para localizar o sujeito num lugar durante um determinado intervalo de tempo, assumindo-se implicitamente que a sua estadia aí não é permanente. De facto, a localização espacial dos indivíduos é episódica, o que justifica, do ponto de vista aspetual, que seja *estar* o verbo usado para a descrever (voltamos a esta questão em 30.2.5.2.3).

O verbo *ficar*, tal como *estar*, localiza o sujeito num lugar, mas introduz duas componentes semânticas adicionais: uma ideia de permanência mais prolongada nesse lugar (neste aspeto, *ficar* é praticamente sinónimo de *permanecer*) e a ideia de uma mudança (de lugar), real ou virtual, prévia (cf. (76a)) ou posterior (cf. (76b,c)) à permanência que se descreve. Quando a mudança é posterior, é frequentemente perspetivada como virtual (cf. a discussão a seguir a (76)):

---

[79] Nas frases com um predicador verbal, aquilo que o complemento designa não constitui uma propriedade do sujeito: em *o aluno leu o livro*, não se veicula a ideia de que o aluno se caracteriza pela propriedade de ser um livro ou de se encontrar num estado livresco. Nesta frase, a predicação consiste na asserção de que o sujeito pratica uma determinada ação.

[80] Algumas destas propriedades coadunam-se melhor com uma análise de *estar* e *ficar* como plenos, outras com uma análise desses verbos como copulativos.

(76) a. O João vai para Paris e *fica* em casa do primo.
b. Hoje *fico* em casa, não vou sair com vocês.
c. A Maria afinal *fica* em Paris, {decidiu não regressar/só volta daqui a uma semana}.

Em (76a), o deslocamento do João para Paris introduz a mudança de lugar que serve de enquadramento ao uso de *ficar* para descrever a sua localização, posterior à mudança; em (76b), descreve-se a localização do sujeito (o falante, neste caso) na perspetiva de uma mudança virtual, posterior, que acaba por não acontecer (expressa pela oração parentética *não vou sair com vocês*); e, em (76c), descreve-se a estadia da Maria em Paris na perspetiva do seu regresso potencial ao lugar de origem, um regresso que é, no entanto, bloqueado por qualquer motivo (podendo ser anulado ou adiado).

As leituras particulares das orações locativas cujo verbo é *ficar* dependem muito do contexto discursivo e situacional, e também dos outros elementos que ocorrem na frase, em particular de advérbios (como *hoje* em (76a) ou *afinal* em (76c)) e outras orações na frase mais ampla (como nos exemplos de (76)), as quais introduzem o enquadramento situacional a partir do qual se pode inferir a interpretação adequada.

Em todos estes casos, existe uma componente semântica de mudança de lugar (real ou virtual) que liga o uso locativo de *ficar* aos seus restantes usos como verbo de cópula.

30.2.5.3 Restrições de seleção impostas pelos verbos de cópula no seu uso locativo

Embora *ser*, enquanto verbo pleno, não seja considerado semanticamente locativo (visto não ter uma componente semântica descritiva desse tipo, contrariamente a *estar* ou a *ficar*), é usado em frases nas quais se exprime a localização temporal de eventos (cf. 30.2.5.1). Como se ilustra nos seguintes paradigmas, *ser* contrasta com *estar*, que é usado para a localização espacial de entidades concretas (não eventivas), incluindo indivíduos:

(77) a. O jogo *é* no Estádio da Luz.
b. O casamento *foi* no Palácio de Seteais.
c. O lançamento da Gramática *será* na Fundação Gulbenkian.

(78) a. O livro *está* sobre a mesa.
b. O gato *está* na cozinha.
c. A Maria *está* em Genebra.

Repare-se que a mesma expressão locativa pós-verbal pode ser usada com *ser* ou com *estar*:

(79) a. O jogo é *no Estádio da Luz*.
b. O Manel está *no Estádio da Luz*.

O que determina o uso de *ser* ou *estar* em (77) vs. (78), e em (79a) vs. (79b), é a natureza do sujeito e não a do constituinte pós-verbal locativo (que é o mesmo em (79)). Ora, esta situação é diferente daquela que se verifica no uso destes verbos em combinação com constituintes predicativos não locativos. Nesses casos (cf. 30.2.4.1), é a natureza estável ou episódica desses constituintes que determina

a ocorrência de *ser* ou *estar*, respetivamente (cf. *o Pedro é inteligente* vs. *o Pedro está bêbado*). Em contrapartida, em (77) vs. (78), e em (79a) vs. (79b), a seleção do verbo é determinada pelas propriedades semânticas do sujeito; ou seja, estamos face a restrições de seleção, do tipo das que se estabelecem entre um predicador verbal e os seus argumentos (cf. 30.2.3.1 e Cap. 11). Neste aspeto, *ser* e *estar* locativos comportam-se mais como predicadores verbais do que como verbos de cópula.

Quando o sujeito designa um lugar, uma instituição ou o edifício que acolhe uma instituição, a sua localização espacial pode ser expressa pelos verbos *ser* ou *ficar*[81]. Ou seja, verifica-se de novo que são as propriedades semânticas do sujeito que determinam a escolha do verbo nas frases locativas:

(80) a. O museu do Prado *é*/*fica* em Madrid.
b. O liceu Pedro Nunes *é*/*fica* na avenida Álvares Cabral.
c. A Califórnia *é*/*fica* na América.

Com este tipo de sujeito, *estar* não é normalmente usado, a não ser em contextos situacionais relativamente específicos: cf. a estranheza (pelo menos) de *#o museu do Prado está em Madrid*, *#o liceu Pedro Nunes está na avenida Álvares Cabral* e *#a Califórnia está na América*[82].

As restrições de seleção (relativamente ao sujeito) que afetam os verbos *ser*, *estar* e *ficar* no seu uso locativo são, no entanto, de um tipo especial. Usualmente, as restrições de seleção entre um verbo e um argumento são sensíveis a propriedades semânticas como [+humano] vs. [–humano], concreto vs. abstrato, ou a propriedades que um determinado tipo de atividade ou de situação impõem sobre as entidades referidas pelos argumentos, devido à própria maneira como o mundo é constituído do ponto de vista físico, mental, social e biológico (cf. Cap. 11). Por exemplo, o sujeito do verbo *admirar* (no seu sentido literal) tem de representar entidades com uma determinada organização cognitiva que permita esse tipo de contemplação – plausivelmente seres humanos e alguns animais superiores –, daí a estranheza de enunciados como *#a pedra admirou o pôr-do-sol*.

A localização espacial, no entanto, pode ser asserida de qualquer entidade, qualquer que seja a sua natureza, como se verificou nos paradigmas dados até aqui, e como voltamos a ilustrar: de um ser humano (cf. (81a)), de um animal (cf. (81b)), de um objeto inanimado, seja ele um artefacto ou não (cf. (81c)), de um lugar (cf. (81d)), de uma instituição (cf. (81e)) ou de um evento (cf. (81f)):

(81) a. O Pedro está na sala.
b. O gato está no jardim.
c. {O livro/A pedra} está sobre a mesa.
d. Coimbra é/fica em Portugal.
e. A livraria Bertrand é/fica no Chiado.
f. A conferência é na Faculdade de Letras.

[81] Neste contexto, *ficar* tem um sentido puramente locativo, não veiculando qualquer ideia de mudança (contrariamente aos casos em que o sujeito é um indivíduo, como em (75) e (76)).

[82] Nem todas as línguas ibero-românicas selecionam *ser* com este tipo de sujeito: assim, no espanhol-padrão, usa-se o verbo *estar*: cf. *el Prado está en Madrid*, *la casa de Manuel está en la calle Serrano*. Em português, o uso de *estar* é mais normal quando se quer indicar a nova localização de uma instituição, resultado de uma mudança recente: cf. *a Embaixada da Alemanha está agora no Restelo*.

Ou seja, enquanto propriedade semântica, a localização espacial não efetua qualquer partição sobre a natureza ontológica das entidades que podem ser representadas pelo sujeito; por outras palavras, não seleciona um tipo por oposição a outro (pessoas mas não coisas, coisas concretas mas não entidades abstratas, etc.). Esta situação não é típica das restrições de seleção canónicas.

O que os verbos copulativos, no seu uso locativo, selecionam no sujeito é a maneira, a forma como este se localiza, numa dimensão semântica muito próxima, se não idêntica, àquela que distingue entre, por um lado, constituintes predicativos estáveis e, por outro lado, constituintes predicativos episódicos, determinando a seleção de *ser* ou de *estar*, respetivamente, como verbo de cópula (cf. 30.2.4.1). A localização de um evento, como se discutiu acima (cf. 30.2.5.1), é uma propriedade essencial que o caracteriza, logo, é de natureza estável. O mesmo se pode dizer da localização de um lugar num espaço ou noutro lugar mais abrangente, e também da localização de uma instituição ou de um edifício. Assim, p.e., é uma característica essencial da Torre Eiffel ou do museu do Louvre localizarem-se em Paris. Isto não significa que a sua localização não pudesse mudar[83], mas isso não é diferente daquilo que acontece com as propriedades estáveis dos indivíduos (a inteligência, a altura, a juventude), a maioria das quais também são suscetíveis de mudança, podendo provocar, quando isso acontece, uma nova avaliação caracterizadora desses indivíduos. Se o museu do Louvre fosse transposto tal qual de Paris para Marselha ou para Lisboa, talvez não fosse sentido como o *mesmo* museu do Louvre. Em síntese, os eventos, os lugares, as instituições e os edifícios localizam-se de forma estável, e é essa característica que determina o uso de *ser* como verbo de cópula quando se assere a sua localização.

Em contrapartida, a localização espacial da maioria das entidades concretas, incluindo a das pessoas, não é uma característica essencial, que contribua para definir a sua individualidade própria. Uma pessoa caracteriza-se por ser inteligente ou estúpida, alta ou baixa, gorda ou magra, bonita ou feia, mas não por se encontrar na sala, no quarto, na casa de banho, no escritório, em Paris, em Lisboa, em Portugal, na Lua ou em Marte. A localização espacial das coisas e das pessoas é contingente e transitória, ou seja, representa uma propriedade episódica; logo, é marcada pelo verbo *estar*, não por *ser*.

Em síntese, por um lado, os verbos *ser*, *estar* e *ficar*, no seu uso locativo, impõem restrições semânticas sobre o sujeito, o que os torna semelhantes a verbos plenos; por outro lado, a natureza dessas restrições é aspetual, situando-se na mesma dimensão semântica (estável vs. episódico) que restringe a combinação destes verbos com constituintes predicativos de natureza não locativa. Quando são usados para atribuir estados ou características ao sujeito, a dimensão semântica à qual são sensíveis manifesta-se no constituinte predicativo (*a Maria está <u>cansada</u>* vs. *a Maria é <u>feliz</u>*); em contrapartida, quando são usados para localizar o sujeito, a (mesma) dimensão semântica à qual são sensíveis manifesta-se no próprio sujeito ({*<u>o jogo</u>*/*<u>o museu</u>*} *é em Paris* vs. *<u>a Maria</u> está em Paris*).

[83] Para a Torre Eiffel, isso é dificilmente concebível, mas não impossível. Existem tecnologias capazes de mover grandes massas de um lugar para o outro (incluindo edifícios e a Torre Eiffel). É uma das tarefas da semântica imaginar estas possibilidades e o efeito que têm sobre a forma e o uso das expressões linguísticas.

[9] O verbo *viver*, que denota basicamente a existência de seres vivos (enquanto vivos), alargou o seu significado nalgumas línguas românicas, podendo ser usado também como um verbo de localização espacial. Esse verbo distingue-se de *estar* em dois aspetos: (i) impõe uma real restrição de seleção sobre o sujeito, que tem de ser [+humano]: cf. *a Maria vive em Lisboa* vs. #{*o cão/a pedra*} *vive no meu jardim*; (ii) perspetiva a localização espacial como uma característica estável das pessoas (mas não necessariamente permanente) e que contribui (plausivelmente) para os definir na sua individualidade própria. Assim, não parece estranho dizer que um indivíduo se caracteriza por ser estúpido, careca, alto, feio e viver no Buçaco (mas não por estar bêbado, cansado, na sala ou no escritório). Nesta aceção, *viver* tem como sinónimos *residir* e *habitar* (cf. *o Joaquim* {*vive/habita/reside*} *no Buçaco*). *Viver* tem ainda outra característica interessante, que o aproxima ainda mais dos verbos copulativos (e que não é partilhada por *habitar* ou *residir*): nomeadamente, combina-se com constituintes predicativos de natureza adjetival: cf. *o Jorge vive* {*triste/cansado/doente*} (cf. a estranheza de #*o Jorge habita triste* ou #*o Jorge reside doente*). Se não fosse a restrição de seleção semântica imposta por *viver* sobre o sujeito, seria considerado um verbo copulativo.

30.2.5.4 *Parecer*

O verbo *parecer* denota crença numa situação, construída com base numa evidência percetual, ou obtida a partir de terceiros (cf. 30.2.4.3.2); essa crença, no entanto, não é forte; ou seja, o uso de *parecer* veicula um certo grau de incerteza na atribuição de uma propriedade ou de um estado à entidade representada pelo sujeito (cf. *o médico parece competente*, *a Joana parece cansada*).

Este verbo tem um uso pleno no qual seleciona uma oração finita pós-verbal com a função de sujeito. Interessam-nos aqui sobretudo os exemplos em que essa oração é copulativa, com o verbo *ser*, como se ilustra em (82):

(82) a. Parece [que *a Maria* é corajosa].
b. Parece [que *o Fernando* é um excelente aluno].
c. Parece [que *o Pedro* está bêbado].
d. Parece [que *a criança* está de mau humor].

Num outro uso relacionado sintaticamente com (82), o sujeito da oração subordinada dos exemplos desse paradigma ocorre como sujeito de *parecer*, o verbo da oração subordinada tem a forma infinitiva (não flexionada) e a oração subordinada não tem um sujeito explícito (no entanto, subentende-se que este é o sujeito da oração principal):

(83) a. *A Maria* parece [ser corajosa].
b. *O Fernando* parece [ser um excelente aluno].
c. *O Pedro* parece [estar bêbado].
d. *A criança* parece [estar de mau humor].

Numa perspetiva "dinâmica" da descrição gramatical, pode dizer-se que o sujeito da oração subordinada finita em (82) "é elevado" para a função de sujeito da oração principal em (83). Por isso, a construção ilustrada em (83) chama-se **elevação do sujeito para sujeito**, e os verbos que a admitem, **verbos de elevação do sujeito para sujeito** (cf. Cap. 37.5.2.1 e Cap. 29, Caixa [4]).

Quando a oração subordinada é copulativa, como em (82)/(83), a construção de elevação (83) é muito próxima, sintática e semanticamente, do próprio uso copulativo de *parecer*, ilustrado em (84):

(84) a. *A Maria* parece corajosa.
b. *O Fernando* parece um excelente aluno.
c. *O Pedro* parece bêbado.
d. *A criança* parece de mau humor.

Torna-se, então, tentador dizer que o verbo *parecer* que ocorre em (84) é o mesmo que ocorre em (83), ou seja, que tanto os exemplos de (83) como os de (84) são estruturas de elevação do sujeito para sujeito, obtidas a partir de (82), com a diferença de que, em (84), se aplica uma operação gramatical adicional, nomeadamente a elipse do verbo de cópula (*ser* ou *estar*) na oração subordinada infinitiva (cf. Cap. 45). Essa análise dos exemplos de (84) fica explícita nas representações em (85), nas quais se ilustra a elipse de *ser* através de uma rasura:

(85) a. A Maria parece [~~ser~~ corajosa].
b. O Fernando parece [~~ser~~ um excelente aluno].
c. O Pedro parece [~~estar~~ bêbado].
d. A criança parece [~~estar~~ de mau humor].

Os usos copulativos de *parecer*, como os de (84), podem, portanto, ser postos em correspondência com usos de *parecer* como verbo de elevação com a cópula *ser* ou *estar* na oração subordinada, como os de (83). O inverso, contudo, não é verdadeiro, o que impede uma assimilação completa entre *parecer* verbo copulativo e *parecer* verbo de elevação. Assim, *parecer*, como verbo de elevação, pode combinar-se com orações subordinadas copulativas com um constituinte predicativo de localização espacial ou temporal, como se ilustra em (86) (sem elevação do sujeito) e (87) (com elevação do sujeito):

(86) a. Parece [que a Maria está em Paris].
b. Parece [que o jogo é no Estádio da Luz].
c. Parece [que o jogo é às três horas].

(87) a. A Maria parece [estar em Paris].
b. O jogo parece [ser no Estádio da Luz].
c. O jogo parece [ser às três horas].

Estas frases, no entanto, não têm uma contraparte com *parecer* usado como cópula; os seguintes exemplos, de facto, não são gramaticais:

(88) a. *A Maria parece em Paris.
b. *O jogo parece no Estádio da Luz.
c. *O jogo parece às três horas.

Ou seja, *parecer*, enquanto cópula, não se combina com constituintes predicativos de localização espacial ou temporal. No entanto, se a assimilação entre o seu uso como cópula e o seu uso como verbo de elevação fosse completa, esperar-se-ia que, do mesmo modo que se obtém (84) a partir de (83), se pudesse obter (88) a partir de (87)/(89), através da elipse de *ser* ou *estar* na oração subordinada:

(89) a. A Maria parece [~~estar~~ em Paris].
b. O jogo parece [~~ser~~ no Estádio da Luz].
c. O jogo parece [~~ser~~ às três horas].

30.2.5.5 *Tornar*-se

O verbo *tornar-se* tem um sentido de mudança de estado, com uma componente semântica adicional de "transformação" (cf. 30.2.4.5). Como verbo pleno, *tornar-se* é um verbo de alternância causativa-incoativa, com um sentido muito próximo do de *transformar-se*, que também se classifica como tal. O uso copulativo de *tornar-se* identifica-se com o seu uso incoativo.

Os verbos de alternância causativa-incoativa ocorrem tipicamente em duas construções sintáticas relacionadas entre si, que se ilustram em (90) (cf. Caps. 13 e 28):

(90) a. {O Zé/A queda} magoou a Maria.
b. A Maria magoou-se (com a queda).

O exemplo (90a) é uma estrutura transitiva, chamada causativa, na qual o verbo seleciona dois argumentos: um de valor semântico causal, que se realiza como sujeito, e outro com o papel temático de paciente, realizado como complemento direto. Este argumento representa uma entidade que sofre uma ação causada pelo sujeito, e que muda de estado em consequência dessa ação.

O exemplo (90b) é uma estrutura intransitiva, chamada incoativa, visto representar uma mudança de estado sofrida por um argumento paciente, com a função de sujeito. Quando essa mudança tem uma causa não humana externa ao paciente (cf. Cap. 13.4), essa causa pode ser representada explicitamente através de um adjunto adverbial (opcional) introduzido pela preposição *com* (em (90b), *com a queda*; se o adjunto não ocorre, infere-se implicitamente uma causa indeterminada).

Com verbos de alternância causativa-incoativa, são típicos os pares como (90), em que se descreve a mesma situação (de perspetivas diferentes) e em que o complemento direto da versão causativa se realiza como sujeito da versão incoativa. Estes exemplos revelam também uma característica típica de muitos dos verbos que pertencem a esta classe (mas não todos): na construção incoativa (intransitiva), conjugam-se reflexamente.

O verbo *tornar*(*-se*) é um verbo de alternância causativa-incoativa que tem uma particularidade: para além do argumento causal e do argumento paciente, seleciona também um constituinte predicativo secundário (cf. 30.1.2 e 30.1.3) que tem como sujeito da predicação o argumento com o papel temático de paciente. Em (91), apresentam-se exemplos da construção transitiva com este verbo e, em (92), exemplos da construção intransitiva (coloca-se em itálico o constituinte predicativo secundário e sublinha-se o seu sujeito semântico):

(91) a. A arte tornou <u>o mundo</u> (*n*)*um sítio melhor*.
b. Os computadores tornaram <u>as máquinas de escrever</u> *obsoletas*.
c. Os atores tornaram <u>o espetáculo</u> {*cansativo*/*monótono*/*um pesadelo*}.

(92) a. <u>O mundo</u> tornou-se (*n*)*um sítio melhor*.
b. <u>As máquinas de escrever</u> tornaram-se *obsoletas*.
c. <u>O espetáculo</u> tornou-se {*cansativo*/*monótono*/*um pesadelo*}.

Na variante transitiva-causativa, as frases representam a ação modificadora de um agente causal que opera sobre uma entidade, determinando nela uma mudança de estado (de tipo estável – cf. 30.2.4.5). Na variante intransitiva-incoativa, as frases representam a mudança de estado sofrida por uma entidade.

Na variante causativa, o sujeito da predicação secundária é o complemento direto; na variante incoativa, o sujeito da predicação secundária é o sujeito gramatical. No entanto, isto deve-se à propriedade fundamental destes verbos de "passarem" o seu complemento direto para sujeito gramatical quando alternam de uma variante para a outra. Por outras palavras, o sujeito da predicação secundária é o mesmo argumento semântico (o paciente) nas duas variantes. O que acontece é que esse argumento assume funções gramaticais diferentes em cada uma delas, devido à própria natureza desses verbos[84].

Ora, o "uso copulativo" de *tornar-se* não é mais do que o seu uso incoativo. Nesta perspetiva, há duas propriedades particulares do verbo *tornar*(*-se*) que o habilitam a funcionar como copulativo no uso intransitivo: (i) o facto de selecionar um constituinte predicativo que pode ser adjetival (cf. os exemplos (b) e (c) de (91) e (92), e 30.2.3.2); e (ii) o facto de o argumento com o papel temático de paciente (complemento direto na versão causativa e sujeito na versão incoativa) poder ser semanticamente diverso: [+humano] ou [–humano], concreto ou abstrato, etc., o que, na prática, equivale a dizer que o verbo não impõe restrições de seleção sobre esse argumento (cf. 30.2.3.1). Ora, como o leitor recordará, essas são as duas propriedades que, tomadas em conjunto, usámos como critério para classificar um verbo como copulativo (cf. 30.2.3).

> [10] Nalgumas gramáticas, encontram-se, para além do termo "verbo copulativo", os termos "verbo semicopulativo" e "verbo pseudocopulativo". Estes, no entanto, não têm uma definição consensualmente aceite, sendo usados de modo muito variável e com sentidos diversos em gramáticas diferentes. Por vezes, o critério invocado parece ser a frequência de uso, sendo considerados copulativos os verbos de uso mais comum e frequente, como *ser* e *estar*, e pseudocopulativos os restantes. Noutros casos, o critério invocado é de natureza aspetual, sendo considerados pseudocopulativos aqueles em que a "carga" semântica aspetual é mais forte (*estar*, *ficar*, *andar*, *continuar*, *parecer*, *tornar-se* e *revelar-se*), o que lhes confere um estatuto mais próximo do de verbos plenos. Segundo este critério, na realidade, só existiria um verbo verdadeiramente copulativo, *ser*, considerado pelos proponentes da distinção como aspetualmente neutro. No entanto, dadas as restrições combinatórias que *ser* impõe sobre a natureza aspetual do constituinte predicativo (cf. 30.2.4.1), não nos parece correto considerá-lo neutro aspetualmente (caso contrário, esperar-se-ia que se pudesse combinar com qualquer tipo de constituinte predicativo). Nesta Gramática, não fazemos qualquer distinção deste tipo na classe dos verbos copulativos.

[84] Quando a causa da mudança de estado é "interna" ao paciente, o verbo *tornar-se* só se usa na versão incoativa-intransitiva: cf., por exemplo, *o botão tornou-se numa flor* e *o leite tornou-se azedo*. Esta propriedade, no entanto, não é exclusiva do verbo *tornar-se*, caracterizando também outros verbos intransitivos (inacusativos) que denotam uma mudança de estado "interna", como *azedar*, *florir*, *murchar* (cf. Cap. 13.5).

30.3 Predicações secundárias*

Como se observou em 30.1.2, uma oração pode conter uma predicação adicional, de base adjetival ou nominal (cf. Nota 16), que funciona como uma componente parcial da predicação veiculada por toda a oração e que se caracteriza pela ausência de um verbo copulativo mediando entre o sujeito e o constituinte predicativo. Essas construções, chamadas **predicações secundárias**, ilustram-se em (93) (= (11)), sublinhando-se o seu sujeito e pondo em itálico o constituinte predicativo (assinala-se a predicação oracional separando o sujeito do predicado por um travessão):

(93) a. O professor – considera o seu novo aluno *muito inteligente*.
b. O barulho – pôs a Maria *louca*.
c. O pai – chegou a casa *com uma péssima disposição*.
d. O namorado – encontrou a Joana no bar *completamente bêbada*.

Como vimos, as predicações secundárias podem classificar-se em selecionadas ou adjuntas. Em (93a,b) os constituintes predicativos são obrigatórios e completam semanticamente o verbo da oração, tendo, nesse aspeto, um estatuto semelhante ao dos argumentos (cf. Cap. 28). Ou seja, tal como estes, são selecionados pelo predicador verbal da oração, respetivamente os verbos *considerar* e *pôr*. Chamamos-lhes, pois, **constituintes predicativos secundários selecionados** (e, de modo mais geral, dizemos que a própria predicação secundária é selecionada). Em contrapartida, em (93c,d), os constituintes predicativos são opcionais e têm uma função semelhante à de um adjunto adverbial (cf. Caps. 33 e 38). Chamamos-lhes, pois, **constituintes predicativos secundários adjuntos** (e, de modo mais geral, dizemos que a própria predicação secundária é, neste caso, adjunta).

Os constituintes predicativos secundários podem também classificar-se quanto à função gramatical do sintagma nominal que constitui o seu sujeito semântico. Assim, em (93a,d), o sujeito semântico da predicação secundária é o complemento direto da oração – neste caso, o constituinte predicativo secundário chama-se **predicativo do complemento direto**; em contrapartida, em (93c), o sujeito semântico da predicação secundária é o próprio sujeito gramatical da oração (e também sujeito semântico da predicação veiculada por toda a oração) – neste caso, o constituinte predicativo secundário chama-se **predicativo do sujeito**.

O cruzamento destas duas dimensões origina quatro tipos distintos de constituintes predicativos secundários: (i) predicativos do sujeito selecionados (cf. *o rapaz passou por incompetente*); (ii) predicativos do complemento direto selecionados (cf. *o professor considera o rapaz incompetente*); (iii) predicativos do sujeito adjuntos (cf. *o rapaz saiu da escola muito assustado*); e (iv) predicativos do complemento direto adjuntos (cf. *encontrámos o rapaz no quarto muito assustado*). Nas subsecções seguintes, discutem-se algumas propriedades sintáticas e semânticas que caracterizam cada um destes tipos. Antes disso, no entanto, abordamos uma questão que nos parece importante para a compreensão das predicações secundárias adjuntas, nomeadamente a ambiguidade entre uma leitura predicativa e uma leitura restritiva de certos constituintes que podem funcionar (potencialmente) de ambos os modos.

* O autor agradece a Maria Lobo a sua ajuda na elaboração desta secção.

30.3.1 Ambiguidade potencial entre interpretação restritiva e interpretação predicativa de um adjetivo

Para introduzir o tipo de problema que nos ocupa (e antes de abordar as estruturas que nos interessam diretamente nesta secção), considere-se um exemplo como *o Pedro viu a criança com uns binóculos*. Para muitos falantes, a interpretação mais saliente deste exemplo (a primeira na qual pensam) é aquela em que *com uns binóculos* é um adjunto adverbial de modo (cf. Cap. 33), que descreve a maneira como o Pedro viu a criança (usando uns binóculos). Este exemplo, no entanto, tem outra interpretação possível (ainda que pragmaticamente menos plausível e, por isso, menos acessível para alguns falantes) na qual *com uns binóculos* é um modificador restritivo do nome *criança* (cf. Caps. 11.2.5 e 27). Nessa leitura, o Pedro não vê uma criança qualquer, vê uma criança contextualmente identificada precisamente por levar consigo uns binóculos (p.e., por oposição a uma sem nada nas mãos), e nada se diz em relação à maneira como o Pedro vê a criança.

Um tipo de ambiguidade semelhante surge também em frases como *a Maria fotografou a criança descalça*; neste caso, a ambiguidade envolve a possibilidade de uma leitura predicativa do adjetivo (não a única, como se verá), na qual se assere que a Maria estava descalça quando fotografou a criança – ou seja, o adjetivo é um predicativo do sujeito; e uma leitura restritiva, na qual se diz que a Maria fotografou uma determinada criança, identificada como estando descalça, por oposição a outra ou outras, presente(s) no contexto situacional ou introduzidas no contexto discursivo, que estava(m) calçada(s) – ou seja, nesta leitura, o adjetivo é um modificador restritivo do nome *criança*[85].

Esta frase, no entanto, tem ainda uma terceira leitura, que por vezes não é fácil de obter, e que consiste em interpretar o adjetivo como um predicativo, não do sujeito, mas do próprio complemento direto. Se mudarmos o sujeito da frase, substituindo *a Maria* por *o Pedro* (cf. *o Pedro fotografou a criança descalça*), esta interpretação fica mais saliente. Para além de continuarmos a obter a interpretação restritiva discutida acima, obtém-se igualmente uma interpretação predicativa, na qual o sujeito semântico é agora claramente o sintagma nominal complemento direto, visto ser o único que concorda em género e número com o adjetivo (recorde-se que um adjetivo predicativo concorda em género e número com o sujeito da predicação). Contrariamente à leitura restritiva, o adjetivo não contribui, nesta leitura, para a identificação do indivíduo referido.

É precisamente a diferença entre estas duas leituras – a restritiva e a predicativa do complemento direto – que queremos comentar nesta subsecção. A importância desta questão deve-se ao facto de, no seguimento deste capítulo, apenas nos interessar, neste tipo de contextos, a leitura predicativa do adjetivo[86], não a leitura

[85] Sendo usada com intenção contrastiva, a frase poderia ser continuada de modo apropriado: cf. *a Maria fotografou a criança descalça, não a criança calçada*.

[86] Em princípio, qualquer constituinte que possa funcionar quer como modificador restritivo quer como predicativo pode causar ambiguidade neste tipo de contextos – especialmente sintagmas adjetivais e sintagmas preposicionais. Assim, p.e., a frase dada como exemplo no parágrafo inicial desta subsecção, *o Pedro viu a criança com uns binóculos*, para além das duas leituras aí discutidas, também admite uma interpretação em que o SP é um predicativo do complemento direto (cf. Nota 89). Os casos mais frequentes de ambiguidade deste tipo, no entanto, são aqueles que têm adjetivos, e por isso (e também para não sobrecarregar a exposição) limitamo-nos no seguimento do texto a discutir exemplos com adjetivos.

restritiva. Se o leitor não for capaz de distinguir entre as duas, poderá eventualmente atribuir a um determinado exemplo uma interpretação que não é aquela que motiva os comentários e as descrições que dele fazemos.

A melhor maneira de entender as características semânticas próprias das duas leituras consiste em apresentar frases que só possuem uma delas (ou em que uma delas é mais saliente do que a outra). Considerem-se, assim, os dois seguintes exemplos:

(94) a. Ela viu a estátua *vermelha*.
b. Ela viu o Zé *nu*.

Em (94a), o adjetivo *vermelho* modifica o nome do complemento direto, *estátua*. O adjetivo tem aqui como função restringir a classe das estátuas àquelas que são vermelhas – ou seja, a combinação *estátua vermelha* representa um subconjunto constituído pela interseção das entidades que são vermelhas e das entidades que são estátuas. Ao utilizar o artigo definido para especificar essa sequência, o falante "extrai", por assim dizer, um membro particular desse subconjunto, e pressupõe que o ouvinte está também em condições de o identificar (cf. Cap. 22).

O adjetivo, neste caso, é fundamental para o ouvinte identificar a estátua particular que o falante designa. Não se trata de uma estátua qualquer, trata-se de uma estátua vermelha. Numa situação discursiva apropriada ao exemplo, podem existir no contexto várias estátuas de cor diferente, p.e., uma vermelha, uma azul e uma verde. O falante, então, assere que a pessoa referida pelo pronome viu a vermelha, não a azul ou a verde; i.e., o adjetivo introduz implicitamente um contraste com outras entidades do tipo estátua, restringindo essas entidades a uma que tem a cor indicada.

Nesta interpretação, o adjetivo diz-se atributivo; em particular, neste caso, tem uma função restritiva do nome. O adjetivo atributivo é parte integrante do sintagma nominal que tem como núcleo o nome modificado, como se ilustra em (95)[87]:

(95) Ela viu [$_{SN}$ a estátua vermelha].

Na versão passiva de uma oração transitiva como (94a), o sintagma nominal complemento direto passa a ter a função de sujeito, ocorrendo numa posição (canonicamente) pré-verbal. Ora, o adjetivo, fazendo parte do sintagma nominal, "acompanha", por assim dizer, o artigo e o nome quando o SN passa a funcionar como sujeito. Assim, dizemos *a estátua vermelha foi vista* (*por ela*), e não **a estátua foi vista vermelha* (*por ela*). De modo semelhante, se substituirmos o sintagma nominal por um pronome pessoal (cf. Cap. 23), o adjetivo faz parte do constituinte que é substituído: cf. *ela viu-a* (que se poderia continuar por uma pergunta: *viu o quê? – a estátua vermelha*).

Em contrapartida, no exemplo (94b), o adjetivo *nu* não modifica o nome próprio *Zé* – ou seja, não restringe dentro do conjunto dos Zés um subconjunto mais restrito dos Zés que estão nus, dentro do qual seria necessário identificar o indivíduo particular de que se fala[88]. Neste caso, a identificação do indivíduo é feita

[87] A estrutura interna do SN é mais elaborada (cf. Cap. 20), mas isso é irrelevante aqui.

[88] Na realidade, aqui, simplificamos esta questão. Essa leitura também é possível com nomes próprios, embora não seja tão saliente como a que se descreve no texto, ou pelo menos não é tão usual. Em situações normais, não é aquela que o ouvinte espera (cf. Cap. 26).

única e exclusivamente pela expressão *o Zé*, e o que o falante diz ao ouvinte é que a pessoa referida pelo pronome viu um indivíduo particular chamado Zé, conhecido e identificado pelo falante e pelo ouvinte através do seu nome, sem qualquer contribuição do adjetivo. Adicionalmente, o falante assere que, quando o Zé foi visto, ele estava nu. Neste caso, não se contrastam dois indivíduos diferentes chamados Zé, em que um estaria nu e o outro não. Antes, o adjetivo atribui uma propriedade – de estar nu – a um indivíduo previamente identificado. Este é o uso predicativo dos adjetivos, aquele que nos interessa neste capítulo.

No uso predicativo, o adjetivo não faz parte do sintagma nominal, encontra-se fora dele; de facto, o adjetivo, neste caso, tem alcance semântico sobre todo o SN, não apenas sobre o nome:

(96) Ela viu [$_{SN}$ o Zé] nu.

Esta estrutura é corroborada pelo facto de, na versão passiva desta frase, o adjetivo não "acompanhar" o SN complemento direto para a posição pré-verbal de sujeito, visto que o adjetivo não está incluído no SN: cf. *o Zé foi visto nu* (vs. **o Zé nu foi visto*). Para além disso, o SN *o Zé* pode ser substituído por um pronome pessoal; neste caso, no entanto, o adjetivo mantém-se, visto que não faz parte do sintagma: cf. *ela viu-o nu*. Finalmente, nesta leitura, o adjetivo pode ser anteposto ao SN *o Zé* (cf. *ela viu nu o Zé*). Embora alguns falantes considerem esta ordem ligeiramente marginal, ela não é impossível.

Regressemos agora aos exemplos dados acima, {*a Maria*/*o Pedro*} *fotografou a criança descalça*. Para além das leituras indicadas, de predicativo do sujeito quando este é *a Maria* (i.e., a Maria está descalça quando vê a criança) e restritiva do nome do complemento direto (a Maria ou o Pedro fotografaram a criança que estava descalça, não a(s) que estava(m) calçada(s)), o adjetivo pode ter também uma leitura de predicativo do complemento direto. Nesta interpretação, a criança mencionada é a única identificada no contexto situacional ou discursivo, e o adjetivo não é necessário para a sua identificação. O que o falante assere, então, é que essa criança foi fotografada pela Maria ou pelo Pedro, e que ela (criança) estava descalça quando estes tiraram a fotografia. Nesta interpretação, o adjetivo encontra-se fora do sintagma nominal (cf. (97a)). Se a frase for passivizada, o adjetivo não faz parte do sujeito (cf. (97b)); se substituirmos o SN por um pronome, o adjetivo mantém-se (cf. (97c)); e é possível inverter a ordem do adjetivo e do SN (cf. (97d))[89]:

(97) a. {A Maria/O Pedro} fotografou [$_{SN}$ a criança] *descalça*.
b. [$_{SN}$ A criança] foi fotografada *descalça* {pela Maria/pelo Pedro}.
c. {A Maria/O Pedro} fotografou-a *descalça*.
d. {A Maria/O Pedro} fotografou *descalça* [$_{SN}$ a criança].

[89] Em contrapartida, na interpretação restritiva, o adjetivo faz parte do SN sujeito da frase passiva (cf. *a criança descalça foi fotografada pela Maria*) e do material que é substituído pelo pronome (cf. *a Maria fotografou-a*). O exemplo discutido no início desta subsecção (*o Pedro viu a criança com uns binóculos*) também admite uma leitura do sintagma preposicional sublinhado como predicativo do complemento direto. Nessa interpretação, o Pedro viu uma criança previamente identificada, a qual levava consigo uns binóculos quando ele a viu. Essa informação, no entanto, não desempenha qualquer papel na identificação da criança pelo ouvinte.

Se a frase ativa contiver outra expressão no predicado, p.e., um adjunto adverbial com valor locativo, o adjetivo predicativo, na medida em que não pertence ao sintagma nominal com a função de complemento direto, pode ocorrer separado dele pela expressão locativa, no final da frase, como se ilustra em (98b) (ambos os exemplos são possíveis na interpretação em que o adjetivo predica sobre o complemento direto):

(98) a. {A Maria/O Pedro} fotografou a criança *descalça* na praia.
b. {A Maria/O Pedro} fotografou a criança na praia *descalça*.

Em contrapartida, a interpretação restritiva só é possível em (98a); nessa leitura, o adjetivo está incluído no sintagma nominal complemento direto, logo não pode ocorrer separado dele.

A combinação do adjetivo com advérbios como *já* e *ainda* (cf. Cap. 33.5.6) favorece a leitura predicativa. Assim, enquanto no exemplo *a Maria guardou o leite frio*, o adjetivo *frio* tanto pode ser interpretado restritivamente como predicativamente, na frase *a Maria guardou o leite já frio*, a leitura preferencial (se não mesmo a única) é a predicativa.

30.3.2 Predicativos do sujeito selecionados

Os verbos plenos que selecionam um predicativo do sujeito secundário são em pequeno número; entre eles incluem-se *passar* (*por*), *dar-se* (*por*), *sentir-se* e *viver*. Os dois primeiros subcategorizam a preposição *por* (cf. Caps. 28 e 32); o segundo e o terceiro conjugam-se reflexamente. Apresentam-se a seguir exemplos ilustrativos, em que o constituinte predicativo é um adjetivo – em (99a,b), integrado no sintagma preposicional cujo núcleo é *por*:

(99) a. O João passou [por *parvo*].
b. O António deu-se [por *satisfeito*].
c. O Pedro sente-se *doente*.
d. A Josefina vive *feliz*.

Em todos estes casos, a omissão do constituinte predicativo provoca agramaticalidade ou estranheza[90]: cf. **o João passou*, **o António deu-se*, **o Pedro sente-se* e ?*a Maria vive*.

Estes verbos têm características que os aproximam dos verbos copulativos – nomeadamente o facto de se combinarem com um predicativo do sujeito obrigatório e, mais especificamente, o facto de esse predicativo poder ser um adjetivo (cf. 30.2.3.2). Contudo, não são verbos copulativos porque impõem restrições de seleção semântica sobre o sujeito (cf. 30.2.3.1), como se pode ver pela estranheza de enunciados como #*a situação passou por difícil* (cf. *a situação revelou-se difícil*), #*o livro deu-se por rasgado* (cf. *o livro está rasgado*), #*a casa sente-se velha* (cf. *a casa é velha*), #*a pedra vive no meu jardim* (cf. *a pedra está no meu jardim*).

[90] O enunciado *o João passou* (num exame, p.e.) é possível, mas tem-se aqui um verbo distinto do predicador verbal complexo *passar por* (cf. Cap. 28, Caixa [11] e Cap. 32). Também o verbo *viver* pode ocorrer sem constituinte predicativo (cf. *a Josefina vive*). Contudo, os sentidos deste verbo, com e sem o constituinte predicativo, embora relacionados, não são exatamente idênticos. Sem esse constituinte, *viver* opõe-se a *estar morto* (cf. *a Josefina* (*ainda*) *vive, não está morta*). Combinado com um predicativo do sujeito, o verbo adquire um sentido existencial, aspetualmente durativo. Por isso consideramos que o constituinte predicativo é selecionado pelo sentido existencial do verbo. Sobre o estatuto do verbo *viver*, cf. também a Caixa [9].

Os adjetivos são os constituintes predicativos mais comuns com estes verbos; *passar por* pode selecionar um sintagma nominal reduzido ou indefinido: cf. *o Zé conseguiu passar por* (*um*) *atleta de alta competição*. O verbo *sentir-se* é o que admite constituintes de maior diversidade, como se ilustra em (100):

(100) a. O João sente-se *exausto*. [adjetivo]
b. O João sente-se *excluído por todos*. [particípio]
c. O João sente-se *com fome*. [sintagma preposicional]
d. O João sente-se *bem*. [advérbio]
e. O João sente-se *um príncipe*. [sintagma nominal indefinido]
f. O João sente-se *o Príncipe das Astúrias*. [sintagma nominal definido]

Como se discutiu em 30.2.5.5, o predicativo do complemento direto selecionado por verbos de alternância causativa-incoativa quando estes ocorrem na versão transitiva (causativa) manifesta-se como predicativo do sujeito selecionado quando esses verbos ocorrem na versão intransitiva (incoativa), devido ao facto de o complemento direto da versão transitiva se realizar como sujeito na versão intransitiva. Entre estes verbos, incluem-se *tornar*(*-se*) e *transformar*(*-se*) (cf. 30.2.5.5):

(101) a. A arte tornou/transformou o mundo *num sítio melhor*.
b. Com a arte, o mundo tornou-se/transformou-se *num sítio melhor*.

Com *tornar*(*-se*), mas não com *transformar*(*-se*), o predicativo pode ser um adjetivo, como se ilustra em (102) ((102a) = (91b) e (102b) = (92b)):

(102) a. Os computadores tornaram as máquinas de escrever *obsoletas*. (vs. **os computadores transformaram as máquinas de escrever obsoletas*)
b. Com os computadores, as máquinas de escrever tornaram-se *obsoletas*. (vs. **as máquinas de escrever transformaram-se obsoletas*)

Consequentemente, quando ocorre na versão intransitiva, *tornar*(*-se*) é um verbo copulativo, visto que não impõe restrições de seleção sobre o argumento com a função temática de paciente (uma propriedade que também partilha com *transformar*(*-se*)). O paciente, como vimos, realiza-se como complemento direto na versão transitiva e como sujeito na versão intransitiva. Assim, a par de (101) e (102), em que o paciente é [–humano], tem-se (103), em que o paciente é [+humano]:

(103) a. A sua vida difícil tornou *a Joana* (n)uma pessoa amarga.
b. *A Joana* tornou-se (n)uma pessoa amarga.

30.3.3 Predicativos do complemento direto selecionados

Os verbos que selecionam um complemento direto e um constituinte predicativo que toma o complemento direto como sujeito semântico da predicação secundária chamam-se **verbos transitivos predicativos** (cf. Cap. 28). Estes verbos distribuem-se por classes de natureza semântica diferente, nomeadamente as seguintes (as listas não se pretendem exaustivas)[91]:

[91] A estas classes deveríamos acrescentar a dos verbos de alternância causativa-incoativa, como *tornar*(*-se*) e *transformar*(*-se*). Estes verbos, e as propriedades dos predicativos que selecionam, já foram discutidos em 30.2.5.5 e 30.3.2.

- Verbos de crença (*achar*, *considerar*, *julgar*)
- Verbos volitivos (*desejar, querer*)
- Verbos "leves" (*dar* (*por*), *deixar*, *fazer*, *pôr*, *ter*)
- Verbos de designação e de caracterização (*chamar*, *nomear*)

Apresentamos a seguir alguns exemplos ilustrativos, na ordem correspondente à apresentação acima:

(104) a. Acho a tua proposta *um disparate*.
b. Os pais querem os meninos *calados*.
c. A sua atitude deixou toda a plateia *perplexa*.
d. O diretor nomeou a Ana *chefe de serviço*.

Nalguns destes casos, o constituinte predicativo não só atribui uma propriedade ao complemento direto, como também modifica o próprio predicador verbal, formando com ele um **predicador complexo**. Quando isso acontece, o predicativo ocorre frequentemente logo a seguir ao verbo, precedendo o complemento direto, como se ilustra a seguir (coloca-se em itálico o predicador complexo – ou seja, a sequência formada pelo verbo e o predicativo):

(105) a. *Acho um disparate* a tua proposta.
b. A sua atitude *deixou perplexa* toda a plateia.
c. O diretor *nomeou chefe de serviço* a Ana.

Nas subsecções seguintes, analisamos mais pormenorizadamente cada uma das classes verbais indicadas acima.

30.3.3.1 Verbos de crença

Incluem-se nesta classe os verbos *achar*, *considerar*, *julgar* e *tomar* (com este último, o constituinte predicativo é introduzido pela preposição *por*):

(106) a. O Rui considera a Ana *pouco esperta*.
b. Acho o Pedro *triste/cansado*.
c. Julgava-te *mais tolerante*!
d. Geralmente, os políticos tomam os eleitores *por parvos*.

Em todos estes casos, o constituinte predicativo (em itálico) é obrigatório (cf. **o Rui considera a Ana*, **acho o Pedro*, **julgava-te* e **geralmente, os políticos tomam os eleitores*)[92].

Com estes verbos, a sequência formada pelo complemento direto e pelo constituinte predicativo é equivalente a uma oração copulativa, com o verbo de cópula apropriado à dimensão aspetual, estável (*ser*) ou episódica (*estar*) do constituinte

[92] É apenas no sentido de crença destes verbos que os constituintes predicativos são obrigatórios. Estes verbos, de facto, têm outros sentidos nos quais podem ser usados apenas com o complemento direto (p.e., *considerar* no sentido de 'ter consideração por', *achar* no sentido de 'encontrar', *julgar* no sentido judicial e *tomar* no sentido de 'captar' ou ingerir'). Não voltamos mais a fazer este tipo de chamada de atenção, relativamente a outros verbos, a não ser que seja importante para a argumentação desenvolvida.

predicativo, e na qual o complemento direto desempenha agora a função de sujeito gramatical[93]:

(107) a. O Rui considera [que a Ana é *pouco esperta*].
b. Acho [que o Pedro está *triste/cansado*].
c. Julgava [que tu eras *mais tolerante*!].

Por este motivo, considera-se por vezes que, mesmo em (106a-c), a sequência complemento direto + predicativo forma um constituinte sintático, uma "quase oração" à qual apenas falta um verbo para ser uma oração completa (comparar com as orações subordinadas de (107))[94].

Com estes verbos, o constituinte predicativo tanto pode ser um predicado estável (cf. (108a)) como um predicado episódico (cf. (109a)), o que se comprova pelo verbo de cópula usado na versão correspondente em que se substitui a sequência complemento direto + predicativo por uma oração copulativa:

(108) a. Acho o Rui *pouco esperto*.
b. Acho que o Rui *é* pouco esperto.

(109) a. Acho o Rui *com má cara*.
b. Acho que o Rui *está* com má cara.

A classe sintática do constituinte predicativo é variável, podendo consistir num sintagma adjetival (cf. (110a)), num particípio (cf. (110b)), num sintagma nominal definido (cf. (110c)) ou indefinido (cf. (110d)), ou num sintagma preposicional (cf. (110e)):

(110) a. A mãe acha a filha *muito magra*.
b. A mãe acha a filha *bem vestida*.
c. A mãe acha a filha *a criança mais bonita do mundo*.
d. A mãe acha a filha *um génio*.
e. A mãe acha a filha *com má cara*.

30.3.3.2 Verbos volitivos

Querer e *desejar* são dos poucos verbos volitivos que selecionam um predicativo do complemento direto, sendo *querer* aquele que mais frequentemente surge nesse tipo de estruturas (e por isso o usamos nos exemplos). O verbo *querer* tem um quadro de subcategorização (cf. Cap. 28) multifacetado, podendo tomar como complemento uma oração completiva finita (cf. (111a)), uma oração completiva infinitiva (cf. (111b)), um sintagma nominal (cf. (111c)) ou (o caso que nos interessa aqui) um sintagma nominal seguido de um constituinte predicativo (cf. (111d)):

---

[93] Esta equivalência não existe no caso de (106d), presumivelmente devido ao facto de o predicativo ser um sintagma preposicional. Em (107c), o pronome de 2.ª pessoa ocorre na forma nominativa (*tu*), própria da função de sujeito, e não na forma acusativa (*te*) que tem em (106c), própria da função de complemento direto.

[94] Estes constituintes, que formam uma predicação completa mas não têm um verbo de cópula, são por vezes chamados **orações pequenas**. Como evidência do seu estatuto como constituintes, conta-se o facto de poderem ser substituídos pelo pronome demonstrativo *isso* ou pela pró-forma *o*: cf., por exemplo, *o Rui acha a Ana pouco esperta, mas eu não acho isso*, ou *considero essa medida excessiva, mas o diretor não o considera*. Nos dois casos, o pronome (*isso* e *o*) tem como antecedente a sequência sublinhada.

(111) a. Quero *que vás para a cama cedo*. [oração completiva finita]
b. Quero *ir para a cama cedo*. [oração completiva infinitiva]
c. Quero *uma bicicleta*. [sintagma nominal]
d. Quero *os meninos calados*. [sintagma nominal + predicativo]

O predicativo selecionado pode ser um adjetivo, como em (111d), um sintagma preposicional (cf. (112a)) ou um constituinte locativo, SP ou advérbio (cf. (112b)):

(112) a. Os pais querem os meninos *com boa disposição*.
b. Os pais querem os meninos {*na cama/aqui*}.

Nestes exemplos, o constituinte predicativo não pode ser omitido sem que se altere o significado básico das frases. De facto, nem (111d) nem (112) significa que os pais querem os meninos. O que os pais querem é que uma determinada situação tenha lugar. Nesse sentido, a sequência constituída pelo complemento direto e pelo predicativo, tal como sucede com os verbos de crença, pode ser substituída por uma oração subordinada copulativa que veicule o conteúdo proposicional correspondente a essa situação, como se ilustra a seguir, relativamente a (111d) e a (112):

(113) a. Quero [que os meninos estejam/fiquem *calados*].
b. Os pais querem [que os meninos estejam/fiquem *com boa disposição*].
c. Os pais querem [que os meninos estejam/fiquem {*na cama/aqui*}].

Consequentemente, também aqui podemos considerar que, em (111d) e em (112), a sequência formada pelo complemento direto e pelo predicativo forma um constituinte (cf. Nota 94). Esse constituinte pode ser modificado por um adjunto de localização temporal, que tem alcance semântico sobre a predicação secundária, de forma paralela ao que sucede quando essa predicação é veiculada por uma oração copulativa, como se ilustra a seguir:

(114) a. Os pais querem [os meninos na cama *às nove em ponto*].
b. Os pais querem [que os meninos estejam na cama *às nove em ponto*].

Os constituintes predicativos selecionados por *querer* são frequentemente de natureza aspetual episódica, como se nota pelos verbos de cópula (*estar* e *ficar*) usados quando se substitui a sequência complemento direto + predicativo de (111d) e (112) por uma oração copulativa (cf. (113)). No entanto, também são aceitáveis exemplos como *os pais querem os filhos altos, inteligentes e bem parecidos*, em que os constituintes predicativos adjetivais são aspetualmente estáveis, como se nota pelo uso de *ser* na versão com uma oração copulativa (cf. *os pais querem que os filhos sejam altos, inteligentes e bem parecidos*).

30.3.3.3 Verbos leves

Os verbos leves (*dar*, *deixar*, *fazer*, *pôr*, *ter*) correspondem a verbos plenos com um sentido muito geral que, em determinadas construções, se combinam com constituintes que não correspondem aos seus argumentos canónicos, formando novas expressões (por vezes idiomáticas ou semi-idiomáticas) que alargam os seus usos a outros domínios da realidade diferentes daquele que caracteriza o seu uso básico.

Essa extensão semântica (usualmente alcançada através de processos metafóricos) habilita-os a representar estados, propriedades e localização espacial. Assim, p.e., *dar*, como verbo pleno, tem um sentido geral de transmissão de um objeto de um indivíduo para outro, selecionando um argumento agente/origem (quem dá), um argumento tema (o que se dá) e um argumento destinatário (a quem se dá): cf. *o Pedro deu um livro à Maria*. Como verbo leve, pode, p.e., combinar-se com o nome *corda* para formar um predicador complexo (*dar corda*), com um significado (semi)idiomático, normalmente usado com um argumento interno cujo núcleo é o nome *relógio* (*dar corda ao relógio*), mas não se restringindo necessariamente a esse contexto, na medida em que pode ser usado noutros domínios através de um processo de extensão metafórica (cf. *deste corda ao rapaz, agora nunca mais para de falar* – cf. Cap. 28.2.4).

Alguns verbos leves podem ocorrer em estruturas com um predicativo do complemento direto selecionado, o qual geralmente "substitui" um segundo argumento interno que estes verbos selecionam quando funcionam como plenos. Damos a seguir alguns exemplos (sublinha-se o sujeito da predicação secundária e coloca-se o constituinte predicativo em itálico):

(115) a. O juiz deu a sessão *por terminada*.
b. A Ana fez o Pedro *feliz*.
c. As cobras deixam muitas mulheres *nervosas*.
d. Este ruído põe qualquer pessoa *louca*.
e. O João tem o Pedro *em boa conta*.

Nestas estruturas, o verbo e o constituinte predicativo formam um predicador complexo (cf. Duarte et al. 2009), que constitui o verdadeiro núcleo semântico da frase. Por esse motivo, a ordem em que o predicativo segue imediatamente o verbo também é possível:

(116) a. O juiz deu *por terminada* a sessão.
b. A Ana fez *feliz* o Pedro.
c. As cobras deixam *nervosas* muitas mulheres.
d. Este ruído põe *louca* qualquer pessoa.
e. O João tem *em boa conta* o Pedro.

A combinação entre o verbo e o constituinte predicativo, tipicamente, corresponde a um verbo simples. Assim, *dar por terminado* tem um sentido próximo do do verbo simples *terminar*; *fazer feliz* tem um sentido próximo do de *alegrar*; *deixar nervoso*, um sentido próximo do de *enervar*; *pôr louco*, um sentido próximo do de *enlouquecer*, e *ter em boa conta*, um sentido próximo do de *estimar*.

As estruturas com o verbo *ter* nas quais se representa posse (cf. Cap. 27.3.3.2) e em que o complemento direto é um sintagma nominal definido representam outro caso de seleção obrigatória de um constituinte predicativo do complemento direto, geralmente de natureza adjetival (ou equivalente a um adjetivo):

(117) a. O Pedro tem os olhos *inchados*.
b. O menino tem a cara *pintada*.
c. A mesa tem a perna *partida*.

(118) a. O Pedro tem o filho *doente*.
b. Quando chegou a casa, o Pedro tinha a porta *arrombada*.
c. O aluno já tem os exercícios *corrigidos*.
d. Já tenho a carta *escrita*.

O predicativo, aqui, atribui uma propriedade à entidade possuída; na realidade, estas frases não significam exatamente que o indivíduo referido pelo sujeito "possui" a entidade referida pelo complemento direto, mas sim que possui essa entidade no estado particular indicado pelo predicativo.

30.3.3.4 Verbos de designação e de caracterização

Os verbos de designação (*chamar*, *coroar*, *designar*, *eleger*, *nomear* e *proclamar*) selecionam um predicativo do complemento direto (no uso denominativo de *chamar* em (119c) – cf. Cap. 26 – o predicativo é do complemento indireto):

(119) a. O diretor nomeou a Ana *chefe de serviço*.
b. O Pedro chamou o João *de idiota*.
c. Os pais chamaram à criança *Amilcar*.
d. O rei proclamou o dia em que o filho nasceu *feriado nacional*.
e. Os portugueses elegeram Cavaco Silva *Presidente da República*.
f. Designaram o furacão (*de*) *Catarina*.
g. o Papa coroou Carlos Magno *Imperador*.

Com o verbo *nomear*, o predicativo não é obrigatório (cf. *o diretor nomeou a Ana*), o que pode levar a pensar tratar-se antes de uma predicação secundária adjunta. No entanto, note-se que o predicativo está implícito, ou seja, a frase é interpretada como o diretor tendo nomeado a Ana para algum cargo. Este caso é semelhante ao dos verbos de uso absoluto, como *comer*, *ler* e *escrever* (cf. Cap. 28.2.3.1), que também podem ser usados omitindo o argumento que corresponde ao complemento direto, o qual, no entanto, se interpreta implicitamente como designando algo de geral, não especificado.

Também aqui o verbo e o constituinte predicativo parecem formar um predicador complexo, que pode anteceder o complemento direto:

(120) a. O diretor nomeou *chefe de serviço* a Ana.
b. ?O Pedro chamou *de idiota* o João.
c. Os pais chamaram *Amilcar* à criança.
d. O rei proclamou *feriado nacional* o dia em que o filho nasceu.
e. Os portugueses elegeram *Presidente da República* Cavaco Silva.
f. ?Designaram (*de*) *Catarina* o furacão.
g. O Papa coroou *Imperador* Carlos Magno.

Os exemplos (120b,f) são marginais para muitos falantes. Plausivelmente, isso deve-se ao facto de ocorrer a preposição *de* entre o verbo e o predicativo propriamente dito. Em alternativa ao exemplo (120b), o predicativo pode seguir o verbo imediatamente (sem a preposição *de*), formando com ele um predicador complexo; nesse caso, o sujeito da predicação realiza-se como complemento indireto, seguindo o padrão de (120c): cf. *o Pedro chamou idiota* ***ao João***.

À exceção de *chamar*, que pode combinar-se com um predicativo adjetival (cf. os exemplos (b) de (119) e (120)), os restantes verbos só aceitam predicativos de natureza nominal (cf., por exemplo, a impossibilidade ou estranheza de **o diretor nomeou a Ana inteligente/idiota*, ou **o Papa coroou Carlos Magno sagrado*).

Os verbos "de caracterização" (em que se incluem *catalogar*, *descrever* e *identificar*) constituem outra classe que seleciona predicativos do complemento direto, todos introduzidos por *como*[95]:

(121) a. O Rui descreveu a chefe *como* {*uma pessoa instável/incompetente*}.
b. O biólogo catalogou o inseto *como* {*uma espécie rara/venenoso*}.
c. Identificaram o problema *como muito sério*.
d. Referiram-se ao problema *como muito grave*.

Nestes casos, tal como com *nomear*, o predicativo pode ser omitido (cf. *o Rui descreveu o chefe*, *o biólogo catalogou o inseto*, *identificaram o problema*, *referiram-se ao problema*). Contudo, também aqui o predicativo do complemento direto é interpretado implicitamente, e por isso o consideramos selecionado.

30.3.4 Constituintes predicativos adjuntos

Os constituintes predicativos adjuntos, não sendo selecionados pelo verbo da oração, têm uma função semelhante à dos adjuntos adverbiais (cf. Cap. 33). Nesta subsecção, começamos por apresentar as propriedades mais importantes destes elementos (cf. 30.3.4.1); seguidamente, discutimos duas classes de verbos (de perceção e de avaliação) que se combinam com predicativos adjuntos (cf. 30.3.4.2); finalmente, em 30.3.4.3, abordamos algumas características semânticas das construções com estes predicativos.

30.3.4.1 Propriedades dos predicativos adjuntos

Como já se observou, os predicativos adjuntos têm canonicamente como sujeito semântico o sujeito gramatical da oração (cf. (122)) ou o complemento direto (cf. (123)), sendo chamados, respetivamente, de **predicativos do sujeito** e de **predicativos do complemento direto:**

(122) a. Os meninos chegaram a casa *completamente encharcados*.
b. O Pedro cortou o pão *contrariado*.

(123) a. O Rui bebeu o café *já frio*.
b. A Maria fotografou o Zé *descalço*.

Há exemplos em que o mesmo constituinte é ambíguo entre uma interpretação de predicativo do sujeito e uma interpretação de predicativo do complemento direto: cf., por exemplo, *o Rui fotografou o Zé descalço*. Numa interpretação possível desta frase, é o Rui que está descalço, e, noutra, é o Zé que está descalço. A desambiguação depende de fatores pragmáticos, relativos ao contexto situacional ou discursivo em que se insere o enunciado. Noutros casos, a desambiguação pode ser feita pela morfologia, se o género e/ou o número do sujeito e do complemento direto forem

[95] Estas estruturas têm uma variante na qual o predicativo do complemento direto é introduzido pela forma gerundiva do verbo *ser*: cf., por exemplo, *o Rui descreveu a chefe como sendo uma pessoa instável*.

diferentes, dado que um predicativo adjetival concorda em género e número com o seu sujeito semântico. Assim, se dissermos *as meninas fotografaram o Rui descalço*, sabemos que é o Rui que está descalço, mas se dissermos *as meninas fotografaram o Rui descalças*, sabemos que são as meninas que estão descalças.

A mesma oração básica pode combinar-se com predicativos semanticamente diferentes. Nesse caso, a interpretação depende do grau de adequação semântica entre o predicativo e os argumentos realizados pelo sujeito ou pelo complemento direto, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(124) a. As meninas comeram as batatas *contrariadas*.
b. As meninas comeram as batatas (*ainda*) *cruas*.

Em (124a), *contrariadas* predica sobre *as meninas*, não sobre *as batatas* (o estado de estar contrariado não se aplica às batatas); por sua vez, em (124b), *cruas* predica sobre *as batatas*, não sobre *as meninas* (o estado de estar cru não se aplica normalmente aos seres humanos).

Embora com menos frequência, o sujeito semântico de um constituinte predicativo secundário adjunto pode ser um sintagma nominal precedido de preposição[96]: cf., por exemplo, *o Pedro* ***deu*** [***com*** *o filho mais velho*] *completamente bêbado* (comparar com *o Pedro encontrou o filho mais velho completamente bêbado*, em que o sujeito do constituinte predicativo é o complemento direto). Nestes casos, o verbo e a preposição (*dar com*, no exemplo) formam um predicador complexo, que funciona essencialmente como um elemento verbal.

Os constituintes predicativos adjuntos podem também ocorrer dento de um sintagma nominal. Em geral, trata-se de sintagmas cujo núcleo nominal é semanticamente eventivo e frequentemente relacionado com um verbo. Nesse caso, o predicativo toma como sujeito semântico um argumento do nome eventivo:

(125) a. [A chegada da Ana *mascarada*] surpreendeu toda a gente.
b. [A saída do Pedro da sala *com um ar tristonho*] preocupou os amigos.

Também são possíveis casos em que o nome nuclear do sintagma nominal denota uma parte do corpo ou a atitude expressiva de uma pessoa:

(126) a. [A expressão da Ana *mascarada de minhota*] era muito divertida.
b. [A cara da Josefa *vestida de fada*] surpreendeu toda a gente.

Os predicativos do sujeito adjuntos e os predicativos adjuntos dentro de um SN ocorrem canonicamente na posição final da oração e do SN, respetivamente, como se ilustra em (122), (124a), (125) e (126). No entanto, em domínios oracionais, o predicativo do sujeito adjunto pode preceder o complemento direto quando este é complexo ou longo (cf. (127a)), ou quando é focalizado por um advérbio como *só* (cf. (127b,c)):

(127) a. A rainha recebeu *sentada* todos os embaixadores de países africanos.
b. A rainha recebeu *sentada* só o embaixador português.
c. A rainha só recebeu *sentada* o embaixador português.

[96] Os falantes oscilam quanto à aceitabilidade destes exemplos.

Os predicativos do complemento direto adjuntos ocorrem canonicamente depois do complemento direto (cf. (128)), incluindo na posição final da oração (cf. (129)):

(128) a. O Pedro deu o café *já frio* à Ana.
b. A mãe pôs o miúdo *ainda calçado* na banheira.

(129) a. O Pedro deu o café à Ana *já frio*.
b. A mãe pôs o miúdo na banheira *ainda calçado*.

Quando uma frase ativa (com um verbo transitivo) é passivizada, o predicativo do complemento direto adjunto passa a predicativo do sujeito, visto que o complemento direto de uma frase ativa é o sujeito da frase passiva correspondente (cf. Cap. 13). Nesse caso, o predicativo ocorre depois do verbo pleno no particípio passado, incluindo na posição final da oração (cf. (130)); pode também preceder o agente da passiva (que é opcional nas orações passivas) ou outro complemento do verbo (cf. (131)):

(130) a. O café foi bebido (pelo Pedro) *já frio*.
b. O miúdo foi posto na banheira pela mãe *ainda calçado*.

(131) a. O café foi bebido *já frio* pelo Pedro.
b. O miúdo foi posto na banheira *ainda calçado* pela mãe.
c. O miúdo foi posto *ainda calçado* na banheira pela mãe.

Em contrapartida, o predicativo do sujeito adjunto de uma frase ativa não se mantém com tanta facilidade na frase passiva correspondente, visto que predica agora sobre o agente da passiva, que é realizado por um sintagma preposicional, não por um sintagma nominal: cf. ?*o café foi bebido* ***pelo Zé*** *muito nervoso*, ?*o embaixador português foi recebido* ***por Sua Majestade a Rainha Isabel*** *sentada no trono*. Como se disse na Nota 96, os falantes dividem-se quanto à aceitabilidade destes exemplos.

É relevante notar aqui que a passivização de frases com predicativos do complemento direto selecionados resulta em ordens mais restritas para o predicativo do que as observadas acima para os predicativos adjuntos. De facto, ainda que não seja totalmente inflexível, a ordem mais normal para o predicativo selecionado (que, na frase passiva, tem como sujeito semântico o sujeito gramatical) é imediatamente a seguir ao particípio verbal, precedendo o agente da passiva, como os seguintes exemplos ilustram:

(132) a. A Ana foi considerada *pouco esperta* pelo Rui.
b. A sessão foi dada *por terminada* pelo juiz.
c. O Pedro é tido *em boa conta* pelo João.
d. A Ana foi nomeada *chefe de serviço* pelo diretor.

Esta ordenação deve-se, plausivelmente, ao facto de o verbo pleno da frase (na forma de particípio) e o predicativo selecionado formarem uma unidade semântica complexa (um predicador complexo) – e, logo, tenderem a ocorrer em adjacência.

30.3.4.2 Verbos de perceção, de representação e avaliativos com predicativos do complemento direto adjuntos

Estes verbos ocorrem frequentemente em construções com constituintes predicativos do complemento direto (ou de um complemento preposicionado – cf. (133c)), merecendo um destaque especial o facto de esses predicativos terem propriedades que os aproximam dos predicativos adjuntos e outras que os aproximam dos selecionados. Os verbos de perceção mais usados com predicativos do complemento direto são *ver* e *ouvir*; entre os verbos de representação que se combinam com predicativos, incluem-se *fotografar*, *pintar* e *desenhar*; e entre os verbos avaliativos, incluem-se *preferir*, *gostar* (*de*) e *apreciar*. Estruturalmente, os predicativos podem ser sintagmas adjetivais ou preposicionais. Dão-se alguns exemplos a seguir:

(133) a. Vimos a Ana {*cheia de medo/em pânico*}.
b. Degas pintou a bailarina {*nua/em pé*}.
c. Gosto de café {*quente/sem açúcar*}.

Estes predicativos são opcionais, como mostra a gramaticalidade de *vimos a Ana*, *Degas pintou a bailarina* e *gosto de café*, o que leva à sua classificação como adjuntos. No entanto, tal como sucede com alguns dos predicativos do complemento direto selecionados (p.e., os que ocorrem com verbos de crença ou volitivos), parecem formar um constituinte semântico "quase oracional" com o complemento direto (cf. Nota 94 e o texto que a abre), motivando uma interpretação na qual aquilo que se perceciona, que se representa ou que se aprecia não é propriamente a entidade designada pelo complemento direto, mas sim essa entidade enquanto participante numa determinada situação estativa, expressa pela predicação secundária. Assim, p.e., o que (133a) realça não é propriamente o facto de vermos a Ana, mas sim o facto de a vermos numa situação particular (na qual está cheia de medo ou em pânico), e, em (133b), não se afirma simplesmente que Degas pintou uma determinada bailarina, mas sim que a pintou numa determinada situação (nua ou em pé).

30.3.4.3 Predicativos descritivos e predicativos resultativos

Do ponto de vista semântico, podem-se distinguir duas classes de constituintes predicativos adjuntos: **predicativos descritivos** e **predicativos resultativos**[97]. Os primeiros fornecem informação sobre o estado em que se encontra a entidade designada pelo sujeito semântico da predicação durante o evento representado pela oração (cf. (134a)); os segundos descrevem o estado em que se encontra a entidade designada pelo sujeito semântico da predicação no final do evento descrito, como resultado de alguma transformação que essa entidade sofre (cf. (134b)); nos dois exemplos de (134), o sujeito semântico do constituinte predicativo é o complemento direto:

(134) a. A Ana cortou o pão *ainda quente*.
b. A Ana cortou o pão *muito fininho*.

[97] Para uma discussão desenvolvida da sintaxe e da semântica destes dois tipos de predicativos, cf., entre outros, Duarte e Oliveira (2010), Marrafa (1993) e Rapoport (1987, 1990).

Assim, em (134a), o pão está quente durante a situação eventiva que consiste em a Ana cortá-lo; em (134b), em contrapartida, o pão fica fininho (mais concretamente, em fatias fininhas) como resultado do evento de cortá-lo. Discutimos em seguida algumas propriedades destas duas classes.

❖ Predicativos descritivos

Os predicativos descritivos podem ser do sujeito (cf. (135)) ou do complemento direto (cf. (136)):

(135) a. As meninas comeram as batatas *contrariadas*.
b. O Rui serviu o jantar *completamente bêbado*.
c. O Pedro chegou a casa *encharcado*.

(136) a. As meninas comeram as batatas *ainda cruas*.
b. O Rui serviu o jantar *frio*.
c. O Zé fotografou as meninas *descalças*.

Os constituintes predicativos descritivos são episódicos (cf. 30.2.4.1); isto significa que só aqueles que se combinam com *estar* em orações copulativas ocorrem em predicações secundárias adjuntas (cf. *as meninas estão contrariadas*, *o Rui está completamente bêbado*, *o Pedro está encharcado*, *as batatas estão ainda cruas*, *o jantar está frio* e *as meninas estão descalças*).

Em contrapartida, os constituintes predicativos estáveis (que se combinam com *ser* em orações copulativas) causam estranheza quando ocorrem com um valor descritivo em predicações adjuntas: cf. #***a Maria*** *saiu de casa inteligente* ou #*o Zé encontrou* ***as meninas*** *no bar cristãs* (cf. as orações copulativas *a Maria é inteligente* e *as meninas são cristãs*)[98]. Os seguintes exemplos constituem pares mínimos que ilustram bem esta restrição, com um predicativo do sujeito em (137) e um predicativo do complemento direto em (138)[99]:

(137) a. A pastora comeu as amoras à sobremesa *contente*. (cf. *a pastora está contente*)
b. #A pastora comeu as amoras à sobremesa *camponesa*. (cf. *a pastora é camponesa*)

(138) a. A pastora comeu as amoras à sobremesa *maduras*. (cf. *as amoras estão maduras*)
b. #A pastora comeu as amoras à sobremesa *silvestres*. (cf. *as amoras são silvestres*)

❖ Predicativos resultativos

Entre os verbos que se podem combinar com constituintes predicativos secundários com um valor semântico resultativo incluem-se os **verbos factitivos** (cf. Cap. 13), que denotam a criação de uma entidade (*construir*, *elaborar*, *escrever*, *fazer*), incluindo

[98] Na Caixa [4], esta propriedade dos constituintes predicativos adjuntos descritivos foi usada para decidir o estatuto básico, entre estável e episódico, de adjetivos que se combinam quer com *ser* quer com *estar* em orações copulativas.
[99] Estes exemplos são adaptados de Marrafa (1993:189).

os casos em que esta é uma representação de um objeto pré-existente (*desenhar*, *esculpir*, *pintar*), e os verbos que denotam eventos em que uma entidade sofre um determinado processo do qual sai transformada (*cortar*, *mastigar*). Nestes contextos, o predicativo representa o estado final da entidade, resultante da sua criação ou da sua transformação. Apresentam-se a seguir alguns exemplos:

(139) a. O arquiteto construiu a casa *demasiado inclinada*.
b. A criança pintou a lua *quadrada*.
c. Vou pintar a minha moto *de amarelo*.
d. O chefe cortou a carne *em pedacinhos*.

Como estes exemplos mostram, os predicativos resultativos ocorrem essencialmente em orações transitivas, com verbos que selecionam um argumento agente (criador ou transformador) e um argumento paciente, que denota a entidade que resulta da criação ou que sofre a transformação. Na medida em que o argumento paciente é canonicamente realizado com a função de complemento direto, o predicativo resultativo, nestas construções, é tipicamente do complemento direto.

No entanto, existem alguns (poucos) verbos intransitivos que representam mudança de estado e que podem ocorrer com um predicativo do sujeito resultativo. Entre estes incluem-se os verbos intransitivos *crescer* e *nascer*: cf. *o tomateiro cresceu torto*, *o Manel nasceu com uma costela partida*.

Uma propriedade importante destas construções é o facto de a interpretação resultativa depender não somente do constituinte predicativo em si, mas da sua combinação com o predicador verbal da oração. Considere-se o seguinte paradigma, em que a única diferença reside no verbo (exemplos adaptados de Marrafa 1993):

(140) a. Ele comprou a carne *em pedacinhos*.
b. Ele cortou a carne *em pedacinhos*.

Em (140a), a interpretação do predicativo é descritiva: no ato de compra, a carne caracterizava-se por estar em pedacinhos; em contrapartida, em (140b), a interpretação é resultativa: como consequência do ato de cortar, a carne ficou em pedacinhos. Deste par conclui-se, portanto, que não é o predicativo em si que determina necessariamente a interpretação descritiva ou resultativa, mas a combinação entre verbo e predicativo: 'comprar em pedacinhos' (descritivo) vs. 'cortar em pedacinhos' (resultativo).

31 ADJETIVO E SINTAGMA ADJETIVAL 1359
31.1 Estrutura do sintagma adjetival 1364
31.1.1 Especificadores do adjetivo 1364
31.1.2 Complementos do adjetivo 1365
31.1.3 Adjuntos no sintagma adjetival 1367
31.2 Classes de adjetivos 1368
31.2.1 Polivalência dos adjetivos 1370
31.2.2 Adjetivos denotativos 1372
31.2.2.1 Adjetivos qualificativos 1373
31.2.2.1.1 Adjetivos qualificativos de propriedades de natureza material 1374
31.2.2.1.2 Adjetivos qualificativos de propriedades físicas, psicológicas, morais e sociais associadas a seres vivos 1377
31.2.2.2 Adjetivos relacionais 1377
31.2.2.2.1 Adjetivos relacionais classificadores 1378
31.2.2.2.2 Adjetivos relacionais argumentais 1379
31.2.2.2.3 Fatores determinantes na interpretação dos adjetivos relacionais 1380
31.2.2.2.4 Valores semânticos na base dos adjetivos relacionais 1381
31.2.2.3 Diferenças entre adjetivos qualificativos e adjetivos relacionais 1383
31.2.3 Adjetivos avaliativos 1387
31.2.4 Adjetivos modais e intensionais 1388
31.2.4.1 Adjetivos modais 1388
31.2.4.2 Adjetivos intensionais 1393
31.2.4.2.1 O adjetivo *falso* 1394
31.2.4.2.2 Os adjetivos *verdadeiro*, *autêntico* e *genuíno* 1397
31.2.4.2.3 Diferenças entre os adjetivos lógicos *verdadeiro* e *falso* e os adjetivos de modalidade epistémica 1399
31.2.4.2.4 Os adjetivos *alegado*, *aparente*, *presumível*, *pretenso* e *suposto* 1401
31.2.4.2.5 Os adjetivos *potencial* e *possível* 1402
31.2.4.2.6 Os adjetivos *mero* e *simples* 1402
31.2.4.2.7 O adjetivo *único* 1403
31.2.5 Adjetivos de leitura adverbial 1404
31.2.5.1 Adjetivos de modo 1405
31.2.5.2 Adjetivos de duração 1406
31.2.5.3 Adjetivos de localização temporal 1408

31.2.5.4 Adjetivos de localização espacial 1411
31.2.5.5 Adjetivos aspetuais 1412
31.3 Grau dos adjetivos e relações de antonímia 1413
31.3.1 Adjetivos graduáveis e adjetivos não graduáveis 1415
31.3.1.1 Adjetivos avaliativos e modais 1415
31.3.1.2 Adjetivos relacionais e intensionais 1416
31.3.1.3 Adjetivos qualificativos 1417
31.3.2 Graduabilidade, escalas e antonímia 1419
31.3.3 Grau dos adjetivos 1424
31.3.3.1 Grau normal 1425
31.3.3.2 Grau comparativo 1427
31.3.3.3 Grau superlativo 1429
31.3.3.3.1 Superlativo absoluto 1429
31.3.3.3.2 Superlativo relativo 1431
31.4 Interpretação contextual dos adjetivos 1433
31.4.1 Leitura estável e leitura episódica 1433
31.4.2 Leitura restritiva e leitura não restritiva 1440
31.4.3 Leitura absoluta e leitura relativa 1445
31.5 Posição dos adjetivos em função atributiva 1450
31.5.1 Fatores semânticos, discursivos e estilísticos na anteposição dos adjetivos 1450
31.5.1.1 Fatores semânticos e discursivos 1451
31.5.1.2 Fatores estilísticos 1452
31.5.2 Ordem relativa de adjetivos e outros constituintes no sintagma nominal 1458
31.5.2.1 Ordem dos adjetivos entre si 1458
31.5.2.2 Ordem relativa entre adjetivos e sintagmas preposicionais 1462
31.6 Relações entre adjetivos, nomes e particípios verbais 1462
31.6.1 Adjetivos e nomes 1464
31.6.1.1 Diferenças entre adjetivos e nomes 1465
31.6.1.2 Adjetivos em contextos de elipse do nome 1468
31.6.1.3 Adjetivos recategorizados como substantivos 1470
31.6.1.3.1 Recategorização com interpretação [+humano] e leitura genérica 1471
31.6.1.3.2 Recategorização com leitura particular 1473
31.6.1.3.3 Recategorização de adjetivos denominais e deverbais 1475
31.6.2 Adjetivos e particípios verbais 1476
31.6.2.1 Particípios sintática e semanticamente verbais 1479
31.6.2.2 Estatuto morfológico dos particípios perfeito e passivo 1481
31.6.2.3 Recategorização de particípios em adjetivos 1481
31.6.2.4 Particípios e adjetivos em orações copulativas com *ficar* e *estar* 1484
31.6.2.5 Particípios passivos e particípios adjetivais em função atributiva 1487
31.6.2.6 Natureza inacusativa dos particípios passivos e adjetivais 1488
31.6.2.7 Particípios curtos e adjetivos de particípio 1489
Fontes das abonações 1493

31 ADJETIVO E SINTAGMA ADJETIVAL

Os adjetivos formam uma classe de palavras que exprimem propriedades caracterizadoras das entidades do universo de discurso, linguisticamente representadas por nomes. Na sua função mais típica, os adjetivos funcionam como **modificadores** do nome, i.e., combinam-se diretamente com ele e formam um **grupo nominal** cujo núcleo é o nome modificado (p.e., *bola vermelha*, *pesca fluvial*, *simpático professor*)[1]. Esse grupo passa, então, a denotar classes de entidades com as características representadas não só pelo sentido do nome, mas também pelo sentido do adjetivo. Por outras palavras, o adjetivo atribui uma nova propriedade ao sentido do nome.

Um grupo nominal combina-se com um especificador para formar um **sintagma nominal** com capacidade para designar – e potencialmente referir – entidades particulares dessas classes (cf. Cap. 22), como se ilustra em (1) (sublinha-se o grupo nominal e coloca-se o adjetivo em itálico)[2]:

(1) a. [Uma bola *vermelha*] passou à minha frente.
b. [A pesca *fluvial*] não se pratica nesta região.
c. [Um *simpático* professor] ofereceu-me esta caneta.

Quando funcionam como modificadores do nome, os adjetivos recebem a designação geral de **adjetivos atributivos**. Para simplificar a exposição, chamamos doravante "nome modificado" àquele com o qual um adjetivo atributivo se combina, modificando-o (em (1), *bola*, *pesca* e *professor*).

Em certos casos, a unidade com a qual o adjetivo se combina não é constituída apenas por um nome, mas sim por um grupo nominal previamente formado, p.e., pela combinação de um nome com um sintagma preposicional com a função de complemento ou de modificador do nome, ou mesmo de um nome com outro adjetivo, como se ilustra em (2). Nestes exemplos, a sequência completa formada pelo adjetivo em itálico e pelo grupo nominal encerrado nos parênteses retos menos abrangentes forma um novo grupo nominal mais abrangente:

---

[1] O grupo nominal (GN) é o constituinte que tem como núcleo um nome, os seus complementos e os seus modificadores (entre os quais os adjetivos) e que exclui os especificadores (determinantes e quantificadores). Sobre a estrutura interna do sintagma nominal, cf. Caps. 20 a 27.

[2] Sobre as diferentes interpretações dos sintagmas nominais relativamente ao parâmetro da referencialidade induzidas pelos especificadores, cf. Caps. 21 e 22.

(2) a. aquele [$_{GN}$ [$_{GN}$ irmão <u>da Ana</u>] *simpático*]
b. um [$_{GN}$ [$_{GN}$ livro <u>de banda desenhada</u>] *divertido*]
c. um [$_{GN}$ [$_{GN}$ comboio <u>elétrico</u>] *prateado*]

Nestes grupos mais complexos, o adjetivo em itálico atribui uma propriedade à entidade denotada pela combinação do nome com o sintagma preposicional ou com o outro adjetivo, e não apenas à entidade denotada pelo nome[3]. Assim, em (2b), p.e., o adjetivo *divertido* atribui uma propriedade a um livro de banda desenhada, i.e., aplica-se a um objeto que é um livro já caracterizado como sendo de um certo tipo, nomeadamente de banda desenhada[4].

Em (1a,b) e em (2), os adjetivos ocorrem à direita do nome ou do grupo nominal com que se combinam; i.e., ocorrem numa **posição pós-nominal** (ou **pospostos**), a sua posição mais típica em português. Em (1c), o adjetivo ocorre à esquerda do nome, i.e., em **posição pré-nominal** (ou **anteposto**). A posição pós-nominal induz tipicamente no adjetivo (embora nem sempre) uma leitura na qual se restringe o conjunto denotado pelo nome – chamada **leitura restritiva**. Assim, p.e., em (1a) o adjetivo restringe o conjunto das bolas em geral àquelas que têm a propriedade adicional de serem vermelhas[5]. Em contrapartida, na posição pré-nominal, tal não sucede – i.e., obtém-se uma **leitura não restritiva**. Como se verá no decorrer deste capítulo, nem todos os adjetivos podem ocorrer em posição pré-nominal, e, inversamente, alguns só podem ocorrer nesta posição.

[1] É importante não confundir a classe dos adjetivos (em função atributiva) com a noção funcional de "modificador adjetival" (do nome). Os adjetivos são apenas uma das categorias que podem ser modificadores do nome. Também podem modificar nomes sintagmas preposicionais, sobretudo com a forma *de*/*sem*/*com* + SN (cf. (ia)), nomes (ou grupos nominais), formando com o nome modificado, por vezes, uma palavra composta (cf. (ib)) e orações de vários tipos, incluindo relativas, infinitivas (cf. (ic)), de particípio e gerundivas (cf. (id)):

(i) a. homem *de valor*, moeda *de ouro*, pedinte *sem sapatos*, mulher *com sapatos de cetim*, jornal *de hoje*, costumes *de outrora*
b. o meu irmão *professor de Educação Física*, o meu primo *Carlos*, homem-*aranha*, ano-*luz*
c. homem *que sabia de mais*, roupa *por lavar*
d. criança *convidada para a festa*, livro *contendo gravuras*

Nalgumas gramáticas, a função desempenhada por estas diferentes classes é chamada "adjetival" (ou "adjetiva"). Assim, p.e., considera-se que as orações relativas são orações adjetivas, que os sintagmas preposicionais – em contextos como os de (ib) – são "locuções adjetivais", etc. Esta terminologia não é errada se a entendermos no sentido de "ter a função típica dos adjetivos atributivos". Estritamente, no entanto, deveria dizer-se "função de modificação do nome", já que as expressões em itálico de (i) não são, de facto, adjetivos.

[3] Para simplificar a exposição, continuamos a referir-nos ao nome, nestes casos, como "nome modificado", mesmo quando a discussão incide sobre a modificação de um grupo nominal mais amplo.
[4] Em certos casos, a ordem do adjetivo relativamente ao outro elemento do grupo nominal pode variar, mantendo-se a mesma interpretação (cf., por exemplo, aquele *irmão <u>simpático</u> da Ana*, a par de (2a)). Sobre a ordem entre adjetivos e outros elementos dentro do sintagma nominal (incluindo adjetivos), cf. 31.5. e Cap. 27.6).
[5] Voltamos a esta leitura, crucial na interpretação dos adjetivos, em vários pontos deste capítulo, e, mais detalhadamente, em 31.4.2.

Os adjetivos podem também ocorrer como núcleo de uma predicação, atribuindo uma propriedade ou característica a uma entidade representada pelo sujeito semântico da predicação, tipicamente um sintagma nominal (mas ver a discussão de (13) e (14), em 31.1), como se ilustra nos seguintes exemplos (sublinha-se o sintagma nominal sujeito da predicação):

(3) a. Os livros são *interessantes*.
b. A Rita está *cansada*.
c. A Rita chegou a casa *cansada*.
d. Considero o livro *interessante*.
e. Encontrei o rapaz no bar *bêbedo*.

As predicações cujo elemento semântico central (i.e., cujo predicador) é um adjetivo chamam-se **predicações de base adjetival**. Neste caso, os adjetivos têm uma **função predicativa** e, concomitantemente, recebem o nome geral de **adjetivos predicativos**. Quando as predicações de base adjetival constituem orações, como em (3a,b), a ligação entre o sujeito e o predicado é feita por um **verbo de cópula**, como *ser* e *estar*, entre outros; estas orações chamam-se **orações copulativas**[6]. Em contrapartida, em (3c-e), as predicações de base adjetival, constituídas, respetivamente, pelas sequências *a Rita ... cansada*, *o livro interessante* e *o rapaz ... bêbedo*, são uma componente parcial das orações formadas pela totalidade de cada exemplo, estando, pois, incluídas nas predicações mais amplas veiculadas por essas orações; nestes casos, não existe um verbo de cópula a estabelecer a ligação entre o sujeito e o predicador adjetival. A estas predicações contidas numa oração chamamos **predicações secundárias**. Quando o constituinte predicativo (o adjetivo, nos exemplos de (3)) é selecionado pelo verbo da oração, como em (3d), sendo, portanto, obrigatório (cf. a agramaticalidade de **considero o livro*), a predicação secundária é **selecionada**; em contrapartida, quando o constituinte predicativo é opcional (funcionando de modo semelhante a um adjunto adverbial), como em (3c,e), a predicação secundária chama-se **adjunta**. Tal como qualquer outro adjunto, o adjetivo nestes exemplos pode ser omitido, como se verifica pela gramaticalidade e coerência semântica das frases *a Rita chegou a casa* e *encontrei o rapaz no bar*[7]. Como se verá, todos os adjetivos podem ter função atributiva, mas nem todos podem ter função predicativa (cf. 31.2.2.2 e 31.2.4.2).

Finalmente, os adjetivos podem ocorrer como **apostos** de um sintagma nominal com valor referencial. Nesse caso, são unidades prosodicamente autónomas, externas à estrutura do SN ao qual se ligam (o que, na escrita, frequentemente se assinala colocando-os entre vírgulas), e têm tipicamente a função de introduzir um comentário ou um esclarecimento sobre o referente desse SN: cf. *o gato da minha vizinha, esfomeado, comeu o passarinho que estava na gaiola*[8].

---

[6] De modo mais geral, as orações copulativas são aquelas cujo predicador é de natureza não verbal e que têm um verbo de cópula a estabelecer a ligação entre o sujeito e o constituinte predicativo (i.e., o constituinte que tem como núcleo o predicador – cf. Cap. 30).

[7] As propriedades gerais das orações copulativas e das predicações secundárias são tratadas detalhadamente no Cap. 30, incluindo os casos em que o predicador é um adjetivo.

[8] As propriedades dos apostos são descritas pormenorizadamente nos Caps. 27 e 34; esta função dos adjetivos apenas será aqui mencionada ocasionalmente, quando for necessário para ilustrar alguma propriedade desta classe.

Dada a complexidade das entidades que formam o mundo, naturais ou construídas, concretas ou abstratas, reais ou virtuais, existe um potencial imenso de propriedades com que podemos caracterizá-las, o que torna a classe dos adjetivos muito vasta. Os adjetivos constituem, pois, uma classe de palavras aberta (cf. Cap. 11), com diversas subclasses semânticas. Considerem-se, a este propósito, os exemplos em (4):

(4) a. uma bola *vermelha*
b. a rua *comprida*
c. o aluno *inteligente*
d. uma rapariga *fútil*
e. um país *europeu*
f. uma conversa *longa*
g. a reunião *mensal*
h. um jantar *animado*
i. uma vitória *provável*

Os nomes *bola*, *rua*, *aluno* e *rapariga* representam coisas concretas, enquanto *país*, *conversa*, *reunião*, *jantar* e *vitória* representam entidades de natureza mais complexa; os quatro últimos, em particular, representam eventos, i.e., entidades caracterizadas por terem participantes e acontecerem num intervalo de tempo. Em (4a,b), os adjetivos especificam propriedades físicas dos nomes modificados (a cor e a dimensão); em (4c,d), propriedades psicológicas; em (4e), o adjetivo especifica simultaneamente vários tipos de propriedades, geográficas e socioculturais. Para os nomes que representam eventos, os adjetivos especificam, entre outras, propriedades que têm que ver com a sua duração (cf. (4f)); com a sua frequência (cf. (4g)); com o modo como os seus participantes atuam (cf. (4h)); ou ainda, como em (4i), com uma crença do falante relativamente à possibilidade da sua ocorrência – i.e., um valor de modalidade, neste caso epistémica (cf. Cap. 18). Desta pequena exemplificação se pode adivinhar a riqueza de significados da classe dos adjetivos. As várias classes de adjetivos são o objeto de 31.2.

Na tipologia dos adjetivos, realçamos aqui duas subclasses semânticas centrais (ambas incluídas na grande classe dos adjetivos denotativos – cf. 31.2.2):

(i) a subclasse dos **adjetivos qualificativos**, como *vermelho, comprido*, *inteligente* e *fútil* (cf. (4a-d)), os quais denotam qualidades básicas, na sua maioria simples, que se aplicam a dimensões constitutivas dos vários tipos de entidades que os nomes podem denotar – p.e., forma, cor e tamanho relativamente aos objetos, características fisiológicas e disposição mental relativamente às pessoas, etc. (cf. 31.2.2.1). Uma característica típica da maior parte destes adjetivos consiste no facto de serem **graduáveis**, o que implica poderem entrar nas construções comparativa e superlativa (cf., respetivamente, *um avião mais rápido do que outro* e *um avião muito rápido*);

(ii) a subclasse dos **adjetivos relacionais**, como *presidencial*, *solar* e *europeu* (cf. (4e)), formados a partir de nomes ou relacionados com nomes e que denotam as entidades complexas designadas por esses nomes ('Europa', no caso de *europeu*, 'sol', no caso de *solar*, 'presidente', no caso de *presidencial*). A função desses adjetivos consiste, então, em relacionar, de maneiras diversas,

as entidades por eles denotadas com as entidades denotadas pelos nomes modificados (em (4e), p.e., relaciona-se a entidade 'Europa' com a entidade 'país' – cf. 31.2.2.2).

Do ponto de vista morfológico, os adjetivos concordam em género e número com o nome modificado, quando têm função atributiva (cf. (1)-(2)), ou com o sintagma nominal sujeito, quando têm função predicativa (cf. (3)); podem ser morfologicamente simples (cf. *triste* ou *longo*) ou derivados, quer a partir de nomes (como *europeu* ou *ambiental*, derivados de *Europa* e de *ambiente*), quer a partir de verbos (como *lavável* ou *elucidativo*, derivados de *lavar* e de *elucidar*), quer ainda a partir de outros adjetivos (como *infeliz* ou *amoral*, derivados de *feliz* e *moral*). Podem também ser palavras compostas (como *afro-americano* ou *maldisposto*), ou ainda resultar da conversão de particípios passados (como *animado* ou *oxidado*) ou de nomes (como *burro*) – cf. Caps. 58 e 59, respetivamente[9].

Tal como os nomes, os verbos e os advérbios, também os adjetivos servem de núcleo a expressões mais abrangentes, que podem conter especificadores de natureza adverbial e, no caso de um grupo restrito de adjetivos, também complementos ou adjuntos. A estas expressões chamamos **sintagma adjetival**, abreviado em **SA** (cf. *um cão* [$_{SA}$ ***pouco*** *fiel* <u>*aos seus donos*</u>], em que o item em negrito é um especificador do adjetivo e a sequência sublinhada é um complemento). Quando o adjetivo ocorre sem especificadores, complementos ou adjuntos, é o único membro do sintagma adjetival. Ao longo deste capítulo, quando for este o caso, simplificamos a representação dos exemplos, ignorando o constituinte sintagmático de que o adjetivo faz parte.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: em 31.1 descreve-se a estrutura interna do sintagma adjetival. Em 31.2 apresenta-se uma tipologia dos adjetivos, baseada sobretudo nas suas propriedades semânticas, reconhecendo-se as seguintes classes: adjetivos denotativos (em que se distinguem as subclasses de adjetivos qualificativos e relacionais), adjetivos avaliativos, adjetivos modais e adjetivos intensionais; nesta secção descreve-se igualmente a leitura adverbial que os adjetivos qualificativos adquirem quando modificam nomes que denotam eventos. A secção 31.3 é dedicada ao grau dos adjetivos, às relações de antonímia entre adjetivos e às escalas que estes formam em diversas áreas semânticas. Em 31.4 descrevem-se três dimensões interpretativas dos adjetivos, de natureza binária, adquiridas em função de fatores contextuais, incluindo o tipo de nome que os adjetivos modificam ou sobre o qual predicam, e a sua posição pré ou pós-nominal no sintagma nominal: leitura episódica vs. estável, leitura restritiva vs. não restritiva e leitura relativa vs. absoluta. Em 31.5 discutem-se alguns fenómenos de ordem entre os adjetivos em função atributiva. Finalmente, em 31.6 discutem-se as relações entre adjetivos e nomes, por um lado, e adjetivos e particípios verbais, por outro.

[9] Apenas nos casos em que não é evidente, em português, a relação morfológica entre o adjetivo e a palavra de base se distinguem, neste capítulo, os adjetivos formados dentro de outras línguas; assim, por exemplo, adjetivos como *abusivo*, proveniente do latim *abusīvu-*, cuja relação com o verbo *abusar* é perfeitamente transparente, serão tratados como meras derivações no plano sincrónico da língua, para não sobrecarregar as descrições.

31.1 Estrutura do sintagma adjetival

Chama-se **sintagma adjetival** (SA) ao constituinte sintático cujo elemento nuclear é um adjetivo, ocorra ele com função atributiva, predicativa ou de aposto. Além do núcleo, o sintagma adjetival pode conter especificadores adverbiais, complementos do adjetivo e, em certos casos, adjuntos adverbiais.

31.1.1 Especificadores do adjetivo

Os especificadores do adjetivo ocorrem à sua esquerda, sendo geralmente advérbios ou locuções adverbiais que se podem agrupar em duas subclasses, a segunda das quais, por sua vez, inclui vários grupos (as listas não são exaustivas)[10]:

❖ advérbios e locuções adverbiais com valor quantificacional, geralmente associados à expressão de grau dos adjetivos: *bastante, completamente, demasiado, duplamente, excessivamente, extraordinariamente, ligeiramente, menos, muito, nada, pouco, um pouco, um tanto*:

(5) a. Fui ouvir um advogado [*muito* famoso].
b. O Luís comprou um livro [*bastante* raro].
c. Tenho um aluno [*nada* tolo].
d. O tanque está [*completamente* cheio].
e. Conheci uma pessoa [*extraordinariamente* interessante].

❖ advérbios e locuções adverbiais (i) com valor avaliativo, que exprimem um ponto de vista do falante ou, por vezes, do sujeito da frase, como *aparentemente, francamente, surpreendentemente, terrivelmente*; (ii) com valor aspetual-temporal, como *ainda, já, sempre*; (iii) com valor modal, como *certamente, possivelmente, provavelmente*; (iv) que denotam o âmbito ou a área em que se dá a modificação, como *fisicamente, historicamente, musicalmente, teoricamente*:

(6) a. Este filme tem um argumento [*francamente* incoerente].
b. O Manel sentava-se por vezes na mesa do canto, [*sempre* sozinho].
c. As gravuras, [*certamente* antigas], eram caras.
d. Estes operários lidam com produtos [*quimicamente* perigosos].

Os advérbios das duas subclasses podem coocorrer num sintagma adjetival, como se ilustra em (7):

(7) a. Este filme tem um argumento [*francamente* [*bastante* incoerente]].
b. O Manel sentava-se por vezes na mesa do canto, [*sempre* [*muito* sozinho]].
c. As gravuras, [*certamente* [*muito* antigas]], eram caras.
d. Todos consideram a revolução de 1917 [*historicamente* [*muito* importante]].

Quando ocorrem dois especificadores adverbiais dentro do mesmo sintagma adjetival, o advérbio adjacente ao adjetivo é sempre de natureza quantificacional, expressando o grau (cf., por exemplo, a agramaticalidade de **este filme tem um argumento bastante francamente incoerente*). Repare-se também que o primeiro advérbio especifica o grupo formado pelo advérbio quantificacional e pelo adjetivo.

[10] O estatuto dos especificadores do sintagma adjetival é, de certo modo, próximo do dos especificadores do sintagma nominal. Sobre as propriedades das classes de advérbios mencionadas a seguir, cf. também o Cap. 33.

31.1.2 Complementos do adjetivo

Alguns adjetivos selecionam um complemento (cf. Cap. 11), i.e., uma expressão argumental que lhes completa o sentido e que ocorre sempre à sua direita, como se ilustra no seguinte paradigma, em que figuram adjetivos quer em função atributiva quer em função predicativa (colocam-se os complementos em itálico e o sintagma adjetival entre parênteses retos):

(8) a. uma mãe [orgulhosa *dos seus filhos*]
b. um jardineiro [alérgico *ao pólen*]
c. Este produto não é [solúvel *em água*].
d. um governo [muito interessado *em baixar o défice*]
e. Ela está [ansiosa *por que cheguem os resultados do exame*].
f. O meu vizinho está [seguro *de que vai ganhar a lotaria*].

O complemento dos adjetivos é sempre introduzido por uma preposição, que varia consoante o adjetivo (cf. Cap. 32). Os adjetivos determinam também a classe sintagmática do constituinte introduzido por essa preposição: na generalidade dos casos, um sintagma nominal (cf. (8a-c)), mas também, com alguns adjetivos, uma oração, finita ou infinitiva (cf. (8d-f))[11].

Apresenta-se de seguida uma lista (não exaustiva) de adjetivos que, pelo menos em algumas das suas aceções, selecionam complementos (incluem-se exemplos de complementos):

❖ *agradável de ouvir*; *alérgico ao pólen*; *amável com os vizinhos*; *ansioso por vencer a prova*; *atentatório da liberdade*; *certo da vitória*; *compatível com as suas opções*; *consciente de que existem outras soluções*; *desejoso de fama*; *distante do ponto de partida*; *fiel aos amigos*; *ignorante da situação*; *insolúvel em água*; *leal aos princípios*; *nativo da península*; *originário de França*; *parecido com o primo*; *preocupado com a fome*; *pronto a investir contra o adversário*; *propenso a tomar decisões erradas*; *próximo de Fafe*; *recetivo a novas ideias*; *resistente à água*; *seguro de si*; *semelhante ao cão do Pedro*; *simpático com o público*

Quando os adjetivos são formados a partir de verbos, o seu complemento corresponde ao do verbo relacionado, como ilustra o paralelismo entre os complementos verbais e adjetivais dos exemplos de (9):

(9) a. *desejoso* de fama (cf. *desejar fama*)
b. *ignorante* da situação (cf. *ignorar a situação*)
c. *invejoso* da Maria (cf. *invejar a Maria*)
d. *resistente* à água (cf. *resistir à água*)
e. *preocupado* com a fome (cf. *preocupar-se com a fome*)
f. *ansioso* por sair de casa (cf. *ansiar por sair de casa*)
g. *atentatório* da liberdade (cf. *atentar contra a liberdade*)

Quando o verbo seleciona um complemento preposicionado, na maior parte dos casos, a preposição que introduz o complemento do adjetivo é a mesma que introduz o complemento do verbo (mas cf. (9g)). Quando o verbo seleciona um

[11] A maioria dos adjetivos que selecionam orações como complemento seleciona também sintagmas nominais preposicionados (comparar, p.e., (8d) com *uma pessoa muito interessada em livros antigos*).

complemento direto, o complemento do adjetivo é introduzido pela preposição *de* (cf. Cap. 32).

Com a generalidade dos adjetivos, o complemento pode ser omitido, havendo então duas interpretações possíveis: (i) alguns adjetivos, sobretudo os que exprimem propriedades de natureza psicológica, representam simplesmente o estado subjetivo em termos absolutos, independentemente daquilo que o possa desencadear (cf. (10)); (ii) o complemento pode ser recuperado contextualmente, quer por um antecedente linguístico, quer a partir da própria situação de enunciação (cf. (11) – em (11b), infere-se que a Rita é alérgica a alguma coisa presente na situação ou referida no discurso anterior):

(10) a. Ela é/está *ansiosa*.
b. O Rui é muito *ignorante*.

(11) a. A oposição quer discutir a nova lei mas o governo não está muito *interessado*. (i.e., em discutir a nova lei)
b. A Rita é *alérgica*.

Nalguns casos, a presença vs. ausência de um complemento está associada a uma mudança mais radical na interpretação do adjetivo: cf., por exemplo, *uma pessoa capaz de pilotar um avião*, em que o adjetivo denota capacidade interna, vs. *uma pessoa capaz*, em que o adjetivo denota idoneidade; ou *uma pessoa segura de que vai chover*, em que o adjetivo, epistémico (cf. 31.2.4.1), denota um grau elevado de crença, vs. *uma pessoa segura*, em que o adjetivo denota uma propriedade constitutiva da personalidade da pessoa.

Quando um adjetivo seleciona um complemento, o sintagma adjetival não pode ocorrer em posição pré-nominal, como se ilustra no seguinte paradigma:

(12) a. uma mãe orgulhosa
b. uma orgulhosa mãe
c. uma mãe [orgulhosa *dos seus filhos*]
d. *uma [orgulhosa *dos seus filhos*] mãe

A impossibilidade de (12d), em que o sintagma adjetival contém um complemento, contrasta com a gramaticalidade de exemplos em que o sintagma adjetival contém um dos especificadores adverbiais de grau *pouco* ou *muito*; neste caso, a posição pré-nominal do sintagma é possível: cf. *uma muito/pouco orgulhosa mãe*[12]. Com outros advérbios de grau e com advérbios avaliativos, os exemplos são mais degradados, embora mesmo assim melhores que (12d): cf. ??*uma* {*bastante*/*demasiado*/*ligeiramente*} *orgulhosa mãe*, ??*uma francamente*/*aparentemente orgulhosa mãe*.

Quando usados predicativamente, quer em orações copulativas quer em predicações secundárias selecionadas (cf. Cap. 30), alguns adjetivos modais (cf. 31.2.4.1), entre os quais se incluem *claro*, *evidente*, *necessário*, *possível* e *provável*, selecionam um argumento realizado sob a forma de uma oração (finita ou infinitiva) completiva.

[12] Para alguns falantes, estas expressões são marginais; no entanto, há consenso em que são bastante mais aceitáveis que as expressões como (12d), com a sequência adjetivo + complemento em posição pré-nominal.

Estes casos distinguem-se dos de (8e,f) pelo facto de as orações selecionadas não serem complemento do adjetivo, mas sim sujeito da predicação adjetival[13]:

(13) a. É claro [que ele não vem]. (cf. *isso é claro*)
b. É necessário [partir imediatamente]. (cf. *isso é necessário*)
c. É provável [que o tempo melhore]. (cf. *isso é provável*)
d. Considero possível [{que o Rui chegue hoje/o Rui chegar hoje}]. (cf. *considero isso possível*)

Também os adjetivos *fácil*, *difícil* e *agradável* (entre outros) podem selecionar orações completivas com a função de sujeito:

(14) a. É fácil [convencer os ingénuos]. (cf. *isso é fácil*)
b. É difícil [pronunciar bem estas palavras]. (cf. *isso é difícil*)
c. É agradável [ouvir esta música]. (cf. *isso é agradável*)

Estes adjetivos permitem igualmente a construção de "elevação do objeto" (cf. Cap. 37), uma estrutura copulativa cujo sujeito é um sintagma nominal (com o qual o adjetivo concorda) que corresponde ao complemento direto da oração completiva em exemplos como os de (14):

(15) a. Os ingénuos são *fáceis* de convencer.
b. Estas palavras são *difíceis* de pronunciar.
c. Esta música é *agradável* de ouvir.

Nesta construção, a oração completiva, sem o complemento direto e em posição final, é introduzida pela preposição *de*.

31.1.3 Adjuntos no sintagma adjetival

Além de especificadores e complementos, o sintagma adjetival pode conter adjuntos, isto é, elementos não selecionados que ocorrem à direita do adjetivo e de um eventual complemento do adjetivo. Os adjuntos expressam valores circunstanciais da situação descrita pela predicação adjetival (de localização espacial, temporal, de causa, etc. – cf. Cap. 11) e podem ser livremente omitidos:

(16) a. uma pessoa [infeliz *na sua casa*]
b. um rapaz [bêbedo *às três da tarde*]
c. uma mãe [orgulhosa dos seus filhos *por terem tido boas notas*]

Os sintagmas adjetivais com um adjunto não podem ocorrer em posição pré-nominal, tal como quando contêm um complemento: cf. **uma infeliz na sua casa pessoa* (comparar com (16a) e com a possibilidade de *uma infeliz pessoa*).

[13] Em (13a-c), a oração é o sujeito gramatical da frase; em (13d), a oração é o complemento direto da frase, sendo simultaneamente o sujeito da predicação secundária selecionada que tem como núcleo o adjetivo *possível*. Em todos os casos, a oração ocorre na posição final da frase – sobre esta questão, cf. Caps. 36 e 37.

31.2 Classes de adjetivos

Como qualquer classe de palavras, os adjetivos exibem diferentes propriedades semânticas e sintáticas. Assim, p.e., nem todos os adjetivos podem ter função predicativa, embora todos possam ter função atributiva, i.e., podem ocorrer dentro de um sintagma nominal, modificando diretamente um nome ou um grupo nominal mais amplo formado pela combinação do nome com outro elemento (cf. a introdução ao capítulo). Devido a este facto, a nossa estratégia para caracterizar as diferentes classes de adjetivos passa fundamentalmente pela discussão das suas diferentes propriedades na função atributiva. Quando for relevante, mencionamos a função predicativa, sobretudo em duas situações particulares: quando esta não é possível, ou quando as propriedades semânticas de uma determinada classe de adjetivos (ou de alguns elementos dessa classe) forem pronunciadamente diferentes daquelas que essa classe (ou alguns dos seus elementos) tem em função atributiva.

Neste capítulo, postulamos quatro classes de adjetivos: (i) adjetivos denotativos, (ii) adjetivos avaliativos, (iii) adjetivos modais e (iv) adjetivos intensionais[14].

Os **adjetivos denotativos** (cf. 31.2.2) atuam sobre o sentido do nome modificado, expressando propriedades que incidem sobre aspetos variados da entidade representada por esse nome. Consoante o tipo da entidade, essas características podem ser materiais, psicológicas, geográficas ou sociais, entre outras; com nomes que denotam situações (em particular eventos), essas características incluem a localização temporal, a duração e o modo de atuação dos seus participantes (cf. a breve discussão dos exemplos do paradigma (4)).

Quando um adjetivo denotativo ocorre em posição pós-nominal, a sua combinação com um nome forma um grupo nominal (p.e., *mesa redonda*), no qual o adjetivo acrescenta uma propriedade às incluídas no sentido do nome – ou seja, o adjetivo atribui uma qualidade, ou uma característica, ao objeto, pessoa ou entidade abstrata designados pelo nome. Nesse processo, o adjetivo restringe o conjunto (ou classe) denotado por esse nome (no exemplo dado acima, o conjunto das mesas) àquele que possui também a propriedade introduzida pelo adjetivo (neste caso, o subconjunto formado pela interseção do conjunto das mesas e do conjunto dos objetos que são redondos). A classe dos adjetivos denotativos compreende duas subclasses, ambas já referidas brevemente na introdução a este capítulo: a dos adjetivos qualificativos (cf. 31.2.2.1) e a dos adjetivos relacionais (cf. 31.2.2.2).

Os **adjetivos avaliativos** (cf. 31.2.3), como *agradável* e *fantástico*, expressam uma avaliação subjetiva do falante acerca das entidades referidas pelo sintagma nominal que contém o adjetivo. Nesse sentido, contrastam com os adjetivos denotativos num aspeto importante: contrariamente a estes, os avaliativos não designam propriedades ou características constitutivas das entidades, ou seja, em termos semânticos, não atuam no sentido do nome, expandindo o seu sentido e restringindo o conjunto

[14] Nem todas as gramáticas apresentam esta classificação. Algumas gramáticas não reconhecem uma classe mais ampla de adjetivos denotativos, tratando os adjetivos qualificativos e os adjetivos relacionais como formando classes distintas; outras não distinguem os adjetivos modais dos adjetivos intensionais; e outras ainda consideram a existência de uma classe de adjetivos adverbiais. Nesta Gramática, em contrapartida, não consideramos que exista uma classe independente de adjetivos adverbiais; trata-se antes de um contexto particular em que ocorrem alguns adjetivos de outras classes, sobretudo qualificativos, determinando leituras adaptadas à natureza eventiva dos nomes modificados (cf. 31.2.5).

que o nome denota. Assim, p.e., em *uma gravata fantástica*, o adjetivo não introduz uma propriedade que especifique uma dimensão constitutiva do sentido do nome; antes, representa uma avaliação positiva do falante sobre uma gravata. Embora essa avaliação incida sobre um ou mais aspetos da constituição material da gravata (como a sua cor, forma, tamanho, as figuras ou padrões geométricos que contém, etc.), o adjetivo, em si mesmo, não introduz uma propriedade "objetiva", por assim dizer, da gravata. O uso dos adjetivos avaliativos depende, pois, de um juízo de valor do falante: a mesma gravata que é avaliada como fantástica por alguém pode ser avaliada como horrível por outra pessoa.

Os **adjetivos modais**, ou **de modalidade** (cf. 31.2.4.1), veiculam um juízo do falante num dos cinco domínios em que se articula esta área semântica (cf. Cap. 18.3): epistémico, deôntico, desiderativo, modalidade externa e modalidade interna – cf., por exemplo, no domínio epistémico, *é possível que o exame seja adiado*, frase na qual o falante exprime uma crença sobre o grau de probabilidade de ocorrência da situação expressa pela oração completiva.

Os **adjetivos intensionais** (cf. 31.2.4.2) exprimem juízos do falante sobre a maneira como o próprio nome modificado se aplica à entidade designada pelo sintagma nominal que tem o nome como núcleo. Assim, p.e., ao usar o adjetivo *falso* em *um falso advogado*, o falante nega que a pessoa referida por esse SN seja um advogado, i.e., veicula a ideia de que essa pessoa não possui as propriedades suficientes para ser um advogado, ainda que se faça passar por tal. Para dar outro exemplo, o adjetivo *mero* (cf. *um mero advogado*) serve para o falante veicular o juízo (usualmente acompanhado de uma avaliação negativa) de que a pessoa referida pelo sintagma nominal não tem quaisquer outras propriedades relevantes (no contexto discursivo do enunciado) senão as que fazem parte do sentido do nome – neste caso, ser advogado. Como se verá, alguns adjetivos possuem simultaneamente uma leitura intensional e uma leitura modal.

Finalmente, alguns adjetivos, pertencentes a qualquer uma das classes (ou subclasses) discutidas acima, podem modificar nomes que designam eventos ou situações (chamados "nomes eventivos" – cf. Caps. 25 e 27), expressando propriedades próprias desse tipo de nomes, incluindo o modo como os seus participantes atuam ou se comportam (cf. *um jantar animado*), a sua duração temporal (cf. *uma conversa longa*), a sua frequência (cf. *uma reunião mensal*) e a sua localização temporal (cf. *as próximas eleições*). Estes adjetivos correspondem muitas vezes (embora nem sempre) a advérbios no domínio frásico; i.e., quando os eventos são representados por frases, em vez de sintagmas nominais, o seu sentido é expresso por um advérbio, frequentemente formado com o sufixo *-mente*: cf. *jantaram animadamente*, *conversaram longamente*, *reúnem-se mensalmente* ou *proximamente, vai haver eleições* – cf. Cap. 33). Por esse motivo, são chamados **adjetivos de leitura adverbial** – termo por vezes abreviado em "adjetivos adverbiais" (cf. 31.2.5)[15]. Como se referiu acima, este grupo de adjetivos não forma uma classe semântica independente – trata-se antes de um uso particular dos adjetivos, que podem pertencer a qualquer classe,

[15] Os adjetivos de leitura adverbial não devem ser confundidos com os advérbios adjetivais, que são advérbios resultantes da recategorização de um adjetivo, como em *a chuva caiu rijo* (cf. Cap. 33).

não perdendo o seu estatuto de qualificativos, relacionais, avaliativos, modais ou intensionais ao modificarem nomes eventivos.

31.2.1 Polivalência dos adjetivos

Antes de entrarmos na caracterização detalhada das classes dos adjetivos, há uma questão prévia de que o leitor tem de estar bem consciente. As classes e subclasses de adjetivos não são estanques. De facto, o mesmo adjetivo pode adquirir leituras típicas de classes ou subclasses diferentes, dependendo de fatores como o seu caráter polissémico ou homonímico, o nome com o qual se combina, a função que desempenha (atributiva ou predicativa), a posição que ocupa em função atributiva (pré ou pós-nominal) ou ainda a ordem em que ocorre dentro do sintagma nominal relativamente a outros elementos. Nalguns casos, esses adjetivos pertencem a uma classe ou subclasse primitiva, podendo eventualmente ser recategorizados noutra ou noutras (sub)classes, dependendo de um ou mais dos fatores ora enumerados. Noutros casos, os adjetivos manifestam simultaneamente interpretações típicas de duas classes ou subclasses. No decorrer deste capítulo, estes casos de dualidade serão devidamente assinalados, quer sejam idiossincráticos a um determinado adjetivo, quer reflitam alguma regularidade própria de uma classe ou subclasse. Para já, no entanto, damos alguns exemplos, como ilustração do fenómeno, tendo em conta que ainda não se procedeu a uma caracterização detalhada das várias classes de adjetivos.

Um exemplo típico desta polivalência, e que reflete um fenómeno geral, é o do adjetivo relacional *teatral*, derivado do nome *teatro* (cf. 31.2.2.2 e Cap. 27.4.3):

(17) a. arte *teatral*
b. um indivíduo *teatral*
c. uma saída *teatral*

Em (17a), o adjetivo *teatral* tem a sua leitura primitiva, de adjetivo relacional: o adjetivo atribui à entidade designada pelo nome *arte* o conjunto complexo de propriedades que caracterizam a entidade 'teatro'; tal como a maioria dos adjetivos relacionais, o adjetivo tem aqui uma função classificadora, criando um subtipo "natural" de arte, no contexto da nossa cultura: trata-se da arte que tem que ver com o teatro, não com o cinema, com a pintura, com a arquitetura, etc.

Em contrapartida, em (17b), o mesmo adjetivo não liga o nome *indivíduo* ao teatro em geral, nem cria um subtipo natural – as pessoas, diferentemente da arte, não se classificam como "teatrais", por oposição a "cinematográficas", "arquiteturais" ou "pictóricas". Neste caso, o adjetivo *teatral* introduz no sentido do nome modificado uma propriedade selecionada de entre as várias que caracterizam o teatro – em particular, uma propriedade que se associa à representação por atores ao vivo –, reinterpretando-a metaforicamente como uma propriedade comportamental significando 'exibicionismo', 'afetação' ou 'exagero'. Em síntese, o adjetivo é aqui recategorizado em qualificativo, a partir da sua classe primitiva relacional.

Finalmente, em (17c), o adjetivo tem leitura adverbial, na medida em que modifica um nome eventivo, denotando a maneira como os participantes saem (cf. *eles saíram teatralmente*). Como se pode verificar facilmente pelo significado da expressão, a leitura adverbial do adjetivo corresponde ao sentido da sua recategorização em qualificativo e não ao sentido primitivo relacional – uma saída teatral não é

uma saída que tem que ver com o teatro em geral, mas sim com o modo afetado ou exagerado com que se sai de um determinado lugar.

Em (17), a recategorização atua dentro da classe dos adjetivos denotativos (de relacional a qualificativo), mas também se encontra recategorização de adjetivos denotativos em adjetivos avaliativos (cf. (18)) e em adjetivos intensionais (cf. (19)):

(18) a. um país *rico*
b. Um/Que *rico* relógio!

(19) a. Ele é um médico *simples*.
b. Ele é um *simples* médico!

A leitura primitiva do adjetivo *rico*, presente em (18a), é qualificativa, denotando uma propriedade de natureza económica, que é constitutiva das pessoas ou de certas organizações sociais, como os países. Em (18b), o adjetivo, em posição pré-nominal (e combinado com um nome que denota um objeto material), adquire uma dimensão avaliativa, introduzindo uma apreciação de natureza subjetiva do falante sobre um determinado relógio. Neste caso, há uma mudança radical no sentido do adjetivo, que deixa de estar ligado a uma dimensão de natureza económica (embora conserve o valor positivo geral associado à riqueza).

Por sua vez, em (19a), o adjetivo *simples* é denotativo (qualificativo), atuando no sentido do nome, atribuindo uma propriedade que especifica uma dimensão psicológica ou comportamental própria das pessoas. Em contrapartida, em (19b), o adjetivo não introduz uma propriedade adicional no sentido do nome, veiculando antes a ideia de que o indivíduo em questão não tem outras propriedades relevantes para além daquelas que definem um médico (um sentido semelhante ao de *mero*, já discutido acima, em 31.2). Neste caso, o adjetivo remete para uma maneira particular de perspetivar a aplicação do nome *médico* ao indivíduo referido, através de uma limitação: ele não é mais nada senão isso. Em posição pré-nominal, o adjetivo *simples* é, pois, recategorizado de qualificativo em intensional. Repare-se que, em (19b), o significado limitativo descrito vem acompanhado de uma avaliação negativa implícita por parte do falante. Este exemplo serve, pois, também para ilustrar que um adjetivo pode ter duas componentes semânticas, em simultâneo, próprias de classes diferentes: neste caso, uma componente intensional e uma componente avaliativa.

De forma semelhante, dependendo do contexto discursivo em que são usados, vários adjetivos qualificativos têm uma componente avaliativa (positiva ou negativa), por vezes socialmente determinada – pense-se em adjetivos como *chato*, *gordo*, *preguiçoso* ou *simpático* (cf. Cap. 27.4.1, Caixa [14]). Mais geralmente, muitos adjetivos qualificativos adquirem, em posição pré-nominal, uma componente semântica subjetiva, expressiva ou avaliativa (cf. 31.5.1 e Cap. 27.4.2.3).

Podemos sintetizar o que foi exposto acima dizendo que os adjetivos são altamente versáteis, o que por vezes dificulta a sua descrição e classificação: o mesmo adjetivo pode ter comportamentos gramaticais muito diferentes, consoante a classe ou subclasse que representa, em ocorrências distintas: assim, p.e., *rico* e *simples* podem ser especificados pelo advérbio de grau *muito*, nos exemplos (a) de (18) e (19) (cf. *um país muito rico*, *um médico muito simples*), mas não nos exemplos (b) (cf. a

estranheza de *#um/que muito rico relógio!* ou de *#um muito simples médico* – no sentido relevante explicado acima). Isto é algo que o leitor deverá ter em conta no decorrer deste capítulo.

31.2.2 Adjetivos denotativos

Para melhor compreender o que é um adjetivo denotativo, podemos considerar que os nomes são uma espécie de "etiquetas linguísticas" que servem para nomear classes de entidades[16]. Cada nome está associado a uma série de propriedades – o seu **sentido**, a que se chama também **denotação intensional**, ou simplesmente **intensão** (cf. Caps. 8 e 20) – que caracterizam o conjunto de entidades assim nomeado e determinam a aplicabilidade do nome a cada uma das entidades do conjunto[17]. Assim, p.e., o sentido ou intensão do nome *mesa* é algo como 'móvel composto de um tampo horizontal, assente sobre um ou mais pés, que serve para fins diversos'.

O conjunto de entidades a que se aplica a intensão de um nome, por sua vez, constitui a sua **denotação extensional**, ou, simplesmente, a sua **extensão** – ou seja, todas as entidades do conjunto nomeado (passadas, presentes ou futuras) que possuem as propriedades correspondentes à intensão do nome. A extensão do nome *mesa* será, assim, o conjunto de todas as mesas do mundo, os objetos com as propriedades expressas na intensão do nome.

Ora, os adjetivos denotativos são aqueles que as línguas disponibilizam para, através da sua combinação com um nome, criar etiquetas mais precisas, introduzindo uma nova propriedade para além das já contidas no sentido do nome[18], enriquecendo a sua intensão e restringindo a sua extensão. Assim, p.e., a combinação do nome *mesa* com o adjetivo denotativo (neste caso, qualificativo) *oval* (que especifica a forma de um objeto como sendo semelhante à de um ovo) cria uma nova etiqueta – o grupo nominal *mesa oval* – cujo sentido resulta da adição de uma propriedade ao sentido do nome, neste caso, uma especificação em relação à forma do tampo: 'móvel composto de um tampo horizontal de forma oval, assente sobre um ou mais pés, que serve para fins diversos'. Por sua vez, este grupo nominal representa um conjunto mais restrito de entidades do que o representado pelo nome isolado.

Um exemplo semelhante, mas com aspetos distintos, é o do adjetivo denotativo (neste caso, relacional) *tropical* modificando o nome *planta* (*planta tropical*). Neste caso, o adjetivo estabelece uma relação entre as entidades de natureza climática e geográfica denotadas pelo substantivo *trópico* e a classe de entidades denotadas pelo nome *planta*. Efetivamente, *planta tropical* corresponde a *planta dos trópicos*. De novo, o adjetivo restringe o conjunto denotado pelo nome (o conjunto das plantas) ao subconjunto daquelas que são suscetíveis de nascer e de se desenvolver no clima próprio dos trópicos. Neste caso, o adjetivo, para além de restringir o conjunto original denotado pelo nome, introduz também uma classificação natural do tipo

---

[16] Atribuímos aqui ao termo *entidade* um sentido lato, que inclui tudo aquilo que existe no mundo complexo que nos rodeia, real ou imaginário, e pode ser nomeado através de um substantivo: pessoas, coisas, animais, ideias, sentimentos, e também eventos e situações em geral.

[17] O sentido de um nome corresponde, informalmente, à sua definição num dicionário.

[18] Nem sempre a propriedade introduzida por um adjetivo denotativo é distinta de uma que já está contida no sentido do nome (cf., por exemplo, *a verde relva* – a especificação da cor verde já está incluída no sentido do nome *relva*). Nestes casos, o adjetivo, e o sintagma nominal que o inclui, adquirem uma leitura em que se realça uma propriedade inerente do nome. Por agora, ignoramos estes casos, voltando a eles em 31.4.2.

"planta", criando um subtipo, "planta tropical", que se pode opor a outros, como "planta mediterrânica", "planta de clima temperado", etc.

Repare-se – e isto é uma característica típica do uso canónico dos adjetivos denotativos (mas cf. Nota 18) – que ser oval ou ser tropical não é em si mesmo uma propriedade inerente das mesas ou das plantas – ou seja, não faz parte do sentido (da intensão) desses nomes. No entanto, todas as mesas – e as entidades materiais em geral – têm forma (no caso das mesas, o seu tampo); e todas as flores nascem e se desenvolvem naturalmente numa ou mais zonas climáticas. Por esse motivo, esses aspetos da sua constituição ou da sua existência podem ser especificados por adjetivos. Em particular, é essa a especialização dos adjetivos denotativos (e, em geral, de outros modificadores "adjetivais" – cf. a Caixa [1]): formar novos sentidos que permitam nomear subconjuntos das entidades, por vezes com uma dimensão classificativa.

Dentro dos adjetivos denotativos existem duas subclasses, a dos **adjetivos qualificativos** e a dos **adjetivos relacionais**, representadas, respetivamente, pelos adjetivos *oval* e *tropical*, discutidos acima. Estas subclasses caracterizam-se em função das suas propriedades morfológicas, do tipo de propriedades denotadas e da forma como essas propriedades se relacionam com o sentido do nome modificado. As próximas subsecções são dedicadas a uma caracterização geral de cada uma dessas subclasses. Seguidamente, discutimos as propriedades mais importantes que as distinguem.

31.2.2.1 Adjetivos qualificativos

Os adjetivos qualificativos exprimem propriedades "primitivas" das entidades representadas pelo nome modificado, ou seja, propriedades que se aplicam a diversas dimensões pré-determinadas que estruturam os vários tipos de entidades. Dependendo da entidade que denotam, o sentido dos nomes contém, por assim dizer, dimensões "abertas", e a função dos adjetivos qualificativos consiste precisamente em atuar sobre o sentido, especificando cada uma dessas dimensões (na terminologia da semântica e da lógica, "saturando-as"). Assim, p.e., as entidades materiais têm dimensões de forma, de cor, de tamanho, de peso, de consistência, de origem, de estrutura físico-química (entre outras), que se refletem no sentido dos vários nomes que pertencem a essa classe; nos seres vivos, para além dessas, existem dimensões associadas à sua estrutura fisiológica, psicológica e social (entre outras); os eventos e as situações caracterizam-se por ter uma dimensão espacial e temporal (lugar e momento da sua ocorrência), uma dimensão aspetual, relativa ao seu tempo "interno" (cf. Cap. 17), e ainda dimensões relativas ao papel desempenhado pelos seus participantes, nomeadamente o modo como atuam. Os adjetivos que atuam sobre estas dimensões constitutivas das entidades, introduzindo propriedades que as especificam, são os adjetivos qualificativos.

Assim, p.e., os adjetivos em (20) atribuem ao sentido do nome um valor nas dimensões, respetivamente, da cor, da extensão, do peso e, no caso de (20d), em que o nome denota um ser humano, numa dimensão psicológica:

(20) a. um vestido *azul*
b. um caminho *longo*
c. um embrulho *pesado*
d. um amigo *leal*

Existem dois grandes tipos de propriedades expressas pelos adjetivos qualificativos: propriedades de natureza material, próprias das entidades com dimensão física, e propriedades de natureza fisiológica, psicológica e social, próprias dos seres vivos (as duas últimas, mais especificamente, próprias das pessoas e dos animais superiores). Dentro do primeiro grupo, é frequente o mesmo adjetivo aplicar-se a diferentes dimensões (cf. Demonte 1999): *grande* pode referir-se à altura, ao comprimento, ao volume; *agudo*, à forma ou ao som; *acre*, ao sabor ou ao cheiro; *doce*, ao sabor, ao cheiro ou ao som. É também possível um adjetivo qualificativo de propriedades materiais passar a exprimir uma qualidade psicológica quando modifica nomes que designam seres humanos (cf. *pessoas doces*/*amargas*); isso não implica que o adjetivo se tenha recategorizado noutra classe – mostra apenas que sofreu uma extensão metafórica do seu significado primitivo.

De modo semelhante, no segundo grupo também há adjetivos que qualificam diferentes dimensões: *maldisposto* ou *tonto* podem aplicar-se a perturbações físicas ou características psicológicas (temperamento e inteligência, respetivamente, no caso destes adjetivos): cf., por exemplo, com o segundo adjetivo, expressões como *sinto-me um pouco tonto* (dito por alguém que bebeu demasiado) e *ele é completamento tonto*[19].

31.2.2.1.1 Adjetivos qualificativos de propriedades de natureza material

Os adjetivos qualificativos que denotam propriedades de natureza material aplicam-se a dimensões constitutivas dos objetos em geral (incluindo os seres humanos) e cobrem diversas áreas. Na tipologia que aqui propomos tentou-se criar grupos naturais de propriedades; no entanto, alguns leitores poderão questionar os nossos critérios, uma vez que alguns dos grupos propostos cobrem propriedades muito semelhantes[20].

Como se notou no final da subsecção anterior, um determinado adjetivo pode pertencer a mais de um grupo, o que nem sempre se indica na apresentação que se segue. Note-se também que não pretendemos dar listas exaustivas dos adjetivos que compõem cada grupo e que apenas comentamos um grupo quando for necessário para clarificar algum ponto.

❖ Adjetivos de dimensão espacial: *alto*, *amplo*, *baixo*, *comprido*, *curto*, *delgado*, *enorme*, *espaçoso*, *estreito*, *fino*, *grande*, *grosso*, *largo*, *longo*, *pequeno*, *profundo*, *reduzido*. Neste grupo cabem os adjetivos que denotam propriedades relacionadas com cada uma das três dimensões espaciais e com a sua interação: comprimento (ou profundidade), largura, altura, área e volume. Alguns dos adjetivos desta classe aplicam-se a várias dimensões, como *comprido*, *curto*, *enorme*, *estreito*, *grande*, *largo*, *longo*, *pequeno*; outros são específicos de uma dimensão, como *alto*, *baixo* (altura), *amplo* e *espaçoso* (volume).

❖ Adjetivos de peso e densidade: *denso*, *espesso*, *leve*, *maciço*, *oco*, *pesado*, *ralo*, *rarefeito*

---

[19] As interpretações particulares que os adjetivos qualificativos adquirem quando modificam nomes que denotam situações (em particular, eventos) são discutidas em 31.2.5.

[20] Assim, p.e., a forma está associada à dimensão espacial; contudo, os adjetivos de forma têm propriedades particulares que nos levam a agrupá-los à parte.

- Adjetivos de velocidade: *célere*, *lento*, *lesto*, *ligeiro*, *rápido*, *vagaroso*, *veloz*

- Adjetivos de textura (tato e consistência): *áspero*, *consistente*, *duro*, *esponjoso*, *liso*, *macio*, *moldável*, *mole*, *rígido*, *rijo*, *rugoso*, *sedoso*, *suave*, *texturado*, *viscoso*

- Adjetivos de idade: *antigo*, *antiquado*, *arcaico*, *cediço*, *fresco*, *jovem*, *maduro*, *moderno*, *novo*, *velho*

- Adjetivos de temperatura: *escaldante*, *fresco*, *frio*, *gelado*, *morno*, *quente*, *tépido*

- Adjetivos de som: *abafado*, *agudo*, *alto*, *baixo*, *brando*, *cristalino*, *estridente*, *estridulo*, *grave*, *límpido*

- Adjetivos de sabor: *ácido*, *acre*, *adocicado*, *amargo*, *apaladado*, *doce*, *insosso*, *picante*, *salgado*

- Adjetivos de odor: *acre*, *adocicado*, *fétido*, *perfumado*, *pestilento*

- Adjetivos de luminosidade e visibilidade: *baço*, *brilhante*, *claro*, *cristalino*, *escuro*, *fluorescente*, *fosco*, *fosforescente*, *invisível*, *límpido*, *luminoso*, *opaco*, *sombrio*, *translúcido*, *transparente*, *visível*

- Adjetivos de interações físico-químicas e bioquímicas: *assado*, *catalisador*, *coalhado*, *condensado*, *condensador*, *congelado*, *congelante*, *corrosivo*, *cozido*, *cremado*, *emulsionante*, *enferrujado*, *evaporado*, *fecundante*, *fertilizante*, *fervente*, *fervido*, *frito*, *fundente*, *fungicida*, *hidratante*, *húmido*, *infetado*, *infetante*, *liofilizado*, *molhado*, *oxidado*, *oxidante*, *pasteurizado*, *pesticida*, *poluente*, *purificante*, *putrefacto*, *queimado*, *seco*, *solidificado*, *sublimado*, *urticante*[21]

> [2] O grupo de adjetivos de interações físico-químicas e bioquímicas contém pares de adjetivos relacionados, ambos deverbais, nos quais um dos membros representa o estado que resulta de uma mudança sofrida pela entidade denotada pelo nome (cf. *um carril oxidado*) e o outro representa a propriedade relevante responsável por essa mudança, atribuída a (outra) entidade que atua causalmente (cf. *um líquido oxidante*); outros exemplos são *fertilizado* vs. *fertilizante*; *hidratado* vs. *hidratante*, *corroído* vs. *corrosivo*. Nestes pares, o primeiro membro – o que caracteriza o estado que resulta da mudança – é um adjetivo relacionado com um particípio verbal e o segundo membro – o que caracteriza a propriedade causal – é um adjetivo formado com um sufixo agentivo (*-or*, *-nte* ou *-ivo*)[22]. Do ponto de vista das suas propriedades aspetuais, é interessante notar que o adjetivo que caracteriza o estado resultante tem uma leitura episódica, selecionando o verbo copulativo *estar* em predicações de base adjetival (cf. *o carril está oxidado*), ao passo que o adjetivo que caracteriza a causa tem interpretação estável, selecionando o verbo copulativo *ser* em predicações de base adjetival (cf. *a água é oxidante*). Sobre estas questões, cf. 31.4.1 e Caps. 17 e 30.

[21] Este grupo contém numerosos adjetivos. Na verdade, poder-se-iam incluir aqui os adjetivos de temperatura, de densidade, de luminosidade e mesmo os de sabor, pois também estes denotam propriedades associadas a fenómenos físicos ou químicos. Estes grupos, no entanto, são facilmente identificáveis, consensuais e com características próprias, justificando uma classificação à parte. Outro grupo de adjetivos que se poderia ter destacado é o dos adjetivos que denotam modos de confeção culinária (cf. Cap. 27).
[22] Os adjetivos causais também podem modificar nomes abstratos eventivos, relacionados com o próprio processo de mudança: cf. *processo fertilizante*, *ação corrosiva*, *poder oxidante*.

❖ Adjetivos de cor: *alvo*, *amarelo*, *azul*, *branco*, *carmesim*, *castanho*, *cor de areia*, *cor de cobre*, *cor de framboesa*, *cor de laranja*, *cor de mel*, *cor-de-rosa*, *cor de tijolo*, *cor de vinho*, *esverdeado*, *fulvo*, *negro*, *preto*, *roxo*, *rubro*, *ruivo*, *verde*, *vermelho*

Este grupo inclui adjetivos morfologicamente simples, como *azul* ou *verde*, adjetivos derivados, como *avermelhado*, *azulado* ou *esverdeado*, e adjetivos compostos, como *azul-escuro*, *azul-turquesa*, *cor-de-rosa* ou *verde-garrafa*. Neste último caso, por vezes, ocorre apenas um dos elementos do composto (o mais específico enquanto tonalidade): cf. *rosa*, *salmão* ou *turquesa*. Tal como os restantes adjetivos atributivos, os adjetivos de cor simples e derivados concordam em género e número com o nome modificado (cf. *vestidos azuis*, *calças avermelhadas*), enquanto os adjetivos compostos não flexionam (cf. *almofadas cor-de-rosa*, *lenços cor de mel*, *colares azul-turquesa*), a menos que o último elemento do composto seja um adjetivo; nesse caso, o adjetivo é o único elemento do composto a concordar com o nome (cf. *casacos vermelho-escuros*). Sobre questões morfológicas relativas à concordância dos adjetivos de cor compostos, cf. Cap. 58.

❖ Adjetivos de forma: *abaulado*, *achatado*, *agudo*, *amorfo*, *angular*, *anguloso*, *arredondado*, *chato*, *circular*, *côncavo*, *cónico*, *convexo*, *cúbico*, *curvo*, *deformado*, *elíptico*, *esférico*, *faviforme*, *filiforme*, *hexagonal*, *hiperbólico*, *ondulado*, *oval*, *parabólico*, *paraboloide*, *pentagonal*, *piramidal*, *plano*, *pontiagudo*, *pontudo*, *prismático*, *quadrado*, *quadrangular*, *redondo*, *retilíneo*, *reto*, *rombo*, *torto*, *triangular*, *zoomorfo*

Este grupo contém adjetivos técnicos da área da geometria (como *hiperbólico* ou *ortogonal*), de caracterização complexa, bem como outros que são do léxico comum (alguns dos quais também usados como termos técnicos). Muitos destes adjetivos são derivados a partir de nomes que denotam os objetos geométricos abstratos que manifestam "platonicamente" essa forma.

Os adjetivos de forma qualificam formas unidimensionais, bidimensionais ou tridimensionais. Assim, *curvo*, *elíptico* ou *reto* exprimem a forma de uma linha; *circular* ou *triangular*, a de uma área ou de uma superfície; e *cónico*, *cúbico* ou *esférico*, a de um volume. Alguns destes adjetivos podem ser aplicados a diferentes tipos de objetos, como *circular* ou *oval*, que qualificam uma linha ou uma área; *curvo*, que se aplica a uma linha ou a uma superfície; ou ainda os adjetivos menos técnicos, como *direito* ou *torto*, que se aplicam a qualquer tipo de objeto. Além disso, é frequente utilizarem-se adjetivos relacionados com a superfície para exprimir a forma de um corpo, tomando como referência a forma da superfície dominante, como em *bolo quadrado*, *tampa achatada* ou *batatas onduladas*.

❖ Adjetivos de orientação espacial: *ascendente*, *central*, *convergente*, *descendente*, *direito*, *enviesado*, *horizontal*, *inclinado*, *lateral*, *marginal*, *oblíquo*, *ortogonal*, *paralelo*, *perpendicular*, *vertical*

Os adjetivos deste grupo denotam o posicionamento de um objeto em relação a outro, ou em relação a um ponto, superfície ou volume no espaço. Embora não denotem propriedades intrínsecas dos objetos a que se aplicam (p.e., em si mesma uma superfície não é horizontal ou vertical), assumimos aqui que a orientação espacial de um objeto constitui uma dimensão "objetiva", que está a par de outras

dimensões que lhe são intrínsecas, como a forma ou o tamanho, justificando-se, assim, classificar estes adjetivos como qualificativos.

31.2.2.1.2 Adjetivos qualificativos de propriedades físicas, psicológicas, morais e sociais associadas a seres vivos

Incluem-se aqui grupos de adjetivos que denotam diversas características físicas ou mentais atribuíveis especificamente a seres vivos – algumas aplicam-se principalmente a seres humanos, outras também a animais superiores, especialmente domésticos.

❖ propriedades físicas (fisiológicas, fisionómicas ou de constituição): *barbudo*, *bêbedo*, *cabeludo*, *cansado*, *cego*, *coxo*, *doente*, *engripado*, *entroncado*, *esquelético*, *estafado*, *fatigado*, *gordo*, *grávida*, *magro*, *maldisposto*, *morto*, *obeso*, *pezudo*, *são*, *saudável*, *sóbrio*, *tonto*, *virgem*, *vivo*

❖ atitudes mentais e comportamentais: *alegre*, *arrogante*, *astuto*, *atencioso*, *atento*, *ativo*, *autoritário*, *brilhante*, *calmo*, *comilão*, *competente*, *complacente*, *contente*, *cruel*, *diligente*, *discreto*, *dissimulado*, *educado*, *enérgico*, *esperto*, *feliz*, *fiel*, *firme*, *gastador*, *generoso*, *imbecil*, *infeliz*, *ingénuo*, *inteligente*, *justo*, *leal*, *maldisposto*, *mandão*, *mentiroso*, *nervoso*, *obediente*, *persistente*, *polido*, *preguiçoso*, *pretensioso*, *promíscuo*, *pudico*, *puritano*, *relaxado*, *simpático*, *simples*, *sincero*, *sovina*, *teimoso*, *tenaz*, *tenso*, *tolo*, *tonto*, *trabalhador*, *traiçoeiro*, *triste*

❖ estados sociais, religiosos e morais: *casado*, *católico*, *culpado*, *divorciado*, *inocente*, *judeu*, *pobre*, *protestante*, *rico*, *solteiro*, *viúvo*

31.2.2.2 Adjetivos relacionais

Os adjetivos relacionais caracterizam-se por duas propriedades, uma morfológica e outra semântica, que, tomadas em conjunto, os distinguem dos adjetivos qualificativos[23]. Como o seu nome indica, os adjetivos relacionais relacionam-se semanticamente com um nome e, nos casos mais típicos, também morfologicamente, por derivação (cf., por exemplo, *teatral*, derivado de *teatro*, *policial*, derivado de *polícia*, *campestre*, derivado de *campo* – cf. Cap. 57). O adjetivo *fluvial*, que se relaciona com o nome *rio*, ilustra ainda outra possibilidade: neste caso, a relação é mediada indiretamente pela etimologia do adjetivo. De facto, *fluvial* é um cultismo de origem latina, derivado do nome *fluvius*, que significa 'rio' em latim (cf. o francês *fleuve*). Este nome, no entanto, não passou ao português por via patrimonial – esta língua conservou o nome (também latino) *rivus*, que deu origem a *rio*.

> [3] Quando a ligação do adjetivo ao nome é estabelecida através de uma relação etimológica indireta, como no caso de *fluvial*, a sua formação denominal deixa de ser evidente, por ter ocorrido em latim ou mesmo em grego. Um exemplo envolvendo o grego é o adjetivo *elétrico*, formado por via erudita a partir do nome grego ηλεκτρον, que significa 'âmbar', substância em que se observaram pela primeira vez os fenómenos de atração e repulsão elétrica. Neste caso, curiosamente, o nome com

[23] Os adjetivos relacionais são também chamados "pseudoadjetivos", por terem características distintas das dos adjetivos qualificativos, usualmente considerados os adjetivos mais canónicos.

que se relaciona o adjetivo, em português, é *eletricidade*, morfologicamente derivado do adjetivo, o oposto daquilo que é usual suceder no que respeita à relação morfológica entre adjetivo relacional e nome.

Semanticamente, os adjetivos relacionais designam um conjunto de propriedades que corresponde ao sentido das bases nominais (o sentido de *teatral* corresponde ao sentido de *teatro*, o de *policial* ao de *polícia*, o de *campestre* ao de *campo*, etc.). Quando o adjetivo se combina com um nome, relacionam-se, assim, as propriedades de duas entidades: a denotada pelo nome a partir do qual se forma o adjetivo e a denotada pelo nome modificado. Assim, p.e., *arte renascentista* designa um tipo de arte com o estilo próprio da época histórica chamada Renascimento e *pesca baleeira* designa um tipo de pesca particular, nomeadamente, aquela que tem como objetivo apanhar baleias[24].

A maioria dos adjetivos relacionais tem dois tipos de funcionamento semântico, dependendo em parte do nome com o qual se combinam: (i) uma função de classificação das entidades denotadas pelo nome modificado – nesse caso os adjetivos relacionais chamam-se **classificadores** (cf., por exemplo, *arte renascentista*); (ii) quando o nome modificado é eventivo ou denota uma situação, os adjetivos relacionais podem representar argumentos do nome, correspondendo a sintagmas que, em construções frásicas, desempenham as funções gramaticais típicas dos argumentos dos verbos relacionados com esses nomes (cf., por exemplo, *pesca baleeira*, correspondendo a *pescar baleias*). Neste caso, os adjetivos relacionais chamam-se **argumentais**. É importante realçar que se trata aqui não tanto de uma divisão estanque dos adjetivos relacionais em dois grupos distintos, mas sim de uma distinção entre duas funções que, dependendo do nome modificado, podem ser frequentemente exercidas pelo mesmo adjetivo (cf. 31.2.2.2.3).

31.2.2.2.1 Adjetivos relacionais classificadores

Como ilustração dos **adjetivos relacionais classificadores**, considerem-se os grupos nominais *dia primaveril*, *pesca fluvial* ou *revista cinematográfica* (cf. Cap. 27.4.3). Estes adjetivos relacionam-se, respetivamente, com os nomes *primavera*, *rio* e *cinema*. Ao combinarem-se com os nomes *dia*, *pesca* e *revista*, atribuem-lhes as propriedades que caracterizam aqueles nomes, criando subtipos naturais das entidades denotadas pelo nome modificado – i.e., subtipos sancionados cultural ou socialmente pela comunidade. Assim, *dia primaveril* representa um tipo de dia, com as características próprias da primavera (temperatura agradável, céu azul); *pesca fluvial* denota o tipo de atividade piscatória exercida em rios; e *revista cinematográfica* denota um tipo de revista que versa sobre temas que têm que ver com o cinema.

A função semântica dos adjetivos relacionais classificadores é, nesse sentido, semelhante à dos sintagmas preposicionais classificadores (cf. Cap. 27.3.2.1), os quais também servem para estabelecer tipologias naturais – sancionadas social

[24] É, pois, importante que o leitor mantenha conceptualmente separados os dois nomes envolvidos nas construções com estes adjetivos – o nome de que provém o adjetivo (em *romance policial*, p.e., o nome *polícia*) e o nome modificado pelo adjetivo (*romance*, neste exemplo).

ou culturalmente – das entidades designadas pelo nome que modificam (cf. *lar de idosos*, *máquina de escrever*, *avião a jacto*, etc.).

Na realidade, é frequente acontecer que um adjetivo relacional classificador tenha um correspondente preposicional, formado diretamente com o nome com o qual o adjetivo se relaciona (cf., por exemplo, relativamente aos exemplos acima, *revista de cinema*, *pesca de rio* ou *dia de primavera*; e ainda os pares *médico dermatologista*/*médico de doenças de pele*, *colégio feminino*/*colégio para raparigas*, *ciências naturais*/*ciências da natureza*, entre muitos outros). Alguns grupos nominais com adjetivos relacionais não têm um correspondente preposicional formado com o nome. Assim, p.e., para *comboio elétrico* (que significa 'comboio movido a eletricidade') não existe o correspondente *comboio a eletricidade*; no entanto, encontramos *avião a jacto*, *barco à vela*, *máquina a vapor*, em que a relação entre o nome introduzido pela preposição e o nome modificado é praticamente a mesma que a de *comboio elétrico* – designando (direta ou indiretamente, como no caso de *barco à vela*) a fonte da energia que move a entidade designada pelo nome modificado.

Outros exemplos de grupos nominais com adjetivos relacionais classificadores são *romance policial*, *situação política*, *flor campestre*, *sistema nervoso*, *câmara municipal*, *engenheiro civil*, *sobremesa caseira*, *viatura militar*, entre muitos outros (cf. também o Cap. 27.4.3).

31.2.2.2.2 Adjetivos relacionais argumentais

Os **adjetivos relacionais argumentais** correspondem a argumentos selecionados pelos nomes com que se combinam[25]. Esses nomes são semanticamente eventivos ou denotam situações e, de forma geral, são morfologicamente deverbais (cf. Cap. 27.1). Correspondendo a argumentos do nome, os adjetivos relacionais argumentais estão, portanto, associados a um papel temático que lhes é atribuído por esse nome (cf. Caps. 11 e 27) e correspondem a sintagmas que, em frases equivalentes (com um predicador verbal em vez de nominal), desempenham uma função gramatical, de sujeito ou de complemento. Como ilustração, considere-se o seguinte paradigma:

(21) a. *Os Romanos* invadiram a Península Ibérica.
b. a invasão da Península Ibérica *pelos Romanos*
c. a invasão *romana* da Península Ibérica

O verbo *invadir* (cf. (21a)) seleciona dois argumentos, um com a função de sujeito e o papel temático de agente (em itálico) e outro com a função de complemento direto e o papel temático de paciente (sublinhado). Na nominalização (passiva) correspondente (cf. (21b) e Cap. 27), com o nome eventivo *invasão*, esses dois argumentos realizam-se sob a forma de sintagmas preposicionais: o agente é introduzido pela preposição *por* (o agente da passiva) e o paciente é introduzido pela preposição *de*.

O exemplo (21c), por sua vez, corresponde a uma construção de nominalização alternativa: o argumento que corresponde ao agente é realizado por um adjetivo. Neste caso, estabelece-se uma relação entre o adjetivo e o nome modificado, condicionada pela natureza eventiva do nome e pelo facto de o adjetivo corresponder a um nome que, do ponto de vista semântico, pode funcionar (integrado num

[25] Em certos casos, podem corresponder a um adjunto (cf. a parte final da presente subsecção).

sintagma nominal ou preposicional) como argumento de *invadir* (cf. (21a)) ou de *invasão* (cf. (21b))[26].

Repare-se que os adjetivos argumentais, mesmo correspondendo a argumentos, não deixam de ter as características próprias de um adjetivo denotativo, atribuindo propriedades ao nome modificado; relativamente a (21c), p.e., uma invasão perpetrada por romanos terá propriedades diferentes de uma invasão perpetrada por outro povo. Além disso, os adjetivos argumentais têm igualmente uma componente classificadora (recorde-se a natureza versátil dos adjetivos, discutida em 31.2.1); historicamente, a invasão romana da Península Ibérica pertence a um conjunto de invasões desse território que estabelecem entre si uma oposição paradigmática: a invasão visigótica, a invasão árabe, a invasão napoleónica, etc.

Os adjetivos argumentais podem corresponder a argumentos distintos de um nome, dependendo dos papéis temáticos que o nome seleciona. Em geral, no entanto, correspondem a argumentos que desempenham a função gramatical de sujeito ou de complemento direto na frase relacionada com a nominalização. Em (22), ilustram-se adjetivos relacionais argumentais com o papel, respetivamente, de agente, experienciador e paciente, equivalentes aos argumentos sublinhados nas frases correspondentes, à direita de cada exemplo:

(22) a. as reformas *governamentais* do sistema educativo (cf. *o governo reformou o sistema educativo*)
b. a preocupação *materna* com os filhos (cf. *as mães preocupam-se com os filhos*)
c. a revisão *constitucional* (cf. *reviram a constituição*)

Na ausência de um contexto linguístico ou situacional apropriado, pode haver ambiguidade na interpretação do papel temático do adjetivo e, concomitantemente, da função que o argumento correspondente desempenha na frase relacionada: assim, em *as reformas governamentais*, o adjetivo pode ser interpretado como agente, correspondendo a um sujeito frásico, como em (22a), ou como paciente (cf. *reformaram o governo*), com interpretação semelhante a (22c), correspondendo a um complemento direto frásico.

Outros exemplos de grupos nominais com adjetivos relacionais argumentais são *pesca baleeira açoriana* – correspondendo o primeiro adjetivo a um paciente e o segundo ou a um adjunto locativo ou a um argumento agentivo (cf. *nos Açores pescavam-se baleias* ou *os açorianos pescavam baleias*) –, *produção leiteira* (cf. *produzir leite*), *massagem cardíaca* (cf. *massajar o coração*), *reformas carolíngias* (cf. *reformas de Carlos Magno*).

31.2.2.2.3 Fatores determinantes na interpretação dos adjetivos relacionais

A interpretação dos grupos nominais com adjetivos relacionais depende não apenas do adjetivo, mas também do sentido do nome com o qual este se combina e do nosso conhecimento de como as propriedades denotadas pelo adjetivo se podem relacionar

[26] De modo mais geral, os adjetivos relacionais podem funcionar como argumentos precisamente por corresponderem a nomes – os quais tipicamente formam o núcleo dos sintagmas que funcionam como argumentos.

com as propriedades denotadas pelo nome (cf. Mendes 2009). Considere-se, a título de exemplo, o seguinte paradigma, com o adjetivo relacional *presidencial*, derivado do nome *presidente* (cf. Cap. 27.4.3 para outros exemplos semelhantes):

(23) viagem *presidencial*, eleição *presidencial*, veto *presidencial*, comitiva *presidencial*, avião *presidencial*

Nestes grupos nominais, é diferente a relação entre o sentido do nome *presidente* (de que deriva o adjetivo) e o sentido do nome modificado. Em *viagem presidencial*, *veto presidencial* e *eleição presidencial*, o adjetivo é argumental, correspondendo, respetivamente, a um sujeito frásico, nos dois primeiros casos (cf. *o presidente viaja* e *o presidente veta*), e a um complemento direto, no terceiro (cf. *eleger o presidente*); em *comitiva presidencial* e *avião presidencial*, o adjetivo é classificador, criando um subtipo das classes denotadas pelo nome: respetivamente 'comitiva que acompanha um presidente' e 'avião para uso de um presidente'.

Estes exemplos mostram que não existe uma partição estanque dos adjetivos relacionais em classificadores e argumentais: o mesmo adjetivo pode ter as duas funções, dependendo do sentido do nome modificado (p.e., se é ou não eventivo) e da maneira como o sentido do adjetivo se relaciona com o sentido do nome modificado (as duas funções podem ocorrer em simultâneo, como referido na subsecção anterior, e como o exemplo *eleição presidencial* ilustra – o objeto das eleições, expresso pelo adjetivo argumental, serve também para criar subtipos; cf. *eleições autárquicas*, p.e).

O mesmo adjetivo pode também ser relacional, nuns casos, e qualificativo, noutros, como já se notou em 31.2.1 relativamente a *teatral* (cf. (17)). Outros exemplos são *sistema nervoso* (adjetivo relacional) vs. *pessoa nervosa* (adjetivo qualificativo), *ordem religiosa* (adjetivo relacional) vs. *pessoa religiosa* (adjetivo qualificativo), *arte barroca* (adjetivo relacional) vs. *gesto barroco* (adjetivo qualificativo).

31.2.2.2.4 Valores semânticos na base dos adjetivos relacionais

Seguidamente, apresentamos uma classificação dos adjetivos relacionais em função do valor semântico do nome de que derivam. Adverte-se o leitor, no entanto, de que esta classificação tem um caráter parcial, não podendo de forma alguma ser considerada exaustiva. De facto, é praticamente impossível listar todos os valores semânticos que caracterizam os nomes que estão na base dos adjetivos relacionais; limitamo-nos aqui, portanto, a apresentar uma lista dos valores mais típicos[27].

❖ nomes próprios ou comuns de lugar (localidades, regiões, países, continentes, habitats, pontos cardiais, planetas e estrelas): *açoriano*, *algarvio*, *ambiental*, *asiático*, *bizantino*, *bracarense*, *brasileiro*, *californiano*, *campestre*, *cipriota*, *citadino*, *colombiano*, *espacial*, *europeu*, *florestal*, *francês*, *funchalense*, *insular*, *londrino*, *lunar*, *marciano*, *marinho*, *marítimo*, *mediterrânico*, *moçambicano*, *mundial*, *nazareno*, *nortenho*, *oceânico*,

[27] Uma classificação alternativa, baseada na relação semântica que os adjetivos estabelecem com o nome modificado, seria ainda mais difícil de estabelecer, dada a enorme variedade dessas relações, que (como se mencionou acima) são altamente dependentes de fatores diversos, incluindo a natureza do nome modificado e o nosso conhecimento extralinguístico de como os sentidos do adjetivo e do nome modificado se podem relacionar.

ocidental, olivalense, oriental, pantanoso, paulista, peninsular, polar, português, ribatejano, romano, saariano, solar, sul-americano, terrestre, territorial, timorense, tropical, urbano, venusiano

❖ nomes próprios ou comuns de personalidades, reais ou ficcionais, divindades, entidades ou locais míticos: *angelical, apolíneo, aristotélico, budista, camiliano, camoniano, capricorniano, ciclópico, diabólico, dionisíaco, divino, edipiano, eólico, erótico, gonçalvista, hercúleo, infernal, jesuíta, keynesiano, lazarento, leninista, maometano, marcelista, marxista, mefistofélico, narcísico, olímpico, paradisíaco, platónico, queirosiano, querubínico, quimérico, quixotesco, salazarento, salazarista, satânico, saturnino, seráfico, socrático, titânico*

❖ nomes de funções, profissões, cargos, títulos, instituições e relações de parentesco: *académico, autárquico, autoral, camarário, cardinalício, catedrático, clerical, colegial, comunal, doutoral, empresarial, escolar, estudantil, faraónico, hospitalar, imperial, jornalístico, maternal, materno, messiânico, militar, ministerial, monárquico, municipal, papal, papista, parental, parlamentar, policial, pontifício, popular, presidencial, professoral, profético, real, sindical, universitário*

❖ nomes de áreas científicas, tecnológicas e artísticas: *arquitetural, biológico, cinematográfico, circense, económico, financeiro, homeopático, industrial, medicinal, musical, teatral*

❖ nomes de sistemas conceptuais, ideológicos, religiosos, civilizacionais, económicos e políticos: *austeritário, comunista, democrático, ditatorial, fundamentalista, hinduísta, islamita, monárquico, muçulmano, positivista, republicano, socialista, terrorista, totalitário*

❖ nomes de substâncias e espécies naturais (minerais, animais e vegetais): *aéreo, aquático, arbustivo, arenoso, argiloso, bacteriano, barrento, canino, caprino, esponjoso, farináceo, ferroso, floral, fúngico, galináceo, gelatinoso, granítico, juncoso, lamacento, macacoide, marmóreo, ovino, parasitário, porcino, rochoso, simiesco, taurino, urtigoso, viral*

❖ nomes de entidades que entram em processos físico-químicos e bioquímicos: *atómico, celular, citoplasmático, elementar, eletrónico, energético, gasoso, genético, genómico, hídrico, iónico, mitocondrial, molecular, nuclear, plasmático, protónico, quântico, vitamínico*

❖ nomes de partes anatómicas e de estados patológicos: *auricular, biliar, canceroso, cardíaco, cerebral, cervical, comatoso, encefálico, esquelético, esquizofrénico, febril, gripal, hepático, mamário, muscular, nasal, nevrálgico, ocular, oral, ósseo, ótico, pulmonar, renal, sanguíneo, vesicular*

❖ nomes de entidades abstratas correspondentes a áreas da matemática, da geometria e de outras ciências: *algorítmico, axiomático, hexagonal, milimétrico, numérico, paralelepipédico, quilométrico, triangular, voltaico*

❖ nomes de idade e de períodos temporais, incluindo civilizacionais: *anual, bienal, classicista, diário, invernoso, medieval, milenar, modernista, pré-histórico, primaveril, quarentão, quinhentista, outonal, secular, semanal, semestral, sexagenário, trimestral, trintão*

31.2.2.3 Diferenças entre adjetivos qualificativos e adjetivos relacionais

Além da diferença semântica fundamental entre a classe dos adjetivos qualificativos e a dos relacionais – os primeiros atribuem propriedades que especificam uma dimensão constitutiva das entidades denotadas pelo nome modificado, os segundos relacionam as propriedades da entidade denotada pelo nome de base com as propriedades da entidade denotada pelo nome modificado –, estes dois tipos de adjetivos têm propriedades gramaticais parcialmente distintas.

De maneira geral, os adjetivos relacionais apresentam restrições, que não afetam os adjetivos qualificativos mais típicos, relativamente à possibilidade de funcionarem predicativamente, de serem especificados por advérbios de grau ou de ocorrerem em posição pré-nominal. No entanto, é necessário ter em conta dois fatores: (i) algumas das restrições dos adjetivos relacionais não são absolutas, antes dependendo do contexto discursivo em que ocorrem; (ii) em cada uma das subclasses, a par de um "núcleo duro" de adjetivos canónicos que manifestam as propriedades gramaticais típicas do grupo, existem também adjetivos que são excecionais relativamente a uma ou outra dessas propriedades. Esta situação reflete plausivelmente o facto de a classificação dos adjetivos em qualificativos e relacionais não constituir uma separação em dois grupos estanques, com propriedades absolutas e opostas, mas sim algo como um contínuo; ou seja, ambas as subclasses possuem um conjunto de membros que se comportam de forma canónica, mas existe uma zona entre as duas na qual encontramos adjetivos que apresentam propriedades de ambos os tipos[28].

❖ Função predicativa

Contrariamente aos adjetivos qualificativos, os adjetivos relacionais não têm, em condições discursivas neutras, um funcionamento predicativo: cf., por exemplo, a estranheza de #*essa câmara é municipal* (vs. *uma câmara municipal*). Por condições discursivas neutras, entendemos aqui aqueles contextos em que não se contrasta ou enfatiza o sujeito ou o predicado relativamente a outros constituintes da frase ou a constituintes introduzidos previamente no contexto discursivo[29]. Por isso, nos exemplos que se seguem, introduzimos o adjetivo relacional num predicado contido numa oração relativa restritiva, minimizando a possibilidade de obter um contexto contrastivo ou enfático, o que permite realçar a estranheza do adjetivo relacional em função predicativa[30]. Comparem-se então os seguintes paradigmas. Em (24), os adjetivos em itálico são qualificativos; em (25), são relacionais. Sublinhamos o nome do sintagma nominal da oração principal que é retomado na oração relativa pelo pronome relativo *que*, o qual funciona como sujeito da predicação (cf. Cap. 39):

---

[28] Para uma discussão das diferenças entre adjetivos qualificativos e relacionais, em que nos inspiramos parcialmente no seguimento desta subsecção, cf. Casteleiro (1981:52ss).

[29] Assim, p.e., é aceitável dizer *esse comboio é elétrico, não a vapor*, contrastando o adjetivo relacional *elétrico* com o sintagma preposicional classificador *a vapor* – possivelmente, para alguns falantes, com acento contrastivo no adjetivo; compare-se esse exemplo com a estranheza de (25c), em que o adjetivo ocorre predicativamente num contexto não contrastivo.

[30] As orações relativas restritivas com antecedentes definidos não constituem um contexto favorável à ocorrência de focos contrastivos.

(24) a. Os edifícios que são *arcaicos* devem ser bem conservados.
b. Os manifestantes foram agredidos por guardas que eram *violentos*.
c. Os comboios que são *rápidos* têm a preferência dos passageiros.
d. As reformas que são *injustas* costumam ser contestadas.
e. As revoluções que são *autoritárias* não se justificam.

(25) a. #Os edifícios que são *municipais* estão bem conservados.
b. #Os manifestantes foram agredidos por guardas que eram *civis*.
c. #Os comboios que são *elétricos* têm a preferência dos passageiros.
d. #As reformas que são *governamentais* costumam ser contestadas.
e. #As revoluções que são *burguesas* não se justificam.

Os adjetivos relacionais que admitem recategorização em qualificativos podem ocorrer predicativamente quando são qualificativos, mas não quando são relacionais:

(26) a. É fácil aceitar os comportamentos que são *naturais*. [qualificativo]
b. #É difícil compreender as ciências que são *naturais*. [relacional]

(27) a. Não suporto os estudantes que estão *nervosos* nos exames. [qualificativo]
b. #Quando frequentei medicina, odiava estudar o sistema que é *nervoso*. [relacional]

Quando os adjetivos relacionais são argumentais, a restrição em questão parece ser mais forte, como mostram os exemplos do seguinte paradigma, constituído por frases copulativas simples (cf. também (25d))[31]:

(28) a. #A revolta foi *grega*. (cf. *os Gregos revoltaram-se*)
b. #A adesão era *burguesa*. (cf. *os burgueses aderiram*)
c. #A vitória foi *socialista*. (cf. *os socialistas venceram*)
d. #A manifestação amanhã vai ser *muçulmana*. (cf. *os muçulmanos vão manifestar-se amanhã*)
e. #A produção de bons vinhos era *medieval*. (cf. *a Idade Média produzia bons vinhos*)
f. #A invasão da Península Ibérica em 19 a.C. foi *romana* (cf. *os Romanos invadiram a Península Ibérica em 19 a.C.*)

O contraste entre as duas subclasses de adjetivos que se observa em orações copulativas mantém-se quando o adjetivo tem a função de predicativo do complemento direto (cf. (29), com adjetivos qualificativos, e (30), com adjetivos relacionais):

(29) a. Acho essa paisagem *sombria*.
b. Considero este sistema *complicado*.
c. Imaginava este comboio (mais) *potente*.

[31] Cf. Demonte (1999). Existe uma razão semântica em virtude da qual os adjetivos relacionais argumentais não podem ter função predicativa, que é o facto de estarem envolvidos, nesse contexto, em duas seleções semânticas incompatíveis entre si: enquanto argumentais, os adjetivos são selecionados pelo nome do sintagma nominal com a função de sujeito; mas, enquanto predicativos, selecionam o sujeito. Ora, o mesmo constituinte – o adjetivo – não pode ser simultaneamente selecionador do sujeito da predicação e selecionado por ele (ou pelo seu núcleo).

(30) a. #Acho essa paisagem *campestre*.
b. #Considero este sistema *digestivo*.
c. #Imaginava este comboio (mais) *elétrico*.

Nem sempre a função predicativa está vedada aos adjetivos relacionais. Como se comentou acima (ver também a Nota 29), em contextos de focalização do predicado (cf. (31a)), de contraste entre sujeitos (cf. (31b,d)), ou em contextos em que o predicado é usado como explicação de uma dada situação (cf. (31c)), a maioria dos adjetivos relacionais pode ocorrer com função predicativa:

(31) a. A decisão foi *económica*, não *política*.
b. As revoltas são *burguesas*, mas as revoluções são *populares*.
c. A sobremesa está ótima. Certamente é *caseira*.
d. Certas/Algumas vitórias são *socialistas*, outras não.

Também os adjetivos relacionais formados a partir de outros adjetivos relacionais, como *amoral*, *monocromático* e *multirracial*, ao contrário das suas bases, aceitam facilmente a função predicativa (cf. Casteleiro 1981:65):

(32) a. Esta escala é monocromática (cf. *#esta escala é cromática*).
b. Essas sociedades são multirraciais. (cf. *#essas sociedades são raciais*)

Graduabilidade

De forma geral, os adjetivos qualificativos são graduáveis quando exprimem propriedades associadas a dimensões cujos valores podem variar numa escala quantitativa, como a altura e a temperatura (cf. 31.3). Em contrapartida, os adjetivos relacionais mais típicos não aceitam especificação de grau, na medida em que a sua combinação com o nome modificado estabelece uma relação de tipo absoluto entre duas entidades, não suscetível de variação numa escala. Assim, temos o seguinte contraste (em (33), os adjetivos são qualificativos, em (34), relacionais):

(33) um romance muito *longo*, uma enfermeira muito *nervosa*, uma criança pouco *feliz*, uma sopa muito *quente*, um professor pouco *inteligente*, um aluno muito *atrevido*, um comboio mais *rápido* (do que outro)

(34) #um romance muito *histórico*, #uma pesca muito *fluvial*, #um guarda muito *civil*, #um concurso pouco *hípico*, #uma câmara menos *municipal* (do que outra), #um sistema muito *nervoso*, #um urso muito *polar*, #um comboio mais *elétrico* (do que outro)

Polaridade e antonímia

Muitos adjetivos qualificativos entram em correlações de polaridade, podendo formar pares de antónimos (*feliz*/*infeliz*); em contrapartida, os relacionais não podem. Mesmo quando um adjetivo relacional dá origem a outro por meio de um prefixo negativo, como *científico*/*acientífico*, os dois não são antónimos: *acientífico* não significa o contrário de *científico*, mas sim ausência de propriedades científicas (ou seja, exclusão da classe das entidades científicas; cf. Demonte 1999).

❖ Anteposição ao nome modificado

Alguns adjetivos qualificativos podem ocorrer em posição pré-nominal, na qual adquirem uma leitura não restritiva e, por vezes, avaliativa (cf. 31.2.1, 31.4.2 e Cap. 27.4.2.3). Em contrapartida, os adjetivos relacionais não ocorrem nessa posição, como se ilustra nos seguintes contrastes (mas cf. 31.5.1):

(35) *doces* palavras, *brilhante* placa, *simpática* rapariga, *pesada* cómoda, *violenta* explosão, *hábil* mecânico

(36) #*municipal* câmara, #*elétrico* comboio, #*fluvial* pesca, #*digestivo* sistema, #*civil* guarda, #*hípico* concurso

❖ Adjacência ao nome

Os adjetivos relacionais ocorrem a seguir ao nome que modificam; ou seja, não podem ocorrer outros elementos do grupo nominal entre eles e o nome modificado[32]. Essa restrição, no entanto, não se aplica aos adjetivos qualificativos, ainda que possa corresponder à ordem preferencial (cf. 31.5 e Cap. 27.6). Em (37) e (38), os exemplos contêm, respetivamente, adjetivos qualificativos e adjetivos relacionais; nos dois casos, o outro elemento (sublinhado) do grupo nominal é um sintagma preposicional:

(37) paisagem de campo *sombria*, barco à vela *rápido*, avião a jacto *prateado*, amigo do António *simpático*, fotografia do Pedro *bonita*

(38) abordagem *económica* do problema, comboio *elétrico* para o Porto, médico *dermatologista* da minha aldeia, invasão *americana* do Iraque

Em (39), os exemplos contêm dois adjetivos, um relacional (em itálico) e o outro qualificativo (sublinhado), o primeiro precedendo o segundo:

(39) situação *política* perigosa, sobremesa *caseira* (muito) doce, paisagem *campestre* sombria, porto *fluvial* enorme, sistema *digestivo* débil, comboio *elétrico* prateado

Como o leitor poderá verificar por si mesmo, ao inverter a ordem entre os adjetivos em itálico e os elementos sublinhados em (38) e (39), as sequências resultantes são anómalas, se não mesmo agramaticais.

❖ Ocorrência como apostos

Os adjetivos qualificativos podem ocorrer como apostos de um sintagma nominal (cf. Cap. 27); de forma geral, os relacionais não podem:

(40) a. O urso, *esfomeado*, roubou a comida dos campistas.
b. Aquele engenheiro, *simpático*, cedeu o lugar ao diretor do projeto.

(41) a. #O urso, *polar*, destruiu o iglu do esquimó.
b. #Aquele engenheiro, *civil*, construiu a nova ponte sobre o Tamisa.

---

[32] Podem, no entanto, ocorrer dois adjetivos relacionais no mesmo grupo nominal, em sequência: cf., por exemplo, *base aérea militar*, em que tanto *militar* como *aérea* são adjetivos relacionais.

Resumem-se no Quadro 1 as propriedades que acabam de ser enunciadas, com base no comportamento mais típico dos adjetivos das duas classes:

	QUALIFICATIVOS	RELACIONAIS
Função predicativa	+	–
Graduabilidade	+	–
Relação de polaridade	+	–
Anteposição ao nome	+	–
Adjacência obrigatória ao nome	–	+
Ocorrência como aposto	+	–

Quadro 1 – Propriedades dos adjetivos qualificativos e dos adjetivos relacionais

31.2.3 Adjetivos avaliativos

Pertencem a esta classe, entre outros, os adjetivos *admirável*, *bom*, *diabólico*, *espantoso*, *fantástico*, *horroroso*, *magnífico*, *maravilhoso*, *mau*, *terrível*. Os adjetivos avaliativos expressam uma avaliação subjetiva, geralmente da responsabilidade do falante, acerca das entidades referidas pelo sintagma nominal que contém o adjetivo (quando atributivo) ou sobre o qual o adjetivo predica (quando predicativo).

Contrariamente aos adjetivos qualificativos, os adjetivos avaliativos não especificam uma propriedade da entidade denotada pelo nome nem, inversamente, restringem o conjunto das entidades denotadas a um subconjunto particular que tenha a propriedade expressa pelo adjetivo. Este ponto pode ser ilustrado comparando dois grupos nominais: *gravata azul* – com um adjetivo qualificativo – e *gravata fantástica* – com um adjetivo avaliativo. No primeiro exemplo, enriquece-se o sentido do nome através de um adjetivo que especifica uma das suas dimensões semânticas constitutivas – a da cor – e restringe-se o conjunto das gravatas ao subconjunto das que têm cor azul. Assim, p.e., numa loja, face a um conjunto de cinco gravatas de cor, tamanho e padrões diferentes, uma pessoa pode dizer ao seu interlocutor *vou comprar a gravata azul*; o uso do adjetivo permite restringir o conjunto de base no qual o ouvinte localiza o referente do sintagma nominal.

Em contrapartida, em *gravata fantástica*, o adjetivo não permite restringir o conjunto das gravatas a um subconjunto de gravatas que tenha, simultaneamente, a propriedade de ser fantástico. Isto deve-se ao facto de o adjetivo não adicionar ao nome nenhuma propriedade que especifique uma das suas dimensões semânticas constitutivas; o único efeito de *fantástico* consiste em exprimir uma avaliação positiva do falante sobre a entidade denotada pelo nome, tendo como base uma ou várias propriedades constitutivas da entidade. Uma vez que existe variação de indivíduo para indivíduo acerca das propriedades que justificam a avaliação das coisas como fantásticas, a constituição de subconjuntos objetivos de gravatas em função de serem fantásticas (ou horríveis) torna-se impossível. Concomitantemente, no mesmo cenário descrito no parágrafo anterior, seria no mínimo estranho usar uma frase como *vou comprar a gravata fantástica* para indicar ao interlocutor qual a gravata que o falante tem em mente (a menos que já tenha havido alguma indicação da sua parte sobre a gravata que ele considera fantástica). Neste caso, o interlocutor não tem qualquer possibilidade de usar o adjetivo para restringir o conjunto de base no qual potencialmente localizaria o referente do sintagma nominal.

O funcionamento dos adjetivos avaliativos permite compreender por que razão, contrariamente aos denotativos, não podem modificar nomes incluídos num sintagma nominal genérico com leitura de tipo (cf. Cap. 21):

(42) a. #*Piscina fantástica* é coisa que ainda não existe por cá.
b. #*Jogos horríveis* são muito baratos.
c. #Gosto de *vinho fabuloso*.

(43) a. *Comédia musical* é coisa que ainda não existe por cá.
b. Nunca ninguém viu *baleias brancas*.
c. Gosto de *vinho tinto*.

Estes sintagmas nominais têm uma leitura que se esgota na referência a um tipo. Ora, um adjetivo denotativo – em particular se for relacional (mas não só) – pode participar na formação de uma tal leitura, na medida em que cria um subconjunto suscetível de receber uma interpretação genérica de tipo. Em contrapartida, por não terem qualquer capacidade de formar um subconjunto, os adjetivos avaliativos não podem ocorrer em sintagmas nominais com uma tal leitura[33].

31.2.4 Adjetivos modais e intensionais

Como se resumiu no início de 31.2, os **adjetivos modais** (ou **de modalidade**) veiculam um juízo do falante nos cinco domínios em que se articula esta área semântica (cf. Cap. 18.3): epistémico, deôntico, desiderativo, modalidade externa e modalidade interna. Por sua vez, os **adjetivos intensionais** perspetivam a maneira como o próprio nome modificado se aplica à entidade denotada – em última instância, ao referente do sintagma nominal que tem esse nome como núcleo.

Estas duas classes de adjetivos têm em comum o facto de não introduzirem propriedades novas, constitutivas ou relacionais, no sentido dos nomes que modificam; consequentemente, não restringem a classe denotada pelo nome. Assim, p.e., em *o possível adiamento do exame*, o adjetivo modal *possível* não especifica nenhuma dimensão semântica do nome *adiamento*, não criando, portanto, um subconjunto dos adiamentos; nem relaciona a situação denotada por esse nome com qualquer entidade externa a ele. O adjetivo apenas indica um determinado grau de crença do falante na efetivação do adiamento. Do mesmo modo, em *um falso professor*, o adjetivo intensional *falso* também não especifica nenhuma dimensão semântica constitutiva do nome *professor*, pelo que não cria uma subclasse de professores que são falsos; nem relaciona as entidades de tipo 'professor' com entidades falsas do mundo (se fosse possível definir o que isso é); neste caso, o adjetivo limita-se a exprimir o juízo do falante de que o nome não se aplica à entidade denotada – que esta não é, na realidade, um professor.

31.2.4.1 Adjetivos modais

Entre os adjetivos modais incluem-se os seguintes, classificados segundo a área da modalidade em que atuam (cf. também o Cap. 18.8):

[33] Para uma discussão adicional dos adjetivos avaliativos, cf. Cap. 27.4.2.4.

- Modalidade epistémica: *capaz*, *certo*, *claro*, *duvidoso*, *eventual*, *evidente*, *improvável*, *inacreditável*, *incerto*, *possível*, *provável*, *seguro*
- Modalidade deôntica: *obrigatório*, *permissível*, *permitido*, *proibido*
- Modalidade desiderativa: *desejável*
- Modalidade externa: *necessário*, *obrigatório*, *possível*
- Modalidade interna: *capaz*

Ilustra-se a seguir o uso destes adjetivos nos quatro primeiros domínios, através de frases complexas, nas quais o adjetivo tem função predicativa e seleciona uma oração completiva, finita ou infinitiva, com a função de sujeito (em sublinhado):

(44) a. É {*possível*/*provável*/*certo*} <u>que o exame seja adiado</u>.
b. É *obrigatório*/*permitido* <u>apertar a mão ao Presidente</u>.
c. É *desejável* <u>que chova amanhã</u>.
d. É *necessário* <u>ampliar o ginásio</u> (para termos mais sócios).
e. Com o novo orçamento, é *possível* <u>fazer obras na biblioteca</u>.

Em (44a), o falante exprime graus de crença distintos relativamente à probabilidade de ocorrência da situação expressa pela oração completiva; em (44b), o falante exprime uma imposição ou uma permissão, de natureza protocolar, relativa a um determinado comportamento; em (44c), o falante exprime o desejo de que uma determinada situação tenha lugar; em (44d), exprime a necessidade de que uma situação tenha lugar (ampliar o ginásio), devido a condições externas (a angariação de sócios), e, em (44e), a possibilidade de uma determinada situação ter lugar (fazer obras na biblioteca), também devido a condições externas (a existência de um novo orçamento).

No domínio da modalidade interna, associada à capacidade interna dos indivíduos (cf. Cap. 18.3.2), assinala-se o adjetivo *capaz* (e o seu antónimo, derivado por prefixação com *-in*, *incapaz*). Em função predicativa, este adjetivo seleciona dois argumentos (ambos sublinhados, em (45)): um representa a entidade possuidora da capacidade, funcionando como sujeito da predicação; o outro, com a função de complemento do adjetivo, representa o conteúdo da própria capacidade, sendo tipicamente realizado por uma oração infinitiva cujo sujeito implícito é referencialmente idêntico ao sujeito da predicação (cf. Cap. 37):

(45) a. O Pedro é [$_{SA}$ *capaz* de resolver equações do 3.º grau].
b. Considero o Pedro [$_{SA}$ *capaz* de resolver equações do 3.º grau].

Em (45b), o adjetivo é núcleo de uma predicação secundária, selecionada pelo verbo *considerar*, a qual tem como sujeito semântico o complemento direto da oração (cf. Cap. 30).

O adjetivo *capaz* também pode ter um valor modal epistémico, em função predicativa em orações copulativas – mas não em predicações secundárias selecionadas[34] –,

[34] O exemplo (46a) é ambíguo entre a leitura epistémica e a leitura de capacidade interna. Em predicações secundárias selecionadas, só se manifesta o valor de modalidade interna: a frase *considero o Zé capaz de correr a maratona* não veicula incerteza da parte do falante sobre o Zé correr a maratona, mas apenas o seu juízo de que o Zé tem capacidade para isso.

exprimindo a incerteza do falante de que o evento expresso na proposição selecionada pelo adjetivo possa realizar-se:

(46) a. O Zé é *capaz* de correr a maratona. (= *é possível que o Zé corra a maratona*)
b. É *capaz* de chover logo à noite. (= *pode chover logo à noite*)[35]

Neste uso, *ser capaz* (*de*) funciona praticamente como uma locução verbal auxiliar, formando uma perífrase verbal com o verbo seguinte, o qual veicula o sentido fundamental da proposição expressa pela frase (cf. Cap. 29, Nota 60).

À exceção de *capaz*, os adjetivos modais também podem ocorrer predicativamente com um sintagma nominal sujeito que denota um evento ou uma situação, como se ilustra em (47), com exemplos correspondentes a (44)[36]:

(47) a. O adiamento do exame é {*possível*/*provável*/*certo*}.
b. O aperto de mão ao Presidente é *obrigatório*/*permitido*.
c. A chuva é *desejável*.
d. A ampliação do ginásio é *necessária* (para termos mais sócios).
e. Com o novo orçamento, as obras na biblioteca são *possíveis*.

Os adjetivos modais podem também ocorrer atributivamente, em posição pós-nominal, com os mesmos valores que têm em função predicativa (embora alguns, como se verá, possam ter outros valores semânticos nesta posição). Em (48), dão-se exemplos correspondentes a (44) e (45):

(48) a. o adiamento {*possível*/*provável*/*certo*} do exame
b. o aperto de mão *obrigatório*/*permitido* ao Presidente
c. a chuva *desejável*
d. a ampliação *necessária* do ginásio (para termos mais sócios)
e. as obras *possíveis* na biblioteca (devido ao novo orçamento)
f. um estudante *capaz* de resolver equações do 3.º grau

À exceção de *certo*, que discutimos mais adiante, e de *capaz*, a posição pré-nominal dos adjetivos modais é geralmente permitida, variando, contudo, a aceitabilidade das expressões em função do nome modificado e da sensibilidade gramatical dos falantes[37]. Note-se, no entanto, que a posição pré-nominal destes adjetivos não se encontra associada a uma leitura não restritiva (cf. 31.4.2), refletindo apenas diferenças de estilo e uma postura mais subjetiva (avaliativa) do falante:

(49) a. o *possível*/*provável* adiamento do exame
b. o *obrigatório*/*permitido* aperto de mão ao Presidente
c. a *desejável* chuva
d. a *necessária* ampliação do ginásio (para termos mais sócios)
e. as *possíveis* obras na biblioteca (devido ao novo orçamento)

---

[35] Nesta frase, o sujeito da frase é um pronome nulo semanticamente expletivo (cf. Caps. 11 e 43).
[36] Em (47a,b,d), o sintagma nominal é uma nominalização – o núcleo é um nome deverbal (cf. Cap. 27).
[37] Em posição pré-nominal, *certo* adquire uma leitura quantificacional (cf. a discussão mais à frente); também o adjetivo *possível*, quando combinado com certos nomes, adquire uma leitura intensional nesta posição (cf. 31.2.4.2). Quanto a *capaz* (com sentido modal de capacidade interna), não ocorre pré-nominalmente porque nessa posição os adjetivos não podem ter complementos (cf. a impossibilidade de **um capaz de resolver equações do 3.º grau estudante*; ver 31.1).

Os adjetivos modais têm em geral correspondentes nominais, o que permite expressar as avaliações respetivas através de sintagmas nominais cujo núcleo é a variante nominal do adjetivo, como se ilustra em (50):

(50) a. a {*possibilidade*/*probabilidade*/*certeza*} de adiar o exame
b. a *obrigatoriedade*/*permissão* de apertar a mão ao Presidente
c. o *desejo* (de) que chova
d. a *necessidade* de ampliar o ginásio (para termos mais sócios)
e. a *possibilidade* de fazer obras na biblioteca (devido ao novo orçamento)
f. a *capacidade* do estudante de/para resolver equações do 3.º grau

Em (50), a expressão que representa o conteúdo ou alvo da avaliação modal ocorre como complemento oracional do nome modal, introduzida pela preposição *de*, obrigatória quando o complemento é infinitivo, opcional quando é finito (cf. Caps. 27 e 32)[38]. Note-se que estes exemplos são diretamente comparáveis com (48)/(49) – em ambos os casos, a avaliação é expressa num sintagma nominal, alternando o item modal entre o estatuto de adjetivo, em (48)/(49), e de nome nuclear, em (50).

Alguns adjetivos modais têm um correspondente adverbial, nomeadamente os epistémicos, alguns deônticos e os de modalidade externa no domínio da necessidade, permitindo expressar algumas das avaliações modais ilustradas acima através de frases com advérbios, como se ilustra em (51) (cf. também o Cap. 18.9, onde se discutem exemplos deste tipo):

(51) a. {*Possivelmente*/*Provavelmente*/*Certamente*}, o exame vai ser adiado.
b. *Obrigatoriamente*, temos de apertar a mão ao Presidente.
c. Há que ampliar o ginásio *necessariamente* (para termos mais sócios).

Em posição pós-nominal, os adjetivos modais *possível*, *necessário* e *certo*, juntamente com o adjetivo (não modal) *adequado*, podem exprimir uma leitura que, embora próxima da modalidade externa, apresenta algumas diferenças, por vezes subtis: nessa leitura, comparam-se tacitamente entidades do mesmo tipo relativamente à sua adequação a uma determinada situação ou à viabilidade de se desempenhar uma determinada função. Essa avaliação cobre toda a gama de valores, desde a possibilidade à necessidade, incluindo valores "intermédios" expressos por *adequado* e *certo*:

(52) a. a reconciliação *possível* entre o casal
b. o computador *necessário* para a tarefa
c. uma lei *adequada* para a atual situação laboral
d. o soldado *certo* para a missão

Esta leitura não se mantém em função predicativa, como ilustram as frases *a reconciliação entre o casal é possível* e o *computador é necessário para a tarefa*. No primeiro exemplo, apenas se obtém uma interpretação epistémica de grau de

[38] Com *capacidade*, os dois argumentos correspondentes aos do adjetivo *capaz*, exprimindo quem tem a capacidade e o conteúdo da capacidade (cf. (45)), ocorrem como complementos do nome; o complemento oracional, para alguns falantes, pode ser introduzido pela preposição *em*.

probabilidade, e, no segundo, uma interpretação modal de necessidade externa. Apenas *adequado* pode ter função predicativa, mantendo o mesmo significado de comparação tácita: cf. *esta lei é adequada para a situação laboral*.

A leitura em discussão é, no entanto, possível nas seguintes frases, semelhantes às do parágrafo anterior, mas com o artigo definido antes do adjetivo: *esta reconciliação entre o casal é a possível*, *este computador é o necessário para a tarefa*, *o soldado é o certo para a missão*. Nestes casos, contudo, a sequência sublinhada manifesta elipse do nome (cf. Cap. 45), correspondendo a *a ~~reconciliação~~ possível*, *o ~~computador~~ necessário* e *o ~~soldado~~ certo* (indica-se o nome elidido através da rasura). Logo, não é o adjetivo que se encontra em função predicativa, mas sim todo o sintagma nominal (repetindo parcialmente o SN sujeito), com o adjetivo em função atributiva.

Quando o adjetivo *possível* modifica nomes que representam situações e que são compatíveis quer com uma interpretação epistémica quer com a interpretação de comparação tácita, a sua colocação em posição pré-nominal favorece a leitura epistémica e a sua colocação em posição pós-nominal favorece a leitura de comparação tácita. Assim, p.e., em (52a), com o nome eventivo *reconciliação*, a leitura mais saliente parece ser a que envolve uma comparação implícita. Em contrapartida, em *a possível reconciliação entre o casal*, a leitura mais saliente parece ser a epistémica, indicando um grau de probabilidade relativo à ocorrência do evento. Outro par onde se nota a mesma diferença é *uma invasão possível da ilha envolve um ataque aéreo* – ou seja, há outras opções para invadir a ilha – relativamente a *os planos de McArthur envolvem uma possível invasão da ilha* – aqui não se comparam implicitamente maneiras diferentes de invadir a ilha, apenas se avalia a probabilidade da invasão[39].

Finalmente, algumas observações sobre o adjetivo *certo*, que pode ter, dependendo do contexto e da sua posição, três significados distintos. Na posição pós-nominal da função atributiva, como vimos, o adjetivo pode ter uma leitura epistémica, quando combinado com um nome que designa um evento ou uma situação (cf. (48a)), ou uma leitura de comparação tácita (cf. (52d)). Estas leituras, no entanto, não estão disponíveis em posição pré-nominal. Nesta posição, que se ilustra em (53), *certo* tem uma interpretação de quantificador indefinido, semelhante à do determinante *algum*, favorecendo (pelo menos para alguns falantes) uma leitura específica do sintagma nominal, na qual o falante dá a entender que tem uma ou mais entidades particulares em mente como referente do SN (cf. Caps. 20 a 22):

(53) a. *Certa*(*s*) pessoa(s) gosta(m) de chatear as outras.
b. Um *certo* estudante meu foi preso ontem à noite.

Em (53a), *certo* funciona como especificador do sintagma nominal e, em (53b), é um quantificador adjetival na posição "intermédia" do SN descrita no Cap. 20.3.4.4.

[39] Em posição pré-nominal, *possível* pode também induzir uma leitura intensional, indicando que a entidade denotada pelo nome modificado pertence a essa classe apenas potencialmente. Assim, uma interpretação disponível para as expressões *uma possível lei* ou *uma possível solução* é aquela em que denotam entidades que têm em si a potencialidade de vir a ser uma lei ou uma solução, mas que ainda não o são. Voltamos a este caso na subsecção seguinte.

31.2.4.2 Adjetivos intensionais

Os adjetivos intensionais atuam sobre o sentido do nome modificado, exprimindo um juízo do falante sobre o modo como o nome se aplica à entidade denotada por ele, logo, ao referente do sintagma nominal que tem esse nome como núcleo. Usando um exemplo já comentado, um falso professor não é um professor; ou seja, o adjetivo indica que o nome não é adequado para caracterizar a pessoa – ou que a pessoa não possui as propriedades que permitiriam chamar-lhe professor.

Os adjetivos intensionais também têm um valor de modalidade epistémica, visto que exprimem uma crença do falante relativa à maneira como o referente do sintagma nominal se relaciona com a classe de entidades denotada pelo nome (quando alguém diz que fulano é um falso professor, exprime uma crença de que fulano não pertence à classe dos professores). Por esse motivo, são por vezes classificados como adjetivos de modalidade epistémica (cf. Cap. 18.8). No entanto, as suas propriedades – sobretudo em função atributiva – são suficientemente distintas das dos modais descritos na subsecção anterior, justificando uma classificação à parte. Aquilo que os distingue dos modais epistémicos é o facto de atuarem sobre o sentido do nome, ou seja, sobre a sua intensão (cf. Caps. 8 e 20) – negando-a, intensificando-a, etc. –, daí o seu nome de "intensionais". Em contrapartida, os adjetivos modais não atuam sobre o sentido do nome; em particular, não incidem sobre a maneira como a entidade referida pelo sintagma nominal satisfaz as propriedades contidas nesse sentido: uma invasão é uma invasão, sem conotações adicionais, independentemente de ser caracterizada como necessária, desejada, possível ou provável.

Os adjetivos intensionais distribuem-se em cinco subclasses, consoante a maneira como perspetivam a aplicabilidade do sentido do nome à entidade denotada: (i) adjetivos que negam a aplicabilidade do nome à entidade (*falso*); (ii) adjetivos que intensificam a aplicabilidade do nome à entidade (*verdadeiro*); (iii) adjetivos que questionam a aplicabilidade do nome à entidade, deixando essa aplicabilidade em aberto (*suposto*); (iv) adjetivos que exprimem potencialidade de a entidade vir a ter as propriedades expressas pelo nome (*potencial*); (v) adjetivos que limitam as propriedades da entidade às expressas pelo nome (*mero*). Finalmente, discutimos também o adjetivo *único*, que, dependendo da sua posição em relação ao nome modificado, tem ora um sentido intensional ora um sentido extensional, de natureza quantificacional.

Os adjetivos intensionais ocorrem com função atributiva, em posição pré-nominal (cf. {*falso*/*mero*/*suposto*/*verdadeiro*} *advogado*), sem o efeito estilístico usual provocado pelos adjetivos qualificativos quando ocorrem nessa posição; por outras palavras, a posição pré-nominal é a sua posição normal, não marcada. Alguns deles (como *alegado*, *mero*, *suposto*) só podem mesmo ocorrer nessa posição. Outros podem ocorrer também em posição pós-nominal e com função predicativa (*falso*, *simples*, *verdadeiro*, entre outros). Nesses contextos, contudo, a sua interpretação apresenta algumas diferenças relativamente àquela que têm em função atributiva pré-nominal[40]. Por estes motivos, consideramos aqui que a possibilidade de ocorrer

[40] Essas diferenças são por vezes subtis e difíceis de discernir; cf. a discussão adiante.

em posição pré-nominal sem efeitos estilísticos é um critério necessário para incluir uma forma na classe dos adjetivos intensionais.

Os adjetivos *falso* e *verdadeiro*, quando predicam sobre orações ou nomes que representam proposições, ou quando modificam tais nomes – sobretudo em posição pós-nominal –, têm um sentido de natureza "lógica", que é importante diferenciar do seu sentido intensional. Esta leitura será discutida nas subsecções respeitantes a estes adjetivos.

31.2.4.2.1 O adjetivo *falso*

Começamos por apresentar o sentido lógico, não intensional, deste adjetivo, o qual se manifesta quando predica sobre orações e sobre nomes que representam proposições, ou quando modifica tais nomes, sobretudo em posição pós-nominal. Esse sentido, que consideramos ser o sentido primitivo do adjetivo, consiste em qualificar o valor de verdade da proposição veiculada pela oração ou pelo nome (cf. Cap. 11) – nomeadamente, negando que corresponda a uma situação do mundo. Nesse sentido, *falso* combina-se, obviamente, com o nome *proposição* e com nomes abstratos que tenham como parte do seu sentido o facto de denotarem objetos proposicionais, como *afirmação*, *declaração*, *informação* e, nalguns dos seus usos, *ideia* ou *resposta* (cf., em função atributiva, *proposição falsa*, *afirmação falsa* ou *ideia falsa*, e, em função predicativa, *essa* {*proposição*/*afirmação*/*ideia*} *é falsa*). Este sentido do adjetivo é também aquele que se manifesta quando ocorre como predicador principal de uma frase complexa, selecionando uma oração declarativa completiva com a função de sujeito (cf. *é falso que esteja a chover*).

Nesta aceção lógica, o adjetivo *falso* forma um par com o seu antónimo *verdadeiro* (cf. 31.2.4.2.2). Realçamos de novo que o adjetivo, aqui, não é intensional, i.e., não nega de forma alguma que as entidades denotadas sejam ideias, declarações, proposições, etc.: uma ideia ou declaração falsa não deixa de ser uma ideia ou uma declaração e as proposições caracterizam-se precisamente por serem ou verdadeiras ou falsas, não por serem proposições quando são verdadeiras e outra coisa qualquer quando são falsas. Antes, o adjetivo aqui é qualificativo, na medida em que a propriedade que denota especifica uma dimensão semântica central das proposições, o seu valor de verdade – i.e., o serem verdadeiras ou falsas (cf. Cap. 11).

Passemos agora à leitura intensional de *falso*, a qual emerge claramente em função atributiva pré-nominal, com nomes de outras classes semânticas. Neste contexto, o adjetivo nega a aplicabilidade do sentido do nome à entidade denotada; visto de outra perspetiva, o falante usa o adjetivo para veicular a ideia de que a entidade não pertence à classe denotada pelo nome, ou seja, nega a sua autenticidade[41]. Com esta leitura, *falso* pode modificar nomes que denotam entidades de tipo muito variado: objetos (cf. *falsas pestanas*, *uma falsa parede*), entidades abstratas (cf. *um falso heroísmo*, *uma falsa solução*), incluindo eventos (cf. *uma falsa contratação*, *uma falsa partida*), obras de arte (cf. *um falso Renoir*), funções, cargos, profissões e relações entre pessoas (cf. *um falso* {*professor*/*médico*/*advogado*/*diretor*/*amigo*}) ou outras propriedades sociais ou institucionais das pessoas (cf. *falso culpado*, *falso*

[41] No seguimento desta subsecção, usamos por vezes a expressão "leitura de autenticidade" para designar esta interpretação.

viúvo). De facto, falsas pestanas não são pestanas, uma falsa contratação não é uma contratação (não tem valor legal), um falso médico não é um médico, um falso culpado não é culpado daquilo de que o acusam, como no célebre filme de Alfred Hitchcock, e algo de semelhante se pode dizer dos outros exemplos. Mais especificamente, a entidade referida não possui as propriedades necessárias do sentido do nome que permitiriam incluí-la na classe por ele denotada[42].

Este ponto é importante, pois o uso do adjetivo pressupõe, crucialmente, que essa entidade possui *algumas* características do tipo denotado pelo nome, embora não suficientes, ou que, pelo menos, imita essas características (possivelmente as duas coisas): não é por acaso que se usa também frequentemente a expressão *fazer-se passar por* (*médico*/*advogado*/*professor*) nalgumas das situações que motivam o uso do adjetivo, nomeadamente quando existe a intenção de se apresentarem características que na realidade não se possuem. De facto, a maioria das pessoas do mundo não tem a profissão de médico, de advogado ou de professor e não se pode dizer da generalidade dessas pessoas que são falsos médicos, falsos advogados ou falsos professores, a menos que se façam passar por tal. Do mesmo modo, não se pode dizer (em condições normais) de um automóvel que é uma falsa parede ou uma falsa mesa, nem da situação que consiste em várias crianças estarem sentadas à mesa a jantar que é uma falsa contratação, ou uma falsa solução para o que quer que seja. De modo semelhante, só pode ser um falso culpado quem tiver sido acusado (de algum crime que não cometeu), o que constitui uma das propriedades (embora nem necessária nem suficiente) que integram o sentido complexo do item lexical *culpado*.

Em posição pós-nominal ou em função predicativa, o adjetivo *falso* não tem propriedades uniformes; em particular, a sua contribuição semântica varia consoante o nome modificado, e os juízos dos falantes sobre a equivalência entre o significado das expressões com o adjetivo pós-nominal e com o adjetivo pré-nominal apresentam alguma variabilidade, não sendo fácil (ou sequer possível) estabelecer generalizações firmes.

Por um lado, o adjetivo nega um traço semântico proeminente do sentido do nome; ou seja, veicula a ideia de que a entidade da qual se fala não possui uma determinada propriedade considerada essencial nesse tipo de entidades; por outro lado, mau grado a ausência de tal propriedade, a entidade pode continuar a ser conceptualizada – num grau mais ou menos forte, consoante a proeminência da propriedade – como pertencendo à classe denotada pelo nome. Quando isso acontece, o adjetivo tem propriedades algo semelhantes às dos adjetivos qualificativos: atua sobre uma dimensão semântica proeminente do nome, mas nega-a. Damos a seguir alguns exemplos, conscientes de que as interpretações que propomos são subtis e podem não ser partilhadas por todos os leitores.

---

[42] Com nomes que representam proposições, é difícil imaginar os objetos abstratos que apenas pareçam ser do tipo denotado mas que na realidade não o sejam. De facto, parece ser difícil interpretar *falsa proposição* ou *falsa ideia* como sendo objetos abstratos que não são proposições ou ideias mas que alguém quer fazer passar por tal. Logo, *falsa proposição*, *falsa ideia*, *falsa declaração*/*afirmação* têm praticamente o mesmo significado das expressões correspondentes com o adjetivo em posição pós-nominal, apenas com o acréscimo das conotações estilísticas ou avaliativas que o uso dos adjetivos qualificativos em posição pré-nominal costuma implicar.

Para muitos falantes, quando modifica nomes que denotam pessoas, o adjetivo *falso* em posição pós-nominal ou em função predicativa nega propriedades morais, nomeadamente a fiabilidade da pessoa e, em particular, a veracidade das suas afirmações[43]. Assim, p.e., *uma testemunha falsa* pode ser uma testemunha que diz mentiras no tribunal, mas não deixa de ser uma testemunha; o sentido é semelhante no uso predicativo do adjetivo: cf. *essa testemunha é falsa*. Em contrapartida, *uma falsa testemunha* denotará alguém que se quer fazer passar por testemunha, mas não tem as condições para o ser (talvez por não ter sequer presenciado a situação que o tribunal avalia). De modo semelhante, *uma pessoa falsa* denota uma pessoa em quem não se pode confiar, mas que é indubitavelmente uma pessoa (cf. também *essa pessoa é falsa*), ao passo que *uma falsa pessoa*, a ser possível, parece reenviar para o domínio da ficção científica – poderá, por exemplo, designar um robô que imita perfeitamente um ser humano. Outros pares semelhantes (cuja avaliação semântica deixamos ao leitor) são *profeta falso* vs. *falso profeta*, *deus falso* vs. *falso deus*, *advogado falso* vs. *falso advogado*.

Com certos nomes, no entanto, alguns falantes, quando explicitamente questionados sobre a interpretação das sequências com o adjetivo pós-nominal, reconhecem (por vezes *a posteriori*) que a propriedade negada é de tal modo gravosa que impede considerar-se que a entidade designada pertença efetivamente à classe denotada pelo nome. Assim, p.e., a negação da fiabilidade em *profeta falso* poderá ser suficiente para excluir a pessoa designada da classe dos profetas. Nesse caso, *profeta falso* torna-se equivalente a *falso profeta*. Algo de semelhante se pode dizer de *moeda falsa* ou *nota falsa* (vs. *falsa moeda* ou *falsa nota*). Neste caso, o adjetivo nega uma propriedade central do sentido desses nomes – o seu valor financeiro, o que pode ser suficiente para excluir as entidades referidas da classe das notas ou das moedas, tornando a expressão com o adjetivo posposto praticamente equivalente à expressão com o adjetivo anteposto.

> [4] Os adjetivos *fictício*, *ilusório* e *fingido* são por vezes considerados intensionais (no Cap. 21, são classificados como "antirrestritivos", propriedade que caracteriza um subconjunto dos adjetivos intensionais). Os dois primeiros, no entanto, remetem para um valor virtual, não real, do referente do sintagma nominal que contém o adjetivo ou sobre o qual o adjetivo predica (cf., por exemplo, *os unicórnios são animais fictícios*/*ilusórios*); ora, as entidades fictícias ou ilusórias, como os unicórnios, não deixam de ser entidades (animais, etc.) no mundo não real onde existem. Quanto a *fingido*, quando se aplica a seres humanos (cf. *uma pessoa fingida*), parece-nos atuar sobre uma dimensão moral da pessoa – logo, é qualificativo. Quando se aplica a objetos (cf. *uma paisagem fingida*, algo que se poderia dizer de uma paisagem num quadro, ou *uma arma fingida*), introduz uma relação complexa entre o objeto denotado pelo nome e a noção de 'imitação' (cf. também a expressão *a fingir*, equivalente ao adjetivo neste uso). Embora, por vezes, possa não haver diferença entre expressões em que um nome é modificado por *falso* em posição pré-nominal e expressões em que o mesmo nome é modificado por *fingido* ou *a fingir*, cremos que o efeito semântico destas expressões é diferente. O adjetivo *falso* serve explicitamente para questionar a inclusão da entidade na classe denotada pelo nome; o adjetivo *fingido*

[43] Este sentido tem, portanto, pontos comuns com o sentido lógico do adjetivo, descrito acima.

ou o sintagma preposicional *a fingir*, em contrapartida, convidam à inferência de que se trata de uma reprodução ou de uma representação. Assim, de uma paisagem de um quadro de Leonardo, podemos dizer que é uma paisagem a fingir, mas não que é uma falsa paisagem. Finalmente, note-se que, contrariamente a *falso* com sentido intensional, nenhum destes adjetivos é normalmente usado em posição pré-nominal, excetuando com efeitos estilísticos ou avaliativos (cf. a estranheza de *#um fictício/ilusório animal* e de *#uma fingida arma/pessoa*; compare-se com *um falso animal* e *uma falsa arma/pessoa*, no sentido intensional do adjetivo).

31.2.4.2.2 Os adjetivos *verdadeiro, autêntico* e *genuíno*

Tal como em *falso*, o sentido primitivo do adjetivo *verdadeiro* é de natureza lógica. Nesta interpretação, o adjetivo qualifica o valor de verdade de uma proposição (enquanto descrição de uma situação do mundo) e ocorre quer em função predicativa quer em função atributiva, normalmente em posição pós-nominal. Tal como *falso*, combina-se com o nome *proposição* e com outros nomes abstratos cujo sentido inclui denotarem objetos proposicionais, como *afirmação*, *declaração*, *informação* e, nalguns dos seus usos, *ideia* ou *resposta* (cf., em função atributiva, *proposição verdadeira*, *afirmação verdadeira* ou *ideia verdadeira*, e, em função predicativa, *essa* {*proposição*/*afirmação*/*ideia*} *é verdadeira*). Com função predicativa, tal como *falso*, *verdadeiro* pode também ocorrer como predicador principal em frases complexas, selecionando orações declarativas completivas com a função de sujeito, na medida em que estas exprimem um conteúdo proposicional (cf. *é verdadeiro que está a chover*)[44]. Pelas mesmas razões apresentadas para *falso*, *verdadeiro*, no sentido lógico, não é um adjetivo intensional, mas sim qualificativo.

Tal como *falso*, *verdadeiro* também tem uma leitura de "autenticidade", mas de polaridade oposta, a qual se manifesta quer em função atributiva pós-nominal quer em função predicativa (voltamos à função atributiva pré-nominal mais adiante). Nestes usos, *verdadeiro* é sinónimo de *autêntico* e de *genuíno*. Tal como *falso*, estes adjetivos podem modificar nomes que denotam entidades de tipo muito variado: objetos (cf. *dei-lhe uma arma* {*autêntica*/*genuína*/*verdadeira*}, seres humanos enquanto detentores de uma profissão, de um cargo, de uma função ou de uma relação social (cf. *tu és um amigo* {*verdadeiro*/*autêntico*/*genuíno*}, relações abstratas entre pessoas (cf. *um amor* {*verdadeiro*/*autêntico*/*genuíno*}, *a lealdade de Egas Moniz a Afonso Henriques era* {*autêntica*/*genuína*/*verdadeira*}), obras de arte (cf. *um Renoir* {*verdadeiro*/*autêntico*/*genuíno*}), entre muitas outras possibilidades.

Nesta leitura, os adjetivos *verdadeiro*, *autêntico* e *genuíno* exprimem que a entidade designada pelo grupo nominal e referida pelo sintagma nominal pertence efetivamente à classe denotada pelo nome – ou seja, que a entidade é autêntica, no que respeita à adequação do nome. O seu uso veicula um contraste implícito com a possibilidade de a entidade não pertencer à classe em questão, descartando, no entanto, essa ideia – ou seja, descartando a ideia de que o objeto ou a pessoa

[44] Neste contexto, *verdadeiro* alterna com o nome *verdade*, aliás mais frequente que o adjetivo: cf. *é verdade que está a chover*. Tanto *verdadeiro* (e *verdade*) como *falso* são também possíveis como predicativos de um sujeito pronominal demonstrativo neutro de valor anafórico, i.e., tomando como antecedente uma expressão que denota uma situação, introduzida anteriormente no contexto discursivo: cf. {*isto*/*isso*/*aquilo*} *é* {*verdadeiro*/*verdade*/*falso*}.

(perspetivada na sua função, cargo, profissão ou relação que mantém com outra) não sejam realmente aquilo que o nome indica[45].

É na posição pré-nominal da função atributiva que os adjetivos *verdadeiro* e *autêntico* adquirem um sentido mais marcadamente intensional e, para alguns falantes pelo menos, se distinguem de *genuíno*, o qual é menos aceitável nesta posição sem a conotação de expressividade típica dos adjetivos qualificativos pré-nominais.

A interpretação de *verdadeiro* e *autêntico*, em posição pré-nominal, é próxima da leitura de autenticidade que têm em posição pós-nominal e em função predicativa, mas não exatamente idêntica. Nesta posição, o falante usa estes adjetivos para intensificar as propriedades que caracterizam o sentido do nome, geralmente com uma expressividade de tipo exclamativo:

(54) a. Hoje está um *autêntico*/*verdadeiro* dia de primavera.
b. O clube contratou um *autêntico*/*verdadeiro* goleador.
c. O seu comportamento foi uma *autêntica*/*verdadeira* agressão.

Nestes enunciados, a intensificação das propriedades do sentido do nome reforça a pertença da entidade designada pelo sintagma nominal à classe denotada pelo nome (ou pelo grupo nominal), ou seja, reforça a leitura de autenticidade. Por esse motivo, a interpretação das expressões com o adjetivo em posição pré-nominal implica, geralmente, a interpretação das expressões equivalentes com o adjetivo em posição pós-nominal, em que se manifesta apenas a leitura de autenticidade, sem intensificação ou expressividade exclamativa: um autêntico dia de primavera é um dia de primavera autêntico, um verdadeiro goleador é um goleador verdadeiro e uma verdadeira agressão é uma agressão verdadeira.

No entanto, a leitura intensional intensificadora destes adjetivos em posição pré-nominal tem frequentemente o efeito contrário – nomeadamente, veicular a ideia de que a entidade denotada *não* pertence, na realidade, à classe denotada pelo nome ou grupo nominal, como se ilustra nos seguintes exemplos[46]:

(55) a. Comprei um *verdadeiro*/*autêntico Vermeer*! É uma excelente imitação!
b. (O falante olha para o carro velho do seu amigo) Tens um *autêntico*/*verdadeiro carro de Fórmula 1*!

Este efeito manifesta-se frequentemente quando os adjetivos modificam nomes de artistas e produtores culturais em geral, interpretados metonimicamente como denotando uma obra (cf. (55a)), veiculando-se então a ideia de que se trata de uma boa imitação[47]. Nesta posição, os adjetivos podem também ser usados, como é o

[45] O advérbio *mesmo* tem um uso intensificador em que se manifesta um sentido semelhante de autenticidade: cf. *é mesmo uma caneta* e *trata-se mesmo de um amigo*.

[46] Em contextos apropriados, esta leitura também está disponível em (54a,b); com nomes eventivos (*agressão*, *ameaça*, *aliança*, etc.), parece ser mais difícil de obter.

[47] É curioso notar que, nesta leitura de (55a) e outros exemplos do mesmo tipo, *verdadeiro* e *falso* (cf. *comprei um falso Vermeer*) têm um significado extensional idêntico, mas obtido por efeitos intensionais opostos e com avaliações subjetivas distintas do falante. De facto, em ambos os casos se nega que o referente do sintagma nominal pertença à classe denotada pelo nome (nos dois casos, não se trata de um quadro de Vermeer); mas enquanto *falso* atua pela negativa, i.e., negando implicitamente propriedades essenciais (a autoria, neste caso), *verdadeiro* atua pela positiva, através de um realce que intensifica alguma(s) propriedade(s) da entidade denotada, de forma a obter a ideia de que se trata de uma boa imitação. Outra diferença reside na atribuição implícita de uma intencionalidade reprovável, com *falso* (a ideia de a entidade se fazer passar por aquilo que não é ou de alguém querer fazê-la passar por aquilo que não é), mas não com *verdadeiro*.

caso em (55b), quando o falante pretende obter um efeito irónico que assenta na intensificação exagerada de algumas das propriedades que formam o sentido do nome (rapidez, modernidade, linhas esbeltas, em *carro de Fórmula 1*) para veicular a ideia de que afinal se trata de algo com propriedades opostas.

Na posição pós-nominal (e em função predicativa), tende a perder-se esse efeito, como comprova a estranheza dos exemplos a seguir (pelo menos para alguns falantes): cf. *#Comprei um Vermeer verdadeiro/autêntico! É uma excelente imitação!* e (no mesmo contexto de (55b)) *#tens um carro de Fórmula 1 autêntico/verdadeiro!* Nesta posição, os adjetivos tendem a veicular apenas a leitura de autenticidade, incompatível com a continuação, no primeiro exemplo, e com o sentido irónico pretendido pelo falante, no segundo exemplo[48].

31.2.4.2.3 Diferenças entre os adjetivos lógicos *verdadeiro* e *falso* e os adjetivos de modalidade epistémica

Quer os adjetivos modais epistémicos (cf. 31.2.4.1) quer os adjetivos lógicos *falso* e *verdadeiro* (e também o nome *verdade* – cf. Nota 44) podem ocorrer em função predicativa, selecionando uma oração completiva com a função de sujeito:

(56) a. É {*certo*/*seguro*, *possível*/*provável*} que o exame é/seja adiado.
b. É *verdadeiro* que o exame vai ser adiado.
c. É *falso* que o exame vá ser adiado.

De facto, da leitura lógica dos adjetivos *verdadeiro* e *falso* infere-se também uma leitura modal epistémica: ao asserir a verdade ou a falsidade da proposição veiculada pela oração completiva, o falante exprime uma crença positiva ou negativa sobre a realização da situação que essa proposição representa (em (56b,c), o evento consiste no adiamento do exame). Esta leitura epistémica inferida é, pois, do mesmo tipo da veiculada explicitamente pelos adjetivos modais epistémicos (com diferentes graus de crença, evidentemente).

No entanto, existem diferenças gramaticais importantes entre *verdadeiro* e *falso*, por um lado, e os adjetivos modais epistémicos, por outro, decorrentes do seu estatuto semântico distinto – de adjetivos lógicos, no primeiro caso, de adjetivos modais, no segundo.

Em primeiro lugar, apenas os adjetivos modais podem ocorrer em função predicativa selecionando uma nominalização deverbal correspondente à oração subordinada do seu uso em frases complexas:

(57) a. O adiamento do exame é {*seguro*/*provável*/*possível*/*certo*}.
b. #O adiamento do exame é *verdadeiro*/*falso*.

Em segundo lugar, apenas os adjetivos modais podem ocorrer modificando atributivamente o nome deverbal, quer em posição pós-nominal (cf. (58)) quer

[48] Para alguns falantes, no entanto, o efeito irónico mantém-se com *autêntico* em posição pós-nominal. Também para alguns falantes, o adjetivo *genuíno*, como notámos acima, não ocorre tão facilmente em posição pré-nominal com o mesmo sentido de *verdadeiro* e *autêntico* discutido relativamente aos exemplos de (54) e (55), tendo apenas o caráter expressivo típico dos adjetivos qualificativos nesta posição (compare-se ?*comprei um genuíno Vermeer* com *comprei um verdadeiro*/*autêntico Vermeer*). Não descartamos, no entanto, que outros falantes tenham juízos diferentes, aceitando para *genuíno* a gama completa de posições e interpretações que caracterizam *autêntico* e *verdadeiro*.

em posição pré-nominal – à exceção de *certo* (cf. (59) e a parte final de 31.2.4.1). Os adjetivos *verdadeiro* e *falso*, nessas posições, não têm nem interpretação lógica nem interpretação epistémica:

(58) a. o adiamento {*seguro*/*provável*/*possível*/*certo*} do exame
b. #o adiamento *verdadeiro*/*falso* do exame

(59) a. o {*seguro*/*provável*/*possível*} adiamento do exame
b. #o *verdadeiro*/*falso* adiamento do exame

Com efeito, os exemplos (b) de (58) e (59) não exprimem uma crença positiva ou negativa no adiamento do exame; quando muito (e mesmo essa leitura é estranha), poderão receber as leituras intensionais de autenticidade descritas nas duas subsecções anteriores (algo como 'trata-se mesmo de um adiamento, não de outra coisa qualquer', com *verdadeiro*, e 'parece um adiamento, mas não o é realmente', com *falso*).

Em terceiro lugar, só os adjetivos modais permitem que a forma nominal correspondente ocorra como núcleo de um sintagma nominal complexo, selecionando uma oração, finita ou infinitiva, que representa o evento do qual se avalia a probabilidade de ocorrência (ilustramos aqui com uma oração de infinitivo – cf. Cap. 37):

(60) a. a {*probabilidade*/*possibilidade*/*certeza*} de o professor adiar o exame[49]
b. #a *verdade*/*falsidade* de o professor adiar o exame

Finalmente, só os sintagmas nominais complexos com (alguns) adjetivos modais admitem uma variante frásica, na qual ocorre o advérbio em *-mente* relacionado com o adjetivo, em posição periférica, e em que a oração subordinada do sintagma nominal complexo em (60) tem o estatuto de oração principal (cf. (61))[50]:

(61) a. {*Seguramente*/*Provavelmente*/*Possivelmente*/*Certamente*}, o exame vai ser adiado.
b. #*Verdadeiramente*/#*Falsamente*, o exame vai ser adiado.

Concluímos, pois, que os adjetivos *verdadeiro* e *falso* têm propriedades gramaticais que os diferenciam dos adjetivos modais epistémicos. Essas diferenças radicam, em última instância, no seu estatuto semântico diferente. Concretamente, estes adjetivos, no seu sentido lógico, atuam semanticamente sobre proposições, especificando o seu valor de verdade; ao passo que os adjetivos modais epistémicos atuam semanticamente, de forma direta, por assim dizer, sobre as situações representadas pelas proposições, especificando o seu grau de probabilidade.

---

[49] Com *segurança*, a forma nominal do adjetivo *seguro*, admite-se uma oração completiva finita (cf. *a segurança de que o professor adia o exame*), mas a versão infinitiva é marginal, pelo menos para alguns falantes (cf. ?*a segurança de o professor adiar o exame*). Com uma oração completiva de infinitivo simples, *segurança* como predicador principal exprime não uma crença probabilística, mas uma capacidade interna da entidade que corresponde ao sujeito/agente implícito da oração infinitiva, a qual pode ser expressa por um pronome possessivo ou por um sintagma preposicional complemento do nome: cf. {*a sua segurança/a segurança dele*} *em adiar o exame*.

[50] Com *verdadeiramente*, (61b) é possível, exprimindo não um sentido lógico de valor de verdade, mas sim uma avaliação subjetiva do falante sobre a sua própria fiabilidade, indicando ao ouvinte que pode acreditar nas suas palavras.

Uma nominalização representa diretamente um evento, não uma proposição, logo *verdadeiro* e *falso* não predicam sobre nominalizações (cf. (57b)); por outro lado, na medida em que as orações representam proposições, *verdadeiro* e *falso* podem predicar sobre orações (cf. (56b,c)). Como, adicionalmente, as proposições representam situações (e as frases são da responsabilidade de quem as profere), infere-se neste caso, também, um sentido modal epistémico.

31.2.4.2.4 Os adjetivos *alegado, aparente, presumível, pretenso* e *suposto*

Os adjetivos *alegado*, *aparente*, *presumível*, *pretenso* e *suposto* questionam a aplicabilidade do nome à entidade por ele denotada, deixando-a em aberto, i.e., veiculam a ideia de que não existe uma certeza da parte do falante de que a entidade nomeada possua de facto as propriedades que fazem parte do sentido do nome ou do grupo nominal usado para a nomear:

(62) a. o *suposto* assassino do Smith
b. a *alegada* responsável pela corrupção do júri
c. um *pretenso* observador da ONU
d. a *presumível* inocência do réu
e. a *aparente* contratação de um novo professor

Estes adjetivos relacionam-se com verbos: *alegado* e *suposto* são os particípios passados de *alegar* e *supor*; *aparente* (que provém do particípio presente latino *apparente*) relaciona-se com o verbo *aparentar*, sinónimo de *parecer*; *presumível* é um adjetivo formado a partir do verbo *presumir*; e *pretenso* relaciona-se com *pretender*. Concomitantemente, o significado intensional destes adjetivos pode ser parafraseável por expressões complexas nas quais ocorre como predicador o verbo com que se relacionam. Assim, *o suposto assassino do Smith* designa uma pessoa que alguém supõe ser o assassino do Smith[51]; *a alegada responsável pela corrupção do júri* denota uma pessoa que alguém alega ter corrompido o júri, sem que esse facto tenha sido, ainda, provado judicialmente; *um pretenso observador da ONU* refere uma pessoa que afirma ela própria ter esse estatuto, de novo sem apresentar provas concludentes; *a presumível inocência do réu* denota um estado jurídico (de inocência) que alguém presume ser aquele que caracteriza uma pessoa acusada de um certo crime; e *a aparente contratação de um novo professor* designa uma situação que aparenta vir a ser uma contratação, mas sem se ter disso uma certeza absoluta (poderá, p.e., revelar-se uma simples substituição).

Para o falante, o uso destes adjetivos justifica-se precisamente porque a caracterização das entidades representadas através do nome ou do grupo nominal (*assassino*, *responsável*, *observador da ONU*, *inocência* e *contratação*) não assenta em bases seguras, fidedignas, mas unicamente naquilo que alguém supõe, alega, finge ser ou presume, ou ainda, no caso de *aparente*, naquilo que parece ser.

A maioria destes adjetivos apenas ocorre em função atributiva e em posição pré-nominal; *presumível* e *aparente* têm um comportamento diferente: o primeiro pode

[51] O adjetivo *suposto*, combinado com nomes de objeto, confere um caráter virtual ao referente. Assim, por exemplo, em *a suposta mesa há de vir de França*, não parece estar em causa se podemos ou não chamar mesa ao objeto denotado; antes, o adjetivo exprime incerteza acerca da sua existência ou da sua vinda de França. A paráfrase, aqui, seria 'alguém supõe que há uma mesa e que essa mesa virá de França'.

ocorrer em posição pós-nominal (cf. *a inocência presumível do réu*) e o segundo tanto em posição pós-nominal como em função predicativa (cf. *a contratação aparente de um novo professor* e *a contratação desse professor foi* (*apenas*) *aparente*).

Finalmente, estes adjetivos têm formas adverbiais correspondentes, com o sufixo *-mente*, que podem ser usadas em frases nas quais se exprime o conteúdo do sintagma nominal numa forma proposicional, como se ilustra a seguir:

(63) a. *Supostamente*, ele é o assassino do Smith.
b. *Alegadamente* ela é responsável pela corrupção do júri.
c. Ele é *pretensamente* um observador da ONU.
d. *Presumivelmente*, o réu está inocente.
e. *Aparentemente*, contrataram um novo professor.

31.2.4.2.5 Os adjetivos *potencial* e *possível*

O adjetivo *potencial* e, nalguns casos, o adjetivo *possível* podem ter uma leitura na qual exprimem que a entidade denotada pelo nome ou pelo grupo nominal se encontra num processo de gestação ou de desenvolvimento, caracterizado por poder resultar em algo a que o nome será eventualmente aplicável, quando a gestação ou desenvolvimento estiverem concluídos: cf. *uma possível/potencial solução*, *uma possível/potencial tese de doutoramento*. Estas expressões podem veicular a ideia de que, no momento da enunciação, o nome (*solução*) ou o grupo nominal (*tese de doutoramento*) não são (ainda) adequados para denotar as entidades em questão, embora o falante acredite que essas entidades têm a potencialidade de se tornar em algo a que o nome ou o grupo nominal são aplicáveis. No caso de *possível*, esta leitura é próxima da leitura modal epistémica do adjetivo – o falante crê que há algum grau de probabilidade de que esse desenvolvimento venha a dar-se.

Com *possível*, esta leitura é mais fácil de obter em posição pré-nominal – o que permite reduzir ambiguidades potenciais, devido ao maior número de interpretações que este adjetivo tem; com *potencial*, a leitura manifesta-se tanto em posição pré como pós-nominal (cf. *uma solução potencial*, *uma tese de doutoramento potencial*). A leitura de potencialidade, contudo, não está disponível na função predicativa destes adjetivos: cf. a estranheza, com esta interpretação dos adjetivos, de *#esta tese de doutoramento é possível/potencial* ou de *#esta solução é possível/potencial*[52].

31.2.4.2.6 Os adjetivos *mero* e *simples*

Em função atributiva pré-nominal, estes adjetivos exprimem uma avaliação subjetiva do falante sobre a entidade referida pelo sintagma nominal, e, nesse sentido, podem considerar-se (também) avaliativos. No entanto, fazem-no de um modo particular, que atua sobre as propriedades intensionais do nome e sobre a forma como estas se relacionam com a entidade, sendo, por isso, justificada a sua classificação como adjetivos intensionais. Em particular, veiculam, por vezes de forma depreciativa, a ideia de que a entidade referida pelo sintagma nominal não tem quaisquer outras propriedades dignas de relevo a não ser as contidas no sentido do

[52] Plausivelmente, o sintagma nominal sujeito destas frases, sem o adjetivo, veicula a pressuposição de que aquilo de que se fala já é uma tese de doutoramento ou uma solução, o que é contraditório com a leitura de potencialidade dos adjetivos.

nome (ou do grupo nominal); e mesmo essas podem ser consideradas de somenos importância:

(64) a. um *mero*/*simples* professor
b. um *mero*/*simples* artigo de linguística
c. uma *mera*/*simples* repreensão

A proposição implícita expressa por estes sintagmas nominais pode ser parafraseada por uma oração copulativa contendo um dos advérbios *só* ou *apenas* no predicado (cf. *ele é só um professor*, *isso é apenas um artigo de linguística*) ou por uma frase tendo como predicador a locução verbal *não passar de* (cf. *aquilo não passou de uma repreensão*).

Como mencionámos acima, esta leitura limitativa, em que a entidade é reduzida a uma só dimensão, tem quase sempre uma conotação pejorativa, na medida em que é acompanhada por uma atitude de menosprezo do falante, quando não de insulto, quando o referente é uma pessoa. Para além disso, envolve frequentemente menosprezo pelas próprias qualidades denotadas no sentido do nome, ou seja, aquelas a que se limita a entidade.

Esta leitura só é possível em função atributiva e posição pré-nominal, a única que o adjetivo *mero* pode ter (cf. a impossibilidade de **um professor mero* ou de **esse professor é mero*). Quanto a *simples*, pode ocorrer em posição pós-nominal (cf. *um professor simples*, *um artigo de linguística simples*, *uma repreensão simples*) e em função predicativa (cf. *esse professor é simples*, *o meu artigo de linguística é simples*, *a repreensão foi simples*). Nestes casos, contudo, o adjetivo é qualificativo e não tem o sentido intensional que manifesta em posição pré-nominal.

31.2.4.2.7 O adjetivo *único*

Este adjetivo destaca-se dos restantes adjetivos analisados nesta secção pelo facto de ter uma leitura intensional quer em função predicativa quer em função atributiva pós-nominal (cf. *aquele professor é único*, *um professor único*). Nesta leitura, o adjetivo veicula a ideia de que algumas – ou mesmo todas – as propriedades constitutivas do sentido do nome modificado (ou do nome nuclear do sujeito) se manifestam na entidade representada pelo sintagma nominal de uma forma especial, diferente daquela com que se manifestam em todas as outras entidades que pertencem a essa classe – assim, um professor único é, tipicamente, aquele que manifesta algumas – ou todas – as propriedades que caracterizam um professor de forma diferente da de todos os outros professores, em geral de uma maneira positiva – daí ter também uma leitura avaliativa.

Em contrapartida, em posição pré-nominal, o adjetivo atua sobre a extensão do nome, e tem uma dimensão quantificacional, exprimindo que, no contexto relevante, não há quaisquer outras entidades que satisfaçam o seu sentido[53]:

(65) a. O *único* professor presente nesta sala é meu amigo.
b. Há uma *única* pessoa capaz de resolver este problema.

[53] Veja-se, no entanto, que a unidade multilexical *filho único* manifesta a interpretação quantificacional de *único*, não a intensional.

Em (65), reforça-se que há só uma entidade que satisfaz o sentido dos grupos nominais *professor presente nesta sala* e *pessoa capaz de resolver este problema*.

31.2.5 Adjetivos de leitura adverbial

Os adjetivos de leitura adverbial correspondem a adjetivos qualificativos, relacionais, avaliativos, modais e intensionais que exprimem propriedades relacionadas com as circunstâncias em que decorrem os eventos (mais geralmente, as situações), em particular a sua duração, a sua localização temporal, o modo como os participantes neles envolvidos atuam e a maneira como se articula a sua estrutura temporal interna – aquilo a que se chama o aspeto (cf. Cap. 17): se são pontuais ou durativos, se se articulam em momentos internos distintos (chamados "fases"), se se repetem, e com que periodicidade. Dadas as suas características, os nomes com que estes adjetivos se combinam (atributivamente ou predicativamente) são, de forma geral, nomes eventivos – i.e., que denotam eventos (cf. Caps. 11, 17 e 27).

Ainda que modifiquem essencialmente nomes de pessoas e de objetos, incluímos também neste grupo os adjetivos de localização espacial[54]; fazemo-lo por dois motivos (cf. também, a este propósito, o Cap. 32.8): primeiro, porque estes adjetivos são praticamente os mesmos que se usam na localização temporal de eventos, com propriedades semânticas semelhantes, adaptadas à dimensão espacial; segundo, porque a localização espacial, tal como a localização temporal, constitui uma área semântica usualmente realizada no domínio frásico por adjuntos adverbiais.

Frequentemente – embora seja importante assinalar que nem sempre –, os adjetivos de leitura adverbial correspondem a advérbios em domínios frásicos. O seguinte paradigma ilustra algumas dessas correspondências, bem como a área semântica em que atua o adjetivo:

(66) a. um sorriso *amável* (cf. *sorri-lhe amavelmente*) [modo]
b. uma conversa *breve* (cf. *conversámos brevemente*) [duração]
c. a chegada *recente* do Presidente (cf. *o Presidente chegou recentemente*) [localização temporal]
d. os telefonemas *frequentes* da Maria ao Manel (cf. *a Maria telefona frequentemente ao Manel*) [aspeto iterativo]
e. uma rua *próxima* daqui (cf. *essa rua fica próximo daqui*) [localização espacial]

Como se notou em 31.2.4, também o conteúdo semântico dos sintagmas nominais com adjetivos de modalidade e com adjetivos intensionais pode ser expresso por frases em que esses adjetivos correspondem a advérbios (cf. *a invasão provável da ilha*, com um adjetivo modal, correspondendo a *provavelmente, a ilha será invadida*, e *um mero professor*, com um adjetivo intensional, correspondendo a *ele é meramente um professor*). Por esse motivo, considera-se que estes adjetivos são também de leitura adverbial. Visto que já foram amplamente discutidos em 31.2.4, não voltamos a tratá-los aqui.

[54] Os adjetivos que atuam no domínio da temporalidade também se podem combinar com nomes não eventivos (ver a discussão mais abaixo).

Alguns adjetivos da área semântica temporal – quer exprimam duração (como *temporário* ou *permanente*), quer localização (como *antigo*, *presente* ou *futuro*), quer ainda propriedades aspetuais de iteração e periodicidade (como *habitual* ou *regular*) – podem também modificar nomes não eventivos, desde que seja possível concebê-los numa perspetiva temporal. Em particular, este tipo de modificação ocorre frequentemente com nomes que denotam funções ou cargos institucionais de indivíduos (cf. *o atual Presidente da República*, *o antigo treinador do Chelsea*), relações sociais entre indivíduos (cf. a *futura noiva do Luís*, o *médico habitual da Rita*), instituições (cf. o *último governo inglês*) e lugares ligados a instituições (cf. *a sede temporária do FMI*). Na realidade, praticamente todos os nomes que denotam objetos simples podem ser associados a uma dimensão temporal, e, logo, modificados por estes adjetivos, quando se estabelece uma relação de posse entre esses objetos e seres humanos (cf. *o habitual casaco do Luís*, *o meu atual carro*, *o meu futuro relógio*). É essa relação de posse que tem uma dimensão temporal e é a ela que se aplicam os valores adverbiais dos adjetivos (cf. também o Cap. 27.4.4.2).

Passamos seguidamente a uma descrição dos diferentes grupos semânticos em que se organizam os adjetivos de leitura adverbial. Estes grupos são também descritos no Cap. 27.4.4, para o qual remetemos o leitor.

31.2.5.1 Adjetivos de modo

A maior parte das formas deste grupo são adjetivos qualificativos que denotam primitivamente propriedades aplicáveis a objetos e a seres humanos e que sofrem uma reinterpretação quando modificam nomes eventivos. O sentido primitivo destes adjetivos localiza-se numa das áreas descritas em 31.2.2.1, adaptando-se à natureza abstrata dos significados eventivos por extensões de sentido metafóricas ou metonímicas (cf. Cap. 8)[55]. Os adjetivos qualificativos que mais facilmente adquirem um valor adverbial são os de temperatura (*acalorado*, *frio*, *gelado*), os de velocidade (*vagaroso*, *veloz*), os de peso (*leve*, *pesado*) e os de atitudes mentais e comportamentais (*carinhoso*, *simpático*). Incluem-se também nesta lista adjetivos primitivamente de sabor, como *amargo*, *doce* e *picante*, e de tato e consistência, como *áspero* e *denso*, que podem, através de uma extensão metafórica, qualificar atitudes mentais e comportamentais. Apresentam-se a seguir alguns exemplos:

(67) a. uma discussão *acalorada*
b. uma corrida *veloz*
c. uma conversa *pesada*
d. um sorriso *carinhoso*
e. o olhar *doce* da mãe
f. uma discussão *áspera*

[55] Inversamente, há adjetivos qualificativos que modificam nomes de objetos e cujo uso primitivo assenta numa conceptualização eventiva, na qual o adjetivo corresponde a um advérbio. Um exemplo é o adjetivo *confortável*, aplicado a objetos usados pelos seres humanos, como *cama*, *sofá*, *cadeira*, etc. De facto, um sofá confortável é um sofá onde nos podemos sentar confortavelmente. Ou seja, o adjetivo não denota exatamente uma propriedade objetiva do sofá (ainda que assente em propriedades desse tipo, como, p.e., a consistência e a espessura do assento ou das almofadas), mas sim a relação eventiva que o sofá mantém com os seus utilizadores.

É importante mencionar que, embora estes adjetivos modifiquem um nome eventivo, as qualidades não são propriamente atribuídas à entidade abstrata representada pelo nome, mas sim aos participantes do evento – ou seja, não é a discussão em si que é acalorada, ou a corrida em si que é veloz, ou o olhar que é doce, para mencionar apenas estes três exemplos; antes, está acalorado quem discute, é veloz quem corre e é doce quem olha.

A posição destes adjetivos não corresponde a uma diferença de leitura restritiva vs. não restritiva (cf. 31.4.2), refletindo apenas diferenças de estilo e, possivelmente, uma postura mais subjetiva do falante quando o adjetivo é pré-nominal. Nesse sentido, os adjetivos que exprimem atitudes mentais e comportamentais, os quais, no seu uso adverbial, veiculam mais facilmente do que os outros uma avaliação subjetiva do falante, ocorrem frequentemente antepostos ao nome: cf. *as desdenhosas declarações do deputado*, *o doce olhar da mãe*, *uma áspera discussão*.

31.2.5.2 Adjetivos de duração

Este grupo contém vários adjetivos cujo sentido é específico a esta área semântica (*antigo*, *duradouro*, *efémero*, *eterno*, *fugaz*, *perpétuo*, *prolongado* e *temporário*), a par de adjetivos qualificativos reinterpretados metaforicamente, provenientes da área da dimensão espacial (*comprido*, *longo*), da velocidade (*lento*, *rápido*) e da idade (*velho*). Apresentam-se a seguir alguns exemplos:

(68) a. uma entrevista *prolongada*
b. um contrato *temporário*
c. uma discussão *eterna*
d. o olhar *fugaz* da Rita
e. o *longo* discurso do observador da ONU
f. um *rápido* telefonema
g. uma *velha* amizade

Neste grupo, merece destaque especial o adjetivo *velho*, pelo facto de poder manifestar os dois sentidos – de idade e de duração – com o mesmo nome, dependendo da sua posição. O uso deste adjetivo torna-se particularmente interessante com nomes dependentes (cf. Cap. 21), como *amigo*, ou seja, nomes com as seguintes características: (i) denotam uma entidade – uma pessoa – que se relaciona com outra entidade, expressa por um complemento do nome (*amigo de alguém*), e (ii) expressam uma relação que tem a particularidade de (poder) ter uma duração variável (outros nomes do mesmo tipo são *amante*, *inimigo*, *noivo*, *sócio*).

Por denotarem uma pessoa, estes nomes podem ser modificados por um adjetivo qualificativo de idade, que caracteriza diretamente a pessoa na sua dimensão etária. Para além disso, por representarem também uma relação, podem ser modificados por um adjetivo de duração, que caracteriza a própria relação, por oposição à pessoa. Considerem-se, então, as duas posições, pré e pós-nominal, em que pode ocorrer o adjetivo *velho*:

(69) a. um *velho* amigo
b. um amigo *velho*

Verifica-se que o adjetivo só tem valor adverbial – exprimindo a duração da relação – em posição pré-nominal; em contrapartida, na posição pós-nominal, apenas emerge o sentido de idade: um amigo velho é necessariamente um amigo de idade avançada; um velho amigo, em contrapartida, pode ser um amigo relativamente jovem, mas com quem se mantém uma relação de amizade há bastante tempo. Repare-se que este sentido não é o único possível em posição pré-nominal: a leitura de idade também está disponível em (69a), acrescida de uma componente avaliativa, de tipo afetivo, típica dos adjetivos qualificativos em posição pré-nominal.

Compare-se agora (69) com (70), com o nome *amizade*, que denota diretamente, de forma abstrata, a situação relacional existente entre dois amigos:

(70) a. uma *velha* amizade
b. ?uma amizade *velha*

Neste caso, o adjetivo exprime duração em qualquer das posições; porém, é mais natural em posição pré-nominal; em posição pós-nominal, alguns falantes poderão mesmo, eventualmente, interpretá-lo metaforicamente, como um adjetivo qualificativo, significando algo como 'desgastada'.

Finalmente, em combinação com um nome como *homem*, que apenas denota um ser humano, sem qualquer componente eventiva ou relacional, o adjetivo *velho* apenas tem leitura de idade, tanto em posição pré como pós-nominal; na primeira, para além disso, o adjetivo adquire a dimensão afetiva própria dos adjetivos qualificativos nessa posição (o que já tinha sido notado no caso de *velho amigo*):

(71) a. um *velho* homem
b. um homem *velho*

Em síntese, quando as duas interpretações (como adjetivo qualificativo simples ou como adjetivo de leitura adverbial de duração) são possíveis, a anteposição do adjetivo *velho* é essencial para que possa emergir o sentido adverbial (cf. (69))[56]; quando apenas é possível a leitura adverbial, o adjetivo pode ocorrer nas duas posições, mas prefere-se a anteposição ao nome (cf. (70)); finalmente, quando apenas é permitida a leitura de idade, i.e., de adjetivo qualificativo simples (cf. (71)), as duas posições são igualmente possíveis, manifestando-se também, na posição pré-nominal, a componente afetiva própria da interpretação não restritiva dos adjetivos qualificativos nesta posição (cf. 31.4.2).

Quando um nome relacional exprime uma relação cuja duração não é variável, como é o caso dos nomes de parentesco (em condições normais, uma mãe, um pai ou um tio são para sempre), o adjetivo *velho* não tem leitura adverbial, mesmo em anteposição ao nome, como se ilustra a seguir:

(72) a. um *velho* tio
b. um tio *velho*
c. uma *velha* mãe
d. uma mãe *velha*

[56] Como notámos, a leitura de idade também é possível em posição pré-nominal, com uma componente afetiva, embora não seja a mais saliente (pelo menos fora de contexto).

Em (72a,c) não se exprime que as relações de ser tio ou de ser mãe duram há muito tempo, mas sim apenas que os indivíduos denotados pelos nomes *tio* e *mãe* têm uma idade avançada (tal como em (71a) e contrariamente a (69a)).

Os adjetivos de duração podem ocorrer em função predicativa quando o sintagma nominal sujeito designa um evento ou uma situação (cf. *a entrevista foi prolongada*, *o contrato é temporário*). O adjetivo *velho* também pode ocorrer predicativamente com um sujeito abstrato que designa diretamente uma relação entre indivíduos (cf. *esta amizade é velha*); no entanto, com sujeitos que denotam seres humanos, quer o nome seja relacional quer não seja, apenas se manifesta a leitura de idade: cf. *esse homem é velho*, *esse teu amigo é velho* – esta última frase não pode significar que a relação de amizade é velha.

31.2.5.3 Adjetivos de localização temporal

O grupo dos adjetivos de localização temporal, tal como o anterior, contém vários adjetivos cujo sentido é específico a esta área semântica: *antecedente*, *anterior*, *atual*, *concomitante*, *contemporâneo*, *futuro*, *passado*, *posterior*, *precedente*, *presente*, *prévio*, *próximo*, *recente*, *seguinte*, *simultâneo*, *subsequente*, *último*[57].

A interpretação destes adjetivos depende de um tempo de referência, que pode corresponder quer ao momento da enunciação quer a um tempo introduzido por uma expressão linguística com valor semântico temporal, explicitamente presente no contexto discursivo em que ocorre o adjetivo ou implicitamente recuperável a partir desse contexto (cf. Cap. 16). No primeiro caso, os adjetivos são (temporalmente) dêiticos, porque dependem do "agora" da enunciação (cf. (73)); no segundo, são (temporalmente) anafóricos, porque o seu valor temporal depende do valor da expressão de referência, que constitui o antecedente do adjetivo[58]; este uso ilustra-se em (74), onde se sublinham as expressões que introduzem o tempo de referência[59]:

(73) a. Ele escreveu-me no mês *passado*,
b. mas eu só lhe vou responder na *próxima* semana,
c. porque no *presente* momento me é impossível.

(74) a. Em 2005, tive notícias do meu tio, tal como tinha tido no ano *anterior*;
b. a sua morte foi *posterior* à da minha mãe
c. mas *concomitante* com a da mulher.

Em (73), é o momento da enunciação que define a interpretação dos adjetivos *passado*, *próximo* e *presente*. Em contrapartida, em (74a), *em 2005* introduz o momento – o ano de 2005 – que serve de antecedente à interpretação temporal do

[57] Podem também ter uma interpretação adverbial de localização temporal os adjetivos qualificativos de idade *novo* e *antigo*; essa leitura descreve-se pormenorizadamente no Cap. 27.4.4.3. Também podem ter um valor de localização temporal – em que localizam eventos temporalmente – adjetivos relacionais formados a partir de nomes que denotam períodos históricos ou estações do ano, como *medieval*, *seiscentista* ou *primaveril*: cf. *guerras medievais*, *chuvas primaveris*. Como é norma dos adjetivos relacionais (cf. 31.2.2.2), não podem ser usados predicativamente nesta aceção: cf. *#essas guerras foram medievais*, *#aquelas chuvas eram primaveris*.

[58] Recorde-se que os nomes eventivos contêm uma componente temporal, que pode participar em relações anafóricas de natureza temporal, como, p.e., em (74b) – ver a discussão já a seguir. Sobre o sistema da dêixis em geral, cf. Cap. 11.7; sobre dêixis vs. anáfora, cf. Cap. 41; e para uma discussão adicional dos adjetivos de localização temporal, cf. Cap. 27.4.4.4.

[59] Os exemplos de (73) e de (74) formam textos únicos, separados para tornar evidentes as várias interpretações dos adjetivos.

sintagma nominal *no ano anterior*; e, em (74b,c), é o complemento dos adjetivos *posterior* e *concomitante* – respetivamente *à da minha mãe* e *com a da mulher*, ambos contendo o substantivo *morte* elidido (*à da ~~morte~~ da minha mãe* e *com a ~~morte~~ da mulher*) – que introduz o momento que serve de antecedente (através da relação particular estabelecida pelo adjetivo) da interpretação temporal do SN *a sua morte*, o qual funciona como sujeito do predicado composto que tem esses adjetivos como núcleos[60]. Em (74a), o adjetivo *anterior* localiza o tempo do evento expresso na oração introduzida por *tal como* (parcialmente elíptica – *tal como tinha tido ~~notícias do meu tio~~ no ano anterior*) como tendo ocorrido antes do ano 2005; em (74b), *posterior* localiza a morte do tio como tendo tido lugar depois da morte da mãe do falante; e, em (74c), *concomitante* localiza a morte do tio como tendo tido lugar no mesmo intervalo de tempo da morte da sua mulher.

Entre os adjetivos de localização temporal que exprimem anterioridade incluem-se *antecedente*, *anterior*, *passado*, *precedente*, *prévio*, *último*; destes, são dêiticos *passado* e *último*, e anafóricos *antecedente*, *anterior*, *precedente* e *prévio*. Entre os que exprimem posterioridade, contam-se *futuro*, *posterior*, *próximo*, *seguinte*, *subsequente*; destes, são dêiticos *futuro* e *próximo* e são anafóricos *posterior*, *seguinte* e *subsequente*. Entre os que exprimem simultaneidade, contam-se *atual*, *concomitante*, *contemporâneo*, *corrente*, *presente*, *simultâneo*; destes, são dêiticos *atual*, *corrente* e *presente*, e anafóricos *concomitante*, *contemporâneo* e *simultâneo*.

Geralmente, os adjetivos dêiticos não podem ser usados anaforicamente: cf. a estranheza de #*no ano passado a 2005* (vs. *no ano anterior a 2005*) ou de #*a sua morte foi presente à da mulher* (vs. *a sua morte foi* {*concomitante com*/*simultânea a*} *a da mulher*). De modo semelhante, também os adjetivos anafóricos não aceitam um uso dêitico: cf. a estranheza de #*queres ir jantar na semana posterior?* (vs. *queres ir jantar na próxima semana?*) ou de #*no ano anterior ofereci-lhe um livro, mas este ano optei por lhe dar uma caneta* (vs. *no ano passado ofereci-lhe um livro, mas este ano optei por lhe dar uma caneta*).

> [5] Quando seleciona um complemento, o adjetivo *próximo* adquire um valor anafórico, semelhante a 'perto' – o sentido que tem na localização espacial –, funcionando o seu complemento como antecedente numa relação anafórica temporal. No entanto, a orientação temporal, neste caso, é diferente daquela que o adjetivo tem na interpretação dêitica: cf., por exemplo, *esse jantar foi próximo do dia dos meus anos*. Nesta frase, a localização temporal do jantar tem como antecedente o tempo introduzido pelo complemento de *próximo*, ou seja, *o dia dos meus anos*. Contudo, a relação introduzida pelo adjetivo tanto pode ser de posterioridade como de anterioridade; ou seja, o jantar tanto pode ter sido antes como depois do dia dos anos do falante. Compare-se com o sentido dêitico do adjetivo em (73b), que só pode ser de posterioridade.
>
> O adjetivo *recente*, embora seja mais natural com interpretação dêitica (cf. *a Sara trouxe-me esta blusa da sua viagem recente à Índia*, em que o tempo da viagem tem como referência o momento da enunciação), pode, em certos contextos, ser anafórico (cf. *em 2005, o meu tio escreveu-me a contar a morte recente da sua mulher*; neste caso, o tempo da morte da mulher tem como referência o tempo introduzido pela expressão antecedente *em 2005*).

[60] Em (74b,c), o antecedente, introduzido pelo próprio complemento do adjetivo temporal, é de natureza catafórica, na medida em que segue a expressão temporal dependente *a sua morte* (o sujeito de (74b)).

Alguns adjetivos anafóricos podem ocorrer com função predicativa quando selecionam um complemento que introduz o tempo de referência que funciona como antecedente: cf. *a construção da ponte é anterior ao terramoto*, *a legislação contratual é contemporânea das reformas no setor*, *a edição desse livro é posterior a 2001* (sublinha-se o adjetivo e o seu complemento). Em contrapartida, os adjetivos dêiticos não ocorrem com função predicativa: cf. a impossibilidade de #*a construção da ponte é futura* (compare-se com *a futura construção da ponte*), #*a legislação contratual é corrente* (compare-se com *a corrente legislação contratual*), #*a edição desse livro é última* (compare-se com *a última edição desse livro*), ou de #*a situação é atual* (compare-se com *a atual situação*).

Alguns adjetivos anafóricos de anterioridade e posterioridade, incluindo *anterior* e *seguinte*, manifestam uma restrição semântica interessante em função predicativa (cf. (75c)), relacionada com a posição sequencial do evento referido pelo sintagma nominal sujeito numa série ordenada de eventos similares. Em particular, essa interpretação é necessariamente a mesma que têm quando funcionam atributivamente num sintagma nominal indefinido (cf. (75a)). Consideremos em primeiro lugar o adjetivo *anterior*:

(75) a. uma reunião *anterior* à aprovação do projeto
b. a reunião *anterior* à aprovação do projeto
c. A reunião foi *anterior* à aprovação do projeto.

Nos três exemplos de (75), o momento da reunião localiza-se antes do momento da aprovação do projeto. A interpretação dos exemplos, para além disso, é compatível com um cenário em que se realizaram várias reuniões, sequenciadas no tempo, antes da aprovação do projeto. Em (75a), com o nome *reunião* especificado por um artigo indefinido, mesmo na interpretação específica do sintagma nominal, em que o falante tem uma reunião em mente (cf. Caps. 21 e 22), não se exprime qualquer indicação sobre o posicionamento sequencial da reunião referida relativamente às outras reuniões – pode ter sido a primeira, ou a segunda, ou a terceira, etc., antes da aprovação do projeto (chamamos a esta leitura "leitura de posicionamento impreciso"). Em contrapartida, com o artigo definido especificando o nome (cf. (75b)), o falante menciona uma reunião particular, localizada como sendo exatamente a última na potencial sequência de reuniões antes da aprovação do projeto (chamamos a esta leitura "leitura de posicionamento preciso").

Ora, na função predicativa ilustrada em (75c), o adjetivo *anterior* apenas admite a leitura de posicionamento impreciso do sintagma nominal sujeito: nesta frase, o adjetivo localiza a reunião num momento antes da aprovação do projeto, mas nada diz quanto ao seu posicionamento sequencial, tal como em (75a). Ou seja, o adjetivo veicula em função predicativa a mesma interpretação imprecisa que tem em uso atributivo num sintagma nominal indefinido – ainda que o sujeito sobre o qual predica (em (75c)) seja definido[61].

[61] Para se obter a interpretação definida, acompanhada de leitura de posicionamento preciso, com o adjetivo *anterior* dentro do predicado de uma oração copulativa, é necessário recorrer a um predicado elíptico, em que o constituinte predicativo (cf. Cap. 30) é um sintagma nominal definido com o nome elidido: cf. *a reunião foi a anterior à aprovação do projeto*, correspondente a *a reunião foi a ~~reunião~~ anterior à aprovação do projeto*. Neste exemplo, o adjetivo tem função atributiva num SN definido (embora elíptico), tal como em (75b).

Consideremos agora o comportamento do adjetivo *seguinte*, ilustrado no paradigma (76), semelhante a (75):

(76) a. #uma reunião *seguinte* à aprovação do projeto
b. a reunião *seguinte* à aprovação do projeto
c. #A reunião foi *seguinte* à aprovação do projeto.

Para muitos falantes, este adjetivo tem a particularidade de não poder ocorrer com função atributiva num sintagma nominal indefinido (cf. (76a)); logo, não permite a leitura de posicionamento impreciso, semelhante à de (75a)), mas apenas a de posicionamento preciso, com o artigo definido, semelhante à de (75b) (cf. (76b))[62]. Ora, os mesmos falantes que não aceitam (76a) também não aceitam (76c), com leitura de posicionamento impreciso semelhante à de (75c). Em síntese, em função predicativa, os adjetivos anafóricos de localização temporal apenas admitem a interpretação de posicionamento impreciso do sintagma nominal sujeito eventivo, mesmo quando este é definido[63].

31.2.5.4 Adjetivos de localização espacial

Funcionam especificamente como adjetivos de localização espacial as formas *afastado*, *anterior*, *central*, *distante*, *externo*, *inferior*, *interno*, *lateral*, *marginal*, *paralelo*, *posterior*, *próximo*, *superior*[64].

Estes adjetivos localizam espacialmente entidades concretas ou abstratas (neste último caso, através de uma extensão metafórica da conceptualização espacial): cf. *vivo numa rua paralela ao rio*; *as ações desenvolvidas são marginais a todo o processo de integração*; *no âmbito do trabalho, esse é um tema central*. Tal como na localização temporal, a localização espacial depende de um lugar ou espaço de referência, que pode ser dêitico, correspondendo ao lugar em que se encontra o falante (cf. *a próxima farmácia fica a 50 quilómetros*, em que o sintagma nominal que contém o adjetivo é interpretado como 'a farmácia a seguir a esta ou a este lugar onde nos encontramos'), ou anafórica, i.e., introduzida por uma expressão linguística antecedente (cf. *esta farmácia fica afastada do centro da cidade*, em que o lugar de referência é introduzido pelo complemento do adjetivo, *o centro da cidade*).

Tal como na localização temporal, alguns adjetivos de localização espacial assinalam a ordem de posição numa série: *central*, *derradeiro*, *extremo*, *final*, *inicial*, *medial*, *mediano*, *primeiro*, *próximo*, *seguinte*, *último*.

Alguns destes adjetivos são comuns à classe dos adjetivos de localização temporal (*anterior*, *posterior*, *próximo*, *seguinte*, *último*) e as suas propriedades mantêm-se quando localizam no espaço[65]. Assim, p.e., *anterior* manifesta no domínio espacial

[62] Nesta interpretação verifica-se uma inversão do direcionamento da ordenação relativamente a *anterior*: trata-se aqui da primeira reunião depois da aprovação do projeto.
[63] Tal como para *anterior*, pode obter-se a leitura de posicionamento preciso com *seguinte* dentro do predicado quando este tem como núcleo um nome elidido: cf. *a reunião foi a seguinte à aprovação do projeto* (cf. Nota 61).
[64] Muitos dos adjetivos de localização espacial são adjetivos qualificativos que provêm de nomes que denotam lugares ou tipos particulares de espaços, como *centro*, *horizonte*, *lado*, *margem* (a sua origem denominal confere-lhes propriedades semelhantes às dos adjetivos relacionais). Para uma discussão adicional destes adjetivos, cf. também o Cap. 27.4.4.5.
[65] No domínio espacial, *anterior* e *seguinte* podem ter um valor semântico dêitico (cf. Cap. 27.4.4.5). É de assinalar que vários falantes preferem usar, em vez dos adjetivos, as locuções prepositivas *antes de* e *a seguir a* (especialmente esta última), sentidas como mais naturais.

as mesmas propriedades que tem no domínio temporal relativamente à distribuição das leituras de posicionamento preciso e impreciso em diferentes funções e com diferentes determinantes (cf. a discussão de (75)):

(77) a. uma loja *anterior* à mercearia
b. a loja *anterior* à mercearia
c. A loja onde comprei este casaco é *anterior* à mercearia.

Assim, tal como em (75c), (77c) tem uma leitura de posicionamento impreciso (no domínio espacial), semelhante à de (77a). Quanto a *seguinte*, tal como no domínio temporal, só tem um uso atributivo, num sintagma nominal definido, no qual se manifesta (apenas) a leitura de posicionamento preciso: cf. *a loja seguinte*, necessariamente interpretado como 'a primeira loja a seguir ao local onde o falante se encontra'[66].

> [6] É curioso notar que os adjetivos relacionais formados a partir de topónimos de continentes, países, cidades, províncias, etc., dos quais se poderia esperar *a priori* que pudessem modificar – enquanto adjetivos adverbiais – nomes eventivos como *almoço*, *caminhada*, *estadia*, *férias*, *jantar*, *passeio*, *terramoto*, *viagem*, etc., apenas raramente têm esse uso, como mostra a estranheza de exemplos como #*almoço portuense*, #*caminhada sintrense*, #*estadia parisiense*, #*férias alemãs*, #*jantar grego*, #*passeio algarvio*, #*terramoto lisboeta* ou #*viagem africana*, para designar, respetivamente, um almoço no Porto, uma caminhada em Sintra, uma estadia em Paris, umas férias na Alemanha, um jantar na Grécia, um passeio no Algarve, um terramoto em Lisboa ou uma viagem em África[67]. No entanto, a interpretação está disponível e os falantes, quando instados, conseguem atribuir, nestas expressões, o valor de localização espacial ao adjetivo[68].

31.2.5.5 Adjetivos aspetuais

Os adjetivos aspetuais denotam a maneira como uma situação se processa ou se desenvolve no tempo, exprimindo em particular repetição (ou iteração) de eventos e a continuidade prolongada de um estado. Constituem exemplos *cíclico*, *constante*, *continuado*, *contínuo*, *esporádico*, *frequente*, *habitual*, *ocasional*, *permanente*, *pontual*, *regular*, *repetido*, *seguido*. Assinale-se também o adjetivo *súbito*, usado para destacar o caráter inesperado da mudança de estado de uma situação (cf. *a súbita doença do Luís*, *a súbita partida da Luísa para França*). Estes adjetivos ocorrem atributivamente, em posição pós-nominal (cf. (78a,b)) ou pré-nominal (cf. (78c,d)), e também com função predicativa (cf. (78e,f)):

---

[66] No domínio espacial, o adjetivo *seguinte* é marginal quando seleciona um complemento que introduz um lugar de referência: cf. ??*a loja seguinte à mercearia*, sendo-lhe preferido *a seguir* (cf. Nota 65). Esta locução, no entanto, não é um sinónimo absoluto de *seguinte*, já que os três exemplos correspondentes a (77) são possíveis com a locução, contrariamente ao que sucede com *seguinte*: cf. (i) *uma loja a seguir à mercearia*, (ii) *a loja a seguir à mercearia*, (iii) *esta loja é a seguir à mercearia*. Embora seja menos claro do que com *anterior*, o terceiro exemplo, com a locução em função predicativa, parece corresponder à interpretação de posicionamento impreciso do primeiro exemplo.

[67] Repare-se que, num exemplo como *tempestade tropical*, não se designa necessariamente uma tempestade nos trópicos, mas sim uma tempestade com as características de uma tempestade dessa região; ou seja, o adjetivo *tropical* não é aqui um adjetivo de localização espacial.

[68] Veja-se o seguinte exemplo extraído do CRPC, em que o adjetivo *lunar* funciona, claramente, como um adjetivo de localização espacial:

(i) Para aqueles que pensam que o satélite da Terra é o que mais se aproxima do Paraíso, a ideia de um enterro *lunar* está prestes a tornar-se realidade. (CRPC, *Expresso*)

(78) a. os inquéritos *periódicos* à população
b. o uso *ocasional* dos pauzinhos para comer arroz chau-chau
c. o *reiterado* incumprimento da lei
d. as *frequentes* visitas do Joaquim ao seu padrinho
e. As crises sociais e políticas são *permanentes*.
f. A colaboração com a empresa foi *regular*.

Registe-se também usos como os evidenciados em *a humidade constante*, *a permanente luminosidade*, *o calor continuado*, em que os nomes designam estados atmosféricos.

Para além de nomes eventivos, alguns destes adjetivos podem modificar nomes concretos que denotam o resultado material de eventos repetidos periodicamente, como na produção artística ou jornalística, para dar apenas um exemplo: cf. *os constantes filmes do Clint Eastwood*, *os livros regulares da série Harry Potter*. A periodicidade pode ser referenciada a períodos de calendário, expressos por adjetivos relacionais: cf. *um jornal diário*, *uma revista mensal*, *uma publicação semestral de jazz*, *um relatório de contas trimestral*.

31.3 Grau dos adjetivos e relações de antonímia

Os adjetivos mais típicos, nomeadamente a maioria dos qualificativos (incluindo, entre muitos outros, *alto*, *barato*, *novo* e *quente*) são **graduáveis** ou **escalares**: isto significa que representam propriedades associadas a dimensões que variam quantitativamente numa escala – ou seja, numa sucessão linear de pontos chamados **graus**; relativamente aos adjetivos mencionados, a altura dos indivíduos, a sua idade, o preço das mercadorias e a temperatura dos corpos. Este tipo de dimensões recebe o nome de **dimensões escalares**, ou, simplesmente, **escalas**; concomitantemente, as propriedades associadas a essas dimensões, expressas pelos adjetivos graduáveis, chamam-se **propriedades escalares**[69].

As entidades que possuem propriedades escalares podem ser caracterizadas pelo grau com que manifestam a propriedade, ou seja, pela "quantidade" que possuem dessa propriedade. A avaliação do grau com que uma entidade possui uma propriedade constitui aquilo a que se chama uma **medição**. Algumas escalas, que representam propriedades quantitativas "objetivas", de natureza física, estão associadas a unidades de medida: as escalas de comprimento, largura e altura estão associadas às unidades "metro" ou "jarda" (entre outras), a de idade à unidade "ano" (entre outras), a de preço às várias unidades monetárias existentes no mundo ("euro", "dólar", "libra", etc.), a de temperatura às unidades "grau Celsius" ou "grau Fahrenheit". Nestas escalas, é possível medir de forma precisa, ou exata, a quantidade da propriedade em questão possuída por uma determinada entidade – assim, podemos dizer que o Pedro tem 3 anos de idade, que um livro custa 20 euros, que a Isabel mede 1,80 m, ou que a temperatura do ar é de 40 °C. Em contrapartida, existem escalas – essencialmente em domínios psicológicos e sociais, mas não só – que

[69] Na medida em que existe um capítulo dedicado exclusivamente ao estudo do grau e dos meios linguísticos através dos quais se manifesta (cf. Cap. 40), esta secção limita-se a discutir aspetos da manifestação do grau nos adjetivos.

não estão associadas a unidades de medida, como a da inteligência das pessoas[70], a da sua honestidade, a da sua felicidade ou, num domínio sensorial, a escala de quão picantes ou quão doces (salgados, amargos, etc.) os alimentos podem ser.

Na generalidade destes domínios, o uso de escalas quantitativas fornece apenas um esquema conceptual, que pode ser interpretado de várias formas, como, p.e., em termos de intensidade, mais do que de quantidade, como na escala de picante, ou mesmo metaforicamente, como na escala de felicidade ou de honestidade de um indivíduo, cuja medição assenta numa avaliação de estados subjetivos ou na observação de comportamentos. Noutros casos ainda, a quantificação pode corresponder a uma adição de várias características mais básicas, como na escala da inteligência dos indivíduos ou dos animais.

As escalas podem ser expressas linguisticamente por verbos, adjetivos, nomes ou advérbios (cf. Cap. 40). O preço das mercadorias, por exemplo, constitui uma escala que pode ser expressa pelo verbo *custar*, pelo próprio nome *preço*, e também pelos adjetivos *caro* e *barato* (cf. *o livro custa 20 euros*, *o preço do livro é 20 euros*, *esse brinquedo é muito barato*/*caro*). A escala da velocidade pode ser expressa pelos adjetivos *lento* e *rápido* (entre outros), pelo nome *velocidade* e pelos advérbios *depressa* e *devagar*: cf. *esse carro é muito rápido*/*lento*, *esse carro vai com demasiada velocidade* ou *ele anda* (*muito*) *depressa*/*devagar*.

Quando uma escala é expressa por um adjetivo – independentemente de essa escala estar associada a uma unidade de medida ou não –, a medição dos graus é efetuada por advérbios ou locuções adverbiais de valor quantificacional (cf. 31.1.1), os quais, na sua maioria, apenas admitem uma medição vaga e imprecisa (mas cf. 31.3.3.1). Constituem exemplos *bastante*, *completamente*, *demasiado*, *duplamente*, *excessivamente*, *extraordinariamente*, *ligeiramente*, *menos*, *muito*, *nada*, *pouco*, *totalmente*, *um pouco*, *um tanto* (cf., para além dos exemplos dados acima, *um livro bastante raro*, *uma pessoa extraordinariamente interessante*, *um advogado muito famoso*)[71]. A possibilidade quer de especificação por um advérbio deste tipo quer de ocorrência em construções comparativas e superlativas, como *o Pedro é mais esperto do que o António* e *a Ana é a professora mais inteligente de todas*, que atuam sobre o grau (cf. 31.3.2), é precisamente o que permite identificar gramaticalmente os adjetivos graduáveis.

Uma propriedade de muitas escalas expressas por adjetivos consiste em serem cobertas por dois adjetivos antónimos[72], cada um deles aplicando-se a uma determinada porção linear da escala (a que chamaremos informalmente "área"), em zonas opostas. Constituem exemplos, correspondendo às escalas mencionadas acima, os pares *alto*/*baixo*, *novo*/*velho*, *caro*/*barato* e *quente*/*frio*. Nalgumas escalas,

---

[70] A inteligência pode ser medida numa escala, o chamado 'quociente de inteligência'; no entanto, não só esta medição é discutível, atualmente, como não é nela que os falantes se baseiam quando dizem que alguém é ou não inteligente.

[71] Quando a escala é representada por um nome, os quantificadores de grau são adjetivais (cf. *muita velocidade*); quando a escala é representada por um verbo ou um advérbio, tal como com os adjetivos, os quantificadores de grau são adverbiais (cf., respetivamente, *custa pouco* e *muito depressa*). Nem todas as línguas estão limitadas a quantificarem os adjetivos graduáveis através de advérbios de significação imprecisa; em inglês, p.e., alguns adjetivos podem ser especificados por unidades de medida: cf. *he is 3 years old* 'ele tem 3 anos', literalmente 'ele é 3 anos velho', *he is 6 feet tall* 'ele mede 6 pés', literalmente 'ele é 6 pés alto'.

[72] Sobre relações de antonímia em geral, cf. Cap. 8.

como a da temperatura, para além dos adjetivos antónimos normalmente associados às duas áreas opostas da escala (*quente*/*frio*), existem outros, que podem representar valores intermédios, como *morno*, ou mesmo subáreas mais extremadas, nas quais a propriedade relevante se manifesta num grau extraordinariamente elevado, como *tórrido* e *gelado*.

Nestas escalas, uma das áreas diz-se de **polaridade positiva** e a outra, de **polaridade negativa** – e, concomitantemente, também os adjetivos que cobrem essas áreas são de polaridade positiva e negativa, respetivamente (cf. Cruse 2004, Cap. 9).

Esta secção organiza-se do seguinte modo: em 31.3.1, discutem-se os adjetivos que são graduáveis e os que o não são; em 31.3.2, apresentam-se e discutem-se diversos tipos de escalas semânticas cobertas por adjetivos antónimos; finalmente, em 31.3.3, discutem-se os graus dos adjetivos reconhecidos pela gramática tradicional.

31.3.1 Adjetivos graduáveis e adjetivos não graduáveis

A graduabilidade é uma característica canonicamente associada aos adjetivos qualificativos, embora nem todos sejam graduáveis. Entre as restantes classes e subclasses, são graduáveis os adjetivos modais e os avaliativos[73], na medida em que a aplicação dos conceitos modais básicos de necessidade e possibilidade (cf. Cap. 18), por um lado, e a avaliação subjetiva, por outro, são tipicamente passíveis de variação quantitativa ou de intensidade, consoante o caso. Em 31.3.1.1, discutimos brevemente estas duas classes relativamente à graduabilidade, ilustrando com alguns exemplos representativos; em 31.3.1.2, fazemos alguns comentários sobre a não graduabilidade dos adjetivos relacionais e intensionais; finalmente, em 31.3.1.3, discutimos a graduabilidade dos adjetivos qualificativos e mencionamos algumas exceções.

31.3.1.1 Adjetivos avaliativos e modais

Entre os adjetivos avaliativos graduáveis incluem-se pares antonímicos como *bom*/*mau*, *bonito*/*feio* e *agradável*/*desagradável*. Cobrindo áreas opostas nas respetivas escalas, estes adjetivos expressam avaliações de certo modo medianas da área escalar que cobrem, necessitando, portanto, de apoiar-se numa especificação por um advérbio de grau para exprimir uma intensidade avaliativa que se afaste dessa mediania ou que se queira mais precisa (cf. *uma pessoa muito boa*/*má*, *um quadro bastante bonito*/*feio*, *um clima muito agradável*/*desagradável*). Outro exemplo é o adjetivo *aprazível*, que, não tendo antónimo, se combina com uma gama variada de advérbios que lhe permitem cobrir todas as subáreas da sua escala (cf. *um lugar* {*bastante*/*pouco*/*muito*} *aprazível*).

Existe, no entanto, um número considerável de adjetivos avaliativos, incluindo *fantástico*, *magnífico*, *maravilhoso* e *horrível*, entre outros – por vezes chamados **elativos** – que já exprimem a ideia de um grau de avaliação extremo – por outras palavras, o grau elevado é uma parte inerente do seu significado – e que, por conseguinte, rejeitam normalmente a especificação adverbial de grau, como se vê pela estranheza de *#um carro muito fantástico* – *fantástico* já contém em si o sentido de *muito* – ou de *#um lugar pouco maravilhoso* – o sentido avaliativo altamente positivo do adjetivo contradiz o sentido escalar negativo do advérbio *pouco*.

[73] Existem exceções, contudo, que se discutem adiante.

Na classe dos adjetivos modais, são graduáveis os epistémicos (cf. *a sua pouco provável reeleição*), os desiderativos (cf. *é muito desejável que chova amanhã*) e, pelo menos nalguns casos, os de modalidade externa (cf. *as muito necessárias obras na biblioteca*). Também o adjetivo *capaz* pode ser especificado por um advérbio de grau, quer com interpretação epistémica quer com interpretação de modalidade interna: cf. *o Pedro é muito capaz de resolver equações do 3.º grau* ou *o Zé é bastante capaz de correr a maratona*, frases ambíguas entre as duas interpretações.

31.3.1.2 Adjetivos relacionais e intensionais

Os adjetivos relacionais e os adjetivos intensionais não são, em geral, graduáveis. Como vimos, os primeiros exprimem uma relação entre o sentido do nome de base e o do nome modificado; e os segundos exprimem o ponto de vista do falante sobre a maneira como o sentido do nome modificado se aplica à entidade denotada. Plausivelmente, estes dois modos de funcionamento semântico não admitem variações quantitativas ou de intensidade, o que explica que estes adjetivos, de maneira geral, não sejam graduáveis.

Como se discutiu acima (cf. 31.2.2.3), a não graduabilidade dos adjetivos relacionais é precisamente um dos aspetos, entre outros, que os distinguem dos qualificativos, dentro da classe dos adjetivos denotativos (cf. a estranheza dos exemplos de (34), que se repetem aqui: #*um romance muito policial*, #*a pesca pouco fluvial*, #*um guarda muito civil*, #*um concurso pouco hípico*, #*uma câmara menos municipal* (*do que outra*), #*um sistema muito nervoso*, #*um urso bastante polar*, #*um comboio mais elétrico do que outro*). No entanto, alguns adjetivos relacionais são graduáveis (cf. *um solo muito arenoso*, *uma bebida bastante gasosa*), mostrando que a área coberta pelos adjetivos denotativos não se divide de forma estanque entre os qualificativos e os relacionais, formando antes um contínuo, no qual existe uma zona fronteiriça em que os adjetivos têm propriedades de ambos os tipos.

Recorde-se também que alguns adjetivos relacionais podem ser recategorizados em qualificativos, dependendo do nome com que se combinam. Nessas circunstâncias, estes adjetivos são, em geral, graduáveis: cf. {*um indivíduo*/*uma atitude*} *muito teatral*, em que o adjetivo *teatral* é qualificativo (compare-se com a estranheza de #*revista*/*arte muito teatral*, em que o adjetivo é relacional); ou ainda *uma voz muito musical*, com adjetivo qualificativo, denotando a qualidade da voz (compare-se com #*uma comédia muito musical*, com adjetivo relacional, denotando um tipo de comédia).

Passando aos adjetivos intensionais, também estes não se combinam com advérbios de grau: cf. a estranheza de #*um muito mero professor*, #*um pouco falso culpado*, #*uma bastante possível tese de doutoramento*, #*um pouco pretenso observador da ONU*, #*um muito autêntico goleador*. Note-se, porém, que, em posição pós-nominal, alguns destes adjetivos são graduáveis, o que confirma a observação feita em 31.2.4.2 de que, nesse contexto, o seu significado está mais próximo do dos adjetivos qualificativos. Assim, *falso* e *verdadeiro*, quando denotam uma propriedade moral (de veracidade ou de fiabilidade), podem combinar-se com advérbios de grau: cf. *uma pessoa muito falsa*/*verdadeira*; quando modificam nomes abstratos, os adjetivos *verdadeiro* e *genuíno* também são graduáveis, adquirindo então um sentido próximo de 'forte': cf. *um amor muito verdadeiro*, *uma lealdade bastante genuína*.

31.3.1.3 Adjetivos qualificativos

Na classe dos adjetivos qualificativos, como se referiu acima, a norma é a graduabilidade: quase todos denotam propriedades suscetíveis de variação quantitativa, ou de variação que pode ser conceptualizada por meios linguísticos quantitativos. No entanto, há adjetivos qualificativos que representam conceitos absolutos, não associados a dimensões escalares e que, portanto, salvo em usos irónicos ou metafóricos, não são graduáveis.

Entre estes adjetivos, incluem-se aqueles que formam séries chamadas **complementares**, cujos membros têm sentidos incompatíveis e, juntos, cobrem de forma exaustiva um determinado domínio ontológico, de tal forma que todas as entidades que pertencem a esse domínio são necessariamente caracterizadas por um e um só dos adjetivos da série, sem que haja qualquer meio termo, ou seja, sem que haja áreas de imprecisão ou ambiguidade em que nenhum dos adjetivos é aplicável. Constituem exemplos deste tipo a série de adjetivos *solteiro*, *casado*, *divorciado* e *viúvo*; e vários pares de adjetivos antónimos, chamados **antónimos complementares**, em que a área do domínio ontológico é exaustivamente dividida em duas partes estanques, sendo cada uma delas coberta por um dos adjetivos de sentido oposto, de tal maneira que todas as entidades desse domínio, se não são caracterizadas por um deles, são-no necessariamente pelo outro (cf. Cap. 8.5). Entre esses pares incluem-se *vivo*/*morto* (na interpretação literal da sua leitura episódica, de 'estar vivo/morto', excluindo usos irónicos e seres de ficção – cf. Cap. 30), *par*/*ímpar* e *verdadeiro*/*falso*, no seu sentido lógico, discutido em 31.2.4.2.3.

Assim, uma pessoa ou é casada, ou solteira, ou divorciada ou viúva; ou está viva ou está morta; um número natural ou é par ou é ímpar; uma proposição ou é verdadeira ou falsa; e em nenhum destes casos existe qualquer possibilidade de meio termo, em que uma pessoa não seja nem casada, nem solteira, nem divorciada nem viúva; em que não esteja nem viva nem morta[74]; em que um número natural não seja nem par nem ímpar; e em que uma proposição não seja nem verdadeira nem falsa (pelo menos na lógica tradicional)[75]. Finalmente, para além de serem incompatíveis entre si e de esgotarem o domínio ontológico em que se aplicam (todos os seres estão vivos ou mortos, todos os números naturais são pares ou ímpares, etc.), nenhuma destas propriedades admite variação quantitativa; logo, os adjetivos que as representam não são graduáveis: cf. a estranheza semântica de *#um animal muito morto*, *#um número bastante par*, *#uma pessoa pouco divorciada*, *#uma proposição demasiadamente falsa*/*verdadeira*.

Considerando áreas semânticas particulares, é no grupo dos adjetivos de forma e de orientação espacial que se encontram mais sistematicamente exceções à graduabilidade. Assim, não são graduáveis praticamente todos os adjetivos deste grupo que representam formas ou orientações espaciais precisas, alguns deles com o estatuto de termos técnicos da geometria, incluindo muitos que derivam de nomes de figuras geométricas, como *circular*, *cónico*, *curvo*, *paraboloide*, *retangular*, *reto* e outros como *horizontal*, *perpendicular* e *vertical*: cf. a estranheza de *#um terreno*

[74] Excluímos, de novo, usos metafóricos ou expressivos como em *está mais morto do que vivo*.

[75] O mesmo não acontece com pares de adjetivos antónimos como *bom*/*mau* e *pobre*/*rico*: uma pessoa pode não ser nem boa nem má, e nem rica nem pobre (cf. 31.3.2 e 31.3.3).

muito/pouco retangular, *#uma área bastante circular*, *#uma rua um nada perpendicular a outra*, *#uma linha muitíssimo vertical*. Alguns destes adjetivos entram em relações de antonímia, designando conceitos opostos (mas não polos de uma escala): *curvo* e *reto*, *côncavo* e *convexo*, *ascendente* e *descendente*, *horizontal* e *vertical*.

Outros adjetivos desta área (incluindo *achatado*, *arredondado*, *inclinado* e *rombo*), no entanto, permitem, para alguns falantes, especificação por advérbios de grau. Assim, p.e., a especificação do adjetivo *arredondado* (cf. {*muito*/*bastante*/*medianamente*/*pouco*} *arredondado*) representa, para alguns, a variação na excentricidade de uma linha, desde o grau zero, que caracteriza os círculos perfeitos, passando por graus intermédios que representam elipses, parábolas e hipérboles, até à infinitude, que representa as linhas retas (e as superfícies planas)[76]. O grau no adjetivo *inclinado*, por sua vez, representa a variação angular de uma linha relativamente a outra, horizontal, sendo os objetos considerados mais ou menos inclinados a partir de linhas imaginárias definidas pela sua posição.

O par de adjetivos *redondo* e *quadrado*, do ponto de vista formal, não contém termos opostos (*redondo* não se opõe mais a *quadrado* que a *triangular*, por exemplo, por isso não são verdadeiros antónimos), mas os falantes estabelecem imediatamente uma associação de contrários entre eles. Curiosamente, dentro dos adjetivos de forma tipicamente não graduáveis, é também este par o único que aceita, coloquialmente, construções de grau, com dois significados muito próprios. Por um lado, o grau pode servir para indicar que determinado objeto apresenta essa forma com grande perfeição, caso em que o adjetivo aparece com o sufixo *-inho* avaliativo, como se ilustra em (79); por outro, pode significar que essa forma não é a que se espera do objeto em questão, conferindo geralmente um valor depreciativo, como em (80):

(79) a. Cavou um buraco *muito redondinho*.
b. Desenhou uma janela *muito quadradinha*.

(80) a. uma cabeça *muito redonda*
b. uma televisão *muito quadrada* (espera-se que sejam retangulares)

Em construções comparativas, estes dois adjetivos adquirem a interpretação de maior, menor ou igual grau de aproximação entre a forma dos objetos comparados:

(81) a. Esta mesa é mais *quadrada*/*redonda* que aquela.
b. Esta caixa é menos *quadrada*/*redonda* que aquela.
c. Este tabuleiro é tão *quadrado*/*redondo* quanto aquele.

Os adjetivos de cor são, por vezes, objeto de descrições contraditórias no que respeita à sua graduabilidade, merecendo, assim, um comentário à parte. Alguns autores (cf., por exemplo, Demonte 1999) afirmam à partida que estes adjetivos não são graduáveis, mas apresentam de seguida vários exemplos em que ocorrem com advérbios de grau, considerando-os casos excecionais. A nossa perspetiva é diferente: consideramos que os adjetivos de cor são, de facto, graduáveis e que os exemplos em que são especificados por advérbios de grau não são excecionais.

[76] Repare-se que o grau infinito de excentricidade não é coberto por *arredondado*, mas sim por um dos seus antónimos, *reto* ou *plano*.

O nosso raciocínio assenta em algo que se discutiu acima: a graduabilidade nem sempre se traduz semanticamente em quantidade material da propriedade denotada pelo adjetivo (cf. a discussão desta questão no início de 31.3). Ou seja, as escalas podem corresponder a variações de tipos diversos, e ser concomitantemente interpretadas de maneiras diferentes. Dizer-se que um tecido, por exemplo, é muito azul, vermelho ou amarelo não significa que tem essa cor em grande quantidade; antes, o uso do advérbio relaciona-se ou com a tonalidade da cor ou com a sua intensidade, em termos de brilho.

Assim, para a maioria dos falantes, a graduabilidade destes adjetivos relaciona-se com a localização da cor na faixa do espectro visível. Em particular, os advérbios de polaridade positiva, como *bastante*, *demasiado* ou *muito* (cf. *um mar muito azul/verde*), designam a cor na parte central da sua faixa particular do espectro, onde a tonalidade não é ambígua; ao passo que os advérbios de polaridade negativa, como *pouco* ou *um nada* (cf. *esse tecido é* {*pouco*/*um nada*} *verde*), designam a cor nas margens da sua faixa, onde a tonalidade se aproxima de outra cor do espectro, criando tons de fronteira em que duas cores são muito próximas ou mesmo indistinguíveis, o que se representa frequentemente em nomes compostos como *verde azulado* ou *azul esverdeado*. Nesta interpretação, quando os falantes usam expressões como *um casaco mais azul que outro*, não estão, pois, a referir-se a um casaco azul e a outro verde ou amarelo, mas sim a casacos cujas cores se situam em áreas distintas da faixa do azul, um deles numa área mais central e o outro na fronteira entre o azul e o verde ou entre o azul e o roxo.

Para outros falantes, a graduabilidade dos adjetivos de cor pode relacionar-se com uma escala de luminosidade, em que os advérbios de polaridade positiva representam uma cor de brilho intenso e os de polaridade negativa uma cor baça[77].

31.3.2 Graduabilidade, escalas e antonímia

O caráter mais ou menos graduável das propriedades denotadas pelos adjetivos e os diferentes tipos de escalas em que as propriedades graduáveis se dimensionam definem o tipo de relação de antonímia exibida pelos adjetivos.

No caso das propriedades que não admitem graduação, o adjetivo apenas atesta a manifestação dessa propriedade, incluindo a entidade modificada no conjunto de entidades denotado pelo adjetivo. Estes adjetivos nem sempre formam pares de antónimos, como *hexagonal*, *municipal* ou *verde*[78]. Quando formam pares de antónimos, designam conceitos opostos (e não áreas de uma mesma escala), mesmo quando um dos adjetivos do par é graduável: *pontiagudo* ou *plano* são adjetivos não graduáveis e entram numa relação de **antonímia complementar** (cf. 31.3.1.3 e Cap. 8) com os adjetivos graduáveis *rombo* e *arredondado*, respetivamente[79]. Por sua

[77] Não se exclui que haja falantes que aceitem (e usem), em ocasiões diferentes, as duas interpretações, de tonalidade e de brilho.

[78] Existem pares de significado relacionado, semelhantes a uma relação de antonímia, em que um dos adjetivos é formado a partir de outro por meio de um prefixo negativo, como *científico* vs. *acientífico*, *crítico* vs. *acrítico*, mas que não são verdadeiros antónimos: *acientífico* e *acrítico* não significam o contrário de *científico* e *crítico*, respetivamente, mas sim ausência de propriedades científicas ou críticas; ou seja, o prefixo negativo representa exclusão da classe representada pelo adjetivo de base e não o contrário do adjetivo.

[79] Contudo, nas escalas representadas por estas duas propriedades, não existem graus correspondentes a *pontiagudo* ou *plano*; todos os graus são cobertos por *rombo* e *arredondado*. Note-se que *plano* e *arredondado* são antónimos essencialmente no sentido técnico, geométrico; na linguagem corrente existem outras opções para expressar a forma de uma extensão mais ou menos irregular.

vez, os pares *côncavo*/*convexo*, *ascendente*/*descendente* e *horizontal*/*vertical* são **antónimos de orientação inversa**; já *redondo* e *quadrado*, como mencionámos em 31.3.1.3, formam, "por simpatia", um falso par de antónimos, isto é, do ponto de vista formal não designam termos opostos, mas os falantes estabelecem imediatamente uma associação de contrários entre eles, possivelmente devido ao caráter curvilíneo do primeiro, em oposição ao caráter retilíneo do segundo; uma associação semelhante acontece com o par *preto* e *branco*[80].

Para as propriedades graduáveis, há dois tipos de escalas, dependendo da existência ou não de um adjetivo que represente graus situados num extremo da escala.

Por um lado, existem escalas em que um adjetivo representa um grau ou um valor fixo, não variável, da escala. É o caso da escala de abertura de um objeto, na qual o adjetivo *fechado* representa o valor fixo (0 cm de abertura, quer se esteja a falar de portas, gavetas ou frascos), enquanto *aberto* representa todos os outros graus. No grau normal, isto é, sem estar especificado por advérbios de grau (cf. 31.3.3.1), *aberto* indica qualquer grau da escala superior a zero, independentemente do objeto a que se aplique; apenas a presença de um advérbio quantifica a manifestação da propriedade numa área variável da escala, dependendo do objeto: *pouco aberto* pode corresponder, por exemplo, ao valor '10 cm', se se aplicar a uma gaveta com 50 cm de comprimento, ou a '3 cm', se se aplicar a uma gaveta de 12 cm de comprimento (e neste caso o valor '10 cm' corresponde à expressão *muito aberto*). Apesar de *aberto* corresponder a valores variáveis, para cada entidade a que se aplica a propriedade existe um valor máximo de abertura (50 cm para a gaveta do primeiro exemplo, 12 cm para a gaveta do segundo). Isto implica que a escala de abertura tem um extremo fixo, invariável para qualquer objeto a que a propriedade se aplique (o grau zero de abertura), o qual serve de referência para a quantificação de todos os outros graus, e outro extremo, fixado em função desse objeto. Estas escalas recebem o nome de **escalas fechadas**[81].

Na escala de abertura de um objeto, os extremos correspondem sempre a valores precisos, mas existem outras escalas fechadas em que os adjetivos, em vez de valores precisos, podem representar os extremos numa aproximação aos seus valores. Por exemplo, na escala associada ao par *vazio*/*cheio* existe um extremo invariável (0% da lotação do espaço) e um extremo variável, dependendo do espaço a que se aplique a propriedade (e que corresponde a 100% da lotação). Ora, enquanto *fechado* representa de forma precisa 0 cm de abertura, *vazio* pode representar valores aproximados a 0% de lotação; por esta razão, *vazio* aceita construções de grau, mas *fechado* não (comparem-se *muito vazio* e #*muito fechado* – a ser possível, *muito fechado*, ou *fechadíssimo*, tem uma interpretação metafórica, por exemplo, fechado à chave ou difícil de abrir)[82]. Por outro lado, enquanto *aberto* representa todos os

[80] Os adjetivos *branco* e *preto* costumam ser descritos como antónimos; a situação é ligeiramente diferente da do par *redondo* e *quadrado*, pois, apesar de, enquanto tonalidades, não designarem conceitos opostos, a relação de oposição existe associada aos significados 'mistura ou presença de todas as cores' (ou reflexão total dos raios de luz), para *branco*, e 'ausência de cor' (ou absorção total dos raios de luz), para *preto*; simultaneamente, *branco* e *preto* opõem-se em luminosidade.

[81] Chama-se a atenção do leitor para não confundir, neste caso, o nome da escala particular que nos serve de exemplo (a escala de abertura de um objeto) com o nome do tipo de escala a que pertence – uma escala fechada. Não há aqui, obviamente, qualquer contradição.

[82] Sem valor metafórico, *fechado* pode ocorrer em construção de grau com nomes que denotam determinado tipo de objetos, com características bem específicas: p.e., *um casaco muito fechado*, *a roseira tem os botões ainda muito fechados* ou *os estores, muito fechados, não deixavam passar nem uma nesga de sol* são frases perfeitamente

graus acima de zero, *cheio* representa apenas os graus situados no extremo da escala oposto a *vazio* (os valores aproximados a 100% de lotação). Por essa razão, uma gaveta meio aberta é uma gaveta aberta, mas uma sala meio cheia não é uma sala cheia. Esta pequena diferença tem importância na relação de antonímia destes adjetivos: um par de antónimos em que os adjetivos representam valores imprecisos nos extremos da escala exibe o comportamento típico de **antónimos de grau**; em contrapartida, se, no par de antónimos de grau, um adjetivo representa com precisão um valor invariável num extremo da escala, apesar de se tratar de antónimos de grau, o comportamento é idêntico ao dos antónimos complementares[83].

Outros exemplos de adjetivos graduáveis que se distribuem por escalas fechadas são *desconhecido* e *famoso*, *seco* e *molhado*, *silencioso* e *barulhento*, *honesto* e *desonesto*, *puro* e *poluído*, *seguro* e *perigoso*; os valores invariáveis são representados por *desconhecido*, *seco*, *silencioso* (0% de fama, de humidade e de ruído), *honesto*, *puro* e *seguro* (100% de honestidade, pureza e segurança: se um indivíduo não é 100% honesto, por exemplo, então é desonesto, em maior ou menor grau)[84].

Quando um adjetivo representa um valor preciso de uma escala, não aceita construções de grau (a não ser com valor metafórico ou avaliativo), ao contrário daqueles que representam valores aproximados (cf. **muito fechado* vs. *muito vazio*); por outro lado, se a propriedade escalar não tiver uma unidade de medida convencionada e se basear numa apreciação, de algum modo, subjetiva, mesmo os adjetivos que representam o extremo fechado da escala podem ser especificados com advérbios de grau, geralmente para realçar essa propriedade (um homem honesto não é mais desonesto que um homem muito honesto, tal como uma sala silenciosa

normais. Aquilo que estes nomes modificados têm em comum é o facto de denotarem objetos que podem ser fechados de forma faseada, dada a sua constituição: um casaco muito fechado é um casaco em que todos os botões (ou todo o fecho *éclair*) estão apertados (ou, num significado já não literal, um casaco que cobre o colo e o pescoço, com uma gola muito subida); os botões de flor muito fechados são aqueles em que todas as camadas de pétalas estão fechadas; e uns estores muito fechados têm as várias ripas totalmente unidas. Ou seja, nestes casos, *fechado* denota o resultado ou o estado antecedente de um processo que consiste na iteração de várias ações idênticas, mas isoladas umas das outras. Note-se ainda que o verbo *fechar*, ao contrário do adjetivo correspondente, aceita construções de grau em qualquer contexto (cf. *fecha mais a porta, por favor*); nestes casos, o operador de grau cancela a culminação envolvida no ato de fechar a porta; o carácter perfectivo do adjetivo não permite que se proceda a um cancelamento equivalente (cf. Cap. 17). Curiosamente, nas escalas fechadas em que um adjetivo representa um valor invariável, mas de quantificação imprecisa, a combinação com *muito* (que, como referido, é possível) implica que, na verdade, a propriedade expressa pelo adjetivo não se aplica: uma sala muito vazia não está, em rigor, vazia.

[83] Cf. a descrição dos antónimos complementares em 31.3.1.3. Os antónimos de grau do tipo de *fechado* e *aberto* comportam-se do mesmo modo: se a porta não está fechada, podemos inferir que está aberta, tal como do facto de a porta não estar aberta se pode inferir que está fechada. Em contrapartida, com antónimos de grau sem valor preciso, esta inferência não é possível: o facto de a sala não estar vazia não implica que esteja cheia, e, inversamente, se a sala não estiver cheia não implica que esteja vazia. Note-se a semelhança entre o par *fechado* e *aberto* e os pares, referidos acima, formados por verdadeiros antónimos complementares em que um dos adjetivos é graduável e o outro não, como *arredondado* e *plano*; a única diferença reside no facto de, no primeiro caso, os dois antónimos corresponderem a graus da mesma escala, enquanto nos antónimos complementares com um elemento graduável o adjetivo não graduável não representa qualquer grau na escala associada ao seu antónimo.

[84] Dentro das escalas fechadas, há ainda as que são limitadas apenas num extremo (as escalas parcialmente fechadas): por exemplo, um local não pode ser mais silencioso que 0% de ruído, mas não há limite ao grau de ruído, sendo, por isso, a escala aberta nos graus correspondentes a *barulhento* (diz-se que é fechada no grau mínimo e aberta no grau máximo); inversamente, um local ou é seguro ou não é, não podendo ser mais seguro que 100% de segurança, mas não há limite ao grau de insegurança, sendo a escala aberta nos graus correspondentes a *inseguro* (diz-se que é uma escala fechada no grau máximo e aberta no grau mínimo). Sobre estas questões, cf. Kennedy e McNally (2005).

não é mais barulhenta que uma sala muito silenciosa (cf. Nota 84), mas os falantes usam *muito honesto* ou *muito silencioso* para realçar o valor extremo da propriedade.

As escalas fechadas podem ainda estar associadas apenas a um adjetivo, como, por exemplo, *picante*, *oxidante* ou *gasoso* (dentro das coisas picantes ou das coisas oxidantes, pode-se avaliar do pouco picante ou pouco oxidante ao muito picante ou muito oxidante), não havendo antónimos de grau. Estes adjetivos, no grau normal, não exprimem automaticamente a existência de uma propriedade em determinado grau, como fazem *aberto* ou *barulhento*, mas sim a pertença a uma classe (a classe das coisas picantes, oxidantes ou gasosas); apenas através da combinação com advérbios de grau se podem estabelecer os diferentes valores dentro da escala, os quais consistem, sobretudo, em valores de intensidade dessa propriedade.

Por outro lado, existem escalas, chamadas **escalas abertas**, em que os adjetivos correspondem sempre a valores variáveis. Por exemplo, nas escalas associadas a dimensões físicas, não existem graus abaixo de zero, mas os adjetivos *baixo*, *curto*, *estreito* ou *delgado* não referem, de modo preciso ou impreciso, o grau zero, como acontece com os adjetivos *fechado* e *vazio* nas escalas de abertura e de lotação. Estes adjetivos estão associados de forma variável aos diferentes graus da escala, na medida em que o mesmo adjetivo pode ser usado para intervalos de graus distintos. Assim, p.e., *alto* pode corresponder a um valor como 1,90 m se se aplicar a seres humanos, ou a um valor como 550 m se se aplicar a edifícios. Os antónimos associados à mesma propriedade escalar, como *alto* e *baixo* ou *frio* e *quente*, formam antónimos de grau e correspondem a polos da escala, ou seja, a duas áreas, abaixo e acima de um valor médio, também ele variável (para referir o qual pode haver um ou mais adjetivos, como *morno* ou *tépido*), não a extremos, os quais pressupõem um grau limite para a propriedade[85].

A atribuição de uma propriedade em determinado grau pode depender de diferentes critérios, que se prendem com a estrutura da escala em que se dimensiona essa propriedade e com a classe de entidades a que se aplica. Deste modo, podem distinguir-se três tipos de **valores de referência** para atribuição de uma propriedade escalar: um **valor-padrão**, um **valor intrínseco** e um **valor subjetivo**.

O **valor-padrão** é determinado com base na média com que os elementos de uma classe exibem essa propriedade. Quando há um valor-padrão para uma classe, os antónimos, no grau normal, exprimem a propriedade abaixo ou acima do padrão (*uma criança baixa* refere uma criança com uma altura abaixo da média para a idade, tal como *uma criança alta* refere uma criança de altura acima da média). A existência de um valor-padrão de referência depende não só do tipo de propriedades escalares como das classes de entidades envolvidas. Para as escalas abertas, os diferentes graus de propriedades associadas a dimensões físicas são, regra geral, determinados com

[85] Os adjetivos que correspondem a um extremo aceitam ser especificados por advérbios como *totalmente*, *completamente* ou pela expressão *100%*, dependendo da existência de uma unidade de medida para a propriedade (cf. *totalmente fechado*/*aberto*, *completamente vazio*/*cheio*, *100% honesto*, em contraste com *#100% desonesto*, *#totalmente alto*/*baixo*). Quando um adjetivo escalar exprime uma propriedade para a qual não existe uma unidade de medida, a combinação com advérbios como *totalmente*, *completamente* ou *inteiramente* tem uma leitura avaliativa, de ênfase (em *aquele homem é completamente desonesto*, o sintagma adjetival não exprime um grau máximo de desonestidade, pois a frase até pode ser continuada por *mas o filho dele é ainda mais*). Para os particípios adjetivais (cf. 31.6.2.3), as propriedades aspetuais dos verbos correspondentes são importantes para definir se as escalas são fechadas, num extremo ou em ambos, ou abertas. Sobre os diferentes tipos de escalas e a sua interação com variados aspetos do comportamento dos adjetivos graduáveis, cf. Kennedy e McNally (2005).

base num valor-padrão, possivelmente por se tratar de propriedades tipicamente usadas na identificação e apreciação dos objetos. Contudo, existem algumas propriedades representadas em escalas abertas que apenas têm um valor-padrão de referência para algumas classes de objetos, como, por exemplo, na escala da temperatura. Assim, na frase *este gaspacho está quente*, o adjetivo indica a existência da propriedade num grau acima do valor-padrão para os gaspachos, mas em *esta sopa está quente*, isso não acontece: *gaspacho* denota uma classe de objetos em que a temperatura é um traço importante, logo está contido no sentido do nome, mas o mesmo não acontece com o substantivo *sopa*[86]. Para a maior parte das classes de objetos, estes adjetivos só referem valores abaixo ou acima de um valor de referência quando são especificados por advérbios de grau: comparem-se as expressões *uma sopa quente* e *uma sopa muito quente*, em que apenas a última permite a interpretação 'quente acima da temperatura média das sopas'[87].

Para as propriedades associadas a escalas fechadas, por norma, o valor de referência é fixado pelos próprios extremos da escala (que, como se viu para a escala de abertura de um objeto, podem ser fixos, invariáveis, ou variáveis em função do objeto a que se atribui a propriedade). Este valor de referência é um **valor intrínseco**, pois depende exclusivamente da propriedade e do objeto em si, não exigindo que se tenha em consideração a classe a que esse objeto pertence; para se quantificar o grau de abertura de uma gaveta, basta saber quanto ela mede e quanto mede a porção que está de fora do nicho.

No entanto, algumas entidades podem apresentar valores-padrão para determinadas propriedades associadas a escalas fechadas. Um exemplo claro são alguns tipos de alimentos e o nível de humidade que tipicamente apresentam: *um bife seco* pode apresentar algum grau de humidade, mas esse grau está abaixo daquele que se espera para um bife. Também as épocas do ano ou as regiões terrestres apresentam valores típicos de humidade, podendo o adjetivo *seco* ser atribuído a entidades deste tipo que apresentem índices de humidade abaixo da média[88].

Por fim, o valor de referência pode ter uma natureza subjetiva, o que acontece, sobretudo, com escalas fechadas associadas apenas a um adjetivo e sem uma unidade convencionada de medição. Como já se referiu, estes adjetivos, no grau normal, referem apenas a existência da propriedade que denotam, sem a relacionar com uma escala; apenas a presença de um advérbio de grau permite referir valores escalares,

---

[86] Outras entidades para as quais existem valores-padrão de referência são épocas do ano ou regiões terrestres: *o dia hoje está quente* apenas significa que o dia apresenta uma temperatura acima da média observada na época se a frase for produzida numa estação fria, tal como *o dia hoje está frio/fresco* apenas significa que o dia apresenta uma temperatura abaixo da média da época se for produzida numa estação quente (mas uma expressão como *o dia está muito frio/quente* pode ser produzida em qualquer época do ano); o mesmo se aplica a expressões como *um país quente* ou *uma cidade fria*, em que a propriedade é atribuída em função de um valor-padrão para a temperatura da região em causa.

[87] Estes exemplos com o adjetivo *quente* podem também ser interpretados com base num valor de referência subjetivo (ver abaixo), sendo equivalentes a 'esta sopa está a uma temperatura que o falante considera quente' ou a 'esta sopa está a uma temperatura acima daquela que o falante considera que deve ser a temperatura das sopas', respetivamente. Outros indivíduos poderão não partilhar a opinião do falante e considerar a sopa morna ou fria (em contraponto com *uma sopa quente*) ou considerá-la quente, morna ou fria (em contraponto com *uma sopa muito quente*).

[88] Note-se que a humidade, tal como a temperatura (cf. Nota 86), é uma propriedade essencial para descrever o clima de um local ou de uma época do ano, sendo natural, portanto, que existam valores-padrão para essas propriedades.

que se prendem, muitas vezes, com a intensidade com que a propriedade se manifesta numa determinada entidade. Assim, *uma sopa picante* significa apenas que a sopa pertence ao conjunto das entidades picantes, sem qualquer quantificação da propriedade; *uma sopa muito picante*, em contrapartida, significa que a sopa apresenta um elevado grau de picante (um nível de picante bastante intenso), na opinião do falante ou de um grupo de indivíduos (grau esse muitas vezes definido culturalmente, como no caso da propriedade 'picante'), mas que pode não ser partilhada por outros indivíduos. Nestes casos, o valor de referência é subjetivo. Também os adjetivos de atitudes mentais ou comportamentais são, muitas vezes, associados a valores subjetivos de referência: *um adolescente simpático* pode referir-se a um rapaz que apresente um grau de simpatia acima do habitual nos seres humanos ou nos adolescentes ou a um rapaz simpático apenas na opinião do falante. No fundo, quer neste exemplo quer no exemplo *uma sopa picante*, o valor subjetivo corresponde a um valor-padrão da exclusiva responsabilidade do falante ou de um grupo de indivíduos e não convencionado socialmente. Qualquer propriedade para a qual existam valores-padrão convencionados pode ser quantificada com base em valores-padrão subjetivos (*um rapaz alto* pode também significar um rapaz que apresente uma altura acima da média definida por um dado indivíduo, geralmente com base na própria altura deste ou de alguém que, por qualquer razão, lhe sirva de modelo).

Quando um adjetivo está associado a uma escala fechada para a qual existe uma unidade de medição, só no grau superlativo pode ser acrescentado um valor de referência subjetivo, o qual não anula totalmente o valor intrínseco. Assim, é, no mínimo, estranha uma frase como #*para mim, a janela está aberta* (vs. *para mim, o João é alto*/*simpático*); em contrapartida, é aceitável *para mim, a janela está muito aberta*; este enunciado não significa que a janela apresente um grau de abertura acima da média exibida pelas janelas (não existe um valor-padrão associado à abertura de janelas), mas sim que se encontra mais aberta do que aquilo que o falante pretende. Apesar de o falante poder fazer este juízo mesmo que a janela esteja aberta num grau de abertura abaixo do correspondente a metade do grau total de abertura (por exemplo, um grau inferior a um ângulo de 90° numa janela que pode abrir num ângulo de 180°), esta frase nunca será verdadeira se a janela estiver fechada (enquanto *para mim, o João é alto* pode ser verdadeira mesmo se o João for baixo, de acordo com o valor-padrão convencionado socialmente). Ou seja, em escalas fechadas, o valor subjetivo pode anular o grau associado ao extremo variável, fixado em função de cada objeto a que se aplique a propriedade, mas não anula o grau associado ao extremo invariável (e por isso o enunciado acima não é verdadeiro se a janela estiver fechada).

Como se verá em 31.4.3, os diferentes tipos de escalas associadas aos adjetivos interferem com a sua interpretação quando combinados com determinados nomes, nomeadamente em relação à leitura absoluta ou relativa.

31.3.3 Grau dos adjetivos

Além de designar uma propriedade semântica – a representação de um valor numa escala associada à dimensão coberta por um adjetivo graduável (cf. o início de 31.3) –, a palavra "grau", em particular na expressão "grau dos adjetivos", representa também o conjunto dos meios gramaticais – morfológicos, sintáticos e lexicais – que

as línguas têm à sua disposição para exprimir, de formas variadas, os valores quantitativos com que uma propriedade é atribuída à entidade denotada pelo nome modificado, quando o adjetivo é atributivo, ou pelo sujeito da predicação, quando o adjetivo é predicativo[89].

Tradicionalmente, as gramáticas distinguem três graus (e, para dois deles, subvariedades): o grau normal, o grau comparativo e o grau superlativo.

Os meios morfológicos para exprimir o grau (cf. Cap. 55) consistem nos sufixos *-íssimo* (cf. *altíssimo*), *-imo* (cf. *facílimo*) e *-érrimo* (cf. *celebérrimo*), que formam o grau superlativo absoluto sintético. Os meios sintáticos, como vimos, consistem em advérbios ou locuções adverbiais (cf. 31.3), incluindo locuções descontínuas para o grau comparativo (*mais*/*menos* ... (*do*) *que*, *tão* ... *como*) e para o grau superlativo relativo (*o mais*/*menos* ... *de*). Quanto aos meios lexicais, manifestam-se nas formas comparativas de superioridade e superlativas absolutas dos adjetivos *bom*, *mau*, *grande* e *pequeno*, como se ilustra no Quadro 2[90]:

GRAU NORMAL	GRAU COMPARATIVO DE SUPERIORIDADE	GRAU SUPERLATIVO ABSOLUTO
bom	melhor	ótimo
mau	pior	péssimo
grande	maior	máximo
pequeno	menor	mínimo

Quadro 2 – Formas de grau lexicalizadas de *bom*, *mau*, *grande* e *pequeno*

Contrariamente à perspetiva da descrição tradicional, não é só no grau comparativo que se estabelecem comparações; como veremos, também o grau normal (com alguns adjetivos) e o grau superlativo relativo envolvem comparações, no primeiro caso de natureza implícita, no segundo de natureza explícita.

31.3.3.1 Grau normal

Por **grau normal** dos adjetivos entende-se o seu uso sem qualquer especificador de grau, quer morfológico quer sintático (cf. *um prato picante*, *um livro caro*, *esse rapaz é alto*). Com alguns adjetivos, sobretudo aqueles que não estão associados a valores-padrão para cada classe de entidades, o grau normal expressa simplesmente que a entidade denotada pelo nome modificado possui a propriedade de forma "neutra", sem qualquer pressuposição implícita sobre a sua quantidade ou intensidade; constituem exemplos adjetivos como *ágil*, *doce*, *gasoso* e *simpático* (cf. *este gato é ágil, esta sobremesa é doce*, *uma bebida gasosa* e *um professor simpático*). Com estes

[89] Para não sobrecarregar o texto, passamos a usar, na discussão do grau dos adjetivos, a expressão "nome modificado" para cobrir quer o nome modificado atributivamente por um adjetivo, quer o sintagma nominal sujeito de um adjetivo predicativo. De facto, as propriedades gramaticais do grau dos adjetivos não apresentam variações entre estes dois domínios.

[90] O grau superlativo relativo destes adjetivos constrói-se com a forma do comparativo, antecedida do determinante definido e seguida de preposição. Sobre o uso destas formas, em comparação com os casos em que os mesmos graus destes adjetivos são realizados por meios sintáticos, cf. Cap. 40.1. Existem ainda outras formas de exprimir valores de manifestação de propriedades, como a repetição do adjetivo (cf. *um rapaz lindo, lindo*), a modificação através de variadíssimas expressões idiomáticas (p.e., *feio nas horas*, *lindo de morrer*, *quente como o caraças*, *burro até dizer chega*, nem todas compatíveis com os diversos adjetivos graduáveis) ou alguns prefixos quantificacionais (p.e., *uma rapaz ultragiro*, *uma camisola supercara*, *ela estava hipercontente*).

adjetivos, apenas a sua combinação com um advérbio de grau permite exprimir valores escalares. Assim, *uma sopa picante* ou *um professor simpático* significam apenas, respetivamente, que a sopa pertence ao conjunto das entidades picantes e que o professor pertence ao conjunto dos indivíduos simpáticos, sem qualquer quantificação da propriedade; *uma sopa muito picante* ou *um professor muito simpático*, em contrapartida, significam que a sopa apresenta um nível de picante bastante intenso e que o professor possui um alto grau de simpatia. Repare-se que a quantificação é subjetiva – ou seja, trata-se da opinião do falante, que pode não ser partilhada por outros indivíduos.

Existem, contudo, outros adjetivos – nomeadamente aqueles que representam propriedades para as quais existem valores-padrão variáveis em função dos nomes com que se combinam (cf. 31.3.2) – cujo grau normal é interpretado através de uma comparação implícita com esse valor-padrão de referência. Incluem-se neste grupo adjetivos como *caro* e *barato*, *grande* e *pequeno*, *comprido* e *curto* (quer na área espacial quer na temporal), *forte* e *fraco*, *rápido* e *lento*. Assim, p.e., a interpretação da expressão *botão caro* envolve uma comparação com o preço médio dos botões, representando uma subclasse dos botões que tem um preço acima dessa média – ou seja, um botão caro é um botão cujo preço se situa acima da faixa de preços média dos botões[91]. Algo de semelhante se poderá dizer da expressão *carro caro*: representa um subconjunto dos carros que custam mais dinheiro do que o preço médio dos carros.

Ou seja, a interpretação quantitativa do grau neutro, com estes adjetivos, depende do tipo de entidade que o nome modificado representa, envolvendo uma comparação implícita com um valor médio, variável consoante o tipo da entidade a que se atribui a propriedade. De facto, as dimensões de preço de um botão caro e de um carro caro (entre outros exemplos que se poderiam dar) têm, na prática, pouco a ver uma com a outra, e o valor (aproximado) expresso pelo adjetivo *caro* (e pelo seu antónimo *barato*) no caso de um carro é, em condições normais, muito mais elevado do que o valor expresso pelo mesmo adjetivo no caso de um botão: um botão de 500 euros é exorbitantemente caro, para um botão; em contrapartida, um carro que custe 5 000 euros (dez vezes mais do que o nosso botão hipotético) não é caro – na realidade, é barato. Para dar outro exemplo, com o adjetivo *alto*, a interpretação de *um homem alto* envolve referência a uma estatura média (a dos homens) que não é a mesma que intervém na interpretação de *uma criança alta*, que envolve a estatura média das crianças, que é menos elevada do que a dos homens.

O adjetivo *alto* mostra igualmente que o valor médio de referência pode ter uma componente cultural: quando se considera que uma pessoa é alta, está-se muitas vezes a compará-la implicitamente com a estatura média não de todas as pessoas do mundo, mas sim dos indivíduos da comunidade à qual pertence o falante: um homem alto em Portugal poderá não o ser nos países nórdicos, onde a estatura média dos indivíduos é mais elevada (cf. 31.3.2)[92].

---

[91] O adjetivo *barato*, antónimo de *caro*, tem as mesmas propriedades, mas na área oposta da escala do preço, envolvendo também uma referência ao padrão de preços médio das entidades denotadas pelo nome, e indicando um preço abaixo desse valor médio.

[92] Como se tornará claro em 31.4.3, implicam uma comparação com o valor médio da classe de entidades os adjetivos cuja combinação com determinado nome se traduz numa leitura relativa.

31.3.3.2 Grau comparativo

Como o seu nome indica, o **grau comparativo** envolve uma comparação de dois graus. Nomeadamente, e no caso mais simples, o grau com que uma determinada propriedade, expressa por um adjetivo, se atribui a uma entidade é representado comparativamente, através da sua ordenação relativamente ao grau – chamado grau de referência – com que a mesma propriedade se manifesta noutra entidade. A comparação pode também envolver graus de duas (ou mais) propriedades diferentes numa mesma entidade ou em várias.

A expressão que representa o grau de referência chama-se "segundo termo da comparação" e a expressão que representa o grau avaliado em comparação com o grau de referência chama-se "primeiro termo da comparação". Assim, p.e., em *a Maria é tão alta como o Pedro*, compara-se o grau de altura da Maria com o grau de altura do Pedro (o grau de referência), dizendo-se que o primeiro é igual ao segundo. A expressão que identifica o grau de referência (ou seja, o segundo termo da comparação) é o sintagma *como o Pedro ~~é alto~~*, incluindo a oração *o Pedro é alto* com o sintagma verbal *é alto* elidido (cf. Cap. 45), e a expressão que representa o grau avaliado comparativamente (i.e., o primeiro termo da comparação) é um constituinte descontínuo (que neste caso exprime a igualdade dos dois graus), formado pelo advérbio de grau *tão*, seguido da expressão que representa o segundo termo (i.e., *tão ... como o Pedro*)[93].

Dependendo da propriedade que o grau de referência quantifica e da entidade a que essa propriedade é atribuída, há três possibilidades: (i) o grau de referência quantifica a mesma propriedade A, manifestada numa entidade distinta (cf. os exemplos (a) dos paradigmas (82) a (84)); (ii) o grau de referência quantifica uma propriedade B diferente, manifestada na mesma entidade (cf. os exemplos (b)); (iii) o grau de referência quantifica uma propriedade B diferente, manifestada numa entidade distinta (cf. os exemplos (c)). Em (82) exemplifica-se o **grau comparativo de superioridade**, no qual o grau comparado é superior ao grau de referência:

(82) a Este carro é mais caro {*do que*/*que*} *aquele barco*.
b. O Luís é mais inteligente {*do que*/*que*} *simpático*.
c. Este edifício é mais largo {*do que*/*que*} *aquele é comprido*.

Quando o grau comparado é inferior ao grau de referência, temos o **grau comparativo de inferioridade**:

(83) a. Este carro é menos caro {*do que*/*que*} *aquele barco*.
b. O Luís é menos inteligente {*do que*/*que*} *simpático*.
c. Este edifício é menos largo {*do que*/*que*} *aquele é comprido*.

Quando o grau comparado é igual ao grau de referência, temos o **grau comparativo de igualdade**, exemplificado em (84)[94]:

---

[93] Para uma discussão mais pormenorizada desta análise e daquilo que a justifica sintática e semanticamente, cf. Cap. 40.1.1 e 40.1.2; cf. também o Cap. 33.3.1.3.

[94] Optámos aqui por dar exemplos com os adjetivos em função predicativa; os graus comparativos são igualmente possíveis com os adjetivos em função atributiva; veja-se, a título de exemplo, *um carro mais caro do que um barco*, *uma pessoa menos inteligente do que simpática*, *um edifício tão largo quanto outro é comprido*.

(84) a. Este carro é tão caro *como aquele barco*.
b. O Luís é tão inteligente *como*/*quão simpático*.
c. Este edifício é tão largo *quanto aquele é comprido*.

Como se observa, o grau comparativo é expresso por meios sintáticos, nomeadamente por locuções adverbiais descontínuas, nas quais o primeiro elemento é um advérbio (*mais*, *menos* e *tão*, respetivamente, para o comparativo de superioridade, inferioridade e igualdade) e o segundo consiste ou na locução *do que* ou na forma simples *que* (nos comparativos de superioridade e inferioridade), ou ainda num dos advérbios *como*, *quanto* ou *quão* (no comparativo de igualdade); ou seja, respetivamente, *mais*/*menos* ... {*do que*/*que*}, e *tão* ... {*como*/*quanto*/*quão*}).

Em cada uma dessas locuções descontínuas, o primeiro elemento é um advérbio de grau que especifica o adjetivo que designa a propriedade cujo grau se avalia, e o segundo elemento – locução ou advérbio – tem como função introduzir o segundo termo da comparação. No comparativo de igualdade, o segundo elemento da locução descontínua é o advérbio *como* quando se comparam graus da mesma propriedade em entidades diferentes ou de propriedades diferentes na mesma entidade; é *quão*, em alternativa a *como*, quando se comparam graus de propriedades diferentes na mesma entidade; e é *quanto* quando se comparam graus de propriedades diferentes em entidades distintas.

Com certos adjetivos – a maioria dos que formam pares antonímicos de grau e para os quais o grau normal é interpretado por referência a um valor médio padronizado, como *alto* e *baixo*, *pesado* e *leve*, *caro* e *barato*, *pequeno* e *grande* (cf. 31.3.2) –, a interpretação do grau comparativo apresenta um aspeto interessante: não se pode inferir que a entidade expressa pelo primeiro termo da comparação (i.e., a entidade da qual se mede comparativamente o grau de uma determinada propriedade) possui a propriedade em termos absolutos. Por outras palavras, medir comparativamente o grau dessas propriedades numa entidade não implica atribuir a propriedade em determinado grau à entidade. Com esses adjetivos, a verdade de uma proposição com o formato '*x* é (está) mais/menos adjetivo do que *y*' não pressupõe a verdade da proposição com o formato '*x* é (está) adjetivo'. Assim, p.e., dizer que o Pedro é mais alto que o António não pressupõe que o Pedro seja alto, apenas que tem uma estatura mais elevada do que a do António – e, de facto, ambos podem ser baixos. De modo semelhante, dizer que o meu automóvel é mais rápido do que o do Luís não pressupõe que o meu automóvel seja rápido, apenas que anda mais depressa do que o do Luís, o que é verdadeiro, por exemplo, se a sua velocidade máxima for de 50 km por hora – para um carro, uma velocidade máxima bastante abaixo da média – e a velocidade do carro do Luís for de 40 km por hora. O comportamento dos adjetivos antónimos é semelhante: assim, p.e., de dois carros de Fórmula 1, é possível dizer que um é mais lento do que o outro, sem que nenhum deles o seja em termos absolutos, por referência ao valor-padrão da velocidade dos carros.

Este padrão, no entanto, não se aplica a todos os adjetivos. Há adjetivos que permitem inferir, a partir de '*x* é (está) mais/menos adjetivo do que *y*', que *x* possui, em termos absolutos, a propriedade expressa pelo adjetivo[95]. Têm este comportamento

[95] A inferência de que *y* também possui a propriedade expressa pode depender do adjetivo, dos falantes e do contexto discursivo e situacional; ou seja, pode ser pragmaticamente determinada.

os adjetivos que não são interpretados no grau neutro por referência a um valor médio padronizado, como *picante* ou *simpático*, e também alguns que formam pares antonímicos com propriedades distintas das dos pares discutidos no parágrafo anterior, incluindo os que formam escalas fechadas (cf. 31.3.2), como *aberto* e *fechado*: assim, dizer que um determinado prato é mais picante que outro permite inferir que esse prato é picante; e dizer que uma porta está mais aberta que outra permite inferir que essa porta está aberta.

31.3.3.3 Grau superlativo

O **grau superlativo** exprime um valor elevado ou reduzido da propriedade representada pelo adjetivo e atribuída a uma determinada entidade[96]. Tradicionalmente, o superlativo é dividido em superlativo absoluto e em superlativo relativo. Como veremos, o superlativo absoluto tem como base uma série de comparações, aproximando-se, nesse aspeto, do grau comparativo de superioridade e de inferioridade.

31.3.3.3.1 Superlativo absoluto

O **grau superlativo absoluto** representa um valor elevado ou um valor reduzido – ambos vagos e imprecisos – da propriedade denotada pelo adjetivo. Esses valores são expressos por advérbios de grau especificando o adjetivo; o valor elevado é expresso por *muito* (cf. (85)) e o valor reduzido pelo seu antónimo, *pouco* (cf. (86))[97]:

(85) a. Este filme é *muito interessante*.
b. Conheci uma rapariga *muito atraente*.

(86) a. Este filme é *pouco interessante*.
b. Conheci uma rapariga *pouco atraente*.

Ao contrário do que acontece com o grau normal, o grau superlativo absoluto refere sempre um valor de grau abaixo ou acima do expectável. Assim, quando os adjetivos representam propriedades escalares para as quais existem valores-padrão associados a classes de entidades (como *caro* e *barato*, *grande* e *pequeno*, *comprido* e *curto*, *forte* e *fraco*, *rápido* e *lento*, entre outros), os quais já no grau normal são interpretados como desvios a esse valor-padrão, o uso do superlativo absoluto acentua a dimensão do desvio. Porém, os adjetivos que exprimem propriedade escalares cujos valores de referência são fixos (como nas escalas fechadas) ou determinados subjetivamente, que no grau normal têm uma interpretação neutra, no superlativo absoluto exprimem valores abaixo ou acima de um valor de referência (cf. 31.3.2).

---

[96] A distinção de graus feita tradicionalmente assenta na ideia de que os diversos valores da escala são cobertos apenas por um adjetivo, sem considerar na mesma escala o seu antónimo e tratando a escala de altura da mesma forma que a escala de picante, por exemplo. Nessa perspetiva, *muito baixo* ou *o mais baixo de* representam os valores elevados da escala de *baixo*, enquanto *pouco baixo* ou *o menos baixo de* representam os valores mais reduzidos; *alto* representa, portanto, uma escala distinta, com *muito alto* ou *o mais alto de* a representar os valores mais elevados e *pouco alto* ou *o menos alto de* a representar os valores mais reduzidos. Na perspetiva atual, em que os dois adjetivos exprimem propriedades de uma mesma escala, *muito baixo* ou *o mais baixo de* representam os valores mais reduzidos dessa escala, enquanto *muito alto* ou *o mais alto de* representam os valores mais elevados. Os superlativos de inferioridade, ao contrário do que acontecia na perspetiva tradicional, passam a exprimir valores medianos desta escala única: *pouco baixo*/*alto*, *o menos baixo*/*alto de*.

[97] Outros advérbios que podem quantificar graus de propriedades escalares são *bastante*, *assaz*, *bem*, *imensamente* (os especificadores do sintagma adjetival; cf. 31.1.1).

A gramática tradicional apenas atribui o estatuto de superlativo aos exemplos de (85), nos quais se exprime um grau elevado da propriedade expressa pelo adjetivo. No entanto, não há nenhuma razão válida para não se considerarem superlativos também os exemplos de (86), exprimindo-se, neste caso, um grau contrário, pouco elevado (ou baixo) da propriedade expressa pelo adjetivo, através do advérbio de grau *pouco*, antónimo de *muito*. Nesta perspetiva, e tomando como modelo o grau comparativo, podemos chamar ao grau expresso em (85) **superlativo absoluto de superioridade**, e ao expresso em (86), **superlativo absoluto de inferioridade**.

Em (85) e (86), o superlativo é expresso por meios sintáticos – um especificador adverbial de grau –, chamando-se, então, **superlativo absoluto analítico**, ou **composto**. Com alguns adjetivos, o superlativo absoluto de superioridade – mas não o de inferioridade – pode também ser expresso por meios morfológicos (cf. *este filme é interessantíssimo*, *aquele poeta é celebérrimo*, *o meu curso é dificílimo*), chamando-se, então, **superlativo absoluto sintético**, ou **simples**.

O superlativo absoluto de superioridade e o superlativo absoluto de inferioridade cobrem áreas situadas em polos opostos da escala associada à propriedade. O superlativo de superioridade é interpretado como a manifestação da propriedade num grau elevado. Contudo, o superlativo de inferioridade pode exprimir a presença da propriedade num grau pouco elevado, com adjetivos escalares sem antónimos (*um material pouco oxidado*, *um tecido pouco azul*) ou com antónimos em escalas fechadas de valor de referência fixo (*uma janela pouco aberta*), mas também exprime a "ausência" da propriedade, com adjetivos de valor de referência subjetivo. Este tipo de interpretação permite geralmente inferir, a partir do superlativo absoluto de inferioridade, uma proposição que nega a aplicação da propriedade. Assim, a partir de *este filme é pouco interessante*, infere-se pragmaticamente que o filme é desinteressante, e não que é interessante num grau reduzido; de modo semelhante, *uma rapariga pouco atraente* convida normalmente à inferência de que a pessoa designada não é atraente, e não de que é atraente num grau reduzido. Curiosamente, a locução adverbial *um pouco* (contrariamente a *pouco*) permite expressar a presença em grau reduzido da propriedade denotada pelo adjetivo: cf. *esse filme é um pouco interessante*, *uma rapariga um pouco atraente* (outras formas equivalentes a *um pouco* são *algo*, *um tanto ou quanto* ou *um tanto*).

Em escalas cobertas por adjetivos antónimos de grau que têm um valor de referência padronizado, o superlativo absoluto de inferioridade permite, por vezes, inferir o grau normal do adjetivo antónimo: assim, a área da escala da altura expressa por *pouco alto* pode corresponder à área coberta por *baixo*, a área coberta por *pouco baixo* à área coberta por *alto*, a área coberta por *pouco caro* à área coberta por *barato*, a área coberta por *pouco barato* à área coberta por *caro*, a área coberta por *pouco rápido* à área coberta por *lento*, e assim por diante. Nestes casos, aliás, alguns falantes poderão considerar estranho o uso do superlativo de inferioridade, preferindo usar o adjetivo antónimo no grau normal[98].

Estas inferências, no entanto, nem sempre se verificam – antes, dependem de fatores pragmáticos como a intenção comunicativa do falante, o contexto discursivo

[98] Talvez seja mais exato dizer que a correspondência do superlativo de inferioridade é com a faixa inicial da área coberta pelo adjetivo antónimo. Assim, p.e., um carro pouco rápido poderá ser um carro cuja velocidade se situa no início da zona coberta por *lento*.

ou o contexto situacional. Assim, p.e., *pouco alto* poderá representar uma altura ligeiramente acima da média, *pouco barato* um preço ligeiramente abaixo da média dos preços, *pouco caro* um preço ligeiramente acima, e *pouco rápido* uma velocidade ligeiramente acima da média[99].

31.3.3.3.2 Superlativo relativo

Aquilo a que se chama o **grau superlativo relativo** designa um sintagma nominal definido (em itálico, nos exemplos) cujo núcleo é um nome (ou um grupo nominal) elíptico (ou seja, não foneticamente realizado – cf. Cap. 45), modificado por um adjetivo que, por sua vez, é especificado por um dos advérbios de grau *mais* ou *menos*, consoante se tem o **superlativo relativo de superioridade** (cf. (87a)) ou o **superlativo relativo de inferioridade** (cf. (87b)):

(87) a. O Cristiano Ronaldo é *o mais alto* dos jogadores em campo.
b. O Pedro é *o menos simpático* dos teus amigos.

Este sintagma nominal – em (87), com função predicativa, representando uma propriedade individual (cf. Cap. 30)[100] – identifica a entidade única – daí a sua definitude (cf. Cap. 22) – que, dentro de um determinado universo de referência constituído por entidades do mesmo tipo, possui o grau máximo ou mínimo da propriedade expressa pelo adjetivo[101]. Em (87), o universo de referência é dado por um sintagma nominal, introduzido pela preposição *de* (respetivamente, *os jogadores em campo* e *os teus amigos*). Na maioria das construções superlativas relativas, é a partir do nome nuclear desse sintagma que se recupera o nome elíptico do sintagma nominal superlativo (ou seja, esse nome funciona como antecedente do nome elíptico), como se ilustra em (88) (a rasura representa a elipse):

(88) a. O Cristiano Ronaldo é *o ~~jogador~~ mais alto* dos jogadores em campo.
b. O Pedro é *o ~~amigo~~ menos simpático* dos teus amigos.

Em orações copulativas, o nome elíptico também pode ser recuperado através do nome nuclear do sujeito da oração, como se ilustra em (89):

(89) a. Esse *rapaz* é o ~~rapaz~~ mais alto {de todos/do grupo}.
b. Esse *lobo* é o ~~lobo~~ menos feroz da alcateia.

Nesse caso, o sintagma nominal que introduz o universo de referência não precisa de ter como núcleo o nome elíptico do sintagma nominal superlativo, podendo consistir numa expressão quantificacional (como *de todos*, no primeiro exemplo acima) ou num sintagma que tem como núcleo um nome coletivo apropriado (*do grupo* e *da alcateia*, nos exemplos acima).

Quando o nome elíptico tem como antecedente o nome nuclear do sujeito de uma oração copulativa, pode ser foneticamente realizado no sintagma nominal

[99] De novo, com alguns destes adjetivos, a locução adverbial de grau *um pouco* representa precisamente um valor deste tipo: cf. *um livro <u>um pouco caro</u>*, *um carro <u>um pouco lento</u>* – estas expressões denotam, respetivamente, um livro caro, mas não muito, e um carro lento, mas não muito.

[100] Os sintagmas nominais que exprimem o grau superlativo relativo também podem ser argumentais: cf. *encontrei <u>o menos simpático dos teus amigos</u>*.

[101] Para simplificar a exposição, passamos a designar este sintagma nominal por "sintagma nominal superlativo".

superlativo; esse tipo de repetição, ainda que redundante, não causa agramaticalidade, como se ilustra em (90), e é bastante comum:

(90) a. Esse *rapaz* é o *rapaz* mais alto {de todos/do grupo}.
b. Esse *lobo* é o *lobo* menos feroz da alcateia.

Como é típico da elipse (cf. Cap. 45), o nome elíptico do sintagma nominal superlativo pode ser recuperado pragmaticamente através do contexto situacional, sem qualquer necessidade de um antecedente explícito na frase. Assim, p.e., num jogo da Seleção Nacional num estádio de futebol, alguém poderia dizer *o Cristiano Ronaldo é o mais alto*, tomando implicitamente como universo os jogadores em campo; de modo semelhante, se a conversa entre dois interlocutores estiver centrada sobre os amigos de um deles, o outro poderá dizer *o Pedro é o menos simpático*, entendendo os dois que o universo de referência é constituído pelos amigos em questão.

Outra alternativa gramatical para a construção superlativa relativa consiste na realização explícita do nome ou do grupo nominal que representa o universo de referência no próprio sintagma nominal superlativo, como se ilustra em (91):

(91) a. O Cristiano Ronaldo é *o jogador em campo mais alto*.
b. O Pedro é *o teu amigo menos simpático*.

Semanticamente, o superlativo relativo envolve uma comparação entre as entidades que formam o universo de referência, identificando-se uma que possui a propriedade num grau mais elevado, ou menos elevado, do que todas as outras (consoante o superlativo relativo é de superioridade ou de inferioridade). Ou seja, semanticamente, o grau superlativo relativo não é primitivo, mas sim derivado do grau comparativo (cf. Cap. 40). De facto, o grau superlativo relativo (de superioridade ou inferioridade) de um adjetivo, aplicado a um determinado universo de referência, deduz-se semanticamente de uma série de comparações entre os indivíduos que formam esse universo, comparações essas expressas pelo comparativo (de superioridade ou de inferioridade, consoante o caso). Suponhamos um grupo de três rapazes (o Zé, o António e o Luís), que se quer avaliar na escala da altura. Para determinar o mais alto do grupo, teremos de fazer comparações sucessivas (neste caso, três: do Zé com o António, do Zé com o Luís e do António com o Luís): aquele que é mais alto do que os outros dois é o mais alto do grupo.

A redutibilidade do grau superlativo relativo ao grau comparativo tem uma consequência imediata. Os mesmos adjetivos que, quando usados no grau comparativo, não permitem inferir que a entidade expressa pelo primeiro termo da comparação possui realmente a propriedade em questão no grau normal não o permitem também no grau superlativo relativo (*alto* e *baixo*, *pesado* e *leve*, *caro* e *barato*, *pequeno* e *grande* – cf. 31.3.3.2). De novo, isto deve-se ao facto de a avaliação comparativa da propriedade entre os indivíduos de um universo fechado (o universo de referência da construção superlativa relativa) não garantir que essas entidades, fora do universo da comparação, tenham a propriedade nos mínimos estabelecidos pelo valor médio padronizado para o grau normal. Assim, p.e., o facto de o João ser o mais alto dos meus netos não garante que ele seja alto; o facto de a minha bicicleta ser a mais rápida do meu bairro não garante que ela seja rápida.

Em contrapartida, os mesmos adjetivos cujo uso no grau comparativo permite inferir a presença da propriedade na entidade designada pelo primeiro termo da comparação permitem uma inferência similar quando usados no superlativo relativo (*picante*, *simpático*, *quente* e *frio*, *aberto* e *fechado*). Assim, dizer que um determinado prato é o mais picante de todos os pratos permite inferir que esse prato é picante; dizer que uma porta é a mais aberta de todas permite inferir que está aberta; e dizer que uma determinada superfície é a mais quente de todas permite inferir que está quente.

31.4 Interpretação contextual dos adjetivos

De maneira geral, a interpretação dos adjetivos depende do nome que o adjetivo modifica ou do sintagma nominal sobre o qual predica[102]. Inversamente, muitos adjetivos determinam maneiras distintas de perspetivar as entidades denotadas pelo nome. Esta interação dinâmica entre o sentido do adjetivo e o sentido do nome permite formar uma nova tipologia dos adjetivos, em parâmetros binários constituídos por valores opostos. Estes parâmetros distinguem-se das várias classes semânticas discutidas em 31.2 por envolverem leituras altamente contextualizadas e pelo facto de ser frequente que o mesmo adjetivo possa apresentar, em cada um dos parâmetros, os dois valores opostos, consoante o nome ou o verbo de cópula com o qual se combina, ou a sua posição pré ou pós-nominal.

São três os parâmetros semânticos em que assenta esta tipologia contextual dos adjetivos: (i) uma dimensão aspetual, na qual o adjetivo denota uma propriedade estável ou uma propriedade episódica da entidade denotada pelo nome (p.e., *idóneo* vs. *contente*)[103]; (ii) uma dimensão lógico-semântica, entre uma leitura em que o adjetivo restringe o conjunto denotado pelo nome (p.e., *os estudantes mandriões*) ou se limita a introduzir um comentário, avaliativo ou descritivo, sobre a entidade denotada pelo nome (p.e., *a doce/fantástica rapariga*); (iii) uma dimensão na qual a propriedade denotada pelo adjetivo ou é perspetivada em termos relativos, dependendo do tipo de entidade representado pelo nome (p.e., *formiga grande*), ou é compreendida em termos absolutos, sem depender do sentido do nome (p.e., *livro azul*).

Os adjetivos que apresentam de forma mais típica interpretações contextualmente determinadas são os qualificativos; por esse motivo, figuram de forma proeminente nesta secção. No entanto, sempre que for relevante, mencionamos adjetivos de outras classes ou subclasses.

31.4.1 Leitura estável e leitura episódica

Os adjetivos têm uma leitura **estável** (por vezes também chamada **individual**) quando denotam propriedades que caracterizam uma entidade na sua individualidade própria e que contribuem para a distinguir de outros seres do mesmo tipo, ao longo da sua existência, ou pelo menos durante uma porção significativa desse

[102] De novo, para não sobrecarregar o texto, passamos a designar ambas as funções do adjetivo, atributiva e predicativa, por expressões que, estritamente falando, apenas referem a função atributiva, como "nome que se combina com o adjetivo" ou "nome modificado pelo adjetivo". Os casos em que só uma ou outra das funções é relevante serão devidamente assinalados. De modo semelhante, referir-nos-emos frequentemente à entidade denotada pelo nome modificado apenas através do termo "entidade", por ser óbvia a interpretação pretendida.

[103] Sobre esta dimensão, cf. também os Caps. 17 e 30.

período. Essas propriedades, por conseguinte, não são suscetíveis de mudanças frequentes determinadas pelas várias situações temporárias pelas quais a entidade passa no decorrer da sua existência – daí o nome "estável" atribuído a essa leitura e aos adjetivos que a veiculam. Têm leitura preferencialmente estável os adjetivos que denotam propriedades materiais ou abstratas das coisas e das pessoas[104], como *alto*, *baixo*, *leve*, *pesado*, *magro*, *gordo*, *bonito*, *feio*, *careca*, *jovem*, *velho*, *interessante*, *engraçado*, os adjetivos de cor (*amarelo*, *azul*), os adjetivos de forma (*côncavo*, *quadrado*, *redondo*), adjetivos que denotam atitudes mentais ou comportamentais (*apto*, *esperto*, *idóneo*, *inteligente*), adjetivos que denotam estados sociais (*casado*, *divorciado*, *solteiro*) e nacionalidade (*belga*, *francês*, *neozelandês* ou *português*).

Em contrapartida, os adjetivos têm uma leitura **episódica** quando denotam propriedades transitórias, contingentes ou acidentais das entidades, ligadas a situações delimitadas no espaço e no tempo. Por conseguinte, essas propriedades são suscetíveis de mudança contextualmente determinada, e podem ser concebidas como "episódios" ligados a momentos particulares da existência das entidades – daí o nome atribuído a essa leitura e aos adjetivos que a veiculam. Têm leitura preferencialmente episódica (cf. Nota 104) os adjetivos que caracterizam estados físicos, fisiológicos ou psicológicos das pessoas (*alegre*, *bêbedo*, *cansado*, *contente*, *descalço*, *farto*, *triste*, *zangado*) e estados físicos das pessoas ou das coisas, como *quente*, *frio*, *vazio*, *cheio*, *aberto*, *fechado*, *limpo* e *sujo*, entre muitos outros.

Em português, e noutras línguas ibéricas, a distinção entre as duas leituras é particularmente visível quando o adjetivo tem função predicativa, pois reflete-se no verbo copulativo que introduz o adjetivo predicativo: a leitura estável seleciona *ser* e a leitura episódica seleciona *estar*, como se ilustra nos seguintes paradigmas com alguns adjetivos de cada grupo:

(92) a. Esse rapaz é gordo.
b. Essa rapariga é bonita.
c. O livro que me deste é interessante/engraçado.

(93) a. O Pedro está bêbedo.
b. A Maria está cansada/triste.
c. O tanque está vazio/cheio.

Os particípios adjetivais (i.e., particípios verbais que ocorrem em contextos onde adquirem propriedades adjetivais – cf. 31.6.2.3) que denotam uma mudança de estado também têm leitura episódica, selecionando *estar* em orações copulativas:

(94) a. A janela está aberta.
b. O meliante está preso.
c. A carne está congelada.

Estes particípios têm em comum com os adjetivos episódicos o facto de representarem uma situação temporalmente delimitada pelo menos no seu início, na medida em que é consequência de um processo télico – logo, selecionam *estar* (cf. Caps. 13 e 17).

[104] Dizemos "preferencialmente estável" porque, como se verá abaixo, a maioria dos adjetivos aceita as duas leituras, dependendo de fatores contextuais.

Os adjetivos relacionais têm sempre leitura estável; apesar de não ocorrerem facilmente em função predicativa, não é difícil perceber que *campestre*, *facial*, *marítimo* ou *presidencial* se referem a propriedades estáveis, imutáveis, das entidades a que se aplicam, pois indicam a inclusão da entidade denotada pelo nome nas classes representadas pelo adjetivo (cf. *flores campestres*, *creme facial*, *cais marítimo* ou *veto presidencial*). Logo, quando podem ser usados predicativamente, selecionam o verbo de cópula *ser*, como se ilustra em (95), que retoma alguns dos exemplos de (31):

(95) a. A decisão foi *económica*, não *política*.
b. As revoltas são *burguesas*, mas as revoluções são *populares*.
c. A sobremesa está ótima. Certamente é *caseira*.

Há contextos que favorecem a ocorrência de um ou outro tipo de adjetivos. Assim, as predicações secundárias adjuntas descritivas (cf. Cap. 30.3.4.3) favorecem a ocorrência de adjetivos episódicos (cf. (96)), sendo relativamente estranhas, semanticamente, com adjetivos estáveis (cf. (97))[105]:

(96) a. A Maria chegou a casa {*cansada*/*esfomeada*/*triste*/*zangada*}.
b. A sopa chegou à mesa {ainda *quente*/já *fria*}.

(97) a. #A Maria chegou a casa {*alta*/*inteligente*/*magra*/*pesada*}.
b. #A sopa chegou à mesa *caseira*.

Os adjetivos estáveis, por sua vez, são geralmente compatíveis com o verbo de cópula *revelar-se* (cf. Cap. 30.2.4.3.2), por oposição aos episódicos, como se ilustra a seguir[106]:

(98) a. O Luís revelou-se {*corajoso*/*fiel*/*idóneo*/*inteligente*}.
b. Esse tecido revelou-se {*áspero*/*liso*/*macio*}.
c. Esse carro revelou-se {*lento*/*rápido*/*veloz*}.

(99) a. #O Pedro revelou-se {*bêbedo*/*cansado*/*triste*}.
b. #A sopa revelou-se *fria*/*quente*.
c. #O carro revelou-se *limpo*/*sujo*.

Geralmente, em função atributiva, os adjetivos que permitem as duas leituras têm leitura estável (cf. *um homem bonito*); contudo, nalguns casos, a leitura depende do nome com que se combina o adjetivo. É esse o caso, entre outros, do adjetivo *quente*:

(100) a. uma camisola quente (cf. *a camisola é quente*)
b. uma sopa quente (cf. *a sopa está quente*)

Em (100a), o adjetivo exprime uma propriedade inerente à camisola, tendo, por isso, uma leitura estável; em função predicativa ocorre o verbo *ser*. Em (100b), o

[105] Cf. Demonte 1999. Não são apenas os adjetivos que podem ocorrer nesta construção, mas também constituintes predicativos de outros tipos, que manifestam a mesma restrição semântica (cf. *a Maria chegou a casa* {*em pânico*/*a chorar*} e o Cap. 30).

[106] Ver a nota anterior. É importante assinalar que nem todos os adjetivos estáveis podem ocorrer nesta construção (como *quadrado*, *azul* ou *solteiro*, por exemplo), por motivos que têm que ver com a interpretação da construção em si (cf. Cap. 30).

mesmo adjetivo refere um estado acidental da sopa, que a caracteriza temporariamente; trata-se, portanto, de uma propriedade episódica, o que se traduz na escolha do verbo *estar*. Na função atributiva, apenas alguns adjetivos indicam sempre propriedades episódicas (cf. *papéis rasgados*).

Em função predicativa, grande parte dos adjetivos permite as duas leituras (cf. *o João é bonito* vs. *o João está bonito* e os exemplos apresentados em (100) com o adjetivo *quente*), embora por vezes existam condicionantes que favorecem uma das leituras; excetuam-se aqueles que já em função atributiva só permitem a leitura episódica (cf. *os papéis estão rasgados* vs. **os papéis são rasgados*[107]) e os adjetivos relacionais, nos poucos casos em que podem desempenhar esta função, em que só é permitida a leitura estável, como se notou acima.

Diversos aspetos interagem no favorecimento de uma leitura ou de outra (cf. Caps. 17 e 30). O fator crucial tem que ver com o intervalo de tempo durante o qual a propriedade se manifesta na entidade denotada pelo nome.

Assim, se este intervalo de tempo é delimitado, trata-se de uma propriedade episódica; nuns casos, essa propriedade é transitória, como em *o João está rouco*, noutros, não, como em *aquele indivíduo está morto*. Nestas duas frases, os adjetivos têm leitura episódica, pois nem o João esteve rouco nem o indivíduo em questão esteve morto durante todo o intervalo de tempo em que se verificaram as suas existências. Em contrapartida, quando o intervalo de tempo em que a propriedade se manifesta na entidade denotada pelo nome tem a mesma duração que o intervalo de tempo de existência dessa entidade, a propriedade é estável, ou individual.

Desta relação entre intervalos de tempo decorre que sempre que um adjetivo refere uma propriedade caracterizadora de uma classe de entidades (uma propriedade inerente à classe a que pertence a entidade denotada pelo nome) só pode ter uma leitura estável, selecionando o verbo de cópula *ser*:

(101) a. Os gatos *são* mamíferos.
b. *Os gatos *estão* mamíferos.

(102) a. Os homens *são* mortais.
b. *Os homens *estão* mortais.

Também as propriedades que permitem caracterizar os indivíduos têm leitura estável, apesar de nem sempre se aplicarem a esses indivíduos durante toda a sua existência. Assim, exemplos como os de (103) contrastam com os de (104), na medida em que, nos primeiros, os adjetivos são usados como propriedades que permitem caracterizar os indivíduos em questão, enquanto, nos segundos, se transmite sobretudo que a propriedade expressa pelo adjetivo é pontual:

(103) a. O Miguel *é* alto.
b. A professora *é* simpática.

(104) a. O Miguel *está* alto.
b. A professora *está* simpática.

[107] Esta frase é possível apenas como construção passiva do verbo *rasgar*, não como estrutura predicativa adjetival.

Os adjetivos de propriedades de natureza material podem, geralmente, assumir as duas leituras, estável e episódica. Quando têm função atributiva, são preferencialmente interpretados como estáveis: em *uma criança alta*, *uma mala leve*, *uma sopa doce* ou *uma sala escura*, os adjetivos denotam propriedades estáveis da criança, da mala, da sopa e da sala, respetivamente. Com função predicativa, estes adjetivos podem ter as duas interpretações, as quais se refletem no verbo utilizado:

(105) a. O João é *alto*.
b. Essa mala é *leve*.
c. A sopa de ervilhas é *doce*.
d. Este casaco é *quente*.
e. Essa sala é *escura*.

(106) a. Essa pilha está *alta*.
b. Essa mala está *leve*.
c. Essa sopa de tomate está *doce*.
d. Esta cadeira está *quente*.
e. O dia está *escuro*.

O verbo copulativo *ser*, em (105), induz a leitura estável dos diversos adjetivos, enquanto o verbo copulativo *estar*, em (106), induz a leitura episódica. Estes exemplos permitem-nos ainda verificar dois outros aspetos desta dimensão semântica. Em primeiro lugar, quando o sintagma nominal sujeito tem interpretação genérica, como em (105c), o adjetivo tem leitura estável, pois indica uma característica intemporal da classe de objetos referida pelo sujeito. Se substituirmos o verbo copulativo, a interpretação genérica do sujeito perde-se: *a sopa de ervilhas está doce* significa que aquela entidade específica referida pelo sujeito está doce e não que todas as sopas de ervilhas são doces (o significado de (105c)). O sintagma nominal sujeito em (106c) é introduzido por um determinante demonstrativo (*essa*), por isso não pode ter interpretação genérica: neste caso, o adjetivo só pode ter leitura de propriedade episódica, acidental, daquele exemplar específico da sopa de tomate[108].

Em segundo lugar, a seleção do verbo que permite uma leitura ou outra pode influenciar as aceções que determinados nomes ou adjetivos polissémicos têm no contexto. Comparem-se, em primeiro lugar, os exemplos (b) dos paradigmas (105) e (106): em *essa mala é leve*, a propriedade expressa pelo adjetivo aplica-se à mala em si, enquanto objeto; em *essa mala está leve*, aplica-se à mala e, sobretudo, ao seu conteúdo (ou seja, realçando-se a faceta de recipiente de *mala*)[109]. Nos exemplos (d), é o significado do próprio adjetivo que varia: em *este casaco é quente*, o adjetivo significa 'que aquece, agasalha'; em *esta cadeira está quente*, o significado é 'que foi aque-

[108] A substituição do verbo copulativo não é possível com a interpretação específica do sujeito – *essa sopa de tomate é doce* é uma frase bem formada, mas o sintagma nominal denota um tipo de sopa de tomate (como em *a tua receita de sopa de tomate é doce*) e não uma entidade específica, ou seja, um exemplar (cf. Caps. 21 e 30).

[109] O adjetivo em (105b) também pode ser interpretado como uma propriedade da mala e seu conteúdo, se o contexto for claro; contudo, em (106b) não pode ser interpretado como propriedade apenas do objeto 'mala', sem contemplar o seu conteúdo. O peso é uma propriedade estável dos objetos inanimados e apenas os nomes que denotam objetos recipientes aceitam que o adjetivo de peso com que se combinem tenha leitura episódica, pois o seu conteúdo, e respetivo peso, é variável (cf. a impossibilidade de **este livro está leve*).

cido, que atingiu determinada temperatura'. Em (105d), *quente* não é exatamente um adjetivo de temperatura, mas sim um adjetivo de interação físico-química[110].

As classes de adjetivos de interações físico-químicas e bioquímicas, de cor e de forma e orientação espacial têm comportamentos específicos em relação à interpretação estável ou episódica.

Como já referido, os adjetivos de interações físico-químicas e bioquímicas incluem sobretudo dois tipos de adjetivos, de origem verbal: adjetivos agentivos, formados com os sufixos *-or*, *-ivo* e *-nte* (*catalisador*, *abrasivo* e *fertilizante*, por exemplo)[111], que classificam matérias responsáveis por determinados processos físico-químicos e bioquímicos (as matérias agentes nos processos denotados pelos verbos *catalisar*, *abrasar* e *fertilizar*, para os exemplos acima); e adjetivos provenientes de particípios verbais (como *coalhado*, *fundido* ou *hidratado*), que classificam as matérias que sofrem os processos (nestes casos, os processos denotados pelos verbos *coalhar*, *fundir* e *hidratar*). Em função atributiva ou predicativa, os primeiros têm sempre leitura individual, permanente (cf. *a amílase é catalisadora da hidrólise da amilopectina*, *a palha de aço é abrasiva*, *o nitrato do Chile é fertilizante*), enquanto os segundos têm sempre leitura episódica, pois a propriedade que denotam é adquirida na interação físico-química, caracterizando o estado resultante do processo sofrido (estado esse com o início temporalmente delimitado, portanto, episódico); assim, mesmo com função atributiva, têm leitura episódica, contrariamente ao que acontece com a maior parte dos adjetivos nesta função. Ou seja, em *leite coalhado*, *queijo fundido* ou *pele hidratada*, os adjetivos referem propriedades adquiridas pelo leite, pelo queijo e pela pele e não propriedades permanentes, exatamente como em função predicativa: *o leite está coalhado*, *o queijo está fundido* e *a pele está hidratada*[112]. Assim, esta classe distingue-se das anteriores, pois há adjetivos que só podem ter leitura estável e adjetivos que só podem ter leitura episódica, enquanto nas anteriores o mesmo adjetivo pode ser interpretado de uma forma ou de outra.

Os adjetivos de orientação espacial comportam-se como a maior parte dos adjetivos qualificativos, pois podem ter as duas leituras. Contudo, mesmo em função atributiva, a leitura depende fortemente do nome com que se combinam. Quando

[110] Referimos, na descrição desta classe, que também se poderiam incluir nela os adjetivos de temperatura (cf. 31.2.2.1.1); se pensarmos nos pares *oxidante*/*oxidado*, *corrosivo*/*corroído*, *condensador*/*condensado*, em que o primeiro elemento do par tem leitura estável e se aplica às entidades responsáveis pelo processo, enquanto o segundo tem leitura episódica e se aplica às entidades que sofrem o processo, vemos que *quente* tem o comportamento típico da classe, diferindo apenas no facto de ter a mesma forma para representar as propriedades das duas entidades envolvidas (a responsável pelo processo e a que o sofre).

[111] Outros adjetivos que classificam matérias que causam processos deste tipo são formados por composição morfológica, geralmente com o radical verbal *-cid*(*a*): cf. *herbicida*, *inseticida*, *pesticida*, também de base verbal (cf. Cap. 58).

[112] Os particípios adjetivais de verbos aspetualmente télicos (cf. Cap. 17) têm leitura episódica, pois caracterizam o estado resultante de um processo. Contudo, esse estado resultante só é temporalmente delimitado no seu início; dependendo do caráter mais ou menos reversível do processo, a propriedade denotada poderá ter um período de duração breve, sendo verdadeiramente transitória (como *cansado*, *congelado* ou *engripado*), ou tornar-se numa propriedade estável, porque a partir do momento em que foi adquirida é difícil, ou mesmo impossível, revertê-la (como *frito*, *morto* ou *queimado*). Independentemente da sua leitura episódica, é possível estes adjetivos formarem com o nome com que se combinam um grupo nominal que representa uma classe de entidades (*queijo fundido* denota um tipo de queijo, *ovos estrelados*, um tipo de ovos confecionados); esta função classificadora não é, ao contrário do que possa parecer, incompatível com a leitura episódica: *fundido* é uma propriedade episódica de *queijo*, mas é uma propriedade estável de *queijo fundido*, para dar um exemplo.

modificam nomes que representam entidades sem mobilidade, têm leitura estável (cf. (107)); se o nome denotar entidades móveis, a leitura é episódica (cf. (108))[113]:

(107) a. duas ruas paralelas (cf. *as duas ruas são paralelas*)
b. um terreno inclinado (cf. *o terreno é inclinado*)

(108) a. duas floreiras paralelas (cf. *as duas floreiras estão paralelas*)
b. um quadro inclinado (cf. *o quadro está inclinado*)

A cor e a forma são, geralmente, propriedades permanentes da maior parte dos objetos de dimensão física, por isso muitos dos adjetivos de ambas as classes induzem leituras estáveis, em função atributiva ou predicativa (cf. *uma almofada azul/redonda* corresponde a *a almofada é azul/redonda*). No entanto, existem nomes que denotam entidades em que a cor intrínseca pode oscilar, como a água, a neve, o mar ou o céu. Nestes casos, é possível usar adjetivos de cor com função predicativa e leitura episódica (cf. *o céu está azul* ou *o camaleão está verde-tropa*). Com outras entidades, é possível indicar alterações de cor momentâneas, que não afetam a cor intrínseca do objeto, muitas vezes provocadas pela cor de um objeto contíguo ou pela iluminação: cf. *a jarra está azulada* (*por causa do vitral*).

Em função atributiva, como referido acima, os particípios adjetivais podem ter leitura estável ou episódica, dependendo da natureza do processo denotado pelo verbo de que provêm. Uma vez que a forma dos objetos pode ser especificada por este tipo de particípios, vamos encontrar a mesma diferença de comportamento na classe dos adjetivos de forma. Alguns processos implicam necessariamente uma transformação (uma mudança de estado), como *amolgar/amolgado*, e por isso só podem ter leitura episódica (*uma porta amolgada* só pode significar que a porta sofreu uma alteração da forma, não que essa seja a sua forma permanente).

Noutros casos, os processos podem ter atuado na própria criação do objeto e, por isso, os adjetivos aceitam leitura estável ou episódica, dependendo do contexto: em *uma tampa achatada* ou *uma superfície arredondada*, os adjetivos podem exprimir propriedades permanentes dos objetos, presentes desde o momento em que foram formados, ou propriedades episódicas, resultantes de um processo sofrido pelos objetos depois da sua formação. Quando não há informação no contexto ou conhecimento prévio, as propriedades são entendidas como estáveis, permanentes.

Em função predicativa, o caráter estável ou episódico da propriedade de forma torna-se claro:

(109) a. A tampa é achatada.
b. O livro é retangular.
c. *A porta é amolgada.

(110) a. A tampa está achatada.
b. *O livro está retangular.
c. A porta está amolgada.

[113] Nem todos os adjetivos que podem ocorrer com função predicativa aceitam as duas leituras; assim, em função atributiva, *central* pode ter leitura estável (cf. *um bairro central*) ou episódica (cf. *o vaso central*). No entanto, só na primeira leitura pode ter função predicativa: cf. *esse bairro é central* vs. a relativa estranheza de #*o vaso está central* – compare-se este último exemplo com *o vaso está centrado*, com o adjetivo *centrado*.

Existe apenas um contexto muito específico em que qualquer adjetivo de forma (tal como os de cor) pode ter uma interpretação episódica, com leitura resultativa. Com qualquer objeto cuja existência resulte de um processo, como a confeção de bolos, a representação de algo em desenho ou a construção de portas, é possível usar os verbos copulativos *estar* ou *ficar* para assinalar a forma que resultou do processo:

(111) a. O bolo está/ficou retangular.
b. A cabeça está/ficou oval.
c. A porta está/ficou quadrada.

As frases em (111) são perfeitamente normais num contexto em que se tem em consideração o processo que deu origem aos objetos referidos pelos sintagmas nominais, sobretudo se a forma não corresponde ao esperado (por exemplo, se se pretendia que o bolo ficasse quadrado, que a cabeça ficasse redonda e que a porta ficasse retangular).

31.4.2 Leitura restritiva e leitura não restritiva

A leitura **restritiva** de um adjetivo denotativo está associada à forma como esse adjetivo, em função atributiva, contribui, num determinado contexto, para a identificação da entidade (singular ou plural) referida pelo sintagma nominal que contém o adjetivo. Numa frase como *o vestido vermelho foi para a lavandaria*, o falante restringe a aplicação do predicado 'ir para a lavandaria' a um determinado vestido que ele e o seu interlocutor têm em mente e que se caracteriza por ser de cor vermelha; ou seja, o adjetivo restringe o conjunto de vestidos àqueles que são de cor vermelha, e o artigo definido permite que o ouvinte identifique o vestido com essas propriedades presente no contexto situacional ou discursivo (cf. Cap. 22).

Quando a propriedade denotada pelo adjetivo se aplica a todas as entidades possíveis no contexto situacional ou discursivo, não sendo, portanto, essencial para a identificação do referente do sintagma nominal, estamos perante uma leitura **não restritiva**. Por exemplo, em *a ruidosa festa não deixava dormir os vizinhos*, o adjetivo não isola uma festa, que se caracteriza por ser ruidosa, entre outras mais silenciosas. Na mente dos interlocutores já é claro de que festa se está a falar (porque já havia sido referida no discurso ou porque é a única no contexto em que se encontram). Neste caso, o adjetivo fornece uma caracterização adicional, na forma de uma apreciação subjetiva (ganhando uma interpretação avaliativa), da responsabilidade do falante.

O valor restritivo ou não restritivo de um adjetivo denotativo – em particular, qualificativo – depende essencialmente da sua posição em relação ao nome: a posição pré-nominal encontra-se associada a uma interpretação não restritiva e a pós-nominal, a uma leitura restritiva[114].

Esta diferença de leituras é exclusiva dos adjetivos denotativos, pois os adjetivos avaliativos e os intensionais têm sempre leitura não restritiva, independentemente da posição em que ocorrem (cf. 31.2.3, 31.2.4 e Cap. 27.4.2.4). Nestes casos, é a leitura restritiva ou não restritiva do adjetivo – muitas vezes dependente do nome

[114] Esta caracterização é válida para os casos em que o adjetivo pós-nominal está incluído no grupo nominal, formando um só constituinte prosódico com os restantes elementos do grupo. Em contrapartida, quando o adjetivo pós-nominal é um aposto com autonomia prosódica, a sua leitura é não restritiva (cf. a discussão a seguir e o Cap. 27).

com que se combina (ver o parágrafo seguinte) – que permite identificar, em exemplos particulares, a classe à qual esse adjetivo pertence. Assim, p.e., *fantástico* é restritivo em *cinema fantástico* ou *literatura fantástica*, expressões em que designa um género artístico e tem um valor classificador, tratando-se, pois, de um adjetivo denotativo relacional; em contrapartida, é não restritivo em *caneta fantástica*, onde tem um valor subjetivo, sendo, portanto, um adjetivo avaliativo (cf. 31.5). Algo de semelhante acontece com alguns dos adjetivos analisados em 31.2.4, que podem ser classificados como qualificativos ou como intensionais (*verdadeiro* e *falso*, p.e.), com uma leitura restritiva no primeiro caso, e não restritiva no segundo.

O nome a que se liga um adjetivo pode determinar se este tem um valor restritivo ou não, condicionando a posição em que o adjetivo ocorre. Assim, nos exemplos acima com *fantástico*, este adjetivo ocorre obrigatoriamente em posição pós-nominal quando é restritivo, combinado com os nomes *literatura* ou *cinema* (cf. a estranheza de *#fantástico cinema* ou de *#fantástica literatura*, na leitura de género), mas pode ocorrer em posição pré-nominal quando é avaliativo (cf. *uma fantástica caneta*).

De modo mais geral, em posição pós-nominal, um adjetivo denotativo só pode combinar-se com nomes que aceitem a restrição expressa por esse adjetivo: por exemplo, *um animal mamífero* é um sintagma nominal bem formado, no qual o adjetivo *mamífero* restringe o conjunto dos animais àqueles que possuem a propriedade de serem mamíferos, mas *um gato mamífero* é semanticamente estranho, uma vez que o adjetivo expressa uma propriedade inerente, imutável, da espécie dos gatos, não podendo ter leitura restritiva; à direita do nome, o adjetivo apenas pode ocorrer entre vírgulas, como aposto: *os gatos, mamíferos, dependem da mãe até aos dois meses*. Os apostos têm sempre interpretação não restritiva (cf. Nota 114 e Cap. 27).

Em síntese, com adjetivos denotativos, a leitura restritiva ocorre com o adjetivo posposto ao nome, formando com ele uma unidade prosódica, enquanto a leitura não restritiva ocorre quando o adjetivo está anteposto ao nome ou quando, em posição pós-nominal, forma uma unidade prosódica autónoma, em aposição.

Dado que, na leitura não restritiva, estes adjetivos não contribuem para a identificação das entidades mencionadas, os sintagmas nominais em que se integram referem exatamente as mesmas entidades que os sintagmas nominais sem eles; assim, a frase *o gato roubou-me uma petinga* pode ser proferida nos mesmos contextos em que se profere *o gordo gato roubou-me uma petinga* – só há um gato no contexto, que fica claramente identificado.

Quando os adjetivos têm leitura restritiva, tal não é possível; assim, nos contextos em que se profere *o gato gordo roubou-me uma petinga* não é adequado proferir *o gato roubou-me uma petinga* – da primeira frase infere-se que há mais de um gato no contexto situacional; ora, nesse caso, a segunda não permite identificar qual deles roubou o peixe[115].

Quando um adjetivo cria uma subclasse das entidades denotadas pelo nome e o sintagma nominal tem leitura genérica de espécie (cf. Cap. 21), referindo,

[115] Quando o sintagma nominal é introduzido por um determinante indefinido, este contraste não existe: a frase *um gato roubou-me uma petinga* pode ser produzida nos mesmos contextos em que se produz *um gato gordo roubou-me uma petinga*. Sobre a interpretação de modificadores restritivos e não restritivos decorrente do tipo de determinante que introduz o sintagma nominal, cf. Cap. 39.4, Caixa [18]; a descrição feita nesse capítulo para as orações relativas aplica-se também aos outros tipos de modificadores, incluindo os adjetivos.

portanto, todas as entidades que pertencem, pertenceram ou venham a pertencer a essa subclasse, esse adjetivo tem necessariamente uma leitura restritiva; por essa razão, não pode ser anteposto ao nome nem ocorrer como aposto[116]:

(112) a. A comida *picante* faz-me suar.
b. #A comida, *picante*, faz-me suar.
c. #A *picante* comida faz-me suar.

Em contrapartida, se o sintagma nominal que inclui o adjetivo refere apenas exemplares particulares dessa classe, os adjetivos podem ter leitura não restritiva:

(113) a. Aquela comida, *picante*, fez-me suar.
b. Aquela *picante* comida fez-me suar.

Como referido acima, se a propriedade expressa pelo adjetivo for inerente à classe de entidades denotadas pelo nome, fazendo, assim, parte do seu sentido, o adjetivo tem leitura não restritiva e só pode ocorrer em aposição (cf. (114a)) ou anteposto ao nome (cf. (114b))[117]. Em contrapartida, a posposição ao nome induz a leitura restritiva, inferindo-se que o sintagma nominal refere uma subclasse, causando a anomalia da frase (114c) – não existem malaguetas que não sejam picantes:

(114) a. As malaguetas, *picantes*, são frequentemente usadas nos pratos africanos.
b. As *picantes* malaguetas são frequentemente usadas nos pratos africanos.
c. #As malaguetas *picantes* são frequentemente usadas nos pratos africanos.

Quando o falante opta por mencionar, através de um aposto ou de um epíteto, uma propriedade inerente, que já está implícita no sentido do nome, pretende destacá-la de entre outras características que as entidades denotadas por esse nome possam ter, trazendo sentidos acrescidos à frase: em (114a,b), por exemplo, o adjetivo tem adicionalmente a interpretação de causa, sendo equivalente a uma perífrase mais elaborada, como *as malaguetas, por serem picantes, são frequentemente usadas nos pratos africanos*. Quando o adjetivo é um aposto, preferem-se expressões em que se combine com material linguístico que intensifique a propriedade destacada: cf., por exemplo, *as malaguetas, picantes como são,...* ou *as malaguetas, muito picantes,...*, expressões nas quais se realça o grau de picante exibido pelas malaguetas como causa para a sua utilização culinária. Em anteposição, esta intensificação não é necessária, resultando mesmo em estruturas anómalas para alguns falantes: cf. ?*as muito picantes malaguetas são frequentemente usadas em pratos africanos*. Estes contrastes mostram que, apesar de ambos terem leitura não restritiva, os apostos e os adjetivos antepostos têm propriedades distintas (cf. Cap. 27).

As leituras restritiva e não restritiva dependem, assim, de diversos fatores, como o contexto discursivo, o tipo de entidades denotadas pelo sintagma nominal

[116] As frases (112b,c) são aceitáveis se o sintagma nominal não tiver leitura genérica de espécie, como acontece se o falante se referir a um determinado prato, picante, servido num jantar contextualizado. Este é o contexto das frases em (113), em que o determinante demonstrativo e o pretérito perfeito forçam a leitura de exemplar particular, em oposição à leitura genérica de espécie, que é aquela que se pretende em (112).
[117] A gramática tradicional chama **epítetos** aos adjetivos antepostos que representam uma propriedade inerente da classe de entidades denotada pelo nome modificado, como *picantes* em (114b).

(espécies ou exemplares) e o caráter mais ou menos inerente da propriedade denotada pelo adjetivo.

No entanto, nem todos os adjetivos aceitam a anteposição ao nome para veicular a leitura não restritiva: por exemplo, o adjetivo *mamífero*, mencionado acima, só pode ocorrer com esta leitura com a função de aposto (cf. a inaceitabilidade de **os mamíferos gatos dependem da mãe até aos dois meses*).

Como vimos em 31.2.2.3, uma das propriedades que distinguem os adjetivos relacionais dos qualificativos é, precisamente, não poderem, salvo raras exceções, ser antepostos aos nomes. Na maior parte dos casos em que ocorrem antepostos encontram-se recategorizados em adjetivos qualificativos, como ilustra o contraste entre **a lírica poesia de Camões* (no sentido em que *lírica* classificaria um subconjunto da sua poesia) e *a lírica maneira de ser do João*. Os adjetivos de nacionalidade, ou origem, fazem a exceção à regra: expressões como *o francês Rodin*, *o português Cristiano Ronaldo* ou *o italiano Enzo Ferrari* são perfeitamente naturais, denotando o adjetivo uma propriedade inerente das entidades referidas pelos nomes, como acontece em (114b), com o adjetivo qualificativo *picante*. Como se notou em 31.2.2.3, os adjetivos relacionais, regra geral, não ocorrem como apostos, exceto quando representam uma propriedade inerente da entidade denotada pelo nome ou pelo grupo nominal que modificam, como nos exemplos de (115):

(115) a. As papoilas, *campestres*, são essenciais no ramo da espiga.
b. O queijo camembert, *francês*, é apreciado no mundo inteiro.

Os adjetivos qualificativos aceitam os dois tipos de leitura, satisfeitas as necessárias condições discursivas; porém, nalguns casos, a anteposição não é possível senão em contextos com fortes efeitos estilísticos (cf. 31.5.1.1) e quando o adjetivo denota uma propriedade inerente do nome ou tem um valor metafórico. É o que acontece com muitos adjetivos de cor, de forma e de interações físico-químicas e bioquímicas, dentro dos adjetivos de propriedades materiais, e com alguns adjetivos de propriedades de seres vivos, como se ilustra nos seguintes contrastes:

(116) a. #Os *azuis* vestidos tinham debotado.
b. Os *azuis* miosótis sobressaíam no meio das outras flores.
c. #Os azuis miosótis estavam muito caros na praça.
d. Os vestidos, *azuis*, tinham debotado.
e. Os miosótis, *azuis*, sobressaíam no meio das outras flores.
f. ?Os miosótis, *azuis*, estavam muito caros na praça.

(117) a. #O *quadrado* livro não cabia na estante.
b. #A *oval* bola de râguebi tem propriedades aerodinâmicas excelentes.
c. O livro, *quadrado*, não cabia na estante.
d. A bola de râguebi, *oval*, tem propriedades aerodinâmicas excelentes.

(118) a. #o *oxidante* líquido vs. o líquido, *oxidante*
b. #o *oxidado* metal vs. o metal, *oxidado*
c. #o *solteiro* rapaz vs. o rapaz, *solteiro*
d. #a *virgem* rapariga vs. a rapariga, *virgem*

Como os exemplos (116)-(118) mostram, deste grupo de adjetivos apenas os de cor aceitam, com restrições, a leitura não restritiva em posição pré-nominal, mas somente como epítetos e em contextos literários. A relativa estranheza semântica de (116f) deve-se à irrelevância de referir a cor das flores no contexto em questão, não ao tema banal da frase (vejam-se os exemplos seguintes, não literários, em que o aposto é perfeitamente normal, mas a anteposição continua anómala: *os miosótis, azuis, são feios* e #*os azuis miosótis são feios*).

Uma explicação possível para que os adjetivos em (117) e (118) não possam ser antepostos quando se pretende veicular uma leitura não restritiva poderá ter que ver com o seu caráter mais técnico ou terminológico. Na verdade, se a anteposição tem sempre uma forte carga afetiva, é difícil conceber um contexto em que conceitos tão técnicos possam ser usados para expressar subjetividade – note-se que um adjetivo como *húmido*, também do grupo de interações físico-químicas e bioquímicas mas presente no léxico comum, aceita facilmente um contexto literário: *o húmido quarto escuro trazia-lhe à memória a casa da sua infância*.

Alguns adjetivos de propriedades de seres vivos, como *morto*, *vivo*, *solteiro*, *casado*, *viúvo* e *virgem*, são raramente usados em posição pré-nominal e, quando o são, o seu sentido é sempre metafórico, ou metonímico, com grande carga subjetiva; já outros adjetivos do mesmo tipo, como *casado*, *grávida* ou *morto*, não permitem a anteposição (mas sinónimos de *morto* aceitam, em construções fixadas pelo uso, como *defunto pai*, *falecida mãe*)[118]:

(119) a. Mas estou fatigada e vou para a minha *solteira* cama de aqui a bocado. (CRPC, A. Faria, *Cavaleiro*)

b. Grandes datas – as tristes e *viúvas* salas ouviam novamente o tinido das canecas e ficavam a rescender, por tôda uma temporada, à vitela que a cozinha do convento, de chaminé taluda como resfolgadoiro de vulcão, assava ao antigo primor. (CRPC, Aquilino, *Via*)

c. Estes projectos de co-produção que procuram a todo o transe lançar uma ponte entre as duas fraternas e *divorciadas* margens do Atlântico têm redundado em objectos de nula qualidade estética, ainda que sejam com certeza bastante queridos para todos os produtores neles envolvidos. (CRPC, *Expresso*)

d. A flor o copo o brilho da madeira/E a fria e *virgem* liquidez da água/Para o mundo do poema limpo e rigoroso (CRPC, Sophia, *in Público*)

Destes adjetivos, apenas *vivo* ocorre abundantemente em posição pré-nominal, mas com significado diferente do descrito acima (cf. *de viva voz*, *um vivo sentimento*, *um vivo aplauso*, *viva simpatia*), com uso adverbial de modo. Como descrito em secções anteriores, esta mudança de significado, associada a leituras adverbiais do adjetivo, é muito frequente na anteposição de diversos adjetivos qualificativos (cf. 31.2.5, 31.5 e Cap. 27).

[118] Os exemplos de (119) são extraídos do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (*subcorpus* de português europeu), onde não se encontraram usos pré-nominais com sentido literal para estes adjetivos.

[7] É importante ter em atenção que nesta subsecção não se descrevem classes básicas de adjetivos, mas sim leituras que os adjetivos adquirem em contexto; de facto, a maior parte dos adjetivos aceita as duas leituras, restritiva e não restritiva, em contextos apropriados. No entanto, diversos autores (cf. Keenan e Faltz 1980, entre outros) consideram a existência de classes de adjetivos organizadas em torno de propriedades como 'restritivo vs. não restritivo' e 'intersetivo vs. não intersetivo'[119]. A classe de adjetivos restritivos coincide com a classe dos adjetivos denotativos descrita neste capítulo (cf. 31.2.2): nessa perspetiva, a restrição atua ao nível do grupo nominal e serve para delimitar subconjuntos mais ou menos naturais de entidades do universo de discurso, organizando o mundo em tipologias hierarquizadas; trata-se de uma propriedade estável dos adjetivos e é neste plano que se pode usar a noção de 'restrição' na identificação de classes básicas de adjetivos, como os denotativos.

Como os próprios autores, naturalmente, reconhecem, o mesmo adjetivo pode ter uma interpretação restritiva ou não restritiva, dependendo do nome com que se combina ou da posição em que ocorre em relação ao nome. Aqui, a noção de 'restrição' está associada à identificação da entidade, singular ou plural, referida por um sintagma nominal – aquilo a que se chama o referente do sintagma nominal (cf. Cap. 20) – de entre várias possíveis dentro do contexto situacional ou discursivo. É nesta perspetiva que se define a 'leitura restritiva', decorrente da combinação de um dado adjetivo com um dado nome – para além do tipo de determinante que introduz o sintagma nominal, essencial para a função referencial do SN (cf. Cap. 22).

Na construção da leitura restritiva, como referido acima, é importante a ordem linear entre nome e adjetivo: em *o gato gordo roubou-me uma petinga*, a restrição feita pelo adjetivo permite-nos identificar, de entre vários gatos disponíveis no contexto, aquele a que se aplica o predicado *roubou-me uma petinga*, pois no contexto existirá apenas um gato que tenha a propriedade de ser gordo. Em contrapartida, na frase *o gordo gato roubou-me uma petinga*, o adjetivo não contribui para a identificação do referente a que se aplica o predicado, não estando disponíveis no contexto discursivo ou situacional outros gatos, magros ou gordos; o uso do adjetivo serve apenas para realçar, numa avaliação negativa, a propriedade por ele veiculada. No primeiro exemplo, o adjetivo tem leitura restritiva, no segundo tem leitura não restritiva. Em contrapartida, do ponto de vista da classe básica do adjetivo, a ordem dentro do sintagma nominal é irrelevante: um gordo gato não deixa de ser um gato gordo, ou seja, é sempre um elemento do subconjunto formado por gatos gordos, dentro do conjunto dos gatos; trata-se, portanto, de um adjetivo com o traço restritivo, na classificação de Keenan e Faltz, ou denotativo, na classificação proposta neste capítulo.

31.4.3 Leitura absoluta e leitura relativa

Esta dimensão semântica tem que ver com a forma como a atribuição de uma propriedade depende do nome utilizado. Quando o adjetivo expressa propriedades de uma entidade que não variam quando se utilizam outros nomes para a representar, diz-se que o adjetivo tem **leitura absoluta**. Exemplificando, a propriedade representada pelo adjetivo em *uma formiga preta* aplica-se igualmente se nos referirmos à formiga com outro nome, como em *um animal preto*; trata-se de uma propriedade constante, cuja aplicação não depende do sentido do nome para ser correta.

Em contrapartida, a **leitura relativa** expressa uma propriedade que se aplica a determinada entidade quando referida por um nome, mas que poderá não se

[119] Para uma tipologia assente nestas propriedades, cf. Cap. 21; sobre as propriedades 'intersetivo' e 'não intersetivo', cf. a subsecção seguinte.

aplicar quando essa entidade é referida por outro nome; por exemplo, a propriedade atribuída por *grande* em *uma formiga grande* deixa de aplicar-se quando nos referimos à formiga pelo nome *animal*, como em *um animal grande*. Neste caso, a avaliação da propriedade depende fortemente do sentido do nome; assim, no primeiro exemplo, a aplicabilidade do adjetivo só pode ser avaliada em função da medida média das formigas. Em contrapartida, quando se utiliza o nome *animal*, o universo de referência para a atribuição da propriedade muda (passa a incluir todas as entidades da classe dos animais), sendo a avaliação da dimensão denotada por *grande* feita a partir do tamanho médio dos animais; ou seja, aquela formiga será grande enquanto elemento da classe das formigas, mas é pequena enquanto elemento da classe dos animais.

A leitura relativa ocorre, portanto, quando a propriedade expressa por um adjetivo se aplica a uma entidade enquanto elemento de uma dada classe, mas não enquanto elemento de outra. Para cada nome usado, estabelece-se uma comparação entre a manifestação da propriedade atribuída à entidade em questão e a manifestação média da propriedade exibida pela classe de entidades denotadas pelo nome.

Por este motivo, para que um adjetivo tenha leitura relativa, tem de ser graduável (cf. 31.3.1); muitos dos adjetivos graduáveis, mais do que atribuírem uma propriedade, atribuem um grau dessa propriedade e é esse grau que pode oscilar em função do nome com que se combinam. Com os adjetivos não graduáveis, a atribuição da propriedade não depende da comparação com as outras entidades da classe e, por isso, eles têm sempre leitura absoluta: o nome com que se denota uma entidade pode ser substituído por outro nome apropriado sem que a propriedade se altere – p.e., um professor solteiro é um trabalhador solteiro. Uma vez que os adjetivos relacionais não são, salvo algumas exceções, graduáveis, a sua combinação com um nome tem sempre leitura absoluta: um futebolista europeu é um desportista europeu, tal como uma casa camarária é um edifício camarário.

Recorde-se que existem adjetivos graduáveis que correspondem a propriedades dimensionadas numa escala aberta, ou seja, potencialmente infinita, como a altura, o peso, a temperatura, etc. Quando se combina um adjetivo deste tipo com um nome, esse nome delimita uma área finita dessa escala (um determinado intervalo), com base nos valores mínimos e máximos da propriedade expressa pelo adjetivo que são exibidos pelas entidades que o nome denota. Assim, quando se fala, por exemplo, da temperatura de comida confecionada, os falantes não consideram todos os graus de temperatura possíveis (de infinito abaixo de zero a infinito acima de zero), mas apenas os graus de temperatura que, habitualmente, a comida pode apresentar. Por isso, quando se diz que o empadão está quente, a temperatura a que o empadão se encontra será muito abaixo daquela a que se encontra, por exemplo, o núcleo terrestre. Nesse sentido, os valores denotados por *quente* dependem do tipo de entidades a que o adjetivo se aplica, como em qualquer escala aberta.

A propriedade da altura também corresponde a uma escala potencialmente infinita, sendo o nome modificado responsável pela delimitação de um intervalo finito dentro do qual se procede à quantificação da propriedade. No entanto, as duas escalas (denotadas por *quente* e *alto*) têm características diferentes. Enquanto *alto* significa 'de altura superior à média' (cf. 31.3.2 e 31.3.3), *quente* significa 'que tem calor; que recebe ou transmite calor', e não 'de temperatura acima da média'.

Assim, apesar de ambas as propriedades representarem diferentes áreas de escalas, consoante a classe de entidades a que se aplicam, cada uma dessas áreas com um valor médio, apenas na escala de altura esse valor médio corresponde a um valor-padrão. Somente as propriedades que têm valores-padrão associados instanciam uma leitura relativa.

A existência de valores-padrão decorre da forma como as pessoas e as sociedades concebem e tipificam o mundo que as rodeia. As propriedades características na identificação e apreciação dos objetos, como as de dimensão física, têm, geralmente, valores-padrão estabelecidos e os adjetivos que as exprimem exibem, predominantemente, leitura relativa; noutros casos, as propriedades podem ter valores-padrão definidos apenas para algumas classes de entidades e só nesses contextos são interpretados com leitura relativa. Esta pequena diferença é importante para descrever os diferentes contextos em que cada tipo de adjetivos ativa uma leitura ou outra.

Para se saber se existem valores-padrão para uma propriedade numa dada classe de entidades, usa-se como teste um esquema frásico do tipo 'para *x*, *y* é adjetivo': assim, a possibilidade de dizer *para* {*portuguesa*/*criança*/*mulher*}*, a Sara é alta* mostra que existe um valor-padrão para a altura dos portugueses, das crianças ou das mulheres. Em contrapartida, uma frase como *#para médico, o Paulo é alto* é pragmaticamente anómala, o que significa que não existe um valor-padrão de altura para a classe dos médicos – a altura não é uma propriedade relevante para esta classe. Portanto, enquanto de uma criança alta não podemos dizer que seja um indivíduo alto, de um médico alto podemos, o que permite dizer que o adjetivo *alto* tem disponível uma leitura absoluta (cf. Móia 1992b)[120].

Deste modo, se os adjetivos representam propriedades para as quais existem, de forma generalizada, valores-padrão, para que possam ter leitura absoluta têm de ocorrer com um nome que represente uma classe para a qual a propriedade não é relevante. Cabem neste grupo os adjetivos de dimensão física, os de peso e os de velocidade (cf. 31.2.2.1.1).

Os adjetivos que representam propriedades a que não estão associados, de forma generalizada, valores-padrão têm, predominantemente, leitura absoluta; uma vez que estes adjetivos não representam diretamente graus abaixo ou acima de um padrão, para que tenham leitura relativa têm, em primeiro lugar, de ocorrer com nomes que representem classes para as quais a propriedade que atribuem seja relevante; em segundo lugar, é necessário que a atribuição de grau contrarie o valor-padrão dessas classes. De novo, podemos exemplificar esta situação com a escala da temperatura (cf. 31.3.2): os adjetivos *quente* e *frio* representam valores acima e abaixo de um valor médio, mas apenas com algumas classes de entidades a propriedade é relevante e possui um cânone, o que pode ser verificado através do esquema frásico mencionado acima: assim, são estranhos enunciados como *#para cozido à portuguesa, este prato está quente*, *#para óleo, este líquido está quente* ou *#para quarto, esta divisão está fria*, o que nos mostra que, em *um cozido à portuguesa*

[120] Contudo, também é possível que *médico alto* tenha leitura relativa, determinada situacionalmente: se, num jantar, por exemplo, estiverem presentes vários médicos, engenheiros, professores, e a altura média dos médicos estiver abaixo da altura dos restantes convivas, o médico mais alto nesse jantar pode destacar-se; nesse contexto, é possível dizer-se *em relação aos médicos presentes, o Paulo é alto*. Neste caso, trata-se de uma leitura relativa determinada por um padrão situacional e não por um padrão cultural ou conceptual.

quente, *óleo quente* ou *um quarto frio*, a leitura do adjetivo é absoluta, podendo estes sintagmas nominais ser substituídos por *um prato quente*, *um líquido quente* ou *uma divisão fria*. Em contrapartida, a possibilidade de dizer, sem efeito de estranheza, *para gelado, esta sobremesa está quente* ou *para gaspacho, esta sopa está quente* mostra que, com estas classes, a propriedade da temperatura é relevante e tem um valor-padrão, pelo que em *um gelado quente* ou *um gaspacho quente* a leitura é relativa e estes sintagmas nominais não podem ser substituídos por *uma sobremesa quente* ou *uma sopa quente*.

No entanto, o padrão para gaspachos e para gelados não é um valor médio entre frio e quente, mas sim um valor coberto por um dos adjetivos antónimos, nestes casos, *frio*. Deste modo, a leitura relativa só ocorre com o adjetivo que representa o valor oposto (*quente*) ou com o adjetivo que representa o padrão no superlativo absoluto de inferioridade (*pouco frio*)[121]: não dizemos de um gelado pouco frio que é uma sobremesa pouco fria. Repare-se também que a modificação destes nomes pelo adjetivo correspondente ao padrão, em posição pós-nominal, é anómala, pois esse valor está contido no sentido do nome, obrigando a uma leitura não restritiva, incompatível com essa posição – cf. a estranheza de #*um gelado frio* ou #*um gaspacho frio* (cf. 31.4.2). Por outro lado, o facto de nomes como *cozido à portuguesa*, *café* ou *chá* poderem ocorrer com os dois adjetivos antónimos em posposição (*cozido à portuguesa quente*/*frio*) mostra-nos que, apesar das nossas expectativas de que o cozido, o café ou o chá sejam ingeridos quentes, esse valor não faz parte do sentido destes nomes, ou seja, não é relevante; por isso, os dois antónimos podem ocorrer no grau superlativo absoluto de superioridade ou inferioridade, quantificando valores acima ou abaixo dessas expectativas. Essa intensificação do grau, contudo, não conduz a uma leitura relativa (podemos dizer de um cozido à portuguesa muito quente que é um prato muito quente ou de um café muito frio que é uma bebida muito fria).

Comportam-se também como *quente* e *frio* (i) os adjetivos que formam antónimos de grau cuja expressão de quantidade resulta tipicamente de uma apreciação subjetiva e não de um valor-padrão (comparem-se a possibilidade de *para mim, esta sopa está quente*/*salgada* ou *para mim, este quarto está húmido*/*escuro* com a anomalia de #*para sopa, esta comida está quente*/*salgada* ou #*para quarto, esta divisão está húmida*/*escura*); e (ii) os adjetivos graduáveis que cobrem todo o espectro da escala (sem antónimos, portanto), como *azul*, *picante* ou *fosforescente*, que, no grau normal, indicam apenas a pertença a uma classe, sendo necessários operadores de grau para referir diferentes valores de intensidade da propriedade. Ou seja, têm predominantemente leitura absoluta os adjetivos de temperatura, de sabor, de luminosidade e visibilidade, também de apreciação geralmente subjetiva, os adjetivos de cor e de interações físico-químicas e bioquímicas, num uso não especializado (como *húmido*, na frase exemplificada acima), e grande parte dos adjetivos graduáveis de propriedades que caracterizam os seres vivos (mas ver a discussão abaixo).

Com estes adjetivos, a leitura relativa ocorre apenas com algumas classes de entidades, marcadas culturalmente com um valor-padrão, contido no sentido dos nomes que representam essas classes. Assim, uma expressão como *um frango assado*

[121] Isso mostra-nos que os termos "absoluto" e "relativo" na classificação tradicional do grau dos adjetivos são enganadores.

picante tem leitura absoluta, pois é substituível por *uma comida picante*, mas *um caril pouco picante* não é substituível por *uma comida pouco picante*, já que no sentido do nome caril está contido um valor-padrão para esta propriedade (independentemente de haver indivíduos ou comunidades que integraram este prato nos seus hábitos alimentares e lhe tiraram o picante, mas mantiveram ativa a informação de que se trata de um prato que pode estar picante).

Os adjetivos de propriedades resultantes de interações físico-químicas e bioquímicas, devido ao seu caráter técnico ou científico, sobretudo no seu uso especializado, têm um valor de referência fixo, definido na área de saber respetiva, como ilustra o trio *ácido*/*neutro*/*alcalino*, numa escala dimensionada em torno do valor de ph 7, correspondente ao grau neutro, ou o par *quente*/*frio* quando aplicado à temperatura corporal, avaliada em função de um valor fixo. Isto implica que estes adjetivos, no grau normal, tenham leitura absoluta (um líquido ácido é uma substância ácida). No entanto, na medida em que os diferentes objetos de descrição científica, na maior parte dos casos, exibem valores-padrão para essas propriedades, estes adjetivos têm leitura relativa no grau superlativo (um vinagre muito ácido não é uma substância muito ácida).

Por fim, é interessante verificar que existe um outro efeito com as propriedades associadas a valores-padrão contidos no sentido de certos nomes: em construções predicativas, os valores fora do padrão combinam-se obrigatoriamente com o verbo *estar*, como propriedade acidental, episódica, e o sujeito tem leitura de exemplar, não de espécie (cf. *o gelado está* {*quente*/*pouco frio*} vs. #*o gelado é* {*quente*/*pouco frio*}); em contrapartida, os valores-padrão podem combinar-se com os verbos *ser* ou *estar* – no primeiro caso, quando o sujeito tem leitura genérica e, no segundo, quando o sujeito tem leitura particular: cf. *o gelado é frio* vs. *o gelado está frio* (cf. 31.4.1).

Entre os adjetivos que caracterizam atitudes mentais e comportamentais, alguns merecem um tratamento à parte, na medida em que as classes de entidades que induzem a leitura relativa desses adjetivos têm uma característica em comum: os nomes que as representam denotam indivíduos com determinada função ou papel social, como *pai*, *professor* ou *amigo*, e é nessa qualidade que o indivíduo recebe a propriedade, não o indivíduo em si. Por isso, *um pai carinhoso*, *um professor competente* ou *uma amiga honesta* não podem ser substituídos por *um homem carinhoso*/*competente* ou *uma mulher honesta*, pois um pai carinhoso pode ser um homem rígido, tal como um professor competente pode ser um pai incompetente, etc. Nestes casos não existem valores-padrão para as propriedades, sendo a leitura relativa dos adjetivos da exclusiva responsabilidade dos nomes em questão (se usarmos um nome mais genérico, como *homem* ou *pessoa*, obtemos uma leitura absoluta). Alguns destes adjetivos, quando se antepõem ao nome ou quando têm função predicativa, podem apresentar ambiguidade entre leitura relativa e leitura absoluta: *o carinhoso pai* não significa, obrigatoriamente, que é enquanto pai que o indivíduo é carinhoso, tal como *a tua amiga é honesta* não significa que seja na qualidade de amiga que a pessoa em questão é honesta.

[8] Tal como na subsecção anterior, convém realçar que não se descrevem nesta subsecção classes de adjetivos, apesar de o contraste entre leitura relativa e leitura absoluta estar associado a uma oposição semântica básica no sentido dos adjetivos.

Por um lado, existem adjetivos que denotam propriedades que remetem para classes de entidades, à semelhança dos nomes. Os adjetivos de cor, por exemplo, têm denotações deste tipo, pois podemos conceber uma classe de entidades azuis, outra de entidades vermelhas, e assim sucessivamente; também os adjetivos relacionais, com propriedades tão próximas dos nomes, representam classes de entidades (as entidades denotadas pelo nome de que provêm). Por outro lado, existem adjetivos que denotam propriedades que remetem apenas para subclasses de entidades, como os adjetivos de dimensão: não existe uma classe das entidades altas ou das entidades compridas. Os semanticistas chamam aos adjetivos do primeiro tipo **adjetivos intersetivos** e, aos do segundo tipo, adjetivos não intersetivos, ou **subsetivos**[122]. Esta oposição é semelhante àquela que descrevemos nos parágrafos anteriores, e é possível encontrar, em diversos textos da especialidade, o termo "absoluto" como sinónimo de "intersetivo" e o termo "relativo" como sinónimo de "subsetivo". Contudo, a intersetividade e a subsetividade são propriedades dos adjetivos em si (que permitem agrupar os adjetivos em duas grandes classes), enquanto as leituras absoluta e relativa resultam da combinação de um adjetivo com um dado nome. Os adjetivos intersetivos desencadeiam mais frequentemente leituras absolutas, em contextos neutros, e os adjetivos subsetivos, leituras relativas; porém, para ambos os tipos, intersetivos ou subsetivos, é possível obter uma interpretação inversa, desde que sejam graduáveis, dependendo da existência ou não de valores-padrão.

31.5 Posição dos adjetivos em função atributiva

Como tem vindo a ser referido neste capítulo, as diferentes posições ocupadas pelos adjetivos dentro do sintagma nominal refletem-se na sua interpretação. Nesta secção pretende-se, por um lado, sistematizar as características associadas às posições pré-nominal e pós-nominal, descritas em diversas subsecções deste capítulo a propósito de outras propriedades (cf. 31.5.1), e, por outro, descrever os condicionamentos de ordem que existem quando, no mesmo sintagma nominal, se combinam vários adjetivos entre si ou um adjetivo com outros constituintes (cf. 31.5.2).

31.5.1 Fatores semânticos, discursivos e estilísticos na anteposição dos adjetivos

À exceção de um pequeno número de adjetivos, como *mero* ou *alegado*, que apenas podem ocorrer pré-nominalmente, todos os adjetivos podem ocorrer em posição pós-nominal. A posição pré-nominal, em contrapartida, está vedada a um largo número de adjetivos. A posição pós-nominal é a posição canónica de quase todos os adjetivos em português. Pode dizer-se que se trata da posição não marcada, pois não implica uma alteração semântica, discursiva ou estilística do adjetivo ou do sintagma nominal em que ele ocorre. Quando um adjetivo aceita a posição pré-nominal, esta traduz-se numa interpretação distinta desse adjetivo ou do sintagma nominal que o integra (mas cf. discussão abaixo sobre adjetivos avaliativos).

[122] Os termos "intersetivo" e "subsetivo" descrevem as propriedades lógico-matemáticas dos dois tipos de adjetivos: a combinação de um nome com um adjetivo intersetivo forma um subconjunto de entidades que resulta da interseção de dois conjuntos (o conjunto das entidades denotadas pelo nome e o conjunto das entidades que exibem a propriedade denotada pelo adjetivo), enquanto a combinação de um nome com um adjetivo subsetivo forma um subconjunto de entidades que resulta da redução do conjunto denotado pelo nome, ou seja, um subconjunto próprio (o subconjunto das entidades denotadas pelo nome que exibem a propriedade denotada pelo adjetivo). Sobre este tópico, cf. também o Cap. 21.

31.5.1.1 Fatores semânticos e discursivos

Um dos efeitos principais que decorrem da anteposição de um adjetivo verifica-se no plano discursivo: como descrito em 31.4.2, em posição pré-nominal, o adjetivo tem sempre uma leitura não restritiva – a propriedade denotada não serve para a identificação das entidades referidas pelo sintagma nominal. Nestes casos, ou a propriedade denotada pelo adjetivo é intrínseca à classe de entidades denotadas pelo nome, não havendo nenhum membro dessa classe que não exiba essa característica, como em *o doce mel* (e o adjetivo é um epíteto), ou a entidade referida pelo sintagma nominal já está plenamente identificada no contexto discursivo, não existindo outras com as quais possa ser confundida, como em *o inteligente gato*[123].

Deste efeito resultam duas consequências. Por um lado, quando os falantes utilizam um adjetivo que não serve propósitos de identificação de entidades, pretendem realçar as propriedades denotadas por esse adjetivo, ganhando este uma carga afetiva ou avaliativa. Por essa razão, adjetivos que expressam propriedades objetivas não aceitam a anteposição (cf. **um solteiro rapaz*, **um fluvial peixe*, **um quadrado azulejo* ou **uma oxidante substância*). Apenas os adjetivos sobre os quais possa recair uma apreciação subjetiva podem ser antepostos.

Por outro lado, se os adjetivos exprimirem atitudes mentais e comportamentais e estiverem associados a nomes que denotam determinadas funções sociais, a anteposição permite a leitura absoluta do adjetivo, não disponível em posposição (comparem-se *a carinhosa professora* e *a professora carinhosa*, em que apenas o primeiro permite a interpretação de que a pessoa referida é carinhosa em geral e não apenas na sua qualidade de professora; cf. 31.4.3).

Com determinados adjetivos, a anteposição pode ter um outro efeito: em 31.2.5, descreveram-se as leituras adverbiais que alguns adjetivos denotativos obtêm quando combinados com nomes com propriedades eventivas (cf. *um sorriso amável*, *um breve encontro*, *um velho amigo*, por exemplo). Ora, os adjetivos com leitura adverbial podem, na sua maioria, ocorrer antepostos ou pospostos ao nome; por esta razão, se a combinação de um determinado nome com um adjetivo deste tipo for ambígua entre leitura qualificativa e leitura adverbial, a anteposição favorece a leitura adverbial, como ilustrado pelo par *um amigo velho* e *um velho amigo* (cf. 31.2.5.2).

Por fim, quando um adjetivo pertence simultaneamente a diferentes classes (tratando-se, na verdade, de mais de um adjetivo), a anteposição pode ajudar a clarificar a interpretação pretendida. Por exemplo, um adjetivo como *fantástico* pertence à classe dos adjetivos relacionais quando caracteriza entidades associadas a um género literário ou fílmico (cf. *literatura fantástica*, *criatura fantástica*) ou à classe dos adjetivos avaliativos quando corresponde a uma apreciação subjetiva do falante (como em *uma caneta fantástica*). Como se descreveu em 31.2.3, os adjetivos avaliativos podem ocorrer à esquerda ou à direita do nome, com o mesmo valor; nessa medida, um sintagma nominal como *os contos fantásticos de O'Henry* pode

[123] Quando os sintagmas nominais têm interpretação de espécie, mesmo que a propriedade denotada pelo adjetivo não seja inerente à classe de entidades denotadas pelo nome (estando contida, portanto, no sentido deste), a anteposição implica que o falante considera que essa propriedade se aplica a toda a classe (cf. *os inteligentes gatos são excelentes caçadores*).

ser ambíguo, com uma interpretação correspondente aos contos escritos naquele género literário e outra correspondente a quaisquer contos do autor, que o falante avalia de forma extremamente positiva. Quando o adjetivo ocorre em posição pré-nominal, apenas a interpretação como adjetivo avaliativo está disponível (cf. *os fantásticos contos de O'Henry*)[124].

Tem-se uma situação semelhante com adjetivos que pertencem simultaneamente às classes de adjetivos relacionais e adjetivos qualificativos – compare-se *a música popular* com *a popular música*: com o adjetivo posposto, o sintagma nominal tanto pode referir-se à música tradicional, de cariz etnográfico, de uma região (adjetivo relacional – 'relativa ao povo'), como a música que se tornou conhecida por muita gente, independentemente da sua origem (adjetivo qualificativo – 'célebre, famosa'); com o adjetivo anteposto, o sintagma nominal refere-se somente a música muito conhecida e o adjetivo é claramente qualificativo. Também adjetivos que tanto pertencem à classe dos denotativos como à dos intensionais ou modais são preferíveis em posposição quando são denotativos (cf. *amigos falsos*) e em anteposição quando são intensionais ou modais (cf. *falsos amigos*); cf. 31.2.4 para uma descrição mais detalhada deste contraste.

Em síntese, um adjetivo pode ser anteposto se a propriedade expressa não servir propósitos restritivos (razão pela qual os adjetivos intensionais e modais ocorrem obrigatória ou preferencialmente em posição pré-nominal) e se aceitar uma carga afetiva resultante de uma apreciação do falante. A anteposição permite anular ambiguidades de interpretação em adjetivos com diferentes valores ou de diferentes classes, bem como, em contextos delimitados, atribuir, em termos absolutos, uma propriedade que, de outro modo, teria leitura relativa.

O ritmo ou a estrutura prosódica podem favorecer também a anteposição de adjetivos, especialmente quando há vários modificadores ou complementos dentro do sintagma nominal: cf. ?*uma saia comprida de linho maravilhosa* vs. *uma maravilhosa saia comprida de linho*. Quando os sintagmas nominais são muito extensos, os falantes preferem a anteposição de adjetivos que possam receber uma leitura subjetiva, mesmo que não sejam avaliativos puros – cf. #*uma estudante de Física do Porto simpática* vs. *uma simpática estudante de Física do Porto*.

31.5.1.2 Fatores estilísticos

Além dos fatores semânticos e discursivos, pode haver aspetos estilísticos a condicionar a posição dos adjetivos (cf. Callou et al. 2003 e Serra et al. 2003).

Do ponto de vista estilístico, uma vez que a posição pré-nominal está associada a um valor afetivo, nem todos os registos linguísticos aceitam, livremente, a anteposição de adjetivos denotativos. As restrições relacionam-se com o caráter mais ou menos subjetivo da atribuição de uma dada propriedade, por um lado, e com o

[124] Tal como nos casos referidos no parágrafo anterior, a ambiguidade de interpretação só existe com nomes que permitam a ocorrência de adjetivos das duas classes; porém, enquanto no parágrafo anterior se descreviam diferentes leituras de um mesmo adjetivo, neste parágrafo descrevem-se adjetivos que pertencem a classes diferentes. Se houver um outro adjetivo presente no sintagma nominal que bloqueie a interpretação de *fantástico* como adjetivo relacional, este adjetivo pode ocorrer quer em anteposição quer em posposição, sem ambiguidade, como adjetivo avaliativo (cf. *os fantásticos contos policiais de O'Henry* e *os contos policiais fantásticos de O'Henry*).

grau de expressividade do texto, por outro: quanto mais objetiva for a propriedade atribuída por um adjetivo, mais expressivo tem de ser o texto para que se possa conferir o valor afetivo associado à anteposição; esta condição parece aplicar-se essencialmente a nomes que denotam seres vivos, como se verá de seguida; contudo, há adjetivos que representam propriedades sobre as quais dificilmente pode recair qualquer tipo de subjetividade, como os adjetivos qualificativos de interações físico-químicas e bioquímicas (cf. 31.2.2.1.1 e 31.4.2), pelo que nem nos textos mais expressivos (os textos literários) aceitam ser antepostos.

A capacidade de um adjetivo para receber uma leitura afetiva parece estar relacionada com a sua graduabilidade. Sempre que há a atribuição de uma propriedade que exprime um valor dentro de uma escala, existe uma apreciação com um possível grau de subjetividade, maior ou menor, dependendo do tipo de propriedade; em contrapartida, os adjetivos não graduáveis[125], como os adjetivos de forma e os relacionais[126], mas também adjetivos como *solteiro* ou *morto*[127], representam propriedades objetivas, sobre as quais muito dificilmente pode incidir um valor afetivo, o que impede a sua anteposição.

Assim, os adjetivos que permitem um maior grau de subjetividade podem ser antepostos facilmente em qualquer tipo de registo, apesar de serem mais raros em registos coloquiais quotidianos; um bom exemplo são os adjetivos qualificativos de atitudes mentais e comportamentais: *a simpática rececionista*, *o desonesto banqueiro*, *o discreto amigo*; estas propriedades não são atribuídas em função de um valor-padrão nem são mensuráveis com base em unidades de medida convencionadas, permitindo uma atribuição subjetiva (cf. 31.3.2). Desta forma, a anteposição destes adjetivos não implica, necessariamente, um uso figurado; quando não especificam diretamente qualidades mentais ou comportamentais de seres vivos denotados pelos nomes a que se ligam, especificam propriedades de eventos em que participam seres vivos com essas características, no uso adverbial descrito em 31.2.5 (cf. *um simpático jantar*, *as desonestas afirmações*, *um discreto telefonema*).

Os adjetivos de propriedades físicas dos seres vivos e os de propriedades materiais apresentam comportamentos diferentes, sendo mais frequentes os usos figurados quando ocorrem antepostos. Tomando como exemplo os contextos de ocorrência pré-nominal no *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* para os pares de adjetivos *magro*/*gordo*, *curto*/*longo*, *alto*/*baixo* e *pequeno*/*grande*, é possível verificar algumas regularidades interessantes, que passamos a descrever.

Estes oito adjetivos podem ocorrer pré-nominalmente com o seu sentido literal, mas existem diferentes restrições em relação ao nome com que se combinam, decorrentes do tipo de propriedade representada.

---

[125] Excetuam-se os adjetivos avaliativos elativos, como *fantástico* ou *abominável*, que podem ser antepostos mas não aceitam grau; na verdade, estes adjetivos apenas não aceitam especificação de grau por já representarem valores extremos de intensidade da apreciação.

[126] Apenas quando usados metaforicamente estes adjetivos podem ser antepostos. Neste caso, contudo, as propriedades tornam-se graduáveis, como se descreveu em 31.3.1.2 a propósito da recategorização de adjetivos relacionais em adjetivos qualificativos: comparem-se *a poesia lírica*, **a poesia muito lírica*, **a lírica poesia*, em que *lírico* é um adjetivo relacional, com *uma jovem lírica*, *uma jovem muito lírica*, *uma lírica jovem*, em que *lírico* é um adjetivo qualificativo, resultante de um uso metafórico do primeiro.

[127] Contudo, vejam-se os exemplos de (119), em 31.4.2, com o adjetivo *solteiro* em posição pré-nominal.

❖ *magro/gordo*

O par *magro/gordo* exprime propriedades típicas de seres vivos (ou de matérias orgânicas, como o leite ou a carne); pode ocorrer com significado literal anteposto a nomes que denotem entidades deste tipo (*magro capuchinho*, *magro leão*, *gorda esposa*, *gorda galinha*), mas este uso verifica-se sobretudo em registos literários ou de expressividade idêntica. Quando se antepõe a outro tipo de nomes, ganha, naturalmente, sentido figurado ('que conduz à miséria ou à fome/à opulência ou à fartura': *magros salários*, *magra produção*, *magra refeição*, *gordos rendimentos*, *gordos benefícios*); estes nomes pertencem geralmente ao domínio da economia ou das finanças (outros exemplos são *gordo pacote financeiro*, *gordo cheque*, *magras receitas*, *magra fatia do orçamento*, *gorda mais-valia*). O uso do adjetivo com sentido figurado em posição pré-nominal é frequente em diversos tipos de texto.

❖ *curto/longo*

O par *curto/longo*, por sua vez, caracteriza entidades concretas não animadas e é com nomes deste tipo que ocorre com significado literal em anteposição, sobretudo nomes que denotam vias de passagem, objetos estreitos e compridos ou peças de roupa (*curta avenida*, *longa alameda*, *curtas espadas*, *longa coluna*, *curto vestido*, *longo manto*); além destes, podem ocorrer nomes fragmentadores como *faixa*, *segmento*, *troço* ou *parcela*. Em nenhum dos casos existe alguma restrição associada ao estilo de texto, ocorrendo estas combinações tanto em registos literários como jornalísticos ou técnicos. Com outro tipo de nomes, mais do que um sentido figurado, *curto* e *longo* ganham um valor adverbial, quantificando a duração de eventos dinâmicos, particularmente processos (*curtas chuvas*, *longo telefonema*)[128]. Têm uma combinação privilegiada nomes que denotam intervalos de tempo (*curtas horas*, *longos dias*, *curto/longo prazo*), vigência de funções (*curta presidência*, *longo pontificado*) ou eventos que se dimensionam simultaneamente no espaço e no tempo (*curta viagem*, *curta ronda*, *longo passeio*, *longo voo*). O domínio semântico mais surpreendente nestas combinações com valor adverbial de duração temporal é o do discurso: ocorrem com alta frequência nomes como *afirmação*, *anúncio*, *capítulo*, *debate*, *declaração*, *elogio*, *linha*, *nota*, *palavra*, *parágrafo*, *resumo*, entre muitos outros (cf. *longa declaração*, *curto resumo*, etc.). Também no seu uso adverbial estes dois adjetivos podem ocorrer antepostos em qualquer tipo de registo.

❖ *alto/baixo*

Os pares *alto/baixo* e *pequeno/grande* representam propriedades que se aplicam a qualquer tipo de entidades com dimensão física e são, por isso, bastante reveladores dos aspetos que poderão explicar o comportamento de adjetivos de propriedades materiais em posição pré-nominal.

Contudo, estes dois pares não se comportam da mesma forma; *alto* e *baixo* mantêm o significado associado à dimensão física com entidades não animadas (*altas serras*, *baixas casas*), em qualquer tipo de texto, e, raramente, com seres humanos[129], em textos de grande expressividade, sobretudo em registos literários:

[128] Além de processos, é possível ocorrerem nomes que representam pausas dentro de um processo, como *escala*, *folga*, *intervalo*, *paragem*, etc.
[129] Muitas vezes, recorre-se à paráfrase *baixa/alta estatura* para indicar a altura dos indivíduos em vez de antepor diretamente estes adjetivos.

(120) a. e a dona daquele comércio, *alta* mulher de olhos claros e mirada escura, põe sobre o balcão as mãos e responde, com respeito de mais nova (CRPC, Saramago, *Levantado*)

b. A mais *alta* mulher do mundo chama-se Elsa Droyon e tem dois metros e cinquenta centímetros de altura (CRPC, Saramago, *Ricardo Reis*)

c. E um por um, nimbados de sal e distância, queimados pelo vento e pelo sol, *altos* homens de largos ombros desembarcavam na tarde fria (CRPC, Sophia, *Histórias*)

d. principezinho Henrique, o príncipe cenoura (ruivo, sardento), completou ontem 16 aninhos de vida, distribuídos por uns 183 centímetros de altura, o que faz com que seja já mais alto do que o também nada *baixo* pai. (CRPC, *Diário de Notícias*)[130]

Nem todos os nomes que representam entidades humanas aceitam, porém, o significado associado à dimensão física quando estes dois adjetivos ocorrem em posição pré-nominal. Com nomes que denotam funções profissionais, sobretudo administrativas, a anteposição do adjetivo *alto* atua sobre a intensão do nome, referindo um posto superior dentro dessa função (*alto comissário*, *alto funcionário*, *alto dirigente*, *alto dignitário*, *alto diplomata*)[131].

É com uso adverbial que este par de adjetivos ocorre anteposto mais frequentemente, com significados como:

(i) valores reduzidos ou elevados de entidades que se podem dimensionar numa escala, funcionando como um quantificador (*alta temperatura*, *alta densidade*, *alta magnitude*, *baixa cilindrada*, *baixa potência* ou *alto salário*, *baixo preço*, *baixo rendimento*, *altas notas*, *baixas classificações*, ou ainda *alta produção*, *alta especulação*, *baixa mortalidade*, *baixa sinistralidade*, etc.);

(ii) posicionamento em camadas inferiores ou superiores, numa perspetiva física ou social (*alta atmosfera*, *alta troposfera*, *baixa altitude* ou *alta casta*, *baixo clero*, *baixa estirpe*, *alta burguesia*, *baixa condição*, *alta sociedade*), mas também tecnológica, com o adjetivo *alto*, indicando a vanguarda da área em questão (*alta costura*, *alta cozinha*, *alta tecnologia*, *alta moda*);

(iii) avaliação de valores morais, situando-os em extremos de uma escala (*baixa calúnia*, *baixa chantagem*, *baixa demagogia*, *baixa política*, *baixa intriga* ou *alta missão*, *alta homenagem*, *alta consideração*, *alta apreciação*).

Todos estes significados permitem a anteposição em qualquer tipo de texto.

[130] O leitor não deve deixar-se enganar pelo caráter jornalístico de alguns dos exemplos considerados expressivos; dentro dos textos jornalísticos existe uma grande diversidade estilística, da mais objetiva notícia à mais subjetiva crónica.

[131] O adjetivo *baixo*, possivelmente por conferir carga pejorativa ao nome, tem usos muito condicionados neste significado, ao contrário do que acontece com o seu antónimo; *alto* ocorre com muita frequência e forma compostos sintáticos com os nomes que modifica. Um dos poucos contextos em que *baixo* surge com este significado é usado para referir um indivíduo concreto, e não forma um composto:
(i) foi detido por um inferior hierárquico, o mais *baixo* polícia de rua (CRPC, *Público*)

❖ *pequeno/grande*

Por fim, o par *pequeno*/*grande* é aquele que aceita a maior variedade de nomes quando expressa propriedades de dimensão física; possivelmente, a sua versatilidade para medir qualquer tipo de dimensão (comprimento, largura, altura, volume) favorece a sua escolha em detrimento de adjetivos que representam dimensões mais específicas. Os adjetivos deste par combinam-se facilmente com nomes que denotam objetos não animados (*pequeno livro*, *grandes rochas*) e animais (*pequeno javali*, *grandes elefantes*). Em determinadas condições, podem combinar-se com nomes que representam seres humanos:

(121) a. o cidadão brasileiro José, esta *grande* mulher loira com voz entre o grave e o agudo, mini-saia preta e mãos pesadas (CRPC, *Público*)

b. Seguros de que o *pequeno* homem de cabelos brancos e olhar luminoso vai voltar para pintar, de novo, sobre a tela, as suas mulheres e as suas estrelas (CRPC, *Máxima*)

c. O *pequeno* etíope, de 23 anos, acrescentou o título olímpico ao seu já vasto palmarés, no qual se destacam também os recordes mundiais dos 5000 e 10 000 metros. (CRPC, *Diário de Notícias*)

d. uma cidade cheia de pequenos encantos, que vale a pena descobrir, como a *pequena* rapariga apoiada apenas sobre um pé, em jeito de salto, no meio de uma fonte (CRPC, *Público*)

Para estes adjetivos manterem o significado de dimensão física, os nomes têm de ter um valor semântico muito genérico e, mesmo assim, apenas o contexto permite a correta interpretação dos adjetivos. Na maior parte dos casos, em vez de indicar dimensão, *pequeno* indica a idade (por exemplo, *o pequeno feiticeiro* refere-se a Harry Potter, um adolescente), sendo que, naturalmente, os indivíduos mais novos são também de menor estatura. Apesar de possível, o adjetivo *grande* é mais raro neste contexto. Na verdade, na maior parte dos casos em que se antepõe ao nome, atua sobre as propriedades contidas no seu sentido e torna-se avaliativo, com o significado de 'notável' (cf. *grande médico*, *grande homem*, etc.)[132]. Ou seja, nesta posição, com entidades humanas, *pequeno* é frequentemente um adjetivo de idade e *grande*, um adjetivo avaliativo, podendo, neste uso, combinar-se com outros nomes de diversos tipos – cf. *uma grande equipa*, *um grande livro*.

O par pode ainda ocorrer anteposto a nomes que representam seres vivos enquanto elementos associados a determinadas atividades (cf. *pequeno agricultor*, *pequeno comerciante*, *grande empresário*, *grande exportador*, *grande industrial*, *pequeno lojista*, *pequeno produtor*, i.e., as atividades económicas de base[133]), atuando também sobre o seu sentido (agricultor em pequena ou em larga escala, por exemplo), mas não de forma subjetiva. Neste uso, além dos nomes que representam os indivíduos,

[132] O seu antónimo também pode ocorrer com este significado, mas apenas em contextos muito marcados, de contraste:

(i) O administrador apostólico da diocese de Dili reagiu com a humildade habitual: "Não sou um grande homem, sou um *pequeno* homem". (CRPC, *Público*)

[133] Veja-se este exemplo interessante em que existe a mesma interpretação, apesar de o nome modificado ser *homem*:

(i) No fundo, Brando vem da escola realista alemã, que queria representar o *pequeno* homem, o operário, mas quando chega ao cinema já há uma reflexão sobre o herói social mais dolorosa. (CRPC, *Público*)

podem ocorrer os nomes das atividades em si, mais diversificados que o caso anterior (*pequena agricultura*, *pequena empresa*, *grande indústria*, mas também *pequena criminalidade*, *pequeno direito*).

O significado muito genérico deste par de adjetivos faz que possa ocorrer com usos adverbiais diversos, de duração temporal (*uma pequena conversa*), de intensidade (*uma grande discussão*), de quantificação (*um pequeno grupo*).

Por fim, *grande* pode ocorrer ainda como adjetivo intensional intensificador (cf. 31.2.4.2.2), com significado idêntico ao do adjetivo *verdadeiro*: cf. *a grande questão* ou *o grande problema*.

Mais uma vez, apenas com o significado de dimensão física e associados a entidades humanas existem restrições estilísticas à anteposição destes adjetivos.

Outra regularidade encontrada no comportamento destes oitos adjetivos de dimensão física consiste no facto de todos preservarem o significado literal quando se antepõem a nomes que denotam partes do corpo (*curtas pernas*, *longos dedos*, *magras mãos*, *gordas bochechas*, *pequenos olhos*, *grande nariz*). Estes contextos requerem também registos textuais de grande expressividade.

A observação dos contextos em que estes oito adjetivos ocorrem antepostos permite-nos tirar as seguintes conclusões:

(i) apenas em textos de maior expressividade se podem antepor adjetivos de dimensão física (com o valor literal) a nomes que representam seres humanos, animais ou partes do corpo, sendo mais frequente a anteposição com estes últimos e menos frequente com seres humanos;

(ii) se o adjetivo puder aplicar-se a todos os tipos de entidades, os nomes que denotam seres humanos necessitam de ter um significado muito genérico para que o adjetivo anteposto possa ter a interpretação de dimensão física; se o adjetivo só se aplicar a seres vivos, não há restrições ao tipo de nomes, comportando-se como os adjetivos de atitudes mentais e comportamentais;

(iii) com nomes de seres humanos com significado mais específico, a anteposição de adjetivos de dimensão física resulta na sua recategorização em adjetivos intensionais ou avaliativos;

(iv) com entidades não animadas, a anteposição de adjetivos de dimensão física pode ocorrer em qualquer tipo de texto (mas os epítetos surgem preferencialmente em textos de maior expressividade);

(v) a anteposição de adjetivos com uso adverbial não é condicionada pelo tipo de texto.

Referiu-se já por diversas vezes que os adjetivos relacionais não admitem a anteposição, a menos que sofram recategorização em adjetivos qualificativos. Contudo, é possível encontrar, ainda que raramente, adjetivos deste tipo com o seu significado literal e em posição pré-nominal. Trata-se, sem dúvida, de um recurso estilístico muito poderoso, que acentua ironias e fornece grande carga expressiva, que não pode ser utilizado senão em condições muito especiais:

(122) a. A sua *triangular* cabeça de víbora afiava sobre nós a língua bífida dum aguilhão. (CRPC, J. Melo, *Gente Feliz*)
b. o *presidencial* desabafo chegou às bancas no mesmo dia em que a guerra do golfo estragou o ofício religioso a que George Bush assiste aos domingos. (CRPC, *Público*)
c. assiste a um fantasmático e *hospitalar* conselho de ministros do Dr. Oliveira (CRPC, *Público*)

Nestes exemplos, os adjetivos não sofreram qualquer recategorização; em (122b), o adjetivo tem mesmo função argumental ('desabafo do presidente'), possível apenas com adjetivos relacionais. No exemplo (122c), o autor refere-se aos conselhos de estado fictícios que se realizavam no hospital onde Salazar estava internado, de modo a que este pensasse que continuava a exercer o cargo de presidente do conselho de ministros. A força expressiva destes exemplos é ainda maior precisamente pela resistência que estes adjetivos oferecem à anteposição.

31.5.2 Ordem relativa de adjetivos e outros constituintes no sintagma nominal

Dentro do sintagma nominal, são possíveis sequências de diversos modificadores e complementos, que obedecem a restrições de ordem (cf. Cap. 27). Nesta secção descrevem-se os condicionamentos existentes na ordem de adjetivos de diferentes subclasses e na ordem de adjetivos com outros constituintes.

31.5.2.1 Ordem dos adjetivos entre si

Os adjetivos relacionais ocorrem em adjacência ao nome, dada a forte coesão que se verifica entre ambos, quer na função classificadora quer na argumental; assim, se houver também um adjetivo de outro tipo (sublinhado, nos exemplos abaixo) dentro do sintagma nominal, este ocorre no fim da sequência:

(123) a. uma câmara *fotográfica* prateada
b. *uma câmara prateada *fotográfica*

(124) a. um debate *parlamentar* animado
b. *um debate animado *parlamentar*

(125) a. uma câmara *fotográfica* maravilhosa
b. *uma câmara maravilhosa *fotográfica*

Em (123), temos um adjetivo qualificativo, em (124), um adjetivo adverbial, e, em (125), um adjetivo avaliativo. Em nenhum dos casos se pode inverter a ordem dos adjetivos, como se vê pelos exemplos (b); a única alternativa possível a esta ordem seria antepor os adjetivos não relacionais, não disponível para o adjetivo de cor (cf. *um* ***animado*** *debate parlamentar*, *uma* ***maravilhosa*** *câmara fotográfica* e **uma* ***prateada*** *câmara fotográfica*).

Quando existem vários adjetivos relacionais classificadores, ocorre adjacente ao nome aquele que tem a função classificadora mais forte, ou seja, aquele que forma um subtipo natural das entidades denotadas pelo nome; o segundo adjetivo permite encontrar uma nova subclasse, dentro das entidades denotadas pelo grupo nominal formado pelo nome e pelo primeiro adjetivo. Observe-se o seguinte contraste:

(126) a. uma câmara *fotográfica digital*
b. *uma câmara *digital fotográfica*

Em (126), o adjetivo *fotográfica* não pode ocorrer depois de *digital*, pois a relação que existe entre aquele adjetivo e o nome tem a coesão própria de um composto: o grupo nominal denota um subtipo de câmaras, a par, por exemplo, das câmaras de filmar. Dentro desse subtipo existem outros, como as câmaras fotográficas digitais e as analógicas. Em contrapartida, a intervenção do adjetivo *digital* em (126b) induz a interpretação de que as câmaras digitais se podem subdividir em câmaras digitais fotográficas e câmaras digitais de filmar, o que não corresponde à maneira como perspetivamos conceptualmente esse tipo de máquinas. A representação em (127) representa a estrutura de (126a), em que, num primeiro nível, o adjetivo *fotográfica* modifica *câmara,* formando o constituinte *câmara fotográfica*, o qual, por sua vez, é modificado por *digital*:

(127) uma [[câmara fotográfica] digital]

Assim, a ordem entre os adjetivos classificadores reflete uma hierarquia tipológica de entidades, em que cada adjetivo vai formando uma subclasse das entidades denotadas pelo grupo nominal que modifica (uma subclassificação sucessiva, em que cada adjetivo tem escopo sobre a combinação anterior). Por essa razão, se um dos adjetivos for hipónimo do outro, tem de ocorrer depois dele: cf. *produtos vegetais hortícolas* vs. **produtos hortícolas vegetais*.

No entanto, há casos em que se pode trocar a ordem de dois adjetivos relacionais, pois ambas as hipóteses de subclassificação são possíveis: por exemplo, *arquitetura italiana renascentista* e *arquitetura renascentista italiana* são duas sequências perfeitamente naturais, que se distinguem pela perspetiva com que se identificam as subclasses principais – na primeira sequência, a combinação do nome com o primeiro adjetivo denota um subtipo de arquitetura centrado na sua localização geográfica, enquanto na segunda sequência o subtipo é definido com base no seu período artístico. Esta diferença de perspetiva não tem qualquer efeito do ponto de vista da denotação (os dois grupos nominais denotam as mesmas entidades), havendo apenas uma diferença de foco, o qual recai sobre o adjetivo que delimita a subclasse menor (o último): no primeiro caso, o falante quer destacar o estilo renascentista dentro da arquitetura italiana, no segundo, a especificidade italiana dentro do estilo renascentista.

Se os dois adjetivos relacionais forem argumentais, aquele que tem a função semântica de tema precede o agente: *a revisão constitucional socialista* (equivalente a *os socialistas reviram a constituição*) e não **a revisão socialista constitucional* (cf. 31.2.2.2.1).

Quando existe um adjetivo relacional classificador (modificador) e um argumental, a situação não é tão evidente. De acordo com o comportamento geral destes adjetivos, se o adjetivo classificador ocorrer adjacente ao nome, formando um grupo nominal que denota um subtipo de entidades, é este grupo nominal que seleciona o adjetivo argumental e não apenas o nome: em *intervenção militar francesa*, o segundo adjetivo representa, assim, o agente da intervenção militar, como um todo. Contudo, os adjetivos argumentais podem funcionar simultaneamente como classificadores e, nesse caso, têm de preceder os modificadores: em *pesca*

baleeira artesanal, por exemplo, *baleeira* corresponde ao argumento de *pesca*, com a função de tema, mas *pesca baleeira* representa um subtipo de pesca e, por isso, o adjetivo é, além de argumental, classificador; *artesanal* é classificador também, mas corresponde a um modificador; a ordem inversa, com o grupo nominal *pesca artesanal* (um claro subtipo de pesca) a selecionar um argumento com função de tema, não é possível (cf. **pesca artesanal baleeira*)[134].

Os adjetivos qualificativos, por sua vez, parecem exibir uma ordem universal, identificada por diversos autores[135], fundamentada em aspetos cognitivos. Não sendo possível, por questões pragmáticas de processamento, construir sintagmas nominais em que estejam presentes adjetivos representativos de todas as classes, a comparação de sequências formadas por dois adjetivos qualificativos de classes diferentes, em posição pós-nominal, permite identificar a seguinte ordem não marcada: a primeira posição, adjacente ao nome (se não houver um adjetivo relacional), é ocupada por adjetivos de cor e de forma (no caso de coocorrerem adjetivos destes dois tipos, os de cor, em geral, precedem os de forma: *uma mesa branca retangular*; *uma moldura azul redonda*); seguem-se os restantes adjetivos de propriedades físicas (*um livro preto grande*, *um embrulho quadrado pesado*, *um papel branco rugoso*); finalmente, na zona mais periférica, os adjetivos de propriedades mentais e comportamentais e, no extremo, os avaliativos (*uma mulher gorda antipática*, *um sabor ácido desagradável*, *um funcionário eficiente maravilhoso*).

Verifica-se, assim, que os adjetivos de propriedades mais objetivas (e que mais facilmente permitem a identificação do referente) ou que não exigem comparação com outras entidades, i.e., com leitura absoluta intrínseca[136], ocorrem mais perto do nome modificado e que quanto mais subjetiva for a propriedade representada pelo adjetivo, mais periférico este se encontra. Resume-se no esquema abaixo a sequência que acaba de ser enumerada, incluindo-se a posição dos adjetivos relacionais[137]:

> Nome – adjetivos relacionais – adjetivos de cor – adjetivos de forma – adjetivos de outras propriedades físicas – adjetivos de propriedades mentais e comportamentais – adjetivos de avaliação

Este é um esquema sequencial neutro, não categórico, já que na ordem podem intervir muitos outros fatores, particularmente os prosódicos.

A distinção entre adjetivos com leitura absoluta intrínseca e adjetivos relativos tem ainda outra consequência: os primeiros combinam-se num processo de subespecificação sucessiva – ou seja, tal como se descreveu acima para os adjetivos relacionais, cada adjetivo modifica (e especifica) o grupo nominal à sua esquerda, ocorrendo **empilhados**, usando a terminologia linguística; quanto aos últimos, se houver mais de um, apenas o primeiro modifica a sequência à sua esquerda, ocorrendo os restantes, preferencialmente, coordenados (sindética ou assindeticamente) e modificando,

---

[134] O contraste entre *intervenção militar francesa* e **pesca artesanal baleeira* mostra que há uma diferença de comportamento entre argumentos com a função de agente e argumentos com a função de tema: apenas os agentes podem funcionar como argumentos de um grupo nominal complexo.

[135] Cf. Dixon (1982), Sproat e Shih (1990) e Cinque (1994).

[136] Em rigor, os adjetivos intersetivos (cf. Caixa [8]).

[137] Os adjetivos com uso adverbial obedecem, geralmente, às restrições de ordem existentes para o seu uso puramente adjetival, com a diferença de não necessitarem de coordenação (ver parágrafos seguintes).

cada um deles, a mesma sequência que o primeiro e não aquela que o antecede. O paradigma (128) ilustra este contraste, com adjetivos das diferentes classes:

(128) a. as [[flores *campestres*] *azuis*] (vs. ??*as flores campestres e azuis*)
b. a [[câmara *fotográfica*] *pequena*] (vs. *a [câmara] *fotográfica* e *pequena*)
c. a [[moldura] *pequena* e *cara* (vs. *a [moldura *pequena*] *cara*)
d. a [[mesa *branca*] *comprida* e *estreita* (vs. *a [[[mesa *branca*] *comprida*] *estreita*])
e. a [professora] *alta* e *magra* (vs. *a [professora *alta*] *magra*)
f. a [professora] *alta* e *meiga* (vs. *a [professora *alta*] *meiga*)

Nos exemplos (128a,b), o primeiro adjetivo da sequência é relacional e o segundo, qualificativo; contudo, em (128a), o adjetivo qualificativo tem leitura absoluta e, em (128b), leitura relativa, o que poderá justificar a diferença de gramaticalidade dos exemplos à direita, entre parênteses curvos. Nos restantes exemplos do paradigma ocorrem apenas adjetivos qualificativos com leitura relativa, à exceção de *branco* em (128d). O exemplo (128f) merece uma comparação com um outro referido acima e que repetimos aqui: *uma mulher gorda antipática*. À primeira vista, estes exemplos parecem semelhantes, contradizendo-se a generalização feita atrás. No entanto, enquanto *meiga* tem leitura relativa, *antipática* tem leitura absoluta, o que explica a diferença de comportamento.

A coordenação, quer por meio de uma conjunção quer por meio de vírgula (ou quebra melódica, no oral), permite a ocorrência de um número significativo de adjetivos (*um homem alto, magro, moreno, simpático, inteligente e muito divertido*), impossível na construção de empilhamento (cf. #*uma câmara fotográfica digital preta retangular*; nesta situação prefere-se a coordenação do último adjetivo: *uma câmara fotográfica digital preta e retangular*). Quando se coordenam adjetivos, a sua ordem é irrelevante do ponto de vista da interpretação, pois, como referido acima, os adjetivos coordenados modificam exatamente a mesma expressão, ao contrário dos adjetivos empilhados: as expressões *um automóvel* ***rápido*** *e* ***económico*** e *um automóvel* ***económico*** *e* ***rápido*** são equivalentes.

Em anteposição, os adjetivos qualificativos, uma vez que não têm leitura restritiva e, por isso, não definem subconjuntos de entidades, não podem ser empilhados, tenham ou não leitura relativa; assim, apenas a coordenação é possível, embora, em geral, não em número superior a dois: cf. *um grande e ácido limão* vs. **um grande ácido limão*, *uma alta e meiga professora* vs. **uma alta meiga professora*, *uma gorda e antipática mulher* vs. **uma gorda antipática mulher*, *a fresca e branca neve* vs. **a fresca branca neve*. São, contudo, possíveis sequências de adjetivos modais ou intensionais (a negrito) e adjetivos qualificativos (sublinhados) não coordenados (cf. *uma* ***previsível*** *dura crise económica*, *um* ***provável*** *triste fim*).

Quando ocorrem sequências de adjetivos adverbiais antepostos ao nome, os adverbiais modais (a negrito) ocupam o primeiro lugar da sequência, ficando os outros (sublinhados) junto do nome (cf. *as* ***alegadas*** *ocasionais prevaricações* vs. ***as** ocasionais* ***alegadas*** *prevaricações*, *o* ***provável*** *futuro presidente* vs. ***o** futuro* ***provável*** *presidente*)[138].

[138] O adjetivo *falso*, na sua aceção lógica descrita em 31.2.4.2.3, ocorre entre os adjetivos adverbiais e o nome, o que reforça a distinção entre o valor lógico e o valor intensional: *as recorrentes falsas declarações do ministro* vs. **as falsas recorrentes declarações do ministro*.

31.5.2.2 Ordem relativa entre adjetivos e sintagmas preposicionais

Quando existem outros constituintes dentro do sintagma nominal, diversos fatores condicionam a sua ordem relativamente aos adjetivos. Nesta subsecção, descrevem-se sucintamente os aspetos envolvidos na sequenciação de adjetivos e sintagmas preposicionais, remetendo-se o leitor para o Cap. 27, em que se discute em pormenor a estrutura interna do sintagma nominal.

Um dos fatores relevantes tem que ver com a função classificadora que os diferentes constituintes possam ter. Os classificadores têm de ocorrer em adjacência ao nome; se houver mais de um classificador, primeiro ocorre aquele que forma a subclasse mais alta na tipologia: *uma máquina fotográfica com zoom digital* (cf. *câmara fotográfica digital*, e sua discussão na secção anterior). À falta de proeminência de uma subclasse em relação a outra, aspetos pragmáticos, como o foco, determinam a ordem: *plantas tropicais de interior*, com foco em *de interior*, ou *plantas de interior tropicais*, com foco em *tropicais* (cf., acima, *arquitetura italiana renascentista*, com foco no estilo arquitetónico, e *arquitetura renascentista italiana*, com foco na especificidade geográfica e cultural).

Se apenas um dos constituintes for classificador, é ele que ocorre em adjacência ao nome: *caril de caranguejo picante* (vs. ??*caril picante de caranguejo*) ou *avião presidencial dos EUA* (vs. **avião dos EUA presidencial*).

Outro fator tem que ver com o estatuto argumental ou modificador dos constituintes. Se ambos tiverem função argumental, o adjetivo ocorre em primeiro lugar: *a invasão romana da Península Ibérica*. Se apenas o adjetivo for argumental, ocorre antes do sintagma preposicional: *a intervenção francesa no verão* (vs. **a intervenção no verão francesa*). Se o sintagma preposicional for argumental e o adjetivo for modificador, com nomes deverbais o adjetivo ocorre primeiro – *a invasão violenta do Mali* (vs. **a invasão do Mali violenta*) –, a não ser que o adjetivo seja classificador, caso em que as duas ordens são possíveis: *a pesca artesanal de baleias* e *a pesca de baleias artesanal*; para muitos falantes, esta opcionalidade também existe com nomes de relação, que selecionam um complemento preposicionado – *os irmãos louros da Ana* ou *os irmãos da Ana louros*.

Quando quer o adjetivo quer o sintagma preposicional são modificadores e não têm função classificadora, o adjetivo precede, preferencialmente, o sintagma preposicional: *um homem violento com uma pistola* vs. ?*um homem com uma pistola violento* ou *um jantar animado com os amigos* vs. ?*um jantar com os amigos animado*.

31.6 Relações entre adjetivos, nomes e particípios verbais

Adjetivos, nomes e particípios verbais partilham um determinado número de propriedades lexicais, morfológicas e semânticas, que se refletem no seu comportamento sintático. Nomes e adjetivos, por um lado, e adjetivos e particípios verbais, por outro, apresentam importantes afinidades, existindo mesmo determinados itens que podem funcionar dos dois modos – alguns mesmo dos três modos –, consoante o contexto em que ocorrem. Esta secção dedica-se, pois, a descrever aquilo que estas classes têm em comum, bem como aquilo que as diferencia. Em certos contextos, como se verá, não é inteiramente claro que se possa decidir inequivocamente se temos um adjetivo ou um nome, ou se temos um adjetivo ou um particípio.

Numa perspetiva semântica, já foi várias vezes referido no decorrer desta Gramática que os adjetivos, os nomes e os verbos em geral (incluindo, portanto, os particípios) têm em comum o facto de serem **predicados lexicais**, i.e., terem um sentido descritivo que lhes permite funcionar como predicadores[139], como se verifica nas seguintes frases, em que se sublinha o predicador, respetivamente um adjetivo, um nome e um particípio verbal: *o Pedro é inteligente*, *o António é médico* e *o Luís tem visitado a avó todos os dias*.

Também no léxico e na morfologia existem características comuns entre nomes, adjetivos e particípios. Começando com adjetivos e nomes, ambas as classes variam em número, e ambas se caracterizam pela propriedade gramatical do género (ainda que de forma distinta; cf. 31.6.1 e Cap. 55), o que as torna morfologicamente muito semelhantes, sobretudo quando se consideram nomes que denotam seres biologicamente sexuados e que, tal como os adjetivos, admitem variação em género: comparem-se as formas do nome *gato* (*gato – gata – gatos – gatas*) com as formas do adjetivo *alto* (*alto – alta – altos – altas*).

Os particípios verbais, por sua vez, também podem variar morfologicamente em número e género: cf. *lido – lida – lidos – lidas*, particípio do verbo *ler*. Embora essa variação não seja possível nos tempos compostos, com o auxiliar *ter* (cf. *ela tinha lido os jornais* vs. **ela tinha lida os jornais* ou **ela tinha lidos os jornais*)[140], ela é obrigatória, em concordância com o sujeito, nas orações passivas e nas copulativas: cf. *os manifestantes foram feridos pela polícia*, *os manifestantes ficaram/estão feridos*. Realçando as semelhanças entre particípios e adjetivos, nos contextos copulativos ambas as classes podem ocorrer: cf. *os manifestantes ficaram/estão tristes*, *as crianças são felizes*, com adjetivos.

Tendo em conta estas propriedades comuns, não é de estranhar, como se mencionou acima, que haja itens lexicais que podem funcionar em mais do que uma das classes. Para dar alguns exemplos, *elétrico* pode ser adjetivo (cf. *vou comprar um motor elétrico novo para o meu gira-discos*) ou nome (cf. *vou apanhar o elétrico para a Estrela*); *educado* pode ser adjetivo (cf. *ele é uma pessoa muito educada*) ou particípio (cf. *elas foram educadas num colégio de freiras*); e *preso* pode ser nome (cf. *o preso que fugiu ontem ainda não foi apanhado*), adjetivo (cf. *um homem muito preso a noções ultrapassadas*) ou particípio (cf. *ele foi preso pela polícia*).

Estas afinidades entre as três classes, nomeadamente entre adjetivos e nomes, por um lado, e entre adjetivos e particípios, por outro, formam o tópico das duas grandes subsecções seguintes, nas quais se dá um realce particular à discussão dos itens que, em cada um desses pares, podem funcionar como membros de ambas as classes. Como veremos, de forma geral, uma dessas classes é básica e a outra é formada a partir da primeira[141]; concretamente, quando uma forma pode ser

[139] Cf. Cap. 11, em particular 11.4.2.1 e Nota 78 desse capítulo, e também o Cap. 30.

[140] Não confundir o tempo composto, em que o particípio não manifesta concordância em género ou número com qualquer argumento da frase, com a construção "resultativa": cf. *quando eu cheguei a casa, ela já tinha os trabalhos feitos*, em que o verbo *ter* é pleno, selecionando uma predicação secundária que tem como núcleo o particípio, o qual concorda obrigatoriamente com o sujeito semântico dessa predicação, simultaneamente complemento direto de *ter* (sobre esta construção, cf. as Caixas [3] e [17] do Cap. 29).

[141] Como referido na Nota 9, sempre que for evidente, em português, a relação morfológica entre o adjetivo e a palavra de base, não se distinguem, neste capítulo, os adjetivos formados dentro de outras línguas; assim, por exemplo, adjetivos como *descapotável*, com origem no francês *décapotable*, mas cuja relação com o verbo *descapotar* é perfeitamente transparente, serão tratados como meras derivações no plano sincrónico da língua, para não sobrecarregar as descrições.

adjetivo e nome, o estatuto como nome resulta, na maior parte dos casos, de uma recategorização a partir de um estatuto básico adjetival; e quando uma forma pode ser adjetivo e particípio, o estatuto como adjetivo resulta de uma recategorização a partir de um estatuto básico verbal (como particípio). Nalguns casos, além da recategorização, pode dar-se o desaparecimento da forma participial (ou nominal) de base: é esse o caso, p.e., do adjetivo *tinto* (cf. *vinho tinto*), que, em português antigo, era a forma forte do particípio passado do verbo *tingir* (cf. Cap. 2.2.2.2.2), tendo perdido esse estatuto na atual sincronia do português (cf. *a roupa foi tingida* vs. a impossibilidade de **a roupa foi tinta*).

31.6.1 Adjetivos e nomes

Para começar, é necessário limitar o escopo da comparação anunciada no título acima. Nem todos os nomes têm as dimensões semânticas adequadas para serem comparados com adjetivos, e vice-versa. Os elementos que usualmente se consideram nesta comparação são os mais canónicos das classes respetivas, aqueles que têm claramente um sentido denotativo que lhes permite funcionarem como predicadores: na classe dos nomes, os substantivos (os nomes comuns – cf. Cap. 25), e, na classe dos adjetivos, os denotativos (cf. 31.2.2). É, pois, sobre estas duas subclasses que incide a discussão que levamos a cabo nesta subsecção; de igual modo, em 31.6.2, na comparação com particípios, consideram-se apenas os adjetivos denotativos – em particular, os qualificativos.

> [9] Durante um longo período da história dos estudos gramaticais, os adjetivos não eram distinguidos dos nomes enquanto classe autónoma. Para os gramáticos da Antiguidade Clássica, nomes e adjetivos formavam a grande classe dos nomes (em grego, *ónoma*, termo originalmente proposto por Platão). Para os estoicos, a distinção básica entre esta classe e a classe dos verbos (em grego, *rhêma*, termo também com origem em Platão) residia no facto de os membros da primeira, mas não os da segunda, apresentarem variação em caso (nominativo, acusativo, dativo, etc. – cf. Cap. 23.4.3.3.3). Mais tarde, no sistema de Dionísio de Trácia, os verbos foram caracterizados não só por não terem variação em caso, mas também por apresentarem variação em tempo, pessoa e número. Dionísio reconheceu ainda a existência de uma classe autónoma de particípios, separada da classe dos verbos e da dos nomes, e que se caracterizava por ter simultaneamente variação em caso (como os nomes) e em tempo (como os verbos). Recordemo-nos de que as línguas que serviram de base ao estabelecimento deste sistema gramatical foram o grego e o latim, idiomas com paradigmas complicados de declinação casual e em que os particípios, mais do que nas línguas românicas atuais, tinham características morfológicas quer verbais (variação em tempo) quer nominais (variação em caso), sendo, pois, normal considerá-los como uma classe independente "a meio caminho" entre a dos nomes e a dos verbos.
>
> Com a perda progressiva do sistema casual na evolução do latim para as línguas românicas (à exceção do romeno, que apresenta ainda um sistema casual simplificado nos nomes), parece desaparecer a base para o agrupamento clássico dos nomes e dos adjetivos na mesma classe. No entanto, estas duas classes continuam a partilhar propriedades morfológicas importantes, diferenciando-se dos verbos pela presença da categoria gramatical do género e pela ausência de variação em tempo e pessoa.
>
> A distinção entre nomes e adjetivos só começa a despontar, com base em critérios não já de natureza morfológica, mas sim de natureza semântica, a partir dos trabalhos

dos gramáticos da escola modista, durante a Alta Idade Média, entre os quais podemos citar o francês Peter Helias, um dos primeiros a propor essa distinção e possivelmente o primeiro a usar os termos "adjetivo" e "substantivo" (apostos ao termo "nome") como etiquetas para essas classes[142].

31.6.1.1 Diferenças entre adjetivos e nomes

Mau grado as propriedades em comum notadas acima (cf. 31.6 e Caixa [9]), justifica-se postular duas classes de palavras distintas, nomes e adjetivos. Apresentam-se a seguir algumas diferenças semânticas, morfológicas e sintáticas que militam nesse sentido.

❖ Especialização denotativa de adjetivos e nomes

Tendo em conta que, como se referiu acima, as caracterizações apresentadas a seguir dizem respeito aos elementos mais típicos das classes em discussão, podemos dizer (essencialmente seguindo Lyons 1977:477ss) que, numa perspetiva semântica, os substantivos são palavras que denotam classes de indivíduos com propriedades complexas e relativamente constantes – pessoas, animais, coisas e lugares (entre outros tipos ontológicos) –, ao passo que os adjetivos são palavras que denotam propriedades relativamente simples, cuja acumulação numa determinada entidade serve para a identificar como pertencendo a uma classe particular.

É certo que as propriedades também definem classes, tal como os nomes; assim, p.e., o adjetivo *azul* denota extensionalmente (cf. Cap. 20) a classe de todas as entidades com essa cor, sejam elas livros, canetas, casas, automóveis, o céu em determinados dias, etc. No entanto, as classes definidas por adjetivos, sendo baseadas numa única propriedade, têm uma natureza extremamente heterogénea – na medida em que essa propriedade é partilhada por entidades de variadíssimos tipos; em contrapartida, as classes definidas por nomes têm uma natureza relativamente homogénea e estável, na medida em que são o produto do "realismo ingénuo" (baseado, em última análise, na nossa organização cognitiva) que usamos para dividir e classificar aquilo que nos rodeia: em casas, carros, pessoas, árvores, flores, ideias, canetas, automóveis, jardins, etc., mas não em entidades azuis, inteligentes, alegres, quadradas, oxidantes, etc. Estas últimas, pelo contrário, perspetivamo-las como propriedades das várias classes de entidades em que dividimos o mundo, não como classes em si. É precisamente esta assimetria que se reflete semanticamente na distinção entre os nomes – denotadores de entidades – e os adjetivos – denotadores de propriedades.

Esse estatuto semântico distinto dos substantivos e dos adjetivos tem reflexos linguísticos na maneira como estruturamos normalmente as orações copulativas em que se caracterizam as entidades. Assim, p.e., se queremos caracterizar uma entidade que pertence simultaneamente à classe das coisas de cor azul e à classe dos carros[143], diremos *o carro é azul*, não **o azul é carro*. Ou seja, escolhemos o nome *carro* como núcleo do sujeito – representando um membro da classe complexa mas homogénea dos carros –, e dele dizemos que tem a propriedade simples de ser azul, em vez de

[142] Sobre o pensamento linguístico durante a Antiguidade Clássica e a Idade Média, cf. Robins (1967), de onde se resumiram e adaptaram as ideias apresentadas nesta caixa.

[143] E se, adicionalmente, não quisermos usar um pronome demonstrativo como sujeito, como em *isto é um carro azul*. Mesmo assim, não diríamos *#isto é um azul carro*, como se comenta já a seguir, no texto.

escolher o adjetivo *azul* como núcleo do sujeito – representando um membro do conjunto das coisas azuis – para dele dizermos que tem as propriedades complexas que caracterizam a classe dos carros. Nestas frases, atribui-se, pois, uma propriedade simples de natureza geral, expressa pelo adjetivo, a uma entidade complexa de natureza mais particular, expressa pelo sujeito – tendo como núcleo um nome. De modo semelhante, são os adjetivos que modificam os nomes – dizemos *um carro azul* – e não os nomes que modificam os adjetivos – não dizemos *um azul carro*[144].

❖ Categorias do género e do número em nomes e adjetivos

Como se observou acima, os adjetivos, tal como os nomes, podem variar em género e número, e as marcas morfológicas que codificam esta distinção são comuns às duas classes: a terminação em *-s* como marca do plural e a variação na terminação em *-o* ou em *-a* para marcar, respetivamente, o género masculino e o género feminino, nos nomes e adjetivos em que a distinção de género é marcada morfologicamente[145].

No entanto, as semelhanças acabam aqui: o funcionamento das categorias do género e do número é, de facto, substancialmente diferente nos nomes e nos adjetivos. Nos nomes que denotam entidades não animadas, e em alguns que denotam entidades animadas ou humanas, como *pessoa* ou *vítima*, o género é uma propriedade meramente lexical, sem base semântica; esses nomes têm um género intrínseco, não variável – são masculinos ou femininos. Assim, quando terminam numa das vogais *-a* ou *-o*, não podem alternar livremente entre elas: p.e., *livro* é um nome masculino, que não se relaciona com **livra* – uma forma que não existe sequer como nome; e *casa* é um nome feminino, que não se relaciona com *caso* – uma forma que existe como nome, mas que constitui uma palavra distinta, com um significado diferente.

Com muitos nomes que denotam entidades sexuadas, a distinção de género corresponde à oposição semântica entre os conceitos de macho e fêmea. Biologicamente, esta oposição é uma característica dos seres vivos e, semanticamente, das palavras que os representam, ou seja, dos nomes (cf. *primo*/*prima*, *gato*/*gata*, etc.).

Seja como reflexo de uma oposição semântica, seja como característica puramente lexical, o género é uma propriedade inerente dos nomes. Em contrapartida, nos adjetivos, o género – e a concomitante variação na terminação em *-o* ou em *-a*, naqueles adjetivos que a permitem – é uma categoria de concordância, desencadeada na sintaxe pela combinação com um nome, quando os adjetivos são atributivos (cf. *livro amarelo*, *casa amarela*) ou com um sintagma nominal, quando são predicativos (cf. *o livro é amarelo*, *a casa é amarela*).

De forma semelhante ao género nos nomes que denotam entidades sexuadas, a variação em número reflete uma oposição semântica que tem a ver com a existência de entidades discretas e a maneira como as percecionamos – em particular, com o facto de as submetermos a uma operação de contagem (cf. Cap. 21). Linguisticamente, essa operação codifica uma oposição entre cardinalidade um – expressa

---

[144] Abstraímos aqui da possibilidade de antepor os adjetivos com efeitos usualmente estilísticos, o que, aliás, não é usualmente aceite com adjetivos de cor.

[145] As marcas de género estão incluídas num constituinte morfológico mais complexo, o índice temático (que inclui também a vogal final *-e*), o qual é comum a nomes e adjetivos (cf. Cap. 55).

pelo singular – e cardinalidade maior do que um – expressa pelo plural. De novo, é nos nomes, e não nos adjetivos, que se manifesta a semanticidade da categoria gramatical do número. Nos adjetivos, a variação em número, tal como a variação em género, resulta do processo morfossintático de concordância com um nome, quando o adjetivo é atributivo (cf. *livros amarelos*) ou com um sintagma nominal, quando o adjetivo é predicativo (cf. *os livros são amarelos*)[146].

❖ Especificação de grau

Os adjetivos, quando denotam propriedades suscetíveis de variação quantitativa numa escala, são graduáveis (cf. 31.3), podendo ser especificados por advérbios de grau (cf. 31.1.1) e funcionar como núcleo das construções comparativa e superlativa (cf. 31.3.3). Em contrapartida, os nomes não podem ser especificados por advérbios de grau e não podem funcionar como núcleo dessas construções: assim, podemos dizer *um livro muito interessante*, *uma rapariga pouco simpática*, *dois móveis bastante pesados*, mas não **o meu muito livro*, **uma pouco rapariga* ou **dois bastante móveis*. De modo semelhante, podemos dizer *o livro mais interessante de todos* ou *uma rapariga mais simpática do que outra*, mas não **o mais livro de todos* ou **uma mais rapariga do que outra*.

> [10] A conclusão acima, no texto, não significa que os nomes em geral não sejam semanticamente graduáveis; significa apenas que não podem ser especificados por advérbios de grau ou funcionar como núcleo da construção comparativa ou superlativa (mas cf. o segundo parágrafo desta caixa). De facto, nomes abstratos que se relacionam com adjetivos que denotam propriedades graduáveis – como *velocidade*, *altura*, *comprimento*, *calor*, *temperatura* – são semanticamente tão graduáveis como os adjetivos correspondentes. No entanto, mesmo esses itens, enquanto nomes, não podem ser especificados por advérbios de grau, mas apenas por quantificadores de natureza adjetival; compare-se *esse carro é* ***muito*** *veloz* (adjetivo graduável especificado por um advérbio) com a impossibilidade de **esse carro tem* ***muito*** *velocidade de ponta* (nome graduável especificado por um advérbio) e com *esse carro tem* ***muita*** *velocidade de ponta* (nome graduável especificado por um adjetivo). Inversamente, os adjetivos graduáveis não podem ser especificados por quantificadores adjetivais de grau que concordam em género e número com o adjetivo: cf. a agramaticalidade de **duas bicicletas muitas velozes* ou de **dois homens muitos ricos*.
>
> Em função predicativa, no entanto, alguns nomes que denotam classes de grande generalidade e salientes cultural ou socialmente na vida das pessoas, como *homem*, *mulher*, *criança*, *carro*, podem, num estilo informal, ser especificados por advérbios de grau ou formar o núcleo de uma construção comparativa ou superlativa: cf. *ele é muito criança*, *a minha namorada é mais mulher do que a tua*, *és pouco homem/mulher para ela/ele*, *o meu Ferrari é mais carro do que o teu Porsche*. Nestes contextos, mais do que referir-se à classe denotada, o nome representa propriedades típicas ou convencionais da classe, adquirindo, portanto, uma natureza mais adjetival do que propriamente nominal[147]. Nesse sentido, repare-se que a quantificação, nestes casos, é realmente

[146] Para uma discussão detalhada do estatuto morfológico e lexical do género e do número nos nomes e nos adjetivos, cf. Cap. 55. Sobre o funcionamento do número como categoria semântica e o modo como se manifesta em nomes contáveis e nomes massivos, cf. Caps. 21 e 25.

[147] Quando o nome é *homem* ou *mulher*, as expressões têm geralmente uma conotação de natureza sexual. Veja-se também a expressão *isso é que é homem!*: embora o nome não seja especificado, tem um significado implícito de grau.

de grau, e não de contagem; ou seja, mede-se a manifestação na entidade referida pelo sujeito de um grau de uma ou mais propriedades que caracterizam as crianças, as mulheres ou os carros, e não uma quantidade de crianças, de mulheres ou de carros (o que seria o caso com quantificação adjetival dos nomes, em frases como *há muita criança/mulher nesta sala* ou *muita criança/mulher apareceu na festa!*)[148].

Função predicativa

Quer os adjetivos (cf. (129)) quer os nomes (cf. (130)) podem funcionar como predicadores em orações copulativas. Canonicamente, os nomes, mas não os adjetivos, ocorrem com o determinante indefinido *um*[149]:

(129) a. Essa moça é *bonita*. (vs. **essa moça é uma bonita*)
b. Aquele móvel é *pesado*. (vs. **aquele móvel é um pesado*)
c. Esse animal é *feroz*. (vs. **esse animal é um feroz*)

(130) a. Essa moça é um *amor*. (vs. **essa moça é amor*)
b. Aquele móvel é um *armário*. (vs. **aquele móvel é armário*)
c. Esse animal é um *tigre*. (vs. **esse animal é tigre*)

No entanto, existem exceções: assim, quando o nome predicativo denota uma profissão, um cargo, uma relação de parentesco ou uma relação pessoal, ocorre frequentemente sem determinante, como se ilustra em (131) (cf. Cap. 22.2.2.4 e Cap. 30.2.4.1):

(131) a. Ele é *professor/médico*.
b. Ela é *presidente do conselho de administração*.
c. Ele é *pai/amigo do Pedro*.

Inversamente, alguns adjetivos aspetualmente episódicos, quando ocorrem em orações copulativas com o verbo *ser*, adquirindo uma leitura aspetualmente estável, podem combinar-se com o determinante indefinido, funcionando como nomes: cf. *ele é* {*um triste/um bêbedo/um melancólico*}.

31.6.1.2 Adjetivos em contextos de elipse do nome

Pondo de lado os pronomes possessivos e os elementos quantificacionais que ocorrem na posição intermédia analisada no Cap. 20.3.4.4 (cf. *os meus poucos livros*), o contexto mais típico de ocorrência de um substantivo é imediatamente à direita de um especificador (determinante ou quantificador): cf. *o automóvel*, *esse livro*, *uma gravata*, *muitos/poucos relógios*, *algumas pessoas* (cf. Cap. 22)[150]. Quando um adjetivo ocorre isolado neste contexto, é, pois, relevante perguntarmo-nos se funciona como substantivo (nesse contexto, evidentemente), i.e., se se "recategorizou" como tal (por outras palavras, se se "substantivou"), ou se, antes, não deveremos reconhecer que a forma continua a ser um adjetivo de pleno direito, explicando a sua ocorrência

[148] Sobre a possibilidade de quantificar nomes contáveis no singular com quantificadores adjetivais também no singular, cf. Cap. 25.2.
[149] Se o nome apresentar complementos ou modificadores, também pode ocorrer com o determinante definido (cf. *essa moça é o amor da minha vida*, por oposição a **essa moça é o amor*).
[150] Os nomes também podem ocorrer com modificadores à sua direita (adjetivos, sintagmas preposicionais, orações relativas, etc. – cf. Cap. 27). Este ponto é relevante na discussão que se segue, como se verá.

nesse contexto através de qualquer outro fator gramatical. Como veremos, os dois casos existem. Nesta subsecção, discutimos o segundo caso, ou seja, a ocorrência de adjetivos isolados imediatamente à direita de um especificador, sem que esses adjetivos tenham sido recategorizados em nomes.

Os casos em que isso sucede são as construções de elipse nominal (cf. especialmente o Cap. 45.3, e também o Cap. 23.1). Nestas construções, o núcleo nominal de um sintagma nominal não é realizado foneticamente, sendo recuperado semanticamente de uma de duas maneiras: (i) anaforicamente, quando é idêntico ao núcleo de outro sintagma nominal – o **antecedente** – que ocorre anteriormente no mesmo contexto discursivo – possivelmente na mesma frase (cf. (132a)); (ii) deiticamente, a partir do contexto situacional, quando há uma entidade suficientemente saliente que possa servir de referente do sintagma nominal que tem o nome elidido e, consequentemente, suprir o nome ausente (cf. (132b)):

(132) a. Traz-me o *livro* de matemática, e também [o de física].
b. (O falante aponta para um livro e pede ao seu interlocutor:) Traz-me [esse].

Nos dois exemplos, recupera-se o nome *livro* no sintagma nominal entre parênteses retos, em (132a) por identidade com o nome nuclear (em itálico) do SN sublinhado, e em (132b) pelo facto de o falante tornar saliente no contexto situacional que o referente do SN entre parênteses é um livro.

Repare-se que, nos dois casos, e num contexto discursivo e situacional idêntico, o nome *livro* poderia ter sido explicitamente pronunciado sem afetar a gramaticalidade do enunciado, ainda que de forma redundante: cf. *traz-me o livro de matemática e também o livro de física*, e *traz-me esse livro*. Por este motivo, considera-se que a ausência do nome – a elipse – consiste numa omissão de natureza fonética e que, no nível da organização gramatical, o nome está presente no sintagma nominal. Este tipo de análise é representado explicitando o nome na representação e indicando a sua ausência – meramente fonética – através de uma rasura (cf. Cap. 45); para os exemplos de (132), temos, assim, (133):

(133) a. Traz-me o *livro* de matemática, e também [o ~~livro~~ de física].
b. Traz-me [esse ~~livro~~].

Os sintagmas nominais com nomes omitidos por elipse podem ocorrer com qualquer tipo de modificador, incluindo adjetivos, como se ilustra a seguir:

(134) a. Preciso de um lápis novo, [o *velho*] já está gasto.
b. (O falante, em frente de uma montra onde se encontram camisas de várias cores) Vou comprar [a *azul*].

Nestes casos, de novo, a interpretação dos sintagmas nominais entre parênteses, respetivamente anafórica e dêitica, indica que possuem um nome elíptico, recuperado como *lápis*, no primeiro caso, e como *camisa*, no segundo. De modo semelhante a (132)/(133), a estrutura destes exemplos é a representada em (135):

(135) a. Preciso de um lápis novo, [o ~~lápis~~ *velho*] já está gasto.
b. Vou comprar [a ~~camisa~~ *azul*].

Em (134), portanto, *velho* e *azul* não estão recategorizados em substantivos. Antes, mantêm plenamente o seu estatuto de adjetivos atributivos, modificadores, respetivamente, dos nomes elididos *lápis* e *camisa*, como se representa explicitamente em (135).

Resumindo: em sintagmas nominais com a forma determinante + adjetivo, sem um substantivo, quando é possível recuperar um nome anaforicamente através de um antecedente, ou deiticamente através da presença de uma entidade saliente que possa suprir um substantivo adequado, o adjetivo não se encontra recategorizado; antes, mantém plenamente a sua classe original, modificando um nome elíptico.

Os exemplos dados acima, com os adjetivos *velho* e *azul*, permitem realçar a importância da interpretação no momento de avaliarmos se um adjetivo no contexto determinante + adjetivo continua a ser adjetivo ou se recategoriza em substantivo. Com efeito, tanto *velho* como os adjetivos de cor em geral podem ocorrer nesse contexto sem recuperação anafórica ou dêitica de um nome elíptico; nesses casos, encontram-se, de facto, recategorizados em substantivos (cf. 31.6.1.3). No entanto, o adjetivo *velho* recategorizado em substantivo tem um sentido extremamente restringido, de 'pessoa de idade avançada': no enunciado *está <u>um velho</u> caído no chão da sala*, dito num contexto situacional e discursivo em que não seja possível recuperar um nome independente, o sintagma nominal (sublinhado) que inclui *velho* só pode representar um ser humano; em particular, não pode designar um lápis, um livro, um prato ou outra coisa qualquer – compare-se com a interpretação anafórica de (134a).

Por sua vez, os adjetivos de cor podem funcionar como substantivos em contextos de referência genérica (ou seja, em que se fala de uma determinada cor de maneira geral) ou quando têm uma interpretação quantificacional não contável, mais precisamente "massiva" (cf. Cap. 25.1), podendo, nesse caso, ser especificados por quantificadores no singular: cf., respetivamente, *<u>o azul</u> é a minha cor preferida* (interpretação genérica) e *esse quadro tem <u>demasiado azul</u>* (interpretação massiva). De novo, nestes dois casos, não está disponível uma interpretação anafórica ou dêitica, e o sintagma nominal (sublinhado) que contém *azul* apenas pode denotar a cor em si mesma, quer de forma genérica, quer numa quantificação de medida – compare-se com a interpretação de (134b)[151].

31.6.1.3 Adjetivos recategorizados como substantivos

Como vimos acima, os adjetivos qualificativos denotam propriedades relativamente simples e podem caracterizar entidades de classes muito diferentes. No entanto, quando se recategorizam em substantivos, a sua capacidade denotativa restringe-se; em particular, deixam de designar uma propriedade, passando a denotar uma classe de entidades restrita (ou mais que uma, se o substantivo resultante tiver vários significados, por homonímia ou polissemia).

De forma geral, aquilo que permite a um adjetivo funcionar como substantivo é o facto de a propriedade simples denotada pelo adjetivo ter um alto grau de

[151] Repare-se que, em *o azul é a minha cor preferida*, é indefensável a ideia de que o sintagma nominal sujeito tem o nome *cor* elidido, já que esse nome é feminino e o SN é masculino. Um raciocínio semelhante é válido para rejeitar um nome elíptico como *tinta* na segunda frase dada acima como exemplo.

relevância na caracterização da classe que ele passa a designar – em termos sociais, económicos, políticos, culturais, morais, técnicos, ou outros –, permitindo que esta seja conceptualizada em função dessa propriedade. Assim, p.e., o substantivo *elétrico* (proveniente de um adjetivo relacional – cf. 31.6.1.3.3) designa univocamente um meio de transporte, ainda que, como adjetivo, possa modificar substantivos de vários tipos (cf. *comboio elétrico*, *motor elétrico*, *fogão elétrico*, etc.). O substantivo *doce* significa algo como 'confeção culinária em que entra açúcar ou outros adoçantes'; compare-se com o adjetivo, que denota uma propriedade simples, podendo combinar-se com qualquer tipo de nome que denote um produto comestível, ou mesmo não comestível, desde que seja humanamente possível avaliar a propriedade em questão (cf. *molho doce*, *fruta doce*, *vinho doce*, por um lado, e *pó doce*, *substância doce*, por outro).

A classe de entidades que ocupa um lugar mais elevado na nossa hierarquia cultural e social é, sem dúvida, a dos seres humanos, o que explica que seja essa a classe que, por excelência, é denotada pelos substantivos que resultam da recategorização de adjetivos. Isso explica, por um lado, que a maioria dos adjetivos que permitem essa recategorização sejam adjetivos qualificativos que denotam propriedades específicas dos seres humanos (nalguns casos, dos animais superiores – cf. 31.2.2.1.2), como *bêbedo*, *cego*, *cobarde*, *coxo*, *criminoso*, *valente*, etc.; e, por outro lado, como observámos acima, explica que, mesmo quando o adjetivo de base pode modificar nomes de diversos tipos ontológicos, quando é recategorizado em substantivo, a sua denotação se restrinja à classe das pessoas. Assim, p.e., enquanto adjetivo de idade (cf. 31.2.2.1.1 e 31.2.5.2), *velho* remete para uma propriedade simples que caracteriza um número extremamente diverso de entidades: relógios, livros, pessoas, animais, cadeiras, quadros, janelas, casas, e assim por diante (praticamente tudo que existe pode – nalgum momento da sua existência – ser caracterizado por este adjetivo). Em contrapartida, enquanto substantivo, *velho* denota apenas seres humanos; fora dos contextos que permitem elipse (cf. 31.6.1.2), ninguém se refere a um relógio antigo dizendo *o velho*: cf., por exemplo, com a intenção de referir um relógio velho, a impossibilidade de se dizer #*o velho deixou de bater as horas* na ausência de um contexto discursivo ou situacional que permita recuperar o substantivo.

Passamos seguidamente a exemplificar algumas instâncias de recategorização de adjetivos em substantivos, prestando particular atenção a três dimensões semânticas: (i) o tipo de leitura que resulta da recategorização (genérica vs. particular); (ii) as classes e subclasses de adjetivos denotativos que mais facilmente se prestam a essa recategorização; e (iii) a nova interpretação do substantivo proveniente da recategorização, em função do tipo de entidade denotada, nomeadamente em termos do traço semântico [±humano]. O enfoque das duas primeiras subsecções a seguir é sobre adjetivos qualificativos; em 31.6.1.3.3 discutem-se alguns aspetos da recategorização de adjetivos deverbais e denominais – em particular relacionais.

31.6.1.3.1 Recategorização com interpretação [+ humano] e leitura genérica

Muitos adjetivos qualificativos que denotam propriedades aplicáveis a seres humanos podem funcionar como substantivos em sintagmas nominais plurais introduzidos pelo artigo definido no masculino, ou reduzidos (i.e., sem especificador lexical), de referência genérica (i.e., que designam uma classe da forma mais geral possível

– uma espécie, nos termos do Cap. 21.1.4; cf. também o Cap. 22.1.2.1.7). Para simplificar a exposição, usamos o termo "recategorização genérica" para este tipo particular de recategorização de um adjetivo em substantivo. Dão-se alguns exemplos a seguir (destaca-se, em itálico, o substantivo proveniente da recategorização)[152]:

(136) a. Os *ciumentos* não são boa companhia.
b. Ele só dá emprego aos *competentes*.
c. Vou ver um jogo de *casados* contra *solteiros*.
d. Prefiro os *inteligentes* aos *estúpidos*.
e. Os *pobres* sofrem com a crise.

Outros exemplos (fora de contexto frásico), entre muitos outros, são (em SN definidos): *os antigos*, *os cobardes*, *os criminosos*, *os desconhecidos*, *os gordos*, *os grandes*, *os humildes*, *os mal-educados*, *os mortos*, *os novos*, *os pequenos*, *os pobres*, *os ricos*, *os valentes*, *os velhos*, *os viúvos*, *os vivos*. Na realidade, é plausível que, em contexto apropriado, praticamente todos os adjetivos que denotam propriedades aplicáveis a seres humanos possam ser recategorizados genericamente.

Repare-se que não é possível explicar a recategorização genérica em termos de elipse de um nome. Primeiro, a interpretação dos sintagmas nominais em questão não é nem dêitica nem anafórica, ou seja, não depende nem da presença de uma entidade saliente no contexto situacional que possa suprir um nome, nem está dependente de um nome que ocorra previamente no discurso (como seria o caso, p.e., em *nem os alunos estúpidos nem os inteligentes vão ter dificuldades neste curso* – analisável como envolvendo elipse do nome *alunos* no sintagma nominal sublinhado; cf. 31.6.1.2). Segundo, se houvesse elipse, o nome mais plausível como candidato a ser omitido seria *pessoa*, que é de género feminino, não masculino, o que entra em conflito com o artigo definido masculino que especifica o substantivo (cf. a impossibilidade de **os pessoas ciumentos não são boa companhia* – compare-se com (136a)).

A recategorização genérica dos adjetivos em nomes ocorre tipicamente na denotação de seres humanos (cf. a discussão no final de 31.6.1.3), o que implica que os adjetivos que se podem aplicar a outro tipo de entidades (enquanto adjetivos, entenda-se) veem a sua denotação restringida, como já se notou acima relativamente a *velho*. Outro exemplo é o item *desconhecido*: ainda que o adjetivo denote uma propriedade aplicável a vários tipos de entidades (cf. *uma casa desconhecida*, *uma lei desconhecida*, *uma causa desconhecida*, etc.), na recategorização genérica só pode denotar seres humanos. Assim, p.e., a frase *os desconhecidos intrigam-nos* só pode significar que as pessoas desconhecidas nos intrigam, não que as causas desconhecidas nos intrigam.

Os adjetivos recategorizados genericamente em substantivos não perdem todas as suas propriedades adjetivais, o que lhes dá um estatuto de certo modo híbrido entre adjetivo e substantivo. Assim, para muitos falantes, admitem especificação em grau, com especificadores adverbiais – não adjetivais –, algo que não é permitido

[152] Alguns dos exemplos de adjetivos recategorizados em nomes apresentados nesta secção são resultado de uma anterior recategorização de particípios passados em adjetivos, como *casado*, *cozido*, *desconhecido*, etc. (cf. 31.6.2).

com substantivos primitivos, como se discutiu em 31.6.1.1: cf. *com a crise, os pouco competentes não vão conseguir arranjar emprego*; *neste país, valorizam-se os mais audazes*; *ele só dá emprego aos mais competentes*; *os muito pobres sofrem que se fartam com a crise*; *os muito ricos nunca ganharão o reino dos céus* – compare-se com a impossibilidade de **os muito estudantes passam sempre nos exames*, ou de **este hospital só contrata os mais médicos*, com substantivos primitivos.

31.6.1.3.2 Recategorização com leitura particular

São em menor número os adjetivos qualificativos que aceitam uma recategorização completa em substantivo, ou seja, que permitem uma leitura em que denotam entidades particulares, e não a classe na sua totalidade[153]. Quando tal acontece, os nomes recategorizados combinam-se com uma gama maior de determinantes. Estas propriedades ilustram-se nos seguintes exemplos (coloca-se em itálico o substantivo e o determinante):

(137) a. Eu sou apenas *um curioso* nessa matéria.
b. És *um selvagem*!
c. *Esse comilão* não vai deixar nada para a gente.
d. A Maria está a dançar com *um* {*velho*/*imbecil*/*bêbedo*/*barbudo*}.
e. Detesto aquele {*puritano*/*arrogante*/*imbecil*/*chato*/*desgraçado*} com quem namoras.
f. Ainda estão *alguns doentes* na sala de espera.

Sem pretendermos ser exaustivos, entre os adjetivos de que resultam substantivos denotadores de pessoas que permitem a leitura particular incluem-se os seguintes (cf. 31.2.2.1.1): (i) na área dos adjetivos de idade, *idoso*, *jovem*, *velho*; (ii) na área dos adjetivos de propriedades físicas, fisiológicas ou de constituição, *barbudo*, *bêbedo*, *cabeludo*, *cego*, *coxo*, *doente*, *gordo*, *grávida*, *morto*, *obeso*, *tonto*, *virgem*; (iii) na área dos adjetivos de atitudes mentais e comportamentais, *antipático*, *arrogante*, *chato*, *comilão*, *curioso*, *desgraçado*, *fiel*, *imbecil*, *incompetente*, *infeliz*, *ingénuo*, *maldisposto*, *mal-educado*, *mandão*, *mentiroso*, *preguiçoso*, *pretensioso*, *puritano*, *selvagem*, *simples*, *sovina*, *teimoso*, *tolo*, *tonto*, *trabalhador*; (iv) na área dos adjetivos de estados sociais e morais, *condenado*, *culpado*, *pobre* e *viúvo*, entre outros[154].

Para além destes, mencione-se também uma série de adjetivos (entre os quais se encontram alguns relacionais e deverbais) que, quando substantivados, denotam (i) ocupações, cargos ou profissões: *caçador*, *crítico*, *escritor*, *intelectual*, *militar*, *político*, *técnico*, *trabalhador*; (ii) origem geográfica ou nacional: *alentejano*, *egípcio*, *francês*, *grego*, *lisboeta*, *minhoto*, *português*, *romano*; (iii) crença religiosa: *budista*, *católico*, *judeu*, *muçulmano*, *protestante*; crença político-ideológica ou pertença a um grupo com tal crença: *comunista*, *esquerdista*, *extremista*, *marxista*, *socialista*; como curiosidade,

[153] Nos termos do Cap. 21.1.4, estes itens permitem uma leitura em que denotam espécimes ou exemplares, e não apenas espécies ou tipos. De facto, é importante notar que os adjetivos que aceitam a recategorização completa em substantivo também permitem a leitura genérica, a par da particular.

[154] É curioso notar que a maioria dos adjetivos que recategorizam completamente em substantivos têm uma conotação negativa: p.e., podemos dizer *um selvagem*, mas não #*um civilizado*, *um infeliz*, mas não #*um feliz*, *um mal-educado*, mas não #*um educado*, *um morto*, mas não #*um vivo*, *um tonto*, mas não #*um inteligente*, entre outros exemplos que se poderiam dar.

mencionem-se os nomes que denotam funções (ou posições) de futebolistas: *avançado*, *lateral*, *médio*, também provenientes de adjetivos.

Quando os substantivos provenientes de recategorização adjetival são eles próprios modificados por adjetivos, o resultado pode ser ambíguo, naqueles casos em que o adjetivo também é potencialmente recategorizável, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(138) a. um tolo selvagem, um selvagem tolo
b. um imbecil barbudo, um barbudo imbecil
c. um português arrogante, um arrogante português

Em (138a,b), dada a ordem não marcada nome + adjetivo em português, a leitura mais natural dos exemplos é aquela em que o primeiro item lexical funciona como substantivo (*tolo*, *selvagem*, *imbecil* e *barbudo*, seguindo a ordem das primeiras expressões dos exemplos) e o segundo como adjetivo (*selvagem*, *tolo*, *barbudo* e *imbecil*, na mesma ordem). No entanto, em *um tolo selvagem* e *um imbecil barbudo*, é possível obter uma leitura em que *selvagem* e *barbudo* são substantivos, e *tolo* e *imbecil* são adjetivos antepostos, com os efeitos estilísticos e expressivos próprios dessa anteposição[155]. Finalmente, no primeiro exemplo de (138c), *português* é substantivo e *arrogante* é adjetivo, dado que os adjetivos de nacionalidade, claramente relacionais, não podem ser antepostos; já no segundo exemplo, tem-se de novo ambiguidade: qualquer um dos itens pode ser substantivo ou adjetivo.

Como se observou, a maioria dos substantivos resultantes da recategorização de adjetivos denota seres humanos, mas, curiosamente, uma minoria denota produtos comestíveis – o que revela a importância da área gastronómica na vida das comunidades. Incluem-se neste grupo o substantivo *doce*, já comentado acima, o substantivo *salgado* (frequentemente usado na forma diminutiva *salgadinho*), e também dois substantivos derivados de particípios verbais que denotam métodos de cozinhar: *assado* e *cozido* – este último com um sentido bem particular em português, por vezes usado como parte do nome composto *cozido à portuguesa*. Assim, é perfeitamente possível dizer: *este cozido está ótimo* e *hoje temos um assado para o jantar*. O adjetivo *frito* pode também funcionar como substantivo: cf., com um sentido genérico, de espécie ou de tipo, *os fritos enjoam-me*, *não gosto de fritos*. Alguns falantes admitem igualmente uma leitura particular: cf. *hoje ao almoço comi um frito que me caiu mal* ou *esse frito tem um aspeto que só de ver enjoa*.

Finalmente, como também já se observou, os adjetivos de cor podem ser recategorizados em nomes massivos (cf. Cap. 25), podendo denotar a cor em termos genéricos (cf. *o azul é a minha cor preferida*; compare-se com o nome massivo *água* em *a água é o bem mais precioso do planeta*) ou uma quantidade indeterminada da cor, perspetivada como uma substância: cf. *este quadro tem azul a mais* (compare-se com *esta panela tem água a mais*).

[155] Talvez devido à sua natureza denominal (e relacional no caso de *selvagem*), *selvagem* e *barbudo* não admitem tão facilmente a posição pré-nominal, logo *um selvagem tolo* e *um barbudo imbecil* são interpretados como sequências de nome + adjetivo.

31.6.1.3.3 Recategorização de adjetivos denominais e deverbais

Alguns adjetivos relacionais – i.e., derivados de um nome ou relacionados semanticamente com um nome, como *elétrico* (cf. 31.2.2.2) – e deverbais – i.e., derivados de formas verbais, como *secador*(*a*), *calmante* ou *descapotável* – também recategorizam em substantivos. Contrariamente aos substantivos que resultam de adjetivos qualificativos simples, muitos dos substantivos provenientes deste tipo de recategorização denotam classes de entidades não humanas, nomeadamente máquinas ou produtos, entre os quais se destacam os farmacêuticos. Eis alguns exemplos, entre outros que se poderiam apresentar: *adesivo*, *antidepressivo*, *explosivo* (relacionais com o sufixo *-ivo*); *elétrico*, *político* (relacionais com o sufixo *-ico*); *intelectual*, *submarino* (relacionais com os sufixos *-al* e *-ino*, respetivamente); *conservador*, *metralhadora*, *secador*(*a*) (deverbais com o sufixo *-or*); *ajudante*, *calmante*, *estimulante*, *traficante*, *tranquilizante*, *vigilante* (deverbais com o sufixo *-nte*) e *descapotável* (deverbal com o sufixo *-vel*).

Alguns destes substantivos podem ser usados no masculino ou no feminino, quer para referir entidades diferentes (*secador* – aparelho para secar o cabelo – e *secadora* – máquina para secar roupa), quer denotando diferença de género biológico, quando o substantivo denota pessoas, como em *conservador* vs. *conservadora* (de um museu).

Certos sufixos que ocorrem nestes substantivos contribuem de forma mais forte para o seu significado, como é o caso dos sufixos agentivos *-dor* e *-nte* (uma secadora é uma máquina que seca, um traficante é uma pessoa que trafica, etc.) ou do sufixo *-vel* em *descapotável* – que denota um automóvel do qual se pode tirar a capota (cf. Cap. 57).

Pelo menos nalguns destes casos, é possível especular que a recategorização do adjetivo em substantivo resulta do facto de passar a ser usado sozinho, em substituição de um grupo nominal com a forma nome + adjetivo com as características de unidade multilexical ou num estádio de lexicalização avançado (cf. Cap. 9): cf., por exemplo, *carro elétrico*, *pistola metralhadora*, *carro/automóvel descapotável*. Ou seja, os falantes simplificam o grupo, passando a usar unicamente o adjetivo (que denota a propriedade mais saliente da entidade) como substantivo.

> [11] No âmbito da recategorização, merecem um comentário à parte os adjetivos que denotam propriedades de situações e que, consequentemente, podem modificar atributivamente o nome *situação* (cf. (ia)), predicar sobre um sujeito que tenha esse nome como núcleo (cf. (ib)) ou ainda predicar sobre um sujeito frásico – em posição final – que denote uma situação (cf. (ic) e Cap. 36). Entre esses adjetivos incluem-se *curioso*, *desagradável*, *divertido*, *engraçado*, *espantoso*, *fascinante*, *intrigante* e *misterioso*, entre outros:
>
> (i) a. uma situação {curiosa/divertida/intrigante}
> b. A situação é {curiosa/divertida/intrigante}.
> c. É {curioso/divertido/intrigante} [que o Luís tenha respondido assim].
>
> Especificados pelo artigo definido, estes adjetivos podem ser usados como substantivos, no singular, com a função de sujeito de uma frase copulativa especificativa (cf. Cap. 36.7.3.2), em que uma oração subordinada predicativa descreve a situação à qual se atribui a propriedade denotada pelo adjetivo (cf. (iia)); opcionalmente, o adjetivo pode ser modificado pelo sintagma preposicional *da situação* (cf. (iib)):

(ii) a. O {curioso/divertido/intrigante} é que [o Luís tenha respondido assim].
b. O {curioso/divertido/intrigante} da situação é que [o Luís tenha respondido assim].

Em (ii), invertem-se funcionalmente os termos de (ic): o predicador adjetival de (ic) – em posição inicial – passa a ser um sintagma nominal definido com a função de sujeito, tendo como núcleo o adjetivo, e o sujeito frásico de (ic) – em posição final (cf. Cap. 36) – passa a funcionar como predicado.

Não é inteiramente claro, no entanto, que o adjetivo em (ii) esteja recategorizado em substantivo. Em primeiro lugar, não altera a sua denotação, i.e., não passa a denotar uma classe, como nos casos analisados no texto; ou seja, continua a denotar uma propriedade, do mesmo modo que em (i). Em segundo lugar, o facto de o sintagma nominal *a situação* – sujeito em (ib) – poder ocorrer como modificador do adjetivo em (iib) (integrado num sintagma preposicional) lembra os sintagmas nominais inversos predicativos (cf. Cap. 27.3.4.2), em que o mesmo tipo de "rearranjo" do sujeito e do predicado ocorre, como se ilustra em (iii) (compare-se com o par (ib)/(iib)):

(iii) a. O professor é {(um) idiota/um camelo}.
b. {o idiota/o camelo} do professor

Este paralelismo sugere que as frases de (ii) instanciam uma construção mais geral, na qual se inclui igualmente (iiib), não diretamente ligada à recategorização de adjetivos em substantivos.

A esse propósito, há um dado comparativo que pode ser esclarecedor. Em espanhol, na construção correspondente a (ii), o artigo utilizado é o neutro *lo*, não o masculino *el*: cf. *lo curioso* (*de la situación*) *es que Luis haya contestado así*. Podemos então especular que um adjetivo pode ser especificado por um determinante neutro, e que no exemplo português ocorre esse determinante, e não o determinante masculino. Teríamos então de aceitar que o português, tal como o espanhol, possui um determinante definido neutro, o qual, no entanto, tem a mesma forma que o masculino.

31.6.2 Adjetivos e particípios verbais

Os particípios verbais e os adjetivos partilham um número importante de propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas. Assim, p.e., tanto particípios como adjetivos podem ocorrer com função atributiva e em orações copulativas, em particular com os verbos *ficar* e *estar*. Nesses contextos, os particípios adquirem propriedades semânticas e sintáticas que os tornam gramaticalmente semelhantes aos adjetivos. Em certos casos, esbate-se mesmo consideravelmente a distinção entre as duas classes.

Os particípios verbais do português podem ser formados através de dois processos. Por um lado, temos um processo, dito regular, que consiste na junção de sufixos ao tema verbal: cf. *comprado*, *bebido*, *fingido*, para cada um dos paradigmas de conjugação verbal[156]. Estas formas são construídas com o sufixo flexional de tempo, modo e aspeto *-d-*, seguido do índice temático *-o* ou *-a*, consoante a forma é masculina ou feminina (cf. Cap. 56). Por outro lado, temos um processo no qual o índice temático se junta diretamente ao radical verbal (cf. *pago*, *entregue*, *escrito*,

[156] Na formação do particípio, os verbos da segunda conjugação mudam a sua vogal temática de *e* para *i* (cf. *beber* – *bebido*).

aberto, os dois últimos formados ainda em latim)[157]. A uma forma construída pelo primeiro processo, com acento na vogal temática, dá-se o nome de **forma arrizotónica** ou **fraca** (que designaremos aqui de **particípio regular**); a uma forma construída através do segundo processo, com acento no radical, dá-se o nome de **forma rizotónica** ou **forte** (que designamos aqui de **particípio curto**). Existem verbos que têm só uma forma de particípio, ou forte ou fraca, mas existe também um número restrito de verbos, chamados **verbos abundantes** (cf. Cap. 2.2.2.2.2), que têm duas formas de particípio, uma forte e outra fraca – cf. *ganho* e *ganhado*, particípios do verbo *ganhar*, *extinto* e *extinguido*, particípios de *extinguir*, *limpo* e *limpado*, particípios de *limpar*. Do ponto de vista morfológico, importa realçar que ambas as formas apresentam o índice temático próprio dos adjetivos e dos nomes.

Como veremos, o comportamento gramatical destes particípios é importante para compreender a relação entre adjetivos e particípios, e a eles voltaremos mais desenvolvidamente (cf. 31.6.2.7).

Para começar, consideremos as semelhanças que existem entre adjetivos e particípios, independentemente dos contextos em que ocorrem, comparando os adjetivos *triste* e *curioso* com o particípio regular *comprado*, do verbo *comprar*.

Morfologicamente, quer os adjetivos quer os particípios apresentam variação flexional em número: cf. *triste – tristes*, *comprado – comprados*; e todos os particípios regulares, tal como os adjetivos que não terminam em consoante ou no índice temático *-e*, apresentam variação morfológica de género: cf. *curioso – curiosa*, *comprado – comprada*. Tal como com os adjetivos, a variação em género e número dos particípios resulta da concordância com o sujeito de uma predicação (cf. *as crianças são curiosas*, *as cartas de Luís de Camões foram compradas pelo Estado português*) ou com o nome que modificam atributivamente (cf. *umas crianças curiosas*, *umas cartas compradas pelo Estado português*).

Sintaticamente, quer os adjetivos quer os particípios podem ocorrer com função predicativa ou com função atributiva (cf. os exemplos do parágrafo anterior). Em particular, com função predicativa, os adjetivos com leitura aspetual episódica (cf. 31.4.1) e os particípios de verbos aspetualmente télicos[158], quer transitivos quer intransitivos (estes, na maioria, inacusativos – cf. Cap. 28.2.2.3), podem ocorrer como predicadores em orações copulativas com os verbos de cópula *ficar* e *estar* (cf. Cap. 30). Vejam-se os dois paradigmas seguintes, o primeiro com adjetivos e o segundo com os particípios dos verbos plenos das frases entre parênteses:

(139) a. O Pedro ficou/está *contente* com os filhos.
b. O castelo ficou/está *velho*.
c. A reunião ficou/está *tempestuosa*.

[157] Alguns destes particípios são formados ainda em latim, pelo que a sua estrutura não é tão evidente (cf. Cap. 56 para uma discussão mais pormenorizada da estrutura morfológica dos particípios).

[158] Os verbos aspetualmente télicos (cf. Cap. 17.2) são aqueles que denotam eventos que têm um limite ou uma finalização, exprimindo uma mudança de estado que afeta um dos participantes da situação, usualmente aquele que é representado pelo argumento interno (cf. Caps. 11.6 e 28.2.2.3). Ao estado que é consequência da mudança chama-se "estado resultativo" ou "consequente". Assim, dos eventos expressos pelas orações *a Maria estragou o relógio* e *o relógio estragou-se* decorrem necessariamente as situações expressas pelas orações *o relógio ficou estragado* e *o relógio está estragado*, a partir do momento em que o evento é finalizado. Os verbos incoativos (intransitivos) e muitos verbos transitivos são aspetualmente télicos (cf. Caps. 13.2.2, 13.2.3, 13.4 e 28.2.3.2 e as subsecções seguintes).

(140) a. Os museus de Bagdade ficaram/estão *destruídos*. (cf. *destruíram os museus de Bagdade*)
b. O castelo está *cercado* (pelas tropas inimigas). (cf. *as tropas inimigas cercam o castelo*)
c. O gelado ficou/está *derretido*. (cf. *o gelado derreteu*(*-se*))

A função predicativa em orações com os verbos *ficar* e *estar* é, sem dúvida, o contexto em que os particípios se aproximam mais dos adjetivos, sobretudo do ponto de vista semântico e lexical. Esse esbatimento das diferenças entre as duas classes reflete-se na oscilação das gramáticas relativamente ao estatuto de algumas dessas formas, bem como à terminologia usada para as descrever: nalguns casos, a sua origem participial é praticamente ignorada, sendo considerados adjetivos simples[159]; quando são reconhecidos como particípios, são por vezes chamados "particípios adjetivais", outras vezes "adjetivos de particípio" (ou "participiais"). Neste capítulo, escolhemos o primeiro termo ("particípios adjetivais"), reservando o segundo termo para determinadas formas (como *descalço*, *seco*, *sujo*, *tinto*, entre outros) que, embora correspondam morfologicamente (ou historicamente) a particípios curtos, já não são usadas como tal em contextos sintaticamente verbais, na atual sincronia do português (pelo menos pela maioria dos falantes).

Do que ficou dito, podemos concluir que não existe uma separação nítida e estanque entre a classe dos adjetivos e a dos particípios. Antes, os particípios, dependendo do contexto em que ocorrem e também do seu sentido mais ou menos previsível a partir do do verbo com que se relacionam, podem ocupar um determinado número de posições numa escala gradativa na qual um dos extremos corresponde a formas inteiramente verbais e o outro a formas cujo sentido se afasta do sentido do verbo correspondente, e das quais se pode dizer que se recategorizaram completamente em adjetivos (cf. Quadro 3). Entre estes extremos, existem vários contextos em que os particípios partilham um número menor ou maior de propriedades com os adjetivos.

Sintetizando os pontos que serão desenvolvidos nas subsecções seguintes, os particípios mantêm um estatuto plenamente verbal nos tempos compostos; nas orações passivas, os particípios são sintática e semanticamente verbais, mas adquirem propriedades morfológicas adjetivais, concordando em género e número com o nome que modificam ou sobre o qual predicam (cf. 31.6.2.1 e 31.6.2.2). Nas orações copulativas, especialmente com os verbos de cópula *estar* e *ficar*, os particípios não só ocorrem nos mesmos contextos em que ocorrem adjetivos, mas adquirem também propriedades aspetuais que os aproximam destes; no entanto, na sua maioria, mantêm um sentido lexical que se relaciona com o sentido do verbo correspondente – ou seja, não estão ainda totalmente recategorizados em adjetivos (cf. 31.6.2.4). Finalmente, certos particípios recategorizam completamente em adjetivos, ficando ainda mais ténue (ou, por vezes, desaparecendo) a relação de sentido entre as duas

[159] Assim, p.e., *cansado* é usualmente classificado como adjetivo (cf. *o João está cansado*, *um atleta cansado*). No entanto, trata-se do particípio do verbo *cansar*(*-se*), denotando, nesses contextos, o estado resultativo do evento télico expresso por uma oração incoativa (cf. {*o João*/*o atleta*} *cansou-se*), e sendo usado claramente como particípio nos tempos compostos: cf. *o atleta tinha-se cansado*.

formas. Nesse caso, não podem ser usados nos tempos compostos nem, quando correspondem a verbos transitivos, em orações passivas (cf. 31.6.2.3).

Esta classificação dos particípios fundamenta-se essencialmente numa observação das suas propriedades em contextos predicativos. Em função atributiva, os particípios podem ocorrer livremente com qualquer um destes estatutos, o que por vezes resulta em ambiguidade (cf. 31.6.2.4).

As propriedades verbais e/ou adjetivais dos particípios, consoante o seu estatuto, representam-se no seguinte quadro, onde se incluem igualmente exemplos ilustrativos. Na parte esquerda do quadro representa-se o estatuto plenamente verbal e, na parte direita, a recategorização completa em adjetivo. No sentido da esquerda para a direita, vão aumentando as propriedades adjetivais.

+ VERBO, – ADJETIVO ⟶			– VERBO, + ADJETIVO
TEMPOS COMPOSTOS	VOZ PASSIVA	ORAÇÕES COPULATIVAS	RECATEGORIZAÇÃO LEXICAL
Ele tinha *autorizado* a reunião.	A reunião foi *autorizada*.	A reunião ficou/está *autorizada*.	uma opinião *autorizada*

Quadro 3 – Estatuto verbal e adjetival dos particípios

31.6.2.1 Particípios sintática e semanticamente verbais

Em função predicativa, os particípios têm predominantemente um estatuto verbal em dois contextos (cf. Cap. 29.1.1): nos tempos compostos, formados com o verbo auxiliar *ter*, e na voz passiva, formada com o verbo auxiliar *ser*. O primeiro contexto ilustra-se em (141):

(141) a. O Pedro tinha *vivido* em Paris antes de ir para Roma.
b. A Maria tem *caminhado* no parque regularmente.
c. O Zé tinha *pendurado* os quadros {com algum esforço/com um martelo}.
d. A Joana tinha *desmaiado* antes de o Zé chegar.
e. A Maria tinha *espirrado*.

Nestes exemplos, a natureza dos particípios é inteiramente verbal – aspetualmente, denotam exatamente o mesmo tipo de situação que as formas não participiais (cf. Cap. 17.3): estados (cf. (141a)), eventos, e, dentro dos eventos, processos (cf. (141b)), processos culminados (cf. (141c)), culminações (cf. (141d)) e pontos (cf. (141e)).

O outro contexto em que os particípios têm natureza verbal – a voz passiva – ilustra-se em (142):

(142) a. A bola foi *escondida* (pelas crianças) para irritar o Pedro.
b. A criança foi intencionalmente *abandonada* (pelos pais) à porta do hospital.
c. Os quadros foram *pendurados* (pelo Zé) {com algum esforço/com um martelo}.

Como se sabe, a passivização só é possível com verbos transitivos; nos casos mais canónicos, os verbos que a permitem são aspetualmente eventivos (cf. Cap. 13), selecionando usualmente um argumento externo com o papel temático de agente, o qual assume a função de sujeito na frase ativa correspondente à passiva (cf. Cap. 11.5.2.1), como se ilustra em (143), relativamente a (142):

(143) a. As crianças *esconderam* a bola para irritar o Pedro.
b. Os pais *abandonaram* intencionalmente a criança à porta do hospital.
c. O Zé *pendurou* os quadros {com algum esforço/com um martelo}.

Nas frases passivas, o agente, realizado num sintagma preposicional introduzido pela preposição *por* (chamado agente da passiva), pode ser omitido – o que se indica nos exemplos de (142) colocando-o entre parênteses. No entanto, mesmo nesses casos, as estruturas continuam a representar eventos sob o controlo dinâmico de um agente – de identidade indeterminada –, implicitamente presente na organização semântica da frase. Essa natureza eventiva – logo, verbal – dos particípios das orações passivas é comprovada pela possibilidade de nelas ocorrerem – mesmo na ausência do agente da passiva – adjuntos adverbiais de finalidade, de modo ou de instrumento (sublinhados, em (142) e (143)), que dependem da presença explícita ou implícita de um argumento com a função de agente que possa servir de suporte à sua interpretação (cf. Caps. 13 e 33).

Nos contextos de (141) e (142), os particípios distinguem-se, assim, claramente dos adjetivos, que denotam propriedades ou estados das entidades, de uma forma estática, não dinâmica. Essa diferença pode ilustrar-se brevemente comparando dois usos distintos da forma *retirado* – um como particípio verbal numa frase passiva (cf. *o produto foi retirado da circulação*) e outro em que se encontra recategorizada como adjetivo (cf. *este jardim é maravilhoso e muito retirado*): no primeiro caso representa-se um evento, ainda que o agente esteja apenas implícito; no segundo, representa-se uma propriedade estável de uma determinada entidade – um jardim[160].

A natureza sintática e semântica verbal dos particípios passivos, por oposição aos adjetivos, revela-se igualmente no tipo de leitura quantificacional obtida quando são especificados por advérbios de grau como *muito*, *pouco* ou *bastante*. Com os adjetivos, essa especificação é sempre interpretada como quantificação escalar, ou de graduação (cf. 31.3 e também os Caps. 21.5.1 e 40); em contrapartida, com os particípios, essa especificação é interpretada de acordo com as propriedades semânticas do verbo correspondente. Quando o verbo permite uma interpretação escalar, i.e., quando denota uma atividade passível de variação quantitativa em grau, o particípio pode ter essa leitura, denotando o grau de intensidade com que a ação é praticada:

(144) a. A ponte foi *muito danificada*.
b. A cidade foi *muito maltratada* pelos aliados.
c. A criança é *pouco controlada* pelos pais.
d. O assunto foi *muito estudado* por esse investigador.

Em todos estes casos, a frase ativa correspondente permite uma interpretação similar (cf. *destruíram muito a ponte*, *os aliados maltrataram muito a cidade*, etc.).

Em contrapartida, quando o verbo não permite uma interpretação escalar, a especificação do particípio por estes advérbios é interpretada como quantificação de

[160] Voltamos em 31.6.2.3 a uma discussão de formas como *retirado*, homónimas entre particípio e adjetivo – ilustrando o adjetivo o limite extremo (à direita) da escala representada no Quadro 3.

contagem, i.e., denota uma quantidade de ocorrências da situação descrita, como se ilustra em (145)[161]:

(145) a. Esse autor foi *muito premiado*.
b. Esse estilo é *bastante imitado*.
c. O filme foi *pouco visto*.
d. Esse modelo foi *muito vendido* nos anos 50.

Nestes casos, os advérbios podem ser parafraseados pela expressão adverbial {*muitas*/*poucas*/*bastantes*} *vezes*: cf., por exemplo, *esse autor foi premiado muitas vezes*, *o filme foi visto poucas vezes*, *esse estilo é bastantes vezes imitado*.

31.6.2.2 Estatuto morfológico dos particípios perfeito e passivo

Nos tempos compostos, o particípio não varia morfologicamente, terminando invariavelmente no índice temático *-o*[162]; ou seja, não concorda nem em género nem em número com nenhum dos argumentos da frase, sujeito ou complemento, como se verifica em (141). Este é, pois, o contexto em que os particípios são plenamente verbais, não tendo qualquer propriedade adjetival. Por conveniência da exposição, chamar-lhes-emos (quando for necessário distingui-los dos outros) "particípios perfeitos" (cf. Cap. 29.5.1).

Em contrapartida, nas orações passivas, os particípios concordam em género e número com o sujeito da frase, tal como os adjetivos em função predicativa (cf. *elas são*/*estão malucas*); embora sintática e semanticamente verbais, os particípios das frases passivas são adjetivais morfologicamente, situando-se, portanto, na escala representada no Quadro 1, numa posição à direita dos particípios dos tempos compostos. Por conveniência da exposição, sempre que for necessário distingui-los, chamar-lhes-emos "particípios passivos".

31.6.2.3 Recategorização de particípios em adjetivos

Existem alguns verbos, especialmente transitivos, cujo particípio é formalmente idêntico a uma forma adjetival, constituindo esta o resultado de uma recategorização do particípio. O adjetivo, embora mantenha alguma relação semântica (por vezes ténue) com o verbo e o particípio regular, tem um sentido idiossincrático que não pode ser deduzido do significado do verbo da mesma maneira que o significado de um particípio regular pode. Na maioria dos casos, o sentido particular do adjetivo restringe consideravelmente os nomes que pode modificar ou sobre os quais pode predicar; ou seja, os contextos em que o adjetivo ocorre são, em geral, mais limitados do que aqueles em que ocorre o particípio regular idêntico.

Já foram dados dois exemplos acima: *autorizado*, no Quadro 3, e *retirado*, em 3.6.2.1. Como particípio, *autorizado* corresponde ao verbo transitivo *autorizar*, com um sentido deôntico, de permissão: cf. *o diretor da faculdade tinha autorizado a reunião*, *a reunião foi autorizada* (*pelo diretor da faculdade*), *a reunião ficou*/*está autorizada* (*pelo diretor da faculdade*), *uma reunião autorizada* (*pelo diretor da faculdade*).

[161] As frases de (144) são, na realidade, ambíguas, permitindo igualmente esta interpretação.
[162] Esta descrição aplica-se aos particípios regulares. Um número reduzido de particípios curtos recebe o índice temático *-e*: cf. *entregue*, *empregue*.

Em contrapartida, na expressão *uma opinião autorizada*, esse sentido deôntico desaparece, e a forma significa algo como 'confiável' ou 'credível'. Neste caso, temos um adjetivo simples. Note-se que o adjetivo não ocorre, em função predicativa, nos contextos que admitem particípios: cf. a impossibilidade, com o sentido em discussão, de *#alguém tinha autorizado a opinião*, *#a opinião foi autorizada pela sua vasta sabedoria*, *#a opinião ficou/está autorizada* – nestes casos apenas emerge o sentido deôntico, típico do particípio, mas as frases são semanticamente anómalas, dado que as opiniões não são entidades (pelo menos tipicamente) suscetíveis de autorização.

Este adjetivo pode ocorrer em função predicativa, mas em orações copulativas (não passivas) com o verbo de cópula *ser*: cf. *essa opinião é muito autorizada*. Este ponto revela outra característica geral das formas adjetivais provenientes da recategorização de um particípio: em orações copulativas, enquanto o particípio seleciona um dos verbos *ficar* ou *estar*, consoante a tónica incida sobre a mudança de estado ou sobre o próprio estado que resulta da ação télica denotada pelo verbo (cf. 31.6.2.4), o adjetivo que resulta da recategorização tem uma leitura aspetualmente estável, selecionando o verbo de cópula *ser* (cf. 31.4.1 e Cap. 30.2.4.1 e 30.2.4.4)[163].

Quanto a *retirado*, como adjetivo, denota uma propriedade aplicável a lugares (cf. *um jardim retirado*), e tem um significado figurado que pode cobrir valores semânticos como 'calmo' ou 'longínquo'. Enquanto particípio, corresponde ao verbo causativo de movimento *retirar* (cf. *depois de ter retirado o estudante da sala, o professor chamou o diretor*, *o estudante foi retirado da sala*, *um automóvel retirado da circulação*). De novo, como particípio, pode ocorrer em orações copulativas com *estar* ou *ficar* (cf. *o carro ficou/está retirado da circulação*), enquanto, como adjetivo, tem uma leitura primitivamente estável, ocorrendo com a cópula *ser* (cf. *este jardim é muito retirado*), embora possa ocorrer também com *estar* (cf. *este jardim está muito retirado*; ver a Nota 163).

Outros particípios que têm formas homónimas adjetivais são: *aplicado*, *calado*, *civilizado*, *complicado*, *decidido*, *educado*, *elevado*, *isolado*, *ocupado*. Todos eles correspondem a verbos transitivos; o seu uso como particípios manifesta-se claramente nos tempos compostos e em orações ou sintagmas nominais passivos, semanticamente eventivos e com um agente explicitamente representado ou tacitamente interpretado, como se ilustra nos seguintes exemplos, constituídos por orações passivas: *as técnicas novas foram aplicadas com sucesso*, *a revolta foi rapidamente calada*, *nenhum povo deve ser civilizado por outro*, *a questão foi inutilmente complicada pelo ministro*, *a questão foi decidida rapidamente*, *essas meninas foram educadas num colégio de freiras*, *as vigas foram elevadas com dificuldade*, *os passageiros do barco foram isolados* (*ficaram de quarentena*), *o quartel foi ocupado pelos militares*.

Em contrapartida, enquanto adjetivos, o sentido destas formas não se relaciona claramente com o sentido do verbo correspondente; para além disso, não possuem uma componente semântica eventiva. Assim, a aplicabilidade (a uma determinada entidade) da propriedade que representam não pressupõe de forma alguma um

[163] Alguns destes adjetivos, no entanto, admitem também o verbo de cópula *estar*, adquirindo nesse caso uma leitura episódica, como é típico de muitos adjetivos cuja leitura básica aspetual é de tipo estável (cf. 31.4.1 e Cap. 30).

evento (potencialmente expresso numa frase com o verbo correspondente) que tenha levado à situação descrita pelo adjetivo. Vejam-se os seguintes exemplos, com alguns dos adjetivos apresentados no parágrafo anterior: *matemática aplicada* (um tipo particular de matemática), *um rapaz calado* (ou seja, sossegado, que fala pouco; não tem necessariamente de ser mandado calar por alguém ou de se ter calado num determinado momento), *uma pessoa civilizada* (ou seja, bem educada), *uma questão complicada* (uma tal questão não tem necessariamente de ser complicada por ninguém), *uma pessoa educada* (uma tal pessoa não tem necessariamente de ser o alvo de um processo educativo), *uma pessoa decidida* (ou seja, com iniciativa), *sentimentos elevados* (ou seja, íntegros, baseados em princípios morais), *um lugar isolado* (com um sentido próximo de 'retirado', não resultante de um processo de isolamento), *um professor muito ocupado* (não é ocupado por ninguém).

Em geral, estes adjetivos representam propriedades relativamente estáveis das entidades a que se aplicam, selecionando o verbo *ser* em orações copulativas, por oposição ao particípio, que seleciona *ficar* e *estar*, no caso de o verbo correspondente ser aspetualmente télico[164]: cf., por exemplo, *o rapaz é calado* vs. *o rapaz ficou/está calado*; *essa pessoa é civilizada* vs. *esse povo ?ficou/está civilizado*; *a questão é complicada* vs. *a questão ficou/está complicada*; *o soldado é pouco decidido* vs. *a estratégia ficou/está decidida*; *esses sentimentos são elevados* vs. *a viga ficou/está demasiado elevada*; *esse lugar é isolado* vs. *os passageiros ficaram/estão isolados*; *ele é/está muito ocupado* (cf. Nota 163) vs. *o quartel ficou/está ocupado*; *o lugar é retirado* vs. *a marca ficou/está retirada da circulação*.

A recategorização do particípio *aborrecido* em adjetivo é um caso interessante, na medida em que resulta não tanto numa mudança (mais ou menos) idiossincrática do sentido lexical do verbo, mas numa inversão do papel temático atribuído ao argumento representado pelo nome modificado ou sobre o qual se predica. Abstraindo dos tempos compostos, no seu uso mais frequente, o particípio *aborrecido* corresponde ao verbo incoativo *aborrecer-se*: assim, *a criança ficou/está aborrecida* (*com o amigo*) corresponde a *a criança aborreceu-se* (*com o amigo*); ou seja, o argumento sobre o qual o particípio predica tem o papel temático de experienciador – representa a entidade que experiencia aborrecimento. Em função atributiva, é esse também o sentido de *uma criança aborrecida com o amigo*, em particular se estiver presente o complemento introduzido pela preposição *com* (cujo papel temático é o de "alvo" do aborrecimento), herdado do verbo correspondente.

Em contrapartida, na forma adjetival, de leitura preferencialmente estável e, consequentemente, selecionando a cópula *ser* (cf. *a criança é aborrecida*), o argumento sobre o qual recai a predicação é agora próximo de uma causa. Assim, na interpretação deste exemplo, a criança não experiencia aborrecimento; antes, causa aborrecimento nos outros. Em função atributiva, e na ausência de complemento (cf. *uma criança aborrecida apareceu na sala*), a expressão é ambígua: tanto pode denotar uma criança que se aborreceu (caso em que *aborrecida* é particípio), como uma criança que aborrece os outros (caso em que *aborrecida* é adjetivo).

---

[164] No caso de verbos de alternância causativa-incoativa (cf. Caps. 11.5.2.1, 13.4 e 28.2.3.2), o particípio, nalguns dos segundos exemplos dos seguintes pares, pode provir da versão incoativa intransitiva, sendo essa, por vezes, a interpretação mais natural (p.e., *o rapaz ficou/está calado* pode corresponder a *o rapaz calou-se*).Voltamos a este ponto em 31.6.2.4.

31.6.2.4 Particípios e adjetivos em orações copulativas com *ficar* e *estar*

De forma geral, os particípios dos verbos aspetualmente télicos (cf. Nota 158 e Cap. 17), quer sejam transitivos quer sejam intransitivos, ocorrem com função predicativa em orações copulativas com os verbos *ficar* e *estar*, também chamadas, respetivamente, **orações passivas resultativas** e **orações passivas estativas** (cf. Caps. 13.2.2, 13.2.3 e 30.2.4). Vejam-se, assim, os seguintes exemplos, para além dos já apresentados em (140):

(146) a. A bola ficou/está *escondida*. (cf. *a criança escondeu a bola*)
b. A criança ficou/está *abandonada*. (cf. *os pais abandonaram a criança*)
c. Os testes ficaram/estão *corrigidos*. (cf. *a professora corrigiu os testes*)
d. A porta ficou/está *fechada*. (cf. *alguém fechou a porta*; *a porta fechou-se*)
e. O leite ficou/está *queimado*. (cf. *alguém queimou o leite*; *o leite queimou-se*)
f. O peixe já ficou/está *cozido*. (cf. *alguém já cozeu o peixe*; *o peixe já cozeu*)
g. O Pedro ficou/está *cansado*. (cf. *as crianças cansaram o Pedro*; *o Pedro cansou-se*)
h. A Maria ficou/está *apaixonada* (pelo André). (cf. *a Maria apaixonou-se* (*pelo André*)).

Estas orações descrevem um estado – de natureza física, fisiológica ou mental – da entidade representada pelo sujeito da frase, um estado que resulta de um processo de mudança sofrido por essa entidade a partir de outro estado; por isso, ao estado que resulta da mudança dá-se o nome, na área do aspeto (cf. Cap. 17), de **estado consequente** ou **estado resultativo**. Com o verbo *ficar*, o estado resultativo é perspetivado a partir do momento da mudança; em contrapartida, com o verbo *estar*, o estado resultativo é apresentado de forma estática, sem qualquer componente semântica que remeta para o processo de mudança, a qual é apenas inferível a partir do sentido do particípio e de informação pragmática que tem que ver com o nosso conhecimento do mundo e das circunstâncias da situação descrita (cf. Cap. 13.2.6).

O sujeito das frases copulativas de (146) – a que se atribui o estado resultativo – corresponde, nas frases à direita entre parênteses, a um argumento dos predicadores verbais (correspondentes aos particípios) com o papel temático de paciente ou de experienciador – o complemento direto, quando a frase é transitiva, e o sujeito, quando a frase é intransitiva; em qualquer dos casos, invariavelmente um argumento interno desses predicadores, independentemente da sua função gramatical (cf. 31.6.2.5 e Caps. 11.6, 13 e 28.2.3.1). Como se ilustra em alguns dos exemplos, muitos destes particípios correspondem a verbos de alternância causativa-incoativa, i.e., que funcionam como núcleo quer de orações transitivas, com um sentido causal, quer de orações intransitivas, com um sentido incoativo (cf. Caps. 13.4 e 28.2.3.2).

Neste contexto, também ocorrem como predicadores adjetivos com leitura aspetual episódica, i.e., que denotam estados temporários das entidades (cf. 31.4.1 e Cap. 30.2.4), como se ilustra nos seguintes exemplos:

(147) a. O Pedro ficou/está {*furioso*/*triste*/*contente*}.
b. A Maria ficou/está *maldisposta*.

c. Ele ficou/está {*gordo*/*nervoso*/*surdo*/*mudo*}.
d. O meu filho ficou/está *são* que nem um pero.
e. A Maria ficou/está *pronta*.

Tal como os particípios, os adjetivos de leitura episódica denotam neste contexto um estado que tem um início e/ou um limite final temporalmente delimitado, geralmente porque resultam de um processo de mudança ou desembocam num tal processo; e, tal como em (146), também as frases copulativas de (147) com o verbo *ficar* perspetivam o estado descrito pelo adjetivo a partir do momento da mudança, remetendo implicitamente para um estado anterior, de valor contrário (cf. Cap. 30.2.4.4); e as frases copulativas com o verbo *estar* descrevem estaticamente a situação descrita pelo adjetivo, sem qualquer componente semântica que remeta para a mudança em si (cf. Cap. 30.2.4.1.2).

Nas orações copulativas com *estar* e *ficar*, os particípios perdem muitas das suas características verbais, nomeadamente no domínio do aspeto, e aproximam-se semanticamente dos adjetivos. Concretamente, os particípios perdem, em grande medida, o significado eventivo que têm nas orações passivas (e, obviamente, nas frases ativas dos tempos compostos), em particular a componente semântica agentiva[165]. Assim, as orações copulativas com particípios não aceitam tão bem como as orações passivas a ocorrência dos constituintes que, nas passivas, marcam a sua natureza agentiva, nomeadamente adjuntos adverbiais de finalidade, de modo e de instrumento; para além disso, com a maioria dos particípios, não pode ocorrer o agente da passiva, i.e., o constituinte que representa o agente, e que funciona como fulcro do significado eventivo do verbo (mas ver, sobre este ponto, a Caixa [12], adiante). A estranheza dos seguintes exemplos ilustra estas restrições:

(148) a. #A jarra ficou/está quebrada com um martelo. (vs. *a jarra foi quebrada com um martelo*)
b. #A criança ficou/está intencionalmente abandonada. (vs. *a criança foi intencionalmente abandonada*)
c. #A vítima ficou/está ferida pelo assaltante. (vs. *a vítima foi ferida pelo assaltante*)
d. #Os quadros ficaram/estão pendurados pelo Zé. (vs. *os quadros foram pendurados pelo Zé*).

Em síntese, neste contexto, particípios e adjetivos neutralizam-se semanticamente, como resultado da perda da componente eventiva veiculada pelos particípios nos tempos compostos e nas orações passivas. Por outras palavras, enquanto predicadores de orações copulativas com *ficar* e *estar*, quer particípios quer adjetivos veiculam um significado aspetualmente estático (mas cf. Nota 165), em que se atribui a uma entidade uma propriedade – aspetualmente episódica, nos adjetivos, e com um início temporalmente delimitado, nos particípios. Por esse motivo, chamamos aos particípios, neste contexto, **particípios adjetivais**.

[165] As orações copulativas com *ficar* conservam uma parte da componente eventiva das orações passivas, já que representam um processo dinâmico de mudança de estado, contrariamente às orações com *estar*, que representam de forma estática o estado resultativo (cf. Caps. 13 e 30). No entanto, mesmo nas orações com *ficar* perde-se a representação do evento que desemboca na mudança, sob a responsabilidade de um agente, presente nas orações passivas.

Repare-se, no entanto, que os particípios adjetivais não estão completamente recategorizados em adjetivos: de facto, o sentido dos particípios das frases de (146) ou mesmo das sequências semanticamente anómalas de (148) relaciona-se de modo claro com o sentido dos verbos ou dos particípios passivos à direita desses exemplos. Ou seja, os particípios adjetivais, contrariamente aos adjetivos descritos em 31.6.2.3, mantêm uma componente semântica ligada ao seu estatuto verbal. Esse estatuto manifesta-se igualmente (com alguns particípios) em frases copulativas em que o particípio é especificado por um advérbio quantificacional, e nas quais é possível obter uma interpretação de contagem, impossível com verdadeiros adjetivos: cf. *esse livro está muito publicado/criticado*, *esse estilo ficou/está bastante imitado*, *esse filme está pouco visto* (cf. a parte final de 31.6.2.1).

[12] Alguns particípios de verbos transitivos podem ocorrer com um agente da passiva em orações copulativas com o verbo *estar* (ou seja, em orações passivas estativas), mau grado a natureza não eventiva destas orações. Embora haja alguma variação entre os falantes, a ocorrência do agente da passiva parece ser mais facilmente admitida em dois tipos de contextos semânticos. Um deles envolve particípios de verbos que permitem construções ativas transitivas, em que o argumento que se realiza como sujeito não é semanticamente agentivo; com um tal sujeito, estes verbos denotam, na sua maioria, situações de natureza espacial, de localização ou de posicionamento, aspetualmente estáticas e episódicas, como se ilustra em (i):

(i) a. Muralhas altíssimas rodeiam o castelo.
b. Tanques inimigos cercam a cidade.[166]
c. Um lençol cobre os móveis.
d. Um escudo invisível protege o soldado.

Como se ilustra em (ii), os particípios destes verbos admitem que o sujeito (não agentivo) das frases ativas se realize como agente da passiva em orações copulativas com *estar*:

(ii) a. O castelo está *rodeado* de/por muralhas altíssimas.
b. A cidade está *cercada* de/por tanques inimigos.
c. Os móveis estão *cobertos* por um lençol.
d. O soldado está *protegido* por um escudo invisível.

O outro contexto em que o agente da passiva é permitido com *estar* envolve situações em que a ação do agente se repercute para lá do evento que leva à mudança, passando a ser uma parte integrante do próprio estado resultativo, como se ilustra em (iii)[167]:

(iii) a. O livro está *assinado* pelo autor.
b. A Amália está *acompanhada* pelo marido.
c. O Primeiro-Ministro está *acusado* por vários tribunais internacionais.
d. O Programa Minimalista está *publicado* pela Editorial Caminho.
e. A reunião está *autorizada* pelo diretor da faculdade.
f. O país está *governado* por incompetentes.

[166] Esta frase é ambígua entre um sentido eventivo – presente igualmente na oração passiva (*neste momento,*) *a cidade é cercada por tanques inimigos* – e um sentido estativo (aquele que nos interessa aqui), presente igualmente em (iib).

[167] Sobre esta questão, cf. Bosque (1999:292ss), de quem adaptamos alguns exemplos.

Existem também verbos transitivos estativos (i.e., que não representam eventos, mas sim estados) e de leitura aspetualmente estável (por oposição a episódica), incluindo *conhecer* e verbos de atitude afetiva como *admirar*, *adorar*, *querer* – no sentido afetivo – e *temer* (cf. Cap. 13), cujo particípio seleciona o verbo *ser* em orações copulativas. Nestes casos, não é fácil distinguir as orações passivas das copulativas, a não ser (nalguns casos) por pequenas diferenças de sentido – recordemo-nos de que, nas orações passivas, não é obrigatória a ocorrência do agente da passiva: cf. *esse médico é muito conhecido* vs. *esse médico é conhecido por/de todos os seus doentes*, *ela é muito querida* vs. *ela é muito querida por todas as suas amigas*.

Apresentamos seguidamente uma lista (não exaustiva) de particípios adjetivais de verbos transitivos e intransitivos, que podem ocorrer como predicadores com os verbos de cópula *ficar* e *estar*. Incluímos na lista dos intransitivos os particípios de verbos de alternância causativa-incoativa, visto que o seu uso corresponde normalmente à versão intransitiva-incoativa do verbo. Repare-se que muitos desses verbos (se não a maioria) têm conjugação pronominal ou reflexa (p.e., *aborrecer-se*, *admirar-se*, *apaixonar-se*, correspondendo a *aborrecido*, *admirado*, *apaixonado*).

❖ Particípios adjetivais de verbos transitivos: *abandonado*, *abençoado*, *acabado*, *amaldiçoado*, *amarrado*, *aprendido*, *arrumado*, *atingido*, *bombardeado*, *calçado*, *cercado*, *concluído*, *confiscado*, *conquistado*, *consolado*, *construído*, *contratado*, *copiado*, *corrigido*, *desarrumado*, *despedido*, *despejado*, *destruído*, *emprestado*, *entendido*, *escrito*, *estudado*, *explicado*, *imitado*, *percebido*, *rodeado*, *visto*

❖ Particípios adjetivais de verbos intransitivos (inacusativos)[168]: *aberto*, *aborrecido*, *admirado*, *adormecido*, *afogado*, *afundado*, *agoniado*, *amachucado*, *apagado*, *apaixonado*, *aquecido*, *arruinado*, *assustado*, *atrapalhado*, *atrasado*, *caído*, *cansado*, *chegado*, *comovido*, *constipado*, *corado*, *cozido*, *desmaiado*, *dilatado*, *distraído*, *embriagado*, *emocionado*, *escandalizado*, *esgotado*, *estalado*, *excitado*, *fechado*, *incendiado*, *magoado*, *ofendido*, *partido*, *perdido*, *perturbado*, *quebrado*, *queimado*, *ralado*, *refastelado*, *sentado*, *zangado*

31.6.2.5 Particípios passivos e particípios adjetivais em função atributiva

Outra indicação de que os particípios passivos e os particípios adjetivais possuem propriedades em comum com os adjetivos (cf. o Quadro 1 no final de 31.6.2) é o facto de poderem ocorrer, tal como estes, em função atributiva, modificando diretamente um substantivo. Apresentam-se em (149) exemplos de particípios passivos e em (150) de particípios adjetivais:

(149) a. uma criança abandonada intencionalmente pelos pais
b. um quadro pregado na parede com um martelo
c. um transeunte assaltado com brutal violência por dois malandros
d. uma tese completada à última hora pelo estudante
e. os livros comprados pela Ana para estudar para o exame de linguística

(150) a. uma criança agoniada
b. uma mulher zangada com o marido
c. uma vela apagada com o vento

[168] Sobre a natureza inacusativa destes verbos, cf. 31.6.2.6.

d. uma folha caída na terra
e. uma adolescente chegada a casa às três da manhã

A possibilidade de ocorrência do agente da passiva e de adjuntos adverbiais de modo, de instrumento e de finalidade revela que os particípios passivos, em função atributiva, conservam as suas propriedades eventivas e de agentividade. De modo semelhante, os particípios adjetivais de verbos intransitivos podem ocorrer com os argumentos que esse verbo subcategoriza.

Note-se que, com verbos de alternância causativa-incoativa, que podem também ser núcleo de orações passivas (cf. Cap. 28.2.3.2), os particípios em função atributiva podem ser passivos ou adjetivais, o que é geralmente indicado pelo tipo de constituintes com que se combinam: assim, *uma criança assustada intencionalmente pelo irmão* ou *um barco afundado pelo capitão para obter o dinheiro do seguro* têm particípios passivos, dada a presença do agente da passiva e dos advérbios de modo e de finalidade (cf., respetivamente, *a criança foi assustada intencionalmente pelo irmão* e *o barco foi afundado pelo capitão para obter o dinheiro do seguro*). Em contrapartida, *uma criança assustada com o escuro* e *um barco afundado devido à tempestade* manifestam particípios adjetivais (cf., respetivamente, *a criança assustou-se com o escuro* e *o barco afundou-se devido à tempestade*). Na ausência de expressões desambiguadoras ou de pistas contextuais, o particípio pode ser ambíguo entre as duas interpretações.

31.6.2.6 Natureza inacusativa dos particípios passivos e adjetivais

Os particípios passivos e os particípios adjetivais predicam obrigatoriamente sobre um sintagma nominal sujeito que funciona como argumento interno direto (i.e., não preposicionado) do verbo correspondente; e, em função atributiva, modificam um substantivo igualmente com esse estatuto[169]. Como se discute em detalhe noutros capítulos da Gramática (cf. Caps. 11.6, 13 e 28.2.2.3), selecionam argumentos internos diretos os verbos transitivos e os verbos inacusativos, por oposição aos verbos inergativos, que selecionam um argumento externo, mas não um argumento interno direto.

Com verbos transitivos, o argumento interno direto realiza-se como complemento direto nas orações ativas (cf. *o aluno leu <u>o livro</u>*) e como sujeito nas orações passivas, nas quais o verbo ocorre como particípio, predicando sobre esse argumento (cf. *<u>o livro</u> foi lido pelo aluno*). Como se observou acima, alguns particípios de verbos transitivos podem ocorrer igualmente em orações copulativas, como particípios adjetivais, predicando também sobre o argumento interno (cf. *<u>o livro</u> ficou/está lido*; compare-se com a impossibilidade de **<u>o aluno</u> ficou/está lido o livro*, em que o particípio predica sobre o argumento externo – sujeito da frase ativa). Do mesmo modo, quando estes particípios ocorrem em função atributiva, o substantivo modificado corresponde ao argumento interno (cf. *o <u>livro</u> lido pelo aluno* e os exemplos de (149)); compare-se com a impossibilidade de **o <u>aluno</u> lido o livro*.

[169] Para simplificar a exposição, utilizamos o termo "inacusativo" para classificar esta propriedade dos particípios passivos e adjetivais, por se relacionar com a propriedade comum das orações passivas e inacusativas de realizar o seu argumento interno como sujeito da frase (cf. os capítulos da Gramática indicados no texto, imediatamente a seguir).

Com verbos inacusativos, o argumento interno realiza-se como sujeito (cf. *as folhas caíram na terra*, *o professor zangou-se com os alunos*). O particípio destes verbos pode ser usado como particípio adjetival, quer predicativamente (cf. *as folhas ficaram/estão caídas na terra*, *o professor ficou/está zangado com os alunos*), quer atributivamente (cf. *as folhas caídas na terra*, *um professor zangado com os alunos*).

Em contrapartida, os particípios de verbos inergativos – i.e., aqueles cujo argumento não preposicionado é externo e não interno – não podem ser usados como particípios adjetivais, em qualquer função: cf., por exemplo, a impossibilidade de **a bailarina está dançada* ou **uma bailarina dançada* (cf. *a bailarina tinha dançado*, com o particípio perfeito) e de **o atleta está corrido* ou **um atleta corrido* (cf. *o atleta tinha corrido*).

Apresentamos seguidamente uma lista (não exaustiva) de particípios de verbos inergativos. Como o leitor poderá verificar, estas formas só podem ser usadas em tempos compostos[170].

❖ Particípios de verbos intransitivos (inergativos): *agido*, *assobiado*, *atuado*, *bailado*, *barafustado*, *berrado*, *bocejado*, *brincado*, *cantado*, *chorado*, *conspirado*, *conversado*, *cuspido*, *dormido*, *embirrado*, *esperado*, *espirrado*, *fugido*, *gritado*, *jogado*, *ladrado*, *mentido*, *morado*, *pecado*, *pensado*, *pertencido*, *resistido*, *sorrido*, *telefonado*, *tossido*, *trabalhado*

31.6.2.7 Particípios curtos e adjetivos de particípio

Como se mencionou na introdução a 31.6.2, muitos verbos transitivos do português, chamados **verbos abundantes**, têm **particípios curtos** (também chamados **particípios fortes** ou **particípios rizotónicos**), formas que não seguem o padrão regular de formação através do sufixo *-d*(*o*/*a*) e têm o seu acento principal no radical[171].

Apresentamos a seguir uma lista, que não se pretende exaustiva, de particípios curtos de verbos transitivos que podem ocorrer como particípios passivos e como particípios adjetivais; alguns deles, como se verá, ocorrem também como particípios perfeitos. Indicamos entre parênteses a forma regular, precedendo-a de um asterisco quando não é usada (ver a discussão imediatamente a seguir à lista).

❖ Particípios curtos: *aceso* (*acendido*), *cheio* (*enchido*), *coberto* (**cobrido*), *desperto* (*despertado*), *dito* (**dizido*), *eleito* (*elegido*), *empregue* (*empregado*), *entregue* (*entregado*), *escrito* (**escrevido*), *expulso* (*expulsado*), *feito* (**fazido*), *frito* (*fritado*), *ganho* (*ganhado*), *limpo* (*limpado*), *morto* (*matado*), *oculto* (*ocultado*), *pago* (*pagado*), *preso* (*prendido*), *roto* (*rompido*), *satisfeito* (**satisfazido*), *seco* (*secado*), *solto* (*soltado*), *submerso* (*submergido*)

---

[170] Alguns destes verbos, no entanto, podem ter um uso transitivo, como *chorar*, *cantar*, *assobiar*, entre outros. Nestes casos, é possível uma frase passiva, na qual o particípio predica sobre o argumento interno – o complemento direto da frase ativa – ou modifica um substantivo que corresponde a esse argumento (cf. *o defunto foi chorado pelas carpideiras*, *uma canção muito cantada/assobiada pelas pessoas*). O que é impossível é usar o particípio predicando sobre o argumento externo que corresponde ao sujeito da frase ativa: cf. **as carpideiras choradas*, **as pessoas cantadas/assobiadas* (de novo, estes sintagmas nominais são possíveis na leitura em que *as carpideiras* e *as pessoas* correspondem ao argumento interno). Parecem constituir verdadeiras exceções, no entanto, os particípios *comido*, *almoçado* e *jantado*, que correspondem a verbos intransitivos (ou que podem ser usados intransitivamente) e inergativos, e que permitem, num estilo informal e coloquial, predicar sobre o argumento externo: cf. *já estou* {*almoçado*/*jantado*/*comido*}, correspondendo a *já* {*almocei*/*jantei*/*comi*}. Os verbos *viajar* e *conversar* têm um comportamento semelhante: as pessoas que viajam são pessoas viajadas, as pessoas que conversaram estão conversadas (embora neste caso o registo seja familiar).

[171] Para uma perspetiva histórica sobre os particípios curtos, cf. Cap. 2.2.2.2.2.

Morfologicamente, os particípios curtos não apresentam um padrão comum, embora a maioria seja formada pelo radical verbal seguido do índice temático *-o* ou *-a* (*-o* nos tempos compostos, *-o* alternando com *-a* nos particípios passivos e adjetivais, marcando o género masculino ou feminino): cf., por exemplo, *expulso*/*a* (de *expulsar*), *pago*/*a* (de *pagar*), *solto*/*a* (de *soltar*). Outros, no entanto, não seguem esse padrão, apresentando modificações consonânticas e/ou vocálicas no radical, como *aceso*/*a* (cf. *acender*), *coberto*/*a* (cf. *cobrir*), *eleito*/*a* (cf. *eleger*), *escrito*/*a* (cf. *escrever*), *extinto*/*a* (cf. *extinguir*), *feito*/*a* (cf. *fazer*), *preso*/*a* (cf. *prender*); no caso de *matar*, usa-se como particípio curto a forma *morto*, morfologicamente relacionada com *morrer*.

A maioria dos verbos transitivos com um particípio curto possui uma forma correspondente regular, também chamada **fraca** ou **arrizotónica**, assinalada entre parênteses na lista dada acima; outros, no entanto, apenas realizam o seu particípio de forma curta, como *abrir* (particípio *aberto* e não *abrido*), *cobrir* (particípio *coberto* e não *cobrido*), *dizer* (particípio *dito* e não *dizido*), *escrever* (particípio *escrito* e não *escrevido*), *fazer* (particípio *feito* e não *fazido*), *satisfazer* (particípio *satisfeito* e não *satisfazido*).

O uso dos particípios curtos manifesta alguma variação em português; no entanto, e, de certa forma, paradoxalmente, os falantes têm, em geral, opiniões de natureza prescritiva muito firmes e arreigadas sobre esse uso, o que dá frequentemente origem a disputas (e cartas inflamadas aos diretores dos jornais).

Nos termos do Quadro 3, apresentado no final de 31.6.2, o uso das formas curtas é sensível ao estatuto verbal ou adjetival dos particípios. De forma geral, quando os particípios têm valor plenamente verbal – ou seja, nos tempos compostos –, usam-se as formas regulares (cf. *depois de ter expulsado o guarda-redes, o árbitro foi cercado pelos jogadores*); e, quando os particípios têm algum valor adjetival, morfológico ou sintático-semântico – ou seja, na voz passiva e nas orações copulativas –, usam-se as formas curtas (cf. *o guarda-redes foi expulso pelo árbitro*, *o guarda-redes ficou/está expulso*).

Estas regras, ainda que cubram de forma geral a distribuição dos dois tipos de particípios, são algo normativas, e não são seguidas por todos os falantes. Em particular, nos contextos em que as gramáticas prescrevem o uso das formas regulares – ou seja, nos tempos compostos –, é frequente o emprego de particípios curtos. No entanto, existe bastante variação entre os falantes quanto às formas usadas, ou mesmo quanto à possibilidade de uso. Assim, alguns falantes são extremamente liberais, aceitando (e usando) nos tempos compostos praticamente (quase) todos os particípios curtos; em contrapartida, para outros, constitui anátema o uso de qualquer forma curta nesse contexto – o que está diretamente na origem das polémicas mencionadas acima. Entre estes extremos, há toda uma gama de variação. Os seguintes exemplos ilustram casos em que, pelo menos para alguns falantes, é aceitável o uso de particípios curtos em tempos compostos[172]:

[172] Obviamente, os particípios curtos que não têm um correspondente regular são usados sem problema nos tempos compostos (cf. *eles têm escrito*/*dito muitas asneiras*). O uso dos particípios curtos em (151) não é consensual. Para alguns falantes, no entanto, poderá existir uma tendência inversa relativamente aos particípios regulares *ganhado*, *gastado* e *pagado*. De facto, segundo Cunha e Cintra (1984:440), estes particípios já não seriam praticamente usados na linguagem atual, mesmo nos tempos compostos, uma conclusão que nos parece demasiado taxativa.

(151) a. Quando acordei no dia a seguir a ter *ganho* estas eleições não senti nada de especial. (CRPC, *Expresso*)
b. Se […] o Arcebispo de Lacedemónia insiste que essa certidão é falsa e o Cardeal se declara ultrajado na sua Dignidade Cardinalícia por se ter *preso* o seu impressor (CRPC, Barata, M. do R.T., *Amar a História*)
c. O que não seria legítimo era que o Partido Socialista apresentasse uma moção a esta Assembleia condenando a decisão do juiz do tribunal de Lisboa por ter *solto* os agressores do Sr. Ministro Almeida Santos (CRPC, *DAR*)
d. O CDS reivindica para si a vitória política de se ter *extinto* uma escandalosa prepotência que se abateu sobre os nossos jovens (CRPC, *DAR*)
e. Lembrou-se então de que acabara por juntar as fotografias e desenhos de Nému dentro de uma caixa de cartão. Mas, apesar de ter *limpo* a casa, não conseguira decidir-se a deixá-la. (CRPC, Al Berto, *Lunário*)
f. Assume ter raptado e violado as crianças, mas rejeita ter *morto* qualquer uma das quatro vítimas. (CRPC, *Público*)
g. Se os países africanos julgavam ter *eleito* alguém que seria facilmente manipulável, enganaram-se redondamente. (CRPC, *O Independente*)

Estes particípios curtos são todos eles possíveis nas orações passivas e nas orações copulativas, como se ilustra a seguir; inversamente, os particípios regulares tendem a ser rejeitados nesses contextos, embora talvez menos nas orações passivas do que nas copulativas (para não complicar a leitura dos exemplos em (153), ilustramos alternadamente com *estar* e *ficar*)[173]:

(152) a. O dinheiro foi *ganho*/**ganhado* com grande esforço.
b. O assaltante foi *preso*/**prendido* pelo polícia.
c. Os presos políticos foram *soltos*/**soltados* pelo governo.
d. O fogo foi *extinto*/??*extinguido* pelos bombeiros.
e. O quarto foi *limpo*/??*limpado* com cuidado.
f. O assaltante foi *morto*/**matado* pelo Pedro.
g. Foram *eleitos*/??*elegidos* políticos corruptos nas últimas eleições.

(153) a. As eleições estão *ganhas*/**ganhadas*.
b. O assaltante ficou *preso*/**prendido*.
c. Os presos políticos estão *soltos*/**soltados*.
d. O fogo ficou *extinto*/??*extinguido*.
e. O quarto está *limpo*/**limpado*.
f. O assaltante ficou *morto*/**matado*.
g. Esses políticos já estão *eleitos*/**elegidos*.

Finalmente, existem formas que morfologicamente se relacionam com particípios curtos de verbos transitivos, mas que apenas podem ser usadas em contextos

[173] No entanto, com *ficar*, há particípios regulares que podem ocorrer, como se nota no Cap. 13.2.2, onde se dá o exemplo *o veículo ficou submergido na torrente*, a par de *o veículo ficou submerso na torrente*. Repare-se que a forma curta *submerso* é menos aceitável em orações passivas (cf. ?*o veículo foi submerso propositadamente*; compare-se com *o veículo foi submergido propositadamente*). Voltamos adiante a estes casos.

copulativos (cf. (154)) e não em orações passivas (cf. (155)) ou em tempos compostos (cf. (156))[174]:

(154) a. A roupa está *seca*.
b. Os exercícios ficaram/estão *corretos*.
c. As janelas estão *sujas*.
d. As pessoas ficaram *inquietas* com os telefonemas anónimos.

(155) a. ?A roupa foi *seca* na máquina pela Maria.
b. *Os exercícios foram *corretos* pela professora.
c. ?As janelas foram *sujas* pela criança.
d. *Ultimamente, muita gente foi *inquieta* pela polícia.

(156) a. *Depois de *ter seco* a roupa, a Maria foi fazer o jantar.
b. *Depois de ter *correto* os exercícios, a professora desmaiou.
c. *Depois de *ter sujo* as janelas, a criança parou de comer.
d. *Ultimamente, a polícia tem *inquieto* muita gente.

Para a maioria dos falantes – admitindo embora que possa haver alguma variação de uso –, estas formas curtas têm unicamente propriedades adjetivais, visto que não podem ser usadas em contextos onde predomina a natureza verbal do particípio – ou seja, nos tempos compostos e nas orações passivas. Podemos, portanto, supor que estão em vias de se recategorizarem como adjetivos, tendo algumas delas atingido mesmo o limite final dessa recategorização, como *correto*, cujo sentido já não é o mesmo de *corrigido* – daí o facto de o particípio regular poder ser usado, com um sentido diferente do de *correto*, nas orações copulativas, como particípio adjetival (cf. *os exercícios ficaram/estão corrigidos*)[175].

Às formas curtas, morfologicamente relacionadas com particípios, que apenas podem ser usadas em contextos copulativos, mas não em tempos compostos ou em orações passivas, chamamos **adjetivos de particípio**. Para além dos apresentados em (156), incluem-se nesta subclasse *autorizado* (em *uma opinião autorizada*; cf. 31.6.2.3), *cego* (cf. *cegado*), *descalço* (cf. *descalçado*), *distinto* (cf. *distinguido*), *fixo* (cf. *fixado*), *farto* (cf. *fartado*), *morto* (relativamente ao verbo *morrer*), *oculto* (cf. *ocultado*), *reduzido* (em *uma edição reduzida de um livro*) e *tinto* (cf. *tingido*). Existe uma relação semelhante entre os adjetivos *bruto*, *doido*, *duro*, *fraco*, *louco*, *mudo*, *pálido*, *pobre*, *rico* (entre outros) e particípios regulares de verbos formados por parassíntese com base nesses adjetivos (*embrutecido*, *endoidecido*, *endurecido*, *enfraquecido*, *enlouquecido*, *emudecido*, *empalidecido*, *empobrecido*, *enriquecido*). O particípio regular usa-se nos tempos compostos, mas é pouco usual nos contextos copulativos, em que se prefere o adjetivo simples (cf., por exemplo, *depois de ter endoidecido, o Luís candidatou-se a Primeiro-Ministro* vs. *o Luís ficou/está doido*/??*endoidecido*).

[174] Cf. Cap. 13.2.1, em particular o paradigma (21) (de onde se adaptam alguns exemplos) e a discussão que o precede. De novo, os juízos expressos nos exemplos podem não ser consensuais.
[175] Daí também o facto de podermos dizer, sem tautologia, *depois de corrigidos, os exercícios ficaram corretos*.

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

A. Faria, *Cavaleiro* – Faria, Almeida (1983) *Cavaleiro andante*. Lisboa. INCM.

Al Berto, *Lunário* – Al Berto (1988) *Lunário* (s.l.). Contexto.

Aquilino, *Via* – Ribeiro, Aquilino (s.d.) *A Via Sinuosa*. Lisboa. Livraria Bertrand.

Barata, M. do R.T., *Amar a História* – Barata, Maria do Rosário Themudo et al. (coords.) (1995) *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa. Edições Colibri.

DAR – Diário da Assembleia da República.

Diário de Notícias.

Expresso.

J. Melo, *Gente feliz* – Melo, João de (1992) *Gente feliz com lágrimas*. Lisboa. Dom Quixote.

Máxima.

O Independente.

Público.

Saramago, *Levantado* – Saramago, José (s.d.) *Levantado do chão*. Lisboa. Caminho, 5.ª ed.

Saramago, *Ricardo Reis* – Saramago, José (1984[3]) *O ano da morte de Ricardo Reis*. Lisboa. Caminho.

Sophia, *Histórias* – Andresen, Sophia de Mello Breyner (1984[2]) *Histórias da Terra e do Mar*. Lisboa. Salamandra.

Sophia *in Público* – Andresen, Sophia de Mello Breyner, *Livro VI*. "No Poema".

32 PREPOSIÇÃO E SINTAGMA PREPOSICIONAL 1497
32.1 Preposições e advérbios 1500
32.2 Preposições simples e locuções prepositivas 1502
32.2.1 Preposições simples 1502
32.2.2 Locuções prepositivas 1503
32.3 Contração das preposições 1506
32.3.1 Formas que resultam da contração 1506
32.3.2 Contextos em que a contração não se aplica 1508
32.3.2.1 Fronteira de oração 1508
32.3.2.2 Títulos 1510
32.4 Funções do sintagma preposicional 1510
32.4.1 Sintagmas preposicionais regidos 1511
32.4.1.1 Preposições regidas por um verbo 1511
32.4.1.2 Preposições regidas por um nome 1512
32.4.1.3 Preposições regidas por um adjetivo, um advérbio ou uma preposição 1514
32.4.2 Sintagmas preposicionais como adjuntos adverbiais 1515
32.4.3 Sintagma preposicionais como constituintes predicativos 1516
32.5 Propriedades semânticas das preposições 1516
32.5.1 Generalidade, plasticidade e dependência contextual 1517
32.5.2 Predicadores complexos 1519
32.5.3 Variabilidade e rigidez na escolha da preposição 1520
32.5.3.1 Escolha múltipla de preposições com variação de sentido 1520
32.5.3.2 Escolha limitada de preposições sem variação de sentido 1521
32.5.3.3 Preposição fixa 1522
32.5.4 Semanticidade das preposições 1522
32.6 Restrições entre preposições e orações regidas 1524
32.6.1 Preposição + oração com estatuto de adjunto 1524
32.6.2 Preposição + oração com estatuto de complemento 1525
32.6.2.1 Preposição regida por um verbo 1525
32.6.2.2 Preposição regida por um nome 1527
32.7 Gramaticalização e semigramaticalização das preposições 1528
32.7.1 Contextos de ocorrência da preposição *de* gramaticalizada 1529
32.7.1.1 *De* ligando sintagmas nominais e orações infinitivas a um nome 1529

32.7.1.2 *De* ligando sintagmas nominais e orações infinitivas a um adjetivo ou a um advérbio 1530
32.7.1.3 *De* introduzindo o complemento de *gostar*, *precisar* e *necessitar* 1531
32.7.1.4 *De* ligando orações interrogativas subordinadas a predicadores interrogativos não verbais 1532
32.7.1.5 *De* introduzindo o complemento oblíquo de verbos transitivos 1535
32.7.1.6 *De* em locuções prepositivas 1536
32.7.2 Preposições semigramaticalizadas 1536
32.7.2.1 *A* e *de* introduzindo o complemento infinitivo oblíquo de verbos transitivos 1536
32.7.2.2 Verbos conjugados reflexamente 1537
32.7.2.3 *A* e *de* com verbos auxiliares e semiauxiliares aspetuais 1539
32.7.2.4 Redobro do complemento direto e do complemento indireto 1540
32.8 Uso e significado das principais preposições 1540
32.8.1 O sistema das preposições espaciais 1541
32.8.1.1 Preposições locativas e preposições direcionais 1541
32.8.1.2 As preposições direcionais *a* e *para* 1542
32.8.1.3 Uso dinâmico da preposição *em* 1543
32.8.1.4 Localização em volumes e em espaços opostos 1544
32.8.2 Valores semânticos de algumas preposições 1547
32.8.2.1 *Em* 1547
32.8.2.2 *De* 1548
32.8.2.3 *A* 1550
32.8.2.4 *Para* 1553
32.8.2.5 *Por* 1554
32.8.2.6 *Desde* e *até* 1555
32.8.2.7 *Sobre* e *sob* 1556
32.8.2.8 *Com* e *sem* 1557
32.8.2.9 *Contra* 1559
32.8.2.10 *Ante* e *perante* 1559
32.8.2.11 *Após* 1560
32.8.2.12 *Entre* 1560
32.9 Preposições atípicas 1562
32.9.1 *Conforme*, *consoante* e *segundo* 1562
32.9.2 *Durante* 1563
32.9.3 *Mediante* e *obstante* 1563
32.9.4 *Senão*, *exceto*, *salvo*, *menos* e *fora* 1564

32 PREPOSIÇÃO E SINTAGMA PREPOSICIONAL

As preposições são palavras invariáveis e geralmente monossilábicas, cuja função consiste em estabelecer uma relação sintática e semântica entre duas expressões *x* e *y* (sublinhadas, nos exemplos), como se ilustra no seguinte paradigma:

(1) a. O Pedro voltou *para* o seu escritório tarde.
x *y*

b. Vieram à festa vários amigos *d*o meu irmão.
x *y*

c. Eu fiquei contente *com* o seu comportamento.
x *y*

d. A reunião realizou-se paralelamente *a*o encontro.
x *y*

O termo *x* da relação (a que, seguindo Bechara 1999, chamamos o **termo subordinante**) é aquele que determina a presença da preposição. A própria preposição, por sua vez, determina a presença do termo *y*. O termo subordinante (*x*) pode ser uma palavra pertencente a uma das classes lexicais principais: um verbo, como em (1a), um nome, como em (1b), um adjetivo, como em (1c), um advérbio, como em (1d). O termo subordinante também pode ser um sintagma verbal, como em (2a), ou uma oração, como em (2b):

(2) a. O ladrão assaltou o banco *com* um cúmplice.
x *y*

b. Isso não vai acontecer, *com* toda a probabilidade.
x *y*

O termo *y* é tipicamente um sintagma nominal, como nos exemplos de (1) e (2), embora possa também ser uma oração finita (cf. (3a)), infinitiva (cf. (3b)), um sintagma verbal no interior de uma perífrase verbal, em que a preposição liga um verbo auxiliar ou semiauxiliar ao verbo pleno (cf. (3c,d) e o Cap. 29), uma predicação secundária não verbal, formada por um SN seguido de um constituinte predicativo – neste caso um adjetivo (cf. (3e) e o Cap. 30), um sintagma preposicional (cf. (3f)), um adjetivo e um advérbio (cf. (3g) e (3h), respetivamente):

(3) a. Eles fizeram *com* que eu me atrasasse.
b. Estou a pensar *em* comprar um automóvel novo.
c. A Clara está *a* ver televisão.
d. A Clara acabou *de* ver televisão.
e. *Com* a criança doente, a Maria não podia sair de casa.
f. O avião voa *por* entre as montanhas.
g. O Pedro passou subitamente *de* eufórico *a* deprimido.
h. O furacão passou *por* perto/aí.

Semanticamente, o termo *y* completa a preposição, de um modo semelhante àquele em que um complemento direto completa o sentido de um verbo transitivo; assim, p.e., na frase *o Presidente contrariou o Governo*, o verbo *contrariar* e o sintagma nominal *o Governo* mantêm entre si uma relação gramatical semelhante àquela que a preposição *contra* mantém com o sintagma nominal que a segue em *o Presidente está contra o Governo*. Considera-se, assim, que o segundo termo da relação constitui o **complemento** da preposição, tal como o SN não preposicionado que segue um verbo é (tipicamente) o seu complemento direto. O grupo formado pela preposição e o seu complemento chama-se **sintagma preposicional** (abreviado, por vezes, em **SP**; para a preposição, usamos a abreviatura **P)**. O SP apresenta uma estrutura simples e uniforme, pois contém, normalmente, a preposição e um único complemento. A preposição constitui o núcleo do sintagma preposicional (*com toda a legitimidade*), tal como o verbo é o núcleo do sintagma verbal (*registaram essa ideia*), o nome é o núcleo do sintagma nominal (*a aceitação da proposta*) e o adjetivo é o núcleo do sintagma adjetival (*receoso das consequências*).

> [1] Os gramáticos portugueses não dedicam muito espaço às preposições e ao sintagma preposicional. Soares Barbosa ([1822] 1881:218ss), no entanto, capta de maneira sucinta aquilo que constitui a função principal de uma preposição, considerando-a um elemento relacional que introduz o complemento de outra palavra (nos termos da nossa exposição acima, *y* e *x*, respetivamente): «Preposição é uma parte conjuntiva da oração que posta entre duas palavras indica a relação de complemento que a segunda tem para a primeira». E, relativamente ao significado da preposição, diz o seguinte: «A preposição porem não indica senão uma única idéa, e esta geral e simplicíssima, qual é a relação de complemento em que um objecto está para com outro;».
>
> Em Cunha e Cintra (1984:551) as preposições são definidas como «palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro [o "antecedente", segundo estes autores] é explicado ou completado pelo segundo [o "consequente"]».

Na medida em que a preposição e o seu complemento formam um constituinte autónomo, que não contém o termo subordinante, existe uma coesão maior entre esses dois elementos do que entre a preposição e o termo subordinante. Como consequência desta situação, não é necessário que haja adjacência entre o termo subordinante e a preposição, como os seguintes exemplos ilustram (compare-se com (1)-(3); representa-se em itálico o elemento interveniente e sublinha-se o termo subordinante e a preposição):

(4) a. O Pedro voltou *tarde* para o seu escritório.
b. Vieram à festa vários amigos *chatos* do meu irmão.
c. Eu fiquei contente *ontem* com o seu comportamento.
d. O ladrão arrombou o cofre *calmamente* sem qualquer ferramenta especial.
e. Isso não vai acontecer, *disse a Maria ao Pedro*, com toda a probabilidade.

Em contrapartida, nenhum elemento pode intervir entre a preposição e o seu complemento, como se pode verificar pela impossibilidade de ***o Pedro voltou para tarde o seu escritório*, ***vieram à festa vários amigos de chatos o meu irmão*, ***eu fiquei contente com ontem o seu comportamento*, ***o ladrão arrombou o cofre sem calmamente qualquer ferramenta especial* ou ***isso não vai acontecer, com, disse a Maria ao Pedro, toda a probabilidade*.

Outra consequência da menor coesão entre o termo subordinante e a preposição do que entre a preposição e o seu complemento é o facto de podermos separar com relativa facilidade o sintagma preposicional do termo subordinante através, p.e., de uma topicalização (cf. Cap. 12) (em (5), coloca-se o termo subordinante em itálico e utiliza-se um espaço em branco sublinhado para representar a posição normalmente ocupada pelo SP):

(5) a. Para o seu escritório, o Pedro *voltou* _ tarde.
b. Do meu irmão, vieram vários *amigos* _ à festa.
c. Com o seu comportamento, fiquei *contente* _ .
d. Sem qualquer ferramenta especial, o ladrão *arrombou o cofre* _ .
e. Com toda a probabilidade, *isso não vai acontecer*.[1]

Em contrapartida, não é possível separar a preposição do seu complemento, como se vê, p.e., pela não gramaticalidade de ***o seu escritório, o Pedro voltou para* _ *tarde* relativamente ao exemplo (5a)[2].

Ainda que não seja comum, o sintagma preposicional pode combinar-se com um advérbio (em geral focalizador – cf. Cap. 33), à sua esquerda. Nesse caso, o constituinte resultante é uma extensão do primeiro SP, e consideramos também que pertence à mesma classe sintagmática, como se ilustra em (6):

(6) a. Dei o livro [$_{SP}$ só [$_{SP}$ *a* ti]].
b. Ele comporta-se bem [$_{SP}$ mesmo [$_{SP}$ *n*essas situações]].

Uma das propriedades mais típicas das preposições é a seguinte: quando o seu complemento é um pronome, este ocorre numa forma casual oblíqua (cf. Cap. 23). De forma geral, as formas oblíquas dos pronomes são idênticas às nominativas (i.e., as formas que o pronome tem quando é sujeito da oração), mas há exceções. Assim, os pronomes de 1.ª e 2.ª pessoa do singular, bem como o pronome *se*, têm formas oblíquas distintas das formas nominativas, nomeadamente *mim*, *ti* e *si* (comparar

[1] No exemplo (5e), em que o termo subordinante é uma oração, é mesmo a posição inicial a que é mais aceitável para o sintagma preposicional. Repare-se que, neste caso, o sintagma preposicional apenas muda de posição (relativamente a (2b)), mas continua adjacente à oração.

[2] Noutras línguas, como o inglês, esta possibilidade existe em certas construções: compare-se *who did you speak to _?* ('com quem falaste (tu)?') com a sua tradução literal, não gramatical em português (bem como nas línguas românicas em geral) ***quem falaste tu com _ ?***

com as formas nominativas *eu*, *tu* e *se*; cf. Cap. 23.4.3.3). Consequentemente, são essas as formas que ocorrem com as preposições: cf., por exemplo, *ela comprou um presente para {mim/ti/si}* vs. **ela comprou um presente para {eu/tu/se}* (*comigo*, *contigo* e *consigo* também ilustram esta situação; cf. 32.3.1).

32.1 Preposições e advérbios

Existe uma afinidade estreita ente preposições e advérbios. Essa afinidade sugere que, num nível gramatical mais abstrato, ambas as classes se agrupam numa classe mais ampla, chamada **partícula** nalguns trabalhos da linguística contemporânea. Dentro desta classe, o que distingue os advérbios das preposições é o facto de aqueles poderem ocorrer sem complemento, ou porque o incorporam lexicalmente ou porque permitem a sua recuperação contextual no âmbito do discurso ou a partir da situação da enunciação. Em contrapartida, as preposições têm necessariamente de ocorrer com um complemento. Por outras palavras, as preposições são partículas "transitivas", ao passo que os advérbios são partículas tipicamente "intransitivas" (pelo menos têm essa opção: cf. a discussão dos advérbios relacionais no parágrafo seguinte). Assim, p.e., *aqui* é um advérbio, mas *em* é uma preposição; ambos exprimem localização espacial, mas o advérbio já incorpora em si a ideia que é expressa pelo complemento da preposição (*aqui* = 'no lugar ocupado pelo falante') e pode, portanto, ocorrer sozinho, ao passo que a preposição necessita de um complemento para completar o seu sentido: podemos dizer *o Pedro está aqui*, mas não **o Pedro está em*.

Os advérbios (e locuções adverbiais) que não incorporam lexicalmente o complemento mas permitem a sua recuperação contextual chamam-se **advérbios relacionais**. Estes advérbios também podem ocorrer com um complemento explícito à sua direita (tal como as preposições); neste caso, no entanto, o seu complemento é um sintagma preposicional (tipicamente introduzido pela preposição *de*), não um sintagma nominal. Incluem-se nesta classe *perto*, *longe*, *próximo*, *antes*, *depois*, *em cima/baixo*, *à direita/esquerda*, *em frente*, *fora* e *dentro*.

A título ilustrativo, no seu sentido básico espacial, o advérbio *perto* relaciona um lugar (expresso pelo complemento) com uma entidade (expressa pelo termo subordinante), por vezes através da mediação de um verbo de localização espacial (como *estar* ou *ficar*). O complemento, no entanto, não está lexicalmente incorporado no advérbio. Existem, então, duas opções para as frases com este advérbio: (i) o complemento ocorre explicitamente sob a forma de um SP introduzido pela preposição *de* (cf. *o comboio já está perto* ***da estação***; compare-se com *o comboio já está* ***na estação***, com a preposição *em*); (ii) o complemento é inferido contextualmente, a partir do discurso prévio ou da situação de comunicação: cf. *o comboio já está perto*, em que se subentende um lugar mencionado antes ou se quer dizer que o comboio está perto do lugar ocupado pelo falante ou pelo ouvinte ('perto daqui' ou 'perto daí'). Em contrapartida, esta possibilidade não existe para as preposições, como se vê pela não gramaticalidade de **o comboio já está em*. As preposições são, pois, obrigatoriamente transitivas (cf. *o comboio já está* ***na estação***), ao passo que os advérbios relacionais são apenas opcionalmente transitivos (cf. *o comboio já está perto* ***da estação***, a par de *o comboio já está perto*).

O par de partículas *depois* e *após*, praticamente sinónimas, realça bem a diferença em discussão: *depois* é um advérbio relacional, podendo ocorrer sem complemento expresso, sendo o valor deste inferido a partir do contexto: *depois, vamos ao cinema* (depois do jantar, p.e.); em contrapartida, *após* é uma preposição, e não se pode usar sem um complemento explícito: cf. *após o jantar, vamos ao cinema*; compare-se com a impossibilidade de ***após, vamos ao cinema*.

Como se mencionou acima, quando os advérbios relacionais se constroem com um complemento expresso, requerem uma preposição que ligue o advérbio ao seu complemento. Essa preposição é usualmente *de*, por excelência a preposição gramaticalizada da língua portuguesa (cf. 32.7.1 e Cap. 10): cf. *o comboio já está perto da estação* e *depois do jantar, vamos ao cinema* (compare-se com a impossibilidade de ***o comboio já está perto a estação* e de ***depois o jantar, vamos ao cinema*; cf. 32.2.2 e 32.7). A sequência formada pelo advérbio e pela preposição (*perto de* e *depois de*) funciona como uma preposição simples, visto que toma um sintagma nominal como complemento (cf. *o comboio já está* {*perto de*/*em*} *a estação*; {*depois de*/*após*} *o jantar, vamos ao cinema*)[3]; dizemos, pois, que as sequências *perto de*, *longe de*, *próximo de*, *antes de*, *depois de*, *em cima*/*baixo de*, *à direita*/*esquerda de* e *em frente de* são **locuções prepositivas** (ou **preposicionais**)[4]**.**

> [2] O leitor poderá interrogar-se sobre a razão por que classificamos *perto*, *longe*, *antes*, *depois*, etc. como advérbios relacionais e não como preposições, já que partilham com as preposições a propriedade de não incorporarem lexicalmente o sentido do complemento. Na realidade, obteríamos uma descrição igualmente consistente se disséssemos que estas formas são preposições opcionalmente intransitivas que permitem uma recuperação contextual do seu complemento, em vez de dizer que são advérbios opcionalmente transitivos. Na base da nossa escolha pesou o seguinte: (i) a opção por considerar a transitividade como um critério definitório (uma condição necessária) da classe das preposições; (ii) o facto de a tradição gramatical portuguesa classificar estas formas como advérbios e não como preposições.

Como é de esperar, existe, nas margens destas duas classes, um pequeno grupo de palavras que não manifestam de maneira consistente os critérios semânticos e gramaticais que acabámos de expor, e que optámos por classificar de acordo com a classificação da gramática tradicional. Por um lado, temos advérbios relacionais como *apesar*, *através*, *cerca* e *frente* (este último no uso que tem em *frente a mim, estava a Maria*). Estes advérbios são excecionais por não poderem ter o seu complemento inferido contextualmente; ou seja, são obrigatoriamente transitivos, ocorrendo necessariamente com um complemento, como se ilustra no seguinte paradigma:

(7) a. Ficámos sem gasolina *cerca das nove da noite*. (vs. **ficámos sem gasolina cerca*)
b. A bola passou *através dos arbustos*. (vs. **a bola passou através*)
c. *Frente a mim*, encontrava-se uma cobra. (vs. **frente, encontrava-se uma cobra*)
d. *Apesar da chuva*, a colheita ficou estragada. (vs. **apesar, a colheita ficou estragada*)

[3] Nestas frases, *em a* realiza-se como *na* e *de o* como *do*; cf. 32.3.1.
[4] Para uma visão mais abrangente das locuções prepositivas, cf. 32.2.2.

No entanto, tal como os outros advérbios relacionais, exigem uma preposição simples (*de* ou *a*) como ligação gramatical com o complemento (cf., por exemplo, a impossibilidade de **ficámos sem gasolina cerca as nove da noite* ou **frente mim/eu, encontrava-se uma cobra*).

Por outro lado, existem preposições que podem, em certos contextos, ocorrer sem um complemento, como é o caso de *com*, *contra* e *sem*; exemplos ilustrativos são as respostas a perguntas como *vens com os teus pais ou sem eles?*, que frequentemente consistem apenas numa preposição (cf. *com!* ou *sem!*); vejam-se também enunciados como *eu sou contra* ou *eu voto contra*. Estas expressões, no entanto, são estilisticamente marcadas e consideradas marginais por alguns falantes[5].

32.2 Preposições simples e locuções prepositivas

Morfologicamente, as preposições são palavras invariáveis, isto é, não apresentam qualquer flexão, à semelhança do que acontece com as conjunções e com os advérbios; assim, ao contrário dos nomes, dos adjetivos e dos verbos, não variam em número, género, pessoa, tempo ou modo. As preposições formam uma classe de palavras fechada que tem resistido a sofrer alterações ao longo do tempo; e a maior parte dos seus elementos apresenta uma alta frequência de uso.

Para além das **preposições simples**, como *a*, *com* ou *de*, existem expressões mais complexas, formadas por mais de uma palavra, mas que funcionam como preposições simples: as chamadas **locuções prepositivas** (ou **preposicionais**) como *acerca de* ou *a respeito de*, já discutidas na secção anterior e que voltamos a abordar aqui mais pormenorizadamente (cf. 32.2.2).

32.2.1 Preposições simples

As preposições simples são constituídas por uma só palavra e as mais frequentes são monossilábicas. As mais comuns em português europeu são: *a*, *ante*, *após*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *desde*, *em*, *entre*, *para*, *perante*, *por*, *sem*, *sob* e *sobre*.

> [3] Ao observarmos as listas de preposições nas gramáticas portuguesas dos últimos dois séculos encontramos apenas ligeiras diferenças. Comparem-se, por exemplo, as preposições simples na gramática do séc. XIX de Jerónimo Soares Barbosa ([1822] 1881) com as apresentadas na gramática de Cunha e Cintra (1984), e que se encontram também em Mateus et al. (1983 e 2003). São quinze as preposições referidas por Soares Barbosa (ibid.:220): *a*, *ante*, *após*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *desde*, *em*, *entre*, *para*, *per*, *sem*, *sob* e *sobre*[6]. Nas gramáticas de Cunha e Cintra e de Mateus et al. foram incluídas mais duas preposições – *perante* e *trás* –, e a preposição com a forma *per* é substituída por *por*, aparecendo a primeira, *per*, entre parênteses, apenas na lista de Cunha e Cintra (ibid.:551): *a*, *ante*, *após*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *desde*, *em*, *entre*, *para*, *perante*, *por* (*per*), *sem*, *sob*, *sobre*, *trás*.

[5] Quando ocorre sem um complemento expresso, *contra* funciona, de facto, como um advérbio relacional. Este item admite também ser recategorizado como substantivo; cf. *ele é do contra*, *os contras eram muitos, por isso desistimos da ideia*, ou ainda a expressão *os prós e os contras*.

[6] Soares Barbosa (ibid.:220) afirma que as preposições são «palavras curtas e monossílabos», e considera que são, em todas as línguas, «partículas», acrescentando ainda que «qualquer palavra polyssyllaba, que se queira introduzir na Gramatica como preposição, se faz suspeita pela sua extensão...».

A preposição *perante* constitui uma exceção na lista das preposições simples de Cunha e Cintra (ibid.), visto ser a única com três sílabas. Este facto tem uma explicação histórica: efetivamente, *perante* foi formada pela junção de duas preposições, *per* + *ante* (*per*, por sua vez, desapareceu como preposição simples, embora integre a locução adverbial *de per si* e seja a forma que está na base da contração com o artigo definido (cf. 32.3.1, em particular a Nota 14)).

Quanto à forma *trás*, cujo étimo latino, *trans*, significa 'além de, para lá de' e que não consta da lista de Soares Barbosa, já não é utilizada em português como preposição simples, mas faz parte de algumas locuções prepositivas – *de trás de, por detrás de, por trás de* –, encontrando-se também no nome da região nortenha de Portugal *Trás-os-Montes* e no advérbio *trás-anteontem* (com a variante *trasantontem*).

Sendo pequeno o número de preposições (quando o comparamos com o número de itens noutras classes de palavras, como nomes, verbos e adjetivos), é certo que a maior parte das frases contém uma ou mais preposições, o que faz com que algumas delas tenham uma frequência de ocorrência muito elevada. Assim, a palavra mais frequente no português é a preposição *de*, e estão entre as quinze palavras mais frequentes as preposições *a*, *com*, *em*, *para* e *por*.

32.2.2 Locuções prepositivas

Embora compostas por várias palavras (duas ou três, em geral), as **locuções prepositivas** (ou **locuções preposicionais**) funcionam como verdadeiras preposições, como mostra a correspondência semântica entre os exemplos de (8) e (9), cuja única diferença é terem uma preposição simples vs. uma locução prepositiva:

(8) a. Falaram [*sobre* o jogo].
b. [*Para* encerrar o assunto], foram os dois demitidos.
c. Saímos [*após* o espetáculo].

(9) a. Falaram [*acerca d*o jogo].
b. [*A fim de* encerrar o assunto], foram os dois demitidos.
c. Saímos [*depois d*o espetáculo].

As locuções prepositivas incluem obrigatoriamente, na sua parte final, uma preposição simples, tipicamente *de* ou *a* (mais raramente *em* e *com*), a qual não introduz qualquer significado, servindo exclusivamente de ligação gramatical entre a parte inicial da locução e o seu complemento; sem essa preposição final, a sequência formada pela locução e o complemento não ficaria bem formada, como se pode ver através da comparação dos exemplos de (9) com as expressões agramaticais **falaram* [*acerca o jogo*], **[a fim encerrar o assunto], foram os dois demitidos* e **saímos* [*depois o espetáculo*]. É, pois, legítimo reconhecer que existe um mínimo de estrutura interna nas locuções prepositivas: aquilo a que se pode chamar a sua **base**, seguida obrigatoriamente de uma preposição gramatical, que estabelece a ligação com o complemento.

Para além da preposição gramatical final (*acerca de*), as locuções prepositivas têm normalmente como termo principal um item pertencente a outra classe, em particular um nome (cf. (10a)), um advérbio (cf. (10b)) ou uma preposição seguida de um nome, de um advérbio ou, mais raramente, de um verbo (cf. os três exemplos de (10c), respetivamente); nos casos de (10c), a sequência em questão forma

um sintagma preposicional menor dentro da locução prepositiva. Consoante o termo principal da locução prepositiva é um nome, um advérbio ou um sintagma preposicional, assim classificamos as locuções como **locuções prepositivas de base nominal**, **de base adverbial** e **de base preposicional**:

(10) a. *face* a [locução prepositiva de base nominal]
b. *depois* de [locução prepositiva de base adverbial]
c. [$_{SP}$ *a braços*] com, [$_{SP}$ *por perto*] de, [$_{SP}$ *a partir*] de [locuções prepositivas de base preposicional]

Por vezes, o nome que forma o SP de base de uma locução prepositiva de base preposicional pode ser precedido de artigo, formando um pequeno SN, como em *a*[*o redor*] *de*.

O complemento das locuções prepositivas, tal como o das preposições simples, é tipicamente um sintagma nominal (*cerca da minha casa*), uma oração finita ([*a fim de que possas terminar o teu curso*]*, deverias concorrer a uma bolsa da Gulbenkian*) ou infinitiva ([*apesar de sairmos mais cedo*]*, vamos chegar atrasados*)[7].

Apresentam-se a seguir listas (não exaustivas) de locuções prepositivas, de acordo com o seu tipo de base:

- locuções prepositivas de base nominal
  face a, *frente a*, *graças a*, *mercê de*
- locuções prepositivas de base adverbial[8]
  cerca de, *perto de*, *longe de*, *diante de*, *próximo de*, *dentro de*, *fora de*, *antes de*, *depois de*, *apesar de*, *adiante de*, *aquém de*, *além de*, *através de*, *abaixo de*, *debaixo de*, *acima de*
- locuções prepositivas de base preposicional
  - [$_{SP}$ preposição + nome]
    a bel-prazer de, *a braços com*, *a conselho de*, *a* (*meio*) *caminho de*, *a meio de*, *a fim de*, *de acordo com*, *de caras com*, *com base em*, *para/por baixo de*, {*em/para/por*} *cima de*, *em frente de*, *em vez de*
  - [$_{SP}$ preposição + [$_{SN}$ artigo + nome]]
    à altura de, *à conta de*, *à custa de*, *à direita de*, *à disposição de*, *à esquerda de*, {*à/para a/pela*} *frente de*, *à mercê de*, *à volta de*, *ao lado de*, *ao pé de*, *ao redor de*
  - [$_{SP}$ preposição + verbo]
    a julgar por, *a partir de*, *a seguir a*
  - [$_{SP}$ preposição + advérbio]
    a mais de, *a menos de*, *para além de*, *para aquém de*, *por debaixo de*, *por detrás de*, *por perto de*
  - [$_{SP}$ preposição + preposição]
    até a

[7] Nos dois últimos exemplos, devido a introduzirem orações adverbiais, *a fim de que* e *apesar de* (incluindo a conjunção integrante *que*, no primeiro caso) são chamadas **locuções conjuncionais** (cf. Cap. 33).
[8] Alguns dos advérbios desta lista (*abaixo*, *adiante*, *através*, *debaixo*, *diante*) são formas complexas, algumas delas iniciadas por um prefixo (*a-* ou *de-*) semelhante à preposição correspondente; nalguns casos, a esse prefixo segue-se uma forma que, etimologicamente, era nominal, mas que já não é sentida como tal pela maioria dos falantes.

A locução prepositiva *até a* é a única formada por duas preposições simples: a preposição de base *até*, seguida da preposição de ligação *a*[9]. De facto, nos exemplos de (11), embora haja duas preposições contíguas (em (11d), uma preposição seguida de uma locução prepositiva), as sequências em questão não formam locuções prepositivas:

(11) a. A prancha de surf desapareceu *por entre* as ondas.
b. O avião apareceu *de entre* as nuvens.
c. Ele foi generoso *para com* o Luís.
d. O jogo está previsto *para depois d*as 5 horas.

Aqui, as duas preposições mantêm o seu significado e uso básicos: trata-se de casos em que uma preposição toma como complemento outro sintagma preposicional independente (cf. (3f)): p.e., relativamente a (11c), *ele foi generoso* [$_{SP}$ *para* [$_{SP}$ *com* [$_{SN}$ *o Luís*]]].

No seguinte paradigma ilustra-se o uso das locuções prepositivas (coloca-se o complemento da locução entre parênteses retos):

(12) a. Fiquei *frente a*[o meu inimigo]. [locução prepositiva de base nominal]
b. Pombal fica *perto de* [Coimbra]. [locução prepositiva de base adverbial]
c. Ele viu-se *a braços com* [um problema terrível]. [locução prepositiva de base preposicional: preposição + nome]
d. O Luís estava *ao lado d*[o Pedro]. [locução prepositiva de base preposicional: preposição + artigo + nome]
e. *A partir de* [hoje] ninguém mais janta cá em casa. [locução prepositiva de base preposicional: preposição + verbo]
f. Eles andam *por perto d*[a minha casa]. [locução prepositiva de base preposicional: preposição + advérbio]
g. Vou *até a*[o supermercado]. [locução prepositiva de base preposicional: preposição + preposição]

Os elementos que formam as locuções prepositivas são invariáveis na maior parte dos casos, o que se correlaciona com o seu alto grau de lexicalização (cf. Cap. 9). Contudo, nem todas as locuções têm a mesma rigidez morfológica; quando integram um nome, este admite, por vezes, variação flexional em número (cf. *em via de* – ainda que pouco usado – vs. *em vias de*), especificação por um artigo (cf. *em caso de* vs. *no caso de*) ou ainda a substituição do artigo indefinido por um numeral ou por outro determinante indefinido (cf. *a um passo de* vs. *a dois passos de* ou *a alguns passos de*).

As locuções prepositivas distinguem-se entre si quanto à possibilidade de a sua base ocorrer sem um complemento expresso, i.e., de poder funcionar autonomamente como um advérbio (cf. a discussão na parte final de 32.1). Podem ocorrer sem complemento a maioria das bases adverbiais (à exceção de *apesar*, *através* e *cerca*; cf. 32.1) e a maioria das bases que contêm sintagmas preposicionais (com exceção

[9] Para uma descrição breve dos contextos em que se usa a locução *até a* e daqueles em que se usa apenas *até*, cf. 32.8.2.6.

de *a bel-prazer*, *a braços*, *a conselho*, *a fim*, *com base*, *em vez*, *à custa*, *a julgar* e *a partir*, ainda que neste domínio exista alguma variação entre os falantes). No seguinte paradigma, dão-se exemplos de bases de locuções prepositivas sem qualquer complemento, funcionando autonomamente como advérbios:

(13) a. Lisboa fica *perto*/*longe*.
b. O trabalho ficou *a meio*.
c. Ficámos *a meio caminho*.
d. Vou {*para baixo*/*para cima*}.
e. Estou *de acordo*.
f. Entras *a seguir*.
g. Ele ficou {*por trás*/*por perto*}.

Como exemplo de bases que não podem ocorrer sem complemento, veja-se a impossibilidade de **vi-me a braços* (comparar com *vi-me a braços com um problema terrível*) ou **a fim, o Pedro dirigiu-se ao Governo Civil* (comparar com *a fim de renovar o passaporte, o Pedro dirigiu-se ao Governo Civil*).

32.3 Contração das preposições

As preposições, especialmente as monossilábicas, são, na sua maioria, elementos clíticos, associando-se prosodicamente à palavra imediatamente adjacente à sua direita (cf. Cap. 42). Quando a preposição tem como complemento um sintagma nominal, a palavra adjacente é a que introduz esse sintagma. Quando o elemento inicial (ou único) do SN é um pronome (pessoal ou demonstrativo) ou um determinante (definido, indefinido ou demonstrativo), algumas preposições formam um grupo morfológico com alguns desses elementos, um processo fonológico chamado **contração** (p.e., *do*/*da*, *neste*/*nesta*). As preposições que se contraem de forma canónica são *a*, *de*, *em* e *por*. As preposições *com* e *para* contraem-se em registos coloquiais. As preposições *a* e *de* também se contraem com um pequeno grupo de advérbios de localização espacial (como *aqui*, *aí*, *ali* e *onde*). Ilustram-se as contrações nos vários quadros que se apresentam na subsecção seguinte[10].

32.3.1 Formas que resultam da contração

No Quadro 1, ilustram-se as contrações (a maioria delas obrigatórias)[11] que resultam em formas lexicalizadas, consagradas nos dicionários e pela ortografia, relativamente às quais não há variação entre os falantes, e que estes reconhecem como usuais.

O Quadro 2 inclui formas que, embora correntes na oralidade e dicionarizadas, não são consagradas pela ortografia, a não ser em textos nos quais se reproduz a língua falada.

[10] Cf. também o Cap. 22, relativamente à contração das preposições com os determinantes definidos e indefinidos, incluindo as formas demonstrativas.
[11] São opcionais as contrações de *a* e *de* com o advérbio *onde*, e de *em* e *de* com *outro* e *algum*.

PREP.	ART. DEF.	ART. INDEF.	DEMONSTRATIVO	INDEFINIDO	PRON. PESS.	ADV.
a	ao(s)[12], à(s)	_	àquele(s), àquela(s) àquilo àqueloutro(s), àqueloutra(s)	_	_	aonde
de	do(s), da(s)	dum/duns, duma(s)	deste(s), desta(s) desse(s), dessa(s) daquele(s), daquela(s) disto disso daquilo destoutro(s), destoutra(s) dessoutro(s), dessoutra(s) daqueloutro(s), daqueloutra(s)	dalgum/dalguns, dalguma(s) dalguém dalgo doutro(s), doutra(s) doutrem	dele(s), dela(s)	daqui daí dali dacolá dalém daquém dalgures donde
em[13]	no(s), na(s)	num/nuns, numa(s)	neste(s), nesta(s) nesse(s), nessa(s) naquele(s), naquela(s) nisto nisso naquilo nestoutro(s), nestoutra(s) nessoutro(s), nessoutra(s) naqueloutro(s), naqueloutra(s)	nalgum/nalguns, nalguma(s) noutro(s), noutra(s) noutrem	nele(s), nela(s)	–
por[14]	pelo(s), pela(s)			_	_	_

Quadro 1 – Contrações lexicalizadas

PREP.	ART. DEF.	ART. INDEF.				
com	co(s), coa(s)[15]	cum/cuns, cuma(s)	–	–	–	–
para	prò(s), prà(s)		–	–	–	–

Quadro 2 – Contrações não consagradas pela ortografia

[12] Na oralidade, a forma *ao* é frequentemente realizada como [ɔ], num estilo não cuidado.

[13] Nas formas contraídas de *em*, a preposição reduz-se à consoante nasal *n*. Em português antigo, esta consoante ocorria como consoante de ligação entre a preposição, constituída apenas pela vogal nasal [ẽ], e a palavra seguinte iniciada por vogal (p.e., em *e<u>n</u>o* ou *e<u>n</u>outro*). A vogal inicial acabou por desaparecer, ficando apenas a consoante nasal.

[14] Historicamente, as contrações *pelo*(*s*), *pela*(*s*) resultaram da fusão da preposição *per* (e não *por*) com o artigo definido. Excetuando expressões fixas como *de per si*, estas contrações são o único vestígio na língua atual de *per*, que foi substituída por *por*. O facto de as formas contraídas se manterem ainda revela a total lexicalização das mesmas desde há muito.

[15] As variantes contraídas de *com* com o artigo definido apresentam desnasalização da vogal da preposição.

Ocupam um lugar à parte as formas especiais que resultam da combinação da preposição *com* com os pronomes oblíquos de 1.ª e de 2.ª pessoa do singular (*mim* e *ti*) e do plural (*nós* e *vós*)[16] ou com o pronome oblíquo *si*:

- *com* + pronome de 1.ª pessoa do singular = *comigo*
- *com* + pronome de 1.ª pessoa do plural = *connosco*
- *com* + pronome de 2.ª pessoa do singular = *contigo*
- *com* + pronome de 2.ª pessoa do plural = *convosco*
- *com* + pronome de 3.ª pessoa do singular = *consigo*

[4] Em latim, a forma *cum* (equivalente a *com*) era uma posposição, não uma preposição, quando se combinava com os pronomes pessoais de 1.ª pessoa do singular, de 2.ª pessoa do singular e com o pronome *se*: ou seja, ocorria a seguir aos pronomes (e não antes, como é típico das preposições em geral), combinando-se com eles por contração: *mēcum*, *tēcum*, *sēcum*, respetivamente. Uma das alterações que se dão na passagem do latim para o português é o enfraquecimento fonético das consoantes oclusivas surdas, que passam a fricativas sonoras em contextos intervocálicos. Neste caso, a consoante [k] evoluiu para [ɣ] (p.e., *mēcum* > *mego*). A parte final da palavra deixa então de ser identificada com a posposição latina *cum*. Dada a importância da posposição para a interpretação semântica, os falantes sentem necessidade de a reintroduzir. Entretanto, a língua tinha evoluído no sentido da colocação rígida das partículas antes dos seus complementos; ou seja, as posposições passaram a ser preposições, não se permitindo mais formas como *mēcum*. A reintrodução de *cum* será, pois, feita no início da palavra, originando-se assim formas nas quais, etimologicamente, o item em questão ocorre duas vezes, uma no princípio e outra (foneticamente irreconhecível) no final: *comigo*. Mais tarde, as formas do plural (*connosco*, *convosco*) mudam também, por analogia (cf. Pharies 2007). Nestas, mantém-se, no entanto, o [k] da sílaba final (ou seja, não se converte em [ɣ]), porque a consoante não está entre vogais (os pronomes *nos* e *vos* terminam em consoante). Temos, assim, as seguintes derivações: *cum* + *mēcum* > *comigo*; *cum* + *tēcum* > *contigo*; *cum* + *sēcum* > *consigo*; *cum* + *noscum* > *connosco*; *cum* + *voscum* > *convosco*. Em *com ele*, *com ela*, *com eles*, *com elas*, *com você*, *com vocês*, os pronomes pessoais não se contraem com a preposição.

32.3.2 Contextos em que a contração não se aplica

Há contextos que não permitem as contrações canónicas, e outros onde a sua ocorrência, ainda que seja atestada na fala e/ou na escrita, é estigmatizada na norma-padrão.

32.3.2.1 Fronteira de oração

Quando um pronome pessoal ou um determinante inicia uma oração não finita que exclui a preposição, a contração é estigmatizada com *de* e não ocorre com *por*, *com* e *em*[17]:

[16] Quando *nós* e *vós* são especificados por quantificadores como *todos* ou um numeral precedido do artigo definido, as formas especiais não ocorrem, haja adjacência ou não entre a preposição e o pronome: cf. *com todos nós/vós*, *com nós/vós todos*, *com nós os dois*.

[17] Em (14a-c), as orações subordinadas são de infinitivo flexionado; em (14d), a oração subordinada é gerundiva. A contração com a preposição *de*, sendo estigmatizada na norma-padrão, é, no entanto, bastante comum na oralidade e mesmo na escrita menos formal.

(14) a. Agrada-nos a ideia *de* [*o* congresso se realizar em Coimbra]. (vs. ??*agrada-nos a ideia do congresso se realizar em Coimbra*)
b. Foi cancelado o discurso *por* [*o* Presidente estar afónico]. (vs. **foi cancelado o discurso pelo Presidente estar afónico*)
c. Ele ficou espantado *com* [*eu* estar presente na reunião]. (vs. **ele ficou espantado comigo estar presente na reunião*)
d. *Em* [*o* escritório ficando vazio], podemos pensar em assaltá-lo. (vs. **no escritório ficando vazio, podemos pensar em assaltá-lo*)

O facto de as preposições não se contraírem nestes contextos provoca por vezes alguma perplexidade em falantes que nunca viram explicitada a razão desse bloqueio, levando a muitas hesitações e a fenómenos de hipercorreção. Todavia, a explicação é simples: em (14), o complemento da preposição não é o pronome ou o sintagma nominal que a segue, mas sim a oração entre parênteses retos (o sintagma nominal que segue a preposição está contido dentro da oração). Ora, a preposição contrai-se com o elemento inicial do sintagma nominal seguinte (pronome ou determinante) quando esse sintagma é o seu complemento, o que não é o caso em (14). Em contrapartida, em (15) a contração é obrigatória, visto que o sintagma nominal que segue a preposição é, de facto, complemento desta:

(15) a. Saímos mais cedo *d*[*o* congresso].
b. Fazemos tudo *pel*[*o* Presidente].
c. Ele ficou espantado *comigo*.
d. Dou-lhe o teu recado *n*[*o* escritório].

Com a preposição *a*, quando existe uma fronteira de oração entre as duas formas, a contração não se faz na escrita, mas é comum na oralidade, como se ilustra em (16):

(16) Quanto *a* [*a* Rainha se pronunciar hoje], nada é certo ainda. (cf. *quanto à rainha se pronunciar hoje, nada é certo ainda* – possível na oralidade, mas estigmatizado na escrita)

Com a preposição *de*, como vimos, a contração é comum mesmo quando existe uma fronteira de oração (cf. Nota 17). Neste caso, existe ainda outra opção fonética, para além da contração: a vogal central [ɨ] da preposição converte-se na semivogal [j], com a consequente criação de um ditongo quando se junta à vogal inicial do pronome ou do determinante seguinte: cf. [djũ] (*de um*), [djɛ́lɐ] (*de ela*), etc. Esta opção ilustra-se em (17):

(17) a. Admitimos a hipótese [dj][*ela* estar doente].
b. Desistiu-se da regata em virtude [dj][*o* mar estar agitado].
c. O facto [dj][*aqui* estarmos] mostra as nossas boas intenções.

A existência de uma fronteira de oração também determina realizações alternativas da preposição *até* no que respeita à sua combinação com *a* para formar a locução prepositiva *até a*. Quando o sintagma nominal complemento de *até* começa com um artigo definido, é obrigatório o uso da preposição *a*, como em *até ao próximo*

domingo (cf. 32.8.2.6). No entanto, quando o sintagma nominal que segue *até* é o sujeito de uma oração e não o complemento da preposição, *a* não é obrigatório: cf. *decorreu um ano até* [*o concurso ser aberto*] (o uso de *a* na fala, neste caso, varia consoante os falantes: cf. *decorreu um ano até a*[*o concurso ser aberto*]).

32.3.2.2 Títulos

Quando os títulos de obras (livros, jornais, filmes, bailados, esculturas, etc.) começam por um determinante, um pronome pessoal ou um dos advérbios que podem contrair-se com preposições, a contração também costuma ser evitada, em particular na língua escrita, a fim de manter inalterado o título das obras.

(18) a. O pintor inspirou-se *em Os Lusíadas*.
b. O autor *de A Jangada de Pedra* é José Saramago.
c. Vi a Margot Fonteyn *em O Lago dos Cisnes*.
d. *Em Uma Fenda na Muralha*, Alves Redol dá a verdadeira medida do seu talento de escritor.

Na oralidade, contudo, a contração faz-se frequentemente quando o elemento inicial do título é um artigo definido (cf. *o pintor inspirou-se nos Lusíadas*), embora não quando é um artigo indefinido (cf. **numa Fenda na Muralha, Alves Redol dá a verdadeira dimensão do seu talento de escritor*). A contração é também representada na escrita quando se usa um apóstrofo para demarcar a preposição do determinante:

(19) a. Há quadras interessantíssimas *n'Este livro que vos deixo*, de António Aleixo.
b. Ficou horas em frente *d'O Pensador* de Rodin.

32.4 Funções do sintagma preposicional

As preposições relacionam um termo subordinante (representado por *x* na introdução a este capítulo), que precede a preposição, com outro termo que funciona como complemento da preposição (representado por *y*). A preposição e o seu complemento formam um sintagma preposicional: *x*... [$_{SP}$ preposição *y*]. Consoante a natureza do termo subordinante, o sintagma preposicional assume funções distintas na oração. Existem basicamente três casos a considerar: (i) O termo subordinante é uma palavra pertencente, nos casos mais típicos, a uma das classes lexicais: um verbo, um nome ou um adjetivo (cf., por exemplo, com um verbo, *pensei* [*em várias coisas*]); menos usualmente, o termo subordinante pode também ser um advérbio ou uma preposição (cf. 32.4.1). (ii) O termo subordinante é um constituinte mais amplo, um sintagma verbal ou uma frase (cf. 32.4.2). (iii) O termo subordinante é o sujeito de uma predicação, numa oração copulativa ou numa predicação secundária (cf. Cap. 30), da qual o sintagma preposicional é o constituinte predicativo (cf. 32.4.3)[18].

[18] O complemento da preposição pode pertencer a classes sintagmáticas diversas (cf. o paradigma (3)). Para simplificar a exposição, consideramos unicamente nesta secção o caso em que o complemento (*y*) é um sintagma nominal.

32.4.1 Sintagmas preposicionais regidos

Quando o termo subordinante é um verbo, um adjetivo, um advérbio ou uma preposição, o sintagma preposicional é um complemento desse termo. Quando o termo subordinante é um nome, o SP pode ser um complemento do nome ou um modificador restritivo (cf., respetivamente, *a chegada* [*do Luís*] [*a Roma*], em que os SP *do Luís* e *a Roma* são complementos do nome *chegada*; e *os professores* [*da minha escola*], em que o SP *da minha escola* é um modificador restritivo do nome *professores* – cf. Cap. 27).

Em qualquer destes casos, o termo subordinante e o sintagma preposicional estão incluídos num constituinte mais vasto cujo núcleo é o termo subordinante, esquematicamente [$_{SX}$ *x* ... SP]: p.e., [$_{SV}$ V ... SP], [$_{SA}$ A ... SP], [$_{SN}$ ... N ... SP] – neste último caso, com a estrutura mais articulada [$_{SN}$ Det [$_{GN}$ N ... SP]], em que GN = grupo nominal (cf. Caps. 20 e 27).

A relação de dependência que existe entre o núcleo de um sintagma e os seus complementos é captada na gramática tradicional pela noção de **regência**. Dizemos, pois, que, nestes casos, o termo subordinante rege o sintagma preposicional[19]. Nesta relação, *x* é a categoria regente e o SP é a categoria regida. Consideramos também que *x* rege o núcleo do seu complemento, ou seja, neste caso, a própria preposição (cf. Cap. 28.1.1.6). Em síntese, o termo subordinante *x* rege o SP e a sua preposição P.

Discutimos em primeiro lugar o caso mais típico, em que o termo subordinante é um verbo, tecendo desde logo algumas considerações sobre as propriedades gerais das estruturas de regência, antes de passar à discussão de outros termos subordinantes.

32.4.1.1 Preposições regidas por um verbo

Quando o termo subordinante da preposição é um verbo, o sintagma preposicional é um complemento do verbo (cf. Cap. 28). Em (20), o sintagma preposicional é o único complemento do verbo; em (21), o verbo seleciona também um complemento direto:

(20) a. A Maria viajou *para a Europa*.
b. O Pedro concordou *com ela*.
c. A Maria mora *em Évora*.

(21) a. Entreguei o livro *ao João*.
b. Pus o dinheiro *em lugar seguro*.
c. Herdei *da minha avó* uma casa que fica no Alentejo.

Em (21a), o sintagma preposicional introduzido pela preposição *a* é um complemento indireto (cf. a possibilidade de substituição pelo pronome dativo: *entreguei-lhe o livro*; cf. Cap. 28). Quando o verbo seleciona dois complementos, um deles pode

[19] Embora a noção de regência seja canonicamente usada para a relação entre um núcleo e os seus complementos, utilizá-la-emos aqui também para cobrir a relação entre um nome e um sintagma preposicional quando este é um modificador restritivo. De facto, dentro do sintagma nominal, as diferenças sintáticas entre complementos e modificadores esbatem-se bastante, sobretudo quando pertencem à mesma classe sintagmática (cf. Cap. 27).

ser um sintagma nominal não preposicionado (tipicamente um complemento direto) e o outro um sintagma preposicional, como em (21); ou podem ser os dois sintagmas preposicionais, como se ilustra em (22):

(22) a. Falei [*com o meu professor*] [*sobre a matéria*].
b. Troquei [*de carro*] [*com a Maria*].

Estes paradigmas mostram de novo que o elemento subordinante (o verbo) e o sintagma preposicional não necessitam de ser contíguos: p.e., em (21a) o verbo *entregar* está separado do SP pelo complemento direto *o livro*, e em (22b), o verbo *trocar* está separado do segundo SP pelo primeiro.

Quando o verbo seleciona três complementos, um deles é um SN (complemento direto) e os outros são sintagmas preposicionais, podendo um deles ser complemento indireto, como o primeiro em (23a):

(23) a. A Maria vendeu [o carro] [*ao João*] [*por cinco mil euros*].
b. O Luís transferiu [o dinheiro] [*da minha conta*] [*para a conta dele*].

Em todos estes paradigmas, o verbo e os seus complementos formam um sintagma verbal tendo como núcleo o verbo (cf. Cap. 28). Assim, p.e., a estrutura de (20a) é *a Maria* [$_{SV}$ *viajou* [$_{SP}$ *para a Europa*]].

Os complementos do verbo cujo núcleo é uma preposição chamam-se **complementos preposicionados**. Dentro destes, distinguimos o **complemento indireto** dos restantes, aos quais chamamos **complementos oblíquos** (cf. Cap. 28). Como se observou acima, adotamos da gramática tradicional o conceito de **regência** para designar a relação que existe entre o núcleo de um constituinte e o seu complemento semanticamente selecionado (cf. também a Nota 19), e também entre o núcleo do constituinte e o núcleo do complemento. Assim, p.e., em (20a), o verbo *viajar* **rege** o sintagma preposicional *para a Europa* e a preposição *para*; em (21b), o verbo *pôr* rege o sintagma preposicional *em lugar seguro* e o seu núcleo preposicional *em*; e assim sucessivamente[20]. Repare-se que, pela definição de regência, a própria preposição também rege o seu complemento, bem como o núcleo deste; assim, p.e., em (20a), a preposição *para* rege o sintagma nominal *a Europa*, bem como o nome *Europa*.

32.4.1.2 Preposições regidas por um nome

Quando o termo subordinante é um nome deverbal numa **nominalização** (cf. Cap. 27), os seus argumentos correspondem aos do verbo relacionado com o nome, ou seja, o nome herda as propriedades de regência do verbo que lhe corresponde, como se ilustra pela comparação entre (24) e (25):

(24) a. Partimos *para Coimbra*.
b. Vou *ao cinema*.
c. Cheguei *do Porto*.
d. Confiamos *no novo treinador*.
e. Votámos *nos socialistas*.
f. Telefonámos *ao João*.

[20] Em (21b), *pôr* rege igualmente o sintagma nominal complemento direto *o dinheiro* e o seu núcleo *dinheiro* (*mutatis mutandis* para os restantes exemplos).

(25) a. a partida *para Coimbra*
b. a ida *ao cinema*
c. a chegada *do Porto*
d. a confiança *no novo treinador*
e. o voto *nos socialistas*
f. um telefonema *ao João*

Quando o argumento do nome deverbal corresponde ao sujeito ou ao complemento direto do verbo relacionado, é obrigatoriamente introduzido por uma preposição (cf. Cap. 27.1.3)[21]. Essa preposição é normalmente *de*, como se ilustra em (27) (em (26) apresentam-se os exemplos com o verbo relacionado):

(26) a. [*A Maria*] votou contra os socialistas.
b. Demos [*várias casas*] à Câmara Municipal.

(27) a. o voto [*da Maria*] contra os socialistas
b. a dádiva [*de várias casas*] à Câmara Municipal

Os nomes, contrariamente aos verbos, não podem combinar-se diretamente com sintagmas nominais com a função de complemento ou de modificador restritivo (cf. a impossibilidade de ***o voto a Maria contra os socialistas* e ***a dádiva várias casas à Câmara Municipal*). A solução linguística mais "económica" para evitar esta situação consiste em introduzir entre o nome e o sintagma nominal uma preposição com a função puramente gramatical de estabelecer a ligação entre os dois. A preposição mais gramaticalizada do português, usada com essa função, é *de*, mas pode também ser *a* em certos casos, como se discute adiante (cf. também o Cap. 27.1.6)[22].

Quando uma nominalização contém simultaneamente os argumentos que correspondem ao sujeito e ao complemento direto do verbo relacionado, evita-se geralmente a repetição de dois sintagmas preposicionais introduzidos por *de*, estilisticamente pouco feliz em português (cf. (28b)); a solução mais frequente é optar por uma nominalização passiva (cf. Cap. 27.1.5), na qual o argumento externo (i.e., o sujeito da frase ativa com o verbo relacionado) é realizado como agente da passiva, introduzido pela preposição *por*, como se ilustra em (29b) (os exemplos (a) apresentam as frases que correspondem a cada uma das nominalizações):

(28) a. *Einstein* descobriu *a teoria da relatividade*.
b. ??a descoberta [*de Einstein*] [*da teoria da relatividade*]

(29) a. *A teoria da relatividade* foi descoberta *por Einstein*.
b. a descoberta [*da teoria da relatividade*] [*por Einstein*]

Com nomes icónicos, que denotam representações visuais (*desenho*, *fotografia*, *imagem*, *quadro*), é mais aceitável que os argumentos que correspondem ao sujeito e ao complemento direto do verbo relacionado com o nome sejam ambos intro-

[21] Todos os argumentos de um nome têm a função de complemento, mesmo aquele que corresponde ao sujeito do verbo relacionado (cf. Cap. 27.1.1).

[22] Adotando ideias da Teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Generativa, poder-se-ia explicar a não gramaticalidade dos exemplos sem a preposição dizendo (i) que um nome não rege e (ii) que um sintagma nominal com a função de complemento ou de modificador restritivo tem necessariamente de ser regido; nesta perspetiva, a preposição *de* em (27) tem como única função reger o SN, suprindo a insuficiência do nome.

duzidos por *de*: cf. *um desenho* [*de Carlos Botelho*] [*da cidade de Lisboa*], a par de *um desenho* [*da cidade de Lisboa*] [*por Carlos Botelho*] (cf. Cap. 27.3.3.4).

Nas nominalizações, nem sempre o sintagma nominal que corresponde ao complemento direto do verbo relacionado com o nome é introduzido pela preposição *de*; com alguns nomes cujo complemento tem um valor semântico de paciente afetado (cf. Caps. 11 e 13) usa-se a preposição *a* (cf. Cap. 27.1.6), como se ilustra em (31) (em (30), apresentam-se as frases correspondentes):

(30) a. Ameaçaram *o Pedro*.
b. Criticou *o chefe*.
c. Empurrámos *a Maria*.
d. Insultaste *o Presidente*.
e. Assaltaram *o quartel*.

(31) a. as ameaças *ao Pedro*
b. as críticas *ao chefe*
c. os empurrões *à Maria*
d. os insultos *ao Presidente*
e. o assalto *ao quartel*

Menos usualmente, a preposição que rege o SN correspondente ao complemento direto pode ser *por*: cf. *o ódio* [*à/pela linguística*], correspondendo a *odeiam* [*a linguística*].

Os complementos e os modificadores restritivos dos nomes não deverbais também são tipicamente introduzidos por uma preposição; a mais frequente nesta função é *de* (cf. (32)), embora outras sejam igualmente possíveis (cf. (33) e Cap. 27.3):

(32) a. o livro *do meu irmão*
b. um tecido *de seda*
c. um vinho *do Douro*

(33) a. um tecido *para cortinas*
b. a rapariga *com cabelo ruivo*
c. um livro *sobre dinossauros*
d. uma camisa *sem manchas*
e. um quadro *a óleo*

32.4.1.3 Preposições regidas por um adjetivo, um advérbio ou uma preposição

Alguns adjetivos (incluindo particípios passados) e alguns advérbios podem selecionar semanticamente um sintagma preposicional, como se ilustra em (34) e (35), respetivamente:

(34) a. O Pedro está orgulhoso *dos seus filhos*.
b. Fiquei contente *com o meu automóvel novo*.
c. A Maria está apaixonada *pelo Júlio*.
d. Ele é fiel *aos seus princípios*.

(35) a. Independentemente *da situação*, não devemos desistir.
b. Paralelamente *a esta decisão*, haverá outras a tomar?

Mais raramente, um sintagma preposicional pode ser regido por uma preposição; um exemplo típico (embora não o único) é o da preposição *por* em expressões que combinam orientações espaciais, como se ilustra em (36a,b); em (36b), a preposição *por* rege a locução prepositiva *debaixo de* – cf. também 32.2.2 e o paradigma (11):

(36) a. Remámos por *entre as ondas*.
b. Ele escapou-se por *debaixo da mesa*.
c. Disse para *com os meus botões* que é preciso passar por *sobre muita coisa*.
d. Escolheu uma de *entre as muitas revistas que estavam no expositor*.

Como assinala Bechara (1999:301), as sequências *por entre*, *por debaixo de*, *para com* e *de entre* não são locuções prepositivas visto que não equivalem a uma preposição simples; por outras palavras, cada preposição mantém o seu valor semântico (cf. 32.2.2).

32.4.2 Sintagmas preposicionais como adjuntos adverbiais

Para além de ser um núcleo lexical, o termo subordinante de uma preposição pode ser um constituinte, nos casos mais típicos um sintagma verbal (cf. (37)) ou uma frase (cf. (38)) (sublinha-se o termo subordinante e coloca-se o sintagma preposicional em itálico):

(37) a. O Pedro conheceu a Júlia *em Coimbra*.
b. O Luís arranjou o relógio *com um canivete*.
c. A Luísa leu uma revista *durante toda a reunião*.

(38) a. *Na minha opinião*, as crianças deviam ter ido para a cama mais cedo.
b. *Com toda a probabilidade*, isso não vai acontecer.
c. *Sem qualquer vergonha*, o árbitro marcou um penálti contra o Chelsea.

Nestes contextos, o sintagma preposicional não é selecionado pelo verbo; é antes um adjunto adverbial do termo subordinante, introduzindo informação de natureza circunstancial que não é semanticamente exigida pelo predicador verbal das frases (cf. Cap. 33). O sintagma preposicional também pode funcionar como adjunto adverbial em sintagmas nominais cujo núcleo é um nome eventivo: *o arranjo do relógio com um canivete*, *a leitura da revista* (*pela Luísa*) *durante a reunião* (cf. (37b,c) e o Cap. 27.1.8).

No caso de o sintagma preposicional ser um adjunto adverbial, a ordem canónica da estrutura *x* ... [$_{SP}$ P SN] pode ser alterada com mais facilidade. Quando o termo subordinante da preposição é um sintagma verbal (cf. (37)), a ordem não marcada é aquela em que o SP ocorre dentro do SV, em posição final[23]. No entanto, pode também ocorrer no início da frase, sendo dela demarcado prosodicamente, o que se assinala ortograficamente por uma vírgula; cf. *em Coimbra, o Pedro conheceu a Júlia* ou *com um canivete, o Luís arranjou o relógio*.

[23] Repare-se que, neste caso, o SP está incluído dentro do SV, o que implica que o termo subordinante da preposição é apenas o material do sintagma verbal que precede o SP (e que não o contém). Para simplificar a exposição, continuamos a dizer que o termo subordinante é o SV.

Quando o termo subordinante da preposição é uma frase (cf. (38)), a ordem mais normal é aquela em que o SP é inicial, embora também possa ocorrer em posição final (cf., por exemplo, *as crianças deviam ter ido para a cama mais cedo, na minha opinião*). Nas duas posições, o sintagma preposicional forma um constituinte prosodicamente separado do resto da frase, com um contorno melódico distinto, e frequentemente seguido ou precedido por uma pausa (consoante esteja em posição inicial ou final, respetivamente).

Quando o complemento da preposição é uma oração, o sintagma preposicional (incluindo a oração) é frequentemente classificado como uma oração subordinada adverbial. Estas estruturas têm valores semânticos diversos (temporais, causais, concessivos, etc.), determinados, em parte, pela preposição que as introduz (cf. Cap. 38). Se a oração for finita, é tipicamente introduzida pela conjunção integrante (complementador) *que* (cf. (39a))[24]; se for infinitiva, pode ser flexionada ou não flexionada (cf. (39b,c)):

(39) a. Fico levantada [até *que eles cheguem*].
b. Fico levantada [até *eles chegarem*].
c. Eles ficam levantados [até *ter sono*].

32.4.3 Sintagma preposicionais como constituintes predicativos

O sintagma preposicional pode também funcionar como um constituinte predicativo. Nesse caso, o termo subordinante da preposição é o sujeito da predicação (cf. Cap. 30.1), a qual pode ser realizada como uma oração copulativa (cf. (40)) ou como uma predicação secundária, contida dentro de uma oração (cf. (41)):

(40) a. A Luísa está *com uma enorme ressaca*.
b. A Maria é *de uma perspicácia fora de comum*.
c. A Isabel parece *em muito boa forma*.

(41) a. O António passou *por parvo*.
b. O Luís chegou a casa *com fome*.
c. A bruxa transformou o príncipe *num sapo*.
d. Encontrei a Maria *em muito boa forma*.

Em (41a,b), o sintagma preposicional é um predicativo do sujeito e, em (41c,d), é um predicativo do complemento direto; ou seja, o termo subordinante da preposição, é, respetivamente, o sujeito e o complemento direto (cf. Cap. 30).

32.5 Propriedades semânticas das preposições

Abordam-se nesta secção algumas questões de natureza semântica relativas às preposições, nomeadamente a sua dependência do contexto em que ocorrem e as relações variáveis que mantêm com o elemento que as rege, quando fazem parte de sintagmas preposicionais que são complementos.

[24] A sequência preposição + complementador é classificada como **locução conjuncional** (cf. Cap. 33).

32.5.1 Generalidade, plasticidade e dependência contextual

As preposições ocorrem numa multiplicidade de contextos linguísticos, moldando frequentemente o seu significado mais fino aos elementos com que se combinam. De facto, a maioria das preposições tem um significado muito geral e uma plasticidade semântica que lhes permitem adaptar-se à variabilidade desses contextos. Em particular, o termo subordinante e o complemento das preposições desempenham um papel fundamental na determinação do seu significado particular. Contudo, de modo mais geral, todos os elementos de uma frase (especialmente o sujeito e os complementos) interagem para determinar o valor particular das preposições que nela ocorrem.

Um bom exemplo desta situação é o facto de as preposições mais centrais da língua poderem usar-se tanto no domínio do espaço como no domínio do tempo, de acordo com parâmetros muito gerais de localização e de direcionalidade abstrata aplicáveis a ambos os domínios: pense-se em exemplos como *vou até Coimbra* vs. *a reunião dura até às 3 horas*, ou *o Luís está em Coimbra* vs. *a reunião é em janeiro* (cf. 32.8).

A importância do contexto como determinante em última instância do significado particular das preposições pode ser ilustrada através da discussão dos vários usos da preposição *com*. Considerem-se os exemplos de (42) (sublinha-se o termo subordinante e coloca-se o complemento da preposição em itálico)[25]:

(42) a. O Pedro abriu a porta **com** *a chave*.
b. O polícia agrediu o preso **com** *uma violência inusitada*.
c. **Com** *o calor intenso*, derreteu o gelo.
d. O Pedro foi ao cinema **com** *a namorada*.

Para dar conta destes usos, as gramáticas consideram que a preposição *com*, em (42a), tem um valor **instrumental**, em (42b), um valor de **modo**, em (42c), um valor **causal**, e, em (42d), um valor **comitativo** ou **de companhia**.

Mas este tratamento é claramente insatisfatório, na medida em que implica considerar que a preposição *com* é ambígua entre quatro sentidos diferentes, quer se trate de uma relação de polissemia, quer – uma hipótese ainda menos aceitável – de homonímia lexical entre quatro preposições distintas (sobre estas noções, cf. Cap. 8). Ou seja, esta conceção é insatisfatória porque leva a considerar um mero acidente qualquer fator comum de significado existente nos vários usos da preposição.

Parece intuitivamente claro, para os falantes, que a simples menção da preposição *com*, fora de contexto, não evoca a ideia de um instrumento, de um modo, de uma causa ou de uma companhia. Estes significados só emergem quando a preposição é usada numa frase, em combinação com outras palavras e sintagmas. A haver algum fator semântico comum entre os vários usos da preposição, tem de situar-se a um nível mais abstrato.

Uma solução consiste em dizer que a preposição *com* incorpora apenas uma dimensão semântica extremamente geral e abstrata, que se pode adaptar a significados particulares e a contextos muito diversos. Como menciona Bechara (1999), *com* introduz essencialmente uma dimensão semântica de 'copresença' da entidade que é designada pelo complemento da preposição e outra entidade ou situação

[25] A discussão da preposição *com* nesta subsecção é parcialmente inspirada em Bechara (1999).

introduzida no conteúdo proposicional da frase (cf. Cap. 11). O significado especializado da preposição (instrumental, modo, etc.) é uma função do significado quer do termo subordinante quer do complemento da preposição, em conjunto com o nosso conhecimento do mundo quanto ao tipo de relações que as pessoas e as coisas mantêm entre si. Em (42a), p.e., a contribuição semântica da preposição consiste em estabelecer a presença da chave no ato de o Pedro abrir a porta; o sentido instrumental mais fino é uma implicação pragmática cuja fonte é o nosso conhecimento de que as pessoas usam chaves para abrir portas.

Substituindo *a chave* por *a Maria* em (42a) (cf. *o Pedro abriu a porta com a Maria*), já não é o conceito de instrumento a ser ativado, mas sim o de companhia, ou de coparticipação no ato de abrir a porta, visto que, no mundo normal, as pessoas não servem de instrumento para abrir portas. Do mesmo modo, é o nosso conhecimento semântico dos termos envolvidos e do modo como se relacionam no mundo que nos permite inferir que, em (42b), se trata do modo como o preso foi agredido pelo polícia, em (42c), de uma causa que teve como efeito o gelo derreter, e, em (42d), de uma companhia numa ação de ir ao cinema.

Resumindo, tendo um sentido muito geral de 'copresença', a preposição *com* permite que os sintagmas preposicionais de que é núcleo codifiquem valores particulares de modo, causa, instrumento ou companhia, mas aquilo que determina efetivamente esses valores é o contexto linguístico e o nosso conhecimento pragmático do mundo. Repare-se que, em certos casos (possivelmente mais do que se imagina), a gramática não nos fornece uma etiqueta para classificar o valor semântico particular estabelecido contextualmente: um exemplo é a regência única de *com* pelo verbo *sonhar*; pense-se em frases como *o Pedro sonhou* [*com a Joaquina*]: para além da indicação de copresença da Joaquina e do Pedro no mundo onírico deste, não parece adequado dizer que o valor do sintagma preposicional seja de instrumento, causa, modo ou companhia[26].

Esta análise da preposição *com* permite igualmente um tratamento simétrico da preposição *sem*, como significando simplesmente 'ausência' (ou 'negação' – cf. Cap. 14). Curiosamente, esta preposição é raramente classificada como causal, de modo, comitativa ou instrumental. No entanto, ocorre (entre outros) em contextos que são paralelos aos de *com*, com os mesmos significados particulares, mas denotando um valor negativo: que um instrumento não foi usado (*o Pedro abriu a porta sem a chave*), que não foi de um determinado modo que uma ação foi praticada (*o polícia agrediu o preso sem violência*), que algo não foi a causa de um determinado evento (*o gelo derreteu mesmo sem um calor intenso*) ou que alguém não serviu de companhia a outra pessoa no evento descrito pelo predicado (*o Pedro saiu sem a namorada*).

[26] Que a preposição *com* nesta frase não significa instrumento, modo ou causa não precisa de explicações adicionais, mas poderá o leitor perguntar se não tem um valor comitativo. O valor comitativo de *com* implica geralmente que o predicador tem a propriedade lógica da simetria (cf. Cap. 8). Assim, p.e., a verdade da proposição veiculada pela frase *o Pedro foi ao cinema com a Joaquina* implica a verdade da proposição veiculada pela frase *a Joaquina foi ao cinema com o Pedro*. Ora, *sonhar com* não tem esta propriedade: o facto de o Pedro sonhar com a Joaquina não implica que a Joaquina sonhe com o Pedro. Conclui-se, pois, que a preposição *com* não tem aqui um valor comitativo.

Esta descrição semântica de *com* e de *sem* serviu de exemplo para ilustrar as três características semânticas mais importantes das preposições, referidas no começo da secção: (i) a generalidade do seu significado básico; (ii) a plasticidade com que se adaptam a sentidos particulares; e (iii) a sua dependência do contexto em que ocorrem. Este conjunto de propriedades dificulta a caracterização completa e exaustiva do significado das preposições. Por um lado, nem sempre é fácil determinar a sua componente semântica básica, por oposição aos fatores interpretativos que dependem do contexto; por outro lado, a descrição completa e exaustiva do(s) seu(s) significado(s) particular(es) torna-se praticamente impossível, dada a multiplicidade dos contextos em que ocorrem.

32.5.2 Predicadores complexos

Concluiu-se na secção anterior que as preposições têm um significado básico de natureza geral, que é especificado e enriquecido pelo contexto em que ocorrem. Uma instância particular desta situação é a seguinte: de modo geral, o valor semântico de um sintagma preposicional que funciona como complemento de um verbo é uma função não apenas da preposição, mas da combinação entre o verbo (regente) e a preposição (regida)[27]. Considerem-se os seguintes paradigmas:

(43) a. A Maria viajou para *a Europa*.
b. A Maria viajou n*a Europa*.

(44) a. O Pedro está em *casa*.
b. O Pedro entrou em *casa*.

O paradigma (43) tem o mesmo verbo e preposições diferentes. Em (43a), a preposição *para* introduz uma direcionalidade e um limite final ao movimento denotado por *viajar*: pressupõe-se que o movimento começou fora da Europa e que terminou na Europa. Em contrapartida, em (43b), a preposição *em* realça a localização estática do movimento na sua globalidade, sem lhe associar qualquer direcionalidade.

No paradigma (44), a preposição é a mesma e o verbo é diferente. Nos dois exemplos, a preposição *em* marca a localização do Pedro; mas, ao passo que em (44a), com *estar*, se denota uma localização estática, em (44b), com *entrar*, a localização é conceptualizada como o resultado de um processo dinâmico de movimento.

Os pares mínimos (43) e (44) mostram, pois, que o valor semântico do complemento preposicionado e a sua contribuição para a interpretação do predicado são obtidos **composicionalmente** pelo verbo em combinação com a preposição. Esta cooperação semântica é captada pela ideia de que, gramaticalmente, o verbo regente e a preposição regida formam um **predicador complexo** – *viajar para* em (43a), *viajar em* em (43b), *estar em* em (44a) e *entrar em* em (44b). Em última instância, não é apenas a preposição que seleciona semanticamente o seu complemento (cf. Cap. 28), mas sim o predicador complexo V + P.

[27] Limitamo-nos aqui a discutir os casos em que o elemento regente da preposição é um verbo: por um lado, os verbos são os predicadores por excelência; por outro, as conclusões são facilmente aplicáveis aos exemplos em que o regente pertence a outra classe lexical.

Apresentam-se a seguir outros exemplos em que o verbo e a preposição formam um predicador complexo:

(45) a. O António tirou o livro d*a estante*.
b. O António entregou o livro a*o Pedro*
c. Ele herdou d*a sua avó* uma casa que fica no Alentejo.

Em (45a), o predicador complexo *tirar de* combina a ideia de movimento (do livro), veiculada pelo verbo, com a ideia de origem ou fonte desse movimento (a estante), veiculada pela preposição *de*; em (45b), o predicador complexo *entregar a* veicula a ideia de movimento (contribuição do verbo) em direção a um destinatário (contribuição da preposição)[28]. Finalmente, em (45c), a interpretação passa pela consideração conjunta do valor semântico do verbo *herdar*, denotando uma transmissão de bens de uma pessoa para outra, e do valor de fonte da preposição *de*. Neste caso, a situação descrita, envolvendo mudança de posse, é linguisticamente codificada com base numa metáfora de movimento – a casa passa da avó, conceptualizada como origem do movimento, para a entidade designada pelo pronome, conceptualizada como alvo ou meta desse movimento; metáforas deste tipo desempenham um papel fundamental no sistema das preposições.

32.5.3 Variabilidade e rigidez na escolha da preposição

Dependendo do termo subordinante, certos contextos admitem uma escolha entre duas ou mais preposições ou locuções prepositivas[29], geralmente pertencentes ao mesmo campo semântico (presença/ausência; dimensão espacial ou temporal, entre outros). Das preposições que podem ocorrer no mesmo contexto diz-se que estão numa **relação paradigmática** (cf. Saussure 1916)[30]. Por vezes, a substituição de uma preposição por outra traz alterações de sentido consideráveis dentro do campo semântico em causa; noutros casos, a variação de preposição não afeta o significado, ou afeta-o apenas subtilmente. Noutros casos ainda, não há escolha: apenas uma preposição é possível. Comentamos brevemente cada um destes casos.

32.5.3.1 Escolha múltipla de preposições com variação de sentido

Neste caso, para um sintagma preposicional com a função de complemento ou de adjunto adverbial, há uma escolha possível entre duas ou mais preposições ou locuções prepositivas pertencentes a um determinado campo semântico. A escolha de uma ou de outra está associada a uma variação de significado relativamente a alguma dimensão desse campo semântico. Em contextos deste tipo, cada uma das preposições é maximamente informativa. Em (46), apresentam-se exemplos em que o sintagma preposicional é regido, e, em (47), exemplos em que é um adjunto

[28] Os exemplos (45a,b) mostram que um predicador complexo pode ser um constituinte descontínuo – i.e., o verbo e a preposição não são necessariamente contíguos.
[29] Daqui em diante, incluímos as locuções prepositivas na discussão; como se viu em 32.2.2, estas são equivalentes a preposições simples.
[30] Um paradigma, no sentido saussuriano, é um conjunto de formas com significados diferentes mas pertencentes ao mesmo campo semântico e que podem ocorrer no mesmo contexto, causando uma diferença semântica mas mantendo inalterada a estrutura sintática da expressão global. Para Saussure, a noção de relação paradigmática opõe-se à noção de **relação sintagmática**, que é a relação linear que as palavras e os sintagmas mantêm entre si numa frase ou num discurso mais amplo.

adverbial. Quando o SP e a preposição são regidos, trata-se de um contexto de **regência múltipla** (nos exemplos utiliza-se a notação das barras para as escolhas possíveis; as escolhas indicadas não se pretendem exaustivas, mas tão-só ilustrativas):

(46) a. O Pedro votou [{*a favor de*/*contra*} os socialistas].
b. O Luís pôs o livro [{*em*/*sobre*/*por cima de*/*por baixo de*/*ao lado de*} a mesa][31].
c. O António vai [*a*/*para* Paris] amanhã.
d. A Maria viajou [*em*/*para* África].

(47) a. O assaltante arrombou o cofre [*com*/*sem* ferramentas especiais].
b. O Zé foi ao cinema [*com*/*sem* os amigos].
c. [{*De acordo com*/*Contra*} as nossas expectativas], o Chelsea não ganhou o campeonato inglês este ano.

A simples possibilidade de substituir uma preposição por outra no mesmo contexto não implica necessariamente que estejamos face a um caso de regência múltipla, o que se pode exemplificar com o verbo *sair*, num par de frases como *ele saiu* [*do emprego*] e *ele saiu* [*para o emprego*]. Neste caso, trata-se de dois constituintes distintos, que podem coocorrer na mesma frase: cf. *ele saiu* [*de casa*] [*para o emprego*]. O primeiro é um complemento semanticamente selecionado pelo verbo, mas opcional, e o segundo é um adjunto adverbial, não selecionado pelo verbo (logo, opcional por definição – cf. Cap. 28). Por serem ambos opcionais, é possível que apenas um deles ocorra numa frase com o verbo *sair*, criando a falsa impressão de que se está face a um caso de escolha múltipla da preposição para um único constituinte. Ora, como se notou acima, a noção de escolha múltipla da preposição é definida com base em complementos ou adjuntos adverbiais do mesmo tipo, que ocupam a mesma posição na sequência dos elementos da frase (segundo Saussure, a mesma posição "sintagmática"). Na realidade, cada um dos constituintes ilustrados acima com o verbo *sair* admite escolha múltipla (com locuções prepositivas): cf. *ele saiu* [{*de*/*para fora de*} *casa*] e *ele saiu* [{*para*/*em direção a*}*o emprego*].

32.5.3.2 Escolha limitada de preposições sem variação de sentido

Neste caso, existe uma escolha limitada entre preposições para um determinado complemento ou adjunto adverbial, mas a substituição de uma por outra não traz consigo uma mudança sensível de significado[32]:

(48) a. A Maria falou muito [{*de*/*em*/*sobre*} ti].
b. Estarei lá [{*a*/*por volta de*/*à volta de*} as 10 horas].
c. Comprei um livro [*de*/*sobre* linguística].
d. A Maria falou [*com*/*a*o António].

Em (48a,d), o sintagma preposicional é regido pelo verbo; em (48b), o sintagma preposicional é um adjunto adverbial; e, em (48c), é um modificador restritivo do nome *livro*.

[31] Neste e noutros exemplos não indicamos a contração da preposição com o artigo, para indicar claramente a preposição ou a locução prepositiva.
[32] Não se pode descartar, no entanto, que, em certos casos, cada escolha esteja associada a matizes semânticos ou estilísticos subtis.

32.5.3.3 Preposição fixa

Neste caso, apenas uma preposição pode ser usada no sintagma preposicional. Trata-se tipicamente de contextos de regência, que são, por isso, chamados de **regência fixa** (ou **única**). É importante não confundir a situação de regência fixa com a situação em que um regente seleciona apenas um complemento. A regência fixa tem a ver com a univocidade da preposição que pode ocorrer com um determinado complemento preposicionado, independentemente do número de complementos que o regente pode tomar. Assim, p.e., o verbo *excluir* seleciona dois complementos, um direto e um preposicionado: cf. *o diretor excluiu* [*os sindicalistas*] [*da reunião*]. O complemento preposicionado tem regência fixa, visto que apenas a preposição *de* é permitida. Inversamente, o verbo *entrar* seleciona apenas um complemento, mas admite regência múltipla: cf. *o Pedro entrou* {*em*/*para dentro de*} *casa*. No paradigma (49) dão-se mais alguns exemplos de regência fixa:

(49) a. Ela confia [*n*a justiça portuguesa]. (vs. *{*de*/*sobre*/*para*/*a*...} *a justiça portuguesa*)
b. Obriguei a Clara [*a* arrumar o quarto]. (vs. *{*de*/*para*/*em*/*com*...} *arrumar o quarto*)
c. Proibi a Clara [*de* comer chocolate]. (vs. *{*a*/*com*/*sobre*...} *comer chocolate*)
d. Desistimos [*d*a viagem]. (vs. *{*em*/*sobre*/*para*...} *a viagem*)
e. Sonhei [*com* a Maria]. (vs. *{*sem*/*de*/*em*...} *a Maria*)

32.5.4 Semanticidade das preposições

Em casos de escolha múltipla de preposição (cf. 32.5.3.1), é consensual entre os gramáticos reconhecer que as preposições veiculam um significado, visto que, ao substituir uma pela outra, se altera o sentido da frase (ver, p.e., a discussão acima sobre o par *a Maria viajou na Europa* e *a Maria viajou para a Europa*). Mais debatida é a questão de saber se as preposições têm algum significado nos casos de regência fixa. A ideia de que as preposições, nestes contextos, não veiculam qualquer significado encontra-se, por vezes, em tratamentos gramaticais em que se aplicam os princípios da teoria da informação. Neste capítulo, embora reconhecendo que há construções em que uma preposição (usualmente *de* ou *a*) não tem qualquer valor semântico, não generalizamos esta ideia a todos os casos de regência fixa. Usamos daqui para a frente o termo **semanticidade** para nos referirmos à presença de um qualquer valor semântico numa preposição, qualquer que ele seja

O princípio em causa da teoria da informação é bem conhecido: quanto menos possibilidade de escolhas paradigmáticas houver, menor é a informação trazida pelo elemento escolhido na cadeia sintagmática, ou seja, na sequência linear constituída por um sintagma ou por uma frase. No caso limite, quando não há escolha e só um elemento é possível, a informação veiculada por esse elemento é nula e o elemento é redundante. A aplicação deste princípio aos exemplos de regência fixa apoia-se no seguinte raciocínio: (i) se não há escolha possível entre preposições, aquela que pode ocorrer num determinado SP não traz qualquer informação; (ii) o sentido do termo regente (por hipótese, um verbo) e do complemento da preposição são, neste caso, suficientes para determinar a interpretação do complemento preposicionado e a contribuição semântica que este traz para o predicado; (iii) logo, semanticamente,

a preposição é redundante e a sua única função consiste em estabelecer uma ligação gramatical entre o verbo e o complemento.

Seguindo este raciocínio, em (49a), p.e., a preposição *em* não seria necessária para captar o significado da frase; bastaria a combinação do verbo e do sintagma nominal que é complemento da preposição (*confiar* e *a justiça portuguesa*)[33]. A preposição serviria apenas para ligar gramaticalmente o verbo ao sintagma nominal, que é o seu verdadeiro complemento semântico. Esta visão implica também que, sem a preposição, a frase não é gramatical mas é interpretável (cf. **ela confia a justiça portuguesa* – cf. Nota 33).

Sem prejuízo da existência de casos em que uma preposição não tem qualquer semanticidade e se encontra completamente gramaticalizada (é o caso das preposições *de* e *a* nalguns dos contextos em que ocorrem; cf. 32.6 e 32.7), não pensamos que seja correta a conclusão de que em todos os casos de regência fixa a preposição não tem qualquer conteúdo semântico. O problema da argumentação descrita no parágrafo anterior está em extrapolar do plano da informação trazida pela preposição (que se admite seja redundante nos casos de regência fixa) para o plano do seu conteúdo semântico.

Passamos a comentar brevemente os exemplos de (49) relativamente a esta questão. Em (49a-d) temos preposições cujo sentido básico é espacial: *em* denota localização (cf. *fico em Madrid*), *a* denota movimento para um lugar de destino (cf. *vou a Madrid*) e *de*, inversamente, movimento a partir de um lugar de origem (cf. *venho de Madrid*). Os exemplos de (49) ilustram a maneira como as relações espaciais que constituem o sentido básico destas preposições se estendem a outros campos semânticos. Ora, para cada um destes exemplos, existe uma relação fundamentada, construída metaforicamente, entre o sentido das preposições no domínio espacial e o sentido que tomam noutros domínios. Começando por (49a), considere-se o seguinte paradigma:

(50) a. Ela pôs o livro *na mesa*.
b. Ela pôs a sua confiança *na justiça portuguesa*.

Este paradigma mostra como o conceito de 'confiar (em)', uma atitude mental relacional (isto é, envolvendo um experienciador e uma entidade externa a ele), pode ser conceptualizada metaforicamente na linguagem com base numa relação espacial de movimento. Tal como colocamos um objeto num lugar, também colocamos as nossas atitudes mentais (de confiança, crença, etc.), como se fossem um objeto, numa entidade externa perspetivada como um lugar. O paralelismo entre os domínios físico e mental é realçado, em (50), pelo facto de a estrutura sintática dos dois exemplos ser literalmente a mesma; esse paralelismo mantém-se em (49a), com a diferença de que a expressão *pôr a confiança* se sintetiza no verbo *confiar*.

Quando rege a preposição *a*, como em (49b), o verbo *obrigar* descreve uma força causal exercida pela entidade denotada pelo sujeito sobre a pessoa denotada pelo complemento direto, e que leva esta última a comprometer-se numa determinada situação, usualmente a realização de uma ação (como arrumar o quarto); este sentido

[33] O verbo *confiar* tem outro uso, no qual tem um sentido de transferência (cf. *a Maria confiou as joias à filha*), que não é aquele que está em discussão no texto. O sentido em discussão no texto é o de 'ter confiança em'.

é de novo construído metaforicamente a partir de um dos sentidos básicos[34], de natureza espacial, da preposição *a*, como movimento de uma entidade em direção a uma meta final (cf. *levei a minha filha a Paris*).

Inversamente, *proibir*, em (49c), e *desistir*, em (49d), são verbos que conceptualizam metaforicamente afastamento ou separação, daí o uso apropriado da preposição *de*, cujo sentido básico espacial é precisamente o de afastamento de um lugar de origem, com a consequente separação dele. Finalmente, em (49e), o verbo *sonhar* exige um objeto onírico no sonho do sonhador, motivando assim a preposição *com* (cf. 32.5.1).

Em síntese, as preposições num contexto de regência fixa, ainda que possam ser redundantes de um ponto de vista estritamente informativo, não perdem necessariamente a sua semanticidade. Abstraindo de casos em que a preposição tem uma função exclusivamente ou quase exclusivamente gramatical, e que serão abordados em 32.6 e 32.7, nos exemplos analisados acima existe uma motivação semântica para a ocorrência da preposição que contêm, em vez de outra qualquer. Nessa perspetiva, a regência fixa resulta do facto de o significado do verbo regente restringir o espaço semântico do complemento preposicionado, afunilando concomitantemente a escolha da preposição adequada. Constatou-se também um fenómeno semântico importante: a aplicação metafórica do sentido espacial básico de certas preposições a outros domínios da realidade, incluindo o mental. Esta criação de sentidos abstratos a partir de metáforas espaciais é uma das dimensões cognitivas mais importantes na linguagem humana[35].

32.6 Restrições entre preposições e orações regidas

Os sintagmas preposicionais em que o complemento da preposição é uma oração, quer finita, quer infinitiva, estão sujeitos a condições diferenciadas, dependendo do seu estatuto como adjuntos adverbiais ou como complementos regidos.

32.6.1 Preposição + oração com estatuto de adjunto

Quando têm o estatuto de adjuntos, estas estruturas formam orações subordinadas adverbiais, não selecionadas pelo verbo da frase. Neste caso, não se forma um predicador complexo entre o verbo e a preposição (cf. 32.5.2), sendo esta o principal responsável pelo significado da oração subordinada, que pode assumir valores variados, como, p.e., de tempo (cf. (51)), de circunstância negativa (cf. (52)), de finalidade (cf. (53)), entre muitos outros (cf. Cap. 38 e, para a circunstância negativa, também o Cap. 14):

(51) a. *Até que eles cheguem*, fico levantada.
b. *Até eles chegarem*, fico levantada.

(52) a. O João estudava *sem que fosse necessário obrigá-lo a tal*.
b. O João estudava *sem ser necessário obrigá-lo a tal*.

(53) a. *Para que tudo corresse bem*, fizemos vários ensaios.
b. *Para tudo correr bem*, fizemos vários ensaios.

[34] O outro sentido básico da preposição *a* é o aspetual, de duratividade (cf. *continuei a ler o livro*; ver Cap. 29).
[35] Para uma discussão aprofundada destas questões, cf. Jackendoff (2002); ver também 32.8.

32.6.2 Preposição + oração com estatuto de complemento

Quando a sequência preposição + oração é o complemento de um verbo ou de um nome (sendo, portanto, a preposição regida por esses elementos), a situação é mais complexa. Neste caso, ainda que a preposição tenha semanticidade, a informação que veicula é parcialmente redundante, sobretudo nos casos de regência fixa, como se observou em 32.5.3.3 e 32.5.4.

Para a discussão que se segue, é importante observar que não existem juízos uniformes entre os falantes relativamente à aceitabilidade de algumas destas construções. Assim, nos contextos que se vão discutir, certas preposições são consideradas marginais por alguns falantes, podendo ser eliminadas ou substituídas por outras que não correspondem à regência normal do verbo ou do nome subordinante. Começamos a apresentação com casos em que o regente é um verbo, alargando seguidamente a descrição a estruturas em que o regente é um nome.

32.6.2.1 Preposição regida por um verbo

São quatro as preposições regidas por verbos e que admitem complementos oracionais: *a*, *com*, *em* e *por*[36]. No paradigma (54), damos exemplos em que o complemento da preposição é um sintagma nominal, para estabelecer a regência preposicional do verbo em terreno firme e para efeitos de comparação:

(54) a. O Estado-Maior anuiu {*ao envio de mais tropas*/*a isso*}.
b. Contamos {*com o Pedro*/*com isso*}.
c. Ele confia {*em mim*/*nisso*}.
d. Ansiamos todos {*por um ideal*/*por isso*}.

Em (55), apresentam-se os exemplos com complementos oracionais finitos, introduzidos pela conjunção-complementador *que*, com a mesma preposição que ocorre em (54). Devido à variabilidade dos juízos de aceitabilidade destes enunciados por parte de falantes diferentes (e às hesitações frequentes com que manifestam esses juízos), não colocamos símbolos indicativos do seu grau de gramaticalidade, deixando ao leitor a tarefa de formar o seu próprio juízo:

(55) a. O general anuiu *a que o Estado-Maior enviasse mais tropas*.
b. Contamos *com que a Gramática fique pronta até ao fim do ano*.
c. Ele confia *em que a comida vai chegar para todos os convidados*.
d. Ansiamos todos *por que a inspiração não nos abandone*.

Sem pretender estabelecer listas exaustivas, outros verbos pertencentes a estas classes são:

- com a preposição *com*: *concordar com* (cf. também a lexia verbal *estar de acordo com*), *conformar-se com*, *preocupar-se com*, *sonhar com*
- com a preposição *por*: *ansiar por*, *esforçar-se por*, *interessar-se por*, *rezar por*
- com a preposição *em*: *apostar em*, *empenhar-se em*, *fiar-se em*, *pensar em*

[36] Não se inclui nesta lista a preposição *de*, pelo facto de ter um estatuto diferente, em particular quando introduz orações finitas (cf. 32.7.1).

❖ com a preposição *a*: *acostumar-se a*, *aspirar a* (que também admite regência de *por*), *habituar-se a*, *negar-se a*, *persuadir* (alguém) *a*

Com possíveis variações nos juízos de gramaticalidade, a omissão da preposição é possível nestes contextos, e até preferida nalguns casos, p.e., no que respeita às preposições *com* e *em*, sendo, em contrapartida, menos aceitável (para alguns falantes) com a preposição *a*, o que assinalamos com "??" em (56a) (os exemplos de (56) são semelhantes aos de (55), sem a preposição):

(56) a. ??O general anuiu *que o Estado-Maior enviasse mais tropas*.
b. Contamos *que a Gramática fique pronta até ao fim do ano*.
c. Ele confia *que a comida vai chegar para todos os convidados*.
d. Ansiamos todos *que a inspiração não nos abandone*.

[5] Com alguns verbos que regem *por* (p.e., *lutar*), é possível usar a preposição *para* iniciando uma oração finita (cf. *lutamos* [*para que a revolução saia vitoriosa*]). Nestes exemplos, contudo, o constituinte introduzido por *para* não é regido, sendo antes uma oração adverbial final de evento (cf. Cap. 38). Assim, p.e., pode ocorrer no início da frase, contrariamente à oração introduzida por *por*: cf. *para que a revolução saia vitoriosa, lutamos* (vs. ??*por que a revolução saia vitoriosa, lutamos*).

Com orações infinitivas, a presença das preposições é mais aceitável, à exceção de *com*, rejeitada por alguns falantes (de novo não colocamos símbolos de gramaticalidade):

(57) a. O Estado-Maior anuiu *a enviar mais tropas*.
b. Contamos *com terminar a Gramática até ao fim do ano*.
c. Ele confia *em fazer um bom jantar*.
d. Ansiamos todos *por triunfar na revolução*.

Para alguns falantes, a preposição *com* pode ser substituída neste contexto pela preposição *em*, ainda que essa substituição seja impossível nos casos em que o complemento é uma oração finita ou um sintagma nominal, como se ilustra em (58), com o verbo *contar*[37]:

(58) a. ?Contamos *em terminar a Gramática até ao fim do ano*.
b. *Contamos *em que a Gramática fique pronta até ao fim do ano*.
c. *Contamos {*no Pedro*/*nisso*}.

A omissão da preposição com orações infinitivas está sujeita a um determinado número de restrições, algumas idiossincráticas, outras mais sistemáticas. Comecemos por notar que é possível nos exemplos de (59), ainda que sujeita a possíveis variações entre os falantes (e, de novo, a preposição que resiste mais à omissão é *a*):

(59) a. *O Estado-Maior anuiu *enviar mais tropas*.
b. Contamos *terminar a Gramática até ao fim do ano*.

[37] O mesmo sucede com alguns verbos que regem *por*, como *interessar-se por* ou *esforçar-se por*, os quais admitem a substituição de *por* por *em* em contextos infinitivos: cf. *ele interessou-se*/*empenhou-se* ***por***/***em*** *contar tudo à polícia*.

c. ??Ele confia *fazer um bom jantar*.
d. Ansiamos todos *triunfar na revolução*.

A omissão da preposição é, no entanto, impossível se o verbo regente for conjugado reflexamente, como mostra o contraste entre (60) e (61):

(60) a. Eles preocuparam-se muito *com terminar a Gramática até ao fim do ano*.
b. O chefe esforçou-se *por fazer um bom jantar*.
c. Os jogadores empenharam-se *em fazer o melhor possível*.
d. O Estado-Maior opôs-se *a enviar mais tropas*.

(61) a. *Eles preocuparam-se muito *terminar a Gramática até ao fim do ano*.
b. *O chefe esforçou-se *fazer um bom jantar*.
c. *Os jogadores empenharam-se *fazer o melhor possível*.
d. *O Estado-Maior opôs-se *enviar mais tropas*.

Da mesma forma que um nome não aceita um sintagma nominal diretamente como complemento, necessitando de uma preposição de ligação (cf. 32.4.1.2), também um verbo conjugado reflexamente não aceita uma oração infinitiva diretamente como complemento[38], necessitando igualmente de uma preposição de ligação. Logo, em (60), a função gramatical da preposição é mais central do que em (57).

Ainda que não seja fácil construir exemplos com verbos conjugados reflexamente regendo uma preposição que toma como complemento uma oração finita, verifica-se que a omissão da preposição nestes casos não causa "danos gramaticais" tão severos como os da sua omissão com orações infinitivas, como mostram os paradigmas (62) e (63):

(62) a. Ele conformou-se *com que lhe pagassem apenas parte do salário prometido*.
b. O treinador esforçou-se *por que a Seleção jogasse melhor*.
c. O chefe empenhou-se *em que o jantar saísse o melhor possível*.
d. O Estado-Maior opôs-se *a que mais tropas fossem enviadas*.

(63) a. ?Ele conformou-se *que lhe pagassem apenas parte do salário prometido*.
b. ?O treinador esforçou-se *que a Seleção jogasse melhor*.
c. ?O chefe empenhou-se *que o jantar saísse o melhor possível*.
d. ??O Estado-Maior opôs-se *que mais tropas fossem enviadas*.

32.6.2.2 Preposição regida por um nome

Quando o regente da preposição é um nome, a omissão da preposição com orações infinitivas é impossível, quer o verbo relacionado com o nome (quando existe) se conjugue reflexamente quer não, como se ilustra nos paradigmas seguintes. Note-se também que o leque de preposições possíveis se amplia neste caso, passando a incluir a preposição *de* (exceto quando a preposição básica é *a*):

(64) a. {o sonho/a preocupação} {*com*/*em*/*de*} *terminar a Gramática até ao fim do ano*
b. {a ânsia/o esforço} {*por*/*em*/*de*} *fazer o melhor possível*

[38] Um verbo conjugado reflexamente também não aceita um sintagma nominal como complemento (cf. 32.7.2.2).

c. {a confiança/o empenho} *em*/*de ganhar o jogo*
d. {a anuência/a oposição} *a enviar mais tropas*

(65) a. *{o sonho/a preocupação} *terminar a Gramática até ao fim do ano*
b. *{a ânsia/o esforço} *fazer o melhor possível*
c. *{a confiança/o empenho} *ganhar o jogo*
d. *{a anuência/a oposição} *enviar mais tropas*

Com orações finitas, encontramos de novo o padrão já observado em (62)-(63): a omissão da preposição não causa "danos" tão severos como em (65), embora haja variação entre os falantes; note-se, de novo, a possibilidade de usar a preposição *de* (mas não nos casos em que a preposição básica é *a*), e a impossibilidade de usar *em* nos dois primeiros exemplos, contrariamente aos contextos com oração infinitiva (de novo a omissão da preposição *a* tem um resultado mais marginal):

(66) a. {o sonho/a preocupação} *com*/*de que a Gramática fique terminada até ao fim do ano*
b. {a ânsia/o esforço} *por*/*de que a Seleção jogue o melhor possível*
c. {a confiança/o empenho} *em*/*de que a comida chegue para os convidados*
d. {a anuência/a oposição} *a que se enviem mais tropas*

(67) a. ?{o sonho/a preocupação} *que a Gramática fique terminada até ao fim do ano*
b. ?{a ânsia/o esforço} *que a Seleção jogue o melhor possível*
c. ?{a confiança/o empenho} *que a comida chegue para os convidados*
d. *{a anuência/a oposição} *que se enviem mais tropas*

Sem prejuízo da variação nos juízos de aceitabilidade que existe nesta área gramatical, salientamos desta discussão dois pontos importantes: (i) As orações finitas admitem a omissão da preposição de uma forma mais livre do que as orações infinitivas (cf. (56), (63) e (67)); estas, em contrapartida, apenas podem ocorrer sem preposição quando o regente é um verbo não conjugado reflexamente, e mesmo assim com restrições (cf. (59)). (ii) A preposição *a* é a que resiste mais a ser omitida, mesmo quando introduz orações finitas.

32.7 Gramaticalização e semigramaticalização das preposições

Nem sempre as preposições têm semanticidade (cf. 32.5.4); em determinados contextos, a sua função básica e praticamente exclusiva consiste em servir de elo de ligação gramatical entre um regente (especialmente quando este é um nome ou um adjetivo) e o seu complemento. Nesse caso, dizemos que a preposição se encontra **gramaticalizada**. Em português, a preposição que ocorre em contextos de gramaticalização pura é *de*[39]. Noutros contextos, uma preposição pode ter uma função gramatical, mas mantém algum grau de semanticidade, geralmente associada ao aspeto (cf. Cap. 17) ou à modalidade (cf. Cap. 18). Nesse caso, dizemos que a preposição se encontra **semigramaticalizada**. Neste uso, destacam-se as preposições

[39] Isto não significa, evidentemente, que *de* apenas ocorra com o estatuto de preposição gramaticalizada (cf. 32.8.1).

a e *de*. Nesta secção, descrevemos alguns contextos de gramaticalização e de semigramaticalização destas preposições.

32.7.1 Contextos de ocorrência da preposição *de* gramaticalizada

A preposição *de* é aquela que a língua usa em contextos de completa gramaticalização, ou seja, em contextos nos quais a preposição não tem qualquer semanticidade e a sua única função consiste em estabelecer uma ligação entre um núcleo e o seu complemento ou modificador.

32.7.1.1 *De* ligando sintagmas nominais e orações infinitivas a um nome

Estas construções já foram discutidas em 32.4.1.2 e no Cap. 27; aqui queremos realçar aqueles aspetos mais relevantes para a questão que nos ocupa nesta secção. Nas nominalizações, um nome deverbal herda, em geral, as propriedades de regência preposicional do verbo relacionado, como mostra o paralelismo entre *partimos para Coimbra* e *a partida para Coimbra*. Quando o complemento do nome deverbal corresponde ao sujeito ou ao complemento direto do verbo relacionado, é geralmente introduzido pela preposição *de*, ainda que na frase correspondente esse argumento seja um sintagma nominal, como se ilustra em (68) (= (26)) e (69) (= (27))[40]:

(68) a. [*A Maria*] votou contra os socialistas.
b. Demos [*várias casas*] à Câmara Municipal.

(69) a. o voto [***d**a Maria*] contra os socialistas (vs. ***o voto a Maria contra os socialistas*)
b. a dádiva [***de** várias casas*] à Câmara Municipal (vs. ***a dádiva várias casas à Câmara Municipal*)

A preposição *de* marca também o complemento de nomes não deverbais dependentes, i.e., que selecionam argumentos (cf. *o namorado da Ana*, *o aniversário do Pedro*), bem como a grande maioria dos modificadores restritivos dos nomes (cf. *um pano de cozinha*, *um livro de histórias*, *o automóvel do meu irmão*). Nestes casos, a preposição *de* não tem qualquer valor semântico, literal ou metafórico; em particular, não representa movimento por afastamento ou separação, que é o seu significado básico; serve apenas para estabelecer um elo de ligação gramatical entre o nome e o seu complemento ou modificador, sendo um puro reflexo gramatical do contexto (cf. Cap. 27).

Em contrapartida, a preposição *de* em sintagmas nominais como *a chegada de Paris* (cf. *chegámos de Paris*) ou *a proibição de fumar* (cf. *proibiram-me de fumar*) é diretamente herdada da regência dos verbos *chegar* e *proibir*, conservando a sua semanticidade, tal como as preposições *para*, *em* e *com* em nominalizações como *partida para Coimbra*, *mergulho em água gelada* (cf. *mergulhámos em água gelada*) ou *o acordo com os sindicatos* (cf. *acordámos os seguintes pontos com os sindicatos*)[41].

[40] Recorde-se que o sujeito do verbo se realiza como complemento do nome deverbal relacionado.
[41] Algo semelhante se poderia dizer sobre *um vinho do Douro*, em que o modificador designa literalmente a origem do produto, o que se coaduna com a significação básica da preposição *de*, e sobre *um tecido de seda*, em que o modificador designa o material constitutivo do objeto, numa relação que pode ser entendida metaforicamente como envolvendo uma origem.

Quando o complemento (cf. (70a,b)) ou o modificador do nome (cf. (70c)) é uma oração infinitiva (flexionada ou não flexionada) e o nome não rege nenhuma preposição em particular (cf. 32.6), a oração é também obrigatoriamente introduzida por *de*[42]:

(70) a. o desejo *de ir*(*mos*) *à praia* (vs. **o desejo ir*(*mos*) *à praia*)
b. a vontade *de trabalhar* (vs. **a vontade trabalhar*)
c. a hipótese *de ficar*(*mos*) *em tua casa* (vs. **a hipótese ficar*(*mos*) *em tua casa*)

O substantivo *desejo* relaciona-se com o verbo *desejar*; ora o verbo não admite a preposição *de* para introduzir a oração complemento: cf. *eles desejam ir à praia* (compare-se com **eles desejam de ir à praia*). Consideramos, pois, que *de*, em contextos como os de (70), é uma preposição gramaticalizada, que serve unicamente para estabelecer a ligação entre o nome e a oração infinitiva, de modo semelhante a (69), em que o complemento do nome é um sintagma nominal.

Quando o complemento do nome é uma oração finita, os falantes dividem-se quanto à necessidade da preposição (cf. Peres e Móia 1995:122ss). Para aqueles que a usam, a sua ausência não provoca "danos gramaticais" excessivos, contrariamente ao que acontece quando a oração é infinitiva (comparem-se os exemplos à direita em (70) com os exemplos à direita em (71))[43]:

(71) a. É grande o desejo *de que vocês venham a minha casa*. (cf. *é grande o desejo que vocês venham a minha casa*)
b. A vontade *de que eles trabalhem mais* foi manifestada pelo Governo. (cf. *a vontade que eles trabalhem mais foi manifestada pelo Governo*)
c. Adiantou-se a hipótese *de que ficássemos em tua casa*. (cf. *adiantou-se a hipótese que ficássemos em tua casa*)

Estes factos refletem a conclusão a que se chegou em 32.6: nomeadamente, a preposição regida por um nome não pode ser omitida quando se combina com uma oração infinitiva (cf. (65) e os exemplos à direita em (70)), mas pode sê-lo (mais facilmente, pelo menos) quando se combina com uma oração finita (cf. (67) e os exemplos à direita em (71))[44].

32.7.1.2 *De* ligando sintagmas nominais e orações infinitivas a um adjetivo ou a um advérbio

Tal como os nomes, também os adjetivos e os advérbios só podem tomar como complemento um sintagma nominal ou uma oração infinitiva quando estes elementos são introduzidos por uma preposição. Quando o adjetivo ou o advérbio não rege uma preposição particular (cf. 32.4.1.3), a preposição que tem tipicamente esta função é *de*, como se ilustra nos paradigmas seguintes para o adjetivo *desejoso*. Também aqui uma oração finita admite, mas não exige, a preposição (embora, de novo, os juízos sejam variáveis entre os falantes):

[42] Sobre o estatuto da oração finita de (70c) como modificador, cf. Cap. 36.7.3.2.
[43] Para alguns falantes, (71c) é menos aceitável sem a preposição do que do que (71a,b).
[44] Ver, a este propósito, a Nota 22. Na perspetiva aí discutida, o facto de as orações infinitivas se comportarem como os sintagmas nominais, obrigando à presença de uma preposição de ligação com o nome que as seleciona, tem sido interpretado por vários linguistas como um indício de que têm uma natureza nominal (ver, entre outros, Raposo 1987a e 1987b).

(72) a. Eles estão desejosos *de sucesso*. (vs. **eles estão desejosos sucesso*)
b. Eles estão desejosos *de ir de férias*. (vs. **eles estão desejosos ir de férias*)
c. O Governo está desejoso *de que as pessoas não se revoltem*. (vs. *o Governo está desejoso que as pessoas não se revoltem*)

32.7.1.3 *De* introduzindo o complemento de *gostar, precisar* e *necessitar*

Os verbos *gostar*, *precisar* e *necessitar* selecionam um complemento, obrigatoriamente introduzido pela preposição *de* quando este é um sintagma nominal, como se ilustra em (73):

(73) a. Gosto *de chocolates*. (vs. **gosto chocolates*)
b. Preciso *de dinheiro*. (vs. **preciso dinheiro*)
c. Necessito *do teu amor*. (vs. **necessito o teu amor*)

Plausivelmente, a preposição *de* encontra-se também totalmente gramaticalizada nestes contextos. O verbo *gostar*, p.e., tem um sentido muito próximo do do verbo *adorar*; este verbo, no entanto, não necessita, nem permite, a preposição *de*, como se vê pela impossibilidade de **adoro de chocolates* (comparar com *adoro chocolates*). Em (73), a preposição não representa movimento por afastamento ou separação. É, portanto, plausível concluir que a sua presença não se encontra associada a qualquer grau de semanticidade e é apenas consequência de uma propriedade gramatical idiossincrática destes três verbos.

> [6] Não é possível construir um argumento similar ao do verbo *gostar* para os verbos *precisar* e *necessitar* devido a não terem sinónimos (ou quase sinónimos) que se relacionem com eles do mesmo modo que *adorar* se relaciona com *gostar*. Mas noutras línguas, como o inglês, os verbos correspondentes a *gostar* (*de*) e aos modais *precisar* (*de*) e *necessitar* (*de*) selecionam um complemento direto não preposicionado (cf. *I like chocolates*, *I need money* e *I need your love*). Assumindo que os verbos ingleses correspondem aos do português, que a preposição *of* corresponde à preposição *de* e que o significado das frases inglesas e o de (73a-c) é equivalente, a ausência da preposição em inglês é um argumento em favor da hipótese de que a preposição *de* nos exemplos portugueses não traz qualquer contribuição semântica, sendo apenas um reflexo gramatical desses verbos.

Quando o complemento destes verbos é uma oração infinitiva, a preposição é obrigatória com *gostar* para a maioria dos falantes; em contrapartida, com *precisar* e *necessitar*, há variação entre os falantes, e para alguns a preposição é opcional:

(74) a. Gosto *de comer chocolates*. (vs. **gosto comer chocolates*)
b. Preciso *de ir ao dentista*. (cf. *preciso ir ao dentista*)
c. Necessito *de tirar umas férias urgentemente*. (cf. *necessito tirar umas férias urgentemente*)

A variação (ou opcionalidade) em (74b,c) reflete a maior possibilidade de omitir uma preposição regida quando o seu complemento é uma oração infinitiva e o regente é um verbo (cf. (59)), por oposição a um nome.

Ao verbo *necessitar* corresponde o nome deverbal *necessidade* e o adjetivo *necessitado*; com estes regentes, a preposição é obrigatória, quer o complemento seja um sintagma nominal quer seja uma oração infinitiva:

(75) a. a necessidade {*de umas férias*/*de tirar umas férias*} (vs. **a necessidade* {*umas férias*/*tirar umas férias*})
b. Estou necessitado {*de umas férias*/*de tirar umas férias*}. (vs. **estou necessitado* {*umas férias*/*tirar umas férias*})

Quando o complemento dos três verbos é uma oração finita, a preposição é sentida como marginal por alguns falantes, embora não por todos:

(76) a. ?Gosto *de que venhas visitar-me diariamente*. (vs. *gosto que venhas visitar-me diariamente*)
b. ?Preciso *de que vás lá o mais rapidamente possível*. (vs. *preciso que vás lá o mais rapidamente possível*)
c. ?Necessito *de que me emprestes algum dinheiro*. (vs. *necessito que me emprestes algum dinheiro*)

Com o nome *necessidade* ou o adjetivo *necessitado*, no entanto, a preposição é mais aceitável, embora, para alguns falantes, dispensável:

(77) a. a necessidade *de que me emprestem algum dinheiro* (cf. *a necessidade que me emprestem algum dinheiro*)
b. Estou necessitado *de que me emprestem algum dinheiro*. (cf. *estou necessitado que me emprestem algum dinheiro*)

32.7.1.4 *De* ligando orações interrogativas subordinadas a predicadores interrogativos não verbais

As orações interrogativas podem ser de dois tipos: **interrogativas globais**, cuja finalidade é obter informação sobre o valor de verdade de uma proposição, e que, tipicamente, têm como resposta *sim* ou *não* (cf. *foste ao cinema ontem?*), e **interrogativas parciais**, que visam obter informação sobre um participante ou uma circunstância de uma determinada situação (cf. *quem comprou esse livro?*). Estas orações podem ocorrer subordinadas a um certo número de predicadores (os quais formam amiúde locuções) que as selecionam semanticamente, e que podem ser de natureza verbal, como *ignorar*, *perguntar*, (*não*) *saber*, de natureza nominal, como *certeza* (frequentemente integrado na locução (*não*) *ter a certeza*) ou *ideia* (integrado na locução (*não*) *fazer ideia* ou (*não*) *ter ideia*), ou de natureza adjetival, como *certo*, *seguro*, *hesitante* (frequentemente integrados nas locuções (*não*) *estar certo*/*seguro*, *estar hesitante*), entre outros[45].

Como assinalam Peres e Móia (1995), que apresentam um estudo detalhado deste tópico, a área da subordinação interrogativa e, em particular, do papel que as preposições aí desempenham é particularmente crítica no português devido às hesitações que os falantes manifestam e à variação de juízos que emitem sobre os

[45] Sobre as orações interrogativas subordinadas, cf. Cap. 36.2.2 e Cap. 48.

mesmos, sobretudo quando se trata de predicadores interrogativos nominais ou adjetivais.

As orações interrogativas globais subordinadas são introduzidas pela conjunção integrante (complementador) *se* e não são geralmente preposicionadas, independentemente da classe do predicador interrogativo da oração principal, como se ilustra no seguinte paradigma, em que o predicador interrogativo complexo (sublinhado nos exemplos) contém respetivamente um núcleo verbal (cf. (78a)), um núcleo nominal (cf. (78b)) e um núcleo adjetival (cf. (78c))[46]:

(78) a. A Maria não sabe *se o professor vem à faculdade hoje*.
b. O Pedro não tem a certeza *se o almoço chega para toda a gente*.
c. O Luís não está seguro *se as crianças já estão a dormir*.

Quando o predicador principal é um nome ou um adjetivo, a preposição *de* é marginal nestes contextos (e para alguns falantes impossível), como se ilustra em exemplos como ??*o Pedro não tem a certeza de se o almoço chega para toda a gente* ou ??*o Luís não está seguro de se as crianças já estão a dormir*[47].

As orações interrogativas parciais são introduzidas por um constituinte, chamado **constituinte interrogativo**, o qual consiste numa **palavra interrogativa** (geralmente iniciada por *qu-*) ou contém uma tal palavra. Essa palavra pode ser um pronome (cf. *quem é que a Maria viu _ ontem?*), um advérbio (cf. *quando é que a Maria saiu _?*) ou um determinante (cf. *que amigo é que a Maria encontrou _ ontem?*). Nestes exemplos, o espaço em branco sublinhado representa a posição normal que o constituinte interrogativo ocupa na oração, de acordo com a sua função gramatical. Quando o constituinte interrogativo corresponde a um sintagma nominal introduzido por uma preposição, esta é anteposta juntamente com ele (cf. ***com** quem é que a Maria saiu _ ontem?*).

Introduzidos estes elementos básicos da sintaxe das orações interrogativas parciais, voltemos ao fenómeno que nos ocupa. Diferentemente das interrogativas subordinadas globais, quando uma oração interrogativa parcial se encontra subordinada a um predicador nominal ou adjetival, é obrigatoriamente introduzida por uma preposição. Quando o próprio constituinte interrogativo anteposto na oração subordinada contém uma preposição, esta basta para satisfazer a condição, como se ilustra em (79)[48]:

(79) a. O Pedro não tem a *certeza **para** que praia vai passar as férias*. (cf. *eu vou passar as férias para a praia da Rocha*)
b. O Luís não está seguro ***com** quem lhe apetece dançar*. (cf. *apetece-me dançar com a Isabel*)
c. Ele não tem a mínima ideia ***de** onde vem esse dinheiro*. (cf. *esse dinheiro vem da venda de um apartamento*)

[46] Relativamente a estas construções, discordamos dos juízos de Peres e Móia, que colocam um ponto de interrogação em exemplos como (78b,c), com predicadores interrogativos não verbais. Para nós, estes exemplos são plenamente gramaticais.

[47] Note-se que esta proibição é o oposto do que sucede nos casos em que a oração subordinada é declarativa (cf. (66), (71) e (77)). Sendo (*não*) *saber* um verbo transitivo, não se espera, corretamente, que ocorra a preposição *de* em (78a): cf. a impossibilidade de **a Maria não sabe de se o professor vem à Faculdade hoje*.

[48] Contrariamente aos nossos juízos, Peres e Móia consideram marginais exemplos como os de (79).

Quando o constituinte interrogativo corresponde ao sujeito ou ao complemento direto da oração subordinada, que são sintagmas nominais não preposicionados, uma solução possível para satisfazer a obrigatoriedade da presença de uma preposição (a condição acima mencionada) consiste na inserção da preposição *de* no início da oração subordinada, como se ilustra a seguir[49]:

(80) a. O Pedro não tem a certeza *de quem vem almoçar*. (vs. **o Pedro não tem a certeza quem vem almoçar*)
b. O Luís não está seguro *de que livro vai comprar*. (vs. **o Luís não está seguro que livro vai comprar*)
c. Ele não tem a mínima ideia *de quem o agrediu*. (vs. **ele não tem a mínima ideia quem o agrediu*)

É importante salientar que, nestes exemplos, a preposição *de* não faz parte do constituinte interrogativo. Veja-se, p.e., relativamente a (80a), a impossibilidade da oração interrogativa direta **de quem vem almoçar?* (em vez de *quem vem almoçar?*); compare-se esta situação com *para que praia vais passar as férias?*, em que a preposição pertence ao constituinte interrogativo (cf. (79a)). Note-se também que, em (79), a preposição, que pertence ao constituinte interrogativo, não pode ser substituída por *de*, como se vê pela impossibilidade de **o Pedro não tem a certeza de que praia vai passar as férias*[50].

A propósito desta questão, a preposição *sobre* merece alguns comentários. Peres e Móia consideram-na como sendo uma das preposições gramaticalizadas que podem ser inseridas no início de uma oração subordinada para melhorar o seu estatuto de gramaticalidade, em contextos como os de (80). Aqui, optamos por analisar *sobre* como um item que seleciona semanticamente uma oração interrogativa, sendo a única preposição do português com esta característica. Esta propriedade permite, aliás, que determinados predicadores que regem *sobre* mas não têm uma natureza interrogativa possam ocorrer com orações interrogativas subordinadas. Metaforicamente, pode dizer-se que se aproveitam parasitariamente da capacidade semântica da preposição para introduzir um tipo de estrutura que, de outro modo, não poderiam introduzir[51]:

(81) a. Espera-se hoje uma declaração ***sobre*** *quem vai ser o futuro treinador da Seleção*. (vs. **uma declaração* (*de*) *quem vai ser o futuro treinador da Seleção*)
b. O Presidente discursou ***sobre*** *se o país vai sair da zona euro*. (vs. **o Presidente discursou se o país vai sair da zona euro*)

O estatuto de *sobre* no início de uma oração subordinada interrogativa não é, pois, paralelo ao estatuto gramaticalizado da preposição *de* em (80), a qual serve unicamente para estabelecer a ligação entre o predicador nominal ou adjetival e a oração subordinada; pelo contrário, *sobre* conserva toda a sua semanticidade e é, na

[49] Quando o predicador interrogativo é um verbo transitivo, a preposição não é necessária (cf. *o Pedro não sabe quem vem almoçar* ou *o Luís não sabe que livro vai comprar*); nesse caso, a ocorrência da preposição *de* leva mesmo à não gramaticalidade da expressão (cf. **o Pedro não sabe de quem vem almoçar* ou **o Luís não sabe de que livro vai comprar*).

[50] Alguns falantes, no entanto, aceitam a ocorrência conjunta das duas preposições, como em ?*o Pedro não tem a certeza de para que praia vai passar as férias*.

[51] A própria preposição *sobre* satisfaz a condição que obriga as orações interrogativas subordinadas parciais a serem introduzidas por uma preposição.

realidade, devido à sua propriedade semântica de selecionar uma estrutura interrogativa que é legitimado nesse contexto.

Plausivelmente devido a este seu estatuto, *sobre* é sentido por alguns falantes como redundante quando ocorre com predicadores que, por si próprios, têm a capacidade de selecionar uma oração interrogativa, como se ilustra no seguinte paradigma:

(82) a. ??O Pedro não tem a certeza sobre *se o almoço chega para toda a gente*.
b. ??O Luís não está seguro sobre *se as crianças já estão a dormir*.

(83) a. ??O Pedro não tem a certeza sobre *para que praia vai passar as férias*.
b. ??O Luís não está seguro sobre *com quem lhe apetece dançar*.

(84) a. ?O Pedro não tem a certeza sobre *quem vem almoçar*.
b. ?O Luís não está seguro sobre *que livro vai comprar*.

No nosso juízo, *sobre* é mais aceitável em (84) porque supre a preposição introdutória necessária nesse contexto.

32.7.1.5 *De* introduzindo o complemento oblíquo de verbos transitivos

Uma situação parcialmente semelhante à descrita em 32.7.1.1 ocorre no complemento oblíquo de um pequeno número de verbos transitivos, incluindo *avisar*, *convencer*, *informar*, *lembrar* e *persuadir*. Como se ilustra em (85), esse complemento é introduzido por *de* quando é um sintagma nominal:

(85) a. Informei o Pedro {*dessas coisas*/*disso*}. (vs. **informei o Pedro* {*essas coisas*/*isso*})
b. Convenci a Maria *da tua chegada*. (vs. **convenci a Maria a tua chegada*)
c. Persuadi o Zé *da beleza do quadro*. (vs. **persuadi o Zé a beleza do quadro*)[52]
d. Lembrei-a *dos seus deveres*. (vs. **lembrei-a os seus deveres*)

A presença obrigatória da preposição no complemento oblíquo deve-se à impossibilidade de coocorrerem dois sintagmas nominais (i.e., sem preposição) com a função de complemento (direto) na mesma frase. Nesse caso, quando o verbo não possui uma regência preposicional particular para o complemento oblíquo (como, p.e., em *obrigar*/*convencer alguém a* – cf. Nota 52), este é introduzido por *de*, que é, por conseguinte, uma preposição gramaticalizada neste contexto.

> [7] A explicação dada para a presença da preposição *de* em (85) é corroborada pelo seguinte facto: o verbo *lembrar* e, de modo mais restrito, o verbo *informar* podem ser usados, com o mesmo significado, num quadro de subcategorização distinto, em que o constituinte que representa a pessoa afetada pela ação, em vez de ser complemento direto, é complemento indireto (realizado pelo pronome dativo *lhe* ou introduzido pela preposição *a*), como se ilustra em (i)[53]:

[52] Para além da sua ocorrência na construção exemplificada em (85), os verbos *convencer* e *persuadir* selecionam também um complemento direto seguido de uma oração infinitiva introduzida pela preposição *a*, cujo sujeito subentendido é correferente com o complemento direto (cf. *convenci*/*persuadi a Maria a comprar o quadro* – cf. 32.7.2.1 e Cap. 37).

[53] Esta construção é menos usada que (85a) e (85d), sendo considerada marginal por alguns falantes. Com *informar*, outros falantes só a usam quando o complemento direto é o pronome *isso* ou um nome abstrato como *coisas*.

(i) a. Lembrei-*lhe* os seus deveres. (vs. **lembrei-lhe* ***d****os seus deveres*; cf. (85d))
b. Informei essas coisas/isso *ao Pedro*. (vs. **informei* {***d****essas coisas*/***d****isso*} *ao Pedro*; cf. (85a))

Nestas frases, a função de complemento direto pode ser assumida pelo segundo complemento de (85a,d); logo, a preposição *de* não é necessária (nem permitida).

Quando o complemento oblíquo é uma oração finita, existe variação no uso da preposição (e opcionalidade, para alguns falantes), como se indica em (86), uma situação que segue o padrão observado até aqui da possível omissão da preposição *de* no início de orações finitas selecionadas por nomes ou adjetivos:

(86) a. Informei-o *de que ia chegar mais tarde*. (cf. *informei-o que ia chegar mais tarde*)
b. Convenci a Maria *de que tu já tinhas chegado*. (cf. *convenci a Maria que tu já tinhas chegado*)
c. Persuadi o Zé *de que o quadro era bonito*. (cf. *persuadi o Zé que o quadro era bonito*)
d. Lembrei a Clara *de que tinha de fazer os trabalhos de casa*. (cf. *lembrei a Clara que tinha de fazer os trabalhos de casa*).

32.7.1.6 *De* em locuções prepositivas

Como se observou em 32.2.2, a preposição final das locuções prepositivas tem a função predominantemente gramatical de ligar a base da locução ao seu complemento: *cerca de 1950*, *perto/longe de casa*, *a braços com um problema*, *face ao inimigo*, *por detrás de uma porta*, *para além do oceano*. Com poucas exceções, a grande maioria das locuções prepositivas usa *de* para esta função. Repare-se que, em locuções de base preposicional que representam direcionalidade, a preposição que possui semanticidade é a primeira, sendo a preposição final sempre *de*, independentemente da natureza espacial das trajetórias: p.e., o que distingue a direcionalidade de *entrou* [***para*** *dentro de*] *casa* e *saiu* [***de*** *dentro de*] *casa* é a primeira preposição (*para* e *de*, respetivamente), não a última.

32.7.2 Preposições semigramaticalizadas

Os contextos de semigramaticalização são aqueles em que uma preposição conserva algum grau de semanticidade, usualmente associado ao domínio aspetual ou modal, embora a sua presença (obrigatória) se deva a alguma propriedade gramatical da construção. As duas preposições mais usadas nesta função são *a* e *de*.

32.7.2.1 *A* e *de* introduzindo o complemento infinitivo oblíquo de verbos transitivos

Nesta classe de verbos inclui-se *convencer*, *convidar*, *incitar*, *obrigar* e *persuadir*, que regem a preposição *a*, e *impedir* e *proibir*, que regem a preposição *de* (cf. Cap. 37.4.3). Estes casos são parcialmente semelhantes aos analisados em 32.7.1.5: não podendo haver dois complementos não preposicionados na mesma frase, o segundo complemento é introduzido por uma preposição:

(87) a. Convencemos os deputados *a apoiar a iniciativa*. (vs. **convencemos os deputados apoiar a iniciativa*)

b. O professor incitou os alunos *a lerem mais livros*. (vs. **o professor incitou os alunos lerem mais livros*)

(88) a. Impedimos os deputados *de apoiar a iniciativa*. (vs. **impedimos os deputados apoiar a iniciativa*)
b. O professor proibiu os alunos *de lerem a Lolita*. (vs. **o professor proibiu os alunos lerem a Lolita*)

Com estes verbos, as preposições mantêm semanticidade. Nomeadamente, o seu sentido básico de natureza espacial é aplicado metaforicamente: a preposição *a* perspetiva o resultado da ação sofrida pela entidade designada pelo complemento direto como um movimento em direção a um determinado comportamento, ao passo que a preposição *de* perspetiva o resultado dessa ação como um afastamento de um determinado comportamento. Trata-se, pois, de um caso de semigramaticalização das preposições *a* e *de*.

32.7.2.2 Verbos conjugados reflexamente

Há verbos que se conjugam reflexamente sem que o pronome reflexo corresponda a um argumento correferente com o sujeito (cf. Caps. 11 e 13). Quando estes verbos têm um complemento, este é necessariamente introduzido por uma preposição (cf. a discussão dos paradigmas (60) e (61) em 32.6.2.1). Ou seja, independentemente da sua semanticidade, a preposição é gramaticalmente exigida. As preposições que podem ocorrer neste contexto são *a*, *com*, *em* e *por* (cf. 32.6.2.1); quando o verbo não rege nenhuma preposição em particular, usa-se *de*. Apresentam-se a seguir listas (não exaustivas) de verbos que se conjugam reflexamente e que regem obrigatoriamente uma destas preposições:

- Com a preposição *a*: *dedicar-se a*, *habituar-se a*, *limitar-se a*, *resolver-se a*
- Com a preposição *com*: *conformar-se com*, *contentar-se com*, *preocupar-se com*
- Com a preposição *em*: *empenhar-se em*, *esmerar-se em*, *fiar-se em*, *sentar-se em*
- Com a preposição *de*: *afastar-se de*, *apoderar-se de*, *arrepender-se de*, *esquecer-se de*, *lembrar-se de*, *levantar-se de*, *tratar-se de*
- Com a preposição *por*: *esforçar-se por*

Comecemos por observar a obrigatoriedade da preposição quando o complemento é um sintagma nominal[54]:

(89) a. A Maria dedicou-se *ao trabalho*. (vs. **a Maria dedicou-se o trabalho*)
b. O Pedro contentou-se *com um carro usado*. (vs. **o Pedro contentou-se um carro usado*)

[54] Estes verbos têm escolhas diversas para o complemento da preposição: um sintagma nominal (cf. *o Pedro contentou-se com um carro usado*), uma oração infinitiva (cf. *o Pedro habituou-se a regar as plantas todos os dias*). Um subconjunto dos verbos que se combinam com orações infinitivas admite também uma oração finita (cf. *o chefe empenhou-se em ter ingredientes de primeira qualidade* vs. *o chefe empenhou-se em que o jantar saísse o melhor possível*). Como não é nosso objetivo aqui estabelecer as propriedades de subcategorização exatas de cada um destes verbos, nos paradigmas que se seguem usamos os exemplos que melhor se adequem à questão analisada.

c. Fia-te *na Virgem* e não corras.[55] (vs. **fia-te a Virgem e não corras*)
d. O Luís esqueceu-se *das chaves*. (vs. **o Luís esqueceu-se as chaves*)

Quando o complemento é uma oração infinitiva, a preposição é igualmente obrigatória, como se verifica no seguinte paradigma (cf. a discussão de (60) e (61)):

(90) a. Os meus filhos resolveram-se *a sair de casa*. (vs. **os meus filhos resolveram-se sair de casa*)
b. Eles contentaram-se *com/em tirar um mestrado*. (vs. **eles contentaram-se tirar um mestrado*)
c. A Seleção empenhou-se *em ganhar o Euro*. (vs. **a Seleção empenhou-se ganhar o Euro*)
d. O neto arrependeu-se *de ter batido na avó*. (vs. **o neto arrependeu-se ter batido na avó*)

Alguns verbos, entre os quais se incluem *esquecer* e *resolver*, são particularmente interessantes neste contexto, visto que a sua conjugação reflexa é opcional (ainda que possa ser preferida por alguns falantes)[56]. Assim, a par de (89d) e (90a), ocorrem igualmente os exemplos de (91):

(91) a. O Luís esqueceu *as chaves*.
b. Os meus filhos resolveram *sair de casa*.

Ora, aqui temos precisamente o inverso dos paradigmas anteriores: a ausência do pronome reflexo impede a ocorrência da preposição (cf. **o Luís esqueceu **das chaves*** e **os meus filhos resolveram **a** sair de casa*). Com estes verbos, a preposição é, pois, unicamente uma consequência gramatical da conjugação reflexa[57].

Finalmente, com uma oração finita, como já se notou em 32.6.2.1 (cf. a discussão de (63)), a ausência de preposição é mais aceitável do que com uma oração infinitiva, à exceção dos exemplos com *a*:

(92) a. Os meus filhos acostumaram-se *a que eu os deixasse sair todas as noites*. (vs. **os meus filhos acostumaram-se que eu os deixasse sair todas as noites*)
b. Ele conformou-se *com/em que lhe pagassem apenas parte do salário prometido*. (vs. ?*ele conformou-se que lhe pagassem apenas parte do salário prometido*)
c. O chefe empenhou-se *em que o jantar saísse o melhor possível*. (vs. ?*o chefe empenhou-se que o jantar saísse o melhor possível*)
d. O treinador esforçou-se *por que a Seleção jogasse melhor*. (vs. ?*o treinador esforçou-se que a Seleção jogasse melhor*)

---

[55] Note-se que o pronome *te* deste exemplo é reflexo, sendo correferente com o pronome sujeito de 2.ª pessoa do singular não expresso da oração imperativa.

[56] A presença vs. ausência do pronome reflexo em *resolver* introduz uma diferença de significado. Isso não altera a validade do fenómeno gramatical que queremos ilustrar no texto.

[57] Com o verbo *casar(-se) com*, a conjugação reflexa é opcional; este verbo, no entanto, rege a preposição *com* independentemente da sua conjugação: cf. *o Pedro casou com a Maria* e *o Pedro casou-se com a Maria*. Em nenhum dos casos a preposição pode ser omitida. Este facto não invalida a descrição do texto. O problema seria se existisse um verbo que, conjugado não reflexamente, exigisse preposição, mas que, conjugado reflexamente, pudesse ocorrer sem preposição.

32.7.2.3 *A* e *de* com verbos auxiliares e semiauxiliares aspetuais

As preposições *a* e *de* encontram-se parcialmente gramaticalizadas quando ocorrem em perífrases verbais, na medida em que estabelecem a ligação entre um verbo auxiliar ou semiauxiliar e o verbo infinitivo seguinte (em perífrases verbais simples, este é o verbo pleno – cf. Cap. 29):

(93) a. *Acabei de ler* Guerra e Paz. (vs. **acabei ler Guerra e Paz*)
b. *Parei/Deixei de fazer* os trabalhos de casa. (vs. **parei/deixei fazer os trabalhos de casa*)

(94) a. *Estou/Fiquei a estudar* este assunto. (vs. **estou/fiquei estudar este assunto*)
b. *Ando/Continuo a dormir* pouco. (vs. **ando/continuo dormir pouco*)
c. *Comecei/Passei a trabalhar* na oficina do meu pai. (vs. **comecei/passei trabalhar na oficina do meu pai*)
d. {*Cheguei/Voltei/Tornei*} *a fazer* os trabalhos de casa. (vs. *{*cheguei/voltei/tornei*} *fazer os trabalhos de casa*)

Nestes dois paradigmas, os verbos (semi)auxiliares têm um valor aspetual (cf. Cap. 29.5.5). Quer num quer no outro, as preposições, para além da sua função gramatical, têm semanticidade. Em (93), com verbos auxiliares que assinalam o termo de uma situação, a preposição *de* tem um valor de afastamento ou separação, aplicado metaforicamente ao termo de uma situação: aquilo que segue uma situação terminada afasta-se dela necessariamente. Em particular, quando a oração é pessoal (i.e., tem um sujeito – cf. Cap. 28), marca-se a separação da entidade referida pelo sujeito relativamente à ação ou atividade na qual estava envolvido, como consequência da sua finalização.

Em (94a,b), com *estar*, *andar*, *ficar* e *continuar*, a preposição tem um valor temporal durativo, em que se representa uma situação em progresso, na perspetiva do seu desenrolar. A este uso da preposição chamamos ***a* durativo** e à sequência formada por *a* durativo seguido de um sintagma verbal com o verbo no infinitivo chamamos **construção do infinitivo preposicionado** (**CIP**): p.e., *a estudar este assunto*, em (94a) – cf. Caps. 30.1.2 e 37.5.5)[58].

Em (94c,d), com *chegar*, *começar*, *passar*, *tornar* e *voltar*, a preposição tem um valor temporal pontual, introduzindo a ideia de um limite inicial e, no caso de *chegar*, também de um limite final (cf. a discussão deste verbo no Cap. 29.5.5.6 e 29.5.5.7). Neste uso pontual, a preposição *a* tem um valor contrário ao valor da preposição *de*, marcando começo, aproximação e junção (repare-se que um começo implica aproximação a uma coisa nova, o contrário de um afastamento). A este uso da preposição chamamos ***a* télico** (cf. Cap. 29.5.5.7, para uma descrição mais detalhada destes valores).

A preposição *a* télica é também a que é usada para introduzir complementos indiretos (cf. *ofereci um relógio ao Manuel*), complementos locativos (cf. *levei o Manuel a Paris*) e complementos oblíquos de verbos diretivos como *convencer*, *incitar* e *obrigar* (cf. *obriguei o Manuel a fazer as pazes com a irmã*). Também nestes exemplos se exprime um limite (final): com o complemento indireto, um destinatário; com

[58] A preposição *a* durativa é equivalente ao morfema de gerúndio, com o qual pode alternar nestes contextos – cf. Cap. 29.5.5.7 e, p.e., *ando dormindo pouco*.

o complemento locativo, um lugar de chegada; e, com o complemento oblíquo dos verbos diretivos, a situação que resulta de um ato diretivo causal.

32.7.2.4 Redobro do complemento direto e do complemento indireto

A preposição *a* é usada para introduzir um pronome com forma casual oblíqua que redobra um pronome acusativo com a função de complemento direto. Este redobro usa-se tipicamente para efeitos de contraste ou de ênfase, como se observa no seguinte paradigma:

(95) a. Ela viu-*me* a mim (não a ti).
b. Eles viram-*no* a ele (não a ela).

Nesta construção, o pronome oblíquo pode ser quantificado por um numeral ou pelo quantificador *todos*, como em (96a); o redobro introduzido por *a* pode consistir apenas no quantificador (incluindo a forma *ambos*)[59], sem o pronome oblíquo, como se ilustra em (96b):

(96) a. Eu vi-*os* a eles {os dois/todos} no cinema.
b. Eu vi-*os* {aos dois/a todos/a ambos} no cinema.

O complemento indireto também pode ser redobrado desta maneira:

(97) a. Eu dei-*lhes* o livro a eles.
b. Eu dei-*lhes* o livro a eles {os dois/todos}.
c. Eu dei-*lhes* o livro {aos dois/a todos/a ambos}.

32.8 Uso e significado das principais preposições

Descrevem-se nesta secção os valores semânticos mais comuns das principais preposições simples e de algumas locuções prepositivas do português. Sempre que for caso disso, dá-se o nome do papel temático (cf. Cap. 11) que esse valor semântico induz no sintagma preposicional.

As principais preposições do português têm um valor semântico básico de natureza espacial, introduzindo constituintes que denotam o lugar ocupado por uma entidade, ou do qual, ou para o qual, uma entidade se move. Ontologicamente, um lugar é um espaço físico – uma superfície ou um volume – definido por fronteiras (linhas e superfícies, respetivamente) mais ou menos definidas. Uma entidade material (um jardim, um edifício, uma gaveta, uma mesa, um estádio, uma cidade, até uma pessoa) pode ser concebida como um lugar, desde que defina uma área ou um volume que possam conter outras entidades na sua superfície ou no seu interior. Na realidade, a representação do espaço – dos lugares – na linguagem humana é tipicamente feita através de expressões que representam as entidades – superfícies ou volumes – que delimitam esses espaços (cf. *o livro está na mesa*, *o Pedro está na aldeia*, *as crianças ficaram no carro*).

As preposições espaciais são também usadas derivativamente no domínio do tempo e, por extensão metafórica, em áreas mais abstratas, como na representação

[59] Com *ambos*, só é possível a versão sem o pronome oblíquo: cf. **eu vi-os a eles ambos*.

de relações de posse ou na representação de estados físicos e mentais das pessoas (mais geralmente, dos seres com a devida organização física e cognitiva). Assim, p.e., a preposição *em* tem um valor espacial em *a Maria está na sala*, um valor temporal em *o meu aniversário é na segunda-feira*, e introduz um estado psicológico em *a Maria está em pânico*, através de um processo metafórico que perspetiva o estado psicológico como um espaço no qual a Maria se encontra[60].

O uso de itens lexicais com um valor semântico espacial – nomeadamente preposições – para representar noções ou relações temporais é um fenómeno praticamente universal da linguagem humana (cf. Lyons 1977:718), e fica bem patente no uso do termo "localização" para designar quer a relação espacial entre uma entidade e um espaço (**localização espacial**; cf. *o jogo é em Coimbra*) quer a relação temporal entre uma entidade e um momento ou um intervalo de tempo (**localização temporal**; cf. *o jogo é no domingo*)[61].

32.8.1 O sistema das preposições espaciais

As preposições simples (cf. 32.2) com valor espacial básico são *a*, *de*, *em*, *para* e *por*[62]. Como se mencionou acima, estas preposições relacionam uma entidade com um lugar no qual se encontra, ou do qual ou para o qual se move. Estas preposições são também aquelas que têm um sentido mais geral no domínio espacial, na medida em que podem ser usadas independentemente da conceção do espaço como uma superfície (as ruas de uma cidade, um jardim, o campo, o tampo de uma mesa) ou como um volume (o interior de um edifício, de um carro, de uma gaveta), e independentemente da orientação do movimento (lateral, de trás para a frente, de cima para baixo – e os seus inversos). Como se verá adiante, os falantes podem, se assim o quiserem, colocar o enfoque sobre a orientação do movimento, usando para isso locuções prepositivas adequadas, mas não são obrigados a fazê-lo. Quando decidem não o fazer, usam as preposições básicas.

32.8.1.1 Preposições locativas e preposições direcionais

As cinco preposições básicas formam um sistema no qual *em* se opõe às restantes. A preposição *em* representa a **localização espacial estática** de uma entidade no lugar que ocupa, enquanto *a*, *de*, *para* e *por* representam o **movimento direcional dinâmico**, perspetivado de maneira diferente consoante a preposição. As preposições que marcam localização espacial estática (incluindo *em* e outras locuções prepositivas que se discutem adiante) chamam-se **preposições locativas**, e as preposições que representam movimento direcional dinâmico chamam-se **preposições direcionais**. As preposições direcionais podem marcar o lugar de origem do movimento (*de*), o lugar final do movimento (*a* e *para*) e um lugar intermédio do trajeto entre o lugar de origem e o lugar final (*por*):

---

[60] Note-se também o uso textual da preposição *em* (sublinhada, a seguir) na frase: "a preposição *em* tem um valor espacial em *a Maria está na sala*").

[61] No entanto, o termo "locativo", sem outro qualificativo, é usado aqui para designar um constituinte com sentido exclusivamente espacial (por oposição a "locativo temporal").

[62] Consideramos que as preposições *desde*, *até* e *entre* são neutras entre um valor espacial e um valor temporal. Para além disso, não representam conceitos espaciais básicos, na medida em que introduzem aspetos semânticos mais complexos (cf. 32.8.2.6 e 32.9).

(98) a. O Manel está *em Roma*.
b. O Pedro saiu *de casa*.
c. A Joana vai *a*/*para Cascais*.
d. O Zé passou *por Coimbra*.

No sistema de papéis temáticos (cf. Cap. 11), a expressão que designa a entidade que se localiza estaticamente ou que se move dinamicamente chama-se **tema**. Nas frases de (98), o tema é o sujeito. O constituinte que designa o lugar onde se localiza estaticamente o tema chama-se **locativo** (sem outra qualificação – cf. Nota 61); em (98a), *em Roma* é um locativo. O constituinte que representa o lugar de origem do movimento chama-se **origem** (também, por vezes, **fonte**); em (98b), *de casa* é uma origem. O constituinte que representa o lugar final do movimento chama-se **destino** (também **alvo** ou **meta**); em (98c), *a Cascais* e *para Cascais* são destinos. Finalmente, o constituinte que representa um lugar de passagem na trajetória que vai da origem ao destino chama-se **passagem**. Em (98d), *por Coimbra* é uma passagem[63]. Na terminologia gramatical portuguesa, usa-se frequentemente, para estes valores semânticos, os termos **lugar onde** (para o locativo), **lugar de onde** (para a origem), **lugar aonde** ou **lugar para onde** (para o destino) e **lugar por onde** (para a passagem)[64].

As preposições direcionais não se limitam a marcar a origem ou o destino do movimento da entidade representada pelo tema[65]. A preposição *de* marca também separação e afastamento do tema relativamente ao lugar de origem, à medida que se vai desenrolando o seu trajeto; inversamente, as preposições *a* e *para* marcam aproximação (no caso limite, junção) do tema relativamente ao lugar final da sua trajetória.

32.8.1.2 As preposições direcionais *a* e *para*

As preposições *a* e *para* são ambas direcionais e marcam um constituinte com o valor de destino; no entanto, distinguem-se de um modo que recorda a diferença aspetual entre estados episódicos e estados permanentes. De forma resumida, os primeiros representam estados contingentes e passageiros dos indivíduos (como estar cansado ou estar contente); os segundos representam características essenciais que acompanham um indivíduo durante um largo período da sua vida (como ser inteligente ou ser alto)[66].

Nesta dimensão aspetual, a preposição *a* pode classificar-se como episódica e a preposição *para* como estável. A primeira usa-se para representar deslocações curtas a um lugar, que pressupõem um regresso mais ou menos rápido ao lugar de origem

---

[63] Por vezes, usa-se também o termo "locativo direcional" para as preposições direcionais e para os constituintes introduzidos por essas preposições (origens, destinos ou passagens). Seguindo o uso clássico, neste capítulo reservamos o termo "locativo" apenas para as preposições e os constituintes que denotam localização estática. Adverte-se o leitor, no entanto, para o facto de que os termos "fonte", "alvo" e "meta"são frequentemente usados nesta Gramática, a par de "origem" e de "destino".

[64] *Onde* é um pronome relativo e interrogativo com valor locativo (cf. Caps. 39 e 48). Na terminologia tradicional, usa-se o termo "*complemento circunstancial* de lugar onde/para onde/…". Esse termo, no entanto, não tem lugar conceptual nesta Gramática (cf. Caps. 11 e 28). As expressões de lugar podem ser complemento, se forem selecionadas por predicadores adequados (cf., por exemplo, *a Maria dirigiu-se para o banco* ou *a Maria pôs o livro no jardim*) ou adjuntos (cf., por exemplo, *a Maria leu o livro no jardim*).

[65] Para simplificar a exposição, em vez de usar a expressão "a entidade representada pelo tema", usaremos frequentemente daqui para a frente apenas a expressão "o tema".

[66] Para uma discussão desenvolvida destas noções, cf. Caps. 17, 30 e 31.

(cf. *vou* {*ao correio/à farmácia*} vs. a relativa estranheza de #*vou* {*para o correio/para a farmácia*}). A segunda, em contrapartida, usa-se para representar deslocações de duração mais extensa ou quando não há qualquer pressuposição de regresso rápido ao lugar de origem (cf. *vou viver para Paris* vs. **vou viver a Paris*).

No entanto, é de notar que, para muitos falantes, esta diferença esbate-se quando se usa o verbo *ir*, sobretudo em contextos que têm a ver com viagens, podendo *para* ser usado em vez de *a* também com um valor "episódico": assim, para falar de uma viagem curta (e com regresso rápido), para muitos falantes é tão aceitável dizer *vou a Paris* como *vou para Paris*. Outro exemplo deste possível uso "episódico" de *para* é em contextos de regência pelo verbo *partir* ou pelo nome derivado *partida*: cf. *parto amanhã para Paris* e (em anúncios de aeroporto) *partida imediata do avião para Paris* (compare-se com a impossibilidade de **parto amanhã a Paris* ou **partida imediata do avião a Paris*). Ora, nestes casos não há qualquer inferência de que a viagem vai ser duradoura ou curta, com ou sem regresso rápido.

A preposição *a*, no entanto, não pode ser usada com valor "estável" em vez de *para*. Assim, *vou a Paris* só pode significar que se vai fazer uma viagem (relativamente) curta e com regresso rápido. Se quisermos exprimir com o verbo *ir* que vamos fazer uma viagem duradoura e/ou sem regresso rápido, só se pode usar a preposição *para* (cf. *vou para Paris*).

A preposição *para* pode também ter um valor locativo estático, num uso informal em que o falante não está inteiramente seguro da localização exata de uma entidade (usualmente uma pessoa), dando-a apenas de maneira aproximada. Nesse uso, a preposição é frequentemente precedida pelo advérbio locativo *lá* e seguida da expressão idiomática *para os lados de*: cf. *o João está (lá) para o Algarve*, *a Maria vive lá para os lados da Avenida de Roma*.

32.8.1.3 Uso dinâmico da preposição *em*

Quando é regida por verbos que representam mudança de lugar (*aparecer*, *entrar*, *esconder*, *penetrar*, *pôr*), a preposição locativa *em* adquire um valor parcialmente dinâmico, na medida em que assinala o lugar que o tema passa a ocupar, perspetivando-o como o resultado de uma mudança a partir de um lugar ocupado anteriormente; ou seja, estes verbos, combinados com *em*, marcam também o movimento praticamente instantâneo do qual resulta a ocupação do novo espaço. Os seguintes exemplos ilustram este uso (sublinha-se o tema e coloca-se o complemento locativo em itálico)[67]:

(99) a. A Maria entrou *em casa*.
b. O palhaço do teu primo afinal apareceu *na festa*.
c. O Ernesto escondeu/pôs o livro do Eça *na gaveta*.

Este sentido parcialmente dinâmico de *em* só ocorre em complementos de lugar selecionados pelos verbos listados acima, nunca em adjuntos adverbiais (cf. *a Maria comprou esse livro em Paris*) ou em constituintes predicativos (cf. *a Maria está em*

[67] Repare-se que, em (99c), o tema é o sintagma nominal com a função de complemento direto.

Paris). Com estas funções, a preposição *em* tem sempre um valor de localização estática (cf. Raposo 1979).

Os predicadores que são o inverso semântico dos de (99) (*sair*, *desaparecer* e *tirar*) regem a preposição direcional *de* no seu complemento de lugar selecionado, ou seja, marcam nesse complemento apenas o movimento dinâmico do tema a partir da origem, e o seu afastamento desse lugar, como se ilustra em (100):

(100) a. A Maria saiu *de casa*.
b. O palhaço do teu primo desapareceu *da festa*.
c. O Ernesto tirou o livro do Eça *da gaveta*.

O verbo *sair* pode também combinar-se com um constituinte que marca o destino do movimento. Nesse caso, no entanto (contrariamente a *entrar*), é a preposição *para* que é usada, não *em*: cf. *a Maria saiu de casa para a rua*.

32.8.1.4 Localização em volumes e em espaços opostos

Para exprimir localização estática ou movimento envolvendo polos ou eixos opostos de um espaço de referência (ou de uma pessoa ou de um objeto tomados como ponto de referência), o português recorre a locuções prepositivas. Na dimensão horizontal, os eixos podem envolver (i) os lados opostos do espaço ou do objeto/pessoa de referência ou (ii) a sua parte anterior e a sua parte posterior. Na dimensão vertical, o eixo envolve a parte superior e a parte inferior do espaço ou do objeto/pessoa de referência. Finalmente, quando o espaço de referência é um volume, os polos opostos são o interior e o exterior desse volume. A seguir, discutimos brevemente cada um destes casos, começando pela localização relativamente a volumes.

❖ Localização e movimento relativamente a volumes

Ainda que o sistema básico das preposições possa ser usado para indicar localização em espaços interiores (i.e., em volumes) ou movimento de ou para esses espaços (cf. *o Pedro está em casa*, *vai para casa*, *vem de casa*, *passou pelo túnel*), é possível colocar o foco no estatuto volumétrico de um lugar e na oposição entre o seu interior e o seu exterior através da utilização de locuções prepositivas de base adverbial (cf. 32.2.2) tendo como núcleo os advérbios *dentro* e *fora*, consoante a perspetiva escolhida pelo falante para descrever a localização ou o movimento seja a do interior ou a do exterior do volume. Para a localização estática, as locuções são *dentro de* e *fora de*. Para o movimento direcional, usam-se as preposições *de* e *para* do sistema básico, precedendo os advérbios (em todos os casos, a ligação com o complemento é feita através da preposição *de*): *para dentro de*, *de dentro de*, *para fora de* e *de fora de*[68]:

(101) a. O Pedro está *dentro de casa*. (localização estática no interior)
b. O Pedro foi *para dentro de casa*. (movimento do exterior para o interior, com enfoque no interior)
c. O Pedro veio *de dentro de casa* (movimento do interior para o exterior, com enfoque no interior)

[68] Também se usa a preposição *por* para marcar uma passagem: *por dentro de*, *por fora de*: cf. *ele veio por dentro do túnel*, *ele passou por fora da cidade*. Para não sobrecarregar o texto, limitamos os nossos comentários às preposições direcionais que assinalam origem e destino.

(102) a. O Pedro está *fora de casa*. (localização estática no exterior)
b. O Pedro foi *para fora de casa*. (movimento do interior para o exterior, com enfoque no exterior)
c. O Pedro veio *de fora de casa*. (movimento do exterior para o interior, com enfoque no exterior)[69]

❖ Localização e movimento em planos horizontais

Para indicar localização ou movimento relativamente aos lados opostos de um espaço ou de uma entidade tomada como ponto de referência, usam-se locuções prepositivas que têm como elemento central os sintagmas nominais *o lado*, *a esquerda* e *a direita*. Neste caso, todas as locuções são iniciadas por uma das preposições básicas. Para a localização estática, a preposição inicial é *a* (não *em*, note-se): *ao lado de*, *à esquerda de*, *à direita de* (cf., por exemplo, *eu estou* {*ao lado*/*à direita*/*à esquerda*} *do carro*)[70]; para o movimento dinâmico, as preposições iniciais são de novo *de* e *para*: *para*/*de o lado de*, *para*/*de a direita de*, *para*/*de a esquerda de* (cf., por exemplo, *o guarda-redes moveu-se rapidamente da esquerda* (*da baliza*) *para a direita da baliza*)[71].

Para a localização ou o movimento orientados no eixo anterior-posterior de um espaço ou de uma entidade de referência, as locuções prepositivas usadas têm como base, respetivamente, o sintagma *a frente* e o item *trás* (de classificação duvidosa na atual sincronia do português – cf. Caixa [3]). As preposições iniciais mais usadas são as mesmas que no caso anterior: *a* para a localização estática: *atrás de* e *à frente de* (cf. *o livro está* {*atrás*/*à frente*} *do candeeiro*). Alguns falantes usam também a preposição *de* com *trás* para indicar localização estática: *detrás de* (cf. *o livro está detrás do candeeiro*, a par de *o livro está atrás do candeeiro*)[72].

Para o movimento dinâmico, usam-se as preposições *para* e *de*. Quando o enfoque é sobre o polo anterior, essas preposições combinam-se com o SN *a frente*: *para*/*de a frente de* (cf. *a criança veio para a frente da mãe*, *sai da frente do teu pai*). Quando o enfoque é sobre o polo posterior, vários falantes preferem usar a forma locativa *detrás* (em vez da forma simples *trás*), sobretudo com a preposição inicial *de*: *de detrás de* (cf. *o cão veio de detrás do poste*; compare-se com ?*o cão veio de trás*

[69] O uso da locução direcional *de fora de* é mais restrito do que o das outras locuções, plausivelmente por motivos pragmáticos. De facto, quando se quer descrever o movimento de um indivíduo do exterior para o interior de um lugar, é mais natural colocar o enfoque sobre o interior desse lugar (cf. *ir para dentro de casa*) do que sobre o exterior (cf. *vir de fora de casa*). No entanto, há casos em que isso é pragmaticamente natural: cf. *o Pedro chegou de fora do país* (presumivelmente porque neste caso a origem do movimento poderia ter sido de dentro do país) ou *o ladrão só pode ter vindo de fora de casa* (para se afastar um suspeito interno à casa). Vejam-se também as expressões semicristalizadas *de fora para dentro* e *de dentro para fora*.
[70] A forma *à* é o resultado da contração da preposição *a* com o artigo definido *a* (cf. 32.3).
[71] Nestas expressões, o sintagma preposicional introduzido por *de* que segue a base da locução prepositiva é possessivo (cf. Cap. 27), podendo usar-se, em vez dele, um pronome possessivo, ocorrendo antes do nome *lado*, *esquerda* ou *direita*: cf. *eu estou ao seu lado*, *o guarda-redes moveu-se da sua esquerda para a sua direita*.
[72] As preposições *a* e *de* contraem-se ortograficamente com *trás* para formar *atrás* e *detrás*. Com *a frente*, a preposição *em* também pode ser usada: cf. *o livro está na frente do candeeiro*. Também se pode usar *frente* adverbialmente, seguido da preposição *a*: cf. *a paragem de táxis fica frente à igreja*. A expressão *frente a*, no entanto, tem aspetos semânticos mais complexos que não podemos abordar aqui. Com *a frente*, pode usar-se um pronome possessivo (em vez do sintagma preposicional seguinte introduzido por *de*): cf. *o livro está à*/*na sua frente*. Com *trás*, tal não é possível, plausivelmente porque não se trata de um nome: cf. a impossibilidade de **o livro está a seu trás*.

do poste)[73]. Com *para*, as duas formas são usadas mais livremente: *para trás* e *para detrás* (cf. *o cão foi para trás do poste*, *o cão foi para detrás do poste*).

❖ Localização e movimento no plano vertical

Para indicar localização estática na dimensão vertical, i.e., relativamente à parte superior ou inferior de um espaço ou de uma entidade de referência, o português possui as duas preposições simples *sobre* (para a parte superior) e *sob* (para a parte inferior): cf. *o chapéu está sobre a cadeira*, *a caixa dos músicos fica sob o palco*. No uso comum, no entanto, estas preposições (sobretudo *sob*)[74] são frequentemente preteridas por locuções prepositivas centradas nos itens *cima* e *baixo*, as quais, para além disso, se especializam também na expressão do movimento dinâmico (contrariamente a *sobre* e *sob*).

Com *cima* e *baixo*[75], a distribuição das preposições iniciais é mais complexa. Para a localização estática com *cima*, usa-se *em* ou *por*: *em*/*por cima de* (cf. *o meu livro está em*/*por cima do teu* (*livro*)). Para a localização estática com *baixo*, podem usar-se as preposições *em*, *por* e *de* (contraído ortograficamente com *baixo*): *em baixo de*, *por baixo de* e *debaixo de* (cf. *o meu livro está* {*em baixo*/*por baixo*/*debaixo*} *do teu*).

Para representar movimento, usam-se as preposições *para* e *de* combinadas com *cima*: *para*/*de cima de* (cf. *ele foi para cima da mesa*; *o cinzeiro caiu de cima da mesa*). Quando o enfoque é sobre a parte inferior da entidade de referência, os falantes, em geral, combinam a preposição inicial *de* com a forma estática *debaixo* (cf. *ele veio de debaixo do telheiro*; comparar com ?*ele veio de baixo do telheiro*)[76]. Com *para*, as duas formas são usadas mais livremente: *para baixo* e *para debaixo* (cf. *ele foi para baixo do telheiro*, *ele foi para debaixo do telheiro*).

Na dimensão vertical da localização estática, a força da gravidade introduz uma assimetria entre as duas partes da entidade de referência, com reflexos no uso das preposições. De facto, a força da gravidade atrai os corpos para baixo e estes só entram em repouso quando encontram uma superfície firme que os sustente. Isso significa que a localização espacial na parte superior de uma entidade de referência é sempre em contacto com a superfície dessa entidade, a menos que haja alguma força que atue em sentido contrário à gravidade. Ora, para alguns falantes, o uso das locuções prepositivas *em cima de* e *por cima de* reflete essa diferença[77]: a primeira usa-se quando há contacto da entidade localizada (o tema) com a superfície superior da entidade de referência, ao passo que a segunda (podendo ser usada também nessa situação – algo que se discute a seguir) é usada em situações em que

---

[73] O uso preferencial de *detrás* neste contexto serve plausivelmente para evitar o uso, numa expressão de movimento dinâmico, de uma sequência (*de trás*) que pode ter um sentido locativo estático (cf. *o cão está detrás do poste*). De facto, embora *de trás* e *detrás* se distingam na ortografia, não se distinguem na fala. A repetição da preposição em *o cão veio de detrás do poste* não é, pois, redundante.

[74] Para alguns falantes, a preposição *sob* tem um estatuto formal e literário, sendo-lhe preferida, pelo menos em registos informais, a locução prepositiva *por baixo de* (ou *debaixo de*).

[75] Tal como *trás*, os itens *cima* e *baixo*, neste uso, são também de classificação duvidosa.

[76] Esta situação é similar à descrita anteriormente para *trás*/*detrás* – cf. Nota 73, cujo conteúdo se aplica também a este caso, *mutatis mutandis*.

[77] É importante assinalar que, para outros falantes, estas diferenças são subtis, podendo existir alguma variação no uso. As diferenças semânticas deste tipo estão longe de ser taxativas e certamente se encontrarão usos indiscriminados destas locuções, independentemente das situações. A descrição no texto deve, pois, ser entendida como uma tendência.

tal contacto não existe. Assim, p.e., no contexto da preparação de uma encenação teatral, os dois enunciados de (103) poderão ter significados diferentes:

(103) a. Vamos colocar o pano pintado *em cima do palco*.
b. Vamos colocar o pano pintado *por cima do palco*.

O enunciado em (103a) significa preferencialmente que o pano vai ser colocado na superfície do palco, ao passo que o enunciado em (103b), podendo também aplicar-se a essa situação, permite uma interpretação em que o pano vai ser suspenso a partir do teto do palco (contrariando a força da gravidade), sem contactar com a sua superfície[78].

Quando as duas locuções são usadas em situações em que o tema contacta com a superfície superior da entidade de referência, existe também, para alguns falantes, uma diferença semântica entre o uso de uma e de outra. Com *por cima de*, infere-se em geral que a entidade localizada (o tema) cobre toda (ou quase toda) a superfície da entidade de referência, escondendo-a da vista. Em contrapartida, *em cima de* é usado mais tipicamente em situações em que o tema tem um tamanho mais reduzido do que a superfície em que assenta, não a cobrindo completamente. Assim, dizemos mais naturalmente *o cinzeiro está em cima da mesa* do que *#o cinzeiro está por cima da mesa*; e muitos falantes distinguem semanticamente entre *põe a toalha em cima da mesa* e *põe a toalha por cima da mesa*. No primeiro caso, pede-se para colocar uma toalha qualquer (que poderá estar dobrada) sobre a mesa, como se poderia pedir para colocar um livro, uma caneta ou uma garrafa de vinho tinto; no segundo, pede-se para cobrir a superfície da mesa com uma toalha (inferindo-se, neste caso, que se trata precisamente de uma toalha de mesa, i.e., feita com essa finalidade). Quando a superfície do tema tem sensivelmente a mesma área da superfície da entidade de referência, o uso de ambas as locuções parece ser mais livre: cf., por exemplo, *o livro está em cima do caderno* ou *o livro está por cima do caderno*.

32.8.2 Valores semânticos de algumas preposições

Apresenta-se a seguir uma descrição breve de alguns valores semânticos das preposições mais usadas em português (ou, mais corretamente, das expressões que essas preposições introduzem). Começamos por discutir as cinco preposições espaciais básicas (*em*, *de*, *a*, *para* e *por*), que, mesmo fora do domínio espacial, são aquelas que têm maior frequência de uso em português e as que apresentam maior plasticidade semântica.

32.8.2.1 *Em*

O significado básico desta preposição é o de localização espacial estática (cf. 32.8.1.1 e 32.8.1.3). Esta preposição pode também ter um valor temporal, servindo para localizar uma situação num intervalo de tempo consistindo em dias da semana, meses, estações do ano e períodos festivos:

[78] Veja-se também a maior naturalidade (para alguns falantes) de *o avião passou por cima da cidade*, relativamente a *?o avião passou em cima da cidade*.

(104) a. Vou ao cinema *na segunda-feira*.
b. Li esse livro *em agosto*.
c. *No verão*, o clima é quente e seco.
d. *No Natal*, vou viajar.

Também com um sentido temporal (próximo de 'depois de'), a preposição *em* é usada para introduzir orações subordinadas gerundivas (cf. Cap. 38):

(105) a. *Em vendendo o carro*, passo a viajar de comboio.
b. *Em o Rui chegando a casa*, telefona-me.

A preposição *em* é regida pelos verbos *pensar* e *falar*, introduzindo um constituinte que denota o objeto da fala ou do pensamento (ou seja, o seu tópico, assunto ou matéria):

(106) a. Penso muito *na tua próxima visita*.
b. Falei *nisso* muitas vezes.

Este uso pode relacionar-se metaforicamente com o uso espacial da preposição *em* com o verbo *pôr*. Recorde-se que o complemento introduzido por esta preposição denota o lugar que o tema (expresso pelo complemento direto) passa a ocupar como resultado de uma ação causal do sujeito (cf. *pus o livro na estante*). Metaforicamente, podemos também conceber que a perspetiva introduzida pelos verbos *pensar* e *falar* é a de um pensamento ou de uma fala que emanam da entidade representada pelo sujeito e são por ele "colocadas" num determinado conteúdo (repare-se que a preposição espacial *sobre* também pode ser usada, em vez de *em*: cf. *penso muito sobre a tua próxima visita*, *falei sobre isso várias vezes*).

A preposição *em* pode ser usada para marcar um estado físico ou mental em que se encontra o sujeito:

(107) a. A Josefina está *num estado de cansaço extremo*.
b. Ele ficou *em desespero*.

Apresentam-se a seguir algumas expressões idiomáticas nas quais se usa a preposição *em* (neste paradigma e nos restantes que ilustram expressões idiomáticas, estas são colocadas em itálico):

(108) a. Ele *não vai em cantigas*. (= não se deixa enganar)
b. Ele *não vai em conversas*. (= não se deixa convencer facilmente)
c. É preciso *pôr os pontos nos is*. (= é preciso esclarecer tudo)
d. *Caiu em si* (e acalmou). (= apercebeu-se da inadequação da sua atitude/do seu estado de espírito)

32.8.2.2 *De*

Para além do seu uso como preposição espacial dinâmica (cf. 32.8.1.1), em que marca o lugar no qual se origina o movimento e o afastamento relativamente a esse lugar da entidade designada pelo tema, e dos seus usos como preposição gramaticalizada (cf. 32.7), a preposição *de* tem outros valores, alguns por extensão metafórica do seu valor espacial básico. Assim, p.e., o valor de origem ou fonte ocorre também com verbos ou nomes que representam uma transferência de bens materiais ou espirituais, conceptualizada como um movimento:

(109) a. Recebi *do meu pai* o amor à música clássica.
b. A herança *do tio João* permitiu-me comprar esta casa.

A preposição *de* pode assinalar também a naturalidade de um indivíduo, ou seja, a sua origem geográfica: cf. *o João é da Covilhã*.

No domínio temporal, *de* pode marcar localização temporal quando o intervalo de tempo consiste nas partes do dia:

(110) a. Ele chega *de manhã*.
b. O jogo é *de noite*.

A preposição *de* é também usada em expressões temporais semifixas, introduzindo os advérbios *aqui* ou *aí*, seguidos de uma expressão denotadora de quantidade de tempo, para assinalar um momento futuro relativamente à enunciação (com *aqui*) ou relativamente a um momento de referência introduzido previamente no discurso (com *aí*):

(111) a. Ele chega *daqui a cinco minutos*.
b. A Maria chegou a casa às três horas. *Daí a meia hora*, voltou a sair.

Nos dois casos, a distância entre o momento futuro e a enunciação ou o momento de referência corresponde à quantidade de tempo indicada pelo complemento da preposição[79].

Regida pelo verbo *falar* e por alguns predicadores de cognição, *de* pode indicar o conteúdo da fala (alternando com *em* e *sobre* – cf. 32.8.2.1) ou de um estado cognitivo:

(112) a. Falámos *desse filme*.
b. Todos estão conscientes/cientes *do problema*.

Um uso extremamente produtivo da preposição *de* é nas construções possessivas no interior de um sintagma nominal. Nestas estruturas, o sintagma nominal introduzido por *de* marca o possuidor da entidade referida por todo o sintagma, entidade essa que pertence ao "tipo" semântico denotado pelo nome nuclear. Nestas construções, o sintagma preposicional introduzido por *de* pode ser substituído por um pronome possessivo. Dão-se alguns exemplos a seguir, indicando-se entre parênteses o valor semântico dos constituintes introduzidos por *de*[80]:

(113) a. a casa *do Pedro*; a *sua* casa (propriedade material – posse alienável)
b. o nariz grande *da Idalina*; o *seu* nariz grande (parte-todo do corpo humano; posse inalienável)
c. {o lindo sorriso/a simpatia especial/o feitio desgraçado} *da Maria*; {o *seu* lindo sorriso/a *sua* simpatia especial/o *seu* feitio desgraçado} (expressão afetiva; posse inalienável)

[79] Estes sintagmas preposicionais constituem o inverso das expressões temporais com o verbo *haver* na terceira pessoa do singular do presente ou (para alguns falantes) do imperfeito do indicativo, que marcam um tempo anterior à enunciação ou a um momento de referência: cf. *ele chegou há cinco minutos* e *A Maria chegou às três horas. O João tinha saído há cinco minutos*. Neste uso, o verbo *haver* funciona praticamente como uma preposição, o que explica, de certa forma, o erro comum que consiste em escrever *à* em vez de *há* em frases deste tipo, como em *ele chegou à cinco minutos*.

[80] Estes exemplos são adaptados do Cap. 27.3.3, onde estas construções são descritas detalhadamente.

d. o medo irracional *da Joana*; o *seu* medo irracional (estado psicológico)
e. a irmã *da Ana*; a *sua* irmã (relação de parentesco)
f. as duas varandas *desta casa*; as *suas* duas varandas (parte-todo de um objeto material)
g. o {sócio/amigo/médico} *do João*; o *seu* {sócio/amigo/médico} (relação institucional/social/profissional)
h. os quadros *do Carlos Botelho*; os *seus* quadros (autoria)

A preposição *de* pode ser usada para marcar o **agente da passiva** em orações passivas com verbos aspetualmente estativos, incluindo os que denotam processos cognitivos, como *odiar* e *saber*, ou relações espaciais contíguas, como *rodear* e *cercar* (cf. Cap. 13):

(114) a. Esse tirano é odiado *do povo*.
b. A cidade está cercada *de soldados inimigos*.

A preposição *de* pode ainda marcar um constituinte com valor causal (cf. (115a,b)), sendo também a preposição usada em perífrases verbais com valor modal (cf. (115c,d) e Cap. 29):

(115) a. Todos festejaram *de alegria*.
b. Morre-se *de fome* em vários países.
c. Amanhã *tenho de terminar* este assunto.[81]
d. Tu *hás de ver* aquela peça.

Apresentam-se a seguir algumas expressões idiomáticas com *de*:

(116) a. Isto *vai de vento em popa*. (= está a correr muito bem)
b. *De pequenino é que se torce o pepino*. (= a educação começa quando se é pequeno)

32.8.2.3 *A*

Esta é uma das preposições do português que ocorre num número mais variado de contextos e que está associada a mais valores semânticos (cf. Xavier 1992). Um dos seus usos centrais é como preposição introdutora do complemento indireto (cf. Cap. 28.1.3.2). Os verbos canónicos que selecionam esta função gramatical (*dar*, *entregar*, *explicar*, *oferecer*, *passar*, *transmitir*, *vender*) denotam a transferência de uma entidade, concreta ou abstrata, a partir de um indivíduo ou indivíduos que são a origem ou a fonte da transferência, para outro indivíduo ou indivíduos que recebem aquilo que é transferido.

Metaforicamente, a transferência é concebida como um movimento espacial de um lugar para outro. Logo, não é de admirar que seja *a* a preposição usada para marcar o constituinte que representa o recebedor, visto que, metaforicamente, este é assimilado ao lugar final de um movimento. No sistema dos papéis temáticos

[81] O verbo semiauxiliar *dever* ocorre por vezes com a preposição *de* regendo o verbo pleno no infinitivo (cf. *deves de ir ver esse assunto*). Em textos de português antigo, este verbo encontra-se atestado com percentagens semelhantes sem preposição e com a preposição *a*, tendo a preposição *de* frequência reduzida (cf. Xavier 1997). Atualmente, a preposição *a* não ocorre com *dever*, mas ocorre com o verbo auxiliar modal *ter* (cf. *é o melhor que eu tenho a fazer*).

(cf. Cap. 11), este constituinte é o **destinatário (**por vezes chamado **alvo** ou **meta**). Por sua vez, o constituinte que denota a entidade transferida é o **tema** (expresso pelo complemento direto) e o constituinte que denota a entidade que inicia a transferência é a **origem** ou **fonte** (com estes verbos, expresso pelo sujeito)[82]. Apresentam-se alguns exemplos a seguir:

(117) a. O polícia entregou a multa *ao Luís*.
b. O advogado passou o documento *ao juiz*.
c. O professor explicou a teoria *aos alunos*.

Sobrepondo-se por vezes ao valor de destinatário, o complemento indireto pode também representar o **beneficiário** da transferência (cf. *construí uma casa à minha filha*, *li o livro à criança* – ver Cap. 28.1.3.2.2.2). Com alguns verbos de transferência (*comprar*, *roubar*, *tirar*), o complemento indireto representa não o destinatário, mas sim a origem da transferência (cf. *o Pedro roubou/tirou o livro à Ana* – neste caso o destinatário é representado pelo sujeito).

Para além dos verbos que denotam uma transferência, outros há que selecionam também um complemento indireto, e que se apresentam brevemente a seguir (para uma descrição desenvolvida, cf. Cap. 28): (i) verbos diretivos (*ordenar*, *pedir*, *propor*); com estes verbos, o complemento indireto representa o indivíduo a quem se dirige o pedido ou ordem (o **destinatário**): cf. *supliquei ao professor que não chumbasse o meu filho*; (ii) verbos psicológicos ou com uma componente cognitiva (*agradar*, *apetecer*, *aprazer*, *constar*, *parecer*); com estes verbos, o complemento indireto representa os seres com a organização psicológica ou cognitiva adequada que têm a experiência subjetiva ou cognitiva. No sistema dos papéis temáticos, o constituinte que representa esses seres chama-se **experienciador** (cf. *essa ideia agradou a toda a gente*; *pareceu à Maria que o Manel tinha acabado de entrar*; *constou aos professores que a administração ia diminuir os salários*); (iii) os verbos *falar* e *sorrir* (cf. *o Pedro sorriu/falou à Luísa*); (iv) um pequeno número de verbos intransitivos, incluindo (*des*)*obedecer*, *resistir*, *sobreviver* (cf. *é bom obedecer aos pais*, *eles resistiram à tentação*, *sobrevivemos à catástrofe*); (v) o verbo *pertencer*, com o qual o complemento indireto representa um possuidor (cf. *esse carro pertence ao meu amigo*).

Uma propriedade central do complemento indireto é o facto de poder ser substituído pelo pronome dativo *lhe*: cf., correspondendo a (117), *o polícia entregou-lhe a multa*, *o advogado passou-lhe o documento* e *o professor explicou-lhes a teoria*.

A preposição *a* pode ter um valor temporal, sendo usada para localizar uma situação num momento representado pelo sistema das horas e dos minutos, como se ilustra em (118):

(118) a. O avião chegou *às três horas e trinta e um minutos*.
b. O tremor de terra foi *ao meio-dia*.
c. Jantamos *às sete em ponto*.

[82] Como se verifica, dada a similaridade semântica entre os verbos de transferência e os verbos de movimento, e o papel central desempenhado pela ideia de movimento, os nomes dos papéis temáticos são praticamente os mesmos. A única distinção que fazemos é chamar **destinatário** ao constituinte que denota o recebedor de uma transferência (o complemento indireto) e **destino** ao constituinte que denota o lugar final de um movimento real.

Também se usa *a* para localizar temporalmente uma situação em intervalos que representam partes do dia, expressos por sintagmas nominais como *a tarde*, *o entardecer*, *a noite*, *o anoitecer*, *o amanhecer* (cf. *fomos à caça dos gambozinos* {*à tarde*/*ao entardecer*/*à noite*/*ao anoitecer*/*ao amanhecer*})[83].

Em expressões como *a uma semana do Natal* (*, ainda não fiz uma única compra*), a preposição *a* marca um constituinte (*uma semana*, neste exemplo) que denota a extensão temporal que falta para um determinado momento no futuro, expresso pelo constituinte introduzido pela preposição *de*.

A preposição *a* é usada em nominalizações com determinados nomes deverbais (*ameaça*, *amor*, *crítica*, *empurrão*, *insulto*, entre outros) para introduzir o argumento com o papel temático de paciente afetado que corresponde ao complemento direto do verbo relacionado com o nome (cf. Cap. 27.1.6):

(119) a. As críticas *ao chefe* (foram mais que muitas).
b. As ameaças *ao Pedro* (levaram-no a mudar de cidade).
c. O amor {*a Deus*/*ao próximo*} (é um belo sentimento).

Um dos usos mais importantes da preposição *a* em português é na construção do infinitivo preposicionado (CIP), na qual introduz um sintagma verbal com o verbo no infinitivo (cf. 32.7.2.3 e Caps. 29, 30 e 37). Esta construção, extremamente frequente e produtiva em português, pode ocorrer em vários contextos: (i) em predicações secundárias que ocorrem no interior de uma oração (cf. (120a)); (ii) em predicações secundárias que ocorrem como complemento da preposição *com*, tendo todo o sintagma preposicional a função de adjunto adverbial com um valor semântico causal e/ou explicativo (cf. (120b)); (iii) como enunciados independentes de valor exclamativo (cf. (120c)); (iv) como complemento de verbos de perceção (cf. (120d)); (iv) em perífrases verbais com verbos auxiliares aspetuais com sentido progressivo (cf. (120e)):

(120) a. As crianças chegaram a casa *a resmungar com a mãe*.
b. Com [as crianças *a gritar dessa maneira*], ninguém aguenta.
c. As crianças *a fumar*! Que horror!
d. Vimos as crianças *a saltar o muro*.
e. As crianças estão *a tomar o pequeno-almoço*.

Nesta construção, a preposição *a* induz um valor temporal durativo, em que se representa uma situação em progresso, na perspetiva do seu desenrolar e da sua duração.

A CIP permite mostrar de forma particularmente clara a contribuição semântica de uma preposição para o sentido global de uma construção – neste caso particular, a responsabilidade direta da preposição *a* no valor durativo e progressivo da CIP: em (120a-d), de facto, não existe nenhum outro elemento nesses enunciados ao qual possa ser atribuído o valor aspetual em questão[84].

---

[83] Curiosamente, *a* não se usa com *a madrugada* (cf. **fomos à caça à madrugada*) nem com *a manhã* (cf. **fomos à caça à manhã*). Neste caso, isso deve-se talvez à confusão potencial com *amanhã*, que não se distingue de *à manhã* na fala. Com estes nomes temporais, usa-se apenas a preposição *de* (e sem o artigo definido no nome): cf. *fomos à caça* {*de manhã*/*de madrugada*}.

[84] Em contrapartida, em (120e) esse valor pode ser atribuído ao verbo auxiliar *estar*.

Particularmente interessante, a este respeito, é a ocorrência da CIP em (120d), subordinada a um verbo de perceção. Neste contexto, pode também ocorrer um sintagma verbal simples, sem qualquer preposição, como se exemplifica em (121a) (repete-se (120d) em (121b), para efeitos de contraste):

(121) a. Vimos as crianças *saltar o muro*.
b. Vimos as crianças *a saltar o muro*.

Em (121a), sem a preposição, o sintagma verbal em itálico não tem um valor aspetual durativo ou progressivo; antes, a ação (de as crianças saltarem o muro) é perspetivada globalmente como estando terminada. Ora, a única diferença entre (121a) e (121b) reside na presença da preposição em (121b). É, pois, plausível concluir que o sentido aspetual progressivo do sintagma verbal em itálico em (121b) é uma função direta do valor semântico da preposição.

A preposição *a* pode ainda introduzir constituintes com o valor de instrumento (cf. (122a)), de meio (cf. (122b)), de tópico de uma conversa (cf. (122c)), de modo (cf. (122d)) ou de finalidade (cf. (122e)):

(122) a. Fecharam a faculdade *a cadeado*.
b. Ainda há comboios *a vapor*.
c. Relativamente *a essa questão*, não digo mais nada
d. Receberam a notícia *à gargalhada*.
e. *A que* vens?

Para finalizar, eis algumas expressões idiomáticas com constituintes introduzidos pela preposição *a*:

(123) a. *Vamos ter a tua casa*. (= encontramo-nos na tua casa)
b. *Fomos dar a tua casa*. (= deparámo-nos com a tua casa)
c. *Pôs*-nos *a andar*. (= mandou-nos embora)
d. *Pôs*-nos *a milhas*. (= afastou-nos)
e. *Chegou*-lhe *a roupa ao pelo*. (= bateu-lhe)

32.8.2.4 *Para*

Para além do seu valor espacial direcional (cf. 32.9.1.2)[85], esta preposição introduz constituintes com valor temporal, localizando uma situação num intervalo futuro "de calendário" (i.e., consistindo numa semana, num mês ou num ano) que tem a particularidade de ser aquele que segue imediatamente o intervalo temporal do mesmo tipo em que é produzido o enunciado (ou seja, o tempo da enunciação – cf. Cap. 15):

(124) a. O João parte *para a semana* (*que vem*).
b. O João vai comprar um carro novo *para o mês que vem*.
c. *Para o ano*, o Manel vem visitar-me a Santa Bárbara.

Nestes constituintes, o sintagma nominal que segue a preposição é necessariamente definido, e o seu núcleo (consistindo no nome *semana*, *mês* ou *ano*) pode ser seguido

[85] Veja-se, a este propósito, a expressão *ir para férias*, em que *férias* adquire metaforicamente um sentido locativo direcional (*para* alterna aqui com *de*: cf. *ir de férias*).

pela oração relativa idiomática (fixa) *que vem* (com o nome *mês*, a oração ocorre obrigatoriamente).

Outro uso importante desta preposição é em constituintes com o papel temático de **beneficiário**, que representam um indivíduo (ou um grupo) que tem algo a ganhar ou a perder com o evento representado na frase (cf. Cap. 28.1.3.2.2.2 e 28.1.3.2.2.3):

(125) a. Comprei este carro *para o João*.
b. Ele fez um bolo *para a Maria*.

A preposição *para* pode também introduzir constituintes com um valor de finalidade (cf. *para que fizeste isso?* ou *para que esse negócio resulte, tens de investir nele*).

Apresentam-se a seguir algumas expressões idiomáticas com *para*:

(126) a. *Para o bem e para o mal*, estou contigo. (= nos bons e nos maus momentos)
b. *Amigos para sempre*. (= somos e seremos grandes amigos)

32.8.2.5 *Por*

O uso mais importante desta preposição em português consiste em introduzir o **agente da passiva** nas orações passivas. O agente da passiva é o constituinte que, nessas orações, corresponde ao sujeito das orações ativas que com elas se relacionam. Canonicamente, o agente da passiva é um constituinte com o papel temático de **agente**, i.e., representando uma entidade com vontade própria que inicia uma ação voluntariamente (cf. (127a)), mas nem sempre isso sucede. Assim, em (128a), o agente da passiva tem o papel temático de **causa**, que representa usualmente uma força não animada com propriedades causais; e em (129a), o agente da passiva tem o papel temático de **experienciador** psicológico (nos exemplos (b) apresentam-se as orações ativas que correspondem às orações passivas de (a)):

(127) a. Este poema foi escrito *pelo meu sobrinho*.
b. *O meu sobrinho* escreveu este poema.

(128) a. Aquela casa foi destruída *por um incêndio*.
b. *Um incêndio* destruiu aquela casa.

(129) a. O leão é temido *por muitos animais*.
b. *Muitos animais* temem o leão.

A preposição *por* também pode introduzir constituintes com o valor de causa em orações que não são passivas, como se ilustra em (130):

(130) a. Fui lá *por achar que era importante marcar presença*.
b. *Por esse motivo*, não volto a falar contigo.

Esta preposição também pode ser usada em expressões com um valor "a meio caminho" entre meio e instrumento, por vezes com conotações agentivas que fazem lembrar uma frase passiva: cf. *a carta veio* {*por barco*/*por correio expresso*} (comparar com *a carta foi trazida pelo carteiro*, uma clara construção passiva).

Para além do seu valor locativo direcional, a preposição *por* também pode ter um valor temporal, introduzindo expressões que localizam uma situação de maneira

vaga ou aproximada no sistema das horas e minutos: cf. *saí* (*lá*) *pelas cinco da tarde* ou *o jogo é pelas três horas* (quando o momento é futuro relativamente à enunciação, *por* alterna com *para*: cf. *o jogo é lá para as três horas*).

Os advérbios interrogativos causais *porque* e *porquê* são formados pela contração da preposição *por* respetivamente com os pronomes interrogativos *que* e *quê* (cf. *porque fizeste isso?* e *fizeste isso porquê?* – cf. Cap. 48); o mesmo sucede com as conjunções causais *porque* e *porquanto*, em que *por* se contrai com as conjunções *que* e *quanto*: cf. *fomos ver essa peça porque as críticas são ótimas* e *trabalhámos todo este domingo porquanto tínhamos de preparar a reunião*.

Apresentam-se a seguir duas expressões idiomáticas com *por*:

(131) a. *Preso por ter cão e preso por não ter*. (= seja o que for que se faça, acham mal)
b. *Por tudo e por nada* armam confusão. (= qualquer coisa serve para armarem confusão)

32.8.2.6 *Desde* e *até*

Estas duas preposições assinalam os limites de uma extensão, quer no domínio espacial quer no domínio temporal[86]. No primeiro caso marcam-se os limites de uma trajetória que vai de um lugar a outro; no segundo caso, marcam-se os limites inicial e final de uma quantidade de tempo. *Desde* marca o limite inicial (cf. (132)) e *até* marca o limite final (cf. (133)):

(132) a. Ele conduziu *desde Tomar*. (domínio espacial)
b. Não recebemos qualquer carta dele *desde o ano passado*. (domínio temporal)

(133) a. Ele conduziu *até Lisboa*. (domínio espacial)
b. Vamos esperar por ele *até às seis horas*. (domínio temporal)

A ideia de trajetória ou de extensão dinâmicas fica mais explícita quando as duas preposições coocorrem no mesmo enunciado:

(134) a. Ele conduziu *desde Tomar até Lisboa*.
b. A Maria vai estar em Paris *desde janeiro até março*.

Num uso coloquial e informal, a preposição *até* pode também ter um valor espacial direcional, sem qualquer pressuposição de limite, semelhante ao da preposição *a*:

(135) a. Vem *até minha casa*.
b. Vou *até ao café*.

Plausivelmente por um processo metafórico, estas preposições podem também marcar limites em escalas de vários tipos (psicológicas, de valor monetário, etc.). Neste caso, um dos limites é considerado "inferior" (marcado por *desde*) e o outro, superior (marcado por *até*). Este uso é mais comum na expressão de limites superiores do que inferiores:

[86] Nesse sentido, não consideramos que sejam basicamente espaciais, mas sim neutras entre os dois domínios – por isso não as incluímos no pequeno grupo descrito em 32.8.1.

(136) a. *Desde a estupidez até à genialidade*, há muitos pontos intermédios.
b. Só posso gastar *até 300 000 euros*.

A preposição *até* alterna com a locução prepositiva *até a* (cf. 32.2.2), dependendo a ocorrência de uma ou da outra do contexto gramatical: quando o sintagma nominal complemento é especificado por um artigo definido, a presença de *a* é obrigatória: cf. *vou até ao Porto* (vs. **vou até o Porto*); *vou até ao teu escritório* (vs. **vou até o teu escritório*)[87]. Caso contrário, a preposição *a* não é usada, ocorrendo *até* como preposição simples: cf. *vou até Paris* (vs. **vou até a Paris*); *vou até casa* (vs. **vou até a casa*)[88].

32.8.2.7 *Sobre* e *sob*

Estas duas preposições têm um valor locativo básico, no qual são equivalentes às locuções prepositivas *por/em cima de* e {*por baixo/debaixo*} *de*, respetivamente (cf. 32.8.1.4). Fora do domínio espacial, a preposição *sobre* é usada para introduzir um tópico, assunto ou matéria sobre a qual se fala, se discute ou se emite uma opinião, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(137) a. Pensei muito *sobre a tua decisão*.
b. Falei *sobre isso* muitas vezes.
c. Esse artigo é *sobre a descoberta do batiscafo pelo Prof. Piccard*.

Neste uso, *sobre* é equivalente à locução prepositiva *acerca de* (cf., por exemplo, *penso muito acerca da tua decisão*). Quando regida pelos verbos *falar* e *pensar*, *sobre* alterna com *em* (cf. 32.8.2.1); e também com *de*, quando regida por *falar* (cf. 32.8.2.2)[89].

Apresentam-se a seguir dois usos (semi)idiomáticos de *sobre*:

(138) a. *Ter vista sobre* a Serra de Sintra é um prazer!
b. A minha varanda *dá sobre* o mar.

Quanto à preposição *sob*, fora do domínio espacial usa-se metaforicamente para assinalar relações de vários tipos (que não são fáceis de descrever), em que a expressão introduzida pela preposição representa uma entidade que (de alguma forma) tem algum controlo causal sobre alguém ou sobre uma situação:

(139) a. O trabalho foi feito *sob a orientação do professor*.
b. Ela só trabalha *sob pressão*.
c. Isso aconteceu *sob o anterior Governo*.
d. Ele assina os quadros *sob o pseudónimo de Júlio*.[90]

---

[87] No entanto, em contextos de fronteira de oração, a locução não é obrigatória, mesmo quando o SN seguinte começa com um artigo definido (cf. 32.3.2.1).

[88] Alguns falantes usam *até a* quando o sintagma nominal complemento é iniciado por um artigo indefinido: cf. *vou até a uma aldeia muito bonita; por aí, vai-se até a um conjunto de aldeias históricas*.

[89] Para alguns falantes, *sobre* pode ter um valor de localização temporal vaga, próximo do uso temporal das locuções *por volta de* ou (*lá*) *por*, sobretudo quando o seu complemento é um nome que designa uma estação do ano ou uma festividade: cf. *sobre o Natal, podemos voltar a falar disso*. Note-se também o advérbio focalizador *sobretudo*, significando 'especialmente, principalmente', formado pela contração da preposição com o pronome quantificacional *tudo*.

[90] Neste caso, tem-se uma metáfora com origem no sentido espacial da preposição, em que se perspetiva o nome real "debaixo" do pseudónimo, escondido por ele.

Apresentam-se a seguir dois usos (semi)idiomáticos de *sob*:

(140) a. Está tudo *sob controlo*. (= foi tudo previsto)
b. Decidiu trabalhar a sério, *sob pena de* ser despedido. (= perante o risco de ser despedido)

32.8.2.8 *Com* e *sem*

Estas duas preposições já foram mencionadas em 32.5.1, a propósito da discussão sobre a natureza geral e abstrata do valor semântico das preposições e da maneira como esse valor se torna mais específico, num processo de adaptação ao contexto em que ocorrem – aquilo a que se chamou a sua "plasticidade". Nessa secção, concluiu-se que o valor geral de *com* é o de '(co)presença' (de duas entidades), e o de *sem* o de ausência (de uma entidade relativamente a outra presente na cena descrita). Nesse sentido, pode dizer-se que *com* e *sem* são preposições simétricas, uma de polo positivo (*com*) e outra de polo negativo (*sem*). Como valores mais específicos, apontaram-se os de modo, causa, comitativo (ou companhia) e instrumental. Retomamos aqui esses valores, e apresentamos outros que estas preposições podem assumir. Sempre que possível, apresentamos os mesmos exemplos com *com* e *sem* (através da notação das barras oblíquas), realçando o paralelismo que existe entre elas.

Estas preposições podem veicular um valor de modo, introduzindo expressões que denotam a maneira como uma ação ou atividade (não) é realizada:

(141) a. Ela fez isso *com*/*sem alegria*.
b. A polícia dispersou os manifestantes *com*/*sem grande dificuldade*.

Neste uso, os sintagmas preposicionais introduzidos por *com* equivalem frequentemente a advérbios de modo terminados em *-mente*: cf. *ela fez isso alegremente*, *a polícia dispersou os manifestantes dificilmente*.

Num uso relacionado com este, estas preposições introduzem também sintagmas com valor instrumental, i.e., que representam o instrumento (não) usado para executar uma determinada ação:

(142) a. Elas passam a roupa *com*/*sem um ferro elétrico*.
b. Ele conseguiu arranjar a porta *com*/*sem um martelo*.

Neste uso, *com* pode ser substituído pelo verbo *usar* no gerúndio; para expressar o polo de "ausência", ou se usa a preposição *sem* com o verbo no infinitivo ou o gerúndio com a negação:

(143) a. Ele conseguiu arranjar a porta *usando um martelo*.
b. Ele conseguiu arranjar a porta {*sem usar*/*não usando*} *um martelo*.

Num dos seus usos mais frequentes, *com* e *sem* indicam companhia ou ausência dela, um valor por vezes chamado comitativo:

(144) a. A Maria vai de férias *com*/*sem o João*.
b. O André fez os trabalhos de casa *com*/*sem o Diogo*.

Vejam-se também, com um sentido semelhante (de copresença/ausência), sintagmas nominais como *pão com*/*sem manteiga*, *café com*/*sem açúcar*.

Com sentido comitativo, a preposição *com* ocorre frequentemente em construções semanticamente simétricas (cf. Cap. 8.8.1), podendo o sujeito e o seu complemento trocar de funções sem se alterar o valor de verdade da frase (cf. os exemplos (a) e (b) abaixo) ou juntar-se (em qualquer ordem) num sintagma nominal coordenado com a função de sujeito (cf. os exemplos (c)):

(145) a. O Pedro casou-se *com a Maria*.
b. A Maria casou-se *com o Pedro*.
c. *A Maria e o Pedro* casaram-se.

(146) a. A Maria trocou de carro *com a Joana*.
b. A Joana trocou de carro *com a Maria*.
c. *A Maria e a Joana* trocaram de carro.

A preposição *com* introduz igualmente expressões com o papel temático de **causa**, que representam forças (frequentemente, mas não necessariamente, não humanas) que têm uma atividade causal não volitiva e não consciente (cf. Caps. 13 e 28):

(147) a. O dique rebentou *com a força do rio*.
b. O telhado voou *com o furacão*.
c. Os soldados assustaram-se *com o general*.

Com este valor, a preposição *sem* é menos usual, plausivelmente por motivos pragmáticos: em geral, ao falarmos de uma situação, mencionamos aquilo que a causa, e não os (múltiplos) fatores que a poderiam ter causado mas não causaram. No entanto, quando se quer colocar um enfoque particular na ocorrência de uma situação sem a participação concomitante de uma causa que em circunstâncias normais lhe está associada, *sem* torna-se mais natural (por vezes precedida do advérbio enfático *mesmo*): cf. *o telhado voou mesmo sem um furacão*.

Com um pequeno número de verbos (*abarrotar*, *atafulhar*, *atestar*, *carregar*, *encher*) que descrevem uma ação causal que leva à colocação de uma determinada matéria ou substância num lugar (geralmente de natureza volumétrica) concebido como um recipiente, a preposição *com* (alternando com *de*) introduz o constituinte (com o valor semântico de tema) que é movido para esse lugar, sendo o locativo representado pelo complemento direto:

(148) a. O Zé carregou a carroça *com*/*de lenha*.
b. Atestámos o depósito *com*/*de gasolina super*.

A preposição *com* pode selecionar um complemento formado por uma predicação não copulativa de núcleo adjetival, nominal ou preposicional; cf. *com* [*as crianças doentes*]*, a Maria ficou em casa*. Na frase global, o sintagma preposicional predicativo introduzido por *com* é um adjunto adverbial, significando algo como 'dada a situação *x*' ou 'por causa da situação *x*' (cf. Cap. 30.1.4 e Cap. 37.5.5.3).

A preposição *com* pode também ter um valor de 'oposição', próximo do da preposição *contra*, quando é regida pelo verbo *jogar*: cf. *Portugal joga com o Brasil*.

Apresentam-se a seguir algumas expressões idiomáticas em que ocorrem *com* e *sem*:

(149) a. *Vou ter com ele*. (= vou encontrar-me com ele)
b. Ele *correu com eles*. (= mandou-os embora)
c. *Sem mais nem menos*, despediu-se. (= sem dar qualquer explicação)
d. Ele magoou-te *sem querer*. (= magoou-te involuntariamente)

32.8.2.9 *Contra*

O sentido básico desta preposição é o de 'oposição', introduzindo um constituinte que denota uma entidade, material ou abstrata, humana ou não humana, à qual se opõe outra entidade (representada por um constituinte da frase). Este uso ilustra-se em (150):

(150) a. Ele está sempre *contra tudo e contra todos*.
b. O carro seguiu *contra o trânsito*.
c. Toma uma aspirina *contra as dores*.
d. Portugal joga *contra o Brasil*.

Com um valor relacionado, mas não completamente assimilável ao primeiro, *contra* introduz por vezes expressões que representam obstáculos a uma entidade em movimento, e que, por conseguinte, fazem com que essa entidade cesse o movimento ou que diminua a sua velocidade de forma abrupta (cf. (151a,b)). Em (151c), o obstáculo evita à partida qualquer movimento potencial da outra entidade:

(151) a. A camioneta embateu *contra o muro*.
b. Fui *contra a minha professora*.
c. O quadro fica seguro *contra a estante*.

Nos usos deste tipo em que se representa um movimento, *contra* pode ser parafraseado por frases com o verbo *chocar* regendo a preposição *com* ou a preposição *contra*: cf. *a camioneta chocou com/contra o muro*, *choquei com/contra a minha professora*.

Apresentam-se a seguir duas expressões idiomáticas com esta preposição:

(152) a. Não vale a pena *remar contra a corrente*. (= não vale a pena teimar com toda a gente)
b. *Contra ventos e marés*, ele conseguiu. (= vencendo todas as dificuldades)

32.8.2.10 *Ante* e *perante*

O sentido básico destas duas preposições é espacial, denotando grande proximidade física, quase contacto, entre a entidade representada pelo constituinte introduzido pela preposição (p.e., o altar, em (153a)) e outra entidade representada por outro constituinte da frase (o noivo, em (153a)), que apresenta a sua parte da frente voltada para a primeira entidade. No seu uso mais comum, no entanto, estas preposições usam-se metaforicamente, introduzindo constituintes que exprimem situações ou entidades com as quais alguém tem de lidar de forma direta, o que introduz também uma conotação de confrontação (cf. (153b,c)):

(153) a. *Ante*/*Perante o altar*, o noivo entrou em pânico e fugiu.
b. *Ante*/*Perante tal situação*, desistiram do negócio.
c. Portugal nunca ganha *ante*/*perante a Itália*.

As locuções prepositivas *diante de*, *em frente de* e *frente a* substituem com frequência estas preposições.

32.8.2.11 *Após*

O valor desta preposição é de localização espacial e temporal, sem que se possa dizer que qualquer destes domínios é básico em relação ao outro. Temporalmente, *após* introduz uma expressão que denota um tempo de referência relativamente ao qual se localiza no futuro a situação expressa no resto da frase. A expressão introduzida por *após* consiste frequentemente num sintagma nominal eventivo (cf. (154a)) ou numa frase que descreve uma situação (cf. (154b)), inferindo-se que o tempo de referência é o momento em que o evento ou a situação tem lugar:

(154) a. Imediatamente *após a reunião*, vou para casa.
b. *Após ter falado com a mãe*, o Pedro telefonou ao pai.

No domínio espacial, *após* introduz uma expressão que denota um lugar que serve de ponto de referência para a localização de outro lugar, situado num ponto de uma trajetória entre o lugar de referência e um destino potencial (o lugar que se localiza pode ser o próprio destino do movimento): cf. *segues em frente e após a igreja encontras a escola*.

Em qualquer dos usos, *após* é equivalente às locuções prepositivas *depois de* e *a seguir a*; cf. {*depois da reunião*/*a seguir à reunião*}, *vou para casa* e {*depois da igreja*/*a seguir à igreja*}, *encontras a escola*.

32.8.2.12 *Entre*

Embora a consideremos uma das preposições canónicas do português, *entre*, como veremos adiante, tem particularidades que a diferenciam dos outros membros da classe[91].

Consoante os contextos, esta preposição pode ter um valor espacial ou temporal. Na dimensão espacial, a preposição usa-se quando se quer representar a localização de uma entidade num ponto intermédio de uma linha imaginária que tem como extremos duas entidades que servem como ponto de referência. Na dimensão temporal, a preposição usa-se para asserir que um determinado evento tem lugar num ponto de uma extensão temporal definida por dois extremos: um momento inicial e outro final. Nos dois casos, o complemento da preposição introduz as entidades (físicas ou temporais) que definem os extremos, como se ilustra a seguir:

(155) a. Porches fica *entre Portimão e Armação de Pêra*. (domínio espacial)
b. A conferência é *entre as três e as seis da tarde*. (domínio temporal)

[91] Ainda que em certas áreas *entre* tenha um comportamento diferente do das outras preposições, consideramos que tanto pelo seu uso como pelo seu significado deve ser considerada uma preposição de pleno direito e não uma preposição "atípica" como aquelas que se discutem em 32.9.

Devido a introduzir duas entidades (que correspondem aos dois extremos de referência espacial ou temporal), *entre* exige um complemento semanticamente plural, que pode ser um sintagma nominal simples (cf. *o envelope está entre os livros*), um sintagma nominal coordenado (cf. *o envelope está entre o caderno e o livro*) ou um sintagma nominal morfologicamente singular cujo núcleo é um nome coletivo (cf. *o cão está entre o rebanho*)[92].

A preposição *entre* tem um comportamento diferente do das restantes preposições canónicas no que respeita à forma do seu complemento quando este é um pronome pessoal. Tipicamente, o complemento pronominal de uma preposição assume a forma casual oblíqua, não a nominativa: cf., por exemplo, *sem mim*, *sem ti* (vs. **sem eu*, **sem tu*; cf. Cap. 23.4.3.3.2).

A preposição *entre*, no entanto, tem a peculiaridade de tomar como complemento, nalguns contextos, pronomes com a forma casual nominativa. Concretamente, os falantes dividem-se quanto à aceitabilidade de exemplos como os de (156): alguns usam exclusivamente as formas oblíquas dos pronomes (cf. (156a)), outros as formas nominativas (cf. (156b)), e outros ainda aceitam e/ou produzem ambas as versões, podendo oscilar entre elas conforme as ocasiões:

(156) a. Gerou-se uma discussão *entre mim e ti*. (pronomes oblíquos)
b. Gerou-se uma discussão *entre eu e tu*. (pronomes nominativos)

Quando o sintagma nominal coordenado complemento de *entre* inclui um pronome singular de 1.ª ou 2.ª pessoa, juntamente com um sintagma nominal completo ou um pronome de 3.ª pessoa, a forma morfológica do pronome de 1.ª ou 2.ª pessoa depende da sua posição: quando ocorre em primeiro lugar, alguns falantes preferem a forma oblíqua, como se ilustra em (157a); em contrapartida, quando o pronome de 1.ª ou 2.ª pessoa ocorre em segunda posição, esses falantes preferem a forma nominativa, como se ilustra em (157b):

(157) a. *Entre ti e ela*, que venha o diabo e escolha.
b. *Entre ela e tu*, que venha o diabo e escolha.

Como se notou acima, em virtude de *entre* exigir um complemento semanticamente plural, este pode consistir num SN coordenado. As restantes preposições admitem, de forma um pouco marginal, que o seu complemento seja também um SN coordenado, como se ilustra em (158), embora seja mais comum "distribuir" a preposição pelos dois SN da coordenação, obtendo-se assim uma coordenação de dois sintagmas preposicionais, ambos introduzidos pela mesma preposição, como se ilustra em (159)[93]:

(158) a. ?Prefiro sair *sem a Isabel e a Luísa*.
b. ?Vou comprar presentes *para a Isabel e a Luísa*.

[92] Neste caso, entende-se que, dum lado e doutro da entidade localizada, existe um número suficiente dos espécimes cujo conglomerado constitui a denotação do nome coletivo. Limitamos os exemplos aqui ao domínio espacial, não só para simplificar a exposição, mas também porque é neste domínio que ocorrem os exemplos relevantes para os pontos que queremos estabelecer a seguir.

[93] Para alguns falantes, os exemplos de (158), com uma só ocorrência da preposição, têm uma leitura preferencial em que a Isabel e a Luísa formam um grupo (cf. Cap. 35).

(159) a. Prefiro sair *sem a Isabel e sem a Luísa*.
b. Vou comprar presentes *para a Isabel e para a Luísa*.

Quando os termos coordenados são pronomes de 1.ª e 2.ª pessoa, no entanto, apenas a segunda opção (com SP coordenados, onde se repete a preposição) é permitida:

(160) a. Ela prefere sair *sem mim e sem ti*.
b. *Ela prefere sair *sem mim e ti*.

(161) a. Eles vão comprar presentes *para mim e para ti*.
b. *Eles vão comprar presentes *para mim e ti*.

Também no que respeita a este fenómeno, a preposição *entre* tem um comportamento diferente do das restantes preposições, como se vê no contraste de gramaticalidade entre (156a), por um lado, e (160b)/(161b), por outro.

Dão-se a seguir algumas expressões idiomáticas com esta preposição:

(162) a. Estou *entre a espada e a parede*. (= não sei como sair desta situação)
b. *Entre* ti e ele *vai uma grande distância*. (= são os dois muito diferentes)
c. *Entre marido e mulher não metas a colher*. (= não interfiras nas decisões do casal)

32.9 Preposições atípicas

Nesta secção, descrevem-se algumas preposições "atípicas", i.e., que se afastam de algum modo do comportamento canónico dos restantes membros da classe. Nalguns casos, sugere-se uma possível classificação alternativa[94].

32.9.1 *Conforme, consoante* e *segundo*

Usadas como preposições, as formas *consoante* e *conforme* marcam uma relação semântica de correlação ou correspondência (cf. (163a)); *segundo*, por sua vez, indica a fonte da asserção feita no resto da frase (cf. (163b)):

(163) a. Atuaremos [*consoante*/*conforme* a conjuntura].
b. [*Segundo* a Maria], a bulha começou no bar.

O comportamento atípico destes itens reside no facto de poderem também funcionar como conjunções[95], introduzindo uma oração subordinada adverbial finita sem coocorrerem com a conjunção integrante *que* (cf. Cap. 33):

(164) [{*Consoante*/*Conforme*/*Segundo*} a Maria contou ao Pedro], a bulha começou no bar.

---

[94] Na gramática tradicional, algumas das formas que se discutem nesta subsecção são chamadas "preposições acidentais" – cf. Bechara (1999:301) e Cunha e Cintra (1984:552). Para estes autores, uma preposição acidental é uma forma que também pertence (sincronicamente), ou pertenceu (historicamente), a outra classe de palavras. Independentemente de isso acontecer relativamente a algumas das formas aqui discutidas, consideramos que esse critério é irrelevante. Na nossa opinião, o que conta para considerar uma preposição como "atípica" é tão-só o facto de ter algumas, mas não todas, as propriedades que caracterizam canonicamente a classe, independentemente da sua pertença (presente ou passada) a outra classe de palavras.

[95] As formas *consoante* e *conforme* podem ainda ser adjetivos, como em *esta atitude é mais conforme à sua maneira de ser e está consoante com o seu estatuto*, *uma atitude conforme à sua maneira de ser*, *uma atitude consoante com o seu estatuto*.

Ora, esta última propriedade não é típica das preposições simples, que necessitam da mediação do complementador *que* para introduzir uma oração subordinada finita, como se ilustra em (165), com *sem*:

(165) a. Eu não entrego as contas [*sem* *que* o contabilista as verifique].
b. *Eu não entrego as contas [*sem* o contabilista as verifique].

32.9.2 *Durante*

Esta preposição (derivada do particípio presente do verbo latino *durare*) tem um valor exclusivamente temporal. Quando o seu complemento é uma expressão temporal denotadora de quantidade de tempo (cf. Cap. 15), marca a duração da situação representada pela frase, podendo alternar com a preposição *por*, como se ilustra a seguir:

(166) a. Conversámos *durante*/*por* *três horas*.
b. O trânsito esteve cortado *durante*/*por* *três dias*.

A preposição *durante* pode também combinar-se com sintagmas nominais eventivos, servindo então para marcar uma extensão temporal (associada ao evento descrito pelo SN) na qual se localiza a situação descrita no resto da frase. Neste uso, *durante* não alterna com *por*:

(167) a. Ninguém bebeu uma gota de água *durante* *a viagem*.
b. *Durante* *o concerto*, tossiram pelo menos vinte pessoas.

Este uso de *durante* assemelha-se ao das preposições *desde* e *até* (no seu valor temporal), as quais denotam, respetivamente, o limite inicial e o limite final de uma extensão temporal:

(168) a. Nunca mais telefonaste *desde* *a tua chegada*.
b. Não deixes ninguém entrar no meu quarto *até* *ao meu regresso*.

No entanto, contrariamente às preposições *desde* e *até* (cf. (169a,b)), *durante* não se pode combinar com uma oração finita introduzida pela conjunção-complementador *que* (cf. (169c)), o que a torna, de certo modo, anómala no microssistema das preposições que marcam extensão temporal:

(169) a. Nunca mais telefonaste [*desde* que chegaste].
b. Não deixes ninguém entrar no meu quarto [*até* que eu regresse].
c. *Ninguém bebeu uma gota de água [*durante* que nós viajámos].

32.9.3 *Mediante* e *obstante*

As preposições *mediante* e *obstante* são também derivadas de particípios presentes (dos verbos latinos *mediare* e *obstare*, respetivamente) e introduzem a ideia, respetivamente, de um contributo (positivo) e de um obstáculo (negativo) para a realização de um determinado evento: cf. [*mediante* *a sua intervenção*], *conseguimos safá-lo da tropa* e [*não obstante* *a crítica negativa do recenseador*], *o artigo foi publicado*. A preposição *mediante* pode alternar com *por*, aproximadamente com o mesmo valor semântico: cf. [*pela sua intervenção*], *conseguimos safá-lo da tropa*.

A forma *obstante* é inusitada por só poder ser usada como preposição acompanhada do advérbio de negação (um vestígio da sua origem verbal – cf. a expressão

latina *nihil obstat* 'nada obsta'). Quanto à preposição *mediante*, apresenta a particularidade de não poder introduzir uma oração infinitiva (cf. (170b)), contrariamente a *não obstante* (cf. (170a)):

(170) a. *Não obstante a crítica ter sido devastadora*, o artigo foi publicado.
b. **Mediante ele ter falado com a gente certa*, safou-te da tropa.

32.9.4 *Senão, exceto, salvo, menos* e *fora*

Semanticamente, estas preposições servem para excluir uma entidade ou um grupo (incluindo uma situação, como em (171c)) de um conjunto universal ao qual se aplica a predicação; por outras palavras, servem para apresentar essa entidade (ou grupo) como exceção à predicação veiculada pela frase.

(171) a. Vi todas as crianças *exceto*/*fora a Clara*.
b. A Maria dançou com todos os rapazes *salvo com o Pedro*.
c. Faço tudo *menos tomar banho de água quente*.
d. Ninguém *senão a Joaquina* é capaz de me fazer chorar.[96]

Estes itens são por vezes classificados como conjunções em virtude de terem um sentido contrastivo e devido ao facto de ligarem tipicamente dois constituintes que são paralelos do ponto de vista funcional e semântico, e nalguns casos do ponto de vista estrutural, tal como acontece entre o primeiro e o segundo termo de uma estrutura coordenada (cf. Cap. 35.1.6). Em (171), esses constituintes são, respetivamente, o que denota o conjunto universal e o que é introduzido pela preposição. Assim, p.e., em (171a), *todas as crianças* e *a Clara* têm a mesma função de complemento direto, ambos têm o mesmo papel temático atribuído por *ver* e ambos são sintagmas nominais. Outro fator que tem levado a esta classificação é o facto de estes itens poderem "ligar" sintagmas preposicionais (cf. (171b)), o que contrasta com a situação relativamente pouco usual (mas não impossível) em que uma preposição canónica introduz um sintagma preposicional (cf. 32.4.1.3). Finalmente, quando o segundo elemento é um pronome pessoal, assume canonicamente a forma nominativa (cf. *ele cumprimentou toda a gente exceto eu/tu, toda a gente trabalhou durante o fim de semana exceto tu/eu*), e não a forma oblíqua típica dos complementos pronominais das preposições.

Existem, no entanto, motivos para classificar estes itens como preposições (para uma discussão mais pormenorizada, cf. Cap. 35.4.2.3). Em primeiro lugar, estes itens formam um constituinte com a expressão seguinte, tal como as preposições canónicas e o seu complemento formam um sintagma preposicional. Em segundo lugar, tal como os sintagmas preposicionais canónicos (cf. os exemplos do paradigma (5)), também o constituinte formado por estes itens e o seu complemento pode ocorrer anteposto, na posição inicial da frase (cf., por exemplo, *exceto/fora a Clara, vi todas as crianças*, bem como *salvo com o Pedro, a Maria dançou com todos os rapazes*). Em terceiro lugar, tal como as preposições canónicas, estes itens podem combinar-se com orações infinitivas (cf. (171c)) mas não diretamente com orações finitas (compare-se (171c) com a impossibilidade de **faço*

[96] Sobre o uso e a interpretação de *senão* em contextos negativos, cf. Cap. 35.4.2.3.

tudo menos tomo banho de água fria). Concluímos, pois, que, embora apresentem comportamentos que os afastam das preposições canónicas, estes itens devem ser classificados como preposições.

[8] ❖ *Visto* e *dado*

Os itens *visto* e *dado* são formas de particípio passado dos verbos *ver* e *dar*, respetivamente. São por vezes classificados como preposições (cf. Bechara 1999 e Cunha e Cintra 1984), visto poderem ocorrer antes de um sintagma nominal, como se ilustra em (i):

(i) a. *Visto isso,* temos de mudar a nossa orientação.
b. *Dado esse facto,* vamos ficar aqui o resto do dia.

No entanto, não há razão para considerar neste caso que *visto* e *dado* são preposições e não verdadeiros particípios passados em orações de particípio absoluto (cf. Cap. 38): primeiro, o significado dos constituintes em itálico, simultaneamente causal e de anterioridade temporal, é típico do das orações de particípio absoluto (cf. *apresentadas as provas, os estudantes admitiram ter copiado*); segundo, tal como os particípios canónicos, e contrariamente às preposições, *visto* e *dado* adequam a sua morfologia ao género e ao número do complemento: cf. *vistas* [*as coisas*], *temos de mudar a nossa orientação, dada* [*a sua teimosia*], *vamos ter de ficar aqui o resto do dia*.

❖ *Eis*

A forma *eis*, tratada em Cunha e Cintra (1984) como um advérbio, sempre levantou dificuldades aos gramáticos do português devido ao seu comportamento atípico, qualquer que seja a classificação que se lhe queira dar. Semanticamente, é uma palavra usada pelo falante para designar ou apresentar uma determinada entidade ao ouvinte (cf. *eis o meu professor de francês*, *eis a minha casa de férias*), para assinalar a entrada de alguém no espaço da enunciação (cf. *eis o António*) ou para definir ostensivamente um conceito, apontando para um exemplar (cf. *eis um fóssil*). Esta partícula tem um comportamento mais típico do comportamento das preposições do que do comportamento dos advérbios, visto que ocorre com um complemento, que pode ser um sintagma nominal, como nos exemplos dados, ou uma oração finita introduzida pela conjunção integrante (complementador) *que*, como em *estávamos todos no jardim e eis* [*que começou a cair uma chuva torrencial*].

Uma alternativa, embora controversa, consiste em classificar *eis* como um verbo impessoal defetivo, sem variação flexional de qualquer tipo, de certo modo semelhante ao verbo *haver*, que, nos seus empregos como verbo pleno (não auxiliar), só se usa normativamente na 3.ª pessoa do singular (embora possa variar em tempo: cf. *há*/*havia bruxas nesta aldeia*). Esta proposta (que poderá parecer bizarra a alguns leitores) tem a vantagem de permitir enquadrar um determinado número de fenómenos que são relativamente estranhos se este item for classificado como uma preposição ou um advérbio.

Em primeiro lugar, permite explicar o motivo pelo qual não existe necessariamente adjacência estrita entre *eis* e o seu complemento, contrariamente ao que acontece com as preposições (ver o texto que segue o exemplo (4)): cf. *eis finalmente o Pedro* (compare-se com a impossibilidade de **saí com finalmente a Maria*). Ora, também os verbos canónicos não necessitam de ser adjacentes ao seu complemento: cf. *o Pedro leu finalmente o relatório*. Em segundo lugar, permite explicar por que razão *eis*, contrariamente aos advérbios ou às preposições, não tem um termo

subordinante (cf. o início do capítulo). Finalmente, permite explicar que um pronome pessoal complemento de *eis* ocorra na forma casual acusativa, típica do complemento direto dos verbos, e não na forma oblíqua típica do complemento das preposições: cf. *ei-lo finalmente* (comparar com *vê-lo finalmente*) ou *eis-te finalmente* (comparar com *ver-te finalmente*) vs. **eis ele finalmente* ou **eis ti finalmente* (comparar com *para ele* e *para ti* vs. **para o* e **para te*).

33 ADVÉRBIO E SINTAGMA ADVERBIAL 1569
33.1 Complementaridade entre advérbios e adjetivos 1573
33.2 Forma dos advérbios 1574
33.2.1 Advérbios adjetivais 1576
33.2.2 Advérbios em *-mente* 1579
33.2.3 Locuções adverbiais 1581
33.3 Estrutura do sintagma adverbial 1583
33.3.1 Complementos do advérbio 1584
33.3.1.1 Complementos de advérbios em *-mente* 1584
33.3.1.2 Advérbios relacionais e locuções prepositivas 1586
33.3.1.3 Advérbios de grau comparativo: *mais*, *menos*, *tão* e *tanto* 1588
33.3.2 Especificadores do advérbio 1590
33.4 Funções dos advérbios 1593
33.4.1 Advérbios como elementos selecionados 1594
33.4.2 Advérbios como predicadores 1596
33.4.3 Advérbios como adjuntos adverbiais 1597
33.4.3.1 Advérbios e adjuntos adverbiais 1598
33.4.3.2 Posições integradas e posições periféricas dos advérbios 1600
33.5 Classificação semântica dos advérbios 1603
33.5.1 Advérbios de modo 1606
33.5.2 Advérbios de atitude do agente 1610
33.5.3 Advérbios de localização espacial e de localização temporal 1615
33.5.3.1 Advérbios locativos 1617
33.5.3.1.1 Advérbios locativos dêiticos 1617
33.5.3.1.2 Usos anafóricos das séries locativas dêiticas 1621
33.5.3.1.3 Advérbios locativos indefinidos 1621
33.5.3.1.4 Uso argumental dos advérbios locativos 1622
33.5.3.1.5 Posição dos advérbios locativos 1622
33.5.3.1.6 Extensões semânticas dos advérbios locativos dêiticos 1623
33.5.3.2 Advérbios de localização temporal 1626
33.5.3.2.1 A série ancorada por *hoje* 1627
33.5.3.2.2 A série ancorada por *agora* 1628
33.5.3.2.3 A série ancorada por locuções com o demonstrativo *este* 1631
33.5.3.2.4 Localização temporal dêitica de situações genéricas 1634

33.5.3.2.5 Advérbios de localização temporal anafóricos 1636
33.5.3.2.6 Os advérbios relacionais *antes* e *depois* e os advérbios *cedo* e *tarde* 1637
33.5.3.2.7 Advérbios de ordenação temporal 1638
33.5.3.2.8 Advérbios de duração e de pontualidade 1638
33.5.3.2.9 Posição dos advérbios de localização temporal 1639
33.5.4 Advérbios de iteração 1639
33.5.5 Os advérbios *sempre* e *nunca* 1642
33.5.5.1 *Sempre* como quantificador universal sobre períodos temporais 1642
33.5.5.2 Restrição e intervalo de referência temporal na interpretação de *sempre* 1644
33.5.5.3 Restrição de *sempre* expressa por uma oração subordinada temporal 1644
33.5.5.4 *Sempre* sem restrição expressa 1645
33.5.5.5 *Sempre* como advérbio focalizador exclusivo 1647
33.5.5.6 *Sempre* como advérbio de modalidade confirmativa 1649
33.5.5.7 O advérbio *nunca* e a locução adverbial *nunca mais* 1649
33.5.6 Advérbios aspetuais 1651
33.5.6.1 *Já*, *finalmente* e *nunca mais* 1651
33.5.6.2 *Ainda* 1653
33.5.6.3 *Ainda não* e *já não* 1654
33.5.6.4 *Quase* 1654
33.5.7 Os advérbios *mal* e *bem* em posição pré-verbal 1656
33.5.8 Advérbios quantificacionais 1657
33.5.9 Advérbios avaliativos 1660
33.5.10 Advérbios focalizadores 1667
33.5.10.1 Advérbios focalizadores exclusivos 1667
33.5.10.2 Advérbios focalizadores inclusivos 1671
33.5.10.3 Ambiguidades de foco 1672
33.5.10.4 Outros advérbios focalizadores 1675
33.5.11 Os advérbios *sim* e *não* 1675
Apêndice – Conjunções e locuções conjuncionais adverbiais 1678
Fontes das abonações 1684

33 ADVÉRBIO E SINTAGMA ADVERBIAL

Os **advérbios** formam uma classe de palavras sem variação flexional em qualquer das categorias gramaticais que caracterizam os nomes, os adjetivos e os verbos – número, género, pessoa, tempo, aspeto ou modo[1]. Na sua função mais típica, de **adjunto adverbial** (cf. 33.4.3 e Cap. 11.4.2.4), os advérbios veiculam informação de natureza circunstancial, semanticamente diversa, sobre a situação descrita por uma frase (cf. (1a)), ou exprimem uma postura subjetiva do falante sobre a própria frase ou sobre circunstâncias ligadas à sua produção ou receção, que podem incluir os próprios interlocutores (cf. (1b,c)):

(1) a. O professor olhou *atentamente* para o aluno.
b. *Infelizmente*, o Pedro demitiu-se.
c. *Honestamente*, faltaste ou não às aulas?

Em (1a), o advérbio ocorre dentro do sintagma verbal, modificando semanticamente o grupo (sublinhado) formado pelo verbo e o seu complemento, e contribuindo deste modo para a descrição da situação representada pela frase. Concretamente, neste exemplo, o advérbio restringe o tipo de evento descrito pelo resto do sintagma verbal ('olhar para o aluno') num subtipo em que se especifica um modo particular de olhar do indivíduo referido pelo sujeito. Em contrapartida, em (1b), o falante, através do advérbio, avalia subjetivamente a situação descrita pela frase; e, em (1c), veicula um pedido implícito para que o interlocutor seja verdadeiro na resposta à pergunta feita. Quando o advérbio veicula um conteúdo subjetivo da parte do falante sobre a frase ou sobre algum aspeto do seu contexto, forma tipicamente um grupo prosódico autónomo relativamente ao resto da frase, assinalado na escrita por vírgulas (cf. 33.4.3.2).

[1] A modificação de verbos (e, por extensão, de sintagmas verbais) sempre foi considerada uma função central dos advérbios, o que se reflete no próprio nome atribuído à classe. De facto, a palavra *advérbio* provém do latim *adverbium*, que, por sua vez, traduz a palavra grega *ephírrema* 'junto do verbo', 'aplicado ao verbo'. O termo, que se deve a Dionísio de Trácia, vingou, mau grado o facto de os advérbios poderem combinar-se – em grego e noutras línguas – com outras classes de palavras e outras

[1] Sobre o estatuto dos advérbios enquanto classe lexical ou gramatical, cf. Caps. 10.1.2 e 11.2.4.

classes sintagmáticas (cf. Robins 1967). Dionísio rebatizou o termo "mesotes" (literalmente, 'os do meio') dos gramáticos estoicos, os primeiros que reconheceram uma classe diferenciada de advérbios. Ainda segundo Robins (op. cit.), o termo "mesotes" dever-se-ia ao facto de os advérbios modificarem o verbo, mas serem formados a partir de radicais adjetivais (considerados nominais pelos gramáticos gregos), logo, a meio caminho ('no meio') entre verbos e nomes.

A função canónica dos advérbios (mas não a única – cf. 33.4) é a de adjunto adverbial, mas não são só os advérbios que podem ter esta função. Também a podem desempenhar sintagmas preposicionais (cf. *o professor olhou com atenção para o aluno*, que veicula praticamente o mesmo significado que (1a)); orações, chamadas subordinadas adverbiais (cf. *o Pedro comprou uma bicicleta para oferecer à filha* e Cap. 38); e mesmo sintagmas nominais (cf. *o Pedro vai esta semana a Paris*). Quando estes elementos, pertencentes a classes distintas, manifestam essa função, utilizamos o próprio nome da função para os designar, e chamamos-lhes **adjuntos adverbiais**[2]. Neste capítulo, descrevem-se as propriedades sintáticas, funcionais e semânticas dos advérbios, na perspetiva da sua pertença ao conjunto mais amplo dos adjuntos adverbiais. Por esse motivo, muitos dos exemplos apresentados e comentados contêm adjuntos adverbiais que não são advérbios, em particular sintagmas preposicionais.

No interior da estrutura hierárquica das orações, os advérbios, em particular aqueles que têm um valor quantificacional de grau, podem também funcionar como **especificadores** de adjetivos (cf. (2a) e Cap. 31.1.1), de advérbios (cf. (2b) e 33.3.2) e de verbos (cf. (2c) e 33.5.8), quando estes elementos exprimem noções que podem ser quantificadas (cf. Cap. 31.3.2). Este funcionamento é muito semelhante ao dos quantificadores adjetivais no sistema do sintagma nominal (cf. Cap. 20.3.4), e, tal como aí, os advérbios com essa função ocorrem tipicamente à esquerda do elemento especificado (cf. (2a,b)), exceto quando este é um verbo (cf. (2c)):

(2) a. Esse jogador é *pouco hábil*.
b. A Seleção jogou muito *convincentemente*.
c. A Maria *viaja bastante* para Madrid.

Um pequeno grupo de advérbios com significados especializados, chamados **advérbios focalizadores**, tem a particularidade de poder combinar-se com constituintes sintagmáticos menores do que a frase ou o sintagma verbal, ocorrendo na sua posição inicial. A sua função consiste em pôr em realce as entidades representadas pelos constituintes com que se combinam – na terminologia da linguística, em **focalizá-las**. Apresentam-se a seguir alguns exemplos que mostram as

[2] Os adjuntos adverbiais não são, pois, uma nova classe gramatical, mas sim um conjunto de elementos cujo denominador comum – que serve de definição do conjunto – é o facto de partilharem a função em causa, em contextos apropriados. Nesse sentido, a noção tem o mesmo estatuto, p.e., da noção de argumento, que designa um conjunto formado por elementos gramaticalmente díspares (sintagmas nominais, sintagmas preposicionais, orações) que desempenham essa função nas frases. Por esse motivo, não é possível, isoladamente, dizer se um determinado elemento é ou não é um adjunto adverbial; só num determinado contexto frásico é que a questão faz sentido (ainda que haja elementos, entre eles muitos advérbios – se não a maioria – que apenas podem desempenhar essa função).

propriedades combinatórias destes advérbios, que são examinados pormenorizadamente em 33.5.10:

(3) a. *Só o Pedro* respondeu à pergunta. [combinação com sintagma nominal]
b. O Pedro falou *até com a Clara*. [combinação com sintagma preposicional]
c. O Pedro *apenas desmaiou*. [combinação com sintagma verbal]
d. A Catarina é *também inteligente*. [combinação com adjetivo]
e. O Pedro *só agora* saiu do trabalho. [combinação com advérbio]

Como se mencionou acima, alguns advérbios podem combinar-se com especificadores; e alguns selecionam complementos, obrigatoriamente ou opcionalmente. Os especificadores do advérbio – que são outros advérbios, tipicamente de grau – ocorrem à sua esquerda, e os complementos, à sua direita. Quando um advérbio é especificado e/ou complementado, forma um constituinte mais amplo, a que chamamos **sintagma adverbial**, abreviado em **SAdv**. O advérbio especificado ou complementado, por sua vez, constitui o **núcleo** do sintagma adverbial. Dão-se exemplos a seguir, sublinhando-se o núcleo, pondo os especificadores em itálico e os complementos em negrito:

(4) a. O Cristiano Ronaldo joga [$_{SAdv}$ *muito* bem].
b. O voto foi a favor, [$_{SAdv}$ contrariamente **às previsões**].
c. Saímos [$_{SAdv}$ *pouco* depois **do espetáculo**].
d. As alunas estão [$_{SAdv}$ *bastante* perto **da reitoria**].

A estrutura interna do sintagma adverbial, bem como uma descrição dos advérbios que se combinam com especificadores e com complementos, é feita em 33.3. É importante notar, contudo, que os advérbios ocorrem tipicamente sozinhos, sem especificadores ou complementos. Nesses casos, mencioná-los-emos apenas como "advérbios", e não como "sintagmas adverbiais".

No que respeita à sua forma e à sua constituição lexical, os advérbios não formam uma classe homogénea. Para além de advérbios morfologicamente simples e sem relação com palavras de outras classes – pelo menos de um ponto de vista sincrónico – como, entre outros, *ainda*, *aqui*, *depressa*, *devagar*, *já*, *logo*, *quase*, *sempre*, *só*[3], existe um vasto grupo de advérbios cujos membros são derivados de adjetivos através do sufixo *-mente* (*admiravelmente*, *incrivelmente*), outro grupo cujos membros resultam diretamente da recategorização de um adjetivo, sem qualquer marca morfológica especial (*alto*, *rápido*), e, finalmente, advérbios formados por mais do que uma palavra – a que chamamos **locuções adverbiais** – cuja associação adquiriu um grau elevado de fixidez sintática e semântica, acompanhada de uma interpretação de tipo idiomático. Damos a seguir exemplos que ilustram cada um destes tipos, mantendo a parte central da frase idêntica:

(5) a. A Joana conduz *depressa*.
b. A Joana conduz *maravilhosamente*.

[3] Alguns destes advérbios, no entanto, manifestam combinações internas de unidades autónomas que a evolução histórica da língua acabou por tornar opacas, amalgamando as diferentes unidades numa só forma (p.e., *depressa*, onde podemos identificar a preposição *de* e o nome *pressa*). Nestes casos, a complexidade morfológica – de natureza histórica – não é, atualmente, sentida pelos falantes.

c. A Joana conduz *rápido*.
d. A Joana conduz *à toa*.

A forma dos advérbios é descrita detalhadamente em 33.2.

Em virtude da mudança histórica e da sua alta frequência nos textos, escritos ou orais, alguns advérbios passam a funcionar – concomitantemente com o seu uso canónico – como conectores discursivos, ou seja, adquirem uma função subsidiária de ligação de enunciados, ou de partes de enunciados, entre si, ao mesmo tempo que, nesse uso, perdem o seu significado primitivo, podendo adquirir outros, por vezes próximos do dos operadores lógicos que exprimem implicação, como é o caso de (6a,b) nos exemplos a seguir:

(6) a. Não há estágios nessa empresa; *assim*, tens de procurar outra.
b. Não há dinheiro; *logo*, a viagem fica adiada.
c. O senhor quer saber quem eu sou? *Ora bem*, sou o Josué, estudante do primeiro ano da Faculdade de Economia.

Outros advérbios podem funcionar como conjunções, ou integrar locuções conjuncionais, no domínio da subordinação adverbial (cf. Cap. 38); ou seja, estabelecem a conexão entre uma oração subordinada adverbial e a oração subordinante, como os elementos em itálico nos seguintes exemplos:

(7) a. *Logo* que vires a Maria, chama-me.
b. *Mal* entrei em casa, cheirou-me a gás.
c. *Ainda* que esteja a chover, não me apetece levar o guarda-chuva.

Sobre estes advérbios, cf. o Apêndice deste capítulo. Quanto aos advérbios que funcionam como marcadores discursivos, são tratados exclusivamente no Cap. 51, não sendo, pois, retomados neste capítulo.

Finalmente, assinale-se que os advérbios relativos e interrogativos ((*a*)*onde*, *quando*, *como*, *quanto* e *quão*) não são também aqui tratados, mas sim nos capítulos que tratam, respetivamente, da subordinação relativa – o Cap. 39 – e das orações interrogativas – o Cap. 48.

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: em 33.1, discute-se a complementaridade de uso dos advérbios e dos adjetivos – nomeadamente na sua função canónica de modificadores de nomes e de verbos: os adjetivos modificam nomes no interior de um sintagma nominal e os advérbios modificam verbos dentro de um sintagma verbal. Em 33.2, descreve-se a forma que os advérbios podem ter, reconhecendo-se quatro classes: advérbios morfologicamente simples (ou "puros"), advérbios adjetivais, advérbios em *-mente* e locuções adverbiais. Em 33.3, discute-se a estrutura interna do sintagma adverbial, nomeadamente a capacidade combinatória dos advérbios com especificadores quantificacionais, por um lado, e com complementos de vários tipos, por outro. Em particular, discute-se o grupo importante dos **advérbios relacionais** (*antes*, *depois*, *fora*, *dentro*, *perto*, *longe*, entre outros), que, combinando-se com uma preposição, formam uma **locução prepositiva** capaz de selecionar um complemento que completa o sentido do advérbio (cf. *eles já estão perto de Lisboa*). Em 33.4, descrevem-se as funções que os advérbios podem assumir no âmbito geral da frase: elementos selecionados, predicadores e adjuntos adverbiais.

Em 33.5 – a secção central deste capítulo –, classificam-se os advérbios segundo os seus valores semânticos, reconhecendo-se as seguintes classes: advérbios de modo, advérbios de atitude do agente, advérbios de localização espacial (ou simplesmente locativos, ou de lugar), advérbios de localização temporal, advérbios de iteração, advérbios aspetuais, advérbios quantificacionais, advérbios avaliativos e advérbios focalizadores. Discutem-se também os advérbios *sempre* e *nunca* (com componentes semânticas de tipo variado – temporal, aspetual e quantificacional – que dificultam uma classificação simples), os advérbios *mal* e *bem* em posição pré-verbal, e os operadores afirmativo e negativo – *sim* e *não* – aqui classificados como advérbios. Finalmente, num Apêndice, descrevem-se as conjunções e locuções conjuncionais que funcionam no domínio da subordinação adverbial.

33.1 Complementaridade entre advérbios e adjetivos

Como se mencionou no início deste capítulo, uma das funções mais típicas dos advérbios é a modificação de verbos (cf. Caixa [1]). Nesse sentido, os advérbios são frequentemente contrapostos aos adjetivos, que modificam nomes[4], estabelecendo-se assim uma correlação complementar entre as duas classes, ou pelo menos entre membros canónicos das duas classes: os advérbios ocorrem em sintagmas verbais, modificando o verbo, e os adjetivos em sintagmas nominais, modificando o nome.

A existência, por um lado, de advérbios relacionados com adjetivos por derivação através do sufixo *-mente* (cf. 33.2.2) e, por outro, de nomes que denotam situações e eventos[5], permite ilustrar essa complementaridade (cf. também os Caps. 27.1.8 e 31.2.5). No paradigma (8), os verbos (sublinhados) são modificados por advérbios (em itálico); no paradigma (9), os nomes deverbais (sublinhados) que correspondem a esses verbos são modificados por adjetivos (em itálico):

(8) a. A bomba explodiu *violentamente*.
b. Os animais foram abatidos *impiedosamente*.
c. Os meus pais viajaram *demoradamente* por Itália.
d. As crianças crescem *rapidamente*.

(9) a. a explosão *violenta* da bomba
b. o abate *impiedoso* dos animais
c. a *demorada* viagem dos meus pais por Itália
d. o *rápido* crescimento das crianças

As duas classes não são intersubstituíveis, como se verifica, p.e., pela não gramaticalidade, por um lado, de ***os meus pais viajaram demorada por Itália*** e, por outro, de ***a demoradamente viagem dos meus pais por Itália**.

[4] O termo "adjetivo" provém da forma do latim tardio *adjectivus*, derivada de *adjectus*, particípio passado de *adicere*, *ad+iacere* 'atirar para'. A terminologia não reflete o paralelismo dos advérbios e dos adjetivos como modificadores de verbos e de nomes, respetivamente. Nesse sentido, um termo mais adequado para os adjetivos seria "adnomes". Algumas gramáticas (incluindo esta) usam o termo mais transparente "modificadores do nome" para designar os elementos que modificam o nome, incluindo os adjetivos.
[5] Muitos destes nomes são deverbais, criados através de um processo de nominalização (cf. Cap. 27.1).

No entanto, alguns advérbios, entre os quais um pequeno número com valor semântico temporal ou locativo, podem ocorrer no interior de sintagmas nominais cujo núcleo é um nome eventivo ou denotador de um cargo, função ou profissão, funcionando como adjuntos adverbiais, ainda que de forma limitada (e marginal para alguns falantes), como se ilustra nos seguintes exemplos[6]:

(10) a. [O *então* catedrático da cadeira de Introdução aos Estudos Linguísticos], o Professor Lindley Cintra, foi o presidente do júri.
b. Lá temos de aturar de novo [a *sempre* solícita secretária].
c. Não tarda muito, [o *ainda* ministro] vai para a rua.
d. [O jogo {*aqui*/*no estádio da Luz*}] vai ser muito difícil.
e. [A greve {*ontem*/*na semana passada*}] teve um sucesso retumbante.

33.2 Forma dos advérbios

Como se mencionou na introdução, os advérbios são palavras que não apresentam variação flexional nas categorias gramaticais que caracterizam as classes lexicais abertas (cf. Cap. 11.2). Por conseguinte, não estabelecem relações formais de concordância com os verbos, com os adjetivos ou com os nomes que modificam ou com os quais se combinam. Assim, p.e., o advérbio de modo *depressa*, embora atribua uma propriedade ao argumento com o papel temático de agente (cf. 33.5.1) – em frases ativas, o sujeito –, não varia em função do número, do género ou da pessoa deste: cf. *a Maria saiu de casa depressa*, *o António e a Maria saíram de casa depressa*, *nós saímos de casa depressa*. Quando especificam um adjetivo, os advérbios também não concordam com este em género e número: cf. *um rapaz muito alto*, *uma rapariga muito alta*, *edifícios muito altos*[7]. Para alguns falantes, o advérbio *próximo* alterna com o adjetivo formalmente idêntico (cf. 33.2.1) no predicado de orações copulativas. O advérbio distingue-se do adjetivo precisamente por não apresentar marcas flexionais de concordância com o sujeito: cf. *elas já estão próximas de casa*, com o adjetivo, vs. *elas já estão próximo de casa*, com o advérbio.

Os advérbios aproximam-se, assim, das classes de palavras fechadas constituídas por itens de natureza gramatical, como as preposições e as conjunções, também invariáveis, e distinguem-se das classes abertas dos nomes, dos adjetivos e dos verbos (cf. Cap. 10).

No entanto, os advérbios não se deixam classificar facilmente nas dimensões aberto vs. fechado, ou lexical vs. gramatical. Na realidade, formam uma classe de palavras mista, parcialmente aberta e parcialmente fechada, com itens de natureza

---

[6] Veja-se também a possibilidade de modificar um nome pela pró-forma adverbial de modo *assim* (cf. Caixa [1] do Cap. 23): [{*as pessoas*/*os jogos*} *assim*] *não me interessam*. Em (10d,e), incluem-se sintagmas preposicionais com o mesmo valor semântico dos advérbios, e funcionando igualmente como adjuntos adverbiais no sintagma nominal. Devido à sua posição obrigatória antes do nome, os advérbios de (10a-c) assemelham-se ao prefixo *ex-* em exemplos como *o ex-catedrático da cadeira de Introdução*, *a ex-secretária*, *o ex-ministro*. Este prefixo também tem uma dimensão semântica temporal, próxima do sentido do advérbio *então*.

[7] Num registo coloquial, o advérbio *muito*, funcionando como especificador de adjetivos ou de outros advérbios, pode ser realizado com vogal final *-a*, de que resulta um realce pragmático do elemento especificado: cf. *esse gajo é muita porreiro*, *estas casas são mesmo muita frias*. Como se pode verificar nos exemplos, este uso de *muita* não reflete concordância: trata-se de uma marca fonética com valor enfático.

claramente gramatical e outros com características lexicais[8]. Esta situação, de aparente incongruência, decorre da existência de dois tipos formais de advérbios.

Assim, por um lado, existem advérbios formados por uma palavra que não resulta da recategorização de outra, pertencente a outra classe, como *ainda*, *até*, *cedo*, *dentro*, *já*, *mais*, *quase* e *sempre*, entre outros[9]. Estes advérbios (a que podemos chamar, por conveniência, "puros", para os distinguir dos que se descrevem a seguir) formam um grupo fechado, i.e., com um número finito de elementos, e manifestam propriedades semânticas próximas das que caracterizam as classes de palavras gramaticais.

> [2] Este conjunto de advérbios inclui formas que, ainda que sejam morfologicamente simples numa perspetiva sincrónica, resultam diacronicamente da contração de combinações de palavras pertencentes a outras classes (cf. Nota 3). Este tipo de formação pode ter ocorrido ainda em latim: cf., por exemplo, *agora* < lat. *hac hora*, *acolá* < lat. vulg. *eccu*(*m*) *illac*, *além* < lat. *ad illinc*, *aquém* < lat. *eccum hinc* (por intermédio de *accu* + *inde* > **accuinde* – o asterisco significa aqui que se trata de uma forma reconstruída). Noutros casos, a formação do advérbio já é feita em português, envolvendo frequentemente a combinação de um nome, de um adjetivo ou de um advérbio com uma preposição inicial, que se gramaticaliza em prefixo: cf. *afinal*, *acima* (com a preposição *a*), *demais*, *depressa*, *detrás*, *devagar* (com a preposição *de*), *enfim* (com a preposição *em*), *entretanto* (com a preposição *entre*), *porventura* (com a preposição *por*). Estes exemplos mostram que, do ponto de vista da sua estrutura interna, alguns advérbios "simples" resultam de processos de formação de palavras com alguma complexidade. Este tópico é discutido no Cap. 55, onde se apresentam outros exemplos.

Por outro lado, existem advérbios derivados de adjetivos através do sufixo *-mente*, a que chamamos **advérbios em *-mente*** (cf. *atrevidamente*, derivado de *atrevida*), e também advérbios recategorizados a partir de adjetivos sem junção de afixo à unidade básica adjetival, a que chamamos **advérbios adjetivais** (cf. *alto*, num contexto como *vocês falam demasiado alto*). Na medida em que são derivados de itens que pertencem a uma classe aberta e lexical, estes advérbios (em particular os formados com *-mente*) formam subclasses de dimensões maiores que a subclasse dos advérbios puros – poderíamos dizer que formam subclasses "semiabertas", dado que, mesmo assim, existem restrições à sua formação (cf. 33.2.1 e 33.2.2). Para além disso, estes advérbios partilham propriedades semânticas, de natureza lexical, com os adjetivos de que derivam (cf. Cap. 10.2).

Na classe dos advérbios incluem-se também as **locuções adverbiais**, i.e., expressões formadas pela associação de duas ou mais palavras que adquiriram um grau

---

[8] Para uma discussão mais geral destas dimensões tipológicas, cf. Cap. 11.2. Para uma discussão particular do estatuto misto dos advérbios, cf. Cap. 10.2.

[9] Alguns advérbios de localização temporal (*ontem*, *hoje*, *amanhã*) e espacial (*aqui*, *aí*, *ali*) podem funcionar como nomes (cf. *ontem foi o dia dos meus anos*, *os amanhãs incertos*, *aqui não é um lugar agradável*). Esta dualidade, no entanto, encontra-se limitada a um número reduzido de advérbios dêiticos (cf. 33.5.3 e Cap. 11.7), não sendo inteiramente claro qual a classe primitiva e qual a classe recategorizada. Existem outros casos, isolados e não produtivos, de recategorização de palavras de outras classes em advérbios; assim, p.e., o nome *acaso*, que integra locuções adverbiais como *ao acaso* e *por acaso*, pode, isoladamente, recategorizar em advérbio: cf. *se acaso chegarem antes da hora, esperem um pouco*.

elevado de fixidez semântica e sintática, e que ocorrem com as mesmas funções dos advérbios e em contextos semelhantes; alguns exemplos são *ao acaso*, *de mansinho*, *dia após dia*, *em boa hora*, *em geral*, *em grande*, *em vão*, *por acaso*, *por fim*, *sem rumo*.

Finalmente, na área da localização temporal e espacial, os **advérbios relacionais** combinam-se com uma preposição (tipicamente *de*), formando uma locução complexa, chamada **locução prepositiva** (cf. *perto*/*longe de*, *antes*/*depois de*), visto que funciona de modo semelhante a uma preposição simples, permitindo que o advérbio ocorra com um complemento selecionado (cf. *o comboio está perto/longe d**a estação***, *ele chegou antes/depois d**a Maria***). As locuções prepositivas distinguem-se das locuções adverbiais precisamente pelo facto de selecionarem um complemento.

Nas subsecções seguintes, discutem-se com mais detalhe os advérbios adjetivais (cf. 33.2.1), os advérbios em *-mente* (cf. 33.2.2) e as locuções adverbiais (cf. 33.2.3)[10].

33.2.1 Advérbios adjetivais

A recategorização de adjetivos em advérbios corresponde a um tipo particular de derivação, chamada **conversão**, em que não há junção de afixos a uma unidade de base (cf. Cap. 59)[11]. As formas que funcionam como advérbios chamam-se **advérbios adjetivais**. Apresentam-se exemplos no seguinte paradigma:

(11) a. Quando está em público, ela fala {*alto*/*baixo*/*caro*/*claro*}.
b. De jipe, chega-se *rápido* ao mar.
c. Jura *falso* e verás o que te acontece…
d. Elas bateram *forte* nos maridos.
e. Ela é incapaz de jogar *limpo*!
f. A chuva caiu *rijo*.

Os advérbios exemplificados acima provêm de adjetivos no grau neutro; não é infrequente, contudo, encontrar advérbios adjetivais no grau superlativo absoluto sintético, com o sufixo *-íssimo* (cf. Cap. 31.3.3.3.1)[12]:

(12) a. Elas falam *altíssimo*.
b. Nesta empresa, não se joga limpo/sujo, joga-se *limpíssimo*/*sujíssimo*!
c. Os apartamentos custam *caríssimo*.
d. Ela aguentou *firmíssimo* a leitura da sentença.
e. A polícia bateu *rijíssimo* no carteirista.

A forma do advérbio é, no caso dos adjetivos que marcam morfologicamente o género, a do masculino singular (a forma flexional não marcada), com o índice temático *-o*. O advérbio, de forma coerente com as propriedades morfológicas desta classe, não flexiona; ou seja, não concorda nem em género nem em número com o sujeito (ainda que represente uma propriedade que lhe é atribuída), o que se pode verificar através do exemplo (11a), relativamente ao género (o sujeito é aí feminino), e do exemplo (11d), relativamente ao número (o sujeito é aí plural).

---

[10] Os advérbios relacionais e as locuções prepositivas discutem-se em 33.3.1.2; cf. também o Cap. 32.2.2.
[11] A conversão de adjetivos em advérbios já existia em latim (cf. Said Ali [1931] 1964), e manifesta-se em todas as línguas românicas.
[12] Sobre o grau dos advérbios numa perspetiva sintática e semântica, cf. Cap. 40. Sobre o grau superlativo absoluto sintético em geral, cf. Cap. 55.

[3] No domínio dos quantificadores (cf. 33.5.8 e Caps. 20 e 21) existem também itens, como *bastante*, *meio*, *muito* e *pouco*, que têm uma forma adjetival, a qual funciona como especificador de nomes (cf. *bastantes carros*, *meias finais*, *muitos livros*, *poucas pessoas*), e uma forma adverbial, invariável, a qual funciona como especificador de adjetivos, de advérbios e de verbos (cf. *ela fala* {*bastante*/*muito*/*pouco*} ***alto***, *ela ficou meio* ***triste***, *ele discursou muito* ***convincentemente***, *eles* ***comem*** {*bastante*/*muito*/*pouco*}). Não é inteiramente claro, no entanto, que uma forma derive da outra. Mais plausível parece ser a hipótese de que este tipo de quantificadores possui duas versões primitivas – uma adjetival e outra adverbial – alternando em função da classe da palavra que é especificada.

Os advérbios adjetivais existem no léxico juntamente com os adjetivos de que derivam; em pares nos quais um dos membros é uma oração (cf. (13b,d)) e o outro é uma nominalização (com um nome deverbal, como em (13a), ou semanticamente próximo do verbo, como em (13c)), a complementaridade de advérbios e adjetivos descrita na secção 33.1 permite ilustrar o uso de ambas as formas em estruturas com um significado igual ou parecido – o adjetivo nas nominalizações e o advérbio adjetival correspondente nas orações:

(13) a. Agradou-lhe [a resposta *rápida* à pergunta]. [adjetivo]
b. Ela respondeu *rápido* à pergunta. [advérbio]
c. O desgraçado do rapaz recebeu [umas pancadas *rijas*]. [adjetivo]
d. Elas bateram *rijo* no desgraçado do rapaz. [advérbio]

Por vezes, um adjetivo inequívoco ocorre na mesma posição frásica em que ocorre um advérbio adjetival, podendo provocar dúvida – quando a forma termina no índice temático *-o* ou *-e* – sobre se estamos face a um adjetivo ou a um advérbio. Compare-se, p.e., *o Pedro trabalha rápido* com *o Pedro trabalha obrigado*, em que as formas sublinhadas predicam ambas sobre o sujeito da frase, *o Pedro*. No primeiro exemplo, *rápido* é um advérbio adjetival: se modificarmos o género e/ou o número do sujeito, a forma sublinhada não se altera: cf. *elas trabalham rápido* e a impossibilidade de **elas trabalham rápidas*. No segundo exemplo, em contrapartida, *obrigado* é um adjetivo predicativo do sujeito (cf. Cap. 30). Se modificarmos o género e/ou o número deste, a forma sublinhada terá de concordar nestas categorias gramaticais: cf. *elas trabalham obrigadas* e a impossibilidade de **elas trabalham obrigado*.

Algumas formas podem ocorrer quer como adjetivo quer como advérbio no mesmo contexto, havendo nesses casos verdadeira ambiguidade lexical; é o caso de *próximo* e *firme*, como se ilustra em (14):

(14) a. Ele está *próximo* da estação.
b. Ela aguentou *firme* as críticas.

Substituindo *ele* por *elas*, em (14a), é tão possível *elas estão próximo da estação* (advérbio, sem concordância) como *elas estão próximas da estação* (adjetivo, com concordância). Do mesmo modo, substituindo *ela* por *elas*, em (14b), é tão possível *elas aguentaram firme as críticas* (advérbio) como *elas aguentaram firmes as críticas* (adjetivo). Em (14), portanto, tem-se ambiguidade, já que as formas em itálico, terminadas em *-o* e *-e*, respetivamente, podem manifestar morfologicamente concordância com o sujeito (em género e número, no primeiro exemplo, em número,

no segundo) ou ser simplesmente a terminação "neutra" do advérbio. Repare-se que o significado das alternativas é praticamente o mesmo, quer a forma seja um advérbio quer um adjetivo, o que revela a estreita conexão semântica entre os advérbios adjetivais e os adjetivos correspondentes.

Os advérbios adjetivais têm tipicamente uma interpretação de modo (cf. 33.5.1). Nalguns casos, alternam com o advérbio de modo em *-mente* que lhes corresponde, sem alteração do significado da frase:

(15) a. Eles responderam *rápido*/*rapidamente*.
b. Ela aguentou *firme*/*firmemente* as duras críticas.
c. Eles trabalham *duro*/*duramente*.

No entanto, não existem advérbios adjetivais correspondentes à maioria dos advérbios de modo em *-mente*: assim, *brutalmente*, *carinhosamente*, *delicadamente*, *inteligentemente* e *simpaticamente*, entre muitos outros, não possuem correspondentes adjetivais: cf., por exemplo, *a polícia agrediu *brutal*/*brutalmente o prisioneiro*, *elas trataram *carinhoso*/*carinhosamente a criança*. Inversamente, existem alguns advérbios adjetivais cuja variante em *-mente* não é usada, como *cerce* ou *certo* (no sentido de 'correto'): cf. *o presidente cortou cerce*/**cercemente a discussão*, *eles responderam certo*/**certamente*.

Nem sempre um advérbio adjetival é sinónimo da forma em *-mente* correspondente, como nos casos de *alto*/*altamente*, *baixo*/*baixamente* e *fino*/*finamente*. No primeiro par, *alto* tem um sentido espacial (cf. *os pássaros voaram alto*) ou de intensidade sonora (cf. *o Pedro respondeu alto*), tal como o adjetivo qualificativo correspondente (cf. *um lugar alto*, *um som alto*); em contrapartida, *altamente* tem um sentido apenas quantificacional, sendo usado como especificador de adjetivos (cf. *um assunto altamente confidencial*). As formas *alto* e *altamente* não são, portanto, intersubstituíveis mantendo o mesmo significado, como o leitor pode verificar facilmente[13]. O mesmo sucede com os advérbios *baixo* e *baixamente*. Enquanto o primeiro tem sentidos nas mesmas áreas semânticas de *alto*, mas com valor oposto (cf. *os pássaros voaram baixo*, *o Pedro respondeu baixo*), o significado do segundo é muito diferente (algo como 'de forma vulgar, pouco elegante'): cf. *o Pedro respondeu baixamente*.

Também no par *fino*/*finamente*, o uso de ambas as formas é parcialmente distinto: *fino* combina-se com verbos que denotam o uso da voz (cf. *cantar fino*, *falar fino*), mas não com outros verbos (cf. *o artista retocou finamente*/**fino as imagens*).

O adjetivo *breve* está na base do advérbio *brevemente*, o qual pode ter uma leitura quantificacional, de duração (cf. *o Presidente discursou brevemente*), que também se encontra no adjetivo (cf. *um discurso breve*); o advérbio pode ter também uma leitura de localização temporal, significando 'daí a pouco tempo' (cf. *os móveis vão chegar brevemente*). Com verbos de crença e de volição, em frases que remetem para um tempo futuro, o adjetivo *breve* pode (sobretudo num registo escrito formal) recategorizar em advérbio de localização temporal, alternando com *brevemente* ou com a locução adverbial *em breve*: cf. *espero, breve, as vossas*

[13] Os advérbios adjetivais não podem funcionar como especificadores de adjetivos ou de advérbios (cf. a impossibilidade de **um assunto alto confidencial* ou **ela é alto simpática*/*competente*).

reações; *creio, breve, poder colaborar*; *desejamos, breve, revê-los*; *espera-se que breve esteja recuperado*. Na expressão *o mais breve possível*, *breve* é igualmente ambíguo entre um sentido de localização temporal, como advérbio adjetival (cf. *solicita-se uma resposta o mais breve possível*, que pode ser continuado por *de preferência até à próxima semana*); e um sentido quantificacional (de extensão, neste exemplo), como adjetivo (cf. *solicita-se uma resposta o mais breve possível*, que pode ser continuado por *no máximo em cinco linhas*).

Alguns advérbios adjetivais combinam-se preferencialmente com verbos determinados, podendo observar-se uma tendência, em certos casos, para a formação de unidades multilexicais (cf. Cap. 9); constituem exemplos *falar alto*, *falar baixo*, *jogar limpo*, *mergulhar fundo*, *pensar alto*, *pisar firme*, *trabalhar duro*, *voar baixo*.

33.2.2 Advérbios em *-mente*

Para muitos falantes, a classe dos advérbios em *-mente* está estreitamente associada à própria ideia de advérbio, constituindo, por assim dizer, o seu representante mais típico. Estes advérbios são formados a partir de uma base adjetival. Quando o adjetivo de base varia em género, é à sua forma singular e feminina que se acrescenta o sufixo: cf. *calma* ⇒ *calmamente*, *vaga* ⇒ *vagamente*[14]; quando o adjetivo não varia morfologicamente em género, o sufixo é acrescentado à sua forma única singular, como em *inteligente* ⇒ *inteligentemente*, *capaz* ⇒ *capazmente*, *invariável* ⇒ *invariavelmente*.

O uso do feminino na base adjetival encontra explicação na etimologia destes advérbios, os quais têm origem na construção latina constituída pela forma *mente* (o ablativo do nome feminino *mens*, *mentis* 'mente', 'ânimo') modificada por um adjetivo pré-nominal. Em virtude de o nome ser feminino, o adjetivo concordava com ele em género. No processo de reanálise da expressão numa única palavra de natureza adverbial, os adjetivos que marcam morfologicamente o género preservaram a morfologia feminina, ou seja, a terminação em *-a*[15].

O sufixo *-mente* tem um estatuto mais autónomo do que o de outros sufixos derivacionais (cf. Cap. 55 e Vigário e Frota 2002). Uma das manifestações desta autonomia é o facto de, em estruturas nas quais se coordenam dois ou mais advérbios em *-mente* ou em que se comparam graus de propriedades expressas por estes advérbios, ser possível elidir o sufixo em todos os membros da sequência menos no último: cf. *todos colaboraram pronta, eficaz e serenamente* (comparar com *todos colaboraram prontamente, eficazmente e serenamente*), *eles agiram mais hipócrita do que sinceramente* (comparar com *eles agiram mais hipocritamente do que sinceramente*).

---

[14] Excetuam-se os advérbios formados a partir de adjetivos terminados em *-ês*, que derivam da forma masculina (cf. *portuguesmente*, *inglesmente*), ainda que esses adjetivos tenham uma forma feminina terminada em *-a*. É, no entanto, pouco produtiva a formação de advérbios em *-mente* a partir destes adjetivos, e poderá eventualmente haver hesitação da parte de alguns falantes quanto à forma do advérbio: por exemplo, *francesmente* ou *francesamente*, *escocesmente* ou *escocesamente*?

[15] A terminação em *-a* não significa, evidentemente, que estes advérbios manifestem variação flexional, no que se assemelham aos restantes advérbios. Para uma apresentação pormenorizada da formação destes advérbios e das suas propriedades morfofonológicas, bem como para uma discussão do estatuto (controverso, para alguns linguistas) do próprio sufixo *-mente* como sufixo derivacional, cf. Cap. 55.

Os advérbios em *-mente* formam uma classe semiaberta, refletindo o estatuto dos adjetivos como classe aberta e lexical (cf. Cap. 10)[16]. De maneira geral, formam advérbios em *-mente* os adjetivos que exprimem propriedades relacionadas com as circunstâncias em que decorrem os eventos (mais geralmente, as situações): a sua duração, a sua localização temporal, a sua estrutura temporal interna – aquilo a que se chama o aspeto – e o modo como os participantes envolvidos atuam[17]. Assim, é possível formar advérbios em *-mente* a partir de adjetivos pertencentes a todas as classes propostas no Cap. 31, desde que a forma resultante possa qualificar uma situação, ou aspetos relacionados com o contexto em que esta se insere: adjetivos qualificativos (*asperamente*, *carinhosamente*, *duramente*), relacionais (*politicamente*, *teatralmente*), avaliativos (*fantasticamente*, *magnificamente*), modais (*necessariamente*, *provavelmente*) e intensionais (*falsamente*, *meramente*).

Muitos destes adjetivos denotam primitivamente propriedades físicas ou fisiológicas, sendo reinterpretados metafórica ou metonimicamente quando funcionam em sintagmas nominais eventivos (cf. Cap. 31) e/ou quando formam advérbios em *-mente*: cf. *altamente competente* (grau), *bateram-lhe duramente* ('com violência'), *aconselhámo-lo vivamente a aceitar a posição* (insistência), *ela reagiu baixamente à provocação* ('de forma vulgar, ordinária')[18].

Nem todos os adjetivos permitem a formação de advérbios em *-mente*, em particular aqueles que não podem ser usados para qualificar propriedades relacionadas com situações (cf. Cap. 31). Entre estes, incluem-se os adjetivos de cor e alguns que denotam propriedades físicas, como *gordo*, *magro*, *morto*, *velho*[19]: cf. a estranheza de *azulmente*, *gordamente*, *magramente*, *mortamente*, *velhamente*, paralela à estranheza de expressões como *de modo* {*azul*/*gordo*/*magro*/ *morto*/*velho*}[20].

As restrições à formação destes advérbios têm um caráter parcialmente idiossincrático, o que dificulta a sua descrição. Assim, p.e., de forma geral, os adjetivos que denotam aspetos da área do tempo têm correspondentes adverbiais: cf. *anterior – anteriormente*, *anual – anualmente*, *atual – atualmente*, *concomitante – concomitantemente*, *diário – diariamente*, *mensal – mensalmente*, entre outros pares. No entanto, *passado* e *seguinte* não formam advérbios: cf. **passadamente* e **seguintemente*[21].

Semanticamente, a maioria dos advérbios em *-mente* tem uma leitura de modo – 'de um modo, forma ou maneira *x*', em que *x* representa a base adjetival: cf., entre muitos outros exemplos, *violentamente* ('de {modo/forma/maneira} violento(a)'),

---

[16] Dizemos "semiaberta" porque nem todos os adjetivos podem servir de base a advérbios em *-mente* (cf. o texto a seguir). De qualquer forma, a dimensão desta classe é consideravelmente maior do que a dos outros grupos de advérbios.

[17] Cf. Cap. 31.2.5, onde estes adjetivos são chamados "de leitura adverbial".

[18] Nas secções do Cap. 31 em que se discutem esses adjetivos, o leitor poderá encontrar exemplos que mostram a equivalência semântica entre eles (no domínio do sintagma nominal) e os advérbios em *-mente* que lhes correspondem (no domínio frásico).

[19] Um caso interessante é o do adjetivo *velho*, na leitura de duração temporal (cf. Cap. 31.2.5.2), que não tem um correspondente adverbial, como se vê pela impossibilidade de **eles são velhamente amigos* (compare-se com *eles são velhos amigos*).

[20] Contudo, estes advérbios podem ser usados de modo criativo, com efeitos estilísticos ou irónicos: cf. *Velhos gordos, de cachaço escarlate, pedalavam, gordamente* (CRPC, Eça, *A Cidade e as Serras*); *Tive subitamente o desejo de tomar banho, entrar no mar, saltar nas ondas que estavam muito azulmente fascinantes* (CRPC, J. de Sena, *Sinais*).

[21] Para além das idiossincrasias, é manifestamente necessário um estudo mais sistemático dos padrões semânticos que permitem a formação de advérbios em *-mente* a partir de adjetivos, em particular na classe dos adjetivos relacionais.

carinhosamente, *elegantemente*, *injustamente*, *timidamente*. Contudo, encontram-se formas em *-mente* na maioria das classes semânticas em que se repartem os advérbios: de iteração (*diariamente*, *mensalmente*, *regularmente*), de ordenação (*anteriormente*, *seguidamente*), de grau (*completamente*, *extremamente*), focalizadores (*exatamente*), avaliativos (*compreensivelmente*, *francamente*) e modais (*certamente*, *possivelmente*, *seguramente*)[22].

33.2.3 Locuções adverbiais

As locuções adverbiais são expressões com a mesma função dos advérbios, formadas por duas ou mais palavras cuja associação adquiriu um grau elevado de fixidez sintática e semântica, frequentemente com uma interpretação idiomática, i.e., não relacionada com a interpretação isolada dos seus elementos constituintes. São exemplos, entre outros, *às cegas*, *às vezes*, *com efeito*, *dia após dia*, *já agora*, *mesmo assim*, *olho por olho*, *sem dúvida*.

A estrutura interna das locuções adverbiais é altamente diversificada, e não pode ser descrita por uma regra simples[23]. Os padrões mais comuns são os seguintes (as listas não são exaustivas):

- uma preposição seguida por um substantivo (por vezes modificado) ou por um adjetivo (este é o esquema que integra um maior número de locuções adverbiais): *à alentejana*, *à francesa*, *à mão*, *à noite*, *a potes*, *à primeira vista*, *à tarde*, *à tripa forra*, *ao redor*, *às vezes*, *com efeito*, *de momento*, *de noite*, *de novo*, *de repente*, *de rompante*, *de tarde*, *em boa hora*, *em comum*, *em particular*, *em rigor*, *em vão*, *na verdade*, *pelos cotovelos*, *por azar*, *por sorte*, *sem dúvida* (*alguma*)

- uma preposição e um advérbio: *a bem*, *a mal*, *ao longe*, *de longe*, *desde já*, *para já*, *por bem*, *por mal*

- dois advérbios: *agora mesmo*, *ainda agora*, *ainda assim*, *já agora*, *logo ali*, *mais logo*, *ora bem*, *quanto antes*

- combinações que incluem dois advérbios, juntamente com outros elementos, nomeadamente preposições: *antes de mais*, *antes que seja tarde* (*de mais*), *de então para cá*, *de longe em longe*, *de quando em quando*, *mais ou menos*, *nem mais nem menos*, *sem mais nem menos*

- combinações variadas que incluem dois nomes juntamente com outros elementos, nomeadamente preposições: *ao fim e ao cabo*, *com unhas e dentes*, *de ponta a ponta*, *dia após dia*, *num abrir e fechar de olhos*, *olho por olho* (*dente por dente*), *passo a passo*

- combinações mais complexas, que podem incluir um advérbio, um nome, um adjetivo, um artigo ou um pronome indefinido: *acima de tudo*, *antes pelo contrário*, *assim e assado*, *de vez em quando*, *em menos de nada*, *hoje em dia*, *outra vez*, *um bocado*, *um bocadinho*, *um pouco*, *uma vez mais*, *uma vez por outra*

---

[22] O leitor poderá encontrar mais exemplos de advérbios em *-mente*, assim como ilustrações do seu uso, nas subsecções onde se descrevem as várias classes de advérbios.

[23] Neste aspeto, as locuções adverbiais apresentam semelhanças com as unidades multilexicais (cf. Cap. 9), e constituem plausivelmente uma etapa intermédia no processo que leva à formação dos advérbios discutidos na Caixa [2].

As locuções adverbiais têm os valores semânticos dos restantes adjuntos adverbiais, como se ilustra a seguir, sem pretendermos ser exaustivos:

- localização temporal: *à noite*, *à tarde*, *agora mesmo*, *ainda agora*, *antes que seja tarde* (*de mais*), *de então para cá*, *de momento*, *desde já*, *em boa hora*, *mais logo*, *de noite*, *de tarde*, *para já*
- iteração: *às vezes*, *de longe em longe*, *de quando em quando*, *de vez em quando*, *dia após dia*
- ordenação temporal: *de novo*, *outra vez*
- localização espacial: *ao longe*, *de longe*, *logo ali*
- modo: *a custo*, *a torto e a direito*, *à alentejana*, *à inglesa*, *à pressa*, *à toa*, *à vontade*, *ao acaso*, *às cegas*, *às escuras*, *assim ou assado*, *de bom grado*, *de má vontade*, *de ponta a ponta*, *de rompante*, *com unhas e dentes*
- grau ou quantidade: *a potes* (cf. *chove a potes*), *mais ou menos*, *um bocadinho*, *um bocado*, *um pouco*
- concessão: *ainda assim*, *mesmo assim*
- avaliação: *à primeira vista*, *em boa hora*, *por azar*, *por sorte*, *sem dúvida*
- conexão discursiva: *antes de mais*, *ao fim e ao cabo*, *já agora*, *ora bem*
- focalização: *acima de tudo*, *em particular*
- epistémico, com valor afirmativo: *com certeza*, *com efeito*, *de facto*, *na verdade*, *sem dúvida*
- epistémico, com valor negativo: *de forma alguma*, *de maneira nenhuma*, *de modo algum*

As locuções adverbiais apresentam possibilidades muito reduzidas ou mesmo nulas de modificação interna dos elementos que as constituem e, nesse sentido, distinguem-se, na maior parte dos casos, dos adjuntos adverbiais formados por sintagmas preposicionais regulares. Assim, p.e., comparem-se as sequências sublinhadas das seguintes expressões, respetivamente um sintagma preposicional e uma locução adverbial: *vou <u>num cavalo</u>* e *vou <u>a cavalo</u>*. Na primeira expressão, é possível combinar o substantivo *cavalo* com um modificador (cf. *vou num cavalo* {*velho*/*do estábulo do meu avô*/*que o meu pai me ofereceu*}); e é possível substituí-lo por outro da mesma área semântica e que seja compatível com o resto da frase (cf. *vou num* {*burro*/*camelo*/*elefante*}). Essas possibilidades, em contrapartida, estão vedadas à locução adverbial *a cavalo* (cf. ***vou a cavalo* {*velho*/*do estábulo do meu avô*/*que o meu pai me ofereceu*}, ***vou a* {*burro*/*camelo*/*elefante*}). De modo semelhante, na locução adverbial quantificacional *um bocado*, o substantivo *bocado* não pode ser especificado: compare-se *na economia do texto, este parágrafo é <u>um bocado</u> inútil* com a impossibilidade de ***na economia do texto, este parágrafo é <u>um grande bocado</u> inútil*; em contrapartida, usado como substantivo fragmentador num sintagma nominal regular, *bocado* pode ser especificado: cf. *dá-me <u>um grande bocado</u> de bolo*.

Outro exemplo é o da locução adverbial *mais logo*, em comparação com o sintagma *mais tarde* e com o sintagma *mais cedo*[24]. Nestes dois sintagmas, o advérbio quantificacional *mais* combina-se com os advérbios *tarde* ou *cedo* para formar um sintagma comparativo (cf. 33.3.2 e Cap. 40)[25]. Em contrapartida, na sequência *mais logo* o advérbio *mais* não tem um valor comparativo: cf. a impossibilidade de ***vou lá mais logo do que tu* (comparar com *vou lá* {*mais cedo*/*mais tarde*} *do que tu*). O advérbio *mais* também não forma uma construção superlativa absoluta analítica com *logo*: ***vou lá o mais logo possível* (comparar com *vou lá o mais tarde possível*).

As locuções adverbiais distinguem-se das locuções prepositivas (cf. 33.3.1.2 e Cap. 32) por terem um sentido completo, não podendo combinar-se com um complemento ou sequer recuperá-lo contextualmente. Assim, p.e., (*lá*) *ao longe*, uma locução adverbial, é semanticamente autossuficiente (cf. *estou a ver um barco à vela* (*lá*) *ao longe*). Em contrapartida, as locuções prepositivas (muitas delas formadas com base em advérbios), como *ao lado de*, *em frente de*, *próximo de* ou *longe de*, admitem (por vezes requerem) uma expressão que lhes complete o sentido (ou seja, um complemento), tal como as preposições simples: cf. *o aluno está* ***ao lado d****o professor*, *o barco à vela está* ***longe d****a costa*, *o comboio está* ***próximo d****a estação*, *o general está* ***em frente d****as tropas*[26]. A possibilidade vs. impossibilidade de um complemento funciona, pois, como critério para distinguir as locuções prepositivas das locuções adverbiais.

33.3 Estrutura do sintagma adverbial

Os advérbios podem combinar-se com outros constituintes, funcionando como núcleo de um constituinte maior denominado **sintagma adverbial** (abreviado em **SAdv**). No sintagma adverbial, para além do núcleo adverbial, distinguimos os **complementos**, que podem ser sintagmas preposicionais ou orações (cf., respetivamente, [*independentemente da tua opinião*], *vou mesmo sair* e *eu rio* [*sempre que tu choras*]), dos **especificadores** (cf. *chegaste* [*muito tarde*], *agiste* [*espetacularmente bem*], *partimos* [*três minutos antes*].

Tal como os complementos do nome, do verbo ou do adjetivo, os complementos do advérbio ocorrem à sua direita (com uma exceção, que será comentada em 33.3.1.2; cf. (23)) e completam-lhe o sentido. Em contrapartida, os especificadores são tipicamente outros advérbios, geralmente expressões quantificacionais que explicitam o grau da propriedade ou da relação denotada pelo advérbio, funcionando, nesse sentido, como os especificadores quantificacionais no sistema do sintagma nominal. Os especificadores ocorrem tipicamente no início do sintagma adverbial, à esquerda do advérbio, com algumas exceções que serão também comentadas adiante.

De maneira semelhante aos adjetivos, os advérbios ocorrem frequentemente sem especificadores ou complementos, como o único membro do sintagma adverbial. Como já foi dito, ao longo deste capítulo, quando for caso disso, simplificamos a representação dos exemplos, ignorando o constituinte sintagmático de que o advérbio faz parte.

---

[24] A expressão *mais tarde ou mais cedo*, no entanto, é uma locução adverbial de valor temporal.

[25] A comparação pode, contudo, ser apenas implícita, como em *vou lá* {*mais cedo*/*mais tarde*} (cf. 33.5.3.2.6).

[26] Com algumas locuções prepositivas, o complemento é apenas opcional (cf. 33.3.1.2).

33.3.1 Complementos do advérbio

Como se mencionou no Cap. 32, existe uma afinidade estreita entre preposições e advérbios. Tipicamente, os advérbios distinguem-se das preposições pelo facto de não selecionarem um complemento, contrariamente às preposições, que precisam de uma expressão que lhes complete o sentido. Muitos advérbios são parafraseáveis por sintagmas preposicionais, e não é certamente uma coincidência que uma das funções mais típicas dos sintagmas preposicionais seja precisamente a de adjunto adverbial, tal como acontece com os advérbios.

Os advérbios mais típicos não se combinam com um complemento porque, de certa forma, ele está implícito no sentido do próprio advérbio. Assim, p.e., é possível subentender no advérbio *aqui* a preposição *em*, complementada por uma expressão implícita com o significado aproximado de 'lugar ocupado pelo falante ou próximo dele'; por isso o advérbio ocorre sozinho, sem um complemento explícito, ao passo que a preposição tem necessariamente de ocorrer com um complemento: cf. a impossibilidade de **o Pedro está em* vs. *o Pedro está aqui* e *o Pedro está em minha casa*. Também os advérbios de modo significam algo como 'de {forma/modo/maneira} *x*', uma expressão também analisável numa preposição seguida de um complemento formado por um dos nomes *forma*, *modo* ou *maneira*, modificado pelo adjetivo correspondente ao advérbio (p.e., *inteligentemente* = 'de forma inteligente').

Existem, no entanto, alguns advérbios que, tal como as preposições, se podem combinar com complementos. Nesta secção, discutimos cinco subclasses de advérbios que selecionam complementos (nos exemplos a seguir, sublinham-se os complementos): (i) alguns advérbios em *-mente* que preservam o complemento selecionado pelos adjetivos de que derivam (cf. *paralelamente à avenida*); (ii) advérbios como *dentro*, *fora*, *perto*, chamados **advérbios relacionais**, que se combinam com uma preposição, formando uma locução prepositiva (cf. *fora da estação* e Cap. 32.2.2); (iii) os advérbios *mais*, *menos* e *tão*/*tanto*, em construções comparativas (cf. *o Pedro é mais alto do que a Maria*); (iv) alguns advérbios avaliativos que podem ocorrer como predicadores selecionando um complemento oracional (cf. *felizmente que a Maria já voltou*); (v) alguns advérbios que funcionam como conjunções subordinativas adverbiais, i.e., que selecionam complementos oracionais e formam juntamente com esses complementos uma oração subordinada adverbial (cf. [*sempre que a Maria espirra*], *o Pedro tosse*). Os quatro primeiros casos discutem-se nas subsecções seguintes e o quinto, num apêndice no final deste capítulo.

Tal como acontece com nomes e adjetivos, os complementos não oracionais dos advérbios são obrigatoriamente introduzidos por uma preposição, ou seja, são sintagmas preposicionais (cf. *o carro estava perto da estação* vs. **o carro estava perto a estação*).

33.3.1.1 Complementos de advérbios em *-mente*

Alguns advérbios em *-mente* selecionam um complemento introduzido por uma das preposições *de*, *a* ou *com*. Entre eles incluem-se *concomitantemente*, (*con*)*juntamente*, *contrariamente*, *independentemente*, *inversamente*, *ortogonalmente*, *paralelamente*, *perpendicularmente* e *relativamente*. Estes advérbios derivam de adjetivos que denotam uma relação entre duas entidades (alguns deles de orientação espacial, como

ortogonal, *paralelo*, *perpendicular*), uma das quais é expressa por um complemento, herdado pelo advérbio; nos exemplos a seguir, colocam-se entre parênteses retos os sintagmas adverbiais e em itálico o complemento dos advérbios):

(16) a. [Independentemente *da tua opinião*], o ministro demite-se.
b. A bolsa, [contrariamente *ao desfecho esperado*], encerrou em baixa.
c. [Relativamente *ao seu significado*], este advérbio é polissémico.
d. Vou a Paris [(con)juntamente/junto *com os meus filhos*].[27]
e. [Paralelamente *à estrada*], há um caminho de cabras.

O advérbio *independentemente* pode tomar como complemento uma oração relativa de antecedente implícito (cf. (17a,b) e Cap. 39.6) ou uma oração declarativa, infinitiva (cf. (17c)) ou finita (cf. (17d)), sendo este último tipo considerado marginal por alguns falantes. Em todos os casos, a oração é introduzida pela preposição *de*, embora alguns falantes a possam omitir quando a oração é declarativa finita[28]:

(17) a. [Independentemente *de quem vier*], não vou entrar em pânico.
b. [Independentemente *de quando decidires sair*], eu estarei no teatro a horas.
c. [Independentemente *de a Maria aparecer*], eu fico em casa.
d. ?[Independentemente (*de*) *que a Maria apareça*], eu fico em casa.

Como se mencionou acima, estes advérbios retomam as propriedades de complementação dos seus adjetivos de base, incluindo a preposição particular que introduz o complemento, como se ilustra em (18)[29]:

(18) a. O meu comportamento é [independente {*da tua opinião*/*de quem vier*/*de quando decidires sair*}].
b. Isso foi [contrário *ao desfecho esperado*].
c. Esta asserção é [relativa *ao significado do advérbio*].
d. O caminho de cabras é [paralelo *à estrada*].

Alguns advérbios avaliativos com valor modal (como *certamente*, *obviamente* e *seguramente*; cf. 33.5.9) e alguns que exprimem atitudes ou juízos do falante sobre a situação descrita pela frase (como *felizmente*) podem ocorrer em dois quadros sintáticos distintos. Num deles, esses advérbios ocorrem numa posição periférica (cf. 33.4.3.2) da oração sobre a qual incidem semanticamente, posição essa que pode ser inicial (cf. (19a)), interna (cf. (19b)) ou final (cf. (19c)):

(19) a. *Obviamente*, foi a Clara que partiu a jarra.
b. O Pedro, *felizmente*, escapou à fúria do pai.
c. O Luís vai chegar de novo atrasado, *certamente*/*seguramente*.

Em alternativa, estes advérbios podem ocorrer como predicadores de orações impessoais (cf. Cap. 28.2.2.1) subordinantes (cf. Cap. 11.1.2.1), tomando como

[27] O adjetivo *junto* está na base da formação de três advérbios distintos: o advérbio adjetival *junto* e os advérbios *juntamente* e *conjuntamente*, repetindo-se neste último, como prefixo, a preposição *com* que introduz o seu complemento.
[28] Sobre a opcionalidade desta preposição introduzindo orações finitas, cf. Caps. 32 e 36.
[29] O adjetivo *junto* é pouco usado com um complemento, a menos que este tenha um sentido recíproco (cf. Cap. 41): cf. *eles estão juntos uns com os outros* vs. ?*eles estão juntos com os seus filhos*.

complemento orações finitas iniciadas pela conjunção-complementador *que*, equivalentes às orações modificadas do paradigma (19):

(20) a. *Obviamente* [que foi a Clara que partiu a jarra].
b. *Felizmente* [que o Pedro escapou à fúria do pai].
c. *Certamente*/*Seguramente* [que o Luís vai chegar de novo atrasado].

No entanto, constituem uma minoria os advérbios avaliativos que aceitam o esquema sintático de (20) (havendo possivelmente variação entre os falantes): cf., por exemplo, a marginalidade ou impossibilidade de ***infelizmente que o Real Madrid perdeu com o Barcelona* (compare-se com *o Real Madrid, infelizmente, perdeu com o Barcelona*), ***provavelmente que o Luís chega atrasado* (compare-se com *provavelmente, o Luís chega atrasado*), entre outros exemplos que se poderiam dar.

33.3.1.2 Advérbios relacionais e locuções prepositivas

Os advérbios relacionais são advérbios que se combinam com uma preposição (usualmente *de*, mas também *a* e *com*), formando uma locução que lhes permite introduzir uma expressão que lhes completa o sentido (ou seja, um complemento). Um exemplo é o advérbio *perto*, combinado com a preposição *de*: cf. *o comboio está perto da estação*. Alguns destes advérbios, como *perto*, podem também ocorrer sem complemento (cf. *o comboio está perto*), e nesse caso não se combinam com a preposição, a qual tem unicamente a função de ligar o advérbio ao complemento, quando este ocorre, sendo por isso chamada **preposição de ligação** (cf. Cap. 32.7).

A sequência formada por um advérbio relacional seguido da preposição de ligação (p.e., *perto de*) chama-se **locução prepositiva** (ou **preposicional**)[30], dado que funciona como uma preposição simples[31]. Formalmente, os advérbios relacionais diferenciam-se, pois, das preposições por não poderem introduzir diretamente um sintagma nominal, tendo, por conseguinte, de se combinar com uma preposição de ligação. Esta diferença torna-se clara comparando a forma *em* (uma preposição) com a forma *perto* (um advérbio): a preposição pode combinar-se diretamente com o complemento (cf. *o comboio está em Coimbra*); o advérbio, em contrapartida, não pode (cf. ***o comboio está perto Coimbra*), necessitando da preposição de ligação (cf. *o comboio está perto de Coimbra*). Do mesmo modo, *durante*, uma preposição, distingue-se de *antes* e *depois*, advérbios relacionais: cf. *a Maria saiu durante a reunião* (preposição com complemento SN), *a Maria saiu antes/depois da reunião* (advérbios relacionais com preposição de ligação introduzindo o complemento) vs. a impossibilidade de ***a Maria saiu durante* (preposição sem complemento) e ***a Maria saiu antes/depois a reunião* (advérbios relacionais com complemento mas

[30] É importante não confundir locução prepositiva com locução adverbial. Uma locução adverbial é uma sequência fixa, cristalizada, de duas ou mais palavras, que pode funcionar como um advérbio; uma locução prepositiva é uma sequência formada por um advérbio (ou uma locução adverbial) seguido por uma preposição de ligação, e que seleciona um complemento.

[31] As locuções prepositivas são descritas igualmente no Cap. 32.2.2, para o qual remetemos o leitor. É importante notar que estas locuções não são apenas constituídas por advérbios (seguidos de uma preposição), podendo ser formadas por palavras pertencentes a outras classes ou por uma combinação de tais palavras; aquilo que têm em comum é o facto de terminarem numa preposição de ligação, que lhes permite selecionar um complemento. No Cap. 32 discute-se também, em pormenor, a constituição interna das locuções prepositivas.

sem preposição de ligação). Veja-se também a possibilidade de *a Maria saiu antes/depois*, em que os advérbios ocorrem sem complemento (estes casos discutem-se no parágrafo seguinte).

Entre os advérbios relacionais conta-se um número significativo de elementos com um valor semântico de localização espacial e temporal, como *antes*, *depois*, *cerca*, *perto*, *longe*, *fora* e *dentro*. Estes advérbios descrevem uma relação, espacial ou temporal, entre, por um lado, uma entidade e, por outro, um lugar ou um período temporal; no entanto, esse lugar ou período não é lexicalmente representado no sentido do advérbio, tendo, pois, de ser semanticamente recuperado, quer de forma explícita, através de uma expressão descritivamente adequada, quer de forma implícita, a partir do contexto discursivo ou situacional em que se insere o enunciado. No primeiro caso, o advérbio – ou melhor, a locução formada pelo advérbio e a preposição de ligação – combina-se com um complemento semanticamente locativo ou temporal (cf. (21a,c)); no segundo caso, que corresponde à ocorrência do advérbio sem complemento e sem preposição de ligação (cf. (21b,d)), a informação é inferida contextualmente, quer dêitica quer anaforicamente (cf. Cap. 11.7).

(21) a. O comboio está *perto da estação*.
b. O comboio está *perto*.
c. A Maria saiu *antes* {*das três da tarde*/*da trovoada*}.[32]
d. A Maria saiu *antes*.

Em (21b), a interpretação mais natural, pragmaticamente, é dêitica: o comboio está perto do lugar em que se encontra o falante ou o ouvinte. Em (21d), a interpretação mais natural é anafórica: a Maria saiu antes do momento em que saiu outro indivíduo, ou antes do momento em que sucedeu outra coisa qualquer, tendo esses eventos sido mencionados anteriormente no contexto discursivo.

Alguns advérbios relacionais não podem ocorrer sem um complemento, sendo, nesse aspeto, mais próximos gramaticalmente das preposições. Entre eles incluem-se *cerca* (*de*), *diante* (*de*), *através* (*de*) e *apesar* (*de*). No entanto, contrariamente às preposições, estes advérbios ocorrem necessariamente com uma preposição de ligação antes do seu complemento, i.e., formam uma locução prepositiva, como se ilustra a seguir:

(22) a. Cerca *de Lisboa*, ficámos sem gasolina. (vs. **cerca, ficámos sem gasolina* e **cerca Lisboa, ficámos sem gasolina*)
b. A Maria está diante *da casa*. (vs. **a Maria está diante* e **a Maria está diante a casa*)
c. A bola passou através *do arbusto*. (vs. ??*a bola passou através* e **a bola passou através o arbusto*)
d. Apesar *da chuva*, a colheita ficou estragada. (vs. **apesar, a colheita ficou estragada* e **apesar a chuva, a colheita ficou estragada*)

[32] A informação temporal pode ser veiculada por um nome eventivo, como neste exemplo com o nome *trovoada*, ou por uma oração, completa ou elidida (cf. *a Maria saiu antes do Luís*, que corresponde a *a Maria saiu antes de o Luís sair*). Nestes casos, infere-se um período temporal, que é aquele em que se localiza o evento descrito pelo nome eventivo ou pela oração.

Com algumas locuções prepositivas de valor espacial, o complemento pode ser expresso por um dos advérbios de lugar dêiticos *cá*, *lá*, *aqui*, *ali* e *aí* (cf. 33.5.3.1, Cap. 11.7 e Cap. 32.8). Estes, no entanto, ocorrem no início da locução prepositiva (e não no final), a qual não inclui, nestes casos, uma preposição de ligação, como se ilustra em (23):

(23) a. *Cá em baixo* está o tiro-liro-liro, *lá em cima* está o tiro-liro-ló.
b. A criança ainda está *lá fora*.
c. *Lá longe* há uma casa assombrada, mas *aqui* (*por*) *perto* não há nada de interessante.
d. {*Aí à frente*/*Aqui ao lado*/*Ali atrás*} há uma tabacaria.

33.3.1.3 Advérbios de grau comparativo: *mais*, *menos*, *tão* e *tanto*

Nas construções comparativas de superioridade, inferioridade ou igualdade, os advérbios *mais*, *menos*, *tão* e *tanto* funcionam como especificadores de um adjetivo (cf. (24)), de um advérbio (cf. (25)), de um verbo (cf. (26)) ou de um nome (cf. (27)), exprimindo que a quantidade ou o grau representado por esses elementos é maior, menor ou igual a outra quantidade ou grau que serve de termo de referência, expresso numa oração parcialmente elidida introduzida pela locução *do que* ou por um dos advérbios *como* ou *quanto*[33]:

(24) a. O Pedro foi [$_{SA}$ *mais*/*menos* cuidadoso do que o António].
b. O Pedro foi [$_{SA}$ *tão* cuidadoso como/quanto o António].

(25) a. O Pedro fez isso [$_{SAdv}$ *mais*/*menos* cuidadosamente do que o António].
b. O Pedro fez isso [$_{SAdv}$ *tão* cuidadosamente como/quanto o António].

(26) a. O Pedro [$_{SV}$ comeu *mais*/*menos* do que o António].
b. O Pedro [$_{SV}$ comeu *tanto* como/quanto o António].

(27) a. O Pedro leu [$_{SN}$ *mais*/*menos* livros do que o António].
b. O Pedro leu [$_{SN}$ *tantos* livros como/quanto(s) o António].

Nas construções comparativas, as expressões (sublinhadas) que exprimem implicitamente o grau de referência são complementos dos advérbios de grau (em itálico), completando o seu sentido quantificacional. Para além dos argumentos que se discutem no Cap. 40.1.1, esta análise justifica-se pela observação de que existe uma relação de dependência sintática entre as expressões em causa e os advérbios: em particular, aquelas não podem ocorrer sem estes, como se ilustra

[33] Para ilustrar com um exemplo, (24a) é interpretado através da seguinte estrutura, em que se representa por uma rasura a parte da oração que é elidida: *o Pedro foi mais*/*menos cuidadoso do que o António ~~foi cuidadoso~~*. A descrição feita no texto das estruturas comparativas encontra-se altamente simplificada, e apresenta apenas a informação necessária para enquadrar a apresentação do tópico desta subsecção. Para uma discussão pormenorizada da estrutura sintática e da interpretação das construções comparativas, cf. Caps. 31.3.3.2 e, em particular, Cap. 40.1.1 e 40.1.2. Quando o domínio da quantificação é expresso por um nome, o quantificador que representa o grau comparativo de igualdade é um adjetivo, que concorda com o nome (cf. (27b)), e não um advérbio; de modo semelhante, no segundo termo de comparação, a forma *quanto* é (opcionalmente) adjetival. Consideramos aqui também que, quando o domínio da quantificação é expresso por um verbo (cf. (26)), os advérbios em questão são igualmente especificadores, embora ocorram depois, e não antes, do verbo (cf. 33.5.8). Finalmente, para alguns falantes, a forma *do* pode ser omitida nos exemplos (a).

pela impossibilidade, p.e., de **o Pedro foi cuidadoso do que o António* (comparar com (24a)), **o Pedro fez isso cuidadosamente quanto o António* (comparar com (25b)), **o Pedro comeu do que o António* (comparar com (26a)) ou **o Pedro leu livros do que o António* (comparar com (27a)).

> [4] São possíveis frases semelhantes aos exemplos (b) com *como*, mas sem o advérbio em itálico e com uma pausa precedendo *como*: cf. *o Pedro foi cuidadoso, como o António*; *o Pedro fez isso cuidadosamente, como o António*; *o Pedro comeu, como o António*, e *o Pedro leu livros, como o António*. Nestes exemplos, no entanto, não se comparam graus, mas sim situações. Assim, p.e., contrariamente a (24b) e (25b), não podemos inferir dos dois primeiros exemplos acima que o Pedro foi cuidadoso ou agiu cuidadosamente no mesmo grau *x* que o António, mas apenas que foi cuidadoso ou agiu cuidadosamente num grau *x* que não é igualado ao grau *y* com que o António foi cuidadoso ou agiu cuidadosamente. Sintaticamente, a sequência iniciada por *como* nos exemplos desta caixa pode ser topicalizada, ocorrendo em posição inicial, o que é vedado às sequências correspondentes dos exemplos (b) no texto: comparar, p.e., *como o António, o Pedro foi cuidadoso* com a impossibilidade de **como o António, o Pedro foi tão cuidadoso*. Outra característica destas construções é o facto de *como* poder formar uma locução com o advérbio *tal*: cf., por exemplo, *o Pedro foi cuidadoso, tal como o António*. Sem pausa antes de *como*, a frase *o Pedro comeu como o António* tem uma interpretação de modo ('a forma como o Pedro comeu – sem usar talheres, p.e., – foi igual à forma como o António comeu'); sobre esta estrutura, cf. Caps. 39 e 40).

Regra geral, um item e o complemento por ele selecionado estão numa relação de adjacência – o complemento segue imediatamente esse item. Tal não acontece, no entanto, em (24), (25) e (27): entre o advérbio e a expressão que introduz o grau de referência interpõe-se o núcleo do sintagma[34]. O advérbio e o seu complemento formam, nestes casos, um **constituinte descontínuo**[35]. No entanto, existem variantes discursivas destas construções comparativas em que o advérbio é adjacente à expressão que introduz o grau de referência: cf., por exemplo, *o Pedro* {*é cuidadoso*/*agiu cuidadosamente*}. *Na realidade, mais/menos do que o António*[36].

Dada a adjacência entre a expressão que representa o grau de referência e os núcleos dos sintagmas comparativos em (24), (25) e (27) (respetivamente *cuidadoso*, *cuidadosamente* e *livros*), poderia supor-se que aquela expressão funciona como complemento desses núcleos, e não dos advérbios. Mas essa análise é incorreta, visto que a expressão que representa o grau de referência não completa o sentido dos núcleos, mas sim o dos advérbios. De facto, não são expressões como *cuidadoso do que o António* (cf. (24a)), *cuidadosamente do que o António* (cf. (25a)) ou *livros como*/*quanto*(*s*) *o António* (cf. (27b)), para dar apenas estes exemplos, que contribuem para a interpretação das construções comparativas, mas sim as expressões descontínuas *mais*/*menos do que o António* (em (24a) e (25a)) ou *tantos como*/*quanto*(*s*) *o*

---

[34] Recorde-se que os advérbios funcionam como especificadores desse núcleo (cf. 33.3.2).

[35] Tal não acontece, no entanto, em (26). Nestes exemplos, em que o núcleo do sintagma é um verbo, o advérbio e o seu complemento ocorrem em adjacência. Note-se também que o advérbio especificador de grau (*mais*, *menos*, *tanto*) ocorre à direita do verbo, e não à sua esquerda, contrariamente aos exemplos dos outros paradigmas.

[36] O advérbio *tão*, no entanto, é impossível neste contexto, ocorrendo *tanto* em sua vez: cf. *o Pedro* {*é cuidadoso*/*agiu cuidadosamente*}. *Tanto*/**Tão como*/*quanto o António*.

António (em (27b)). Estas expressões, por sua vez, especificam quantificacionalmente os núcleos, *cuidadoso*, *cuidadosamente* e *livros*, respetivamente.

> [5] Na construção superlativa (não relativa) exemplificada por frases como *eles agiram o mais/menos cuidadosamente* {*possível/que se possa imaginar*}, *elas foram o mais/menos cuidadosas* {*possível/que se possa imaginar*}, *o Pedro comeu o mais/menos* {*possível/que se possa imaginar*}, as sequências *o mais* e *o menos* funcionam como uma locução adverbial de grau. De modo semelhante aos quantificadores nos exemplos de (24) a (27), selecionam como complemento o adjetivo *possível* ou uma oração relativa apropriada, formando com esses elementos – quando o núcleo da construção é um advérbio ou um adjetivo – um constituinte descontínuo. Tal como nas construções comparativas, em contextos discursivos apropriados, as duas partes desse constituinte podem ocorrer em adjacência: cf. as expressões *o mais/menos possível*, *o mais/menos que se possa imaginar*, dadas como resposta "retórica" a observações como *eles* (*não*) *agiram cuidadosamente*, *elas* (*não*) *foram cuidadosas*, *o Pedro* (*não*) *comeu* (*muito*). De forma semelhante às construções comparativas analisadas no texto, também não é possível omitir o adjetivo ou a oração relativa: cf. a impossibilidade de **eles agiram o mais/menos cuidadosamente*, **elas foram o mais/menos cuidadosas* ou **eles comeram o mais/menos*[37]. Repare-se que esta construção, ainda que seja formalmente semelhante aos superlativos relativos (de superioridade ou inferioridade) no facto de ambas usarem a sequência *o mais/menos* (cf. *o Pedro é o mais/menos cuidadoso dos jogadores*), é semântica e sintaticamente muito diferente. Semanticamente, não envolve uma comparação entre entidades, contrariamente aos superlativos relativos; sintaticamente, a sequência *o mais/menos* não é redutível a uma análise envolvendo a elipse de um nome entre o artigo e o advérbio, como nos superlativos relativos (cf. Cap. 31.3.3.3.2).

33.3.2 Especificadores do advérbio

Alguns advérbios denotam domínios escalares ou graduáveis, nomeadamente os que derivam de adjetivos escalares (cf. Cap. 31.3), mas não só (cf., por exemplo, *devagar*, *depressa*, *cedo*, *tarde*, *próximo*, *longe*, entre outros). Assim, tal como esses adjetivos, os advérbios escalares podem ser especificados por advérbios quantificacionais de grau como *bastante*, *bem* (num sentido próximo do de *muito*, diferente do valor de modo), *demasiado*, *muito*, *pouco*, incluindo alguns terminados em *-mente*, como *enormemente*, *excessivamente* ou *suficientemente*:

(28) a. O Schumacher vai [{*muito/demasiado/excessivamente*} devagar].
b. O Pedro chegou [*bem* tarde]. (no sentido de 'muito tarde')
c. Cantas [*bastante* afinadamente]!
d. Eles agiram [*pouco* cuidadosamente].

São também especificadores adverbiais de grau as locuções adverbiais *um bocadinho*, *um bocado* e *um pouco*, iniciadas pelo artigo indefinido, todas elas denotando um grau atenuado da propriedade veiculada pelo advérbio:

(29) a. Estamos [*um bocadinho* longe de Coimbra].
b. A seta acertou [*um bocadinho* perto de mais da criança].
c. Ele ficou [*um pouco* para trás].
d. O Luís chegou [*um bocado* cedo/tarde].

[37] Cf., no entanto, *o Pedro comeu* {*o bastante/o suficiente*}, em que a sequência formada pelo artigo e pelo advérbio quantificacional pode ocorrer sem adjetivo ou oração relativa.

Constituem igualmente casos de especificação quantificacional de grau incidindo sobre advérbios as construções comparativas em que o sintagma comparativo tem um núcleo adverbial, discutidas em 33.3.1.3 (cf. o paradigma (25)). Nessas construções, como se observou, é o constituinte descontínuo formado pelo advérbio de grau (*mais*, *menos* ou *tão*) e pelo seu complemento (a expressão que representa o grau de referência) que funciona como especificador do advérbio escalar (o núcleo do sintagma), como se ilustra de novo nos seguintes exemplos (coloca-se em itálico o especificador descontínuo dos advérbios *rapidamente*, *inteligentemente* e *próximo*)[38]:

(30) a. Os jogadores ingleses jogam [*mais* rapidamente *do que os franceses*].
b. Eles agiram [*menos* inteligentemente *do que nós esperávamos*].
c. Goleta fica [*tão* próximo de Santa Bárbara *como Montecito*].

Nesta construção, parte do especificador ocorre, portanto, à direita do advérbio, e parte à esquerda.

Os especificadores adverbiais de grau descontínuos iniciados por *mais* e *menos* admitem, por sua vez, ser especificados por outros advérbios de grau, obtendo-se assim exemplos com especificação de grau recursiva, como se ilustra a seguir:

(31) a. Os jogadores ingleses jogam [*muito* mais rapidamente do que os franceses].
b. Eles agiram [*bem* menos inteligentemente do que nós esperávamos].

Nestes exemplos, o advérbio em *-mente* é especificado pela expressão adverbial sublinhada, a qual, por sua vez, é especificada pelo advérbio em itálico.

Os advérbios relacionais de valor temporal *antes* e *depois* (cf. 33.3.1.2) admitem especificação por sintagmas nominais quantificacionais com um núcleo nominal que denota uma unidade de medida temporal:

(32) a. Chegou [*um minuto* antes do jogo].
b. [*Uma hora* depois de três copos de vinho], o Pedro já não dizia coisa com coisa.[39]

No seu valor espacial, estes advérbios admitem um especificador quantificacional cujo núcleo nominal representa uma unidade de medida espacial: cf. *Coimbra fica* [*duzentos quilómetros depois de Lisboa*].

Constitui um facto curioso que, para além de *antes* e *depois*, apenas as locuções prepositivas iniciadas pela preposição ou pelo prefixo preposicional *a* (cf. Caixa [2]) admitem ser especificadas por sintagmas nominais quantificacionais[40]:

---

[38] Em (30c), o advérbio relacional *próximo*, integrado na locução prepositiva *próximo de* (cf. 33.3.1.2), seleciona um complemento, *Santa Bárbara*, o que revela uma vez mais que a expressão *como Montecito* não é complemento desse advérbio, mas sim do advérbio de grau *tão* (cf. 33.3.1.3).

[39] Num estilo bem particular, esta frase tem uma variante em que o complemento do advérbio pode ele próprio ser o especificador, adquirindo então uma dimensão temporal que não tem em (32b): cf. [*três copos de vinho depois*], *o Pedro já não dizia coisa com coisa*.

[40] Este facto reforça a ideia de que a vogal inicial das formas que são advérbios (*atrás*, *acima*, *abaixo*) corresponde à preposição *a*, incorporada numa outra forma básica (p.e., *acima* = *a* + *cima*; cf. Caixa [2]). Para alguns falantes, a locução prepositiva *para trás* também aceita este tipo de especificação: cf. *ele ficou dois quilómetros para trás*.

(33) a. O Vettel está [*duzentos metros* {atrás/à frente} do Webber].
b. Esse avião anfíbio pode ir até [*cinco quilómetros* acima/abaixo da superfície do mar].
c. [*Três metros* {à esquerda/à direita/adiante}], estava a Maria.

Em contrapartida, são impossíveis ou marginais expressões como **estamos três quilómetros perto/longe de Coimbra*, **a bola ficou dois metros fora da baliza*, **o submarino está duzentos metros debaixo da superfície do mar*, **o Luís chegou três minutos tarde/cedo* (comparar com *o Luís chegou três minutos atrasado/adiantado*, com os particípios adjetivais *atrasado* e *adiantado*).

Esta propensão das locuções prepositivas com preposição inicial (ou prefixo) *a* para admitirem um sintagma nominal quantificacional como especificador pode estar relacionada com o facto de essa preposição ocorrer como núcleo de sintagmas preposicionais denotadores de distância: *Coimbra fica* [$_{SP}$ *a duzentos quilómetros* (*de distância*) *de Lisboa*].

Outras expressões que podem ser relacionadas com as locuções prepositivas de (33) são as unidades multilexicais (cf. Cap. 9) *rio acima* (cf. *vamos andando rio acima*), *boca/goela abaixo* (cf. *o Pedro enfiou as pastilhas pela boca/goela abaixo*), *mar adentro* (cf. *navegavam mar adentro*), *escada acima/abaixo* (cf. *fomos escada acima até ao sótão*, *caiu da escada abaixo*). Nestas expressões, um nome com uma dimensão semanticamente locativa (respetivamente *rio*, *boca/goela*, *mar* e *escada*) funciona como especificador de um advérbio ou de uma locução prepositiva semanticamente locativos, iniciados também pelo prefixo *-a* (*acima*, *abaixo*, *adentro*).

Os especificadores adverbiais de grau descontínuos iniciados pelos advérbios *mais* e *menos* (sublinhados, nos exemplos a seguir) também podem ser especificados por um sintagma nominal quantificacional (em itálico), o qual pode representar proporção (nesse caso com o núcleo nominal *vez* ou *vezes*), tempo, distância, medida, peso, etc., consoante o item que funciona como núcleo da construção comparativa (no último exemplo, o complemento do advérbio *mais* é recuperado contextualmente):

(34) a. Ele é [{*três vezes/um metro*} mais alto do que o António].
b. Eu sou [*cinco anos* mais velho do que ele].
c. Tu és [*dez quilos* menos pesado do que o António].
d. Coimbra é [*duzentos quilómetros* mais perto de Lisboa do que o Porto].
e. O Luís chegou [*três minutos* mais tarde].

Nestes exemplos, a omissão do especificador descontínuo iniciado por *mais* ou *menos* (ou do advérbio *mais* apenas, em (34e)) torna os exemplos não gramaticais, indicando que a presença do SN quantificacional depende efetivamente desse especificador e não propriamente do núcleo do sintagma: cf., respetivamente, **ele é {três vezes/um metro} alto*, **eu sou cinco anos velho*, **tu és dez quilos pesado*, **Coimbra é duzentos quilómetros perto de Lisboa*, **o Luís chegou três minutos tarde*.

A possibilidade de ocorrerem com um especificador quantificacional é uma característica que distingue os advérbios das preposições. Assim, por exemplo, a preposição temporal *durante*, cujo significado a coloca no mesmo campo semântico dos advérbios *antes* e *depois*, não pode ser especificada por um sintagma nominal quantificacional, como se ilustra pelo seguinte contraste:

(35) a. [*Três horas* antes do espetáculo], o Pedro adoeceu.
b. *[*Três horas* durante o espetáculo], o Pedro aguentou firme.

O problema de (35b) é de natureza gramatical, não de natureza semântica, já que o seu conteúdo não é anómalo, podendo ser veiculado com recurso a uma expressão quantificacional com a função de complemento da preposição (em vez de especificador): cf. {*durante três horas*/*durante as três horas que durou o espetáculo*}, *o Pedro aguentou firme*.

33.4 Funções dos advérbios

Na organização funcional de uma frase, podemos distinguir três tipos de elementos: o predicador, os seus argumentos e os adjuntos adverbiais (cf. Cap. 11.4.2). O **predicador** (cf. Cap. 11.4.2.1) é o elemento central da frase, possuindo um conteúdo descritivo que lhe permite representar situações do mundo – estados, ações, processos, etc. (cf. Cap. 11.5.1) – nas quais se encontram envolvidas entidades de vários tipos. O predicador seleciona **argumentos**, expressões que representam as entidades necessariamente envolvidas na situação por ele descrita e que, consequentemente, lhe completam o sentido. Na frase *o professor recomendou o livro aos alunos*, p.e., *recomendou* é o predicador, selecionando como argumentos os sintagmas *o professor*, *o livro* e *aos alunos* (cf. Cap. 11.4.2.2).

Entre as expressões selecionadas contam-se algumas que, embora não representem "participantes" propriamente ditos da situação descrita, completam algum aspeto inerente do sentido do predicador. Para dar um exemplo, o sentido do verbo *portar-se* contém uma dimensão de modo que tem de ser veiculada explicitamente por uma expressão desse tipo (cf. *o Pedrinho portou-se mal*). Embora não seja propriamente um argumento – visto que não representa um participante da situação –, a expressão de modo é selecionada por esse verbo, sendo semanticamente muito próxima de um argumento. Por conveniência, podemos chamar "quase argumentos" a expressões deste tipo selecionadas por um predicador.

Na organização funcional das frases podem existir **adjuntos adverbiais** (cf. Cap. 11.4.2.4), expressões que enquadram as situações descritas em dimensões circunstanciais de natureza variada (modo, tempo, lugar, etc.; cf. *ontem, a polícia dispersou os manifestantes pacificamente*), ou que introduzem avaliações do falante sobre o conteúdo daquilo que diz ou sobre aspetos do contexto comunicativo, incluindo os participantes (cf. *felizmente*/*decididamente, ele não compreendeu aquilo que se lhe disse*). Os adjuntos adverbiais não completam dimensões de sentido inerentes aos predicadores com que se combinam – i.e., não são por eles selecionados.

Como se referiu na introdução, a função mais típica dos advérbios é a de adjunto adverbial (cf. os exemplos do parágrafo anterior); no entanto, de maneira mais restrita, os advérbios também podem funcionar como predicadores, como argumentos e como "quase argumentos". Nos seguintes paradigmas ilustram-se estes vários usos, com os advérbios *assim* e *ali*[41]:

[41] O valor semântico dos advérbios nestes paradigmas é o mesmo (respetivamente de modo e locativo) independentemente da sua função, realçando a relativa independência entre função gramatical e valor semântico (cf. Cap. 11.4.2.4).

(36) a. Os livros devem arrumar-se *assim*. [adjunto adverbial]
b. O Pedro portou-se *assim*. [quase argumento, selecionado pelo verbo *portar-se*; cf. **o Pedro portou-se*]
c. O mundo é *assim*. [predicador]

(37) a. O Pedro comprou os livros *ali*. [adjunto adverbial]
b. O Pedro pôs os livros *ali*. [argumento, selecionado pelo verbo *pôr*; cf. **o Pedro pôs os livros*]
c. O jogo é *ali*. [predicador]

Nesta secção discutem-se estas funções dos advérbios. A função de adjunto adverbial, certamente a mais típica dos advérbios, é discutida em último lugar, sendo novamente retomada na secção seguinte, do ponto de vista dos valores semânticos e pragmáticos particulares que podem ser veiculados pelos elementos que a desempenham.

> [6] A não existência de uma correspondência biunívoca entre classe de palavras ou classe sintagmática e função gramatical não é exclusiva dos advérbios; de facto, parece ser uma característica dos sistemas gramaticais, presente também noutras classes de palavras e noutras classes sintagmáticas. Assim, p.e., os nomes, integrados ou não em sintagmas nominais mais vastos, podem funcionar como argumentos (cf. *encontrei o meu amigo*), como predicadores (cf. *o Pedro é médico*) ou mesmo como adjuntos adverbiais (cf. *este domingo vou ao futebol*). Os adjetivos (cf. Caps. 30 e 31) podem funcionar como modificadores de nomes (cf. *o gato preguiçoso ficou refastelado no sofá*), como predicadores (cf. *o gato é preguiçoso*) e, de um modo muito semelhante ao dos adjuntos adverbiais, em predicações secundárias não selecionadas (cf. *a Maria chegou a casa cansada*). Mesmo os verbos, para além da sua função canónica como predicadores (cf. *a Maria chorou*), podem funcionar como adjuntos, em predicações secundárias (cf. *a Maria chegou a casa* {*chorando*/*a chorar*}), ou mesmo (em nominalizações) como argumentos (cf. *ouvia-se ao longe o chilrear dos passarinhos*). Podemos, quando muito, dizer que uma classe está associada a uma função gramatical típica, ou canónica: a dos verbos à função de predicador, a dos nomes à função de argumento, a dos adjetivos à função de modificador do nome (e daí falarmos de modificadores adjetivais para nos referirmos às expressões de várias classes que podem modificar os nomes – cf. a Caixa [1] do Cap. 31) e a dos advérbios à função de adjunto adverbial.

33.4.1 Advérbios como elementos selecionados

Alguns valores semânticos típicos dos advérbios e dos adjuntos adverbiais em geral, incluindo o modo, a duração, a localização temporal e a localização espacial, são por vezes selecionados por um predicador[42]. Assim, p.e., os verbos *portar-se*, *cheirar* e *saber* (no sentido de experiência gustativa) combinam-se com expressões que têm um valor semântico de modo, como se ilustra em (38). Embora não representem participantes da situação descrita pela frase, esses constituintes são selecionados pelos verbos em questão, com um estatuto que considerámos acima de "quase argumento"[43]:

(38) a. O Joaquim portou-se {*mal*/*com uma enorme displicência*}.
b. Este prato sabe *bem*/*otimamente*.
c. Esse sabonete cheira *bem*/*mal*.

[42] Restringimos aqui a discussão aos predicadores verbais.
[43] Cf. também as locuções verbais formadas pela combinação de um verbo com um advérbio, como *deitar fora*, *ir longe* e *bater certo*, entre outras, em que o advérbio é selecionado pelo verbo.

Os verbos locativos *arrumar*, *deixar*, *ficar*, *morar*, *pôr* e *viver* (no sentido de 'morar') selecionam expressões com valor semântico de lugar (cf. (39a,b)); e os verbos *durar* e *levar* (no seu sentido temporal) selecionam uma expressão que denota uma quantidade de tempo (cf. (39c,d)); neste paradigma, as expressões de lugar e de duração funcionam como argumentos, na medida em que representam entidades (de tipo ontológico apropriado) que participam na situação descrita:

(39) a. A Isabel vive {*aqui*/*em Lisboa*}.
b. Pusemos o livro {*acolá*/*na estante*}.
c. O jogo durou {*duas horas*/*indefinidamente*}.
d. Eu levo *quatro horas* de Lisboa até ao Porto.

Como é típico dos complementos, estes constituintes não podem ser omitidos, devido à sua centralidade na organização semântica das frases (cf. **o Joaquim portou-se*, **este vinho sabe*, **esse sabonete cheira*, **a Isabel vive*, **pusemos o livro*, **o jogo durou* ou **eu levo de Lisboa até ao Porto*).

Contrastando com (38) e (39), os mesmos constituintes assumem a função de adjuntos adverbiais nos seguintes exemplos, podendo ser omitidos sem afetar a boa formação semântica das frases:

(40) a. Os alunos escreveram ({*mal*/*com uma enorme displicência*}) os relatórios semestrais.
b. O Mário fala francês (*bem*/*otimamente*).
c. O João construiu uma casa ({*aqui*/*em Lisboa*}).
d. Vou ler as cartas ({*acolá*/*no jardim*}).
e. A Isabel ficou ({*quatro horas*/*indefinidamente*}) no aeroporto.

Os verbos existenciais *acontecer*, *ocorrer*, *suceder*, e também a locução verbal *ter lugar*, que introduzem um evento no universo do discurso (cf. Cap. 36.5.2.1), selecionam um complemento locativo ou temporal opcional – de facto, os eventos comportam delimitações intrínsecas desse tipo. Esse complemento é geralmente um advérbio ou um sintagma preposicional que, em contextos diferentes, teriam a função de adjuntos adverbiais:

(41) a. O concerto ocorreu {*lá*/*em Lisboa*}.
b. Isso sucedeu {*ontem*/*no dia 3 de abril*/*depois do Carnaval*}.
c. O incidente aconteceu/teve lugar *aqui*/*ontem*.

Os verbos ou locuções verbais que denotam o início ou o fim de um evento, como *acabar*, *começar*, *iniciar*(*-se*), *retomar*, *terminar*, *ter início*, *ter fim*, também selecionam um complemento locativo ou temporal, como se ilustra em (42):

(42) a. O jogo começou/iniciou-se {*cedo*/*às duas horas*} e terminou {*tarde*/*às quatro horas*}.
b. Devido ao nevoeiro, o jogo foi interrompido e, por isso, começou {*lá*/*no estádio do Jamor*} e foi retomado {*aqui*/*no estádio da Luz*}.
c. O concerto teve início {*no jardim da Gulbenkian*/*depois das nove da noite*}.

O verbo *durar*, que denota a extensão temporal de um evento ou o prazo de duração de produtos comestíveis ou produzidos para uma determinada função,

seleciona um complemento que denota uma extensão de tempo, como se ilustra em (43):

(43) a. O concerto durou {*uma tarde inteira*/*indefinidamente*/*das duas às seis da tarde*}.
b. Esse leite já não dura *dois dias*.

Alguns advérbios, sobretudo de natureza locativa ou temporal (mas cf. (44g), com um advérbio que restringe o domínio – cf. 33.5.9), podem ser complemento de preposições como *desde*, *até*, *por*, *para*, *exceto*, *salvo* e *fora*, entre outras[44]:

(44) a. Ninguém voltou a entrar no meu escritório [desde *ontem*/*então*].
b. [Até {*amanhã*/*logo*/*já*}].
c. O concerto durou [até *tarde*].
d. [Desde *aqui*] [até *lá*] são trinta quilómetros.
e. Andam [por *aqui*/*aí*] muitos condutores sem carta.
f. {Para *já*/Por *agora*}, é tudo.
g. Podemos tentar resolver o problema de várias maneiras, [exceto *matematicamente*].
h. Há bananeiras em várias zonas da ilha, [salvo/fora *aqui*].

33.4.2 Advérbios como predicadores

Em orações copulativas com os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, *parecer* e *continuar*, entre outros (cf. Cap. 30), o predicador pode ser um advérbio ou um sintagma preposicional com valor semântico de localização temporal (cf. (45a)), de lugar (cf. (45b,c)), de modo (cf. (45d)) e de grau (cf. (45e)) – i.e., valores típicos dos adjuntos adverbiais[45]:

(45) a. O concerto foi {*tarde*/*cedo*/*ontem*/*antes*/*de manhã*}.
b. O jogo é {*aqui*/*lá fora*/*no estádio do Restelo*}.
c. O Pedro está/ficou {*acolá*/*aqui dentro*/*na festa*}.
d. Elas são {*assim*/*deste modo*}: inteligentes mas vaidosas.
e. Eles {estão/parecem/continuam} {*bem*/*assim-assim*/*otimamente*}.

Nas orações copulativas com predicadores adverbiais, são estes, e não os verbos copulativos, que impõem restrições de seleção sobre o sujeito. Assim, um predicador temporal pode ocorrer com sujeitos que denotam uma situação (cf. (45a)), mas não com sujeitos que denotam entidades concretas (cf. a impossibilidade de ***o Pedro foi*/*está* *tarde*/*ontem*, ***a pedra foi*/*está* {*cedo*/*de manhã*}*)[46]. De modo semelhante, os advérbios de (45e) só ocorrem como predicadores com sujeitos que denotam entidades animadas e às quais faça sentido atribuir saúde: cf. #{*a pedra*/*a pulga*} *está* {*bem*/*mal*/*assim-assim*}.

[44] Sobre *exceto*, *salvo* e *fora* como preposições, cf. Caps. 32.9.4 e 35.4.2.3.

[45] Sobre o possível estatuto de *ser*, *estar* e *ficar* como verbos plenos em frases que exprimem localização temporal e espacial, cf. Cap. 30.2.5. Se esses verbos forem analisados como plenos em (45a-c), as expressões em itálico, por sua vez, devem ser analisadas como complementos.

[46] Em contrapartida, os predicadores locativos podem ocorrer com qualquer tipo semântico de sujeito: uma situação (cf. (45b)), uma entidade concreta (cf. (45c)), e assim por diante. A escolha entre *ser* e *estar* com predicadores locativos depende da natureza semântica do sujeito (*ser* com sujeitos que denotam uma situação e *estar* com sujeitos que denotam uma entidade concreta), mas esta escolha tem mais a ver com questões de natureza aspetual do que com restrições de seleção (cf. Cap. 30.2.5.3).

[7] O advérbio de modo *assim* também pode ocorrer com a função de predicador (cf. (45d)). Este advérbio, no entanto, não especifica intrinsecamente um modo propriamente dito, sendo, na realidade, uma pró-forma que adquire um sentido contextualmente, quer de forma dêitica quer de forma anafórica (cf. a Caixa [1] do Cap. 23). Quando é dêitico, o advérbio reenvia para um modo identificado pragmaticamente no contexto situacional do enunciado: cf. *olha bem para esses pedreiros: é assim que se constrói um muro*; quando é anafórico, reenvia para outras expressões apropriadas mencionadas no contexto discursivo: cf. ***indelicadamente e agressivamente**, foi assim que eles se dirigiram ao professor*; ***sem qualquer pudor**, foi assim que ela se apresentou*; ***a cantar Grândola Vila Morena**, foi assim que o público se manifestou*. Em orações copulativas como (45d), *assim* reenvia para atributos que são normalmente expressos através de adjetivos, não de advérbios: nesse exemplo, o advérbio pode ser cataforicamente continuado por *inteligentes mas vaidosas*, mas não por **inteligentemente mas vaidosamente*. Ou seja, nestas orações, *assim* é mais uma pró-forma adjetival do que uma pró-forma adverbial.

Quanto aos advérbios de (45e), ainda que possam servir de resposta a uma pergunta iniciada pelo advérbio de modo interrogativo *como* (cf. A – *Como é que eles estão?* B – {*Bem*/*Mal*/*Assim-assim*}), não têm propriamente um valor de modo, mas antes denotam um grau relativo numa escala (objetiva ou subjetiva) de saúde: cf. *ele sente-se* {*bem*/*mal*/*assim-assim*} (sobre escalas, cf. Cap. 31.3.2). Daí poderem ocorrer, com o mesmo valor semântico, acompanhados da expressão *de saúde* (plausivelmente com o estatuto de complemento desses advérbios): cf. *eles estão* [{*mal*/*bem*/*assim-assim*/*pessimamente*/*otimamente*}*de saúde*]). Repare-se que os predicadores não verbais que, numa oração copulativa, denotam um estado de saúde propriamente dito (em vez de um grau numa escala de saúde, como os itens de (45e)) são sempre expressos por adjetivos, não por advérbios: cf. *ele está* {*doente*/*enjoado*/*enfraquecido*}, mas não **ele está* {*doentiamente*/*enjoadamente*/*enfraquecidamente*}.

Para finalizar, note-se que muitos advérbios funcionam como verdadeiros predicadores semânticos, mesmo na sua função de adjuntos adverbiais. O caso mais típico é o dos advérbios de modo que descrevem maneiras de agir de um agente, expresso pelo sujeito (cf. 33.5.1), e que predicam uma propriedade sobre ele: cf. *o jogador caiu teatralmente no relvado*, que significa algo como 'o jogador caiu no relvado, e foi teatral ao fazer isso'. De modo semelhante, os advérbios modais, como *certamente*, *provavelmente*, *seguramente*, entre outros (cf. 33.5.9 e Cap. 18.9), também podem ser analisados semanticamente como predicadores sobre orações. Assim, p.e., a frase *a Maria vem seguramente à festa* é parafraseável por *é seguro* [*que a Maria vem à festa*]; nesta frase, o adjetivo *seguro*, que corresponde ao advérbio *seguramente* do exemplo anterior, funciona como predicador de um sujeito oracional em posição final (*que a Maria vem à festa*). Neste caso, existe mesmo uma construção, sintaticamente muito próxima da paráfrase, na qual ocorre o advérbio em vez do adjetivo (embora sem o verbo de cópula *ser*), realçando o valor predicativo do advérbio: *seguramente que a Maria vem à festa* (cf. 33.3.1.1).

33.4.3 Advérbios como adjuntos adverbiais

Os adjuntos adverbiais são constituintes opcionais, não selecionados por um predicador, e que exprimem informação circunstancial sobre a situação descrita por uma frase ou sobre o seu contexto enunciativo. A informação trazida pelos adjuntos adverbiais acrescenta-se à informação veiculada pelos elementos centrais da frase, enriquecendo-a de várias maneiras, mas não é necessária para a sua boa formação

sintática ou semântica; consequentemente, podem ser omitidos sem que a sua inteligibilidade ou coerência seja afetada. Como já se referiu, a função de adjunto adverbial é a mais típica dos advérbios, mas outros constituintes podem igualmente assumi-la, logo a nossa discussão não se limita aos advérbios. Nesta secção, para além de realçar de novo as diferenças e semelhanças entre as noções de advérbio e adjunto adverbial (cf. 33.4.3.1), discutimos a ordem destes elementos relativamente aos outros constituintes da frase (cf. 33.4.3.2).

33.4.3.1 Advérbios e adjuntos adverbiais

Como já se mencionou, os advérbios e as locuções adverbiais (integrados ou não num sintagma adverbial mais vasto) não são os únicos elementos que podem funcionar como adjunto adverbial, ainda que constituam a classe mais "especializada" no desempenho dessa função, o que se reflete no uso do adjetivo *adverbial* no termo que designa essa classe funcional de elementos.

Assim, é importante, por um lado, não confundir a função com a classe (de palavras ou sintagmática) que a desempenha; em particular, é importante não confundir a noção de "advérbio" com a noção de "adjunto adverbial": enquanto a primeira denota uma classe de palavras no léxico de uma língua, a segunda denota um conjunto mais vasto de elementos que desempenham uma determinada função nas frases. A noção de advérbio, enquanto classe de palavras, está a par da noção de nome, verbo, adjetivo, etc., ao passo que a noção de adjunto adverbial está a par de outras noções funcionais, como predicador e argumento (cf. Nota 2).

São várias as classes que podem desempenhar a função de adjunto adverbial: sintagmas preposicionais, sintagmas nominais (limitados, no entanto, ao valor semântico de localização temporal) e vários tipos de orações subordinadas ou de constituintes contendo uma oração subordinada. Os paradigmas seguintes ilustram essa variedade: no mesmo contexto em que ocorre um advérbio (cf. (46a) e (47a)), e veiculando o mesmo tipo de informação circunstancial, ocorrem também sintagmas preposicionais (cf. (46b) e (47b)), sintagmas nominais (cf. (46c)) e orações subordinadas de vários tipos, integradas ou não em sintagmas adverbiais (cf. (46d-h) e (47c))[47]:

(46) a. *Ontem*, a professora corrigiu os exames.
b. *No dia anterior,* a professora corrigiu os exames.
c. *Este sábado*, a professora corrige os exames.
d. *Antes que os alunos saíssem da aula*, a professora corrigiu os exames.
e. *Quando recebeu o ordenado*, a professora corrigiu os exames.
f. *Tivesse a professora recebido o ordenado*, teria corrigido os exames.
g. *Recebido o ordenado*, a professora corrigiu os exames.
h. *Tendo recebido o ordenado*, a professora corrigiu os exames.

(47) a. Esse médico fala com os doentes *grosseiramente*.
b. Esse médico fala com os doentes *de uma forma grosseira*.
c. Esse médico fala com os doentes *como o mal-educado do teu tio falava*.

[47] Sobre as orações subordinadas com a função de adjunto adverbial, cf. Cap. 38; sobre as orações subordinadas iniciadas por *quando* e *como*, cf. também Cap. 39 (e Cap. 40, para aquelas iniciadas por *como*).

O enfoque central deste capítulo é a classe dos advérbios. No entanto, em determinadas áreas de significado típicas dos adjuntos adverbiais, como o modo, o tempo ou o lugar, nem todos os valores semânticos possíveis são cobertos por paradigmas formados apenas por advérbios (ou locuções adverbiais); mais frequentemente, tais paradigmas são formados por uma mistura de advérbios e de sintagmas preposicionais (e de orações). Nesses casos, não nos coibimos de apresentar exemplos com sintagmas preposicionais (ou outro tipo de constituinte), e não apenas com advérbios.

[8] Na gramática tradicional, encontra-se frequentemente o termo "complemento circunstancial" para designar os adjuntos adverbiais. Ainda que o termo "circunstancial" se adeque à função que estes constituintes desempenham, e, em particular, ao seu estatuto não selecionado, o termo "complemento", nesta expressão, não é compatível com o significado que lhe atribuímos nesta Gramática, de argumento selecionado por um predicador e realizado dentro do sintagma que tem esse predicador como núcleo (cf. Caps. 11, 27 e 28). Ou seja, no nosso sistema, os estatutos de complemento (selecionado) e de adjunto adverbial (não selecionado) são incompatíveis. Isto implica que, numa frase, um constituinte apto para desempenhar ambas as funções (p.e., um sintagma preposicional) ou funciona como complemento ou como adjunto adverbial, mas não tem ambas as funções simultaneamente (cf. Cap. 11.4.2). Consideremos, p.e., a frase ambígua *o Pedro pensa muito no seu avião*[48]. Numa das suas leituras, o sintagma preposicional sublinhado é um complemento, selecionado pelo verbo *pensar*, com uma interpretação semelhante à do SP sublinhado em *o João pensa muito nos seus amigos* (cf. Cap. 28). Nessa interpretação, a preposição *em* pode alternar com a preposição *sobre*: cf. *o João pensa muito sobre o seu avião*. Na outra leitura, o SP *no seu avião* é um adjunto adverbial de valor locativo, não selecionado pelo verbo *pensar*, introduzindo informação circunstancial relativa ao lugar onde o João pensa muito, com uma interpretação idêntica à que tem em *o Pedro viajou para Paris no seu avião*. Ora, a frase em questão não possui uma terceira leitura, em que as duas interpretações do sintagma preposicional se acumulem; ou seja, a frase não significa que o João pensa sobre o seu avião quando está no seu avião. Em síntese, o SP ou é complemento ou é adjunto adverbial, mas não tem os dois estatutos simultaneamente[49]. Por isso, no nosso sistema, o termo "complemento" não pode ser usado para designar adjuntos adverbiais.

Mesmo o termo "circunstancial" não é usado de modo sistemático nas gramáticas tradicionais, dado que também é atribuído a constituintes que (no nosso sistema) são complementos e não adjuntos adverbiais. Assim, na frase *a Maria mora* {*em Lisboa*/*aqui*}, o SP e o advérbio de lugar sublinhados são complementos selecionados pelo verbo *morar*, logo não constituem informação "circunstancial"; no entanto, a gramática tradicional não distingue entre este uso dos constituintes semanticamente

[48] Esta frase é adaptada de Chomsky (1965), que discute a sua ambiguidade.

[49] Numa perspetiva pragmática (e não já semântica), na leitura em que o sintagma sublinhado é complemento, a frase não nos informa sobre onde o João está quando pensa sobre o seu avião, e não se pode excluir, evidentemente, que ele esteja no seu avião quando o faz; inversamente, na leitura em que o sintagma sublinhado é adjunto, a frase nada nos diz sobre o conteúdo dos pensamentos do João quando ele está no seu avião – o complemento de *pensar* é opcional (cf. Cap. 28) – e não podemos excluir que ele pense sobre o seu avião. No entanto, para expressar explicitamente tal conteúdo, seria necessário incluir na frase uma expressão independente, que repetisse o nome *avião* ou que remetesse para ele anaforicamente: cf., por exemplo, *no seu avião, o João pensa muito* {*no*/*sobre o*} *seu avião*, ou *no seu avião, o João pensa muito* {*nele*/*sobre ele*}. Ou seja, neste caso a frase contém necessariamente duas expressões, uma com a função de complemento e outra com a função de adjunto adverbial.

locativos e o uso em que são realmente adjuntos adverbiais, veiculando informação circunstancial, como em *a Maria comprou o livro* {*em Lisboa*/*aqui*}.

Repare-se que a terminologia adotada nesta Gramática também não é inteiramente transparente, sendo conveniente notá-lo explicitamente para evitar possíveis confusões. Assim, na análise que damos da frase *a Maria mora aqui* (em que *aqui* é um complemento locativo selecionado pelo verbo *morar*), dizemos que *aqui* é um advérbio mas (nessa frase) não é um adjunto adverbial. De modo semelhante, na análise da frase *a Maria comprou o livro em Lisboa* (em que *em Lisboa* não é selecionado pelo verbo), dizemos que *em Lisboa* (nessa frase) é um adjunto adverbial mas não é um advérbio (é um sintagma preposicional). Para usar uma terminologia mais clara, deveria ou substituir-se o termo "adverbial" no nome da classe funcional ou mudar o nome da classe de palavras. A segunda opção vai contra séculos de tradição gramatical, e não parece viável. Mais plausível seria, por exemplo, mudar o nome da classe funcional de "adjunto adverbial" para "adjunto circunstancial". Não haveria assim problemas terminológicos em dizer que, em *a Maria mora aqui*, o advérbio tem a função de complemento, e, em *a Maria comprou o livro aqui*, o advérbio tem a função de adjunto circunstancial; e que, em *a Maria comprou o livro em Lisboa*, o sintagma preposicional tem a função de adjunto circunstancial e, em *a Maria mora em Lisboa*, o sintagma preposicional tem a função de complemento. No entanto, devido ao uso já praticamente consensual entre gramáticos e linguistas da expressão "adjunto adverbial", optou-se por manter essa designação, mau grado a situação um pouco paradoxal de ter de dizer-se por vezes que um advérbio não é um adjunto adverbial e que um adjunto adverbial não é um advérbio.

33.4.3.2 Posições integradas e posições periféricas dos advérbios

Os advérbios (e os adjuntos adverbiais em geral) ocorrem nas posições hierarquicamente mais elevadas das orações[50], combinando-se com os seus restantes elementos com maior ou menor coesão sintática e prosódica. Consoante o grau dessa coesão, os advérbios podem ocupar dois tipos de posições: integradas e periféricas[51]. A partir deste ponto, para não sobrecarregar o texto, usamos unicamente o termo "advérbio(s)", mas o leitor deverá ter em conta que a descrição se aplica igualmente quer às locuções adverbiais quer aos restantes adjuntos adverbiais, a menos que se diga explicitamente algo em contrário[52].

Em **posições integradas**, os advérbios ocorrem dentro do sintagma verbal, formando um grupo prosódico único com os restantes elementos desse constituinte; em particular, nestas posições, não existem pausas entoacionais ladeando os advérbios.

As ordens lineares dos advérbios em posição integrada dependem de fatores variados, o que torna a sua descrição bastante complexa e a sua avaliação pelos falantes nem sempre uniforme. Entre eles incluem-se a sua classe semântica (cf. 33.5); o seu possível estatuto como foco (cf. Cap. 50); a presença (ou não) de perífrases verbais, i.e., de verbos auxiliares; e a complexidade estrutural (incluindo a dimensão) dos constituintes que formam o sintagma verbal (cf. Cap. 36.8). Aqui,

[50] São exceção os advérbios focalizadores que se combinam com sintagmas nominais ou preposicionais (cf. 33.5.10).

[51] Por conveniência, usamos por vezes os termos "advérbio integrado" e "advérbio periférico" para nos referirmos aos elementos que ocupam essas posições.

[52] Sobre a ordenação das orações subordinadas adverbiais relativamente às orações que as subordinam, cf. Cap. 38.

não pretendemos de forma alguma dar uma descrição exaustiva das várias ordens possíveis de cada advérbio ou mesmo de cada classe de advérbios, mas sim apresentar apenas os casos mais típicos, usando umas poucas perífrases verbais como exemplo[53].

Os advérbios de modo, de lugar e de localização temporal (cf., respetivamente, 33.5.1, 33.5.3.1 e 33.5.3.2) ocorrem tipicamente (i) a seguir ao verbo pleno da frase, quer este seja o único verbo, como se ilustra em (48), quer esteja integrado numa perífrase verbal, como se ilustra em (49); (ii) no final do sintagma verbal (e da oração), como se ilustra em (50):

(48) a. O Pedro ouviu *atentamente* as palavras do professor.
b. As crianças chegaram {*ontem*/*tarde*/*às três da manhã*} a casa.
c. A Maria comprou {*aqui*/*nesta livraria*} o livro que lhe recomendaram.

(49) a. O Pedro tinha ouvido *atentamente* as palavras do professor.
b. As crianças vão chegar {*amanhã*/*tarde*/*às três da manhã*} a casa.
c. A Maria está a comer {*aqui*/*neste restaurante*} um belo cozido à portuguesa.
d. O livro que lhe recomendaram foi comprado {*aqui*/*nesta livraria*} pela Maria.

(50) a. O Pedro {ouviu/tinha ouvido} as palavras do professor *atentamente*.
b. As crianças {chegaram/vão chegar} a casa {*tarde*/*às três da manhã*}.
c. A Maria {comeu/está a comer} um belo cozido à portuguesa {*aqui*/*neste restaurante*}.
d. A Maria comprou o livro que lhe recomendaram {*aqui*/*nesta livraria*}.
e. O livro que lhe recomendaram foi comprado pela Maria {*aqui*/*nesta livraria*}.

Os advérbios de modo têm maior liberdade posicional, podendo ocorrer depois do verbo auxiliar de certas perífrases verbais, embora a aceitabilidade das frases varie entre os falantes, e consoante a perífrase. O verbo auxiliar *ser*, em orações passivas, é o que melhor admite essa ordem:

(51) a. As palavras do professor foram *atentamente* ouvidas pelo Pedro.
b. ?O Pedro tinha *atentamente* ouvido as palavras do professor.
c. ?O Pedro vai *atentamente* ouvir as palavras do professor.
d. ?O Pedro está *atentamente* a ouvir as palavras do professor.

Os advérbios *nunca*, *sempre* e a locução *nunca mais* (cf. 33.5.5), os advérbios *ainda*, *bem*, *já*, *mal* e *quase* (cf. 33.5.6 e 33.5.7), o advérbio *talvez* (cf. 33.5.9), os advérbios focalizadores *apenas*, *até*, *nem*, *só* e *também* (cf. 33.5.10) – estes últimos quando se combinam com um sintagma verbal – e o advérbio *não* (cf. 33.5.11) ocorrem, em posição integrada, no início do sintagma verbal (assinalado entre parênteses retos, nos exemplos a seguir), ou seja, antes de qualquer verbo, seja ele auxiliar ou pleno:

[53] A complexidade da descrição aumenta de acordo com o número de verbos auxiliares numa frase. Aqui, limitamo-nos a exemplos com um só verbo auxiliar. Sempre que houver motivo para isso, incluímos observações sobre ordem nas subsecções dedicadas às classes semânticas particulares dos advérbios.

(52) a. A Joana [*não*/*nunca* vai acabar esse trabalho].
b. O Pedro [*sempre* partiu para Paris].[54]
c. Esse assunto [*ainda*/*já* foi abordado na reunião].
d. A Joana [*talvez* tenha feito os trabalhos de casa].
e. A Maria [*só* está a ler Guerra e Paz].
f. O Joaquim [*também* tem visitado a avó].

O advérbio *sempre*, os advérbios aspetuais e os advérbios focalizadores também podem ocorrer depois de um verbo auxiliar, como se ilustra em (53)[55]:

(53) a. O Pedro [está *sempre* a divertir-se].
b. Esse assunto [foi *ainda*/*já* abordado na reunião].
c. A Maria [está *só* a ler Guerra e Paz].
d. O Joaquim [tem *também* visitado a avó].

Em **posições periféricas**, os advérbios formam um grupo prosódico autónomo, distinto do grupo (ou grupos) formado(s) pelos restantes elementos da frase; usualmente, existe uma pausa (maior ou menor, consoante os falantes) entre o advérbio e os outros constituintes da frase que o seguem e/ou precedem. Nesse aspeto, o estatuto sintático e fonológico dos advérbios é semelhante ao dos suplementos (cf. Cap. 34.2.3.2.2), podendo ocorrer quer na posição inicial da frase (cf. (54)), quer entre o sujeito e o predicado (cf. (55)), quer na posição final da frase (cf. (56)). Na escrita, a autonomia prosódica destes advérbios é usualmente assinalada separando-os do resto da frase por uma vírgula – quando ocorrem em posição inicial ou final – ou por duas vírgulas – quando ocorrem entre o sujeito e o predicado:

(54) a. *Subitamente*, a criança começou a chorar.
b. *Infelizmente*, a cena acabou em tragédia.
c. {*Aqui*/*Neste restaurante*}, os meus amigos comeram muito bem.
d. {*Ontem*/*Às três da manhã*}, as crianças ouviram um barulho estranho.

(55) a. A criança, *subitamente*, começou a chorar.
b. A cena, *infelizmente*, acabou em tragédia.
c. Os meus amigos, {*aqui*/*neste restaurante*}, comeram muito bem.
d. As crianças, {*ontem*/*às três da manhã*}, ouviram um barulho estranho.

(56) a. A criança começou a chorar, *subitamente*.
b. A cena acabou em tragédia, *infelizmente*.
c. Os meus amigos comeram muito bem, {*aqui*/*neste restaurante*}.
d. As crianças ouviram um barulho estranho, {*ontem*/*às três da manhã*}.

[54] Nesta frase, o advérbio *sempre* tem uma leitura aspetual confirmativa, que só se manifesta em posição pré-verbal. Com interpretação temporal, este advérbio ocorre canonicamente em posição imediatamente pós-verbal – abstraindo de pronomes clíticos – (cf. *o João porta-se sempre mal*), embora também possa ocorrer em posição pré-verbal (cf. *o João sempre se porta mal*). Este advérbio discute-se em 33.5.5, onde se fazem igualmente algumas observações relativas à sua ordenação.

[55] Sobre a ordenação do advérbio *talvez*, cf. 33.5.9; sobre a ordenação de *não*, cf. 33.5.11.

[9] A única diferença entre um advérbio integrado na posição final do sintagma verbal e um advérbio periférico na mesma posição linear é de natureza prosódica (na fala) e gráfica – pelo uso de uma vírgula – na escrita: compare-se *a Maria comeu um belo cozido à portuguesa* {*aqui*/*neste restaurante*} com *a Maria comeu um belo cozido à portuguesa,* {*aqui*/*neste restaurante*}. Na fala, por vezes, não é fácil destrinçar entre estas duas estruturas, já que os falantes variam muitíssimo no que respeita às marcas prosódicas (incluindo a duração da pausa) que usam para atribuir estatuto periférico a um advérbio (sobre esta questão, cf. Barbosa 2000). Semanticamente, a diferença entre uma construção e a outra nem sempre é discernível. Aproximadamente, pode dizer-se que, em posição final integrada, o advérbio tende a constituir o foco da frase – a informação semântica nova mais importante dada pelo falante (cf. Cap. 50) –, ao passo que, em posição final periférica, o advérbio tende a constituir um "contra-tópico", ou seja, informação já partilhada pelos interlocutores e que o falante decide introduzir "tardiamente", por uma questão de precisão ou para retificar algo que foi dito anteriormente (cf. Cap. 12.3).

Existe uma correlação aproximada entre o tipo de posição que os advérbios ocupam – integrada ou periférica – e o tipo de informação semântica que veiculam. De maneira geral, ocorrem numa posição integrada os advérbios que contribuem para a descrição da situação representada pela frase, i.e., que contribuem para o seu conteúdo proposicional, como os de modo (cf. os exemplos (a) de (48) a (51)), os aspetuais e os focalizadores (cf. (52) e (53)). Em posições periféricas, por sua vez, ocorrem tipicamente os advérbios que exprimem um juízo do falante sobre o conteúdo proposicional do resto da frase ou sobre as circunstâncias da sua produção (cf. os exemplos (a) e (b) de (54) a (56)).

Contudo, é importante ter em conta que esta distinção não divide os advérbios em grupos estanques. Alguns podem ocorrer quer em posições integradas quer em posições periféricas, mantendo o mesmo valor semântico. É o caso, por exemplo, dos advérbios de lugar e de localização temporal (cf. os exemplos (b-e) de (49) e (50), por um lado, e os exemplos (c,d) de (54) a (56), por outro). Quando ocorrem em posição periférica (particularmente a inicial), a informação que veiculam introduz um quadro de referência, temporal ou espacial, relativamente ao qual o resto da frase é interpretado (cf. 33.5.3). Frequentemente, essa informação é especificada por outro adjunto adverbial do mesmo tipo semântico, ocorrendo numa posição integrada: cf. *antigamente, o João ia à missa todos os domingos*; *em Lisboa, o Pedro almoça sempre no Tavares*.

Também os advérbios de modalidade – que introduzem juízos do falante, de necessidade ou de possibilidade, sobre a situação descrita por uma frase (cf. Cap. 18) – ocorrem quer em posição integrada (cf. *amanhã, a Maria vai necessariamente*/*possivelmente à Universidade*), quer em posição periférica (cf. *necessariamente*/*possivelmente, a Maria vai amanhã à Universidade*).

33.5 Classificação semântica dos advérbios

Existem valores semânticos que são típicos dos argumentos e outros que são típicos dos adjuntos adverbiais. Entre os primeiros contam-se os valores de agente, tema, paciente, causa, destinatário, experienciador, estímulo, e também aqueles que, na

área espacial (do 'lugar') estão associados a sentidos dinâmicos, como a origem ('lugar de onde'), o destino ('lugar a onde' ou 'lugar para onde') e a passagem ('lugar por onde')[56]. Entre os segundos contam-se a localização espacial e temporal, a duração, o modo, outros valores semânticos veiculados por orações adverbiais (cf. Cap. 38) e os vários tipos de avaliação do falante sobre o conteúdo proposicional da frase ou sobre fatores pragmáticos associados ao contexto situacional da enunciação.

Contrariamente aos argumentos, que têm o seu valor semântico determinado pelo predicador que os seleciona (aquilo a que chamámos um papel temático; cf. Cap. 11.4.2.2 e 11.5.2), os adjuntos adverbiais têm geralmente um valor semântico estável, determinado pela sua composição lexical. Isto não significa que os adjuntos adverbiais, e em particular os advérbios, não manifestem ambiguidade. A ambiguidade destes elementos é usualmente determinada pelo contexto em que ocorrem, incluindo a sua posição, e não pelo sentido do predicador: assim, p.e., o advérbio *sempre* tem um valor temporal em posição pós-verbal (cf. (57a))) e um valor "confirmativo" em posição pré-verbal (cf. (57b))[57]:

(57) a. A Maria vai *sempre* a Madrid no verão.
b. A Maria *sempre* vai a Madrid no verão.

Outros adjuntos adverbiais podem ter interpretações distintas na mesma área semântica, como, p.e., o advérbio *brevemente*, que pode ter um valor de duração (cf. *ele falou <u>brevemente</u>* – quer dizer, durante pouco tempo) ou um valor de localização temporal futura (cf. *ele vai falar <u>brevemente</u>* – quer dizer, num momento situado pouco depois do momento da enunciação). Estes dois valores podem depender do contexto, como no par de frases apresentado, mas o fator determinante não é o predicador – que é o mesmo –, mas sim o tempo semântico verbal: o significado de localização temporal só é possível com um tempo semântico futuro, quer relativamente à enunciação, como no exemplo apresentado, quer relativamente a um tempo de referência – como, por exemplo, em *quando eu saí da sala, o Presidente ia falar brevemente* (cf. Cap. 15).

De modo semelhante, vários advérbios formados com o sufixo *-mente* podem variar entre duas leituras relacionadas: uma estritamente de modo, quando estão em posição integrada (cf. *o Pedro falou <u>prudentemente</u> sobre essa questão controversa*); e outra, quando estão em posição periférica, em que denotam uma atitude do indivíduo representado pelo sujeito relativamente ao seu envolvimento (ou não envolvimento, no caso de a frase ser negativa) na situação expressa pela frase,

[56] Cf. Caps. 11.5.2 e 32.8.1. Independentemente de se manifestar em argumentos selecionados ou em adjuntos adverbiais, a área semântica do espaço forma um sistema organizado, com oposições de significado que só podem ser adequadamente compreendidas descrevendo o sistema globalmente, sem atender demasiado à função dessas expressões como argumentos ou como adjuntos. Essa foi a orientação tomada no Cap. 32.8.1 para descrever os valores semânticos das preposições espaciais, e para aí remetemos o leitor (cf. também 33.5.3.1). O mesmo se pode dizer da área semântica do tempo, que "instrumentaliza" frequentemente recursos da expressão do espaço, sobretudo no domínio das preposições (cf. Cap. 32.8). É possível que a não distinção pela gramática tradicional entre argumento e adjunto nas expressões locativas e temporais (cf. Caixa [8]) tenha como origem essa necessidade (louvável) de uma visão unificada dos sistemas linguísticos espacial e temporal.

[57] Em posição pré-verbal, *sempre* também pode ter uma leitura temporal, adquirindo então um valor enfático adicional, que se manifesta foneticamente num acento contrastivo e numa linha melódica particular.

geralmente uma ação dinâmica em que o sujeito tem o papel temático de agente (cf. *prudentemente, o Pedro não falou sobre essa questão controversa*).

Inversamente, há advérbios que, no mesmo uso, acumulam significados que pertencem a campos semânticos distintos, podendo, *a priori*, tomar-se qualquer um deles como base da classificação. De novo o advérbio *sempre*, na sua interpretação temporal, constitui um exemplo (cf. *a Maria vai sempre a Madrid no verão*): para além do sentido temporal, o significado desta interpretação do advérbio também tem uma componente aspetual iterativa (i.e., denota uma multiplicidade sucessiva de eventos), uma componente aspetual de periodicidade (os eventos repetem-se com regularidade) e uma componente de quantificação universal (a periodicidade do evento é relativa a todos os períodos de verão). Sendo assim, como classificar *sempre*? Como advérbio de tempo, aspetual ou quantificacional? Possivelmente das três maneiras[58].

Em suma, esta "polivalência" semântica dos advérbios implica que não podem ser agrupados em classes estanques e mutuamente exclusivas sem sobreposição de elementos. Por este motivo, a tipologia semântica que propomos a seguir não deve ser entendida como criando subclasses estritas de advérbios, mas sim subclasses de valores semânticos e funcionais pelas quais se distribuem os advérbios, com a possibilidade de alguns deles poderem integrar mais do que uma.

Esta secção organiza-se do seguinte modo: em 33.5.1, descrevem-se os advérbios de modo; em 33.5.2, os advérbios de atitude do agente, um grupo que se relaciona estreitamente, por um lado, com os advérbios de modo, e, por outro, com os avaliativos da situação pelo falante (cf. 33.5.9). Em 33.5.3, discutem-se os advérbios de localização, tanto no plano espacial – os advérbios de lugar ou locativos (cf. 33.5.3.1) – como no plano temporal (cf. 33.5.3.2). Em 33.5.4, descrevem-se advérbios que quantificam sobre situações, representando a sua repetição, aqui chamados advérbios de iteração. Em 33.5.5, discute-se o advérbio *sempre* e o seu correspondente negativo, *nunca* (e também *nunca mais*). Em 33.5.6, discute-se um conjunto de advérbios que atuam num domínio aspetual-temporal: *já*, *finalmente*, *nunca mais*, *ainda*, *quase*. Em 33.5.7, descreve-se o uso enfático dos advérbios *mal* e *bem*, em frases como *a Maria mal pôs os pés na faculdade* e *o atleta bem tentou levantar os halteres, mas não conseguiu*. Em 33.5.8, descrevem-se brevemente os advérbios quantificacionais que funcionam como especificadores de adjetivos, verbos e outros advérbios. Em 33.5.9, discutem-se várias classes semânticas de advérbios que introduzem uma avaliação do falante sobre a situação expressa pela frase – ou, em estruturas de subordinação, uma avaliação do sujeito da oração subordinante sobre a situação expressa pela oração subordinada. Em 33.5.10, descrevem-se os advérbios focalizadores *só*, *apenas*, *até*, *nem*, *também* e alguns outros em *-mente*. Em 33.5.11, discutem-se brevemente os advérbios *sim* e *não*. Finalmente, num apêndice, descrevem-se as conjunções e locuções conjuncionais no domínio da subordinação adverbial.

[58] Em casos como este, as escolhas classificativas desta Gramática procuram refletir a classificação mais consensual entre os gramáticos e os linguistas, bem como uma avaliação da área semântica que nos parece ter um valor predominante sobre as outras.

33.5.1 Advérbios de modo

Os advérbios de modo expressam uma propriedade que caracteriza a maneira como um agente pratica uma determinada ação (cf. (58)), como um experienciador manifesta um estado psicológico ou cognitivo (cf. (59)) ou como um paciente ou um tema participa numa determinada situação ou é afetado por ela (cf. (60))[59]:

(58) a. O Luís abraçou a Maria *carinhosamente*.
b. O professor falou *insultuosamente* com o seu aluno.
c. A polícia agrediu *brutalmente* os manifestantes.

(59) a. A Maria ama o Pedro *doentiamente*.
b. O Zé conhece *bem* a Ana.
c. O Eduardo fala quatro línguas *maravilhosamente*.

(60) a. O Zé estatelou-se *desamparadamente*.
b. Os presentes cabem *perfeitamente* na minha mala.
c. A bola rolou *rapidamente*.

Como os exemplos ilustram, os advérbios de modo ocorrem tipicamente numa posição integrada do sintagma verbal, quer a seguir ao verbo, quer no final desse constituinte (cf. 33.4.3.2).

Morfologicamente, os advérbios de modo, na sua grande maioria, são formados com o sufixo *-mente* (cf. 33.2.2), o que torna esta subclasse praticamente aberta[60]; apresenta-se a seguir uma lista destes advérbios (obviamente, não exaustiva): *admiravelmente*, *agitadamente*, *amorosamente*, *apressadamente*, *arduamente*, *assombrosamente*, *atentamente*, *barbaramente*, *brutalmente*, *carinhosamente*, *comicamente*, *cordialmente*, *desamparadamente*, *descaradamente*, *desrespeitosamente*, *dificilmente*, *displicentemente*, *doentiamente*, *estupidamente*, *facilmente*, *impercetivelmente*, *inesperadamente*, *insultuosamente*, *inteligentemente*, *lentamente*, *maravilhosamente*, *naturalmente*, *perfeitamente*, *pesadamente*, *rapidamente*, *respeitosamente*, *tragicamente*.

Pertence também a esta classe a maioria dos advérbios adjetivais (cf. 33.2.1), os advérbios *bem*, *mal*, *depressa*, *devagar*, a pró-forma dêitica ou anafórica *assim* (cf. Caixa [7] deste capítulo e Caixa [1] do Cap. 23), bem como o advérbio interrogativo e relativo *como* (cf. Caps. 39 e 48). Os advérbios de modo podem servir de resposta a uma pergunta iniciada pela versão interrogativa deste advérbio, como se ilustra no seguinte minidiálogo entre dois interlocutores A e B: A – *Como é que o professor falou com o seu aluno?* B – *Insultuosamente*[61]. De modo semelhante, as frases com advérbios de modo podem ser parafraseadas por estruturas copulativas em que o sujeito é um sintagma nominal definido tendo como núcleo um dos nomes *modo*, *forma* ou *maneira*, modificado por uma oração relativa iniciada pelo

[59] De aqui em diante, usamos os termos "agente", "experienciador" e "paciente" para denotar as entidades representadas pelos argumentos com estes papéis temáticos; nos exemplos (58)-(60), esses argumentos têm a função gramatical de sujeito.

[60] Inversamente, a grande maioria dos advérbios em *-mente* é constituída por advérbios de modo.

[61] Não é esta a única leitura do advérbio interrogativo *como*, que pode também ser usado para obter respostas com valor explicativo (cf. Cap. 38.2.2). Assim, no pequeno diálogo a seguir, a resposta de B é perfeitamente adequada à pergunta feita por A: A – *Como é que tu ficaste tão triste assim de repente?* B – *Por ter reprovado no exame.*

advérbio relativo *como*, e em que o predicador é o adjetivo de que deriva o advérbio (cf. *a maneira como o professor falou com o seu aluno foi insultuosa*).

O adjetivo pode também ocorrer em função atributiva do nome *modo*, *forma* ou *maneira*, ambos integrados num sintagma preposicional iniciado pela preposição *de*, funcionando como adjunto adverbial de modo, praticamente sinónimo do advérbio correspondente: cf. *o professor falou com o seu aluno de {modo/forma/maneira} insultuoso(a)*. Este tipo de paráfrase, no entanto, não é adequado para advérbios de modo como *facilmente* e *dificilmente*, que descrevem uma relação (física ou psicológica) de um agente ou de um experienciador com a ação ou situação em que este se vê envolvido: cf. *o Zé correu facilmente a maratona*, *a Idalina compreendeu dificilmente o problema*. Nestes casos, a paráfrase adequada é uma estrutura copulativa complexa em que o predicador principal é o adjetivo de que deriva o advérbio, tomando como complemento o argumento agente ou experienciador e como sujeito uma oração infinitiva completiva (cf. Cap. 37) que representa a situação: cf. *foi fácil para o Zé* [*correr a maratona*], *foi difícil para a Idalina* [*compreender o problema*].

Como se mencionou acima, os advérbios de modo expressam uma propriedade que é atribuída a um dos participantes da situação representada pela frase, concretamente à maneira como esse participante – que pode ser um agente, um experienciador, um tema ou um paciente – vivencia a situação. Dizemos, assim, que os advérbios de modo são "orientados" para o agente (cf. (58)), para o experienciador (cf. (59)) ou para o tema/paciente (cf. (60)), conforme o caso.

Em (58)-(60), os argumentos que representam esses participantes têm a função de sujeito, mas nem sempre isso acontece. Assim, p.e., o advérbio pode ser orientado para um tema ou um paciente com a função de complemento direto: cf. *o Afonso abriu a porta* ***devagar*** e *o manifestante feriu* ***gravemente*** *o polícia*. Nestes casos, a propriedade expressa pelo advérbio representa a forma como a porta se move e a forma como os ferimentos se manifestam no polícia[62]. Os exemplos mostram, pois, que a orientação da propriedade expressa por estes advérbios não é necessariamente para o argumento com a função de sujeito.

A ideia de que a orientação dos advérbios de modo se relaciona com os papéis temáticos, não com as funções gramaticais, é corroborada pela existência de predicadores verbais que admitem quadros sintáticos diferentes, com uma concomitante alteração da função gramatical dos seus argumentos, mas sem alteração dos seus papéis temáticos. Nesses casos, é sempre o mesmo argumento temático que se relaciona com o advérbio, independentemente da função gramatical que assume em cada estrutura frásica. Há dois casos a considerar: (i) verbos transitivos que selecionam um agente ou um experienciador e que alternam entre uma estrutura ativa e uma estrutura passiva (cf. (61)) e (ii) verbos de alternância causativa-incoativa (como *ferir* e *abrir*; cf. Cap. 13) que selecionam um argumento tema ou paciente (cf. (62)):

(61) a. O Luís abraçou a Maria *carinhosamente*.
b. A Maria foi abraçada pelo Luís *carinhosamente*.

[62] Na primeira frase, o advérbio *devagar* também pode caracterizar os movimentos do Afonso ao abrir a porta, mas a componente semântica fundamental, sem a qual a frase é falsa, é que é a porta que se move de um modo lento; ou seja, a frase *o Afonso abriu a porta devagar* implica estritamente a frase *a porta abriu-se devagar*.

c. A Maria ama o Pedro *doentiamente*.
d. O Pedro é amado *doentiamente* pela Maria.

(62) a. O manifestante feriu *gravemente* o polícia.
b. O polícia {feriu-se/ficou ferido} *gravemente*.
c. O Afonso abriu a porta *devagar*.
d. A porta abriu-se *devagar*.

Nestes pares, como se verifica, a orientação dos advérbios mantém-se tematicamente constante, mau grado as mudanças de função gramatical dos argumentos, em cada caso. Assim, em (61a,b), a orientação do advérbio é para o agente e, em (61c,d), para o experienciador – quer estes argumentos sejam sujeito, como em (61a,c), quer sejam agente da passiva, como em (61b,d). Em (62a,b), a orientação do advérbio é para o paciente e, em (62c,d), para o tema – quer estes argumentos sejam complemento direto, como em (62a,c), quer sejam sujeito, como em (62b,d).

A interpretação dos advérbios de modo inclui uma gama alargada de matizes semânticos, dando origem, por vezes, em certas gramáticas, a classificações diferentes em que essas distinções são tratadas como subclasses autónomas. Em geral, esses advérbios admitem paráfrases com os nomes *modo*, *maneira* ou *forma*, e podem servir de resposta a perguntas iniciadas pelo advérbio interrogativo *como*; logo, são aqui classificados como advérbios de modo.

Assim, alguns destes advérbios podem expressar valores semânticos de **meio** (cf. *calculei mentalmente quanto tinha de pagar*; *as coisas que se vendem nesta feira são feitas artesanalmente*, *a separação foi decretada judicialmente*), de **instrumento** (cf. *as estrelas podem ser observadas telescopicamente*, *o programa é executado computacionalmente*)[63], de **aspeto** (*a porta fechou-se subitamente*/*repentinamente*), de **grau** (*a mãe tapou a criança completamente*, *o manifestante feriu o polícia gravemente*). Outros têm um valor que se assemelha ao **locativo**:

(63) a. O Cristiano Ronaldo é *internacionalmente* conhecido.
b. As notícias espalharam-se *mundialmente*.
c. A Orquestra Filarmónica de Berlim impôs-se *planetariamente*.

Nestes casos, a paráfrase mais adequada constrói-se com locuções adverbiais em que figuram os nomes *nível* ou *escala*, seguidos do adjetivo de que deriva o advérbio (cf., por exemplo, *o Cristiano Ronaldo é conhecido a nível internacional*); a paráfrase usando os nomes *forma*, *modo* ou *maneira* é menos aceitável, levantando algumas dúvidas sobre se estes advérbios devem realmente ser classificados como sendo de modo.

Em frases negativas com advérbios de modo, a leitura mais natural é aquela em que a negação incide sobre o próprio advérbio de modo e não sobre o resto da frase[64], como se ilustra nos seguintes exemplos, versões negativas de três dos exemplos dos paradigmas (58)-(60):

---

[63] O valor instrumental é canonicamente expresso por sintagmas preposicionais iniciados pelas preposições *com* ou *por*, ou pelas locuções prepositivas *através de* ou *por meio de*: *arrombei o cofre com uma chave inglesa*, *eles falam* {*através de*/*por (meio de)*} *um código estranho* (cf. Cap. 32.5.1).

[64] Melhor dizendo, sobre o conteúdo proposicional do resto da frase (cf. Cap. 11.1.5). No que segue, usamos apenas o termo "frase" neste contexto.

(64) a. O professor não falou *insultuosamente* com o seu aluno.
b. O Zé não conhece *bem* a Ana.
c. A bola não rolou *rapidamente*.

Na interpretação mais natural de (64a), o professor falou com o seu aluno (tecnicamente, em semântica, esta inferência constitui uma **pressuposição**); o que se afirma, então, é que o fez de um modo que não foi insultuoso – a negação toma como **foco** o advérbio (cf. Cap. 50); em (64b), de modo semelhante, pode inferir-se que o Zé conhece a Ana, mas não bem; e, em (64c), que a bola rolou, mas não rapidamente. Repare-se que, em circunstâncias em que a situação não ocorreu realmente (p.e., relativamente a (64a), a situação em que o professor não falou com o seu aluno), os enunciados com um advérbio de modo são sentidos como anómalos pelos falantes, suscitando comentários do tipo (de novo relativamente a (64a)) *pois não, não falou insultuosamente nem educadamente, nem de nenhuma outra forma*). De facto, um advérbio de modo denota a forma como alguém se comporta ou como alguém ou algo é afetado por uma situação. Não faz muito sentido apresentar a maneira como alguém *não* tem um comportamento ou como alguém ou algo *não* é afetado por uma situação.

Os advérbios de modo também podem ocorrer em posição periférica, usualmente inicial ou entre o sujeito e o predicado. Nessas posições, manifestam frequentemente um acento mais forte e uma curva melódica particular, associados a uma interpretação de foco contrastivo, na qual são contrapostos, implícita ou explicitamente, a outro advérbio (ou adjunto) de modo, o que acontece frequentemente quando constituem o foco de uma negação:

(65) a. *Maravilhosamente*, ninguém dançou (na verdade, toda a gente dançou pessimamente).
b. *Rapidamente*, ninguém consegue resolver esse problema (na verdade, todos levam tempo a resolvê-lo).
c. *Satisfatoriamente*, nenhum aluno respondeu ao teste (na verdade, todos responderam de forma medíocre).
d. A polícia, *brutalmente*, não agrediu os manifestantes (na realidade, até foi demasiado branda).

A negação[65], nestes exemplos, continua a incidir sobre o advérbio, tal como em (64), e não sobre o resto da frase, como se assinala nas paráfrases (p.e., da interpretação de (65a) infere-se que todas as pessoas dançaram, mas que a forma como o fizeram não foi maravilhosa).

Com outros advérbios de modo, incluindo *atentamente*, *calmamente*, *lentamente*, *serenamente*, *silenciosamente* e *timidamente*, a interpretação de modo em posições periféricas é possível sem estar associada a um valor de foco contrastivo, como se ilustra em (66):

(66) a. *Atentamente*/*Silenciosamente*, o Pedro ouviu a explicação do mestre.
b. O Luís, *timidamente*, pediu para falar durante a reunião.
c. *Lentamente*, o Alonso deu uma volta de aquecimento à pista.

[65] Nos três primeiros exemplos de (65), a negação encontra-se incorporada no pronome *ninguém* e no determinante *nenhum* (cf. Caps. 14, 22 e 23).

33.5.2 Advérbios de atitude do agente

Com uma leitura próxima da dos advérbios de modo, e frequentemente confundidos com eles, estes advérbios denotam uma atitude do agente de uma ação relativamente ao seu envolvimento (ou não envolvimento, em estruturas negativas) na situação expressa pela frase:

(67) a. *Prudentemente*, o Pedro saiu do edifício em chamas.
b. Os banhistas, *razoavelmente*, afastaram-se da praia.
c. *Torpemente*, o árbitro marcou um penálti contra o Chelsea.
d. *Cautelosamente*, o professor não chumbou nenhum aluno.

Como os exemplos ilustram, os advérbios de atitude do agente ocorrem em posições periféricas[66].

A relação destes advérbios com o sujeito-agente e com o resto da frase pode ser parafraseada por expressões como *o Pedro revelou prudência em sair do edifício em chamas* (cf. (67a)), *os banhistas foram razoáveis ao afastarem-se da praia* (cf. (67b)), *foi torpe da parte do árbitro marcar um penálti contra o Chelsea* (cf. (67c)) ou *o professor teve uma atitude cautelosa ao não chumbar nenhum aluno* (cf. (67d)). Incluem-se nesta classe, entre outros, os seguintes advérbios: *astutamente*, *cautelosamente*, *corretamente*, *cuidadosamente*, *escandalosamente*, *estupidamente*, *generosamente*, *ingenuamente*, *inteligentemente*, *maldosamente*, *ousadamente*, *prudentemente*, *razoavelmente*, *sabiamente*, *torpemente*.

Os advérbios de atitude têm a particularidade de poderem ser substituídos pelos adjetivos de que derivam funcionando como apostos (cf. Cap. 27.7). Na realidade, este é um dos poucos casos em que um adjetivo pode ocorrer na mesma posição em que ocorre o advérbio correspondente e substituir-se a ele, sem alterações significativas na função e na interpretação: cf. *prudente, o Pedro saiu do edifício em chamas*; *os banhistas, razoáveis, afastaram-se da praia*; *torpe, o árbitro marcou um penálti contra o Chelsea*; *cauteloso, o professor não chumbou nenhum aluno*.

A descrição semântica destes advérbios nos termos em que a fizemos acima não é consensual na literatura da especialidade, algo que reflete o sentido um tanto ou quanto vago dos exemplos em que ocorrem. De facto, por vezes, não é inteiramente claro se a atitude em questão representa um ato consciente e deliberado do agente da ação, i.e., se o advérbio dá uma representação objetiva do seu comportamento, ou se, pelo contrário, reflete apenas uma atribuição subjetiva do falante ao agente, com base no envolvimento deste na ação descrita pela frase. Assim, p.e., quando eu digo que o Pedro, prudentemente, saiu do edifício em chamas, estou a dizer que o Pedro, ele próprio, pensou que teria de ser prudente e que o melhor caminho nesse caso seria sair do edifício em chamas? Ou sou apenas eu que estou a atribuir prudência ao Pedro, sem que ele tivesse alguma vez pensado nisso, tomando como base o seu comportamento, considerado prudente por mim? As frases com estes advérbios parecem oscilar entre estas duas interpretações, e a opção por uma ou outra em enunciados concretos (se e quando é possível) depende de fatores pragmáticos associados ao nosso conhecimento da situação descrita pela frase, dos seus

[66] Um elevado número destes advérbios também pode ter uma leitura de modo, em posições integradas, o que certamente contribui para a confusão entre as duas classes. Voltamos a seguir a esta questão.

participantes e das motivações que os levam a atuar, e também do falante e das suas próprias motivações e juízos – permitindo ao ouvinte decidir se a atribuição da atitude veiculada pelo advérbio é apresentada como um facto objetivo sobre o agente, que realmente motiva o seu comportamento, ou se é apresentada como algo que parte de uma avaliação do falante, que projeta as suas próprias motivações sobre o agente (um pouco como se fosse ele, falante, que vivenciasse a situação)[67].

A distinção entre advérbios de modo e advérbios de atitude do agente é particularmente importante devido ao facto de um elevado número de advérbios poderem ser usados com os dois valores semânticos, como se ilustra nos seguintes paradigmas, onde se retomam os exemplos (67a) e (67d) – nos exemplos (a) o advérbio é de modo, nos exemplos (b) o advérbio é de atitude:

(68) a. O Pedro saiu *prudentemente* do edifício em chamas.
b. *Prudentemente*, o Pedro saiu do edifício em chamas.

(69) a. O professor levou *cautelosamente* o manuscrito antigo para o seu gabinete.
b. *Cautelosamente*, o professor não chumbou nenhum aluno.

Em (68a), descreve-se o modo prudente como o Pedro saiu do edifício, ao passo que, em (68b), o falante diz que o Pedro teve uma atitude prudente ao sair do edifício em chamas (qualquer que tenha sido o modo como o fez). Em (69a), o advérbio denota a forma cautelosa com que o professor levou o manuscrito para o seu gabinete, evitando assim estragá-lo, ao passo que, em (69b), se descreve a atitude cautelosa do professor ao não chumbar nenhum aluno, possivelmente para ter boas avaliações da parte deles.

Para alguns falantes, quando o material lexical é idêntico, existe uma tendência a inferir pragmaticamente a proposição expressa pelas frases com um advérbio de atitude a partir das frases com um advérbio de modo, o que dificulta, por vezes, diferenciar entre as duas interpretações[68]; por exemplo, relativamente a (68), se uma pessoa realiza uma determinada ação de maneira prudente ou cautelosa, justifica-se em condições normais acreditar que ela foi prudente ou cautelosa ao realizar essa ação. Mas essa implicação não é logicamente necessária, realçando a importância de distinguir estes dois valores adverbiais: assim, (68a) é compatível com uma situação em que a saída do edifício em chamas se revelou, afinal, uma imprudência da parte do Pedro, mau grado o modo prudente como foi feita. De modo semelhante, na situação descrita por (69a), poderia eventualmente ter sido melhor para o professor não levar o manuscrito para o seu gabinete, por exemplo, se este não possuísse um sistema de alarme adequado, tornando fácil o roubo do manuscrito – neste cenário, o modo como o professor levou o manuscrito pode ter sido cauteloso, mas o seu comportamento geral certamente não o foi.

[67] Devido a esta ambiguidade, os advérbios de atitude são por vezes classificados no grande grupo de advérbios que exprimem avaliações subjetivas do falante (cf. 33.5.9). No entanto, dada a possibilidade de uma interpretação "objetiva" do seu significado, e também o facto de "modo" e "atitude" serem noções relacionadas e por vezes difíceis de distinguir (cf. a discussão a seguir), optamos nesta Gramática por não os incluir nesse grupo. Aliás, o uso dos advérbios de modo também envolve frequentemente um juízo subjetivo da parte do falante sobre a maneira como os participantes se envolvem na situação descrita pela frase.
[68] E explica, plausivelmente, o facto de outras gramáticas não diferenciarem esta classe de advérbios da dos advérbios de modo.

Em orações negativas, estes advérbios exprimem uma atitude que leva o agente, neste caso, a *não* se envolver numa determinada situação, i.e., a não agir:

(70) a. *Prudentemente*, o Pedro não saiu do edifício em chamas.
b. Os banhistas, *razoavelmente*, não se afastaram da praia.
c. *Torpemente*, o árbitro não marcou um penálti contra o Chelsea.
d. *Cautelosamente*, o professor não chumbou nenhum aluno.

Assim, em (70a), p.e., o falante descreve a atitude do Pedro como tendo sido prudente, tal como em (67a), mas neste caso por não ter saído do edifício em chamas – talvez porque, se o tivesse feito, teria impossibilitado a atuação dos bombeiros. Nestes exemplos, o operador adverbial de negação incide, pois, sobre o conteúdo central expresso pela frase, não sobre o advérbio em posição periférica (compare-se com a leitura inversa que se obtém com advérbios de modo integrados, descrita aquando da discussão dos paradigmas (64) e (65)).

Em frases negativas em que o sujeito é *ninguém* ou contém o determinante *nenhum* (ambos com um valor indefinido, quantificacional e negativo), a propriedade denotada pelo advérbio não recai sobre a entidade denotada pelo sujeito (visto que este não refere nenhuma pessoa em particular), mas sim sobre a totalidade das entidades relevantes do universo do discurso que poderiam ter realizado a ação descrita pelo predicado, mas não o fizeram. Considerem-se, assim, os seguintes exemplos, comparando-os com os de (70):

(71) a. *Prudentemente*, ninguém saiu do edifício em chamas.
b. *Razoavelmente*, nenhum banhista se afastou da praia.
c. *Torpemente*, nenhum dos quatro árbitros marcou o penálti contra o Chelsea.
d. *Cautelosamente*, nenhum professor chumbou nenhum aluno.

Ilustrando com (71a), se na situação descrita por esse exemplo houver três indivíduos no edifício em chamas, com tal enunciado o falante está na realidade a afirmar que foi prudente da parte desses três indivíduos não terem saído do edifício, sem que eles sejam mencionados diretamente na frase[69].

As frases negativas são um critério particularmente eficaz para distinguir entre advérbios cuja interpretação mais natural é a de modo (como *brutalmente*, *maravilhosamente*, *rapidamente*, *violentamente*) e advérbios cuja interpretação mais natural é a de atitude (como *impulsivamente*, *ingenuamente*, *maldosamente* e *razoavelmente*). Recorde-se que, em orações negativas com um advérbio de modo em posição integrada, a negação incide sobre o advérbio, não sobre o resto da frase. Assim, p.e., na interpretação mais natural de *o Luís não leu inteligentemente o relatório* (enunciado que pode ser continuado por *não compreendeu absolutamente nada do que lá se diz*), a negação incide sobre *inteligentemente*, não sobre *o Luís leu o relatório*; ou seja, o exemplo pode ser parafraseado por 'o Luís leu o relatório, mas não o fez de modo inteligente'. Em contrapartida, em frases com um advérbio de atitude numa posição periférica, a negação incide sobre a frase, não sobre o advérbio: cf. *inteligentemente, o*

[69] Quando o sujeito é *nenhum de* + *SN*, como em (71c), essas entidades são descritas pelo SN que segue a preposição *de*.

Luís não leu o relatório; esta frase, contrariamente à anterior, afirma (explicitamente) que o Luís não leu o relatório e que foi inteligente da sua parte não o fazer.

Quando um advérbio ocorre numa posição periférica e a negação incide necessariamente (ou preferencialmente) sobre ele, esse advérbio só tem (ou tem preferencialmente) uma leitura de modo. Considerem-se de novo os exemplos (65a,d), repetidos em (72):

(72) a. *Maravilhosamente*, ninguém dançou (na verdade, toda a gente dançou pessimamente).
b. A polícia, *brutalmente*, não agrediu os manifestantes (na realidade, até foi demasiado branda).

A frase (72a) só pode ser interpretada como correspondendo a uma situação em que as pessoas dançaram efetivamente, mas mal; do mesmo modo, a frase (72b) só pode ser interpretada como correspondendo a uma situação em que a polícia agrediu os manifestantes, mas não brutalmente. Por outras palavras, (72a) não significa que foi maravilhoso da parte das pessoas *não* terem dançado e (72b) não significa que a polícia foi violenta ao *não* agredir os manifestantes. Compare-se esta situação com a interpretação de (70) e (71), com advérbios de atitude, em que a negação incide sobre a frase, não sobre os advérbios.

Inversamente, quando um advérbio ocorre em posição periférica e não pode ser (ou não é naturalmente) o foco da negação – i.e., a negação incide necessariamente (ou preferencialmente) sobre o resto da frase –, esse advérbio só tem (ou tem preferencialmente) uma leitura de atitude do agente:

(73) a. *Ingenuamente*, o Pedro não beijou a Júlia.
b. O Zé, *razoavelmente*, não foi tomar banho de mar depois de almoçar.

Assim, de (73a) infere-se (mais naturalmente) que o Pedro não beijou a Júlia e que teve uma atitude ingénua ao não o fazer, não que a beijou de maneira não ingénua; e de (73b) infere-se que o Zé não foi tomar banho e que foi razoável ao não o fazer, não que foi tomar banho de uma forma não razoável.

Em suma, quando um advérbio em *-mente* em posição periférica de uma frase negativa é o elemento focalizado pela negação, como em (72), é um advérbio de modo; inversamente, quando, nesse tipo de estrutura, o elemento focalizado pela negação é o resto da frase, como em (73), esse advérbio é um advérbio de atitude do agente.

Em frases com advérbios de atitude, o agente é usualmente realizado como sujeito. Assim, em pares de frases ativa e passiva com dois argumentos que, pela sua constituição lexical, podem potencialmente ser agentes (p.e., denotando pessoas), o advérbio só é natural na versão ativa, orientado para o argumento agente com a função de sujeito. Em contrapartida, a frase passiva correspondente, em que o mesmo argumento tem a função de agente da passiva[70], é considerada pela maioria dos falantes como marginal:

(74) a. *Simpaticamente*, o polícia ajudou a velhinha a atravessar a rua.
b. ?*Simpaticamente*, a velhinha foi ajudada pelo polícia a atravessar a rua.

[70] Recorde-se que o termo "agente da passiva" remete para uma função gramatical, não para um papel temático (cf. Cap. 11.6).

(75) a. O André, *generosamente*, recebeu os sem-abrigo da região no seu palácio.
b. ?Os sem-abrigo da região, *generosamente*, foram recebidos pelo André no seu palácio.

Compare-se (75) com (76), em que o advérbio *generosamente*, em posições integradas, tem uma leitura de modo, podendo ser (em (76b)) orientado para o argumento com a função de agente da passiva[71]:

(76) a. O André recebeu *generosamente* os sem-abrigo da região.
b. Os sem-abrigo da região foram *generosamente* recebidos pelo André.[72]

Em frases em que apenas um dos argumentos tem a composição lexical adequada para ser agente, existe maior flexibilidade na função gramatical que esse argumento pode assumir, como se ilustra em (77), uma oração passiva na qual o argumento agente tem a função de agente da passiva, podendo mesmo não ser expresso (recebendo, nesse caso, uma interpretação indefinida ou sendo recuperado contextualmente)[73]:

(77) *Maldosamente*, o centro de saúde foi encerrado (pelo governo).

Entre estes advérbios inclui-se um pequeno grupo que representa uma atitude mental, tipicamente volitiva, do agente relativa ao seu envolvimento (ou não envolvimento) na ação expressa pela frase. Contrariamente aos restantes, estes podem ocorrer quer em posição integrada (cf. (78)) quer em posição periférica (cf. (79)):

(78) a. O Pedro chegou *intencionalmente* atrasado.
b. O professor chumbou o aluno *relutantemente*.
c. A Maria desobedeceu ao pai *propositadamente*.

(79) a. *Intencionalmente*, o Pedro chegou atrasado.
b. O professor, *relutantemente*, chumbou o aluno.
c. A Maria desobedeceu ao pai, *propositadamente*.

Incluem-se neste grupo, entre outros, os advérbios *deliberadamente*, *intencionalmente*, *propositadamente*, *relutantemente* e *voluntariamente*.

Quando estes advérbios ocorrem em posição periférica em frases negativas (cf. *intencionalmente, o Pedro não chegou atrasado*; *o professor, relutantemente, não*

---

[71] Considere-se a frase passiva a seguir, em que o advérbio, em posição periférica inicial, denota uma atitude do sujeito, que, no entanto, não tem o papel temático de agente, mas sim de paciente: *inteligentemente, o João foi examinado por um especialista* (*para se assegurar de que não tinha qualquer problema de saúde*); compare-se com a versão ativa *inteligentemente, o especialista examinou o João* (*para se assegurar de que ele não tinha qualquer problema de saúde*), com o advérbio agora orientado para o sujeito-agente. Os falantes que aceitam o primeiro exemplo estarão porventura a atribuir ao sujeito da frase passiva um papel mais interventivo, próximo do de um agente, semelhante àquele que é expresso nas frases causativas *inteligentemente, o João deixou-se/fez-se examinar por um especialista*, no qual o sujeito tem realmente o papel temático de agente.

[72] Repare-se que o advérbio de modo *generosamente* tem uma dimensão quantitativa que o advérbio de atitude não tem: das frases de (76), mas não das de (75), infere-se que ou o André fez várias coisas para beneficiar os sem-abrigo, ou que o grau com que se empenhou na sua receção foi elevado.

[73] Vejam-se também frases como *maldosamente, fecharam-se os centros de saúde*, uma oração passiva pronominal, em que o advérbio representa a atitude de um agente implícito, que não pode mesmo ser expresso neste tipo de frases (cf. Cap. 13).

chumbou o aluno e *a Maria não obedeceu ao pai, propositadamente*), têm um comportamento semelhante ao dos restantes advérbios de atitude (cf. a discussão de (70) e (71)): o foco da negação é a frase, com exclusão do advérbio. Assim, na primeira frase dada como exemplo acima, afirma-se que o Pedro não chegou atrasado e que isso foi um ato intencional da sua parte.

Quando estes advérbios ocorrem em posição integrada em frases negativas, o seu comportamento é misto: nesse caso, são admissíveis (pelo menos para alguns falantes) duas leituras, uma em que o foco da negação é o advérbio, com exclusão do resto da frase, e outra em que o foco da negação é o resto da frase, com exclusão do advérbio:

(80) a. Ela não fez essas coisas *intencionalmente*.
b. A Maria não obedeceu ao pai *propositadamente*.

Assim, p.e., (80a) admite uma interpretação em que ela fez essas coisas mas sem intencionalidade (a negação incide sobre o advérbio) e outra em que ela não fez de facto essas coisas e isso foi intencional (a negação incide sobre o resto da frase, não sobre o advérbio).

33.5.3 Advérbios de localização espacial e de localização temporal

Existem paralelismos importantes na expressão linguística do espaço e do tempo. Assim, (i) ambos os domínios podem manifestar-se em argumentos selecionados (cf., respetivamente, *a Maria pôs o livro em cima da mesa* e *o jogo durou duas horas*) e em adjuntos adverbiais (cf. *o ministro almoçou em Coimbra ao meio dia*); (ii) ambos permitem representar uma localização estática – no domínio espacial, o lugar onde se encontra um objeto físico ou no qual tem lugar uma situação (cf., respetivamente, *o livro está em cima da mesa* e *o jogo é no estádio da Luz*), e, no domínio temporal, o momento ou intervalo temporal em que uma situação acontece (cf. *o jogo é no domingo*); (iii) ambos permitem representar extensões – distância e duração, respetivamente (cf. *o Pedro caminhou três quilómetros durante duas horas*); e (iv) ambos permitem expressar uma componente semântica dinâmica, em que se representa, na perspetiva do movimento físico e da passagem do tempo, um ponto de partida e um ponto de chegada (cf. *o Pedro viajou de Lisboa para/até Coimbra*, no domínio espacial, e *o jogo durou das duas até às quatro da tarde*, no domínio temporal).

Do ponto de vista estrutural, as expressões usadas para representar a localização espacial e temporal são tipicamente sintagmas preposicionais e advérbios (e orações, no domínio temporal), podendo alguns destes elementos funcionar nos dois domínios, com o mesmo valor estático ou dinâmico: vejam-se, p.e., as preposições *em*, com valor de localização estática, e *de*, *desde* e *até*, com valor dinâmico (cf. os exemplos relevantes do parágrafo anterior); ou o advérbio *aqui*, cujo sentido primitivo é espacial (cf. *o livro está aqui*), mas que pode adquirir, derivativamente, um sentido temporal (cf. *Já é uma hora; interrompemos aqui a conversa*).

Finalmente, encontramos, nas duas áreas, advérbios dêiticos, i.e., cuja interpretação depende de fatores contextuais da própria situação da enunciação – dos participantes, do lugar que ocupam e do intervalo temporal em que é produzido o enunciado: na área espacial, p.e., a série *aqui-aí-ali* e, na área temporal, a série *ontem-hoje-amanhã*.

Tratamos em primeiro lugar a localização espacial (cf. 33.5.3.1) e seguidamente a localização temporal (cf. 33.5.3.2). A descrição incide fundamentalmente sobre advérbios dêiticos. Como se verá, esses advérbios organizam-se em "minissistemas" semânticos (a que chamamos adiante "séries") que incluem também sintagmas preposicionais ou outro tipo de locuções adverbiais.

Nas duas áreas, centramo-nos sobretudo nos valores estáticos, de 'lugar onde' e de 'tempo em que' (ou 'tempo quando'), que são os valores expressos canonicamente pelos adjuntos adverbiais – em contraste com os valores dinâmicos de 'origem' e 'meta' (cf. Cap. 11), canonicamente expressos por argumentos selecionados.

Neste ponto, é importante que o leitor tenha em conta que, dada a diversidade de mecanismos gramaticais que as línguas possuem para expressar as áreas semânticas do espaço e do tempo, a cobertura destes domínios semânticos encontra-se "espalhada" por vários capítulos desta Gramática. Nesta secção, como se assinalou, centramo-nos sobre os advérbios, e procurámos não repetir informação apresentada noutros capítulos, a menos que tenha relevância direta para as questões em discussão ou seja essencial para a sua compreensão.

Para orientar o leitor que queira ter uma visão global da expressão gramatical do espaço e do tempo, damos aqui uma indicação dos capítulos e secções onde poderá encontrar informação adicional sobre estas questões, facilitando uma integração da informação apresentada nesta secção com os tópicos aí discutidos. No Cap. 11.7, procede-se a uma discussão geral da dêixis, incluindo as suas dimensões espacial e temporal. O Cap. 15 é dedicado ao estudo dos tempos verbais, que desempenham um papel central na localização temporal, e, no Cap. 29, descrevem-se os verbos auxiliares que atuam no domínio da temporalidade. No Cap. 16, estuda-se detalhadamente a expressão do tempo (incluindo a localização temporal, mas não só) através de unidades lexicais, em particular quando estas formam sintagmas com a função de adjunto adverbial. Neste ponto, em particular, poderá haver alguma redundância entre esse capítulo e a presente secção, embora se tenha procurado abordar os fenómenos a partir de perspetivas distintas. No Cap. 22.3.2.2, descreve-se o sistema dos determinantes demonstrativos, o qual tem um papel central na dêixis espacial. No Cap. 31.2.5, discutem-se os adjetivos que, no sintagma nominal, correspondem a advérbios em domínios frásicos, incluindo aqueles que têm valores nas áreas semânticas do tempo (em 31.2.5.3) e do espaço (em 31.2.5.4); alguns destes adjetivos (nomeadamente *anterior*, *passado*, *próximo* e *seguinte*) são também discutidos no Cap. 27.4.4.4 (sobre localização temporal) e 27.4.4.5 (sobre localização espacial). No Cap. 30.2.5, inclui-se uma descrição da localização espacial e temporal em orações copulativas, incidindo sobre a seleção do verbo de cópula particular usado em cada uma dessas áreas. No Cap. 32.8, descrevem-se pormenorizadamente as preposições do português com valor espacial e temporal, discutindo-se em detalhe a contribuição semântica de cada uma delas e o significado de localização estática ou de direcionalidade dinâmica dos sintagmas de que essas preposições são núcleo. Finalmente, o Cap. 38, dedicado à subordinação adverbial, contém uma secção (38.2.1) em que se descrevem as orações adverbiais com valor temporal.

33.5.3.1 Advérbios locativos

Os **advérbios de localização espacial**, também chamados, mais simplesmente, **advérbios locativos** ou **advérbios de lugar** (cf. Nota 61 do Cap. 32), incluem elementos de vários tipos: (i) advérbios relacionais como *abaixo*, *acima*, (*a*)*diante*, *atrás*, *através*, *defronte*, *dentro*, *fora*, *junto*, *longe* e *perto*, que formam locuções prepositivas com uma preposição de ligação, o que lhes permite selecionar um complemento (cf. *o fantasma passou através da parede*, *os soldados já estão dentro da cidade*). Estes advérbios já foram discutidos noutras partes desta Gramática (cf. 33.3.1.2 e Cap. 32.2.2), para as quais reenviamos o leitor; (ii) três séries com um valor primitivo dêitico: *aqui-aí-ali*, *cá-lá* e *aquém-além* (cf. 33.5.3.1.1 e 33.5.3.1.2); (iii) uma série de dois advérbios locativos de significação indefinida, *algures-nenhures*, o primeiro positivo e o segundo negativo (cf. 33.5.3.1.3); (iv) a pró-forma relativa e interrogativa *onde* e a sua variante *aonde* (cf., respetivamente, *gosto do lugar* (*a*)*onde passei as minhas últimas férias*, com o advérbio relativo, e (*a*)*onde é que para a polícia quando precisamos dela?* com o advérbio interrogativo). As pró-formas relativas são discutidas no Cap. 39, e as interrogativas no Cap. 48.

33.5.3.1.1 Advérbios locativos dêiticos

Existem três séries de advérbios locativos dêiticos, ancoradas, respetivamente, por *aqui* (*aqui-aí-ali*), por *cá* (*cá-lá*) e por *aquém* (*aquém-além*). Com exceção de *aquém* (que se discute mais adiante), estes advérbios partilham com os pronomes pessoais de terceira pessoa o facto de serem **pró-formas**, i.e., palavras com um sentido descritivo reduzido, limitado a uma categoria semântica muito geral – neste caso, 'lugar' –, o que lhes permite substituir uma expressão descritivamente mais rica, do tipo semântico apropriado, desde que o conteúdo dessa expressão possa ser recuperado, quer deiticamente, a partir do contexto situacional (cf. *aqui não se pode falar alto*, dito, p.e., numa igreja), quer anaforicamente, através de um antecedente presente na mesma frase ou na mesma unidade textual (cf. *quando cheguei a* ***o estádio****, já lá estavam os meus amigos*, em que *lá* recupera anaforicamente o sintagma nominal *o estádio*, perspetivado como um lugar).

Na série *aqui-aí-ali*, o primeiro advérbio refere o lugar ou o espaço ocupado pelo falante, ou perto dele (cf. a expressão *aqui ao pé de mim*), *aí* refere o lugar ou o espaço ocupado pelo ouvinte, ou perto dele (cf. *aí ao pé de ti*), e *ali* refere o lugar ou o espaço afastado quer do falante quer do ouvinte, potencialmente ocupado por uma terceira entidade, representada por um pronome de terceira pessoa ou por um sintagma nominal (cf. *ali ao pé* {*dela*/*da Maria*/*da cadeira*})[74]. A forma *acolá* alterna frequentemente com *ali* (cf. o seguinte minidiálogo: A – *Onde puseste a faca?* B – *Ali*/*Acolá*) e pode ser usada na mesma frase ou texto quando o falante quer contrastar dois lugares igualmente afastados dele e do ouvinte (cf. *uns esconderam-se ali, outros acolá*). De forma mais restringida, e particularmente no sul de Portugal, *ali* alterna também com *além* (cf. *olha quem está ali*/*além*).

A série *aqui-aí-ali* encontra-se em correspondência direta com a série dos pronomes pessoais *eu-tu-ele*(*a*) (nas suas várias formas casuais – cf. Cap. 23.4.3.3.3) e

[74] Sobre a interpretação vaga ou indeterminada destas formas, em termos da dimensão do espaço referido, cf. Cap. 11.7.

com a série dos determinantes demonstrativos *este-esse-aquele* (cf. Cap. 22.3.2.2) e a sua versão pronominal neutra *isto-isso-aquilo* (cf. Cap. 23.4.1). Estas associações refletem-se nas combinações possíveis entre os elementos dessas séries, como as apresentadas no início do parágrafo anterior, e também em *isto aqui*, *isso aí*, *aquilo ali*, *eu aqui*, *tu aí*, *ela ali*; compare-se com a estranheza ou mesmo impossibilidade de ***isto ali*, ***isso aqui*, ***aquilo aí*, ***eu aí*, ***tu ali*[75].

Por sua vez, a série *cá-lá* tem como centro dêitico apenas o falante, distinguindo-se assim da série cuja âncora é *aqui*; representa apenas dois espaços ou lugares, um no qual se localiza o falante (ou que está perto dele) e outro afastado do falante, no qual se localiza potencialmente uma terceira entidade – e também o ouvinte, que é perspetivado de modo idêntico a uma terceira pessoa: cf. *cá na minha casa, as regras são estas; lá* {*na tua casa*/*na casa dela*}*, as regras são outras*[76].

Nalguns dos seus usos, esta série adverbial associa-se também ao sistema verbal constituído pelos verbos de movimento *ir* e *vir*, os quais possuem uma componente dêitica relacionada com o falante[77]: enquanto *ir* representa tipicamente movimento do falante ou de outra entidade para um lugar afastado do falante e que pode ser referido por *lá* (cf. *vou lá todos os dias*, *ela vai lá todos os dias*), *vir* representa movimento do falante ou de outra entidade para o lugar ocupado pelo falante, ou perto dele, e que pode ser referido por *cá* (cf. *venho cá todos os dias*, *ela vem cá todos os dias*). Assim, a combinação de *ir* com *cá* é impossível (cf. ***vou cá todos os dias*, ***ela vai cá todos os dias*), e a combinação de *vir* com *lá* é normalmente anómala, e em muitos casos impossível (cf. ***venho lá todos os dias*, ***ela vem lá todos os dias*)[78].

As duas séries distinguem-se também num parâmetro semântico dimensional, ainda que essa diferença seja por vezes subtil e dependa muito da subjetividade do falante (e por isso se neutraliza frequentemente, sobretudo em textos de natureza mais objetiva). Assim, a série *aqui-aí-ali* associa-se por vezes a um espaço mais restrito, mais fechado, e que envolve os interlocutores de maneira mais íntima, por

---

[75] Nas combinações de pronome com advérbio, este último tem frequentemente um valor no qual se enfatiza, ou se realça, a localização da entidade designada. As combinações *ele aqui* ou *ele aí*, ainda que pouco aceitáveis para alguns falantes, são semanticamente coerentes, já que uma terceira pessoa pode estar perto do falante ou do ouvinte; com sintagmas nominais, a combinação é mais natural: cf. expressões como *aqui o meu amigo Zé*, *esse senhor aí* (*ao pé de ti*), *ali aquele polícia*. Também a combinação *eu aqui* é menos aceitável para alguns falantes, o que pode ter como explicação o facto de o falante ser único (em contraste com a possibilidade de múltiplos ouvintes) e ocupar um espaço inequivocamente determinado no contexto situacional.

[76] Esta série é, pois, semelhante à série adverbial *here-there*, do inglês, e à série *ici-là*(*-bas*), do francês.

[77] As observações que se seguem pretendem apenas captar, de forma breve e simplificada, um aspeto particular do uso destes verbos e dos aspetos dêiticos do seu significado lexical.

[78] Estas expressões são, no entanto, possíveis num uso enfático de *lá*, no qual o falante veicula implicitamente a proposição contrária àquela que assere (no caso dos exemplos no texto, 'eu não venho todos os dias – onde quer que seja' e 'ela não vem todos os dias – onde quer que seja' – cf. 33.5.3.1.6). Outros usos possíveis de *vir* e de *lá* combinados são os seguintes: (i) na unidade multilexical, semicristalizada, *vir lá*, frequentemente combinada com *já*, com o sentido aproximado de 'estar a chegar', 'aproximar-se': cf. *o carteiro já lá vem* (também admissível para alguns falantes com a ordem *vem lá* – cf. *o carteiro já vem lá*); (ii) quando o falante projeta de alguma forma que também vai estar presente nesse lugar (cf., por exemplo, *vem lá* (*abaixo*) *também tu, para vermos o que eles estão a fazer*). Neste caso, o falante perspetiva o movimento do seu interlocutor como sendo para um lugar afastado daquele onde se encontra no momento da enunciação (daí o uso de *lá*) mas como sendo aquele onde se encontrará no momento em que a deslocação do interlocutor ocorrer potencialmente (daí o uso de *vir*).

oposição à série *cá-lá*, que remete para um espaço mais alargado, mais aberto e que envolve os interlocutores de uma forma mais objetiva e menos íntima.

Este aspeto pode ser ilustrado pela diferença entre dois enunciados como *vivemos aqui há 20 anos* e *vivemos cá há 20 anos*, ouvidos ou lidos na ausência de qualquer contexto que nos dê pistas sobre a referência dos advérbios. Para muitos falantes, a tendência é associar *aqui* a espaços mais circunscritos, como uma rua ou um prédio, por oposição a *cá*, que remete para espaços mais vastos, como uma cidade ou um país. Os seguintes exemplos, retirados de *corpora*, apontam nesse sentido (no primeiro, *cá* tem como antecedente o SN *a cidade*, sublinhado): *Estive **cá** três vezes, a primeira na adolescência, mas conheço mal a cidade*. (CETEMPúblico); *Veja bem: há ali uma mulher que está **cá** desde 1983 e só aparece **aqui** hoje*. (CETEMPúblico). Neste último exemplo, existe um contraste entre *cá*, denotador de um lugar mais vasto, e *aqui*, denotador de um lugar mais circunscrito, no interior do primeiro.

No entanto, *aqui* e *cá* alternam quando o falante não estabelece um contraste entre uma localização espacial mais circunscrita e outra menos circunscrita (e daí a dificuldade em estabelecer regras precisas sobre o uso das duas séries): cf. *eles foram-se embora e nunca mais cá/aqui puseram os pés*; *no próximo verão, cá/aqui estaremos de novo todos juntos*; *vamos de imediato atender quem já cá/aqui está*; *parece que o temporal chega cá/aqui ainda hoje*. Em enquadramentos deste tipo, observa-se a utilização alternada dos dois advérbios em frases sucessivas, como em *Sinto-me tão bem **aqui** que aconselho toda a gente a vir para **cá*** (CETEMPúblico); *Quando era novo, adorei viver **aqui**, mas penso que só gostaria de voltar a viver **cá** quando já estivesse estabelecido na vida*. (CETEMPúblico); *Nós não fomos transplantados para **aqui**, estamos **cá** desde sempre*." (CETEMPúblico).

Os advérbios da série *cá-lá* têm maior tendência a formar combinações fixas, com um grau relativamente alto de rigidez sintática, podendo mesmo, em alguns casos, formar unidades multilexicais (cf. Cap. 9):

(81) a. *Dá cá* o lápis que me tiraste.
b. *Venha cá* daqui a um mês.
c. *Anda cá*, não fujas!
d. *Passe para cá* a carteira!
e. Entre caneladas *para cá*, chapadas *para lá* e pisadelas *para cá e para lá* salvou-se Isaías, o único benfiquista a lutar pelo golo (CETEMPúblico)
f. Anda *de cá para lá*, pedalando furiosamente (CETEMPúblico)
g. A vida de professor é dura! *Quem cá anda* é que sabe!
h. *Só cá faltava* mais esta!

Vejam-se também expressões fixas ou semifixas como *este já cá canta!*; *por dá cá aquela palha*; *nós por cá todos bem*; *toma lá, dá cá*; *tu cá tu lá*; e o jogo de palavras *se cá nevasse fazia-se cá ski*.

Dada a imprecisão dimensional do espaço referido pelos advérbios de lugar dêiticos (cf. Cap. 11.7)[79], estes ocorrem frequentemente em combinação com expressões

[79] Esta imprecisão é comum no uso normal destes advérbios, e pode ser ilustrada pelo seguinte minidiálogo: A – *Onde está o livro?* B – *Está aqui.* A – *Aqui onde?*

locativas plenas – em geral sintagmas preposicionais – que tornam mais precisa a sua referência, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(82) a. O livro está *aqui* {*ao meu lado*/*à minha frente*}.
b. Vou *aí* *ao teu escritório*.
c. Comprei esse presunto *ali* *naquela mercearia*.
d. Encontramo-nos *cá* *em casa* ou *lá* *na faculdade*?

Em exemplos deste tipo, o advérbio e o sintagma que o segue estão incluídos no mesmo constituinte sintático e definem um só grupo prosódico; ou seja, na oralidade não tem necessariamente de existir uma pausa entre o advérbio e o sintagma seguinte. Essa pausa, no entanto, pode existir: cf., por exemplo, relativamente a (82b), *vou aí, ao teu escritório* (com a pausa assinalada através da vírgula). Neste caso, o sintagma que segue o advérbio tem o estatuto de um aposto, formando um grupo prosódico autónomo. Semanticamente, é subtil (se não mesmo nula) a diferença entre os exemplos de (82) e os correspondentes com pausa. Poder-se-ia talvez dizer que, no primeiro caso, a informação veiculada pelo sintagma é sentida como uma especificação do advérbio, ao passo que no segundo caso é sentida como um comentário sobre o advérbio.

Quanto aos advérbios *aquém* e *além*, entram na formação de locuções prepositivas (por vezes introduzidas pela preposição *para*) que localizam uma entidade como estando de um lado ou de outro de uma referência espacial, expressa pelo complemento da locução: cf. *a minha casa fica* (*para*) *aquém*/*além* *do rio*[80]. Nestas locuções, a orientação da localização de uma entidade, relativamente à referência espacial, é estabelecida deiticamente de acordo com a posição do falante: *aquém* relaciona-se com *cá* e *além* com *lá*[81], significando *aquém* (*de*) algo como 'para cá de', ou seja, do lado em que se encontra o falante, relativamente à referência espacial, e *além* (*de*), algo como 'para lá de', ou seja, do lado oposto àquele em que se encontra o falante, relativamente à referência espacial. Neste uso, aliás, *para aquém* (*de*) e *para além* (*de*) alternam, respetivamente, com *para cá* (*de*) e com *para lá* (*de*): cf. *a tua casa fica* {*para cá*/*aquém*} *ou* {*para lá*/*além*} *do rio?*[82].

Os dois advérbios *aquém* e *além*, no entanto, não são simétricos, já que *além* pode ser usado como advérbio locativo, sem pressupor qualquer lugar de referência relativamente ao qual se localiza uma entidade, algo que não é possível com *aquém*. Nesse uso, como já se referiu, *além* pode alternar com *lá* e mesmo com *ali*, ainda que se lhe associe geralmente um sentido em que denota espaços mais afastados do falante e que não o envolvem diretamente (cf. *a noite estava escura e chuvosa... além, ouvia-se a sirene de um navio em perdição*).

[80] Veja-se também o uso de *além* em palavras compostas com um sentido próximo do das locuções prepositivas, como *além-fronteiras*, *além-mundo* e *além-túmulo*, ou ainda o nome da região portuguesa *Alentejo*, com origem na forma composta *além-Tejo*, e também a expressão lexicalizada *aquém e além-mar*. O advérbio *aquém* é pouco usado no sentido espacial aqui ilustrado.

[81] Repare-se que *aquém*, *cá e aqui* partilham o segmento fonológico /k/ e *além*, *lá* e *ali*, o segmento fonológico /l/.

[82] A locução *para cá* (*de*) impõe-se hoje em dia sobre *para aquém* (*de*) (cf. Nota 80). No entanto, quando se contrastam as duas orientações (como no exemplo do texto), resulta menos natural expressar uma das orientações com *cá* ou *lá* e a outra com *aquém* ou *além*: cf. a relativa estranheza de *a tua casa fica para cá ou para além do rio?* Note-se também que a preposição introdutória *para* é opcional nas locuções com *aquém* e *além*, mas obrigatória nas locuções com *cá* e *lá*.

33.5.3.1.2 Usos anafóricos das séries locativas dêiticas

Os advérbios das séries ancoradas por *aqui* e por *cá* podem ter um uso anafórico, no qual a sua referência é recuperada através de um antecedente adequado (sublinhado, nos exemplos), presente na mesma frase ou na mesma unidade discursiva[83]:

(83) a. Escrevo-te estas linhas do Polo Norte. *Aqui*/*Cá*, faz um frio tremendo.
b. Estás nas Bahamas? Deve fazer um tempo maravilhoso, *aí*!
c. Passei um ano em Inglaterra. *Lá*/*Ali*, está sempre a chover.
d. Conhecemos um hotel maravilhoso; *ali*/*lá*, sentimo-nos uns reizinhos!

Nestes exemplos, o advérbio tem, mesmo assim, um valor dêitico que facilita a relação anafórica. Em (83a), o falante identifica na primeira frase o Polo Norte como sendo o lugar onde se encontra; é, então, natural que a referência do advérbio *aqui*, cujo valor dêitico consiste, precisamente, em assinalar o lugar do falante, seja identificado com o Polo Norte. O mesmo raciocínio, agora aplicado à 2.ª pessoa, é válido para (83b): a pergunta (e o facto de o seu conteúdo não ser contradito) introduz o pressuposto de que o ouvinte está nas Bahamas. Assim, a referência da forma *aí* (cuja função é especificar o lugar do ouvinte) é identificada com as Bahamas. A primeira frase de (83c) introduz a implicação de que o falante já não está no momento presente em Inglaterra, sendo, portanto, natural o uso das formas *lá* ou *ali* para retomar a referência a esse país, visto que esses advérbios têm como função identificar um lugar longe do ocupado pelo falante. Finalmente, o uso de *ali* em vez de *lá*, no último exemplo, introduz, ainda que de forma subtil, um significado expressivo associado a um maior envolvimento do falante.

33.5.3.1.3 Advérbios locativos indefinidos

Como se mencionou, existem dois advérbios locativos de significação indefinida, um positivo e outro negativo, incorporando um operador de negação (cf. Cap. 14) – o qual se reflete no segmento fonológico inicial *-n*: *algures* e *nenhures*. O advérbio negativo caiu em desuso, sobretudo entre as gerações mais novas, mas não desapareceu completamente.

Algures e *nenhures* formam um par paralelo aos pares pronominais *algo* e *nada*, *alguém* e *ninguém*, e ao par de determinantes *algum* e *nenhum* (cf. Cap. 23.4.2.1); este último par, em particular, serve de base às paráfrases que melhor captam o sentido dos dois advérbios: 'em algum lugar' e 'em nenhum lugar', respetivamente. O seu uso ilustra-se a seguir:

(84) a. Onde está a chave do carro? *Algures* (, por aí).
b. Onde está o Bartolomeu? Não sei, anda ({por aí/para aí}) *algures*.
c. Teorizar sem base não leva a *nenhures*. (CRPC, P. Martins, *Utopia*)
d. De repente, ouve-se uma voz vinda de *nenhures* que ordena: "Façam favor de não fazer grupos". (CRPC, *Expresso*)

Notem-se as expressões *por aí* ou *para aí*, que frequentemente se combinam com *algures*, realçando o estatuto indefinido do lugar designado por esse advérbio.

[83] A maioria dos falantes manifesta preferência pelos advérbios de uma ou de outra série. O advérbio *além* tem apenas valor dêitico.

33.5.3.1.4 Uso argumental dos advérbios locativos

No início desta secção, dissemos que os advérbios das áreas da representação espacial e temporal veiculam normalmente um valor de localização estática, funcionando canonicamente como adjuntos adverbiais. No entanto, esta asserção tem de ser relativizada no que respeita aos advérbios de lugar, que podem funcionar também como argumentos selecionados por verbos de mudança de lugar como *entrar*, *sair*, *esconder*, *penetrar*, *pôr*, *tirar* (entre outros), em que se representa parcialmente um movimento dinâmico (cf. Cap. 32.8.1.3):

(85) a. A Maria entrou *aqui*/*algures*.
b. O palhaço do teu primo afinal apareceu *aí*/*lá*.
c. O Ernesto escondeu/pôs o livro do Eça *ali*.

Quando o verbo exprime lexicalmente um movimento com direcionalidade de fora para dentro, como em (85), o advérbio ocorre sozinho; em contrapartida, um argumento locativo pleno (sintagmático), com esses verbos, é necessariamente preposicional, introduzido por *em* (cf. *a Maria entrou em casa*, *o palhaço do teu primo afinal apareceu na festa*, *o Ernesto escondeu/pôs o livro do Eça na gaveta*).

Inversamente, quando o verbo exprime lexicalmente um movimento com direcionalidade de dentro para fora, o advérbio é obrigatoriamente introduzido pela preposição *de*, tal como os argumentos plenos, como se ilustra em (86):

(86) a. A Maria saiu {d*aqui*/de *algures*}. (cf. *a Maria saiu de casa*)
b. O palhaço do teu primo afinal desapareceu {d*aí*/de *lá*}. (cf. *o palhaço do teu primo afinal desapareceu da festa*)
c. O Ernesto tirou o livro do Eça d*ali*. (cf. *o Ernesto tirou o livro do Eça da gaveta*)

33.5.3.1.5 Posição dos advérbios locativos

Os advérbios locativos dêiticos (e, de modo mais geral, também os adjuntos preposicionais locativos) ocorrem nas frases de maneira relativamente livre, podendo ocupar quer posições integradas, dentro do sintagma verbal, como se ilustra em (87), quer posições periféricas, como se ilustra em (88)[84]:

(87) a. A Joana casou-se com o Pedro {*nesta igreja*/*aqui*}.
b. A Joana casou-se *aqui* com o Pedro.
c. A Rosa e eu fomos a Roma no verão passado. Encontrámos *lá* o Francisco.

(88) a. {*Nesta igreja*/*Aqui*}, a Joana casou-se com o Pedro.
b. A Joana, {*nesta igreja*/*aqui*}, casou-se com o Pedro.
c. A Joana casou-se com o Pedro, {*nesta igreja*/*aqui*}.
d. A Rosa e eu fomos a Roma no verão passado. {*Lá*, encontrámos o Francisco/Encontrámos o Francisco, *lá*}.

[84] Quando integrados, os adjuntos preposicionais tendem a ocorrer na posição final da frase (cf. (87a)), seguindo a tendência geral do português para colocar os constituintes mais longos e complexos nessa posição: cf. a menor aceitabilidade de ?*encontrámos em Roma o Francisco* (vs. *encontrámos o Francisco em Roma*) e de ?*a Joana casou-se nesta igreja com o Pedro* (vs. (87a)). Quanto mais longo for o sintagma preposicional, menos aceitável é a frase com o sintagma em posição não final (cf. ??*encontrámos na cidade que visitámos nas últimas férias o Francisco*). Sobre esta questão, cf. Cap. 36.8.

Quando ocorrem em posição periférica inicial, os adjuntos adverbiais locativos funcionam como um tópico (cf. Cap. 12), introduzindo ou remetendo para um lugar já introduzido no discurso anterior ou acessível aos interlocutores (percetualmente ou cognitivamente), o qual é tomado como cenário da situação descrita no resto da frase. Como se notou em 33.4.3.2, nessa posição, os adjuntos locativos coocorrem frequentemente com um segundo constituinte locativo, este em posição integrada dentro do sintagma verbal – quer como argumento quer como adjunto –, o qual especifica o lugar referido pelo primeiro: cf. *em Lisboa, o Harvey costumava ficar no Hotel Flórida*; *no Porto, a Maria almoça muitas vezes lá* (falando de um restaurante).

Em orações impessoais (cf. Cap. 28.2.2.1), passivas pronominais, de *se* impessoal (cf. Cap. 13.2.4 e 13.2.5) e, de modo mais geral, naquelas em que o sujeito é nulo ou se encontra numa posição "invertida", i.e., dentro do sintagma verbal ou no final da frase, os adjuntos locativos podem ocorrer em posição inicial sem que formem necessariamente um grupo prosódico distinto, o que se traduz também pela possibilidade de não haver qualquer pausa a separá-los do resto da frase[85]:

(89) a. {*Nesta casa*/*Aqui*/*Aí*/*Ali*/*Cá*/*Lá*/*Além*} há bruxas.
b. {*Neste campo*/*Aqui*} travou-se uma batalha histórica.
c. {*Neste restaurante*/*Cá*} comem-se umas excelentes pataniscas.
d. {*Neste hotel*/*Aqui*/*Ali*/*Aí*/*Cá*/*Lá*} está-se muito bem.
e. *Aqui* me criei.

33.5.3.1.6 Extensões semânticas dos advérbios locativos dêiticos

Os advérbios locativos dêiticos – em particular as séries cujas âncoras são *aqui* e *cá* – permitem extensões metafóricas ou metonímicas do seu significado básico de localização espacial. Nesta subsecção, comentam-se brevemente algumas dessas extensões de sentido.

Para começar, estes advérbios podem ter usos temporais, em que *aqui* e *cá* são sinónimos aproximados de *agora*, e *aí* de *então*, manifestando quer valores estáticos de localização (cf. (90a)) quer, integrados em sintagmas preposicionais adequados, valores direcionais (cf. (90b-f)):

(90) a. Já é uma hora. Interrompemos *aqui* a conversa.
b. Este era um recanto *até aqui* desconhecido para mim.
c. De então *para cá*, nunca mais nos telefonaste.
d. Caiu da bicicleta e, *daí para cá*, nunca mais quis saber dela.
e. De há uns anos *para cá* que o vejo mais animado.
f. Do 25 de Abril *para cá*, muito mudou em Portugal.

O advérbio *aqui* pode ser usado em locuções iniciadas pela preposição *de* nas quais se representa uma localização temporal futura através de uma medição (temporal) que tem como limite inferior o momento da enunciação, representado pelo advérbio, e como limite superior um momento futuro que dista do momento da

[85] Sobre o estatuto de tópico ou de foco dos advérbios nesta posição, e o efeito concomitante que esse estatuto tem sobre a colocação dos pronomes clíticos, cf. Cap. 42.1.3.5.

enunciação no valor indicado por uma expressão que denota uma quantidade de tempo: cf. *almoçamos* {*daqui a pouco* (*tempo*)/*daqui a cinco minutos*}[86].

Os advérbios *aqui* e *aí*, combinados com a expressão temporal *há* + sintagma denotador de quantidade de tempo, exprimem uma localização temporal passada, mas imprecisa, distando do momento da enunciação mais ou menos na quantidade de tempo indicada pela expressão temporal, mas dando-se a entender que há uma possível margem de erro: cf. *conheci-o aqui*/*aí há cinco anos*. Neste uso, os advérbios são substituíveis por *aproximadamente* ou por *mais ou menos* (cf. *conheci-o* {*aproximadamente*/*mais ou menos*} *há cinco anos*) ou podem mesmo coocorrer com essas expressões em posição periférica final, reforçando-se mutuamente: cf. *conheci-o aqui*/*aí há cinco anos*, {*mais ou menos*/*aproximadamente*}.

O advérbio *aí* também pode ter um valor temporal anafórico, como em (90d) e em *Só acabo o documento ao fim da tarde. Aí, saímos para jantar*, em que *aí* tem como antecedente a expressão de tempo *ao fim da tarde*. Em (90d), o antecedente temporal é o momento em que a pessoa de quem se fala caiu da bicicleta.

As locuções prepositivas (*para*) {*aquém*/*cá*/*além*/*lá*} *de* (cf. a parte final de 33.5.3.1.1) podem ser usadas com um complemento que denota um domínio de natureza abstrata, interpretado metaforicamente como se de um espaço se tratasse, para indicar que algo (pessoas, assuntos, valores, ideias, comportamentos, entre muitas outras possibilidades) não fica incluído nesse domínio, quer por defeito (nesse caso usa-se *cá* ou *aquém*) quer por excesso (nesse caso usa-se *lá* ou *além*): cf., por exemplo, *ele ficou muito aquém das minhas expectativas* ou *uma descrição exaustiva e mais fina das propriedades semânticas e pragmáticas dos advérbios dêiticos encontra-se para além do âmbito desta Gramática*. É interessante notar que, nesta aceção figurada, *aquém* é frequentemente usado, contrariamente ao que acontece no seu valor locativo.

Alguns advérbios dêiticos, em particular *aqui*, podem ter um uso "textual", também figurado, quer dêitico quer anafórico, para localizar pontos de um texto, concebidos como lugares (linhas, páginas, etc.) onde se situa uma expressão linguística, como se ilustra no seguinte exemplo: *considere-se a frase* [*eu cá vou ao cinema*]*; aqui, "cá" tem apenas uma função de realce*. Neste exemplo, *aqui* refere a unidade textual apropriada mais próxima do próprio advérbio *aqui*, ou seja, o exemplo linguístico entre parênteses retos no qual ocorre o advérbio *cá*[87].

De modo semelhante, as expressões semicristalizadas *cá*/*lá está!* têm um valor discursivo textual, sendo usadas pelo falante para justificar o seu ponto de vista, invocando uma situação que acabou de descrever, ou alguma informação que se pode inferir dela: cf. *Seguiu-se o contrabaixo, aprendido no liceu, e só depois a bateria, sob as lições do tio* (*cá está, o tio também era músico!*) (CETEMPúblico). Também a expressão *já lá vou*/*vamos* anuncia o que está para vir, no discurso: por exemplo,

[86] A locução *daqui para a frente* tem um sentido algo distinto, servindo para localizar uma situação durativa (cf. *daqui para a frente é proibido fumar nesta escola*) ou uma repetição habitual de situações (cf. *daqui para a frente, o Luís vai levantar-se às sete da manhã*) num contínuo temporal que tem como limite inferior a enunciação, mas cujo limite superior, orientado para o futuro, é perspetivado como indefinido. Curiosamente, nesta locução temporal, também o nome *frente* tem um sentido primitivo espacial.

[87] O advérbio de tempo *agora* pode ter uma função textual anafórica muito semelhante a esta, como no seguinte exemplo: *a interpretação da frase no verão, a Maria ia sempre a Madrid é exatamente a mesma, com a diferença de que o intervalo de referência é agora implicitamente equivalente ao do advérbio genérico "dantes"*. Nesta frase, *agora* reenvia para a frase sublinhada.

as guelras servem para respirar e têm espessura variável (*já lá vamos*)*, ingerindo o peixe o oxigénio através delas*. Com este *já lá vamos*, o produtor deste texto informa o seu interlocutor de que o assunto será retomado.

O advérbio *aí*, num sintagma preposicional introduzido pela preposição *de*, pode igualmente servir de conector entre duas frases, ou entre uma frase e um sintagma nominal eventivo, retomando anaforicamente o conteúdo da frase e apresentando-o como a causa daquilo que se exprime a seguir: cf. *a escola foi encerrada, daí que as crianças tivessem ficado entusiasmadas* (ou *daí o entusiasmo das crianças*). Um uso relacionado aparece na pergunta fixa semir-retórica *e daí?*, em que o falante pergunta de um modo irónico quais são as consequências de alguma situação apresentada num discurso anterior, com a implicação discursiva de que ele, falante, minimiza tais consequências. Neste uso, *daí* alterna com o advérbio *então* (cf. *e então?*).

Os advérbios das séries dêiticas ancoradas por *aqui* e por *cá* podem manifestar, associado ao seu sentido locativo, um valor de realce da entidade denotada por um sintagma nominal com o qual se combinam (esse SN pode estar contido num sintagma preposicional):

(91) a. [*Aqui*/*Cá o meu amigo Zé*] é sempre bem-vindo em minha casa!
b. Diz [*aí ao teu filho*] que se cale!
c. [*Ali o tenente Silva*] pediu a palavra.
d. [*Lá com o chato do teu amigo*] ninguém quer falar.
e. [*Cá o meu carro*] é que é bom!

Frequentemente, quando o SN denota pessoas (também animais ou objetos de estimação), o valor propriamente locativo do advérbio pode adquirir uma dimensão subjetiva, com *aqui* e *cá* assinalando proximidade afetiva, e *ali* e *lá* afastamento[88]. Como se pode observar, os advérbios ocorrem integrados dentro do sintagma com que se combinam, em posição inicial. Quando se combinam com um pronome pessoal ou demonstrativo, os advérbios dêiticos locativos ocorrem no final da sequência (cf. *tu aí*, *ele ali*, *isto aqui*, *isso aí*, etc.).

O uso enfático do advérbio *cá* merece alguns comentários à parte. Em primeiro lugar, em muitas expressões desse tipo, o advérbio não tem já qualquer sentido locativo, ou mesmo de proximidade afetiva – ou seja, manifesta apenas um valor de realce: cf. *ele conduz cá com uma velocidade!*; *ele tem cá uma namorada!*[89]. Com este valor puramente enfático, *cá* não é substituível por nenhum dos outros advérbios dêiticos (veja-se a impossibilidade de **ele conduz* {*aqui*/*aí*/*ali*/*lá*} *com uma velocidade!*, com sentido enfático). Em segundo lugar, *cá* combina-se frequentemente com o pronome pessoal *eu*, podendo ocorrer não só no final do grupo (cf. *eu cá não me meto nessas alhadas*) como também no seu início (cf. *cá eu não me meto nessas alhadas*), embora a primeira ordem seja em geral preferida pelos falantes.

---

[88] Estas leituras, no entanto, são elas próprias subjetivas, e dependem muito do contexto situacional em que os enunciados são produzidos. A forma *aí* parece ser neutra em relação a um polo positivo ou negativo de afetividade.

[89] Esta sequência também pode ter uma leitura puramente locativa, na qual *cá* é substituível por *aqui* (cf. *ele tem aqui uma namorada* – com a possível implicação pragmática de que tem outras noutros lugares. Essa leitura está associada a uma estrutura sintática em que o advérbio é um constituinte do sintagma verbal, não do sintagma nominal: *ele* [$_{SV}$ *tem cá*/*aqui* [$_{SN}$ *uma namorada*]].

Os advérbios dêiticos, em particular *cá* e *lá*, podem também combinar-se com verbos, conferindo à frase em que ocorrem um valor enfático e exclamativo, e pondo em realce a situação ou o evento descritos[90]:

(92) a. {*Cá*/*Lá*/*Aqui*/*Aí*} *vou* eu outra vez para o trabalho!
b. Depois de muito insistirmos, o João *lá aceitou* o prémio.
c. *Deixe cá* ver quanto tempo falta para o comboio.
d. Se tanto insiste, *ponha lá* o CD a tocar …
e. À saída, *foi cá* uma confusão...
f. *Lá vem* mais uma chatice!

Em combinação com o verbo (e ocorrendo depois dele), o advérbio *lá* pode ainda ter uma leitura negativa, i.e., em que o advérbio contraria o conteúdo proposicional veiculado explicitamente pela frase, ao mesmo tempo que, tal como em (92), lhe confere um valor exclamativo:

(93) a. A Maria vê *lá* esse género de filmes! (= a Maria não vê esse género de filmes)
b. Nós faríamos *lá* uma coisa dessas! (= nós não faríamos uma coisa dessas)

33.5.3.2 Advérbios de localização temporal

O conjunto dos advérbios de localização temporal contém, entre outras, as formas *agora*, *amanhã*, *anteontem*, *antes*, *antigamente*, *breve*, *brevemente*, *cedo*, *dantes*, *depois*, *então*, *futuramente*, *hoje*, *imediatamente*, *já*, *logo*, *outrora*, *recentemente*, *tarde*, e várias locuções adverbiais, como *à*/*de* {*noite*/*tarde*/*dia*}, *daqui a cinco minutos*, *de*/*pela manhã*, *em breve*, *há algum tempo* e *no futuro*.

Numa perspetiva semântica, muitos destes advérbios também podem ser agrupados em séries dêiticas, nas quais participam outros adjuntos adverbiais de natureza preposicional. Essas séries articulam-se em redor de uma "âncora" semântica que representa um intervalo temporal (com uma extensão diferente em cada série) coincidente com a enunciação ou que se sobrepõe a ela (sublinha-se essa forma em cada uma das séries representadas a seguir). Do "lado esquerdo" da âncora, as formas referem uma localização anterior ao intervalo que contém a enunciação (i.e., passada) e, do "lado direito", uma localização posterior ao intervalo que contém a enunciação (i.e., futura)[91].

O leitor deve ter em conta que, à exceção da primeira série, os advérbios e locuções adverbiais de um lado e de outro das âncoras pretendem apenas ser representativos de um número mais vasto de formas, algumas praticamente sinónimas das representadas, outras com alguma variação no seu valor temporal. Cada uma das séries será discutida seguidamente numa subsecção independente.

- anteontem[92], ontem – <u>hoje</u> – amanhã, depois de amanhã (cf. 33.5.3.2.1)
- recentemente – <u>agora</u> – já, imediatamente, logo, brevemente (cf. 33.5.3.2.2)

[90] Sobre o efeito que estes advérbios têm sobre o posicionamento dos pronomes clíticos, cf. Cap. 42.1.3.4.
[91] Sobre a transposição metafórica da direcionalidade temporal (passado – presente – futuro) para uma dimensão espacial linear com direcionalidade da esquerda para a direita, cf. Cap. 15.
[92] No início desta série inclui-se o advérbio *tresantontem* 'o dia anterior a anteontem'. Este advérbio, no entanto, não é de uso generalizado.

❖ há/faz + EQT[93] – neste + substantivo de medida temporal – {daqui a/dentro de} + EQT (cf. 33.5.3.2.3)

❖ antigamente, outrora, dantes – hoje em dia – no futuro, futuramente (cf. 33.5.3.2.4)

Numa perspetiva de uso, é importante ter em conta que estas séries não são independentes: é perfeitamente possível combinar, na mesma frase ou texto, elementos de séries diferentes, existindo mesmo um cruzamento bastante produtivo entre elas: cf., entre muitas outras possibilidades, *o livro que encomendei ontem chegou agora*; *encontrei a Maria recentemente e espero vê-la de novo daqui a pouco tempo*; *agora estou bem, amanhã já não sei*. Ou seja, aquilo que identifica cada série é mais uma afinidade semântica entre os seus elementos do que propriamente uma compartimentação no que respeita aos seus usos e a possíveis combinações em unidades textuais de maior dimensão.

33.5.3.2.1 A série ancorada por *hoje*

Na série que tem como âncora *hoje* (*anteontem*, *ontem*, *hoje*, *amanhã*, *depois de amanhã*), os advérbios situam o evento descrito pela frase num intervalo correspondente a um dia. A referência é o dia em que o enunciado é produzido pelo falante, representado por *hoje*[94]; *ontem* refere o dia anterior ao da enunciação e *anteontem* o segundo dia anterior; *amanhã* refere o dia posterior ao da enunciação e *depois de amanhã*, o segundo dia posterior.

Dada a extensão do intervalo temporal denotado por estes advérbios, o seu uso resulta frequentemente numa imprecisão referencial, como se ilustra no seguinte diálogo: A – *Quando vais à universidade?* B – *Hoje!* A – *Mas hoje* {*quando*/*a que horas*}*?* Assim, estes advérbios, tal como os locativos dêiticos, podem combinar-se com advérbios ou outras expressões adverbiais temporais como *à tarde*, *à noite*, *de manhã*, *cedo*, *tarde*, *às três horas*, etc., restringindo e precisando o intervalo referido: cf. *ontem de manhã*, *hoje às três horas*, *amanhã de manhã cedo*.

Repare-se que não são dêiticas as expressões de localização temporal que se podem combinar com estes advérbios, como *cedo*, *tarde* (sobre estes dois advérbios, cf. 33.5.3.2.6), *de manhã*, *à tarde*, *à noite*, ou expressões mais complexas como *às três horas da tarde*, etc., visto que denotam momentos ou intervalos cíclicos, que se repetem (no caso dos exemplos dados, em cada dia), e que dependem, portanto, de uma referência temporal (sublinhada, nos exemplos a seguir) que consiste na indicação de um dia particular: cf. *chego hoje* {*cedo*/*de manhã*}, *cheguei no dia três de abril deste ano às três da tarde*. No entanto, existe uma forte tendência pragmática para interpretar estas expressões adverbiais, quando ocorrem isoladamente, como referindo-se a um intervalo contido no próprio dia da enunciação. Assim, enunciados como *o Pedro chegou* {*de manhã*/*às onze horas*/*cedo*} são normalmente

[93] "EQT" é a abreviatura de "expressão de quantidade de tempo", como, p.e., a expressão *cinco anos* em *fui a Paris há cinco anos*. Os substantivos de medida temporal são nomes como *momento*, *instante*, *segundo*, *minuto*, *mês*, *ano*, etc.

[94] Na linguagem corrente, (e em situações normais) um dia começa (subjetivamente) a partir da hora do despertar, e não à meia-noite. Nesse uso, os momentos anteriores ao da hora em que se vai dormir são considerados como "ontem", ainda que possam situar-se para lá da meia-noite. Ou seja, as fronteiras convencionadas do começo e do termo de um dia nem sempre coincidem com o uso linguístico mais informal dos advérbios desta série.

interpretados como se as expressões adverbiais contivessem o advérbio dêitico *hoje*, ou seja, como *o Pedro chegou* {*hoje de manhã*/*hoje às onze horas*/*hoje cedo*}.

33.5.3.2.2 A série ancorada por *agora*

Na série que tem como âncora o advérbio *agora* (*recentemente*, *agora*, *já*, *imediatamente*, *logo*, *brevemente*), esta forma localiza a situação ou o evento representados pela frase num intervalo coincidente com a enunciação ou sobrepondo-se a ela – ou seja, um intervalo que inclui a enunciação. De forma geral, a situação ou o evento representado por uma frase em que ocorre este advérbio tem o seu começo antes da enunciação e espera-se que continue durante algum tempo para lá dela (cf. Cap. 15.2.1.1). No entanto, as dimensões exatas deste intervalo são imprecisas, variando de acordo com a própria situação que se descreve e com fatores pragmáticos, de natureza contextual.

No seu uso mais típico, este advérbio pode ser parafraseado por *neste momento*, e ocorre em frases que representam situações dinâmicas (ou seja, eventos), combinando-se com o presente progressivo[95]– i.e., a construção perifrástica formada pelo verbo auxiliar *estar* (*a*) no presente do indicativo seguido de verbo pleno eventivo – para representar um subintervalo relativamente curto cujas fronteiras se situam, portanto, pouco tempo antes e pouco tempo depois do momento em que o enunciado é produzido: cf. *agora, a Maria está* {*a jantar*/*a fazer os trabalhos de casa*/*a passear no parque*/*a ler Guerra e Paz*}.

Este advérbio pode também ocorrer em orações copulativas que representam estados episódicos dos indivíduos (cf. *o Pedro, agora, está* {*cansado*/*triste*/*ocupado*/*no ginásio*}) ou em frases que representam situações estáticas mas que, de certo modo, evidenciam algum controlo por parte da entidade (geralmente uma pessoa) representada pelo sujeito da frase (cf. *o Luís agora está a ser simpático; em geral não é!*).

A variabilidade da dimensão do intervalo representado por *agora* pode ser ilustrada comparando o enunciado *a Maria agora está a jantar* (dada a natureza do evento, uma inferência pragmática razoável é a de que este "agora" represente um intervalo que consiste em minutos ou (poucas) horas) com o enunciado *a Maria agora vive em Genebra*, em que *agora* pode representar meses ou mesmo anos, anteriores e/ou posteriores à enunciação, como se verifica num enunciado como *há três anos a Maria vivia em Miami, agora vive em Genebra e daqui a um ano regressa a Portugal*.

O facto de *agora* representar canonicamente um intervalo que começa antes e termina depois do tempo da enunciação permite-lhe ocorrer com tempos (ou modos) verbais que denotam um tempo semântico passado ou futuro; nesse caso, o advérbio refere um subintervalo muito curto, praticamente instantâneo[96]; esse subintervalo situa-se imediatamente (ou quase imediatamente) antes ou depois da enunciação, mas, estritamente, não a inclui. Este uso ilustra-se em (94) e (95)[97]:

---

[95] No entanto, o advérbio pode ocorrer com outros tempos. Voltamos a esta questão.

[96] Por esse motivo, com este uso, *agora* ocorre em frases que, aspetualmente, exprimem culminações ou pontos (cf. Cap. 17).

[97] Tanto em (94) como em (95) *agora* pode combinar-se com o advérbio *mesmo*, com valor enfático, embora essa combinação seja mais natural quando a referência é a um momento anterior à enunciação, como em (94).

(94) a. Liguei a televisão *agora* (*mesmo*).
b. A Joana saiu *agora* (*mesmo*).

(95) a. Liga a televisão *agora* (*mesmo*).
b. A Joana vai sair *agora* (*mesmo*).
c. Salta daí! *Agora*!

Repare-se que, em (95c), *agora* é usado como interjeição, funcionando praticamente como um comando dado pelo falante para que alguém na situação discursiva inicie uma ação (contextualmente determinada) num momento imediatamente a seguir ao da enunciação.

Em (94), *agora* tem um valor próximo do da locução *há um instante*/*instantinho*; e, em (95), o advérbio pode ser substituído pela locução *neste* (*mesmo*) *instante*, a qual demonstra uma aptidão semelhante à de *agora* para ser usada com um sentido de futuro imediato.

Este sentido de localização temporal futura imediatamente posterior à enunciação é também partilhado pelos advérbios *imediatamente* e *já*: cf. *liga a televisão já*/*imediatamente*; *a Joana vai sair já*/*imediatamente*; *Salta daí! Já*/*Imediatamente!* Em todos estes contextos, *já* e *imediatamente* são substituíveis por *agora* (*mesmo*) ou por *neste instante*.

Nesta série, o advérbio *logo* é usado para representar uma localização temporal futura, mas não imediatamente posterior à enunciação. Neste caso, *logo* pode combinar-se com o advérbio *mais*. Os tempos verbais usados com *logo* serão, pois, os do futuro semântico, ou seja, num estilo coloquial, o presente do indicativo e a construção perifrástica *ir* + verbo no infinitivo (cf. Caps. 15 e 29), como se ilustra no seguinte paradigma:

(96) a. A Clara faz os trabalhos de casa (*mais*) *logo*.
b. O Pedro, (*mais*) *logo*, vai comprar o jornal.

É vaga e imprecisa – embora não possa ser demasiado breve – a quantidade de tempo que tem de decorrer entre o momento da enunciação e o momento (ou intervalo) referido por *logo* para que o uso do advérbio seja pragmaticamente adequado, podendo variar em função dos falantes e da natureza da situação que se localiza. Assim, por um lado, (96a) não seria normalmente usado para falar de uma situação em que a Clara inicia os trabalhos de casa 5 ou 10 minutos depois da enunciação – esse é o valor temporal de *já*, mais apropriado nesse contexto situacional[98].

Por outro lado, *logo* é pragmaticamente inadequado para localizar temporalmente uma situação que apenas terá lugar no dia seguinte ao da enunciação, como, p.e., se (96a) fosse dito sabendo que a Clara só faz os trabalhos de casa no dia seguinte. O uso de *logo* para localizar uma situação varia, pois, entre os extremos denotados por *já* e *amanhã*.

[98] Alternativamente, poderia usar-se uma expressão com quantificação explícita do intervalo, como *daqui a cinco minutos*.

Esta imprecisão explica que, tal como os advérbios da série de *hoje* (cf. a discussão deste ponto mais acima), também *logo* se possa combinar, ou coocorrer, com uma expressão temporal que precisa o seu sentido[99]:

(97) a. *Logo*, o Pedro janta *às 7 horas*.
b. A Clara faz os trabalhos de casa *logo à noite*.

Entre *já* e *logo* situam-se locuções como *daqui a pouco*, *daqui a bocado*, *daqui a nada*, usadas para referir um tempo posterior ao da enunciação mas mais afastado deste do que o representado por *já* e não tão longínquo como o representado por *logo*, como se ilustra nos comentários que acompanham as frases com esses adjuntos, dadas a seguir: *eles chegam* ***já****, estão à porta*; *eles chegam* ***daqui a pouco****, dentro de minutos*; *eles chegam* ***logo****, ao fim da tarde*.

Quanto ao advérbio *brevemente* – no seu sentido de localização temporal (cf. 33.5) –, é o mais impreciso e vago desta série, localizando situações que podem distar da enunciação numa quantidade de tempo muito variável, que pode ir – pelo menos para alguns falantes – desde um intervalo relativamente curto até um intervalo relativamente longo: cf., por um lado, *eles chegam brevemente* – ***daqui a cinco minutos****, no máximo* e, por outro, *este ano não posso, mas estou a pensar ir à Índia brevemente* – ***talvez para o ano***.

Na série de *agora*, a localização temporal anterior à enunciação é bastante pobre em recursos adverbiais propriamente ditos[100]. Em particular, não existem advérbios simétricos de *já*, de *imediatamente* ou de *logo*, sendo necessário recorrer à série constituída por locuções adverbiais iniciadas pelo verbo *haver* ou pelo verbo *fazer*, integrando uma expressão que representa uma quantidade de tempo (cf. 33.5.3.2.3): cf. *a Maria chegou há/faz pouco tempo*, *a Maria chegou há/faz quinze dias*, etc.

Quanto ao advérbio *recentemente*, de forma paralela a *brevemente*, tem também um valor vago e impreciso, mas remete preferencialmente para uma localização temporal que dista do momento da enunciação numa quantidade de tempo (relativamente) mais extensa: cf. *esse livro saiu recentemente* – ***há coisa de dois meses***; compare-se com a relativa estranheza de #*a Maria chegou recentemente*, ***há não mais de cinco minutos***.

Para finalizar, algumas observações adicionais sobre *logo*. Quando remete para um tempo de referência explicitamente dado na frase ou no texto mais vasto, ou implícito no contexto discursivo, este advérbio adquire um sentido temporal próximo de 'no exato momento', relativamente ao tempo de referência (i.e., praticamente coincidente com ele), ocorrendo então tipicamente em posição imediatamente pós-verbal (cf. *tomas o remédio e passam-te logo as dores*) ou, focalizado, na posição inicial da oração (cf. *tomas o remédio e logo te passam as dores* e Cap. 42.1.3.5). Para além disso, pode ocorrer combinado com uma expressão que introduz o tempo de referência através da descrição de uma situação. Essa expressão pode

[99] Para alguns falantes, quando a restrição temporal de *logo* ocorre no mesmo constituinte sintático que contém o advérbio, como em (97b), apenas se podem usar nomes que denotam partes do dia no sintagma preposicional que restringe o advérbio.

[100] Os advérbios *outrora*, *dantes* ou *antes*, ainda que dêiticos, não pertencem à série que tem como âncora *agora*. Voltamos a estas formas em 33.5.3.2.4.

ser um sintagma preposicional introduzido por *a* (cf. *logo à saída do quartel, fomos alvejados*) ou uma oração adverbial finita (cf. *logo que saímos do quartel, fomos alvejados*). Neste caso, a sequência *logo que* é classificada como locução conjuncional adverbial (cf. Apêndice).

Este advérbio tem ainda um uso como advérbio enfatizador, no qual perde todo e qualquer significado temporal, veiculando um juízo negativo implícito do falante sobre a situação descrita, concretamente de que não teria desejado a sua realização (cf. Cap. 42.1.3.4). Com esta leitura, o advérbio ocorre em posição integrada inicial (cf. *logo o avião se foi atrasar! Que chatice!*) ou entre o sujeito e o predicado, com o sujeito topicalizado no início da frase (cf. *a Maria logo foi contar a história à prima!* e Cap. 12). Com este sentido enfatizador e negativo, *logo* também se pode combinar com sintagmas nominais e preposicionais, estabelecendo uma comparação do falante entre as entidades representadas nesses grupos e outras, implícitas; do uso do advérbio, infere-se então que aquelas entidades são as que o falante menos desejaria que tivessem participado na situação descrita pela frase: cf. *logo o bacalhau é que se foi estragar* (juízo implícito: dever-se-ia ter estragado outra coisa, a carne, por exemplo); *a Maria foi sair logo com o patife do teu primo* (juízo implícito: a Maria deveria ter saído com outra pessoa). Nesta leitura, *logo* tem um funcionamento sintático e semântico próximo do dos advérbios focalizadores analisados em 33.5.10.

Finalmente, em posição inicial ou entre o sujeito e o predicado, *logo* pode ter um sentido simultaneamente enfatizador e temporal, mas em que a localização temporal futura perde os limites que tem no uso canónico do advérbio (já de si imprecisos, como vimos), passando a designar um futuro indefinido (cf. *tu logo vês o que te vai acontecer!*; *isso logo lhe passa*; *ele logo mas pagará!*). Neste uso de *logo*, o falante manifesta um envolvimento subjetivo na situação descrita pela frase.

33.5.3.2.3 A série ancorada por locuções com o demonstrativo *este*

Esta série é formada por locuções que têm como elemento central um **substantivo de medida temporal** como *momento*, *instante*, *tempo*, *segundo*, *minuto*, *hora*, *dia*, *semana*, *mês*, *ano*, etc. O grupo que funciona como âncora, i.e., que localiza temporalmente uma situação coincidente com a enunciação ou que se sobrepõe a ela, é formado por um conjunto de locuções usualmente introduzidas pela preposição *em* seguida de uma combinação do determinante demonstrativo *este* com um substantivo de medida temporal (cf. *neste momento*, *neste minuto*, (*n*)*esta semana,* (*n*)*este mês*, etc.)[101]. A localização passada e futura é feita por locuções adverbiais de natureza quantificacional, que indicam (com maior ou menor precisão) a quantidade de tempo que medeia entre a enunciação e o momento em que se localiza a situação. O primeiro tipo é formado por uma forma dos verbos *haver* ou *fazer*, seguida de uma expressão quantificacional que tem tipicamente como núcleo um substantivo de medida temporal (cf. *ele saiu há/faz cinco minutos*)[102]; o segundo tipo é introduzido

[101] Os demonstrativos *esse* e *aquele* (e variantes) também podem ocorrer em expressões deste tipo, mas a sua interpretação é, nesse caso, anafórica e não dêitica: cf. *Licenciei-me em 1973. Nesse/Naquele ano, havia um regime fascista em Portugal*, em que o antecedente da expressão sublinhada é *1973* (cf. 33.5.3.2.5).

[102] Para alguns falantes, o uso do verbo *fazer* neste tipo de locuções é sentido como um estrangeirismo (cf.,no entanto, a Nota 105 e o texto que a abre).

por uma das locuções prepositivas *dentro de* ou *daqui a* seguida de uma expressão quantificacional do mesmo tipo (cf. *saio* {*dentro de*/*daqui a*} *cinco minutos*)[103].

No grupo de locuções que usam o determinante demonstrativo, a localização de uma situação é praticamente coincidente com a enunciação quando se utilizam os substantivos *instante* e *momento*, ou *segundo* e *minuto*, muitas vezes modificados pelos adjetivos pré-nominais *exato* ou *preciso*, os quais reforçam a identificação dêitica do momento em questão. As condições de uso destas locuções são semelhantes às de *agora*, preferindo alguns falantes as expressões introduzidas pelo demonstrativo para localizar situações de natureza (quase) instantânea que ocorrem num momento imediatamente anterior à enunciação, em combinação com um verbo no pretérito perfeito simples (cf. *a Maria saiu de casa neste preciso*/*exato* {*momento*/*instante*/*minuto*/*segundo*}).

Com substantivos de medida temporal de valor preciso, mas de duração mais longa, como *semana*, *mês* ou *ano*, a localização temporal da situação descrita é (normalmente) anterior ou posterior à enunciação, mas situa-se num intervalo temporal (cuja medida é dada pelo sentido do nome) perspetivado como sobrepondo-se à enunciação. Logo, essas expressões combinam-se tipicamente com um verbo num tempo semântico passado ou futuro, consoante a orientação da localização (cf. Cap. 15 e também a discussão sobre *hoje* e *agora* nas subsecções anteriores): cf. *a Maria mudou de emprego este mês* (localização no passado), *a Maria* {*muda*/*vai mudar*} *de emprego este mês* (localização no futuro). Ou seja, não é propriamente a localização da situação que é coincidente com a enunciação; antes, é o intervalo mais lato no qual se localiza a situação que se sobrepõe à enunciação.

Nas locuções introduzidas pelo demonstrativo, não se utilizam normalmente os substantivos *hora* e *dia* (cf. a estranheza de #*a Maria chega*/*chegou* (*n*)*esta hora*/(*n*)*este dia*), a menos que sejam modificados ou sobre eles incida um aposto introduzindo um comentário: cf. *neste dia tão quente nem me apetece trabalhar*; *nesta hora, em que costumamos ir almoçar, é que nos marcaram a reunião*. Esses substantivos também são possíveis em discursos oficiais ou de alguma formalidade, introduzindo um sentido expressivo muito forte (cf. *neste dia, em que alcançámos a vitória sobre os nossos inimigos, a Pátria está mais forte!*, ou *nesta hora, em que os astronautas acabaram de chegar a Marte, a humanidade deu mais um gigantesco passo na conquista do espaço!*).

Em vez de (*n*)*esta hora*, os falantes usam normalmente uma expressão dêitica que localiza a situação num momento anterior ou posterior à enunciação (ou seja, não contido num intervalo que se sobrepõe a ela), distando dela num determinado número de minutos (até aproximadamente sessenta; depois passa a usar-se *hora*): cf. *a Maria chegou há vinte minutos*, *a Maria chega daqui a vinte minutos*). Quanto à locução (*n*)*este dia*, não se usa normalmente porque o seu sentido se encontra lexicalizado no advérbio *hoje* (cf. *a Maria chegou*/*chega hoje*).

O uso da preposição *em* é opcional em locuções com os substantivos de medida temporal *semana*, *mês* e *ano*, embora a maioria dos falantes a omita nesses contextos (cf. *a Maria foi viver para Paris* (*n*)*este mês*/*ano*, *a Maria entra de férias* (*n*)*esta*

[103] Como alternativa a estas locuções, podem usar-se sintagmas nominais definidos, introduzidos pela preposição *em*, cujo nome nuclear é também um substantivo de medida temporal modificado por um dos adjetivos com valor temporal *passado* ou *próximo*: cf. *no ano passado, fiz uma viagem a Itália*; *no próximo ano, faço uma viagem ao Ceilão*. O funcionamento desta série é descrito nos Caps. 27.4.4.4 e 31.2.5.3.

semana). Com *instante*, *momento*, *segundo* e *minuto*, o uso da preposição é obrigatório, quer em posição integrada, dentro do sintagma verbal, quer em posição periférica inicial (cf. *a Maria chegou neste/*este* {*instante*/*momento*/*minuto*/*segundo*}, *neste/*este* {*instante*/*momento*/*minuto*/*segundo*}, *estou a ver um jogo de futebol*).

Fazemos agora alguns comentários sobre as locuções quantificacionais usadas na localização passada e futura. Os substantivos de medida temporal são contáveis (cf. Caps. 21 e 25): logo, quando estão no singular, combinam-se com um especificador com valor quantificacional (cf. *já não chove há um ano*). No plural, esse elemento pode ser expresso (cf. *a Maria entrou de férias há três dias*) ou não. Se não for, representa-se uma quantificação indefinida, como se ilustra em *a Maria entrou de férias há/faz meses*, *a Maria saiu há instantes*, *a Maria entra de férias dentro de semanas*, *vou sair dentro de minutos*.

A medida temporal pode ser expressa unicamente por um dos quantificadores adverbiais *muito* e *pouco*, recuperando-se implicitamente o substantivo *tempo*: cf. *a Maria saiu* {*há pouco*/*há muito*}, *ele vai chegar daqui a pouco*[104]. Note-se também o uso de locuções adverbiais cuja base são os nomes *bocado* e *coisa*, os quais, dado o seu sentido lexical extremamente geral (cf., relativamente ao nome *coisa*, a Caixa [4] do Cap. 23), admitem um significado temporal (cf. *ele saiu* {*há coisa de nada*/*há* (*um*) *bocado*}, *ele chega daqui a* (*um*) *bocado*).

Quando as locuções adverbiais introduzidas pelos verbos *haver* e *fazer* ocorrem inicialmente, podem ser seguidas pela conjunção-complementador *que* (cf. Cap. 36), a qual introduz a oração que representa a situação cuja temporalidade se localiza (cf. *há/faz cinco minutos que a Maria saiu*). Neste caso, trata-se de estruturas complexas em que a locução temporal funciona como predicador de uma oração subordinante (principal, nos exemplos – cf. Cap. 11), e a oração que representa a situação localizada é completiva.

Embora tenham o mesmo valor semântico de anterioridade, existe uma diferença importante entre a locução adverbial introduzida pelo verbo *haver* e a que é introduzida pelo verbo *fazer*. Contrariamente à primeira, esta última permite variar o tempo de referência a partir do qual se mede a distância temporal que localiza o evento no passado. Concretamente, enquanto com *haver* o momento de referência é sempre o tempo da enunciação (em *o Pedro casou-se com a Joana há cinco anos*, os cinco anos começam a contar-se a partir do momento em que o falante produz o enunciado), com *fazer*, o momento de referência da localização do evento, para além de poder ser o momento da enunciação (cf. *o Pedro casou-se com a Joana faz cinco anos*), pode ser outro, que, por sua vez, toma como referência a enunciação, e que é explicitamente representado por um advérbio ou uma locução adverbial de valor dêitico, que ocorre imediatamente a seguir ao verbo: cf. *o Pedro casou-se com a Joana faz amanhã cinco anos*, *o Pedro casou-se com a Joana fez ontem cinco anos*)[105].

---

[104] Nestes usos, *muito* é mais restringido do que *pouco*, visto que não se usa com as locuções prepositivas (cf. **ele chega* {*daqui a*/*dentro de*} *muito*) e é relativamente marginal com o verbo *fazer* (cf. ?*ele chegou faz muito*).

[105] Para alguns falantes, só é aceitável o uso de *fazer* em locuções temporais quando ocorre um advérbio ou locução adverbial que introduz o momento de referência; ou seja, esses falantes aceitam as frases dadas no texto no final do parágrafo em que se abre esta nota, mas não aceitam *o Pedro casou-se com a Joana faz cinco anos*.

Neste caso, tem-se uma recursividade de referências temporais, em que a âncora inicial é o momento da enunciação, que serve de referência a outro tempo – representado pelo advérbio que segue o verbo imediatamente –, o qual, por sua vez, serve de referência ao tempo da situação que se localiza.

Com algumas restrições de natureza semântica ou pragmática, a maioria dos advérbios ou locuções adverbiais dêiticos pode combinar-se com *fazer*, introduzindo a referência temporal em questão, como se ilustra no seguinte paradigma:

(98) a. O Pedro casou-se com a Joana faz {*amanhã*/*depois de amanhã*/*daqui a uma semana*} cinco anos.
b. O Pedro casou-se com a Joana fez {*ontem*/*há dois dias*} três anos.[106]

O próprio momento da enunciação – ou o intervalo que o contém – pode ser explicitamente reintroduzido como ponto de referência, sendo representado pelo advérbio ou locução que, em cada uma das séries temporais, funciona como âncora: cf. *o Pedro casou-se com a Joana faz* {*agora*/*hoje*/*neste preciso momento*} *cinco anos*.

33.5.3.2.4 Localização temporal dêitica de situações genéricas

A última série que vamos discutir, a qual tem como âncora a locução *hoje em dia* (*antigamente*, *outrora*, *dantes*, *hoje em dia*, *no futuro*, *futuramente*), especializa-se na localização temporal dêitica de situações expressas por frases genéricas – i.e., frases que expressam generalizações ou hábitos[107]:

(99) a. {*Antigamente*/*Dantes*/*Outrora*}, o dólar valia mais do que as moedas europeias.
b. *Hoje em dia,* a Maria fuma demasiado.
c. *No futuro*, as pessoas vão pagar todas as suas contas eletronicamente.

Estes adjuntos adverbiais referem intervalos de larga extensão, quantitativamente suficientes para poderem conter o prolongamento de uma situação ou a repetição de eventos expressa pela generalização veiculada por estas frases. Tal como os advérbios discutidos na subsecção anterior, estas formas agrupam-se numa série também de natureza dêitica, ancorada no momento da enunciação, e composta (i) por expressões que delimitam um intervalo que se sobrepõe à enunciação, incluindo-a (*hoje em dia*, *atualmente*, *nos tempos*/*dias que correm*); (ii) expressões que delimitam um intervalo anterior à enunciação (*antigamente*, *anteriormente*, *remotamente*, *outrora*, *dantes*); e (iii) expressões que delimitam um intervalo posterior à enunciação (*futuramente*, *de futuro*, *de hoje em diante*).

Repare-se que há outros advérbios e locuções adverbiais que permitem localizar temporalmente situações genéricas de forma dêitica, e que não indicámos acima – como *há muito tempo*, *agora*, *proximamente*, *um dia destes*, *qualquer dia*, entre outras possibilidades (cf. *há muito tempo, o dólar valia mais do que as moedas europeias*; *a Maria, agora, fuma demasiado*; *proximamente, o dólar vai valer mais do que o euro*;

[106] Como este exemplo mostra, também a locução com o verbo *haver* pode ser usada neste contexto, introduzindo o segundo tempo de referência.
[107] Os tempos verbais que exprimem situações genéricas são o presente, o imperfeito do indicativo e o futuro, simples ou perifrástico (i.e., formado com o auxiliar *ir*).

{*qualquer dia*/*um dia destes*}, *as pessoas vão pagar todas as suas contas eletronicamente*). No entanto, estas expressões, contrariamente às outras, também permitem localizar eventos particulares, que não exprimem generalizações ou iteração habitual: cf. *os espanhóis introduziram o chocolate na Europa há muito tempo*; *a Maria, agora, está a tomar banho*; *proximamente, vou a Paris*; *qualquer dia, vou comprar uma televisão nova*. Em contrapartida, *hoje em dia*, *antigamente*, *dantes*, *futuramente*, e as restantes expressões temporais assinaladas no início desta subsecção, causam alguma estranheza se forem usados como localizadores temporais de eventos particulares: cf. #*antigamente*/*dantes*, *os espanhóis introduziram o chocolate na Europa*; #*hoje em dia, a Maria está a tomar banho*; #*de hoje em diante, vou comprar uma televisão nova*; #*futuramente, vou ao casamento do meu neto* (contraste-se *futuramente* com *proximamente*, perfeitamente possível neste contexto: cf. *proximamente, vou ao casamento do meu neto*)[108].

O advérbio *dantes* merece alguns comentários adicionais. Embora formalmente semelhante ao advérbio *antes*, as duas formas têm valores parcialmente distintos. Ambas podem ocorrer em contextos genéricos (cf. *antes, havia uma imprensa livre em Portugal* frente a *dantes, havia uma imprensa livre em Portugal*). No entanto, *antes*, contrariamente a *dantes*, é um advérbio relacional, que pode formar uma locução prepositiva. Este facto permite-lhe combinar-se com um complemento com uma componente semântica temporal que serve de referência à localização temporal de anterioridade: cf. *antes do fascismo, havia uma imprensa livre em Portugal* (cf. 33.3.1.2 e 33.5.3.2.6). De forma idêntica a muitos outros advérbios relacionais, *antes* também pode ocorrer sem complemento (como no primeiro exemplo deste parágrafo), mas requer, nesse caso, um tempo de referência recuperado contextualmente, através de um antecedente introduzido no discurso anterior. Assim, no exemplo acima (*antes, havia uma imprensa livre em Portugal*), a existência de uma imprensa livre em Portugal é dada como anterior a um momento não expresso na frase, mas que se subentende que foi mencionado anteriormente – por uma data ou por uma expressão denotadora de uma situação (cf. *a Maria chegou cedo, mas o Pedro chegou antes*).

Em contrapartida, *dantes* não é relacional, e tem um valor unicamente dêitico, equivalente a 'num período anterior à enunciação'; em particular, não forma uma locução prepositiva (cf. a impossibilidade de **dantes do fascismo, havia uma imprensa livre em Portugal*) nem permite qualquer recuperação contextual de um tempo de referência (cf. a impossibilidade de **a Maria chegou cedo, mas o Pedro chegou dantes*).

Refira-se, para terminar, o advérbio *ultimamente*, que se distingue dos restantes advérbios de localização genérica pelo facto de poder localizar não só situações genéricas expressas em frases com o verbo no presente do indicativo (cf. *ultimamente, a Maria fuma demasiado*), mas também a "macrossituação" que consiste numa iteração de situações, expressa em frases com o verbo no pretérito perfeito composto do indicativo (cf. *ultimamente, o António tem-se queixado do fígado* e Caps. 15.3.2.3

[108] As expressões que denotam períodos históricos, integradas em sintagmas preposicionais iniciados pelas preposições *em* ou *durante*, prestam-se particularmente bem à localização temporal de situações genéricas: cf. {*durante a*/*na*} *Idade Média, os reis dependiam economicamente dos seus vassalos*.

e 29.5.1.1). O uso deste advérbio implica que o início da situação habitual ou repetitiva expressa pela frase é anterior à enunciação, mas não é, no entanto, muito distante desse momento.

33.5.3.2.5 Advérbios de localização temporal anafóricos

Existem advérbios de localização temporal anafóricos, i.e., que adquirem um valor temporal através de uma expressão antecedente apropriada. Entre estas formas incluem-se os advérbios *entretanto* e *então*, e sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *em*, seguida por um determinante demonstrativo e por um substantivo de medida temporal[109]. Ilustra-se este uso a seguir, onde se sublinham os antecedentes das expressões adverbiais em itálico:

(100) a. Falemos da Alta Idade Média, esse período terrível da história da humanidade. Não existia {*então*/*naquela altura*} qualquer tipo de segurança pessoal.
b. Terminei o meu curso em 1973. {*Então*/*Nesse tempo*/*ano*}, ainda havia um regime fascista em Portugal.
c. Quando fizeres os trabalhos de casa, podes *então* ver televisão.
d. O Pedro está a estudar no escritório. *Entretanto*, a Maria está a preparar o jantar.
e. O Tintim saiu do castelo às sete horas. O capitão, *entretanto*, preparava o seu whisky.

Estas frases exemplificam igualmente a variedade de elementos que podem servir de antecedentes temporais: um sintagma nominal com estrutura semântica temporal (*a Alta Idade Média*), adjuntos adverbiais de localização temporal com estrutura sintática variada (sintagmas preposicionais nos exemplos (b) e (e) e uma oração subordinada em (c)), uma construção perifrástica de valor temporal em (d).

> [10] Na sequência textual *são* ***nove horas****; agora vais para a cama*, o advérbio *agora*, embora tenha a mesma referência temporal que o sintagma *nove horas*, não entra propriamente numa relação anafórica com esse sintagma. Antes, ambos os elementos referem independentemente o momento da enunciação. Na realidade, *agora* não pode entrar numa relação verdadeiramente anafórica, como se vê pela impossibilidade de tomar como antecedente uma expressão temporal com uma referência diferente da do momento da enunciação: cf. a não gramaticalidade do seguinte minidiscurso, causada pelo uso do pretérito perfeito no verbo da segunda frase, em conjugação com a impossibilidade de *agora* ser anafórico: *a criança chegou da escola* ***às três da tarde****; *agora, ela foi descansar* (*agora* não pode tomar *às três da tarde* como antecedente). Mudando o verbo para o presente do indicativo, o texto fica gramatical: cf. *a criança chegou da escola* ***às três da tarde****; agora, ela vai descansar*. Nesta frase, *agora* refere o momento da enunciação, não o momento da chegada da criança.

[109] *Então* também pode ser um marcador discursivo, como em *então, despachas-te ou não?* (cf. Cap. 51). Os advérbios relacionais *antes* e *depois* também podem ser usados anaforicamente (cf. 33.3.1.2, 33.5.3.2.6 e Cap. 32.2.2). Como se notou em 33.5.3.1.2, os advérbios locativos *aqui* e *aí* também têm um uso temporal anafórico: cf. *quando forem três horas, aí abrem as lojas*. Sobre o uso dos adjetivos *anterior* e *seguinte* com valor temporal anafórico, cf. Caps. 27.4.4.4 e 31.2.5.3.

33.5.3.2.6 Os advérbios relacionais *antes* e *depois* e os advérbios *cedo* e *tarde*

Entre os adjuntos adverbiais de localização temporal incluem-se igualmente os advérbios relacionais *antes* e *depois* (cf. 33.3.1.2). Como se referiu nessa subsecção, estes advérbios identificam um momento por referência a outro momento ou intervalo, introduzido por uma expressão capaz de veicular um conteúdo temporal, a qual funciona como complemento do advérbio[110]: cf. *a Maria chegou antes das três da tarde*; *o Pedro saiu depois de terminado o jogo*. O advérbio *antes* localiza o evento descrito pela frase num momento anterior ao momento ou intervalo de referência, e o advérbio *depois* localiza esse evento num momento posterior à referência temporal. Para localizar um evento como estando incluído no momento ou intervalo de referência, usa-se não um advérbio, mas sim a preposição *durante*: cf. *o Pedro saiu durante o jogo* e Cap. 32.9.2)[111].

Alternativamente, os advérbios *antes* e *depois* podem ser usados anaforicamente; nesse caso, ocorrem sem complemento (cf. *o Pedro saiu antes/depois*), tomando-se então como referência um momento ou intervalo previamente introduzido no discurso, recuperável pelo ouvinte[112].

Os advérbios *cedo* e *tarde* têm algumas características em comum com os advérbios relacionais *antes* e *depois*. Tal como estes advérbios, também *cedo* e *tarde* são interpretados através de uma referência temporal. Essa referência, no entanto, é sempre dada contextualmente, e varia de acordo com a situação descrita pela frase e também com os costumes e valores culturais da comunidade linguística. A título de exemplo, considerem-se as seguintes frases:

(101) a. A festa acabou *tarde*.
b. Hoje jantámos *cedo*.

O advérbio *cedo* significa algo como 'antes de um momento ou intervalo *x*', e o advérbio *tarde*, 'depois de um momento ou intervalo *x*', em que *x* representa uma expectativa temporal contextualizada. Assim, para que o ouvinte possa situar (aproximadamente) o momento em que acabou a festa mencionada em (101a), precisa de saber qual é a hora que o falante (de modo mais geral, a comunidade a que o falante pertence) considera normal para se acabar uma festa. Suponhamos que, na comunidade em que o falante vive, as festas terminam normalmente não mais tarde do que as dez horas da noite. Nesse caso, o enunciado (101a) é sentido como apropriado – como verdadeiro – para os interlocutores que pertencem a essa comunidade se a festa mencionada tiver terminado às onze horas. No entanto, para falantes que acham que é cedo começar uma festa às onze da noite (quanto mais acabar), o enunciado (101a) não seria considerado adequado, nem verdadeiro, para descrever o termo dessa festa (seria mais adequado dizer, nesse caso, *a festa acabou cedo*).

---

[110] Esta expressão, por sua vez, é introduzida pela preposição *de*; o advérbio e a preposição formam uma locução prepositiva.

[111] A locução adverbial relacional *a meio* tem um valor semelhante, representando um momento aproximadamente equidistante do começo e do termo do intervalo de referência (cf. *o Pedro saiu a meio do jogo*).

[112] A locução adverbial *a meio* permite este funcionamento (cf. *o Pedro saiu a meio* – poder-se-á subentender, p.e., do jogo), mas não a preposição *durante* (cf. a impossibilidade de **o Pedro saiu durante*); este é um dos motivos pelos quais se classifica esta forma como preposição, e não como advérbio (cf. Cap. 32).

Quanto ao exemplo (101b), dito por um madrileno, e assumindo que a hora normal de jantar em Madrid são as onze da noite, pode aplicar-se a uma situação em que se jantou às dez horas, ao passo que, dita por um lisboeta típico, para quem a hora de jantar normal se situa entre as oito e as nove da noite, essa frase (dita da mesma situação) seria inapropriada e falsa (e de novo seria mais apropriado dizer *hoje jantámos tarde*). Em resumo, na interpretação dos advérbios *cedo* e *tarde*, a referência temporal é constituída por uma expectativa, por vezes cultural ou socialmente convencionada, do momento (aproximado) em que se localizam temporalmente as situações descritas pelas frases que contêm esses advérbios.

Especificados pelo advérbio de grau *mais* (cf. 33.3.2), *cedo* e *tarde* podem integrar uma construção comparativa (*mais cedo*/*tarde do que*) em que o momento de referência ocorre explicitamente, como complemento do advérbio comparativo (cf. 33.3.1.3): cf. *o Zé chegou mais cedo do que a Maria* (este exemplo tem uma interpretação elíptica, i.e., significa 'mais cedo do que a Maria chegou'), *ele chega sempre mais tarde do que as dez*. As construções comparativas contendo *cedo* e *tarde* são equivalentes às locuções prepositivas com *antes* e *depois*, respetivamente: cf. *o Zé chegou antes da Maria* e *ele chega sempre depois das dez*. Estas equivalências revelam bem a relação semântica entre *cedo* e *antes*, por um lado, e entre *tarde* e *depois*, por outro.

Essa relação é igualmente visível pelo facto de, tal como *antes* e *depois*, também *cedo* e *tarde*, quando especificados por *mais*, permitirem que o momento ou intervalo de referência temporal sejam recuperados anaforicamente, através de um antecedente: cf. *a Maria chega às dez horas, mas o Zé chega mais tarde* (= depois das dez horas). Finalmente, *mais cedo* e *antes*, por um lado, e *mais tarde* e *depois*, por outro, são mutuamente substituíveis quando modificam substantivos de medida temporal: cf. {*um ano mais tarde*/*um ano depois*}, *a Maria voltou a Genebra* e *se tivesses chegado* {*um minuto mais cedo*/*um minuto antes*}, *terias encontrado o Pedro*.

33.5.3.2.7 Advérbios de ordenação temporal

Alguns advérbios representam a localização temporal de situações ordenando-as numa sucessão; entre eles incluem-se *primeiro*, *primeiramente*, *inicialmente*, *antes de mais*, *seguidamente*, *em seguida*, *finalmente*, *por fim*: cf. *primeiro, o presidente leu a ata; seguidamente, fez uma introdução; e, finalmente, abriu a discussão*. Os pares de advérbios *depois* e *antes*, e *tarde* e *cedo* (estes últimos especificados por *mais*) também podem ser usados com esse valor, tomando nesse caso como referência temporal o momento em que se localiza a situação descrita imediatamente antes: cf. *inicialmente, saíram de casa atrasados,* {*depois*/*mais tarde*}, *tiveram um acidente, por fim, perderam os documentos*; e também *primeiro fomos ao cinema, depois fomos tomar chá, mas antes fomos buscar o João*.

33.5.3.2.8 Advérbios de duração e de pontualidade

Os advérbios *brevemente* (*com brevidade*), *demoradamente*, *indefinidamente*, *longamente*, *momentaneamente* e *temporariamente* representam a duração de uma situação, estativa ou eventiva[113]:

[113] Este valor é igualmente veiculado por sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *durante*, tomando como complemento uma expressão denotadora de quantidade de tempo: cf. *o Pedro passeou no parque durante* {*algum tempo*/*cinco minutos*/*meia hora*/*todo o dia*}. O termo "pontualidade", neste contexto, significa 'sem duração' (cf. Cap. 17).

(102) a. O professor perorou *indefinidamente*/*demoradamente* sobre fósseis.
b. Ele perdeu *temporariamente*/*momentaneamente* a fala.
c. O presidente falou *brevemente*.

Os advérbios *repentinamente* e *subitamente*, tal como as locuções adverbiais relacionadas *de repente* e *de súbito*, possuem uma componente aspetual, na medida em que acentuam o caráter pontual, inesperado e arbitrário do momento exato em que ocorre um evento caracterizado aspetualmente como um ponto ou uma culminação (cf. Cap. 17), i.e., um evento perspetivado como não tendo duração interna: cf. *lembrei-me subitamente onde tinha posto as chaves*; *de repente, caí*; *o Rui Costa marcou subitamente um golo*; *a Joana espirrou repentinamente*. Estes advérbios podem também representar o começo, a paragem ou o termo de um processo durativo (cf. *de súbito, o Pedro* {*começou a*/*parou de*/*deixou de*} *correr* ou o momento em que ocorre uma mudança de estado (cf. *a Luísa cansou-se repentinamente*; *a Ana entristeceu de repente*).

33.5.3.2.9 Posição dos advérbios de localização temporal

Tal como os advérbios locativos, também os de localização temporal manifestam flexibilidade posicional, podendo ocupar quer posições integradas, dentro do sintagma verbal (cf. (103) e também a Nota 84), quer posições periféricas (cf. (104)):

(103) a. A Joana casou-se {*ontem*/*na semana passada*} com o Pedro.
b. A Joana casou-se com o Pedro {*ontem*/*na semana passada*}.

(104) a. *Antigamente*/*outrora*, as pessoas levavam uma vida mais calma.
b. As pessoas, *antigamente*/*outrora*, levavam uma vida mais calma.
c. As pessoas levavam uma vida mais calma, *antigamente*/*outrora*.

Quando ocorrem em posição inicial, funcionam como tópico (cf. Cap. 12), introduzindo ou remetendo para um momento ou intervalo que é tomado como cenário da situação descrita no resto da frase. Como se notou em 33.4.3.2, nessa posição, os adjuntos temporais coocorrem frequentemente com um segundo constituinte do mesmo tipo, em posição integrada dentro do sintagma verbal, especificando o momento referido pelo primeiro: cf. *ontem, almocei* {*cedo*/*às três da tarde*}.

Quando ocorrem em posição periférica entre o sujeito e o predicado, alguns advérbios dêiticos "curtos", incluindo *ontem*, *hoje*, *amanhã* e *agora*, permitem dispensar as pausas que normalmente ladeiam os adjuntos adverbiais nessa posição, adquirindo um estatuto prosodicamente mais integrado no resto da frase: cf. *a Maria agora não pode atender-te*, *o Pedro ontem almoçou no Tavares*, *a Rita amanhã parte para o Tahiti*.

33.5.4 Advérbios de iteração

Os advérbios de iteração indicam a repetição de uma situação[114], geralmente através de uma quantificação vaga ou imprecisa (cf. Cap. 21)[115]. Alguns destes advérbios

[114] Não se trata, obviamente, da repetição da *mesma* situação (enquanto exemplar), visto que nenhuma situação particular se pode repetir. Trata-se, antes, da repetição do mesmo *tipo* de situação (cf. Cap. 21), envolvendo os mesmos participantes. Uma vez esclarecido este facto, e para não sobrecarregar o texto, continuamos a usar a expressão "a mesma situação".

[115] Na quantificação precisa, usa-se a expressão *n vezes*, em que *n* = um número natural: cf. *o Pedro serviu-se de lagosta cinco vezes*.

codificam (ou sugerem) uma quantidade alta (*constantemente*, *frequentemente*, *habitualmente*, *sistematicamente*, e também as locuções *com frequência*, *muitas vezes*, *por hábito*); outros, uma quantidade baixa (*excecionalmente*, *ocasionalmente*, *poucas vezes*, *raramente*); outros ainda são neutros, ou representam uma quantidade média (*ciclicamente*, *periodicamente*, *regularmente*, *algumas vezes*, *às vezes*, *com regularidade*, *de quando em quando*, *de tempos a tempos*, *de vez em quando*, *por vezes*)[116]. Dão-se alguns exemplos a seguir:

(105) a. A Maria vai *constantemente* a Madrid.
b. Nesta terra, chove *raramente*.
c. O Pedro vai ao médico *periodicamente*.

Como os exemplos ilustram, estes advérbios ocorrem canonicamente em posições integradas.

Os eventos repetidos localizam-se em momentos ou intervalos distintos e sucessivos; logo, os advérbios de iteração têm igualmente uma dimensão temporal, podendo, portanto, ser classificados de maneira geral como advérbios temporais (mas não de localização).

Alguns destes advérbios sugerem que a iteração é periódica, ainda que, de novo, sejam vagos quanto ao intervalo que medeia entre as repetições: incluem-se nesse grupo *ciclicamente*, *habitualmente*, *periodicamente* e *regularmente*. Estes advérbios podem coocorrer com uma expressão que torna preciso o intervalo que medeia entre as situações: cf. *o João visita regularmente/periodicamente a avó* {*de quinze em quinze dias*/*todas as terças feiras*}. Outros advérbios exprimem a periodicidade lexicalmente, como *diariamente*, *semanalmente*, *quinzenalmente*, *mensalmente*, *anualmente*, entre outros. Trata-se de advérbios em *-mente* cuja base morfológica é um adjetivo denominal formado a partir do radical de um pequeno número de substantivos de medida temporal (nos exemplos acima, *dia*, *semana*, *quinzena*, *mês*, *ano*)[117]:

(106) a. A Maria vai a Madrid *mensalmente*.
b. O grupo reúne-se *semanalmente* para falar de política.

Semanticamente, estes advérbios funcionam como quantificadores universais sobre as unidades que constituem os intervalos periódicos, veiculando a ideia de que para todo e qualquer período do tipo mencionado lexicalmente no radical do advérbio (dia, semana, mês, etc.), a situação descrita na frase tem lugar uma vez.

A quantificação veiculada pelos advérbios de iteração é sempre relativa a um determinado período, a que chamamos **intervalo de referência** (**temporal**). Este intervalo pode ser explicitamente representado: cf. *no verão passado, a Maria foi a Madrid frequentemente*. O intervalo de referência pode não estar expresso, sendo, nesse caso, usualmente recuperável a partir do contexto situacional ou discursivo.

[116] Há também unidades multilexicais (cf. Cap. 9) que veiculam quantidade alta ou baixa na repetição de situações: no primeiro grupo, temos *a torto e a direito*, *por dá cá aquela palha*, *por tudo e por nada*; no segundo, *no dia de são nunca à tarde*, *quando as galinhas tiverem dentes* (ambas veiculando o valor zero) e *quando o rei faz anos* ('raramente').

[117] Os advérbios que exprimem periodicidade podem ocorrer mais facilmente em posições periféricas: cf. *periodicamente, o Pedro vai ao médico*; *semanalmente, o grupo reúne-se para falar de política*.

A interação entre os advérbios de iteração e as frases genéricas merece alguns comentários adicionais. Estas frases (cf. Krifka et al. 1995) descrevem propriedades caracterizadoras dos indivíduos, incluindo a repetição habitual de uma atividade (cf. *o Eduardo lê livros de banda desenhada*). Este aspeto da sua interpretação assenta sobre o uso da forma verbal num tempo imperfectivo – o presente ou o pretérito imperfeito do indicativo (cf. Cap. 15).

Nas frases genéricas, a repetição de situações insere-se implicitamente num intervalo de referência que se sobrepõe à enunciação, e cujo segmento passado tem de ser suficientemente longo para permitir estabelecer a generalização descrita pela frase. De modo semelhante, infere-se que a situação continuará a repetir-se pelo menos durante algum tempo posterior à enunciação. Chamamos aqui a esse intervalo **intervalo de referência genérico**. Repare-se que este intervalo também pode ser explicitado, de forma mais ou menos precisa, como em {*durante a sua infância*/*entre os três e os sete anos de idade*}, *o Eduardo lia livros de banda desenhada*.

As frases genéricas que representam atividades habituais veiculam, assim, de forma implícita, parte do significado dos advérbios de iteração. Não é, por isso, de estranhar que o uso destes advérbios seja frequente nessas frases, já que reforça as generalizações que elas veiculam e o caráter habitual e repetitivo das situações descritas, permitindo, ao mesmo tempo, explicitar quantitativamente essa habitualidade, mesmo que de forma vaga: cf. *o Eduardo lê livros de banda desenhada* {*muitas vezes*/*raramente*/*semanalmente*}[118].

Por vezes, a presença de um advérbio de iteração é crucial para obter uma interpretação genérica: compare-se *o Luís está doente*, *o Alberto vai a Paris* ou *a Teresa janta fora*, que descrevem situações particulares, com *o Luís está constantemente doente*, *o Alberto vai periodicamente a Paris* e *a Teresa janta habitualmente fora*, que denotam situações repetidas ou propriedades características (hábitos) do Luís, do Alberto e da Teresa.

A ocorrência de um advérbio de iteração apropriado permite, inclusivamente, que uma construção verbal que, isoladamente, não pode veicular um valor genérico, ganhe tal valor, como acontece com a perífrase verbal progressiva. Esta perífrase representa tipicamente um processo durativo particular, que ocorre no momento da enunciação: cf. *a Maria está a passear no jardim*, *o Pedro está a tomar banho* e *a Clara está a insultar o marido*, frases que não podem ter um significado genérico. Contudo, se lhes acrescentarmos um advérbio de iteração apropriado, ganham um valor genérico, de natureza hiperbólica: cf. *a Maria está frequentemente a passear no jardim*, *o Pedro está constantemente a tomar banho* e *a Clara está sistematicamente a insultar o marido*.

[118] Quando o advérbio tem um valor de periodicidade neutra, como *periodicamente*, *regularmente* ou *habitualmente*, nada de novo se acrescenta: frases como *o Pedro fuma charutos periodicamente/regularmente* são praticamente sinónimas da frase correspondente sem os advérbios. Este facto levou alguns linguistas a considerar que as frases genéricas que caracterizam hábitos de indivíduos contêm, na realidade, um advérbio foneticamente nulo de periodicidade, de significado próximo do de *habitualmente*, mas que não se pronuncia (cf. Krifka et al. 1995).

33.5.5 Os advérbios *sempre* e *nunca*

Ainda que tenha uma componente semântica temporal e iterativa, tal como os advérbios analisados na secção anterior, tratamos separadamente o advérbio *sempre* – e também a forma negativa correspondente, *nunca* – devido à complexidade do seu funcionamento quantificacional e à sua polivalência semântica. A descrição incide sobretudo sobre *sempre*; no final, fazemos algumas observações sobre *nunca* e a forma relacionada *nunca mais*; estes advérbios, como se verá, não são completamente simétricos de *sempre* no que respeita à sua interpretação quantificacional[119].

33.5.5.1 *Sempre* como quantificador universal sobre períodos temporais

Adjuntos adverbiais como {*muitas*/*poucas*/*cinco*} *vezes*, *constantemente* ou *raramente* quantificam diretamente sobre situações. Em contrapartida, o advérbio *sempre* exprime a repetição da situação expressa por uma frase de forma mais complexa, relacionando-a com um período temporal ou com outra situação (geralmente expressos na forma de um adjunto adverbial), e quantificando diretamente sobre esse outro período ou situação, o que permite inferir indiretamente uma quantificação correspondente da situação que a frase descreve. Para ilustrar este funcionamento, considere-se o seguinte paradigma, em que o primeiro exemplo contém o advérbio de iteração *constantemente* e o segundo, o advérbio *sempre*:

(107) a. No verão, a Maria vai *constantemente* a Madrid.
b. No verão, a Maria vai *sempre* a Madrid.

As duas frases são genéricas, representando uma atividade habitual da Maria, e ambas pressupõem um intervalo de referência genérico (cf. 33.5.4) de vários anos, contendo um número suficiente de períodos de verão para que se possa estabelecer a generalização que as frases descrevem. No entanto, ainda que ambos os exemplos descrevam uma atividade habitual da Maria, que ela repete durante sucessivos períodos de verão, a maneira como exprimem esse conteúdo – em particular a maneira como exprimem quantificacionalmente a repetição das idas da Maria a Madrid – é diferente nos dois exemplos.

Para facilitar a discussão, suponha-se que o intervalo de referência genérico (nas duas frases) inclui os últimos dez anos antes do momento da enunciação – certamente um período suficientemente longo para que se possa descrever uma série de repetições como sendo habitual. Suponha-se também que, na situação descrita em (107a), se considera, para efeitos da argumentação, que o número de viagens que a Maria faz é de quinze – certamente um número suficiente que justifica o uso do advérbio *constantemente*. Com estas suposições, comparem-se então as situações descritas em cada exemplo.

Na leitura mais natural de (107a), afirma-se que, em cada verão particular, a Maria vai muitas vezes a Madrid – no cenário que acabámos de propor, quinze vezes. Como a frase descreve um hábito da Maria, infere-se que essa repetição de viagens começou há bastante tempo – no cenário proposto acima, os dez anos que antecedem a enunciação da frase. Ou seja, seguindo à risca esse cenário,

[119] Sobre as propriedades semânticas de *sempre*, cf. Ambar, Gonzaga e Negrão (2004), trabalho em que nos inspiramos parcialmente.

inferimos que, até ao momento da enunciação, a Maria viajou para Madrid cento e cinquenta vezes[120].

Em contrapartida, na leitura mais natural de (107b) – a única, para muitos falantes –, a Maria vai a Madrid *uma* só vez em cada período de verão (o itálico em *uma* é enfático). O que é necessário, contudo, é que a Maria se desloque à capital de Espanha durante todos os períodos de verão contidos no intervalo de referência. A função do advérbio *sempre* consiste, assim, em reforçar a interpretação genérica da frase, tornando-a numa quantificação universal sobre períodos temporais de verão: verão após verão, sem interrupção, a Maria vai a Madrid uma vez – de acordo com o nosso cenário, no total, exatamente dez vezes até ao momento da enunciação[121].

Constatamos, pois, que, em frases genéricas do tipo de (107), enquanto a contribuição de *constantemente* (e outros advérbios de iteração) consiste em asserir que uma determinada situação se repete um determinado número de vezes (com *constantemente*, muitas) em cada um dos períodos cíclicos, a contribuição de *sempre*, em contrapartida, consiste em asserir que, em todo e qualquer período cíclico, uma determinada situação acontece uma vez.

Conclui-se, portanto, que *sempre* não conta diretamente as situações descritas pela frase em que ocorre (tecnicamente, não quantifica sobre situações); antes, este advérbio conta períodos temporais (tecnicamente, quantifica sobre períodos). Voltando a (107b), nessa frase não se contam idas da Maria a Madrid, mas sim períodos de verão, asserindo-se que em cada um deles há uma viagem (dez no total). À expressão que caracteriza o tipo de período temporal sobre o qual *sempre* quantifica (em (107b), *no verão*) chamamos **restrição** (de *sempre*).

> [11] Na medida em que *sempre* – no seu uso temporal – quantifica sobre períodos, e não sobre situações, pode ocorrer na mesma frase com um advérbio de iteração, que quantifica diretamente sobre situações. Nesse caso, este último efetua uma contagem das situações que se repetem dentro de cada um dos períodos temporais quantificados por *sempre*: cf. *no verão, a Maria vai sempre a Madrid* {*cinco*/*várias*/*muitas*} *vezes*. Nesta frase, *sempre* quantifica sobre períodos de verão, e os adjuntos sublinhados quantificam sobre idas da Maria a Madrid internas a cada um desses períodos de verão. Como se notou na Nota 121, na ausência dos adjuntos, a maioria dos falantes interpreta as frases com *sempre* como denotando que a situação só ocorre uma vez em cada período particular.

[120] A adequação pragmática e a verdade de (107a) parecem não ser afetados se eventualmente – e excecionalmente – a Maria não for a Madrid num verão ou noutro; por outras palavras, não consideraríamos a frase (107a) falsa se a Maria não fosse a Madrid durante um verão (ou fosse apenas cinco vezes). Note-se também que a verdade das duas frases de (107) é compatível com idas da Maria a Madrid em períodos que não sejam os do verão. Para não complicar a argumentação, ignora-se aqui essa possibilidade. Voltamos a esta questão na Caixa [13].

[121] Para os falantes que consultámos, a leitura obtida em frases como (107b), com o advérbio *sempre*, é aquela em que o evento descrito só ocorre uma vez em cada período temporal (a Maria vai exatamente uma vez a Madrid em cada verão). Não descartamos, contudo, que haja falantes para quem a verdade de (107b) seja compatível com mais do que uma ida da Maria a Madrid em cada período de verão. Para esses falantes, a generalização é que o evento tem de ocorrer *pelo menos uma vez* (de novo, o itálico é enfático) em cada período temporal, podendo eventualmente repetir-se. Não descartamos também que haja falantes para quem (107a) possa ter uma leitura quantificacional semelhante à de (107b), i.e., em que *constantemente* funcione de modo semelhante a *sempre*. Esta leitura, no entanto, parece ser menos natural.

33.5.5.2 Restrição e intervalo de referência temporal na interpretação de *sempre*

É importante não confundir a restrição temporal de *sempre* com o intervalo de referência temporal. A restrição é o período temporal, o tipo de momento ou de intervalo sobre o qual *sempre* quantifica, o qual se repete ciclicamente. O intervalo de referência, em contrapartida, é um período contínuo, mais ou menos longo, durante o qual se contam as repetições dos períodos que correspondem à restrição. Em (107b), a restrição de *sempre* é o período do verão (ou seja, qualquer período desse tipo, não um em particular), expresso pelo adjunto adverbial inicial; e o intervalo de referência é genérico, dado implicitamente pelo uso do presente do indicativo – no cenário que propusemos acima, um período de tempo que se sobrepõe à enunciação e que inclui dez anos até esse momento[122].

O intervalo de referência não é necessariamente genérico. Nos casos em que não é genérico, é usualmente expresso por um adjunto adverbial apropriado (sublinhado, nos exemplos a seguir) – i.e., com uma dimensão semântica temporal a partir da qual se pode inferir um intervalo de certo tipo. Esse adjunto coocorre então com outro adjunto, que introduz a restrição de *sempre* (em itálico, nos exemplos a seguir):

(108) a. No verão passado, a Maria foi sempre ao cinema *ao domingo*.
b. Enquanto a Ana esteve em Paris, passava sempre pelo Louvre *depois das aulas*.
c. Durante os últimos três anos, a Maria foi sempre a Madrid *no verão*.
d. Quando a Maria era miúda, recebia sempre presentes *no Natal*.

Assim, em (108a), assere-se que, no verão que antecede a enunciação, tomado como intervalo de referência temporal, para todo e qualquer domingo (a restrição de *sempre*), a Maria foi ao cinema; em (108b), assere-se que, no intervalo correspondente à estada da Ana em Paris, para todo o intervalo que se seguia às aulas, ela passava pelo Louvre; e assim sucessivamente.

Quando o intervalo de referência e a restrição de *sempre* são ambos lexicalmente expressos, o adjunto adverbial que exprime o intervalo ocorre geralmente em posição periférica inicial, e aquele que representa a restrição ocorre em posição integrada no final do sintagma verbal. Em contrapartida, quando apenas a restrição é expressa, como nas frases genéricas (cf. (107b)), o adjunto que a representa pode ocorrer quer em posição periférica, como em (107b), quer em posição integrada final (cf. *a Maria vai sempre a Madrid no verão*).

33.5.5.3 Restrição de *sempre* expressa por uma oração subordinada temporal

A restrição de *sempre* pode ser expressa por uma oração subordinada temporal introduzida por *quando* (cf. Caps. 38 e 39), como se ilustra em (109)[123]:

---

[122] Em contrapartida, em (107a) existem dois intervalos de referência: o verão, que é o intervalo durante o qual se repetem as idas da Maria a Madrid, e um intervalo genérico, inferido pelo uso do presente do indicativo, no qual se repetem os períodos de verão. Se, nessa frase, substituirmos o presente do indicativo – que suporta a interpretação genérica – pelo pretérito perfeito – que não suporta, em geral, tal interpretação –, subsiste apenas o intervalo particular expresso pelo adjunto: cf. *no verão, a Maria foi a Madrid constantemente*. Esta frase significa que no verão particular que antecede a enunciação, a Maria viajou um número elevado de vezes para Madrid.

[123] Repare-se que as orações subordinadas temporais introduzidas por *quando* também podem exprimir o intervalo de referência, como em (108d).

(109) a. Quando o Real Madrid joga no Bernabéu, a Maria vai *sempre* a Madrid.
b. O Pedro compra *sempre* uma lata de caviar iraniano quando recebe o ordenado.
c. Quando chove, fico *sempre* em casa.

Em (109), o período ou intervalo sobre o qual *sempre* quantifica – i.e., a sua restrição – é aquele em que sucede a situação descrita na oração subordinada. Essa situação necessita de ter características tais que lhe permitam acontecer ciclicamente. Nestes casos, *sempre* estabelece uma correlação temporal entre a situação expressa pela oração subordinada e a situação expressa pela oração principal: em todas as ocasiões (períodos, intervalos) em que a primeira ocorre, a segunda também ocorre (relativamente a (109c), p.e., em todas as ocasiões em que chove, o falante fica em casa).

As frases de (109) são equivalentes às de (110), nas quais o próprio advérbio *sempre*, integrado numa locução conjuncional com o complementador *que*, introduz a oração subordinada que exprime a sua restrição:

(110) a. *Sempre* que o Real Madrid joga no Bernabéu, a Maria vai a Madrid.
b. O Pedro compra uma lata de caviar iraniano *sempre* que recebe o ordenado.
c. *Sempre* que chove, fico em casa.

33.5.5.4 *Sempre* sem restrição expressa

O advérbio *sempre* ocorre por vezes sem um adjunto adverbial que introduza explicitamente uma restrição temporal (ou situacional, como em (109)). Aqui, limitamo-nos a apresentar três casos que nos parecem envolver interpretações pelo menos parcialmente distintas. O primeiro exemplifica-se em (111):

(111) a. Há *sempre* alguém acordado nesta cidade.
b. Durante a sua infância, a Ana viveu *sempre* em Lisboa.

Os predicados destas frases descrevem situações estativas ('haver alguém acordado numa cidade' e 'viver num determinado lugar') que, podendo durar um longo período de tempo, são mesmo assim delimitadas espacial e temporalmente, e, por conseguinte, suscetíveis de mudança. Nestes casos, o advérbio quantifica efetivamente sobre todo e qualquer período temporal (sem restrição) contido no intervalo de referência – o qual é genérico, em (111a), e expresso pelo adjunto inicial, em (111b). Por outras palavras, assere-se que a situação se verifica de forma continuada durante o intervalo de referência, ou seja, em todo e qualquer momento, sem restrição sobre a sua natureza[124]. Aqui, o advérbio é aproximadamente sinónimo de advérbios de duração como *continuamente*, *ininterruptamente* (cf. 33.5.3.2.8) ou de um adjunto como *todo o tempo*.

O segundo tipo de exemplos em que *sempre* ocorre sem uma expressão que introduza uma restrição ilustra-se no seguinte paradigma:

[124] Repare-se que o predicado 'viver numa cidade' permite ausências temporárias.

(112) a. A Clara *sempre* bebeu vinho.[125]
b. O Luís lê *sempre* o jornal.
c. A Maria janta *sempre* fora.

Os predicados destas frases descrevem situações transitórias ('beber vinho', 'ler o jornal', 'jantar fora'), que normalmente começam e terminam num intervalo delimitado – nem o pior dos bêbados está continuamente a beber vinho, nem uma pessoa normal, por mais ávida de notícias que seja, está continuamente a ler o jornal, e ninguém está continuamente a jantar. Nestes casos, parece ser possível inferir uma restrição temporal implícita sobre *sempre*, associada a um tipo geral de situação, cuja natureza é determinada social ou culturalmente – à semelhança do que acontece de forma explícita quando a restrição é introduzida por uma oração subordinada temporal (cf. (109)). Assim, p.e., em (112a), essas ocasiões poderão ser as refeições em que se bebe vinho (cf. *a Clara sempre bebeu vinho ao jantar*, em que a restrição é introduzida explicitamente), ou o final da tarde, ou qualquer outro momento ou momentos do dia ou da noite – para o saber exatamente, seria necessário não só conhecer a Clara como pessoa mas também os costumes da comunidade em que vive. Repare-se que (112a) não implica que a Clara beba muito, apenas que beba regularmente no(s) período(s) em questão. Quanto a (112b), a inferência (implícita) mais plausível é que *sempre* quantifica sobre períodos de um dia, já que ler o jornal é, normalmente, uma atividade diária. O mesmo se poderá dizer relativamente a (112c), com a especificação adicional, recuperável lexicalmente através do verbo *jantar*, de que se trata do período do dia em que tem lugar essa refeição.

A aceitabilidade pragmática de frases como as de (112) varia consoante a maior ou menor acessibilidade – numa perspetiva pessoal, social ou cultural – de um tipo de situação ou de período temporal que possa servir implicitamente como restrição de *sempre*. Assim, p.e., em contraste com os exemplos de (112), a frase *a Maria vai sempre a Madrid*, sem mais, pode causar alguma estranheza, se não formos capazes de inferir uma restrição temporal ou situacional implícita para *sempre,* relativa à atividade de a Maria ir a Madrid[126]. Repare-se que os advérbios de iteração (cf. 33.5.4) não têm este problema, já que não necessitam de uma restrição temporal ou situacional para a sua interpretação; assim, frases como *a Maria vai* {*constantemente*/*frequentemente*/*repetidamente*} *a Madrid* são perfeitamente aceitáveis, sem necessidade de inferências adicionais.

> [12] Em (112a), o pretérito perfeito – um tempo perfectivo, que em geral não suporta uma interpretação genérica – é, neste caso, compatível com uma leitura em que se descreve uma atividade habitual da Clara, pressupondo um intervalo de referência genérico (cf. 33.5.4). Pensamos que isso se deve à ocorrência de *sempre* em posição pré-verbal. Com o advérbio em posição pós-verbal, a frase (com a mesma interpretação) parece-nos menos natural: cf. ?*a Clara bebeu sempre vinho*; compare-se com *a Clara bebe sempre vinho*, com o presente do indicativo e *sempre* pós-verbal, e com a estranheza de ?*a Clara sempre bebe vinho* (na interpretação

[125] Esta frase tem duas leituras, uma temporal, que nos ocupa aqui, e outra em que *sempre* tem um valor confirmativo (cf. 33.5.5.6), irrelevante neste ponto.

[126] Uma possibilidade seria os períodos de férias da Maria; nesse caso, a frase seria interpretada aproximadamente como *quando tira férias, a Maria vai sempre a Madrid*.

temporal que aqui nos ocupa) com o presente e *sempre* pré-verbal (cf. Ambar, Gonzaga e Negrão 2004).

Nem sempre o adjunto adverbial com valor temporal que ocorre em frases com *sempre* é interpretado como introduzindo a restrição do advérbio. Existem frases em que a leitura pragmaticamente mais natural leva a tomar esse adjunto adverbial como representando o intervalo de referência, como em (111b), já discutido acima. Noutros casos, a restrição pode ser recuperável contextualmente. Assim, p.e., a frase *no verão, a Maria janta sempre fora* é interpretável de maneira semelhante a (112c), com o acréscimo de que se introduz um intervalo de referência (o verão), também ele repetido ciclicamente, dado o valor genérico da frase (cf. *no verão, a Maria janta fora*, sem *sempre*, que pressupõe o mesmo tipo de repetição – embora sem a "universalidade" imposta por *sempre*). Outro tipo de exemplo é aquele em que o adjunto adverbial denota um período particular que não se pode repetir e que, portanto, não pode servir de restrição a *sempre*: assim, p.e., a frase ?*no verão passado, a Maria foi sempre a Madrid* não pode ser interpretada como (107b) – o verão passado não pode repetir-se. A sua aceitabilidade está, pois, dependente de se poder inferir uma restrição temporal pragmaticamente plausível para o advérbio (cf. a discussão no parágrafo que precede esta caixa). Estes fatores não afetam os advérbios que quantificam sobre situações: cf. *no verão passado, a Maria foi a Madrid* {*vinte vezes*/*frequentemente*/*repetidamente*}.

Finalmente, considerem-se os seguintes exemplos, com a construção perifrástica progressiva, a qual é usada para denotar um evento durativo ou uma repetição de eventos pontuais durante um intervalo que contém o momento da enunciação (cf. Caps. 15 e 29):

(113) a. A Clara está *sempre* a beber vinho.
b. O Luís está *sempre* a ler o jornal.
c. A Paula está *sempre* a espirrar.

Nestes casos, o falante, embora saiba que isso não sucede realmente, apresenta a situação como se a Clara estivesse continuamente a beber vinho, o Pedro estivesse continuamente a ler o jornal e a Paula estivesse continuamente a espirrar (vejam-se as frases praticamente sinónimas de (113) com a locução verbal *passar a vida a*, como, p.e., *a Clara passa a vida a beber vinho*). Ou seja, *sempre* funciona aqui como em (111), i.e., sem restrição – nem mesmo pragmaticamente inferível, como em (112) –, quantificando sobre todo e qualquer período temporal. Trata-se de uma hipérbole, isto é, de um processo retórico, usado para veicular que uma atividade é praticada de maneira exagerada ou obsessiva[127].

33.5.5.5 *Sempre* como advérbio focalizador exclusivo

Relacionado com o seu funcionamento temporal, o advérbio *sempre* pode adquirir uma leitura de focalização exclusiva (cf. 33.5.10.1), desde que se combine com um foco apropriado (sublinhado, nos exemplos), adquirindo então uma interpretação próxima da dos advérbios *só* e *apenas*:

(114) a. Servimos *sempre* a comida em pratos de papel.
b. A Maria lava *sempre* a roupa à mão.

[127] Realçando o contraste entre (112) e (113), a conclusão de que a Clara é alcoólica pode ser inferida a partir de (113a), mas não de (112a) ou de *a Clara bebe sempre vinho*.

Do uso de *sempre* em combinação com o foco, podemos inferir, de (114a), que os únicos recipientes em que a comida é servida são pratos de papel, e, de (114b), que a única maneira como a Maria lava a roupa é à mão[128]. O estatuto de *sempre* como focalizador fica realçado quando se associa sintaticamente ao constituinte que é o seu foco, como se ilustra em (115):

(115) a. Servimos a comida [*sempre* em pratos de papel].
b. A Maria lava a roupa [*sempre* à mão].

Neste uso, embora não ocorra um adjunto que exprima uma restrição temporal ou situacional para *sempre*, esta pode ser inferida a partir da frase; concretamente, a restrição consiste no próprio tipo de situação descrito pela frase, sem o foco – e nos intervalos temporais associados a essas situações. Assim, em (114a)/(115a), a restrição é algo como 'em todas as ocasiões em que servimos comida', e, em (114b)/(115b), 'em todas as ocasiões em que a Maria lava a roupa'; ou seja, estas frases podem ser parafraseadas, respetivamente, por 'em todas as ocasiões em que servimos comida, fazemo-lo em pratos de papel' e 'em todas as ocasiões em que a Maria lava a roupa, fá-lo à mão' (cf. Ambar, Gonzaga e Negrão 2004).

Embora convirjam no mesmo resultado semântico de focalização exclusiva, a possibilidade de inferir uma restrição situacional distingue o uso focalizador de *sempre* do uso focalizador de *só* e *apenas*, e, inversamente, aproxima este uso de *sempre* do seu uso temporal, em particular dos casos em que a restrição consiste numa situação expressa por uma oração subordinada (cf. (109)). De facto, outro tipo de paráfrase adequada para os exemplos de (114) e (115) consiste numa estrutura de subordinação adverbial, com uma oração subordinada veiculando expressamente a restrição, e com *sempre* ocorrendo na oração principal (cf. (116)) ou como parte da locução conjuncional que introduz a oração subordinada (cf. (117)):

(116) a. Quando servimos comida, fazemo-lo *sempre* em pratos de papel.
b. Quando a Maria lava a roupa, fá-lo *sempre* à mão.

(117) a. *Sempre* que servimos comida, fazemo-lo em pratos de papel.
b. *Sempre* que lava a roupa, a Maria fá-lo à mão.

[13] Quando *sempre* tem valor temporal e se combina com uma restrição temporal, parece não ter uma interpretação secundária de focalização exclusiva, tomando como foco a própria restrição temporal. Considerem-se de novo os seguintes exemplos:

(i) a. A Maria vai *sempre* a Madrid no verão.
b. A Clara bebe *sempre* vinho ao jantar.

Já vimos que *sempre*, nestas frases, quantifica sobre períodos temporais (o verão e o período do jantar, respetivamente), asserindo que em todos eles (dentro de um intervalo de referência mais vasto) ocorre o evento descrito na frase. Repare-se, no entanto, que destas frases nada podemos inferir sobre o que ocorre noutros períodos

[128] Ou seja, o advérbio, neste uso, exclui todos os tipos de entidades ou de modos apropriados para a função em questão exceto os denotados pelo foco – daí o termo "focalização exclusiva". Como se mencionou, esta interpretação é partilhada pelos advérbios *só* e *apenas*: cf., por exemplo, *só servimos a comida em pratos de papel* e *a Maria apenas lava a roupa à mão* (cf. 33.5.10.1 e Cap. 42.1.3.3).

que não sejam os mencionados na restrição – por exemplo, noutras estações do ano, no caso de (ia), ou noutras refeições, no caso de (ib) (cf. também a Nota 120). Assim, a situação descrita em (ia) é compatível com idas da Maria a Madrid também no outono, no inverno ou na primavera, e a situação descrita em (ib), com a possibilidade de a Clara beber vinho também ao almoço. Em contrapartida, em frases com *só* e *apenas*, essas hipóteses são excluídas: cf. *a Maria só vai a Madrid no verão* e *a Clara apenas bebe vinho ao jantar*.

33.5.5.6 *Sempre* como advérbio de modalidade confirmativa

O advérbio *sempre* pode igualmente ser um advérbio de modalidade, com um valor confirmativo. Nessa interpretação, ocorre em frases que denotam eventos particulares (ou seja, não genéricos ou habituais), em posição integrada pré-verbal, sem que nenhum outro elemento possa intervir entre ele e o verbo (à exceção de pronomes clíticos, como em (118c)):

(118) a. A Maria *sempre* vai encontrar as amigas em Paris!
b. *Sempre* compraste aquele relógio que cobiçavas há tanto tempo?
c. Imagina! O Pedro *sempre* se encontrou com a Pamela Anderson em Hollywood.
d. Depois de muito trabalho, *sempre* consegui um bilhete de graça.

Nestas frases, ao usar o advérbio (aproximadamente equivalente à locução *afinal de contas*), o falante confirma uma situação que estava anteriormente em dúvida[129], mas que acaba por realizar-se, por vezes com alguma surpresa sua. Concomitantemente, o advérbio marca, de forma implícita, que o falante tinha uma expectativa fraca de que a situação ocorresse realmente.

33.5.5.7 O advérbio *nunca* e a locução adverbial *nunca mais*

O advérbio *nunca* corresponde à negação de *sempre*, ou seja, nega-se que exista um período temporal do tipo expresso na restrição durante o qual suceda a situação descrita pela frase; numa perspetiva lógica, *nunca* é, pois, um quantificador existencial (sobre períodos temporais) negado (cf. Cap. 14). Assim, a frase *no verão, a Maria nunca vai a Madrid* significa que não existe – no intervalo de referência mais lato – qualquer período de verão durante o qual a Maria faça uma viagem para Madrid (ou, de forma equivalente, dadas as leis da Lógica que regem a negação de quantificadores, que para todo e qualquer período de verão, a Maria não viaja para Madrid nesse período)[130].

Existe, no entanto, uma assimetria entre *nunca* e *sempre*: enquanto *sempre*, como se viu atrás, exige normalmente uma restrição sobre tipos de períodos ou de situações, *nunca* usa-se muito mais naturalmente sem qualquer restrição, podendo cobrir todo e qualquer período temporal: compare-se a aceitabilidade de *a Maria nunca vai a Madrid* com a relativa estranheza de *a Maria vai sempre a Madrid* (exemplo comentado em 33.5.5.4, no parágrafo anterior à Caixa [12]), resultante do facto de não se encontrar facilmente uma restrição temporal ou situacional

[129] Ou pede uma confirmação sobre uma situação que estava em dúvida, como em (118b).
[130] O advérbio *jamais* tem um significado e um uso semelhantes aos de *nunca*, mas é estilisticamente mais marcado.

implícita que se possa associar a *sempre* (comparar com *a Maria vai sempre a Madrid* {*no verão*/*quando tira férias*}. Tal problema não surge na frase com *nunca*, à qual se associa naturalmente a paráfrase 'não existe qualquer período da sua vida em que a Maria vá a Madrid' (ou o equivalente 'para todo e qualquer período da sua vida, a Maria não vai a Madrid nesse período').

Com efeitos expressivos, *nunca* pode coocorrer com *não* (cf. 33.5.11 e Cap. 14) na mesma frase, embora sem alteração do significado básico da frase correspondente apenas com *nunca*; nesse caso, *não* ocupa a posição no início do sintagma verbal e *nunca* uma posição integrada pós-verbal (cf. *a Maria não vai nunca a Madrid*), incluindo a posição entre um verbo auxiliar e o verbo pleno (cf. *a Maria não tinha nunca ido a Madrid*).

Para finalizar, fazemos algumas observações sobre a locução adverbial *nunca mais*, cujo uso se exemplifica em (119)[131]:

(119) a. A Maria *nunca mais* vai/foi a Madrid.
b. Desde que teve um acidente, a Idalina *nunca mais* conduziu um carro.

Nestas frases, *nunca* continua a funcionar como um quantificador existencial negado; a presença de *mais*, no entanto, obriga à introdução de um tempo de referência que atua como uma fronteira para a aplicabilidade de *nunca*: nomeadamente, *nunca* aplica-se sobre períodos temporais depois desse tempo de referência, mas não sobre períodos temporais antes dele. O tempo de referência pode ser a própria enunciação, como no exemplo (119a) com o verbo no presente do indicativo; pode ser um momento não expresso, mas recuperável a partir do contexto discursivo, como em (119a) com o verbo no pretérito perfeito; pode ser ainda o momento em que ocorre uma situação expressa por um adjunto adverbial com conteúdo temporal, como em (119b) (o momento do acidente).

Assim, em (119a) com o verbo no presente do indicativo, diz-se que a partir do momento da enunciação, não haverá qualquer período temporal (ou ocasião) em que a Maria vá a Madrid (de forma equivalente, para todos os períodos temporais posteriores à enunciação, a Maria não vai a Madrid). No entanto, antes da enunciação, pressupõe-se que a Maria ia a Madrid. Aplicam-se considerações semelhantes a (119a) com o verbo no pretérito perfeito, com a diferença de que o tempo de referência é agora um momento passado, recuperável contextualmente. Em (119b), por sua vez, diz-se que, depois do seu acidente, não houve qualquer ocasião em que a Idalina tivesse conduzido um carro, mas pressupõe-se que, antes do acidente, ela conduzia.

A fronteira estabelecida pelo tempo de referência implica a paragem de uma situação ou de uma iteração de situações. Por este motivo, o conteúdo das frases com *nunca mais* pode ser expresso por frases com o verbo aspetual cessativo *deixar* (cf. Cap. 17): cf. *a Maria deixou de ir a Madrid*, *a Idalina deixou de conduzir um carro*.

Tal como *nunca*, *nunca mais* pode coocorrer com *não* na mesma frase, numa combinação igualmente pleonástica; cf. *a Maria não vai*/*foi nunca mais a Madrid*; ?*desde que teve um acidente, a Idalina não conduziu nunca mais um carro*.

[131] Em frases com um tempo verbal imperfectivo (em particular, o presente), a locução *nunca mais* tem outra leitura, na qual se assinala que uma situação esperada tarda em acontecer: cf. *o bébé nunca mais nasce*, *nunca mais ficas bom* (cf. 33.5.6.1).

33.5.6 Advérbios aspetuais

Nesta secção, analisamos um pequeno grupo de advérbios que atuam simultaneamente nas áreas do tempo (cf. Caps. 15 e 16) e do aspeto (cf. Cap. 17)[132]: *já*, *nunca mais*, *finalmente*, *ainda* e *quase*. Estes advérbios introduzem juízos e expectativas do falante, de tipo muito variado, relativas às situações descritas pelas frases, incluindo quando deveriam ou poderiam acontecer ou ter acontecido, se realmente aconteceram e se o seu início ou finalização está iminente. Devido à complexidade dos fenómenos envolvidos, à subtileza das interpretações, ao facto de estas não serem nem constantes nem uniformes, e de dependerem em larga medida de fatores pragmáticos variáveis, torna-se difícil descrever de forma exaustiva os usos e valores destes advérbios. Nesta secção limitamo-nos, pois, a comentar, em linhas gerais, algumas das suas características semânticas mais salientes.

Ao operarem sobre pressuposições e expectativas dos interlocutores, confirmando-as ou contrariando-as, estes advérbios envolvem frequentemente uma comparação implícita entre duas situações, aquela que a frase descreve e uma situação hipotética, alternativa, que corresponde à situação idealizada ou esperada pelos interlocutores. Sempre que for pertinente, descrevemos essas situações e explicitamos as suas diferenças.

33.5.6.1 *Já*, *finalmente* e *nunca mais*[133]

Quando o tempo verbal da frase é imperfectivo, o uso do advérbio *já* assinala que uma situação em curso – aspetualmente um estado episódico ou um evento durativo – teve início num momento anterior à enunciação[134]:

(120) a. A Maria *já* frequenta a universidade.
b. Os pintores *já* estão a trabalhar.
c. A Clara *já* está a fazer os trabalhos de casa.

Em frases com tempos perfectivos, que representam situações concluídas, o advérbio assinala que a situação, globalmente, teve lugar num momento anterior à enunciação. Neste caso, o advérbio pode ocorrer em frases que representam qualquer tipo de evento, incluindo eventos pontuais, não durativos (cf. Cap. 17), que podem consistir no começo ou no termo de uma atividade, como em (121e):

(121) a. O bebé *já* nasceu.
b. Portugal *já* marcou um golo.
c. A Maria *já* leu *Guerra e Paz*.
d. Eles *já* chegaram à estação.
e. A Clara *já* {começou a/acabou de} fazer os trabalhos de casa.

---

[132] Ao classificar estes advérbios como aspetuais, seguimos a terminologia mais consensual entre os linguistas.

[133] O advérbio *já* também pode ter um valor de localização temporal (cf. *a Maria serve já o jantar*), assinalando que uma situação terá lugar num momento posterior, mas próximo da enunciação (cf. 33.5.3.2.2); sobre o uso de *nunca mais* como quantificador temporal negado, cf. 33.5.5.

[134] Limitamo-nos aqui a exemplificar com o presente, que toma como tempo de referência a enunciação. Com o imperfeito do indicativo, o tempo de referência ou é recuperado contextualmente ou é introduzido por um adjunto adverbial com conteúdo temporal (cf., por exemplo, *quando eu cheguei, os pintores já estavam a trabalhar* e o Cap. 15).

O uso de *já* implica que os interlocutores têm alguma expectativa, prévia à produção do enunciado, de que a situação vai ou pode acontecer[135]. Trata-se, pois, da confirmação de uma expectativa, servindo o advérbio para demarcar a nova situação descrita pela frase de uma situação anterior em que esse estado de coisas ainda não existia – ou seja, o advérbio incide sobre a parte inicial da nova situação.

Em contrapartida, numa frase em que se descreve uma situação não esperada pelos interlocutores, correspondente a informação completamente nova no universo do discurso, o uso de *já* resulta estranho. Assim, se eu quiser informar alguém de que o Presidente da República se encontra neste momento a fazer um discurso não anunciado, que ninguém esperava e que nenhuma circunstância externa parecia motivar, seria inadequado dizer *o Presidente da República já está a discursar*. A ocorrência do advérbio só seria justificada se houvesse uma expectativa dos interlocutores de que o Presidente iria, ou poderia, efetivamente discursar[136].

Por essa razão, em textos jornalísticos, as notícias completamente novas, que não correspondam a qualquer expectativa plausível, não podem ser expressas utilizando o advérbio *já*. Suponha-se que, insolitamente, aparece um vulcão na Serra da Estrela. Essa notícia poderia ser dada pelo título *apareceu um vulcão na Serra da Estrela*, mas seria no mínimo estranho noticiar o evento pelo título *já apareceu um vulcão na Serra da Estrela*. Em contrapartida, essa frase poderia fazer sentido para a comunidade dos geólogos, caso aceitassem uma teoria na qual a ocorrência do evento tivesse algum grau de probabilidade.

Por vezes, o uso de *já* exprime uma expectativa do falante – e que este espera seja partilhada pelo seu interlocutor (cf. Nota 136) – de que o momento em que ocorre a situação (ou o seu momento inicial, quando o verbo é imperfectivo) não é o esperado – ou seja, a expectativa dos interlocutores era de que tivesse sido antes ou depois. Esta leitura, contudo, não é fácil de identificar, e depende muito de fatores pragmáticos, incluindo avaliações subjetivas dos interlocutores sobre a situação e os seus participantes.

Exemplifiquemos com (121a). Esse enunciado poderia ser dito quer numa situação em que se esperava que o bebé nasceria mais cedo (e em que o uso de *já* manifesta, possivelmente, alívio e contentamento), quer numa situação em que se esperava que o bebé nasceria mais tarde (e em que o uso de *já* manifesta, possivelmente, surpresa ou apreensão). Na primeira leitura, (121a) pode ser seguido por *não era sem tempo!*, e, na segunda, por *tão cedo?* ou *ena, foi rápido!*

O primeiro tipo de leitura – em que a expectativa dos interlocutores é de que a situação deveria ter ocorrido antes de um determinado momento – pode ser veiculado de forma mais explícita pelo advérbio *finalmente* e pela locução *por fim*, que podem ser usados em vez de *já* ou conjuntamente com este advérbio:

---

[135] Por vezes basta, para legitimar o uso de *já*, que as circunstâncias gerais que se associam a uma situação estejam "ativas" no universo do discurso, quer porque foram mencionadas antes explicitamente, quer porque fazem parte do conhecimento partilhado dos interlocutores sobre o mundo que os rodeia – as possibilidades são múltiplas.

[136] Quando apenas o falante tem a expectativa, mas não o seu interlocutor, este poderá reagir com surpresa ao uso de uma frase com este advérbio. Para continuar com o exemplo do texto, o interlocutor poderia retorquir algo como *o Presidente está a fazer um discurso? Não fazia a menor ideia de que ia discursar hoje*. Ou seja, o uso adequado de *já* implica não só uma expectativa do falante, mas também a pressuposição da parte deste de que o seu interlocutor tenha uma expectativa similar.

cf. {*finalmente*/*por fim*}, *o bebé* (*já*) *nasceu*. O tipo de situação que torna estes enunciados adequados – ou seja, algo que acontece mais tarde do que se esperava – é usualmente precedido por um período durante o qual os interlocutores têm uma expectativa forte de que a situação ocorra em qualquer momento, mas esse momento vai sendo adiado. Essa expectativa adiada, e a frustração que a acompanha, é bem expressa pela locução *nunca mais*: cf. *o bebé nunca mais nasce!*

O outro tipo de expectativa que pode acompanhar o uso de *já* – de que a situação descrita pela frase (ou o seu início, se o tempo verbal for imperfectivo) deveria ocorrer mais tarde do que o momento em que efetivamente ocorre, pode ser exemplificada por enunciados como *estamos em novembro e já se vendem árvores de Natal!* Neste caso, é o nosso conhecimento partilhado de que as árvores de Natal se vendem apropriadamente apenas na época natalícia que motiva o uso de *já* para marcar que o início da situação descrita pela segunda oração começou mais cedo do que aquilo que os interlocutores esperavam.

Embora menos comum, *já* pode ter um uso semelhante ao dos advérbios focalizadores analisados em 33.5.10, servindo para contrastar uma entidade A com outra entidade B relativamente à maneira como o falante encara a participação da entidade A numa determinada situação, em comparação com B. A perspetiva do falante, por sua vez, pode ser positiva ou negativa: cf., para a primeira possibilidade, *esse advogado não te vai resolver o problema; já aquele outro advogado com quem falaste no outro dia, parece-me a pessoa certa para resolver a questão*; e, para a segunda, *O Pedro estuda bastante e vai certamente passar no exame! Já a Maria, é outra história, preguiçosa como é!*

33.5.6.2 *Ainda*

Em frases com tempos imperfectivos e que denotam situações episódicas ou eventos durativos no seu decurso, o advérbio *ainda* assinala que a situação descrita pela frase subsiste, introduzindo simultaneamente uma pressuposição dos interlocutores de que já poderia ou deveria ter terminado, e a expectativa de que terminará nalgum momento futuro:

(122) a. A Maria *ainda* frequenta a universidade.
b. Os pintores *ainda* estão a trabalhar.
c. A Clara *ainda* está a fazer os trabalhos de casa.

Em frases com tempos perfectivos e que representam situações concluídas, este advérbio assinala que a situação descrita pela frase ocorreu, mas no limite final de um determinado momento ou intervalo, por vezes contra as expectativas dos interlocutores, que ou esperavam que a situação só ocorresse depois desse intervalo (cf. (123a)) ou já não esperavam de todo que ocorresse, quando esse intervalo é reduzido (cf. (123b,c)):

(123) a. O bebé *ainda* nasceu hoje.
b. Portugal *ainda* marcou um golo mesmo no fim do jogo.
c. Eles *ainda* chegaram à estação a tempo de apanhar o comboio.

De forma semelhante, com um tempo semântico futuro, o uso do advérbio indica a expectativa dos interlocutores de que a situação descrita pela frase se realizará no limite final de um determinado momento ou intervalo futuro, mau

grado a falta de tempo ou outros possíveis obstáculos que se possam antever: cf. *o bebé ainda nasce hoje*, *Portugal ainda vai marcar um golo*, *eles ainda vão chegar a tempo de apanhar o comboio*, *a Maria ainda vai ler Guerra e Paz*.

33.5.6.3 *Ainda não* e *já não*

A negação lógica de *já* e *ainda* corresponde a uma locução em que se usa o outro advérbio deste par em combinação com o operador de negação *não* (cf. Cap. 14); ou seja, a negação de *já* é *ainda não* e a negação de *ainda* é *já não*. Assim, p.e., a frase *não é verdade que os pintores já estejam a trabalhar* é equivalente à frase (*é verdade que*) *os pintores ainda não estão a trabalhar*, e a frase *não é verdade que os pintores ainda estejam a trabalhar* é equivalente à frase (*é verdade que*) *os pintores já não estão a trabalhar*. De modo semelhante, *não é verdade que o bebé já nasceu* é equivalente a (*é verdade que*) *o bebé ainda não nasceu* e *não é verdade que o bebé ainda nasça hoje* é equivalente a (*é verdade que*) *o bebé já não nasce hoje*.

Com tempos imperfectivos (cf. *os pintores já não estão a trabalhar*), *já não* assinala o termo de uma situação durativa, sendo usado também, em certos casos, quando existe a expectativa de um ou ambos os interlocutores de que a situação poderia ou deveria ter-se prolongado para além do seu limite. Nesse caso, por vezes, *já não* é empregado em diálogos precisamente para contrariar essa expectativa:

(124) A – A Maria *ainda* frequenta a universidade, não frequenta?
B – Não, a Maria *já não* frequenta a universidade.

Inversamente, *ainda não* (cf. *os pintores ainda não estão a trabalhar*) pode ser usado para contrariar a expectativa veiculada por uma frase com *já* (cf. *os pintores já estão a trabalhar*), assinalando que a transição entre o começo da situação descrita por essa frase (com *já*) e uma situação anterior (ver a discussão de (121)) ainda não teve lugar, mas é esperada pelos interlocutores.

33.5.6.4 *Quase*

Em frases com tempos imperfectivos que denotam situações em curso no momento da enunciação, *quase* representa um processo durativo que está na iminência de chegar a uma culminação – ou seja, a uma finalização. Essa culminação pode consistir na realização de uma situação pontual (cf. (125)) ou no início ou na finalização de uma situação durativa (cf. (126) e (127), respetivamente)[137]. Nestes dois últimos casos, o advérbio é tipicamente usado em combinação com os operadores verbais aspetuais *começar a* e *acabar de*, que marcam, respetivamente, o início e o fim de situações durativas. Por representar um processo durativo em curso na iminência de desembocar numa culminação, *quase* usa-se tipicamente com a perífrase verbal progressiva *estar a*, que representa uma situação em progresso (cf. Cap. 29):

(125) a. O Pedro está *quase* a entrar em casa.
b. O bebé está *quase* a nascer.
c. O atleta está *quase* a desistir da corrida.

[137] Sobre as noções aspetuais invocadas nesta subsecção, cf. Cap. 17. Nos exemplos (a) e (b) de (126) e (127), a situação cujo termo ou início se descreve é expressa através de um nome que tem aqui uma interpretação eventiva – *banho* e *exercícios*, respetivamente (cf. Cap. 27.1).

(126) a. O Pedro está *quase* a começar o seu banho.
b. A Luísa está *quase* a começar os seus exercícios matinais.
c. A Maria está *quase* a começar a ler Guerra e Paz.

(127) a. O Pedro está *quase* a acabar o seu banho.
b. A Luísa está *quase* a acabar os seus exercícios matinais.
c. A Maria está *quase* a acabar de ler Guerra e Paz.

O advérbio *quase* pode também ocorrer em orações – na sua maioria copulativas – com predicadores não verbais, desde que a situação representada pelo predicado sem o advérbio possa ser perspetivada como um estado que resulta de um processo durativo:

(128) a. O tanque está *quase* cheio.
b. A Josefa está *quase* falida.
c. Ele está *quase* professor catedrático.
d. Ele tem *quase* assegurado o lugar de ministro.[138]

Quando o verbo está num tempo perfectivo e a frase representa uma situação concluída, infere-se do uso de *quase* que a situação pontual denotada pelo predicado (incluindo aqui o início ou a finalização da situação durativa), embora tenha estado na iminência de efetivar-se, não teve na realidade lugar. Ou seja, essas frases implicam estritamente as frases negativas correspondentes sem o advérbio:

(129) a. O bebé *quase* nasceu hoje.
b. O atleta *quase* desistiu da corrida.
c. Os operários *quase* começaram a construir a casa.
d. A Maria *quase* acabou de ler Guerra e Paz.

Assim, (129a) implica que o bebé não nasceu hoje, (129b), que o atleta não desistiu da corrida, (129c), que os operários não começaram a construir a casa e (129d), que a Maria não acabou de ler Guerra e Paz.

De modo semelhante, *quase* também ocorre em orações perfectivas com predicadores não verbais, com a mesma inferência negativa, ocorrendo *ficar* em vez de *estar* quando a oração é copulativa:

(130) a. O tanque ficou *quase* cheio.
b. A Josefa ficou *quase* falida.
c. Ele ficou *quase* professor catedrático.
d. Ele teve *quase* assegurado o lugar de ministro.

Com predicados que denotam processos culminados – eventos durativos com um fim intrínseco, como ler um livro, construir uma casa ou ir até um determinado lugar (cf. Cap. 17) –, alguns falantes detetam uma ambiguidade em frases perfectivas com *quase* nas quais não ocorrem os operadores verbais aspetuais *começar a* ou *acabar de*:

[138] Este exemplo ilustra a construção "resultativa" analisada nas Caixas [3] e [17] do Cap. 29: o particípio (*assegurado*) e o sintagma nominal seguinte (*o lugar de ministro*) formam uma predicação secundária – tendo como sujeito semântico o SN em posição final – selecionada pelo verbo *ter* (cf. Cap. 30).

(131) a. Os operários *quase* construíram a casa.
b. A Maria *quase* leu Guerra e Paz.
c. O Pedro *quase* foi até à estação.

Assim, para esses falantes, estas frases podem significar que o processo nem sequer começou, embora tenha sido iminente – em (131b), p.e., a Maria nem sequer começou a ler o livro de Tolstoi –, ou que o processo começou, mas não terminou, embora tenha estado próximo da sua finalização – em (131b), p.e., que a Maria começou, mas não terminou completamente o livro[139].

Quando se combina com a perífrase verbal progressiva, *quase* ocorre numa posição integrada, entre o verbo auxiliar *estar* e a preposição *a* por ele regida (cf. (125)-(127)). Na ausência de perífrase verbal, *quase* ocorre em posição integrada, no início do sintagma verbal, antes do verbo pleno (cf. (129) e (131)). Em frases copulativas com o verbo *estar*, *quase* ocorre também preferencialmente depois do verbo (cf. (128))[140], tal como nas frases com a perífrase verbal. Com o verbo de cópula *ficar*, *quase*, para além de ocorrer em posição pós-verbal (cf. (130)), também pode ocorrer em posição pré-verbal: cf. *o tanque quase ficou cheio*, *ele quase ficou professor catedrático*.

Com um tempo verbal perfectivo, existe uma construção alternativa em que *quase* ocorre em combinação com a conjunção-complementador *que* (cf. Cap. 36) no início do sintagma verbal[141]:

(132) a. Os operários *quase que* começaram a construir a casa.
b. Ele *quase que* atropelou o gato.
c. O atleta *quase que* desistiu da corrida.
d. A Josefa *quase que* ficou falida.

33.5.7 Os advérbios *mal* e *bem* em posição pré-verbal

Nos usos que aqui descrevemos, os advérbios *mal* e *bem* ocorrem estritamente no início do sintagma verbal, numa posição integrada[142]. O advérbio *mal* é usado para expressar que a situação descrita numa frase não se realiza na sua plenitude, ou que se encontra aquém de um limiar considerado pelo falante como adequado para justificar completamente o uso do predicado da frase. Frequentemente, o advérbio

[139] Com o verbo *ir*, o advérbio pode ocorrer em posição pós-verbal (cf. *o Pedro foi quase até à estação*), perdendo-se a ambiguidade: neste caso, a frase significa que o Pedro iniciou o processo, mas não o terminou. Da mesma forma, quando *quase* se combina com o quantificador adjetival *todo*, e ambos se incluem no sintagma que denota a entidade afetada num processo culminado, só esta interpretação é possível: cf. *os operários construíram* [*a casa quase toda*], *a Maria leu* [*Guerra e Paz quase todo*].

[140] Em (128), não se pode excluir que o advérbio se combine com o constituinte predicativo (cf. Cap. 30), formando com ele um novo constituinte. Em contextos atributivos, essas combinações formam claramente um constituinte: cf. *um tanque quase cheio atraía os pássaros*, *uma empresa quase falida despediu os seus trabalhadores*, *o quase professor catedrático nem dormia*, *o João sonhava com o lugar de ministro*, *quase assegurado*.

[141] Para alguns falantes, são marginalmente possíveis frases – sobretudo quando o verbo está no imperfeito do indicativo – em que *quase que* ocorre em posição inicial: cf. ?*quase que os operários começavam a construir a casa*, ?*quase que ele atropelava o gato*.

[142] Estes advérbios também têm um valor de modo (cf. *a Maria cozinha mal/bem* e 33.5.1); *mal* pode também ser uma conjunção de subordinação temporal (cf. *mal chegou a casa, a Maria foi cozinhar*; cf. o Apêndice a este capítulo e o Cap. 38). Sobre o uso aqui descrito destes dois advérbios, cf. também o Cap. 42.1.3.3. e 42.1.3.4.

introduz um juízo do falante, de natureza modal deôntica ou de necessidade externa (cf. Cap. 18), sobre aquilo que deveria realmente acontecer. Esse juízo pode ser expresso (cf. as sequências em itálico de (133b,e)), mas na maior parte das vezes é apenas implícito ((133c) = (61a) do Cap. 42):

(133) a. Quando a minha prima esteve em Lisboa, eu *mal* a vi.
b. A Maria *mal* almoçou. Assim vai ficar doente. *Tem de comer mais*.
c. O Maurício *mal* trabalha. Chega ao meio-dia e sai a seguir ao almoço.
d. O Manel *mal* esteve na Faculdade; foi ao bar namorar as miúdas e não assistiu a uma só aula.
e. Os livros *mal* cabem na tua estante. *Assim não pode ser*. Tens de comprar uma nova.

Em (133a), o juízo implícito do falante é que deveria ter visto mais a sua prima; em (133c), que o Maurício deveria trabalhar mais; em (133d), que o Manel deveria ter estado mais tempo na Faculdade (e assistido às aulas). Por sua vez, em (133b), o juízo, expresso, é que a Maria tem de comer mais, e, em (133e), que a estante deveria ser maior (expresso indiretamente na frase *assim não pode ser*).

Gramaticalmente, o advérbio *mal*, com este valor, comporta-se como um operador negativo, o que se confirma pela possibilidade de ocorrer com expressões de polaridade negativa como *levantar um dedo* ou *pregar olho* (cf. *ele mal levantou um dedo* ou *na noite passada, mal preguei olho* e Cap. 14.4.2).

Em frases que representam atividades, o advérbio *bem*, por sua vez, veicula um juízo enfático do falante de que a entidade representada pelo sujeito se empenha ou empenhou efetivamente na atividade descrita, possivelmente de forma repetitiva e talvez mais do que o normal, mas sem obter os resultados esperados ou previstos, mau grado todo o esforço despendido: cf. *ela bem corre todas as manhãs, mas não consegue emagrecer!*; *a Joana bem estuda, mas só tem notas negativas*; *a Maria bem leu Guerra e Paz, mas não percebeu patavina da história*.

Com verbos de conhecimento, declarativos ou de crença, *bem* tem um valor confirmativo: cf. *eu bem dizia/sabia que as coisas não iam ficar assim*! *Bem me pareceu que ia chover esta tarde!*

Nestes usos, *mal* e *bem* ocorrem em posição integrada, estritamente no início do sintagma verbal.

33.5.8 Advérbios quantificacionais

Os **advérbios quantificacionais** pertencem à classe semântica geral dos **quantificadores**. Devido à sua heterogeneidade, tanto sintática como semântica, esta classe é tratada em vários capítulos da Gramática[143]. Nesta subsecção, limitamo-nos a discutir de forma muito geral os advérbios quantificacionais que funcionam como especificadores de outras classes, nomeadamente de adjetivos, de (outros) advérbios e de verbos. Esses advérbios são os seguintes:

[143] Para referência do leitor, esses capítulos são os seguintes: Caps. 11.2.1, 20.3.4, 21.5, 24, 31.1.1, 31.3, 33.3.1.3, 33.3.2, 33.5.5 e 40. Sobre os advérbios quantificacionais em particular, cf. Caps. 31.1.1, 31.3, 33.3.1.3, 33.3.2, 33.5.5 e 40.

❖ *assaz*, *bastante*, *completamente*, *demasiadamente*, *demasiado*, *duplamente*, *excessivamente*, *imenso*, *ligeiramente*, *mais*, *menos*, *muito*, *nada*, *pouco*, *quanto*, *quão*, *tanto*, *tão*, *um pouco*, *um tanto*

A esta lista deve acrescentar-se uma série de formas derivadas de adjetivos avaliativos ou qualificativos (cf. Cap. 31.2), que podem ser usadas metaforicamente para exprimir o grau de uma propriedade escalar: cf., entre outros, *altamente*, *extraordinariamente*, *fortemente*, *robustamente*, *torrencialmente* (cf. *o tanque está extraordinariamente cheio*, *chove torrencialmente*). Também os advérbios de modo *bem* e *mal* podem ter um sentido quantificacional quando se combinam com particípios escalares: cf. *o tanque está bem*/*mal cheio*, *a sopa ficou bem*/*mal aquecida*, *o peixe ficou bem*/*mal cozido*; em contrapartida, especificando adjetivos ou advérbios, apenas *bem* é permitido, veiculando também, tipicamente, uma avaliação subjetiva do falante: cf. eles *estão bem*/**mal velhos*, *gosto da sopa bem*/**mal quente*, *a Joana chega sempre bem*/**mal cedo*.

Como o seu nome indica, os quantificadores servem para contar entidades ou eventos (cf., respetivamente, (134a) e (134e)), para medir a quantidade de uma substância (cf. (134b)) ou a variação quantitativa – o grau – de uma propriedade escalar (cf. (134c,d))[144]:

(134) a. O Pedro comprou {*poucos*/*muitos*/*bastantes*/*cinco*} livros.
b. O Pedro bebe *bastante*/*pouco vinho* às refeições.
c. O tanque está *muito* cheio.
d. O Vettel vai *muito* devagar.
e. A Maria viaja *muito*.

Gramaticalmente, os quantificadores assumem uma forma adjetival quando quantificam sobre entidades representadas por nomes, no interior de um sintagma nominal (cf. (134a,b)), e uma forma adverbial quando quantificam sobre propriedades representadas por adjetivos ou advérbios, ou sobre eventos representados por verbos; ou seja, no interior de sintagmas adjetivais, adverbiais ou verbais (cf., respetivamente, (134c), (134d) e (134e)).

Quando são adjetivais, os quantificadores apresentam variação em número e em género[145], concordando com o nome sobre o qual quantificam. Quando são adverbiais, os quantificadores são morfologicamente invariáveis[146]. Esta dualidade no seu comportamento gramatical é particularmente visível nos quantificadores com uma versão adjetival e outra adverbial formadas pelo mesmo radical: *bastante*, *imenso*, *muito*, *pouco*, *tanto*: cf., por exemplo, o contraste entre *a Maria vai* [*muitas vezes*] *a Madrid* (o quantificador é um adjetivo: ocorre no interior de um sintagma nominal e concorda com o nome quantificado *vezes*) e *a Maria vai muito a Madrid* (o quantificador é um advérbio: ocorre no interior de um sintagma verbal, quantificando uma expressão verbal, e é morfologicamente invariável).

Neste grupo, o quantificador *imenso* tem a particularidade de só poder ocorrer como adjetivo em sintagmas nominais (cf. *a Maria vai* [*imensas vezes*] *a Madrid*) e

[144] Em (134e), os eventos que se contam são as viagens da Maria. Sobre a contagem de entidades e a medição de substâncias, cf. Cap. 21.5; sobre o grau, cf. Caps. 31.3 e 40.
[145] Relativamente ao género, variam apenas aqueles quantificadores que não terminam no índice temático *-e*.
[146] Neste caso, terminam invariavelmente no índice temático *-o*, quando correspondem a adjetivos que variam morfologicamente em género, ou no índice temático *-e* (incluindo os advérbios em *-mente*).

como advérbio dentro do sintagma verbal (cf. *a Maria vai imenso a Madrid*), mas não como advérbio em sintagmas adjetivais ou adverbiais (cf. **esse livro é* [*imenso pesado*], **ele comportou-se* [*imenso simpaticamente*]).

Tal como os quantificadores adjetivais funcionam como especificador do nome (ou do grupo nominal), também os quantificadores adverbiais funcionam como especificador do adjetivo e do advérbio, ocorrendo à esquerda do seu elemento nuclear, como se ilustra em (135)[147]:

(135) a. Comprei [*muitos* livros (de ficção científica)].
b. Esse livro é [*bastante* pesado].
c. Eles agiram [*pouco* cuidadosamente].

No sintagma verbal, no entanto, o comportamento dos advérbios de quantificação é sintaticamente diferente. Continuando a desempenhar uma função de especificação semântica relativamente às situações representadas pelo predicado, quer como quantificadores de contagem (cf. (136a,b)), quer como quantificadores de grau (cf. (136c)), quer ainda como quantificadores de medida (cf. (136d))[148], não ocorrem normalmente à esquerda do núcleo do sintagma, como em (135), mas sim (preferencialmente) numa posição imediatamente pós-verbal[149]:

(136) a. Eu vou *pouco* ao cinema. (vs. ?*eu vou ao cinema pouco*)
b. Quando eu era novo, via *muito*/*imenso* filmes de cow-boys. (vs. ??*via filmes de cow-boys muito*/*imenso*)[150]
c. Eu gosto *tanto* da Maria! (vs. ??*eu gosto da Maria tanto!*)
d. Eu trabalhei *bastante* com o Luís. (vs. ?*eu trabalhei com o Luís bastante*)

A ocorrência destes advérbios à esquerda do núcleo verbal produz resultados variados, mas mesmo quando é possível, requer uma prosódia ou um acento especial, que realçam a informação quantitativa. O advérbio que aceita melhor essa posição é *pouco* (cf. (137a)), seguido de *muito* e de *tanto*, que requerem uma prosódia mais marcada (cf. (137b,c)), adquirindo os enunciados um valor praticamente exclamativo; com *imenso*, a posição à esquerda do verbo não é possível (cf. (137d))[151]:

(137) a. Eu *pouco* vou ao cinema.
b. ?Quando eu era novo, *muito* via filmes de cow-boys!
c. Vejam só como a Maria me tratou! E eu que *tanto* gostava dela!
d. *Eu *imenso* trabalhei com o Luís.

---

147 Esse elemento nuclear pode combinar-se com complementos ou modificadores; nesse caso, é o constituinte resultante que é especificado pelo quantificador: cf. (135a) ou ainda *a Maria é* [*muito fiel ao seu marido*].

148 A leitura mais natural do advérbio em (136d) parece ser a que mede a quantidade de tempo que durou o trabalho; eventualmente, alguns falantes poderão obter uma leitura de quantificação de contagem, na qual se contam sessões de trabalho, ou uma leitura de grau, na qual se representa a intensidade do esforço.

149 Esta posição é favorecida por palavras ou expressões curtas, como são estes advérbios; sobre esta questão, cf. Nota 84 e o Cap. 36.8.

150 Compare-se (136b) com *eu via muitos*/*imensos filmes de cow-boys*, com um quantificador adjetival quantificando sobre o grupo nominal e não sobre eventos de ver filmes de cow-boys; o conteúdo proposicional das duas frases é praticamente equivalente.

151 Com *bastante*, existe variação entre os falantes, e o leitor poderá avaliar por si: cf. *eu bastante trabalhei com o Luís*.

33.5.9 Advérbios avaliativos

Os advérbios avaliativos formam um conjunto semanticamente heterogéneo. Partilham, no entanto, a propriedade de exprimir avaliações do falante – quando ocorrem em frases simples ou na oração principal de frases complexas (cf. Cap. 11) – sobre a situação descrita pelas frases e sobre aspetos da própria situação de enunciação, incluindo atitudes do falante e exortações feitas por este ao seu interlocutor. Outra propriedade comum a todos estes advérbios (e a outros adjuntos adverbiais preposicionais com valores semelhantes) é o facto de ocorrerem em posições periféricas das frases ou orações a que estão associados (cf., por exemplo, *felizmente, a reunião correu bem*).

Em estruturas de subordinação completiva finita em que o predicador principal é um verbo declarativo ou de crença (cf. Cap. 36.6.1.1), alguns destes advérbios podem exprimir uma avaliação da responsabilidade da entidade representada pelo sujeito da oração principal – quem fala ou quem pensa. Ocorrem então na oração subordinada, em posição periférica, seguindo-se ao complementador *que*: cf., por exemplo, *o diretor anunciou que, felizmente, a reunião tinha corrido bem*. Neste exemplo, a responsabilidade da avaliação veiculada pelo advérbio é do diretor[152].

Apresentamos a seguir uma classificação dos advérbios avaliativos. Dada a enorme variedade semântica dos juízos que o falante pode emitir sobre aquilo que diz ou sobre as circunstâncias da enunciação, qualquer proposta de classificação destes advérbios envolve sempre algum grau de subjetividade, algo que o leitor deverá ter em conta.

Advérbios avaliativos da situação

Estes advérbios introduzem uma avaliação do falante sobre a situação descrita na frase, considerada na sua globalidade[153]; podem ocorrer em qualquer uma das posições periféricas, embora mais naturalmente em posição inicial ou entre o sujeito e o predicado:

(138) a. *Surpreendentemente*, o prémio foi atribuído a um principiante.
b. O Pedro, *lamentavelmente*, vai ser expulso da escola.
c. O deputado do PCP não participou no debate, *estranhamente*.

Nesta classe, formada sobretudo por advérbios em *-mente*, incluem-se, entre outros, *admiravelmente*, *curiosamente*, *estranhamente*, *incrivelmente*, *inesperadamente*, *inexplicavelmente*, (*in*)*felizmente*, *lamentavelmente*, *paradoxalmente* e *surpreendentemente*, e também locuções como *para* (*grande*) *surpresa minha*, *para grande espanto meu*, e em geral os sintagmas preposicionais iniciados por *de forma* seguido de um adjetivo correspondente a um dos advérbios em *-mente* listados acima.

---

[152] A ocorrência destes advérbios em orações subordinadas também é possível com alguns verbos de conhecimento (cf. Cap. 36.6.1.1) como predicadores da oração principal: cf. *o diretor descobriu/soube que, lamentavelmente, a reunião tinha começado sem o Pedro*. Estes exemplos parecem ser ambíguos entre uma leitura em que a responsabilidade da avaliação expressa pelo advérbio é do falante e outra em que é do sujeito da oração principal. É possível que alguns falantes obtenham o mesmo tipo de ambiguidade em frases com verbos principais declarativos ou de crença.

[153] Este facto distingue-os dos advérbios de atitude do agente, que exprimem uma avaliação do falante unicamente sobre a entidade que participa na situação como agente. Sobre os motivos pelos quais não incluímos estes advérbios na classe ora em discussão, cf. 33.5.2.

Os exemplos de (138) podem ser parafraseados por estruturas complexas em que o adjetivo relacionado com o advérbio ocorre como predicador de uma oração principal, e a frase que relata a situação é uma oração subordinada com a função de sujeito – usualmente em posição final: cf. *é surpreendente* [*que o prémio tenha sido atribuído a um principiante*], *é lamentável* [*que o Pedro vá ser expulso da escola*], *é estranho* [*que o deputado do PCP não tenha participado no debate*].

Alguns advérbios avaliativos também têm um valor de modo (cf. 33.5.1), como (entre outros) *naturalmente* e *admiravelmente*: compare-se *naturalmente, vai chover* e *admiravelmente, o Pedro doou toda a sua fortuna a uma instituição de caridade*, em que os advérbios são avaliativos, com *o Zé saiu naturalmente da sala* (i.e., 'com um ar natural') e *o Pedro dançou admiravelmente com a Maria*, em que os advérbios têm valor de modo.

O facto de avaliarem globalmente a situação, não incidindo sobre o agente (cf. Nota 153), permite que estes advérbios possam ocorrer em orações impessoais, as quais não têm um sujeito argumental – logo, um agente (cf. Cap. 28):

(139) a. *Inexplicavelmente*, está a chover!
b. *Infelizmente*, está um frio de rachar!
c. *Naturalmente*, há bruxas!

Estas construções podem, assim, constituir um critério particularmente eficaz para identificar os advérbios que podem funcionar como avaliativos da situação, distinguindo-os daqueles que são exclusivamente advérbios de modo e/ou de atitude do agente, como é o caso de *cautelosamente*, *inteligentemente*, *prudentemente* e *voluntariamente* (entre outros), como mostra a estranheza de *#prudentemente/voluntariamente, está a chover!*

Como já se referiu, com verbos principais declarativos, de crença e alguns de conhecimento, estes advérbios podem também ocorrer em orações subordinadas, expressando uma avaliação do sujeito da oração principal, enquanto autor de uma declaração ou responsável por um juízo: cf. *eles acharam que o Pedro, surpreendentemente, se tinha enganado nos seus prognósticos* e *a Marta disse/anunciou que estava a chover, inexplicavelmente*.

❖ Advérbios modais e advérbios intensionais

A maioria dos advérbios modais e intensionais são formas em *-mente* derivadas de adjetivos com um valor semântico idêntico. Remetemos aqui o leitor para o Cap. 31.2.4, onde esses valores se descrevem pormenorizadamente e onde se discute explicitamente a correspondência entre esses advérbios e esses adjetivos. Também no Cap. 18.9 se discutem, de forma breve, alguns aspetos semânticos dos advérbios modais. Aqui, limitamo-nos a fazer algumas observações de natureza geral.

Os advérbios modais representam avaliações do falante relativamente às várias áreas em que se articula a modalidade: epistémica, deôntica, interna, externa e desiderativa (cf. Cap. 18).

Na área epistémica, estes advérbios exprimem uma crença do falante relativamente à probabilidade de ocorrência da situação descrita pela frase, que pode ir desde um grau de certeza absoluta até um grau de incerteza mais ou menos forte. Neste grupo incluem-se, entre outras, as formas *certamente*, *dificilmente*,

duvidosamente, *eventualmente*, *forçosamente*, *improvavelmente*, *indiscutivelmente*, *infalivelmente*, *possivelmente*, *provavelmente*, *seguramente* e as locuções *com/de certeza*, *por certo*, *sem dúvida*:

(140) a. *Seguramente*, o governo aumenta os impostos no próximo ano.
b. A Maria, *provavelmente*, vai participar na conferência de biologia.
c. Amanhã vai chover, *certamente*.

Estes advérbios ocorrem preferencialmente em posições periféricas, embora possam também aparecer em posições integradas, depois do verbo: cf. *a Maria vai provavelmente participar na conferência de biologia*, *o governo aumenta seguramente os impostos no próximo ano*.

O advérbio modal epistémico morfologicamente simples *talvez* merece um comentário à parte, por ter algumas características que o distinguem dos restantes advérbios em geral. Primeiro, pode ocorrer quer em posição inicial quer entre o sujeito e o predicado, mas com uma particularidade: essas posições são integradas, i.e., não correspondem a um grupo prosódico diferenciado do advérbio relativamente ao resto da frase (cf. 33.4.3.2); segundo, quando ocorre nessas posições, o advérbio determina o modo conjuntivo no verbo:

(141) a. *Talvez* a Maria participe na conferência de biologia.
b. A Maria *talvez* participe na conferência de biologia.

Terceiro, embora de forma mais marginal, o advérbio pode ocorrer também numa posição integrada imediatamente pós-verbal; nesse caso, no entanto, o verbo está obrigatoriamente no modo indicativo: cf. ?*a Maria participa talvez na conferência de biologia* (compare-se com a impossibilidade de **a Maria participe talvez na conferência de biologia*).

A modalidade deôntica de obrigação e de necessidade externa exprime-se pelos advérbios *forçosamente* (cf. também a locução *por força*), *necessariamente*, *inevitavelmente* e *obrigatoriamente*:

(142) a. No meu curso, os alunos fazem f*orçosamente/obrigatoriamente/necessariamente* três testes por trimestre. [modalidade deôntica]
b. *Necessariamente*, esta chuva torrencial vai causar enormes danos na agricultura. [modalidade de necessidade externa]

Finalmente, a modalidade desiderativa é expressa pelos advérbios *desejavelmente* (cf. *desejavelmente, tudo deveria ficar na mesma*) e *oxalá*; este último tem características gramaticais semelhantes às do advérbio *talvez*: ocorre em posições integradas e determina o conjuntivo no verbo da frase: cf. *oxalá a Maria participe na conferência de biologia*.

No grupo dos advérbios intensionais incluem-se as formas *alegadamente*, *aparentemente*, *presumivelmente*, *pretensamente* e *supostamente*. Estes advérbios exprimem a dúvida, da parte do falante, sobre se a proposição objetivamente veiculada pela frase (sem o advérbio) corresponde efetivamente à situação mencionada[154]; e correspondem estritamente, do ponto de vista semântico, aos adjetivos correspondentes,

[154] Nesse sentido, estes advérbios possuem também um valor modal epistémico.

os quais introduzem dúvidas sobre se o nome utilizado pelo falante para descrever uma entidade ou uma situação se lhes aplica efetivamente (cf. Cap. 31.2.4.2.4):

(143) a. *Supostamente*, ele é o assassino do Smith. (cf. *o suposto assassino do Smith*)
b. *Presumivelmente*, o réu está inocente. (cf. *a presumível inocência do réu*)
c. *Aparentemente*, contratou-se um novo professor. (cf. *a aparente contratação de um novo professor*)

❖ Advérbios que restringem o domínio do conteúdo proposicional

Em posições periféricas, alguns advérbios em *-mente*, cuja base adjetival denota conceitos abstratos, domínios do conhecimento ou áreas gerais da atividade humana, podem servir para limitar o alcance daquilo que é dito à esfera conceptual, ao domínio ou à área que denotam. Por outras palavras, a proposição expressa pela frase é apresentada como sendo verdadeira nesse domínio circunscrito, mas não necessariamente fora dele:

(144) a. *Linguisticamente*, a ordem de palavras é um fenómeno muito interessante.
b. Esta cidade, *musicalmente*, é fantástica! Há concertos fabulosos todos os dias!
c. Ele é um zero à esquerda, *cientificamente*.

É frequente estes advérbios ocorrerem seguidos da forma verbal gerundiva *falando*, formando com ela um constituinte: cf. *esta cidade, musicalmente falando, é fantástica!* Estes advérbios podem também funcionar como especificadores de adjetivos: cf. *esses produtos são* [*quimicamente perigosos*]; *a revolução de 1917 foi* [*historicamente muito importante*] (cf. Cap. 31.1).

A par destes advérbios, e com um valor semântico semelhante, encontramos adjuntos adverbiais preposicionais formados com base no substantivo *perspetiva* e na unidade nominal multilexical *ponto de vista*: cf. *numa perspetiva linguística, a ordem de palavras é um fenómeno muito interessante*; *de um ponto de vista musical, esta cidade é fantástica*. Na medida em que são expressões nominais, podem funcionar como anáforas, quando especificadas por um determinante demonstrativo, permitindo mencionar um antecedente adverbial introduzido previamente no discurso; assim, p.e., (144b) poderia ser seguido por {*nessa perspetiva*/*desse ponto de vista*}, *a cidade onde tu vives é muito menos interessante*, em que os adjuntos retomam o advérbio *musicalmente*. Veja-se também a expressão *como* + nome de profissão, de atividade ou de parentesco, que serve para avaliar indivíduos unicamente na esfera designada: cf., por exemplo, *como professor, o Pedro é excelente, mas como pai, deixa muito a desejar*.

❖ O advérbio *pessoalmente*

Quando ocorre em posição inicial, este advérbio é usado pelo falante para realçar a sua própria subjetividade enquanto fonte de um determinado juízo ou de um estado cognitivo ou afetivo no qual se encontra, e tem duas particularidades interessantes. Em primeiro lugar, é sobretudo usado em frases cujo verbo pleno denota um juízo (como *achar* ou *pensar*), um estado mental ou um processo que envolva um estado mental (como *escolher*, *interessar-se*, *optar*), ou um estado afetivo (como

adorar, *gostar*, *odiar*, *preferir*); em frases com outro tipo de verbos, *pessoalmente* causa alguma estranheza: cf. #*pessoalmente, vou ao cinema* (compare-se com *pessoalmente, prefiro ir ao cinema*) ou #*pessoalmente, comprei ontem um carro novo*, e também as frases à direita, entre parênteses, do paradigma (145).

Em segundo lugar, as frases com *pessoalmente* são muito mais aceitáveis se o falante estiver diretamente envolvido como participante na frase associada ao advérbio, o que implica que, gramaticalmente, ocorre nessas frases um pronome de 1.ª pessoa do singular. Esse pronome é geralmente nominativo (cf. (145a-c)) – i.e., com função de sujeito (podendo ser nulo) –, mas não necessariamente, dependendo da estrutura argumental do verbo. Assim, p.e., com *parecer*, que denota um estado mental, o falante pode ser expresso por um pronome dativo, visto que o argumento experienciador (cf. Cap. 11), com esse verbo, se realiza como complemento indireto (cf. (145d))[155]:

(145) a. *Pessoalmente*, (*eu*) acho/penso que a Maria é muito bonita. (compare-se com a estranheza de #*pessoalmente, a Maria é muito bonita*)
b. *Pessoalmente*, (*eu*) adoro cozido à portuguesa. (compare-se com a estranheza de #*pessoalmente, o cozido à portuguesa é uma maravilha da culinária portuguesa*)
c. *Pessoalmente*, (*eu*) interesso-*me* muito pelos assuntos de que estás a falar. (compare-se com a estranheza de #*pessoalmente, os assuntos de que estás a falar são muito interessantes*)
d. *Pessoalmente*, parece-*me* que a Idalina se enganou nas contas. (compare-se com a estranheza de #*pessoalmente, a Idalina enganou-se nas contas*)

Finalmente, este advérbio só é usado como marca subjetiva do falante individual – i.e., o advérbio não pode ser usado para marcar a subjetividade de um grupo no qual o falante se inclui. Por este motivo, o advérbio não é legitimado por um pronome de 1.ª pessoa do plural: cf. a estranheza de #*pessoalmente, achamos a Maria muito bonita*[156].

Quando o advérbio *pessoalmente* ocorre entre o sujeito e o predicado, pode representar a subjetividade da entidade representada pelo sujeito, e não já a do falante: cf. *o Pedro, pessoalmente, acha a Maria muito bonita*; *os meus filhos, pessoalmente, não estão de acordo com a programação das férias*. O mesmo acontece – relativamente ao sujeito da oração principal – quando o advérbio ocorre na posição inicial da oração subordinada de uma frase complexa cujo sujeito é correferente com o da principal: cf. *o Pedro disse que, pessoalmente, (ele) acha a Maria muito bonita*[157].

O uso do advérbio *pessoalmente* como marcador de subjetividade deve ser distinguido do uso em que reforça a identidade de um dos participantes – tipicamente o

[155] As expressões entre parênteses que seguem cada um dos exemplos mostram que *pessoalmente* não é possível quando o falante não está pessoalmente envolvido na situação, mesmo que veiculem implicitamente uma opinião ou um estado subjetivo dele. Na frase anterior, a segunda ocorrência de *pessoalmente* (sem itálico) é como advérbio de modo, não como advérbio avaliativo (cf. o texto a seguir).
[156] A 1.ª pessoa do plural só é possível se se tratar de um plural de modéstia, em que o falante se representa a si próprio.
[157] O sujeito da oração principal também pode ser correferente com o complemento indireto de um verbo do tipo de *parecer* na oração subordinada: cf. *o Pedro disse que, pessoalmente, lhe parecia que a Idalina se tinha enganado nas contas*.

agente de uma ação –, expressando um contraste com a possibilidade de esse agente ser outra pessoa: cf. *eu visitei pessoalmente o Luís*, *a Maria entregou pessoalmente o trabalho ao professor*. Neste caso, o advérbio ocorre em posição integrada, dentro do sintagma verbal, e não está restringido a incidir apenas sobre um participante de primeira pessoa, como o segundo exemplo ilustra. Finalmente, numa frase como *o documento tem de ser entregue pessoalmente ao destinatário*, *pessoalmente* tem o valor de um advérbio de modo, exprimindo meio (cf. 33.5.1).

> [14] O advérbio *pessoalmente* relaciona-se semanticamente com um grupo mais vasto de adjuntos adverbiais cujo valor consiste em identificar o responsável pelo conteúdo proposicional de uma frase. Praticamente todos estes adjuntos são sintagmas preposicionais, de que destacamos aqui dois, um formado com base na preposição *segundo* (cf. Cap. 32.9.1) e outro com base na locução prepositiva *de acordo com*, seguidos por um sintagma nominal que denota a pessoa ou entidade a quem é atribuída a responsabilidade da proposição expressa pela frase: cf. *segundo o Luís, a Maria hoje não saiu de casa*; *de acordo com o Público, o ministro das Finanças vai aumentar os impostos*.
>
> Em vez de um sintagma nominal denotando uma entidade, estes adjuntos podem ser seguidos de uma oração relativa introduzida pela locução relativa *o que* (cf. Cap. 39.3.2) cujo predicador é um verbo declarativo ou de crença: cf. *segundo o que o Luís disse/pensa, a Maria hoje não saiu de casa*; *de acordo com o que o Público escreveu, o ministro das Finanças vai aumentar os impostos*. Nestas frases, o valor semântico do antecedente implícito da locução relativa é determinado pelo próprio verbo da oração relativa como sendo declarações, juízos, ideias, etc. (consoante o verbo). Em vez da oração relativa pode ocorrer um sintagma nominal que tenha como núcleo um substantivo que exprima esse tipo de noção: cf. *segundo declarações do Público, o ministro das Finanças vai aumentar os impostos*.
>
> A preposição *segundo* pode ser usada como conjunção, introduzindo diretamente uma oração finita (não relativa) que exprime a responsabilidade do conteúdo proposicional: cf. *segundo o Luís disse/pensa, a Maria hoje não saiu de casa*.
>
> Os sintagmas adverbiais introduzidos pelo advérbio *contrariamente* selecionando uma oração relativa de antecedente implícito introduzida pela locução relativa *o que* permitem exprimir que uma determinada entidade é responsável por uma proposição tida pelo falante como falsa. Essa proposição falsa obtém-se negando a proposição veiculada pela frase associada ao adjunto: cf. *contrariamente ao que o Público escreveu, o ministro das Finanças não vai aumentar os impostos*. Ao usar o adjunto, o falante atribui ao jornal a responsabilidade da proposição 'o ministro das Finanças vai aumentar os impostos', proposição que o falante considera falsa.

❖ Advérbios que avaliam a evidência que sustenta uma proposição e advérbios que comentam sobre o valor de verdade de uma declaração ou de um pensamento de outrem

Estes grupos são constituídos por um pequeno número de advérbios em *-mente*[158]. No primeiro incluem-se *evidentemente*, *manifestamente*, *notoriamente*, *ostensivamente*, *percetivelmente* (cf. *evidentemente/manifestamente, a decisão do conselho de ministros de aumentar os impostos afetou milhões de portugueses*). Com estes

[158] Estes dois grupos são identificados e discutidos por Kovacci (1999).

advérbios, o falante faz um comentário sobre a própria evidência que justifica o conteúdo proposicional da frase, nomeadamente o facto de esta ser perfeitamente clara, acessível e do domínio público.

O segundo grupo inclui advérbios como *corretamente*, *equivocadamente*, *erradamente* e *incorretamente*, os quais são usados pelo falante para fazer um comentário subjetivo sobre o valor de verdade de uma proposição asserida por uma terceira pessoa, sob a forma de uma declaração ou de um pensamento. Por esse motivo, neste uso, esses advérbios ocorrem, em posição periférica, na oração principal de uma estrutura de subordinação cujo predicador é tipicamente um verbo declarativo ou de crença: cf. *(in)corretamente, a Maria pensa que* [*no próximo ano o governo vai aumentar os impostos*]; *erradamente, o Manel pensa que* [*toda a gente o anda a perseguir*]. Nestes exemplos, o advérbio incide sobre a proposição expressa pela oração subordinada entre parênteses, exprimindo a crença do falante de que é verdadeira (com *corretamente*) ou falsa (com *incorretamente* ou *erradamente*) – neste caso, mau grado aquilo que o sujeito da oração principal pensa. Repare-se que, noutros contextos, estes advérbios incidem sobre a atitude do agente: cf. *(in)corretamente, o professor deixou o aluno repetir o exame*, parafraseável por 'foi (in)correto da parte do professor deixar o aluno repetir o exame'.

❖ Advérbios de atitude do falante

Certos advérbios, também em *-mente*, exprimem uma atitude que o falante quer projetar para o(s) seu(s) interlocutor(es) sobre a maneira subjetiva como se relaciona com aquilo que diz ou com o próprio interlocutor. Neste caso, contrariamente ao uso de *pessoalmente*, o falante não tem de estar gramaticalmente representado na frase. Constituem exemplos advérbios como *confidencialmente*, *francamente*, *honestamente* e *sinceramente* (cf. *confidencialmente, o diretor não aprovou o teu pedido de promoção*; *honestamente, tu não tens jeito nenhum para tocar piano*). Estes advérbios ocorrem preferencialmente na posição periférica inicial da frase. Constituem alternativas preposicionais, usando a mesma base adjetival, expressões como *para falar com franqueza/sinceridade*, *para ser sincero/honesto*.

Em orações subordinadas com verbos declarativos principais, estes advérbios podem igualmente ocorrer, exprimindo a atitude do sujeito (cf. *o Pedro disse à Maria que, honestamente,* (*ele*) *não se podia comprometer com o trabalho*). Também neste caso os dois sujeitos – o da oração principal e o da subordinada – têm de ser correferentes.

❖ Advérbios de exortação ao ouvinte

Com estes advérbios, o falante exorta o ouvinte a que tenha uma determinada atitude como falante – tipicamente, que diga a verdade – ao apresentar a informação que ele, falante, lhe pede. Por este motivo, estes advérbios ocorrem em perguntas ou em atos de fala diretivos (pedidos, ordens, etc.) através dos quais o falante pede informação ao ouvinte, e são praticamente os mesmos que os advérbios de atitude do falante analisados acima (cf. *sinceramente, diz-me se o diretor me promoveu*; *honestamente, leste Guerra e Paz ou não?*) O advérbio *francamente* pode constituir uma admoestação feita pelo falante ao ouvinte por qualquer comportamento reprovável: cf. *francamente, não podes responder assim aos teus professores!*

❖ Advérbios com função metalinguística

Estes advérbios têm um valor algo semelhante ao dos advérbios que restringem o domínio do conteúdo proposicional, na medida em que apresentam uma restrição do falante relativamente àquilo que diz; diferentemente destes, no entanto, essa restrição incide não sobre o conteúdo da frase, mas sim sobre a própria forma linguística como o conteúdo é expresso. Constituem exemplos *literalmente*, *pormenorizadamente*, *resumidamente*, *sinteticamente* e *sucintamente*: cf. *resumidamente (estou cheio de pressa): a Maria dirigiu-se à escola, pegou no filho e trouxe-o para casa. Mais tarde, explico-te os pormenores!*; ou ainda, *o António chegou-se à professora e, literalmente, disse-lhe que fosse à merda!* São também usados metalinguisticamente adjuntos adverbiais preposicionais como *em poucas palavras* e *de forma breve/curta*, entre outros.

33.5.10 Advérbios focalizadores

São focalizadores os advérbios *apenas*, *até*, *mesmo*, *nem*, *só*, *também* e as formas em *-mente concretamente*, *especialmente* (também *em especial*), *exatamente*, *exclusivamente*, *inclusivamente*, *justamente*, *nomeadamente*, *particularmente* (também *em particular*), *precisamente*, *somente* e *unicamente*. Estes advérbios realçam, de formas diferentes, uma entidade ou grupo de entidades na perspetiva da sua pertença a um determinado conjunto mais vasto de elementos, que pode ser recuperado através do contexto discursivo (cf., por exemplo, *os meus melhores amigos são a Teresa, o Rui e a Isabel; gosto particularmente da Teresa*), mas que, mais frequentemente, é simplesmente pressuposto, de forma implícita, pelos interlocutores.

Nesta subsecção, discutimos particularmente um grupo destes advérbios que efetuam esse realce através de uma operação de subtração ou de adição sobre conjuntos. No primeiro caso, as entidades implícitas são subtraídas de um conjunto mais vasto, deixando-se ficar apenas as que são mencionadas no constituinte que se combina com o advérbio. As formas que efetuam este tipo de operação chamam-se **advérbios focalizadores exclusivos** (*apenas*, *exclusivamente*, *só* e *unicamente*). No segundo caso, as entidades mencionadas no constituinte que se combina com o advérbio são adicionadas a outras implícitas no contexto, resultando num conjunto mais vasto. As formas que efetuam este tipo de operação chamam-se **advérbios focalizadores inclusivos** (*até*, *inclusivamente*, *mesmo*, *também*) A forma *nem*, com um funcionamento semântico próprio, corresponde à negação de *até* e será discutida juntamente com esse advérbio[159].

33.5.10.1 Advérbios focalizadores exclusivos

Para explicar o funcionamento destes advérbios, consideremos, a título ilustrativo, o exemplo *só o Pedro e o Paulo beijaram a Maria*, com o advérbio de focalização exclusiva *só* (*apenas* tem o mesmo valor semântico). Na interpretação desta frase, pressupõe-se que há um conjunto mais vasto de indivíduos presentes no contexto da situação descrita. Podemos supor, por exemplo, que os interlocutores (a Clara e a Júlia) falam acerca de uma festa em que elas próprias estiveram presentes, mais o

[159] Sobre *nem*, cf. também Cap. 14.3.2.2 e Cap. 35.2.

Pedro, o Paulo, o Luís, a Teresa, o Rui, o António, o Zé e a Patrícia – e, assumimos, a Maria. A frase informa-nos então de que o Pedro e o Paulo beijaram a Maria e, concomitantemente, de que não beijaram a Maria nem a Clara, nem a Júlia, nem o Luís, nem a Teresa, nem o Rui, nem o António, nem o Zé nem a Patrícia. Ou seja, a função do advérbio consiste em subtrair todos esses indivíduos do conjunto mais vasto das pessoas presentes na festa e que poderiam potencialmente ter beijado a Maria, deixando ficar apenas aqueles que efetivamente a beijaram – o Pedro e o Paulo.

As entidades extraídas do conjunto mais vasto foram aqui identificadas no pequeno cenário que apresentámos, mas é importante vincar que, frequentemente, a sua existência é apenas pressuposta pelos interlocutores; ou seja, não são necessariamente mencionados ou identificados explicitamente. A informação sobre elas é usualmente dada pelo contexto discursivo mais vasto, ou adquirida pelo conhecimento que os interlocutores têm do contexto da situação descrita na frase.

Ao constituinte que representa as entidades mencionadas – as que ficam depois da operação de subtração – chama-se o **foco** (semântico) do advérbio. Na frase dada como exemplo, o foco de *só* é o sintagma nominal *o Pedro e o Paulo*, com o qual o advérbio se combina sintaticamente, formando um novo sintagma nominal (*só o Pedro e o Paulo*)[160]. Por sua vez, as entidades excluídas (no exemplo, a Clara, a Júlia, o Luís, a Teresa, o Rui, o António, o Zé e a Patrícia), que não são mencionadas no foco, formam um **conjunto complementar** do conjunto mencionado no foco. De novo, é importante realçar que, na interpretação da maioria das frases com advérbios focalizadores exclusivos, o conjunto complementar é apenas pressuposto, e não mencionado – pelo menos diretamente – na própria frase.

Os advérbios focalizadores combinam-se com grupos variados: sintagmas nominais (cf. (146a,b)), sintagmas preposicionais (cf. (146c)) e sintagmas verbais (cf. (146d-f):

(146) a. *Só o Pedro* beijou a Maria.
b. Quando foi à FNAC, a Joana comprou *apenas um livro*.
c. O Zé falou *exclusivamente com o seu professor*.[161]
d. O Pedro *só joga às cartas* – não faz mais nada.
e. A Patrícia *só é atraente*.
f. O Rui *apenas é meu sócio*.

Comentemos brevemente a interpretação destes exemplos, o que nos permitirá também especificar melhor as propriedades estruturais e semânticas destes advérbios. O exemplo (146a) já foi comentado. Em (146b), infere-se da combinação do advérbio com o sintagma nominal complemento direto que a Joana se limitou a comprar um livro, tendo ignorado – deixado de fora das suas compras – outras coisas que se podem comprar (na FNAC), como discos, outros livros, canetas, CD, computadores,

[160] Em 33.5.10.3, veremos que nem sempre o foco semântico de um advérbio de focalização corresponde ao constituinte sintático com o qual o advérbio se combina.

[161] O advérbio *exclusivamente* não se combina com um sintagma nominal sujeito em posição inicial (cf. a impossibilidade de **exclusivamente o Pedro beijou a Maria*) nem com um sintagma verbal, em posição integrada (cf. **o Pedro exclusivamente joga às cartas*). A sua combinação com um sujeito em posição pós-verbal é mais aceitável: cf. ?*beijou a Maria exclusivamente o Pedro*.

televisões, etc. Este exemplo é particularmente adequado para mostrar que, quando o foco do advérbio é um argumento da frase (cf. Cap. 11), a composição do conjunto complementar pressuposto – o das entidades subtraídas – depende das restrições de seleção impostas pelo predicador sobre esse argumento (cf. Cap. 11.5.3), e potencialmente de outras informações relevantes presentes na frase. Neste caso, o verbo *comprar* determina que o conjunto pressuposto é formado por coisas que se podem comprar (a restrição de seleção imposta pelo verbo sobre o seu complemento direto) e a oração subordinada, ao informar-nos de que as compras foram feitas na FNAC, restringe ainda mais esse conjunto, permitindo-nos inferir pragmaticamente um determinado tipo de mercadoria que se compra nessa loja (CD, livros, televisões, etc.), em detrimento de outra (como carros, motos, produtos comestíveis, etc.)[162].

O exemplo (146b) tem outra interpretação, mais restritiva do que a primeira, na qual o foco do advérbio abrange apenas a forma *um*, interpretada agora como um numeral (cf. Caps. 22 e 24). Nesta interpretação, o conjunto pressuposto consiste apenas em livros, i.e., não se considera sequer outro tipo de mercadoria; e a subtração efetuada pelo advérbio incide sobre a cardinalidade do conjunto – não foram dois, três, quatro, etc. – foi um. Nesta interpretação, podemos supor que o constituinte que se combina com o advérbio é apenas o numeral, que constitui o foco, e não o sintagma nominal na sua globalidade: *a Joana comprou apenas um livro*.

A interpretação do exemplo (146c) é que o Zé falou com o seu professor e com nenhuma pessoa do conjunto complementar pressuposto. De novo, poderíamos inventar uma história que explicitasse esse conjunto – ou seja, as pessoas excluídas –, mas não o faremos, precisamente para que o leitor compreenda que, na maior parte dos casos em que se usam estes advérbios, o conjunto complementar é realmente pressuposto; isto significa que os falantes apenas inferem da presença do advérbio que o conjunto existe, mas não têm necessariamente informação precisa sobre ele. O conjunto pode mesmo ser formado por entidades virtuais (cf. Caps. 21 e 22), que apenas existem em imaginação, ou que correspondem a expectativas do falante ou de um participante na situação representada pela frase. Considere-se, a título de exemplo, o enunciado *quando olhou pela janela, a Irene avistou apenas o seu filho*. O uso do advérbio não implica de modo nenhum que haja mais pessoas (reais) no contexto situacional, não avistadas pela Irene. É suficiente uma expectativa do falante ou da própria Irene de que outras pessoas, quem quer que elas fossem, reais ou virtuais, pudessem ser avistadas; são essas pessoas que formam o conjunto complementar pressuposto.

Nos exemplos (146d-f), o advérbio combina-se com um sintagma verbal. Neste caso, o conjunto pressuposto é constituído por situações contextualmente relevantes, que podem corresponder a qualquer um dos tipos aspetuais (cf. Cap. 17): eventos (incluindo ações), estados, vários tipos de propriedades, etc. Concretamente, em (146d), o advérbio tem como foco uma ação – jogar às cartas – e, em (146e,f), tem como foco, respetivamente, a propriedade de ser atraente e a propriedade de ser sócio (do falante).

---

[162] Em (146a), as restrições de seleção impostas pelo verbo *beijar* determinam que o conjunto pressuposto é formado por seres humanos, as entidades que podem beijar outras; e assim sucessivamente, para os restantes exemplos.

Consideremos então com mais pormenor a interpretação destes exemplos determinada pelos advérbios. Em (146d), diz-se que o Pedro joga às cartas, como atividade habitual (a frase é de tipo caracterizador, com o tempo verbal do presente do indicativo), inferindo-se implicitamente que não faz mais nada de relevante. O conjunto complementar pressuposto, neste exemplo, consiste nas atividades que o Pedro poderia praticar ou em que se poderia empenhar: estudar, trabalhar, ver televisão, passar o dia a dormir – enfim, tudo aquilo que seria relevante o Pedro fazer no contexto da situação descrita. O advérbio, de novo, procede por subtração: das possíveis atividades, excluem-se todas exceto a mencionada – jogar às cartas.

Em (146e), o falante assere que a Maria é atraente e pressupõe que não possui qualquer outra qualidade relevante. Ou seja, ser atraente é membro do conjunto das qualidades possuídas pela Maria, e nenhuma outra qualidade contextualmente relevante é membro desse conjunto – p.e., a Maria não é inteligente, não é amável, não é carinhosa –; de novo, as possibilidades são múltiplas, dependendo do contexto mais geral da situação expressa pela frase. Por sua vez, em (146f), ser sócio do falante é a única propriedade relevante que se atribui ao Rui – todas as outras são excluídas.

Os advérbios focalizadores exclusivos têm propriedades semânticas próximas – na realidade, exatamente inversas – das das partículas de exclusão *exceto*, *fora*, *menos*, *salvo* e *senão*, cuja análise semântica se faz no Cap. 35.4.2.3: cf. *encontrei todas as crianças* {*exceto*/*fora*/*menos*/*salvo*} *a Júlia*, *ninguém é capaz de me fazer rir senão a Joana e a Rita*. Estas formas, classificadas como preposições nesta Gramática (cf. Cap. 32.9.4 e as observações a seguir ao paradigma (148)), também são usadas para excluir entidades de um conjunto mais vasto, neste caso quantificado universalmente[163].

As preposições, no entanto, funcionam de forma exatamente inversa à dos advérbios focalizadores exclusivos. Enquanto estes realçam (pela positiva) as entidades particulares que participam num determinado evento ou situação e excluem todas as outras – as que formam o conjunto complementar –, as preposições realçam a participação dos membros do conjunto complementar, expresso por quantificação universal, e excluem desse conjunto entidades particulares.

Esta correspondência permite expressar a mesma situação (o mesmo conteúdo proposicional) usando quer uma preposição de exclusão quer um advérbio focalizador exclusivo, e invertendo o valor positivo ou negativo da frase, como se ilustra nos seguintes paradigmas, em que (147a) = (146a) (exemplificamos com a preposição *exceto* como representativa do grupo):

(147) a. *Só o Pedro* beijou a Maria.
b. Ninguém beijou a Maria *exceto o Pedro*. (cf. Nota 163)

(148) a. Toda a gente beijou a Maria *exceto o Pedro*.
b. *Só o Pedro* não beijou a Maria.

O motivo pelo qual *exceto*, *fora*, *menos*, *salvo* e *senão* não são classificados como advérbios reside no facto de não poderem ocorrer em combinação com um sintagma

[163] O pronome *ninguém* é equivalente a um quantificador universal associado a uma proposição negativa; p.e., *ninguém comeu bolo* significa algo como 'para toda e qualquer pessoa *x* que se considere (num determinado contexto), *x* não comeu bolo'.

verbal, mas apenas com um sintagma nominal ou com um sintagma preposicional (cf. Cap. 32): cf. a impossibilidade de **o Pedro exceto/salvo beijou a Maria* ou de **o Pedro menos/fora dançou com a Maria* (compare-se com *o Pedro só/somente beijou a Maria* ou *o Pedro apenas/unicamente dançou com a Maria*).

33.5.10.2 Advérbios focalizadores inclusivos

Os advérbios focalizadores inclusivos (*até*, *inclusivamente* e *também*) marcam a pertença de entidades a um conjunto, mas, em vez de caracterizar esse conjunto subtraindo entidades não mencionadas e deixando ficar as que são mencionadas, adicionam as entidades mencionadas a outras, implícitas, que se pressupõe estarem também incluídas no conjunto. Visto de outro modo, adiciona-se – em vez de se subtrair – o conjunto complementar das entidades não mencionadas ao conjunto dos elementos representados pelo foco:

(149) a. *Até/Também o Pedro* beijou a Maria.
b. Quando foi à FNAC, a Joana comprou *inclusivamente um livro*.[164]
c. O Zé falou *até/também com o seu professor*.
d. O Pedro *até/também joga às cartas*.
e. A Patrícia *até/também é atraente*.
f. O Rui *até/também é meu sócio*.

Assim, p.e., em (149a), adiciona-se o Pedro a um conjunto não mencionado de pessoas que beijaram a Maria – ou seja, diz-se que o Pedro também faz parte desse conjunto – e, em (149d), adiciona-se a atividade de jogar às cartas a outras, não mencionadas, que o Pedro pratica (este exemplo – e outros do mesmo tipo – tem uma leitura adicional, que se discute em 33.5.10.3)[165]. Tal como acontece com os advérbios exclusivos, ao constituinte que representa as entidades mencionadas chama-se o **foco** (semântico) do advérbio inclusivo.

O advérbio *até* distingue-se de *também* e de *inclusivamente* pelo facto de veicular a ideia de que a inclusão, no conjunto mais vasto, da entidade, da ação ou da propriedade mencionadas no foco constitui algo de inesperado ou surpreendente. Por exemplo, em (149a), o advérbio veicula implicitamente que o falante não esperava que o Pedro beijasse a Maria. Este advérbio introduz, pois, um realce adicional relativamente aos outros.

A forma *nem* é equivalente a uma frase negada com *até*, e a melhor maneira de explicar o seu funcionamento consiste em comparar diretamente frases correspondentes com um e outro advérbio[166]. Consideremos então, a título de exemplo, (149a), *até o Pedro beijou a Maria*. Como vimos, o valor de *até* consiste em adicionar a(s) entidade(s) representada(s) no foco – o Pedro, no exemplo – a um conjunto

[164] As mesmas restrições notadas na Nota 161 sobre *exclusivamente* aplicam-se também a *inclusivamente*. Em contrapartida, este advérbio pode ocorrer em posições periféricas: cf. *inclusivamente, o Pedro beijou a Maria*; *a Joana, inclusivamente, comprou um livro*; *o Pedro joga às cartas, inclusivamente*. Neste caso, o advérbio parece tomar como foco o sintagma verbal ou mesmo, quando ocorre em posição inicial, toda a frase (enquanto constituintes que denotam eventos ou estados).

[165] A interpretação dos restantes exemplos de (149) é feita nos mesmos moldes da dos exemplos de (146), excetuando a operação de adição efetuada pelos focalizadores inclusivos vs. a operação de subtração efetuada pelo focalizadores exclusivos.

[166] O advérbio *nem*, redobrado, forma a conjunção coordenativa correlativa *nem ... nem* (cf. Cap. 35.2.1).

(pressuposto) mais vasto de entidades – suponhamos, para efeitos da argumentação, que esse conjunto consiste no Paulo, no Luís e no António – que participam numa determinada situação – de beijar a Maria, neste caso. Para além disso, a inclusão do Pedro é inesperada, constituindo motivo de surpresa para o falante.

Consideremos agora a frase correspondente com *nem*, *nem o Pedro beijou a Maria*[167]. O advérbio subtrai do conjunto dos indivíduos que beijaram a Maria todos os membros presentes no contexto – deixando, portanto, um conjunto vazio –, criando concomitantemente um conjunto complementar deste – o das pessoas que não beijaram a Maria. A caracterização desse conjunto, no entanto, é feita de uma forma semelhante à de *até*: a(s) entidade(s) representada(s) pelo foco são adicionadas aos restantes elementos não mencionados desse conjunto – no nosso cenário, o Paulo, o Luís e o António. Ou seja, não beijaram a Maria todas as outras pessoas presentes no contexto, e, adicionalmente, o Pedro. Em síntese, *nem* é equivalente a *até* associado a uma frase negativa: cf. *até o Pedro não beijou a Maria*, que tem o mesmo conteúdo proposicional de *nem o Pedro beijou a Maria*.

Tal como *até*, *nem* revela surpresa da parte do falante pela inclusão da entidade representada pelo foco no conjunto em questão. Neste caso, no entanto, dadas as características de *nem*, a expectativa do falante é inversa, ou seja, é a exclusão dessa entidade do conjunto original que não é esperada. No exemplo que temos vindo a usar, o motivo de surpresa é que o Pedro não tenha beijado a Maria, mau grado a expectativa do falante de que ele o poderia ou deveria fazer.

O advérbio *nem* está sujeito à chamada **concordância negativa** (cf. Cap. 14.4.1): quando ocorre em posição pós-verbal, obriga à presença do operador de negação *não*, como se verifica nos seguintes exemplos:

(150) a. Quando foi à FNAC, a Joana não comprou *nem um livro*.
b. O Zé não falou *nem com o professor*.
c. A Patrícia não é *nem atraente*.

33.5.10.3 Ambiguidades de foco

Quando os advérbios focalizadores se combinam com sintagmas verbais que contêm complementos, podem dar origem a ambiguidade. Consideremos, a título de exemplo, as duas frases condensadas em *na festa, o Pedro só/até beijou a Maria*. Cada uma destas frases tem duas interpretações possíveis[168]. Com *só* (que manifesta mais claramente a ambiguidade em questão), numa das interpretações diz-se que, na festa em questão, a única coisa relevante que o Pedro fez foi beijar a Maria – estava tão apaixonado que não fez mais nada: p.e., não cumprimentou o dono da casa, não falou com ninguém, não comeu nada, não foi à varanda fumar um cigarro, não fez caso quando lhe disseram que tinha um telefonema à espera, etc. Neste caso, o foco semântico do advérbio é o sintagma verbal, sendo o conjunto complementar pressuposto constituído por todas as atividades que o Pedro poderia ter realizado

[167] O advérbio *nem* ocorre frequentemente combinado com os advérbios *sequer* e *mesmo*, e com a locução adverbial praticamente sinónima de *sequer*, *ao menos*, nas locuções *nem sequer/mesmo* e *nem ao menos*: cf. *nem {sequer/mesmo/ao menos} o Pedro beijou a Maria*.

[168] É importante assinalar que são necessários contextos apropriados para fazer emergir uma ou outra das leituras que se descrevem a seguir para estes exemplos. O nosso objetivo aqui é o de indicar que essas leituras são possíveis, dado um contexto apropriado.

mas não realizou. Com *até*, a interpretação correspondente a esta adiciona o ato de beijar a Maria (com a conotação de surpresa descrita para este advérbio) a outros que o João terá praticado na festa.

Nestas leituras, o foco dos advérbios coincide com o constituinte com o qual se combinam – i.e., o sintagma verbal. A estrutura dos exemplos, nestas leituras, é indicada em (151a), onde o sublinhado assinala o foco e os parênteses retos assinalam o constituinte sintático com o qual se combinam os advérbios.

Consideremos agora as leituras alternativas. Com *só*, diz-se que a única pessoa que o Pedro beijou foi a Maria, excluindo-se todas as outras pessoas presentes no contexto. Nesta interpretação, não se pressupõe nada sobre outras coisas que o Pedro possa ter feito ou não para além de beijar a Maria – diz-se apenas que a Maria foi o único recipiente da sua atividade osculatória. Na leitura correspondente com *até*, o Pedro beijou a Maria (surpreendentemente), para além de ter beijado outras pessoas. Nestas leituras, portanto, o foco semântico dos advérbios é o sintagma nominal *a Maria*, como se ilustra em (151b), com as mesmas convenções indicadas acima para (151a)[169]:

(151) a. Na festa, o Pedro *só*/*até* [*beijou a Maria*].
b. Na festa, o Pedro *só*/*até* [*beijou a Maria*].

Esta ambiguidade mostra que o constituinte com o qual os advérbios focalizadores (inclusivos e exclusivos) se combinam na estrutura sintática da frase não é necessariamente o mesmo com o qual se combinam na organização semântica (i.e., o foco). A generalização aproximada parece ser que, quando um advérbio focalizador se combina sintaticamente com um constituinte que contém outros constituintes – como o SV contém o SN complemento direto –, pode tomar como foco quer o constituinte mais vasto quer um dos constituintes nele incluídos[170], desde que ambos tenham as características semânticas apropriadas para ser um foco – i.e., desde que representem conjuntos do tipo apropriado.

O advérbio *também* tem ainda outra possibilidade interpretativa, como se ilustra no seguinte paradigma:

(152) a. A Rita também bebe.
b. A Rita também beijou o Paulo.

Nos dois exemplos, o advérbio pode tomar como foco o sintagma verbal. Nessa leitura, diz-se, em (152a), que a Rita tem o hábito de beber (presume-se bebidas alcoólicas), para além de ter outros hábitos – por exemplo, jogar, fumar, deitar-se tarde, etc.; e, em (152b), que a Rita beijou o Paulo, para além de ter feito outras coisas. Em (152b), o advérbio pode também tomar como foco o sintagma nominal *o Paulo* (cf. a discussão acima). Nessa leitura, diz-se que a Rita beijou outras pessoas, para além do Paulo.

---

[169] Ou seja, nestas leituras, as frases em discussão são equivalentes a *o Pedro beijou só*/*até a Maria*, em que os advérbios se combinam diretamente com o constituinte focalizado.

[170] Na literatura da semântica, diz-se que o advérbio tem **escopo** sobre o sintagma verbal e sobre os constituintes nele contidos (cf. também, sobre a noção de escopo, o Cap. 14, e sobre a relação estrutural de inclusão, o Cap. 11.3.4.1).

Finalmente – e esta é uma propriedade manifestada apenas por *também*, entre os advérbios focalizadores –, em ambos os exemplos, o advérbio, ainda que se combine sintaticamente com o sintagma verbal, pode tomar como foco o sintagma nominal sujeito *a Rita*. Nessa leitura, (152a) significa que a Rita, e outras pessoas não mencionadas, bebem; e (152b), que a Rita, e outras pessoas não mencionadas, beijaram o Paulo[171]. O leitor poderá verificar que os outros advérbios focalizadores morfologicamente simples não têm esta alternativa: p.e., a frase *a Rita até bebe* não pode significar a mesma coisa que a frase *até a Rita bebe*.

[15] Quando um advérbio focalizador se combina sintaticamente com um sintagma preposicional, o seu foco também não é este constituinte. A título de exemplo, considere-se a frase *o Rui falou só* [*com o professor*], em que os parênteses retos assinalam o SP com o qual se combina o advérbio *só*. O foco do advérbio – i.e., o constituinte que representa o conjunto de entidades que resulta da subtração – é o sintagma nominal *o professor*, e não o sintagma preposicional. Tem-se aqui, portanto, outro caso em que o foco não coincide com o constituinte combinado sintaticamente com o advérbio. Plausivelmente, a combinação sintática do advérbio com o sintagma preposicional, e não com o sintagma nominal que constitui o seu foco (cf. a impossibilidade de **o Rui falou com só* [*o professor*]), deve-se a motivos gramaticais: concretamente, para não quebrar a adjacência obrigatória entre a preposição e o seu complemento SN, como se discutiu no Cap. 32. De forma semelhante, em frases copulativas como (146e,f) (*a Patrícia só é atraente* e *o Rui apenas é meu sócio*) e (149e,f) (as frases correspondentes com *até* e *também*), dada a ausência de qualquer conteúdo denotativo nos verbos de cópula, pode especular-se que o foco do advérbio é o constituinte predicativo contido no sintagma verbal (cf. Cap. 30), respetivamente o adjetivo *atraente* e o grupo nominal *meu sócio*, e não todo o sintagma verbal. Parece confirmar essa hipótese o facto de os advérbios focalizadores se poderem combinar com esses constituintes também sintaticamente, como mostra a possibilidade de *a Patrícia é só atraente* e de *o Rui é apenas meu sócio*, sem alteração de significado. Em frases com verbos auxiliares, que também não têm conteúdo semântico denotativo (cf. Cap. 29), as possibilidades combinatórias destes advérbios com o sintagma verbal podem ter a mesma explicação. De facto, os advérbios podem preceder ou seguir o verbo auxiliar, como se ilustra nos seguintes paradigmas, com o auxiliar progressivo (cf. (i)), com o auxiliar perfeito (cf. (ii)) e com o auxiliar passivo (cf. (iii)):

(i) a. Os rapazes *só* estavam a manifestar-se pacificamente.
b. Os rapazes estavam *só* a manifestar-se pacificamente.

(ii) a. Os rapazes *até* se tinham manifestado pacificamente.
b. Os rapazes tinham-se *até* manifestado pacificamente.

(iii) a. A casa *também* foi pintada por dentro pelos trabalhadores – para além de ter sido caiada.
b. A casa foi *também* pintada por dentro pelos trabalhadores – para além de ter sido caiada.

[171] Nesta leitura, os exemplos de (152) são, pois, equivalentes a *também a Rita bebe* e *também a Rita beijou o Paulo*.

33.5.10.4 Outros advérbios focalizadores

Outros advérbios focalizadores servem para confirmar, particularizar ou realçar (qualitativa ou quantitativamente) a entidade ou entidades expressas pelo foco relativamente a um conjunto mais vasto no qual se incluem (introduzido anteriormente ou implícito), sem, no entanto, se efetuar qualquer operação de adição ou de subtração, como no caso dos focalizadores inclusivos e exclusivos. Este valor encontra-se em advérbios como *concretamente*, *especialmente* (também *em especial*), *exatamente*, *justamente*, *particularmente* (também *em particular*) e *precisamente*: cf. *o Zé escolheu precisamente/justamente esse livro*; *o Pedro dançou principalmente/particularmente com a Maria*, *o Zé vai viajar exatamente a três países* (este advérbio assinala que o conjunto que contém as entidades mencionadas e o conjunto implícito é o mesmo). No caso de *particularmente* e de *principalmente*, introduz-se também uma dimensão quantitativa em que se compara o foco com outros potenciais membros do conjunto implícito numa dimensão quantitativa. Assim, no exemplo acima, pressupõe-se que o Pedro dançou com outras pessoas, mas que dançou mais vezes com a Maria.

Estes advérbios combinam-se com sintagmas nominais ou preposicionais, mas não com sintagmas verbais (cf., por exemplo, a impossibilidade de **o Pedro principalmente/especialmente dançou com a Maria*). Alguns deles, no entanto, podem ocorrer em posições periféricas, tomando toda a frase como foco: cf. *pediram-me para divulgar o programa; em particular, que há financiamento para jovens investigadores*; *o Zé, justamente/precisamente, deu-me a notícia há cinco minutos*.

O advérbio *mesmo* tem um comportamento idiossincrático relativamente aos outros focalizadores. Quando se combina com um sintagma nominal ou preposicional, tem um valor inclusivo, próximo do de *até* (cf. *mesmo a Maria odeia o Zé*; *o Zé surpreendeu mesmo a Maria*; *o Pedro ofereceu um presente mesmo à Maria*). Em contrapartida, quando ocorre como constituinte imediato do sintagma verbal (cf. Cap. 11.3), adquire um valor confirmativo da situação descrita, ocorrendo obrigatoriamente numa posição imediatamente a seguir ao verbo: cf. *o Alonso ganhou mesmo a corrida, não foi boato*. Quando o advérbio ocorre depois do verbo e antes de um sintagma nominal ou preposicional, geram-se ambiguidades entre as duas leituras[172]: cf. *o Zé beijou mesmo a Maria*, *o Pedro dançou mesmo com a Maria*.

33.5.11 Os advérbios *sim* e *não*

As propriedades semânticas da negação e, em particular, do operador que veicula, por excelência, esse valor, o advérbio *não*, são detalhadamente descritas no Cap. 14. Nesta subsecção, limitamo-nos a fazer algumas observações breves sobre o uso deste advérbio e da sua contraparte afirmativa, a forma *sim*, em frases declarativas simples[173].

Comecemos por notar que existe uma assimetria flagrante, em português, na expressão simples da afirmação e da negação, no que diz respeito ao uso destes advérbios. Enquanto a negação é veiculada através de *não* em posição integrada no início do sintagma verbal, a afirmação não tem qualquer marca gramatical; em particular, *sim* não pode ser usado nessa posição:

---

[172] As leituras, no entanto, podem diferenciar-se prosodicamente.

[173] Sobre o uso de *não* em "apêndices" interrogativos (cf. *a Maria leu o livro, não leu?*; *a Maria não leu o livro, pois não?*), cf. Caps. 14.4.3 e 48.

(153) a. A Maria *não* leu Guerra e Paz.
b. A Maria leu Guerra e Paz.
c. *A Maria *sim* leu Guerra e Paz.[174]

O advérbio *não* ocorre estritamente antes do verbo finito da oração[175]. Quando ocorrem advérbios aspetuais ou focalizadores também numa posição integrada entre o sujeito e o predicado, estes precedem *não* (cf. (154a))[176]; alternativamente, se a frase contiver uma perífrase verbal, os advérbios aspetuais e focalizadores podem seguir o verbo auxiliar (cf. a parte final da Caixa [15]), o qual se interpõe entre esses advérbios e *não* (cf. (154b,c)):

(154) a. A Maria {*ainda*/*também*/*só*} não leu Guerra e Paz.
b. A Maria não tinha {*ainda*/*também*/*só*} lido Guerra e Paz.
c. Os documentos não foram {*ainda*/*também*/*só*} entregues ao ministro.

Os advérbios *sim* e *não* podem ser usados em posição periférica final para enfatizar o valor afirmativo ou negativo de uma frase declarativa, como se ilustra a seguir:

(155) a. O Eduardo entregou-me a encomenda, *sim*!
b. O Eduardo não me entregou a encomenda, *não*!

Este uso é mais comum quando apenas ocorre o verbo – que constitui o foco da afirmação – precedido de *não* quando se enfatiza a negação. Nesses casos, há frequentemente um acento contrastivo sobre o advérbio e não se faz qualquer pausa entre ele e o verbo precedente. Nos exemplos a seguir, incluímos um contexto discursivo que torna mais natural a asserção enfática:

(156) A – Tenho a certeza de que o Eduardo te entregou a encomenda.
B1 – Entregou *sim*!
B2 – Não entregou *não*!

Em posição periférica, sobretudo inicial, os advérbios servem para confirmar uma asserção positiva ou negativa feita anteriormente, ou para responder positivamente ou negativamente a uma pergunta global:

(157) A – O Pedro já almoçou./? [afirmação ou pergunta]
B – *Sim*, o Pedro já almoçou. [confirmação ou resposta]

(158) A – O Pedro ainda não almoçou. [afirmação]
B – *Não*, o Pedro ainda não almoçou. [confirmação de (158A) ou resposta negativa a (157A)]

---

[174] Em espanhol, admitem-se frases com o advérbio *sí* nesta posição, mas com uma marca de ênfase adicional: cf. *María sí leyó Guerra y Paz*.

[175] Quando há pronomes proclíticos ligados ao verbo, *não* precede o complexo formado pelo verbo e pelos pronomes: cf. *o Eduardo não me entregou os documentos* (cf. Cap. 42).

[176] Mas repare-se que *só* e *apenas*, por sua vez, podem ser negados por *não* (cf. *não só*/*apenas o Pedro beijou a Maria*). Quando o foco destes advérbios é o sintagma verbal, obtém-se então a ordem *não só*/*apenas* + verbo: cf. *a Rita não só bebe, mas*/*como também joga às cartas* (cf. Cap. 35). Nesta frase, nega-se que a(s) entidade(s) representada(s) pelo foco seja(m) as únicas que resultam da subtração efetuada pelo advérbio ao conjunto original; concomitantemente, no constituinte introduzido por *mas*/*como também*, explicitam-se as que deveriam estar igualmente incluídas no foco.

De novo, se se tratar de uma resposta, é mais comum o uso dos advérbios iniciais combinados com um fragmento frásico constituído apenas pelo foco verbal, precedido de *não* na negação: cf. *sim,* (*já*) *almoçou!* ou *não,* (*ainda*) *não almoçou!* Num estilo coloquial e quiçá pouco educado, os advérbios podem ocorrer sozinhos numa resposta (cf. *sim!* ou *não!*).

Em frases em que o sujeito é topicalizado (cf. Cap. 12), formando então um grupo melódico inicial autónomo e separado potencialmente por uma pausa do resto da frase (assinalada na escrita por uma vírgula), o advérbio *sim*, com valor confirmativo, pode ocorrer em posição periférica, entre o sujeito e o predicado (cf. (159a)), produzindo uma sequência linearmente idêntica a (153c), um exemplo marcado como não gramatical. No entanto, para além de a entoação de (153c) ser diferente da de (159a), o contraste com a frase negativa correspondente (cf. (159b)) confirma que o advérbio *sim*, em (159a), se encontra numa posição periférica, e não na posição integrada de (153c) ou na posição integrada do segundo *não* de (159b):

(159) a. A Maria, *sim*, leu Guerra e Paz.
b. A Maria, *não*, não leu Guerra e Paz.

Os usos confirmativo e enfático não são incompatíveis, como se ilustra em (160); com valor negativo são, pois, possíveis três ocorrências de *não* na mesma frase:

(160) a. *Sim*, o Eduardo entregou-me a encomenda, *sim*!
b. *Não*, o Eduardo *não* me entregou a encomenda, *não*!

Tal como os advérbios focalizadores (cf. 33.5.10.3), *não* pode tomar como foco todo o sintagma verbal ou apenas constituintes incluídos nele, como ilustram os seguintes exemplos, e em particular os comentários que os seguem (com o foco do advérbio entre parênteses retos):

(161) a. O secretário *não* [entregou o relatório secreto ao ministro]. (Nem sequer o viu.)
b. O secretário *não* entregou [o relatório secreto] ao ministro. (Entregou apenas umas notas sem importância.)
c. O secretário *não* entregou o relatório secreto [ao ministro]. (Entregou-o ao seu adjunto.)

Diferentemente dos advérbios focalizadores, no entanto, *não*, em frases simples, não pode ocorrer combinado com outros constituintes[177]: cf. a impossibilidade de **não o secretário* *entregou o documento secreto ao ministro*, **o secretário entregou não o documento secreto ao ministro* (sem mais acrescentos), **o secretário entregou o documento secreto não ao ministro* (também sem mais acrescentos).

Existem duas construções, de natureza contrastiva, em que os advérbios *sim* e *não* podem estar contidos em sintagmas nominais ou preposicionais. Essas construções são a **coordenação adversativa focalizadora**, discutida no Cap. 35.3.3.2, na qual os advérbios ocorrem em posição inicial (cf. *o secretário entregou ao ministro não o relatório secreto, mas sim umas notas sem importância*) e a **elipse polar da oração**,

[177] Só pode ocorrer combinado com *só* ou *apenas* (cf. Nota 176).

discutida no Cap. 45.2.3, em que os advérbios ocorrem em posição final (cf. *eles faltaram à reunião,* (*mas*) *às aulas não*; *eles não quiseram sair ontem, mas hoje sim*)[178]. Repare-se em particular que, na coordenação adversativa focalizadora, o primeiro constituinte do par que se contrasta ocorre preferencialmente na posição final da frase e destacado do resto dos seus elementos por um contorno prosódico próprio.

Apêndice – Conjunções e locuções conjuncionais adverbiais

As conjunções e as locuções conjuncionais adverbiais são formas que têm como função estabelecer a conexão entre a oração subordinante e a oração subordinada (cf. Cap. 11.1.2.1) no domínio da subordinação adverbial (cf. Cap. 38)[179]. A distinção entre conjunção e locução conjuncional é semelhante à que fizemos acima entre advérbio e locução adverbial: uma conjunção consiste numa única palavra, ao passo que uma locução conjuncional consiste numa sequência de duas ou mais palavras, com um grau variável de fixidez sintática e semântica (cf. Caixa [16], no final do Apêndice). Algumas destas formas, quando têm outras funções para além da que se discute aqui, adquirem, quando funcionam como conjunções (ou quando integram locuções conjuncionais), uma interpretação idiossincrática.

A discussão das conjunções e das locuções conjuncionais de subordinação adverbial aparece aqui na forma de um apêndice porque se liga diretamente a um tópico que só é discutido adiante, no Capítulo 38 – a caracterização gramatical e semântica das orações subordinadas adverbiais do português. Recomenda-se, portanto, ao leitor que consulte esse capítulo antes de ler este apêndice, ou que, pelo menos, proceda à leitura da sua introdução e, em particular, do seu Quadro 1. Este quadro apresenta, de forma acessível e organizada, a classificação das orações em questão adotada nesta Gramática, bem como informação de caráter geral sobre a sua forma e interpretação.

Na subordinação argumental finita (cf. Cap. 36), a ligação entre orações subordinadas e orações subordinantes é feita de modo relativamente simples e homogéneo por três palavras dedicadas a essa função, a que chamamos nesta Gramática **conjunções-complementadores** (cf. Caps. 11.1.2.1 e 36.1.2) – *que* para as orações subordinadas declarativas, *se* para as orações subordinadas interrogativas e *como* para as orações subordinadas exclamativas, como se ilustra em (162):

(162) a. Disseram-me [*que* o atleta estava em condições de jogar].
b. Perguntaram-me [*se* o atleta estava em condições de jogar].
c. É incrível [*como* o atleta está em condições de jogar]!

Em contrapartida, os elementos que ligam as orações subordinadas adverbiais às suas orações subordinantes estão longe de ter uma natureza homogénea; antes, diferem na sua forma, na sua complexidade interna e na classe gramatical a que pertencem. Assim, (i) como mencionámos acima, por vezes são palavras simples, por vezes são locuções, em que um dos elementos é frequentemente a conjunção-

[178] Sobre as diferenças entre estas duas construções, cf. a Caixa [4] do Cap. 45.
[179] Noutros capítulos desta Gramática (como, p.e., o Cap. 34), as conjunções e locuções conjuncionais adverbiais são por vezes chamadas **conectores** (de subordinação adverbial).

-complementador *que* quando a oração subordinada é finita, e a preposição *de* quando a oração subordinada é infinitiva; (ii) por vezes são ou integram advérbios, por vezes são ou integram preposições; (iii) por vezes, esses advérbios ou preposições mantêm o mesmo sentido que têm quando ocorrem noutros contextos, outras vezes adquirem um sentido particular. Procuramos, a seguir, sistematizar esta variedade, apresentando alguns padrões que emergem das várias formas que estabelecem a conexão entre estas orações. Como se verá, esses padrões são formais, ou seja, são independentes das classes semânticas em que se organizam as orações subordinadas adverbiais (cf. Quadro 1 do Cap. 38).

Estes elementos podem classificar-se em seis grupos, consoante a sua composição interna (palavras simples ou locuções), a sua classe gramatical (advérbios ou preposições) e as suas capacidades combinatórias com tipos de orações subordinadas: apenas com orações finitas; apenas com orações infinitivas; ou com os dois tipos. Identificamos os grupos com uma letra maiúscula, para facilitar a apresentação.

(A) Palavras simples (conjunções)

Algumas orações subordinadas adverbiais são introduzidas por palavras simples, a que chamamos **conjunções adverbiais**. As conjunções adverbiais do português são as seguintes: *caso*, *como* (em orações causais e de modo)[180], *conforme*, *consoante*, *embora*, *enquanto*, *mal*, *quando*, *se* (em orações condicionais) e *segundo*. Estas formas apenas introduzem orações finitas. Apresentam-se exemplos a seguir, indicando-se entre parênteses retos o valor semântico da oração subordinada:

(163) a. *Como não preparei o jantar*, vou passar fome. [causal]
b. Preparei tudo *como me indicaste*. [modo]
c. *Quando o Rui veio*, a Ana saiu. [temporal]
d. *Enquanto eu faço o jantar*, toma tu conta do miúdo. [temporal]
e. *Mal entrei em casa*, cheirou-me a gás. [temporal]
f. *Se estivesse bom tempo*, íamos à praia. [condicional]
g. *Caso o comboio se atrase*, apanhamos um táxi. [condicional]
h. *Embora estivesse a chover*, fomos dar um passeio. [concessivo]
i. {*Conforme*/*Consoante*/*Segundo*} *o professor anunciou*, o exame é amanhã. [conformativo]

No domínio da subordinação adverbial, estas conjunções são aquelas cujas propriedades mais se aproximam das dos complementadores, visto que, tal como estes, (i) só introduzem orações finitas (cf. a impossibilidade, p.e., de **como não ter preparado o jantar, vou passar fome*; **quando o Rui vir, a Ana sai*; **embora chover, vou dar um passeio*)[181]; e (ii) são palavras simples, ou seja, não formam locuções, em particular não se combinam com o complementador *que*: cf. a impossibilidade, p.e., de **caso que o comboio se atrase, apanhamos um táxi*, de **mal que entrei em casa, cheirou-me a gás*, ou de **segundo que me disseram, o curso é gratuito*.

[180] Sobre o estatuto das orações subordinadas comparativas introduzidas por *como*, cf. Cap. 40.1.1.

[181] Algumas destas conjunções podem introduzir uma oração com o verbo no futuro do conjuntivo. Este tempo, com a maioria dos verbos, é formalmente idêntico ao infinitivo (cf., por exemplo, *se o comboio se atrasar, apanhamos um táxi*). Trata-se, obviamente, de um tempo finito (cf. Cap. 15).

Algumas conjunções podem ser analisadas como membros de outras classes gramaticais – e são-no, efetivamente, nesta Gramática. Assim, *quando*, *enquanto* e *como* (com interpretação de modo, como em (165b)) são analisados como pró-formas relativas (cf. Cap. 39.3.7.2). No entanto, essa análise não é incompatível com o seu estatuto de conjunção, i.e., de conector da oração subordinada com a oração principal[182]. As conjunções *conforme*, *consoante* e *segundo* têm propriedades que as aproximam das preposições (cf. Cap. 32.9.1), embora, contrariamente a estas, não se combinem com o complementador *que* quando introduzem orações finitas, como se verifica em (163i) (compare-se com *saímos da sala sem que ninguém reparasse*, em que a preposição *sem* se combina com *que* para introduzir a oração adverbial). Quanto a *mal*, funciona como advérbio de modo (cf. 33.5.1) – ou tem o valor analisado em 33.5.7 –, adquirindo, como conjunção, um valor temporal.

(B) Locuções conjuncionais formadas por um ou mais elementos de classes variadas, combinados com o complementador *que*

Neste grupo, incluem-se as seguintes formas: *ainda que*, *assim que*, *já que*, *logo que*, *sempre que*; *desde que*, *contanto que*; *à medida que*, *todas as vezes que*, *se bem que*, *uma vez que*. Por terminarem no complementador *que*, estas locuções apenas introduzem orações finitas.

Na maioria delas, o elemento que se combina com *que* é um advérbio: *ainda*, *já* (advérbios aspetuais com uma componente semântica temporal; cf. 33.5.6), *assim* (advérbio de modo; cf. 33.5.1), *logo* e *sempre* (advérbios que atuam no domínio do tempo, ainda que de forma diversa; cf., respetivamente, 33.5.3.2 e 33.5.5).

Outros elementos que, neste grupo, se combinam com o complementador *que* são a preposição *desde* (de valor espacial e temporal; cf. Cap. 32); as expressões *uma vez* e *todas as vezes*, sintagmas nominais que quantificam sobre situações (cf. 33.5.4); a conjunção *se* seguida do advérbio *bem* (*se bem que*); e a forma *contanto* (formada pela contração da preposição *com* com o advérbio quantificacional *tanto*). Dão-se exemplos a seguir:

(164) a. *Ainda que esteja a chover*, vou dar um passeio. [concessivo]
b. *Assim que chegues*, telefona-me. [temporal]
c. *Já que estás aí*, passa-me o jornal. [causal]
d. *Logo que chegares a casa*, põe a carne no forno. [temporal]
e. *Sempre que vejo esse filme*, emociono-me. [quantificação temporal]
f. *Desde que conheceu a Paula*, o António já não é o mesmo. [temporal]
g. {*Desde que*/*Contanto que*} *tenhas bilhete*, podes entrar. [condicional]
h. *À medida que nos aproximamos do centro*, veem-se mais carros. [temporal e proporcional]
i. *Todas as vezes que toca o telefone*, fico irritado. [quantificação temporal]
j. *Uma vez que o Pedro não veio*, tivemos de cancelar o passeio. [explicativo]
k. *Se bem que esteja a chover*, vamos dar um passeio. [concessivo]

[182] O mesmo se pode dizer, aliás, dos pronomes interrogativos em orações interrogativas subordinadas (cf. *não sei* [*quem a Maria viu*] e Caps. 36 e 48) e dos pronomes relativos em orações relativas (cf. *zanguei-me com* [*as crianças* [*que brincavam no jardim*]] – neste caso, a conexão estabelece-se entre a oração subordinada e o antecedente nominal da oração, dentro do sintagma nominal que contém ambos; cf. Cap. 39).

Um aspeto importante destas locuções conjuncionais é o facto de não introduzirem orações infinitivas, quer diretamente, quer substituindo o complementador *que* pela preposição *de*. Esta restrição abrange inclusivamente a preposição *desde*, que é, assim, excecional no seio das preposições que ocorrem em locuções conjuncionais, as quais, tipicamente, podem introduzir orações infinitivas (veja-se a discussão do grupo (D)). Assim, não são gramaticais expressões como, p.e., **desde* (*de*) *teres um bilhete, podes entrar*, **assim* (*de*) *chegarmos a casa, ligamos a televisão* ou **logo* (*de*) *ter dinheiro, compro um carro novo*.

Este grupo é composto por locuções conjuncionais lexicalizadas (isto é, que apresentam um elevado grau de fixidez) e que sofreram um processo de dessemantização, em que o sentido primitivo dos elementos que compõem a locução se perdeu, parcial ou completamente. Como exemplo, veja-se *assim que*, em que o advérbio perdeu o sentido de modo (a locução tem um sentido temporal); *já que* e *ainda que*, em que os advérbios perderam o seu sentido aspetual (as locuções têm um sentido causal/explicativo e concessivo, respetivamente); *desde que* com orações condicionais, em que a preposição perdeu o valor espacial ou temporal; e *uma vez que*, cujo sentido explicativo não veicula qualquer valor de quantificação.

(C) Locuções conjuncionais formadas pelos advérbios relacionais *antes* e *depois* seguidos pelo complementador *que* ou pela preposição *de*

Este grupo é formado por quatro locuções: *antes que* e *depois que*, as quais introduzem orações finitas, e *antes de* e *depois de*, as quais introduzem orações infinitivas – todas elas com valor temporal:

(165) a. A Clara estudou a lição *antes que os pais chegassem*.
b. *Depois que o tempo melhorou*, pudemos finalmente sair.

(166) a. A Clara estudou a lição *antes de os pais chegarem*.
b. *Depois de o tempo melhorar*, pudemos finalmente sair.

Os advérbios *antes* e *depois* mantêm aqui o seu sentido primitivo temporal. Por conseguinte, contrariamente às locuções do grupo (B), estas têm uma interpretação inteiramente composicional, ou seja, a interpretação da expressão resulta do sentido temporal do advérbio e da oração, a qual introduz a referência temporal do advérbio. Como já se mencionou acima (cf. 33.3.1.2 e 33.5.3.2.6), estes advérbios, integrados em locuções prepositivas, admitem outro tipo de complementos que não apenas oracionais (cf. *a Clara estudou a lição antes das três da tarde*), e podem ocorrer sozinhos (cf. *a Clara estudou a lição antes*), recuperando-se então discursiva ou situacionalmente o tempo de referência.

(D) Preposições seguidas pelo complementador *que* quando introduzem orações finitas – formando, portanto, uma locução conjuncional – e ocorrendo sozinhas quando introduzem orações infinitivas – funcionando, portanto, como conjunções

Incluem-se neste grupo *até* (*que*), *dado* (*que*), *para* (*que*), *por*(*que*), *sem* (*que*), *visto* (*que*)[183]. Apresentam-se a seguir alguns exemplos:

[183] Sobre o estatuto de *dado* e *visto* como preposições, cf. a Caixa [8] do Cap. 32.

(167) a. Esperei *até que a situação melhorasse*. [temporal]
b. {*Dado que*/*Visto que*} *a situação piorou*, fomo-nos embora. [explicativo]
c. Trancou-se a porta *para que ninguém entrasse*. [final]
d. Fiquei triste *porque não me telefonaste*. [causal]
e. Saímos *sem que tu visses*. [circunstância negativa]

(168) a. Esperei *até a situação melhorar*. [temporal]
b. *Dado*/*Visto a situação ter piorado*, fomo-nos embora. [explicativo]
c. Trancou-se a porta *para ninguém entrar*. [final]
d. Fiquei triste *por não me teres telefonado*. [causal]
e. Saímos *sem tu veres*. [circunstância negativa]

As preposições que formam este grupo mantêm o seu sentido primitivo (ou um dos seus sentidos primitivos): temporal (*até*), causal/explicativo (*por*), negativo (*sem*)[184], conclusivo (*dado*, *visto*). Quando introduzem uma oração finita, combinam-se obrigatoriamente com o complementador *que*; em contrapartida, não necessitam de qualquer outro elemento de ligação quando introduzem orações infinitivas – no que têm o comportamento típico das preposições (cf. Cap. 32).

A forma *porque* merece alguns comentários, visto que, à primeira vista, dada a sua grafia numa só palavra, poderia ser classificada no grupo (A), como conjunção simples. No entanto, parece claro que a relação que existe entre (167d) e (168d) não é diferente da que existe entre os restantes exemplos de (167) e os exemplos correspondentes de (168), abstraindo da ortografia. Ou seja, com ou sem *que*, *por* mantém um significado causal, tal como, com ou sem *que*, *até* (por exemplo), mantém um significado temporal. No sentido de captar esta regularidade, classificamos, portanto, *porque* como locução conjuncional – mau grado a sua grafia[185].

(E) Locuções conjuncionais cujo primeiro elemento é uma preposição e cujo último elemento é a preposição *de*

Este grupo inclui as locuções *a fim de*, *apesar de*[186], *com a finalidade de*, *com o intuito de*, *com o propósito de*, *no caso de*, *para além de* (entre outras possíveis, especialmente com valor semântico final). Estas locuções apenas introduzem orações infinitivas. Apresentam-se a seguir alguns exemplos:

(169) a. O conselho de administração reuniu-se *a fim de deliberar sobre o pagamento aos trabalhadores*. [final]
b. *Apesar de seres rico*, és um idiota. [concessivo]
c. *Para além de seres esperto*, és manhoso. [acrescentativo]

Neste grupo, a preposição *de* não pode ser substituída pelo complementador *que* de modo a permitir introduzir orações finitas: cf. a impossibilidade de **arranja-te depressa a fim que cheguemos a tempo*; **apesar que sejas rico, és um idiota*; **para além que sejas esperto, és manhoso*. No entanto, algumas destas locuções (com valor semântico

[184] Sobre a interpretação negativa das orações adverbiais introduzidas por *sem*, cf. Cap. 14.2.2.
[185] Sobre a grafia, junta ou separada, das várias unidades que integram as formas *por* e *que*, cf. Cap. 48.
[186] É plausível analisar a forma *apesar* como contendo um prefixo *a-*, relacionado com a preposição com a mesma forma (cf. Caixa [2] deste capítulo e Nota 8 do Cap. 32).

final), podem combinar-se com *que*, mantendo a preposição *de*: cf., por exemplo, *vai buscar mais cadeiras, a fim de que todos se possam sentar* (para alguns falantes, os exemplos deste tipo são marginais).

(F) Locuções conjuncionais cujo primeiro elemento é uma preposição e cujo último elemento é a preposição *a*, podendo combinar-se com *que*

Este grupo inclui as locuções *de forma a*, *de modo a*, *com vista a*, *em ordem a*, as quais se combinam com o complementador *que* quando introduzem orações finitas. Apresentam-se a seguir alguns exemplos:

(170) a. Abrimos a janela *de forma a que a sala arejasse*.
b. *Com vista a que a empresa não falisse*, injetaram-se novos capitais.
c. *De modo a que todos pudessem participar*, alugou-se uma sala maior.

(171) a. Abrimos a janela *de forma a arejar a sala*.
b. *Com vista a não deixar falir a empresa*, injetaram-se novos capitais.
c. *De modo a todos poderem participar*, alugou-se uma sala maior.

[16] Uma questão que surge na análise das estruturas de subordinação adverbial é saber se as conjunções que introduzem as orações subordinadas – ou, no caso das locuções, o seu elemento adverbial ou preposicional – fazem parte da oração subordinante ou da oração subordinada. Quando a oração subordinada pode ser substituída por um sintagma não oracional, mantendo o mesmo valor semântico, é plausível concluir que a conjunção (ou o elemento adverbial ou preposicional da locução) pertence à oração subordinante. O caso mais claro é o de algumas das preposições que formam o grupo (D), que podem combinar-se, em orações simples, com sintagmas nominais ou preposicionais com o mesmo valor semântico da oração, como se ilustra no seguinte paradigma:

(i) a. Esperei *até* [às três da tarde].
b. Trancou-se a porta *para* [sossego de todos].
c. Fiquei triste *pel*[o teu telefonema]. (= *por* [o teu telefonema])

Do mesmo modo, os advérbios *antes* e *depois* também são membros da oração subordinante, visto poderem não só selecionar complementos nominais, quando integrados numa locução prepositiva (cf. *a Clara estudou a lição antes d*[a *chegada dos pais*]), como ocorrer sem complemento expresso (cf. *a Clara estudou a lição antes*), mantendo o mesmo significado lexical.

Assim, na estrutura dos exemplos correspondentes analisados no texto, a preposição ou o advérbio que precedem o complementador *que* pertencem à oração subordinante. Ilustramos aqui com o exemplo (167a): a oração, introduzida pelo complementador *que* é um complemento da preposição *até*, a qual se inclui na oração principal:

(ii) Esperei *até* [$_{Or}$ *que* a situação melhorasse].

Em contrapartida, outras conjunções ou locuções conjuncionais têm um comportamento diferente, nomeadamente as do grupo (B). A título de exemplo, consideremos a frase *o Pedro fugiu assim que viu o pai*. Neste caso, a combinação do advérbio *assim* com o complementador *que* apresenta um alto grau de idiomaticidade e de rigidez sintática. De facto, *assim* não tem aqui o seu sentido primitivo de advérbio de modo (cf. *o Pedro fugiu assim*, em que o único sentido possível de *assim* é 'deste modo'); antes, adquire, em combinação com o complementador, um sentido temporal

idiossincrático. Por outras palavras, o advérbio e o complementador *que* formam uma expressão semanticamente indissociável (nos termos do Cap. 9, uma unidade multilexical). Neste caso, plausivelmente, a estrutura da frase é a seguinte, na qual o advérbio pertence à oração subordinada:

(iii) O Pedro fugiu [$_{Or}$ *assim que* viu o pai].

Esta estrutura de subordinação finita não tem uma contraparte infinitiva: cf. a impossibilidade de **o Pedro fugiu assim (de) ver o pai* – com ou sem *de*. A explicação é simples: falta o complementador *que*, peça essencial na formação do sentido temporal idiomático de *assim que*. Ora, como as orações infinitivas não podem ser introduzidas pelo complementador *que*, a construção não pode existir. Como mencionámos acima, é plausível supor que as locuções conjuncionais do grupo (B) são todas deste tipo.

A tradição gramatical portuguesa não diferencia entre as construções às quais se pode atribuir uma estrutura como (ii) e aquelas às quais se pode atribuir uma estrutura como (iii). Em ambos os casos, considera-se que o advérbio, preposição ou locução mais vasta que constitui a conjunção ou locução conjuncional tem o mesmo estatuto. Esta visão deve-se, plausivelmente, ao facto de, em ambos os casos, a sequência completa, formada pela combinação da conjunção ou locução conjuncional com a oração subordinada, exercer a função de adjunto adverbial na oração subordinante, o que, de certo modo, oblitera as diferenças estruturais existentes.

Fontes das abonações

CETEMPúblico – *Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público*. http://www.linguateca.pt/cetempublico/.

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.p<t/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

Eça, *A cidade e as serras* – Queiroz, Eça de (1941[18]) *A cidade e as serras*. Porto. Lello & Irmão.

Expresso

J. de Sena, *Sinais* – Sena, Jorge de (1979[2]) *Sinais de Fogo*. Lisboa. Edições 70.

P. Martins, *Utopia* – Martins, José Vitorino de Pina (s.d.) *Utopia III*. Lisboa. Verbo.

3D

SINTAXE E SEMÂNTICA – FRASE COMPOSTA E FRASE COMPLEXA

34 Organização textual e articulação de orações
Amália Mendes

35 Estruturas de coordenação
Gabriela Matos e Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

36 Subordinação argumental finita
Pilar Barbosa

37 Subordinação argumental infinitiva
Pilar Barbosa e Eduardo Buzaglo Paiva Raposo

38 Subordinação adverbial
Maria Lobo

39 Subordinação relativa
Rita Veloso

34 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL E ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES 1691

34.1 Parâmetros da textualidade 1694

34.1.1 Coesão e coerência 1694

34.1.2 Intencionalidade, aceitabilidade e máximas conversacionais 1695

34.1.3 Informatividade, situacionalidade e intertextualidade 1699

34.2 Coesão textual 1701

34.2.1 Coesão referencial 1702

34.2.1.1 Pronomes e pró-formas 1703

34.2.1.2 Anáfora fiel (ou reiteração) 1705

34.2.1.3 Anáfora infiel (ou paráfrase) 1707

34.2.1.4 Anáfora associativa 1708

34.2.1.5 Anáfora conceptual 1709

34.2.1.6 Princípios de organização das cadeias referenciais 1709

34.2.2 Coesão temporal 1712

34.2.3 Coesão estrutural 1714

34.2.3.1 Hipotaxe 1716

34.2.3.2 Parataxe 1719

34.2.3.2.1 Coordenação frásica 1719

34.2.3.2.2 Suplementação 1726

34.2.3.2.2.1 Suplementos de âncoras nominais 1727

34.2.3.2.2.2 Suplementos de âncoras oracionais 1728

34.2.3.2.2.3 Outros suplementos de âncoras oracionais 1732

34.2.3.2.3 Justaposição 1735

34.2.3.2.4 Da subordinação à justaposição 1738

34.2.3.2.5 Conexões paratáticas interfrásicas ao nível do texto 1738

34.3 Estrutura temática e estrutura informacional 1743

34A Tipologias textuais 1747

34A.1 Categorias classificatórias 1747

34A.1.1 Modo de produção 1747

34A.1.2 Género 1748

34A.1.3 Tipo 1749

34A.1.4 Tema 1750

34A.2 Estudo da língua falada 1751

34A.2.1 Transcrição dos textos orais 1751

34A.2.2 Língua falada espontânea e língua escrita canónica 1752
Fontes das abonações **1755**

34 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL E ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

O **texto** é uma sequência linguística que pode variar muito em forma e sentido, dependendo da situação, do modo de produção, do produtor e recetor, dos objetivos, mas que se caracteriza por constituir um todo estruturado, coerente, adequado a determinados propósitos comunicativos e que inclui o conjunto necessário de enunciados para levar a bom termo essa comunicação (sobre o conceito de enunciado, cf. Cap. 11). As sequências em (1) ilustram textos produzidos em diferentes situações de comunicação (cf. 34A): a mensagem de voz em (1a) constitui um texto falado (referido neste capítulo como um texto de **oralidade**), numa situação de monólogo, e (1b) é um exemplo de texto escrito jornalístico:

(1) a. Olá Joana, preciso muito de falar contigo hoje por causa do nosso trabalho. Liga-me quando ouvires esta mensagem. Beijinhos.

b. Até Agosto, serão 558 os médicos reformados.
O número de médicos que se vão reformar até ao final de Agosto já é quase igual ao registado no ano passado. Até essa data, vão-se reformar mais 36 clínicos, o que faz com que o número acumulado no final dos primeiros oito meses suba para 558, mais 69 por cento do que em igual período de 2010. (*Público*, 8.7.2011)

Estes dois textos, embora diferentes no que diz respeito ao seu modo de produção, envolvem ambos informação nova e informação relativa ao contexto em que são produzidos. O contexto é entendido como envolvendo a própria situação de produção do texto e o conhecimento partilhado entre os interlocutores, ou seja, o **universo do discurso** (cf. Cap. 11). Um dos elementos do universo do discurso é a data em que cada texto é produzido. Só assim é possível identificar, em (1a), a referência temporal do advérbio dêitico *hoje*, que remete para o próprio dia em que o enunciado é produzido, e, em (1b), por exemplo, a referência temporal do sintagma nominal *o ano passado*, identificada a partir da data de publicação do jornal. Os dois textos são ainda exemplos de diferentes funções comunicativas (isto é, de diferentes atos ilocutórios ou atos de fala; cf. Caps. 11, 48 e 51): enquanto (1b) é de tipo assertivo, (1a) tem como objetivo desencadear determinada ação por parte do destinatário da mensagem e tem, portanto, valor diretivo.

Tendo em conta a diversidade de situações de comunicação e de funções comunicativas, é natural que a dimensão dos textos possa variar grandemente. Assim, um

texto tanto pode ser um longo romance como uma notícia curta de primeira página de jornal, como em (1b), que contém apenas um título e duas frases. Apesar desta diferença de dimensão, os dois casos são exemplos de textos, no sentido em que formam uma unidade coesa (cf. 34.2). Ainda que um texto seja tipicamente uma sequência mais extensa (que, na escrita, é composta por vários parágrafos), pode eventualmente ser constituído por um único enunciado mais ou menos complexo, que pode reduzir-se a uma única palavra, desde que a sua estrutura esteja adequada à situação em que é produzido, como se ilustra no paradigma (2):

(2) a. Bom Natal e Feliz Ano Novo!
b. Socorro!

Tal como existe coesão ao nível da frase, estabelecendo vários tipos de dependência entre palavras e entre sintagmas (cf. Cap. 11), também ao nível do texto existe coesão entre as várias orações e frases que o compõem. Assim, tem de haver uma articulação entre as várias menções aos referentes que são introduzidos no texto (coesão referencial), entre os vários tempos que são expressos (coesão temporal) e na maneira como se encadeiam as orações e as frases (coesão estrutural).

Num exemplo como (3), o sujeito nulo da oração subordinada temporal da primeira frase e o sujeito nulo da segunda frase (ambos assinalados por "[-]") retomam o sintagma nominal sujeito da oração principal, *a Ana*. Por sua vez, o pronome *ele* retoma o sintagma nominal *o João* da frase anterior e o quantificador *ambos* retoma os dois sintagmas nominais, *a Ana* e *o João*. A estas relações entre expressões que designam entidades no texto chama-se dependências referenciais (cf. Cap. 41), assinaladas em (3) com índices (cada índice identifica uma entidade referida no texto), e essas dependências asseguram a coesão referencial no texto. Como o exemplo permite verificar, estas relações não se estabelecem apenas a nível intrafrásico (isto, é, dentro da mesma frase), mas também a nível interfrásico (isto é, entre frases diferentes):

(3) *A Ana*$_{i}$ telefonou ao João$_{j}$ quando [-]$_{i}$ chegou a casa. [-]$_{i}$ Combinou com *ele*$_{j}$ que *ambos*$_{ij}$ confessariam o crime.

A análise dos textos permite ainda observar a forma como a informação vai sendo organizada: assim, uma sequência textual introduz determinada entidade ou situação, que constitui o tópico, sobre o qual se vai dizer alguma coisa, o comentário. A forma como os tópicos são estruturados ao longo de um texto constitui uma progressão temática[1]: por exemplo, em (4), é introduzido o tópico *a Maria* (que tem função gramatical de sujeito), sobre o qual é dada informação (o comentário assinalado em itálico no exemplo). Por sua vez, o comentário introduz uma nova entidade plural expressa pelo sintagma *vários amigos*, que é retomada pelo pronome *eles*, que constitui por sua vez o tópico da frase seguinte:

(4) A Maria *encontrou-se com vários amigos*. Eles contaram-lhe o que fizeram nas férias.

Em princípio, os textos devem ser internamente coesos e coerentes e estar de acordo com os objetivos da situação de comunicação no âmbito da qual são

[1] O termo "temático" neste contexto não tem qualquer relação com o mesmo termo quando é usado para designar os valores semânticos dos argumentos (cf. Cap. 11.5.2).

produzidos e interpretados. No entanto, nem sempre os produtos do processo discursivo seguem esses princípios, embora sejam geralmente processados e entendidos pelos falantes. Na verdade, só raramente são rejeitados como textos pelos seus recetores, isto é, raramente são considerados como não desempenhando a sua função comunicativa, sendo, para isso, necessário que sejam totalmente destituídos de coesão e coerência. Assim, veja-se que em muitos casos podemos reconstituir um sentido, mesmo inadequado, para unidades textuais com problemas estruturais, numa tentativa de manter a sua funcionalidade comunicativa.

Por outro lado, os princípios estruturais de coesão não se aplicam da mesma forma a todos os géneros textuais[2]. Enquanto uma notícia de jornal tem essencialmente uma natureza informativa e, tendencialmente, não contém marcas de subjetividade e qualquer ambiguidade, pelo que a sua estruturação terá de ser extremamente coesa, o autor de um texto literário poderá tomar outras liberdades em relação aos princípios que são usualmente considerados essenciais para a elaboração de um texto. Veja-se, por exemplo, o excerto do poema "Uma Lisboa remanchada", de Alexandre O'Neill, em (5), ou ainda o extrato inicial do poema em prosa "os braços sobre a areia", de Mário Cesariny, em (6):

(5) Venha cá você palavra alma!
Diga "boa-noite!" a esta senhora.
Não lhe mexa na mala.
Não lhe toque na lama.
Não lhe faça mal!
(Estas crianças!) Vá-se embora...
(A. O'Neill, *Poemas*, pág. 26)

(6) Solta a nuvem como se soltava repentinamente no silêncio das coisas esse infinito turbilhão de halos que eram a festa e a força do teu rosto, o céu abriu um buraco vazio que se pôs a espreitar o soluço daquele que, nu sobre a rocha, estende para o mar as paralelas ferozes dos seus braços. (M. Cesariny, *Pena*, pág. 76)

Apesar de não serem respeitados alguns princípios de coerência e coesão tipicamente associados aos textos bem formados (cf. 34.1.1 e 34.2), as sequências em (5) e (6) têm marcas estilísticas próprias de produções poéticas e são apresentadas como tal pelos autores, na publicação. A ausência de coesão também é perfeitamente aceitável em cantilenas infantis, como exemplificado em (7):

(7) Um dó li tá, cara de amendoá, um segredo colorido, quem está livre livre está.

Esta sequência é dita por crianças (normalmente brincando em grupo, fazendo corresponder a cada palavra da cantilena um dos elementos do grupo, para o qual apontam) e, apesar de não ser informativa nem coesa ou coerente, desempenha uma função discursiva bem definida, a de identificação da última criança para a qual se aponta, que fica livre de determinada tarefa, no âmbito de um jogo. É, portanto, uma sequência discursiva que cumpre o seu propósito em termos de comunicação.

[2] Para uma definição de género textual, cf. 34A.1.

Este capítulo está organizado do seguinte modo: em 34.1, apresentamos os parâmetros da textualidade, isto é, os princípios linguísticos e pragmáticos que subjazem ao texto; em 34.2, focamos especificamente o parâmetro da coesão textual, nomeadamente a coesão referencial, temporal e estrutural; em 34.3, discutimos a forma como estão estruturados os tópicos de um texto (estrutura temática) e também a forma como se organiza informação nova e informação conhecida (estrutura informacional). Finalmente, apresentamos em 34A.1 uma revisão dos critérios que permitem estabelecer tipologias textuais e, em 34A.2, algumas propriedades que caracterizam o discurso oral[3].

34.1 Parâmetros da textualidade

O texto, enquanto ocorrência comunicativa, segue um determinado número de princípios que se organizam em sete parâmetros: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade (cf. Beaugrande e Dressler 1981:3). Estes parâmetros são analisados nas subsecções seguintes.

34.1.1 Coesão e coerência

A coesão e a coerência são parâmetros diretamente ligados à organização textual e não tanto à situação de comunicação. A **coerência** assegura que as relações entre as entidades e as situações estão acessíveis aos falantes, são lógicas para eles e são adequadas ao seu conhecimento do mundo. Assim, a coerência não está apenas limitada às propriedades textuais, mas resulta de processos cognitivos.

As relações entre as situações podem ser expressas linguisticamente no texto, assinalando, por exemplo, uma ordenação temporal (como em *a Joana foi à faculdade fazer os exames de admissão. A seguir, voltou para o trabalho*) ou relações de causalidade (como em *a Joana chumbou porque reprovou a três disciplinas*). Nem sempre, porém, as relações entre situações estão assinaladas por expressões linguísticas e, nalguns casos, é o ouvinte que estabelece essas relações. Assim, alguns eventos denotados por orações coordenadas são interpretados como sendo temporalmente sequenciais e envolvendo uma relação de causalidade entre si, desde que estejam asseguradas relações lógicas consistentes com o nosso conhecimento do mundo. Por exemplo, na frase *a Joana reprovou a três disciplinas e chumbou o ano*, a primeira situação (reprovar a três disciplinas) é interpretada como sendo anterior à segunda (chumbar o ano) e como sendo a sua causa.

A **coesão** textual assenta na retoma adequada de entidades referidas anteriormente no texto, na articulação de informação conhecida, já apresentada, com informação nova trazida por cada frase subsequente, na progressão dos temas introduzidos, na utilização de marcadores que asseguram a coesão entre as frases e na coesão temporal entre as situações expressas nas frases. Dada a importância e complexidade da coesão entre os elementos de um texto, dedicamos-lhe uma secção específica neste capítulo (cf. 34.2).

[3] A secção 34A é da autoria de Maria Fernanda Bacelar do Nascimento.

34.1.2 Intencionalidade, aceitabilidade e máximas conversacionais

Existem outros dois parâmetros que se centram nas atitudes do produtor e do recetor do texto: o de **intencionalidade** prende-se com determinado propósito comunicativo do produtor, que subjaz ao texto, e o de **aceitabilidade** requer que o texto seja aceite por parte do recetor. Embora estes parâmetros possam parecer óbvios, uma vez que pressupomos que um texto tem sempre determinado objetivo de comunicação e se destina a ser ouvido ou lido pelo recetor (mesmo um diário tem como destinatário o seu próprio autor), são, na verdade, fatores cruciais para determinar, em última análise, o que constitui um texto.

Como foi referido acima e se exemplificou de (5) a (7), os parâmetros de coesão e coerência, embora fundamentais para a grande maioria dos textos produzidos pelos falantes, podem ser desrespeitados sem que a sequência produzida deixe de ser considerada um texto; indispensável é que esteja assegurada determinada intenção de comunicação e que esta seja aceite e compreendida pelo interlocutor. No entanto, existem, obviamente, textos mal estruturados, que poderão pôr em causa a sua compreensão.

Repare-se que as produções orais em registo informal podem apresentar uma menor coesão estrutural, pois nelas ocorrem hesitações, reformulações do discurso e interrupções de uma sequência ou mesmo de uma palavra, como se exemplifica em (8) (cf. 34A.2):

(8) a. estavam três senhoras. dona não sei quantas, que é mulher de um não sei quan, um formado em direito. a dona… a cunhada, a tal cunhada que, que tem… a miúda tão linda (CRPC, PF 0560)

b. inda há dias falei com isso acerca… com um delegado de propaganda dum… acerca dum medicamento novo que eles lançaram. (CRPC, PF 1082)

No entanto, a comunicação não é geralmente afetada por estas propriedades da produção oral porque a prosódia compensa, em geral, a estruturação menos canónica do texto. Repare-se, aliás, como, num contexto de conferência ou discurso, os ouvintes tendem a processar com muito mais dificuldade a leitura de um texto previamente escrito, embora perfeitamente coerente e sem quaisquer hesitações ou repetições, do que uma apresentação improvisada a partir de tópicos previamente estruturados.

Numa interação verbal, espera-se que os participantes sigam o **princípio de cooperação** (cf. Grice 1975), isto é, espera-se que os enunciados produzidos permitam desenvolver os objetivos da conversação. Um texto pode não ser totalmente coeso e coerente sem, por isso, pôr em causa o princípio de cooperação. Pode, por exemplo, haver alguma falha estrutural no processo de retoma de uma entidade previamente mencionada sem que isso tenha origem numa falta de vontade de prosseguir a comunicação e sem que tal afete a compreensão.

O princípio de cooperação instancia-se através de quatro **máximas conversacionais** (cf. Grice 1975): qualidade, relação, quantidade e modo. A boa cooperação entre interlocutores pressupõe que estes não produzam enunciados que acreditem serem falsos e, ainda, que não produzam enunciados para os quais não dispõem de provas. Este princípio é designado como **máxima da qualidade**. É claro que os falantes podem estar enganados quanto à verdade do que afirmam ou julgar ter provas consistentes que afinal não o são, mas o que é importante para a relação entre falante e interlocutor é que o primeiro acredite de facto no que está a dizer

e não minta (o que seria uma violação do princípio de cooperação mencionado acima). Esta máxima não pretende indicar que os falantes apenas produzem enunciados que expressam certezas absolutas: na verdade, os enunciados apresentam atitudes diversas do falante quanto à verdade das proposições veiculadas nos seus enunciados, isto é, pode haver diferentes valores modais epistémicos (cf. Cap. 18). O falante pode perspetivar a proposição veiculada com total certeza (*tenho a certeza de que o Rui vai passar no exame*), com menos ou mais dúvidas ({*é provável*/*é possível*} *que o Rui passe no exame*) ou como sendo altamente improvável (*o Rui não deve passar no exame*, *não acredito que o Rui passe no exame*). No entanto, em todas estas frases o falante expressa, de facto, a sua opinião, baseada nos dados de que dispõe. Outra situação, bem diferente, é aquela em que o falante mente propositadamente ao seu interlocutor, violando a máxima da qualidade. No extrato em (9), onde três personagens interagem, o ministro, após ter mentido ao duque, explica a um terceiro participante, a aia, as razões que motivaram esta violação do princípio que estabelece a qualidade (veracidade) do enunciado produzido:

(9) O DUQUE: Estou contentíssimo, senhora Condessa. Renasço! (*Apontando o Ministro*) Conseguiu-nos tudo... Deixo-os um instante.
[…]
A AIA: Que diz ele? Deu-lhe esperança?...
O MINISTRO: Como a senhora Condessa compreende, nem falei do que ele me pediu... Não pensei nisso. Menti-lhe. Disse-lhe que sim a tudo. Vai ser feliz até amanhã. É já bastante... (A. Patrício, *O fim*, pág. 25)

É ainda importante que o contributo do falante seja relevante para a interação verbal. Trata-se da **máxima da relação.** Ocorrem, naturalmente, no discurso, mudanças bruscas de tópico, mas essa quebra de relação pode ser momentânea e o falante pode, de seguida, empenhar-se em que o seu interlocutor se integre na discussão do novo tópico. Noutras situações, a mudança de tópico discursivo pode constituir uma forma de evitar determinado assunto e a máxima da relação é então desrespeitada de forma propositada, como no extrato (10): um dos participantes, durante o relato de uma situação, introduz outro evento que passa a desenvolver (cf. parte em itálico em (10)) até um dos interlocutores voltar ao tópico discursivo anterior (cf. sublinhado):

(10) Enfiado, vencido, Silvino concluiu que não valia a pena mentir. Quis sossegar os outros, quais perseguidores, calma aí, por acaso uns vivaços tinham tentado deitar-lhe a luva, a ele, Silvino, recordista da Calçada da Glória, *uma vez galgara-a com tal mecha que deixou a cascos de rolha um magote* [...] *Já ele ia em S. Pedro de Alcântara ainda os artolas bufavam a meio da subida, de línguas de fora, até um atleta, pelo menos disseram-lhe que vinha lá um atleta, parece que olímpico, bai-bai, apanharam um bigode dos antigos.*
«Vocês lembram-se, não se lembram? O Pedro que diga, ele viu tudo, estava lá em cima a gozar o prato.»
Pedro Justiceiro, chamado a testemunhar, condescendeu:
«*Foi mais ou menos isso.* Mas hoje, pá! Queremos é saber o que se passou hoje!»
(M. Zambujal, *Malandros*, pág. 15)

O extrato de uma peça de António Patrício, em (11), é um exemplo levado ao extremo, em que um dos participantes, o bobo, mantém o seu próprio tópico e não responde ao seu interlocutor de forma satisfatória para este, frustrando de forma continuada o princípio geral de cooperação:

(11) DINIS: [...] Vens sozinho?... Tu enfim. Dize: vens só?...
O BOBO, *sorrindo-lhe, ofegante*: Não, não. Não venho só, não venho só... Vem comigo a manhã, toda a manhã...
DINIS: Queres-me fazer esperar... Ouves? Vens só?...
O BOBO: É uma manhã de Páscoa, a que eu te trago... [...] Não a vês em mim, à minha roda?... Há orvalho no meu guizo. (*Agita-o*) É um lírio... Beijei a Primavera, esta manhã.
DINIS: E a rainha? Chegou? Veio contigo?...
O BOBO, *sorrindo sempre*: Mandou-me adiante. Mandou-me com a manhã p'ra te acalmar. E eu venho trazer-ta: aqui a tens... (*Aproxima-se dele. Abrindo os braços*) Deixo-a cair-te aos pés, toda frescura: lilases com orvalho, rosas, lírios...
DINIS: Não quero mais folias. Onde foram?
O BOBO Mentraste... serpol... e limonete...
DINIS: Tarda ainda? Dize: tarda ainda?... Por onde andaram tanto tempo? Onde ficou?
O BOBO: Olha a manhã de Páscoa, olha a teus pés... Debruça-te sobre ela, aspira, aspira... Há também a sumir-se, um cheiro a lua...
DINIS: Se eu te mandar despir... dar chicotadas...
(A. Patrício, *Dinis e Isabel*, págs. 210s)

A interação entre os falantes requer ainda que seja apresentada a quantidade apropriada de informação num enunciado: este deve ser tão informativo quanto necessário e não mais do que isso, o que se designa como a **máxima da quantidade**. Se alguém perguntar, por exemplo, *onde é que tens aulas de natação?*, não irá, certamente, considerar como suficientemente informativa a resposta *numa piscina*. Poderá responder *sim, claro, mas qual piscina?*, assinalando que uma das máximas da conversação não foi aqui respeitada pelo interlocutor. É óbvio que uma resposta extensa em que se refere o nome da piscina, a sua localização, o nome do professor, os vários horários e os documentos necessários para a inscrição será demasiado informativa, apenas fazendo sentido apresentar essa informação se ela for solicitada ao longo da conversa. O grau certo de quantidade de informação depende, em grande parte, da situação de enunciação.

Determinado enunciado pode não acrescentar qualquer informação e ser, portanto, considerado desadequado: é o caso do diálogo em (12), em que a resposta de B, que se apresenta como uma alternativa, não traz, afinal, qualquer informação nova. Neste caso, repare-se que a falta de tal informação põe igualmente em causa a máxima da relação:

(12) A – Eles podiam ir de manhã e voltar ao fim da tarde, já não dormiam lá.
B – *Ou então, passavam lá o dia.*
A – Mas estás a dizer a mesma coisa!

Para além da relevância, qualidade e quantidade, os enunciados devem ainda apresentar a informação de forma adequada, isto é, devem seguir a **máxima do modo**. O enunciado deve ser breve e ordenado e deve evitar palavras que possam não ser conhecidas do interlocutor ou ser ambíguas.

Repare-se, no entanto, que o género textual determina em grande medida a importância destas máximas para a boa constituição do enunciado. Enquanto uma notícia de jornal deverá ser informativa, bem estruturada e sem repetição desnecessária de informação, uma conversa informal com relatos de eventos anedóticos ou com algum pendor cómico não apresenta as mesmas exigências. Com efeito, é frequente haver uma ou mais repetições de parte do relato que prolongam o efeito dessa narração e podem continuar a provocar reações positivas dos interlocutores, apesar de não ser já apresentada qualquer informação nova (máxima da quantidade e máxima da relação) e de o enunciado ser mais extenso do que o necessário (máxima do modo), como se ilustra em (13):

(13) A – e há uma senhora que sai da banca e diz "Não pode ser, ele está vivo!" E, catrapum, cai desmaiada no chão. Ambulâncias, tudo e eu aflito sem saber o que é que havia de fazer. *Mas caiu mesmo, desmaiou mesmo ali no chão*.
(RISOS)
B – Isso é extraordinário!
(RISOS)
A – *desmaiou mesmo, foi mesmo* (*5 para a meia-noite*, RTP, agosto de 2011)

Mais uma vez, esta possibilidade está dependente do tipo de situação: a repetição parcial de um relato anedótico é perfeitamente aceitável no âmbito de uma conversa informal e menos aceitável se for feita numa apresentação formal, como uma conferência, em que se espera que esses episódios sejam apenas um aparte num discurso que se espera essencialmente informativo.

A intencionalidade do falante manifesta-se na função comunicativa do enunciado. De facto, cada enunciado configura um **ato de fala** (cf. Searle 1975), entendido como uma forma específica de ação usando a linguagem. Os enunciados têm diferentes **valores ilocutórios**, isto é, diferentes funções comunicativas no contexto em que são produzidos, como, por exemplo, dar ou pedir informação sobre uma determinada situação do mundo, dar uma ordem, fazer uma promessa, entre outras possibilidades. Fala-se, por conseguinte, em atos assertivos, interrogativos, diretivos e compromissivos, entre outros (cf. Caps. 48 e 51). Existem tipos de frases que se especializam em determinados valores ilocutórios (cf. Caps. 11 e 48); assim, as frases de tipo declarativo têm geralmente um valor assertivo, as frases de tipo interrogativo veiculam geralmente um pedido de informação e as frases de tipo imperativo veiculam ordens ou sugestões, ou seja, atos diretivos. Note-se, no entanto, que estes tipos de frases podem veicular também outros valores ilocutórios. Assim, por exemplo, a frase *o João começa por retocar as fotografias no computador* pode ter um valor assertivo mas também pode ter um valor diretivo, como indicação de tarefa por parte do falante ao seu interlocutor, por exemplo, por parte de um professor de fotografia, dirigindo-se ao seu aluno.

Os enunciados podem conter **pressuposições** quando envolvem crença dos intervenientes na verdade de proposições que não constituem o objetivo principal

da enunciação. Assim, no enunciado *o João não ganhou a corrida*, os falantes pressupõem que o João participou numa corrida. Os enunciados podem ainda conter **implicaturas conversacionais**, isto é, informação veiculada quando o falante sugere algo que não está dito literalmente no seu enunciado (cf. Gouveia 1996). Por exemplo, a resposta do falante B, em (14), pode não parecer adequada à pergunta formulada; no entanto, o falante B, ao apresentar um impedimento para a ida à praia, está a dar ao falante A uma resposta negativa implícita. Repare-se que o correto entendimento, por parte do falante A, da resposta implícita de B assenta sobre o princípio de cooperação entre os participantes:

(14) A – Queres vir à praia comigo?
B – Sou alérgico ao sol.

No exemplo (15), a resposta do falante B só pode ser entendida num contexto em que este interpreta a pergunta de A como sendo um pedido de empréstimo implícito:

(15) A – Ainda tens as botas castanhas?
B – Não tas empresto.

Nalgumas situações, os falantes, quando confrontados com um enunciado não relevante ou não informativo, podem especular sobre a existência de uma implicatura conversacional e tentar, consequentemente, recuperar essa informação. No exemplo (16), o falante A poderá tentar imaginar algum tipo de implicatura que torne relevante a resposta de B e legitime esta conversação:

(16) A – Quando é o teu aniversário?
B – Vou amanhã para Londres.

Assim, o falante A poderia continuar esta interação com perguntas como *mas fazes anos agora?* ou *mas vais passar lá o aniversário?*, que marcam, através da conjunção adversativa *mas*, a existência de uma quebra no discurso e levantam hipóteses quanto a possíveis relações que estariam implícitas na resposta de B à pergunta de A.

34.1.3 Informatividade, situacionalidade e intertextualidade

O parâmetro da **informatividade** prende-se com as expectativas do ouvinte relativamente à natureza esperada vs. inesperada, ou conhecida vs. nova, do conteúdo de um texto. Nesta área, tem particular importância a máxima da quantidade, que estipula que o discurso deve ser suficientemente informativo (cf. 34.1.2).

Os textos podem ter graus mais ou menos elevados de informatividade, determinados pela natureza mais ou menos predizível do seu conteúdo. Por exemplo, o sinal de trânsito que indica paragem obrigatória (STOP) tem um caráter fortemente predizível, num contexto de circulação rodoviária (cf. Beaugrande e Dressler 1981). As expressões de cumprimento entre falantes são expressões fixas e predizíveis como *bom dia*, *como está?*, *muito bem, obrigada*, *prazer em vê-la*, *cumprimentos à família*. Estas expressões cumprem uma função discursiva específica e envolvem essencialmente uma dimensão esperada.

No entanto, um texto fornece tipicamente informação nova e a ausência dessa informação nova pode frustrar as expectativas de comunicação (violando a máxima da quantidade), como em (17a), pois é do conhecimento comum que o mar é água. A esta frase pode, no entanto, ser adicionada informação nova que torna a interação perfeitamente aceitável, como em (17b):

(17) a. O mar é água.
b. O mar é água no sentido em que a água é a substância nele dominante. Na verdade, é uma solução de gases e sais, mais um vasto número de organismos vivos…[4]

A mesma informação presente em (17b) poderia ter sido apresentada com outra organização, com uma primeira frase constituída por informação inesperada, seguida por informação que permite entender essa primeira frase, como em (18):

(18) O mar não é água. É, na verdade, constituído por uma solução de gases e sais.

Por outro lado, um texto define-se também por ser relevante em relação a determinada situação de comunicação, um parâmetro designado como **situacionalidade**. A relevância do texto em relação à situação determina certas escolhas formais: por exemplo, a interação verbal entre dois colegas de trabalho, sobre um assunto profissional, poderá ter um registo muito diferente consoante se encontrem numa reunião de trabalho ou no café (cf. 34A.1.1). Também uma comunicação escrita pode assumir estruturas muito diferentes consoante a situação e o suporte utilizado. Assim, os exemplos (19) contêm essencialmente a mesma informação endereçada por uma operadora de telecomunicações a uma cliente, sendo (19a) uma carta enviada por correio normal e (19b) uma mensagem de SMS:

(19) a. Ex.ma Senhora D. Joana Ribeiro,
Na sequência do seu pedido, vimos informar que a portabilidade do seu número móvel irá ocorrer no próximo dia 29 de agosto, entre as 9h e as 12h.
Com os nossos melhores cumprimentos,
(Assinatura)
b. Informamos que a portabilidade do seu n.º móvel irá ocorrer entre as 09:00 e as 12:00 horas do dia 29/08/2011. Até já.

Outro exemplo será a diferente maneira de estruturar a mesma informação sobre, por exemplo, a proibição de vazar entulho em determinados locais, a qual terá uma estrutura muito variável consoante tenha como objetivo ser incluída num artigo de legislação camarária (apresentamos uma possível formulação em (20a)) ou ser escrita num cartaz junto de um espaço vago (cf. (20b)):

(20) a. É proibido vazar entulho em qualquer terreno vago que não esteja devidamente identificado como tendo essa função através de informação camarária. É também proibido vazar entulho em contentores que não estejam indicados para esse efeito. O não cumprimento desta legislação será punido com multa entre 250,00 e 500,00 euros.
b. PROIBIDO VAZAR ENTULHO

[4] Os exemplos (17) e (18) são adaptados de Beaugrande e Dressler (1981:9).

O parâmetro da **intertextualidade** realça o facto de a produção e compreensão de um texto estarem dependentes do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores. Os textos organizam-se em géneros textuais (cf. 34A.1), com determinado conjunto de propriedades que se mostram relevantes em relação às situações nas quais são produzidos. É o caso da correspondência formal, dos artigos científicos, de leis e de anúncios de jornal, entre outros. Ao produzir um texto, o autor tende, geralmente, a seguir os padrões formais que caracterizam determinado género para efeitos de otimização da comunicação, seguindo o princípio de cooperação.

A intertextualidade pode manifestar-se ainda através de alusões diretas ou indiretas a outro texto. Por exemplo, a canção *Namoro*, de Sérgio Godinho, de que se reproduz um extrato em (21), é tomada como referência no título e conteúdo da canção *Namoro II* dos Trovante (cf. (22)):

(21) *Namoro*
Mandei-lhe uma carta
em papel perfumado
[…]
Tocaram a rumba
e dancei com ela
[…]
e a malta gritou
'Aí Benjamim'
(S. Godinho, *Namoro*)

(22) *Namoro II*
Não sei se faça convite
E se quebre a tradição
Ou se lhe mande uma carta
Como ouvi numa canção
[…]
E a resposta foi tão doce
Que a beijei com emoção
Só que a malta não gritou
Como ouvi numa canção
(Trovante, *Namoro II*)

34.2 Coesão textual

Um texto é coeso quando existe continuidade na apresentação e articulação da informação veiculada pelas expressões linguísticas que o compõem. A coesão textual assenta na correta identificação dos referentes pelo interlocutor, à medida que vão sendo referidos no texto (coesão referencial), nas relações temporais que o texto estabelece entre as situações referidas (coesão temporal) e ainda nas relações que se estabelecem entre as diferentes situações expressas pelas frases (coesão estrutural).

Desenvolvemos estes aspetos nas secções seguintes: a coesão referencial em 34.2.1, a coesão temporal em 34.2.2 e a coesão estrutural em 34.2.3.

34.2.1 Coesão referencial

De um modo geral, define-se referência (ou capacidade referencial) como a propriedade que têm algumas expressões linguísticas, chamadas expressões referenciais, de designarem uma entidade particular do universo do discurso. Diz-se então que a expressão referencial refere essa entidade e que esta é o referente da expressão referencial.

Entre as expressões referenciais, incluem-se os pronomes pessoais e demonstrativos e as descrições definidas – sintagmas nominais cujo núcleo é um substantivo e que têm como especificador um determinante definido (cf. Cap. 20). Neste caso, o substantivo, juntamente com os seus complementos e modificadores (quando estes ocorrem), veicula um conteúdo semântico descritivo que contribui para a identificação do referente, como no caso do sintagma nominal em itálico em (23a). Em contrapartida, a identificação do referente dos pronomes, caracterizados por terem um conteúdo semântico descritivo mínimo, tem de ser feita ou através da própria situação de enunciação ou através de uma expressão independente. No primeiro caso, os pronomes pessoais e demonstrativos chamam-se **dêiticos**; no segundo, chamam-se **anafóricos** (cf. Caps. 22 e 41). Quando o pronome é dêitico, o seu referente está presente no contexto da enunciação (cf. o pronome demonstrativo em itálico em (23b)). Quando o pronome é anafórico, depende de outra expressão referencial (geralmente um sintagma nominal) para estabelecer o seu próprio referente. Essa expressão, da qual o pronome depende referencialmente, chama-se o **antecedente** do pronome. Os pronomes (em itálico) de (23c,d) são anafóricos, tendo como antecedentes os sintagmas nominais sublinhados. Como se verifica, o antecedente pode estar presente na mesma frase (cf. (23c)) ou numa frase anterior (cf. (23d)):

(23) a. Comprei ontem *a cómoda que pertencia à Maria Antonieta e que constava do catálogo da leiloeira com o número 243*.
b. (O falante, apontando para um livro) *Isto* custou 20 euros.
c. Encontrei <u>o formulário</u> e entreguei-*o* à funcionária.
d. <u>Os vizinhos</u> ajudaram-me. Agradeço-*lhes* imenso.

Quando duas expressões linguísticas, numa frase ou ao longo de um texto, referem a mesma entidade (ou a mesma situação), diz-se que são **correferentes** e que formam uma **cadeia referencial** (cf. Cap. 41). Em (23c,d), o sintagma nominal sublinhado e o pronome em itálico são correferentes – formam uma cadeia referencial, a nível intrafrásico em (23c) e a nível interfrásico em (23d).

Interessa aqui avaliar as relações que se estabelecem, num texto, entre expressões referenciais sucessivas, relativamente a dois parâmetros distintos. O primeiro parâmetro tem a ver com a existência ou não de **correferência** entre essas expressões, i.e., com o facto de formarem ou não uma cadeia referencial. Em (23c,d), por exemplo, existe correferência entre os sintagmas nominais e os pronomes, pois estes retomam a entidade referida pelos sintagmas. Em contrapartida, numa frase como *perguntei <u>ao João</u> se tinha visto <u>o António</u>*, não existe correferência entre os dois sintagmas nominais sublinhados – cada um refere um indivíduo distinto.

O segundo parâmetro tem a ver com o facto de uma expressão referencial, para estabelecer a sua referência, ser ou não **dependente** de outra expressão referencial

da frase ou do texto. Assim, os pronomes em itálico em (23c,d) não só são correferentes com os sintagmas nominais sublinhados, mas dependem deles referencialmente, i.e., estabelecem uma relação anafórica com eles (uma relação antecedente-anáfora)[5]. Em contrapartida, o sintagma nominal em itálico em (23a) e o pronome demonstrativo em itálico em (23b) não dependem de outras expressões do texto para estabelecer a sua referência: o primeiro, por ter um conteúdo descritivo rico que permite identificar o seu referente inequivocamente; o segundo, por ser dêitico.

Um dos objetivos desta secção consiste em avaliar as cadeias que se estabelecem entre duas (ou mais) expressões referenciais relativamente a estes dois parâmetros. Nesta secção, tratamos, sobretudo, das cadeias que se estabelecem ao longo do texto; para uma discussão das cadeias ao nível da frase, cf. Cap. 41.

O início de uma cadeia referencial envolve a introdução de uma entidade nova no texto, que pode fazer parte ou não do conhecimento partilhado entre produtor e recetor. Uma entidade nova no discurso, não conhecida dos interlocutores, é tipicamente introduzida por um determinante indefinido (cf. (24a)), enquanto uma entidade nova, mas que faz parte do conhecimento partilhado, pode ser introduzida por um determinante de tipo definido, como em (24b), o qual introduz a pressuposição de que o ouvinte sabe quem é a pessoa designada pelo sintagma nominal:

(24) a. Há no meu prédio *uns vizinhos novos*.
b. Encontrei *o reitor* ontem à noite.

Após a introdução da nova entidade no discurso, esta poderá ser retomada de várias formas, que discutiremos nas subsecções seguintes.

34.2.1.1 Pronomes e pró-formas

Quando o pronome é **anafórico** (ou, de modo mais simples, é uma **anáfora**), a relação que se estabelece entre ele e a expressão referencial de que depende chama-se **relação anafórica** (em sentido lato). Recorde-se que a expressão referencial que empresta a sua referência à anáfora se chama, por sua vez, o **antecedente** da anáfora. Este pode ocorrer quer antes (cf. (25)) quer depois da anáfora (cf. (26)):

(25) Em entrevista à televisão, o vice-secretário-geral do PSOE, Alfonso Guerra, defendeu a tese de que está em marcha uma operação contra Felipe González [...]. Segundo *ele*, a desclassificação dos «papéis do Cesid» é «apenas um exemplo do afã anti-socialista». (*Público*, edição *online*, 23.09.2011)

(26) *Eles* reuniam-se no Bar do Anísio, todas as noites. Marinho, dono da principal farmácia da cidade, Fernando e Gonçalves, sócios num armazém, e Anísio. (R. Fonseca, *Jogo*, pág. 197 (exemplo adaptado))

Os exemplos (25) e (26) ilustram uma relação anafórica em sentido lato. No entanto, costuma-se falar em anáfora, em sentido estrito, quando o antecedente precede a expressão anafórica (cf. (25)), e em **catáfora**, quando o antecedente segue a expressão anafórica (cf. (26)). O percurso de tipo anafórico é geralmente o mais usual, pois a cadeia de referência inicia-se normalmente com uma expressão linguística mais

[5] No Cap. 41 chama-se **cadeia anafórica** à relação que se estabelece entre duas expressões nominais quando uma delas depende referencialmente da outra.

definida, com conteúdo referencial próprio, que permite introduzir um referente. É o tipo de cadeia preferencial em textos de tipo informativo, não subjetivos, que introduzem uma entidade ou situação e que sobre ela vão acrescentando informação, como na notícia de jornal em (25). Em contrapartida, a catáfora ocorre geralmente por motivos estilísticos: por exemplo, o de criar curiosidade em relação a uma entidade que é introduzida no discurso de forma não definida e que só posteriormente se identifica e descreve, como no pequeno extrato em (26).

Uma cadeia referencial pode ainda ser constituída por expressões de referência indeterminada, como o pronome *se* impessoal, em (27a), e o pronome nulo de interpretação indefinida com a função de sujeito, em (27b):

(27) a. Quando *se está* no ringue, *controla-se* ou *usa-se* a violência? (CRPC, *Diário de Notícias*)

b. Se [-] *ouvirmos* o discurso dos alugadores de quartos e apartamentos, [-] *compreenderemos* as razões deste quase segredo. (CRPC, *Expresso*)

Para além dos pronomes, existem outras expressões, chamadas **pró-formas** (cf. Cap. 23, Caixa [1]), que podem ter valor anafórico, isto é, tomar o seu valor referencial de um antecedente. É o caso das expressões adverbiais de localização temporal como *entretanto* e *então* (cf. Cap. 33) e dos determinantes demonstrativos como *este*, *esse*, *aquele* (e suas variantes morfológicas), incluindo em sintagmas preposicionais como *nessa altura*, *nesse/naquele tempo/período*. Apresentam-se alguns exemplos em (28), em que se sublinham os antecedentes e se escrevem os elementos anafóricos em itálico:

(28) a. Tudo começou em 24 de Novembro de 1983 com a publicação do Decreto-Lei n.º 417/83, que estipulava um prazo de 180 dias para que as Câmaras e Assembleias Municipais fizessem aprovar os horários de comércio em cada concelho. Elvas, em termos autárquicos, vivia *então* um período muito agitado (CRPC, *Diário de Notícias*)

b. Em 1973, nas últimas eleições marcelistas, os comícios da oposição começavam invariavelmente com um minuto de silêncio em memória do Presidente assassinado. Foi *nessa altura* que Guterres deixou crescer bigode, numa homenagem a Allende que também usava bigode. (CRPC, *Visão*)

A cadeia pode envolver aspetos mais complexos do que nos casos exemplificados acima, como se ilustra em (29):

(29) a. A Direção tem tomado várias medidas impopulares nos últimos tempos. Tudo indica que *eles* serão fortemente contestados na próxima Assembleia-Geral.

b. Vais precisar de um cobertor. *Eles* estão todos no armário do fundo.

Em (29a), o referente do pronome *eles* é o mesmo da expressão nominal *a Direção* e, apesar da ausência de concordância em número, a correferência é recuperada a partir do conhecimento lexical do falante, que interpreta o nome *Direção* como um nome coletivo e o pronome como retomando o conjunto dos membros desse coletivo. Neste caso, existe correferência e o pronome é dependente referencialmente. No exemplo (29b), o referente do pronome *eles* é recuperado a partir da expressão

nominal *um cobertor*, apesar de não existir identidade referencial: *um cobertor* designa aqui uma entidade genérica e o pronome *eles* tem como referente um conjunto específico dessas entidades. Ou seja, neste caso, não há correferência – não se forma uma cadeia referencial –, mas a referência do pronome *eles* depende da expressão nominal *um cobertor*.

A nível interfrásico, os referentes também podem ser retomados por pronomes nulos com a função de sujeito em orações finitas, uma situação frequente em português, como se ilustra em (30), em que se assinala o sujeito nulo com parênteses retos ("[-]"):

(30) o ministro da Economia e do Emprego salientou que se está a aplicar "o que foi acordado no memorando assinado com a troika [...]. Além disso, [-] frisou, "a questão laboral é simplesmente uma pequena questão em relação às questões mais abrangentes da competitividade". (*Público*, edição *online*, 23.09.2011)

Em (30), o pronome nulo forma uma cadeia referencial com o seu antecedente, o sintagma *o ministro da Economia e do Emprego*, i.e., os dois elementos são correferentes.

34.2.1.2 Anáfora fiel (ou reiteração)

Quando a anáfora tem identidade referencial plena com o seu antecedente, fala-se em **anáfora fiel** (cf. Caps. 22 e 41)[6]. Nestes casos, o referente é tipicamente retomado com o mesmo nome com que foi introduzido no discurso. Como foi referido acima, a introdução no discurso de uma nova entidade é feita tipicamente através de uma expressão nominal com artigo indefinido (cf. (24a)). Ora, quando a expressão nominal é retomada no texto, ocorre preferencialmente com artigo definido ou com determinante demonstrativo ou pronome demonstrativo, por se tratar de uma entidade já conhecida no universo do discurso. Assim, no exemplo (31a), as entidades indefinidas *um príncipe* e *uma princesa* (expressões sublinhadas), são retomadas a seguir com artigo definido (em itálico) e, em (31b), o nome *corrente* ocorre em primeiro lugar precedido de artigo indefinido e é retomado com determinante demonstrativo:

(31) a. Era uma vez um príncipe que amava uma princesa. Mas *o príncipe* era um velho caquético, e *a princesa* uma bela jovem que não o amava (CRPC, *Expresso*).

b. No capítulo anterior verificámos que a corrente eléctrica criava um campo magnético, isto é, se tivéssemos um condutor [...] ou uma bobina percorrida por uma corrente, *esta corrente* originava um campo magnético envolvente cujo sentido podia ser obtido pela regra do saca-rolhas. (CRPC, Matias, *Electrotecnia*).

Embora estes exemplos com reiteração do nome e alteração do determinante que o antecede sejam perfeitamente aceitáveis, é em geral desaconselhada na escrita a repetição exata das expressões numa cadeia referencial, sobretudo quando os

[6] Beaugrande e Dressler (1981) usam os termos "reiteração" e "reiteração parcial" (em inglês, respetivamente, "*recurrence*" e "*partial recurrence*"). A retoma através de sintagma nominal, e não através de pronome, é designada como "anáfora nominal" (cf. Cap. 41).

elementos da cadeia estão próximos no texto[7]. A repetição é mais usual no discurso oral, por este ser, nos registos informais, um tipo de produção sobre o qual o falante exerce um grau de controlo menor do que sobre o texto escrito.

Em certos contextos, a repetição é utilizada na escrita e na oralidade de forma propositada, com objetivos estilísticos ou discursivos, como o de realçar determinada opinião (cf. (32a)) ou o de expressar surpresa perante opiniões que não coincidem com a do falante ou alguma irritação perante dúvidas do interlocutor, como em (32b):

(32) a. Lisboa tem problemas de trânsito. *Lisboa* tem problemas de espaços verdes. *Lisboa* precisa da nossa intervenção urgente.
b. A – Comprei o primeiro álbum dos Doors.
B – Compraste *o primeiro álbum dos Doors*?
A – Sim, comprei *o primeiro álbum dos Doors*.

Repare-se que, em (32), contrariamente ao que sucede em (31), as várias ocorrências dos sintagmas nominais *Lisboa* e *o primeiro álbum dos Doors* (quer as sublinhadas quer as que estão em itálico) têm capacidade referencial própria, na medida em que permitem identificar o seu referente de forma autónoma. Estas expressões formam, portanto, uma cadeia referencial, cujos elementos são correferentes, embora não haja entre eles relações de dependência referencial.

A repetição da expressão referencial pode ser parcial, no sentido de apenas ser retomada parte da expressão nominal. Esta é uma forma muito usual de possibilitar ao leitor a identificação eficaz da cadeia referencial, evitando, no entanto, desrespeitar as recomendações estilísticas que desaconselham a repetição. É um tipo de cadeia referencial frequente em notícias de jornais, como no exemplo (33):

(33) O Presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, entregou ao secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o pedido de adesão às Nações Unidas de um estado palestiniano, o que significaria o seu reconhecimento.
O pedido estava dentro de uma pasta com a águia que é o símbolo da Palestina e a cerimónia teve lugar minutos antes de *Abbas* discursar perante a Assembleia Geral da ONU, que decorre em Nova Iorque (EUA). No momento em que *o presidente da Autoridade Palestiniana* se aproximou do pódium, para [-] discursar, foram muitos os delegados que se levantaram para *o* aplaudir. (*Público*, edição *online*, 23.09.2011).

Em (33), a primeira referência ao presidente é feita com sintagmas nominais com conteúdo muito informativo – o cargo e o nome (sublinhado) – e as retomas (em itálico) utilizam a repetição parcial da expressão inicial: primeiro através do apelido, depois do cargo, e finalmente através de pronome nulo, assinalado no texto. Também o sintagma nominal *o pedido de adesão às Nações Unidas de um estado palestiniano* é repetido parcialmente no segundo parágrafo.

[7] Veja-se, por exemplo, que a reiteração sucessiva da mesma expressão nominal é um dos aspetos que são com frequência objeto de correção nas produções de estudantes de uma língua.

34.2.1.3 Anáfora infiel (ou paráfrase)

Em vez de utilizar a repetição de uma mesma expressão nominal, a retoma na cadeia referencial pode consistir numa **paráfrase** através de uma expressão nominal que tem o mesmo referente mas denotação diferente (cf. Beaugrande e Dressler 1981). Este tipo de retoma é geralmente chamado **anáfora infiel** (cf. Caps. 22 e 41). Isto é, a expressão é correferente com a expressão anterior, mas foca outras propriedades da mesma entidade. Vejam-se os exemplos (34):

(34) a. Foi publicado hoje um novo livro de José Saramago. *O prémio Nobel português da Literatura* não chegou a ver essa obra impressa.
b. Rui Costa fez declarações breves à televisão após o jogo fatídico com o adversário europeu. *O responsável desportivo do Benfica* assumiu a derrota.
c. A Elisabete chegou outra vez atrasada ao trabalho. É frequente *a mulher do Rui* perder o comboio das 8h.

Nos exemplos (34), as expressões nominais em sublinhado e em itálico são correferentes, embora cada uma proporcione informação suficiente para identificar de forma independente o seu referente, pelo que a correferência não resulta de uma relação de dependência. Não existe, em (34), qualquer relação léxico-semântica entre as expressões: a possibilidade de os referentes dos sintagmas nominais serem interpretados como os mesmos está dependente do nosso conhecimento do mundo e do conhecimento partilhado entre os produtores e recetores do texto. Por exemplo, em (34a), o facto de só ter havido um Nobel português da Literatura estabelece necessariamente a identidade referencial entre as expressões. É ainda frequente a retoma através do cargo desempenhado pelo referente, como em (34b), ou através de relações de parentesco, como em (34c). Nestes casos, portanto, estabelece-se uma cadeia referencial entre os dois elementos, mas não existe uma relação anafórica entre eles.

Nem sempre os falantes têm conhecimento partilhado que lhes permita reconhecer que as expressões remetem para o mesmo referente. Por exemplo, o leitor pode não saber que Rui Costa é ou foi o responsável desportivo do Benfica ou que a Elisabete é a mulher do Rui. A interpretação de correferência pode ser legitimada pelo contexto (por exemplo, pela relação lógica entre o evento 'chegar atrasado' e o evento 'perder o comboio', em (34c)). Mas é também fundamental para a correferência a máxima da relação (cf. 34.1.2), que pressupõe que o produtor do texto não irá alterar o tópico do seu texto sem que forneça alguma informação nesse sentido ao recetor (princípio de cooperação). Assumindo este princípio, as expressões em itálico que remetem para o referente previamente introduzido (sublinhado) permitem acrescentar informação nova sobre a entidade, informação essa que pode constituir ou não conhecimento partilhado.

Em (35), a expressão em itálico não permite a identificação autónoma do referente: de facto, há muitos milionários de origem saudita e a referência deve ser recuperada a partir da expressão sublinhada que refere o nome do milionário. Assim, contrariamente aos exemplos (34), o estabelecimento de uma cadeia referencial em (35) assenta numa relação de dependência referencial entre os seus elementos:

(35) E os Estados Unidos têm o regime Taliban como "inimigo público número um", por proteger Osama Bin-Laden dentro das suas fronteiras. *O milionário*

de origem saudita é acusado por Washington de estar por trás de atentados às suas embaixadas em Dar-Es-Salam e Nairobi, que provocaram 224 mortes. (CRPC, *Público*).

A retoma por paráfrase pode ser feita através de expressões lexicais que denotam entidades que apresentam relações semânticas com a entidade retomada[8]. Este tipo de retoma é por isso conhecido como **anáfora lexical**. Apresentam-se em (36) alguns exemplos em que o referente é retomado através de expressões que estabelecem com o antecedente uma relação de sinonímia (cf. (36a)), de hiperonímia (cf. (36b)) e de hiponímia (cf. (36c)) (cf. Cap. 8)[9]:

(36) a. O João tinha planeado levar o carro para o trabalho. Infelizmente, *o automóvel* avariou.
b. Ele comprou um cavalo de corrida que já foi três vezes campeão. *O animal* é lindo.
c. Gosto muito do novo cão deles. *O caniche* é muito querido e brincou logo com os meus filhos.

Nos exemplos (36), a expressão sublinhada e a expressão em itálico têm identidade referencial, isto é, são correferentes, embora tenham denotações diferentes. A correferência não resulta de uma identidade em termos de denotação, mas sim de um fator lexical, nomeadamente a relação semântica entre as expressões usadas, a que se juntam fatores contextuais, como o artigo definido, que permite identificar o referente dessas expressões como retomando o referente previamente introduzido. Nestes casos, estabelecem-se cadeias de dependência referencial, pois a identificação do referente da segunda expressão depende da identificação do da primeira.

34.2.1.4 Anáfora associativa

Nos casos de **anáfora associativa**[10], não existe identidade referencial entre as expressões e cada uma tem o seu próprio referente. No entanto, uma dessas expressões depende da outra para estabelecer a sua referência, daí falar-se em anáfora "associativa". Por exemplo, em (37a), o sintagma nominal *a sala* deve ser interpretado como 'a sala da casa da Ana', com base nas relações de todo-parte (holonímia/meronímia; cf. Cap. 8) que se estabelecem entre *casa* e *sala*. E, em (37b), o referente das duas expressões nominais é diferente, mas a interpretação referencial da segunda expressão está dependente da da primeira (as rosas fazem parte das flores do jardim do Manel). Existe, portanto, dependência referencial entre as duas expressões sem haver correferência entre elas.

(37) a. A casa da Ana é linda. *A sala* ficou muito bem decorada.
b. Gosto das flores do jardim do Manel. Sobretudo d*as rosas*.

[8] Este processo é por vezes considerado um tipo de coesão lexical (cf. Duarte 2003a).
[9] Os falantes tendem a preferir a retoma por hiperónimo (como em (36b)) à retoma por hipónimo (como em (36c)).
[10] Cf. Cap. 22, bem como Kleiber (2001) e Silva (1999).

34.2.1.5 Anáfora conceptual

Os exemplos apresentados até aqui são, na sua grande maioria, casos de cadeias referenciais em que o referente é uma entidade. No entanto, uma cadeia pode ser formada por expressões que referem uma situação, ou seja, em que uma delas retoma um conteúdo proposicional apresentado anteriormente. Estes casos são chamados **anáfora conceptual** (também **anáfora resumativa**):

(38) a. O Presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, entregou ao secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o pedido de adesão às Nações Unidas de um estado palestiniano, o que significaria o seu reconhecimento. O pedido estava dentro de uma pasta com a águia que é o símbolo da Palestina e *a cerimónia* teve lugar minutos antes de Abbas discursar perante a Assembleia Geral da ONU. (*Público*, edição *online*, 23.09.2011)

b. O Governo aumentou novamente os impostos. *A medida* levantou uma onda de contestação social.

Em (38a), o sintagma nominal *a cerimónia* retoma o evento descrito na oração principal da primeira frase da notícia e, em (38b), da mesma forma, o sintagma nominal *a medida* retoma o evento descrito na frase anterior (sobre este tipo de anáfora, cf. também o Cap. 22).

34.2.1.6 Princípios de organização das cadeias referenciais

A constituição das cadeias referenciais e as opções relativamente às várias estratégias acima apontadas seguem alguns princípios que se prendem com o género do texto, a sua organização, o número de cadeias referenciais que ele contém e a necessidade de manter acessível o referente evitando usar apenas a estratégia da repetição.

Um desses princípios, já aqui identificado, é o de que a cadeia referencial se inicia preferencialmente com expressões mais específicas, seguidas depois de elementos menos específicos, que retomam as primeiras e das quais dependem referencialmente. Por outro lado, as unidades estruturais como a frase e o parágrafo, na escrita, e o turno de fala, na oralidade, também são fatores determinantes. Por exemplo, no interior de um mesmo parágrafo, o referente é geralmente retomado através de expressões pronominais ou de expressões foneticamente não realizadas (como, por exemplo, os pronomes nulos), enquanto no início de um novo parágrafo se recorre tipicamente a expressões nominais que constituem quer reiterações (totais ou parciais) quer paráfrases (como a anáfora lexical). É o caso do texto em (39), que tem como tema principal o Presidente do Sudão, assinalado pelas expressões com o índice número 1, e também o Governo deste país, assinalado pelas expressões com o índice número 2:

(39) Bashir assume responsabilidade pelo Darfur

[$_1$O Presidente do Sudão, Omar al-Bashir], disse pela primeira vez publicamente ser [$_1$o responsável pelo genocídio na região de Darfur]. "[$_1$-] Sou [$_1$o Presidente], claro que [$_1$-] sou [$_1$o responsável por tudo o que acontece no meu país]", [$_1$-] disse numa entrevista exclusiva ao jornal *The Guardian*.

[$_1$Al-Bashir] esclareceu logo de seguida que essa responsabilidade não significa que [$_1$-] seja culpado de qualquer crime e [$_1$-] disse que o Tribunal Penal

> Internacional (TPI) – que [$_1$o] acusa de genocídio – tem realizado uma "campanha de mentiras" e que tem "dois pesos e duas medidas" quando age.
> [...] Segundo a ONU, a guerra, que prossegue, já matou 300 mil pessoas e 2,7 milhões foram forçadas a abandonar a sua região de origem.
> [$_1$Al-Bashir] disse ao Guardian que este é um número inflacionado pelo Ocidente. [$_2$O [$_1$seu] Governo]] fala de dez mil mortos e 370 mil deslocados. "Enquanto [$_2$Governo], [$_3$-] lutámos contra os que pegaram em armas para desafiar o Estado. Mas também [$_3$-] [lutámos][11] contra alguns insurrectos que atacaram as tribos... e por isso houve perda de vidas. Mas nem de perto se chegou ao número mencionado nos media ocidentais; esses números foram exagerados propositadamente".
> [$_1$O Presidente] explicou que o que se passa em Darfur não passa de um "conflito tradicional" que "começou no tempo colonial". E [$_1$-] acusou a antiga potência colonizadora, o Reino Unido, de pretender provocar uma mudança no regime sudanês, tal como está a fazer na Líbia. "É importante para eles [Reino Unido, França, Itália] ter um regime na Líbia que seja, se não leal, pelo menos amigável para esses países".
> As investigações à morte da população no Darfur levou a que [$_1$Al-Bashir] se tornasse, em 2009, [$_1$o primeiro chefe de Estado em exercício a ser indiciado pelo TPI (que tem o patrocínio da ONU) por sete crimes contra a humanidade e crimes de guerra]. (*Público*, 22.04.2011)

A apresentação do presidente é feita, no início do texto, através de uma expressão linguística com um elevado grau de informação, contendo a menção do cargo e o nome completo. Em cada parágrafo seguinte, a primeira ocorrência desta cadeia referencial utiliza uma reiteração parcial da expressão que aparece no início do texto: o apelido (*Al-Bashir*) ou o cargo abreviado (*O Presidente*). No interior dos parágrafos, essa expressão é retomada por pronomes (que podem ser nulos), os quais formam com o seu antecedente uma cadeia de dependências referenciais. No último parágrafo, existe uma cadeia referencial entre as expressões *Al-Bashir* e *o primeiro chefe de Estado* [...] *guerra*. Neste caso, embora exista correferência entre as duas expressões, não existe dependência referencial da segunda em relação à primeira, porque o conteúdo semântico da segunda expressão permite identificar univocamente o referente.

O género textual (e também as propriedades específicas de cada língua) permite ainda identificar padrões diferenciados na estruturação das cadeias referenciais (cf. Huang 2002). Assim, por exemplo, no texto em (40), também do género jornalístico, mas identificado no jornal como reportagem (por oposição a notícia), há várias entidades denotadas por expressões que estabelecem cadeias referenciais indicadas pelos índices, sendo a estrutura do texto mais complexa do que em (39), no que respeita à coesão referencial:

(40) "Não há dinheiro nenhum que pague ter um filho perfeito"
> [$_1$A porta] abre-se com um desabafo: "[$_2$Eu] não contava com nada d[$_3$isto]".
> "[$_3$Isto]" é [$_3$a decisão d [$_4$o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga], [$_4$que]

[11] Assinala-se entre parênteses retos o verbo *lutar* não realizado.

> condenou na semana passada o Hospital de São Marcos a pagar uma indemnização recorde à [$_5$família de [$_6$uma criança]] por causa de atos de negligência durante o parto]. [$_3$Essa decisão] fez com que [$_2$a mãe, Maria dos Anjos Afonso], abrisse [$_1$a porta], uma e outra vez, aos jornalistas durante o dia de ontem. É uma interrupção na rotina que se instalou há 16 anos devido à incapacidade total d [$_6$o filho Pedro]. Desde então, [$_6$ele] é [$_6$o centro da vida naquela casa]. [$_2$Maria dos Anjos] era costureira quando, em 1994, [$_2$-] deu entrada no Hospital de S. Marcos para o parto d[$_6$o [$_2$seu] segundo filho]. O que aconteceu obrigou-[$_2$a] a largar o emprego, porque cuidar de [$_6$uma criança com uma incapacidade de 100%] é trabalho de sobra para as 24 horas do dia. (*Público*, 21.10.2011)

Este texto apresenta propriedades que o distinguem de textos jornalísticos como o de (39). Contrariamente ao princípio que estabelece que a cadeia deve iniciar-se com expressões mais específicas, a primeira frase introduz entidades novas (i.e., que ainda não fazem parte do universo do discurso do texto considerado), quer através de expressões pronominais (como *eu* e *isto*), que normalmente dependem de outra expressão do texto ou da situação de enunciação, quer através de um sintagma nominal definido (*a porta*). Na segunda frase, a expressão nominal *a família de uma criança* (repare-se que o determinante inicial, apesar de não ocorrer independentemente no texto, está contraído na forma *à* com a preposição *a*), embora não seja retomada e não forme uma cadeia de referência, fornece a informação necessária para a compreensão de outras cadeias: *a mãe*, logo a seguir, é uma expressão que é interpretada como sendo 'a mãe da criança', *a rotina* é interpretada como 'a rotina da família' e *a porta* como 'a porta da casa da família'. Identifica-se, na terceira frase, a pessoa que abriu a porta e, por inferência, o leitor pode então interpretar a expressão *a mãe, Maria dos Anjos Afonso* como correferente do pronome *eu* da primeira frase. Note-se que estamos aqui perante uma cadeia referencial que se inicia com uma expressão com pouco conteúdo informativo e que só posteriormente apresenta informação precisa sobre essa entidade: a sua relação de parentesco com a criança e o seu nome completo. Esta cadeia referencial é retomada com o nome próprio no início do segundo parágrafo e continua com pronome nulo ([-] *deu entrada*), um pronome possessivo (*seu*) e um pronome clítico acusativo (*a*), expressões que, neste caso, dependem do nome próprio para a identificação do seu referente. Também a cadeia de referência para o referente chamado Pedro se inicia com uma expressão indefinida sem capacidade referencial, *uma criança*, e só depois ocorre uma expressão referencial com o grau de parentesco e o nome da criança, *o filho Pedro*, que é depois retomada pelo pronome *ele*. Portanto, após um início que subverte os princípios prototípicos da organização das cadeias referenciais, o texto volta progressivamente a integrá-los.

Para além da estruturação do texto em unidades como o parágrafo e das diferenças que advêm da tipologia textual, o grau de saliência de um referente é geralmente apontado como determinante para o tipo de cadeia referencial que se estabelece num texto[12]. Um referente com alto grau de saliência, como, por exemplo, a enti-

[12] Esta abordagem é conhecida como Teoria da Acessibilidade (Ariel 1990). Veja-se, ainda, o trabalho de Grosz et al. (1995) sobre o grau de centralidade de determinadas entidades no discurso.

dade que é o tema principal de uma notícia, ficará mais acessível na memória do leitor ou interlocutor, o que possibilita a sua retoma com expressões referenciais menos específicas[13]. Pelo contrário, um referente pouco saliente terá uma baixa acessibilidade e será tipicamente retomado por expressões muito específicas, como o nome completo seguido de aposto ou uma paráfrase.

> [1] A coesão referencial é, em si mesma, um fator de coesão lexical e simultaneamente de coesão temática. Exemplificamos nesta caixa casos de coesão lexical que não constituem uma cadeia referencial, isto é, que não apresentam expressões que retomam total ou parcialmente determinada entidade ou situação mencionadas no texto. Essa coesão assenta na repetição de um item lexical ou de palavras morfologicamente relacionadas com esse item. Vejam-se os exemplos (i), de uma produção oral (a) e de uma produção escrita (b):
>
> (i) a. o kerouackiano, pá, é um gajo que sabe que as coisas tão e são *inalteráveis*, pá, na medida em que para as *alterar*, pá, é preciso que os indivíduos se *alterem* a si mesmos. (CRPC, PF 0555)
>
> b. O Presidente do Sudão, Omar al-Bashir, disse pela primeira vez publicamente ser o *responsável* pelo genocídio na região de Darfur. "Sou o Presidente, claro que sou o *responsável* por tudo o que acontece no meu país", disse numa entrevista exclusiva ao jornal *The Guardian*. Al-Bashir esclareceu logo de seguida que essa *responsabilidade* não significa que seja culpado de qualquer crime (*Público*, 22.04.2011)

34.2.2 Coesão temporal

A coesão textual assenta ainda na coesão temporal entre as várias situações que são apresentadas ao longo de um texto. A coesão temporal é assegurada, em primeiro lugar, pelo tempo verbal, que permite localizar temporalmente as situações como sobrepondo-se no tempo ou ocorrendo em tempos diferentes (cf. Cap. 15)[14]. Nos exemplos (41), o tempo verbal na segunda oração determina a localização temporal da situação descrita por essa oração em relação à situação descrita na primeira:

(41) a. Todos *acham* que a equipa *jogou* muito bem na final da Taça.
b. O João *está* convencido de que aquele candidato *vencerá* as eleições.
c. *Está* muito calor e a Maria *sente-se* mal.

Nestes exemplos, o verbo da primeira oração está no presente do indicativo, assinalando que a situação descrita nessa oração é simultânea com o tempo da enunciação. Em (41a), o verbo da segunda oração está no pretérito perfeito e o evento (jogar na final da Taça) localiza-se, por conseguinte, no passado em relação ao tempo da enunciação, enquanto que em (41b) o verbo *vencer* está no futuro do indicativo e o evento (vencer as eleições) é posterior ao tempo da enunciação. Em (41c), ambos os verbos estão no presente e as duas situações sobrepõem-se temporalmente.

---

[13] Refira-se, aliás, que, em casos deste tipo, experiências realizadas com falantes apontam para o facto de a retoma com expressões mais específicas (como o próprio nome e apelido) atrasar o processamento da frase pelo leitor, ao contrário da retoma por um pronome.

[14] A essa ordenação temporal somam-se, por vezes, nexos de natureza causal e final (cf. 34.2.3).

Nas orações conectadas por subordinação (sobretudo no caso das subordinadas completivas), existe um maior grau de dependência entre a oração subordinada e a oração principal, que pode manifestar-se, com alguns tipos de verbos, na seleção do modo indicativo ou conjuntivo na oração subordinada. O tempo verbal da oração principal estabelece ainda restrições sobre o tempo do verbo da subordinada, essencialmente quando este está no modo conjuntivo (cf. Caps. 15.3.3 e 36), como se ilustra em (42) e (43):

(42) a. O João *espera* que ela *chegue* a horas à cerimónia.
b. O João *espera* que ela *tenha chegado* a horas à cerimónia.

(43) a. O João *esperava* que ela *chegasse* a horas à cerimónia.
b. O João *esperava* que ela *tivesse chegado* a horas à cerimónia.

Se o verbo da oração principal está no presente do indicativo, o verbo da oração subordinada está no presente do conjuntivo quando a situação representada é posterior à situação expressa na oração principal (cf. (42a)) e no pretérito perfeito composto do conjuntivo quando a situação representada é anterior à situação representada pela oração principal (cf. (42b)). Se o verbo da oração principal está num tempo pretérito, o verbo da subordinada está no pretérito imperfeito ou mais-que-perfeito composto, ambos do conjuntivo, consoante o tempo da subordinada seja posterior (cf. (43a)) ou anterior (cf. (43b)) ao da principal.

Quando ocorrem duas ou mais orações coordenadas no texto, estas são tipicamente interpretadas como representando uma sequência temporal de eventos na mesma ordem em que ocorrem no texto, como se exemplifica em (44). Assim, a sequência de orações representa uma progressão narrativa:

(44) a. Os alunos entraram na sala e cumprimentaram a professora.
b. A banda começou com concertos, lançou um EP e gravou o seu primeiro álbum em Londres.

Numa sequência de orações e de frases, a coesão temporal não é apenas assegurada pelo tempo verbal, como se ilustra no excerto em (45):

(45) *No ano 711* a Península Ibérica era um reino visigodo atormentado por lutas internas. Foi precisamente *nesse ano* que os mouros do Norte de África reuniram um grande exército e avançaram para a Europa. Desembarcaram junto de um rochedo a que deram o nome de "Jbel Tarik", em honra de Tarik, o homem que os comandava. O nome *evoluiu* para Gibraltar e *perdurou até aos nossos dias*.

Depois da batalha de Guadalete, em que os mouros obtiveram uma vitória estrondosa, *seguiu-se* a conquista da Península. Entusiasmados com o sucesso, fizeram uma incursão além-Pirenéus, mas *aí* a sorte mudou. *Em 732*, na batalha de Poitiers, os francos, chefiados por Carlos Martel, puseram fim à investida moura.

Toda a Península *passou a* fazer parte do império árabe, excepto uma faixa a norte que incluía as Astúrias e o País Basco. (Mattoso, Magalhães e Alçada, *Primeiros reis*, pág. 13)

Neste exemplo, contribuem para a coesão temporal adjuntos adverbiais que têm uma função de localização temporal da situação descrita na oração em que ocorrem, como *no ano 711*, *nesse ano* e *em 732* (cf. 34.4.1 e Cap. 16). O adjunto *nesse ano*, em particular, tem valor anafórico, retomando o tempo expresso pelo adjunto *no ano 711*, que ocorre na oração anterior. Nalguns casos, o léxico verbal tem um significado inerentemente temporal, que contribui, por conseguinte, para a coesão temporal do texto: é o caso, por exemplo, do verbo *seguir-se*, que se combina com o adjunto adverbial *depois da batalha de Guadalete* para indicar uma ordenação de situações.

O uso de diferentes tempos verbais serve também para alternar entre sequências de valor narrativo e de valor descritivo, como se ilustra em (46):

(46) Quando o novo hospital *arrancou*, o grupo privado *absorveu* o quadro da anterior unidade menos estas 16 pessoas – cerca de metade são médicos e os outros técnicos de diagnóstico e terapêutica –, porque *decidiu* subcontratar estes serviços no exterior (*Público*, 11.11.2011)

Neste exemplo, todas as orações, à exceção daquela que está entre travessões, têm o verbo no pretérito perfeito do indicativo e localizam temporalmente os diferentes eventos num tempo passado em relação ao tempo da enunciação (o arranque do hospital, a absorção do quadro, a subcontratação de serviços). Trata-se, portanto, de uma sequência de tipo narrativo. Em contrapartida, o verbo da oração entre travessões (sublinhado em (46)) está no presente do indicativo, expressando uma sequência de tipo descritivo[15].

Enquanto (46) corresponde essencialmente a uma sequência de eventos, e portanto a uma sequência narrativa, em (47) a maioria dos verbos está no tempo presente, representando uma sequência de tipo descritivo:

(47) O povoado *cresce* sobre a duna que há perto de duzentos anos os pinhais começaram a fixar. No alto, a descer para o poente, *fica* a quinta dos Paulos. A casa *tem* dois pisos e *é* ampla e velha. Uma larga alpendrada *resguarda*-lhe as janelas da chuva, das nortadas. A telha *é* antiga, canelada, e o tempo enegreceu a caiação. A quinta *desdobra*-se em leiras de pinhal, vinha, milho, pela gândara dentro. (CRPC, C. de Oliveira, *Casa*)

34.2.3 Coesão estrutural

As conexões estruturais entre os elementos de um texto também asseguram a sua coesão e a sua coerência. Estas conexões envolvem nexos semânticos de vária ordem entre os elementos ligados. As conexões estruturais podem ligar entre si elementos que pertencem à mesma frase (nesse caso falamos de **coesão estrutural intrafrásica** ou simplesmente **frásica)**, ou elementos que, isoladamente, mantêm um certo grau de autonomia, como, p.e., duas frases independentes entre si (nesse caso falamos de **coesão estrutural interfrásica**)[16]. Na coesão frásica, interessam-nos particularmente nesta subsecção os casos que envolvem duas (ou mais) orações, quer em estruturas de subordinação (cf. Caps. 36 a 39) quer em estruturas

[15] Em 34.2.3.2.2.1, observa-se como a coesão temporal se associa neste exemplo à coesão frásica para a constituição de sequências de tipo diferente, narrativo e descritivo.

[16] Cf. Beaugrande e Dressler (1981), Halliday e Hassan (1976), Dijk (1977), Hopper e Traugott (1993).

de coordenação (cf. Cap. 35). As conexões que os elementos de um texto podem manter entre si são tradicionalmente consideradas como sendo de dois tipos: **hipotático** (ou **hipotaxe**, que significa 'colocação sob') e **paratático** (ou **parataxe**, que significa 'colocação ao lado de').

A **hipotaxe** é constituída por processos sintáticos que combinam constituintes em níveis hierárquicos distintos. Quando se combinam hipotaticamente dois constituintes, um deles depende do outro, semanticamente e estruturalmente. Os constituintes combinados por hipotaxe têm um grau relativamente alto de coesão entre si e encontram-se formalmente integrados na estrutura mais ampla que os contém (embora o grau de integração possa variar, como veremos seguidamente).

A articulação entre os constituintes de uma oração forma uma relação hierarquizada de tipo hipotático: assim, p.e., na formação do sintagma nominal *o jovem piloto da Ferrari*, o sintagma preposicional *da Ferrari* depende hierarquicamente do substantivo *piloto* com o qual se combina, formando um novo constituinte hierarquicamente superior, *piloto da Ferrari*. Este constituinte, por sua vez, combina-se com o adjetivo *jovem*, formando um novo constituinte num nível estrutural superior, *jovem piloto da Ferrari*. Finalmente, este último constituinte liga-se ao artigo definido *o*, para formar o sintagma nominal no topo da hierarquia estrutural da expressão: [*o* [*jovem* [*piloto* [*da Ferrari*]]]]. De forma mais geral, são hipotáticos os processos sintáticos responsáveis pela formação de sintagmas (nominais, adjetivais, verbais, preposicionais, etc.) e pela articulação desses sintagmas entre si na formação das orações (cf. Cap. 11).

São também exemplos de combinações hipotáticas aquelas em que uma oração está contida noutra, desempenhando nela uma função gramatical, como argumento ou como adjunto adverbial (cf. Cap. 11). Tipicamente, essas orações combinam-se com outro elemento da oração mais ampla em que se integram – elemento esse que pode ser um verbo, uma preposição ou um sintagma verbal (p.e., quando a oração conectada funciona como sujeito). Essa combinação resulta na formação de um constituinte hierarquicamente superior, o qual, por sua vez, está contido dentro da oração mais abrangente. As frases que contêm orações articuladas hipotaticamente chamam-se **frases complexas** e à hipotaxe que incide sobre essas orações chama-se **subordinação** (cf. Caps. 11 e 36 a 39). Um exemplo é a frase *todos acharam [que a Joana ia chumbar a Matemática]*, em que a oração *que a Joana ia chumbar a Matemática* é um dependente do verbo *achar* (especificamente, é seu complemento), combinando-se com ele para formar um constituinte hierarquicamente mais elevado (o sintagma verbal sublinhado) dentro da oração mais abrangente, neste caso coincidente com a frase completa.

A **parataxe**, por sua vez, caracteriza-se por combinar unidades que não estabelecem relações sintáticas de dependência hierárquica e que, por conseguinte, apresentam um grau de coesão menor entre si do que na hipotaxe. Constituem exemplos de parataxe as estruturas de coordenação, em que os elementos constitutivos têm o mesmo estatuto estrutural e semântico no constituinte mais amplo que os integra (cf. *os livros e as canetas*, em que se coordenam sintagmas nominais, e *a Maria estuda filosofia e o Pedro estuda matemática*, em que se coordenam orações). As frases que contêm orações ligadas parataticamente chamam-se **frases compostas**

(cf. Caps. 11 e 35). Por vezes, a parataxe é feita sem qualquer articulação formal entre as unidades que a formam, i.e., sem ser assinalada por marcadores gramaticais (cf. *chegou, viu, venceu*). Para além da coordenação, a parataxe inclui igualmente dois processos que serão desenvolvidos nas subsecções seguintes: a suplementação (cf. 34.2.3.2.2) e a justaposição (cf. 34.2.3.2.3)[17].

34.2.3.1 Hipotaxe

Como se mencionou acima, os constituintes que se ligam por hipotaxe caracterizam-se pela sua integração coesa na organização sintática de uma frase, em diferentes níveis hierárquicos e mantendo entre si relações de dependência estrutural e semântica. Nesta subsecção, interessam-nos as relações hipotáticas que se estabelecem entre orações numa frase complexa, ou seja, em estruturas de subordinação. As estruturas de subordinação classificam-se em três tipos: **subordinação completiva** ou **integrante**, **subordinação adverbial** e **subordinação relativa**.

Nas estruturas de subordinação completiva (cf., por exemplo, *a Maria pensa que o Luís chega tarde*) e adverbial (cf., por exemplo, *comprei esse livro para ler nas férias*), uma oração, chamada **oração subordinada** (sublinhada, nos exemplos) é constituinte de uma oração mais ampla – chamada **oração subordinante** –, desempenhando nela uma função gramatical: de sujeito, de complemento ou de adjunto adverbial (cf. Caps. 11, 36, 37 e 38). Quando, numa frase, existe uma só oração subordinada, como nos exemplos acima, a oração subordinante coincide com a frase na sua totalidade e chama-se **oração principal**. Os exemplos que discutimos nesta secção são todos desse tipo, e por isso usamos o termo "oração principal" em vez de "oração subordinante".

Na **subordinação completiva** ou **integrante**, as orações subordinadas "completam" a informação veiculada por um predicador verbal, nominal ou adjetival, da oração principal – i.e., constituem argumentos selecionados por esse predicador, mantendo com ele uma forte relação sintática e semântica (cf. Caps. 36 e 37). Este tipo de subordinação é aquele em que se manifesta um grau mais elevado de integração da oração subordinada na oração principal que a contém. As orações subordinadas completivas podem exercer a função de sujeito (cf. (48a)[18]) ou de complemento do predicador da oração principal (cf. (48b,c), (49) e (50)) – pomos o predicador em itálico. Em (48), o predicador é um verbo, em (49), um nome, e, em (50), um adjetivo. No caso de o predicador ser verbal, as orações complemento podem ter a função de complemento direto (cf. (48b)) ou de complemento oblíquo, introduzido por uma preposição (cf. (48c)):

(48) a. *Agrada-me* [que essa cadeira passe a ser facultativa].
b. Os deputados *acharam* [que não era necessário um referendo sobre este assunto].
c. A polícia *aconselhou* a [que os jornalistas estivessem sempre identificados nas manifestações].

[17] Sobre a coesão estrutural (intra)frásica entre constituintes quer oracionais quer não oracionais, cf. Cap. 11.
[18] O exemplo correspondente a (48a) com a oração subordinada em posição pré-verbal é de gramaticalidade duvidosa (cf. Cap. 36).

(49) Ele vivia com a *preocupação* de [que as suas ações desvalorizassem com a crise financeira global].

(50) Ele estava *convencido* de [que a lei tinha sido aprovada por maioria qualificada].

Na **subordinação adverbial**, as orações subordinadas (chamadas **orações subordinadas adverbiais**) desempenham a função de adjunto adverbial (cf. Cap. 38). Os adjuntos adverbiais, não sendo selecionados pelo predicador da oração que os contém, mantêm com ele uma relação menos coesa do que os argumentos, o que se manifesta, p.e., na sua opcionalidade (cf. Caps. 11 e 28). As orações adverbiais exprimem um leque variado de valores semânticos, p.e., tempo, causa, finalidade e condição, como se exemplifica em (51)[19]:

(51) a. A bomba explodiu *quando o terrorista carregou no botão*. [tempo]
b. O carro ficou parado na autoestrada *porque o motor tinha uma fuga de óleo*. [causa]
c. Encontraram-se *para preparar a apresentação do dia seguinte*. [finalidade]
d. O Rui volta hoje para casa *se conseguir lugar nesse voo*. [condição]

Devido ao seu estatuto de adjuntos, o grau de dependência e de coesão destas orações com outros elementos da oração principal, em particular com o predicador, é menor do que o das orações subordinadas completivas. Não deixam, no entanto, de integrar de forma hierárquica a estrutura sintática da oração mais ampla que as contém – a frase na sua totalidade –, embora de uma forma mais frouxa do que na subordinação completiva.

Na subordinação adverbial, é possível ainda distinguir dois graus de coesão e de dependência das orações subordinadas relativamente ao resto da frase que as contém, e, concomitantemente, dois graus de integração na estrutura mais ampla. Quando a integração é mais forte, as orações subordinadas chamam-se **orações** (**subordinadas adverbiais**) **integradas** (exemplificadas em (51))[20]; quando a integração é mais fraca, chamam-se **orações** (**subordinadas adverbiais**) **periféricas**. Cada um destes tipos manifesta valores semânticos diferenciados (cf. Cap. 38). Entre as orações adverbiais periféricas contam-se as que têm valor concessivo e condicional, ilustradas a seguir:

(52) a. O João foi dar uma aula, *embora estivesse com febre*. [concessão]
b. Ele vem connosco, *desde que o Mário prometa não falar de trabalho*. [condição]

As orações subordinadas periféricas distinguem-se das orações integradas por se destacarem do resto da frase através de uma pausa ou quebra entoacional, assinalada tipicamente na escrita por meio de uma vírgula, como em (52) – comparar com a ausência de pausa ou vírgula em (51). Para além da sua menor ligação prosódica ao resto da estrutura, apresentam também uma menor dependência semântica

[19] Para uma descrição pormenorizada das orações subordinadas adverbiais e dos seus valores semânticos, cf. Cap. 38.

[20] Não confundir o termo "integrado" (em "orações integradas") com "integrante" (em "orações integrantes"). O primeiro designa um grau (mais forte) de integração estrutural da oração subordinada na principal, ao passo que o segundo designa uma propriedade semântica da oração subordinada no âmbito da principal, nomeadamente o facto de ser um argumento.

relativamente aos restantes elementos do predicado da oração principal – em particular o predicador –, em comparação com as orações integradas.

Uma consequência da fraca integração das orações periféricas na oração principal é o facto de não serem nunca afetadas pela negação desta, contrariamente às orações integradas. Quando uma frase contém uma oração subordinada adverbial integrada, o advérbio de negação na oração principal pode afetar unicamente a oração subordinada, à exclusão do resto do predicado (i.e., do próprio verbo da oração principal em combinação com os seus complementos). Assim, numa das interpretações possíveis da frase *o carro não ficou parado na autoestrada porque tinha uma fuga de óleo* (sublinha-se a oração subordinada adverbial integrada), não se nega que o carro tenha ficado parado; pelo contrário, infere-se que o carro ficou de facto parado. O que se nega é a causa expressa pela oração adverbial integrada; ou seja, nega-se que o motivo da paragem tenha sido uma fuga de óleo.

Em contrapartida, quando uma frase contém uma oração subordinada adverbial periférica, esta nunca é afetada pelo advérbio de negação na oração principal. Assim, na frase *o João não deu a aula, embora estivesse recuperado* (sublinha-se a oração periférica), a única interpretação possível é que o João não deu a aula; em particular, não se nega que a situação descrita pela oração periférica tenha ocorrido – pelo contrário, afirma-se que efetivamente ocorreu.

De forma semelhante, advérbios como *só* e *até* afetam apenas as orações subordinadas adverbiais integradas. Assim, na frase *o carro só parou na autoestrada porque o motor tinha uma fuga de óleo*, o advérbio identifica a razão apresentada como sendo a única, e não que o evento de parar na autoestrada tenha sido único. Pelo contrário, com orações adverbiais periféricas, o advérbio não tem alcance sobre a oração adverbial, modificando apenas o resto do predicado: cf. *o João só foi dar uma aula, embora estivesse recuperado*, em que é o evento de o João dar a aula que é apresentado como único[21].

Finalmente, na **subordinação relativa restritiva**, uma oração, chamada **oração relativa** (**restritiva**), tem a função de modificador do núcleo nominal (em itálico, no exemplo (53)), integrando-se no sintagma nominal que tem como núcleo esse nome, sublinhado em (53) (cf. Cap. 39):

(53) O *referendo* [que a população vai votar no domingo] foi exigido por vários partidos da oposição.

Neste caso, tal como na subordinação completiva, é elevado o grau de dependência da oração subordinada relativamente ao nome modificado, tal como o seu grau de integração no sintagma nominal que a contém e na oração que contém esse sintagma nominal[22].

[2] Na escrita, ocorrem por vezes separadas por pontuação forte (i.e., ponto, ponto e vírgula, ponto de interrogação e ponto de exclamação) orações que são normalmente

[21] Para mais critérios que permitem distinguir os dois tipos de orações subordinadas adverbiais, cf. Cap. 38.3.1.

[22] As orações relativas também podem ser apositivas, como em *o referendo, que teve origem num movimento cívico, conseguiu taxas elevadas de participação* (cf. Cap. 39). No entanto, estes exemplos não representam casos de subordinação, mas sim de suplementação (cf. 34.2.3.2.2.1).

ligadas pelas conjunções e conectores aqui discutidos para a subordinação. É o caso de contextos que têm como objetivo realçar a informação veiculada pela segunda oração, a qual constitui agora uma frase independente, como nos exemplos seguintes:

(i) a. Pela nossa parte, não temos dúvidas de que reduzir, neste momento e nesta conjuntura, a participação no porte pago à imprensa regional é comprometer muito do melhor esforço feito até aqui. *Porque até hoje a generalidade das empresas esteve absorvida com o processo de modernização e de reconversão tecnológica ainda não concluído.* (CRPC, *DAR*)

b. Jorge Sampaio, recorde-se, só informou o Governo do convite que Mandela lhe tinha dirigido para ir a Pretória depois de já ter decidido que ia. *Embora faltasse marcar a data.* (CRPC, *Expresso*)

c. Ele comeu na esplanada um gelado de menta e coco. *Que lhe soube maravilhosamente bem, depois daquele dia de trabalho.*

Em (ia), a oração em itálico dá informação sobre a razão que impede a alteração expressa na primeira frase; em (ib), a oração em itálico tem valor concessivo; em (ic), a oração em itálico é uma estrutura relativa apositiva, que se combina com o sintagma nominal *um gelado de menta e coco*. A estruturação destes exemplos não segue os princípios recomendados para a redação deste tipo de conexões, mas é habitual o seu uso, sobretudo no discurso jornalístico e literário. Repare-se que os exemplos não permitem a inversão da ordem das orações sem perda do valor semântico da sequência (cf., relativamente a (ib), a impossibilidade de **embora faltasse marcar a data. Jorge Sampaio, recorde-se*...). Neste aspeto, estas sequências contrastam com as frases complexas (i.e., em que há uma relação de subordinação entre as duas orações) de valor equivalente, que permitem inverter a ordem: cf. *Jorge Sampaio já tinha decidido que ia a Pretória, embora faltasse marcar a data* vs. *embora faltasse marcar a data, Jorge Sampaio já tinha decidido que ia a Pretória*[23]. Em (ib), apesar da presença do conector, a ligação entre as duas orações, com pontuação forte, requer uma ordem fixa entre elas, sendo a oração com valor concessivo a que ocorre em posição final. Este é um aspeto importante, que aproxima as construções de (i) das construções em que se estabelecem relações de tipo paratático ao nível interfrásico (cf. 34.2.3.2.5).

34.2.3.2 Parataxe

Em comparação com a hipotaxe, a **parataxe** caracteriza-se por combinar unidades que apresentam um grau de coesão menor e que não estabelecem entre si relações sintáticas de dependência hierárquica. Os processos de conexão paratática incluem a coordenação (cf. 34.2.3.2.1), a suplementação (cf. 34.2.3.2.2) e a justaposição (cf. 34.2.3.2.3).

34.2.3.2.1 Coordenação frásica

A **coordenação** constitui o caso da parataxe que manifesta maior coesão entre os elementos combinados e em que estes se integram em maior grau na estrutura sintática que os contém. Pode aplicar-se a itens lexicais (*uma* [*valiosa*] *e* [*rara*] *coleção de selos*), a sintagmas (*ele saiu* [*com a Inês*] *e* [*com a Clara*]) e a orações ([*ela queria comprar uma boneca nova*], *mas* [*a mãe achou-a muito cara*]). As estruturas que resultam da coordenação destes elementos chamam-se **estruturas compostas**. Quando a coordenação liga orações, o resultado é uma **frase composta** (cf. Caps. 11 e 35).

[23] Excetua-se a frase complexa correspondente a (ic), que não permite a inversão da ordem.

A coordenação – e os processos paratáticos em geral – caracteriza-se por formar estruturas em que nenhum dos termos tem um nível hierárquico diferente (superior ou inferior), encontrando-se todos no mesmo nível da estrutura sintática que os integra.

A **coordenação frásica** é o processo paratático que permite estabelecer conexões entre orações na mesma frase, como se exemplifica em (54) (assinalam-se as orações coordenadas entre parênteses retos com a notação "Or")[24]:

(54) a. [$_{Or}$ O jogo decorreu sem incidentes] e [$_{Or}$ todos concordaram em que o resultado tinha sido justo].
b. [$_{Or}$ O céu está carregado de nuvens] e [$_{Or}$ a temperatura baixou muito].

Os termos relacionados por coordenação (chamados **termos coordenados**) evidenciam um maior grau de independência do que os elementos relacionados por hipotaxe. Assim, cada uma das orações nos exemplos de (54) pode ser usada como uma frase independente, sem qualquer tipo de relação com a outra, em enunciados e textos distintos (p.e., *o jogo decorreu sem incidentes*); em contrapartida, tal não acontece com as orações subordinadas relativamente ao resto da oração principal que as contém: p.e., a partir de *todos acharam* [*que a Joana ia chumbar a Matemática*], não podemos formar (fora de contexto) enunciados gramaticais independentes como **que a Joana ia chumbar a Matemática* (cf. Cap. 11.1.2).

Geralmente, os termos coordenados têm alguma liberdade na ordem em que ocorrem. A partir de (54b), p.e., é possível trocar a ordem dos termos sem alterar a interpretação da frase no seu todo: cf. *a temperatura baixou muito e o céu está carregado de nuvens*, que veicula um sentido equivalente ao de (54b). No entanto, nem sempre isto acontece.

Nalguns casos, quer fatores pragmáticos, quer relações lógico-semânticas entre as proposições expressas por cada uma das orações, quer outros fatores que afetam a coesão entre as frases podem impossibilitar a inversão da ordem dos termos. Um caso particular de bloqueio da inversão de orações coordenadas tem a ver com a interpretação temporal da frase. Frequentemente, uma sequência de eventos denotados por orações coordenadas é interpretada como formando uma sequência temporal, desde que pragmaticamente coerente. Nesse caso, a inversão dos termos oracionais altera a interpretação da frase; por outras palavras, numa dada interpretação, a ordem não é livre. Diz-se então que os termos coordenados são **assimétricos** (cf. Cap. 35.1.8)[25]. Os seguintes paradigmas ilustram esta situação:

(55) a. Os alunos entraram na sala e cumprimentaram a professora.
b. Os alunos entraram na sala de aula e pousaram a mochila na carteira.

(56) a. Os alunos cumprimentaram a professora e entraram na sala.
b. Os alunos pousaram a mochila na carteira e entraram na sala de aula.

---

[24] A coordenação pode também relacionar orações subordinadas: cf. *todos achavam* [*que a Joana ia chumbar a Matemática*] *e* [*que a Ana ia passar*].

[25] Frequentemente, a inversão das orações neste tipo de frases produz interpretações anómalas, ou pelo menos para as quais temos de imaginar situações do mundo relativamente estranhas, como é o caso da frase (56b).

Os termos coordenados podem estar conectados por uma **conjunção coordenativa** (cf. Caps. 11 e 35), como é o caso dos exemplos dados até aqui e dos de (57), em que os termos são ligados pela conjunção *e*. Quando há mais de dois termos coordenados, a conjunção ocorre antes do último termo (cf. (57b)). Em qualquer dos casos, a construção chama-se **coordenação sindética**[26].

(57) a. A Joana convidou as amigas para lanchar *e* fez um bolo de chocolate.
b. A banda começou com concertos, lançou depois um EP *e* gravou o seu primeiro álbum em Londres.

Na coordenação sindética, os termos coordenados são ligados pelas conjunções coordenativas *e*, *ou*, *mas*, ou por elementos que são aqui chamados **conectores**, como *porém*, *todavia*, *contudo*. Os conectores caracterizam-se por poderem ocorrer com uma conjunção, ao passo que duas conjunções não podem ocorrer juntamente (veja-se o contraste entre a relativa aceitabilidade de *ele desmarcou a reunião e contudo não avisou os colegas* e a não gramaticalidade de **ele desmarcou a reunião e mas não avisou os colegas*). Para além disso, os conectores podem ocorrer numa posição não inicial de frases simples, como, p.e., entre o sujeito e o predicado, enquanto as conjunções não podem, como mostra o contraste entre *ele, contudo, não avisou os colegas* e **ele, mas, não avisou os colegas* (cf. Cap. 35.4.2).

As conjunções coordenativas dividem-se em três classes, com base no seu valor semântico: conjunções **copulativas**, **disjuntivas** e **adversativas**[27].

Coordenação copulativa

Para os propósitos desta secção, consideramos apenas a conjunção *e* – a mais paradigmática das conjunções copulativas (para uma lista das conjunções coordenativas, cf. Cap. 35). As conjunções copulativas têm como valor semântico fundamental adicionar duas ou mais unidades (que podem representar entidades, propriedades ou proposições). Interessa-nos aqui a adição de proposições, visto ser este o caso que corresponde à coordenação de orações. Para além do valor aditivo, a conjunção *e* pode apresentar outros valores que resultam essencialmente do contexto linguístico, isto é, do significado dos elementos lexicais que ocorrem em cada um dos termos coordenados. Analisamos a seguir os valores que a conjunção *e* pode tomar, começando pelo aditivo.

Valor aditivo

Este valor – o mais importante das orações coordenadas copulativas – encontra-se nos exemplos (55)-(57), e também em (58):

(58) Os jornais avisaram a população, o Governo decretou um alerta laranja *e* o Instituto de Segurança Pública acionou o programa de emergência.

[26] A frase (57b) pode ocorrer com várias conjunções coordenativas, ligando cada um dos termos, como em *a banda começou com concertos e lançou depois um EP e gravou o seu primeiro álbum em Londres*. Nestes casos, diz-se que a coordenação é **polissindética**.

[27] Para além destes três grupos, alguns linguistas consideram como coordenativas as conjunções conclusivas e as explicativas, mas essa perspetiva não é seguida nesta Gramática. Para uma discussão pormenorizada do valor semântico das conjunções coordenativas, cf. o Cap. 35.

A presença de determinados elementos adverbiais pode estabelecer pequenos cambiantes neste valor fundamental de adição, como nos exemplos de (59). Em (59a), sobressai um dos termos coordenados, e, em (59b), existe uma relação de confirmação ou de reforço em relação ao conteúdo do primeiro termo (cf. Duarte 2003a):

(59) a. Evite as noitadas, os cafés *e sobretudo* não dê de beber à dor. (CRPC, *Máxima*)
b. As moringas têm uma forma um pouco bizarra, quase sobrenatural, *e de facto* esta planície é conhecida como a "floresta-conto-de-fadas". (CRPC, *Grande Reportagem*)

Valor conclusivo

O valor de adição ganha uma interpretação de tipo conclusivo em contextos em que o significado do segundo termo coordenado pode ser interpretado como o resultado da situação expressa pelo primeiro termo, como se ilustra em (60) (cf. Quirk et al. 1985):

(60) a. A empresa declarou falência *e* as ações desceram 50% na Bolsa. (*e* = (*e*) *portanto*)
b. Estava com saudades da família *e* decidiu telefonar-lhes. (*e* = (*e*) *por conseguinte*)

Valor condicional

As construções coordenadas copulativas podem também expressar condicionalidade, como em (61):

(61) a. Faz os trabalhos de casa *e* deixo-te ir ao cinema.
b. Não deixes de fumar *e* vais ver o que te acontece!
c. Mais uma resposta dessas *e* vais para a cama sem jantar!

Nestas frases, o primeiro termo coordenado funciona como uma condição para a proposição expressa no segundo termo. Assim, p.e., (61a) é semanticamente equivalente à construção condicional *se fizeres os trabalhos de casa, deixo-te ir ao cinema*. O segundo termo, por sua vez, expressa a consequência da satisfação (ou não satisfação) da situação expressa pelo primeiro termo. Outra particularidade destes exemplos é o facto de o primeiro termo exprimir explícita ou implicitamente um ato de fala indireto de tipo diretivo (respetivamente, *faz os trabalhos de casa, deixa de fumar, não dês respostas dessas*), que pode ser veiculado negativamente, como em (61b), ou pode conter um predicador verbal elidido, como em (61c), equivalente a *dá mais uma resposta dessas* (cf. Quirk et al. 1985).

Valor de sequencialidade temporal

As orações copulativas expressam com frequência relações semânticas de ordenação temporal das situações que representam, caso estas tenham propriedades que lhes permitam ser interpretadas como sequenciais:

(62) a. Cheguei a casa *e* fiz o jantar.
b. Siga em frente, vire na primeira à direita *e* continue em frente.

Neste caso, como já se notou, os termos coordenados não podem ser invertidos sem alterar o significado da frase – pelo menos no que respeita à sequencialidade das situações. Para além disso, a alteração da ordem dos termos leva frequentemente a interpretações, se não impossíveis, pelo menos anómalas, que não correspondem às nossas expectativas sobre o funcionamento do mundo e o comportamento das pessoas (cf., por exemplo, relativamente a (62a), a estranheza de *#fiz o jantar e cheguei a casa*).

Nalguns contextos, a sequência de orações coordenadas envolve o significado essencial de adição e de listagem, juntamente com uma perspetiva temporal das situações descritas por um narrador, como em (63):

(63) Fui subindo ladeira acima: vi pessoas a vender galinhas, observei um bando de crianças a jogar à bola, parei a ouvir um polícia acalmar dois vendedores e cruzei-me com uma rapariga que levava uma cesta de roupa à cabeça.

Neste caso, as situações descritas nos termos coordenados são experienciadas pelo narrador sequencialmente, ao longo do seu trajeto, embora algumas delas possam estar a decorrer em simultâneo. A alteração da ordem dos termos coordenados afetaria, portanto, a estrutura narrativa do texto.

Valor de simultaneidade temporal

Noutros contextos, a coordenação de orações com uma conjunção copulativa tem uma interpretação de simultaneidade temporal (cf. Quirk et al. 1985:931). É o caso das frases de (64), com predicados aspetualmente estativos (cf. Cap. 17) e com o verbo num tempo imperfectivo (presente ou imperfeito do indicativo – cf. Cap. 15)[28], e das frases de (65), que constituem atos de fala diretivos:

(64) a. A Ana estava a ler o jornal e o João estava a fazer o jantar.
b. O João estava a fazer o jantar e a Ana estava a ler o jornal.

(65) a. Não se mexa e não respire (até tirar a radiografia).
b. Não respire e não se mexa (até tirar a radiografia).

Uma vez que as situações são simultâneas, a ordem dos termos coordenados pode aqui ser alterada sem prejuízo da interpretação.

Os predicados de tipo eventivo com verbos no pretérito perfeito não têm necessariamente uma interpretação de sequencialidade temporal, como mostra o exemplo (58), repetido aqui em (66): os três eventos são aí interpretados como tendo decorrido num mesmo intervalo de tempo. Neste caso, o conteúdo lexical e a coesão temática permitem identificar cada evento como parte de uma macrossituação:

(66) Os jornais avisaram a população, o Governo decretou um alerta laranja *e* o Instituto de Segurança Pública acionou o programa de emergência.

[28] Com outro tipo de tempo verbal num dos termos coordenados, a interpretação de simultaneidade temporal não se mantém: cf. *a Ana tinha estado a ler o jornal e o João estava a fazer o jantar*. Nesse caso, a ordem dos termos coordenados pode ser alterada sem efeitos na interpretação de ordenação temporal, pois a coesão temporal é assegurada pelos tempos verbais (cf. *o João estava a fazer o jantar e a Ana tinha estado a ler o jornal*).

Valor adversativo

As orações coordenadas com a conjunção copulativa *e* podem ainda ter um valor adversativo, que resulta do significado contrastivo entre os termos coordenados, como nas frases de (67). Nestes exemplos, a conjunção *e* é equivalente à conjunção adversativa *mas*:

(67) a. Acabei o 12.º ano com uma excelente nota *e* não foi suficiente para entrar no curso de Medicina!
b. Apresentei um pedido de desculpas *e* ele recusou-o.

Coordenação adversativa

A coordenação adversativa é expressa pela conjunção *mas*, que se exemplifica em (68). Repare-se que este paradigma retoma (67), mas usando a conjunção que tem canonicamente o valor adversativo:

(68) a. Acabei o 12.º ano com uma excelente nota, *mas* não foi suficiente para entrar no curso de Medicina!
b. Apresentei um pedido de desculpas, *mas* ele recusou.

Nestes exemplos, o valor adversativo da conjunção no segundo termo leva a uma interpretação concessiva do primeiro termo, sendo as frases parafraseáveis por frases complexas em que o primeiro termo é uma oração subordinada adverbial concessiva: cf. *embora tenha acabado o 12.º ano com uma excelente nota, não foi suficiente para entrar no curso de Medicina* e *embora tenha apresentado um pedido de desculpas, ele recusou-o*.

Nem sempre as orações coordenadas adversativas têm um valor concessivo, como se ilustra no contraste entre os exemplos de (69), formalmente semelhantes entre si:

(69) a. O João porta-se muito mal, *mas* nunca é castigado.
b. O João porta-se muito mal, *mas* o irmão dele é muito ajuizado.

Em (69a), tal como em (68), a conjunção tem um valor concessivo: o primeiro termo coordenado apresenta uma situação em relação à qual se esperam determinadas consequências, cuja concretização é negada pelo segundo termo (cf. *embora o João se porte muito mal, nunca é castigado*). Em contrapartida, em (69b), a conjunção não tem valor concessivo, limitando-se a contrastar duas entidades no que respeita às suas propriedades.

Coordenação disjuntiva

A conjunção disjuntiva *ou* expressa uma alternativa entre entidades, propriedades ou situações representadas pelos termos coordenados (existem também conjunções disjuntivas correlativas, como *quer… quer…*). Discutem-se aqui brevemente dois tipos de valores – o de disjunção propriamente dita (inclusiva ou exclusiva) e o de condição negativa.

Valores de disjunção inclusiva e exclusiva

Na disjunção inclusiva (cf. (70a)), pelo menos um dos termos coordenados representa uma proposição verdadeira, não se descartando, no entanto, a possibilidade de

ambas as proposições serem verdadeiras. Em contrapartida, na disjunção exclusiva (cf. (70b)), favorece-se uma interpretação em que apenas uma das orações coordenadas representa uma proposição verdadeira[29]:

(70) a. A Ana anda infeliz *ou* está muito cansada.
b. A Ana está no trabalho *ou* está a caminho de casa.

Valor de condição negativa

Na discussão dos valores da conjunção copulativa *e*, mencionou-se a possibilidade de um valor condicional em exemplos como (61), em que o primeiro termo coordenado estabelece uma condição para a realização da situação expressa pela segunda oração. A conjunção disjuntiva *ou* apresenta uma construção aparentada, com valor de condição negativa (cf. Quirk et al. 1985:933), como no exemplo (71b) (semelhante a (61a), aqui repetido em (71a)):

(71) a. Faz os trabalhos de casa *e* deixo-te ir ao cinema.
b. Faz os trabalhos de casa *ou não* te deixo ir ao cinema.

Em (71a), com conjunção copulativa, ambos os termos coordenados são positivos, ao passo que, em (71b), com conjunção disjuntiva, o segundo termo coordenado é negativo. Enquanto (71b) pode ser parafraseado por uma construção condicional com antecedente negativo (cf. *se não fizeres os trabalhos de casa não te deixo ir ao cinema*), (71a) pode ser parafraseado por uma construção condicional com antecedente positivo (cf. *se fizeres os trabalhos de casa deixo-te ir ao cinema*).

Repare-se ainda que, em condições pragmáticas normais, a construção com conjunção disjuntiva requer que a situação expressa no primeiro termo oracional seja aquela que o falante deseja realmente (ou seja, que a oração que veicula o ato diretivo implícito expresso seja literalmente interpretada); em contrapartida, isso não é um requisito na construção com a conjunção copulativa. Neste caso, frequentemente, a situação expressa no primeiro termo é (literalmente) oposta àquela que o falante deseja (ou seja, o ato diretivo implícito corresponde ao contrário do que é dito). Este contraste é patente nos seguintes exemplos:

(72) a. Atrasas-te *e* perdes o autocarro. (= se te atrasas, perdes o autocarro)
b. Mexe-te *e* atiro. (= se te mexes, eu atiro)

(73) a. Não te atrases, *ou* perdes o autocarro. (= se não te atrasares, não perdes o autocarro)
b. Não te mexas, *ou* eu atiro. (= se não te mexeres, eu não atiro)

Nas frases com conjunção copulativa em (72), o primeiro termo coordenado descreve a situação que o falante não quer que aconteça, e o segundo termo descreve a consequência dessa situação. Pelo contrário, nas frases com conjunção disjuntiva em (73), o primeiro termo da coordenação expressa aquilo que o falante quer, e o segundo termo, a situação que resulta se a proposição ou o ato diretivo expressos no primeiro termo não forem satisfeitos. Os exemplos anómalos de (74) mostram

[29] Sobre os fatores pragmáticos, semânticos e/ou lógicos que favorecem a interpretação exclusiva da disjunção, cf. o Cap. 35 e Peres e Móia (1995).

(pela negativa) que, quando se usa a conjunção disjuntiva, o primeiro termo oracional não pode exprimir a situação contrária àquela que é desejada pelo falante:

(74) a. *Atrasa-te ou não perdes o autocarro.
b. *Mexe-te ou não atiro.

34.2.3.2.2 Suplementação

Nas estruturas coordenadas, existe uma conexão sintática não hierarquizada entre os termos ligados, os quais formam um novo constituinte que os contém. No caso da coordenação de orações, forma-se uma nova oração que contém as orações ligadas entre si. Não é esta, no entanto, a única possibilidade de ligar orações parataticamente. Em particular, existe outro tipo de conexão, em que uma oração acrescenta algum tipo de informação sobre outra oração independente, ou sobre uma expressão nominal dessa outra oração, sem que, no entanto, as duas orações estejam formalmente integradas num mesmo constituinte sintático. Chamamos a este tipo de conexão entre orações **suplementação**[30]. À oração que introduz o comentário chamamos **suplemento** e à oração, ou à expressão nominal dessa oração, sobre a qual incide o comentário veiculado pelo suplemento, chamamos **âncora**. Um exemplo de suplementação é a frase *o Pedro, se não estou em erro, já não trabalha neste banco*, em que o suplemento é a sequência sublinhada e a âncora oracional é a oração *o Pedro já não trabalha neste banco*. Quando a âncora é uma expressão nominal (cf. 34.2.3.2.2.1), chamamos **oração hospedeira** à oração que a contém[31].

Os elementos ligados por suplementação têm um grau de independência maior do que os elementos ligados por coordenação e apresentam um grau de coesão entre si menos forte do que na coordenação. Assim, os suplementos estão prosodicamente destacados da oração ou do constituinte ao qual se ligam (da sua âncora), o que se assinala na escrita através de pontuação: vírgulas, travessões ou parênteses. O tipo de pontuação estabelece diferentes graus de independência do suplemento em relação à âncora: a vírgula, p.e., assinala uma ligação mais forte com a âncora do que o travessão e os parênteses. Para além disso, os suplementos podem ocorrer em várias posições relativamente a uma âncora oracional: inicial (cf. *se não estou em erro, o Pedro já não trabalha neste banco*), intermédia (cf. *o Pedro, se não estou em erro, já não trabalha neste banco*) ou final (cf. *o Pedro já não trabalha neste banco, se não estou em erro*). Essa liberdade, contudo, é condicionada quando o suplemento se liga a uma âncora nominal, e também é limitada pelas conexões textuais que se estabelecem entre o suplemento e a âncora. O fator distintivo das conexões por suplementação, por oposição à coordenação, é o facto de suplemento e âncora não pertencerem necessariamente à mesma classe sintagmática e não formarem juntos um constituinte mais amplo.

---

[30] Cf. Huddleston e Pullum (2002) e Peres e Mascarenhas (2006).

[31] Não são só as orações que formam suplementos. Outros constituintes podem ligar-se por suplementação a uma oração, como, p.e., sintagmas adjetivais apositivos (cf. *aquele rapaz, muito estúpido, costuma bater nos colegas*) e sintagmas preposicionais ou adverbiais numa posição periférica ou intercalada (cf. *o Pedro devia deixar de fumar, na minha opinião* ou *essas respostas são, obviamente, falsas*). Neste capítulo, centramos a nossa descrição nos suplementos de natureza oracional.

Começamos por distinguir suplementos de âncoras nominais e suplementos de âncoras oracionais, e, dentro de cada subsecção, analisamos os vários tipos de relação de suplementação.

34.2.3.2.2.1 Suplementos de âncoras nominais

Um dos casos de conexão por suplementação em relação a uma âncora nominal é o das **orações relativas apositivas** (também chamadas **explicativas**), cuja relação com a âncora é assinalada por vírgulas, parênteses ou travessões (cf. Cap. 39.1.2 e 39.4). Da combinação entre estas orações relativas e o sintagma nominal âncora, embora pouco coesa, resulta um sintagma nominal mais abrangente. Nesse caso, diz-se que as orações estão em **aposição** ao sintagma nominal (concomitantemente, chamam-se **apostos**)[32].

Estas orações, autónomas prosódica e sintaticamente em relação ao sintagma nominal âncora, introduzem tipicamente um comentário, ou uma informação adicional, sobre o referente desse sintagma. Apresenta-se a seguir um exemplo, sublinhando-se a âncora:

(75) O modelo de "outlet" – *que é muito utilizado, por exemplo, nos EUA* – caracteriza-se exactamente pela venda, a preços mais baixos, de produtos que já se encontram no fim do seu ciclo de vida (CRPC, *Público*)

Em contrapartida, as orações relativas restritivas (cf. *a saia que comprei ontem não me serve*) estão integradas prosódica e sintaticamente no sintagma nominal que contém o nome modificado, constituindo casos de ligação hipotática (cf. 34.2.3.1); em particular, não se destacam do resto do sintagma nominal por uma pausa, o que, na escrita, se reflete pela ausência de vírgulas ou travessões.

Não são só as orações relativas apositivas que podem ocorrer como suplementos oracionais de um sintagma nominal âncora, como se ilustra a seguir (sublinha-se a âncora):

(76) a. Quando o novo hospital arrancou, o grupo privado absorveu o quadro da anterior unidade menos estas 16 pessoas – *cerca de metade são médicos e os outros técnicos de diagnóstico e terapêutica* –, porque decidiu subcontratar estes serviços no exterior (*Público*, 11.11.2011)

b. É um edifício antigo, *consta que em risco de fechar*, dominado pela sala de baile, uma divisão ampla e alta, de soalho inclinado em direcção ao palco. (*ípsilon*, 11.11.2011)

Em (76a), a oração-suplemento introduz uma especificação adicional do grupo referido na âncora; e, em (76b), a oração apresenta um comentário sobre o edifício mencionado (o risco do seu fecho), com valor epistémico de incerteza veiculado pelo verbo *constar*.

Os apostos oracionais podem também constituir uma forma de apresentar discurso citado, como em (77):

[32] Não são só as orações relativas que funcionam como apostos, outros constituintes podem também desempenhar essa função (cf. Cap. 27). Nesta subsecção, interessam-nos os apostos de natureza oracional.

(77) "Aceito entrar em qualquer filme que me permita divertir-me enquanto trabalho", como diz, o que tanto pode dar Abbas Kiarostami *("adoro os filmes dele")* como Pedro Almodóvar ou Michael Bay *("porque não?")*. (*ípsilon*, 11.11.2011)

Neste enunciado, que relata uma entrevista com um ator, as orações-suplemento (em itálico e entre parênteses) permitem acrescentar o discurso direto do entrevistado, o qual introduz um comentário sobre os sintagmas nominais âncora (constituídos por nomes próprios). Nos exemplos (75)-(77), a oração que constitui o suplemento é uma espécie de "adenda" ao sintagma nominal âncora, ocorrendo logo a seguir a ele. Nestes casos, o suplemento não pode ocorrer nem na posição inicial nem na posição final da oração hospedeira que contém a âncora. Ou seja, existem aqui maiores restrições ao posicionamento da oração-suplemento.

34.2.3.2.2.2 Suplementos de âncoras oracionais

Nesta subsecção, discutimos os casos em que um suplemento oracional se conecta com uma âncora oracional. Como veremos, pode não existir qualquer elemento formal a estabelecer a ligação entre as orações, ou pode ocorrer um conector ou uma conjunção (ou locução conjuncional), aproximando-se este tipo de suplementação, nesse aspeto, da subordinação adverbial (cf. Cap. 38).

❖ Orações coordenadas parentéticas

A coordenação parentética de orações é um tipo particular de conexão entre suplementos e âncoras oracionais. Os suplementos oracionais que se ligam por coordenação parentética a outra oração chamam-se **orações** (**coordenadas**) **parentéticas**. Tal como na coordenação frásica (cf. 34.2.3.2.1), as orações parentéticas são introduzidas por uma conjunção; no entanto, distinguem-se por formarem uma unidade autónoma, do ponto de vista prosódico e sintático, em relação à oração-âncora[33]. Esta autonomia prosódica e sintática relativamente à âncora assinala-se, na linguagem escrita, separando-as por vírgulas (cf. (78a)), parênteses (cf. (78b)) ou travessões (cf. (78c)).

As orações parentéticas podem ser introduzidas por uma conjunção copulativa (cf. (78a)), adversativa (cf. (78b)) ou disjuntiva (cf. (78c)), e ocorrem no interior (cf. (78a,c)) ou no final (cf. (78b)) da oração-âncora:

(78) a. A equipa de cientistas aplicou uma nova metodologia, *e várias equipas internacionais apresentaram entretanto outras propostas*, obtendo resultados promissores.
b. Todos os alunos concluíram o ano escolar (*mas o Pedro reprovou*).
c. E a situação irá certamente agravar-se enquanto Portugal não for expulso – *ou quiser excluir-se* – da União Europeia. (adaptado de *Público*, 11.11.2011)

Semanticamente, a oração parentética não tem o mesmo estatuto que a oração-âncora. Esta veicula a informação principal do enunciado, ao passo que a oração parentética constitui um comentário a essa informação. Como tal, as orações parentéticas podem ser omitidas sem afetar a boa formação semântica

[33] Para uma apresentação mais detalhada das construções de coordenação parentética, cf. Cap. 35 e Quirk et al. (1985).

da oração-âncora, como o leitor pode verificar facilmente. No entanto existem, obviamente, conexões semânticas que se estabelecem entre as duas orações[34].

❖ Orações com valor de comentário

Nalguns casos, a oração-suplemento tem um valor de comentário, frequentemente com leitura epistémica, relacionado com conhecimento ou ausência de conhecimento do falante ou de outras entidades relativamente ao valor de verdade da proposição expressa pela oração-âncora. Em (79a), a oração-suplemento confirma que o valor de verdade da oração-âncora é assumido pelos participantes na situação de enunciação, e, em (79b), o suplemento marca as dúvidas do falante relativamente à razão da situação expressa pela âncora:

(79) a. É que os contratos a prazo eram maus – *todos concordamos* –, mas tinham algumas regras e o contrato individual de trabalho não tem regras (CRPC, *DAR*)

b. Aqui chegado, vem-me à memória, *sei lá porquê*, um pequenino poema do O'Neill (CRPC, *Avante*).

Em (79a), a oração-suplemento ocorre no fim da oração-âncora, como uma adenda; em contrapartida, (79b) é um caso de interpolação – i.e., o suplemento oracional ocorre dentro da oração-âncora (sublinhada), que se relaciona, assim, de forma descontínua com o suplemento.

As orações-suplemento com valor de comentário também podem ser introduzidas por conectores típicos das estruturas de subordinação adverbial, embora apresentem propriedades que as distinguem desse tipo de estruturas (cf. Cap. 38). De maneira geral, essas orações introduzem um comentário que incide sobre o falante, sobre o ouvinte ou sobre a situação de enunciação. No exemplo seguinte, a oração-suplemento introduz um comentário do falante sobre ele próprio:

(80) *Para ser sincero*, não tenho necessidade de jogar pela equipa nacional. (CRPC, *A Capital*)

Compare-se este exemplo com o seguinte, que contém uma oração subordinada final, também introduzida por *para*: *para que a Joana participe na festa da escola*, *os pais assinaram uma autorização*; neste caso, a oração sublinhada expressa a finalidade do evento da oração principal (isto é, a participação na festa da escola).

Também orações introduzidas pela conjunção *se* podem introduzir um comentário que incide sobre o ato de enunciação, como se ilustra em (81):

(81) naquele tempo, *se bem me lembro*, a casa só servia jantares e estava sempre a abarrotar (CRPC, *Público*)

Em (81), a oração introduzida por *se* tem um valor epistémico que consiste na atenuação do valor assertivo da âncora. Compare-se com a oração condicional na

[34] Do ponto de vista do processamento do enunciado, as estruturas parentéticas podem inclusivamente influir na concordância verbal da oração hospedeira, como se ilustra em *a minha reserva de avião, e também a da minha colega, **foram canceladas** pela companhia de aviação*. Neste caso, o elemento parentético é um sintagma nominal, o qual é tomado em consideração para a concordância verbal na oração hospedeira (cf. os Caps. 35.2.4 e 46).

frase *ele vai ser promovido se conseguir aquele cliente*, em que o evento descrito na oração principal está condicionado pelo evento descrito na subordinada. Repare-se também que, em (81), o verbo *lembrar* está no presente do indicativo (remetendo, portanto, para o tempo da enunciação), enquanto o verbo *servir* da oração-âncora está no imperfeito, remetendo para um tempo passado (identificado pelo adjunto adverbial *naquele tempo*).

❖ Orações conformativas, acrescentativas e substitutivas

As orações introduzidas por conectores como *conforme*, *como* e *segundo*, chamadas conformativas, também apresentam propriedades de suplementação. Estas orações expressam uma informação sobre o conteúdo da oração-âncora; em (82a,b), apresenta-se a origem da informação veiculada pela âncora e, em (82c), marca-se o conhecimento do falante (possivelmente de um grupo mais vasto no qual se integra) sobre o conteúdo da âncora:

(82) a. *Conforme explica o documento*, a comunidade concentra-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. (CRPC, *Público*)
b. *Segundo o PÚBLICO apurou*, a principal razão que levou os trabalhadores da CP a proporem a construção de uma nova linha (com características diferentes da que tinha a Linha do Vouga) foi a de ligar Viseu ao litoral através de uma linha ferroviária. (CRPC, *Público*)
c. *Como sabemos*, aos antigos inquilinos podem suceder os seus filhos ou quem com eles tenha vivido em economia comum. (CRPC, *Expresso*)

Nestes exemplos, as orações-suplemento ocorrem na posição inicial da frase, mas também podem ocorrer numa posição interna da oração-âncora, como se ilustra em (83):

(83) a. A principal obra a realizar, *conforme anunciado pela Câmara Municipal*, é a do abastecimento de água ao sub-sector de Vila Nova de Monsarros e Alto das Domingas (CRPC, *Jornal de Notícias*)
b. A técnica de armazenagem aberta, com o milho exposto ao tempo, ao sol e à chuva [...] foi, *segundo consta*, descoberta na ilha de S. Miguel (CRPC, Oliveira e Pereira, *Etnologia*)
c. O sistema, *como ele próprio anunciou*, está definido e irá assentar num 3x4x3, uma táctica de cariz ofensivo que certamente dará que falar. (CRPC, *A Bola*)

Em casos como (83b), o suplemento oracional, ao introduzir uma fonte de informação não explícita através do verbo *constar*, estabelece um distanciamento do autor em relação ao valor de verdade da oração-âncora.

As orações acrescentativas (cf. exemplos (a) de (84) e (85)) e as orações substitutivas (cf. exemplos (b) de (84) e (85)), ambas em itálico nos exemplos, apresentam as mesmas propriedades das orações conformativas de (82) e (83); em particular, são introduzidas por locuções conjuncionais (*para além de* e *em vez de*) e podem ocorrer em posição quer inicial (cf. (84a)) quer interna (cf. (84b) e (85)) relativamente à sua âncora oracional (sublinhada):

(84) a. *Para além de invocarem doença para conseguirem ser destacados*, alguns professores terão também alegado terem a seu cargo o pai ou a mãe. (CRPC, *Público*)

b. Assim sendo, apelo ao bom senso – *em vez de apelar ao realismo* – para que seja retirada esta proposta.

(85) a. A política do Governo em relação ao ar, *para além de contrariar aquilo que assinou no Rio em 1992*, vai aumentar a dependência externa do país em matéria energética (CRPC, *Público*)

b. O carro patrulha fez sinal de luzes, mas o homem, *em vez de encostar*, aumentou a velocidade (CRPC, *Público*)

❖ Orações com valor temporal e condicional

Algumas orações com valor temporal e condicional estabelecem com o resto da frase uma relação paratática por suplementação, como se ilustra, respetivamente, em (86) e (87) (cf. também o Cap. 38):

(86) a. *Vivia eu em Paris*, cruzei-me várias vezes com o António.

b. A guerra, *era eu rapaz*, roçou-me com as suas misérias, mas não com os seus ódios. (CRPC, Aquilino, *Homem*)

(87) a. *Tivesse ele tido coragem* [...] *de lhe dar um apertão*, e não estaria o demo ali a fazer-lhe macaquices. (CRPC, Torga, *Bichos*)

b. houve engenheiros altamente qualificados que, *tivessem existido as condições*, teriam deixado realizações com o carácter de continuidade necessário para que hoje existisse uma tradição nacional neste domínio. (CRPC, Neto, *Radiodifusão*)

Estas orações distinguem-se das subordinadas com valor equivalente pela possível presença da conjunção *e* no início da oração-âncora a que se ligam: cf. a conjunção sublinhada em (87a) e a impossibilidade de ***se ele tivesse tido coragem, e não estaria o demo ali a fazer-lhe macaquices**, em que a oração sublinhada é subordinada.

As orações-suplemento condicionais e temporais não são introduzidas por uma conjunção, contrariamente às orações temporais e condicionais subordinadas, introduzidas por conjunções (como *quando* e *se*). Caracterizam-se, ainda, pela posição pós-verbal do seu sujeito, como ilustram os exemplos acima (cf. *vivia eu...*, *tivesse ele...*). Apresentam também restrições quanto ao tempo do verbo. Nas orações paratáticas temporais, o verbo está no imperfeito do indicativo e não é possível a ocorrência do pretérito perfeito do indicativo: compare-se (86a) com a sequência agramatical ***vivi eu em Paris, cruzei-me várias vezes com o António**. Em contrapartida, este tempo é possível em orações subordinadas temporais: cf. *quando vivi em Paris, cruzei-me várias vezes com o António*. No caso das condicionais, ocorre o pretérito mais-que-perfeito composto do conjuntivo (cf. (87)).

Tal como outras orações conectadas por suplementação, as temporais e condicionais apresentam grande mobilidade na frase, podendo ocorrer no seu início (cf. (86a) e (87a)) ou no seu interior (cf. (86b) e (87b) – neste último exemplo, dentro de uma oração relativa) ou, ainda, no final.

34.2.3.2.2.3 Outros suplementos de âncoras oracionais

Contrariamente às orações-suplemento analisadas nas subsecções anteriores, as descritas nesta subsecção não podem anteceder a oração-âncora.

❖ Orações explicativas

As orações introduzidas pela conjunção *pois* (e, nalguns casos, *porque*) têm um valor de explicação e ligam-se parataticamente, por suplementação, a uma oração-âncora. As orações-suplemento com valor explicativo são prosodicamente destacadas da âncora, o que é marcado na escrita por vírgula, travessão ou parênteses, assinalando a sua natureza não integrada na estrutura sintática, como se ilustra em (88) e (89):

(88) a. Andei mais devagar do que o normal, *pois não havia razão para correr riscos*. (CRPC, *O Jogo*)

b. Não há suspeita de crime, *pois o corpo não apresenta sinais de violência*. (CRPC, M. Velho da Costa, *Maina Mendes*)

(89) Até meados dos anos 80 era "o salto", com fome, medo e despesa para passar a fronteira para a Espanha e depois para a França (*porque ninguém ficava em Espanha*, por um preconceito talvez correcto). (Público, 11.11.2011)

Em (89), a oração-suplemento (em itálico) é introduzida pela conjunção *porque*. Embora as orações introduzidas por esta conjunção tenham tipicamente um valor causal, neste caso o valor é explicativo: o facto de ninguém ficar em Espanha é apresentado como a explicação, e não como a causa, da partida para França[35].

As orações em itálico em (88) e (89) distinguem-se das orações subordinadas adverbiais integradas, que apresentam um grau de dependência maior em relação ao resto da frase e que se articulam por um processo hipotático, como no exemplo *ele deu o salto para França porque não conseguia arranjar trabalho na sua terra*. A natureza integrada desta oração manifesta-se pela ausência de pausas e das vírgulas que lhes corresponderiam na escrita. Nas estruturas de subordinação adverbial, com orações subordinadas, quer integradas quer periféricas (cf. 34.2.3.1), a oração subordinada é um constituinte da oração principal, isto é, integra-se nela. Esta integração confirma-se pelo facto de a totalidade da construção poder ocorrer com a função de complemento direto de um verbo de conhecimento (cf. Peres e Mascarenhas 2006), como, por exemplo, *verificar*: cf. *verificou-se* [*que as crianças não foram andar de bicicleta porque estava a chover*], em que a oração adverbial sublinhada é de tipo integrado, e *verificou-se* [*que as equipas podiam jogar a final, embora chovesse*], em que a oração adverbial sublinhada é de tipo periférico. Nestes dois exemplos, de facto, o conteúdo da oração subordinada adverbial sublinhada faz parte daquilo que se verificou.

Em contrapartida, as orações explicativas (em itálico nos exemplos (88) e (89)) não são constituintes da oração-âncora, ou seja, não apresentam qualquer grau de integração no seu interior. Por conseguinte, quando ocorrem juntamente com a oração-âncora num contexto semelhante ao descrito no parágrafo anterior, não

[35] Este exemplo contém um sintagma preposicional (*por um preconceito talvez correcto*) que funciona, por sua vez, como suplemento da oração *porque ninguém ficava em Espanha*. Neste caso, sobressai um nexo de tipo causal, uma vez que o preconceito é apresentado como a causa para ninguém ficar em Espanha.

fazem parte do complemento direto, que é constituído unicamente pela âncora. Assim, retomando (88b), na frase *verificou-se* [*que não havia suspeita de crime*], *pois o corpo não apresentava sinais de violência*, o complemento direto de *verificar* é constituído unicamente pela oração entre parênteses, ou seja, não inclui a oração explicativa suplemento sublinhada. Aquilo que se verifica, de facto, é que não há suspeita de crime, mas o conteúdo da verificação não inclui a oração explicativa. Neste caso, a oração-âncora com a função de complemento direto pode ser substituída por um sintagma nominal abstrato adequado, mantendo-se a oração-suplemento: cf. *verificou-se essa situação, pois o corpo não apresentava sinais de violência*.

O estatuto não integrado das orações paratáticas explicativas introduzidas por *pois* distingue-as ainda do das orações subordinadas adverbiais em vários aspetos. Assim, p.e., não podem ser focalizadas em construções clivadas ou pseudoclivadas (cf. Cap. 50). Considere-se a frase *o Rui refez o projeto, pois o cliente não estava satisfeito*, com uma oração-suplemento explicativa, a par da frase *as crianças não foram andar de bicicleta porque estava a chover*, com uma oração subordinada adverbial causal. Relativamente a esta, podemos focalizar a oração causal: cf. *foi porque estava a chover que as crianças não foram andar de bicicleta*; relativamente à primeira, no entanto, tal não é possível: cf. **foi pois o cliente não estava satisfeito que o Rui refez o projeto*.

Além disso, as orações-suplemento explicativas não podem ocorrer na posição inicial da frase (cf. Cap. 38): veja-se a impossibilidade de **pois o cliente não estava satisfeito, o Rui refez o projeto*. Esta característica distingue-as, assim, das orações subordinadas adverbiais periféricas (cf. 35.2.3.1): cf. *embora estivesse com febre, o João foi dar a aula* ou *desde que o Mário prometa não falar de trabalho, ele vem connosco* (comparar com (52)). As orações explicativas, no entanto, podem ocorrer no interior da oração-âncora (cf. *o Rui, pois o cliente não estava satisfeito, refez o projeto*), uma propriedade que caracteriza grande parte das conexões por suplementação.

Na tradição gramatical, as orações explicativas são consideradas casos de coordenação frásica, embora não respondam aos critérios apontados para este tipo de conexão. Por um lado, *pois* só estabelece uma conexão entre constituintes oracionais, ao contrário das conjunções coordenativas como *e*, *mas* e *ou*. Além disso, não são aceitáveis processos de elipse com estas orações (cf. **a Ana foi andar de bicicleta, pois a irmã também*; compare-se com *a Ana foi andar de bicicleta e a irmã também*), entre outras diferenças que as separam das estruturas de coordenação (cf. Caps. 35 e 38). Não deixam, contudo, de ser instâncias de parataxe.

❖ Orações conclusivas, adversativas, aditivas e contrastivas

As orações em itálico ilustradas em (90) têm igualmente um estatuto paratático. Têm, respetivamente, valor conclusivo e adversativo, e a sua conexão semântica com a oração-âncora é assegurada por conectores como *portanto*, *logo*, *por conseguinte* (conclusivos) e *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto* (adversativos):

(90) a. Lá lhe fui dizendo que não tínhamos relações diplomáticas com a Polónia devido àquela trapalhada da África e dos fascismos, *portanto, não havia embaixada alguma*. (CRPC, Estrela, *Sabores*)

b. Há muito tempo que defendo esta opinião, *todavia, não podemos rever os estatutos do partido por vontades individuais*. (CRPC, *A Capital*)

São também casos de parataxe as orações com valor aditivo (introduzidas tipicamente por *além disso*) e contrastivo (introduzidas tipicamente por *pelo contrário*), ilustradas, respetivamente, em (91a) e (91b):

(91) a. A Maria faltou à aula, *além disso não fez o teste*.
b. O Terras do Demo branco de 1995 é um vinho de cor aberta, em que se notam ligeiras tonalidades douradas. O seu aroma não produz grandes excitações nas narinas, *pelo contrário sente-se ao cheirá-lo uma sensação medianamente frutada*. (CRPC, *Público*)

A classe a que pertencem os elementos que introduzem as orações conclusivas e adversativas, bem como a natureza das orações que introduzem, tem sido debatida na tradição gramatical. Os conectores que as introduzem, em particular, são incluídos com frequência na classe das conjunções coordenativas. No entanto, não se comportam como tal em relação a alguns critérios que caracterizam aquela classe, o que leva a concluir que não são conjunções, embora com elas partilhem a função de conectar orações (cf. Cap. 35).

As orações conclusivas, adversativas, aditivas e contrastivas apresentam uma combinação de propriedades que as distingue de outras orações-suplemento discutidas nesta secção, como, por exemplo, as conformativas (cf. 34.2.3.2.2.2). Em primeiro lugar, tal como as orações explicativas, não podem ocorrer na posição inicial da oração-âncora: compare-se *o céu estava totalmente coberto, porém não choveu* com a impossibilidade de **porém não choveu, o céu estava totalmente coberto*[36]. Em segundo lugar, contrariamente à grande maioria das orações-suplemento (com exceção das relativas e das explicativas introduzidas por *que*), as orações conclusivas e adversativas não podem ocorrer no interior da oração-âncora (cf. **o céu, porém não choveu, estava totalmente coberto*). Em suma, incluímos estas orações nos casos de suplementação, embora com um caráter um pouco marginal em relação aos restantes casos, evidenciando um estatuto intermédio entre propriedades de suplementação e de justaposição (cf. 34.2.3.2.3)[37].

Apesar de estas orações apresentarem pouca mobilidade, o conector pode ocorrer em várias posições, contrariamente às conjunções que introduzem a maioria das orações-suplemento, como se ilustra em (92). Estas orações podem também ocorrer separadas por pontuação forte (ponto, ponto e vírgula, ponto de interrogação, ponto de exclamação), mantendo essencialmente a mesma interpretação, como nos exemplos (93):

(92) O vinho não tem aroma intenso, *sente-se, pelo contrário, ao cheirá-lo um aroma frutado*.

(93) a. A Maria faltou à aula. *Além disso, não fez o teste*.
b. O vinho não tem aroma intenso. *Pelo contrário, sente-se ao cheirá-lo um aroma frutado*.

[36] Frases como *porém não choveu e o piquenique foi um sucesso* parecem contradizer esta asserção. No entanto, em casos como este, a oração adversativa requer um contexto anterior, em relação ao qual estabelece um contraste, como, por exemplo, em *O céu estava totalmente coberto. Porém não choveu e o piquenique foi um sucesso*.
[37] As orações conclusivas e adversativas são consideradas estruturas coordenadas assindéticas no Cap. 35. Não é essa a perspetiva seguida aqui, tendo em conta a tipologia mais alargada seguida neste capítulo. Cf. também Peres e Mascarenhas (2006).

Num texto mais extenso, as conexões semânticas introduzidas por estes conectores não ligam necessariamente a oração-suplemento apenas à oração imediatamente anterior, mas a toda uma sequência textual. Assim, no exemplo (94), a oração iniciada por *contudo* estabelece uma conexão adversativa com a totalidade do contexto anterior:

(94) Portugal, para além da Espanha, é o único Estado-membro da União Europeia onde se pretende cobrar impostos sobre as gorjetas recebidas pelos funcionários das salas de jogo dos casinos. Esta intenção, introduzida no código do IRS algum tempo após a sua elaboração, criou uma grande polémica nessa altura – finais de 1989. Chegou mesmo a haver greves nos casinos portugueses. *Contudo*, e porque o processo ficou dependente de uma tomada de posição do Tribunal Constitucional, o Ministério das Finanças absteve-se de tributar as gorjetas até que o assunto fosse clarificado. (CRPC, *O Independente*)

❖ Discurso citado e orações interrogativas-apêndice

Outras orações com estatuto de suplemento são as que introduzem discurso citado, com um verbo declarativo e o sujeito em posição pós-verbal. Estas orações podem ocorrer a seguir ou no interior da citação:

(95) a. "Mas tu não passas de um garoto", *disse o rei*. (CRPC, *Bíblia*)
b. "Isso", *disse ele*, "sei o que é. Chama-se um problema pessoal. Estás safo." (CRPC, N. Bragança, *Noite*)

Finalmente, constituem também exemplos de suplemento os fragmentos oracionais que ocorrem num determinado tipo de orações interrogativas, chamadas **orações interrogativas-apêndice**[38], e que retomam o conteúdo proposicional dessas orações (cf. Cap. 48). Estes fragmentos, chamados **apêndices**, ocorrem em posição final, após uma pausa assinalada na escrita por uma vírgula. Quando a oração interrogativa é afirmativa, o apêndice é composto pelo advérbio de negação *não* seguido do verbo da oração (cf. (96a)); quando a oração interrogativa é negativa, o apêndice é constituído pelo conector adverbial *pois* seguido do advérbio de negação *não* (cf. (96b)):

(96) a. Vais ao cinema, *não vais*?
b. Não vais ao cinema, *pois não*?

34.2.3.2.3 Justaposição

Na justaposição, a autonomia das orações ligadas entre si é ainda maior do que na suplementação. Embora existam nexos de significado entre as duas orações, não é tão claro o estatuto de dependência de uma em relação à outra (o que levou, no caso da suplementação, a distinguir entre oração-suplemento e oração-âncora). No caso da justaposição, a sequência linear (na escrita) ou temporal (na oralidade) entre as duas orações e também o nosso conhecimento do mundo são os fatores mais importantes no estabelecimento desses nexos.

[38] Na literatura especializada em inglês, estas orações interrogativas são chamadas "*tag-questions*".

Na escrita, a separação entre orações justapostas é expressa por dois pontos, vírgula, ponto e vírgula ou ponto final, muitas vezes em função do nexo que se estabelece entre elas e do grau de autonomia que o falante pretende atribuir-lhes. Os seguintes exemplos ilustram sequências com orações justapostas:

(97) a. A Joana acordou muito cedo. Fez um café bem forte. Começou a rever a sua tradução da nova legislação europeia.
b. Não houve aula, o professor teve um acidente.
c. O António estava a sentir-se doente, voltou para casa antes do fim do turno.

Há três propriedades que, tomadas em conjunto, caracterizam canonicamente a justaposição e permitem distingui-la da suplementação: (i) não há qualquer conector ligando as duas orações; (ii) a segunda oração não pode ocorrer no interior da primeira: cf. a impossibilidade de **a Joana, fez um café bem forte, acordou muito cedo* (comparar com (97a))[39]; (iii) a ordem linear entre as duas orações é relativamente rígida; em particular, a sua inversão leva à criação de sequências muitas vezes não gramaticais ou semanticamente anómalas: cf. a desadequação de #*A Joana começou a rever a sua tradução da nova legislação europeia. Fez um café bem forte. Acordou muito cedo*. Noutros casos, essas sequências são gramaticais, mas têm uma estruturação da informação diferente da da sequência inversa (cf. a discussão de (98) e (99)). A propriedade (iii) deve-se plausivelmente à não existência de um nexo formal entre as duas orações (um conector, uma conjunção ou uma locução conjuncional) que assegure um nexo semântico; sendo assim, esse nexo é assegurado pela ordem entre as orações e pelo nosso conhecimento do mundo.

Os exemplos (97) ilustram diferentes tipos de relações entre as orações que os formam[40]. Assim, em (97a), as três orações são interpretadas como representando eventos que se sucedem temporalmente, segundo a ordem em que ocorrem no exemplo, funcionando, portanto, como uma **narração**. A segunda oração de uma sequência de justaposição tem com frequência um valor de **explicação**[41] ou de **resultado** da primeira (cf., respetivamente, (97b) e (97c)[42]). Nos exemplos (97b,c), a conexão com valor explicativo ou resultativo envolve igualmente uma ordenação temporal das situações representadas pelas orações. Assim, em (97b), a situação representada pela segunda oração precede temporalmente a situação representada pela primeira, para a qual apresenta uma explicação, acontecendo o contrário

[39] Quando a segunda oração tem um valor conclusivo (*a televisão não comprou os direitos de transmissão, é pouco provável que eu veja o jogo*), a sua inclusão no interior da primeira produz sistematicamente resultados não gramaticais (cf. (ia)). No entanto, quando a segunda oração tem um valor explicativo, a inserção é mais aceitável (cf. (ib,c)):

(i) a. * A televisão, *é pouco provável que eu veja o jogo*, não comprou os direitos de transmissão.
b. É pouco provável – a televisão não comprou os direitos de transmissão – que eu veja o jogo.
c. ? É pouco provável, a televisão não comprou os direitos de transmissão, que eu veja o jogo.

A maior aceitabilidade de (ib,c) deve-se, plausivelmente, ao facto de termos uma conexão por suplementação, tal como nos exemplos apresentados na secção 34.2.3.2.2.3. Aliás, a aceitabilidade melhora com uma pontuação como o travessão, que assinala claramente a natureza parentética da oração.

[40] Sobre relações discursivas, cf. 16.4.1 e, ainda, Lascarides e Asher (1993) e Hobbs (1985), entre outros.

[41] A relação de explicação pode igualmente ser expressa por uma oração-suplemento com valor explicativo (cf. *não houve aula, pois o professor teve um acidente*).

[42] O valor expresso em (97c) pode ser veiculado, em alternativa, por uma oração-suplemento com valor consecutivo (cf. *o António estava a sentir-se doente, portanto voltou para casa antes do fim do turno*).

em (97c): neste caso, a situação representada pela segunda oração é apresentada como resultado da primeira.

Quando estão em causa os valores explicativo e resultativo, a alteração da ordem das orações justapostas inverte esse valor, ou seja, passa-se de um nexo explicativo a um nexo resultativo e vice-versa, como se ilustra nos paradigmas (98) e (99): enquanto as frases de (98) apresentam uma relação de tipo resultativo, as frases de (99) apresentam uma relação de tipo explicativo:

(98) a. O professor estava doente, *não houve aula*.
b. A televisão pública não comprou os direitos de transmissão, *é pouco provável que eu veja o jogo*.
c. A humidade tinha manchado as paredes: *o Pedro voltou a pintar o quarto*.
d. O motor estava sobreaquecido: *o carro da Ferrari saiu da corrida*.

(99) a. Não houve aula, *o professor estava doente*.
b. É pouco provável que eu veja o jogo, *a televisão pública não comprou os direitos de transmissão*.
c. O Pedro voltou a pintar o quarto: *a humidade tinha manchado as paredes*.
d. O carro da Ferrari saiu da corrida: *o motor estava sobreaquecido*.

Numa conexão por justaposição, a segunda oração pode ainda ter um valor de **elaboração** em relação à situação representada pela primeira, isto é, pode fornecer mais informação para a caracterização da situação nela expressa. Assim, no exemplo (100a), a segunda e a terceira orações expressam situações específicas que ocorrem na situação mais lata apresentada na primeira. Noutros contextos ainda, a segunda oração expressa uma situação que serve de **enquadramento** para a primeira (cf. (100b)):

(100) a. O debate na Assembleia foi muito animado. *O Ministro da Saúde teve uma intervenção polémica. As suas afirmações foram duramente criticadas pelo líder da bancada do PS*.
b. O João chegou a Lisboa em maio de 1975. *Vivia-se um momento político muito conturbado*.

Em certos contextos, uma ou ambas as orações justapostas podem não ter verbo expresso, embora se possa recuperar um sentido verbal. Por exemplo, embora não ocorra um verbo na expressão justaposta em (101) (em itálico), recupera-se um sentido existencial parafraseável por *<u>há</u> mototáxis para cima e para baixo*. Em suma, em (101), o segundo termo fornece informação sobre instâncias específicas de uma situação expressa pelo primeiro termo:

(101) É o fervilhar habitual da favela: *mototáxis para cima e para baixo, bancas de comida, rádios altos*. (*Público*, 11.11.2011)

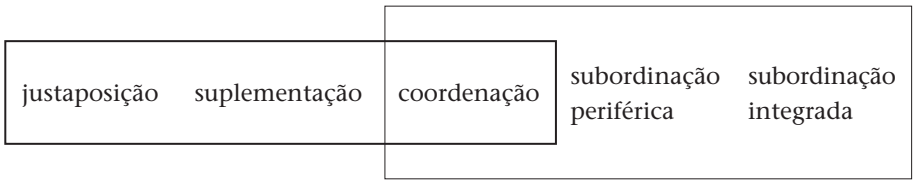
[3] Por vezes, um dos elementos justapostos desempenha uma função relativamente ao outro, numa estrutura mais ampla, usualmente com algum elemento elidido. É esse o caso no seguinte exemplo, em que a expressão em itálico constitui uma oração infinitiva especificativa com a função de predicativo do sujeito – sendo o sujeito o sintagma nominal *a sua aspiração* (cf. Cap. 37.4.4.1):

(i) A sua aspiração: *conjugar Islão e modernidade*. (*Expresso*, 29.10.2011)

A pontuação marca aqui uma pausa que antecede o elemento justaposto. Esta estruturação do texto realça a informação nova veiculada pelo predicativo do sujeito; nesse sentido, do ponto de vista informacional, não é completamente equivalente à frase plena, predicativa, *a sua aspiração é conjugar Islão e modernidade*. A realização de determinados constituintes como elementos justapostos deve-se, assim, nalguns casos, a uma opção relativamente à estrutura informacional do enunciado (cf. 34.3).

34.2.3.2.4 Da subordinação à justaposição

Vimos ao longo da secção sobre coesão textual que a conexão entre orações se diferencia, em primeiro lugar, por se estabelecerem relações num mesmo nível da estrutura sintática – caso da parataxe – ou em diferentes níveis hierárquicos – caso da hipotaxe. A hipotaxe envolve dependência de uma das orações em relação à outra, ainda que existam graus diferentes de dependência – maior, no caso das orações subordinadas integradas, menor, no caso das orações subordinadas periféricas. Por sua vez, na parataxe, temos duas situações distintas: na coordenação, as orações, embora não dependam uma da outra, formam um constituinte superior (a oração composta); em contrapartida, na justaposição e na suplementação, as orações apresentam um grau maior de independência do que na coordenação, não se combinando entre si para formar um constituinte superior. Em síntese, as várias conexões entre orações apresentam graus de dependência que vão do menos dependente ao mais dependente, sendo o grau menos dependente a justaposição e o grau mais dependente a subordinação integrada, num contínuo que progride como se exemplifica no Esquema A, em que as conexões com menor grau de dependência se encontram à esquerda e as conexões com maior grau de dependência à direita. A coordenação partilha com a justaposição e a suplementação uma menor dependência sintática entre as orações, o que leva à sua classificação como um caso de parataxe, mas partilha com a subordinação a propriedade de formar um constituinte superior (frase composta no caso da coordenação e frase complexa no caso da subordinação):



Esquema A

34.2.3.2.5 Conexões paratáticas interfrásicas ao nível do texto

Um texto é tipicamente constituído por uma sequência de frases que constitui um todo coeso e apresenta uma progressão contínua de informação, com ou sem conectores expressos. Por exemplo, nos textos jornalísticos, as declarações de um entrevistado são frequentemente relatadas ao longo do texto de forma sucessiva, com diferentes segmentos das declarações apresentados em frases independentes, cada uma com valor **aditivo** em relação à anterior. Esse valor pode ser expresso pela conjunção coordenativa *e* (só ou combinando-se com outros conectores como *ainda* (cf. (102a)) ou apenas por um advérbio (cf. (102b)):

(102) a. Sobre o papel da Igreja, *o patriarca disse que* ela "não tem dinheiro para distribuir" nem age "como potentado económico". "A nossa força é a da partilha, do altruísmo e da caridade fraterna", acrescentou. *E disse ainda que* "o país real não rejeita as medidas" que estão a ser tomadas para combater a crise. (*Público*, 11.11.2011)

b. O seu líder, Rachid Ghanouchi (que não foi candidato às eleições), afirma que a prioridade será o combate à corrupção. *Também* quer acabar com o desequilíbrio regional, promovendo o desenvolvimento no interior do país. (*Expresso*, 29.10.2011)

O valor aditivo pode constituir-se como uma **listagem**, que vai sendo apresentada nas várias frases que compõem o texto, com eventual realce de um dos elementos, como em (103):

(103) O documento recorda alguns dos factores que levaram à presente crise, no que a Portugal diz respeito. *Desde logo*, uma "excessiva especulação financeira e pouca consistência económica somaram-se negativamente" e enfraqueceram o país interna e internacionalmente. (*Público*, 11.11.2011)

As conexões entre frases podem não ser asseguradas por conectores, ao contrário dos casos anteriores, dependendo então da ordem das frases e de meios prosódicos. Por exemplo, num contexto de conversa, os enunciados com função de pergunta e resposta estão naturalmente conectados pela situação de comunicação e pela natureza da frase interrogativa (sintaxe e entoação) e da frase declarativa que constitui a resposta. São, pois, essencialmente meios sintáticos e prosódicos (cf. Duarte 2003a) que assinalam a conexão entre os enunciados de (104):

(104) A – Quando chega o Rui?
B – Chega na terça.

Quando não existem conectores, os vários processos de coesão textual intervêm no texto para assegurar a conexão entre as frases. São especialmente importantes os processos de coesão referencial e de coesão temporal.

O valor **aditivo** de listagem pode também ocorrer numa sequência de frases sem conector, como em (105). Em (105a), o sintagma nominal sublinhado introduz um conjunto de três entidades (as três múmias), que são retomadas individualmente nas duas frases seguintes. O efeito de listagem pode manifestar-se através de um **paralelismo estrutural**, que consiste na repetição de determinada construção. Assim, em (105b), ocorre a repetição do verbo existencial *haver* ao longo do excerto:

(105) a. Mais de um ano depois de serem feitas radiografias e TAC, sem se abrirem os sarcófagos, às três múmias egípcias da colecção do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), foram ontem divulgados os primeiros resultados. *A uma das múmias*, com cerca de 2300 anos, foi diagnosticado um cancro na próstata com extensões ósseas, o que faz dela um caso único no mundo. *Numa outra* foi detectada uma lesão extensa com origem numa distensão. (*Público*, 11.11.2011)

b. Não existe uma América Latina indivisível e homogénea e mesmo a divisão mais neutra – como seria a cartográfica – entre América do Sul,

> Central e Caraíbas é de pouca aplicabilidade para um discurso sobre a representação que façamos das populações destes países e das suas produções culturais. Na verdade, nestes vários continentes linguísticos e geográficos *há outras categorizações possíveis*. E *há o Brasil* na sua imensa diversidade e que, na sua razoável uniformidade do uso da língua oficial, pode até funcionar como continente autónomo. *Há os países* e seus habitantes da costa do Pacífico separados pela cordilheira dos Andes. *Há os países do interior*, o Paraguai e a Bolívia [...]. *Há o México*. *E* no meio do Atlântico, em forma de arquipélagos e como memoriais do tráfico dos escravos, *as Caraíbas* (*ípsilon*, 11.11.2011)

Como foi já dito, as conexões paratáticas envolvem ainda com frequência um valor de **progressão temporal** através do encadeamento de situações, como em (106):

(106) A Maria foi a África numa viagem organizada pela empresa. Conheceu lá o João e casaram em Lisboa. Mudaram-se para a África do Sul e viveram lá durante alguns anos.

Este exemplo introduz vários eventos que formam um encadeamento temporal: a viagem a África, o conhecimento entre a Maria e o João, o casamento em Lisboa, a mudança para a África do Sul. Esta interpretação de progressão temporal é baseada nas cadeias referenciais que mantêm os referentes, Maria e João, ao longo do texto, e no uso do pretérito perfeito.

Em contrapartida, no exemplo (107), o uso do presente do indicativo retira qualquer interpretação de sequência temporal e, pelo contrário, indica situações que se sobrepõem no tempo:

(107) Uma velhinha compra uvas, outra cenouras. As carrinhas param engarrafadas na curva. Um rapaz amanha peixe numa banca. (*Público*, 11.11.2011)

A sequência de frases pode ter ainda como objetivo a **descrição** de determinada entidade, apresentando uma listagem das suas propriedades. Por exemplo, em (108), o excerto tem como tema a sede do Belém Clube. As frases não são ligadas por conectores, mas a coesão é assegurada ao nível referencial: na segunda frase, *um edifício antigo* é correferente com o sintagma nominal *sede do Belém Clube*, e, na terceira frase, o nome *sala* retoma *sala de baile*, introduzido na segunda frase. Há, pois, um encadeamento referencial, com a introdução de uma entidade de tipo espacial e a sucessiva descrição de várias partes desse espaço; ou seja, tem-se aqui um caso de anáfora associativa (cf. 34.2.1.4):

(108) Seguindo os fios que saíam daquela "vanette" rectangular entrava-se na sede do Belém Clube, instituição que não deve ser confundida com Os Belenenses. *É um edifício antigo*, consta que em risco de fechar, dominado pela sala de baile, uma divisão ampla e alta, de soalho inclinado em direcção ao palco. *A fímbria da sala* é dominada pela plateia em que as cadeiras estão (possivelmente há muito) recolhidas (*ípsilon*, 11.11.2011)

A sequência de frases num texto pode ainda estabelecer níveis hierárquicos de conexão, como em (109):

(109) Tem um sofá de que já não gosta? Eletrodomésticos ou material informático que funcionam, mas já não utiliza? Livros a acumular pó ou roupa que não usa a encher os armários? *E* não sabe o que lhes fazer porque não conhece ninguém interessado nesses objetos? *Ou* precisa de uma mesa nova ou de uma peça para o computador e não tem dinheiro para comprar novo? (*Expresso*, 29.10.2011)

A estrutura deste excerto de notícia é apresentada em (110), em que a numeração indica a ordenação sequencial das frases em (109):

(110) 1. Tem um sofá...?
2. Eletrodomésticos...?
3. Livros ou roupa...?
4. E não sabe o que lhes fazer?
5. Ou precisa de uma mesa nova?

As três primeiras sequências, assinaladas graficamente por ponto de interrogação, constituem complementos diretos do verbo *ter* e equivalem a construções coordenadas disjuntivas inclusivas (tem um sofá ou eletrodomésticos ou material informático ou livros ou roupa). Estas diferentes situações não se excluem, pois o leitor poderá ter mais do que um destes tipos de entidades. As três primeiras frases formam, portanto, um segmento com conexões próprias nesta sequência. A quarta frase *e não sabe o que lhes fazer porque não conhece ninguém interessado nesses objetos* estabelece, por sua vez, uma conexão com a primeira série de sequências ('tem determinadas coisas e não sabe o que lhes fazer'). A conjunção coordenativa aditiva *e* tem aqui valor essencialmente contrastivo ('tem determinadas coisas, porém não sabe o que lhes fazer'). A última frase, introduzida pela conjunção coordenativa disjuntiva *ou*, estabelece uma relação de disjunção em relação à sequência inicial, iniciada pela frase com o verbo *ter*. A disjunção não é exclusiva, podendo a mesma pessoa ter coisas que quer ceder e outras de que precisa.

[4] Os exemplos discutidos até aqui, nesta subsecção, são todos de modo de produção escrita. Na oralidade, a coesão textual é assegurada pela prosódia e também pelos vários princípios de coesão discutidos ao longo deste capítulo.

Existem determinadas expressões – geralmente aforismos – com elevado grau de fixidez, associadas na sua origem a uma produção oral (mas que ocorrem igualmente na escrita) e que são formadas por duas orações, uma a seguir à outra, sem qualquer conector (cf. Cap. 9). A pausa entre as duas orações é assinalada, na escrita, com vírgula:

(i) a. Vão-se os anéis, fiquem(-se) os dedos.
b. Diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és.

Mau grado a ausência de um conector, existem nexos semânticos entre as duas orações: de tipo adversativo em (ia) e de tipo condicional em (ib). A fixidez destas expressões não possibilita nenhuma alteração da ordem dos termos (cf. #*fiquem-se os dedos, vão-se os anéis* e #*dir-te-ei quem és, diz-me com quem andas*).

Podem encontrar-se, em contextos de oralidade, estruturas paratáticas, em particular sequências frásicas nem sempre explicitamente conectadas entre si, por exemplo, em interações de tipo diretivo: *sais, segues em frente, tens umas escadas e uma porta castanha enorme, olhas para o lado direito*. No entanto, as construções de tipo

hipotático são também muito frequentes, pelo que não se deve concluir que a oralidade apresenta uma menor coesão ou complexidade do que os textos escritos, mesmo se tomarmos em consideração um texto oral não preparado que apresenta marcas da sua elaboração, como repetições e reformulações. Assim, veja-se a sequência em (ii), uma instância de texto oral não preparado e informal. Optámos, nesta transcrição, por marcar as pausas longas por pontos finais e as pausas breves por vírgulas, e por deixar assinaladas as produções interrompidas e as repetições. As hesitações, pausas preenchidas, repetições e reformulações (sublinhadas) apontam claramente para um discurso não preparado, e a presença do bordão *pá* para um registo informal (cf. 34A.1.1):

(ii) eu tenho uma opinião própria em relação aos portugueses. actualmente. e estou mesmo convencido, *pá*, que estamos, num período de vida, a, absolutamente dramático. e divido normalmente os portugueses em quatro grupos, sob o ponto de vista material. *aqueles*, que nem conseguem ganhar, para satisfação das suas actividades, eh, primárias. não é, portanto as suas, ah, as suas funções, vegetativas. e que têm necessidade, de ter dívidas. *depois, aqueles* que muito dificilmente conseguem realmente a satisfação dessas actividades vegetativas. *um terceiro grupo*, que consegue, um pouquinho mais do que essas actividades. *e finalmente uma minoria*, ah, que dispõe de, até podia dispor de capacidade, ou pode dispor de capacidade, para resolução de uma série de problemas, inclusivamente a nível, eh, cultural. eh, mas também, em que dentro dessa própria percentagem, ainda há um grupo grande que não a satisfaz. eh, porque lhes interessa fundamentalmente caprichos. interessam-lhe prazeres. interessam-lhe portanto um tipo de vida que está afastada do espírito. mas agora é, é, é para mim, verdadeiramente, um enigma, como é que é possível, quer dizer, criar uma cultura, com estas, condições materiais, em que nós vivemos? é, é absolutamente impossível. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv01)

O falante apresenta uma enumeração (quatro grupos de portugueses) e estrutura o seu discurso com a apresentação sucessiva de cada grupo (cf. os elementos em itálico no texto: *aqueles, depois aqueles que, um terceiro grupo*, *e finalmente uma minoria*). A sequência de orações conectadas por parataxe, com pausa longa, assinala uma enumeração e um realce da informação (cf. *porque lhes interessa fundamentalmente caprichos. interessam-lhe prazeres. interessam-lhe portanto um tipo de vida que está afastada do espírito*). A sequência com valor suplementar *e estou mesmo convencido, pá, que estamos, num período de vida, a, absolutamente dramático* encontra-se destacada por uma quebra entoacional e não perturba a coesão daquilo que a precede. Importa realçar que as pausas breves e longas não são necessariamente um indicador do grau de dependência que se estabelece entre os constituintes, podendo apenas ser o resultado da elaboração em curso (por exemplo, *necessidade, de ter dívidas* tem uma pausa breve entre um nome e o seu complemento, dois elementos altamente integrados entre si). Muito mais importantes para a análise das conexões entre sequências de oralidade são os fatores prosódicos.

Como os exemplos apresentados em 34.2.3.2 mostram, existem diferentes possibilidades de realização sintática (ao nível da parataxe) dos vários nexos semânticos. Veja-se, por exemplo, as possibilidades de estruturação das orações *o Rui refez o projeto* e *o cliente não estava satisfeito*:

(111) a. O Rui refez o projeto, pois o cliente não estava satisfeito.
b. O Rui (o cliente não estava satisfeito) refez o projeto.
c. O Rui refez o projeto: o cliente não estava satisfeito.
d. O Rui refez o projeto. O cliente não estava satisfeito.

Em (111), a oração *o cliente não estava satisfeito* estabelece sempre um nexo explicativo com a outra oração. Em (111a), constitui uma oração explicativa-suplemento em posição final introduzida por um conector explícito, enquanto, em (111b), é uma oração-suplemento numa posição interna da oração-âncora (entre o sujeito e o predicado). Em (111c), ocorre na posição final, numa relação de justaposição, sem conector, sendo a pausa assinalada por dois pontos, e, em (111d), por ponto final. Existem diferenças subtis entre as várias possibilidades estruturais e de pontuação, que se prendem essencialmente com o grau de saliência da informação expressa pela oração explicativa e que podem ser categorizadas como informação primária ou como informação secundária. Assim, a oração com valor explicativo constitui informação secundária em (111a,b) e informação primária em (111d) – sendo intermédia a categorização de (111c) relativamente a este aspeto.

Existe ainda a possibilidade de inverter a ordem das orações e de estabelecer entre elas um nexo de tipo conclusivo, pelo que as mesmas orações presentes nas frases (111) podem ser estruturadas como se ilustra em (112):

(112) a. O cliente não estava satisfeito, portanto o Rui refez o projeto.
b. O cliente não estava satisfeito: o Rui refez o projeto.
c. O cliente não estava satisfeito. O Rui refez o projeto.

Neste paradigma, (112a) corresponde a (111a), (112b) corresponde a (111c) e (112c) corresponde a (111d)[43]. Mantêm-se, em relação a (112), as observações que fizemos para os exemplos correspondentes em (111).

34.3 Estrutura temática e estrutura informacional

A unidade textual assenta numa estrutura constituída por um **tópico**, isto é, uma expressão linguística sobre a qual se vai dar informação, e por um **comentário** sobre esse tópico (cf. Cap. 12).

Em português, a posição inicial de frase é tipicamente associada ao tópico, seguindo-se-lhe o comentário, como na frase *o Pedro comprou o meu carro* (na qual o tópico é *o Pedro* e o comentário é *comprou o meu carro*). Os tópicos são tipicamente sintagmas nominais definidos, isto é, sintagmas nominais cuja referência é conhecida com base no contexto discursivo anterior ou no contexto situacional (veja-se a subsecção sobre coesão referencial, 34.2.1, e os Caps. 20, 21 e 22). Assim, p.e., quando um falante produz a frase *a conferência teve um número assinalável de participantes*, entende-se que já identificou previamente a dita conferência no seu discurso ou que os seus interlocutores partilham com ele conhecimento sobre a conferência em causa.

Frequentemente, o tópico e o sujeito gramatical da frase coincidem, como nos exemplos dados acima; dizemos então que se trata de um **tópico não marcado**. No entanto, o tópico pode ser outro elemento da frase, como, p.e., o complemento direto (cf. *o meu carro, o Pedro comprou-o*); trata-se, então, de um **tópico marcado** (cf. Cap. 12).

[43] Nenhum exemplo corresponde a (111b) porque, como se notou acima – cf. 34.2.3.2.2 – as orações conclusivas não podem ocorrer em posição interna da oração-âncora.

A **estrutura temática** trata da forma como se apresentam e distribuem os tópicos ao longo do texto. Um mesmo tópico pode manter-se ao longo de uma sequência textual, como nos casos em que se descreve uma determinada entidade. Assim, numa avaliação escolar trimestral (cf. (113)), o tópico é o aluno avaliado (*o João*) e mantém-se constante ao longo do texto:

(113) *O João* tem correspondido às expectativas neste segundo trimestre. Melhorou o seu desempenho nas várias áreas, tem estado atento nas aulas e aplicado nos trabalhos. Gosta sobretudo de Matemática e de Física. Pode ainda melhorar durante o terceiro trimestre, sobretudo em Língua Portuguesa, bastando para isso que adquira hábitos diários de leitura.

Em (113), ocorre uma sequência de orações e frases com sujeito nulo, o qual retoma o sujeito expresso na primeira frase, *o João* (cf. 34.2.1). Este constitui, portanto, o tópico de toda a sequência e cada nova oração apresenta mais uma informação sobre ele.

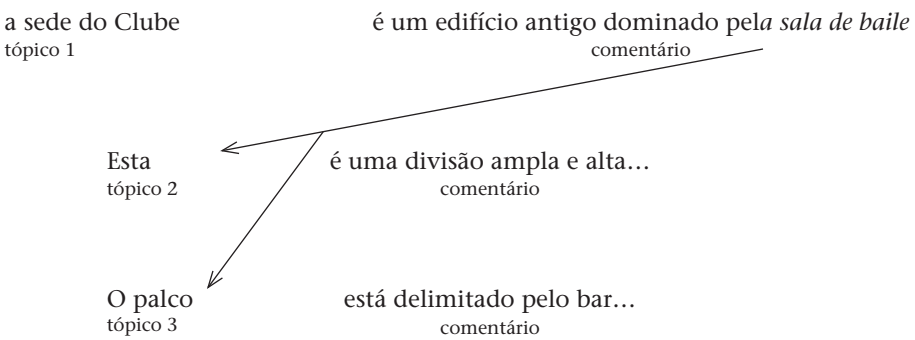
O texto pode ainda progredir por encadeamento entre tópico e comentário. Assim, um elemento do comentário pode ser retomado com o estatuto de tópico, como se ilustra em (114). Nesta sequência, o tópico da segunda frase (*eles*) retoma o constituinte nominal do comentário da primeira frase (*vários amigos*):

(114) A Maria encontrou-se com *vários amigos*. Eles convidaram-na para assistir ao concerto de estreia da banda que formaram no ano passado.

O primeiro tópico pode ainda ser mantido ao longo do texto, mas focando progressivamente determinadas partes constitutivas dessa entidade, como em (115), adaptado de (108):

(115) A *sede do Clube* é um edifício antigo, dominado pel*a sala de baile*. *Esta* é uma divisão ampla e alta, de soalho inclinado. *O palco* está delimitado pelo bar, à esquerda, e pela plateia.

Representa-se no Esquema B a progressão temática em (115), baseada num encadeamento em torno da relação parte-todo (cf. Cap. 8.7):

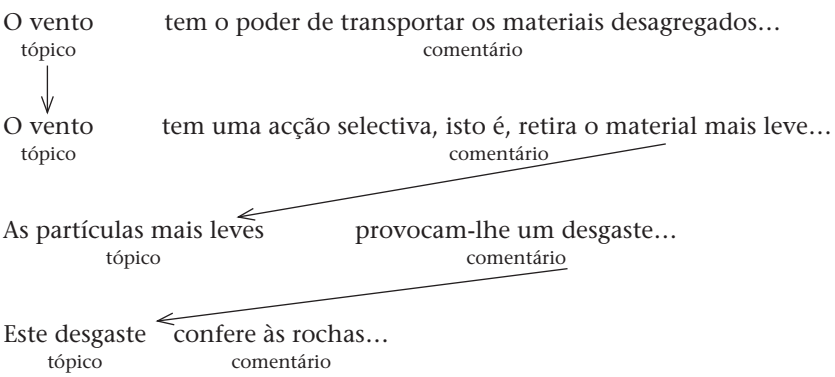


Esquema B

A maioria dos textos alterna sequências em que o tópico se mantém constante com sequências em que o tópico varia (cf. Adam [2005] 2011:94), como em (116):

(116) *O vento* tem o poder de transportar os materiais desagregados (por meteorização, por exemplo) que se encontram à superfície. *O vento* tem, assim, uma acção selectiva, isto é, retira o material mais leve e deixa ficar «no sítio» o material mais pesado. *As partículas mais leves* (que chegam a ser transportadas durante centenas de quilómetros), ao serem atiradas contra um bloco rochoso, provocam-lhe um desgaste que se inicia pela formação de pequenos alvéolos que, a pouco e pouco, se vão alargando. *Este desgaste*, que é mais acentuado junto ao solo, confere às rochas, por vezes, formas muito curiosas, designadas por rochas cogumelos. (CRPC, Semedo e Queiroz, *Geografia*[44])

Em (116), as duas primeiras frases têm o mesmo tópico, *o vento*, com um referente constante no comentário (*material*) que, na segunda frase, é dividido em dois conjuntos: material mais leve e material mais pesado. O primeiro conjunto (*as partículas mais leves*) passa, por sua vez, a constituir o novo tópico na terceira frase. Nesta frase, o comentário contém o que será o tópico da quarta frase, o nome *desgaste*. A estrutura temática de (116) representa-se no Esquema C:



Esquema C

Os tópicos veiculam tipicamente informação conhecida e portanto partilhada pelos interlocutores e sobre eles é apresentada informação nova, o **foco**. A **estrutura informacional** trata da forma como a informação nova e partilhada está organizada no texto. A informação partilhada pode ser de tipo dêitico, relacionada com a situação de enunciação, ou pode ser de tipo anafórico, retomada de uma parte anterior do texto (cf. 34.2.1). A informação pode ainda estar acessível aos interlocutores devido ao facto de ambos partilharem um conhecimento que não depende da situação de enunciação nem do texto.

O tópico, enquanto informação partilhada, tende a ocorrer na posição inicial da frase, contrariamente à informação nova, que tende a ocorrer na posição final. Considerem-se, a título ilustrativo, os seguintes pares de pergunta-resposta:

(117) A – Quem é que fez greve?
B – Fizeram greve *os alunos*.

[44] Este exemplo foi ligeiramente adaptado.

(118) A – Quem é que comprou o carro?
B – Comprou o carro *o Pedro*.

(119) A – O que é que elas compraram?
B – Elas compraram *livros*.

A resposta natural às perguntas (117A) e (118A), caso o falante opte por retomar todos os constituintes da frase na sua resposta, é uma construção em que a informação nova, veiculada pelo sujeito, ocorre em posição final, como em (117B) e (118B). Nestas respostas, o acento prosódico incide sobre esses sintagmas nominais (em itálico), que veiculam informação nova e que constituem o **foco informacional** da frase. Repare-se, assim, que a frase *o Pedro comprou o carro* não constitui uma resposta natural para a pergunta (118A) por apresentar informação nova (*o Pedro*) na posição típica de tópico, sendo o mesmo válido para *os alunos fizeram greve* relativamente a (117A). Em (119B), na medida em que a informação nova é veiculada pelo complemento direto, mantém-se a ordem canónica dos constituintes (cf. Duarte 1997).

Os novos referentes são com frequência introduzidos no discurso através de **estruturas relativas de apresentação**, isto é, construções nas quais o verbo *ser* ou *haver* introduz um sintagma nominal que constitui informação não partilhada, sintagma nominal esse que pode então ser retomado numa oração relativa que contém o foco (cf. Lambrecht 1994). Um exemplo paradigmático é o das histórias infantis, tradicionalmente iniciadas com a construção *era uma vez um*(*a*) *x que*, como se ilustra em (120a); também é muito frequente a construção com o verbo *haver*, que se exemplifica com um texto escrito em (120b) e com exemplos de oralidade em (121):

(120) a. Era uma vez *uma raposa linda e vaidosa* que, infelizmente, tinha perdido o rabo macio e comprido numa ratoeira. Para uma raposa, passear-se sem rabo era uma autêntica vergonha, e por isso *a espertalhona* resolveu fazer um rabo fingido. (CRPC, *Fábulas*)

b. Há *um homem* que trabalha nu no escritório. É um especialista de software numa empresa de Silicon Valley e como tem um emprego nocturno, à frente do computador, faz nudismo. […] O caso d*o nudista* é simbólico do espírito de individualismo e liberdade que reina naquela zona da Califórnia. (CRPC, *A Capital*)

(121) a. há *uma fulana* que tem uns pais muito pobres. e então são tão pobres, tão pobres, tão pobres, que não *lhe* podem pagar uma ama. e então põem-*na*, fecham-*na* numa capoeira. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv10)

b. há *um jovem misterioso* que se vai hospedar num albergue, vá lá, de uma família. e que tem sempre um comportamento, levemente suspeito, [-] sai a meio da noite. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn09)

Nestes exemplos, o referente novo (em itálico) ocorre a seguir ao verbo *ser* ou *haver* e é introduzido no discurso através de um sintagma nominal indefinido. Pode então ser retomado como tópico da oração relativa, que sobre ele apresenta informação nova. Em (120), as retomas seguintes são feitas com expressões definidas, dado tratar-se já de informação conhecida: *a espertalhona*, em (120a), *o nudista*, em (120b), pronomes clíticos, em (121a), e um pronome nulo, em (121b).

34A Tipologias textuais[45]

O conceito de texto abrange uma grande variedade de produções orais e escritas, que, no entanto, podem ser agrupadas em função das regularidades formais que lhes são comuns e dos diferentes usos da língua[46]. A complexidade das condições de produção de textos de língua falada e de língua escrita leva à postulação de categorias classificatórias articuladas em níveis complementares. Entre elas, incluem-se as categorias textuais de modo de produção, registo, género, tipo de texto, tema, domínio, estilo, sublíngua (ou língua de especialidade), e suporte, algumas das quais serão discutidas neste apêndice. Estas categorias, e a sua definição, estão relacionadas com a aplicação de dois tipos de critérios de ordem geral para a caracterização dos textos: critérios externos e critérios internos.

Os **critérios externos** têm por base características de natureza extralinguística e são os mais tradicionalmente seguidos na classificação dos textos; baseiam-se em aspetos ligados à situação de produção, à finalidade do texto, ao interlocutor ou ao público a que se destinam, e em outros fatores de caráter social, psicológico, pragmático e cultural. Os **critérios internos**, por sua vez, baseiam-se em aspetos de natureza formal, ou seja, em traços linguísticos dos próprios textos.

Estudos recentes, correlacionando critérios externos e critérios internos, têm mostrado que os aspetos formais dos textos não são independentes dos fatores relativos às condições e situações de comunicação em que eles são produzidos. Estes trabalhos, possibilitados pela análise estatística de um número elevado de textos anotados com informação linguística, permitem classificar os textos e favorecem estudos contrastivos das diferentes categorias em que se dividem. Estes trabalhos têm provado que certos padrões de uso podem ser mais comuns em determinados tipos textuais do que noutros.

34A.1 Categorias classificatórias

Faz-se, nesta secção, uma breve apresentação das categorias que são usadas na classificação de textos e na organização de tipologias textuais, com particular relevo para as seguintes: modo de produção do texto (associado a registo), género, tipo de texto e tema.

34A.1.1 Modo de produção

O **modo de produção** é um parâmetro que classifica os textos como sendo de língua falada ou escrita[47]. Importa dizer que não se enquadram na classificação de língua falada textos que foram escritos para serem oralizados, como acontece, por exemplo, com os guiões de filmes e as peças de teatro ou com textos que são lidos em conferências ou discursos, geralmente proferidos em situações muito formais,

[45] Este apêndice é da autoria de Maria Fernanda Bacelar do Nascimento. Adota-se, aqui, uma abordagem que decorre em grande parte da experiência de constituição de *corpora* de língua falada e de língua escrita de vastas dimensões, como base para análises linguísticas. Nesta perspetiva, é fundamental o estabelecimento de categorias textuais e de critérios de classificação, a fim de facilitar as pesquisas e, nomeadamente, a seleção de *subcorpora*, em função dos estudos a realizar.

[46] Existem muitas orientações teóricas e uma variada terminologia na categorização de textos com vista ao estabelecimento de tipologias textuais; cf., entre outros, Lee (2001), Sinclair (1996), Adam (2005), Biber et al. (1999), Coutinho (2005), Marcuschi (2008), Paredes (2010).

[47] Nalgumas tipologias, o modo de produção confunde-se com o género do texto.

ou, ainda, com uma grande parte dos textos da rádio e televisão; estes não são textos de língua falada, mas sim textos escritos com a finalidade de virem a ser "re-produzidos" oralmente.

É sabido que a língua escrita constituiu, durante muito tempo, o objeto privilegiado dos estudos linguísticos em geral e dos estudos gramaticais em particular, sendo embora a língua falada o principal meio de comunicação entre os homens e a primeira que as crianças adquirem – com notável rapidez –, e sendo, pelo contrário, a língua escrita uma invenção recente na história da humanidade, dominada por muito poucos até ao séc. XIX, e cuja aprendizagem é lenta e difícil.

Esta preferência pela língua escrita deve-se, entre outros, ao facto de se ter considerado durante um largo período de tempo que a língua falada era sempre de natureza "espontânea", cheia de erros e imprópria para ser objeto de estudo, por oposição à língua escrita, identificada como sendo mais acessível à investigação linguística, dada a correção com que nela se espelham as regras da gramática. No entanto, a partir do momento em que se passaram a usar técnicas de gravação e transcrição cuidadosas, começou a ser possível um estudo mais objetivo e sistemático da língua falada e o estudo dos textos orais é hoje, juntamente com o dos textos escritos, parte integrante do estudo da língua vista como um todo.

Frequentemente associada ao modo de produção está a categoria textual **registo**. Os textos, quer orais quer escritos, caracterizam-se por pertencerem a um **registo formal** ou a um **registo informal** (nalgumas tipologias, **preparado** e **não preparado** ou **espontâneo**)[48]. Na língua falada, consideram-se textos informais aqueles que não são previamente pensados nem preparados, como, por exemplo, os diálogos, os telefonemas ou as conversas em família, ou entre amigos ou conhecidos; consideram-se textos formais aqueles que pressupõem uma organização prévia, como, por exemplo, as conferências, as aulas, os debates políticos, os discursos públicos[49], os sermões, as demonstrações de produtos ou as entrevistas. Para os textos em língua escrita, um bilhete escrito à pressa para se dar um recado pode ser perfeitamente identificado como texto informal, tal como mensagens de correio eletrónico ou de telemóvel, contrastando com os textos de língua escrita formais que se encontram, por exemplo, em obras literárias, em dissertações académicas, em obras didáticas, em certos textos jornalísticos, em discursos publicados ou em correspondência oficial.

34A.1.2 Género

O **género** é uma categoria textual aberta que reflete situações comunicativas e sociais típicas de cada cultura, pelo que se apresenta como bastante estável (cf. Bakhtin [1979] 1984). Tem a ver com práticas discursivas, conteúdos, estilo, propósitos enunciativos e públicos a que se destinam os textos. Deste ponto de

[48] Cf., por exemplo, Moneglia (2005:8). Em textos escolares, o conceito de registo formal e informal é habitualmente designado como "nível de língua formal e informal".

[49] Na Antiguidade, a Retórica versava sobre a língua falada, destinada ao discurso público, cuidadosamente observada e policiada, sendo o falante levado a ter uma perfeita e exata consciência e um domínio absoluto do que estava a dizer (cf. Blanche-Benveniste 1997:6). Ainda hoje, as pessoas com uma longa prática de falar em público (certos professores, deputados, políticos) produzem "espontaneamente", nessa situação, um discurso com características muito próximas das que são geralmente atribuídas à língua escrita.

vista, os textos podem ser classificados como conversa espontânea, telefonema, entrevista, conferência, sermão, notícia jornalística, reportagem, anúncio, relatório, ensaio, crónica, romance, conto, edital, circular, carta, mensagem, instrução de uso, receita, ementa, entre outras possibilidades[50]. Assim, o uso da categoria género relaciona-se, essencialmente, com critérios externos e não com aspetos formais (cf. Sinclair 1996). É esta a categoria que predomina na elaboração das tipologias textuais, nas quais os múltiplos géneros acima referidos aparecem, em geral, estruturados hierarquicamente com base em domínios discursivos pré-estabelecidos[51]: p.e., o género literário é uma subcategoria de um "supergénero" ficção, e tem, por sua vez, vários subgéneros como poesia, narrativa, biografia, romance/conto, teatro/drama (cf. Sinclair 1996:86). Consoante o detalhe das classificações, cada um destes subgéneros pode ainda ser subdividido (por exemplo, o romance pode ser policial, de aventuras, histórico, de ficção científica, etc.). A correspondência (ou género epistolar) contém subgéneros como a carta pessoal, a carta administrativa, a carta comercial, a carta de apresentação, etc.; o género jornalístico pode ser subdividido em notícias, artigos de opinião, reportagens, entrevistas, etc.; e a conversação, em subgéneros como a conversa face a face, o telefonema, etc. Note-se que muitos dos géneros e subgéneros aqui referidos podem ter um modo de produção escrito ou falado – p.e., as entrevistas, os anúncios, as instruções de uso, as receitas ou as demonstrações comerciais, entre outros.

Importa ainda lembrar que nem sempre os textos são homogéneos do ponto de vista do género, sendo, antes, frequente a heterogeneidade desta categoria. É comum um texto classificado como pertencente a determinado género conter sequências que pertencem a outros géneros. Assim, num romance pode encontrar-se uma receita ou uma carta, numa entrevista pode ser dita uma poesia, uma conferência pode incluir um conto, etc. Nestes casos, naturalmente, a classificação do texto na sua globalidade incide sobre o género que é dominante.

34A.1.3 Tipo

Enquanto o género é uma categoria relacionada com as situações comunicativas, o **tipo** baseia-se nas formas de composição e estruturação do texto, tendo em conta vários aspetos da sua construção, que vão das escolhas lexicais e sintáticas ao estilo, às relações lógicas intratextuais, entre outras (cf., por exemplo, Marcuschi 2008:154s). É, portanto, uma categoria que se baseia em características internas dos textos, contrariamente à categoria género. A categorização em tipos apresenta

[50] Tradicionalmente, a noção de género relacionava-se ou com os géneros literários – tal como eram apresentados nos manuais de literatura, segundo princípios estéticos da retórica clássica: género épico, lírico, dramático, etc. –, ou com uma repartição dos textos em géneros convencionais baseados em características temáticas e técnicas: género literário, didático, jurídico, científico, etc. Só a partir de Bakhtin (cf. Bakhtin [1979] 1984) se passou a aplicar a noção de género também ao uso da linguagem em situações de comunicação comuns, do dia-a-dia. Bakhtin considera que os géneros são formas típicas e relativamente estáveis de enunciados, os quais define como unidades de comunicação discursiva (cf. Bakhtin [1979] 1984, Bronckart [1997] 1999, Halliday e Hasan 1989, Paredes 2010).

[51] Cf., por exemplo, as tipologias adotadas no *International Corpus of English* (ICE) (http://ice-corpora.net/ice/index.htm) ou no *British National Corpus* (BNC) (http://www.natcorp.ox.ac.uk/) para textos orais e escritos, e também (só para textos orais) as mencionadas em Cresti e Moneglia (2005:1ss).

pequena variação de autor para autor, sendo os textos essencialmente classificados nos tipos narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo e diretivo.

No **texto narrativo**, relatam-se factos ou situações que se desenrolam no tempo e no espaço. No **texto descritivo**, traçam-se, pormenorizadamente, as características de pessoas, objetos, lugares, etc. No **texto argumentativo**, apresentam-se elementos com os quais se pretende provar ou defender determinado ponto de vista. No **texto expositivo**, dão-se a conhecer e, por vezes, explicam-se factos ou situações. No **texto diretivo**, dão-se indicações que podem ter um caráter de obrigatoriedade (por exemplo, uma lei, uma informação de trânsito) ou ser apenas indicações de como se deve realizar uma tarefa (por exemplo, como tomar um medicamento, como fazer um bolo, como montar uma máquina). A combinação das sequências que formam um texto é em geral complexa. Assim, a descrição raramente constitui um texto autónomo, integrando-se antes em textos de tipo narrativo ou explicativo (cf. Adam 2005:19).

Aos vários tipos de texto são atribuídas marcas linguísticas específicas. A título de exemplo, uma estrutura narrativa caracteriza-se por ter tipicamente os verbos no pretérito perfeito do indicativo, por conter verbos que denotam uma ação e por referir eventos centrados na primeira ou na terceira pessoa. A estrutura diretiva[52], pelo contrário, é direcionada para a segunda pessoa e tem os verbos tipicamente no imperativo, no infinitivo ou no futuro.

34A.1.4 Tema

A categoria textual **tema** indica o assunto que é tratado no texto e é também frequentemente designada por **tópico** ou **domínio**. Alguns textos apresentam pouca variação temática. São, em geral, textos especializados (um manual sobre biologia, uma revista de linguística, um manual de instruções sobre montagem de uma máquina, uma decisão jurídica, etc.) ou textos muito curtos (uma circular sobre os horários de abertura e fecho de uma biblioteca, um boletim meteorológico, uma convocatória para uma reunião de condóminos, etc.). Contudo, a maior parte dos textos apresenta uma variação temática imprevisível e própria da necessidade de se encadearem temas, típica da maioria das situações de comunicação. Nestes casos, só a fragmentação dos textos possibilita uma identificação dos vários temas que contêm. Assim, p.e., um romance pode não ter qualquer consistência temática, mesmo dentro do mesmo capítulo; um debate parlamentar versa temas diversos; uma carta pessoal refere assuntos variados; e numa conversa do dia-a-dia, muda-se constantemente de assunto.

As categorizações por temas podem ser feitas a partir de classificações gerais pré-existentes (que podem ter sido organizadas para um determinado conjunto de materiais a classificar) e têm por base a divisão do conhecimento em áreas do saber. Podem ser muito diversas as listas de temas estabelecidos, refletindo visões diferentes do mundo e da linguagem textual. Acontece algumas vezes a classificação por tema ser facilitada pelo facto de alguns textos conterem eles próprios uma autoclassificação (um jornal desportivo, um romance histórico; ou, dentro de alguns jornais, as várias secções: política nacional, política internacional, desporto, economia, etc.). Nestes casos, fala-se por vezes em "classificação reflexiva" (cf. Sinclair 1996).

[52] Esta estrutura é chamada "injuntiva" em Paredes (2010).

A identificação do tema de um texto pode ainda ser feita com base na análise do seu vocabulário, através de processos informáticos, de base estatística, que selecionam automaticamente palavras-chave ou "conjuntos lexicais sintagmáticos" como indicadores do(s) tema(s) de um texto (cf. Cap. 9 e Sinclair 1996).

> [5] Alguns exemplos de classificações gerais organizadas por temas são os *thesauri*, que são classificações de base semântica. Entre estes, inclui-se o famoso *Roget's Thesaurus of English words & phrases*, dividido em seis categorias globais: Relações abstratas, Espaço, Mundo material, Intelecto, Volição e Afetos; a partir destas categorias, estabelecem-se subcategorias até um total de 1000 temas. Outro exemplo são as classificações bibliográficas como a Classificação Decimal Universal (CDU)[53], muito usada nas bibliotecas. Esta é uma classificação por assuntos que consiste na divisão em dez grupos de 1.ª ordem, que, por sua vez, se podem subdividir em grupos de 2.ª ordem e assim por diante, infinitamente. Ainda uma outra tipologia de temas foi criada pelo grupo NERC (*Network of European Reference Corpora*) a partir de classificações temáticas elaboradas por vários autores e instituições[54].

34A.2 Estudo da língua falada

Nesta secção, abordamos algumas características dos textos de língua falada e uma metodologia com que podem ser estudados.

34A.2.1 Transcrição dos textos orais

Como se mencionou acima, até à invenção dos registos magnéticos tornava-se difícil observar e analisar a língua falada, dado tratar-se de uma produção efémera: os enunciados orais não duram mais do que o tempo em que permanecem na memória dos interlocutores. Os gravadores vieram dar perenidade a esses enunciados efémeros, que agora podem ser ouvidos e reouvidos sempre que se quiser[55]. Se a invenção do gravador foi um passo importante para perpetuar a memória do que é dito, a verdade é que também o que se ouve na gravação perdura pouco tempo na memória do ouvinte, levando à necessidade de audições repetidas. Mas essa possibilidade de múltiplas audições conferida pela gravação permitiu que se transferisse a memória do que é dito para suportes mais estáveis – o papel ou ficheiros informáticos – através da transcrição[56]. Com a representação gráfica do oral passou a dispor-se de documentos escritos, sólidos e suscetíveis de serem analisados[57]. Mas transcrição

[53] A Classificação Decimal Universal foi desenvolvida pelos bibliógrafos belgas Paul Otlet e Henri la Fontaine no final do século XIX, baseada na classificação decimal do bibliotecário norte-americano Mevil Dewey.
[54] Os temas propostos no NERC são Religião, Técnica/Tecnologia, Direito, Desporto, Arte, Política, História, Medicina, Filosofia, Economia, Educação, Psicologia, Ciência, Sociologia, Tempos livres, Civilização, Física, Biologia, Matemática, Lar, Viagens, Antropologia, Assuntos militares, Meios de comunicação, Língua, Literatura, Arquitetura, Moda/Indumentária, Informática, Agricultura, Geografia, Ecologia/Ambiente, Tráfego/Transportes, Química, Finanças (cf. Sinclair 1996:62ss).
[55] Em estudos linguísticos, estes instrumentos começaram por ser utilizados na gravação de línguas que não tinham escrita e em variedades dialetais. Em Portugal, as primeiras recolhas linguísticas gravadas foram feitas pelo dialetólogo Luís F. Lindley Cintra, nos anos 50.
[56] Referimo-nos à transcrição ortográfica, que é geralmente usada para estudos lexicais, morfossintáticos e sintáticos, e não à transcrição fonética ou fonológica.
[57] Sobre a representação gráfica do oral, normas e problemas de transcrição, ver, por exemplo, Bacelar do Nascimento et al. (1987:51ss), Blanche-Benveniste e Jeanjean (1987:130ss), Moneglia (2005:33ss), Miller e Weinert (1998:12).

não se confunde com língua escrita. Esta última obedece a um conjunto de regras convencionais, de produção e organização do texto, muito diferentes da forma como é produzida e organizada a língua falada. A transcrição é uma mera notação gráfica da língua falada, uma ajuda para a memória. Como se sabe, a língua falada não se limita à produção de sons neutros. São portadores de significação elementos prosódicos como o acento, a entoação, a duração, a intensidade, o ritmo ou as pausas e, ainda, elementos paralinguísticos como os gestos ou as expressões faciais; assim, se, por um lado, a transcrição é indispensável como notação estável e sólida da audição, por outro lado, ela reproduz muito imperfeitamente a produção oral, porque lhe faltam todos esses elementos. Gera, por isso, textos anómalos que não são nem os verdadeiros textos orais nem textos representativos da língua escrita canónica. Os mesmos enunciados que, quando ditos, são perfeitamente claros e compreensíveis, quando escritos ficam irreconhecíveis e muitas vezes parecem incoerentes e incompreensíveis, sendo a sua leitura extremamente penosa.

De facto, vários fatores dificultam a "leitura" do texto oral. Na transposição do sistema de comunicação oral para um sistema de comunicação escrito, a perda de fatores expressivos de caráter paralinguístico, que conferem sentido ao enunciado, e também a falta de representação de particularidades fonéticas e de elementos prosódicos portadores de significação, conduzem ao nivelamento artificial de unidades que foram produzidas de forma diferenciada. Esta dificuldade pode ser contornada através do alinhamento do registo sonoro com a transcrição ortográfica, mediante o recurso a programas informáticos específicos, que possibilitam a audição e a leitura simultâneas.

Como se discutiu acima, é comum associar-se língua falada exclusivamente a língua espontânea, no sentido de língua usada em situações informais do dia-a-dia, não planificada ou preparada previamente, uma língua de certo modo improvisada. Na verdade, a língua falada não se reduz ao discurso "espontâneo", antes inclui, também, discursos formais e solenes. Em contrapartida, cada vez mais existem produções muito espontâneas, no sentido de repentistas, de língua escrita, em textos não canónicos como são as mensagens de computador ou de telemóvel. Um mesmo locutor pode não só escrever mas também falar numa linguagem muito cuidada, assim como pode não só falar mas também escrever numa linguagem muito familiar, dependendo, em qualquer dos casos, dos temas abordados e das situações de comunicação. Assim, não é apropriado considerar a espontaneidade como característica específica da oralidade, embora seja muito frequente na língua falada privada.

34A.2.2 Língua falada espontânea e língua escrita canónica

Nesta subsecção fazem-se algumas reflexões sobre o texto de língua falada não preparado e o trabalho sobre a sua transcrição, comparando-o com o escrito canónico. Algumas das características que serão apontadas para o oral espontâneo podem ocorrer num texto oral organizado, embora em menor grau, pelo que os exemplos retirados da língua falada espontânea ilustram mais claramente a comparação que se pretende fazer.

O texto transcrito ortograficamente é um artifício que confere ao discurso oral a consistência necessária à sua observação e à análise de fenómenos diversos, de

que se destacam os lexicais, os morfossintáticos e os sintáticos. O texto transcrito afigura-se, a um primeiro contacto, como dificilmente analisável e mesmo, em muitos casos, como totalmente incompreensível, senão caótico. De facto, quando tomamos esse primeiro contacto com uma transcrição linear da língua falada, é inevitável que, mentalmente, a comparemos com o texto escrito canónico a que estamos habituados e que, por essa razão, a transcrição nos dececione.

Uma transcrição rigorosa do texto oral torna patentes fases do seu processo de construção que não se encontram no texto escrito definitivo, embora possam observar-se nas suas versões preparatórias. De facto, na oralidade, a produção e a receção dos enunciados é simultânea, cada palavra dita é ouvida e não pode ser "apagada" (cf. Rey-Debove 1981:7), ao passo que na escrita canónica existe um tempo entre a produção e a receção pelos leitores que permite ao autor suprimir aquilo que não deseja comunicar e aperfeiçoar as suas frases de acordo com as regras do código escrito.

Assim, na transcrição fiel do texto oral permanecem enunciados apenas esboçados, consistindo em (i) fragmentos que o locutor rejeita e que ou abandona ou corrige: cf. *a partir de certa altura os terrenos têm falta de matéria gorda certos húmus e os adubos não vão res solu resolver o o caso* (CRPC, PF 1072); (ii) acumulações vocabulares, traduzindo, muitas vezes, a procura da palavra adequada: cf. *a água estava vermelha avermelhada* (CRPC, PF 0106); (iii) antecipações e retrocessos: cf. *traziam aqui hortaliça relativamente barata e agora não e boa e de boa qualidade* (CRPC, PF 0129); (iv) elementos metalinguísticos explicitando a supressão ou a correção: cf. *e tem a terrina e os candelabros do lado não não são candelabros são castiçais como como os teus da tua mesinha-de-cabeceira* (CRPC, PF 0886). Ouvindo enunciados como *eu faço sempre de véspera porque simpifli simplifica* ou *e então deix autorizaram*, damos provavelmente uma atenção menor aos segmentos *simpifli* ou *deix*, que o falante "substitui" por *simplifica* ou *autorizaram* e que, embora ouvidos, não chegam a perturbar a comunicação. Em contrapartida, quando estes segmentos são transcritos, tornam-se "demasiado" patentes e pesam, por insólitos, na escrita.

Na transcrição, estão representadas da mesma forma e ao mesmo nível quer sequências que cumprem a ordem de desenvolvimento prevista pela gramática, quer ruturas, marcas de hesitação ou de escolha de palavras, repetições, retrocessos ou comentários do falante ao seu próprio enunciado.

Na verdade, uma observação minuciosa evidencia duas orientações maiores no desenvolvimento discursivo. Por um lado, uma orientação em que as unidades que constituem o enunciado se sucedem num eixo orientado horizontalmente – o eixo sintagmático –, sendo possível analisá-las e descrevê-las do ponto de vista da sua estruturação sintática. É o caso de enunciados como os de (122):

(122) a. eu comprei agora no inverno passado uma arma para ir à caça
b. os elementos do sindicato são os representantes dos trabalhadores
c. portanto tenho já uma boa coleção mais ou menos de selos

Por outro lado, estas sequências enunciativas são muitas vezes interrompidas pela ocorrência acumulada de palavras ou de sintagmas (completos ou fragmentados) que correspondem a diferentes escolhas que o falante poderia ter feito para um mesmo elemento da cadeia sintática. Esses fragmentos, que podem repetir-se literalmente

ou consistir em expressões semanticamente relacionadas, quebram a estruturação linear, lógica, dos enunciados gramaticalmente corretos. Assim, p.e., os enunciados de (122) não foram produzidos linearmente como ali se apresentam; na realidade, não são mais do que versões "corrigidas" dos seguintes enunciados orais autênticos:

(123) a. eu comprei uma agora neste no no inverno passado no no inverno passado comprei uma arma para ir à caça (CRPC, PF 0854)
b. o sindicato que é o repre são os representantes os elementos os elementos do sindicato são os representantes dos trabalhadores (CRPC, PF 0776)
c. portanto tenho tenho tenho já uma boa uma boa colecção mais ou portanto mais ou menos de selos (CRPC, PF 1308)

Pode dizer-se que dispomos, na nossa memória lexical, de uma série de unidades de que selecionamos os elementos que preenchem cada lugar sintático. No texto escrito figura apenas a última das nossas escolhas, enquanto nos rascunhos do texto escrito e no oral figuram todos os traços das escolhas sucessivas, das hesitações, das rejeições e das correções.

A análise das sequências de (123), utilizando um modelo de representação em grelha, em que o eixo horizontal remete para os desenvolvimentos sintagmáticos e o eixo vertical para os desenvolvimentos paradigmáticos, encontra-se representada nos Esquemas D, E e F, que correspondem, respetivamente, a (123a), (123b) e (123c) (representam-se em negrito os elementos que constituem as sequências que realmente o falante 'quer dizer', as quais figurariam num texto escrito definitivo, correspondente aos exemplos de (122)):

eu	**comprei**	uma	agora neste	
			no	
			no inverno passado	
			no	
			no inverno passado	
	comprei	**uma arma**		**para ir à caça**

Esquema D

	o sindicato	que	é	o repre
			são	os representantes
os elementos				
os elementos	**do sindicato**		**são**	**os representantes dos trabalhadores**

Esquema E

portanto	tenho		
	tenho		
	tenho já	uma boa	
		uma boa colecção	mais ou
portanto			**mais ou menos de selos**

Esquema F

Fontes das abonações

5 para a meia-noite. Programa da RTP. Agosto de 2011.

A. O'Neill, *Poemas* – O'Neill, Alexandre (1962) *Poemas com endereço*. Lisboa. Moraes.

A. Patrício, *O fim* – Patrício, António (1982) "O fim". *In Teatro Completo*. Lisboa. Assírio e Alvim.

A. Patrício, *Dinis e Isabel* – Patrício, António (1982) "Dinis e Isabel". *In Teatro Completo*. Lisboa. Assírio e Alvim.

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

A Bola.

A Capital.

Aquilino, *Homem* – Ribeiro, Aquilino (s.d.) *O Homem que Matou o Diabo*. Lisboa. Livraria Bertrand.

Avante.

Bíblia. Lisboa. Editorial Verbo.

C. de Oliveira, *Casa* – Oliveira, Carlos de (1995) *Casa na duna*. Lisboa. Livraria Sá da Costa.

C-ORAL-ROM – *Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*:

pfamcv01 – português familiar, conversa 01.

pfamcv10 – português familiar, conversa 10.

pfammn09 – português familiar, monólogo 09.

DAR – Diário da Assembleia da República.

Diário de Notícias.

Estrela, *Sabores* – Estrela, Albano (1994) *O mapa dos sabores: contos e incontos*. Lisboa. Edições Colibri.

Expresso.

Fábulas – Fábulas de La Fontaine (1992) Lisboa/São Paulo. Editorial Verbo (Trad. de Esther de Lemos).

Grande Reportagem.

Jornal de Notícias.

Matias, *Electrotecnia* – Matias, José Vagos Carreira (s.d.) *Electrotecnia*, 9º ano. s.l. Didáctica Editora.

Máxima.

M. Velho da Costa, *Maina Mendes* – Costa, Maria Velho da (1969) *Maina Mendes*. Lisboa. Moraes.

Neto, *Radiodifusão* – Neto, H. Campos (1992) "Engenharia da Radiodifusão, Televisão e Telecomunicações em Portugal no Século XX". *In História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no séc. XX*. Lisboa. Academia das Ciências de Lisboa: 623-643.

N. Bragança, *Noite* – Bragança, Nuno (1969) *A noite e o riso*. s/l. Moraes.

O Independente.

O Jogo.

Oliveira e Pereira, *Etnologia* – Oliveira, Ernesto Veiga de e Benjamim Enes Pereira (1987) *Etnologia Tradicional Agrícola dos Açores: subsídios para o seu estudo*. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica.

PF – *Português Fundamental*: entrevistas 0106, 0129, 0555, 0560, 0776, 0854, 0886, 1072, 1082, 1308.

Público.

Semedo e Queiroz, *Geografia* – Semedo, Énio e José Queiroz (s.d.) *Geografia*, 7º ano. Porto. Porto Editora.

Torga, *Bichos* – Torga, Miguel (1946) *Bichos*. Coimbra. Coimbra Editora.

Visão.

Expresso.

ípsilon.

Mattoso, Magalhães e Alçada, *Primeiros reis* – Mattoso, José, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada (1993). *História de Portugal* 1.º volume: *Os primeiros reis*. Lisboa. Editorial Caminho.

M. Cesariny, *Pena* – Cesariny, Mário (1982) *Pena Capital*. Lisboa. Assírio & Alvim.

M. Zambujal, *Malandros* – Zambujal, Mário (1980) *Crónica dos bons malandros*. Amadora. Livraria Bertrand.

Público.

Público (edição *online*) //www.publico.pt.

R. Fonseca, *Jogo* – Fonseca, Rubem (2010) "O jogo do morto". *In O cobrador*. Rio de Janeiro. Agir.

S. Godinho, *Namoro* – Fausto (música), Viriato da Cruz (letra) (1976) "Namoro". *In De Pequenino se torce o destino*. Portugal. Polygram.

Trovante, *Namoro II* – João Gil (música), Luís Represas (letra) (1986) "Namoro II". *In Sepes*. Portugal. EMI-Valentim de Carvalho.

35 ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO 1759
35.1 Propriedades estruturais e funcionais da coordenação 1761
35.1.1 Termos coordenados e conjunções coordenativas 1761
35.1.2 Coordenação de itens lexicais e de sintagmas 1762
35.1.3 Coordenação de orações 1763
35.1.4 Coordenação infra e suprassintática 1766
35.1.5 Classe das estruturas compostas 1767
35.1.6 Paralelismo estrutural, funcional e semântico dos termos coordenados 1768
35.1.7 Sujeitos compostos e concordância verbal 1771
35.1.8 Interpretação temporal da ordem das orações na coordenação com *e* 1772
35.1.9 Coordenação de orações relativas, exclamativas e interrogativas parciais 1773
35.2 Estrutura interna da coordenação e tipos de conjunções coordenativas 1776
35.2.1 Coordenação simples e coordenação correlativa 1777
35.2.2 Coordenação binária e coordenação múltipla 1779
35.2.3 Coordenação sindética, assindética e polissindética 1779
35.2.3.1 Coordenação simples sindética, assindética e polissindética 1779
35.2.3.2 Coordenação correlativa polissindética 1781
35.2.4 Coordenação integrada e coordenação parentética 1782
35.2.5 Coordenação e elipse 1784
35.3 Classificação semântica das estruturas e das conjunções coordenativas 1786
35.3.1 Coordenação copulativa 1787
35.3.1.1 Propriedades da coordenação copulativa e das conjunções copulativas 1787
35.3.1.2 Valores adicionais da coordenação copulativa 1792
35.3.1.2.1 Outros valores semânticos da coordenação com *e* 1792
35.3.1.2.2 Coordenação comitativa 1794
35.3.2 Coordenação disjuntiva 1796
35.3.3 Coordenação adversativa 1800
35.3.3.1 Valor de contraste na coordenação adversativa 1800
35.3.3.2 Outras construções com a conjunção *mas* 1801
35.4 Distinção entre conjunções coordenativas e outros conectores oracionais 1805
35.4.1 Propriedades gramaticais das conjunções coordenativas 1806

35.4.2 Conectores que não são conjunções coordenativas 1808
35.4.2.1 *Porém*, *todavia*, *contudo* e *no entanto* 1809
35.4.2.2 Conectores conclusivos 1810
35.4.2.3 Partículas de exclusão: *senão*, *exceto*, *salvo*, *menos* e *fora* 1811
35.4.2.4 Orações explicativas e causais não integradas 1814
35.4.2.5 Coordenação adversativa e subordinação concessiva 1816
Fontes das abonações **1817**

35 ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO

A **coordenação** é um dos processos sintáticos mais importantes de formação de unidades linguísticas complexas. Este processo opera sobre constituintes de nível linguístico idêntico e combina-os através de um conector, chamado **conjunção coordenativa** (sublinhado, nos exemplos a seguir), numa nova unidade de maior complexidade que pertence ao mesmo nível linguístico; ou seja, a coordenação de dois itens lexicais produz um novo item lexical (cf. (1a)), a coordenação de dois sintagmas produz um novo sintagma (cf. (1b)) e a coordenação de duas orações produz uma nova oração (cf. (1c)):

(1) a. Esse *valente* e *heroico* soldado sacrificou-se pela pátria. [coordenação de dois itens lexicais, neste caso adjetivais][1]
b. A Maria saiu *com o Pedro* ou *com o António*. [coordenação de dois sintagmas, neste caso preposicionais]
c. Disseram *que os ladrões levaram muitas obras de arte*, mas *que a polícia já estava a investigar o assalto*. [coordenação de duas orações]

Às estruturas resultantes da coordenação dá-se o nome de **estruturas compostas**. Assim, em (1a), temos um item lexical composto, em (1b), um sintagma composto e, em (1c), uma oração composta.

> [1] O termo "composto" é usado por Bechara (1999) para designar as unidades resultantes da coordenação. Assim, este autor distingue entre frases ou orações "compostas" e frases ou orações "complexas", uma perspetiva que se adota nesta Gramática (cf. Caps. 11 e 34)[2]. As primeiras são constituídas pela articulação paratática de orações, ao passo que as segundas são constituídas pela articulação hipotática de orações numa relação de subordinação (sobre as noções de parataxe, hipotaxe e subordinação, ver a discussão já a seguir, no texto, assim como o Cap. 34). Assim, p.e., *os ladrões assaltaram o banco e a polícia foi atrás deles* é uma frase composta, ao passo que *os ladrões exigiram ao gerente que ele os conduzisse ao cofre-forte* é uma

[1] Em posição pré-nominal, um adjetivo não pode combinar-se com complementos; cf. ***um orgulhoso dos seus filhos** pai* vs. *um orgulhoso pai* (comparar com *um pai orgulhoso dos seus filhos*, em que o adjetivo e o seu complemento estão em posição pós-nominal). Esta restrição indica que, em (1a), os adjetivos coordenados são itens lexicais e não sintagmas reduzidos ao seu núcleo adjetival (cf. 35.1.2 e Cap. 31).
[2] Cf. Bechara (1999:464). Nesta passagem o autor usa apenas o termo "orações"; sobre a distinção adotada nesta Gramática entre "oração" e "frase", cf. Cap. 11.

frase complexa. Em Quirk et al. (1985:719) faz-se uma distinção equivalente entre "*compound sentences*" (formadas por coordenação) e "*complex sentences*" (formadas por subordinação).

Este sentido técnico do termo "complexo" deve, evidentemente, ser distinguido do seu sentido comum (em linguística ou em outras áreas do conhecimento), em que designa qualquer estrutura múltipla formada por partes, independentemente do tipo de combinação existente entre essas partes. Para evitar possíveis confusões, procuramos usar o termo no seu sentido comum unicamente em contextos que tornem perfeitamente claro o significado pretendido.

O uso do termo "composto" no sentido de estrutura resultante de um processo de coordenação deve também ser distinguido do sentido que este termo tem em morfologia, onde designa as palavras resultantes do processo morfológico de **composição**, chamadas **palavras compostas**, como *guarda-chuva*, *homem-rã*, etc. Por esse motivo, procuramos evitar o termo quando nos referimos à coordenação de palavras[3].

A coordenação integra-se na classe mais vasta dos **processos paratáticos** (mais simplesmente, **parataxe**), caracterizados por combinarem unidades gramaticalmente idênticas ou semelhantes, por vezes sem qualquer articulação formal, de tal maneira que, no constituinte resultante, as duas unidades são equivalentes, encontrando-se no mesmo nível hierárquico da estrutura sintática[4].

A parataxe opõe-se aos processos de articulação **hipotáticos** (mais simplesmente, **hipotaxe**; cf. Cap. 34), caracterizados por combinarem constituintes em níveis hierárquicos distintos, ou seja, de tal maneira que um deles "predomina" sobre o outro na estrutura sintática resultante da combinação. O caso mais exemplar da hipotaxe é o da subordinação de uma oração a outra, formando uma frase complexa, como em *disseram-me* [*que a Maria ia hoje viajar*], mas não é certamente o único; assim, no seguinte exemplo, *o* [*primeiro* [*grande* [*amigo* [*da Maria*]]]], o constituinte *da Maria* está relacionado hipotaticamente com o substantivo *amigo*; o constituinte *amigo da Maria*, por sua vez, está relacionado hipotaticamente com o adjetivo *grande*; e o constituinte assim obtido, *grande amigo da Maria*, está relacionado hipotaticamente com o adjetivo *primeiro* (compare-se com *o* [*primeiro e grande*] *amigo da Maria*, em que a relação entre os adjetivos *primeiro* e *grande* é paratática).

O presente capítulo está organizado do seguinte modo: em 35.1, apresentam-se as propriedades estruturais e funcionais que caracterizam as construções com coordenação; em 35.2, classificam-se as construções coordenadas relativamente à sua estrutura interna, nomeadamente quanto ao número dos seus elementos e quanto ao tipo de articulação que se estabelece entre eles. Em 35.3, classificam-se as construções coordenadas quanto à sua contribuição semântica e apresentam-se os conectores de cada classe; reconhecem-se e descrevem-se três tipos: coordenação copulativa, coordenação disjuntiva e coordenação adversativa. Finalmente, em 35.4,

[3] Assinale-se também que o termo "composto" não tem qualquer relação com a regra "Compor" proposta no âmbito do Programa Minimalista da Gramática Generativa (cf. Chomsky 1995).

[4] Os processos paratáticos incluem ainda as **estruturas de suplementação** e as **estruturas de justaposição**, discutidas em detalhe no Cap. 34, no âmbito de uma caracterização geral da parataxe. Algumas gramáticas excluem da parataxe a coordenação sindética (cf. 34.2.3), na qual a articulação entre os constituintes se faz através de conjunções. Não é essa a nosssa posição, ainda que se possa considerar que a coordenação sindética é a forma mais estruturada da parataxe (cf. Cap. 34).

examinam-se determinados conectores oracionais que têm sido classificados como coordenativos mas que não são considerados como tal nesta Gramática (entre os quais *porém*, *todavia*, *contudo*, *senão* e *pois*); e, inversamente, reitera-se a natureza paratática da coordenação adversativa com *mas*, apesar de manifestar algumas propriedades hipotáticas.

35.1 Propriedades estruturais e funcionais da coordenação

35.1.1 Termos coordenados e conjunções coordenativas

Cada constituinte coordenado é chamado **termo coordenado** (que abreviamos frequentemente em "termo" quando o contexto torna claro o sentido). Em (1a), os termos coordenados são os dois adjetivos *valente* e *heroico*; em (1b), os termos são os dois sintagmas preposicionais *com o Pedro* e *com o António*; e, em (1c), são as duas orações *que os ladrões levaram muitas obras de arte* e *que a polícia já estava a investigar o assalto*. Os termos costumam também ser designados, consoante a ordem em que ocorrem no constituinte coordenado, como **primeiro termo coordenado**, **segundo termo coordenado**, etc. Assim, p.e., em (1a), *valente* é o primeiro termo coordenado e *heroico* é o segundo termo coordenado.

Os conectores que combinam os termos coordenados (sublinhados em (1)) chamam-se **conjunções coordenativas** (ou **locuções conjuncionais coordenativas**, quando são formados por mais de um item, como *assim como*, *bem como*, *não só ... mas também*, etc.; por simplicidade da exposição, passamos a chamar-lhes apenas **locuções coordenativas**). Nos exemplos de (1), ocorrem as três conjunções coordenativas mais frequentemente usadas em português: *e*, *ou* e *mas* (cf. 35.3). Em português, as conjunções e os elementos que formam as locuções coordenativas são palavras morfologicamente invariáveis; para além disso, tipicamente, pelo menos um dos elementos de uma locução coordenativa (quando não ambos) é um advérbio.

No interior de uma estrutura composta, os termos coordenados são equivalentes entre si, tanto hierárquica como funcionalmente. Hierarquicamente, os termos são equivalentes porque nenhum deles tem proeminência estrutural sobre o outro, i.e., encontram-se no mesmo nível da estrutura sintática (cf. Cap. 11). Funcionalmente, os termos são equivalentes porque qualquer deles, isoladamente, poderia ocorrer com a mesma função gramatical numa frase semelhante mas sem coordenação. Assim, por exemplo, relativamente a (1b), são possíveis as duas frases *a Maria saiu com o Pedro*, por um lado, e *a Maria saiu com o António*, por outro. Em cada uma delas, o sintagma simples sublinhado é um adjunto adverbial com valor semântico comitativo (cf. Caps. 32 e 33), exatamente a mesma função que o constituinte composto mantém em (1b).

Uma das consequências desta equivalência entre os termos é a possibilidade de trocar a sua ordem em algumas estruturas compostas. Assim, tanto gramaticalmente como informacionalmente, não há diferenças notáveis entre (1a) e a frase *esse heroico e valente soldado sacrificou-se pela pátria,* e entre (1b) e *a Maria saiu com o António ou com o Pedro*. Quando uma troca deste tipo é possível, diz-se que os termos coordenados são **simétricos** ou **reversíveis**. Esta possibilidade, no entanto,

não se generaliza a muitos casos em que os termos coordenados são orações (cf. 35.1.8 e 35.3.1.2.1) nem às construções de coordenação adversativa de foco ou ênfase (cf. 35.3.3).

35.1.2 Coordenação de itens lexicais e de sintagmas

Nos casos mais típicos, a coordenação combina elementos que pertencem à mesma classe de palavras ou à mesma classe sintagmática. Nos exemplos de (2), coordenam-se palavras: nome com nome (cf. (2a)), adjetivo com adjetivo (cf. (2b)), verbo com verbo (cf. (2c)), preposição com preposição (cf. (2d)) e advérbio com advérbio (cf. (2e)):

(2) a. A Maria comprou uma sandes de [$_{N}$ *fiambre*] e [$_{N}$ *queijo*].
b. Ela usava uma blusa [$_{A}$ *branca*] e [$_{A}$ *preta*].
c. A Fernanda [$_{V}$ *ligava*] e [$_{V}$ *desligava*] alternadamente a televisão.
d. Pediste uma água [$_{P}$ *com*] ou [$_{P}$ *sem*] gás?[5]
e. Não podes estar [$_{Adv}$ *aqui*] e [$_{Adv}$ *ali*] ao mesmo tempo.

Em (3), por sua vez, a coordenação incide sobre sintagmas: sintagmas nominais em (3a), sintagmas adjetivais em (3b), sintagmas verbais em (3c,d), sintagmas preposicionais em (3e) e sintagmas adverbiais em (3f):

(3) a. [$_{SN}$ *Esta saia*] e [$_{SN}$ *aquele casaco*] combinam bem.
b. Num gesto [$_{SA}$ *totalmente inédito*] mas [$_{SA}$ *muito generoso para com o público*], o cantor voltou três vezes ao palco depois do fim do espetáculo.
c. As crianças têm [$_{SV}$ *passeado pouco*] e [$_{SV}$ *visto televisão em demasia*].
d. As crianças [$_{SV}$ *têm passeado pouco*] e [$_{SV}$ *têm visto televisão em demasia*].
e. [$_{SP}$ *No rio Guadiana*] e [$_{SP}$ *em várias barragens do Alentejo*], apareceram cianobactérias que causaram a morte de muitos peixes.
f. Partimos para o Norte [$_{SAdv}$ *hoje à noite*] ou [$_{SAdv}$ *amanhã de manhã*].

Relativamente a (3c), considera-se aqui que o verbo pleno, os seus complementos e/ou os adjuntos adverbiais formam um sintagma verbal dentro do sintagma verbal mais abrangente que contém o verbo auxiliar (cf. Cap. 29).

A coordenação pode também fazer-se entre os sintagmas verbais mais abrangentes, incluindo o verbo auxiliar, como em (3d). Repare-se, no entanto, que esta frase tem uma estrutura alternativa, na qual se coordenam orações, contendo a segunda um sujeito nulo (representado pela notação "[-]"; cf. Cap. 43), legitimado por ser referencialmente idêntico ao sujeito da primeira oração. Esta estrutura ilustra-se em (4):

(4) [$_{Or}$ *As crianças têm passeado pouco*] e [$_{Or}$ [-] *têm visto televisão em demasia*].

Uma vez que um nome, um adjetivo, um verbo e um advérbio podem ocorrer isoladamente como único membro de um sintagma, nem sempre é fácil distinguir quando a coordenação superficial de dois itens lexicais tem o estatuto de coordenação de palavras, o estatuto de coordenação de sintagmas ou é potencialmente

[5] A coordenação de duas preposições é um fenómeno gramaticalmente marcado e pouco frequente em português, porque, tipicamente, as preposições ocorrem acompanhadas do seu complemento, nominal ou oracional (cf. Cap. 32), o que não acontece em (2d) relativamente à preposição *com*.

ambígua entre as duas possibilidades. No caso de dois adjetivos coordenados, é plausível considerar que se tem coordenação de itens lexicais quando ocorrem em posição pré-verbal (cf. o exemplo (1a), *esse* [*valente*] *e* [*heroico*] *soldado sacrificou-se pela pátria*; ver a Nota 1) ou quando não existe possibilidade de se combinarem com outros elementos, como se ilustra a seguir:

(5) a. Ela usava uma blusa às riscas [*brancas*] e [*pretas*].
b. *Ela usava uma blusa às riscas [*muito brancas*] e [*bastante pretas*].

Quando dois nomes são coordenados dentro de um sintagma nominal contendo material lexical adicional que se aplica a ambos, trata-se de um caso evidente de coordenação de itens lexicais, como se ilustra em (6a). Neste exemplo, o sintagma nominal refere um único indivíduo, que é simultaneamente dono e diretor de uma escola; e o sintagma preposicional *desta escola* modifica ambos os substantivos, *dono* e *diretor*. Outra possibilidade, intermédia entre a coordenação de dois nomes e a coordenação de dois sintagmas nominais, consiste na coordenação de dois grupos nominais, como em (6b) (o grupo nominal, recorde-se, é o constituinte que contém o nome e os seus complementos e/ou modificadores, mas não o seu especificador; cf. Cap. 20):

(6) a. [$_{SN}$ O [$_{N}$ *dono*] e [$_{N}$ *diretor*] desta escola] é meu amigo.
b. Sendo ele [$_{SN}$ o [$_{GN}$ *diretor da faculdade*] e [$_{GN}$ *pai do meu amigo*]], estive à vontade para lhe expor a situação.

Em muitos casos, a estrutura resultante da coordenação é simplesmente ambígua entre coordenação lexical e sintagmática, como em *adoro vinho e azeite* ou *um molho picante e desagradável acompanhava a carne*[6].

Finalmente, um exemplo em que é plausível analisar a coordenação como sendo sintagmática é o de (7a), em que ocorre um advérbio combinado com o segundo sintagma preposicional, impedindo que se analise a coordenação como sendo entre as preposições *com* e *contra*; neste caso, o sintagma nominal regido pela primeira preposição sofre um processo de elipse (cf. Cap. 45):

(7) a. Tu estás *com* ou *totalmente contra a direção do clube*?
b. Tu estás *com ~~a direção do clube~~* ou *totalmente contra a direção do clube*?

35.1.3 Coordenação de orações

A coordenação também combina orações, podendo ser estas de vários tipos: independentes (cf. (8)), subordinadas finitas (cf. (9)) e subordinadas infinitivas (cf. (10)):

(8) a. *O calor era muito* e *não se fazia sentir qualquer aragem*.
b. *Os banhistas infringem constantemente as normas de segurança* e *os nadadores-salvadores não têm descanso*.

[6] Note-se, aliás, que é uma questão trivial, e sem consequências gramaticais de maior, saber se estamos, nestes casos, perante uma coordenação de dois itens lexicais ou de dois sintagmas. Tomando a primeira das frases acima como exemplo, na primeira alternativa, coordenam-se dois nomes (*vinho* e *azeite*) e o nome resultante da coordenação (*vinho e azeite*) está contido dentro de um único SN simples; na segunda alternativa, cada nome está contido dentro de um SN simples, e a estrutura composta é o resultado da coordenação desses dois SN.

(9) a. As crianças pensam *que a vida é fácil* e *que todos gostam delas*.
b. Ela perguntou *se eu já tinha lido o livro* ou *se* [-] *conhecia o autor*.
c. *Quando quiseres algum desses livros* ou *quando precisares de um dicionário*, deves ir à biblioteca.
d. A rapariga *a quem o João telefonou* e *de quem todos gostam* foi aluna do Paulo.

(10) a. O Jonas quer *vender a moto* e *comprar um carro*.
b. A Maria telefonou-me *depois de chegar a casa* e *antes de falar com o Luís*.

Em (8a), p.e., são coordenadas orações que, isoladamente, constituiriam frases simples (cf. *O calor era muito. Não se fazia sentir qualquer aragem*). Em (9), são coordenados diferentes tipos de orações subordinadas finitas: completivas declarativas (cf. (9a)), completivas interrogativas (9b)), adverbiais (cf. (9c)) e relativas (cf. (9d)). Em (10), são coordenadas orações subordinadas infinitivas, completivas em (10a) e adverbiais em (10b).

Considerem-se agora os exemplos em (11), comparando-os com (9a-c):

(11) a. As crianças pensam que *a vida é fácil* e *todos gostam delas*.
b. Ela perguntou se *eu já tinha lido o livro* ou *conhecia o autor*.
c. Quando *quiseres algum desses livros* ou *precisares de um dicionário*, deves ir à biblioteca.

Estes dois paradigmas mostram que as conjunções que introduzem orações subordinadas (cf. Caps. 36 e 38)[7] podem ocorrer dentro dos termos coordenados, como em (9a-c), e nesse caso temos tantas conjunções quantos os termos coordenados; em alternativa, pode ocorrer apenas uma conjunção externa aos termos coordenados, como em (11).

Esta dupla possibilidade indica, por um lado, que as orações subordinadas, incluindo a conjunção que as introduz, formam um constituinte, que pode servir de termo coordenado, como em (9a-c); e, por outro lado, que as orações subordinadas *sem* a conjunção que as introduz também formam um constituinte, que pode igualmente servir de termo coordenado, como em (11); ou seja, estes factos permitem concluir que a estrutura de uma oração subordinada é a indicada em (12):

(12) a. As crianças pensam [$_{Or}$ que [a vida é fácil]].
b. Ela perguntou [$_{Or}$ se [eu já tinha lido o livro]].
c. [$_{Or}$ Quando [quiseres algum desses livros]], deves ir à biblioteca.

Finalmente, a coordenação pode aplicar-se recursivamente, i.e., a termos que são eles próprios estruturas compostas, como se ilustra em (13) (sublinham-se os termos da coordenação mais abrangente, coloca-se em negrito a conjunção mais abrangente e em itálico os termos da coordenação menos abrangente):

(13) A Ana vai de férias **e** (ou) *o marido fica em casa com os filhos* ou *estes vão para casa dos avós*.

[7] Quando as orações são completivas, essas conjunções chamam-se **complementadores** (cf. Cap. 36).

Em (13), as duas orações simples *o marido fica em casa com os filhos* e *estes vão para casa dos avós* são coordenadas através da conjunção *ou*, sendo a estrutura composta resultante, por sua vez, coordenada com a oração *a Ana vai de férias* através da conjunção *e*.

[2] Também é possível a coordenação de duas orações complexas, ou seja, contendo cada uma delas uma oração subordinada, como se ilustra em (ia), com subordinação completiva finita (cf. Cap. 36), e em (ib), com subordinação adverbial (cf. Cap. 38); nos exemplos a seguir, indicam-se através de parênteses retos as orações coordenadas e colocam-se em itálico as orações subordinadas:

(i) a. [$_{Or}$ A mãe disse *que a criança era excecionalmente inteligente*] e [$_{Or}$ o professor confirmou *que ela vai ser colocada numa turma especial*].
b. [$_{Or}$ O João gosta da Ana *porque ela é bonita*] e [$_{Or}$ o Pedro também gosta dela *porque ela é inteligente*].

Consideremos agora exemplos semelhantes, mas nos quais a oração subordinada é idêntica nos dois termos oracionais coordenados (embora estilisticamente redundantes, estas frases são gramaticais, e servem de base para a discussão seguinte):

(ii) a. [$_{Or}$ A mãe disse *que a criança era excecionalmente inteligente*] e [$_{Or}$ o professor confirmou *que a criança era excecionalmente inteligente*].
b. [$_{Or}$ O João gosta da Ana *porque ela é bonita*] e [$_{Or}$ o Pedro também gosta dela *porque ela é bonita*].

Aparentemente, partindo destes exemplos, é possível coordenar apenas o material linguístico diferente (não sublinhado) das duas orações subordinantes (cf. (iii)), deixando "de fora" a oração subordinada comum, que é interpretada como aplicando-se aos dois termos coordenados:

(iii) a. A mãe disse e o professor confirmou *que a criança era excecionalmente inteligente*.
b. O João gosta da Ana e o Pedro também gosta dela *porque ela é bonita*.

No entanto, a estrutura de (iiia) é diferente da de (iiib); em particular, os termos que se coordenam nos dois exemplos não são de natureza idêntica.

Nos exemplos (b) de (i) e (ii), as orações subordinadas são adverbiais, e, logo, inteiramente opcionais, como se pode ver, p.e., relativamente a (iib), pela gramaticalidade da frase composta *o João gosta da Ana e o Pedro também gosta* (*dela*) ou de qualquer uma das orações que a formam, em separado (ou seja, *o João gosta da Ana*, por um lado, e *o Pedro também gosta dela*, por outro). Sendo periférica na estrutura sintática (cf. Caps. 28 e 38), a oração adverbial *porque ela é bonita* pode, assim, ligar-se diretamente à estrutura composta obtida pela coordenação das duas orações simples, como se ilustra em (iv): ou seja, a oração *porque ela é bonita* ocorre uma só vez, modificando toda a estrutura composta [*o João gosta da Ana e o Pedro também gosta dela*].

(iv) [[O João gosta da Ana] e [o Pedro também gosta dela]] *porque ela é bonita*.

Em contrapartida, nos exemplos (a) de (i) e (ii), as orações subordinadas são um argumento obrigatório do verbo da oração principal, formando uma parte integrante da estrutura frásica que as contém. Por isso, as sequências **a mãe disse* ou **o professor confirmou*, isoladas, não constituem frases gramaticais, precisamente porque lhes falta o complemento oracional. Este facto sugere que, em (iiia), os

termos coordenados são estruturas oracionais completas, i.e., em que cada uma delas contém uma oração subordinada, tal como em (iia). Posteriormente, essa estrutura é submetida a um processo de **elipse** (cf. Cap. 45), que elimina a primeira ocorrência da oração subordinada, em virtude de ser idêntica à segunda ocorrência; ou seja, a representação estrutural da frase ilustrada em (iiia) é (v), onde a rasura indica o material elidido:

(v) [$_{Or}$ A mãe disse ~~*que a criança era excecionalmente inteligente*~~] e [$_{Or}$ o professor confirmou *que a criança era excecionalmente inteligente*].

35.1.4 Coordenação infra e suprassintática

Nas duas subsecções anteriores ilustrou-se a aplicação da coordenação a unidades de nível sintático (palavras, sintagmas e orações). A coordenação pode igualmente operar sobre constituintes dentro de uma palavra, envolvendo unidades morfológicas que participam em processos de composição lexical, como em (14) e (15) (cf. Cap. 58); nestes casos, a coordenação pode tomar uma forma sindética (i.e., marcada por uma conjunção), como em (14), ou assindética (i.e., não marcada formalmente por uma conjunção), como em (15) (cf. 35.2.3):

(14) a. Ela comprou um fato *saia*-e-*casaco*.
b. Adoramos filmes de *capa* e *espada*.

(15) a. Há várias crianças *surdas-mudas* nesta escola.
b. Os cuidados *materno-infantis* nunca são demasiados.

A coordenação pode também afetar unidades mais vastas do que a frase, articulando fragmentos discursivos ou textuais (cf. Cap. 34), não necessariamente produzidos pelo mesmo falante, como ilustrado em (16) e (17) (em (16), essas unidades estão colocadas entre parênteses retos):

(16) [O Governo turco acredita que a nova lei constitui um passo significativo para a reconciliação nacional, num país onde centenas de milhares de pessoas morreram durante os 15 anos de conflito, referia ontem a BBC.] *Mas* [a aprovação desta lei está longe de ser consensual]. (*Público*, 31.07.2003)

(17) A – Porquê? Porque guerreava com os festeiros?
B – Então? Porque queria dinheiro. [...]
A – *E* eles não lhe queriam pagar.
(CRPC, PF 1055)

Em (16), a primeira frase refere o enquadramento político da nova lei e os benefícios que adviriam da sua aplicação, e a segunda contrapõe a ausência de consenso para a sua aprovação. Para dar esse contraste, é utilizada a conjunção adversativa *mas*. Em (17), os protagonistas A e B dialogam: A completa a frase de B (*porque queria dinheiro*), coordenando o seu enunciado com o anterior através da conjunção copulativa *e* (*e eles não lhe queriam pagar*).

As conjunções coordenativas acompanhadas de um único termo podem mesmo, em certas circunstâncias discursivas, iniciar um enunciado, sem que estabeleçam qualquer ligação explícita com um constituinte anterior, como nos seguintes exemplos:

(18) (No final de um concerto, o público não se apercebe de que a peça acabou e não aplaude. Alguém na assistência grita:) – *E* não se batem palmas?!

(19) (A mãe entra no quarto das crianças, vê tudo desarrumado e pergunta, zangada:) – *Mas* o que vem a ser isto?!

Nestes casos, pode conceber-se que é o próprio contexto situacional que funciona como primeiro termo da coordenação; em (18), de uma maneira que poderia ser linguisticamente representada através de algo como *então o concerto acabou* (*e não se batem palmas!?*) (note-se o valor adversativo da conjunção *e*; cf. 35.3.1.2.1); quanto a (19), há uma expectativa implícita no contexto (a de que o quarto deveria estar arrumado), contrariada pela situação de facto, que motiva o uso da conjunção *mas* (cf. 35.3.3)[8].

35.1.5 Classe das estruturas compostas

Menciona-se aqui brevemente um dos problemas que se colocam na análise das estruturas compostas. Quando se combinam, através da coordenação, duas palavras ou sintagmas de classe idêntica, qual é a classe da estrutura resultante? Para ilustrar o problema, considere-se, p.e., a coordenação de dois sintagmas preposicionais, como no exemplo (1b), *a Maria saiu* [$_{SP}$ *com o Pedro*] *ou* [$_{SP}$ *com o António*]. Intuitivamente, a resposta é que se obtém outro sintagma preposicional, mais concretamente, um sintagma preposicional composto; no caso da estrutura em questão, o SP composto [$_{SP}$ *com o Pedro ou com o António*], dentro do qual os termos coordenados são também sintagmas preposicionais.

No entanto, esta proposta não é isenta de problemas, que radicam na própria definição daquilo que é um sintagma preposicional. Como se discute no Cap. 32, um sintagma deste tipo é constituído por uma preposição, que constitui o **núcleo** do sintagma, e por um complemento, formado por um sintagma nominal. Mas agora verifique-se que, na realidade, o constituinte coordenado *com o Pedro ou com o António*, embora *contenha* dois grupos que obedecem a esse formato, não possui ele próprio esse formato. Mais ainda, nem sequer pode ser iniciado por uma preposição que se aplique inequivocamente a toda a unidade coordenada, como se vê pela impossibilidade de ***a Maria saiu com* [*com o Pedro ou com o António*] (com uma terceira ocorrência da preposição no início da estrutura)[9].

Este argumento pode ser aplicado aos outros casos de coordenação, como o leitor pode verificar facilmente: p.e., no caso da coordenação de dois sintagmas

[8] Cunha e Cintra (1984:579) notam que a conjunção *e* pode ocorrer no início de um sintagma nominal sem estabelecer aparentemente qualquer ligação com um termo anterior, servindo apenas para enfatizar esse sintagma nominal, quase a jeito de interjeição: cf. ***e** os críticos!? não dizem nada?*. Este caso, contudo, não é intrinsecamente diferente de (18) e (19), ou seja, o constituinte omitido é interpretado em conformidade com o contexto situacional; o exemplo dado acima nesta nota, p.e., poderia ser produzido como reação a algo de espantoso que tivesse acontecido no universo da imprensa, do espetáculo ou da política.

[9] Alternativamente, a estrutura não pode ser [*com* [*o Pedro ou com o António*]], em que a primeira preposição (sublinhada) é o núcleo do sintagma, porque a sequência que segue essa preposição (nomeadamente *o Pedro ou com o António*) não constitui um sintagma nominal bem formado que possa ser o seu complemento (cf. Cap. 32). Note-se também que na frase *a Maria saiu com* [*o Pedro ou o António*], não se coordenam dois sintagmas preposicionais, mas sim dois sintagmas nominais, sendo o sintagma nominal composto complemento da única preposição (sublinhada) e formando com ela um sintagma preposicional simples (i.e., não composto).

nominais, como em (3a), [$_{SN}$ *esta saia*] *e* [$_{SN}$ *aquele casaco*] *combinam bem*, embora existam dois nomes na estrutura composta, eles são o núcleo de cada um dos SN que formam os termos coordenados, mas nenhum deles é o núcleo de *toda* a estrutura composta.

Resolve-se este problema dizendo, em primeiro lugar, que, por definição, as estruturas compostas, na sua qualidade de estruturas paratáticas, não têm núcleo (cf. Huddleston e Pullum 2002:1275)[10]. Assim, p.e., ainda que os constituintes simples *com o Pedro*, por um lado, e *com a Maria*, por outro, sejam ambos sintagmas preposicionais com um núcleo (a preposição *com*, em ambos os casos), o constituinte composto resultante da sua coordenação (*com o Pedro ou com a Maria*) não possui um núcleo.

Em segundo lugar, assumimos, por convenção, que o resultado da coordenação de dois sintagmas da mesma classe (ou de duas orações) é um sintagma de classe idêntica (ou uma oração). Assim, o resultado da coordenação de dois sintagmas nominais é um sintagma nominal (composto), o resultado da coordenação de dois sintagmas preposicionais é um sintagma preposicional (composto) e assim sucessivamente, ainda que estes constituintes não obedeçam ao formato estrutural típico dos sintagmas respetivos.

35.1.6 Paralelismo estrutural, funcional e semântico dos termos coordenados

As estruturas de coordenação mais típicas envolvem a coordenação de palavras ou de constituintes da mesma classe, como mostram os exemplos de (1)-(3) (repete-se parcialmente em (20) o paradigma (3)):

(20) a. [$_{SN}$ *Esta saia*] e [$_{SN}$ *aquele casaco*] combinam bem.
b. Num gesto [$_{SA}$ *totalmente inédito*] mas [$_{SA}$ *muito generoso para com o público*], o cantor voltou três vezes ao palco depois do fim do espetáculo.
c. As crianças têm [$_{SV}$ *passeado pouco*] e [$_{SV}$ *visto televisão em demasia*].
d. [$_{SP}$ *No rio Guadiana*] e [$_{SP}$ *em várias barragens do Alentejo*], apareceram cianobactérias que causaram a morte de muitos peixes.
e. Partimos para o Norte [$_{SAdv}$ *hoje à noite*] ou [$_{SAdv}$ *amanhã de manhã*].

Nestes casos, existe **paralelismo estrutural** entre os constituintes coordenados. O paralelismo estrutural, ainda que muito frequente, não é, contudo, um requisito absoluto das estruturas coordenadas. Assim, a coordenação de constituintes de classes sintagmáticas distintas é possível, como se ilustra em (21):

(21) a. Um molho [$_{SA}$ *muito picante*] e [$_{SP}$ *com uma cor escura*] acompanhava a carne.
b. [$_{SAdv}$ *Aqui*] e [$_{SP}$ *no rio Guadiana*] apareceram cianobactérias que causaram a morte de muitos peixes.
c. [$_{SAdv}$ *Hoje*] ou [$_{Or}$ *sempre que precisares de algum livro*], deves ir à biblioteca.
d. Nas férias, ela só quer duas coisas: [$_{SN}$ *um bom livro*] e [$_{Or}$ *que a deixem em paz*].
e. Os bombeiros não confirmaram [$_{SN}$ *a natureza acidental do incêndio*] nem [$_{Or}$ *que o fogo continuava a alastrar*].

[10] Alguns autores dão conta deste problema de forma diversa, mantendo que a conjunção é o núcleo da estrutura coordenada. Admitem, contudo, que a conjunção é um núcleo subespecificado no que respeita à sua classe, e que esta é "herdada" contextualmente a partir da classe (de palavras, sintagmática ou oracional) dos termos coordenados (cf. Johannessen 1998 e Matos 2003b, entre outros).

Plausivelmente, a possibilidade de coordenar constituintes de classes sintagmáticas diferentes está relacionada com o facto de as estruturas compostas não terem um núcleo e não obedecerem ao formato estrutural típico dos sintagmas coordenados, como se discutiu na subsecção anterior. Nas coordenações de (21), evidentemente, a convenção estabelecida no final dessa subsecção não se pode aplicar, já que os termos coordenados não pertencem à mesma classe. Assim, p.e., em (21a), o primeiro termo coordenado é um sintagma adjetival e o segundo é um sintagma preposicional, logo nem podemos dizer que o constituinte composto é um sintagma adjetival nem que é um sintagma preposicional[11].

Existe, no entanto, mesmo nestes exemplos, um requisito de **paralelismo funcional** e de **paralelismo semântico** (que se encontra também quando existe paralelismo estrutural, como em (20)). Isso significa que ambos os termos coordenados têm de desempenhar a mesma função gramatical e ter o mesmo valor semântico (cf. Cap. 11) que teriam caso ocorressem sozinhos na oração.

Assim, tanto *muito picante* como *com uma cor escura* são modificadores restritivos de nome (cf. Cap. 27) nas frases simples *um molho muito picante acompanhava a carne* e *um molho com uma cor escura acompanhava a carne*; *aqui* e *no Rio Guadiana* são ambos adjuntos adverbiais locativos, e *hoje* e *sempre que precisares de algum livro* são ambos adjuntos adverbiais temporais (cf. Cap. 38); finalmente, tanto *a natureza acidental do incêndio* como *que o fogo continuava a alastrar* são complementos diretos que remetem para uma situação, nas frases *os bombeiros não confirmaram a natureza acidental do incêndio* e *os bombeiros não confirmaram que o fogo continuava a alastrar*.

Repare-se também que a dificuldade em atribuir uma classe sintagmática ao constituinte composto dos exemplos (21) não tem paralelo no que diz respeito à sua função gramatical ou ao seu valor semântico. Assim, toda a estrutura composta de (21a), e não apenas cada um do seus termos, funciona como um modificador restritivo de nome; toda a estrutura composta de (21b) é um adjunto adverbial locativo; toda a estrutura composta de (21c) é um adjunto adverbial temporal e toda a estrutura composta de (21d) é um complemento direto do verbo *confirmar* com um determinado valor semântico (o mesmo raciocínio aplica-se aos exemplos de (20)).

Quando a estrutura composta funciona como complemento de um predicador (de um verbo, p.e.), cada um dos termos tem também de satisfazer independentemente o quadro de seleção estrutural, ou de subcategorização, desse predicador (cf. Cap. 28), como mostra o contraste de aceitabilidade entre os exemplos de (22) ((22a) = (21e)):

(22) a. Os bombeiros não confirmaram [$_{SN}$ *a origem acidental do incêndio*] nem [$_{Or}$ *que o fogo continuava a alastrar*].
b. *Os bombeiros não insistiram [$_{SN}$ *a origem acidental do incêndio*] nem [$_{Or}$ *que o fogo continuava a alastrar*].

Em (22a), a seleção estrutural do verbo é respeitada por ambos os termos: o complemento direto de *confirmar* pode ser tanto um sintagma nominal (cf. *os bombeiros não confirmaram a origem acidental do incêndio*) como uma oração (cf. *os bombeiros não*

[11] Adotando a posição apresentada na Nota 10, podemos assumir que a conjunção herda a sua classe de um só dos termos coordenados.

confirmaram <u>que o fogo continuava a alastrar</u>). Em (22b), no entanto, a subcategorização do verbo não é satisfeita pelo primeiro termo coordenado: ainda que *insistir* aceite complementos oracionais (cf. *os bombeiros insistiram <u>que o fogo continuava a alastrar</u>*), não admite sintagmas nominais (cf. ***os bombeiros insistiram <u>a origem acidental do incêndio</u>***); por isso, a estrutura composta é mal formada.

A importância do paralelismo funcional e semântico na coordenação é realçada pelo seguinte facto: mesmo quando os termos coordenados pertencem à mesma classe, se não exercerem (em orações simples similares em que ocorram sozinhos) a mesma função gramatical e/ou não tiverem o mesmo valor semântico, a estrutura composta resultante é marginal ou mesmo inaceitável, como se ilustra em (23):

(23) a. *Nesta terra, temos uma câmara [$_{SA}$ *municipal*] e [$_{SA}$ *caótica*].
b. *A ideia [$_{Or}$ *de que o governo fala*] e [$_{Or}$ *de que a economia vai retomar*] é encarada com ceticismo.
c. *O Luís vai devolver o livro [$_{SP}$ *ao Pedro*] ou [$_{SP}$ *ao final da tarde*].
d. *A cena [$_{SP}$ *do filme*] e [$_{Or}$ *que eu escrevi*] passa-se em Chicago.[12]

Em (23a), os dois adjetivos pertencem a classes semânticas distintas: *municipal* é um adjetivo relacional e *caótica* é um adjetivo qualificativo (cf. Cap. 31); em (23b), o primeiro termo coordenado é uma oração relativa que modifica restritivamente o nome *ideia* (cf. Cap. 39) e o segundo é uma oração subordinada especificativa desse mesmo nome (cf. Cap. 36); em (23c), *ao Pedro* é complemento indireto do verbo *devolver*, enquanto *ao final da tarde* é um adjunto adverbial; finalmente, (23d) pode ser comparado com os exemplos de (21): os dois termos de (23d) pertencem a classes estruturais diferentes, como em (21), mas aqui a sua função semântica é distinta: *do filme* é um complemento do nome relacional *cena* (cf. Cap. 21), enquanto *que eu escrevi* é uma oração relativa que modifica restritivamente esse nome (cf. Cap. 39).

Em todos estes casos, os constituintes com valor funcional e/ou semântico diferente ocorrem preferencialmente numa estrutura hipotática, como se exemplifica em (24) (para tornar a estrutura mais legível, omitem-se os índices e apresentam-se apenas as parentetizações necessárias):

(24) a. Nesta terra, temos uma [[câmara *municipal*] *caótica*].
b. A [[ideia *de que o governo fala*] *de que a economia vai retomar*] é encarada com ceticismo.
c. O Luís vai [[oferecer um livro *ao Pedro*] *ao final da tarde*].
d. A [[cena *do filme*] *que eu escrevi*] passa-se em Chicago.

[3] Quando se focalizam termos coordenados, o requisito de paralelismo semântico entre estes pode enfraquecer ou mesmo desaparecer. Assim, os exemplos seguintes, nos quais os termos têm valores semânticos diversos – modo e tempo em (ia), lugar por onde e lugar para onde em (ib), localização espacial e temporal em (ic) – são aceitáveis[13]:

[12] Este exemplo é inspirado num exemplo inglês de Chomsky (1957). A interpretação pretendida é aquela em que a oração relativa *que eu escrevi* modifica o substantivo *cena*, e não o substantivo *filme*; ou seja, 'a cena que eu escrevi' e não 'o filme que eu escrevi'.

[13] Em (ic), a coordenação com *mas* introduz um contraste de expectativas que legitima a diferença dos valores semânticos (cf. 35.3.3).

(i) a. *Quando* e *como* é que ela se despediu de ti?
b. Este voo é *por Amesterdão* ou *para Amesterdão*?
c. Foi *nesta sala* mas *de manhã* que a reunião se realizou.

Compare-se (i) com (ii), numa pronúncia sem qualquer acento especial de focalização dos constituintes em itálico; nestes exemplos, a coordenação de termos com os mesmos valores daqueles que ocorrem nos exemplos correspondentes de (i) tem um resultado mais marginal:

(ii) a. ?Ela despediu-se de mim *ontem* e *mal-educadamente*.
b. ?Eu vou *para Cascais* e *pela marginal*.
c. ?A reunião do Conselho Diretivo foi *na Reitoria* e *ontem*.

Tal como em (24), se a relação entre os constituintes não envolver coordenação, o resultado é mais aceitável: cf. *ela despediu-se de mim ontem mal-educadamente, eu vou para Cascais pela marginal* e *a reunião do Conselho Diretivo foi na Reitoria ontem*.

35.1.7 Sujeitos compostos e concordância verbal

Excetuando os sintagmas nominais que contêm nomes *pluralia tantum* (cf. Cap. 25), um sintagma nominal que denota uma entidade singular contém um nome (ou um pronome) morfologicamente singular e desencadeia concordância verbal no singular quando tem a função de sujeito, como nas frases de (25):

(25) a. [$_{SN}$ O locutor] *fez* a cobertura do acontecimento.
b. [$_{SN}$ O jornalista] *fez* a cobertura do acontecimento.

Quando dois sintagmas nominais singulares são coordenados através da conjunção *e*, a estrutura composta passa a denotar uma entidade plural, desencadeando, portanto, quando funciona como sujeito, concordância verbal no plural, como se ilustra em (26)[14]:

(26) [$_{SN}$ [$_{SN}$ O locutor] e [$_{SN}$ o jornalista]] *fizeram* a cobertura do acontecimento.

Quando dois sintagmas nominais singulares são coordenados pela conjunção *ou* e a estrutura composta tem a função de sujeito, este também determina a concordância plural, especialmente se a leitura envolvida for aquela em que se deixa em aberto a possibilidade de os dois termos satisfazerem o predicado, ou seja, a chamada "interpretação inclusiva" da disjunção (cf. 35.3.2), como se ilustra a seguir:

(27) [$_{SN}$ [$_{SN}$ *O locutor*] ou [$_{SN}$ *o jornalista*]] fizeram a cobertura do acontecimento (talvez ambos).

Para além disso, um tal sujeito pode determinar, para alguns falantes, concordância singular, na leitura em que apenas um dos termos satisfaz o predicado, i.e., na chamada "interpretação exclusiva" da disjunção (cf. 35.3.2), como se ilustra em (28)[15]:

[14] A concordância no plural é obrigatória quando o sujeito coordenado ocorre em posição pré-verbal; sobre a concordância com um sujeito coordenado em posição pós-verbal, que pode ser no singular, cf. Cap. 46.
[15] No entanto, existe variação entre os falantes relativamente à aceitabilidade da concordância singular em frases como (28), com a conjunção *ou*.

(28) [$_{SN}$ [$_{SN}$ *O locutor*] ou [$_{SN}$ *o jornalista*]] fez a cobertura do acontecimento (mas não ambos).

A coordenação de dois sintagmas nominais deve ser claramente distinguida da coordenação de dois nomes ou de dois grupos nominais dentro de um único SN, como em (29):

(29) a. [$_{SN}$ O [$_{N}$ *dono*] e [$_{N}$ *diretor*] desta escola] é uma pessoa muito influente.
b. [$_{SN}$ O [$_{GN}$ *diretor da faculdade*] e [$_{GN}$ *pai do meu amigo*]] é uma pessoa muito influente.

Nestes casos, ainda que haja coordenação pela conjunção *e*, ela não afeta o sintagma nominal na sua totalidade, que continua a designar uma entidade singular e, consequentemente, a desencadear concordância verbal no singular[16].

35.1.8 Interpretação temporal da ordem das orações na coordenação com *e*

Embora se volte a este fenómeno em 35.3.1.2.1, no âmbito da discussão dos valores semânticos da conjunção *e*, consideramo-lo de suficiente importância para o introduzir desde já e tecer alguns comentários.

Quando duas orações são coordenadas pela conjunção *e*, a sua ordem sequencial denota em muitos casos a sequência temporal dos acontecimentos por elas descrito, o que implica que os termos não podem ser livremente trocados entre si sem alterar a interpretação semântica da estrutura composta; neste caso, diz-se que os termos coordenados são **assimétricos** (cf. 35.1.1)[17]:

(30) a. A Joana entrou em casa e telefonou ao namorado.
b. A Joana telefonou ao namorado e entrou em casa.

(31) a. O João foi ao supermercado e comprou uma garrafa de leite.
b. #O João comprou uma garrafa de leite e foi ao supermercado.

(32) a. Começou a chover e o jogo teve de ser adiado.
b. #O jogo teve de ser adiado e começou a chover.

Ao interpretar (30a), o falante infere que a entrada em casa da Joana precedeu o seu telefonema ao namorado, e inversamente em (30b). Em (31) e (32), a natureza das ações descritas é tal que apenas uma das sequências temporais é plausível (a representada pela ordem em (31a) e em (32a), respetivamente), com o resultado de que a ordenação inversa dos termos produz frases pragmaticamente estranhas. Repare-se também que à sequência temporal das situações representadas se pode sobrepor um valor de causa-efeito, como em (32a): neste caso, a interpretação mais natural é aquela em que não só o adiamento do jogo é subsequente à chuva, mas é causado pela própria chuva. Voltamos a este fenómeno em 35.3.1.2.1, quando sistematizarmos os valores semânticos da conjunção *e* (cf. também o Cap. 34).

[16] Para uma discussão da concordância com sujeitos coordenados, incluindo os casos em que os termos coordenados são pronomes, cf. Cap. 46.
[17] Os exemplos (30) e (31) podem também ser analisados como envolvendo a coordenação de sintagmas verbais (cf. a discussão dos exemplos (3d) e (4) em 35.1.2).

Em síntese, os termos de uma estrutura composta não são sempre equivalentes; pelo menos quando correspondem a orações (ou a sintagmas verbais – cf. Nota 17), a sua ordenação linear pode traduzir-se numa ordenação temporal, o que faz com que a sua permuta nem sempre seja possível sem alterar o significado ou criar expressões pragmaticamente estranhas, como os exemplos acima ilustram[18].

> [4] Mesmo quando duas orações são equivalentes e não implicam qualquer ordenação temporal das situações que descrevem, podem existir outros fatores, de natureza gramatical, que impeçam a sua permuta, como se ilustra nos seguintes exemplos (interessa aqui, nos dois paradigmas, a interpretação em que a ordem sequencial não está associada a qualquer inferência de ordenação temporal; para além disso, a leitura pretendida de (i) é aquela em que o pronome *ele* tem como antecedente o sintagma nominal *o Joaquim*, i.e., ambos são correferentes; cf. Cap. 41):
>
> (i) a. [O Paulo telefonou a*o Joaquim*] e [*ele* telefonou à Isabel].
> b. *[*Ele* telefonou à Isabel] e [o Paulo telefonou a*o Joaquim*].
>
> (ii) a. [A Ana gosta de ler] e [*o António* [-] *de pescar*].
> b. *[*O António* [-] *de pescar*] e [a Ana gosta de ler].
>
> Em (ib), o pronome *ele* não pode tomar como antecedente o sintagma nominal *o Joaquim* (numa relação catafórica), pelos motivos discutidos no Cap. 41, relacionados com a estrutura sintática da frase composta; logo, a ordenação de orações aí manifestada é impossível (mantendo constante a interpretação de (ia), como se referiu). Quanto a (iib), a elipse verbal presente no primeiro termo oracional (da forma verbal *gosta* na sequência *o António* [-] *de pescar*) não encontra qualquer antecedente que permita recuperar o material omitido, contrariamente a (iia); logo, essa ordem dos termos também não é permitida.

35.1.9 Coordenação de orações relativas, exclamativas e interrogativas parciais[19]

Estes três tipos de orações partilham a propriedade de serem introduzidos por um constituinte contendo uma palavra morfologicamente marcada, designada **palavra *qu-*** em virtude de ser tipicamente iniciada graficamente pelas letras <qu> ou <c> e foneticamente pelo fone [k] (*que*, *quem*, *quando*, *como*, *cujo* e *onde* – sendo esta última forma, gráfica e foneticamente, a única não conforme ao padrão indicado). Na gramática tradicional, estas formas são chamadas **pronomes** ou **advérbios interrogativos**, **relativos** ou **exclamativos**, conforme o tipo de oração em que ocorrem.

Para o propósito que nos ocupa aqui, o que interessa realçar é que o constituinte que contém a palavra *qu-* (o **constituinte *qu-***) desempenha uma função gramatical canónica na oração onde ocorre (de sujeito, complemento ou adjunto adverbial), recebendo o papel temático ou o valor semântico adverbial normalmente atribuído a essa função numa oração não interrogativa, relativa ou exclamativa.

---

[18] A coordenação de nomes e de sintagmas nominais que denotam eventos ilustra o mesmo fenómeno: assim, p.e., é mais natural dizer *a descoberta e a colonização do Brasil* (*foram importantes para Portugal*) do que *a colonização e a descoberta do Brasil* (*foram importantes para Portugal*). Este fenómeno contraria a ideia de alguns gramáticos tradicionais (como, p.e., Grevisse [1936] 1993:363 §258) de que a comutação dos termos coordenados é uma característica distintiva da coordenação.

[19] A presente subsecção foi elaborada em colaboração com Madalena Colaço.

Ilustra-se a seguir cada um destes tipos de orações, colocando em itálico o constituinte *qu-* e assinalando por um espaço em branco sublinhado a posição normalmente ocupada por um constituinte não *qu-* funcionalmente equivalente (em (33b) coloca-se a oração relativa entre parênteses retos):

(33) a. *Que rapaz* (é que) _ comprou esse livro? [oração interrogativa parcial; cf. *o rapaz comprou esse livro*]
b. Aquela é a rapariga [*a quem* o Pedro emprestou o livro _] [oração relativa; cf. *o Pedro emprestou o livro à rapariga*]
c. *Que livro interessante* o professor recomendou _! [oração exclamativa; cf. *o professor recomendou um livro interessante*]

Em (33a), *que rapaz* desempenha a função de sujeito da oração interrogativa[20]; em (33b), *a quem* desempenha a função de complemento indireto da oração relativa; e em (33c), *que livro* desempenha a função de complemento direto da oração exclamativa.

Quando se coordenam duas orações interrogativas parciais, duas orações relativas ou duas orações exclamativas, há duas opções possíveis: numa delas (designemo-la por opção "A"), a coordenação combina duas orações *completas*, i.e., cada uma delas contém um constituinte *qu-* em posição inicial, como se ilustra em (34) (colocam-se os termos oracionais coordenados entre parênteses retos):

(34) a. [*Que professor* (é que) _ recomendou Guerra e Paz] e [*que estudantes* (é que) _ leram o livro]?
b. Aquela é a rapariga [*a quem* o Pedro emprestou o livro _] e [*a quem* a Maria ofereceu o quadro _].
c. [*Que livro interessante* o Pedro leu _ e [*que CD magnífico* a Maria ouviu _]!

À exceção das orações relativas, os constituintes *qu-* na coordenação de tipo A são referencialmente independentes um do outro e, nos casos mais típicos (como em (34a,c)), são também formalmente diferentes. Em contrapartida, tal não acontece em (34b), com uma coordenação de orações relativas, visto que existe um antecedente único para ambos os pronomes – o sintagma nominal *a rapariga* – que assegura a univocidade da referência.

[5] Quando se coordenam duas orações interrogativas parciais ou duas orações exclamativas na opção A, os dois constituintes *qu-* podem ser formalmente idênticos, como se ilustra no seguinte exemplo:

(i) [*Que estudantes* (é que) _ leram Guerra e Paz] e [*que estudantes* (é que) _ acharam o livro uma estopada]?

[20] Só "superficialmente" é que a posição do constituinte *qu-* com a função de sujeito de uma oração interrogativa simples como (33a) é a mesma de um constituinte não *qu-* com a mesma função; isso deve-se ao facto de ambos ocuparem a posição inicial da frase (ainda que por motivos diferentes). Quando se considera a função de sujeito de uma oração *subordinada* numa frase complexa, fica claro que as posições não são as mesmas: o constituinte *qu-* ocorre na posição inicial de *toda a frase* (cf. *que rapaz é que tu disseste que _ comprou esse livro?*), ao passo que o constituinte não *qu-* ocorre na posição inicial da *sua* oração (cf. *tu disseste que o rapaz comprou esse livro*).

No entanto, mesmo neste caso, os dois constituintes *qu-* são referencialmente distintos, i.e., na interpretação mais natural remetem para conjuntos de estudantes diferentes, ainda que possa haver sobreposição. Assim, p.e., se os estudantes em questão forem o André, o Jaime, a Maria e a Clara, uma resposta possível é aquela em que o valor do primeiro constituinte *qu-* é o conjunto formado pelo André, a Maria e a Clara; e o valor do segundo constituinte *qu-* é o conjunto formado pela Maria e a Clara; ou seja, nesta interpretação, o Jaime não leu o livro e, entre os estudantes que o leram, apenas o André não o achou uma estopada[21].

Em (34), existe paralelismo na função gramatical dos constituintes *qu-*: em (34a), ambos são sujeito das orações interrogativas que constituem os termos coordenados; em (34b), ambos são complemento indireto das orações relativas que constituem os termos coordenados; e, em (34c), ambos são complemento direto das orações exclamativas que constituem os termos coordenados.

No entanto, um aspeto importante da coordenação de tipo A consiste no facto de a função gramatical de cada um dos constituintes *qu-* poder ser diferente. Assim, p.e., existem coordenações deste tipo em que um dos constituintes *qu-* é o sujeito de uma das orações e o outro constituinte *qu-* é o complemento direto da outra oração; outras em que um deles é complemento direto e o outro é complemento indireto (outras alternativas são possíveis), como se ilustra (seletivamente) em (35):

(35) a. [*Que rapaz* (é que) _ comprou esse livro] e [*a que rapaz* (é que) ele o emprestou _]? [sujeito e complemento indireto]
b. Aquela é a rapariga [*a quem* o Pedro emprestou o livro _] e [*que* eu encontrei _ ontem no cinema]. [complemento indireto e complemento direto]
c. [*Que livro interessante* o professor recomendou _] e [*que alunos brilhantes* _ o leram]! [complemento direto e sujeito]

Na segunda opção para coordenar orações relativas, exclamativas e interrogativas parciais, que se ilustra em (36) (chamemos-lhe opção "B"), existe um único constituinte *qu-* que precede a estrutura composta. Este constituinte, no entanto, é interpretado como desempenhando uma função gramatical *nas duas* orações que constituem os termos coordenados. Por sua vez, essa função é preferencialmente a mesma nas duas orações (a função de sujeito nas duas orações de (36a), de complemento indireto nas de (36b) e de complemento direto nas de (36c)):

(36) a. *Que rapaz* (é que) [_ comprou esse livro] e [_ o emprestou à Maria]?
b. Aquela é a rapariga *a quem* [o Pedro emprestou o livro _] e [a Maria ofereceu o quadro _].
c. *Que livro interessante* [o professor recomendou _] e [os alunos compraram _]!

Para além deste **paralelismo funcional**, e independentemente de a coordenação ser de orações relativas, exclamativas ou interrogativas, o constituinte *qu-* tem de representar a mesma entidade nas duas orações; ou seja, em (36a), uma resposta

[21] Repare-se que uma das respostas possíveis para (i) é aquela em que os dois conjuntos são idênticos: ou seja, p.e., o André, a Maria e a Clara leram Guerra e Paz, e estes mesmos estudantes consideraram o livro uma estopada. Essa constituição dos dois conjuntos, no entanto, é acidental, ou seja, não é obrigatoriamente determinada por nenhuma propriedade gramatical da frase, dada a possibilidade de outras respostas.

possível pode ser 'o João', e a interpretação é que o João comprou o livro e o emprestou à Maria. Por outras palavras, contrariamente à opção A, não podemos responder, p.e., dizendo que o João foi quem comprou o livro e que o Pedro foi quem o emprestou à Maria. Do mesmo modo, o pronome relativo identifica um único indivíduo em (36b); e em (36c) é o mesmo livro que é recomendado pelo professor e comprado pelos alunos.

[6] Embora seja preferencial, na medida em que facilita a compreensão das frases, o paralelismo funcional na interpretação do constituinte *qu-* não é estritamente necessário em português na coordenação de tipo B, como mostram os seguintes exemplos[22]:

(i) a. *Que pessoas* (é que) [_ foram à festa do Pedro] e [tu conheceste _ através da Ana]?
b. Encontrei aquele rapaz *que* [_ trabalhou no circo] e [eu conheci _ durante um espetáculo].

Assim, p.e., em (ia), o constituinte *qu-* é o sujeito da primeira oração (cf. *essas pessoas foram à festa do Pedro*), mas é o complemento direto da segunda oração (cf. *tu conheceste essas pessoas através da Ana*).

Outro aspeto da coordenação de orações contendo constituintes *qu-* é o facto de não ser possível coordenar duas orações de tal forma que exista apenas um constituinte *qu-* (tal como nas estruturas de (36) ou de (i), nesta caixa), mas em que esse constituinte desempenhe uma função gramatical apenas numa das orações, não em ambas (em (ii), o constituinte *qu-* desempenha uma função apenas na primeira oração e, em (iii), apenas na segunda)[23]:

(ii) a. *Aquela é a rapariga *a quem* [o Pedro emprestou o livro _] e [a Maria ofereceu o quadro ao marido].
b. **Que livro interessante* [o professor recomendou _] e [os alunos compraram computadores novos]!

(iii) a. *Aquela é a rapariga *a quem* [o Pedro emprestou o livro à namorada] e [a Maria ofereceu o quadro _].
b. **Que livro interessante* [o professor recomendou um artigo no jornal de hoje] e [os alunos compraram _]![24]

35.2 Estrutura interna da coordenação e tipos de conjunções coordenativas

A coordenação é usualmente estabelecida através de conectores com propriedades sintáticas e semânticas específicas cuja função consiste em articular os termos coordenados. Estes conectores chamam-se **conjunções coordenativas** ou

[22] Neste aspeto, o português difere de outras línguas, como o inglês, onde o paralelismo funcional na coordenação de tipo B é obrigatório (cf. Colaço 1992, 1996).

[23] Devido a este facto, chama-se à opção de coordenação B, na literatura da linguística contemporânea, "construções de extração simultânea" (em inglês, construções "*across-the-board*", um termo que se deve a Ross 1967); sobre esta construção em português, cf. Colaço (1996, 2005) e Matos (2000).

[24] Quando a coordenação com a conjunção *e* tem uma forte interpretação temporal, i.e., quando os termos oracionais são assimétricos (cf. 35.1.8), alguns falantes aceitam frases em que o constituinte *qu-* desempenha uma função gramatical numa só das orações; cf., por exemplo, ?*que bolos* (*é que*) [*a Maria comeu* _] *e* [*ficou mal disposta*]*?*; ?*que vinho* (*é que*) [*o João foi à loja*] *e* [*comprou* _]*?*

locuções conjuncionais coordenativas (referidas por simplicidade como **locuções coordenativas**), consoante sejam formados por um só item (*e*, *mas*, *ou*, etc.) ou por mais do que um item (*assim como*, *não só ... mas também*, etc.). Nas subsecções seguintes discute-se a estrutura interna das construções compostas, nomeadamente quanto ao número de termos que podem apresentar, a sua articulação com o resto da frase e a natureza das conjunções ou locuções coordenativas que os unem.

35.2.1 Coordenação simples e coordenação correlativa

A articulação dos termos de uma estrutura composta pode ser feita de duas maneiras distintas[25]:

(i) por uma única conjunção introduzindo o segundo termo (e articulando-o ao primeiro), como em (37):

(37) a. [*Ele teve sorte* e [-] *venceu na vida*].
b. Ele quer [*um carro* ou *uma moto*].
c. Estavam [*preocupados com a crise* mas *esperançados em a debelar*].

(ii) por duas conjunções ou locuções, cada uma delas introduzindo um dos termos (e a segunda articulando o primeiro com o segundo), como se ilustra em (38) e (39):

(38) a. [Nem *os atletas* nem *o treinador*] prestaram declarações à imprensa.
b. Para assistir ao jogo, os adeptos [ou *tiram dias de férias* ou *faltam às suas ocupações*].
c. Quando precisava de algum conselho, ela telefonava [ora *ao Pedro* ora *ao João*].
d. [Quer *as crianças* quer *os adultos*] assistiram com agrado ao filme.

(39) a. Entraram no palco [não só *os cantores* mas também *os músicos*].
b. [Não só *as crianças deixaram de ir à escola*, como *toda a família apanhou gripe*].
c. [Tanto *os jogadores* como *os adeptos*] ficaram indignados com a decisão do árbitro.

A coordenação ilustrada em (37) chama-se **coordenação simples** e os conectores que ocorrem nessas frases, **conjunções coordenativas simples**.

Por sua vez, a coordenação ilustrada em (38) e (39) chama-se **coordenação correlativa**. Neste ponto, é importante realçar que os dois elementos conectores que introduzem os termos de uma coordenação correlativa (p.e., os dois *nem* de (38a) ou as locuções *não só* e *mas também* de (39a)), embora estejam separados um do outro pelo primeiro termo, formam, na realidade, um único grupo semanticamente

[25] Para simplificar a exposição, consideramos nesta subsecção apenas as estruturas coordenadas de dois termos; para uma aplicação mais geral dos fenómenos aqui discutidos às estruturas de coordenação com mais de dois termos, cf. 35.2.3. Nos exemplos em paradigmas desta subsecção e das duas seguintes, coloca-se entre parênteses retos a estrutura coordenada, sublinham-se as conjunções e colocam-se em itálico os termos coordenados; nos exemplos em texto, sublinham-se os termos coordenados e colocam-se as conjunções em negrito.

coeso; ou seja, constituem uma só conjunção ou locução, de natureza complexa[26]. Há dois casos a considerar:

(i) o dos exemplos (38), em que cada parte dessa unidade complexa é uma conjunção simples, sendo o todo formado pelo seu redobro: *nem ... nem, ou ... ou*, *ora ... ora*, *quer ... quer*; a este tipo de conector chamamos **conjunção coordenativa correlativa por redobro** (por simplicidade, abreviamos doravante, no âmbito deste capítulo, em **conjunção correlativa**)[27];

(ii) o dos exemplos (39), em que o conector complexo inclui um ou mais elementos de natureza adverbial e, na maioria dos casos, um dos seus membros, ou ambos, é uma locução (excetua-se *tanto ... como*): *não só ... mas também*[28], *não só ... como* (*também*); a este tipo de conector chamamos **locução conjuncional coordenativa correlativa adverbial** (por simplicidade, abreviamos doravante, no âmbito deste capítulo, em **locução correlativa**)[29].

Como as duas partes de uma conjunção ou locução correlativa formam uma unidade estrutural e estabelecem entre os termos coordenados uma relação de interdependência, nenhuma delas pode ser omitida: cf., por exemplo, a não gramaticalidade de ***[***as crianças* ***quer*** *os adultos*] *assistiram com agrado ao filme* e ***[*****quer** *as crianças os adultos*] *assistiram com agrado ao filme*[30]; ou de ****entraram no palco* [*os cantores* ***mas também*** *os músicos*] e ****entraram no palco* [***não só*** *os cantores os músicos*].

Quanto à aparente exceção a este princípio da conjunção correlativa *ou ... ou*, consideramos aqui que *ou* simples é uma conjunção distinta de *ou ... ou* correlativo, não resultando, pois, de uma simplificação desta por omissão do primeiro elemento. A corroborar esta análise, note-se que *ou ... ou* tem preferencialmente uma leitura de disjunção exclusiva (cf. 35.3.2), ao passo que *ou* simples pode ser exclusivo ou inclusivo: assim, a interpretação mais natural da frase (exprimindo uma ordem) *ou ouves música ou lês* leva à inferência pelo ouvinte de que apenas uma das possibilidades é permitida, algo que não acontece em *ouves música ou lês*, que

---

[26] As duas partes de uma conjunção (ou locução) correlativa formam aquilo que em linguística se chama um **constituinte descontínuo**, ou seja, um constituinte cujos membros estão separados um do outro por outros elementos da frase na qual ocorrem.

[27] A conjunção *e* é, por vezes, usada correlativamente, com o sentido de *tanto ... como*: cf. ?[***e*** *os deputados* ***e*** *os membros do governo*] *não ousaram criticar o Presidente*. Este uso, no entanto, para além de pouco frequente, é sentido como um "galicismo". A forma verbal *seja* também pode ser usada como conjunção correlativa, como em [***seja*** *o António,* ***seja*** *o Manuel,*] *nunca fariam brincadeiras desse tipo*; no entanto, *seja* mantém, neste uso, uma natureza verbal, como se pode ver pela concordância que os falantes fazem em expressões como *seja eu, sejas tu* e *sejam as crianças, sejam os adultos*, etc.

[28] Alguns falantes admitem a conjunção *mas* introduzindo o segundo termo sem que seja seguida de *também*, especialmente se a estrutura for de coordenação parentética (cf. 55.2.4): ?*entraram no palco* [***não só*** *os cantores,* ***mas*** *os músicos*].

[29] Ainda que nenhuma das suas partes seja complexa, consideramos que *tanto ... como* é uma locução porque pelo menos *tanto* (e também *como*, nalgumas análises) é gramaticalmente um advérbio, não uma conjunção. Para além de articular sintagmas nominais, como em (39c), esta sequência também ocorre em construções comparativas, mas não forma uma locução: cf. *a Ana correu tanto como o Pedro* (cf. Caps. 33 e 40.1.1).

[30] Se for precedida pelo advérbio de negação *não*, a forma *nem* pode ser usada como conjunção simples: cf. *eu não vi os atletas* ***nem*** *o treinador*. A forma *nem* pode ser usada sem redobro também quando modifica adverbialmente um sintagma nominal único, numa estrutura sem coordenação: cf. [***nem*** *os atletas*] *prestaram declarações à imprensa* (comparar com (38a)).

pode ser seguido por *faz o que te apetecer* (cf. Peres e Móia 1995, que apresentam exemplos semelhantes).

35.2.2 Coordenação binária e coordenação múltipla

Uma estrutura de coordenação pode envolver dois ou mais termos; no primeiro caso, a coordenação é **binária**, no segundo **múltipla**. Todos os exemplos apresentados até aqui envolvem coordenação binária; os exemplos de (40) ilustram a coordenação múltipla com as conjunções *e* e *ou*:

(40) a. [*Fez o trabalho*, *submeteu-o a concurso* e *ganhou o prémio*].
b. Para fazeres o bolo tens de ter [*ovos*, *manteiga*, *farinha* e *açúcar*].
c. Não me recordo se eles enviaram o convite [*ao João*, *ao Luís*, *à Teresa* ou *à Maria*].

A coordenação múltipla é tipicamente usada na elaboração de listas em que se enumeram vários elementos, como em *esse curso apresenta as disciplinas de* [*Introdução às Ciências da Linguagem*, *Morfologia*, *Lexicologia*, *Sintaxe*, *Semântica*, *Dialetologia* ***e*** *Psicolinguística*].

A conjunção *mas* não permite coordenação múltipla; cf. a não gramaticalidade de *[*a Ana foi ao concerto* ***mas*** *o Rui foi ao cinema* ***mas*** *o Luís foi ao teatro*] ou de *[*a Ana foi ao concerto*, *o Rui foi ao cinema*, ***mas*** *o Luís foi ao teatro*][31].

35.2.3 Coordenação sindética, assindética e polissindética

Começamos por discutir estes tipos na coordenação simples, passando em seguida à sua manifestação na coordenação correlativa.

35.2.3.1 Coordenação simples sindética, assindética e polissindética

Na coordenação simples, mais típica e estilisticamente mais neutra, quer binária quer múltipla, a conjunção coordenativa só ocorre realizada antes do último termo. Chama-se a este tipo **coordenação sindética**; são exemplos de coordenação simples, binária e sindética as frases que ocorrem em (37), aqui repetidas em (41); e de coordenação simples, múltipla e sindética as que ocorrem em (40), aqui repetidas em (42):

(41) a. [*Ele teve sorte* e [-] *venceu na vida*].
b. Ele quer [*um carro* ou *uma moto*].
c. Estavam [*preocupados com a crise* mas *esperançados em a debelar*].

(42) a. [*Fez o trabalho*, *submeteu-o a concurso* e *ganhou o prémio*].
b. Para fazeres o bolo tens de ter [*ovos*, *manteiga*, *farinha* e *açúcar*].
c. Não me recordo se eles enviaram o convite [*ao João*, *ao Luís*, *à Teresa* ou *à Maria*].

[31] Pretende-se neste último exemplo a interpretação na qual o nexo entre a primeira e a segunda oração da estrutura composta tem o valor de *mas*, tal como no exemplo anterior. De facto, o último exemplo é gramatical numa interpretação distinta com coordenação recursiva, na qual as duas primeiras orações estão conectadas por um nexo copulativo assindético (ver a subsecção seguinte): cf. [*a Ana foi ao concerto* (***e***) *o Rui foi ao cinema*], ***mas*** *o Luís foi ao teatro*.

Quando a conjunção é omitida, a coordenação chama-se **assindética**. Os casos mais típicos de coordenação assindética são aqueles que envolvem coordenação múltipla com uma conjunção implícita de valor copulativo, como se ilustra em (43), correspondendo a (42a,b)[32]:

(43) a. [*Fez o trabalho*, *submeteu-o a concurso*, *ganhou o prémio*].
b. Para fazeres o bolo tens de ter [*ovos*, *manteiga*, *farinha*, *açúcar*].

Na coordenação múltipla sindética, os nexos não marcados por uma conjunção são interpretados como se uma conjunção idêntica à última os ligasse, o que se representa em (44) através de uma rasura[33]:

(44) a. [*Fez o trabalho* e *submeteu-o a concurso* e *ganhou o prémio*].
b. Para fazeres o bolo tens de ter [*ovos* e *manteiga* e *farinha* e *açúcar*].
c. Não me recordo se eles enviaram o convite [*ao João* ~~ou~~ *ao Luís* ~~ou~~ *à Teresa* ou *à Maria*].

Na realidade, as conjunções implícitas da coordenação múltipla sindética de (42) (i.e., as conjunções rasuradas nas representações em (44)) podem ocorrer explicitamente; ou seja, correspondendo às frases de (42), são também possíveis exemplos em que os nexos entre todos os termos da coordenação são explicitamente marcados por uma conjunção; ou seja, são possíveis frases em tudo semelhantes a (44) mas em que se pronunciam as conjunções aí rasuradas: [*fez o trabalho* ***e*** *submeteu-o a concurso* ***e*** *ganhou o prémio*] (cf. (44a)); *para fazeres o bolo, tens de ter* [*ovos* ***e*** *manteiga* ***e*** *farinha* ***e*** *açúcar*] (cf. (44b)) e *não me recordo se eles enviaram o convite* [*ao João* ***ou*** *ao Luís* ***ou*** *à Teresa* ***ou*** *à Maria*] (cf. (44c)).

A este tipo de coordenação deu a tradição gramatical a designação de **polissindética**[34]**.** As coordenações polissindéticas são usadas frequentemente quando a coordenação múltipla consiste numa lista de elementos, para dar ênfase à extensão dos elementos listados, como nas frases do parágrafo anterior[35].

As conjunções *ou* e *mas* também podem participar de estruturas assindéticas quando o nexo semântico por elas introduzido é recuperado pragmaticamente, quer pelo contexto discursivo, quer por se inferir naturalmente a partir da própria natureza semântica dos termos, como se ilustra nos exemplos de (45), que correspondem aos exemplos sindéticos de (46):

---

[32] A coordenação copulativa binária assindética, não sendo impossível, é sentida como marginal por muitos falantes: cf. ?*ele quer* [*um carro, uma moto*] (comparar com *ele quer* [*um carro* ***e*** *uma moto*]). Em *ele teve sorte, venceu na vida* (comparar com (41a)), o sentido não é o de uma coordenação aditiva; antes, o segundo termo é interpretado como uma "explicação" do primeiro; trata-se neste caso de uma estrutura paratática de justaposição (cf. Cap. 34).

[33] O que no texto se classifica como sindético ou assindético são as estruturas coordenadas, simples ou múltiplas, consideradas globalmente, e não os seus nexos individuais. Em alternativa, "sindético" e "assindético" podem ser usados para classificar os nexos simples da coordenação; nesse caso, numa coordenação sindética múltipla (tal como definida no texto), apenas o último nexo é sindético, sendo o(s) anterior(es) assindético(s).

[34] Vejam-se, entre outros, Lausberg ([1949] 1967), Cunha e Cintra (1984) e Quirk et al. (1985).

[35] Quando um ou mais termos que pertencem naturalmente a uma lista não foram inicialmente planeados pelo falante, decidindo este, reflexão feita, que afinal devem ser incluídos, podem ser acrescentados *a posteriori* na lista, precedidos de pausa acentuada e introduzidos por uma conjunção: cf., por exemplo, *para fazeres o bolo tens de ter* [*ovos, manteiga... **e** farinha e açúcar*]). Este exemplo mostra também que a coordenação pode ser apenas parcialmente polissindética.

(45) a. Ela não se lembrava qual daquelas pessoas fora sua colega de escola: [*o João*, *a Ana*, *a Teresa*, ...]
b. Nesse mês, nenhum de nós foi [*ao cinema*, *ao teatro*, *ao concerto*] (em suma, a um só espetáculo que fosse)!
c. [*Trabalhar muito*, *ganhar pouco*] é uma situação desagradável!

(46) a. Ela não se lembrava qual daquelas pessoas fora sua colega de escola: [*o João*, *a Ana*, ou *a Teresa*, ...]
b. Nesse mês, nenhum de nós foi [*ao cinema*, *ao teatro* ou *ao concerto*] (em suma, a um só espetáculo que fosse)!
c. [*Trabalhar muito* mas *ganhar pouco*] é uma situação desagradável!

As listas são frequentemente apresentadas em coordenações múltiplas assindéticas, podendo ter não só a interpretação aditiva típica da conjunção *e* (cf. (47a) e 35.3.1.1), como a interpretação disjuntiva típica de *ou* (cf. (47b) e 35.3.2):

(47) a. O curso apresenta as seguintes disciplinas: [*Introdução às Ciências da Linguagem*, *Morfologia*, *Lexicologia*, *Sintaxe*, *Semântica*, *Dialetologia*, *Psicolinguística*].
b. O aluno pode fazer como opções alternativas as disciplinas seguintes: [*Pragmática*, *Crioulos*, *Linguística Computacional*].

35.2.3.2 Coordenação correlativa polissindética

Na coordenação correlativa, todos os termos têm de ser introduzidos por uma das partes da conjunção ou da locução correlativa, incluindo o primeiro termo[36]. Isto implica que a coordenação correlativa múltipla é necessariamente polissindética, como se ilustra em (48):

(48) a. O Pedro não comeu [nem *bolos* nem *gelados* nem *chocolates*].[37]
b. [Quer *o Pedro*, quer *a Ana*, quer *o André*] responderam ao convite.
c. Eu quero que ganhe o campeonato [ou *o Benfica* ou *o Sporting* ou *o Porto* ou *o Belenenses*].
d. Quando precisava de algum conselho, ela telefonava [ora *ao Pedro*, ora *ao João*, ora *ao Paulo*].
e. [Tanto *os jogadores* como *o treinador* como *os adeptos*] ficaram indignados com a decisão do árbitro.[38]

Se qualquer um dos termos coordenados não for introduzido por uma das partes da conjunção ou da locução correlativa, o resultado não é aceitável: dando apenas alguns exemplos, veja-se a impossibilidade de ***[*quer* *o Pedro*, *a Ana*, *quer* *o André*] *responderam ao convite* (comparar com (48b)) ou de ***[*tanto* *os jogadores*, *o treinador*, *os adeptos*] *ficaram indignados com a decisão do árbitro* (comparar com (48e)); veja-se também o penúltimo parágrafo de 35.2.1.

---

[36] Devido a esta obrigatoriedade, não faz sentido falar em coordenação correlativa sindética ou assindética.
[37] Quando ocorre num sintagma nominal em posição pós-verbal, a conjunção correlativa *nem ... nem* tem de ser legitimada pela ocorrência prévia de *não* ou de um pronome indefinido negativo (cf. Nota 30).
[38] Para alguns falantes, a coordenação múltipla polissindética com *não só ... como* é menos aceitável: cf. ?[***não só*** *os jogadores*, ***como*** *o treinador*, ***como*** *os adeptos*] *ficaram indignados com a decisão do árbitro*.

35.2.4 Coordenação integrada e coordenação parentética

As estruturas de coordenação analisadas até aqui são instâncias de **coordenação integrada**. Neste tipo de coordenação (cf. (49)), a estrutura composta na sua totalidade, i.e., incluindo todos os seus termos, é parte integrante da oração que a contém, prosodicamente, sintaticamente e semanticamente:

(49) a. [O meu filho e um colega] decidiram não ir à visita de estudo.
b. Comprei [um livro, uma caneta, uma lapiseira e uma borracha].

Em (49), toda a estrutura composta (entre parênteses retos) desempenha uma função gramatical e tem um valor semântico na oração; no caso particular de (49a), p.e., a predicação incide diretamente sobre todo o grupo denotado pela estrutura composta (um grupo formado pelas entidades referidas por *o meu filho* e *um colega*, correspondendo aos dois termos coordenados); concomitantemente, como é normal numa frase com um sujeito composto, a concordância verbal faz-se no plural, ainda que cada um dos termos seja singular (cf. 35.1.7).

Em contrapartida, na **coordenação parentética** – no âmbito da parataxe, uma instância do conjunto de processos chamados **suplementação** (cf. Cap. 34) – o último termo coordenado – chamado **termo parentético** –, acompanhado pela conjunção que o introduz, ocorre destacado do termo precedente e também do resto da oração, formando uma unidade autónoma do ponto de vista prosódico, sintático e semântico, como se ilustra em (50) (compare-se com (49))[39]:

(50) a. O meu filho, *e* (*, por sinal,*) *alguns colegas*, decidiu não ir à visita de estudo.
b. Comprei um livro, uma caneta e uma lapiseira, *e* (*já me esquecia*) *uma borracha também*.

Numa estrutura deste tipo, a oração à qual se liga o termo parentético e a conjunção que o introduz chama-se **oração hospedeira**. Em (50a), a oração hospedeira é *o meu filho decidiu não ir à visita de estudo* e, em (50b), é *comprei um livro, uma caneta e uma lapiseira*. O termo parentético constitui, assim, um elemento inciso na oração hospedeira. Quando o termo parentético ocorre no interior da oração hospedeira (cf. (50a)), chama-se **interposição**; quando ocorre no final (cf. (50b)), chama-se **adenda**. No primeiro caso, interrompe o fluxo prosódico normal da oração, como acontece em (50a).

Para além das conjunções *e*, *ou* e *mas*, também *tal como*, *bem como*, *assim como* e *como* sozinho podem funcionar como locução coordenativa simples a introduzir o segundo termo de uma coordenação parentética: cf. [*os adultos*], ***(tal/bem/assim) como*** [*as crianças*], *gostam de banda desenhada*.

Do ponto de vista sintático, o estatuto não integrado do termo coordenado parentético reflete-se igualmente na possibilidade de não influir na concordância verbal, quando se liga ao sujeito; um caso particularmente interessante é o da coordenação binária na qual o primeiro termo é singular e o termo parentético é plural, como em (50a). Neste caso, a concordância verbal pode ser singular, ou seja,

[39] Os termos parentéticos ocorrem frequentemente com lexias semifixas (cf. Cap. 9) a assinalá-los, como *por sinal*, *diga-se de passagem*, *ah! já me esquecia*, *entre parênteses*, etc. Nos exemplos, coloca-se em itálico o termo parentético e sublinha-se o termo, ou a sequência de termos, a que o termo parentético se liga.

pode ser feita apenas com o primeiro termo, como em (50a), que constitui, assim, o verdadeiro sujeito gramatical da oração.

No entanto, a não participação do termo coordenado parentético no processamento da concordância verbal não é uma propriedade necessária destas estruturas, como mostra a possibilidade de (51), a par de (50a)[40]:

(51) O meu filho, *e, por sinal, alguns colegas,* decidiram não ir à visita de estudo.

O estatuto de termo coordenado parentético é usualmente codificado na linguagem escrita colocando-o (juntamente com a conjunção) entre vírgulas (cf. (50) e (52a,b)), entre travessões (cf. (52c)) ou entre parênteses (cf. (52d)):

(52) a. Esse médico, *e a sua equipa*, descobriu a cura para o vírus da sida.
b. Os bombeiros, *e todos os voluntários*, lutaram corajosamente contra o fogo.
c. A vaga de calor – *e a poluição* – provocou muitas mortes nas cidades europeias.
d. O descuido (*ou a ação criminosa*) esteve na origem dos incêndios.

[7] O termo coordenado parentético é tipicamente separado por uma pausa ou por uma rutura melódica quer do termo coordenado anterior quer do resto da oração. Contudo, estas pausas e ruturas, sendo típicas na coordenação parentética, podem ser minimizadas ou mesmo obliteradas, dependendo de fatores que têm que ver com o contexto discursivo, o ritmo e intenções do falante, etc. Para além disso, é importante notar que as pausas não são exclusivas da coordenação parentética; os termos coordenados de uma coordenação integrada também podem ser separados por pausas, especialmente na coordenação múltipla, sendo essas pausas igualmente codificadas na escrita por vírgulas: cf. *o Pedro pegou no chapéu, nas luvas, nas chaves* ***e*** *na bengala* (coordenação múltipla sindética), ou ainda *vieram todos os meus amigos: o Pedro, o Luís, a Isabel, a Sofia* (coordenação múltipla assindética).

O termo parentético, imediatamente precedido da conjunção coordenativa, pode surgir na periferia direita da frase, independentemente da posição do primeiro termo coordenado na frase – inicial (com o sujeito ou tópico) ou interna; nesse caso, o termo parentético adquire o estatuto de comentário *a posteriori*, elaborado depois de toda a frase ter sido completada, como se ilustra em (53)[41]:

(53) a. O descuido esteve na origem dos incêndios florestais, *ou a ação criminosa*.
b A vaga de calor provocou muitas mortes por toda a Europa, *e também muitos incêndios*.
c. Na próxima semana, eles começam a trabalhar na empresa, *ou na seguinte*.

[40] Como o termo parentético, ainda que desligado do sujeito, ocorre antes do verbo, o falante tem a oportunidade de o "reintegrar" no sujeito, antes de pronunciar o verbo, determinando concordância no plural (cf. Cap. 46). Se o termo parentético ocorre depois do verbo (cf. a discussão no final desta subsecção), esta oportunidade perde-se e a concordância no plural é impossível: comparar *o meu filho decidiu não ir à visita de estudo, e, por sinal, alguns dos seus colegas também* com a impossibilidade de ***o meu filho decidiram** não ir à visita de estudo, e, por sinal, alguns dos seus colegas também*.

[41] Apesar do seu estatuto sintático, a coordenação parentética exibe, em geral, as mesmas propriedades semânticas da coordenação integrada (cf. Colaço e Matos 2010 e Matos 2009). Importa também realçar que a coordenação parentética é um caso particular de um tipo de conexão paratática, a suplementação (cf. Cap. 34).

35.2.5 Coordenação e elipse

Alguns autores sugeriram que a coordenação opera apenas sobre orações[42]. A coordenação de unidades menores do que a oração decorreria da aplicação subsequente de operações de elipse que suprimiriam todo o material idêntico num dos termos coordenados. Para dar apenas alguns exemplos, de acordo com esta proposta, as estruturas coordenadas de (54), envolvendo a coordenação de sintagmas nominais (cf. (54a)), de sintagmas preposicionais (cf. (54b)) e de nomes (cf. (54c)) teriam a sua origem nas orações coordenadas de (55) (assinalam-se por uma rasura os constituintes que sofrem elipse)[43]:

(54) a. Eu comprei *um livro* e *uma caneta*.
b. Ontem, a Ana foi *ao cinema* e *a um concerto*.
c. O orador convidado foi um conhecido *professor* e *investigador*.

(55) a. [Eu comprei *um livro*] e [~~eu comprei~~ *uma caneta*].
b. [Ontem a Ana foi *ao cinema*] e [~~ontem a Ana foi~~ *a um concerto*]
c. [O orador convidado foi um conhecido *professor*] e [~~o orador convidado foi um conhecido~~ *investigador*].

Esta análise, no entanto, não dá adequadamente conta de algumas propriedades gramaticais das estruturas coordenadas que são facilmente explicáveis se admitirmos que a coordenação opera (nestes casos) sobre unidades linguísticas menores do que a oração[44].

Um dos problemas mais sérios desta proposta é não dar conta da concordância verbal plural com sujeitos coordenados, como em (56a); de facto, a fonte pré-elíptica desta frase seria a coordenação oracional de (56b) (coloca-se aqui entre parênteses – em vez de rasurar – o material que é elidido para produzir (56a)):

(56) a. *O livro* e *a caneta* estão na tua secretária.
b. [*O livro* (está na tua secretária)] e [*a caneta* está na tua secretária].

Uma vez que cada um dos termos oracionais coordenados de (56b) contém um sujeito singular que determina concordância verbal no singular, a simples elipse do predicado do primeiro termo resultaria na sequência não gramatical ***o livro e a caneta está na tua secretária***, com o verbo no singular (visto que corresponde ao verbo da segunda oração na estrutura pré-elíptica). Em contrapartida, se admitirmos que a coordenação de (56a) se efetua diretamente entre sintagmas nominais, a estrutura resultante é naturalmente um sintagma nominal composto, denotando uma entidade plural e determinando normalmente a concordância verbal no plural (cf. 35.1.7).

A análise de (54c) por elipse a partir da coordenação de orações em (55c) levanta outro tipo de problema. Em (54c), o sintagma nominal *um conhecido professor e investigador* refere um único indivíduo, que é simultaneamente professor

[42] Cf., por exemplo, Grevisse ([1936] 1993) e Chomsky (1957).
[43] No âmbito desta subsecção, chamamos "estrutura pré-elíptica" à sequência que se apresenta como fonte de uma estrutura coordenada *antes* de se apagarem os elementos elididos; assim, p.e., os exemplos em (55), sem as rasuras assinaladas, constituem a estrutura pré-elíptica dos exemplos em (54).
[44] Cf. Lakoff e Peters (1969), Jackendoff (1977), entre outros. Convém salientar, no entanto, que do ponto de vista semântico, muitos casos de coordenação sintagmática são equivalentes a uma coordenação de orações. Volta-se a esta questão em 35.3.

e investigador, não dois indivíduos diferentes. A fonte pré-elíptica de (54c) é a frase *o orador convidado foi um conhecido professor e o orador convidado foi um conhecido investigador* (cf. (55c)). Ora, esta frase não é adequada (pelo menos pragmaticamente) para transmitir a ideia de que está em causa apenas *um* orador, logo não pode ser a fonte pré-elíptica de (54c). De novo, se admitirmos que a coordenação pode atuar diretamente sobre unidades menores que a oração, explica-se facilmente a interpretação singular de *um conhecido* [*professor e investigador*] em (54c) como sendo o resultado da coordenação direta dos dois nomes dentro do sintagma nominal.

Os verbos ou construções que, por motivos semânticos, requerem um sujeito plural levantam um problema semelhante. Constituem exemplos deste tipo as orações recíprocas construídas com a expressão *um* + preposição + *outro* (cf. Cap. 41), como se ilustra em (57) com o verbo *cumprimentar*:

(57) a. *Os amigos* cumprimentaram-se um ao outro.
b. *O Pedro e o António* cumprimentaram-se um ao outro.
c. **O Pedro* cumprimentou-se um ao outro.

O requisito de pluralidade pode ser satisfeito tanto por um sintagma nominal simples plural (cf. (57a)) como pela coordenação de dois sintagmas nominais singulares (cf. (57b)). Ora, como o leitor verificará facilmente, na análise que reduz a coordenação de sintagmas nominais à coordenação de orações, a fonte pré-elíptica de (57b) é constituída pela coordenação de duas orações, qualquer delas não gramatical: **o Pedro cumprimentou-se um ao outro* e **o António cumprimentou-se um ao outro* (para além do problema da concordância discutido acima).

As conjunções ou locuções correlativas, ao delimitarem o início de cada um dos termos coordenados, evidenciam também a possibilidade de coordenar tanto orações como constituintes menores do que a oração. Considerem-se, assim, os exemplos de (58):

(58) a. Ou *tu compras essas laranjas* ou *nós compramos estes pêssegos*.
b. Ela comprou ou *laranjas* ou *pêssegos*.
c. Ela comprou laranjas tanto *para o almoço* como *para o jantar*.

O exemplo (58a) mostra que, quando se coordenam correlativamente duas orações, cada uma delas é precedida por uma das conjunções do complexo conjuncional descontínuo. Na análise que reduz a coordenação de sintagmas à coordenação oracional, as fontes pré-elípticas de (58b,c) teriam, assim, de ser as ilustradas em (59a,b), respetivamente (coloca-se entre parênteses o material que deve ser elidido):

(59) a. Ou *ela comprou laranjas* ou (*ela comprou*) *pêssegos*.
b. Tanto *ela comprou laranjas para o almoço* como (*ela comprou laranjas*) *para o jantar*.

Ora, os exemplos que se podem obter por elipse a partir de (59) são os ilustrados em (60), não os de (58):

(60) a. Ou *ela comprou laranjas* ou *pêssegos*.
b. ??Tanto *ela comprou laranjas para o almoço* como *para o jantar*.

Conclui-se que nos exemplos de (58b,c) temos coordenação direta de nomes e sintagmas preposicionais, respetivamente, e não de orações com posterior aplicação de elipse.

Repare-se, no entanto, que aceitar a existência de coordenação de palavras e sintagmática não significa negar a existência de coordenação de orações com posterior aplicação de elipse, como, p.e., nas frases de (60), a partir de (59), e também nos seguintes exemplos (em que se rasura o material elidido):

(61) a. Ela comprou laranjas (para o almoço) e nós ~~comprámos~~ pêssegos (para o jantar).
b. O assunto foi amplamente discutido por todos os deputados e [-] também ~~foi amplamente discutido~~ pelos partidos políticos.
c. O assunto foi amplamente discutido por todos os deputados e a proposta de solução do governo também foi ~~amplamente discutida por todos os deputados~~.
d. O assunto vai ser discutido por todos os deputados, mas ninguém sabe quando ~~vai ser discutido por todos os deputados~~.
e. O assunto foi discutido por todos os deputados mas não precisava ~~de ser discutido por todos os deputados~~.

Dado que a finalidade da elipse é eliminar informação redundante, em (61) a informação já dada no primeiro termo coordenado é alvo de elipse no segundo termo. Para um desenvolvimento destas questões, cf. Cap. 45.

35.3 Classificação semântica das estruturas e das conjunções coordenativas

As construções coordenadas são classificadas de acordo com o nexo semântico que exibem. Cada um destes nexos é tipicamente realizado por um pequeno número de conjunções e de locuções coordenativas semanticamente especializadas[45]. No âmbito da tradição gramatical luso-brasileira, não tem existido total consenso sobre o número e a natureza dessas classes. Alguns gramáticos consideram a existência de cinco: copulativas, disjuntivas, adversativas, conclusivas e explicativas[46]. Outros, porém, apenas referem as três primeiras[47]. Nesta Gramática, consideramos como coordenativas as conjunções **copulativas** (também chamadas, por vezes, **aditivas**), as conjunções **disjuntivas** (também chamadas, por vezes, **alternativas**) e as conjunções **adversativas** (também chamadas, por vezes, **contrajuntivas**)[48]**.** Antes mesmo de proceder à sua discussão, apresenta-se desde já, para referência do

[45] Para simplificar a exposição, no seguimento deste capítulo usamos apenas o termo "conjunção" (ou "conjunções") para referir tanto as conjunções como as locuções coordenativas, a não ser que seja importante distingui-las.

[46] Said Ali (1923) e Cunha e Cintra (1984) mencionam estas cinco classes. Porém, Said Ali (1931) não menciona as conjunções conclusivas, embora retenha as quatro restantes, designando as explicativas como causais. Nunes (1919), ao falar da evolução das conjunções coordenativas latinas para o português, não refere as explicativas, mas assume a existência das conclusivas.

[47] Vejam-se Dias ([1918] 1970), Bechara (1999), Neves (1999), Matos (2003b).

[48] Os termos alternativos (i.e., "aditivas", "alternativas" e "contrajuntivas") não são usados nesta Gramática. Em 35.4.2.3 e 35.4.2.4 discutem-se os conectores conclusivos e explicativos, argumentando-se contra a sua inclusão na classe das conjunções coordenativas.

leitor, um quadro sinóptico das conjunções coordenativas simples e correlativas mais consensualmente aceites pelos gramáticos do português, com a respetiva classificação[49]:

	COPULATIVAS	DISJUNTIVAS	ADVERSATIVAS
SIMPLES	e nem	ou	mas
CORRELATIVAS	nem ... nem quer ... quer não só ... mas também não só ... como (também)	ou ... ou ora ... ora quer ... quer	

Quadro 1 – Conjunções coordenativas

Em 35.3.1, discute-se a coordenação copulativa; em 35.3.2, a coordenação disjuntiva; e, em 35.3.3, a coordenação adversativa.

35.3.1 Coordenação copulativa

Começamos por apresentar, em 35.3.1.1, as propriedades semânticas da coordenação copulativa; em 35.3.1.2, discutem-se algumas funções mais especializadas que a coordenação copulativa pode tomar em contextos particulares.

35.3.1.1 Propriedades da coordenação copulativa e das conjunções copulativas

Chamam-se **copulativas** as conjunções cujo valor semântico fundamental é o de adicionar duas ou mais unidades (cuja natureza se discute a seguir). Restringindo a discussão à coordenação binária com *e* (a conjunção copulativa mais típica e mais frequente) em orações declarativas, o valor semântico da adição efetuada por uma coordenação copulativa pode ser de dois tipos: adição de proposições e adição de entidades ou de propriedades.

Chamamos a atenção do leitor para o facto de estar aqui em causa a interpretação semântica das estruturas com coordenação copulativa, e não a sua estrutura sintática; assim, como se verá, existem casos de coordenação sintagmática ao nível da sintaxe (cf. 35.2.5) cuja interpretação se caracteriza por uma adição de proposições: é o caso dos exemplos do paradigma (63), que se comenta a seguir[50].

❖ Adição de proposições

Neste tipo semântico, ilustrado nos dois paradigmas seguintes, a conjunção *e* opera sobre proposições e tem as propriedades lógicas do conector conjuntivo *e* da lógica proposicional, independentemente da natureza sintática dos termos coordenados; ou seja, semanticamente, coordenam-se proposições e a proposição composta resultante é verdadeira se o for cada uma das proposições coordenadas. Os exemplos de (62) contêm coordenação sintática de orações e os de (63), coordenação sintática de sintagmas:

[49] Cf. Dias ([1918] 1970), Cunha e Cintra (1984) e Bechara (1999).

[50] Nesse sentido, a coordenação é uma das construções gramaticais em que nem sempre existe uma correspondência direta, biunívoca, entre as estruturas sintáticas e as representações semânticas.

(62) a. *O Paulo comprou uma moto* e *a Maria comprou um carro*.
b. *A Maria saiu de casa* e [-] *foi ao cinema*.

(63) a. *O Pedro* e *o Paulo* falam francês.
b. Ele encontrou a Joana *em Londres* e *em Paris*.

Em (62), as proposições adicionadas correspondem de modo transparente aos termos oracionais coordenados[51]. Em (63), com coordenação sintagmática, cada uma das proposições adicionadas contém um dos termos coordenados na função relevante, partilhando o resto do material lexical; assim, para (63a), as proposições adicionadas são 'o Pedro fala francês' e 'o Paulo fala francês'; e, para (63b), 'ele encontrou a Joana em Londres' e 'ele encontrou a Joana em Paris'[52].

> [8] Numa frase reflexa como *a Ana lavou-se* (*a si própria*), o referente designado pelo antecedente e pelo pronome reflexo está associado a um evento no qual participa simultaneamente como agente e como paciente (cf. Cap. 41). Assim, quando o sujeito de uma oração reflexa é um sintagma nominal (plural) coordenado, como em *a Ana e a Rita lavaram-se a si próprias*, a interpretação corresponde à adição de duas proposições, cada uma delas com um dos termos coordenados desempenhando simultaneamente a função de sujeito e de complemento direto: 'a Ana lavou a Ana e a Rita lavou a Rita'.
>
> Em contrapartida, nas construções recíprocas como *a Ana e a Rita lavaram-se* (*uma à outra*) estabelecem-se relações complexas entre os membros de um conjunto representado pelo antecedente. As entidades que entram na relação descrita pelo predicado pertencem a esse conjunto, mas, contrariamente ao que acontece nas orações reflexas, não são estritamente correferentes. No caso mais simples (como no exemplo dado acima, com coordenação binária no sujeito), o conjunto em questão contém dois membros, e a frase descreve dois eventos; em cada um deles, uma das entidades referidas pelo sujeito participa como agente e a outra entidade participa como paciente. Consequentemente, a interpretação da coordenação é dada pela adição de duas proposições, de tal maneira que cada um dos termos coordenados é sujeito numa delas e complemento na outra: 'a Ana lavou a Rita e a Rita lavou a Ana'[53].

❖ Adição de entidades ou de propriedades

Neste caso, a coordenação cria um grupo de entidades ou de propriedades que participa como um todo na situação única expressa pela frase. Contrariamente ao que se passa na adição de proposições, este tipo de coordenação não representa situações

---

[51] Em (62b), o segundo termo contém um sujeito nulo correferente com o sujeito do primeiro termo, *a Maria*. Alternativamente, se (62b) for analisado como uma coordenação de sintagmas verbais, reconstroem-se para a interpretação semântica as duas proposições 'a Maria saiu de casa' e 'a Maria foi ao cinema'.

[52] A correspondência indireta entre a estrutura sintática e a interpretação semântica (cf. Nota 50) é ainda mais flagrante em casos como (ia). Abstraindo do problema levantado pela concordância (cf. 35.2.5), a presença, nesse exemplo, do advérbio *ambos* no predicado coloca um novo obstáculo a uma análise em termos de coordenação oracional seguida de elipse; de facto, a fonte pré-elíptica (cf. 35.2.5) teria de ser (ib), que não é gramatical:

(i) a. *O Pedro e o Paulo* falam ambos francês.
b. **O Pedro* fala ambos francês *e o Paulo* fala ambos francês.

No entanto, a interpretação de (ia) é semelhante à de (63a), envolvendo a adição das proposições 'o Pedro fala francês' e 'o Paulo fala francês'.

[53] Para uma discussão mais completa da sintaxe e da semântica das construções reflexas e recíprocas, cf. Cap. 41.

distintas nas quais os referentes dos termos coordenados participam individualmente; ou seja, neste caso, a coordenação não é equivalente a uma coordenação de duas proposições. Ilustra-se este tipo em (64):

(64) a. *Três* e *um* são quatro.
b. Carcavelos fica entre *Lisboa* e *Cascais*.
c. Um ilustre *professor* e *investigador* dá uma conferência amanhã.
d. Um soldado *valente* e *heroico* sacrificou-se pela pátria.

Assim, em (64a), é a totalidade de 'três' adicionado a 'um' que é igual a 'quatro', e não cada um dos números 'três' e 'um' isoladamente; por outras palavras, (64a) *não* é equivalente à coordenação proposicional matematicamente absurda 'três é quatro e um é quatro'.

O exemplo (64b) só é interpretável na leitura em que Lisboa e Cascais formam uma entidade espacialmente complexa, definindo um espaço intermédio no qual se situa Carcavelos; ou seja, o exemplo não pode ser interpretado pela conjunção proposicional (igualmente absurda) 'Carcavelos fica entre Lisboa e Carcavelos fica entre Cascais'.

Finalmente, os exemplos (64c,d) ilustram uma característica geral da coordenação *dentro* do sintagma nominal (p.e., de dois nomes, como em (64c), ou de dois adjetivos, como em (64d)): essa coordenação produz sempre uma propriedade mais complexa que caracteriza ou modifica a entidade referida pelo sintagma nominal; e essa propriedade participa unitariamente na situação expressa pela frase. Ou seja, os termos coordenados não exprimem uma adição de duas proposições: assim, nem (64c) é equivalente à coordenação proposicional 'um ilustre professor dá uma conferência amanhã e um ilustre investigador dá uma conferência amanhã', nem (64d) é equivalente à coordenação proposicional 'um soldado valente sacrificou-se pela pátria e um soldado heroico sacrificou-se pela pátria'. De um modo mais geral, quando se coordenam nomes, adjetivos ou grupos nominais (vs. sintagmas nominais), o resultado semântico é sempre o da adição de propriedades.

Quando a coordenação envolve sintagmas nominais ou sintagmas preposicionais, é costume distinguir as duas interpretações descritas acima (adição de proposições e adição de entidades) através dos termos **interpretação distributiva**, para o primeiro tipo, e **interpretação grupal**, para o segundo tipo. Assim, os sintagmas coordenados de (63) recebem uma interpretação distributiva, e os sintagmas coordenados de (64a,b) recebem uma interpretação grupal (esta distinção não se aplica à coordenação de outros sintagmas ou à coordenação de nomes, adjetivos ou grupos nominais).

Quando os fatores semânticos e pragmáticos o permitem, a coordenação de dois sintagmas nominais ou de dois sintagmas preposicionais é compatível com ambas as interpretações, como se ilustra em (65) (cf. Peres e Móia 1995:372):

(65) a. *A Maria e o André* compraram uma casa nova.
b. Encontrei *a Ana e o Tiago* em Londres.
c. Ofereci um livro *ao Francisco e à Isabel*.
d. Comprei uma garrafa de vinho *para o almoço e para o jantar*.

Exemplificando com (65a): na leitura distributiva do SN coordenado, o significado desta frase é expresso pela coordenação proposicional 'a Maria comprou uma casa nova e o André comprou uma casa nova', resultando numa interpretação em que cada um deles comprou uma casa nova em atos separados, ou seja, houve dois atos de compra em cada um dos quais se comprou uma casa.

Em contrapartida, na leitura grupal, a interpretação é expressa pela proposição simples: 'a Maria e o André, juntos, formando um grupo, compraram uma casa nova'. Ou seja, menciona-se uma única compra e uma única casa.

Estas interpretações podem ser desambiguadas com expressões adverbiais ou adjetivos apropriados, como *separadamente*, *cada um deles*, *juntos*, etc.: cf. *a Maria e o André compraram* {*separadamente*/*cada um deles*} *uma casa nova* (em que se obtém unicamente a interpretação distributiva) e *a Maria e o André compraram uma casa nova juntos* (em que só se obtém a interpretação grupal)[54]. Deixamos ao leitor o trabalho de construir as paráfrases correspondentes às interpretações distributiva e grupal dos restantes exemplos[55].

[9] O adjetivo *diferente* modificando um substantivo ou um grupo nominal (singular ou plural) no complemento de uma frase com um sujeito coordenado obriga à interpretação distributiva do sujeito, como se ilustra em (i):

(i) a. A Maria e o Manel viram {um filme diferente/filmes diferentes}.
b. A Clara e a Alexandra foram a {uma festa diferente/festas diferentes}.

Assim, p.e., a interpretação semântica de (ia) é dada pela coordenação de proposições 'a Maria viu o filme *x* e o Manel viu o filme *y*' (sendo $x \neq y$).

Curiosamente, o adjetivo *mesmo* modificando um substantivo ou grupo nominal do complemento favorece também uma interpretação distributiva do sujeito, como se ilustra em (ii):

(ii) a. A Luísa e a Antónia compraram *o mesmo livro*.
b. A Júlia e o Luís compraram *a mesma casa*.

Quando usado com substantivos que designam livros, filmes ou entidades que se podem categorizar em tipos definidos (como carros, p.e.), o adjetivo *mesmo* impõe uma leitura em que se exprime identidade ao nível do tipo, e não da entidade concreta. Por exemplo, *o mesmo livro*, em (iia), é normalmente interpretado como 'a mesma obra' (*Guerra e Paz*, p.e.) e não como o mesmo objeto físico (cf. Cap. 21). Assim, pragmaticamente, a interpretação mais plausível de (iia) pode ser parafraseada por 'a Luísa comprou um exemplar da obra *x* e a Antónia comprou um exemplar (diferente) da (mesma) obra *x*'; ou seja, há dois atos de compra e referem-se dois exemplares diferentes do mesmo tipo.

Quando a interpretação de "tipo" é menos natural (como no caso do substantivo *casa*), mesmo assim a interpretação é aquela em que se descrevem dois atos de compra,

[54] As interpretações distributiva e grupal que se obtêm em sintagmas nominais coordenados obtêm-se igualmente em sintagmas nominais plurais não coordenados (cf. Cap. 21): cf., por exemplo, {*eles/os meus amigos*} *compraram uma casa nova*, que manifesta a mesma ambiguidade de (65a), a qual pode ser resolvida também pelo uso de uma expressão adjetival ou adverbial apropriada: cf. {*eles/os meus amigos*} *compraram uma casa nova juntos* e {*eles/os meus amigos*} *compraram uma casa nova separadamente*.

[55] Alguns falantes preferem uma interpretação grupal para (65d). Se modificarmos *garrafa de vinho* utilizando o adjetivo *diferente*, no entanto, obtém-se necessariamente uma interpretação distributiva, como se discute na Caixa [9]: cf. *comprei uma garrafa de vinho diferente para o almoço e para o jantar*.

mesmo se o objeto da compra é um só; assim, a frase poderia ser normalmente continuada por *em épocas diferentes* ou poderia fazer sentido se tivesse havido erro ou crime por parte da agência imobiliária, ao ter vendido a mesma casa a duas pessoas diferentes, em dois atos de compra distintos.

Para além de *e*, as outras conjunções que exibem valor aditivo são: *nem* (cf. (66a)), *nem ... nem* (cf. (66b)), que acumulam um valor negativo (cf. Cap. 14), *quer ... quer* (cf. (66c)), *não só ... mas também* (cf. (67a)), *não só ... como* (cf. (67b)), *tanto ... como* (cf. (67c)):

(66) a. Não trabalho [ao sábado *nem* ao domingo]. (interpretação: 'não trabalho ao sábado e não trabalho ao domingo')
b. [*Nem* as crianças *nem* os adultos] gostam desses filmes. (interpretação: 'as crianças não gostam desses filmes e os alunos não gostam desses filmes')
c. [*Quer* as crianças *quer* os adultos] costumam gostar de banda desenhada. (interpretação: 'as crianças costumam gostar de banda desenhada e os adultos costumam gostar de banda desenhada')

(67) a. [*Não só* os professores *mas também* os alunos] estavam dispostos a prolongar as aulas. (interpretação: 'os professores estavam dispostos a prolongar as aulas e os alunos estavam dispostos a prolongar as aulas')
b. [*Tanto* a Ana *como* o Pedro] adoram passear. (interpretação: 'a Ana adora passear e o Pedro adora passear')
c. Nós [*não só* já reservámos o hotel *como* fizemos as malas para partir]. (interpretação: 'nós já reservámos o hotel e nós fizemos as malas para partir')

Uma propriedade importante distingue semanticamente a conjunção *e* das outras conjunções copulativas: apenas *e* permite interpretações grupais quando coordena sintagmas nominais ou preposicionais, como se discutiu acima relativamente a (64) e (65). As restantes conjunções coordenativas apenas admitem interpretações distributivas, como se pode verificar pelas interpretações de (66) e (67a,b), pela impossibilidade de (68) e pela única interpretação atribuível a (69):

(68) a. *[*Não só* três *como* um] são quatro.
b. *Coimbra não fica entre [Lisboa *nem* Cascais].

(69) a. [*Não só* a Maria *como também* o André] compraram uma casa nova.
b. [*Quer* a Maria *quer* o André] compraram uma casa nova.
c. [*Nem* a Maria *nem* o André] compraram uma casa nova.
d. Para fazer esse bolo, misturam-se [*tanto* as gemas *como* as claras].

Assim, os exemplos de (68) não são gramaticais, visto que só admitem uma interpretação grupal (cf. (64a,b)); repare-se, em particular, que a negação da relação 'entre *x* e *y*' não pode ser expressa com a conjunção de valor negativo *nem*, como mostra (68b). Por sua vez, em (69a-c), as conjunções usadas forçam a interpretação distributiva (em (69c), com um valor de negação proposicional), impossibilitando a grupal[56]. Finalmente, no exemplo (69d), não se dá uma instrução para misturar

[56] Assim, o adjetivo *juntos* no final dessas frases torna-as, no mínimo, semanticamente anómalas: cf. *#não só a Maria como também o André compraram uma casa nova juntos*, *#quer a Maria quer o André compraram uma casa nova juntos* e *#nem a Maria nem o André compraram uma casa nova juntos*.

as gemas e as claras entre si, mas sim as gemas com outros ingredientes e as claras com outros ingredientes.

> [10] Como vimos, a conjunção simples *nem* e a conjunção correlativa *nem ... nem* acumulam um valor semântico aditivo e um valor semântico negativo, e são, nesse aspeto, semanticamente equivalentes a expressões com *e ... não* (no caso de *nem*) e com *não ... e ... não* (no caso de *nem ... nem*)[57]. Esta equivalência semântica, no entanto, nem sempre se traduz sintaticamente; ou seja, a substituição de *nem* por (*e*) *não* (com *não* na posição apropriada antes do predicado) nem sempre produz um resultado gramaticalmente correto. Quando os elementos coordenados são orações, a substituição é possível, como se ilustra em (i) e (ii):
>
> (i) a. [Eles não ficam em casa] *nem* [[-] vão ao cinema].
> b. [Eles não ficam em casa] *e* [[-] *não* vão ao cinema].
>
> (ii) a. *Nem* [o João é burro] *nem* [o António é pateta].
> b. [O João *não* é burro] *e* [o António *não* é pateta].
>
> No entanto, quando os elementos coordenados são sintagmas nominais ou preposicionais, a substituição de *nem* pelo advérbio de negação *não* não é sintaticamente possível, como se ilustra a seguir:
>
> (iii) a. Eu não vi [a Teresa] *nem* [a Maria].
> b. *Eu não vi [a Teresa] *e não* [a Maria].
>
> (iv) a. Eu não trabalho *nem* [ao sábado] *nem* [ao domingo].
> b. *Eu trabalho *não* [ao sábado] *e não* [ao domingo].
>
> Esta situação deve-se ao facto de *não*, nestes exemplos, exprimir negação oracional (cf. Cap. 14); ora, nessa função, ocorre necessariamente antes de um elemento verbal, uma condição que não é satisfeita nem no segundo termo de (iiib) nem em (ivb). Repare-se, de novo, que estes factos dizem respeito à sintaxe da coordenação com *nem*, não à sua interpretação semântica.

35.3.1.2 Valores adicionais da coordenação copulativa

Nesta subsecção, discutem-se em primeiro lugar alguns valores adicionais que as estruturas de coordenação com a conjunção *e* podem apresentar, analisando-se seguidamente um caso particular de coordenação copulativa em que o conector é a preposição *com*.

35.3.1.2.1 Outros valores semânticos da coordenação com *e*

As estruturas de coordenação com *e* podem assumir outros valores para além do seu significado aditivo básico, consoante o conteúdo dos termos coordenados. Destacamos aqui os valores adversativo, conclusivo, condicional e temporal (cf. também o Cap. 34)[58].

---

[57] Nos dois casos, o marcador adverbial de negação *não* é o primeiro elemento do predicado em cada uma das proposições que constituem a interpretação semântica dessas estruturas coordenadas (cf. as paráfrases associadas a (66a-c)).

[58] Dias (1870) refere o valor condicional da coordenação com *e*. Em Cunha e Cintra (1984) assume-se que a conjunção *e* pode ter os seguintes valores: adversativo, conclusivo, final, consecutivo, explicação enfática, introdução de intensidade afetiva e valor paralelístico. Por sua vez, Duarte (2003a) e Brito (2003b) mencionam também o valor temporal. Nem todos estes valores são facilmente discerníveis. Optámos, assim, por mencionar apenas os mais evidentes.

❖ Valor adversativo

Nos exemplos em (70), as orações coordenadas por *e* apresentam um sentido adversativo, podendo, por isso, receber uma interpretação idêntica à da coordenação adversativa com *mas* (cf. 35.3.3.1):

(70) a. Passo a vida a correr *e* estou sempre atrasada! (cf. *passo a vida a correr, mas estou sempre atrasada!*)
b. Fui convidada para a festa *e* não fiquei contente. (cf. *fui convidada para a festa, mas não fiquei contente*)
c. Ela estava triste *e* não queria que a consolassem. (cf. *ela estava triste, mas não queria que a consolassem*)

❖ Valor conclusivo

Em determinados contextos, as orações coordenadas por *e* podem assumir um valor conclusivo, como se ilustra em (71):

(71) a. Acabei a tarefa que tinha entre mãos *e* vou descansar. (cf. *acabei a tarefa que tinha entre mãos* (*e*), *por isso, vou descansar*)
b. Estava doente *e* não conseguia levantar-se da cama. (cf. *estava doente* (*e*), *portanto, não conseguia levantar-se da cama*)

❖ Valor condicional

As orações copulativas com *e* podem também expressar condicionalidade, como acontece em (72):

(72) a. Não fazes o que te peço, *e* fico zangada! (cf. *se não fazes o que te peço, fico zangada!*)
b. Ela lê esse capítulo *e* resolve todos problemas. (cf. *se ela lê esse capítulo, resolve todos os problemas*)

❖ Valor de sequencialidade temporal

As orações copulativas, mesmo sem a presença de um marcador temporal explícito, podem ainda expressar a ordenação temporal dos acontecimentos, quando denotam situações que são, pelo seu conteúdo, facilmente entendidas como sequenciais (cf. 35.1.8). É o caso dos exemplos (73) e (74), em que está implícito o valor temporal dos elementos adverbiais entre parênteses:

(73) a. Vimos a Maria *e* dirigimo-nos ao café da esquina. (cf. *vimos a Maria e* (*depois*) *dirigimo-nos ao café da esquina*)
b. Peguei na mala *e* entrei no autocarro. (cf. *peguei na mala e* (*de seguida*) *entrei no autocarro*)

(74) a. Foi atropelado *e* morreu. (cf. *foi atropelado e* (*depois disso*) *morreu*)
b. Partem-se os ovos *e* batem-se as gemas com o açúcar. (cf. *partem-se os ovos e* (*seguidamente*) *batem-se as gemas com o açúcar*)

Quando as estruturas coordenadas assumem estes valores, a manutenção da ordem dos termos coordenados é crucial para veicular o sentido pretendido, como o leitor poderá verificar facilmente invertendo os termos em qualquer dos exemplos

de (70)-(74) e notando que ou o sentido se altera ou a frase se torna pragmaticamente absurda.

35.3.1.2.2 Coordenação comitativa[59]

Existem em português duas construções coordenadas em que o elemento conector não é nenhuma das conjunções coordenativas, mas sim uma das partículas *com* ou *mais*[60] (cf. (75)), com um valor aditivo semelhante ao da coordenação com a conjunção *e* (cf. (76)) (cf. Colaço 2004, 2005)[61]:

(75) a. *O Pedro* com/mais *o João* formam uma equipa imbatível.
b. *Um* com/mais *um* são dois.
c. *O ouro* com/mais *a prata* combinam-se facilmente.

(76) a. *O Pedro* e *o João* formam uma equipa imbatível.
b. *Um* e *um* são dois.
c. *O ouro* e *a prata* combinam-se facilmente.

As partículas *com* e *mais* são usadas tipicamente como núcleo de adjuntos adverbiais com o valor semântico de companhia, também chamado "valor comitativo", como se ilustra em (77):

(77) a. O Pedro foi ao cinema *com/mais a Maria*.
b. A Maria viu o Pedro ontem *com/mais o irmão*.

Por este motivo, usa-se o termo **coordenação comitativa** para designar a coordenação ilustrada em (75). É importante notar, contudo, que o uso destas partículas em (75) não é estritamente comitativo, de um ponto de vista semântico; assim, enquanto em (77) os adjuntos adverbiais iniciados por *com* ou *mais* podem ser substituídos pela expressão claramente comitativa *em companhia de* (cf., por exemplo, *o Pedro foi ao cinema na companhia da Maria*, relativamente a (77a)), tal não é possível nas frases de (75); cf. a impossibilidade de **o Pedro na companhia do João formam uma equipa imbatível*, **um na companhia de um são dois* ou **o ouro na companhia da prata combinam-se facilmente*[62].

Tal como a coordenação copulativa com *e*, a coordenação comitativa de dois sintagmas nominais singulares determina a concordância verbal no plural (cf. (75)), o que realça o valor desta construção como uma estrutura de coordenação.

A coordenação comitativa com a preposição *com* tem uma interpretação grupal (cf. 35.3.1.1): o sintagma nominal coordenado representa um grupo que participa como um todo na situação descrita pela frase; ou seja, essa coordenação não

---

[59] Esta subsecção foi elaborada em colaboração com Madalena Colaço.

[60] Para a definição do termo "partícula" nesta Gramática, cf. Cap. 32.2. *Com* tem também um uso preposicional e *mais*, um uso adverbial (cf. Cap. 33).

[61] Para alguns falantes, a coordenação comitativa exemplificada em (75) – e exemplos subsequentes – é marginal.

[62] Em períodos anteriores do português ocorrem exemplos de coordenação com a preposição *com* cuja interpretação está mais próxima de um valor realmente comitativo; essa construção parece, no entanto, ter caído em desuso na língua, embora ainda apareça ilustrada em gramáticas do séc. XX, como em Cunha e Cintra (1984:511), que apresentam os seguintes exemplos de escritores brasileiros (respetivamente José Lins do Rego e Machado de Assis): *o mestre com o boleeiro fizeram a emenda* e *o pontífice, com todos os membros do consistório, mal puderam sair suplentes*.

é equivalente a uma coordenação de proposições em que cada uma contém um dos membros coordenados[63]. Consequentemente, as estruturas de coordenação copulativa que forçam (por motivos semânticos ou pragmáticos) uma interpretação distributiva não têm um equivalente comitativo com esta preposição; compare-se, p.e., *o Pedro e o Paulo falam francês* ou *Londres e Paris são cidades maravilhosas* (que apenas têm uma interpretação distributiva) com a impossibilidade de ***o Pedro com o Paulo falam francês* ou ***Londres com Paris são cidades maravilhosas*. Do mesmo modo, a coordenação comitativa não pode conter modificadores adverbiais que forcem uma interpretação distributiva: cf. ***o André com a Maria compraram cada um deles uma casa nova*[64].

Sintaticamente, a coordenação comitativa com a preposição *com* distingue-se da coordenação copulativa com *e* pelo facto de se restringir a sintagmas nominais com a função de sujeito (cf. (75)) ou de complemento direto (cf. *o treinador pôs o Pedro **com** o João na mesma equipa*). Distingue-se ainda pelo facto de ser necessariamente binária, como se verifica pela impossibilidade de ***o Pedro, o João **com** o Zé formam uma equipa imbatível* e de ***o Pedro **com** o João **com** o Zé formam uma equipa imbatível*.

Com exceção da adição de numerais (possivelmente por constituir uma fórmula fixa), à coordenação comitativa ilustrada em (75) corresponde uma construção semelhante a (77), em que o segundo termo coordenado se realiza como adjunto adverbial, introduzido pela (mesma) preposição *com*, dentro do predicado:

(78) a. O Pedro forma uma equipa imbatível ***com** o João*.
b. O ouro combina-se facilmente ***com** a prata*.

Quer os adjuntos adverbiais comitativos (cf. (77)), quer o segundo termo de uma coordenação comitativa com a preposição *com* (cf. (75) e (78)) podem ser expressos numa coordenação copulativa com *e*, como se ilustra em (79)[65]:

(79) a. *O Pedro* e *a Maria* foram ao cinema.
b. A Maria viu *o Pedro* e *o irmão* ontem.
c. *O Pedro* e *o João* formam uma equipa imbatível. (= (76a))
d. *O ouro* e *a prata* combinam-se facilmente. (= (76c))

A coordenação comitativa com *mais* (cf. (80)) é menos restringida, tanto semântica como sintaticamente, do que a sua equivalente com a preposição *com*; em particular, permite quer uma interpretação grupal quer uma interpretação distributiva do sintagma nominal coordenado:

(80) a. *A Maria* mais *o André* compraram *cada um* uma casa nova. [interpretação distributiva]
b. *A Maria* mais *o André* compraram *juntos* uma casa nova. [interpretação grupal]

[63] Sobre algumas características semânticas da preposição *com*, plausivelmente relacionadas com o facto de impor uma interpretação grupal na coordenação comitativa, cf. Cap. 32.
[64] Na realidade, a coordenação comitativa impõe restrições semânticas mais rígidas, na medida em que a leitura grupal, sendo uma condição necessária, não é uma condição suficiente; para além disso, preferem-se, nesta construção, predicados que exprimam uma situação estativa (cf. Colaço 2004, 2005).
[65] Em (79d) é possível obter uma interpretação recíproca (cf. Caixa [8]).

Para além disso, a coordenação comitativa com *mais* pode ser múltipla, quer sindética (cf. (81a)) quer polissindética (cf. (81b)):

(81) a. *O Pedro, a Maria* mais *a Ana* foram ao cinema.
b. *O Pedro* mais *a Maria* mais *a Ana* foram ao cinema.

Nestes aspetos, a coordenação comitativa com *mais* tem mais pontos em comum com a coordenação copulativa com *e* do que a coordenação com a preposição *com*.

[11] Não se deve confundir a expressão *e mais*, em que o advérbio *mais* é precedido da conjunção copulativa *e* (cf. [*o Pedro* ***e*** *mais a Maria*] *foram ao cinema*) com a sua ocorrência como conector isolado na coordenação comitativa discutida acima. Com efeito, quando precedido de *e*, *mais* tem um estatuto puramente adverbial: não só ocorre com a conjunção copulativa, algo que não é permitido às verdadeiras conjunções (cf. 35.4.1), como pode comutar com outros advérbios, p.e., *ainda* ou *também*: compare-se a frase dada como exemplo acima com *o Pedro e também/ainda a Maria foram ao cinema*. Ora, quando funciona como conjunção comitativa, *mais* não pode ser substituído por nenhum destes advérbios: cf. a impossibilidade de *[*o Pedro ainda o João*] *formam uma equipa imbatível* ou de *[*um também um*] *são dois*.

35.3.2 Coordenação disjuntiva

Chamam-se **disjuntivas** as conjunções cujo valor semântico fundamental é o de exprimir uma opção, em alternativa, entre os membros de um conjunto, representados pelos termos coordenados (os quais, por sua vez, podem denotar entidades, propriedades ou situações): cf., por exemplo, *a Maria hoje fica em casa* ***ou*** *vai ao cinema*.

Restringindo a discussão à coordenação binária com *ou* (a conjunção disjuntiva mais típica e frequente) em orações declarativas, existem duas possibilidades semânticas para a coordenação disjuntiva. Numa delas, chamada **disjunção inclusiva**, o falante admite a possibilidade de que apenas um dos termos da coordenação satisfaça a proposição expressa pela frase, mas não fica excluída a possibilidade de *ambos os termos* satisfazerem a proposição. Por outras palavras, a frase é verdadeira em três situações possíveis ("A" e "B" representam abstratamente os termos da coordenação): A sozinho satisfaz a proposição, B sozinho satisfaz a proposição, e A e B satisfazem ambos a proposição (cf. Peres e Móia 1995). Apresentam-se alguns exemplos em (82):

(82) a. Tens de desculpar o Pedro. Ele está *cansado* ou *doente*.
b. Olha como ele está mal vestido! Realmente, esse rapaz é *muito pobre* ou *muito desleixado*!
c. Na próxima temporada, o Benfica vai ganhar *ao Porto* ou *ao Sporting*.
d. O documento pode ser assinado *pelo marido* ou *pela mulher*.

Assim, em (82a), a frase contendo a coordenação é verdadeira se o Pedro estiver cansado mas não estiver doente, se estiver doente mas não estiver cansado, e também se estiver cansado e doente, uma situação que a frase não exclui; em (82b), o falante propõe uma alternativa como explicação para o facto de o rapaz estar mal vestido, mas a sua asserção não seria certamente falsa se o rapaz fosse simultaneamente pobre e desleixado; a frase (82c) não é desmentida se o Benfica na temporada em questão ganhar ao Porto e ao Sporting; quanto a (82d), no quadro das normas

legais que regem a assinatura de documentos oficiais, é normalmente interpretado como asserindo que *basta* a assinatura de um dos cônjuges, mas não exclui que os dois possam assinar.

A interpretação de disjunção inclusiva é frequentemente reforçada pelo uso de um termo adicional disjuntivo, muitas vezes parentético (cf. 35.2.4), em que ocorre o numeral que representa a cardinalidade do número de termos coordenados; p.e., numa disjunção inclusiva binária, esse termo adicional contém o cardinal *dois* (ou uma sua variante morfológica) ou o quantificador *ambos*, apontando explicitamente para a possibilidade de os dois termos satisfazerem a proposição: cf., por exemplo, *ele está cansado ou doente, ou as duas coisas* e *o documento pode ser assinado pelo marido ou pela mulher, ou por ambos*.

A possibilidade de ambos os termos de uma coordenação disjuntiva inclusiva satisfazerem a proposição expressa aproxima de certa maneira este tipo de coordenação da coordenação copulativa. A escolha pelo falante entre uma coordenação copulativa ou uma coordenação disjuntiva inclusiva pode então explicar-se do seguinte modo: ao usar a primeira, o falante acredita que ambos os termos satisfazem necessariamente a proposição, ao passo que, ao usar a segunda, o falante tem a expectativa de que um dos termos *não* a satisfaz, embora admita que ambos a possam satisfazer.

Na **disjunção exclusiva**, em contrapartida, apenas um, e um só, dos termos satisfaz a proposição expressa pela frase, mas não ambos. Ou seja, a frase é verdadeira apenas em duas situações possíveis: A, mas não B, satisfaz a proposição, ou B, mas não A, satisfaz a proposição. Os casos mais típicos da disjunção exclusiva são aqueles em que a exclusão de um dos termos advém da sua incompatibilidade semântica com o outro ou do conflito pragmático entre as situações expressas, o que, por sua vez, depende das crenças e expectativas dos interlocutores. Apresentam-se alguns exemplos em (83):

(83) a. O Pedro *está em Paris* ou *está em Londres*.
b. Ontem, o Pedro almoçou *no restaurante* ou *em casa*.
c. Hoje vou calçar *as sandálias que comprei no Brasil* ou *os meus sapatos de ténis novos*.

Assim, em (83a), a disjunção é necessariamente exclusiva porque ninguém pode estar simultaneamente em dois lugares diferentes; em (83b), a interpretação exclusiva da disjunção assenta na expectativa de natureza pragmática de que normalmente só se almoça uma vez por dia, logo, se alguém almoça no restaurante não almoça em casa e vice-versa; e, em (83c), a disjunção exclusiva assenta no facto de uma pessoa não calçar simultaneamente duas peças de calçado.

A interpretação de disjunção exclusiva também pode ser reforçada linguisticamente, p.e., através de um terceiro termo de natureza negativa coordenado adversativamente (i.e., com a conjunção *mas*), frequentemente de modo parentético: cf., por exemplo, *ele está cansado ou doente, mas não ambas as coisas* ou *o documento pode ser assinado pelo marido ou pela mulher, mas não por ambos*, etc.

Semanticamente, a coordenação disjuntiva de orações e de sintagmas plenos (seja ela inclusiva ou exclusiva) é sempre equivalente a uma disjunção de proposições. Esta propriedade é trivialmente manifestada quando se coordenam

disjuntivamente orações ou sintagmas verbais, como em *a Maria vai ao cinema ou fica em casa*, equivalente à disjunção proposicional 'a Maria vai ao cinema ou a Maria fica em casa'.

Ilustrando os restantes casos com alguns dos exemplos dados acima, (82a), com coordenação disjuntiva de sintagmas adjetivais com função predicativa, é equivalente a 'ele está cansado ou ele está doente'; (83b), com coordenação disjuntiva de sintagmas preposicionais, é equivalente à disjunção proposicional 'ontem, o Pedro almoçou no restaurante ou ontem, o Pedro almoçou em casa'; e (83c), com coordenação disjuntiva de sintagmas nominais, é equivalente a 'hoje vou calçar as sandálias que comprei no Brasil ou hoje vou calçar os meus sapatos de ténis novos'.

Em contrapartida, a coordenação disjuntiva *dentro* do sintagma nominal não é equivalente a uma disjunção proposicional, sendo semanticamente semelhante (*mutatis mutandis*) ao caso correspondente da coordenação copulativa; ou seja, a disjunção cria, neste caso, uma alternativa entre propriedades atribuídas à entidade referida pelo sintagma nominal, sem que nenhuma dessas propriedades participe individualmente na situação expressa pela frase, como se ilustra em (84):

(84) a. [Um ilustre *professor* ou *investigador*] dá uma conferência amanhã.
b. [Um piloto *muito corajoso* ou *completamente louco*] ganhou a corrida.

Assim, nem (84a) é equivalente à coordenação proposicional 'um ilustre professor dá uma conferência amanhã ou um ilustre investigador dá uma conferência amanhã', nem (84b) é equivalente à coordenação proposicional 'um piloto muito corajoso ganhou a corrida ou um piloto completamente louco ganhou a corrida'[66].

Para além de *ou*, as outras conjunções disjuntivas são *ou ... ou, ora ... ora* e *quer ... quer,* ilustradas em (85):

(85) a. Ou *a febre baixa* ou *a criança é submetida a exames específicos*.
b. Ora *a televisão* ora *a rádio* davam notícias do acidente.
c. Quer *a Maria peça desculpa* quer *não peça*, eu não lhe falo mais.

Para além do seu valor disjuntivo, as estruturas de coordenação com *ou* podem veicular outros valores, inferíveis a partir do conteúdo semântico dos termos coordenados. Assim, em contextos parentéticos como os de (86) (cf. 35.2.4), a coordenação apresenta valores de equivalência (cf. (86a)) e de retificação (cf. (86b,c)), para os quais contribuem, nos dois últimos casos, respetivamente os advérbios *melhor* e *antes* modificando a conjunção:

(86) a. O verdadeiro *lisboeta*, ou *alfacinha*, gosta de fado.
b. *O filho da Ana*, ou melhor, *o Luís*, comprou um carro.
c. Ele esteve a estudar *em Inglaterra*, ou antes, *algures no Reino Unido*.

A coordenação disjuntiva, quando opera sobre orações, pode igualmente veicular um valor de condicionalidade, tendo, nesse caso, interpretação exclusiva, como ilustram os exemplos de (87):

[66] Repare-se, no entanto, que, se o sintagma nominal for predicativo, ou seja, não referencial, a coordenação ilustrada em (84) é equivalente a uma disjunção de proposições: cf., por exemplo, *ele é um piloto muito corajoso ou completamente louco*, equivalente a 'ele é um piloto muito corajoso ou ele é um piloto completamente louco'.

(87) a. *Veste o casaco* ou *constipas-te*!
b. Ou *pões a música mais baixo* ou *sais da sala*!

Estes casos apresentam a particularidade de que a primeira oração coordenada, semanticamente equivalente ao antecedente da condição, é interpretada como negativa (cf. (88)), apesar de ser formalmente afirmativa (cf. Cap. 34 e Camacho 1990, 1999):

(88) a. Se *não* vestes o casaco, constipas-te!
b. Se *não* pões a música mais baixo, sais da sala!

[12] Como se nota no Cap. 14 (a propósito da negação), com um sujeito plural, a disjunção de orações e a disjunção de sintagmas dentro do predicado conduzem a resultados semanticamente distintos. Considerem-se os seguintes exemplos:

(i) a. *Os estudantes desta escola vão à Madeira* ou *os estudantes desta escola vão aos Açores*.
b. Os estudantes desta escola *vão à Madeira* ou *vão aos Açores*.
c. Os estudantes desta escola vão *à Madeira* ou *aos Açores*.

Em (ia), tem-se disjunção de orações, em (ib), disjunção de sintagmas verbais, e, em (ic), disjunção de sintagmas preposicionais dentro do predicado[67].

Para facilitar a discussão, consideremos apenas a interpretação de disjunção exclusiva. Suponhamos também que os estudantes em causa são o Pedro, a Isabel, a Antónia e a Luísa.

Para que (ia) seja verdadeiro, os quatro estudantes vão todos à Madeira ou vão todos aos Açores; por outras palavras, obtém-se uma interpretação grupal do sintagma nominal sujeito *os estudantes desta escola* (cf. Cap. 21 e a Nota 54).

Em contrapartida, quer (ib) quer (ic) são verdadeiros, não só na interpretação grupal referida para (ia), mas também em várias interpretações distributivas: p.e., se o Pedro e a Isabel forem à Madeira e a Antónia e a Luísa forem aos Açores (outras combinações são evidentemente possíveis).

Seguindo um raciocínio semelhante apresentado no Cap. 14, estes factos permitem-nos concluir que, quando o sujeito é plural, a coordenação disjuntiva do sintagma verbal ou de um sintagma contido no sintagma verbal não é semanticamente equivalente a uma coordenação de orações em que o sujeito de cada uma delas é o mesmo (ou seja, nem (ib) nem (ic) são semanticamente equivalentes a (ia)). Esta conclusão, por sua vez, parece pôr em causa a asserção feita no texto de que a coordenação disjuntiva de sintagmas é sempre equivalente a uma coordenação disjuntiva de proposições.

Repare-se, no entanto, que a asserção feita no texto é, de facto, válida, e aplica-se mesmo nos casos ilustrados em (ib,c). O "algoritmo" para a formação das várias proposições coordenadas é que tem de ser modificado. Em particular, frases como (ib,c), com coordenação de sintagmas verbais ou preposicionais dentro do predicado e com um sujeito plural, não são equivalentes apenas a um par de proposições unidas pela conjunção disjuntiva e partilhando o mesmo sujeito (como (ia)), mas sim a vários pares, tantos quantos os membros do conjunto referido pelo sintagma nominal sujeito (em cada par de proposições, o sujeito é o mesmo).

[67] Como se discutiu em 35.1.2, (ib) também pode ser analisado como um caso de coordenação oracional, com um sujeito nulo na segunda oração (cf. a discussão dos exemplos (3d) e (4)). Interessa-nos aqui, no entanto, a análise em que os termos da coordenação são os dois sintagmas verbais *vão à Madeira* e *vão aos Açores*.

Assim, para o conjunto referido acima, a expressão que é equivalente à disjunção de (ib,c) é um conjunto que contém os seguintes pares de disjunções proposicionais: {'o Pedro vai à Madeira ou o Pedro vai aos Açores'; 'a Isabel vai à Madeira ou a Isabel vai aos Açores'; 'a Antónia vai à Madeira ou a Antónia vai aos Açores'; 'a Luísa vai à Madeira ou a Luísa vai aos Açores'}.

35.3.3 Coordenação adversativa[68]

A **coordenação adversativa** expressa um contraste entre dois termos coordenados, sendo sempre binária (cf. 35.2.2). Existe uma só conjunção adversativa (simples) em português, *mas*, que introduz o segundo termo coordenado, chamado **termo adversativo**. A coordenação adversativa combina elementos de vários tipos, como se exemplifica seletivamente em (89):

(89) a. *O trabalho era muito*, mas *conseguimos fazê-lo*. [orações]
b. A Maria *lembrou-se dos anos do Luís* mas *esqueceu-se dos anos do Jorge*. [sintagmas verbais][69]
c. *Muitos professores* mas *poucos alunos* aderiram à greve. [sintagmas nominais]
d. Ela vivia num edifício *antigo* mas *bem conservado*. [sintagmas adjetivais]
e. A professora advertiu o aluno *simpaticamente* mas *firmemente*. [advérbios]

As formas *porém*, *todavia*, *contudo* e *senão* (a que se poderia acrescentar *exceto*, *menos*, *fora* e *salvo*) têm sido por vezes classificadas como conjunções adversativas[70], mas não é essa a nossa posição nesta Gramática; os motivos para esta decisão discutem-se em 35.4.2.1, relativamente ao primeiro grupo, e em 35.4.2.2, relativamente ao segundo[71].

35.3.3.1 Valor de contraste na coordenação adversativa

Como se mencionou, a coordenação adversativa veicula um valor de **contraste** explícito ou implícito entre os termos coordenados. Ilustrando com os exemplos acima, em (89a) contrastam-se duas situações cuja ocorrência simultânea é inesperada, dada a expectativa implícita, associada ao primeiro termo, de que o trabalho, por ser muito, é difícil ou impossível de realizar; em (89b) contrasta-se uma lembrança com um esquecimento; em (89c) contrastam-se quantidades (elevada e baixa) e grupos profissionais (professores e alunos) de tal maneira que um valor quantitativo elevado se associa a um dos grupos e um valor quantitativo baixo se associa ao outro grupo; em (89d) contrasta-se a expectativa de que um edifício antigo poderá estar mal conservado, inferível a partir do primeiro termo, com a realidade, expressa pelo termo adversativo, de que afinal está bem conservado; finalmente, em (89e) contrasta-se uma forma de atuar simpática, usualmente não conotada com a ideia de firmeza, com o facto de neste caso particular ter envolvido firmeza.

O contraste veiculado pela coordenação adversativa pode fundamentar-se em propriedades semânticas dos termos (**contraste semântico**) ou em pressupostos

[68] A presente subsecção foi escrita em colaboração com Edite Prada.
[69] Neste caso, a coordenação também pode ser de orações (cf. a discussão dos exemplos (3d) e (4)).
[70] Cf. Cunha e Cintra (1984) e Nunes de Figueiredo e Gomes Ferreira ([s.d.] 1987), relativamente às três primeiras; e Bechara (1999) e Matos (2003b), relativamente a *senão*.
[71] Sobre os valores semânticos veiculados por *mas*, cf. Lopes (1985, 1997), Lima (1996, 1997), Barros (1998), Neves (1999), Varela (2000), Prada (2001) e Matos e Prada (2005).

decorrentes das expectativas do falante ou das expectativas que este atribui ao ouvinte, inferíveis a partir do conteúdo semântico dos termos, numa determinada situação comunicativa (**contraste pragmático** ou **argumentativo**)[72].

O contraste semântico ilustra-se em exemplos como (89b,c) e ainda em exemplos como *a Maria comprou um carro, mas o João comprou uma moto*. O contraste pragmático, por sua vez, ilustra-se em (89a,d,e); nestas frases, o contraste é estabelecido entre uma inferência obtida a partir do primeiro termo coordenado, por um lado, e o conteúdo semântico do termo adversativo, por outro; p.e., em (89a), o contraste entre a inferência de que o trabalho, por ser muito, é difícil ou impossível de fazer, e a asserção veiculada pelo termo adversativo de que afinal foi feito.

> [13] Em certos casos, o contraste envolve unicamente inferências pragmáticas decorrentes de cada um dos termos da coordenação, como na frase *os livros já chegaram, mas a bibliotecária ainda não os catalogou*. De facto, da primeira oração é plausível inferir que os livros estão disponíveis; mas da segunda oração é plausível inferir que os livros (afinal) não estão disponíveis; ou seja, os termos contrastantes, neste caso, são duas proposições implícitas inferíveis a partir de cada uma das orações.
>
> As interpretações de contraste semântico e pragmático nem sempre são separáveis. É o que acontece na frase *o João é rico mas estúpido.* Embora estabelecendo um contraste semântico claro, ao relacionar um elemento considerado positivo (*rico*) com outro negativo (*estúpido*), este exemplo pode ser interpretado à luz de um contraste pragmático: do primeiro termo oracional podemos inferir que o João é um "bom partido" (por ser rico); em contrapartida, do segundo termo oracional (adversativo) podemos inferir que (afinal) não é um "bom partido" (por ser estúpido).

O valor de contraste inerente à coordenação adversativa explica a não gramaticalidade de construções em que se coordenam adversativamente expressões que não têm um valor contrastivo[73]. Veja-se, assim, a diferença de aceitabilidade entre (90) e (91):

(90) a. *A Idalina arranjou *um amante* mas *um marido*.
b. *Ao longo da vida ela enfrentou *dificuldades* mas *perigos*.

(91) a. A Idalina arranjou *um bom amante* mas *um mau marido*.
b. Ao longo da vida ela enfrentou *muitas dificuldades* mas *poucos perigos*.

Em (91), a inclusão nos sintagmas nominais de adjetivos contrastivos (*bom* vs. *mau*, *muitas* vs. *poucos*) permite a sua coordenação adversativa.

35.3.3.2 Outras construções com a conjunção *mas*

Descrevem-se brevemente nesta subsecção três valores adicionais da conjunção adversativa *mas*, aqui chamados de **coordenação adversativa focalizadora** (cf. *convidámos o António mas não o João*), **delimitação de foco** (cf. *a Maria vai mas é ao cinema*) e **repetição enfática** (cf. *essa criança corre, mas corre* (*muito*)).

---

[72] Sobre o contraste pragmático ou argumentativo, cf. Adam (1990), Anscombre e Ducrot (1977), Ducrot e Vogt (1979), Flamenco García (1999) e Sweetser (1991).

[73] Cf. Scorretti (1988), Camacho (1999) e Flamenco García (1999).

❖ Coordenação adversativa focalizadora

A coordenação adversativa focalizadora é um caso particular da coordenação adversativa. Nesta construção, os termos coordenados são sintagmas nominais ou preposicionais, um deles modificado pelo operador negativo *não* e podendo o outro ser modificado pelo operador afirmativo *sim*, como se ilustra em (92)[74]:

(92) a. Convidámos *o António*, mas não *o João*.
b. Não *o desinteresse dos trabalhadores*, mas sim *a má gestão*, fez baixar a produtividade.
c. Esse comboio vai não *para Coimbra*, mas sim *para Lisboa*.

Nestas frases, os termos coordenados são interpretados como constituindo o foco contrastivo de duas frases coordenadas semelhantes, mas com valores contrários de afirmação/negação, correspondendo ao operador que modifica o termo (cf. Cap. 14). Para (92), as interpretações são as representadas em (93)[75]:

(93) a. 'foi o António que convidámos, não foi o João que convidámos'
b. 'não foi o desinteresse dos trabalhadores que fez baixar a produtividade, foi a má gestão que fez baixar a produtividade'
c. 'não é para Coimbra que esse comboio vai, é para Lisboa que esse comboio vai'

Na coordenação adversativa focalizadora, o operador *não* é obrigatório, mas *sim* pode ser omitido em determinadas condições. Quando a sequência dos operadores é afirmativo + negativo, apenas ocorre o operador negativo, não o afirmativo, como se ilustra em (94) ((94a) repete (92a) e (94b) inverte os valores nos termos coordenados de (92b)):

(94) a. Convidámos *o António*, mas não *o João*. (vs. **convidámos sim o António, mas não o João*)
b. *O desinteresse dos trabalhadores*, mas não *a má gestão*, fez baixar a produtividade. (vs. **sim o desinteresse dos trabalhadores, mas não a má gestão, fez baixar a produtividade*)

Quando a sequência dos operadores é negativo + afirmativo, o operador afirmativo *sim* ocorre opcionalmente, como se ilustra em (95) colocando-o entre parênteses:

(95) a. Convidámos não *o António*, mas (sim) *o João*.
b. Não *o desinteresse dos trabalhadores*, mas (sim) *a má gestão*, fez baixar a produtividade.

---

[74] O operador *sim* não ocorre quando o termo afirmativo é o primeiro coordenado: cf. a impossibilidade de **convidámos sim o António, mas não o João* (compare-se com (92a)).

[75] É importante assinalar que em (93) se representam as proposições que caracterizam (92) e não frases sintaticamente relacionadas com (92). De facto, em (92), os termos coordenados adversativamente não são redutíveis sintaticamente a orações elípticas. Note-se também que o operador afirmativo não ocorre explicitamente em frases afirmativas, contrariamente ao operador *não*; assim, tem-se, p.e., *não foi o António que convidámos* ou (*nós*) *não convidámos o António*, mas não **sim foi o António que convidámos* ou **(nós) sim convidámos o António*, em ambos os casos sem pausas ladeando *sim*. Ver a discussão a seguir, no texto.

A coordenação adversativa focalizadora, em que se contrastam focalmente dois sintagmas através da sua modificação direta pelos operadores de negação e afirmação, não deve confundir-se com outra construção de coordenação adversativa em que se coordenam *diretamente* duas orações, sofrendo a segunda um processo de elipse de parte do seu material (cf. Cap. 45; assinala-se através de rasura o material elidido no segundo termo oracional):

(96) a. *Não convidámos o António*, mas *o João, sim ~~convidámos~~*.
b. *O desinteresse dos trabalhadores não fez baixar a produtividade*, mas *a má gestão, sim ~~fez baixar a produtividade~~*.

Duas características distinguem esta construção da coordenação adversativa focalizadora de (95): (i) se a primeira oração for negativa, o operador de negação ocorre na posição que usualmente assume na estrutura oracional, ou seja, antes do verbo (contraste-se, p.e., *não convidámos o António*..., em (96a), com *convidámos não o António*..., em (95a)); (ii) a segunda oração coordenada tem um tópico contrastivo em posição inicial, ocorrendo explicitamente o operador *sim* ou *não* a seguir ao tópico[76], precedendo o material omitido (contraste-se, p.e., ..., *mas o João, sim*, em (96a), com ... *mas sim o João*, em (95a)).

Outra propriedade que distingue as duas construções é o facto de a coordenação de orações com elipse poder ocorrer numa estrutura de subordinação completiva (cf. (97)), contrariamente à coordenação adversativa focalizadora (cf. (98)):

(97) a. Não convidámos o António, mas acho que o João, sim.
b. Convidámos o António, mas acho que o João, não.

(98) a. *Convidámos não o António, mas acho que sim o João.
b. ??Convidámos o António, mas acho que não o João.

[14] A coordenação focalizadora não depende estritamente da conjunção *mas*; assim, pode ocorrer também em estruturas de coordenação copulativa, sindéticas ou assindéticas:

(i) a. Convidámos *o António* e não *o João*.
b. Esse comboio vai não *para Coimbra*, e sim *para Lisboa*.
c. O desinteresse dos trabalhadores, não a má gestão, fez baixar a produtividade.

Quando a ordem dos operadores é negativo + afirmativo, o operador *sim* é obrigatório no segundo termo, plausivelmente para marcar o contraste entre os dois focos, já que a conjunção copulativa, por si só, não tem qualquer valor contrastivo: cf. a impossibilidade de **esse comboio vai não para Coimbra, e para Lisboa* (compare-se com *esse comboio vai não para Coimbra, mas para Lisboa*, em que a conjunção *mas* é suficiente para marcar o contraste). A coordenação copulativa assindética não é possível neste caso (cf. **esse comboio vai não para Coimbra, sim para Lisboa*).

[76] A ocorrência de *sim* ou *não* depende, respetivamente, do valor negativo ou afirmativo do primeiro termo. Se considerarmos a oração negativa não elíptica *o João, não convidámos*, semelhante ao segundo termo de (96a), mas com valor negativo, verificamos que o complemento direto *o João* é, de facto, um tópico realizado em posição inicial, precedendo o operador de negação oracional. O estatuto de tópico do constituinte que precede o operador no segundo termo coordenado de (96) é uma prova de que esse termo é uma oração (elidida), visto que um tópico inicial só é possível em estruturas oracionais.

Na coordenação focalizadora pode ocorrer *nunca* em vez de *não*, e também outros advérbios de valor inclusivo, como *também* ou *ainda*, como se ilustra em (ii) (note-se a concordância verbal no plural em (iia), devido ao valor inclusivo do advérbio, criando um sujeito semanticamente plural):

(ii) a. *O desinteresse dos trabalhadores*, mas também *a má gestão*, fizeram baixar a produtividade.
b. Convidámos *o António* e ainda *o João*.

A conjunção *mas* delimitadora de foco

Num estilo coloquial, a conjunção *mas*, juntamente com uma forma no singular do verbo *ser*, pode ser usada para delimitar o foco contrastivo de uma oração, num tipo de frase semelhante a uma construção pseudoclivada (cf. Caps. 28 e 50), como se ilustra nos seguintes exemplos[77]:

(99) a. Ele vai *mas é* ao cinema, não ao teatro.
b. Eu vou-me *mas é* embora.
c. A criança estava *mas era* doente.
d. Ela queria *mas era* ler romances, não estudar.
e. Os óculos ficaram *mas foi* em casa.

Nestes exemplos, o verbo *ser* "concorda" em tempo e modo verbais com o verbo pleno da frase (presente do indicativo em (99a,b), imperfeito do indicativo em (99c,d) e pretérito perfeito do indicativo em (99e)); alguns falantes admitem o presente do indicativo no verbo *ser* também quando o verbo pleno da frase está no pretérito perfeito: cf. *os óculos ficaram mas é em casa*.

Também esta construção não é estritamente dependente da conjunção adversativa; ou seja, a forma apropriada do verbo *ser* é suficiente, neste caso, para estabelecer o constituinte seguinte como um foco contrastivo, como se pode ver pela gramaticalidade (e equivalência aos exemplos correspondentes de (99)) de frases como *ele vai é ao cinema*, *eu vou-me é embora*, *a criança estava era doente*, etc.

Repetição enfática

Num uso estilisticamente marcado, a coordenação adversativa marca a repetição enfática de um adjetivo ou de um verbo, com a finalidade de reforçar alguma propriedade que se atribui ao sujeito da predicação ou à entidade representada pelo nome modificado (no caso de a repetição envolver um adjetivo atributivo), como se ilustra em (100)[78]:

(100) a. Essa criança *corre*, mas *corre* (muito).
b. O prédio era *alto*, mas (mesmo) *alto*.
c. Uma noiva *linda*, mas (realmente) *linda* entrou na igreja.

---

[77] O contraste pode ser explícito, como em (99a,d) e ainda em *a criança não estava cansada, ela estava mas era doente*, ou implícito na situação discursiva: assim, p.e., o locutor poderá produzir (99c) para contrariar a ideia de que o comportamento de uma determinada criança se devesse a cansaço, fome, desinteresse, etc., sem que seja necessário explicitá-lo linguisticamente.

[78] Cf. Ducrot e Vogt (1979), Adam (1990), Barros (1998), Prada (2001).

Neste uso, o segundo termo coordenado pode combinar-se com um advérbio quantificacional, como *muito*, ou enfático, como *mesmo* ou *realmente*. Repare-se, aliás, que o advérbio *muito* pode ele próprio ser coordenado deste modo: cf. *ele corre muito, mas* (*mesmo*) *muito*. Nesta construção, o contraste típico da coordenação adversativa advém não de uma oposição entre propriedades ou valores de verdade, mas sim da própria intensidade atribuída à propriedade ou à atividade, intensidade essa sentida pelo falante como algo inesperada.

35.4 Distinção entre conjunções coordenativas e outros conectores oracionais

Com base num critério sobretudo semântico, a tradição gramatical luso-brasileira apresenta frequentemente um leque de conjunções e locuções conjuncionais coordenativas mais alargado do que aquele que é apresentado no Quadro 1 da secção 35.3. No grupo das conjunções adversativas, p.e., alguns autores incluem, para além de *mas*, itens como *porém*, *todavia*, *contudo* e *no entanto*; outros incluem *senão* nesta classe (a que se deveria acrescentar, nessa lógica, *exceto*, *salvo*, *menos* e *fora*). Ainda outros contemplam a existência de conjunções coordenativas conclusivas e de conjunções coordenativas explicativas. Como se verá, não se aceita nesta Gramática nenhuma destas classificações, por motivos que se discutem nas próximas subsecções.

Inversamente, alguns autores sugerem que a conjunção adversativa *mas* cria estruturas com características mais próximas da hipotaxe (em particular, de uma forma de subordinação) do que da coordenação paratática[79], o que também não é a nossa posição nesta Gramática (cf. 35.4.3).

Os argumentos necessários para justificar estes dois pontos exigem que se descrevam algumas das propriedades gramaticais das conjunções coordenativas, distinguindo-as quer das conjunções subordinativas quer de outros elementos, de natureza adverbial ou preposicional, que, apesar de funcionarem como "conectores" entre constituintes ou orações em construções com propriedades de estruturas de coordenação, não possuem as propriedades típicas das conjunções coordenativas.

Neste sentido, é útil esclarecer desde já (voltaremos a este ponto) que é diferente o estatuto atribuído aos termos "conjunção" e "conector" nesta Gramática: ainda que uma conjunção seja, informalmente, um "conector" entre palavras, sintagmas ou orações, o termo "conjunção" designa uma classe gramatical que se caracteriza por um determinado número de propriedades gramaticais particulares (cf. 35.4.1 e Cap. 36); em contrapartida, o termo mais amplo "conector" designa uma coleção heterogénea de palavras ou locuções pertencentes a classes diversas e com propriedades gramaticais distintas, que partilham com as conjunções a função de estabelecer uma conexão entre constituintes de vários tipos, incluindo, por vezes, orações. Para dar um exemplo no domínio da coordenação, e antecipando algumas conclusões, *porém* é um conector (cf. *a Maria é inteligente, porém não trabalha*), mas gramaticalmente tem as propriedades de um advérbio (cf. 35.4.2.1 e Cap. 33). Em contrapartida, no domínio da coordenação, *e*, *ou* e *mas* são conjunções (cf. 35.3 e 35.4.1) e, no domínio da subordinação argumental, são-no *que*, *se* e *como* (cf. Cap. 36).

[79] Sobre estes conceitos, cf. a introdução a este capítulo e o Cap. 34.

35.4.1 Propriedades gramaticais das conjunções coordenativas

Com o intuito de fundamentar os argumentos que se apresentam em 35.4.2 e 35.4.3, discutem-se nesta subsecção as propriedades gramaticais mais importantes das conjunções coordenativas[80]; estas propriedades permitem distinguir esta classe tanto das conjunções (ou locuções conjuncionais) subordinativas como dos conectores oracionais de natureza adverbial ou preposicional que ocorrem no domínio da coordenação.

Algumas das propriedades que se discutem têm uma natureza formal abstrata, não sendo costume encontrá-las em gramáticas de cariz descritivo; para além disso, requerem exemplificação através de sequências não gramaticais. Para não sobrecarregar a exposição, ilustramos cada propriedade apenas com um ou dois exemplos desse tipo, suficientes para o seu esclarecimento; e sempre que facilitar a compreensão, apresentamos um exemplo gramatical como referência para se entender o alcance daquilo que se pretende mostrar com as sequências não gramaticais. Também para simplificar a exposição, restringimos a discussão destas propriedades a casos de coordenação binária, o que não invalida a sua aplicabilidade aos casos de coordenação múltipla, e, quando estiverem em causa propriedades individuais das conjunções, ilustramo-las apenas com uma delas (*e*, *ou* ou *mas* – o leitor poderá verificar que o resultado é o mesmo para as outras). Nos exemplos que se seguem, os termos coordenados ocorrem entre parênteses retos.

(i) Numa estrutura composta, a conexão entre os dois termos coordenados é estabelecida por uma, e uma só, conjunção ou locução conjuncional:

(101) *[A editora reabriu] *e mas* [a sua oferta bibliográfica pouco se alterou].

A sequência seria gramatical com qualquer uma das conjunções isoladamente, mas não o é com ambas, qualquer que seja a ordem entre elas.

(ii) As conjunções coordenativas têm um lugar fixo na estrutura: introduzem os termos coordenados (no caso das conjunções simples, introduzem o segundo termo coordenado), mas não podem ocorrer em nenhuma outra posição, nomeadamente no interior ou no final dos termos coordenados (cf. (102)):

(102) a. [O porteiro abriu a porta] *e* [a Maria entrou em casa].
b. *[O porteiro abriu a porta] [a Maria *e* entrou em casa].
c. *[O porteiro abriu a porta] [a Maria entrou em casa *e*].

(iii) As conjunções coordenativas podem coordenar tanto orações como constituintes menores do que a oração, i.e., sintagmas de vários tipos e itens lexicais.

Este ponto já foi discutido e ilustrado em 35.1.2 e 35.1.3. Importa aqui realçar, no entanto, que esta é uma propriedade importante que distingue as conjunções coordenativas das subordinativas, que apenas combinam entre si orações, mas não constituintes de nível hierarquicamente inferior. Na realidade, as conjunções subordinativas têm uma distribuição extremamente restrita, neste aspeto; p.e., não podem estabelecer uma conexão entre uma predicação secundária selecionada

[80] Cf. Haspelmath (2004), Quirk et al. (1972, 1985), Ross (1967) e, para o português, Matos (2003b, 2006).

(i.e., uma estrutura predicativa selecionada que não é uma oração – cf. Caps. 11 e 30) e o verbo da oração subordinante que a seleciona, como se ilustra em (103b), a comparar com (103a) – em que a estrutura selecionada é uma oração – e com (103c), em que a predicação secundária selecionada se conecta diretamente com o verbo que a seleciona:

(103) a. A Maria considera que [o professor é incompetente].
b. *A Maria considera que [o professor incompetente].
c. A Maria considera [o professor incompetente].

(iv) Uma conjunção (ou locução conjuncional) subordinativa (sublinhada) pode seguir ou preceder imediatamente uma conjunção coordenativa, ou parte dela (em itálico), e vice-versa:

(104) a. Ele disse [que lera esse livro] *mas* [que o achara desinteressante].
b. [Ainda que *nem* a Maria *nem* o João tenham chegado], vamos começar a jantar.

Em (104a), o segundo termo coordenado é uma oração subordinada introduzida pela conjunção-complementador *que*; e, em (104b), o sujeito da oração subordinada adverbial introduzida pela locução conjuncional *ainda que* é um sintagma nominal composto articulado pela conjunção coordenativa correlativa *nem ... nem*.

(v) A conjunção e o segundo termo coordenado não podem ser antepostos no início da estrutura composta (assinala-se com um espaço em branco sublinhado em (105b) a posição normal da expressão anteposta):

(105) a. [Os alpinistas] e [*os xerpas*] estavam preparados para a subida.
b. *E [*os xerpas*] [os alpinistas] _ estavam preparados para a subida.

Esta propriedade permite distinguir as orações coordenadas das orações subordinadas completivas e de várias orações subordinadas adverbiais, como ilustrado em (106) e (107):

(106) a. Ninguém certamente lhes disse *que estavam proibidos de sair do quartel*.
b. *Que estavam proibidos de sair do quartel*, ninguém certamente lhes disse _.

(107) a. Eles desistiram *quando já estavam perto do cume da montanha*.
b. *Quando já estavam perto do cume da montanha*, eles desistiram _.

A conjunção seguida do segundo termo coordenado pode ocorrer na periferia direita da frase na coordenação parentética, como se viu em 35.2.4: cf. *o descuido esteve na origem dos incêndios florestais,* [*ou a ação criminosa*]. Recorde-se, no entanto, que o termo parentético introduz um comentário ou uma adenda sobre o primeiro termo coordenado e constitui um grupo entoacional autónomo, tipicamente separado por uma rutura melódica do resto da frase. Quando estas duas condições não são satisfeitas (ou seja, quando a coordenação é semântica e prosodicamente integrada), a ocorrência da conjunção no final da frase, seguida do segundo termo coordenado, é agramatical: cf., por exemplo, *[*os alpinistas*] _ *estavam preparados para a subida e* [*os xerpas*] (comparar com (105a)) ou **uma pessoa* [*humilde*] _ *salvou os meus filhos mas* [*valente*]; comparar com *uma pessoa* [*humilde*] *mas* [*valente*] *salvou os meus filhos*).

(vi) Contrariamente às conjunções subordinativas, as conjunções coordenativas não são sensíveis à natureza finita ou infinitiva das orações que introduzem (cf. Caps. 36 e 37):

(108) a. Ela disse [que *tinha* ficado em casa].
b. *Ela disse [que *ter* ficado em casa].

(109) a. Ela disse [ter ficado em casa].
b. *Ela disse [tinha ficado em casa].

Estes exemplos mostram que a natureza finita ou infinitiva de uma oração subordinada completiva tem um efeito na escolha da conjunção que a integra na oração principal; restringindo-nos a orações declarativas, se a oração subordinada for finita, a conjunção selecionada é *que* (cf. (108a)); este elemento, por sua vez, não pode introduzir orações infinitivas (cf. (108b)). Se a oração subordinada for infinitiva, tipicamente não ocorre nenhuma conjunção (cf. (109a)); inversamente, a ausência de conjunção com uma oração finita resulta (tipicamente) em agramaticalidade (cf. (109b))[81].

A sensibilidade das conjunções e das locuções conjuncionais subordinativas à natureza finita ou não finita das orações subordinadas verifica-se também na subordinação adverbial: certas conjunções só introduzem orações finitas, como *embora* (cf. (110a)), outras, orações infinitivas, como *apesar de* (cf. (110b)), e outras, de natureza preposicional, como *sem*, combinam-se com a conjunção *que* quando introduzem orações finitas, mas não quando introduzem orações infinitivas (cf. (111)):

(110) a. Embora a Maria *estivesse* cansada, decidiu sair. (vs. **embora a Maria estar cansada, ...*)
b. Apesar de a Maria *estar* cansada, decidiu sair. (vs. ??*apesar de que a Maria estivesse cansada, ...*)

(111) a. Sem que a Maria *soubesse*, comprámos-lhe um presente.
b. Sem a Maria *saber*, comprámos-lhe um presente.

As conjunções coordenativas, no entanto, são imunes a estas diferenças; por outras palavras, quando coordenam orações, estas tanto podem ser finitas como infinitivas, como se ilustra a seguir com a conjunção *mas*:

(112) a. O réu afirmou [que *tinha* ficado em casa de tarde], mas [que *tinha* saído à noite].
b. O réu afirmou [*ter* ficado em casa de tarde], mas [*ter* saído à noite].

35.4.2 Conectores que não são conjunções coordenativas

Tendo como pano de fundo estas propriedades, passamos a discutir alguns itens que, ainda que estabeleçam nexos semânticos semelhantes aos das conjunções coordenativas, não podem ser considerados como tal em virtude de não possuírem alguma ou algumas das propriedades formais discutidas na subsecção anterior.

[81] Existem casos não canónicos em que não ocorre uma conjunção em estruturas de subordinação finita (cf. Cap. 36) e outros em que uma oração infinitiva é introduzida por uma preposição com propriedades de conjunção (cf. Cap. 37).

35.4.2.1 *Porém, todavia, contudo* e *no entanto*

Estes conectores são por vezes classificados como conjunções coordenativas adversativas por exibirem um nexo contrastivo semelhante ao da conjunção *mas*[82], como se ilustra em (113):

(113) a. Os óculos estavam em cima da mesa; *porém,* ele não os viu.
b. Esse aluno tem grandes potencialidades; *todavia,* desperdiça-as.
c. Eles apreciam o campo; *contudo,* passam as férias na praia.
d. Ela está preocupada; *no entanto*, fez tudo o que devia.

No entanto, estes elementos não satisfazem algumas das propriedades apontadas na subsecção anterior. Em primeiro lugar, podem coocorrer com a conjunção *e* e com a conjunção *mas* (ver a propriedade (i) e a impossibilidade, p.e., de ***os óculos estavam em cima da mesa, e mas ele não os viu***); ainda que o resultado dessa combinação seja estilisticamente pouco feliz, não é agramatical, como se ilustra em (114) e (115):

(114) a. Os óculos estavam em cima da mesa e, *porém,* ele não os viu.
b. Esse aluno tem grandes potencialidades e, *todavia,* desperdiça-as.

(115) a. Eles apreciam o campo, mas, *contudo*, passam as férias na praia.
b. Ela está preocupada, mas, *no entanto*, fez tudo o que devia.

Em (114), é a conjunção copulativa *e* o elemento que articula os termos coordenados, funcionando *porém* e *todavia* como o elemento que estabelece o valor de contraste. Em (115), é a conjunção *mas* que estabelece o contraste adversativo, funcionando *contudo* e *no entanto* como elementos reforçadores desse valor.

Em segundo lugar, estes elementos podem ocorrer noutras posições que não a posição inicial do segundo termo oracional (ver a propriedade (ii)), como se ilustra a seguir:

(116) a. Os óculos estavam em cima da mesa; ele, *porém*, não os viu.
b. Esse aluno tem grandes potencialidades; desperdiça-as, *todavia*.
c. O Zé aprecia o campo; a Maria, *contudo*, prefere a praia.
d. Ela está preocupada; fez tudo o que devia, *no entanto*.

Concluímos, pois, que estes itens não são conjunções, embora possam ocorrer em estruturas de coordenação copulativas ou adversativas, como mostram claramente os exemplos de (114) e (115); nesse sentido, podem analisar-se os exemplos de (113) (tal como os de (116)) também como estruturas de coordenação, mas assindéticas (cf. 35.2.3), i.e., com a conjunção omitida.

Estes itens têm o comportamento típico dos adjuntos adverbiais periféricos (cf. Cap. 33): (i) podem ocorrer no início de uma oração (cf. (113)), entre o sujeito e o predicado (cf. (116a,c)) e no final de uma oração (cf. (116b,d)); (ii) formam, por si próprios, um domínio prosódico e entoacional, assinalado na escrita por vírgulas, com pausas possíveis de um lado e de outro. Para além disso, podem ocorrer noutros contextos, não apenas em estruturas de coordenação; assim, p.e., em (117), ocorrem numa frase simples integrada num contexto discursivo mais vasto:

[82] Cf. Said Ali (1923), Nunes de Figueiredo e Gomes Ferreira ([s.d.] 1987) e Cunha e Cintra (1984).

(117) A falta de condições é enorme; os médicos da AMI têm, {*porém/todavia/contudo/no entanto*}, feito um trabalho notável.

Em conclusão, *porém*, *todavia*, *contudo* e *no entanto* têm propriedades mais próximas das dos advérbios do que das das conjunções[83], embora sejam conectores com um valor de contraste no domínio da coordenação.

35.4.2.2 Conectores conclusivos

Alguns autores, incluindo Cunha e Cintra (1984), consideraram igualmente como conjunções coordenativas os conectores de valor conclusivo *assim*, *logo*, *pois, por conseguinte*, *por consequência, por isso* e *portanto*:

(118) a. O aviso foi feito atempadamente; *logo*, esperávamos que todos os condóminos comparecessem à reunião.
b. Os concorrentes ganharam um carro; estavam, *pois*, muito contentes.
c. Encomendámo-los há bastante tempo; {*portanto/por isso/por conseguinte/por consequência*}, os livros devem estar a chegar.
d. Os pais têm pouco tempo para os filhos; *assim*, as crianças não obtêm bons resultados.

Pelos motivos já discutidos relativamente a *porém*, etc., estes conectores não apresentam o comportamento característico das conjunções coordenativas, pelo que não devem ser incluídos nesta classe. Com efeito, (i) podem coocorrer com uma verdadeira conjunção coordenativa, como em (119a), (ii) formam um grupo melódico e entoacional autónomo (assinalado frequentemente por vírgulas) e (iii) podem ocupar posições variadas na oração, nomeadamente entre o sujeito e o predicado (cf. (119b)), depois do verbo (cf. (118b))[84] e no final da frase (cf. (119c,d)), ainda que esta possibilidade não esteja disponível para todos estes itens:

(119) a. Encomendámo-los há bastante tempo e, {*portanto/por isso/por conseguinte/por consequência*}, os livros devem estar a chegar.
b. Encomendámo-los há bastante tempo; os livros, {*portanto/por isso/por conseguinte/por consequência*}, devem estar a chegar.
c. Encomendámo-los há bastante tempo; os livros devem estar a chegar, {*portanto/por consequência*}.
d. Os pais têm pouco tempo para os filhos; as crianças não obtêm bons resultados, *assim*.

Embora ocorram em estruturas de coordenação, sindéticas (cf. (119a)) ou assindéticas (cf. (118) e os restantes exemplos de (119)), estes conectores devem, pois, ser caracterizados não como conjunções, mas sim como adjuntos adverbiais periféricos (cf. Cap. 33), quer de natureza adverbial (*logo*, *assim*, *portanto*), quer de natureza preposicional (*por isso*, *por conseguinte*, *por consequência*), emprestando um valor semântico conclusivo ao segundo termo da coordenação.

---

[83] *No entanto* é formalmente um sintagma preposicional, mas não é sentido como tal pelos falantes, devido a não reconhecerem que *entanto* seja um substantivo; pode-se classificar, portanto, como uma locução adverbial.

[84] Esta é, aliás, a única posição possível para *pois* conclusivo.

Sintetizando os resultados desta subsecção e da anterior, podemos concluir que o termo "conector" tem um âmbito mais vasto que o termo "conjunção". Alguns elementos adversativos ou conclusivos de natureza adverbial ou preposicional podem ser considerados conectores, na medida em que explicitam o valor da conexão entre os termos coordenados. Não são, porém, conjunções coordenativas visto que não são o elemento que determina a formação da estrutura coordenada. Deste modo, as estruturas de coordenação em que estes conectores usualmente figuram, quando não exibem uma conjunção explícita, devem ser caracterizadas como coordenações assindéticas (cf. Bechara 1999 e Matos 2003b).

35.4.2.3 Partículas de exclusão: *senão, exceto, salvo, menos* e *fora*

Como se concluiu acima, nem todas as palavras pertencentes a classes gramaticais com um sentido contrastivo e que funcionam como conectores são necessariamente conjunções. É esse igualmente o caso dos itens assinalados no título desta subsecção. Neste caso, o seu comportamento gramatical aproxima-os das preposições (cf. Cap. 32), ainda que não manifestem todas as propriedades que caracterizam os elementos mais típicos dessa classe. Apresentam-se em (120) alguns exemplos ilustrativos do seu uso[85]:

(120) a. Vi todos os alunos *exceto/fora o Pedro*.
b. O Pedro dançou com todas as raparigas *salvo com a Maria*.
c. Faço tudo *menos tomar banho de água fria*.
d. Ninguém *senão a Joana* é capaz de me fazer rir.

Estas frases podem ser analisadas em duas partes: (i) uma, que expressa uma proposição, chamemos-lhe "de referência" (p.e., em (120a), *vi todos os alunos*), a qual descreve uma situação na qual participam os membros de um conjunto universalmente quantificado, representado por um sintagma nominal ou um pronome que contém ou incorpora um quantificador com valor universal (em (120a), *todos os alunos*); (ii) outra, constituída por uma expressão introduzida por um dos itens em análise, a qual representa uma entidade (individual ou grupal) – ou uma situação (cf. (120c)) – que é excluída desse conjunto e apresentada como uma exceção, ou seja, como o único membro que não satisfaz a proposição de referência e que, de certo modo, a invalida (estritamente, torna-a falsa). Em (120a), essa entidade é o Pedro, introduzido pela expressão *exceto/fora o Pedro*. Do ponto de vista semântico, podemos, assim, classificar *senão*, *exceto*, *salvo*, *menos* e *fora* como **partículas de exclusão**.

Ou seja, a combinação das duas partes (i) e (ii) permite inferir uma nova proposição, semelhante à proposição de referência, mas com valor contrário (negativo se a proposição de referência for afirmativa e vice-versa), e em que a expressão quantificacional é substituída pela expressão introduzida pela partícula de exclusão, mantendo a mesma função gramatical e o mesmo papel temático: em (120a), a proposição 'eu não vi o Pedro'.

[85] Cf., entre outros, Cap. 32 e Herculano de Carvalho (1980). O item *fora* nesta função caiu em desuso para muitos falantes.

Comentando brevemente os restantes exemplos, em (120b), a Maria é retirada do conjunto das raparigas com quem o Pedro dançou e apresentada como a única entidade com quem o Pedro não dançou, i.e., que invalida a proposição 'o Pedro dançou com todas as raparigas'. Em (120c), o conjunto relevante é o das atividades empreendidas pelo falante, expresso pelo pronome quantificacional *tudo* – que aqui denota atividades –, sendo a atividade de tomar banho de água fria a única que é retirada do conjunto dessas atividades; ou seja, infere-se que o falante não faz isso – em que "isso" é 'tomar banho de água fria'.

A partícula *senão* difere das outras por ter de ser legitimada por uma palavra negativa, que pode ser um dos pronomes indefinidos *nada*, *nenhum*, *ninguém*, *nunca* (cf. Cap. 14) ou o advérbio negativo *não* (cf., por exemplo, *eu não saio senão de noite*). Em (120d), o conjunto relevante é introduzido pelo pronome indefinido *ninguém*, que exprime negação de um quantificador existencial sobre seres humanos (cf. Cap. 14); assim, a oração que exprime a proposição de referência de (120d), *ninguém é capaz de me fazer rir*, significa algo como 'não existe um indivíduo *x* tal que *x* seja capaz de me fazer rir'. Logicamente, esta articulação entre o operador de negação e o quantificador existencial é equivalente a uma estrutura com um quantificador universal (sobre seres humanos) que tem escopo sobre um operador de negação oracional, o que torna a proposição acima equivalente a 'para todo o indivíduo *x*, *x* não é capaz de me fazer rir'. De novo, o constituinte introduzido por *senão* exclui a Joana desse conjunto quantificado universalmente, ou seja, a Joana é apresentada como a única entidade que invalida a proposição. Neste caso, como a proposição é de valor negativo ('*x* não é capaz de me fazer rir'), tem-se a inferência positiva de que a Joana é a única pessoa capaz de fazer rir o falante.

Quando *senão* é legitimado apenas por *não*, fica implícito um conjunto cujos membros são ontologicamente do mesmo tipo da entidade designada pela expressão introduzida por essa partícula; na frase *eu não saio senão de noite*, a descrição desse conjunto é, assim, algo como 'todos os momentos (ou intervalos temporais) possíveis', podendo a frase ser parafraseada como 'para todos os momentos (ou intervalos) possíveis *x*, eu não saio em *x*, a menos que *x* = de noite'[86].

Dependendo da natureza ontológica do conjunto de referência, o constituinte introduzido pelas partículas de exclusão pode ser um sintagma nominal ou preposicional, quando os membros do conjunto são entidades (p.e., indivíduos, como em (120a,b)), uma oração infinitiva, quando os membros são situações (como em (120c)), ou um advérbio, quando os membros são lugares (cf. *eu não fico senão aqui*), intervalos temporais (cf. *eu não saio senão amanhã*) ou entidades de natureza mais abstrata como um modo de atuar (cf. *eu não faço isso senão assim*).

Para além do seu sentido contrastivo, a razão pela qual as partículas de exclusão têm sido consideradas conjunções prende-se com o facto de ligarem tipicamente dois constituintes – nomeadamente o constituinte que denota o conjunto universal e o constituinte introduzido pela partícula – que são paralelos do ponto

[86] Esta frase é equivalente a *eu não saio nunca senão de noite*, em que o conjunto relevante é representado pela palavra negativa *nunca*, que, de modo semelhante a *ninguém*, exprime negação de um quantificador existencial sobre tempos ou momentos. Neste caso, a proposição relevante é 'não existe um tempo *x* tal que eu saio em *x*', equivalente a 'para todo o tempo *x*, eu não saio em *x*'. Do mesmo modo que na frase do texto, a noite é apresentada como o tempo que invalida a proposição.

de vista funcional e semântico, e, nalguns casos, do ponto de vista estrutural, tal como acontece entre os termos de uma estrutura coordenada (cf. 35.1.6). Assim, p.e., em (120a), *todos os alunos* é um sintagma nominal com a função de complemento direto da frase que exprime a proposição de referência, tal como *o Pedro* é um sintagma nominal com a função de complemento direto da frase que exprime a proposição inferida 'eu não vi o Pedro'; e ambas as expressões têm o mesmo papel temático de estímulo, atribuído por *ver* (cf. Cap. 11). De modo semelhante, em (120b), os dois constituintes ligados são ambos sintagmas preposicionais com a função de adjuntos adverbiais comitativos, nas frases que exprimem, respetivamente, a proposição de referência e a proposição inferida.

As partículas de exclusão, no entanto, apresentam outras propriedades sintáticas que as diferenciam das conjunções coordenativas e as aproximam mais das preposições.

Em primeiro lugar, contrariamente às conjunções coordenativas, as partículas de exclusão não podem ligar orações completas (ver a propriedade (iii) de 35.4.1): cf. a impossibilidade, face a (120b), de ***o Pedro dançou com todas as raparigas salvo o Pedro dançou com a Maria* (comparar com *o Pedro dançou com todas as raparigas mas não com a Maria*, cujo conteúdo proposicional pode ser expresso, em alternativa, por *o Pedro dançou com todas as raparigas mas o Pedro não dançou com a Maria*), ou a impossibilidade, face a (120d), de ***ninguém é capaz de me fazer rir senão a Joana é capaz de me fazer rir*.

Em segundo lugar, a partícula de exclusão e o sintagma ou oração infinitiva que a seguem formam claramente um constituinte único que se relaciona hipotaticamente com o constituinte (sintagma ou pronome) quantificado universalmente. Assim, tal como uma oração subordinada introduzida por uma conjunção subordinativa, o constituinte introduzido pela partícula de exclusão pode ocorrer anteposto na posição inicial da frase (ver a propriedade (v)): cf. *exceto o Pedro, vi todos os alunos*; ou *salvo com a Maria, o Pedro dançou com todas as raparigas*[87]. Para além disso, o grupo em questão pode ocorrer no final da frase sem as características entoacionais próprias de um termo parentético, como, p.e., em *ninguém é capaz de me fazer rir senão a Joana* (comparar com (120d)).

Em terceiro lugar, as partículas de exclusão são seletivas (cf. a propriedade (vi)): podem introduzir orações infinitivas mas não finitas: cf. ***faço tudo menos tomo banho de água fria* (comparar com (120c)). Ora, como se viu acima, as conjunções coordenativas não são sensíveis a estas distinções (cf. (112) e a discussão sobre esse paradigma).

Em quarto lugar, determinadas conexões estabelecidas por estas partículas, como a de (120c), não são possíveis com as conjunções coordenativas: cf. a não gramaticalidade de ***faço tudo* {*e/ou/mas*} *tomar banho de água fria*. Para além disso, a partícula *senão*, quando é legitimada pelo advérbio negativo *não*, não precisa de estabelecer qualquer conexão explícita com um constituinte anterior, como na

[87] Para alguns falantes, as expressões introduzidas por *menos* e *senão* não podem ser antepostas: cf. ?*menos tomar banho de água fria, faço tudo* e ??*senão a Joana, ninguém é capaz de me fazer rir*. A marginalidade do segundo exemplo deve-se ao facto de a partícula *senão* ter de ocorrer à direita de uma palavra negativa (como *ninguém*), que a legitima gramaticalmente.

frase *a Maria não trabalha senão assim*; em contrapartida, tal é impossível com uma verdadeira conjunção coordenativa (cf. **a Maria não trabalha* {*e/ou/mas*} *assim*).

Consideramos, pois, que as partículas de exclusão não são conjunções, mas sim elementos com características próximas das das preposições, nomeadamente por apresentarem a distribuição típica destes elementos: podem introduzir sintagmas nominais, como em (120a) (cf. *o João comprou um presente para* [*a Maria*]), orações infinitivas, como em (120c) (cf. *o João pediu para* [*sair do quartel*]) e mesmo outros sintagmas preposicionais, como em (120b) (cf. *ela escolheu uma de* [$_{SP}$ *entre as muitas revistas que estavam no expositor*]).

As partículas de exclusão não são, no entanto, preposições típicas, já que, quando regem um pronome pessoal, este não é oblíquo, como acontece com as preposições típicas, mas sim nominativo: cf. *ninguém* [*exceto/senão tu*] *é capaz de me fazer rir* vs. **ninguém* [*senão ti*] *é capaz de me fazer rir*; comparar com *comprei este livro* [*para ti*] vs. **comprei este livro* [*para tu*] (cf. Cap. 32).

35.4.2.4 Orações explicativas e causais não integradas

Entre as orações que veiculam um conteúdo semântico adverbial de natureza explicativa ou causal (cf. Cap. 38), destaca-se um subconjunto, introduzido pelos conectores *pois*, *porque*, *que* e *porquanto*, o qual tem suscitado discussão quanto à sua classificação como estruturas de subordinação ou de coordenação[88]. Trata-se de estruturas não completamente integradas prosódica e entoacionalmente na frase de que fazem parte, lembrando, nesse aspeto, as estruturas parentéticas que ocorrem na periferia direita de uma frase (cf. 35.2.4). Em (121), colocam-se as orações em questão entre parênteses[89]:

(121) a. As inundações foram devastadoras, [*pois* durante uma semana choveu torrencialmente].
b. A criança é prematura, [*pois* nasceu com sete meses de gestação].
c. Deves estar cansada, [*que* tens trabalhado muito]!
d. A água gelou, [*que* a temperatura desceu a zero graus centígrados].
e. A criança está magoada, [*porque* está a chorar]!
f. O desemprego não para de aumentar, [*porquanto* as medidas tomadas contra a crise são insuficientes].

Em contrapartida, as orações causais integradas (como, p.e., *a criança está a chorar* [*porque se magoou*]) não formam um grupo prosódica e entoacionalmente distinto do resto da frase (logo, contrariamente aos casos de (121), estas orações não são graficamente assinaladas por vírgulas).

---

[88] Esta questão é igualmente abordada nos Caps. 34 e 38. Adotam a primeira posição Bechara (1999), Neves (1999), Dias ([1918] 1970) e Matos (2003b, 2006); adotam a segunda posição Cunha e Cintra (1984) e Said Ali (1931). Said Ali (1931:273), p.e., afirma que quando uma oração iniciada com *porque* constitui um comentário «à parte» e é precedida de pausa, deve ser caracterizada como coordenativa; porém, quando tal não acontece e a união entre as orações articuladas é mais «íntima», é subordinativa.

[89] Sobre as propriedades semânticas e pragmáticas das orações causais e explicativas, cf. Cap. 38. Semanticamente, as orações não integradas têm tipicamente um valor explicativo (cf. (121a,c,e,f)), embora possam também manifestar um valor causal (cf. (121b,d)). Para muitos falantes, a conjunção *porquanto* caiu em desuso.

Esta diferença manifesta-se também semanticamente; assim, numa oração causal integrada, o advérbio negativo *não* na oração principal pode ter escopo (ou seja, incidir) apenas sobre a oração subordinada, como se ilustra em (122):

(122) A criança não fugiu [porque o cão ladrou] (fugiu porque viu uma cobra).

Na interpretação deste exemplo (forçada pela continuação entre parênteses), não se nega que a criança tenha fugido; antes pelo contrário, assere-se que fugiu, e o que se nega é que isso tenha sido devido ao facto de o cão ladrar.

Compare-se agora esta situação com aquela que se obtém com uma oração explicativa não integrada (o que se assinala graficamente através da vírgula separando-a do resto da frase):

(123) A criança não fugiu, [{porque/pois/que} o cão está preso].

Neste caso, o advérbio *não* apenas tem como escopo a oração cujo núcleo é o verbo *fugir*, não a oração introduzida por *porque*, *pois* ou *que*. Ou seja, neste caso nega-se que a criança tenha fugido, e explica-se esse comportamento pelo facto de o cão estar preso.

Teoricamente, esta restrição sobre o escopo de *não*, i.e., a impossibilidade de negar a oração iniciada por *porque/pois/que*, deve-se precisamente à não integração das duas orações, fazendo da primeira uma unidade estanque fora da qual a negação não pode operar (cf. Lobo 2002b, 2003).

De modo semelhante, uma oração não integrada (iniciada por *pois* ou *que*, conectores que apenas ocorrem neste tipo de orações)[90] não pode constituir resposta a uma oração interrogativa em que se questiona uma causa ou se pede uma explicação, como se ilustra a seguir:

(124) A – Qual a razão para afirmares que as inundações foram devastadoras?
B – *Pois/Que durante uma semana choveu torrencialmente.

As orações causais e explicativas não integradas manifestam algumas propriedades que são típicas das orações subordinadas.

Em primeiro lugar, tal como as conjunções subordinativas, os conectores que introduzem orações causais e explicativas não integradas são sensíveis à natureza finita ou infinitiva dessas orações (ver a propriedade (vi)). Em particular, só são compatíveis com orações finitas, como se ilustra a seguir:

(125) a. Ele disse que assinara o cheque, {*pois*/*porque*/*porquanto*} <u>tinha</u> sido pressionado a fazê-lo.
b. *Ele disse que assinara o cheque, {*pois*/*porque*/*porquanto*} <u>ter</u> sido pressionado a fazê-lo.

Em segundo lugar, contrariamente ao verbo do segundo termo oracional numa estrutura de coordenação (cf. (126a)), o verbo destas orações não pode ser elidido (cf. (126b)), tal como o verbo de uma oração subordinada adverbial (cf. (126c)). A elipse é assinalada por uma rasura no verbo:

[90] Não usamos *porque* neste exemplo, visto que este conector pode ocorrer quer em orações não integradas quer em orações integradas.

(126) a. A Maria assina esse jornal *e* o Paulo ~~assina~~ aquela revista.
b. *Eles compraram uma carrinha para poder visitar os filhos, {*pois*/*porque*/*que*} estes ~~compraram~~ uma casa longe da cidade.
c. *Os filhos leem livros de banda desenhada *enquanto* os pais ~~leem~~ o jornal.

No entanto, as orações causais e explicativas não integradas exibem igualmente propriedades que as aproximam das estruturas coordenadas[91]: assim, p.e., o conector e a oração por ele introduzida não podem ser antepostos no início da frase, como se ilustra nos exemplos (127), que correspondem a (121a,c), respetivamente (cf. a propriedade (v) da secção 35.4.1):

(127) a. *[*Pois* durante uma semana choveu torrencialmente], as inundações foram devastadoras _.
b. *[*Que* tens trabalhado muito], deves estar cansada _!

O conector *pois* manifesta ainda outra propriedade que o aproxima das conjunções coordenativas: não pode coocorrer com *e* (ver a propriedade (i)), como se ilustra em (128):

(128) *Comeste pudim, *pois* tens a cara lambuzada *e pois* tens caramelo nos dedos.

No entanto, esta restrição não se aplica nem a *porque* nem a *que*, como se ilustra em (129) (ainda que a combinação resultante possa não ser estilisticamente perfeita, é certamente mais aceitável que a de *pois* e *e* em (128)):

(129) a. Vamos para a mesa, *que* tenho fome *e que* quero descansar!
b. Eles já entraram em casa, *porque* a porta da rua bateu *e porque* eu os ouvi falar.

Em suma, as orações adverbiais explicativas e causais não integradas, embora tenham alguns pontos em comum com estruturas de subordinação, apresentam propriedades que nos levam a classificá-las, juntamente com a coordenação, na grande classe das construções paratáticas – em particular, são instâncias de estruturas paratáticas chamadas "suplementação" (cf. Cap. 34.2.3.2.2).

35.4.2.5 Coordenação adversativa e subordinação concessiva

Como vimos em 35.3.3, a coordenação adversativa veicula um valor de contraste, opondo frequentemente uma expectativa criada pelo primeiro termo coordenado à situação explicitada no segundo; ora, um valor semântico e pragmático semelhante é também veiculado por frases contendo orações subordinadas adverbiais de valor concessivo[92], como se ilustra no seguinte par:

(130) a. O Luís adora o autor desse livro, *mas não o comprou*. [oração coordenada adversativa]
b. O Luís não comprou o livro, {*embora/ainda que*} *adore o seu autor*. [oração subordinada adverbial concessiva]

[91] Cf. Lobo (2001b, 2003) e Brito (2003b).
[92] Cf. Cap. 38 e também Lopes (1997) e Prada (2002).

Em (130a), o primeiro termo coordenado permite inferir a expectativa de que o Luís vai comprar o livro, expectativa que é contrariada pelo segundo termo coordenado; em (130b), é a oração concessiva que permite inferir a expectativa da compra do livro, contrariada pela asserção da oração principal.

Com base nesta semelhança, alguns gramáticos propuseram tratar a coordenação adversativa como um caso de ligação assimétrica, exprimindo uma relação de antecedente-consequente, mais típica da hipotaxe do que da parataxe[93].

Numa perspetiva sintática, no entanto, os critérios apresentados em 35.4.1 mostram que as estruturas adversativas conectadas por *mas* são coordenadas e não subordinadas[94]. Dessas propriedades, destacamos duas.

Em primeiro lugar, contrariamente às conjunções de valor concessivo *embora* e *ainda que*, a conjunção adversativa *mas* pode articular sintagmas e não apenas orações (cf. a propriedade (iii)), como se ilustra em (131) e (132):

(131) a. [Poucos alunos] *mas* [muitos professores] consultam esse dicionário.
b. *[Poucos alunos] {*embora*/*ainda que*} [muitos professores] consultam esse dicionário.

(132) a. Ele não é [esperto], *mas* [inteligente].
b. *Ele não é [esperto], {*embora*/*ainda que*} [inteligente].

Em segundo lugar, contrariamente às conjunções de valor concessivo, a conjunção *mas* não é sensível à natureza finita ou infinitiva das orações que liga, como se ilustra em (133) e (134):

(133) a. Ele lamentou que a Ana saísse *mas* que as crianças ficassem em casa sozinhas.
b. Ele lamentou a Ana sair *mas* as crianças ficarem em casa sozinhas.

(134) a. A Ana quis ir ao cinema, {*embora/ainda que*} as crianças ficassem/*ficarem sozinhas em casa.
b. A Ana quis ir ao cinema, *apesar de* as crianças ficarem/*ficassem sozinhas em casa.

Concluímos, pois, que, apesar de veicularem um valor semântico semelhante, as estruturas ligadas por *mas* são coordenadas; ou seja, *mas* é uma conjunção coordenativa, ao passo que as estruturas ligadas por *embora*, *ainda que* e *apesar de* são subordinadas, ou seja, estes itens são conjunções (ou locuções conjuncionais) subordinativas.

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

PF – *Português Fundamental*, entrevista 1055.

Público.

[93] Cf. Flamenco García (1999) e Lobo (2003).

[94] Cf. Peres (1997), Varela (2000) e Prada (2001).

36 SUBORDINAÇÃO ARGUMENTAL FINITA 1821
36.1 Caracterização geral das orações subordinadas completivas finitas 1821
36.1.1 Caracterização funcional das orações subordinadas completivas 1824
36.1.2 Caracterização formal das orações subordinadas completivas 1827
36.1.2.1 Orações subordinadas completivas finitas e infinitivas 1827
36.1.2.2 Estrutura interna das orações completivas finitas 1830
36.2 Subordinação argumental finita e tipo gramatical 1832
36.2.1 Orações subordinadas declarativas 1833
36.2.2 Orações subordinadas interrogativas 1834
36.2.3 Orações subordinadas exclamativas 1837
36.2.4 Elementos responsáveis pela escolha do tipo gramatical 1838
36.3 Subordinação argumental finita e modo 1840
36.4 Implicação e pressuposição na subordinação argumental finita; os predicadores factivos 1845
36.4.1 Implicação 1845
36.4.2 Pressuposição 1846
36.5 Orações completivas de sujeito 1848
36.5.1 Caracterização geral 1848
36.5.2 Orações completivas de sujeito selecionadas por um verbo 1849
36.5.2.1 Orações completivas de sujeito em estruturas intransitivas 1849
36.5.2.2 Orações completivas de sujeito em estruturas transitivas 1854
36.5.2.3 Orações completivas de sujeito com locuções verbais 1856
36.5.3 Orações completivas de sujeito selecionadas por adjetivos, nomes e advérbios 1857
36.6 Orações completivas com a função de complemento selecionadas por verbos: completivas de objeto e completivas oblíquas 1858
36.6.1 Orações completivas de objeto 1859
36.6.1.1 Subclasses de verbos que selecionam orações completivas de objeto 1859
36.6.1.2 Supressão e reduplicação do complementador 1868
36.6.2 Orações completivas oblíquas 1869
36.7 Orações completivas com função de complemento selecionadas por adjetivos e por nomes 1873
36.7.1 Caracterização geral 1873
36.7.2 Orações completivas selecionadas por um adjetivo 1875

36.7.3 Orações completivas selecionadas por um nome 1877
36.7.3.1 Caracterização geral 1877
36.7.3.2 Orações completivas e orações especificativas 1879
36.7.3.2.1 Caracterização geral dos dois tipos de orações 1879
36.7.3.2.2 Propriedades distintivas adicionais das orações completivas e das orações especificativas 1882
36.7.3.2.3 Três classes de nomes 1885
36.8 Posição das orações completivas relativamente aos restantes elementos da oração 1886
36.9 Variação no uso da preposição *de*: "queísmo" e "dequeísmo" 1888
36.9.1 Queísmo 1889
36.9.1.1 Caracterização geral 1889
36.9.1.2 A preposição *de* em complementos de verbos 1891
36.9.1.3 A preposição *de* em complementos de nomes 1895
36.9.2 Dequeísmo 1896
Fontes das abonações 1897

36 SUBORDINAÇÃO ARGUMENTAL FINITA

Este capítulo é dedicado ao estudo das orações subordinadas cujo verbo se encontra num tempo finito – e por isso chamadas subordinadas **finitas** – que funcionam como argumentos, ou seja, que estão subordinadas a um dado predicador (cf. Cap. 11), seja ele um verbo, um nome ou um adjetivo. Uma vez que complementam o sentido do predicador que as seleciona, estas orações têm sido chamadas **completivas** na nossa tradição gramatical mais recente, uma designação que se adota aqui, a par da designação **orações argumentais**[1].

Num primeiro momento, proceder-se-á à caracterização geral da subordinação argumental finita (cf. 36.1) e à descrição das relações entre a subordinação argumental finita e o tipo de oração (cf. 36.2), o modo verbal (cf. 36.3) e a factividade (cf. 36.4). Seguir-se-á o estudo sistemático das orações completivas com a função de sujeito (cf. 36.5), das orações completivas de objeto e oblíquas selecionadas por um verbo (cf. 36.6) e das orações completivas com a função de complemento selecionadas por um adjetivo e por um nome (cf. 36.7). O capítulo concluirá com uma breve descrição dos fatores que determinam a posição ocupada pelas orações subordinadas argumentais (cf. 36.8) e um exame da variação observada no uso da preposição *de* como introdutora de orações subordinadas oblíquas, ou seja, dos fenómenos conhecidos como **queísmo** e **dequeísmo** na tradição gramatical (cf. 36.9).

36.1 Caracterização geral das orações subordinadas completivas finitas

As orações subordinadas argumentais são aquelas que satisfazem as propriedades de seleção de um dado predicador, ou seja, que funcionam como argumentos desse predicador (cf. Cap. 11). Considerem-se os seguintes exemplos[2], com as orações subordinadas assinaladas pelos parênteses retos e o predicador que as seleciona destacado a itálico[3]:

---

[1] Cunha e Cintra (1984) designam as orações subordinadas argumentais de "subordinadas substantivas" e as gramáticas escolares de "subordinadas integrantes".

[2] A preposição *de* não se coloca em itálico nos exemplos, visto que não faz parte do predicador, sendo meramente um elo de ligação entre este e a oração (cf. a discussão no final desta secção e também o Cap. 32). Antecipando a discussão na secção 36.9, colocamos a preposição entre parênteses curvos, refletindo a variação que existe entre os falantes quanto à opcionalidade ou obrigatoriedade da sua presença.

[3] O predicador (verbal, adjetival ou nominal) que seleciona uma oração subordinada encontra-se na oração que a subordina imediatamente, tecnicamente a **oração subordinante**. Em praticamente todos os

(1) a. O atleta *disse* [que não estava nas melhores condições de saúde].
b. Todos *lutámos por* [que a proposta fosse aprovada].
c. [Que os exames sejam adiados] não nos *convém* absolutamente nada.

(2) a. Tenho *medo* (de) [que ele se esqueça dos comprimidos].
b. É um *disparate* [que proíbam essas coisas].

(3) a. O Pedro está *convencido* (de) [que a sua equipa ganha o jogo].
b. É *evidente* [que o carro não pega sem gasolina].

No exemplo (1a), a oração subordinada é selecionada pelo verbo da oração principal, *dizer*, sendo seu argumento interno, e desempenha a função de complemento direto. No exemplo (1b), a oração subordinada é selecionada como complemento pelo **predicador complexo** formado pelo verbo *lutar* e pela preposição *por* regida pelo verbo (cf. Cap. 32). Nestes casos, o complemento é introduzido (i.e., regido) por uma preposição, e dizemos que é um complemento oblíquo, mais concretamente, um complemento oblíquo preposicionado (cf. Caps. 11 e 28). No exemplo (1c), a oração subordinada também é selecionada pelo verbo nuclear da oração subordinante, neste caso o verbo *convir*, mas agora é o seu argumento externo, desempenhando a função sintática de sujeito.

Nos exemplos (2a) e (2b), a oração subordinada é selecionada, respetivamente, pelos substantivos *medo* e *disparate*. Em (2a) a oração é um complemento e em (2b) é sujeito. No exemplo (3a), a oração subordinada é selecionada como complemento do adjetivo *convencido*, e em (3b), como sujeito do adjetivo *evidente*. Repare-se desde já que, quando a oração é complemento de um nome (cf. (2a)) e de um adjetivo (cf. (3a)) é, pelo menos opcionalmente, regida pela preposição *de* (voltamos a esta questão na secção 36.7).

Vemos, assim, que as orações subordinadas podem ser selecionadas por verbos (cf. (1)), por nomes (cf. (2)) e por adjetivos (cf. (3)), quer com a função de complemento (cf. (1a,b), (2a), (3a)), quer com a função de sujeito (cf. (1c), (2b), (3b)).

Para além dos verbos, nomes e adjetivos, também as preposições e os advérbios podem selecionar orações com a função de complemento[4]. Assim, nos exemplos de (4) abaixo, a preposição em itálico toma como complemento a oração assinalada entre parênteses retos; nos exemplos de (5), o elemento que seleciona a oração completiva como complemento é um advérbio:

---

exemplos que apresentamos neste capítulo, no entanto, a oração subordinante é a oração mais abrangente da estrutura frásica, ou seja, é também a **oração principal**. Daí que, neste capítulo (e também no capítulo seguinte, sobre a subordinação infinitiva), se use quer o termo "oração subordinante" quer o termo "oração principal" para designar a oração que contém o predicador que seleciona uma oração subordinada. Existem casos, evidentemente, em que a oração subordinante de uma determinada oração subordinada não corresponde à oração principal, como em *o professor disse que os alunos pediram* [*que o teste fosse adiado*]: neste caso, a oração subordinante da oração *que o teste fosse adiado* é a oração intermédia, cujo núcleo é a forma verbal *pediram*, e não a oração principal, cujo núcleo é a forma verbal *disse*. Sobre a articulação de orações em estruturas de subordinação, cf. Cap. 11.1.2.1.

[4] São poucos os advérbios que selecionam orações completivas com a função de sujeito, contando-se entre eles *mal* e *bem* (cf., por exemplo, *está mal* [*que ela entre sem avisar*]; cf. 36.5.3). Em contrapartida, não existem casos em que uma oração completiva com a função de sujeito seja selecionada por uma preposição.

❖ O núcleo que seleciona a oração subordinada é uma preposição

(4) a. Não saio daqui *sem* [que me digam as notas].
b. Estou com vontade de comer *desde* [que cheguei].
c. O homem abriu a porta *para* [que a mulher passasse].

❖ O núcleo que seleciona a oração subordinada é um advérbio

(5) a. *Antes* [que os convidados chegassem], dei de comer ao cão.
b. *Logo* [que tenha a resposta], telefono-te.
c. *Ainda* [que falasse vários idiomas], não passaria no exame.

Focando a nossa atenção nos exemplos de (4) e (5), há que salientar que, apesar de a oração finita iniciada por *que* ser complemento da preposição ou do advérbio, a unidade resultante da combinação destes núcleos com a oração funciona como um adjunto adverbial (cf. Caps. 33 e 38) e não como um argumento. Assim, as sequências *antes que os convidados chegassem* em (5a), *logo que tenha a resposta* em (5b) e *ainda que falasse vários idiomas* em (5c) são sintagmas adverbiais que funcionam como adjuntos adverbiais: os dois primeiros têm um valor de localização temporal (cf. (5a,b)) e o último, um valor concessivo (cf. (5c)). Nos exemplos (4a-c), os sintagmas preposicionais *sem que me digam as notas*, *desde que cheguei* e *para que a mulher passasse* são também adjuntos, assumindo, respetivamente, um valor de circunstância negativa, de duração temporal e de finalidade.

Estes casos distinguem-se claramente daqueles em que a preposição é ela própria regida, como sucede no exemplo (1b), *todos lutámos por* [*que a proposta fosse aprovada*]. Contrariamente aos exemplos de (4), em (1b) a oração completiva é selecionada por um predicador verbal complexo (*lutar por*), isto é, por um verbo em combinação com uma preposição, a qual, por sua vez, rege a oração. Trata-se, portanto, de uma oração completiva oblíqua.

Em (6) apresentam-se mais exemplos em que o complemento oracional é selecionado por um predicador complexo formado por verbo + preposição, dentro do qual o verbo rege a preposição e esta, por sua vez, rege a oração completiva:

(6) a. Eles *empenharam-se em* [que a casa fosse alugada logo].
b. O sindicato *opôs-se a* [que a legislação fosse revista].
c. Todos *ansiamos por* [que o orçamento seja aprovado].

Para além dos verbos, também os nomes e os adjetivos regem preposições particulares quando selecionam complementos. Nos exemplos seguintes, temos, respetivamente, orações subordinadas complemento de um nome (cf. (7)) e de um adjetivo (cf. (8)):

(7) a. Tenho todo o *empenho em* [que a casa seja alugada].
b. Não compreendo a sua *oposição a* [que se adie o exame].

(8) a. Todos estamos *interessados em* [que a casa seja alugada].
b. Estou *ansiosa por* [que tudo se resolva rapidamente].

Nos exemplos de (4), pelo contrário, a preposição não é regida pelo verbo da oração principal, não formando, assim, com este um predicador complexo; ou seja, a preposição é o único elemento responsável pela seleção da oração completiva.

Uma vez que, quando a oração completiva é selecionada como complemento por um advérbio ou preposição, a estrutura resultante é tipicamente um adjunto adverbial, a tradição gramatical opta por integrar o estudo deste tipo de orações na rubrica da subordinação adverbial. Seguindo essa tradição, não nos debruçaremos aqui sobre as orações completivas que são complemento de advérbios e de preposições, as quais serão examinadas em detalhe no Cap. 38, dedicado à subordinação adverbial.

Regressando agora aos casos em que a oração com a função de complemento de um verbo, nome ou adjetivo é regida de preposição, convém distinguir dois tipos de construções (cf. Cap. 32):

(i) Estruturas em que a preposição tem um valor semântico e é ela própria selecionada pelo verbo, nome ou adjetivo com o qual se combina, para formar um predicador complexo que seleciona a oração completiva. Nestes casos, a escolha da preposição varia consoante o item lexical que a seleciona (cf. (1b), (6), (7) e (8)).

(ii) Estruturas em que a preposição é vazia de significado e serve apenas de elo de ligação entre um núcleo e o seu complemento; nestes contextos de pura gramaticalização, é usada a preposição *de*, sendo que a sua presença não é obrigatória quando o complemento é uma oração finita (voltamos a esta questão em 36.6.2 e em 36.9); estes casos ilustram-se em (9):

(9) a. Ela *gostou* muito (de) [que a fossem visitar].
b. Tenho *medo* (de) [que ele se esqueça dos comprimidos].
c. O Pedro está *convencido* (de) [que a sua equipa ganha o jogo].

36.1.1 Caracterização funcional das orações subordinadas completivas

De uma forma geral, as orações subordinadas argumentais podem ser substituídas por argumentos de natureza nominal, sendo, por essa razão, também designadas **substantivas** na tradição gramatical. Com efeito, podemos substituir cada uma das orações assinaladas em (1)-(3), aqui repetidas nos exemplos (a) de (10)-(16), por uma expressão nominal (cf. os exemplos (b) de (10)-(16)):

(10) a. O atleta *disse* [que não estava nas melhores condições de saúde].
b. O atleta *disse* [a verdade].

(11) a. Todos *lutámos por* [que a proposta fosse aprovada].
b. Todos *lutámos pel*[a aprovação da proposta] (*pela* = *por a*)

(12) a. [Que os exames sejam adiados] não nos *convém* absolutamente nada.
b. [O adiamento dos exames] não nos *convém* absolutamente nada.

(13) a. Tenho *medo* (de) [que ele se esqueça dos comprimidos].
b. Tenho *medo* d[essa possibilidade].

(14) a. É um *disparate* [que proíbam essas coisas].
b. [A proibição] é um *disparate*.

(15) a. O Pedro está *convencido* (de) [que a sua equipa ganha o jogo].
b. O Pedro está *convencido* d[a vitória da sua equipa].

(16) a. É *evidente* [que o carro não pega sem gasolina].
b. [Isso] é *evidente*.

Nestes paradigmas, tanto as expressões nominais dos exemplos (b) como as orações correspondentes dos exemplos (a) são argumentos dos predicadores em itálico, isto é, são por eles selecionadas. As orações subordinadas argumentais desempenham, assim, as funções sintáticas típicas dos argumentos de natureza nominal, nomeadamente sujeito (cf. (12), (14) e (16)), complemento direto (cf. (10)) e complemento oblíquo regido de preposição (cf. (11), (13) e (15)). Consoante a função sintática que desempenham, as orações subordinadas são designadas **completivas de sujeito**, **de objeto** e **oblíquas**.

[1] A única função sintática aparentemente não atestada em orações é a de complemento indireto. Considere-se o seguinte paradigma:

(i) a. O João dá muita importância ao trabalho.
b. O João dá-lhe muita importância. (*lhe = ao trabalho*)

(ii) a. O João dá muita importância a que a família se reúna no Natal.
b. *O João dá-lhe muita importância. (*lhe = a que a família se reúna no Natal*)

O exemplo (ib) ilustra o facto de um pronome na forma dativa poder substituir uma expressão nominal com um referente que é uma entidade não animada (no caso, o sintagma *ao trabalho*). Porém, o mesmo pronome não pode substituir uma oração (cf. (iib)). Uma vez que o teste utilizado para identificar a função sintática de complemento indireto é a substituição por um pronome na forma dativa (cf. Cap. 28), tomamos estes dados como indicativos de que as orações não podem desempenhar a função de complemento indireto.

❖ Diferenças entre os argumentos oracionais e os argumentos nominais

Apesar de as orações subordinadas argumentais (cf. os exemplos (a) de (10)-(16)) desempenharem, *grosso modo*, as mesmas funções sintáticas dos argumentos de natureza nominal (cf. os exemplos (b) de (10)-(16)), há diferenças a assinalar entre os dois tipos de argumento.

Em primeiro lugar, as orações nem sempre ocupam a mesma posição das expressões nominais com função sintática equivalente. Considere-se, a título de exemplo, a função de sujeito. Em português, os sujeitos nominais ocorrem tipicamente em posição pré-verbal. Contudo, quando o sujeito é uma oração, a posição pós-verbal é muitas vezes a colocação preferencial. Assim, quando consideramos os pares de exemplos que se seguem, verificamos que as frases em que a oração completiva ocupa a posição pós-verbal (cf. os exemplos (a) de (17)-(19)) são mais neutras e mais naturais do que aquelas em que a oração precede o verbo (cf. os exemplos (b) de (17)-(19))[5]:

(17) a. Agrada-me [que esta semana não haja aulas].
b. ?[Que esta semana não haja aulas] agrada-me.

[5] Apesar de os exemplos (b) de (17)-(19) serem formalmente semelhantes ao exemplo (1c) da secção 36.1, são bastante menos naturais. Esta diferença deve-se à extensão do predicado: em (1c), o predicado é mais longo e complexo do que nos exemplos aqui ilustrados (para uma discussão mais detalhada deste fenómeno, cf. 36.5.2).

(18) a. É possível [que chova amanhã].
b. ??[Que chova amanhã] é possível.

(19) a. Constava [que o orçamento já tinha sido aprovado].
b. ??[Que o orçamento já tinha sido aprovado] constava.

Apesar de o padrão observado neste paradigma não ser aquele que corresponde à noção prototípica de sujeito, a verdade é que a oração completiva é, em todos estes exemplos, o sujeito gramatical. Com efeito, ela pode ser substituída por um sintagma nominal, como nos exemplos (b) de (12), (14) e (16), ou por um pronome – o demonstrativo invariável *isto*, *isso* ou *aquilo*, como em (20) (correspondente a (17)-(19)), em ambos os casos determinando a concordância verbal na 3.ª pessoa do singular:

(20) a. *Isto* agrada-me. (*isto* = *que esta semana não haja aulas*)
b. *Isso* é possível. (*isso* = *que chova amanhã*)
c. *Aquilo* constava. (*aquilo* = *que o orçamento já tinha sido aprovado*)

Nos exemplos de (20), o pronome ocorre naturalmente em posição pré-verbal, tal como é típico de um sujeito. O facto de as orações de (17)-(19) poderem ser substituídas por um pronome com a função de sujeito constitui prova de que desempenham realmente essa função nestes exemplos. Assumindo que um sujeito oracional é especificado com os traços de terceira pessoa e de singular (cf. Cap. 46), explicamos assim a concordância de terceira pessoa do singular no verbo da oração subordinante nos exemplos (17)-(19) – respetivamente *agrada*, *é* e *constava* (recorde-se que o que caracteriza os sujeitos gramaticais é o facto de controlarem a concordância verbal).

Em síntese, não obstante a oração ser sujeito nos exemplos de (17)-(19), a sua posição preferencial é a seguir ao predicado. Este é um dos aspetos que distinguem os argumentos oracionais dos argumentos de natureza nominal, fenómeno que será examinado em detalhe nas secções 36.5 e 36.8.

Uma outra área em que é visível a divergência entre os argumentos nominais e os argumentos oracionais é a regência preposicional. Quando consideramos as orações completivas exemplificadas em (9b) e (9c), aqui repetidas em (21a) e (22a), respetivamente, verificamos que os complementos oracionais finitos se distinguem dos complementos nominais (cf. os exemplos (b) e (c) de (21) e (22)) pelo facto de não exigirem a presença da preposição:

(21) a. Tenho medo (*de*) que ele se esqueça dos comprimidos.
b. Tenho medo *d*essa possibilidade.
c. *Tenho medo essa possibilidade.

(22) a. O Pedro está convencido (*de*) que a sua equipa ganha o jogo.
b. O Pedro está convencido *d*a vitória da sua equipa.
c. *O Pedro está convencido a vitória da sua equipa.

Nos exemplos (a), a preposição *de* pode não ocorrer, embora a sua presença seja obrigatória quando o complemento do nome ou do adjetivo é nominal, como se vê pela não gramaticalidade dos exemplos (c) face aos exemplos (b). Este fenómeno

afeta sobretudo a preposição *de*, que não tem qualquer valor semântico e se encontra completamente gramaticalizada (cf. Cap. 32), mas estende-se também a outras preposições. Assim, a par do exemplo (6c), aqui repetido em (23a), temos (23b); quando o complemento é uma expressão nominal, contudo, a alternativa sem preposição não é uma opção (cf. (24b)). Esta questão será retomada em 36.8 (cf. também o Cap. 32).

(23) a. Todos ansiamos *por* [que o orçamento seja aprovado].
b. Todos ansiamos [que o orçamento seja aprovado].

(24) a. Todos ansiamos {*pe*la aprovação do orçamento/*por* isso}.
b. *Todos ansiamos {a aprovação do orçamento/isso}.

36.1.2 Caracterização formal das orações subordinadas completivas

36.1.2.1 Orações subordinadas completivas finitas e infinitivas

No que respeita à sua forma, as orações subordinadas argumentais podem ser finitas ou não finitas. Nas primeiras, o verbo ocorre no modo indicativo (cf. (25a)) ou no modo conjuntivo (cf. (25b)) e apresenta marcas morfológicas de concordância com o sujeito. Nas segundas, o verbo está no infinitivo (cf. (26)). Na maior parte das línguas do mundo, o infinitivo não apresenta marcas morfológicas de concordância, ou seja, é **não flexionado** (cf. (26a)). O português, no entanto, é uma das poucas línguas em que o infinitivo pode apresentar marcas morfológicas de concordância com o sujeito. Nesse caso, estamos em presença do **infinitivo flexionado** (cf. (26b)):

❖ Orações subordinadas argumentais finitas

(25) a. O treinador afirmou [que o atleta não *estava* nas melhores condições de saúde].
b. O treinador não afirmou [que o atleta *estivesse* nas melhores condições de saúde].

❖ Orações subordinadas argumentais infinitivas

(26) a. Os atletas garantiram [*estar* nas melhores condições de saúde].
b. O treinador garantiu [*estar<u>em</u>* os atletas nas melhores condições de saúde].

Do ponto de vista formal, um dos aspetos que distinguem as orações infinitivas das orações finitas é a presença de um elemento introdutor da oração finita (o morfema *que*, nos exemplos de (25)). Aos itens que introduzem as orações subordinadas finitas argumentais, tradicionalmente designados **conjunções integrantes**, dá a linguística moderna o nome de **complementadores** (por vezes também chamados, nesta Gramática, **conjunções-complementadores**). As orações infinitivas não são geralmente introduzidas por um complementador (cf. Cap. 37).

A realização do sujeito é outro dos aspetos que distingue as orações infinitivas das orações finitas. Nas orações infinitivas sem flexão de concordância, o sujeito não pode geralmente ser expresso (compare-se (26a) com a impossibilidade de **o treinador garantiu* [*os atletas estar nas melhores condições de saúde*], com

um verbo não flexionado na oração infinitiva)[6]. No entanto, o sujeito, embora não seja expresso, é frequentemente interpretado como sendo correferente com um argumento da oração principal (é essa a interpretação de (26a), ou seja, quem está nas melhores condições de saúde são os atletas, os mesmos que garantem). Esta restrição não se aplica nos casos em que a forma infinitiva é flexionada, como se verifica em (26b), em que o sujeito da oração subordinada (o sintagma nominal *os atletas*) é distinto do sujeito da oração principal (o sintagma nominal *o treinador*).

Em certos casos, a opção por uma forma finita ou não finita tem consequências na interpretação do sujeito da oração subordinada: no exemplo (27a), o sujeito implícito da oração completiva infinitiva é obrigatoriamente interpretado como correferente com o sujeito da oração principal; o sujeito da oração subordinada finita, por outro lado, tem forçosamente de ser interpretado como não correferente com o da principal. Assim, a frase (27b) não pode significar 'eu quero que seja eu a falar com o Pedro' e pode apenas ser interpretada como 'eu quero que seja {ele/ela/você} a falar com o Pedro':

(27) a. Eu quero [falar com o Pedro].
b. Eu quero [que fale com o Pedro].

Este efeito não se verifica com todos os verbos que selecionam orações completivas finitas e será examinado em 36.6.1. Quanto à interpretação do sujeito implícito das orações infinitivas sem flexão de concordância, ver os Caps. 37 e 43.

Quando comparadas com as orações subordinadas infinitivas, as orações finitas têm uma distribuição mais restrita. Regra geral, se um dado predicador seleciona uma oração completiva finita, admite também uma oração infinitiva. Comparem-se os paradigmas (1)-(3) com o paradigma que se segue:

(28) a. O atleta disse [não estar nas melhores condições de saúde].
b. [Os exames serem adiados] não nos convém absolutamente nada.
c. Todos lutámos por [aprovar a proposta].
d. Tenho medo de [ele se esquecer dos comprimidos].
e. O Pedro está convencido de [a sua equipa ganhar o jogo].

Contudo, o inverso não é verdadeiro. Há verbos que não se combinam com orações de tempo finito, embora possam combinar-se com orações infinitivas, como se ilustra a seguir:

(29) a. Eles ousaram [responder-lhe].
b. *Eles ousaram [que lhe respondessem/responderam].

(30) a. [Estar a trabalhar à noite] impede-me de uma convivência normal com os meus filhos.
b. *[Que esteja/estou a trabalhar à noite] impede-me de uma convivência normal com os meus filhos.

[6] O exemplo **o treinador garantiu* [*estar os atletas nas melhores condições de saúde*], com o sujeito da oração subordinada em posição pós-verbal, é igualmente impossível.

(31) a. [Ter muito tempo livre] permite ao Carlos viagens frequentes.
b. *[Que (ele) tem/tenha muito tempo livre] permite ao Carlos viagens frequentes.

Há contextos em que o emprego de uma oração infinitiva é inteiramente equivalente ao de uma oração finita. É o caso dos exemplos que se seguem (note-se que, em todos estes casos, a forma infinitiva é flexionada):

(32) a. Lamento [as crianças estarem cansadas].
b. Lamento [que as crianças estejam cansadas].

(33) a. É pena [não terem aparecido].
b. É pena [que não tenham aparecido].

Porém, os dois tipos de argumento oracional podem diferir quanto aos valores modais que veiculam. Comparem-se os seguintes exemplos:

(34) a. É possível [irmos de férias mais cedo].
b. É possível [que vamos de férias mais cedo].

O exemplo (34a) tem duas interpretações: pode asserir (i) que estão reunidas as condições para irmos para férias mais cedo, i.e., que as circunstâncias externas o permitem, ou (ii) que não é de excluir a hipótese de a ida para férias ser mais cedo. Na primeira interpretação, exprime-se um valor modal de possibilidade externa aos participantes, ao passo que na segunda é veiculada uma atitude epistémica, i.e., relacionada com o grau de crença, por parte do falante, na veracidade da proposição complemento (sobre estes valores modais, cf. Cap. 18). O exemplo (34b), por outro lado, possui apenas a segunda leitura. Assim, neste contexto, a opção por uma oração finita tem consequências ao nível do tipo de atitude expressa pelo falante (cf. também, sobre esta questão, o Cap. 19).

De uma forma geral, as orações completivas finitas designam objetos de atitude mental e envolvem frequentemente um estado psicológico do plano da cognição, por oposição aos planos da sensação e da perceção puras. Comparem-se os seguintes exemplos, em que a oração completiva é selecionada por um verbo de perceção, o verbo *ver*:

(35) a. O aluno viu [o professor (a) corrigir os testes].
b. O aluno viu [que o professor corrigiu os testes].

Para que a asserção de (35a) (quer na versão com a preposição *a*, quer na versão sem a preposição) seja verdadeira, é necessário que o aluno percecione diretamente a correção dos testes por parte do professor. Contudo, quando o complemento oracional é de tempo finito, não é necessária a perceção direta, dado que, para que a asserção seja verdadeira, basta a inferência, por parte do aluno, de que o professor corrigiu os testes (cf. Akmajian 1977): assim, por exemplo, o aluno pode concluir que os testes foram corrigidos por ter ouvido algum comentário que o professor tenha feito ou por ter visto as notas afixadas.

Esta observação permite concluir que as orações completivas de tempo finito designam objetos de atitude mental, desempenhando o sujeito da oração subordinante um papel interpretativo da situação descrita na subordinada, papel que vai para além do mero registo da realidade.

36.1.2.2 Estrutura interna das orações completivas finitas

Vimos na subsecção anterior que um dos aspetos que caracterizam a subordinação argumental finita e a distingue da subordinação argumental infinitiva é a presença de um elemento introdutor da oração finita, designado **complementador** (ou **conjunção-complementador**). Os itens *que*, *se* e *como* são complementadores.

O primeiro é usado para introduzir orações subordinadas finitas do tipo declarativo como (36a); o segundo introduz orações subordinadas interrogativas como (36b); e o terceiro introduz orações subordinadas exclamativas como (36c) (sobre a distinção entre tipos de orações, ver a secção 36.2 e também o Cap. 48)[7]:

(36) a. Disseram-me [$_{Or}$ *que* o atleta estava em condições de jogar].
b. Perguntaram-me [$_{Or}$ *se* o atleta estava em condições de jogar].
c. É incrível [$_{Or}$ *como* ela se está sempre a esquecer de tudo].

Quando consideramos a estrutura interna das orações subordinadas de (36), verificamos que elas se subdividem claramente em dois constituintes: o complementador, por um lado, e o resto da oração, por outro. Esquematicamente, temos a seguinte estrutura:

(37) a. Disseram-me [$_{Or}$ *que* [o atleta estava em condições de jogar]].
b. Perguntaram-me [$_{Or}$ *se* [o atleta estava em condições de jogar]].
c. É incrível [$_{Or}$ *como* [ela se está sempre a esquecer de tudo]].

Esta estrutura mais articulada baseia-se em dois tipos de evidência. Em primeiro lugar, o constituinte oracional mais interno, sem o complementador, pode ser retomado anaforicamente por um dos advérbios *sim* ou *não*. Considere-se o enunciado (38A) e as respetivas réplicas em (38B1,2):

(38) A – O atleta estava em condições de jogar?
B1 – Parece que *não*. (= *parece que <u>não</u> estava em condições de jogar*)
B2 – Acho que *sim*. (= *acho que estava em condições de jogar*)

Nestes exemplos, o advérbio substitui apenas a porção da oração que corresponde ao conteúdo proposicional; o complementador, isto é, o elemento que assinala a subordinação, não é afetado. Isto significa que a porção da oração que corresponde ao conteúdo proposicional forma um constituinte que não contém o complementador, sem prejuízo de os dois formarem um novo constituinte hierarquicamente superior, como se assinala através da parentetização dos exemplos de (37).

Em segundo lugar, o constituinte oracional, sem o complementador, pode ser coordenado com outro constituinte equivalente (assinalados a itálico nos exemplos):

(39) a. Disseram-me que [*o atleta estava em condições de jogar* e *o treino tinha corrido bem*].

---

[7] Importa não confundir a conjunção-complementador *como* dos exemplos (c) de (36) e de (37) com o advérbio interrogativo homónimo que ocorre em *perguntaram-me* [*<u>como</u> é que o atleta se estava a comportar*]. Neste exemplo, *como* é um advérbio de modo (interrogativo) selecionado pelo verbo *comportar-se* (cf. *o atleta estava a comportar-se <u>bem</u>/<u>mal</u>*). No caso dos exemplos (c) que se apresentam acima, *como* é um mero introdutor da oração subordinada e não desempenha qualquer função sintática nessa oração.

b. Perguntaram-me se [*o atleta estava em condições de jogar* e *o treino tinha corrido bem*].
c. É incrível como [*ela se está sempre a esquecer de tudo* e *tem tão boa memória para os nomes das pessoas*].

Uma vez que as expressões que podem ser coordenadas são necessariamente constituintes, conclui-se que a oração subordinada se articula em dois constituintes: o complementador, por um lado, e a parte oracional propriamente dita, por outro.

A oração subordinada no seu todo (incluindo o complementador), por sua vez, comporta-se também como uma unidade relativamente à coordenação (cf. (40)) e, no caso das orações subordinadas declarativas, à retoma anafórica (cf. Cap. 41); ou seja, estas orações podem ser retomadas anaforicamente por meio de formas pronominais, os demonstrativos neutros *isto*, *isso* ou *aquilo*, ou o pronome átono *o* (cf. (41)):

(40) a. Disseram-me [*que o atleta estava em condições de jogar* e *que o treino tinha corrido bem*].
b. Perguntaram-me [*se o atleta estava em condições de jogar* e *se o treino tinha corrido bem*].
c. É incrível [*como ela se está sempre a esquecer de tudo* e *como tem tão boa memória para os nomes das pessoas*].

(41) a. Eu penso [que o Pedro está doente] e *isso/isto* preocupa-me.
b. Ele disse-me [que o Pedro tinha sido preso] e repetiu *aquilo* depois.
c. Ele disse-me [que o Pedro tinha sido preso] e repetiu-*o* várias vezes.

O complementador *que* ocorre frequentemente em combinação com advérbios e preposições em orações adverbiais. É o caso dos exemplos de (42) e (43) (ver também os exemplos (4) e (5)):

❖ Combinação com advérbios

(42) a. [*Logo* que eles apareçam] vamos embora.
b. [*Antes* que o verão termine], vamos fazer nova edição do festival.

❖ Combinação com preposições

(43) a. Anda a fazer isso [*sem* que lhe tenham dado autorização].
b. A mãe abriu a janela [*para* que a criança apanhasse ar].

Neste caso, a gramática tradicional considera que toda a sequência iniciada pelo advérbio ou pela preposição é uma oração subordinada adverbial introduzida por uma "locução conjuncional", isto é, uma expressão formada pela preposição ou pelo advérbio, seguidos de *que*: *logo que*, *antes que*, *sem que* e *para que*.

Porém, uma observação mais atenta destes constituintes oracionais revela que estamos frequentemente (embora nem sempre – cf. o Apêndice do Cap. 33) face a núcleos adverbiais ou preposicionais que se combinam com uma oração introduzida pelo complementador *que*. Nesse caso, a preposição ou o advérbio não formam uma unidade com o complementador *que*, uma vez que este está integrado

na oração que funciona como complemento do núcleo preposicional ou adverbial, como se indica a seguir:

(44) a. *Logo* [$_{Or}$ que eles apareçam] vamos embora.
b. *Antes* [$_{Or}$ que o verão termine], vamos fazer nova edição do festival.

(45) a. Anda a fazer isso *sem* [$_{Or}$ que lhe terem dado autorização].
b. A mãe abriu a janela *para* [$_{Or}$ que a criança apanhasse ar].

Para uma análise mais detalhada do estatuto das locuções conjuncionais, cf. Caps. 11 e 33.

36.2 Subordinação argumental finita e tipo gramatical

À semelhança do que sucede com as frases completas, simples ou complexas, as orações subordinadas argumentais podem ser de tipos gramaticais diferentes (cf. Cap. 48). Considerem-se os seguintes exemplos:

❖ Tipo declarativo

(46) a. Eles vêm aí. [frase simples]
b. Dizem [que eles vêm aí]. [oração subordinada]

❖ Tipo interrogativo

(47) a. Onde foi o João? [frase simples]
b. Perguntaram-me [onde foi o João]. [oração subordinada]

❖ Tipo exclamativo

(48) a. Que bem que ela canta! [frase simples]
b. Todos sabem [como ela canta bem]. [oração subordinada]

As orações subordinadas em (46b), (47b) e (48b) têm propriedades formais e semânticas que as distinguem entre si e as aproximam das frases (simples) que lhes correspondem em (46a), (47a) e (48a), respetivamente. Esta é a razão pela qual consideramos que não são só as frases completas que se classificam em "tipos", mas também as orações subordinadas. A única exceção é o tipo imperativo, que não é atestado em contextos de subordinação (cf. Cap. 48).

Apesar de as orações subordinadas pertencerem a tipos gramaticais diferentes, distinguem-se das frases pelo facto de não estarem associadas a uma dada força ilocutória (sobre estas questões, cf. Caps. 11 e 48).

Uma frase do tipo declarativo como (46a) é caracteristicamente usada para fazer uma asserção (i.e., para asserir). Dito de outro modo, tem tipicamente a *força* de uma asserção. Uma frase interrogativa como (47a) é tipicamente usada para fazer uma pergunta, e uma frase exclamativa como (48a) é usada para fazer uma exclamação. Os termos "asserção", "pergunta" e "exclamação" aplicam-se a enunciados, i.e., às produções concretas de um ato de fala, num momento e num espaço determinados (cf. Caps. 11 e 48). Ora, dado que as orações subordinadas (contrariamente às frases completas) não podem formar por si sós um enunciado, não estão nunca associadas a uma força ilocutória, ou seja, não constituem asserções, perguntas ou exclamações.

Em síntese, uma vez que o conceito de 'tipo' se aplica a orações e a frases com determinadas propriedades formais, as orações subordinadas também estão integradas em tipos gramaticais diferentes, embora se distingam das frases por não possuírem força ilocutória. A seguir, fazemos uma breve apresentação dos três tipos gramaticais atestados em orações completivas: o tipo declarativo, o tipo interrogativo e o tipo exclamativo (cf. também o Cap. 48).

36.2.1 Orações subordinadas declarativas

Afirmámos acima que uma frase do tipo declarativo é caracteristicamente usada para fazer uma asserção (cf. (46a)) e notámos que as orações subordinadas não possuem força ilocutória, apesar de pertencerem a tipos gramaticais diferentes. Esta diferença fundamental entre as orações subordinadas e as frases deteta-se bem quando consideramos a distinção entre discurso direto e discurso relatado:

(49) a. A Maria disse: – Eles vêm aí.
b. A Maria disse que eles vêm aí.

Enquanto (49a) é usada para *mencionar* a asserção feita pela Maria, (49b) *relata* simplesmente *o conteúdo* dessa asserção, mas não a menciona diretamente. Com efeito, para que a elocução de (49a) seja verdadeira, é necessário que a Maria tenha usado exatamente as palavras *eles vêm aí*. No caso de (49b), porém, a situação é diferente. Para que a elocução de (49b) seja verdadeira, basta que a oração subordinada reproduza o *conteúdo* da asserção da Maria. De facto, a Maria pode ter usado palavras diferentes, como, p.e., *eles estão a chegar*, ou mesmo uma língua diferente.

Chama-se **proposição** ao que é expresso por uma frase do tipo declarativo (cf. Cap. 11). Dito por outras palavras, uma proposição é uma entidade do plano semântico por meio da qual se descreve uma situação, e que pode ter um valor de verdade, i.e., ser verdadeira ou falsa numa dada circunstância. Com efeito, como vimos acima, uma forma de retomar anaforicamente uma proposição é mediante o emprego de um dos advérbios *sim* ou *não*:

(50) A – Eles vêm aí.
B – Parece que *não*./Parece que *sim*.

Convém salientar que uma mesma frase proferida por pessoas diferentes em tempos diferentes pode ter significados diversos e, como tal, exprimir diferentes proposições. Por exemplo, a frase *eu sou uma mulher* proferida por uma pessoa do sexo feminino chamada Maria exprime a proposição verdadeira 'Maria é uma mulher'; se for enunciada por uma pessoa do sexo masculino chamada Pedro, exprime a proposição falsa 'Pedro é uma mulher'.

Inversamente, duas frases diferentes podem exprimir uma mesma proposição: a frase *hoje é sábado* proferida num sábado exprime a mesma proposição que a frase *ontem foi sábado* quando proferida num domingo[8]. Sobre estas questões, cf. Cap. 11.1.5.

Regressando ao exemplo (49b), acabámos de ver que, para que a proposição expressa por esta frase seja verdadeira, basta que a oração subordinada reproduza

[8] Exemplos adaptados de Allwood, Andersson e Dahl (1977:21).

o conteúdo da asserção da Maria. Isto significa que as orações subordinadas declarativas denotam proposições. Dizemos que, tipicamente, uma frase do tipo declarativo é usada para *asserir* uma proposição (porque as frases possuem força ilocutória) e que as orações subordinadas do tipo declarativo são usadas para *falar* de proposições, quer descrevendo atos de fala, como em (49b), quer estabelecendo relações lógicas, como em (51a), quer exprimindo atitudes de diverso tipo perante a proposição expressa na oração subordinada, como em (51b-d):

(51) a. Esse depoimento implica [que o réu está a mentir].
b. Acontece [que as flores gostam de sol].
c. Os católicos acreditam [que há vida para além da morte].
d. Temo [que me retirem o décimo terceiro mês].

O tipo de atitude expressa depende do significado do predicador que seleciona a oração subordinada. Assim, o verbo *acontecer* (cf. (51b)) exprime uma atitude de conhecimento, por parte do enunciador; *acreditar* veicula uma atitude de crença, por parte do sujeito gramatical, na veracidade da proposição complemento (cf. (51c)) e o verbo *temer* veicula uma atitude avaliativa, subjetiva (cf. (51d); note-se que, neste exemplo, o sujeito gramatical da oração principal e o enunciador coincidem). Os verbos, nomes e adjetivos que descrevem estados mentais que envolvem uma relação entre uma dada entidade e uma proposição são designados **predicadores de atitude proposicional**[9]. Exemplos paradigmáticos de atitudes proposicionais são as crenças, os desejos, os pensamentos, os juízos, as memórias, os receios, as esperanças, etc.

Convém salientar, porém, que há verbos que selecionam orações completivas e não são de atitude proposicional, como é o caso de *implicar* (cf. (51a)).

36.2.2 Orações subordinadas interrogativas

De uma forma geral, as orações interrogativas, quer sejam subordinadas quer não, caracterizam-se por serem informacionalmente incompletas. Quando consideramos o exemplo (47a), *onde foi o João?*, e a oração subordinada correspondente em (47b), verificamos que nos dois casos se exprime desconhecimento acerca do valor específico de um dos constituintes, nomeadamente o complemento locativo do verbo *ir*. Neste sentido, ambas exprimem a mesma interrogação, uma vez que definem o mesmo conjunto de respostas possíveis.

Contudo, apenas a frase (47a) pode ser usada para fazer uma pergunta, pois, como vimos, as orações subordinadas não possuem força ilocutória[10]. Por outras palavras, distingue-se aqui entre a categoria semântica **interrogação**, que exprime desconhecimento sobre o valor de um conjunto de alternativas possíveis (i.e., as possíveis respostas) e a categoria pragmática **pergunta** (cf. Cap. 48). Tanto as frases interrogativas (cf. (47a)) como as orações subordinadas interrogativas (cf. (47b)) veiculam uma interrogação, mas apenas as primeiras são tipicamente usadas para fazer uma pergunta.

[9] Termo cunhado por Bertrand Russell (1918).
[10] Com efeito, a única forma de a oração subordinada de (47b) poder ser usada para fazer uma pergunta é ocorrer subordinada ao verbo *perguntar* usado na primeira pessoa: *pergunto onde foi o João* (cf. Cap. 48).

Esta diferença entre estruturas interrogativas subordinadas e não subordinadas está codificada nos termos **oração interrogativa direta** e **oração interrogativa indireta**: mais precisamente, as orações subordinadas interrogativas são frequentemente denominadas "interrogativas indiretas" e as não subordinadas, "interrogativas diretas". Convém salientar, porém, que as chamadas interrogativas indiretas não são usadas apenas para relatar perguntas; assim, vejam-se os exemplos de (52), que contêm ambos uma oração subordinada interrogativa, embora não constituam relatos de perguntas:

(52) a. O Ricardo sabe [quem ganhou o jogo].
b. A Maria já decidiu [se vem].

❖ Subtipos de oração subordinada interrogativa

No Cap. 48, distinguem-se dois tipos de orações interrogativas, as chamadas interrogativas **globais** ou **sim/não** (cf. (53)) e as interrogativas **parciais** ou ***qu-*** (cf. (54))[11].

⁘ Interrogativa global

(53) a. Não sei [*se* o orçamento foi aprovado].
b. Ele anda a averiguar [*se* o orçamento já foi aprovado].

⁘ Interrogativa parcial

(54) a. Ando a averiguar [*quem* é o responsável por este orçamento].
b. Não me disseram [*que documentos* eles aprovaram na reunião].
c. Não sei [*a quantas lojas* eles foram].
d. Perguntaram-me [*quando* seria aprovado o orçamento].
e. Não sei [*a casa de quem* a Maria foi ontem].

As orações interrogativas indiretas ilustradas em (53) são chamadas "interrogativas globais" ou "sim/não" porque exprimem desconhecimento acerca do valor de verdade da proposição subjacente, ou seja, se esta é verdadeira ou falsa. Deste modo, admitem apenas duas respostas possíveis, em alternativa, uma afirmativa e outra negativa: em (53a), por exemplo, está em causa a questão de saber se é verdadeiro ou falso que o orçamento tenha sido aprovado, definindo-se um conjunto fechado de duas respostas possíveis, que correspondem a esses valores de verdade: 'o orçamento foi aprovado' vs. 'o orçamento não foi aprovado'.

Do ponto de vista sintático, as orações interrogativas indiretas globais diferem das orações subordinadas declarativas apenas na escolha do complementador: nas primeiras, o complementador é a forma *se* (cf. (53)); nas segundas, é a forma *que* (cf. (51)).

As orações interrogativas subordinadas parciais (também designadas interrogativas *qu-*) distinguem-se das globais quer no seu significado quer na sua estrutura sintática. Contrariamente às interrogativas subordinadas globais, que são introduzidas pelo complementador *se*, as orações interrogativas subordinadas

[11] Aqui, estamos interessados na distinção quando se manifesta em orações subordinadas. A distinção aplica-se também, evidentemente, às frases interrogativas (ou seja, às interrogativas diretas): cf., respetivamente, *o orçamento já foi aprovado?* e *quem é o responsável por este orçamento?* (cf. Cap. 48).

parciais caracterizam-se pelo facto de serem introduzidas não por um complementador, mas antes por um sintagma que contém obrigatoriamente uma palavra interrogativa, frequentemente designada **palavra *qu-*** em virtude da sua forma. Esta pode ser um pronome (cf. (54a,e)), um determinante (cf. (54b)), um quantificador (cf. (54c)) ou um advérbio (cf. (54d)).

Ao constituinte sintático que contém a palavra interrogativa damos o nome de **constituinte interrogativo** ou **constituinte *qu-***. Por vezes, a palavra *qu-* é o único membro de tal constituinte (cf. (54a) e (54d)) (nos exemplos acima, sublinhou-se a palavra interrogativa e colocou-se em itálico o constituinte interrogativo). Em (54a,b), o constituinte interrogativo é um sintagma nominal com a função de sujeito e de complemento direto, respetivamente, na oração subordinada; em (54c) e (54e), o constituinte interrogativo é um sintagma preposicional com a função de complemento oblíquo; em (54d), o advérbio *qu-* temporal é um adjunto na oração subordinada. Estruturalmente, o constituinte interrogativo de (54e) é complexo, sendo o pronome interrogativo um modificador possessivo do substantivo *casa* (cf. Cap. 27).

Semanticamente, as orações interrogativas parciais exprimem proposições incompletas, na medida em que questionam o valor específico de um dos seus termos, que corresponde, na estrutura sintática, precisamente à palavra *qu-* contida no constituinte interrogativo que inicia a oração subordinada.

Neste ponto, as orações interrogativas parciais distinguem-se das globais: nestas, como vimos, exprimem-se proposições completas e a interrogação incide sobre o seu valor de verdade. Em contrapartida, uma oração interrogativa parcial define um conjunto aberto de respostas, nomeadamente as que incluem todos os valores possíveis (num determinado contexto situacional e discursivo) do termo assinalado pela palavra *qu-*. Assim, p.e., a oração interrogativa parcial de (54e) define o conjunto aberto das respostas que incluem todas as possibilidades relativas à identidade da pessoa que é o dono da casa onde foi a Maria: 'a Maria foi casa *do Pedro*', 'a Maria foi a casa *do Paulo*', 'a Maria foi a casa *do meu vizinho*', 'a Maria foi a casa *da sogra da Joana*', etc.

Formalmente, há dois aspetos que distinguem as orações subordinadas interrogativas parciais das não subordinadas:

(i) Nas interrogativas parciais não subordinadas, a anteposição do sintagma interrogativo não é obrigatória: este pode ocorrer numa posição interna à oração (cf. (55b,d), a par de (55a,c)); nas orações subordinadas, o sintagma interrogativo ocorre obrigatoriamente no início da oração (cf. a não gramaticalidade de (56b,d)):

(55) a. *Com quem* falou o João?
b. O João falou *com quem*?
c. *A que horas* chegou o correio?
d. O correio chegou *a que horas*?

(56) a. Não sei *com quem* falou o João.
b. *Não sei o João falou *com quem*.
c. Ando a averiguar *a que horas* chegou o correio.
d. *Ando a averiguar o correio chegou *a que horas*.

(ii) As interrogativas parciais não subordinadas exigem a inversão do sujeito na maior parte dos casos (cf. a não gramaticalidade de (57b,d)); nas interrogativas subordinadas, a inversão do sujeito pode ocorrer (cf. (58a,c)), mas não é obrigatória (cf. (58b,d)):

(57) a. O que comprou *o João*?
b. *O que *o João* comprou?
c. Quando chega *o correio*?
d. *Quando *o correio* chega?

(58) a. Não sei o que comprou *o João*.
b. Não sei o que *o João* comprou.
c. Ando a averiguar quando chega *o correio*.
d. Ando a averiguar quando *o correio* chega.

36.2.3 As orações subordinadas exclamativas

As orações subordinadas exclamativas são introduzidas por um constituinte sintático que contém uma palavra exclamativa (também uma palavra *qu-)*. Nos exemplos abaixo, assinalamos a itálico o constituinte que introduz a oração subordinada exclamativa, designado **constituinte exclamativo**, e sublinhamos a palavra *qu-* (o pronome *quem* em (59a,d), o advérbio *quão* em (59b), o quantificador *quantas* em (59c) e o advérbio *onde* em (59e)):

(59) a. É incrível [*quem* a foi cumprimentar].
b. Eles disseram-me [*quão complicado* é o problema].
c. Surpreende-me [*quantas casas* ele tem].
d. Todos sabemos bem [*com quem* ela se foi meter].
e. É fantástico [*onde* ele foi comprar o computador].

Como se pode verificar nos exemplos (59a) e (59e), a palavra exclamativa é, por vezes, o único membro do constituinte exclamativo.

Nestes exemplos, a palavra exclamativa assinala o termo que constitui o foco da exclamação, que pode ser um argumento (o sujeito em (59a), um complemento oblíquo em (59d)), um quantificador adverbial em (59b), um quantificador adjetival em (59c) ou um adjunto adverbial locativo em (59e)). Estas orações são **exclamativas parciais**: o foco da exclamação é um termo da oração e não a proposição no seu todo. Nos exemplos que se seguem, porém, é a oração subordinada no seu todo (mais precisamente, a proposição por ela expressa) que constitui o foco da exclamação:

(60) a. É incrível [como ela faz tudo sozinha].
b. É fantástico [como ele é corajoso].
c. Surpreende-me [como ela foi ao médico].

Nestes exemplos, não é possível identificar um constituinte na oração subordinada que constitua o foco da exclamação, dado que estamos face a proposições fechadas, completas. Com efeito, a palavra *como*, nestes exemplos, não se relaciona com nenhum termo da oração subordinada: nem é um argumento nem um adjunto adverbial (em particular, não é um advérbio de modo; cf. Nota 7). Neste

caso, dizemos que a oração exclamativa é **global** e consideramos que a palavra *como* é uma conjunção-complementador, com o mesmo estatuto da conjunção-complementador *se* das orações subordinadas interrogativas globais e da conjunção-complementador *que* das orações subordinadas declarativas.

Contrariamente ao que sucede com as orações interrogativas, nas exclamativas, o valor das palavras exclamativas ou do constituinte que as contém é conhecido e determinado. Com efeito, as orações exclamativas caracterizam-se pelo facto de a informação nelas contida ser tida como evidente pelo locutor, que manifesta uma reação afetiva ou valorativa perante ela.

Assim, estas orações contêm duas componentes de significado: (i) uma componente em que uma dada proposição é asserida (nos exemplos de (59), as proposições 'uma determinada pessoa foi cumprimentá-la', 'o problema é complicado', 'ela tem um determinado número de casas', 'ela meteu-se com uma determinada pessoa', 'ele foi comprar o computador num dado local') e (ii) uma componente que exprime a reação emocional ou valorativa do locutor perante o valor da palavra exclamativa ou do constituinte que a contém. No caso das exclamativas totais (cf. (60)), é toda a proposição que constitui o foco da exclamação.

As orações subordinadas exclamativas distinguem-se das não subordinadas pelo facto de exigirem a presença de uma palavra *qu-*. Nas orações exclamativas não subordinadas, o constituinte exclamativo pode ser introduzido por palavras *qu-* (cf. (61a,c)) ou por quantificadores, como o advérbio *tão* (cf. (61b)) ou o adjetivo *tanto* (cf. (61d)); nestes dois casos, o constituinte exclamativo é imediatamente seguido do complementador *que*. Em contrapartida, as orações subordinadas exclamativas não podem nunca ter esta estrutura (cf. (62b,d)) e exigem a presença de uma palavra *qu-* inicial (cf. (62a,c)):

(61) a. *Que ricos* (que) eles são!
b. *Tão ricos* que eles são!
c. *Quanta asneira* ele disse!
d. *Tanta asneira* que ele disse!

(62) a. A imprensa sabe *que ricos* eles são.
b. *A imprensa sabe *tão ricos* que eles são.
c. É incrível *quanta asneira* ele disse.
d. *É incrível *tanta asneira* que ele disse.

36.2.4 Elementos responsáveis pela escolha do tipo gramatical

O tipo gramatical de uma oração subordinada é, em larga medida, determinado pela natureza do predicador que a seleciona. Cingindo-nos, por agora, às completivas verbais, verificamos que há verbos que se combinam apenas com orações interrogativas indiretas, como os de inquirição – *averiguar*, *investigar*, *perguntar* –, e outros que se combinam exclusivamente com orações subordinadas declarativas, como *achar*, *acreditar*, *negar* ou *pensar*. Assim, dizemos *perguntaram-nos se o João vem amanhã* e não **perguntaram-nos que o João vem amanhã*, ou *o Pedro negou que tivesse dito aquilo* e não **o Pedro negou se tivesse dito aquilo*. Outros verbos, como *adivinhar* ou *decidir*, selecionam ambos os tipos de oração completiva:

(63) a. A Maria já *decidiu* [se vem]. [interrogativa]
b. A Maria já *decidiu* [que vem]. [declarativa]

(64) a. O Ricardo *adivinhou* [quem ganhou o jogo]. [interrogativa]
b. Eles *adivinharam* [que o Ricardo ganhou o jogo]. [declarativa]

Outros verbos ainda podem combinar-se com os três tipos de orações completivas. É o caso de *descobrir*, *dizer* ou *saber*:

(65) a. *Sabemos*/*Descobrimos* [que o problema é complicado]. [declarativa]
b. O Luís *sabe*/*descobriu* [se o problema pode ser resolvido]. [interrogativa]
c. Eles *sabem*/*descobriram* [quão complicado é o problema]. [exclamativa]

(66) a. Eles *disseram* [que o concerto não foi grande coisa]. [declarativa]
b. Não me *disseram* ainda [se o concerto foi bom]. [interrogativa]
c. Já me *disseram* [como ela está magra]. [exclamativa]

As frases que contêm predicadores que admitem complementos interrogativos ou exclamativos podem ser ambíguas quanto ao tipo gramatical da oração subordinada:

(67) a. Eu *descobri* [como eles tratam os animais].
b. O João *sabe* [quantas casas ele tem].

Em (67a,b), a oração subordinada tanto pode ser do tipo interrogativo como exclamativo. Assim, a oração subordinada em (67a) pode ser equivalente a (68a) ou a (68b), e a oração subordinada em (67b) pode corresponder a (69a) ou (69b):

(68) a. Como tratam eles os animais?
b. Como eles tratam os animais!

(69) a. Quantas casas tem ele?
b. Quantas casas ele tem!

Contudo, quando o contexto é de ignorância por parte do locutor, apenas a leitura interrogativa emerge:

(70) a. Eu ainda não descobri [como a tratam].
b. Eu não sei [quantas casas ele tem].

As orações completivas de (70) só podem ser interpretadas como interrogativas indiretas. Isto deve-se ao facto de as orações exclamativas implicarem necessariamente o conhecimento, por parte do locutor, do seu conteúdo proposicional. Ao pressuporem conhecimento do seu conteúdo proposicional, as exclamativas são incompatíveis com os contextos em que esse conhecimento é negado (sobre o conceito de pressuposição, cf. 36.4).

Tal como sucede com as orações subordinadas declarativas, as orações subordinadas interrogativas e exclamativas podem ser selecionadas por predicadores não verbais, nomeadamente nomes ou adjetivos, e podem desempenhar a função de sujeito ou de complemento do nome ou adjetivo, como se ilustra a seguir (nos exemplos que se seguem assinalamos a itálico o predicador, simples ou complexo, e colocamos a oração completiva entre parênteses retos):

❖ Completiva com função de sujeito selecionada por um nome

(71) a. É uma *incógnita* [a que horas eles chegam]. [interrogativa]
b. É {uma *vergonha*/um *escândalo*} [quanto dinheiro ele te deve]. [exclamativa]

❖ Completiva com função de complemento selecionada por um nome

(72) a. Ainda não tomaram uma *decisão sobre* [se pagam o décimo terceiro mês ou não]. [interrogativa]
b. Todos temos *consciência* de [quão complicado é o problema]. [exclamativa]

❖ Completiva com função de sujeito selecionada por um adjetivo

(73) a. Não é *claro/certo* [quem é o responsável]. [interrogativa]
b. É *incrível/impressionante* [como ela se lembra de tudo]. [exclamativa]

❖ Completiva com função de complemento selecionada por um adjetivo

(74) a. O Luís estava *hesitante sobre* [se ia ou não vender o carro]. [interrogativa]
b. Os pais dele estão *conscientes* de [como ele é imaturo]. [exclamativa]

Há nomes e adjetivos que selecionam apenas orações completivas de um determinado tipo. É o caso do nome *incógnita* e do adjetivo *hesitante*, que se combinam apenas com orações completivas do tipo interrogativo. Já *vergonha*, *incrível* ou *claro* podem selecionar orações completivas de tipos gramaticais diferentes, como se exemplifica a seguir:

(75) a. É uma *vergonha* [quanto dinheiro ele te deve]. [exclamativa]
b. É uma *vergonha* [que ele te deva dinheiro]. [declarativa]

(76) a. Não é *claro* [quem é o responsável por isso]. [interrogativa]
b. É *claro* [que ele é o responsável por isso]. [declarativa]

(77) a. É *incrível* [como ela se presta a essas coisas]. [exclamativa]
b. É *incrível* [que eles não tenham aparecido]. [declarativa]

Em síntese, as orações subordinadas podem ser de tipos gramaticais diferentes, o que depende das propriedades do verbo, nome ou adjetivo que as seleciona.

36.3 Subordinação argumental finita e modo

As orações completivas finitas distinguem-se entre si pelo modo verbal, que pode ser o indicativo (cf. (78)) ou o conjuntivo (cf. (79)):

(78) a. O Carlos sabe [que o casamento da Maria *é* já no próximo mês].
b. Consta [que o casamento da Maria *é* já no próximo mês].

(79) a. Espero [que o casamento da Maria *seja* já no próximo mês].
b. É bom [que o casamento da Maria *seja* já no próximo mês].

As orações completivas de (78) diferem das de (79) na morfologia verbal respeitante ao modo (repare-se que, em todos estes exemplos, o tempo é sempre o presente). O modo é uma categoria flexional do verbo que está associada à

modalidade, i.e., à expressão de uma atitude do falante ou, por vezes, do sujeito – por exemplo, de conhecimento, de crença, de dúvida, de desejo, entre outras – para com uma proposição expressa na oração (cf. Caps. 18 e 19).

Há dois fatores que permitem dar conta da oposição entre o modo indicativo e o modo conjuntivo: (i) o facto de a proposição ser ou não tida como verdadeira e (ii) o tipo de contexto modal envolvido (cf. Cap. 18). Em particular, o modo indicativo ocorre apenas em contextos de modalidade epistémica, i.e., em contextos em que é expressa uma atitude de conhecimento ou de crença na veracidade da proposição expressa; o conjuntivo ocorre em contextos associados a outros tipos de modalidade e nos contextos de modalidade epistémica que não envolvem a assunção da veracidade da proposição.

Esta caracterização permite explicar a escolha do modo verbal nos exemplos de (78) e (79): quando a oração completiva é selecionada por *saber* ou *constar*, é expressa uma atitude de conhecimento (cf. (78a)) ou de crença (cf. (78b)) na veracidade da proposição subordinada por parte de alguma entidade, seja o sujeito da oração principal (cf. (78a)) seja o locutor (cf. (78b)). No caso dos exemplos de (79), porém, a proposição expressa na oração subordinada não é tida como verdadeira e o locutor manifesta uma atitude de desejo ou de avaliação perante o estado de coisas descrito.

As duas condições identificadas – o facto de a proposição complemento ser ou não dada como verdadeira e o tipo de modalidade envolvida – dependem da natureza semântica do predicador da oração subordinante, ou seja, do verbo, nome ou adjetivo que seleciona a oração completiva, podendo ainda ser influenciadas por outros fatores, como, por exemplo, o facto de esse predicador ser o núcleo de uma oração negativa ou de uma oração interrogativa.

De uma forma geral, selecionam o modo conjuntivo no verbo da oração subordinada:

(i) Os verbos ou nomes associados a um ato de fala diretivo, como os verbos *exigir*, *mandar*, *pedir* e *sugerir*, entre outros, ou os nomes *pedido*, *sugestão*, etc., como se ilustra a seguir:

(80) a. A assaltante exigiu que os funcionários *abrissem* os cofres.
b. Eles fizeram a sugestão de que *consultássemos* um perito.

(ii) Os predicadores associados a valores de desejo (como os verbos *desejar*, *esperar*, *preferir* e *querer*, entre outros) ou vontade (como *conseguir*, *tentar*) e nomes ou adjetivos com eles relacionados, como se ilustra a seguir:

(81) a. Espero/Prefiro [que o Paulo *saia* do país].
b. Tenho esperança de [que ele *fique* bem].

(iii) Os predicadores que expressam uma atitude de avaliação perante um dado estado de coisas, como os verbos *detestar*, *gostar* (*de*), *lamentar*, *suportar* e *tolerar*, entre outros; as lexias verbais *achar bem/mal*, o nome *pena*, os adjetivos *agradável*, *bom*, *insuportável*, *lamentável* e *triste*, entre muitos outros, como se ilustra a seguir:

(82) a. Lamento/Detesto [que o João *tenha* decidido sair do país].
b. É triste [que eles se *comportem* dessa forma].

Apesar de, tipicamente, o modo conjuntivo estar associado ao domínio do incerto ou do hipotético, não existe uma relação direta entre conjuntivo e "não realidade". Com efeito, os predicadores avaliativos, como *lamentar* ou *triste*, permitem inferir a verdade da proposição expressa no complemento; porém, não selecionam o indicativo (cf. *eu lamento que a Maria tenha visto o filme*, frase na qual o uso do verbo *lamentar* como predicador da oração principal permite inferir a verdade da proposição 'a Maria viu o filme'; cf. 36.4). Este facto deve-se ao tipo de modalidade envolvida, que não é epistémica e sim avaliativa.

O modo indicativo é selecionado pelos predicadores associados a valores de conhecimento, independentemente de a oração em que ocorrem estar na afirmativa ou na negativa. É o caso dos verbos *constatar*, *descobrir*, *perceber*, *reconhecer* e *saber*, entre outros; dos nomes *certeza*, *conhecimento*; ou dos adjetivos *ciente*, *consciente*, etc.

(83) a. A mãe (não) descobriu [que o filho lhe *escondera* a verdade].
b. A mãe (não) tem conhecimento de [que o filho lhe *esconde* a verdade].
c. A mãe (não) estava ciente de [que o filho lhe *escondia* a verdade].

Em todos estes exemplos, é assumida a veracidade da proposição complemento. Quando a oração principal é afirmativa, a proposição complemento é tida como verdadeira quer pelo locutor quer pela entidade referida pelo sujeito da oração principal. Quando a oração principal é negativa, é possível inferir que o enunciador admite a veracidade da proposição complemento (apesar de a entidade referida pelo sujeito da oração principal desconhecer a verdade dessa proposição).

Com estes predicadores, o modo conjuntivo pode ser selecionado quando a oração principal é negativa:

(84) a. A mãe não reconheceu que o filho lhe *escondesse* a verdade.
b. A mãe não tem conhecimento de que o filho lhe *esconda* a verdade.

A diferença entre os exemplos (83a,b) (na negativa) e (84a,b) está em que, nos primeiros, há uma indicação forte de que o locutor assume a veracidade da proposição complemento; nos segundos, não há essa indicação.

Os predicadores associados à expressão de valores de crença não têm um comportamento homogéneo. Um subgrupo destes seleciona o indicativo em frases afirmativas (cf. também o Cap. 19). É o caso dos verbos *achar*, *concluir*, *considerar* e *julgar*, entre outros, dos nomes *crença*, *opinião*, ou dos adjetivos *certo*, *seguro*, etc.

(85) a. Acho/Julgo que ele *aparece* amanhã.
b. O Pedro tem a opinião de que *devemos* partir.
c. A mãe está certa de que o filho lhe *esconde* a verdade.

Outros, como o verbo *duvidar*, nomes como *possibilidade* e adjetivos como (*im)possível* admitem apenas o modo conjuntivo quando ocorrem em frases afirmativas:

(86) a. O médico duvida que as vacinas *cheguem*/**chegam* a tempo.
b. Há a possibilidade de que os documentos *sejam*/**são* autênticos.
c. É (im)possível que ela *venha*/**vem* amanhã.

Finalmente, há um subgrupo de predicadores de crença que admite quer o conjuntivo quer o indicativo na oração subordinada. É o caso de verbos como *acreditar*, *crer* ou *imaginar*, e de nomes como *hipótese*, *ideia* ou *suspeita*:

(87) a. A polícia acredita que a testemunha *mentiu*.
b. A polícia acredita que a testemunha *tenha* mentido.

(88) a. A ideia de que a testemunha *mentiu* preocupa a polícia.
b. A ideia de que a testemunha *tenha* mentido preocupa a polícia.

Nestes casos, há preferência pelo indicativo em frases em que se indica um elevado grau de certeza e preferência pelo conjuntivo quando há a indicação de reduzida confiança na veracidade da proposição expressa na oração subordinada. Os seguintes exemplos também ilustram esta correlação:

(89) a. Eu acredito piamente que ele *mentiu*, não tenho mesmo a mínima dúvida.
b. Eu acredito que ele *tenha* mentido, mas se me provares o contrário, aceito.

A relação entre graus de crença e seleção dos modos indicativo ou conjuntivo está patente em todos os predicadores associados a valores de crença. Assim, em frases afirmativas, os predicadores que indicam um grau de crença forte, como os do paradigma (85), selecionam o modo indicativo; os predicadores que indicam descrença, como o verbo *duvidar* (cf. (86a)) e o adjetivo *impossível* (cf. (86c)), ou um grau de crença fraco, como o nome *possibilidade* ou o adjetivo *possível* (cf. (86b,c)), selecionam o modo conjuntivo. Em frases negativas, dá-se o padrão inverso: o modo conjuntivo pode ocorrer com os predicadores que apenas admitem o modo indicativo em frases afirmativas (compare-se (85) com (90)) e alguns dos predicadores que indicam descrença, como *duvidar* ou *ter dúvidas*, passam a admitir o modo indicativo (compare-se (86a) com (91a)):

(90) a. Não acho/julgo que ele *apareça* amanhã.
b. O Pedro não tem a opinião de que *devamos* partir.
c. A mãe não está certa de que o filho lhe *esconda* a verdade.

(91) a. O médico não duvida que as vacinas *chegam* a tempo.
b. A polícia não tem dúvidas de que os documentos *são* autênticos.

Este padrão é o previsto no pressuposto de que há uma associação entre graus de crença e seleção de modo: em (90), é negada a crença na veracidade da proposição complemento por parte do sujeito da oração subordinante (no caso de (90a), o sujeito dessa oração coincide com o locutor); em (91), o emprego da negação implica a indicação de que o sujeito da oração subordinante toma como certa a veracidade da proposição complemento[12].

[12] Com o adjetivo *possível* ou o nome *possibilidade*, o operador da negação não altera a seleção de modo na oração subordinada (compare-se (86b,c) com (ia,b):
(i) a. Não há a possibilidade de que os documentos *sejam*/**são* autênticos
b. Não é possível que ela *venha*/**vem* amanhã.
Em (i) é expressa a ausência de crença (por parte do locutor) na veracidade da proposição complemento. Por conseguinte, o modo indicativo não é uma opção.

Note-se que há ocorrências de indicativo mesmo quando não há informação de que o sujeito da oração principal acredita na verdade da oração complemento. É o caso dos exemplos que se seguem:

(92) a. O Paulo não acredita que o filho *ganhou* a lotaria.
b. O Paulo não acredita que o filho *tenha* ganhado a lotaria.

O que distingue (92a) de (92b) é o grau de certeza do *locutor* (e não do sujeito da oração subordinante) na veracidade da oração completiva. Quando é usado o modo indicativo, existe a inferência de que o locutor acredita (ou sabe) que a proposição complemento é verdadeira. Do mesmo modo, a ocorrência do indicativo com um verbo como *negar* permite inferir que o locutor – embora não o sujeito – acredita na verdade da proposição complemento:

(93) O Paulo negou que *foi* visitar a mãe mas eu sei de fonte segura que ele foi.

Para além dos predicadores de conhecimento e de crença, selecionam também o modo indicativo os predicadores associados a atos de fala compromissivos (i.e., que exprimem um compromisso com um dado estado de coisas futuro), tais como os verbos *ameaçar*, *combinar*, *decidir*, *jurar* e *prometer*, entre outros, e os nomes *ameaça*, *compromisso*, *jura*, *promessa*, etc., como se ilustra a seguir:

(94) a. A Ana prometeu que *vem*.
b. A Ana cumpriu a promessa de que *falaria* com o Pedro.

Nos casos em que há a ausência de um compromisso, o modo conjuntivo é selecionado (cf. Cap. 19):

(95) Não prometo que *chegue* a horas.

Em síntese, a escolha dos modos indicativo ou conjuntivo em orações subordinadas completivas em português não é determinada apenas pela aceitação da veracidade da proposição expressa na oração completiva. Há orações completivas que exprimem proposições tidas como verdadeiras em que o modo indicativo não pode ocorrer (é o caso dos complementos de verbos como *lamentar*; cf. 36.4). Assim, a aceitação da verdade da proposição expressa na oração completiva é uma condição necessária, mas não uma condição suficiente, para a escolha do modo indicativo. Uma outra condição necessária para a escolha do modo indicativo é o tipo de atitude veiculada: o modo indicativo ocorre apenas em contextos em que é expressa uma atitude de conhecimento ou de crença por parte de alguma entidade (que pode ser o sujeito da oração principal ou o locutor). O conjuntivo, por outro lado, é compatível com predicadores que veiculam uma variedade de atitudes, sendo, portanto, o modo escolhido em outros contextos que não os de modalidade epistémica. Este modo ocorre também em contextos epistémicos em que a verdade da proposição expressa pela oração completiva não é tida como certa (cf. também o Cap. 19).

Quando consideramos as relações entre o modo verbal e o tipo de oração, verificamos que o indicativo é o modo selecionado em orações subordinadas interrogativas (cf. (96)) e exclamativas (cf. (97)):

(96) a. Perguntaram-me [se a reunião *é* amanhã].
b. Não sei [a que horas *chega* o Pedro].

(97) a. Anda ver [que lindo dia *está* hoje].
b. É incrível [quanto dinheiro *foi* pago pela transferência daquele jogador].

Em 36.2.3, observou-se que, no caso das orações exclamativas, o enunciador assume a veracidade da proposição asserida; por conseguinte, não é de estranhar que o modo selecionado seja o indicativo.

Quanto às orações interrogativas, do ponto de vista semântico, o que as caracteriza (cf. a discussão em 36.2.2) é o facto de definirem o conjunto das respostas logicamente possíveis. Assim, (96a) – uma interrogativa global – define um conjunto fechado de respostas possíveis, que correspondem aos dois valores de verdade que a proposição expressa na oração interrogativa pode assumir: 'a reunião é amanhã', 'a reunião não é amanhã'. A oração interrogativa parcial de (96b), por outro lado, define um conjunto aberto de respostas possíveis, nomeadamente as que incluem todas as possibilidades de horários da chegada do Pedro: 'o Pedro chega às 10h', 'o Pedro chega às 11h', 'o Pedro chega às 12h', etc. Tanto num caso como no outro, independentemente do valor real da resposta, é assumida a veracidade de uma das proposições que fazem parte do conjunto das respostas possíveis à pergunta formulada e esta é a razão pela qual o modo selecionado é o indicativo.

36.4 Implicação e pressuposição na subordinação argumental finita; os predicadores factivos

As propriedades lexicais do verbo, nome ou adjetivo que seleciona a oração completiva, para além de condicionarem o tipo da oração subordinada e o modo verbal, determinam também se a veracidade da proposição complemento é implicada ou pressuposta. Nesta secção, procuramos clarificar estas duas noções.

36.4.1 Implicação

Consideremos, em primeiro lugar, as seguintes frases:

(98) a. O mecânico julgava que os faróis estavam desalinhados.
b. O mecânico verificou que os faróis estavam desalinhados.

(99) Os faróis estavam desalinhados.

Suponhamos que a proposição expressa em (98a) é verdadeira. Neste caso, nada garante que (99) também seja verdadeira, dado que pode dar-se o caso de o mecânico julgar que os faróis estão desalinhados sem que eles na realidade o estejam (o mecânico pode ter uma crença falsa). Com efeito, a frase *o mecânico julgava que os faróis estavam desalinhados, mas afinal não estavam* é perfeitamente plausível.

A situação é diferente no caso do exemplo (98b): se sabemos que (98b) é verdadeira, então é legítimo inferir que (99) também o é; ou seja, sejam quais forem as circunstâncias, é impossível que (98b) seja verdadeira e (99) seja falsa (cf. a inconsistência de **o mecânico verificou que os faróis estavam desalinhados, mas afinal não estavam*).

Dizemos que a proposição expressa em (98b) **implica** a proposição expressa em (99) e definimos a relação de implicação do seguinte modo[13]:

❖ Uma proposição *p* implica uma proposição *q* se, em todas as situações em que *p* é verdadeira, *q* é verdadeira (i.e., sejam quais forem as circunstâncias, é impossível que *p* seja verdadeira e *q* seja falsa)[14].

Com certos predicadores, como *verificar*, a proposição expressa por uma oração subordinada declarativa é necessariamente verdadeira sempre que o verbo ocorre numa oração afirmativa. Outros predicadores que possuem esta propriedade são *acontecer*, (*ser*) *certo*, *conseguir*, *demonstrar,* (*ser*) *evidente, mostrar*, (*ser*) *óbvio*, *ocorrer*, *provar*, *suceder*, *ver* (*que*), (*ser*) *verdade*.

36.4.2 Pressuposição

Um outro tipo particular de inferência é a **pressuposição.** Observemos o seguinte diálogo entre o falante A e o falante B[15]:

(100) A – Lamentas que tenhas roubado as joias?

(101) B1 – Sim. Lamento que tenha roubado as joias.
B2 – Não. Não lamento que tenha roubado as joias.

Num contexto em que o falante B não tenha roubado as joias, não pode (normalmente) responder a (100) nem com (101B1) nem com (101B2), visto que ambas as respostas o comprometem com a admissão de que roubou as joias. Isto significa que, para que (101B1) ou (101B2) tenham um valor de verdade (i.e., sejam verdadeiras ou falsas), é necessário que a proposição expressa na oração subordinada seja verdadeira. A esta condição dá-se o nome de **pressuposição**. Informalmente, podemos definir pressuposição do seguinte modo[16]:

❖ Uma proposição *p* **pressupõe** uma proposição *q* se, quer a elocução de *p* quer a elocução de não-*p* comprometem o locutor com a verdade de *q*.

A relação de pressuposição difere da relação de implicação. Como vimos acima, se *p* implica *q*, então asserir *p* garante que *q* também é verdadeira. Contudo, o mesmo não se aplica à negação de *p*, como se exemplifica a seguir com o verbo *verificar*:

---

[13] Usamos aqui o termo 'implicação' no sentido do termo inglês *entailment*, isto é, para designar a relação de consequência lógica. Esta noção não deve ser confundida com a de **implicatura** (cf. Cap. 14, Nota 10), que consiste num convite implícito da parte do falante, ao produzir um enunciado A, para que o ouvinte aceite como verdadeira uma determinada proposição B, sem que B seja necessariamente uma consequência lógica da proposição expressa por A.

[14] Esta definição está formulada de tal forma que a relação de implicação se estabelece entre proposições e não entre frases. Em rigor, esta é a formulação correta, uma vez que apenas as proposições são verdadeiras ou falsas. Apesar disto, é comum os linguistas dizerem informalmente "a frase tal é verdadeira/falsa" querendo, na realidade, dizer "a proposição expressa na frase tal é verdadeira/falsa". Ocasionalmente, seguiremos essa prática neste capítulo.

[15] Exemplos adaptados de Allwood, Andersson e Dahl (1977:149).

[16] Esta é a definição adotada por Fernando Ferreira em Branquinho e Murcho (2001:557). Uma definição mais formal, proposta pelo mesmo autor, é a seguinte: Uma proposição *p* **pressupõe** uma proposição *q* se, caso *q* seja falsa, *p* não é verdadeira nem falsa. Repare-se que a pressuposição se mantém quando a oração subordinada é infinitiva: cf. *lamentas ter roubado as joias?* Quer o interlocutor dê uma resposta positiva quer dê uma resposta negativa, compromete-se (normalmente) com a admissão de que roubou as joias (cf. Cap. 37.6.3).

(102) a. O mecânico verificou que os faróis estavam desalinhados.
b. O mecânico não verificou que os faróis estivessem desalinhados.

(103) Os faróis estavam desalinhados.

A relação de implicação entre (102a) e (103) não se verifica entre (102b) e (103). Assim, a implicação, ao contrário da pressuposição, não é preservada em contextos de negação frásica.

Outros contextos em que a pressuposição, mas não a implicação, é preservada são as frases interrogativas e as orações antecedentes de condicionais. Assim, a elocução de (100) compromete A com a admissão de que B roubou as joias e o mesmo sucede com a elocução de *se tu lamentas que tenhas roubado as joias…*, como se comprova pela possível continuação *é porque as roubaste mesmo.* A implicação, em contrapartida, não é preservada nestes contextos, como se exemplifica a seguir:

(104) a. O mecânico verificou que os faróis estavam desalinhados?
b. Se o mecânico verificasse que os faróis estavam desalinhados, teríamos de deixar o carro na oficina.

Nenhuma das frases de (104) leva à admissão da veracidade da proposição expressa na oração completiva (‘os faróis estavam desalinhados’).

Deste modo, podemos concluir que a pressuposição tem propriedades distintas da implicação. Em particular, se *p* pressupõe *q*, asserir *p*, negar *p*, perguntar se *p* ou supor *p* – exprimir qualquer uma destas atitudes relativamente a *p* – compromete geralmente o locutor com a admissão de que *q* é verdadeira e que o é de forma não controversa.

São vários os contextos desencadeadores de pressuposição, entre os quais se inclui certo tipo de predicadores que exprimem propriedades ou relações que envolvem factos, isto é, estados de coisas que se verificam ou verificaram no mundo real. Com estes predicadores, a situação descrita na oração subordinada é assumida como um facto, razão pela qual são denominados **factivos**[17]. É o caso de verbos como *adivinhar*, *agradar*, *aperceber-se*, *descobrir*, *esquecer*(*-se*), *incomodar*, *preocupar*, *saber*, *surpreender*, ou de adjetivos como *consciente*, *espantoso*, *estranho*, *incrível*, *insuportável* e *triste*, entre outros.

As orações selecionadas por alguns destes predicadores podem ser integradas em sintagmas nominais cujo núcleo é o nome *facto*, como se ilustra a seguir:

(105) a. Lamento [o facto de que a casa tenha sido vendida].
b. É estranho [o facto de que a casa tenha sido vendida].

Os predicadores factivos distinguem-se dos **não factivos**, que não trazem consigo a pressuposição da veracidade da oração subordinada, como os verbos *acreditar*, *pensar* e *supor* e os adjetivos *plausível*, *possível* e *provável*, entre muitos outros. Assim, a frase *o mecânico acredita que os faróis estão desalinhados* tem um valor de verdade (i.e., é verdadeira ou falsa, numa dada circunstância) mesmo que a proposição ‘os faróis estão desalinhados’ seja falsa.

[17] O termo foi introduzido por Kiparsky e Kiparsky (1970).

36.5 Orações completivas de sujeito

36.5.1 Caracterização geral

As orações completivas de sujeito, também designadas **subjetivas**, são, como o nome indica, aquelas que desempenham a função sintática de sujeito. Os seguintes exemplos ilustram o seu emprego:

(106) a. [Que haja desinteresse] *reflete* o não envolvimento de todos neste projeto desde o início.
b. É completamente *absurdo* [que proíbam essas coisas].
c. É um perfeito *disparate* [que cancelem as aulas por esse motivo].

Nestes exemplos, a oração completiva de sujeito é selecionada por um verbo (cf. (106a)), um adjetivo (cf. (106b)) e um nome (cf. (106c)). Em (106a), a oração completiva precede o predicado; nos exemplos em (106b,c), segue-o. Em ambos os casos, a oração subordinada é o sujeito da oração principal, visto que pode ser substituída por um sujeito pronominal – o demonstrativo invariável *isso*, *isto* ou *aquilo*.

(107) a. *Isto* reflete o não envolvimento de todos neste projeto desde o início. (*isto* = *que haja desinteresse*)
b. *Isso* é completamente absurdo. (*isso* = *que proíbam essas coisas*)
c. *Aquilo* é um perfeito disparate. (*aquilo* = *que cancelem as aulas por esse motivo*)

Para melhor entendermos a questão da posição ocupada pelas orações completivas de sujeito, comparem-se os exemplos em (106b,c) com os que a seguir se apresentam, em que a oração completiva ocorre em posição pré-verbal:

(108) a. [Que proíbam essas coisas] é completamente absurdo.
b. [Que cancelem as aulas por esse motivo] é um perfeito disparate.

As frases (106b,c) e (108a,b) diferem do ponto de vista da forma como a informação é tratada. Sempre que ocorre em posição pré-verbal, como em (108a,b) ou (106a), a oração completiva constitui o tópico da frase, i.e., descreve uma dada situação acerca da qual se declara alguma coisa (cf. Cap. 12). Dito por outras palavras, a oração completiva é simultaneamente sujeito gramatical e sujeito da predicação. Tipicamente, constitui informação dada ou pressuposta.

Em contrapartida, os exemplos em (106b,c) não possuem uma estrutura tópico-comentário: a oração completiva é o sujeito gramatical, mas não é o sujeito da predicação; antes, faz parte integrante do que é asserido, ou seja, constitui o foco informacional da frase, razão pela qual ocorre à direita do predicado[18].

A colocação dos sujeitos oracionais em posição pré-verbal está sujeita a algumas restrições. Comparem-se os seguintes exemplos:

(109) a. ??[Que lhe deem já a notícia] é melhor.
b. [Que lhe deem já a notícia] é melhor para ela e para todos nós.

[18] De uma forma geral, os elementos que ocorrem na periferia direita da oração tendem a constituir o foco informacional, em português (cf. Cap. 50).

(110) a. ??[Que os exames sejam adiados] convém.
b. [Que os exames sejam adiados] não nos convém absolutamente nada.

(111) a. É melhor [que lhe deem já a notícia].
b. Convém [que os exames sejam adiados].

Os exemplos (a) de (109) e (110), com a oração completiva em posição pré-verbal, são estranhos e contrastam com os exemplos de (111), em que a oração ocupa a posição pós-verbal. Por outro lado, (109a) e (110a) diferem também de (109b) e (110b), em que a oração ocupa a posição pré-verbal, mas o predicado é longo e rico do ponto de vista informacional. Este contraste é indicativo de que a falta de naturalidade de (109a) e (110a), relativamente a (109b) e (110b), se deve ao facto de o predicado ser demasiado curto e pobre informacionalmente.

Os exemplos (109a) e (110a), no entanto, tornam-se enunciados viáveis se o seu predicado for fortemente acentuado, o que se indica através de letras maiúsculas nos exemplos de (112):

(112) a. Que lhe deem já a notícia é MELHOR.
b. Que os exames sejam adiados CONVÉM.

Estes paradigmas revelam que, para que uma oração completiva de sujeito possa ocorrer em posição pré-verbal, i.e., possa ser o sujeito da predicação, o predicado tem de ser ou suficientemente extenso ou focalizado, por forma a que haja equilíbrio entre as duas porções da frase: o sujeito da predicação e aquilo que dele se predica. Nos contextos em que a oração completiva ocorre à direita do predicado (cf. (111)), a informação nela expressa constitui o foco informacional, pelo que estas restrições não se aplicam. Note-se ainda que a preferência pela colocação das orações completivas na periferia direita da frase não se verifica apenas com as orações completivas de sujeito e faz parte de uma tendência mais geral da língua para colocar os constituintes mais extensos nessa posição. Este fenómeno será examinado mais detalhadamente na secção 36.8.

36.5.2 Orações completivas de sujeito selecionadas por um verbo

Nas subsecções que se seguem dedicamos a nossa atenção às orações completivas de sujeito selecionadas por um predicador verbal e examinamos concomitantemente as diversas subclasses de verbos que as selecionam.

36.5.2.1 Orações completivas de sujeito em estruturas intransitivas

Dentro da classe dos verbos intransitivos que selecionam sujeitos oracionais, distinguimos aqueles que são tipicamente usados para introduzir uma dada situação ou estado de coisas no universo do discurso (ainda que ao mesmo tempo veiculem uma dada atitude perante essa situação), como *acontecer*, *constar* ou *parecer*, daqueles que exprimem uma atitude avaliativa, subjetiva perante o estado de coisas descrito na oração subordinada, como *agradar* ou *custar*.

❖ Verbos de sentido existencial

Nesta classe incluem-se os verbos que introduzem uma situação ou estado de coisas no universo do discurso, como *acontecer*, *calhar*, *constar*, *ocorrer*, *parecer*,

passar-se, *resultar, seguir-se*, *suceder*, e ainda aqueles, como *bastar*, *chegar* e *faltar*, que introduzem uma condição suficiente ou necessária:

(113) a. {*Acontece*/*Ocorre*/*Sucede*} [que não há nada a fazer].
b. *Passa-se* [que ninguém respondeu ao anúncio].
c. *Calhou* [que passava na rua uma cigana].

(114) a. O funcionário esteve ausente e (daí) *resultou* [que os processos ficaram retidos na secretaria].
b. Dado que não estou a mentir, *segue-se* [que estou a dizer a verdade].

(115) a. *Parece* [que a ponte vai ser arranjada].
b. *Consta* [que a nova sede já foi inaugurada].

(116) a. *Basta*/*Chega* [que digas a verdade].
b. *Falta* [que eles assinem um documento].

Um dos aspetos que caracterizam esta classe de verbos é uma forte tendência para que o sujeito oracional ocorra em posição pós-verbal. Em alguns casos essa posição é mesmo a única possível (cf. **que não há nada a fazer sucede*/*acontece*; **que ninguém respondeu ao anúncio passa-se*; **que os processos ficaram retidos na secretaria resultou da ausência do funcionário*).

Como se observou em 36.5.1, este facto encontra explicação na natureza informacional destas construções. Em português, o material que constitui o foco informacional na frase tende a ocorrer à direita do verbo (cf. Nota 18 e Cap. 50). Deste modo, é compreensível que o sujeito ocorra nessa posição nos contextos em que faz parte integrante do que é introduzido como informação nova, como é o caso com os verbos desta classe.

De uma forma geral, todos os verbos deste grupo admitem um sujeito nominal em posição pré-verbal ou pós-verbal (note-se que, pondo de lado os verbos *bastar* e *faltar*, o sujeito nominal dos restantes verbos denota forçosamente uma situação ou estado de coisas):

(117) a. *Essas coisas* acontecem/constam.
b. Aconteceu/Constou *isso*.

(118) a. *Isso* falta/basta.
b. Falta/Basta *isso*.

(119) a. *Isso* segue-se/resultou do que disseste.
b. Segue-se/Resultou *isso* do que disseste.

A única exceção a esta generalização é o verbo *parecer* (cf. a impossibilidade de **essas coisas parecem* ou de **isso parece*). Com efeito, quando este verbo se combina com um sujeito pronominal em contextos de retoma anafórica (cf. Cap. 41), a única posição possível para o sujeito é a posição pós-verbal. Atente-se no seguinte par pergunta-resposta:

(120) A – O árbitro está a favorecer uma das equipas.
B – Tens razão. Parece *isso* (*mesmo*). (vs. **isso* (*mesmo*) *parece*)

Há certos usos do verbo *ser* que justificam a sua inclusão neste grupo de verbos. O exemplo que se segue ilustra o emprego do verbo *ser* com uma oração completiva de sujeito:

(121) *É* [que o professor não preencheu a pauta]!

Imagine-se uma situação em que não é encontrada a classificação de um aluno numa dada disciplina. O funcionário poderá enunciar (121) ao aperceber-se da causa da anomalia. Este tipo de construção é semelhante às construções com *acontecer* ou *suceder* na medida em que o verbo é aqui usado para introduzir um dado estado de coisas no universo do discurso. Note-se que a oração subordinada pode ser substituída pelo pronome demonstrativo invariável *isso*, que desencadeia a concordância de 3.ª pessoa do singular na flexão verbal, o que demonstra que quer o pronome quer a oração completiva desempenham a função de sujeito:

(122) É *isso* (*mesmo*)!

Tal como sucede com *parecer*, a única posição admissível para o sujeito pronominal anafórico é a posição pós-verbal (cf. **isso* (*mesmo*) *é*).

Alguns dos verbos desta classe admitem opcionalmente a presença de um argumento adicional com a função de complemento indireto. É o caso de *bastar*, *constar*, *faltar*, *ocorrer* e *parecer* (repare-se que, com o verbo *ocorrer*, o sentido do verbo muda de 'acontecer' para 'vir à memória')[19]:

(123) a. *Parece-lhes* [que a ponte vai ser arranjada].
b. *Consta-nos* [que a nova sede já foi inaugurada].
c. *Ocorreu-lhe* [que não tinha comprado o pão].

(124) a. *Basta-te*/*Chega-te* [que digam a verdade].
b. *Falta-me* [que eles assinem um documento].

O complemento indireto destes verbos é frequentemente expresso por um pronome clítico dativo, como em (123)-(124); este pronome pode ser acompanhado, na periferia esquerda da frase, de um sintagma preposicional introduzido pela preposição *a* (a preposição que marca os complementos indiretos), seguida quer por um pronome em forma oblíqua (cf. (125a)), quer por um sintagma nominal pleno (cf. (125b)); alternativamente, o complemento indireto pode ser expresso apenas por um sintagma preposicional pleno sem redobro pronominal (cf. (125c)):

(125) a. (*A mim*) parece-*me* [que eles não têm razão].
b. (*Aos alunos*) basta-lhes [que o exame seja de manhã].
c. Constou *aos alunos* [que o exame será amanhã].

Em todos estes contextos, o complemento indireto designa a entidade que é portadora da atitude proposicional veiculada pelo verbo. Essa entidade tanto pode coincidir com o enunciador da frase (cf. (125a)) como não (cf. (125b,c)).

[19] Os verbos *acontecer* e *suceder* também se podem combinar com um complemento indireto, com o papel temático de paciente afetado (cf. (ia)); nesse caso, porém, selecionam preferencialmente uma oração infinitiva:
(i) a. Sucedeu-lhes/Aconteceu-lhes [perder(em) o comboio].
b. ?Sucedeu-lhes/Aconteceu-lhes [que perderam o comboio].

No que respeita à seleção de modo, verifica-se que selecionam o conjuntivo os verbos que introduzem uma condição, como *bastar* e *faltar*. Selecionam o indicativo os verbos que indicam uma atitude de conhecimento ou crença forte (por parte do enunciador), como *acontecer*, *constar*, *ocorrer*, *parecer*, *passar-se*, *resultar*, *seguir-se* ou *suceder*.

Os verbos que indicam conhecimento, como *acontecer*, *ocorrer*, *passar-se* e *suceder*, implicam estritamente a verdade da proposição expressa na oração completiva (cf. a inconsistência da frase #*acontece que os resultados do exame são inconclusivos, mas na realidade são conclusivos*).

O verbo *calhar* tanto pode selecionar o modo conjuntivo como o modo indicativo (compare-se o exemplo (113c), *calhou que passava na rua uma cigana*, com *calhou que passasse na rua uma cigana*). Quer com o indicativo, quer com o conjuntivo, há a implicação da veracidade da proposição expressa na oração completiva (cf. a estranheza de #*calhou que passasse/passava na rua uma cigana, mas não passou ninguém na rua, era engano meu*); porém, como a atitude envolvida não é uma atitude epistémica, pode ser usado o modo conjuntivo.

Sempre que a oração principal é negativa, o modo que ocorre é o conjuntivo, uma vez que a proposição expressa na oração completiva não é tida como verdadeira pelo enunciador:

(126) a. Não *aconteceu*/*sucedeu* que houvesse alguma coisa a fazer.
b. Daí não {*resulta*/*se segue*} que eles tenham razão.
c. Não *é* que eles tenham razão.

No registo oral, com alguns destes verbos, é frequente o sujeito da oração completiva aparecer anteposto, na periferia esquerda da frase. Os seguintes exemplos são ilustrativos (em (127b) e (128b), colocamos o sujeito em causa em itálico, e assinalamos com um espaço em branco sublinhado a posição canónica por ele ocupada como sujeito da oração subordinada):

(127) a. Parece [que o sindicato vai convocar uma greve para a próxima semana].
b. *O sindicato* parece [que _ vai convocar uma greve para a próxima semana].

(128) a. Basta [que esse processo dê entrada na secretaria antes do fim de semana].
b. *Esse processo* basta [que _ dê entrada na secretaria antes do fim de semana].

Quando consideramos estas frases, podemos ser levados a pensar que as expressões *o sindicato* e *este processo*, nos exemplos (b) de (127) e (128), são o sujeito sintático da oração principal que tem como predicadores os verbos *parecer* e *bastar*, respetivamente. Contudo, as dúvidas desvanecem-se quando colocamos estas expressões no plural:

(129) a. *Os sindicatos* parece [que _ vão convocar uma greve para a próxima semana].
b. *Esses processos* basta [que _ deem entrada na secretaria antes do fim de semana].

Nestes exemplos, não há concordância entre o verbo da oração subordinante e os sintagmas nominais *os sindicatos* e *esses processos*. Por conseguinte, o sujeito gramatical de *parecer* e *bastar* não é a expressão nominal anteposta, mas sim a oração completiva, tal como nos exemplos correspondentes em (127a) e (128a). Só assim se justifica que o verbo esteja na forma de terceira pessoa do singular quer quando o sintagma nominal anteposto é singular quer quando é plural. Nos exemplos (b) de (127) e (128), bem como nos exemplos de (129), os sintagmas nominais na periferia esquerda são, pois, **tópicos** dessas frases (cf. Cap. 12), mas não são sujeitos gramaticais.

Um outro fenómeno relacionado com o que acabámos de descrever é a possibilidade de um pronome clítico dativo (especialmente no caso de ser um pronome de primeira pessoa do singular referindo-se ao enunciador) ser redobrado por um pronome na forma nominativa, na periferia esquerda, o que acontece em particular com o verbo *parecer*. Os exemplos que se seguem são retirados de *corpora* de língua falada:

(130) a. *eu* parece-*me* [que as pessoas se separam mais]. (CRPC, PF 1276)
b. *eu* parece-*me* [que o peixe nunca está fresco] (CRPC, PF 0262)

Apesar de bastante frequente na fala informal, esta construção é proscrita pelos gramáticos normativos, os quais preferem recomendar o uso da forma oblíqua introduzida pela preposição *a* em vez da forma nominativa (cf. também (125a)):

(131) a. *A mim* parece-*me* que as pessoas se separam mais.
b. *A mim* parece-*me* que o peixe não está fresco.

Verbos psicológicos

Esta classe é formada por verbos intransitivos que exprimem uma atitude avaliativa, subjetiva, perante o estado de coisas descrito; inclui, entre outros, os verbos *agradar*, *apetecer*, *aprazer*, *convir*, *custar*, *desagradar*, *doer*, *importar*, *interessar* e *repugnar*. Todos eles se combinam com um complemento indireto, que designa a entidade portadora da atitude avaliativa (nos exemplos, assinalamos a oração completiva entre parênteses retos e sublinhamos o complemento indireto):

(132) a. *Agrada*-lhes [que os jornais falem desse assunto].
b. *Interessa* ao nosso país [que haja mais investimento estrangeiro].
c. *Custa*-lhe [que os pais vivam longe].

No sistema de papéis temáticos desempenhados pelos argumentos (cf. Cap. 11), este complemento indireto recebe a função temática de experienciador. Com alguns destes verbos, esse argumento é opcional, estando, no entanto, implícito e sendo frequentemente interpretado como designando o enunciador – ou um grupo em que ele se inclua (cf. (133a)) – ou assumindo um valor indefinido, próximo do das expressões *para qualquer pessoa* ou *para as pessoas em geral* (cf. (133b)):

(133) a. *Custa* [que o nosso trabalho não seja reconhecido].
b. *Importa* [que seja mantida a serenidade].

Alguns dos verbos psicológicos desta subsecção são factivos, i.e., pressupõem a verdade da proposição complemento (cf. 36.4). É o caso dos verbos *agradar*, *custar*, *desagradar* e *doer*, entre outros. Considerem-se os seguintes exemplos:

(134) a. *Agrada*-lhes/*Custa*-lhes [que os jornais falem desse assunto].
b. Não lhes *agrada*/*custa* [que os jornais falem desse assunto].
c. *Agrada*-lhes/*Custa*-lhes [que os jornais falem desse assunto]?

Quer a oração principal seja afirmativa, negativa ou interrogativa, mantém-se a implicação de que o enunciador toma como certa a verdade da proposição expressa na oração subordinada; dito por outras palavras, a situação descrita nessa oração é tida como um facto.

Apesar de alguns dos verbos psicológicos desta classe pressuporem a verdade da proposição subordinada, todos selecionam o modo conjuntivo no verbo dessa oração, o que decorre do tipo de atitude afetiva, não epistémica, que veiculam.

Os exemplos citados nesta subsecção envolvem orações subordinadas do tipo declarativo. Porém, alguns verbos desta classe, como, por exemplo, *importar* e *interessar*, podem selecionar orações do tipo interrogativo:

(135) a. Não lhe *interessa*/*importa* [se ela vem ou não].
b. Que me *interessa*/*importa* a mim [quando ela vem]?

36.5.2.2 Orações completivas de sujeito em estruturas transitivas

Nesta subsecção, examinamos as orações completivas de sujeito selecionadas por um verbo transitivo. Dividimos estas estruturas em duas subclasses, separando os verbos psicológicos dos restantes verbos transitivos.

❖ Verbos psicológicos

Esta classe compreende a maior parte dos verbos que indicam uma atitude subjetiva perante um dado estado de coisas, como *admirar*, *alegrar*, *assustar*, *aterrorizar*, *chocar*, *divertir*, *encantar*, *enojar*, *escandalizar*, *incomodar*, *magoar*, *perturbar*, *preocupar*, *surpreender*, etc.

Do ponto de vista semântico, estes verbos assemelham-se aos verbos psicológicos descritos na subsecção anterior, mas distinguem-se destes do ponto de vista sintático, dado que o argumento experienciador é o complemento direto e não o complemento indireto (nos exemplos que se seguem, sublinhamos este argumento):

(136) a. *Incomoda*-as/*Magoa*-as [que não se tenham lembrado delas].
b. *Surpreendeu*-o/*Assustou*-o [que o diretor quisesse falar com ele pessoalmente].
c. *Diverte*-os/*Encanta*-os [que digam essas coisas].

Nestes exemplos, o pronome na forma acusativa designa o experienciador, e a flexão verbal está na terceira pessoa do singular, em concordância com o sujeito, a oração completiva. Em todas as frases de (136), o sujeito oracional corresponde ao argumento que designa a causa do estado psicológico vivenciado pela entidade representada pelo argumento com a função de complemento direto.

Apesar de selecionarem um complemento direto, estes verbos apresentam restrições relativamente à possibilidade de passivização (cf. Cap. 13). De uma forma geral, as orações passivas verbais ocorrem apenas nos casos em que o sujeito da oração ativa correspondente é agentivo e, por consequência, um sintagma nominal [+animado] (cf. (137)); caso contrário, apenas é permitida uma oração passiva adjetival resultativa (cf. Cap. 13), como em (138):

(137) a. Eu fui {assustada/perturbada/magoada} pelo Carlos. (cf. a oração ativa correspondente *o Carlos* {*assustou-me/perturbou-me/magoou-me*})
b. *Eu fui {assustada/perturbada/magoada} pela notícia. (cf. a oração ativa correspondente *a notícia* {*assustou-me/perturbou-me/magoou-me*})

(138) Eu fiquei {assustada/perturbada/magoada} com a notícia.

Do mesmo modo, quando o sujeito da frase ativa é uma oração, apenas a construção passiva adjetival é admitida, como se exemplifica em (139b,c), correspondentes a (139a) (que repete (136b))[20]:

(139) a. *Surpreendeu-*o*/*Assustou-*o [que o diretor quisesse falar com ele pessoalmente].
b. Ele ficou surpreendido [que o diretor quisesse falar com ele pessoalmente].
c. *Ele foi surpreendido por [que o diretor quisesse falar com ele pessoalmente].

Grande parte dos verbos psicológicos descritos nesta subsecção são factivos. Assim, todas as frases de (140) implicam a verdade da proposição 'o novo diretor está aí'.

(140) a. Incomoda-me/Admira-me [que o novo diretor esteja aí].
b. Não me incomoda/admira [que o novo diretor esteja aí].
c. Incomoda-te/Admira-te [que o novo diretor esteja aí]?

Apesar de a veracidade da proposição complemento ser pressuposta, todos os verbos desta classe selecionam o modo conjuntivo na oração subordinada, facto que se deve ao tipo de atitude avaliativa que veiculam.

Finalmente, no que respeita ao tipo de oração selecionado, estes verbos podem combinar-se quer com orações do tipo declarativo (cf. os exemplos acima) quer com orações do tipo exclamativo (cf. (141)):

(141) a. Surpreende-me [*quantas* casas ele tem].
b. Preocupa-nos [*como* ela anda cansada].

❖ Verbos inferenciais e causativos

Incluímos na primeira destas duas classes os verbos transitivos que indicam a inferência de uma situação a partir de outra, expressas, respetivamente, pelo sujeito e pelo

[20] Outra forma de construir uma oração passiva adjetival, mais formal, para estes exemplos, consiste no emprego de uma nominalização por meio da expressão nominal *o facto de*, como na frase *ele ficou surpreendido com o facto (de)* [*que o diretor quisesse falar com ele pessoalmente*] (compare-se com (139b)).

complemento direto. Esta classe inclui os verbos *demonstrar*, *ilustrar*, *indicar*, *mostrar*, *refletir*, *revelar*, *significar* e *sugerir*, entre outros com sentido afim. Os exemplos que se seguem ilustram o emprego de orações completivas de sujeito com estes verbos:

(142) a. [Que tenham aparecido tantas pessoas na manifestação] {*revela/indica/mostra*} o grau de descontentamento dos trabalhadores.
b. [Que não me tenham telefonado até agora] *significa/sugere* que não consegui o emprego.
c. [Que haja desinteresse] *reflete* o não envolvimento de todos neste projeto desde o início.

Como se pode verificar, a posição preferencial da oração completiva, nestes casos, é pré-verbal, uma vez que estes verbos exprimem uma relação entre a proposição expressa na oração sujeito e a situação descrita pelo complemento direto (que pode ser também uma oração, como em (142b)).

Quando estes verbos ocorrem com uma oração completiva de sujeito, pressupõe-se a verdade da proposição expressa por essa oração. Com efeito, nos exemplos citados, a oração subordinada é parafraseável por um sintagma nominal tendo como núcleo o nome *facto*:

(143) a. [O facto de [que tenham aparecido tantas pessoas na manifestação]] {*revela*/*indica*/*mostra*} o grau de descontentamento dos trabalhadores.
b. [O facto de [que não me tenham telefonado até agora]] *significa*/*sugere* que não consegui o emprego.
c. [O facto de [que haja desinteresse]] *reflete* o não envolvimento de todos neste projeto desde o início.

Os verbos de sentido causativo, como *impedir*, *influenciar*, *levar* (*a*) ou *permitir*, não admitem facilmente orações finitas como sujeito. Assim, repare-se que os seguintes exemplos não são aceitáveis:

(144) a. ??[Que a Maria esteja a trabalhar à noite] impede-nos de conviver.
b. ??[Que o Carlos tenha muito tempo livre] permite-lhe viajar.
c. ??[Que o Rui tenha tido uma discussão com o patrão] levou-o a despedir-se.

Convém salientar que, quando a oração completiva é nominalizada, i.e., inserida num sintagma nominal que tem como núcleo o nome *facto* (entre outros do mesmo tipo), o resultado é uma frase gramatical:

(145) a. [O facto de [que a Maria esteja/está a trabalhar à noite] impede-a de conviver.
b. [A circunstância de [que o Carlos tem/tenha muito tempo livre]] permite-lhe viajar.
c. [O facto de [que o Carlos tenha tido uma discussão com o patrão]] levou-o a despedir-se.

36.5.2.3 Orações completivas de sujeito com locuções verbais

As orações completivas de sujeito finitas ocorrem com frequência em construções transitivas formadas por um verbo de suporte (ou "verbo leve"; cf. Cap. 28) e

uma expressão nominal sem determinante, como *dar alegria*, *dar pena*, *fazer falta*, *fazer medo*, *fazer raiva*, *meter dó*, *meter medo*, *ter graça*. Estas locuções verbais podem combinar-se ou não com um complemento indireto. De uma forma geral, a posição preferencial da oração completiva finita é à direita da locução verbal:

(146) a. Mete-me medo [que ela reaja assim].
b. Teria graça [que eles não aparecessem].
c. Faz-me falta [que ela esteja aqui].

Uma vez que estas expressões exprimem uma atitude afetiva e/ou avaliativa perante o estado de coisas descrito, o modo selecionado é o conjuntivo.

36.5.3 Orações completivas de sujeito selecionadas por adjetivos, nomes e advérbios

É em estruturas predicativas com verbos de cópula que é mais frequente encontrar orações completivas de sujeito selecionadas por adjetivos (cf. (147)), nomes (cf. (148)) e advérbios (cf. (149)):

❖ Oração completiva de sujeito selecionada por um adjetivo

(147) a. É {*claro*/*certo*/*evidente*} [que o carro não pega sem gasolina].
b. É *possível* [que o orçamento não seja aprovado].
c. É {*fundamental*/*desejável*/*conveniente*} [que tu me compreendas bem].
d. É *lamentável/triste* [que o casal não possa ver o filho].

❖ Oração completiva de sujeito selecionada por um nome

(148) a. É *verdade* [que ela está doente].
b. É um *facto* [que o número de candidatos às universidades está a descer].
c. [Que ele venha] é uma *possibilidade*.
d. É uma *pena/tristeza* [que não possas passar o Natal connosco].

❖ Oração completiva de sujeito selecionada por um advérbio[21]

(149) a. Está *mal* [que ela entre sem avisar].
b. Parece *bem* [que o vás cumprimentar].

Nestes exemplos, o predicador da oração principal é o adjetivo, nome ou advérbio em itálico, que se combina com um verbo de cópula (cf. Cap. 30), *ser* (cf. (147) e (148)), *estar* (cf. (149a)) ou *parecer* (cf. (149b)); esse predicador, por sua vez, atribui uma propriedade ao estado de coisas descrito pela oração subordinada finita, que desempenha a função gramatical de sujeito.

Os predicadores que indicam uma atitude de conhecimento ou crença na verdade da proposição subordinada selecionam o modo indicativo. É o caso dos adjetivos *certo*, *claro*, *evidente*, ou dos nomes *certeza*, *evidência*, *facto*, *verdade*. O modo conjuntivo é selecionado (i) por predicadores que exprimem um grau de crença fraco, como os adjetivos *duvidoso* e *possível*, ou nomes como *possibilidade*; (ii) por

[21] São poucos os advérbios que selecionam orações completivas com a função de sujeito. Para além disso, não existem casos em que uma oração completiva com a função de sujeito seja selecionada por uma preposição (cf. Nota 4).

predicadores que estão associados a outros valores modais, como os adjetivos *conveniente*, *desejável*, *fundamental*, entre outros, os nomes como *pena*, *tristeza*, etc., e os advérbios como *bem* ou *mal*, entre outros.

Como vimos em 36.2, podem ocorrer nestes contextos orações completivas do tipo interrogativo (cf. (150)) ou do tipo exclamativo (cf. (151)), para além do declarativo, como em (147)-(149):

(150) a. Não é certo/seguro [se o Pedro vem ou não].
b. Não é claro [quando chegam os resultados da avaliação].

(151) a. É incrível [como ela cresceu desde a última vez que a vi].
b. Parece mentira [quanta asneira ela disse].

[2] **As construções copulativas especificativas**
Um tipo de construção copulativa que não deve ser confundido com o que acabámos de descrever é aquele em que a oração completiva finita não é o sujeito, mas sim o predicativo do sujeito. Os seguintes exemplos ilustram este tipo de construção:

(i) a. A verdade é [que vai haver eleições no próximo ano].
b. O facto é [que eles não conseguem trabalhar em equipa].
c. O certo é [que ninguém sabe o que fazer].
d. O meu conselho é [que fiques em casa].
e. A nossa decisão é [que o réu está inocente].

Convém salientar, contudo, que não é inteiramente adequado afirmar que, nestes casos, a cópula *ser* estabelece uma relação de predicação entre a oração completiva e o sujeito, visto que, em rigor, não há predicação nestas frases. Por outras palavras, a oração completiva, nestes exemplos, não atribui nenhuma propriedade à entidade abstrata representada pelo sujeito (como seria o caso, p.e., do predicador sublinhado na frase *o meu conselho foi sensato*), mas limita-se antes a especificar, ou explicitar, o próprio conteúdo dessa entidade (p.e., no caso de (id), o conteúdo do conselho em causa é 'que fiques em casa').

Esta diferença de significado entre especificação e predicação é visível quando comparamos o significado de (ia), p.e., com o da frase *é verdade que vai haver eleições no próximo ano*, em que há predicação: neste caso, atribui-se à proposição 'vai haver eleições' (o sujeito da frase) a propriedade de ser verdade. As construções do paradigma (i) são chamadas "orações copulativas especificativas" (cf. também 36.7.3.2).

36.6 Orações completivas com a função de complemento selecionadas por verbos: completivas de objeto e completivas oblíquas

Nesta secção são examinadas as orações completivas que ocorrem como complemento de um verbo. Estas orações subdividem-se em dois tipos consoante a função particular que desempenham: (i) as completivas de objeto, que exercem a função de complemento direto (cf. (152a)); e (ii) as completivas oblíquas, que são, tipicamente, regidas de preposição (cf. (152b)).

(152) a. O funcionário garantiu [que fora enganado].
b. Todos concordam em [que se venda a casa].

Nas duas subsecções que se seguem examinamos cada um destes dois tipos de oração completiva.

36.6.1 Orações completivas de objeto

Dado que desempenham a função gramatical de complemento direto, as orações completivas de objeto possuem duas propriedades sintáticas, relacionadas entre si:

(i) Podem ser substituídas quer por um pronome átono invariável na forma acusativa, o pronome *o*, quer por um demonstrativo tónico invariável como *isso*:

(153) a. Eu sabia-*o*. (cf. *eu sabia <u>que a reunião fora adiada</u>*)
b. Eu sabia *isso*.

(154) a. O locutor afirmou-*o*. (cf. *o locutor afirmou <u>que a reunião fora adiada</u>*)
b. O locutor afirmou *isso*.

(ii) Podem passar a sujeito da oração passiva correspondente (recorde-se que a posição preferencial para as completivas de sujeito é à direita do predicado):

(155) a. Era sabido [que a reunião fora adiada].
b. Foi afirmado na sessão [que a reunião fora adiada].

Na próxima subsecção, faremos uma apresentação sumária das subclasses de verbos que selecionam completivas de objeto e em 36.6.1.2 estudaremos certos fenómenos que afetam a realização do complementador, como a sua supressão ou reduplicação.

36.6.1.1 Subclasses de verbos que selecionam orações completivas de objeto

Nesta subsecção agrupamos em classes os verbos que selecionam orações completivas de objeto finitas e fazemos uma breve descrição das propriedades mais significativas de cada classe.

❖ Verbos de conhecimento e de desconhecimento

Estes verbos exprimem conhecimento ou desconhecimento de um facto. Entre os verbos de conhecimento encontram-se *adivinhar*, *compreender*, *constatar*, *demonstrar*, *descobrir*, *mostrar*, *notar*, *observar*, *perceber*, *provar*, *reconhecer*, *reparar*, *saber*, *testemunhar*, *topar*, *verificar*; os verbos que exprimem desconhecimento incluem *esquecer* e *ignorar*, entre outros.

Os predicadores verbais desta classe são binários, ou seja, selecionam dois argumentos, o sujeito e a oração complemento:

(156) a. Ele {*descobriu*/*notou*/*verificou*} [que ela estava a mentir].
b. Todos *sabiam*/*compreendiam* [que a empresa estava na falência].
c. O jornalista *percebeu*/*reconheceu* [que o iam processar].

Os verbos que indicam uma atitude de conhecimento selecionam o modo indicativo se a oração subordinante é afirmativa; nos casos em que a oração

subordinante é negativa, tanto pode ocorrer o modo conjuntivo como o indicativo na subordinada:

(157) a. Ele não {*descobriu*/*notou*/*verificou*} que ela estava a mentir.
b. Ele não {*descobriu*/*notou*/*verificou*} que ela estivesse a mentir.

Da mesma forma, os verbos que indicam desconhecimento podem selecionar quer o modo conjuntivo quer o modo indicativo na oração subordinada:

(158) a. O jornalista *ignorava*/*desconhecia* que o iam processar.
b. O jornalista *ignorava*/*desconhecia* que o fossem processar.

Tal como já foi observado em 36.3 (cf. também o Cap. 19), a opção pelo modo indicativo na oração subordinada torna explícito o elevado grau de compromisso, por parte do locutor, com a veracidade da proposição complemento.

Os verbos deste grupo são, na sua maioria, factivos, i.e., permitem inferir que a verdade da proposição expressa na oração completiva é assumida pelo falante, independentemente de a oração ser asserida, interrogada ou negada (cf. (159)):

(159) a. Ele {*ignorava*/*adivinhou*/*percebeu*} que ela estava a mentir.
b. Ele {*ignorava*/*adivinhou*/*percebeu*} que ela estava a mentir?
c. Ele não {*ignorava*/*adivinhou*/*percebeu*} que ela estava a mentir.

Com um número restrito de verbos desta classe, há implicação e não pressuposição da veracidade da proposição complemento. É o caso de *demonstrar*, *provar* ou *verificar*. Assim, a frase afirmativa (160a) garante a verdade da proposição expressa pela oração subordinada (i.e., 'ela estava a mentir'), mas essa inferência não existe nem na frase interrogativa (cf. (160b)) nem na frase negativa (cf. (160c)):

(160) a. A polícia {*demonstrou*/*verificou*/*provou*} que ela estava a mentir.
b. A polícia {*demonstrou*/*verificou*/*provou*} que ela estava a mentir?
c. A polícia não {*demonstrou*/*verificou*/*provou*} que ela estivesse a mentir.

Para além de selecionarem orações subordinadas declarativas, alguns verbos desta classe combinam-se com orações subordinadas interrogativas (cf. (161)) e/ou exclamativas (cf. (162)):

(161) a. Ainda não descobrimos [a que horas eles chegam].
b. Verifica, por favor, [quanto custou o carro].
c. Adivinha [o que eu comprei na Feira da Ladra].

(162) a. Acabo de verificar [como é grande o edifício da Câmara].
b. O Pedro descobriu [quão furiosa ela estava].
c. Todos perceberam [quanto dinheiro fora gasto inutilmente].

❖ Verbos de crença e de descrença

Estes verbos exprimem crença ou descrença numa proposição. No primeiro grupo incluem-se *achar*, *acreditar*, *admitir*, *assumir*, *calcular*, *concluir*, *considerar*, *imaginar*, *inferir*, *julgar*, *pensar*, *pressentir*, *presumir*, *prever*, *sentir*, *supor* e *suspeitar*; no segundo, *desconfiar* e *duvidar*, entre outros.

Tal como os verbos de conhecimento e de desconhecimento, também estes verbos se combinam apenas com dois argumentos: o sujeito e a oração complemento. Uma vez que estão associados a valores de crença, selecionam o modo indicativo na maior parte dos casos, mas também podem admitir o conjuntivo (cf. (163b)):

(163) a. Ela *pensa/julga* [que o café lhe provoca dores de cabeça].
b. Ela *pensa/julga* [que o café lhe provoque dores de cabeça][22].

A escolha de um modo ou de outro depende do grau de crença na verdade da proposição expressa na oração completiva. O emprego do modo conjuntivo indica reduzida confiança na verdade da proposição expressa nessa oração; pelo contrário, o modo indicativo está associado à expressão de um elevado grau de crença na verdade da proposição expressa pela oração complemento.

Previsivelmente, os verbos que exprimem descrença numa proposição selecionam o modo conjuntivo:

(164) *Duvido/Desconfio* que eles apareçam.

Todos estes verbos são não factivos (cf. 36.4).

Verbos declarativos

Estes verbos denotam um ato de fala assertivo. O grupo inclui *admitir*, *afirmar*, *anotar*, *anunciar*, *apregoar*, *asserir*, *clamar*, *confessar*, *confirmar*, *declarar*, *dizer*, *esclarecer*, *explicar*, *frisar*, *informar*, *mencionar*, *murmurar*, *negar*, *objetar*, *precisar*, *proclamar*, *reclamar*, *referir*, *replicar*, *responder* e *retorquir*, entre outros.

Alguns verbos deste grupo, como *admitir*, *apregoar*, *asserir* ou *frisar*, são predicadores de dois lugares (i.e., que selecionam dois argumentos), mas outros, como *confessar*, *dizer* ou *explicar*, selecionam, para além do sujeito e da oração subordinada, um complemento indireto opcional. No sistema de funções semânticas atribuídas aos argumentos (cf. Cap. 11), este terceiro argumento desempenha o papel temático de destinatário (do ato declarativo). Nos casos em que o complemento indireto não é expresso, está presente de forma implícita:

(165) a. O réu *confessou*/*disse* (ao advogado) [que tinha mentido].
b. O professor *explicou*/*comunicou* (aos alunos) [que os horários iriam ser alterados].

O modo selecionado por estes verbos, quando são o núcleo de uma oração afirmativa, é o indicativo (cf. (165)). Quando são o núcleo de uma oração negativa, ambos os modos podem ocorrer, dependendo da atitude veiculada pelo enunciador: a opção pelo modo indicativo sugere que o enunciador se compromete com a veracidade da proposição complemento (compare-se (166a) com (166b)):

(166) a. O réu não confessou/disse (ao advogado) que tinha mentido.
b. O réu não confessou/disse (ao advogado) que tivesse mentido.

[22] Alguns falantes não aceitam o modo conjuntivo na oração subordinada a *pensar*.

Da mesma maneira, os verbos de sentido negativo, como *negar* ou *rejeitar*, selecionam normalmente o modo conjuntivo na oração subordinada (cf. (167a)), embora possam também admitir o modo indicativo (cf. (167b)):

(167) a. O réu negou/rejeitou [que tivesse mentido].
b. O réu negou/rejeitou [que tinha mentido].

Mais uma vez, verifica-se que o emprego do modo indicativo na oração subordinada indica a admissão da veracidade da proposição complemento por parte do enunciador.

Alguns destes verbos tomam complementos oracionais do tipo interrogativo (cf. (168)) e exclamativo (cf. (169)), para além do declarativo:

(168) a. Já te disseram [quando chegam]?
b. Os trabalhadores ainda não confirmaram [se fazem greve].

(169) a. Disseram-me [quão incomodado ele ficou depois da reunião].
b. O comentador referiu [quantas dificuldades teremos pela frente].

❖ Verbos de ficção

Este grupo inclui os verbos *fantasiar*, *fingir*, *imaginar*, *inventar* e *sonhar*, entre outros.

Os verbos desta classe caracterizam-se por introduzirem situações não factuais, i.e., que não são (necessariamente) verdadeiras no mundo real. São predicadores de dois lugares, i.e., selecionam apenas dois argumentos:

(170) a. Sonhei [que estava na praia].
b. Imagine-se [que o partido que está no Governo não tinha ganhado as eleições].
c. A criança fingiu [que estava doente].

Estes verbos selecionam o modo indicativo (cf. a impossibilidade de **sonhei/fingi que estivesse na praia*), apesar de a proposição complemento não ser tida como verdadeira no mundo real. No caso de *fingir*, em particular, a proposição complemento é necessariamente falsa no mundo real[23].

❖ Verbos diretivos

Estes verbos denotam um ato de fala diretivo[24]. O grupo inclui *exigir*, *implorar*, *lembrar*, *mandar*, *ordenar*, *pedir*, *permitir*, *proibir*, *sugerir* e *suplicar*, entre outros.

Estes verbos são, na sua maioria, ditransitivos, i.e., são verbos transitivos que selecionam (opcionalmente) um complemento indireto, para além do sujeito e da oração completiva com a função de complemento direto (cf. (171) e também o Cap. 28). O complemento indireto tem o papel temático de destinatário e pode estar expresso (cf. (171a)) ou implícito (cf. (171b)). O modo selecionado por estes verbos é sempre o conjuntivo.

---

[23] Sobre as razões da seleção do modo indicativo por estes verbos, cf. Cap. 19.
[24] Estes verbos são chamados "declarativos de ordem" em Faria (1974).

(171) a. A Maria *pediu*/*exigiu* ao Pedro [que se demitisse].
b. A Câmara Municipal *proibiu*/*permitiu* [que fossem afixados cartazes na praça].

[3] Para além dos verbos mencionados acima, inclui-se também nesta classe o verbo *dizer*, quando é usado com sentido diretivo, como se ilustra a seguir:

(i) a. A professora *disse* ao funcionário [que abrisse as portas da sala].
b. A mulher *disse* ao homem [que a deixasse em paz].

Quando o verbo *dizer* é usado com um sentido diretivo, o modo selecionado na oração completiva é o conjuntivo.

Os exemplos em (i) são equivalentes aos de (ii), em que a oração completiva é infinitiva e regida pela preposição *para* (sobre o estatuto desta preposição nestes contextos, cf. Cap. 37):

(ii) a. A professora disse ao funcionário [*para* abrir as portas da sala].
b. A mulher disse ao homem [*para* a deixar em paz].

Um outro verbo que tem um comportamento semelhante a *dizer* (na sua aceção de verbo diretivo) é *pedir*: sempre que o seu complemento é uma oração infinitiva, a preposição *para* é obrigatória: cf. *a Maria pediu ao Pedro para se demitir* (compare-se este exemplo com **a Maria pediu ao Pedro se demitir*).

Regra geral, a preposição *para* não ocorre em orações completivas finitas selecionadas pelos verbos *pedir* (cf. (171a)) ou *dizer* (cf. (i)). No entanto, não é raro encontrarem-se exemplos em que este tipo de construção ocorre quer na fala quer na escrita. A seguir, mencionamos algumas das atestações encontradas em *corpora*:

(iii) a. Não foi isso que eu disse! Aliás escrevi uma carta ao director do J.N. em que lhe dizia *para que* ouvisse a gravação. (CRPC, *O Independente*)
b. A minha mãe pediu-nos *para que* lhe marcássemos uma consulta. (CRPC, A. Magalhães, *Vampiro*)
c. No final do ano passado, o município pediu *para que* o queijo voltasse a ser produzido no concelho. (CRPC, *Expresso*)

Apesar de, nestes casos, a oração ser introduzida pela preposição *para*, não é um complemento oblíquo, dado que não é possível substituí-la por um pronome regido por essa preposição (cf. **escrevi uma carta ao diretor do JN em que lhe dizia para isso*; **a minha mãe pediu-nos para isso*). A única forma de pronominalizar a oração é substituir toda a sequência que inclui a preposição *para* e a oração por um pronome com a função de complemento direto (cf. *escrevi uma carta ao diretor do JN em que lhe dizia isso*; *a minha mãe pediu-nos isso*). Estes factos sugerem que a oração é complemento direto em todos estes exemplos e que a forma *para* está contida no *interior* da oração subordinada. Dito por outras palavras, *para* não é uma preposição nestes casos, mas sim uma conjunção que, juntamente com o complementador *que*, forma uma locução conjuncional (*para que*).

Um aspeto que caracteriza todos os predicadores verbais desta classe é o facto de a situação descrita na oração subordinada ser temporalmente localizada num intervalo de tempo posterior ao tempo da situação descrita na oração subordinante. Por esta razão, estes verbos são também designados de **verbos prospetivos**.

Uma outra propriedade partilhada por estes verbos é a impossibilidade de o sujeito da oração subordinada ter o mesmo referente que o sujeito da oração principal, no que contrastam com os verbos declarativos, de conhecimento ou de crença, como se descreve a seguir.

Nos exemplos de (172) e de (173), o sujeito da oração subordinada finita é nulo (cf. Cap. 43; representa-se aqui esse sujeito com a notação "[-]"). Geralmente, quando o sujeito de uma oração subordinada finita é nulo, o seu antecedente pode ser um argumento da oração subordinante. Nos exemplos de (172), em que o verbo da oração principal é, respetivamente, declarativo e de crença (ambos de sentido negativo), o sujeito nulo da oração subordinada pode ter como antecedente o sujeito da oração principal, respetivamente o sintagma nominal *a Maria* (em (172a)) e o pronome *eu* (em (172b))[25]:

(172) a. A Maria negou [que [-] tivesse mentido].
b. Eu duvido [que [-] assine esse documento ainda hoje].

Com os verbos diretivos, porém, o sujeito nulo da oração subordinada não pode tomar como antecedente o sujeito da oração principal (i.e., não podem ser correferentes), como se ilustra em (173):

(173) a. A Maria pede [que [-] examine o que se passa].
b. O Pedro exige [que [-] assine esse documento ainda hoje].

Nestes exemplos, o referente do sujeito nulo é forçosamente uma entidade diferente daquela que é referida pelo sujeito da oração principal (ou seja, não pode ser nem a Maria nem o Pedro, respetivamente).

[4] Esta restrição desaparece, para muitos falantes, quando a oração subordinada está na voz passiva (com o verbo auxiliar *ser*) ou quando contém um verbo auxiliar modal. Assim, em (i), é mais aceitável que o sujeito nulo da oração subordinada tome como antecedente o sujeito da oração principal (ou seja, admite-se que a entidade por ele referida possa ser a Maria ou o falante, respetivamente):

(i) a. A Maria pediu [que [-] fosse já examinada pelo médico].
b. Eu exijo [que [-] possa assinar esse documento ainda hoje].

Em todo o caso, é sempre mais natural usar a forma infinitiva na oração subordinada sempre que o seu sujeito toma como antecedente o sujeito da oração subordinante (cf. *a Maria pediu* [*para* [-] *ser já examinada pelo médico*]; *eu exijo* [[-] *poder assinar esse documento ainda hoje*], etc.).

Verbos compromissivos

Neste grupo incluem-se verbos como *ameaçar*, *combinar*, *decidir*, *jurar* ou *prometer*. Semanticamente, estes verbos estão associados à expressão de um compromisso, por parte do sujeito da oração principal, em executar uma ação futura.

Estes verbos têm em comum com os diretivos o facto de serem prospetivos, i.e., a situação descrita na oração subordinada é orientada para um tempo posterior ao

[25] Em alternativa, esse sujeito pode referir uma outra entidade, diferente do sujeito da oração principal, previamente introduzida no discurso, ainda que essa leitura seja marginal para alguns falantes: cf. *relativamente ao seu filho, a Maria negou que* [-] *tivesse mentido*.

do evento descrito na oração subordinante. Porém, contrariamente àqueles, não selecionam o modo conjuntivo, podendo o verbo da oração subordinada ocorrer quer no imperfeito do indicativo quer no condicional:

(174) a. Ele *prometeu/jurou* à mãe [que chegava/chegaria a casa antes da meia-noite].
b. Ele {*ameaçou/decidiu/combinou*} [que ia/iria acordar toda a gente às seis da manhã].

A opção pelo imperfeito do indicativo ou pelo condicional, nestes casos, deve-se ao facto de a entidade designada pelo sujeito da subordinante se comprometer com a veracidade da proposição complemento.

Verbos avaliativos

Neste grupo incluem-se verbos como *aceitar*, *aprovar*, *desaprovar*, *detestar*, *lamentar*, *louvar*, *recear*, *reprovar*, *suportar*, *temer* e *tolerar*, entre outros.

Estes verbos indicam uma atitude avaliativa perante uma situação. São predicadores de dois lugares e exigem que o verbo da oração complemento esteja no modo conjuntivo:

(175) a. *Lamento/Detesto* [que o João tenha decidido sair do país].
b. O médico *receia/teme* [que não haja cura para o seu estado].

À exceção de *recear* e *temer*, todos os verbos avaliativos mencionados aqui são factivos, i.e., do seu uso infere-se que a verdade da oração completiva é tida como não controversa pelo falante (cf. 36.4). Assim, a partir de (175a), é legítimo inferir que é um facto que o João decidiu sair do país. Esse tipo de inferência, contudo, não é válida em (175b).

Apesar de pressuporem a veracidade da proposição complemento, os verbos da subclasse a que pertence *lamentar* selecionam o modo conjuntivo, facto que se deve ao tipo de atitude que veiculam, que é de natureza avaliativa e não epistémica (cf. 36.3 e o Cap. 19).

Verbos volitivos

Estes verbos estão associados à expressão de um desejo ou vontade. O grupo inclui *desejar*, *esperar*, *preferir*, *pretender*, *querer*, *tencionar* e outros verbos que, de algum modo, incluem a noção de volição como parte do seu significado, como é o caso de *conseguir*, *procurar*, *tentar*, etc.

Estes verbos combinam-se também com dois argumentos e selecionam sempre o modo conjuntivo no verbo da oração subordinada. São também verbos prospetivos: a situação descrita na oração subordinada está localizada num intervalo de tempo posterior ao tempo de localização da situação descrita na subordinante:

(176) a. {*Quero/Espero/Prefiro*} [que o Paulo saia já do país].
b. *Tentei/Consegui* [que eles desistissem da viagem].

[5] O verbo *conseguir* distingue-se dos restantes verbos citados nesta lista por implicar a verdade da proposição complemento. Considerem-se os seguintes exemplos:

(i) a. A Maria conseguiu que o teste fosse adiado.
b. O teste foi adiado.

A proposição expressa em (ia) implica a proposição expressa em (ib) (cf. a inconsistência de **a Maria conseguiu que o teste fosse adiado, mas o teste não foi adiado*). Para além disso, a negação de (ia), *a Maria não conseguiu que o teste fosse adiado*, traz consigo a implicatura (cf. Cap. 14, Nota 10) de que (ib) é falsa. Os predicadores que têm um comportamento semelhante a *conseguir* são classificados de **implicativos** (esta designação deve-se a Karttunen 1971). À exceção de *conseguir*, os verbos implicativos ocorrem tipicamente com orações infinitivas (é o caso de *ousar* e *lembrar-se* (*de*), entre outros).

Os verbos desta classe partilham com os diretivos o facto de não tolerarem que o sujeito nulo da oração complemento tenha como antecedente o sujeito da oração subordinante, como se ilustra em (177):

(177) a. O Pedro {*quer/espera/prefere*} [que [-] vá hoje ao médico].
b. Eu *tentei/consegui* [que [-] saísse mais cedo hoje].

Assim, em (177a), o referente do sujeito nulo da oração subordinada não pode ser o Pedro, e em (177b) não pode ser o falante (ou seja, tem de ser uma entidade diferente destas). Para que haja correferência, tem de ser usada a forma infinitiva na oração completiva (cf. *o Pedro* {*quer/espera/prefere*} [*ir hoje ao médico*]; *eu tentei/consegui* [*sair mais cedo hoje*]).

Comparem-se agora os exemplos de (177) com os do paradigma (178), nos quais o verbo da oração principal pertence a uma classe diferente (em (178a) é um verbo declarativo e, em (178b), um verbo de crença):

(178) a. A Maria negou [que [-] tivesse mentido].
b. Eu duvido [que [-] assine esse documento ainda hoje].

Nestes exemplos, os dois sujeitos podem ser correferentes, o que sugere que a restrição interpretativa manifestada em (177) se deve à natureza do verbo que seleciona a oração completiva e não ao emprego do modo conjuntivo.

[6] Como já se observou relativamente aos verbos diretivos (cf. a discussão do paradigma (173)), também com muitos verbos desta classe a restrição em causa desaparece (pelo menos para alguns falantes) quando a oração subordinada contém um auxiliar modal ou está na voz passiva. Assim, os exemplos que se seguem admitem uma interpretação em que os dois sujeitos são correferentes:

(i) a. Eu *espero* [que [-] possa sair mais cedo hoje].
b. A Maria *prefere* [que [-] seja examinada pelo médico ainda hoje].
c. Ela *conseguiu* [que [-] fosse atendida logo].

Com os verbos *querer* e *tentar*, há uma maior resistência à possibilidade de correferência, mesmo nos contextos em que há um verbo auxiliar modal ou uma construção passiva na oração subordinada:

(ii) a. [O Pedro] *quer* [que [-] seja atendido ainda hoje].
b. [O João] está a *tentar* [que [-] possa sair mais cedo hoje].

❖ Verbos de inquirição

Este grupo inclui verbos como *averiguar*, *inquirir* ou *perguntar*.

Estes verbos selecionam exclusivamente orações interrogativas indiretas no modo indicativo (cf. 36.3):

(179) a. A polícia *perguntou* [quantos carros foram assaltados naquela noite].
b. Ando a *averiguar* [quem é o responsável pela situação].

❖ Verbos de perceção

Neste grupo incluem-se os verbos *ouvir*, *pressentir*, *sentir* e *ver*.

Estes verbos estão associados à expressão de sensações, em sentido lato. São predicadores de dois lugares e selecionam o modo indicativo na oração subordinada:

(180) a. *Senti* [que havia pessoas no jardim].
b. *Vimos* [que a chuva caía].

Tal como já foi referido na secção 36.1, quando os verbos semanticamente associados à expressão de sensações se combinam com orações subordinadas de tempo finito, descrevem estados mentais do plano da cognição, por oposição ao plano das experiências ou das sensações. Assim, compare-se o exemplo (180b) com (181), que contém uma oração infinitiva:

(181) *Vimos* a chuva (a) cair.

Para que a proposição expressa em (181) seja verdadeira, é necessário que o sujeito tenha presenciado a chuva (a) cair. Essa exigência, porém, não se aplica ao exemplo (180b), uma vez que esta frase é perfeitamente compatível com uma situação em que o sujeito não viu chover mas deduziu que chovia a partir de outros sinais (cf., por exemplo, *vimos que a chuva caía porque a rua estava toda molhada e as pessoas tinham os guarda-chuvas abertos*).

Para além disso, 'ver a chuva (a) cair' descreve uma experiência que não exige o conhecimento do que é a chuva, enquanto 'ver que a chuva cai' exige esse conhecimento: só um indivíduo que saiba o que é a chuva pode ver que a chuva cai, no sentido cognitivo. É por isso que afirmamos que, sempre que os verbos de perceção se combinam com orações subordinadas finitas, exprimem estados mentais do plano da cognição, i.e., atitudes proposicionais[26].

Os verbos de perceção podem combinar-se com orações completivas do tipo declarativo (cf. (180)), interrogativo (cf. (182a)) ou exclamativo (cf. (182b)):

(182) a. Ouviste [se ela precisava de alguma coisa]?
b. Todos vimos [quão perturbados eles estão].

❖ Verbos inferenciais e verbos causativos

Estas classes já foram mencionada em 36.5.2.2, no contexto da descrição dos verbos que selecionam orações completivas com a função de sujeito.

A classe dos verbos inferenciais inclui *demonstrar*, *ilustrar*, *indicar*, *mostrar*, *refletir*, *revelar*, *significar* e *sugerir*, entre outros com sentido afim. Os exemplos que se seguem ilustram o emprego destes verbos com orações completivas de objeto:

[26] Sobre o conceito de atitude proposicional, cf. 36.2.1. Sobre a distinção entre experiências e atitudes proposicionais no âmbito da filosofia da linguagem, cf. Branquinho e Murcho (2001).

(183) a. A dimensão da manifestação {*revela/indica/mostra*} [que os trabalhadores estão descontentes].
b. Que não me tenham telefonado até agora *significa/sugere* [que não consegui o emprego].
c. O vosso desinteresse *reflete* [que não se envolveram até ao fundo na situação].

Os verbos causativos, como *causar*, *deixar*, *evitar*, *impedir*, *originar*, *permitir* e *provocar*, estabelecem um nexo de causalidade entre o sujeito e um complemento oracional. Tal como os inferenciais, estes verbos também podem ocorrer com uma oração completiva de objeto, como se ilustra a seguir:

(184) a. O aquecimento global {*causa/origina/provoca*} [que o nível do mar suba].
b. O frio não *deixou/permitiu* [que as flores desabrochassem].

Nestes exemplos, o sujeito da oração subordinante desempenha o papel temático de causa do estado de coisas descrito na oração subordinada. No caso dos verbos *deixar* e *permitir*, a relação de causalidade é estabelecida graças a uma componente negativa associada à ideia de não interferência, por parte do sujeito, no estado de coisas descrito pela oração completiva. É graças a esta componente que, quando combinados com sujeitos animados, estes verbos expressam a atitude do sujeito de conceder permissão (cf. *os pais do Pedro deixam/permitem* [*que o filho viaje sozinho*]), aproximando-se, neste caso, dos verbos diretivos descritos acima (cf. Soares da Silva 1999).

A relação causa-efeito estabelecida pelos verbos desta classe exige que o tempo do evento descrito na oração subordinada não preceda o da subordinante. São, portanto, verbos prospetivos e selecionam o modo conjuntivo.

Finalmente, note-se que os verbos inferenciais e os verbos causativos são os únicos verbos transitivos que tomam uma oração como complemento e não são (necessariamente) de atitude proposicional, uma vez que o seu sujeito não necessita de ser animado, como se vê nos paradigmas acima[27].

36.6.1.2 Supressão e reduplicação do complementador

A natureza semântica do verbo que seleciona a oração completiva de objeto e o modo selecionado por esse verbo são dois fatores determinantes em dois processos que afetam a realização do complementador *que*: a sua supressão e a sua reduplicação.

❖ Supressão do complementador

A supressão do complementador *que* é possível quando a oração completiva está no modo conjuntivo e verifica-se quase exclusivamente na escrita, em registos formais. O seguinte exemplo é ilustrativo desse fenómeno (assinala-se a posição em que normalmente apareceria o complementador através da sua rasura (i.e., ~~*que*~~):

(185) Foi então que o rei dos godos ordenou à sua ala direita ~~*que*~~ descesse contra os berberes e ... ~~*que*~~ acometesse os esquadrões de Tárique (A. Herculano, *Eurico*, *apud* Amaral 1947:105)

[27] Recorde-se que os verbos de atitude proposicional são aqueles que veiculam uma atitude (por parte do sujeito ou do falante) perante uma proposição.

Neste exemplo, o complementador é omitido duas vezes. Em geral, esta supressão dá-se quando seriam usadas, num mesmo período, várias formas *que*, ou então em fórmulas feitas do discurso jurídico-administrativo, como no exemplo seguinte:

(186) Requeiro ~~*que*~~ seja enviado o Processo a outra instância. (Bechara 1999:485)

❖ Reduplicação do complementador

O fenómeno de reduplicação do complementador ocorre na fala informal. Este processo consiste na repetição do item *que* à direita do sujeito (cf. (187)), de uma expressão adverbial (cf. (188)) ou de um tópico que corresponde a um complemento (cf. (189)):

(187) a. eu acho *que* ele *que* não tem é grande queda para estudar. (CRPC, PF 0520)
b. puseram-se a cantar e a dizer *que* os melões *que* eram muito bons (CRPC, PF 0181)
c. porque acho *que* uma pessoa *que* deve desfrutar da vida o melhor que puder (CRPC, PF 0130)
d. Eu sei *que* a mãe *que* teve uma trombose e sei *que* o pai *que* está bastante doente (CRPC, PF 1110)

(188) a. sentiam-se aqui bem [...] nem disseram *que* lá fora *que* lhes disseram para não vir. (CRPC, PF 1364)
b. dizem *que* hoje *que* é a melhor máquina que há aí. (CRPC, PF 0397)

(189) Disseram-me *que* esse livro *que* ninguém (o) tinha lido.

A repetição do complementador é atestada em orações completivas no modo indicativo, com verbos de conhecimento, de crença e declarativos. É um fenómeno muito comum na fala informal, apesar de estigmatizado na escrita.

36.6.2 Orações completivas oblíquas

As orações completivas oblíquas selecionadas por um verbo são introduzidas por uma preposição, a qual, por sua vez, é regida pelo verbo. É o caso dos exemplos que se seguem (assinalamos a preposição em itálico e colocamos a oração completiva entre parênteses retos):

(190) a. Aquela situação conduziu *a* [que aumentasse o descontentamento na fábrica].
b. Todos lutámos *por* [que a proposta fosse aprovada].
c. Os professores insistiram *em* [que os horários devem ser revistos].
d. Discordo *de* [que essa seja a solução para o problema do desemprego].

(191) a. Os amigos aconselharam a Maria *a* [que não cantasse mais].
b. Os guias avisaram os jornalistas *de* [que corriam perigo].

Estas orações podem ser substituídas pela forma tónica de um dos pronomes demonstrativos neutros (mais comummente *isso*), que é a única que se combina com preposições:

(192) a. Aquela situação conduziu a *isso*.
b. Todos lutámos por *isso*.
c. Os professores insistiram n*isso*. (*nisso* = *em* + *isso*)
d. Discordo d*isso*. (*disso* = *de* + *isso*)

(193) a. Os amigos aconselharam a Maria a *isso*.
b. Os guias avisaram os jornalistas d*isso*.

Os verbos que selecionam orações completivas finitas regidas de preposição subdividem-se em dois grandes grupos:

(i) verbos intransitivos, isto é, verbos que não selecionam um complemento direto para além do complemento oracional oblíquo (cf. (190));

(ii) verbos transitivos, ou seja, verbos que, para além de selecionarem a oração completiva oblíqua, selecionam também um complemento direto nominal; é o caso dos exemplos de (191), em que a aplicação dos testes da pronominalização (cf. (194)) e da passivização (cf. (195)) revela que os sintagmas *a Maria* e *os jornalistas* são complementos diretos (cf. Cap. 28):

(194) a. Os amigos aconselharam-n*a* a [que não cantasse mais]. (*a* = *a Maria*)
b. Os guias avisaram-n*os* de [que corriam perigo]. (*os* = *os jornalistas*)

(195) a. *A Maria* foi aconselhada pelos amigos a [que não cantasse mais].
b. *Os jornalistas* foram avisados pelos guias de [que corriam perigo].

A seguir, indicamos uma lista não exaustiva dos verbos do grupo (i) organizada em função das preposições por eles regidas:

A	COM	DE	EM	POR
acostumar-se, arriscar-se, aspirar, atender, conduzir, dever-se, habituar-se, inclinar-se, levar, limitar-se, opor-se, recusar-se, resistir, etc.	concordar, conformar-se, contar, contentar-se, fazer, etc.	aperceber-se, arrepender-se, discordar, duvidar, envergonhar-se, esquecer-se, gostar, lembrar-se, necessitar, precisar, queixar-se, recordar-se, etc.	apoiar-se, assentar, basear-se, coincidir, concordar, confiar, insistir, residir, etc.	ansiar, bater-se, esforçar-se, interessar-se, optar, pugnar, responsabilizar-se, velar, zelar, etc.

Quadro 1 – Preposições que introduzem orações completivas finitas oblíquas selecionadas por verbos intransitivos

Verifica-se nesta lista que uma grande percentagem dos verbos nela incluídos se constrói obrigatoriamente com um pronome do paradigma dos pronomes reflexos, i.e., trata-se de **verbos intrinsecamente pronominais**. Efetivamente, todos os verbos intrinsecamente pronominais que selecionam um argumento interno determinam que este seja um complemento oblíquo introduzido por uma preposição (cf. também 36.9 e o Cap. 32).

No grupo (ii) incluem-se os verbos que selecionam a preposição *a*, como *aconselhar*, *convencer*, *persuadir* (cf. (196)) e ainda os que se combinam com *de*, como *acusar*, *informar*, *lembrar*, *prevenir* e *recordar* (cf. (197)):

(196) O advogado {aconselhou/convenceu/persuadiu} os clientes *a* [que desistissem da queixa].

(197) Os guias {avisaram/informaram/lembraram/preveniram} os jornalistas *de* [que corriam perigo].

Todos estes verbos se caracterizam por descreverem atos de fala. O complemento direto nominal tem a função semântica de destinatário do ato de fala.

No caso particular dos verbos *convencer* e *persuadir*, há que distinguir dois usos com regências preposicionais diferentes. Nos exemplos dados, estes verbos têm a aceção de 'levar alguém a fazer alguma coisa'. Com a aceção de 'fazer acreditar que é verdade', tanto *convencer* como *persuadir* têm a mesma estrutura argumental (i.e., selecionam o mesmo número de argumentos), mas regem a preposição *de* em vez de *a*:

(198) a. O professor convenceu os estudantes *de* [que a greve os prejudicaria].
b. O advogado persuadiu os clientes *de* [que deveriam desistir da queixa].

A preposição *de* ocorre igualmente quando *convencer* se combina com um pronome reflexo (note-se que, neste caso, o pronome não marca uma "conjugação" intrinsecamente pronominal, sendo, sim, um genuíno pronome reflexo; cf. Caps. 11, 13 e 41):

(199) a. Eles acabaram por se convencer a si próprios *de* [que deveriam desistir da queixa].
b. Eles acabaram por se convencer a si próprios d*isso*.

A preposição *de* é frequentemente omitida em orações completivas oblíquas de tempo finito, particularmente na fala informal. Assim, a par de (200a) e (201a), encontramos (200b) e (201b), sem a preposição:

(200) a. Discordo *de* [que essa seja a solução para o problema do desemprego].
b. Discordo [que essa seja a solução para o problema do desemprego].

(201) a. Eles convenceram-se *de* [que deveriam desistir da queixa].
b. Eles convenceram-se [que deveriam desistir da queixa].

A supressão da preposição ocorre apenas nos contextos em que o complemento é uma oração de tempo finito (sobre os complementos oracionais infinitivos, cf. Cap. 37). Se o complemento for um sintagma nominal, a preposição não pode ser omitida:

(202) a. Discordo disso.
b. *Discordo isso.

(203) a. Eles convenceram-se disso.
b. *Eles convenceram-se isso.

Este fenómeno de supressão não afeta todas as preposições de igual modo e ocorre sobretudo nos contextos em que o contributo semântico da preposição é reduzido, como é o caso da preposição *de*, que, na maioria dos contextos em que ocorre, é praticamente desprovida de significado e tem uma função puramente gramatical. Quando as preposições têm um contributo semântico significativo, não são geralmente suprimidas, como se ilustra nos exemplos que se seguem:

(204) a. Já me habituei *a* [que ninguém coma a horas nesta casa].
b. *Já me habituei [que ninguém coma a horas nesta casa].

(205) a. A minha argumentação baseia-se *em* [que houve negligência por parte dos médicos].
b. *A minha argumentação baseia-se [que houve negligência por parte dos médicos].

Em contextos muito precisos, contudo, é possível omitir também as preposições *em*, *com* ou *por* (comparem-se os exemplos em que o complemento do verbo é uma oração com aqueles em que o complemento é um sintagma nominal):

(206) a. Os pais insistiram *em* [que o portão da escola fosse reparado].
b. Os pais insistiram [que o portão da escola fosse reparado].
c. Os pais insistiram nisso/*isso.

(207) a. Eles confiaram *em* [que o carro teria seguro].
b. Eles confiaram [que o carro teria seguro].
c. Eles confiaram nisso/*isso.

(208) a. O Pedro conta *com* [que eles venham por volta das dez].
b. O Pedro conta [que eles venham por volta das dez].
c. O Pedro conta {com isso/*isso}.

(209) a. Eles anseiam por [que seja feita justiça].
b. Eles anseiam [que seja feita justiça].
c. Eles anseiam {por isso/*isso}.

Apesar de a omissão das preposições *em*, *com* e *por* antes de uma oração completiva de tempo finito ser um fenómeno circunscrito e limitado a certo tipo de verbos, a supressão da preposição *de* é bastante frequente e generalizada. Este fenómeno, conhecido por **queísmo**, será examinado em detalhe na secção 36.9.

Nos exemplos acima, a omissão da preposição com um complemento oracional finito é opcional. Porém, há um número muito restrito de casos em que a supressão da preposição é mesmo a opção preferida. É o que sucede com o verbo *acreditar*, como se ilustra no seguinte contraste:

(210) a. ??Não acredito em [que ela venha].
b. Não acredito [que ela venha].
c. Não acredito nisso/*isso.

Em síntese, não existe paralelismo entre as orações completivas oblíquas de tempo finito e os sintagmas nominais oblíquos. Estes são sempre introduzidos por preposição; as orações podem exigir a presença da preposição (cf. (204)-(205)) ou admitir a sua supressão, particularmente nos casos em que o seu contributo semântico é reduzido (cf. os exemplos (b) de (200)-(201) e de (206)-(209)).

No que diz respeito ao tipo gramatical, as orações completivas oblíquas podem ser do tipo declarativo (cf. (211)), interrogativo (cf. (212)) ou exclamativo (cf. (213)), dependendo das propriedades de seleção do verbo da oração subordinante:

(211) a. O Pedro avisou-nos de [que iria chegar atrasado].
b. O deputado persuadiu a comissão de [que estava inocente].

(212) a. Eles esqueceram-se de [quando seria a visita da comissão].
b. A companhia informou-nos de [quem tinha ganhado o prémio].

(213) a. Eles já se aperceberam de [quão malcriado ele é].
b. Informaram-me de [como seria cara a viagem].

As orações completivas oblíquas de tipo interrogativo revelam restrições no que respeita às suas possibilidades de combinação com a preposição *de*. Esta preposição não pode ocorrer nos seguintes contextos:

- Orações interrogativas globais

(214) a. Não me informaram ainda [se o avião vem a horas].
b. *Não me informaram ainda de [se o avião vem a horas].

- Orações interrogativas parciais introduzidas por um sintagma preposicional

(215) a. Ela não se lembra [*a que horas* chega o avião].
b. *Ela não se lembra de [*a que horas* chega o avião].

As orações interrogativas parciais não introduzidas por um sintagma preposicional podem ser precedidas por *de*, embora a omissão da preposição seja sempre uma possibilidade, pelo menos para a maior parte dos falantes (à semelhança do que sucede em completivas oblíquas de tipo declarativo):

(216) a. Não me lembro (de) [onde pus as chaves].
b. Não nos informaram (de) [quantas pessoas vêm à festa].

36.7 Orações completivas com função de complemento selecionadas por adjetivos e por nomes

36.7.1 Caracterização geral

As orações completivas podem ocorrer como complemento de nomes e de adjetivos, no interior, respetivamente, de um sintagma nominal (cf. (217)) ou de um sintagma adjetival (cf. (218)); colocam-se os sintagmas entre parênteses retos, sublinha-se o nome ou adjetivo nuclear e colocam-se as orações completivas em itálico:

(217) a. O João tem [a mania (de) *que é importante*].
b. [A possibilidade (de) *que haja feridos graves*] é cada vez maior.
c. O outro carro tem [a vantagem de *ser mais barato*].
d. Detesto [o seu hábito de *fumar cigarros uns atrás dos outros*].

(218) a. Estamos todos [desejosos (de) *que esta semana passe depressa*].
b. Estou [convencida (de) *que isso vai passar*].
c. Não estou [certa de *poder sair hoje*].
d. Não estamos [preparados para *fazer o exame*].

Tal como as orações completivas que são complemento de um verbo, também as que são complemento de um nome ou de um adjetivo podem ser finitas (cf. (217a,b) e (218a,b)) ou infinitivas (cf. (217c,d) e (218c,d)). Dado que este capítulo é dedicado

à subordinação finita, deixam-se as construções infinitivas para o Cap. 37 e consideram-se apenas as de tempo finito.

Nos exemplos (a) e (b) de (217) e (218), as orações completivas podem ser introduzidas por uma preposição. Com efeito, uma propriedade que caracteriza os nomes e os adjetivos é o facto de os seus complementos serem tipicamente introduzidos por preposição. Assim, a presença desta é obrigatória sempre que o complemento é uma expressão nominal[28], como se ilustra a seguir (cf. também o Cap. 32; nos exemplos, coloca-se a preposição em negrito):

(219) a. O João tem [a mania **d***as grandezas*].
b. [A possibilidade **de** *fraude*] é cada vez maior.
c. O outro carro tem [a vantagem **d***o preço*].
d. Detesto [o seu hábito **d***o tabaco*].

(220) a. Estamos todos [desejosos **de** *um gelado*].
b. Estou [convencida **d***isso*].
c. Não estou [certa **d***isto*].
d. Não estamos [preparados **para** *o exame*].

Quando o nome ou adjetivo se combina com uma oração de tempo finito, a preposição pode ser omitida, particularmente se o seu conteúdo semântico é reduzido, como é o caso da preposição *de* (cf. (217a,b) e (218a,b)). Esta questão será retomada nas duas próximas subsecções e na secção 36.9.

No que se refere ao seu tipo, estas orações podem ser de tipo declarativo (cf. (221)) ou interrogativo (cf. (222)), conforme as propriedades de seleção do nome ou adjetivo que as rege:

(221) a. Não temos [a garantia de *que esse medicamento não tenha sérios efeitos secundários*].
b. Estou [convencida de *que não vai surgir um novo candidato a secretário-geral nos próximos dias*].

(222) a. Não tenho bem [a certeza de *qual é a casa em que ele vive*].
b. Estou [indecisa/hesitante *se vou ou não viajar*].

Entre os nomes e adjetivos que regem orações completivas interrogativas contam-se os que, de alguma forma, expressam conhecimento e desconhecimento, como os nomes *certeza*, *dúvida*, *estimativa*, *pergunta*, *questão* e os adjetivos *certo*, *hesitante*, *indeciso*, *seguro*, etc.

Tal como foi dito acima a propósito das orações completivas interrogativas oblíquas selecionadas por um verbo (cf. (214b)), muitos falantes não aceitam também a co-ocorrência da preposição *de* com a conjunção-complementador *se* em orações subordinadas interrogativas globais selecionadas por um nome ou um adjetivo, como se ilustra nos exemplos (b) de (223)-(224) (cf. também o Cap. 32):

[28] O mesmo acontece quando o complemento é uma oração infinitiva, como se verifica nos exemplos (c) e (d) de (217)-(218) (cf. Cap. 37).

(223) a. Não faço [ideia *se vou ou não ter férias este ano*].
b. ??Não faço [ideia **de** *se vou ou não ter férias este ano*].

(224) a. O Carlos não está [certo/seguro *se vai ou não inscrever-se*].
b. ??O Carlos não está [certo/seguro **de** *se vai ou não inscrever-se*].

Nos casos em que o constituinte interrogativo que inicia a oração subordinada é ele próprio preposicionado, a presença da preposição não é aceite pela maioria dos falantes, como se ilustra em (225) e (226)[29]:

(225) a. *Não tenho [a certeza **de** *em que lugar estacionei o carro*].
b. *Não faço [ideia **de** *por que razão desistiram da viagem*].

(226) a. *Não estou [certa **de** *em que lugar estacionei o carro*].
b. *Não estou [segura **de** *por que razão desistiram da viagem*].

Nesta situação, a omissão da preposição torna as frases mais aceitáveis (ainda que possam não ser completamente gramaticais para alguns falantes; cf. Nota 29):

(227) a. Não tenho [a certeza *em que lugar estacionei o carro*].
b. Não faço [ideia *por que razão desistiram da viagem*].

(228) a. Não estou [certa *em que lugar estacionei o carro*].
b. Não estou [segura *por que razão desistiram da viagem*].

No entanto, as orações interrogativas parciais podem ser introduzidas pela preposição *de* desde que o constituinte interrogativo não seja um sintagma preposicional, como se ilustra em (229):

(229) a. Não tenho [a certeza **de** *quem vem jantar*].
b. Não estou [certa/segura **de** *quem ele teria encontrado na praia*].

Nas duas subsecções seguintes, descrevemos as propriedades mais relevantes das orações completivas selecionadas por um adjetivo (cf. 36.7.2) e por um nome (cf. 36.7.3).

36.7.2 Orações completivas selecionadas por um adjetivo

As orações completivas com a função de complemento de um adjetivo estão contidas no interior do sintagma que tem como núcleo esse adjetivo. De uma forma geral, estas orações são introduzidas por preposição, no que se assemelham aos sintagmas nominais com a mesma função de complemento de um adjetivo (cf. Caps. 31 e 32). Nos paradigmas seguintes, atente-se no paralelismo entre o complemento de natureza oracional e o complemento de natureza nominal (coloca-se a preposição em negrito):

(230) a. A professora é [responsável **por** *que todas as crianças aprendam a ler*].
b. A professora é [responsável **pel***a aprendizagem*]. (*pela = por + a*)

[29] Esta é uma área em que se verifica alguma instabilidade e variação nos juízos, visto que há falantes para quem (225) e (226) são gramaticais.

(231) a. Todos estão [recetivos **a** *que se avalie de novo o processo*].
b. Todos estão [recetivos **a** *uma nova avaliação do processo*].

(232) a. Eles não estão [preparados **para** *que a empresa seja reestruturada*].
b. Eles não estão [preparados **para** *a reestruturação da empresa*].

(233) a. Os alunos estão [empenhados **em** *que a conferência seja um sucesso*].
b. Os alunos estão [empenhados **n***o sucesso da conferência*].

Todos estes exemplos constituem frases copulativas em que o adjetivo é usado predicativamente. Para além do complemento, que pode ser uma oração completiva ou uma expressão nominal, o adjetivo seleciona também o sujeito da frase.

As orações completivas podem ainda estar integradas em sintagmas adjetivais com a função de modificadores atributivos de um nome: cf. *as pessoas recetivas a* [*que se avalie de novo o processo*]; *os indivíduos preparados para* [*que a empresa seja reestruturada*]; *os alunos empenhados em* [*que a conferência seja um sucesso*].

Nos exemplos de (230)-(233), a preposição que introduz a oração completiva varia em função do adjetivo, pelo que dizemos que é por ele regida. Segue-se uma lista das preposições mais comuns regidas por adjetivos que selecionam orações completivas de tempo finito:

A	EM	PARA	POR	SOBRE
acessível, adverso, atento, atribuível, contrário, decidido, favorável, hostil, propenso, propício, sensível	absorto, apostado, confiante, empenhado, interessado, relutante	preparado, suficiente	ansioso, responsável	hesitante, indeciso

Quadro 2 – Preposições mais comuns regidas por adjetivos que selecionam orações completivas de tempo finito

Há adjetivos que não regem nenhuma preposição em particular. Nestes casos, é inserida a preposição *de*. Esta preposição tem a função puramente gramatical de estabelecer uma relação de subordinação entre o adjetivo e o seu complemento (cf. Caps. 31 e 32), como se exemplifica a seguir:

(234) a. Não estou [certa de *que eles cheguem a tempo*].
b. Não estou [certa d*isso*].

(235) a. Estamos [convencidos de *que o nosso candidato vai ganhar as eleições*].
b. Estamos [convencidos d*a vitória do nosso candidato*].

(236) a. Estamos todos [desejosos de *que cheguem as férias*].
b. Estamos todos [desejosos de *férias*].

O estatuto especial da preposição *de* relativamente às restantes é comprovado pelo facto de a sua presença não ser obrigatória em certos contextos, contrariamente ao que sucede com as outras preposições. Assim, a par de (234a), (235a) e (236a), podemos ter os exemplos correspondentes de (237), sem preposição:

(237) a. Não estou [certa *que eles cheguem a tempo*].
b. Estamos [convencidos *que o nosso candidato vai ganhar as eleições*].
c. Estamos todos [desejosos *que cheguem as férias*].

A maior parte das restantes preposições não podem ser suprimidas nestes mesmos contextos, como se ilustra em (238):

(238) a. *A professora é [responsável *que todas as crianças aprendam a ler*].
b. *Todos estão [recetivos *que se avalie de novo o processo*].
c. *Eles não estão [preparados *que a empresa seja reestruturada*].

Há, no entanto, algumas exceções a este padrão. A primeira é a preposição *em*, que pode ser omitida com certos adjetivos, pelo menos de acordo com as intuições de alguns falantes:

(239) a. Estamos [confiantes *que a nossa equipa vai ganhar*].
b. ?Estamos [interessados *que ela apareça*].
c. ?Os alunos estão [empenhados *que a conferência seja um sucesso*].

Uma outra exceção é a preposição *por* quando regida pelo adjetivo *ansioso*: cf. *eles estão ansiosos* (*por*) *que ela chegue*.

Não obstante, a preposição *de* distingue-se das restantes por não ser subcategorizada ou regida pelo adjetivo que seleciona o complemento, sendo, assim, a preposição escolhida "por omissão", com uma função puramente gramatical, i.e., para suprir a falta de uma preposição regida pelo adjetivo[30].

36.7.3 Orações completivas selecionadas por um nome

36.7.3.1 Caracterização geral

As orações completivas com a função de complemento de um nome estão contidas no interior do sintagma que tem como núcleo esse nome. À semelhança dos sintagmas nominais com a função de complemento ou modificador de um nome, são geralmente introduzidas por uma preposição, como se ilustra nos seguintes exemplos (atente-se no paralelismo entre os complementos oracionais e os complementos de natureza nominal; o sintagma nominal que contém a oração completiva está colocado entre parênteses, o núcleo nominal está sublinhado e a oração completiva – bem como o complemento nominal – aparecem em itálico):

(240) a. [O seu interesse em *que tudo corresse bem*] foi notável.
b. [O seu interesse n*a aula*] foi notável.

(241) a. [A nossa luta por *que se fizesse justiça*] acabou por dar os seus frutos.
b. [A luta pel*os nossos direitos*] acabou por dar os seus frutos.

(242) a. Fiquei admirada com [a oposição da juíza a *que o julgamento fosse adiado*].
b. Fiquei admirada com [a oposição da juíza a*o adiamento do julgamento*].

(243) a. Há [uma forte tendência para *que o custo de vida suba*].
b. Há [uma forte tendência para *a subida do custo de vida*].

Combinam-se com orações de tempo finito muitos nomes derivados de verbos ou adjetivos, como *ambição*, *ânsia*, *decisão*, *desejo*, *ilusão*, *intenção*, *interesse*, *luta*,

[30] Para uma discussão mais desenvolvida dos contextos que determinam a possibilidade de omissão da preposição *de* antes das orações completivas finitas, cf. 36.9.

necessidade, *ordem*, *proibição*, *promessa*, *sensação*, *temor* e *tendência*, e ainda nomes abstratos morfologicamente simples, como *causa*, *facto*, *fé*, *hábito*, *hipótese, ideia*, *medo*, *opinião*, *vantagem* e *vontade*, entre outros. Para além disso, selecionam igualmente complementos oracionais certas locuções verbais de base nominal com os verbos *estar* e *ter*, nas quais estes se combinam com um nome para formar um predicador complexo, como {*estar com/ter*} *medo*, *ter vontade/necessidade*, etc. (cf., por exemplo, *eles estão com medo* (*de*) [*que chova no dia da festa*]).

Em muitos casos, a preposição que introduz a oração completiva é subcategorizada pelo nome, sendo que este mantém a regência do verbo ou adjetivo correspondente. É o que sucede nos exemplos dados acima (cf. *estar interessado em*, *lutar por*, *opor-se a*, *tender para*).

Quando o nome não seleciona nenhuma preposição em particular, é inserida a preposição *de*, como nos exemplos que a seguir se apresentam, com os nomes *prova*, *desejo* e *sensação* derivados dos verbos *provar*, *desejar* e *sentir*, que não regem nenhuma preposição (para cada nome, apresenta-se um exemplo em que o complemento é uma oração e outro em que o complemento é um sintagma nominal):

(244) a. Ainda não foi encontrada [nenhuma prova de *que a vítima foi assassinada*].
b. Ainda não foi encontrada [nenhuma prova d*a tese do assassínio*].

(245) a. Ninguém escondeu [o desejo de *que a casa fosse vendida logo*].
b. Ninguém escondeu [o desejo d*a venda da casa*].

(246) a. Tive [a sensação de *que ia desmaiar*].
b. Tive [a sensação de *desmaio*].

Quando o elemento subordinado ao nome é uma oração finita, a preposição *de* pode ser suprimida para a generalidade dos falantes, como se ilustra em (247):

(247) a. Ainda não foi encontrada [nenhuma prova *que a vítima foi assassinada*].
b. Ninguém escondeu [o desejo *que a casa fosse vendida logo*].
c. Tive [a sensação *que ia desmaiar*].

Um caso particularmente frequente desta omissão da preposição *de* é em locuções formadas por um verbo suporte e uma expressão nominal, como *chegar à conclusão* (*de*) *que*, *ter medo* (*de*) *que*, *ter a certeza* (*de*) *que*, *ter a sensação* (*de*) *que*, *dar-se conta* (*de*) *que*, *dar a impressão* (*de*) *que*, *dar sinal* (*de*) *que* ou *estar à espera* (*de*) *que*[31]:

(248) a. Chegaram à conclusão (de) *que a vítima fora assassinada*.
b. Estamos à espera (de) *que a casa seja vendida*.
c. Tive a sensação (de) *que ia desmaiar*.

Em certos casos, a preposição *em* também pode ser omitida (comparar (249a) com (240a)):

(249) a. [O seu interesse *que tudo corresse bem*] foi notável.
b. Tenho [confiança *que o relógio vai aparecer*].

[31] Para muitos falantes, a supressão da preposição é menos aceitável em exemplos como (247), em que o nome não faz parte de uma locução verbal, do que em exemplos como (248), em que o nome faz parte de uma locução verbal.

A maior parte das restantes preposições, porém, não podem ser suprimidas neste contexto, como se ilustra em (250) (comparar com os exemplos (a) de (241) a (243):

(250) a. *[A nossa luta *que se fizesse justiça*] acabou por dar os seus frutos.
b. *Fiquei admirada com [a oposição da juíza *que o julgamento fosse adiado*].
c. *Há [uma forte tendência *que o custo de vida suba*].

O fenómeno de supressão da preposição em orações completivas finitas é discutido de novo em 36.9.

Sempre que a oração completiva ocorre com outros complementos ou modificadores do nome, ocupa, geralmente, a posição final no sintagma nominal; os adjetivos ou sintagmas adjetivais, bem como os sintagmas preposicionais, tendem a precedê-la:

(251) a. uma *explicação* [pouco plausível] de [como o assalto se deu]
b. ??uma *explicação* de [como o assalto se deu] [pouco plausível]

(252) a. a *exigência* [dos trabalhadores] de [que os salários sejam aumentados]
b. ??a *exigência* de [que os salários sejam aumentados] [dos trabalhadores]

Note-se que esta preferência para colocar a oração completiva em posição final é neutralizada sempre que os outros complementos ou modificadores são extensos (para uma discussão mais detalhada destes efeitos, cf. 36.8):

(253) a. uma explicação de [como o assalto se deu] muitíssimo pouco plausível
b. a exigência de [que os salários sejam aumentados] da parte dos trabalhadores em greve

36.7.3.2 Orações completivas e orações especificativas

As orações dependentes de nomes podem ser de dois tipos diferentes: **completivas** e **especificativas**. As primeiras funcionam como argumentos selecionados pelo nome, sendo, portanto, complementos com o mesmo estatuto dos complementos dos verbos ou dos adjetivos; as segundas funcionam como modificadores.

36.7.3.2.1 Caracterização geral dos dois tipos de orações

A distinção entre os dois tipos de orações torna-se evidente quando consideramos os seguintes exemplos:

(254) a. [A luta por *que se fizesse justiça*] acabou por dar os seus frutos.
b. A criança tem [pena de *que os pais não estejam presentes*].
c. Ela manifestou [interesse em *que a fossem visitar*].

(255) a. Surpreende-me [o facto de *que estamos face uma pandemia*].
b. Ganhou [a proposta de *que se avance com a greve*].
c. Ele não gostou nada d[a ideia de *que o exame fosse adiado*].

Nos exemplos do primeiro paradigma, a oração subordinada completa o sentido do nome que a seleciona, descrevendo a situação que constitui o objeto da luta (cf. (254a)), da pena (cf. (254b)) ou do interesse (cf. (254c)). A relação que a oração subordinada estabelece com o nome é, assim, semelhante àquela que um

complemento mantém com um verbo ou um adjetivo (cf. *lutámos por* [*que se fizesse justiça*], *a criança teme* [*que os pais não estejam presentes*], *ela estava interessada em* [*que a fossem visitar*]). A oração é, portanto, um argumento do nome, razão pela qual é classificada de completiva.

Sendo argumentos, as orações completivas de (254) podem ser substituídas por um pronome demonstrativo neutro invariável, tal como sucede com os complementos oracionais de uma forma geral (cf. *a nossa luta por* ***isso*** *acabou por dar os seus frutos*; *a criança tem pena d****isso***; *ela manifestou interesse n****isso***).

Nos exemplos de (255), a relação estabelecida entre o nome e a oração subordinada é de natureza diferente. Nestes casos, o papel da oração é tornar explícito o conteúdo do sintagma nominal simples que a antecede (*o facto* em (255a), *a proposta* em (255b), *a ideia* em (255c)); ou seja, especificar em que consiste o facto, a proposta ou a ideia.

Em termos mais técnicos, esses sintagmas nominais introduzem uma variável lógica, cujo valor exato é dado (ou especificado) pela oração subordinada. Assim, a interpretação do constituinte *a proposta de que se avance já com a greve*, por exemplo, pode ser representada da seguinte forma: 'a proposta *x* tal que *x* = que se avance já com a greve'. De modo equivalente, a relação semântica que se estabelece entre a oração subordinada e o sintagma nominal simples que a precede pode ser expressa por uma frase copulativa especificativa (cf. Caixa [2]), em que a oração especifica o valor do sintagma nominal com a função de sujeito, como se ilustra em (256):

(256) a. O facto é [que estamos face a uma pandemia].
b. A proposta é [que se avance com a greve].
c. A ideia era [que o exame fosse adiado].

Chamamos **oração especificativa** ao tipo de oração que tem a função de especificar o conteúdo do sintagma nominal do qual depende. Neste caso, a oração funciona como um modificador, e não como argumento do nome, não sendo, portanto, tecnicamente, uma oração completiva. Em consequência, não é possível substituí-la por um pronome demonstrativo, contrariamente ao que sucede com as orações completivas e com os complementos em geral (cf. ***surpreendeu-me o facto d****isso*; ***ganhou a proposta d****isso*; ***ele não gostou nada da ideia d****isso*).

Uma diferença fundamental entre os dois tipos de oração – completiva e especificativa – está na estrutura interna do SN complexo que inclui a oração. Nos exemplos de (255), o determinante e o nome formam um SN (os sintagmas *o facto*, *a proposta* e *a ideia*, que constituem também o sujeito das frases copulativas em (256)), e a oração especificativa está fora desse SN, especificando-o, tal como se representa a seguir:

(257) a. [$_{SN}$ [$_{SN}$ o facto] de [$_{Or}$ *que estamos face uma pandemia*]]
b. [$_{SN}$ [$_{SN}$ a proposta] de [$_{Or}$ *que se avance com a greve*]]
c. [$_{SN}$ [$_{SN}$ a ideia] de [$_{Or}$ *que o exame fosse adiado*]]

Em cada um dos exemplos de (257), os parênteses exteriores assinalam todo o SN complexo e os parênteses interiores delimitam dois constituintes sintáticos: (i) o SN cujo valor é dado pela oração especificativa; (ii) a oração especificativa propriamente dita. Deste modo, apesar de estar contida no interior do mesmo SN complexo, a oração forma um constituinte separado do SN que modifica. Assim se explica que,

no caso das orações especificativas, o sintagma nominal que antecede a oração subordinada possa ser substituído por um pronome:

(258) a. Surpreende-me [*isto* de que estamos face uma pandemia].
b. Votei contra [*isso* de que se avançasse com a greve].
c. Não gostei nada d[*isso* de que o exame fosse adiado].

No caso das orações completivas, porém, a oração forma uma unidade sintática (um grupo nominal; cf. Cap. 20) com o nome que a seleciona. Deste modo, existe um único SN (que é delimitado pelos parênteses com a etiqueta "SN" nos exemplos que se seguem):

(259) a. [$_{SN}$ A [luta por *que se fizesse justiça*]] acabou por dar os seus frutos.
b. A criança tem [$_{SN}$ pena de *que os pais não estejam presentes*].
c. Ela manifestou [$_{SN}$ interesse em *que a fossem visitar*].

Sempre que o SN contém um determinante (é o caso do exemplo (259a)), este não se combina apenas com o nome, mas sim com o grupo sintático formado pelo nome e pelo seu complemento (a oração completiva assinalada a itálico) – ou seja, com um grupo nominal (cf. Cap. 20), delimitado no exemplo (259a) pelos parênteses internos. Por conseguinte, nesse exemplo, o determinante e o nome não chegam nunca a formar um SN (contrariamente ao que sucede no caso das orações especificativas).

Uma vez que o nome e a oração completiva formam uma unidade sintática, não é possível substituir o primeiro por um pronome separando-o da oração completiva (comparem-se os exemplos de (260) com os de (258), em que a pronominalização é possível):

(260) a. **Isso* de que se fizesse justiça acabou por dar os seus frutos.
b. ***A criança tem *isso* de que os pais não estejam presentes.
c. ***Ela manifestou *isso* de que a fossem visitar.

Sintetizando, consideramos que existem dois tipos de orações dependentes de um nome: as orações **completivas** e as orações **especificativas**. As primeiras têm a função de completar o sentido do nome que as seleciona, funcionando como verdadeiros complementos do nome; as segundas têm a função de especificar o valor semântico do sintagma nominal que as precede e ocorrem unicamente com nomes cujo conteúdo pode ser descrito por meio de uma proposição, como *decisão*, *facto*, *hipótese*, *ideia*, *notícia*, *questão*, *solução*, etc.

Esta subdivisão das orações dependentes de nomes aplica-se também às orações do tipo interrogativo. Considerem-se os seguintes exemplos:

(261) a. Já foi feita [uma estimativa de *quanto vamos pagar pelo carro*].
b. [A questão de *quanto vamos pagar pelo carro*] é irrelevante.

(262) a. #A estimativa é quanto vamos pagar pelo carro.
b. A questão é quanto vamos pagar pelo carro.

(263) a. Já foi feita [uma estimativa d*isso*].
b. ***[A questão d*isso*] é irrelevante.

(264) a. *Já foi feito [*isso* de quanto vamos pagar pelo carro].
b. [*Isso* de quanto vamos pagar pelo carro] é irrelevante.

Em (261a), a oração subordinada é completiva, na medida em que (i) não pode ser usada numa frase copulativa (cf. (262a)) para especificar a denotação do sintagma nominal; (ii) pode ser substituída por um pronome demonstrativo (cf. (263a)); (iii) não admite que a sequência formada pelo determinante e pelo nome seja pronominalizada (cf. (264a)).

Em contrapartida, em (261b), a oração subordinada é especificativa: (i) pode ocorrer como segundo membro numa frase copulativa especificativa (cf. (262b)); (ii) não pode ser pronominalizada (cf. (263b)); (iii) admite a pronominalização do sintagma nominal que a antecede (cf. (264b)).

Note-se que, com alguns nomes, pode ocorrer quer uma oração completiva quer uma oração especificativa, como se ilustra em (265) com o nome *vantagem*:

(265) a. Este carro tem [a vantagem de *que é barato*].
b. [A vantagem de *que se faça a viagem de comboio*] está no preço.

Servindo-nos do teste da pronominalização, podemos verificar que, em (265a), a oração tanto pode ser completiva (cf. *este carro tem a vantagem disso*) como especificativa (cf. *este carro tem isso de que é barato*); em (265b), no entanto, a oração é completiva (cf. *a vantagem disso está no preço*; ***isso de que façamos a viagem de comboio está no preço*).

A dupla natureza das orações dependentes de nomes – complementos selecionados pelo nome ou modificadores do sintagma nominal – manifesta-se de várias formas, que passamos a descrever.

36.7.3.2.2 Propriedades distintivas adicionais das orações completivas e das orações especificativas

Preposição introdutória

As orações especificativas só podem ser introduzidas pela preposição *de*; nas orações completivas, a preposição varia conforme a natureza do nome que a seleciona. Assim, por exemplo, o substantivo *objeção* combina-se com a preposição *a* quando a oração subordinada é completiva, como em (266a), e com a preposição *de* quando a oração subordinada é especificativa, como em (266b):

(266) a. Essa é a principal objeção *a* [que o orçamento seja aprovado já].
b. Rejeito em absoluto a objeção *de* [que o mercado financeiro vai entrar em pânico].

Em (266a), a oração subordinada completa o sentido do nome *objeção*; é, assim, uma oração completiva, sendo introduzida pela mesma preposição que é regida pelo verbo correspondente (cf. *objetar a alguma coisa*). Neste caso, a pronominalização é possível: cf. *essa é a principal objeção a isso*). Em contrapartida, no exemplo (266b), a oração subordinada descreve o conteúdo da objeção; trata-se, portanto, de uma oração especificativa e, como tal, não pode ser pronominalizada (cf. ***rejeito em absoluto a objeção disso*).

❖ Determinante do nome que introduz a oração especificativa

Outro aspeto que distingue as orações especificativas das orações completivas é a natureza do determinante do núcleo nominal que introduz estas orações. O nome que introduz as orações completivas tanto pode ser especificado por determinantes definidos como por determinantes indefinidos (cf. (267)); o nome que introduz as orações especificativas, no entanto, só o pode ser por determinantes definidos (cf. (268)):

(267) a. [A/Uma prova de *que o João é responsável*] é a sua tentativa de esconder os factos.
b. [A/Uma vantagem de *que o orçamento seja já aprovado*] é o aumento dos salários dos funcionários públicos já em janeiro.
c. Vi [a/uma demonstração de *que esse relógio é à prova de água*].

(268) a. [A/*Uma hipótese de *que surja um novo candidato a secretário-geral nos próximos dias*] é remota.
b. Não me agrada nada [o/*um facto de *que esteja a chover*].
c. A agenda política destes grupos é confusa, exceto na/*numa resolução de *que a Índia deve sair da província onde habitam nove milhões de pessoas*.

A incompatibilidade do nome que introduz as orações especificativas com o determinante indefinido prende-se com a função destas orações: ao especificarem a situação referida pelo sintagma nominal, restringem a sua denotação a uma única situação, daí a obrigatoriedade do artigo definido (cf. Cap. 22).

> [7] O contributo semântico das orações subordinadas especificativas é semelhante ao dos nomes próprios em expressões como *a cidade de Lisboa*, *o rio Tejo*, *o mês de agosto*, *o arquipélago dos Açores*. Nestes exemplos, os nomes próprios não são argumentos dos nomes comuns *cidade*, *rio*, *mês* e *arquipélago*, respetivamente, mas nomeiam uma variável introduzida pelo sintagma nominal formado por esse nome e pelo determinante que o especifica (*a cidade*, *o rio*, etc.). Assim, p.e., o significado de *a cidade de Lisboa* é algo como 'a cidade *x* tal que *x* chama-se Lisboa' (cf. Cap. 26). Do mesmo modo que os sintagmas nominais especificados por orações subordinadas, também os sintagmas nominais destes exemplos são incompatíveis com a determinação indefinida, como se exemplifica a seguir:
>
> (i) a. A/*Uma cidade de Lisboa é limpa.
> b. O/*Um mês de agosto é quente.
> c. O/*Um arquipélago dos Açores é bonito.
>
> Tal como nas orações especificativas, este fenómeno deve-se ao facto de se restringir a denotação do sintagma nominal a uma única entidade ou situação; daí a obrigatoriedade do artigo definido.

❖ Modo verbal

Nas orações completivas, o modo verbal é determinado, em larga medida, pelas propriedades lexicais do nome que seleciona a oração. Tal como sucede com os predicadores verbais, os nomes que veiculam uma atitude de conhecimento ou de crença na verdade da proposição complemento (como *afirmação*, *certeza*, *conclusão*, *confissão*, *conhecimento*, *convicção* e *verificação*, entre outros) selecionam o modo indicativo na oração subordinada completiva quando a oração que os contém

(a principal, nos nossos exemplos) é afirmativa: cf. *ele chegou finalmente à conclusão* (*de*) [*que a Terra é redonda*]. Em contrapartida, selecionam o modo conjuntivo na oração subordinada completiva os nomes epistémicos que não indicam crença na verdade da proposição, como *desconfiança*, *dúvida* (em orações afirmativas), ou ainda os nomes que indicam atitudes não epistémicas, como *desejo*, *interesse*, *medo*, *necessidade*, *pena*, *proibição* e *rejeição* (cf. *ele manifestou a dúvida* (*de*) [*que a Maria chegue a tempo*] e *as crianças estão com medo* (*de*) [*que a maré suba demasiado*]).

Quando usados em orações negativas, os predicadores nominais que indicam conhecimento ou crença selecionam o conjuntivo (cf. *não tenho a certeza* (*de*) [*que eles já tenham chegado*]), podendo alguns deles selecionar o indicativo nos casos em que o locutor (e não o sujeito da oração subordinante) toma como certa a verdade da proposição complemento (cf. *a Maria não tem conhecimento* (*de*) [*que está despedida*]). Inversamente, os predicadores nominais que indicam descrença na verdade da proposição complemento selecionam o modo indicativo sempre que a oração em que ocorrem é negada: cf. *não tenho dúvida* (*de*) [*que ela está despedida*].

Quanto aos predicadores não epistémicos (i.e., que não veiculam uma atitude de conhecimento ou crença), selecionam o conjuntivo independentemente de a oração que os contém ser afirmativa ou negativa (cf. *a Joana* (*não*) *tem medo* (*de*) [*que o pai se zangue com ela*]). Este padrão de seleção do modo é compatível com a generalização de que são os predicados que indicam uma atitude de conhecimento ou crença aqueles que selecionam o modo indicativo (cf. 36.3 e Cap. 19).

Nos casos em que a oração subordinada é especificativa, a situação é mais complexa. Assim, ambos os modos são possíveis nas orações subordinadas de cada um dos exemplos que se seguem:

(269) a. Agrada-me [o facto (de) [que a casa *esteja/está* pintada de amarelo]].
b. Considerem [a hipótese (de) [que *há/haja* vida para além da morte]].
c. Assusta-me [a ideia (de) [que o avião *pode/possa* cair]].

Em (269), as orações subordinadas são especificativas. Assim, verificamos que a distinção entre orações especificativas e completivas é relevante também na escolha do modo. Nos casos em que a oração subordinada é selecionada pelo nome, o modo verbal é determinado pelas propriedades lexicais deste, como se discutiu acima. Quando a oração subordinada é especificativa, o que sucede com os nomes *facto*, *hipótese* ou *ideia*, não é um argumento do nome, portanto as propriedades lexicais deste não são determinantes e o modo escolhido é condicionado por outros fatores, como, por exemplo, o tipo de atitude veiculada pelo verbo da oração que contém o nome. Em (269a), p.e., o verbo *agradar* veicula uma atitude afetiva ou avaliativa, o que explica a possibilidade de utilização do modo conjuntivo, ainda que a veracidade da proposição especificativa seja pressuposta.

Em contrapartida, quando o verbo veicula uma atitude de conhecimento ou crença, o conjuntivo deixa de ser uma opção:

(270) Comunicaram-me [o facto (de) [que a minha candidatura não *tinha*/**tenha* sido aceite]].

Estes exemplos confirmam que a escolha do modo verbal nas orações especificativas é determinada sobretudo pelas propriedades de seleção do verbo da oração que contém o nome, e não pelo próprio nome. No caso das orações completivas, o que é relevante para a seleção do modo são as propriedades do nome.

36.7.3.2.3 Três classes de nomes

Nesta subsecção final, procedemos à sistematização dos nomes de acordo com a sua capacidade de se combinarem com diferentes tipos de orações.

Quando consideramos os nomes que se podem combinar com orações, têm de se distinguir na realidade três classes, e não apenas duas. Em primeiro lugar, há os nomes que são compatíveis apenas com orações especificativas, como *assunto*, *boato*, *facto*, *hipótese*, *ideia*, *maluquice*, *mentira*, *notícia*, *rumor*, *sorte* e outros de significado similar. Todos eles se caracterizam pelo facto de designarem situações ou estados de coisas e poderem, portanto, ocorrer como sujeito de frases copulativas especificativas cujo segundo membro descreve essa situação ou estado de coisas:

(271) {A notícia/A hipótese/O rumor/O boato/A ideia/A sorte/O facto/A mentira/A verdade} é que o governo vai cair.

Em segundo lugar, temos os nomes que selecionam orações completivas argumentais, isto é, orações que completam o sentido do nome em vez de o especificar. Muitos destes nomes são derivados e reproduzem as propriedades de seleção do verbo ou adjetivo de que derivam. É o caso de *certeza*, *confiança*, *demonstração*, *empenho*, *estimativa*, *justificação*, *pergunta*, *preferência* e *prova*, entre muitos outros; alguns são palavras não derivadas, como *fé*, *medo*, *vantagem*, *vontade*[32].

Existe ainda um terceiro grupo, formado pelos substantivos que selecionam uma oração com a função de complemento cujo significado *coincide* com o conteúdo do próprio sintagma nominal. Neste grupo incluem-se nomes como *conclusão*, *crença*, *decisão*, *desejo* ou *promessa*. Assim, p.e., quando consideramos o sintagma nominal complexo *o desejo* (*de*) [*que ele deixe de fumar*], o estado de coisas que é objeto do desejo coincide com a própria denotação do sintagma nominal simples *o desejo*.

Vemos assim que as orações completivas que se combinam com este tipo de nomes têm propriedades mistas: por um lado, satisfazem as propriedades de seleção do nome; por outro, especificam o conteúdo do sintagma nominal simples (isto é, o SN constituído apenas pelo determinante e pelo substantivo), como sucede com as orações especificativas (cf. Grimshaw 1990).

As orações subordinadas a estes nomes comportam-se como especificativas no que respeita à maior parte das propriedades referidas em 36.7.3.2.1. Assim, tomando como frase de base o exemplo (272a), verificamos o seguinte:

(i) a relação semântica entre a oração (em itálico) e o sintagma nominal simples (sublinhado) que a antecede pode ser expressa por meio de uma frase copulativa (cf. (272b));

(ii) a oração subordinada não pode ser substituída por um pronome demonstrativo neutro (cf. (272c));

[32] Recorde-se que alguns dos nomes desta classe (um exemplo é *vantagem*) podem também combinar-se com orações completivas especificativas (cf. (265)).

(iii) em contrapartida, o sintagma nominal simples pode ser substituído por um pronome demonstrativo neutro (cf. (272d));

(iv) há oscilação entre o modo indicativo e o conjuntivo em função do predicador da oração subordinante (cf. (272e)).

Finalmente, o exemplo (272f) revela que a oração subordinada se comporta como uma oração argumental no que respeita à possibilidade de combinação com um determinante indefinido:

(272) a. [A promessa de *que vai a Fátima a pé*] é um disparate.
b. A promessa dele é [que vai a Fátima a pé].
c. *[A promessa d*isso*] é um disparate.
d. [*Isso* de que vai a Fátima a pé] é um disparate.
e. Consola-me [a promessa de que ele *vem/venha* esta tarde].
f. Ele fez [*uma/a* promessa de que vai a Fátima a pé].

36.8 Posição das orações completivas relativamente aos restantes elementos da oração

Em secções anteriores, observámos por várias vezes que as orações completivas finitas tendem a ocupar a posição mais à direita da oração, a seguir aos outros argumentos ou adjuntos, particularmente se estes são curtos ou pouco complexos (cf. em particular 36.5.1). Este facto deve-se a uma tendência mais geral da língua para colocar os constituintes mais longos e complexos em posição final. Comparem-se as seguintes frases:

(273) a. Dissemos [a verdade] [aos alunos].
b. Dissemos [aos alunos] [a verdade].

(274) a. ??Dissemos [que não havia aulas na semana seguinte] [aos alunos].
b. Dissemos [aos alunos] [que não havia aulas na semana seguinte].

(275) a. Dissemos [a verdade] [aos alunos que não apareceram ontem].
b. ??Dissemos [aos alunos que não apareceram ontem] [a verdade].

(276) a. Dissemos [aos alunos que não apareceram ontem] [que não haveria aulas no dia seguinte].
b. Dissemos [que não haveria aulas no dia seguinte] [aos alunos que não apareceram ontem].

Quando os complementos do verbo têm uma extensão idêntica, como sucede em (273) e em (276), ambas as ordens V + CD + CI ou V + CI + CD são uma possibilidade[33], como esses exemplos ilustram. Mas quando há um desequilíbrio entre os dois complementos em termos de complexidade e extensão, é o constituinte mais extenso que é colocado mais à direita, independentemente da função que desempenhe (cf. (274) e (275)): se o complemento direto é uma oração e o complemento indireto é um sintagma preposicional pouco extenso (cf. (274)), a ordem mais natural é V + CI + CD; se o CI integra uma oração relativa e o CD

[33] "V" = verbo, "CD" = complemento direto e "CI" = complemento indireto.

é uma expressão pouco extensa (cf. (275)), obtemos o efeito contrário: a ordem V + CD + CI torna-se preferencial.

Estes factos revelam que, sempre que há um desequilíbrio, em termos de extensão e/ou complexidade, entre os constituintes da oração, é o constituinte mais longo ou complexo que é colocado em posição final. Esta forte tendência para colocar os elementos mais extensos e complexos em posição final é verificável também com adjuntos adverbiais:

(277) a. Disseram-me ontem que o concurso foi cancelado.
b. Disseram-me que o concurso foi cancelado ontem.

A interpretação mais saliente de (277b) é aquela em que o adjunto adverbial *ontem* modifica a oração subordinada e não a oração principal (ou seja, a interpretação em que o cancelamento do concurso se deu ontem, não aquela em que foi a comunicação desse cancelamento ao locutor que aconteceu ontem). Isto é assim porque, quando o advérbio modifica a oração principal, a sua posição preferencial é antes da oração subordinada (cf. (277a)).

Previsivelmente, esta tendência para colocar o adjunto adverbial antes da oração complemento desaparece quando o adjunto é, ele próprio, longo e/ou complexo. Assim, na frase *disseram-me* [*que o concurso foi cancelado*] *quando eu fui entregar os papéis*, a oração adverbial sublinhada pode perfeitamente ser interpretada como modificando a oração principal (ou seja, a frase pode significar que foi a *comunicação* do cancelamento do concurso que foi feita no momento da entrega dos papéis).

Em síntese, a tendência das orações subordinadas argumentais para serem o último elemento da oração (ou frase) que as contém não é uma característica peculiar daquele tipo de orações e deve-se antes à tendência mais geral da língua para colocar os elementos mais longos e complexos em posição final.

Este efeito também se verifica nas orações completivas de sujeito. Em 36.5.1, vimos que, de uma forma geral, a posição preferencial para a maior parte das orações completivas de sujeito é à direita do predicado (cf. (278)-(280)):

(278) a. Convém [que eles apareçam na festa].
b. ??[Que eles apareçam na festa] convém.

(279) a. Consta [que o preço da gasolina vai subir].
b. ??[Que o preço da gasolina vai subir] consta.

(280) a. É bom [que se tome já uma decisão].
b. ?[Que se tome já uma decisão] é bom.

Os exemplos (b) destes paradigmas são estranhos quando comparados com os exemplos (a). Se o predicado for mais longo ou complexo, porém, ambas as posições, pré e pós-verbal, são admissíveis:

(281) a. [Que eles apareçam na festa] não nos convém absolutamente nada.
b. Não nos convém absolutamente nada [que eles apareçam na festa].

(282) a. [Que o preço da gasolina vai subir] consta há não sei quanto tempo.
b. Consta há não sei quanto tempo [que o preço da gasolina vai subir].

(283) a. [Que se tome já uma decisão] é bom para todos os que estão envolvidos.
b. É bom para todos os que estão envolvidos [que se tome já uma decisão].

O contraste entre os exemplos (b) de (278)-(280) e os exemplos (a) de (281)-(283) revela que a extensão e complexidade do predicado é um dos fatores que contribui para que a oração com a função de sujeito possa ocorrer em posição pré-verbal. Porém, não é o único fator. Quando comparamos os exemplos (a) de (281)-(283) com os exemplos (b) desses mesmos paradigmas, verificamos que eles são diferentes do ponto de vista da forma como a informação é tratada. Quando a oração subordinada com a função de sujeito ocorre em posição pré-verbal, como nos exemplos (a), constitui o sujeito da predicação, i.e., descreve uma situação acerca da qual se predica alguma coisa. Neste caso, há tendência para interpretar a informação nela expressa como informação dada, ou seja, como informação previamente introduzida no universo do discurso. Em contrapartida, quando a oração subordinada com a função de sujeito é colocada em posição pós-verbal, como nos exemplos (b), faz parte integrante do que é asserido, sendo que, tipicamente, introduz informação nova (sobre estas questões, cf. também Caps. 34 e 50).

36.9 Variação no uso da preposição *de*: "queísmo" e "dequeísmo"

Como já tivemos ocasião de notar anteriormente, o emprego da preposição *de* antes de orações completivas finitas constitui uma das áreas mais instáveis da língua, estando sujeito a grandes oscilações no uso e nos juízos dos falantes (cf., em particular, 36.6.2 e 36.7). Há casos em que, contrariamente às prescrições da tradição gramatical, a preposição é inserida (cf. (284)), e outros em que, também contrariando as prescrições da tradição gramatical, ela é omitida (cf. (285)):

(284) a. o ouvinte está atento, poderá *constatar* <u>*de que*</u>, de ontem para hoje, apenas desceu, o... franco belga (CRPC, *Oral formal*, O120) (vs. *constatar* <u>*que*</u>)
b. e é preciso também *acreditar* <u>*de que*</u> esse investimento é rentável porque o é, e nós podemos prová-lo (CRPC, *Oral formal*, O86) (vs. *acreditar* <u>*que*</u>)

(285) a. puseram as máscaras em Riade porque foram *avisados* <u>*que*</u> deveriam pôr as máscaras e entrar nos abrigos (CRPC, *Oral formal*, O107) (vs. *avisados* <u>*de que*</u>)
b. muitos dos chefes de serviço nem se tinham *apercebido* <u>*que*</u> era dia de greve. (CRPC, *Público*) (vs. *apercebido* <u>*de que*</u>)

De um modo geral, os falantes dividem-se quanto à obrigatoriedade ou opcionalidade do uso da preposição, encontrando-se, inclusivamente, variação no mesmo falante, por vezes idiossincrática, por vezes dependendo do registo de uso mais ou menos formal (nestes casos, coloca-se a preposição *de* entre parênteses).

Este fenómeno não se circunscreve ao português e é de tal forma persistente na língua castelhana que a literatura sobre o assunto neste idioma é extensa. Rabanales (1974) introduziu os termos **dequeísmo** e **queísmo** para designar as duas faces deste fenómeno: o primeiro termo designa a inserção supérflua da preposição *de* antes da conjunção-complementador *que* (como em (284)), e o segundo, a sua omissão, como em (285). Esta secção é dedicada ao estudo deste fenómeno nas suas duas vertentes.

36.9.1 Queísmo

36.9.1.1 Caracterização geral

Entende-se por **queísmo** a supressão da preposição antes de complementos oblíquos oracionais finitos, em contextos nos quais a sua ocorrência é perfeitamente aceitável para a maioria dos falantes, e, em alguns casos, mesmo exigida para muitos deles. Esses contextos são aqueles em que a oração é introduzida por um verbo (cf. (286)), por um nome (cf. (287)) ou por um adjetivo (cf. (288)). O fenómeno de supressão da preposição é bastante comum no caso da preposição *de*, mas pode também afetar a preposição *em* e, mais raramente, *com*, em contextos particulares:

(286) a. mas devo-te *informar que* está em curso a operação tempestade no deserto, sem quaisquer baixas (CRPC, *Oral formal*, O107) (vs. *informar de que*)
b. os chefes de Estado e de governo do G8 […] *insistiram que* esse princípio deveria ser aceite pelas duas partes. (CRPC, *Público*) (vs. *insistiram em que*)
c. *contamos que* o sistema frontal vá atravessar lentamente o território do continente (CRPC, *Oral formal*, OP1) (vs. *contamos com que*)

(287) a. Mary James [...] chegou à *conclusão que* os rapazes são especialmente sensíveis aos estereótipos veiculados pelas revistas masculinas (CRPC, *Público*). (vs. *à conclusão de que*)
b. Tenho *confiança que* este objetivo será alcançado." (CRPC, *DAR*) (vs. *confiança em que*).

(288) a. mas eu estou *convencido que* nem sequer no Brasil a vida é como as telenovelas mostram. (CRPC, *Oral informal*, O1700) (vs. *convencido de que*)
b. nem estamos *interessados que* seja o voo que segue para o Canadá ou o que segue para os Estados Unidos da América. (CRPC, *DSAN*) (vs. *interessados em que*)
c. E houve muita gente que ficou e ele provavelmente ficou *contente que* tivessem ficado." (CRPC, *Grande Reportagem*) (vs. *contente com que*)

Sempre que estes mesmos predicadores se combinam com argumentos nominais, a preposição é obrigatória. Comparem-se os exemplos anteriores com os seguintes:

(289) a. Mas devo informar-te disso/*isso.
b. Eles insistiram nisso/*isso.
c. Eles contam {com isso/*isso}.

(290) a. A conclusão {de algo/*algo}.
b. Todos têm confiança nisso/*isso.

(291) a. Mas eu estou convencido disso/*isso.
b. Todos estão interessados nisso/*isso.
c. Estou muito contente {com isso/*isso}.

A agramaticalidade resultante da supressão da preposição com argumentos nominais não suscita geralmente dúvidas a qualquer falante nativo do português. Por outro lado, frases como as exemplificadas em (286)-(288), sem a preposição,

apesar de poderem ser ajuizadas de forma diferente pelos falantes, estão bastante difundidas, sobretudo entre os jovens e mesmo na fala de pessoas com um elevado nível de instrução.

Para melhor compreendermos a natureza deste fenómeno, comecemos por observar que ele se verifica sobretudo nos casos em que a preposição não tem um contributo semântico significativo, como é o caso da preposição *de*, que é geralmente vazia de significado (cf. Cap. 32), e das preposições *em* e *com* em contextos particulares (como em *insistir em*, *contar com*, etc.). Em contrapartida, nos exemplos a seguir, a preposição introdutória não pode ser omitida:

(292) a. O presidente *opôs-se a* [*que* fosse criado um Gabinete de Imprensa]. (vs. **opôs-se que*)
b. A pessoa *responsável por* [*que* isso tenha sucedido] deve encarregar-se de resolver o problema. (vs. **responsável que*)
c. Não abandonaremos a nossa *luta por* [*que* seja feita justiça]. (vs. **luta que*).

Já se observou neste capítulo que existem contextos em que a omissão da preposição é mesmo obrigatória. É o caso das orações interrogativas globais (cf. (293) e 36.6.2) e das orações interrogativas parciais introduzidas por um sintagma *qu-* iniciado por preposição (cf. (294) e 36.7.1), quando selecionadas por um predicador verbal; comparem-se, em particular, os exemplos (a) e (b), em que o complemento é uma oração, com os exemplos (c), em que o complemento é de natureza nominal[34]:

(293) a. Ainda não me avisaram [se chegam hoje].
b. *Ainda não me avisaram de [se chegam hoje].
c. Ainda não me avisaram {da sua chegada/*a sua chegada}.

(294) a. Já te informaram [a que horas ela chega]?
b. *Já te informaram de [a que horas ela chega]?
c. Já te informaram {desse assunto/*esse assunto}?

Em orações interrogativas parciais nas quais o sintagma *qu-* não é introduzido por uma preposição, a presença da preposição *de* iniciando a oração é opcional, sendo que os falantes podem variar entre si na forma como ajuízam os exemplos em que ela não ocorre:

(295) Já te informaram (de) [quando ela chega]?

Verifica-se, assim, a seguinte situação: na posição inicial de um complemento oblíquo, uma preposição sem conteúdo semântico significativo obedece às seguintes condições:

(i) é de presença obrigatória sempre que o complemento é de natureza nominal (cf. os exemplos (c) de (293)-(294));

[34] Quando a oração interrogativa é complemento de um nome ou adjetivo, a situação é ligeiramente diferente, uma vez que há falantes que admitem a presença da preposição, particularmente em registos formais (cf. 36.7.1).

(ii) é omitida se o complemento é selecionado por um predicador de natureza verbal e se for uma oração interrogativa global (cf. (293a,b)) ou uma oração interrogativa parcial cujo sintagma *qu-* é, ele próprio, introduzido por uma preposição (cf. (294a,b));

(iii) é opcional em todos os outros casos em que o complemento é uma oração finita, com alguma variabilidade nos juízos dos falantes, em função do registo, do seu grau de escolarização ou da sua faixa etária (cf. (286) a (288)).

Na discussão que se segue, focaremos a nossa atenção na opcionalidade da preposição antes de orações subordinadas oblíquas finitas.

Centrando-nos mais especificamente no emprego da preposição *de*, os casos paradigmáticos de predicadores verbais que, no seu uso mais frequente, admitem a omissão da preposição são os verbos *duvidar*, *gostar*, *necessitar* e *precisar*; os verbos intrinsecamente pronominais (ou seja, usados obrigatoriamente com um pronome do paradigma reflexo) como *queixar-se*; e ainda um subconjunto de verbos transitivos como *avisar*, *informar*, *lembrar* ou *recordar*, que, para além de um complemento oblíquo oracional, selecionam também um complemento direto.

A omissão da preposição com predicados nominais ou adjetivais está menos consagrada pelo uso e constitui uma área de grande variação e instabilidade. Apesar de ocorrer com frequência na oralidade, tem, por vezes, um estatuto algo marginal relativamente à norma-padrão. Nas subsecções que se seguem examinaremos estes casos separadamente.

36.9.1.2 A preposição *de* em complementos de verbos

Nesta subsecção, centramos a nossa atenção nos complementos selecionados por verbos e examinamos a função desempenhada pela preposição *de* através da análise de três subclasses de verbos: (i) verbos transitivos cujo argumento oracional é oblíquo, como *lembrar* ou *recordar*; (ii) verbos intransitivos, como *gostar* ou *precisar*; (iii) verbos pronominais intrínsecos, como *queixar-se*.

❖ Verbos transitivos cujo argumento oracional é oblíquo

Começamos pelos verbos que designam, em sentido lato, atos de fala, e que se combinam com um argumento oracional oblíquo. Entre os verbos que constituem esta classe, *lembrar* e *recordar* possuem uma propriedade gramatical peculiar que ajuda a entender o fenómeno da presença da preposição *de* com complementos oblíquos. Estes verbos caracterizam-se por admitir dois quadros de subcategorização diferentes. Considerem-se os seguintes exemplos:

(296) a. Os filhos lembraram/recordaram ao pai *o dia de anos da mãe*.
b. Os filhos lembraram/recordaram o pai ***d****o dia de anos da mãe*.

Estas duas frases são semanticamente equivalentes e distinguem-se apenas pela forma como os complementos do verbo são realizados sintaticamente. Em ambos os casos, os verbos *lembrar* e *recordar* selecionam três argumentos: agente (quem lembra/recorda), destinatário (do ato de fala designado pelo verbo) e tema (o conteúdo da lembrança ou recordação). O agente é o sujeito da frase em ambos os

exemplos, mas as funções gramaticais desempenhadas pelos outros dois argumentos são diferentes em cada caso. No exemplo (296a), o destinatário é o complemento indireto e o tema é o complemento direto; no exemplo (296b), o destinatário é o complemento direto e o tema é um complemento oblíquo, regido pela preposição *de*. O estatuto de complemento direto do destinatário (o sintagma nominal *o pai*) em (296b) é comprovado pelo facto de poder ser substituído por um pronome na forma acusativa e poder passar a sujeito na voz passiva:

(297) a. Os filhos lembraram-n**o**/recordaram-n**o** do dia de anos da mãe.
b. *O pai* foi lembrado/recordado pelos filhos do dia de anos da mãe.

Uma vez que o destinatário é um complemento direto em (296b) e, em português, não pode haver mais do que um complemento direto por oração, o argumento tema (o sintagma *o dia de anos da mãe*) não pode ser, também ele, um complemento direto. Esta é a razão pela qual é forçosamente realizado como um complemento oblíquo. Esta função é normalmente marcada através da regência por uma preposição. Quando o verbo não subcategoriza nenhuma preposição em particular, é inserida a preposição *de* para marcar o complemento oblíquo. Como já se observou, a presença da preposição é obrigatória se o argumento oblíquo (o tema) é uma expressão nominal, como se verifica pela impossibilidade de (298) (compare-se com (296b)):

(298) *Os filhos lembraram/recordaram o pai [o dia de anos da mãe].

Consideremos agora o que sucede quando o complemento com o papel temático de tema é uma oração finita, como em (299):

(299) a. Os filhos lembraram/recordaram ao pai [que era o dia de anos da mãe].
b. Os filhos lembraram/recordaram o pai (de) [que era o dia de anos da mãe].

Em (299a), o argumento destinatário (o constituinte *ao pai*) é um complemento indireto e a oração é o complemento direto, podendo ser substituída pela forma acusativa do pronome (cf. *os filhos recordaram-n**o** ao pai*). No exemplo (299b), em que o destinatário é o complemento direto, a oração tem de ser um complemento oblíquo. Neste caso, no entanto, a presença da preposição *de* não é obrigatória, em contraste com o que sucede quando o argumento é de natureza nominal (cf. a impossibilidade de (298)).

Assim, o que estes exemplos revelam é que os complementos *oracionais finitos* oblíquos diferem dos complementos *nominais* oblíquos: quando o complemento oblíquo é uma oração finita, a marcação por meio da preposição *de* não é estritamente necessária, contrariamente ao que sucede quando o complemento oblíquo é nominal. Dito de outro modo, os argumentos oblíquos oracionais finitos estão isentos da marcação por meio da preposição *de*, o que, dada a tendência natural dos falantes para a simplificação, resulta no fenómeno do queísmo.

Outros verbos que, como *lembrar* e *recordar*, selecionam um complemento oblíquo com o papel temático de tema introduzido pela preposição *de* e um complemento direto com o papel temático de destinatário são *acusar*, *avisar*, *convencer*, *informar*, *persuadir*, *prevenir* e *proibir*, entre outros. Contrariamente a *lembrar* e *recordar*, no entanto, estes verbos não possuem, pelo menos no seu uso mais frequente, o quadro de subcategorização alternativo ilustrado em (296).

Quando são um complemento oblíquo, as orações infinitivas encontram-se, para muitos falantes, "a meio caminho" entre as orações finitas (que admitem facilmente queísmo, como se viu) e os argumentos nominais, que exigem a presença da preposição: assim, o exemplo (300b) sem a preposição é considerado por estes falantes como menos aceitável do que (300a), mas melhor do que (301b) (sem a preposição), considerada uniformemente como inaceitável:

(300) a. Os guias avisaram/informaram os jornalistas de [existir o perigo sério de derrocada].
b. ??Os guias avisaram/informaram os jornalistas [existir o perigo sério de derrocada].

(301) a. Os guias avisaram/informaram os jornalistas [que existia o perigo sério de derrocada].
b. *Os guias avisaram/informaram os jornalistas [o perigo de derrocada]. (vs. *avisaram os jornalistas do perigo*)

Uma hipótese de explicação deste fenómeno consiste em considerar que o que distingue as orações finitas das infinitivas é a natureza nominal das segundas (contrariamente às primeiras), juntamente com o facto de apenas os complementos oblíquos de natureza nominal exigirem a presença de uma preposição que marque explicitamente esse estatuto[35].

❖ Os verbos intransitivos *gostar*, *necessitar* e *precisar*

Alargando esta explicação aos complementos dos verbos *gostar*, *necessitar* e *precisar*, que são oblíquos (cf. *eles não* {*gostam/necessitam/precisam*} *de mim*), podemos afirmar que o que caracteriza estes verbos é terem a propriedade idiossincrática de não atribuírem ao seu argumento interno o estatuto de complemento direto, mas sim o estatuto de complemento oblíquo. A preposição é, então, exigida para marcar o argumento oblíquo nominal, embora a sua presença não seja obrigatória sempre que o complemento é uma oração finita (cf. *eles não* {*gostam/necessitam/precisam*} (*de*) *que tu faças isso*).

❖ Verbos intrinsecamente pronominais

O argumento interno dos verbos intrinsecamente pronominais (i.e., que se usam obrigatoriamente com um pronome do paradigma reflexo) é sempre introduzido por uma preposição, ou seja, é um complemento oblíquo (cf. 36.6.2). Quando o verbo não seleciona uma preposição particular (contrariamente a *acostumar-se* (*a*), *empenhar-se* (*em*), *opor-se* (*a*), p.e. – cf. as listas apresentadas na subsecção referida) –, é a preposição *de* que é escolhida. Os seguintes exemplos são paradigmáticos:

(302) a. Ela queixou-se *de* mim.
b. Ela queixou-se (*de*) [que não lhe pagavam o suficiente].

(303) a. Ela apercebeu-se *d*isso.
b. Ela apercebeu-se (*de*) [que não tinha a obrigação de ir à reunião].

[35] Constituem exceção os complementos oblíquos de verbos como *medir*, *pesar*, *custar*, etc. (cf. *o Pedro pesa 50 quilos*), que são oblíquos mas não preposicionados (cf. Cap. 28).

É importante relembrar aqui que o pronome que ocorre obrigatoriamente com os verbos intrinsecamente pronominais não tem nenhum valor semântico; em particular, não corresponde a qualquer argumento (adicional) do verbo, correferente com o sujeito (cf. a impossibilidade de ***ela queixou a Joana de mim*** ou de ***ela apercebeu o Pedro disso***; cf. Cap. 13).

Em contrapartida, muitos verbos transitivos podem ser (opcionalmente) usados com um pronome reflexo, em frases reflexas, i.e., em que o complemento direto é correferente com o sujeito da oração (cf. Cap. 41), o que se ilustra em (304b) com o verbo *convencer*:

(304) a. O Eduardo convenceu *a Maria* (de) [que devia falar com o Pedro].
b. O Eduardo convenceu-*se* (de) [que devia falar com o Pedro].

O verbo *convencer* é transitivo e seleciona dois argumentos internos: um complemento direto com o papel temático de destinatário – o sintagma nominal *a Maria* em (304a) e o pronome reflexo em (304b) (interpretado como sendo correferente com o sujeito *o Eduardo*) – e um complemento oblíquo oracional com o papel temático de tema – a oração finita em (304a,b), introduzida (opcionalmente) pela preposição *de*. Note-se, em particular, que está vedada à oração a função gramatical de complemento direto, já "ocupada" (nos dois exemplos) por um argumento independente (*a Maria* e *se*, respetivamente).

O padrão sintático do verbo *convencer* pode ajudar-nos a compreender melhor o comportamento gramatical dos verbos intrinsecamente pronominais como *queixar-se* ou *aperceber-se*: embora o pronome *se* que ocorre com estes verbos não corresponda a um argumento, comporta-se formalmente como um complemento direto, tal como em (304b), impedindo que o argumento interno em (302) e (303) desempenhe essa função; este argumento interno só pode ser, assim, um complemento oblíquo, com a consequência de ter de ser introduzido pela preposição gramaticalizada *de*, visto que nenhum desses verbos (tal como *convencer*) subcategoriza qualquer outra preposição particular para o seu complemento oblíquo.

O estatuto formal de complemento direto do pronome reflexo torna-se particularmente evidente quando examinamos o comportamento de verbos como *esquecer*, *lembrar* ou *recordar*. Estes verbos podem, opcionalmente, ocorrer com um pronome do paradigma reflexo que não corresponde a qualquer argumento, como em (305b) (compare-se com (305a)):

(305) a. O Luis esqueceu as chaves.
b. O Luis esqueceu-*se* das chaves.

Em (305a), o argumento interno tema é o complemento direto (cf. *o Luis esqueceu-<u>as</u>* e *<u>as chaves</u> foram esquecidas pelo Luís*). Na versão com o pronome, esse argumento interno, de acordo com o que se descreveu acima, é agora um complemento oblíquo introduzido pela preposição *de* (já que *esquecer*, *lembrar* ou *recordar* não subcategorizam nenhuma preposição em particular). Este facto deve-se à presença do pronome, que, assumindo o estatuto formal de complemento direto, obriga a que o argumento interno do verbo seja realizado como um complemento oblíquo.

Quando o argumento interno destes verbos é uma oração, ocorrem de novo as duas versões, como se ilustra em (306):

(306) a. Ele {esqueceu/lembrou/recordou } [que a mulher fazia anos].
b. Ele {esqueceu-*se*/lembrou-*se*/recordou-*se*} (*de*) [que a mulher fazia anos].

Novamente se observa (cf. (306b)) que a preposição pode estar ausente quando o complemento oblíquo é uma oração finita, num caso de queísmo (comparar com a obrigatoriedade da preposição quando o complemento é nominal, como se ilustra em (307) (comparar com (305b)):

(307) *O Luís esqueceu-*se*/lembrou-*se* as chaves.

Antes de concluir esta subsecção, convém mencionar um terceiro tipo de construção em que podem ocorrer os verbos *esquecer* e *lembrar*. Considerem-se os seguintes exemplos, adaptados de *corpora* de fala espontânea:

(308) a. Nunca *me esquece* [que ela não gosta de brócolos].
b. *Lembra-me* [que eu fugia sempre que ele aparecia].

Nestas frases, o experienciador (a entidade que lembra ou esquece, que corresponde ao sujeito nas construções (305)-(306)) é realizado como complemento indireto (*me*) e a oração completiva é sujeito, o que explica a concordância verbal de terceira pessoa (cf. *aqueles dias nunca esqueceriam ao Pedro*, *aqueles dias nunca lhe esqueceriam*, com um sujeito nominal equivalente semântica e gramaticalmente ao sujeito oracional de (308a)).

Contrariamente à variante de (306b) sem a preposição, as frases de (308) não devem ser tomadas como exemplos de queísmo por um motivo muito simples: o sujeito, quer seja oracional quer não, não é nunca introduzido por preposição em português. Por conseguinte, a ausência da preposição neste contexto é o caso normal.

36.9.1.3 A preposição *de* em complementos de nomes

Com predicados nominais, o queísmo está particularmente difundido em certo tipo de perífrases formadas por um verbo suporte e uma expressão nominal (cf. 36.7.3.1), como *chegar à conclusão* (*de*) *que*, *dar a impressão* (*de*) *que*, *dar-se conta* (*de*) *que*, *dar sinal* (*de*) *que*, *estar à espera* (*de*) *que*, *ter a certeza* (*de*) *que*, *ter a sensação* (*de*) *que*, *ter esperança* (*de*) *que*, *ter medo* (*de*) *que* ou *ter necessidade* (*de*) *que*; isto significa que tanto a versão com *de* como a versão sem *de* são aceitáveis para a maioria dos falantes:

(309) a. Olhe, cá estamos à espera (de) [que isto melhore].
b. Eu ainda tenho esperanças (de) [que ele tenha mudado de dono].
c. Uma campanha muito recente dá conta (de) [que a Telecel tem nas cidades o menor índice de chamadas abandonadas].
d. Tenho a suspeita (de) [que não vou ser eleito].

A preposição também é frequentemente omitida em orações especificativas (cf. 36.7.3.2), sobretudo em registos informais; nos exemplos que se seguem, retirados de *corpora*, assinala-se a posição onde ocorreria a preposição através de um espaço em branco sublinhado):

(310) a. saíram do espetáculo com a ideia _ [que tinham visto um drama] (CRPC, PF 0118)

b. A progressiva reconciliação com a ideia _ [que o desejável "crescimento" do filho impusera a separação], assim como a força de ligação afetiva entre os pais, ajudam a "reabsorver" a dor (CRPC, *Máxima*)
c. e ele não recorreu a mim, é sinal _ [que tem junto dele realmente uma companheira] (CRPC, PF 1110)
d. vencer o braço-de-ferro com os conservadores e levá-los a aceitar o facto _ [que será o seu centro de Poder que prevalecerá]. (CRPC, *Público*)

Apesar de a supressão da preposição em orações especificativas ser atestada em registos informais, tende a ser evitada na escrita e é intuída pelos falantes mais velhos ou mais escolarizados como um desvio à norma-padrão. Assim, a ocorrência de exemplos como os de (310) depende muito do registo – um mesmo falante poderá suprimir a preposição na oralidade, mas não na escrita, por exemplo – ou da faixa etária – os falantes da geração mais jovem tendem a omitir a preposição de uma forma mais sistemática do que os mais velhos.

36.9.2 Dequeísmo

Nesta breve subsecção, examinamos o fenómeno inverso do queísmo, nomeadamente a inserção supérflua da preposição *de* antes de uma oração completiva finita. As frases que se seguem, retiradas de *corpora* de língua falada espontânea, ilustram este tipo de ocorrências:

(311) a. e é preciso também acreditar *de* [que esse investimento é rentável] (CRPC, *Oral formal*, O86)
b. se o ouvinte está atento, poderá constatar *de* [que de ontem para hoje apenas desceu o franco belga] (CRPC, *Oral formal*, O120)
c. não, foram eles. aliás as rgas[36] deles, eles votaram nas rgas *de* [que os professores não poderiam assistir às rgas]. (CRPC, PF 1225)
d. o filme indica-nos também *de* [que os trabalhadores e os operários terão que encontrar formas […] de terem nas suas mãos a força das armas] (CRPC, PF 1098)

Estes exemplos são bastante marginais para a maioria dos falantes. Em todos eles, a preposição *de* antecede orações completivas com a função de complemento direto; ora, uma vez que o complemento direto é, praticamente por definição, um argumento que não é regido por preposição (i.e., constitui um "argumento reto", na terminologia da gramática tradicional), a inserção da preposição não se justifica, o que explica o efeito de estranheza que é transmitido por estes exemplos.

O mesmo fenómeno ocorre também em orações completivas com a função de sujeito, dado que o sujeito também é um argumento reto e, como tal, não é introduzido por preposição:

(312) a. eles no verão aparecem-me cá. o que é que acontece? acontece *de* [que com hotéis de luxo nós não podemos pensar em massa de turismo] (CRPC, PF 1358)
b. Seja como for, é convicção geral *de* [que Mário Soares decidirá a realização de eleições]. (*O Jornal*, *apud* Peres e Móia 1995:141)

[36] RGA – sigla de Reunião Geral de Alunos.

Convém salientar que o dequeísmo é um fenómeno bastante mais raro do que o queísmo. Contudo, os dois processos não estão dissociados. Vimos anteriormente que, de acordo com as intuições gramaticais da maioria dos falantes, as orações finitas têm um estatuto particular e dispensam muitas vezes a preposição que introduz os argumentos oblíquos, em particular a preposição *de*. Esta situação conduz a que haja um conflito entre as intuições dos falantes e a norma-padrão no que respeita à distribuição desta preposição em orações completivas finitas, o que, por sua vez, se traduz em hipercorrecção: dado que os falantes não têm intuições fortes sobre o uso da preposição, utilizam-na em contextos em que ela não é necessária. Esta parece ser a explicação mais plausível para o dequeísmo, dado o seu caráter algo assistemático ou errático.

O dequeísmo também é atestado em orações copulativas especificativas. Atente-se nos seguintes exemplos:

(313) a. o desejo das populações é *de* [que a ligação seja feita por veículos ligeiros]. (CRPC, *Público*)

b. mas a ideia com que eu fiquei, [...] é *de* [que [...] ninguém dá conta] (CRPC, PF 1367)

Nestes exemplos, a oração introduzida pela preposição tem a função de nome predicativo do sujeito, pelo que a inserção da preposição é supérflua (cf. *o desejo das populações é* [*que a ligação seja feita por veículos ligeiros*]; *a ideia com que eu fiquei é* [*que* [...] *ninguém dá conta*]).

Fontes das abonações

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

A. Magalhães, *Vampiro* – Magalhães, Álvaro (1995) *O Vampiro do Dente de Ouro*. Edições Asa (Col. Triângulo Jota, n.º 6) (3.ª ed.).

DSAN – Diário das Sessões da Assembleia Nacional.

DAR – Diário da Assembleia da República.

Expresso.

Grande Reportagem.

Máxima.

O Independente.

Oral formal – Subcorpus *Oral formal*: textos OP1, O86, O107, O120.

Oral informal – Subcorpus *Oral informal*: texto O1700.

PF – *Português Fundamental*: entrevistas 0118, 0130, 0181, 0262, 0397, 0520, 1098, 1110, 1225, 1276, 1358, 1364, 1367.

Público.

37 SUBORDINAÇÃO ARGUMENTAL INFINITIVA 1901
37.1 Caracterização geral do infinitivo e das estruturas infinitivas 1903
37.1.1 Ausência de marcas temporais 1903
37.1.2 Infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado 1904
37.1.3 Infinitivo pessoal e infinitivo não pessoal 1905
37.1.4 Possível ambiguidade entre o infinitivo não flexionado e o infinitivo flexionado 1906
37.2 Estatuto sintático das estruturas com o infinitivo não flexionado 1907
37.2.1 Infinitivo não flexionado dependente de predicadores 1908
37.2.2 Infinitivo não flexionado dependente de verbos auxiliares e semiauxiliares 1911
37.3 Ausência de marcadores de subordinação nas orações infinitivas 1913
37.4 Função das orações infinitivas em frases complexas 1915
37.4.1 Orações infinitivas com a função de sujeito 1918
37.4.2 Orações infinitivas com a função de complemento direto 1927
37.4.3 Orações infinitivas com a função de complemento preposicionado 1934
37.4.4 Orações infinitivas complemento de nomes 1936
37.4.4.1 Subordinação completiva e subordinação especificativa 1937
37.4.4.2 Propriedades adicionais das orações infinitivas complemento de nome 1937
37.4.5 Orações infinitivas com a função de complemento de adjetivo 1939
37.5 Construções sintáticas com verbos no infinitivo 1940
37.5.1 Construções de controlo 1941
37.5.1.1 Construções de controlo obrigatório 1941
37.5.1.1.1 Verbos que determinam controlo pelo sujeito da oração subordinante 1942
37.5.1.1.2 Verbos que determinam controlo pelo complemento direto da oração subordinante 1944
37.5.1.1.3 Verbos que determinam controlo pelo complemento indireto da oração subordinante 1945
37.5.1.1.4 Controlo implícito 1946
37.5.1.2 Construções de controlo não obrigatório 1947
37.5.2 Construções de elevação 1949
37.5.2.1 Elevação do sujeito para sujeito 1950
37.5.2.1.1 Diferenças entre elevação do sujeito para sujeito e controlo pelo sujeito 1950

37.5.2.1.2 Infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado com o verbo *parecer* 1954
37.5.2.1.3 Usos predicativos do verbo *parecer* 1955
37.5.2.1.4 Outros verbos que admitem elevação do sujeito para sujeito 1956
37.5.2.2 Elevação do sujeito para objeto 1957
37.5.2.3 Elevação do objeto 1961
37.5.3 A construção união de orações 1961
37.5.3.1 Caracterização geral 1961
37.5.3.2 Colocação dos pronomes clíticos na união de orações 1964
37.5.4 A construção de reestruturação 1966
37.5.5 A construção do infinitivo preposicionado 1969
37.5.5.1 Caracterização geral 1969
37.5.5.2 A construção do infinitivo preposicionado e a elevação do sujeito para objeto 1970
37.5.5.3 Contextos de ocorrência da construção do infinitivo preposicionado 1971
37.6 Infinitivo como forma nominal do verbo 1973
37.6.1 Infinitivo lexicalizado como substantivo 1974
37.6.2 Nominalização infinitiva 1974
37.6.3 Orações infinitivas integradas em sintagmas nominais 1975
Fontes das abonações 1977

37 SUBORDINAÇÃO ARGUMENTAL INFINITIVA

Neste capítulo, descrevem-se as construções que têm como núcleo um verbo no infinitivo, em particular aquelas que são selecionadas por um predicador; este pode ser um verbo (cf. (1)), um nome (cf. (2a,b)) ou um adjetivo (cf. (2c,d)). Coloca-se as estruturas infinitivas em itálico e sublinha-se o predicador que as seleciona:

(1) a. Alarmou-as *encontrar uma mosca na sopa*.
b. Elas querem *ir a esse restaurante*.
c. Persuadi a Maria a *visitar a avó*.

(2) a. É um alívio *encontrarmos-te de boa saúde*.
b. O medo de *andar de avião* é bastante comum.
c. Foi interessante *visitares o Mont Saint-Michel*?
d. Elas estão desejosas de *conhecer o novo professor*.

Nestes exemplos, as estruturas infinitivas são argumentos dos predicadores que as selecionam e desempenham uma função gramatical na frase que as contém (cf. Cap. 11): de sujeito em (1a) e (2a,c); de complemento em (1b,c) e (2b,d). Repare-se que, quando a estrutura infinitiva é complemento de um predicador nominal ou adjetival (cf. (2b) e (2d), respetivamente), é regida por uma preposição, nestes exemplos, *de* (cf. 37.4.4, 37.4.5 e Cap. 32). As estruturas infinitivas de (1) e (2) são orações subordinadas, chamadas **orações infinitivas argumentais** ou **completivas** (cf. 37.2.1 e Cap. 36).

Para além dos verbos, nomes e adjetivos, também as preposições e os advérbios podem selecionar orações infinitivas como complemento. Assim, em (3a,b), a estrutura infinitiva é um complemento das preposições sublinhadas, e em (3c), a estrutura infinitiva é um complemento do advérbio *antes* (note-se que também em (3c) a estrutura infinitiva é obrigatoriamente introduzida pela preposição *de*)[1]:

(3) a. Não saio daqui [sem *me dizerem as notas*].
b. Abrimos a porta [para *entrar dentro de casa*].
c. [Antes de *sair de casa*], fechámos todas as janelas.

[1] Cf. Cap. 32.2.2; a sequência formada pelo advérbio e pela preposição de ligação *de* em (3c) é aí chamada "locução prepositiva de base adverbial".

Nestes exemplos, o grupo resultante da combinação da preposição ou da locução prepositiva com a oração infinitiva (entre parênteses retos, nos exemplos) funciona como um adjunto adverbial (cf. Caps. 33 e 38) e não como um complemento do verbo da oração principal. Por este motivo, a tradição gramatical opta por integrar o estudo destas orações na rubrica da subordinação adverbial. Seguindo essa tradição, não se discutem neste capítulo as orações infinitivas complementos de advérbios ou de preposições, que serão examinadas em detalhe no Cap. 38, dedicado à subordinação adverbial (mas cf. 37.3, onde se fazem algumas observações breves sobre este tipo de estruturas).

As estruturas infinitivas podem também ocorrer a seguir a um verbo auxiliar ou semiauxiliar, ou a seguir a um grupo formado por um destes verbos e uma preposição por ele regida (cf. Cap. 29), como se ilustra em (4) (sublinha-se o verbo auxiliar e a preposição por ele regida):

(4) a. O poste vai *cair em cima do passeio*.
b. A casa pode *desabar a qualquer momento*.
c. Os meus alunos hão de *passar o exame*.
d. Está a *chover a potes*.

Nestes exemplos, o verbo auxiliar ou semiauxiliar, a preposição (quando ocorre) e o verbo pleno infinitivo formam um núcleo verbal complexo, chamado **perífrase verbal** (cf. Cap. 29)[2]. Quando um verbo pleno infinitivo faz parte de uma perífrase verbal, as estruturas infinitivas têm propriedades diferentes das que possuem quando são selecionadas por predicadores. Em particular, não possuem a maioria das propriedades que dão às estruturas infinitivas de (1)-(3) o estatuto de orações (cf. 37.2.2 e Cap. 29).

É importante distinguir os casos como (4), em que a forma infinitiva é o verbo pleno que segue um verbo auxiliar, daqueles em que a forma infinitiva é o próprio verbo auxiliar, ou seja, o primeiro membro da perífrase verbal, como em *os alunos disseram ter cumprimentado a nova professora*. Neste caso, a estrutura infinitiva, que inclui o verbo auxiliar, é uma oração subordinada argumental (no exemplo, selecionada pela forma verbal *disseram*).

Quando as estruturas infinitivas são orações selecionadas por um predicador, como em (1)-(3), o seu núcleo verbal pode, em certas condições, ser flexionado, concordando em pessoa e número com o sujeito da oração, como se ilustra em (2a), (2c) e (3a)[3]. As propriedades que caracterizam as estruturas com o infinitivo flexionado e as suas diferenças relativamente às estruturas com o infinitivo não flexionado discutem-se em 37.1.2, 37.1.3 e 37.1.4. Para além disso, nas secções apropriadas, descrevem-se os contextos em que pode ou deve ocorrer cada um dos tipos de orações infinitivas.

Este capítulo articula-se do seguinte modo: em 37.1, discutem-se as propriedades gerais das estruturas infinitivas e do infinitivo enquanto forma verbal, incluindo o infinitivo flexionado próprio do português. Em 37.2, discute-se o estatuto sintático das estruturas infinitivas nos contextos em que são selecionadas por um predicador e nos contextos em que seguem um verbo auxiliar (cf. também, sobre este ponto,

[2] Por simplicidade, apenas se consideram neste capítulo perífrases verbais com um só verbo auxiliar.
[3] Este sujeito é frequentemente nulo (cf. Cap. 43), como nos exemplos acima, mas não necessariamente: cf., por exemplo, *vai ser muito difícil* [*os convidados chegarem a tempo*].

o Cap. 29); em 37.3, apresenta-se uma característica importante das orações infinitivas face às orações finitas: o facto de não apresentarem tipicamente marcadores de subordinação (com uma exceção, aí discutida); em 37.4, descrevem-se as funções que as orações infinitivas podem desempenhar na frase complexa em que ocorrem; em 37.5, descrevem-se várias construções sintáticas em que ocorrem as estruturas infinitivas: construções de controlo (cf. 37.5.1), de elevação (cf. 37.5.2), de união de orações (cf. 37.5.3), de reestruturação (cf. 37.5.4) e do infinitivo preposicionado (cf. 37.5.5). Finalmente, em 37.6, discutem-se alguns usos nominais (reais ou aparentes, como se verá) das formas verbais infinitivas.

37.1 Caracterização geral do infinitivo e das estruturas infinitivas

37.1.1 Ausência de marcas temporais

A característica mais saliente das estruturas infinitivas é a morfologia do verbo que introduz o sintagma verbal, marcada pelo sufixo *-r* (*dançar*, *comer*, *rir*). Contrariamente às formas verbais finitas, as formas verbais infinitivas não apresentam variação morfológica de tempo nem de modo[4]. Por este motivo, as estruturas infinitivas não exprimem uma referência temporal explícita, o que implica que não ocorrem normalmente como frases independentes de tipo assertivo, já que estas possuem necessariamente uma referência temporal, marcada pela flexão de tempo das formas verbais finitas (cf. Cap. 56)[5]. Assim, p.e., a sequência **os alunos cumprimentar(em) a nova professora*, com o verbo no infinitivo (flexionado ou não), não pode ser uma frase independente com o estatuto de enunciado assertivo (comparar, p.e., com *os alunos cumprimentaram a nova professora*, com o verbo numa forma finita com marca de tempo, aqui o pretérito perfeito do indicativo).

A defetividade temporal das formas verbais infinitivas favorece, em contrapartida, a ocorrência das estruturas infinitivas em contextos de subordinação, integrando frases complexas (cf., por exemplo, *os alunos decidiram cumprimentar a nova professora*). Nestes contextos, a interpretação temporal das estruturas infinitivas depende, em larga medida, do significado lexical do predicador que as seleciona e do tempo verbal desse predicador[6]: com o verbo *decidir*, p.e., essa interpretação é de futuridade relativamente ao tempo semântico da situação descrita na oração subordinante (cf. Cap. 15).

Quando o verbo infinitivo é um auxiliar temporal iniciando uma perífrase verbal (cf. Cap. 29), a interpretação temporal da estrutura infinitiva é determinada por esse verbo, como se ilustra em (5):

(5) a. Os alunos dizem [*ter* cumprimentado a nova professora].
b. Os alunos dizem [*ir* cumprimentar a nova professora].
c. Os alunos dizem [*haver de* cumprimentar a nova professora].

[4] Embora possa veicular valores semânticos na área da modalidade, o infinitivo não é considerado nesta Gramática como constituindo um modo verbal (cf. Cap. 19).

[5] Em casos particulares, no entanto, as orações infinitivas podem constituir enunciados independentes não assertivos (cf. a discussão sobre o paradigma (6)).

[6] Se o predicador é um nome ou um adjetivo, a interpretação temporal das estruturas infinitivas depende do tempo verbal do verbo de cópula que introduz o nome ou o adjetivo (bem como do significado lexical destes).

Assim, o verbo auxiliar *ter* + particípio passado (chamado auxiliar perfeito) adquire no infinitivo um valor temporal de tempo passado relativamente ao tempo da situação descrita na oração subordinante (cf. Cap. 29.5.1); e os verbos auxiliares *ir* + infinitivo e *haver de* + infinitivo manifestam um valor temporal de futuridade relativamente ao tempo da situação descrita na oração subordinante (cf. Cap. 29.5.2 e 29.5.3).

Quando um enunciado tem uma força ilocutória exclamativa (cf. (6a)), diretiva (cf. (6b)) ou de "pergunta-eco" (i.e., uma pergunta na qual o falante repete o que foi dito sem procurar uma resposta, como em (6c)), pode ser realizado por uma oração infinitiva independente (cf. Cap. 48, sobre tipos de frases e a sua força ilocutória):

(6) a. Nem pensar!
b. Marcar passo!
c. Lavar(em) eles a loiça?

Neste tipo de enunciados, que, como se disse, não têm um valor assertivo, a referência temporal do infinitivo é tipicamente interpretada como coincidindo com o ato de fala.

37.1.2 Infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado

Contrariamente ao que acontece na maioria das línguas, o infinitivo pode assumir em português uma forma com flexão, chamada **infinitivo flexionado**, a par da forma não flexionada, chamada **infinitivo não flexionado** (no decorrer do capítulo, usamos por vezes o termo informal "infinitivo simples" em vez de "infinitivo não flexionado").

O infinitivo flexionado caracteriza-se por ter marcas de concordância em pessoa e número com o sujeito da oração em que ocorre. Na medida em que incluem inequivocamente um sujeito, as construções de infinitivo flexionado têm claramente um estatuto oracional, semelhante ao das orações finitas, e são chamadas **orações de infinitivo flexionado**.

Tal como nas orações finitas, esse sujeito pode ser um sintagma nominal realizado foneticamente, com um núcleo nominal (cf. (7a)) ou com um núcleo pronominal (cf. (7b)); e pode também ser um pronome pessoal nulo (que se representa pela notação "[-]"), como em (7c) (cf. Cap. 43). Em (7d), para comparação, apresenta-se um exemplo com uma estrutura de infinitivo simples, já que o verbo *lamentar* tem a propriedade de selecionar ambos os tipos:

(7) a. Eu lamento [*os meus pais* terem insultado a professora].
b. Eu lamento [*tu* teres insultado a professora].
c. Eu lamento [[-] {terem/termos} insultado a professora].
d. Os alunos lamentam [ter insultado a professora].

As desinências do infinitivo flexionado são acrescentadas ao morfema *-r* do infinitivo, e são as seguintes (o símbolo "Ø" usa-se aqui para representar a flexão zero): *eu sonhar* + Ø (1sg), *tu sonhar* + *es* (2sg), *ele/ela sonhar* + Ø (3sg), *nós sonhar* + *mos* (1pl), *vós sonhar* + *des* (2pl), *eles/elas sonhar* + *em* (3pl). Quando o sujeito de uma oração de infinitivo flexionado é um pronome foneticamente realizado, assume a forma nominativa, como *tu* em (7b) (vs. *ti* ou *te*).

Em contrapartida, as estruturas com o infinitivo simples não podem ter um sujeito foneticamente realizado: cf. a não gramaticalidade de ***eu lamento** [{*os meus pais*/*tu*} *ter insultado a professora*]. Estas estruturas também não podem ter como sujeito um pronome nulo, visto que o verbo infinitivo não apresenta a necessária flexão em pessoa e número que o possa identificar (cf. Cap. 43). No entanto, as estruturas de infinitivo simples têm as propriedades típicas de uma oração quando são selecionadas por um predicador (cf. (1) e (2b,d)), mas não quando dependem de um verbo (semi)auxiliar (cf. (4)). Esta questão é abordada em 37.2.

37.1.3 Infinitivo pessoal e infinitivo não pessoal

Por poder ocorrer com um sujeito formado por um sintagma nominal realizado foneticamente ou por um pronome pessoal nulo, o infinitivo flexionado também é chamado **infinitivo pessoal**; inversamente, por não admitir (normalmente) nenhuma dessas possibilidades, o infinitivo não flexionado é chamado **infinitivo impessoal** ou **não pessoal**.

[1] Preferimos o termo "infinitivo não pessoal" (em vez de "infinitivo impessoal"), por haver o perigo de interpretar o adjetivo "impessoal" neste contexto com o sentido que tem em "oração impessoal". Esta expressão designa uma oração com um verbo impessoal, ou seja, um verbo que não seleciona um argumento com a função de sujeito gramatical, como *haver* (cf. *há bruxas nesta aldeia*; cf. Cap. 28). As orações impessoais contrapõem-se às orações pessoais, cujo núcleo é um verbo pessoal, ou seja, um verbo que seleciona um argumento com a função de sujeito (independentemente de selecionar outros argumentos), como *cair* ou *ver*: cf. ***o jogador** caiu*, ***as crianças** viram um fantasma* (cf. Cap. 28). Ora, as orações de infinitivo apresentam a mesma dualidade, ou seja, podem ser pessoais ou impessoais, conforme o seu verbo pleno seja pessoal ou impessoal (cf., respetivamente, *penso haver bruxas nesta aldeia* e *as crianças querem ver um fantasma*[7]).

Embora represente o caso típico, a correlação entre infinitivo não flexionado e infinitivo não pessoal nem sempre se obtém, mostrando que os pares conceptuais "infinitivo flexionado/não flexionado" e "infinitivo pessoal/não pessoal" se devem distinguir. Assim, existem várias línguas nas quais as orações de infinitivo não flexionado podem ter sujeitos formados por sintagmas nominais foneticamente realizados, quer com núcleo nominal quer com núcleo pronominal, e, neste caso, com o pronome na forma nominativa; é o caso do castelhano, em que se encontram exemplos como *de tener **nosotros** dinero, nos compraríamos la casa* (literalmente, 'de ter nós dinheiro, comprar-nos-íamos a casa', 'se nós tivéssemos dinheiro, compraríamos a casa'), *telefonear **tú** primero sería un error* (literalmente, 'telefonar tu primeiro seria um erro')[8]. Nestes casos, o infinitivo é pessoal (ou seja, tem um sujeito explícito, formado por um sintagma nominal foneticamente realizado), embora seja não flexionado.

Em português, também é possível ocorrer um sujeito formado por um sintagma nominal foneticamente realizado, de natureza enfática, nalguns contextos de infinitivo não flexionado, como *as minhas primas querem* [*fazer elas o jantar*] (cf. a discussão dos verbos volitivos em 37.4.2).

[7] Como veremos adiante (cf. 37.2.1), nesta última frase existe na oração infinitiva um sujeito argumental implícito, foneticamente não realizado, correferente com o sujeito da oração principal.

[8] Os exemplos do castelhano são adaptados de Hernanz (1999). Em português, o segundo exemplo obriga ao uso do infinitivo flexionado; cf. *telefonar**es** tu primeiro seria um erro* (o primeiro exemplo não tem equivalente em português com o infinitivo).

37.1.4 Possível ambiguidade entre o infinitivo não flexionado e o infinitivo flexionado

As desinências da primeira pessoa do singular e da terceira pessoa do singular do infinitivo flexionado são morfologicamente nulas, confundindo-se assim com a ausência total de morfologia flexional característica do infinitivo simples. Dado que em português o sujeito de uma oração cujo verbo apresenta marcas flexionais pode ser um pronome pessoal nulo (cf. Cap. 43), isto implica que, quando confrontados com uma estrutura infinitiva sem sujeito explícito e cuja forma verbal não tem marcas visíveis de flexão, não podemos concluir automaticamente que temos o infinitivo não flexionado.

Considere-se, p.e., a frase (8a), em que o núcleo verbal da estrutura infinitiva não tem marcas visíveis de flexão. Para saber se temos ou não o infinitivo flexionado, são possíveis duas estratégias: primeiro, ver se é possível incluir na estrutura infinitiva um sujeito formado por um sintagma nominal foneticamente realizado e, sendo este um pronome, na forma nominativa[9]; segundo, ver se é possível mudar a pessoa/número do verbo de modo a obter uma combinação com marcas de flexão visíveis. A resposta é positiva em ambos os casos, como se ilustra em (8b,c) e (8d), respetivamente:

(8) a. É um alívio *encontrar-te de boa saúde*.
b. É um alívio *eu encontrar-te de boa saúde*.
c. É um alívio {*o médico*/*ele*} *encontrar-te de boa saúde*.
d. É um alívio *encontrarmos-te de boa saúde*.

Conclui-se, portanto, que em (8a) temos o infinitivo flexionado sem marcas de flexão (p.e., de 1sg, na interpretação pragmaticamente mais normal desta frase, na qual é uma variante de (8b) com um sujeito pronominal nulo).

Inversamente, numa frase como (9a), não é possível incluir na estrutura infinitiva um sujeito foneticamente realizado nem é possível mudar a pessoa/número na forma verbal infinitiva de modo a obter uma combinação com marcas flexionais visíveis, como se ilustra em (9b) e (9c), respetivamente:

(9) a. Nós desejamos *encontrar-te de boa saúde*.
b. *Nós desejamos {*eu*/*ele*/*o médico*} *encontrar-te de boa saúde*.
c. *Nós desejamos *encontrarmos-te de boa saúde*.

Conclui-se, portanto, que em (9a) estamos face ao infinitivo não flexionado.

Esta situação cria ambiguidades potenciais quando, no mesmo contexto, são aceitáveis tanto estruturas com o infinitivo flexionado como estruturas com o infinitivo não flexionado (e esses casos, em português, são mais a norma do que a exceção). Como se notou ao discutir o paradigma (7) em 37.1.2, o verbo *lamentar* seleciona os dois tipos de orações. Isto significa, p.e., que, em (10a), existe ambiguidade estrutural entre uma representação com o infinitivo flexionado concordando com um sujeito pronominal nulo (cf. (10b)) e outra representação com o infinitivo simples (cf. (10c)):

[9] Este requisito é importante, visto que um pronome não nulo com a função de sujeito de uma oração finita (ou cujo verbo tenha marcas de flexão) tem tipicamente esta forma: cf., por exemplo, *eu encontrei-te de boa saúde*, *nós encontrámos-te de boa saúde*, *eles encontraram-te de boa saúde*, etc. (cf. Cap. 23). A partir daqui, para simplificar o texto, abreviamos a expressão "sujeito formado por um sintagma nominal foneticamente (não) realizado" em "sujeito foneticamente (não) realizado".

(10) a. O Joaquim lamenta *ter* insultado a professora.
b. O Joaquim lamenta [[-] *ter* + Ø insultado a professora].
c. O Joaquim lamenta [*ter* insultado a professora].

A atribuição da representação sintática (10b) a (10a), com o infinitivo flexionado, implica duas coisas: que o sujeito possa ser realizado foneticamente (cf. (11a)) e que, num contexto apropriado, possa ter uma referência distinta da do sujeito da oração principal, com traços de pessoa/número diferentes; isso acontece em (11b), em que o sujeito pronominal nulo da oração infinitiva é correferente com o tópico *o meu filho* e não com o sujeito de 1sg *eu* da oração principal:

(11) a. O Joaquim lamenta [*ele* ter + $Ø_{3sg}$ insultado a professora].[10]
b. Quanto ao meu filho, eu lamento muito [[-] ter + $Ø_{3sg}$ insultado a professora] (comparar com *quanto ao meu filho, eu lamento muito* [*ele ter* + $Ø_{3sg}$ *insultado a professora*].

37.2 Estatuto sintático das estruturas com o infinitivo não flexionado

Como se mostrou na subsecção anterior, contrariamente às estruturas com o infinitivo flexionado (cf. (7a,b) e (8b,c)), as estruturas com o infinitivo não flexionado não permitem acolher um sujeito foneticamente realizado, quer quando dependem de um predicador (cf. (12)) quer quando o verbo infinitivo faz parte de uma perífrase verbal, i.e., depende de um verbo auxiliar ou semiauxiliar (cf. (13))[11]:

(12) a. *As crianças **decidiram** {*elas/a mãe*} *oferecer um livro ao amigo*.
b. *É **conveniente** *tu/nós ir à reunião*.
c. *É um **prazer** *todos nós visitar a tua família*.

(13) a. *O poste **vai** *ele cair em cima do passeio*.
b. *A casa **pode** *ela desabar a qualquer momento*.
c. *Os meus alunos **hão** de *eles passar o exame*.

Comparem-se estes exemplos com as frases gramaticais de (14) e (15), semelhantes a (12) e (13) mas sem sujeito foneticamente realizado na estrutura infinitiva:

(14) a. As crianças **decidiram** *oferecer um livro ao amigo*.
b. É **conveniente** *ir à reunião*.
c. É um **prazer** para todos nós *visitar a tua família*.

(15) a. O poste **vai** *cair em cima do passeio*.
b. A casa **pode** *desabar a qualquer momento*.
c. Os meus alunos **hão** de *passar o exame*.

[10] Ao passo que para (10b) todos os falantes aceitam a leitura na qual o sujeito pronominal nulo da oração infinitiva é correferente com o sujeito *o Joaquim* da oração principal, relativamente a (11a), os falantes dividem-se entre aqueles que obtêm facilmente essa leitura correferente e aqueles para quem o pronome *ele* refere preferencialmente uma pessoa que não seja o Joaquim.

[11] Em (12), dão-se exemplos nos quais o sujeito da estrutura de infinitivo simples não é nem 1sg nem 3sg, para impedir uma oração de infinitivo flexionado sem marcas visíveis de flexão concordando com o sujeito. Em (13), esse problema não surge porque, como se discute adiante, o infinitivo flexionado não é permitido no contexto de verbos (semi)auxiliares.

Superficialmente, a impossibilidade de as estruturas infinitivas simples ocorrerem com um sujeito foneticamente realizado parece permitir a conclusão de que não têm um estatuto oracional[12]. No entanto, existem diferenças sintáticas e semânticas entre as estruturas infinitivas de (14), dependentes de um predicador, e as de (15), dependentes de um verbo auxiliar ou semiauxiliar. As primeiras manifestam uma série de propriedades que permitem atribuir-lhes o estatuto de orações subordinadas numa frase complexa. Em contrapartida, as estruturas infinitivas de (15) não manifestam a maioria das propriedades que são típicas das orações. Nas subsecções seguintes discute-se o estatuto destes dois tipos de estruturas de infinitivo simples (cf. também o Cap. 29).

37.2.1 Infinitivo não flexionado dependente de predicadores

As estruturas de infinitivo simples dependentes de predicadores (cf. (14)) têm um determinado número de propriedades que levam a considerá-las como sendo orações plenas contendo um sujeito implícito, ainda que este não tenha realização fonética e seja interpretado com base em princípios gramaticais especiais (cf. 37.5). Discutem-se em seguida algumas dessas propriedades.

❖ Domínios argumentais

O verbo no infinitivo e o predicador da oração principal selecionam um conjunto independente e completo de argumentos. Assim, p.e., em (14a), *oferecer* e *decidiram* selecionam argumentos distintos: *decidiram* seleciona um agente (quem decide, realizado pelo sintagma nominal *as crianças*) e um tema (o que se decide, realizado pela estrutura infinitiva *oferecer um livro ao amigo*); *oferecer*, por sua vez, seleciona um tema (o que se oferece, realizado pelo SN *um livro*), um destinatário (a quem se oferece, realizado pelo sintagma preposicional *ao amigo*) e um agente (quem oferece), que, embora implícito, é interpretado como sendo correferente com o sintagma nominal *as crianças*. Em (14b), o adjetivo *conveniente* seleciona um argumento tema (aquilo que é conveniente), realizado pela estrutura infinitiva; o verbo *ir*, por sua vez, seleciona um locativo direcional (onde se vai), realizado pelo sintagma preposicional *à reunião*, e um tema (quem vai); este, embora não tenha uma realização explícita na estrutura infinitiva, recebe uma interpretação implícita, de natureza indefinida, próxima de 'alguém' ou de 'as pessoas em geral' (cf. 37.5.1.2). Finalmente, em (14c), o nome *prazer* seleciona um argumento tema, realizado pela estrutura infinitiva, e um argumento beneficiário (ou benefactivo), realizado pelo SP *para todos nós*; e o verbo *visitar* seleciona um argumento paciente, realizado pelo SN *a tua família*, e um argumento agente implícito, interpretado como sendo correferente com o SN contido no argumento beneficiário do predicador nominal (*para todos nós*)[13].

Admitindo que os domínios argumentais distintos, selecionados por predicadores distintos, correspondem a orações simples, conclui-se que, nas frases de (14),

[12] Por exemplo, a ausência de sujeito é compatível com uma análise em que as estruturas de infinitivo simples são simplesmente sintagmas verbais.

[13] É importante notar que, em (14c), *para todos nós* é um argumento de *prazer*, e não de *visitar*, embora o sujeito implícito deste verbo seja correferente com o SN contido nesse argumento. Numa oração de infinitivo flexionado, esse SN pode ser sujeito explícito: cf. *é um prazer* [*todos nós visitar**mos** a tua família*].

existem duas orações, uma tendo como núcleo o verbo no infinitivo e a outra tendo como núcleo o predicador em negrito, sendo a primeira subordinada à segunda.

Nesta hipótese, as orações infinitivas de (14) contêm um sujeito implícito, que não é foneticamente realizado nem corresponde a um pronome pessoal nulo (visto que este tipo de pronome determina concordância verbal – cf. Cap. 43); por esse motivo, essas orações infinitivas são por vezes chamadas "orações reduzidas").

O sujeito implícito das orações infinitivas de (14) recebe uma interpretação através de princípios gramaticais que se discutem detalhadamente na secção 37.5. Em (16), dá-se a representação dessas frases ("[-]" representa o sujeito implícito em questão):

(16) a. [$_{Or}$ As crianças decidiram [$_{Or}$ [-] *oferecer um livro ao amigo*]].
b. [$_{Or}$ É conveniente [$_{Or}$ [-] *ir à reunião*]].
c. [$_{Or}$ É um prazer para todos nós [$_{Or}$ [-] *visitar a tua família*]].

É importante realçar de novo que, diferentemente do sujeito pronominal nulo que ocorre em orações subordinadas de infinitivo flexionado ou em orações finitas (cf., respetivamente, *é conveniente* [$_{Or}$ [-] *irmos à reunião*] e [-] *vamos à reunião*), o sujeito implícito das orações infinitivas simples de (14)/(16) (que também se representa aqui pela notação "[-]") não determina concordância em pessoa/número no verbo da oração, ou seja, não está associado a qualquer flexão verbal[14].

❖ Presença de constituintes relativos e interrogativos em estruturas de infinitivo não flexionado

Os constituintes relativos e interrogativos que contêm formas *qu-* (cf. Caps. 36, 39 e 48) ocorrem tipicamente no início de uma oração, à esquerda do sujeito, como se ilustra em (17a,b), para os constituintes interrogativos, e em (17c), para os relativos:

(17) a. [$_{Or}$ *O que* (é que) o João disse]?
b. Não sei [$_{Or}$ *a quem* a Maria ofereceu o livro].
c. Procuramos o professor [$_{Or}$ *a quem* os alunos entregaram o livro].

Ora, em determinados contextos, as estruturas de infinitivo simples (i.e., não flexionado) podem ser de tipo interrogativo ou relativo, apresentando na sua parte inicial constituintes interrogativos e relativos contendo uma forma *qu-*, como se ilustra em (18):

(18) a. E agora, *o que fazer*?
b. Não sei *o que dizer*.
c. Procuramos um professor *a quem entregar o livro*.

Por analogia com (17), as estruturas em itálico nas frases de (18) constituem plausivelmente orações contendo um sujeito implícito, como se representa em (19):

[14] Refletindo estas diferenças, na teoria da gramática generativa, o sujeito implícito das orações de infinitivo simples é chamado "PRO" (com letra maiúscula), ao passo que o sujeito pronominal nulo das orações de infinitivo flexionado ou finitas é chamado "pro" (com letra minúscula). Sobre outras diferenças entre estes dois tipos de sujeito sem realização fonética, cf. Cap. 43.

(19) a. E agora, [$_{Or}$ o que [-] fazer]?
b. Não sei [$_{Or}$ o que [-] dizer].
c. Procuramos um professor [$_{Or}$ a quem [-] entregar o livro].

❖ Colocação dos pronomes clíticos

Um pronome clítico liga-se tipicamente ao verbo que o seleciona como argumento, dentro da oração na qual desempenha uma função gramatical (se o pronome é um complemento direto, toma a forma acusativa, e se é um complemento indireto, toma a forma dativa; cf. Caps. 23 e 42). Assim, na frase *as crianças disseram-lhe* [*que a professora os castigou*], o pronome clítico dativo *lhe* liga-se ao verbo *dizer* da oração principal, que o seleciona; e o pronome clítico acusativo *os* liga-se ao verbo *castigar* da oração subordinada, visto que é selecionado por ele[15].

Em geral, a ligação de um pronome clítico ao verbo de uma oração onde não é semanticamente selecionado resulta em agramaticalidade: compare-se a frase acima com **as crianças disseram* [*que a professora lhos castigou*], em que o pronome *lhe*, que é um complemento do verbo da oração principal, se liga ao verbo da oração subordinada, ou com **as crianças disseram-lhos* [*que a professora castigou*], em que o pronome *os*, que é um complemento do verbo da oração subordinada, se liga ao verbo da oração principal.

Em frases com estruturas de infinitivo simples, um pronome clítico argumento do verbo infinitivo liga-se tipicamente a esse verbo e não ao verbo finito subordinante[16], como se ilustra, respetivamente, em (20) e (21):

(20) a. As crianças decidiram *dar-lhe um livro*.
b. Os pais optaram por *comprar-lhe uma casa*.
c. A Maria disse *encontrá-lo frequentemente em Paris*.

(21) a. *As crianças decidiram-lhe *dar um livro*.
b. *Os pais optaram-lhe por *comprar uma casa*.
c. *A Maria disse-o *encontrar frequentemente em Paris*.

Este padrão de ligação dos pronomes clíticos sugere que as estruturas de infinitivo simples de (20) são orações, logo contêm um sujeito, ainda que implícito; exemplificando com (20a), tem-se a estrutura [$_{Or}$ *as crianças decidiram* [$_{Or}$ [-] *dar-lhe um livro*]].

❖ Predicativos do sujeito em estruturas de infinitivo não flexionado

Como assinala Hernanz (1999) para o espanhol (que atribui o argumento a Cuervo 1954), as estruturas de infinitivo simples que funcionam como sujeito de uma frase complexa podem conter elas próprias um adjetivo predicativo do sujeito, como se ilustra em (22) (sublinha-se o predicativo do sujeito):

(22) a. Nas aulas, *estar atento* é fundamental.
b. *Andar descalço* é bom para a circulação.

---

[15] Simplifica-se consideravelmente aqui a descrição da colocação dos pronomes clíticos; para uma caracterização mais completa, cf. Caps. 29 e 42. É irrelevante para o argumento aqui apresentado se a ligação do pronome ao verbo se faz por meio de ênclise ou de próclise (cf. Cap. 42).

[16] Existe um pequeno grupo de verbos plenos que é exceção a esta regra (cf. 37.5.4 e também os Caps. 29 e 42).

Os adjetivos predicativos *atento* e *descalço* requerem um sujeito sobre o qual prediquem; assim, é necessário que a construção infinitiva contenha um sujeito implícito que sirva de suporte aos predicativos. Esse sujeito é interpretado, nestes exemplos, de modo indefinido, como equivalente a 'pessoas em geral' ou 'qualquer pessoa'. A estrutura sintática de (22) é, pois, aquela que é ilustrada em (23):

(23) a. Nas aulas, [$_{Or}$ [-] estar atento] é fundamental.
b. [$_{Or}$ [-] andar descalço] é bom para a circulação.

❖ Pronomes reflexos em estruturas de infinitivo não flexionado

Um argumento semelhante ao anterior tem a ver com a possibilidade de se ter pronomes reflexos com a função de complemento direto numa estrutura de infinitivo simples com a função de sujeito:

(24) a. *Inscrever-se num curso de arte* é condição necessária para frequentar esta escola.
b. *Enganar-se a si próprio* é típico do ser humano.

Na medida em que um pronome reflexo com a função de complemento direto requer um antecedente com a função de sujeito dentro da mesma oração (cf. Cap. 41), é necessário postular um sintagma nominal implícito que possa exercer essa função (aqui também com uma interpretação indefinida) e atribuir um estatuto oracional à estrutura infinitiva:

(25) a. [$_{Or}$ [-] Inscrever-*se* num curso de arte] é condição necessária para frequentar esta escola.
b. [$_{Or}$ [-] Enganar-*se a si próprio*] é típico do ser humano.

Em conclusão, as estruturas de infinitivo não flexionado, quando são dependentes de predicadores, constituem orações subordinadas em frases complexas, e têm um sujeito implícito (representado como "[-]"). Este sujeito, por sua vez, ainda que não tenha realização fonética nem corresponda a um pronome pessoal nulo, tem um estatuto sintático e semântico particular, cujas propriedades se descrevem em 37.5.

37.2.2 Infinitivo não flexionado dependente de verbos auxiliares e semiauxiliares

As propriedades das estruturas infinitivas dependentes de um verbo auxiliar ou semiauxiliar (cf. (15), que se repete aqui em (26)) são consideravelmente diferentes das propriedades das estruturas de infinitivo simples subordinadas a um predicador[17]:

(26) a. O poste vai *cair em cima do passeio*.
b. A casa pode *desabar a qualquer momento*.
c. Os meus alunos hão de *passar o exame*.

Contrariamente aos exemplos de (14), as estruturas infinitivas em itálico de (26) não manifestam a maioria das propriedades que são típicas das orações (cf. Cap. 29).

[17] Dependendo do verbo auxiliar, o verbo que o segue pode ter a forma de gerúndio, de particípio ou de infinitivo (cf. Cap. 29); aqui apenas interessam os casos em que o verbo tem a forma infinitiva, mas a conclusão desta subsecção é a mesma para os outros casos.

Nestes exemplos, o verbo pleno infinitivo e o verbo (semi)auxiliar formam um grupo verbal complexo (p.e., em (26a), *vai cair*), chamado "perífrase verbal", o qual funciona como núcleo de uma frase simples. Como este tópico é desenvolvido no Cap. 29, limitamo-nos aqui a ilustrar brevemente algumas das propriedades relativamente às quais as estruturas infinitivas de (26) não se comportam como orações autónomas.

Em primeiro lugar, os verbos (semi)auxiliares não selecionam argumentos, logo não definem nenhum domínio argumental distinto do domínio argumental do verbo pleno infinitivo; por outras palavras, os argumentos de uma frase em que existe uma perífrase verbal são unicamente selecionados pelo verbo pleno infinitivo. Assim, em (26a), os argumentos *o poste* e *em cima do passeio* são selecionados pelo verbo *cair*, não pelo verbo auxiliar *ir*; em (26b), *a casa* é selecionado por *desabar*, não por *poder*; e em (26c), *os meus alunos* e *o exame* são selecionados por *passar*, não por *haver* (*de*).

De novo, admitindo que os domínios argumentais correspondem a orações, conclui-se que em (26) existe apenas uma oração (a frase na sua totalidade), que corresponde ao domínio argumental definido pelo verbo pleno infinitivo.

Em segundo lugar, como se ilustra em (27), os verbos (semi)auxiliares não se combinam com estruturas finitas introduzidas pela conjunção-complementador *que*, estruturas que constituem claramente uma oração subordinada; em contrapartida, os predicadores que selecionam estruturas infinitivas admitem regularmente estruturas finitas introduzidas pelo complementador *que*, como se ilustra em (28)[18]:

(27) a. *O poste vai *que cai em cima do passeio*.
b. *A casa pode *que desaba a qualquer momento*.
c. *Os meus alunos hão de *que passam o exame*.

(28) a. As crianças decidiram *que ofereciam um livro ao amigo*.
b. É conveniente *que vás à reunião*.
c. É um prazer para todos nós *que visites a tua família*.

Finalmente, nenhum verbo (semi)auxiliar se combina com estruturas de infinitivo flexionado, as quais, como já vimos, constituem orações (cf. 37.1.2): veja-se a impossibilidade de **se não te agarras*, *vais caíres*, **as casas podem desabarem a qualquer momento* ou **os meus alunos hão de passarem o exame*[19].

Estes factos (e outros discutidos no Cap. 29) mostram que as estruturas de infinitivo simples (e também as participiais ou gerundivas) que dependem de um verbo auxiliar ou semiauxiliar não possuem a maioria das propriedades que são típicas das orações autónomas; nestes exemplos, é a perífrase verbal no seu todo que funciona como núcleo de uma oração simples, como se ilustra em (29):

(29) a. [$_{Or}$ O poste vai *cair em cima do passeio*].
b. [$_{Or}$ A casa pode *desabar a qualquer momento*].
c. [$_{Or}$ Os meus alunos hão de *passar o exame*].

[18] Nem todos os predicadores admitem esta possibilidade, mas nenhum verbo auxiliar seleciona uma estrutura introduzida pela conjunção *que* (cf. Cap. 29).
[19] Nem todos os predicadores que selecionam orações infinitivas aceitam o infinitivo flexionado. É o caso de *querer* ou *desejar* (cf. 37.4.2).

As secções seguintes deste capítulo são dedicadas ao estudo das estruturas infinitivas argumentais subordinadas a predicadores, isto é, de natureza oracional. Sobre as estruturas (infinitivas, participiais ou gerundivas) que dependem de verbos auxiliares ou semiauxiliares, cf. Cap. 29.

37.3 Ausência de marcadores de subordinação nas orações infinitivas

Contrariamente às orações subordinadas finitas declarativas, que são tipicamente introduzidas pela conjunção-complementador *que* (cf. *disseram-me* [$_{Or}$ *que a Maria já tinha ido para casa*]), as orações subordinadas infinitivas não são geralmente introduzidas por complementadores, como os exemplos dados anteriormente ilustram.

Existem orações infinitivas que são introduzidas por uma preposição (cf. (2b,d) e (3a,b)) ou por uma locução prepositiva de base adverbial (cf. (3c)). Nesse caso, coloca-se a questão de saber se esses elementos funcionam como marcadores de subordinação (ou seja, como complementadores), internos à oração infinitiva (como a conjunção *que* na subordinação finita), ou se, pelo contrário, pertencem à oração subordinante, desempenhando aí uma função que não é especialmente exigida pela oração infinitiva. Há duas estruturas deste tipo a considerar.

❖ A oração infinitiva é um adjunto adverbial (cf. (3), aqui repetido em (30)):

(30) a. Não saio daqui sem *me dizerem as notas*.
b. Abrimos a porta para *entrar dentro de casa*.
c. Antes de *sair de casa*, fechámos todas as janelas.

Em muitas gramáticas tradicionais, considera-se que, nas frases de (30), a sequência formada pela preposição ou pela locução prepositiva seguida da estrutura infinitiva (p.e., *sem me dizerem as notas*, em (30a)) é uma oração adverbial diretamente subordinada à oração principal. Tomando como exemplo (30a), esta análise ilustra-se em (31a).

Uma hipótese alternativa é a de que a preposição ou a locução prepositiva pertencem à oração principal, constituindo aí o núcleo de um sintagma com a função de adjunto adverbial; nessa perspetiva, a oração infinitiva é um complemento da preposição ou da locução prepositiva (cf. (31b)):

(31) a. Não saio daqui [$_{Or}$ sem me dizerem as notas].
b. Não saio daqui [$_{SP}$ sem [$_{Or}$ me dizerem as notas]].

Na análise representada em (31a), a oração subordinada inclui a preposição, e a oração coincide totalmente com o adjunto adverbial. Em contrapartida, na análise representada em (31b), a oração é um complemento da preposição, mas não a inclui, e o adjunto adverbial é formado pela combinação da preposição (que pertence à oração principal) com a oração selecionada por ela. Nesta perspetiva, a preposição ou a locução prepositiva não é um elemento interno à oração, mas sim um elemento que seleciona uma oração, não se excluindo que possa selecionar constituintes de outro tipo. E, de facto, várias preposições ou locuções prepositivas de base adverbial selecionam outro tipo de constituintes, para além de uma oração

infinitiva: orações finitas (estas sim, introduzidas pela conjunção *que* – cf. *não saio daqui sem* [*que me digas as notas*]) – ou sintagmas nominais (cf. *não saio daqui sem* [*o resultado do exame*]). Para uma discussão mais detalhada das duas hipóteses representadas em (31), relativas à estrutura das orações subordinadas adverbiais, cf. o Apêndice do Cap. 33.

❖ A oração infinitiva é complemento do predicador da oração subordinante (cf. (32)):

(32) a. **Obrigaram** as crianças a *examinar atentamente o problema*.
b. **Insisto** em *oferecer-te o jantar*.
c. A minha filha sentiu um enorme [**orgulho** em/por *ter passado o ano*].
d. A [**tentativa** de *fugir da prisão*] falhou.

Nestes exemplos, a oração infinitiva é regida por uma preposição (sobre a noção de regência, cf. Caps. 28 e 32). Em (32a-c), a preposição é selecionada pelo predicador em negrito, formando com ele um "predicador complexo" (*obrigar a*, *insistir em* e *orgulho em/por*); é este predicador complexo que é responsável pela seleção da oração infinitiva. Em (32d), no entanto, não existe predicador complexo: a oração infinitiva é selecionada apenas pelo predicador nominal (*tentativa*), e a única função da preposição *de* consiste em estabelecer a ligação entre esse nome e o seu complemento infinitivo[20]. Quer seja selecionada pelo predicador quer não, a preposição não faz parte da oração infinitiva nem existe apenas em função dela, como indica o facto de continuar a ser necessária se substituirmos a oração por um sintagma nominal:

(33) a. Obrigaram as crianças a*o exame atento do problema*.
b. Insisto n*isso*.
c. A minha filha sentiu um enorme orgulho {pe*las suas notas*/n*as suas notas*}.
d. A tentativa de *fuga da prisão* falhou.

Existem dois casos, no entanto, em que é legítimo considerar que uma oração infinitiva argumental é introduzida por um marcador que faz parte da própria oração e existe em função dela. Um deles é a preposição *para* quando ocorre com verbos diretivos como *dizer*, *pedir*, *insistir*, *rogar* e *implorar*, os quais denotam uma ordem, pedido, sugestão, etc. (cf. também 37.4.2):

(34) a. Eles disseram-me *para sair mais cedo*. [21]
b. Os estudantes pediram *para tu mudares a data do exame*.
c. Implorei *para essa menina me perdoar*.

Contrariamente ao que sucede em (32)-(33), quando se substitui as orações subordinadas infinitivas de (34) por um sintagma nominal, a preposição não ocorre, como se ilustra em (35):

[20] A ligação entre um predicador nominal ou adjetival e o seu complemento infinitivo (ou nominal) é obrigatoriamente estabelecida por uma preposição. Quando o predicador não seleciona uma preposição, a preposição *de* ocorre com a finalidade puramente gramatical de estabelecer essa ligação (cf. 37.4.4, 37.4.5 e Cap. 32). Também em (30c), a preposição *de*, integrada na locução prepositiva *antes de*, serve unicamente para estabelecer a ligação entre o advérbio *antes* e o seu complemento infinitivo.

[21] Outro sentido de *dizer* é como verbo declarativo; neste caso pode tomar também como complemento uma oração infinitiva, que não é, no entanto, introduzida por *para*: cf. *eles disseram* [*ter ido ao cinema ontem*].

(35) a. Eles disseram-me *isso*.[22] (cf. a impossibilidade de **eles disseram-me para isso*)
b. Os estudantes pediram {*um favor*/*isso*}. (cf. a impossibilidade de **os estudantes pediram para* {*um favor*/*isso*})
c. Implorei {*o teu perdão*/*isso*}. (cf. a impossibilidade de **implorei para* {*o teu perdão*/*isso*})

Este facto mostra que a preposição ocorre unicamente em função da oração infinitiva, sendo legítimo concluir que funciona como um complementador no seu interior: a estrutura de (34a), p.e., é *eles disseram-me* [$_{Or}$ *para sair mais cedo*][23].

O segundo caso em que uma oração infinitiva é introduzida por um complementador é em estruturas de subordinação interrogativa indireta, que, embora não sendo comuns com o infinitivo, são aceitáveis para alguns falantes, especialmente quando formam coordenações disjuntivas, como em *face a este espetáculo, não sei* [[$_{Or}$ *se rir*] *ou* [$_{Or}$ *se chorar*]] (comparar com *face a este espetáculo, não sei* [[$_{Or}$ *se rio*] *ou* [$_{Or}$ *se choro*]], com subordinação finita). Nestes exemplos, as orações subordinadas são introduzidas pela conjunção-complementador *se* (cf. Caps. 36 e 48).

37.4 Função das orações infinitivas em frases complexas

Como se observou em 37.1, as orações infinitivas ocorrem normalmente numa relação de subordinação em frases complexas, desempenhando uma variedade de funções na oração subordinante. *Grosso modo*, estas funções são as mesmas que podem ser desempenhadas por sintagmas nominais e por orações subordinadas finitas; por este motivo, as orações subordinadas argumentais, tanto finitas como infinitivas, são também chamadas **orações substantivas** (para além de "completivas" e de "argumentais").

Apresentam-se estas funções sucintamente a seguir, e discutem-se em detalhe nas subsecções seguintes; em cada paradigma, dá-se um exemplo com o infinitivo simples e um exemplo com o infinitivo flexionado (quando este pode ocorrer) e sublinha-se o predicador que seleciona a oração infinitiva (ou o predicador complexo formado pelo predicador e pela preposição por ele selecionada):

(i) Sujeito

(36) a. Agrada-nos *visitar Londres*.
b. Consta *eles terem copiado no exame*.

(ii) Complemento direto[24]

(37) a. Nós pensamos *ter agido corretamente*.
b. Eu acho *termos dito a verdade*.

---

[22] Este exemplo é ambíguo, podendo tanto resultar de *dizer* declarativo (cf. *eles disseram-me ter ido ao cinema ontem*) como de *dizer* diretivo (cf. *eles disseram-me para sair mais cedo*).

[23] Para alguns falantes, a preposição *para* ocorre (opcionalmente) também em orações finitas subordinadas a estes verbos, formando uma "locução conjuncional" com o complementador *que*: cf. *disseram-me* [$_{Or}$ (*para*) *que saísse mais cedo*].

[24] Não existem orações infinitivas com a função de complemento indireto, plausivelmente por se tratar de uma função gramatical que veicula funções temáticas restritas e que representa tipicamente seres humanos. Assim, as orações infinitivas introduzidas pela preposição *a*, como (38a), não são complementos indiretos: p.e., não podem ser substituídas pelo pronome clítico dativo *lhe* (cf. a impossibilidade, correspondendo a (38a), de **persuadimos-lhe os polícias*).

(iii) Complemento oblíquo preposicionado

(38) a. Persuadimos os polícias a *não agredir os manifestantes*.
b. Concordei em *fazermos a apresentação juntos*.

(iv) Complemento de um nome

(39) a. Eles tiveram prazer em *concluir o trabalho*.
b. O nosso interesse em *desvendarmos o mistério* é partilhado por todos.

(v) Complemento de um adjetivo

(40) a. Eles ficaram orgulhosos de *ter ganhado o prémio*.
b. Eu estou consciente de *a vida não ser um mar de rosas*.

Ainda com função argumental, as orações infinitivas podem ser nominalizadas e combinar-se com um determinante, como se ilustra em (41) (cf. 37.6.3):

(41) a. [$_{SN}$ O *ter deveres*], que prolixa coisa! (Álvaro de Campos, *Poesias*, pág. 122)
b. O Carlos nunca me perdoou [$_{SN}$ o *termos-lhe mentido*].

Para além destes contextos, em que são argumentais, as orações infinitivas podem também desempenhar as seguintes funções:

(vi) Adjunto adverbial

(42) a. Foste visitar a Teresa sem *lhe levar um presente*?
b. Telefona ao teu pai antes de *saíres de casa*.

(vii) Modificador nominal

(43) a. Ele é um homem *a abater*.
b. Comprei-te um casaco *para usares todos os dias*.

(viii) Predicativo do sujeito

(44) a. As crianças saíram *a chorar.*
b. O nosso plano é *levarmos-te embora daqui*.

(ix) Predicativo do complemento direto

(45) a. Vi as crianças *a atravessar a rua.*
b. Encontrei-os *a fumar.*

Na medida em que neste capítulo se estuda a subordinação infinitiva argumental, não serão sistematicamente abordadas as orações infinitivas integradas em adjuntos adverbiais (caso (vi)), com a função de modificador nominal (caso (vii)) ou com a função de predicativo do sujeito (caso (viii)), embora possam ser ocasionalmente referidas sempre que contribuam para um melhor entendimento da subordinação argumental[25]. No entanto, por ter características especiais, discute-se neste capítulo a construção ilustrada em (44a) e (45), chamada "de infinitivo preposicionado" (cf. 37.5.5).

[25] Sobre (vi), cf. Cap. 38; sobre (vii), cf. Caps. 27 e 39; e sobre (viii), cf. Cap. 30.

Nas subsecções seguintes, discutem-se as orações infinitivas completivas com a função de sujeito (cf. 37.4.1), de complemento direto (cf. 37.4.2), de complemento preposicionado (cf. 37.4.3), de complemento de um nome (cf. 37.4.4) e de complemento de um adjetivo (cf. 37.4.5)[26].

[2] Por desempenharem funções equivalentes, as orações completivas infinitivas podem ocorrer usualmente no mesmo contexto de uma oração completiva finita ou de um sintagma nominal, como se ilustra nos seguintes exemplos, que correspondem aos paradigmas (36) a (40):

(i) a. Agrada-nos {*a tua visita*/*que nos tenhas visitado*}.
b. *Isso* consta.
c. Consta *que eles copiaram no exame*.

(ii) a. Nós pensamos/achamos *isso*.
b. Eu penso/acho *que disse a verdade*.

(iii) a. Persuadimos os polícias a *que não agredissem os manifestantes*.
b. Concordei em *que fizéssemos a apresentação juntos*.

(iv) a. Eles tiveram prazer {n*esse feito*/em *que a filha tivesse passado no exame*}.
b. O nosso interesse {n*a resolução do mistério*/em *que se resolva o mistério*} é partilhado por todos.

(v) a. Eles ficaram orgulhosos {d*os filhos*/de *que eles tivessem ganhado*}.
b. Eu estou consciente {d*isso*/de *que a vida não é um mar de rosas*}.

Nem sempre os três tipos de estrutura podem ocorrer no mesmo contexto. Um caso particular é o de alguns verbos que selecionam orações completivas infinitivas oblíquas, regidas pela preposição *a* ou pela preposição *de*, como *aprender*, *ensinar*, *impedir*, *obrigar* ou *proibir*, como se ilustra pelo contraste entre (vi) e (vii):

(vi) a. O Carlos ensinou/obrigou as crianças *a nadar*.
b. O Carlos proibiu/impediu as crianças *de nadar*.
c. As crianças aprenderam *a nadar*.

(vii) a. *O Carlos ensinou/obrigou as crianças {*a que nadassem*/*à natação*}.
b. *O Carlos proibiu/impediu as crianças (*de*) *que nadassem*.
c. *As crianças aprenderam a {*que nadassem*/*à natação*}.

O verbo *persuadir*, embora admita complementos oracionais finitos, admite mal complementos nominais, como se pode ver pela marginalidade de ??*persuadimos os polícias a isso* ou **persuadimos os polícias à não agressão dos manifestantes*.

Os verbos *ousar* e *tencionar* admitem complementos oracionais infinitivos, mas não finitos; cf. *o Carlos não ousa/tenciona escalar o Evereste* vs. **o Carlos não ousa/tenciona que [-] escale o Evereste* ou **o Carlos não ousa/tenciona que eles escalem o Evereste*; com *ousar*, mas não com *tencionar*, um complemento nominal é possível: cf. *o Carlos não ousa a escalada do Evereste* vs. **o Carlos não tenciona a escalada do Evereste*.

[26] O leitor interessado poderá consultar em paralelo as secções correspondentes do Cap. 36, de modo a obter uma visão integrada da subordinação argumental finita e infinitiva em português. Sobre as orações completivas finitas com função de sujeito, cf. Cap. 36.5; sobre as orações completivas finitas com a função de complemento direto, cf. Cap. 36.6.1; sobre as orações completivas finitas com a função de complemento preposicionado, cf. Cap. 36.6.2; sobre as orações completivas finitas com a função de complemento de um nome, cf. Cap. 36.7.3; e sobre as orações completivas finitas com a função de complemento de um adjetivo, cf. Cap. 36.7.2.

Repare-se também que nos contextos em que não pode ocorrer uma oração finita também não pode ocorrer uma oração de infinitivo flexionado: cf., por exemplo, *??o Carlos ensinou as crianças a nadarem, *as crianças aprenderam a nadarem, *esses livros são difíceis de lerem* ou **eles não ousam subirem o Evereste.*

37.4.1 Orações infinitivas com a função de sujeito

As orações com função de sujeito podem ocorrer subordinadas a predicadores verbais (cf. (46a)), nominais (cf. (46b)) ou adjetivais (cf. (46c)):

(46) a. Convém *bater à porta primeiro*.
b. É um alívio *encontrar-te de boa saúde*.
c. Foi interessante *visitar o Mont Saint-Michel*.

Com base neste paradigma, podem desde já apresentar-se algumas propriedades destas estruturas. Em primeiro lugar, quando o predicador subordinante é um nome, como em (46b), ou um adjetivo, como em (46c), as frases complexas com sujeito oracional são copulativas, i.e., têm como núcleo verbal *ser* ou outro verbo de cópula (cf. Cap. 30).

Em segundo lugar, uma oração com a função de sujeito é tipicamente substituível por um dos pronomes demonstrativos neutros (em particular, a forma *isso*), concordando na terceira pessoa do singular (3sg) com o verbo, pleno ou copulativo, como se ilustra em (47), correspondendo a (46):

(47) a. *Isso* convém.
b. *Isso* é um alívio.
c. *Isso* foi interessante.

Em terceiro lugar, uma oração sujeito ocorre preferencialmente em posição pós-verbal, como em (46); a posição pré-verbal, típica dos sujeitos nominais, é possível nalguns casos (cf. *encontrar-te de boa saúde é um alívio*, *visitar o Mont Saint-Michel foi interessante*), mas encontra-se sujeita a mais restrições do que a posição pós-verbal, incluindo condições sobre a riqueza informacional ou a complexidade e extensão do predicado, como se pode ver pelo contraste entre *??bater à porta primeiro convém* (comparar com (46a)) e *bater à porta primeiro convém a toda a gente* (cf. Cap. 36.8).

Os verbos que permitem um sujeito oracional agrupam-se em várias classes, com características sintáticas e semânticas distintas, que se apresentam a seguir.

❖ Verbos existenciais

Esta classe contém um reduzido número de verbos intransitivos que introduzem uma situação no universo do discurso, incluindo, entre outros[27], *acontecer*, *calhar*, *constar*, *ocorrer*, *resultar*, *seguir-se*, *suceder*, *tardar* e ainda aqueles, como *bastar*, *chegar* e *faltar*, que perspetivam as situações como uma condição suficiente ou necessária:

(48) a. Aconteceu *a Maria fazer anos naquele dia*.
b. Ocorreu *a terra tremer no Dia de Todos os Santos*.
c. Calhou (*elas*) *estarem à janela nesse momento*.

[27] Inclui-se também nesta classe o verbo *parecer*, que discutimos no final deste ponto, devido a ter propriedades particulares que o destacam dos restantes verbos.

d. Não tardou (*eles*) *serem amantes*.
e. Constou *os Ferraris terem feito o melhor tempo*.
f. Bastaria (*elas*) *dizerem a verdade*.

Quando estes verbos ocorrem sem qualquer complemento, como em (48), tem-se obrigatoriamente o infinitivo flexionado na oração sujeito, quer o sujeito desta seja um sintagma nominal pleno quer seja um pronome nulo[28].

Como se notou acima, um dos aspetos que caracterizam esta classe de verbos é uma forte tendência para que o sujeito oracional ocorra em posição pós-verbal[29]. Em alguns casos, essa posição é mesmo a única possível (cf., por exemplo, ***a Maria fazer anos naquele dia** aconteceu*; ***a terra tremer no Dia de Todos os Santos** ocorreu*). Este facto encontra explicação na natureza informacional destas construções. De forma geral, em português, o material que constitui informação nova é o foco informacional da frase e tende a ocorrer à direita do verbo (cf. Cap. 50). Deste modo, é compreensível que o sujeito oracional ocorra nessa posição quando introduz informação nova, como acontece com os verbos desta classe (para uma discussão desta questão, cf. também o Cap. 36).

Alguns destes verbos selecionam opcionalmente um complemento indireto com o papel temático de experienciador, como *bastar*, *chegar* e *constar* (verbos que têm uma componente semântica psicológica), como se ilustra em (49):

(49) a. Constou-me *os Ferraris terem feito o melhor tempo*.
b. Bastaria ao juiz (*elas*) *dizerem a verdade*.

Selecionam também um complemento indireto os verbos *acontecer* e *suceder* (com o papel temático de paciente afetado) e *ocorrer* (com o papel temático de experienciador)[30]. Com estes verbos, a oração completiva pode ser de infinitivo flexionado (cf. (50)) ou de infinitivo simples (cf. (51)):

(50) a. Aconteceu-lhes *perderem o autocarro*.
b. Ocorreu-nos *fazermos uma pergunta ao professor*.

(51) a. Aconteceu-lhes *perder o autocarro*.
b. Ocorreu-nos *fazer uma pergunta ao professor*.

Nos dois casos, o sujeito implícito da oração infinitiva é interpretado como sendo correferente com o complemento indireto da oração principal.

Embora tenha propriedades sintáticas peculiares (que motivam que se volte a discuti-lo em 37.5.2.1), o verbo *parecer* também pertence a este grupo, selecionando uma oração completiva com a função de sujeito. Tal como *constar*, *parecer* tem uma componente semântica psicológica; concomitantemente, seleciona também,

[28] Na frase *acontece não haver nada a fazer*, em que a oração completiva infinitiva é impessoal (cf. Cap. 28), tem-se também o infinitivo flexionado no verbo *haver*, e assume-se que a oração contém um pronome nulo expletivo de terceira pessoa do singular com a função de sujeito: *acontece* $[_{Or}$ $[\text{-}]_{3sg}$ *não haver* + $Ø_{3sg}$ *nada a fazer*] (cf. Cap. 11, Caixa [7]).

[29] A colocação da oração sujeito em posição pós-verbal deve-se, pelo menos parcialmente, à tendência do português e de muitas outras línguas de colocar em posição final sintagmas longos e com um grau alto de complexidade interna, como é o caso das orações.

[30] O verbo *ocorrer* muda, neste caso, de interpretação relativamente a (48b), passando a ser praticamente sinónimo de *lembrar-se*.

opcionalmente, um complemento indireto com o papel temático de experienciador (sublinhado, nos exemplos), como se ilustra a seguir:

(52) a. Pareceu-lhes *ter ouvido um barulho esquisito*.
b. Pareceu(-me) *terem feito o melhor tempo os dois Ferraris*.
c. Pareceu(-lhes) [-] *terem/termos feito uma enorme asneira*.
d. Parece(-me) [-] *teres encontrado alguém mais esperto do que tu*.

Como os exemplos ilustram, *parecer* admite quer o infinitivo simples quer o flexionado na oração completiva. Quando ocorre o infinitivo simples, como em (52a), é obrigatória a presença do complemento indireto, e o sujeito implícito da oração completiva é, também obrigatoriamente, correferente com esse complemento; quando ocorre o infinitivo flexionado, o sujeito da oração completiva pode ser um sintagma nominal foneticamente realizado, como em (52b) (sublinhado no exemplo) ou um pronome nulo, como em (52c,d). Quando o sujeito é realizado, a sua posição preferencial dentro da oração infinitiva é pós-verbal: comparar (52b) com (49a), com o verbo *constar*, que admite a posição pré-verbal para o sujeito da oração infinitiva.

[3] O verbo *parecer* admite ainda outra construção com o infinitivo não flexionado, discutida em 37.5.2.1. Nessa construção, chamada "elevação do sujeito para sujeito", o verbo *parecer* toma como sujeito o sintagma nominal que funciona como sujeito da oração subordinada quando esta é finita ou de infinitivo flexionado: cf., relativamente a (52b,d), respetivamente, ***os dois Ferraris*** *parecem-me ter feito o melhor tempo* e [-] *pareces ter encontrado alguém mais esperto do que tu*. Nesta última frase, a flexão de segunda pessoa do singular ocorre agora em *parecer* e não no verbo auxiliar *ter* da oração subordinada, refletindo que é agora o verbo *parecer* que tem como sujeito o pronome nulo de segunda pessoa singular.

Merecem também um comentário especial frases como *aconteceu* [*perder o autocarro*], e *ocorreu* [*fazer uma pergunta ao professor*], nas quais a oração infinitiva não tem um sujeito foneticamente realizado e o verbo infinitivo não contém marcas flexivas. Estas frases só podem ser interpretadas como tendo o infinitivo flexionado de primeira ou terceira pessoa do singular na oração completiva, subentendendo-se como sujeito um pronome nulo equivalente a *eu* ou *ele/ela* (pragmaticamente, o sujeito de terceira pessoa é mais natural): cf. *aconteceu* (*ele*) *perder o autocarro*, *ocorreu* (*ela*) *fazer uma pergunta ao professor*. Recorde-se que a presença do infinitivo simples (i.e., não flexionado) na oração completiva destes verbos (como em (51)) obriga à presença de um complemento indireto na oração principal, com o qual o sujeito implícito da oração infinitiva é correferente. Logo, nas frases acima, não pode ocorrer o infinitivo simples, pela simples razão de que não existe qualquer complemento indireto na oração principal.

Verbos que denotam processos psicológicos

A grande maioria dos verbos que admitem sujeitos oracionais infinitivos encontram-se nesta classe. Estes verbos denotam processos psicológicos ou com uma componente subjetiva e, para além do sujeito oracional, selecionam igualmente um argumento com o papel temático de experienciador. Este argumento, por sua vez, pode ter a função gramatical de complemento direto ou de complemento indireto. No primeiro grupo incluem-se *afligir*, *alarmar*, *alegrar*, *aliviar*, *angustiar*,

chatear, *comover*, *deprimir*, *divertir* e *impressionar*, entre outros (cf. (53)); no segundo, incluem-se *agradar*, *bastar*, *convir*, *custar*, *doer*, *importar*, *interessar*, *repugnar* e *urgir*, entre outros (cf. (54))[31]:

(53) a. Alarmou-as *ter encontrado uma mosca na sopa*.
b. Impressionou-o *ver o amigo tão deprimido*.
c. Incomodou-os *ter de levantar-se tão cedo*.

(54) a. Custou-lhe *gastar tanto dinheiro para nada*.
b. Não lhes importa muito *ter más notas*.
c. Convém-lhes *sair mais cedo*.

Nestes exemplos, o sujeito implícito da oração infinitiva é correferente com o argumento experienciador, ou seja, com o complemento direto em (53) e com o complemento indireto em (54); neste tipo de frase, os falantes preferem usualmente o infinitivo simples na oração sujeito, embora também seja possível o infinitivo flexionado: cf., por exemplo, *alarmou-as terem encontrado uma mosca na sopa*, *convém-lhes saírem mais cedo*, *alarmou-nos termos encontrado uma mosca na sopa* ou *convém-te saíres mais cedo*.

Quando o sujeito da oração infinitiva é referencialmente distinto do complemento da oração subordinante, a oração infinitiva é obrigatoriamente de infinitivo flexionado, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(55) a. Alarmou-as *tu teres encontrado uma mosca na sopa*.
b. Impressionou-me muito *elas estarem tão magras*.
c. Não lhe importa muito *nós termos más notas*.
d. Convém-me *tu saíres mais cedo da escola hoje*.

Com alguns destes verbos, o complemento da oração principal com o papel temático de experienciador pode estar ausente: cf., por exemplo, *impressionou muito elas estarem tão magras* ou *convém tu saíres mais cedo da escola hoje*. Embora ausente, esse complemento é semanticamente interpretável: ou designa o falante (possivelmente, um grupo em que ele se inclui) ou tem um valor indeterminado, arbitrário, próximo da expressão 'para qualquer pessoa' ou 'para as pessoas em geral'.

Quando o complemento da oração subordinante está ausente e a oração subordinada é de infinitivo simples, o seu sujeito implícito adquire o valor semântico que é atribuído ao complemento ausente descrito no parágrafo anterior: ou seja, designa o falante ou tem um valor semântico indefinido, como se ilustra a seguir[32]:

(56) a. Custou *falar com ela*.
b. Convém *comer uma maçã todos os dias*.
c. Incomoda/Chateia *ouvir sons tão agudos*.

[31] Nenhuma das listas apresentadas neste capítulo se pretende exaustiva. Nos paradigmas que seguem, o argumento experienciador é um pronome de 3.ª pessoa (sublinhado), visto que a forma (acusativa) de complemento direto destes pronomes é distinta da sua forma (dativa) de complemento indireto, ficando assim clara a sua função gramatical na oração principal (cf. Caps. 23 e 28). O verbo *urgir* não seleciona o argumento experienciador: cf. *urge escolher um bom candidato* vs. **urge-nos escolher um bom candidato*.
[32] Para além disso, as frases (56b,c) têm uma interpretação próxima de um valor genérico, em que representam asserções não vinculadas a um valor temporal particular; esta leitura deve-se ao presente do indicativo no verbo da oração principal (cf. Caps. 15 e 21).

Como se verifica pelos exemplos dados, a posição preferencial da oração infinitiva sujeito com os verbos subordinantes desta classe é no final da estrutura frásica; a posição inicial, no entanto, não é impossível, sobretudo quando a oração subordinada é simples e curta, como em [*correr*] *custa/chateia*, ou quando o predicado é suficientemente longo, como em [*estares sempre a fumar*] *incomoda toda a gente* ou [*ganharmos as eleições*] *não lhes convém absolutamente nada* (cf. Nota 29).

❖ Verbos transitivos com sentido causal

Podem-se distinguir nesta classe dois grupos distintos: um com verbos que selecionam dois argumentos, respetivamente com a função de sujeito e de complemento direto, podendo admitir também um dativo de posse (cf., por exemplo, [*fumar muito*] *prejudica*(*-lhe*) [*a saúde*]), e outro grupo, com verbos que selecionam três argumentos, respetivamente com a função de sujeito, complemento direto e complemento oblíquo (cf., por exemplo, [*falar com o psiquiatra*] *ajuda*-[*os*] [*a compreender-se melhor*]).

(i) Verbos causais com dois argumentos

Neste grupo incluem-se, entre outros, os seguintes verbos: *agravar*, *aumentar*, *causar*, *diminuir*, *ocasionar*, *originar*, *prejudicar*, *provocar* e *suscitar*. Estes verbos selecionam, para além do sujeito oracional com o papel temático de causa, um sintagma nominal complemento direto com o papel temático de paciente afetado (entre parênteses retos, nos exemplos), que designa frequentemente uma propriedade atribuível a seres humanos; estes, por sua vez, são opcionalmente representados por modificadores possessivos do nome que denota a propriedade (cf. Cap. 27):

(57) a. *Fumar muito* prejudica [a saúde (das pessoas)].
b. *Aumentar os preços* vai agravar [a vida (dos cidadãos)].
c. *Dar más notas* suscita [o ódio (dos alunos)].

Em (57), ocorre o infinitivo simples na oração sujeito. O sujeito implícito dessa oração é semanticamente indefinido, podendo coincidir com a entidade denotada pelo modificador possessivo, se a interpretação for pragmaticamente plausível (possível em (57a), mas não em (57b,c)).

Com alguns destes verbos, incluindo *prejudicar* e *afetar*, o complemento direto pode designar diretamente o ser (normalmente humano) representado pelo modificador possessivo em (57); nesse caso, o sujeito implícito da oração infinitiva é correferente com o complemento direto:

(58) a. *Fumar muito* prejudica-[o].
b. *Ter presenciado essas cenas horríveis* afetou [os meus amigos].

Em alternativa, o modificador possessivo em (57) pode ser realizado como um complemento indireto com a interpretação de dativo de posse (cf. Cap. 28), como se ilustra em (59):

(59) a. *Fumar muito* prejudicou-lhes [a saúde].
b. *Aumentar os preços* vai agravar [a vida] aos cidadãos.
c. *Dar más notas* suscita [o ódio] aos alunos.

d. *Respirar o ar poluído da cidade* provocou-lhes [uma tosse crónica].
e. *Correr sem sapatos adequados* agravou-te certamente [as dores nos pés].

Assim, em (59a), p.e., a saúde em causa é a do referente do pronome *lhes*. Dependendo de fatores pragmáticos, o sujeito implícito da oração infinitiva recebe preferencialmente uma interpretação indefinida (em (59b,c)) ou é interpretado correferencialmente com o complemento indireto (em (59a,d,e)).

O infinitivo flexionado na oração subordinada também é possível com estes verbos, com um sujeito pronominal nulo correferente com o complemento direto, como em (60a), correferente com o dativo de posse, como em (60b), ou correferente com um elemento possessivo dentro do complemento direto abstrato, como em (60c) (neste caso particular, um pronome possessivo):

(60) a. [-] *Teres escondido a verdade* prejudicou-te ainda mais.
b. [-] *Fumarem demasiado* provocou-lhes [uma tosse crónica].
c. [-] *Acordares tarde todos os dias* agrava [o teu relacionamento com ela].

No entanto, são também possíveis frases em que o sujeito pronominal nulo da oração infinitiva tem uma referência distinta da de qualquer sintagma nominal dentro do predicado, como se ilustra em (61):

(61) a. [-] *Aumentarmos os preços* vai agravar a vida dos cidadãos.
b. [-] *Chegarmos sistematicamente atrasados* prejudica toda a gente.
c. [-] *Acordares tarde todos os dias* suscita a ira do sargento.

O infinitivo flexionado na oração sujeito possibilita uma interpretação factiva, na qual o falante pressupõe a verdade da proposição veiculada pela oração (cf. 37.6.3 e Cap. 36). Sintaticamente, esta propriedade correlaciona-se com a possibilidade de integrar a oração infinitiva dentro de um sintagma nominal definido que tem o substantivo *facto* como núcleo (cf. 37.6.3), o que se ilustra em (62):

(62) a. [O facto de [-] *teres escondido a verdade*] prejudicou-te ainda mais.
b. [O facto de [-] *fumarem demasiado*] provocou-lhes uma tosse crónica.
c. [O facto de [-] *acordares tarde todos os dias*] suscita a ira do sargento.

Neste contexto, o nome *facto* e a preposição de ligação *de* podem ser elípticos (cf. Cap. 45), deixando apenas o artigo definido a introduzir a oração, como se ilustra em (63):

(63) a. [O [-] *teres escondido a verdade*] prejudicou-te ainda mais.
b. [O [-] *fumarem demasiado*] provocou-lhes uma tosse crónica.
c. [O [-] *acordares tarde todos os dias*] suscita a ira do sargento.

Com estes verbos, a oração infinitiva sujeito pode ocorrer em posição pré-verbal (como nos exemplos dados acima), sendo essa posição tanto mais aceitável quanto mais complexo e longo for o predicado. A posição da oração no final da estrutura frásica, no entanto, também é possível, como se ilustra em (64):

(64) a. Prejudica a saúde *fumar muito*.
b. Afetou os meus amigos *ter presenciado essas cenas horríveis*.
c. Provocou-lhes uma tosse crónica *respirar o ar poluído da cidade*.

d. Vai agravar a vida dos cidadãos *aumentar os preços*.
e. Provocou-lhes uma tosse crónica [-] *fumarem demasiado*.
f. Suscita a ira do sargento [-] *acordares tarde todos os dias*.

[4] Com esta classe de verbos, a ocorrência de um sujeito foneticamente realizado numa oração de infinitivo flexionado depende da posição da oração na estrutura frásica complexa. Assim, esse sujeito é possível quando a oração se encontra numa posição pós-verbal:

(i) a. Vai certamente agravar a vida dos cidadãos *o governo aumentar os preços*.
b. Provocou-lhes uma tosse crónica *eles fumarem demasiado*.
c. Prejudica toda a gente *tu chegares sistematicamente atrasado*.

Quando a oração está em posição pré-verbal, a ocorrência de um sujeito foneticamente realizado é menos aceitável:

(ii) a. ?*O governo aumentar os preços* vai certamente agravar a vida dos cidadãos.
b. ?*Eles fumarem demasiado* provocou-lhes uma tosse crónica.
c. ?*Tu chegares sistematicamente atrasado* prejudica toda a gente.

(ii) Verbos causativos com três argumentos

Neste grupo de verbos causativos que admitem um sujeito oracional infinitivo incluem-se, entre outros, os seguintes: *ajudar*, *animar*, *conduzir*, *forçar*, *impedir*, *incitar*, *induzir*, *levar* e *obrigar*. Estes verbos selecionam um sujeito com o papel temático de causa, um complemento direto que representa a pessoa afetada e ainda um complemento oblíquo preposicionado introduzido por *a* que descreve a situação ou o ato em que se vê envolvida causalmente a pessoa representada pelo complemento direto. O complemento oblíquo é tipicamente uma oração infinitiva (cf. (65a)), mas pode também ser um sintagma nominal (cf. (65b))[33]:

(65) a. *Falar com o psiquiatra* ajuda-os [a compreender-se melhor].
b. *Trabalhar à noite* obrigou-nos [a alguns ajustamentos na nossa vida].

Com o infinitivo simples, o sujeito implícito da oração infinitiva com a função de sujeito (e também o da oração completiva oblíqua) é correferente com o sintagma nominal com a função de complemento direto (sublinhado nos exemplos)[34].

Embora o infinitivo simples seja a opção preferida para a oração sujeito, também pode ocorrer o infinitivo flexionado, preferencialmente com um sujeito pronominal nulo, cuja referência é frequentemente a mesma do complemento direto (cf. (66a)), embora possa ser distinta (cf. (66b))[35]:

(66) a. *Falarem com o psiquiatra* ajuda-os a compreender-se melhor.
b. *Trabalharmos à noite* obrigou as crianças a alguns ajustamentos na sua vida.

[33] Sobre as propriedades da oração completiva oblíqua, quando é infinitiva, cf. 37.4.3. Com estes verbos, o sujeito pode também ser um sintagma nominal causal (cf. *a grave depressão económica levou algumas pessoas a assaltar bancos*) ou um sintagma nominal [+humano] com o papel temático de agente (cf. *o Paulo incitou o Pedro a ler esse livro*).
[34] Quando o complemento preposicionado é um sintagma nominal, como em (65b), a situação por ele representada é interpretada como aplicando-se ao referente do complemento direto; esse referente pode mesmo ser retomado por um pronome dentro do complemento, como *nossa* em (65b), que retoma *nos*.
[35] A presença de um sujeito foneticamente realizado na oração de infinitivo flexionado contribui para a degradação dos exemplos: cf. ??*eles falarem com o psiquiatra ajuda-os a compreender-se melhor*.

Com estes verbos, a oração sujeito ocorre preferencialmente em posição pré-verbal, plausivelmente em virtude de o predicado da frase ser complexo e longo.

❖ Verbos transitivos inferenciais

Incluem-se nesta classe os verbos transitivos que representam a inferência de uma situação a partir de outra situação, expressas, respetivamente, pelo sujeito e pelo complemento direto. A classe inclui, entre outros verbos, *demonstrar*, *ilustrar*, *indicar*, *mostrar*, *refletir*, *revelar*, *significar* e *sugerir*. Estruturalmente, o sujeito e o complemento direto podem ser orações finitas ou infinitivas (sobre as primeiras, cf. Cap. 36) ou sintagmas nominais. Seguem-se alguns exemplos em que o sujeito é uma oração infinitiva:

(67) a. *Terem aparecido tantas pessoas na manifestação* {revela/indica/mostra} o grau de descontentamento dos trabalhadores.
b. *Eles não me terem telefonado até agora* significa/sugere que não consegui o emprego.

A oração infinitiva com a função de sujeito é obrigatoriamente flexionada. Outra particularidade destas frases consiste no facto de a oração sujeito ter uma interpretação factiva, ou seja, o falante pressupõe a verdade da proposição expressa por ela (cf. 37.6.3); consequentemente, essa oração pode ser integrada dentro de um sintagma nominal cujo núcleo é o nome *facto*, como se ilustra em (68):

(68) a. [O facto de *terem aparecido tantas pessoas na manifestação*] {revela/indica/mostra} o grau de descontentamento dos trabalhadores.
b. [O facto de *eles não me terem telefonado até agora*] significa/sugere que não consegui o emprego.

Neste contexto, o nome *facto* e a preposição de ligação *de* podem ser elípticos, como se ilustra em (69):

(69) a. [O *terem aparecido tantas pessoas na manifestação*] {revela/indica/mostra} o grau de descontentamento dos trabalhadores.
b. [O *eles não me terem telefonado até agora*] significa/sugere que não consegui o emprego.

❖ Predicadores nominais e adjetivais

Os sujeitos oracionais infinitivos ocorrem frequentemente em frases copulativas com o verbo *ser* e com um predicador adjetival ou nominal. Entre os muitos predicadores adjetivais que podem ocorrer neste contexto incluem-se *aconselhável*, *bom*, *conveniente*, *delicioso*, *difícil*, *fácil*, *impossível*, *mau*, *perigoso*, *possível*, *preocupante* e *urgente* (cf. (70)); e entre os predicadores nominais, incluem-se *alegria*, *alívio*, *idiotice*, *privilégio*, *problema*, *sacrifício* e *tristeza*, entre muitos outros (cf. (71)):

(70) a. É urgente *os sindicalistas consultarem um advogado*.
b. É possível (*nós*) *irmos ver o jogo*.
c. É conveniente para ele (*nós*) *consultarmos um advogado*.
d. É conveniente para nós *consultarmos um advogado*.
e. É conveniente para nós *consultar um advogado*.
f. É conveniente *consultar um advogado*.

(71) a. É um sacrifício *os pais falarem com os filhos*.
b. É um privilégio (*nós*) *falarmos contigo*.
c. É uma alegria para mim (*tu*) *teres visitado a minha filha*.
d. É um sacrifício para nós *falarmos contigo*.
e. É um sacrifício para nós *falar contigo*.
f. É um sacrifício *falar contigo*.

Muitos destes predicadores têm uma componente semântica subjetiva, podendo ocorrer com um argumento experienciador ou beneficiário, realizado sob a forma de um sintagma preposicional introduzido pela preposição *para* (cf. os exemplos (c)-(e)). Se o predicador for adjetival, este argumento pode ser realizado por um pronome dativo (cf. *é-nos conveniente consultar um advogado*).

Nestes contextos, é possível a oração de infinitivo flexionado ter um sujeito foneticamente realizado (cf. os exemplos (a)-(c)). Nos casos em que há um sintagma preposicional beneficiário, o sujeito implícito do infinitivo simples é interpretado como sendo correferente com esse argumento (cf. os exemplos (e)); com o infinitivo flexionado, a referência do sujeito é livre (cf. os exemplos (c)), podendo este também ter como antecedente o argumento beneficiário (cf. os exemplos (d)).

Quando o argumento experienciador da oração subordinante está ausente e a oração subordinada é de infinitivo simples (cf. os exemplos (f)), o seu sujeito implícito pode ter um valor indefinido, designar o falante ou designar um grupo no qual este se inclua.

Em (70)-(71), o sujeito oracional está em posição pós-verbal. A posição pré-verbal também é possível, como se ilustra em (72) (os parênteses na flexão verbal de pessoa e número indicam que tanto o infinitivo flexionado como o simples são possíveis):

(72) a. *Falar*(*mos*) *com ela* foi um sacrifício.
b. *Fazer*(*em*) *as compras hoje* foi muito conveniente para eles.
c. *Aparecer*(*es*) *na festa de improviso* não é aconselhável.

[5] Se o sujeito de uma oração de infinitivo flexionado em posição pré-verbal for foneticamente realizado, as frases são menos aceitáveis, como se ilustra em (i):

(i) a. ?*Nós falarmos com ela* foi um sacrifício.
b. ?*Os pais fazerem as compras hoje* foi muito conveniente.
c. ?*Tu apareceres na festa de improviso* não é aconselhável.

Como mostram os exemplos (a) e (b) de (70)-(71) e o paradigma (ii), esta restrição não existe se a oração de infinitivo flexionado for pós-verbal:

(ii) a. Foi um sacrifício *nós falarmos com ela*.
b. Foi conveniente para eles *os pais fazerem as compras hoje*.
c. Não é aconselhável *tu apareceres na festa de improviso*.

As frases com um sujeito explícito na oração infinitiva pré-verbal melhoram se esse sujeito estiver ele próprio numa posição pós-verbal, como (iii) mostra:

(iii) a. *Falarmos nós com ela* foi um sacrifício.
b. *Fazerem os pais as compras hoje* foi muito conveniente.
c. *Apareceres tu na festa de improviso* não é aconselhável.

37.4.2 Orações infinitivas com a função de complemento direto

Nas orações infinitivas completivas com a função de complemento direto, o infinitivo simples é possível na maior parte das construções, com algumas exceções que se assinalam devidamente. Quanto ao infinitivo flexionado, há três padrões a considerar, consoante a natureza do verbo subordinante: (i) é admitido sem restrições (caso dos verbos avaliativos, p.e.); (ii) é admitido com restrições relativas à posição do sujeito da própria oração infinitiva (caso de alguns verbos declarativos e de alguns verbos de crença); (iii) não é geralmente admitido, a não ser com um valor enfático e em posição pós-verbal (caso dos verbos volitivos).

A grande maioria dos verbos que selecionam complementos diretos oracionais (finitos ou infinitivos) denotam atitudes da entidade representada pelo sujeito da oração principal relativamente à situação expressa pela oração subordinada. Adota-se aqui uma classificação desses verbos consoante o tipo de atitude veiculada (cf. também o Cap. 36). Por manifestarem uma sintaxe particular, os verbos causativos (*deixar*, *mandar* e *fazer*) e de perceção (*ver*, *ouvir* e *sentir*) são descritos adiante (cf. 37.5.2.2 e 37.5.3).

❖ Verbos avaliativos

Esta classe inclui, entre outros, os seguintes verbos: *adorar*, *aprovar*, *detestar*, *lamentar*, *reprovar*, *suportar* e também as locuções verbais *achar bem* e *achar mal*. Estes verbos não selecionam outros argumentos para além do sujeito e do complemento direto oracional. O infinitivo não flexionado é sempre possível, sendo o seu sujeito implícito correferente com o sujeito da oração principal:

(73) a. Nós lamentamos *chegar sempre atrasados*.
b. Eles adoraram *fazer parte do júri*.

O infinitivo flexionado (com sujeito foneticamente realizado ou pronominal nulo) também é possível com estes verbos, sem quaisquer restrições, tanto quando o sujeito é referencialmente distinto do sujeito da oração principal como quando é correferente com ele:

(74) a. Reprovo sem sombra de dúvida [-] *teres sido tão malcriado com a tua avó*.
b. Eles aprovaram {*eu*/*o Pedro*} *fazer parte do júri*.
c. Eles não suportam [-] *fazerem parte do júri*.
d. Nós achámos bem [-] *fazermos parte do júri*.

Uma característica típica de muitos verbos desta classe consiste em permitir uma interpretação factiva do complemento oracional: o falante pressupõe a verdade da proposição veiculada pela oração complemento, independentemente de a oração principal ser asserida, negada ou interrogada (cf. 37.6.3 e Cap. 36):

(75) a. O Pedro lamenta *ter-se comportado mal*.
b. O Pedro não lamenta *ter-se comportado mal*.
c. O Pedro lamenta *ter-se comportado mal*?

Assim, ao produzir as frases de (75), o falante compromete-se com a verdade da proposição 'o Pedro comportou-se mal', quer assira, negue ou interrogue a oração principal. Como se viu a propósito de (62), a interpretação factiva destes

complementos permite também integrar a oração infinitiva dentro de um sintagma nominal definido que tem o substantivo *facto* como núcleo: cf. *o Pedro lamenta* [*o facto de se ter comportado mal*]. As propriedades sintáticas das orações infinitivas completivas com um valor semântico factivo discutem-se mais detalhadamente em 37.6.3 (cf. também o Cap. 36).

Verbos de crença e verbos declarativos

Estes dois grupos de verbos incluem-se na mesma classe por terem comportamentos semelhantes relativamente à subordinação infinitiva argumental. Os verbos de crença incluem, entre outros, *achar*, *acreditar*, *julgar* e *pensar* (cf. (76)); entre os verbos declarativos, incluem-se *afirmar*, *declarar*, *dizer*, *garantir* e *jurar*. Estes, para além da oração completiva, selecionam igualmente um complemento indireto opcional com a função temática de destinatário (cf. (77)).

Quando a oração é de infinitivo simples, o seu sujeito implícito é interpretado como sendo correferente com o sujeito da oração principal[36]:

(76) a. As professoras acreditam *ter corrigido bem os exames*.
b. Elas julgam *ser mais inteligentes do que nós*.

(77) a. As crianças afirmaram({-lhe/à mãe}) *estar doentes*.
b. Nós juramos(-te) *não comer chocolate nunca mais*.

Estes verbos admitem também orações com o infinitivo flexionado (cf. (78)), com algumas restrições relativamente à posição do seu sujeito, quando este é foneticamente realizado:

(78) a. Disseram-me *não estarem os manuscritos ainda prontos para publicação*.
b. Garantiram-me *já se terem ido as crianças embora*.
c. Julgo *terem feito o melhor tempo os dois Ferraris*.
d. Penso [-] *irmos ao cinema logo à tarde*.
e. Acredito [-] *poderes ainda chegar a tempo*.

Com estes verbos, o sujeito foneticamente realizado da oração infinitiva flexionada ocorre preferencialmente numa posição pós-verbal, que pode ser imediatamente a seguir ao verbo no infinitivo, como em (78a), a seguir a uma perífrase verbal, como em (78b), ou no final da oração, como em (78c). A posição pré-verbal do sujeito resulta algo marginal: cf. ??*julgo os dois Ferraris terem feito o melhor tempo*, ??*disseram-me os manuscritos não estarem ainda prontos para publicação* e ??*garantiram-me as crianças já se terem ido embora*[37].

Esta restrição, no entanto, não se aplica quando o sujeito é focalizado por advérbios como *apenas*, *até*, *só*, etc. (cf. (79a)) ou quando contém um quantificador indefinido como *alguém*, *nenhum*, *ninguém*, *todos*, etc., quer utilizado pronominalmente (cf. (79b)), quer utilizado como especificador (cf. (79c)):

---

[36] Quando o verbo *pensar* seleciona uma oração de infinitivo simples cujo núcleo é um verbo pleno ou uma perífrase verbal com um auxiliar temporal de futuridade, adquire um sentido volitivo, próximo do significado do verbo *tencionar*: cf. *nós pensamos* [(*ir*) *ver o jogo logo à noite*].

[37] As frases de (78a-c), mesmo sendo mais aceitáveis do que as frases correspondentes com o sujeito no início da oração infinitiva, são geralmente consideradas como pertencendo a um registo relativamente formal da língua.

(79) a. Dizem os entendidos *só os Ferraris poderem ganhar a corrida*.
b. A funcionária garante *todos se terem enganado nas contas*.
c. Penso *nenhum dos manuscritos estar ainda pronto para publicação*.

[6] Semanticamente, o verbo existencial *parecer* (cf. 37.4.1) também é um verbo de crença. Embora a oração completiva que seleciona tenha a função de sujeito e não de complemento direto (cf. a discussão do paradigma (52), acima), algumas das suas propriedades são semelhantes às dos verbos de crença descritos aqui. Assim, tanto estes como *parecer* selecionam um argumento com o papel temático de experienciador; com os verbos aqui analisados, esse argumento é o sujeito (cf., por exemplo, (76) e (78c-e)); com *parecer*, esse argumento é o complemento indireto, plausivelmente devido ao facto de a função de sujeito estar já "ocupada" pela oração completiva, como se ilustra em (i) (comparar com (76) e (78c-e)):

(i) a. Pareceu-lhes *ter ouvido as tuas irmãs*.
b. Pareceu-lhes *não estarem os manuscritos ainda prontos para publicação*.
c. Pareceu-lhes *já se terem ido as crianças embora*.
d. Parece(-me) *terem feito o melhor tempo os dois Ferraris*.
e. Parece(-me) [-] *teres encontrado alguém mais esperto do que tu*.
f. Pareceu-lhes [-] *terem ouvido vozes*.

Tal como com os verbos de crença, também com *parecer* o sujeito foneticamente realizado da oração de infinitivo flexionado ocorre preferencialmente em posição pós-verbal, e a sua posição pré-verbal resulta algo marginal: cf. ??*parece*(*-me*) [*os dois Ferraris terem feito o melhor tempo*], ??*pareceu-lhes* [*os manuscritos não estarem ainda prontos para publicação*], ??*pareceu-lhes* [*as crianças já se terem ido embora*].

O verbo declarativo *dizer* seleciona também uma oração interrogativa indireta (cf. Caps. 36 e 48), que pode ser de infinitivo simples, como se ilustra em (80), mas não de infinitivo flexionado (comparar (80) com ***já nos disseram a quem pedirmos essa informação*** ou ***já te disseram onde ires?***)[38]:

(80) a. Já nos disseram *a quem pedir essa informação*.
b. Já te disseram *onde ir*?

Verbos diretivos

Os verbos desta classe designam atos de fala que representam ordens ou pedidos[39]. Esta classe divide-se em dois grupos:

(i) verbos que selecionam orações infinitivas introduzidas pela preposição *para*, entre os quais *dizer*, *implorar*, *insistir* e *pedir* (cf. (81))[40]:

(81) a. A professora disse *para* (*tu*) *não copiares*.
b. Eu insisti *para os jardineiros cortarem essa árvore*.
c. O prisioneiro implorou/pediu *para os guardas o libertarem*.

[38] O verbo de conhecimento *saber* também admite como complemento direto uma oração interrogativa indireta de infinitivo simples: cf. *nós sabemos* [*a quem pedir essa informação*].
[39] Os termos "ordem" e "pedido" são aqui usados de maneira informal, cobrindo atos que vão desde um comando a uma imploração, e incluindo matizes tão variadas como exigências, sugestões, propostas, etc.
[40] O verbo *dizer* pode ter um sentido puramente declarativo, não diretivo, no qual seleciona também uma oração completiva de infinitivo: cf. *a professora disse* [*terem os alunos copiado*] (cf., mais acima, a descrição dos verbos declarativos).

(ii) verbos cuja oração completiva não é introduzida por qualquer preposição, como *exigir*, *impor*, *permitir*, *propor*, *recomendar* e *sugerir* (cf. (82)):

(82) a. O professor impôs/propôs *os estudantes fazerem um trabalho extra*.
b. Ele sugeriu *comprarmos uma casa nova*.
c. Recomendo *ires ao médico quanto antes*.

Para além da oração completiva, um número significativo destes verbos seleciona também um complemento opcional, que representa o destinatário do pedido ou da ordem: cf., por exemplo, *a professora disse-te para não copiares* e *o professor propôs-lhes fazerem um trabalho extra*. A seguir, discutem-se estas duas subclasses separadamente.

(i) Verbos que selecionam o complementador *para*

Como se observou em 37.3, a preposição *para* funciona aqui como complementador, sendo interna à oração infinitiva. Duas observações motivam esta conclusão: em primeiro lugar, a preposição não ocorre quando o complemento é um sintagma nominal; e, em segundo lugar, a oração subordinada infinitiva (juntamente com a preposição *para*) pode ser substituída pelo pronome demonstrativo não preposicionado *isso* ou pelo pronome acusativo *o*:

(83) a. A professora disse-*o/isso*. (vs. **a professora disse para isso*)
b. Eu insisti n*isso*. (vs. **eu insisti para isso*)[41]
c. O prisioneiro implorou/pediu *isso*. (vs. **o prisioneiro implorou/pediu para isso*)

Em (81), o único complemento é a oração infinitiva. Nesse uso, apenas o infinitivo flexionado é permitido. Nestas frases, ainda que o destinatário do pedido não seja expresso por um complemento independente, é normalmente interpretado como sendo o próprio sujeito da oração subordinada infinitiva, já que é pragmaticamente natural que a entidade responsável pela ação pedida ou ordenada seja também aquela a quem se faz o pedido, a ordem, etc.

No entanto, o destinatário da ordem, pedido, etc. pode ser representado por um complemento indireto opcionalmente selecionado por estes verbos (à exceção de *insistir*, que seleciona um complemento oblíquo tendo como núcleo a preposição *com* (cf. (84b)). Quando este complemento ocorre, é comum ser correferente com o sujeito pronominal nulo de uma oração de infinitivo flexionado, já que, como se observou, do ponto de vista pragmático, é normal que o agente da atividade seja a pessoa a quem se faz o pedido ou se dá a ordem:

(84) a. A professora disse-te *para* [-] *não copiares*.
b. Eu insisti com os jardineiros *para* [-] *não cortarem essa árvore*.
c. O prisioneiro implorou/pediu aos guardas *para* [-] *o libertarem*.

O infinitivo simples também é aceitável neste contexto numa leitura idêntica à de (84), isto é, em que o sujeito implícito da oração completiva é correferente

[41] Com o verbo *insistir*, o demonstrativo *isso* é introduzido pela preposição *em*. Este facto leva a supor que a oração infinitiva de (81b) é um complemento oblíquo não preposicionado (cf. Cap. 28), e não um complemento direto (recorde-se que a preposição *para* é interna à oração, neste caso).

com o complemento indireto (ou oblíquo), embora, para muitos falantes, o infinitivo flexionado seja a opção preferida: cf. *a professora disse-te* [*para não copiar*], *eu insisti com os jardineiros* [*para não cortar essa árvore*], *o prisioneiro implorou/pediu aos guardas* [*para o libertar*][42].

Com o infinitivo flexionado, o sujeito da oração subordinada infinitiva não tem de ser um pronome nulo, podendo ocorrer em sua vez um pronome foneticamente realizado, o qual retoma o complemento da oração principal, conforme se ilustra em (85)[43]:

(85) a. A professora disse-te *para tu não copiares*.
b. Eu insisti com os jardineiros *para eles não cortarem essa árvore*.
c. O prisioneiro implorou/pediu aos guardas *para eles o libertarem*.

Quando exprimem um pedido (em vez de uma ordem), estes verbos permitem que o sujeito da oração subordinada seja correferente com o sujeito da oração principal (ou seja, quem faz o pedido)[44]:

(86) a. *Nós* pedimos (ao professor) *para sair*(*mos*) *mais cedo*.
b. *Os alunos* insistiram (com a professora) *para ir*(*em*) *à casa de banho*.
c. O prisioneiro implorou (aos guardas) *para ser libertado rapidamente*.

Neste caso, tanto o infinitivo flexionado como o infinitivo simples são possíveis, embora alguns falantes prefiram o infinitivo simples[45].

Embora pragmaticamente menos naturais, são também possíveis com estes verbos frases em que se exprime uma ordem ou pedido a outrem, mas em que o sujeito da oração infinitiva representa um terceiro participante, que não é nem quem dá a ordem ou faz o pedido, nem o recipiente destes, como se ilustra em (87)[46]:

(87) a. O prisioneiro implorou ao governador *para os guardas não o torturarem*.
b. (Um ministro, dirigindo-se ao seu secretário particular) – Não se preocupe, (eu) já disse ao chefe de gabinete *para* (*você*) *ser recebido pelo Primeiro-Ministro*.

---

[42] A aceitabilidade do infinitivo simples é facilitada por fatores semânticos e/ou pragmáticos: cf., por exemplo, *a criança pediu aos pais* [*para lhe comprar uma bicicleta*], com o sujeito implícito de *comprar* correferente com o complemento indireto *aos pais*.

[43] O verbo *agradecer*, embora não tenha um sentido diretivo e não seja introduzido por *para*, aceita quadros de subcategorização idênticos aos dos verbos deste grupo: cf. (i) *eu agradeci* [*eles terem intercedido por mim*], (ii) *eu agradeci-lhes* [*ter*(*em*) *intercedido por mim*] e (iii) *eu agradeci-lhes* [*eles terem intercedido por mim*]. Este verbo tem também a particularidade de ser factivo (cf. 37.6.3): cf. *eu agradeci-lhes* [*o facto de terem intercedido por mim*].

[44] Repare-se que (86c) difere formalmente de (84c) e (85c) por ter a oração subordinada na voz passiva. É só na leitura que envolve correferencialidade entre os dois sujeitos que a voz passiva é permitida na oração completiva.

[45] A versão da frase (86a) sem marcas flexionais no infinitivo é ambígua entre uma interpretação com o infinitivo simples envolvendo correferencialidade do sujeito da oração subordinada com o sujeito da oração principal e outra interpretação com o infinitivo flexionado, na qual o sujeito pronominal nulo de terceira pessoa do singular da oração subordinada é correferente com o complemento indireto (*a*)*o professor* (ou seja, nesta leitura pede-se ao professor para ele, professor, sair mais cedo).

[46] Estas frases são pragmaticamente menos naturais pela razão já exposta acima: é normal que um pedido para realizar uma ação seja feito ao próprio agente dessa ação e não a um intermediário. No entanto, mesmo neste uso, existe um vínculo causal implícito entre a entidade referida pelo complemento indireto e o agente da ação descrita pelo complemento oracional: ou seja, entre o governador e os guardas em (87a), entre o chefe de gabinete e o Primeiro-Ministro em (87b); quanto a (87c), infere-se implicitamente que o agente da passiva (não expresso) da oração subordinada designa os guardas.

c. Não se preocupe, minha senhora. O seu filho não vai ficar na prisão. Já insisti com os guardas *para* (*ele*) *ser libertado o mais rapidamente possível*[47].

(ii) Verbos que não selecionam complementador

Passando aos verbos do segundo grupo (*propor*, *recomendar*, *sugerir*, etc.), também com estes o infinitivo flexionado é a opção preferida, se não mesmo a única, da maioria dos falantes, como se viu em (82), aqui repetido em (88):

(88) a. O professor impôs/propôs *os estudantes fazerem um trabalho extra*.
b. Ele sugeriu [-] *comprarmos uma casa nova*.
c. Recomendo [-] *ires ao médico quanto antes*.

De modo semelhante aos verbos do grupo anterior, também com estes verbos o recipiente da sugestão, recomendação, etc., mesmo que não seja explicitamente expresso, é entendido como sendo o sujeito-agente da oração completiva. Alguns destes verbos permitem que o recipiente seja expresso por um complemento indireto selecionado, como se ilustra em (89)[48]:

(89) a. O professor impôs aos estudantes [-] *fazerem um trabalho extra*.
b. Ele propôs-nos [-] *comprarmos uma casa nova*.
c. Recomendo-te [-] *ires ao médico quanto antes*.

São também possíveis com estes verbos frases em que o destinatário da sugestão, recomendação, etc. não coincide com o agente da atividade representada pela oração subordinada (mas cf. Nota 46): cf., por exemplo, *face aos maus resultados, o diretor de turma sugeriu/propôs ao professor os estudantes fazerem um trabalho extra*.

Neste grupo, os verbos *propor* e *sugerir* admitem também uma leitura em que o sujeito da oração subordinada infinitiva é correferente com o sujeito da oração principal. Nesse caso, o infinitivo simples é a opção preferida pela maioria dos falantes:

(90) a. Os meus pais sugeriram *comprar uma televisão nova*.
b. Eles propuseram-me *falar com ela antes de mim*.

[7] O verbo *exigir* pertence semanticamente a esta classe de verbos, mas tem preferencialmente uma leitura em que os dois sujeitos são correferentes, mesmo na presença de um complemento indireto representando o destinatário da exigência, como se ilustra em (i):

(i) a. Os funcionários exigiram (ao patrão) *sair mais cedo*.
b. Exigi (ao governador) *ser imediatamente libertado*.

Se a oração subordinada for passiva, o verbo pode ser flexionado, mas nesse caso o sujeito tem de ser distinto do sujeito da oração principal:

(ii) a. O governador exige *serem* imediatamente libertados os presos.
b. Exijo *sermos* imediatamente libertados.

[47] Como (87b,c) mostram, o sujeito da oração infinitiva pode ser um pronome nulo desde que o contexto linguístico ou situacional contenha um referente suficientemente saliente.

[48] Contudo, não existe consenso completo entre os falantes quanto à aceitabilidade destas frases nem quanto aos verbos que permitem a seleção de um complemento indireto; para alguns falantes, p.e., *sugerir* não o permite, considerando-se no mínimo marginal uma frase como ??*ele sugeriu-nos comprarmos uma casa nova*.

Com uma oração subordinada ativa, os exemplos deste tipo tornam-se não gramaticais: cf., por exemplo, **exijo recebermos o nosso salário já*. Note-se também que, em (ii), não ocorre um sujeito pré-verbal na oração subordinada: em (iia) o sujeito encontra-se na posição final da oração, e em (iib) o sujeito é nulo. Com sujeito pré-verbal, esse tipo de exemplos torna-se marginal: cf. ??*o governador exige os presos serem imediatamente libertados*. Finalmente, a presença do verbo modal *poder* na oração subordinada, mesmo quando esta é ativa, permite a ocorrência do infinitivo flexionado: cf. *exijo podermos sair mais cedo*. Esta frase, no entanto, pode provocar alguma estranheza, por introduzir uma anomalia semântica causada pela virtual incompatibilidade entre o verbo modal de permissão e o verbo *exigir* na oração principal (normalmente, não se exige uma possibilidade). Ou seja, o conteúdo pretendido desta frase seria mais bem expresso por *exigimos sair mais cedo*. Neste caso, no entanto, o verbo subordinado não pode ser flexionado, mesmo com sujeitos distintos: cf. **exijo sairmos mais cedo*.

Verbos compromissivos

Os verbos desta classe veiculam um compromisso em executar uma ação futura, representada pela oração subordinada: a classe inclui, entre outros verbos, *aceitar* (no sentido de 'concordar'), *ameaçar*, *combinar*, *decidir*, *jurar* e *prometer*. No seu uso mais comum, selecionam uma oração infinitiva simples cujo sujeito implícito é correferente com o sujeito da oração principal:

(91) a. Eles decidiram *entregar o trabalho no dia seguinte*.
b. Ameaçámos *chamar a polícia*.
c. Aceitaste *fazer parte do júri*?

O verbo *ameaçar* seleciona também opcionalmente um complemento direto com o papel temático de destinatário da ameaça; quando este se realiza, a oração completiva é obrigatoriamente introduzida pela preposição *de*: cf. *ameaçámo-lo* [*de chamar a polícia*] (*se ele não saísse*).

O verbo *prometer* seleciona um complemento indireto opcional, mas neste caso a oração infinitiva não é preposicionada, contrariamente a *ameaçar*: cf. *prometi-lhes* [*corrigir os testes hoje*].

Embora num uso menos comum, alguns destes verbos (entre os quais *prometer* e *combinar*) admitem o infinitivo flexionado com um sujeito foneticamente realizado ou pronominal nulo que não é correferente com o sujeito da oração principal:

(92) a. O médico prometeu-lhes [-] *serem atendidos na semana seguinte*.
b. Eles combinaram com a Maria *ela ir buscá-los mais cedo*.

Verbos volitivos

Os verbos volitivos, entre os quais se incluem *conseguir*, *desejar*, *esperar*, *ousar*, *pretender*, *querer* e *tentar*, estão associados à expressão de um desejo ou de uma vontade. Estes verbos admitem o infinitivo simples no seu complemento oracional, sendo o seu sujeito implícito correferente com o sujeito da oração principal:

(93) a. Os professores querem/desejam *negociar um salário melhor*.
b. Os dois pilotos ousaram *entrar na curva ao mesmo tempo*.
c. Conseguimos finalmente *falar com o ministro*.

À exceção das outras classes analisadas anteriormente, estes verbos caracterizam-se por não admitirem o infinitivo flexionado no seu complemento oracional, mesmo quando este tem um sujeito pronominal nulo que poderia ser interpretado correferencialmente com o sujeito da oração principal: cf. a impossibilidade de **os professores querem/desejam* [*negociarem um salário melhor*] ou **os dois pilotos ousaram* [*entrarem na curva ao mesmo tempo*].

Curiosamente, estes verbos, embora não admitam o infinitivo flexionado no seu complemento oracional, admitem o infinitivo simples pessoal com um sujeito pronominal (que pode ser especificado por um quantificador), correferente com o sujeito da oração principal (cf. 37.1.3 e Caixa [1]):

(94) a. O cozinheiro quer *ser ele a decorar a travessa*.
b. Os funcionários querem *levar eles as reivindicações ao patrão*.
c. Os funcionários tentaram *levar* {*alguns deles/todos eles*} *as reivindicações ao patrão*.

Como se observa nestes exemplos, esse sujeito ocorre em posição pós-verbal e, nos casos em que é um pronome simples, tem um valor contrastivo.

[8] Karttunen (1971) considera que os verbos *conseguir* e *ousar*, entre outros, pertencem a uma classe distinta da dos volitivos, a que chama "verbos implicativos". Estes verbos têm a propriedade de, quando afirmados, implicarem a verdade da proposição veiculada pela oração complemento e, quando negados, implicarem a negação dessa proposição. Assim, p.e., a frase *o rapaz conseguiu roubar a bicicleta* implica que o rapaz roubou efetivamente a bicicleta, ao passo que a frase *o rapaz não conseguiu roubar a bicicleta* implica que ele não a roubou. Embora próximo semanticamente dos verbos implicativos, *tentar* distingue-se destes por indicar apenas (quando afirmado) que a situação representada pela oração subordinada foi de alguma forma iniciada, ainda que possa não ter sido completada ou não ter tido sucesso: a frase *o rapaz tentou roubar a bicicleta* implica que o rapaz empreendeu uma ação com a finalidade de roubar a bicicleta, mas que esta ação falhou. Os verbos implicativos, incluindo *tentar*, veiculam também a pressuposição de que existem obstáculos à realização da situação descrita pela oração subordinada. Assim, p.e., qualquer das frases *o rapaz* {*ousou/conseguiu/tentou*} *beijar a Maria* veicula a ideia de que não seria fácil *a priori* realizar essa ação.

37.4.3 Orações infinitivas com a função de complemento preposicionado

Os verbos que selecionam orações infinitivas preposicionadas integram-se em duas classes, uma formada por verbos transitivos e outra por verbos intransitivos.

❖ Verbos transitivos

Entre os verbos transitivos que selecionam orações completivas infinitivas preposicionadas predominam os que têm um sentido diretivo (incluindo proibição). A preposição selecionada por estes verbos é *a* para os verbos que denotam incitamento (*ajudar*, *animar*, *condenar*, *convencer*, *convidar*, *forçar*, *impulsionar*, *incitar*, *induzir*, *instar* e *obrigar*, entre outros), e *de* para os que denotam impedimento (*afastar*, *impedir* e *proibir*, entre outros).

Estes verbos selecionam um complemento direto com o papel temático de destinatário do ato diretivo, o qual é correferente com o sujeito implícito da oração

subordinada. O infinitivo simples é a opção preferencial dos falantes (cf. (95)), mas o infinitivo flexionado também é aceitável (cf. (96))[49]:

(95) a. O produtor obrigou [os artistas] a *assinar o contrato*.
b. Eles vão persuadir[-te] a *fazer teatro*.
c. O governo vai impedir [os estudantes] de *fazer greve*.
d. Proibiram[-nos] de *fumar nesta sala*.

(96) a. O produtor obrigou os artistas a *assinarem o contrato*.
b. Eles vão persuadir-te a *fazeres teatro*.
c. O governo vai impedir os estudantes de *fazerem greve*.
d. Proibiram-nos de *fumarmos nesta sala*.

Também o verbo transitivo *lembrar* seleciona um complemento oracional infinitivo oblíquo introduzido pela preposição *de*, cujo sujeito implícito é correferente com o complemento direto: cf. *lembrei a Rita de trazer um agasalho para a Califórnia*.

Verbos intransitivos

Estes verbos selecionam unicamente uma oração completiva. Esta pode ser regida por um pequeno número de preposições (as listas dadas a seguir não se pretendem exaustivas):

(i) verbos intransitivos cuja oração completiva é regida por *a*: *acostumar-se*, *arriscar-se*, *aspirar*, *atender*, *convencer-se*, *dignar-se*, *habituar-se*, *inclinar-se*, *limitar-se*, *opor-se*, *recusar-se*, *resistir*, *tender*;

(ii) verbos intransitivos cuja oração completiva é regida por *de*: *arrepender-se*, *convencer-se*, *discordar*, *duvidar*, *envergonhar-se*, *esquecer-se*, *gostar*, *lembrar-se*, *necessitar*, *precisar*, *queixar-se*, *recordar-se*;

(iii) verbos intransitivos cuja oração completiva é regida por em: *assentar*, *concordar*, *consentir*, *insistir*;

(iv) verbos intransitivos cuja oração completiva é regida por *por*: *ansiar*, *bater-se*, *esforçar-se*, *interessar-se*, *optar*, *pugnar*, *responsabilizar-se*, *velar*, *zelar*;

(v) verbos intransitivos cuja oração completiva é regida por *com*: *concordar, conformar-se*, *preocupar-se, sonhar,* incluindo a lexia verbal *estar de acordo*.

A oração infinitiva subordinada a estes verbos ocorre normalmente com o infinitivo simples, e o seu sujeito implícito é correferente com o sujeito da oração principal. É também digno de nota o facto de muitos destes verbos se conjugarem com um pronome do paradigma reflexo. Apresentam-se alguns exemplos em (97) (cf. também o Cap. 32):

(97) a. Os colegas acostumaram-se a *almoçar juntos todos os dias*.
b. Tu nunca te arrependes de *fazer tantos disparates*, pois não?
c. Nós concordámos em *assinar o contrato*.

[49] Alguns falantes, no entanto, consideram menos aceitável neste contexto o infinitivo flexionado de 2sg ou de 1pl.

d. Elas responsabilizaram-se por *fechar as luzes*.
e. Nós sonhamos com *terminar a gramática a tempo*.

Com a grande maioria destes verbos, e mantendo a leitura de correferencialidade entre os dois sujeitos, o infinitivo flexionado também é possível, embora seja sentido como menos natural por alguns falantes: cf. *elas responsabilizaram-se por* [*fecharem as luzes*], *nós concordámos logo em* [*assinarmos o contrato quanto antes*].

Um número reduzido destes verbos, incluindo *habituar-se* (*a*), *esquecer-se* (*de*) e *responsabilizar-se* (*por*), admite um sentido factivo, ou seja, um uso que compromete o falante com a aceitação da verdade da proposição expressa pelo complemento oracional, quer a oração principal seja asserida, negada ou interrogada; neste caso, esses verbos selecionam normalmente uma oração de infinitivo flexionado que pode ter um sujeito com referência distinta da do sujeito da oração principal, como se ilustra em (98) (para uma discussão adicional sobre os complementos infinitivos factivos, cf. 37.6.3):

(98) a. Já nos habituámos a *eles passarem os dias em frente da televisão*.
b. Esqueci-me de *o contabilista me ter dado essa recomendação*.
c. A tua mulher não se pode responsabilizar por *tu dizeres tantos disparates*.

37.4.4 Orações infinitivas complemento de nomes

As orações infinitivas podem subordinar-se a um nome, sendo, nesse caso, parte integrante do sintagma nominal que tem esse nome como núcleo. À semelhança dos sintagmas nominais (pronominais ou plenos) com a função de complemento ou modificador de um nome (cf. (99)), essas orações são necessariamente introduzidas por uma preposição (cf. (100) e Caps. 27 e 32):

(99) a. [O meu interesse n*isso*] é partilhado pelos meus colegas.
b. [O medo d*as cobras*] é geneticamente determinado.
c. [A responsabilidade pel*o desaparecimento dos quadros*] pertence ao museu.
d. [A prova d*a sua culpa*] foi divulgada pelo inspetor.

(100) a. [O nosso interesse em *desvendar*(*mos*) *esse mistério*] é partilhado por muita gente.
b. [O medo dessas crianças de *andar*(*em*) *de avião*] é surpreendente.
c. [A responsabilidade por *os quadros terem desaparecido*] pertence ao museu.
d. [A prova de *elas serem culpadas*] foi divulgada pelo inspetor.

Combinam-se com orações infinitivas (e também finitas – cf. Cap. 36) muitos nomes derivados de verbos ou adjetivos, como *ambição*, *ânsia*, *decisão*, *desejo*, *hábito*, *ilusão*, *intenção*, *interesse*, *luta*, *necessidade*, *ordem*, *proibição*, *promessa*, *sensação*, *temor* e *tendência*, e ainda nomes semanticamente abstratos e morfologicamente simples como *causa*, *facto*, *fé*, *hipótese*, *ideia*, *medo*, *opinião*, *vantagem* e *vontade*, entre outros. Combinam-se igualmente com orações infinitivas certas locuções verbais formadas pela combinação dos verbos *estar* e *ter* com um nome, formando um predicador complexo como *estar com medo*, *ter* {*medo/necessidade/vontade*}, etc. (cf., por exemplo, *eles estão com medo de* [*sair de casa*]).

Como os exemplos revelam, tanto o infinitivo simples como o flexionado são possíveis de modo bastante livre em contextos de subordinação nominal.

37.4.4.1 Subordinação completiva e subordinação especificativa

Tal como acontece com as orações completivas finitas (cf. Cap. 36), também as orações infinitivas dependentes de nomes se dividem em dois tipos diferentes, consoante a relação que mantêm com o nome nuclear; assim, essas estruturas podem ser:

- verdadeiras orações completivas, que completam o sentido ao nome e dele são argumentos genuínos (cf. (100) acima e (101) a seguir), e que representam a maioria dos casos de subordinação a nomes:

(101) a. [A ânsia de *ter*(*mos*) *mais dinheiro*] levou-nos a assaltar um banco.
b. [O seu desejo de *comprar altifalantes novos*] vai-lhe sair caro.
c. [A vantagem de *ficar*(*mos*) *em casa*] é que não gastamos dinheiro.

- orações especificativas, que especificam o valor semântico de um nome nuclear cujo sentido é equivalente a uma proposição, como *boato*, *facto*, *hipótese*, *ideia*, *notícia*, *questão*, *solução*, etc. (cf. (102)):

(102) a. [A hipótese de *fazer*(*mos*) *férias nos Açores*] agrada-nos.
b. Não é de estranhar [o facto de *gostarmos de música popular*].
c. [A notícia de *ele ter sido chamado para a tropa*] apanhou-nos de surpresa.

Quando a oração subordinada é completiva, correspondendo a um verdadeiro argumento do nome, pode ser substituída pelo pronome demonstrativo neutro *isso*: cf., correspondendo a (101), *a nossa ânsia disso levou-nos a assaltar um banco*, *o seu desejo disso vai-lhe sair caro* ou *a vantagem disso é que não gastamos dinheiro*.

Pelo contrário, quando a oração subordinada é especificativa, não pode ser substituída pelo pronome neutro *isso*: cf. a marginalidade ou mesmo a impossibilidade de ***a hipótese disso agrada-me*, ***não é de estranhar o facto disso* ou ***a notícia disso apanhou-nos de surpresa*. Em contrapartida, a oração subordinada pode ocorrer como predicativo de um sujeito que tem como núcleo o nome em questão:

(103) a. A hipótese é *fazermos férias nos Açores*.
b. O facto é *gostarmos de música popular*.
c. A notícia foi *ele ter sido chamado para a tropa*.

Curiosamente, se o pronome *isso* não pode substituir a oração especificativa, pode, no entanto, substituir o nome abstrato e combinar-se ele próprio com uma oração especificativa, como em [*isso de fazermos férias nos Açores*] *agrada-me*, [*isso de gostarmos de música popular*] *não é de estranhar* ou [*isso de ele ter sido chamado para a tropa*] *apanhou-nos de surpresa*. Tal substituição, porém, é impossível com os nomes que selecionam orações argumentais, como se vê pela não gramaticalidade de ***isso de ter mais dinheiro levou-nos a assaltar um banco*, ***isso de comprar altifalantes novos vai-lhe sair caro* ou ***isso de ficar em casa é que não gastamos dinheiro*, correspondendo aos exemplos de (101).

37.4.4.2 Propriedades adicionais das orações infinitivas complemento de nome

Em muitos casos, a preposição que introduz uma oração completiva dependente de um nome é subcategorizada pelo próprio nome, sendo que este, quando corresponde a um verbo ou um adjetivo, mantém a regência destes elementos. É o que sucede

em (100a,c) (cf. {*estar interessado/interessar-se*} *em*, *ser responsável por*). Quando o verbo ou adjetivo correspondente não regem uma preposição particular, ou quando o nome não tem um correspondente verbal ou adjetival, é inserida a preposição *de*, como em (100b,d), (101) e (102) (como se verá aquando da discussão de (105), *para* também é possível com certos nomes)[50].

Quando a oração completiva não tem um sujeito foneticamente realizado (quer seja de infinitivo simples quer flexionado), o seu sujeito (implícito ou pronominal nulo, respetivamente) é em geral correferente com o sujeito de uma frase com o verbo ou o adjetivo correspondente ao nome nuclear (cf., por exemplo, relativamente a (100a), *nós interessámo-nos em desvendar esse mistério* ou *nós temos interesse em desvendar esse mistério*). Na subordinação nominal, esse sintagma realiza-se tipicamente como um pronome possessivo (*nosso* em (100a)) ou como um modificador possessivo introduzido pela preposição *de*, como *dessas crianças* em (100b) (cf. Cap. 27).

Nalguns casos, o sintagma nominal complexo que contém a oração infinitiva não contém um pronome ou um modificador possessivo que possa servir de antecedente ao sujeito implícito da oração infinitiva. Nesse caso, o sujeito implícito é correferente com um sintagma nominal ou com um elemento possessivo dentro da frase mais vasta que contém o SN complexo, como se ilustra em (104)):

(104) a. As crianças não esconderam [o medo de *viajar*(*em*) *de avião*].
b. [O hábito de *fumar*(*mos*) *cigarros uns atrás dos outros*] {estragou-nos [a saúde]/estragou [a nossa saúde]}.

Em (104a), o sujeito (implícito ou pronominal nulo) de *viajar de avião* é correferente com o SN sublinhado *as crianças*, inferindo-se também que quem tem medo são as crianças; e, em (104b), o sujeito (implícito ou pronominal nulo) da oração infinitiva corresponde ao dativo de posse *nos* ou (em alternativa) ao pronome possessivo *nossa* do complemento direto, inferindo-se também, nos dois casos, que o hábito é atribuível ao referente do pronome.

Em frases com um valor semântico próximo do genérico (cf. Nota 32), o sujeito implícito da oração infinitiva (de infinitivo simples) tem uma leitura indefinida, equivalente a 'qualquer pessoa' ou 'as pessoas em geral': cf., por exemplo, [*o hábito de ir à missa aos domingos*] *está a desaparecer*.

Com alguns nomes, incluindo aqueles que denotam atos diretivos, relacionados na sua maior parte com verbos correspondentes, a preposição de ligação pode ser *para*, alternando frequentemente com *de*[51]; incluem-se neste grupo *conselho*, *direito*, *indicação*, *insistência*, *liberdade*, *ordem* e *pedido*, entre outros:

(105) a. Os laterais não ouviram [a ordem do treinador para/de *se posicionar*(*em*) *mais à esquerda*].
b. Os laterais têm [liberdade/permissão para/de *avançar*(*em*) *no terreno*].
c. O treinador deu aos laterais [liberdade/permissão para/de *avançar*(*em*) *no terreno*].

[50] Com um pequeno grupo de nomes, a preposição *de* pode alternar com *em* (casos de *ânsia* e *orgulho*, p.e.): cf. {*o orgulho/a ânsia*} *de/em viajar de avião*. A preposição *de* é a única inserida no contexto das orações especificativas.
[51] Existe uma diferença semântica que se relaciona com o uso de uma ou outra das preposições: com *para*, a oração completiva é argumental, mas com *de* é especificativa, ou seja, representa, neste caso, o próprio conteúdo da ordem, da liberdade ou da permissão.

Outra característica destes exemplos é que o sujeito (implícito ou pronominal nulo) da oração infinitiva não tem de ser correferente com o modificador ou com o pronome possessivo dentro do SN complexo, quando este existe. Frequentemente, esse sujeito é correferente com um argumento do verbo principal (sublinhado, nos exemplos acima), realizado fora do SN complexo[52]. Esse sintagma nominal pode também ser expresso dentro do sintagma nominal complexo, diretamente como complemento do nome nuclear: cf. [*a ordem* ***aos laterais*** *para/de avançar(em) no terreno*] *foi dada pelo treinador*.

37.4.5 Orações infinitivas com a função de complemento de adjetivo

As orações completivas infinitivas podem também ser complemento de um adjetivo, sendo, nesse caso, parte integrante do sintagma adjetival que tem esse adjetivo como núcleo. Para além da oração completiva, estes adjetivos selecionam um sujeito. Entre eles incluem-se *ansioso*, *apologista*, *apto*, *ávido*, *capaz*, *desejoso*, *hesitante*, *incapaz*, *partidário*, *responsável* e *seguro*, bem como particípios passados de verbos que selecionam complementos oracionais, como *decidido*, *destinado*, *convencido*, *preparado*, etc.

À semelhança dos sintagmas nominais com a função de complemento de um adjetivo (cf. (106)), essas orações são necessariamente introduzidas por uma preposição (cf. (107)). Esta pode ser subcategorizada pelo adjetivo, como nos exemplos (b) e (d) de (106) e (107), ou ser um mero elo de ligação com o complemento, como nos exemplos (a) e (c):

(106) a. As crianças estão [desejosas de *um chocolate*].
b. Nós somos [responsáveis pelo *fecho do recinto*].
c. Tu és [apologista d*a sociedade de consumo*], não é verdade?
d. Ele está [decidido a *isso*].

(107) a. As crianças estão [desejosas de *sair da escola*].
b. Nós somos [responsáveis por *abrir a porta do liceu todos os dias*].
c. Tu és [apologista de *gastar muito dinheiro*], não é verdade?
d. Ele está [decidido a *levar o processo em frente*].

Em (107), estas orações são complemento de adjetivos usados predicativamente em frases copulativas; para além disso, podem também ocorrer em contextos em que o adjetivo é um modificador do nome: cf. *as crianças desejosas de* [*sair da escola*], *as pessoas responsáveis por* [*abrir a porta do liceu*], *uma pessoa apologista de* [*gastar muito dinheiro*], *uma pessoa decidida a* [*levar o processo em frente*].

Em (107), tem-se o infinitivo simples, sendo o sujeito implícito da oração infinitiva correferente com o sujeito da oração principal. O infinitivo flexionado também é aceitável, embora, para alguns falantes, não tanto quanto o simples: cf. *as crianças estão desejosas de* [*saírem da escola*], *nós somos responsáveis por* [*abrirmos a porta do liceu todos os dias*]. No entanto, com alguns adjetivos que denotam crença ou conhecimento (incluindo *certo*, *convencido* e *seguro*), o infinitivo flexionado é completamente aceitável, podendo ter um sujeito distinto do da oração principal:

[52] Esta propriedade correlaciona-se plausivelmente com o facto de os verbos correspondentes a estes nomes (*ordenar*, *permitir*, etc.) selecionarem uma oração infinitiva cujo sujeito é correferente não com o sujeito da oração principal, mas sim com um complemento: cf. *o treinador ordenou/permitiu aos laterais* [*avançar*(*em*) *no terreno*].

(108) a. Não estou certo/seguro de *os autores terem o manuscrito pronto a tempo*.
b. Estamos convencidos de *podermos apanhar o comboio a tempo*.

Como nota Hernanz (1999:2284), alguns adjetivos (muitos deles particípios verbais) que exprimem emoções ou estados de espírito, como *aborrecido*, *alegre*, *assustado*, *contente*, *envergonhado*, *triste* e *zangado*, e que se usam frequentemente de modo intransitivo (cf. *ele está* {*zangado/triste/alegre*}), podem também combinar-se com uma oração infinitiva, a qual pode ser introduzida por *de* ou por *por*:

(109) a. Ficámos assustados de/por *ter visto tanta desgraça*.
b. Ficámos contentes de/por *termos ido a tua casa*.
c. Ficaste envergonhado de/por *elas te terem beijado*?

Segundo Hernanz, a possibilidade de serem introduzidas por duas preposições revela que estas orações infinitivas estão "a meio caminho" entre um estatuto de complemento (quando a preposição é *de*) e um estatuto adverbial com leitura de causa (quando a preposição é *por*). Repare-se, para além disso, que o infinitivo flexionado (e pessoal) é perfeitamente possível nestes casos, como ilustram (109b,c).

Um pequeno grupo de adjetivos que selecionam orações infinitivas com a função de sujeito (ver a parte final de 37.4.1), incluindo *difícil*, *fácil* e *impossível*, permite uma construção alternativa, chamada **elevação do objeto** (cf. também a discussão em 37.5.2.3), na qual o complemento direto da oração infinitiva (cf. (110a)) se realiza como sujeito da oração principal, e o que resta da oração infinitiva se realiza dentro do predicado, introduzido pela preposição *de* (cf. (110b)):

(110) a. É difícil *aturar essas crianças*.
b. Essas crianças são difíceis de *aturar*.

37.5 Construções sintáticas com verbos no infinitivo

Nesta secção, discutem-se os diferentes tipos de construções sintáticas em que participam as estruturas infinitivas: as construções de controlo (cf. 37.5.1), as construções de elevação (cf. 37.5.2), a construção de união de orações (cf. 37.5.3), a construção de reestruturação (cf. 37.5.4) e a construção do infinitivo preposicionado (cf. 37.5.5). Estas construções exemplificam-se a seguir (colocam-se as estruturas infinitivas em itálico; "[-]" representa o sujeito implícito da estrutura infinitiva, quando esta corresponde a uma oração; o segundo "[-]" de (111d) representa o complemento direto implícito da oração infinitiva):

(111) a. As crianças tencionam [-] *ir à praia*. [controlo]
b. As crianças parecem [-] *ter visto um fantasma*. [elevação do sujeito para sujeito]
c. Eu vi as crianças [-] *sair de casa*. [elevação do sujeito para objeto]
d. Esses relógios são difíceis de [-] *arranjar* [-]. [elevação do objeto]
e. Eu fiz-lhe *ver esse filme*. [união de orações]
f. Eu quero-lhes *dar um livro*. [reestruturação]
g. As crianças saíram de casa [-] *a resmungar com a mãe*. [infinitivo preposicionado]

Nestas construções, ocorre tipicamente o infinitivo simples sem sujeito foneticamente realizado, mas semanticamente implícito (à exceção de união de orações e de reestruturação, como se verá). Um tema central desta discussão é precisamente o estatuto desse sujeito. Como se verá, o infinitivo flexionado também é permitido nalgumas destas construções, por vezes de forma marcada e com alguma variação entre os falantes.

Continuamos a representar o sujeito implícito das orações infinitivas simples pela notação "[-]". Como se viu no final de 37.1.2, convém, no entanto, recordar que esse sujeito, ainda que nalguns casos tenha as propriedades de um pronome anafórico ou indefinido, não pode ser identificado com o sujeito pronominal nulo descrito no Cap. 43, visto que este determina concordância verbal em pessoa/número e, inversamente, depende dessa flexão verbal para a sua identificação e interpretação (cf. Cap. 43).

37.5.1 Construções de controlo

Nas construções de controlo, o sujeito implícito da oração subordinada de infinitivo simples tem uma interpretação anafórica ou uma interpretação indefinida. Estas construções dividem-se em dois tipos:

❖ Construções de controlo obrigatório, nas quais o sujeito implícito da oração infinitiva tem obrigatoriamente como antecedente um sintagma nominal da oração subordinante com função argumental:

(112) a. Os médicos desejam [$_{Or}$ [-] *examinar a Ana*].
b. Obriguei as crianças a [$_{Or}$ [-] *terminar os trabalhos de casa*].

❖ Construções de controlo não obrigatório, nas quais a oração infinitiva tem a função de sujeito da frase complexa e o seu sujeito implícito não tem necessariamente um antecedente na oração subordinante. Quando não há antecedente, o sujeito da oração infinitiva tem uma interpretação indefinida (equivalente a 'qualquer pessoa' ou 'pessoas em geral'), podendo incluir o falante ou um grupo em que este se inclui[53]:

(113) a. É importante (para as pessoas) [$_{Or}$ [-] *não fumar nos recintos desportivos*].
b. É conveniente [$_{Or}$ [-] *contratar um advogado*].

37.5.1.1 Construções de controlo obrigatório

As construções de controlo obrigatório são aquelas em que, numa frase complexa, o sujeito implícito da oração infinitiva simples é necessariamente correferente com um dos argumentos da oração subordinante, que funciona como seu antecedente (cf. Cap. 41). Assim, p.e., em (112a), o sujeito da oração infinitiva tem como antecedente o sujeito da oração principal *os médicos* e, em (112b), o sujeito da oração infinitiva tem como antecedente o complemento direto da oração principal *as crianças*.

Chama-se **controlo** a este tipo particular de correferência que envolve o sujeito implícito de uma oração infinitiva simples e um argumento da oração principal; e ao sintagma nominal da oração principal que funciona como antecedente, chama-se o **controlador** do sujeito implícito da oração infinitiva.

[53] A possibilidade de interpretar este sujeito como incluindo o falante depende fundamentalmente de questões de ordem semântica e pragmática.

Nas construções de controlo obrigatório, a oração infinitiva é ela própria um complemento do predicador da oração subordinante; esse predicador pode ser um verbo, como em (112) e (114a), um adjetivo, como em (114b), ou um nome, como em (114c-e) (em (114), coloca-se o controlador em negrito e sublinha-se o predicador):

(114) a. **As crianças** desejam [$_{Or}$ [-] *aprender inglês*].
b. **As crianças** estão desejosas por/de [$_{Or}$ [-] *aprender inglês*].
c. [$_{SN}$ O desejo d**as crianças** de [$_{Or}$ [-] *aprender inglês*]] é enorme.
d. [$_{SN}$ O **seu** desejo de [$_{Or}$ [-] *aprender inglês*]] é enorme.
e. **As crianças** têm [$_{SN}$ um enorme desejo de [$_{Or}$ [-] *aprender inglês*]].

Quando o predicador subordinante é um adjetivo (cf. (114b)), o controlador é o sujeito da oração principal. Como (114c-e) mostram, o fenómeno do controlo pode ocorrer dentro de sintagmas nominais complexos com um predicador nominal (o substantivo *desejo*, nessas frases) que seleciona uma oração subordinada infinitiva. Nestes casos, o controlador pode ser um elemento interno ao próprio sintagma nominal: um modificador possessivo introduzido pela preposição *de* ou um pronome possessivo (cf. (114c) e (114d), respetivamente); ou pode ser um argumento da frase mais vasta que contém o SN complexo, como em (114e) (cf. 37.4.4.2).

Quando o predicador subordinante é um verbo, são possíveis várias opções: o controlador do sujeito implícito da oração infinitiva pode ser o sujeito, o complemento direto ou o complemento indireto da oração subordinante, dependendo da classe lexical do seu núcleo verbal. Estes casos analisam-se a seguir.

37.5.1.1.1 Verbos que determinam controlo pelo sujeito da oração subordinante

Os verbos que determinam controlo do sujeito implícito da oração infinitiva pelo sujeito da oração subordinante pertencem a várias classes semânticas. Os mais típicos deste grupo são aqueles que selecionam apenas dois argumentos: a oração infinitiva completiva e um sintagma nominal com a função de sujeito; alguns deles, como os declarativos *afirmar*, *dizer*, *jurar*, etc., selecionam também opcionalmente um complemento indireto, o qual, no entanto, com estes verbos, nunca funciona como controlador. A oração infinitiva, por sua vez, pode ser um complemento direto (cf. (115)) ou preposicionado (cf. (116)):

(115) a. *Os meus pais* pensam [$_{Or}$ [-] comprar um automóvel novo].[54]
b. *Eles* sabem [$_{Or}$ [-] arranjar um carro].[55]
c. *As minhas primas* negaram(-me) [$_{Or}$ [-] ter visto a minha tia].
d. *Tu* queres [$_{Or}$ [-] comprar um carro novo].
e. *Elas* evitaram [$_{Or}$ [-] falar com o João].
f. *Eu* prometi à Maria [$_{Or}$ [-] ajudar o João com os trabalhos de casa].[56]

(116) a. *Nós* cansámo-nos de [$_{Or}$ [-] esperar pelo médico].
b. *Elas* decidiram-se a [$_{Or}$ [-] sair da sala].

[54] Com o verbo *pensar*, a oração completiva infinitiva pode ser introduzida pela preposição *em*: cf. *os meus pais pensam em* [$_{Or}$ [-] *comprar um automóvel novo*].
[55] A oração infinitiva selecionada por *saber* (precedido ou não pelo advérbio *não*) pode ser de natureza interrogativa: cf. *os meus amigos* (*não*) *sabem* [$_{Or}$ *onde* [-] *passar a lua de mel*]).
[56] Tal como os verbos declarativos, também *prometer* seleciona um complemento indireto que nunca é interpretado como controlador do sujeito da oração infinitiva.

c. *Tu* contentas-te com/em [$_{Or}$ [-] receber essa pechincha]?
d. *Os camponeses* lutam por [$_{Or}$ [-] estabelecer a paz nesta terra].
e. *Nós* esquecemo-nos de [$_{Or}$ [-] comprar o pão].
f. *Tu* renunciaste a [$_{Or}$ [-] comprar um carro novo], ou não?

Semanticamente, estes verbos são de natureza variada: de crença e conhecimento, como *pensar* e *saber* (cf. (115a,b)), declarativos, como *afirmar*, *dizer* e *negar* (cf. (115c)); volitivos, como *desejar*, *pretender* e *querer* (cf. (115d)); verbos que designam "gostos", atitudes subjetivas ou disposições do sujeito da oração principal relativamente à proposição representada pela oração subordinada, como *adorar*, *ameaçar*, *conseguir*, *decidir*, *detestar*, *evitar*, *lamentar*, *ousar*, *preferir*, *procurar*, *prometer*, *recusar*, *suportar* e *temer* (cf. (115e,f))[57].

Entre os verbos cujo complemento oracional é preposicionado (cf. (116)), incluem-se: *cansar-se* (*de*), *esquecer-se* (*de*), *gostar* (*de*), *lamentar-se* (*de*), *lembrar-se* (*de*), *necessitar* (*de*), *precisar* (*de*), *prescindir* (*de*), *recordar-se* (*de*); *comprometer-se* (*a*), *decidir-se* (*a*), *dispor-se* (*a*), *prestar-se* (*a*), *renunciar* (*a*); *ansiar* (*por*), *contentar-se* (*em/com*), *deleitar-se* (*em*) e *lutar* (*por/contra*), entre outros, sendo *de* e *a* as preposições mais comuns.

Constituem um caso particular de controlo os verbos diretivos descritos em 37.4.2: *implorar*, *insistir* (*com*), *pedir*, por um lado, e *exigir*, *impor*, *permitir*, *propor*, *recomendar* e *sugerir*, por outro. Com o infinitivo simples, estes verbos podem determinar controlo pelo sujeito, como se ilustra em (117)[58]:

(117) a. *Os eletricistas* pediram-nos [$_{Or}$ para [-] colocar uma nova instalação elétrica].
b. *O prisioneiro* insistiu com os guardas [$_{Or}$ para [-] ser bem tratado].
c. *Os eletricistas* sugeriram-nos/propuseram-nos [$_{Or}$ [-] colocar uma nova instalação elétrica].

[9] Com os verbos diretivos, o sujeito pronominal nulo de uma oração de infinitivo flexionado também pode ter como antecedente o sujeito da oração principal, como se ilustra em (i):

(i) a. *Os eletricistas* pediram-nos [$_{Or}$ para [-] colocarem uma nova instalação elétrica].
b. *Nós* insistimos com os guardas [$_{Or}$ para [-] sermos bem tratados].
c. *Os eletricistas* sugeriram-me/propuseram-me [$_{Or}$ [-] colocarem uma nova instalação elétrica].

Neste caso, no entanto, não se trata de controlo obrigatório, visto que o sujeito da oração infinitiva não é necessariamente correferente com um argumento da oração principal, como se mostrou em 37.4.2:

(ii) a. Pedi ao porteiro [$_{Or}$ para os eletricistas colocarem uma nova instalação elétrica].
b. O prisioneiro insistiu com o governador [$_{Or}$ para os guardas lhe trazerem mais comida].
c. O diretor de turma sugeriu ao professor [$_{Or}$ [-] fazermos um trabalho extra].

[57] Para além da oração infinitiva e do sujeito, o verbo *ameaçar* seleciona um complemento direto, com o valor semântico de alvo da ameaça, sendo neste caso a oração infinitiva introduzida pela preposição *de*: cf. *o Pedro ameaçou o mecânico de* [$_{Or}$ [-] *ir à polícia*]. Tal como com *prometer*, o complemento de *ameaçar* nunca é o controlador do sujeito da oração infinitiva.

[58] Os verbos do primeiro grupo (*implorar*, *insistir* (*com*), *pedir*) passam a exprimir um pedido feito pelo sujeito da oração subordinante. Estes verbos admitem também controlo do sujeito implícito de uma oração de infinitivo simples pelo complemento indireto (cf. 37.5.1.1.3).

37.5.1.1.2 Verbos que determinam controlo pelo complemento direto da oração subordinante

Estes são os verbos transitivos de sentido diretivo analisados em 37.4.3. Como vimos, são predicadores que selecionam, para além do sujeito e da oração infinitiva completiva, um argumento com a função de complemento direto, o qual controla o sujeito da oração infinitiva. Esta oração, por sua vez, é introduzida pela preposição *a* ou pela preposição *de*. São exemplos, ente outros, com a preposição *a*, *aconselhar*, *ajudar*, *animar*, *convencer*, *convidar*, *encorajar*, *ensinar*, *forçar*, *impulsionar*, *incentivar*, *incitar*, *induzir*, *instar*, *motivar*, *obrigar*; e com a preposição *de*, *impedir* e *proibir*:

(118) a. O professor aconselhou-*te* a [$_{Or}$ [-] concorrer a uma bolsa].
b. Ele persuadiu-*nos* a [$_{Or}$ [-] desistir da queixa].
c. Incentivámos *as crianças* a [$_{Or}$ [-] brincar umas com as outras].
d. Impedimos *os jogadores* de [$_{Or}$ [-] entrar no recinto].
e. O professor proibiu-*os* de [$_{Or}$ [-] ver esse filme].

Para a maioria dos falantes, os verbos que regem a preposição *a* selecionam também uma oração subordinada finita (cf. (119)) ou de infinitivo flexionado (cf. (120)) com um sujeito pronominal nulo que, tal como o sujeito de (118), tem como antecedente o complemento direto da oração subordinante:

(119) a. O professor aconselhou-*te* a [$_{Or}$ que [-] concorresses a uma bolsa].
b. Ele persuadiu-*nos* a [$_{Or}$ que [-] desistíssemos da queixa].
c. Incentivámos *as crianças* a [$_{Or}$ que [-] brincassem umas com as outras].

(120) a. O professor aconselhou-*te* a [$_{Or}$ [-] concorrer<u>es</u> a uma bolsa].
b. Ele persuadiu-*nos* a [$_{Or}$ [-] desistir<u>mos</u> da queixa].
c. Incentivámos *as crianças* a [$_{Or}$ [-] brincar<u>em</u> umas com as outras].

Com estes verbos, o antecedente do sujeito pronominal nulo da oração subordinada finita ou de infinitivo flexionado pode ser uma "combinação" dos referentes do sujeito e do complemento direto da oração subordinante, como se ilustra a seguir:

(121) a. *Ele* persuadiu-*me* a [$_{Or}$ que [-] fôssemos ao futebol *juntos*].
b. *A Maria* incentivou *o Manel* a [$_{Or}$ [-] viajarem *os dois* até Madrid].

[10] O verbo *ensinar*, que se integra neste grupo, tem alguns aspetos peculiares na sua sintaxe. Este verbo seleciona um argumento agente, realizado como sujeito (quem ensina), um argumento destinatário (a quem se ensina) e um argumento tema (aquilo que se ensina). Se o tema for um sintagma nominal, realiza-se como complemento direto, sendo o destinatário realizado como complemento indireto:

(i) [$_{Ag}$ A minha avó] ensinou [$_{Tema}$ o jogo da canasta] [$_{Dest}$ aos netos]. (cf. *...ensinou-<u>lhes</u> o jogo da canasta*)

Em contrapartida, quando o tema é uma oração infinitiva simples, é realizado como complemento preposicionado (introduzido por *a*), sendo o destinatário, para a maioria dos falantes, realizado como complemento direto, controlando o sujeito implícito da oração infinitiva:

(ii) [$_{Ag}$ A minha avó] ensinou [$_{Dest}$ <u>os netos</u>] [$_{Tema}$ a [-] *jogar à canasta*]. (cf. *...ensinou-<u>os</u> a jogar à canasta*)

Finalmente, alguns falantes admitem uma combinação das duas construções, em que o destinatário é realizado como complemento indireto (tal como em (i)) e controla o sujeito da oração infinitiva preposicionada[59]:

(iii) [$_{Ag}$ A minha avó] ensinou [$_{Dest}$ aos netos] [$_{Tema}$ a [-] *jogar à canasta*]. (cf. *...ensinou-<u>-lhes</u> a jogar à canasta*)

37.5.1.1.3 Verbos que determinam controlo pelo complemento indireto da oração subordinante

Para além de admitirem controlo pelo sujeito (cf. 37.5.1.1.1), os verbos de sentido diretivo *dizer*, *implorar*, *insistir* (*com*) e *pedir* admitem igualmente controlo pelo complemento indireto quando a oração subordinada é de infinitivo simples, sendo essa interpretação facilitada por fatores semânticos ou pragmáticos (cf. Nota 46):

(122) a. Eles pediram-*nos* [$_{Or}$ para [-] lhes dar dinheiro em troca da informação].
b. A criança pediu *aos pais* [$_{Or}$ para [-] lhe comprar uma bicicleta].

Quando a oração infinitiva é flexionada, estes verbos, e também os verbos *exigir*, *impor*, *permitir*, *propor*, *recomendar* e *sugerir*, permitem correferência entre o sujeito pronominal nulo dessa oração e o complemento indireto (preposicionado, no caso de *insistir*) da oração principal, como se ilustra em (123)[60]:

(123) a. Os eletricistas pediram-*nos* [$_{Or}$ para [-] colocar<u>mos</u> uma nova instalação elétrica].
b. O prisioneiro insistiu com *os guardas* [$_{Or}$ para [-] lhe trazer<u>em</u> mais comida].
c. Os eletricistas sugeriram-*nos*/propuseram-*nos* [$_{Or}$ [-] colocar<u>mos</u> uma nova instalação elétrica].

O verbo *mandar* também admite controlo do sujeito de uma oração completiva de infinitivo simples por um complemento indireto selecionado[61]:

(124) Mandei{-*lhes*/*às crianças*} [$_{Or}$ [-] sair do quarto há muito tempo].

Com este verbo, a leitura de correferência é menos aceitável quando a oração infinitiva é flexionada; isso é particularmente notório quando o complemento indireto é um pronome de segunda pessoa do singular ou de primeira pessoa do plural: cf., por exemplo, **mandei-te saír<u>es</u> do quarto há muito tempo* (comparar com *mandei-te sair do quarto há muito tempo*, com o infinitivo simples)[62].

O controlo do sujeito de uma oração infinitiva por um complemento indireto manifesta-se também com um pequeno conjunto de verbos que selecionam a oração

[59] No entanto, nem todos os falantes aceitam as frases deste tipo, o que reflete a pouca produtividade do controlo pelo complemento indireto em português (cf. 37.5.1.1.3).
[60] No entanto, não se trata aqui de uma estrutura de controlo obrigatório, já que, com esses verbos, o sujeito pronominal nulo não é obrigatoriamente controlado (cf. Caixa [9] acima).
[61] Este verbo manifesta um conjunto variado de quadros de subcategorização; assim, o destinatário da ordem, para além de poder realizar-se como complemento indireto, como em (124), pode também ser um complemento direto (cf. *mandei-<u>os</u> sair do quarto há muito tempo*) e pode simplesmente não ser expresso na oração principal, ocorrendo apenas como sujeito da oração subordinada: cf. *mandei que* (*<u>eles</u>*) *saíssem do quarto há muito tempo*. Voltamos a discutir este verbo em 37.5.2.2 e 37.5.3.
[62] Quando o complemento indireto é um pronome de terceira pessoa do plural, a leitura correferente é mais aceitável com o infinitivo flexionado: cf. ??*mandei-lhes saírem do quarto há muito tempo*.

infinitiva como sujeito (cf. 37.4.1); neste grupo incluem-se *acontecer*, *ocorrer* (neste caso, o verbo passa a ter um significado próximo de 'lembrar-se'), *parecer* e *suceder*. Ilustram essa possibilidade os exemplos (51) e (52a), que se repetem aqui em (125):

(125) a. Aconteceu-*lhes* [$_{Or}$ [-] perder o autocarro].
b. Ocorreu-*nos* [$_{Or}$ [-] fazer uma pergunta ao professor].
c. Pareceu-*lhes* [$_{Or}$ [-] ter ouvido um barulho esquisito].

Para a maioria dos falantes, o infinitivo flexionado é igualmente possível nestes casos:

(126) a. Aconteceu-*lhes* [$_{Or}$ [-] perder<u>em</u> o autocarro].
b. Ocorreu-*nos* [$_{Or}$ [-] fazer<u>mos</u> uma pergunta ao professor].
c. Pareceu-*lhes* [$_{Or}$ [-] ter<u>em</u> ouvido um barulho esquisito].

Finalmente, o controlo por um pronome dativo com a função de complemento indireto é possível com predicadores adjetivais que selecionam orações infinitivas com a função de sujeito: cf. *é-<u>lhes</u> conveniente* [$_{Or}$ [-] *consultar um advogado*]. Com predicadores adjetivais e nominais, o controlo pode ser exercido também por um complemento preposicionado introduzido pela preposição *para*: cf. *é* {*um sacrifício/ conveniente*} *<u>para os teus amigos</u>* [$_{Or}$ [-] *consultar um advogado*] (cf. 37.4.1).

37.5.1.1.4 Controlo implícito

Quando ocorrem no presente ou no pretérito imperfeito do indicativo, alguns verbos que determinam controlo pelo complemento direto permitem que seja omitido o sintagma controlador:

(127) a. Dantes, os médicos aconselhavam a [$_{Or}$ [-] fazer exercício].
b. Aqui ensinam a [$_{Or}$ [-] nadar].
c. Esse medicamento ajuda a [$_{Or}$ [-] digerir].

Nestes exemplos, o complemento direto da oração principal é igualmente implícito, i.e., tem um estatuto semelhante ao do sujeito da oração infinitiva: em ambos os casos, denota-se um conjunto indefinido de seres humanos, que pode ser descrito como 'pessoas em geral' ou 'qualquer pessoa'[63].

Tal como o sujeito implícito da oração infinitiva, o complemento direto implícito da oração principal é um argumento sem realização fonética, que se representa também através da notação "[-]"[64]:

(128) a. Os médicos aconselham [-] a [$_{Or}$ [-] fazer exercício].
b. Aqui ensinam [-] a [$_{Or}$ [-] nadar].
c. Esse medicamento ajuda [-] a [$_{Or}$ [-] digerir].

O complemento direto implícito, por sua vez, funciona como controlador do sujeito implícito da oração infinitiva. Estes exemplos são, assim, semanticamente

[63] Estas frases têm uma interpretação próxima daquela que é descrita na Nota 32, facilitada pelo presente do indicativo ou pelo pretérito imperfeito no verbo da oração principal.
[64] Sobre este "objeto nulo", cf. Rizzi (1986). Embora este argumento seja aqui também representado por "[-]", as suas propriedades gramaticais são diferentes das do sujeito pronominal nulo (cf. Cap. 43), das do objeto nulo recuperado contextualmente (cf. Cap. 44) e das do sujeito implícito das orações de infinitivo simples.

próximos dos de (129), em que o complemento direto controlador é um sintagma nominal foneticamente realizado e semanticamente indefinido (tal como o controlador implícito de (128)):

(129) a. Os médicos aconselham *qualquer pessoa* a [$_{Or}$ [-] fazer exercício].
b. Aqui ensinam *a gente* a [$_{Or}$ [-] nadar].
c. Esse medicamento ajuda *as pessoas* a [$_{Or}$ [-] digerir].

Nesta análise, as frases de (127)/(128) não são, pois, excecionais relativamente ao controlo; na realidade, são estruturas de controlo obrigatório, tal como (118) ou (129), já que têm um controlador implícito que funciona como antecedente do sujeito implícito da oração infinitiva simples.

37.5.1.2 Construções de controlo não obrigatório

Nas construções de controlo não obrigatório, a oração completiva infinitiva simples tem a função de sujeito da frase complexa; para além disso, o controlo é uma opção, mas não é obrigatório, havendo, portanto, duas possibilidades:

❖ Se houver um complemento semanticamente apropriado na oração principal (em itálico, nos exemplos), este é interpretado como o controlador do sujeito implícito da oração infinitiva (cf. (130))[65]:

(130) a. [$_{Or}$ [-] fumar durante a gravidez] vai fazer mal *à Paula*.
b. Convém-*lhes* [$_{Or}$ [-] comer uma maçã todos os dias].
c. [$_{Or}$ [-] ouvir crianças a berrar] incomoda/chateia *o Pedro*.
d. [$_{Or}$ [-] apanhar sol] é bom *para* {*as crianças/as pessoas*}.

❖ Se não existir um controlador apropriado, o sujeito implícito da oração infinitiva tem uma interpretação indefinida, equivalente a 'qualquer pessoa', ou 'pessoas em geral', como nos exemplos (127)/(128) com controlo implícito. Dependendo do contexto, esse sujeito pode representar o falante ou um grupo em que este se inclui:

(131) a. [$_{Or}$ [-] fumar durante a gravidez] faz mal.
b. Convém [$_{Or}$ [-] comer uma maçã todos os dias].
c. [$_{Or}$ [-] ouvir crianças a berrar] incomoda/chateia.
d. [$_{Or}$ [-] apanhar sol] é bom.
e. Convém [$_{Or}$ [-] contratar um advogado].

[11] A semelhança na interpretação semântica do sujeito da oração infinitiva entre os exemplos de (127) e os exemplos de (131) sugere que também nestes existe um complemento nulo na oração principal (como em (128)), com uma interpretação semântica indefinida, o qual controlaria o sujeito da oração infinitiva. Nesta hipótese, as representações sintáticas de (131) seriam as ilustradas em (i):

(i) a. [$_{Or}$ [-] fumar durante a gravidez] faz mal (a) [-].
b. Convém (a) [-] [$_{Or}$ [-] comer uma maçã todos os dias].
c. [$_{Or}$ [-] ouvir crianças a berrar] incomoda/chateia [-].

[65] Este controlador é interpretado como tendo o papel temático de beneficiário ou de paciente afetado; em (130a,b), é um complemento indireto; em (130c), é um complemento direto; e em (130d), é um complemento preposicionado; neste caso, é tipicamente introduzido pela preposição *para*.

d. [$_{Or}$ [-] apanhar sol] é bom (para) [-].
e. Convém (a) [-] [$_{Or}$ [-] contratar um advogado].

Assim, as frases de (131) seriam, na realidade, casos de controlo normal, tal como os exemplos de (127)/(128), (129) e (130), e não haveria razão para classificar as orações infinitivas com a função de sujeito numa categoria à parte de "controlo não obrigatório".

Há, no entanto, dois motivos – expostos a seguir – para pensar que as propriedades do controlo nas orações completivas infinitivas simples com a função de sujeito são diferentes das propriedades do controlo nas orações completivas infinitivas simples com a função de complemento, justificando-se, portanto, um tratamento à parte para as orações com a função de sujeito.

❖ Casos de interpretação indefinida que não se reduzem ao controlo por um complemento implícito da oração principal

Em frases como as seguintes, o sujeito implícito da oração infinitiva é interpretado como sendo indefinido, mas não pode ser controlado por um complemento implícito da oração principal, porque esta já contém um complemento explícito, e este não pode servir de controlador para o sujeito da oração infinitiva, por motivos semânticos:

(ii) a. [$_{Or}$ [-] caminhar desprotegido sob um sol muito forte] faz mal *à pele*.
b. É prejudicial *para as crianças* [$_{Or}$ [-] ocultar-lhes a verdade].
c. [$_{Or}$ [-] falar-lhe sobre política] incomoda/chateia *o Pedro*.

Em (iia), o complemento *à pele* não pode controlar o sujeito implícito da oração infinitiva por causa das restrições de seleção impostas pelo verbo *caminhar*: não é a pele que caminha, são as pessoas que caminham. Embora exista uma associação pragmática de posse inerente entre o complemento *à pele* e o sujeito indefinido da oração infinitiva, este não é controlado pelo complemento.

Em (iib), o predicador *prejudicial* da oração principal tem um complemento beneficiário explícito, o sintagma *para as crianças*, não havendo, portanto, lugar para um complemento implícito. Ora, sendo a interpretação pragmaticamente mais natural deste exemplo 'alguém ocultar a verdade às crianças faz mal a elas, crianças', o sujeito implícito da oração infinitiva não é, obviamente, controlado por este complemento.

Quanto a (iic), tem duas leituras possíveis. Numa delas, o sujeito implícito da oração infinitiva é efetivamente controlado pelo sintagma nominal *o Pedro*, e o pronome *lhe* refere necessariamente uma outra pessoa que não o Pedro; essa interpretação pode ser parafraseada como 'o facto de o Pedro lhe falar, (por exemplo) ao António, sobre política, chateia-o a ele, Pedro'. Noutra interpretação, contudo, o pronome *lhe* é correferente com o sintagma nominal *o Pedro*, e nesse caso o sujeito implícito da oração infinitiva não pode ter como referente o Pedro, sendo necessariamente indefinido: 'o facto de qualquer pessoa lhe falar, a ele, Pedro, sobre política, chateia-o a ele, Pedro'. Nesta leitura, de novo, não pode existir qualquer complemento implícito na oração principal (com o significado de 'qualquer pessoa') visto que já existe um complemento explícito, *o Pedro*.

❖ As propriedades das construções de controlo não obrigatório são diferentes das propriedades das construções de controlo obrigatório

Nas construções de controlo não obrigatório, o sujeito implícito da oração infinitiva pode ser controlado por um argumento de uma oração que não é aquela que subordina imediatamente a oração infinitiva, como se ilustra em (iii):

(iii) a. O médico disse <u>à Maria</u> [que [$_{Or}$ [-] *fumar durante a gravidez*] faz mal].
b. <u>A Maria</u> sabe [que [$_{Or}$ [-] *fumar durante a gravidez*] faz mal].

Em (iii), as orações infinitivas (em itálico) desempenham a função de sujeito de uma oração subordinante intermédia que tem como predicado *faz mal*; por sua vez, a expressão *que fumar durante a gravidez faz mal* é uma oração complexa subordinada ao verbo da oração principal, *dizer* em (iiia) e *saber* em (iiib). Ora, nestas duas frases, o sujeito implícito da oração infinitiva pode ter como controlador o sintagma nominal *a Maria* (para além de poder ter uma interpretação indefinida). Como se verifica, este argumento não pertence à oração intermédia que subordina imediatamente a oração infinitiva, mas sim à oração principal, sendo, respetivamente, complemento indireto dessa oração (em (iiia)) e sujeito (em (iiib)).

Esta possibilidade de controlo "remoto" não é permitida nas estruturas de controlo obrigatório, ou seja, naquelas em que a oração infinitiva desempenha a função de complemento da oração subordinante (e não de sujeito), como se ilustra em (iv):

(iv) a. O médico disse *à Maria* [que o marido dela não queria [$_{Or}$ [-] *fumar durante a gravidez*]].
b. *A Maria* sabe [que o marido dela não quer [$_{Or}$ [-] *fumar durante a gravidez*]].

Assim, em (iv), o sujeito implícito da oração infinitiva é obrigatoriamente controlado pelo sintagma nominal (sublinhado) *o marido dela*, sujeito da oração intermédia, não pelo SN *a Maria*, que é um argumento da oração principal: as frases são necessariamente interpretadas como sendo o marido que não quer fumar, não a Maria; ou seja, o controlo "remoto" não é aqui permitido.

37.5.2 Construções de elevação

Nas construções de **elevação**, o sujeito ou o complemento direto da oração subordinante (*as crianças*, em (132)) corresponde, do ponto de vista semântico, ao sujeito da oração subordinada; por outras palavras, é interpretado como se tivesse a função do sujeito implícito da oração infinitiva (representado por "[-]" nos exemplos). Embora tenha uma função gramatical na oração subordinante, esse sintagma nominal não é um argumento do verbo dessa oração. Consoante o sintagma nominal com estas propriedades tem a função de sujeito ou de complemento direto na oração subordinante, a construção em questão chama-se **elevação do sujeito para sujeito** (cf. (132a)) ou **elevação do sujeito para objeto** (cf. (132b)):

(132) a. *As crianças* parecem [$_{Or}$ [-] ter perdido o comboio].
b. Vimos *as crianças* [$_{Or}$ [-] sair do quarto].

Nestes exemplos, o verbo da oração subordinante não atribui qualquer valor semântico (i.e., papel temático – cf. Cap. 11) aos sintagmas nominais em itálico, ainda que estes desempenhem uma função gramatical nessa oração. Semanticamente, estes sintagmas nominais dependem unicamente do verbo ou do predicado (cf. Cap. 11) da oração subordinada, recebendo destes o papel temático que é atribuído ao seu sujeito: em (132a), o de paciente afetado, atribuído por *perder o comboio*, e, em (132b), o de agente/tema, atribuído por *sair*[66].

Essa dependência semântica é diretamente representada nas seguintes frases, que correspondem a (132), mas nas quais o sintagma nominal em questão é

[66] Em (132b), com um verbo de perceção na oração subordinante, esta descrição reflete a interpretação da frase segundo a qual aquilo que se vê não são (apenas) as crianças, mas sim a situação global de as crianças saírem do quarto. Ou seja, o argumento interno do verbo de perceção é toda a oração, e não o sintagma nominal que funciona como complemento direto.

unicamente o sujeito da oração subordinada, finita (cf. (133)) ou de infinitivo flexionado (cf. (134))[67]:

(133) a. Parece [$_{Or}$ que *as crianças* perderam o comboio].
b. Vimos [$_{Or}$ que *as crianças* saíam do quarto].

(134) a. Parece [$_{Or}$ terem perdido o comboio *as crianças*].
b. Vimos [$_{Or}$ *as crianças* saírem do quarto].

É devido a esta dependência semântica do SN em itálico relativamente ao predicado da oração infinitiva que as construções representadas em (132) se chamam "de elevação": literalmente, é como se o sujeito da oração infinitiva subordinada fosse retirado dessa oração e transferido ou "elevado" para a oração subordinante, passando a desempenhar nela uma função gramatical, mas sem qualquer estatuto semântico (temático) nessa oração. As construções de elevação constituem, pois, o único caso em que um argumento tem uma função gramatical numa oração (de sujeito e complemento direto, respetivamente, em (132)), sem que o verbo dessa oração lhe atribua um papel temático.

Ainda que não envolvam o sujeito da oração infinitiva, discute-se também nesta subsecção uma terceira construção de elevação, chamada **elevação do objeto**, na qual é o complemento direto da oração infinitiva (cf. (135b)), e não o sujeito, que é "elevado" para a função gramatical não temática de sujeito da oração subordinante (cf. (135a)):

(135) a. *Esses relógios* são difíceis de [$_{Or}$ arranjar [-]].
b. É difícil [$_{Or}$ arranjar *esses relógios*].

As três construções de elevação analisam-se em detalhe nas subsecções seguintes.

37.5.2.1 Elevação do sujeito para sujeito

37.5.2.1.1 Diferenças entre elevação do sujeito para sujeito e controlo pelo sujeito

A construção de elevação do sujeito para sujeito ocorre com um pequeno número de predicadores da oração subordinante, cujo membro mais típico é o verbo *parecer*. Este verbo seleciona um sujeito oracional e opcionalmente um complemento indireto com o papel temático de experienciador (cf. 37.4.1). Como se viu em 37.5.1.1.3, quando a oração subordinada é de infinitivo simples, o seu sujeito implícito pode ser controlado pelo complemento indireto da oração principal (cf. (136)); quando a oração subordinada é finita ou de infinitivo flexionado, pode ter um sujeito foneticamente realizado (cf. (137)) que, com o infinitivo flexionado, ocorre preferencialmente em posição pós-verbal (cf. 37.4.1 e a Caixa [6])[68]:

(136) Pareceu-*nos* [$_{Or}$ [-] ter visto a Maria na festa].

[67] Note-se a diferença entre (132b), com elevação, e (134b), sem elevação: em (134b), o infinitivo é flexionado, ao passo que em (132b) é simples. Sobre a diferença semântica entre (133b), por um lado, e (132b)/(134b), por outro, cf. 37.5.2.2.

[68] Quando a oração subordinada é de infinitivo flexionado, pode também ter como sujeito um pronome nulo identificado pela flexão verbal, o qual pode ser correferente com o complemento indireto (cf. *pareceu-<u>lhes</u>* [$_{Or}$ [-] *verem a Maria na praia*]), mas não necessariamente (cf. *pareceu-<u>me</u>* [$_{Or}$ [-] *teres um comportamento estranho*).

(137) a. Parece [$_{Or}$ que *as crianças* saltaram o muro].
b. Parece [$_{Or}$ terem saltado o muro *as crianças*].

Para além das possibilidades ilustradas em (136) e (137), o verbo *parecer* admite outra construção, na qual o sujeito da oração subordinada de (137) desempenha a função de sujeito da oração principal e o resto da oração subordinada, agora sem sujeito explícito, tem o verbo no infinitivo simples. Correspondendo a (137), tem-se então (138):

(138) *As crianças* parecem [$_{Or}$ [-] ter saltado o muro].[69]

A característica mais importante da construção de elevação do sujeito para sujeito, e que a diferencia da construção de controlo obrigatório analisada em 37.5.1.1 (em particular do controlo pelo sujeito – cf. 37.5.1.1.1), é o facto de o sintagma nominal sujeito da oração subordinante não ser um argumento do verbo dessa oração (i.e., de *parecer*). Ou seja, esse SN não recebe qualquer papel temático de *parecer*; o seu único papel temático é-lhe atribuído como sujeito da oração infinitiva. Assim, a interpretação de (138) é basicamente a mesma dos exemplos de (137), excetuando a "saliência" informativa que é dada ao SN *as crianças* em (138) devido ao seu estatuto de tópico (cf. Cap. 12).

Em contrapartida, na construção de controlo (cf. (139)), o sintagma nominal sujeito da oração subordinante (*as crianças*, em (139)) é um argumento do verbo dessa oração (*lamentar*); por sua vez, o sujeito implícito da oração subordinada infinitiva, ainda que seja correferente com o sujeito da oração subordinante (porque é obrigatoriamente controlado por ele), é um argumento autónomo do predicador da oração infinitiva (*saltar*), ou seja, recebe dele um papel temático:

(139) *As crianças* lamentam [$_{Or}$ [-] ter saltado o muro].

Em síntese, em (139), uma construção de controlo, há dois sujeitos argumentais (um pleno e outro implícito), recebendo ambos um papel temático do verbo da sua oração; nesse sentido, uma paráfrase adequada de (139) é 'as crianças lamentam que elas, crianças, tenham saltado o muro'. Em contrapartida, em (138), uma construção de elevação, o sujeito foneticamente não realizado da oração infinitiva não é um argumento distinto daquele que funciona como sujeito da oração subordinante – o SN *as crianças* –, mas sim, de certa forma, o *mesmo* argumento, o qual recebe o seu valor semântico (i.e., um papel temático) do verbo infinitivo da oração subordinada; nesse sentido, uma paráfrase adequada de (138) é (apenas) 'parece que as crianças saltaram o muro' (cf. (137a)).

Uma consequência destas diferenças é que o sujeito implícito da oração infinitiva tem uma natureza diferente nas duas construções: na construção de controlo, como se referiu, é um argumento autónomo da oração subordinada, distinto do argumento, também autónomo, que desempenha a função de sujeito na oração subordinante, ainda que anaforicamente ligado a ele; ao passo que na construção

[69] Em (137b) e (138), o verbo auxiliar *ter* na oração subordinada tem um valor temporal de tempo passado e é aspetualmente perfectivo (cf. Cap. 29), correspondendo, portanto, ao pretérito perfeito simples da oração subordinada finita de (137a).

de elevação é apenas, literalmente, uma "marca semântica", nessa oração, do sintagma nominal sujeito da oração subordinante.

Devido a estas propriedades, dizemos que, em (138), o sintagma nominal em itálico é "elevado" da função de sujeito da oração subordinada para a função de sujeito da oração principal, ou seja, do verbo *parecer*; logo, desencadeia concordância com este verbo em pessoa e número, mas não recebe dele qualquer papel temático nem tem qualquer estatuto argumental na oração principal.

[12] O nome "elevação" provém de uma análise dinâmica dos exemplos (137)-(138), proposta no âmbito da gramática generativa. Nesta análise, o sintagma nominal sujeito da oração principal de (138) começa por ser sujeito da oração infinitiva subordinada, na qual lhe é atribuído um papel temático. Posteriormente, esse SN é "movido", ou "elevado", para a função de sujeito de *parecer* na oração principal, e substituído na oração subordinada por um sintagma nominal "abstrato", sem realização fonética (que também representamos por "[-]"), como se ilustra em (i) relativamente ao exemplo (138):

(i) a. Parece [$_{Or}$ *as crianças* ter saltado o muro].
b. *As crianças* parecem [$_{Or}$ [-] ter saltado o muro].

As duas estruturas (ia) e (ib) são consideradas "níveis estruturais" distintos de (138). Do ponto de vista semântico, o nível que conta é o primeiro, no qual o verbo *parecer* seleciona apenas um sujeito oracional e o sintagma nominal em itálico mantém uma função gramatical e um papel temático apenas na oração subordinada, ambos associados ao verbo pleno *saltar*.

Repare-se que a estrutura inicial (ia) não corresponde a nenhuma frase gramatical da língua, em virtude de a estrutura infinitiva simples ter um sujeito foneticamente realizado, o que já vimos não ser possível em português (cf. a impossibilidade de **parece as crianças ter saltado o muro*, sem flexão em *ter*, e também 37.2); a expressão gramatical mais próxima de (ia) é a dos exemplos (137), em que a oração subordinada é finita ou de infinitivo flexionado, admitindo um sujeito explícito.

Na gramática generativa, diz-se que o sujeito "abstrato" da oração infinitiva de (138) (representado por "[-]" em (ib)) é o **vestígio** do sintagma nominal elevado. Nesse quadro teórico, este sujeito foneticamente não realizado (cf. (iia), que retoma (ib)) tem propriedades diferentes das do sujeito implícito da oração infinitiva nas construções de controlo, chamado **PRO** na gramática generativa (cf. (iib)):

(ii) a. *As crianças* parecem [$_{Or}$ [-] ter saltado o muro]. "[-]" = "vestígio"
b. *As crianças* lamentam [$_{Or}$ [-] ter saltado o muro]. "[-]" = "PRO"

Em particular, como se viu no texto, o sujeito implícito das orações infinitivas nas construções de controlo é um argumento independente do argumento que o "controla" na oração subordinante (em (iib), o sujeito), embora o tome como antecedente, resultando em correferência entre os dois. Em contrapartida, nas construções de elevação, há apenas um sujeito argumental, que desempenha essa função na oração principal, mas recebe o seu papel temático do verbo da oração infinitiva. Por outras palavras, esse sintagma nominal (*as crianças*, em (iia)), embora desempenhe uma função gramatical na oração subordinante, não é um argumento dessa oração, mas sim da oração subordinada. Esta diferença entre as duas construções é determinante para compreender as diferenças sintáticas e semânticas entre elas.

❖ Restrições de seleção

Nas construções de controlo pelo sujeito, o verbo da oração subordinante impõe restrições de seleção semântica (cf. Cap. 11) sobre o seu sujeito, visto que este é um argumento desse verbo:

(iii) a. #*As pedras* lamentam [$_{Or}$ [-] ter acertado na cabeça do Luís].
b. #*A chuva* lamenta [$_{Or}$ [-] ter caído forte].

Em (iii), é o verbo *lamentar* que é incompatível com os sintagmas nominais sujeito *as pedras* e *a chuva*, e não o predicado da oração infinitiva, como se pode ver pela gramaticalidade de *as pedras acertaram na cabeça do Luís* e de *a chuva caiu forte*.

Em contrapartida, o verbo *parecer* não impõe quaisquer restrições de seleção sobre o sujeito elevado, como se ilustra em (iv):

(iv) a. *As pedras* parecem [$_{Or}$ [-] ter acertado na cabeça do Luís].
b. *A chuva* parece [$_{Or}$ [-] ter caído forte].

Esta ausência de restrições de seleção entre *parecer* e o seu sujeito na construção de elevação é uma consequência de este não ser um argumento daquele verbo, mantendo unicamente um estatuto argumental e temático na oração subordinada.

❖ Passivização na oração subordinada

É possível passivizar uma oração transitiva infinitiva tanto em construções de controlo pelo sujeito como em construções de elevação.

Considerem-se, assim, as frases exibindo controlo (cf. (va)) e elevação do sujeito (cf. (vb)), nas quais a oração subordinada infinitiva transitiva corresponde à proposição 'o professor não ter corrigido os testes':

(v) a. O professor lamenta [$_{Or}$ [-] não ter corrigido os testes]. [controlo pelo sujeito]
b. O professor parece [$_{Or}$ [-] não ter corrigido os testes]. [elevação]

Em (va), o sujeito implícito da oração infinitiva é interpretado como sendo correferente com o SN *o professor*, visto que é controlado pelo sujeito de *lamentar*; e em (vb), o SN *o professor* é elevado da função de sujeito da oração subordinada para a função de sujeito da oração principal (de *parecer*).

A estrutura passiva que corresponde a *o professor não ter corrigido os testes* é *os testes não terem sido corrigidos pelo professor*. Semanticamente, a estrutura ativa é equivalente à estrutura passiva (cf. Cap. 13). No entanto, como na construção de controlo o sujeito implícito da oração subordinada infinitiva é interpretado como sendo correferente com o sujeito da oração principal, para se obter a construção de controlo com uma oração passiva subordinada, o sujeito da oração principal tem agora de ser o SN *os testes*, o que dá origem a uma frase semanticamente anómala, como se ilustra em (vi):

(vi) #Os testes lamentam [$_{Or}$ [-] não ter sido corrigidos pelo professor]. [controlo pelo sujeito]

Como se verifica, a passivização da oração subordinada infinitiva numa estrutura de controlo pelo sujeito implica uma alteração da oração principal, porque o sujeito desta tem também de ser alterado. No caso da frase dada como exemplo, essa alteração leva a uma interpretação absurda.

Em contrapartida, na construção de elevação, como o sintagma nominal elevado não é um argumento do verbo *parecer* da oração principal, as propriedades semânticas não se alteram quer a oração subordinada seja transitiva quer seja passiva, como se pode ver comparando (vb) com (vii):

(vii) Os testes parecem [[-] não ter sido corrigidos pelo professor]. [elevação]

Em particular, nem a passivização nem a elevação alteram a interpretação semântica, logo (vii) é sinónimo de (vb). Sobre a passivização em frases complexas com verbos de controlo pelo sujeito na oração principal, cf. também o Cap. 29.

37.5.2.1.2 Infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado com o verbo *parecer*

Na construção de elevação do sujeito com o verbo *parecer*, o infinitivo na oração subordinada é sempre não flexionado, como se pode ver através do contraste de gramaticalidade entre os exemplos gramaticais de (140) e os exemplos correspondentes à sua direita:

(140) a. As crianças parecem [$_{Or}$ [-] *ter* saltado o muro]. (comparar com **as crianças parecem* [$_{Or}$ [-] *terem saltado o muro*])
b. (Tu) pareces [$_{Or}$ [-] *ter* encontrado alguém mais esperto do que tu]. (comparar com **(tu) pareces* [$_{Or}$ [-] *teres encontrado alguém mais esperto do que tu*])
c. Os Ferraris parecem [$_{Or}$ [-] *ter* feito o melhor tempo]. (comparar com **os Ferraris parecem* [$_{Or}$ [-] *terem feito o melhor tempo*])

Ou seja, o sintagma nominal elevado apenas desencadeia concordância no verbo *parecer*, do qual é o sujeito gramatical, mas não no verbo da oração infinitiva.

O infinitivo flexionado é possível nas orações infinitivas subordinadas a *parecer* (cf. (52b-d) e (137b)), mas, neste caso, o sintagma nominal que concorda com o verbo infinitivo (que pode ser um pronome nulo) é sujeito da oração subordinada infinitiva e não mantém qualquer função gramatical na oração principal – ou seja, não houve "elevação":

(141) a. Parece [$_{Or}$ terem saltado *as crianças* o muro].
b. Parece [$_{Or}$ teres (tu) encontrado alguém mais esperto do que tu].
c. Parece [$_{Or}$ terem feito *os Ferraris* o melhor tempo].

O verbo *parecer* exibe uma alternância curiosa, fonte de algumas confusões de análise gramatical: a par de frases como (142a), em que o sintagma nominal *as crianças* se encontra elevado, com a função de sujeito do verbo *parecer* e, como tal, concorda com este verbo em pessoa e número, encontram-se também frases como (142b), em que o sintagma nominal correspondente ocorre na posição canónica de sujeito da oração principal (ou seja, à esquerda de *parecer*), mas desencadeia a concordância no verbo infinitivo subordinado, e não em *parecer* (o exemplo (142c) mostra de novo que não é possível a concordância simultânea nos dois verbos):

(142) a. *As crianças* parecem [ter saltado o muro].
b. *As crianças* parece [terem saltado o muro].
c. **As crianças* parecem [terem saltado o muro].

Embora sejam diferentes apenas na concordância verbal, é importante não confundir gramaticalmente as frases (142a) e (142b), que manifestam, na realidade, estruturas sintáticas diferentes.

Em (142a), temos a construção de elevação: o sintagma nominal *as crianças* é elevado para sujeito do verbo *parecer*, desencadeando nesse verbo concordância em pessoa e número e manifestando-se o infinitivo simples no verbo da oração subordinada.

Em contrapartida, em (142b), o sintagma nominal *as crianças* é apenas sujeito da oração subordinada de infinitivo flexionado, desencadeando, portanto, a concordância com o verbo infinitivo subordinado; no entanto, esse SN encontra-se topicalizado, ocupando, por isso, a posição inicial da frase (cf. Cap. 12). Ou seja, o exemplo (142b) corresponde diretamente à frase (141a), mas enquanto em (141a) o sujeito permanece dentro da oração subordinada, em (142b) é topicalizado, ocorrendo, por isso, na posição inicial da frase. Tanto em (141a) como em (142b), o sujeito de *parecer* é a oração subordinada na sua totalidade (cf. 37.4.1), não o sintagma nominal *as crianças*. Logo, este SN não desencadeia a concordância nesse verbo[70]. Nessas frases, o verbo *parecer* está na terceira pessoa do singular, em concordância com o sujeito oracional (cf. Cap. 46).

A relação que existe entre (141a) e (142b) é, pois, a mesma que existe entre (143a) e (143b), com a diferença que em (143) a oração subordinada é finita, não infinitiva (indica-se pelo espaço em branco sublinhado a posição "canónica" do sujeito dentro da oração finita):

(143) a. Parece [$_{Or}$ que *as crianças* saltaram o muro].
b. *As crianças* parece [$_{Or}$ que _ saltaram o muro].

Tal como em (142c), o SN em (143b) não desencadeia concordância simultânea com os dois verbos (cf. a impossibilidade de ***as crianças parecem que saltaram o muro***) porque é apenas o sujeito gramatical da oração subordinada.

37.5.2.1.3 Usos predicativos do verbo *parecer*

O verbo *parecer* pode ainda ser usado como verbo copulativo em construções com elementos que desempenham a função de predicativo do sujeito (cf. Cap. 30), como se ilustra em (144) (colocam-se os predicativos em itálico e sublinha-se o seu sujeito):

(144) a. A Maria parece *triste*.
b. O Pedro parece *muito inteligente*.
c. Quando fazes esses disparates, tu pareces *o teu pai*.

Estes casos podem ser analisados como construções de elevação, assumindo que neles existe uma oração subordinada infinitiva com um verbo de cópula elíptico (cf. Cap. 45 e, para uma visão algo diferente, Cap. 30):

(145) a. A Maria parece [$_{Or}$ [-] ~~estar~~ *triste*].
b. O Pedro parece [$_{Or}$ [-] ~~ser~~ *muito inteligente*].
c. Quando fazes esses disparates, tu pareces [$_{Or}$ [-] ~~ser~~ *o teu pai*].

[70] O exemplo (142b) pode ser comparado com a frase *esses livros, a criança não leu* [-], na qual o complemento direto de *leu* se encontra topicalizado no início da frase, tal como *as crianças* em (142b). Também neste caso, o tópico não desencadeia a concordância no verbo *ler*, visto que não é o sujeito deste verbo.

Nestes exemplos, o sintagma nominal elevado corresponde ao sujeito do verbo de cópula elíptico da oração subordinada (cf. *a Maria está triste*, *o Pedro é muito inteligente* e *tu és o teu pai*).

É importante não confundir estes casos com o uso do verbo *parecer* na chamada "conjugação pronominal", em que ocorre com um pronome do paradigma reflexo e em que denota parecença física ou moral: cf. *ela parece-se com a sua irmã*, *tu pareces-te com o teu pai*. Nesta construção, existe uma única oração e *parecer* não é um verbo de elevação.

37.5.2.1.4 Outros verbos que admitem elevação do sujeito para sujeito

Como se mencionou acima, são em número reduzido os verbos que admitem a construção de elevação do sujeito para sujeito. Para além de *parecer*, incluem-se neste grupo *calhar*, *demorar* e *tardar*, como se ilustra em (146):

(146) a. Se *nós* calhávamos [$_{Or}$ [-] ir a qualquer sítio], as crianças protestavam.
b. *Eles* não tardaram em [$_{Or}$ [-] ser amantes].
c. *As pessoas* demoraram {em/a/até} [$_{Or}$ [-] perceber a gravidade da situação].[71]

Estas frases correspondem aos exemplos de (147), nos quais não há elevação, e os sintagmas nominais em itálico em (146) são o sujeito da oração subordinada, finita em (147) e de infinitivo flexionado em (148):

(147) a. Se calhava [$_{Or}$ que *nós* fôssemos a qualquer sítio], as crianças protestavam.
b. Não tardou [$_{Or}$ que *eles* fossem amantes].
c. Demorou (até) [$_{Or}$ que *as pessoas* percebessem a gravidade da situação].

(148) a. Se calhava [$_{Or}$ *nós* irmos a qualquer sítio], as crianças protestavam.[72]
b. Não tardou [$_{Or}$ *eles* serem amantes].
c. Demorou (até) [$_{Or}$ *as pessoas* perceberem a gravidade da situação].

[13] Embora seja estigmatizada na norma-padrão como anglicismo (cf. *they are supposed to arrive on time*), alguns falantes admitem a elevação do sujeito para sujeito com o predicador adjetival *suposto*, em orações principais copulativas, como se exemplifica em (ia), que corresponde às frases de (ib,c), sem elevação:

(i) a. *Eles* são supostos [$_{Or}$ [-] chegar a tempo].
b. É suposto [$_{Or}$ que *eles* cheguem a tempo].
c. É suposto [$_{Or}$ *eles* chegarem a tempo].

Também o verbo intransitivo *faltar* aceita a construção de elevação do sujeito para sujeito em circunstâncias particulares. Este verbo pode construir-se com um sujeito oracional no infinitivo flexionado, como em (ii) (coloca-se o sujeito da oração infinitiva em itálico):

[71] Com o verbo *demorar*, a oração subordinada é opcionalmente regida por uma das preposições *a*, *até* ou *em*, havendo variação entre os falantes. Com este verbo, é também possível a construção de elevação do objeto analisada em 37.5.2.3: cf. *a gravidade da situação demorou a* [$_{Or}$ [-] *perceber* [-]], em que o sujeito (sublinhado) corresponde ao segundo "[-]" (complemento direto da oração subordinada) e o primeiro "[-]" tem uma interpretação indefinida (cf. 37.5.1.2).

[72] Com o verbo *calhar*, são atestadas ocorrências de frases sem elevação, com orações subordinadas de infinitivo flexionado regidas pela preposição *de*: cf. *se calha de* [$_{Or}$ *os peixes a engolirem*] (CRPC, M. O. Braga, *Lua*).

(ii) a. Falta [$_{Or}$ dançarem *três concorrentes*].
b. Falta [$_{Or}$ *alguns ciclistas* chegarem à meta].
c. Falta [$_{Or}$ serem recolhidos *dois boletins de voto*].
d. Falta [$_{Or}$ *dois juízes* classificarem o concorrente].

Curiosamente, correspondendo aos exemplos (iia-c), muitos falantes aceitam frases com elevação do sujeito, ilustradas em (iiia-c); nestes exemplos, o sintagma nominal em itálico, ainda que ocorra em posição final, é sujeito da oração principal, concordando com o seu predicador (o verbo *faltar*); a oração subordinada, por seu lado, tem o verbo no infinitivo não flexionado. O exemplo (iid), no entanto, não permite a elevação, como mostra a não gramaticalidade de (iiid):

(iii) a. Faltam [$_{Or}$ [-] dançar] *três concorrentes*.
b. Faltam [$_{Or}$ [-] chegar à meta] *alguns ciclistas*.
c. Faltam [$_{Or}$ [-] ser recolhidos] *dois boletins de voto*.
d. *Faltam [$_{Or}$ [-] classificar o concorrente] *dois juízes*.

A diferença entre os exemplos (a-c) e o exemplo (d) de (ii) e (iii) consiste no facto de os primeiros terem um verbo intransitivo no seu complemento oracional (*dançar*, *chegar* e o predicado passivo *ser recolhido*), ao passo que nos exemplos (d) o verbo subordinado (*classificar*) é transitivo (cf. Cap. 28). A elevação do sujeito para sujeito com o verbo *faltar* é, pois, sensível às propriedades argumentais do predicador da oração subordinada: é possível se este for intransitivo, mas não se for transitivo.

Para um número restrito de falantes, o verbo *faltar* permite também a construção de elevação do objeto analisada adiante em 37.5.2.3: assim, correspondendo aos exemplos de (iv), que são construções de controlo não obrigatório com um sujeito indefinido na oração subordinada, esses falantes aceitam (v), em que o sujeito da oração principal (que concorda com *faltar*) corresponde ao complemento direto da oração subordinada de (iv):

(iv) a. Falta [$_{Or}$ [-] recolher *dois boletins de voto*].
b. Falta [$_{Or}$ [-] trazer *os pratos de sopa*].

(v) a. Faltam [$_{Or}$ [-] recolher [-]] *dois boletins de voto*.
b. Faltam [$_{Or}$ [-] trazer [-]] *os pratos de sopa*.

37.5.2.2 Elevação do sujeito para objeto

Os verbos causativos *mandar* e *fazer*, o verbo de permissão *deixar* (que costuma ser classificado como "causativo", tal como os dois primeiros) e os verbos de perceção *ver*, *ouvir* e *sentir* são predicadores transitivos que selecionam dois argumentos: um argumento sujeito, com o papel temático de agente com os verbos causativos e de experienciador com os verbos de perceção; e um argumento oracional com a função de complemento direto, que denota a situação causada ou percecionada.

A oração subordinada pode ser finita (cf. (149)) ou de infinitivo flexionado (cf. (150)); nos dois casos, se o sujeito for um pronome, ocorre na forma nominativa, que é a forma típica dos pronomes com essa função (cf. Cap. 23):

(149) a. O pai mandou/deixou [$_{Or}$ que {os filhos/eles} saíssem do quarto].[73]
b. O pai fez (com) [$_{Or}$ que {os filhos/eles} saíssem do quarto].[74]
c. Eu {vi/senti/ouvi} [$_{Or}$ que {as crianças/elas} entravam em casa].

[73] Sobre o verbo *mandar*, cf. também 37.5.1.1.3, bem como a Nota 61.
[74] Quando seleciona uma oração finita, o verbo causativo *fazer* rege opcionalmente a preposição *com*.

(150) a. O pai mandou/deixou [$_{Or}$ {os filhos/eles} saírem do quarto].
b. O pai fez [$_{Or}$ {os filhos/eles} saírem do quarto].
c. Eu {vi/senti/ouvi} [$_{Or}$ {as crianças/elas} entrarem em casa].

Antes de prosseguir, é importante assinalar que não existe uma completa equivalência semântica entre os exemplos com uma oração subordinada finita e os exemplos com uma oração subordinada infinitiva. Assim, com os verbos causativos (incluindo *deixar*), a subordinação infinitiva favorece uma interpretação em que se infere uma relação causal direta entre o agente da oração principal e o sujeito da oração subordinada (p.e., em (150a,b), respetivamente o pai e os filhos). Em contrapartida, na subordinação finita (cf. (149a,b)), essa relação pode ser indireta, no sentido de poder ser mediada por uma terceira pessoa.

Com os verbos de perceção, a subordinação finita favorece uma interpretação "cognitiva", que está ausente na subordinação infinitiva: assim, p.e., o verbo *ver* em (149c) tem um sentido próximo de 'entender', o que não acontece no exemplo correspondente (150c), em que a perceção se esgota num processo meramente sensorial.

Para além das duas construções ilustradas em (149) e (150), estes verbos admitem igualmente uma terceira construção, em que o verbo da oração subordinada está no infinitivo simples e os pronomes pessoais correspondentes aos nominativos de (150) ocorrem na forma acusativa, ligando-se ao verbo da oração principal[75]:

(151) a. O pai {mandou/deixou/fez} *os filhos* sair do quarto.
b. Eu {vi/senti/ouvi} *as crianças* entrar em casa.

(152) a. O pai {mandou-*os*/deixou-*os*/fê-*los*} sair do quarto.
b. Ele {viu-*as*/sentiu-*as*/ouviu-*as*} entrar em casa.

Na medida em que a forma acusativa é típica dos pronomes com a função de complemento direto, conclui-se que, em (151) e (152), os sintagmas nominais e os pronomes em itálico têm essa função gramatical na oração principal, e não a de sujeito da oração subordinada, o que se ilustra na representação (153) (comparar com a elevação do sujeito para sujeito em (137)-(138)):

(153) a. O pai {mandou/deixou/fez} *os filhos* [$_{Or}$ [-] sair do quarto].
b. Ele {viu-*as*/sentiu-*as*/ouviu-*as*} [$_{Or}$ [-] entrar em casa].

Tal como na elevação do sujeito para sujeito, a característica mais importante da construção de elevação do sujeito para objeto, e que a diferencia da construção de controlo obrigatório analisada em 37.5.1.1 (em particular do controlo pelo complemento direto – cf. 37.5.1.1.2), é o facto de o sujeito foneticamente não realizado da oração infinitiva não ser um argumento distinto daquele que funciona como complemento direto da oração subordinante (em (153a), o SN *os filhos*, e, em (153b), o pronome acusativo *as*). Trata-se antes, de certa forma, do *mesmo*

[75] Alguns falantes admitem o infinitivo flexionado com um pronome acusativo, como se ilustra em (i):
(i) a. ?O pai {mandou-*os*/deixou-*os*/fê-*los*} saírem do quarto.
b. ?Ele {viu-*os*/sentiu-*os*/ouviu-*os*} entrarem em casa.
No entanto, esta combinatória ocorre sobretudo na 3.ª pessoa do plural; com a 2.ª pessoa do singular e a 1.ª pessoa do plural, os exemplos são impossíveis para a maioria dos falantes: cf. **o pai* {*mandou-te/deixou-te/fez-te*} *saíres do quarto*, **ele* {*viu-nos/sentiu-nos/ouviu-nos*} *entrarmos em casa*.

argumento, o qual, embora desempenhe uma função (de complemento direto) na oração subordinante, recebe o seu valor semântico (um papel temático) do verbo da oração infinitiva.

Por outras palavras, na construção de elevação do sujeito para objeto, o complemento direto da oração subordinante não é um argumento semântico do verbo causativo ou de perceção, mas sim do verbo da oração infinitiva. Por conseguinte, a interpretação de (151)/(152) é basicamente a mesma dos exemplos de (150).

Em contrapartida, na construção de controlo (cf. (154)), o complemento direto da oração subordinante (*os filhos* e o pronome acusativo *os*, respetivamente) é um argumento do verbo dessa oração (*aconselhar*) e o sujeito implícito da oração subordinada infinitiva é um argumento autónomo do predicador da oração subordinada (*sair*), recebendo dele um papel temático. Para além disso, como vimos, esses dois argumentos distintos são correferentes, na medida em que o sujeito implícito da oração infinitiva é controlado pelo complemento direto da oração subordinante:

(154) a. O pai aconselhou *os filhos* a [$_{Or}$ [-] sair do quarto].
b. O pai aconselhou-*os* a [$_{Or}$ [-] sair do quarto].

Assim, uma paráfrase adequada de (154a) é 'o pai aconselhou os filhos a que eles, filhos, saíssem do quarto'. Em contrapartida, 'o pai {deixou/fez/mandou} os filhos que eles, filhos, saíssem do quarto' não é uma paráfrase adequada de (153a), nem 'ele viu-nos que nós entrávamos em casa' é uma paráfrase adequada de (153b). As paráfrases adequadas de (153), como vimos, são dadas pelas frases de (150).

Uma consequência destas diferenças é que o sujeito foneticamente não realizado da oração infinitiva (representado em ambos os casos por "[-]") tem uma natureza diferente nas duas construções: na construção de controlo, como se referiu, é um argumento autónomo da oração subordinada, distinto do argumento, também autónomo, que desempenha a função de complemento direto na oração subordinante, ainda que anaforicamente ligado a ele; ao passo que na construção de elevação do sujeito para objeto é apenas, literalmente, uma "marca semântica", nessa oração, do complemento direto da oração subordinante.

Devido a estas propriedades, dizemos que, em (153), o sintagma nominal em itálico é "elevado" da função de sujeito da oração subordinada para a função de complemento direto da oração principal, embora não seja um argumento do verbo dessa oração nem receba dele qualquer papel temático.

> [14] Na interpretação semântica das frases com elevação do sujeito para objeto, aquilo que se causa (com os verbos causativos) ou aquilo que se perceciona não é uma entidade (uma pessoa, nos exemplos dados), mas sim uma situação; ou seja, p.e., em (151a), o que se causa ou permite é a situação global de os filhos saírem do quarto e, em (151b), o que se perceciona é a situação global de as crianças entrarem em casa.
>
> Tal como na construção de elevação do sujeito para sujeito (cf. Caixa [12]), pode atribuir-se às frases de (151)-(152) uma análise dinâmica, em dois níveis, na qual o complemento direto da oração principal começa por ser o sujeito da oração subordinada. A análise ilustra-se em (i), tomando como exemplo o verbo *fazer* em (151a):
>
> (i) a. O pai fez [$_{Or}$ *os filhos* sair do quarto].
> b. O pai fez *os filhos* [$_{Or}$ [-] sair do quarto].

As duas estruturas (ia) e (ib) são consideradas "níveis estruturais" distintos de (151a). Do ponto de vista semântico, o nível que conta é o primeiro, no qual o verbo *fazer* seleciona apenas um sujeito e um complemento direto oracional. Nesse nível, o sintagma nominal em itálico mantém uma função gramatical e um papel temático apenas na oração subordinada, ambos associados ao verbo pleno *sair*. Em (ib), esse SN é movido, ou elevado, da função de sujeito da oração subordinada para a função de complemento direto da oração principal, deixando o sujeito "[-]" como "vestígio".

Repare-se que as frases que manifestam esta construção (cf. (151)) têm uma ordenação dos seus elementos semelhante à estrutura "inicial" representada em (ia); essa semelhança é, contudo, enganadora, visto que as frases correspondem realmente à representação (ib), linearmente idêntica a (ia) mas onde o sintagma nominal relevante é complemento direto da oração principal e não sujeito da oração subordinada. Em contrapartida, em (150), com o infinitivo flexionado na oração subordinada, o sintagma nominal correspondente é o sujeito da oração infinitiva.

Como se mencionou, as estruturas de elevação do sujeito para objeto representam o único caso em que um sintagma nominal desempenha a função gramatical de complemento direto numa oração sem ser um argumento do predicador dessa oração, i.e., sem receber dele um papel temático. Estas construções são, pois, diferentes das construções de controlo pelo complemento direto (cf. 37.5.1.1.2): nestas, o complemento direto controlador é um argumento da oração principal. Comparam-se estes dois tipos em (ii):

(ii) a. O pai fez *os filhos* [$_{Or}$ [-] sair do quarto]. [elevação do sujeito para objeto]
b. O pai aconselhou *os filhos* a [$_{Or}$ [-] sair do quarto]. [controlo pelo complemento direto argumental]

Existem outras diferenças entre as construções de controlo pelo complemento direto e as de elevação do sujeito para objeto, duas das quais se mencionam aqui. Primeiro, a oração completiva nas construções de controlo é introduzida por uma preposição (*a* ou *de*; cf. 37.5.1.1.2), ao passo que a oração completiva nas construções de elevação não é preposicionada; segundo, as construções de controlo pelo complemento direto têm uma versão passiva, na qual o complemento direto argumental da oração subordinante passa a sujeito, como se ilustra em (iii) (assinala-se pelo espaço em branco sublinhado a posição "canónica" do complemento direto nas frases ativas correspondentes):

(iii) a. *Os filhos* foram aconselhados _ a [$_{Or}$ [-] sair do quarto] pelo pai.
b. *As crianças* foram impedidas _ de [$_{Or}$ [-] entrar no ginásio] pela professora.

Em contrapartida, a passivização das construções de elevação do sujeito para objeto resulta em frases muito marginais, se não mesmo agramaticais:

(iv) a. **Os filhos* foram {mandados/deixados/feitos} _ [$_{Or}$ [-] sair do quarto] pelo pai.
b. **As crianças* foram {vistas/ouvidas/sentidas} _ [$_{Or}$ [-] sair do quarto] por mim.

(Não confundir (ivb) com as frases parecidas *as crianças foram vistas/ouvidas a sair do quarto por mim*. Embora também com verbos de perceção, estas frases exibem a construção do infinitivo preposicionado, na qual ocorre a preposição *a* antes do verbo no infinitivo. Esta construção é discutida em 37.5.5; cf. também a Caixa [16]).

37.5.2.3 Elevação do objeto

Na construção de elevação do objeto, o sujeito da oração principal corresponde, do ponto de vista semântico, ao complemento direto da oração subordinada, representado pelo segundo "[-]" nos exemplos de (155) (cf. *arranjar esses relógios*, *aturar essas crianças*, *encontrar a rua onde ela mora* e *encontrá-las*)[76]:

(155) a. *Esses relógios* são difíceis de [$_{Or}$ [-] arranjar [-]].
b. *Essas crianças* são impossíveis de [$_{Or}$ [-] aturar [-]].
c. *A rua onde ela mora* é fácil de [$_{Or}$ [-] encontrar [-]].
d. *Elas* demoraram [$_{Or}$ a [-] encontrar [-]].

Outra característica da construção de elevação do objeto é o facto de ser obrigatoriamente preposicionada, sendo *de* a preposição introdutória quando o predicador da oração principal é de natureza adjetival.

A elevação do objeto ocorre tipicamente em frases copulativas com predicadores adjetivais de sentido modal ou semelhante, incluindo *chato*, *difícil*, *fácil*, *impossível* e *maçador*, sendo mais aceitável quando o sentido destes predicadores é negativo. São raros os predicadores verbais que aceitam a construção, sendo uma exceção o verbo *demorar*, assim como o verbo *faltar* (cf. Caixa [13]).

Às frases de (155) correspondem exemplos sem elevação, em que os sintagmas em itálico têm unicamente a função gramatical de complemento direto da oração subordinada:

(156) a. É difícil [$_{Or}$ [-] arranjar *esses relógios*].
b. É impossível [$_{Or}$ [-] aturar *essas crianças*].
c. É fácil [$_{Or}$ [-] encontrar *a rua onde ela mora*].
d. Demorou [$_{Or}$ (a) [-] encontrá-*las*].[77]

As frases de (156) são estruturas de controlo não obrigatório, partilhando com as de (155) a natureza indefinida do sujeito da oração infinitiva.

37.5.3 A construção união de orações

37.5.3.1 Caracterização geral

Para além de ocorrerem com uma oração completiva de infinitivo flexionado (cf. (157)-(158)) e de permitirem a construção de elevação do sujeito para objeto (cf. 37.5.2.2 e (159)-(160)), os verbos causativos *deixar*, *fazer*, *mandar* e os verbos de perceção *ouvir*, *sentir*, *ver* permitem ainda uma terceira construção, chamada **união**

[76] O primeiro "[-]" das frases de (155) é o sujeito implícito da oração infinitiva, que, neste caso, em que não há um possível controlador na oração subordinante, tem a interpretação indefinida típica das estruturas de controlo não obrigatório (cf. 36.5.1.2).

[77] Mau grado ser introduzida por uma preposição, a oração selecionada pelo verbo *demorar* tem, em (156d), a função de sujeito da frase complexa, podendo ser substituída por *isso*, e não por *a isso*: cf. *isso demorou* vs. **a isso demorou* ou **demorou a isso*. Conclui-se assim que, de modo semelhante aos verbos diretivos *dizer*, *implorar*, *insistir* e *pedir* (cf. 37.3 e 37.4.2), também a preposição *a* que ocorre com *demorar* funciona como um complementador interno à oração, não sendo, pois, uma preposição externa introduzindo um complemento oracional oblíquo.

de orações (cf. (161)-(162))[78]. Por conveniência da exposição, estas construções são aqui denominadas, respetivamente, "tipo I", "tipo II" e "tipo III".

❖ Tipo I: construção com uma oração completiva de infinitivo flexionado

(157) Verbo intransitivo na oração subordinada
  a. A professora deixou [$_{Or}$ *os alunos* saírem mais cedo].
  b. A mãe ouviu [$_{Or}$ *as crianças* chorarem].

(158) Verbo transitivo na oração subordinada
  a. A professora mandou [$_{Or}$ *os alunos* corrigirem as redações].
  b. Ela viu [$_{Or}$ *as crianças* atravessarem a rua].

❖ Tipo II: construção de elevação do sujeito para objeto

(159) Verbo intransitivo na oração subordinada
  a. A professora deixou *os alunos* [$_{Or}$ [-] sair mais cedo].
  b. A mãe ouviu *as crianças* [$_{Or}$ [-] chorar].

(160) Verbo transitivo na oração subordinada
  a. A professora mandou *os alunos* [$_{Or}$ [-] corrigir as redações].
  b. Ela viu *as crianças* [$_{Or}$ [-] atravessar a rua].

❖ Tipo III: construção união de orações

(161) Verbo intransitivo na oração subordinada
  a. A professora deixou sair *os alunos* mais cedo.
  b. A mãe ouviu chorar *as crianças*.

(162) Verbo transitivo na oração subordinada[79]
  a. A professora mandou corrigir as redações {*aos alunos*/?*pelos alunos*}.
  b. Ela viu atravessar a rua {*às crianças*/?*pelas crianças*}.

Nesta subsecção, discutem-se as propriedades da construção união de orações (a construção de tipo III). Essa discussão apoia-se numa comparação direta com a construção básica, em que estes verbos selecionam uma oração de infinitivo flexionado (a construção de tipo I), e com a construção de elevação do sujeito para objeto (a construção de tipo II). Como as propriedades da construção união de orações dependem da natureza transitiva ou intransitiva da oração subordinada, os paradigmas dados acima contêm exemplos separados com uma oração subordinada transitiva e intransitiva, respetivamente. Nos exemplos, colocou-se em itálico o sintagma nominal que é ou corresponde ao sujeito da oração subordinada na construção básica com o infinitivo flexionado, de tipo I.

---

[78] Os verbos de perceção permitem uma quarta construção, na qual regem a preposição *a*, que por sua vez precede o verbo no infinitivo: cf. *a mãe ouviu as crianças a chorar* e *ela viu as crianças a atravessar a rua* (cf. 37.5.5). Esta construção não se deve confundir com as que são discutidas nesta subsecção.

[79] Quando a oração subordinada é transitiva, a construção união de orações com verbos de perceção (cf. (162b)) é considerada marginal por alguns falantes, sendo sentida como um francesismo – um juízo que por vezes também é feito sobre as frases com verbos causativos (cf. (162a)), sobretudo quando o argumento externo (cf. Caps. 11 e 28) da oração subordinada se realiza como agente da passiva, introduzido pela preposição *por*.

São duas as características mais salientes da união de orações. Em primeiro lugar, o verbo causativo ou de perceção forma um **núcleo verbal complexo** (sublinhado, nos exemplos) com o verbo infinitivo: *deixou sair* em (161a), *ouviu chorar* em (161b), *mandou corrigir* em (162a) e *viu atravessar* em (162b). Estes predicados constituem, assim, uma unidade coesa, funcionando semântica e sintaticamente como um só predicador.

Como consequência deste estatuto da sequência verbal, as frases de (161) e (162) são constituídas por uma única oração, e não por duas, como se mostra adiante com base em fenómenos sintáticos variados: daí o nome dado à construção, "união de orações", que exprime o facto de as frases de (161)-(162) serem o resultado da amálgama de duas orações numa só. Em contrapartida, a construção de tipo I representa de modo transparente as duas orações que são "amalgamadas" na construção união de orações.

Por este motivo, não é possível flexionar o infinitivo na união de orações, visto que as estruturas com infinitivo flexionado correspondem sempre a orações independentes: cf. a impossibilidade, p.e., de ***a professora mandou corrigir*<u>*em*</u>*** *as redações aos alunos* ou ***ela viu atravessar*<u>*em*</u>*** *a rua às crianças*[80].

Em segundo lugar, aceitando que numa mesma oração não podem coexistir duas funções gramaticais idênticas, os argumentos da oração subordinada original (na construção de tipo I) têm de "ajustar" a sua função gramatical à natureza mono-oracional da construção união de orações; em particular, o sujeito da oração subordinada (chamemos-lhe aqui, por conveniência da exposição, "sujeito semântico subordinado") não pode manter essa função na nova oração, visto que ela já está ocupada pelo próprio sujeito do verbo causativo ou de perceção. Assim, p.e., o sintagma nominal *os alunos*, sujeito subordinado em (157a) e (158a), não pode manter essa função em (161a) e (162a), visto que estas frases já têm um sujeito, o SN *a professora*.

Comparando as construções de tipo I com as construções de tipo III, verificamos que as adaptações das funções gramaticais são as seguintes:

- Se a oração subordinada na construção de tipo I é intransitiva, o sujeito semântico subordinado passa a ter a função de complemento direto da construção união de orações (*os alunos* em (161a) e *as crianças* em (161b)).

- Se a oração subordinada na construção de tipo I é transitiva (i.e., contém um sujeito e um complemento direto), o sujeito semântico subordinado passa a ter, na construção união de orações, a função de complemento indireto ou, marginalmente (para alguns falantes), de agente da passiva: *aos*/?*pelos alunos* em (162a) e *às*/?*pelas crianças* em (162b)) (repare-se que este constituinte é opcional)[81].

- O complemento direto da oração subordinada transitiva na construção de tipo I mantém essa função na construção união de orações (*as redações* em (162a) e *a rua* em (162b)).

---

[80] Este facto parece ser falsificado quando o segundo verbo é intransitivo: cf. a possibilidade, p.e., de *a mãe ouviu* [*chorar**em** as crianças*]. No entanto, esta frase não manifesta união de orações, sendo antes uma construção com duas orações, em que a oração subordinada é de infinitivo flexionado e tem o seu sujeito em posição pós-verbal.

[81] Porque a realização do sujeito semântico subordinado como agente da passiva é marginal para alguns falantes, passamos a ignorar essa possibilidade a partir deste ponto.

Desta caracterização ressalta uma similaridade importante entre a elevação do sujeito para objeto (a construção de tipo II) e a união de orações (a construção de tipo III). Recorde-se que, na elevação do sujeito para objeto, o sujeito semântico subordinado é realizado como complemento direto da oração principal, quer a oração subordinada seja transitiva quer seja intransitiva (cf. (159) e (160)); na união de orações, o sujeito semântico subordinado é igualmente realizado como complemento direto, mas apenas quando a oração subordinada "original" é intransitiva (cf. (161)).

No entanto, a construção de tipo II contém duas orações, distinguindo-se, assim, da união de orações, onde há apenas uma oração. Consequentemente, em (161)-(162), os dois verbos formam um núcleo verbal complexo, ao passo que tal não acontece em (159)-(160). Este facto permite explicar que o complemento direto, em (159)-(160), se interponha entre o verbo da oração principal e o verbo da oração subordinada (cf. *deixou os alunos sair* em (159a)); em contrapartida, na construção união de orações, em que existe uma só oração com um núcleo verbal complexo, o complemento direto não se interpõe entre as duas formas verbais, ocorrendo a seguir a esse núcleo complexo (cf. *deixou sair os alunos* em (161a)).

37.5.3.2 Colocação dos pronomes clíticos na união de orações

A diferença descrita no parágrafo anterior – interposição ou não do complemento direto entre os dois verbos das construções em causa – anula-se, contudo, quando esse complemento é um pronome clítico acusativo, conforme se ilustra em (163):

(163) a. A mãe ouviu *as crianças* [$_{Or}$ [-] chorar]. [elevação do sujeito para objeto]
b. A mãe ouviu chorar *as crianças*. [união de orações]
c. A mãe ouviu-*as* chorar. [ambíguo entre as duas construções]

Na construção de elevação, o pronome liga-se ao verbo da oração principal, dado que mantém uma função gramatical nessa oração; na construção união de orações, na qual existe uma só oração, a regra de colocação dos clíticos determina que estes se ligam ao primeiro verbo do núcleo verbal complexo. Ora, como o leitor pode constatar, do ponto de vista da constituição linear dessas construções, o resultado é o mesmo: o exemplo (163c) corresponde, pois, a duas estruturas distintas (ou seja, constitui um caso de **ambiguidade estrutural**): uma estrutura que corresponde a elevação do sujeito para objeto (cf. (163a)) e uma estrutura que corresponde a união de orações (cf. (163b)).

Quando a oração subordinada na construção de tipo I é transitiva, a elevação do sujeito e a união de orações resultam sempre em frases distintas: na elevação, o sujeito semântico subordinado é um complemento direto na oração principal, mas na união de orações é realizado como complemento indireto. Essa diferença ilustra-se a seguir ((164a) repete (160a) e (164b) repete (162a)):

(164) a. A professora mandou *os alunos* [$_{Or}$ [-] corrigir as redações]. [elevação do sujeito para objeto]
b. A professora mandou corrigir as redações *aos alunos*. [união de orações]

Quando o sintagma nominal em itálico é pronominal, obtém-se um pronome acusativo na construção de elevação e um pronome dativo na união de orações:

(165) a. A professora mandou-*os* [$_{Or}$ [-] corrigir as redações]. [elevação do sujeito para objeto]
b. A professora mandou-*lhes* corrigir as redações. [união de orações]

Finalmente, se o complemento direto da oração subordinada for um pronome clítico, revela-se outra diferença fundamental entre a construção de elevação (cf. (166a)) e a construção união de orações (cf. (166b)):

(166) a. A professora mandou os alunos [$_{Or}$ [-] corrigi-*las*]. [elevação do sujeito para objeto]
b. A professora mandou-*as* corrigir aos alunos. [união de orações]

Na construção de elevação (166a), o complemento direto da oração subordinada liga-se diretamente ao verbo dessa oração, do qual é um argumento. Em contrapartida, na construção união de orações, existe uma só oração com um núcleo verbal complexo, e a regra de colocação dos pronomes clíticos determina que, neste caso, o pronome se ligue ao primeiro verbo do núcleo complexo; logo, em (166b), ao verbo *mandar* e não ao verbo *corrigir*.

Se tanto o sujeito semântico subordinado como o complemento direto da oração subordinada forem pronomes clíticos, cada um deles terá um hospedeiro verbal distinto na construção de elevação (cf. (167a)), ao passo que, na união de orações, aparecem fundidos num grupo clítico (cf. Cap. 42) ligado ao primeiro verbo (cf. (167b)):

(167) a. A professora mandou-*os* [$_{Or}$ [-] corrigi-*las*]. [elevação do sujeito para objeto]
b. A professora mandou-*lhas* corrigir. [união de orações]

Embora gramatical, o grupo clítico formado por um pronome dativo e um pronome acusativo, ilustrado em (167b), é evitado pelos falantes, por razões estilísticas, e também porque se anula a distinção entre singular e plural no pronome dativo, o que resulta numa perda de informação potencialmente importante (p.e., (167b) tanto pode corresponder a (166b), com um complemento indireto plural, como à frase *a professora mandou-as corrigir ao aluno*, com um complemento indireto singular).

[15] As diferentes possibilidades de negação constituem outro aspeto que separa as construções de tipo I e II das de tipo III. Em todas, o primeiro verbo (i.e., o verbo causativo ou de perceção) pode ser negado, como se ilustra em (i), com um verbo subordinado intransitivo, e em (ii), com um verbo subordinado transitivo:

(i) a. O pai não deixou [$_{Or}$ os filhos irem à escola naquele dia]. [construção com o infinitivo flexionado]
b. O pai não deixou os filhos [$_{Or}$ [-] ir à escola naquele dia]. [elevação do sujeito para objeto]
c. O pai não deixou ir os filhos à escola naquele dia. [união de orações]

(ii) a. O pai não deixou [$_{Or}$ os filhos comerem o bolo]. [construção com o infinitivo flexionado]
b. O pai não deixou os filhos [$_{Or}$ [-] comer o bolo]. [elevação do sujeito para objeto]
c. O pai não deixou comer o bolo aos filhos. [união de orações]

O verbo no infinitivo, contudo, só pode ser negado nas construções de tipo I e II, mas não na construção de tipo III, como se ilustra em (iii) e (iv)[82]:

(iii) a. O pai deixou [$_{Or}$ os filhos não irem à escola naquele dia]. [construção com o infinitivo flexionado]
b. ?O pai deixou os filhos [$_{Or}$ [-] não ir à escola naquele dia]. [elevação do sujeito para objeto]
c. *O pai deixou não ir à escola os filhos naquele dia. [união de orações]

(iv) a. O pai deixou [$_{Or}$ os filhos não comerem a sopa]. [construção com o infinitivo flexionado]
b. ?O pai deixou os filhos [$_{Or}$ [-] não comer a sopa]. [elevação do sujeito para objeto]
c. *O pai deixou não comer a sopa aos filhos. [união de orações]

Nas construções de tipo I e II existem duas orações, cada uma com o seu núcleo verbal, e cada um deles pode ser negado independentemente. Na construção de tipo III, como vimos, os dois verbos formam um núcleo verbal complexo que se comporta, para efeitos da negação, de forma indivisível, podendo apenas ser negado no seu todo.

37.5.4 A construção de reestruturação

A construção de reestruturação manifesta-se com um número restrito de verbos plenos, entre os quais se incluem *conseguir*, *pretender*, *querer*, *tencionar* e *tentar*[83]. Estes verbos selecionam complementos oracionais de infinitivo simples cujo sujeito é controlado pelo sujeito da oração principal. A sua característica mais saliente consiste em permitirem um duplo padrão de colocação dos pronomes clíticos com a função de complemento da oração subordinada infinitiva.

Numa das alternativas (cf. (168)), o pronome clítico liga-se ao verbo da oração subordinada infinitiva, na qual o clítico tem um estatuto argumental e na qual desempenha uma função gramatical (em (168), *te* é semântica e gramaticalmente complemento de *ver*, e *lhe* de *entregar*):

(168) a. A Maria quer *ver-te*.
b. A Maria conseguiu *entregar-lhe* o livro a tempo.

Na outra alternativa, o pronome clítico toma como hospedeiro o verbo da oração principal, conforme se ilustra em (169):

(169) a. A Maria *quer-te* ver.
b. A Maria *conseguiu-lhe* entregar o livro a tempo.

À colocação do clítico que segue o padrão ilustrado em (169) chama-se **subida do clítico**, um termo que reflete de forma metafórica a "deslocação" do clítico do verbo da oração subordinada (à qual pertence como argumento) para o verbo da oração principal (cf. Cap. 42).

---

[82] Alguns falantes consideram marginal a negação do verbo infinitivo na construção de tipo II, de elevação do sujeito para objeto (cf. os exemplos (b) de (iii) e (iv)). Mesmo assim, essas frases são mais aceitáveis do que aquelas com negação do verbo infinitivo na construção de tipo III, de união de orações (cf. os exemplos (c) de (iii) e (iv)).

[83] Sobre a construção de reestruturação em estruturas com verbos auxiliares ou semiauxiliares, cf. Cap. 29.

Pode-se explicar este duplo padrão do seguinte modo: em (168), tem-se uma frase complexa com duas orações; em particular, o verbo infinitivo é o núcleo de uma oração completiva de infinitivo simples, subordinada aos verbos *querer* e *conseguir*, respetivamente. Nessa estrutura, o clítico, sendo um argumento da oração subordinada, liga-se canonicamente ao verbo dessa oração (em (170), "[-]" representa o sujeito controlado da oração infinitiva):

(170) a. A Maria quer [$_{Or}$ [-] *ver-te*].
b. A Maria conseguiu [$_{Or}$ [-] *entregar-lhe* o livro a tempo].

Em contrapartida, em (169), as sequências verbais *quer ... ver* e *conseguiu ... entregar* formam núcleos verbais complexos de uma frase simples, i.e., mono-oracional, como se exemplifica em (171) (com sintagmas nominais plenos em vez de pronomes clíticos)[84]:

(171) a. [$_{Or}$ A Maria *quer ver* o Paulo].
b. [$_{Or}$ A Maria *conseguiu entregar* o livro a tempo ao Paulo].

Aos verbos que admitem a dualidade estrutural representada em (170) e (171) dá-se o nome de **verbos de reestruturação** e às estruturas como (171), que resultam da formação de um núcleo verbal complexo, dá-se o nome de **construções de reestruturação**[85].

Tal como no caso da união de orações, as frases que manifestam a construção de reestruturação são mono-oracionais, ou seja, são constituídas por uma só oração e possuem apenas um sujeito, que corresponde ao sujeito da oração principal na estrutura bioracional correspondente (cf. (170)). Por outras palavras, não existe nessas frases nenhum sintagma nominal abstrato correspondente ao sujeito implícito ("[-]") da oração subordinada na estrutura bioracional.

A ligação do clítico em (169) é, assim, uma consequência direta da formação de um núcleo verbal complexo; em particular, a regra de colocação dos clíticos determina que um pronome clítico se ligue ao primeiro verbo de um tal núcleo, logo, em (169), a *querer* e a *conseguir*, respetivamente, como se ilustra nas seguintes estruturas:

(172) a. [$_{Or}$ A Maria *quer-te* ver].
b. [$_{Or}$ A Maria *conseguiu-lhe* entregar o livro a tempo].

É ilustrativo comparar os verbos de reestruturação como *querer* e *conseguir* com a maioria dos verbos plenos que selecionam complementos oracionais de infinitivo simples, mas que não são verbos de reestruturação, como, p.e., *decidir*, *lamentar* e *optar*, entre muitos outros (cf. também, sobre esta questão, o Cap. 29). Contrariamente aos primeiros, estes não admitem a subida do clítico, como se ilustra a seguir:

[84] Os verbos que formam um núcleo verbal complexo não são necessariamente adjacentes: p.e., podem ocorrer entre os dois verbos pronomes clíticos (cf. (169)) e alguns advérbios avaliativos (cf. (179b) e Cap. 33).

[85] O único verbo pleno sobre o qual existe acordo completo entre os falantes quanto ao seu comportamento como verbo de reestruturação é *querer*, seguindo-se-lhe *conseguir*, que reúne um consenso razoável. Quanto aos restantes, existe bastante variação entre os falantes. Por este motivo, os exemplos do texto apresentam apenas os verbos *querer* e *conseguir*.

(173) a. As crianças decidiram *dar-lhe* um livro.
b. Os pais optaram por *comprar-lhe* uma casa.
c. Todos lamentaram *esquecer-se* do aniversário dela.

(174) a. *As crianças *decidiram-lhe* dar um livro.
b. *Os pais *optaram-lhe* por comprar uma casa.
c. *Todos *lamentaram-se* esquecer do aniversário dela.

A negação e a subida do clítico interagem de um modo interessante com os verbos de reestruturação. Quando a estrutura tem duas orações (cf. (170)), o pronome clítico liga-se ao verbo no infinitivo, o qual pode ser negado autonomamente, como se ilustra em (175)[86]:

(175) a. A Maria quer [*não te ver* nunca mais].
b. A Maria é completamente distraída: estávamos mesmo à frente dela e conseguiu [*não nos encontrar*].

Quando existe subida do clítico, o verbo infinitivo não pode ser negado, como se observa em (176):

(176) a. *A Maria *quer-te* [*não ver* nunca mais].
b. *A Maria é completamente distraída: estávamos mesmo à frente dela e *conseguiu-nos* [*não encontrar*].

Em (175), os verbos *querer* e *conseguir*, por um lado, e *ver* e *encontrar*, por outro, são núcleos verbais independentes de duas orações distintas (como se vê pela ligação do clítico ao verbo infinitivo), podendo o verbo infinitivo ser negado independentemente do verbo da oração principal.

Em contrapartida, em (176), a subida do clítico revela que os dois verbos formam agora um núcleo verbal complexo, o qual só pode ser negado como um todo indivisível, como em (177):

(177) a. A Maria *não te quer ver* nunca mais.
b. A Maria é completamente distraída: estávamos mesmo à frente dela e *não nos conseguiu encontrar*.

Outro fenómeno linguístico que caracteriza os verbos de reestruturação é o facto de admitirem orações passivas pronominais, marcadas morfologicamente pelo pronome clítico *se* (cf. Cap. 13); nesta construção (cf. (178a)), o verbo concorda em pessoa e número com o complemento direto da oração ativa correspondente (cf. (178b)):

(178) a. (Ontem, no recital,) declamaram-se *poemas de Fernando Pessoa*.
b. (Ontem, no recital,) o ator declamou *poemas de Fernando Pessoa*.

A passivização pronominal é possível em construções de reestruturação, ligando-se o pronome *se* ao verbo de reestruturação; este, por sua vez, concorda com o sintagma nominal que corresponde ao complemento direto do verbo infinitivo numa construção ativa:

[86] Em (175), a negação determina a colocação proclítica do pronome na forma verbal infinitiva, o que é irrelevante para a discussão em curso.

(179) a. Neste bairro, querem-se construir *casas de renda económica*.
b. Conseguiram-se finalmente demolir *os prédios antigos que existiam nesta rua*.

Sendo a passivização um processo sintático que não pode envolver elementos de orações distintas (em particular, o verbo e o complemento direto da oração ativa que corresponde à oração passiva não podem pertencer a orações distintas; cf. Caps. 13 e 29), a possibilidade dos exemplos (179) sugere de novo que as construções de reestruturação são mono-oracionais.

Os verbos que selecionam orações infinitivas completivas mas que não são verbos de reestruturação não admitem também a passivização pronominal, como se ilustra a seguir com *decidir*, *optar* e *lamentar* (cf. (174)):

(180) a. **Decidiram*-se dar *alguns livros* às crianças.
b. **Optaram*-se por comprar casas de renda económica.
c. **Lamentaram*-se ter comprado *esses livros*.

37.5.5 A construção do infinitivo preposicionado

37.5.5.1 Caracterização geral

Chama-se **construção do infinitivo preposicionado** (que se abrevia em CIP) à sequência constituída pela preposição *a* seguida por uma estrutura infinitiva, como se ilustra em (181):

(181) a. Vimos as crianças *a saltar o muro*.
b. Encontrei as crianças *a fumar*.
c. Quero as crianças *a dormir às 8 em ponto*.
d. As crianças estão/continuam *a saltar o muro*.
e. As crianças saíram de casa *a resmungar com a mãe*.
f. As crianças *a saltar o muro*? Mas que imprudência!

Na CIP, a preposição *a* e o infinitivo no verbo seguinte formam uma unidade morfossintática (*a* + inf). A característica semântica mais saliente da CIP é o seu valor aspetual progressivo. Ou seja, a situação representada pela CIP é perspetivada a partir do seu interior, em progresso, sem estar concluída. Este sentido progressivo é igualmente veiculado pelo gerúndio, que pode substituir o infinitivo da CIP, não ocorrendo então a preposição *a*[87]:

(182) a. Vimos as crianças *saltando o muro*.
b. Encontrei as crianças *fumando*.
c. Quero as crianças *dormindo às 8 em ponto*.
d. As crianças estão/continuam *saltando o muro*.
e. As crianças saíram de casa *resmungando com a mãe*.
f. As crianças *saltando o muro*? Mas que imprudência!

[87] A CIP é usada preferencialmente nos dialetos europeus do português, e a construção com o gerúndio nos dialetos brasileiros, embora seja atestada em dialetos do Alentejo e do Algarve (cf. Cap. 5).

[16] A preposição *a* que ocorre na CIP tem propriedades bem diferentes da preposição *a* que ocorre antes da oração infinitiva em construções de controlo pelo complemento direto, como em *a professora persuadiu os alunos* ***a*** [$_{Or}$ [-] *fazer o teste*]. Em primeiro lugar, nesta frase, a preposição *a* veicula um sentido télico, ou seja, de finalidade (a professora atinge um determinado objetivo, que é o de os alunos quererem realizar o teste), não existindo aqui qualquer sentido de ação em progresso.

Em segundo lugar, contrariamente ao que acontece na CIP, a preposição *a* na construção de controlo não forma com o infinitivo uma unidade morfossintática passível de ser substituída pelo gerúndio: cf. a impossibilidade **a professora persuadiu os alunos fazendo o teste*[88].

37.5.5.2 A construção do infinitivo preposicionado e a elevação do sujeito para objeto

É ilustrativo comparar a CIP com a construção de elevação do sujeito para objeto (cf. 37.5.2.2) no contexto de um verbo de perceção, já que, pelo menos superficialmente, as duas construções diferem apenas pela presença da preposição *a* na CIP, como se ilustra em (183):

(183) a. Vi as crianças *a atravessar a avenida*. [CIP]
b. Vi as crianças *atravessar a avenida*. [elevação do sujeito para objeto]

De (183a), é legítimo inferir que o falante viu uma ação em progresso, i.e., viu as crianças numa determinada porção temporal da travessia da avenida. Assim, a frase não implica de forma alguma que o falante viu a totalidade da travessia da avenida pelas crianças. Em contrapartida, de (183b), é legítimo inferir que o falante viu a travessia completa da avenida pelas crianças[89].

[17] Existe outra importante diferença gramatical entre a CIP no contexto de verbos de perceção e a elevação do sujeito para objeto. Na construção de elevação do sujeito para objeto (cf. (183b)), é a oração no seu todo que funciona como argumento (interno) do verbo de perceção; ou seja, o que se exprime nessa frase é que o falante percecionou uma determinada situação, que corresponde à travessia da avenida pelas crianças. Em contrapartida, na CIP (cf. (183a)), é o sintagma nominal *as crianças* que funciona como argumento (interno) do verbo de perceção; ou seja, o que se exprime nessa frase é que o falante percecionou as crianças, numa determinada fase da situação de atravessar a avenida. Esta diferença sintático-semântica, por sua vez, relaciona-se com outra diferença sintática entre as duas construções. Assim, é possível passivizar uma frase contendo a CIP, passando o complemento direto a sujeito da frase passiva (cf. (ia)); em contrapartida, a passivização da construção de elevação do sujeito para objeto produz resultados marginais (cf. (ib)), se não mesmo agramaticais para muitos falantes (cf. também a Caixa [14]); assinala-se pelo espaço

[88] Esta frase é aceitável, mas com um sentido diferente, em que a oração gerundiva é um adjunto adverbial de modo, obtendo-se então uma leitura que pode ser parafraseada como 'a professora persuadiu os alunos (a fazer qualquer coisa) fazendo ela própria o teste'.

[89] Em abono destas interpretações, parece ser possível dizer, sem contradição, *vi as crianças a atravessar a avenida, mas como se meteu um carro à frente, não as vi chegar ao passeio contrário*; sem a preposição *a* sublinhada, esta frase tem um sabor de contradição, na medida em que convida à inferência de que se viu a situação na sua totalidade.

em branco sublinhado a posição "canónica" do complemento direto nas frases ativas correspondentes[90]:

(i) a. As crianças foram vistas _ a atravessar a avenida.
b. ??As crianças foram vistas _ atravessar a avenida.

A possibilidade de passivização com a CIP assemelha-se à possibilidade de passivização da oração principal nas construções de controlo pelo complemento direto, ilustrada em (ii):

(ii) a. A professora persuadiu *os alunos* a [$_{Or}$ [-] fazer o teste].
b. *Os alunos* foram persuadidos _ a [$_{Or}$ [-] fazer o teste] (pela professora).

Ora, tal como nas frases com a CIP, o complemento direto nas construções de controlo como (iia) é um verdadeiro argumento semântico (temático) do verbo da oração subordinante, contrariamente ao complemento direto na construção de elevação do sujeito para objeto, que não recebe qualquer papel temático do verbo de perceção (cf. Caixa [14]).

37.5.5.3 Contextos de ocorrência da construção do infinitivo preposicionado

A CIP (tal como a sua equivalente com o gerúndio) é uma construção que predica sobre um sintagma nominal que constitui o seu sujeito semântico (*as crianças*, em (181); cf. Cap. 11); esse SN, por sua vez, (i) ou mantém uma função gramatical na frase mais vasta em que ocorre a CIP, como em (181a-e) (de complemento direto ou de sujeito); ou (ii) ocorre diretamente com a CIP, formando com ela uma expressão oracional independente, geralmente de natureza semântica exclamativa, como em (181f). Descrevem-se a seguir com mais pormenor os contextos em que ocorre a CIP.

❖ A CIP como predicativo do sujeito ou do complemento direto numa predicação secundária

A CIP pode ocorrer numa estrutura de predicação secundária (cf. Cap. 30) como predicativo do sujeito (cf. (184)), do complemento direto (cf. (185)) ou de um sintagma nominal integrado num complemento preposicionado (cf. (186)):

(184) a. As crianças saíram de casa *a resmungar com a mãe*.
b. A Joana chegou a casa *a chorar*.

(185) a. O pai ouviu-nos *a entrar em casa*.
b. Senti a aranha *a subir pelo meu braço acima*.
c. A mãe deixou as crianças *a comer*.
d. Vi as crianças *a atravessar a avenida*.

(186) a. O guarda deu com os prisioneiros *a planear a fuga*.
b. Pensei nas crianças *a passar fome*.

Nestes contextos, o infinitivo flexionado é possível, como se ilustra a seguir:

(187) a. As crianças saíram de casa *a resmungarem com a mãe*.
b. O pai ouviu-nos *a entrarmos em casa*.
c. O guarda deu com os prisioneiros *a planearem a fuga*.

[90] A passivização da CIP é menos aceitável com o verbo *sentir*: cf. *??a aranha foi sentida* (*por mim*) *a mexer-se no meu braço*.

❖ A CIP como parte integrante de perífrases verbais de natureza aspetual

A CIP é parte integrante das perífrases verbais com o verbo auxiliar *estar* e com os verbos semiauxiliares *continuar* e *andar*, como se ilustra em (188); neste caso, o sujeito semântico da CIP é o sujeito gramatical da frase (cf. também o Cap. 29)[91]:

(188) a. As crianças estão *a saltar o muro*.
b. As meninas continuam *a chorar*.
c. Eles andam *a fazer coisas que não deviam fazer*.

Estes contextos não admitem o infinitivo flexionado na CIP, como se verifica pela não gramaticalidade de **as crianças estão a saltarem o muro*, **as meninas continuam a chorarem* ou **eles andam a fazerem coisas que não deviam fazer*.

❖ A CIP como complemento da preposição *com*

A preposição *com* tem a particularidade de poder selecionar como complemento estruturas predicativas cujo predicador não é um verbo (cf. a sequência sublinhada em *com o miúdo doente, não vou poder sair*; ver Cap. 30.1.4). Neste caso, todo o sintagma preposicional introduzido por *com* funciona como um adjunto adverbial e significa algo como 'dada a situação *x*' ou 'por causa da situação *x*'. O conteúdo *x* da situação em questão, por sua vez, é veiculado pelo complemento predicativo da preposição. Assim, o exemplo acima significa, aproximadamente, 'por causa da situação de o miúdo estar doente, não vou poder sair'.

A CIP pode ocorrer neste contexto como complemento da preposição *com*; neste caso, o seu sujeito semântico precede-a imediatamente e os dois formam um constituinte único:

(189) a. Com *as crianças a fazer essa barulheira toda*, não se consegue ouvir nada.
b. Con*tigo a gritar desta maneira*, toda a gente foge.

Repare-se que, em (189b), o sujeito semântico da CIP é um pronome de 2.ª pessoa do singular, que ocorre com a forma oblíqua particular determinada pela preposição *com* (i.e., *contigo*) visto ser por ela regido (cf. Cap. 32).

De novo, o infinitivo flexionado é possível na CIP neste contexto: cf. *com as crianças a fazerem essa barulheira toda, não se consegue ouvir nada*; *contigo a gritares desta maneira, toda a gente foge*.

❖ A CIP como construção independente com valor exclamativo ou interrogativo

Finalmente, a CIP, juntamente com o seu sujeito semântico, pode ocorrer como construção independente, adquirindo um valor exclamativo e, por vezes, interrogativo:

(190) a. [As crianças *a fumar*]!? Que horror!
b. [Tu *a ouvir música clássica*]! Que surpresa!

---

[91] Mau grado a semelhança superficial, não é a CIP que figura nas perífrases verbais com os verbos semiauxiliares *chegar*, *começar*, *passar*, *tornar* e *voltar* (cf., por exemplo, *as crianças começaram a saltar o muro* ou *afinal ontem chegou a nevar na Serra da Estrela*; nestes casos, a unidade *a* + infinitivo não é substituível pelo gerúndio: cf. a impossibilidade (mesmo nos dialetos brasileiros) de **as crianças começaram saltando o muro* ou de **afinal ontem chegou nevando na Serra da Estrela* (cf. Cap. 29.5.6.5)).

Neste contexto, o sujeito semântico pronominal da CIP ocorre na forma nominativa. Também aqui o infinitivo pode ser flexionado: cf. *as crianças a fumarem!?*, *tu a ouvires música clássica?*

37.6 Infinitivo como forma nominal do verbo

O infinitivo é considerado pela generalidade dos gramáticos como a forma verbal que mais semelhanças formais tem com um substantivo. Assim, p.e., quando uma expressão que tem como núcleo um substantivo (ou seja, um sintagma nominal) ou uma forma verbal infinitiva é selecionada por um adjetivo, por um nome ou por um advérbio, tem de se ligar ao selecionador através de uma preposição, como se ilustra em (191) e (192)[92]:

(191) a. A *tentativa* de [fuga da prisão] falhou. (SN selecionado por nome)
b. O Pedro está *orgulhoso* d[os seus filhos]. (SN selecionado por adjetivo)
c. Saí *antes* d[a meia-noite]. (SN selecionado por advérbio)

(192) a. A *tentativa* de [fugir da prisão] falhou. (infinitivo selecionado por nome)
b. O Pedro está *orgulhoso* de [ter uma filha tão bonita]. (infinitivo selecionado por adjetivo)
c. Saí *antes* de [elas entrarem]. (infinitivo selecionado por advérbio)

A natureza nominal do infinitivo manifesta-se igualmente na sua capacidade de ocorrer como núcleo (nalguns casos apenas aparente, como se verá) de um sintagma nominal introduzido por um determinante. Há três casos a considerar: (i) a forma verbal infinitiva é reclassificada num verdadeiro substantivo (cf. (193a)); (ii) a forma infinitiva é o resultado de uma nominalização, obtida pelo processo morfológico da conversão (cf. Cap. 59); neste caso, mantêm-se as propriedades argumentais da forma verbal correspondente, embora adaptadas à estrutura de um sintagma nominal (cf. (193b)); e (iii) a expressão que integra o infinitivo mantém as características sintáticas de uma oração (cf. (193c)):

(193) a. *O jantar* foi um sucesso.
b. *Um mover de olhos, brando e piedoso* (Camões, *Sonetos*, pág. 163)
c. Preocupa-me *o não termos notícias dele*.

Nos dois primeiros casos, a forma infinitiva, enquanto nome, é núcleo de um sintagma nominal; no terceiro caso, em contrapartida, o infinitivo mantém as propriedades básicas de uma forma verbal, sendo o sintagma interpretado como se contivesse o nome *facto* elíptico, numa estrutura em que a oração infinitiva tem uma função especificativa (cf. 37.4.4.1): assim, correspondendo a (193c), tem-se *preocupa-me o facto de* [*não termos notícias dele*]. Estes três casos discutem-se nas subsecções seguintes.

[92] Em (191), o núcleo da expressão regida (entre parênteses retos) é um substantivo e em (192) é uma forma verbal infinitiva; sublinha-se a preposição de ligação e coloca-se em itálico o item selecionador.

37.6.1 Infinitivo lexicalizado como substantivo

Alguns verbos infinitivos são lexicalmente reclassificados em substantivos simples, ou seja, são **substantivados**, possuindo, nesse estatuto, todas as propriedades típicas dos nomes, incluindo a da variação em número. Incluem-se neste grupo itens como *andar*, *dever*, *jantar*, *olhar*, *parecer*, *poder* e *ser*, entre outros (cf., para uma discussão mais detalhada e exemplos adicionais, o Cap. 59):

(194) a. *Os jantares em casa da minha avó* eram sempre ótimos.
b. *Os poderes constituídos* decidiram contra mim.
c. *Os pareceres sobre o candidato* foram todos positivos.
d. Acreditas n*os seres extraterrestres*?

Como todos os processos de lexicalização, a substantivação de infinitivos é um processo pouco produtivo e idiossincrático: assim, p.e., existe o substantivo *jantar*, formado de um infinitivo, mas não o substantivo *almoçar* ou *lanchar* (dada a existência de *almoço* e de *lanche*, respetivamente).

Semanticamente, estes nomes podem representar (i) o processo denotado pelo verbo correspondente (cf. *o olhar da Maria é penetrante* e *o jantar durou imenso tempo*); (ii) o resultado desse processo (cf. *o parecer do advogado só ficou pronto ontem*); (iii) a entidade ou as entidades que manifestam o processo denotado pelo verbo ou que são usadas ou consumidas nesse processo (cf. *o ser humano destrói o planeta*, *o jantar é caviar, perdiz de escabeche e sorvete de chocolate*).

Os infinitivos substantivados perdem as propriedades argumentais dos verbos correspondentes e não são sentidos como formas verbais infinitivas pelos falantes.

Estes nomes admitem modificadores possessivos, os quais podem ter uma ampla gama de valores semânticos, como é típico da modificação possessiva em geral (cf. Cap. 27). Assim, p.e., *o jantar da Maria*, para além de poder significar a situação de a Maria jantar, é, fora de contexto, preferencialmente interpretado como o jantar preparado pela Maria, ou que ela ofereceu aos seus convidados, etc.[93]

37.6.2 Nominalização infinitiva

No segundo exemplo de (193) (*um mover de olhos, brando e piedoso*), o substantivo resulta de um processo morfológico derivacional de nominalização (cf. Cap. 59), a partir de uma forma verbal no infinitivo:

(195) a. *Um mover de olhos, brando e piedoso* (Camões, *Sonetos*, pág. 163)
b. Ouvia-se *o rir alegre das mulheres*.
c. *Um chorar desenfreado* chegava aos nossos ouvidos.

Comparem-se as nominalizações de (195) com as frases que lhes correspondem, com um núcleo verbal em vez de um núcleo nominal:

(196) a. Os olhos *moveram-se*, branda e piedosamente.
b. As mulheres *riam* alegremente.
c. Alguém *chorava* desenfreadamente.

[93] Dignas de nota aqui são as lexias formadas pela preposição *de* seguida dos verbos *comer* ou *beber*, as quais podem funcionar como complemento de um número reduzido de verbos como *dar*, *oferecer*, *pedir*, etc.: cf. *dar de comer a quem tem fome*, *pedi-lhe de beber*.

A nominalização infinitiva é, em parte, semelhante a outros processos derivacionais de nominalização deverbal: cf. [*a destruição de Roma pelos Visigodos*] *foi violenta*, *ouvia-se* [*o riso alegre das mulheres*], [*um choro desenfreado*] *chegava aos nossos ouvidos*. Tal como nestes casos, os constituintes que ocorrem na nominalização infinitiva mantêm o valor semântico que têm na frase correspondente (cf. (196)), mas adaptam-se à estrutura sintática imposta pelo novo "hospedeiro", que é um sintagma nominal: assim, o sujeito frásico realiza-se como complemento preposicionado do nome infinitivo, introduzido por *de*, e os advérbios (especialmente os advérbios de modo) realizam-se como adjetivos. Assim, p.e., em (195b), o nome *rir* corresponde à forma verbal *riam* em (196b), o complemento preposicionado *das mulheres* corresponde ao sujeito *as mulheres* e o adjetivo *alegre* corresponde ao advérbio de modo *alegremente* (cf. Cap. 27).

A nominalização infinitiva é pouco produtiva: por exemplo, é muito menos aceitável com verbos transitivos, sobretudo quando inclui o complemento direto, contrariamente aos outros casos de nominalização deverbal. Assim, não são geralmente aceites pelos falantes expressões como **o arrumar do quarto vai dar muito trabalho* (cf. *a arrumação do quarto vai dar muito trabalho*), **o ler do poema pelo ator foi lindíssimo* (cf. *a leitura do poema pelo ator foi lindíssima*), ??*um constante encontrar de soluções pelos melhores estudantes surpreendia os professores*[94].

37.6.3 Orações infinitivas integradas em sintagmas nominais

Os sintagmas nominais representados pelo terceiro exemplo de (193), *preocupa-me* [*o não termos notícias dele*], são necessariamente introduzidas pelo artigo definido *o*, contrariamente aos tipos representados por (193a,b), que podem ocorrer com determinantes definidos, indefinidos ou demonstrativos:

(197) a. Eles têm que agradecer-nos *o termos lutado por uma democracia* (CETEM-Público)
b. *O terem sido absolvidos injustamente* indignou-nos a todos.
c. Lamento *o não estares inteiramente satisfeita com o serviço*.
d. Ninguém ficou contente com *o terem servido o almoço tão tardiamente*.

(198) a. Alarmou-nos *o encontrar uma mosca na sopa*.
b. Lamentamos sinceramente *o ter de despedir tantos funcionários*.
c. *O subir escadas* cansa-me.
d. *O ouvir constantemente as tuas lamúrias* está-se a tornar insuportável para os teus amigos.

Nestes exemplos, o infinitivo mantém as propriedades de um verbo. Em particular, pode ser flexionado (cf. (197)) e a realização sintática dos constituintes que dele dependem segue o padrão normal das frases, não o padrão dos sintagmas nominais que resultam da nominalização infinitiva (cf. (195)). Em particular, o complemento direto é um sintagma nominal não preposicionado (*o almoço* em (197d), *uma mosca* em (198a), *tantos funcionários* em (198b), *escadas* em (198c) e *as tuas lamúrias* em

[94] Para alguns falantes, a nominalização infinitiva a partir de verbos transitivos é mais aceitável se for integrada num sintagma nominal indefinido. Repare-se que, nestas nominalizações, o complemento direto realiza-se como um complemento preposicionado, tipicamente introduzido pela preposição *de* (mas não só; cf. Caps. 27 e 32) e o sujeito realiza-se normalmente como agente da passiva.

(198d) – cf. Nota 94); e os adjuntos de modo são realizados como advérbios, não como adjetivos (*injustamente* em (197b), *tardiamente* em (197d) e *constantemente* em (198d)). Em suma, a sequência que segue o artigo definido corresponde a uma oração infinitiva, flexionada, como em (197), ou não flexionada, como em (198), o que se ilustra em (199) para os exemplos (a) de (197) e (198):

(199) a. Eles têm que agradecer-nos [$_{SN}$ *o* [$_{Or}$ [-] *termos lutado por uma democracia*]].
b. Alarmou-nos [$_{SN}$ *o* [$_{Or}$ [-] *encontrar uma mosca na sopa*]].

Esta representação é corroborada pelo facto de poderem ocorrer nestas frases verbos de cópula, como *estar* em (197c), e verbos auxiliares ou semiauxiliares, como *ter* + particípio passado em (197a,b,d) e *ter* (*de*) em (198b). Pelo contrário, nas nominalizações infinitivas (cf. 37.6.2), estes verbos não podem ocorrer: cf. a impossibilidade, p.e., de ***ouvia-se o ter rido alegre das mulheres*.

Nas frases com orações de infinitivo não flexionado, o sujeito implícito destas é controlado por um argumento da oração principal, de acordo com as propriedades de controlo do seu predicador: pelo sujeito em (198b), pelo complemento direto em (198a,c) e pelo complemento preposicionado em (198d) (cf. 37.5.1.1).

Quando a oração infinitiva é flexionada, o seu sujeito pode ser um pronome nulo e ter uma referência distinta da de qualquer dos argumentos da oração principal (cf., por exemplo, (197c)). O sujeito pode também ser um pronome explícito na forma nominativa (típica dos pronomes quando têm a função de sujeito), o que corrobora a natureza oracional da sequência que segue o artigo definido:

(200) a. Eles têm que agradecer-nos *o* [$_{Or}$ *nós termos lutado por uma democracia*].
b. *O* [$_{Or}$ *eles terem sido absolvidos*] não significa que estejam inocentes.
c. Lamento *o* [$_{Or}$ *tu não estares inteiramente satisfeita com o serviço*].

[18] Alguns falantes consideram que a realização fonética do sujeito da oração infinitiva em exemplos como os de (200) produz frases pouco naturais. Com um sintagma nominal pleno como sujeito, as frases tornam-se ainda mais degradadas: cf. ??*isso serve apenas a sua necessidade de justificar o* [*a mulher ter saído de casa e abandonado o lar*]. Quando o sujeito da oração infinitiva é introduzido pelo artigo definido masculino, as frases tornam-se completamente inaceitáveis devido à adjacência dos dois artigos idênticos (ou seja, *o o*); cf. ***isso serve apenas a sua necessidade de justificar o* [*o marido ter abandonado o lar*]. Por vezes, este facto leva à haplologia, um fenómeno que consiste na supressão de uma de duas palavras vizinhas semelhantes; neste caso, suprime-se um dos artigos: cf. ?*isso serve apenas a sua necessidade de justificar o marido ter abandonado o lar*. Nesta estrutura, no entanto, perde-se a noção de haver um sintagma nominal mais amplo que inclui a oração infinitiva, já que o artigo é mais facilmente sentido como o determinante do nome (i.e., como o segundo *o* da frase não gramatical) do que como o determinante introdutório típico destas estruturas (isto é, como o primeiro *o* da frase não gramatical).

Muitas das estruturas infinitivas oracionais introduzidas pelo artigo definido têm uma interpretação **factiva**, na qual o falante pressupõe a verdade da proposição expressa pela oração infinitiva, quer a frase complexa seja asserida, negada ou interrogada, como se ilustra em (201) (cf. também o Cap. 36 e, neste capítulo, 37.4.1 e 37.4.2):

(201) a. Vocês aprovaram *o* [$_{Or}$ *eles terem servido o almoço antes da reunião*].
b. Vocês não aprovaram *o* [$_{Or}$ *eles terem servido o almoço antes da reunião*].
c. Vocês aprovaram *o* [$_{Or}$ *eles terem servido o almoço antes da reunião*]?

Ao produzir qualquer das frases de (201), o falante assume como sendo um facto a situação expressa pela oração infinitiva, ou seja, que eles serviram efetivamente o almoço antes da reunião.

As estruturas com interpretação factiva podem ser complementos selecionados por **predicadores factivos** (cf. (197a,c,d) e (198a,b)), incluindo verbos como *agradecer*, *aprovar*, *censurar*, *deplorar*, (*ficar*) *contente*, *justificar*, *lamentar* e *surpreender*, ou ter a função de sujeito da frase complexa (cf. (197b) e (198d)), nomeadamente em exemplos com predicadores adjetivais derivados dos verbos listados acima, como *censurável*, *deplorável* e *lamentável*.

As estruturas infinitivas factivas podem conter explicitamente o substantivo *facto* entre o artigo definido e a oração infinitiva; nesse caso, a oração está subordinada a esse nome e tem uma função especificativa do nome (cf. 37.4.4.1), o que se ilustra em (202), correspondendo a (197):

(202) a. Eles têm que agradecer-nos [$_{SN}$ *o facto de* [$_{Or}$ [-] *termos lutado por uma democracia*]].
b. [$_{SN}$ *O facto de* [$_{Or}$ [-] *terem sido absolvidos injustamente*]] indignou-nos a todos.
c. Lamento [$_{SN}$ *o facto de* [$_{Or}$ [-] *não estares inteiramente satisfeita com o serviço*]].
d. Ninguém ficou contente com [$_{SN}$ *o facto de* [$_{Or}$ [-] *terem servido o almoço tão tardiamente*]].

Isto permite analisar os sintagmas nominais das construções factivas sem o nome *facto* como resultando da elipse lexicalmente permitida deste nome e da preposição de ligação (cf. Cap. 45): nesta perspetiva, (197b), p.e., tem a representação: [$_{SN}$ *o ~~facto de~~* [$_{Or}$ [-] *terem sido absolvidos injustamente*]] *indignou-nos a todos*.

Na medida em que a interpretação factiva destas construções é determinada pelo predicador subordinante, mantém-se mesmo quando a oração infinitiva não está integrada dentro dum sintagma nominal, ou seja, quando não é introduzida pelo artigo definido (seguido ou não de *facto*), como nos exemplos de (203), correspondendo a (197) (coloca-se a oração subordinada em itálico):

(203) a. Eles têm que agradecer-nos *termos lutado por uma democracia*.
b. *Terem sido absolvidos injustamente* indignou-nos a todos.
c. Lamento *não estares inteiramente satisfeita com o serviço*.
d. Ninguém ficou contente com *terem servido o almoço tão tardiamente*.

Fontes das abonações

Álvaro de Campos, *Poesias* – Álvaro de Campos (1964) Poesias de Álvaro de Campos. *In Obras completas de Fernando Pessoa* 2. Lisboa. Edições Ática.
Camões, *Sonetos* – Luís de Camões (1973) *Lírica*. Edição revista por Hernâni Cidade e Serafim Ferreira. Círculo de Leitores.
CETEMPúblico – *Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público*. http://www.linguateca.pt/cetempublico/.
CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:
M. O. Braga, *Lua* – BRAGA, Maria Ondina (1986) "Lua de Sangue". *In Lua de Sangue*. Lisboa. Edições Rolim.

38 SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL 1981
38.1 Estruturas de subordinação adverbial 1986
38.1.1 Classificação tradicional 1986
38.1.2 Propriedades das estruturas de subordinação adverbial 1988
38.1.2.1 Orações adverbiais como estruturas subordinadas 1989
38.1.2.2 Orações adverbiais e orações coordenadas 1990
38.1.2.3 Propriedades específicas das orações adverbiais 1991
38.1.3 Estruturas com funcionamento diferente do das orações subordinadas adverbiais 1993
38.1.3.1 Orações consecutivas, comparativas e correlativas 1993
38.1.3.2 Estruturas paratáticas com valores adverbiais 1994
38.2 Orações adverbiais – classificação semântica 1994
38.2.1 Orações temporais 1995
38.2.1.1 Orações com *antes de* + infinitivo e *antes que* + conjuntivo 1995
38.2.1.2 Orações com *depois de* + infinitivo e *depois que* + indicativo 1996
38.2.1.3 Orações com *ao* + infinitivo 1997
38.2.1.4 Orações com *desde que* + indicativo 1998
38.2.1.5 Orações com *até* + infinitivo e *até que* + conjuntivo 2000
38.2.1.6 Orações com *quando* + indicativo/conjuntivo 2001
38.2.1.7 Orações com *logo que*, *assim que* e *mal* + indicativo/conjuntivo 2004
38.2.1.8 Orações com *sempre que*, (*de*) *todas as vezes que*, (*de*) *cada vez que* + indicativo/conjuntivo 2004
38.2.1.9 Orações com *à medida que* + indicativo/conjuntivo 2005
38.2.1.10 Orações com *enquanto* + indicativo/conjuntivo 2005
38.2.1.11 Orações temporais não conjuncionais 2006
38.2.2 Orações causais e explicativas 2006
38.2.2.1 Propriedades semânticas e discursivas 2007
38.2.2.2 Propriedades sintáticas 2009
38.2.3 Orações finais e resultativas 2011
38.2.3.1 Orações finais de evento 2011
38.2.3.2 Orações finais de enunciação 2013
38.2.3.3 Orações resultativas 2014
38.2.4 Orações concessivas 2015
38.2.4.1 Orações concessivas factuais 2015

38.2.4.2 Orações condicionais-concessivas 2017
38.2.5 Orações condicionais 2020
38.2.5.1 Construções condicionais factuais, hipotéticas e contrafactuais 2020
38.2.5.2 Construções monocondicionais e bicondicionais 2022
38.2.5.3 Estruturas condicionais de enunciação 2024
38.2.5.4 Outras construções com interpretação condicional 2025
38.2.6 Orações de modo 2025
38.2.7 Orações de circunstância negativa 2027
38.2.8 Orações de lugar 2028
38.2.9 Orações conformativas e orações de comentário 2028
38.2.10 Orações contrastivas e contrapositivas 2029
38.2.11 Orações substitutivas e acrescentativas 2030
38.3 Orações adverbiais – classificação sintática 2031
38.3.1 Orações adverbiais periféricas vs. orações adverbiais integradas 2031
38.3.2 Diferenças de posição na frase 2036
38.4 Orações adverbiais participiais 2038
38.4.1 Propriedades sintáticas 2038
38.4.2 Valores semânticos das orações participiais 2042
38.5 Orações adverbiais gerundivas 2044
38.5.1 Valores semânticos das orações adverbiais gerundivas 2045
38.5.2 Propriedades sintáticas das orações adverbiais gerundivas 2050
38.5.2.1 Orações gerundivas integradas e periféricas 2050
38.5.2.2 Propriedades internas 2051
38.5.3 Orações gerundivas flexionadas do português dialetal 2055
Fontes das abonações 2056

38 SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL

A tradição gramatical distingue normalmente três grandes tipos de estruturas de subordinação: as **orações subordinadas substantivas** (também designadas **completivas** ou **integrantes**), como *penso que a Maria chegou atrasada* (cf. Caps. 36 e 37), as **orações subordinadas adjetivas** (em que estão incluídas a maioria das **orações relativas**), como *a estudante que chegou atrasada era a Maria* (cf. Cap. 39) e as **orações subordinadas adverbiais** (ou **circunstanciais**), como *o professor zangou-se porque a Maria chegou atrasada*. Neste capítulo, tratar-se-á deste último tipo de estruturas de subordinação.

Por razões que serão apresentadas adiante, o conjunto de estruturas que incluímos nesta classe difere, em parte, daquele que é geralmente considerado na tradição gramatical portuguesa. Na maioria das gramáticas portuguesas, incluem-se nas subordinadas adverbiais as orações temporais, causais, finais, condicionais, concessivas, comparativas e consecutivas. Aqui, são excluídas da subordinação adverbial as orações comparativas e consecutivas, que são tratadas no Cap. 40, e são incluídos alguns outros tipos semânticos geralmente ignorados nas gramáticas portuguesas, tais como as orações contrastivas, as orações de modo, as orações de circunstância negativa, as orações resultativas, as orações condicionais-concessivas, as orações substitutivas e as orações acrescentativas.

Neste capítulo, será feita, em primeiro lugar, uma caracterização global das estruturas de subordinação adverbial (cf., para além desta introdução, 38.1). De seguida, consideram-se as orações finitas e infinitivas, introduzidas por diferentes conectores, descrevendo-se o seu valor semântico (cf. 38.2) e as suas propriedades sintáticas (cf. 38.3). Finalmente, são consideradas as orações participiais (cf. 38.4) e as orações gerundivas (cf. 38.5), que não são normalmente introduzidas por conectores. Serão referidas, ao longo do capítulo, algumas estruturas que, embora tenham propriedades sintáticas distintas das estruturas de subordinação adverbial, partilham com estas valores semânticos como a localização temporal, a causa e a condição.

O Quadro 1 apresenta os tipos de orações que serão tratados neste capítulo, bem como algumas conjunções ou locuções que geralmente as introduzem, de forma a que o leitor possa tomar conhecimento, numa leitura rápida, de algumas das distinções que serão feitas ao longo do capítulo e que serão devidamente

fundamentadas a seu tempo[1]. Chamamos a atenção para o facto de o quadro não seguir de forma exata a estrutura do capítulo: está fundamentalmente organizado por classes semânticas, indicando-se, dentro de cada classe, subtipos semânticos, assim como propriedades sintáticas da estrutura. Assim, no quadro, especifica-se se, de um ponto de vista sintático, a oração se liga à oração principal por subordinação ou por parataxe (cf. Cap. 34), e se a oração funciona como subordinada adverbial integrada ou periférica (cf. 38.3).

Uma vez que o quadro segue fundamentalmente uma classificação semântica, optou-se por organizar as orações participiais e gerundivas de acordo com o valor semântico que podem ter, embora constituam secções à parte no capítulo. Para além disso, convém assinalar que o quadro inclui não só estruturas classificáveis na subordinação adverbial, como também estruturas com valores semânticos característicos da subordinação adverbial, mas que apresentam propriedades sintáticas distintas. É o caso das orações com valor temporal ou condicional que não são introduzidas por conjunção, ou das orações explicativas introduzidas por *pois*, classificadas aqui como paratáticas (sobre parataxe, cf. Cap. 34).

ORAÇÕES TEMPORAIS	
Orações temporais subordinadas	
antes de + inf (flex) *antes que* + conj (cf. 38.2.1.1)	O Rui tomou um café *antes de ir dar aula*. O Rui escondeu-se *antes de os pais chegarem*. Come o gelado *antes que ele derreta*!
depois de + inf (flex) *depois que* + ind (cf. 38.2.1.2)	*Depois de o pai lhe contar uma história*, o Zé adormeceu. *Depois de voltarmos de Paris*, o tempo melhorou. *Depois que o tempo melhorou*, pudemos sair de casa.
ao + inf (flex) (cf. 38.2.1.3)	*Ao chegarem a casa*, o Rui e a Ana viram a porta arrombada.
desde que + ind (cf. 38.2.1.4)	O Zé está fechado no quarto *desde que chegou a casa*.
até + inf (flex) *até que* + conj (cf. 38.2.1.5)	Os meninos brincaram na rua *até ficar noite escura*. Os meninos brincaram na rua *até serem horas de jantar*. Esperei *até que a situação melhorasse*.
quando + ind/conj (cf. 38.2.1.6)	*Quando o Rui entrou*, a Ana abraçou-o.
logo que + ind/conj *assim que* + ind/conj *mal* + ind/conj (cf. 38.2.1.7)	*Logo que me apercebi do erro*, telefonei-lhe. *Assim que chegares*, telefona-me. *Mal entrei em casa*, senti um cheiro a gás.
(*de*) *todas as vezes que* + ind/conj *sempre que* + ind/conj (*de*) *cada vez que* + ind/conj (cf. 38.2.1.8)	*Todas as vezes que toca o telefone*, penso que é para mim. *Sempre que ando de barco*, fico enjoado. *Cada vez que ele tem um exame*, não consegue dormir.

[1] O quadro não pretende listar exaustivamente todos os conectores que introduzem as orações adverbiais, nem todas as possibilidades de tempo e modo na oração subordinada. Apenas são indicados os conectores mais significativos para cada classe, seguidos de um ou dois exemplos ilustrativos. Nos casos em que aparece "inf (flex)", a oração poderá ter o infinitivo flexionado ou não flexionado.

ORAÇÕES TEMPORAIS	
Orações temporais subordinadas	
à medida que + ind/conj (cf. 38.2.1.9)	*À medida que o tempo passa*, a ansiedade aumenta.
enquanto + ind/conj (cf. 38.2.1.10)	*Enquanto o Pedro dorme*, podes ver televisão.
participiais (cf. 38.4)	*Corrigidos os testes*, o professor afixou as notas.
gerundivas (cf. 38.5)	*Passeando à beira-mar*, descobri uma moeda de ouro.
Orações temporais narrativas (cf. 38.2.1.5 e 38.2.1.6)	
quando + ind *até que* + ind	Estava prestes a sair, *quando subitamente viu que não tinha sapatos*. O menino ficou a olhar para o mar, *até que finalmente o sol se pôs*.
Orações temporais paratáticas não introduzidas por conjunção (cf. 38.2.1.11)	
	Era eu criança, e já a minha mãe me contava essa história.
ORAÇÕES CAUSAIS E EXPLICATIVAS (cf. 38.2.2)	
Orações subordinadas causais integradas	
por + inf (flex) *porque* + ind	Fiquei triste *por não me teres telefonado*. Ficaram tristes *por ter reprovado no exame*. Fiquei triste *porque não me telefonaste*.
Orações subordinadas causais e explicativas periféricas	
como + ind *uma vez que* + ind *visto que* + ind *dado que* + ind *já que* + ind	*Como não me telefonaste*, fiquei triste. *Uma vez que estava a chover*, cancelámos o piquenique. *Visto que estudaste bem a lição*, vou dar-te um prémio. *Dado que a situação piorou*, fugimos para o estrangeiro. *Já que estás de pé*, passa-me o jornal.
visto + inf flex *dado* + inf flex	*Visto/dado estarmos todos de acordo*, podemos assinar o contrato.
gerundivas (cf. 38.5)	*Sendo muito inteligente*, o Rui conseguiu terminar o curso mais cedo.
Orações causais e explicativas paratáticas (cf. 38.1.3.2)	
pois + ind *que* + ind *porque* + ind	Ficámos na cama até tarde, *pois era domingo*. Levanta-te, *que o sol já vai alto!* O Rui deve estar em casa, *porque eu vi uma janela aberta*.
ORAÇÕES FINAIS E RESULTATIVAS (cf. 38.2.3)	
Orações subordinadas finais de evento[2] (cf. 38.2.3.1)	
para + inf (flex) *para que* + conj *a fim de* + inf (flex) *a fim de que* + conj	Abrimos a janela *para arejar a sala*. Fomos para casa *para podermos descansar*. Convidámos toda a gente *para que ninguém ficasse aborrecido*. *A fim de rentabilizarmos a empresa*, juntámos dois departamentos. Trouxemos mais cadeiras *a fim de que todos se pudessem sentar*.

[2] Outros conectores que podem introduzir orações finais são: *com o intuito de*, *com a finalidade de*, *com o fim de*, seguidos de infinitivo, e *de forma a que*, *de modo a que*, *de maneira a que*, seguidos de conjuntivo.

Orações subordinadas finais de enunciação (cf. 38.2.3.2)	
para + inf flex *para que* + conj	*Para sermos sinceros*, esse tipo de filmes não nos agrada. *Para que saibas*, o António foi promovido.
Orações resultativas (ou consequenciais) (cf. 38.2.3.3)	
de forma que + ind[3]	Houve um acidente, *de forma que cheguei atrasado*.
ORAÇÕES CONCESSIVAS (cf. 38.2.4)	
Orações subordinadas concessivas factuais (cf. 38.2.4.1)	
embora + conj *apesar de* + inf flex *se bem que* + conj[4] *ainda que* + conj[5] *mesmo se* + ind[6]	*Embora estivesse a chover*, fomos dar um passeio. *Apesar de estarmos engripados*, fomos dar um passeio. *Se bem que estivesse a chover*, fomos dar um passeio. *Ainda que o diretor não estivesse*, fizemos a reunião. *Mesmo se o diretor não está*, podemos fazer a reunião.
gerundivas (cf. 38.5)	*Mesmo sabendo que não me amava*, convidei-a para jantar.
Orações subordinadas concessivas de enunciação (cf. 38.2.4.1)	
embora + conj *se bem que* + conj/ind	*Embora tu não aches*, o Pedro é muito inteligente. O João diz que vai terminar o curso este ano, *se bem que eu não acredite muito nisso*.
Orações condicionais-concessivas (cf. 38.2.4.2)	
Escalares	
mesmo que + conj *mesmo se* + conj *ainda que* + conj[7] *nem que* + conj	*Mesmo que ele fosse rico*, não conseguiria ser feliz. Eu vou ao cinema *mesmo se ficares em casa*. *Ainda que eu tenha de atravessar montanhas*, irei ter contigo. Irei ter contigo, *nem que eu tenha de atravessar montanhas*.
gerundivas (cf. 38.5)	*Mesmo conhecendo os riscos*, o Rui teria feito a operação.
Universais	
expressão com quantificador (*qualquer que*, *por mais que*, *por muito que*...) + conj	*Qualquer que seja a tua decisão*, podes contar comigo.
Alternativas	
quer ... quer... + conj[8]	*Quer haja financiamento quer não*, o projeto vai para a frente.

[3] As orações resultativas podem ser introduzidas por outros conectores, tais como: *de modo que*, *de maneira que*.

[4] Encontra-se atestado também o uso de *se bem que* seguido de indicativo, sobretudo quando a oração adverbial se encontra em posição final: *ele apreciou o trabalho, se bem que a qualidade do papel não era a melhor*. Ainda que esta construção seja desaconselhada em contextos mais formais, ela é produtiva na fala espontânea.

[5] As orações introduzidas por *ainda que* podem ser concessivas ou condicionais-concessivas, dependendo de vários fatores (cf. 38.2.4).

[6] *Mesmo se* pode ser seguido também de conjuntivo, mas, nesse caso, teremos uma construção condicional-concessiva.

[7] O conector *ainda que* pode introduzir quer orações concessivas, quer condicionais-concessivas, dependendo de vários fatores (cf. 38.2.4).

[8] Há outras estruturas classificáveis nesta classe introduzidas por outros conectores ou mesmo sem conectores a introduzi-las (cf. Peres, Móia e Marques 1999 e 38.2.4.2).

ORAÇÕES CONDICIONAIS (cf. 38.2.5)	
Monocondicionais	
se + conj/ind	*Se o comboio se atrasar*, teremos de apanhar um táxi. *Se eu soubesse quem era*, não teria atendido o telefone. *Se estava bom tempo*, íamos à praia.
caso + conj *no caso de* + inf flex *na condição de* + inf flex	*Caso o comboio se atrase*, teremos de apanhar um táxi. *No caso de as malas não aparecerem*, o Rui deve telefonar à polícia. Dou-te mais um rebuçado *na condição de me prometeres que lavas bem os dentes*.
a + inf	*A ser verdade o que disseram as notícias*, a gasolina vai aumentar.
gerundivas (cf. 38.5)	*Treinando mais horas por dia*, melhorarás os resultados.
Bicondicionais	
desde que + conj *contanto que* + conj	Todos podem entrar, *desde que tenham bilhete válido*. Podes ficar aqui *contanto que não faças barulho*.
a não ser que + conj *a menos que* + conj	*A não ser que seja dada ordem em contrário*, todos deverão permanecer nos seus lugares. A cidade será evacuada *a menos que a situação se altere*.
Condicionais de enunciação (cf. 38.2.5.3)	
se + ind	*Se és tão esperto*, faz tu o trabalho! A situação tornou-se insuportável, *se é que me compreendes*.
Condicionais paratáticas (cf. 38.2.5.4)	
conj	*Tivesse eu menos vinte anos*, e tudo seria diferente!
ORAÇÕES DE MODO (cf. 38.2.6)	
como + ind/conj	Preparei tudo exatamente *como me indicaste*.
gerundivas (cf. 38.5)	Os ladrões entraram em casa *partindo o vidro da cozinha*.
ORAÇÕES DE CIRCUNSTÂNCIA NEGATIVA (cf. 38.2.7)	
sem + inf (flex) *sem que* + conj	Saímos da sala *sem os primos repararem*. Estragámos tudo *sem dar conta*. Saímos da sala *sem que ninguém reparasse*.
ORAÇÕES DE LUGAR – RELATIVAS LIVRES (cf. 38.2.8)	
onde + ind/conj	*Onde eu moro*, toda a gente se conhece.
ORAÇÕES CONFORMATIVAS (cf. 38.2.9)	
conforme + ind *segundo* + ind	*Conforme foi anunciado*, o avião partirá com duas horas de atraso. *Segundo me disseram*, este curso é gratuito.
ORAÇÕES DE COMENTÁRIO (cf. 38.2.9)	
como + ind	*Como é sabido*, o português é uma língua românica.

ORAÇÕES CONTRASTIVAS (cf. 38.2.10)	
enquanto (*que*)[9] + ind *ao passo que* + ind	*Enquanto* (*que*) *o João é baixo*, o Rui é alto. O Rui é alto, *ao passo que o João é baixo*.
ORAÇÕES CONTRAPOSITIVAS (cf. 38.2.10)	
quando + ind	A Ana veio de metro, *quando podia ter apanhado um táxi*.
ORAÇÕES SUBSTITUTIVAS (cf. 38.2.11)	
em vez de + inf (flex)	*Em vez de te queixares*, reage!
ORAÇÕES ACRESCENTATIVAS (cf. 38.2.11)	
(*para*) *além de* + inf (flex)	*Para além de serem espertos*, estes rapazes são simpáticos.
ORAÇÕES GERUNDIVAS (cf. 38.5)	
Orações gerundivas de enunciação	
	Pensando melhor, por que é que não vamos jantar fora?
Orações gerundivas periféricas pospostas	
	Os arquitetos ficaram a trabalhar até tarde, *tendo acabado o projeto já de madrugada*.

Quadro 1 – Tipos de orações subordinadas adverbiais

38.1 Estruturas de subordinação adverbial

Depois de se apresentar a classificação tradicional das orações subordinadas adverbiais (cf. 38.1.1), identificar-se-ão as propriedades distintivas das orações que cabem nesta designação, contrapondo-as a outras estruturas que integram frases complexas (cf. 38.1.2). Finalmente, serão identificadas algumas estruturas que, embora tenham sido aproximadas das orações subordinadas adverbiais, têm funcionamentos distintos (cf. 38.1.3).

38.1.1 Classificação tradicional

Tradicionalmente, as orações subordinadas adverbiais são definidas como estruturas oracionais que desempenham funções acessórias na oração, equivalentes às dos **adjuntos adverbiais** ou **circunstanciais**, sendo, por isso, em muitos casos, facilmente elimináveis sem que a frase se torne agramatical (cf. Caps. 11, 28 e 33)[10].

As orações subordinadas adverbiais desempenham funções semelhantes às dos restantes adjuntos adverbiais, havendo, em muitos casos, um paralelismo óbvio entre constituintes adverbiais ou preposicionais e orações, com o mesmo valor semântico adverbial:

[9] Se bem que a locução contrastiva *enquanto que* seja usada por muitos falantes, a norma mais estrita recomenda que se use *enquanto* sem a conjunção-complementador *que*.

[10] Note-se que a expressão que desempenha a função de adjunto adverbial inclui o conector de natureza preposicional, adverbial ou nominal que introduz a oração propriamente dita; estes conectores apresentam diferentes graus de gramaticalização, sendo por vezes denominados na tradição gramatical de **locuções conjuncionais** (cf. o Apêndice do Cap. 33 e Brito 2003b).

❖ Valor semântico temporal

(1) a. Telefono-te *quando o João chegar*. [oração]
b. Telefono-te *amanhã*. [advérbio]
c. Telefono-te *após a reunião*. [sintagma preposicional]

❖ Valor semântico causal

(2) a. O Rui faltou *porque estava doente*. [oração]
b. O Rui faltou *por esse motivo*. [sintagma preposicional]

São tratadas, na perspetiva tradicional, como orações subordinadas adverbiais uma série de estruturas caracterizadas essencialmente pelo seu valor semântico (à semelhança do que acontece com os outros adjuntos adverbiais), podendo os subtipos semânticos considerados variar ligeiramente de gramática para gramática.

Na tradição gramatical portuguesa e brasileira[11], são identificadas as orações **temporais** (cf. (3a)), as **causais** (cf. (3b)), as **finais** (cf. (3c)), as **condicionais** (cf. (3d)) e as **concessivas** (cf. (3e)). A tradição gramatical brasileira acrescenta ainda as orações **conformativas** (cf. (3f)) e as **proporcionais** (cf. (3g)):

(3) a. *Quando o tempo melhorou*, fomos passear. [temporal]
b. A cidade estava deserta *porque era ainda muito cedo*. [causal]
c. Instalámos um estrado *para que todos vissem bem o orador*. [final]
d. *Se estiver a chover*, a excursão será cancelada. [condicional]
e. *Embora ainda não fosse tarde*, o Rui foi-se deitar. [concessiva]
f. *Como era previsível*, ganhámos as eleições. [conformativa]
g. *À medida que nos aproximamos de Lisboa*, o céu fica mais límpido. [proporcional]

De um ponto de vista morfossintático, a tradição gramatical distingue **orações finitas** de **orações não finitas** (infinitivas, gerundivas e participiais). As orações finitas têm um verbo[12] numa forma finita, i.e., numa forma do indicativo ou do conjuntivo:

(4) a. *Se viesses às aulas*, não terias dificuldade em fazer os exercícios.
b. *Quando recebi a notícia*, vim logo para casa.

As orações não finitas têm o primeiro verbo no infinitivo, no gerúndio ou no particípio passado:

(5) a. Zaqueu subiu a uma árvore *para poder ver Jesus*. [infinitivo – final]
b. *Estando o Rui à janela*, apareceu um polícia. [gerúndio – temporal]
c. *Terminada a aula*, os alunos arrumaram os livros. [particípio passado – temporal]

O grupo de orações que as gramáticas portuguesas incluem na subordinação adverbial é demasiado heterogéneo, contemplando estruturas com comportamentos

[11] Cf. Azevedo Filho (1971), Cunha (1969), Cunha e Cintra (1984), Coelho (1891), Dias ([1876] 1921), entre muitos outros, e ainda a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* e a *Nomenclatura Gramatical Brasileira*.
[12] Caso se trate de uma perífrase verbal, é o primeiro verbo, o auxiliar, que se encontra numa forma finita; caso se trate de um verbo simples, é o verbo pleno que se encontra numa forma finita.

sintáticos bastante diferenciados. Assim, as orações **comparativas** (cf. (6a)) e as orações **consecutivas** (cf. (6b)), classificadas como adverbiais na tradição gramatical portuguesa e brasileira[13], distinguem-se das restantes estruturas pela presença de um quantificador – como *tão* ou *tanto* – na oração principal e pela impossibilidade de serem antepostas (veja-se a impossibilidade de **como o Paulo, o Rui lê tão bem* e **que ficou enjoada, a Ana comeu tanto* – comparar com as frases em (6))[14]:

(6) a. O Rui lê tão bem *como o Paulo*. [comparativa]
b. A Ana comeu tanto *que ficou enjoada*. [consecutiva]

Isto leva-nos a excluí-las deste grupo e a tratá-las noutra subsecção (cf. 38.1.3).

Para além disso, distinguimos algumas estruturas que têm valores semânticos característicos da subordinação adverbial, mas que estabelecem com a oração de que dependem semanticamente uma relação sintática de parataxe (cf. Cap. 34).

Identificamos de seguida as estruturas que consideramos aqui serem orações subordinadas adverbiais e as propriedades que as caracterizam.

38.1.2 Propriedades das estruturas de subordinação adverbial

As orações subordinadas adverbiais não são semanticamente selecionadas pelo verbo da oração principal, funcionam como adjuntos do predicado ou da frase e, no caso das orações finitas e infinitivas, são introduzidas por um conector, de natureza morfossintática variável, que é responsável em grande parte pelo valor semântico que a oração adverbial adquire. Assim, as conjunções *se*, *embora*, *porque* e *enquanto*, ou as locuções conjuncionais *desde que* e *ainda que*, nas frases abaixo, determinam parcialmente a interpretação da oração subordinada:

(7) a. *Se estiver a chover*, a excursão será cancelada. [condicional]
b. A manifestação realizou-se, *embora estivesse a chover*. [concessiva]
c. *Porque era ainda muito cedo*, a cidade estava deserta. [causal]
d. *Enquanto eu estiver fora*, podes comprar comida feita. [temporal]
e. *Desde que moro no campo*, não tive mais alergias. [temporal]
f. *Ainda que esteja a chover*, a manifestação realizar-se-á. [condicional-concessiva]

As orações adverbiais participiais e gerundivas não são geralmente introduzidas por conectores, embora nalguns casos possam ser iniciadas por um elemento, normalmente de natureza adverbial, como *uma vez* e *mesmo*:

(8) a. (*Uma vez*) *feitas as malas*, chamámos um táxi. [participial temporal]
b. (*Mesmo*) *não sendo muito falador*, o Rui é simpático. [gerundiva concessiva][15]

Não é fácil identificar propriedades exclusivas das orações adverbiais, porque elas partilham propriedades simultaneamente com as restantes estruturas de subor-

[13] Bechara (1999) constitui uma exceção, uma vez que distingue já comparativas e consecutivas das restantes estruturas.
[14] Para além disso, as estruturas comparativas permitem construções de elipse que outras orações subordinativas adverbiais não permitem: cf. *ele escreve um romance mais depressa do que o João*, em que se subentende o sintagma verbal elidido *escreve um romance* na segunda oração; comparar com *ele escreve um romance mais depressa do que o João escreve uma carta*.
[15] O advérbio *mesmo* facilita a interpretação concessiva. Na ausência de *mesmo*, pode obter-se uma interpretação causal ou explicativa, consoante a natureza da situação descrita.

dinação (uma vez que estabelecem uma relação de dependência relativamente à oração principal) e com as estruturas de coordenação oracionais (uma vez que os valores semânticos associados às orações adverbiais podem ser inferidos de orações coordenadas). Identificam-se a seguir as principais propriedades destas orações.

38.1.2.1 Orações adverbiais como estruturas subordinadas

As orações adverbiais são enquadráveis nas estruturas de subordinação[16]. Tal como as orações completivas (cf. Caps. 36 e 37) ou relativas (cf. Cap. 39), as orações adverbiais estabelecem uma dependência com a oração principal[17], embora essa dependência seja mais ténue do que nas outras estruturas de subordinação. Uma vez que as orações adverbiais são adjuntos adverbiais e não complementos (cf. Caps. 11 e 28), a relação de dependência que se estabelece com a oração principal é mais frouxa. O facto de a oração não ser selecionada permite que, em muitos casos, ela possa ser omitida sem que a frase se torne agramatical:

(9) a. O João ligou a televisão (*logo que chegou a casa*).
b. O João chegou atrasado (*porque estava muito trânsito*).

Em português, há pelo menos duas propriedades que nos permitem aproximar as orações adverbiais das estruturas de subordinação: (i) a possibilidade de coordenação e (ii) a posição dos pronomes clíticos (no caso das orações finitas).

❖ Possibilidade de coordenação

É possível coordenar orações subordinadas completivas (cf. (10a)) e relativas (cf. (10b)), mas não é possível coordenar orações quando a segunda já é introduzida por uma conjunção coordenativa (como *e* ou *mas*) (cf. (10c)):

(10) a. O Pedro acha [que a situação vai melhorar] e [que o desemprego vai diminuir].
b. O livro [que eu te ofereci] e [que era do meu avô] tem umas fotografias lindas.
c. *[O João foi ao cinema] e [mas o Paulo foi ao teatro].

Tal como as orações completivas e relativas, e contrariamente às orações introduzidas por *mas* ou *e*, as orações adverbiais admitem a coordenação. Nas seguintes frases, exemplifica-se a possibilidade de coordenar orações causais com *porque*, orações temporais com *quando* e orações finais com *para que*:

---

[16] Cf. Lobo (2003), Matos (2004), entre outros. Considera-se aqui que algumas estruturas com valores semânticos característicos da subordinação adverbial, mas com propriedades sintáticas distintas, não são orações subordinadas adverbiais. Incluem-se neste grupo estruturas com valor temporal, condicional ou final, não introduzidas por conjunção, com propriedades sintáticas características da parataxe (cf. Cap. 34), tais como: (i) *era eu criança*, (*e*) *já sonhava ser jogador de futebol*; (ii) *fosse eu rico*, (*e*) *daria a volta ao mundo*; (iii) *falei muito baixinho*, *não fosse ele acordar*. Distinguem-se ainda orações com valor causal ou explicativo introduzidas pela conjunção *pois*, as quais, pelas suas propriedades sintáticas, não são enquadráveis na subordinação adverbial (*ficámos em casa*, *pois estava a chover torrencialmente*), assim como outras estruturas que se referirá quando oportuno (cf. 38.1.3.2 e também o Cap. 34).

[17] Tecnicamente, a relação de dependência é estabelecida com a oração que contém imediatamente a oração adverbial, ou seja, a **oração subordinante**. Em praticamente todos os exemplos que apresentamos neste capítulo, no entanto, a oração subordinante é a oração mais inclusiva da estrutura frásica, ou seja, é também a **oração principal**. Daí que se use frequentemente o termo "oração principal" em vez de "oração subordinante".

(11) a. Cheguei atrasado [porque não ouvi o despertador] e [porque apanhei muito trânsito].
b. [Quando as aulas acabarem] e [quando o tempo melhorar], podemos organizar um piquenique.
c. Fechámos a porta [para que as crianças não ouvissem a conversa] e [para que ninguém nos incomodasse].

❖ Colocação de pronomes clíticos

Nas orações subordinadas finitas do português, os pronomes clíticos ocorrem tipicamente em posição pré-verbal, ou seja, em próclise (cf. Cap. 42):

(12) a. O Pedro disse que *me telefonava*.
b. Gostei do livro que o João *me ofereceu*.

Nas orações coordenadas, pelo contrário, e na ausência de outros elementos que desencadeiem a próclise, os pronomes clíticos ocorrem sempre em posição pós-verbal, ou seja, em ênclise:

(13) a. O Pedro *telefonou-me* e *convidou-me* para jantar.
b. O Pedro hesitou, mas *contou-me* a verdade.

As orações adverbiais finitas apresentam um padrão de colocação de pronomes clíticos semelhante ao das orações subordinadas completivas e relativas. Nas orações adverbiais finitas, os pronomes clíticos ocorrem em posição pré-verbal:

(14) a. O João está triste porque *se esqueceram* dos seus anos.
b. O João ficou triste quando *se esqueceram* dos seus anos.
c. Embora as coisas *se tenham* complicado, continuamos a ter muitos alunos.

38.1.2.2 Orações adverbiais e orações coordenadas

Embora, como se viu, haja razões para incluir as orações adverbiais no grupo das estruturas de subordinação, não deixa de ser verdade que há várias propriedades que as aproximam das estruturas de coordenação frásica[18].

Os valores semânticos associados às orações adverbiais correspondem a processos cognitivos que podem estabelecer-se ao nível do discurso entre frases coordenadas. A título de exemplo, comparem-se os seguintes pares de frases:

(15) a. *Quando cheguei a casa*, percebi que tinha havido um assalto.
b. Cheguei a casa e percebi que tinha havido um assalto.

(16) a. *Como cheguei atrasado*, já não arranjei lugar.
b. Cheguei atrasado e já não arranjei lugar.

Nos exemplos (15a) e (16a), a relação que se estabelece entre as duas orações (de temporalidade no primeiro caso, de causalidade no segundo caso) está marcada por um conector de subordinação explícito – *quando* e *como*. Nos exemplos (15b) e (16b), essa mesma relação é inferida a partir da coordenação (cf. Cap. 35).

[18] Ver o Cap. 34 e López García (1999) para uma discussão da distinção entre parataxe e hipotaxe, coordenação e subordinação.

38.1.2.3 Propriedades específicas das orações adverbiais

As estruturas de subordinação (completivas, relativas e adverbiais) distinguem-se entre si pelo seu comportamento relativamente a algumas propriedades sintáticas. Apresentam-se, a seguir, propriedades que distinguem as orações adverbiais dos outros tipos.

❖ Impossibilidade de interrogar um constituinte de uma oração adverbial através de um sintagma *qu-* inicial

Embora seja possível interrogar um constituinte que desempenha uma função gramatical numa oração subordinada completiva através de um constituinte interrogativo no início da frase (cf. Cap. 48), como se ilustra em (17b), isso não é possível com um constituinte de uma oração subordinada adverbial, como se exemplifica em (18b)[19]:

(17) a. O João disse [que a Ana gostava de alguém].
b. *De quem* é que o João disse [que a Ana gostava _]?

(18) a. O João ficou contente [porque telefonaste a alguém].
b. **A quem* é que o João ficou contente [porque telefonaste _]?

❖ Possibilidade de ocorrer em posição inicial ou entre o sujeito e o predicado

Para além de poderem ocorrer, na maioria dos casos, em posição final, as orações adverbiais podem geralmente ocorrer em posição inicial de frase ou numa posição entre o sujeito e o predicado, como nos seguintes paradigmas:

(19) a. O João ligou a televisão *quando chegou a casa*.
b. *Quando chegou a casa*, o João ligou a televisão.
c. O João, *quando chegou a casa*, ligou a televisão.

(20) a. O João saiu, *apesar de estar a chover*.
b. *Apesar de estar a chover*, o João saiu.
c. O João, *apesar de estar a chover*, saiu.

(21) a. Os atletas conseguirão melhores resultados *se trabalharem mais*.
b. *Se trabalharem mais*, os atletas conseguirão melhores resultados.
c. Os atletas, *se trabalharem mais*, conseguirão melhores resultados.

(22) a. O Rui tomou um comprimido *para conseguir dormir*.
b. *Para conseguir dormir*, o Rui tomou um comprimido.
c. O Rui, *para conseguir dormir*, tomou um comprimido.

(23) a. O João resolveu ficar em casa *porque havia greve dos transportes*.
b. *Porque havia greve dos transportes*, o João resolveu ficar em casa.
c. O João, *porque havia greve dos transportes*, resolveu ficar em casa.

[19] Também não é possível interrogar um constituinte integrado numa oração relativa (cf. **a quem é que o livro* [*que ofereceste _ é muito interessante?*, a partir de *o livro* [*que ofereceste a alguém*] *é muito interessante*) ou numa oração coordenada (cf. **a quem é que o Pedro chegou a casa,* [*mas não falou _?*], a partir de *o Pedro chegou a casa,* [*mas não falou a alguém*]).

Pelo contrário, as orações relativas com antecedente expresso não admitem essas posições, como se exemplifica no seguinte paradigma[20]:

(24) a. O João adorou o livro *que lhe ofereceste*.
b. **Que lhe ofereceste*, o João adorou o livro.
c. *O João, *que lhe ofereceste*, adorou o livro.

As orações completivas, embora não possam ocorrer entre o sujeito e o predicado, admitem ser antepostas quando funcionam como tópico discursivo, como se ilustra em (25):

(25) a. Ninguém acreditava *que a situação pudesse piorar*.
b. *Que a situação pudesse piorar*, ninguém acreditava.
c. *Ninguém, *que a situação pudesse piorar*, acreditava.

A ocorrência de uma oração adverbial em posição inicial é, no entanto, mais natural do que a de uma oração completiva, que mantém sempre uma dependência com o verbo que a seleciona. Note-se que o facto de as orações adverbiais poderem ocorrer em mais do que uma posição não significa necessariamente que a interpretação atribuída a cada caso seja idêntica. Como se verá adiante (cf. 38.3.2), a oração em posição final ou inicial não tem o mesmo estatuto discursivo. Além disso, nem todas as orações adverbiais admitem facilmente as três posições: as orações causais introduzidas por *como* não são gramaticais em posição final (cf. (26a)); algumas orações participiais e gerundivas são pouco naturais em posição final ou entre o sujeito e o predicado (cf. os paradigmas (27)-(28))[21]; e as orações de modo dificilmente ocorrem noutra posição que não seja a final (cf. (29)):

(26) a. *O Rui ficou em casa, *como estava a chover*.
b. *Como estava a chover*, o Rui ficou em casa.
c. O Rui, *como estava a chover*, ficou em casa.

(27) a. ??Os alunos saíram, *terminada a lição*.
b. *Terminada a lição*, os alunos saíram.
c. Os alunos, *terminada a lição*, saíram.

(28) a. ?? O diretor da empresa teve de tomar medidas drásticas, *sendo a situação financeira muito grave*.
b. *Sendo a situação financeira muito grave*, o diretor da empresa teve de tomar medidas drásticas.
c. ? O diretor da empresa, *sendo a situação financeira muito grave*, teve de tomar medidas drásticas.

(29) a. O João cruza os braços *como o pai fazia*.
b. ?*Como o pai fazia*, o João cruza os braços.
c. ?O João, *como o pai fazia*, cruza os braços.

---

[20] Também se excluem a anteposição de uma oração coordenada ou a sua ocorrência entre o sujeito e o predicado. Partindo de uma frase como *o Pedro foi ao teatro e o Rui foi ao cinema*, não se obtém nem **e o Rui foi ao cinema, o Pedro foi ao teatro* nem **o Pedro, e o Rui foi ao cinema, foi ao teatro* (cf. Cap. 35).

[21] Existem, contudo, algumas divergências entre os falantes quanto à aceitabilidade de ocorrência de orações participiais e gerundivas em posição final.

Este conjunto de propriedades permite identificar as orações subordinadas adverbiais, distinguindo-as quer das restantes estruturas subordinadas quer das estruturas coordenadas. Para além disso, permite excluir deste grupo uma série de construções de que se falará na próxima subsecção.

38.1.3 Estruturas com funcionamento diferente do das orações subordinadas adverbiais

Nesta subsecção, justifica-se a atribuição de um diferente estatuto sintático a algumas estruturas que tradicionalmente são classificadas como orações subordinadas adverbiais. Em 38.1.3.1, tratar-se-á das orações consecutivas, comparativas e correlativas; em 38.1.3.2, serão referidas estruturas com valores semânticos adverbiais que, do ponto de vista sintático, não estabelecem uma relação de subordinação com a oração à qual se encontram ligadas.

38.1.3.1 Orações consecutivas, comparativas e correlativas

Como foi referido acima (cf. 38.1.1), as orações comparativas e consecutivas (cf. Cap. 40) são tradicionalmente postas a par das outras orações adverbiais. Trata-se, no entanto, de estruturas com comportamentos bastante diferentes, que devem ser distinguidas, quer semanticamente, quer sintaticamente, das restantes orações classificadas na subordinação adverbial.

Em primeiro lugar, estas orações estão sempre dependentes de uma quantificação expressa por um adjetivo ou por um advérbio de grau, que não podem ser omitidos sem que a frase se torne agramatical:

(30) a. Os meninos comeram tantos doces *que ficaram enjoados*. [oração consecutiva]
b. *Os meninos comeram doces *que ficaram enjoados*.

(31) a. Os meninos comeram mais doces *do que as meninas*. [oração comparativa]
b. *Os meninos comeram doces *do que as meninas*.

Em segundo lugar, são estruturas que, ao contrário do que é típico das orações adverbiais, não podem ser antepostas:

(32) a. **Que ficaram enjoados*, os meninos comeram tantos doces.
b. **Do que as meninas*, os meninos comeram mais doces.

Finalmente, as orações consecutivas não admitem facilmente a coordenação:

(33) ??O João comeu tanto [que ficou maldisposto] **e** [que tiveram de o levar ao hospital].

Também as estruturas **comparativas correlativas** (que nalgumas gramáticas tradicionais são classificadas como orações subordinadas adverbiais proporcionais)[22] têm propriedades claramente diferentes das das restantes orações adverbiais. Estas

[22] Dentro do grupo das orações proporcionais da tradição gramatical brasileira, podemos distinguir estruturas como (ia), que têm um valor predominantemente temporal, de estruturas como (ib), as comparativas correlativas, que estabelecem uma comparação e uma correlação entre duas situações:
(i) a. *À medida que nos afastamos da costa*, o nevoeiro intensifica-se.
b. *Quanto mais como*, mais fome tenho.
As orações comparativas correlativas correspondem, por conseguinte, a um subconjunto das estruturas tradicionalmente designadas de "proporcionais".

estruturas envolvem igualmente uma quantificação, quer na oração considerada dependente (em posição inicial), quer na oração considerada principal (em posição final)[23]:

(34) a. *Quanto mais falo com ele*, mais triste fico.
b. *Quanto mais velho se é*, menos hipóteses se tem de arranjar emprego.
c. *Quanto menos os vejo*, mais vergonha tenho de lhes telefonar.
d. *Quanto menos escrevo*, menos vontade tenho de escrever.

As orações comparativas correlativas distinguem-se das restantes orações adverbiais (i) por não terem a mobilidade típica destas estruturas, o que se exemplifica em (35a), (ii) por admitirem marginalmente que um dos seus constituintes seja interrogado através de um sintagma *qu-* inicial, como se exemplifica em (35b), e (iii) por não poderem ser omitidas, como se exemplifica em (35c) (cf. 38.1.2.3):

(35) a. *Mais triste fico, *quanto mais falo com ele*.
b. ?[*Com quem*] é que [*quanto mais falas* [-]], mais triste ficas?
c. *Mais triste fico.

As orações comparativas, as consecutivas e as comparativas correlativas serão, assim, tratadas noutro lugar desta Gramática (cf. Cap. 40).

38.1.3.2 Estruturas paratáticas com valores adverbiais

Como foi referido na introdução a este capítulo, existem orações com valores característicos da subordinação adverbial (tais como o tempo, a condição, a causa ou a explicação) que, de um ponto de vista sintático, estabelecem com a oração principal uma relação de parataxe, isto é, uma relação que não envolve dependência estrutural, mas sim um processo de coordenação, de justaposição ou de suplementação (cf. Cap. 34). Algumas destas orações não são introduzidas por conjunções, sendo a sua interpretação derivável da relação que se estabelece entre as situações descritas pelas duas orações conectadas; outras são introduzidas por conjunções que partilham propriedades com as conjunções coordenativas. Estes casos exemplificam-se de seguida:

(36) a. *Era eu criança*, já a minha mãe contava essa história. [temporal]
b. *Fizesses o que eu te digo*, nada disto tinha acontecido. [condicional]
c. Levanta-te, *pois já é tarde*! [explicativa]

Por serem semanticamente próximas das orações subordinadas adverbiais, estas estruturas serão tratadas nas subsecções semânticas respetivas (cf. 38.2.1.11, 38.2.5.4 e 38.2.2), onde se discutirá o seu estatuto sintático.

38.2 Orações adverbiais – classificação semântica

Os valores semânticos das orações adverbiais finitas e infinitivas são, na maioria dos casos, determinados pelos conectores que as introduzem. Relativamente às orações gerundivas e participiais, que não são, geralmente, introduzidas por conectores,

[23] Sublinham-se os elementos que expressam a quantificação.

os valores semânticos são determinados por vários fatores, que se apresentam e discutem em 38.4 e 38.5.

A tipologia semântica das orações adverbiais aqui proposta (cf. Quadro 1) difere, em parte, das tipologias tradicionais, uma vez que se identificam aqui não só subclasses, mas também classes novas que a maioria das gramáticas tradicionais não considera[24].

Considerando o conjunto de orações que partilham as propriedades enunciadas em 38.1.2. (i.e., não seleção por um elemento da oração principal; possibilidade de anteposição; possibilidade de coordenação; impossibilidade de interrogar um dos seus constituintes; e, no caso das orações finitas, colocação proclítica de um pronome átono), identificam-se de seguida várias classes e subclasses semânticas de estruturas subordinadas adverbiais, referindo, sempre que oportuno, estruturas semanticamente aparentadas, mas com propriedades sintáticas distintas.

38.2.1 Orações temporais

As **orações subordinadas temporais** localizam temporalmente a situação descrita na oração principal e têm, por conseguinte, funções semelhantes às dos adjuntos adverbiais de localização temporal (cf. Cap. 33). Podem identificar-se várias subclasses semânticas de orações temporais, que se caracterizam por imporem diferentes restrições aspetuais (cf. Cap. 17) tanto sobre o predicado da oração subordinada como sobre o predicado da oração principal.

Consideram-se, de seguida, as diferentes subclasses de orações temporais, partindo dos conectores que as introduzem.

38.2.1.1 Orações com *antes de* + infinitivo e *antes que* + conjuntivo

As orações introduzidas por *antes de* seguido de infinitivo ou por *antes que* seguido de conjuntivo localizam a situação da oração principal num intervalo de tempo anterior ao intervalo de tempo em que decorre a situação da oração subordinada, quer a situação da oração principal seja anterior, simultânea ou posterior ao tempo da enunciação:

(37) a. Os meninos tomaram banho *antes de irem para a cama*.
b. Os militantes celebraram a vitória *antes que os resultados fossem conhecidos na totalidade*.

No caso das orações infinitivas, o sujeito da oração subordinada pode ter uma referência distinta da do sujeito da oração principal (cf. (38)) ou pode ter a mesma referência (cf. (39) e (40)). Quando os sujeitos das duas orações não são correferentes, o verbo da oração adverbial está obrigatoriamente no infinitivo flexionado (cf. (38)). Quando os sujeitos são correferentes e a oração subordinada tem um sujeito não realizado foneticamente, alguns falantes admitem o uso do infinitivo não flexionado, com um sujeito implícito, embora se prefira geralmente o infinitivo flexionado, com um sujeito pronominal nulo, como se ilustra em (39) e (40) (cf. Caps. 37 e 43):

[24] Esta classificação segue, em grande medida, propostas feitas para outras línguas (cf. Quirk et al. 1985, Kortmann 1996, Hengeveld 1998). Ver Peres (1997), para uma descrição das propriedades das conexões proposicionais em português e para uma nova proposta de tipologia.

(38) a. Tomámos um café *antes de os conferencistas entrarem na sala*.
b. *Antes de chegares*, acendi a lareira.

(39) a. Eles tomaram um café *antes de irem trabalhar*.
b. Eles tomaram um café *antes de ir trabalhar*.

(40) a. Fechaste a porta *antes de saíres*?
b. Fechaste a porta *antes de sair*?

Algumas orações subordinadas introduzidas por *antes de* podem ter uma interpretação contrafactual, ou seja, o evento da oração subordinada é interpretado como não tendo acontecido, normalmente porque a interpretação pragmática do predicado da oração principal a isso obriga (cf. Heinämäki 1972). Assim, nas seguintes frases, os predicados da oração principal *morrer* e *ser atropelado* determinam uma leitura contrafactual da oração subordinada, ou seja, uma leitura em que a atriz não soube que tinha recebido o prémio e em que o cão não teve tempo de fugir, respetivamente:

(41) a. A atriz morreu *antes de saber que tinha recebido o prémio*.
b. O cão foi atropelado *antes de ter tempo de fugir*.

No caso das orações temporais finitas com *antes*, é mais frequente a leitura contrafactual da oração subordinada (o que, plausivelmente, é desencadeado pelo modo conjuntivo), sendo, por vezes, atribuído ao evento da oração principal um caráter intencional, ou seja, a oração subordinada aproxima-se, até certo ponto, de uma oração final negativa. Assim, frases como *os ladrões desataram a correr antes que o polícia os apanhasse* ou *antes que o Pedro batesse em alguém, a Ana resolveu levá-lo embora* contêm implícita uma finalidade, podendo ser parafraseadas como 'os ladrões desataram a correr para que o polícia não os apanhasse' e 'para que o Pedro não batesse em ninguém, a Ana resolveu levá-lo embora'[25].

As orações introduzidas por *antes que* têm sempre o verbo numa forma do conjuntivo. Pode tratar-se do presente, do imperfeito ou do pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo, estando essa variação relacionada sobretudo com o processo de concordância de tempos (cf. Cap. 15):

(42) a. O Pedro quer comer o gelado *antes que ele derreta*.
b. O Pedro queria comer o gelado *antes que ele derretesse*.
c. O Pedro queria ter comido o gelado *antes que ele tivesse derretido*.

38.2.1.2 Orações com *depois de* + infinitivo e *depois que* + indicativo

As orações introduzidas por *depois de* ou *depois que* localizam a situação da oração principal num intervalo de tempo posterior ao da oração subordinada:

[25] A finalidade implícita nem sempre é possível com a oração temporal infinitiva correspondente. Assim, contraste-se a frase (ia) com a frase (ib), que só é possível com uma interpretação exclusivamente temporal, pragmaticamente anómala nesta situação. Pelo contrário, a frase (ic), com uma interpretação exclusivamente temporal, é possível:
(i) a. Arruma os brinquedos *antes que o pai se zangue*!
b. #Arruma os brinquedos *antes de o pai se zangar*!
c. Arruma os brinquedos *antes de ires jantar*!

(43) a. Eles adormeceram *depois de o pai lhes ter contado uma história*.
b. Muitos emigrantes regressaram *depois que a situação melhorou*.

Nas orações com *depois que*, a forma verbal está geralmente no modo indicativo e o sujeito tem uma referência distinta da do sujeito da oração principal. Em português europeu contemporâneo são pouco usadas as orações finitas introduzidas por *depois que*, sendo-lhes preferidas as orações infinitivas introduzidas por *depois de*[26]:

(44) a. *Depois que eu nasci*, a nevrose de minha mãe […] exasperou-se. (A. Patrício, O homem das fontes, pág. 77)
b. *Depois de eu nascer*, a nevrose de minha mãe exasperou-se.

Tal como as orações introduzidas por *antes de*, também as orações introduzidas por *depois de* são obrigatoriamente de infinitivo flexionado quando o sujeito (expresso ou nulo) tem uma referência distinta da do sujeito da oração principal (cf. (45)). Quando os sujeitos são correferentes e o sujeito da oração subordinada é foneticamente não realizado, alguns falantes admitem o infinitivo não flexionado (cf. (46b)), embora seja geralmente preferido o infinitivo flexionado (cf. (46a)):

(45) a. *Depois de as crianças chegarem da escola*, fomos ao parque.
b. *Depois de saíres*, a tua mãe telefonou.

(46) a. *Depois de almoçarmos*, demos um passeio.
b. *Depois de almoçar*, demos um passeio.

38.2.1.3 Orações com *ao* + infinitivo

As orações introduzidas por *ao* implicam sobreposição temporal (total ou parcial) ou contiguidade temporal entre o evento da oração subordinada e o da oração principal:

(47) a. *Ao correr a maratona*, o Rui sentiu-se mal.
b. *Ao chegar a casa*, o Rui constatou que se tinha esquecido da chave.

Estão normalmente excluídos destas orações os predicados estativos (mas ver a discussão sobre (51)), contrariamente ao que acontece nas orações temporais introduzidas por *quando*:

(48) a. **Ao estar no hospital*, o Rui recebeu muitas visitas.
b. *Quando estava no hospital*, o Rui recebeu muitas visitas.

As orações temporais com *ao* não admitem geralmente o infinitivo composto (*ter* + particípio passado):

(49) a. *Ao fazer o exame*, o Pedro sentiu-se mal.
b. **Ao ter feito o exame*, o Pedro sentiu-se mal.

[26] *Depois que* é mais frequente noutras variedades do português, como o português do Brasil e o português de Angola; cf. *depois que Pedro chegou, convoquei todos para o salão e fui buscar o champanhe*. (L. F. Veríssimo, *O Clube dos Anjos*, pág. 39).

Nos casos menos comuns em que ocorre o infinitivo composto, a oração adquire uma interpretação predominantemente causal, como no seguinte exemplo, em que o abrir da caixa é interpretado como a causa da libertação dos males do mundo:

(50) *Ao ter aberto a caixa*, Pandora libertou os males do mundo.

A oração subordinada também tem uma leitura predominantemente causal nos casos menos comuns em que ocorre um predicado estativo ou a negação. Assim, nos seguintes exemplos, o facto de o Zé ser arrogante faz com que ele afaste os amigos e o facto de não responder à questão faz com que o ministro torne clara a sua posição:

(51) a. *Ao ser tão arrogante*, o Zé afasta todos os amigos.
b. *Ao não responder à questão*, o ministro tornou clara a sua posição.

As orações com *ao* + infinitivo apresentam restrições quanto à realização do seu sujeito gramatical. Normalmente, o sujeito não se encontra expresso, sendo interpretado como referencialmente dependente do sujeito da oração principal, como nos exemplos dados até aqui. No entanto, com verbos inacusativos (cf. Cap. 28) são admitidos sujeitos expressos em posição pós-verbal, mas nunca em posição pré-verbal:

(52) a. *Ao chegar a encomenda*, o Paulo deu um grito de alegria.
b. **Ao a encomenda chegar*, o Paulo deu um grito de alegria.

Com verbos transitivos e inergativos (cf. Cap. 28), a expressão do sujeito é muito marginal, mesmo em posição pós-verbal:

(53) a. ??*Ao responder o Rui à pergunta*, o João sorriu.
b. ??*Ao tossir a criança*, a Ana assustou-se.

Tal como acontece com as orações introduzidas por *antes de* e *depois de*, também as orações introduzidas por *ao* selecionam geralmente o infinitivo flexionado, quer o sujeito seja expresso, quer seja um pronome nulo (cf. (54)). Para alguns falantes, é possível também o infinitivo não flexionado, com um sujeito implícito de referência idêntica à do sujeito da oração principal, como em (55b):

(54) a. *Ao atravessares a ponte*, tens uma vista magnífica da cidade.
b. *Ao entrarem os palhaços*, as crianças deram pulos de alegria.

(55) a. *Ao ouvirmos o hino nacional*, ficámos comovidos.
b. *Ao ouvir o hino nacional*, ficámos comovidos.

38.2.1.4 Orações com *desde que* + indicativo

As orações com uma forma verbal no indicativo introduzidas por *desde que* caracterizam-se por localizarem temporalmente a situação da oração principal num intervalo de tempo cujo limite inicial é marcado pelo evento da oração subordinada:

(56) O bebé está a chorar *desde que a mãe saiu de casa*.

Com estas orações, a situação descrita na oração principal é tipicamente de natureza aspetual durativa, ou seja, corresponde a uma situação com duração (um

estado, um processo ou um processo culminado; cf. Cap. 17), como se ilustra nos seguintes exemplos:

(57) a. *O Zé está fechado no quarto* desde que chegou a casa. (a oração principal descreve um estado)
b. *O Zé guiou o carro* desde que saímos de Lisboa. (a oração principal descreve um processo)
c. *O Zé escreveu a tese* desde que eu o vi pela última vez. (a oração principal descreve um processo culminado)

Assim, não é possível usar esta locução se o predicado da oração principal for de natureza pontual (cf. Cap. 17), como se pode ver pela estranheza de **o bebé adormeceu desde que a mãe saiu de casa*, em que a situação de *adormecer* corresponde a uma culminação. Pelo contrário, é possível uma frase como *o bebé está a dormir desde que a mãe saiu de casa*, em que *está a dormir* representa uma situação durativa. No entanto, um predicado de natureza pontual pode ocorrer na oração principal se for possível uma interpretação iterada, i.e., quando corresponde a um evento que ocorre repetidamente, como se ilustra nos exemplos (a) de (58) e (59) (cf. Móia 1995), ou se houver uma enumeração de eventos (cf. (59b)). Vejam-se os seguintes contrastes:

(58) a. *O Rui casou-se já três vezes* desde que eu o conheço.
b. #*O Rui casou-se* desde que eu o conheço.

(59) a. Desde que estou aqui a viver, *já morreram três pessoas*.
b. Desde que estou aqui a viver, *morreu o meu gato, roubaram-me o carro e perdi o emprego*.
c. #Desde que estou aqui a viver, *morreu o meu gato*.

Quanto ao predicado da oração adverbial introduzida por *desde que*, representa geralmente uma situação de natureza pontual, não durativa. Veja-se o contraste entre (60a) e (60b): enquanto *adormeceu* designa uma situação pontual, *dormiu* designa uma situação prolongada:

(60) a. O bebé está acordado *desde que a mãe adormeceu*.
b. #O bebé está acordado *desde que a mãe dormiu*.

A oração subordinada pode, no entanto, representar uma situação durativa se esta for encarada no seu limiar inicial, como acontece em (61a) e (61b), ou no seu ponto final, como em (61c), mas não em toda a sua extensão[27].

(61) a. O bebé chora *desde que a mãe está a dormir*.
b. O Paulo vive em Paris *desde que está reformado*.
c. O Paulo vive em Paris *desde que escreveu o seu último romance*.

Quando se encontram em posição inicial, as orações temporais com *desde* permitem, em certos casos, a ocorrência da partícula *que* a introduzir a oração principal, como se ilustra em (62):

[27] Cf. Móia (1995:355), de onde são retirados os exemplos (61b,c).

(62) a. *Desde que começou o verão* [que o rio está assim].
b. *Desde que me levantei* [que me sinto adoentado].

Esta particularidade sintática é partilhada por alguns advérbios com um valor semântico avaliativo ou de modalidade (*felizmente*, *obviamente*, *seguramente*, entre outros; cf. Cap. 33) e pelas expressões temporais durativas *há x tempo* e *faz x tempo*[28] (cf. Caps. 16 e 33). Vejam-se os exemplos de (63):

(63) a. *Felizmente* [que chegaste a horas]!
b. *Há imenso tempo* [que eu não te via].

38.2.1.5 Orações com *até* + infinitivo e *até que* + conjuntivo

De modo inverso às orações iniciadas por *desde que*, as orações iniciadas por *até* seguido de infinitivo ou por *até que* seguido de conjuntivo caracterizam-se por localizarem temporalmente a situação da oração principal num intervalo de tempo cujo limite terminal é marcado pela situação descrita na oração subordinada.

A situação descrita pela oração subordinada ou tem um caráter pontual (cf. (64a,b)) ou corresponde a uma situação durativa que é perspetivada no seu limiar inicial (cf. (64c)) ou no seu ponto final (cf. (64d)), e não em toda a sua extensão temporal (cf. Móia 1995). Assim, em (64c), *ser adulto* é interpretado como 'começar a ser adulto' e em (64d) *escrever o seu último romance* é interpretado como 'acabar de escrever o seu último romance':

(64) a. Os meninos brincaram na rua *até chegar o pai*.
b. O João não descansou *até ligar a televisão*.
c. O Paulo viveu em Paris *até ser adulto*.
d. O Paulo viveu em Paris *até escrever o seu último romance*.

Tal como *desde*, também *até* exige que a oração principal represente situações durativas, como se ilustra em (65), em que a oração principal (em itálico) descreve um estado, um processo e um processo culminado, respetivamente:

(65) a. *O Rui esteve no Iraque* até a situação se degradar.
b. *O Rui correu à beira-mar* até o sol se pôr.
c. *O Rui leu o relatório* até ficar com sono.

No último exemplo, no entanto, a interpretação fica limitada à fase processual do evento, ou seja, a leitura do relatório não ficou concluída, o processo foi interrompido antes de chegar ao fim.

Tal como no caso de *desde*, a oração principal só admite predicados que descrevem situações de natureza pontual (pontos ou culminações) quando é permitida uma interpretação iterativa, como se ilustra em (66). Em (66a), obtém-se uma interpretação em que o João espirrou vezes consecutivas; em (66b), temos a interpretação de que houve várias mortes em períodos diferentes:

(66) a. *O João espirrou* até sair da sala.
b. *Morreram muitas pessoas* até mudarem a sinalização desta estrada.

[28] Com estas últimas, a conjunção é obrigatória.

As orações introduzidas por *até* selecionam o infinitivo flexionado, quer o sujeito seja expresso, quer seja um pronome nulo (cf. (67a) e (67b)). Para alguns falantes, o infinitivo não flexionado também é possível, com um sujeito implícito de referência idêntica à do sujeito da oração principal (cf. (67c)):

(67) a. Não descansámos *até* (*as crianças*) *chegarem a casa*.
b. Não descansámos *até conseguirmos acabar o puzzle*.
c. Não descansámos *até conseguir acabar o puzzle*.

As orações subordinadas finitas com *até que* são geralmente seguidas de um verbo no conjuntivo:

(68) a. Cantarei *até que a voz me doa*! (letra de um fado da autoria de José Luís Gordo)
b. O Rui esperou *até que o chamassem*.

Há ainda algumas orações introduzidas por *até que*, com uma função predominantemente narrativa, correspondendo a uma situação pontual que interrompe (inesperadamente) uma outra situação de caráter prolongado. Neste caso, a oração temporal não pode ser anteposta (cf. (69b)), tem geralmente o verbo no modo indicativo (cf. (69) e (70)) e, na escrita, pode ser precedida de pontuação forte, como o ponto final ou o ponto e vírgula:

(69) a. O cavalo enterrava-se na neve e avançava muito devagar. *Até que de repente parou*. (Sophia, *Cavaleiro*, pág. 69)
b. **Até que de repente parou*, o cavalo enterrava-se na neve e avançava muito devagar.

(70) A noite de Natal era igual todos os anos. Sempre a mesma festa, sempre a mesma ceia, sempre as grandes coroas de azevinho penduradas nas portas, sempre as mesmas histórias. Mas as coisas tantas vezes repetidas, e as histórias tantas vezes ouvidas pareciam cada ano mais belas e mais misteriosas. *Até que certo Natal aconteceu naquela casa uma coisa que ninguém esperava*. (Sophia, *Cavaleiro*, pág. 10)[29]

38.2.1.6 Orações com *quando* + indicativo/conjuntivo

As orações introduzidas por *quando* localizam temporalmente a situação descrita pela oração principal relativamente à situação descrita pela oração subordinada. Esta pode ser temporalmente simultânea, anterior ou posterior à situação descrita pela oração principal. Estes diferentes valores dependem de diversos fatores, tais como a classe aspetual dos predicados (cf. (71)), os tempos gramaticais (cf. (72)), fenómenos de inferência pragmáticos e o nosso conhecimento do mundo (cf. (73))[30].

Assim, em (71a), o predicado estativo *estar doente* determina uma leitura de inclusão: o tempo em que acontece o evento da oração principal (*visitar*) está incluído no tempo em que decorre a situação da oração subordinada (*estar doente*).

[29] Como se pode ver, embora a oração temporal pareça funcionar como oração autónoma, na realidade, está implícito o contexto linguístico anterior, correspondente ao parágrafo que a precede.
[30] Cf. Carecho (1996), Cunha (2000).

Em (71b), o predicado eventivo *melhorar* determina uma interpretação de anterioridade: o evento da oração subordinada precede o evento da oração principal.

(71) a. *Quando o Rui esteve doente*, a Maria visitou-o.
b. *Quando o Rui melhorou*, a Maria visitou-o.

A importância dos tempos gramaticais na interpretação temporal das orações com *quando* é ilustrada em (72). Em (72a), o pretérito imperfeito na oração subordinada, em combinação com o pretérito perfeito na oração principal, determina a inclusão do evento da oração principal no tempo da oração subordinada; em (72b), o pretérito perfeito na oração subordinada e o imperfeito na oração principal determinam que é agora o evento da oração subordinada que está incluído no da oração principal; em (72c), o pretérito imperfeito, quer na oração subordinada quer na oração principal, determina uma leitura de simultaneidade:

(72) a. *Quando o Rui estava doente*, a Maria visitou-o.
b. *Quando a Maria entrou*, o João dormia.
c. *Quando o Zé era jovem*, gostava de aviões.

Também podem interferir na interpretação temporal das orações com *quando* fenómenos de inferência pragmáticos e o nosso conhecimento do mundo, como se ilustra no paradigma (73). Assim, faz parte do nosso conhecimento do mundo saber que a contratação de arquitetos precede geralmente a construção de uma ponte, que é durante a construção de uma ponte que se usam materiais, e que a construção de uma ponte pode resolver problemas de trânsito:

(73) a. *Quando construíram a nova ponte*, contrataram arquitetos famosos.
b. *Quando construíram a nova ponte*, usaram materiais de má qualidade.
c. *Quando construíram a nova ponte*, resolveram os problemas de trânsito.

As orações com *quando* (e também as orações com *antes de*, *depois de*, *mal* e *logo que*) podem **quantificar sobre situações**[31], uma vez que permitem estabelecer uma correlação entre duas situações que acontecem com a mesma periodicidade. Isto acontece em contextos que permitem essa leitura, nomeadamente quando os verbos estão no presente ou no pretérito imperfeito do indicativo, ou ainda quando a oração subordinada predica sobre espécies, ou seja, quando o seu sujeito é um sintagma nominal genérico (cf. Cap. 21), como nos exemplos (74d,g)[32]:

(74) a. *Quando se aproxima o verão*, só apetece ir à praia.
b. *Quando o João se deita tarde*, acorda rabugento.
c. *Quando eu o cumprimentava*, ele baixava (invariavelmente) os olhos.
d. *Quando uma criança não quer brincar*, é mau sinal.
e. *Antes de entrar em casa*, o Rui limpa (sempre) os sapatos no tapete.
f. *Depois de tomar banho*, a Ana espalha (sempre) creme no corpo.
g. {*Mal*/*Logo que*} *acabam de nascer*, os potros põem-se de pé.

[31] A quantificação sobre situações corresponde a construções em que se indica a quantidade de vezes ou a frequência com que uma determinada situação ocorre. Cf. também 38.2.1.8.
[32] Cf. Carecho (1996) e Cunha (2000).

Para alguns autores (cf. Móia 2001), o conector *quando* é considerado um advérbio relativo, à semelhança de *onde* locativo e de *como* com valor de modo. Esta análise baseia-se, entre outros aspetos, na possibilidade de termos orações iniciadas por *quando* em posição de complemento de uma preposição ou de um verbo, funcionando como orações relativas livres (cf. Cap. 39), como se pode observar em (75), e na possibilidade de *quando*, por vezes marginalmente, ter um antecedente expresso, como em (76):

(75) a. Guarda este dinheiro para *quando mais precisares*.
b. Detesto *quando finges que não me ouves*.

(76) a. Ignoro o dia [para *quando a operação foi programada*].
b. ?Sabes as horas [até *quando teremos de esperar*]?

Algumas orações com *quando* têm uma função predominantemente narrativa, relatando uma situação episódica que interrompe uma outra situação de caráter mais prolongado:

(77) a. Ele estava a ler, *quando* (*subitamente*) *rebentou uma trovoada*.
b. Voltava então Cimabué duma viagem *quando, a meio caminho, na vertente dum monte, num lugar solitário e selvagem, viu um grande penedo todo coberto de desenhos*. (Sophia, *Cavaleiro*, pág. 32)
c. O Capuchinho Vermelho passeava tranquilamente pela floresta; *eis senão quando aparece o lobo mau*.
d. O Capuchinho Vermelho passeava tranquilamente pela floresta, *quando de repente aparece o lobo mau*.

Estas orações ocorrem obrigatoriamente em posição final, não permitindo a anteposição sem perder o seu valor original. Veja-se a impossibilidade de anteposição em **eis senão quando aparece o lobo mau, o Capuchinho Vermelho passeava tranquilamente pela floresta* e a perda da leitura narrativa em ?*quando* (*subitamente*) *rebentou uma trovoada, ele estava a ler*.

[1] Dialetalmente, o conector *quando* pode ocorrer sem ser seguido de uma oração, o que não é possível no português-padrão:

(i) a. Eu desço *quando tu*.
b. você vai para baixo para a povoação *quando a mim* (CORDIAL-SIN, Covo, Aveiro)

O exemplo (ia) corresponde a uma estrutura elíptica, à semelhança do que acontece com *como* comparativo: *eu desço quando tu ~~desceres~~* (cf. *eu faço como tu ~~fizeres~~*)[33]. Em (ib), *quando a* é, possivelmente, uma locução prepositiva, uma vez que surge seguida de um pronome oblíquo – *mim*.

Existem ainda algumas orações com *quando* que não têm um valor temporal, mas antes um valor **contrapositivo**. Assim, no exemplo (ii), a oração iniciada por *quando* descreve uma situação que se opõe à da oração principal. Compare-se com *ele pensa que vai ser promovido, mas, na realidade, vão despedi-lo*:

(ii) Ele pensa que vai ser promovido, *quando, na realidade, vão despedi-lo*.

Estas orações serão retomadas adiante (cf. 38.2.10).

[33] O rasurado indica a expressão elidida.

38.2.1.7 Orações com *logo que*, *assim que* e *mal* + indicativo/conjuntivo

As orações introduzidas por *logo que*, *assim que* e *mal* localizam temporalmente a situação da oração principal como sendo concomitante ou imediatamente posterior à situação da oração subordinada, tendo esta, normalmente, caráter pontual, como em (78)[34]. Assim, estas orações são anómalas quando descrevem situações não pontuais como *correr* (que é um processo) ou *estar em casa* (que é um estado), como se ilustra em (79):

(78) a. O Rui calçou os chinelos *assim que chegou a casa*.
b. {*Mal/Assim que/Logo que*} *adormeceu*, o Rui começou a ressonar.
c. {*Mal/Assim que/Logo que*} *o bebé nasceu*, desatou a chorar.

(79) a. #O Rui calçou os chinelos *assim que esteve em casa*.
b. #{*Mal/Assim que/Logo que*} *correu*, o Rui sentiu um enorme cansaço[35].

Também a situação descrita pela oração principal é geralmente de natureza pontual (cf. (80a)) ou então é perspetivada no seu limiar inicial (cf. (81)):

(80) a. *Os cães acordaram* mal ouviram a voz do dono.
b. #*Os cães estavam a dormir* mal ouviram a voz do dono.

(81) a. *Os militares regressaram ao país* logo que a situação o permitiu.
b. *Os cães correram* mal ouviram a voz do dono.

38.2.1.8 Orações com *sempre que*, (*de*) *todas as vezes que*, (*de*) *cada vez que* + indicativo/conjuntivo

As orações introduzidas por *sempre que*, (*de*) *todas as vezes que* e (*de*) *cada vez que* quantificam temporalmente sobre situações, estabelecendo-se uma correlação entre a situação descrita pela oração subordinada e a situação descrita pela oração principal. Ou seja, interpretam-se geralmente estas frases de tal modo que a situação da oração principal ocorre com a mesma frequência ou periodicidade com que ocorre a situação da oração subordinada, havendo sobreposição dos dois intervalos de tempo (a situação da oração principal está incluída no intervalo de tempo definido pela oração subordinada) ou contiguidade temporal entre as duas situações (a situação da oração principal é imediatamente posterior à da oração subordinada):

(82) a. *Sempre que está a chover*, o trânsito piora.
b. O Rui liga a televisão *sempre que chega cedo a casa*.
c. O Zé cora (*de*) *cada vez que lhe dirigem a palavra*.

O advérbio *sempre* funciona aqui como um operador temporal de correlação de eventos, tal como acontece quando quantifica sobre uma oração temporal introduzida por *quando*. Compare-se (82a) com (83):

(83) *Quando está a chover*, o trânsito piora (*sempre*).

[34] Em Lopes (1999), aproximam-se estruturas com *logo que* (cf. (ia)) de estruturas com *logo* na oração principal e *quando* introduzindo a oração subordinada (cf. (ib)):
(i) a. *Logo que o João abriu a porta*, o cão saltou-lhe em cima.
b. *Quando* o João abriu a porta, o cão saltou-lhe *logo* em cima.

[35] A frase pode ser aceite se *correr* representar não um processo, mas o limiar inicial desse processo – ou seja, 'começar a correr'.

38.2.1.9 Orações com *à medida que* + indicativo/conjuntivo

As orações introduzidas por *à medida que* estabelecem uma correlação temporal entre a oração subordinada e a oração principal: o evento da oração principal progride temporalmente de uma forma gradual, paralela à do evento da oração subordinada:

(84) a. *À medida que o comboio avança*, a paisagem torna-se mais agreste.
b. *À medida que o tempo passava*, a minha angústia aumentava.

Repare-se que não é possível estabelecer uma correlação que envolva medidas não temporais, como quantidades ou graus, por exemplo[36]:

(85) a. **À medida que o João é grande*, o Rui é pequeno.
b. **À medida que o Rui é mais burro*, os pais ficam mais irritados.

Assim, as orações com *à medida que* constituem um subtipo das orações temporais.

38.2.1.10 Orações com *enquanto* + indicativo/conjuntivo

As orações introduzidas por *enquanto* podem localizar o intervalo de tempo no qual decorre a situação da oração principal como estando incluído no intervalo de tempo da oração subordinada, como se exemplifica em (86), ou como sendo temporalmente coincidente com o intervalo de tempo da oração subordinada, como se exemplifica em (87):

(86) a. *Enquanto o João estava a dormir*, a Ana chegou.
b. O João adormeceu *enquanto eu regava o jardim*.

(87) a. *Enquanto o João corrigiu os testes*, o Pedro viu televisão.
b. O João estuda *enquanto vê televisão*.

Aspetualmente, a situação descrita por estas orações adverbiais é geralmente durativa. Assim, uma frase como (88a) é anómala porque a situação descrita na oração subordinada tem um caráter pontual, não permitindo a inclusão da situação da oração principal, que tem um caráter durativo. Podem, no entanto, ocorrer situações pontuais na oração subordinada se estas forem interpretadas como iteradas, como em (88b), como processos ou como sucessões de eventos, como em (88c):

(88) a. #*Enquanto chegámos a casa*, a mãe fez o jantar.
b. *Enquanto o Pedro tossiu*, a mãe esfregou-lhe as costas.
c. *Enquanto as crianças adormeceram*, ninguém fez barulho.

Se tanto na oração principal como na subordinada ocorrer a negação (*não ... enquanto não* ...; cf. (89a)), a oração subordinada define um limite temporal para o evento da oração principal, e pode ser parafraseada por uma oração iniciada por

[36] Existem exemplos que estabelecem uma correlação entre uma determinada propriedade e uma progressão espacial (cf. *à medida que a floresta se adensa, a luz diminui*). Há aqui, no entanto, uma relação indissociável com uma variável temporal, o que explica que os predicados estativos (que não possuem dinâmica temporal) não possam ocorrer nestas estruturas (cf. **à medida que a floresta é densa, a luz é mais fraca*), embora possam ocorrer em orações comparativas correlativas, como *quanto mais densa é a floresta, mais fraca é a luz*.

até que (cf. (89b)), tendo a negação da oração principal uma natureza próxima de um advérbio focalizador, como, p.e., *só* em (89c)):

(89) a. Não distribuo os presentes *enquanto não estiverem todos calados*.
b. Não distribuo os presentes *até que estejam todos calados*.
c. Só distribuo os presentes *quando estiverem todos calados*.

[2] Algumas orações introduzidas por *enquanto* não têm um valor temporal, mas sim contrastivo (cf. Peres 1997, Lopes 2002, Costa 2005, entre outros), exprimindo um contraste entre duas situações (cf. 38.2.10). A leitura contrastiva é a única leitura possível quando as situações são de caráter estativo, como nos exemplos (ia) e (ib):

(i) a. *Enquanto o Rui é trabalhador*, o Zé é preguiçoso.
b. *Enquanto o Rui gosta de caracóis*, o Zé detesta-os.
c. *Enquanto o João comeu a sopa fria*, a Elsa comeu-a a escaldar.

O valor contrastivo é o único que se obtém se a oração for introduzida pela locução *enquanto que*; ao contrário de *enquanto*, que é ambíguo entre um valor temporal ou contrastivo, *enquanto que* só tem um valor contrastivo[37]:

(ii) a. *Enquanto o Rui foi ao teatro*, o Zé foi ao cinema. [temporal/contrastivo]
b. *Enquanto que o Rui foi ao teatro,* o Zé foi ao cinema. [contrastivo]

(iii) a. O João estuda *enquanto o irmão vê televisão*. [temporal/contrastivo]
b. O João estuda, *enquanto que o irmão vê televisão*. [contrastivo]

38.2.1.11 Orações temporais não conjuncionais

Algumas orações finitas que não são introduzidas por conjunções e que manifestam obrigatoriamente inversão entre o sujeito e o verbo são semanticamente aproximáveis das orações subordinadas adverbiais[38]. Estas orações podem manifestar valores não só temporais, como em (90a), mas também condicionais, como em (90b) (cf. 38.2.5.4):

(90) a. *Era eu criança*, já a minha mãe me contava essa história.
b. *Soubesse eu o que sei hoje*, tudo teria sido diferente.

Ao contrário do que acontece com as estruturas que contêm orações subordinadas temporais (cf. (91b)), neste tipo de estruturas a oração principal pode ser introduzida pela conjunção de coordenação *e* (cf. (91a)), o que justifica que não lhes seja atribuído um estatuto sintático de subordinação, mas antes paratático:

(91) a. *Era eu criança*, e já a minha mãe me contava essa história.
b. **Quando eu era criança*, e já a minha mãe me contava essa história.

38.2.2 Orações causais e explicativas

A classificação gramatical tradicional do século passado (cf. *Nomenclatura Gramatical Portuguesa*, Figueiredo e Ferreira 1977, Cunha e Cintra 1984, entre outros) distingue

[37] Como se referiu na Nota 9, a norma mais estrita recomenda que se use *enquanto* e não a locução *enquanto que*, embora o uso desta locução com valor contrastivo seja usual (cf. Costa 2005).
[38] Alguns autores têm relacionado a inversão obrigatória nas orações não conjuncionais com a ausência do conector nestas estruturas (cf. Rizzi 1982, Ambar 1988, entre outros).

orações subordinadas causais de orações coordenadas explicativas e conjunções de subordinação causais de conjunções de coordenação explicativas[39]. No entanto, as gramáticas que seguem essa classificação não explicitam os critérios, quer sintáticos, quer semânticos, que distinguem os dois grupos de estruturas, nem diferenciam claramente propriedades semânticas de propriedades sintáticas.

Nesta Gramática, procura-se distinguir propriedades semânticas de propriedades sintáticas. Assim, de um ponto de vista semântico, é possível identificar orações com valor causal e orações com valor explicativo. De um ponto de vista sintático, essas orações podem ser subordinadas adverbiais ou ter um funcionamento mais próximo da parataxe[40]. É importante referir que não há uma correspondência direta entre funcionamento sintático e valor semântico. De facto, dentro das estruturas de subordinação, podem encontrar-se quer orações com valor causal, quer orações com valor explicativo. Também relativamente às estruturas com propriedades comuns com a parataxe, embora lhes esteja geralmente associado um valor explicativo, é possível encontrar casos em que o valor é causal.

Serão tratadas, em primeiro lugar, as particularidades semânticas e discursivas das estruturas causais e explicativas, quer elas sejam subordinadas, quer não (cf. 38.2.2.1). De seguida, será descrito o seu funcionamento sintático, mostrando-se, em particular, que nem todas têm as propriedades associadas às orações subordinadas adverbiais (cf. 38.2.2.2).

38.2.2.1 Propriedades semânticas e discursivas

Entre duas orações podem estabelecer-se nexos que envolvem a causa, a razão, a justificação ou a explicação. A situação descrita pela oração principal pode ter como causa (real ou inferida) a situação descrita na segunda oração. Neste caso, trata-se de uma oração semanticamente **causal**. Em alternativa, a situação descrita na segunda oração pode funcionar como uma explicação ou uma motivação para o próprio ato de enunciação da oração principal. Neste caso, trata-se de uma oração semanticamente **explicativa**[41].

Assim, observem-se as seguintes frases:

(92) a. Cancelaram o piquenique *porque estava a chover*.
b. *Já que estás de pé*, passa-me o jornal, por favor.
c. A água ferveu, *pois atingiu os 100º C*.
d. A Ana já deve estar a dormir, *pois as luzes estão todas apagadas*.

Em (92a), pode dizer-se que o facto de estar a chover motivou o cancelamento do piquenique, podendo a frase ser parafraseada como 'o facto de estar a chover fez com que cancelassem o piquenique'. Em (92b), no entanto, a oração subordinada não é interpretada como uma causa direta da situação da oração principal, mas antes como uma motivação para o pedido que é feito na oração principal. Em (92c),

[39] O mesmo acontece na tradição gramatical francesa e alemã, em que se distinguem conjunções subordinativas causais (no francês, *parce que* e *puisque*, e, no alemão, *weil*) de conjunções coordenativas causais (no francês, *car*, e, no alemão, *denn*).

[40] Ver Lopes (2004) para uma discussão do comportamento sintático, semântico e pragmático das construções causais.

[41] A definição semântica de "oração explicativa" não é consensual, podendo encontrar-se critérios diferentes na literatura.

o facto de a temperatura ter atingido os 100° C foi a causa de a água ter fervido. Em (92d), no entanto, o facto de as luzes estarem apagadas não é a causa de a Ana estar a dormir, mas sim o facto que leva o enunciador a concluir que essa situação é plausível.

Note-se que nem sempre a situação descrita na oração causal é a causa real da situação descrita na oração principal. Essa situação pode corresponder antes a uma motivação para que essa situação tenha acontecido. Assim, em (93a), podemos estabelecer uma relação de causa efetiva entre o facto de as flores terem apanhado demasiado calor e o facto de terem murchado; em (93b), no entanto, o facto de a Ana ter pedido ao Pedro que regasse as flores constituiu a motivação para ele o fazer:

(93) a. As flores murcharam *porque apanharam demasiado calor*.
b. O Pedro regou as flores *porque a Ana lho pediu*.

Quando a relação entre as orações é de causa efetiva, a situação da oração causal é necessariamente temporalmente anterior à situação da oração principal. Isto nem sempre acontece quando a relação causal entre as orações é inferida ou quando é de tipo explicativo. Vejam-se, por exemplo, as seguintes frases:

(94) a. O Pedro vestiu-se a rigor *porque vai a uma homenagem*.
b. O Pedro deve estar doente, *porque faltou à aula*.
c. O Pedro já chegou, *porque eu vi o carro dele na garagem*.

Neste caso, a situação descrita na oração em itálico não é temporalmente anterior à situação descrita na oração principal. Funciona como uma explicação ou justificação para a situação descrita na oração principal ou para a sua enunciação.

As orações semanticamente explicativas ilustradas em (95) apresentam uma razão para a enunciação da oração principal, que pode corresponder, p.e., a uma asserção, como em (95a), ou a uma pergunta, como em (95b):

(95) a. Acho que é melhor ficares em casa, *uma vez que estás doente*.
b. *Uma vez que estás com dúvidas*, por que é que não perguntas?

No caso das orações introduzidas por *porque*, a posição da oração está relacionada com o seu valor semântico. Assim, quando tem um valor explicativo, a oração ocupa sempre a posição final e é precedida de uma rutura entoacional, marcada por uma vírgula na escrita (cf. (96a)). Quando tem valor causal, a oração pode ocorrer em posição inicial ou final, mas quando é final, não é geralmente antecedida de rutura entoacional (cf. (96b) e (96c)):

(96) a. O diretor já chegou, *porque as luzes do gabinete estão acesas*.
b. *Porque era domingo*, a loja estava fechada.
c. A loja estava fechada *porque era domingo*.

Ao contrário do que acontece com *porque*, nem todos os conectores podem introduzir em alternativa orações causais ou explicativas. Alguns conectores só introduzem orações semanticamente explicativas, como *que* e *já que*, outros só introduzem orações causais, como *por* seguido de infinitivo.

As orações causais e explicativas podem ainda ser distinguidas quanto ao estatuto informacional da situação que representa a causa ou a explicação. Num subconjunto

destas orações, a situação que constitui a causa ou explicação é assumida como sendo verdadeira e conhecida, considerando-se pertencer ao universo partilhado pelos intervenientes no discurso: estão neste grupo as orações finitas introduzidas por *como*, *visto que*, *dado que*, *já que* e *uma vez que*, e as infinitivas introduzidas por *visto* e *dado*. Assim, nos seguintes exemplos, é dado como adquirido que os alunos estavam a falar e que estava a chover, respetivamente:

(97) a. *Como os alunos estavam a falar*, a professora não contou a história.
b. Adiámos o piquenique, *uma vez que estava a chover*.

Para as orações introduzidas por *como*, *visto* (*que*), *dado* (*que*), *já que* e *uma vez que*, independentemente da posição que as orações ocupem, obtém-se necessariamente a interpretação em que a situação da oração subordinada é do conhecimento geral.

No entanto, no caso das orações introduzidas por *porque* e por *por* ou *por causa de* seguido de infinitivo, a interpretação pode mudar consoante a oração subordinada ocorra em posição inicial ou em posição final. Quando estas orações ocorrem em posição final (cf. (98)), a situação que constitui a causa não é dada como uma informação já estabelecida, sendo antes apresentada como uma informação nova, que não é do conhecimento geral:

(98) a. A professora não contou a história *porque os alunos estavam a falar*.
b. Decidimos adiar o piquenique *porque estava a chover*.
c. As crianças foram para a cama *por ser já muito tarde*.

Pelo contrário, quando ocorrem em posição inicial (cf. (99)), favorece-se a leitura em que a situação descrita pela oração subordinada é do conhecimento geral:

(99) a. *Porque era feriado*, todas as lojas estavam fechadas.
b. *Por ser já muito tarde*, mandámos as crianças ir para a cama.

38.2.2.2 Propriedades sintáticas

De um ponto de vista sintático, no grupo das orações causais e explicativas existem estruturas com comportamentos distintos. Assim, nem todas as orações com valores causais ou explicativos têm as propriedades atribuídas às estruturas de subordinação adverbial, nomeadamente: (i) a possibilidade de ocorrerem em posição inicial; (ii) a possibilidade de serem coordenadas; e (iii) a colocação pré-verbal dos pronomes clíticos em orações finitas.

Comparem-se as frases de (100) a (103) com as de (104). Enquanto as orações introduzidas por *uma vez que*, *como*, *já que* e ainda as orações causais introduzidas por *porque* podem ocorrer em posição inicial, podem ser coordenadas e têm os pronomes clíticos em posição pré-verbal, as orações introduzidas por *pois* têm comportamentos opostos, mais próximos dos da coordenação, independentemente de terem um valor causal ou explicativo:

(100) a. *Uma vez que estava mau tempo*, os pescadores ficaram em terra.
b. *Uma vez que estava mau tempo e* (*uma vez*) *que o barco estava em mau estado*, os pescadores ficaram em terra.
c. *Uma vez que o Pedro o conhece*, pode explicar-lhe a situação.

(101) a. *Como tinha chovido muito*, os campos estavam alagados.
b. *Como já era tarde e como estava cansado*, o Pedro foi-se deitar.
c. *Como nos emprestaram um apartamento*, não teremos de pagar o alojamento.

(102) a. *Já que as crianças não estão*, podemos dormir até mais tarde.
b. *Já que estás de pé e* (*já*) *que és tão prestável*, passa-me o jornal.
c. *Já que te encontro*, conta-me o que se passou na reunião.

(103) a. *Porque estava mau tempo*, os pescadores ficaram em terra.
b. Estou cansado *porque tenho tido muito trabalho e porque o meu filho tem estado doente*.
c. Estou mais aliviado *porque lhe contei a verdade*.

(104) a. **Pois estava mau tempo*, os pescadores ficaram em terra.
b. *Estou cansado, *pois tenho tido muito trabalho e pois o meu filho tem estado doente*[42].
c. *Estou mais aliviado, *pois lhe contei a verdade*.
d. Estou mais aliviado, *pois contei-lhe a verdade*.

As orações causais ou explicativas introduzidas por *pois* são, no entanto, estruturas que não manifestam um comportamento exatamente idêntico ao das coordenadas típicas. De facto, *pois* distingue-se das conjunções coordenativas (copulativas, adversativas e disjuntivas) por (i) não admitir processos de elipse (cf. (105c)); (ii) não conectar constituintes que não sejam orações finitas (cf. (106c)); (iii) não admitir que seja interrogado em posição inicial um constituinte que pertença simultaneamente às duas orações conectadas (cf. (107) e Cap. 35. No Cap. 34, estas construções são tratadas como casos de suplementação):

(105) a. O João foi ao cinema e o Pedro também ~~foi ao cinema~~. [coordenadas]
b. O João foi ao cinema, mas o Pedro não ~~foi ao cinema~~. [coordenadas]
c. *O João foi ao cinema, pois o Pedro não/também ~~foi ao cinema~~.

(106) a. O João gosta muito de amêndoas e de avelãs. [coordenadas]
b. O Rui comprou um fato elegante mas muito caro. [coordenadas]
c. *O Rui comprou um fato novo, pois muito barato.

(107) a. [O que] é que o João lavou _ e o Pedro riscou _? [coordenadas]
b. *[O que] é que o João lavou _, pois o Pedro riscou _]?

As orações explicativas introduzidas por *que* e algumas orações explicativas introduzidas por *porque* têm um estatuto sintático menos claro, uma vez que não podem ser antepostas, embora admitam a colocação pré-verbal do pronome clítico e, marginalmente, a coordenação:

(108) a. Acorda, *que o sol já vai alto*!
b. **Que o sol já vai alto*, acorda!

[42] Se a segunda ocorrência de *pois* for omitida, a frase torna-se, obviamente, gramatical, uma vez que se coordena uma estrutura oracional mais reduzida, que exclui a conjunção: *estou cansado, pois* [*tenho tido muito trabalho*] *e* [*o meu filho tem estado doente*].

c. Tem cuidado, *que ele te bate*.
d. Tem cuidado, *que ele bate-te*.
e. ?Vem-te deitar, *que já é tarde e que temos de nos levantar cedo*!

Pode, assim, concluir-se que entre os introdutores de orações semanticamente causais e explicativas se encontram: (i) conjunções (ou locuções conjuncionais) subordinativas, tais como *uma vez que*, *visto que*, *já que*, *como* e ainda *porque* com valor causal; (ii) elementos que partilham algumas propriedades com as conjunções coordenativas, embora tenham também características distintas destas, como *pois*; e (iii) elementos cujo estatuto sintático é menos claro, como *que* e *porque* explicativos.

Entre as estruturas classificáveis como subordinadas adverbiais, podem ainda distinguir-se as que funcionam sintaticamente como orações adverbiais periféricas – em que se incluem as orações introduzidas por *uma vez que*, *já que*, *visto que*, *dado que* e *como* – das que funcionam como orações adverbiais integradas – em que se incluem as orações introduzidas por *por* (seguido de infinitivo) e *porque*. Estas distinções são desenvolvidas em 38.3.

As orações infinitivas selecionadas pelo conector *por* podem ter um sujeito foneticamente não realizado correferente com o sujeito da oração principal (cf. (109)). Neste caso, o verbo pode estar no infinitivo flexionado, com um sujeito pronominal nulo, como em (109a), ou não flexionado, com um sujeito implícito, como em (109b) (cf. Caps. 37 e 43):

(109) a. Fomos castigados *por termos pintado a parede da escola*.
b. Fomos castigados *por ter pintado a parede da escola*.

Estas orações podem ainda ter sujeitos com uma referência distinta da do sujeito da oração principal, como em (110). Neste caso, o verbo encontra-se obrigatoriamente no infinitivo flexionado, quer o sujeito esteja expresso quer seja um pronome nulo:

(110) a. A mãe está preocupada *por não teres telefonado*.
b. A mãe está preocupada *por eles não terem telefonado*.

38.2.3 Orações finais e resultativas

Nesta subsecção, serão referidas estruturas que se caracterizam semanticamente por descreverem uma finalidade ou um resultado. Distinguem-se as orações finais de evento (cf. 38.2.3.1), que descrevem a finalidade da situação descrita na oração principal, das finais de enunciação (cf. 38.2.3.2), que descrevem a finalidade de um ato de fala. Finalmente, são tratadas as orações resultativas (cf. 38.2.3.3), que descrevem o resultado ou a consequência da situação descrita na oração principal.

38.2.3.1 Orações finais de evento

As **orações adverbiais finais de evento** são introduzidas por conectores como *para* (*que*), *a fim de* (*que*), *com o fim de*[43], e designam a finalidade de uma determinada situação. Assim, a situação descrita na oração principal é normalmente interpretada

[43] Há outros conectores que podem ter um valor final, maioritariamente formados por uma preposição seguida de um constituinte nominal que integra um nome com sentido de finalidade ou propósito, tais como: *de forma a que*, *de modo a que*, *com o intuito de*, *com o fim de*, *com o objetivo de* (*que*), *com o propósito de* (*que*), *com a intenção de* (*que*), *com a finalidade de* (*que*), *com vista a* (*que*), *em ordem a* (*que*).

como tendo sido realizada intencionalmente com vista a um determinado objetivo (cf. Braz 2005). Estas orações exigem, assim, na maioria dos casos, que exista na oração principal um argumento dotado de intencionalidade, isto é, com a função semântica de agente (cf. Cap. 11). Este argumento pode ser o sujeito de uma oração principal ativa transitiva (cf. (111a)) ou intransitiva (cf. (111b)), e pode ser explícito (cf. (111a,b)) ou implícito (cf. (111c,d)):

(111) a. O Pedro fechou a janela *para não se ouvir o barulho dos carros*.
b. O Pedro saiu *para ir comprar tabaco*.
c. [-] Fecharam a janela *para não se ouvir o barulho dos carros*.
d. [-] Derreteu-se a manteiga *para que pudesse ser misturada com os ovos*.

As orações finais são igualmente possíveis se a oração principal for passiva e o agente da passiva, quer esteja explicitamente representado quer não, corresponder a um argumento agentivo, como se ilustra a seguir:

(112) a. A janela foi fechada pelo Pedro *para não se ouvir o barulho dos carros*.
b. A manteiga foi derretida *para que pudesse ser misturada com os ovos*.

As frases em que não é possível recuperar um argumento com intencionalidade na oração principal são agramaticais[44]. Assim, não pode ocorrer uma oração final nas frases em que a oração principal tem um predicado incoativo, como em (113a,b) (cf. Caps. 13 e 28), ou um verbo meteorológico, como *chover* (cf. (113c)):

(113) a. *A janela fechou-se com o vento *para não se ouvir o barulho dos carros*.
b. *A manteiga derreteu *para que pudesse ser misturada com os ovos*.
c. *Choveu *para regar as plantas*.

São possíveis, no entanto, orações finais em contextos em que, embora não haja nenhum argumento agente na oração principal, se subentende que há uma entidade que é responsável pela situação descrita na oração principal, tendo-a realizado com um propósito. Os seguintes exemplos, com predicados estativos (*ter* e *estar*) e o verbo inacusativo *morrer*, ilustram essa situação:

(114) a. O presidente está em Moçambique *para participar na Cimeira*.
b. Esta porta tem uma tranca *para os ladrões não entrarem*.
c. Ele morreu *para nos salvar*.

As orações finais finitas têm sempre o modo conjuntivo, como se verifica em (111d) e (112b). Nas orações finais infinitivas, quando o sujeito da oração subordinada é distinto do sujeito da oração principal, ocorre obrigatoriamente o infinitivo flexionado (cf. (115)); quando os sujeitos têm a mesma referência e o sujeito não é foneticamente realizado, pode encontrar-se quer o infinitivo flexionado (com um sujeito pronominal nulo), quer o não flexionado (com um sujeito implícito), como se ilustra em (116):

(115) a. Fechei a janela *para as moscas não entrarem*.
b. Cheguei mais cedo *para não te afligires*.

[44] Cf. Landau (2000) e Braz (2005).

(116) a. Chegámos cedo *para arranjarmos lugares nas filas da frente*.
b. Chegámos mais cedo *para arranjar lugares nas filas da frente*.

Existe alguma proximidade semântica entre as orações causais e as orações finais. Isto reflete-se, por exemplo, no facto de conectores como *por causa de* e *por* poderem ser usados, dialetalmente, com um sentido final[45]:

(117) a. Não deixavam *por causa de não cansar as terras* (CORDIAL-SIN, Sapeira, Portalegre)
b. S'eu bou à bossa festa é *por cantar e balhar* (Quadrazais, *in* Braga, 1971, pág. 177)[46]

38.2.3.2 Orações finais de enunciação

As orações finais descritas em 38.2.3.1 descrevem a finalidade da situação representada pela oração principal, sendo por isso chamadas **finais de evento**. Existem, para além destas, orações finais que indicam a finalidade da enunciação da oração principal, ou seja, a finalidade de um ato de fala, sendo por isso chamadas **finais de enunciação** (cf. Braz 2005), ilustradas no seguinte paradigma:

(118) a. *Para ser sincero*, não gosto de chocolate.
b. O Rui foi promovido, *para que saibas*.

Estas orações finais, claramente mais desligadas sintaticamente da oração principal, têm implícito um verbo de tipo declarativo e são orientadas para o falante ou para o ouvinte.

Assim, as orações finais de enunciação apresentam algumas diferenças relativamente às orações finais de evento:

❖ comportam-se sintaticamente como orações periféricas e não como integradas (cf. 38.3);

❖ apresentam restrições de pessoa: em particular, nas finais infinitivas só é admitida a primeira pessoa; nas finais finitas é admitida a segunda pessoa ou a terceira pessoa com o clítico de referência indefinida *se* (cf. Braz 2005):

(119) a. *Para ser sincero*, não gosto de chocolate.
b. **Para o meu pai ser sincero*, não gosta de chocolate.

(120) a. *Para que saibas*, o Rui foi promovido.
b. *Para que se saiba*, o Rui foi promovido.
c. ??*Para que os novos funcionários saibam*, o Rui foi promovido.

❖ não obedecem ao processo de concordância de tempos, estando geralmente relacionadas com o momento presente da enunciação:

(121) a. *Para que saibas*, o Rui foi promovido. [oração final de enunciação]
b. **Para que soubesses*, o Rui foi promovido.

(122) a. O Rui abriu a porta *para que a Ana entrasse*. [oração final de evento]
b. ?O Rui abriu a porta *para que a Ana entre*.

[45] Noutras línguas, como o italiano e o catalão, o mesmo conector pode introduzir quer orações causais, quer orações finais, sendo a interpretação determinada por fatores como o tempo e o aspeto verbais.
[46] Mantemos aqui a ortografia do original, que procura dar conta da pronúncia local.

[3] Existem orações introduzidas por *para* que não têm o comportamento típico das adverbiais: trata-se de orações selecionadas por verbos como *pedir* ou *dizer* (cf. Cap. 37)[47]:

(i) a. O juiz pediu à assistência *para sair da sala*.
b. O professor disse aos alunos *para saírem mais cedo*.

Estas orações, ao contrário das orações adverbiais finais, têm o estatuto de argumento dos predicadores verbais da oração principal, respetivamente *pediu* e *disse*: assim, não podem ser omitidas, alternam com orações completivas finitas introduzidas por *que* e admitem que um dos seus constituintes seja interrogado em posição inicial através de um sintagma *qu-*, como se ilustra no seguinte paradigma:

(ii) a. *O juiz pediu à assistência.
b. O juiz pediu à assistência *que saísse da sala*.
c. [*De onde*] é que o juiz pediu à assistência *para sair* _?

Existem ainda orações introduzidas por *para*, selecionadas por expressões adjetivais ou nominais especificadas por advérbios ou adjetivos de grau, que são aproximáveis das orações consecutivas (cf. Cap. 40):

(iii) a. O João é demasiado grande *para caber nesta camisola*.
b. Ele tem demasiados problemas *para conseguir ser feliz*.

38.2.3.3 Orações resultativas

Algumas orações exprimem não uma finalidade, mas um **resultado**, uma **consequência** da situação descrita na oração principal (cf. Braz 2005), podendo ser chamadas **orações resultativas** (ou **consequenciais**). Trata-se, por conseguinte, de uma relação inversa da que é dada com uma oração causal. Assim, nos seguintes exemplos, *chegar atrasado* é a consequência e *haver um acidente* é a causa, podendo quer uma situação, quer outra corresponder à oração principal:

(123) a. Houve um acidente, *de forma que cheguei atrasado*. [resultativa]
b. Cheguei atrasado *porque houve um acidente*. [causal]

Em (123a), a causa é dada na oração principal e a oração resultativa expressa o resultado. Em (123b), a causa é dada na oração subordinada causal.

Os conectores que introduzem as orações resultativas são muito próximos dalguns conectores que introduzem orações finais. Comparem-se as seguintes frases:

(124) a. Levantei-me mais cedo, *de forma que o meu filho chegou a horas*. [resultativa]
b. Levantei-me mais cedo *de forma a que o meu filho chegasse a horas*. [final]

Em (124a), o conector *de forma que* introduz uma oração resultativa, com o verbo no indicativo; em (124b), o conector *de forma a que* introduz uma oração final, com o verbo no conjuntivo. Em ambos os casos, a situação descrita pela oração principal tem como resultado uma outra situação, mas só na oração final existe intencionalidade.

[47] Embora os mais puristas não recomendem o uso destas orações, aconselhando a que se use *pedir que*, elas entraram claramente no uso e fazem hoje parte da norma.

As orações que exprimem um resultado ou consequência não podem, contudo, ser antepostas, o que as distingue da maioria das orações subordinadas adverbiais, como se ilustra em (125):

(125) a. *Porque me levantei cedo*, o meu filho chegou a horas. [causal]
b. *De forma a que o meu filho chegasse a horas*, levantei-me cedo. [final]
c. **De forma que o meu filho chegou a horas*, levantei-me cedo. [resultativa]

38.2.4 Orações concessivas

Nas estruturas complexas que integram uma oração concessiva, a situação descrita na oração subordinada funciona como um obstáculo potencial à realização da situação descrita na oração principal, mas, contrariamente àquilo que se esperaria, essa situação não impede que se realize a situação descrita na oração principal. Por outras palavras, a situação descrita pela oração concessiva leva, em circunstâncias normais, a inferir o contrário da situação descrita pela oração principal, visto que a oração principal contradiz as expectativas que resultariam normalmente da oração concessiva. Assim, dada a situação descrita na oração subordinada de (126a) – *estar frio* –, não se esperaria que acontecesse a situação descrita na oração principal – *andar de manga curta* – e, no entanto, isso acontece. Da mesma forma, a situação descrita na oração subordinada de (126b,c) – *chover* – leva, em condições normais, a que a situação descrita na oração principal – *ir à praia* – não aconteça, e, apesar disso, coloca-se essa hipótese:

(126) a. *Embora esteja frio*, o Paulo anda de manga curta.
b. *Mesmo que chova*, iremos à praia.
c. *Mesmo que tivesse chovido*, teríamos ido à praia.

No grupo semântico das **orações concessivas**, podemos distinguir as **concessivas factuais** (cf. 38.2.4.1) das **concessivas não factuais**, habitualmente chamadas **condicionais-concessivas** (cf. 38.2.4.2)[48]. Nas primeiras, a situação descrita na oração subordinada é apresentada como sendo verdadeira; nas segundas, a situação descrita na oração subordinada não é assumida como verdadeira, tendo antes um valor hipotético ou contrafactual. Assim, em (126a), em que temos uma oração concessiva factual, infere-se que a situação descrita na oração subordinada – *estar frio* – teve efetivamente lugar. Em (126b), em que temos uma oração **condicional-concessiva hipotética**, no entanto, essa situação é encarada como uma hipótese que pode acontecer ou não. Neste caso, a ida à praia terá lugar independentemente de a situação da oração subordinada ser verdadeira ou não, ou seja, quer chova quer não. Em (126c), em que temos uma oração **condicional-concessiva contrafactual**, infere-se que a situação da oração subordinada não teve efetivamente lugar, mas que, se tivesse chovido, a ida à praia teria, mesmo assim, acontecido.

38.2.4.1 Orações concessivas factuais

Nas orações concessivas factuais, exemplificadas em (127), a situação descrita na oração subordinada é apresentada como sendo verdadeira. Estas orações podem

[48] Sobre as orações concessivas e condicionais-concessivas, ver Lopes ([1997] 2005), Peres, Móia e Marques (1999), Costa (2007), entre outros.

ser introduzidas por *embora*, *se bem que*, *ainda que* seguidos de conjuntivo, ou por *apesar de* e *não obstante*[49] seguidos de infinitivo flexionado[50]:

(127) a. *Embora o diretor não estivesse*, decidimos fazer a reunião.
b. *Se bem que o diretor não esteja*, vamos fazer a reunião.
c. *Ainda que o diretor não estivesse*, fizemos a reunião.
d. {*Apesar de/não obstante*} *o diretor não estar*, fizemos a reunião.

O conector *ainda que* pode introduzir também orações condicionais-concessivas, com valor hipotético ou contrafactual (cf. 38.2.4.2)[51]. Com esta locução, a interpretação da construção como factual, não factual (hipotética ou contrafactual) ou ambígua entre os dois valores é condicionada pelo tempo e modo do verbo da oração subordinada e da oração principal, pela classe aspetual do predicado da oração subordinada e por fatores pragmáticos (cf. Costa 2007). Assim, em (128a), a oração subordinada é concessiva factual, em (128b) é condicional-concessiva, e em (128c) é ambígua entre um valor concessivo ou condicional-concessivo:

(128) a. *Ainda que me tenham insultado*, consegui ficar calmo.
b. *Ainda que me insultem*, ficarei calmo.
c. *Ainda que esteja doente*, vou às aulas.

Podemos parafrasear a primeira frase com uma oração introduzida por *embora – embora me tenham insultado, consegui ficar calmo –*, a segunda com uma oração introduzida por *mesmo que – mesmo que me insultem, ficarei calmo –*, e a terceira com uma oração introduzida quer por *embora*, quer por *mesmo que – embora esteja doente, vou às aulas* ou *mesmo que esteja doente, vou às aulas*.

Do ponto de vista semântico, as orações concessivas têm sido aproximadas das orações coordenadas adversativas (cf. Cap. 35), uma vez que ambas referem uma circunstância que se opõe ou contrasta com a da oração principal[52]. As frases com orações concessivas têm, no entanto, propriedades distintas das frases com orações adversativas, não só no que diz respeito à maneira como a informação é apresentada, como também à relação sintática que se estabelece entre as duas orações conectadas[53]. Assim, as orações concessivas são estruturas subordinadas, ao passo que as orações adversativas são estruturas coordenadas. Como mostram os seguintes contrastes, as orações concessivas, mas não as adversativas: (i) podem ocorrer em posição inicial (cf. (129)); (ii) exigem a colocação pré-verbal de pronomes clíticos (cf. (130)-(131)); (iii) podem ser coordenadas (cf. (132)):

---

[49] Para alguns falantes, *mal-grado* seguido de infinitivo pode também introduzir orações concessivas (cf. Varela 2000). Também as orações gerundivas podem ter um valor concessivo. Estas orações serão tratadas em 38.5.

[50] Podem também ser introduzidas por *mesmo se* ou *inclusive se* seguidos de indicativo, em frases como {*mesmo/inclusive*} *se o diretor não está, vamos fazer a reunião*.

[51] Também *mesmo se* pode introduzir quer orações concessivas factuais (cf. (ia)), quer condicionais-concessivas (cf. (ib)):

(i) a. *Mesmo se a sala não está reservada*, temos de fazer a reunião.
b. *Mesmo se a sala não estiver reservada*, teremos de fazer a reunião.

[52] Cf. Lopes ([1983] 2005), Flamenco García (1999) e Varela (2000), entre outros.

[53] Cf. Lopes ([1983] 2005) e Matos e Prada (2005), entre outros.

(129) a. *Embora o tempo não estivesse bom*, fomos dar um passeio.
b. **Mas o tempo não estava bom*, fomos dar um passeio.

(130) a. A reunião começou a horas, *embora se tenha prolongado até tarde*.
b. *A reunião começou a horas, *embora tenha-se prolongado até tarde*.

(131) a. A reunião começou a horas, *mas prolongou-se até muito tarde*.
b. *A reunião começou a horas, *mas se prolongou até muito tarde*.

(132) a. *Embora estivesse frio* e *embora o mar estivesse bravo*, fomos à praia.
b. *Fomos à praia, *mas estava frio e mas o mar estava bravo*.

Do ponto de vista da organização da informação, as orações concessivas também se distinguem das adversativas. Considerem-se os seguintes paradigmas:

(133) a. *Embora esteja a chover*, ele anda de manga curta.
b. Está a chover, *mas ele anda de manga curta*.

Embora se possa inferir pragmaticamente, tanto em (133a) como em (133b), que, quando está a chover, não se anda de manga curta, em (133a) a oração que expressa o facto inesperado (ou seja, ele andar de mangar curta) não é a oração concessiva, mas sim a principal, ao passo que em (133b) a oração que expressa o facto inesperado é a adversativa. Assim, quando a oração concessiva ocorre em posição inicial, sabe-se já por antecipação que a oração principal descreverá uma circunstância inesperada, que é contrária às expectativas.

Tal como acontece com as orações finais, também as orações concessivas podem modificar quer o evento quer a enunciação. A oração concessiva de (134a) é uma **oração concessiva de evento**; a de (134b) é uma **oração concessiva de enunciação**:

(134) a. *Embora estivesse um frio de rachar*, esperei por ti mais de duas horas.
b. *Embora não acredites*, esperei por ti mais de duas horas.

As orações concessivas infinitivas, introduzidas por *apesar de* ou *não obstante*, são geralmente orações infinitivas flexionadas, podendo ter um sujeito pronominal nulo ou um sujeito explícito, com a mesma referência ou com uma referência distinta da do sujeito da oração principal:

(135) a. Não pudemos ir à festa, *apesar de termos sido convidados*.
b. *Apesar de as crianças não terem febre*, devem ainda ficar em casa.
c. *Apesar de sermos amigos*, o Pedro não me convidou.
d. A Ana é uma ótima profissional, *apesar de tu não gostares dela*.

38.2.4.2 Orações condicionais-concessivas

Um subtipo de orações tradicionalmente tratado como concessivas tem propriedades diferentes, envolvendo também uma relação de condicionalidade. Nestas estruturas, designadas **condicionais-concessivas**[54], ao contrário das concessivas canónicas, a situação da oração subordinada não é apresentada como verdadeira,

[54] Encontram-se na bibliografia especializada várias designações alternativas, entre as quais a de *incondicionais* (cf. Peres, Móia e Marques 1999).

mas antes como hipotética ou como não sendo verdadeira. Têm, por conseguinte, propriedades em comum com as construções condicionais.

Assim, nas frases abaixo, para além de se entender que o facto de estar a chover é um obstáculo potencial à ida à praia, entende-se também que o piquenique se realizará em quaisquer circunstâncias, i.e., independentemente de a condição de estar a chover ser verdadeira ou não:

(136) a. *Mesmo que esteja a chover*, o piquenique realizar-se-á.
b. *Ainda que estivesse a chover*, o piquenique realizar-se-ia.

Aqui, tal como nas concessivas factuais, existe uma contradição entre a situação expressa pela oração subordinada e a situação expressa pela oração principal; ou seja, é implícito que fazer um piquenique quando está a chover é contrário às expectativas. Diferentemente das orações concessivas factuais, no entanto, a situação expressa pela oração subordinada não é assumida como verdadeira. Em vez disso, assere-se que o piquenique se realiza independentemente da condição de estar a chover, ou seja, o piquenique realiza-se se não estiver a chover e realiza-se também se estiver a chover.

Dentro das construções condicionais-concessivas, é usual distinguir-se três tipos (cf. Lopes [1997] 2005 e Haspelmath e König 1998):

- condicionais-concessivas **escalares**

(137) *Mesmo que não tenhamos financiamento*, o projeto vai para a frente.

- condicionais-concessivas **universais**

(138) *Qualquer que seja o financiamento que venhamos a ter*, o projeto vai para a frente.

- condicionais-concessivas **alternativas**

(139) *Quer tenhamos financiamento quer não*, o projeto vai para a frente.

Nas construções **condicionais-concessivas escalares** (cf. (137) e (140)), podem ocorrer conectores como *mesmo que*, *mesmo se*, *ainda que* seguidos do conjuntivo:

(140) a. Compro este livro, *mesmo que custe cinquenta euros*.
b. *Mesmo que o financiamento fosse fraco*, o projeto iria para a frente.

Estas construções, como o próprio nome indica, envolvem a consideração de uma escala: é considerada uma multiplicidade de hipóteses que se situam entre dois valores. Assim, em (140a), o falante compromete-se a comprar o livro por um valor que se situa numa escala que pode ir até aos cinquenta euros, ou seja, por cinquenta euros, por quarenta, por trinta, etc.; em (140b), assegura-se que o projeto terá continuidade com um financiamento que pode situar-se entre o fraco e o forte, sendo o valor de "fraco", "forte" ou "médio" determinado pelo nosso conhecimento da situação.

Estas construções envolvem, por conseguinte, a consideração de uma série de hipóteses situadas numa escala. No limite, a escala pode ter apenas dois valores, como em (141) – chove ou não chove, tem febre ou não tem –, obtendo-se, neste

caso, construções com um valor muito próximo do das condicionais-concessivas alternativas, exemplificadas em (142):

(141) a. *Ainda que chova*, haverá piquenique.
a. *Mesmo se já não tiver febre*, a criança deverá ficar em casa.

(142) a. *Quer chova quer não*, haverá piquenique.
b. *Quer tenha febre quer não*, a criança deverá ficar em casa.

Nas construções **condicionais-concessivas universais**, ilustradas em (143), encontramos expressões que envolvem quantificação universal, como *qualquer que seja*:

(143) a. *Qualquer que seja o financiamento*, o projeto vai para a frente.
b. *Qualquer que seja a tua decisão*, conta comigo.

Nestas construções, o conjunto de proposições hipotéticas consideradas na oração subordinada é ilimitado, podendo estar em jogo um número considerável de hipóteses diferentes, que não são necessariamente opostas e que não envolvem necessariamente a consideração de uma escala. Assim, em (143a), assere-se que o projeto vai para a frente independentemente do valor do financiamento, sendo os valores possíveis do financiamento deixados em aberto. Em (143b), assere-se que se dará apoio independentemente da decisão tomada, sendo o conjunto das decisões passíveis de serem tomadas potencialmente infinito. Assim, considerando todo o universo de possibilidades, a proposição expressa pela oração principal é sempre tomada como verdadeira.

Dentro do grupo das construções condicionais-concessivas universais, cabem ainda algumas estruturas iniciadas por expressões que contêm quantificadores como *mais* e *muito* (*por mais que*, *por muito que*, *por mais ... que*, *por muito*(*s*)/*muita*(*s*) ... *que*), próximas das construções de grau (cf. Cap. 40):

(144) a. *Por mais que eu insista*, o meu filho não estuda o suficiente.
b. *Por muitos anos que eu viva*, nunca vou aceitar atitudes desse tipo.

Neste caso, as orações podem ser parafraseadas por expressões como 'qualquer que seja o número de vezes que eu insista' e 'qualquer que seja o número de anos que eu viva', aproximando-se, assim, das orações condicionais-concessivas que contêm explicitamente um quantificador universal[55].

O terceiro grupo, o das orações **condicionais-concessivas alternativas**, corresponde a estruturas introduzidas por um conjunto de expressões coordenadas por *quer ... quer*, *seja ... seja*:

(145) a. *Quer haja financiamento quer não*, o projeto vai para a frente.
b. *Seja em minha casa, seja na tua*, havemos de comemorar a vitória.

Neste caso, estão normalmente em jogo duas hipóteses alternativas, entendendo-se que a proposição da oração principal se realiza em qualquer dos casos. Podem, no entanto, estar envolvidas mais do que duas alternativas, como nos seguintes exemplos:

[55] Outras expressões com um sentido semelhante são *aconteça o que acontecer* (*estarei ao teu lado*) e *seja lá como for* (*hei-de ir ter contigo*).

(146) a. *Seja de carro, seja de comboio, seja de bicicleta*, hei de ir lá.
b. *Quer me ignores, quer me queiras bem, quer me queiras mal,* nunca deixarei de gostar de ti.

Em resumo, as construções condicionais-concessivas têm em comum as seguintes propriedades: (i) a inferência de que uma ou algumas das situações descritas na oração subordinada não conduzem à realização da situação descrita pela oração principal; e (ii) a asserção de que, mesmo assim, a situação descrita na oração principal se realiza, qualquer que seja a situação descrita na subordinada que venha a efetivar-se.

38.2.5 Orações condicionais

Uma **construção condicional** (expressão que designa a frase complexa e não apenas a oração tradicionalmente designada "condicional") caracteriza-se, de uma forma simplificada, por conter duas orações conectadas através de uma das fórmulas "[se *p*, (então) *q*]" ou "[*q*, se *p*]", de tal modo que o resultado da conexão, i.e., a frase complexa, assere que sempre que a proposição veiculada por *p* é verdadeira, a outra, veiculada por *q*, também o é (cf. Peres, Móia e Marques 1999).

A proposição introduzida por *se* é designada habitualmente **antecedente** ou **prótase** e a outra, opcionalmente introduzida por *então* quando ocorre em posição final, é chamada **consequente** ou **apódose**. Assim, numa frase como *se estiver a chover,* (*então*) *não haverá piquenique*, o antecedente ou prótase corresponde à proposição *estar a chover* e o consequente ou apódose corresponde à proposição *não haver piquenique*[56].

Nas subsecções seguintes, tratar-se-á de distinções semânticas que é usual estabelecer dentro das construções condicionais, quer em função da factualidade do antecedente (cf. 38.2.5.1), quer em função das condições de verdade da estrutura complexa (cf. 38.2.5.2). Estas distinções, por sua vez, estão relacionadas, por um lado, com a variação nos tempos verbais, e, por outro lado, com o tipo de conector ou com a presença de marcadores de exaustividade. Considerar-se-á, de seguida, o caso específico das construções condicionais que incidem sobre a enunciação (cf. 38.2.5.3). Finalmente (cf. 38.2.5.4), serão descritas algumas construções condicionais que, do ponto de vista sintático, não se enquadram nas estruturas de subordinação adverbial.

38.2.5.1 Construções condicionais factuais, hipotéticas e contrafactuais

De modo semelhante ao que acontece com outras orações adverbiais, as construções condicionais podem ser classificadas consoante a proposição expressa pelo antecedente (ou seja, a oração introduzida pelo conector condicional) tenha tido lugar, possa vir a ter lugar ou não tenha tido efetivamente lugar. Assim, o primeiro dos seguintes exemplos tem uma interpretação **factual** ou **real**; o segundo tem uma interpretação **hipotética** – o João pode vir a estar doente ou não; e o terceiro tem uma interpretação **contrafactual** ou **irreal**, ou seja, depreende-se que o Rui não esteve doente:

[56] Para um tratamento mais extenso das estruturas condicionais, ver Ferreira (1996), Marques (2001), Oliveira (1990, 1991), Peres, Móia e Marques (1999), Santos (1992, 1993, 2004), entre outros.

(147) a. *Se o Rui estava doente*, a mãe telefonava-lhe todos os dias.
b. *Se o Rui estiver doente*, a mãe telefonar-lhe-á todos os dias.
c. *Se o Rui tivesse estado doente*, a mãe ter-lhe-ia telefonado todos os dias.

Como se pode verificar, às diferentes leituras estão associados diferentes tempos e modos verbais. Assim, nas condicionais factuais encontramos sempre o modo indicativo:

(148) *Se eles não vieram à aula*, então não vão perceber a matéria.

Nalguns casos, estas orações são equivalentes a orações subordinadas temporais com *quando*, principalmente quando a oração condicional tem uma interpretação habitual ou genérica, como se ilustra em (149) e (150):

(149) a. *Se o Rui chegava tarde*, a mulher ficava preocupada.
b. *Se a água atinge a temperatura de 100º C*, começa a ferver.

(150) a. *Quando o Rui chegava tarde*, a mulher ficava preocupada.
b. *Quando a água atinge a temperatura de 100º C*, começa a ferver.

Nas orações condicionais hipotéticas, encontramos o imperfeito ou o futuro do conjuntivo:

(151) a. *Se o Zé pudesse ajudar-te*, seria ótimo.
b. Ficarei encantado *se vieres jantar a minha casa*.

Nas orações condicionais contrafactuais, encontramos geralmente o pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo, mas também são possíveis o imperfeito do conjuntivo e o presente do indicativo. Assim, nas seguintes frases, deduzimos que os alunos não estudaram mais, que o Zé não é teu amigo e que o Zé não é honesto:

(152) a. *Se os alunos tivessem estudado mais*, teriam tido melhores notas.
b. *Se o Zé fosse teu amigo*, terias sido convidado para a festa.
c. *Se o Zé é honesto*, então eu sou o rei de Marrocos!

O terceiro exemplo distingue-se dos anteriores por ter um caráter irónico. A leitura contrafactual do antecedente obtém-se porque é sabido que, obviamente, o falante não é o rei de Marrocos.

Também em contextos em que a construção condicional não descreve uma situação do mundo real, de acordo com o nosso conhecimento do mundo, podemos ter uma interpretação contrafactual que é condicionada pragmaticamente. O imperfeito do indicativo ou o modo condicional na oração principal realçam o mundo alternativo que é construído:

(153) a. *Se as nuvens fossem feitas de algodão*, apanhava um pedaço para fazer um edredão.
b. Tudo seria diferente *se os homens tivessem asas*.

É, no entanto, através da relação que se estabelece entre o tempo da oração principal e o da oração subordinada que conseguimos interpretar a factualidade da condição. Isto quer dizer que o tempo da oração principal condiciona, de facto, a interpretação, como se pode depreender dos seguintes exemplos, em que apenas

se muda esse tempo. Assim, em (154a), deixa-se em aberto a hipótese de o Zé vir a estar em perigo de vida; em (154b), pelo contrário, deduz-se que o Zé não estava em perigo de vida:

(154) a. Se o Zé estivesse em perigo de vida, *eu ajudá-lo-ia*.
b. Se o Zé estivesse em perigo de vida, *eu tê-lo-ia ajudado*.

38.2.5.2 Construções monocondicionais e bicondicionais

As diferentes construções condicionais contrastam quanto ao facto de a condição ser encarada como suficiente ou como necessária para que o consequente seja verdadeiro. Nas construções **monocondicionais**, se o antecedente for verdadeiro, o consequente também o é; nas construções **bicondicionais**, não só a verdade do antecedente determina a verdade do consequente, como a verdade do antecedente é assegurada pela verdade do consequente. Compare-se (155a) com (155b):

(155) a. *Se não chegarmos atrasados*, deixam-nos entrar.
b. *Desde que não cheguemos atrasados*, deixam-nos entrar.

Em (155a), sabemos que nos deixarão entrar se não chegarmos atrasados, mas, se por acaso acontecer que cheguemos atrasados, podemos, ainda assim, ter a sorte de nos deixarem entrar. Assim, não chegar atrasado é uma condição suficiente, mas não necessária para nos deixarem entrar. Em (155b), contudo, se chegarmos atrasados, sabemos que de certeza não nos deixarão entrar e, inversamente, sabemos que, se nos deixarem entrar, é porque não chegámos atrasados. Ou seja, não chegar atrasado é uma condição não só suficiente, mas também necessária para que nos deixem entrar.

Nas construções condicionais mais frequentes, se a proposição expressa pelo antecedente for verdadeira, a proposição expressa pelo consequente também o é. Nestas estruturas (cf. (156)), designadas de **condicionais de condição suficiente**, o antecedente pode ser introduzido (i) por *se* seguido de indicativo ou conjuntivo, (ii) por *caso* seguido de conjuntivo, (iii) por *no caso de* e por *a* seguidos de infinitivo flexionado:

(156) a. *Se tocas/tocares nesse fio*, apanhas um choque.
b. *Caso toques no fio*, apanhas um choque.
c. Os passageiros receberão uma indemnização *no caso de o voo ser cancelado*.
d. *A continuar a chover desta maneira*, os campos vão ficar alagados.

Assim, p.e., a frase (156a) implica que o facto de se tocar no fio é uma condição suficiente para que se apanhe um choque, embora nada se possa depreender se a condição do antecedente não se verificar, i.e., não tocar no fio não garante que não se apanhe um choque.

No uso corrente da língua, contudo, há tendência para interpretar as construções condicionais de condição suficiente como condicionais de condição necessária, ou seja, p.e., na frase (156c), interpretamos geralmente que os passageiros só receberão uma indemnização se o voo for cancelado. O cancelamento do voo é interpretado como condição não só suficiente, mas também necessária para que haja

lugar a indemnização. Esta leitura é determinada principalmente por implicaturas conversacionais (cf. Cap. 14, Nota 10), i.e., por inferências que os falantes fazem num determinado contexto discursivo. Voltando ao exemplo (156a) já discutido acima, o ouvinte constrói uma implicatura e depreende que, se não tocar no fio, não vai apanhar um choque. Contudo, se, por acaso o ouvinte apanhar um choque e não tocar no fio, o seu interlocutor poderá sempre alegar que não disse o que aconteceria se ele não tocasse no fio, isto é, a possibilidade de apanhar um choque de outra forma não foi sequer considerada. Isso não acontece nas condicionais de condição suficiente e necessária, como, por exemplo, *só apanhas um choque se tocares nesse fio*, em que o advérbio *só* determinada que tocar no fio é uma condição necessária para apanhar um choque. Assim, há uma diferença semântica entre as condicionais de condição suficiente e as restantes estruturas condicionais, embora essa diferença possa ser cancelada por implicaturas pragmáticas, essencialmente determinadas pelo contexto discursivo e pelo nosso conhecimento do mundo[57].

Nas construções **condicionais de condição necessária**, para que o consequente seja verdadeiro, o antecedente tem necessariamente de o ser (no que se distinguem das condicionais de condição suficiente, em que o consequente pode ser verdadeiro sem que o antecedente o seja, e das bicondicionais, em que a verdade do consequente é assegurada pela verdade do antecedente e vice-versa). Estas estruturas são introduzidas pelos conectores condicionais *se*, *caso* e *no caso de* precedidos de um advérbio de focalização exclusiva como *só*, *somente* ou *apenas*, que pode ocorrer adjacente ao conector condicional ou integrar a oração principal (sublinha-se o advérbio e o conector nos exemplos):

(157) a. Conto-vos a história *só se não fizerem barulho*.
b. *Só* vos conto a história *se não fizerem barulho*.

(158) a. Combinámos que ele me telefonaria *apenas se estivesse em apuros*.
b. Combinámos que ele *apenas* me telefonaria *se estivesse em apuros*.

(159) a. A escola fechará *só no caso de faltar a água*.
b. A escola só fechará *no caso de faltar a água*.

As **estruturas bicondicionais** (de condição necessária e suficiente), cujo antecedente é introduzido pelas conjunções ou locuções conjuncionais *desde que*, *contanto que* e *a não ser que*, envolvem uma dupla condição (cf. Peres, Móia e Marques 1999): como se mencionou acima, não só a verdade do consequente é assegurada pela verdade do antecedente, mas, inversamente, a verdade do antecedente é assegurada pela verdade do consequente. Isso significa que o antecedente e o consequente deverão possuir o mesmo valor de verdade: ou ambos são verdadeiros ou ambos são falsos. Um exemplo de uma construção bicondicional é dado em (160):

(160) Vais-te curar, *contanto que deixes de fumar*.

[57] Há muitas outras estruturas em que se verificam diferenças entre leituras semânticas mais abstratas e leituras determinadas por implicaturas pragmáticas. Um dos fenómenos afetados por este tipo de implicatura é o da quantificação, fenómeno que, aliás, tem sido estudado no âmbito da aquisição da linguagem, exatamente para determinar até que ponto as crianças diferem dos adultos na aquisição de implicaturas pragmáticas que cancelam determinadas interpretações semânticas.

Embora no uso corrente da língua as construções de condição necessária tenham frequentemente uma interpretação equivalente à das construções bicondicionais, de um ponto de vista semântico mais abstrato elas têm um valor diferente. Compare-se, por exemplo, a frase (160), bicondicional, com as frases de (161), que correspondem a construções de condição necessária:

(161) a. *Só* te vais curar *se deixares de fumar*.
b. Vais-te curar *só se deixares de fumar*.

Nas frases de (161), deixar de fumar é uma condição necessária para a cura. Não é, no entanto, uma condição suficiente. A cura pode, por exemplo, necessitar também da toma de medicação adequada. Assim, se esta outra condição não se verificar, não haverá cura, mesmo que se deixe de fumar. Em (160), contudo, a cura é assegurada apenas pelo facto de se deixar de fumar. Deixar de fumar é, neste caso, uma condição não só necessária, mas também suficiente para que haja cura.

[4] Dentro das construções bicondicionais, é possível distinguir dois tipos, a que, por vezes, se dá o nome de **bicondicionais diretas** e **bicondicionais indiretas** (cf. Peres, Móia e Marques 1999). Nas primeiras, encontram-se orações introduzidas pelos conectores *desde que* ou *contanto que* seguidos de conjuntivo. Podem introduzir também bicondicionais diretas expressões como *mas só se*, *mas apenas se*, *mas só no caso de*, *mas só na condição de* (cf. Peres, Móia e Marques 1999): cf. *podes comer um doce depois do almoço, mas só se te portares bem*. Nas segundas, encontram-se orações introduzidas por *exceto se*, *salvo se* (ou seja, pela conjunção *se* precedida de uma partícula de exclusão (cf. Caps. 33 e 35) e também pelas locuções *a menos que* e *a não ser que*.

A principal diferença entre bicondicionais diretas e indiretas está no facto de, nas segundas, a relação de bicondicionalidade se estabelecer com a proposição contraditória daquela expressa pela oração subordinada, ou seja, com a negação do antecedente (tenha ele uma forma afirmativa ou negativa). Observem-se os seguintes exemplos:

(i) a. Haverá piquenique, *desde que não esteja a chover*.
b. Haverá piquenique, *a não ser que esteja a chover*.

Em (ia), temos uma construção bicondicional direta: sabemos que, se não estiver a chover, haverá piquenique e que, se estiver a chover, não haverá piquenique. Em (ib), a construção bicondicional é indireta: temos o mesmo tipo de implicação, mas o antecedente é negado: se estiver a chover, não haverá piquenique, e se não estiver a chover, haverá piquenique.

38.2.5.3 Estruturas condicionais de enunciação

Algumas orações condicionais podem ser consideradas **condicionais de enunciação**[58]. Tal como acontece com as finais de enunciação, as condicionais de enunciação não se relacionam diretamente com o conteúdo proposicional da oração principal. Estão antes ligadas à enunciação, podendo ser orientadas para o falante ou para o ouvinte:

(162) a. *Se bem me lembro*, o João não gosta de ervilhas.
b. *Se achas que é melhor assim*, partimos de madrugada.
c. *Se quiseres beber alguma coisa*, há sumo no frigorífico.

[58] Cf. Haegeman (1984, 2002) e Kortmann (1996:31).

38.2.5.4 Outras construções com interpretação condicional

No grupo semântico das construções condicionais, cabem estruturas sintaticamente muito diversificadas, em que nem sempre existe uma relação de subordinação sintática.

Tal como acontece com as orações temporais, existem também orações finitas com uma interpretação condicional que não são introduzidas por conjunções e que, na variedade-padrão do português europeu, manifestam inversão entre o sujeito e o verbo (cf. Nota 38):

(163) a. *Tivesse a ambulância chegado mais cedo*, ele ainda estaria vivo.
b. *Soubesse eu o que sei hoje*, tudo teria sido diferente.

Ainda que estas estruturas tenham uma interpretação semelhante à das orações subordinadas condicionais, de um ponto de vista sintático têm propriedades diferentes das estruturas subordinadas. Assim, estas frases admitem que a oração consequente seja antecedida da conjunção de coordenação *e*, o que é impossível nas construções em que a oração subordinada é introduzida por uma conjunção:

(164) a. *Tivesse a ambulância chegado mais cedo*, e ele ainda estaria vivo.
b. **Se a ambulância tivesse chegado mais cedo*, e ele ainda estaria vivo.

Assim, embora de um ponto de vista semântico exista uma relação entre as orações finitas conjuncionais e as orações finitas não conjuncionais com valores condicionais, estas últimas estabelecem com a oração consequente uma relação sintática mais próxima da parataxe do que da subordinação.

Para além dos casos tratados acima, é possível encontrar estruturas coordenadas, como as de (165), que estabelecem entre elas uma relação semântica de tipo condicional, como se pode ver pelas paráfrases de (166) (cf. também o Cap. 35):

(165) a. Magoa o teu irmão e levas um açoite!
b. Ou te portas bem ou não comes bolo!

(166) a. Se magoares o teu irmão, levas um açoite.
b. Se não te portas bem, não comes bolo.

38.2.6 Orações de modo

Ainda que nem sempre assim sejam caracterizadas, as orações do paradigma (167), introduzidas pelo conector *como*, podem ser classificadas como **subordinadas adverbiais de modo**:

(167) a. O Pedro falou *como um Presidente falaria*.
b. O João faz omeletes *como ninguém é capaz de fazer*.
c. O Rui assa o leitão *como a mãe costumava assar*.

Embora as gramáticas portuguesas não classifiquem geralmente estas orações como subordinadas de modo[59], elas são identificadas como tal em gramáticas e trabalhos de outras tradições linguísticas (cf., entre outros, Bosque 1990; Móia 2001).

[59] Bechara (1999) constitui uma exceção.

As orações de modo correspondem a um conjunto de estruturas tradicionalmente classificadas como orações comparativas. De facto, estes dois tipos de orações têm em comum o facto de admitirem processos de elipse, como se ilustra a seguir:

(168) a. O João sabe falar *como tu* ~~falas~~. [adverbial de modo]
b. O João sabe falar tão bem *como tu* ~~falas~~. [comparativa de igualdade]
c. O João sabe falar melhor *do que tu* ~~falas~~. [comparativa de superioridade]

Existem, todavia, várias propriedades que distinguem as orações de modo das comparativas:

❖ as orações de modo podem ser antepostas (com algumas restrições), ao passo que as comparativas não podem sê-lo:

(169) a. ?*Como tu*, o João sabe falar!
b. **Como tu*, o João sabe falar tão bem!
c. **Do que tu*, o João sabe falar melhor!

❖ as orações de modo não estão dependentes de um advérbio de grau ou quantificador (*tão* e *melhor*, nos exemplos acima), ao contrário das comparativas.

❖ as orações de modo ocorrem nas mesmas posições e com as mesmas funções dos advérbios de modo, contrariamente às orações comparativas: como adjuntos adverbiais (cf. (170a)) ou como elemento selecionado (e, logo, obrigatório) em combinação com um verbo como *portar-se* (cf. (171a)):

(170) a. Os meninos dormiram *como uns anjos*.
b. Os meninos dormiram *mal*.

(171) a. Os meninos portaram-se *como uns anjos*.
b. Os meninos portaram-se *mal*.

Compare-se estes exemplos com a impossibilidade de ***os meninos dormiram do que uns anjos* ou ***os meninos portaram-se do que uns anjos*, com uma oração comparativa de superioridade.

As orações de modo introduzidas por *como* podem ser analisadas como relativas livres (cf. Cap. 39), sem antecedente expresso, que desempenham uma função adverbial (cf. Móia 2001). Veja-se que *como* funciona inequivocamente como advérbio relativo em frases como (172), nas quais tem um antecedente nominal expresso – *modo* ou *maneira*:

(172) a. O Rui fez tudo d[o modo [*como lhe ensinaram*]].
b. [A maneira [*como lhe falaste*]] foi muito desagradável.

Em certos casos, a oração introduzida por *como* pode mesmo desempenhar a função de sujeito e não uma função adverbial: cf. *como me ensinaram está certo*. Estas orações terão, nesta perspetiva, um funcionamento semelhante ao das orações de lugar introduzidas por *onde* (cf. 38.2.8), que podem ter antecedente expresso: cf. *eu vou a*[*o lugar onde tu fores*] e [*o lugar onde eu te conheci*] *ficará sempre na minha memória*. Também aqui *onde* funciona como um advérbio relativo e o sintagma nominal que contém o antecedente (*o lugar*) pode ser omitido; cf. *eu vou onde tu fores* e *onde eu*

te conheci ficará sempre na minha memória. Contrariamente às orações de modo (cf. (168a)), no entanto, as orações relativas livres canónicas não admitem elipse: cf. a não gramaticalidade de ***eu vou onde tu fores*** na variedade-padrão do português.

38.2.7 Orações de circunstância negativa

A preposição *sem* pode selecionar um constituinte de natureza oracional finito ou infinitivo flexionado:

(173) a. O Rui saiu de casa *sem que tu te tivesses apercebido*.
b. O Rui saiu de casa *sem tu te aperceberes*.

(174) a. Os meninos ligaram a televisão *sem que os pais os autorizassem*.
b. Os meninos ligaram a televisão *sem os pais os autorizarem*.

Do ponto de vista semântico, estas estruturas caracterizam-se por descreverem uma circunstância que não teve lugar, podendo, por conseguinte, ser designadas orações **adverbiais de circunstância negativa** ou de **concomitância negativa** (cf. Cap. 14 e Kortmann 1996).

O constituinte oracional introduzido pela preposição *sem* tem o comportamento típico das estruturas de subordinação adverbiais: não é selecionado pelo predicador verbal (cf. (173) e (174)), admite a anteposição (cf. (175a)), a coordenação (cf. (175b)) e manifesta a próclise (cf. (175c)):

(175) a. *Sem sair de casa*, hoje em dia é possível fazer todo o tipo de compras.
b. Hoje em dia é possível fazer todo o tipo de compras *sem sair de casa e sem usar dinheiro*.
c. Os meninos saíram *sem que eu me apercebesse*.

A preposição *sem* tem a particularidade de ter uma natureza intrinsecamente negativa, o que se traduz no facto de legitimar itens de polaridade negativa, como *ninguém* e *nada* (cf. Cap. 14), na oração subordinada:

(176) a. O Rui entrou *sem cumprimentar ninguém*.
b. Os meninos saíram de casa *sem que os pais reparassem em nada*.

Repare-se que, se a oração principal for negativa, as duas negações anulam-se e a oração subordinada passa a designar uma situação que efetivamente aconteceu. Neste caso, toda a frase pode ser parafraseada por uma construção contendo uma oração subordinada temporal introduzida por *depois* e em que a oração principal é afirmativa, como se ilustra a seguir:

(177) a. Ela não tomou a decisão *sem ter consultado os colegas*.
b. Ela tomou a decisão *depois de ter consultado os colegas*.

Tal como acontece com alguns advérbios, como *inadvertidamente* em (178a), estas orações podem, nalguns casos, não modificar o predicado, mas qualificar a atitude do sujeito (cf. (178b)). Neste caso, a oração é sempre prosodicamente autónoma relativamente ao resto da frase:

(178) a. *Inadvertidamente*, o Zé cometeu uma tremenda gafe.
b. *Sem reparar no que estava a dizer*, o Zé cometeu uma tremenda gafe.

As orações infinitivas introduzidas por *sem*, tal como acontece com outras orações adverbiais infinitivas introduzidas por preposições, podem ter um sujeito com uma referência distinta da do sujeito da oração principal, como em (179), ou um sujeito com uma referência idêntica à do sujeito da oração principal, como em (180). No primeiro caso, é obrigatório o uso do infinitivo flexionado com um sujeito expresso ou pronominal nulo; no segundo caso, podemos ter quer o infinitivo flexionado com um sujeito pronominal nulo (cf. (180a)), quer o infinitivo não flexionado com um sujeito implícito (cf. (180b)):

(179) a. Os alunos copiaram *sem* (*nós*) *termos reparado*.
b. *Os alunos copiaram *sem* (*nós*) *ter reparado*.

(180) a. Os atletas jogaram *sem terem treinado*.
b. Os atletas jogaram *sem ter treinado*.

38.2.8 Orações de lugar

Algumas orações introduzidas por *onde* podem ser classificadas como **adverbiais de lugar**, por ocorrerem em posições semelhantes às dos adjuntos adverbiais de lugar e por terem o mesmo valor semântico. Estas orações (cf. os exemplos (a) de (181)-(182)) podem também ser analisadas como relativas livres (cf. Cap. 39), que ocupam, neste caso, uma posição característica de um adjunto adverbial (cf. os exemplos (b)):

(181) a. *Onde eu moro*, toda a gente se conhece.
b. *Aqui*, toda a gente se conhece.

(182) a. *Onde há silêncio*, as pessoas sentem-se mais tranquilas.
b. *No campo*, as pessoas sentem-se mais tranquilas.

Tal como acontece com outros advérbios relativos, *onde* pode ter um antecedente expresso (cf. (183)) e a oração que introduz pode corresponder a um argumento selecionado pelo predicador verbal (cf. (184)); neste caso, trata-se de uma oração argumental (cf. Cap. 36) e não de uma oração adverbial:

(183) a. N[o sítio [*onde eu moro*]], toda a gente se conhece.
b. N[os lugares [*onde há silêncio*]], as pessoas sentem-se mais tranquilas.

(184) a. Eu sei *onde ele mora*.
b. Ele vive *onde eu pensava*.

38.2.9 Orações conformativas e orações de comentário

Algumas orações adverbiais envolvem epistemicamente o falante ou o ouvinte relativamente ao conteúdo da oração principal[60], ou são usadas pelo falante para atribuir esse conteúdo a uma determinada fonte. Trata-se de orações designadas **conformativas** ou **de comentário**:

(185) a. *Como sabes*, a situação económica nacional piorou muito no último ano.
b. *Conforme previámos*, houve uma fraca adesão à manifestação.
c. *Segundo ele me disse*, há comboios de meia em meia hora.

[60] O valor epistémico diz respeito às atitudes de crença e conhecimento dos interlocutores relativamente ao que é dito (cf. Caps. 18, 19 e 36).

As orações conformativas podem ser introduzidas pelos conectores *como*, *conforme*, *consoante* e *segundo*. Nalguns casos, é discutível que estejamos perante estruturas de natureza oracional. A possibilidade de se ter uma estrutura relativa (cf. (186a)) ou um constituinte nominal (cf. (186b)) depois do conector sugere que se trata de estruturas nominais (cf. Peres e Móia 1995) e que o conector tem um funcionamento característico de uma preposição:

(186) a. *Segundo o que foi publicado no jornal*, o criminoso escondeu o cadáver numa floresta.
b. *Segundo este jornal*, o criminoso escondeu o cadáver numa floresta.

No entanto, nem todas as orações classificáveis neste grupo semântico têm o mesmo comportamento sintático. De facto, o conector *como* difere do conector *segundo*, uma vez que não pode ser seguido nem de orações relativas nem de constituintes nominais, o que mostra que *como* não é uma preposição: cf. **como o que sabes, vou amanhã para Paris* e **como decisão da assembleia, as eleições realizar-se-ão no domingo*.

As orações conformativas têm pontos em comum com as orações relativas de frase (cf. Cap. 39). Em ambos os casos, a oração subordinada retoma a situação descrita na oração principal, quer sob a forma do constituinte relativo *o que*, no caso das orações relativas (cf. (187a)), quer sob a forma de um conector (*como* ou *conforme*), no caso das orações conformativas (cf. (187b)):

(187) a. O João teve a melhor nota da turma, *o que era esperado*.
b. *Como era esperado*, o João teve a melhor nota da turma.

Contudo, ao contrário do que acontece com as orações relativas de frase, nas conformativas não pode ocorrer a negação na oração subordinada, como se ilustra a seguir:

(188) a. O João teve a melhor nota da turma, *o que não era esperado*.
b. **Como não era esperado*, o João teve a melhor nota da turma.

38.2.10 Orações contrastivas e contrapositivas

Algumas orações introduzidas por conectores geralmente classificados de subordinadores adverbiais podem assumir valores de contraste ou de oposição[61]. É o caso das orações introduzidas por *enquanto* (*que*), cujo valor temporal se perdeu:

(189) a. *Enquanto o Rui nos telefona todos os dias*, a Ana só nos telefona uma vez por semana.
b. *Enquanto a Ana é extrovertida*, o Zé é tímido.

Repare-se que a oração contrastiva pode ser anteposta e manifesta a próclise, o que leva a que a classifiquemos como oração subordinada adverbial.

As orações contrastivas introduzidas por *ao passo que* manifestam comportamentos sintáticos distintos, sendo mais dificilmente antepostas:

(190) a. O Rui gosta do café cheio, *ao passo que o Zé gosta dele curto*.
b. ?*Ao passo que o Zé gosta do café curto*, o Rui gosta dele cheio.

[61] Cf. Peres e Móia (1995), Peres (1997), Lopes (2002) e Costa (2005), entre outros.

As orações com *enquanto* podem ser ambíguas entre uma leitura temporal e uma leitura contrastiva. A leitura contrastiva é a única que se obtém quando as situações são de caráter estativo, como em (191a), ou quando temos a locução *enquanto que*[62], como em (191b), e é a leitura preferencial quando há itens lexicais que favorecem claramente a leitura de contraste, como em (191c,d) (cf. Costa 2005). Quando os tempos verbais das duas orações não são idênticos, no entanto, só a leitura temporal é possível (cf. (191e)).

(191) a. *Enquanto o Rui é alto*, o Pedro é baixo. [contrastiva]
b. *Enquanto que o Rui comeu carne*, o Pedro comeu peixe. [contrastiva]
c. *Enquanto o Rui comeu carne*, o Pedro comeu peixe. [temporal/contrastiva]
d. *Enquanto o Rui bebeu o leite quente*, o Pedro bebeu-o frio. [temporal/contrastiva]
e. *Enquanto o Rui tomava banho*, a Ana preparou o pequeno-almoço. [temporal]

Um outro fator que pode favorecer a leitura contrastiva é a prosódia. A oração subordinada de (192a) pode ser ambígua entre um valor temporal e um valor contrastivo. No entanto, se houver uma rutura melódica antes da oração subordinada e uma curva entoacional apropriada, a oração subordinada tem preferencialmente a leitura contrastiva, como em (192b):

(192) a. O João estuda *enquanto a Maria vê televisão*.
b. O João estuda, *enquanto a Maria vê televisão*.

Um outro conjunto de estruturas aparentadas é o das orações contrapositivas introduzidas por *quando*. Estas orações não podem ocorrer em posição inicial, tendo, quanto a este aspeto, um comportamento semelhante ao das orações coordenadas adversativas, como se ilustra em (193) (comparar com *o Rui acha que o Zé é antipático, mas ele é apenas muito tímido* vs. **mas ele é apenas muito tímido, o Rui acha que o Zé é antipático*):

(193) a. O Rui acha que o Zé é antipático, *quando na realidade ele é apenas muito tímido*.
b. ??*Quando na realidade o Zé é apenas muito tímido*, o Rui acha que ele é antipático.

38.2.11 Orações substitutivas e acrescentativas

Algumas orações infinitivas introduzidas por locuções prepositivas têm propriedades características das estruturas de subordinação adverbiais. Cabem aqui as orações **substitutivas**, introduzidas por *em vez de*, e as orações **acrescentativas**, introduzidas por (*para*) *além de*. Nestas orações, a forma verbal tem geralmente marcas explícitas de concordância. Quando o sujeito da oração subordinada e o da principal têm a mesma referência, e o sujeito da subordinada não é foneticamente realizado, podemos encontrar quer o infinitivo flexionado, com um sujeito pronominal nulo, mais comum (cf. os exemplos (a) de (194)-(195)), quer o infinitivo não flexionado,

[62] Como já foi referido (cf. Nota 9), se bem que a locução contrastiva *enquanto que* seja usada por muitos falantes, a norma mais estrita recomenda que se use *enquanto* sem a conjunção *que*. Sem *que*, *enquanto* pode ser ambíguo entre os valores temporal e contrastivo; *enquanto que* só pode ter valor contrastivo.

com um sujeito implícito (cf. os exemplos (b)). Quando os sujeitos são distintos, só é possível o infinitivo flexionado, independentemente de o sujeito ser foneticamente realizado (cf. os exemplos (c)) ou um pronome nulo (cf. os exemplos (d)):

(194) a. *Em vez de ficarem calados*, os alunos começaram a protestar.
b. *Em vez de obedecer aos pais*, as crianças foram brincar.
c. *Em vez de eles dormirem no chão*, podemos arranjar-lhes um colchão.
d. *Em vez de dormires no chão*, podemos arranjar-te um colchão.

(195) a. *Além de trabalharem bem*, eles trabalham depressa.
b. *Para além de ser inteligentes*, eles são muito bonitos.
c. *Para além de os alunos se terem portado mal*, os meus colegas ainda me criticaram.
d. *Para além de te portares mal*, os teus amigos ainda te encorajam a mentir.

38.3 Orações adverbiais – classificação sintática

Como vimos em 38.1.2, consideramos aqui como orações adverbiais apenas as estruturas que têm um funcionamento característico de estruturas de subordinação, podendo, por exemplo, ser coordenadas e ocorrer em posição inicial. Excluímos desta classe outras estruturas que, apesar de terem valores semânticos característicos das orações adverbiais (tais como a condição, a causa ou o tempo), estabelecem uma relação de parataxe com a oração principal (cf. 38.1.3).

Considerando apenas as estruturas que, de um ponto de vista sintático, mantêm uma relação de subordinação, é possível identificar classes de orações adverbiais, com diferentes comportamentos relativamente a uma série de fenómenos. Estas classes sintáticas nem sempre coincidem com classes semânticas; isto é, no interior de uma mesma classe semântica podemos encontrar estruturas com comportamentos sintáticos distintos e, inversamente, dentro de cada classe sintática encontramos diferentes tipos semânticos.

38.3.1 Orações adverbiais periféricas vs. orações adverbiais integradas

As orações adverbiais formam um grupo sintaticamente heterogéneo. Podemos distinguir, em traços gerais, duas grandes subclasses sintáticas de orações adverbiais em função do tipo de conectividade que mantêm com a oração principal e do seu comportamento relativamente a fenómenos como a clivagem[63] e o foco de operadores como a negação[64]: (i) as **orações adverbiais integradas** e (ii) as **orações adverbiais periféricas** (cf. Cap. 33)[65].

As orações adverbiais integradas manifestam uma série de comportamentos que evidenciam, por um lado, uma maior ligação prosódica e estrutural com a oração principal e, por outro lado, a compatibilidade com processos que envolvem focalização (cf. Cap. 50). Neste grupo, cabem a maioria das orações temporais, as orações finais de evento, um subconjunto das orações condicionais com *se*, *caso*, *no caso de*

[63] Sobre construções de clivagem, cf. Caps. 28.1.2.2 e 50.
[64] Sobre operadores de negação, cf. Cap. 14.
[65] Ver Bosque e Demonte (1999) para uma distinção semelhante para o espanhol e Berta, Szijj e Tapazdi (1999) para uma descrição de diferentes tipos de orações adverbiais em português.

e *na condição de*, as orações subordinadas causais introduzidas por *por* e *porque*, as orações de modo e as orações de circunstância negativa.

As orações adverbiais periféricas têm comportamentos opostos, evidenciando uma menor ligação prosódica e estrutural à oração principal (são orações que ocorrem tipicamente em posição inicial ou final, destacadas da oração principal) e incompatibilidade com processos de focalização. Neste grupo cabem as orações causais e explicativas finitas introduzidas por *como*, *uma vez que*, *já que*, *dado que*, *visto que* e as infinitivas introduzidas por *dado* e *visto*, as orações finais de enunciação, as concessivas e condicionais-concessivas e as orações bicondicionais (com *desde que* + conjuntivo, *contanto que*, *a não ser que*), as orações conformativas e as orações contrastivas.

Apresentam-se seguidamente alguns dos fenómenos que distinguem estes dois tipos de orações adverbiais.

❖ As orações adverbiais integradas podem ocorrer em posição final sem marcação especial (cf. (196)), ao passo que as orações adverbiais periféricas só podem ocorrer em posição final se forem antecedidas de pausa ou quebra entoacional, a que corresponde geralmente uma vírgula na escrita (cf. (197)):

(196) a. Ficámos em casa *porque estava a chover*.
b. O João deixaria de trabalhar *se ganhasse a lotaria*.
c. Abrimos a janela *para arejar a sala*.
d. Assustei-me *quando ouvi um estrondo*.

(197) a O Rui não pode ir à aula, *uma vez que está doente*.
b. O piquenique realizar-se-á, *contanto que não esteja a chover*.
c. Não aprecio chocolates, *para ser sincero*.
d. Fizeram o piquenique, *embora estivesse a chover*.

Ambas podem, no entanto, ocorrer em posição inicial (ou entre o sujeito e o predicado), constituindo, neste caso, um constituinte prosodicamente autónomo, também assinalado por vírgula:

(198) a. *Porque estava a chover*, ficámos em casa.
b. *Se ganhasse a lotaria*, o João deixaria de trabalhar.
c. *Para arejar a sala*, abrimos a janela.
d. *Quando ouvi um estrondo*, assustei-me.

(199) a. *Uma vez que está doente*, o Rui não pode ir à aula.
b. *Contanto que não esteja a chover*, o piquenique realizar-se-á.
c. *Para ser sincero*, não aprecio chocolates.
d. *Embora estivesse a chover*, fizeram o piquenique.

❖ As orações adverbiais integradas admitem, com maior ou menor facilidade, a ocorrência em estruturas clivadas (cf. Cap. 50) como se ilustra em (200), o que não acontece com as adverbiais periféricas, como se ilustra em (201):

(200) a. É *porque está doente* que o Rui não pode ir à aula. [causal – integrada]
b. Era *se ganhasse a lotaria* que eu deixava de trabalhar. [condicional – integrada]

c. Era *para poder ir de férias para o estrangeiro* que o Rui estava a poupar. [final de evento – integrada]
d. Foi *quando ouvi o estrondo* que me assustei. [temporal – integrada]

(201) a. *É *uma vez que está doente* que o Rui não pode ir à aula. [explicativa – periférica]
b. *É *contanto que não esteja a chover* que o piquenique se realizará. [bicondicional – periférica]
c. *É *para ser sincero* que não aprecio chocolates. [final de enunciação – periférica]
d. *Foi *embora estivesse a chover* que fizemos um piquenique. [concessiva – periférica]

❖ As orações adverbiais integradas (cf. (202)), mas não as orações adverbiais periféricas (cf. (203)), podem constituir o **foco da negação** da oração principal. Assim, só nos exemplos de (202) é permitida uma leitura em que a negação não afeta a oração principal mas apenas a oração subordinada adverbial integrada, tal como mostra a interpretação pretendida dada depois de cada exemplo:

(202) a. Ele não decidiu emigrar *porque a situação piorou drasticamente*. (= não foi porque a situação piorou drasticamente que ele decidiu emigrar)
b. Eu não deixava de trabalhar *se ganhasse a lotaria*. (= não era se ganhasse a lotaria que eu deixava de trabalhar)
c. O Rui não estava a poupar *para poder ir de férias para o estrangeiro*. (= não era para poder ir de férias para o estrangeiro que o Rui estava a poupar)
d. Eu não me assustei *quando ouvi o estrondo*. (= não foi quando ouvi o estrondo que me assustei)

Contrariamente a (202), os exemplos de (203) apenas têm uma interpretação em que é o predicado da oração principal (excluindo a oração adverbial) que é negado:

(203) a. O Rui não podia ir à aula, *uma vez que estava doente*.
b. O João não fará o exame, *contanto que tenha nota positiva na frequência*.
c. Não aprecio chocolates, *para ser sincero*.
d. O Pedro não é convencido, *embora seja muito inteligente*.

Assim, p.e., (203a) não pode significar que o Rui podia ir à aula, mas não porque estava doente. Apenas pode significar que o Rui não podia efetivamente ir à aula (sendo a oração subordinada uma explicação dessa situação). Também (203c) não significa que eu aprecio chocolates, mas não para ser sincero, mas apenas que efetivamente não aprecio chocolates[66].

[66] É importante notar que as frases de (202) podem também ter uma interpretação em que o escopo da negação corresponde apenas ao predicado da oração principal, de modo semelhante às de (203), ou seja, em que a oração adverbial não está sob o escopo da negação. Nessa leitura, (202d), p.e., significa que eu realmente não me assustei quando ouvi o estrondo. Neste caso, a oração adverbial pode manter, contudo, o seu estatuto de adverbial integrada, como mostra o facto de poder ser clivada (cf. *foi quando ouvi o estrondo que eu não me assustei*) ou constituir resposta a interrogativas parciais (ver a discussão mais abaixo): cf. *A – Quando é que não te assustaste? B – Quando ouvi o estrondo*.

❖ Só as orações adverbiais integradas (cf. (204)), mas não as periféricas (cf. (205)), podem constituir o foco de advérbios como *só* e *até* na oração principal, sendo interpretadas como o único constituinte sobre o qual estes advérbios incidem, ainda que o advérbio não ocorra numa posição contígua à da oração subordinada:

(204) a. Ele só decidiu emigrar *porque a situação piorou drasticamente*. (= foi só porque a situação piorou drasticamente que ele decidiu emigrar)
b. Eu só deixava de trabalhar *se ganhasse a lotaria*. (= era só se ganhasse a lotaria que eu deixava de trabalhar)
c. O Rui só estava a poupar *para poder ir de férias para o estrangeiro*. (= era só para poder ir de férias para o estrangeiro que o Rui estava a poupar)
d. Eu só me assustei *quando ouvi o estrondo*. (= foi só quando ouvi o estrondo que eu me assustei)

(205) a. O Rui só podia ir à aula, *uma vez que estava doente*.
b. O piquenique só se realizará amanhã, *contanto que não esteja a chover*.
c. Só aprecio chocolates, *para ser sincero*.
d. Só fizemos um piquenique, *embora estivesse a chover*.

De novo, contrariamente aos exemplos de (204), os de (205) apenas têm uma interpretação em que o advérbio *só* incide sobre o predicado da oração principal. Assim, por exemplo, (205a) não significa que o Rui podia ir à aula só porque estava doente, nem (205c) significa que eu aprecio chocolates só para ser sincero.

❖ As orações adverbiais integradas (cf. (206)), mas não as adverbiais periféricas (cf. (207)), podem ocorrer como resposta a orações interrogativas parciais (cf. Caps. 36 e 48). Assim, as orações adverbiais integradas podem ser o único constituinte que é dado como resposta a estas orações interrogativas, funcionando como foco informacional, o que não é possível no caso das orações periféricas[67]:

(206) a. A – Por que é que ele decidiu emigrar?
B – *Porque a situação piorou drasticamente*.
b. A – Em que circunstâncias deixavas de trabalhar?
B – *Se ganhasse a lotaria*.
c. A – Para que estava o Rui a poupar?
B – *Para poder ir de férias para o estrangeiro*.
d. A – Quando te assustaste?
B – *Quando ouvi um estrondo*.

(207) a. A – Por que é que o Rui não pode ir à aula?
B – **Uma vez que está doente*.
b. A – Em que circunstâncias é que o piquenique se realizará?
B – **Contanto que não esteja a chover*.

[67] As orações adverbiais periféricas podem, contudo, ocorrer em respostas afirmativas a interrogativas globais, como em (i):
(i) A – Vai haver piquenique?
B – (Vai,) *contanto que não esteja a chover*.

c. A – Para que é que aprecias (tanto) chocolate?
B – **Para ser sincero*.
d. A – Em que circunstâncias fizeram o piquenique?
B – **Embora estivesse a chover*.

❖ As orações adverbiais integradas (cf. (208)) podem constituir o foco de **estruturas interrogativas alternativas**, o que não é possível com as orações adverbiais periféricas (cf. (209)). Do ponto de vista informacional, nas estruturas interrogativas alternativas pede-se uma escolha entre duas alternativas possíveis, através de uma coordenação disjuntiva.

(208) a. Ele decidiu emigrar *porque a situação piorou drasticamente ou porque lhe ofereceram um lugar melhor*?
b. Deixavas de trabalhar *se ganhasses a lotaria ou se herdasses uma fortuna*?
c. O Rui está a poupar *para poder ir de férias para o estrangeiro ou para comprar uma mota*?
d. Assustaste-te *quando ouviste um estrondo ou quando o chão tremeu*?

(209) a. *O Rui não pode ir à aula, *já que está doente ou já que tem exame de condução*?
b. *O piquenique realizar-se-á, *contanto que não esteja a chover ou contanto que haja inscrições suficientes*?
c. *O meu filho não aprecia chocolates, *para ser sincero ou para dizer a verdade*?
d. *Fizeram o piquenique, *embora estivesse a chover ou embora houvesse poucas inscrições*?

❖ As orações adverbiais integradas (cf. (210)), mas não as periféricas (cf. (211)), podem constituir o foco da negação em estruturas chamadas por vezes **negativas alternativas** (cf. Quirk et al. 1985). Do ponto de vista informacional, trata-se de estruturas retificativas, em que dois elementos são contrastados através de uma coordenação adversativa: *não x mas y*:

(210) a. Ele não decidiu emigrar *porque a situação piorou drasticamente, mas* (*sim*) *porque tinha vontade de mudar de ares*.
b. Eu não deixava de trabalhar *se ganhasse a lotaria, mas* (*sim*) *se não tivesse alternativa*.
c. O Rui não estava a poupar *para poder ir de férias para o estrangeiro, mas* (*sim*) *para poder comprar uma mota*.
d. Eu não me assustei *quando ouvi o estrondo, mas* (*sim*) *quando vi o carro a deitar fumo*.

(211) a. *O Rui não pode ir à aula, *uma vez que está doente, mas* (*sim*) *uma vez que tem exame de condução*.
b. *O piquenique não se realizará, *contanto que não esteja a chover, mas* (*sim*) *contanto que haja inscrições suficientes*.
c. *Não aprecio chocolates, *para ser sincero, mas* (*sim*) *para que saibas*.
d. *Não fizeram o piquenique, *embora estivesse a chover, mas* (*sim*) *embora houvesse poucas inscrições*.

Sintetizando, os exemplos apresentados mostram que, dentro de um mesmo grupo semântico, podemos ter orações subordinadas com comportamentos sintáticos distintos (ou como estrutura periférica ou como estrutura integrada), e que, dentro de cada grupo sintático, há orações com valores semânticos distintos. Assim, existem orações integradas e periféricas no grupo das orações causais e explicativas (cf. os exemplos (a) de (196) e (197)), das orações condicionais (cf. os exemplos (b) desses paradigmas) e das orações finais (cf. os exemplos (c)). Em contrapartida, as orações temporais são sempre orações integradas (cf. (196d)) e as orações concessivas são sempre orações periféricas (cf. (197d)).

Um caso específico dentro das orações adverbiais periféricas é constituído pelas **adverbiais de enunciação**. Nestas estruturas, não existe uma relação semântica direta entre o conteúdo da oração subordinada e o conteúdo da oração principal. A oração adverbial estabelece antes uma relação com a enunciação associada à oração principal. Cabem neste grupo as orações finais de enunciação (cf. (212a)), as condicionais de enunciação (cf. (212b)), as concessivas de enunciação (cf. (212c)) e as conformativas (cf. (212d)):

(212) a. *Para ser sincero*, o João não deveria ter sido convidado.
b. *Se eu bem me lembro*, a Ana ainda não pagou a inscrição.
c. O Pedro mudou de casa o ano passado, *embora eu possa estar errado*.
d. *Conforme ele me disse*, há comboios de meia em meia hora.

Este tipo de orações periféricas distingue-se por estabelecer uma conectividade sintática e semântica ainda mais fraca com a oração principal, o que se traduz, por exemplo, no facto de o fenómeno de concordância de tempos entre as duas orações não se aplicar da mesma forma que nas restantes orações adverbiais; assim, nos exemplos de (213), com orações subordinadas de enunciação (final e condicional, respetivamente), é possível haver tempos diferentes na oração principal e na oração subordinada, ao passo que em (214), com orações subordinadas que não são de enunciação, a concordância de tempos é geralmente seguida:

(213) a. Dei-lhe uma última oportunidade, *para que fique claro*.
b. *Se eu* (*bem*) *me lembro*, dei-lhe a resposta na semana passada.

(214) a. Dei-lhe uma última oportunidade *para que não me acusassem de ser injusto*. [final de evento]
b. *Se eu me lembro/lembrar*, dou-lhe a resposta.

38.3.2 Diferenças de posição na frase

Como foi já referido, a maioria das orações adverbiais pode ocorrer em diversas posições relativamente à oração principal – em posição inicial (cf. os exemplos (a) de (215) e (216)), numa posição intermédia, entre o sujeito e o predicado (cf. os exemplos (b) desses paradigmas) e em posição final (cf. os exemplos (c)):

(215) a. *Quando o espetáculo terminou*, muitas pessoas aplaudiram de pé.
b. Muitas pessoas, *quando o espetáculo terminou*, aplaudiram de pé.
c. Muitas pessoas aplaudiram de pé *quando o espetáculo terminou*.

(216) a. *Uma vez que está a chover*, o piquenique será cancelado.
b. O piquenique, *uma vez que está a chover*, será cancelado.
c. O piquenique será cancelado, *uma vez que está a chover*.

As orações causais introduzidas por *como*, no entanto, não admitem a posição final:

(217) a. *Como estava com febre*, o Rui decidiu ficar em casa.
b. O Rui, *como estava com febre*, decidiu ficar em casa.
c. *O Rui decidiu ficar em casa, *como estava com febre*.[68]

As orações de modo permitem mais dificilmente a posição inicial ou intermédia. Assim, as frases (218b,c) são anómalas na leitura em que o João cozinha o polvo da forma como a mãe lhe disse (que cozinhasse), sendo preferida a leitura causal (ou seja, 'porque a mãe lhe disse'):

(218) a. O João cozinhou o polvo *como a mãe lhe disse*.
b. O João, *como a mãe lhe disse*, cozinhou o polvo.
c. *Como a mãe lhe disse*, o João cozinhou o polvo.

Em certos casos, embora sejam possíveis várias posições, uma delas pode ser mais marcada do que a outra (cf. Ford e Thompson 1986). Assim, relativamente às orações adverbiais integradas, a posição final é geralmente menos marcada. No entanto, à posição inicial e à posição final estão associados valores discursivos distintos. Testando o estatuto informacional das orações adverbiais através de pares pergunta-resposta (cf. Ambar 1988), verificamos que estas orações, quando ocorrem em posição inicial, correspondem a informação conhecida e funcionam como tópicos, ao passo que, quando ocorrem em posição final, correspondem a informação nova ou estão incluídas num constituinte que corresponde a informação nova.

Assim, na resposta a uma pergunta como (219), em que se pede informação supostamente desconhecida sobre a localização temporal da reunião, a oração temporal, que corresponde necessariamente a informação nova, só pode ocorrer em posição final (cf. (220a)), sendo a posição inicial anómala (cf. (220b)), o que é aqui representado pelo símbolo "#":

(219) Quando começou a reunião?

(220) a. A reunião começou *quando o diretor chegou*.
b. #*Quando o diretor chegou*, a reunião começou.

Se, pelo contrário, a oração adverbial constitui informação já conhecida, ocorrerá mais naturalmente em posição inicial. Assim, na resposta a uma frase interrogativa como (221), que contém uma oração adverbial que constitui agora informação conhecida para o interlocutor, essa oração apenas pode ocorrer em posição inicial (cf. (222a)), não em posição final (cf. (222b)):

(221) *Quando o diretor chegou*, o que é que aconteceu?

(222) a. *Quando o diretor chegou*, um grupo de alunos levantou-se.
b. #Um grupo de alunos levantou-se *quando o diretor chegou*.

[68] Esta frase melhora se tiver uma entoação suspensiva.

Se a totalidade da frase que constitui a resposta a uma frase interrogativa constitui informação nova, como é o caso das respostas a interrogativas como *o que aconteceu?* (cf. (223)), a oração adverbial pode ocorrer em posição final (cf. (224a)) ou em posição inicial (cf. (224b)). Se ocorrer em posição inicial, funciona como um elemento que dá o enquadramento da situação:

(223) O que aconteceu?

(224) a. Um grupo de alunos levantou-se *quando o diretor chegou*.
b. *Quando o diretor chegou*, um grupo de alunos levantou-se.

Assim, as orações adverbiais integradas ocorrem em posição inicial quando são o tópico ou quando dão o enquadramento de uma situação, e em posição final quando constituem o foco ou informação nova.

As orações adverbiais periféricas podem ocorrer em posição inicial ou em posição final, mas apenas quando existe uma quebra entoacional a separá-las da oração principal:

(225) a. *Embora fosse tarde*, o Rui continuava acordado.
b. O Rui continuava acordado, *embora fosse tarde*.

(226) a. *Uma vez que há greve dos transportes*, o Zé resolveu ficar em casa.
b. O Zé resolveu ficar em casa, *uma vez que há greve dos transportes*.

Constituem um caso à parte as orações causais iniciadas por *como* e as orações participiais e gerundivas periféricas, que ocorrem geralmente em posição inicial:

(227) a. *Como era tarde*, fomo-nos deitar.
b. *Fomo-nos deitar, *como era tarde*.

(228) a. *Terminado o trabalho*, fomos para casa.
b. ??Fomos para casa, *terminado o trabalho*.

(229) a. *Tendo nós começado a jantar*, tocaram à porta.
b. ??Tocaram à porta, *tendo nós começado a jantar*.

38.4 Orações adverbiais participiais

Nesta secção, são apresentadas as propriedades sintáticas e semânticas das orações adverbiais cuja forma verbal se encontra no particípio passado, a que chamaremos **orações adverbiais participiais** (ou **orações adverbiais de particípio**).

38.4.1 Propriedades sintáticas

As orações adverbiais participiais têm a forma verbal no particípio passado e funcionam como adjuntos adverbiais[69]. Tal como as orações adverbiais finitas e infinitivas, as orações participiais não são selecionadas, ocorrem em posição inicial (cf. (230a)), podem ser facilmente omitidas (cf. (230b)), permitem a coordenação (cf. (230c)) e não admitem que um dos seus constituintes seja interrogado por um sintagma *qu-* em posição inicial (cf. (230d)):

[69] Cf. Eliseu (1988), Ambar (1988, 1999b), Santos (1999), entre outros.

(230) a. *Chegada a casa*, a Ana despiu o casaco.
b. A Ana despiu o casaco.
c. *Terminado o trabalho e arrumado o quarto*, o Rui foi brincar.
d. *[*O que*] é que *terminado* _, o Rui foi brincar?

As orações adverbiais participiais podem ter um sujeito expresso, como em (231), ou omisso, como em (232)[70]:

(231) a. *Chegado o João*, o diretor decidiu começar a reunião.
b. *Caídas as primeiras folhas*, o campo ficou com um novo aspeto.

(232) a. *Chegado* [-] *a casa*, o João despiu o casaco.
b. *Caídas* [-] *no chão*, as folhas formavam um magnífico tapete castanho.

Nas orações participiais, o particípio concorda em género e número com o sujeito, que, quando está expresso, se encontra geralmente numa posição pós-verbal (cf. (231)).

Nem todos os verbos podem ocorrer em orações participiais (cf. Eliseu 1984 e Santos 1999, entre outros). Só os verbos transitivos e os verbos inacusativos, isto é, os verbos intransitivos cujo sujeito é um argumento interno, permitem esta construção (cf. Cap. 28.2.2.3), como se ilustra a seguir:

(233) a. Alguém fez as apostas. [transitivo]
b. *Feitas as apostas*, deu-se início ao jogo.

(234) a. A empresa faliu. [intransitivo de tipo inacusativo]
b. *Falida a empresa*, os operários tiveram de procurar novos postos de trabalho.

(235) a. Os meninos sorriram. [intransitivo de tipo inergativo]
b. **Sorridos os meninos*, a professora ficou mais contente.

(236) a. O Rui era atleta de alta competição. [copulativo]
b. **Sido atleta de alta competição*, o Rui tinha direito a um regime especial de avaliação.

Por conseguinte, o sujeito de uma oração participial corresponde sempre a um argumento interno do verbo: com os verbos transitivos, o argumento interno corresponde ao complemento direto; com os verbos inacusativos, corresponde ao sujeito gramatical (cf. Cap. 28).

Fora de contexto, o sujeito omisso da oração participial tem geralmente a mesma referência do sujeito da oração principal, como acontece em (232). Há, no entanto, situações em que o sujeito omisso tem uma referência distinta da do sujeito da oração principal, como nos seguintes exemplos, em que o sujeito nulo da oração participial é correferente com um complemento da oração principal ou retoma um referente anteriormente introduzido no discurso:

[70] As orações adverbiais participiais com sujeito expresso são habitualmente designadas "orações participiais absolutas". Alguns autores (cf. Stump 1985, Kortmann 1991) usam a designação "adjuntos livres" para as orações adverbiais sem conectores e sem sujeito expresso, entre as quais se encontram algumas orações participiais.

(237) a. *Chegado* [-] *a casa*, pareceu-lhe ouvir um ruído estranho.
b. *Chegado* [-] *a casa*, apeteceu-me ouvir as notícias.
c. *Chegados* [-] *ao aeroporto*, os fãs esperavam-nos.
d. Os meus filhos saíram à noite pela primeira vez. *Chegados* [-] *a casa*, fiquei mais descansada.

Ao contrário das orações adverbiais finitas e infinitivas, as orações participiais não são, geralmente, introduzidas por conjunções. Podem, contudo, ser iniciadas pelas locuções *uma vez* e *depois de*:

(238) a. (*Uma vez*) *chegado o João*, o diretor decidiu começar a reunião.
b. (*Uma vez*) *chegado* [-] *a casa*, o João despiu o casaco.
c. (*Depois de*) *chegados todos os atletas*, iniciaram-se os treinos.
d. (*Depois de*) *chegados* [-] *ao aeroporto*, os atletas entraram no autocarro.

De um ponto de vista sintático, as orações adverbiais participiais, com sujeito expresso ou omisso, são periféricas, como mostra o seu comportamento relativamente aos fenómenos analisados em 38.3. Assim, estas orações

(i) não admitem a clivagem: cf. ***foi** chegada a casa que a Ana me telefonou*;

(ii) não podem constituir resposta a interrogativas parciais: cf. *A – Quando começaram a reunião? B – *Chegada a Ana*;

(iii) não podem constituir o foco de advérbios como *não* ou *só*. Assim, na frase *chegada a casa, a Ana não/só me telefonou*, a negação ou a focalização incidem necessariamente sobre o predicado da oração principal e não sobre a oração participial.

Quanto à posição, as orações adverbiais participiais ocorrem preferencialmente em posição inicial. A posição final dá origem a frases marginais, mesmo quando são precedidas de uma rutura entoacional, ao passo que a posição intermédia, entre o sujeito e o predicado da oração principal, é possível, embora não seja tão natural como a posição inicial:

(239) a. *Chegada a casa*, a Ana telefonou-me.
b. ??A Ana telefonou-me, *chegada a casa*.
c. A Ana, *chegada a casa*, telefonou-me.

(240) a. *Chegada a Ana*, começámos a reunião.
b. ??Começámos a reunião, *chegada a Ana*.

As orações participiais manifestam uma série de restrições internas que estão ausentes das outras orações adverbiais. Estas restrições dizem respeito: (i) à ocorrência de pronomes clíticos; (ii) à ocorrência de negação; (iii) à ocorrência de auxiliares; (iv) à ocorrência de sujeitos pronominais; e (v) à ordem de palavras.

Assim, nas orações participiais, não podem ocorrer pronomes pessoais clíticos, quer acusativos, quer dativos, incluindo o clítico *se*:

(241) a. **Corrigido-o*, o professor afixou a nota.
b. **Entregues-lhes os testes*, o professor fez a correção.
c. **Afundado-se o navio*, os piratas fugiram.

Note-se que não é apenas nas orações participiais que um pronome clítico não se pode ligar a um particípio passado, como se vê pela impossibilidade de expressões

como **a Ana tem visto-as* vs. *a Ana tem-nas visto* ou de **os exercícios foram entregues-lhes* vs. *os exercícios foram-lhes entregues* (cf. Caps. 29 e 42).

Para além disso, nas orações participiais, embora haja variação entre os falantes, a ocorrência do marcador adverbial de negação *não* é marginal, se não mesmo impossível para muitos falantes; cf. **não acabado o projeto, os arquitetos não puderam concorrer* ou ??*não encontrados os culpados, o processo foi arquivado*.

Nas orações participiais, não podem ocorrer verbos auxiliares ou semiauxiliares (cf. Cap. 29); cf. **tida feito a mala, chamámos um táxi* (vs. *ele tinha feito a mala*), **ido ler o livro, o Rui acendeu a luz* (vs. *o Rui foi ler o livro*) ou **sidos convidados os padrinhos, marcámos o casamento* (cf. *os padrinhos foram convidados*).

Como se viu acima, o sujeito das orações participiais pode ser expresso ou omisso:

(242) a. *Chegado o João*, o diretor decidiu começar a reunião.
b. *Chegado* [-] *a casa*, o João despiu o casaco.

No entanto, existem restrições sobre o sujeito, quando este é expresso. Em particular, um sujeito pronominal no caso nominativo é aceitável para alguns falantes, mas não para outros, eventualmente com pequenas diferenças consoante a pessoa gramatical (1.ª, 2.ª ou 3.ª):

(243) a. *Chegado*(*a*) {*eu/tu/ele/ela*} à sala, o diretor decidiu começar a reunião.
b. *Chegados*(*as*) {*nós/vós/eles/elas*}, o diretor decidiu começar a reunião.

A possibilidade de o sujeito ser um pronome nominativo depende também de o verbo ser transitivo ou inacusativo. Embora alguns falantes admitam sujeitos pronominais nominativos com verbos inacusativos (cf. (244a)), isso não acontece geralmente com verbos transitivos (cf. (244b)):

(244) a. *Chegados eles*, o diretor começou a reunião.
b. **Visitados eles*, fomos para casa.

Quanto à ordem de palavras, verifica-se que, em português europeu contemporâneo, nas orações participiais com sujeito expresso que não são introduzidas por expressões como *uma vez*, o particípio precede o sujeito, com o qual concorda[71]:

(245) a. *Chegada a Ana*, começámos a reunião.
b. **A Ana chegada*, começámos a reunião.

(246) a. *Corrigidos os testes*, o professor afixou as notas.
b. **Os testes corrigidos*, o professor afixou as notas.

[71] Cf. Ambar (1988) e Santos (1999), entre outros. Excetuam-se expressões idiomáticas cristalizadas: cf. *contas feitas, o negócio não foi tão mau como isso*. A ordem verbo-sujeito em orações participiais não era obrigatória em fases mais recuadas da língua, em que se podia encontrar também a ordem sujeito-verbo:

(i) a. E, acabado esto, rey Abdella mandou lavrar muy ben o castello de Loxa. (CIPM, *Crónica Geral de Espanha*, séc. XIV, Fólio 107b)
b. E, esto acabado, morreu; e foy enterrado ẽno moesteiro de San Salvador, o que elle fezera em Leon pera sua filha dona Elvira. (CIPM, *Crónica Geral de Espanha*, séc. XIV, Fólio 116a)

Quando a oração participial é introduzida pela locução *uma vez* ou *depois de*, tanto se pode encontrar a ordem sujeito-particípio (cf. (247)), como a ordem particípio-sujeito (cf. (248)), mas com *depois de* a ordem particípio-sujeito parece ser largamente preferida (cf. (247c) vs. (248c)):

(247) a. *Uma vez a Ana chegada*, começámos a reunião.
b. *Uma vez os testes corrigidos*, o professor afixou as notas.
c. ?*Depois de os erros corrigidos*, divulgámos o comunicado.

(248) a. *Uma vez chegada a Ana*, começámos a reunião.
b. *Uma vez corrigidos os testes*, o professor afixou as notas.
c. *Depois de corrigidos os erros*, divulgámos o comunicado.

38.4.2 Valores semânticos das orações participiais

Do ponto de vista semântico, as orações adverbiais participiais têm uma interpretação temporal perfectiva, i.e., descrevem um evento concluído num intervalo de tempo anterior ao da oração principal:

(249) ({*Uma vez*/*Depois de*}) *terminada a reunião*, fomos almoçar. (= depois de a reunião ter terminado,...)

(250) ({*Uma vez*/*Depois de*}) *consertado*, o aparelho deixou de chiar. (= depois de ter sido consertado,...)

Para além disso, as orações adverbiais participiais, com sujeito expresso ou omisso, têm uma interpretação necessariamente eventiva, subentendendo-se que teve lugar um evento culminado, ou seja, um evento télico que tem um fim intrínseco – uma culminação ou um processo culminado (cf. Cap. 17). Do ponto de vista aspetual, as orações participiais caracterizam-se por descreverem o estado consequente desse evento culminado:

(251) a. (*Uma vez*) *vestida e maquilhada*, a Ana ficou deslumbrante. (= depois de se ter vestido e maquilhado,...)
b. (*Uma vez*) *aberta/furada*, a embalagem deve ser guardada no frigorífico. (= depois de ter sido aberta/furada,...)

Consequentemente, orações de particípio com predicados aspetualmente não télicos (por exemplo, processos simples) são excluídas: cf. **passeada no parque*, *a Ana foi tomar uma bebida*. Do mesmo modo, não podem ocorrer nas orações participiais adjuntos adverbiais de duração introduzidos pela preposição *durante*, uma vez que estas expressões forçam a leitura de processo; cf. **lido o livro durante toda a tarde*, *a Ana foi brincar* (a oração é gramatical sem o adjunto adverbial sublinhado). Por fim, é geralmente obrigatória a presença de um determinante no sintagma nominal com a função de sujeito das orações participiais, visto que a sua ausência determina uma leitura aspetual não télica, como processo simples (cf. Cap. 17)[72]:

(252) a. *Corrigidos os testes*, o professor foi jantar.
b. **Corrigidos testes*, o professor foi jantar.

[72] Excetuam-se expressões idiomáticas cristalizadas como *contas feitas*, *nada mais havia a fazer*. Note-se que, neste caso, o sujeito precede o verbo (cf. Nota 71).

Estas restrições não se verificam em orações temporais infinitivas:

(253) a. *Depois de ler o livro durante toda a tarde*, a Ana foi brincar.
b. *Depois de corrigir testes*, o professor foi jantar.

Em contraste com as orações adverbiais participiais, os particípios passados que funcionam como predicados secundários (cf. Cap. 30, a Caixa [5] abaixo e Santos 1999:127ss) têm uma interpretação mais próxima de adjetivos e não descrevem um estado consequente, mas sim uma propriedade (cf. (254))[73]:

(254) a. A Ana, *vestida de branco*, parece uma princesa. (= a Ana, que está vestida de branco,...)
b. *Furada*, a embalagem não conservou a comida. (= por estar furada,...)

[5] Existem algumas estruturas introduzidas por um particípio passado que são aparentemente idênticas a orações participiais sem o sujeito expresso, mas que têm, no entanto, propriedades muito diferentes destas, na medida em que funcionam não como adjuntos adverbiais, mas sim como predicados secundários de um argumento da oração, como em (ia,b), ou como predicados de uma predicação de base adjetival, sem verbo copulativo, como em (ic,d) (cf. Cap. 30):

(i) a. A Ana parece um anjo *vestida de branco*.
b. O Rui fotografou a Ana *vestida de branco*.
c. A Ana *vestida de branco* era um espetáculo magnífico.
d. A Ana *vestida de branco*! Nunca imaginei!

Em (ia), a estrutura participial, em itálico, predica sobre o sujeito *a Ana*; em (ib), sobre o complemento direto *a Ana*; em (ic), a estrutura participial está integrada no sujeito gramatical; em (id), a estrutura participial ocorre como estrutura independente.

Para além de desempenharem funções sintáticas distintas das orações adverbiais participiais, estas estruturas têm sempre um valor semântico estativo, contrastando com o valor semântico necessariamente eventivo das orações adverbiais participiais.

Há, no entanto, casos em que a estrutura pode corresponder quer a uma oração adverbial participial (eventiva) quer a um predicado secundário (estativo), nomeadamente quando o sujeito não está expresso e a estrutura participial ocorre em posição inicial. Assim, por exemplo, os particípios de verbos transitivos podem, em geral, ter uma leitura eventiva, quando funcionam como particípios passivos (cf. *o frango foi tapado*), ou uma leitura estativa, quando funcionam como adjetivos predicativos (cf. *o frango está tapado*). Se o particípio passado *tapado* ocorrer na posição inicial de uma frase, como no paradigma (ii), poderá ser ambíguo entre o estatuto de oração participial ou de predicado secundário, a menos que outros fatores internos à frase favoreçam uma ou outra leitura:

(ii) a. *Tapado*, o frango cozeu mais depressa.
b. *Tapado*, o frango coze mais depressa.

Assim, em (iia), o pretérito perfeito na oração principal facilita uma leitura eventiva e a estrutura participial corresponde a uma oração adverbial, podendo ser parafraseada por uma oração temporal que integra uma forma passiva; cf. *depois de ter sido tapado, o frango cozeu mais depressa*; ao passo que em (iib), o presente do indicativo na oração

[73] Em muitos casos, a estrutura participial pode ser ambígua entre uma oração adverbial e um predicado secundário (cf. Caixa [5]).

principal favorece uma leitura estativa, e o particípio corresponde a um predicado secundário topicalizado, que pode ser parafraseado por uma oração gerundiva com o verbo auxiliar *estar* (cf. *estando tapado, o frango coze mais depressa*). Também as estruturas participiais de (iii), com um verbo estativo na oração principal, têm uma leitura preferencialmente não eventiva:

(iii) a. *Aberta*, a embalagem parece diferente.
b. *Coberto de chocolate*, o bolo seria delicioso.

38.5 Orações adverbiais gerundivas

Algumas orações com o verbo no gerúndio funcionam como adjuntos adverbiais, sendo classificáveis como orações subordinadas **adverbiais gerundivas**. As orações adverbiais gerundivas podem ser periféricas ou integradas[74]. No primeiro caso, são prosodicamente autónomas relativamente à oração principal e ocorrem preferencialmente em posição inicial (cf. (255a,b)); no segundo caso, ocorrem preferencialmente em posição final sem serem antecedidas de pausa ou rutura entoacional (cf. (255c)):

(255) a. *Estando o Rui muito doente*, a Ana decidiu ficar em casa.
b. *Estando* [-] *muito doente*, a Ana decidiu ficar em casa.
c. A Ana resolveu o assunto *telefonando* [-] *para o gerente*.

As orações gerundivas periféricas admitem um sujeito expresso (cf. (255a)) ou omisso (cf. (255b)); quando expresso, o sujeito ocorre tipicamente numa posição imediatamente a seguir à forma verbal gerundiva. Em contrapartida, as orações gerundivas integradas ocorrem obrigatoriamente sem sujeito foneticamente expresso; cf. a impossibilidade de ***resolveu o assunto** *telefonando a Ana para o gerente* (cf. também 38.5.2.2.4).

[6] Tal como no caso das construções com particípios, existem estruturas com gerúndio sem o sujeito expresso, formalmente semelhantes a orações adverbiais gerundivas, mas que correspondem a predicados secundários, como em (i):

(i) a. A Ana entrou em casa *coxeando ligeiramente*.
b. Ouvi o Rui *assobiando uma música dos Beatles*.

Uma das propriedades que distinguem as estruturas gerundivas com valor de predicado secundário das orações gerundivas adverbiais é o facto de as primeiras poderem ser substituídas no português europeu padrão por *a* seguido de infinitivo, como nos exemplos seguintes (sobre esta construção cf. Cap. 37.5.5)[75]:

(ii) a. A Ana entrou em casa *a coxear ligeiramente*.
b. Ouvi o Rui *a assobiar uma música dos Beatles*.

[74] Ver Fernández Lagunilla (1999) para uma tipologia das orações gerundivas no espanhol e uma descrição das suas propriedades, e Lobo (2002a) para uma descrição mais aprofundada das diferenças entre gerundivas integradas e periféricas em português europeu.

[75] Isto não significa que todos os casos em que há alternância entre gerúndio e *a* + infinitivo correspondam a um predicado secundário. Exemplo disso são as perífrases verbais com verbo auxiliar ou semiauxiliar seguido de gerúndio, como em *o Rui está assobiando* (mais comum no português do Brasil) vs. *o Rui está a assobiar* ou *o Pedro continua fazendo batota* vs. *o Pedro continua a fazer batota* (cf. Cap. 29).

Isso não é permitido nas orações adverbiais gerundivas, como se vê pela impossibilidade de *<u>*a estar o Rui muito doente*</u>*, a Ana decidiu ficar em casa*, *<u>*a estar muito doente*</u>*, a Ana decidiu ficar em casa* ou de **a Ana resolveu o assunto <u>a telefonar para o gerente</u>*[76].

Outra propriedade que distingue os predicados secundários gerundivos das orações adverbiais gerundivas consiste na impossibilidade de o gerúndio com funcionamento de predicado secundário ser aspetualmente estativo (cf. Cap. 17). Essa restrição, no entanto, não afeta as orações adverbiais gerundivas. Assim, os predicados estativos *estando doente* e *sendo muito inteligente* podem ocorrer em (iiia) e (iva), respetivamente, mas não podem ocorrer em estruturas gerundivas que funcionam como predicados secundários, como (iiib) e (ivb):

(iii) a. *Estando doente*, a Ana decidiu ficar em casa.
b. *A Ana chegou a casa *estando doente*.[77]

(iv) a. *Sendo muito inteligente*, o Rui não precisa de estudar muito.
b. *Encontrámos o Rui *sendo muito inteligente*.[78]

38.5.1 Valores semânticos das orações adverbiais gerundivas

Como as orações gerundivas não são geralmente introduzidas por conectores, os seus valores semânticos são consequência de diversos fatores, entre os quais se incluem: (i) a classe aspetual do predicado da oração subordinada e da oração principal; (ii) o facto de se ter o gerúndio simples ou composto; (iii) o tempo verbal da oração principal; (iv) a presença de negação na oração gerundiva; (v) a presença de determinadas expressões adverbiais; (vi) a posição ocupada pela oração gerundiva; e (vii) processos de inferência pragmáticos.

Assim, as orações gerundivas podem expressar valores temporais (de anterioridade, simultaneidade, posterioridade), causais, concessivos, condicionais e de modo (cf. Móia e Viotti 2005). Na ausência de um conector que especifique a relação semântica que se estabelece entre a oração principal e a oração subordinada, a interpretação da oração gerundiva pode ter mais do que um valor, como se ilustra em seguida (para facilitar a interpretação da oração gerundiva, dá-se, quando necessário, uma paráfrase com uma oração finita ou infinitiva):

(256) a. *Não tendo estado com atenção durante a aula*, o João não conseguiu fazer os trabalhos de casa. [causa + tempo anterior] (= como não esteve com atenção durante a aula,...)
b. *Não prestando atenção durante as aulas*, não conseguirás fazer os trabalhos. [condição] (= se não prestares atenção durante as aulas,...)
c. *Mesmo prestando atenção durante as aulas*, ele não conseguiria fazer os trabalhos. [condicional-concessiva] (= mesmo que ele prestasse atenção durante as aulas,...)
d. *Não sendo muito alto*, ele é, no entanto, um bom jogador de basquetebol. [concessiva] (= embora não seja muito alto,...)
e. *Misturando tons de azul e de verde*, ele conseguiu um efeito fantástico. [modo]

[76] Esta última frase é possível, mas apenas com a interpretação 'a Ana resolveu o assunto enquanto estava a telefonar para o gerente'.
[77] Note-se que sem o verbo no gerúndio a frase é gramatical: *a Ana chegou a casa doente*.
[78] A impossibilidade de **encontrámos o Rui <u>inteligente</u>* (vs. *a Ana chegou a casa <u>doente</u>* ou *encontrámos o Rui <u>doente</u>*) deve-se ao facto de apenas os adjetivos estativos aspetualmente episódicos (cf. Cap. 17) poderem ocorrer como predicados secundários (cf. Cap. 30).

f. *Tendo os meninos adormecido*, os pais puderam descansar. [tempo anterior ao da oração principal] (= depois de os meninos adormecerem,...)
g. *Passeando pelo bosque*, o João encontrou um duende. [tempo simultâneo] (= quando passeava pelo bosque,...)
h. Os polícias deixaram escapar os ladrões, *capturando-os três dias depois*. [tempo posterior ao da oração principal]

As orações gerundivas podem ainda ter uma função predominantemente discursiva, incidindo sobre a própria enunciação, como na seguinte frase: *pensando melhor, por que é que não vamos jantar fora?*

Em expressões constituídas ou iniciadas por formas como *resumindo*, *finalizando*, *parafraseando*, *sintetizando*, *passando* ou *restringindo*, a oração gerundiva funciona como um organizador do discurso, articulando e estruturando as suas partes:

(257) a. *Passando agora aos fenómenos morfossintácticos próprios desta fase*, começaremos por abordar a questão da fixação da forma do plural dos nomes e adjectivos do inglês. (Freitas, Ramilo e Soalheiro, *Estrangeirismos*, pág. 379)
b. *Sintetizando*, a ocorrência de tópicos deslocados está intimamente relacionada com a existência de certas posições na periferia esquerda da frase. (Costa e Gonçalves, *Projecções Mínimas*, pág. 249)
c. *Restringindo a análise que me proponho fazer a um paradigma de exemplos que a seguir se apresenta*, tentarei mostrar a produtividade dos princípios apresentados acima. (Correia, *Dar e Receber*, pág. 233)

Estas orações gerundivas funcionam, assim, de forma semelhante a advérbios como *finalmente*, *sinceramente* ou a grupos preposicionais como *em conclusão*, *de seguida* e *com franqueza*, entre outros.

Considerem-se agora alguns dos fatores que determinam as interpretações das orações gerundivas.

A interpretação causal está tipicamente associada à anterioridade temporal. Para que haja uma relação de causa-efeito, é necessário que a causa preceda o efeito. Assim, a interpretação causal é facilitada, em primeiro lugar, pela presença do gerúndio composto, como se ilustra em (258):

(258) a. *Tendo chegado atrasado*, o João já não conseguiu arranjar lugar sentado. (= visto que chegou atrasado, ...)
b. *Tendo a loja fechado mais cedo*, o João teve de voltar no dia seguinte. (= uma vez que a loja fechou mais cedo, ...)

Outro fator que contribui para uma interpretação causal é a presença de um predicado estativo na oração gerundiva, como acontece em (259):

(259) *Sendo muito comunicativo*, o João integrou-se facilmente na nova escola. (= porque/como é muito comunicativo, ...)

Para além disso, a presença da negação na oração gerundiva também pode desencadear a interpretação causal[79]. Compare-se, assim, (260a) com (260b). Em (260a),

[79] Ver Cunha (2003) para efeitos aspetuais da negação frásica em português.

a interpretação mais natural é a interpretação de tempo simultâneo; em (260b), a negação bloqueia essa interpretação e favorece uma interpretação causal:

(260) a. *Saindo de casa*, a Ana sentiu-se triste. (= quando saía de casa, ...)
b. *Não saindo de casa*, a Ana sentiu-se triste. (= por não sair de casa, ...)

A interpretação **condicional**, que em muitos casos tem valores próximos do modo ou do tempo, é facilitada pela presença do futuro ou do condicional na oração principal, e ainda pela presença de verbos modais, como *poder*:

(261) a. *Prestando atenção às aulas*, o João podia ter melhores notas.
b. *Não chegando atrasado*, conseguirás arranjar lugar nas primeiras filas.
c. *Ficando as crianças em casa*, jantaríamos mais calmamente.

A interpretação contrafactual não é natural em orações adverbiais gerundivas, como se ilustra em (262b):

(262) a. *Se tivéssemos chegado mais cedo*, teríamos arranjado um lugar melhor.
b. ??*Tendo chegado mais cedo*, teríamos arranjado um lugar melhor.

A interpretação concessiva é desencadeada sobretudo por mecanismos de inferência pragmáticos e semânticos, sendo facilitada pela presença de expressões adverbiais que marcam a oposição entre proposições (como *no entanto*, *apesar disso* ou *porém*) ou que marcam o caráter inesperado (contrário às expectativas) subjacente às orações concessivas (como *mesmo*, *embora*):

(263) a. *Sendo muito trabalhador*, este aluno não consegue, no entanto, alcançar os resultados desejáveis. (= apesar de ser muito trabalhador, ...)
b. *Defendendo a validade da teoria que ajudaram a afirmar na década de 70*, Hodge e Kress [...] reconhecem, porém, que a mesma no seu escopo, padece de algumas limitações intrínsecas que convém rever, se se quiser constituir uma teoria crítica da linguagem, *de facto*. (Gouveia, *Análise Crítica*, pág. 342)
c. *Mesmo trabalhando aos fins de semana*, ele não consegue arranjar dinheiro para pagar a casa.
d. *Tendo embora pouco dinheiro*, ele resolveu comprar um carro.

A interpretação de modo obtém-se quando o predicado da oração principal permite essa leitura, ou seja, quando é eventivo. Assim, no exemplo (264a), com o predicado eventivo *emagrecer* na oração principal, é possível a interpretação de modo na oração gerundiva; em contrapartida, em (264b), com o predicado estativo *estar magro* na oração principal, essa leitura já não é possível[80]:

(264) a. O João emagreceu *reduzindo a quantidade de doces*.
b. *O João está magro *reduzindo a quantidade de doces*.

A interpretação de modo é mais natural com predicados eventivos na oração gerundiva, como se pode ver comparando (265a) (com um predicado eventivo) com (265b) (com um predicado estativo). Para além disso, a interpretação de

[80] O mesmo acontece com os constituintes não oracionais (preposicionais ou adverbiais) com interpretação de modo: veja-se o contraste entre *o João emagreceu facilmente* e **o João está magro facilmente*.

modo é favorecida quando se tem o gerúndio simples, como mostra o contraste entre (265a) e (265c):

(265) a. O cozinheiro fez o pudim *batendo as gemas com o açúcar*.
b. ??O cozinheiro fez o pudim *sendo muito rápido*.
c. ??O cozinheiro fez o pudim *tendo batido as gemas com o açúcar*.

A interpretação de modo, no entanto, não é impossível com predicados estativos na oração gerundiva, como se ilustra em (266):

(266) a. Conseguiram escapar à polícia *ficando escondidos dentro do caixote do lixo*.
b. A Ana descobriu a solução do problema *tendo muita paciência*.

Os diferentes valores temporais das orações gerundivas são condicionados por uma multiplicidade de fatores (cf. Leal 2001, 2003 e Cunha, Leal e Silvano 2008)[81]. As orações gerundivas com o gerúndio simples têm geralmente uma leitura em que existe sobreposição temporal parcial ou total com a situação da oração principal ou incluem o evento da oração principal, sendo parafraseáveis por orações com *quando* ou *enquanto*:

(267) a. *Atravessando a rua*, o João foi atropelado.
b. *Quando atravessava a rua*, o João foi atropelado.

(268) a. *Estando a passear na praia*, o Rui encontrou um anel.
b. *Quando estava a passear na praia*, o Rui encontrou um anel.

(269) a. *Estando o João a cozinhar*, a Ana entrou.
b. *Quando/enquanto o João estava a cozinhar*, a Ana entrou.

Pode obter-se também uma leitura de anterioridade ou de posterioridade relativamente à oração principal, em contextos como os seguintes:

(270) a. *Estudando regularmente durante o ano*, a Ana conseguiu ter uma boa nota no exame final. [anterioridade]
b. O professor escutou com atenção a apresentação dos alunos, *avaliando-a de forma muito positiva*. [posterioridade]

As orações gerundivas com o gerúndio composto em posição inicial têm geralmente uma leitura de anterioridade relativamente à oração principal:

(271) a. *Tendo estado doente*, o João sentia-se fraco.
b. *Tendo chegado mais cedo*, o João arranjou lugar na primeira fila.
c. *Tendo o diretor acabado de falar*, os estudantes levantaram-se.

No entanto, quando ocorrem em posição final, estas orações têm um funcionamento distinto. Neste caso, é possível a interpretação de tempo posterior mesmo na presença de gerúndio composto, o que mostra que estas orações têm uma maior independência relativamente à oração principal:

[81] Entre os fatores que condicionam leituras de tempo anterior, simultâneo ou posterior, incluem-se: (i) a classe aspetual do predicado da oração gerundiva, (ii) a classe aspetual do predicado da oração principal, (iii) a presença de gerúndio composto ou de gerúndio simples, (iv) o tempo da oração principal, (v) a ordenação das orações e (vi) a presença de determinados adjuntos adverbiais.

(272) Os ladrões conseguiram escapar à polícia no dia do assalto, *tendo sido apanhados três dias depois*.

As orações gerundivas como as de (272), a que podemos chamar **gerundivas periféricas pospostas**, e que são chamadas por vezes **gerundivas de posterioridade**[82], expressam um evento independente que é acrescentado ao da oração principal, não havendo uma relação de dependência semântica entre as duas orações[83]. Este comportamento levou a que, nalgumas tradições gramaticais, lhes fosse dada a designação de **gerundivas coordenadas**[84]**.** Veja-se que a relação que elas estabelecem com a oração principal é diferente daquela que se verifica para a generalidade das orações adverbiais. Assim, dificilmente são parafraseáveis através de outras orações (cf. (273c-e)), funcionando antes como orações quase coordenadas (cf. (273b)):

(273) a. Os arquitetos ficaram a trabalhar até tarde, *tendo acabado o projeto já de madrugada*.
b. Os arquitetos ficaram a trabalhar até tarde, (e) *acabaram o projeto já de madrugada*.
c. #Os arquitetos ficaram a trabalhar até tarde, *embora tenham acabado o projeto já de madrugada*.
d. #Os arquitetos ficaram a trabalhar até tarde, *antes de acabarem o projeto já de madrugada*.
e. #Os arquitetos ficaram a trabalhar até tarde, *para acabarem o projeto já de madrugada*.

Estas orações apenas podem ocorrer em posição final, como se pode ver pela agramaticalidade de ***tendo sido apanhados três dias depois**, *os ladrões conseguiram escapar à polícia no dia do assalto* (comparar com (272)).

Algumas orações gerundivas podem ser introduzidas por *em* (cf. (274a)), manifestando restrições temporais próprias (cf. Brito 1984); nomeadamente, só podem localizar uma situação que é posterior ao momento da enunciação. Formalmente, estas orações não podem estar no gerúndio composto (cf. (275a)) e são incompatíveis com o pretérito perfeito na oração principal (cf. (276a)). Nestes aspetos, as orações gerundivas com *em* têm usos mais restritos do que as orações temporais com *quando*, como se pode verificar comparando com os exemplos (b):

(274) a. *Em o Rui chegando a casa*, a Ana telefona-me.
b. *Quando o Rui chegar a casa*, a Ana telefona-me.

(275) a. ***Em o Rui tendo chegado a casa**, a Ana telefona-me.
b. *Quando o Rui tiver chegado a casa*, a Ana telefona-me.

(276) a. ***Em o Rui chegando a casa**, a Ana telefonou-me.
b. *Quando o Rui chegou a casa*, a Ana telefonou-me.

[82] Cf. Bello ([1847] 1970), Gili Gaya (1970) e Lepre Pose (2006), entre outros.
[83] Podemos considerar que a oração gerundiva elabora sobre o conteúdo da oração principal, acrescentando informação mais precisa e relevante do ponto de vista narrativo (cf. as relações retóricas definidas em Kamp e Reyle 1993 e trabalhos similares).
[84] Cf. Campos (1980:75), Renzi e Salvi (1991), entre outros.

38.5.2 Propriedades sintáticas das orações adverbiais gerundivas

Nesta subsecção, são descritas algumas das propriedades sintáticas das orações adverbiais gerundivas. Começa-se por identificar os critérios que permitem distinguir as orações gerundivas periféricas das orações gerundivas integradas (cf. 38.5.2.1). Seguidamente, apresentam-se as propriedades internas de diferentes classes de orações gerundivas (cf. 38.5.2.2). Finalmente, são apresentados alguns aspetos em que as orações gerundivas têm um funcionamento diferente do das orações participiais (cf. 38.5.2.3).

38.5.2.1 Orações gerundivas integradas e periféricas

Contrariamente às orações adverbiais participiais, que são sempre periféricas, as orações gerundivas podem ser periféricas (cf. (277a)) ou integradas (cf. (277b))[85]:

(277) a. *Estando a professora doente,* a aula foi cancelada.
b. Os passarinhos construíram os ninhos *usando pequenos ramos*.

Cada tipo sintático está associado a diferentes valores semânticos. As orações gerundivas periféricas podem ter interpretações de tempo anterior (cf. (278a)), de causa (cf. (278b)), de condição (cf. (278c)) e de concessão (cf. (278d)):

(278) a. *Tendo o espetáculo terminado*, o público aplaudiu entusiasticamente.
b. *Estando muito constipado*, o Rui decidiu ficar em casa.
c. *Estando muito constipado*, o Rui ficaria certamente em casa.
d. *Mesmo estando muito constipado*, o Rui saiu de casa.

As orações gerundivas integradas manifestam valores como modo (cf. (279a)), tempo simultâneo (cf. (279b)) e modo combinado com condição (cf. (279c)):

(279) a. Os terroristas só escaparam à polícia *disfarçando-se de seguranças*.
b. O Rui teve um desastre *viajando para Madrid*.
c. Os atletas só teriam melhores resultados *treinando mais horas por dia*.

Os dois tipos de orações gerundivas distinguem-se também pelo seu comportamento relativamente aos fenómenos sintáticos já discutidos a propósito das orações adverbiais finitas, infinitivas e participiais (ver o parágrafo seguinte), e por manifestarem diferentes propriedades internas (cf. 38.5.2.2 e Lobo 2006).

Tal como se verifica com as orações adverbiais finitas e infinitivas, também as orações gerundivas integradas se distinguem das orações gerundivas periféricas por poderem ser clivadas, por poderem ser o foco da negação e de advérbios focalizadores como *só* e *até*, e pelo facto de poderem ocorrer como resposta a interrogativas parciais e como foco alternativo de uma negação ou de uma interrogação. A título exemplificativo, apresenta-se aqui o seu diferente comportamento relativamente à clivagem. Em (280), as orações gerundivas funcionam como integradas e podem ser clivadas; em (281), as orações gerundivas são periféricas e não podem ser clivadas:

[85] As orações gerundivas "de posterioridade" (cf. (272)) são igualmente periféricas, embora não estabeleçam com a oração principal uma relação semântica convencional, característica de uma oração adverbial.

(280) a. Foi *ficando escondido dentro de um caixote* que ele conseguiu escapar à polícia. [gerundiva integrada de modo]
b. Foi *passeando à beira-mar* que ele encontrou este anel. [gerundiva integrada de tempo simultâneo]

(281) a. *É *sendo muito inteligente* que o João não precisa de estudar muito. [gerundiva periférica causal]
b. *Foi mesmo *chegando atrasado* que o Rui conseguiu arranjar um lugar sentado. [gerundiva periférica concessiva]
c. *Foi *tendo as crianças adormecido* que os pais se sentaram a ver o telejornal. [gerundiva periférica de tempo anterior]

38.5.2.2 Propriedades internas

As orações gerundivas periféricas distinguem-se das gerundivas integradas por manifestarem diferentes propriedades internas, em particular (i) quanto à expressão do sujeito; (ii) quanto à possibilidade de manifestarem o gerúndio composto (*tendo* + particípio passado); (iii) quanto à possibilidade de terem um valor temporal distinto do da oração principal; e (iv) quanto à interpretação do sujeito omisso. Descreve-se de seguida cada um destes aspetos.

❖ Possibilidade de terem sujeito expresso

Enquanto as orações gerundivas periféricas admitem opcionalmente a ocorrência de um sujeito expresso, que geralmente ocorre em posição pós-verbal (ou pós-auxiliar), como se ilustra em (282a) (sendo, nesse caso, chamadas **orações gerundivas absolutas**), as orações gerundivas integradas não admitem um sujeito expresso, como se ilustra em (283):

(282) a. *Estando o Zé a trabalhar como guarda-noturno*, os filhos raramente o veem [gerundiva periférica causal com sujeito expresso]
b. *Estando* [-] *a trabalhar como guarda-noturno*, o Zé raramente vê os filhos. [gerundiva periférica causal com sujeito nulo]

(283) a. *Só consegui entrar em casa *arrombando os bombeiros a porta*. [gerundiva integrada de modo]
b. *O João só encontrou o irmão *estando a mulher a passear pela baixa*. [gerundiva integrada de tempo simultâneo]

O sujeito expresso de uma oração gerundiva periférica pode ser um sintagma nominal pleno (como em (282a)) ou um pronome nominativo, como em (284):

(284) a. *Estando eu a trabalhar a recibos verdes*, não tenho direito a subsídio de férias.
b. *Sabendo tu que ia haver greve dos transportes*, deverias ter saído de casa mais cedo.
c. *Chegando eles um pouco mais cedo*, poderemos tomar uma bebida antes de sairmos para jantar.

❖ Possibilidade de ocorrer o gerúndio composto (*tendo* + particípio passado)

Nas orações gerundivas periféricas, pode ocorrer o gerúndio composto. Neste caso, a oração gerundiva tem uma interpretação de tempo anterior. Esta possibilidade está geralmente associada a valores puramente temporais (cf. (285a)) ou de temporalidade associada a causa (cf. (285b)):

(285) a. *Tendo terminado o projeto*, o Rui foi-se deitar.
b. *Tendo terminado o projeto a tempo*, o Rui sentiu-se aliviado.

Pelo contrário, a ocorrência de gerúndio composto em orações gerundivas integradas é muito marginal:

(286) ??O cozinheiro só fez o bolo *tendo misturado o chocolate com as nozes*[86].

❖ Possibilidade de terem valores temporais distintos dos da oração principal

As orações gerundivas periféricas admitem facilmente determinações temporais distintas das da oração principal:

(287) a. *Recebendo hoje a confirmação*, entrego-lhe o documento amanhã.
b. *Chegando a tua mãe amanhã*, comecei hoje a arranjar o quarto de visitas.
c. *Tendo recebido ontem o seu pedido*, dir-lhe-ei brevemente se está tudo em ordem.

Pelo contrário, as orações gerundivas integradas não admitem, geralmente, determinações temporais distintas das da oração principal:

(288) *O Zé fez hoje o bolo *misturando o chocolate com as nozes ontem*.[87]

❖ Estatuto referencial do sujeito omisso relativamente ao sujeito da oração principal

Quando o sujeito de uma oração gerundiva periférica é omisso, pode ser correferente com o sujeito da oração principal, como em (289a), mas pode também ter uma referência distinta. Neste caso, o sujeito pode corresponder a um pronome expletivo de uma oração impessoal, como em (289b,c) (cf. Caps. 11, Caixa [7], 28 e 43), pode ter interpretação indefinida, como em (289d,e), pode ser correferente com um complemento, como em (289f), ou pode retomar um referente anteriormente introduzido no discurso, como em (289g) (cf. Caps. 41 e 43):

(289) a. *Sendo* [-] *muito inteligente*, o Rui não precisa de estudar muito.
b. *Sendo* [-] *já muito tarde*, temos de nos ir embora.
c. *Tendo* [-] *chovido durante toda a semana*, os campos estavam alagados.
d. *Fumando* [-] *mais de um maço de cigarros por dia*, o risco de cancro do pulmão aumenta.
e. *Poupando* [-] *um pouco mais*, a situação económica pode melhorar.
f. *Estando* [-] *a chegar a casa*, pareceu-me ouvir um ruído estranho.
g. O bebé está cheio de febre. *Continuando* [-] *assim*, teremos de chamar o médico.

[86] A frase torna-se aceitável, não numa leitura de modo, mas como gerundiva periférica posposta ("de posterioridade" ou "coordenada"); cf. *o cozinheiro fez o bolo, tendo* (*para isso*) *misturado o chocolate com as nozes*.
[87] Esta frase torna-se gramatical, para alguns falantes, se a oração gerundiva estiver destacada da oração principal, funcionando como uma oração gerundiva periférica posposta: cf. *o Zé fez hoje o bolo, misturando o chocolate com as nozes ontem*.

Por sua vez, o sujeito nulo da oração principal pode ser correferente com um sujeito realizado na oração gerundiva:

(290) *Sendo a Ana muito inteligente*, [-] não precisa de estudar muito.

Nas orações gerundivas integradas, o sujeito omisso é normalmente correferente com o sujeito da oração principal (cf. (291a)). Mesmo assim, é possível um sujeito omisso correferente com um complemento indireto com papel temático de experienciador (cf. (291b)), ou com uma interpretação indefinida (cf. (291c)):

(291) a. Os ladrões entraram em casa *arrombando* [-] *a porta*.
b. Essa ideia ocorreu-me *passeando* [-] *à beira-mar*.
c. As árvores são mais fáceis de podar *usando* [-] *uma serra elétrica*.

Os sujeitos omissos de natureza expletiva em orações gerundivas impessoais integradas, no entanto, são muito marginais: cf. **o Rui saiu de casa chovendo* [-] *a potes*[88].

❖ Ordem de palavras nas orações gerundivas com o sujeito expresso

As orações gerundivas com o sujeito expresso caracterizam-se por manifestarem geralmente inversão entre o sujeito e o verbo; ou seja, o sujeito ocorre preferencialmente logo a seguir à forma verbal no gerúndio, quer se trate de um verbo pleno (cf. (292a)), quer de um verbo auxiliar (cf. (293a) e (294a)), podendo marginalmente ocorrer depois do segundo verbo auxiliar de uma perífrase verbal complexa (cf. (293c) e (294c)):

(292) a. *Sabendo o João que o prazo do concurso estava a acabar*, resolveu fazer horas extraordinárias.
b. **O João sabendo que o prazo do concurso estava a acabar*, resolveu fazer horas extraordinárias.

(293) a. *Tendo o João acabado de chegar de Nova Iorque*, é provável que queira descansar um pouco.
b. **O João tendo acabado de chegar de Nova Iorque*, é provável que queira descansar um pouco.
c. ?*Tendo acabado o João de chegar de Nova Iorque*, é provável que queira descansar um pouco.

(294) a. *Tendo ela sido convidada*, pagaram-lhe a viagem.
b. **Ela tendo sido convidada*, pagaram-lhe a viagem.
c. ??*Tendo sido ela convidada*, pagaram-lhe a viagem.

Se a oração gerundiva for introduzida por *em*, no entanto, manifesta-se geralmente a ordem sujeito-verbo:

(295) a. *Em ele chegando a casa*, telefono-te.
b. *Em o João estando sozinho*, dou-lhe uma palavrinha.
c. *Em os meninos comendo tudo*, a mãe dá-lhes um gelado.

[88] A frase é aceitável se a expressão em itálico for interpretada como uma oração gerundiva periférica posposta.

[7] Em variedades dialetais do português europeu, é possível encontrar a ordem sujeito-verbo em orações gerundivas mesmo quando não são introduzidas por *em* (cf. Lobo 2008).

Também em estádios mais antigos do português, era possível a ordem não invertida em orações gerundivas não preposicionadas, como em (i), a par da ordem com inversão, como em (ii) (cf. Fiéis e Lobo 2010):

(i) a. *& elos tenendo e auendo este Castello* eu pusi meu preytos & myas cõuenẽzas" (CIPM, Documento da Chancelaria de Afonso III, 1260)

b. *& o dito abbade don Henrrique estando presente na dita curtina*, o dito Pedro Periz filou vun nabo com suas uerssas (CIPM, História do Galego-Português, texto 101, 1238)

(ii) e com melhor entençõ todauia *seendo o clerigo que presentassem bõõ*" (CIPM, Primeira Partida, séc. XIV)

A ordem não invertida também se encontra no português do Brasil (cf. Campos 1980):

(iii) Concordava mesmo que de vez em quando, *êle não estando em casa*, evidentemente, voltasse a recebê-las, como na véspera, para um chàzinho (F. Sabino, *Homem Nu*, pág. 80)

Repare-se que a ordem sujeito-verbo em orações gerundivas é possível em português europeu contemporâneo padrão em estruturas gerundivas diferentes das orações adverbiais, nomeadamente naquelas em que o gerúndio tem um funcionamento predicativo, sobretudo em contextos de coordenação:

(iv) a. Abrimos a porta com cuidado, (*com*) *o coração batendo aceleradamente*.

b. Finalmente saímos da pastelaria, *o Pedro comendo um gelado e eu chupando rebuçados*.

❖ Algumas diferenças relativamente às orações participiais

Contrariamente àquilo que acontece com as orações participiais, nas orações gerundivas adverbiais não existem restrições sobre o tipo de verbos que aí podem ocorrer:

(296) a. *Sendo bastante alto*, o João pode ser um bom jogador de basquete. [copulativo]

b. *Comendo menos doces*, a Ana pode emagrecer. [transitivo]

c. *Correndo durante toda a tarde*, o João conseguiu recuperar a forma. [intransitivo inergativo]

d. *Chegando mais cedo*, terias ouvido a melhor conferência dos últimos tempos. [intransitivo inacusativo]

Também contrariamente às orações participiais, nas orações gerundivas adverbiais não há restrições à ocorrência de clíticos (cf. também o Cap. 42). Na ausência de elementos que desencadeiam a próclise, como a negação (cf. (297b)), estes ocorrem em posição pós-verbal (cf. (297a)). Quando a oração é introduzida por *em*, são possíveis quer a próclise quer a ênclise (cf. (298)):

(297) a. *Contando-lhe a verdade*, sentir-te-ás mais aliviado.

b. *Não lhe contando a verdade*, sentir-te-ás mal contigo mesmo.

(298) a. *Em lhe contando a verdade*, sentir-te-ás mais aliviado.

b. *Em contando-lhe a verdade*, sentir-te-ás mais aliviado.

38.5.3 Orações gerundivas flexionadas do português dialetal

Em certas variedades dialetais do português, o gerúndio pode ser flexionado, i.e., apresentar desinências de pessoa e número, tal como acontece com o infinitivo flexionado, o que se ilustra em (299) com o verbo *vir*[89]:

(299) (eu) vindo, (tu) vindos/vindes, (ele) vindo, (nós) víndomos, (vós) víndeis, (eles) vindem

Este fenómeno está registado no Algarve, no Baixo Alentejo, no Alto Alentejo, no Ribatejo, na Beira Baixa, na Beira Alta, na Madeira, nos Açores e nos dialetos fronteiriços de Cedillo (Cáceres) e de Olivença (Badajoz).

Embora as formas flexionadas do gerúndio não estejam restringidas às orações adverbiais – podendo surgir também em estruturas predicativas e em orações parentéticas ou paratáticas[90] –, este é, sem dúvida, o contexto em que elas aparecem com maior produtividade, tendo estas orações geralmente interpretações temporais ou condicionais.

As orações adverbiais gerundivas, nestes dialetos, podem ser introduzidas por uma maior diversidade de conectores. Estes podem ser de natureza adverbial ou preposicional como *em*, *em bem*, mas podem ser também conectores que tipicamente introduzem orações finitas, como *quando* e *se*[91]:

(300) a. *Em a gente acabândemos*, brademos. (Arronches, Portalegre, *in* Paulino 1959, pág. 167)
b. Não sei se o meu marido sabe de enxertos. Não sei. *Só falandem com ele* é que sabem. (Lavre, Évora, c.p. de A. M. Martins)
c. Se não terminas o curso, não podes assinar *como sendes engenheiro*. (c.p. de A. M. Martins)
d. *Em eles tendem a outra*, já não querem aquela. (CORDIAL-SIN, Lavre, Évora)
e. *quando sentindim outros animais*, espantam-se (Odeleite, Faro, *in* Segura da Cruz, 1991, pág. 167)
f. e *em bem lhe partindem a casa*, eles morrem. (CORDIAL-SIN, Cabeço de Vide, Portalegre)

Nas orações gerundivas do português dialetal, é possível quer a ordem verbo-sujeito, como em (301), quer a ordem sujeito-verbo, como em (302), mesmo quando a oração não é introduzida por um conector[92]:

(301) a. *Calandes-te tu* também eu me calo. (Colos, Beja, *in* Guerreiro 1968, pág. 361)
b. *Apanhandem eles as favas*, está tudo feito. (Colos, Beja, *in* Guerreiro 1968, pág. 361)

---

[89] Este fenómeno está registado também para o galego (cf. ALGa vol. I, 1, Carballo Calero 1975, Longa 1993, 1994) e para o napolitano antigo (cf. Loporcaro 1986, Vincent 1996, 1998). Para o português, ver, por exemplo, Mota (1998), Ribeiro (2002), Lobo (2001b, 2003, 2008) e o *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* (CORDIAL-SIN), desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

[90] Vejam-se os seguintes exemplos de gerúndios flexionados em contextos diferentes dos das orações adverbiais:
(i) a. Se for pessoas que não leram ontem o comunicado e não vieram hoje, amanhã também não vêm. *E podendem vir*! (c.p. de A. M. Martins)
b. Deixa que o teu pai logo te diz! *Molhandes aí a cabeça toda*, moço dum raio! (Colos, Beja, *in* Guerreiro 1968, pág. 361)

[91] Conservamos a grafia original das monografias, que procura, por vezes, representar a pronúncia regional.

[92] Estas duas ordens são possíveis dialetalmente, quer em localidades que têm gerúndio flexionado, quer naquelas onde o gerúndio flexionado não foi atestado (cf. Fiéis e Lobo 2010).

c. Então como é que *sêndemos a gente casados só há três meses* já temos aqui um catraio? (Arronches, Portalegre, *in* Paulino 1959, pág. 184)

(302) a. *Tu querendos*, podemos namorar às descondidas. (Monte Gordo, Faro, *in* Ratinho, 1959, pág. 234)

b. Enfim, os homens lá vão ainda porque não têm tractores e, então, hoje a coisa, estarem a pagar, *eles tendem as coisas em casa*, fazem a toda a hora, quando querem, vão fazendo o serviço com um macho, com mais pausa. (CORDIAL-SIN, Castelo de Vide, Portalegre)

c. *Um caminho sendo ruim*, diz: "Tal é os barrancos que estão aqui nesse caminho". (CORDIAL-SIN, Castelo de Vide, Portalegre)

A ordem sujeito-verbo é mais frequente quando a oração gerundiva é iniciada por um conector:

(303) a. *Em eles tendem a outra*, já não querem aquela. (CORDIAL-SIN, Lavre, Évora)

b. *Em o carneiro passando*, as ovelhas passavam também. (CORDIAL-SIN, Cabeço de Vide, Portalegre)

c. Mas não sei que raio de ferrão tem o bicho que *em bem elas aparecendem*, os animais, aquilo é o cabo dos trabalhos. (CORDIAL-SIN, Cabeço de Vide, Portalegre)

A ordem verbo-sujeito parece encontrar-se sobretudo com verbos inacusativos ou copulativos (cf. Lobo 2008).

Contrariamente ao que acontece nas orações gerundivas do português-padrão, o sujeito omisso de uma oração gerundiva flexionada tem uma interpretação mais livre, podendo ser correferente com um complemento, uma vez que a flexão permite identificar a pessoa gramatical, tal como acontece com o infinitivo flexionado[93]. Assim, em (304a), o sujeito omisso de segunda pessoa do singular na oração gerundiva é correferente com o complemento indireto pronominal *te* (compare-se com (304b), com o infinitivo flexionado):

(304) a. *Em* [-] *comendos a sopa*, dou-te o bolo. (Alto Alentejo, *in* Matias 1984, pág. 200)

b. *Depois de* [-] *comeres a sopa*, dou-te o bolo.

Fontes das abonações

A. Patrício, *O homem das fontes* – Patrício, António (1979) "O homem das fontes". *In Serão Inquieto*. *Contos*. Lisboa. Assírio e Alvim.

CIPM – *Corpus Informatizado do Português Medieval* http://cipm.fcsh.unl.pt:

Crónica Geral de Espanha, séc. XIV, fólios 107b e 116a – CGE – Crónica Geral de Espanha de 1344 (s.d.) a partir de Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa. INCM.

Documentos da Chancelaria de Afonso III, 1260 – CA – 34 Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (1255-1279) a partir de Duarte, Luiz Fagundes (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado): 68-295.

[93] Este sujeito omisso é assim assimilável ao sujeito pronominal nulo das orações finitas e das orações de infinitivo flexionado, na medida em que é recuperado pela desinência verbal em pessoa e número (cf. Caps. 37 e 43).

História do Galego-Português, texto 101, 1238 – HGP – 61 Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal (1262-1300) a partir de Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*. Coimbra. INIC: 19-295.

Primeira Partida, séc. XIV – PP – Afonso X. Primeyra Partida (ca. 1350) a partir de Ferreira, José Azevedo (1980) *Alphonse X, Primeyra Partida*. Braga. INIC: 3-580.

CORDIAL-SIN – *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* http://www.clul.ul.pt.

Correia, *Dar e Receber* – Correia, Clara Nunes (2002) "Dar e receber: os valores dos objectos". *In* M. H. Mateus e C. Nunes Correia (orgs.) *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa. Ed. Colibri: 229-240.

Costa e Gonçalves, *Projecções Mínimas* – Costa, João e Anabela Gonçalves (2002) "Projecções Mínimas: mais evidência". *In* M. H. Mateus e C. Nunes Correia (orgs.) *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa. Ed. Colibri: 241-250.

F. Sabino, *Homem Nu* – Sabino, Fernando (1980[6]) *O homem nu*. Rio de Janeiro. Editora do Autor.

Freitas, Ramilo e Soalheiro, *Estrangeirismos* – Freitas, Tiago, M. Celeste Ramilo e Elisabete Soalheiro (2003) "O processo de integração dos estrangeirismos no português europeu". *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Porto, 2002)*. Lisboa. APL: 371-385.

Gouveia, *Análise Crítica* – Gouveia, Carlos (2002) "Análise crítica do discurso: enquadramento histórico". *In* M. H. Mateus e C. Nunes Correia (orgs.) *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa. Ed. Colibri: 335-351.

L. F. Veríssimo, *O Clube dos Anjos* – Veríssimo, Luis Fernando (2000) *O Clube dos Anjos*. Lisboa. Dom Quixote.

Sophia, *Cavaleiro* – Andresen, Sophia de Mello Breyner (1998[51]) *O Cavaleiro da Dinamarca*. Porto. Figueirinhas.

39 SUBORDINAÇÃO RELATIVA 2061
39.1 Propriedades gerais das orações relativas 2063
39.1.1 Natureza explícita ou implícita do antecedente 2066
39.1.2 Orações relativas restritivas e orações relativas apositivas 2067
39.1.3 Orações relativas de nome e orações relativas de frase 2069
39.2 Constituintes relativos e pronomes relativos 2070
39.2.1 Propriedades dos constituintes relativos 2072
39.2.2 Constituintes relativos em estruturas complexas de subordinação 2074
39.2.3 Propriedades gerais dos pronomes relativos 2076
39.3 Pronomes relativos 2081
39.3.1 *Que* 2081
39.3.2 *O que* 2085
39.3.3 *Quem* 2089
39.3.4 *O qual* 2090
39.3.5 *Cujo* 2097
39.3.6 *Quanto* 2099
39.3.7 As pró-formas *onde*, *como* e *quando* 2101
39.3.7.1 *Onde* 2102
39.3.7.2 *Como* 2105
39.3.7.3 *Quando* 2107
39.4 Valores discursivos das orações relativas de nome restritivas e apositivas 2109
39.5 O antecedente das orações relativas de nome 2115
39.6 Orações relativas de antecedente implícito 2118
39.6.1 Propriedades do antecedente implícito 2118
39.6.2 Conformidade categorial 2121
39.7 Adjacência entre a oração relativa e o seu antecedente 2126
39.8 Orações relativas não canónicas 2127
39.8.1 Orações relativas com estratégia cortadora 2128
39.8.2 Orações relativas com estratégia de pronome de retoma 2129
Fontes das abonações 2133

39 SUBORDINAÇÃO RELATIVA

As orações relativas mais típicas modificam um nome ou um grupo nominal dentro de um sintagma nominal complexo, como se ilustra em (1) (coloca-se a oração relativa em itálico, o SN complexo entre parênteses retos e sublinha-se o nome ou o grupo nominal modificado)[1]:

(1) a. [Os chocos *que eu comi ontem*] estavam estragados.
b. [Alguns alunos do primeiro ano *aos quais o professor entregou o exame*] ainda não saíram.

As orações relativas têm a mesma função semântica dos adjetivos qualificativos (cf. *os chocos congelados estavam estragados*, *os alunos marrões do primeiro ano ainda não saíram*), sendo por essa razão chamadas, na tradição gramatical, **orações adjetivas**. Essa função consiste em atribuir uma propriedade adicional ao conjunto denotado pelo nome ou grupo nominal modificado e, desse modo, restringir esse conjunto (cf. Cap. 20). Assim, em contextos discursivos apropriados, a oração relativa em (1a) restringe o conjunto dos chocos àqueles que o falante comeu no dia anterior e a oração relativa em (1b) restringe o conjunto dos alunos do primeiro ano àqueles a quem o professor entregou o exame. Deste modo, tal como os adjetivos qualificativos, as orações relativas do tipo exemplificado em (1) contribuem para a delimitação do conjunto dentro do qual se identifica o referente do sintagma nominal[2]: ao ouvir, p.e., o sintagma nominal de (1b), *alguns alunos do primeiro ano aos quais o professor entregou o exame*, o ouvinte sabe que o falante menciona um grupo de indivíduos que pertencem à interseção do conjunto definido pela propriedade 'ser aluno do primeiro ano' com o conjunto definido pela propriedade 'ter recebido o exame do professor'.

[1] Recorde-se que o grupo nominal é um constituinte interno ao sintagma nominal, caracterizado por conter o nome, os seus complementos e os seus modificadores (no caso de estes existirem), e por excluir os especificadores, i.e., os determinantes e os quantificadores (cf. Cap. 20). Nesse sentido, o nome *chocos*, numa frase como *os chocos estavam estragados*, ainda que não seja modificado (ou complementado), constitui só por si um grupo nominal, tal como *alunos do primeiro ano*, que contém um modificador, numa frase como *os alunos do primeiro ano ainda não saíram*. As orações relativas do tipo de (1a) têm, pois, a propriedade geral de modificarem um grupo nominal, seja ele simples, complementado e/ou modificado. Para simplificar a exposição, no entanto, nestes casos continuamos a dizer que a oração relativa modifica um nome.
[2] Nem todos os tipos de orações relativas têm esta propriedade (cf. 39.1.2).

As orações relativas pertencem ao grande grupo das orações subordinadas, juntamente com as orações completivas (cf. Caps. 36 e 37) e com as orações adverbiais (cf. Cap. 38). No entanto, possuem propriedades formais que as distinguem dos outros tipos. Considerem-se, assim, as frases em (2), nas quais o sintagma nominal entre parênteses contém diferentes tipos de orações, colocadas em itálico:

(2) a. [Os livros *que eu comprei em Paris*] eram sobre política.
b. [O receio (de) *que o chamassem ao quadro*] fez o João detestar as aulas.
c. [A chegada dos caçadores *antes que o lobo comesse o Capuchinho Vermelho*] foi o que o salvou.

Em (2a), a oração em itálico é um modificador do nome (cf. Cap. 20), servindo para restringir o conjunto dos livros àqueles que eu comprei em Paris: trata-se, portanto, de uma oração relativa com valor adjetival.

Em (2b), a oração em itálico é um argumento do nome *receio*, equivalente ao complemento direto oracional que ocorre com o verbo relacionado: *o João receava que o chamassem ao quadro*: trata-se, portanto, de uma oração completiva de nome (cf. Cap. 36).

Em (2c), a oração em itálico introduz uma circunstância que caracteriza a situação global da chegada dos caçadores; a mesma oração ocorre quando essa situação é descrita por uma frase, em vez de um sintagma nominal: cf. *os caçadores chegaram antes que o lobo comesse o Capuchinho Vermelho*: trata-se, portanto, de uma oração adverbial (cf. Cap. 38).

Tal como as orações completivas e as adverbiais, consideramos que a oração relativa se encontra incluída numa oração subordinante: em (1) e (2a), respetivamente *os chocos* [-] *estavam estragados*, *alguns alunos do primeiro ano* [-] *ainda não saíram* e *os livros* [-] *eram sobre política* ("[-]" assinala a posição de "encaixe" da oração relativa)[3].

Contrariamente às orações completivas, que só podem ocorrer com substantivos que as selecionem, as orações relativas podem modificar qualquer substantivo, visto que praticamente todos eles aceitam modificação adjetival.

Como qualquer outro modificador do nome, as orações relativas fazem parte do sintagma nominal que tem como núcleo o nome modificado: em (1) e (2a), o sintagma nominal entre parênteses retos. Tal facto pode ser comprovado por se poder proceder à substituição desse SN, incluindo a oração relativa, por um pronome pessoal: cf. *eles estavam estragados*, *eles ainda não saíram* e *eles eram sobre política* (cf. Cap. 23)[4]. Por esse motivo, considera-se que esse sintagma nominal funciona igualmente como estrutura subordinante da oração relativa.

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: em 39.1 apresentam-se as propriedades gerais das orações relativas, bem como aspetos particulares que permitem estabelecer diferentes subclasses; em 39.2 são discutidos os conceitos de constituinte relativo e de pronome relativo, mostrando que devem ser claramente distinguidos numa análise correta das orações subordinadas relativas; em 39.3 descrevem-se por-

[3] Nestes exemplos (e na maioria dos exemplos apresentados no decorrer deste capítulo), a oração subordinante corresponde à oração principal da frase complexa, visto não estar subordinada a nenhuma outra.
[4] Os pronomes pessoais são sintagmas nominais. A possibilidade de substituir uma sequência por um pronome pessoal constitui, pois, uma prova do estatuto de SN dessa sequência; nos casos em que o SN é o sujeito da frase, como nos exemplos em discussão, o pronome toma a forma nominativa.

menorizadamente as propriedades sintáticas e semânticas de cada um dos pronomes desta classe; em 39.4 examina-se o valor discursivo das orações relativas de nome restritivas e apositivas; 39.5 centra-se nos constituintes que podem funcionar como antecedente das orações relativas de nome; em 39.6 referem-se algumas propriedades das orações relativas com antecedente implícito; em 39.7 aborda-se a questão da adjacência linear entre o antecedente da oração relativa e a oração relativa; por fim, em 39.8 descrevem-se algumas orações relativas marginais na norma-padrão, mas muito produtivas em registos menos formais.

39.1 Propriedades gerais das orações relativas

Uma propriedade importante que caracteriza e individualiza as orações relativas é serem introduzidas por um constituinte que contém obrigatoriamente um elemento pronominal de determinado tipo – um **pronome relativo**. O pronome relativo pode ser uma palavra simples, como *que* em (1a), ou um grupo mais complexo (a que se chama também **locução relativa**), como *o qual* em (1b) (na sua variante de masculino e plural; cf. 39.3.4)[5]. Para além de assegurar formalmente a relação de subordinação (no que tem uma função semelhante à de uma conjunção-complementador – cf. Cap. 11.1.2.1), a função do pronome relativo consiste em retomar dentro da oração relativa o grupo nominal modificado (*chocos* e *alunos do primeiro ano*, respetivamente). Por esse motivo, ao grupo nominal modificado pela oração relativa chama-se o **antecedente** do pronome relativo, ou, informalmente, o antecedente da oração relativa.

Nesse sentido, as frases complexas de (1), com uma oração relativa, podem ser representadas através de uma relação particular entre duas estruturas frásicas independentes[6], que correspondem à oração principal e à oração relativa, e nas quais aparece repetido o grupo nominal modificado (ou seja, o antecedente)[7]. Assim, (1) corresponde aos seguintes pares (assinala-se por "PR" a estrutura que representa a oração principal e por "REL" a estrutura que representa a oração relativa):

(3) a. Os *chocos* [-] estavam estragados. [PR]
    b. Eu comi [*que chocos*] ontem. [REL]

(4) a. Alguns *alunos do primeiro ano* [-] ainda não saíram. [PR]
    b. O professor entregou o exame [a *os quais alunos do primeiro ano*]. [REL]

Nas representações de (b), o pronome relativo (*que* e *os quais*, respetivamente) funciona como um especificador do grupo nominal repetido, sem, no entanto, introduzir qualquer valor referencial novo relativamente ao especificador da oração principal (sobre este ponto, cf. Caixa [2] e 39.2.3).

---

[5] Em (1b), a locução relativa está contida num sintagma preposicional cujo núcleo é a preposição *a* (cf. 39.2). Por conveniência, utilizamos frequentemente no texto o termo "pronome" também para as locuções relativas.
[6] A estrutura frásica que corresponde à oração relativa não é uma frase gramatical da língua, mas sim, apenas, uma representação das suas propriedades gramaticais "subjacentes" (cf. também a Caixa [2]). A discussão que se segue é feita em função das propriedades específicas de *que* e *o qual*, sofrendo algumas variações com os restantes pronomes relativos (cf. 39.3).
[7] Não são apenas nomes que podem ser modificados por orações relativas, mas também frases (cf. 39.1.3). Para simplificar a exposição neste ponto, mencionamos aqui apenas o caso da modificação de um nome.

Sobre estas representações, aplica-se um processo de elipse (cf. Cap. 45) que apaga o grupo nominal repetido na estrutura REL, por ser idêntico formalmente ao antecedente na estrutura PR. Usando a convenção da rasura para representar a elipse, as estruturas REL resultantes desse processo são as exemplificadas em (5c) e (6c) (para facilitar a leitura, repetem-se (3) e (4)):

(5) a. Os *chocos* [-] estavam estragados. [PR]
b. Eu comi [*que chocos*] ontem. [REL]
c. Eu comi [*que ~~chocos~~*] ontem. [REL]

(6) a. Alguns *alunos do primeiro ano* [-] ainda não saíram. [PR]
b. O professor entregou o exame [a *os quais alunos do primeiro ano*]. [REL]
c. O professor entregou o exame [a *os quais ~~alunos do primeiro ano~~*]. [REL]

Em (5c) e (6c), as formas *que* e *os quais* passam a representar todo o sintagma nominal (entre parênteses retos), incluindo o grupo nominal elíptico, funcionando, portanto, como uma pró-forma (cf. Cap. 23) equivalente a todo esse sintagma nominal[8].

Seguidamente, o pronome relativo é obrigatoriamente "deslocado" para o início da estrutura REL (em (6c), necessariamente acompanhado da preposição *a*), como se ilustra em (7d) e (8d)[9]:

(7) a. Os *chocos* [-] estavam estragados. [PR]
b. Eu comi [*que chocos*] ontem. [REL]
c. Eu comi [*que ~~chocos~~*] ontem. [REL]
d. *que* eu comi _ ontem. [REL]

(8) a. Alguns *alunos do primeiro ano* [-] ainda não saíram. [PR]
b. O professor entregou o exame [a *os quais alunos do primeiro ano*]. [REL]
c. O professor entregou o exame [a *os quais ~~alunos do primeiro ano~~*]. [REL]
d. [a*os quais*] o professor entregou o exame _. [REL]

Finalmente, a estrutura REL é "inserida" na estrutura PR, na posição assinalada por "[-]"[10]:

(9) a. Os chocos [*que eu comi _ ontem*] estavam estragados.
b. Alguns alunos do primeiro ano [*aos quais o professor entregou o exame _*] ainda não saíram.

A todo o processo que se inicia em (3)-(4) e termina em (9), chama-se **relativização**.

---

[8] Ainda que as formas *que* e *o qual* sejam aqui tidas como especificadores (relativos), continuamos a chamar-lhes "pronomes" (relativos). Sobre o funcionamento pronominal dos especificadores em geral, cf. Cap. 23.

[9] Ou seja, é todo o sintagma preposicional que contém o pronome relativo (incluindo a preposição introdutória) que é deslocado para o início da estrutura REL. Em (d), deixamos de assinalar o grupo nominal elíptico, mas representa-se através de um espaço em branco sublinhado a posição "prévia" do pronome relativo (e da preposição que o antecede, em (8)), correspondente à função do sintagma nominal ou do sintagma preposicional na estrutura REL, respetivamente de complemento direto em (7b,c) e de complemento indireto em (8b,c).

[10] Regra geral, na língua portuguesa, a oração relativa ocorre numa posição adjacente (ou contígua) ao antecedente, mas existem casos em que isso não acontece (cf. 39.7).

[1] Sobre este modo de conceber as frases com orações relativas, veja-se Chomsky (1966), que adota uma ideia da linguística cartesiana, nomeadamente dos gramáticos de Port-Royal (cf. Arnauld e Lancelot 1660 e Cordemoy 1668), segundo a qual a linguagem assenta em dois planos: o da significação e o da forma. A estas duas facetas, Chomsky dá o nome de estrutura profunda e estrutura de superfície. Para os gramáticos de Port-Royal, a primeira é uma estrutura abstrata subjacente, puramente mental, que determina a interpretação; em contrapartida, a segunda determina a organização superficial das unidades linguísticas e relaciona-se com a forma concreta do enunciado. Para construir uma frase a partir da estrutura profunda, aplicam-se determinadas regras (chamadas "transformacionais", na terminologia de Chomsky 1966). Para uma dada construção, essas regras podem variar de língua para língua ou mesmo dentro da mesma língua. Por exemplo, para os gramáticos de Port-Royal, a frase latina *video canem currentem*, a francesa *je vois un chien qui court* ou a portuguesa *vejo um cão a correr* são diferentes estruturas de superfície, construídas a partir da mesma estrutura proposicional abstrata, com uma proposição essencial ou principal e uma proposição acidental ou secundária; o predicado da proposição acidental é expresso em latim por um particípio presente, em francês por uma oração relativa e em português por uma oração infinitiva preposicionada (sobre esta construção, cf. Cap. 37).

Em (7) e em (8), o constituinte que contém o grupo nominal repetido tem diferentes funções gramaticais nas estruturas frásicas que correspondem à oração principal e à oração relativa. Na estrutura PR (7a), *chocos* está integrado num sintagma nominal com a função de sujeito e, na estrutura REL (7b), *chocos* está integrado num sintagma nominal com função de complemento direto; por sua vez, na estrutura PR (8a), *alunos do primeiro ano* está integrado num sintagma nominal que é sujeito e, na estrutura REL (8b), num sintagma preposicional que é complemento indireto na oração relativa. O antecedente pode desempenhar qualquer função gramatical na oração principal e o pronome relativo (ou o constituinte que o contém) pode também desempenhar qualquer função gramatical na oração relativa (cf. 39.2).

[2] O leitor poderá estranhar que se considerem os pronomes relativos *que* e *o qual* como especificadores sem valor referencial na estrutura subjacente que corresponde à oração relativa. Esta estranheza, no entanto, pode ser atenuada se aceitarmos que as formas *que* e *qual* que ocorrem nas orações relativas são as mesmas que ocorrem nas orações interrogativas. Ora, nestas, o seu estatuto como especificador (determinante) é perfeitamente explícito em exemplos como [*que livro*] *leste?* ou *e* [*quais calças*] *é que preferes?*, onde também não possuem qualquer valor referencial (visto que é precisamente esse valor que se procura obter através da pergunta). Outro indício que contribui para a plausibilidade deste estatuto é o facto de, antigamente, a locução relativa *o qual* poder ser explicitamente usada como especificador dentro da oração relativa, como em *alguns alunos do primeiro ano, aos quais alunos o professor entregou o exame, ainda não saíram*. Este exemplo é construído e soará porventura estranho aos ouvidos de um falante atual da língua, mas casos semelhantes estão atestados em períodos anteriores e, ocasionalmente, na produção linguística atual (cf. Caixa [12]).

As estruturas REL (b) de pares como (3) e (4) costumam ser apresentadas na literatura tradicional (e não só) com um especificador independente (i.e., que não é a forma relativa) a introduzir o grupo nominal repetido. Por exemplo, a frase em (ia) seria parafraseada pelas duas frases simples (iia) e (iib) ((iib) em vez de [*que minhas irmãs*] *vivem na Alemanha*, que seria o equivalente ao que se tem em (3b) e (4b)):

(i) As minhas irmãs que vivem na Alemanha são ricas.
(ii) a. As minhas irmãs são ricas. [PR]
b. As minhas irmãs vivem na Alemanha. [REL]

A frase (i), no entanto, não é equivalente à conjunção das duas frases simples (iia) e (iib). O artigo definido plural num sintagma nominal sujeito veicula a ideia de que o predicado da frase se aplica a todos os membros do conjunto definido por esse sintagma nominal (cf. Cap. 22). Em (iia), assere-se que são ricas todas as irmãs do falante, e em (iib), que vivem na Alemanha todas as irmãs do falante. Ora, aquilo que se exprime em (i) não é a conjunção destas duas proposições. Em (i), exprime-se que são ricas todas as pessoas que são *simultaneamente* irmãs do falante e que vivem na Alemanha, mas não se diz que essas são as únicas irmãs que o falante tem. Pelo contrário, de (i) infere-se que o falante tem mais irmãs que não vivem na Alemanha e que poderão ser ou não ricas. Da frase com a oração relativa não se infere, pois, nem que todas as irmãs do falante são ricas nem que todas vivem na Alemanha, contrariamente à inferência que se obtém da conjunção de (ia) e (ib).

Visto de outro modo, em exemplos com uma oração relativa (restritiva), esta contribui de modo crucial para a identificação do referente do sintagma nominal (na medida em que introduz uma nova propriedade que o caracteriza), mas não introduz nenhum referente independente. Por isso se conclui que, num sintagma nominal com uma oração relativa, existe apenas um especificador com valor referencial autónomo, que é aquele que introduz o antecedente (sobre esta questão, à qual voltamos em 39.4, cf. Kayne 1994 e Bianchi 1999).

A oração relativa, o seu antecedente e o especificador do antecedente (determinante ou quantificador) formam um sintagma nominal, ao qual chamamos **construção relativa**. A construção relativa está assinalada entre parênteses retos em (1) e (2a). Apresenta-se em (10) a estrutura completa da construção relativa das frases do paradigma (1) (SN = sintagma nominal, GN = grupo nominal e Or rel = oração relativa):

(10) a. [$_{SN}$ Os [$_{GN}$ chocos [$_{Or\ rel}$ *que eu comi ontem*]]] estavam estragados.
b. [$_{SN}$ Alguns [$_{GN}$ alunos do primeiro ano [$_{Or\ rel}$ *aos quais o professor entregou o exame*]]] ainda não saíram.

Repare-se que a oração relativa está contida no mesmo grupo nominal que contém o antecedente, visto que, do ponto de vista semântico, quer a oração relativa quer os modificadores preposicionais (como *do primeiro ano*) quer ainda o nome nuclear introduzem propriedades que caracterizam o referente do sintagma nominal. Ou seja, em (10a), o grupo nominal é toda a sequência *chocos que eu comi ontem* e, em (10b), o grupo nominal é toda a sequência *alunos do primeiro ano aos quais o professor entregou o exame*. Deste modo, quando dizemos que o antecedente da oração relativa é um grupo nominal, isso deve ser entendido de modo informal: na realidade, o antecedente é a parte do grupo nominal anterior à oração relativa.

As orações relativas descritas até aqui são as mais características da língua. Existem outros tipos, com algumas propriedades diferentes, que discutimos de seguida.

39.1.1 Natureza explícita ou implícita do antecedente

Nalguns casos, o antecedente do pronome relativo está implícito, ou seja, não é foneticamente representado. Considerem-se os seguintes exemplos:

(11) a. Eu elogiei [$_{SN}$ alguém *que* fez os trabalhos de casa].
b. Eu elogiei [*quem* fez os trabalhos de casa].

Em (11a), a oração relativa tem um antecedente explícito (i.e., foneticamente representado) – o pronome indefinido *alguém*[11]; em contrapartida, em (11b), a oração relativa não tem qualquer antecedente "visível". No entanto, a presença, neste exemplo, do pronome relativo *quem* (que possui o traço semântico [+humano]; cf. 39.3.3) permite identificar um antecedente com esse traço na frase complexa. Por esse motivo, defende-se que existe neste exemplo (e noutros similares) um sintagma nominal implícito equivalente a *alguém*, i.e., contendo o traço [+humano], mas não foneticamente representado, que se assinala através de "[-]" em (12):

(12) Eu elogiei [$_{SN}$ [-] [*quem* fez os trabalhos de casa]].

Às orações relativas descritas até aqui, excluindo (11b), dá-se o nome de **orações relativas com antecedente explícito**; às do tipo de (11b), dá-se o nome de **orações relativas com antecedente implícito**[12].

A diferença entre as duas frases de (11) está relacionada com o valor referencial da construção relativa entre parênteses retos, ou seja, em última instância, com o valor referencial do pronome *alguém* e do seu equivalente implícito[13]: em (11a), esse sintagma nominal tem um valor específico, podendo a frase ser continuada identificando-se uma determinada pessoa ou pessoas; p.e., *elogiei o Zé* ou *elogiei o Zé e a Paula*; neste caso, pode ter havido mais indivíduos a fazer os trabalhos, sem terem sido alvo de elogio. Em contrapartida, em (11b), o sintagma tem um valor não específico (cf. Cap. 22), de sentido universal, equivalente à proposição 'elogiei todos aqueles, quem quer que sejam, que fizeram os trabalhos de casa'.

39.1.2 Orações relativas restritivas e orações relativas apositivas

Outra grande divisão que se estabelece dentro das orações relativas tem que ver com a relação que estas estabelecem com o seu antecedente. Esta relação pode ter diferentes características prosódicas, sintáticas e semânticas.

As orações relativas podem estar integradas em construções relativas que constituem um só grupo sintático e prosódico[14]. Nestes casos, não existe qualquer rutura, sintática ou melódica, entre o antecedente e a oração relativa. Ou seja, neste tipo de estrutura, as orações relativas pertencem ao mesmo sintagma nominal que o nome modificado e são modificadores desse nome (cf. Cap. 20). A frase (13a) exemplifica este tipo de oração relativa.

Em alternativa, as orações relativas podem formar um grupo sintático e prosódico autónomo, que se destaca do restante material (precedente) do sintagma nominal complexo. Essa independência prosódica e sintática é convencionalmente representada na escrita através do ladeamento por vírgulas, travessões ou parênteses. A frase (13b) ilustra este tipo de oração relativa:

---

[11] Na realidade, o antecedente é o traço [+humano] contido neste pronome, que corresponde à propriedade retomada na oração relativa (cf. 39.2.3 e 39.6.1).

[12] Estas orações são também chamadas **orações relativas livres** ou **orações relativas sem antecedente** e, nalguns casos, **orações substantivas relativas**, como na *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* (1967).

[13] Mais concretamente, depende do valor referencial da parte destes dois pronomes que corresponde ao especificador (cf. Cap. 23).

[14] Recorde-se que a construção relativa é o sintagma nominal que contém a oração relativa, o seu antecedente e um especificador (p.e., em (1a), *os chocos que eu comi ontem*).

(13) a. [Os gatos da minha vizinha *que vêm cá a casa*] não gostam de bofe.
b. [Os gatos da minha vizinha] [*, que vêm cá a casa,*] não gostam de bofe.

Ora, estas diferenças prosódicas e sintáticas implicam igualmente distinções semânticas. Em construções do tipo de (13a), como vimos em 39.1, a oração relativa introduz uma propriedade (neste caso, a de 'vir cá a casa') que restringe o conjunto denotado pela sequência *gatos da minha vizinha* àqueles que vêm cá a casa[15]. Na situação descrita em (13a), infere-se que a vizinha do falante tem gatos que não vão a casa dele (e que podem gostar ou não de bofe). Estas orações relativas são, pois, modificadores restritivos do nome e chamam-se **orações relativas restritivas**.

Em contrapartida, em exemplos do tipo de (13b), o determinante e o grupo nominal que antecede a oração relativa (*os gatos da minha vizinha*) formam um sintagma nominal autónomo com valor referencial próprio. Ou seja, neste tipo de construções, a oração relativa não contribui para a identificação do referente. Essa identificação, de facto, é estabelecida exclusivamente pelo sintagma nominal que precede a oração relativa e a oração relativa não faz mais, neste caso, do que introduzir um comentário, uma propriedade adicional, acerca do referente previamente identificado, os gatos da minha vizinha. Na situação descrita por (13b), não se infere que a vizinha do falante tenha outros gatos que não vão a casa dele. Pelo contrário, veicula-se fortemente a ideia de que todos os gatos da vizinha vão. Estas orações relativas têm propriedades típicas dos apostos (cf. Caps. 20 e 27) e chamam-se **orações relativas apositivas** (também **orações relativas não restritivas** ou **orações relativas explicativas**).

Decorrente desta diferença semântica entre os dois tipos de orações relativas, a natureza do seu antecedente também é diferente. Nas orações relativas restritivas, o antecedente, como vimos (cf. 39.1), é apenas a parte do grupo nominal que precede a oração, excluindo o especificador. Assim, p.e., em (13a), o antecedente é apenas *gatos da minha vizinha*; em contrapartida, nas orações relativas apositivas, o antecedente é um sintagma nominal autónomo e completo, plenamente referencial, que precede a oração, ou seja, inclui o especificador; em (13b), p.e., o antecedente da oração relativa apositiva é o SN *os gatos da minha vizinha*[16].

Uma oração relativa apositiva e o seu antecedente (um SN) constituem grupos autónomos, mas formam em conjunto um sintagma nominal mais abrangente, através de uma ligação de natureza paratática, típica dos apostos, a qual se traduz num grau de integração mais 'frouxo' da oração relativa nesse constituinte mais abrangente (cf. Cap. 34). Tomando como exemplo (13b), a estrutura completa da construção relativa é a seguinte:

(14) [$_{SN}$ [$_{SN}$ Os gatos da minha vizinha] [$_{Or\ rel}$ *que vêm cá a casa*]] não gostam de bofe.

---

[15] Note-se que *da minha vizinha* também é um constituinte que restringe a denotação de *gatos* e que é a este subconjunto de entidades ("gatos da minha vizinha") que se vai aplicar a nova restrição veiculada pela oração relativa.

[16] Consequentemente, nas orações relativas apositivas, os pronomes relativos funcionam como verdadeiros "pró-SN" (cf. Cap. 23) e não como especificadores de um grupo nominal elíptico, já que retomam a totalidade do sintagma nominal antecedente, incluindo o seu valor referencial, e não apenas o grupo nominal nele contido.

Por fim, importa salientar que as orações relativas com antecedente implícito (cf. (11b)) são *sempre* restritivas, uma vez que constituem o único material que constrói a referência do sintagma nominal em que estão integradas.

> [3] As frases complexas com uma oração relativa apositiva são equivalentes à conjunção de duas frases simples, correspondendo à oração principal e à oração relativa, nas quais (contrariamente ao que sucede nas relativas restritivas; cf. Caixa [2]) os equivalentes quer do antecedente quer do material repetido na oração relativa são introduzidos por especificadores referenciais. Neste caso, o sintagma nominal repetido na estrutura que corresponde à oração relativa é anafórico com o sintagma nominal antecedente. Por exemplo, (13b) é equivalente à conjunção das duas frases simples (ia) e (ib):
>
> (i) a. Os gatos da minha vizinha não gostam de bofe.
> b. Os gatos da minha vizinha vêm cá a casa.

39.1.3 Orações relativas de nome e orações relativas de frase

Outra distinção nas orações relativas prende-se com a classe do antecedente: este pode ser nominal ou frásico (mas cf. 39.3.6, para uma terceira possibilidade); por conseguinte, distinguem-se as **orações relativas de nome** e as **orações relativas de frase**. As orações relativas apresentadas até agora são orações relativas de nome, incluindo a oração relativa com antecedente implícito de (11b), visto que permite reconstruir um antecedente implícito com propriedades nominais. O seguinte exemplo contém uma oração relativa de frase:

(15) As pessoas continuam a procurar as grandes cidades, *o que causa desertificação rural*.

Em (15), o pronome relativo *o que* (uma locução relativa; cf. 39.1) tem como antecedente (ou seja, retoma) a oração precedente, *as pessoas continuam a procurar as grandes cidades*. Por esse motivo, a oração relativa de (15) é equivalente à frase independente em (16), na qual a oração antecedente, adaptada gramaticalmente à função de sujeito desempenhada pelo pronome relativo, ocorre como oração completiva:

(16) As pessoas continuarem a procurar as grandes cidades causa desertificação rural.

As orações relativas de frase são sempre apositivas. A razão pela qual não podem ser restritivas deve-se, plausivelmente, ao facto de as frases não referirem entidades do universo discursivo, logo, não poderem ser modificadas por orações cuja função, em última instância, consiste precisamente em restringir o espaço denotativo a partir do qual se identifica um referente.

> [4] Algumas estruturas frásicas infinitivas que modificam um nome apresentam semelhanças semânticas com as orações relativas restritivas, chegando a ser classificadas como tal[17]. As semelhanças devem-se a também estas orações funcionarem como modificadores restritivos de um nome e a também nelas existir uma posição onde se pode reconstruir um antecedente (ou seja, existe uma função não representada por

[17] Cf. Chomsky (1977) e Huddleston e Pullum (2002).

material linguístico explícito, que permite reconstruir um constituinte que retoma o nome modificado; este funciona, pois, como um antecedente). Esta posição, representada em (i) pelo espaço em branco sublinhado, corresponde ao sujeito dessa estrutura em (ia) – cf. *o aluno apagar o quadro* –, ao complemento direto em (ib,d,e) – cf., por exemplo, *dar o cão ao meu sobrinho* – e a um adjunto adverbial locativo em (ic) – cf. *observar os mergulhões num lugar*:

(i) a. Preciso de um aluno *para _ apagar o quadro*.
b. No Dia do Animal, adotei um cão *para dar _ ao meu sobrinho*.
c. Encontrei um bom lugar *para observar os mergulhões _*.
d. Eles têm muitas bocas *a alimentar _*.
e. Ele tornou-se, sem dúvida, num alvo *a abater _*.

No entanto, nestas estruturas não ocorre nenhum pronome relativo, responsável simultaneamente pela relação de subordinação e pela reconstrução do antecedente, sendo a relação de subordinação assegurada pelas preposições *para* ou *a*.

Estas orações infinitivas são geralmente substituíveis por orações relativas restritivas, como se ilustra em (ii). No entanto, o resultado nem sempre é equivalente, sendo necessário, nuns casos, ajustar valores modais e temporais (cf. (iie)) e perdendo-se por vezes o valor de finalidade induzido pela oração infinitiva preposicionada, como em (iib). Ou seja, para se manter a semelhança semântica entre os dois tipos, é preciso fazer ajustes formais ou, inversamente, para se manter a semelhança formal, perdem-se valores semânticos:

(ii) a. Preciso de um aluno *que _ apague o quadro*.
b. No Dia do Animal, adotei um cão *que darei _ ao meu sobrinho*.
c. Encontrei um bom lugar *donde observar os mergulhões _*.
d. ??Eles têm muitas bocas *que alimentar _*.
e. Ele tornou-se, sem dúvida, num alvo *que se terá de abater _*.

Outra observação que se pode fazer prende-se com as frases (ic) e (iic): enquanto na oração relativa (iic) o pronome relativo é introduzido pela preposição *de*, a qual veicula a função semântica e gramatical associada ao nome *lugar*, reconstruído na oração relativa, na oração infinitiva a preposição não existe e essas funções são dadas implicitamente.

Note-se, por fim, que mesmo a frase (ia), que tem uma correspondente relativa (iia) que mantém a semelhança formal e de significado, não corresponde a um padrão claro e geral de correspondência entre modificadores relativos restritivos e modificadores infinitivos restritivos. Assim, p.e., em *procuro um aluno que fale ucraniano*, não se veicula o valor final existente em *procuro um aluno para falar ucraniano*; este par não tem as mesmas características do par (ia)/(iia) (para o português, o valor final de algumas orações relativas foi observado inicialmente por Lopes 1971).

39.2 Constituintes relativos e pronomes relativos

Uma característica geral das orações relativas é o facto de serem introduzidas por um constituinte que contém um pronome relativo, constituinte esse que desempenha uma função gramatical dentro da oração relativa. Dependendo dessa função e da função do pronome relativo, o constituinte relativo pode ser simples, consistindo apenas no pronome relativo, ou complexo, contendo mais material[18].

[18] A distinção entre o constituinte relativo e o pronome relativo (ou locução relativa) nele contido nem sempre é feita na literatura sobre orações relativas.

Quando o pronome relativo tem a função de sujeito (cf. (17a)) ou de complemento direto (cf. (17b)) da oração relativa, é o único elemento do constituinte relativo; neste caso, pronome e constituinte relativo não se diferenciam:

(17) a. O gato *que roubou o peixe* fugiu. (sujeito de *roubou o peixe*)
b. O gato *que eu vi na varanda* é tigrado. (complemento direto de *vi*)

Para outras funções gramaticais, o pronome relativo está usualmente integrado num constituinte relativo que contém outros elementos. Num dos casos mais típicos, o pronome relativo está integrado num sintagma preposicional com a função de complemente direto, de complemento oblíquo ou de adjunto adverbial. Nesse caso, a preposição tem de ocorrer obrigatoriamente dentro do constituinte relativo, i.e., tem de preceder o pronome no início da oração relativa[19], como se ilustra em (18) (nestes exemplos e em exemplos subsequentes, sublinha-se o constituinte relativo e coloca-se a oração relativa em itálico, a menos que se explicite alguma codificação distinta):

(18) a. O gato *a que fizeste festinhas* é meu.
b. A proposta *por que lutámos* não foi aprovada.
c. O hotel *em que dormimos* era muito antigo.

Em (18a), o constituinte relativo é um complemento indireto (tendo, por isso, como núcleo a preposição *a*); em (18b), o constituinte relativo é complemento oblíquo de *lutar* (tendo como núcleo *por*); e, em (18c), é um adjunto adverbial locativo (tendo como núcleo *em*).

Além destas possibilidades, o constituinte relativo pode ser um grupo ainda mais complexo, com o pronome relativo numa posição "subordinada": em particular, pode ser (i) um sintagma nominal complexo com a função de sujeito (cf. (19a)) ou de complemento direto (cf. (19b)) da oração relativa; (ii) um sintagma nominal complexo preposicionado, com função de complemento oblíquo (cf. (19c)), de adjunto adverbial (cf. (19d)) ou de complemento de nome (cf. (19e)); (iii) um constituinte de natureza oracional (cf. (19f)), neste caso com uma função adverbial dentro da oração relativa (cf. *usei óleo de soja para fritar uns rissóis*):

(19) a. O livro *a capa do qual está rasgada* é meu.
b. Perdi o livro *cujas páginas o meu filho riscou*.
c. Homenagearam os revolucionários *por cujos ideais lutámos*.
d. Não conhecia a pessoa *em casa de quem me hospedei*.
e. Os escritores *de cujos livros eu li as críticas* foram premiados.
f. Não me saíram bem os rissóis *para fritar os quais usei óleo de soja*.

Nas frases de (17), o pronome relativo e o constituinte relativo, sendo coincidentes, têm, obviamente, a mesma função gramatical na oração relativa (de sujeito e de complemento direto, respetivamente). Em contrapartida, nos exemplos de (18) e (19), a função gramatical do pronome relativo é diferente da do constituinte relativo. Nestes casos, é o constituinte relativo, e não o pronome relativo por si só, que

[19] A obrigatoriedade de a preposição ser integrada no constituinte relativo chama-se ***pied-piping*** na literatura em inglês sobre as orações relativas (traduzido, por vezes, por "arrastamento da preposição").

desempenha uma função *na* oração relativa. Assim, p.e., em (18a), o complemento indireto é o constituinte relativo *a que*, e não apenas o pronome relativo *que*; e em (19b), é o constituinte relativo *cujas páginas*, e não o pronome relativo *cujas*, que desempenha a função de complemento direto da oração relativa.

O pronome relativo, por sua vez, desempenha uma função *dentro* do constituinte relativo: de complemento da preposição em (18), de complemento ou modificador do nome em (19a-e) (respetivamente dos nomes *capa*, *páginas*, *ideais*, *casa* e *livros*) e de complemento direto de *fritar* em (19f).

Para facilitar a exposição que se segue, é conveniente distinguir, na estrutura das orações relativas, o constituinte relativo, que ocorre em posição inicial, do resto da oração, que contém a parte "proposicional" propriamente dita (excluindo assim o material que corresponde ao constituinte relativo). Ilustra-se essa bipartição nos seguintes exemplos, sublinhando o constituinte relativo, colocando em negrito a parte proposicional da oração relativa e assinalando-se com o espaço em branco sublinhado a posição que corresponde à função do constituinte relativo dentro da parte proposicional (as frases à direita são meramente exemplificativas dessa posição):

(20) a. Comprei uma tinta *com a qual* ***vou pintar a minha sala*** _. (cf. *vou pintar a minha sala com uma tinta*)
b. Finalmente li o livro *a capa do qual* ***o Pedro concebeu*** _. (cf. *o Pedro concebeu a capa de um livro*)

39.2.1 Propriedades dos constituintes relativos

As orações relativas iniciam-se sempre com o constituinte relativo. Dependendo da sua função na oração relativa, este pode pertencer a várias classes: sintagma nominal (cf. (21a)), sintagma preposicional (cf. (21b)), advérbio (cf. (21c)), oração infinitiva (cf. (21d)), oração participial (cf. (21e)) e oração gerundiva (cf. (21f)):

(21) a. Na minha rua abriu uma loja *que vende vinhos importados*.
b. O livro do Saramago *de que te falei* é o Ensaio sobre a Cegueira.
c. A loja *onde comprei esta camisola* estava em saldos.
d. Não me saíram bem os rissóis *para fritar os quais usei óleo de soja*.
e. A empresa depara-se com vários problemas, *resolvidos os quais reaparecerão os investidores*.
f. A empresa depara-se com vários problemas, *resolvendo os quais os funcionários receberão um bónus*.

Como se mencionou, o constituinte relativo desempenha uma função gramatical na oração relativa. Ilustrando com os exemplos acima, em (21a) a sua função é de sujeito, em (21b), de complemento oblíquo do verbo *falar*, e, em (21c-f), de adjunto adverbial, respetivamente de lugar (em (21c)), de finalidade (em (21d)), de tempo (em (21e)) e de modo (em (21f)). Consoante a função que desempenham, estes constituintes estão associados a diferentes posições dentro da oração relativa, apesar de surgirem sempre no seu início. Tal como se fez para os exemplos em (20), em (22) ilustramos essas posições com sintagmas plenos que têm a mesma função gramatical e o mesmo valor semântico dos constituintes relativos de (21):

(22) a. *Uma loja* vende vinhos importados.
b. Falei-te *de um livro do Saramago*.
c. Comprei esta camisola *numa loja*.
d. Usei óleo de soja *para fritar uns rissóis*.
e. *Resolvidos uns problemas*, reaparecerão os investidores.
f. *Resolvendo uns problemas,* os funcionários receberão um bónus.

Na oração relativa, o constituinte relativo não pode ocorrer na posição em que ocorre a expressão plena na frase independente (cf. 39.1 e estruturas de (5) a (8)). O constituinte relativo (que contém o pronome) tem de ocorrer no início da oração. Quando este constituinte tem a função de sujeito, esta propriedade não tem repercussões na ordem dos elementos, já que o sujeito é, geralmente, o constituinte inicial da oração: compare-se a posição linear de *que* na oração relativa de (21a) com a posição linear de *uma loja* em (22a). O mesmo acontece quando o constituinte relativo é uma oração de particípio ou de gerúndio: comparem-se as posições lineares de *resolvidos/resolvendo os quais* nas orações relativas de (21e,f) e de *resolvidos/resolvendo uns problemas* nas correspondentes não relativas de (22e,f).

Nos restantes casos, há influência na ordenação dos elementos na oração relativa, como se pode observar pela impossibilidade dos exemplos de (23), que correspondem a (21b-d):

(23) a. *O livro do Saramago *falei-te* <u>*de que*</u> é o Ensaio sobre a Cegueira.
b. *A loja *comprei esta camisola* <u>*onde*</u> estava em saldos.
c. *Não me saíram bem os rissóis *usei óleo de soja* <u>*para fritar os quais*</u>.

[5] Uma alternativa possível para (21d), mas que a norma-padrão rejeita, é a seguinte:

(i) Não me saíram bem uns rissóis <u>*que*</u> *usei óleo de soja para fritá-**los***.

Em (i), o constituinte relativo é formado exclusivamente pelo pronome relativo simples *que*; dentro da oração relativa, por sua vez, ocorre um pronome pessoal (em negrito) que retoma o antecedente, pronome esse que tem a função gramatical do pronome relativo, mas ocorre numa posição canónica dentro da oração relativa (cf. 39.8.2).

Outra alternativa ainda para (21d) é a seguinte:

(ii) Não me saíram bem os rissóis, <u>*os quais*</u>*, para fritar, usei óleo de soja*.

Neste exemplo, a oração relativa (em itálico) é apositiva, enquanto em (21d) é restritiva. Outra diferença, associada a esta, tem que ver com o estatuto da oração adverbial que contém o pronome relativo, a qual se encontra numa posição periférica, inicial, relativamente à oração que a subordina, e forma um grupo prosódico autónomo (como em <u>*para fritar uns rissóis*</u>*, usei óleo de soja*). Esta estrutura representa-se em (iii):

(iii) Não me saíram bem os rissóis, [<u>*os quais*</u>, [*para fritar* _], *usei óleo de soja*].

Repare-se que a parte proposicional de (ii)/(iii) é diferente da de (21d): em (21d), a parte proposicional é *usei óleo de soja* _, ao passo que em (ii)/(iii) é *para fritar* _*, usei óleo de soja*. Como é óbvio, também o constituinte relativo é diferente: em (21d) é *para fritar os quais*, enquanto em (ii)/(iii) é apenas *os quais*.

39.2.2 Constituintes relativos em estruturas complexas de subordinação

Os constituintes relativos podem desempenhar uma função gramatical numa oração subordinada completiva contida dentro da própria oração relativa, como se ilustra em (24); nestes exemplos, os parênteses retos assinalam a oração subordinada completiva e o espaço em branco sublinhado a posição associada à função do constituinte relativo nessa oração completiva (o constituinte relativo, nestes casos, é constituído unicamente pelo pronome relativo, e desempenha a função de sujeito na oração completiva)[20]:

(24) a. O Estado vai subsidiar umas empresas *que o Ministro afirmou* [*que _ estavam à beira da falência*].
b. O Estado vai subsidiar umas empresas *que o Ministro afirmou* [*_ estarem à beira da falência*].

A oração completiva na qual o constituinte relativo desempenha uma função não tem de ser imediatamente subordinada ao predicador da oração relativa, como se ilustra em (25):

(25) O Estado vai subsidiar umas empresas *que os jornais noticiaram* [*que o ministro afirmou* [*que o Governo ia nacionalizar* _]].

Neste exemplo, a oração relativa é *que os jornais noticiaram que o ministro afirmou que o governo ia nacionalizar*, contendo duas orações subordinadas: uma, complemento do verbo *noticiar*, e, dentro dessa, outra, complemento do verbo *afirmar*. O pronome relativo desempenha a função de complemento direto do verbo *nacionalizar*, predicador da última oração completiva, a mais encaixada na frase.

> [6] Nem todos os tipos de orações subordinadas permitem a relativização. Como se observou, as orações subordinadas completivas permitem esse processo facilmente (cf. (24) e (25)). Em contrapartida, as orações subordinadas adverbiais (cf. Cap. 38) não têm um comportamento homogéneo, havendo variação entre os falantes no que respeita à aceitabilidade das frases resultantes (cf. Peres e Móia 1995:284s). O pior resultado é obtido quando se relativiza um constituinte a partir de uma oração já de si relativa (embora com exceções, como se verá). Estes casos são descritos a seguir.
>
> A – Relativização dentro de orações subordinadas adverbiais
>
> Existe variação entre os falantes no que respeita à relativização no interior de uma oração subordinada adverbial. A aceitabilidade destas frases decorre de diferentes fatores.
>
> Quando o constituinte relativo tem como único membro o pronome relativo *que*, com a função de complemento direto da oração adverbial, como em (ia), a relativização é mais aceitável do que quando o constituinte relativo contém outros elementos, p.e., uma preposição, como em (ib) (nestes exemplos, coloca-se a oração subordinada adverbial entre parênteses retos e o espaço em branco sublinhado representa a posição associada à função do constituinte relativo nessa oração)[21]:

---

[20] Em (24a), a oração completiva é finita, sendo introduzida pela conjunção-complementador *que* (cf. Cap. 36), e, em (24b), essa oração é de infinitivo flexionado (cf. Cap. 37).

[21] Alternativamente, e de forma a construir uma frase plenamente gramatical, o constituinte relativo pode conter toda a oração adverbial, à semelhança do exemplo (21d): *os donos venderam a casa <u>para comprar a qual</u> eu estava a juntar dinheiro* ou *a rapariga <u>para conseguir sair com a qual</u> o João teve imenso trabalho era a*

(i) a. ?Os donos venderam a casa *que eu estava a juntar dinheiro* [*para comprar* _].
b. ??A rapariga *com quem o João teve imenso trabalho* [*para conseguir sair* _] era a minha antiga namorada.

Quando o verbo da oração adverbial se encontra no infinitivo, a relativização é melhor do que quando o verbo está num tempo finito, como se ilustra no contraste entre (iia) e (iib):

(ii) a. ??Os trabalhos de casa *que os alunos chumbaram* [*por nunca fazerem* _] eram semanais.
b. *Os trabalhos de casa *que os alunos chumbaram* [*porque nunca fizeram* _] eram semanais.

Quando uma oração adverbial finita, condicional ou temporal, é periférica e ocorre em posição inicial, a relativização é melhor do que se a oração adverbial for integrada e ocorrer em posição final (cf. Caps. 33 e 38), como se ilustra no seguinte contraste:

(iii) a. ??Acabei de corrigir os testes *que*, [*enquanto os alunos faziam* _], eu preparei aulas.
b. ?Recomendo-vos um livro *que*, [*se lerem _ até ao exame*], ficam bem preparados.

(iv) a. *Acabei de corrigir os testes *que eu preparei aulas* [*enquanto os alunos faziam* _].
b. *Recomendo-vos um livro *que ficam bem preparados* [*se lerem _ até ao exame*].

B – Relativização dentro de orações relativas

A relativização no interior de uma oração relativa contida numa frase complexa (dando origem a uma construção relativa no interior de outra construção relativa) produz em geral resultados inaceitáveis, como se ilustra em (v):

(v) *Adoro os vinhos importados *que na minha rua abriu uma loja* [*que vende* _].

No entanto, a relativização a partir de outra oração relativa com antecedente implícito é possível em determinadas circunstâncias, que dependem da função gramatical da própria construção relativa e do tipo de verbo que a seleciona. Quando a construção relativa tem a função de sujeito, é impossível relativizar qualquer elemento a partir do seu interior, como se ilustra em (vi):

(vi) *Odiei o livro *que* [*quem me deu* _] *não me conhece de todo*.

Quando a construção relativa é complemento, a relativização a partir do seu interior produz resultados agramaticais com a maioria dos verbos (cf. (viia)), exceção feita aos verbos de sentido existencial *haver*, *aparecer* ou *ter* (cf. (viib)):

(vii) a. *Comprei um livro *que elogiei* [*quem escreveu* _].
b. Ofereceram-me uns quadros {*que não há*/*que eu não tenho*} [*quem pendure _ lá em casa*].

---

minha antiga namorada. Esta possibilidade não existe para todos os tipos de orações adverbiais, sendo o único contexto consensualmente aceite as orações adverbiais infinitivas. Note-se ainda que a relativização do sujeito da oração adverbial não é possível, apesar de também este corresponder a um constituinte relativo simples: **despediram o ministro que o João fez um relatório para _ apresentar na cimeira* (cf. a frase correspondente à oração relativa, *o João fez um relatório para o ministro apresentar na cimeira*), nem mesmo quando o constituinte relativo corresponde à oração adverbial – **despediram o ministro para o qual apresentar na cimeira o João fez um relatório _*.

39.2.3 Propriedades gerais dos pronomes relativos

Os pronomes relativos são formas tipicamente iniciadas, graficamente, pelas letras <qu> ou <c> e foneticamente pelo fone [k]: *que*, *quem*, *quando*, *como*, *cujo*, *qual* e *quanto*[22]. Por este motivo, estas formas são chamadas formas ou pronomes ***qu-***. A forma *onde*, mau grado não ter estas propriedades fonéticas e ortográficas, é também classificada como pronome *qu-*, por ter o mesmo tipo de comportamento sintático[23].

A série dos pronomes relativos é completada por duas locuções pronominais relativas, formadas pelo artigo definido *o* e um dos pronomes *que* ou *qual*: *o que* e *o qual* (este último com as suas variantes morfológicas em género e número)[24].

Alguns pronomes relativos codificam aspetos semânticos particulares do grupo nominal antecedente: *quem* codifica o traço [+humano], *onde* codifica o traço [+lugar], *quando* codifica o traço [+tempo] e *como* codifica o traço [+modo])[25]. Ou seja, *quem* é equivalente a *que pessoa*, *onde* é equivalente a *em que lugar*, *quando* é equivalente a *em que tempo* e *como* é equivalente a *com/de que modo*. Nestes casos, dizemos que o pronome possui "inerentemente" o traço semântico em questão, ou que tem um valor "inerente" para esse traço (cf. Cap. 23). Com estes pronomes, portanto, não há propriamente repetição do grupo nominal antecedente (explícito ou implícito) dentro da estrutura correspondente à oração relativa, com o seu apagamento por elipse (cf. a discussão dos paradigmas (3) a (8)); em vez disso, há uma "retoma" pronominal do antecedente, através dos traços semânticos correspondentes no pronome, os quais codificam noções equivalentes ou hiperónimas do antecedente. Assim, p.e., a estrutura REL (relativa) da frase *o palácio onde eu estive ontem era lindo* será apenas *eu estive* [*onde*] *ontem* e não *eu estive* [*onde palácio*] *ontem* (comparar, p.e., com (5b)).

A locução relativa *o que* marca inerentemente uma combinação dos valores negativos dos traços semânticos [humano], [lugar] [tempo] e [modo], o que a torna particularmente adequada para retomar um antecedente frásico nas orações relativas de frase (cf. *chove torrencialmente, o que me aborrece*).

O pronome *que*, por sua vez, é subespecificado, na medida em que se combina com antecedentes com valor positivo ou negativo para cada um destes traços: cf., por

---

[22] Tradicionalmente, *quando* e *como* não são considerados pró-formas relativas, apesar de alguns autores notarem semelhanças entre as estruturas nas quais ocorrem e as orações relativas (cf. Barbosa 1822, Lopes 1971 e Mateus et al. 1989). Apenas recentemente (cf. Rebelo Gonçalves 1966, Móia 1992a, Peres e Móia 1995 e Móia 2001) se integram *como* e *quando* na classe das pró-formas relativas.

[23] Estas formas são também pronomes interrogativos e exclamativos (cf. Cap. 48). Atualmente, o pronome *cujo* tem apenas valor relativo, mas a forma latina de que deriva tinha também um valor interrogativo, o qual se manteve ainda durante o português clássico (cf. Caixa [7]).

[24] A este conjunto poder-se-iam acrescentar também expressões mais complexas de valor indefinido como *quem quer que* ou *onde quer que*, ou qualquer outra variação possível constituída por um pronome relativo seguido da expressão *quer que*. Para simplificar a exposição, as locuções pronominais relativas serão mencionadas simplesmente como "pronomes relativos", a não ser que a discussão particular exija que se faça a distinção apropriada.

[25] Na perspetiva do Cap. 23, estes são, pois, os verdadeiros pronomes relativos, na medida em que incorporam um traço semântico de natureza nominal, contrariamente a *que* e (*o*) *qual*, que são unicamente especificadores (relativos). Por conveniência, no entanto, continuamos a chamar pronomes a todas as formas *qu-*. Note-se também que os traços em questão se encontram codificados não apenas nos pronomes relativos, mas também nos pronomes interrogativos e exclamativos. As formas *como*, *onde* e *quando* pertencem, na realidade, à classe dos advérbios, codificando igualmente uma preposição de modo, locativa ou temporal (mas cf. Nota 27).

exemplo, *os livros que eu li*, em que o antecedente é [-humano], vs. *as pessoas que eu encontrei*, em que o antecedente é [+humano][26].

Nas orações relativas com antecedente implícito, este é necessariamente reconstruído a partir dos traços semânticos contidos no pronome relativo. Isto implica que, nestas orações, o pronome tem de ser marcado positivamente para um dos traços semânticos inerentes, o que se ilustra em (26):

(26) a. *Quem me ofereceu este livro* não me conhece de todo. [+humano]
b. Em Paris fiquei *onde me aconselharam*. [+lugar]
c. Aprendi a fazer os rissóis *como a minha avó fazia*. [+modo]
d. *Quando estive em Paris* foi o período mais feliz da minha vida. [+tempo]

Dentro da oração relativa, e independentemente do estatuto "subjacente" como determinantes (cf. 39.1), os pronomes *que*, *quem*, *o qual*, *o que* e *quanto* são sintaticamente equivalentes a sintagmas nominais, como se ilustra a seguir:

(27) a. O rapaz *que tu viste no cinema* é meu irmão. (cf. *tu viste um rapaz no cinema*)
b. O rapaz *a quem tu deste o livro é meu irmão*. (cf. *tu deste o livro a um rapaz*)
c. Ele escreveu um livro *no qual se conta a história dos seus avós*. (cf. *conta-se a história dos seus avós num livro*)
d. Transformava em ouro tudo *quanto via*. (cf. *via coisas*)
e. Chegámos tarde, *o que chateou os anfitriões*. (cf. *esse facto chateou os anfitriões*)

As formas *como*, *onde* e *quando* têm o estatuto de advérbios e podem ter a função de adjuntos adverbiais ou ser selecionadas pelo predicador da oração relativa (cf. Cap. 28), como se ilustra em (28)[27]:

(28) a. Comprei este colar na aldeia *onde passei férias*. (cf. *passei férias lá* – adjunto adverbial locativo estático)
b. Não havia leite nas lojas *aonde/onde fui*. (cf. *fui ali* – complemento locativo direcional)
c. Penso nisso *quando acabarem as férias*. (cf. *as férias acabam amanhã* – adjunto adverbial temporal)
d. Exaspera-me o modo *como o Abel come*. (cf. *o Abel come devagar* – adjunto adverbial de modo)
e. Exaspera-me o modo *como o Abel se comporta no cinema*. (cf. *o Abel comporta-se mal no cinema* – advérbio de modo selecionado)

[26] Quando um pronome tem apenas um valor, positivo ou negativo, para um determinado traço, só se pode combinar com antecedentes que tenham o mesmo valor para esse traço. Ora, como o pronome *que* se combina com antecedentes quer com valores positivos quer com valores negativos para, p.e., o traço [humano], não é especificado para nenhum valor desse traço em particular, dizendo-se, por isso, que é subespecificado. Essa subespecificação de *que* é, na verdade, uma consequência direta do facto de ser um especificador puro, sem qualquer componente nominal (cf. Cap. 23).

[27] As formas *onde* e *quando* podem também ocorrer em contextos nominais, como em *a folha voou para onde o vento a levou* (cf. *o vento levou a folha para Paris*) e *não me dá jeito o dia para quando a reunião foi marcada* (cf. *a reunião foi marcada para terça-feira*). Sobre esta questão, cf. Cap. 16.

O pronome *cujo*, que tem o valor semântico de um constituinte possessivo (cf. Caps. 20 e 23), funciona gramaticalmente na oração relativa como especificador do grupo nominal que denota a entidade possuída, ocorrendo com ele dentro do constituinte relativo, como se ilustra em (29a). De modo semelhante, o pronome *quanto* também pode ter o estatuto de especificador quando é morfologicamente variável, como em (29b) (cf. 39.3.6):

(29) a. Comprei um livro [*cujas páginas*] *vinham rasgadas*. (cf. *as suas páginas vinham rasgadas* ou *as páginas de um livro vinham rasgadas*)
b. Sopra *com* [*quanta força*] *tiveres*! (cf. *sopra com muita força!*)

Independentemente de funcionarem como sintagmas nominais, advérbios ou especificadores, fazemos aqui a opção terminológica de utilizar o termo genérico "pronome" para todas estas formas, na medida em que todas elas ou retomam um antecedente de natureza nominal (à exceção de *o que*, o qual também pode retomar uma frase) ou funcionam como sintagmas nominais dentro da oração relativa.

Morfologicamente, os pronomes relativos podem ser **variáveis** ou **invariáveis**, como se ilustra a seguir:

PRONOMES RELATIVOS VARIÁVEIS	PRONOMES RELATIVOS INVARIÁVEIS
o qual, a qual, os quais, as quais cujo, cuja, cujos, cujas quanto, quanta, quantos, quantas[28]	que o que quem onde como quando quanto

Quadro 1 – Pronomes relativos.

[7] Os pronomes relativos do português têm a sua origem no sistema de pronomes latinos. Em latim existe um pronome relativo por excelência (praticamente idêntico ao pronome interrogativo[29] e por vezes com uso de demonstrativo), que apresenta marcas de flexão distintas para género masculino, feminino e neutro, número singular e plural, e também marcas de flexão casual. Quer isto dizer que o pronome apresenta uma terminação diferente consoante a função sintática que desempenha na frase: simplificadamente, o caso **nominativo** marca o sujeito da frase, o **acusativo**, o complemento direto, o **dativo,** o complemento indireto, o **ablativo**, os adjuntos e complementos adverbiais, e o **genitivo**, os complementos determinativos, isto é, os complementos e modificadores dos nomes (mas também de adjetivos e de alguns verbos e advérbios). O padrão de flexão desse pronome é apresentado no Quadro 2:

[28] Tradicionalmente, é frequente descrever-se o pronome relativo *quanto* como não tendo a forma feminina do singular. Como se verá mais à frente, não adotamos essa visão. Este pronome está listado duas vezes porque pode ocorrer como forma variável ou como forma invariável.

[29] Nesta caixa descreve-se a origem dos pronomes relativos, mas, na realidade, os processos evolutivos descritos afetam os paradigmas relativo e interrogativo em simultâneo, atuando de forma interligada; os exemplos que se apresentam contêm sobretudo pronomes relativos, mas esporadicamente exemplifica-se com construções interrogativas (cf. (vc) ou (vib), por exemplo).

	SINGULAR			PLURAL		
	MASCULINO	FEMININO	NEUTRO	MASCULINO	FEMININO	NEUTRO
NOMINATIVO	quī	quae	quŏd	quī	quae	quae
ACUSATIVO	quĕm	quăm	quŏd	quōs	quās	quae
DATIVO	cui			quĭbus		
ABLATIVO	quō	quā	quō	quĭbus		
GENITIVO	cūjus			quōrum	quārum	quōrum

Quadro 2 – Flexão do pronome relativo latino *quī*.

A riqueza flexional do latim clássico foi sendo simplificada no latim vulgar e perde-se a flexão em género e número do pronome relativo; as formas do masculino singular passam a representar os dois géneros e os dois números. Na formação do português perdem-se também as distinções de caso, mas diferentes formas latinas do mesmo pronome vão originar distintos pronomes em português. De acordo com diversos autores (cf. Nunes [1919] 1956, Bourciez [1910] 1967, Huber [1933] 1986, entre outros), o pronome *que* existente hoje em português resulta da fusão da forma acusativa singular, *quĕm*, quando ocorria em posição proclítica (e portanto átona), com a forma do nominativo singular neutro, *quĭd* (que, no paradigma do pronome interrogativo, alternava com *quŏd*). O pronome *quem* do português provém da mesma forma acusativa singular, quando tónica. No entanto, enquanto em latim a forma acusativa podia ter antecedentes de qualquer tipo semântico, em português este pronome acabou por restringir-se a antecedentes [+humano]. Em português clássico encontram-se alguns usos do pronome *quem* com antecedentes [–humano], como nota Silva Dias (1918):

(i) Não longe da villa de Alcobaça [...] está hum valle aprasivel, pouoado de aruoredo, pomares [...], *a quem entra pello meyo hum ribeiro de agoa christalina*.
(A. Brandão, *Monarchia Lusitana*)

No entanto, este uso é muito pontual, a avaliar pelas descrições de Mattos e Silva (1989) e Maia (1986), que, na observação de documentos dos sécs. XIII a XVI, encontram sempre um valor [+humano] para o pronome *quem*.

Ainda em latim, a forma do genitivo singular do pronome autonomizou-se, dando origem a um pronome com um padrão completo de flexão de género e casual (*cujus, cuja, cujum*). Enquanto pronome autónomo (relativo ou interrogativo), podia desempenhar qualquer função sintática, com a flexão em caso correspondente (contudo, Ernout [1914] 1924 refere que é usado sobretudo no nominativo singular).

Este pronome podia ocorrer sozinho no constituinte relativo, equivalendo a uma pró-forma, como se vê em (ii):

(ii) ea caedes [...] detur ei *cuja* interfuit, non ei *cuja* nihil interfuit (Cic. Fragm. ap. *Prisc. apud* Lewis e Short 1879, s.v.)
(esse assassínio [...] que seja atribuído àquele *a quem* (ele) interessou, não àquele *a quem* (ele) nada interessou)

Em (ii), o pronome relativo está no feminino (*cuja*) pois concorda com o nome elíptico (não expresso) *caedes* ('assassínio', 'morte'), um nome feminino, o qual é elidido por identidade com a sua ocorrência prévia na frase. Ou seja, o constituinte relativo é, na realidade, [*cuja* ~~*caedes*~~] (indica-se a elipse de *caedes* pela rasura). Importa

salientar que, neste caso, o pronome relativo tem o valor semântico de beneficiário (cf. Cap. 11), e não propriamente o valor possessivo da expressão portuguesa formalmente equivalente *cuja morte*; por outras palavras, no exemplo latino, *cuja*, tal como o seu antecedente, refere aquele ou aquela a quem a morte (de outrem) interessa, não a pessoa que morreu, como se vê pela tradução de (ii).

Cujo podia ainda ocorrer como especificador de um nome dentro do constituinte relativo:

(iii) is, *cuja res est* (Cícero, Verr. *apud* Gaffiot 1934, s.v.)
(aquele {*a quem a coisa* pertence/*cuja coisa* é})

Como referido no Cap. 2, o uso como pró-forma manteve-se ainda em português clássico, o que pode verificar-se em (iv), extraído desse capítulo:

(iv) E o escudeiro o fez bem asy como lho a rrainha mandou. E tomou o menino e livouo aa montanha e deuo a hum homem que o criase como que o avia achado e que não sabia *cujo era* (*Crónica Troiana*, séc. XVI).
(E o escudeiro fê-lo tal como a rainha lho mandou: pegou no menino, levou-o à montanha e deu-o a um homem para o criar [tão bem] como se o tivesse achado e não soubesse *de quem* era).

A perda deste uso como pró-forma (que estava muitas vezes associado a uma função predicativa) coincide, do ponto de vista cronológico, com a perda de valor interrogativo, estando possivelmente os dois fenómenos interligados.

Faria (1958) refere que o latim tinha quatro advérbios relativos (e interrogativos) com valor locativo: *ubi* ('lugar onde'), *unde* ('lugar de onde'), *quo* ('lugar para onde') e *qua* ('lugar por onde'); de acordo com Lewis e Short (1879), os dois últimos provêm das formas ablativas do pronome latino (cf. Quadro 2). O advérbio *ubi* deu origem ao arcaico *u* (por vezes escrito *hu*) e *unde* ao advérbio *onde* (que também se podia grafar *honde*). Enquanto o primeiro tinha um valor claramente locativo (cf. (v)), o segundo funcionava também como complemento oblíquo, não se limitando a um valor locativo (cf. (vc) e (via))[30]:

(v) a. O lugar *u pousava*
b. Mostra-nos a casa *u mora*
c. Perguntou... que lhe dissesse, *hu era o escudo*, *onde tanto fallavam pella terra*
(*de que* tanto falavam)

(vi) a. Aquel cavalleiro *honde me vos fallastes*
(aquele cavaleiro *de quem* vós me falastes)
b. E perguntou-os *honde eram*
(e perguntou-lhes *de onde* eram)

Em relação aos valores locativos destes advérbios, nos dados do séc. XIV descritos por Mattos e Silva (1989) parece haver uma distinção clara: (*h*)*u* ocorre com o valor de 'lugar onde' (estático) ou de 'lugar para onde' (destino) e *onde* ocorre com o valor de 'lugar de onde' (origem). No entanto, com a perda da flexão casual, as preposições tinham-se tornado essenciais para estabelecer relações gramaticais; Said Ali ([1931] 1971) atribui a uma analogia com situações em que as preposições eram fundamentais a formação de *donde* (e a sua variante *adonde*), com a preposição *de* a marcar claramente o valor de origem. Esta forma teria levado a que os

[30] Os exemplos em (v)-(vi) são de *S. Josafate*, séc. XIV (va,b) e de *Santo Graal*, séc. XIII ((vc), (vi)), *apud* Said Ali ([1931] 1971:185).

falantes atribuíssem à forma *onde* o valor estático (de 'lugar onde'), idêntico ao do advérbio (*h*)*u*, seguindo-se uma fase de instabilidade em que as três formas são usadas exatamente com o mesmo valor. Os exemplos abaixo ilustram essa equivalência semântica:

(vii) a. Pol-a darredor da arvor *domde a aguya tijnha sseus filhos*
(pô-la em volta da árvore *onde* a águia tinha os seus filhos)
b. Chegou a rraposa ao pee da arvor *omde a aguya tijnha sseus filhos*
c. Levou-hos a hũu ninho *hu estavam sseus filhos*
(exemplos de *Livro de Esopo*, séc. XIV, *apud* Said Ali [1931] 1971:185)

Por fim, esta sobreposição de valores torna desnecessário o advérbio (*h*)*u*, que subsiste ainda em português clássico, embora já raramente, e acaba por desaparecer, cedendo definitivamente o seu lugar a *onde*.

A existência de formas preposicionadas (além de *donde*, começa a utilizar-se *aonde*) não significa que cada uma seja utilizada com o valor locativo da preposição em questão. Said Ali ([1931] 1971:186) apresenta usos de *donde* (e da sua variante *adonde*) com valor locativo de destino, 'para onde', ou estático, 'lugar onde' (apesar da presença da preposição com valor de origem) e de *aonde* com valor locativo estático (apesar da presença da preposição com valor de destino) em escritores dos sécs. XVII e XVIII:

(viii) a. Leva-me *adonde reynas* (P.e Manuel Bernardes, *Luz e Calor*, *apud* Said Ali [1931] 1971:186)
b. São como mercadorias, que segundo a parte *donde se encaminhão*, valem ou não valem (D. Francisco Manuel de Melo, *Apólogos Dialogais*, *apud* Said Ali [1931] 1971:186)
c. Nem o será nunca *aonde a ley e a religião não for a mesma* (P.e António Vieira, *Sermões*, *apud* Said Ali [1931] 1971:186)

Como refere o mesmo autor, esta equivalência de formas passou a ser considerada imprópria pela norma linguística a partir do séc. XVIII, prescrevendo-se o uso de *onde* para o valor locativo estático, de *donde* para o valor locativo de origem e de *aonde* para o valor locativo de destino. Atualmente, *aonde*, *adonde* (mas não *donde*) e *onde* são usados de forma equivalente por falantes das camadas menos cultas, mas as camadas cultas consideram populares as formas *aonde* e *adonde*, usando *onde* com o valor locativo estático e com valor locativo de destino (cf. Caixa [14]).

39.3 Pronomes relativos

Descrevem-se mais pormenorizadamente nesta secção as propriedades sintáticas e semânticas dos pronomes relativos.

39.3.1 *Que*

O pronome *que* pode ocorrer em orações relativas de nome (cf. (30a)), mas é geralmente excluído nas orações relativas de frase, em que se utiliza preferencialmente *o que* (cf. (30b) vs. (30c)). Neste tipo de orações relativas, *que* é (marginalmente) possível apenas em registos orais (cf. (30d)) ou em registos escritos não formais (cf. (30e)); em ambos os casos, a oração relativa contém o verbo *ser* introduzindo uma oração subordinada adverbial com valor semântico de finalidade (cf. Cap. 38)[31]:

[31] O exemplo (30d) foi extraído do *corpus* de língua falada C-ORAL-ROM e adaptado, de modo a simplificar as convenções de transcrição.

(30) a. A professora *que os alunos admiram* ganhou um prémio científico.
b. A professora nunca criticava os alunos, *o que os incentivava*.
c. *A professora nunca criticava os alunos, *que os incentivava*.
d. Deu para nós nos autoanalisarmos. Ela falava sempre o que é que havia a melhorar, nunca criticava as pessoas, relacionava sempre os aspetos bons das pessoas, e pegava sempre por aí. Você fez isto bem, tem isto bem, *que era mesmo para incentivar.* (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn12)
e. A mãe agasalhou bem o miúdo, *que era para ele não se constipar*.

Os exemplos (30d,e) merecem dois comentários: primeiro, curiosamente, *que* não é substituível pela locução relativa *o que* (cf. **a mãe agasalhou bem o miúdo, o que era para ele não se constipar*); segundo, num texto cuidado, escrito ou oral, o falante não usa uma construção relativa nesta situação, ligando diretamente a oração adverbial à oração principal (*a mãe agasalhou bem o miúdo, para ele não se constipar*).

Nas orações relativas de nome, sejam restritivas (cf. (31)) ou apositivas (cf. (32)), o pronome *que*, por ser semanticamente subespecificado (cf. Nota 26), pode relacionar-se com qualquer tipo de antecedente: [+humano] nos exemplos (a), [–humano] nos exemplos (b), [+lugar] nos exemplos (c), [+tempo] nos exemplos (d) e [+modo] nos exemplos (e):

(31) a. Os **meninos** *que têm natação* podem sair mais cedo.
b. Comprei uns **chocolates** *que estavam estragados*.
c. O **país** *em que eu vivi mais tempo* foi o Japão.
d. No **dia** *em que o João fez anos* fomos passear a Sesimbra.
e. É impressionante o **carinho** *com que esta enfermeira trata os doentes*.

(32) a. **A Ana**, *que está sempre a chatear-me*, não me escreve.
b. **Aqueles chocolates**, *que eu comprei na Bélgica*, eram excelentes.
c. **Esse país**, *em que eu vivi tanto tempo*, é muito interessante.
d. **Esse dia**, *em que tudo aconteceu*, foi memorável.
e. **Esses teus maus modos**, *com que tratas até os melhores amigos*, ainda te vão dar problemas.

O constituinte relativo que contém *que* (constituinte esse, como se viu, que pode consistir unicamente no pronome) é aquele que aceita maior diversidade de contextos no que respeita à sua função dentro da oração relativa. Assim, nas orações relativas restritivas, *que* pode ter a função de sujeito (cf. (33a)) e de complemento direto (cf. (34a)), contrastando com os pronomes *o qual* e *quem*, que não podem ter estas funções, como se ilustra nos exemplos (b) destes paradigmas (assinala-se com um espaço em branco sublinhado a posição que corresponde à função gramatical do pronome na parte proposicional da oração relativa):

(33) a. Os alunos *que* _ *fizeram o trabalho* estão dispensados deste teste.
b. *Os alunos {*os quais/quem*} _ *fizeram o trabalho* estão dispensados deste teste.

(34) a. Os alunos *que encontrei* _ *no bar* faltaram à aula.
b. *Os alunos {*os quais/quem*} *encontrei* _ *no bar* faltaram à aula.

Nas orações relativas apositivas, *que* pode surgir com a função de sujeito (cf. (35a)) ou de complemento direto (cf. (36a)), podendo alternar com *o qual* (cf. os exemplos (b)), mas não com *quem* (cf. os exemplos (c))[32]:

(35) a. A Ana, *que* _ *é uma boa amiga*, foi ver-me ao hospital.
b. A Ana, *a qual* _ *é uma boa amiga*, foi ver-me ao hospital.
c. *A Ana, *quem* _ *é uma boa amiga*, foi ver-me ao hospital.

(36) a. Os alunos, *que encontro* _ *todos os dias no bar*, nunca faltam às aulas.
b. Os alunos, *os quais encontro* _ *todos os dias no bar*, nunca faltam às aulas.
c. *Os alunos, *quem encontro* _ *todos os dias no bar*, nunca faltam às aulas.

Nas orações relativas restritivas com antecedente explícito, *que* pode ainda ocorrer num constituinte relativo preposicionado com a função de complemento indireto (cf. (37a)), de complemento oblíquo (cf. (37b,d)), de modificador nominal possessivo (cf. (37c)) ou de adjunto adverbial preposicionado (cf. (37e)):

(37) a. O idiota *a que emprestei esse livro* _ nunca mais mo devolveu.
b. Interessa-me muito o tema *de que falaste* _ *na TV*.
c. O telefone *de que o gato roeu o fio* _ nunca mais funcionou bem.
d. Não partilho os ideais *por que ele sempre lutou* _.
e. A cidade *em que me sinto melhor* _ é mesmo Lisboa.

Contudo, em constituintes relativos preposicionados, alguns falantes preferem pronomes relativos semântica ou morfologicamente mais ricos, dependendo do antecedente, como se ilustra em (38) (comparar com os exemplos correspondentes de (37)):

(38) a. O idiota *a quem emprestei esse livro* _ nunca mais mo devolveu.
b. Interessa-me muito o tema *do qual falaste* _ *na TV*.
c. O telefone *cujo fio o gato roeu* _ nunca mais funcionou bem.
d. Não partilho os ideais *pelos quais ele sempre lutou* _.
e. A cidade *onde me sinto melhor* _ é mesmo Lisboa.

Esta preferência é mais acentuada relativamente a *quem* preposicionado, quando o antecedente é [+humano], sobretudo na função de complemento indireto (compare-se (38a) com (37a), ou ainda *as pessoas com que saí* vs. *as pessoas com quem saí*).

Com antecedentes [–humano], *que* ocorre preferencialmente com preposições monossilábicas, como se refere em Cunha e Cintra (1984), enquanto com as restantes preposições, como *durante*, *perante* e *sobre*, ou com locuções prepositivas (*acerca de*, *através de*, *em face de*, etc.), é preferível ou mesmo obrigatório o uso de *o qual* em vez de *que*[33]:

---

[32] Muitas vezes, a preferência na utilização de *o qual* prende-se com questões de interpretação, concretamente, quando há mais de um antecedente disponível e é necessário desambiguar. Voltamos a esta questão na descrição desta locução pronominal em 39.3.4.

[33] O pronome *que* é mais aceitável com *sobre* em contextos não locativos (cf. ?*o tema sobre que vais falar é muito interessante*), apesar de, num texto escrito, se preferir a locução *o qual*. De um modo mais geral, *que* não pode integrar constituintes relativos de estrutura complexa; além dos exemplos entre parênteses em (39), veja-se, numa oração relativa apositiva, **estes livros, alguns/muitos de que estão ilegíveis, são raros* vs. *estes livros, alguns/muitos dos quais estão ilegíveis, são raros*.

(39) a. O rio *sobre o qual construíram essa ponte* seca no verão. (vs. ??*o rio sobre que construíram essa ponte seca no verão*)
b. O tema *acerca do qual vais falar* é muito interessante. (vs. ?*o tema acerca de que vais falar é muito interessante*)
c. Fizemos uma viagem *durante a qual parámos três vezes*. (vs. **fizemos uma viagem durante que parámos três vezes*)
d. Gerou-se uma situação *perante a qual ninguém soube o que fazer*. (vs. **gerou-se uma situação perante que ninguém soube o que fazer*)

Nas orações relativas apositivas, o uso de *que* é basicamente idêntico ao seu uso nas restritivas. Assim, o pronome é possível com a função de sujeito e de complemento direto da oração relativa (cf. (35a) e (36a)), e também integrado num constituinte relativo preposicionado (cf. (40a-e)):

(40) a. Interessa-me muito esse tema, *de que falaste _ com tanto entusiasmo*.
b. O meu telefone, *de que o gato roeu o fio _*, nunca mais funcionou bem.
c. Não partilho esses ideais idiotas, *por que ele sempre lutou _ com tanto vigor*.
d. Lisboa, *em que me sinto tão bem _*, é a cidade onde nasci.
e. A Ana, *de que te falei _ toda a noite*, é uma grande amiga.

Tal como sucede relativamente a (37)-(38), também neste caso é possível utilizar pronomes morfológica ou semanticamente mais ricos:

(41) a. Interessa-me muito esse tema, *do qual falaste _ com tanto entusiasmo*.
b. O meu telefone, *cujo fio o gato roeu _*, nunca mais funcionou bem.
c. Não partilho esses ideais idiotas, *pelos quais ele sempre lutou _ com tanto vigor*.
d. Lisboa, *onde me sinto tão bem _*, é a cidade onde nasci.
e. A Ana, *de quem te falei _ toda a noite*, é uma grande amiga.

Relativamente ao complemento indireto (que tem, neste contexto, um antecedente frequentemente [+humano]), também nas orações relativas apositivas (possivelmente mais que nas restritivas – cf. (37a) vs. (42b)) se prefere o uso de *quem* em vez de *que*, como se ilustra a seguir:

(42) a. {A Ana/Essa rapariga}, *a quem emprestei o meu livro preferido*, é minha vizinha.
b. ??{A Ana/Essa rapariga}, *a que emprestei o meu livro preferido*, é minha vizinha.

Devido à sua subespecificação semântica, *que* geralmente não ocorre em orações relativas com um antecedente implícito, pois faltam-lhe os traços semânticos que lhe permitiriam reconstruir o antecedente: cf. **que vai ao mar perde o lugar* (vs. *quem vai ao mar perde o lugar*), **que há fumo há fogo*, **em que há fumo há fogo* (vs. *onde há fumo há fogo*).

No entanto, há um contexto particular que aceita este pronome em orações relativas com antecedente implícito: trata-se de frases em que a construção relativa é complemento do verbo existencial *haver* ou de verbos como *arranjar*, *procurar* e *ter* quando são usados com valor existencial, e em que o verbo da oração relativa tem a forma infinitiva (cf. Móia 1992a):

(43) a. Não me aborreças, pois tenho *que fazer*.
b. Não há *com que pintar as paredes*.

Nestas orações, o antecedente implícito na oração principal (a que tem como núcleo o verbo *ter* e *haver*, nos exemplos) é referencialmente indefinido e não é especificado para qualquer dos traços semânticos [humano], [lugar], [tempo] ou [modo], sendo aproximadamente equivalente a 'alguma coisa ou coisas'[34]. É precisamente a indefinitude referencial e a subespecificação semântica do antecedente implícito que o torna compatível com o pronome *que*, igualmente subespecificado para esses traços semânticos e sem qualquer valor referencial.

Em contrapartida, quando o antecedente é especificado para um dos traços semânticos que têm realização inerente nos pronomes relativos, é obrigatório usar o pronome correspondente, como se ilustra em (44):

(44) a. Já arranjei *quem levar comigo à festa*.[35] (vs. **já arranjei que levar comigo à festa*)
b. Tenho *a quem enviar esses documentos*. (vs. **tenho a que enviar esses documentos*)
c. Não há *onde comer uma bela feijoada*. (vs. **não há em que comer uma bela feijoada*)
d. Já tenho *como resolver o problema*. (vs. **já tenho com que resolver o problema* – com o mesmo valor de modo)

39.3.2 *O que*

Esta expressão é uma locução pronominal relativa formada pelo artigo definido seguido da forma relativa *que*. As gramáticas do português não costumam tratá-la como uma unidade autónoma, com estatuto próprio, dedicando-lhe apenas algumas linhas enquanto variante de *que*. No entanto, existem razões para a considerar uma locução relativa independente[36].

O seu uso mais típico é em orações relativas apositivas de frase, ou seja, com um antecedente de natureza oracional, como se ilustra em (45):

(45) a. Estava a chover, *o que nos causou muito transtorno*.
b. Chegámos tarde, *o que provocou a ira contida dos donos da casa*.

Neste contexto, *que* (sozinho) não é possível: cf. **estava a chover, que nos causou muito transtorno* e **chegámos tarde, que provocou a ira contida dos donos da casa*.

> [8] Em *estar a chover, o que é normal nesta época, causa muitos engarrafamentos*, a oração relativa apositiva tem como antecedente a oração infinitiva completiva *estar a chover*, com a função de sujeito de toda a estrutura (cf. Cap. 37). Neste

[34] Em (43b), o antecedente é interpretado como 'tinta', ou 'pincéis', devido ao predicado da oração relativa (as paredes pintam-se com tintas e pincéis), e não a qualquer especificação do antecedente implícito. *Mutatis mutandis*, poder-se-iam fazer observações semelhantes sobre (43a) e (44).

[35] Nesta construção, o pronome relativo não pode corresponder ao sujeito da oração relativa (cf. **já arranjei quem vos levar consigo à festa*), visto que a oração relativa é infinitiva e o seu sujeito (implícito) é obrigatoriamente correferente com o sujeito do verbo *arranjar* (cf. 39.6.2 e Cap. 37).

[36] Cf. Brito (1991a) e Móia (1992a).

caso, pode usar-se apenas o pronome relativo *que*: cf. *estar a chover, que é normal nesta época, causa muitos engarrafamentos*. Isto deve-se, plausivelmente, ao facto de a oração infinitiva ser, neste contexto, equivalente a um sintagma nominal com interpretação factiva (cf. Caps. 36 e 37). Quando a oração infinitiva é integrada num sintagma nominal cujo núcleo é o nome *facto*, *que* é a opção não marcada para a oração relativa apositiva, sendo *o que* marginal (ou mesmo impossível, para alguns falantes): cf. *o facto de estar a chover,* {*que*/??*o que*} *é normal nesta época, causa muitos engarrafamentos*. Com uma oração finita, só *o que* é possível: cf. *que esteja a chover,* {?*o que*/**que*} *é normal nesta época, causa muitos engarrafamentos* (a marginalidade do exemplo poderá dever-se ao facto de, neste contexto, ser mais natural uma oração infinitiva como sujeito da oração principal).

A locução pronominal relativa *o que* tem de ser distinguida de uma sequência aparentemente idêntica, na qual *o* é o artigo definido usado enquanto "pronome demonstrativo" e *que* retoma um antecedente elíptico (i.e., não foneticamente realizado) determinado pelo artigo (cf. Caps. 23 e 45 e a parte final de 39.6.1):

(46) a. Esse casaco é bonito, mas o *que tinhas ontem* era mais moderno.
b. (Numa conversa sobre filmes) Fui ver o *que estava no Nimas*.

Em (46), o artigo definido (a que, neste uso, como se mencionou, as gramáticas tradicionais chamam "demonstrativo"; cf. Cap. 23) introduz um nome omitido, ou elíptico, modificado pela oração relativa, que pode ser recuperado a partir do contexto linguístico, como em (46a) (*casaco*), ou situacional/discursivo, como em (46b) (*filme*)[37]. Adotando a convenção da rasura para representar a elipse (cf. Cap. 45), as frases de (46) têm, pois, a seguinte representação:

(47) a. Esse casaco é bonito, mas [$_{SN}$ o ~~casaco~~ [*que tinhas ontem*]] era mais moderno.
b. Fui ver [$_{SN}$ o ~~filme~~ [*que estava no Nimas*]].

Como se verifica em (47), a forma *o* não faz parte do constituinte relativo, o qual é constituído exclusivamente por *que*, contrariamente ao que sucede em (45), em que a sequência *o que* forma uma locução relativa que retoma a oração antecedente.

[9] É importante não confundir o nome elíptico representado em (47), que pertence à oração que subordina a oração relativa (e é o antecedente do pronome relativo), com o nome elíptico que ocorre *dentro* da própria oração relativa, a seguir ao determinante relativo, que também sofre elipse por identidade com o antecedente, como se discutiu em 39.1 (cf. os paradigmas (3)-(9)). Podemos, assim, decompor (47a) nas seguintes partes:

(i) Esse casaco é bonito. (oração que contém o antecedente do nome elíptico representado em (47a))
(ii) a. O casaco [-] era mais moderno. (oração subordinante da oração relativa)
b. Tinhas [*que* ~~*casaco*~~] ontem. (oração relativa)

Dentro da oração relativa (iib), o nome *casaco* sofre elipse por identidade com o antecedente da oração relativa em (iia); este, por sua vez, também sofre elipse por

[37] Nestas frases, o modificador do nome elíptico não é necessariamente uma oração relativa, podendo ser, p.e., um sintagma preposicional, como em *o lenço de linho é caro, mas o de seda é ainda mais caro*.

identidade com o antecedente *casaco* que ocorre em (i), o primeiro termo oracional da coordenação adversativa (cf. Caps. 35 e 45).

No uso ilustrado em (46)-(47), *o* é variável em género e número, consoante o género e número do nome elíptico (cf. (48a)), pode ser substituído por outro determinante como *aquele* (e variantes em género e número; cf. (48b,c)) e aceita a reposição do nome elíptico (cf. (48d)):

(48) a. (Séries,) vejo sempre as *que passam à terça-feira*.
b. (Filmes,) fui ver aquele *que estava no Nimas*.
c. (Séries,) vejo sempre aquelas *que passam à terça-feira*.
d. Esse casaco é bonito, mas o **casaco** *que tinhas ontem* era mais moderno.

Além disso, nesse uso, quando *que* está integrado num constituinte relativo preposicionado (com função de complemento oblíquo ou de adjunto adverbial na oração relativa), a preposição ocorre entre o artigo definido e a forma *que*, mostrando claramente que os dois não formam uma locução:

(49) A propósito de filmes, fui ver o ***de** que me falaste ontem*. (cf. *fui ver o filme de que me falaste ontem*)

Em (49), a preposição *de* faz parte do constituinte relativo; ou seja, juntamente com *que*, tem uma função gramatical dentro da oração relativa (cf. *falaste-me ontem de que filme*). Em contrapartida, a forma *o* pertence à oração principal, na qual determina um nome elíptico (recuperado como *filme*; cf. a frase entre parênteses). Como a preposição ocorre, juntamente com o pronome relativo, depois do nome elíptico (que constitui o antecedente do pronome relativo; cf. (47)), ocorre também necessariamente depois do artigo que introduz esse nome: relativamente a (49), temos, assim, *fui ver* [$_{SN}$ *o* [-] *de que me falaste ontem*], em que "[-]" assinala a posição do nome elíptico.

A situação é diferente quando *o que* é uma locução pronominal relativa, como em (45). Neste caso, o artigo *o* não é substituível por outro determinante (como *aquele* – cf. **estava a chover, aquele que nos causou muito transtorno*; compare-se com (48b)). Além disso, visto que em (45) o constituinte relativo é formado pela totalidade da sequência *o que*, quando esta locução corresponde a um constituinte preposicionado na oração relativa (um complemento oblíquo ou um adjunto adverbial), a preposição surge no início da sequência, como se ilustra em (50), e não entre o artigo e o pronome relativo, como em (49):

(50) a. Estava a chover, ***pel**o que já não saímos de casa*. (vs. **estava a chover, o por que já não saímos de casa*; cf. também *já não saímos de casa por esse motivo*)
b. O administrador propôs [fazerem-se obras no telhado], ***com** o que todos os inquilinos concordaram*. (vs. **o administrador propôs* [*fazerem-se obras no telhado*], *o com que todos os inquilinos concordaram;* cf. também *todos os inquilinos concordaram com isso*)

As orações relativas apositivas de frase de (45) são equivalentes a construções apositivas contendo um nome abstrato como *coisa*, *facto*, *motivo* e *situação* (entre

outros), modificado por uma oração relativa restritiva de nome, ou seja, em que a estrutura apositiva é toda a construção relativa (cf. Peres e Móia 1995), como se ilustra em (51)[38]:

(51) a. Estava a chover, situação/facto *que nos causou muito transtorno*.
b. Chegámos tarde, coisa/motivo *que provocou a ira dos donos da casa*.

Repare-se que, contrariamente a (46a) (com *o* "demonstrativo"), não é possível repor um dos nomes sublinhados em (51) nas orações relativas de frase de (45), entre as formas *o* e *que*, o que mostra efetivamente que a sequência dessas duas formas funciona como um todo indissociável: cf., por exemplo, ***estava a chover, o facto que** nos causou muito transtorno* (comparar com (51a)).

Além de surgir em orações relativas de frase, a locução pronominal *o que* pode ocorrer em orações relativas de nome com antecedente implícito, nas quais este tem os traços semânticos [–humano, –lugar, –tempo, –modo] (cf. (52)), incluindo, para muitos falantes, aquelas em que o predicador da oração principal é um verbo de valor existencial (cf. (53)):

(52) a. O professor elogiou *o que estávamos a fazer*.
b. *O que tu estavas a comer* fez-me fome.
c. *Do que tu precisas* sei eu!

(53) a. Não tenho *o que comer*.
b. Já não tenho *pelo que lutar*.

Em (52c) e em (53b), tal como em (50), a preposição precede toda a sequência *o que* e, juntamente com ela, corresponde a um constituinte preposicionado com uma função dentro da oração relativa (cf. *precisas de qualquer coisa* e *luto por alguma coisa*, respetivamente), o que mostra que, tal como em (50), a sequência *o que* é, nestes exemplos, uma locução relativa.

> [10] Os exemplos de (52a,b) são ambíguos entre uma oração relativa com antecedente implícito com a locução pronominal relativa *o que* (em que a natureza ontológica do referente do antecedente é deixada vaga, dada a especificação negativa para os vários traços semânticos), e uma estrutura em que *o* é um pronome demonstrativo seguido de um nome elíptico cujo conteúdo semântico é recuperado contextualmente: cf. (*desenhos,*) *o professor elogiou* {*o que/aquele que*} *estávamos a fazer* ou (*falando de bolos,*) {*o que/aquele que*} *tu estavas a comer fez-me fome*. A discussão de (52) tem que ver com a primeira estrutura, com antecedente implícito e com locução relativa.
>
> Note-se também que, em (52), o sintagma nominal que corresponde à construção relativa é semanticamente definido, ainda que a natureza ontológica do referente não seja identificada. Plausivelmente, o que legitima a interpretação definida nesses exemplos (e a presença do artigo definido) é a satisfação antecipatória da condição de unicidade pela própria oração relativa de antecedente implícito (cf. Cap. 22.1.2.1.4). Em abono desta hipótese, as frases de (52) são equivalentes a frases com orações

[38] Nestes exemplos, o nome abstrato pode ser especificado pelos determinantes demonstrativos *este* ou *esse*, em uso anafórico (i.e., retomando o antecedente do aposto – a frase precedente) e ocorrendo necessariamente em posição pós-nominal, como em *estava a chover, situação esta/essa que nos causou muito transtorno* (cf. Cap. 22.3.3.2).

relativas de antecedente explícito, em que este é o pronome *aquilo* no seu uso antecipatório (cf. Cap. 22.3.5)[39]:

(i) a. O professor elogiou *aquilo* que estávamos a fazer.
b. *Aquilo* que tu estavas a comer fez-me fome.
c. ?*Aquilo* de que tu precisas sei eu!

Finalmente, a locução *o que* ocorre em orações relativas com um antecedente quantificacional, que pode ser um pronome indefinido, como *tudo* ou *nada* (*de*) (cf. (54a,b)), ou um operador comparativo[40], como *mais/menos de*, *melhor/pior de* (cf. (54c-e)), multiplicativo, como *o dobro de*, ou fracionário, como *metade de* (cf. (54f))[41]:

(54) a. Tudo *o que dizes* é um disparate.
b. Não se aproveita nada d*o que ele fez*.
c. O João é mais alto d*o que a Maria*.
d. Esta turma tem menos alunos d*o que aquela*.
e. O bife está muito pior d*o que o bacalhau*.
f. O António come {o dobro/metade} d*o que eu como*.

39.3.3 *Quem*

Este pronome relativo tem um traço inerente [+humano], que partilha com o seu antecedente; por este motivo, *quem* só ocorre em orações relativas de nome, não de frase. No entanto, mesmo em orações relativas de nome com um antecedente humano explícito, a ocorrência de *quem* não é inteiramente livre. Concretamente, *quem* só é possível se estiver contido num constituinte relativo introduzido por uma preposição, como se ilustra em (55). Nestes exemplos, o constituinte relativo tem, respetivamente, as funções de complemento indireto, complemento oblíquo e complemento (possessivo) de nome:

(55) a. O rapaz *a quem dei o livro* gostou muito dele.
b. As minhas primas, *de quem te falei ao almoço*, vêm aqui ter.
c. Aquela é a Ana, *de quem tu conheceste ontem o primo*.

Quando *quem*, introduzido pela preposição *de*, é modificador possessivo do nome *casa* e este é usado na oração relativa como complemento de um verbo locativo (como *estar*, *ficar*, *viver*) ou de movimento (como *ir*, *vir*), o nome geralmente faz parte do constituinte relativo, juntamente com o pronome relativo e a preposição, como se ilustra em (56):

(56) a. Esta é a amiga *a casa de quem eu vou logo à noite*.
b. As pessoas *em casa de quem eu vivo* tratam-me muito bem.

---

[39] Em (53), no entanto, o antecedente é indefinido e a construção relativa não pode ser substituída por uma construção com uma oração relativa em que o antecedente é *aquilo*: cf. a impossibilidade de, p.e. (correspondendo a (53a)), ***não tenho aquilo que comer*.

[40] Estas orações, por estabelecerem uma comparação, são tradicionalmente classificadas como subordinadas adverbiais comparativas.

[41] Em (54c-e), o verbo da oração relativa está omitido, ou seja, é elíptico, sendo recuperado lexicalmente como *é*, *tem* e *está*, respetivamente. Sobre as construções de grau, cf. Cap. 40.

Para alguns falantes, esta opção é marginal com outros nomes: cf., por exemplo, ??*aquela é a Ana, o primo de quem tu conheceste ontem* (compare-se com (55c) e com *aquela é a Ana, o primo da qual tu conheceste ontem*; cf. 39.3.4); a opção é também marginal com o nome *casa* quando este não integra um complemento locativo na oração relativa (cf. ??*o cliente a casa de quem tu pintaste ainda não te pagou*; compare-se com *o cliente de quem tu pintaste a casa ainda não te pagou* ou com *o cliente* {*a casa do qual*/*cuja casa*} *tu pintaste ainda não te pagou*).

Numa oração relativa com antecedente explícito, restritiva ou apositiva, o pronome *quem* não pode ser sujeito ou complemento direto (com a exceção que se nota em (59)), funções que são (tipicamente) desempenhadas por constituintes não preposicionados:

(57) a. *A rapariga *quem me deu o livro* é muito simpática.
b. *Gosto muito dos teus miúdos, *quem vi ontem no cinema*.

Nestes casos, utilizam-se os pronomes relativos *que* ou *o qual*, este último unicamente em relativas apositivas:

(58) a. A rapariga *que me deu o livro* é muito simpática.
b. Gosto muito dos teus miúdos, {*que*/*os quais*} *vi ontem no cinema*.

No entanto, nos poucos casos em que o complemento direto pode ser introduzido pela preposição *a*, quando é selecionado por verbos como *amar*, *louvar* ou *odiar* (cf. Cap. 28), *quem*, devidamente preposicionado, pode ocorrer em orações relativas, quer restritivas quer apositivas, como se ilustra a seguir:

(59) a. Ele é o homem *a quem amo mais que tudo na vida*.
b. Esse homem, *a quem odeio profundamente*, não me larga.

Nas orações relativas com antecedente implícito, *quem* pode desempenhar qualquer função sintática na oração relativa, incluindo a de sujeito e a de complemento direto[42]:

(60) a. *Quem chegar atrasado* não faz o teste. [sujeito]
b. Já conhecia *quem tu vieste apresentar-me*. [complemento direto]
c. Conversei *com quem combinei ir ao cinema*. [complemento oblíquo]

39.3.4 *O qual*

A locução pronominal *o qual* funciona como sintagma nominal e é variável em género e número, em concordância com o núcleo nominal do seu antecedente; ocorre apenas em orações relativas de nome com antecedente explícito (cf. (61a,b)), sendo impossível em orações relativas de frase (cf. (61c)) ou em orações relativas de

[42] Uma exceção à possibilidade de utilização de *quem* em orações relativas de antecedente implícito, no entanto, é a função de complemento ou modificador possessivo de um nome: cf. ??*apaixonei-me pela mulher de quem tu me apresentaste ontem o primo*. Esta frase é estranha ou mesmo impossível com a interpretação de 'tu apresentaste-me o primo do marido da mulher por quem me apaixonei', correspondente à existência de um antecedente implícito; a interpretação atribuída a uma frase deste tipo é a de 'tu apresentaste-me o primo da mulher por quem me apaixonei', em que existe um antecedente explícito – *mulher*. Para a primeira interpretação, os falantes preferem orações relativas com antecedente explícito: cf. *apaixonei-me pela mulher do fulano* [*de quem tu me apresentaste ontem o primo*].

nome com antecedente implícito (cf. (61d,e)) (em (61a-c) coloca-se o antecedente em negrito):

(61) a. Jantei com **a Ana**, *a qual me disse que estava grávida*.
b. Comprei **uma tinta fantástica**, *com a qual vou pintar a sala e a cozinha*.
c. ***A câmara aprovou a proposta**, *o qual foi saudado pela população*.
d. **O qual vai ao mar* perde o lugar.
e. *Não tenho *com o qual vedar aquela fresta*.

A locução *o qual* não pode ocorrer em orações relativas de antecedente implícito porque não marca morfologicamente qualquer traço semântico (cf. Móia 1992a) e, portanto, não permite a reconstrução do antecedente. Esta impossibilidade estende-se inclusivamente àquelas orações que são complemento de verbos com valor existencial (cf. (61e)), porque *o qual*, embora não tenha valor referencial autónomo (ver a discussão a seguir), exige um antecedente com valor referencial [+específico]; ora, nestas frases, o antecedente implícito da oração relativa é indefinido e [–específico] (cf. 39.3.1 e 39.3.2).

Em orações relativas de nome com antecedente explícito, esta locução relativa pode ocorrer com a função de sujeito ou de complemento direto nas relativas apositivas (cf. (62)), mas não nas relativas restritivas (cf. (63)):

(62) a. O professor elogiou muito o Rui, *o qual teve 20 no teste*. [sujeito]
b. Os teus pais, *os quais vi ontem no cinema*, estão cada vez mais novos. [complemento direto]

(63) a. *Posso apresentar-te uma rapariga *a qual gosta de ti*. [sujeito]
b. *O gato *o qual vi no telhado* é o Zorba. [complemento direto]

Quando a locução *o qual* é preposicionada, ocorre livremente nos dois tipos de orações relativas, como se ilustra em (64) para as orações apositivas e em (65) para as restritivas:

(64) a. Os meus gatos, *aos quais só dou a melhor comida*, estão gordos. [complemento indireto]
b. Esses ideais, *pelos quais sempre lutei*, são partilhados por poucos. [complemento oblíquo]
c. Esse professor, *do qual o Rui é filho*, é muito famoso. [complemento de nome]
d. Ontem fomos a um restaurante ótimo, *no qual se come a melhor lampreia de Lisboa*. [adjunto adverbial locativo]
e. Esse ano, *no qual o Papa visitou Fátima*, foi excelente para as colheitas. [adjunto adverbial temporal]

(65) a. Os gatos *aos quais só dou ração* são o Zorba e a Pipoca. [complemento indireto]
b. O rapaz *com o qual estavas a conversar* é meu primo. [complemento oblíquo]
c. O artista *do qual ele é filho* já morreu. [complemento de nome]
d. Fui a um restaurante *no qual se come a melhor lampreia de Lisboa*. [adjunto adverbial locativo]
e. O ano *no qual o Papa visitou Fátima* foi excelente para as colheitas. [adjunto adverbial temporal]

Nestes exemplos pode também verificar-se que *o qual* se combina com antecedentes [+humano] ou [–humano], [+animado] ou [–animado], [+lugar] ou [–lugar] e [+tempo] ou [–tempo], não tendo, portanto, nenhum valor inerente para qualquer destes traços[43].

Quando o antecedente é [+humano] ou [+lugar], alguns falantes preferem usar, em vez de *o qual*, os pronomes relativos *quem* e *onde*, que têm traços semânticos inerentes condicentes: *ontem fomos a um restaurante ótimo, onde se come a melhor lampreia de Lisboa* (comparar com (64d)), *o rapaz com quem conversavas é meu primo* (comparar com (65b)). No entanto, isso não acontece com *quando*, que é sentido como marginal, ou mesmo agramatical, em orações relativas de nome com antecedente explícito (cf. ***o ano quando o Papa visitou Fátima foi excelente para as colheitas**), preferindo-se a forma *que*, preposicionada (cf. *o ano em que*).

Tanto em orações relativas restritivas como em apositivas, o antecedente de *o qual* pode ser definido (cf. os exemplos (a-c) de (64) e (65)) ou indefinido (cf. os exemplos (d) de (64) e (65)), mas é sempre [+específico] (cf. Cap. 22). Plausivelmente, o artigo definido da locução é um reflexo desse valor referencial [+ específico]. Além disso, o artigo permite ligar textualmente o constituinte relativo ao antecedente, servindo para desfazer ambiguidades potenciais quanto a esse antecedente.

A locução pronominal *o qual* apresenta variação em género e número, em concordância com o antecedente. Nos casos em que há mais de um antecedente possível com género e/ou número diferentes, os falantes, para tornar a frase informativamente mais precisa, preferem usar *o qual* em vez dos pronomes invariáveis *que*, *quem* ou *onde*, sobretudo na escrita formal:

(66) a. O primo daquela rapariga *com quem/que fui ao cinema* é bem simpático. (antecedentes potenciais: *primo* (*daquela rapariga*) ou *rapariga*)
b. O primo daquela rapariga *com o qual fui ao cinema* é bem simpático. (antecedente não ambíguo: *primo* (*daquela rapariga*))
c. O primo daquela rapariga *com a qual fui ao cinema* é bem simpático. (antecedente não ambíguo: *rapariga*)

(67) a. Lá havia uma casa com um moinho *onde estava escrito "património municipal"*. (antecedentes potenciais: *casa* (*com um moinho*) ou *moinho*)
b. Lá havia uma casa com um moinho *na qual estava escrito "património municipal"*. (antecedente não ambíguo: *casa* (*com um moinho*))
c. Lá havia uma casa com um moinho *no qual estava escrito "património municipal"*. (antecedente não ambíguo: *moinho*)

Por outro lado, uma vez que a forma *que* pode ser interpretada como um pronome relativo ou uma conjunção, e isso pode originar leituras diferentes, os falantes optam, em certos contextos, pela utilização de *o qual* para marcar claramente a função pronominal. Observe-se a frase: *os vossos filhos não acreditam que podem ser amigos dos Zés Pimpões deste mundo, que têm muito a ensinar-lhes*. Na primeira ocorrência, *que* é a conjunção-complementador que introduz a oração subordinada completiva selecionada pelo verbo *acreditar*. A segunda ocorrência é ambígua entre conjunção e pronome relativo e por isso a oração em que se encontra tem duas interpretações.

[43] Na perspetiva do Cap. 23 e como referido para *que* na Nota 26, é, portanto, um especificador puro, não um pronome.

Enquanto conjunção, *que* introduz uma oração completiva, coordenada assindeticamente à primeira (equivalente a *não acreditam que podem ser amigos deles e que têm muito a ensinar-lhes*). Neste caso, o sujeito nulo de ambas as orações completivas é correferente com o sintagma nominal sujeito da oração principal, *os vossos filhos* (cf. Caps. 41 e 43); repondo esse sujeito na segunda oração completiva, esta é equivalente a 'os vossos filhos têm muito a ensinar-lhes', sendo o pronome dativo *lhes* interpretado como correferente com o sintagma nominal *os Zés Pimpões deste mundo*.

Em contrapartida, enquanto pronome relativo, *que* é sujeito da oração relativa e tem como antecedente o sitagma nominal *os Zés Pimpões deste mundo*. Logo, o significado da oração relativa (com o sujeito reposto) é o oposto do da oração completiva (cf. o parágrafo anterior): 'os Zés Pimpões deste mundo têm muito a ensinar-lhes', sendo agora o pronome dativo *lhes* correferente com o sujeito da oração principal *os vossos filhos*. Se for esta a interpretação que o falante tem em mente, a utilização de *o qual* permite evitar a ambiguidade que existe com a forma *que*: *os vossos filhos não acreditam que podem ser amigos dos Zés Pimpões deste mundo, os quais têm muito a ensinar-lhes*.

O uso de *o qual* é preferencial ou obrigatório quando o constituinte relativo é introduzido por uma preposição com duas ou mais sílabas (*ante*, *contra*, *durante*, *perante*, *sobre*, etc.) ou por uma locução prepositiva (*acerca de*, *através de*, *em face de*, etc.) e o seu antecedente é [–humano] (cf. os exemplos (39), acima, o texto que os introduz, Cunha e Cintra 1984 e Bechara 1999):

(68) a. As injustiças *contra as quais luta a Maria* são muitas.
b. Desconheço o assunto *acerca do qual eles discutiram*.
c. Montaram-se diversos túneis, *através dos quais os concorrentes tinham de passar para ganhar a prova*.

Com antecedente [+humano], apenas os constituintes preposicionados introduzidos por *sem* exigem *o qual*, aparentemente para evitar a dissonância de *sem quem* (cf. Cunha e Cintra 1984):

(69) a. É ele a pessoa *sem a qual eu não vivo*!
b. ??É ele a pessoa *sem quem eu não vivo*!

Quando a locução relativa *o qual* modifica ou é complemento de um nome, ligando-se a este através de uma preposição (frequentemente *de*), existem duas opções para o constituinte relativo.

Na primeira, o constituinte relativo é formado unicamente pela locução e pela preposição de ligação, e o nome modificado ou complementado mantém-se dentro da parte proposicional da oração relativa, na posição canónica associada à sua função gramatical, como se ilustra em (70) (nos exemplos, coloca-se entre parênteses retos a parte proposicional da oração relativa e assinala-se com um espaço em branco sublinhado a posição dentro desta associada ao constituinte relativo):

(70) a. Os meus alunos, *dos quais* [*os amigos _ estão em Erasmus*], querem ir para fora no próximo ano.
b. Adorava o livro *do qual* [*o meu filho rasgou a capa* _].
c. O meu telefone, *do qual* [*o gato roeu o fio* _], deixou de funcionar.
d. Esses ideais, *pelos quais* [*a luta _ foi inglória*], já não existem no séc. XXI.

Tem-se o mesmo tipo de estrutura em construções quantificacionais partitivas, nas quais o constituinte relativo é formado apenas pela locução *o qual* e pela preposição *de* que a introduz, ocorrendo o quantificador na parte proposicional da oração relativa, como se ilustra em (71):

(71) a. Estes livros, *dos quais* [*eu li alguns* _], eram do meu pai.
b. Os meus alunos, *dos quais* [*muitos _ também trabalham*], têm boas notas.
c. Os meus gatos, *dos quais* [*metade _ ficou de castigo*], são umas pestes.

Na segunda opção, o constituinte relativo contém o próprio nome modificado ou o quantificador, seguido da preposição e do pronome *o qual*. Correspondendo a (70) e a (71), tem-se, respetivamente, (72) e (73) (cf. também a Caixa [11]):

(72) a. Os meus alunos, *os amigos dos quais* [_ *estão em Erasmus*], querem ir para fora no próximo ano.
b. Adorava o livro *a capa do qual* [*o meu filho rasgou* _].
c. O meu telefone, *o fio do qual* [*o gato roeu* _], deixou de funcionar.
d. Esses ideais, *a luta pelos quais* [_ *foi inglória*], já não existem no séc. XXI.

(73) a. Estes livros, *alguns dos quais* [*eu li* _], eram do meu pai.
b. Os meus alunos, *muitos dos quais* [_ *também trabalham*], têm boas notas.
c. Os meus gatos, *metade dos quais* [_ *ficou de castigo*], são umas pestes.

[11] A primeira opção descrita no texto não é possível quando o constituinte relativo está associado a um constituinte preposicionado dentro da oração relativa (cf. Peres e Móia 1995), como se pode ver pela agramaticalidade de (i):

(i) a. *Os meus alunos, *dos quais* [*converso muito com os amigos* _], querem ir para fora no próximo ano. (cf. *converso muito com os amigos dos meus alunos*)
b. *Adorava o livro *do qual* [*o meu gato fugiu com a capa* _]. (cf. *o meu gato fugiu com a capa de um livro*)
c. *Estes livros, *dos quais* [*eu gosto muito de alguns* _], eram do meu pai. (cf. *eu gosto muito de alguns destes livros*)
d. *Os meus alunos, *dos quais* [*eu falo bem de muitos* _], têm boas notas. (cf. *eu falo bem de muitos dos meus alunos*)

Em (i), o constituinte relativo é complemento de um nome que faz parte de um sintagma preposicional, como se pode ver nas frases simples correspondentes, entre parênteses nos exemplos. Nestes casos, ainda que o resultado seja um pouco "pesado" e, por isso, evitado pelos falantes, a única opção gramatical é a segunda descrita no texto; ou seja, o constituinte relativo tem de conter todo o sintagma preposicional, incluindo o nome modificado ou complementado ou o quantificador, como se ilustra em (ii):

(ii) a. Os meus alunos, *com os amigos dos quais* [*converso muito* _], querem ir para fora no próximo ano.
b. Adorava o livro *com a capa do qual* [*o meu gato fugiu* _].
c. Estes livros, *de alguns dos quais* [*eu gosto muito* _], eram do meu pai.
d. Os meus alunos, *de muitos dos quais* [*eu falo bem* _], têm boas notas.

Quando a locução relativa é introduzida por *de* e tem valor possessivo (cf. Caps. 20 e 23), alterna com o pronome relativo *cujo*, que funciona como especificador do

nome complementado ou modificado (o qual denota a entidade possuída) dentro do constituinte relativo (cf. 39.3.5), como se ilustra em (74)[44]:

(74) a. Os meus alunos, *cujos amigos* [_ *estão em Erasmus*], querem ir para fora no próximo ano.
b. Adorava o livro *cuja capa* [*o meu filho rasgou* _].
c. O meu telefone, *cujo fio* [*o gato roeu* _], deixou de funcionar.
d. Os meus alunos, *com cujos amigos* [*converso muito* _], querem ir para fora no próximo ano.
e. Adorava o livro *com cuja capa* [*o meu gato fugiu* _].

Quando a oração relativa contém uma estrutura complexa de subordinação adverbial e o pronome relativo desempenha uma função gramatical na oração subordinada adverbial, o uso de *o qual* é obrigatório; tal como nos casos anteriores, o constituinte relativo pode conter a oração subordinada no seu todo (cf. (75)):

(75) a. Não me saíram bem os rissóis, *para fritar os quais* [*usei óleo de soja* _]. [oração subordinada adverbial infinitiva]
b. A empresa depara-se com vários problemas, *resolvidos os quais* [_ *reaparecerão os investidores*]. [oração subordinada adverbial participial]
c. A empresa depara-se com vários problemas, *resolvendo os quais*, [_ *os funcionários receberão um bónus*]. [oração subordinada adverbial gerundiva]

Em alternativa, em contextos menos formais, o constituinte relativo pode conter apenas a locução relativa, permanecendo o resto da oração adverbial na parte proposicional da oração relativa, preferencialmente em posição periférica, inicial (cf. Caixa [5]), como em (76):

(76) a. Não me saíram bem os rissóis, *os quais*, [*para fritar _, usei óleo de soja*]. [oração subordinada adverbial infinitiva]
b. A empresa depara-se com vários problemas, *os quais*, [*resolvidos _ , reaparecerão os investidores*]. [oração subordinada adverbial participial]
c. A empresa depara-se com vários problemas, *os quais*, [*resolvendo _, os funcionários receberão um bónus*]. [oração subordinada adverbial gerundiva]

[12] Em fases anteriores da língua, *o qual* apresentava dois padrões sintáticos distintos em orações relativas de nome[45]: num deles, *o qual* era equivalente a um sintagma nominal, como em português contemporâneo (cf. *o professor elogiou muito o Rui, o qual teve 20 no teste*; *o qual* = *o Rui*); no outro, funcionava como um determinante explícito, precedendo um grupo nominal dentro do constituinte relativo, geralmente idêntico ao grupo nominal antecedente (ou a parte dele), mas podendo também ser um sinónimo ou um hiperónimo deste[46]. Estes dois usos exemplificam-se, respetivamente,

[44] A construção com *cujo* é preferida pelos falantes mais escolarizados, em registos formais. Nestes contextos, os falantes menos escolarizados (e mesmo alguns falantes escolarizados em situações informais) recorrem frequentemente a estratégias de relativização consideradas marginais (ou não canónicas), como a estratégia cortadora exemplificada em *o telefone* [*que o gato roeu o fio* _] *já foi para arranjar* (cf. 39.8.1).
[45] Cf. Cardoso (2008), que estudou este duplo uso em dados que vão desde o séc. XII ao séc. XVII.
[46] Esta segunda estrutura constitui a versão explícita daquilo que considerámos ser a representação "subjacente" das orações relativas com os "pronomes" *que* e *o qual* (cf. 39.1, a discussão dos paradigmas (3)-(9) e as Caixas [2] e [3]).

em (ia) e (ib), frases retiradas por Cardoso do *corpus* de Martins (1994a), identificadas pelo número do exemplo do *corpus* seguido da data; em (ia), o constituinte relativo contém apenas *o qual*, equivalente a um sintagma nominal, e em (ib) contém *o qual* e um grupo nominal especificado por *o qual* (coloca-se em negrito o antecedente da oração relativa e sublinha-se o constituinte nominal):

(i) a. E pedia q(ue) p(er) Sen(ten)ça o cost(re)ngese q(ue) lhj dese a d(i)ta vaca cõ sua ffilha segũdo mays conp(ri)dam(en)t(e) Era (con)tehudo ẽ **sua petíçom** *a q(u)al ffoy contestada p(er) o d(i)to p(ri)oll* (101, 1379)

b. (e) Asy diserom q(ue) os di(c)t(os) **logares danboroes** (e) mõte valem todo onze m(a)r(avedi)s da boa moeda cõ ho di(c)to monte *os q(u)aes logares danboroes p(ar)tem cõ erdade darouqua (e) cũ erdade do di(c)to Johã de basto (e) cõ erdade de v(asco) m(art)jz* (152, 1414)

Segundo Cardoso, os fatores condicionantes da ocorrência de um ou de outro padrão têm que ver com a distância entre o antecedente e a oração relativa. Quando há adjacência entre os dois, é mais frequente o uso de *o qual* como sintagma nominal. Inversamente, quando não há adjacência, como em (ib), o uso de *o qual* como determinante explícito é mais frequente. Cardoso nota também que a partir do séc. XVII diminui a frequência de *o qual* como determinante explícito em orações relativas.

Em português contemporâneo, como se ilustrou ao longo desta subsecção, a locução relativa *o qual* ocorre normalmente como sintagma nominal no constituinte relativo, quer como único membro do constituinte relativo (cf., por exemplo, (61a)) quer precedida de uma preposição (cf., por exemplo, (61b)) quer ainda na construção ilustrada em (72)[47].

No entanto, alguns autores (cf. Brito 1991a, Bechara 1999) registam o uso como determinante explícito em orações relativas apositivas, como as de (ii) (o primeiro exemplo é de Brito 1991a:133, o segundo é de Bechara 1999:488):

(ii) a. A falta de monitores na Faculdade de Direito de Lisboa não permitiu ainda que começassem **as aulas das subturmas**, *as quais aulas funcionam em regime de avaliação contínua de conhecimentos*.

b. A**o livro** ninguém fez referência, *o qual livro merece a maior consideração*, no meu entender.

Estas construções parecem arcaicas à maioria dos falantes do português, estando limitado o seu uso a contextos literários ou a registos de grande formalidade:

(iii) a. aprovaram **um documento a submeter à consideração do governo da nação**, *o qual documento adoptava a única proposta construtiva, construtiva, sim, mas também hilariante, que havia sido apresentada a debate* (Saramago, *Intermitências*, pág. 28).

b. Quando os filósofos, divididos, como sempre, em pessimistas e optimistas, uns carrancudos, outros risonhos, se dispunham a recomeçar pela milésima vez **a cediça disputa do copo de que não se sabe se está meio cheio ou meio vazio**, *a qual disputa, transferida para a questão que ali os chamara, se reduziria no final, com toda a probabilidade, a um mero inventário das vantagens ou desvantagens de estar morto ou de viver para sempre* (Saramago, *Intermitências*, pág. 37).

[47] Na construção ilustrada em (72), *o qual* é complemento ou modificador preposicionado de um nome e ocorre com esse nome no constituinte relativo: cf., por exemplo, (72b), *adorava o livro a capa do qual* [*o meu filho rasgou* _]. Neste uso, que é diferente do uso ilustrado em (ib) acima, *o qual* é também equivalente a um sintagma nominal completo.

39.3.5 *Cujo*

Esta forma, variável em género e número, é um pronome relativo semanticamente equivalente a um pronome possessivo genitivo de 3.ª pessoa (cf. Cap. 23), como se ilustra pela relação entre a oração relativa de (77a) e a segunda frase da paráfrase textual de (77a) dada em (77b):

(77) a. Comprei um livro *cujas páginas vinham rasgadas*.
b. Comprei um livro. *As suas páginas vinham rasgadas*.

São várias as semelhanças gramaticais e semânticas que existem entre *cujo* e o pronome possessivo de 3.ª pessoa (os pontos que seguem deveriam ser iniciados pela expressão "tal como o pronome possessivo", que omitimos para não sobrecarregar o texto):

- *cujo* retoma pronominalmente a entidade possuidora na relação de posse expressa no sintagma nominal[48];
- *cujo* corresponde a um complemento ou a um modificador do nome que denota a entidade possuída;
- *cujo* precede o nome que denota a entidade possuída (cf. Cap. 20). Este nome é por vezes chamado o **consequente** de *cujo* e os dois integram obrigatoriamente o constituinte relativo;
- *cujo* concorda em género e número com o nome consequente;
- *cujo* é equivalente a um sintagma preposicional introduzido pela preposição *de*, também com a função de modificador ou complemento do nome; assim, correspondendo a (77a), tem-se *comprei um livro as páginas do qual vinham rasgadas* (cf., correspondendo a (77b), *comprei um livro; as páginas dele vinham rasgadas*).

Estas propriedades tornam legítimo considerar *cujo* um pronome relativo possessivo (cf. Cunha e Cintra 1984).

Diferentemente dos pronomes possessivos, no entanto, *cujo* não ocorre com um artigo, como se vê pela impossibilidade de **comprei um livro as cujas páginas vinham rasgadas* ou de **comprei um livro cujas as páginas vinham rasgadas* (compare-se com *as suas páginas vinham rasgadas*). A ausência do artigo com *cujo* deve-se ao facto de esta forma obrigar a uma interpretação definida do nome consequente[49]. Por outras palavras, *cujo* tem simultaneamente duas funções: (i) retoma o antecedente nominal que corresponde ao possuidor (*livro*, em (77a)) e (ii) veicula uma interpretação definida no constituinte relativo (cf. *as suas páginas*, em (77b)). Essa codificação da definitude em *cujo* tem reflexos morfológicos, sendo plausível considerar que a terminação flexional deste pronome (cf. *cujo*, *cuja*, *cujos*, *cujas*) é sentida pelos falantes como uma incorporação do artigo definido no radical CUJ-.

[48] Sobre a natureza semântica do conceito de posse veiculado pelos sintagmas nominais com pronomes possessivos (ou com sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *de*), cf. Cap. 23.
[49] Repare-se que os pronomes possessivos não obrigam a uma interpretação definida, podendo ocorrer com artigos indefinidos, como em *um amigo meu ofereceu-me uma garrafa de whisky* (cf. Cap. 23).

> [13] Por incorporar o traço [+definido], considera-se aqui que *cujo* funciona como especificador (um determinante) do sintagma nominal que forma o constituinte relativo (cf. Cap. 20). Recorde-se que os pronomes possessivos (não relativos) tanto podem ocorrer com o artigo definido como com o artigo indefinido, sendo sensíveis ao valor do traço [±definido] apenas no que respeita à sua posição dentro do sintagma nominal (pré-nominal com o artigo definido, pós-nominal com o indefinido; cf. *o seu amigo* vs. *um amigo seu*). Este foi um dos motivos que levaram a questionar a classificação dos possessivos como especificadores (cf. Cap. 20.3.4.4). Ainda que os outros motivos aí apontados sejam também válidos para *cujo* (nomeadamente, o seu estatuto de complemento ou modificador do nome e o facto de representar uma entidade do universo do discurso), as reservas baseadas na ocorrência com os artigos definido e indefinido não se aplicam neste caso.

Por ser um pronome possessivo, *cujo* tem necessariamente um antecedente nominal, que corresponde à entidade possuidora, não podendo ocorrer em orações relativas de frase, em que o antecedente é de natureza oracional (cf. ***as pessoas continuam a procurar as grandes cidades, cujo causa desertificação rural*).

Com base na equivalência semântica entre frases como (78) e frases como (79), em que *do qual* e *cujo* têm uma interpretação possessiva (ver a quinta propriedade discutida acima), estes dois pronomes são muitas vezes considerados equivalentes:

(78) a. Comprei um livro *cujas páginas vinham rasgadas*.
b. Deitei fora o aparelho *cujos fios o rato roeu*.

(79) a. Comprei um livro *as páginas do qual vinham rasgadas*.
b. Deitei fora o aparelho *os fios do qual o rato roeu*.

Do ponto de vista sintático, no entanto, esta equivalência é apenas parcial. Em primeiro lugar, *do qual* não obriga a que o nome possuído seja definido, contrariamente a *cujo* (cf. *comprei um livro umas/algumas páginas do qual estavam rasgadas*).

Segundo, *do qual* pode ter a função de complemento oblíquo numa oração relativa, ao passo que *cujo* não pode (cf. *esse é um livro do qual gosto muito* vs. ***esse é um livro cujo gosto muito*); ou seja, *cujo* corresponde sempre a um complemento ou a um modificador possessivo do nome (mas cf. Caixa [7]), e *do qual* não necessariamente.

Terceiro, o constituinte relativo pode ser formado exclusivamente por *o qual* (precedido de preposição), ocorrendo o nome modificado na parte proposicional da oração relativa (cf. 39.3.4), ao passo que tal não é possível com *cujo*, como se ilustra no seguinte paradigma, correspondendo aos exemplos (b) de (78) e (79):

(80) a. Deitei fora o aparelho *do qual* [*o rato roeu os fios* _].
b. *Deitei fora o aparelho *cujos* [*o rato roeu _ fios*].

Finalmente, *cujo* concorda em género e número com o nome consequente, funcionando como especificador definido desse nome (cf. *livro cujas páginas* e Caixa [13]), ao passo que *do qual* concorda em género e número com o seu antecedente, não com o nome que modifica (cf. *livro as páginas do qual* vs. ***livro as páginas das quais*)[50].

[50] Como se sugeriu em 39.1 e 39.3.4, a locução *o qual* especifica dentro do constituinte relativo um nome elíptico, idêntico ao antecedente da oração relativa: cf., por exemplo, relativamente a (79a), *comprei um livro* [*as páginas do qual ~~livro~~*] *vinham rasgadas*; ou seja, quando o constituinte relativo que contém *o qual* é

O constituinte relativo que contém *cujo* pode ter funções sintáticas diversas na oração relativa:

(81) a. Encontrei um rapaz *cujas primas são minhas alunas*. [sujeito]
b. O meu gato, *cujo nariz o irmão arranhou*, está doente. [complemento direto]
c. Turim é uma cidade *de cuja arquitetura barroca gostei muito*. [complemento oblíquo]
d. O meu casaco, *em cuja lapela entornei uma chávena de café*, ficou estragado. [adjunto adverbial locativo]

Nestes exemplos, verifica-se também que *cujo* aceita como antecedente nomes semanticamente muito variados, com valor positivo ou negativo para os traços [humano], [animado] e [lugar]; por outras palavras, *cujo* não tem nenhum valor inerente para estes traços, o que, por sua vez, bloqueia o seu uso em orações relativas com antecedente implícito (cf. **encontrei cujas primas são minhas alunas*).

39.3.6 *Quanto*

Este pronome relativo pode ser equivalente a um sintagma nominal, quando tem como antecedente o pronome neutro *tudo* (cf. (82a)), ou em orações relativas com um antecedente quantificacional implícito (cf. (82b)), sendo nesse caso morfologicamente invariável; pode também funcionar como especificador, variando morfologicamente em género e número (cf. (82c,d)). Neste caso, o grupo nominal com o qual concorda pode ocorrer dentro do constituinte relativo (cf. (82c)) ou no antecedente (cf. (82d)):

(82) a. Transformava em ouro tudo *quanto tocava*.
b. Comeu *quanto havia em casa*.
c. Viu *quantos filmes de cobóis passavam em Lisboa*.
d. Viu tantos filmes de cobóis *quantos passavam em Lisboa*.

Em (82d), *quanto*, apesar de ocorrer sozinho no constituinte relativo, tem o estatuto de especificador; de facto, considera-se haver, neste caso, elipse do grupo nominal especificado pelo quantificador *tantos*, i.e., *filmes de cobóis*; ou seja, a estrutura desta frase é aquela que se ilustra em (83):

(83) Viu tantos filmes de cobóis [*quantos ~~filmes de cobóis~~*] *passavam em Lisboa*.

Neste uso, como se verifica, *quanto* é variável em género e número, consoante os valores para essas propriedades do grupo nominal elíptico.

Em qualquer dos estatutos, *quanto* tem um valor semântico intrínseco de quantidade e podemos dizer que o seu antecedente (explícito ou não) é, precisamente, a quantificação do sintagma nominal a que a oração relativa está ligada e não propriamente o grupo nominal, o qual representa o domínio da quantificação; p.e., em (82d), o antecedente de *quantos* é *tantos* e não *filmes de cobóis*, que representa o domínio da quantificação.

---

semanticamente possessivo, *o qual* é especificador do nome (elíptico) que denota a entidade possuidora. Em contrapartida, *cujo* é especificador do nome (expresso) que denota a entidade possuída (cf. *comprei um livro* [*cujas páginas*] *vinham rasgadas*.

O antecedente quantificacional é expresso pelo quantificador pronominal neutro *tudo*, por uma forma morfologicamente apropriada do quantificador *tanto* ou é dada por um quantificador implícito (i.e., não foneticamente realizado) equivalente a *tudo* ou a *tanto*, como em (82b,c).

Quando tem o estatuto de sintagma nominal, *quanto* é invariável e tem um valor semelhante a *o que*: assim, p.e., (82a) é equivalente a *transformava em ouro tudo o que tocava* e (82b) a *comeu o que havia em casa*. Com o estatuto de sintagma nominal, quando *quanto* tem antecedente explícito, esse antecedente é obrigatoriamente o pronome *tudo* (cf. (82a)), o que implica que o domínio de quantificação não seja descrito por um nome autónomo (cf. Cap. 23).

A natureza quantificacional destas orações relativas é particularmente visível quando *quanto* é um especificador em exemplos como (82d) ou nos exemplos seguintes:

(84) a. O João bebeu tanto leite *quanto lhe apeteceu*.
b. O Pedro namora com tantas raparigas *quantas lhe aparecem à frente*.

Assim, em (84a), o antecedente de *quanto* não é *leite*, mas sim *tanto*, e, em (84b), o antecedente de *quantas* é *tantas*. Os grupos nominais *leite* e *raparigas*, nestes exemplos (bem como *filmes de cobóis*, em (82d)), representam o domínio da quantificação. Dito de outro modo, em vez de restringirem a denotação do nome, como acontece nas orações relativas (restritivas) de nome descritas nas secções anteriores, estas orações relativas restringem ou delimitam uma quantidade de entidades ou de substâncias (filmes de cobóis, leite e raparigas, respetivamente, nos exemplos). Nesse sentido, um termo mais apto para as orações relativas com *quanto* seria "orações relativas de quantificação"[51]. Por sua vez, em (82a,b), o domínio de quantificação não é dado explicitamente através de um nome ou grupo nominal, sendo definido apenas pelas restrições de seleção semânticas (cf. Cap. 28) impostas pelos predicados da oração principal e/ou da oração relativa (p.e., em (82a) tem de ser algo em que se possa tocar e em (82b), algo de comestível).

Por ter um valor intrínseco de quantidade, *quanto* não pode ocorrer em orações relativas de frase (cf. **chegámos tarde, quanto enfureceu os donos da casa*), visto que as frases não representam quantidades; e não pode também ocorrer em orações relativas apositivas (cf. a impossibilidade de **comeu tantos bolos, quantos havia em casa*), visto que a função destas consiste em apresentar informação adicional sobre um antecedente que representa necessariamente uma entidade ou uma situação, não uma quantidade.

Quando tem o estatuto de especificador, *quanto* pode ocorrer em estruturas variadas. Uma propriedade interessante destas estruturas é que o grupo nominal que introduz o domínio da quantificação só pode ocorrer uma vez, ou no constituinte relativo (cf. (82c) e (85a)) ou no sintagma nominal que integra o antecedente (cf. (82d), (84) e (85b)), mas não nos dois (cf. (85c)). Além disso, quando o domínio de quantificação ocorre no constituinte relativo, o antecedente quantificacional da oração relativa é necessariamente implícito (cf. (85a) vs. (85d))[52]:

---

[51] Por compararem graus ou quantidades, algumas destas orações são tradicionalmente consideradas comparativas (cf. Cap. 40). Assim, p.e., em (84a), compara-se a quantidade de leite que o João bebeu com a quantidade de leite que lhe apetecia beber, havendo uma relação de igualdade entre as duas quantidades.

[52] A agramaticalidade de (85d) deve-se plausivelmente ao facto de a elipse do nome, neste contexto, não poder ser regressiva (cf. Cap. 45); ou seja, não é possível a seguinte estrutura: **comeu* [*tantos* ~~*bolos*~~] *quantos*

(85) a. Comeu *quantos **bolos*** *eu havia trazido*.
b. Comeu tantos **bolos** *quantos eu havia trazido*.
c. *Comeu tantos **bolos** *quantos **bolos*** *eu havia trazido*.
d. *Comeu tantos *quantos **bolos*** *eu havia trazido*.

O domínio da quantificação pode mesmo não estar expresso, sendo recuperável a partir do contexto discursivo ou através de informação pertinente provinda do contexto situacional. Neste caso, o antecedente quantificacional tanto pode ser explícito (cf. (86a)) como implícito (cf. (86b)):

(86) (Apontando para os bolos na montra de uma pastelaria)
a. Vou comprar tantos *quantos me apeteça*.
b. Vou comprar *quantos me apeteça*.

Nestas frases, *tantos* e *quantos* em (86a), e *quantos* em (86b), estão integrados em sintagmas nominais com um nome elíptico (sobre a existência de apenas uma elipse em (87b), cf. Nota 52; a elipse da primeira ocorrência de *bolos* em (86a) é recuperada através do contexto situacional):

(87) a. Vou comprar [tantos ~~bolos~~] [*quantos ~~bolos~~*] *me apeteça*.
b. Vou comprar [*quantos ~~bolos~~*] *me apeteça*.

Outro elemento que pode ocorrer como antecedente do especificador relativo *quanto* é o especificador quantificacional *todo* (e variantes morfológicas), com valor universal. Neste caso, o grupo nominal que especifica o domínio de quantificação não pode estar expresso nem no sintagma nominal antecedente nem no constituinte relativo, sendo apenas identificado em contexto[53]:

(88) (Mesmo contexto de (86))
a. Vou comprar todos *quantos me apeteça*.
b. *Vou comprar todos os bolos *quantos me apeteça*.
c. *Vou comprar todos *quantos bolos me apeteça*.

39.3.7 As pró-formas *onde*, *como* e *quando*

As formas *onde*, *como* e *quando* são pró-formas relativas de natureza adverbial que se caracterizam por terem valores semânticos particulares[54]: *onde* tem o traço [+lugar], *como* o traço [+modo] e *quando* o traço [+tempo]. Assim, estes pronomes equivalem,

---

bolos *eu havia trazido*. Por sua vez, este facto reforça a ideia de que o antecedente quantificacional de (85a) é implícito, não existindo aí qualquer processo de elipse. Note-se, no entanto, que a elipse regressiva é atestada com o quantificador *todo* (e variantes) em períodos anteriores da língua e mesmo, ocasionalmente, no português contemporâneo (cf. a Nota 53).

[53] No séc. XIX é ainda possível encontrar-se o nome dentro do constituinte relativo (cf. *De todas quantas viagens porém fiz, as que mais me interessaram sempre foram as viagens na minha terra*. (CRPC, Garrett, *Viagens*)) Na atualidade, esse uso pode soar estranho a muitos falantes, mas ocorre esporadicamente, como se vê nos seguintes exemplos retirados de diversos blogues: *viajávamos até casa dos meus tios e lá ficávamos 2 ou 3 dias, de roda dos tachos e depois da mesa e visitávamos toda quanta família lá havia* (A minha fortuna, 19.06.2009); ou *amora, ginja, muitos frutos vermelhos acabados de colher, baunilha, chocolate, algum tabaco (!) e um leve toque de aniz fazem desta, na minha opinião, a melhor de todas quantas "colheitas" o Cartaxo nos apresentou até hoje* (O Mundo da Corrida, 19.06.2009).

[54] Ainda que, em sentido estrito, *onde*, *como* e *quando* não sejam pronomes, mas sim pró-formas adverbiais ("pró-advérbios"), continuamos no texto a designá-los como "pronomes", seguindo a tradição gramatical.

respetivamente, a 'em que lugar', 'de que modo' e 'em que tempo'. Ainda que as três formas partilhem propriedades gramaticais, têm comportamentos diferentes em aspetos importantes, o que justifica uma descrição separada para cada uma delas.

39.3.7.1 *Onde*

O pronome relativo *onde* caracteriza-se por ser semanticamente locativo (i.e., possui o traço [+lugar]). Esta propriedade impõe dois requisitos distintos sobre o seu uso: (i) o seu antecedente (explícito ou implícito) tem de denotar um lugar e (ii) o valor semântico do pronome dentro da oração relativa tem de ser locativo, quer o pronome seja funcionalmente um complemento oblíquo (cf. (89)) quer seja um adjunto (cf. (90))[55]:

(89) a. Visitei uma casa *onde tinha vivido o Lorca*.
b. Tropecei na mesa *onde tinha posto os copos*.

(90) a. Lembro-me da cidade *onde conheci a Maria*.
b. Levaram-me ao restaurante *onde se comem os melhores bifes de Lisboa*.

Em (89) e (90), *onde* tem um valor semântico locativo estático (de 'lugar onde/em que') na oração relativa. Este valor, quando realizado num sintagma preposicional, requer tipicamente a preposição *em* (cf., por exemplo, *o Lorca viveu nessa casa* ou *conheci a Maria em Roma*). No entanto, *onde*, com este valor, não é (nem pode ser) preposicionado, como mostra, p.e., a impossibilidade de ***visitei uma casa em onde tinha vivido o Lorca*** ou ***lembro-me da cidade em onde conheci a Maria***.

Quando *onde* tem um valor locativo dinâmico (direcional) na oração relativa, nomeadamente de origem ('lugar de onde'), de destino ('lugar para onde'/'aonde') ou de passagem ('lugar por onde'), o pronome passa a fazer parte de um constituinte relativo introduzido pela preposição adequada a cada um desses valores, como se ilustra em (91)[56]. Nestes casos, o constituinte relativo é tipicamente um complemento do verbo da oração relativa[57]:

(91) a. A cidade *de onde eles vieram* fica em África.
b. A cidade {*para onde*/*aonde*} *eles foram* fica muito longe da minha.[58]
c. Detesto as estações *por onde os comboios passam sem parar*.

---

[55] Por vezes, o valor locativo a que está associado este pronome relativo pode envolver extensões metafóricas a partir da dimensão de espaço físico (cf. Peres e Móia 1995:302, cujos exemplos utilizamos):
(i) a. A disciplina *onde o Paulo se desembaraça melhor* é Matemática.
b. A parte do discurso *onde a Ana foi mais convincente* foi aquela em que enumerou as promessas não cumpridas do Governo.

[56] Quando o constituinte relativo é introduzido por qualquer locução prepositiva associada a uma destas funções semânticas, como *em direção a*, *para dentro de*, *de dentro de*, *de ao pé de*, *para perto de*, etc., utiliza-se a locução relativa *o qual*. Apenas a locução prepositiva *a partir de* parece aceitar facilmente o uso de *onde* (cf. *a aldeia, embrenhada no meio da floresta, não tem telefone e os contactos são feitos via rádio com o posto mais próximo da Funai, na cidade de Colider,* ***a partir de onde****, também via rádio, são feitos os contactos com a Funai em Brasília* (CRPC, *Público*)).

[57] Embora a maioria dos adjuntos tenha um valor locativo estático, de 'lugar onde', há algumas exceções. Nestes casos excecionais, o pronome relativo faz parte de um constituinte com a preposição adequada. Assim, p.e., em *comprei uma casa de onde se vê o mar*, o constituinte relativo *de onde* é um adjunto da oração relativa, mas tem um valor locativo dinâmico de 'lugar de onde'.

[58] Quando o verbo da oração relativa é *ir*, embora o valor locativo seja direcional, pode também usar-se o pronome relativo não preposicionado: cf. *a cidade onde eles foram é muito longe da minha* (cf. Caixa [14]).

Devido à sua natureza adverbial, *onde* não pode ter nem a função de sujeito (cf. (92a)) nem a de complemento direto (cf. (92b,c)) dentro da oração relativa, mesmo quando estas funções se encontram de alguma maneira associadas a um valor locativo (repare-se que o antecedente denota um lugar nos três exemplos):

(92) a. *Os turistas gostam sempre dos lugares *onde é agradável*. (vs. *dos lugares que são agradáveis*)
b. *O Lorca viveu numa casa *onde eu visitei*. (vs. *numa casa que eu visitei*)
c. *O tanque *onde eu enchi com/de gasolina* explodiu. (vs. *que eu enchi com/de gasolina*)

[14] As formas *onde* e *aonde* (às quais se pode juntar a forma mais popular *adonde*) são utilizadas por diversos falantes praticamente nos mesmos contextos frásicos, quer em orações interrogativas quer em orações relativas, como já descrito em Cunha e Cintra (1984:351s). Assim, nos casos em que o constituinte relativo corresponde a um valor locativo estático, de 'lugar em que', este deveria ter a forma *onde* (cf. *o restaurante onde jantei*), mas é possível encontrar-se a forma *aonde* (cf. *o restaurante aonde jantei*); inversamente, nos casos em que o constituinte relativo corresponde a um valor locativo dinâmico direcional, de 'lugar a que', este deveria ter a forma *aonde* (cf. *o restaurante aonde fui*), mas é possível encontrar-se a forma *onde* (cf. *o restaurante onde fui*)[59].

Os falantes mais cultos consideram a forma *aonde* (e *adonde*) marginal, correspondendo a um uso mais popular, e preferem a forma *onde*, independentemente do valor locativo associado. No entanto, mesmo para alguns destes falantes, o uso das duas formas em orações relativas com antecedente implícito não é tão livre quanto possa parecer pelos outros contextos.

Assim, quando o antecedente é explícito, se a construção relativa (recorda-se: o sintagma nominal que contém o antecedente – implícito, neste caso – e a oração relativa) estiver integrada num constituinte com valor locativo dinâmico de destino (valor esse determinado na oração principal), a forma *onde* é considerada estranha pelos falantes, mesmo que o constituinte relativo tenha um valor locativo estático na oração relativa:

(i) a. No domingo vamos a*onde nos conhecemos* _.
b. ??No domingo vamos *onde nos conhecemos* _.

Em contrapartida, se a construção relativa estiver associada a um valor locativo estático na oração principal, *onde* é preferível a *aonde*, mesmo que o constituinte relativo tenha um valor locativo de destino na oração relativa:

(ii) a. No domingo estivemos *onde tu foste _ no verão*.
b. ?No domingo estivemos *aonde tu foste _ no verão*.

Para estes falantes, a alternância condicionada entre *onde* e *aonde* nestes contextos parece ser determinada pelo valor semântico da construção relativa na oração principal. Assim, quando este valor é dinâmico, de destino, como em (i) (neste caso determinado pelo verbo *ir*), a forma preferida é *aonde*, independentemente do valor locativo do pronome na oração relativa.

[59] Esta norma linguística é relativamente recente, a avaliar pela descrição de Said Ali ([1931] 1971), que a situa no português moderno (cf. Caixa [7]). Talvez o seu caráter recente esteja por detrás da recusa das camadas mais cultas em aceitar a forma *aonde*, em tempos considerada marginal.

Essa preferência acaba por estar relacionada com o requisito de conformidade categorial existente nas orações relativas com antecedente implícito (cf. 39.6.2), o qual impõe restrições sobre as classes com que se podem realizar quer os constituintes relativos quer os constituintes mais vastos em que se integram as orações relativas.

Como vimos, ao valor locativo de destino está associada a preposição *a*, enquanto ao valor locativo estático está associada a preposição *em*, não ocorrendo esta última quando o locativo corresponde ao pronome relativo *onde*. Em (ia), apesar de haver uma fusão fonética e ortográfica da preposição *a* com o pronome, o constituinte relativo é apenas *onde*, visto que a preposição pertence, na realidade, à oração principal, sendo selecionada pelo verbo *ir*; ou seja, a preposição introduz o antecedente implícito da oração relativa (marcado a seguir pelo espaço em branco sublinhado): *a* _ [[*onde*]...] cf. *ao lugar onde*... Portanto, é natural que mesmo falantes que associem a forma *aonde* a registos mais populares prefiram (ia) e rejeitem (ib), pois aqui não se trata de variação lexical entre os pronomes *onde* e *aonde*, mas sim da aplicação de um requisito que condiciona a estrutura da frase. Esses mesmos falantes rejeitarão totalmente (iib), da mesma forma que rejeitam orações como *aonde foste?*, mas para os falantes menos cultos, (iib) não será tão estranho como (ib), na medida em que aqui se trata de variação lexical na forma do pronome (e foi esta variação que se quis registar com apenas um ponto de interrogação em (iib)).

As construções relativas com o pronome *onde* podem desempenhar qualquer função gramatical na oração principal: sujeito (cf. (93a)), complemento direto (cf. (93b)), complemento oblíquo (cf. (93c)) e adjunto adverbial (cf. (93d)):

(93) a. [O local *onde jantei*] ficava perto do museu.
b. Adorei [o local *onde jantámos*].
c. Embirrei profundamente [com o clube *onde fomos passar férias*].
d. Já representei [no teatro *onde se estreou a Mirita Casimiro*].

A aceitabilidade de *onde* em orações relativas com antecedente implícito, ilustradas em (94), varia muito de falante para falante; por isso não marcamos os exemplos com símbolos de gramaticalidade, deixando essa avaliação aos leitores:

(94) a. *Onde eu moro* tem muitos restaurantes.
b. Adorei *onde jantámos ontem*.
c. Não gostei nada de *onde jantámos ontem*.
d. Atualmente, temos uma ideia clara de *onde esses povos viviam*.

Em (94a), a construção relativa em que se inclui a oração relativa tem a função de sujeito; em (94b), de complemento direto; em (94c), de complemento oblíquo de um verbo; e em (94d), de complemento de nome. Em (94d), o constituinte relativo *onde* é complemento do verbo da oração relativa; nos outros exemplos, é um adjunto adverbial dessa oração. Repare-se que, em (94d), a preposição *de* pertence à oração principal, estabelecendo a ligação entre o nome *ideia* e o sintagma nominal que contém a oração relativa (cf. Cap. 32)[60].

[60] É sobretudo quando a construção relativa tem a função de complemento direto da oração principal que os falantes apresentam maiores divergências quanto à aceitabilidade das orações relativas de antecedente implícito: cf., por exemplo (de novo, sem propor juízos de gramaticalidade), *eles recordaram com nostalgia onde se tinham beijado pela primeira vez* ou *vamos procurar no mapa onde tivemos aquela bela refeição no verão*

39.3.7.2 *Como*

Embora seja tradicionalmente excluído do grupo das pró-formas relativas[61], *como* tem claramente este estatuto nos exemplos de (95), em que existe um antecedente explícito:

(95) a. Surpreendeu-me a **maneira/forma** *como ele resolveu o problema*.
b. Não gostei do **modo** *como ele se comportou*.

O pronome *como* ocorre apenas com antecedentes nominais com um significado extremamente geral, como *maneira*, *forma* ou *modo* (modificados ou não, p.e., com o adjetivo *exemplar*, bastante comum neste contexto). Quando o antecedente é um nome de sentido mais específico, como *cuidado* ou *atitude*, o constituinte relativo com valor de modo tem a forma *com que*, não podendo ocorrer *como* (cf. Peres e Móia 1995:303s):

(96) a. Surpreendeu-me o **cuidado** *com que ele resolveu o problema*. (vs. **surpreendeu-me o cuidado como ele resolveu o problema*)
b. Não gostei da **atitude** *com que ele se dirigiu ao professor*. (vs. **não gostei da atitude como ele se dirigiu ao professor*)

Inversamente, quando o antecedente é um dos nomes de sentido geral, *com que* não pode ocorrer (cf. (97))[62]:

(97) a. *Surpreendeu-me a **maneira** *com que ele resolveu o problema*.
b. *Não gostei do **modo** *com que ele se comportou*.

O valor de *como* na oração relativa é sempre adverbial, seja quando é adjunto, como em (95a), seja quando é selecionado pelo verbo, como em (95b) (cf. Cap. 28). Consequentemente, *como* não pode ter nem a função de sujeito nem a de complemento direto na oração relativa, mesmo quando estas funções se encontram de alguma maneira associadas a um valor de modo; nestes casos, ocorre sempre o pronome relativo *que*[63], como se ilustra a seguir:

(98) a. O Assurancetourix canta de um modo *que irrita todos os gauleses*. (vs. **o Assurancetourix canta de um modo como irrita todos os gauleses*)
b. O Assurancetourix canta de um modo *que os gauleses odeiam*. (vs. **o Assurancetourix canta de um modo como os gauleses odeiam*)

O único caso em que *como* pode alternar com *que* (sem preposição) dá-se quando quer a construção relativa (o sintagma nominal que contém a oração relativa e o seu antecedente, recorda-se) quer o constituinte relativo têm um valor de modo:

---

passado (mas note-se que estes exemplos estão na fronteira entre orações relativas com antecedente implícito e orações interrogativas indiretas (cf. Caixa [20]). Quando o verbo da oração principal denota 'atitude afetiva' (como *adorar*, *detestar*, etc.; cf. Laca 1990), as construções relativas com função de complemento direto são mais aceitáveis com antecedente implícito do que com outros verbos (cf. (94b)).

[61] Cf. Móia (2001) para uma discussão das razões por detrás desta situação. Na tradição gramatical portuguesa, *como* não é geralmente descrito como pronome/advérbio relativo e por isso as orações subordinadas que descrevemos nesta subsecção não são consideradas orações relativas (e ainda hoje esta classificação não é consensual). Alguns autores, no entanto, têm notado as semelhanças entre as estruturas com *como* e orações relativas: Barbosa (1822), Lopes (1971), Mateus et al. (1989). Rebelo Gonçalves (1966) é também uma exceção, ao classificar esta forma como um advérbio relativo.

[62] Alguns falantes aceitam o constituinte relativo *com que* nalguns casos em que o nome com sentido geral se torna mais específico através de modificação: cf., por exemplo, ?*surpreendeu-me a **maneira exemplar** com que ele resolveu o problema*.

[63] Nestes contextos, o nome antecedente é necessariamente introduzido pelo artigo indefinido.

os miúdos comportaram-se da maneira como vimos (*comportarem-se*) ou *os miúdos comportaram-se da maneira que vimos* (*comportarem-se*) (sendo esta última frase preferida por muitos falantes).

A construção relativa em que se inclui *como* pode desempenhar qualquer função gramatical na oração principal: sujeito (cf. (99a)), complemento direto (cf. (99b)), complemento oblíquo (cf. (99c)) e adjunto adverbial (cf. (99d)):

(99) a. [O modo *como ele trata os alunos*] é chocante.
b. Eles condenaram [a forma *como o assunto foi resolvido*].
c. Gosto [da forma *como ele trata os alunos*].
d. Ele canta [do modo *como aprendeu* (*a cantar*)].

Passemos agora aos casos em que o antecedente de *como* é implícito. Tal como para as orações do mesmo tipo com *onde*, a aceitabilidade destes exemplos varia de falante para falante, e por isso não marcamos os exemplos com qualquer juízo:

(100) a. Irrita-me *como ele resolve os problemas*.
b. Eles condenaram *como o assunto foi resolvido*.
c. Detesto *como te vestes*.
d. Gostei de *como ele tratou o doente*.
e. Isso é apenas um exemplo de *como ele trata os alunos*.

Em (100a), a construção relativa tem a função de sujeito (em posição pós-verbal); em (100b,c), de complemento direto; em (100d), de complemento oblíquo; e em (100e), de complemento de nome. As observações da Nota 60 são também válidas para *como*. Em (100e), a preposição *de* pertence à oração principal (tal como em (100d)), estabelecendo a ligação entre o nome *exemplo* e o sintagma nominal que contém a oração relativa (cf. Cap. 32).

> [15] Quando a construção relativa é um constituinte preposicionado na oração principal, a preposição particular também parece influir sobre a aceitabilidade das orações relativas de antecedente implícito com este pronome. Assim, com a preposição *de*, as orações de antecedente implícito são gramaticais (cf. (100d)), mas com outras preposições (como *sobre* ou *por*) são menos aceitáveis, pelo menos para alguns falantes, como nota Móia (1992a); cf. ?*conversaram sobre como mudar o mundo* ou **a Ana luta por como construir um mundo mais justo*. Quando a construção relativa é complemento de um nome, contudo, as orações relativas de antecedente implícito são gramaticais, mesmo com outras preposições: *estou farta de conversas sobre como mudar o mundo*.

Quando a construção relativa (que contém o antecedente implícito) é um adjunto adverbial da oração principal, a estrutura relativa não é tão transparente, o que plausivelmente terá conduzido à inclusão tradicional de *como* nas conjunções subordinativas e à consequente classificação das orações introduzidas por esta forma como orações comparativas (cf. Caps. 38.2.6 e 40)[64]:

[64] Nestes exemplos (e também em (102)), as orações relativas são parcialmente elípticas, i.e., contêm constituintes que são omitidos opcionalmente (cf. Cap. 45): o verbo em (101a) e (102) (*tremem* e *gosta*, respetivamente) e a oração subordinada infinitiva (*a cantar*) em (101b), os quais se assinalam através de texto rasurado.

(101) a. Eu tremia *como* ~~*tremem*~~ *varas verdes*. (cf. *eu tremia do modo como tremem varas verdes*)
b. O João canta *como aprendeu* ~~*a cantar*~~. (cf. *o João canta do modo como aprendeu* (*a cantar*))

Nas construções comparativas de grau (cf. Cap. 40), as quais, como vimos, envolvem formalmente uma construção relativa (cf. 39.3.6), *como* alterna com *quanto* quando existe valor de igualdade:

(102) O João gosta tanto da Ana *como*/*quanto* o Pedro ~~*gosta*~~.

[16] Até aqui, os exemplos ilustram o uso de *como* em orações relativas restritivas. Móia (2001) refere casos em que este pronome relativo pode ocorrer em orações relativas apositivas com antecedente explícito. No entanto, estes casos são mais problemáticos, uma vez que o presumível antecedente da oração relativa nem sempre é um sintagma nominal incluído num sintagma preposicional, como em (ia); de facto, o sintagma preposicional pode ser substituído por um advérbio de modo, como em (ib). Ora, não é claro que um advérbio possa funcionar como antecedente de uma oração relativa:

(i) a. Ele canta com entusiasmo, *como sempre cantou*.
b. Ele canta entusiasticamente, *como sempre cantou*.

Uma análise alternativa de (i), mantendo o estatuto de oração relativa da sequência em itálico e resolvendo o problema colocado por (ib), consiste em dizer que o aposto em que se integra a oração relativa contém um antecedente nominal implícito e que, concomitantemente, estas orações são na realidade restritivas e não apositivas. Esta hipótese parece confirmada pela possibilidade de explicitação do antecedente, em frases como (ii):

(ii) a. Ele canta com entusiasmo, do modo *como sempre cantou*.
b. Ele canta entusiasticamente, do modo *como sempre cantou*.

39.3.7.3 *Quando*

As orações introduzidas por *quando* têm um valor temporal e são frequentemente classificadas como orações adverbiais, como acontece também nesta Gramática (cf. Cap. 38). Apesar disso, numa perspetiva sintática, é defensável a ideia de que correspondem a orações relativas (como também se nota no Cap. 38.2.1.6). Esta conclusão fica patente se compararmos os exemplos de (103) com as suas paráfrases entre parênteses, envolvendo orações relativas típicas[65]. Em português, o antecedente das orações relativas com *quando* é geralmente (e preferencialmente) implícito:

(103) a. Telefono-te *quando sair da reunião*. (cf. *telefono-te no momento em que sair da reunião*)
b. Ele marcou o exame para *quando voltar de férias*. (cf. *ele marcou o exame para um dia em que já terá voltado de férias*)
c. *Quando vivi em Paris* foi das melhores alturas da minha vida. (cf. *o tempo em que vivi em Paris foi das melhores alturas da minha vida*)
d. Os alunos contestaram *para quando o exame foi marcado*. (cf. *os alunos contestaram a data para a qual o exame foi marcado*)

[65] Tal como para a forma *como*, as semelhanças entre as frases com *quando* e orações relativas foram notadas por Barbosa (1822), Lopes (1971) e Mateus et al. (1989).

Em (103a), a construção relativa (que inclui a oração relativa) é adjunto da oração principal; em (103b), é um complemento oblíquo preposicionado (com valor temporal) do verbo *marcar* (cf. *marcar uma reunião para tal data*); em (103c), é sujeito; e, em (103d), é complemento direto.

Quanto ao constituinte relativo, em (103a-c), tem a função de adjunto na oração relativa, e, em (103d), de complemento oblíquo preposicionado (de valor temporal) do verbo *marcar*. Consequentemente, a preposição *para* faz parte do constituinte relativo em (103d), na medida em que é selecionada pelo verbo da oração relativa, mas em (103b) faz parte da oração principal, sendo selecionada pelo verbo dessa oração (também *marcar*).

O facto de o antecedente das orações com *quando* ser tipicamente implícito terá estado na origem da classificação desta forma como conjunção subordinativa temporal, introdutora de orações subordinadas adverbiais. No entanto, nalguns casos em que o constituinte relativo tem função de complemento oblíquo da oração relativa, sendo, portanto, introduzido por preposição, é possível a explicitação do seu antecedente com nomes de sentido temporal geral como *dia*, *prazo* ou *data*. Assim, correspondendo a (103d), pode ter-se (104)[66]:

(104) Os alunos contestaram a **data** *para quando o exame foi marcado*.

O facto de orações como (104) alternarem, com diferenças mínimas, com orações claramente relativas – (104) equivale à frase entre parênteses em (103d), que se repete aqui em (105) – sugere efetivamente que *quando* deve ser classificado como uma pró-forma adverbial relativa (cf. Rebelo Gonçalves 1966, Móia 2001):

(105) Os alunos contestaram a **data** *para a qual o exame foi marcado*.

Nos exemplos dados até aqui, a oração relativa é restritiva; no entanto, existem orações relativas apositivas com *quando*, necessariamente com um antecedente explícito[67]: cf. *na quinta-feira, quando fiz anos, fui trabalhar*. Neste caso, tem de haver simultaneidade temporal dos intervalos de tempo denotados pelo antecedente e pelo constituinte relativo (cf. Móia 2001), respetivamente *quinta-feira* e *quando*, no exemplo dado. Assim, a frase pode ser parafraseada por *na quinta-feira, dia em que fiz anos, fui trabalhar*, onde a simultaneidade dos intervalos de tempo envolvidos é dada de modo explícito.

> [17] Na seguinte frase (semelhante à do parágrafo anterior, no texto), o intervalo de tempo denotado pelo constituinte relativo é um subintervalo do intervalo denotado pelo antecedente, pelo que se considera que se trata de uma oração relativa restritiva com antecedente implícito:
>
> (i) Na quinta-feira, *quando saí de casa*, estavam a alcatroar a rua.

[66] Estes exemplos, no entanto, não são unanimemente aceites pelos falantes, preferindo-se-lhes as construções com antecedente implícito (cf. (103d)). Em contrapartida, em inglês e em espanhol, p.e., o antecedente explícito é geralmente aceitável: cf., por exemplo, *I will never forget the day when I left Paris* ou *todavía recuerdo el día cuando dimitió Suárez* (cf. Brucart 1999b:510).

[67] Recorde-se que todas as orações relativas apositivas têm um antecedente explícito e que, inversamente, todas as orações relativas de antecedente implícito são restritivas.

Em (i), o intervalo de tempo em que decorre a ação de sair de casa está contido no intervalo de tempo denotado por *quinta-feira*. Assim, (i) não é equivalente a *na quinta-feira, dia em que saí de casa, estavam a alcatroar a rua*, mas sim a *na quinta-feira,* {*na altura/no momento*} *em que saí de casa, estavam a alcatroar a rua*. Isto sugere que, em (i), o antecedente do pronome relativo não é *quinta-feira*, mas sim um nome implícito equivalente semanticamente a *momento* ou *altura*. Assim, tal como nesta paráfrase, também em (i) toda a construção relativa (incluindo, portanto, o antecedente implícito) funciona como aposto da expressão temporal *quinta-feira*. A frase (i) tem uma estrutura distinta da do exemplo discutido no texto, *na quinta-feira, quando fiz anos, fui trabalhar*: neste exemplo, tem-se uma oração relativa apositiva, com antecedente explícito; em (i), em contrapartida, tem-se uma oração relativa restritiva, com um antecedente implícito dentro do aposto.

As orações introduzidas por *enquanto* (cf. (106)) apresentam similaridades sintáticas e semânticas com as orações introduzidas por *quando*:

(106) a. Escrevo o artigo *enquanto estiver em Paris*.
b. *Enquanto vivi aqui* fui feliz.
c. Os alunos portaram-se mal *enquanto o professor falava*.

Tal como os exemplos contendo orações relativas introduzidas por *quando*, também estes podem ser parafraseados por frases com orações relativas com um antecedente temporal, como *tempo*, *altura* ou *período* (cf. Mateus et al. 1989): para (106), respetivamente, *escrevo o artigo na altura em que estiver em Paris*; *no tempo em que vivi aqui fui feliz*; e *os alunos portaram-se mal no período em que o professor falava*. Nos dois tipos de estruturas existe um valor de simultaneidade de intervalos de tempo. Será, portanto, plausível propor que, à semelhança de *quando*, também *enquanto* seja uma pró-forma adverbial relativa, equivalente a '(tempo) durante o qual'[68]. No entanto, as construções relativas introduzidas por *enquanto* são menos aceitáveis com a função de complemento direto (cf. **adoro enquanto me sorris*) ou de complemento preposicionado (cf. **falei de enquanto vivi em Paris* ou **marquei a reunião para enquanto estiver em Paris*). Note-se também que *enquanto* não tem equivalente pronominal interrogativo (compare-se *quando estiveste em Paris?* com **enquanto estiveste em Paris?*). Estas restrições tornam, pois, difícil a sua inequívoca classificação como pró-forma relativa.

39.4 Valores discursivos das orações relativas de nome restritivas e apositivas

Em 39.1.2 distinguiram-se duas classes de orações relativas de nome com base na natureza do constituinte a que se associam e na relação que estabelecem com ele: as orações relativas apositivas (cf. (107a)) e as orações relativas restritivas (cf. (107b)):

(107) a. A minha irmã, *que vive na Alemanha,* gosta muito de cães. [relativa apositiva]
b. A minha irmã *que vive na Alemanha* gosta muito de cães. [relativa restritiva]

Como se viu, o antecedente das orações relativas apositivas é um sintagma nominal completo (*a minha irmã*, em (107a)). As orações relativas ligam-se a esse antecedente, mas destacam-se dele, formando na oralidade um constituinte autónomo,

[68] Huddleston e Pullum (2002) tratam o equivalente inglês de *enquanto*, *while*, como pronome relativo.

com uma configuração melódica, prosódica e sintática próprias. Ainda que estejam integradas num sintagma nominal mais abrangente juntamente com o antecedente, essa integração é fraca, de natureza paratática (cf. Cap. 34).

Em contrapartida, o antecedente das orações relativas restritivas é uma parte do grupo nominal que as contém (*minha irmã*, em (107b)). As orações relativas modificam esse subgrupo nominal e estão plenamente integradas, tanto prosódica como sintaticamente, no mesmo sintagma nominal que contém o subgrupo modificado, a que chamámos construção relativa – cf. 39.1 (em (107b), esse sintagma nominal é *a minha irmã que vive na Alemanha*). Essa integração é consideravelmente mais forte do que a que existe em (107a), sendo de natureza hipotática (a oração relativa encontra-se subordinada ao subgrupo nominal modificado)[69].

A representação estrutural destes dois tipos de oração é, portanto, diferente, o que se ilustra em (108) para os exemplos de (107):

(108) a. [$_{SN}$ [$_{SN}$ A minha irmã] [$_{Or\ rel}$, *que vive na Alemanha,*]] gosta muito de cães.
b. [$_{SN}$ A [$_{GN}$ minha irmã [$_{Or\ rel}$ *que vive na Alemanha*]]] gosta muito de cães.

Esta diferença entre os dois tipos de orações torna-se clara quando o elemento a que se associa a relativa é um pronome pessoal forte (i.e., não clítico) de 3.ª pessoa, p.e., um pronome nominativo com a função de sujeito. Os pronomes pessoais de 3.ª pessoa são sintagmas nominais completos, amalgamando um determinante e uma componente nominal (cf. Cap. 23). Por conseguinte, qualquer elemento que se combine com um destes pronomes liga-se necessariamente a um sintagma nominal, não a um grupo nominal. Ora, os pronomes pessoais de 3.ª pessoa só podem ocorrer com uma oração relativa apositiva (cf. (109a)), não com uma oração relativa restritiva (cf. (109b)):

(109) a. Ela, *que vive na Alemanha*, gosta muito de cães.
b. *Ela *que vive na Alemanha* gosta muito de cães.

As diferenças prosódicas e sintáticas entre os dois tipos de orações relativas têm correlatos semânticos e discursivos. Uma oração relativa apositiva funciona semanticamente como um caracterizador de todo o sintagma nominal precedente, veiculando informação nova sobre ele, mas não contribuindo para o seu valor referencial. Assim, em (107a), o interlocutor, em princípio, deve poder identificar o referente do sintagma nominal sujeito unicamente através do sintagma nominal "interno" *a minha irmã*. A oração diz qualquer coisa mais sobre esse referente, mas não contribui, em princípio, para a sua identificação[70]. Ou seja, o antecedente da oração relativa apositiva é um sintagma nominal completo, plenamente referencial, que precede a oração, incluindo, portanto, o especificador, neste caso, o artigo definido.

[69] O diferente grau de integração no sintagma nominal, juntamente com as diferentes propriedades prosódicas e semânticas, leva alguns autores (cf. Huddleston e Pullum 2002) a preferir os termos "orações integradas" e "orações suplementares" para designar, respetivamente, as orações relativas restritivas e as apositivas.

[70] Isto não impede que, em determinados enunciados, o interlocutor use essa informação de forma pragmática para confirmar a identificação do referente, ou mesmo para o identificar (mas cf. Caixa [18]).

Em contrapartida, uma oração relativa restritiva, enquanto modificador de um grupo nominal, introduz uma nova propriedade, a qual se combina com as propriedades expressas por esse grupo, restringindo desse modo a extensão do conjunto de base e, aqui sim, contribuindo para a identificação do referente do sintagma nominal. Deste modo, em (107b), a identificação do referente do sintagma nominal sujeito faz-se com base num conjunto formado pela interseção de dois conjuntos: o das entidades que são irmãs do falante (conjunto esse expresso por *minha irmã*) e o das entidades que vivem na Alemanha (conjunto esse expresso por *que vive na Alemanha*). Por sua vez, o uso do artigo definido informa o interlocutor de que, no universo do discurso em que se insere o enunciado correspondente a (107b), esse conjunto é singular (i.e., tem um só membro) e que ele, interlocutor, tem o conhecimento suficiente para identificar esse membro único (cf. Cap. 22).

Por outras palavras, a informação veiculada pela oração relativa é crucial porque é a todo o grupo nominal, que inclui a oração relativa, que o artigo definido se aplica[71], com a sua função referencial característica de exprimir que existe uma entidade que é membro único do conjunto denotado pelo grupo nominal e que é identificável pelo interlocutor (cf. Cap. 22). No caso de (107b), o artigo definido aplica-se, pois, a toda a sequência *minha irmã que vive na Alemanha*, que contém a oração relativa e o seu antecedente *minha irmã*.

Em síntese, enquanto nas construções com relativas apositivas a referência é estabelecida apenas pelo sintagma nominal antecedente (*a minha irmã*, em (107a)), nas construções com relativas restritivas, a referência é estabelecida pelo único sintagma nominal existente, que contém a oração relativa (*a minha irmã que vive na Alemanha*, em (107b)).

As diferenças de escopo do artigo em sintagmas nominais com orações relativas apositivas e com orações relativas restritivas têm também a seguinte consequência semântica, que se ilustra com os exemplos de (107). Em (107a), a unicidade introduzida pelo artigo definido aplica-se unicamente ao conjunto definido pela propriedade "ser irmã do falante" (expresso por *minha irmã*). Ou seja, infere-se que o falante tem apenas uma irmã, que, adicionalmente, vive na Alemanha[72]. Em (107b), o artigo definido aplica-se ao conjunto complexo de propriedades "ser irmã do falante" e "viver na Alemanha" (expresso por *minha irmã que vive na Alemanha*). Neste caso, infere-se que o falante tem apenas uma irmã que vive na Alemanha, e infere-se também que o falante terá outra ou outras irmãs que não vivem na Alemanha (e que podem ou não gostar muito de cães).

As condições de verdade de uma frase complexa com uma oração relativa apositiva são as mesmas da frase simples na qual se omite a oração relativa. Assim, p.e., (107a) tem as mesmas condições de verdade da frase simples *a minha irmã gosta muito de cães*. Nomeadamente, das duas se infere que o falante tem apenas uma irmã e assere-se que essa irmã gosta muito de cães. Na mesma situação

[71] Diz-se também que o artigo definido "tem escopo sobre" todo o grupo nominal.

[72] Fatores como o grau de conhecimento mútuo dos interlocutores podem influenciar as escolhas linguísticas do falante, levando-o a produzir uma frase como (107a) mesmo quando tem mais de uma irmã, porque sabe que o seu interlocutor está capacitado para identificar a irmã em questão (cancelando-se assim a referida inferência).

discursiva, uma delas não pode ser verdadeira e a outra falsa. Além disso, ambas são pragmaticamente adequadas à situação que se descreve (em (107a), apenas se dá uma informação adicional sobre a irmã do falante, que não afeta em nada o resto da proposição expressa pela frase).

Em contrapartida, uma frase complexa com uma oração relativa restritiva descreve uma situação diferente da descrita pela frase simples correspondente, sem a oração relativa. De facto, ao passo que de (107b) se infere que o falante tem mais que uma irmã, da frase simples (sem a oração relativa) infere-se que o falante só tem uma, como se viu. Ou seja, as condições de verdade das duas frases não são as mesmas, e as suas condições de adequação pragmática são também necessariamente diferentes.

Quando o determinante definido é plural, estas diferenças são igualmente observáveis, agora em conjuntos de cardinalidade maior que um:

(110) a. Os alunos, *que tiveram nota positiva*, vão passear no fim de semana. [oração relativa apositiva]
b. Os alunos *que tiveram nota positiva* vão passear no fim de semana. [oração relativa restritiva]

No primeiro exemplo, a oração relativa fornece informação adicional sobre um conjunto de alunos previamente identificado (num determinado contexto discursivo ou situacional), mas não restringe a denotação do nome *alunos*. A função do artigo definido no plural, aqui, consiste em veicular que a totalidade dos alunos irá passear no fim de semana.

No segundo exemplo, a oração relativa restringe a denotação extensional do nome *alunos* àqueles que tiveram nota positiva e, como tal, o artigo definido aplica-se agora sobre esse novo (sub)conjunto: não são (necessariamente) todos os alunos no contexto relevante que vão passear, mas apenas o subconjunto desses alunos caracterizado por ter tido nota positiva.

[18] Na organização do seu discurso, o falante serve-se das propriedades das orações relativas (descritas acima) de modo a gerir adequadamente a informação a fornecer ao seu interlocutor. Na prática discursiva, os valores semânticos referidos adquirem matizes de alguma subtileza que importa descrever.

Na interação discursiva, a informação divide-se em dois grandes tipos de unidades. Por um lado, existe informação partilhada pelos interlocutores (isto é, aquilo que os interlocutores sabem em comum, seja porque já conversaram acerca do assunto, seja porque a informação está visível, presente na situação de comunicação, seja ainda porque faz parte de um universo sociocultural comum). Por outro, existe informação nova que se quer fornecer ao interlocutor (ou obter dele, quando se utiliza uma oração interrogativa). Estes dois tipos de informação inter-relacionam-se de modo a construir um discurso coerente e organizado (cf. Cap. 34).

No Cap. 22, discutiram-se as propriedades dos artigos definido e indefinido, que importa recordar, dada a sua importância no contexto da discussão das orações relativas. Assim, para se introduzirem entidades novas no discurso, utilizam-se sintagmas nominais indefinidos. Por sua vez, os sintagmas nominais definidos, também chamados descrições definidas, têm várias funções: (A) referem entidades previamente introduzidas no contexto discursivo (tipicamente por um sintagma nominal indefinido – cf. (ia)); (B) referem entidades presentes no contexto situacional

(cf. (ib), dito num contexto em que o gato em questão está presente); (C) referem entidades que, num determinado "macrocontexto", são as únicas identificáveis pelo nome, fazendo parte de um universo comum de referência sociocultural dos interlocutores (cf. (ic)):

(i) a. Apareceu um gato no meu jardim. *O gato*, por sinal, é lindíssimo.
b. *Aquele/O gato* é muito bonito.
c. *O Presidente dos Estados Unidos* está em Paris.

Além das diferenças semânticas, as orações relativas apositivas e restritivas têm também valores discursivos diferentes nesta dimensão de informação partilhada vs. informação nova.

Como se viu, o antecedente definido de uma oração relativa apositiva é suficiente para identificar o referente, sem o apoio da oração relativa. Nesse caso, a oração relativa veicula informação suplementar sobre o referente. Numa construção deste tipo (p.e., *a rapariga, que não gostava de salmão, comeu sardinhas*), o sintagma nominal antecedente definido (*a rapariga*) tem o estatuto de informação partilhada (entre falante e ouvinte), próximo do de um tópico discursivo, ao passo que a oração relativa (*que não gostava de salmão*), juntamente com o predicado (*comeu sardinhas*), têm o estatuto de informação nova, em princípio desconhecida do ouvinte, semelhante ao comentário de uma estrutura tópico-comentário (cf. Cap. 12). A frase acima, de facto, só é (normalmente) produzida num contexto em que não haja qualquer dúvida, para os diferentes interlocutores, acerca da identidade da rapariga de que se está a falar e acerca desta fazem-se dois comentários: não gosta de salmão e comeu sardinhas.

É esta equivalência entre a oração relativa apositiva e o predicado, ambos comentários, que permite que os dois sejam coordenados (enquanto predicados) numa frase equivalente àquela em que ocorre um deles como oração relativa apositiva: cf. *a rapariga* [*não gostava de salmão e comeu sardinhas*], uma frase semântica e discursivamente equivalente a *a rapariga, que não gostava de salmão, comeu sardinhas*.

Dado que as orações relativas apositivas não estão sob o escopo do determinante (cf. Nota 71), é natural que não sejam condicionadas pelas propriedades discursivas que este impõe sobre o sintagma nominal. Daí que uma oração relativa apositiva com um antecedente definido possa constituir informação nova, contrariamente ao sintagma nominal antecedente, que constitui informação partilhada, visto ser especificado pelo artigo definido. Este é o estatuto informacional típico das orações relativas apositivas, mas esse estatuto pode ser alterado recorrendo-se a expressões que marcadamente assinalem que se trata (também) de informação partilhada: cf. *a rapariga, que, como sabes, não gostava de salmão, comeu sardinhas*.

Em contrapartida, numa frase com uma oração relativa restritiva dentro de uma construção definida, a oração relativa tem o estatuto de informação partilhada, e não nova, visto que faz parte do material que contribui para a identificação do referente e está sob o escopo do artigo definido, que veicula informação partilhada. Ou seja, na frase *a rapariga que não gostava de salmão comeu sardinhas*, é todo o sintagma nominal *a rapariga que não gostava de salmão* que tem o estatuto de informação partilhada, e apenas o predicado *comeu sardinhas* constitui informação nova. Por este motivo, não existe equivalência semântica ou discursiva entre a frase com a oração relativa restritiva e a frase com coordenação *a rapariga* [*não gostava de salmão e comeu sardinhas*]. Além disso, na interpretação da frase com a oração relativa restritiva, a pessoa que comeu sardinhas não é identificada apenas pela propriedade de ser uma rapariga, mas também pela propriedade de não gostar de salmão, identificação essa que se perde na frase com coordenação.

Quando as orações relativas têm um antecedente indefinido de referência específica (cf. Cap. 22), esbate-se a diferença semântica e discursiva entre os dois tipos. Uma vez que o determinante indefinido é característico de sintagmas nominais que introduzem informação nova no discurso, as orações relativas restritivas sob o escopo desse tipo de determinantes constituem, naturalmente, informação nova, tal como as orações relativas apositivas, como vimos acima.

Por conseguinte, em construções indefinidas, ambos os tipos de orações relativas podem ser usados, com maior ou menor sucesso, para delimitar o conjunto descritivo ao qual pertence o referente do sintagma nominal, que, por ser indefinido – informação nova –, não pode ser devidamente identificado pelo ouvinte. A título ilustrativo, considerem-se as seguintes frases:

(ii) a. Uma irmã minha, *que vive na Alemanha*, gosta muito de cães. [oração relativa apositiva]
b. Uma irmã minha *que vive na Alemanha* gosta muito de cães. [oração relativa restritiva]

Ao usar o artigo indefinido com um valor específico, o falante tem alguém em mente, mas assume que o seu interlocutor não está em condições de proceder à sua identificação. Além disso, o artigo indefinido não veicula a ideia de unicidade que o artigo definido tem; ou seja, não se implica de forma alguma, ao usá-lo, que existe apenas um referente com as características descritas no grupo nominal. No caso de (iia), isso significa que o falante pode ter mais do que uma irmã, e, no caso de (iib), que pode ter mais do que uma irmã que viva na Alemanha (entre outras possíveis que não vivam na Alemanha)[73].

Por outras palavras, em qualquer dos casos, o ouvinte não tem condições para identificar adequadamente o referente, mas a oração relativa, quer seja restritiva (modificando o nome e restringindo o conjunto por ele denotado) quer seja apositiva (introduzindo um comentário sobre o referente do sintagma nominal antecedente), permite-lhe limitar a procura do referente nas entidades que são simultaneamente irmãs do falante e que vivem na Alemanha.

Devido a esta equivalência entre os dois tipos de orações, é agora possível construir uma frase com coordenação dos dois predicados, ambos com o estatuto de comentário, equivalente quer à estrutura com uma relativa restritiva quer à estrutura com uma relativa apositiva: cf. *uma irmã minha vive na Alemanha e gosta muito de cães*, equivalente semanticamente aos dois exemplos de (ii).

As orações relativas restritivas e apositivas com determinantes definido e indefinido distinguem-se igualmente pelas inferências que permitem. Considere-se em primeiro lugar o seguinte par, envolvendo um determinante definido e uma oração relativa apositiva:

(iii) a. A rapariga, *que não gosta de salmão*, comeu sardinhas.
b. A rapariga comeu sardinhas.

Como vimos acima, (iiib) tem as mesmas condições de verdade de (iiia): abstraindo da informação adicional veiculada pela oração relativa, descreve adequadamente a mesma situação, porque o referente do sintagma nominal sujeito é identificado, em ambas as frases, pelo mesmo sintagma nominal, *a rapariga*. Por ter as mesmas condições de verdade, (iiib) pode ser inferida a partir de (iiia).

[73] No entanto, do ponto de vista pragmático, em (iib) favorece-se a leitura em que o falante tem apenas uma irmã que vive na Alemanha, devido ao uso da oração relativa restritiva, que convida frequentemente a uma interpretação unívoca do referente. Na situação em que o falante tem mais do que uma irmã que vive na Alemanha, provavelmente usaria uma construção partitiva como *uma das minhas irmãs que vivem na Alemanha gosta muito de cães*.

Quando o determinante é definido e a oração relativa é restritiva (cf. (iva)), a situação é diferente. (iva) não permite inferir (ivb), pois já não tem as mesmas condições de verdade:

(iv) a. A rapariga *que não gosta de salmão* comeu sardinhas.
b. A rapariga comeu sardinhas.

Isso deve-se ao facto de o sintagma nominal que identifica o referente do sujeito da frase ser diferente nos dois casos. Assim, enquanto de (ivb) se pode inferir que existe apenas uma rapariga no contexto discursivo, de (iva) apenas se pode inferir que existe somente uma rapariga que não gosta de salmão, podendo, no entanto, haver outras raparigas nesse contexto. Ou seja, (ivb) dir-se-á naturalmente num contexto em que está presente uma só rapariga e (iva) num contexto em que há mais de uma rapariga, embora só uma não goste de salmão. De (iva), no entanto, pode inferir-se (v), com um artigo indefinido no sintagma nominal sujeito:

(v) Uma rapariga comeu sardinhas.

Do ponto de vista lógico, esta inferência deve-se ao facto de o subconjunto denotado pelo grupo nominal *rapariga que não gosta de salmão* ser um subconjunto do conjunto mais vasto das raparigas. Crucialmente, em (v), contrariamente a (ivb), não se identifica o referente do sujeito nem se pressupõe que existe apenas uma rapariga no contexto situacional, logo a inferência é permitida. Pela mesma razão, é também possível inferir (v) a partir de (vi), com um sintagma nominal indefinido contendo uma oração relativa restritiva:

(vi) Uma rapariga *que não gosta de salmão* comeu sardinhas.

39.5 O antecedente das orações relativas de nome

Nesta secção abordam-se algumas questões que têm que ver com o tipo de constituinte que pode funcionar como antecedente explícito das orações relativas, quer apositivas quer restritivas.

Uma das diferenças mais evidentes entre os antecedentes destas duas grandes classes de orações relativas já foi discutida: as relativas apositivas podem ter antecedentes frásicos (cf. *as pessoas continuam a procurar as grandes cidades, o que causa desertificação rural*), mas as relativas restritivas não podem (cf. 39.1.3). Além disso, as orações relativas apositivas podem ter como antecedente um adjetivo predicativo (cf. (111a)), mas as orações relativas restritivas não podem[74]. Para que um adjetivo possa ser antecedente de uma oração relativa restritiva, tem de ser nominalizado e introduzido por um determinante, como em (111b) (cf. Brito 2003a):

(111) a. O gato é noctívago, *o que o cão não é*.
b. Já não sou a ingénua *que fui*.

Como se notou em 39.4 (cf. (109) e a discussão sobre esses exemplos), os pronomes pessoais de 3.ª pessoa não podem ser antecedentes de orações relativas restritivas. O uso de outros pronomes pessoais como antecedentes de orações relativas

[74] Os adjetivos que podem funcionar como antecedentes, no entanto, são os que representam estados estáveis e selecionam a cópula *ser*, não os que representam estados episódicos e selecionam as cópulas *estar* ou *ficar* (cf. Caps. 17 e 30): contraste-se (111a) com a impossibilidade de, p.e., ***o João está/ficou doente, o que a Maria não está/ficou*.

restritivas é extremamente condicionado por questões discursivas, uma vez que os pronomes pessoais, por si próprios, constituem já sintagmas nominais referenciais autónomos e, por conseguinte, não aceitam facilmente outros modificadores que contribuam para o seu valor referencial. Assim, o uso de um pronome de 2.ª pessoa com uma oração relativa restritiva só é possível se houver vários interlocutores a quem o falante se dirige, dentro dos quais quer delimitar um subconjunto. Tipicamente, nestes casos, toda a construção relativa tem um valor vocativo: cf., por exemplo, (*ó*) *tu que estás sentado, levanta-te imediatamente!* Ao modificar o pronome com uma oração relativa restritiva, o falante delimita, dentro de um grupo vasto de pessoas (de ouvintes), um indivíduo particular ao qual se aplica a propriedade introduzida pela oração relativa ('estar sentado', no exemplo).

O pronome pessoal de 1.ª pessoa do singular não permite, geralmente, a modificação através de uma oração relativa restritiva, por não haver qualquer ambiguidade na identificação do falante. No entanto, a modificação é possível se o falante quiser individualizar características da sua personalidade, sendo nesse caso o pronome utilizado como um nome comum, desencadeando concordância de 3.ª pessoa, o que é comprovado pela presença de especificadores apropriados: cf. *o meu* **eu** *que odeia Dali não me deixa gostar de Pink Floyd*.

Na 1.ª pessoa do plural, a construção é menos restringida, servindo para identificar um subconjunto dentro do conjunto possível de entidades nas quais se inclui o falante, quando o contexto discursivo ou situacional não é suficiente: cf. *nós que gostamos de Dali nunca percebemos Picasso*[75]. Esta frase distingue-se da correspondente com uma relativa apositiva, *nós, que gostamos de Dali, nunca percebemos Picasso*, na qual o conjunto de entidades que inclui o falante já está previamente definido no discurso.

Com nomes próprios, são possíveis tanto orações relativas restritivas como orações relativas apositivas. Com orações relativas restritivas, a construção relativa refere o indivíduo ou indivíduos que constituem a interseção do conjunto das pessoas (ou locais) que têm a propriedade de se chamarem tal ou tal e o conjunto das pessoas (ou locais) com a propriedade atribuída pela oração relativa. Assim, em (112a), o falante refere um grupo particular constituído pela interseção do conjunto das pessoas que se chamam Ana e das pessoas que ele conhece; e, em (112b), o falante identifica cada uma das Marias referidas através de uma propriedade dada pelas orações relativas (cf. Cap. 26)[76]:

---

[75] Note-se que esta frase é parafraseável por uma construção apositiva que contém uma oração relativa restritiva: *nós, os que gostamos de Dali, nunca percebemos Picasso*. Aqui, o aposto é *os* [-] *que gostamos de Dali*, com um nome nulo com o sentido de 'pessoas' (representado por "[-]"), a oração relativa *que gostamos de Dali* é restritiva, modificando o nome nulo, e *os* é o artigo definido, no uso que a gramática tradicional chama "pronome demonstrativo" (cf. Caps. 22 e 23).

[76] Repare-se que em (112) os nomes próprios são usados referencialmente, exatamente como seriam se não fossem modificados pela oração, e independentemente de estarem no singular ou no plural. Na perspetiva do Cap. 26, os nomes próprios, no seu uso referencial, são livremente modificáveis por orações relativas e outros modificadores restritivos. Este uso referencial dos nomes próprios distingue-se do uso denominativo, exemplificado, p.e., em *ela chama-se Ana*. Neste uso, os nomes próprios só podem, efetivamente, ser associados a orações relativas apositivas, que apelam explicitamente para o sentido denominativo: cf., por exemplo, *ela chama-se Ana, que é um nome muito bonito*.

(112) a. As Anas *que eu conheço* são todas muito simpáticas.
b. A Maria *que cresceu comigo* é muito mais simpática que a Maria *que mora no 3.º andar*!

O uso de uma oração relativa restritiva com um nome próprio também pode servir para designar fases diferentes (estádios) da vida de uma pessoa (cf. (113a)) ou, simplesmente, para introduzir uma perspetiva sobre a pessoa, através da qual se deve interpretar a predicação (cf. (113b)):

(113) a. A Isabel *que cresceu comigo* é muito diferente da Isabel *que acabou de ser nomeada ministra*.
b. A Filipa *que eu conheço* não namorava com aquele rapaz!

Os nomes próprios, no singular ou no plural, também podem ser associados a orações relativas apositivas:

(114) a. O Pedro, *que é geralmente um excelente professor*, hoje deu uma aula péssima.
b. As Anas, *que estão doentes*, não vieram trabalhar.

Uma frase como (114b) pode ser proferida no contexto de uma empresa em que trabalhem várias pessoas chamadas *Ana* que, por coincidência, tenham adoecido ao mesmo tempo.

Os sintagmas nominais com interpretação indefinida e não específica (ou seja, não referenciais; cf. Cap. 20.3.4.1) introduzidos por quantificadores como *algum*, *cada*, *nenhum* ou *qualquer* só aceitam orações relativas restritivas:

(115) a. Nenhuma criança *que gosta/goste de gelados* diz que não a um perna de pau. (vs. **nenhuma criança, que gosta/goste de gelados, diz que não a um perna de pau*)
b. Qualquer criança *que gosta/goste de gelados* pede um quando chega à praia. (vs. **qualquer criança, que gosta/goste de gelados, pede um quando chega à praia*)

Uma vez que só as orações relativas restritivas aceitam antecedentes integrados em sintagmas nominais não referenciais, só estas podem ter o verbo num tempo do modo conjuntivo quando a construção relativa tem a interpretação virtual típica dos contextos opacos (cf. Cap. 19 e Caixa [8] do Cap. 22):

(116) a. Procuro um aluno *que saiba o que é um verbo abundante*.
b. *Procuro um aluno, *que saiba o que é um verbo abundante*.

Por fim, são possíveis construções relativas com mais do que uma oração relativa restritiva, como se exemplifica em (117), onde se coloca cada uma das orações entre parênteses retos[77]:

(117) O aluno [*que teve negativa*] [*com quem mais simpatizo*] é o Duarte.

[77] Esta propriedade é mais geral: um sintagma nominal pode conter mais de um modificador restritivo, independentemente da classe sintagmática deste.

Nesta frase, cuja estrutura mais completa se representa em (118), existem, na realidade, dois antecedentes distintos para cada uma das orações relativas (apesar de serem dois antecedentes distintos, têm um núcleo nominal comum): para a primeira oração relativa (*que teve negativa*), o antecedente (sublinhado) é o nome *aluno*. Por sua vez, para a segunda (*com quem mais simpatizo*), o antecedente (em negrito) é o grupo nominal constituído pelo nome e pela primeira oração relativa (i.e., *aluno que teve negativa*). Ou seja, a restrição introduzida por esta última oração aplica-se ao conjunto dos alunos que tiveram negativa e não apenas ao conjunto dos alunos.

(118) O **aluno que teve negativa** *com quem mais simpatizo* é o Duarte.

Estas estruturas são chamadas **empilhamentos** na literatura sobre orações relativas[78]. Trata-se de um processo que não deve ser confundido com a possibilidade de, num mesmo sintagma nominal, haver várias orações relativas que modificam grupos nominais diferentes (e com núcleos diferentes), como em (119):

(119) A professora [*que chumbou o aluno* [*que entregou o trabalho* [*que tinha as páginas truncadas*]]] tem uma péssima reputação.

Nesta frase existe um sintagma nominal complexo com três orações relativas (em itálico e assinaladas pelos parênteses retos), cada uma com o seu antecedente (sublinhado): (i) *que tinha as páginas truncadas*, que modifica o nome *trabalho*; (ii) *que entregou o trabalho que tinha as páginas truncadas*, que modifica o nome *aluno*; e (iii) *que chumbou o aluno que entregou o trabalho que tinha as páginas truncadas*, que modifica o nome *professora*.

Em contraste com (117) e (118), não é possível empilhar orações relativas apositivas (ou qualquer outro tipo de aposto) num sintagma nominal, como se vê pela impossibilidade de ***o Duarte** [*, que teve negativa*] [*, com quem simpatizo*], *é muito atencioso*. Para que um sintagma nominal possa conter duas orações relativas apositivas (ou, mais geralmente, dois apostos), estas têm de ser coordenadas, formando, na realidade, uma única estrutura de aposição: cf. *o Duarte* [[*, que teve negativa*] *e/mas* [*com quem simpatizo*]], *é muito atencioso* (neste caso, o antecedente para as duas orações relativas é igual, ao contrário do que acontece nos empilhamentos de orações relativas restritivas).

39.6 Orações relativas de antecedente implícito

Nesta secção, descrevem-se algumas propriedades das construções com orações relativas de antecedente implícito.

39.6.1 Propriedades do antecedente implícito

Foram descritas ao longo deste capítulo várias construções relativas com antecedente nominal implícito (cf. 39.1.1 e 39.3). Nestas construções, que se ilustram de novo em (120), os traços semânticos do pronome relativo permitem reconstruir

[78] Na terminologia inglesa, "*stacked relative clauses*".

traços correspondentes no nome não realizado foneticamente que funciona como antecedente (cf. 39.2.3)[79]:

(120) a. *Quem me deu aquele livro* não me conhece de todo.
b. A Joana encontrou *quem procurava*.
c. Em Paris, ele dorme *onde calha* (*dormir*).
d. *Quando me deram a notícia*, até pulei de alegria.
e. Aprendi a fazer rissóis *como a minha avó fazia*.

Estes traços podem ocorrer num antecedente explícito nominal de valor semântico muito geral, em orações relativas correspondentes às de (120), como se ilustra em (121):

(121) a. A **pessoa** *que me deu aquele livro* não me conhece de todo.
b. A Joana encontrou a **pessoa** *que procurava*.
c. Em Paris, ele dorme nos **sítios** *em que calha* (*dormir*).
d. No **momento** *em que me deram a notícia*, até pulei de alegria.
e. Aprendi a fazer rissóis da **maneira** *como a minha avó fazia*.

Em determinadas circunstâncias discursivas, as orações relativas de antecedente implícito são mais naturais e económicas do que as orações correspondentes com um antecedente explícito. Tipicamente, isto acontece quando o falante considera que a informação específica sobre o antecedente é irrelevante; quando não tem informação adicional sobre o antecedente para além daquela que é codificada nos traços semânticos; quando essa informação é evidente no contexto discursivo ou situacional; ou ainda quando o falante tem a intenção de criar um sentido de quantificação universal, como, p.e., em *quem não comer a sopa não come a sobremesa*, que se pode parafrasear, utilizando uma variável lógica, como 'para todo o *x*, tal que *x* não come sopa, então *x* não come sobremesa'[80].

A hipótese de que também nas construções relativas como (120) existe um antecedente tem como consequência manter uniformidade de análise das construções relativas em geral (cf. Móia 1992a), pois permite analisar as orações relativas com e sem antecedente explícito como modificadores restritivos de um nome. Essa uniformidade traduz-se numa semelhança estrutural entre os dois tipos, na medida em que se postula um nome nulo implícito como antecedente nos exemplos de (120), paralelo ao nome explícito dos exemplos de (121), o que se ilustra em (122)-(126) (representa-se o antecedente implícito através da notação "[-]"):

(122) a. [$_{SN}$ **[-]** *Quem me deu aquele livro*] não me conhece de todo.
b. [$_{SN}$ A [[**pessoa**] *que me deu aquele livro*]] não me conhece de todo.

(123) a. A Joana encontrou [$_{SN}$ **[-]** *quem procurava*].
b. A Joana encontrou [$_{SN}$ a [**pessoa**] *que procurava*]].

[79] Estes traços, como vimos, são [±humano], [±lugar], [±tempo] e [±modo].
[80] O facto de as orações relativas com antecedente implícito serem adequadas a contextos de quantificação universal faz que sejam abundantes em aforismos: cf., por exemplo, *quem casa quer casa*, *quem vai ao mar perde o lugar*, *onde há fumo há fogo*, e ainda na linguagem publicitária – cf., por exemplo, *quem vê quer ver* (*slogan* da RTP2).

(124) a. Em Paris, ele dorme [$_{SP}$ [$_{SN}$ **[-]** *onde calha* (*dormir*)]].
b. Em Paris, ele dorme [$_{SP}$ em [$_{SN}$ os [**sítios**] *em que calha* (*dormir*)]].

(125) a. [$_{SP}$ [$_{SN}$ **[-]** *Quando me deram a notícia*]], até pulei de alegria.
b. [$_{SP}$ Em [$_{SN}$ o [**momento]** *em que me deram a notícia*]], até pulei de alegria.

(126) a. Aprendi a fazer rissóis [$_{SP}$ [$_{SN}$ **[-]** *como a minha avó fazia*]].
b. Aprendi a fazer rissóis [$_{SP}$ de [$_{SN}$ a [**maneira**] *como a minha avó fazia*]].

As estruturas (a) destes exemplos revelam outro aspeto interessante das construções relativas com antecedente implícito: apesar de o antecedente das orações relativas restritivas excluir o determinante (cf. 39.1) e apesar de as orações relativas de antecedente implícito serem sempre restritivas, nestas construções o determinante também está omisso. Ou seja, da construção relativa no seu todo, o único material explicito é a oração relativa[81].

> [19] A gramática tradicional trata as frases (120a,b) de forma diferente das suas correspondentes em (121a,b), chamando às primeiras "orações substantivas relativas"[82], por oposição às segundas, chamadas "orações adjetivas relativas", e atribuindo-lhes a função gramatical de sujeito (cf. (120a)) ou de complemento direto (cf. (120b)). Contudo, estas construções são bastante diferentes daquelas em que a função de sujeito é desempenhada diretamente por uma oração completiva (cf. Cap. 36), quer declarativa (cf. *que estivesse a chover torrencialmente aborreceu a Maria*) quer interrogativa (cf. *não é claro quem roubou os ovos*)[83].
>
> Para as frases (120c-e) e (121c-e), também o tratamento não é homogéneo. Para as primeiras, prevalecem as suas propriedades semânticas, sendo tratadas como orações subordinadas adverbiais, p.e., de tempo (cf. (120d))[84] ou comparativa (cf. (120e)). Para as segundas, em contrapartida, prevalecem as propriedades sintáticas e são classificadas como orações adjetivas relativas.
>
> Outro ponto que vale a pena assinalar (já referido a propósito de *onde*; cf. 39.3.7.1) é o seguinte: nas construções com orações relativas de antecedente implícito que têm uma função adverbial de lugar ou de tempo, não é só o determinante da construção relativa que está omisso, mas também a preposição que normalmente introduz os constituintes com esse valor semântico, tipicamente a preposição *em* (cf. (121c,d), respetivamente *nos sítios* e *no momento*).

Existem outras orações superficialmente semelhantes às relativas de antecedente implícito, mas com propriedades diferentes, ilustradas em (127)[85]. Nestas, apenas o antecedente nominal se encontra omisso, não o determinante do antecedente, que pode ser um artigo definido (cf. (127a,d)) ou um determinante demonstrativo (cf. (127b,c))[86]:

---

[81] A integração das orações relativas no sintagma nominal que forma a construção relativa é tão forte nestes casos que alguns autores, na literatura sobre o assunto em língua inglesa, as designam "relativas fundidas" (*fused relatives*).

[82] Cf. *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* (1967).

[83] Sobre as diferenças entre orações interrogativas indiretas e orações relativas com antecedente implícito, cf. Caixa [20].

[84] Estas orações são analisadas como subordinadas adverbiais temporais no Cap. 38.

[85] Estas orações já foram discutidas em 39.3.2, a propósito da locução relativa *o que*.

[86] Ao artigo definido, nestes contextos, a gramática tradicional chama "pronome demonstrativo" (cf. 39.3.2 e Cap. 23).

(127) a. Vou dizer aos alunos que [$_{SN}$ os [-] *que quiserem ir almoçar*] têm de ir já.
b. (Museus) só visitei [$_{SN}$ aqueles [-] *que abriam de tarde*].
c. (Restaurantes) frequento [$_{SN}$ esses [-] *onde se come mesmo bem*].
d. (Namorados) [$_{SN}$ os [-] *de que*(*m*) *mais gosto*] ficam amigos para a vida.

Trata-se, neste caso, de construções que manifestam elipse do nome que funciona como antecedente da oração relativa. Este é, no entanto, recuperado contextualmente, quer por ser idêntico a um nome que ocorre no discurso anterior, quer por existir na situação da enunciação um referente saliente que permite reconstruir um nome adequado[87]. Dado o tratamento da elipse proposto nesta Gramática (cf. Cap. 45), estas construções devem, pois, ser assimiladas às construções em que a oração relativa tem um antecedente explícito, com um valor semântico específico, omitido (apenas) na parte fonética da organização gramatical. Ou seja, não se trata de verdadeiras orações relativas de antecedente implícito, como as de (120). Nestas, não só o nome antecedente mas também o determinante estão omissos; além disso, o antecedente omisso tem características semânticas e discursivas muito diferentes; nomeadamente, não é recuperado a partir do contexto discursivo ou situacional, mas sim a partir dos traços semânticos de natureza geral presentes no pronome relativo (cf. Nota 79).

39.6.2 Conformidade categorial

As orações relativas com antecedente implícito, exemplificadas em (120), obedecem a determinadas condições que se relacionam com as classes sintagmáticas do constituinte relativo e da construção relativa[88]. Por exemplo, em construções em que os dois constituintes são preposicionados, a preposição que os introduz tem, geralmente, de ser idêntica (cf. (135)).

Recorde-se que a construção relativa é o sintagma nominal que inclui a oração relativa, o seu antecedente nominal e o especificador desse antecedente. A construção relativa está por vezes incluída num grupo maior, geralmente um sintagma preposicional. Assim, p.e., em *telefonei à rapariga com a qual saí ontem à noite*, a construção relativa é todo o SN *a rapariga com a qual saí ontem à noite*, que faz parte do sintagma preposicional *à rapariga com a qual saí ontem à noite*, um constituinte subcategorizado pelo verbo da oração principal[89].

Por sua vez, o constituinte relativo é o grupo que inclui o pronome relativo e, quando este é um complemento oblíquo ou um adjunto da oração relativa, a preposição que o introduz[90]. Na frase dada como exemplo no parágrafo anterior, o constituinte relativo é *com a qual*, um adjunto adverbial dessa oração.

---

[87] Sobre estas construções, cf. Caps. 20, 22, 23 e 45.

[88] Cf. Brito (1991a) e Móia (1992a).

[89] Nesta frase, o sintagma preposicional é selecionado (e subcategorizado) pelo verbo *telefonar*. Com outros verbos, em frases ilustradas ao longo deste capítulo, o sintagma preposicional pode ser um adjunto adverbial. Recorde-se que a subcategorização codifica a classe sintagmática dos argumentos selecionados por um verbo – p.e., se o argumento é um sintagma nominal ou um sintagma preposicional – e, no caso de ser um sintagma preposicional, qual a preposição particular que o introduz (cf. Cap. 28); assim, p.e., o verbo *telefonar* subcategoriza um sintagma preposicional introduzido pela preposição *a* (cf. *telefonar a alguém*).

[90] O constituinte relativo pode também conter o nome modificado pelo pronome relativo, mas esses casos são irrelevantes nesta subsecção (cf. 39.2, 39.3.4 e 39.3.5).

Quando o constituinte relativo é um sintagma nominal (sujeito ou complemento direto na oração relativa), a construção relativa na oração principal pode ser um sintagma nominal, com a função de sujeito (cf. (128)) ou de complemento direto (cf. (129)), ou pode estar incluída num sintagma preposicional com a função de complemento indireto (cf. (130)) ou de complemento oblíquo (cf. (131))[91]:

(128) a. [[*Quem*]$_{SUJ}$ *não comer sopa*]$_{SUJ}$ não come sobremesa.
b. [[*O que*]$_{CD}$ *eu vi naquele canil*]$_{SUJ}$ deixou-me deprimida.

(129) a. Vou premiar [[*quem*]$_{SUJ}$ *entregou todos os tpc*]$_{CD}$.
b. Deixa-me descrever-te [[*o que*]$_{CD}$ *vi naquele canil*]$_{CD}$.

(130) a. Ofereço um doce [a [*quem*]$_{SUJ}$ *entregar o teste primeiro*]$_{CI}$.
b. Dei um beijo [a [*quem*]$_{CD}$ *vi na sala*]$_{CI}$.

(131) a. Conversei [com [*quem*]$_{SUJ}$ *estava na sala*]$_{CObl}$.
b. Conversei [com [*quem*]$_{CD}$ *vi na sala*]$_{CObl}$.

Em contrapartida, quando a construção relativa é um sintagma nominal na oração principal (com a função de sujeito ou de complemento direto), as frases tornam-se marginais, ou mesmo agramaticais, se o constituinte relativo for preposicionado (independentemente da sua função na oração relativa: complemento indireto nos exemplos (a) de (132) e (133), complemento oblíquo nos exemplos (b) e adjunto adverbial nos exemplos (c)):

(132) a. ??[[*A quem*]$_{CI}$ *tu deste o anel da bisavó*]$_{SUJ}$ já não te liga.
b. ??[[*Com quem*]$_{CObl}$ *tu namoraste*]$_{SUJ}$ namora-me agora a mim.
c. ??[[*Com quem*]$_{ADJU}$ *eu fui ao cinema*]$_{SUJ}$ não me liga nenhuma.

(133) a. *Elogiei [[*a quem*]$_{CI}$ *os alunos entregaram os trabalhos*]$_{CD}$.
b. *Elogiei [[*com quem*]$_{CObl}$ *tu namoraste*]$_{CD}$.
c. *Maltratei [[*com quem*]$_{ADJU}$ *fui ao cinema*]$_{CD}$.

Quando a construção relativa e o constituinte relativo são ambos preposicionados, as preposições de um e de outro têm de ser idênticas, embora apenas uma delas possa ocorrer explicitamente, como se ilustra em (134):

(134) a. A miúda conversava *com quem eu estava a brincar*. (vs. **a miúda conversava* ***com*** *com quem eu estava a brincar*)
b. A miúda ofereceu carrinhos *a quem eu dei a pista de automóveis*. (vs. **a miúda ofereceu carrinhos* ***a*** *a quem eu dei a pista de automóveis*)

Em (134a), o verbo *conversar* subcategoriza um sintagma preposicional introduzido pela preposição *com* e o verbo *brincar* admite um adjunto adverbial (comitativo) introduzido também pela preposição *com* (cf. Cap. 32); as duas preposições são idênticas e a frase é aceitável. Em (134b), os dois verbos selecionam um complemento indireto introduzido pela preposição *a*, e de novo a frase é aceitável. No entanto,

[91] Nos exemplos, indica-se através de um subíndice à direita dos parênteses a função quer do constituinte relativo quer da construção relativa (ou do constituinte de que faz parte): "SUJ" = sujeito, "CD" = complemento direto, "CI" = complemento indireto, "CObl" = complemento oblíquo e "ADJU" = adjunto adverbial.

apenas uma das preposições pode ocorrer, como se vê pela agramaticalidade dos exemplos entre parênteses.

Se as preposições que introduzem a construção relativa e o constituinte relativo não são idênticas (tendo, portanto, ambas de ocorrer explicitamente), as frases resultantes não são aceitáveis, como se ilustra em (135):

(135) a. *A miúda bateu **a** *com quem eu estava a brincar*.
b. *A miúda brincava **com** *a quem eu dei um livro*.

Na literatura linguística contemporânea, chama-se a este fenómeno **conformidade categorial**. O fenómeno tem dois aspetos: (i) se o constituinte relativo é introduzido por uma preposição, a construção relativa tem de ser introduzida por uma preposição idêntica (cf. (132)-(134)); e (ii) só uma das preposições pode ocorrer explicitamente na frase (cf. (135)).

Além da identidade de preposições, há outros fatores em jogo nestas construções; assim, p.e., são geralmente mais aceitáveis as frases em que as duas preposições têm o mesmo valor semântico do que aquelas em que esse valor é diferente (cf. Móia 1992a), como se ilustra em (136)[92]:

(136) a. ?A miúda sorriu *a quem o irmão deu um empurrão*. (comparar com (134b))
b. ??A miúda aproximou-se *de quem tu falavas*.

A aceitabilidade das construções é completa quando o verbo da oração principal é idêntico ao verbo da oração relativa:

(137) a. Nós só respondemos *a quem formos obrigados a responder*!
b. Eu discordo *de quem todos discordam*.
c. Ele luta *contra quem eu já lutei*.

Constituem casos particulares deste tipo as frases em que o verbo da oração relativa é elíptico (cf. Cap. 45) como em *nós só respondemos a quem formos obrigados ~~a responder~~, eu discordo de quem vocês quiserem ~~que eu discorde~~* (a elipse é indicada pela rasura).

Quando a oração relativa de antecedente implícito tem um valor locativo, com o pronome *onde*, existem diferentes possibilidades. Se a construção relativa não for preposicionada, o constituinte relativo também não pode ser preposicionado, como se ilustra em (138) (recorde-se que *onde* com valor locativo estático não é introduzido por preposição):

(138) a. Em Faro, estive *onde estudou a minha mãe*.
b. *Em Paris, dormi *de onde parte o TGV*.

Em contrapartida, se a construção relativa for preposicionada, o constituinte relativo pode ser não preposicionado, como em (139a) (na oração relativa de (139a), *onde* tem um valor locativo estático). O constituinte relativo também pode ser preposicionado, mas, neste caso, a preposição, bem como o seu valor semântico,

[92] Em (136a), tanto *sorrir* como *dar* (*um empurrão*) subcategorizam um sintagma preposicional introduzido por *a* (cf. *sorrir a alguém* e *dar um empurrão a alguém*); em (136b), os dois verbos subcategorizam um sintagma preposicional iniciado por *de* (cf. *aproximar-se de alguém* e *falar de alguém*).

tem de ser compatível com o verbo da oração principal e, de novo, a preposição só ocorre uma vez, como se ilustra no contraste entre (139b) e (139c) (cf. *ir/caminhar até um lugar*):

(139) a. No domingo, caminhei até *onde nidificam as garças*.
b. No domingo caminhei *até onde tu foste no sábado*.
c. *No domingo caminhei até *de onde emigram as garças*.

Nem todas as construções com orações relativas de antecedente implícito obedecem à conformidade categorial[93], nomeadamente aquelas em que a oração relativa é argumento de um verbo existencial, como *aparecer*, *arranjar*, *haver*, *surgir*, ou usado existencialmente, como *ter* (cf. 39.3.1). Nestas construções, o leque das combinações entre as classes sintagmáticas da construção relativa e do constituinte relativo não apresenta as restrições que se observam em (132) e (133), como se ilustra nos seguintes exemplos (com os verbos *aparecer* e *surgir*, a construção relativa é sujeito, e, com *ter* e *encontrar*, complemento direto):

(140) a. Apareceu [[*a quem*]$_{CI}$ *dar aqueles livros*]$_{SUJ}$. (comparar com (132a))
b. Finalmente surgiu [[*com quem*]$_{CObl}$ *conversar*]$_{SUJ}$. (comparar com (132b,c))

(141) a. Tenho [[*a quem*]$_{CI}$ *entregar o requerimento*]$_{CD}$. (comparar com (133a))
b. Encontrei [[*com quem*]$_{CObl}$ *namorar*]$_{CD}$. (comparar com (133b,c))

[20] As orações relativas com antecedente implícito (cf. (ia)) são superficialmente muito semelhantes às orações interrogativas indiretas parciais (i.e., iniciadas por um pronome interrogativo *qu-*, ou por um constituinte interrogativo contendo um tal pronome – cf. (ib) e Cap. 48). No entanto, o seu comportamento é bastante diferente, o que nos permite concluir que se trata de construções diferentes:

(i) a. Admiro *quem faz asa-delta em Portugal*.
b. Não sei *quem faz asa-delta em Portugal*.

Uma oração relativa com antecedente implícito, como a sequência em itálico de (ia), funciona como modificador de um nome que não está explícito. Em contrapartida, uma oração interrogativa indireta, como a sequência em itálico de (ib) (cf. Caps. 36 e 48), é o argumento de um verbo (ou de outro tipo de predicador) e denota pedido de informação ou desconhecimento sobre uma determinada situação ou parte dela. Em (ib), p.e., a oração interrogativa é argumento do verbo (*não*) *saber*.

Existem testes sintáticos que permitem distinguir entre os dois tipos de construções (cf. Móia 1992a). Apresenta-se em primeiro lugar um conjunto de "modificações sintáticas" que se podem fazer a frases com orações interrogativas indiretas, mas não a frases com orações relativas de antecedente implícito. Todas essas modificações envolvem substituição da oração interrogativa parcial por outra construção aparentada. As frases usadas como exemplo são as de (i).

A – substituição por uma oração interrogativa global, com o complementador *se*:

(ii) a. *Admiro *se os jovens fazem asa-delta em Portugal*.
b. Não sei *se os jovens fazem asa-delta em Portugal*.

[93] Cf. Brito (1991a) e Móia (1992a, 2001).

B – substituição por uma oração introduzida pelo pronome *qual*, seguido de *ser* com valor de identidade:

(iii) a. *Admiro *quais são as pessoas que fazem asa-delta em Portugal*.
b. Não sei *quais são as pessoas que fazem asa-delta em Portugal*.

C – substituição por uma oração na qual ocorre o determinante interrogativo *que* seguido de um grupo nominal:

(iv) a. *Admiro *que pessoas fazem asa-delta em Portugal*.
b. Não sei *que pessoas fazem asa-delta em Portugal*.

D – inserção de *é que* à direita do pronome *qu-*, impossível em orações relativas:

(v) a. *Admiro *quem é que faz asa-delta em Portugal*.
b. Não sei *quem é que faz asa-delta em Portugal*.

E – substituição de toda a estrutura pelo pronome *isso*[94]:

(vi) a. #Admiro *isso*. (impossível com o mesmo significado de (ia))
b. Não sei *isso*.

F – substituição por uma oração com o pronome *qu-* preposicionado, impossível nas orações relativas com antecedente implícito devido ao requisito de conformidade categorial, que não se aplica às construções com orações interrogativas:

(vii) a. *Admiro *de quem se fala em Portugal*.
b. Não sei *de quem se fala em Portugal*.

Apresenta-se agora um conjunto de modificações sintáticas que se podem fazer em frases com orações relativas de antecedente implícito, mas não em frases com orações interrogativas parciais indiretas. Estes testes assentam no facto de, nas frases com orações relativas, existir um sintagma nominal que contém a oração relativa e o antecedente implícito. Nesse sentido, se os testes anteriores consistem principalmente em substituições da oração interrogativa por uma estrutura frásica, os próximos testes consistem em substituições da oração relativa por uma estrutura nominal.

G – substituição por um sintagma nominal com os mesmos traços semânticos do pronome *qu-* (neste caso, o traço [+humano]):

(viii) a. Admiro *o João*.
b. *Não sei *o João*.

H – conversão da frase na sua totalidade da voz ativa para a voz passiva, com a concomitante mudança de função gramatical da construção em causa, de complemento direto para sujeito, só possível com oração relativa, visto esta estar incluída num sintagma nominal:

(ix) a. *Quem faz asa-delta em Portugal* é admirado por mim.
b. **Quem faz asa-delta em Portugal* não é sabido por mim.

Por fim, importa referir que alguns verbos aceitam as duas construções, como, p.e., *ver* ou *descobrir*, entre outros, dando origem a estruturas ambíguas, cuja classificação só é possível analisando o significado contextual da frase. Deste modo, uma frase

[94] Este teste apenas é válido quando a oração contém os pronomes *quem*, *onde*, *como* ou *quando*; com os pronomes *o que* ou *quanto*, ambos [–animado], quer a oração interrogativa quer a oração relativa podem ser substituídas por *isso* (cf. *adoro o que encontraste*, *não sei o que encontraste*, e as suas correspondentes com *isso*, *adoro isso* e *não sei isso*).

como *a imprensa desportiva vê quem faz asa-delta em Portugal* tanto pode conter uma oração interrogativa indireta – cf. *a imprensa desportiva vê se os jovens fazem asa-delta em Portugal* – como pode conter um sintagma nominal com uma oração relativa – cf. *a imprensa desportiva vê as pessoas que fazem asa-delta em Portugal*. No primeiro caso, *ver* é um verbo de cognição, com um significado equivalente ao de *aperceber-se*, *verificar*; no segundo, é um verbo de perceção sensorial, equivalente a *observar*.

39.7 Adjacência entre a oração relativa e o seu antecedente

Tipicamente, uma oração relativa ocorre adjacente ao seu antecedente, como se ilustra em (142), respetivamente com uma oração relativa restritiva e uma apositiva:

(142) a. Os chocos *que comi ontem* estavam estragados. (vs. **os chocos estavam estragados que comi ontem*)
b. A Mafalda, *que é uma boa amiga*, faz anos no sábado. (vs. **a Mafalda faz anos no sábado, que é uma boa amiga*)

No entanto, em registos menos formais[95], é possível quebrar a adjacência entre a oração relativa e o antecedente com um adjunto adverbial temporal, como em (143a,c), ou locativo, como em (143b,d) (as orações em (a) e (b) são restritivas; as de (c) e (d) são apositivas):

(143) a. Conheci um rapaz **ontem** *que namorou a Maria*.
b. Conheci um rapaz **no Porto** *que namorou a Maria*.
c. ?Conheci um rapaz **ontem**, *que namorou a Maria*.
d. ?Conheci um rapaz **no Porto**, *que namorou a Maria*.

Esta quebra de adjacência só é possível quando a construção relativa (que contém o antecedente) é indefinida, mas não quando é definida, quer com relativas restritivas (cf. (144a,b)), quer com relativas apositivas (cf. (144c,d)):

(144) a. *Conheci o rapaz **ontem** *que namorou a Maria*.
b. *Conheci o rapaz **no Porto** *que namorou a Maria*.
c. *Conheci o Pedro **ontem**, *que é um bom amigo da Mafalda*.
d. *Conheci o Pedro **no Porto**, *que é um bom amigo da Mafalda*.

Quando o antecedente da oração relativa é ou faz parte de um constituinte interrogativo com um determinante *qu-* (*que*, p.e.), é possível, também em registos informais, separar a oração relativa do seu antecedente. Enquanto este, como é usual

[95] Por vezes, no entanto, tem-se o fenómeno oposto. Como estas frases são marcadas, podem ser usadas para obter um efeito estilístico próprio de um contexto mais formal ou de um texto literário, como na seguinte frase: *Eram pouquíssimas as pessoas que tinham a coragem de pôr assim, publicamente, o dedo na ferida, e um pobre homem houve que teve de pagar o antipatriótico desabafo com uma tareia que, se não lhe acabou ali mesmo com a triste vida, foi só porque a morte havia deixado de operar neste país desde o princípio do ano* (Saramago, *Intermitências*, pág. 27). Nesta frase, o efeito estilístico provém da inversão das posições canónicas do verbo e do complemento direto (em rigor, da parte do complemento direto que antecede a oração relativa, pois a oração relativa faz parte do complemento direto, mas não acompanha o antecedente na inversão, daí a quebra de adjacência) – *um pobre homem houve* vs. *houve um pobre homem*. Não se trata, portanto, do mesmo tipo de quebra de adjacência existente nos exemplos em (143), causado simplesmente pela presença de um adjunto adverbial entre o antecedente e a oração relativa (sobre o estatuto de *haver* como verbo transitivo, selecionando um complemento direto, cf. Cap. 28).

nas estruturas interrogativas, ocorre no início da frase, a oração relativa ocorre no final, como se ilustra em (145):

(145) [Que filme] (é que) viste *que não prestava*?

Na língua-padrão, existe também um contexto em que, ao contrário do que possa parecer, a oração relativa não ocorre em adjacência ao seu antecedente. Trata-se, em concreto, do contexto de estruturas coordenadas, seja de sintagmas nominais, seja de sintagmas preposicionais. Quando existe coordenação, forma-se um constituinte composto (cf. Cap. 35), dentro do qual ocorre, de forma descontínua, o antecedente da oração relativa; assim, apenas há adjacência entre a oração relativa e a parte do antecedente contida no segundo termo coordenado (respetivamente *rapariga* e *a Ana* em (146)), como se verifica facilmente[96]:

(146) a. O rapaz e a rapariga *que conheci em Macau* escreveram-me.
b. Jantei com o Pedro e com a Ana, *que me disseram que iam casar*.

39.8 Orações relativas não canónicas

Além das construções descritas ao longo deste capítulo, o português apresenta dois tipos diferentes de orações relativas, consideradas marginais na língua-padrão e usualmente não descritas nas gramáticas normativas do português[97]. Mau grado esse estatuto, estas construções são utilizadas por falantes de diferentes grupos sociais, com variados graus de escolarização. Ocorrendo sobretudo na oralidade, em registos informais, é também possível encontrá-las em textos jornalísticos (cf. Peres e Móia 1995) ou mesmo literários[98].

> [21] A regularidade destas construções ultrapassa a dimensão do português, na medida em que os seus padrões são sistemáticos em diversas línguas, em que são também consideradas marginais ou não canónicas[99]. Acerca do seu caráter marginal, Deulofeu (1981) afirma que os falantes dispõem de um sistema sintático uniforme, que engloba todas as variantes possíveis das construções relativas, mas que, nalguns deles, esse sistema não se manifesta inteiramente, porque as possibilidades consideradas não canónicas são bloqueadas devido a normas de comportamento linguístico, que decorrem da pertença desses falantes a grupos sociais cultural e

[96] São também possíveis, para alguns falantes, estruturas oracionais coordenadas em que cada uma das orações contém um dos dois antecedentes da oração relativa única, podendo não haver, neste caso, adjacência da oração relativa com qualquer deles: cf. *conheci uma rapariga ontem e vi um rapaz hoje que tinham piercings nas mãos*.

[97] Na literatura linguística contemporânea, estas construções são referidas como "estratégias não canónicas de relativização" (cf. Brito 1991a, 1995, Peres e Móia 1995 e Alexandre 2000). Ainda que a gramática tradicional as ignore, em Cunha e Cintra (1984:347) dá-se uma abonação, de Carlos Drummond de Andrade, de uma oração relativa marginal, sem se referir o seu caráter desviante: *sei que estou plagiando nosso famoso cronista, [o qual, certa vez, deu-lhe na telha fazer essa comunicação ao jornal e aos leitores]*.

[98] Veja-se, por exemplo, *As horas passaram, todas as que foram necessárias para que o sol nascesse lá fora, não aqui nesta sala branca e fria, [onde as pálidas lâmpadas, sempre acesas, pareciam ter sido postas ali para espantar as sombras a um morto que tivesse medo da escuridão]* (Saramago, *Intermitências*, pág. 187) ou *Há mulheres [que a malta paga para se ver livre delas], caraças!* (J. R. Santos, *Fúria*, pág. 216).

[99] Cf. Deulofeu (1981), Blanche-Benveniste (1990) e Gadet (1995) para o francês; Prince (1990) para o inglês; Suñer (1998) para o espanhol; e Bianchi (2004) para o italiano.

linguisticamente tidos como de mais prestígio. A produção oral destas estruturas em português, mesmo por falantes mais escolarizados, confirma a sua disponibilidade na gramática da língua. Em situações de comunicação mais formais, alguns falantes conseguem eliminá-las do seu discurso, o que poderá explicar a reformulação dos seguintes enunciados, produzidos em situações em que os falantes tinham consciência de estarem a ser gravados:

(i) a. Na minha turma eu tive colegas mestiços *que ainda hoje, dos quais sou amiga*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn23)
b. E nós temos direito, esses direitos *que nós, pelos quais, eh, lutámos*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedin03)

Nestes enunciados, o primeiro constituinte relativo, *que*, é substituído (antes de se terminar a frase) por uma forma que se adequa normativamente à estrutura sintática da oração relativa efetivamente produzida (e possivelmente com isso evitando-se a marginalidade de *na minha turma eu tive colegas mestiços que ainda hoje sou amiga* (*deles*) ou de *e nós temos direito, esses direitos que nós lutámos*, frases que poderiam ter sido produzidas se não houvesse um gravador presente).

39.8.1 Orações relativas com estratégia cortadora

A primeira destas estruturas não canónicas consiste na seguinte simplificação do constituinte relativo: (i) eliminação de qualquer preposição que, de acordo com a função gramatical do constituinte relativo na oração relativa, deveria introduzir o pronome; (ii) uso sistemático do pronome relativo *que*. Estas construções são chamadas **orações relativas com estratégia cortadora** e ocorrem, naturalmente, quando o constituinte relativo corresponde a um sintagma preposicional. São sobretudo frequentes quando esse constituinte tem um valor temporal (cf. (147a)) ou locativo (cf. (147b,c))[100]:

(147) a. Não havia dia nenhum *que não saísse cataplanas*. (CRPC, C-ORAL-ROM, ppubdl07) (cf. *dia nenhum em que não saísse cataplanas*)
b. Porque, cada sítio *que nós íamos*, "ena são os portugueses". (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn08) (cf. *cada sítio a que nós íamos*)
c. Tens máquinas *que tu metes uma chave diária* e aquilo faz tudo sozinho. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn14) (cf. *máquinas em que tu metes uma chave diária*)

Estas orações ocorrem também com grande frequência quando o constituinte relativo é um complemento oblíquo introduzido por uma preposição com função puramente gramatical, tipicamente *de* ou *a*, e selecionado por verbos como *falar*, *gostar* ou *precisar* (cf. Cap. 32):

[100] Os exemplos desta subsecção são, em geral, extraídos do *corpus* de língua falada C-ORAL-ROM, construído para o português pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Para facilitar a leitura, simplificaram-se os exemplos e excluíram-se convenções de transcrição. Os nomes dos ficheiros de onde se retiraram aparecem entre parênteses no final de cada exemplo. Note-se que o documento *pnatco02* constitui o texto de uma conferência, num registo formal, e que os documentos *pmedsc02* e *pmedts02* são transcrições de programas de televisão e rádio, respetivamente, registos também considerados formais. As fontes de outros exemplos estão identificadas igualmente entre parênteses. Quando não houver qualquer referência à fonte do exemplo, este é extraído de Veloso (2007).

(148) a. Porque há coisas na cultura americana *que eu realmente não gosto*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl20) (cf. *coisas na cultura americana de que eu realmente não gosto*)
b. Os adolescentes não progridem através destas diferentes etapas de envolvimento *que eu falei*, separadamente. (CRPC, C-ORAL-ROM, pnatco02) (cf. *destas diferentes etapas de envolvimento de que eu falei*)
c. Nós temos obrigação e nós vamos ter os serviços *que o cliente precisa* (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedsc02) (cf. *serviços de que o cliente precisa*)
d. Porque há muitas coisas *que nós discordamos* (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedts02) (cf. *coisas de que nós discordamos*)

Embora menos frequentemente, a construção ocorre também quando o constituinte relativo é um complemento indireto (cf. (149a)) ou oblíquo, agora introduzido por uma preposição com valor semântico (cf. (149b)), ou ainda quando o constituinte relativo é complemento ou modificador de um nome da oração relativa (cf. (149c-e)):

(149) a. Nós estávamos com uns portugueses *que vir a Lisboa ao fim-de-semana não dá muito jeito*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl04) (cf. *portugueses a quem vir a Lisboa ao fim de semana* não dá muito jeito)[101]
b. Continente é a marca *que os portugueses mais confiam na sua categoria*. (anúncio televisivo) (cf. *a marca* {*na qual*/*em que*} *os portugueses mais confiam*)
c. Iam-nos levar ao, ao sítio *que nós andávamos à procura*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn08) (cf. *ao sítio de que nós andávamos à procura*)
d. Eles lá tinham dois tipos de rum. Tinham o rum normal, *que agora não me lembro do nome da marca*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl09) (cf. *o rum normal, de que agora não me lembro do nome da marca*)
e. Tenho direito político, *que não conheço o professor nem nunca fui a nenhuma aula*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn01) (cf. *Direito Político, de que não conheço o professor nem nunca fui a nenhuma aula*)

Os exemplos em (147)-(149) permitem concluir que estas orações relativas podem ocorrer com antecedentes definidos ou indefinidos e podem ser restritivas ou apositivas (os exemplos (149d,e) contêm orações relativas apositivas).

39.8.2 Orações relativas com estratégia de pronome de retoma

O segundo tipo de orações relativas não canónicas caracteriza-se por ter uma pró-forma (cf. Cap. 23), geralmente um pronome pessoal[102], dentro da parte proposicional da oração relativa[103]; essa pró-forma, por sua vez, retoma (de certo modo, "repete") o constituinte relativo, tanto funcional como semanticamente. Nas

[101] Veja-se, neste exemplo, o uso de *que* em vez de *quem*, e em (149b), em vez de *o qual* (embora *que* precedido de preposição seja aí também possível).
[102] Essa pró-forma também pode ser um pronome demonstrativo (cf. (151e)) ou um advérbio locativo (cf. (153a)).
[103] Recorde-se que a parte proposicional da oração relativa é a parte que segue o constituinte relativo inicial; assim, p.e., em *eis as pessoas* [*a quem a Maria pediu dinheiro emprestado*], a parte proposicional da oração relativa é a sequência sublinhada.

relativas canónicas, pelo contrário, não há qualquer elemento desse tipo. Para ilustrar com um exemplo construído, veja-se *tenho uma prima que **ela** é que me deu esse livro*, em que o pronome pessoal *ela* retoma o pronome relativo *que*, com a função de sujeito que este tem na oração relativa. Por retomar a função gramatical do pronome (ou, mais exatamente, do constituinte) relativo, o pronome pessoal, nesta construção, chama-se **pronome de retoma**, e a estas construções dá-se o nome de **orações relativas com estratégia de pronome de retoma**[104]. Tal como na construção cortadora, é também frequente simplificar-se o constituinte relativo através do uso sistemático do pronome relativo *que* (sem preposição, quando esta seria necessária; cf., por exemplo, (151a), abaixo).

Nestas estruturas, o constituinte relativo pode ter qualquer função gramatical na oração relativa (cf. (150a) para a função de sujeito e (150b) para a função de complemento direto; sublinha-se o antecedente e coloca-se o pronome de retoma em negrito):

(150) a. E é o percurso dela que é engraçado. porque é uma fulana *que **ela** não, não consegue ficar muito tempo no mesmo sítio*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv10) (cf. *fulana que _ não consegue ficar muito tempo no mesmo sítio*)

b. Madanela até vem, vem numa oração popular, muito engraçada – ah, já, já não me lembro – *que eu copiei-**a** para uma, para uma filha de uma amiga minha*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv03) (cf. *que eu copiei _ para uma filha de uma amiga minha*)

Usa-se frequentemente esta estratégia em contextos em que a oração relativa é uma estrutura complexa, contendo uma oração subordinada, e em que o constituinte relativo tem uma função nessa oração mais encaixada; estes casos ilustram-se em (151). Estas estruturas, por vezes, não permitem a formação de uma oração relativa canónica (cf. 39.2.2). Alguns dos exemplos (cf. (151a,e)) ilustram também a simplificação do constituinte relativo, reduzido à forma *que*:

(151) a. A um antigo patrão meu *que eu estive quase para **lhe** dar uma pêra no focinho*. (cf. *a quem eu estive quase para dar uma pera no focinho _*)

b. E sou uma pessoa também bastante assertiva. infelizmente, havia lá colegas minhas *que pela convivência já eu determinava que **elas** não eram assim*. e não eram mesmo (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn12) (cf. *colegas minhas que pela convivência já eu determinava que _ não eram assim*)

c. Há coisas fantásticas *que eu nem sei como é que **elas** me acontecem*. (cf. *que eu não sei como é que _ me acontecem*)

d. Na carta temos uma pequena nota *que **a** gostaríamos de fazer*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pnatps03) (cf. *que gostaríamos de fazer _*)

e. Há aqui coisas *que eu não sei exatamente o que é que eles querem dizer **com isto***. (cf. *com as quais eu não sei exatamente o que é que eles querem dizer _*)[105]

[104] Na literatura sobre o assunto, é frequente encontrar o termo "pronome resuntivo" em vez de "pronome de retoma"; em Peres e Móia (1995) designam-se estas construções de "orações relativas com duplo preenchimento".

[105] Note-se o uso do pronome demonstrativo *isto* como pró-forma de retoma, neste exemplo.

Em (151), as orações relativas envolvem estruturas complexas de subordinação, mas também são frequentes os exemplos em que a coordenação de orações relativas favorece a ocorrência de um pronome de retoma na segunda oração coordenada, ou mesmo em ambas, como se ilustra a seguir:

(152) a. Porque isso são ordens *que eu tenho e que não posso fugir* ***a elas***. (cf. *e às quais não posso fugir _*)
b. Eles tinham umas 200 ou 300 cabeças de gado *que ninguém* ***as*** *ia levar nem ninguém* ***as*** *ia buscar ao pasto* (cf. *que ninguém ia levar _ nem ninguém ia buscar _ ao pasto*)

Os exemplos (150)-(152) ilustram também uma regularidade que favorece este tipo de estratégia, nomeadamente o caráter indefinido da construção relativa: o sintagma nominal em que se integra a oração relativa ou é introduzido por um artigo indefinido (cf. (151a,d) e (152b)) ou não é introduzido por qualquer determinante e está no plural (cf. (151b,c,e)) e (152a)); além disso, a construção relativa é muitas vezes argumento de verbos como *haver*, *ser* ou *ter* (cf. (152)), usados para introduzir entidades novas no contexto discursivo (sobretudo no discurso oral). A presença do pronome de retoma parece estar relacionada com o valor real (e não virtual) do sintagma nominal a que corresponde a construção relativa[106], pois esta estratégia nunca é utilizada em sintagmas nominais com valor virtual, com o verbo da oração relativa no modo conjuntivo.

O caráter indefinido da construção relativa torna difícil classificar estas orações relativas como restritivas ou apositivas (cf. Caixa [18]); nos poucos casos em que ocorrem artigos definidos, parece claro que se trata de orações relativas apositivas, como se ilustra em (153):

(153) a. Porque aquilo tens aquelas cabines pequeninas, não é, *em que eles vão para* ***lá***. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamcv06) (cf. *para onde eles vão _*)
b. Vimos água no fundo do poço[107], *onde* ***lá*** *há instalação eléctrica também*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedin02) (cf. *onde há instalação elétrica _ também*)

Estes exemplos mostram que a redução do constituinte relativo a *que*, nesta estratégia, não é obrigatória; na realidade, o advérbio *onde* é muito frequente, acompanhado do advérbio locativo *lá* como pró-forma de retoma, tanto em orações relativas apositivas (como (153b)), como em orações relativas restritivas (em que pode haver ou não redução do constituinte relativo), como as de (154):

(154) a. Um sítio onde estavam a vender postais e ***que*** *nós estivemos* ***lá*** [...], *pouco depois do carnaval, não é*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl04) (cf. *e onde nós estivemos _ pouco depois do carnaval*)
b. Fomos mesmo ao centro de Viana. Fomos lá a uma pastelaria central – não me lembro qual é o nome, mas mesmo ao pé da, da antiga câmara municipal – uma pastelaria ***onde*** *os gajos têm* ***lá*** *aqueles doces regionais mesmo deles, que são uns copinhos com coco e não sei quê* (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn14)

[106] Estes enunciados correspondem, assim, a **contextos reais**, tal como são definidos no Cap. 21.
[107] Neste exemplo menciona-se o poço de um elevador e não um poço de água.

c. Ele sozinho vai ao stock e levanta-me esse, esse material. Aí geralmente corresponde a, a linhas de produção ***em que*** *eles têm* ***lá*** *as caixas*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pnatpe02)

Além de pronomes pessoais, demonstrativos ou advérbios locativos, é possível ter um quantificador pronominal neutro como pró-forma de retoma (cf. (155a)), ou mesmo um sintagma nominal completo (cf. (155b,c,d); em (155b) trata-se de um SN reduzido, sem especificador – cf. Cap. 20); neste caso, o nome no SN é idêntico ao antecedente, mas também pode ser um sinónimo ou um hiperónimo deste:

(155) a. E depois houve pessoal *que foi* ***tudo*** *assim aos bolsos dos casacos*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn01)
b. Ela tem citações *que eu não sei se são* ***citações*** *de um português macarrónico*.
c. Fiquei num hotel em Veneza *que já metade da empresa ficou* ***naquele hotel***.
d. Há um senhor aí numa lojinha de telemóveis *que* ***o gajo*** *é muito bom com o equipamento*.

Muitas vezes, a pró-forma de retoma serve para realçar o constituinte relativo (indiretamente, o antecedente da oração relativa) na função que este desempenha na oração relativa, seja com um reforço simples, como em (155a), seja focalizando contrastivamente o pronome de retoma, como em (156) – note-se a presença de *é que*, elemento típico de realce:

(156) Vão para os rosés e, e outras coisas, *que* ***isso*** *é que tem tido saída*.[108] (CRPC, C-ORAL-ROM, ppubdl03)

Outro fator que favorece a utilização desta estratégia tem que ver com a complexidade do sintagma a partir do qual se forma o constituinte relativo e com a relação que este estabelece com o antecedente, como ilustrado pelos exemplos (157)-(159). Na estratégia canónica, para estes casos, o constituinte relativo constrói-se com *N* + *do qual*, *do qual* ou *cujo N*.

Em (157), o antecedente denota uma entidade plural e a oração relativa só se aplica a parte dessa entidade; o constituinte relativo deveria ter uma estrutura partitiva, mas é simplificado para *que*, com o partitivo expresso (em (157a)) na locução de retoma *um deles*[109]:

(157) a. Estavam dois miúdos dentro de água, que, que, que, *que* ***um deles*** *começa: "eu agora vou aí roubar vocês!"* (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl04) (cf. ***um dos quais*** *_ começa* ou ***dos quais*** *um _ começa*)
b. Nós tínhamos um casal amigo *que* ***ele*** *era, ah, ele era, ele era administrativo*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfammn23)

---

[108] Nesta frase, a oração introduzida por *que* é suscetível de uma classificação como oração explicativa; muitas vezes, as orações relativas apositivas são difíceis de distinguir das orações explicativas, por veicularem a mesma interpretação (esse é um dos critérios que estão na base do termo concorrente **orações relativas explicativas** (cf. 39.1.2)).

[109] Para (157b) é, na realidade, praticamente impossível ter uma oração relativa canónica: uma hipótese seria a frase *nós tínhamos um casal amigo, cujo homem era administrativo*, a qual é, no entanto, sintaticamente, para não dizer pragmaticamente, estranha.

Em (158), a oração relativa aplica-se apenas a uma parte constitutiva (o *cimo* dos edifícios com escadas) do antecedente (*edifícios com escadas*):

(158) é a de alguns centros de hemodiálise estarem em edifícios com escadas *onde é* [...], *extremamente difícil os doentes chegarem* ***lá em cima***. (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedts02) (cf. *edifícios com escadas, **ao cimo dos quais** é extremamente difícil os doentes chegarem* _)

Em (159), o constituinte relativo envolve uma estrutura possessiva e nestes casos os falantes tendem a usar o pronome possessivo como pró-forma de retoma, reduzindo o pronome relativo à forma *que*:

(159) Porque há genes *que têm, que, que se expressam, que, que a componente ambiental, tem um peso enorme na* ***sua*** *manifestação*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedsc01) (cf. *genes **em cuja manifestação** a componente ambiental tem um peso enorme* _)

Os casos descritos até aqui envolvem orações relativas com antecedente nominal. Apesar de não ser tão frequente, é possível encontrar pronomes de retoma também em orações relativas de antecedente frásico, com redução do pronome relativo à forma *que*:

(160) a. E as mitocôndrias [...] têm também DNA, *que durante muito tempo* ***isso*** *foi um caso, não, não se sabia*. (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedsc01)

b. Antes de responder a essa pergunta, *que* ***o*** *farei com muito gosto*, ...

Fontes das abonações

A. Brandão, *Monarchia Lusitana* – Brandão, António (1632), *Qvarta Parte da Monarchia Lusitana*. Lisboa. Pedro Craesbeeck, impressor del Rey, fl. 64.

Blogues:

A minha fortuna. http://aminhafortuna.blogs.sapo.pt/53140.html

O Mundo da Corrida. http://www.omundodacorrida.com/phpBB2/archive/index.php/t-3182.html

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

C-ORAL-ROM – *Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*:

pfammn01 – português familiar, monólogo 01.
pfammn08 – português familiar, monólogo 08.
pfammn12 – português familiar, monólogo 12.
pfammn14 – português familiar, monólogo 14.
pfammn23 – português familiar, monólogo 23.
pfamdl04 – português familiar, diálogo 04.
pfamdl09 – português familiar, diálogo 09.
pfamdl20 – português familiar, diálogo 20.
pfamcv03 – português familiar, conversa 03.
pfamcv06 – português familiar, conversa 06.
pfamcv10 – português familiar, conversa 10.
ppubdl03 – português informal não familiar, diálogo 03.
ppubdl07 – português informal não familiar, diálogo 07.
pnatco02 – português formal, conferência 02.
pnatpe02 – português formal, explanação profissional 02.
pnatps03 – português formal, discurso político 03.
pmedsc01 – português, *media*, discurso científico 01.

pmedsc02 – português, *media*, discurso científico 02.
pmedts02 – português, *media*, *talk show* 02.
pmedin02 – português, *media*, entrevista 02.
pmedin03 – português, *media*, entrevista 03.
Garrett, *Viagens* – Garrett, Almeida (1946) *Viagens na minha terra*. Porto. Livraria Tavares Martins.
Público.
J. R. Santos, *Fúria* – Santos, José Rodrigues dos (2010[12]) *Fúria Divina*. Lisboa, Gradiva.
Saramago, *Intermitências* – Saramago, José (2005) *As Intermitências da Morte*. Lisboa. Editorial Caminho.

3E

SINTAXE E SEMÂNTICA – CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS

40 Construções de grau
Rui Marques

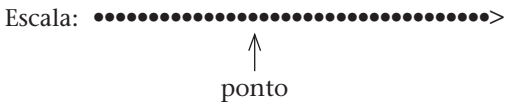
41 Dependências referenciais
Maria Lobo

42 Posição dos pronomes pessoais clíticos
Ana Maria Martins

40 CONSTRUÇÕES DE GRAU 2141
40.1 Construções comparativas de grau 2143
40.1.1 Sintaxe das construções comparativas 2146
40.1.2 Construções comparativas de igualdade, de superioridade e de inferioridade 2150
40.1.3 Elipses e outros tipos de omissões em construções comparativas 2154
40.1.4 Construções comparativas com mais de um operador de grau comparativo 2156
40.1.5 Construções pseudocomparativas 2159
40.2 Construções superlativas 2160
40.2.1 Grau superlativo absoluto e grau superlativo relativo 2160
40.2.2 Construções superlativas e domínios de quantificação 2162
40.2.3 Construções superlativas e especificidade 2163
40.2.4 Construções superlativas sem operador comparativo 2164
40.3 Estruturas de correlação de escalas 2164
40.4 Construções consecutivas 2168
40.4.1 Construções consecutivas e domínios de quantificação 2171
40.4.2 Construções com mais de um operador consecutivo 2172
Fontes das abonações 2173

40 CONSTRUÇÕES DE GRAU

O **grau** – classificado pela gramática clássica como uma "categoria gramatical" – constitui uma variável que afeta o significado de certos grupos dentro das classes dos adjetivos, dos advérbios e dos verbos. A aplicabilidade desta variável depende de o significado das palavras envolver ou não uma propriedade escalar ou graduável; isto é, uma propriedade que pode ser medida por uma **escala**, entendida como um conjunto de pontos ordenados de acordo com uma grandeza (física ou não). Por exemplo, os adjetivos *comprido* e *curto* são graduáveis porque o seu significado está associado à escala do comprimento, que é um conjunto de pontos que formam uma linha com limite inferior, mas sem limite superior, como ilustrado no esquema seguinte:



Do mesmo modo, os adjetivos *alto* e *baixo* são adjetivos graduáveis, porque o seu significado envolve a consideração da escala de altura, mas os adjetivos *municipal*, *fiscal*, entre outros, não são adjetivos graduáveis[1]; ou seja, a propriedade a que estão associados não pode ser medida por uma escala.

Além dos adjetivos, também os advérbios e os verbos podem estar associados ou não a propriedades escalares. Por exemplo, *depressa* é um advérbio graduável, porque o seu significado está associado à escala de velocidade, mas *diariamente* não o é; *emagrecer* é um verbo escalar, associado à escala do peso, mas *nascer* não é um verbo graduável. Daí que sejam gramaticais as construções (1a) e (2a), mas não (1b) e (2b), na leitura em que *muito* especifica os advérbios e os verbos, respetivamente, assinalada pelos parênteses retos:

(1) a. Ele estava a conduzir [muito depressa].
b. *Ele fala [muito diariamente] com a Ana.

(2) a. A Ana [emagreceu muito].
b. *O Paulo [nasceu muito].

[1] Sobre outros exemplos de adjetivos graduáveis e não graduáveis, veja-se Casteleiro (1981) e o Cap. 31.

As escalas podem ser de natureza muito diversa. Algumas têm uma dimensão física, como é o caso das escalas de altura, de comprimento ou de peso, enquanto outras têm uma dimensão psicológica, como é o caso, por exemplo, de escalas de beleza, de interesse ou de importância. Podem considerar-se também, entre outras, escalas associadas ao domínio do tempo, como as que estão envolvidas no significado de adjetivos como *atrasado* e de advérbios como *cedo*, por exemplo, e escalas modais de diversos tipos (epistémicas, deônticas ou outras – cf. Cap. 18), como as que estão associadas ao significado dos verbos *dever*, *poder* e *ter* (*de*), de adjetivos como *possível*, *capaz*, entre outros, e de advérbios como *certamente*, *talvez*, *obrigatoriamente*.

As escalas permitem identificar quantidades (cf. Cap. 21), sejam quantidades de entidades contáveis, como, por exemplo, o número de livros que integram uma biblioteca ou o número de páginas de um livro, sejam quantidades de outra natureza, como é o caso, por exemplo, da quantidade de água que uma barragem suporta, da espessura de uma parede ou da dificuldade de um exercício. Num e noutro caso, é possível identificar uma quantidade, que corresponde a um ponto numa escala, quer seja a escala dos números inteiros positivos – que permite medir, por exemplo, o número de livros de uma biblioteca ou o número de estudantes de uma escola –, quer seja uma escala não digital.

Os pontos que constituem uma escala recebem a designação de **graus**, pelo que um grau consiste numa quantidade, sendo o domínio de quantificação identificado pela palavra escalar relevante. Vejam-se os seguintes exemplos:

(3) a. O Paulo *pesa 75 quilos*.
b. Precisamos de um atleta com *1,90 m de altura*.
c. O Paulo leu *dois livros* a semana passada.
d. A Ana é *muito alta*.

Na frase (3a), há a identificação de um ponto da escala do peso, sendo esse ponto identificado pela expressão *75 quilos* e o domínio de quantificação identificado pela forma verbal. Do mesmo modo, em (3b), a palavra *altura* identifica o domínio de quantificação e a expressão *1,90 m* identifica a quantidade – um grau na escala de altura – e, em (3c), a palavra *livros* identifica o domínio de quantificação e *dois* identifica a quantidade, que, neste caso, corresponde a um ponto na escala dos números inteiros positivos. Nestes três exemplos, são designados graus específicos, pontos concretos das escalas consideradas, mas a identificação dos graus pode ser vaga. É o que se verifica em (3d), em que a forma adjetival *alta* identifica o domínio de quantificação e *muito* identifica um grau da escala de altura. Neste caso, o grau é referido de uma forma vaga; isto é, a frase significa que o grau de altura da Ana se situa numa dada zona da escala de altura, mas esse grau não é identificado com precisão.

Estruturalmente, as construções do paradigma (3) são orações simples. São mais complexos os tipos de construção que se seguem, cujo significado também envolve a consideração de graus:

(4) a. O Nuno é mais alto do que o Paulo.
b. A Ana é a estudante mais alta da turma.
c. Quanto mais carros circularem na cidade, mais difícil é estacionar.
d. Ele era tão alto que teve de baixar a cabeça para entrar.

A frase (4a) é uma **construção comparativa** (cf. 40.1), (4b) é uma **construção superlativa** (cf. 40.2) e (4d) é uma **construção consecutiva** (cf. 40.4). Em qualquer destes três exemplos, é considerada uma única escala – a escala de altura. Em construções como (4c), são consideradas duas escalas correlacionadas – uma escala que mede a quantidade de carros a circular na cidade e uma outra escala que mede a dificuldade em estacionar –, pelo que construções como esta são designadas **estruturas de correlação de escalas** (cf. 40.3). São estes os quatro tipos de construção de que trata este capítulo.

Naturalmente, podem ocorrer em construções de grau os adjetivos, advérbios e verbos graduáveis, mas não os não graduáveis, como mostram os seguintes exemplos, com adjetivos:

(5) a. Esta assembleia é mais numerosa/*municipal do que a anterior.
b. Esta foi a assembleia mais participada/*municipal dos últimos anos.
c. O carro era tão exótico/*municipal que toda a gente se espantava.
d. Quanto mais económico/*municipal for o carro, melhor!

No entanto, alguns adjetivos não graduáveis, p.e., *elétrico* (como em *comboio elétrico*) ou *vivo* (como em *transporte de animais vivos*), podem ter uma interpretação metafórica, passando a ser entendidos como graduáveis:

(6) a. Ela hoje ainda está mais elétrica do que o costume.
b. Estas cores são muito vivas.
c. Ele está vivo e bem vivo.
d. Ele estava mais morto que vivo.

40.1 Construções comparativas de grau

As construções comparativas de grau envolvem a ordenação de dois graus, ou quantidades, pelo que se pode dizer que, nestas construções, os termos de comparação são graus[2]. Estas construções podem indicar que um grau é superior, inferior ou igual a outro, sendo designadas, respetivamente, por construções **comparativas de superioridade**, construções **comparativas de inferioridade** e construções **comparativas de igualdade**. Por exemplo, a frase (7a), indica que o grau de altura do novo edifício será superior ao grau de altura do edifício anterior, pelo que se trata de uma construção comparativa de superioridade; (7b) indica que o grau que a subida do preço do gasóleo atingiu é inferior ao grau que a subida do preço da gasolina atingiu, pelo que é uma construção comparativa de inferioridade; e (7c) indica que o número de jornais que o Paulo comprou é igual ao número de revistas que comprou, pelo que é uma construção comparativa de igualdade:

(7) a. O novo edifício vai ser mais alto do que o anterior.
b. O preço do gasóleo subiu menos do que o preço da gasolina.
c. O Paulo comprou tantos jornais como revistas.

[2] Em construções como as que se seguem, também é veiculada uma noção de comparação, mas não uma ordenação de graus ou quantidades, pelo que não são construções comparativas de grau (cf. 40.1.5):
(i) a. Ele acha que este mercado deve funcionar como qualquer outro.
b. Os atores movimentavam-se como se fossem manipulados por um ser invisível.
c. Eles tinham opiniões diferentes.
d. Esta não é uma convenção igual às outras.

A ordenação de graus é veiculada por uma palavra, que será designada **operador comparativo**. É este operador que expressa a informação nuclear das construções comparativas de grau: a de que um grau é superior, inferior ou igual a outro. Em (7a), o operador comparativo é *mais*; em (7b), é *menos*; e em (7c), é *tantos*.

As palavras *maior* e *menor* são interpretadas como equivalentes, respetivamente, a *mais grande* e *mais pequeno*; a palavra *melhor* é interpretada como equivalente a *mais bom* ou *mais bem*, e a palavra *pior* é interpretada como equivalente a *mais mau* ou *mais mal*. Assim, a respeito das palavras *maior*, *menor*, *melhor* e *pior*, pode-se dizer que resultam de uma incorporação do operador de grau comparativo *mais* numa palavra graduável. Na língua-padrão, esta incorporação é obrigatória nalguns casos, não é permitida noutros e noutros ainda é opcional, conforme se explicita de seguida.

❖ Combinação do operador comparativo *mais* com o adjetivo *pequeno*. A incorporação é opcional, no português europeu[3]:

(8) a. A máquina foi substituída por outra, de *menor* dimensão.
b. A máquina foi substituída por outra, de *mais pequena* dimensão.

❖ Combinação do operador comparativo *mais* com o adjetivo *grande*. A incorporação é obrigatória na generalidade dos casos:

(9) a. A máquina foi substituída por outra, de *maior* dimensão.
b. *A máquina foi substituída por outra, de *mais grande* dimensão.

No entanto, mantém-se a forma *mais grande* quando não se comparam graus da grandeza associada ao adjetivo *grande*, mas graus de proximidade a um protótipo. Assim, o exemplo que se segue indica que a estatura de D. João era mais próxima do que se considera ser um homem grande do que daquilo que se considera ser um homem pequeno:

(10) El Rei Dom João era homem [...] de meã estatura, porém *mais grande* que pequeno (CETEMPúblico)

Além disso, a forma *mais grande* pode ocorrer quando se pretende dar ênfase ao adjetivo *grande*, como nos seguintes exemplos:

(11) a. Tem um[a] mão esquerda poderosa e [...] um coração *mais grande* que o mar; (CETEMPúblico)
b. Embrenhamo-nos em mais coisas para tentar que o Braga seja um pouquinho *mais grande*. (CETEMPúblico)

❖ Combinação do operador comparativo *mais* com o advérbio *bem* ou com o advérbio *mal*. A incorporação é obrigatória, na generalidade dos casos:

(12) a. Ele trabalha *melhor* em equipa do que sozinho.
b. *Ele trabalha *mais bem* em equipa do que sozinho.

(13) a. Os computadores que tínhamos funcionavam *pior* do que estes.
b. *Os computadores que tínhamos funcionavam *mais mal* do que estes.

[3] No português brasileiro, não se usa *mais pequeno*, apenas *menor*.

Quando não se comparam graus da grandeza associada aos advérbios *bem* e *mal*, mas antes graus de proximidade a protótipos, como nos exemplos (14) e (15), não há incorporação:

(14) A – A reunião correu bem?
B – {*Mais bem*/**Melhor*} do que mal.

(15) a. Aqui come-se *mais mal* do que bem.
b. *Aqui come-se *pior* do que bem.

❖ Combinação do operador comparativo *mais* com o adjetivo *bom* ou com o adjetivo *mau*. A incorporação é obrigatória, exceto quando as palavras *bom* e *mau* denotam qualidades (éticas) humanas, como nos exemplos (19a) e (19b):

(16) a. A segunda alternativa é *melhor*/*pior* do que a primeira.
b. *A segunda alternativa é {*mais boa*/*mais má*} do que a primeira.

(17) a. Não tenho nenhuma ideia *melhor*.
b. *Não tenho nenhuma ideia *mais boa*.

(18) a. Há coisas *piores*.
b. *Há coisas *mais más*.

(19) a. Com o passar do tempo, foi ficando uma pessoa {*mais boa*/?*melhor*} e mais doce.
b. Tu foste {*mais má*/**pior*} para com ele do que devias ter sido!

Nos casos em que a incorporação é obrigatória ou opcional, a palavra *mais* combina-se com um adjetivo ou com um advérbio. Não existe incorporação quando a palavra *mais* se combina com um constituinte de outro tipo, como nos casos que se seguem.

❖ Combinação do operador comparativo *mais* com os nomes *bem* ou *mal*. A incorporação não é permitida:

(20) a. Queriam ajudar, mas acabaram por fazer *mais mal* do que bem.
b. *Queriam ajudar, mas acabaram por fazer *pior* do que bem.

❖ Combinação do operador comparativo *mais* com uma estrutura adjetival ou participial iniciada por *bem* ou *mal*. A incorporação não é permitida:

(21) a. O livro está {*mais bem*/*mais mal*} *traduzido* do que eu pensava.
b. *O livro está *melhor*/*pior traduzido* do que eu pensava.

(22) a. Ele hoje está {*mais bem*/*mais mal*} *disposto* do que habitualmente.
b. *Ele hoje está *melhor*/*pior disposto* do que habitualmente.

❖ Combinação do operador comparativo *mais* com estruturas nominais iniciadas pelos adjetivos *bom* ou *mau*. Não há incorporação:

(23) a. Era preciso que ele tivesse mais [*boa vontade*] do que manifestou.
b. *Era preciso que ele tivesse *melhor vontade* do que manifestou.

(24) a. Ele revelou ter mais [*mau gosto*] do que eu pensava.
b. *Ele revelou ter *pior gosto* do que eu pensava.

(25) a. A avaliar pelos resultados dos exames, este ano houve {*mais* [*bons alunos*]/ **melhores alunos*[4]} do que o ano passado.
b. A avaliar pelos resultados dos exames, este ano houve {*mais* [*maus alunos*]/ **piores alunos*} do que o ano passado.

A combinação dos operadores comparativos *menos* e *tão* com os adjetivos *bom* ou *mau* e com os advérbios *bem* ou *mal* não gera uma unidade morfológica. Pelo contrário, ambas as palavras mantêm a sua autonomia:

(26) a. A segunda alternativa é {*menos boa*/*menos má*} do que a primeira.
b. A segunda alternativa é {*tão boa*/*tão má*} como a primeira.

(27) a. Ele trabalha {*menos bem*/*menos mal*} em equipa do que sozinho.[5]
b. Ele trabalha {*tão bem*/*tão mal*} em equipa como sozinho.

O mesmo se pode dizer a respeito da combinação dos operadores de grau comparativo *menos* e *tão* com os adjetivos *grande* e *pequeno*, com a ressalva de que estes adjetivos podem não ocorrer tão naturalmente com o operador *menos*. Normalmente, a forma *mais pequeno* é preferível à forma equivalente *menos grande*, e a forma *maior* à forma equivalente *menos pequeno*:

(28) a. A extensão que a mancha negra atingiu foi *tão grande* como se supôs.
b. ?A extensão que a mancha negra atingiu foi *menos grande* do que se supôs.
c. A extensão que a mancha negra atingiu foi *mais pequena* do que se supôs.

(29) a. A extensão que a mancha negra atingiu foi *tão pequena* como se supôs.
b. ?A extensão que a mancha negra atingiu foi *menos pequena* do que se supôs.
c. A extensão que a mancha negra atingiu foi *maior* do que se supôs.

Além dos operadores comparativos já observados, existem também operadores comparativos multiplicativos, com a forma *n vezes mais*, e fracionários, com a forma *n vezes menos*:

(30) a. O Paulo ganha *duas vezes mais* do que a Ana.
b. Ele leu *duas vezes menos* do que tinha de ler.

40.1.1 Sintaxe das construções comparativas

No que respeita à sintaxe das construções comparativas, há duas questões de fundo sobre as quais não há unanimidade na literatura. A primeira diz respeito a uma

[4] As formas *melhores alunos* e *piores alunos* são gramaticais se as palavras *melhores* e *piores* se combinarem com o nome *alunos*; não se resultarem da combinação da palavra *mais* com o constituinte [*bons alunos*] ou [*maus alunos*], como se assinala a seguir (tome-se em atenção as parentetizações distintas de (ia) e (ib)):
(i) a. [mais bons/maus] alunos > melhores/piores alunos;
b. mais [bons/maus alunos] > *melhores/piores alunos.

[5] O significado das frases (26a) e (27a) não muda se as formas *menos boa*/*bem* e *menos má*/*mal* forem substituídas pelas palavras *pior* e *melhor*, respetivamente. Repare-se, no entanto, que estas formas resultam da incorporação de *mais* com *mau*/*mal* e de *mais* com *bom*/*bem*, respetivamente, como se descreveu acima (cf., por exemplo, (16)). As formas com a palavra *menos* podem ser preferidas por razões comunicativas. Por exemplo, para atenuar o valor negativo associado à palavra *pior*, pode ser preferível usar a forma *menos boa*/*bem* e, no caso de construções como *ser menos má* ou *trabalhar menos mal*, estas podem ser preferidas às construções com a palavra *melhor* para indicar que a entidade em causa, embora seja menos má ou trabalhe menos mal, continua a ser má ou a trabalhar mal, informação que não é dada se for usada a palavra *melhor*.

distinção entre **comparativas sintagmáticas** e **comparativas frásicas**, que alguns autores defendem e outros rejeitam. Esta classificação tem por base a classe estrutural do sintagma que ocorre à direita de (*do*) *que* ou de *como*/*quanto*. Este sintagma é o segundo **termo de comparação** e identifica um ponto de referência para o primeiro termo de comparação. Segundo alguns autores, construções como as indicadas em (31) são formadas por duas orações, pelo que serão construções comparativas frásicas, mas construções como as de (32) são compostas por uma única oração e à direita de (*do*) *que* ou de *como* ocorre um sintagma nominal, não uma frase, pelo que serão construções comparativas sintagmáticas:

(31) a. A prova era mais difícil do que parecia.
b. O edifício é tão antigo como parece ser.

(32) a. O Paulo é menos ambicioso do que a Ana.
b. A Sara é tão alta como a Luísa.

De acordo com outros autores, as construções comparativas são sempre constituídas por duas orações, sendo que em casos como os de (32) o sintagma verbal da segunda oração está elidido (cf. Cap. 45), como se ilustra em (33):

(33) a. O Paulo é menos ambicioso do que a Ana [~~é ambiciosa~~].
b. A Sara é tão alta como a Luísa [~~é alta~~].

A segunda questão de fundo sobre a sintaxe das construções comparativas que divide os autores prende-se com a classificação destas construções como estruturas de coordenação (cf. Cap. 35)[6] ou como estruturas de subordinação relativa (cf. Cap. 39)[7].

De acordo com os defensores da primeira hipótese, as construções comparativas são estruturas bipartidas, sendo *como*/*quanto* ou (*do*) *que* uma conjunção que liga duas orações, como indicado em (34):

(34) a. [$_{F}$ [$_{Or}$ O preço do ouro subiu tanto] [$_{conj}$ quanto] [$_{Or}$ o da prata desceu]].
b. [$_{F}$ [$_{Or}$ O preço do ouro subiu mais] [$_{conj}$ do que] [$_{Or}$ o da prata desceu]].

De acordo com os defensores da segunda hipótese, que aqui se adota, a sequência {*tanto quanto/como*} *o* (*preço*) *da prata desceu* forma um constituinte, tal como a sequência *mais do que o* (*preço*) *da prata desceu*. Estes constituintes são sintagmas de grau, que podem ser substituídos, sem perda de gramaticalidade, por outros sintagmas de grau:

(35) a. [$_{F}$ O preço do ouro subiu [$_{SGrau}$ tanto quanto o (preço) da prata desceu]].
b. [$_{F}$ O preço do ouro subiu [$_{SGrau}$ mais do que o (preço) da prata desceu]].
c. [$_{F}$ O preço do ouro subiu [$_{SGrau}$ quanto]]?
d. [$_{F}$ O preço do ouro subiu [$_{SGrau}$ muito]].
e. [$_{F}$ O preço do ouro subiu [$_{SGrau}$ 10%]].

[6] A favor da hipótese de as construções comparativas serem estruturas de coordenação em português, cf. Matos e Brito (2002) ou Mateus et al. (2003). No que respeita a outras línguas, cf. Hankamer (1973), Moltmann (1992), Hendriks (1995), entre vários outros.
[7] Cf. Bresnan (1973), Chomsky (1977), Jackendoff (1977), Hellan (1981), Kennedy (1997), entre vários outros.

O sintagma de grau identifica, nestes exemplos, o valor da subida do preço do ouro. Em (35a,b), este valor é identificado por comparação com o valor da descida do preço da prata. Ou seja, (35a) e (35b) expressam a informação dada, respetivamente, em (36a) e (36b):

(36) a. (i) o preço do ouro subiu *x*;
(ii) o preço da prata desceu *y*;
(iii) $x = y$
b. (i) o preço do ouro subiu *x*;
(ii) o preço da prata desceu *y*;
(iii) $x > y$

Em (36a) e (36b), *x* corresponde ao primeiro termo de comparação e *y* ao segundo termo de comparação. Assim, o sintagma de grau em construções comparativas não identifica um valor preciso, indicando-se apenas que é igual, superior ou inferior a um ponto de referência, o segundo termo de comparação. Nos exemplos (35a,b), este ponto de referência corresponde ao valor de descida do preço da prata, que é identificado pelo constituinte *quanto o* (*preço*) *da prata desceu*, em (35a), e por *o que o* (*preço*) *da prata desceu*, em (35b).

Segundo esta análise, *quanto* e *o que* são pronomes relativos sem antecedente expresso (cf. Cap. 39). Ou seja, a estrutura interna dos sintagmas *quanto o* (*preço*) *da prata desceu* e *o que o* (*preço*) *da prata desceu* é idêntica à estrutura de sintagmas como o que ocorre sublinhado na frase *quem assinou o documento já cá não está*. A diferença é que o sintagma *quem assinou o documento* identifica uma pessoa, enquanto os sintagmas *quanto o* (*preço*) *da prata desceu* e *o que o* (*preço*) *da prata desceu* identificam um grau: o grau de descida do preço da prata. Os pronomes relativos *quanto/como* ou *o que* estão associados a uma variável de grau que ocorre na oração subordinada. Esta oração será, portanto, uma oração relativa de grau. Assim, no exemplo *o preço do ouro subiu tanto quanto o da prata desceu*, tal como na frase *o preço do ouro subiu mais do que o da prata desceu*, os pronomes relativos (sublinhados) estão associados a uma variável de grau que é complemento da forma verbal *desceu* (nas representações que seguem, [*x*] representa a variável; os índices idênticos ("*i*") nessa variável e nas formas *quanto* e *o que* representam a associação que existe entre esses elementos):

(37) a. quanto$_i$ o preço da prata desceu $[x]_i$
b. o que$_i$ o preço da prata desceu $[x]_i$

Em suma, as expressões *quanto* + Or(ação) e *o que* + Or(ação) identificam um grau – o segundo termo de comparação –, que serve de ponto de referência para a identificação de um outro grau – o primeiro termo de comparação. Por sua vez, ao combinar-se com *quanto* + Or(ação) e *o que* + Or(ação), o operador comparativo forma o constituinte *tanto quanto Or*, ou *mais*/*menos do que Or*, que, como se mencionou acima, identifica um grau igual, superior ou inferior ao ponto de referência. Ou seja, um dos termos de comparação é identificado pelo constituinte *quanto*/*como*/*o que* + *Or* e o outro pelo constituinte *tanto/tão* (*quanto*/*como Or*) ou *mais*/*menos* (*do que Or*).

Cada um dos dois termos de comparação é um sintagma de grau, ou de quantidade, que identifica um ponto de uma escala, e está associado a uma palavra

escalar, que identifica a escala ou domínio de quantificação. Na frase *o preço do ouro subiu tanto como o da prata desceu*, o primeiro termo de comparação está ligado à forma verbal *subiu* e o segundo termo de comparação à forma verbal *desceu*. Cada um destes verbos está, portanto, associado a um sintagma de grau, que identifica o valor da subida ou da descida. No exemplo em consideração, ambos os domínios de quantificação são expressos, através dos verbos *subir* e *descer*. Noutros casos, o segundo domínio de quantificação pode não ser expresso, por ser idêntico ao primeiro. É o que se verifica no exemplo *há dois anos, o Paulo fumava mais do que agora* [~~*fuma*~~]. O primeiro domínio de quantificação é identificado pela forma verbal *fumava*, sendo a quantidade expressa pelo sintagma *mais do que agora* [~~*fuma*~~]; o segundo domínio de quantificação é identificado por uma forma do mesmo verbo, não expressa, e o sintagma de grau ou de quantidade associado a esta forma é constituído por uma variável associada ao pronome relativo *o que* (cf. (37)). A frase indica que a quantidade que o Paulo fumava há dois anos é superior à quantidade que fuma agora. São, portanto, expressas duas quantidades, sendo os domínios de quantificação identificados por formas verbais. A forma verbal mais encaixada pode não ser expressa, por ser idêntica à da oração principal, mas a construção é estruturalmente idêntica a exemplos como *o preço do ouro subiu mais do que o da prata desceu*, em que ambos os verbos são expressos.

O domínio de quantificação pode também ser expresso por adjetivos[8], com função atributiva, como em (38), ou predicativa, como em (39); por advérbios, como em (40); ou por estruturas nominais, como em (41):

(38) a. Foi-lhe atribuído um trabalho menos *exigente* do que esperava.
b. A Ana tinha um selo mais *antigo* do que os dos outros colecionadores.

(39) a. O Paulo está tão *alto* como a Ana.
b. O Pedro é mais *inteligente* do que estudioso.

(40) a. Ele correu mais *depressa* do que a Sara.
b. O comboio chegou mais *tarde* do que o previsto.

(41) a. A turma B tem menos *alunos* do que a turma A.
b. O Paulo demorou mais *tempo* do que a Ana.

Em qualquer dos casos, a palavra em itálico indica um domínio de quantificação, sendo a quantidade expressa pelos sintagmas de grau (ou de quantidade) *mais do que Or*, *menos do que Or* e *tão como Or*. Por exemplo, em (38a) o adjetivo *exigente* identifica a escala de exigência e a expressão *menos ... do que esperava* identifica um grau desta escala; em (39a), o adjetivo *alto* identifica a escala de altura e a expressão *tão ... como a Ana* identifica um grau desta escala; em (40a), o advérbio *depressa* identifica a escala de velocidade e a expressão *mais ... do que a Sara* identifica um grau de velocidade; e em (41a), o nome *alunos* indica o domínio de quantificação e a expressão *menos ... do que a turma A* identifica uma quantidade de entidades desse domínio.

[8] Pode igualmente ser expresso por sintagmas adjetivais, como na frase *ele está mais desejoso de que cheguem as férias do que qualquer outra pessoa*.

Nestes exemplos, o operador comparativo – *mais*, *menos* ou *tão* – ocorre separado de *do que Or* ou *como Or*. Em (38a), por exemplo, entre o operador comparativo, *menos*, e a sequência *do que esperava* ocorre a palavra *exigente*, tal como, em (39a), a forma adjetival *alto* separa o operador comparativo *tão* da sequência *como a Ana*. Exemplos como estes parecem sugerir que *mais ... do que Or*, *menos ... do que Or* ou *como ... Or* não formam constituintes sintáticos; e que os constituintes sintáticos são antes, por um lado, a sequência operador comparativo + adjetivo/advérbio/nome (nos exemplos (38)-(41), *menos exigente*, *tão alto*, *mais depressa*, *menos alunos*, etc.); e, por outro, as sequências *do que Or* ou *como Or*.

No entanto, vários autores consideram que, mesmo em exemplos como (38)-(41), *mais ... do que Or*, *menos ... do que Or* ou *tão ... como Or* são efetivamente constituintes, embora de natureza descontínua (sendo, por isso, chamados de **constituintes** ou **sintagmas descontínuos** – cf. também o Cap. 33). De acordo com esta perspetiva, o operador comparativo seleciona a sequência *do que Or* (ou *como Or*), sequência esta que tem autonomia sintática e pode ser separada do operador comparativo. A hipótese de que *mais/menos do que Or* e *tão como Or* são constituintes é favorecida pela observação de construções como as que se seguem, nas quais o operador comparativo e a sequência *do que Or* ou *como Or* ocorrem em adjacência (em itálico nos exemplos):

(42) a. O Paulo correu depressa, *mais do que a Ana conseguia*.
b. Ele estava entusiasmado com a ideia, *mais do que deixava transparecer*.
c. Ali, o rio era perigoso, *mais do que muitos banhistas pensavam*.
d. As negociações foram duras, mas *menos do que esperávamos*.
e. A prova foi difícil, mas não *tanto como o Paulo dizia*.

40.1.2 Construções comparativas de igualdade, de superioridade e de inferioridade

Consoante o operador de grau comparativo que exibam, as construções comparativas subdividem-se em construções comparativas de igualdade, construções comparativas de superioridade e construções comparativas de inferioridade.

Os operadores comparativos de igualdade são *tão* e *tanto*[9]. A seleção de um ou outro destes operadores depende das classes a que pertencem as palavras que identificam o domínio de quantificação. Assim,

(i) quando o domínio de quantificação é identificado por um adjetivo ou um advérbio, o operador comparativo de igualdade é *tão*[10]:

(43) a. Ele é *tão alto* como a Ana.
b. O Paulo correu *tão depressa* como o Nuno.

(ii) quando o domínio de quantificação é identificado por um verbo, o operador comparativo de igualdade é *tanto*:

(44) a. A cotação da moeda *subiu tanto* quanto se esperava.
b. Ele *ganha tanto* como um deputado.

[9] O operador *tanto* pode corresponder a uma forma invariável ou à forma de masculino singular de um operador comparativo de igualdade, que concorda em género e número com um nome (*tanto*, *tanta*, *tantos* e *tantas*).

[10] Se o operador comparativo não estiver adjacente ao adjetivo ou advérbio, tem a forma *tanto* (cf. (42e) ou a frase *ele correu depressa, mas não tanto quanto a Ana*).

(iii) quando o domínio de quantificação é identificado por uma estrutura nominal, o operador comparativo de igualdade é *tanto*, que concorda em género e número com o substantivo:

(45) a. O Paulo escreveu *tantos livros* como a Ana.
b. Esta sala tem *tantas estantes* como aquela.
c. Ele estava com *tanto medo* como nós.
d. Ele tem *tanta pressa em ser atendido* como qualquer das outras pessoas.

Os operadores comparativos de igualdade expressam a informação de que o grau que corresponde ao primeiro termo de comparação é igual ao que corresponde ao segundo; ou seja, indicam uma relação de igualdade. No entanto, sobretudo quando os graus que se estão a comparar não correspondem a números inteiros positivos (como, por exemplo, em (45c,d)), a interpretação das construções comparativas de igualdade pode ser a de que o primeiro grau é igual ou superior ao segundo. Pode-se precisar se se está a considerar uma relação de igualdade ou uma relação de igualdade ou superioridade recorrendo a expressões como *exatamente* ou *pelo menos*:

(46) a. Ele mora em Coimbra há *exatamente tanto tempo* como a Sara.
b. Ele mora em Coimbra há *pelo menos tanto tempo* como a Sara.

O segundo termo de comparação é identificado pelo sintagma *como Or* ou *quanto Or*. *Quanto* pode ser uma forma invariável ou a forma de masculino singular do pronome relativo. A forma invariável, tal como o pronome *como*, pode ocorrer em qualquer construção comparativa de igualdade, independentemente de o domínio de quantificação ser identificado por um nome (cf. (47a)), por um verbo (cf. (47b)), por um advérbio (cf. (47c)) ou por um adjetivo (cf. (47d)):

(47) a. Ele gastou tanta *água* quanto/como a Ana gastou.
b. Ele *correu* tanto quanto/como a Ana correu.
c. Ele correu tão *depressa* quanto/como a Ana correu.
d. Ele é tão *alto* quanto/como a Ana é.

As formas variáveis – *quanto*, *quanta*, *quantos* e *quantas* – podem ocorrer nos casos em que o domínio de quantificação é identificado por um nome, com o qual concordam em género e número:

(48) a. Ele gastou tanta *água* quanta a Ana gastou.
b. A associação acolheu tantas *crianças* quantas podia acolher.
c. Foi-lhe dado tanto *tempo* quanto ele pediu.
d. Foram debatidos tantos *projetos* quantos foram apresentados.

Os operadores comparativos de superioridade e inferioridade indicam que um grau é superior ou inferior a um outro grau, podendo a diferença entre os dois graus comparados ser especificada, como se verifica nos seguintes exemplos, constituídos por estruturas chamadas **construções comparativas diferenciais**:

(49) a. O Paulo é *pelo menos dez centímetros* mais alto do que a Ana.
b. O Paulo tem *menos dez estudantes* do que no ano passado.

A frase (49a) significa que o grau de altura do Paulo é superior ao grau de altura da Ana e que a diferença entre os dois graus não é inferior a dez centímetros (é igual ou superior), e a frase (49b) significa que o número de estudantes que o Paulo tem é inferior ao número de estudantes que tinha no ano anterior, sendo a diferença de dez estudantes.

Quer o operador comparativo de superioridade quer o de inferioridade selecionam a sequência *do que Or* ou *que Or.* Em comparativas frásicas, a forma *do que* é obrigatória (cf. (50a,b)), enquanto em comparativas sintagmáticas há opcionalidade entre a forma *do que* e a forma *que* (cf. (50c,d) e Mateus et al. [1983] 1989):

(50) a. O temporal chegou mais depressa *do que* se esperava.
b. *O temporal chegou mais depressa *que* se esperava.
c. O Paulo chegou mais depressa *do que* eu.
d. O Paulo chegou mais depressa *que* eu.

O significado de construções comparativas como as que se seguem pode ser descrito como envolvendo a ordenação de apenas dois graus:

(51) a. A mesa é mais larga do que o tapete.
b. O Paulo gastou menos água do que a Ana.

A frase (51a) indica que o grau de largura da mesa é superior ao do tapete, e (51b) indica que a quantidade de água que o Paulo gastou é inferior à quantidade que a Ana gastou. Em construções comparativas como as de (52), aparentemente, são considerados mais de dois graus:

(52) a. O Paulo vai ser mais alto do que os irmãos dele.
b. O Paulo vai ser mais alto do que qualquer dos irmãos dele.
c. O Brasil tem uma área maior do que a França ou a Alemanha.
d. O Paulo correu mais depressa do que nunca.
e. Esta tartaruga já viveu mais tempo do que um mamífero pode viver.

Estas construções indicam que um grau é superior a vários graus e não apenas a um. Ou seja, em (52a) e (52b), o grau de altura que o Paulo vai atingir não é comparado com um grau de altura único, comum a todos os irmãos dele, mas com os diversos graus de altura dos seus irmãos, indicando-se que o grau de altura do Paulo será superior a todos estes graus. Do mesmo modo, (52c) indica que a área do Brasil é superior à da França e à da Alemanha, pelo que a comparação envolve três valores: a área do Brasil, a da França e a da Alemanha. Em (52d), o grau de velocidade do Paulo é comparado com todos os graus anteriores, não apenas com um grau, e, em (52e), o tempo de vida de uma dada tartaruga é comparado com os diferentes valores que o tempo de vida de um mamífero pode atingir. Assim, em todos estes casos, o sintagma *do que Or* parece identificar mais de um grau. No entanto, pode-se considerar que, mesmo nestes casos, o sintagma *do que Or* identifica apenas um grau, tratando-se do grau mais elevado do conjunto de graus relevante. Deste modo, as frases (52a,b) indicarão que o grau de altura do Paulo vai ser superior ao grau máximo de altura de qualquer dos seus irmãos; (52c) indicará que a área do Brasil é superior à área do maior dos outros países considerados; (52d) indicará que o grau de velocidade que o Paulo atingiu foi superior ao grau máximo que alguma vez tinha atingido; e em (52e) é identificado o tempo máximo de vida de um mamífero.

Em construções comparativas de inferioridade, pode ser considerado o valor mínimo e não o máximo. É o que se verifica na frase *foram encerradas várias escolas por terem menos alunos do que a lei permite*, em que a parte sublinhada refere o número mínimo de alunos que, de acordo com a lei, uma escola pode ter para funcionar. Noutros casos, há ambiguidade entre uma leitura em que se considera o valor mínimo e uma outra em que se considera o valor máximo. É exemplo a frase *um helicóptero voa mais baixo do que um avião a jacto*, que pode ser interpretada como indicando ou que um helicóptero pode voar a uma altitude inferior à altitude mínima a que um avião a jacto pode voar, ou que um helicóptero não pode atingir a altitude máxima que um avião a jacto pode atingir (cf. Rullmann 1995, de que se adaptou o exemplo acima dado).

[1] Um dos casos em que a comparação envolve o grau máximo ou o grau mínimo verifica-se quando o sintagma (*do*) *que Or* inclui um "sintagma negativo" (cf. Cap. 14), como na frase *o Paulo correu mais depressa do que nunca.* Outros exemplos são os seguintes:

(i) a. Este ano, inscreveram-se menos alunos do que nunca!
b. Ele sabe isso melhor do que ninguém!

Em (ia) é considerado o grau mínimo (o número mínimo de alunos que se tinham inscrito em anos anteriores), enquanto em (ib) é considerado o grau máximo (o grau máximo de conhecimento que alguém tem sobre o assunto em causa).

Sintagmas negativos diferentes de *ninguém* ou *nunca* ocorrem mais dificilmente em construções comparativas. *Nada* pode ocorrer na construção *ser melhor* (*do*) *que nada* e em construções como (iia), mas a sua presença noutras construções comparativas gera estranheza ou agramaticalidade:

(ii) a. O Paulo fez pouco mais do que nada.
b. ??Para ela, os filhos são mais importantes do que nada.
c. ??Ele acha que este assunto é mais urgente do que nada.

Outros sintagmas negativos também ocorrem mais dificilmente do que *ninguém* ou *nunca* em construções comparativas. Alguns falantes de português aceitam construções como (iiia-c), enquanto outros não as aceitam. Quanto a construções como (iiid,e), são sentidas pela generalidade dos falantes como agramaticais ou, pelo menos, de gramaticalidade duvidosa:

(iii) a. A Ana correu mais do que nenhum dos seus colegas.
b. A Ana gostou mais deste livro do que de nenhum outro.
c. ?Ele correu mais depressa do que nenhum atleta profissional.
d. ??O Paulo correu mais depressa do que nem o Carlos Lopes.
e. ??A sala tem mais espaço do que nem dois anfiteatros juntos.

Em construções comparativas de igualdade, podem também ocorrer sintagmas negativos, sobretudo se o operador comparativo – *tão* ou *tanto* – não for realizado:

(iv) a. ?As ruas eram tão sujas como em nenhuma outra cidade.
b. As ruas eram sujas como em nenhuma outra cidade.
c. ?Ele trabalhou tanto como nunca!
d. Ele trabalhou como nunca!
e. Ele trabalha tanto quanto nenhum dos seus colegas.

Embora formalmente estas construções sejam comparativas de igualdade, são interpretadas como construções comparativas de superioridade. De facto, o significado de (iva) ou (ivb), por exemplo, é o de que as ruas eram mais sujas do que as de qualquer outra cidade, não o de que eram tão sujas como as de outras cidades.

40.1.3 Elipses e outros tipos de omissões em construções comparativas

Em construções comparativas, classes sintáticas de diferentes tipos podem ou devem ser omitidas (i.e., não ser explicitamente realizadas). Algumas destas omissões são casos de (diferentes tipos de) elipse (cf. Cap. 45); outras são manifestações de processos de natureza distinta.

Uma das classes que não é explicitamente expressa em nenhuma construção comparativa é a que corresponde à variável ligada pelo pronome relativo de grau (cf. as representações de (37)). Considerando a frase *o Paulo escreveu mais romances do que a Ana escreveu artigos de física*, por exemplo (cuja representação se indica em (53a), incluindo a variável *x* ligada pelo pronome relativo), esta indica que o número de romances que o Paulo escreveu é superior ao número de artigos de física que foram escritos pela Ana. Embora um numeral possa especificar o número de artigos considerados, a realização explícita de um tal numeral torna a construção agramatical, como mostra (53b)[11]:

(53) a. O Paulo escreveu mais romances do que$_i$ a Ana escreveu x_i artigos de física.
b. *O Paulo escreveu mais romances do que a Ana escreveu dez artigos de física.

Além deste elemento, que não pode ter realização explícita, há vários outros que podem ser omitidos, podendo inclusivamente ser realizado apenas o operador comparativo, como se verifica no segundo enunciado do seguinte exemplo:

(54) A – O Paulo escreveu tantos livros como a Ana?
B – Mais!

Construções como a segunda frase de (54) são designadas por **comparativas discursivas**, tal como outras construções em que pelo menos um dos graus comparados seja identificado no contexto discursivo ou situacional, ou pelo conhecimento mútuo da situação pelos interlocutores, mas não na própria construção comparativa. O exemplo (54) é de uma construção comparativa o mais elíptica possível. São também exemplo de comparativas discursivas as construções que se seguem:

(55) a. Hoje em dia, as pessoas têm menos tempo livre.
b. Hoje está mais frio.
c. A sala está muito quente. O aquecimento não devia estar ligado tanto tempo.
d. É melhor irmos pela autoestrada. Chegamos mais depressa.
e. A Ana vai muitas vezes ao cinema. O Paulo vai menos.

[11] Admitindo que as construções comparativas são estruturas de subordinação relativa, a impossibilidade de realizar lexicalmente uma palavra que identifique esta quantidade deve-se ao facto de a função gramatical que o numeral desempenharia pertencer à variável associada ao pronome relativo, o que causa um conflito (cf. as representações (37) e o texto que as acompanha ou a representação de (53a)); assim, a agramaticalidade de (53b), p.e., é comparável à agramaticalidade de **o rapaz que a Maria o encontrou é meu amigo* (vs. *o rapaz que a Maria encontrou é meu amigo*) ou de **quem a Maria o viu é meu amigo* (vs. *quem a Maria viu é meu amigo*), em que os pronomes sublinhados desempenham a função gramatical que pertence à variável associada aos pronomes relativos *que* e *quem*, respetivamente, criando um conflito semelhante ao de (53b).

Uma vez que em construções comparativas discursivas o segundo termo de comparação não é identificado na construção, fora de contexto estas construções têm uma interpretação de vagueza. A frase (55b), por exemplo, pode ter, entre outras interpretações, a de que está mais frio do que no dia anterior; a de que está mais frio do que num outro período de tempo do passado que faz parte da memória dos intervenientes na interação discursiva; ou ainda a de que está mais frio do que habitualmente. Se a frase fizer parte de um enunciado discursivo, como em *ontem, a temperatura estava agradável; hoje está mais frio*, a vagueza desaparece, sobrevivendo apenas uma das interpretações possíveis. Do mesmo modo, em (55c-e), as construções comparativas não têm interpretação vaga porque são estabelecidas ligações entre cada construção comparativa e outras frases do texto. Assim, a frase (55c) significa que o aquecimento não devia estar ligado tanto tempo como está, a frase (55d) significa que indo pela autoestrada se chega mais depressa do que não indo pela autoestrada e a frase (55e) significa que o Paulo vai menos vezes ao cinema do que a Ana. Como é evidente, noutros enunciados discursivos, estas construções comparativas poderiam ter interpretações diferentes.

Em construções comparativas discursivas, a reconstrução do material não expresso é feita recorrendo ao discurso, ao contexto situacional ou ao conhecimento partilhado. Pelo contrário, em construções comparativas em que é expresso o segundo termo de comparação, a reconstrução do material omitido pode ser feita dentro dos limites da própria frase. Neste tipo de construção, na oração subordinada podem ser omitidos diversos elementos, como mostram os exemplos que se seguem:

(56) a. Vendemos mais livros de poesia do que [~~vendemos~~ romances].
b. Ele encomendou mais serviços à empresa da Rita do que [~~encomendou serviços~~ à ~~empresa~~ da Ana].
c. A Ana leu mais livros de poesia do que [qualquer outra pessoa ~~leu livros de poesia~~].
d. A Ana leu mais livros de poesia do que [qualquer outra pessoa leu ~~livros de poesia~~].
e. Participaram na manifestação mais pessoas do que [se pensava ~~que iriam participar na manifestação~~].
f. O Paulo escreveu mais livros de matemática do que [~~escreveu livros~~ de ficção].

Em (56a) é omitido o verbo da oração relativa de grau; em (56b) está elidido o verbo e um dos seus complementos, além do nome *empresa*, que faz parte de outro complemento; em (56c) é todo o sintagma verbal que está elidido; em (56d) e em (56e) está elidido o complemento do verbo, que no primeiro caso é de natureza nominal e no segundo caso é uma frase; e em (56f), além do verbo da oração relativa de grau, não é realizada uma parte do seu complemento, o nome *livros* no sintagma nominal *livros de ficção* (cf. Cap. 45).

O facto de na oração relativa de grau existirem elementos omitidos não significa que estes não façam parte da estrutura, uma vez que, para que as frases sejam devidamente interpretadas, é necessário que sejam processados. Por essa razão, em (56c), por exemplo, o número de livros de poesia que a Ana leu é comparado com

o número de livros de poesia que qualquer outra pessoa leu e não com o número de livros de outro tipo que alguém leu ou com o número de livros de poesia que alguém escreveu, por exemplo.

Quando o verbo da oração relativa de grau é idêntico ao que ocorre na oração principal, a sua omissão é opcional, pelo que as frases (57a) e (57b) são igualmente aceitáveis:

(57) a. Ele publicou mais romances do que livros de poesia.
b. Ele publicou mais romances do que publicou livros de poesia.

Quanto aos outros constituintes da oração relativa de grau, normalmente são omitidos quando são idênticos aos correspondentes da oração principal. A frase (58a) é, assim, mais natural do que (58b):

(58) a. Paga mais impostos ele sozinho do que os vizinhos dele todos juntos!
b. ?Paga mais impostos ele sozinho do que pagam impostos os vizinhos dele todos juntos!

Há autores que defendem que a estranheza de (58b) se deve a questões pragmáticas e outros que defendem que a construção é agramatical. Independentemente desta questão, pode-se afirmar que na oração relativa de grau os elementos realizados explicitamente são apenas os que são distintos dos seus correlatos da oração principal; isto é, em caso de identidade, normalmente não são repetidos na oração relativa de grau elementos idênticos aos que ocorrem na oração principal (exceção feita do verbo da oração relativa de grau, cuja omissão é opcional).

Nalguns casos, os elementos elididos formam um constituinte (por vezes, um só item). É o que se verifica, por exemplo, na frase *vendemos mais livros de poesia do que* [~~*vendemos*~~] *romances*, em que é omitido o verbo, ou na frase *vieram mais pessoas do que se esperava* [~~*que viessem*~~], em que é elidida a oração complemento do verbo *esperar*. Nestes casos, tal como em vários outros, as omissões que se observam em construções comparativas são manifestações de tipos de elipse (ou outros tipos de omissão) que ocorrem também noutras construções (cf. Cap. 45). Noutros casos, os elementos omitidos não formam um constituinte. É o que se verifica na frase (56b), em que há elipse do nome *empresa*, ou na frase *ele escreveu mais livros de matemática do que* ~~*escreveu livros*~~ *de ficção*, em que é elidido o verbo *escrever* e um nome, que faz parte do complemento deste verbo, mas em que é realizado um modificador do nome omitido.

40.1.4 Construções comparativas com mais de um operador de grau comparativo

Numa mesma construção comparativa pode ocorrer mais de um operador comparativo. É o que mostram construções como (59), que envolvem coordenação de constituintes, e construções como (60):

(59) a. A Ana correu tão depressa ou mais do que o Paulo.
b. Este ano, serão apoiados menos projetos do que o ano passado, mas com mais dinheiro.
(60) a. Hoje em dia, mais estudantes frequentam mais cursos.
b. Com este sistema, mais pessoas pagarão menos impostos.

Nas frases de (59), o constituinte *do que Or* ocorre uma única vez, mas as construções são interpretadas como se o complemento de cada operador comparativo estivesse realizado. Ou seja, (59a) é equivalente a (61a) e (59b) é equivalente a (61b):

(61) a. A Ana correu tão depressa *como o Paulo* ou mais depressa *do que o Paulo*.
b. Este ano, serão apoiados menos projetos *do que o ano passado*, mas [os projetos serão apoiados] com mais dinheiro *do que o ano passado*.

Quanto a (60a), embora seja estruturalmente diferente de construções como (59a,b), é também interpretada como se se tratasse de uma coordenação de duas construções comparativas independentes, significando que hoje em dia há mais estudantes e que há mais cursos.

O mesmo se pode dizer a respeito de (60b), que pode ser interpretada como significando que o número de pessoas que pagarão impostos será superior e que serão pagos menos impostos. Além desta interpretação, a frase (60b) pode também significar que vai aumentar o número de pessoas que pagam menos impostos do que pagavam. Nesta segunda interpretação, é identificada a propriedade 'pagar menos impostos do que anteriormente', asserindo-se que o número de pessoas com esta propriedade passará a ser superior. Teoricamente, este tipo de leitura também é possível em (60a), embora seja excluído por razões de conhecimento do mundo. De acordo com tal interpretação, a frase significaria que o número de estudantes que hoje em dia frequentam mais cursos do que frequentavam anteriormente é superior ao que era no passado.

Há outras construções com mais de um operador de grau comparativo que permitem um outro tipo de leitura (cf. Marques 2006). É o que se verifica no seguinte exemplo (adaptado de von Stechow 1984):

(62) Hoje em dia, consegue-se produzir mais milho com menos terra.

Numa leitura, esta frase indica que hoje em dia se produz mais milho do que antigamente e que se cultiva menos terra. Esta leitura é do mesmo tipo que a que se obtém em (60a) e que se pode ter em (60b). A interpretação de cada um dos operadores comparativos é feita independentemente da interpretação do outro. Ou seja, (60a), por exemplo, veicula duas comparações: por um lado, compara-se o número atual de estudantes (em média) com o número anterior; por outro, compara-se o número de cursos atualmente frequentados e o número anterior de cursos frequentados. A comparação do número de estudantes é feita independentemente da comparação do número de cursos e vice-versa. Do mesmo modo, (62) tem uma leitura em que se compara a quantidade de milho produzida hoje em dia com a quantidade que antigamente se produzia e se compara a quantidade de terra que hoje se cultiva com a quantidade de terra que antigamente se cultivava. Numa outra leitura, a frase indica que hoje em dia, para aumentar a quantidade de milho produzida, é necessária menos terra do que a que anteriormente seria necessária. Nesta leitura, a frase não veicula a informação de que hoje em dia se produz mais milho do que antes ou que se cultiva menos terra; veicula antes uma comparação entre o índice de produtividade da terra hoje em dia e índices de produtividade anteriores.

[2] Nas construções com mais de um operador comparativo identificadas até agora, é realizada uma única oração relativa de grau. Um tipo diferente de construção com mais de um operador comparativo é exemplificado pela seguinte frase[12]:

(i) O lucro que a empresa teve em 2001 foi ainda mais elevado do que o de 2000 do que se previa.

Embora esta frase possa ser de difícil processamento, não viola princípios gerais da gramática, sendo estruturalmente bem formada e veiculando significado. Para se perceber a estrutura da frase, comecemos por considerar (ii):

(ii) O lucro que a empresa teve em 2001 foi ainda mais *x* do que se previa.

Dada esta estrutura, podemos substituir *x* por um adjetivo, obtendo uma construção comparativa simples (cf. (iiia)), ou pelo constituinte *mais elevado do que o de 2000* (cf. (iiib)):

(iii) a. O lucro que a empresa teve em 2001 foi ainda mais [elevado] do que se previa.
b. O lucro que a empresa teve em 2001 foi ainda *mais* [*mais* elevado do que o de 2000] do que se previa.

A frase (iiia) expressa uma comparação entre o lucro que a empresa teve em 2001 e o que se previa que teria, enquanto (iiib) expressa uma comparação entre duas diferenças: a diferença que se verificou entre o lucro de 2001 e o de 2000 e a diferença que se previa existir entre o lucro de 2001 e o de 2000. Assim, estruturalmente, a frase (i) pode ser analisada como tendo dois operadores comparativos idênticos (em itálico, no exemplo (iiib)), sendo omitido um deles devido ao facto de serem adjacentes[13]. Os dois operadores comparativos podem ser realizados explicitamente se não forem adjacentes:

(iv) O lucro que a empresa teve em 2001 foi *mais* elevado do que o de 2000 e foi-o *mais* do que se previa.

Embora na frase (i) esteja expresso apenas um operador comparativo, há duas instâncias de comparação. Isto é, há uma comparação entre dois valores – o valor do lucro de 2001 e o valor do de 2000 – e compara-se a diferença que existe entre estes dois valores com a que se previa existir. Deste modo, com esta frase, não só se indica que há uma diferença entre o lucro de um ano e o do ano anterior, como também se predica sobre essa diferença, indicando-se que é superior à que se previa.

Veja-se também o seguinte tipo de construção (cf. Peres e Mascarenhas 2006), em que se identifica uma diferença de graus:

(v) O lucro da empresa foi tão mais elevado do que se previa que a estratégia para os próximos anos vai ser revista.

Com esta frase, indica-se que o lucro de uma empresa foi superior ao que se previa e predica-se sobre essa diferença:

(vi) A – O lucro da empresa foi mais elevado do que se previa.
B – Muito mais elevado do que se previa?
A – Tão mais elevado que a estratégia para os próximos anos vai ser revista.

---

[12] O autor agradece a J. Peres (c.p.) ter-lhe chamado a atenção para este tipo de construção, referido marginalmente por Napoli (1983).

[13] Há outras áreas da gramática em que um constituinte não é realizado por ser idêntico a outro que lhe é adjacente. Um exemplo são as sequências de preposições em orações relativas de antecedente explícito: cf. **falei <u>de de</u> quem raramente nos lembramos*, resolvido em *falei <u>de</u> quem raramente nos lembramos* (comparar com *falei <u>daquele(s) de</u> quem raramente nos lembramos*, exemplo onde os dois *de* se realizam por não serem adjacentes; cf. Cap. 39 e Peres e Móia 1995:293ss).

40.1.5 Construções pseudocomparativas

Há vários tipos de construção que manifestam alguma semelhança com construções comparativas de grau, mas que não são do mesmo tipo, uma vez que não envolvem comparação de graus. É o caso dos cinco tipos de construção que se seguem, frequentemente classificados também como construções comparativas.

(i) O primeiro destes tipos é ilustrado pelas frases de (63), que podem ser analisadas como orações relativas de modo (cf. Cap. 39 e Peres e Mascarenhas 2006), sendo parafraseáveis por (64):

(63) a. O Paulo fala como a Ana.
b. Ele comporta-se como se já tivesse sido eleito.

(64) a. O Paulo fala do mesmo modo que a Ana.
b. Ele comporta-se do mesmo modo como se comportaria se já tivesse sido eleito.

(ii) Um segundo tipo é exemplificado pelas frases de (65), construções conformativas (cf. Cap. 38 e Peres e Móia 1995), parafraseáveis por (66):

(65) a. A reunião foi adiada, como se previa.
b. Como se esperava, o prazo para a entrega dos projetos foi adiado por um mês.

(66) a. A reunião foi adiada, conforme se previa.
b. Conforme se esperava, o prazo para a entrega dos projetos foi adiado por um mês.

(iii) Um terceiro tipo de construção classificada como "comparativa" por gramáticas tradicionais, mas que se distingue de construções comparativas de grau, é ilustrado pelas frases de (67), que são estruturas de coordenação, equivalentes a (68) (cf. Cap. 35):

(67) a. Tanto o Paulo como a Ana mostraram interesse pela proposta.
b. A Sara tanto domina o francês como o inglês.

(68) a. O Paulo mostrou interesse pela proposta e a Ana também.
b. A Sara domina o francês e domina o inglês.

São também equivalentes a estruturas de coordenação simples construções com apostos como (69):

(69) a. O Paulo, tal como a Ana, mostrou interesse pela proposta.
b. O Paulo trabalhou muito, tal como a Ana.

A primeira destas frases tem o mesmo significado que (68a) e a segunda é equivalente a *o Paulo trabalhou muito e a Ana também*.

(iv) Um quarto tipo de construção que se aproxima de construções comparativas de grau, mas que é diferente destas, numa das possíveis interpretações, é exemplificado pelas seguintes construções:

(70) a. O Paulo conseguiu duzentas assinaturas. A Ana diz que consegue angariar mais.
b. Não gastes mais água!

A frase (70a) pode significar que a Ana diz que consegue angariar um número de assinaturas superior ao número que o Paulo conseguiu, leitura em que há uma comparação de quantidades, pelo que se tratará de uma construção comparativa de grau. Na outra interpretação, a frase significa que a Ana diz que consegue angariar outras assinaturas, além das que o Paulo conseguiu. Nesta interpretação, *mais* é um operador adicionante, com um significado diferente do do operador comparativo *mais*, e a frase não veicula uma comparação de graus. De igual modo, a frase (70b) pode ser interpretada como uma construção comparativa discursiva (cf. (55)), caso em que veiculará o pedido para que o interlocutor não gaste um volume de água superior a uma quantidade não expressa, definida pelo discurso prévio, por exemplo. Noutra leitura, a frase é interpretada como equivalente a *não continues a gastar água*, caso em que não veicula comparação de graus.

(v) Finalmente, um outro tipo de construção distinto das construções comparativas consideradas nas subsecções precedentes é exemplificado por construções como (71) e (72):

(71) a. O nível de poluição ultrapassa largamente o aceitável.
b. A hipótese da Ana é preferível à do Paulo.

(72) a. A Rita comprou um vestido diferente do da Ana.
b. O Pedro tem um carro igual ao da Ana.

As construções de (71) distinguem-se dos casos anteriores por veicularem comparação de graus. No entanto, a comparação é feita a nível **lexical** – faz parte do significado do verbo *ultrapassar*, em (71a), e do significado do adjetivo *preferível*, em (71b) –, não sendo veiculada por uma construção sintática. Quanto aos exemplos (72), envolvem também a expressão da comparação por meios lexicais, mas não envolvem a noção de grau. O significado de (72b) pode também ser expresso pela construção *o Pedro tem um carro como o da Ana*, tradicionalmente classificada como "construção comparativa", mas que não envolve comparação de graus.

40.2 Construções superlativas

A tradição gramatical trata a variação em grau dos adjetivos a par da flexão em género e número. No entanto, tal como se verifica com o "grau comparativo", a expressão do "grau superlativo relativo" não é feita por meios flexionais, mas sim por estruturas sintáticas, designadas por "construções superlativas". É destas construções que se ocupa esta secção, onde também é considerado o "grau superlativo absoluto".

40.2.1 Grau superlativo absoluto e grau superlativo relativo

Tradicionalmente, é feita uma distinção entre os seguintes graus dos adjetivos e dos advérbios: grau normal, grau comparativo e grau superlativo. A classificação

do grau dos adjetivos contempla uma subdivisão do **grau superlativo** em **grau superlativo absoluto**, **sintético** ou **analítico**, e **grau superlativo relativo**, **de superioridade** ou **de inferioridade**. São exemplo as seguintes construções:

(73) a. A Ana é alta. [grau normal]
b. A Ana é mais alta do que o Paulo. [grau comparativo]
c. Estas ruínas são antiquíssimas. [grau superlativo absoluto sintético]
d. A situação é muito grave. [grau superlativo absoluto analítico]
e. Ele é o atleta mais alto. [grau superlativo relativo de superioridade]
f. Essa é a questão menos problemática. [grau superlativo relativo de inferioridade]

Algumas construções com o grau normal do adjetivo ou com o grau superlativo absoluto são interpretadas como construções comparativas. É o caso do exemplo (73a). A diferença entre esta construção e (73b) será que na última a altura do Paulo é o ponto de referência para a definição da altura da Ana, enquanto em (73a) o ponto de referência é um valor-padrão, fixado culturalmente ou pelo contexto (por exemplo, se a frase for dita numa situação em que a Ana está num grupo de pessoas significativamente mais baixas do que ela). Ou seja, em (73b) indica-se que a altura da Ana é superior à do Paulo e em (73a) indica-se que é igual ou superior a um dado valor *x*, indeterminado, que é tal que os indivíduos cuja altura seja igual ou superior a *x* são considerados altos. Este valor-padrão não é fixo. Por exemplo, um indivíduo pode ser bastante mais alto do que a média dos membros de uma comunidade, sendo considerado uma pessoa alta, mas ser baixo enquanto basquetebolista. Assim, em construções como *a Ana é alta*, o adjetivo está associado a uma variável contextual, sendo interpretado, por exemplo, como 'alta para a idade que tem' ou 'alta relativamente aos colegas dela'. Na mesma linha, pode considerar-se que construções com o "grau superlativo absoluto" envolvem também uma comparação de graus implícita. A frase *o Paulo é altíssimo*, por exemplo, indica que a altura do Paulo está bastante acima do valor-padrão de pessoa alta ou de outro valor contextualmente relevante.

Nem sempre as construções com adjetivos no grau normal ou no grau superlativo absoluto são interpretadas como comparativas. Exemplos como (74), em que os adjetivos ocorrem no grau normal, ou (75), com o grau superlativo absoluto, têm uma interpretação que não envolve comparação:

(74) a. A secretária foi simpática.
b. A questão é simples.
c. As crianças estavam entusiasmadas.

(75) a. O comboio foi pontualíssimo.
b. O exercício é facílimo.
c. As crianças estavam contentíssimas.
d. As crianças estavam extremamente contentes.

A frase (74a), por exemplo, tem uma leitura em que se não indica que a secretária foi mais simpática do que um valor-padrão, mas sim que a secretária foi simpática e não antipática. O mesmo se pode dizer a respeito dos exemplos (75). Em (75c)

e (75d), por exemplo, indica-se que o grau de contentamento das crianças era elevado, mas não é apontada qualquer relação entre este grau de contentamento e outros graus.

> [3] Há outras formas de expressar valores elevados de escalas a que está associado o significado de adjetivos, como mostram os seguintes exemplos:
>
> (i) a. O autocarro estava *completamente cheio*.
> b. O autocarro estava *cheio, cheio, cheio*!
> c. O autocarro estava *cheiinho*!
> d. Esta caixa é *bem pesada*!
> e. Ele está *redondamente enganado*!
> f. Estou *sinceramente convencido* de que ele é inocente.
> g. Isto é um aparelho *ultramoderno*!
> h. É *totalmente impossível* chegar a horas!
> i. A assistência estava *excecionalmente atenta*.
> j. Era uma peça *extremamente rara*.
> k. A viagem foi *o pior possível*!
> l. Essa história é *mais velha do que a Sé de Braga*!
> m. O comboio era *mais lento do que um caracol*!
> n. Ele é rápido *como um relâmpago*.
> o. Ele estava feliz *como nunca/ninguém*.
> p. O autocarro estava *cheio que nem um ovo*!
> q. Isto é *caro* {*p'ra caramba/que se farta*}!

Se em construções com o grau superlativo absoluto são identificados valores elevados de uma escala, o mesmo não se pode dizer a respeito de construções com o grau superlativo relativo. Nestas estruturas, não é identificada uma zona específica da escala a que o adjetivo está associado. A frase *o Paulo é o estudante mais alto*, por exemplo, indica que o grau de altura do Paulo é superior ao dos outros estudantes, mas (tal como se verifica em construções comparativas) não dá qualquer indicação sobre se o Paulo é alto ou não.

40.2.2 Construções superlativas e domínios de quantificação

As construções com o grau superlativo dos adjetivos envolvem a consideração de pontos de uma escala, identificada pelo adjetivo. Nos exemplos que se seguem, com o grau superlativo absoluto analítico (cf. (76a)), o grau superlativo absoluto sintético (cf. (76b)) e o grau superlativo relativo de superioridade (cf. (76c)), respetivamente, é considerada a escala do peso, identificada pelo adjetivo *pesado*:

(76) a. Este caixote é muito *pesado*.
b. Este caixote é *pesadíssimo*.
c. Este é o caixote mais *pesado* (dos) que temos de transportar.

O mesmo tipo de informação que estas construções expressam encontra-se em construções como as que se seguem, onde as escalas relevantes, ou domínios de quantificação, são identificadas por advérbios, verbos ou estruturas nominais, em itálico nos exemplos:

(77) a. Ele queria correr muito *depressa*.
b. Antes de iniciar as filmagens, a atriz *emagreceu* muito.
c. Esta cidade tem muitos *locais pitorescos*.

(78) a. A medalha é atribuída ao atleta que correr mais *depressa*.
b. O Paulo perguntou quais foram as ações que *subiram* mais.
c. A China é o país com mais *habitantes*.

Nos exemplos (76), a escala relevante é a do peso; em (77a) e em (78a), é considerada a escala de velocidade; (77b) envolve também a consideração da escala do peso e, em (78b), é considerada uma escala que mede o valor das ações. Finalmente, em (77c) e em (78c), é considerada uma escala numérica. Qualquer das construções envolve a consideração de pontos da escala relevante; ou, dito de outro modo, a consideração de um grau ou quantidade (de altura, de velocidade, de locais pitorescos, etc.), sendo o domínio de quantificação identificado por um adjetivo, um advérbio, um verbo ou uma estrutura nominal.

40.2.3 Construções superlativas e especificidade

Em construções com o grau superlativo relativo, é identificado um indivíduo (ou vários, no caso de o sintagma nominal ser plural) por comparação com os outros membros de um conjunto. A frase (79a) é parafraseável por (79b) ou (79c):

(79) a. A Ana foi a *atriz* mais premiada.
b. *Do conjunto das atrizes*, a Ana foi a mais premiada.
c. A Ana foi a mais premiada *das atrizes*.

O conjunto relevante pode ser identificado apenas por um nome – o nome *atriz*, em (79a) – ou por uma estrutura nominal mais complexa, como se verifica nos exemplos que se seguem:

(80) a. O Paulo é o *estudante* mais alto *da turma*.
b. Este é o *livro* menos interessante *que o Paulo escreveu*.
c. José Saramago é o *escritor português* mais traduzido.

Em (80a), é considerado o conjunto dos estudantes de uma dada turma; em (80b), o conjunto de livros escritos pelo Paulo, e, em (80c), o conjunto dos escritores portugueses. Assim, nestes casos, o conjunto relevante é identificado por uma estrutura nominal, que pode ser descontínua, formada por um nome e um modificador, assinalados nos exemplos. Os elementos deste conjunto são ordenados de acordo com uma grandeza (altura, em (80a), interesse, em (80b), etc.), que, nestes exemplos, é identificada por adjetivos, e o constituinte *o mais* + adjetivo identifica o elemento superior dessa ordenação.

As construções superlativas podem ser ambíguas, permitindo a consideração de um ou de outro conjunto (cf. Szabolcsi 1986). Por exemplo, a frase *foi o Luís quem escalou a montanha mais alta*, numa interpretação, significa que o Luís escalou o monte Everest, pelo que a frase envolve a consideração do conjunto de montanhas, e, noutra interpretação, significa que o Luís escalou uma montanha mais alta do que as montanhas que foram escaladas por outras pessoas. Estas duas interpretações são distintas. Supondo que, dado um conjunto de alpinistas, o Luís

escalou uma montanha com cerca de cinco mil metros de altura e os outros alpinistas escalaram montanhas menos altas, a frase seria verdadeira na segunda interpretação, mas não na primeira.

40.2.4 Construções superlativas sem operador comparativo

Nas construções com o grau superlativo relativo observadas acima, ocorre o operador comparativo *mais* ou *menos*, associado a uma estrutura adjetival, adverbial, verbal ou nominal. Em construções como as de (81), não há nenhum destes operadores comparativos, mas o seu significado é semelhante ao de construções típicas com o grau superlativo relativo:

(81) a. Este é o *último* livro que a Ana escreveu.
b. O Paulo foi o *primeiro* convidado a chegar.
c. O buraco na estrada foi a *principal* causa do acidente.

De facto, as frases de (81) também permitem identificar um indivíduo por comparação com outros membros de um conjunto, sendo as construções parafraseáveis por (82):

(82) a. Este é o livro *mais recente* que a Ana escreveu.
b. O Paulo foi o convidado que chegou *mais cedo*.
c. O buraco na estrada foi a causa *mais imediata* do acidente.

Comparando os exemplos (81) e (82), verifica-se que em (81) ocorre um adjetivo (em itálico) cujo significado incorpora o que pode ser expresso por um operador comparativo seguido de um adjetivo ou de um advérbio, como nas expressões em itálico de (82). À parte esta diferença, exemplos como (81) são semelhantes a exemplos como (82), quer estrutural quer semanticamente.

40.3 Estruturas de correlação de escalas

Em construções como as de (83), é indicada uma correlação entre duas escalas:

(83) a. Quanto maior a nau, maiores as tormentas.
b. À medida que as cidades vão crescendo, a floresta vai recuando.
c. O oxigénio diminui conforme a altitude aumenta.

Estas construções[14] expressam a informação de que uma subida ou uma descida nos valores de uma escala é acompanhada pelo movimento, inverso ou idêntico, nos valores de outra escala: (83a) indica que o tamanho da nau é diretamente proporcional ao tamanho das tormentas; (83b) indica que o crescimento das cidades é acompanhado pelo recuo da floresta e (83c) indica que o aumento da altitude é inversamente proporcional à quantidade de oxigénio.

[14] Orações como a sublinhada na construção *quanto maior a nau*, *maiores as tormentas* são designadas por "orações subordinadas adverbiais proporcionais" na Nomenclatura Gramatical Brasileira, não tendo classificação própria na nomenclatura portuguesa. Na terminologia inglesa da linguística, usam-se as designações "*comparative conditionals*" (cf., entre outros, McCawley 1988) e "*comparative correlatives*" (cf., entre outros, Culicover e Jackendoff 1999). Nesta Gramática, essas orações são chamadas **comparativas correlativas** (cf. Cap. 38).

No tipo de construção exemplificado por (83a), ocorrem dois operadores comparativos. Estes dois operadores podem ser idênticos – ambos de superioridade ou ambos de inferioridade –, tal como podem ser operadores comparativos diferentes – um de superioridade e outro de inferioridade:

(84) a. Quanto *mais* ele fala, *mais* se contradiz.
b. Quanto *menos* estudantes há, *menos* professores são precisos.
c. Quanto *mais* tempo ele demorar, *menos* pessoas vai encontrar à sua espera.
d. Quanto *menos* médicos houver, *mais* doentes terão de ser atendidos por cada um.

Se os operadores comparativos forem idênticos, a construção indica que as duas escalas são diretamente proporcionais; se forem diferentes, a construção indica que as escalas são inversamente proporcionais.

Os dois operadores podem estar associados ao mesmo tipo de classes de palavras, como nos exemplos (85a), em que ambos os operadores comparativos estão associados a adjetivos, e também (85b-d) (ambos associados a advérbios, nomes e verbos, respetivamente), tal como podem estar associados a classes de palavras diferentes, como nos exemplos (86):

(85) a. Quanto *mais brilhante* for a estrela, *mais visível* será a olho nu.
b. Quanto *mais depressa* o Paulo acabar o trabalho, *mais depressa* pode tirar férias.
c. Quanto *mais alunos* houver, *mais professores* são necessários.
d. Quanto *mais subirem* os salários, *mais sobe* a inflação.

(86) a. Quanto *mais carros* circulam, *mais difícil* é estacionar.
b. Quanto *mais poluído* é o ar, *mais doenças* respiratórias existem.
c. Quanto *mais depressa* ele chegar, *mais pessoas* encontrará.
d. Quanto *mais aumentam* os impostos, *mais complicada* é a vida de muita gente.

Além das construções identificadas acima, são também estruturas de correlação de escalas construções como as que se seguem, em que a expressão destacada atribui à construção o caráter de correlação:

(87) a. *Cada vez* é mais difícil encontrar emprego.
b. Ele está a correr *cada vez* menos depressa.
c. Estamos a trabalhar *cada vez* mais.
d. *Cada vez* há mais carros.
e. *Cada dia* havia menos encomendas.
f. *De ano para ano*, a concorrência aumenta.
g. Os testes serão *progressivamente* mais difíceis.
h. As dificuldades são *crescentemente* mais visíveis.

Tendo em conta critérios semânticos, estas construções de correlação de escalas são de um tipo diferente. O seu significado passa necessariamente pela consideração da escala do tempo, enquanto noutras construções de correlação de escalas, como nos exemplos apresentados em (84), as escalas consideradas não estão

necessariamente associadas a este domínio (é o caso de (84a,b) e (84d)). De facto, construções como (87) expressam uma correlação entre valores de uma escala, expressamente referida, e um conjunto de objetos ordenado no tempo. Por exemplo, na interpretação de (87g), considera-se uma escala que permita medir a dificuldade dos testes e um conjunto de testes ordenado no tempo, indicando a construção que o grau de dificuldade de cada teste será superior ao do teste anterior.

Tal como se verifica nas outras construções de grau, cada operador de grau pode estar associado a diferentes classes de palavras. Isto é, o domínio de quantificação pode ser expresso por um adjetivo (cf. (87a,g,h)), por um advérbio (cf. (87b)), por um verbo (cf. (87c,f)) ou por uma estrutura nominal (cf. (87d,e)).

Tendo em conta critérios de natureza sintática, pode observar-se uma divisão diferente nas construções de correlação de escalas, que separa estruturas de correlação de escalas sem operador comparativo, como as que são exemplificadas em (83b,c) e (88a-c), de construções como (83a) e (89a-e), estas com operador comparativo – *mais* ou *menos* – expresso:

(88) a. *À medida* que as cidades vão crescendo, a floresta vai recuando.
b. O oxigénio diminui *conforme* a altitude aumenta.
c. *De ano para ano*, a concorrência aumenta.

(89) a. Cada vez é *mais* difícil encontrar emprego.
b. Cada dia havia *menos* encomendas.
c. Quanto *maior* a nau, *maiores* as tormentas.
d. Os testes serão progressivamente *mais* difíceis.
e. As dificuldades são crescentemente *mais* visíveis.

[4] Além da presença ou ausência de operador comparativo, podem-se apontar pelo menos duas diferenças entre estes dois tipos de estrutura. A primeira diz respeito à mobilidade dos constituintes que expressam a correlação de escalas. Constituintes como *à medida que Or* ou *de dia para dia* têm maior flexibilidade posicional do que constituintes como *cada vez* ou *crescentemente*. É o que mostra o contraste entre (88) e (i), por um lado, e entre (89) e (ii), por outro:

(i) a. A floresta vai recuando *à medida* que as cidades vão crescendo.
b. *Conforme* a altitude aumenta, diminui o oxigénio.
c. A concorrência aumenta *de ano para ano*.

(ii) a. *É mais difícil encontrar emprego cada vez.
b. ?Havia menos encomendas, cada dia.
c. *Maiores as tormentas quanto maior a nau[15].
d. Progressivamente, os testes serão mais difíceis.
e. ?Crescentemente, as dificuldades são mais visíveis.

Ainda assim, no segundo grupo, algumas construções têm uma ordem mais rígida do que outras. Se construções como *quanto maior a pressão, maior o descontentamento* e *quanto maior a nau, maiores as tormentas* têm uma ordem fixa, noutras construções, o constituinte que expressa a correlação de escalas tem alguma mobilidade:

[15] Se os verbos forem realizados (cf. *maiores são as tormentas quanto maior for a nau*), a aceitabilidade da estrutura melhora.

(iii) a. É *cada vez* mais difícil encontrar emprego.
b. *Cada vez* é mais difícil encontrar emprego.
c. *Cada dia* se inscrevem mais candidatos.
d. Inscrevem-se *cada dia* mais candidatos.

A segunda diferença entre estruturas de correlação de escalas com ou sem operador comparativo diz respeito à possibilidade de clivagem (cf. Cap. 48). Como mostram os exemplos que se seguem, constituintes como *à medida que Or* ou *de dia para dia* podem ser objeto de clivagem, contrariamente aos constituintes que expressam a correlação de escalas em construções com operador comparativo:

(iv) a. É *à medida que as cidades crescem* que a floresta recua.
b. É *conforme a altitude aumenta* que diminui o oxigénio.
c. É *de ano para ano* que a concorrência aumenta.

(v) a. *É *cada vez* que é mais difícil encontrar emprego.
b. *Era *cada dia* que havia menos encomendas.
c. *É *quanto maior a nau* que maiores são as tormentas.
d. ??É *progressivamente* que os testes serão mais difíceis.
e. ??É *crescentemente* que as dificuldades são mais visíveis.

[5] Na generalidade das construções de correlação de escalas com operador comparativo, a presença deste operador é obrigatória, como mostra a agramaticalidade das seguintes construções:

(i) a. *Quanto grande a nau, grandes as tormentas.
b. *Cada vez é difícil encontrar emprego.
c. *Cada dia havia encomendas.
d. *Os testes serão progressivamente difíceis.

A expressão *do que x*, normalmente selecionada pelo operador comparativo de inferioridade ou superioridade (cf. *era preciso um barco maior do que este*, *ele está menos apressado do que nós*, etc.), não pode ocorrer em construções de correlação de escalas, como se ilustra em (ii):

(ii) a. *Quanto *maior do que nunca* a nau, *maiores do que nunca* as tormentas.
b. *Cada vez é *mais* difícil *do que era* encontrar emprego.
c. *Cada dia havia *menos* encomendas *do que no dia anterior*.

Esta generalização é aparentemente contrariada por construções como (iii):

(iii) a. Nesta empresa trabalham cada vez *mais* mulheres *do que homens*.
b. Os testes serão progressivamente *mais* difíceis *do que este exame*.
c. Quanto *mais* cedo *do que a Ana* o Paulo chegar, mais tempo vai ter de esperar.

Porém, estas construções podem ser analisadas como envolvendo dois operadores comparativos idênticos, como indicado em (iv), sendo que apenas um deles é expresso:

(iv) a. Nesta empresa trabalham [cada vez mais] [*mais* mulheres *do que homens*].
b. Os testes serão progressivamente [mais] *mais* difíceis *do que este exame*.
c. Quanto mais [*mais* cedo *do que a Ana* o Paulo chegar], mais tempo vai ter de esperar.

Observe-se que, no que respeita a construções como (iiia), se a ordem de palavras for alterada, os dois operadores comparativos podem ocorrer:

(v) Cada vez *mais* trabalham nesta empresa *mais* mulheres *do que homens*.

A frase (iiia), tal como (v), significa que a diferença entre o número de mulheres e o número de homens que trabalham na empresa é cada vez maior. Do mesmo modo, em (ivb) é tida em conta a diferença entre o grau de dificuldade de cada teste e o grau de dificuldade de um exame, indicando-se que a diferença será cada vez maior. Analogamente, em (ivc) é considerada a diferença entre as horas a que o Paulo chega e as horas a que a Ana chega, predicando-se acerca desta diferença que quanto maior for mais tempo o Paulo vai ter de esperar; ou seja, há uma comparação entre dois pontos da linha do tempo – aquele em que o Paulo chega e aquele em que a Ana chega –, comparação que é veiculada pelo constituinte *mais cedo do que a Ana*. Uma vez que o operador de grau comparativo deste constituinte é idêntico ao de *quanto mais*, só um dos dois é realizado lexicalmente (cf. Caixa [2] e os comentários aí feitos, bem como a Nota 13):

(vi) a. Nesta empresa trabalham cada vez ~~mais~~ *mais* mulheres *do que homens.*
b. Os testes serão progressivamente ~~mais~~ *mais* difíceis *do que este exame.*
c. Quanto ~~mais~~ *mais* cedo *do que a Ana* o Paulo chegar, mais tempo vai ter de esperar.

40.4 Construções consecutivas

Em construções de grau consecutivas, como *o embrulho é tão grande que não cabe no carro*, é indicada uma consequência associada a um grau. Esta consequência é expressa por uma oração selecionada por um operador de grau, o operador consecutivo (*tão* no exemplo dado). Pode-se considerar que este operador e a oração que seleciona constituem uma predicação sobre um grau:

(90) o embrulho é grande num grau *x*, [o grau *x* é tal que o embrulho não cabe no carro]

São operadores consecutivos os itens *tanto* e *tamanho*, que variam em género e número, bem como *tão*, *tal*, este último variando em número, e as expressões *de tal forma*, *de tal maneira*, *de tal modo* e *de tal ordem*. Todos estes elementos selecionam uma oração introduzida pela conjunção *que*, em itálico nos exemplos que se seguem, em que o operador consecutivo é sublinhado:

(91) a. Não está <u>tanto</u> frio *que não se possa sair à rua*.
b. Ele tinha <u>tanta</u> pressa *que saiu antes do fim da sessão*.
c. Vieram <u>tantas</u> pessoas *que foi necessário mudar de sala*.
d. A Sara tinha autografado <u>tantos</u> livros *que já lhe doía a mão*.
e. Ele disse <u>tamanhos</u> disparates *que toda a gente ficou de boca aberta*.
f. Ele sofreu <u>tamanha</u> desilusão *que dificilmente vai voltar a confiar*.
g. O Paulo está <u>tão</u> cansado *que já não consegue correr*.
h. O vento era <u>tal</u> *que ninguém conseguia andar a pé*.
i. Ele defendia <u>tais</u> ideais *que qualquer pessoa ficava chocada*.
j. Ele estava <u>de tal forma</u> cansado *que já nem ouvia*.
k. O festival foi <u>de tal maneira</u> publicitado *que veio gente de todo o lado*.
l. O assunto era <u>de tal modo</u> urgente *que foi imediatamente convocada uma reunião*.
m. A catástrofe atingiu proporções <u>de tal ordem</u> *que a floresta vai demorar décadas a recuperar*.

O operador consecutivo pode não ser expresso, em frases exclamativas como as seguintes:

(92) a. Estava um frio *que não se podia sair de casa*!
b. Ele trabalha *que se mata*!

Têm também sentido consecutivo construções como *estava um frio de cortar a respiração*, com uma oração infinitiva preposicionada com função de modificador de nome (cf. *estava* {*um frio tal/tamanho frio*} *que cortava a respiração*).

São próximas das consecutivas construções como as que são seguidamente exemplificadas:

(93) a. Há bastante luz *para conseguirmos ver nitidamente*.
b. A Ana é suficientemente esperta *para decifrar o enigma*.
c. O Paulo diz que está demasiado cansado *para sair*.
d. O Paulo diz que está cansado de mais *para sair*.
e. É muito cedo *para tomar uma decisão definitiva*.
f. Eles acreditam que conseguem assinaturas suficientes *para fazer a petição*.
g. A Ana não estudou o suficiente *para ter uma boa nota no exame*.
h. A Ana estudou o estritamente necessário *para ter uma boa nota no exame*.

Os operadores sublinhados nestes exemplos selecionam uma oração introduzida pela preposição *para*, neste caso infinitiva (mas cf. Nota 16). Se estes operadores não estiverem presentes, a construção pode tornar-se menos aceitável ou mudar de sentido:

(94) a. ?Há luz *para conseguirmos ver nitidamente*.
b. ?A Ana é esperta *para decifrar o enigma*.
c. O Paulo diz que está cansado *para sair*.
d. É cedo *para tomar uma decisão definitiva*.
e. O Paulo acredita que consegue assinaturas *para fazer a petição*.
f. A Ana não estudou *para ter uma boa nota no exame*.
g. A Ana estudou *para ter uma boa nota no exame*.

As duas primeiras construções são menos naturais que as suas correspondentes com o operador *suficiente* ou *suficientemente*. Se forem aceitáveis, são interpretadas como se estes operadores estivessem presentes, tal como se verifica com os exemplos (94c) e (94d), que não têm uma interpretação diferente de, respetivamente, (93c) e (93e), em que é realizado o operador *demasiado* ou *muito*. Quanto aos três últimos exemplos, (94e-g), não têm necessariamente a mesma interpretação que os seus correspondentes com os operadores *suficientes* ou *o suficiente*. Por exemplo, a frase (94f) pode ter a mesma interpretação que a frase *a Ana não estudou o suficiente para ter uma boa nota no exame*, mas numa outra leitura expressa apenas finalidade, não grau (isto é, a frase indica que a Ana estudou não com a finalidade de ter uma boa nota no exame, mas com outra finalidade).

Pode-se considerar que construções como (93) são sintaticamente próximas de construções consecutivas, como *a Ana estava tão cansada que adormeceu imediatamente*, no sentido em que quer o operador consecutivo *tão* quer operadores como *suficiente*, *suficientemente*, *demasiado*, entre outros, formam um constituinte com uma oração que selecionam, constituinte este que pode ser descontínuo.

No caso dos operadores consecutivos, esta oração é introduzida por *que*, enquanto em construções com operadores como *demasiado* ou *suficiente* é introduzida pela preposição *para*.

Quanto ao significado, embora construções com *demasiado*, *suficiente*, entre outros, sejam próximas de construções consecutivas, há uma diferença assinalável entre os dois tipos de construção. Enquanto em construções consecutivas a proposição selecionada pelo operador consecutivo é dada como verdadeira (a menos que inclua algum elemento que introduza um valor virtual, como o advérbio *possivelmente* – cf. *ela está tão atrasada que possivelmente vai perder o avião* –, ou o modo condicional – cf. *a Ana é tão esperta que decifraria o enigma*), o mesmo não se pode dizer a respeito de construções com *suficiente*, *bastante*, *demasiado* ou outros operadores do mesmo paradigma[16]. Por exemplo, a frase (95a) permite inferir que ninguém consegue levantar a caixa, mas (95b) não permite deduzir que a Ana decifra o enigma:

(95) a. Esta caixa é tão pesada que ninguém a consegue levantar.
b. A Ana é suficientemente esperta para decifrar o enigma.

Por essa razão, (96a) não constitui um discurso coerente, contrariamente a (96b):

(96) a. #A caixa é tão pesada que ninguém a consegue levantar, mas o Paulo está a levantá-la sozinho!
b. A Ana é suficientemente esperta para decifrar o enigma, mas recusa-se a tentar decifrá-lo!

À parte esta diferença, em ambos os tipos de construção há uma predicação sobre um grau, indicando-se que este está associado a uma consequência, como apontado em (97b) e (98b):

(97) a. A caixa é tão pesada que ninguém a consegue levantar.
b. a caixa é pesada num grau *x*, [o grau *x* é tal que ninguém consegue levantar a caixa]

(98) a. A Ana é suficientemente esperta para decifrar o enigma.
b. a Ana é esperta num grau *x*, [o grau *x* é suficiente para a Ana (poder) decifrar o enigma]

Assim, estas construções estão associadas a uma proposição de valor condicional: a de que, sendo atingido um determinado grau, se verifica ou é possível verificar-se o estado de coisas descrito pela oração consecutiva ou pela que é introduzida pela

[16] Em orações consecutivas, ocorre o modo indicativo (cf. (i)), uma vez que a proposição sublinhada nos exemplos é dada como verdadeira. Operadores como *demasiado*, *suficiente* e outros introduzem uma oração no infinitivo, como mostra (ii), ou no conjuntivo, como mostra (iii), uma vez que a proposição não é dada como verdadeira:

(i) A água era tão límpida *que* *se via o fundo do mar*.
(ii) a. Estava demasiado barulho *para* *se conseguir ouvir bem*.
b. O que ele fez foi suficientemente grave *para* *ser condenado*.
(iii) a. Estava demasiado barulho *para que* *se conseguisse ouvir bem*.
b. O que ele fez foi suficientemente grave *para que* *fosse condenado*.

A frase (i) permite inferir que se via o fundo do mar, mas as proposições sublinhadas nos restantes exemplos descrevem situações que ou não se verificaram (pelo que as proposições são dadas como falsas) ou podem não se ter verificado.

preposição *para*[17]. Por exemplo, (99a) tem implícito que, estando preenchida a condição de haver luz num grau *x*, então consegue-se ver nitidamente; (99b) tem implícito que, estando o Paulo cansado num grau superior a *y*, então não sai; e (99c) indica que, sendo o embrulho grande num grau *z*, então não cabe no carro:

(99) a. Há bastante luz para se conseguir ver nitidamente.
b. O Paulo diz que está demasiado cansado para sair.
c. O embrulho era tão grande que não cabia no carro.

Em construções como (99a,b) a consequência é dada como possível, enquanto em (99c) é dada como verdadeira.

Um outro tipo de construção cujo significado envolve uma consequência associada a um grau é exemplificado pela frase (100a), que nega a proposição implícita (100b):

(100) a. Por muito/mais depressa que corra, o Paulo não chegará a tempo.
b. 'se o Paulo correr mais de *n* quilómetros por hora, chegará a tempo'

40.4.1 Construções consecutivas e domínios de quantificação

Como ficou visto, em construções consecutivas, bem como em construções com operadores como *demasiado* ou *suficiente*, há uma predicação sobre um grau ou uma quantidade. À semelhança do que se verifica nas restantes construções de grau, o domínio de quantificação pode ser expresso por um adjetivo – quer este ocorra com função predicativa (cf. (101a,b)), quer com função atributiva (cf. (101c,d)) –, por um advérbio (cf. (102)), por uma estrutura nominal (cf. (103)) ou por um verbo (cf. (104)):

(101) a. O Paulo estava tão *cansado* que adormeceu imediatamente.
b. Ela estava demasiado *preocupada* para prestar atenção ao filme.
c. Eles queriam construir um edifício tão *alto* que rivalizava com os prédios de Nova Iorque.
d. Ele tinha uma estante suficientemente *grande* para arrumar lá todos os livros.

(102) a. O Paulo correu tão *depressa* que ultrapassou toda a gente.
b. Ele falou demasiado *depressa* para se conseguir perceber.

(103) a. Vieram tantas *pessoas* que a sala ficou cheia.
b. Há *alunos* suficientes para abrir outra turma.

(104) a. O clima já *aqueceu* tanto que o degelo do glaciar é irreversível.
b. O balão já *subiu* demasiado para poder ser visto a olho nu.

Quando o domínio de quantificação é expresso por um adjetivo ou por um advérbio, o operador consecutivo é *tão*/*tanto* ou *de tal* {*modo/maneira/forma*}:

(105) a. O Paulo estava *tão distraído* que nem ouviu o que lhe disseram.
b. Ele estava *de tal modo assustado* que tremia da cabeça aos pés.

(106) a. Ele correu *tão depressa* que ultrapassou toda a gente.
b. Ele falou *de tal maneira baixinho* que não consegui perceber nada.

[17] No caso de operadores como *demasiado*, a proposição implícita é a de que, sendo atingido um determinado grau, não se verifica o estado de coisas descrito pela oração introduzida por *para*.

O operador consecutivo com a forma *tão* ocorre em adjacência ao adjetivo ou advérbio, como nos exemplos (105a) e (106a); se não estiver adjacente a um adjetivo ou advérbio, assume a forma *tanto*[18]:

(107) a. O assunto era *urgente*, e era-o tanto que foi convocada uma reunião de emergência.
b. Ele falou *alto*, mas não tanto que se conseguisse ouvir ao fundo da sala.

(108) A – A epidemia propaga-se *depressa*.
B – Muito depressa?
A – Tanto que em dois dias toda a aldeia pode ficar contaminada!

Quando é expresso por um verbo, o operador consecutivo é *tanto* ou *de tal* {*modo/maneira/forma*}:

(109) a. A Ana *emagreceu tanto* que ficou irreconhecível.
b. A situação *complicou-se de tal forma* que era urgente intervir.

Quando é expresso por um nome (ou por uma estrutura nominal), o operador consecutivo é *tanto* ou *tamanho* (que concordam em género e número com o nome), *tal* (que concorda com o nome em número), ou *de tal ordem*:

(110) a. Vieram *tantas pessoas* que a sala se tornou pequena.
b. Inscreveram-se *tantos alunos* que se abriram mais turmas.
c. Formou-se *tamanha tempestade* que assustava qualquer pessoa!
d. O Paulo disse *tais disparates* que toda a gente ficou espantada.
e. Ele fez *tal confusão* que tiveram de lhe voltar a explicar tudo desde o princípio.
f. A dívida atingiu *valores de tal ordem* que se tornou incomportável.

40.4.2 Construções com mais de um operador consecutivo

As construções consecutivas podem ter mais de um operador consecutivo[19], como se verifica nos seguintes exemplos:

(111) a. Estavam na reunião *tantas e tão diferentes pessoas* que se tornou difícil discutir.
b. Considerei *tantas e tais hipóteses* que já me sinto perdido.
c. Ele falou *tanto e de forma tal* que encantou toda a gente.

---

[18] Em construções como *a reunião correu muito bem, tanto que toda a gente saiu sorridente* ou *o exercício era difícil, tanto que nem a Ana o conseguiu resolver*, as estruturas apostas (sublinhadas) são ambíguas. Numa leitura (mais natural se a palavra *tanto* for pronunciada com ênfase), *tanto* é um operador consecutivo, equivalente a *tão bem*, no primeiro exemplo, e a *tão difícil*, no segundo. Noutra leitura, *tanto que* é um conector interproposicional, equivalente a *tanto assim* (*é*) *que*. Em casos como *ela decerto já chegou do estrangeiro; tanto que até está anunciada uma reunião presidida por ela*, em que não é identificado um grau a que a palavra *tanto* possa estar ligada, só existe esta segunda leitura.

[19] A possibilidade de na mesma estrutura ocorrer mais de um operador de grau do mesmo tipo existe não só em construções consecutivas, mas também nos outros tipos de construção de grau, como mostram os seguintes exemplos, de construção comparativa, superlativa e de correlação de escalas:
(i) Mais pessoas pagam menos impostos.
(ii) Ele acreditava que era o corsário mais temido dos mais temidos.
(iii) À medida que se afastava da cidade, ele ia-se sentindo cada vez mais aliviado.

(112) a. Ele disse tantas coisas, tão depressa e gesticulou tanto que ninguém percebeu metade.
b. Ele disse coisas tão evidentes ou tão pouco relevantes para a discussão que ninguém lhe prestou atenção.

Estas construções envolvem coordenação de dois ou mais constituintes; em (111), os termos coordenados são diretamente os operadores consecutivos e em (112), são sintagmas de vários tipos, contendo cada um deles um operador consecutivo[20].

Também é possível ocorrerem vários operadores consecutivos na mesma estrutura sem que esta envolva coordenação. É o que se verifica em (113a), que, apesar de não exibir qualquer conjunção coordenativa, pode ser interpretada como uma estrutura coordenada, com o mesmo significado que (113b):

(113) a. O Paulo visitou tantos museus em tantas cidades que já não se lembra de quais visitou em Roma.
b. O Paulo visitou tantos museus e em tantas cidades que já não se lembra de quais visitou em Roma.

A frase (113a) indica que o Paulo visitou um número de museus superior a *x* e que visitou museus num número de cidades superior a *y*. A oração consecutiva *que já não se lembra de quais visitou em Roma* expressa uma consequência associada ao número de museus e de cidades que o Paulo visitou.

Além de na mesma estrutura poder ocorrer mais de um operador de grau consecutivo, é também possível combinar na mesma construção um operador consecutivo e um comparativo (cf. Peres e Mascarenhas 2006), como mostram os seguintes exemplos:

(114) a. Ele está [tão [mais interessado na casa do que quando a viu pela primeira vez] que já só pensa em mudar-se para lá].
b. O défice foi [tão [mais elevado do que se previa] que a estratégia para os próximos anos vai ser revista].

O significado de construções deste tipo é idêntico ao de construções consecutivas mais simples, como *ele estava tão distraído que nem ouviu a porta bater*. Quer nesta frase quer nas de (114), indica-se uma consequência associada a um grau. Simplesmente, enquanto que na construção simples se considera um grau da escala que o adjetivo identifica – um grau de distração, no exemplo acima –, em (114) e construções semelhantes, o grau considerado é a diferença entre dois valores: a diferença entre dois graus de interesse, em (114a), e a diferença entre o montante do défice verificado e o montante que se previa, em (114b).

Fontes das abonações

CETEMPúblico – *Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público*. http://www.linguateca.pt/cetempublico/.

[20] Os exemplos de (111) são retirados de Peres e Mascarenhas (2006).

41 DEPENDÊNCIAS REFERENCIAIS 2177
41.1 Referência, dêixis e relações anafóricas 2177
41.1.1 Dêixis e anáfora 2178
41.1.2 Relações anafóricas – considerações gerais 2180
41.1.2.1 A classe da anáfora 2181
41.1.2.2 A classe do antecedente 2181
41.1.2.3 Anáfora com antecedentes dispersos 2182
41.1.2.4 Ordem relativa entre antecedente e anáfora 2182
41.1.2.5 Elipse e anáfora 2182
41.2 Relações anafóricas ao nível do texto – a anáfora nominal 2183
41.3 Relações anafóricas ao nível da frase 2186
41.3.1 Relações estruturais entre antecedente e anáfora 2187
41.3.2 Sintagmas nominais plenos 2189
41.3.3 Pronomes pessoais 2193
41.3.3.1 Contextos em que um pronome pessoal pode ser anafórico e contextos em que não o pode ser 2195
41.3.3.2 Contextos em que a interpretação anafórica de um pronome pessoal é bloqueada 2198
41.3.3.3 Pronomes realizados vs. pronomes nulos 2199
41.3.3.3.1 Pronome com interpretação de variável ligada 2199
41.3.3.3.2 Referência idêntica vs. referência distinta do pronome sujeito de orações subordinadas 2200
41.3.4 Pronomes reflexos e recíprocos 2211
41.3.4.1 Formas reflexas e recíprocas do português 2214
41.3.4.2 As expressões anaforizantes *mesmo* e *próprio* 2216
41.3.4.3 Funções sintáticas dos pronomes reflexos e recíprocos 2217
41.3.4.4 Antecedentes possíveis dos pronomes reflexos e recíprocos 2218
41.3.5 A forma *si* 2220
41.3.5.1 Uso dêitico vs. uso anafórico de *si* 2220
41.3.5.2 *Si* em sintagmas nominais complexos 2220
41.3.5.3 Contextos em que *si* tem interpretação de variável ligada 2221
41.3.5.4 *Si* com antecedente não local 2221
41.3.5.5 Contextos em que *si* pode alternar com pronome pessoal não reflexo 2223
41.3.5.6 *Si próprio* vs. *ele próprio* 2224



41.3.6 Os pronomes possessivos *seu, sua, seus, suas* 2225
41.3.6.1 Pronomes possessivos com interpretação de variável ligada 2225
41.3.6.2 Semelhanças referenciais entre pronomes possessivos e pronomes pessoais não reflexos e não recíprocos 2226
Fontes das abonações **2227**

41 DEPENDÊNCIAS REFERENCIAIS

41.1 Referência, dêixis e relações anafóricas

Uma das funções da linguagem consiste em **referir**, isto é, em designar entidades do mundo extralinguístico (real ou imaginário). Assim, numa frase como *a minha prima é uma excelente professora*, a expressão nominal *a minha prima* é uma **expressão referencial**, uma vez que representa uma entidade do universo extralinguístico. Essa entidade, por sua vez, é o **referente** da expressão referencial (cf. Caps. 20, 21 e 22). A expressão nominal *uma excelente professora*, pelo contrário, neste contexto, não serve para fazer referência a nenhuma entidade, mas sim para atribuir uma propriedade a essa entidade (cf. Cap. 30).

Nas línguas humanas, para além da referência a entidades através de expressões nominais, pode ser feita referência ao tempo e ao espaço de uma situação. Assim, numa frase como *depois do trabalho, o Rui deu um passeio pela praia*, a expressão adverbial *depois do trabalho* localiza temporalmente o evento de o Rui dar um passeio e *pela praia* localiza espacialmente esse mesmo evento. Neste capítulo, não tratamos da referência temporal ou espacial; sobre o primeiro tipo, cf. Caps. 15 e 16, e, sobre o segundo, Caps. 32 e 33.

Algumas expressões nominais têm conteúdo referencial próprio, permitindo a referência direta a uma entidade do universo extralinguístico (cf. Cap. 20); outras, em contrapartida, têm o seu conteúdo referencial determinado por uma outra expressão linguística presente na mesma oração, na mesma frase ou num texto mais vasto (cf. Cap. 34). Quando o referente de uma expressão nominal é determinado por outra expressão nominal, diz-se que esta é o **antecedente** da primeira. Assim, na frase *o Primeiro-Ministro barbeou-se*, o sintagma nominal *o Primeiro-Ministro* não só tem conteúdo referencial próprio, como determina o conteúdo referencial do pronome reflexo *se*, funcionando, pois, como o antecedente deste pronome.

Neste capítulo, explicitar-se-á: (i) quais as expressões nominais que têm conteúdo referencial próprio; (ii) quais as que estão sempre dependentes de uma outra expressão nominal que lhes determina o conteúdo referencial; (iii) quais as expressões nominais que podem ter o seu conteúdo referencial determinado ou por um antecedente ou pelo contexto situacional; e (iv) quais as condições em que é possível estabelecer dependências referenciais para os diferentes tipos de expressões nominais. Assim, serão consideradas frases como as seguintes:

(1) a. Caiu *um pinheiro* durante a tempestade. Tive de *o* mandar cortar.
b. Caiu *um pinheiro* durante a tempestade. *Aquele pinheiro* já estava muito velho.
c. Caiu *um pinheiro* durante a tempestade. *Aquela árvore* já estava muito velha.

(2) a. *O João* penteou *o miúdo*.
b. *O João* penteou-*o*.
c. *O João* penteou-*se*.

(3) a. *O João* acha que *o Rui* penteou *o miúdo*.
b. *O João* acha que *o Rui o* penteou.
c. *O João* acha que *o Rui se* penteou.

(4) a. *O pai do João* penteou *o miúdo*.
b. *O pai do João* penteou-*o*.
c. *O pai do João* penteou-*se*.

(5) a. *O João* não pensa que *o Rui* tenha pena d*o miúdo*.
b. *O João* não pensa que *o Rui* tenha pena d*ele*.
c. *O João* não pensa que *o Rui* tenha pena de *si*.

A partir de frases como estas, determinar-se-á em que contextos é possível ou obrigatório haver uma leitura de identidade referencial ou de independência referencial entre diferentes classes de expressões nominais, como as que estão em itálico em (1)-(5) (e as sublinhadas em (4)): sintagmas nominais plenos e pronomes pessoais, incluindo os possessivos, os reflexos e os recíprocos, todos tratados em subsecções próprias.

41.1.1 Dêixis e anáfora

A referência de um sintagma nominal pleno ou de um pronome pode ser determinada em função da situação de enunciação ou em função de um elemento do contexto linguístico.

A **dêixis** consiste no processo de designar entidades (ou localizações temporais ou espaciais) através de expressões linguísticas, chamadas **dêiticas**, cuja referência está intrinsecamente dependente da situação de enunciação (cf. Cap. 11). A referência de uma expressão dêitica não tem um valor fixo, mas sim um valor referencial variável de acordo com os parâmetros da enunciação. Por exemplo, os advérbios *aqui*, *ali*, *agora*, *amanhã* e os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa (*eu*, *tu*, *nós*, *vós*) são dêiticos, uma vez que, para identificarmos o seu referente, temos de conhecer o contexto enunciativo. Assim, na frase *agora eu fico aqui*, o sujeito *eu* é dêitico porque tem como referente o enunciador (ou seja, o falante), qualquer que ele seja; os advérbios *aqui* e *agora* são dêiticos porque o seu valor está dependente do momento e do local em que é enunciada a frase (*agora* corresponde a 'o momento em que se situa a enunciação' e *aqui* a 'o local onde está situado o enunciador').

Os demonstrativos – *este*, *esse*, *aquele*, etc. – também são expressões dêiticas, uma vez que o seu significado faz referência a uma noção de proximidade/distância relativamente ao falante e ao ouvinte numa determinada situação de enunciação. Assim, a referência da expressão *este livro*, no seu uso dêitico, será sempre a um livro

que se encontra próximo de quem fala, variando, por isso, consoante é pronunciada por um ou outro participante na situação de enunciação.

Como se mencionou acima, os pronomes de primeira e segunda pessoa (*eu*, *tu*, *nós*, *vós*) são dêiticos. No seguinte paradigma, *eu* e *te* designam, respetivamente, o falante (ou locutor) e o ouvinte (ou alocutário):

(6) a. O João acha que *eu* devia trabalhar menos.
b. O João já *te* disse que não vinha jantar?

Os pronomes de terceira pessoa, pelo contrário, não estão necessariamente dependentes de uma situação de enunciação; ou seja, um pronome de terceira pessoa pode remeter ou não para uma entidade presente na situação de enunciação. Observem-se as seguintes frases:

(7) a. Foi *ele* que me roubou a carteira! Agarrem-*no*!
b. O João perguntou ao Paulo se *ele* podia trazer a mulher e os filhos.

Nestas frases, o pronome *ele* (de terceira pessoa) pode ter uma interpretação dêitica ou não. Em (7a), este pronome é usado deiticamente, referindo uma entidade presente na situação de enunciação. Em (7b), o pronome *ele* não é necessariamente usado deiticamente, podendo referir uma entidade que não tem de estar presente na situação de enunciação. Por exemplo, na interpretação mais natural desta frase, o pronome retoma o sintagma nominal *o Paulo* (ou seja, a frase significa 'o João perguntou ao Paulo se ele, Paulo, tinha a possibilidade de trazer a mulher e os filhos'). Nesta interpretação, o pronome *ele* é **referencialmente dependente** do sintagma nominal *o Paulo*, o qual funciona como antecedente do pronome. Numa outra interpretação, menos natural, o pronome é referencialmente dependente do sintagma nominal *o João* (ou seja, retoma este SN, significando então a frase 'o João perguntou ao Paulo se ele, João, tinha autorização para trazer a mulher e os filhos').

Chama-se **expressão anafórica** (ou, simplesmente, **anáfora**) a uma expressão nominal que depende referencialmente de outra expressão nominal que funciona como seu antecedente; a expressão anafórica e o seu antecedente participam de uma **relação** ou **cadeia anafórica**. Nas interpretações de (7b) discutidas acima, o pronome *ele* é anafórico e tem como antecedente, na primeira interpretação, o SN *o Paulo*, e, na segunda, o SN *o João*. Em cada uma dessas leituras, o pronome e o seu antecedente entram, pois, numa cadeia anafórica. Tipicamente, mas nem sempre, o antecedente ocorre antes da anáfora (sobre esta questão, cf. 41.1.2.4)[1].

A interpretação anafórica de *ele* em (7b) (ou seja, em que o pronome é dependente referencialmente do SN *o Paulo* ou do SN *o João*) não é obrigatória; é possível também uma interpretação em que *ele* tem um referente distinto do referente de qualquer destes dois sintagmas nominais (p.e., 'o João perguntou ao Paulo se ele,

[1] Em certos quadros teóricos como o modelo de Princípios e Parâmetros da gramática generativa, o termo "anáfora" é usado com um sentido mais restrito, designando apenas pronomes reflexos e recíprocos, cujo antecedente tem geralmente de se encontrar na mesma oração simples que a anáfora. Aqui, usa-se o termo "anáfora" para designar qualquer elemento (sintagma nominal pleno, pronome pessoal ou pronome reflexo/recíproco) que depende de um antecedente para adquirir a sua referência. Em alguns casos, menos frequentes, o termo "anáfora" poderá designar a própria relação anafórica, como no termo "anáfora antecipatória" (cf. 41.1.2.4).

o amigo comum Pedro, podia trazer a mulher e os filhos'). Assim, só no caso dos pronomes de terceira pessoa, que não dependem necessariamente da situação de enunciação, se pode falar acertadamente em dependências referenciais.

É importante referir que as expressões canonicamente dêiticas, como os demonstrativos, são frequentemente usadas também em relações anafóricas de nível textual que se estabelecem no interior do discurso (cf. Caps. 22 e 34). Assim, o determinante demonstrativo *este* é usado como dêitico quando refere um objeto presente na situação de enunciação (cf. (8a)), mas pode também ser usado em relações anafóricas que se estabelecem linguisticamente em frases distintas, ligadas textualmente (cf. (8b)):

(8) a. Comprei *este* romance na Feira do Livro.
b. García Marquez escreveu um novo romance. *Este* romance tem tido um enorme sucesso.

Em (8a), o demonstrativo confere uma referência dêitica ao SN *este romance*, designando um objeto espacialmente próximo do falante. Em (8b), *este romance* tem uma interpretação anafórica, retomando o antecedente *um novo romance* da frase anterior.

Nas seguintes subsecções, estabelecemos algumas propriedades das relações anafóricas e dos elementos que nelas participam.

41.1.2 Relações anafóricas – considerações gerais

Quando, no discurso, uma mesma entidade é referida várias vezes por expressões diferentes, dizemos que estas são **correferentes** (ou **correferenciais**), e que entram numa **relação** ou **cadeia referencial** (como se verá – cf. 41.2 –, as noções de cadeia anafórica e de cadeia referencial não são equivalentes). Em contrapartida, quando duas ou mais expressões não têm o mesmo referente, diz-se que têm **referência distinta**. Assim, p.e., na frase *o pai do João conversou com ele*, as duas expressões sublinhadas são correferentes na interpretação em que remetem para a mesma pessoa, e têm referência distinta na interpretação em que remetem para pessoas diferentes.

As relações anafóricas entre expressões nominais podem estabelecer-se entre elementos da mesma frase (simples, complexa ou composta – cf. Caps. 11 e 34), mas também entre elementos de frases diferentes. No primeiro caso, falamos de **correferencialidade intrafrásica** (cf. (9a)), no segundo, de **correferencialidade suprafrásica** ou **textual** (cf. (9b)):

(9) a. *O Primeiro-Ministro* acha que os sindicalistas não *lhe* disseram toda a verdade.
b. Os sindicalistas estiveram reunidos com *o Primeiro-Ministro*. O objetivo do encontro era informá-*lo* dos problemas que atravessam os trabalhadores da indústria têxtil neste momento.

Em (9a), *o Primeiro-Ministro* e o pronome dativo *lhe*, que podem ser correferentes, encontram-se na mesma frase (complexa, neste caso). Em (9b), *o Primeiro-Ministro* e o pronome acusativo *o*, que podem ser correferentes, ocorrem em frases distintas.

41.1.2.1 A classe da anáfora

O processo de retoma anafórica pode envolver anáforas que pertencem a diferentes classes (nos exemplos abaixo sublinha-se o antecedente e coloca-se a anáfora em itálico):

(i) Sintagmas nominais plenos, como em (10):

(10) Os rapazes chegaram a casa muito tarde. *Os marotos* não obedeceram aos pais.

(ii) Pronomes pessoais não reflexos, não recíprocos e não possessivos (para os quais usamos doravante apenas a designação simplificada "pronomes pessoais"), foneticamente realizados ou não, como em (11a) e (11b) (em (11b), "[-]" representa o pronome nulo com função de sujeito, típico das orações finitas das línguas de sujeito nulo; cf. Cap. 43):

(11) a. Os rapazes chegaram a casa muito tarde. Os pais puseram-*nos* de castigo.
b. Os rapazes chegaram a casa muito tarde. [-] Abriram a porta com cuidado e [-] foram para o quarto.

(iii) Pronomes pessoais possessivos, reflexos e recíprocos (cf., respetivamente, (12a)[2], (12b) e (12c)):

(12) a. Os rapazes chegaram a casa muito tarde. Os *seus* olhos já mal se abriam.
b. O rapaz lavou-*se* (*a si próprio*).
c. Os rapazes insultaram-*se* (*uns* aos *outros*).

(iv) Pronomes demonstrativos, como em (13):

(13) Deram-me umas jarras horríveis. Não sei o que fazer com *aquilo*.

(v) Pronomes indefinidos ou quantificadores, como em (14):

(14) a. Trouxeram-nos um conjunto de roupas usadas. Cheira *tudo* a mofo.
b. Trouxeram-nos um saco cheio de roupas usadas. *Algumas* precisam de arranjos.

41.1.2.2 A classe do antecedente

Na maioria dos casos, o antecedente de uma anáfora é um sintagma nominal, mas nem sempre isso acontece. O antecedente de uma anáfora pode ser também de natureza oracional. As frases abaixo ilustram casos em que as orações sublinhadas são retomadas por pronomes: *o* em (15a), *isso* em (15b) e um pronome nulo (semanticamente equivalente a *isso*) em (15c):

---

[2] Em determinados contextos, pode existir uma forma nula anafórica do pronome possessivo, como no seguinte exemplo, em que "[-]" é equivalente a *seus* (cf. Cap. 22):
(i) Os rapazes chegaram a casa tarde. Os [-] pais já estavam preocupados.
O contraste entre (12a) e (i) pode ser atribuído à natureza lexical do nome: *pais* é um nome de parentesco, com uma interpretação necessariamente relacional (cf. Cap. 21), admitindo, por isso, a forma nula do pronome possessivo (cf. também o Cap. 22). Alternativamente, pode-se argumentar que não existe qualquer possessivo nulo em (i), inferindo-se a interpretação possessiva diretamente a partir da natureza relacional do nome *pais*.

(15) a. O Pedro espera que a Ana passe de ano. Eu, sinceramente, também *o* espero.
b. O Rui acha que o Pedro nos mentiu. *Isso* não me espanta nada.
c. Não agradou ao inspetor que a enfermeira não estivesse em casa. [-] Pareceu-lhe demasiado suspeito.

41.1.2.3 Anáfora com antecedentes dispersos

O antecedente de uma anáfora é geralmente único, mas em determinados contextos pode acontecer que um pronome tenha dois ou mais elementos distintos que funcionam conjuntamente como seu antecedente. Assim, nas frases de (16), cada um dos pronomes em itálico, morfologicamente plurais, pode referir simultaneamente os indivíduos designados por *o João* e *a Ana*:

(16) a. O João disse à Ana que o Pedro *os* tinha convidado para jantar.
b. Ontem, o Pedro esteve a trabalhar com a Ana e encontrou depois o João, tendo acabado por jantar com *eles*.

41.1.2.4 Ordem relativa entre antecedente e anáfora

Geralmente, o antecedente precede a anáfora. Pode, no entanto, acontecer que a anáfora preceda o termo que lhe define a referência, e que funciona como seu antecedente. Neste caso, fala-se, por vezes, em **catáfora** ou **anáfora antecipatória**. Este tipo de relação anafórica corresponde, pois, a uma situação em que uma expressão anafórica depende referencialmente, por antecipação, de uma outra expressão que só ocorre posteriormente. Nas seguintes frases, os pronomes *isto*, *isso*, *ele*, *o* e *sua* adquirem a sua referência, por antecipação, das orações *que era preciso ter calma* e *que o governo aumente os impostos no próximo ano*, e dos sintagmas nominais *o João*, *o Rui* e *a Ana*:

(17) a. Eu disse-lhe apenas *isto*: que era preciso termos calma.
b. Ainda que *isso* ainda não seja certo, é provável que o governo aumente os impostos no próximo ano.
c. Por mais que *ele* se esforce, o João não consegue ter boas notas a Física.
d. A ideia de que *o* podiam despedir angustiava o Rui.
e. À *sua* frente, a Ana encontrou um precipício.

41.1.2.5 Elipse e anáfora

Alguns processos anafóricos envolvem construções de elipse (cf. Cap. 45) ou objetos nulos (cf. Cap. 44). Assim, sob determinadas condições sintáticas, podem existir expressões elípticas ou objetos nulos interpretados em função de um antecedente presente numa frase anterior, como se ilustra, respetivamente, nos seguintes exemplos:

(18) A – Já li o novo romance de García Marquez.
B – Eu também [-]. ([-] = já li o novo romance de García Marquez)

(19) A – Como achaste o Pedro?
B – Achei [-] simpático. ([-] = o Pedro)

Em línguas que permitem sujeitos nulos como o português, quando um sujeito de terceira pessoa é anafórico relativamente ao sujeito de uma frase anterior, opta-se

preferencialmente pela forma nula do pronome, em vez de uma forma pronominal foneticamente realizada, sentida por muitos falantes como duvidosa:

(20) a. O Paulo despediu-se do pai. [-] Saiu de casa. [-] Entrou no carro.
b. ??O Paulo despediu-se do pai. *Ele* saiu de casa. *Ele* entrou no carro.

41.2 Relações anafóricas ao nível do texto – a anáfora nominal

Ao nível textual, podemos identificar vários tipos de relações de correferencialidade em que a anáfora é um sintagma nominal pleno e não um pronome. Este tipo de processo anafórico é geralmente conhecido como **anáfora nominal**. Na anáfora nominal, quer o antecedente quer a anáfora podem ter autonomia referencial, mas a anáfora é identificada referencialmente com o seu antecedente.

Na anáfora nominal, pode haver retoma do nome do antecedente pela anáfora, fenómeno conhecido, por vezes, como **anáfora fiel** (cf. também o Cap. 22). Assim, nas seguintes frases, a anáfora retoma o nome contido no antecedente:

(21) a. Era uma vez uma princesa. Um dia, *a princesa* encontrou um sapo.
b. O menino sentou-se debaixo do pinheiro. *Aquele pinheiro* era muito especial.
c. Para Roberto Carneiro, na raiz do problema não está uma questão pontual. Em declarações ao JL/Educação, o antigo ministro da Educação [...] relacionou *este problema* com o filme de Charlie Chaplin, Tempos Modernos
(*JL/Educação*, n.º 887)

Tipicamente, neste tipo de processo anafórico, existe repetição lexical do nome com variação no determinante, como, por exemplo, substituindo um determinante indefinido no sintagma nominal antecedente por um determinante definido no anafórico, ou substituindo um determinante definido no SN antecedente por um determinante demonstrativo no SN anafórico. O que não é possível é que o SN anafórico seja indefinido[3]. Assim, em (22b), contrariamente a (22a), não é possível interpretar as duas ocorrências do sintagma nominal que contém o nome *professor* como correferentes:

(22) a. Vimos um professor sair da escola. *O professor* estava com ar triste.
b. #Vimos o professor sair da escola. *Um professor* estava com ar triste.

Noutros casos, podem usar-se expressões com sentidos diferentes para designar o mesmo referente. Neste tipo de processo anafórico, conhecido, por vezes, como **anáfora infiel**, estabelece-se geralmente uma relação lexical de hiperonímia ou sinonímia entre os dois termos associados[4]. Nas seguintes frases, temos exemplos

[3] Ver, entre outros, Milner (1976) e Campos e Xavier (1991:357ss).

[4] A relação lexical de **hiperonímia** corresponde a uma relação hierárquica, e por conseguinte assimétrica, entre itens do léxico em que o significado de um dos termos – o **hiperónimo** – inclui o do outro – o **hipónimo**. O hiperónimo é sempre um termo mais geral e o hipónimo um termo mais específico. Assim, por exemplo, *flor* é um hiperónimo de *rosa*, de *cravo* e de *malmequer*. Uma rosa é uma flor, mas uma flor pode não ser uma rosa. A relação lexical de **hiponímia** é a relação inversa, em que o termo mais específico, o hipónimo, está abrangido pelo termo mais geral, o hiperónimo; por exemplo, *gato* e *cão* são hipónimos de *animal*. A relação lexical de **sinonímia** corresponde a uma relação de igualdade, e por conseguinte simétrica, em que dois termos têm aproximadamente o mesmo significado. Assim, podemos dizer que *encarnado* e *vermelho*, *moradia* e *vivenda*, *professor* e *docente* são **sinónimos**. Sobre relações lexicais, cf. Cap. 8.

de relações anafóricas entre sintagmas nominais possibilitadas pelo nosso conhecimento lexical, em que o termo antecedente é um hipónimo do termo anafórico. O antecedente corresponderá, portanto, a um termo que designa um subconjunto específico do termo anafórico, que é sempre mais geral e abrangente:

(23) a. Um dos mais extraordinários mamíferos construtores de ninhos é uma ratazana nativa da Austrália, do tamanho de um coelho. *Este roedor muito raro* constrói um monte resistente com 1 m de altura e 2 m de diâmetro, utilizando ramos entrelaçados, paus e até pedras. (*Enciclopédia Visual Verbo, Mamíferos*)

b. O João comprou um cavalo. *O animal* é lindíssimo!

Em (23a), *roedor* é um hiperónimo de *ratazana* e, em (23b), *animal* é um hiperónimo de *cavalo*, o que permite que possam ser usados com a mesma referência. Para além disso, também os processos de determinação do nome, tais como a presença de determinantes demonstrativos (cf. *este* em (23a)) ou artigos definidos (cf. *o* em (23b)) contribuem para que se possa construir uma relação de dependência anafórica.

Nestes exemplos, para que se possa estabelecer uma relação anafórica entre os dois termos, é necessário, como vimos, que o sentido lexical (ou denotação; cf. Caps. 8 e 20) da anáfora esteja incluído no sentido do antecedente. Trata-se, portanto, de relações anafóricas possibilitadas por relações semânticas definidas no léxico; dizemos então que se trata de casos de **anáfora lexical**. Este processo anafórico tem a particularidade de introduzir informação nova sobre o referente, na medida em que antecedente e anáfora, embora semanticamente relacionados, não têm o mesmo sentido.

Geralmente, nos casos em que há uma relação assimétrica entre os dois termos, o hipónimo (o antecedente) precede o hiperónimo (a anáfora), como acontece nos exemplos (23a,b). Há, contudo, algumas situações em que o termo mais geral pode preceder o termo mais específico, como estratégia para revelar progressivamente a identidade do referente (cf. Beaugrande e Dressler 1981):

(24) O João comprou um animal lindíssimo! É *um cavalo de corrida castanho*.

Pode também haver correferência sem que haja propriamente uma relação anafórica. A relação de correferência pode ser possibilitada pelo nosso conhecimento do mundo real ou ficcional. Assim, em (25), tanto o SN *a Ana* como o SN *a irmã do João* têm autonomia referencial:

(25) A Ana saiu de casa a correr. De facto, naquele dia, *a irmã do João* estava cheia de pressa.

No entanto, se soubermos, independentemente de considerações linguísticas, que *a Ana* e *a irmã do João* designam a mesma pessoa, é possível estabelecer uma relação de correferência entre as duas expressões. Nesse caso, haverá correferência (os sintagmas nominais *a Ana* e *a irmã do João*, embora tenham sentidos diferentes, têm o mesmo referente), apesar de não haver relação anafórica.

Uma situação semelhante pode ser encontrada nos seguintes exemplos, em que estabelecemos uma cadeia referencial entre as expressões em itálico porque

temos conhecimento sobre quem são José Mourinho, Roberto Carneiro e Oriana e porque a referência autónoma do segundo termo pode ser coincidente com a do primeiro termo:

(26) a. O português José Mourinho é mesmo o homem do momento na Grã-Bretanha. *O mais polémico treinador de futebol a jamais pisar o solo de Sua Majestade* [...] está agora também a tornar-se um ícone da moda. (*Expresso, Única*, 19.03.2005)

b. Para Roberto Carneiro, na raiz do problema não está uma questão pontual. Em declarações ao JL/Educação, *o antigo ministro da Educação* [...] relacionou este problema com o filme de Charlie Chaplin, Tempos Modernos (*JL/Educação*, n.º 887)

c. Oriana suspirou, levantou-se e saiu da cabana. Cá fora já anoitecia. *A fada* pôs-se a caminho da torre do Poeta (Sophia, *Oriana*, pág. 47)

Assim, por exemplo, em (26a), *o português José Mourinho* e *o mais polémico treinador de futebol a jamais pisar o solo de Sua Majestade* têm sentidos diferentes, mas, neste contexto, têm o mesmo referente. É o nosso conhecimento do mundo que permite estabelecer uma cadeia referencial entre as duas expressões.

Existe ainda um tipo de relação anafórica em que o termo anafórico é um sintagma nominal pleno, designado **anáfora conceptual**. Neste processo, o SN anafórico retoma um conteúdo proposicional precedente, resumindo-o, por um lado, e interpretando-o, avaliando-o, por outro (ver, entre outros, Figueiredo 2002). São típicas do fenómeno da anáfora conceptual expressões demonstrativas como *estas palavras*, *esta afirmação*, *estas regras*, *esta crença*, mas também expressões definidas como *a preleção*, *as suas palavras*, etc. Ilustramos este tipo de anáfora em (27):

(27) a. O mérito escolar e as características da inscrição de cada aluno vão passar a ser atenuantes do valor das propinas, na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal (EST). *Estas medidas* surgem «num contexto de combate ao insucesso escolar, um problema recorrente nas áreas de Engenharia do Ensino Superior», refere em comunicado a comissão permanente do Conselho Geral. (*JL/Educação*, n.º 887)

b. Então, senhor doutor, diga-me cá, conte-me desta manhã, maçaram-no muito, Não, senhor Salvador, correu tudo muito bem, foram muito amáveis, só queriam umas informações acerca do nosso consulado no Rio de Janeiro, que me deviam ter dado um papel assinado, burocracias, enfim. Salvador pareceu aceitar como boa *a explicação*, até ver, mas em seu íntimo duvidava (Saramago, *Ricardo Reis*, pág. 165)

Em (27a), o sintagma nominal *estas medidas* retoma, resumindo-a, toda a proposição anterior. Em (27b), o sintagma nominal *a explicação* remete para o conteúdo proposicional anterior (*só queriam*...), interpretando-o.

Um caso particular de anáfora nominal corresponde ao fenómeno a que por vezes se dá o nome de **anáfora associativa**[5]. Neste caso, não há identidade referencial entre anáfora e antecedente. A relação anafórica corresponde essencialmente

[5] Cf. Caps. 22 e 34, Kleiber (1990, 2001), Charolles e Kleiber (1999), Silva (1999), Martins (2003).

a uma relação lexical de hiponímia ou meronímia (relação parte-todo)[6], através do uso de termos lexicais do mesmo campo semântico. As seguintes frases ilustram exemplos de anáforas associativas:

(28) a. Ao fim de muito andar chegou à casa do moleiro. *A porta* estava aberta. (Sophia, *Oriana*, pág. 44)
b. O professor entrou na sala de aula. Ficou aborrecido porque *o quadro* estava todo sujo.
c. Depois de os ovos arrefecerem, cortam-se ao meio, no sentido do comprimento. Passam-se *as gemas* por um passe-vite e ligam-se muito bem com manteiga, a salsa e duas colheradas de molho branco. Distribuiu-se pel*as claras* cozidas (B. Rosa-Limpo et al., *Pantagruel*, pág. 202)

Assim, em (28a), estabelece-se uma relação anafórica entre *a porta* e *a casa do moleiro* porque faz parte do nosso conhecimento do mundo saber que uma casa tem uma porta. Em (28b), *o quadro* é anafórico em relação a *a sala de aula*, sendo essa relação possibilitada pelo nosso conhecimento de que uma sala de aula tem um quadro. Da mesma forma, em (28c), *as gemas* e *as claras* são expressões anafóricas relativamente a *os ovos*, uma vez que sabemos que a gema e a clara são partes do ovo. Neste tipo de processo, há uma relação anafórica, mas não há correferência entre os termos. Assim, anáfora e correferência não são termos equivalentes. De maneira mais geral, uma relação anafórica é uma relação assimétrica, em que apenas um dos termos poderá ser designado como anáfora (e o outro como antecedente), ao passo que a correferência é uma relação simétrica, que significa simplesmente identidade de referência entre duas expressões[7].

41.3 Relações anafóricas ao nível da frase

Como foi descrito em 41.1, podem estabelecer-se relações de identidade referencial ao nível da frase[8]. Nestas relações, o sintagma nominal anafórico pode ser de diferentes tipos, como, por exemplo, um sintagma nominal pleno, um pronome pessoal ou um pronome reflexo (ou recíproco), como se ilustra no seguinte paradigma (nos exemplos sublinha-se o antecedente e coloca-se a anáfora em itálico):

(29) a. Os pais dos alunos disseram que os professores tinham magoado *as crianças*.
b. Os alunos disseram que os professores *os* tinham magoado.
c. Os alunos disseram que os professores *se* tinham magoado.

Antes de mais, para que possa haver identidade referencial entre duas expressões nominais, é necessário que elas possuam especificações de género, número e pessoa que sejam compatíveis. Contraste-se, a título de exemplo, a frase (29b) com a frase

[6] A relação lexical de **meronímia** é uma relação lexical parte-todo: um dos termos corresponde a uma parte do outro. Assim, *braço* é um merónimo de *corpo*, porque o braço é uma parte do corpo, mas não podemos dizer que um braço é um corpo, nem que um corpo é um braço (cf. Cap. 8).
[7] Ver Milner (1976), entre outros, para uma reflexão sobre a distinção entre correferência e anáfora e para uma explicitação das condições que permitem estabelecer uma cadeia anafórica.
[8] Ver Brito (1991b), Duarte (1991), Matos (1991) para diversas questões sobre este assunto no português.

seguinte, em que o pronome masculino *os* foi substituído pela forma feminina *as*: *os alunos disseram que os professores as tinham magoado*. Neste caso, a leitura em que o sujeito da oração principal funciona como antecedente do pronome está excluída porque não há compatibilidade morfológica entre eles.

Para além da compatibilidade morfológica, as diferentes classes e subclasses de expressões nominais estão sujeitas a restrições sintáticas de natureza distinta. Nas próximas subsecções, serão descritas as relações sintáticas relevantes para que se possa estabelecer uma relação anafórica (cf. 41.3.1), bem como as diferentes restrições a que estão sujeitos os sintagmas nominais plenos (cf. 41.3.2) e os pronomes pessoais foneticamente realizados ou nulos, incluindo os pronomes reflexos e recíprocos (cf. 41.3.3 e 41.3.4) quanto às relações anafóricas que podem (ou devem) estabelecer com outro SN. Finalmente, serão descritas as possibilidades de dependências referenciais associadas à forma pronominal forte *si* (cf. 41.3.5) e aos pronomes possessivos (cf. 41.3.6). Considerar-se-ão, em particular, as diferentes interpretações atribuídas às formas nulas e às formas foneticamente realizadas dos pronomes.

41.3.1 Relações estruturais entre antecedente e anáfora

Para entender as condições sintáticas distintas que devem ser satisfeitas pelos sintagmas nominais plenos e pelos pronomes, incluindo os pessoais, os possessivos, os reflexos e os recíprocos, é necessário caracterizar em primeiro lugar diferenças de hierarquia entre os diferentes constituintes da frase, fundamentais para compreender as dependências anafóricas que podem ser estabelecidas entre eles. De facto, existem assimetrias entre os diferentes constituintes de uma frase que se podem caracterizar através da noção de proeminência estrutural ou através de uma hierarquia de funções gramaticais[9].

A proeminência estrutural é uma relação hierárquica que se estabelece entre os constituintes de uma frase, e que se relaciona com a função que estes desempenham (cf. Cap. 11.3.4.3). Como se verá, esta relação hierárquica é fundamental na caracterização das condições sintáticas que possibilitam a correferência entre sintagmas nominais de vários tipos.

Considerem-se em primeiro lugar frases simples como as de (30):

(30) a. O Rui deu [um livro] [à Ana].
b. O Rui pôs [a jarra] [no centro da mesa] [com muito cuidado].

A frase (30a) contém um sujeito (*o Rui*), um complemento direto (*um livro*) e um complemento indireto (*à Ana*). A frase (30b), para além do sujeito e do complemento direto (*o Rui* e *a jarra*, respetivamente), contém um complemento oblíquo (o sintagma preposicional *no centro da mesa*) e um adjunto adverbial (o sintagma preposicional *com muito cuidado*).

Na hierarquia estrutural da frase simples, o sintagma nominal sujeito ocupa a posição mais proeminente relativamente aos restantes complementos ou adjuntos adverbiais da frase. Assim, em (30a), o SN *o Rui* é estruturalmente mais proeminente do que o SN *um livro* ou do que o SP *à Ana*, e, em (30b), o SN *o Rui* é mais

[9] A proeminência estrutural pode ser convertida na relação estrutural designada de "c-comando" (ou comando de constituintes) no quadro da gramática generativa. O leitor interessado pode consultar, por exemplo, Raposo (1992) ou Brito (2003c), para uma definição técnica dessa noção; cf. também o Cap. 11.

proeminente na estrutura da frase do que qualquer um dos outros constituintes entre parênteses retos.

Consideremos agora um paradigma com frases complexas que contêm uma oração subordinada completiva (coloca-se entre parênteses retos a oração subordinada completiva iniciada pela conjunção *que*; cf. Cap. 36):

(31) a. O Rui disse [$_{Or}$ que {*as crianças*/*elas*} estavam doentes].
b. O Rui convenceu a Maria de [$_{Or}$ que *ela* deveria levar [*a filha*] [*a Paris*]].

Nos casos em que a frase complexa contém uma oração subordinada completiva, o sujeito da oração principal (*o Rui*, nos dois exemplos) é mais proeminente do que a oração subordinada e do que qualquer dos SN ou SP nela incluídos. Assim, em (31a), o SN *o Rui* é mais proeminente do que a oração entre parênteses e do que o SN *as crianças* (ou o pronome *elas*). Em (31b), o SN *o Rui* é mais proeminente do que a oração subordinada entre parênteses e do que qualquer um dos SN ou SP nela contidos.

Em (31b), por sua vez, o complemento direto da oração principal (o SN *a Maria*) é mais proeminente do que a oração subordinada e do que qualquer um dos SN ou SP contidos nessa oração (*ela*, *a filha* e *a Paris*).

Considerem-se agora as seguintes frases, semelhantes a (30a) e a (31b), respetivamente, mas nas quais o sujeito e o complemento direto (em (32b)) da oração principal são sintagmas nominais complexos que contêm os SN *o Rui* e *a Maria*, respetivamente:

(32) a. O amigo do Rui deu [*um livro*] [*à Ana*].
b. O amigo do Rui convenceu *a mãe da Maria* de [que *ela* deveria levar [*a filha*] [*a Paris*]].

Nestas frases, é todo o SN *o amigo do Rui* que tem proeminência sobre o complemento direto e o complemento indireto, em (32a), e sobre o complemento direto, a oração subordinada e os SN e SP nela contidos, em (32b). Note-se que o SN *o Rui*, "encaixado" dentro do SN sujeito numa relação hipotática (cf. Cap. 34), já não tem agora qualquer proeminência sobre os restantes sintagmas da frase, incluindo sobre a oração ou os elementos nela contidos (cf. Cap. 11.3.4.3). De facto, o sujeito gramatical corresponde a todo o SN *o amigo do Rui* e não apenas a *o amigo*, estando *o Rui* integrado no complemento do nome *amigo*. Do mesmo modo, em (32b), é agora todo o SN complemento direto *a mãe da Maria* que tem proeminência sobre a oração subordinada e os seus elementos, mas não o SN *a Maria*, também ele integrado num SN mais abrangente.

Finalmente, considerem-se as relações entre SN em frases complexas que contêm uma oração subordinada adverbial como (33) (coloca-se entre os parênteses retos mais abrangentes a oração subordinada adverbial iniciada por *quando*):

(33) O diretor da escola repreendeu os alunos [$_{Or}$ quando [*o professor*] [*os*] apanhou a copiar].

Aqui, o sujeito da oração principal (*o diretor da escola*) é mais proeminente do que a oração subordinada e do que qualquer um dos SN nela contidos (o SN *o professor* e o pronome *os*). No entanto, ao contrário do que acontece com o sujeito, o

complemento da oração principal não é mais proeminente do que a oração adverbial, o que se deve à natureza mais "frouxa" da ligação estrutural entre os adjuntos adverbiais (incluindo as orações subordinadas adverbiais) e o resto da frase na qual se integram (cf. Cap. 34). Consequentemente, o complemento da oração principal também não é mais proeminente do que qualquer um dos elementos contidos na oração adverbial. Ou seja, em (33), nem o complemento direto da oração principal (*os alunos*) tem proeminência sobre os SN contidos na oração adverbial, nem, inversamente, os SN da oração adverbial têm proeminência sobre o complemento direto da oração principal. Em contrapartida, nas estruturas de subordinação completiva (cf. (32b)), como se viu acima, o complemento direto da oração principal tem proeminência sobre os elementos da oração subordinada (mas não inversamente). Como se verá, esta assimetria entre as estruturas de subordinação completiva (cf. Caps. 36 e 37) e as de subordinação adverbial (cf. Cap. 38) revelar-se-á fundamental para entender as relações de correferência que se podem estabelecer entre os SN numa e noutra estrutura.

Finalmente, numa frase como *o diretor da escola chamou o pai dos alunos* [*quando o professor os apanhou a copiar*], nem o SN *a escola*, encaixado no sujeito, tem proeminência sobre qualquer outro elemento da frase, nem o SN *os alunos*, encaixado no complemento direto, tem proeminência sobre a oração subordinada ou sobre os seus elementos (cf. a discussão de (32)).

Assim, podemos concluir que existem as seguintes hierarquias de relações gramaticais (em que o sinal ">" corresponde a 'mais proeminente do que'):

a) sujeito > compl. direto > SN ou oração dentro de complemento preposicionado, indireto ou oblíquo;
b) sujeito > adjunto adverbial pós-verbal.

Uma vez que as orações completivas desempenham função de complemento direto ou preposicionado (oblíquo) e as orações adverbiais função de adjunto, o sujeito gramatical da oração principal de uma frase complexa será sempre mais proeminente do que essas orações e do que os elementos nelas contidos, e o complemento direto de uma frase complexa será sempre mais proeminente do que uma oração completiva introduzida por preposição, e do que os elementos nela contidos.

41.3.2 Sintagmas nominais plenos

Os sintagmas nominais plenos referenciais[10], apesar de poderem estabelecer relações de correferência com outras expressões nominais, caracterizam-se por terem uma autonomia referencial que os pronomes não têm. Assim, como se viu em 41.2, é sobretudo através do sentido associado aos sintagmas nominais plenos, através de relações ao nível do léxico, através de mudanças no determinante do nome e através do nosso conhecimento do mundo que podemos estabelecer relações de identidade referencial entre diferentes sintagmas nominais plenos.

De facto, tipicamente, no interior de uma mesma frase, não há correferência entre dois sintagmas nominais plenos. Para que possa haver correferência entre dois

[10] Como já foi referido, há sintagmas nominais plenos que não são referenciais, mas sim predicativos, como é o caso da expressão sublinhada em *o Pedro é um excelente médico*.

sintagmas nominais plenos ao nível da frase, é necessário que estejam preenchidas determinadas condições estruturais.

Considerem-se os seguintes exemplos (a frase (34a) é uma frase simples; as frases (34b-f) são frases complexas que incluem, no caso de (34b-d), uma oração subordinada completiva e, no caso de (34e,f), uma oração subordinada adverbial)[11]:

(34) a. *O João* adora *o miúdo*. (o João ≠ o miúdo)
b. *O João* disse que *o miúdo* estava doente. (o João ≠ o miúdo)
c. O professor avisou *o João* de que *o miúdo* estava a fazer barulho. (o João ≠ o miúdo)
d. O professor avisou *o João* de que ia castigar *o miúdo*. (o João ≠ o miúdo)
e. *O João* zangou-se quando apanhou *o miúdo* a mentir. (o João ≠ o miúdo)
f. *O João* zangou-se quando *o miúdo* começou a fazer barulho. (o João ≠ o miúdo)

Em nenhuma destas frases, como indicam as notações no fim de cada exemplo, pode haver dependência referencial entre o SN *o miúdo* e o SN *o João*. Por outras palavras, o SN *o miúdo* não pode ter como antecedente o SN *o João*; os dois sintagmas nominais referem independentemente um do outro, não sendo possível uma leitura em que o seu referente é comum.

Em (34a), temos uma frase simples em que o SN *o miúdo*, complemento direto, não pode ter como antecedente o sujeito. Em (34b-d), temos uma frase complexa com uma oração subordinada completiva, em que o SN *o miúdo*, com função de sujeito da oração subordinada em (34b,c) e de complemento direto em (34d), não pode ter como antecedente nem o sujeito (cf. (34b)) nem o complemento direto da oração principal (cf. (34c,d)). Finalmente, em (34e,f), o SN *o miúdo*, com função de complemento direto da oração subordinada adverbial em (34e), e de sujeito em (34f), não pode ter como antecedente o sujeito da oração principal.

Estas observações permitem-nos concluir que:

(i) ao nível da frase, não é possível a correferência entre o sujeito de uma frase (simples ou complexa) e outro SN, qualquer que seja a sua posição ou função;

(ii) numa frase complexa, não é possível a correferência entre o complemento direto da oração principal e um SN contido numa oração subordinada completiva.

Há, no entanto, contextos em que podem ser estabelecidas relações de correferência entre dois sintagmas nominais plenos contidos na mesma frase. Um dos contextos em que isso acontece está ilustrado nos exemplos de (35), que contrastam com os exemplos (34e,f)[12]:

(35) a. O professor avisou *o João* [quando apanhou *o miúdo* a copiar]. (o João = o miúdo/outro)
b. O professor avisou *o João* [quando *o miúdo* começou a fazer barulho]. (o João = o miúdo/outro)
c. O professor zangou-se com *o João* [quando apanhou *o miúdo* a copiar]. (o João = o miúdo/outro)

[11] A notação *a* ≠ *b* significa que *a* e *b* não podem ter uma leitura correferente no exemplo em discussão.
[12] Em (35), a notação *a* = *b*/*outro* significa que a frase é ambígua, sendo possível quer uma leitura em que *a* e *b* são correferentes quer uma leitura em que *a* e *b* possuem uma referência distinta.

Em (35), temos frases complexas com uma oração subordinada adverbial, tal como em (34e,f). Embora a leitura preferencial seja aquela em que o SN *o João* e o SN *o miúdo* têm referentes distintos, em (35), ao contrário do que acontece em (34e,f), também é possível a correferência entre os dois sintagmas nominais. A diferença entre as frases de (35) e as frases (34e,f) é que, em (35), o SN *o João* é um complemento da oração principal (direto em (35a,b) e preposicionado em (35c)), e não o sujeito da oração principal, como em (34e,f).

Verifica-se, assim, que:

(iii) é possível (mas não obrigatória) a correferência entre um SN pleno complemento da oração principal e um SN pleno contido numa oração subordinada adverbial.

Considere-se agora o seguinte paradigma:

(36) a. [O pai d*o João*] adora *o miúdo*. (o João = o miúdo/outro)
b. [O pai d*o João*] disse que *o miúdo* estava doente. (o João = o miúdo/outro)
c. O professor avisou [o pai d*o João*] de que *o miúdo* estava a fazer barulho. (o João = o miúdo/outro)
d. O professor avisou [o pai d*o João*] de que ia castigar *o miúdo*. (o João = o miúdo/outro)
e. [O pai d*o João*] zangou-se quando apanhou *o miúdo* a mentir. (o João = o miúdo/outro)
f. [O pai d*o João*] zangou-se quando *o miúdo* começou a fazer barulho. (o João = o miúdo/outro)
g. O professor avisou [o pai d*o João*] [quando apanhou *o miúdo* a copiar]. (o João = o miúdo/outro)
h. O professor avisou [o pai d*o João*] [quando *o miúdo* começou a fazer barulho]. (o João = o miúdo/outro)

As frases (36a-f) correspondem a (34a-f), e (36g,h) correspondem a (35a,b), com a diferença de que, em (36), o sintagma *o João* não é o sujeito ou o complemento direto da oração principal, mas é antes um constituinte incluído dentro de um sintagma mais alargado (*o pai do João*), que, esse sim, é o sujeito ou o complemento direto da oração principal. Ora, em todos estes casos, a correferência entre o SN *o miúdo* e o SN *o João* é possível.

Pode acrescentar-se, assim, a seguinte generalização sobre correferência entre sintagmas nominais às que foram apresentadas anteriormente:

(iv) ao nível da frase, quer simples quer complexa, e neste caso independentemente de se tratar de estruturas de subordinação completiva ou adverbial, é possível a correferência entre sintagmas nominais quando o antecedente é um constituinte propriamente incluído no sujeito ou no complemento direto da frase.

As possibilidades de correferência entre diferentes SN ao nível da frase estão relacionadas com a proeminência estrutural relativa dos diferentes constituintes e com a função sintática que desempenham. Assim, como foi referido em 41.3.1, os constituintes podem ser estruturalmente mais proeminentes do que outros

dependendo da posição que ocupam e da função sintática que desempenham, de acordo com a seguinte hierarquia:

a) sujeito > compl. direto > SN ou oração dentro de complemento preposicionado, indireto ou oblíquo;
b) sujeito > adjunto adverbial pós-verbal.

Tendo em conta que esta hierarquia de funções gramaticais se relaciona com a proeminência estrutural dos diferentes constituintes da frase que realizam essas funções, é possível chegar à seguinte generalização (cf. também 41.3.3.1):

❖ A correferência entre sintagmas nominais plenos ao nível da frase só é possível se nenhum deles for estruturalmente mais proeminente do que o outro.

Como se pode verificar, este princípio é satisfeito pelos sintagmas nominais correferentes tanto em (35) como em (36). Concretamente, o SN complemento *o João* nas frases complexas de (35) não tem proeminência sobre o SN *o miúdo* na oração subordinada adverbial, e inversamente (ver a discussão do exemplo (33) em 41.3.1). O mesmo sintagma nominal, quando encaixado num sintagma nominal mais vasto, como em (36), também não tem proeminência estrutural sobre qualquer outro SN dessas frases (ver a discussão dos exemplos (32) em 41.3.1). Nos exemplos de (34), em contrapartida, o SN *o João* tem proeminência sobre o SN *o miúdo* (ver a discussão dos exemplos (31) e (33) em 41.3.1).

Note-se, no entanto, que, quando os sintagmas nominais envolvidos na relação de correferência têm "peso" referencial distinto[13], é necessário que o SN com maior autonomia referencial (como são tipicamente os nomes próprios) preceda o outro SN. Assim, se invertermos a ordem dos sintagmas nominais em (35) e em (36), a correferência entre *o miúdo* e *o João* torna-se difícil de obter:

(37) a. O professor avisou *o miúdo* [quando apanhou *o João* a copiar]. (o João ≠ o miúdo)
b. O professor avisou *o miúdo* [quando *o João* começou a fazer barulho]. (o João ≠ o miúdo)
c. O professor zangou-se com *o miúdo* [quando apanhou *o João* a copiar]. (o João ≠ o miúdo)

(38) a. [O pai d*o miúdo*] adora *o João*. (o João ≠ o miúdo)
b. [O pai d*o miúdo*] disse que *o João* estava doente. (o João ≠ o miúdo)
c. O professor avisou [o pai *do miúdo*] de que *o João* estava a fazer barulho. (o João ≠ o miúdo)
d. O professor avisou [o pai d*o miúdo*] de que ia castigar *o João*. (o João ≠ o miúdo)
e. [O pai d*o miúdo*] zangou-se quando apanhou *o João* a mentir. (o João ≠ o miúdo)

[13] Considera-se que existe uma hierarquia de referencialidade das expressões nominais em que, no topo, estão os nomes próprios, e, na base, os pronomes. Os nomes próprios são as expressões nominais com maior autonomia referencial, ao passo que os pronomes não têm referência autónoma – adquirem-na deiticamente, através do contexto situacional, ou através de relações anafóricas com expressões nominais dotadas de referência autónoma.

f. [O pai d*o miúdo*] zangou-se quando *o João* começou a fazer barulho. (o João ≠ o miúdo)
g. O professor avisou [o pai d*o miúdo*] [quando apanhou *o João* a copiar]. (o João ≠ o miúdo)
h. O professor avisou [o pai d*o miúdo*] [quando *o João* começou a fazer barulho]. (o João ≠ o miúdo)

Assim, também em estruturas de subordinação adverbial, se invertermos a ordem entre a oração principal e a oração adverbial (cf. Cap. 38), obtendo uma estrutura com a oração adverbial anteposta, a interpretação em que os dois sintagmas nominais são correferentes só é possível se o SN *o João* for um constituinte da oração subordinada, e não da oração principal, precedendo, portanto, a expressão *o miúdo*, como se ilustra comparando, p.e., (35a) e (36e,g) com os paradigmas (39) e (40)[14]:

(39) a. Quando apanhou *o João* a copiar, o professor avisou *o miúdo*. (o João = o miúdo)
b. Quando apanhou *o João* a mentir, o pai d*o miúdo* zangou-se. (o João = o miúdo)
c. Quando apanhou *o João* a copiar, o professor avisou o pai d*o miúdo*. (o João = o miúdo)

(40) a. Quando apanhou *o miúdo* a copiar, o professor avisou *o João*. (o João ≠ o miúdo)
b. Quando apanhou *o miúdo* a mentir, o pai d*o João* zangou-se. (o João ≠ o miúdo)
c. Quando apanhou *o miúdo* a copiar, o professor avisou o pai d*o João*. (o João ≠ o miúdo)

Assim, com as expressões nominais plenas, a correferência é possível (mas nunca obrigatória) se nenhum dos sintagmas nominais ocupar uma posição estruturalmente proeminente em relação ao outro e se o SN com maior autonomia referencial preceder o SN com menor autonomia referencial.

41.3.3 Pronomes pessoais

Os pronomes pessoais são expressões nominais que não têm conteúdo referencial inerente, ou seja, não têm autonomia referencial. A sua referência estará sempre dependente da situação de enunciação ou do contexto linguístico ou discursivo. Assim, podemos dizer a frase *o Primeiro-Ministro elogiou o Presidente da República* sem qualquer contexto introdutório: as expressões nominais *o Primeiro-Ministro* e *o Presidente da República*, que têm autonomia referencial, permitem-nos identificar sem dificuldade o referente de cada uma delas. No entanto, se dissermos a frase *hoje, ele elogiou-o* sem qualquer contexto, o nosso interlocutor será obrigado a pedir

[14] Se, pelo contrário, os dois sintagmas nominais tiverem o mesmo grau de autonomia referencial, a correferência torna-se marginalmente possível, como se ilustra nos seguintes exemplos:
(i) a. O pai do João adora o João. (o João = o João)
b. O pai do miúdo adora o miúdo. (o miúdo = o miúdo)
(ii) a. Quando apanhou o João a mentir, o pai do João zangou-se. (o João = o João)
b. Quando apanhou o miúdo a mentir, o pai do miúdo zangou-se. (o miúdo = o miúdo)

informação extra sobre o referente das formas *ele* e *o*, que, não tendo autonomia referencial, não permitem identificar por si só o referente.

Em português, os pronomes pessoais estão especificados quanto à pessoa gramatical e semântica (cf. Cap. 23) e, até certo ponto, quanto à função gramatical. Assim, distinguem-se em português formas de primeira pessoa semântica – a pessoa que produz o discurso – (*eu*, *me*, *mim*, *nós*, *nos*), de segunda pessoa semântica – a pessoa a quem é dirigido o discurso – (*tu*, *te*, *ti*, *você*, *vós*, *vos*, *vocês*) e de terceira pessoa semântica – a pessoa que não participa no discurso – (*ele*, *ela*, *o*, *a*, *lhe,* etc.), com formas diferentes de acordo com o número – singular ou plural (*eu* vs. *nós*; *tu* vs. *vós*; *ele* vs. *eles*, etc.). Os pronomes distinguem-se ainda de acordo com a função gramatical que desempenham na oração: formas de sujeito, chamadas nominativas – *eu*, *tu*, *você*, *ele*, *ela*, *nós*, *vós*, *vocês*, *eles*, *elas*; formas de complemento direto, chamadas acusativas – *me*, *te*, *o*, *a*, *nos*, *vos*, *os*, *as*; formas de complemento indireto, chamadas dativas – *me*, *te*, *lhe*, *nos*, *vos*, *lhes*; formas de complemento de preposição, chamadas oblíquas – *mim*, *ti*, *ele*, *ela*, *nós*, *vós*, etc. No caso das formas de terceira pessoa, pode haver distinção de género – *ele*, *ela*, *o*, *a*, etc. Os pronomes pessoais podem ser formas fonologicamente fortes, com acento próprio, como *eu*, *tu*, *mim*, etc., ou formas átonas que se cliticizam ao verbo, como *me*, *te*, *o*, *a*, etc. (cf. Cap. 23).

Os pronomes com a função de sujeito, em português, podem também corresponder a formas nulas, sem conteúdo fonético. Os contextos em que ocorrem formas pronominais nulas e formas pronominais com conteúdo fonético, como veremos, não são totalmente coincidentes (cf. Cap. 43).

Ao contrário das formas reflexas e recíprocas, de que se tratará com maior pormenor em 41.3.4, os restantes pronomes pessoais são formas que não precisam de ter a sua referência dependente de outra expressão nominal. Como foi referido acima, os pronomes pessoais podem ter ou não um antecedente na mesma frase ou na mesma sequência textual. No primeiro caso, têm um uso anafórico; no segundo, um uso dêitico. Assim, considerem-se as frases seguintes:

(41) a. Olha para ela! Está a chorar!
b. O Pedro encontrou a Ana. Ela achou-o com bom aspeto.

Em (41a), temos um uso dêitico do pronome *ela*, que refere alguém que está presente na situação de enunciação; em (41b), temos um uso anafórico, não dêitico, dos pronomes *ela* e *o*, que não designam uma entidade presente na situação de enunciação, mas remetem antes para entidades referidas na frase anterior.

Como já foi referido, os pronomes de primeira e segunda pessoa são sempre dêiticos, uma vez que remetem necessariamente para os participantes na situação de enunciação. Os pronomes de terceira pessoa, pelo contrário, podem ser usados deiticamente ou anaforicamente, como se acabou de ver.

As possibilidades de interpretação anafórica, correferencial, de um pronome pessoal no interior de uma frase são mais flexíveis do que as dos sintagmas nominais plenos. Ao contrário das expressões nominais plenas, um pronome pessoal pode ser correferente com uma expressão nominal da mesma frase que ocupa uma posição mais proeminente, em determinados contextos sintáticos.

41.3.3.1 Contextos em que um pronome pessoal pode ser anafórico e contextos em que não o pode ser

Ao contrário dos sintagmas nominais plenos, os pronomes não têm autonomia referencial, podendo ser dêiticos ou anafóricos. Quando têm um uso anafórico, a sua interpretação está condicionada por um antecedente, geralmente dotado de autonomia referencial. Os pronomes pessoais apresentam, no entanto, restrições sintáticas quanto aos elementos que podem funcionar como seus antecedentes numa frase.

Considerem-se, em primeiro lugar, as frases simples. Nestas frases, um pronome com função de sujeito nunca pode ser correferente com um SN pleno com função de complemento ou de adjunto, como nas frases de (42), nem com um SN pleno que seja um constituinte de qualquer um desses elementos, como nas frases de (43):

(42) a. Ele observou [o Rui]. (ele ≠ o Rui)
b. Ele deu um presente [ao Rui]. (ele ≠ o Rui)
c. Ele comprou um livro [para o Rui]. (ele ≠ o Rui)

(43) a. Ele observou [o irmão do Rui]. (ele ≠ o Rui/o irmão do Rui)
b. Ele deu um presente [ao irmão do Rui]. (ele ≠ o Rui/o irmão do Rui)
c. Ele comprou um livro [para o irmão do Rui]. (ele ≠ o Rui/o irmão do Rui)

Por sua vez, um pronome com a função de complemento direto ou indireto não pode ter como antecedente o sujeito da frase, como nos exemplos (44a) e (45a), mas pode ter a mesma referência que um SN contido no sujeito gramatical, como nos exemplos (44b) e (45b):

(44) a. [O Rui] penteou-*o*. (o ≠ o Rui)
b. [O pai do Rui] penteou-*o*. (o = o Rui; o ≠ o pai do Rui)

(45) a. [O Rui] deu-*lhe* um presente. (lhe ≠ o Rui)
b. [O pai do Rui] deu-*lhe* um presente. (lhe = o Rui; lhe ≠ o pai do Rui)

Para alguns falantes, também é possível a correferência entre um pronome contido no SN sujeito e um SN pleno com função de complemento, como nas frases abaixo:

(46) a. [O pai d*ele*] penteou *o Rui*. (?ele = o Rui)
b. [O pai d*ele*] deu um presente a*o Rui*. (?ele = o Rui)

Se se analisar com atenção os contrastes dos exemplos acima, verifica-se que a correferência entre um pronome e um SN pertencentes à mesma frase (ou oração) simples é possível quando o SN (*o Rui*, nestes exemplos) não é mais proeminente (cf. 41.3.1 e Cap. 11.3.4.3) do que o pronome pessoal. É, assim, possível chegar à seguinte generalização (cf. também 41.3.2):

❖ Numa frase (ou numa oração) simples, um pronome pode ter um SN pleno como antecedente desde que nem o SN pleno seja estruturalmente mais proeminente do que o pronome, nem o pronome seja estruturalmente mais proeminente do que o SN pleno.

Considerem-se agora as frases complexas. Neste caso, verificamos que um pronome incluído numa oração subordinada completiva pode ter a mesma referência que o sujeito da oração principal, que funciona como seu antecedente. Isto acontece qualquer que seja a função do pronome – sujeito, como em (47a), complemento direto, como em (47b), ou complemento indireto, como em (47c)[15]:

(47) a. O Rui disse [que [-]/*ele* não tinha visto o Paulo]. ([-]/ele = o Rui)
b. O Rui disse [que o Paulo *o* tinha visto]. (o = o Rui)
c. O Rui disse [que o Paulo *lhe* tinha telefonado]. (lhe = o Rui)

O mesmo acontece relativamente às orações subordinadas adverbiais que ocorrem em posição final. Também neste caso o sujeito da oração principal pode funcionar como antecedente de um pronome incluído na oração subordinada:

(48) a. O Rui sentiu-se mal [quando [-]/*ele* chegou a casa]. ([-]/ele = o Rui)
b. O Rui sentiu-se mal [quando o Paulo *o* insultou]. (o = o Rui)
c. O Rui sentiu-se mal [quando o Paulo *lhe* telefonou]. (lhe = o Rui)

Se a oração subordinada adverbial for anteposta, as possibilidades de correferência mantêm-se idênticas, como se ilustra em (49):

(49) a. [Quando [-]/*ele* chegou a casa], o Rui sentiu-se mal. ([-]/ele = o Rui)
b. [Quando o Paulo *o* insultou], o Rui sentiu-se mal. (o = o Rui)
c. [Quando o Paulo *lhe* telefonou], o Rui sentiu-se mal. (lhe = o Rui)

Um pronome sujeito ou complemento de uma oração subordinada completiva ou adverbial também pode ter a mesma referência que um complemento da oração principal[16]:

(50) a. O Pedro convenceu o Rui [de que *ele* devia convidar a Ana]. (ele = o Rui)
b. O Pedro convenceu o Rui [de que a Ana *o* devia convidar]. (o = o Rui)

(51) a. O Pedro viu o Rui [quando *ele* beijou a Ana]. (ele = o Rui)
b. O Pedro viu o Rui [quando a Ana *o* beijou]. (o = o Rui)

Finalmente, um pronome sujeito ou complemento de uma oração subordinada completiva ou adverbial também pode ter a mesma referência que um SN encaixado no sujeito ou num complemento da oração principal:

(52) a. [O amigo do Rui] disse [que *ele* queria convidar a Ana]. (ele = o Rui)
b. [O amigo do Rui] disse [que a Ana *o* tinha visto]. (o = o Rui)
c. O Pedro convenceu [a mulher do Rui] [de que *ele* devia ir ao médico]. (ele = o Rui)
d. O Pedro viu [a cara do Rui] [quando a Ana *o* beijou]. (o = o Rui)

[15] Nos exemplos, "[-]" representa o sujeito nulo das orações finitas e a notação "[-]/*ele*" representa a possibilidade de alternar entre um sujeito nulo e um sujeito foneticamente realizado (cf. Cap. 43). Deve-se ter em conta que é geralmente mais natural o uso da forma nula do pronome sujeito na oração subordinada quando existe correferencialidade com o sujeito da oração principal, havendo mesmo alguns falantes que não aceitam um pronome foneticamente realizado nesse contexto. Estes contrastes serão abordados explicitamente no ponto seguinte.

[16] Nalguns dos exemplos que se seguem, a correferência também é possível com o sujeito da oração principal, mas não é essa a interpretação que agora interessa discutir.

Verifica-se assim que um pronome pode ocorrer numa oração subordinada com qualquer função, quer o SN antecedente da oração principal ocupe uma posição mais proeminente, como em (47), (48) e (50), quer não, como em (49) (cf. Nota 18), (51) e (52) (cf. 41.3.1)[17]. A seguinte generalização dá conta destes factos (cf. também as generalizações anteriores):

❖ Um pronome pessoal numa oração subordinada pode ser correferente com um SN pleno de uma oração subordinante, quer o SN ocupe uma posição estruturalmente proeminente relativamente ao pronome, quer não.

Nos casos analisados até aqui, o pronome pessoal ocorre numa oração subordinada (completiva ou adverbial) e o SN antecedente ocorre numa oração subordinante relativamente àquela que contém o pronome. Vejamos agora o que acontece numa situação contrária. Trocando as posições relativas do pronome e do SN antecedente em frases complexas, verificamos que um sujeito pronominal na oração principal não pode ter a mesma referência que um sujeito SN pleno numa oração subordinada completiva ou adverbial posposta (cf. (53)):

(53) a. *Ele* nunca disse [que o Rui estava atrasado]. (ele ≠ o Rui)
b. *Ele* sorriu [quando o Rui entrou]. (ele ≠ o Rui)

Em (53), a impossibilidade de haver correferência é explicada pelas propriedades do SN pleno. Como vimos, um SN pleno não pode ser correferente com um SN que ocupe uma posição mais proeminente (ver a generalização em 41.3.2). Esta mesma restrição é extensível aos casos em que o antecedente é um pronome, como em (53): sendo sujeito da oração principal, o pronome ocupa uma posição mais proeminente que o SN pleno[18].

Em contrapartida, se o pronome estiver contido no sujeito ou num complemento da oração principal, como em (54a) e (54b), respetivamente, e não for, por conseguinte, mais proeminente, poderá ser correferente com um SN de uma oração subordinada:

(54) a. O irmão d*ele* diz [que o Rui tem mau humor]. (ele = o Rui)
b. Convencemos a mulher d*ele* [de que o Rui devia ir ao médico]. (ele = o Rui)

Da mesma forma, se o pronome na oração principal desempenhar funções de complemento, é possível a correferência com um SN pleno numa oração

[17] Repare-se que, se em vez do pronome *ele* tivermos um sujeito nulo ("[-]"), a interpretação pode mudar. Assim, se observarmos as frases (i)-(iii), correspondentes a (50a), (51a) e (52a), verificamos que só na primeira é possível que o sujeito nulo seja correferente com o SN *o Rui*. Nas duas últimas, o sujeito nulo é preferencialmente correferente com o sujeito da oração principal e não com o SN *o Rui*, que é complemento direto em (ii) e que está integrado no SN *o amigo do Rui* em (iii):
(i) O Pedro convenceu o Rui de que [-] devia convidar a Ana. ([-] = o Rui)
(ii) O Pedro viu o Rui quando [-] beijou a Ana. ([-] ≠ o Rui; [-] = o Pedro)
(iii) O amigo do Rui disse que [-] queria convidar a Ana. ([-] ≠ o Rui; [-] = o amigo do Rui)

[18] O sujeito pronominal de uma oração principal pode, no entanto, ter a mesma referência que o sujeito SN pleno de uma oração adverbial anteposta, como em (ia), uma vez que, quando a oração adverbial está anteposta, ganha maior proeminência. O mesmo não se passa, no entanto, com uma completiva anteposta, como em (ib), que é sempre interpretada como se estivesse na posição canónica, à direita do verbo:
(i) a. [Quando o Rui entrou], ele sorriu. (ele = o Rui)
b. [Que o Rui estava atrasado], ele nunca disse. (ele ≠ o Rui)

subordinada adverbial, como acontece em (55b), mas não numa subordinada completiva, como em (55a):

(55) a. O Pedro não *o* convenceu [de que o Rui estava doente]. (o ≠ o Rui)
b. O Pedro não *o* convenceu [porque o Rui é casmurro]. (o = o Rui)

Estas diferenças interpretativas devem-se ao facto de, em (55b), o pronome *o*, complemento direto, ocupar uma posição que não tem proeminência estrutural sobre a oração adverbial ou qualquer dos seus elementos, incluindo o SN *o Rui* (ver a discussão do exemplo (33) em 41.3.1), ao passo que, em (55a), sendo a oração subordinada uma completiva, o complemento direto tem proeminência estrutural sobre a oração subordinada e sobre o SN *o Rui* (ver a discussão do exemplo (31b) em 41.3.1). De acordo com o princípio geral sobre a correferência entre sintagmas nominais plenos (cf. 41.3.2), o SN *o Rui* pode ser correferente com o pronome *o* em (55b), mas não em (55a).

Podemos, assim, reformular as condições sobre a correferência envolvendo pelo menos um SN pleno:

A. Um SN pleno pode ser correferente com outra expressão nominal da frase, quer esta seja um SN pleno, quer seja um pronome, desde que essa expressão nominal não seja estruturalmente mais proeminente do que o SN.

Tendo isto em conta, também as condições sobre a correferência de pronomes poderão ser reformuladas da seguinte forma:

B. Um pronome pessoal anafórico pode ter o seu antecedente numa oração distinta daquela que o contém, quer o antecedente tenha proeminência estrutural sobre o pronome quer não, desde que isso não entre em conflito com as condições sobre a interpretação do SN pleno (ou seja, com a condição A).

Finalmente, note-se que, em todos os exemplos acima referidos em que o pronome pode ter uma interpretação correferencial com um SN da frase, está sempre disponível uma leitura alternativa, em que o pronome remete para uma entidade distinta daquela que o SN representa, não mencionada na frase.

41.3.3.2 Contextos em que a interpretação anafórica de um pronome pessoal é bloqueada

Há alguns contextos em que a interpretação anafórica de um pronome é bloqueada, mesmo quando as condições sintáticas para que haja correferência estão preenchidas.

Um desses contextos é aquele em que o potencial antecedente do pronome se encontra em posição pós-verbal, funcionando como um foco (cf. Cap. 50). Contrastem-se as seguintes frases:

(56) a. Quando [-] chegou ao emprego, telefonou-me o Pedro. ([-] ≠ o Pedro)
b. Quando [-] chegou ao emprego, o Pedro telefonou-me. ([-] = o Pedro)

Como se pode ver em (56a), o pronome (que, neste caso, é nulo) não pode ser anafórico relativamente ao sujeito focalizado da oração principal.

Quando o pronome precede um SN indefinido, a correferência também é bloqueada. Comparem-se as seguintes frases:

(57) a. Quando *lhe* respondi, o homem apareceu. (lhe = o homem)
b. Quando *lhe* respondi, um homem apareceu. (lhe ≠ um homem)
c. O Pedro chamou-me. Quando *lhe* respondi, um homem apareceu. (lhe = o Pedro; lhe ≠ um homem)

(58) a. Quando *o* pisei, o cão desatou a ganir. (o = o cão)
b. Quando *o* pisei, um cão desatou a ganir. (o ≠ um cão)
c. Estava um osso no meio da rua. Quando *o* pisei, um cão desatou a ganir. (o = um osso; o ≠ um cão)

O pronome na oração subordinada só pode ter uma referência idêntica à do sujeito da oração principal se este for um SN definido, como acontece nos exemplos (57a) e (58a) acima. Nos exemplos (57b) e (58b), o pronome não pode ter como antecedente o SN indefinido (*um homem* e *um cão*). Só pode remeter para outro elemento, não mencionado na oração, que possa funcionar como seu antecedente, como nos exemplos (57c) e (58c). Repare-se que, em (58c), o antecedente é um SN indefinido que, no entanto, ocorre antes do pronome.

41.3.3.3 Pronomes realizados vs. pronomes nulos

Se bem que os pronomes foneticamente realizados (doravante designados apenas como "pronomes realizados") e os pronomes nulos tenham o mesmo estatuto sintático, ainda que um diferente estatuto fonético/fonológico, do ponto de vista da sua interpretação referencial, cada uma das formas pode condicionar leituras distintas (ver, entre outros, Brito 1991b). Referir-se-ão em seguida diferenças de interpretação entre pronomes realizados e pronomes nulos, em particular quando estes se encontram em estruturas subordinadas de diferentes tipos.

41.3.3.3.1 Pronome com interpretação de variável ligada

Um dos contextos em que um pronome realizado não pode alternar com um pronome nulo corresponde à situação em que o pronome tem uma **interpretação de variável ligada**. Nesta interpretação, o antecedente do pronome é uma expressão quantificada e a relação que se estabelece entre antecedente e pronome não é uma relação de correferência estrita. Considere-se a seguinte frase:

(59) Muitos alunos pensam que [-] vão ter boas notas.

Este exemplo recebe uma interpretação em que cada aluno pensa que ele próprio vai ter boas notas, mas não tem opinião sobre as notas que os colegas vão ter. Assim, a frase não pode significar que o conjunto dos alunos pensa que esse mesmo conjunto vai ter boas notas, o que corresponderia à interpretação correferencial. Como se pode ver nos seguintes pares de frases, a leitura de variável ligada é impossível com um pronome realizado[19]:

[19] Ver Montalbetti (1986), para uma análise deste fenómeno no quadro da gramática generativa, e Menuzzi (1999), para algumas diferenças entre frases com SN quantificados com nome realizado e sem nome realizado (*nenhum rapaz* vs. *ninguém*).

(60) a. Muitos alunos pensam que [-] vão ter boas notas.
b. Muitos alunos pensam que *eles* vão ter boas notas.[20]

(61) a. Todos os meninos disseram que [-] vinham à festa.
b. Todos os meninos disseram que *eles* vinham à festa.

(62) a. Cada um contou os problemas que [-] tinha tido.
b. Cada um contou os problemas que *ele* tinha tido.

(63) a. Ninguém pensou que [-] tivesse sido maltratado.
b. Ninguém pensou que *ele* tivesse sido maltratado.

41.3.3.3.2 Referência idêntica vs. referência distinta do pronome sujeito de orações subordinadas

Como vimos acima, quando o antecedente de um pronome pessoal ocorre numa oração diferente daquela que contém o pronome, esse antecedente pode ter ou não proeminência estrutural sobre o pronome (cf. 41.3.3.1). No caso em que o antecedente é estruturalmente mais proeminente, os pronomes com e sem realização fonética podem ter comportamentos distintos quanto à facilidade com que permitem uma leitura correferente. Em geral, a forma nula do pronome permite mais facilmente do que a forma realizada uma interpretação anafórica (cf. Brito 1991b), como se vê nas seguintes frases, em que o pronome *ele* é preferencialmente interpretado como tendo uma referência distinta da do sujeito da oração principal:

(64) a. [Quando [-] chegou a casa], o Rui tirou a gravata.
b. [Quando ele chegou a casa], o Rui tirou a gravata.

(65) a. O Rui disse [que [-] não vinha à reunião].
b. O Rui disse [que ele não vinha à reunião].

Nas frases (64a) e (65a), teremos preferencialmente uma leitura em que o sujeito nulo (representado por "[-]") e *o Rui* têm a mesma referência. Nas frases (64b) e (65b), teremos preferencialmente uma leitura em que *ele* e *o Rui* têm referentes distintos. A associação preferencial do pronome realizado à leitura não correferencial é conhecida como **obviação**. Dizemos, assim, que um pronome como *ele*, quando tem referência distinta da do sujeito da oração principal, é um **pronome obviativo**.

A situação é, no entanto, mais complexa do que parece à primeira vista. De facto, na possibilidade de o sujeito pronominal de uma oração subordinada ser interpretado anaforicamente relativamente ao sujeito de uma oração principal entram vários fatores, para além do estatuto fonológico do pronome (i.e., o facto de o pronome ser uma forma nula ou uma forma realizada), entre os quais se contam: (i) as propriedades semânticas do pronome, i.e., se este é arbitrário, não arbitrário ou expletivo (cf. Cap. 43); (ii) o tipo semântico do verbo da oração principal que

[20] A leitura em questão parece ser aceitável, nalguns casos, quando o pronome realizado tem um acento contrastivo:
(i) a. Muitos alunos pensam que ELES (próprios) vão ter boas notas.
b. Cada um contou os problemas que ELE (próprio) tinha tido.
Assinalamos o acento contrastivo no pronome através da notação de maiúsculas.

seleciona a oração subordinada, no caso de esta ser completiva[21]; (iii) o modo indicativo ou conjuntivo no verbo da oração subordinada; (iv) a presença de verbos (semi)auxiliares (entre os quais os modais) na oração subordinada; (v) a existência de outro SN diferente do SN sujeito, que possa funcionar como antecedente e que seja pragmaticamente mais adequado; (vi) no caso das orações subordinadas adverbiais, o facto de uma oração finita desse tipo dispor de um equivalente infinitivo. Consideraremos a seguir estes diferentes fatores na descrição das possibilidades de interpretação anafórica ou não anafórica de pronomes nulos e de pronomes realizados.

❖ Compatibilidade semântica entre pronome e antecedente

Para que haja uma leitura anafórica, é necessário, antes de mais, que o pronome tenha propriedades semânticas compatíveis com as do seu antecedente. Assim, um pronome nulo de terceira pessoa com a função de sujeito de uma oração subordinada nunca será interpretado como anafórico relativamente ao sujeito de uma oração principal, ainda que este tenha as mesmas especificações de pessoa e número, se o pronome for expletivo (não argumental) ou tiver a interpretação indefinida de um sujeito arbitrário:

(66) a. A Ana acha [que $[-]_{expl}$ vai chover].
b. A Ana disse [que $[-]_{expl}$ parecia que o Rui estava doente].
c. A Ana acha [que $[-]_{arb}$ se come muito bem neste restaurante].
d. Os alunos acham [que $[-]_{arb}$ bateram à porta].

❖ Interpretação do pronome em orações subcategorizadas por verbos que selecionam o conjuntivo

As diferenças de interpretação entre pronomes nulos e pronomes realizados desaparecem quando a oração subordinada é completiva e o seu verbo tem obrigatoriamente o modo conjuntivo. Estas orações são selecionadas por verbos volitivos (como *querer* e *esperar*), verbos psicológicos factivos (como *lamentar*), verbos declarativos de ordem (como *dizer*, *ordenar*, *pedir*) e verbos causativos (como *deixar*, *fazer*, *mandar*). Em geral, nestas orações, tanto a forma nula como a forma realizada do pronome têm apenas disponível uma interpretação não anafórica relativamente ao sujeito da oração principal:

(67) a. O Rui quer [que [-] fique em casa]. ([-] ≠ o Rui)
b. O Rui quer [que ele fique em casa]. (ele ≠ o Rui)

(68) a. O Rui espera [que [-] venha à festa]. ([-] ≠ o Rui)
b. O Rui espera [que ele venha à festa]. (ele ≠ o Rui)

(69) a. O Rui lamenta [que [-] não convide todos os amigos]. ([-] ≠ o Rui)[22]
b. O Rui lamenta [que ele não convide todos os amigos]. (ele ≠ o Rui)

(70) a. O Rui pediu [que [-] ficasse em casa]. ([-] ≠ o Rui)
b. O Rui pediu [que ele ficasse em casa]. (ele ≠ o Rui)

[21] Ver Meireles e Raposo (1983) e Raposo (1985) para um estudo sobre a interpretação de sujeitos pronominais de orações completivas selecionadas por diferentes classes verbais.
[22] Alguns falantes aceitam, contudo, leituras correferentes com sujeitos nulos de orações selecionadas por verbos como *lamentar*.

(71) a. O Rui deixou [que [-] adormecesse]. ([-] ≠ o Rui)
b. O Rui deixou [que ele adormecesse]. (ele ≠ o Rui)

No entanto, com verbos como *lamentar*, *esperar* ou *pedir*, que, a par de orações completivas finitas com o conjuntivo, selecionam também orações completivas com o infinitivo flexionado, a possibilidade de interpretar um pronome nulo como anafórico aumenta substancialmente, para alguns falantes, quando a oração subordinada tem um predicado estativo (cf. (74), (75a)), um verbo semiauxiliar modal (como *poder*; cf. (72b) e (75b)), o verbo auxiliar *ter* (cf. (72c), (73c) e (75c)) ou ainda determinados advérbios temporais-aspetuais como *ainda* (cf. (73b)):

(72) a. O Rui lamenta [que [-] não convide esses amigos]. ([-] ≠ o Rui)
b. O Rui lamenta [que [-] não possa convidar esses amigos]. ([-] = o Rui/outro)
c. O Rui lamenta [que [-] não tenha podido convidar esses amigos]. ([-] = o Rui/outro)

(73) a. O Rui lamenta [que [-] faça tantos erros]. ([-] ≠ o Rui)
b. O Rui lamenta [que [-] ainda faça tantos erros]. ([-] = o Rui/outro)
c. O Rui lamenta [que [-] tenha feito tantos erros]. ([-] = o Rui/outro)

(74) O Rui lamenta [que [-] fique sempre em último lugar]. ([-] = o Rui/outro)

(75) a. O Rui espera [que [-] tenha uma boa nota]. ([-] = o Rui/outro)
b. O Rui espera [que [-] possa ter uma boa nota]. ([-] = o Rui/outro)
c. O Rui espera [que [-] tenha tido uma boa nota]. ([-] = o Rui/outro)

Este fenómeno não afeta as orações completivas finitas selecionadas por verbos volitivos como *querer* ou por verbos causativos, em que a correferência com o sujeito da oração principal é impossível. Assim, nas seguintes frases, o sujeito da oração subordinada é interpretado como tendo uma referência distinta da do sujeito da oração principal, quer a oração subordinada tenha um verbo auxiliar ou modal, quer não:

(76) a. O Rui queria [que [-] convidasse todos os amigos]. ([-] ≠ o Rui)
b. O Rui queria [que [-] tivesse convidado todos os amigos]. ([-] ≠ o Rui)
c. O Rui queria [que [-] pudesse convidar todos os amigos]. ([-] ≠ o Rui)
d. O Rui queria [que [-] ficasse em primeiro lugar]. ([-] ≠ o Rui)

(77) a. O Rui deixou [que [-] adormecesse]. ([-] ≠ o Rui)
b. O Rui deixou [que [-] tivesse adormecido]. ([-] ≠ o Rui)
c. O Rui deixou [que [-] ficasse doente]. ([-] ≠ o Rui)

❖ Interpretação do pronome em orações subcategorizadas por verbos que selecionam o indicativo

Os verbos declarativos (como *afirmar*, *declarar, dizer*), os de crença e conhecimento (como *achar*, *pensar*, *saber*), os de inquirição (como *perguntar*) e os de perceção (como *sentir, ver*) selecionam orações completivas finitas cujo verbo tem normalmente o modo indicativo. A interpretação do sujeito pronominal destas orações subordinadas é diferente da do sujeito das orações subordinadas completivas com o modo conjuntivo. Quando o verbo da oração subordinada está no indica-

tivo, há diferenças de interpretação entre sujeitos pronominais nulos e sujeitos pronominais realizados. Nestas circunstâncias, um sujeito pronominal nulo será preferencialmente interpretado como tendo a mesma referência que o sujeito da oração principal e um sujeito pronominal realizado será preferencialmente interpretado como tendo uma referência distinta da do sujeito da oração principal. Considerem-se as seguintes frases:

(78) a. O Rui disse [que [-] não vinha jantar]. ([-] = o Rui)
b. O Rui disse [que ele não vinha jantar]. (ele ≠ o Rui)

(79) a. O Rui acha [que [-] é muito alto]. ([-] = o Rui)
b. O Rui acha [que ele é muito alto]. (ele ≠ o Rui)

(80) a. O Rui pensou [que [-] tinha cometido um crime]. ([-] = o Rui)
b. O Rui pensou [que ele tinha cometido um crime]. (ele ≠ o Rui)

(81) a. O Rui perguntou ao professor [se [-] podia sair da sala]. ([-] = o Rui)
b. O Rui perguntou ao professor [se ele podia sair da sala]. (ele ≠ o Rui)

(82) a. O Rui reparou [que [-] estava a conduzir muito depressa]. ([-] = o Rui)
b. O Rui reparou [que ele estava a conduzir muito depressa]. (ele ≠ o Rui)

Na interpretação preferencial, as frases cuja oração subordinada tem um sujeito nulo apresentam uma leitura em que os sujeitos da oração principal e da oração subordinada têm a mesma referência, ao passo que as frases cuja oração subordinada tem um sujeito pronominal realizado apresentam uma leitura em que os sujeitos de cada uma das orações têm uma referência distinta.

Trata-se, como referimos, de uma leitura preferencial. São possíveis interpretações diversas sob determinadas condições pragmáticas, o que será descrito mais à frente.

Veja-se ainda que existe uma preferência clara pela forma realizada do pronome quando o SN antecedente não é o sujeito da oração principal e está, por exemplo, contido neste, ou no complemento da oração principal, como em (83) e (84), uma vez que o pronome nulo desencadeia preferencialmente a leitura de correferência com o sujeito da oração principal:

(83) a. O amigo do Rui reparou [que [-] estava a conduzir muito depressa]. ([-] ≠ o Rui)
b. O amigo do Rui reparou [que ele estava a conduzir muito depressa]. (ele = o Rui)

(84) a. Avisei o amigo do Rui [de que [-] não devia falar tão alto]. ([-] ≠ o Rui)
b. Avisei o amigo do Rui [de que ele não devia falar tão alto]. (ele = o Rui)

Neste caso, o pronome nulo desencadeia uma leitura de correferência com o sujeito ou com o complemento direto, e não com um SN incluído nesse sujeito ou nesse complemento direto (cf., respetivamente, (83a) e (84a)). Para que possa haver correferência entre o pronome e o SN contido no sujeito ou no complemento direto, terá de ser usada a forma realizada do pronome, como em (83b) e (84b).

Alguns dos verbos que selecionam orações completivas com o verbo no indicativo podem, em determinados contextos, selecionar também orações completivas

com o verbo no conjuntivo. Um dos elementos que favorecem a seleção do modo conjuntivo por verbos declarativos, de crença, de conhecimento e de perceção é a presença de negação frásica na oração principal. Quando a oração completiva tem o modo conjuntivo, a interpretação do sujeito pronominal da oração subordinada não é diferente daquela que se tem quando a oração tem o modo indicativo. Também nestas frases, que o leitor poderá comparar com as frases acima com o indicativo, um pronome nulo favorece a interpretação em que o sujeito da oração subordinada tem uma referência idêntica à do sujeito da oração principal, ao passo que um pronome realizado favorece a interpretação em que os dois sujeitos têm referentes distintos:

(85) a. O Rui não acha [que [-] seja muito alto]. ([-] = o Rui)
b. O Rui não acha [que ele seja muito alto]. (ele ≠ o Rui)

(86) a. O Rui não pensou [que [-] tivesse cometido um crime]. ([-] = o Rui)
b. O Rui não pensou [que ele tivesse cometido um crime]. (ele ≠ o Rui)

(87) a. O Rui não reparou [que [-] estivesse a conduzir depressa]. ([-] = o Rui)
b. O Rui não reparou [que ele estivesse a conduzir depressa]. (ele ≠ o Rui)

Existe, assim, um contraste relativamente à interpretação dos sujeitos de orações subordinadas finitas que têm obrigatoriamente o modo conjuntivo (cf. a discussão dos exemplos (67)-(71)), em que mesmo um pronome nulo tem normalmente uma interpretação não correferente com a do sujeito da oração principal. Comparem-se as seguintes frases:

(88) a. O Rui não pensou [que [-] chegasse atrasado]. ([-] = o Rui/outro)
b. O Rui não quis [que [-] chegasse atrasado]. ([-] ≠ o Rui)

Em (88a), é possível atribuir ao sujeito nulo da oração subordinada uma referência idêntica à do sujeito da oração principal. Em contrapartida, em (88b) só está disponível a interpretação em que o sujeito da oração principal e o sujeito da oração subordinada têm referentes distintos.

❖ Interpretação do pronome em orações adverbiais

As orações adverbiais são orações subordinadas que não são selecionadas pelo predicado da oração principal, funcionando como adjuntos. As orações adverbiais finitas podem ter o modo indicativo ou o modo conjuntivo, o que é determinado pelo conector que as introduz e pelo valor semântico da oração. Têm geralmente o modo indicativo as orações temporais (à exceção das orações com *até que*), as orações causais e algumas orações condicionais. Têm geralmente o modo conjuntivo as orações concessivas e condicionais-concessivas, as orações finais, as orações de circunstância negativa e a maioria das condicionais (cf. Cap. 38).

A interpretação de pronomes nulos e de pronomes realizados com a função de sujeito em orações adverbiais varia consoante o modo do verbo da oração subordinada. Nas orações adverbiais com o verbo no indicativo, um pronome nulo terá preferencialmente uma interpretação correferente com o sujeito da oração principal, ao passo que um pronome realizado terá preferencialmente uma interpretação de referência distinta da do sujeito da oração principal:

(89) a. [Como [-] não tinha dinheiro], o Rui pagou com cartão. ([-] = o Rui)
b. [Como ele não tinha dinheiro], o Rui pagou com cartão. ([-] ≠ o Rui)

(90) a. [Quando [-] chegou ao trabalho], o Rui cumprimentou o diretor. ([-] = o Rui)
b. [Quando ele chegou ao trabalho], o Rui cumprimentou o diretor. ([-] ≠ o Rui)

(91) a. O Rui telefona-me [sempre que [-] vai para fora]. ([-] = o Rui)
b. O Rui telefona-me [sempre que ele vai para fora]. ([-] ≠ o Rui)

(92) a. O Rui convidou o diretor [porque [-] é simpático]. ([-] = o Rui)
b. O Rui convidou o diretor [porque ele é simpático]. ([-] ≠ o Rui)

Nos exemplos (89) e (90), a oração adverbial encontra-se anteposta; nos exemplos (91) e (92), a oração adverbial encontra-se posposta. Nas frases (a), o sujeito nulo da oração adverbial (representado por "[-]") será mais naturalmente interpretado como tendo uma referência idêntica à do sujeito da oração principal, *o Rui*, ao passo que, nas frases (b), o sujeito pronominal realizado da oração adverbial, *ele*, terá preferencialmente uma leitura não correferencial com a do sujeito da oração principal, sobretudo se houver um outro antecedente possível para o pronome, como acontece nas frases (90) e (92), em que o SN *o diretor* pode funcionar como antecedente do pronome realizado.

São possíveis, no entanto, interpretações diferentes quando devidamente enquadradas num contexto pragmático adequado (ver o ponto seguinte).

Nas orações adverbiais finitas que têm obrigatoriamente o verbo no modo conjuntivo, podemos observar duas situações diferentes, consoante esteja ou não disponível um equivalente infinitivo para a oração com o conjuntivo.

Assim, as orações finais finitas introduzidas por *para que*, as orações temporais com *até que* e as orações de circunstância negativa com *sem que* alternam, respetivamente, com orações finais infinitivas introduzidas por *para*, com orações temporais infinitivas introduzidas por *até* e com orações de circunstância negativa infinitivas introduzidas por *sem*, como se exemplifica mais abaixo. No entanto, a interpretação do sujeito nulo da oração finita difere, como veremos, da interpretação do sujeito nulo da oração infinitiva.

Nas orações finais com *para que* e com o verbo no conjuntivo, é preferida a leitura em que o sujeito pronominal, nulo ou realizado, da oração adverbial tem uma referência distinta da do sujeito da oração principal, como se ilustra em (93):

(93) a. O Rui telefonou-lhe [para que [-] contasse o que se tinha passado]. ([-] ≠ o Rui; [-] = lhe)
b. O Rui telefonou-lhe [para que *ele* contasse o que se tinha passado]. (ele ≠ o Rui; ele = lhe)

A situação é diferente quando a oração final com *para* tem o verbo no infinitivo. Neste caso, um pronome nulo que tenha as mesmas especificações de pessoa e número que o sujeito da oração principal terá preferencialmente uma leitura correferencial (cf. (94a)), ao passo que um pronome realizado terá preferencialmente uma leitura em que os dois sujeitos têm referentes distintos (cf. (94b)):

(94) a. O Rui telefonou-lhe [para [-] lhe contar o que se tinha passado]. ([-] = o Rui)
b. O Rui telefonou-lhe [para *ele* lhe contar o que se tinha passado]. (ele ≠ o Rui; ele = lhe)

As orações temporais com *até* ou *até que* têm um comportamento semelhante, como se ilustra a seguir:

(95) a. O João embalou o bebé [até que [-] adormecesse]. ([-] ≠ o João; [-] = o bebé)
b. O João embalou o bebé [até que ele adormecesse]. (ele ≠ o João; ele = o bebé)
c. O João embalou o bebé [até [-] adormecer]. ([-] = o João)
d. O João embalou o bebé [até ele adormecer]. (ele ≠ o João; ele = o bebé)

Nas orações adverbiais introduzidas por *até que*, com o verbo no conjuntivo, temos geralmente uma leitura em que os sujeitos têm referência distinta, quer o sujeito da oração adverbial seja um pronome nulo, quer seja um pronome realizado, como em (95a,b). A oração com o verbo no infinitivo e com sujeito nulo (cf. (95c)), em contrapartida, favorece a identidade referencial entre os sujeitos das duas orações. O uso da forma pronominal realizada na oração infinitiva, por sua vez, favorece a leitura em que os dois sujeitos têm referência distinta (cf. (95d)).

O mesmo acontece com as orações adverbiais de circunstância negativa introduzidas por *sem que* e com o verbo no conjuntivo ou introduzidas apenas por *sem* e com o verbo no infinitivo:

(96) a. ??O Zé ultrapassou o Rui [sem que [-] reparasse]. (??[-] = o Zé; [-] ≠ o Rui)
b. O Zé ultrapassou o Rui [sem que ele reparasse]. (ele ≠ o Zé; ele = o Rui)
c. O Zé ultrapassou o Rui [sem [-] reparar]. ([-] = o Zé; [-] ≠ o Rui)
d. O Zé ultrapassou o Rui [sem ele reparar]. (ele ≠ o Zé; ele = o Rui)

Também neste caso, o conjuntivo está preferencialmente associado à leitura em que o sujeito da oração subordinada tem uma referência distinta da do sujeito da oração principal, quer o sujeito pronominal seja nulo, quer seja realizado (cf. (96a,b)). Por sua vez, na oração com o infinitivo e com sujeito nulo, a leitura preferencial é aquela em que os dois sujeitos são correferentes (cf. (96c)). Finalmente, uma forma pronominal realizada na oração subordinada infinitiva terá preferencialmente uma leitura em que os dois sujeitos têm referentes distintos (cf. (96d)).

Existem, no entanto, orações adverbiais finitas cujo verbo está canonicamente no modo conjuntivo e que não têm um equivalente infinitivo. Encontram-se nesse grupo as orações concessivas finitas introduzidas por *embora*, as condicionais introduzidas por *se* e as condicionais-concessivas introduzidas por *mesmo que*[23]. Nestas orações, a interpretação dos sujeitos pronominais é diferente.

---

[23] Vejam-se os seguintes contrastes:
(i) a. Embora estivesse com fome, o Luis não comeu.
b. *Embora estar com fome, o Luis não comeu.
(ii) a. Se o João fosse bem-educado, deixava-te passar primeiro.
b. *Se o João ser bem-educado, deixava-te passar primeiro.
(iii) a. Mesmo que eu não vá, tu podes ir.
b. *Mesmo (que) eu não ir, tu podes ir.
As orações introduzidas por *embora*, ainda que não tenham um equivalente infinitivo, são equivalentes a orações concessivas infinitivas introduzidas por *apesar de*; cf. *apesar de estar com fome, o Luís não comeu*.

Neste caso, o sujeito pronominal nulo da oração adverbial pode ser interpretado como tendo uma referência idêntica à do sujeito da oração principal, mesmo quando existe um outro antecedente possível na oração, ao passo que um sujeito pronominal realizado na oração adverbial terá mais facilmente uma leitura em que tem um referente diferente do do sujeito da oração principal, como se vê nos seguintes exemplos[24]:

(97) a. [Embora [-] não tivesse muita fome], o Pedro convidou o José para lanchar. ([-] = o Pedro; [-] ≠ o José)
b. [Embora ele não tivesse muita fome], o Pedro convidou o José para lanchar. (ele = o José)

(98) a. [Se [-] não fosse tão antipático], o Pedro convidaria o João. ([-] = o Pedro; [-] ≠ o João)
b. [Se ele não fosse tão antipático], o Pedro convidaria o João. (ele = o João)

(99) a. [Mesmo que [-] estivesse na China], o Rui telefonaria ao pai. ([-] = o Rui; [-] ≠ o pai)
b. [Mesmo que ele estivesse na China], o Rui telefonaria ao pai. (ele = o pai)

No entanto, em muitos casos, a facilidade com que se obtém uma leitura em que os dois sujeitos são correferentes ou uma leitura em que os dois sujeitos têm referentes distintos dependerá de mecanismos de inferência pragmáticos. Comparem-se, a título de exemplo, as seguintes frases:

(100) a. [Embora [-] seja muito exigente], o professor passou este aluno. ([-] = o professor)
b. [Embora [-] não tivesse estudado nada], o professor passou este aluno. ([-] = o aluno)

Em qualquer uma destas frases, o sujeito da oração subordinada adverbial é um pronome nulo, a oração subordinada adverbial é concessiva, com o verbo no conjuntivo, e a oração principal é exatamente idêntica nos dois casos. No entanto, em (100a) teremos mais facilmente uma interpretação em que os dois sujeitos são correferentes, ao passo que em (100b) teremos mais facilmente uma interpretação em que os dois sujeitos têm referentes distintos. Essa diferença só pode ser atribuída ao conhecimento que temos do modo como funciona o mundo e, neste caso particular, ao conhecimento de que são os professores exigentes que nem sempre passam os alunos e de que são os alunos que não estudam que podem não passar.

Finalmente, podemos dizer que, na generalidade das orações adverbiais infinitivas em que o português admite o infinitivo flexionado, um pronome nulo terá uma leitura preferencialmente correferencial relativamente ao sujeito da oração principal, ao passo que um sujeito pronominal realizado terá preferencialmente uma leitura em que tem uma referência distinta da do sujeito da oração principal, como vemos nos exemplos abaixo:

[24] As leituras indicadas são preferenciais. Note-se que, com o pronome realizado, a correferência com o sujeito da oração principal não é impossível, embora seja preferida a interpretação com referentes distintos.

(101) a. Os meninos ficaram em casa [por [-] estarem com febre]. ([-] = os meninos)
b. Os meninos ficaram em casa [por eles estarem com febre]. (eles ≠ os meninos)

(102) a. Os congressistas saíram [depois de [-] acabarem de falar]. ([-] = os congressistas)
b. Os congressistas saíram [depois de eles acabarem de falar]. (eles ≠ os congressistas)

(103) a. Os pais telefonaram-lhes [para [-] ficarem mais descansados]. ([-] = os pais)
b. Os pais telefonaram-lhes [para eles ficarem mais descansados]. (eles ≠ os pais)

São, no entanto, possíveis outras interpretações caso haja outros fatores que as facilitem, tais como os que descrevemos de seguida.

❖ Papel do contexto na identificação da referência de pronomes sujeito

Um dos fatores que podem alterar a interpretação mais natural em que o sujeito pronominal nulo de uma oração subordinada tem uma referência idêntica à do sujeito de uma oração principal (como no caso das orações completivas com o indicativo) é a existência de um referente distinto no discurso anterior que seja pragmaticamente mais adequado. Contrastem-se os exemplos (a) com os exemplos (b) de (104)-(107), que introduzem um contexto linguístico anterior para essas frases (alguns dos exemplos (a) foram já apresentados anteriormente):

(104) a. O Rui acha [que [-] é muito alto]. ([-] = o Rui)
b. O João mede quase dois metros. O Rui acha [que [-] é muito alto]. ([-] = o João)

(105) a. O Rui pensou [que [-] tinha cometido um crime]. ([-] = o Rui)
b. O nosso vizinho estava com atitudes muito suspeitas. O Rui pensou [que [-] tinha cometido um crime]. ([-] = o nosso vizinho)

(106) a. O Rui perguntou-lhe [se [-] podia sair da sala]. ([-] = o Rui)
b. Um senhor na fila da frente pôs-se a falar ao telemóvel. O Rui perguntou-lhe [se [-] podia sair da sala]. ([-] = lhe/um senhor na fila da frente)

(107) a. O Rui reparou [que [-] estava a conduzir muito depressa]. ([-] = o Rui)
b. O motorista não parou no sinal vermelho. O Rui reparou [que [-] estava a conduzir muito depressa]. ([-] = o motorista)

Nos exemplos (a), na ausência de outro contexto, o sujeito pronominal nulo da oração completiva é naturalmente interpretado como tendo a mesma referência que o sujeito da oração principal. Nos exemplos (b), com um contexto linguístico adequado, passa a ser possível uma interpretação em que o sujeito nulo tem uma referência distinta da do sujeito da oração principal.

Também no caso das orações subordinadas adverbiais, o contexto pode facilitar uma leitura em que o pronome nulo não tem como antecedente o sujeito da oração

principal. Assim, nas seguintes frases, o sujeito pronominal nulo terá como antecedente mais plausível não o sujeito da oração principal, mas um SN introduzido numa oração anterior, que é pragmaticamente mais adequado como antecedente, e que tem a mesma referência que os pronomes complemento *o* e *a*, respetivamente:

(108) a. Durante a cerimónia, o Paulo desmaiou. [Como [-] estava com muito má cara], o Rui aconselhou-o a ir ao médico. ([-] = o Paulo; [-] ≠ o Rui)
b. Inadvertidamente, a Ana caiu da escada abaixo. [Como [-] estava com muitas dores], a Rita levou-a a casa. ([-] = a Ana; [-] ≠ a Rita)

Inversamente, o sujeito pronominal realizado de uma oração subordinada, em determinados contextos, pode ter uma referência idêntica à do sujeito da oração principal. Assim, quando existe mais do que uma oração subordinada completiva na mesma frase, o pronome sujeito realizado da oração subordinada mais encaixada (em (109), a oração cuja forma verbal é *cometeu*) será mais naturalmente interpretado como sendo referencialmente idêntico ao sujeito da oração principal. Considerem-se as seguintes frases:

(109) a. O Rui acha [que o Zé pensa [que [-] cometeu um crime]]. ([-] = o Zé)
b. O Rui acha [que o Zé pensa [que ele cometeu um crime]]. (ele = o Rui)

Neste contexto, o sujeito nulo da oração subordinada mais encaixada é mais naturalmente interpretado como tendo uma referência idêntica à do SN *o Zé*, sujeito da oração subordinada intermédia, ao passo que o sujeito pronominal *ele* é naturalmente interpretado como tendo o mesmo referente que o SN *o Rui*, que é o sujeito da oração principal. Conclui-se que um pronome nulo recupera normalmente o antecedente mais próximo, ao passo que um pronome realizado recupera normalmente o antecedente mais distante.

Finalmente, quando o sujeito pronominal realizado de uma oração subordinada recebe um acento contrastivo, a interpretação correferencial com o sujeito da oração principal torna-se possível. Neste caso, o pronome pode encontrar-se em posição pré-verbal ou pós-verbal:

(110) a. O João disse que, hoje, ELE faria o jantar. (ELE = o João)
b. O João disse que, hoje, faria ELE o jantar. (ELE = o João)

Nas frases acima, está disponível a leitura de que será o João a fazer o jantar, e não outro indivíduo. O pronome realizado não será, neste caso, obviativo.

❖ Interpretação do sujeito pronominal de uma oração principal quando o sujeito da oração subordinada adverbial é um SN pleno

Os efeitos de obviação, isto é, em que os sujeitos das duas orações não são correferentes, verificam-se também quando o sujeito de uma oração principal é pronominal e temos uma oração adverbial anteposta com um sujeito que é um SN pleno. Neste caso, quando o sujeito da oração principal é um pronome nulo, temos preferencialmente uma interpretação correferencial para os sujeitos das duas orações, ao passo que, quando o sujeito da oração principal é um pronome realizado, temos preferencialmente uma leitura em que os sujeitos das duas orações têm referentes distintos:

(111) a. [Quando o Rui chegou a casa], [-] beijou a mulher. ([-] = o Rui)
b. [Quando o Rui chegou a casa], ele beijou a mulher. (ele ≠ o Rui)

(112) a. [Quando o Rui encontrou o Pedro], [-] cumprimentou-o. ([-] = o Rui)
b. [Quando o Rui encontrou o Pedro], ele cumprimentou-o. (ele ≠ o Rui; ele = o Pedro)

(113) a. [Como o Rui estava com febre], [-] ficou em casa. ([-] = o Rui)
b. [Como o Rui estava com febre], ele ficou em casa. (ele ≠ o Rui)

(114) a. [Sempre que o Rui telefona ao Pedro], [-] conta-lhe uma anedota. ([-] = o Rui)
b. [Sempre que o Rui telefona ao Pedro], ele conta-lhe uma anedota. (ele ≠ o Rui; ele = o Pedro)

Assim, nos exemplos (a) acima, a leitura preferencial é aquela em que o sujeito nulo da oração principal e *o Rui*, sujeito da oração subordinada, são correferentes, ao passo que, nos exemplos (b), a leitura preferencial é aquela em que os sujeitos das duas orações têm referentes distintos. Este efeito de obviação é mais claro quando a oração adverbial introduz outro argumento que pode funcionar como antecedente do pronome realizado. Nos exemplos (112) e (114), o pronome *ele* terá mais naturalmente como antecedente *o Pedro*, complemento do verbo da oração subordinada, ao passo que o pronome nulo terá mais naturalmente como antecedente *o Rui*, sujeito da oração subordinada[25].

Note-se que as diferenças de interpretação com um sujeito pronominal na oração principal e com um sintagma nominal pleno como sujeito da oração adverbial só se verificam caso a oração adverbial esteja anteposta. Se a oração adverbial estiver posposta, só está disponível uma interpretação em que os sujeitos das duas orações têm referentes distintos, quer o pronome seja nulo, quer seja realizado:

(115) a. [Quando o Rui chegou a casa], [-] beijou a mulher. ([-] = o Rui)
b. [Quando o Rui chegou a casa], ele beijou a mulher. (ele ≠ o Rui)

(116) a. [-] Beijou a mulher [quando o Rui chegou a casa]. ([-] ≠ o Rui)
b. Ele beijou a mulher [quando o Rui chegou a casa]. (ele ≠ o Rui)

Assim, as frases de (115), em que a oração adverbial está anteposta, contrastam com as frases de (116), em que a oração adverbial está posposta. Em (115a), mas não em (116a), o sujeito pronominal nulo da oração principal pode ser correferente com o sujeito pleno da oração subordinada, *o Rui*. Em (115b), embora a leitura preferencial seja aquela em que *ele* e *o Rui* têm referentes distintos, não é impossível obter uma leitura em que o pronome e o SN são correferentes. Pelo contrário, em (116b), a leitura correferencial é impossível.

[25] Com o pronome realizado, existe variação entre os falantes quanto à possibilidade de haver correferência com o sujeito da oração subordinada. Essa leitura é mais marcada (i.e., menos natural) quando existe outro argumento explícito na frase que pode servir de antecedente do pronome, como *o Pedro* em (112b) e (114b). Quando a oração subordinada não tem outro antecedente possível para além do sujeito, a correferência com um pronome realizado é mais aceitável, embora, mesmo assim, seja mais natural com um pronome nulo.

41.3.4 Pronomes reflexos e recíprocos

Ao contrário dos pronomes pessoais não reflexos como *ele* ou *o*, que podem ser dêiticos, ou seja, remeter diretamente para um referente no contexto situacional, os **pronomes pessoais reflexos** e os **pronomes pessoais recíprocos** são formas intrinsecamente anafóricas, ou seja, formas cuja referência é sempre definida relativamente a outra expressão nominal antecedente que, para além disso, tem de pertencer à mesma oração ou sintagma nominal que contém esses pronomes. Assim, enquanto um pronome pessoal (não reflexo e não recíproco) pode não ter um antecedente na oração em que ocorre, isso é impossível no caso dos pronomes pessoais reflexos e recíprocos, como mostra o seguinte contraste:

(117) a. Eu vi-o.
b. *Eu vi-se.

Nestas frases, o sujeito de primeira pessoa *eu* não se qualifica como antecedente possível para uma forma pronominal de terceira pessoa. O pronome pessoal *o* (de terceira pessoa) pode ocorrer sem antecedente, remetendo para uma entidade não referida na oração, ao passo que o pronome reflexo *se* (também de terceira pessoa), que é obrigatoriamente anafórico, não pode.

As construções reflexas e recíprocas são semelhantes em muitos aspetos, como se verifica comparando os exemplos de (118):

(118) a. A criança lavou-se (a si própria). [construção reflexa]
b. As crianças lavaram-se (a si próprias). [construção reflexa]
c. As crianças lavaram-se (umas às outras). [construção recíproca]
d. A Ana e a Rita lavaram-se (a si próprias). [construção reflexa]
e. A Ana e a Rita lavaram-se (uma à outra). [construção recíproca]

Em ambas as construções, existem duas funções sintático-semânticas da mesma oração realizadas por expressões nominais que remetem para a mesma entidade ou para os membros do mesmo conjunto de entidades.

Semanticamente, no entanto, as construções reflexas e recíprocas funcionam de modo diferente. Numa construção reflexa, o referente designado pelo antecedente e pela expressão reflexa participa numa situação na qual tem simultaneamente dois papéis diferentes – i.e., realiza uma ação que incide sobre ele próprio, na qual é simultaneamente, p.e., agente e paciente, ou agente e destinatário. Consequentemente, as duas expressões que o designam, sendo correferentes, têm valores semânticos – i.e., papéis temáticos (cf. Cap. 11) – distintos. Em (118a), p.e., essas duas expressões correferentes são o sintagma nominal *a criança* e a expressão pronominal reflexa *se* (*a si própria*). Cada uma delas desempenha uma função gramatical distinta e tem um papel temático diferente, selecionados pelo verbo *lavar*: respetivamente sujeito/agente e complemento direto/paciente; ou seja, é a mesma criança que simultaneamente lava e é lavada (por ela própria). De modo semelhante, da interpretação da oração reflexa com um SN plural (118b), ou da oração reflexa com um SN coordenado (118d), infere-se, respetivamente, que cada uma das crianças se lavou a si própria e que a Ana lavou a Ana e a Rita lavou a Rita.

Emprega-se, portanto, um pronome reflexo quando dois argumentos de uma oração são correferentes, i.e., referem estritamente a mesma entidade (nos exemplos

dados aqui, um ou vários indivíduos), a qual desempenha dois papéis diferentes num evento único – ou seja, essa entidade pratica uma ação que incide ou termina nela própria. A oração pode representar vários subeventos (como no caso em que o antecedente é plural), mas em cada um deles é a mesma entidade que acumula os dois papéis.

Nos casos mais frequentes, como os de (118a,b,d), esses papéis temáticos são os de agente, realizado pelo SN sujeito antecedente, e paciente, realizado pelo pronome reflexo com a função de complemento direto. Noutros casos, a correferência estabelece-se entre um pronome reflexo com a função de complemento indireto e um SN antecedente com a função de sujeito, sendo a entidade referida por ambos associada simultaneamente às funções de agente e de destinatário, como na frase *o Carlos perguntou-se se a situação iria melhorar*[26].

Numa construção recíproca[27], em contrapartida, estabelecem-se relações complexas entre os membros de um conjunto representado pelo antecedente. As entidades que entram na relação descrita pelo predicador (p.e., quem lava e quem é lavado, nos exemplos de (118)) pertencem todas ao conjunto representado pelo antecedente, mas nenhuma delas está associada *simultaneamente* a dois papéis distintos num só subevento da situação geral descrita pela construção. Em vez disso, uma construção recíproca descreve subeventos paralelos em que cada um dos membros do conjunto desempenha um único papel em cada subevento, relativamente a outro membro do conjunto. Assim, p.e., um indivíduo que seja membro desse conjunto pode ser agente num subevento e paciente noutro, mas nunca acumula esses dois papéis simultaneamente no mesmo subevento, contrariamente àquilo que sucede numa construção reflexa. Consequentemente, não há correferência estrita entre o antecedente e a expressão pronominal recíproca.

No caso de um conjunto de dois elementos, como em (118e), teremos, assim, dois subeventos: (i) a Ana lava a Rita e (ii) a Rita lava a Ana. Crucialmente, nem a Ana nem a Rita se lavam a si próprias (como acontece na construção reflexa). Se considerarmos a Ana, por exemplo, verificamos que ela participa num subevento enquanto agente, em que lava a Rita, e noutro subevento enquanto paciente, em que a Rita a lava (o mesmo se passando necessariamente com a Rita, neste caso, visto que o conjunto é de dois elementos; voltamos a este ponto abaixo). Se o conjunto tiver três elementos, as combinações possíveis de uma construção recíproca aumentam para seis, e assim sucessivamente.

É importante insistir de novo que a interpretação das construções recíprocas exclui as relações em que um determinado membro exerce simultaneamente os dois papéis, no mesmo subevento. Assim, as interpretações de (118c,e), estabelecidas, respetivamente, a partir do conjunto constituído pelas crianças e a partir do conjunto constituído pela Ana e pela Rita, excluem, respetivamente, as relações

[26] Existem flutuações entre os falantes sobre a aceitabilidade de pronomes clíticos reflexos com a função de complemento indireto: com o verbo *perguntar*, o clítico parece ser generalizadamente aceite; com verbos como *agradar* (*a alguém*) ou *sorrir* (*a alguém*), contudo, o clítico reflexo é menos aceite (cf. ??*a Maria agrada-se* ou ??*a Maria sorriu-se ao espelho*). Com verbos de transação como *oferecer* e *dar*, alguns falantes preferem a forma forte à forma clítica (cf. *o Carlos ofereceu um carro novo a si próprio* vs. ?*o Carlos ofereceu-se um carro novo*).

[27] Não é fácil encontrar uma definição de reciprocidade que contemple todos os casos possíveis nas línguas naturais, incluindo em português. Branco (1991) representa uma tentativa de encontrar uma definição de reciprocidade válida para todos os casos.

em que cada uma das crianças se lava a si própria e as relações em que a Ana lava a Ana e a Rita lava a Rita (as únicas possíveis na construção reflexa). Isto implica que o antecedente de uma construção recíproca (que refere o conjunto total de membros envolvidos nos vários subeventos) tem de ser um sintagma nominal plural: cf. a impossibilidade de **a criança lavou-se uma à outra* (compare-se com (118a)).

Outra característica importante da interpretação de uma construção recíproca é a seguinte: tipicamente, todos os indivíduos do conjunto designado pelo antecedente participam pelo menos num subevento, desempenhando um (e um só) dos papéis (de agente ou de paciente, p.e.) relativamente a outro indivíduo desse conjunto. No entanto, não é necessário (embora seja possível) que *todos eles* desempenhem *ambos* os papéis em subeventos distintos. Na realidade, a interpretação das construções recíprocas apenas exige que *um* indivíduo do conjunto denotado pelo antecedente desempenhe ambos os papéis, em subeventos distintos, relativamente a outro indivíduo desse conjunto, não necessariamente o mesmo. Assim, suponhamos que o conjunto denotado por *as crianças* em (118c) inclui a Ana, a Rita e o Zé. Nesse caso, a frase poderá ser considerada verdadeira se, p.e., (i) a Ana lavou a Rita e (ii) a Rita lavou o Zé. Nesta interpretação, todos os indivíduos participam num subevento, quer como agente quer como paciente; mas apenas um indivíduo, a Rita, participa em dois subeventos, num como agente e no outro como paciente. Repare-se também que o indivíduo que participa com a Rita em cada um desses subeventos não é o mesmo. Outro conjunto de relações que tornaria (118c) verdadeiro (entre muitos outros) é o seguinte: (i) a Ana lavou a Rita; (ii) a Rita lavou a Ana; (iii) o Zé lavou a Rita.

Em síntese, quando o antecedente de um pronome recíproco envolve mais do que duas entidades, não é necessário que cada uma delas esteja relacionada com todas as outras, nem que todas desempenhem dois papéis distintos em subeventos diferentes. Os seguintes exemplos são particularmente ilustrativos[28]:

(119) a. Durante o incêndio, dez bombeiros formaram uma fila para passarem os baldes uns aos outros.
b. Se derrubares esta peça de dominó neste sentido, as restantes vão derrubar-se umas às outras.
c. Os avós, os seus filhos e os seus netos sucedem-se uns aos outros nas árvores genealógicas.
d. Estes jovens estão casados uns com os outros.

Na frase (119a), haverá pelo menos dois bombeiros, o primeiro e o último da fila, que só desempenham um papel: o primeiro bombeiro, de origem do movimento dos baldes, com uma componente agentiva; o último bombeiro, de destinatário (recetor) desse movimento. Em contrapartida, cada um dos outros bombeiros desempenha os dois papéis, em subeventos distintos, relativamente a um bombeiro diferente.

[28] Os exemplos (119) são tirados de Branco (1991). Note-se que quando o antecedente designa apenas duas entidades, como em (118e), o facto de uma delas ter de acumular os dois papéis, em subeventos distintos, obriga a que a outra entidade também participe nos dois subeventos, com papéis distintos, visto que a interpretação estritamente reflexa não é permitida nas construções recíprocas. Por exemplo, (118e) não pode ser interpretado como descrevendo os subeventos (i) a Ana lavou a Rita e (ii) a Rita lavou a Rita (i.e., a si própria); neste caso, a Ana também tem de participar necessariamente no segundo subevento, como paciente, para evitar a reflexividade.

Na frase (119b), tem-se uma interpretação semelhante, com as peças de dominó. Na frase (119c), sabemos também que a relação de sucessão é unidirecional, não afetando da mesma forma todos os elementos do grupo. Quanto à frase (119d), é verdadeira numa sociedade monogâmica, representando casamentos entre vários pares do conjunto, que não se interseccionam, e não casamentos que envolvem mais do que duas pessoas.

Apesar destas diferenças de interpretação, os pronomes reflexos e recíprocos ocorrem em grande parte no mesmo tipo de contextos sintáticos, embora haja especificidades próprias de cada uma das classes.

41.3.4.1 Formas reflexas e recíprocas do português

As construções reflexas e recíprocas partilham o mesmo conjunto de pronomes clíticos (*me*, *te*, *se*, *nos*, *vos*), mas divergem quanto às expressões pronominais fortes: *si* (*próprio*/*mesmo*), nas construções reflexas; *um … o outro*, nas construções recíprocas.

Assim, podem funcionar como pronomes reflexos os clíticos *me*, *te*, *se*, *nos* e *vos*, as formas fortes *mim*, *ti*, *si*, *nós* e *vós* e as formas *comigo*, *contigo*, *consigo*, *connosco*, *convosco*, com ou sem as expressões *próprio*(*s*)/*própria*(*s*) ou *mesmo*(*s*)/*mesma*(*s*)[29]:

(120) a. A Ana viu-*se* ao espelho.
b. O Pedro barbeou-*se*.
c. Não *te* penteaste bem.
d. Já *me* vesti.
e. O Carlos ofereceu-*se* um carro novo.
f. O Pedro só gosta de *si* (*próprio*).
g. A Ana não tem confiança em *si* (*própria*).
h. Estava satisfeito *consigo* (*próprio*).

Os pronomes clíticos ocorrem quando a anáfora é o complemento direto ou indireto (mas cf. Nota 26), ao passo que as formas fortes ocorrem nos restantes contextos, i.e., quando a anáfora corresponde a um sintagma preposicional, como em (120f-h).

As formas fortes podem também coocorrer com as formas clíticas como reforço (cf. (121a)), ou como forma de desambiguar o sentido reflexo ou recíproco do clítico (cf. (121b,c)):

(121) a. O Rui barbeou-se a si próprio.
b. As vacas lamberam-se a elas próprias.
c. As vacas lamberam-se umas às outras.

Há que tomar atenção, contudo, ao facto de nem todas as formas pronominais *se* do português serem reflexas. O pronome *se* não corresponde a um reflexo em frases como as seguintes:

[29] Relativamente a (120e), ver a Nota 26. O português não distingue entre formas reflexas (obrigatoriamente anafóricas) e formas não reflexas (não necessariamente anafóricas) dos pronomes complemento de primeira e segunda pessoa. Assim, os pronomes *me*, *te*, *nos*, *vos* são ambíguos entre reflexos (como em *eu barbeio-me todos os dias*) e não reflexos (como em *o Pedro viu-me*). Isto contrasta com o que acontece em línguas como o inglês, em que temos formas diferentes para os usos reflexos e para os usos não reflexos de pronomes de primeira e segunda pessoas: *me* (não reflexo) vs. *myself* (reflexo); *you* (não reflexo) vs. *yourself* (reflexo). Ver Pica (1984) sobre diferenças deste tipo entre as línguas.

(122) a. O Pedro suicidou-se (*a si próprio).
b. Vendem-se casas (*a si próprias).
c. A porta fechou-se com o vento (*a si própria).

Em nenhum destes casos é possível reforçar o pronome *se* com a expressão reflexa forte *a si próprio*, que funciona, pois, como um critério seguro para identificar os casos em que a forma *se* é um verdadeiro pronome reflexo (sobre estas questões, cf. também os Caps. 11 e 13).

No caso das construções recíprocas, dado que estas envolvem necessariamente uma entidade plural, só poderemos encontrar formas pronominais plurais – *nos*, *vos* e *se*. Como se mencionou acima (cf. 41.3.4), não é possível uma interpretação recíproca do pronome *se* em frases em que o antecedente é um sintagma nominal singular: cf. a impossibilidade de **o rapaz lavou-se um ao outro*, em que a interpretação recíproca é forçada pela inclusão da expressão *um ao outro*. Neste caso, só é possível a interpretação reflexa (sem a expressão *um ao outro*), em que a ação incide sobre a entidade que a pratica, ou seja, em que o sujeito e o complemento correspondem à mesma entidade. Pelo contrário, nas frases (123) e (124), com sujeitos plurais, é possível uma interpretação recíproca para o pronome *se*:

(123) a. Os rapazes insultaram-*se*.
b. Os rapazes insultaram-*se* um ao outro.

(124) a. O João e o Pedro insultaram-*se*.
b. O João e o Pedro insultaram-*se* um ao outro.

Tal como acontece nas construções reflexas, as formas clíticas do pronome recíproco ocorrem quando a anáfora corresponde ao complemento direto ou indireto:

(125) a. Nós detestamo-*nos*. (nos = complemento direto)
b. Eles telefonam-*se* todos os dias. (se = complemento indireto)

Nos restantes casos, as formas recíprocas consistem num sintagma preposicional complexo com a forma *um* + preposição + *o outro*, incluindo as variantes femininas e plurais dos dois pronomes (sublinha-se o antecedente e coloca-se a expressão recíproca em itálico):

(126) a. Eles gostam *um do outro*.
b. Elas não vivem *uma sem a outra*.
c. Eles arrumaram os livros *uns ao lado dos outros*.
d. Eles falaram *uns com os outros*.
e. Americanos e Iraquianos têm medo *uns dos outros*.

O pronome *se* recíproco e a expressão recíproca complexa *um … o outro* não ocorrem nos mesmos contextos. Em particular, a forma complexa não pode ocorrer sem preposição, simplesmente como um SN, o que implica, por sua vez, que só ocorre quando corresponde a um constituinte preposicionado:

(127) a. Eles agrediram os rapazes.
b. *Eles agrediram *um o outro*.

(128) a. Eles telefonaram aos rapazes.
b. Eles telefonaram *um ao outro*.

(129) a. Eles não vivem sem os rapazes.
b. Eles não vivem *um sem o outro*.

Em vez de (127b), temos *eles agrediram-se*, com o pronome clítico *se* (que admite neste contexto, como já se viu, quer uma leitura reflexa quer uma leitura recíproca). Como se mostrou acima, este pronome pode, contudo, ser redobrado por uma expressão preposicional com a preposição *a*, como em *eles agrediram-se um ao outro*, um processo paralelo ao redobro de um pronome clítico não reflexo e não recíproco por um pronome pessoal forte introduzido pela mesma preposição (cf. *eu vi-os a eles*). Tal como neste caso não pode ocorrer unicamente a forma forte (cf. **eu vi a eles*), também não é possível **eles agrediram um ao outro*, sem o pronome clítico. A forma *se*, por sua vez, não pode ocorrer depois de preposição (cf. a impossibilidade de **eles falaram com se*).

Assim, as expressões anafóricas *si* (*próprio*/*mesmo*) e *um ... o outro* têm a particularidade de só ocorrerem em contextos preposicionais, com a preposição em posição inicial no caso da expressão reflexa (preposição + *si próprio*/*mesmo*) e com a preposição numa posição interna no caso da expressão recíproca (*um* + preposição + *o outro*), como em *proteger a criança* ***de*** *si própria*/*mesma*, *proteger as crianças umas* ***d****as outras*.

Quando a função desempenhada pela anáfora corresponde a um SN não preposicionado (como o complemento direto), o pronome clítico ocorre obrigatoriamente em vez da expressão (cf. *eles lavaram-se* vs. **eles lavaram si próprios* ou **eles lavaram uns os outros*). Como se mencionou, a expressão anafórica pode, no entanto, ser usada como reforço do pronome, sendo obrigatoriamente introduzida pela preposição *a* (*eles lavaram-se a si próprios*, *eles lavaram-se uns aos outros*).

As condições de interpretação das formas clíticas e das formas não clíticas não são totalmente idênticas. Em 41.3.5, serão descritas algumas especificidades das formas não clíticas.

41.3.4.2 As expressões anaforizantes *mesmo* e *próprio*

As expressões *mesmo* e *próprio* têm diversas funções gramaticais. Podem funcionar como intensificadores, reforçando o caráter inesperado de um determinado constituinte, ou indicando que este representa uma opção entre outras possíveis, como nas frases seguintes:

(130) a. Foi a *própria* mãe que a expulsou de casa.
b. Ele *próprio* teve dificuldade em acreditar nisso.
c. *Mesmo* a Ana estava com gripe.

Mesmo e *próprio* (assim como as formas correspondentes do feminino e do plural) podem também funcionar como expressões anaforizantes, isto é, podem facilitar uma leitura dependente de uma forma pronominal (cf. Brito 1991c). Nesse caso, juntam-se ao reflexo *si* reforçando a sua leitura anafórica, ou ao pronome *ele*, tornando-o mais facilmente anafórico, como nas seguintes frases:

(131) a. A Ana não confia {*nela* ***própria***/*em si* ***própria***}.
b. Os presos agrediram-se {a eles **próprios**/a si **próprios**}.
c. A Ana só sabe falar {dela **própria**/de si **própria**}.
d. Eles perderam a confiança {*neles* ***mesmos***/*em si* ***mesmos***}.

Este é um contexto em que, ao contrário do habitual, o pronome pessoal *ele* e o pronome reflexo *si* podem alternar mais ou menos livremente, tendo ambos uma interpretação anafórica. Assim, no seguinte exemplo, é usado o pronome *ele* seguido da expressão anaforizante *próprio* com um antecedente (o pronome nulo) na mesma oração (cf. também (131)):

(132) Há muito [que [-] não se sente bem com *ele próprio*] (CRPC, *Público*)

Repare-se que poderíamos ter exatamente no mesmo contexto e com a mesma interpretação a forma reflexa *si próprio* (cf. *há muito* [*que* [-] *não se sente bem consigo próprio*]).

41.3.4.3 Funções sintáticas dos pronomes reflexos e recíprocos

Um pronome reflexo ou recíproco nunca desempenha a função de sujeito gramatical[30]. As formas clíticas podem desempenhar a função de complemento direto, como em (133a) e (134a), ou indireto, como em (133b) e (134b), sendo também possível, neste último caso, apenas a forma complexa do recíproco (cf. 134c)):

(133) a. Teresa culpava-*se* pelo acidente.
b. Teresa perguntava-*se* se tudo aquilo faria sentido.

(134) a. O João e a Teresa culpavam-*se* (um ao outro) pelo acidente.
b. O João e a Teresa perguntavam-*se* (um ao outro) se tudo aquilo faria sentido.
c. O João e a Teresa perguntavam *um ao outro* se tudo aquilo faria sentido.

Para as restantes funções gramaticais regidas por uma preposição, isto é, complementos oblíquos ou adjuntos, o pronome reflexo tem necessariamente uma forma forte (cf. (135)) e o recíproco tem obrigatoriamente a forma complexa *um ... o outro* (cf. (136)):

(135) a. O João já não confia [em *si* (*próprio*)].
b. Os pintores trouxeram as tintas [*consigo*].
c. O piloto viu um caça inimigo [atrás de *si*].

(136) a. Os deputados já não confiam [*uns nos outros*].
b. Estes jovens não vivem [*uns sem os outros*].
c. Os soldados marcharam [*uns atrás dos outros*].

[30] Um pronome reflexo pode funcionar como sujeito semântico de uma oração subordinada infinitiva em construções de elevação do sujeito para objeto, mas desempenha a função gramatical de complemento direto da oração subordinante, assumindo, portanto, a forma morfológica clítica de um pronome com essa função (cf. Cap. 37.5.2):
(i) a. O Pedro deixou-*se* escorregar.
b. O Pedro deixou-*o* escorregar.

Para além do sujeito (como antecedente) e complemento direto (como pronome reflexo), as construções reflexas ou recíprocas podem envolver outros pares de argumentos e/ou adjuntos adverbiais, com papéis temáticos variados: cf. *ele pensa sempre em si* (sujeito e complemento preposicionado), *elas só saem umas com as outras* (sujeito e adjunto adverbial) e *temos de proteger as crianças umas das outras* (complemento direto e complemento preposicionado), entre muitos outros exemplos que se poderiam dar.

41.3.4.4 Antecedentes possíveis dos pronomes reflexos e recíprocos

Tipicamente, os pronomes reflexos dependem referencialmente do sujeito da sua oração, como se ilustra nas seguintes frases:

(137) a. O João lavou-*se*. (se = o João)
b. O irmão do Pedro lavou-*se*. (se = o irmão do Pedro; se ≠ o Pedro)
c. O Pedro disse que o João *se* lavou. (se = o João; se ≠ o Pedro)
d. O Pedro viu o João lavar-*se*. (se = o João; se ≠ o Pedro)

Em (137a), o antecedente do pronome reflexo só pode ser *o João*, sujeito da oração, e não um indivíduo não mencionado na frase. Em (137b), o antecedente do pronome reflexo só pode ser *o irmão do Pedro*, sujeito da oração, não *o Pedro*, que, sendo complemento de *irmão*, ocupa uma posição mais encaixada dentro do sintagma nominal sujeito. Em (137c), o antecedente do pronome reflexo só pode ser *o João*, sujeito da oração subordinada em que se encontra o pronome, e não *o Pedro*, que é o sujeito da oração principal. Em (137d), o pronome reflexo tem como antecedente *o João*, que, embora possa ser caracterizado formalmente como complemento direto (cf. *o Pedro viu-o lavar-se*, em que esse SN é substituído pelo pronome acusativo *o*), corresponde ao sujeito da oração infinitiva *o João lavar-se* (cf. Cap. 37.5.2). Repare-se que o argumento semântico interno de *ver*, nesta frase, não corresponde apenas ao sintagma nominal *o João*, mas antes a uma situação – o João lavar-se –, que poderia ser realizada sob a forma de uma oração finita – *o Pedro viu que o João se estava a lavar* (sobre a noção de argumento interno, cf. Caps. 11 e 28).

Há, no entanto, casos em que o antecedente do pronome reflexo não é o sujeito gramatical. Nestas condições, o pronome é sempre um constituinte preposicionado e só pode ocorrer como forma forte – *si*:

(138) a. O João protegeu a Ana de *si própria*.
b. [A avaliação do João de *si próprio*] é demasiado otimista.

Em (138a), o antecedente do pronome reflexo é o complemento direto *a Ana*; em (138b), o antecedente é um constituinte do mesmo sintagma nominal que contém o pronome.

Tal como acontece com os pronomes reflexos, os pronomes recíprocos não podem ter a função de sujeito, como se pode ver pela impossibilidade de ***uns os outros viram-se*.

Quer os pronomes reflexos quer os pronomes recíprocos têm de ter um antecedente na mesma oração simples (cf. (137) e (138a), com pronomes reflexos) ou no mesmo sintagma nominal (cf. (138b), igualmente com um pronome reflexo; ver também 41.3.5.2). Na literatura especializada, essa propriedade é captada dizendo

que o antecedente tem de estar num contexto ou domínio "local" relativamente ao pronome (ou que ambos têm de estar contidos no mesmo contexto ou domínio local). Exemplificando com pronomes recíprocos, (139a) é agramatical porque o pronome se encontra na oração subordinada, ao passo que o seu antecedente é um argumento da oração principal; em (139b), pelo contrário, tanto o antecedente como o pronome estão na mesma oração, a subordinada (i.e., no mesmo contexto local):

(139) a. *Os meninos acham [que a mãe *se* viu *uns aos outros*].
b. A mãe acha [que os meninos *se* viram *uns aos outros*].

Para além disso, diferentemente do que acontece com os pronomes pessoais não reflexos e não recíprocos, o antecedente de um pronome recíproco, tal como o de um reflexo (cf. (137b)), não pode corresponder a um elemento demasiado encaixado na estrutura da frase, logo, menos proeminente que o pronome. Assim, um pronome recíproco com função de complemento direto ou indireto não pode ter como antecedente um sintagma nominal que esteja contido no sujeito ou noutro complemento:

(140) a. *[As mães dos meninos] viram-*se uns aos outros*.
b. *Eu apresentei [o amigo dos rapazes] *uns aos outros*.

Só a totalidade do sujeito *as mães dos meninos* ou do complemento *o amigo dos rapazes* poderia funcionar como antecedente do recíproco, mas, neste caso, isso não é possível porque esses sintagmas nominais e o termo anafórico não têm traços morfológicos compatíveis (cf. 41.3.1 e Cap. 11). Concluímos então que o antecedente de um pronome recíproco ou reflexo não só deverá pertencer à mesma oração (ou ao mesmo SN), como também deverá ser mais proeminente do que o pronome.

Na maioria dos exemplos apresentados até aqui, o antecedente de um pronome recíproco é o sujeito. Pode, no entanto, ser um complemento, como nos exemplos abaixo:

(141) a. Eles puseram os livros *uns ao lado dos outros*.
b. Eu apresentei os meus amigos *uns aos outros*.
c. A professora sentou as crianças *umas atrás das outras*.

A expressão pronominal recíproca *um ... o outro* pode encontrar-se ainda dentro de um sintagma nominal complexo, estando o seu antecedente incluído também nesse mesmo sintagma, como nos exemplos seguintes:

(142) a. [A apresentação dos artistas *uns aos outros*] correu muito bem.
b. Não me agradou [o casamento dos meus primos *uns com os outros*].

Nem sempre há complementaridade entre pronomes recíprocos e pronomes não recíprocos. Nalguns casos, é possível encontrar a expressão recíproca *um ... o outro* em sintagmas nominais complexos, no mesmo contexto em que pode ocorrer uma forma pronominal não recíproca, com o antecedente fora do sintagma nominal[31]:

(143) a. O Manel e a Maria viram [(as) fotografias *um do outro*].
b. O Manel e a Maria viram [as fotografias d*eles*].

[31] Ver Raposo (1985), de onde se tira o paradigma (143).

41.3.5 A forma *si*

Depois de uma preposição, apenas é possível a forma forte, não clítica, *si*, seguida ou não das expressões anaforizantes *próprio* ou *mesmo*[32].

A forma *si* distingue-se do pronome reflexo clítico *se* por ter uma distribuição mais livre (i.e., ser menos restringida relativamente aos contextos em que pode ocorrer), e por poder ter antecedentes que não estão necessariamente contidos na mesma oração simples que o pronome. A forma *si* distingue-se ainda do clítico *se* por não ter sempre uma interpretação necessariamente diferente da dos pronomes não reflexos: de facto, existem alguns contextos em que tanto a forma *si* como os pronomes não reflexos são possíveis com interpretações semelhantes. Estas questões são abordadas nas subsecções seguintes.

41.3.5.1 Uso dêitico vs. uso anafórico de *si*

Para além de ter um funcionamento reflexo, como em *o Rui não confia em si* (*próprio*), a forma pronominal *si* tem a particularidade de poder funcionar também como um pronome dêitico remetendo para uma segunda pessoa de cerimónia (*você*), como em *o João gosta muito de si, Sr. Pedro* ou *apresente-se, fale de si.* (CRPC, *Jornal de Notícias*).

A forma *si* pode ocorrer também em expressões preposicionais como *fora de si*, *em si*, em que o seu valor não é reflexo, o que pode ser verificado pela impossibilidade de acrescentar a expressão de reforço *próprio* (ou variantes morfológicas) nestes contextos:

(144) a. Margarida, um pouco fora de si, tinha quebrado a morgue dos camarotes de sombra (CRPC, V. Nemésio, *Mau Tempo*)
b. A relação em si não é verdadeira. (CRPC, C-ORAL-ROM, pfamdl22)
c. O grupo não é um fim em si, mas um meio para chegar a outros fins. (CRPC, *Diário de Notícias*)
d. Isso quer dizer que a alternância democrática é um valor em si. (CRPC, *Grande Reportagem*)
e. a música do Brasil […] serve para animar a conversa que é já de si pouco animadora (CRPC, C-ORAL-ROM, pmedin02)
f. As traves de cedro deram de si. (CRPC, V. Nemésio, *Mau Tempo*)

41.3.5.2 *Si* em sintagmas nominais complexos

O pronome reflexo *si* (*próprio*) pode estar integrado num sintagma nominal complexo que inclui também o seu antecedente, como se ilustra nos seguintes exemplos, em que o antecedente está sublinhado (cf. também (138b)):

---

[32] A forma *si* está quase sempre restringida à interpretação reflexa, em detrimento da recíproca. Enquanto (ia) é uma frase ambígua entre uma leitura reflexa e uma leitura recíproca, a frase (ib) apenas permite uma leitura reflexa:

(i) a. Eles olharam-*se*.
b. Eles olharam para *si*.

Assim, (ib) apenas pode ser parafraseado por *eles olharam para si próprios*, não por *eles olharam uns para os outros*. Note-se que (ib), a par da leitura reflexa, pode ter também uma leitura dêitica – *eles olharam para você*. No entanto, a expressão *entre si* pode, em determinados contextos, equivaler a uma expressão recíproca. Compare-se *eles trocaram opiniões entre si* com *eles trocaram opiniões uns com os outros*: ambas as frases aceitam uma interpretação recíproca.

(145) a. [O retrato do Pedro de *si próprio*] está muito engraçado.
b. [As fotografias de *si próprio* do Pedro] ficaram ótimas[33].
c. [A confiança exagerada do Pedro em *si próprio*] chega a ser irritante.

O antecedente do pronome reflexo também pode ser um pronome possessivo dentro do mesmo SN, como em (146a); o pronome possessivo pode ser implícito, como em (146b) (assinala-se através do símbolo "[-]" a posição que o pronome ocuparia, caso fosse explícito):

(146) a. [A sua confiança exagerada em *si próprio*] chega a ser irritante.
b. [A [-] falta de confiança em *si próprio*] é o maior problema do Pedro.

Tal como não é possível que um pronome reflexo desempenhe a função de sujeito gramatical na oração (cf. a impossibilidade de (147b) face a (147a)), também não pode funcionar como o argumento do nome com função correspondente à do sujeito, introduzido pela preposição *de* (compare-se (148b) com (148a); cf. Cap. 27):

(147) a. O Pedro fez uma pergunta *a si próprio*.
b. **Si próprio* fez uma pergunta ao Pedro.

(148) a. [A pergunta do Pedro *a si próprio*] ficou sem resposta.
b. *[A pergunta *de si próprio* ao Pedro] ficou sem resposta.

41.3.5.3 Contextos em que *si* tem interpretação de variável ligada

Quando o sujeito corresponde a uma expressão quantificada (contendo *cada* ou *ninguém*, por exemplo), a forma *si* na leitura dependente não tem uma interpretação anafórica de correferência, num sentido estrito, mas sim uma interpretação de variável ligada (cf. 41.3.3.3.1):

(149) a. Cada um sabe *de si*.
b. Cada menino falou *de si*.
c. Ninguém pensou só *em si*.
d. Quem não gosta *de si*?

Assim, estas frases têm as seguintes paráfrases: (149a) – 'para cada pessoa *x*, *x* sabe de *x*'; (149b) – 'para cada menino *x*, *x* falou de *x*'; (149c) – 'para cada pessoa *x*, não é verdade que *x* pensou só em *x*'; e (149d) – 'qual é a pessoa *x*, tal que *x* não gosta de *x*?'.

41.3.5.4 *Si* com antecedente não local

A forma reflexa *si*, ao contrário do que acontece com o clítico *se*, não tem necessariamente um antecedente local, ou seja, pode ter um antecedente que se encontra fora da mesma oração simples. Um pronome reflexo com estas características chama-se **anáfora de longa distância** (cf. Menuzzi 1999), por oposição a uma **anáfora local**, que tem o seu antecedente obrigatoriamente na mesma oração (cf. 41.3.4.4).

Um destes contextos encontra-se ilustrado na frase (150a), em que o pronome *si* tem uma interpretação de variável ligada pelo pronome indefinido *ninguém*, que

[33] Exemplo adaptado de Raposo (1992:248).

é o sujeito da oração subordinante. Neste caso, o pronome *ele* não pode alternar com o pronome *si* mantendo a leitura de variável ligada:

(150) a. Ninguém admitiria que a Maria desconfiasse de si[34]. (si = ninguém)
b. Ninguém admitiria que a Maria desconfiasse dele. (ele ≠ ninguém)

Outros casos de dependência não local de *si* são ilustrados pelos exemplos (151) e (152). Em (151), o pronome *si* remete para o sujeito omisso da oração gerundiva (que, por sua vez, é correferente com o sujeito nulo da oração principal, cujo verbo é *perguntou*) e não para o sujeito da oração subordinada que contém a forma *si* (*que eu me ficava parado, hesitante junto de si*), o pronome *eu*, o qual não pode ser antecedente de *si* por não ter a mesma especificação de pessoa. Em (152), o pronome *si* tem como antecedente o sujeito da oração principal, *ele*, e não o sujeito da oração subordinada que contém a forma *si – a recente frase de Ieltsin* [...].

(151) Concedeu-ma alegremente, porque a sua longa experiência lhe havia ensinado que naquelas partes convém levar as coisas ao amor da água e favorecer os religiosos naquilo que não é contra a sua regra. [-] Vendo que eu me ficava parado, hesitante junto de *si*, perguntou: – Sinto que tendes mais alguma coisa para me dizer. (CRPC, F. Campos, *Casa*) (si = [-]; si ≠ eu)

(152) Gorbachev foi eliminado, obtendo um resultado muito modesto, como se esperava. Quanto ao general Alexander Lebed, desde sempre se proclamara confiante na vitória: «Se não for hoje, será para a próxima vez». Aliás, ele interpretara como tendo sido dirigida a *si* a recente frase de Ieltsine, afirmando que o futuro presidente russo seria um dos dois candidatos – cujo nome não mencionou na altura – que ontem concorreram e que ficaria na terceira posição. (CRPC, *Jornal de Notícias*) (si = ele; si ≠ Ieltsine)

Neste tipo de contexto, em que o antecedente não é indefinido, pode haver alternância com um pronome pessoal não reflexo sem alteração do referente, como se ilustra nas seguintes frases (cf. Brito 2003c)[35]:

(153) a. Ela sabia o quanto ele significava para *si*. (si = ela; si ≠ ele)
b. Ela sabia o quanto ele significava para *ela*.

(154) a. Porém, era normal [-] sentir o estômago contrair-se de cada vez que ele chegava perto de *si*? (si = [-]; si ≠ ele)
b. Porém, era normal [-] sentir o estômago contrair-se de cada vez que ele chegava perto d*ela*?

(155) a. Não sabia exatamente quais eram os pensamentos dele, nem sequer lhe interessava, [-] só sabia que [-] eram sobre *si*, e isso bastava-lhe.
b. Não sabia exatamente quais eram os pensamentos dele, nem sequer lhe interessava, [-] só sabia que [-] eram sobre *ela*, e isso bastava-lhe.

Nos exemplos (a), o antecedente do pronome reflexo *si* encontra-se fora da oração que contém essa anáfora. Trata-se, pois, de instâncias de anáforas de longa distância.

[34] Exemplo de Menuzzi (1999:335).
[35] Sobre as propriedades das anáforas de longa distância, ver também Duarte e Brito (1996).

O uso da forma reflexa *si* em vez do pronome pessoal parece corresponder a uma estratégia para evitar uma leitura dêitica, ou referindo outra entidade previamente introduzida no discurso, que uma forma pronominal como *ele* ou *ela* permitiriam (cf. os exemplos (b)).

Uma das propriedades das anáforas de longa distância é o facto de terem sempre como antecedente um constituinte com função gramatical de sujeito. Assim, nos seguintes exemplos, *si* pode ter como antecedente o sujeito (*o Pedro*, em (156a), *a Ana*, em (157a)), mas não um complemento (*o João*, em (156a), *a Teresa*, em (157a)), ao passo que o pronome pessoal *ele*, em (156b) e (157b), pode ter ambos os sintagmas nominais como antecedentes.

(156) a. O Pedro soube diretamente do João que alguém tinha falado mal de *si*. (si = o Pedro; si ≠ o João)
b. O Pedro soube diretamente do João que alguém tinha falado mal d*ele*. (ele = o Pedro/o João)

(157) a. A Ana soube pela Teresa que os alunos tinham feito queixa de *si*. (si = a Ana; si ≠ a Teresa)
b. A Ana soube pela Teresa que os alunos tinham feito queixa d*ela*. (ela = a Ana/a Teresa)

41.3.5.5 Contextos em que *si* pode alternar com pronome pessoal não reflexo

Como vimos nos exemplos anteriores, ao contrário do pronome reflexo *se*, cuja interpretação é sempre diferente da dos pronomes não reflexos *o*, *a*, *os* e *as*, a forma *si* pode ter uma referência idêntica à do pronome *ele*, em determinados contextos. Vejam-se as seguintes frases:

(158) a. O Pedro viu uma cobra atrás de *si*.
b. O Pedro viu uma cobra atrás d*ele*.

Nestas frases, as formas *si* e *ele* podem remeter ambas para o sujeito da oração.

Também nos seguintes exemplos existe a possibilidade de *si* alternar com o pronome *ele*, tendo ambos a mesma interpretação referencial. Quer *si*, quer *ele*, podem vir reforçados pela expressão anaforizante *próprio*. Com o pronome *ele* não reforçado por uma expressão anaforizante, ainda que a leitura preferencial seja a não correferencial, a leitura anafórica também está disponível:

(159) a. O João não tem [confiança em *si* (*próprio*)].
b. O João não tem [confiança n*ele* (*próprio*)].

(160) a. O João está sempre a falar [de *si* (*próprio*)].
b. O João está sempre a falar [d*ele* (*próprio*)].

Estes casos correspondem a contextos em que os pronomes estão inseridos em sintagmas preposicionais ou em sintagmas nominais, sendo sempre formas não clíticas. Aqui, deixamos de ter interpretações referenciais necessariamente diferentes para pronomes pessoais reflexos e não reflexos: ambos podem surgir nos mesmos contextos com a mesma interpretação, embora seja também possível, para os pronomes não reflexos, uma leitura obviativa (cf. 41.3.3.3.2).

É importante notar que a maior ou menor facilidade com que obtemos leituras de referência idêntica ou de referência distinta com *si* e com *ele* (relativamente a um determinado antecedente potencial) está em parte relacionada com propriedades semânticas do predicado que contém esses pronomes[36]. Contrastem-se, a título de exemplo, as seguintes frases:

(161) a. O João não tem confiança n*ele*. (ele = o João)
b. O João não tem medo d*ele*. (ele ≠ o João)

(162) a. O João só pensa n*ele*. (ele = o João)
b. O João só desconfia d*ele*. (ele ≠ o João)

Nos exemplos (161a) e (162a), é possível obter uma leitura anafórica, em que *o João* e *ele* têm o mesmo referente[37]. Essa leitura dificilmente está disponível nos exemplos (161b) e (162b), uma vez que, pragmaticamente, não é usual alguém ter medo de si próprio ou alguém desconfiar de si próprio. Repare-se agora que o uso do pronome reflexo *si*, que deveria permitir mais facilmente uma leitura anafórica, é estranho nos exemplos abaixo sem a presença das expressões anaforizantes *próprio* ou *mesmo*; na ausência destes anaforizadores, a leitura preferencial é aquela em que a forma *si* é dêitica, correspondendo a *você*:

(163) a. O João não tem medo de *si*. (??si = o João; si = você)
b. O João só desconfia de *si*. (??si = o João; si = você)

Se introduzirmos a expressão anaforizante, os exemplos são perfeitos na leitura correferencial:

(164) a. O João não tem medo de *si próprio*.
b. O João só desconfia de *si próprio*.

Vemos assim que a natureza semântica dos predicados envolvidos pode condicionar a possibilidade de dependências referenciais no interior da frase.

41.3.5.6 *Si próprio* vs. *ele próprio*

Embora haja contextos em que *si próprio* pode alternar com *ele próprio*, as duas formas não são sempre intersubstituíveis. Descrevemos de seguida alguns dos contextos em que não é possível usar indiferentemente uma forma ou outra.

A forma *si próprio* só pode surgir depois de uma preposição, o que faz com que, em contextos de intensificação do sujeito, só possa ser usada a forma *ele próprio* ou suas variantes:

(165) a. Eles pensam pintar a casa *eles próprios*.
b. *Eles pensam pintar a casa *si próprios*.

A forma *si próprio* não pode designar um agente introduzido pela preposição *por* num SN complexo. Nesse contexto, terá sempre de ser usada a forma *ele próprio*:

---

[36] Cf. Menuzzi (1999), Estrela (2006), Reuland e Everaert (2001) e referências aí dadas.

[37] Para estes exemplos, está disponível também a leitura não anafórica, mas o que nos interessa aqui é o contraste entre as frases (a) e (b).

(166) a. Comprei um retrato do Dalí feito *por ele próprio*.
b. *Comprei um retrato do Dalí feito *por si próprio*.

A forma *ele próprio*, por sua vez, não pode surgir com antecedentes impessoais ou indefinidos não específicos. Nestes contextos, é sempre usada a forma *si próprio*:

(167) a. É fundamental gostar-se de *si próprio*.
b. *É fundamental gostar-se d*ele próprio*.

(168) a. Medicar-se a *si próprio* é perigoso.
b. *Medicar-se a *ele próprio* é perigoso.

(169) a. Nem todos gostam de chamar a atenção sobre *si próprios*.
b. *Nem todos gostam de chamar a atenção sobre *eles próprios*.

(170) a. Ninguém pensou em *si próprio*.
b. *Ninguém pensou n*ele próprio*.

41.3.6 Os pronomes possessivos *seu, sua, seus, suas*

As formas pronominais possessivas de terceira pessoa podem ser usadas quer com um valor dêitico, quando correspondem a uma segunda pessoa de cerimónia (cf. (171a)), quer com um valor anafórico (cf. (171b)):

(171) a. Senhor João, o *seu* filho telefonou há meia hora. (seu = você)
b. O João não ficou satisfeito com a *sua* atuação. (sua = o João)

Nesta subsecção, discutem-se casos em que o pronome possessivo tem um valor anafórico, referindo-se em particular algumas diferenças entre as formas pronominais possessivas (*seu*, *sua*) e as preposicionadas (*dele*, *dela*) quanto às possibilidades de dependência referencial que podem estabelecer com diferentes tipos de sintagmas nominais.

41.3.6.1 Pronomes possessivos com interpretação de variável ligada

Quando o sujeito é uma expressão quantificada (como *cada* ou *ninguém*) ou um sintagma nominal genérico, é obrigatório o uso do possessivo *seu*/*sua* na leitura dependente[38]:

(172) a. Cada menino contou a *sua* história.
b. Cada um sabe do *seu* ofício.
c. Cada um deve pensar no *seu* trabalho.
d. Ninguém falou dos *seus* problemas.
e. O homem ignora o *seu* destino.
f. Os cães reconhecem sempre o *seu* dono.

O uso das formas preposicionadas *dele*/*dela* bloqueia a leitura dependente, sendo possível apenas uma leitura obviativa, como nas seguintes frases, em que os pronomes *ele* ou *eles* não podem ser referencialmente dependentes das expressões *cada um*, *ninguém*, *o homem* e *os cães*, mantendo a interpretação genérica dos dois últimos SN*:*

[38] Cf. Müller (1996), Menuzzi (1999), Castro (2006).

(173) a. Cada um deve pensar no trabalho d*ele*.
b. Ninguém falou dos problemas d*ele*.
c. #O homem ignora o destino d*ele*.
d. #Os cães reconhecem sempre o dono d*eles*.

Repare-se que a relação anafórica que se estabelece nas frases de (172) não corresponde, de uma forma estrita, a uma relação de correferência. O possessivo está ligado pela expressão quantificada ou genérica, mas não é correferente com essa expressão. Trata-se de uma interpretação de variável ligada, que corresponde a uma leitura que podemos parafrasear como 'para cada pessoa *x*, *x* deve pensar no trabalho de *x*' ou 'para cada pessoa *x*, *x* não falou dos problemas de *x*'.

41.3.6.2 Semelhanças referenciais entre pronomes possessivos e pronomes pessoais não reflexos e não recíprocos

Os possessivos *seu*, *sua*, *seus*, *suas*, de um ponto de vista referencial, funcionam como os pronomes não reflexos e não recíprocos: não podem ter um antecedente dentro do sintagma nominal que os contém. Como já se referiu atrás (cf. 41.3.4), as formas reflexas *si* (*próprio*) e recíprocas *uns … os outros*, pelo contrário, podem ter um antecedente dentro do SN que as contém. Observem-se os seguintes contrastes:

(174) a. [O *seu* retrato do Rui] está muito engraçado. (seu ≠ o Rui)
b. [O retrato d*ele* do Rui] está muito engraçado. (ele ≠ o Rui)
c. [O retrato do Rui de *si próprio*] está muito engraçado. (si próprio = o Rui)

Nem o possessivo *seu* nem a forma preposicionada *dele* podem ter como antecedente o sintagma nominal *o Rui*, que se encontra dentro do SN que contém esses pronomes. O reflexo *si próprio*, pelo contrário, pode.

Nos exemplos abaixo, verificam-se contrastes semelhantes. O pronome possessivo e o pronome preposicionado *dele* não podem ter um antecedente dentro do sintagma nominal que os contém, ao passo que o pronome reflexo *si próprio* e o recíproco *uns aos outros* podem:

(175) a. [A *sua* apresentação dos artistas] foi fantástica. (sua ≠ os artistas)
b. [A apresentação *deles* dos artistas] foi fantástica. (eles ≠ os artistas)
c. [A apresentação dos artistas de *si próprios*] foi fantástica. (si próprios = os artistas)
d. [A apresentação dos artistas *uns aos outros*] foi fantástica. (uns aos outros = os artistas)

(176) a. O Rui vendeu [o *seu* retrato do João]. (seu = o Rui; seu ≠ o João)
b. O Rui vendeu [o retrato d*ele* do João]. (ele = o Rui; ele ≠ o João)
c. O Rui vendeu [o retrato do João de *si próprio*]. (si próprio = o João)

Verificamos assim que os pronomes possessivos se comportam sempre como pronomes pessoais não reflexos e não recíprocos: em particular, não podem ter um antecedente no domínio menor que os contém (sintagma nominal no caso dos pronomes possessivos, sintagma nominal ou oração no caso dos pessoais). Em contrapartida, os pronomes reflexos preposicionados e os pronomes recíprocos

têm comportamentos diferentes, podendo ter um antecedente no domínio menor que os contém, quer este seja uma frase, quer seja um sintagma nominal.

Nem sempre a forma possessiva simples e a forma preposicionada do pronome têm interpretações semelhantes. Por vezes, a escolha de uma ou de outra forma favorece uma determinada interpretação (cf. Castro 2006). Observe-se o seguinte contraste:

(177) a. O João disse ao Paulo que não gostava do *seu* trabalho.
b. O João disse ao Paulo que não gostava do trabalho d*ele*.

O uso do possessivo simples (cf. (177a)) favorece a leitura em que o antecedente é o sujeito da oração principal, *o João*, ao passo que o uso da forma preposicionada (cf. (177b)) favorece a leitura em que o antecedente do pronome é *o Paulo*, complemento da oração principal.

A alternância entre as formas possessivas simples *seu*, *sua*, *seus*, *suas* e as formas preposicionadas *dele*, *dela*, *deles*, *delas* está, assim, sujeita a diferentes fatores. Em particular, a forma *dele* ocorre geralmente com antecedentes referenciais, ao passo que a forma *seu* pode ter antecedentes referenciais, genéricos e quantificados (cf. o paradigma (172)); em registos orais e informais, é feito um uso mais alargado da forma *dele* do que em registos formais e escritos, em que a forma *seu* continua a ser francamente produtiva (cf. Castro 2006).

Fontes das abonações

B. Rosa-Limpo et al., *Pantagruel* – Rosa-Limpo, Bertha, Jorge Brum do Canto e Maria Manuela Limpo Caetano (1997[49]) *O Livro de Pantagruel*. Lisboa. Temas e Debates.
CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:
C-ORAL-ROM – Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages:
pfamdl22 – português familiar, diálogo 22.
pmedin02 – português, *media*, entrevista 02.
Diário de Notícias.
F. Campos, *Casa* – Campos, Fernando (1987) *A Casa do Pó*. Lisboa. Difel.
Grande Reportagem.
Jornal de Notícias.
Público.
V. Nemésio, *Mau Tempo* – Nemésio, Vitorino. *Mau Tempo no Canal*. Lisboa. Livraria Bertrand.
Enciclopédia Visual Verbo, *Mamíferos* (1997[5]) Lisboa. Editorial Verbo.
Expresso, *Única*.
JL/Educação.
Saramago, *Ricardo Reis* – Saramago, José (2002) *O ano da morte de Ricardo Reis*. Público.
Sophia, *Oriana* – Andresen, Sophia de Mello Breyner (s.d.) *A Fada Oriana*. Porto. Editora Figueirinhas, Lda.

42 POSIÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS CLÍTICOS 2231
42.1 Orações principais 2238
42.1.1 Orações principais com ênclise 2239
42.1.2 Orações principais com mesóclise 2240
42.1.3 Orações principais com próclise 2241
42.1.3.1 Orações negativas 2242
42.1.3.2 Orações afirmativas introduzidas por quantificadores 2244
42.1.3.2.1 Próclise como padrão regular com quantificadores do tipo de *poucos* 2246
42.1.3.2.2 Próclise contrastada com a possibilidade de ênclise com quantificadores do tipo de *muitos* 2248
42.1.3.3 Advérbios focalizadores 2254
42.1.3.4 Advérbios enfatizadores 2258
42.1.3.5 Advérbios focalizados 2261
42.1.3.6 Outros focos contrastivos antepostos (não adverbiais) 2266
42.1.3.7 Orações declarativas (afirmativas) enfáticas 2268
42.1.3.8 Orações interrogativas e exclamativas *qu-* 2270
42.1.3.9 Orações imperativas introduzidas por *que* e orações optativas 2272
42.1.3.10 Orações interrogativas retóricas com *acaso* 2273
42.1.3.11 Próclise e ênclise com *próprio* 2273
42.1.4 Orações exclamativas com infinitivo flexionado 2274
42.2 Orações subordinadas finitas 2274
42.2.1 Colocação regular (proclítica) nas orações subordinadas finitas 2275
42.2.2 Casos de ênclise em variação com a próclise nas orações subordinadas finitas 2276
42.3 Orações subordinadas de infinitivo simples 2278
42.3.1 Orações infinitivas simples não introduzidas por preposição (afirmativas vs. negativas) 2278
42.3.2 Orações infinitivas simples introduzidas por preposição 2280
42.3.3 Orações infinitivas simples subordinadas a *haver que, ter que* 2283
42.3.4 Orações infinitivas simples introduzidas por *que, quem* e palavras afins 2283
42.3.5 Orações infinitivas simples introduzidas por *se* (interrogativas indiretas) 2284

42.4 Orações subordinadas de infinitivo flexionado 2284
42.4.1 Orações infinitivas flexionadas não introduzidas por preposição (afirmativas vs. negativas) 2284
42.4.2 Orações infinitivas flexionadas introduzidas por preposição 2285
42.5 Subida do clítico 2288
42.5.1 Subida de pronomes clíticos com função de complemento 2288
42.5.2 Subida de pronomes clíticos com função de sujeito 2289
42.6 Estruturas com gerúndio – orações gerundivas e complexos verbais com gerúndio 2290
42.6.1 Orações gerundivas com ênclise 2290
42.6.2 Orações gerundivas com próclise 2291
42.6.3 Complexos verbais com gerúndio 2291
42.7 Complexos verbais com particípio passado 2293
42.8 Complexos verbais com dois ou mais verbos não finitos 2293
42.9 Interpolação 2294
42.10 Estruturas de coordenação 2296
42.10.1 Coordenação copulativa e adversativa 2296
42.10.2 Coordenação disjuntiva 2298
42.10.3 Orações explicativas 2299
42.10.4 Coordenação de orações subordinadas finitas 2300
42.10.5 Coordenação de orações subordinadas não finitas 2301
Fontes das abonações 2301

42 POSIÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS CLÍTICOS

Nesta primeira parte, introduzem-se as questões mais importantes que se colocam relativamente à sintaxe dos pronomes clíticos. As questões aqui identificadas serão desenvolvidas a partir da secção 42.1, à exceção dos aspetos abordados nos dois últimos pontos desta introdução (que são, de certo modo, marginais ao tema do capítulo).

A descrição da colocação dos pronomes clíticos na variedade-padrão do português europeu, apresentada neste capítulo, será suportada em larga medida por exemplos extraídos de textos literários integrados no *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (CRPC)[1]. Os exemplos com outra origem apresentam-se também devidamente referenciados[2].

❖ O que é um clítico? Especificidade dos pronomes pessoais clíticos

Noutros capítulos (cf. Cap. 54 e também o Cap. 23), refere-se a existência de diferentes unidades morfológicas, entre as quais palavra, afixo e clítico (o último, designado tradicionalmente por "palavra átona"). Um **clítico** é definido como um item lexical sem acento prosódico atribuído no léxico (tal como os afixos e contrariamente às palavras), mas com uma certa liberdade posicional (tal como as palavras, mas contrariamente aos afixos).

A ausência de acento de palavra faz com que o clítico dependa necessariamente de uma palavra adjacente acentuada. A esta palavra à qual o clítico se liga chama-se **palavra hospedeira** ou, simplesmente, **hospedeiro** do clítico. Ao processo de ligação do clítico ao seu hospedeiro, chama-se **cliticização**. Embora prosodicamente dependente (de uma palavra acentuada), o clítico goza de autonomia no plano morfológico (por oposição aos afixos, presos a uma base).

Muitos dos pronomes pessoais complemento do português (nomeadamente *o*, *a*, *os*, *as*, *lhe*, *lhes*, *se*, *me*, *te*, *nos*, *vos*) são clíticos, pois não constituem por si próprios uma unidade fonológica associada a um acento (i.e., uma "palavra prosódica"). Além destes pronomes (tradicionalmente designados por "pronomes pessoais átonos"), são também formas clíticas no português outros itens lexicais, nomeadamente os artigos definidos, os pronomes interrogativos *que* e *porque*, o pronome

[1] Incluem-se também alguns (raros) exemplos retirados do *subcorpus* PF de registos de fala do CRPC.
[2] Sem referência aparecerão, naturalmente, os exemplos construídos, que têm igualmente lugar neste capítulo.

relativo *que*, as conjunções *que*, *se*, *mas*, *e*, *ou*, as preposições *de*, *para*, *por*, *com*, *em* e o quantificador *cada* (cf. Vigário 2003b:175ss). Todas estas formas sem acento próprio necessitam de cliticizar a uma palavra adjacente acentuada por forma a tornarem-se parte de uma palavra prosódica. A sequência que resulta da cliticização, ou seja, a unidade formada pelo clítico e o seu hospedeiro (por exemplo, numa frase como *o livro é meu*, a sequência *o* + *livro*) é uma nova palavra do ponto de vista da fonologia, na medida em que é uma unidade fonológica que contém um e um só acento de palavra (o mesmo da palavra hospedeira original). A cliticização é uma operação necessária, porque, do ponto de vista da fonologia, qualquer item lexical integrado numa frase tem de pertencer a uma palavra prosódica, ou seja, a uma unidade fonológica acentuada.

A maior parte dos clíticos do português cliticizam à palavra acentuada que ocorre imediatamente à sua direita (como acontece com o artigo definido *o* no sintagma nominal *o livro*), sendo, portanto, **proclíticos**. Os pronomes pessoais apresentam um comportamento particular entre as formas clíticas, o que motiva a sua classificação como "clíticos especiais". Diferentemente dos restantes clíticos, são ora proclíticos à palavra lexicalmente acentuada que os segue (*quero que me digas isso*) ora **enclíticos** à palavra que os precede (*diz-me lá*), sendo a direção de cliticização que apresentam condicionada por fatores gramaticais do nível frásico (como, por exemplo, o facto de a oração em que ocorrem ser subordinada ou principal, conforme mostram os exemplos precedentes). Outra especificidade dos pronomes pessoais clíticos do português é a de selecionarem a classe (de palavras) do seu hospedeiro, que é, em geral, o verbo[3]. Recebem, por isso, a designação de **clíticos verbais** (cf. *dei-lhe um livro ontem* vs. **dei um livro lhe ontem* ou **dei um livro ontem lhe*). Às condições estruturais do domínio da oração que determinam a colocação pré-verbal ou pós-verbal dos pronomes clíticos acresce uma condição morfológica: quando têm como hospedeiro uma forma verbal do futuro ou do condicional, estes pronomes podem ser **mesoclíticos**, ocorrendo então numa posição interna ao verbo (*dir-me-ás depois*).

Neste capítulo da Gramática explicitam-se os fatores que determinam a próclise, a ênclise ou a mesóclise dos pronomes pessoais clíticos na variedade-padrão europeia do português.

❖ Identificação dos pronomes pessoais do português (clíticos e não clíticos)

Considerando a função gramatical que desempenham numa oração (de sujeito, complemento direto, complemento indireto, entre outras), os pronomes pessoais podem ser classificados como mostra o Quadro 1. Os termos "nominativo", "acusativo" e "dativo" são usados com base nas distinções casuais associadas aos nomes (e aos seus modificadores e especificadores) que desempenhavam estas funções em latim (Cap. 23). Estas designações casuais são comuns na tradição gramatical para distinguir entre si os pronomes pessoais, mesmo em línguas sem flexão casual para os nomes (como o português), precisamente porque a forma dos pronomes pessoais é sensível à sua função gramatical[4]. No quadro abaixo incluem-se

[3] Outras opções registam-se marginalmente (cf. 42.9).

[4] Há, no entanto, casos de isomorfismo, como, por exemplo, entre as 1.ª e 2.ª pessoas do acusativo e do dativo.

todos os pronomes pessoais átonos (clíticos) do português, a par dos pronomes pessoais tónicos (cf. Cap. 23). Os primeiros, ou seja, os pronomes clíticos (assinalados na parte esquerda do Quadro 1), serão o objeto de estudo deste capítulo.

	FORMAS ÁTONAS (Clíticas)			FORMAS TÓNICAS		
	Acusativo	Dativo	Nominativo	Nominativo	Acusativo	Oblíquo/Dativo
	(complemento direto)	(complemento indireto)	(sujeito)	(sujeito)	(complemento direto)	(complemento preposicionado/indireto)
1sg	me	me		eu		mim, comigo
1pl	nos	nos		nós, a gente	a gente	nós, connosco, a gente
2sg	te	te		tu, você		ti, contigo, você, si, consigo
2pl	vos	vos		vós, vocês		vós, convosco, vocês
3sg	o, a, se	lhe	se (impess.)	ele, ela		ele, ela, si, consigo
3pl	os, as, se	lhes		eles, elas		eles, elas

Quadro 1 – Pronomes pessoais

❖ Quebra da adjacência entre o clítico e o verbo (**interpolação**)

Sendo clíticos verbais, os pronomes pessoais ocorrem normalmente adjacentes ao verbo. No entanto, o marcador de negação frásica (*não*) pode, opcionalmente, interromper a continuidade entre um clítico pré-verbal e o verbo:

(1) a. O que ele *lhe* *não* *terá* dito! [interpolação de *não*]
b. O que ele *não* *lhe terá* dito!

Esta situação de **interpolação** (de um constituinte entre o clítico e o verbo) tem um âmbito muito restrito no português-padrão contemporâneo, ainda que fosse muito comum no português antigo. Diferentes variedades dialetais do português admitem, contemporaneamente, a interpolação de pronomes e advérbios de natureza dêitica[5] (*isso já me ele tinha dito*, *nunca nos cá vens ver*), além da interpolação de *não*, que partilham com o português-padrão[6]. Mas nenhum dialeto conservou a interpolação generalizada do português antigo, visível numa frase como ***se nos*** *Deus entõ a morte nõ* ***deu*** (*Cantigas de Amor*. *In* Nunes 1932:225 (texto 119)).

[5] Veja-se Magro (2007) para uma identificação completa dos elementos que podem ser interpolados entre o clítico e o verbo nos atuais dialetos do português europeu.
[6] Deve esclarecer-se que a interpolação do marcador de negação frásica (*não*), ainda que acolhida pela norma, já não é hoje uma opção gramatical para todos os falantes do português.

❖ Clíticos associados a verbos de que não são complemento ("**subida do clítico**")

Em orações finitas, os pronomes clíticos cliticizam ao verbo de que são complemento. Assim, por exemplo, quer na frase *ela pediu-me um livro para ler* quer na frase *ela não me pediu um livro para ler* (ou seja, quer ocorra ênclise quer próclise), o pronome clítico *me* liga-se à forma verbal *pediu* porque é o seu complemento indireto. Da mesma forma, na frase complexa *quero que ela me peça um livro para ler*, o pronome *me* liga-se à forma verbal *peça* da oração subordinada, visto que é o seu complemento indireto, e não à forma do verbo *querer* na oração principal (cf. **quero-me que ela peça um livro para ler*), visto que o pronome não é complemento do verbo *querer*.

Em algumas estruturas completivas infinitivas, que se identificarão neste capítulo, o clítico pode, no entanto, ter como hospedeiro quer o verbo infinitivo de que é complemento (cf. *queres dar-me o livro ou não?*) quer o verbo finito que seleciona a oração completiva infinitiva (cf. *queres-me dar o livro ou não?*). De modo semelhante, em perífrases verbais nas quais um verbo auxiliar se combina com um verbo pleno infinitivo (cf. Cap. 29), um pronome clítico pode cliticizar ao verbo pleno infinitivo de que é complemento (cf. *vou telefonar-lhe já*) ou ao verbo auxiliar finito (cf. *vou-lhe telefonar já*).

Em síntese, nestes exemplos, o pronome não cliticiza ao verbo na forma infinitiva do qual depende sintática e semanticamente (sendo o seu complemento indireto e argumento interno), ligando-se antes ao verbo que seleciona a oração infinitiva ou ao verbo que funciona como auxiliar da perífrase verbal. Utilizando uma linguagem metafórica, em linguística chama-se a este fenómeno **subida do clítico**, porque o clítico como que "sobe" da forma verbal infinitiva da oração subordinada ou da perífrase verbal para a forma verbal (nos exemplos acima, finita) da qual depende a oração subordinada ou que funciona como auxiliar da perífrase verbal (cf. Caps. 29 e 37).

As configurações de subida do clítico são obrigatórias, e já não opcionais, nos complexos verbais com gerúndio e com particípio passado – cf. *ia-lhes oferecendo alpista até ganharem confiança* e *tinha-lhes dado alpista durante um mês quando se atreveram a aproximar-se* vs. ??*ia oferecendo-lhes alpista até ganharem confiança* ou **tinha dado-lhes alpista durante um mês quando se atreveram a aproximar-se* – apesar de nestas frases os pronomes clíticos serem complemento, respetivamente, de *oferecer* e de *dar*. Na ausência de um verbo finito, os pronomes clíticos associam-se ao gerúndio nas orações gerundivas (cf. *tendo-o conquistado, passou aos pardais*, correspondendo a *tendo conquistado o melro, passou aos pardais*), mas não se associam ao particípio nas orações participiais (cf. **conquistado-o, passou aos pardais*, correspondendo a *conquistado o melro, passou aos pardais*). Este contraste entre orações gerundivas e participiais resulta do facto de, no português europeu, as formas de particípio passado não se qualificarem como hospedeiros apropriados dos pronomes clíticos[7].

[7] No português brasileiro, a cliticização ao particípio passado é possível desde que este seja parte de uma perífrase verbal. Nas perífrases verbais com particípio passado bem como nas perífrases verbais com gerúndio, os pronomes átonos cliticizam, em próclise, à forma verbal não finita:

(i) a. Ela não tinha [*lhe apresentado*] o amigo. (português brasileiro)
b. Ela não estava [*lhe dando*] atenção. (português brasileiro)

Grupos clíticos

Quando, numa mesma oração, ocorre mais do que um pronome pessoal complemento, estes formam um **grupo clítico**, que se caracteriza pela inseparabilidade dos elementos que o constituem. Assim, a uma frase como *vou já devolver o livro ao António* corresponde *vou já devolver-lho*, em que os dois clíticos, *lhe* (dativo) e *o* (acusativo) formam o grupo *lho*[8]. Essa coesão dos grupos clíticos pode ser testada nos domínios infinitivos que admitem variação entre próclise e ênclise. A separação entre dois pronomes clíticos complemento de um mesmo verbo infinitivo, obtida colocando um deles em próclise e o outro em ênclise, não é permitida. Assim, *tenho de lho devolver* e *tenho de devolver-lho* são ambas frases gramaticais, mas **tenho de lhe devolvê-lo* ou **tenho de o devolver-lhe* não são opções permitidas pela gramática do português, embora sejam possíveis *tenho de lhe devolver o livro* e *tenho de devolvê-lo ao António*.

As configurações de subida dos clíticos, na medida em que envolvem dois verbos, cada um dos quais constitui um domínio potencial de cliticização (isto é, de formação do complexo clítico + hospedeiro ou hospedeiro + clítico), tornam possível que não se forme um grupo clítico. Nestas configurações, ou se verifica a subida conjunta dos pronomes complemento do verbo infinitivo (*vou-lho já devolver*) ou a sua cliticização ao verbo infinitivo (*vou já devolver-lho*), ou pode ainda não se formar o grupo clítico, cliticizando um dos pronomes ao verbo finito e o outro ao verbo infinitivo (*vou-lhe já devolvê-lo*). Esta última opção, embora não seja consensualmente aceite como normativa, regista-se quer em *corpora* de língua falada quer de língua escrita, como no seguinte exemplo:

(2) e, agora que a aceitei e aqui estou, posso-*te* dizê-*lo* sinceramente. (M. S. Tavares, *Equador*, pág. 147)

Dentro dos grupos clíticos, os pronomes pessoais apresentam uma ordem fixa. O pronome *se* precede sempre qualquer outro pronome clítico e, por sua vez, um pronome clítico dativo precede sempre um clítico acusativo (ver a Nota 8). A ordem *se* + clítico dativo + clítico acusativo é ilustrada (total ou parcialmente) pelas frases que se seguem:

(3) a. Histórias de lobisomens, *ouvia-se-lhas* vezes sem conta. [*se* + dat. + ac.]
b. *Conta-mas*. [dat. + ac.]
c. Os olhos *encheram-se-lhe* de lágrimas. [*se* + dat.]
d. A boca *abriu-se-te* de espanto. [*se* + dat.]

Como mostram os exemplos em (3), um grupo clítico pode ser constituído por três elementos (*se* + dativo + acusativo, como em (3a)) ou apenas por dois, seja dativo + acusativo, como em (3b), seja *se* + dativo, como em (3c,d). Não é, no entanto, permitida a formação de um grupo clítico constituído por *se* + acusativo, como mostra a impossibilidade de frases como: **pinta-se-a de azul*, **ouve-se-os gritar*

[8] Note-se que o grupo clítico, que manifesta a ordem pronome dativo + pronome acusativo, não reproduz a ordem dos constituintes plenos que os clíticos substituem, a qual é normalmente complemento direto (i.e., acusativo) + complemento indireto (i.e., dativo), como na frase *vou devolver* [*o livro*]$_{\text{ACUSATIVO}}$ [*ao António*]$_{\text{DATIVO}}$.

o tempo todo, **cura-se-te** *com banhos de mar*, **penteia-se-te** *com tranças*, **engana-se-vos** *facilmente*[9].

A ordem relativa que se observa nos grupos clíticos é igualmente visível nos casos em que há separação entre clíticos que são complementos do mesmo verbo, em consequência da subida de um deles. Assim, como vimos acima, *vou-lhe já devolvê-lo* é uma frase possível; pelo contrário, **vou-o já devolver-lhe* não é uma opção gramatical por a ordem dos clíticos ser, neste caso, acusativo + dativo em vez da ordem normal dativo + acusativo.

Os pronomes de primeira e segunda pessoa, que não apresentam formas morfofonologicamente distintas para o acusativo e o dativo, não podem formar entre si grupos clíticos. Por isso, a sua coocorrência numa mesma oração não é permitida. Assim, a partir de *entreguei-me completamente a ti* não é possível obter **entreguei-me-te completamente*, com o clítico *te* (dativo) substituindo a forma pronominal forte *ti*, complemento da preposição *a*. O mesmo se pode dizer de **entregámo-nos-vos*, a partir de *entregámo-nos a vocês*, e de outros casos semelhantes. Por fim, não é permitida a coocorrência de dois pronomes clíticos com idêntica realização fonológica: cf. a impossibilidade de **apresentei-me-me*, com a estrutura **apresentei-me* (dativo)-*me*(acusativo)[10], correspondendo a *apresentei-me a mim próprio*; e a impossibilidade, como resposta à pergunta *e se ela estiver grávida?* de **casa-se-se*, com a estrutura **casa-se* (recíproco)-*se*(impessoal), correspondendo a *a gente casa-se*.

> [1] Note-se que o *se* impessoal (que ocorre, por exemplo, em *vive-se bem em Lisboa*, com a interpretação 'a gente vive bem em Lisboa' ou 'as pessoas vivem bem em Lisboa') é compatível com o verbo *casar*, como se vê em *casa-se muito em Lisboa*. Na frase *eles casaram-se em março*, o clítico *se* é recíproco, tendo a frase a interpretação 'eles casaram um com o outro'.
>
> O português também não permite, pela razão apontada, a coocorrência entre *se* impessoal e *se* inerente ou *se* reflexo (cf. Caps. 11 e 13). Outras línguas românicas, como, por exemplo, o italiano, comportam-se diferentemente. Assim, a frase **lava-se-se* é agramatical em português, mas a frase correspondente em italiano é possível: *ci si lava* (*ci* = impessoal; *si* = reflexo). Embora o pronome impessoal tenha normalmente em italiano a forma *si* (idêntica à forma do pronome reflexo), *si* (impessoal) pode ser convertido em *ci*, em italiano-padrão, por forma a evitar a sequência agramatical **si si* (a qual é permitida em alguns dialetos italianos – cf. Bonet 1995). O português não dispõe de uma estratégia semelhante à do italiano-padrão, pelo que só é permitida a ocorrência de um único pronome *se* por domínio oracional. Quanto à tipologia dos pronomes *se* do português, vejam-se os Caps. 11 e 13.

---

[9] Existem, no entanto, dialetos portugueses (meridionais e insulares) que permitem que se combinem num grupo clítico *se* e um pronome acusativo de terceira pessoa. Os exemplos a seguir apontados foram extraídos do *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* (CORDIAL-SIN):

(i) a. Em sendo para a latada, *deixa-se-a* crescer (CORDIAL-SIN, Porto Santo, Madeira)
b. *Pode-se-a* guardar na 'freeze' e comer daqui a dois ou três meses. (CORDIAL-SIN, Santo Espírito, Santa Maria, Açores)
c. *Abre-se-o* de um metro de fundura e um metro de largura (CORDIAL-SIN, Alcochete, Setúbal)
d. Mas *carregava-se-o* aí às vezes também nos carros de bestas e em coisas. (CORDIAL-SIN, Melides, Setúbal)

[10] Note-se que esta frase é igualmente excluída pelo facto de integrar clíticos que não têm formas distintas para o acusativo e para o dativo, conforme se viu acima.

Nas configurações de subida do clítico, a ausência de formação de um grupo clítico torna possível a coexistência de clíticos que não são agrupáveis, como acontece com o par *se* + clítico acusativo. É disso exemplo uma frase como *vai-se já desmontá-lo*, em que o clítico *se* ocorre associado ao verbo finito e o clítico *o* associado ao verbo infinitivo (compare-se com a impossibilidade de **desmonta-se-o já*, com os dois clíticos associados ao mesmo verbo, formando um grupo clítico).

Redobro do clítico

Por não terem acento próprio, os pronomes clíticos são excluídos de certas posições na estrutura da frase que se caracterizam por serem prosodicamente fortes, exigindo a presença de unidades acentuadas.

Quando se põe em relevo um constituinte frásico, recorrendo a estratégias como a focalização contrastiva (cf. Cap. 50), esse constituinte tem de corresponder a uma unidade prosódica (*nasceu um dente ao Pedro, não à Maria)*. Carecendo de acento, um pronome clítico não pode ser o constituinte posto em relevo nas estruturas que envolvem focalização contrastiva (**nasceu-lhe um dente, não à Maria*). Nestas estruturas, um constituinte pronominal que seja semanticamente um foco contrastivo aparecerá realizado por dois elementos: um clítico (acusativo ou dativo) e um pronome forte, com os mesmos traços de pessoa e número que o clítico (e também de género, quando o clítico reflete morfologicamente essa propriedade), precedido da preposição *a* (*nasceu-lhe um dente a ele, não à Maria*). O clítico e o pronome forte a ele associado realizam um único argumento verbal, desempenhando a forma forte, no plano prosódico, o papel que está vedado ao clítico. Considera-se que, neste caso, o pronome tónico duplica, ou "redobra" o clítico (de forma a colmatar, para um fim particular, a sua natureza "fraca", ou "deficiente"). À estrutura resultante chama-se construção de **redobro do clítico**. Nas frases em (4), abaixo, o constituinte de redobro do clítico (i.e., o pronome forte associado ao clítico) recebe o acento prosódico característico dos focos contrastivos (cf. Cap. 50) – coloca-se o clítico em itálico e a forma forte sublinhada (juntamente com a preposição que a precede).

(4) a. A dona Mercês matou o criado e o Infante matou-*a* a ela. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)

b. E eu perguntei-*me* a mim mesmo se meu pai seria diferente em cada uma das duas ou três casas que tinha. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

As estruturas de redobro do clítico permitem igualmente desambiguar a referência das formas pronominais dativas de terceira pessoa, sem traços de género, como no exemplo em (5):

(5) A – Pronto, dei-lhe o livro.
B – A ele?
A – Não, dei-*lhe* a ela.

Por outro lado, ocorre redobro do clítico em configurações que envolvem constituintes coordenados, devido à impossibilidade de os clíticos serem termos de uma estrutura de coordenação (cf. Cap. 35), como mostra o contraste de gramaticalidade exemplificado em (6):

(6) a. Dei-*lhe* [a ele e à irmã] um livro que eles vão adorar.
b. *Dei-[*lhe* e à irmã] um livro que eles vão adorar.

Também a modificação de um pronome por uma oração relativa apositiva (cf. Cap. 39) determina o redobro do clítico, pois os pronomes clíticos, ao contrário dos pronomes fortes, não podem ser modificados por orações relativas apositivas, como se vê em (7) (onde a oração relativa *que tem melhor feitio* modifica o complemento pronominal de *preferir*):

(7) a. Prefiro-*a* a ela, que tem melhor feitio.
b. *Prefiro-*a*, que tem melhor feitio.

As configurações de redobro do clítico não afetam de nenhum modo a posição dos pronomes clíticos na frase. Não se verifica, além disso, qualquer imposição de adjacência ou não adjacência entre o clítico e o sintagma preposicional que contém o pronome forte, como se pode ver nas seguintes frases:

(8) sem adjacência
a. Dei-*lhe* o livro a ele, sim.
b. Não, não *lhe* dei o livro a ele.
c. Dar-*lhe*-ei o livro a ele.

(9) com adjacência
a. Vi-*te* a ti ontem à noite.
b. Disse-*me* a mim que o despediram.

42.1 Orações principais

A colocação dos pronomes clíticos é idêntica nas orações que correspondem a frases simples (cf. *o carro espatifou-se todo*), nas orações principais de frases complexas (cf. *a tia disse-me que o carro ficou desfeito*) e nos termos oracionais das estruturas coordenadas copulativas e adversativas, quer estes sejam introduzidos por conjunção quer não (cf. *o carro espatifou-se e/mas eles safaram-se com meia dúzia de arranhões*). Na presente secção referir-se-ão estes três tipos de oração sob a designação de "principais" (opondo-as às orações subordinadas, mas também a alguns tipos de orações coordenadas que serão considerados na secção 42.10 abaixo). Por outro lado, usar-se-á o termo "afirmativas" para identificar todas as orações *não negativas*, quer essas orações integrem frases declarativas, interrogativas, imperativas ou exclamativas.

Nas orações principais negativas os pronomes clíticos são sempre proclíticos (*o carro não se salvou* – cf. 42.1.3.1). Nas orações principais afirmativas, pelo contrário, a ênclise é o padrão mais frequente de colocação dos pronomes clíticos (*o carro salvou-se* – cf. 42.1.1). Mas nem todas as orações principais afirmativas apresentam o padrão enclítico. Neste tipo de orações podem encontrar-se também a colocação mesoclítica (*o carro salvar-se-á?* – cf. 42.1.2) e, como nas orações negativas, a colocação proclítica (*o carro talvez se salve* – cf. 42.1.3.2 a 42.1.3.11).

As frases em (10) mostram o contraste entre as orações principais afirmativas e as orações principais negativas no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos, apresentando as primeiras ênclise e as segundas, próclise:

(10) a. Os miúdos *aleijaram-se*. [afirmativa (ênclise) – vs. **os miúdos se aleijaram*]
b. Os miúdos não *se aleijaram*. [negativa (próclise) – vs. **os miúdos não aleijaram-se*]

As frases em (11), por outro lado, permitem contrastar o padrão enclítico característico das orações principais afirmativas (cf. (11a)) com o padrão proclítico que emerge quando nas mesmas orações estão presentes, em posição pré-verbal, certos constituintes (por exemplo, o advérbio *já* na frase declarativa em (11b), o advérbio *só* na frase declarativa em (11c), o quantificador *poucos* na frase declarativa em (11d), o advérbio *como* na frase exclamativa em (11e), o foco contrastivo anteposto *de pequenino* em (11f)). A próclise é desencadeada quando os constituintes relevantes (certos advérbios, quantificadores, etc.) ocorrem antes do verbo; se os mesmos constituintes ocorrerem depois do verbo, não poderão desencadear a próclise, registando-se então a ênclise (cf., por exemplo, *nos últimos tempos pouco* ***nos vemos*** vs. *nos últimos tempos* ***vemo-nos*** *pouco*). Por isso, nos exemplos (11a-f) o constituinte desencadeador de próclise (que se encontra sublinhado) é sempre pré-verbal:

(11) a. A Maria *portou-se* mal. [afirmativa (ênclise) – vs. **a Maria se portou mal*]
b. A Maria já *se porta* bem. [afirmativa com *já* (próclise) – vs. **a Maria já porta-se bem*]
c. Só a Maria *se portou* bem. [afirmativa com *só* (próclise) – vs. **só a Maria portou-se bem*]
d. Poucos *se portaram* mal. [afirmativa com *poucos* (próclise) – vs. **poucos portaram-se mal*]
e. Como a Maria *se portou* bem! [afirmativa com *como* (próclise) – vs. **como a Maria portou-se bem!*]
f. De pequenino *se torce* o pepino. [afirmativa com foco contrastivo (próclise) – vs. **de pequenino torce-se o pepino*]

Embora geralmente a colocação proclítica dependa da presença de um constituinte desencadeador de próclise (ou **proclisador**) em posição pré-verbal, é possível ocorrer próclise sem proclisador em frases declarativas enfáticas, como se verá em 42.1.3.7. Nestas estruturas, um clítico pode, excecionalmente, ocorrer em posição inicial de frase (*Levas um par de estalos. Te garanto que levas* ou *te arrenego, desgraçado!* ou *Me confesso o bom e o mau que vão ao leme da nau nesta deriva em que vou* (Torga, *Horas*, pág. 85).

Em 42.1.4 considerar-se-á um tipo particular de orações de infinitivo flexionado. De facto, embora as orações principais sejam normalmente orações finitas, certas orações exclamativas de infinitivo flexionado pertencem igualmente ao grupo das orações principais (tal como definido acima).

42.1.1 Orações principais com ênclise

As orações principais que apresentam ênclise são sempre afirmativas e podem ser declarativas, imperativas, exclamativas ou interrogativas globais (ou *sim-não*) (cf. Caps. 11, 36 e 48). Distinguem-se as últimas das interrogativas parciais (ou interrogativas *qu-*) por não integrarem palavras interrogativas (i.e., *que*, *quem*, *qual*, *porque*, etc.) e terem normalmente como resposta o operador de afirmação *sim* ou o operador de negação *não*:

(12) a. As aventuras *humilhavam-no*, estava farto. (CRPC, C. Pires, *Delfim*) [declarativa]
b. E tu *despacha-te*, criadita. (CRPC, C. Pires, *Delfim*) [imperativa]
c. Você *saiu-me* um belo vigarista! [exclamativa]
d. O Engenheiro *disse-lhe* onde estava a viver? (CRPC, C. Pires, *Delfim*) [interrogativa]

Considerando a posição na frase da sequência verbo + clítico, verifica-se que o padrão enclítico ocorre tanto em frases em que o verbo se encontra em primeira posição – veja-se (13) – como em frases em que um ou mais constituintes precedem o verbo – veja-se (14):

(13) a. *Dou-lhe* onze anos no máximo. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
b. *Despache-se*, senhor. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
c. *Valha-te* Deus, homem!
d. E tu? Queres festa Maruja? *Está-te* a pular o pé? (CRPC, C. Pires, *Delfim*)

(14) a. Vossemecê *ouviu-o* tão bem como eu, tio Aníbal. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
b. O cabelo negro e lustroso, *tinha-o* ele penteado rigidamente (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
c. Agora *assobiem-lhe* às botas. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
d. Então, com um dedo ágil e sábio, *dão-lhe* volta ao saco da cabeça e adeus polvo (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
e. Ó senhor Mendes, *importa-se* de dar um salto ao meu balcão. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
f. Sempre que do fundo do vale lhe chega um uivo mais forte, *encolhe-se* e resmunga: "Malditos cães". (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
g. Vai lá dentro à Lúcia e *diz-lhe* que traga o corvo para a varanda. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

Nos exemplos em (14), identificam-se entre os constituintes que podem preceder o verbo nas frases com ênclise, ocorrendo isoladamente ou em combinações diversas: o sintagma nominal com função de sujeito (cf. (14a)); um complemento verbal topicalizado (cf. (14b)); um advérbio (cf. (14c,d)); um sintagma preposicional (cf. (14d)); um vocativo (cf. (14e)); uma oração subordinada anteposta (cf. (14f)); o primeiro termo de uma estrutura coordenada e respetiva conjunção coordenativa (cf. (14g)).

Não se deverá concluir, no entanto, a partir destes exemplos, que há sempre ênclise no português europeu quando os constituintes mencionados precedem o verbo em orações principais afirmativas. Ver-se-á em 42.1.3.2 a 42.1.3.11 que a próclise (e não a ênclise) tem lugar nas orações principais afirmativas em que o verbo está precedido por certos advérbios ou por sujeitos quantificados; e nas orações interrogativas parciais em que o verbo está precedido pelos pronomes *que*, *quem*, *onde*, etc., para referir apenas alguns dos casos mais comuns. Também em certas estruturas de coordenação pode ocorrer a próclise, como se mostrará na secção 42.10.

42.1.2 Orações principais com mesóclise

Nas formas do condicional e do futuro, os pronomes clíticos não podem ocorrer em ênclise (**darei-lhe o recado*)[11]. Ocorrem antes dentro da própria forma verbal, o que

[11] Frases como *darei-lhe o recado* (sem mesóclise) registam-se, contudo, em dialetos portugueses contemporâneos (tanto rurais como urbanos). No português medieval também se regista a variação entre ênclise e mesóclise.

fica evidente quando se confrontam formas sem clítico, como *escreveria* ou *escreverei*, com as formas correspondentes cliticizadas, *escrever-lhe-ia* e *escrever-lhe-ei*. A esta ocorrência do clítico dentro do seu hospedeiro verbal chama-se **mesóclise**. Nas formas de condicional e futuro, os morfemas *-ei*, *-ás*, *-á*, *-avemos*, *-aveis*, *-ão* e *-ia*, *-ias*, *-ia*, *-íamos*, *-íeis*, *-iam* comportam-se, pois, como elementos semilivres (estes morfemas têm origem, respetivamente, nas formas de presente e de pretérito imperfeito do verbo latino *habere*, em perífrases do tipo *scribere habeo* 'hei de escrever/escreverei' e *scribere habebat* 'havia de escrever/escreveria'). Embora ocorram, necessariamente, na margem direita do verbo, não necessitam de ser contíguos ao restante material verbal. Em circunstâncias muito restritas, ou seja, quando está presente na frase um pronome clítico, a adjacência pode ser interrompida.

A mesóclise pode considerar-se uma variante morfológica da ênclise, na medida em que se manifesta nas mesmas configurações sintáticas que propiciam a ênclise. Assim, no plano sintático, encontra-se uma dicotomia entre contextos de próclise, por um lado, e contextos de ênclise/mesóclise, por outro.

As frases em (15) ilustram a mesóclise, com formas verbais de condicional (15a-c) e de futuro (15d):

(15) a. *Escrever-lhe-ia*, como ela me pedira que fizesse (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. E no decurso desses dias de desocupação e impaciência os companheiros *espiá-lo-iam*, *medi-lo-iam* à distância numa cautela prudente, *reunir-se-iam* para discutir o seu caso (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
c. *Ter-se-ia* o Barbaças levantado? (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
d. A – Achas que vamos conseguir?
B – Ver-se-á.

Embora a mesóclise ocorra no futuro e no condicional, as frases em (16) mostram que, só por si, as formas verbais em causa não induzem a mesóclise. Nas frases negativas, por exemplo, ocorre obrigatoriamente a próclise, independentemente dos traços de tempo, modo e aspeto da forma verbal:

(16) a. Não se *lhes levaria* a mal por isso, tinham desculpa. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
b. E o fogo não *lhe queimará* a barriga? (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

42.1.3 Orações principais com próclise

A próclise manifesta-se de forma regular nas orações principais negativas, como se verá em 42.1.3.1. Nas orações principais afirmativas, o padrão proclítico ocorre nas configurações sintáticas que serão identificadas ao longo das subsecções 42.1.3.2. a 42.1.3.11. Quando for caso disso, a colocação proclítica dos pronomes átonos será contrastada com a opção pela colocação enclítica em estruturas aparentemente idênticas. Sendo a subsecção 42.1.3 a mais longa deste capítulo, abaixo esquematiza-se a sua organização interna.

Apesar da aparente diversidade dos elementos (ou fatores) que originam o padrão proclítico nas orações principais, pode afirmar-se que a próclise está aí associada aos processos gramaticais da **negação**, da **quantificação**, da **focalização** e da **ênfase**, tomados singularmente ou não.

Estrutura de 42.1.3 (Orações principais com próclise):

SUBSECÇÃO	TÍTULO DA SUBSECÇÃO (Origem da próclise)	EXEMPLOS DOS CASOS ESTUDADOS
42.1.3.1	Orações negativas	*Os cães não a assustam.* *Nada a assusta.*
42.1.3.2	Quantificadores	*Poucos cães a assustam.* *Muitos cães a assustam.* (vs. *muitos cães assustam-na*)
42.1.3.3	Advérbios focalizadores	*Só aquele cão te morderia.* *Até o gato me mordeu.*
42.1.3.4	Advérbios enfatizadores	*Bem te disse que não o soltasses.* *Lá me está ele a rosnar.*
42.1.3.5	Advérbios focalizados	*Sempre o vejo zangado.* *Ali se construiu o mosteiro* (vs. *ali, constrói-se de forma selvagem*) *Rapidamente se afastou* (vs. *rapidamente, afastou-se*)
42.1.3.6	Outros focos contrastivos antepostos (não adverbiais)	*Nas pernas se fiava ele.* *Um golpe traiçoeiro a derrubou.*
42.1.3.7	Declarativas enfáticas	*Um dia se saberá toda a verdade.* *Pois te garanto que é assim.*
42.1.3.8	Interrogativas e exclamativas *qu-*	*Quem te contou?* *Como ele me irrita!*
42.1.3.9	Imperativas com *que*; optativas	*Que me tragam o apito depressa.* *Bons olhos te vejam.*
42.1.3.10	Interrogativas retóricas com *acaso*	*Acaso te julgas a salvo?*
42.1.3.11	Próclise e ênclise com a palavra *próprio*	*Eu próprio lhe dei a notícia.* *Eu próprio dei-lhe a notícia.*

42.1.3.1 Orações negativas

Os pronomes clíticos são sempre proclíticos nas orações principais negativas, até mesmo nos casos em que ocorre a chamada "negação expletiva" (cf. Cap. 14): cf. *por pouco **não** me caía da varanda, o raio do miúdo! = por pouco caía-me da varanda, o raio do miúdo!*. O contraste entre orações negativas e afirmativas, no que diz respeito à colocação dos clíticos, é evidenciado pelas formas destacadas a itálico nos exemplos em (17):

(17) a. O patrão era mau, *batia-me*, não *me pagava* nada. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. *Ouvi-lhe* os passos, mas não *me voltei*. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
c. Eu não *me levantei* e *puxei-a* para mim. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
d. Não *me convidou*, *ordenou-me*, meu capitão (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
e. *Dêem-me* terra e não *me dêem* dinheiro! (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

Tal como se observou relativamente às orações principais afirmativas, a natureza declarativa, interrogativa, imperativa ou exclamativa da frase não interfere na colocação proclítica do pronome. Os exemplos em (18) mostram, assim, o padrão proclítico típico dos domínios negativos em frases declarativas, imperativas, interrogativas e exclamativas:

(18) a. Os circunstantes não *se moviam* nem falavam. (CRPC, J. Sena, *Sinais*) [declarativa]
b. Não *te zangas* se eu falar? (CRPC, J. Sena, *Sinais*) [interrogativa]

c. Não *se despeça* já, fale-me de si, converse comigo (CRPC, L. Antunes, *Fado*) [imperativa]
d. Pois, em cinquenta anos de seareiro, não *lhe sobrou* um punhado de notas para comprar outra besta que lhe lavre a terra! (CRPC, F. Namora, *Trigo*) [exclamativa]

Nas frases em que ocorrem palavras negativas, como *ninguém* ou *nunca*, em posição pré-verbal, o caráter negativo da frase é assegurado sem que esteja presente o marcador de negação oracional *não*: assim, *ninguém veio* coexiste no português com *não veio ninguém*; e *não fala nunca* é uma opção gramatical a par de *nunca fala*[12]. Também nessas frases em que *não* está ausente a próclise se manifesta regularmente. As frases em (19) ilustram o padrão proclítico em contextos negativos criados pelas palavras *nem*, *nunca*, *jamais*, *ninguém*, *nenhum*, *nada*.

(19) a. Gatuxa não seria na altura a dona de boutiques em Cascais nem *se ligara* ainda ao industrial que viria a morrer de uma síncope na auto-estrada. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
b. Eu e o Luís, entalados no carro, nem *nos entreolhávamos* de perplexos. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
c. Nem a minha melhor amiga *me contou* o que se passava.
d. Nunca *se sabe*, mocinha. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
e. Cresceu doutra maneira, nunca *lhe faltou* nada. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
f. Até sair do hospital jamais *me quis* abordar [...] como sujeito de livros e de escrita. (C. Pires, *De Profundis*, pág. 38)
g. Ninguém *se lembra* de mim e ainda bem. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
h. ninguém *me tira* da cabeça que ela lhe deu um chá qualquer a beber. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
i. Imita o canto das perdizes e nada, nenhuma *lhe responde*. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
j. Não pertences aqui, vai-te embora, nenhum de nós *te quer* cá. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
k. nada disso *lhe arrepiava* o rosto anafado ou *lhe arranhava* um pensamento. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
l. Nada *se alterara*. E sentiu alívio em reconhecê-lo. (CRPC, F. Namora, *Homem*)

Nas palavras *nenhum*, *nada*, *ninguém* encontram-se associados o valor negativo e a natureza quantificacional, o que permitiria juntá-las ao grupo dos quantificadores, que são também desencadeadores de próclise (cf. 42.1.3.2). As palavras *nunca* e *jamais* são o polo negativo do advérbio temporal *sempre*, o que permitiria aproximá-las dos advérbios focalizados (cf. 42.1.3.5). A palavra *nem* em frases como (19c) acima é um marcador de foco, tal como os advérbios focalizadores tratados em 42.1.3.3, e em (19b) associa ao valor negativo o valor enfático. Os elementos indutores de próclise considerados nesta subsecção têm, pois, traços em comum com os que serão identificados em seguida.

[12] A gramática do português exclui, por outro lado, quer a possibilidade de uma palavra negativa pós-verbal exprimir por si só a negação (cf. **veio ninguém*), quer a coexistência em posição pré-verbal de uma palavra negativa e do marcador de negação oracional (cf. **ninguém não veio*) – cf. Cap. 14.

42.1.3.2 Orações afirmativas introduzidas por quantificadores

Nesta subsecção estuda-se o comportamento dos quantificadores relativamente à colocação proclítica ou enclítica dos pronomes clíticos. Incluem-se no conjunto dos quantificadores palavras como *alguém*, *algo*, *algum*, *muito*, *bastante*, *tanto*, *mais*, *menos*, *raramente*, *tanto*, *qualquer*, *tudo*, *todos*, etc., e, para os itens que podem funcionar como pronomes ou como especificadores em sintagmas nominais (cf. Caps. 20 a 23), as suas variantes femininas e plurais. Os quantificadores podem ter natureza adverbial (cf. *ele sabe tanto* ou *eu vejo raramente o Pedro*), pronominal (cf. *alguém tirou o livro daqui* ou *poucos apreciaram o espetáculo*), ou ainda adjetival (cf. *bastantes turistas apreciaram o espetáculo*). Na verdade, o mesmo quantificador pode funcionar como advérbio, pronome ou adjetivo; veja-se como exemplo o quantificador *pouco* em frases como *eles trabalharam pouco no ano passado* (advérbio), *poucos apreciaram o espetáculo* (pronome) e [*poucos turistas*] *apreciaram o espetáculo* (adjetivo). Tipicamente (mas nem sempre, como se verá), os quantificadores estão associados à colocação proclítica dos pronomes átonos[13], desde que ocorram em posição pré-verbal (cf. *pouco se sabe da tragédia*, e não **pouco sabe-se da tragédia*; mas *sabe-se pouco da tragédia* e não **se sabe pouco da tragédia*). A próclise verifica-se tanto quando os quantificadores ocorrem isoladamente (cf. *poucos se mostraram insatisfeitos*) como quando são parte de constituintes mais vastos (cf. *poucos turistas americanos se mostraram insatisfeitos; em poucas ocasiões se mostraram insatisfeitos; de pouco lhe serviu ficar insatisfeito*).

Nos casos em que uma mesma palavra exprimindo quantificação é compatível quer com a próclise quer com a ênclise, esclarece-se nesta subsecção em que condições ocorre cada uma das ordens. Quando o quantificador funciona como advérbio, desencadeia sempre próclise (*bastante me aborreci* vs. **bastante aborreci-me*; *muito me aborreci* vs. **muito aborreci-me*; *raramente me aborreço* vs. **raramente aborreço-me*; *tanto me aborreci que saí* vs. **tanto aborreci-me que saí*; *quase me aborreci* vs. **quase aborreci-me*, ainda que a sua versão pronominal ou adjetival possa (ou não) admitir também a ênclise ({*bastantes/muitas/raras/quase cinquenta*} *pessoas mostraram-se aborrecidas*, a par de {*bastantes/muitas/raras/quase cinquenta*} *pessoas se mostraram aborrecidas*; mas *tanta conversa aborreceu-me* vs. **tanta conversa me aborreceu*).

Para além do contraste referido, quando o quantificador funciona como pronome ou adjetivo, parece ser também relevante no que respeita à colocação dos pronomes clíticos a distinção de número. Assim, alguns destes quantificadores, em idêntico contexto sintático, admitem só a próclise ou, pelo contrário, também a ênclise dependendo de serem morfologicamente singulares ou plurais. Veja-se, por exemplo, o distinto comportamento de cada um dos membros do par *algum/alguns* (*algum maratonista se perdeu*, e não **algum maratonista perdeu-se*; mas *alguns maratonistas perderam-se*) e do par *muito/muitos* (*muito maratonista se sentiu incapaz de*

[13] Nem todos os quantificadores desencadeiam a próclise. Assim, os quantificadores cardinais, por exemplo, associam-se tipicamente à ênclise (cf. *dois vidros da janela da sala partiram-se com o vento*). Um constituinte que integre um quantificador cardinal poderá, como qualquer outro tipo de constituinte, ser focalizado contrastivamente, passando então a associar-se ao padrão proclítico de colocação dos pronomes átonos (cf. 42.1.3.5 abaixo). Nesse caso, será o foco contrastivo anteposto, e não o quantificador cardinal, o despoletador da próclise.

terminar a prova e não ***muito** maratonista sentiu-se incapaz de terminar a prova*; mas *muitos maratonistas sentiram-se incapazes de terminar a prova*, a par de *muitos maratonistas se sentiram incapazes de terminar a prova*).

Apontam-se a seguir algumas propriedades que unem o grupo dos quantificadores pronominais ou adjetivais que induzem obrigatoriamente a próclise e os demarcam daqueles que excluem a próclise ou a permitem a par da ênclise.

Os quantificadores pronominais ou adjetivais que tornam a próclise obrigatória (cf. (20a,b) e (21a,b)) não podem ter como apostos nomes próprios (cf. (20c) e (21c)), não podem ser topicalizados (cf. (20d) e (21d)), nem podem combinar-se com orações relativas apositivas (cf. (20e) e (21e)):

(20) a. Alguém *me disse* ontem que vem aí uma tempestade.
b. *Alguém *disse-me* ontem que vem aí uma tempestade.
c. *Alguém, *a Maria*, me disse ontem que vem aí uma tempestade.
d. **Alguém que eu conheço*, {o vi/vi-o} ontem na televisão.
e. *Alguém, *o qual assistiu ao acidente*, está disposto a contar tudo.

(21) a. Algum aluno *me disse* ontem que vem aí uma tempestade.
b. *Algum aluno *disse-me* ontem que vem aí uma tempestade.
c. *Algum aluno, *o João*, me disse ontem que vem aí uma tempestade.
d. **Algum aluno meu* (*que joga andebol*), {o vi/vi-o} ontem na televisão.
e. *Algum aluno, *o qual assistiu ao acidente*, está disposto a contar tudo.

Os quantificadores pronominais ou adjetivais que geralmente se associam à ênclise (cf. (22a,b)) ou que admitem a ênclise a par da próclise (cf. (23a,b)) podem, pelo contrário, ter o seu conteúdo referencial identificado por um nome próprio (aposto à expressão quantificacional), como mostram (22c) e (23c), podem ser topicalizados, como se vê em (22d) e (23d), e podem igualmente combinar-se com uma oração relativa apositiva, como evidenciam (22e) e (23e):

(22) a. Alguns alunos meus *queixaram-se* à Comissão Pedagógica.
b. *Alguns alunos meus *se queixaram* à Comissão Pedagógica.
c. Alguns alunos meus – *o João, a Maria, a Sandra e o Miguel* – queixaram-se à Comissão Pedagógica.
d. *Alguns alunos meus*, vi-os ontem na televisão.
e. Alguns alunos, *os quais assistiram ao acidente*, estão dispostos a contar tudo.

(23) a. Muitos alunos *disseram-me* ontem que vem aí uma tempestade.
b. Muitos alunos *me disseram* ontem que vem aí uma tempestade.
c. Muitos alunos – *o João, a Maria, a Patrícia, o Miguel, a Carla...* – disseram-me ontem que vem aí uma tempestade.
d. *Muitos alunos meus*, vi-os ontem na televisão.
e. Muitos alunos, *os quais assistiram ao acidente*, estão dispostos a contar tudo.

A resistência dos quantificadores como *alguém*, *algum* (i.e., os típicos indutores de próclise) à topicalização (cf. Cap 12) e à combinação com orações relativas apositivas (cf. Cap. 39) é explicável pela natureza não referencial desses quantificadores. Os quantificadores que induzem próclise não referem indivíduos identificados pelo

falante (cf. Caps. 20 e 22), antes designam conjuntos de entidades indiferenciadas, sendo esses conjuntos perspetivados na sua dimensão grande, pequena, média, singular ou nula[14]. Tanto nas estruturas em que há topicalização como naquelas em que há orações relativas apositivas o falante pronuncia-se (tecendo comentários ou oferecendo informação) acerca de indivíduos que pode identificar ou que foram previamente identificados no contexto discursivo. As expressões quantificacionais que não referem indivíduos não são, portanto, compatíveis com as estruturas de topicalização nem de relativização apositiva[15].

42.1.3.2.1 Próclise como padrão regular com quantificadores do tipo de *poucos*

São tipicamente indutores de próclise os quantificadores *algo*, *alguém*, *algum*, *ambos*, *bastante*, *demasiado/demasiados*, *mais*, *menos*[16], *muito*, *pouco/poucos*, *raramente*, *suficientes*, *tal/tais* (na aceção de 'tão grande(s)'), *tão/tanto* (advérbios), *todo/todos*, *tudo*, *vários*), como se ilustra seguidamente:

(24) a. Algo de irremediável e tenebroso *se dera* na minha vida. (CRPC, J. Régio, *Vestido*)
b. Nesse momento ouviram restolhar por detrás das moitas. Alguém *os espreitava*. (CRPC, F. Namora, *Homem*)
c. Ainda mesmo quando algum deles *o procurava*, de coração repleto de ternura, para lhe transmitir a sua gratidão, alguma coisa *se interpunha* (CRPC, F. Namora, *Homem*)
d. E ambos *se levantaram* e *se vestiram*. (CRPC, Sophia, *Contos*)
e. Bastante *se tem* falado sobre esse assunto.
f. São terrivelmente perspicazes, estes doentes. Demasiado *o sabia*. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
g. Demasiadas pessoas *se viram* obrigadas a abandonar a sala.
h. e a cobra quanto mais medo sente à pessoa mais *a ataca* (CRPC, PF 0564)
i. Mais pessoas *se mostraram* descontentes do que as que se deram por satisfeitas.
j. Quanto mais lhe perguntares, menos *te diz*.
k. Por menos *me cortou* o meu pai a mesada.
l. Muito *me contas*.
m. Muita cerveja *se bebe* naquela terra!
n. Pouco *lhe restava* da elasticidade nervosa do corpo (CRPC, F. Namora, *Domingo*)

---

[14] É o caso dos quantificadores negativos, como *nenhum*, *nada*, *ninguém* (cf. 42.1.3.1 acima).

[15] Para uma caracterização semântica dos quantificadores, perspetivada relativamente à variação entre próclise e ênclise, veja-se Martins (1997). Sobre quantificadores em geral, veja-se o Cap. 21.

[16] Como advérbios especificadores de adjetivos (marcando grau), *mais* e *menos* são irrelevantes no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos:

(i) a. Dos dois, o mais novo *chama-se* João do Rosário Portela – João Portela, – simplesmente. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
b. O menos bonito *chama-se* Osvaldo.

As locuções *mais uma vez*, *uma vez mais*, em posição pré-verbal, podem associar-se quer à próclise quer à ênclise (cf. 42.1.3.5 e 42.1.3.6):

(ii) a. E mais uma vez o coração do Bispo *se comoveu* em frente da beleza pura e antiga das paredes e das pedras. (CRPC, Sophia, *Contos*)
b. E {mais uma vez/uma vez mais}, o Bispo *comoveu-se*.

o. O resultado foi desastroso: poucos elefantes nascidos em cativeiro *se habituaram* a viver em liberdade.
p. Raramente ela *se metia* ao mar. Tinha horror da água muito fria (CRPC, U. T. Rodrigues, *Insubmissos*)
q. Suficientes telespetadores *se mostraram* indignados para que o programa fosse retirado da programação.
r. Tal irritação *lhe provocava* o papagaio do vizinho que tentou acabar com ele.
s. Tão lindo era o sorriso e tanto *lhe brilhavam* os olhos. (CRPC, M. R. Araújo, *Palhaço*)
t. Tão lassos *me ficaram* os músculos! (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
u. No fundo, toda a gente *se riu* e esfregou as mãos. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
v. as pessoas tinham várias cores, vários idiomas mas todos *se entendiam* (CRPC, M.-H. Leiria, *Contos*)
w. Por toda a Escandinávia *se multiplicam* os debates. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)
x. Agora tudo isso *lhe era* indiferente. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
y. A grande sala alargava-se à nossa frente. Vários homens *se moviam*. (CRPC, M. I. Barreno, *Morte*)

Relativamente aos quantificadores *algo*, *alguém*, *algum*, *todos* é possível identificar, no entanto, situações particulares que escapam ao padrão regular proclítico; estes quantificadores não desencadeiam próclise quando as expressões nominais em que ocorrem são modificadas por orações relativas restritivas com o verbo no conjuntivo. Nesta situação, como mostram os exemplos (25) a (28), a colocação dos pronomes átonos é enclítica (ou mesoclítica – cf. 42.1.2) e não proclítica:

(25) a. Algo que possa correr mal *deixá-lo-á* inconsolável.
b. *Algo que possa correr mal *o deixará* inconsolável.

(26) a. Alguém que {chegue/tenha chegado} tarde *perde-se*, com certeza, no meio dessa argumentação.
b. *Alguém que {chegue/tenha chegado} tarde *se perde*, com certeza, no meio dessa argumentação.

(27) a. Alguma pessoa que {chegue/tenha chegado} tarde *perde-se*, com certeza, no meio dessa argumentação.
b. *Alguma pessoa que {chegue/tenha chegado} tarde *se perde*, com certeza, no meio dessa argumentação.

(28) a. Todas as pessoas que {cheguem/tenham chegado} tarde *perdem-se*, com certeza, no meio dessa argumentação.
b. *Todas as pessoas que {cheguem/tenham chegado} tarde *se perdem*, com certeza, no meio dessa argumentação.

Quando as expressões nominais quantificadas por *todos* designam um grupo de indivíduos que participam conjuntamente num dado evento, a ênclise torna-se uma opção gramatical ainda que *todos* ocorra em posição pré-verbal. As frases (29) exemplificam a colocação enclítica dos pronomes átonos nas frases em que *todos* tem uma leitura de grupo, tornando-se por isso compatível com a modificação por orações relativas restritivas (cf. 42.1.3.2).

(29) a. Todos os chineses que vivem em Lisboa *reúnem-se* uma vez por ano no Parque das Nações.
b. Toda a população chinesa que vive em Lisboa *reúne-se* uma vez por ano no Parque das Nações.
c. Todas as girafas, ao pressentirem o incêndio, *deslocaram-se* em direção ao lago.

O contraste de gramaticalidade entre (30a) e (30b) decorre da incompatibilidade entre o predicado *descalçaram-se* e a atribuição de uma leitura de grupo à expressão *todas as bailarinas*. Nas frases de (30), o predicado *descalçaram-se* designa um conjunto de eventos, cada um dos quais tendo como participante uma bailarina pertencente ao conjunto designado pela expressão *todas as bailarinas*. Neste caso, *todas as bailarinas* tem necessariamente uma interpretação distributiva, e não grupal (cf. Cap. 21), pelo que a próclise se torna obrigatória; daí a agramaticalidade de (30a):

(30) a. *Todas as bailarinas *descalçaram-se*.
b. Todas as bailarinas *se descalçaram*.

Por último, quer o quantificador *todos* quer o quantificador *tudo* deixam de associar-se à colocação proclítica dos pronomes átonos quando ocorrem em posição pós-nominal, ainda que antecedam o verbo. Nesta situação têm leitura de grupo. Vejam-se os exemplos (31) e (32):

(31) Os meus amigos todos *vão-me* oferecer aquele livro que eu tanto queria.

(32) Isso tudo *perdeu-se* (Herculano, *apud* Said Ali [1908] 1966:50)

42.1.3.2.2 Próclise contrastada com a possibilidade de ênclise com quantificadores do tipo de *muitos*

Os seguintes quantificadores, funcionando como pronomes ou como especificadores adjetivais, associam-se quer à próclise quer à ênclise: *alguns*, *bastantes*, *cada*, *muitos*, *raros*, *quase* (seguido de numeral), *qualquer*, *tamanho/tamanhos*, *tanto/tantos*.

Como os fatores que subjazem à variação entre próclise e ênclise não podem ser definidos uniformemente para todos os quantificadores aqui considerados, estes serão divididos em cinco grupos: (i) *muitos*, *bastantes*, *raros*, *quase* (seguido de numeral); (ii) *qualquer*; (iii) *alguns*; (iv) *tamanho/tamanhos*, *tanto/tantos*; (v) *cada*.

❖ *Muitos, bastantes, raros, quase* (seguido de numeral)

Nas frases com *muitos/muitas*, a variação entre colocação proclítica e colocação enclítica dos pronomes átonos associa-se, em geral, a distinções semânticas. Tanto na frase (33a), com ênclise, como na frase (33b), com próclise, a palavra *muitas* define uma quantidade (considerada elevada relativamente a um dado limiar quantitativo). No entanto, enquanto em (33a) *muitas* tem simultaneamente um valor referencial, apontando um conjunto particular de pessoas (que poderiam ser identificadas, recorrendo, por exemplo, aos registos de vacinação), na frase (33b) *muitas* é puramente quantificacional, delimitando apenas um certo universo quantitativo. Assim, enquanto a interpretação de (33a) é a de que 'existem certas pessoas, em princípio identificáveis, que se vacinam todos os anos e que formam um grupo grande', a

interpretação de (33b) é a de que 'todos os anos o conjunto de pessoas vacinadas é grande', sem a implicação de que ano após ano se vacinem as mesmas pessoas.

(33) a. Muitas pessoas *vacinam-se* todos os anos. (= há muitas pessoas que todos os anos se vacinam)[17].
b. Muitas pessoas *se vacinam* todos os anos. (= o número de pessoas vacinadas é todos os anos grande)

O contraste semântico exemplificado por (33) torna-se mais nítido quando se substitui o predicado *vacinar-se* por um predicado como *suicidar-se*. Dada a impossibilidade de a mesma pessoa cometer suicídio repetidamente, a frase (34a), com ênclise e interpretação referencial de *muitas pessoas*, exprime uma asserção necessariamente falsa (num mundo de seres mortais), enquanto a frase (34b), com próclise e interpretação puramente quantificacional de *muitas pessoas*, pode exprimir uma asserção verdadeira. Daí a estranheza e inaceitabilidade da frase (34a), em contraste com a normalidade de (34b).

(34) a. #Muitas pessoas *suicidam-se* todos os anos. (= há muitas pessoas que todos os anos se suicidam)
b. Muitas pessoas *se suicidam* todos os anos. (= o número de pessoas que se suicidam anualmente é grande)

Os quantificadores *bastantes*, *raros*[18] e *quase* (seguido de um numeral) interagem com a colocação dos pronomes clíticos da mesma maneira que *muitos*. Por forma a verificá-lo, compare-se o conjunto de frases em (35) com os conjuntos paralelos apresentados em (33) e (34) acima.

(35) a. De entre os 200 indivíduos da nossa amostra, {bastantes/raros/quase cinquenta} *vacinam-se* todos os anos. (os mesmos indivíduos vacinam-se ano após ano)
b. De entre os 200 indivíduos da nossa amostra, {bastantes/raros/quase cinquenta} *se vacinam* todos os anos. (a quantidade de indivíduos que se vacinam é similar ano após ano)
c. #De entre os 2000 indivíduos da nossa amostra, {bastantes/raros/quase cinquenta} *suicidaram-se* em anos consecutivos.
d. De entre os 2000 indivíduos da nossa amostra, {bastantes/raros/quase cinquenta} *se suicidaram* em anos consecutivos.

Em 42.1.3.5 e 42.1.3.6 ver-se-á pormenorizadamente que a distinção entre constituintes topicalizados e constituintes focalizados permite descrever adequadamente uma das vertentes da variação entre ênclise e próclise, tanto quando o

[17] Note-se como a frase (33a), em contraste com (33b), pode ser continuada por "mas não todas". Esta continuação é semanticamente desajustada no caso de (33b), pois aí o constituinte *muitas pessoas* tem natureza puramente quantificacional e não referencial.

[18] O quantificador *raros* equivale a 'alguns, uns poucos, uns quantos' e associa-se à ênclise em frases como (i); com o valor de 'poucos', associa-se à próclise, conforme ilustram as frases de (ii):
(i) a. Raras estrelas *descobriam-se* num céu carregado de nuvens.
b. Raras pessoas, habituadas ao cenário de guerra, *deixavam-se* ficar pelas ruas.
(ii) a. Raros animais terrestres *se habituam* a viver em condições tão hostis.
b. Raros amigos *o apoiaram* naquela época.

verbo se encontra precedido por advérbios (de diferentes classes) como quando se antepõem ao verbo constituintes de natureza preposicional e nominal, os quais normalmente não induzem próclise. A oposição entre tópicos e focos contrastivos é também relevante quando se observam os quantificadores, no sentido de compreender em que condições determinam uma certa colocação dos clíticos. De facto, conforme foi apontado no início da presente subsecção, os quantificadores "puros", ou seja, aqueles que tornam a próclise obrigatória, não podem ser topicalizados. Tal deve-se à sua natureza não referencial, que se opõe à necessária interpretação referencial dos constituintes topicalizados. Uma vez que o quantificador *muitos* pode ser referencial (denotando indivíduos identificados ou identificáveis no universo discursivo), as expressões nominais quantificadas por *muitos* podem constituir tópicos discursivos. Quando assim acontece, ocorre necessariamente a colocação enclítica dos pronomes átonos. Observem-se as frases (36) a (40) abaixo. Nessas frases força-se a interpretação das expressões introduzidas por *muitas* como tópicos ao incluí-las numa enumeração (de tipo coordenativo – cf. (36) a (38) – ou adversativo – cf. (39)) ou ao fazê-las retomar um tópico previamente introduzido numa sequência discursiva (cf. (40)). O resultado é a obrigatoriedade da ênclise:

(36) a. Muitas cáries *desenvolvem-se* por não escovarmos bem os dentes, outras por comermos muito açúcar, outras por isto ou por aquilo...
b. #Muitas cáries *se desenvolvem* por não escovarmos bem os dentes, outras por comermos muito açúcar, outras por isto ou por aquilo...

(37) a. Depois do acidente, muitas pessoas *dirigiram-se* à polícia, outras aos bombeiros, outras ao hospital...
b. #Depois do acidente, muitas pessoas *se dirigiram* à polícia, outras aos bombeiros, outras ao hospital...

(38) a. Muitas vezes *diz-se* radiante, outras deprimido, outras miserável...
b. #Muitas vezes *se diz* radiante, outras deprimido, outras miserável...

(39) a. Muitas vezes *pergunto-me* se ele será bom da cabeça, mas outras vezes parece inteligentíssimo.
b. #Muitas vezes *me pergunto* se ele será bom da cabeça, mas outras vezes parece inteligentíssimo.

(40) a. A – A festa vai ser ao ar livre. Vai haver todo o género de diversões, palhaços e dez cães.
B – Dez cães?!
A – Ela não gosta de cães?!
B – Ela gosta imenso de cães. Mas, muitos cães (juntos) *deixam-na* assustada.
b. (mesmo contexto discursivo) *Mas, muitos cães (juntos) *a deixam* assustada.

Na frase (41), pelo contrário, o contraste imposto pela sequência discursiva '*x* não *y*' faz com que a expressão *muitas amizades* seja interpretada como foco contrastivo, com a leitura exclusiva típica das estruturas clivadas (cf. Cap. 50). Assim, (41a)

é semanticamente equivalente a '...foram muitas as amizades que se perderam nessa altura'. Neste caso, a próclise é a única opção aceitável:

(41) a. Estás enganado, muitas amizades *se perderam* nessa altura; não foram poucas.
b. #Estás enganado, muitas amizades *perderam-se* nessa altura; não foram poucas.

Nas frases exclamativas introduzidas por *muitos/muitas*, que semanticamente se aproximam das exclamativas introduzidas por *que*, *quanto*, *como*, por serem igualmente avaliativas e enfáticas (cf. 42.1.3.8 abaixo), os pronomes átonos apresentam necessariamente colocação proclítica, como nas frases (42a) e (42c):

(42) a. Muitas cervejas *se beberam* ontem aqui!
b. *Muitas cervejas *beberam-se* ontem aqui!
c. Muitas grosserias *lhe tenho* aguentado!
d. *Muitas grosserias *tenho-lhe* aguentado!

Qualquer

O pronome/adjetivo *qualquer* pode ter a natureza de quantificador universal, como em (43), ou de quantificador indefinido, como em (44), embora as frases genéricas, como (43a), favoreçam a sua interpretação universal (cf. Cap. 21 e Sánchez López 1999:1037ss):

(43) a. *Qualquer réu* tem direito à presunção de inocência. (= *todo o réu* tem direito à presunção de inocência)
b. *Qualquer dos advogados* do escritório dele te prepararia uma sólida defesa. (= *todos os advogados* do escritório dele te prepararíam uma sólida defesa – com leitura distributiva de *todos*)

(44) a. *Qualquer juiz* pode ler a sentença (amanhã). (= *um juiz, não importa qual*, pode ler a sentença)
b. Pode ler a sentença *qualquer dos juízes presentes*. (= *um dos juízes presentes, não importa qual*, pode ler a sentença)

Em ambos os casos, *qualquer* pode ser o especificador "direto" de um sintagma nominal não específico, como em (43a) e (44a), ou combinar-se com um sintagma nominal específico numa construção partitiva, como em (43b) e (44b) (cf. Cap. 20). Como indefinido, *qualquer* equivale a 'um, qualquer um, um qualquer' e forma expressões que podem tomar qualquer valor quantitativo próprio de um quantificador indefinido. Com esta interpretação, *qualquer* pode associar-se ao indefinido *outro*:

(45) a. Qualquer outro resultado seria desanimador.
b. Outro resultado qualquer seria desanimador.

O quantificador universal *qualquer* determina a próclise, como mostram os exemplos em (46), enquanto o quantificador existencial indefinido *qualquer* determina a ênclise, conforme ilustram as frases em (47):

(46) a. Qualquer advogado *se orgulha* das suas vitórias em tribunal.
b. Qualquer de nós *te diria* o mesmo.
c. Qualquer das minhas filhas *se licenciou* em Medicina.
d. Qualquer dificuldade *lhe parece* intransponível.

(47) a. Qualquer outro resultado *afasta-nos* desse objectivo (CETEMPúblico) (= {um outro resultado/outro resultado qualquer} afasta-nos desse objetivo)
b. Qualquer pessoa normal *classifica-os* de actos bárbaros e desumanos. (CETEMPúblico) (= {uma pessoa normal, qualquer que ela seja,/uma qualquer pessoa normal} classifica-os de atos bárbaros e desumanos)
c. Estudar por conta própria, não estudava; mas ouvia-me atentamente, recusando terminantemente ir além dos apontamentos de aula ou das sebentas dos professores. Qualquer livro da biblioteca da faculdade, para aprofundamento de uma questão, *parecia-lhe* um obstáculo na sua carreira militar. (CRPC, J. Sena, *Sinais*) (= um livro da biblioteca da faculdade para aprofundamento de uma questão parecia-lhe um obstáculo na sua carreira militar (qualquer que fosse o livro)).

Alguns[19]

Os pronomes átonos são enclíticos nas frases declarativas que incluem o quantificador *alguns* em posição pré-verbal, mas são proclíticos nas frases interrogativas correspondentes. Exemplificam este contraste as frases (48a) e (48b), a primeira declarativa, com ênclise, a segunda interrogativa, com próclise. No entanto, nas frases interrogativas que não traduzem pedidos de informação, mas visam verificar (confirmando-a ou não) uma informação previamente veiculada, encontra-se a colocação enclítica característica das frases declarativas, como mostra (48c).

(48) a. Alguns ricos e famosos *viram-se* envolvidos no processo.
b. Alguns ricos e famosos *se viram* envolvidos no processo? (= há alguns ricos e famosos envolvidos no processo? Ou há só cidadãos anónimos?)
c. Alguns ricos e famosos *viram-se* mesmo envolvidos no processo? (= é mesmo verdade que (conforme foi noticiado) há alguns ricos e famosos envolvidos no processo?)

Embora o padrão normal de colocação dos clíticos nas frases declarativas com *alguns* seja a ênclise, a presença de modalizadores epistémicos (cf. Cap. 18) pode tornar a próclise aceitável, como mostram os exemplos em (49). A modalização introduzida pelo futuro ou por verbos que exprimem possibilidade, como *dever* em (49a), torna possível uma interpretação não referencial de *alguns*, o qual adquire então valor equivalente ao do quantificador existencial *algum*, este um típico indutor de próclise, como se observou em 42.1.3.2.1. Na ausência dos referidos modalizadores, só a ênclise é aceitável (cf. (49d)).

(49) a. Alguns alunos *me devem ter falado* na greve, mas eu esqueci-me. (a par de *alguns alunos devem-me ter falado na greve*...)
b. Alguns alunos *me hão de ter falado* na greve, mas eu esqueci-me.

[19] Cf. *algum* (sing.) em 42.1.3.2.1.

c. Alguns alunos *me terão falado* na greve, mas eu esqueci-me. (a par de *alguns alunos ter-me-ão falado na greve...*)
d. Alguns alunos *falaram-me* na greve, mas eu esqueci-me. (em contraste com **alguns alunos me falaram na greve...*)

❖ *Tamanho/tamanhos, tanto/tantos*

Nas frases em que os quantificadores *tamanho*/*tamanhos* e *tanto*/*tantos* antecedem o verbo, ocorrem quer a próclise quer a ênclise. A colocação do pronome átono é sempre proclítica em estruturas consecutivas (cf. (50a-c)) e em exclamativas avaliativas (cf. (50d,e) e 42.1.3.8). A colocação enclítica é comum nos restantes casos, como mostram os exemplos em (51):

(50) a. Tamanho arraial *se armou* que uma dezena de pessoas ficou ferida.
b. Tamanha bonomia *o acometeu* que não reagiu aos insultos.
c. Tanta gente *o viu* fazer isso que não o pode agora negar.
d. Tamanha insensatez *te acometeu*?!
e. Tantos acidentes *se podiam* evitar só com um pouco de bom senso!

(51) a. Tamanha altivez *punha-o* fora de si.
b. Surpreendentemente, tamanhos excessos *prolongaram-lhe* a vida.
c. Tanta solicitude *amolecia-o*. Era um cerco. Bem percebia que era um cerco. (CRPC, M. Dionísio, *Dia*)

A distribuição da próclise e da ênclise com *tamanho/tamanhos* e *tanto/tantos* pode aproximar-se, quanto ao condicionamento de cada uma das colocações, da situação que descrevemos para os quantificadores do tipo de *muitos*. Na verdade, nas estruturas consecutivas, as expressões quantificadas por *tamanho/tamanhos* e *tanto/tantos* encontram-se focalizadas (contrastivamente), recebendo uma interpretação idêntica à dos constituintes clivados. Nas frases que exibem ênclise, as expressões nominais introduzidas por *tamanho/tamanhos* e *tanto/tantos* podem interpretar-se como tópicos.

A ocorrência da próclise em orações exclamativas avaliativas não introduzidas (nem introduzíveis) por *que*, *quanto*, *como* também aproxima *tamanho/tamanhos* e *tanto/tantos* de *muitos*.

❖ *Cada*

No que diz respeito ao quantificador universal distributivo *cada* (cf. Cap. 21), diferentes falantes manifestam diferentes opções relativamente à colocação dos pronomes clíticos, preferindo uns a próclise, outros a ênclise[20]. Estando aqui em causa variação idioletal, não existem fatores semânticos ou estruturais que determinem uma ou outra colocação.

(52) a. Cada um *se acobardara* (CRPC, F. Namora, *Homem*)
b. Cada um acobardara-se.

(53) a. e cada vez *se vêem* maiores desentendimentos. (CRPC, PF 0725)
b. e cada vez *veem-se* maiores desentendimentos.

[20] Para a autora deste capítulo, a próclise é a única colocação possível nas frases em que o quantificador *cada* antecede o verbo.

(54) a. Alimentava-se de omeletas. Cada uma das suas seis preciosas galinhas *lhe dava* um ovo por dia.
b. Alimentava-se de omeletas. Cada uma das suas seis preciosas galinhas *dava-lhe* um ovo por dia.

(55) a. Cada hóspede *nos paga* diariamente cinquenta euros.
b. Cada hóspede *paga-nos* diariamente cinquenta euros.

42.1.3.3 Advérbios focalizadores

Nesta subsecção serão considerados, em primeiro lugar, os advérbios focalizadores exclusivos (*apenas*, *só*, *somente*, *logo*, *antes*) e inclusivos (*também*, *até*, *mesmo*) e, de seguida, os advérbios focalizadores aspetuais *já*, *ainda*, *quase*, *mal* (com a interpretação 'quase não'), bem como o focalizador de modalidade *talvez*. Quando ocorrem em posição pré-verbal, todos os advérbios focalizadores determinam, obrigatoriamente, o padrão proclítico.

Os advérbios focalizadores põem em **foco** (ou seja, põem em evidência), ou **focalizam** um certo constituinte ou componente da frase, ao contrastá-lo com alternativas possíveis[21].

❖ Próclise com advérbios focalizadores inclusivos e exclusivos

Os advérbios focalizadores de inclusão e exclusão denotam e realçam a pertença ou não pertença de um indivíduo (ou de um evento ou situação) a um conjunto pressuposto ou previamente mencionado no universo de discurso. Os advérbios *também*, *até*, *mesmo* operam no sentido da inclusão; os advérbios *apenas*, *só*, *somente*, *logo*, *antes* individualizam por exclusão[22].

---

[21] Está aqui em causa o conceito de **foco contrastivo**, não o conceito de **foco informacional**. Os dois tipos de foco distinguem-se no plano prosódico (o segundo recebe um acento neutro enquanto o primeiro recebe um acento contrastivo), no plano sintático e no plano pragmático-discursivo. O foco informacional, exemplificado pelo constituinte em itálico em (iB), introduz informação nova (requerida ou não) no domínio do discurso, não transporta informação implícita, e ocorre tipicamente em posição final de frase:
(i) A – Quem é que se despiu em cena ontem?
B – Despiram-se ontem em cena *as bailarinas*.
O foco contrastivo, exemplificado pelo constituinte sublinhado em (iiBa) e (iiBb), corrige informação conhecida (explicitada ou pressuposta) e transporta informação implícita:
(ii) A – Disseram-me que ontem os atores se despiram em cena.
B – a. As bailarinas despiram-se em cena.
b. Só as bailarinas se despiram em cena. ((iiBa,b) = as bailarinas é que se despiram em cena)
implicação: os atores não se despiram em cena; ninguém exceto as bailarinas se despiu em cena
O constituinte com foco contrastivo pode manter a posição canónica associada à sua função gramatical, como em (iiiBa) e (ivBa), ou pode ser anteposto, como em (iiiBb) e (ivBb):
(iii) A – O gato está a comer uma lagartixa.
B – a. O gato está a comer uma osga.
b. Uma osga está o gato a comer. (= é uma osga o que o gato está a comer)
implicação: o gato não está a comer uma lagartixa
(iv) A – Tu não comes nada.
B – a. Eu como até pedras, quando tenho fome.
b. Até pedras eu como, quando tenho fome.
Para mais informação sobre a distinção entre foco contrastivo e foco informacional, veja-se o Cap. 50 e Zubizarreta (1999).

[22] O advérbio focalizador exclusivo *antes* apenas pode pôr em foco eventos ou situações (e não indivíduos):
(i) A – Então, deste-lhe os parabéns?
B – Eu? *Antes* o mandei passear. (= o que eu fiz foi mandá-lo passear, e não outra coisa)

Os advérbios focalizadores inclusivos e exclusivos aproximam-se dos quantificadores porque induzem a interpretação quantitativa do elemento que modificam, em virtude da implicação de existência (focalizadores inclusivos) ou de inexistência (focalizadores exclusivos) de outros elementos. Por isso, os focalizadores inclusivos e exclusivos são também designados **quantificadores focais** ou **quantificadores pressuposicionais** (cf. Sánchez López 1999:1105ss). Apenas diferem dos quantificadores indefinidos canónicos porque a implicação de existência ou inexistência não se deduz, diretamente, da oração em que ocorre o quantificador focal (isto é, o advérbio focalizador), mas sim da pressuposição que implica.

Os exemplos (56) e (57) ilustram como a interpretação das frases em que ocorrem focalizadores inclusivos e exclusivos pode decompor-se em duas partes, uma explicitamente asserida, a outra implícita ou pressuposta[23]:

- Focalizadores inclusivos

(56) a. *Também* o Pedro te traiu.
b. (i) 'O Pedro traiu-te' [asserção]
(ii) 'Alguém além do Pedro te traiu' [pressuposição]

- Focalizadores exclusivos

(57) a. *Só* o Pedro te traiu.
b. (i) 'O Pedro traiu-te' [asserção]
(ii) 'Ninguém a não ser o Pedro te traiu' [pressuposição]

Todos os advérbios focalizadores, tanto os de inclusão como os de exclusão, determinam próclise obrigatória quando precedem o verbo, como mostram os exemplos em (58)[24]:

(58) a. Também a ele *lhe agradavam* aqueles passeios ao fim da tarde.
b. Os animais também têm mazelas e também *as pegam*. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
c. Por fim, até a tortura *se fatigava*. (CRPC, F. Namora, *Homem*)

---

[23] Os focalizadores inclusivos e exclusivos podem ser **escalares**, envolvendo então três níveis de interpretação:
(i) a. *Até* o Pedro me traiu. [focalizador inclusivo escalar]
b. (a) 'O Pedro traiu-me'
(b) 'Alguém além do Pedro me traiu'
(c) 'O Pedro era a pessoa que eu menos esperava que me traísse'
(ii) a. *Logo* o Pedro (entre todos eles) me traiu. [focalizador exclusivo escalar]
b. (a) 'O Pedro traiu-me'
(b) 'Ninguém além do Pedro me traiu'
(c) 'O Pedro era a pessoa que eu menos esperava que me traísse'

[24] Na locução *também como* (com a interpretação 'tal como, do mesmo modo que'), o advérbio *também* é irrelevante relativamente à colocação dos pronomes clíticos:
(i) O seu corpo flutuava dentro do crepe vaporoso. Tal como naquela noite remota mas instantânea. E também como nessa noite, *parecia-me* irreal. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
Nas locuções *mesmo com* (na aceção de 'apesar de') e *mesmo assim* (na aceção de 'apesar disso'), o advérbio *mesmo* é irrelevante relativamente à colocação dos pronomes clíticos:
(ii) E porém mesmo com a casa alterada e arranjada pela mãe e pela irmã, mesmo com todos os possíveis vestígios do passado disfarçados ou banidos, *acontecia-lhe* às vezes abrir um armário e deparar-se-lhe um casaco esquecido (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
(iii) Chegava a tomar três pastilhas à noite e mesmo assim, veja lá, *via-me* à rasca para adormecer. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

d. não incomodavam nada, ora essa, o Artur até *se ofendia* se não o procurassem. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
e. Mesmo o papagaio *me pareceu* triste.
f. Apenas o Jorge *se mostrou* inconformado.
g. O cirurgião examinou-o e apenas *lhe encontrou* o crânio amolgado (CRPC, Camilo, *Novelas*)
h. Só um pequeno grupo *se mantinha* tenazmente colado à porta de armas (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
i. Só agora eu *lhe sabia* o nome. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
j. Um passeio de vez em quando só *lhe faria* bem. (CRPC, F. Namora, *Homem*)
k. Somente ele *me contou* a verdade.
l. Logo ele, entre todos os meus amigos, *me havia* de fazer isto.
m. Logo hoje, que estou de tão mau humor, *me vens* com essa conversa.
n. Curiosamente, não explode de ira, antes *se resigna* à situação (CRPC, F. Botelho, *Noite*)

❖ Próclise com os advérbios focalizadores aspetuais *já, ainda, quase, mal* e o focalizador de modalidade *talvez*

Os focalizadores aspetuais põem em foco (i.e., em evidência) a transição entre fases sucessivas no desenvolvimento de um evento. A focalização implica um contraste entre a situação asserida e uma situação alternativa[25].

O advérbio *ainda*, por exemplo, põe em evidência que a transição entre fases no desenvolvimento de um evento não aconteceu, mas acontecerá em breve ou poderia já ter acontecido. A presença de *ainda* introduz, pois, um contraste implícito entre a situação descrita e uma situação comparável (habitual ou esperada) mas contrária, i.e., expressa por uma proposição de valor (positivo ou negativo) contrário ao da proposição que exprime a situação descrita, como ilustra (59):

(59) a. O Maurício *ainda* está no trabalho.
b. (i) 'O Maurício está no trabalho' [asserção]
(ii) 'Em breve, o Maurício (*já*) *não* estará no trabalho' ou 'O Maurício poderia (*já*) *não* estar no trabalho (a esta hora)' [pressuposição]

O advérbio *já*, por seu turno, indica que uma transição entre fases no desenvolvimento de um evento ocorreu recentemente e põe em foco, desse modo, o momento inicial da nova fase:

(60) a. O Maurício *já* está a dormir.
b. (i) 'O Maurício está a dormir' [asserção]
(ii) 'Há pouco o Maurício (*ainda*) *não* estava a dormir' ou 'O Maurício poderia (*ainda*) *não* estar a dormir (a esta hora)' [pressuposição]

Os focalizadores aspetuais aproximam-se dos focalizadores inclusivos e exclusivos na medida em que a interpretação das frases que os incluem pode ser decomposta em duas partes (como nos exemplos (59) a (63)). No caso dos focalizadores

[25] Cf. Cap. 33 e Lee (2008).

aspetuais, essa decomposição torna evidente o contraste entre a situação observada e uma situação alternativa, esperada, desejável ou provável:

(61) a. O Maurício *mal* trabalha (chega ao meio-dia e sai a seguir ao almoço).
b. (i) 'O Maurício trabalha pouco' ou 'O Maurício quase não trabalha' [asserção]
(ii) 'O Maurício deveria trabalhar bastante mais' [pressuposição]

(62) a. A Maria *quase* caiu/morreu.
b. (i) 'A Maria não caiu/morreu' [asserção]
(ii) 'Existiu uma possibilidade forte de que a Maria caísse/morresse' [pressuposição]

(63) a. A Maria *quase* construiu a casa (mas a morte do marido fê-la suspender a obra).
b. (i) 'A Maria não concluiu a construção da casa' [asserção]
(ii) 'Existiu uma possibilidade forte de que Maria concluísse a construção da casa' [pressuposição]

O focalizador de modalidade *talvez* aproxima-se dos focalizadores aspetuais por afirmar como possível uma situação contrária à situação esperada, quer esta tenha sido afirmada explicitamente quer seja apenas pressuposta (a escrita em maiúsculas de *talvez* representa um acento mais forte e uma entoação especial no advérbio, associados fonologicamente ao foco contrastivo):

(64) A – O João não vem.
B – O João *talvez* venha. (= é possível que o João venha (contra o que pensas))

(65) A – O João vem amanhã.
B – O João *TALVEZ* venha. (= é possível que o João não venha (contra o que pensas))

A próclise ocorre regularmente quando os focalizadores aspetuais *ainda*, *já*, *mal* (na aceção de 'quase não') e *quase* precedem o verbo, conforme mostram os exemplos em (66)[26]. O mesmo acontece quando o focalizador de modalidade *talvez* ocorre em posição pré-verbal, como se vê em (67)[27]:

(66) a. Ainda *me falta* contar-te uma coisa! (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
b. Anos depois, ainda o peixeiro, um unhas de fome, *lhe deixava* à porta um punhado de sardinhas (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

[26] A ênclise torna-se possível, mas não obrigatória, quando *ainda* integra a locução *ainda por cima*:
(i) a. Beba o que quiser, fume o que quiser, tome conta da filha o que quiser, chame o criado à vontade mas não empate a gente: a gaja ainda por cima *ria-se* de si, a gaja ainda por cima *gozava-o* de grande e você a consentir que o reinassem, que o embarrilassem, que tourada. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. Enganou-nos e ainda por cima *se riu* de nós.
Enquanto marcador contrastivo ou adversativo no interior de um sintagma nominal, o advérbio *já* permite a ênclise a par da próclise:
(ii) a. A Maria não me conta nada. Já o Pedro *conta-me* sempre tudo...
b. A Maria está sempre atenta; já a Sofia *se distrai* muito.
Com a locução *já agora*, ocorre apenas a ênclise:
(iii) E já agora *tragam-me* uma garrafinha de água-pé no regresso que estou com uma sede que nem vejo. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

[27] Outros advérbios modalizadores admitem quer a próclise quer a ênclise. Assim acontece, por exemplo, com *certamente* (cf. 42.1.3.5).

c. Já *me habituei* a vocês, partia-se-me o coração se nos separássemos. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
d. Já nesse tempo a voz *lhe tremia* (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
e. o rasgão que a faca produzira na camisa mal *se notava* (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
f. Naquele dia, quase *me atrevi* a entrar.

(67) a. Talvez a porteira *me receba*, pensou o soldado (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. O Vieirinha sabia um mundo de coisas e talvez *se ajeitasse* a pôr o engenho a trabalhar. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

42.1.3.4 Advérbios enfatizadores

Certos advérbios, como *bem* nos exemplos (68a) e (69a) abaixo, quando ocorrem em posição pré-verbal, podem perder o valor semântico que lhes está normalmente associado. Os contrastes entre (68a) e (68b), e entre (69a) e (69b) mostram com clareza que o advérbio modal *bem*, normalmente pós-verbal, quando anteposto ao verbo fica despojado de significação intrínseca, funcionando antes como um elemento atribuidor de ênfase à frase.

Na frase (68b), a continuação de *ele trabalha bem* por *mas não consegue fazer nada bem feito* é desajustada porque o advérbio *bem* (pós-verbal) tem interpretação de modo; idêntica continuação convém a *ele bem trabalha*, em (68a), porque aí o advérbio *bem* é apenas um intensificador do predicado e um enfatizador da asserção.

(68) a. Ele bem trabalha, mas não consegue fazer nada bem feito.
b. Ele trabalha bem, #mas não consegue fazer nada bem feito.

Idêntico contraste se observa entre o par de frases em (69). A continuação *mas pouco* é agora desajustada em (69a), onde *bem* intensifica e enfatiza a afirmação *ele trabalha*, mas ajustada em (69b), onde *bem* apenas denota o modo como *ele trabalha*.

(69) a. Ele bem trabalha, #mas pouco.
b. Ele trabalha bem, mas pouco.

Além de *bem*, outros advérbios podem manifestar a propriedade de "enfatizadores", quando se apresentam em posição pré-verbal. Nestas circunstâncias são sempre desencadeadores de próclise e mostram-se despojados da interpretação que geralmente apresentam quando estão em posição pós-verbal. Em (70) dão-se exemplos ilustrativos, com os advérbios *bem*, *lá*, *até*, *logo*, *sempre*, *já*[28]. Nestes exemplos, *bem* não tem valor de modo, *até* e *já* não se comportam como focalizadores, *logo* e *sempre* apresentam-se esvaziados de conteúdo temporal ou aspetual, e *lá*, esvaziado de referência locativa:

(70) a. Eu não tinha chamado nenhum, e eles bem *o sabiam*. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. Quando ela dera entrada no hospital bem *me parecera* uma cara conhecida. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)

[28] Como marcador pragmático (cf. Cap. 51), *bem* ocorre numa posição periférica relativamente à frase, com um contorno melódico próprio, sendo, pois, irrelevante no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos.
(i) A – Queres jantar com a Filipa na sexta?
B – *Bem*... Eu vejo-a todas os dias...

c. Ele bem *o quis* animar mas não conseguiu.
d. Depois lá *se lembra* da desfeita que lhe fizeram e, por descargo de consciência, uiva. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
e. Eles lá *se entendem*. Lá *se encontram* (aqui mesmo, no café) todas as tardes para conspirar.
f. Eu até *te contava*, mas não posso.
g. Mas tu não precisas de dinheiro para coisa nenhuma! Até *o rasgas*!... (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
h. Logo *me esqueci* de regar a planta de que ele mais gostava!
i. A Maria logo *lhe foi* dizer que o gato desapareceu!
j. Logo *nos perdemos*! Agora não vamos mesmo chegar a horas.
k. Amanhã sempre *nos rimos* um bocado e ficamos mais animadas.
l. Prefiro andar de transportes públicos. Sempre *me sai* mais barato.
m. Porque não bebes um café? Sempre *te tira* o sono.
n. Já *se sabe* o que a casa gasta!
o. Já a conversa *te desagrada*, não é?!

Os advérbios enfatizadores podem acumular valores secundários, como o valor avaliativo e deôntico de *logo* nos exemplos (70h-j) – que acarreta a implicação de que algo não deveria ter acontecido – ou o valor confirmativo que o advérbio *sempre* geralmente adquire quando não tem interpretação temporal, como acontece em (70k,l) e (71), onde se afirma a concretização de uma possibilidade[29].

(71) Afinal sempre *te casaste* com uma viúva como me segredaram, sempre *te enforcaste* com uma tipa de mais dez anos do que tu (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

Nas frases (70h-j), com *logo*, a ênfase resulta da pressuposição de que o falante desejaria a não realização do evento descrito (isto é, em (70h), ter-me esquecido de regar a planta em causa, em (70i), a Maria ter-lhe dito que o gato desaparecera e em (70j), o facto de nos termos perdido). O advérbio *logo* adiciona às frases um valor de avaliação (negativa) do evento, ou situação, por parte do falante. Neste aspeto, as frases com *logo* enfático sem referência temporal aproximam-se das exclamativas avaliativas descritas em 42.1.3.8 abaixo.

O advérbio *logo* pode, por outro lado, manifestar esbatimento mas não total apagamento do valor temporal, funcionando, ainda assim, como atribuidor de uma tonalidade enfática à frase, no seu todo. Os exemplos em (72), abaixo, mostram que a próclise também ocorre nestes casos[30]:

[29] Contudo, como mostra o exemplo (70m), o valor confirmativo pode estar ausente, mostrando-se o advérbio *sempre* puramente enfático. Além disso, como marcador de ênfase, *sempre* pode ocorrer em contextos de contradição (e não de confirmação) de uma asserção prévia ou de uma pressuposição, como mostram os exemplos seguintes:
(i) A – A Maria não vai ao Brasil.
B – Sempre vai.
(ii) A – Tu não queres chá, pois não?
B – Sempre quero.

[30] Cf. 42.1.3.5, onde se mostrará como se comporta *logo* relativamente à colocação dos pronomes clíticos quando mantém plenamente a interpretação temporal.

(72) a. A– Já lhe telefonaste?
B– Não. Logo *se vê* se lhe telefono ou não (= ver-se-á se lhe telefono ou não)
b. Logo *mo devolves* quando não te fizer falta, não te preocupes. (= hás de devolver-mo quando não te fizer falta...)
c. Ele logo *se arrepende* de não ter aceitado a minha oferta. (= ele há de arrepender-se de não ter aceitado a minha oferta)

Nas frases apresentadas em (72), a atenuação da referência temporal de *logo* faz com que passe a exprimir uma futuridade sem limite definido. Por isso, as frases são parafraseáveis por outras com supressão do advérbio *logo* e com o verbo no futuro simples (*ver-se-á*) ou perifrástico (*hás de devolver-me*, *há de arrepender-se*). A presença de *logo* acrescenta, no entanto, uma tonalidade enfática por traduzir um certo compromisso (intemporal) do falante com a verdade do que afirma.

No que diz respeito aos advérbios locativos, o advérbio *lá* é o marcador de ênfase por excelência. Mas os advérbios *aqui*, *aí*, *ali*, *cá* podem ser, igualmente, marcadores de ênfase e apresentar esbatimento do valor locativo. Sempre que estes advérbios ocorrem em posição pré-verbal e apresentam atenuação da referência espacial, atuam como atribuidores de ênfase à frase (no seu todo) e são indutores de próclise:

(73) a. Aí *a tinha* pois. Uma ruína, uma simples coisa de que poderíamos dispor. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
b. É tão teimoso. Ali *me anda* ele a coxear em vez de me pedir que lhe leve um copo de água.
c. Aqui *lhes digo*, a voceses, aqui sentados os três: ele há ventos e ele há ventos. (CRPC, N. Bragança, *Noite*)
d. Não, não se incomode, não é preciso, eu cá *me arranjo*. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
e. Lá *me vens* tu outra vez com essa conversa!
f. até nem sou tonta, tenho a cabecinha bem assente nos ombros... e cá *me vou* aguentando... (CRPC, F. Botelho, *Noite*)

Na frase (73b) há asserção de existência mais do que localização no espaço. Também as frases (73b-e) mostram a diluição do valor locativo de *ali*, *aqui*, *cá* (tornando-se a referência espacial indefinida). Assim, em (73b) *ali* pode alternar facilmente com *aqui*; e em (73c-e) os advérbios *aqui* e *cá* podem ser suprimidos, sem que a interpretação das frases se altere (a presença de *aqui* e *cá* apenas reforça a asserção, introduzindo uma nota de ênfase e, portanto, uma presença mais saliente do locutor).

O advérbio *lá* representa, dentro deste grupo de advérbios, o caso mais extremo de esvaziamento da interpretação locativa. Em (73e), bem como nos exemplos (70d,e) acima, é muito claro que este advérbio não designa um lugar que possa ser apontado no contexto situacional ou que possa ser identificado por um antecedente discursivo[31].

[31] Não é, pois, dêitico nem anafórico, divergindo assim, claramente, das propriedades típicas dos advérbios locativos (cf. Cap. 33).

42.1.3.5 Advérbios focalizados

A maioria dos advérbios pode ser objeto de focalização contrastiva (nesse aspeto, os elementos adverbiais não diferem de outro tipo de constituintes focalizados, como veremos em 42.1.3.6). Os advérbios focalizados ocorrem em posição pré-verbal e induzem a colocação proclítica dos pronomes átonos. Os paradigmas (74) a (78), abaixo, contêm advérbios em posição pré-verbal e mostram-nos como o mesmo advérbio pode ser um foco contrastivo e acarretar próclise ou ser, pelo contrário, um constituinte topicalizado e associar-se à ênclise (ou à mesóclise). As frases com advérbios focalizados (cf. exemplos (a) de cada paradigma), contrariamente àquelas em que os mesmos advérbios estão topicalizados (cf. exemplos (b) de cada paradigma), são geralmente parafraseáveis com recurso às estruturas genericamente chamadas **de clivagem** (cf. Cap. 50). Assim, nas paráfrases dos exemplos (a) estão destacados por itálico os elementos que constroem essas estruturas clivadas (em sentido lato), os quais permitem "isolar" o elemento que constitui o foco contrastivo. Os advérbios focalizados têm ainda a particularidade de poderem ser modificados por advérbios focalizadores (cf. 42.1.3.3), como mostram os exemplos (c) de (74) a (76).

(74) a. Rapidamente *se voltou* e *me perguntou* o que fazia eu ali. (= *foi* {rapidamente/com um gesto rápido} *que* se voltou e me perguntou o que eu fazia ali (não com lentidão))
b. Rapidamente, *voltou-se* e *perguntou-me* o que fazia eu ali. (= {sem demora/em curto espaço de tempo}, voltou-se e perguntou-me o que fazia eu ali)
c. Só rapidamente, tomando balanço, *se consegue* voltar.

(75) a. Depois *se saberá* a verdade. (= depois [disso] *é que* se saberá a verdade (não é agora))
b. Depois, *saber-se-á* a verdade. (= então saber-se-á a verdade)
c. Só depois *se saberá* a verdade.

(76) a. Ultimamente *me tem* parecido desanimada. (= ultimamente *é que* me tem parecido desanimada (ao contrário do que acontecia antes)
b. Ultimamente, *tem-me* parecido desanimada. (= nestes últimos tempos, tem-me parecido desanimada (possível continuação: mas de facto nunca esteve animada))
c. Só ultimamente *me tem* parecido desanimada.

(77) a. Agora *te exijo* uma resposta. (= *é* (exatamente) agora *que* te exijo uma resposta (não é depois))
b. Agora, *exijo-te* uma resposta. (= neste momento, exijo-te uma resposta (possível continuação: e continuarei a exigi-la se não me responderes))

(78) a. Certamente/Decerto *o encontrarei* lá. (= *é* certo/seguro *que* o encontrarei lá (não duvido que será assim))
b. Certamente/Decerto, *encontrá-lo-ei* lá. (= tenho um grau alto de certeza de que o encontrarei lá (mas admito que me possa enganar))

Alguns advérbios não podem ser topicalizados. Quando ocorrem em posição pré-verbal estão necessariamente focalizados e induzem, sem exceção, a próclise. Cabem neste grupo o advérbio temporal *sempre* e os advérbios de modo *assim*,

melhor, *pior*, *cedo* (na aceção de 'depressa')[32]. No caso que agora nos ocupa, o advérbio *sempre* tem o valor temporal/aspetual[33] que também apresenta quando ocorre em posição pós-verbal:

(79) a. Fosse Primavera ou Inverno sempre uma flor *lhes fazia* companhia. (CRPC, M. R. Araújo, *Palhaço*)
b. Sempre *me espantou* esta poderosa confiança que não aprecia basear-se em nada (CRPC, M. I. Barreno, *Morte*)
c. Assim *o olhou* o pessoal do posto Shell quando ele apareceu no bar, assim *o olharia* o pregoeiro das lotarias dando largas ao seu contentamento. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
d. Amanhã talvez possamos dar outra volta. – Assim *o espero*. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
e. Melhor *me pareceria* que esperasses para ver!
f. Pior *te fica* não dizeres nada!
g. Se mal corria há muito a casa e o governo doméstico da família Zé Pereira, pior *se tornou* depois dessa época. (CRPC, J. Dinis, *Morgadinha*)
h. O João cedo *se cansou* de esperar.
i. Cedo *me apercebi* do problema.

[2] O advérbio de modo *assim*, que induz próclise, deve distinguir-se do advérbio conectivo (conclusivo) *assim* (com a interpretação de 'portanto', 'por isso'), que funciona como elemento de ligação entre frases, explicitando o seu encadeamento lógico. O advérbio conectivo *assim* não afeta a colocação dos clíticos – por isso, na sequência discursiva em (i), haverá ênclise na segunda frase quer *assim* esteja presente quer esteja ausente:

(i) Não tinha com quem falar. (*Assim*,) telefonava-me todos os dias.

O contraste entre o conector frásico *assim* e o advérbio de modo, proclisador, *assim* pode ser evidenciado pela possibilidade de pôr em destaque o segundo através de uma estrutura clivada (compare-se *atiraram-lhe uma corda e assim o salvaram* com *atiraram-lhe uma corda e assim é que o salvaram*); em contrapartida, a clivagem não é admitida pelo conector conclusivo (cf. *queria vê-lo morto e, assim, não tentou salvá-lo* vs. **queria vê-lo morto e assim é que não tentou salvá-lo*). A natureza periférica do advérbio conectivo *assim* permite (e favorece) que esteja separado do resto da frase por uma pausa prosódica codificada na escrita através de uma vírgula (cf. (i) e (iii), contrariamente ao que se observa com o advérbio proclisador *assim* que não pode ocorrer numa posição periférica, como mostra o contraste entre (iia) e (iib) ((iia) retoma o exemplo apresentado em (79c)):

(ii) a. Assim *o olhou* o pessoal do posto da Shell quando ele apareceu no bar, assim *o olharia* o pregoeiro das lotarias dando largas ao seu contentamento (CRPC, C. Pires, *Delfim*).

[32] Também os advérbios de modo *mal* e *bem* resistem à topicalização; no entanto, podem encontrar-se topicalizados em contextos como o seguinte:
(i) A – Este casaco fica-me *mal/bem*, não fica?
B – Não. *Mal*/*Bem*, fica-te o vermelho.

[33] *Sempre* (tal como *nunca* ou *raramente*) é um advérbio temporal que quantifica sobre intervalos de tempo e exprime frequência relativa. Cf. Cap. 33 e García Fernández (1999).

b. *Assim, *o olhou* o pessoal do posto da Shell quando ele apareceu no bar, assim, *o olharia* o pregoeiro das lotarias dando largas ao seu contentamento.

(iii) Assim, o pessoal do posto da Shell *olhou-o* como quem olha um espetro.

Note-se ainda que em (ii) acima não é o facto de ocorrer um pronome átono em próclise que impede a existência da pausa prosódica, como mostra a gramaticalidade de (iv); o que importa é o estatuto periférico (caso do conector) ou não periférico (caso do advérbio de modo) de *assim* relativamente à frase.

(iv) Assim, sem dúvida, *o olharia* também o pregoeiro.

Alguns advérbios apresentam-se frequentemente focalizados quando antecedem o verbo, embora possam ser tanto focos contrastivos como tópicos. Pertencem a este grupo o advérbio *logo* e os advérbios locativos *aí*, *ali*, *aqui*, *cá*, *lá*. Ocupar-nos-emos primeiro do advérbio *logo* e em seguida dos advérbios locativos, com o objetivo de contrastar a próclise que frequentemente induzem com a ênclise que também permitem.

Logo[34]

Ocorrendo em posição pré-verbal, *logo* desencadeia próclise quando se encontra focalizado contrastivamente, conservando neste caso integralmente a interpretação temporal, e sendo objeto de destaque enfático, como se ilustra em (80). Nestes exemplos, *logo* é traduzível por 'imediatamente, rapidamente, de seguida' e tem uma interpretação temporal definida, indicando um tempo futuro mas muito próximo, relativamente a um momento discursivamente identificado.

(80) a. Transpúnhamos o portão, a pergunta desalinhou-lhe o passo, mas logo *o rectificou*, acertando-o pelo meu. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
b. O rosto de Clarisse, um momento indeciso, logo *se desenrugou* numa surpresa ávida e triunfante. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
c. Vergado pelo peso do saco, as palavras saíam-lhe rouquejadas e logo a poeira *as envolvia* de sufocação. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
d. Jogaram com ele, atirando-o uns aos outros. Logo *se cansaram* e correram para o grande arco da entrada interior (CRPC, J. Sena, *Físico*)

A ênclise ocorre com o advérbio *logo* quando este se encontra topicalizado. Nesta situação, *logo* apresenta também referência temporal definida mas interpreta-se como 'mais tarde', 'daqui a umas horas', e não como 'imediatamente'. Quando topicalizado, *logo* ocorre preferencialmente combinado com *mais* ou com sintagmas preposicionais de referência temporal (*logo à noite*, por exemplo):

(81) a. Deixa-me ficar aí o martelo. (Mais) logo, *vou-to* lá levar.
b. Logo (à noite) *telefona-me*, está bem?
c. Logo, para festejarmos, *levo-te* a jantar fora.

[34] Quando está contido num sintagma preposicional, *logo* (com interpretação temporal) é irrelevante relativamente à colocação dos pronomes clíticos, como se verifica em *e* [*logo à entrada*] *o senhor loiro segurou-lhe no ombro* (CRPC, L. Antunes, *Fado*).

O par de frases em (82) mostra que quando *logo* está focalizado (e assim destacado enfaticamente) só a próclise é possível:

(82) a. As mães são assim mesmo. Ralham mas logo *se arrependem*. (= ralham mas imediatamente se arrependem)
b. As mães são assim mesmo. *Ralham mas logo *arrependem-se*.

O par de frases em (83), por sua vez, mostra que quando *logo* é claramente um tópico discursivo, a ênclise é a única opção aceitável.

(83) a. Ele deixa tudo para "logo, depois do jantar". Diz sempre: "Logo, depois do jantar, estudo"; "logo, depois do jantar, arrumo o quarto"; "logo, depois do jantar, tomo banho"; "logo, depois do jantar, *mostro-te* as fotografias do passeio".
b. Ele deixa tudo para "logo, depois do jantar". Diz sempre: "Logo, depois do jantar, estudo"; "logo, depois do jantar, arrumo o quarto"; "logo, depois do jantar, tomo banho"; *"logo, depois do jantar, *te mostro* as fotografias do passeio".

Note-se que a impossibilidade da próclise em (83b) não é o resultado da existência de uma pausa prosódica a preceder o clítico, mas sim o efeito regular da topicalização de *logo*, conforme comprova (84). Na frase (84) *logo* é um foco contrastivo e não um tópico, diferentemente de (83). Por isso, apesar de o constituinte *num ápice*, intercalado entre o advérbio *logo* e o verbo, introduzir uma pausa a seguir ao advérbio, continua a registar-se a colocação proclítica do pronome *se*.

(84) As mães são assim mesmo. Ralham mas logo, num ápice, *se arrependem*. (= ralham mas imediatamente se arrependem)

Advérbios locativos

Paralelamente ao que se observa com o advérbio *logo*, também os advérbios locativos *aqui*, *aí*, *ali*, *cá*, *lá*, quando precedem o verbo, podem apresentar-se focalizados (*ocupou essa cabana e aí se deixou ficar até morrer*) ou topicalizados (*o café do Videirinha? Aí, sabe-se de tudo*)[35]. No primeiro caso, os pronomes átonos colocam-se procliticamente (cf. (85)); quando os advérbios locativos estão topicalizados, os pronomes átonos são enclíticos (cf. (86)). Ilustram-se a seguir as duas situações, comentando brevemente os exemplos apresentados.

Quando os advérbios locativos estão focalizados, adquirem a interpretação exclusiva característica dos focos contrastivos, dos constituintes modificados por focalizadores exclusivos (cf. 42.1.3.3) e dos constituintes clivados. As frases em que ocorrem os advérbios locativos focalizados podem, por isso, ser parafraseadas por

[35] Como marcadores de ênfase no interior de um sintagma nominal ou preposicional, os advérbios *aí*, *aqui*, *ali*, *cá*, *lá* são irrelevantes no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos (vejam-se os exemplos abaixo). Neste aspeto, comportam-se como o advérbio *já*:
(i) a. [Aí o Joãozito], *está-se* a fazer esquerdo!
b. [Ali o Paulinho] *saiu-nos* mesmo um safadinho!
c. [Aqui o nosso amigo Pedro] *disse-me* que o tens andado a infernizar.
d. E se não cumprir [cá um que eu sei] *faço-o* cantar (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
e. [O pessoal cá de Estremoz] *bebe-lhe* bem.
f. [Lá do trabalho] *queixa-se* ele muito, da má vida é que não.

'{aí/ali/...} é que' ou por 'só{aí/ali/...} e não noutro lugar'. Assim, *aí o atacou*, no exemplo (85a), interpreta-se como 'aí é que o atacou'; ou seja, 'aí e não em qualquer outro lugar'. Diz-se que a interpretação é "exclusiva" por isolar um único lugar de entre um conjunto de lugares possíveis. O mesmo efeito se observa nos exemplos (85b-e), conforme explicitado nas paráfrases entre parênteses:

(85) a. Embarcou para Cuba com um contrato tentador, e aí *o atacou* uma terrível doença das Antilhas. (CRPC, *A Capital*) (= e foi aí que o atacou uma terrível doença das Antilhas)
b. Do monte avistava toda a planície. Ali *os esperaria*. (= esperá-los-ia ali mesmo, e não em qualquer outro lugar)
c. Aqui *me criei*. Aqui é que vou ficar. (= foi aqui (mesmo) que me criei; logo, é aqui (no mesmo lugar) que vou ficar)
d. Cá *se fazem*, cá *se pagam*. (= é cá (neste lugar/neste mundo) que se fazem; logo, é cá (e não {noutro lugar/no outro mundo}) que se pagam)
e. Aos domingos não faltava ao almoço em casa dos compadres. Lá *se comiam* umas belas morcelas. (= era lá em casa dos compadres (mais seguramente do que em qualquer outro lugar) que se comiam umas belas morcelas, razão suficiente para não faltar ao almoço de domingo)

A ênclise ocorre com os advérbios locativos pré-verbais quando estes se encontram topicalizados. Nesta situação, ou o advérbio locativo tem um antecedente discursivo, interpretando-se como um locativo anafórico (cf. (86a,c,g)) ou a referência locativa definida resulta da sua natureza dêitica (cf. (86b,d,e,f)):

(86) a. O nosso riquexó conseguira chegar ao lado esquerdo da rua. Aí *travava-se* uma luta inglória entre os transeuntes e os veículos. (CRPC, *Público*)
b. Cuidado, Ricardo. Aí, onde está esse buraco, *deixou-se* o Pedro cair no outro dia.
c. João Eduardo demorava-se em casa o mínimo possível e já não procurava esconder a impaciência. Ali, *sentia-se* um estranho. (CRPC, F. Namora, *Homem*)
d. Aqui *cozinha-se* divinamente.
e. Cá *ensinam-nos* coisas que nem sonhas.
f. (Por) cá, *está-se* melhor do que aí.
g. É uma aldeia com uma vintena de habitantes. Lá, *sabe-se* sempre de tudo.

Em contraste com os casos de focalização, os advérbios locativos topicalizados não admitem uma interpretação exclusiva traduzível através de uma estrutura clivada, do tipo '{*aí/ali/...*} *é que*' ou '*foi*{*aí/ali/...*} *que*'. Como se viu acima, a frase (85a) interpreta-se como 'foi aí (e não noutro lugar) que o atacou uma terrível doença', mas a interpretação da frase (86a), por exemplo, não exclui a possibilidade de em outros lugares se travar também uma luta inglória, não sendo, portanto, traduzível por 'aí é que se travava'. O mesmo efeito de não exclusão está presente nas restantes frases[36].

[36] Note-se que na frase (i) a interpretação exclusiva relativamente à identificação do lugar em que se come o melhor peixe cozido é induzida pela expressão *em parte nenhuma*, não resultando da focalização enfática de *aqui*.
(i) Aqui *coze-se* o peixe como em parte nenhuma. Há quem venha aqui de propósito por causa da pescada. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

O par de frases em (87) ((87a) retoma (85e)) ilustra a distinção entre focalização e topicalização que tem vindo a ser comentada, e que se correlaciona com a oposição entre próclise e ênclise. Embora nas duas frases se afirme que se comem boas morcelas em casa de fulano, na frase (87a), além disso, nega-se (ou põe-se em dúvida) a possibilidade de se comerem morcelas tão boas em outro lugar, o que não acontece na frase (87b). Ou seja, (87b) apenas assere que se comem umas belas morcelas em casa dos compadres; (87a) assere que se comem umas belas morcelas em casa dos compadres e pressupõe, adicionalmente, que não se comem em nenhum outro lugar morcelas tão boas:

(87) a. Aos domingos não faltava ao almoço em casa dos compadres. Lá *se comiam* umas belas morcelas.
b. Aos domingos não faltava ao almoço em casa dos compadres. Lá, *comiam-se* umas belas morcelas e podia ver a Maria Teresa...

42.1.3.6 Outros focos contrastivos antepostos (não adverbiais)

Viu-se na subsecção precedente como os advérbios que normalmente estão associados à colocação enclítica dos pronomes átonos podem, quando focalizados, associar-se à próclise (*depois dizes-me o que queres fazer* vs. *depois me dirás o que queres fazer*). Neste aspeto, os advérbios não diferem, na verdade, de qualquer outro tipo de constituinte que se apresente focalizado. Os focos contrastivos antepostos (ao verbo), independentemente da sua natureza adverbial, preposicional, nominal ou oracional, são desencadeadores de próclise (cf. *de pequenino se torce o pepino, voando se alcança o céu*, *um golpe traiçoeiro a fez tombar*).

Como mostram os exemplos em (88), um complemento verbal com a função discursiva de foco contrastivo não se apresenta necessariamente anteposto ao verbo. Assim, o complemento verbal preposicional *para a rua* é um foco contrastivo tanto em (88Ba) como em (88Bb), mas só em (88Bb) ocorre antes do verbo (assinala-se com maiúsculas o constituinte com foco contrastivo, tipicamente pronunciado com um acento e uma entoação especiais). Os termos "focalização" e "constituinte focalizado" usam-se exclusivamente para identificar os casos em que o constituinte interpretado como foco contrastivo precede o verbo; se se tratar de um complemento verbal, isso implica que tenha sido deslocado da sua posição habitual, pós-verbal: daí a designação "foco anteposto" (sobre estas questões, cf. Cap. 50). Só quando há focalização, ou seja, só quando o foco contrastivo precede o verbo, ocorre a próclise (comparem-se (88Ba), sem focalização e, portanto, com ênclise, e (88Bb), com focalização e, portanto, com próclise):

(88) (Alguém entra em casa trazendo consigo o gato da família)
A – Ah, o Gaspar escapou-se para o jardim sem eu dar por isso!
B – a. O Gaspar *escapou-se* PARA A RUA! (não foi para o jardim)
b. PARA A RUA *se escapou* o Gaspar! (não foi para o jardim)

Na subsecção precedente, observou-se também que os advérbios que ocorrem em posição pré-verbal podem encontrar-se focalizados ou topicalizados e que se associam à próclise apenas quando focalizados. O mesmo acontece relativamente aos constituintes não adverbiais. Para além de (88), vejam-se as duas frases em (89),

as quais diferem apenas pela posição do pronome clítico. As frases têm interpretações diferentes porque na primeira o constituinte oracional *atravessando a várzea* está topicalizado, enquanto na segunda o mesmo constituinte se encontra focalizado. Na frase com focalização e, portanto, próclise, está presente o valor de exclusividade, contrastivamente definida, que em geral se associa às estruturas de clivagem (cf. (89b) e respetiva paráfrase); na frase com ênclise, esse valor está ausente (cf. (89a) e respetiva paráfrase). Enquanto em (89a) se declara apenas que se pode chegar ao mar atravessando a várzea, mas não se exclui a possibilidade de se chegar ao mar por outro caminho, a frase em (89b) assere que o caminho para o mar é exclusivamente através da várzea[37]:

(89) a. Atravessando a várzea, *chega-se* ao mar. (= se se atravessar a várzea, chega-se ao mar)
b. Atravessando a várzea *se chega* ao mar. (= é atravessando a várzea (e não de qualquer outro modo) que se chega ao mar)

A frase fixada pela tradição oral *de pequenino se torce o pepino* (que está na origem do título do álbum de Sérgio Godinho *De pequenino se torce o destino*) é um bom exemplo de como a focalização e a próclise são indissociáveis. Só com a colocação proclítica do pronome a frase tem a interpretação 'é de pequenino (e não a partir de qualquer outro momento) que se educa' (a frase correspondente com ênclise seria, aliás, não interpretável). No prefácio à obra de José Cardoso Pires *De Profundis, Valsa Lenta*, João Lobo Antunes, prevenindo uma eventual interpretação abusiva por parte dos seus leitores, esclarece:

(90) A carta já vai longa de mais, e *disso me penitencio* (J. L. Antunes, "Carta a um amigo-novo" *in* C. Pires, *De Profundis*, pág. 18)

Desta afirmação podem extrair-se duas implicações (contrastivamente definidas): 'não me orgulho da extensão da carta, antes me penitencio por isso'; 'é (só) disso, e não de ter escrito a carta, ou de qualquer outra coisa, que me penitencio'.

Reúne-se de seguida um conjunto, adicional, de exemplos ilustrativos da próclise em frases com focos contrastivos antepostos (sublinha-se o constituinte focalizado, que é nestes exemplos uma expressão nominal, preposicional ou oracional)[38]:

(91) a. Tiram mais que na ceifa; [isso *te digo* eu.] (Redol, *Gaibéus*, *apud* Cunha e Cintra 1984:313) (= é isso que eu te digo)
b. Nas pernas *me fiava* eu. (Aquilino, *Malhadinhas*, pág. 85) (= era nas pernas que eu me fiava)
c. Uma miniatura de champanhe francês é cara para o efeito e beber champanhe àquela hora é um crime de lesa-majestade. O dilema hamletiano, na versão beber ou não beber. [E neste regime *me tenho mantido*,] com

[37] A frase (89b) poderia ser produzida num contexto discursivo como o que se apresenta em (i):
(i) A – Seguindo sempre por esta estrada, chega-se ao mar.
B – Atravessando a várzea *se chega* ao mar. (= atravessando a várzea (é que) se chega ao mar)
A frase (iB) introduz uma nova asserção que nega e corrige a asserção precedente (i.e., (iA)). O constituinte focalizado recebe necessariamente um acento prosódico contrastivo.

[38] Vejam-se outros exemplos e o comentário dos mesmos em Said Ali ([1908] 1966:51ss).

desvios de amargar. Cada vez que tento vencer o medo dentro do avião, apanho um voo mau e volta tudo para trás. (C. Ferreira Alves, *Expresso*, *Única*, 22.01.2005) (= é neste regime que me tenho mantido)

d. Justamente, meu caro amigo, [por vir para as empresas da família *lhe exijo* muito mais do que aos outros,] nem sonhe que lhe facilito a tarefa um bocadinho (CRPC, L. Antunes, *Fado*) (= por vir para as empresas da família é que lhe exijo mais do que aos outros)

e. mas essa palavra tétano, tremenda e rara, e de qualquer dos modos sensacional, iria correr, como um fado, as léguas da charneca – [e por isso a vila *se achou* na obrigação de comparticipar dessa glória,] ajudando o Barbaças a morrer ou a viver. (CRPC, F. Namora, *Trigo*) (= por isso é que a vila se achou na obrigação de comparticipar dessa glória)

f. Não lhe respondi, e pareceu-me que aquela cena tinha sido comicamente absurda [...]. [Isto *me aproximou* do meu primo] (CRPC, J. Sena, *Sinais*) (= foi isto que me aproximou do meu primo)

g. Gritos agudos *a afastaram* e *me fizeram* voltar a cabeça. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*) (= foram gritos agudos que a afastaram e me fizeram voltar a cabeça)

h. De súbito, as deusas pararam e fitaram-no risonhas, e, os olhos brilhando como fogo, mediam-no, deitado, da cabeça aos pés. [Um cálido tremor *o percorreu*, e um anseio opresso *lhe ocupou* o peito:] suspirou. (CRPC, J. Sena, *Físico*) (= foi um cálido tremor o que o percorreu e um anseio opresso o que lhe ocupou o peito)

42.1.3.7 Orações declarativas (afirmativas) enfáticas

A próclise pode ocorrer em orações declarativas enfáticas em que não há focalização contrastiva do constituinte que precede o verbo. Isso acontece quando a ênfase recai sobre o valor de verdade da asserção, ou seja, quando o falante põe em relevo a sua convicção de que aquilo que afirma é verdadeiro, ainda que pareça falso ou improvável. A frase assinalada em (92) ilustra este tipo de declarativa enfática:

(92) A ferrugem viera corroer o engenho, o comerciante da cidade hipotecara-lhe o coração da courela, os anos ruins, as estradas e os motores tinham vindo roubar-lhe a parelha de mulas – mas o sonho continuava de pé. [Ele *se levantaria* dos destroços, ele iria recomeçar em cada dia.] (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

O constituinte *ele* (na frase *ele se levantaria dos destroços*) não tem, neste caso, uma leitura exclusiva (isto é, 'ele e não outro qualquer')[39]; aquilo que se enfatiza é a asserção/convicção de que a pessoa referida pelo pronome seria capaz de resistir e recuperar de um cenário adverso, embora todos os ingredientes desse cenário apontassem na direção contrária. A frase (92) traduz, pois, a par de uma asserção afirmativa, a negação de uma pressuposição, que está implícita no contexto discursivo.

[39] Veja-se como uma estrutura clivada apareceria desajustada no contexto em que surge a frase em análise:
(i) A ferrugem viera corroer o engenho, o comerciante da cidade hipotecara-lhe o coração da courela, os anos ruins, as estradas e os motores tinham vindo roubar-lhe a parelha de mulas – mas o sonho continuava de pé. #[Ele é que se levantaria dos destroços, ele é que iria recomeçar em cada dia.]

Uma passagem de *O Malhadinhas*, de Aquilino Ribeiro, permite observar o mesmo efeito de contraposição entre o que é, ou se supõe, esperado e o que se afirma:

(93) Eu tinha em ponto de mira o Tenente, [...] que já o toscara por duas vezes a fazer-me o pau: atiro-te, não te atiro à tola. "O primeiro a cair és tu – assentei para comigo. – Sim, quando houver de me decidir, é por cima do teu corpo que tenho de passar". Ele parece que compreendeu. [...] Trazia um pau argolado, um rico pau de marmeleiro com choupa e ponteira a luzir, mas os mais estavam armados a trouxe-mouxe [...]. Nada mais que por isso acusavam o ar desenvergonhado de roga. [A justiça *mo levaria* em conta] (Aquilino, *Malhadinhas*, pág. 87)

A asserção expressa pela frase *a justiça mo levaria em conta* contrapõe-se à eventual pressuposição de condenação por agressão. Neste caso a ênfase não recai em particular sobre o constituinte *a justiça*, pelo que a frase diverge interpretativamente da frase com clivagem *a justiça é que mo levaria em conta*, sendo antes traduzível por uma frase como *a justiça* {*seguramente/certamente/sem dúvida*} *mo levaria em conta*.

Outros exemplos de frases declarativas enfáticas (sem advérbios enfatizadores – cf. 42.1.3.4 acima) apresentam-se em (94). A especificidade das frases declarativas enfáticas no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos reside no facto de nelas não ocorrer um constituinte pré-verbal que possa ser tido como o indutor da próclise. Trata-se, pois, de um tipo de estrutura frásica em que existe próclise na ausência de um proclisador.

(94) a. Isto que digo, [Miguel Torga *o disse*], a seu modo, antes de mim. (L. Antunes, *Visão*, 20.09.2007) (= Miguel Torga de facto disse-o também)
b. Não entendo o romance, vou avançando, às cegas, páginas fora, porque sei que o romance se entende a si mesmo [e isso *me basta*] (L. Antunes, *Terceiro*, pág. 55) (= e isso realmente basta-me)
c. – Onde viveu durante este tempo? [– Um dia *lhe mostrarei*]. (CRPC, F. Namora, *Domingo*) (= pode crer que um dia lhe mostrarei)
d. Que ia eu fazer agora? [...] Procurar a Mercedes? [E novamente *me doeu* que me tivesse esquecido dela]. (CRPC, J. Sena, *Sinais*) (= e de facto doeu-me mais uma vez que me tivesse esquecido dela)
e. O Nórdico, se tem sol, o sol *lhe basta*. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*) (= ao nórdico, realmente, o sol basta-lhe)
f. Com a verdade *me enganas*. (= de facto estás a enganar-me ainda que o que dizes seja verdade)
g. Devagar *se vai* ao longe. (= ao contrário do que se possa supor, pode realmente chegar-se longe caminhando devagar)

Dado que nas frases declarativas enfáticas (em que a ênfase não decorre da presença de advérbios como *bem* ou *lá*) a próclise não depende da existência de um proclisador, é possível encontrar nestas frases, excecionalmente, um pronome clítico em posição inicial de frase[40]:

[40] No *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* – CORDIAL-SIN – podem encontrar-se atestações de clíticos na primeira posição de um domínio frásico ou oracional. Nem sempre parece tratar-se de construções enfáticas. Nos exemplos (ia-f), o clítico ocorre em posição inicial absoluta – em (id-f), numa oração

(95) Garanto-te que lhe vou dizer tudo o que penso dela. Achas que não sou capaz? [*Te garanto* que vou!][41]

42.1.3.8 Orações interrogativas e exclamativas *qu-*

A colocação proclítica dos pronomes pessoais átonos encontra-se regularmente nas orações interrogativas introduzidas pelos pronomes e advérbios interrogativos *que*, *quem*, *onde*, *quanto*, *como*, *quando*, *porque*, e nas orações exclamativas introduzidas por *que*, *quem*, *como*, *quanto* (podendo *que* estar omitido). Consideraremos a seguir, pela ordem acima apontada, cada um destes dois tipos de frases.

❖ Orações interrogativas

As orações interrogativas que contêm pronomes ou advérbios interrogativos, nomeadamente *que*, *quem*, *onde*, *quanto*, *como*, *quando*, *porque*, são chamadas **interrogativas parciais**, ou **interrogativas *qu-*** (cf. Caps. 36 e 48). Nas orações interrogativas parciais (em contraste com as interrogativas globais – cf. 42.1.1 acima), os pronomes átonos são proclíticos sempre que um pronome ou um advérbio interrogativos (também chamados "palavras *qu-*") precedem o verbo (*quem te disse isso?*, *como o soubeste?*). Quando pós-verbais, no entanto, os pronomes e advérbios interrogativos não afetam a colocação dos pronomes clíticos, que serão então enclíticos, conforme se disse em 42.1.1 acima (*deste-lhe o quê?*, *ele enganou-te como?*). Apresenta-se a seguir um conjunto de frases que exemplificam a colocação proclítica dos pronomes átonos em frases interrogativas construídas com pronomes e advérbios interrogativos:

(96) a. Que *lhe havia* eu de responder? – Isso já não é comigo. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
b. Com que direito *me sugam* a tranquilidade? (CRPC, F. Namora, *Homem*)
c. Pois a que título *se estorva* alguém de fruir o que a natureza pôs nas mãos de todos? (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)
d. – Quem *lho disse*? – Você. Todos os dias. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
e. – A quem *te referes*? – Uma amiga do tempo da escola. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
f. Onde *se viu* isto?! Mulheres neste trabalho! É indigno. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)
g. – Não sei o teu nome. Como *te chamas*, meu amado? (CRPC, J. Sena, *Físico*)
h. Quantas sementes *lhe dás* tu? – acrescentou maliciosamente. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
i. – Se já lhe conhecias o feitio porque caneco *te casaste*?, perguntou o alferes. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

---

intercalada. Nos exemplos (ig,h), o clítico ocorre na posição inicial da oração principal, depois de uma oração subordinada anteposta, seguindo-se a uma pausa devida à natureza periférica dessa oração.

(i) a. *Se muda* a água com uma enxada. (CORDIAL-SIN, Serpa, Beja)
b. *Me enganaste*?! (CORDIAL-SIN, Melides, Setúbal)
c. Bem disse o rapaz: "*Se mete* como está este coiso". (CORDIAL-SIN, Alvor, Faro)
d. Isto era aquela parte da bacia – *lhe chamavam* eles a bacia –, com trinta centímetros assim de altura, e nós púnhamos aqui o vinho. (CORDIAL-SIN, Serpa, Beja)
e. Depois, os foles – *lhe chamam* – enchem-se. (CORDIAL-SIN, Fiscal, Braga)
f. A cabo de, *se pode* dizer, antes dum ano, tive um menino mas estive muito mal, o menino morreu. (CORDIAL-SIN, Porto Santo, Madeira)
g. Se ele fosse muito, *o levaria* aos poucos. (CORDIAL-SIN, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo)
h. Depois de estarem os ovinhos mexidinhos, *se deita* a farinha, deita a levedurazinha e depois é que vai amassando. (CORDIAL-SIN, Pico, Açores)

[41] Exemplo adaptado de Magro (2007:247).

Orações exclamativas

As orações exclamativas são tipicamente avaliativas pois exprimem, enfaticamente, uma avaliação positiva ou negativa de uma dada situação ou evento por parte do falante. As orações exclamativas introduzidas pelas palavras *qu- que*, *quem*, *como*, *quanto* apresentam reforço do valor avaliativo, associado a uma estrutura sintática particular. Estas orações, que aqui designaremos por "exclamativas avaliativas", são também chamadas "exclamativas *qu-*", por aproximação às interrogativas *qu-*. Nelas, os clíticos colocam-se sempre procliticamente, pois nas orações exclamativas avaliativas, diferentemente do que acontece nas interrogativas *qu-*, consideradas no ponto precedente, as palavras *que*, *quem*, *como*, *quanto* são necessariamente pré-verbais[42]. As frases que se seguem são exemplo de exclamativas avaliativas com *que*, *quem*, *como*, *quanto* e ilustram a colocação proclítica dos pronomes átonos, obrigatória neste contexto:

(97) a. Ai, que *me roubaram* a minha querida neta. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
b. Que bem que *se está* no campo, Alzira.
c. Mas como o passado *lhe parecia* longe! (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
d. Como ele *lhe penetrara* nos segredos mais íntimos! (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
e. Quanto *lhe quero*!
f. Quem *te viu* e quem *te vê*!

Em certos casos, a próclise em frases exclamativas avaliativas pode ocorrer ainda que haja omissão da palavra *que*, como mostram os exemplos (98b) e (99b). Esta possibilidade só existe, contudo, se o verbo estiver antecedido de uma palavra que possa traduzir avaliação (numa escala gradativa), como é o caso da palavra *lindo* na frase (98b) ou da palavra *bem* na frase (99b).

(98) a. Que lindo serviço *me fez* o diabo do gato!
b. Lindo serviço *me fez* o diabo do gato!

(99) a. Que gordo *te vejo*!
b. Bem gordo *te vejo*!

Caso contrário, deixa de ser possível construir uma exclamativa avaliativa com omissão do pronome exclamativo – vejam-se os paradigmas (100) e (101) – em particular, os exemplso (b) – e o que se disse acima, em 42.1.3.2.2, sobre *muitos*, *tamanho*(*s*) e *tanto*(*s*) quando ocorrem em frases exclamativas avaliativas[43].

(100) a. Que bodega *me fizeste* tu aqui!
b. *Uma bodega *me fizeste* tu aqui!
c. Uma bodega, *fizeste-me* tu aqui!

(101) a. Bem gordo *te vejo*!
b. *Gordo *te vejo*!

Na frase (100c), o constituinte *uma bodega* está topicalizado e o valor exclamativo é construído prosodicamente, não sintaticamente. Neste tipo de frases exclamativas

[42] As frases exclamativas que não contêm as palavras *qu- que*, *quem*, *como*, *quanto* exibem geralmente ênclise, como se mostrou em 42.1.1 acima (cf. *você saiu-me um belo vigarista!*).
[43] Cf. Ambar (1999a:41ss) e o Cap. 48.

que não apresentam uma estrutura sintática particular, ocorre a ênclise, como se mostrou em 42.1.1 acima.

42.1.3.9 Orações imperativas introduzidas por *que* e orações optativas

A colocação proclítica dos pronomes pessoais átonos encontra-se regularmente nas orações imperativas introduzidas pela conjunção *que*, e também nas orações optativas. Consideraremos a seguir cada um destes dois tipos.

❖ Orações imperativas

As orações imperativas introduzidas por *que* apresentam regularmente próclise, diferentemente das orações imperativas que não contêm este constituinte, conforme se viu em 42.1.1 acima (cf., por exemplo: *ó senhor, despache-se*). Os exemplos em (102) ilustram orações imperativas que contêm em posição pré-verbal a conjunção *que*[44]:

(102) a. ele que *se inscreva* numa escola e tome meia dúzia de lições (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. Esse diário da tarde é importantíssimo para o nosso pacto, os outros caçadores que *se lixem*. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
c. Que ressone, que *se farte*, porque felizmente não tem um roncar de estremecer paredes. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)

❖ Orações optativas

As orações optativas são semanticamente próximas das imperativas com *que*. É o grau de controlo do falante sobre a situação que permite separar as orações optativas das imperativas (neste aspeto, a distinção é, pois, pragmática). Se o falante tem capacidade para, através de um ato de fala como *que venha depressa*, condicionar os acontecimentos, essa frase interpreta-se como imperativa (ou exortativa); se não tem essa capacidade, a mesma frase interpreta-se como optativa (ou desiderativa). No primeiro caso, exprime-se uma ordem ou uma sugestão forte; no segundo caso, exprime-se um desejo. As orações optativas/desiderativas podem exprimir tanto votos positivos como negativos, ou seja, maldições[45].

No plano sintático, as orações imperativas com *que* e as orações optativas partilham o modo conjuntivo, mas distinguem-se pelo facto de, nas optativas, ocorrer próclise sempre que está presente um constituinte pré-verbal, ainda que haja omissão da conjunção *que* – cf. (103a,b). Em (103c), em contraste, não ocorrendo nem *que* nem um constituinte pré-verbal, o pronome átono posiciona-se encliticamente:

(103) a. Que Deus *te valha*!
b. Deus *te valha*!
c. *Valha-te* Deus!

---

[44] Diferentemente das orações optativas, que serão consideradas no próximo ponto, nas orações imperativas a próclise depende da presença da conjunção *que*:
(i) a. Que os rapazes *se sentem*. [imperativa com *que* – próclise]
b. Os rapazes *sentem-se*. [imperativa sem *que* – ênclise] (vs. **os rapazes se sentem*)

[45] Sobre a distinção entre orações imperativas introduzidas por *que* e orações optativas, veja-se Garrido Medina (1999:3913).

Os exemplos que se seguem ilustram a próclise em orações optativas em que a conjunção *que* está omissa (mas poderia, na maior parte dos casos, estar presente):

(104) a. Deus Nosso Senhor Ámen *me livre* de trair alguma vez as confidências de um sacerdote (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
b. o Velho, honra *lhe seja* feita, não se guia pelo noticiário dos jornais, tem o dele. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
c. Um raio *me parta* se a gente não merece beber hoje um golo de vinho. Trabalhámos a valer nestes dias. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
d. Muito obrigada, e Deus *lhe dê* saúde. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
e. Eu com almas penadas não quero nada. Nossa senhora *me valha*. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
f. Deus *me perdoe*, mas ficávamos muito melhor servidos. (CRPC, J. Sena, *Físico*)
g. Bons olhos *o vejam*, compadre Joaquim.
h. Oxalá a primavera *lhe apazigue* o mau génio.

42.1.3.10 Orações interrogativas retóricas com *acaso*

A presença de *acaso* numa oração interrogativa marca-a explicitamente como interrogativa retórica[46]. Estas orações induzem uma interpretação de sinal contrário ao apontado pelo valor, afirmativo ou negativo, da proposição mencionada pela oração (cf. Cap. 11.1.2). Assim, de uma frase interrogativa retórica como *acaso me ajudaste quando eu precisava?* infere-se implicitamente a asserção negativa 'não me ajudaste quando eu precisava'. Esta asserção encontra-se associada a uma dimensão avaliativa que aproxima as orações interrogativas retóricas com *acaso* das orações interrogativas-exclamativas introduzidas por uma palavra *qu-* (*quando é que me ajudaste?!*) – cf. 42.1.3.8 acima. Nas orações interrogativas com *acaso* os pronomes átonos ocorrem necessariamente proclíticos:

(105) a. Acaso *me enganei*? (CRPC, J. Dinis, *Morgadinha*)
b. Acaso *me ouviste* reclamar?
c. Acaso *se sabe* se esse tratamento agressivo vale a pena?
d. Mas tu acaso *lhe mostraste* que havia outro caminho?

42.1.3.11 Próclise e ênclise com *próprio*

Nas orações que incluem a palavra *próprio* em posição pré-verbal, a colocação dos pronomes átonos pode ser proclítica, como nas frases em (106), ou enclítica, como nas frases em (107):

(106) a. Eu próprio *o vi* sair ao terreiro na tal manhã em que cheguei à Gafeira. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
b. os próprios ruídos *se diluíam* a pouco e pouco num zumbido único de sons (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
c. Eu próprio *me admiro* como é que isto mesmo assim passou! (CRPC, PF 0173)

[46] Pode igualmente construir interrogativas retóricas, e induzir próclise, o advérbio *lá* (cf. 42.1.3.4 e 42.1.3.5):
(i) a. Há lá coisa mais importante que a liberdade?!
b. Eu lá *lhe pedi* que me ajudasse?!
c. Eu lá *te mentiria* alguma vez?!
Sobre *acaso*, veja-se Escandell Vidal (1999) e Sánchez López (1999).

(107) a. Ele próprio *ilude-se*, julgando que pode prescindir desse estímulo (CRPC, J. Dinis, *Fidalgos*)
b. O próprio Tejo *tornou-se* do tamanho de um bidé de zinco a transbordar de água suja. (CRPC, D. Mourão-Ferreira, *Amor*)
c. O próprio médico *disse-lhe* também que com o tempo a audição voltaria (CRPC, PF 0655)

Diferentes falantes manifestam diferentes opções, preferindo uns a próclise, outros a ênclise. A variação é neste caso idioletal e, por isso, não existem fatores semânticos ou estruturais que determinem uma ou outra colocação. Os falantes para quem a palavra *próprio* é um indutor de próclise analisam-na como um focalizador inclusivo (paralelamente a *mesmo*, *até*, *também*) – cf. 42.1.3.3 acima.

42.1.4 Orações exclamativas com infinitivo flexionado

Embora o infinitivo flexionado ocorra geralmente em orações subordinadas, um infinitivo flexionado não dependente encontra-se em orações exclamativas como as apresentadas em (108). Nestas frases, a distribuição da ênclise e da próclise é idêntica à que se verifica nas orações principais finitas (cf. 42.1.1, 42.1.2 e 42.1.3 acima).

(108) a. Ó João, *perderes-me* o cachecol de que eu mais gostava!
b. *Dizeres-me* uma coisa dessas! Parece mentira.
c. Não *o apoiares* quando mais precisava! Foste indecente.
d. Não *lhe dares* nem uma palavrinha! Ele não esperava isso de ti.
e. Só *lhe contares* a verdade porque foste obrigado! Que belo amigo!

42.2 Orações subordinadas finitas

Os pronomes clíticos ocorrem em posição proclítica em todos os tipos de orações subordinadas finitas. Os itálicos em (109) mostram claramente o contraste entre as orações principais e as orações subordinadas no que diz respeito à colocação dos clíticos: as primeiras (excetuados os casos considerados em 42.1.3) manifestam ênclise; as segundas, próclise. Nos exemplos de 42.2, as orações subordinadas são delimitadas por parênteses retos e a conjunção subordinativa (ou locução conjuncional) e os constituintes iniciais, contendo a palavra *qu-* (cf. Caps. 36, 39 e 48), relativos ou interrogativos, apresentam-se sublinhados:

(109) a. [Se *me descuido*] *estou-lhe* no papo. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
b. "Então ainda volta para a gente?" *Dizem-me* e eu gosto [que *mo digam*]. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)

Alguns tipos de orações subordinadas finitas, contudo, permitem também, secundariamente, a opção enclítica. Em 42.2.1 observar-se-á o padrão regular de colocação dos pronomes clíticos nas orações subordinadas finitas, isto é, o padrão proclítico. Em 42.2.2 serão identificadas as orações subordinadas que, marginalmente, admitem a ênclise. Esta opção, que existe em contextos particulares, não exclui a próclise como opção alternativa nos mesmos contextos e manifesta-se infrequentemente.

42.2.1 Colocação regular (proclítica) nas orações subordinadas finitas

A fim de ilustrar a universalidade da próclise nos domínios de subordinação finita, apresenta-se a seguir um conjunto de exemplos que integra orações completivas (cf. Cap. 36), orações relativas (cf. Cap. 39), orações adverbiais (condicionais, concessivas, causais, finais, temporais) – (cf. Cap. 38) – e orações de comparação e graduação (comparativas, conformativas, proporcionais, consecutivas) (cf. Caps. 38 e 40). Dentro das orações completivas, incluem-se completivas de sujeito (cf. (110a,b)) e completivas de objeto (cf. (110c-h)), completivas introduzidas pelas conjunções-complementadores *que* (cf. (110a-e)) e *se* (cf. (110f)) e por constituintes interrogativos (cf. (110g,h)). Note-se, por último, relativamente às orações completivas, que, em muitos dos exemplos apresentados, não há adjacência entre o complementador (sublinhado) e o pronome clítico, sem que daí resulte alteração da colocação proclítica típica dos domínios subordinativos.

❖ Orações completivas

(110) a. [Que a Maria ontem *te tenha* mentido] surpreende-me muito.
b. Parece [que *se preparam* grandes coisas]. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
c. descobriu [que a irmã, cansada de esperar por um Zeca demasiado invisível [...], *o substituíra* por um reformado dos caminhos-de-ferro, de pensão firme ao fim do mês] (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
d. Eu concordava [que ele *me levasse* dinheiro pelas azeitonas] (CRPC, F. Namora, *Homem*)
e. Senti, de novo, [que *me beliscavam* o nariz]. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
f. Pela sua saúde diga-lhe que eu gosto dela e dê um jeito, senhor, veja [se *a obriga* a voltar]. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
g. vejam lá os senhores [com quem aquele camelo *se foi* logo espetar]. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
h. Sorrindo, disse-lhes [...] que decidissem [qual deles *me engraxaria*] (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

❖ Orações relativas

(111) a. Era o mesmo homem [que, pouco antes, *lhe tinham* mostrado numa das fotografias]. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*) [relativa restritiva]
b. Queria certificar-se da existência de bares [*em que*, sob a atmosfera de um jazz desencaminhador, *se divertem* estrangeiros e altos burocratas]. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*) [relativa restritiva]
c. um homem não se sente escravo dos dois palmos [onde *lhe assentam* os pés]. (CRPC, F. Namora, *Trigo*) [relativa restritiva]
d. Ele agitava-se num contentamento longínquo, [*de quem* já não ouvia bem e *se despegava* do mundo] (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*) [relativa apositiva]
e. O Batedor diz [o que *lhe convém*] para entusiasmar os caçadores. (CRPC, C. Pires, *Delfim*) [relativa sem antecedente]

❖ Orações adverbiais (temporais, causais, concessivas, finais, condicionais)

(112) a. Já viste o mar, compadre? Um homem [quando *lhe vai* em cima] sabe que não vale coisa nenhuma. (CRPC, F. Namora, *Trigo*) [temporal]
b. Loas passava com os dedos pelos joelhos, [...] [enquanto a voz *se tornava* monocórdica e sonhadora]. (CRPC, F. Namora, *Trigo*) [temporal]
c. Mas ele foi muito correcto, sim senhor! [Mal *se formou* e endireitou a vida], logo quis perfilhar a Anica. (CRPC, F. Botelho, *Noite*) [temporal]
d. O soldado percebeu que o senhor se despira também [porque *lhe sentia* a carne nua contra a pele dos rins] (CRPC, L. Antunes, *Fado*) [causal]
e. O Nórdico, se tem sol, o sol lhe basta, destapando-se ao céu luminoso, [ainda que o gume da aragem *lhe traspasse* os brônquios]. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*) [concessiva]
f. Eu concordava que ele me levasse dinheiro pelas azeitonas, [...] [embora *me saibam* a fel] (CRPC, F. Namora, *Homem*) [concessiva]
g. De cabeça erguida, [para que a frescura da noite *lhe clarificasse* o cérebro], tentou recordar como tudo aquilo, courela e pessoas, eram antes desses acontecimentos. (CRPC, F. Namora, *Trigo*) [final]
h. [Se *lhe danifiquei* algum objecto], [se *lhe parti* algum objecto], [se *lhe amolguei* algum objecto], faço questão, minha senhora. (CRPC, L. Antunes, *Fado*) [condicional]
i. Josefina sempre por ali está ou anda, [caso tal hipótese *se revele* de facto]. (CRPC, F. Botelho, *Noite*) [condicional]

❖ Orações de comparação e graduação (comparativas, conformativas, proporcionais, consecutivas)

(113) a. Afinal é mais bonita [do que *me tinham* dito]. [comparativa]
b. Não percebeu que morri?, não percebeu ainda que já deixei de existir?, porque eu nunca estive vivo naquela casa, meu capitão, porque sempre olharam, compreende, através de mim [como se eu *lhes fosse* misteriosamente transparente] (CRPC, L. Antunes, *Fado*) [comparativa]
c. Aquele Loas falava de defuntos e de diabos [como quem *se refere* a companheiros de taberna!] (CRPC, F. Namora, *Trigo*) [comparativa]
d. Afinal sempre te casaste com uma viúva [como *me segredaram*] (CRPC, L. Antunes, *Fado*) [conformativa]
e. Estes tipos [quanto mais *nos olham*] menos nos querem ver... (CRPC, C. Pires, *Delfim*) [proporcional]
f. a vida modificara-se de um modo tal [que [...] *lhe dava* a sensação de nada ter de permeio onde se apoiar]. (CRPC, F. Namora, *Homem*) [consecutiva]

42.2.2 Casos de ênclise em variação com a próclise nas orações subordinadas finitas

Embora a próclise seja o padrão dominante de colocação dos pronomes clíticos em todos os tipos de orações subordinadas, a ênclise é permitida (sendo uma opção de expressão pouco frequente) nas seguintes situações:

(i) em orações completivas com verbo no indicativo, nomeadamente as que são selecionadas por verbos declarativos (*afirmar*, *concluir*, *declarar*, *dizer*, *jurar*, *prometer*, etc.), por verbos apresentativos (*acontecer*, *ocorrer*, *suceder*, etc.), por verbos de crença e conhecimento (*achar*, *acreditar*, *considerar*, *pensar*, *saber*, *supor*, etc.), por verbos de perceção (*ouvir*, *sentir*, *ver*) e pelo verbo *parecer*;

(ii) em orações consecutivas;

(iii) em algumas estruturas clivadas.

A possibilidade da ênclise nas estruturas de subordinação enumeradas atesta-se no *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* com uma frequência muito reduzida. A frase (114a) ilustra o padrão enclítico numa oração completiva selecionada pelo verbo declarativo *dizer*; a frase (114b) mostra como na mesma configuração sintática ocorre também a próclise. As frases (115a) e (116a) são exemplos de ênclise em orações consecutivas, atestando-se igualmente neste tipo de oração a próclise, como mostram (115b) e (116b). A frase (117a) é uma estrutura clivada (cf. Cap. 50) com ênclise, mas a mesma frase poderia construir-se com próclise, conforme se vê em (117b)[47].

(114) a. O meu primo diz [que lá elas *lavam-se* antes e depois]. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. O meu primo diz [que lá elas *se lavam* antes e depois].

(115) a. Fê-la girar no chão [...] com tanta violência [que os membros estreitos da garota *embrulharam-se* uns nos outros como fios de esparguete]. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. Fê-la girar no chão [...] com tanta violência [que os membros estreitos da garota *se embrulharam* uns nos outros como fios de esparguete].

(116) a. Ela devassava tão apaixonadamente os gestos das pessoas, e sobretudo tratando-se de bichos, [que nesse momento *lia-se-lhe* nos olhos uma profunda gratidão] (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
b. Ela devassava tão apaixonadamente os gestos das pessoas, e sobretudo tratando-se de bichos, [que nesse momento *se lhe lia* nos olhos uma profunda gratidão].

(117) a. Mas o pior é que nesta dança repentina o corpo *falha-lhe*. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
b. Mas o pior é que nesta dança repentina o corpo *lhe falha*.

Deve esclarecer-se, antes de se concluir esta subsecção, que as orações semanticamente condicionais mas sem nexo subordinativo, como (118), são, no plano sintático, orações principais, não orações subordinadas. A colocação dos clíticos que nelas se observa é, portanto, a que se descreve em 42.1.1 acima. Repare-se que o modo conjuntivo exibido por estas orações condicionais pode encontrar-se também nas orações de modalidade imperativa não introduzidas por *que*, sendo o padrão enclítico próprio de umas e outras. A oposição entre o modo indicativo e o modo conjuntivo não se correlaciona, pois, necessariamente, com o binómio ênclise/próclise:

(118) – Tenho de rezar por ti, filho do pecado! – Ora, *desse-me* vossemecê presuntos, em vez de rezas!... (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

[47] Vejam-se outros exemplos de ênclise em orações subordinadas finitas em Said Ali ([1908] 1966:46s, 57).

42.3 Orações subordinadas de infinitivo simples

Nos domínios infinitivos, paralelamente ao que se observou nas frases finitas, é possível identificar configurações que originam uma colocação particular dos pronomes clíticos, ora enclítica, ora proclítica. No entanto, diferentemente do que acontece, em geral, nas orações finitas, certas estruturas infinitivas permitem qualquer das colocações, registando-se nestes casos variação entre ênclise e próclise. A variação é característica das orações com infinitivo simples (i.e., não flexionado), mas não das orações com infinitivo flexionado. Considerar-se-á por isso separadamente cada um dos tipos de oração infinitiva. A presente secção é dedicada às orações infinitivas simples.

42.3.1 Orações infinitivas simples não introduzidas por preposição (afirmativas vs. negativas)

Nas orações infinitivas não introduzidas por preposição, a distribuição da ênclise e da próclise pouco se afasta da que se descreveu para as orações principais afirmativas (cf. 42.1.1 e 42.1.3 acima).

Em particular nas orações infinitivas simples afirmativas (sem preposição), a próclise é desencadeada pelos mesmos elementos que determinam próclise nas orações principais finitas, como mostram os exemplos em (119). Em (119a) é o advérbio focalizador *só* que induz a próclise (cf. 42.1.3.3); em (119b) atua como proclisador o quantificador *pouco* (cf. 42.1.3.2.1)[48]:

(119) a. Dá-nos jeito só *lhe enviar* os papéis amanhã.
b. Pode até pouco *te importar*, mas a mim preocupa-me muito.

Na ausência de elementos desencadeadores de próclise (de entre os identificados em 42.1.3.2 a 42.1.3.5), ocorre sempre a ênclise nas orações infinitivas simples afirmativas, não introduzidas por preposição, conforme ilustram as frases em (120):

(120) a. *Dizer-lhe* o que íamos fazer parecia-me ainda mais absurdo que o salvamento de que havíamos sido objecto. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. – Foi no Porto que ele conheceu a tua irmã? – Foi – e *contar-me* a história pareceu-me que o aliviava de um peso (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

[48] Nos casos em que os advérbios que determinam a próclise ocorrem entre o verbo da oração principal e o verbo da oração subordinada, a colocação do clítico na oração infinitiva será condicionada pela presença do advérbio se este estiver contido na oração infinitiva, modificando o verbo desta oração, mas não se estiver contido exclusivamente na oração finita subordinante, modificando o verbo finito que seleciona a oração completiva infinitiva. As frases (i) e (ii) abaixo mostram-nos que da diferente filiação do advérbio, na oração subordinante finita ou na oração subordinada infinitiva, decorrem diferentes colocações dos pronomes átonos, bem como distintas interpretações das frases:

(i) a. Queria ainda [*vê-lo* com saúde]. (= queria, além disso/também, vê-lo com saúde)
b. Queria [ainda *o ver* com saúde]. (= queria vê-lo ainda com saúde)

(ii) a. Diz que quer só [*dar-lhe* os parabéns]. (= diz que apenas quer dar-lhe os parabéns)
b. Diz que quer [só *lhe dar* os parabéns depois de estar certo de que conseguiu o emprego]. (= diz que quer dar-lhe os parabéns só depois de estar certo de que conseguiu o emprego)

Na frase apresentada a seguir, extraída do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, o advérbio *só* associa-se ao verbo finito e não ao infinitivo:

(iii) É só *pagar-lhes* o quarto, que elas têm de pagar os quartos. (CRPC, J. Sena, *Sinais*) (= trata-se apenas de pagar-lhes o quarto...)

c. E o outro correspondia pressuroso, procurando *conquistar-lhe* a confiança, *insinuar-se* (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
d. Que ia eu fazer agora? Procurar o Rodrigues, *contar-lhe* tudo, *impedi-lo* de continuar aquela aventura ridícula com a velha? (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
e. A minha ideia não era *trazê-lo* aqui. Era só falar consigo. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
f. Tudo quanto deseja é *meter-se* em casa sem ter de aturar os vizinhos, sem mais esclarecimentos; (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
g. Não soube fazer nada melhor (do) que *pôr-se* a assobiar[49].

Os infinitivos nominalizados (cf. Cap. 37) apresentam uma colocação dos pronomes átonos que não difere da colocação geralmente encontrada nas restantes orações infinitivas sem preposição. A colocação mais comum é, pois, a ênclise (cf. (121)); mas a colocação proclítica ocorre quando o verbo está precedido de constituintes desencadeadores de próclise como o advérbio *quase* em (122a) ou o quantificador *todos* em (122b):

(121) a. A rapidez com que tudo isto me perpassou na mente foi menos rápida que o espanto do Luís e que [o *transformar-se* desse horrorizado espanto que lhe li no rosto boquiaberto] (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. O cão arrebitou as orelhas, levantou-se n[um grande *espreguiçar-se*], e foi até à porta. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
c. N[*o roçar-se* lamentoso dela por essas paredes] havia uma volúpia quase sexual que me palpitava, em leves saltos, na cabeça, no baixo-ventre, no sexo. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

(122) a. Afastou o entorpecimento permitindo-se [um quase *se espreguiçar*].
b. [O todos os dias *lhe dar* uma guloseima] tinha-se transformado num agradável hábito.

Nas orações infinitivas simples negativas não introduzidas por preposição, regista-se variação entre a próclise e a ênclise quando a negação oracional é expressa pelo advérbio de negação *não*, conforme atestam as frases em (123):

(123) a. Como eu fingisse não *lhe perceber* a intenção, encheu-se de coragem para dizer: – E se fôssemos lá?... (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
b. Eu saía a correr da escola que não me dava conta de frequentar, temendo não *encontrá-lo* ainda vivo. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)

[49] Em contraste com as orações comparativas finitas, que apresentam colocação proclítica dos pronomes átonos (como em *afinal é mais bonita do que me tinham dito*; cf. (113)), nas orações comparativas de infinitivo ou de gerúndio ocorre sempre a ênclise, como se ilustra em (120g) e em (ia) abaixo – uma oração comparativa condicional com infinitivo simples. As orações comparativas com infinitivo flexionado admitem quer a próclise quer a ênclise (cf. (ib) e (ic)), enquanto as comparativas com gerúndio apresentam regularmente colocação enclítica (cf. (id)):

(i) a. Ele reparou que eu as notara, e, curvando-se sobre a mesa, alisou-a com cuidado, como se *tirar-lhe* as pregas tirasse as nódoas. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. Podiam ter feito melhor (do) que *contarem-lhe* tudo assim de chofre.
c. Melhor do que *te zangares* é esqueceres.
d. Ela acenou que sim e Barbaças, emocionado, não soube traduzir melhor o seu agradecimento que *apertando-lhe* as mãos. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

Quando a interpretação negativa decorre da presença de uma palavra negativa (*nunca*, *jamais*, *nada*, *nenhum*, *ninguém*) em posição pré-verbal, no entanto, apenas a colocação proclítica dos pronomes átonos é permitida, como mostra o contraste entre as frases (124a) e (124b)[50]. Alguns exemplos adicionais de próclise são apresentados em (125)[51]:

(124) a. Os assaltantes mandaram ninguém *se mexer*.
b. *Os assaltantes mandaram ninguém *mexer-se*.

(125) a. Prometemos nunca/jamais *o abandonar*.
b. Continuámos a falar de assuntos triviais, procurando assim nada *lhe dar* a perceber.

As orações principais finitas e as subordinadas infinitivas simples (sem preposição) apresentam um comportamento similar no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos quando as palavras negativas *ninguém*, *nenhum*, *nada*, *nunca*, *jamais* precedem o verbo. Quando a negação é expressa por *não*, pelo contrário, as orações principais finitas e as orações subordinadas infinitivas apresentam comportamentos distintos (cf. 42.1.3.1 acima).

42.3.2 Orações infinitivas simples introduzidas por preposição

Tipicamente, as orações infinitivas simples introduzidas por preposição admitem quer a colocação enclítica quer a colocação proclítica dos pronomes átonos, como mostram as frases seguintes:

(126) a. Temos de *dar-lhe* crédito. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)
b. Teria de *se libertar* dos limos que se lhe enrolavam na carne (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

A variação entre ênclise e próclise em infinitivas preposicionadas é independente da distinção entre orações infinitivas completivas e orações infinitivas adverbiais e quase abrange a generalidade das preposições. Ficam, contudo, fora do padrão de variação as preposições *a* e *com*, que se associam sempre à ênclise, como mostram os exemplos em (127) e (128):

Preposição *a*

(127) a. e a nuvem de perfume, a chorar, a *agarrar-se* a ele, a *suspender-se-lhe* do fato, a *acariciar-lhe* o cabelo (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. Uma madrugada despertaram-no a *abaná-lo* com força (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

---

[50] As frases em (124) são estruturalmente ambíguas, podendo o infinitivo ser simples ou flexionado. Mas uma vez que a opção pelo infinitivo simples existe, se a ênclise fosse possível em infinitivas simples com uma palavra negativa como sujeito (pré-verbal), a frase (124b) seria gramatical.

[51] No exemplo (i), a seguir, a palavra negativa *nunca* pertence à oração finita (na qual o verbo modal *poder* está elidido) e não à oração infinitiva. Daí a colocação enclítica do pronome átono na oração infinitiva:
(i) O homem podia colaborar nessa fecundidade, mas nunca ~~poderia~~ [*devassá-la*]. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
A palavra enfática *nem* (na aceção de 'sequer') é irrelevante no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos nas orações infinitivas:
(ii) Fizemos as pazes no fim das férias, quando eu lhe cedi a Odete (que, sabedora da história, não queria nem *vê-lo*) (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

c. Lavadores e moços de gasolina habituaram-se a *vê-lo* àquela mesa na companhia do mestiço que Deus tem. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
d. Não faltaram padres de aldeia a *prestar-lhe* homenagem. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
e. E era como se o crepúsculo, ao *adensar-se*, trouxesse consigo um sombrio manto de absurdo, que nos cobria e prendia ali um ao outro (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
f. e veio-lhe de súbito uma tristeza do caneco ao *lembrar-se* do corredor escuro do Campo de Santana (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

Preposição *com*

(128) a. Não ficámos nada contentes com *reprová-lo*.
b. Com *dar-lhe* comer a toda a hora, mataste-o.
c. Com *fazer-lhe* todas as vontades, fizeste com que se tornasse insuportável.

Apresenta-se a seguir um conjunto de frases que ilustram a variação entre ênclise e próclise nas orações infinitivas introduzidas pelas preposições *de*, *por*, *para*, *em*, *sem* – vejam-se (129) a (138)[52].

Preposição *de*

(129) a. Ainda há pouco, quando me veio apresentar os cumprimentos, teve o cuidado de *me trazer* a Monografia aqui presente (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
b. Maria das Mercês não gostava tanto da vida que fosse capaz de *lhe pôr* fim com as próprias mãos. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
c. a cantilena do velho tem o condão de *o pôr* fora de si, de *o fazer* sentir-se enganado com tantas histórias, tantas fantasias. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)

(130) a. e a voz dele tinha a intenção de *provocar-me* e ao Luís também. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. "Tens de *prestar-lhe* justiça", repetirá dali para o futuro, admirado com a coragem do Portela. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)

Preposição *por*

(131) a. usam-me por *lhes servir* e se deixar de ser útil dão-me um bilhete de avião para Bruxelas (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. e acabava por *me fechar* vencido, lixado comigo mesmo, no esconso do fundo, a folhear com raiva jornalecos de caubóis. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
c. Loas, ao estudar uma vez mais a cara de sono do vadio, reparou, abismado, que a conversa não só fora incapaz de espevitar a gula do Barbaças, mas acabara por *lhe provocar* o sono! (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

[52] Em termos de frequência, existe variação idioletal no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos em infinitivas preposicionadas. No *corpus* observado (i.e., uma amostra do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*), diferentes autores apresentam frequências distintas. Entre os quatro autores tomados como referência, Jorge de Sena individualiza-se pela preferência pela ênclise nas infinitivas introduzidas por *de* e *para*, tendo esta colocação uma expressão quantitativa muito baixa em José Cardoso Pires, Fernando Namora e Lobo Antunes. A ênclise em infinitivas introduzidas pela preposição negativa *sem* só se atestou, aliás, em Jorge de Sena.

(132) a. Acabaram por *instalar-se* à mesa de nojenta toalha de oleado aos quadradinhos pretos e amarelos (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. Sai daqui, não me cheires, pira-te, e o animal acabou por *sentar-se* nos quartos traseiros a coçar pensativamente a orelha com a pata (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
c. quem nos faz perder milhares de contos acaba por *pagá-los* de uma maneira ou de outra. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

❖ Preposição *para*

(133) a. João Eduardo empurrara o amigo para essa experiência [...] para *se ver* livre dele durante algum tempo. (CRPC, F. Namora, *Homem*)
b. Vim para *te ajudar*.

(134) a. Quando o Professor Cunha Ferreira chamava alguém para *ajudá-lo*, prevenia quase invariavelmente de que se tratava de um doente sem recursos. (CRPC, F. Namora, *Homem*)
b. Estou aqui para *ajudar-te* em tudo o que for necessário.

❖ Preposição *em*

(135) a. Já que o Vieirinha, mesmo de olhos fechados, teimava em *se mostrar* camarada, levaria o conselho do virtuoso até ao fim. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
b. O pior é que rarissimamente se preocupava em *os situar* na sua vida [...], punha-se a olhá-los sem os ver (C. Pires, *De Profundis*, pág. 38)

(136) a. Que ganhava eu em *fazer-lhe* perguntas? (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
b. Quero que saiba também que tenho confiança e acho-me bem em *senti-la*. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)

❖ Preposição *sem*

(137) a. O meu pai, sem *a olhar*, sorriu (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. A rapariga mirou a noite da rua através da semitransparência das cortinas, e informou Jantamos em Carcavelos, sem *me perguntar* o que eu queria, entende, sem *me pedir* opinião. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
c. O meu alferes gramou a pastilha sem *lhe ferrar* um estalo, uma tareia sequer? (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

(138) a. Encostado a um poste, eu vira passar eléctricos iluminados, sem *mandá-los* parar. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. Algo disso ficaria nele, e era um jeito de balancear-se no poleiro sem levantar nenhuma das patas, sem *alterná-las* como o Cinzento fazia. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
c. Minha tia, sem *desviar-se* do fogão nem levantar a cara, disse: – mais uma loucura do teu tio. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

42.3.3 Orações infinitivas simples subordinadas a *haver que, ter que*

As orações infinitivas selecionadas por *haver que* e *ter que* apresentam variação entre colocação enclítica e colocação proclítica dos pronomes átonos, tal como acontece nas orações infinitivas introduzidas pelas preposições *de* (nomeadamente em *haver de*, *ter de*), *para*, *por*, *em*, etc.:

(139) a. Um espetáculo que tem a sua metade na plateia. Por isso há que *vê-lo* no ambiente onde nasceu e para que nasceu. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)
b. A atitude dele foi de facto surpreendente, mas há que *a interpretar* de acordo com as circunstâncias.

(140) a. Tenho que *confessar-lhe* que me estou nas tintas para esse assunto.
b. Temos que *lhe telefonar* imediatamente.

42.3.4 Orações infinitivas simples introduzidas por *que, quem* e palavras afins

As orações infinitivas simples introduzidas pelos pronomes e advérbios relativos ou interrogativos *que*, *quem*, *onde*, *quanto*, *como*, *quando*, *porque*, sejam relativas livres (cf. Cap. 39) sejam interrogativas indiretas (cf. Caps. 36 e 48), apresentam variação entre próclise e ênclise, como mostram os exemplos em (141)-(146)[53]:

(141) a. Não temos a quem *nos queixar*.
b. Não temos a quem *queixar-nos*.

(142) a. Não tinham onde *se esconder*.
b. – Mais uma loucura do teu tio. – Loucura? Loucura, hein? Os homens não tinham onde *esconder-se*, podiam ser presos, eu ofereci-lhes a minha casa, onde está a loucura? (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

(143) a. Encontrei quem *lhe enviar*.
b. Encontrei quem *enviar-lhe*.

(144) a. Não sei como *lhe agradecer*.
b. eu é que não sei como *retribuir-lhe* a simpatia, senhor tenente-coronel (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

(145) a. Ficámos mesmo sem saber o que *lhes dizer*.
b. Ficámos mesmo sem saber o que *dizer-lhes*.

(146) a. Não decidi ainda quanto *o deixar* saber.
b. Não decidi ainda quanto *deixá-lo* saber.

Contudo, se um proclisador adverbial ou quantificacional estiver presente, só a colocação proclítica é possível, como mostram os exemplos em (147)-(150), onde os advérbios *ainda*, *também*, *só*, *nunca*, *pouco* induzem a próclise, tornando a ênclise impossível:

(147) a. Estamos sem saber o que **ainda/também** *lhes contar*.
b. *Estamos sem saber o que **ainda/também** *contar-lhes*.

[53] Sobre a variação na colocação dos pronomes clíticos nestas estruturas, vejam-se as hipóteses explicativas de Inês Duarte – em Mateus et al. (2003:862) – e Said Ali ([1923] 1965:208).

(148) a. Temos que combinar o que **só** *lhes contar* em último caso.
b. *Temos que combinar o que **só** *contar-lhes* em último caso.

(149) a. Temos que combinar o que **nunca** *lhes confessar*, em circunstância alguma.
b. *Temos que combinar o que **nunca** *confessar-lhes*, em circunstância alguma.

(150) a. Temos que combinar como **pouco** *lhes dizer*.
b. *Temos que combinar como **pouco** *dizer-lhes*.

42.3.5 Orações infinitivas simples introduzidas por *se* (interrogativas indiretas)

Nas orações interrogativas indiretas que contêm um infinitivo simples, os pronomes átonos apresentam-se, em geral, enclíticos ao infinitivo, como mostram as frases em (151):

(151) a. Não sabemos se *dizer-lhe* a verdade hoje, se amanhã.
b. Quero pintar a sala, mas não sei *se pintá-la* de branco ou de amarelo.

Mas a presença de um proclisador adverbial bloqueia a ênclise e torna a próclise necessária:

(152) a. Não decidimos ainda se **também** *o pôr* a ele ao corrente dos acontecimentos.
b. *Não decidimos ainda se **também** *pô-lo* a ele ao corrente dos acontecimentos.

(153) a. Não sabemos se **só** *lhe falar* amanhã ou ainda hoje.
b. *Não sabemos se **só** *falar-lhe* amanhã ou ainda hoje.

42.4 Orações subordinadas de infinitivo flexionado

Tal como nas orações subordinadas de infinitivo simples, também nas infinitivas flexionadas a colocação dos pronomes clíticos é condicionada de forma determinante pela presença ou ausência de preposições a introduzir a oração infinitiva. Por isso esta secção está dividida em duas partes: na primeira (42.4.1), observa-se a colocação dos pronomes clíticos nas orações de infinitivo flexionado não introduzidas por preposição; na segunda (42.4.2), descreve-se a colocação dos pronomes clíticos nas orações subordinadas de infinitivo flexionado introduzidas por preposição.

42.4.1 Orações infinitivas flexionadas não introduzidas por preposição (afirmativas vs. negativas)

Em orações afirmativas com infinitivo flexionado e sem preposição, a distribuição da próclise e da ênclise obedece às condições identificadas e descritas relativamente às orações principais em 42.1.1 e 42.1.3 acima.

As frases em (154) atestam a colocação proclítica associada a certos advérbios, a quantificadores e a pronomes relativos ou interrogativos[54]. As frases em (155)

[54] A variação entre próclise e ênclise que se observa nas orações infinitivas simples introduzidas por pronomes relativos ou interrogativos (cf. 42.3.3) não se encontra nas orações com infinitivo flexionado, que, no referido contexto, apresentam sempre próclise.

ilustram o padrão enclítico que se verifica sempre que não estão presentes em posição pré-verbal constituintes indutores de próclise – contraste-se (154a) com (155a). Como mostram as frases (154g) e (155h), a primeira com próclise a segunda com ênclise, o infinitivo flexionado nominalizado não apresenta um comportamento particular relativamente à colocação dos clíticos.

(154) a. O problema é todos *se julgarem* mais espertos do que de facto são.
b. O oficial de justiça mandou só *nos sentarmos* depois de o juiz entrar na sala.
c. Toda a gente viu cá *lhe virem* trazer a arara, não vale a pena escondê-la.
d. O problema é qual das ideias *lhe vendermos*.
e. Eles não tinham onde *se esconderem*.
f. Não sabemos a quem *nos dirigirmos* para esclarecer o assunto.
g. No quase *se insultarem* em público havia um indisfarçado exibicionismo.

(155) a. O problema é eles *julgarem-se* mais espertos do que de facto são.
b. Ela via que nós éramos bons chicos, ia-se já embora para ficarmos à vontade, mas era costume da casa *pagarem-lhe* as cervejas. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
c. Seria uma deselegância *pronunciarem-se* sobre o que faria o governo português. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
d. Basta *olharem-lhe* para a cara. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
e. Terminava essa prova de resistência com o mesmo triunfo no sorriso e nos músculos de quando se deixava fotografar após as suas celebradas competições desportivas. Daí, *chamarem-lhe* [...] «campeoníssimo da cirurgia». (CRPC, F. Namora, *Homem*)
f. Barbaças sentiu fieiras de agulhas *espetarem-lhe* as entranhas. Estava angustiado. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
g. Ora aí está. Não vale a pena a gente *ralar-se*. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
h. No *insultarem-se* em público havia um indisfarçado exibicionismo.
i. Podiam ter feito melhor (do) que *contarem-lhe* tudo assim de chofre[55].

Nas orações negativas com infinitivo flexionado, os pronomes átonos apresentam regularmente colocação proclítica, tal como se verifica nas orações negativas finitas (cf. 42.1.3.1 acima). As frases em (156) exemplificam a referida colocação.

(156) a. Deixa-o. É melhor não *lhe dizeres* mais nada.
b. É indecente ninguém *nos explicar* o que está a acontecer.
c. Nada *nos dizerem* está a deixar-me em pânico.

42.4.2 Orações infinitivas flexionadas introduzidas por preposição

Nas orações de infinitivo flexionado introduzidas por preposição, observam-se três padrões de colocação dos pronomes átonos, dependendo da preposição introdutora: (i) a colocação é enclítica quando a oração infinitiva é introduzida pelas preposições *a* (eventualmente contraída com o artigo definido) e *com*; (ii) a preposição

[55] Sobre o contraste entre as orações comparativas finitas e as comparativas não finitas no que diz respeito à colocação dos clíticos, veja-se a Nota 49 acima.

em possibilita a variação entre próclise e ênclise; (iii) a colocação é proclítica quando a oração infinitiva é introduzida por qualquer outra preposição.

Diferentemente do que acontece com as infinitivas simples preposicionadas, nas orações infinitivas flexionadas introduzidas por preposição a variação entre próclise e ênclise é muito marginal, encontrando-se limitada às orações introduzidas pela preposição *em*. Todas as outras preposições determinam colocações categóricas, excluindo a possibilidade de variação[56]. O contraste entre orações infinitivas simples e infinitivas flexionadas no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos é evidenciado pela seguinte frase, na qual a preposição *de* introduz primeiro um infinitivo simples e depois um infinitivo flexionado:

(157) Os senhores e as senhoras fazem favor de *pôr-se* em bicha, e de *lhe apresentarem* as armas para ele beijar. (CRPC, J. Sena, *Sinais*) (vs. *fazem favor de* se pôr *em bicha*, **e de* apresentarem-lhe *as armas*)

As frases em (158) abaixo são exemplos de ênclise em orações de infinitivo flexionado introduzidas por *a*; as frases em (159) ilustram a ênclise em orações de infinitivo flexionado introduzidas por *com*:

(158) a. Duas vozes entram mais destacadas, sem surdina, pela janela. Numa surdina imaterial, outras duas ciciam no recanto obscuro. E, de sob a porta, a *enlearem-se-lhe* nas botas, rastejam outras duas, murmuradas estas e roufenhas. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
b. Mas agora o movimento vai diminuir, não vai? – Diminuir, porquê? – Então, com os espanhóis a *irem-se* embora... (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
c. Lançados pelo ar, os polvos caem-lhes aos pés e elas torturam-nos, [...] sentindo as ventosas a *colarem-se-lhes* à palma das mãos. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
d. Ia para as dunas, ouvia já os berros das ondas a *chamarem-na* do lado de lá e, quando se meteu mais dentro, para encurtar caminho, ficou presa no pântano da Urdiceira. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
e. Todo eu me sacudia num risinho secreto [...] se me constava que o chefe da clínica [...] soltava guinchos de porquinho-da-índia ao *dizerem-lhe* que eu me negara espectaculosamente a observar uma dama da alta roda. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)

(159) a. Não contente com *fazeres-me* esperar, ainda me pedes que te pague o jantar.
b. Não posso deixar de me aborrecer com *pregares-me* essas partidas.
c. Com *dares-lhe* comer a toda a hora, mataste-o.
d. Com *fazeres-lhe* todas as vontades, fizeste com que se tornasse insuportável.
e. Com *fazeres-me* elogios me enganas!
f. Com *confiarmos-te* esta tarefa, demonstramos a nossa confiança.

A existência de variação entre próclise e ênclise nas orações de infinitivo flexionado introduzidas pela preposição *em* é confirmada pelos exemplos apresentados em (160) e (161):

[56] Veja-se, sobre este assunto, Rodygina (2009).

(160) a. O comandante do GI não deixou de referir as dificuldades de muitos deles em *se expressarem* correctamente. (CETEMPúblico, *apud* Rodygina 2009:110)

b. É muito frequente terem dificuldade em *misturarem-se* com as outras crianças ou em brincarem. (CETEMPúblico, *apud* Rodygina 2009:110)

(161) a. Percebera que as máquinas e os aparelhos nos detestam e que a condição da nossa sobrevivência consiste em *nos afastarmos* deles. (CETEMPúblico, *apud* Rodygina 2009:110)

b. E nesse mesmo dia, comerciantes e residentes de classe média mostraram-se genuinamente assustados com tudo o que estava a acontecer, e mais interessados em *aferrolharem-se* em suas casas do que em sair à rua. (CETEMPúblico, *apud* Rodygina 2009:111)

As frases em (162) exemplificam a próclise associada às preposições *de*, *para*, *após*, *até*, *em*, *sem* nas orações subordinadas de infinitivo flexionado. Este mesmo padrão de colocação, ou seja, a próclise, ocorre igualmente quando as orações infinitivas flexionadas são introduzidas por outras preposições (exceto *a*, *com* e *em*).

(162) a. É muito costume dos alunos isso de *se apaixonarem* pelas mulheres dos professores, não é? Respondi que não sabia. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

b. Vive apavorado com a ideia de *lhe apanharem* a fórmula. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)

c. As mulheres exigiram que lhes déssemos café antes de *as largarmos* nas pensões onde viviam. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

d. Para *o impressionarem*, diziam-lhe sempre que o Jaime estava na agonia. (CRPC, F. Namora, *Homem*)

e. Depois do café e de um cálice de Porto, tomam café e Porto sem dúvida?, apenas lhes quero mostrar outra das minhas colecções, para *se distraírem* das emoções. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

f. O tempo correu e um latino que visitou a firma por alturas desse cabo das Tormentas ou da Esperança não refreou a pergunta após *lhe terem* confiado o curso do empreendimento: – Portanto, a iniciativa resultou? Os interlocutores emudeceram. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)

g. É por isso que este par de trapezistas, mãos seguras um ao outro até as dela *se desprenderem* de súbito (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)

h. – Porquê tanta pressa em *se casarem*?, perguntou a sogra, admirada (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

i. Foi, de todos os meus colaboradores – mais interessados em *se escaparem* para empregozinhos fúteis e rendosos – o único que, com os tais seus modos de gato que nos salta para os ombros sem *lhe darmo*s pelas garras, me seguiu o exemplo. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)

j. Desde que ele agitou os braços, os outros dois seguem-lhe os gestos com o olhar, sem *se fitarem* mutuamente. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)

k. Pensei Vai fazer-me uma festa na cabeça, mas os sapatos e as calças gigantescas passaram por mim sem *se deterem* (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

42.5 Subida do clítico

Nesta secção mostrar-se-á como em certas estruturas que incluem uma oração infinitiva simples ou uma perífrase verbal com verbo pleno infinitivo, um pronome clítico complemento do verbo infinitivo pode cliticizar fora do domínio infinitivo. Nestas estruturas, o hospedeiro do clítico é o verbo que seleciona a oração infinitiva ou o verbo auxiliar da perífrase verbal (cf. também os Caps. 29.3.2.3 e 37.5.4).

42.5.1 Subida de pronomes clíticos com função de complemento

Em estruturas completivas infinitivas nas quais a oração infinitiva é selecionada por certos verbos, e nas perífrases verbais em geral, um pronome átono complemento do verbo infinitivo pode cliticizar, opcionalmente, ao verbo finito. Os pares de frases em (163) e (164) abaixo exemplificam esta opcionalidade: nos exemplos (a), o pronome cliticiza diretamente ao verbo infinitivo que o seleciona (cf. Cap. 28); em contrapartida, nos exemplos (b), o pronome cliticiza ao verbo finito da oração subordinante que seleciona a oração infinitiva (em (163b)) ou ao verbo auxiliar finito da perífrase verbal (em (164b)). A ocorrência do clítico fora do domínio infinitivo ao qual pertence, como nos exemplos (b), chama-se **subida do clítico** (em (163)-(165), o itálico destaca a sequência formada pelo verbo finito e pelo verbo infinitivo e o sublinhado destaca o clítico e o verbo ao qual se liga):

(163) a. Trabalho não falta a quem *queira pegar-lhe*.
b. Trabalho não falta a quem *lhe queira pegar* (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)

(164) a. *Vai arranjar-lhe* uns ovos! (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. *Vai-lhe arranjar* uns ovos!

As frases em (165) são instâncias de subida do clítico com os verbos *haver* (*de*), *estar* (*a*), *ter* (*a*), *ir*, *começar* (*a*), *dever*, *poder*, *querer*, *saber*. Uma vez extraído do domínio infinitivo, o pronome átono cliticiza em ênclise, mesóclise ou próclise ao verbo finito, de acordo com as condições definidas nas secções 42.1 e 42.2 relativamente à colocação dos clíticos nas orações finitas, principais e subordinadas.

(165) a. Agora os dois soldaditos molham os lábios (como fazem alguns bichos enquanto esperam o ataque que *os há-de devorar*), mudos e atentos (CRPC, C. Pires, *Hóspede*) (cf. *que há de devorá-los*)
b. Parece que *os estou a ouvir*: dois pregadores em fúria. Discutem a morte e já lhe metem almas do outro mundo de permeio; (CRPC, C. Pires, *Delfim*) (cf. *que estou a ouvi-los*)
c. *Tenho-lhe a dizer* que você não me engana. (cf. *tenho a dizer-lhe*)
d. E *vais-me pagar* o que disseste (CRPC, J. Sena, *Sinais*) (cf. *e vais pagar-me*)
e. A esta hora, *começam-me a arder* os olhos. Já não tenho a vista dos vinte anos. (CRPC, F. Namora, *Trigo*) (cf. *começam a arder-me*)
f. "*Deve-se sempre ferir* por inteiro. É muito menos penoso do que a verdade a prestações" (CRPC, F. Namora, *Homem*) (cf. *deve sempre ferir-se*)
g. Isto, resumo, é a lagoa. *Podia-se pulverizar* num sussurro de mistérios. (CRPC, C. Pires, *Delfim*) (cf. *podia pulverizar-se*)
h. O velho não *o quis contrariar* e acompanhou-o (CRPC, C. Pires, *Hóspede*) (cf. *não quis contrariá-lo*)

i. O Barbaças, porém, não respondia nem se humilhava. Não era homem, aliás, para seduzir os outros com palavras labiosas. Nem *as saberia dizer*. (CRPC, F. Namora, *Trigo*) (cf. *nem saberia dizê-las*)

Além dos verbos *haver* (*de*), *estar* (*a*), *ter* (*a*), *ir*, *começar* (*a*), *dever*, *poder*, *querer*, *saber*, que ocorrem nas frases em (165), permitem igualmente a cliticização do pronome complemento fora do domínio infinitivo os verbos *andar* (*a*), *chegar* (*a*), *conseguir*, *continuar* (*a*), *costumar*, *ir a*, *fazer*, *ficar* (*a*), *mandar*, *pretender*, *tornar* (*a*), *vir* (*a*), *voltar*.

[3] A lista de verbos acima apresentada não é exaustiva, mas inclui os verbos que mais consensualmente admitem, para a generalidade dos falantes do português, subida dos clíticos. Como nas restantes línguas românicas em que esta estrutura é uma opção, também no português a delimitação do conjunto de verbos que permitem a subida dos clíticos está sujeita a variação dialetal e idioletal.

Alguns dos verbos acima elencados deixam de permitir a subida do clítico quando associados a certas preposições, como mostram os exemplos apresentados abaixo. Normalmente, a preposição *a* é compatível com a subida do clítico, enquanto a preposição *por* a bloqueia. A preposição *de* origina configurações de subida do clítico marginais, do ponto de vista normativo, exceto quando forma com o verbo uma unidade resultante de um processo de gramaticalização (caso de *haver de*):

(i) a. *Comecei* a *dizer-lhe* o que pensava e virou-me as costas. [cliticização sem subida]
b. *Comecei-lhe* a *dizer* o que pensava e virou-me as costas. [subida do clítico]
c. Quando *lhe comecei* a *dizer* o que pensava, virou-me as costas. [subida do clítico]

(ii) a. *Comecei* por *dizer-lhe* uma meia verdade. [cliticização sem subida]
b. **Comecei-lhe* por *dizer* uma meia verdade. [impossível a subida do clítico]
c. *Se *lhe começasse* por *dizer* a verdade... [impossível a subida do clítico]

42.5.2 Subida de pronomes clíticos com função de sujeito

Em estruturas com orações infinitivas subordinadas aos verbos causativos *deixar*, *fazer*, *mandar* e aos verbos percetivos *ouvir*, *ver*, *sentir*, o sujeito semântico da oração infinitiva pode ser um pronome átono que, nesse caso, cliticiza necessariamente ao verbo finito do qual depende a oração infinitiva, como se ilustra em (166) (cf. também o Cap. 37)[57]:

(166) a. As enfermeiras deixaram [os doentes ir dar um passeio].
b. As enfermeiras deixaram[-*nos* ir dar um passeio].
c. O Jorge ouviu [a Mariana entrar em casa].
d. O Jorge ouviu[-*a* entrar em casa].

[57] Quando é um pronome pessoal, o sujeito semântico de uma predicação secundária selecionada por verbos transitivos-predicativos como *considerar* e *achar* (cf. Caps. 28 e 30) também pode cliticizar ao verbo finito que seleciona a estrutura predicativa:
(i) a. Acho [*o Pedro* inteligente].
b. Acho[-*o* inteligente].
(ii) a. Considero [*as ilusionistas* culpadas].
b. Considero[-*as* culpadas].

As frases em (167) são exemplo de estruturas de subida de um clítico acusativo ou dativo correspondente ao sujeito semântico da oração infinitiva – em (167b) e (167e), o pronome é proclítico dado existir um indutor de próclise (sublinhado) na oração finita:

(167) a. E *vendo-as rir*, respirámos de alívio.
b. Este ano ele ficou em Coimbra, o pai não *o deixou vir* (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
c. – Como quem? – e a secura violenta da pergunta *fez-nos sentir* a ambos que era como se ele me tivesse mordido. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
d. Sou a minha mãe, pensou o tenente-coronel, *mando-me pentear* e lavar os dentes antes de aparecer na sala, minúsculo, de gravata e sapatinhos de verniz (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
e. Morte em beleza não havia para ela. "Só a de parto..." – não foi o que *lhe ouvi dizer*? (CRPC, C. Pires, *Delfim*)

42.6 Estruturas com gerúndio – orações gerundivas e complexos verbais com gerúndio

A distribuição da próclise e da ênclise nas orações em que o verbo se encontra no gerúndio é, no essencial, similar à que se encontra nas orações principais finitas, como se verá em 42.6.1 e 42.6.2. As duas colocações são mutuamente exclusivas, estando ausente das orações gerundivas a variação entre próclise e ênclise que se observa, tipicamente, nas orações subordinadas de infinitivo simples. O gerúndio também difere do infinitivo simples quando ocorre em configurações de potencial subida do clítico. De facto, enquanto em estruturas com infinitivo simples a subida do clítico é opcional, nos complexos verbais com gerúndio a subida do clítico é obrigatória, como se mostrará em 42.6.3.

42.6.1 Orações gerundivas com ênclise

Nas orações gerundivas afirmativas não introduzidas por preposição, os pronomes átonos têm colocação enclítica desde que a oração gerundiva não contenha, em posição pré-verbal, um quantificador ou um dos advérbios que se associam à próclise (cf. 42.1.3 acima). As frases em (168) ilustram a ênclise em orações gerundivas afirmativas. Deve notar-se que a presença de conectores como *que* ou *embora* – vejam-se as frases (168f,g) – não faz com que deixe de verificar-se o padrão enclítico das gerundivas. Neste aspeto, as orações subordinadas gerundivas contrastam com as subordinadas finitas[58].

(168) a. *Olhando-a* naquela idade, e *conhecendo-a* depois, senhora da lagoa, deduz-se que o corpo que viria a ser inabitado se encaminhava desde cedo para as formas seguras e instaladas das madonas do lar. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)
b. Bocejava, *coçando-se* todo de preguiça e de sono. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)

[58] Tomando como exemplo a frase (168g), a substituição da oração concessiva gerundiva por uma oração concessiva finita tem como resultado a emergência obrigatória da próclise, em contraste com a ênclise observada na oração gerundiva:
(i) Tranquilizaram-no na doença e na velhice, integraram-no numa mecânica de benesses que procura nivelar as classes por "cima", embora *as coaja* à emulação profissional que exija presteza, competência.

c. Com paciência, *falando-lhe* carinhosamente, partindo tudo em pedacinhos, eu insistia para que ele comesse. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
d. *Fingindo-se* ele distraído e indiferente, retraído e alheio, eu teimava com o cabo da vassoura; e ele, subitamente, disparava um voo circular na ponta da corrente (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
e. Barbaças passava pela quarta vez junto dos dois conversadores, como sempre com um molho de espigas *derreando-lhe* os ombros, e lá não resistiu a fazer acompanhar o seu olhar melindrado com o acto supremo de lhes cuspir aos pés. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
f. Ela acenou que sim e Barbaças, emocionado, não soube traduzir melhor o seu agradecimento que *apertando-lhe* as mãos. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)[59]
g. Tranquilizaram-no na doença e na velhice, integraram-no numa mecânica de benesses que procura nivelar as classes por "cima", embora *coagindo-as* à emulação profissional que exija presteza, competência. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)

42.6.2 Orações gerundivas com próclise

A próclise é o padrão de colocação dos pronomes clíticos nas orações gerundivas negativas (cf. (169)), nas orações gerundivas introduzidas pela preposição *em* (cf. (170)) e nas orações gerundivas que contêm em posição pré-verbal um quantificador ou um dos advérbios identificados em 42.1.3 acima – vejam-se as frases em (171):

(169) As senhoras impacientavam-se por ver lojas, não *lhes bastando* a bem fornecida *boutique* do hotel (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)

(170) E o Vieirinha? O Vieirinha, pois, abrenúncio! Em um tipo *lhe dizendo* que aquelas práticas com burras e tojos eram recomendáveis para seduzir os favores das mulheres... Ainda bem que o Vieirinha tinha esse fraco! (CRPC, F. Namora, *Trigo*)

(171) a. Quase todos se calaram, poucos *se mostrando* capazes de lhe dizerem o que realmente pensavam.
b. Eram instáveis como meteoros, lá *lhes parecendo* que tinham asas para outros voos. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
c. Chegou finalmente, já *se fazendo* anunciar desde o portão da entrada pelas pesadas passadas.
d. Os pais sabiam que era muito independente, só *lhes pedindo* ajuda em ocasiões raras.

42.6.3 Complexos verbais com gerúndio

Nos complexos verbais com gerúndio, geralmente constituídos por uma forma finita do verbo *ir* seguida duma forma verbal gerundiva[60], os pronomes átonos cli-

[59] Em contraste com as orações comparativas finitas, que apresentam colocação proclítica dos pronomes átonos, nas orações comparativas de gerúndio ocorre a ênclise (cf. Nota 49 acima).

[60] Nos complexos verbais em que o verbo finito não é *ir*, o português europeu contemporâneo prefere a **construção do infinitivo preposicionado** (cf. Cap. 37), também chamado **infinitivo gerundivo** (isto é, *a* + infinitivo, com valor aspetual progressivo):
(i) a. Começou a contar-lhe uma história. (ou *começou-lhe a contar uma história*, com subida do clítico).
b. Não estou a entender-te. (ou *não te estou a entender*, com subida do clítico).

ticizam ao verbo finito. Há, portanto, necessariamente, subida do clítico, diferentemente do que acontece nas estruturas infinitivas, nas quais a subida do clítico (quando permitida) é opcional – cf. 42.5.1 acima. As frases em (172) abaixo exemplificam a colocação dos pronomes clíticos característica dos complexos verbais com gerúndio.

(172) a. Entretanto, insensivelmente, *ia-se distanciando* da família, que era ainda o único elo sólido que o ligava ao passado (CRPC, F. Namora, *Homem*)
b. *Ia-o deixando* queimar-se até ao fim, ardendo-me na pele, e nele se consumiria, também, a minha indecisão. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
c. O tio saiu do armazém a empurrá-lo, soprando-lhe nas costas o iracundo hálito penoso do peixe, e *foi-o enxotando* calçada fora (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
d. E como ninguém lhe respondesse, a velha, na ponta do cabeço, entre paredões apodrecidos, arregalou muito os olhos e pôs-se a crescer como se alguma coisa desconforme *a fosse tomando* por dentro. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)

No entanto, quando a forma verbal gerundiva se apresenta anteposta ao verbo finito, o pronome átono cliticiza obrigatoriamente ao gerúndio[61]. A frase (173) abaixo ilustra a situação descrita (neste caso, a ênclise ou a próclise manifestar-se-ão conforme explicitado em 42.6.1 e 42.6.2 acima).

(173) A – *Ia-me atrasando*, mas cá estou.
B – *Atrasando-me ia* eu! – que não sabia da greve da Carris. (vs. **atrasando ia-me eu!*)

[4] A opcionalidade da subida do clítico em complexos verbais com gerúndio atesta-se em autores dos sécs. XVII a XIX. As seguintes frases com cliticização ao gerúndio pertencem a Camilo Castelo Branco e são apontadas por Epifânio da Silva Dias ([1918]1970:321ss), que considera tal colocação normal:

(i) a. O homem, desfavorecido dos acasos de que depende a felicidade, o bem, e a fortuna, não pode nada comsigo, nem deve *estar* <u>*lacerando-se*</u> com as suas proprias unhas para extirpar com o sangue a raiz do mal (Camilo Castelo Branco)
b. aquele ar espantado significava *estar* o doutor <u>*recordando-se*</u> de ter conhecido o general ou a filha (Camilo Castelo Branco)

No início do séc. XX, Said Ali ([1908]1966:54) já nota que «pouco se usa» a cliticização ao gerúndio em complexos verbais. É possível, contudo, encontrá-la ainda em autores contemporâneos, bem como no português falado, como mostram os exemplos abaixo:

(ii) a. Mas voltando ao dr. Corino *fui* <u>*conhecendo-o*</u> melhor à medida que crescia. (L. Antunes, *Visão*, 07.07.2005)
b. Recuperando aos poucos da anestesia *vou* <u>*dando-me*</u> conta de que um bicho horrível em mim, ratando, ratando. (L. Antunes, *Visão*, 12.04.2007)

[61] Também nas estruturas com infinitivo a anteposição da oração infinitiva torna impossível a cliticização do pronome átono à forma finita:
(i) a. Quero *ouvi-lo*.
b. *Quero-o* ouvir.
c. *Ouvi-lo*, quero.
d. *Ouvir, *quero-o*.

c. Por trilhos enlameados, Túndalo dava-se conta, *ia dando-se* conta de que os servos de seu pai arrastavam molhos de aveia e de feno enganchados em peles cruas de vitela. (M. Real, *Túndalo*, pág. 73)
d. Consoante se ia aproximando, os olhos de Henriques *iam abrindo-se* como que ensombrados por uma verdade cuja visão o enlouquecia (M. Real, *Túndalo*, pág. 82)
e. a própria burguesia *vai centrando-se* em sítios também marginais (CRPC, PF 0750)

42.7 Complexos verbais com particípio passado

As orações participiais não podem conter pronomes clíticos, contrastando neste aspeto com as orações gerundivas. Comparem-se entre si as frases em (174) e (175):

(174) a. Observada *a parturiente*, o médico decidiu atuar rapidamente.
b. *Observada-*a*, o médico decidiu atuar rapidamente.

(175) a. Observando *a parturiente*, o médico decidiu atuar rapidamente.
b. Observando-*a*, o médico decidiu atuar rapidamente.

Do mesmo modo, nas estruturas em que ocorrem tempos verbais compostos com particípio passado, o hospedeiro do clítico é sempre o verbo auxiliar finito e nunca o particípio passado. Ou seja, nestas estruturas a subida do clítico é obrigatória como mostram as frases em (176). Os complexos verbais com particípio passado e os complexos verbais com gerúndio comportam-se, pois, de forma semelhante no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos (cf. 42.6.3 acima e Cap. 29.3.2.3).

(176) a. As pessoas agora são tão mal-educadas que francamente já *me tinha desabituado* de gestos como o seu (CRPC, L. Antunes, *Fado*) (vs. **já tinha desabituado-me de gestos como o seu*)
b. Anos de convívio com a bicharada, na vagabundagem dos campos, não *lhe tinham prestado*, pelos vistos, uma sabedoria eficiente. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
c. – Como quem? – e a secura violenta da pergunta fez-nos sentir a ambos que era como se ele *me tivesse mordido*. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
d. De repente, recebi algo como que uma revelação, e vi que aquela indiferença oculta sob uma capa atenciosa era defesa contra o facto de na vida não *lhe haver acontecido* nada (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

42.8 Complexos verbais com dois ou mais verbos não finitos

Nos complexos verbais que incluem mais do que um verbo em forma não finita, verificando-se as condições que tornam possível (ou obrigatória) a subida do clítico, este dispõe de diversas opções no que diz respeito à escolha da forma verbal a que cliticiza. Esta opcionalidade origina a variação na ordem das palavras ilustrada pelas frases em (177) a (181):

(177) a. Não posso entrar? *Devo poder ir dar-lhe* um beijo, pelo menos.
b. Não posso entrar? *Devo poder ir-lhe dar* um beijo, pelo menos.
c. Não posso entrar? *Devo poder-lhe ir dar* um beijo, pelo menos.
d. Não posso entrar? *Devo-lhe poder ir dar* um beijo, pelo menos.

(178) a. Se *quiseres ir deitar-te*, deves estar cansado, não faças cerimónia (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
b. Se *quiseres ir-te deitar*, deves estar cansado, não faças cerimónia.
c. Se *te quiseres ir deitar*, deves estar cansado, não faças cerimónia.

(179) a. E não *podem ir queixar-se*. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
b. E não *podem ir-se queixar*.
c. E não *se podem ir queixar*.

(180) a. Tanto *pode ter-se sentado* num degrau a ganhar forças, como ter partido numa arrancada.
b. tanto *se pode ter sentado* num degrau a ganhar forças, como ter partido numa arrancada (CRPC, C. Pires, *Delfim*)

(181) a. *devíamos tê-los fuzilado* a todos ao virmo-nos embora (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. *Devíamo-los ter fuzilado* a todos.

42.9 Interpolação

Ainda que geralmente os clíticos ocorram contíguos à forma verbal a que cliticizam, existe nas orações negativas a possibilidade de o marcador de negação oracional (*não*) se interpor entre o clítico e o verbo. Designa-se por **interpolação** esta situação de descontinuidade (ou quebra de adjacência) entre o clítico pré-verbal e o verbo.

A interpolação de *não* é uma opção de colocação do pronome clítico que se manifesta em variação com a opção de colocação do clítico adjacente ao verbo, como mostra a frase (182), na qual a primeira oração delimitada por parênteses retos apresenta interpolação, mas não a segunda. A adjacência é a opção mais frequente no português-padrão contemporâneo.

(182) Como os defuntos são resignados, disse-me com surpresa o soldado, como os defuntos são obedientes e calmos, e contudo é impossível [que *se* não *perceba* o cheiro], [que não *se note*] (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

A interpolação de *não* regista-se sobretudo em orações subordinadas, quer finitas (vejam-se os exemplos em (183) abaixo) quer infinitivas (vejam-se os exemplos em (184)). Mas é também possível atestar a interpolação de *não* em orações principais desde que contenham em posição pré-verbal, além de *não*, uma palavra que determine a colocação proclítica dos pronomes átonos (cf. 42.1.3 acima). É o caso do advérbio *já* na frase (185) abaixo. A presença deste advérbio, que induz próclise, torna possível a interpolação numa oração que não é subordinada. Nos exemplos que se seguem, o constituinte proclisador (seja qual for a sua natureza) apresenta-se sublinhado e o elemento interpolado, ou seja, *não*, apresenta-se sublinhado e em itálico.

Interpolação de *não* em orações subordinadas finitas

(183) a. Por isso mesmo, não perdoava que o Jaime, tão lúcido, *o não poupasse* ao espectáculo desse pavor. (CRPC, F. Namora, *Homem*)

b. Os ricos que entrassem com a massa para quem *a não tinha*, o importante na altura era erguer o moral da classe operária (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
c. A sério que *o não matei*, gritou calado o tenente-coronel, não apertei o gatilho, não ergui sequer o cano da arma à altura dos trapos do peito. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
d. A mãe, se ele *se não formasse* em Direito, cortava-lhe a mesada. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
e. Quando *lhes não dói*, nem acho graça – disse o Rodrigues. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
f. O Mesquita não se conteve que *lho não lembrasse* (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

❖ Interpolação de *não* em orações subordinadas infinitivas

(184) a. O casamento é uma chatice e peras, desabafou o senhor Ilídio baixinho, na esperança de o contabilista *o não ouvir*, a compor a flor da jarra com as unhas sujas. (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. Queres andar no carrossel, no Castelo fantasma, nas vagonetas idiotas da Selva, [...] e tu a fingires medo para *me não desagradar*, *me não assustar*, *me não desiludir* (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

❖ Interpolação de *não* em orações principais

(185) O mundo do pai já não é o dele. A aldeia e o que ela representa já *lhe não servem*. (CRPC, F. Namora, *Adoradores*)

[5] Em diversos dialetos portugueses observa-se a possibilidade de *interpolação* de outros elementos (pronominais e adverbiais) além do marcador de negação oracional *não*. Os elementos interpoláveis têm como propriedade comum (unificadora) serem dêiticos (cf. Cap. 11) e são agrupáveis em três grupos principais: (i) pronomes pessoais, que expressam dêixis pessoal; (ii) pronomes demonstrativos e advérbios que expressam dêixis espacial; (iii) advérbios que expressam dêixis temporal. Os exemplos que se seguem são retirados de Magro (2007:112s) e pertencem ao *corpus* CORDIAL-SIN:

❖ Dêixis pessoal

(i) a. Quando *me eu criava*, a gente comia só pão, daquele pão preto de centeio. (Monsanto, Castelo Branco)
b. Normalmente era sempre com as tais charruas de ferro, que *nos a nós lembra*. (Santo André, Vila Real)
c. E sabe Deus como *se a gente vivia*, não é? (São Lourenço da Montaria, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo)
d. E depois vou com eles para o médico que é para *se eles lembrarem*. (Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo)
e. Oi! Quando *me ela disse* aquilo! (Covo, Aveiro)

❖ Dêixis espacial

(ii) a. Tenho cá a maça também, sei que *a aqui tenho* por baixo, a maça de amaçar o linho (Porto de Vacas, Coimbra)
b. Também *as eu ali tenho*. (Monsanto, Castelo Branco)
c. Ainda *a aí tenho*, que já dá para a minha vida (Unhais da Serra, Castelo Branco)
d. Também *se cá usa*, mas agora não sei dizer qual é esta. (Figueiró da Serra, Guarda)

e. Todos os dias *se para lá ia* achar túbara. (Lavre, Évora)
f. E então como é que *se isso fazia*? (Melides, Setúbal)
g. Como é que *se isto rega*? (Cabeço de Vide, Portalegre)

❖ Dêixis temporal

(iii) a. É o que mais *se agora cria* é isto (Figueiró da Serra, Guarda)
b. tem a lagareta que é para onde esse vinho, para onde *se depois colhe*. (Perafita, Vila Real)
c. E depois ia-se ao lameiro, botava-se aquilo num remendo para *se então untar* toda, toda, toda, para ficar ali. (Santo Espírito, Santa Maria, Açores)
d. Ainda houve umas solteiras, claro, de cair naquela rede que ainda *se hoje cai*. (Castro Laboreiro, Viana do Castelo)
e. Ainda *os ontem tirei* do carroço (Monsanto, Castelo Branco)

Em nenhum dialeto contemporâneo, no entanto, se encontra a interpolação generalizada que se atesta no português antigo (até ao séc. XVI). Assim, qualquer das frases em (iv) abaixo seria agramatical no português contemporâneo. (Sobre a interpolação no português antigo, veja-se Martins 1994a).

(iv) a. o dito Juiz sarou os ditos agrauos [...] e de quando *os o dito Juiz sarou* pedio ende a mj Tabeliõ sobredito o dito Priol huu testemoyo (Doc. de 1287. Martins 2001:145)
b. Dom Froyaz amaua-a muyto e numca *lhe tantas cousas pode* fazer que a podesse fazer fallar (séc. XIV. Pádua 1960:53)
c. Ellas Senhoras prometerão e se obrygarão de lhe mãter asy este emprazamento nas dytas tres vydas [...] e de lho lyurarem e deffemderem e fazerẽ sempre bõo lyure e seguro e de paz e desembarguado de quem quer que *lhe sobre elle e parte delle e sobre as ditas casas e qualquer cousa delas algũ embarguo ou empedymento puser* (Doc. de 1540. Martins 2001:556)

42.10 Estruturas de coordenação

Serão consideradas nesta secção apenas as estruturas de coordenação que envolvem conjunções coordenativas ou coordenação assindética. Quanto às estruturas de coordenação que envolvem outro tipo de conectores (como os conectores adverbiais das orações conclusivas e de algumas adversativas), nada de particular há a dizer no que diz respeito à colocação dos pronomes clíticos.

42.10.1 Coordenação copulativa e adversativa

As orações coordenadas copulativas, assindéticas ou introduzidas pelas conjunções *e* ou *nem*, e as orações coordenadas adversativas introduzidas pela conjunção *mas* manifestam os mesmos padrões de colocação dos pronomes clíticos que as orações simples ou as orações principais de frases complexas. Por isso, na subsecção dedicada às orações principais estão incluídos bastantes exemplos de orações coordenadas (conforme, na devida altura, foi esclarecido). Por sua vez, as orações coordenadas copulativas introduzidas por *nem* envolvem próclise, dada a natureza negativa desta conjunção (vejam-se as frases em (186) abaixo e 42.1.3.1 acima):

(186) a. Eu e o Bravo não lhe respondemos, nem *o fitámos*, quando ele nos gritou: – Bom dia. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)

b. Gatuxa não seria na altura a dona de boutiques em Cascais nem *se ligara* ainda ao industrial que viria a morrer de uma síncope na auto-estrada. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)

As orações coordenadas copulativas e adversativas apresentam ênclise (vejam-se as frases em (187) abaixo) desde que não ocorram nelas elementos que interajam independentemente com a colocação dos pronomes clíticos (vejam-se os exemplos em (188) abaixo e 42.1.3 acima)[62]:

(187) a. mais adiante, um fojo de silvas emaranhou-se-lhe nas pernas e *comeu-lhe* um pedaço da camisa; nos espinhos das acácias perdeu as rendas, nas tramagueiras retalhou os pés; uma ponta de eucalipto esbofeteou-a à passagem e *ficou-lhe* com um lacinho de seda a acenar ao vento como uma vitória. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)

b. o tenente-coronel voltou para o andar a pé, exaltado, mas o efeito do licor *diluía-se* rapidamente na cabeça, mas os insultos à mulher *dissolviam-se-lhe* um a um na boca, mas os passeios cessaram de ondular, mas a satisfação de há pouco *evaporou-se* (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

(188) a. O padre esbracejava e gritava, foi um escândalo, mas ninguém *lhe acudia*, com medo do bengalão do teu tio. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

b. Embarcou para Cuba com um contrato tentador, e aí *o atacou* uma terrível doença das Antilhas. (CRPC, *A Capital*)

Nas estruturas coordenadas copulativas, a presença de elementos indutores de próclise num dos termos da estrutura coordenada pode condicionar, ou não, a colocação dos pronomes clíticos nos termos subsequentes da mesma estrutura, como mostram as frases em (189):

(189) a. as trevas davam lugar a uma espécie de paz branca, a uma espécie de ausência, pensou ainda E amanhã?, e nada *lhe doía* já, *o ofendia*, *o incomodava*, *o perturbava* (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

b. Toda a gente *estima* o teu tio, *lhe desculpa* as maluqueiras. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

c. Toda a gente *estima* o teu tio e *lhe desculpa* as maluqueiras.

d. Toda a gente *estima* o teu tio, e *desculpa-lhe* as maluqueiras.

e. O meu pai até *o chamou*, e *pregou-lhe* um sermão medonho. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

f. O meu pai até *o chamou* e *lhe pregou* um sermão medonho.

[62] Quando a conjunção adversativa *mas* introduz a segunda oração de uma coordenação copulativa correlativa cuja primeira oração é introduzida pela locução conjuncional adverbial (de valor inclusivo) *não só*, continua a ter-se a colocação enclítica dos pronomes átonos na segunda oração, como se ilustra em (ia). Por conseguinte, a próclise que se regista na segunda oração de (ib), em contraste com a ênclise manifestada em (ia), é determinada pela presença do advérbio *também* em posição pré-verbal:

(i) a. Não só ele me viu, mas *cumprimentou-me* também.

b. Não só ele me viu, mas também *me cumprimentou*.

42.10.2 Coordenação disjuntiva

As estruturas de coordenação oracional disjuntiva podem ter ou não o seu primeiro termo introduzido por uma conjunção: cf. *ora vou à praia ora fico em casa*; *ou vou à praia ou fico em casa*, a par de *vou à praia ou fico em casa* (cf. Cap. 35).

Quando o primeiro termo da estrutura não é introduzido por uma conjunção e os termos subsequentes são introduzidos pela conjunção *ou*, os clíticos das orações introduzidas pela conjunção colocam-se encliticamente, tal como nas estruturas coordenadas copulativas e adversativas (cf. (190)), exceto se a próclise for independentemente induzida por um constituinte pré-verbal, como o advérbio *só* em (191a) ou a palavra negativa *nunca* em (191b). Note-se que a palavra negativa *nunca*, embora colocada no primeiro termo da estrutura coordenada, confere igualmente uma interpretação negativa à oração introduzida pela conjunção disjuntiva[63]:

(190) a. Não me vêem mesmo ou *ignoram-me* de propósito? (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. Se calhar desejava em segredo que eu morresse também, se calhar desejava em segredo que me caísse um armário ou um piano em cima, durante uma mudança qualquer, ou então *marimbava-se* simplesmente em mim (CRPC, L. Antunes, *Fado*)

(191) a. Queres resolver o assunto já ou só *lhe telefonas* amanhã?
b. Nos dias seguintes, mostrei-lhe Lisboa, como eu mesmo nunca a tinha visto, subi a lugares onde nunca subira ou *me detivera* (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

O facto de um constituinte indutor de próclise colocado no primeiro termo da estrutura coordenada poder, opcionalmente, afetar a colocação do clítico no segundo termo da mesma estrutura foi já observado relativamente à coordenação copulativa e adversativa. O mesmo acontece em estruturas de coordenação disjuntiva, como mostra o exemplo em (192). É a presença do advérbio *ainda* no primeiro termo oracional da estrutura coordenada que torna possível a próclise no segundo termo (cf. (192a)), não sendo, contudo, a colocação proclítica obrigatória (cf. (192b)).

(192) a. Ele ainda *vai aparecer* ou *te telefona* a explicar o que aconteceu.
b. Ele ainda *vai aparecer* ou *telefona-te* a explicar o que aconteceu.

A coordenação disjuntiva pode ser correlativa (cf. Cap. 35). Neste caso, uma mesma conjunção (que se repete) introduz cada um dos termos da estrutura coordenativa. As conjunções correlativas disjuntivas *quer ... quer* e *ora ... ora* tornam a próclise obrigatória, como mostram as frases em (193)[64]:

(193) a. *Quer lhe ofereça* morangos *quer lhe ofereça* leite-creme, vai sempre recusar.
b. *Ora me parece* um anjo *ora lhe vejo* todos os defeitos.

---

[63] Neste aspeto, a estrutura coordenativa em (191b) difere da apresentada em (190a). Nesta última, embora o operador de negação oracional *não* esteja presente no primeiro termo da estrutura coordenada, a oração introduzida pela conjunção disjuntiva não tem interpretação negativa (ou seja, não está associada à negação expressa por *não*). Por isso, diferentemente do que acontece em (191b), em (190a) a colocação do pronome átono é necessariamente enclítica.

[64] Note-se que *nem* é uma conjunção negativa, pelo que induz próclise – cf. 42.1.3.1 acima.

As estruturas de coordenação disjuntiva construídas com a conjunção correlativa *ou ... ou* admitem variação entre a colocação proclítica e a colocação enclítica dos pronomes átonos, como mostram as frases em (194). No entanto, se a construção correlativa com *ou ... ou* for estritamente binária (ou seja, se não admitir mais do que dois termos), a próclise é fortemente favorecida, como mostra (195)[65]:

(194) a. Eu palavra de honra sinceramente não aguento, disse a mulata, ou *o fecham* na despensa ou *vou-me* embora (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. [...] ou *o fecham* na despensa ou *me vou* embora
c. [...] ou *fecham-no* na despensa ou *me vou* embora
d. [...] ou *fecham-no* na despensa ou *vou-me* embora

(195) a. Mas por enquanto acho-o bem disposto e ou eu *me engano* muito ou temos homem para as feiras. (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
b. *Mas por enquanto acho-o bem disposto e ou eu *engano-me* muito ou temos homem para as feiras.

Note-se que (195) não permite a adição de um terceiro termo à estrutura coordenada (cf. *#ou eu me engano muito ou temos homem para as feiras ou ele muda de ramo*), mas a frase complexa coordenativa em (194) pode ser facilmente ampliada (cf. *ou o fecham na despensa, ou me vou embora, ou chamo a polícia, ou enveneno-vos a todos*).

42.10.3 Orações explicativas

As orações explicativas introduzidas por *pois* (cf. Caps. 34, 35 e 38) apresentam sempre colocação enclítica dos pronomes átonos (desde que a próclise não seja independentemente motivada), como mostram as frases em (196). O mesmo padrão de colocação encontra-se nas orações explicativas introduzidas pelas conjunções *que* e *porque*, como atestam as frases (197a) e (197b), respetivamente. O contraste entre *porque* explicativo, que se associa à ênclise, e *porque* causal, que se associa à próclise, é evidenciado por (198)[66]:

(196) a. Não o preocupava que a aventura tivesse representado a hipoteca da courela, pois ao alentejano *cerca-o* uma tal generosa vastidão que um homem não se sente escravo dos dois palmos onde lhe assentam os pés. (CRPC, F. Namora, *Trigo*)
b. nessa noite, o restaurante contratara um pasteleiro que deveria trabalhar até madrugada, pois no dia seguinte *servia-se* um banquete extraordinário, e daí aquela fumarada a desoras. (CRPC, F. Namora, *Homem*)

(197) a. "Não, isto não, que ele *ganhou-lhe* nojo". (CRPC, C. Pires, *Hóspede*)
b. Não regues tanto as plantas porque o excesso de água *mata-as*.

[65] Sobre a relação entre coordenação disjuntiva e quantificação distributiva, veja-se Sánchez López (1999:1068s)

[66] Não ocorrendo a conjunção *porque* exclusivamente nas orações explicativas, e sendo por vezes ténue a fronteira entre as orações explicativas e as orações subordinadas causais, certas situações de próclise são de interpretação dúbia, podendo ser analisadas como casos normais de colocação dos clíticos em contextos subordinativos ou antes como manifestação de variação entre ênclise e próclise nas orações explicativas introduzidas por *porque*. Sobre este assunto, vejam-se Said Ali ([1908]1966:44), Said Ali ([1923]1965:209s) e Lobo (2003).

(198) a. Não lhe dês camarões, porque ele *detesta-os*. [explicativo]
b. Não lhe dou camarões porque ele *os aprecie* mas porque *lhe fazem bem*. [causal]

42.10.4 Coordenação de orações subordinadas finitas

Nas frases em que há coordenação entre orações subordinadas finitas sem que a conjunção subordinativa esteja presente nos termos coordenados, subsequentes ao primeiro, pode ocorrer a próclise em todos eles, como se vê nas frases em (199) abaixo. A coordenação pode ser copulativa (cf. (199a-g)), disjuntiva não correlativa (cf. (199h)) ou adversativa (cf. (199i)). Contudo, a colocação enclítica dos pronomes átonos é também uma opção gramatical nos termos subsequentes ao primeiro, conforme atestam as frases em (200) abaixo.

Próclise

(199) a. decorridos séculos, sentiu que *lhe colavam* um termómetro no sovaco, *o chamavam*, *lhe faziam* perguntas, *o auscultavam*, *lhe seguravam* a cabeça para lhe darem um comprimido azedo (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
b. Dessa vez, deixou que eu *lhe acudisse*, *o enxugasse* com um pano, *lhe penteasse* as penas tão indignamente riças, tão enegrecidas do forçado banho. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
c. Está convencido de que *me sobra* dinheiro e *lho escondo*. (CRPC, F. Namora, *Homem*)
d. na margem oposta dois homens inclinavam-se para um barquito a motor que tossia e *se calava* (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
e. Espero que *me amarrem* os pulsos com uma fita de nastro, e *me apertem* o queixo com um lenço, e *me pesem* duas antigas e grandes e quase verdes moedas de cobre nas pálpebras (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
f. aos anos que estive apaixonado por ela, aos anos que tremia, e vacilava, e gaguejava, e o sangue *se me coalhava* de golpe no corpo só de a ver (CRPC, L. Antunes, *Fado*)
g. Ele agitava-se num contentamento longínquo, de quem já *não ouvia* bem e *se despegava* do mundo, e recostava na almofada a cabecita (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)
h. – Quais as regras da ciência? – E ele, entreabrindo os lábios finos que nunca se sabia quando sorriam ou *se apertavam* de contrariedade, respondeu: – A observação e a experimentação. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)
i. Pedi-lhe que investigasse o caso mas *se mantivesse* na sombra.

Ênclise

(200) a. – É tudo? – insisti eu, com ferocidade. – Não. Já que assim o deseja, não é tudo. Quero que saiba também que tenho confiança e *acho-me* bem em senti-la. (CRPC, F. Namora, *Domingo*)
b. A lâmpada sobre a sombra opaca do portão fechado ilumina francamente a calçada de poeira branca que se prolonga para o corredor sob o prédio, e *reflecte-se* baça nas pontas escuras dos canteiros que ladeiam o portão. (CRPC, J. Sena, *Grão-Capitães*)

c. Ao lado uns dos outros, em chusma, iam caminhando calados, *até* que um parou, segurou um outro pelo braço e, com um jeito de cabeça, *piscou-lhe* o olho: o outro riu à gargalhada e o riso dele contagiou-se a todos. (CRPC, J. Sena, *Físico*)

42.10.5 Coordenação de orações subordinadas não finitas

As orações infinitivas simples introduzidas pelas preposições *de*, *para*, *em*, etc. manifestam variação entre a próclise e a ênclise, como se viu em 42.3.2. Quando diferentes orações infinitivas dependentes de uma mesma preposição ocorrem coordenadas entre si, sem que haja repetição do conector preposicional, pode observar-se o mesmo padrão de colocação dos pronomes átonos (enclítico ou proclítico) nos diferentes termos da estrutura coordenada, como se vê nos exemplos em (201). Mas é igualmente possível a alternância entre uma e a outra colocação, como mostram as frases em (202):

(201) a. Pedi-lhe para *me fazer* companhia, *me ler* um conto e *me apagar* a luz se entretanto adormecesse.
b. Deu em teimar comigo, em *dizer-me* que estava enganada e, pasme-se, *mostrar-se* preocupado.

(202) a. Pedi-lhe para *me fazer* companhia, *me ler* um conto e *apagar-me* a luz se entretanto adormecesse.
b. Pedi-lhe para *me fazer* companhia, *ler-me* um conto e *apagar-me* a luz.
c. Deu em teimar comigo, em *dizer-me* que estava enganada e, pasme-se, *se mostrar* preocupado.

Fontes das abonações

Aquilino, *Malhadinhas* – Ribeiro, Aquilino (2000[25]) *O Malhadinhas – Mina de Diamantes*. Lisboa. Livraria Bertrand.

Cantigas de Amor. *In* Nunes – Nunes, José Joaquim, *Cantigas de Amor dos Trovadores Galego-Portugueses*. Lisboa. Centro do Livro Brasileiro.

C. Ferreira Alves, *Expresso*, *Única* – Alves, Clara Ferreira. *Expresso*, *Única*.

C. Pires, *Delfim* – Pires, José Cardoso (1975[6]) *O Delfim*. Lisboa. Moraes Editores.

C. Pires, *De Profundis* – Pires, José Cardoso (1997[4]) *De Profundis, Valsa Lenta*. Lisboa. D. Quixote.

CETEMPúblico – *Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público*. http://www.linguateca.pt/cetempublico/.

CORDIAL-SIN – *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. http://www.clul.ul.pt.

CRPC – *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*. http://www.clul.ul.pt/en/research-teams/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc:

A Capital.

C. Pires, *Delfim* – Pires, José Cardoso (1968) *O Delfim*. Lisboa. Moraes Editores.

C. Pires, *Hóspede* – Pires, José Cardoso (1964) *O Hóspede de Job*. Lisboa. Editora Arcádia.

Camilo, *Novelas* – Castelo Branco, Camilo (1961) *Novelas do Minho*. Ed. Crít. Mateus, M. H. M., Lisboa. Centro de Estudos Filológicos (Biblioteca de Clássicos Portugueses).

D. Mourão-Ferreira, *Amor* – Mourão-Ferreira, David (1986) *Um Amor Feliz*. Lisboa. Editorial Presença.

F. Botelho, *Noite* – Botelho, Fernanda (1988) *Esta noite sonhei com Brueghel*. Contexto Editora.

F. Namora, *Adoradores* – Namora, Fernando *Os Adoradores do Sol*.

F. Namora, *Domingo* – Namora, Fernando *Domingo à Tarde*. Lisboa. Edição Livros do Brasil.

F. Namora, *Homem* – Namora, Fernando *O Homem Disfarçado*. Lisboa. Editora Arcádia.

F. Namora, *Trigo* – Namora, Fernando *O Trigo e o Joio*. Lisboa. Editora Arcádia.

J. Dinis, *Fidalgos* – Dinis, Júlio (1953) *Os Fidalgos da Casa Mourisca. Crónica da aldeia*. Porto. Figueirinhas.
J. Dinis, *Morgadinha* – Dinis, Júlio (1935) *A Morgadinha dos Canaviais*. Porto.
J. Régio, *Vestido* – Régio, José *O vestido cor de fogo e outras histórias*. Lisboa. Editorial Verbo.
J. Sena, *Físico* – Sena, Jorge de (1977) *O Físico Prodigioso*. Lisboa. Edições 70.
J. Sena, *Grão-Capitães* – Sena, Jorge de *Os grão-capitães*. Lisboa. Edições 70.
J. Sena, *Sinais* – Sena, Jorge de (1979) *Sinais de Fogo*. Lisboa. Edições 70.
L. Antunes, *Fado* – Antunes, António Lobo (1989) *Fado Alexandrino*. Lisboa. Publicações Dom Quixote.
M. Dionísio, *Dia* – Dionísio, Mário (1944) *O Dia Cinzento e Outros Contos*. Lisboa. Publicações Europa-América.
M. I. Barreno, *Morte* – Barreno, Maria Isabel (1989) *A morte da mãe*. Lisboa. Editorial Caminho.
M. R. Araújo, *Palhaço* – Araújo, Matilde Rosa (1962) *O Palhaço Verde*. Lisboa. Portugália Editora.
M.-H. Leiria, *Contos* – Leiria, Mário-Henrique (1973) *Contos do Gin-Tonic*. Lisboa. Editorial Estampa.
N. Bragança, *Noite* – Bragança, Nuno (1971[2]) *A Noite e o Riso*. Lisboa. Moraes Editores. Círculo de Prosa.
PF – *Português Fundamental*: entrevistas 0173, 0564, 0655, 0725, 0750.
Público.
Sophia, *Contos* – Andresen, Sophia de Mello Breyner, *Contos Exemplares*. Lisboa. Portugália Editora.
U. T. Rodrigues, *Insubmissos* – Rodrigues, Urbano Tavares *Os Insubmissos*. Lisboa. Livraria Bertrand.
J. L. Antunes, "Carta a um amigo-novo" – Antunes, João Lobo "Carta a um amigo novo". *In* Pires, José Cardoso (1997[4]) *De Profundis, Valsa Lenta*. Lisboa. D. Quixote.
L. Antunes, *Terceiro* – Antunes, António Lobo (2006) *Terceiro Livro de Crónicas*. Lisboa. Dom Quixote.
L. Antunes, *Visão* – Antunes, António Lobo. *Visão*.
M. Real, *Túndalo* – Real, Miguel (2000) *A Visão de Túndalo por Eça de Queirós*. Lisboa. Círculo de Leitores.
M. S. Tavares, *Equador* – Tavares, Miguel Sousa (2003) *Equador*. Lisboa. Oficina do Livro.
Torga, *Horas* – Torga, Miguel (2007) "Livro de Horas" *in Poesia Completa*. Lisboa. Dom Quixote, vol. 1.

3F

SINTAXE E SEMÂNTICA – FENÓMENOS DE OMISSÃO E ELIPSE

43 Sujeito nulo: sintaxe e interpretação
Maria Lobo

44 Objeto nulo
Inês Duarte e João Costa

45 Elipse
Gabriela Matos

43 SUJEITO NULO: SINTAXE E INTERPRETAÇÃO 2309
43.1 Línguas de sujeito nulo e línguas de sujeito não nulo 2309
43.2 Tipos semânticos de sujeitos nulos 2312
43.2.1 Sujeitos nulos argumentais, sujeitos nulos não argumentais e sujeitos nulos "quase argumentais" 2312
43.2.2 Sujeitos nulos referenciais e sujeitos nulos arbitrários 2315
43.3 Omissão do sujeito em orações finitas vs. omissão do sujeito em orações não finitas 2316
43.3.1 Omissão do sujeito em orações infinitivas não flexionadas 2316
43.3.2 Omissão do sujeito em orações finitas: o sujeito nulo como um pronome nulo 2322
43.3.3 Omissão do sujeito em orações infinitivas flexionadas 2324
43.3.4 Omissão do sujeito em orações gerundivas e participiais 2326
43.4 Alternância entre sujeito pronominal nulo e sujeito pronominal expresso: distribuição e interpretação 2331
43.4.1 Sujeitos nulos de 1.ª e 2.ª pessoa vs. sujeitos nulos de 3.ª pessoa: identificação do sujeito nulo pela flexão ou por antecedente 2331
43.4.2 Contextos em que o sujeito não pode ser nulo: construções de foco ou contraste 2332
43.4.3 Sujeito pronominal nulo vs. sujeito pronominal expresso em orações independentes e em orações coordenadas 2333

43 SUJEITO NULO: SINTAXE E INTERPRETAÇÃO

Neste capítulo, são discutidos os contextos em que o sujeito de uma oração pode não ser realizado foneticamente, ou seja, estar omitido. Faz-se, em primeiro lugar, uma caracterização das chamadas **línguas de sujeito nulo**, ou seja, das línguas que permitem a omissão do sujeito em orações finitas, entre as quais se encontra o português, referindo-se outras características destas línguas que se correlacionam com esta propriedade (cf. 43.1). De seguida, são apresentadas algumas distinções semânticas relevantes para a caracterização dos sujeitos nulos (cf. 43.2). Faz-se então a distinção entre os sujeitos omissos característicos das línguas de sujeito nulo e outros contextos em que os sujeitos não estão realizados (cf. 43.3). Finalmente, são referidas restrições à omissão do sujeito e consequências interpretativas da sua omissão (cf. 43.4).

43.1 Línguas de sujeito nulo e línguas de sujeito não nulo

As línguas naturais divergem quanto à possibilidade de, em orações finitas – i.e., orações cujo verbo é flexionado com marcas de tempo/aspeto/modo e de pessoa/número (cf. Caps. 15 a 19, 29 e 56) –, o sujeito gramatical ser omitido, ou seja, não ser realizado foneticamente. O português é uma das línguas que admitem a omissão do sujeito nesse contexto. Assim, tal como acontece noutras línguas românicas, como, por exemplo, o italiano e o espanhol, também em português são permitidos sujeitos sem realização fonética – geralmente designados **sujeitos nulos** nos estudos gramaticais contemporâneos –, como se ilustra nos seguintes paradigmas, em que o símbolo "[-]" representa esse tipo de sujeito:

(1) a. *Eu* fui ao cinema.
    b. [-] Fui ao cinema.

(2) a. *Io* sono andato al cinema.
    b. [-] Sono andato al cinema.

(3) a. *Yo* he ido al cine.
    b. [-] He ido al cine.

Noutras línguas, como, por exemplo, o francês, o inglês e o alemão, pelo contrário, o sujeito tem de se encontrar foneticamente realizado (i.e., ser expresso) em orações finitas[1]:

(4) a. *Je* suis allé au cinéma.
b. *[-] Suis allé au cinéma.

(5) a. *I* went to the movies.
b. *[-] Went to the movies.

(6) a. *Ich* bin zum Kino gegangen.
b. *[-] Bin zum Kino gegangen.

Chamam-se **línguas de sujeito nulo** as línguas que, como o português, admitem sujeitos nulos em orações finitas, e **línguas de sujeito não nulo** as línguas que, como o inglês, não admitem a omissão do sujeito gramatical nesse mesmo contexto. Na tradição gramatical portuguesa, os sujeitos que não se encontram foneticamente realizados mas que podem ser identificados pela desinência verbal ou por um antecedente receberam geralmente a designação de **sujeitos ocultos (determinados)** ou **subentendidos** (cf. Cunha e Cintra 1984:128).

[1] Para além da possibilidade de omissão do sujeito pronominal, várias outras propriedades têm sido associadas às línguas de sujeito nulo (cf. Chomsky 1981, Taraldsen 1978), entre as quais se encontram: (i) a possibilidade de inversão do sujeito (cf. *telefonou o Pedro*); (ii) a possibilidade de o sujeito de uma oração completiva finita ser interrogado quando essa oração é introduzida por um complementador, como *que*, em português (cf. *quem achas que _ vai ganhar as eleições?*)[2]; (iii) a possibilidade de interrogar o sujeito de uma oração subordinada iniciada por um constituinte interrogativo (cf. *quem é que não sabes onde _ vive?*)[3]; (iv) a possibilidade de um sujeito nulo de uma oração subordinada ter como antecedente um constituinte relativo, sublinhado no exemplo a seguir (cf. *aqui está a menina que eu não sei quem acha que* [-] *pode ser escolhida para delegada de turma*)[4]. Estas propriedades não se encontram normalmente nas línguas de sujeito não nulo.

No entanto, nem é verdade que todas as línguas de sujeito nulo manifestem todas estas propriedades, nem é absolutamente claro que elas estejam diretamente relacionadas com o facto de a língua admitir sujeitos nulos (cf. Jaeggli e Safir 1989). A possibilidade de, no português, o sujeito ocorrer livremente em posição pós-verbal[5], por exemplo, tem sido questionada por vários autores (cf. Ambar 1988, Raposo 1988, Costa 1998, entre outros). A inversão em português só é possível em determinados

[1] O contexto de orações imperativas é um contexto especial em que todas estas línguas têm sujeitos nulos (cf., por exemplo, *fecha a janela*, *ferme la fenêtre* ou *close the window*). Para além disso, nalgumas destas línguas, é possível encontrar sujeitos nulos em contextos discursivos específicos, tais como diários ou pequenos recados. Estes sujeitos nulos têm, no entanto, restrições a que as línguas de sujeito nulo não estão sujeitas. Não podem, por exemplo, ocorrer em orações subordinadas.

[2] A impossibilidade de interrogativas deste tipo em línguas como o inglês (cf. **who do you think that _ will win the elections?*) é conhecida na literatura especializada como "efeito *que*-vestígio" ("*that*-*trace effect*", em inglês). Nos exemplos que ilustram (ii) e (iii), representa-se por um espaço em branco sublinhado a posição dentro da oração associada à função de sujeito do pronome interrogativo.

[3] Este fenómeno é por vezes referido como "movimento longo do sujeito".

[4] Este sujeito nulo é conhecido na literatura especializada como "pronome resuntivo nulo".

[5] Esta possibilidade, geralmente associada às línguas de sujeito nulo, é por vezes designada "inversão livre" do sujeito.

contextos sintáticos e discursivos. Assim, uma frase como *fugiu a Ana* só é aceitável se o sujeito pós-verbal *a Ana* estiver focalizado, ou seja, se corresponder a informação nova ou receber acento contrastivo. Isso pode acontecer, por exemplo, no contexto de uma interrogativa que incide sobre o sujeito como – Q*uem fugiu? – Fugiu a Ana* ou em contextos em que o sujeito é contrastado com outras entidades, como o seguinte: *o Zé não fugiu; fugiu a Ana*.

A possibilidade de línguas como o português admitirem sujeitos nulos foi relacionada com o facto de essas línguas possuírem morfologia verbal rica, quer em estudos gramaticais tradicionais (cf. Said Ali [1908] 1930, Cunha e Cintra 1984), quer em estudos com uma componente teórica (cf. Taraldsen 1978, Chomsky 1981, Barbosa 2002, entre outros). De facto, as formas verbais do português manifestam desinências explícitas que distinguem as diferentes pessoas gramaticais: (*eu*) *como,* (*tu*) *comes,* (*ele*) *come,* (*nós*) *comemos,* (*vós*) *comeis,* (*eles*) *comem* (cf. Cap. 56). Em inglês, pelo contrário, língua que tem uma morfologia verbal mais pobre, para a generalidade das formas verbais só a terceira pessoa do singular do presente tem por vezes marcas distintas das das outras pessoas: {*I/you/we/they*} *eat, he/she eats*. A flexão verbal rica de línguas como o português permite recuperar o conteúdo pronominal em pessoa e número do sujeito, sendo a expressão de um sujeito pronominal foneticamente realizado, nessa perspetiva, de certa forma redundante. Em português europeu, a flexão permite, de facto, em muitos casos, identificar de forma não ambígua o sujeito gramatical:

(7) a. [-] *Vou* ao cinema. (eu)
b. [-] *Vais* ao cinema. (tu)
c. [-] *Vamos* ao cinema. (nós)
d. [-] *Ides* ao cinema. (vós)

[2] Se é verdade que em muitas línguas cuja flexão verbal é "rica" existem sujeitos nulos, há, contudo, línguas em que essa correlação não se verifica. Por um lado, temos línguas como o chinês, o coreano e o japonês, que têm sujeitos omissos (quer em orações principais, quer em orações subordinadas), mas não têm qualquer morfologia verbal que permita recuperar os seus traços gramaticais. No seguinte exemplo do chinês (cf. Huang 1989:187), a forma verbal *kanjian* não tem desinências de pessoa. Neste contexto, são possíveis, no entanto, quer sujeitos omissos, quer sujeitos expressos:

(i) a. (ta) kanjian (ta) le
(ele) ver (ele) partícula-aspetual
'(Ele) viu(-o).'
b. wo xiang (ta) kanjian (ta) le
eu pensar (ele) ver (ele) partícula-aspetual
'Eu penso que (ele) (o) viu.'

Por outro lado, há línguas como o alemão, que, apesar de terem uma flexão verbal rica, não têm sujeitos nulos argumentais (cf. 43.2.1). Nos seguintes exemplos, as formas verbais (*bin, ist* e *sind*) são diferentes para cada uma das pessoas gramaticais (primeira do singular, terceira do singular e terceira do plural, respetivamente). As frases com sujeito nulo são, contudo, agramaticais:

(ii) a. *[-] Bin zum Kino gegangen. (vs. *Ich bin zum Kino gegangen*).
sou ao cinema ido (eu sou ao cinema ido)
'Fui ao cinema.' ('Eu fui ao cinema.')

b. *[-] Ist zum Kino gegangen (vs. *er ist zum Kino gegangen*)
é ao cinema ido (ele é ao cinema ido)
'Foi ao cinema.' ('Ele foi ao cinema.')
c. *[-] Sind zum Kino gegangen (vs. *sie sind zum Kino gegangen*)
são ao cinema ido (eles são ao cinema ido)
'Foram ao cinema.' ('Eles foram ao cinema.')

Línguas como o chinês e o alemão mostram que nem sempre existe uma relação direta entre morfologia verbal rica e legitimação de sujeitos nulos e que outros fatores têm de ser tidos em conta na legitimação dos sujeitos nulos quando consideramos as línguas universalmente. No entanto, nas línguas como o português, existirá certamente uma relação entre os dois fenómenos.

43.2 Tipos semânticos de sujeitos nulos

Os sujeitos (foneticamente realizados ou não) podem ser classificados de acordo com propriedades semânticas que lhes estão associadas e que dependem, por um lado, da atribuição de um valor semântico pelo predicador verbal da oração (i.e., de um papel temático; cf. 43.2.1 e Cap. 11) e, por outro lado, de terem uma referência específica ou indefinida (cf. 43.2.2 e Caps. 21 e 22).

43.2.1 Sujeitos nulos argumentais, sujeitos nulos não argumentais e sujeitos nulos "quase argumentais"

Dependendo da atribuição de papel temático pelo predicador de uma oração, é possível distinguir sujeitos argumentais, sujeitos "quase argumentais" e sujeitos não argumentais. Os **sujeitos argumentais** correspondem a sujeitos gramaticais que têm um valor semântico (ou seja, um papel temático) na frase, como agente, tema, experienciador, etc. (cf. Cap. 11). Assim, nos seguintes exemplos, os sujeitos gramaticais *o Rui*, *a Ana* e *a árvore* têm, respetivamente, o papel temático de experienciador (*o Rui*), de agente (*a Ana*) e de tema (*a árvore*):

(8) a. *O Rui* vê muitas telenovelas.
b. *A Ana* rasgou a carta.
c. *A árvore* caiu.

Chamam-se **sujeitos não argumentais** os sujeitos gramaticais que não têm qualquer valor semântico na frase, i.e., cuja função é puramente gramatical. Por conseguinte, não designam, nem referem, nenhuma entidade, seja ela animada, não animada, concreta ou abstrata. Os verbos impessoais como *haver* (cf. (9) e Cap. 28), ou os verbos que selecionam uma oração com a função de sujeito, como *parecer*, quando esta ocorre em posição pós-verbal (cf. (10) e Cap. 36), têm sujeitos deste tipo em posição pré-verbal, habitualmente conhecidos como **sujeitos expletivos** ou **não referenciais**, o mesmo acontecendo com os correspondentes destes verbos em francês, inglês e alemão. Esses sujeitos expletivos são aqui representados com o subíndice "expl" (por serem sempre de natureza pronominal, estes elementos são também chamados **pronomes expletivos** ou **não referenciais**):

(9) a. $[\text{-}]_{\text{expl}}$ Há muitos acidentes nesta estrada.
b. Il_{expl} y a beaucoup d'accidents sur cette route.

c. *There*$_{expl}$ are many accidents on this road.
d. *Es*$_{expl}$ gibt viele Unfälle auf dieser Strasse.

(10) a. [-]$_{expl}$ Parece que o comboio está atrasado.
b. *Il*$_{expl}$ semble que le train est en retard.
c. *It*$_{expl}$ seems that the train is late.
d. *Es*$_{expl}$ scheint, dass der Zug spät ist.

Na tradição gramatical portuguesa e brasileira (cf. Cunha e Cintra 1984:130), considera-se que estas orações não têm sujeito – pré-verbal, no caso de (10) – uma vez que, nas línguas de sujeito nulo, aliada à inexistência de qualquer valor semântico ou referencial, não existe evidência fonética para a sua existência, contrariamente ao francês (*il*), ao inglês (*it*) ou ao alemão (*es*)[6]. A motivação para a identificação de um sujeito nulo nestes contextos, em línguas de sujeito nulo, fundamenta-se essencialmente em argumentos de natureza comparativista[7]. De facto, como se viu (cf. (9) e (10)), em línguas de sujeito não nulo, como o francês, o inglês e o alemão, ocorre obrigatoriamente um pronome não referencial neste contexto.

Chamam-se "**quase argumentais**" os sujeitos cujo conteúdo referencial é mínimo. Tal como os sujeitos não argumentais, também estes recebem a designação de expletivos. Trata-se, na sua maioria, de sujeitos de verbos meteorológicos, verbos que designam fenómenos atmosféricos. Embora no seu uso normal estes verbos descrevam por si sós uma determinada situação meteorológica, como em (11), eles podem apresentar um argumento realizado, como nas frases em (12)[8]:

(11) a. [-]$_{expl}$ Chove.
b. [-]$_{expl}$ Neva.

(12) a. Chovem *pedras de gelo*.
b. Nevam *minúsculos flocos de neve*.

Isto leva alguns autores (cf. Chomsky 1981, Rizzi 1986) a propor que o sujeito nulo das frases de (11) corresponde de alguma forma a um constituinte não explicitado equivalente a *pedras de gelo* ou *minúsculos flocos de neve* das frases (12). As frases de (11) seriam, assim, equivalentes a 'chove chuva' e 'neva neve'. Ao sujeito nulo destes verbos, chama-se um "**quase argumento**".

Estas distinções, de natureza predominantemente semântica, são relevantes para a tipologia dos sujeitos nulos, uma vez que em determinadas línguas só são possíveis sujeitos nulos não argumentais – é o caso do neerlandês e do alemão. Noutras línguas, só são permitidos sujeitos nulos não argumentais e "quase argumentais" – é o caso do islandês e do iídiche[9] (cf. Rizzi 1986)[10].

---

[6] Em variedades não padrão do português, contudo, é possível encontrar pronomes expletivos realizados. Sobre as características destes expletivos, ver Caixa [3] e Carrilho (2005).

[7] Baseando-se nesta evidência, algumas teorias gramaticais, nomeadamente certas versões da gramática generativa, defendem a hipótese de que todas as frases têm obrigatoriamente um sujeito gramatical.

[8] O sujeito posposto em (12), que concorda com o verbo em pessoa e número, é considerado um "argumento cognato" no Cap. 28.2.3.3.

[9] O iídiche (*yiddish* em inglês) é uma língua germânica com uma forte influência hebraica, que teve origem na parte ocidental da Alta Alemanha, e que é falada por comunidades de judeus espalhadas pelo mundo.

[10] No crioulo de Cabo Verde, língua em que os sujeitos argumentais são obrigatoriamente realizados, os sujeitos expletivos são obrigatoriamente nulos (cf. Pratas 2007).

No português europeu, são possíveis sujeitos nulos de qualquer tipo: argumentais (cf. (13a)), não argumentais (cf. (13b)) e "quase argumentais" (cf. (13c)):

(13) a. [-] Foi ao cinema.
b. $[\text{-}]_{\text{expl}}$ Parece que o comboio está atrasado.
c. $[\text{-}]_{\text{expl}}$ Choveu durante toda a tarde.

No entanto, na variedade-padrão do português, enquanto os sujeitos nulos argumentais podem alternar com um pronome com realização fonética, como em (14), os sujeitos não argumentais (cf. (15)) e "quase argumentais" (cf. (16)) são geralmente nulos:

(14) a. [-] Foi ao cinema.
b. Ele foi ao cinema.

(15) $[\text{-}]_{\text{expl}}$ Parece que o comboio está atrasado.

(16) $[\text{-}]_{\text{expl}}$ Choveu durante toda a tarde.

[3] Podem aparecer pronomes expletivos foneticamente realizados neste contexto em registos marcados, enfáticos, ou em variedades dialetais do português:

(i) a. *Ele* parece que o comboio está atrasado!
b. *Ele* choveu durante toda a tarde!
c. *Ele* há cada uma!
d. *Ele* era bichos por toda a parte!

Embora se tenha, por vezes, considerado os pronomes expletivos realizados do português como evidência para a existência de um sujeito nestas orações, os factos são mais complexos do que pode parecer. De facto, os pronomes expletivos das variedades não padrão do português têm propriedades diferentes dos pronomes expletivos das línguas de sujeito não nulo (cf. Carrilho 2005). Para além das frases com verbos ou locuções verbais impessoais, das frases com sujeito oracional em posição pós-verbal ou das frases com verbo inacusativo e sujeito pós-verbal – cf. Caps. 28, 30 e 36 –, onde os pronomes expletivos realizados podem ocorrer de forma marcada em registos específicos do português (cf. (ii)), estes pronomes podem também coocorrer com sujeitos foneticamente realizados (cf. (iii)) e podem ocupar posições periféricas na frase, precedendo, entre outros, adjuntos adverbiais iniciais, constituintes interrogativos ou tópicos deslocados (cf. (iv)):

(ii) a. *ele* já faz escuro. (Ribeiro 1927, *apud* Carrilho 2005:86)
b. *Ele* tem-me acontecido aqui cada uma! (CORDIAL-SIN, Covo, Aveiro, *apud* Carrilho 2005:93)
c. Que *êle* me conste, agora não há aí ninguém morto (Ribeiro 1927, *apud* Carrilho 2005:94)
d. *êle* é sempre bom contar com êles. (Ribeiro 1927, *apud* Carrilho 2005:95)
e. *Ele* vem o dinheiro aí mas para donde é que vai o dinheiro? (CORDIAL-SIN, Câmara de Lobos, Funchal, Madeira, *apud* Carrilho 2005:97)
f. *ele* está tudo muito caro e não há quem faça. (CORDIAL-SIN, Porches, Faro, *apud* Carrilho 2005:96)

(iii) a. Tinham que estar [...] que *ele* os porcos não os vissem. (CORDIAL-SIN, Perafita, Vila Real, *apud* Carrilho 2005:107)
b. *Ele* a folha do pinheiro é em bico. (CORDIAL-SIN, Alcochete, Setúbal, adaptado de Carrilho 2005:107)
c. *ele* ninguém me era capaz de abrir a cabeça para meter aquilo cá na cabeça dentro, dentro da cabeça. (CORDIAL-SIN, Lavre, Évora, *apud* Carrilho 2005:107)

(iv) a. *Ele* em Março, começa a gente [...] a tratar da terra. (CORDIAL-SIN, Monsanto, Castelo Branco, *apud* Carrilho 2005:121)
b. Então olhe, *ele* como agora vai vir o 'maternário' aí, [...] as minhas vacas vão ser registadas em nome do meu filho. (CORDIAL-SIN, Covo, Aveiro, adaptado de Carrilho 2005:122)
c. *Ele*, a nós, também, o meu sabia-os matar e depois, ultimamente, até os matavam os outros. (CORDIAL-SIN, Outeiro, Bragança, *apud* Carrilho 2005:126)
d. *Ele* quem se casa são eles! (CORDIAL-SIN, Covo, Aveiro, *apud* Carrilho 2005:129)
e. Que *ele* até com um pau se malha. (CORDIAL-SIN, Monsanto, Castelo Branco, *apud* Carrilho 2005:130)
f. Não sendo no Natal, *ele* quem é que os come?! Ninguém. (CORDIAL-SIN, Outeiro, Bragança, adaptado de Carrilho 2005:131)
g. *Ele* onde é o seu quartel, sr. prior? (Ribeiro 1927, *apud* Carrilho 2005:131)

Assim, os pronomes expletivos realizados do português europeu não padrão, em particular os das variedades dialetais, têm uma natureza diferente da dos expletivos realizados de línguas como o inglês, o francês e o alemão, tendo uma distribuição sintática diferente e estando associados a contextos discursivos específicos. Não é, por isso, claro que constituam evidência inequívoca para permitir concluir que haja um sujeito em contextos não argumentais.

43.2.2 Sujeitos nulos referenciais e sujeitos nulos arbitrários

Os sujeitos argumentais podem ainda ser objeto de uma outra classificação, também ela de natureza predominantemente semântica. Distinguem-se os **sujeitos de referência definida** dos **sujeitos arbitrários**. Os sujeitos de referência definida correspondem a sintagmas nominais que designam uma entidade específica, como nas frases de (17); os sujeitos arbitrários designam entidades não específicas, indeterminadas, e podem ter um caráter genérico, como em (18a), ou simplesmente indefinido, de natureza existencial, como em (18b) (cf. a designação "sujeito indeterminado" em Cunha e Cintra 1984:129):

(17) a. *A Ana* gosta de romances policiais.
b. *O Rui* levou o teu livro.

(18) a. *As pessoas* gostam de romances policiais.
b. *Alguém* levou o teu livro.

Mais uma vez, esta distinção revela-se importante para a tipologia dos sujeitos nulos, já que, em português, existem determinados contextos de interpretação arbitrária em que o sujeito tem obrigatoriamente de ser nulo. Incluem-se aqui os casos de sujeitos arbitrários de terceira pessoa do plural:

(19) a. [-] Bateram à porta.
b. *Eles* bateram à porta.

Em (19a), o sujeito nulo pode ter uma interpretação arbitrária, designando um sujeito indefinido. Em (19b), no entanto, a realização do pronome impede a leitura arbitrária e o pronome só pode designar uma entidade específica, como, por exemplo, os amigos ou os vizinhos. Assim, o pronome foneticamente realizado de terceira pessoa do plural só pode ter uma interpretação referencial específica[11].

[11] Há, no entanto, outros contextos de sujeitos indefinidos em que é possível ter um sujeito realizado foneticamente. Trata-se de sujeitos de segunda pessoa do singular e de primeira pessoa do plural, que ocorrem

Também com o pronome clítico *se* com valor arbitrário[12], estando o verbo na terceira pessoa do singular, o sujeito não se encontra foneticamente realizado no português-padrão[13]:

(20) a. [-] Vive-se num mundo de incertezas.
b. *A gente vive-se num mundo de incertezas.
c. A gente vive num mundo de incertezas.

43.3 Omissão do sujeito em orações finitas vs. omissão do sujeito em orações não finitas

Na definição do que se entende por sujeito nulo em 43.1, fez-se referência apenas aos contextos finitos. No entanto, ocorrem também sujeitos sem realização fonética em orações não finitas, ou seja, em orações infinitivas (flexionadas e não flexionadas), em orações gerundivas e em orações participiais. Nesta secção, são caracterizados os sujeitos omissos em cada um destes contextos. Em particular, mostrar-se-á que os sujeitos omissos das orações finitas e infinitivas flexionadas têm propriedades semelhantes (ou seja, têm ambos as características típicas dos sujeitos nulos), distinguindo-se dos sujeitos omissos das orações infinitivas não flexionadas, que têm propriedades diferentes.

43.3.1 Omissão do sujeito em orações infinitivas não flexionadas

A omissão do sujeito em orações de infinitivo não flexionado encontra-se quer nas línguas de sujeito não nulo, quer nas línguas de sujeito nulo (cf. (21))[14]:

(21) a. *A Ana* quer [[-] fazer as malas].
b. *Anne* veut [[-] faire les valises].
c. *Ann* wants [[-] to pack].

Trata-se, na realidade, de um contexto em que a maioria das línguas não realiza foneticamente o sujeito. No entanto, como se discutirá adiante, a omissão do

---

geralmente em frases que veiculam proposições de natureza geral, podendo incluir o falante e o ouvinte (cf. Hernanz 1990, entre outros): *quando* (*tu*) *não dormes, não consegues pensar racionalmente* ou *quando* (*nós*) *não dormimos o suficiente, ficamos irritados*.

[12] Sobre as construções com *se* indefinido, cf. Caps. 11 e 13, Cinque (1988), Raposo e Uriagereka (1996), Martins (2003, 2005), entre outros.

[13] No entanto, em variedades dialetais do português, o sujeito pode ser realizado nas construções com o clítico *se* quer pelo sintagma nominal indefinido com valor pronominal *a gente*, quer por sujeitos de primeira ou terceira pessoa do plural (cf. Martins 2003, 2005):

(i) E depois, chegando ao tempo da poda, *a gente* sega-*se* esses olhos todos e deixa-*se* este só. (CORDIAL-SIN, Camacha, Porto Santo, Madeira, *apud* Martins 2003:30)

(ii) O peixe que não tinha consumo é que *eles se* dividiam. (CORDIAL-SIN, Câmara de Lobos, Funchal, Madeira, *apud* Martins 2003:31)

[14] Para além do contexto de imperativas já mencionado, as línguas de sujeito não nulo também admitem a omissão do sujeito no segundo membro de algumas orações coordenadas finitas:

(i) Jean mange du pain et [-] boit du vin.
'O Jean come pão e bebe vinho.'

(ii) John took a bus and [-] went to work.
'O John apanhou um autocarro e foi para o trabalho.'

Neste contexto, no entanto, é mais natural que se trate de um fenómeno de redução oracional, característico das estruturas de coordenação, e não de um sujeito nulo (cf. Cap. 35).

sujeito em orações infinitivas não flexionadas distingue-se da omissão do sujeito em orações finitas quanto a uma série de propriedades.

Apesar de não se encontrar foneticamente realizado, este sujeito omisso tem um conteúdo semântico. Compare-se (21a) com a seguinte frase em que o verbo *querer* seleciona uma oração completiva finita (cf. Cap. 36). Em ambos os casos há dois verbos, *querer* e *fazer*, cada um deles com uma estrutura argumental específica (respetivamente 'alguém quer alguma coisa' e 'alguém faz alguma coisa') e com um sujeito próprio:

(22) *A Ana* quer [que *o Pedro* faça as malas].

Tanto em português como em francês ou inglês, não são admitidos sujeitos pré-verbais com realização fonética na oração subordinada quando esta é infinitiva (e quando não é flexionada, em português), quer estes tenham a mesma referência (cf. (23)), quer tenham uma referência distinta (cf. (24)) do sujeito gramatical da oração principal[15]:

(23) a. **A Ana* quer [*ela* fazer as malas].
b. **Anne* veut [*elle* faire les valises].
c. **Ann* wants [*she* to pack].

(24) a. **A Ana* quer [*eles* fazer as malas].
b. **Anne* veut [*ils* faire les valises].
c. **Ann* wants [*they* to pack].

Como se pode observar, as três línguas têm neste caso funcionamentos idênticos, ainda que o português seja uma língua de sujeito nulo e o francês e o inglês não. O sujeito nulo de (21) não pode, portanto, ser da mesma natureza que o sujeito nulo das orações finitas.

O facto de o sujeito das estruturas infinitivas não flexionadas ser normalmente omitido pode levar a questionar a existência de um sujeito nestas orações e o próprio facto de estas estruturas infinitivas constituírem orações com autonomia relativamente à oração principal. De facto, nem sempre se tem identificado um sujeito gramatical nas construções completivas infinitivas não flexionadas, nem se tem atribuído a estas infinitivas o estatuto de oração (cf. Figueiredo e Ferreira 1973).

Se o sujeito praticamente nunca se encontra realizado em orações infinitivas não flexionadas, que razões existem para considerarmos que existe de facto nestas orações um sujeito omisso?

A razão principal que leva a considerar que também as orações infinitivas não flexionadas como as de (21) têm sujeito baseia-se em argumentos de natureza semântica. De facto, neste paradigma, quer o verbo no infinitivo, quer o verbo da oração principal têm capacidade para selecionar argumentos com propriedades semânticas distintas. Este é um dos aspetos que distinguem verbos como *pretender* ou *querer* de outros verbos que podem ser considerados auxiliares ou semiauxiliares

[15] Ainda que as frases com sujeitos expressos em posição pré-verbal sejam agramaticais (cf. (23) e (24)), em português podem, contudo, ocorrer sujeitos pronominais em posição pós-verbal sob determinadas condições discursivas, em que o sujeito é focalizado contrastivamente. Este sujeito pronominal tem sempre a mesma referência que o sujeito da oração principal: *a Ana* quer [fazer *ela* as malas] (e não que seja o Pedro a fazê-las).

(como *ir* em (25a)) e que, esses, não têm estrutura argumental, ou seja, não selecionam argumentos (cf. Cap. 29):

(25) a. A casa vai cair.
b. #A casa quer/pretende [[-] cair].

O contraste entre (25a) e (25b) explica-se pelo facto de, em (25b), tanto os verbos *pretender* ou *querer* como o verbo *cair* selecionarem os seus próprios argumentos, em particular argumentos distintos com a função de sujeito (experienciador no caso de *pretender/querer*, tema no caso de *cair*). Consequentemente, apenas temos duas orações com sujeitos distintos em (25b), e o facto de os verbos *pretender* ou *querer* exigirem um sujeito experienciador que designe um ser com a necessária estrutura mental torna a frase semanticamente anómala. Em (25a), pelo contrário, a forma verbal *vai* é de natureza auxiliar e não seleciona argumentos, existindo apenas uma oração e um só sujeito, selecionado pelo verbo principal *cair*. Assim, é este verbo que impõe restrições semânticas ao sujeito da perífrase verbal *vai cair* (cf. Cap. 29).

Veja-se ainda que um verbo como *querer*[16] pode selecionar como complemento, a par de um grupo nominal (cf. (26a)), uma oração finita (cf. (26b)) e uma oração infinitiva (cf. (26c)). Em (26b), não existe qualquer dúvida de que a oração subordinada tem um sujeito próprio (*o diretor*), distinto do da oração principal (*o Rui*). O mesmo se pode concluir relativamente a (26c), embora o sujeito da oração subordinada, interpretado como tendo a mesma referência do sujeito da oração principal, esteja neste caso omisso:

(26) a. O Rui quer o meu afastamento.
b. O Rui quer [que o diretor me afaste destas funções].
c. O Rui quer [[-] afastar-me destas funções].

Os sujeitos não realizados das orações infinitivas não flexionadas têm a particularidade de serem, de modo geral, referencialmente dependentes de um argumento da oração principal (cf. Cap. 37), ou seja, na frase (26c), como se observou acima, o sujeito omisso da oração infinitiva tem a mesma referência que o sintagma nominal *o Rui*[17].

Ao elemento da oração principal que tem a mesma referência que o sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas chama-se o **controlador** desse sujeito. Estas estruturas são, assim, designadas **estruturas de controlo** (cf. Cap. 37). Distinguem-se geralmente estruturas de **controlo obrigatório** de estruturas de **controlo não obrigatório**. As primeiras correspondem às orações infinitivas que funcionam como complemento de determinados verbos, como em (27):

(27) a. *Os meninos* querem [[-] ir ao cinema].
b. A Ana obrigou *os meninos* a [[-] ficar em casa].
c. *Os meninos* pediram aos pais [para [-] sair].
d. Os pais pediram a*os meninos* [para [-] sair].

[16] Embora se use *querer* como exemplo, muitos outros verbos têm um comportamento semelhante (cf. Caps. 36 e 37).
[17] Em (26c) e nos paradigmas (27) a (34), a oração infinitiva está contida entre os parênteses retos mais abrangentes e o seu sujeito omisso indica-se através da notação [-].

Nestas estruturas, o elemento que serve como controlador da referência do sujeito omisso da oração infinitiva é determinado lexicalmente pelo verbo da oração principal. Em frases complexas cujo verbo principal pertence ao tipo de *querer*, o sujeito omisso da oração subordinada é controlado pelo sujeito da oração principal (cf. (27a)); em frases complexas cujo verbo principal pertence ao tipo de *obrigar*, o sujeito omisso da oração subordinada é controlado pelo complemento direto da oração principal (cf. (27b)); e em frases complexas cujo verbo principal é do tipo de *pedir*, o sujeito omisso da oração subordinada pode ser controlado pelo sujeito ou pelo complemento indireto da oração principal (cf. (27c) e (27d), respetivamente)[18].

Em contrapartida, as estruturas de controlo não obrigatório correspondem a orações infinitivas adjuntas ou a orações infinitivas com função de sujeito, como em (28) e (29), respetivamente (cf. Cap. 37). Nestas estruturas, o sujeito omisso não tem um antecedente fixo obrigatório:

(28) a. [Depois de [-] sair do cinema], tudo parece diferente.
b. [Depois de [-] sair do cinema], *os rapazes* foram jantar fora.
c. [Depois de [-] sair do cinema], pareceu-*nos* que era melhor ir para casa.

(29) a. [[-] Ir ao cinema] é divertido.
b. [[-] Ir ao cinema] diverte-*nos*.
c. [[-] Ir ao cinema] fez-*me* ficar mais bem disposta.

Neste caso, o sujeito omisso pode ter uma interpretação indefinida como em (28a) e em (29a), mas pode também ter como antecedente um dos argumentos da oração principal – em (28b), é correferente com o sujeito *os rapazes*; em (28c) é correferente com o complemento indireto *nos*; em (29b), é correferente com o complemento direto pronominal *nos*; e em (29c) é correferente com o complemento direto pronominal *me*.

Os sujeitos omissos das orações infinitivas não flexionadas têm uma outra particularidade que consiste no facto de, em condições normais, designarem uma entidade humana. Assim, nos contextos em que não existe um argumento na oração principal capaz de controlar a sua interpretação, o sujeito recebe normalmente uma interpretação arbitrária, de natureza genérica, que está associada a entidades humanas ou humanizadas. Assim, em (30a), o sujeito da oração completiva infinitiva (a qual é, por sua vez, o sujeito da estrutura frásica no seu todo) é interpretado como arbitrário, uma vez que a oração principal não contém um controlador para o sujeito omisso da oração infinitiva. Também na frase (30b), não é possível a interpretação em que *o relatório* controla a referência do sujeito omisso. Só a interpretação arbitrária está disponível. Assim, (30b) só pode ter a interpretação em que um sujeito indefinido, plausivelmente os autores do relatório, terão de chegar a qualquer lado antes das quatro horas[19]. A mesma interpretação humana indefinida é requerida em (30c):

[18] Frases como (27c,d) são de facto ambíguas, embora cada uma delas tenha uma leitura pragmaticamente mais natural. A ambiguidade deste tipo de frases nota-se bem numa frase como *o João pediu à Ana para sair*, em que o sujeito de *sair* tanto pode ser correferente com o sujeito da oração principal, *o João*, como com o complemento indireto, *a Ana*. A interpretação da frase dependerá essencialmente de fatores pragmáticos, i.e., do contexto situacional ou discursivo em que se insere a frase.

[19] Compare-se com *O relatório está atrasado. Contudo, é preciso que ele chegue antes das quatro horas*, em que *ele* pode remeter para *o relatório*.

(30) a. É extremamente perigoso [[-] fumar mais de um maço de tabaco por dia].
b. O relatório está atrasado. Contudo, é preciso [[-] chegar antes das quatro horas].
c. Está toda a gente atrasada. Contudo, é preciso [[-] chegar antes das quatro horas].

Do mesmo modo, os seguintes exemplos do inglês, do francês e do italiano são gramaticais, visto que o sujeito da oração infinitiva pode ser interpretado como humano e ter um valor arbitrário (i.e., equivalente a 'pessoas em geral', possivelmente incluindo o falante)[20]:

(31) a. It is difficult [[-] to stop smoking].
'É difícil deixar de fumar.'
b. Il faut [[-] arrêter de fumer].
'É preciso parar de fumar.'
c. [-] Non è possibile [[-] fumare].
'Não é possível fumar.'

Em contrapartida, na maioria das línguas, são agramaticais as orações infinitivas com sujeitos não argumentais ou "quase argumentais" (cf. 43.2.1) em contextos semelhantes, visto que esses sujeitos não têm qualquer referência e, por conseguinte, não podem ter uma interpretação humana e arbitrária como os de (31). Neste contexto, o inglês, o francês e o italiano não admitem sujeitos omissos na oração infinitiva, como mostra a não gramaticalidade dos exemplos de (32):

(32) a. *For these trees to grow, it is necessary [[-] to rain].
'Para que estas árvores cresçam, é preciso chover.'
b. *Pour que ces arbres grandissent, il faut [[-] pleuvoir].
'Para que estas árvores cresçam, é preciso chover.'
c. *Perché questi alberi crescano, [-] bisogna [[-] piovere].
'Para que estas árvores cresçam, é preciso chover.'

Em (32), a interpretação arbitrária ou controlada do sujeito omisso da oração infinitiva não está disponível, uma vez que o verbo meteorológico da oração infinitiva (*chover*) não seleciona um sujeito argumental (cf. 43.2.1 e Cap. 28).

No entanto, contrariamente ao inglês, ao francês e ao italiano, em português são gramaticais não só frases do tipo de (31) (cf. (33)), mas também frases do tipo de (32) (cf. (34)), em que o sujeito da oração infinitiva não é argumental:

(33) [-] É difícil [[-] parar de fumar].

(34) a. Para que estas árvores cresçam, [-] é preciso [[-] chover].
b. [-] É uma pena [[-] ter chovido durante o fim de semana].

[20] Os paradigmas (31) a (34) são constituídos por construções com um sujeito oracional infinitivo (assinalado pelos parênteses retos mais abrangentes) na posição final da frase (sobre esta ordem das orações completivas de sujeito, cf. Caps. 36 e 37). Por sua vez, a posição de sujeito pré-verbal da oração principal contém um pronome expletivo: nos exemplos (a) e (b) de (31) e (32), *it* e *il*, e nos exemplos (c) desses dois paradigmas, bem como em (33) e (34), um sujeito nulo, assinalado pela primeira ocorrência de "[-]", devido ao facto de o italiano e o português serem línguas de sujeito nulo.

A gramaticalidade das orações infinitivas como (34), paralelas àquelas que não são gramaticais nas outras línguas (cf. (32)) é atribuível ao facto de o português ter morfologia flexional no infinitivo: cf. (*para eu*) *fazer*, (*para tu*) *fazeres*, (*para ele*) *fazer*, (*para nós*) *fazermos*, (*para vós*) *fazerdes*, (*para eles*) *fazerem*. Ou seja, em (34), pode-se ter o infinitivo flexionado, apesar de não haver desinência de pessoa/número visível, uma vez que, na terceira pessoa do singular, o infinitivo flexionado não se distingue do infinitivo não flexionado (cf. Caps. 37 e 56). Concluindo, em (32) temos infinitivos simples, que não permitem sujeitos não argumentais ou "quase argumentais" nesses contextos, ao passo que em (34) temos o infinitivo flexionado, que permite esse tipo de sujeitos[21]. Nesta perspetiva, a agramaticalidade de (32) deve-se ao facto de o inglês, o francês e o italiano não disporem de um infinitivo com desinências de pessoa/número.

Os seguintes exemplos, em que o verbo infinitivo apresenta marcas de concordância visíveis (de 3.ª pessoa do plural ou de 2.ª pessoa do singular), mostram claramente que o português, ao contrário das outras línguas mencionadas, admite orações completivas de infinitivo flexionado com a função de sujeito, em posição final da frase, em construções copulativas com predicadores adjetivais ou nominais (cf. Caps. 36 e 37):

(35) a. [-] É preciso [[-] estudar**em** mais].
b. [-] É uma pena [[-] não ter**em** conseguido vir ao jantar].
c. [-] É preciso [[-] chegar**es** muito cedo].
d. [-] É importante [[-] estar**em** com atenção].

Finalmente, se as orações completivas de sujeito (entre parênteses retos) correspondentes às de (32) e (34) forem finitas, as frases resultantes são gramaticais em qualquer das línguas discutidas, como se ilustra a seguir em (36), para o inglês e o francês, e em (37), para o italiano e o português[22]:

(36) a. (For these trees to grow,) it is necessary [that *it* rains].
b. (Pour que ces arbres grandissent,) il faut [qu'*il* pleuve].

(37) a. (Perché questi alberi crescano,) [-] bisogna [che [-] piova].
b. (Para que estas árvores cresçam,) [-] é preciso [que [-] chova].

Enquanto o inglês e o francês, línguas de sujeito não nulo, têm um pronome expletivo realizado na posição de sujeito pré-verbal da oração completiva de sujeito (a segunda ocorrência – em itálico – de *it* e *il*, respetivamente), o italiano e o português, línguas de sujeito nulo, têm nessa posição um sujeito nulo expletivo (a segunda ocorrência de "[-]").

> [4] Os paradigmas (i) e (ii) são semelhantes a (32) e (34), exceto no facto de a posição de sujeito pré-verbal da oração infinitiva conter um pronome expletivo não argumental em vez de "quase argumental" (cf. a discussão dos exemplos (9) e (10) em 43.2.1). De novo se pode ver que esses exemplos são possíveis em português, mas não em inglês, francês ou italiano, pela mesma razão assinalada acima aquando da discussão

[21] Por sua vez, em (33), é admissível quer o infinitivo simples, como em (31), quer o flexionado.

[22] Em português, alguns falantes consideram estilisticamente mais adequadas as frases com orações completivas finitas com função de sujeito, como (37b), do que as frases em que as orações completivas com função de sujeito são infinitivas, como (34).

de (32) e (34) – a existência de infinitivo flexionado em português, mas não nas outras línguas mencionadas:

(i) a. *It is clear [[-] to have been said *that John is guilty*].
ele é claro INF ter sido dito que o John é culpado
'É claro ter sido dito que o John é culpado.'
b. *Il faut [[-] être clair *que les élèves doivent arriver à l'heure*].
ele é preciso ser claro que os alunos devem chegar à hora
'É preciso ser claro que os alunos têm de chegar a horas.'
c. *[-] Bisogna [[-] essere chiaro a tutti *che l'Europa non è la Sicilia*].
precisa ser claro para todos que a Europa não é a Sicília
'É preciso ser claro para todos que a Europa não é a Sicília.'

(ii) a. [-] É claro [[-] ter-se dito *que o João era culpado*].
b. [-] É preciso [[-] ser claro para todos *que a Europa não é a Sicília*].
c. [-] É preciso [[-] parecer *que tudo está na mesma*].

De novo, se as orações sujeito entre parênteses retos forem finitas, as frases resultantes são gramaticais em todas as línguas, com as diferenças já discutidas entre as línguas de sujeito não nulo, como o inglês e o francês, e as línguas de sujeito nulo, como o italiano e o português (ver a discussão de (36) e (37)):

(iii) a. It is clear [that **it** was said *that John is guilty*].
ele é claro que ele foi dito que o John é culpado
'É claro que foi dito que o John é culpado.'
b. Il faut [qu'**il** soit clair *que les élèves doivent arriver à l'heure*].
ele precisa que ele seja claro que os alunos devem chegar à hora
'É preciso que seja claro que os alunos têm de chegar a horas.'

(iv) a. [-] Bisogna [che [-] sia chiaro a tutti *che l'Europa non è la Sicilia*].
precisa que seja claro para todos que a Europa não é a Sicília
'É preciso que seja claro para todos que a Europa não é a Sicília.'
b. [-] É preciso [que [-] seja claro para todos *que a Europa não é a Sicília*].

43.3.2 Omissão do sujeito em orações finitas: o sujeito nulo como um pronome nulo

O sujeito omisso das orações finitas tem, em muitos aspetos, propriedades diferentes das do sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas. O sujeito omisso das orações finitas tem as mesmas propriedades que o pronome pessoal com os traços de pessoa e número correspondentes à flexão do verbo, embora sem conteúdo fonético, ao passo que o sujeito das orações infinitivas não flexionadas corresponde a um elemento pronominal de natureza mais abstrata e geral, que ou tem a mesma referência de um argumento da oração principal, no caso de ser controlado (ou seja, tem uma natureza anafórica), ou recebe uma interpretação arbitrária. Por terem propriedades diferentes, temos usado, e continuamos a usar, o termo "sujeito nulo" unicamente para o sujeito omisso das orações finitas (e, como veremos em 43.3.3, também para o sujeito omisso das orações de infinitivo flexionado)[23].

[23] Tendo o sujeito nulo das orações finitas um funcionamento equivalente ao dos pronomes pessoais, em trabalhos de linguística contemporânea é, por vezes, representado através da notação *pro*, ao contrário do sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas, que é representado por PRO (nos Caps. 37 e 38, este sujeito é chamado "sujeito implícito"):
(i) a. *pro* julgo [$_{Or}$ que *pro* estás doente].
b. *pro* julgo [$_{Or}$ PRO estar doente].

Referem-se de seguida algumas propriedades que distinguem o sujeito nulo das orações finitas do sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas:

❖ Fenómenos de dependência referencial

O sujeito nulo de uma oração subordinada finita pode ter a mesma referência que um dos argumentos da oração principal (em geral o sujeito), ou pode ter uma referência diferente (tal como acontece com os pronomes expressos). Fala-se em **correferência** quando dois elementos remetem para a mesma entidade extralinguística e em **referência distinta** quando dois elementos remetem para diferentes entidades extralinguísticas (cf. Cap. 41).

Assim, em (38), o sujeito nulo (representado por "[-]") pode ser correferente com *o Rui*, e, fora de contexto, como em (38a), é essa a interpretação mais natural. No entanto, com um contexto adequado, pode também ser referencialmente distindo desse sintagma nominal, ou seja, pode ter um referente que não é o Rui. Esta leitura é favorecida em (38b) (em que o sujeito nulo é interpretado como referindo-se ao João), ao passo que, em (38c), a leitura mais saliente é aquela em que o sujeito nulo refere o Rui. Estas interpretações são favorecidas pelos contextos aí indicados, sendo, portanto, condicionadas por fatores de ordem pragmática. Ou seja, para além da compatibilidade de marcas morfológicas, é também o contexto linguístico ou situacional que favorece ou determina uma ou outra leitura:

(38) a. O Rui pensa [que [-] vai chegar atrasado].
b. O João não ouviu o despertador. O Rui pensa [que [-] vai chegar atrasado].
c. O João chegou a horas. O Rui pensa [que [-] vai chegar atrasado].

O mesmo não acontece com o sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas, que só pode ter o seu antecedente na oração imediatamente subordinante, mesmo quando existe um contexto que poderia desencadear outra interpretação. Assim, em (39b), contrariamente àquilo que acontece em (38b), o sujeito nulo não pode ter como antecedente *o João*, uma vez que este não é um argumento da oração que subordina a oração infinitiva (i.e., aquela que tem como predicador a forma verbal *pensa*):

(39) a. O Rui pensa [[-] chegar atrasado]. ([-] = o Rui)
b. O João não ouviu o despertador. O Rui pensa [[-] chegar atrasado]. ([-] ≠ o João; [-] = o Rui)

No exemplo (40) verifica-se que, enquanto o antecedente do sujeito nulo da oração finita pode pertencer à oração principal, cujo verbo é *achar* (ou seja, pode ser *os meninos*), o antecedente do sujeito omisso da oração infinitiva tem de pertencer à oração imediatamente subordinante, ou seja, à oração que tem como predicador verbal *preferir* (ou seja, não pode ser *os meninos*, apenas pode ser *os professores*):

(40) a. Os meninos acham [que os professores preferiam [que [-] estivessem sossegados]]. ([-] = os meninos)
b. Os meninos acham [que os professores preferiam [[-] estar sossegados]]. ([-] ≠ os meninos; [-] = os professores)

❖ Interpretação em contextos sem antecedente

O sujeito nulo de orações finitas pode ocorrer em orações independentes, podendo não ter qualquer antecedente linguístico:

(41) a. [-] Fiquei doente.
b. [-] Estão muito cansados.

Contrariamente ao que acontece com o sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas, o sujeito nulo das orações finitas, na ausência de um antecedente, não tem necessariamente interpretação arbitrária. Assim, na frase (42a), o sujeito nulo da oração subordinada tem uma interpretação referencial específica, apesar de não ter um antecedente na oração principal. Pelo contrário, o sujeito omisso da oração infinitiva de (42b), na ausência de um antecedente, é interpretado como arbitrário, ou seja, tem uma interpretação não específica, parafraseável por 'as pessoas':

(42) a. É importante [que [-] cheguem cedo].
b. É perigoso [[-] conduzir com sono].

Existe, no entanto, um contraste entre a terceira pessoa, por um lado, e a primeira e segunda pessoas, por outro lado, relativamente à aceitabilidade do sujeito nulo. Enquanto, na primeira e segunda pessoas, o sujeito nulo identifica necessariamente o falante e o ouvinte, na terceira pessoa é necessário um contexto linguístico ou situacional adequado que permita identificar a referência do sujeito nulo, já que as entidades sobre as quais se fala são potencialmente muitas. Assim, a terceira pessoa está sujeita a requisitos de identificação mais fortes do que a primeira e a segunda pessoas.

❖ Restrições semânticas

Como foi referido acima, o sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas parece estar geralmente restringido a argumentos com um traço semântico humano. Esta restrição não se verifica para o sujeito nulo das orações finitas, que pode ter um referente humano (cf. (43a)), animado mas não humano (cf. (43b)), não animado (cf. (43c)), ou não ter mesmo qualquer referente, no caso de se tratar de um sujeito expletivo (cf. (43d)):

(43) a. [-] Estou contente.
b. *O gato* está com fome: [-] está farto de miar.
c. Era *uma casa muito antiga*; com o terramoto, [-] desmoronou-se.
d. [-] Vai chover.

43.3.3 Omissão do sujeito em orações infinitivas flexionadas

O português, como é sabido, pode manifestar morfologia de pessoa e número no infinitivo. Estas formas verbais são designadas de infinitivos flexionados: (*eu*) *fazer*, (*tu*) *faze**res***, (*ele*) *fazer*, (*nós*) *faze**rmos***, (*vós*) *faze**rdes***, (*eles*) *faze**rem***[24]. As orações infinitivas flexionadas aproximam-se sob vários aspetos das orações finitas[25]:

[24] Como se vê, na primeira e na terceira pessoa do singular, as formas do infinitivo flexionado são idênticas às do infinitivo simples.
[25] Sobre os contextos em que podem ocorrer orações infinitivas flexionadas, cf. a parte final de 43.3.1, acima, o Cap. 37 e Raposo (1987a).

(i) Permitem a realização fonética do sujeito (ao contrário do que acontece em orações infinitivas não flexionadas):

(44) a. Penso [estarem *muitos funcionários* de férias nessa altura].
b. Preocupa-me [*o João* não ter ainda chegado a casa].
c. É fundamental [*os alunos* lerem a bibliografia recomendada antes do exame].
d. O João fechou a porta [para *nós* podermos falar mais à vontade].

(ii) Permitem sujeitos omissos, i.e., sem realização fonética, com uma referência distinta da do sujeito da oração subordinante (nos exemplos a seguir, a principal), quer este tenha uma referência definida (como em (45a) e (45b)) quer seja um sujeito expletivo (como em (45c)):

(45) a. O diretor pensa [[-] termos finalmente chegado a um acordo].
b. O João fechou a porta [para [-] podermos falar mais à vontade].
c. $[-]_{expl}$ É fundamental [[-] leres a bibliografia recomendada antes do exame].

Os sujeitos sem realização fonética das orações infinitivas flexionadas têm comportamentos semelhantes aos sujeitos nulos das orações finitas, como se observa nas seguintes propriedades:

(i) Podem alternar com um pronome foneticamente realizado: compare-se (44d) com (45b).

(ii) Podem ter uma interpretação específica mesmo em contextos em que não há um antecedente na oração principal. Assim, nos seguintes exemplos, o sujeito sem realização fonética da oração infinitiva tem uma referência definida ('nós' e 'tu', respetivamente):

(46) a. $[-]_{expl}$ Era importante [[-] chegarmos a um consenso].
b. $[-]_{expl}$ Havia muita indisciplina [antes de [-] seres eleito].

(iii) Podem corresponder a sujeitos expletivos, não sendo objeto de restrições de natureza semântica. Recorde-se que as orações infinitivas dos seguintes exemplos são orações infinitivas flexionadas, e não orações infinitivas simples (cf. a discussão do paradigma (34), em 43.3.1, e a Caixa [4]) . Como já foi referido, na terceira pessoa do singular as duas formas verbais não se distinguem[26]:

(47) a. $[-]_{expl}$ Foi pena [$[-]_{expl}$ ter chovido durante o fim de semana].
b. [Por $[-]_{expl}$ estar a chover], o passeio foi cancelado.

(iv) Podem ter um antecedente numa oração que não seja a imediatamente subordinante. Assim, em (48), o sujeito sem realização fonética da oração infinitiva flexionada pode ter como antecedente *os professores* (sujeito da oração principal) e não *os alunos* (sujeito da oração imediatamente subordinante), sendo esta a interpretação pragmaticamente mais normal. Este comportamento é

[26] A concordância de 3.ª pessoa do plural em frases como *por terem chovido pedras de granizo, o telhado ficou estragado* e *por estarem a chover pedras de granizo, o passeio foi cancelado* mostra que o infinitivo flexionado pode ocorrer nestes contextos.

paralelo ao do sujeito nulo das orações finitas e diferente do do sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas, como se viu em (40).

(48) *Os professores* disseram [que os alunos ficaram contentes [por [-] terem decidido adiar o teste]].

Assim, o sujeito sem realização fonética das orações infinitivas flexionadas, pelas suas características, é semelhante ao pronome nulo que ocorre em orações finitas; ou seja, trata-se de um sujeito nulo, tal como nestas orações[27].

43.3.4 Omissão do sujeito em orações gerundivas e participiais

Até aqui, fez-se uma caracterização dos sujeitos sem realização fonética das orações finitas, das orações infinitivas flexionadas e das orações infinitivas não flexionadas. Concluiu-se que os sujeitos omissos das orações finitas e infinitivas flexionadas se distinguem dos sujeitos omissos das orações infinitivas não flexionadas por:

(i) poderem alternar com um pronome expresso;

(ii) não terem obrigatoriamente a sua referência dependente de um antecedente da oração imediatamente subordinante;

(iii) em contextos em que não existe antecedente na oração imediatamente subordinante, não terem obrigatoriamente interpretação arbitrária;

(iv) não estarem restringidos a argumentos semanticamente humanos.

Nesta subsecção, é feita uma caracterização do sujeito omisso das orações cujo núcleo verbal é uma forma de gerúndio ou de particípio, ou seja, de orações adverbiais gerundivas periféricas (que passamos a designar, simplificadamente, apenas como orações gerundivas)[28] e de orações participiais (cf. Cap. 38).

Nestas orações, ao contrário do que acontece nas orações infinitivas não flexionadas, pode ocorrer quer um sujeito pronominal expresso quer um sujeito pronominal nulo, embora os sujeitos pronominais expressos sejam marginais nas orações participiais:

(49) a. Estando [-] em casa, a Ana foi-se deitar.
b. Estando *ela* em casa, a Ana foi-se deitar.

(50) a. Chegada [-] a casa, a Ana foi-se deitar.
b. ?Chegada *ela* a casa, a Ana foi-se deitar.

---

[27] Por este motivo, este sujeito é representado pelo símbolo *pro*, tal como o sujeito nulo das orações finitas (cf. Nota 23).

[28] As orações gerundivas periféricas são orações adverbiais cujo verbo se encontra no gerúndio e que ocorrem em posições periféricas na frase, geralmente em posição inicial, podendo ter um valor concessivo, temporal (de anterioridade) ou condicional. Nestas orações, o sujeito gramatical pode encontrar-se expresso, como em *estando os meninos com febre, decidimos ficar em casa*. Em contrapartida, as orações gerundivas integradas são aquelas cujo verbo se encontra no gerúndio e que têm um grau forte de coesão com a oração principal. Têm normalmente um valor de modo, meio ou tempo simultâneo e não admitem sujeitos expressos, como em *os atletas conseguiram melhorar os resultados treinando mais horas por dia* (cf. Cap. 38).

A alternância, no entanto, não é livre. Quando o sujeito não se encontra realizado, a leitura preferencial é aquela em que existe correferência com o sujeito da oração principal. Assim, em (49a) e (50a), a leitura preferencial é aquela em que o sujeito não expresso da oração gerundiva e o sujeito não expresso da oração participial têm a mesma referência que o sujeito da oração principal, ou seja, *a Ana*. Pelo contrário, quando o sujeito é expresso, é favorecida a leitura em que há referência distinta relativamente a esse sintagma nominal. Assim, nas frases (49b) e (50b), é mais natural a interpretação em que o pronome *ela* não tem a mesma referência que o sujeito da oração principal – *a Ana*.

Observem-se agora os seguintes exemplos:

(51) a. Chegados [-] a casa, a Ana foi-se deitar
b. ?Chegados *nós* a casa, a Ana foi-se deitar.
c. A Ana estava preocupada porque os filhos ainda não tinham chegado. Chegados [-] a casa, a Ana foi-se finalmente deitar.

Em (51a), ainda que o sujeito da oração participial seja omisso, a correferência com o sujeito da oração principal não é possível, uma vez que o sujeito omisso tem de corresponder a um referente masculino plural, não podendo ser coincidente com o referente feminino singular do sujeito da oração principal. Neste caso, o sujeito omisso terá de ter como antecedente um elemento do contexto linguístico anterior, como, por exemplo, *os filhos* em (51c).

Nas orações gerundivas e nas orações participiais, o sujeito omisso não é obrigatoriamente controlado por um antecedente da oração principal. A dependência referencial relativamente ao sujeito da oração principal é o caso mais frequente, mas não é a única possibilidade. Estas estruturas não se comportam, pois, como estruturas de controlo obrigatório.

Assim, nos exemplos de (52), os sujeitos omissos da oração gerundiva e da oração participial não são referencialmente dependentes do sujeito da oração principal, que em (52a) é um pronome expletivo (cf. 43.2.1, em particular a discussão do exemplo (10a)) e em (52b) é o sintagma nominal *o Zé*. Nestes exemplos, o sujeito omisso é antes identificado por um tópico discursivo que ocorre numa frase anterior, *a Ana*.

(52) a. (*A Ana* chegou hoje dos Estados Unidos.) Estando [-] ainda muito cansada, $[-]_{expl}$ é melhor deixarmos a reunião para amanhã.
b. (*A Ana* está um pouco atrasada.) Chegada [-] a casa, o Zé dar-lhe-á a notícia.

O sujeito omisso da oração participial e da oração gerundiva também pode ter como antecedente um argumento da oração principal que não é o sujeito. Assim, em (53) é o complemento indireto pronominal (dativo) da oração principal que funciona como antecedente do sujeito omisso da oração subordinada:

(53) a. Tendo [-] chegado atrasada, parecia-*me* que todos estavam a falar chinês.
b. Chegado [-] a casa, apeteceu-*me* ouvir as notícias.

Nas orações participiais, a correferência com o complemento indireto de uma oração transitiva é possível, desde que as marcas de concordância no particípio

sejam distintas das do sujeito da oração principal e coincidam com o género e o número do complemento indireto. Assim, em (54a,b), o sujeito omisso da oração participial tem como antecedente o complemento indireto da oração principal. Em (54c), pelo contrário, na ausência de outros fatores contextuais, é mais natural a interpretação em que o sujeito omisso da oração participial tem como antecedente o sujeito da oração principal e não o complemento indireto:

(54) a. Chegados [-] a casa, o Zé disse-nos que tinha recebido um prémio.
b. Chegado [-] a casa, os meninos disseram-me que tinham recebido um prémio.
c. Chegado [-] a casa, o Zé disse-me que tinha recebido um prémio.

Nas orações gerundivas, são ainda possíveis sujeitos omissos de natureza expletiva (cf. (55a)), o que não acontece nas orações participiais (cf. (55b)):

(55) a. Chovendo $[-]_{expl}$ desta maneira, não podemos fazer o passeio.
b. *Chovido $[-]_{expl}$ desta maneira, não podemos fazer o passeio.

A impossibilidade de haver sujeitos expletivos em orações participiais é explicável pelo facto de a construção participial estar restringida a verbos transitivos e inacusativos, sendo o sujeito desta construção obrigatoriamente de natureza argumental (cf. Cap. 28).

Estes factos apontam para que o sujeito sem realização fonética das orações gerundivas e das orações participiais não esteja submetido rigidamente ao controlo de um argumento da oração subordinante, contrariamente ao que acontece com o sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas selecionadas por verbos, como em (27) – cf. também o Cap. 37. A referência do sujeito omisso nas estruturas gerundivas e participiais é antes o resultado de fatores semânticos, morfológicos e pragmáticos. Pode pensar-se, assim, que é o antecedente pragmaticamente mais "saliente" que determina a referência do sujeito omisso dessas estruturas.

A inexistência de uma relação de controlo obrigatório entre o sujeito da oração principal e o sujeito da oração subordinada gerundiva ou participial é comprovada pela possibilidade, pelo menos para alguns falantes, de poder ocorrer um sujeito pleno nestas orações com a mesma referência que um sujeito nulo na oração principal. Assim, nas frases de (56), o sujeito nulo da oração principal tem como antecedente os sintagmas nominais plenos *a professora* e *a Ana*, respetivamente. Ou seja, neste caso, é o sujeito da própria oração gerundiva e o sujeito da própria oração participial que funcionam como antecedentes do sujeito nulo da oração principal, e não o contrário[29].

(56) a. Estando a professora doente, [-] só poderá entregar os testes na próxima semana.
b. Chegada a Ana, [-] cumprimentou toda a gente.

[29] A possibilidade de as orações gerundivas terem sujeitos expressos correferentes com o sujeito nulo da oração principal varia consoante o tipo de verbo utilizado e parece ser maior com verbos estativos do que com verbos agentivos.

Assim, ainda que as orações gerundivas e participiais sejam classificadas tradicionalmente como orações não finitas, o seu sujeito omisso é sob vários aspetos distinto do sujeito omisso das orações infinitivas não flexionadas.

> [5] Em variedades dialetais do português, podem existir marcas morfológicas de concordância de pessoa e número em estruturas gerundivas deste tipo, a que é possível atribuir a capacidade de identificação de um sujeito omisso (cf. Cap. 38.5, Mota 1998, Lobo 2001a, Ribeiro 2002, entre outros). Neste caso, tudo indica que estas estruturas tenham um sujeito nulo com características semelhantes ao das orações finitas e infinitivas flexionadas. Assim, em (ia), o gerúndio apresenta desinências de pessoa/número (neste caso a segunda pessoa do singular) – *arrumando**s***. O antecedente do sujeito nulo não é o sujeito da oração principal, mas sim o pronome de segunda pessoa do singular incluído no complemento preposicionado *contigo*. Em (ib), da mesma forma, o antecedente do sujeito nulo da oração gerundiva é o complemento indireto da oração principal (o pronome dativo *te*), que tem traços morfológicos compatíveis com a desinência do gerúndio flexionado:
>
> (i) a. Em [-] *arrumandos* o quarto, o Pedro vai falar *contigo* (cf. Ribeiro 2002:66)
> b. Em [-] *comendos* a sopa, dou-*te* o bolo. (Alto Alentejo, *in* Matias 1984)

Quanto às construções gerundivas integradas (por oposição às periféricas, que temos discutido até agora)[30], a questão é mais controversa. Em primeiro lugar, põe-se a questão de saber se essas construções são orações plenas ou se, pelo contrário, constituem apenas uma estrutura reduzida, semelhante à de um predicado secundário não oracional (cf. Cap. 30):

(57) O Rui fez o bolo misturando as gemas com as nozes.

Repare-se que, neste exemplo, o verbo gerundivo tem um sujeito subentendido interpretado como sendo correferente com o sujeito da frase, *o Rui*.

Existem vários fatores que sugerem que estas construções são estruturas oracionais de pleno direito, contendo também um sujeito omisso, sem realização fonética (cf. Cap. 38). De facto, são possíveis frases em que:

(i) na ausência de um argumento do verbo finito que possa funcionar como antecedente do sujeito subentendido da estrutura gerundiva (contrariamente ao que sucede em (57)), este tem uma interpretação humana arbitrária (cf. (58a)). Ora, esta é uma situação semelhante à que sucede nas frases complexas com uma oração subordinada de infinitivo não flexionado (cf. 43.3.1): quando não existe um controlador adequado na oração principal, o sujeito omisso da oração infinitiva adquire uma interpretação desse tipo (repare-se que, em (58a), por motivos semânticos, *o bolo* não é um antecedente possível para o sujeito subentendido da estrutura gerundiva);

(ii) ocorre negação oracional explicitamente na estrutura gerundiva, sem afetar o verbo finito da frase (cf. (58b));

[30] Sobre as orações gerundivas integradas, cf. Nota 28. Como se mencionou aí, essas estruturas desempenham, no seio da oração principal, funções semânticas como o modo, meio ou tempo simultâneo. São de certa forma aproximáveis das construções do francês com *en* seguido de gerúndio*: il a fait le gâteau en mélangeant d'abord les oeufs avec le sucre* 'ele fez o bolo misturando primeiro os ovos com o açúcar'.

(iii) ocorre o clítico indefinido *se* na forma verbal gerundiva (cf. (58c)):

(58) a. Este bolo fica muito melhor [[-] *pondo nozes em vez de avelãs*].
b. O aluno só conseguirá irritar o professor [[-] *não respondendo deliberadamente a nenhuma das suas perguntas*].
c. Esta árvore não ficará mais forte [[-] *cortando-se os ramos mais altos*].

Estes factos sugerem que as estruturas gerundivas integradas são oracionais, contendo, portanto, um sujeito omisso, sem realização fonética, e também que as propriedades desse sujeito se aproximam das do sujeito omisso das estruturas de infinitivo não flexionado como (27); assim, tal como nestas, e para além de (i) acima:

(iv) o sujeito omisso não pode alternar com um pronome expresso:

(59) a. *O Rui* consertou a caixa [colando [-] uma tira a toda a volta].
b. **O Rui* consertou a caixa [colando *ele/eu* uma tira a toda a volta].

(v) o sujeito omisso não pode ter como antecedente um tópico (cf. (60) – esta frase só tem a leitura em que o João desmaiou tirando sangue ao enfermeiro, mas não a leitura em que o João desmaiou quando o enfermeiro tirava sangue ao João, embora esta seja pragmaticamente mais plausível):

(60) Este enfermeiro, o João desmaiou [[-] tirando-lhe sangue]. ([-] = o João; [-] ≠ este enfermeiro)

(vi) o sujeito omisso não pode ter como antecedente o sujeito de uma oração que não seja a imediatamente subordinante (cf. (61)):

(61) a. O Zé acha [que a Ana só conseguirá passar de ano [[-] estudando mais]]. ([-] = a Ana; [-] ≠ o Zé)
b. Este enfermeiro acha [que o João vai desmaiar [[-] tirando-lhe sangue]]. ([-] = o João; [-] ≠ este enfermeiro)

Neste último caso, verificamos que o antecedente do sujeito omisso da oração gerundiva não pode ser *o Zé* (cf. (61a)) ou *este enfermeiro* (cf. (61b)), visto que estes argumentos não pertencem à oração imediatamente subordinante, mas pode ser *a Ana*, na frase (61a), ou *o João*, na frase (61b), argumentos que pertencem a essa oração.

Estas restrições não se verificam em orações finitas correspondentes, como em (62), em que o sujeito nulo da oração condicional finita pode ter como antecedente um elemento diferente do sujeito da oração imediatamente subordinante (*esse rapaz*, *o Zé* e *este enfermeiro*, respetivamente):

(62) a. *Esse rapaz*, o Zé acha que a Ana desmaiaria [se [-] viesse à festa].
b. *O Zé* acha [que a Ana vai conseguir passar de ano [se [-] lhe der explicações].
c. *Este enfermeiro* acha que o João vai desmaiar [se [-] lhe tirar sangue].

43.4 Alternância entre sujeito pronominal nulo e sujeito pronominal expresso: distribuição e interpretação

Apesar de pronomes nulos e pronomes expressos (como *eu*, *tu*, *ele*, etc.) com função de sujeito terem muitas propriedades comuns, nem sempre a sua distribuição é idêntica e nem sempre é indiferente substituir uma forma pela outra. A omissão do pronome expresso não é livre, nem opcional. Descrevem-se de seguida os contextos em que cada uma das formas – pronome expresso ou nulo – ocorre e a interpretação que lhes está associada. Em 43.4.1, são discutidas diferenças entre sujeitos pronominais nulos de primeira e segunda pessoa e sujeitos pronominais nulos de terceira pessoa. Em 43.4.2, são apresentados contextos em que o pronome expresso não pode ser omitido. Em 43.4.3, são apresentadas diferenças entre pronome nulo e pronome expresso em orações independentes e em orações coordenadas (sobre estas questões, cf. também o Cap. 41).

43.4.1 Sujeitos nulos de 1.ª e 2.ª pessoa vs. sujeitos nulos de 3.ª pessoa: identificação do sujeito nulo pela flexão ou por antecedente

Existe uma diferença entre sujeitos nulos de primeira e segunda pessoa e sujeitos nulos de terceira pessoa. Como vimos acima, os sujeitos de pessoas gramaticais cuja forma verbal tenha morfologia rica, que identifique de forma não ambígua o sujeito, podem ser nulos sem grandes restrições, na maioria dos contextos, como se mostra em (63). Excetuam-se os casos em que o sujeito se encontra focalizado e que serão tratados adiante.

(63) a. [-] Vou à praia.
b. [-] Vais à praia.
c. [-] Vamos à praia.
d. [-] Ides à praia.

As terceiras pessoas, no entanto, embora se distingam pela marca de número, não permitem identificar de forma não ambígua, fora de um contexto específico, a referência do sujeito. Assim, as frases de (64) só são perfeitamente legítimas se existir um referente no contexto situacional ou um antecedente linguístico no contexto discursivo, ambos semântica e pragmaticamente adequados, que permitam recuperar o antecedente do sujeito nulo. Ilustrando com a segunda possibilidade, este é o caso, p.e., de frases como *o João está todo contente*, para (64a), ou *os meninos estão a preparar o farnel*, para (64b)[31]:

(64) a. [-] Vai à praia.
b. [-] Vão à praia.

O mesmo acontece com formas verbais em que a primeira e a terceira pessoas são homófonas (i.e., não se distinguem foneticamente), como no imperfeito do indicativo. Assim, em (65a,b), o sujeito nulo pode corresponder quer a uma primeira pessoa quer a uma terceira pessoa, e será o contexto a definir qual a interpretação mais adequada:

[31] Repare-se que a terceira pessoa gramatical em português pode corresponder a uma segunda pessoa, ou seja, a um *você* ou *vocês*. Neste caso, a identificação do sujeito nulo é feita pragmaticamente pela presença do referente: *Bom dia, Sr. Manuel.* [-] *Está com boa cara. Certamente* [-] *foi à praia.*

(65) a. [-] Cantava muito bem. ([-] = eu/ele)
b. [-] Dormia tranquilamente. ([-] = eu/ele)

Com as formas do conjuntivo em que a primeira e a terceira pessoas são homófonas (p.e., (*eu/ele*) *seja*, (*eu/ele*) *ficasse*), para se obter a interpretação de primeira pessoa, é geralmente requerido o pronome *eu*:

(66) a. O amigo do João veio visitá-lo e o João pediu aos pais [que ele ficasse a dormir lá em casa]. (ele = o amigo do João)
b. O amigo do João veio visitá-lo e o João pediu aos pais [que [-] ficasse a dormir lá em casa]. ([-] = o amigo do João)

(67) a. Fui visitar o João e ele pediu aos pais [que eu ficasse a dormir lá em casa].
b. ??Fui visitar o João e ele pediu aos pais que [[-] ficasse a dormir lá em casa]. ([-] = eu)

Nos casos em que a flexão não é suficientemente rica para que a referência do sujeito nulo seja recuperada, como na terceira pessoa não ligada ao ouvinte (cf. Nota 31), este tem de ser identificado pragmaticamente, ou seja, através de um contexto situacional ou discursivo. De outro modo, o sujeito nulo não é legítimo. A título ilustrativo, considerem-se os seguintes exemplos:

(68) a. [-] Comeu de mais.
b. O Rui disse-me [que [-] comeu de mais].
c. (O Rui está mal disposto.) [-] Comeu de mais.

A frase (68a) só é legítima se houver um antecedente no contexto discursivo ou um referente no contexto situacional que possam identificar o sujeito nulo. Em (68b), existe um elemento da oração principal que desempenha esse papel (*o Rui*). Em (68c), o antecedente é providenciado por uma frase distinta ocorrendo anteriormente numa sequência textual, ou, alternativamente, pela presença física do Rui no contexto situacional.

Assim, em português, os sujeitos nulos têm de satisfazer uma das seguintes condições:

(i) Identificação pela flexão verbal;

(ii) Identificação por um antecedente linguístico da mesma frase ou introduzido previamente no contexto discursivo, ou ainda através de um referente presente no contexto situacional.

43.4.2 Contextos em que o sujeito não pode ser nulo: construções de foco ou contraste

Existem alguns contextos em que o sujeito não pode ser nulo. Esses contextos correspondem a construções em que o sujeito se encontra focalizado[32]. Nesse caso, a forma nula do pronome não pode ocorrer, mesmo quando a forma verbal tem morfologia que identifica de forma não ambígua a pessoa gramatical. Neste grupo cabem:

[32] Diz-se que um elemento se encontra focalizado quando corresponde a informação nova ou quando é contrastado com outras entidades, podendo receber um acento prosódico mais forte.

(i) as estruturas de clivagem (cf. Cap. 48) que incidem sobre o sujeito:

(69) a. Fui *eu* que abri a porta.
b. *Fui [-] que abri a porta.

(70) a. *Eu* é que abro a porta.
b. *[-] É que abro a porta.

(ii) as estruturas em que o sujeito é diretamente modificado por um advérbio focalizador como *só*, *também*, etc. (cf. Cap. 33):

(71) a. [Só *eu*] sei o que sofri!
b. *[Só [-]] sei o que sofri![33]

(iii) as orações imperativas com sujeito focalizado contrastivamente:

(72) a. A – Atende o telefone!
B – Atende *tu*!
b. *A – Atende o telefone.
B – Atende [-]!

(iv) as frases com inversão entre o sujeito e o verbo, em que o sujeito é focalizado, contrastando com outras entidades:

(73) a. Às três horas, chegou a Ana, às cinco horas, a Laura, e às seis, cheguei *eu*.
b. *Às três horas, chegou a Ana, às cinco horas, a Laura, e às seis, cheguei [-].

(v) as respostas a orações interrogativas que incidem sobre o sujeito, correspondendo este a informação nova:

(74) A – Quem quer casar com a carochinha?
B – a. (Quero) *eu*!
b. *Quero [-]!

43.4.3 Sujeito pronominal nulo vs. sujeito pronominal expresso em orações independentes e em orações coordenadas

Nos contextos em que um pronome nulo e um pronome expresso com função de sujeito podem alternar em orações independentes, a escolha de uma ou outra forma obedece a determinados critérios de ordem pragmática ou discursiva.

Assim, as frases *vou para casa* e *eu vou para casa* não são absolutamente equivalentes do ponto de vista discursivo. Na segunda frase, está implícito o contraste entre o sujeito (*eu*) e outras entidades que poderiam realizar a mesma ação.

O emprego de um pronome expresso em vez de um pronome nulo pode corresponder a um uso mais expressivo, como em (75b):

(75) a. [-] Não acreditas nisso, pois não?
b. Tu não acreditas nisso, pois não?

[33] Esta frase é gramatical noutra interpretação: 'só sei o que sofri, não sei mais nada', em que *só* modifica o predicado.

Relativamente à terceira pessoa, um pronome expresso será usado preferencialmente nos contextos em que o sujeito é referencialmente distinto de outro constituinte anteriormente introduzido, ao passo que um pronome nulo será usado preferencialmente nos contextos em que os referentes são idênticos (cf. Cap. 41):

(76) a. Quando o João chegou a casa, ele pulou de alegria.
b. Quando o João chegou a casa, [-] pulou de alegria.

Assim, a frase (76a) tem preferencialmente uma leitura em que *o João* tem uma referência distinta do pronome *ele*, ao passo que a frase (76b) tem preferencialmente a leitura em que *o João* e o pronome nulo têm o mesmo referente.

Existe um outro tipo de contexto em que um sujeito nulo está sujeito a restrições. Em estruturas coordenadas, quando a flexão não o identifica de forma não ambígua[34], o sujeito nulo é normalmente interpretado como estando referencialmente dependente do sujeito do primeiro membro da coordenação, como em (77a). Em contrapartida, o sujeito do segundo termo de uma coordenação não é geralmente nulo se for referencialmente distinto do sujeito do primeiro membro da coordenação, como se ilustra em (77b); em particular, quando o pronome é expresso, a leitura não dependente é obrigatória, como se ilustra em (77c), em que *ele* não pode ter como antecedente *o Rui*:

(77) a. O Rui chegava a casa e [-] desatava a chorar. ([-] = o Rui; [-] ≠ eu, Pedro, etc.)
b. O Rui chegava a casa e eu desatava chorar.
c. O Rui chegava a casa e ele desatava a chorar. (ele ≠ o Rui)

No entanto, é possível que o sujeito nulo tenha uma referência distinta do sujeito da primeira oração em contextos que favoreçam essa leitura. Assim, em (78), pode recuperar-se um antecedente distinto de *o Rui* (neste caso *a Ana*) através do contexto, embora a realização do pronome seja preferida:

(78) a. (A Ana naquele tempo estava com uma depressão enorme: não lhe apetecia sair, nem ler, nem ouvir música.) O Rui chegava a casa e [-] desatava a chorar sem saber porquê...
b. (A Ana naquele tempo estava com uma depressão enorme: não lhe apetecia sair, nem ler, nem ouvir música.) O Rui chegava a casa e *ela* desatava a chorar sem saber porquê...

Quando a forma verbal tem desinências que permitem identificar de forma não ambígua o sujeito, pode ocorrer com mais facilidade a forma nula do pronome:

(79) a. O Rui chegou a casa e [-] desatei a chorar.
b. O Rui chegou a casa e [-] pus-me a cantar.

No caso de primeira pessoa homófona com a terceira pessoa, é normalmente preferida a interpretação em que o sujeito nulo é referencialmente dependente do sujeito da primeira oração:

[34] Ou seja, com terceiras pessoas e nalguns casos de primeira pessoa, como no imperfeito do indicativo e no conjuntivo, por exemplo (cf. 43.4.1).

(80) a. O Rui chegava a casa e [-] punha a mesa. ([-] = ele; [-] ≠ eu)
b. O Rui chegava a casa e eu punha a mesa.

No entanto, se houver um contexto adequado, a leitura não dependente pode ser facilitada, embora a realização do pronome seja sempre preferida:

(81) (Dantes eu fartava-me de trabalhar, era uma verdadeira criada do Rui: fazia o almoço para o Rui levar.) Ele chegava a casa e [-] punha a mesa e [-] aquecia o jantar. ([-] = eu)

Se houver uma forma reflexa com traços de primeira pessoa, volta a ser possível a interpretação não dependente com sujeito nulo, ainda que a realização do pronome continue a ser preferida:

(82) a. ?O Rui chegava a casa e [-] punha-me a cantar.
b. O Rui chegava a casa e eu punha-me a cantar.

44 OBJETO NULO 2339
44.1 Objeto nulo vs. elipse parcial do predicado 2340
44.2 Objeto nulo vs. elipse do complemento oracional 2342
44.3 Objeto nulo vs. uso intransitivo de verbos transitivos 2343
44.4 Propriedades semântico-discursivas do objeto nulo 2344
44.5 Objeto nulo vs. outros casos de omissão de complementos 2347

44 OBJETO NULO

Em registos informais de língua oral e na língua escrita corrente pouco formal, ocorrem em português enunciados como os ilustrados nos fragmentos de diálogo apresentados em (1) e (2):

(1) A – Já encontraste *os livros de que andavas à procura*?
B – Já procurei [-] em todo o lado e não imagino onde possam estar. ([-] = os livros de que andava à procura)

(2) A – Não sei como aguentas ver *esse filme*!
B – Até nem acho [-] mau de todo. ([-] = esse filme)

Os complementos diretos dos verbos *procurar* e *achar* estão omissos nas respostas de B; para além disso, não existem, nessas respostas, antecedentes linguísticos que recuperem a sua referência. Contudo, os complementos diretos omitidos são interpretados pelos falantes como referencialmente idênticos (cf. Cap. 41) às expressões em itálico nas perguntas de A.

Num registo formal, quer oral quer escrito, optar-se-ia pela realização do complemento direto sob a forma de um pronome, como se exemplifica em (3) e (4):

(3) A – Já encontraste *os livros de que andavas à procura*?
B – Já *os* procurei em todo o lado e não imagino onde possam estar.

(4) A – Não sei como aguentas ver *esse filme*!
B – Até nem *o* acho mau de todo.

Casos de omissão do complemento direto do verbo como os ilustrados em (1) e (2) são instâncias de uma construção chamada **objeto nulo**[1].

Há, no entanto, outros contextos em que podem aparecer omitidos quer o complemento direto do verbo, quer outros tipos de complementos, e que devem ser distinguidos da construção de objeto nulo. Estas omissões ocorrem sobretudo em construções de elipse (cf. Cap. 45), como na **elipse parcial do predicado** (cf. (5) e Cap. 45.2.1) e na **elipse do complemento oracional**, em que o complemento

[1] Vários autores têm discutido esta construção no português europeu; cf., por exemplo, Raposo (1986, 1998), Duarte (1987), Matos (1992), Kato e Raposo (1996), Costa e Duarte (2003). Neste capítulo, representamos a omissão de constituintes (incluindo o objeto nulo) quer através da notação "[-]" quer através de uma rasura.

omitido é uma oração (cf. (6) e Cap. 45.2.2). Para além disso, o objeto nulo deve distinguir-se também do "uso intransitivo" de verbos transitivos (cf. (7) e Cap. 28)[2]. Para uma melhor interpretação dos exemplos, indicamos o complemento omitido, rasurando-o:

(5) a. O Pedro viu a Maria e a Ana também viu ~~a Maria~~.
b. O Pedro gosta de bolos e a Ana também gosta ~~de bolos~~.

(6) a. A – A Maria sempre foi entrevistada para aquele trabalho?
B – Não me parece ~~que a Maria tenha sido entrevistada para aquele trabalho~~.
b. A – Vais à praia?
B – Não creio ~~que vá à praia~~.

(7) a. Com o problema que tem, ele não devia fumar ~~cachimbo~~.
b. O Zé ainda não sabe ler ~~letras~~.
c. Já comeste ~~a comida~~?

Dada a diversidade de contextos em que, em português, um complemento do verbo pode ocorrer omitido sem antecedente que o recupere na mesma oração ou na mesma frase, é necessário identificar as propriedades que permitam caracterizar a construção de objeto nulo e distingui-la dos tipos de omissão apresentados em (5)-(7). Na descrição que se segue, mostrar-se-á que, embora, à primeira vista, todas estas construções envolvam omissão do complemento direto, elas têm propriedades diferentes, que as tornam distintas, o que permite compreender que algumas delas estejam disponíveis em línguas em que a construção de objeto nulo não está disponível.

Assim, nas secções seguintes, distinguiremos objeto nulo de outros casos de omissão de complementos de verbos, caracterizaremos os contextos em que ocorre aquela construção e discutiremos as propriedades semântico-discursivas dos complementos diretos que nela podem ser omitidos.

44.1 Objeto nulo vs. elipse parcial do predicado

Em enunciados como (8) e (9), omite-se o complemento direto do verbo *encontrar*. Contudo, estes exemplos têm propriedades e estruturas sintáticas diferentes – enquanto (8) é um exemplo de elipse parcial do predicado, (9) é um caso de objeto nulo:

(8) O João encontrou *os documentos secretos* e a Maria também encontrou [-]. [elipse parcial do predicado]

(9) A – O Pedro encontrou os *documentos secretos* no cofre do embaixador?
B – Não, encontrou [-] no cacifo do segurança. [objeto nulo]

Em primeiro lugar, a natureza e o número dos constituintes omitidos nestas construções é diferente; como se discute no Cap. 45.2.1, na elipse parcial do predicado omitem-se todos os constituintes do sintagma verbal (argumentos ou adjuntos

[2] Por motivos que se discutem em 44.3, a interpretação dos complementos omitidos em (7) não é necessariamente a indicada nas expressões rasuradas.

adverbiais) idênticos a constituintes de uma oração antecedente, à exceção de um verbo, seja este pleno, copulativo ou auxiliar. Em contrapartida, nos enunciados com objeto nulo omite-se tipicamente apenas o complemento direto nominal do verbo – compare-se (8) e (10) (que ilustram a elipse parcial do predicado) com (9) e (11) (que ilustram o objeto nulo):

(10) a. O João encontrou *os documentos secretos no cofre do embaixador* e a Maria também encontrou [-]. [elipse parcial do predicado] (SV = [$_{SV}$ encontrou ~~os documentos secretos no cofre do embaixador~~])

b. O João tinha *lido o livro ontem* e o Pedro também tinha [-]. [elipse parcial do predicado] (SV = [$_{SV}$ tinha ~~lido o livro ontem~~])

(11) a. O João encontrou *os documentos secretos* no cofre do embaixador e a Maria encontrou [-] no cacifo do segurança. [objeto nulo] ([-] = [$_{SN}$ os documentos secretos])

b. O João já tinha lido *o livro* ontem, mas o Pedro só leu [-] hoje. [objeto nulo] ([-] = [$_{SN}$ o livro])

Em segundo lugar, os contextos em que as duas construções podem ocorrer são distintos. Assim, p.e., a construção de elipse parcial do predicado pode ocorrer dentro de uma oração relativa, como se ilustra em (12); em contrapartida, a omissão do complemento direto na construção de objeto nulo dentro de uma oração relativa provoca um resultado não gramatical, como se ilustra (13)[3]:

(12) O João *deu esse livro à mulher ontem* e tenho outro amigo [$_{Or\ rel}$ que também deu [-]]. [elipse parcial do predicado]

(13) *O João deu *esse livro* à mulher ontem e tenho outro amigo [$_{Or\ rel}$ que deu [-] à namorada anteontem]. [objeto nulo]

Em terceiro lugar, o constituinte omitido na construção de objeto nulo pode ser recuperado por um antecedente linguístico, como acontece nos exemplos apresentados acima (cf., por exemplo, (1) e (2)), mas pode igualmente ser recuperado pragmaticamente a partir de uma entidade presente no contexto situacional, como ilustrado em (14); em contrapartida, o material linguístico omitido na elipse parcial do predicado só muito marginalmente pode ser recuperado pragmaticamente, como se mostra em (15):

(14) A (mencionando *um desenho* na mesa de trabalho de B) – Fizeste [-] sozinho?

(15) A (olhando para *um desenho* acabado na mesa de trabalho de B e querendo mencionar o seu próprio desenho) – *Eu também acabei [-].

[3] As orações relativas (cf. Cap. 39), as orações adverbiais (cf. Cap. 38) e as orações pré-verbais com função de sujeito (cf. Caps. 36 e 37) constituem contextos especiais, chamados "ilhas fortes" na literatura da gramática generativa; estes contextos apresentam restrições à aplicabilidade de toda uma série de processos gramaticais, especialmente aqueles caracterizados como "movimento sintático" (cf. também o Cap. 12, Caixa [4]). A sensibilidade do objeto nulo a estes contextos sugere que esta construção envolve movimento sintático de um constituinte correspondente ao complemento direto mas sem realização fonética (cf. Raposo 1986 e Duarte 1987).

Em quarto lugar, a elipse parcial do predicado exige paralelismo lexical, i.e., o verbo do antecedente linguístico e o verbo do complemento omitido têm de ser idênticos, o que não acontece com o objeto nulo, como se ilustra em (16), para a elipse, e em (17), para o objeto nulo (cf. Cap. 45 e Matos 1992):

(16) a. O Pedro *devorou* dois gelados ao pequeno-almoço e o João também devorou [-].
b. *O Pedro *devorou* dois gelados ao pequeno-almoço e o João também comeu [-].

(17) A – Ontem comprei *o último livro do Paul Auster*.
B – Já li [-] e achei [-] melhor do que o Timbuktu.

Em síntese: o constituinte omitido na construção de objeto nulo corresponde ao complemento direto do verbo e a sua referência pode ser recuperada por um antecedente discursivo ou por uma entidade presente no contexto situacional; a construção não pode ocorrer dentro de orações relativas[4] e não exige paralelismo lexical.

Estas quatro propriedades permitem classificar sem ambiguidade todos os exemplos desta secção ora como instâncias de objeto nulo, ora como instâncias de elipse parcial do predicado.

No entanto, existem enunciados que podem, genuinamente, ser considerados quer casos de objeto nulo quer casos de elipse parcial do predicado[5], como, p.e., as respostas abreviadas (cf. Cap. 45.2.7.1) em B nos exemplos de (18):

(18) a. (Numa livraria)
A – Achas que compre este livro?
B – Compra [-].
[$_{SN}$-] = este livro [objeto nulo]
SV = compra ~~este livro~~ [elipse parcial do predicado]
b. A – Viste o jornal?
B – Vi [-].
[$_{SN}$-] = o jornal [objeto nulo]
SV = vi ~~o jornal~~ [elipse parcial do predicado]

44.2 Objeto nulo vs. elipse do complemento oracional

Em português, é possível omitir o complemento oracional de certos verbos, como se exemplifica em (19) ("Or" designa a oração subordinada)[6]:

(19) A Maria quis *visitar o museu* mas eu não quis [-]. ([-] = [$_{Or}$ visitar o museu])

Esta construção, denominada elipse do complemento oracional, está restringida lexicalmente a certos verbos, como, p.e., *acreditar*, *conseguir* e *querer* (cf. Cap. 45.2.2).

---

[4] De um modo mais geral, o objeto nulo não pode ocorrer dentro dos contextos caracterizados como "ilhas fortes" (cf. Nota 3).

[5] Cf. Matos (1992) e Santos (2009).

[6] Esta possibilidade também existe noutras línguas românicas, como o francês (cf. Emonds 1978, Depiante 2000, 2001), o espanhol (cf. Brucart 1999a, Depiante 2000, 2001) e o italiano (cf. Depiante 2000, 2001).

Numa língua em que não só os verbos (semi)auxiliares, mas também os verbos plenos, legitimam a elipse parcial do predicado, como é o caso do português, é difícil distinguir esta construção da elipse do complemento oracional[7]. A distinção entre a elipse do complemento oracional e o objeto nulo é, no entanto, fácil de estabelecer. Assim, enquanto o constituinte omitido na primeira construção é um complemento oracional, na construção de objeto nulo, como vimos na secção anterior, o constituinte omitido é tipicamente um argumento nominal. Por outro lado, como se mencionou no parágrafo anterior, a elipse do complemento oracional apresenta restrições lexicais (cf. (20)):

(20) A – O Pedro sai hoje do hospital.
B – a. {Não creio/Duvido/Espero bem} [-]. ([-] = [$_{Or}$ que o Pedro saia hoje do hospital])
b. *{Penso/Creio/Acho} [-].

Em contrapartida, a construção de objeto nulo é possível com qualquer verbo que selecione um complemento direto.

44.3 Objeto nulo vs. uso intransitivo de verbos transitivos

Alguns verbos transitivos admitem aquilo que a tradição gramatical luso-brasileira chama "uso intransitivo" (cf. Bechara 1999:415), também chamado "uso absoluto" (cf. Cap. 28 e Lyons 1968). Assim, verbos transitivos como *cantar*, *comer*, *fumar* ou *ler* (cf. (21)) podem ocorrer sem complemento direto (cf. (22)):

(21) a. O Pedro já nem consegue ler *jornais*.
b. Não devias fumar *cigarros tão fortes*.
c. Sem os dentes da frente, o miúdo tem dificuldade em comer *maçãs*.
d. A Ana está rouca, por isso hoje não canta *o fado*.

(22) a. O Pedro já nem consegue *ler*.
b. Não devias *fumar*.
c. Sem os dentes da frente, o miúdo tem dificuldade em *comer*.
d. A Ana está rouca, por isso hoje não *canta*.

Embora em (22) esteja omisso o complemento direto nominal, este argumento omitido tem um comportamento distinto do do objeto nulo. Assim, nestes exemplos, a interpretação do complemento omitido é genérica; p.e., (22a) tem uma interpretação próxima de 'o Pedro já nem consegue ler seja o que for que possa ser lido' (porque está quase cego, por exemplo), (22b) significa algo como 'não devias fumar seja o que for que possa ser fumado' (cigarros, charutos, etc.), (22c), algo como 'sem os dentes da frente, o miúdo tem dificuldade em comer tudo o que possa ser comido' e (22d), 'a Ana está rouca, por isso hoje não canta coisa nenhuma' (nem fado, nem tango, nem hip hop, por exemplo). Ora, como observámos ao discutir a terceira propriedade do objeto nulo em 44.1, o argumento omitido nesta construção tem

[7] Cf. Cap. 45, Cyrino e Matos (2002, 2005, 2006a) e Santos (2009).

sempre a sua referência recuperada no contexto discursivo, como em (23a), ou no contexto situacional, como em (23b):

(23) a. O anarquista arrancou *o crucifixo* da parede e escondeu [-] atrás da porta. ([-] = o crucifixo)
b. A (apontando para o livro que B tem na mão) – Quando é que compraste [-]? ([-] = o livro)

Por outro lado, contrariamente ao objeto nulo, o uso intransitivo de verbos transitivos está lexicalmente restringido: verbos das mesmas classes sintático-semânticas e de significado semelhante aos de (21) e (22) não aceitam a omissão do complemento. É isso que os exemplos (24) mostram, se considerados isoladamente de qualquer contexto discursivo:

(24) a. *O Pedro já nem consegue *decifrar*.
b. *Não devias *inalar*.
c. *Sem os dentes da frente, o Tiago tem dificuldade em *devorar*.
d. *A Ana está rouca, por isso hoje não vai *entoar*.

Não havendo restrições lexicais na construção de objeto nulo, qualquer um dos verbos de (24) pode ocorrer nesta construção:

(25) a. O Rui escreveu *o texto* à pressa e, por isso, o Pedro decifrou ~~o texto~~ com dificuldade.
b. O Pedro expeliu *o fumo do cigarro* e tu inalaste ~~o fumo do cigarro~~ todo contente.
c. Se o Pedro come *pastéis de Belém* depressa, o Tiago então devora ~~pastéis de Belém~~ num ápice.
d. O Rui escreveu *a canção* e a Ana está a entoar ~~a canção~~ com imensas fífias.

Em síntese: o objeto nulo não impõe restrições lexicais sobre o verbo e exige um antecedente discursivo ou uma entidade saliente no contexto situacional, capaz de fixar a referência do argumento omitido, contrariamente ao que acontece com os complementos omitidos no uso intransitivo de verbos transitivos.

44.4 Propriedades semântico-discursivas do objeto nulo

O complemento direto omitido na construção de objeto nulo é tipicamente um sintagma nominal definido, como o leitor pode observar nos exemplos apresentados até aqui. No entanto, podem igualmente ser omitidos complementos diretos constituídos por sintagmas nominais indefinidos (cf. (26)), sintagmas nominais quantificados (cf. (27)) e sintagmas nominais reduzidos simples (cf. (28))[8]:

(26) A – No teu sonho, viste *um unicórnio* onde?
B – Vi [-] no meu jardim.

(27) A – Encontraste *muitas conchas*?
B – Encontrei [-] num baú que estava esquecido no sótão.

[8] Há línguas que apenas admitem a omissão do complemento direto quando este não é definido, como, p.e., o espanhol (cf. Campos 1986).

(28) A – Compraste *café*?
B – Comprei [-] na loja que está a fazer uma promoção de arábica.

Embora o objeto nulo em português não dependa do tipo semântico da expressão nominal, existe uma propriedade da qual por vezes depende a gramaticalidade da construção. Essa propriedade é a animacidade (cf. Cap. 25), a qual opera em dois contextos distintos.

O primeiro contexto diz respeito aos casos em que o antecedente do complemento direto omitido pertence à mesma frase. Neste contexto, para a generalidade dos falantes do português europeu, a omissão de um complemento direto semanticamente animado determina a marginalidade ou mesmo a agramaticalidade da frase (cf. (29)); pelo contrário, se o complemento omitido não for animado, a frase é plenamente gramatical, como mostram os exemplos de (30):

(29) a. ??Se achas que *a Maria* é uma chata, eu não convido [-] para a festa.
b. *Quando encontro *o Pedro*, beijo [-] com ternura.

(30) a. Se achas que *esse livro* é chato, eu não compro [-] para a Maria.
b. Quando encontro *uma gralha*, corrijo [-] imediatamente.

No entanto, sempre que a identificação do referente do complemento direto omitido é assegurada pelo contexto situacional ou por um antecedente linguístico exterior à frase em que ocorre o objeto nulo, a restrição de animacidade não opera, como se pode observar em (31):

(31) a. A (olhando para a fotografia de um rapaz na secretária de B) – Conheceste [-] em Itália?
b. A – E a Ana?
B – Encontrei ontem [-] na exposição da Paula Rego.

O segundo contexto diz respeito aos casos em que é omitido um complemento direto dentro de um dos contextos mencionados na Nota 3, como, p.e., uma oração relativa ou uma oração subordinada adverbial. Como observámos anteriormente ao discutir os exemplos (12) e (13), quando ocorre nesses contextos, o objeto nulo é rejeitado pela maioria dos falantes portugueses. Contudo, alguns falantes do português europeu e a maioria dos falantes do português brasileiro aceitam o objeto nulo nestes contextos se o constituinte omitido não for animado; em contrapartida, rejeitam-no quando é animado – veja-se o contraste entre (32a) e (32b)[9]:

(32) a. A – E então, *o carro novo*?
B – A minha mulher está furiosa porque comprei [-] sem ela saber.
(marginal em PE, aceite em PB)
b. A – E então, *a Maria*?
B – A minha mulher ficou furiosa porque eu beijei [-] na festa.
(rejeitado tanto em PE como em PB)

[9] Em (32), o contexto em que ocorre o objeto nulo é o de uma oração subordinada adverbial (cf. a Nota 3). Comparem-se os exemplos (B) com os seguintes, aceitáveis, em que o complemento direto é realizado como pronome: *a minha mulher está furiosa porque o comprei sem ela saber*, *a minha mulher ficou furiosa porque eu a beijei na festa* e *não conheço o mecânico que o arranjou rapidamente*.

c. A – E então *o carro novo*?
B – Não conheço o mecânico que arranjou [-] rapidamente.
(rejeitado em PE, aceite em PB)

Finalmente, como se referiu acima, o complemento omitido na construção de objeto nulo precisa de ser recuperado discursiva ou situacionalmente. Por outras palavras, do ponto de vista informacional, o objeto nulo exprime sempre informação dada, i.e., disponível e acessível (cf. Caps. 12, 34 e 50). Assim, em (33b), o complemento direto de *guardar* não pode ser omitido, uma vez que o seu antecedente já não se encontra acessível, porque foram introduzidos vários referentes novos desde a primeira ocorrência de *os óculos*:

(33) a. O Pedro tirou *os óculos* e guardou ~~os óculos~~ na gaveta.
b. *O Pedro tirou *os óculos*. Foi buscar um livro e fazer um café. Ligou a televisão e, finalmente, guardou ~~os óculos~~ na gaveta.

Em contrapartida, em (33a) e em (34), o complemento direto pode ser omitido, respetivamente, na segunda oração coordenada e na resposta, por corresponder a informação dada imediatamente antes, respetivamente, na primeira oração coordenada e na pergunta:

(34) A – Quem comeu *o bolo todo*?
B – Comeu ~~o bolo todo~~ o João.

Este comportamento discursivo do complemento direto omitido na construção de objeto nulo tem paralelo com o que acontece em construções de tópicos marcados, em particular na topicalização (cf. Cap. 12); nesta construção, a referência do constituinte omitido é recuperada pelo tópico em posição inicial da frase. Ora, vários autores têm sugerido que o constituinte omitido na construção de objeto nulo está associado a um tópico sem realização lexical, cuja referência é estabelecida por um antecedente linguístico ou por uma entidade presente no contexto situacional[10]. De acordo com esta análise, (35Ba) e (35Bb) têm uma estrutura semelhante, representada, respetivamente, em (36a) e (36b):

(35) A – E *os óculos*?
B – a. *Os óculos*, o Pedro guardou [-] na gaveta.
b. O Pedro guardou [-] na gaveta.

(36) a. [$_{\text{tópico}}$ Os óculos] [$_{\text{comentário}}$ o Pedro guardou [-] na gaveta].
b. [$_{\text{tópico}}$ [-]] [$_{\text{comentário}}$ O Pedro guardou [-] na gaveta]. ([-] = os óculos)

O que distingue uma frase com topicalização de uma frase com objeto nulo é o facto de, na topicalização, o tópico ter realização fonética (lexical), contrariamente ao que sucede na construção de objeto nulo, na qual o tópico não é foneticamente representado, ainda que seja recuperado discursivamente ou situacionalmente.

[10] Cf. Huang (1984) para o chinês, Raposo (1986) e Duarte (1987) para o português europeu e Farrell (1990) para o português brasileiro.

Em síntese: no português europeu, a construção de objeto nulo apresenta as seguintes propriedades:

- Exige um antecedente discursivo ou situacional saliente e acessível.
- O constituinte omitido é um complemento direto nominal.
- Não ocorre em orações relativas ou subordinadas adverbiais (mais geralmente, nos contextos descritos na Nota 3).
- Não exige paralelismo lexical.
- Não é lexicalmente restrita.
- Os sintagmas nominais omitidos podem ser definidos, indefinidos, quantificados ou podem ser nomes simples.
- Quando o antecedente ocorre na mesma frase, obedece a uma restrição de animacidade.
- Do ponto de vista discursivo, pode ser caracterizada como uma construção de tópico marcado.

44.5 Objeto nulo vs. outros casos de omissão de complementos

Entre as propriedades do objeto nulo sintetizadas acima figura a natureza nominal do complemento omitido. Contudo, há verbos que selecionam complementos nominais introduzidos por preposições vazias de conteúdo semântico (cf. (37a) e Cap. 32); estes complementos têm características particulares, como seja a possibilidade de supressão da preposição em certas orações relativas não canónicas, chamadas "relativas com estratégia cortadora" (cf. (37b) e Cap. 39) e em estruturas de topicalização também não canónicas (cf. (37c) e Cap. 12). Para além disso, quando o complemento destes verbos é uma oração finita, a preposição não ocorre (cf. (37d,e)):

(37) a. Gosto *de cerveja* no verão.
b. Esta é a cerveja [$_{\text{Or rel}}$ ~~de~~ que eu gosto [-]].
c. ~~d~~Esta cerveja, eu gosto [-] bastante.
d. Gosto que passeies comigo na praia, ao pôr-do-sol.
e. *Gosto *de* que passeies comigo na praia, ao pôr-do-sol.

Ora, estes complementos introduzidos por preposições "vazias" podem ser omitidos na construção de objeto nulo, como se ilustra em (38) (cf. Farrell 1990):

(38) a. A – Gostas *de gelados*?
B – Só gosto [-] no verão. ([-] = de gelados)
b. A – Se te dói a cabeça, precisas *de uma aspirina*.
B – Obrigada, mas só preciso [-] se a dor não passar. ([-] = de uma aspirina)

[1] Em português, outros tipos de complementos do verbo podem igualmente ser omitidos, como, p.e., o complemento indireto, como se ilustra em (ia), e sequências formadas pelo complemento direto e pelo complemento indireto de verbos ditransitivos, como se ilustra em (ib) (cf. Costa e Duarte 2003):

(i) a. A – A Maria nunca obedece *aos pais*?
B – Obedece ~~aos pais~~ em casa e só responde torto ~~aos pais~~ em público.
b. O Pedro comprou *três prendas à avó*, mas só vai dar ~~[três prendas] [à avó]~~ no dia dos anos dela.

Repare-se que as omissões exemplificadas em (i) são aceitáveis quando ocorrem nos contextos de ilhas descritos na Nota 3, como se ilustra em (ii) (em que o material omisso ocorre numa oração subordinada adverbial):

(ii) a. A professora deu as notas *aos alunos* antes de o diretor entregar os diplomas ~~aos alunos~~.
b. O Pedro comprou *três prendas à avó* para a mãe entregar ~~três prendas à avó~~.

Assim, se os exemplos de (i) forem analisados como manifestando a construção do objeto nulo, será necessário considerar que só a omissão de um complemento direto nominal (sem outros complementos) obedece a todas as propriedades descritas no final da secção anterior.

No entanto, dada a existência de línguas que aceitam a omissão do complemento indireto mas não de um complemento direto, também é plausível concluir que os exemplos de (i) não constituem casos da construção do objeto nulo.

45 ELIPSE 2351
45.1 Propriedades gerais da elipse 2351
45.1.1 Elipse e recuperação do material omitido 2351
45.1.2 Contextos linguísticos de ocorrência da elipse 2357
45.1.3 Estrutura dos constituintes omitidos na elipse 2359
45.1.4 Natureza não focalizada dos constituintes omitidos na elipse 2361
45.2 Construções elípticas no domínio frásico 2362
45.2.1 Elipse parcial do predicado 2362
45.2.2 Elipse do complemento oracional 2366
45.2.3 Elipse polar da oração 2369
45.2.4 Elipse verbal 2371
45.2.5 Elipse parcial da oração interrogativa 2374
45.2.6 Elipse regressiva 2374
45.2.7 Respostas, perguntas e réplicas retificadoras abreviadas 2376
45.2.7.1 Respostas abreviadas 2376
45.2.7.2 Perguntas abreviadas 2378
45.2.7.3 Réplicas retificadoras abreviadas 2378
45.3 Elipse nominal 2379
45.3.1 Propriedades gerais da elipse nominal 2379
45.3.2 Legitimação semântica da elipse nominal 2381
45.3.3 Elipse nominal e uso pronominal dos especificadores do nome 2383
45.3.4 Restrições sobre o artigo definido na elipse nominal 2384
45.4 Observações finais 2385

45 ELIPSE

O objetivo deste capítulo é a caracterização dos fenómenos de **elipse**, ou seja, de omissão fonética de material linguístico que, no entanto, é recuperado semanticamente pelo ouvinte/leitor. Em 45.1, analisam-se as propriedades gerais da elipse; em 45.2 e 45.3, descrevem-se as construções que manifestam elipse; finalmente, em 45.4, apresenta-se uma síntese conclusiva.

45.1 Propriedades gerais da elipse

45.1.1 Elipse e recuperação do material omitido

Nos enunciados que proferimos ou com que nos deparamos, nem sempre a estratégia escolhida pelo falante ou pelo escritor comporta a realização fonética total das expressões linguísticas que este pretende comunicar. Frequentemente, omite-se material linguístico sem que essa omissão obste à transmissão integral dos conteúdos. Essa omissão chama-se **elipse** quando é semanticamente recuperável de modo explícito a partir de expressões linguísticas que ocorrem no mesmo enunciado ou num enunciado anterior (ou seja, no contexto discursivo), ou a partir do contexto situacional em que se insere o enunciado[1].

> [1] Na literatura gramatical, a **elipse** (do grego ἔλλειψι˝, em latim *ellipsis* 'omissão') distingue-se da **elisão** (do latim *elísio* 'ato ou efeito de eliminar'; cf. Lausberg [1949] 1967, Grevisse [1936] 1993, Quirk et al. 1985). A elipse é um fenómeno sintático que consiste na omissão de um ou mais itens lexicais que podem ser recuperados; a elisão, em contrapartida, designa tipicamente um fenómeno fonológico que envolve a supressão (ou seja, a não realização fonética) da vogal final de uma palavra quando a seguinte se inicia igualmente por vogal (cf. Cunha e Cintra 1984, Grevisse [1936] 1993, Garrapa 2009). No entanto, alguns autores usam o termo **elisão sintática** como sinónimo de elipse (p.e., Brucart 1987, 1999a). Um dos fatores que pode ter contribuído para este uso é a inexistência de um verbo "*elipsar*" correlato do nome *elipse*, e a utilização, em alguns estudos, do verbo *elidir* para ambos os fenómenos. Nesta Gramática, considera-se que a elipse é um fenómeno distinto da elisão.

[1] Desta definição resulta que o termo "elipse" se pode aplicar ambiguamente, tanto ao processo que leva à omissão dos constituintes, como ao resultado dessa omissão.

Comunicativamente, a elipse tem o objetivo de evitar a repetição redundante ou a explicitação de material linguístico facilmente inferível. Assim, nas frases em (1), (2) e (3) é possível recuperar material linguístico não realizado (nos exemplos, a elipse é representada por "[-]"):

(1) a. Ela perguntou se alguém já tinha lido o jornal, mas ninguém tinha [-].
b. Pensamos muito na Rita, e em vocês também [-].
c. Embora não saibamos quando [-], vamos visitar-te.
d. Os adultos falavam de trabalho e as crianças [-] das férias.
e. Ao fundo da avenida viras na primeira rua à direita. Ou antes, [-] na primeira travessa à esquerda!
f. O João comprou [-], e a Ana leu, o jornal.

(2) a. (Alguém bate à porta e pergunta:) – Posso [-]?
b. (A criança, depois de atirar a fruta ao chão, prepara-se para fazer o mesmo à sopa. A mãe adverte-a com ar firme:) – A sopa não [-]!

(3) a. O carro, quando [-] mal estacionado, ocupa a garagem toda.
b. Irei ver-te logo que [-] possível.

O material omitido é geralmente recuperado a partir de uma das seguintes estratégias: (i) por identidade com material linguístico explicitamente realizado que surge noutro lugar da frase ou num enunciado anterior, como nos exemplos em (1); (ii) a partir de aspetos salientes do contexto situacional em que as frases são produzidas, como em (2); (iii) por reconstrução de um item lexical gramaticalmente inferível a partir da estrutura linguística em que ocorre, como acontece em (3)[2]. Em (4), (5) e (6), apresentam-se os exemplos de (1), (2) e (3), respetivamente, explicitando o material omitido (em (4), coloca-se em itálico o material idêntico ao omitido)[3]:

(4) a. Ela perguntou se alguém já tinha *lido o jornal*, mas ninguém tinha ~~lido o jornal~~.
b. *Pensamos muito* na Rita, e em vocês também ~~pensamos muito~~.
c. Embora não saibamos quando ~~vamos visitar-te~~, *vamos visitar-te*.
d. Os adultos *falavam* de trabalho e as crianças ~~falavam~~ das férias.
e. Ao fundo da avenida *viras* na primeira rua à direita. Ou antes, ~~viras~~ na primeira travessa à esquerda!
f. O João comprou ~~o jornal~~, e a Ana leu *o jornal*.

(5) a. – Posso ~~entrar~~?
b. – A sopa não ~~se atira ao chão~~.

(6) a. O carro, quando ~~está~~ mal estacionado, ocupa a garagem toda.
b. Irei ver-te logo que ~~seja~~ possível.

[2] A elipse de verbos copulativos representada pelos exemplos de (3) não é tratada neste capítulo (cf. Cap. 30).
[3] Para identificar os elementos omitidos na caracterização das construções elípticas, utilizaremos frequentemente a convenção de explicitar a rasurado as expressões que são alvo de elipse, como se faz em (4), (5) e (6). Ou seja, sem a rasura, estes exemplos representam uma estrutura "pré-elíptica" dos exemplos correspondentes de (1) a (3); p.e., (4a), sem rasura (ou seja, *ela perguntou se alguém já tinha lido o jornal, mas ninguém tinha lido o jornal*), é a estrutura pré-elíptica do exemplo (1a).

Para designar o material omitido por elipse, utilizamos nesta Gramática o adjetivo "elíptico" quando nos reportamos a uma expressão, palavra, oração ou constituinte elidido (rasurado, na representação), conforme o caso. Assim, p.e., em (1f)/(4f), o constituinte elíptico é o sintagma nominal *o jornal* (rasurado em (4f)). Por sua vez, para designar o constituinte ou oração que, dentro da frase global, contém o material elíptico, utilizamos o adjetivo "hospedeiro". O hospedeiro é tipicamente uma oração coordenada (cf. Cap. 35), como em (7), uma oração subordinada (completiva (cf. Cap. 36), como em (8), ou adverbial (cf. Cap. 38), como em (9)), ou um sintagma nominal, como em (10) (nos exemplos seguintes, coloca-se o constituinte hospedeiro entre parênteses retos):

(7) Os adultos falavam de trabalho e [as crianças ~~falavam~~ das férias].

(8) a. Ela gosta do Pedro e penso [que a Ana também ~~gosta do Pedro~~].
b. Embora não saibamos [quando ~~vamos visitar-te~~], vamos visitar-te.

(9) Eu vou-me embora [logo que tu quiseres ~~que eu me vá embora~~].

(10) Temos de comprar lápis novos, porque [os ~~lápis~~ velhos] já estão gastos.

Quando as expressões elípticas são recuperadas por identidade com material linguístico que ocorre na mesma frase, ou num enunciado anterior, diz-se que essas expressões (realizadas) são o **antecedente da elipse** (sobre a noção de antecedente, cf. Caps. 34 e 41). Assim, por exemplo, em (1a)/(4a), o constituinte *lido o jornal* da primeira oração coordenada é o antecedente da expressão omitida na segunda oração. Na maioria dos exemplos ilustrativos que damos ao longo do texto, o antecedente é colocado em itálico[4].

O termo "antecedente" tem em linguística um significado mais geral do que aquele que apresenta no léxico quotidiano, sendo usado não só quando a expressão realizada precede a omitida, mas também quando a segue. No primeiro caso, diz-se que a elipse é **anafórica** (em sentido estrito); no segundo, que é **catafórica** ou **regressiva** (cf. Caps. 34 e 41). Assim, os exemplos (1a), (1b), (1d) e (1e) exibem elipses anafóricas, e (1c) e (1f) elipses catafóricas ou regressivas.

O padrão de ordem mais comum nas construções elípticas em português é aquele em que o antecedente precede o constituinte elíptico, ou seja, em que a elipse é anafórica. As elipses catafóricas são menos frequentes e apresentam usualmente variantes anafóricas, como mostram as frases (11) e (12):

(11) a. Embora não saibamos quando [-], *vamos visitar-te*.[5]
b. Se tu não tivesses [-], teríamos nós *dito isso*.
c. Visto que podes [-], deves *praticar desporto todo o ano*.

[4] Por vezes, utilizamos também o termo "antecedente" para designar o constituinte ou oração que contém o material linguístico idêntico (i.e., o material antecedente em sentido estrito). Em princípio, o contexto destes usos deverá ser suficiente para evitar qualquer ambiguidade. Caso contrário, mencionamos explicitamente o sentido pretendido.

[5] Em (11a) e (12a), quer o antecedente quer o constituinte elíptico contêm um sujeito nulo (cf. Cap. 43), neste caso equivalente a *nós*.

(12) a. *Vamos visitar-te*, embora não saibamos quando [-].
b. Nós teríamos *dito isso*, se tu não tivesses [-].
c. Deves *praticar desporto todo o ano*, visto que podes [-].

Reforçando o estatuto mais "canónico" da elipse anafórica, existem algumas construções elípticas, como as ilustradas em (1b), (1d) e (1e), repetidas em (13), que excluem a possibilidade de o material elíptico preceder o antecedente:

(13) a. *Pensamos muito* na Rita e em vocês também [-]. (vs. ***em vocês* [-] *e pensamos muito na Rita também*)
b. Os adultos *falavam* de trabalho e as crianças [-] das férias. (vs. ***as crianças* [-] *das férias e os adultos falavam de trabalho*)
c. Ao fundo da avenida *viras* na primeira rua à direita. Ou antes, [-] na primeira travessa à esquerda! (vs. *[-] *na primeira travessa à esquerda. Ou antes, ao fundo da avenida viras na primeira rua à direita*)

A noção de antecedente é fundamental na caracterização das construções de elipse. Ainda que não expresso, o material linguístico elíptico é interpretado como tendo uma estrutura, no essencial, idêntica à do seu antecedente. Como veremos no decorrer do capítulo, a estrutura interna do antecedente é um dos fatores que serve de base ao estabelecimento das diferentes construções de elipse que existem em português.

Contudo, para que a recuperação da elipse se possa verificar, não é necessário que a identidade entre a expressão antecedente e a omitida seja completa. Estas podem divergir entre si nalguns aspetos gramaticais, nomeadamente quanto às marcas de pessoa, género e número, como se ilustra em (14) (para a pessoa e o número):

(14) a. A Ana *foi* ao cinema, e nós ~~fomos~~ ao concerto.
b. A – *Gosto muito de ti*!
B – Eu também ~~gosto muito de mim~~!

Em (14a), o verbo antecedente está flexionado na terceira pessoa do singular, mas o verbo elíptico é interpretado na primeira pessoa do plural. Neste caso, a recuperação de uma forma verbal diferente é requerida sintaticamente pelo contexto linguístico local (i.e., a própria oração coordenada que contém a elipse), visto que o pronome sujeito de primeira pessoa do plural *nós* obriga a que a forma verbal omitida concorde na pessoa/número desse pronome. Em (14b), o pronome pessoal que ocorre no antecedente é de segunda pessoa do singular (*ti*), mas o pronome pessoal da expressão elíptica pode ser recuperado na primeira pessoa do singular (*mim*)[6]. Neste caso, a recuperação evidencia uma estratégia pragmática, em que B opta por atribuir relevância não à forma do pronome na fala de A, mas à referência que lhe é atribuída por A (ou seja, o próprio interlocutor B).

[6] Ou seja, na interpretação relevante para esta discussão, B quer dizer que também gosta muito dele próprio. Este diálogo pode, evidentemente, ter outra interpretação (talvez a mais acessível, para alguns falantes), em que B quer dizer que também gosta muito de A. Nesse caso, o pronome contido na expressão elíptica é formalmente idêntico ao pronome contido no antecedente (ou seja, *ti*).

Considerem-se agora os seguintes exemplos de coordenação oracional, nos quais o predicado da segunda oração é elíptico, ou contém o material elíptico, em que o antecedente é o predicado da primeira oração (entre parênteses retos) ou está contido nele, e esse predicado contém um pronome pessoal ou possessivo (sublinhado)[7]:

(15) Na eleição para a Associação de Estudantes, a Paula [*votou nela própria*], mas os colegas não [-].

(16) O Pedro [ofereceu um livro *aos seus amigos*] e a Maria ofereceu um disco [-].

(17) O Luís [preocupa-se demasiado *com os problemas dele*] e eu também [-].

Nestas frases, a interpretação do pronome recuperado dentro do material elíptico da segunda oração coordenada, correspondente ao que está sublinhado na primeira oração coordenada, pode depender tanto do sujeito da primeira oração coordenada, como do sujeito da segunda oração coordenada. No primeiro caso, a referência desse pronome elíptico é a mesma do pronome no antecedente; no segundo caso, a referência do pronome elíptico é distinta da referência do pronome no antecedente. Estas diferentes interpretações ilustram-se nas seguintes paráfrases da segunda oração coordenada dos exemplos (15)-(17):

(18) a. Os colegas não votaram *nela* (isto é, na Paula).
b. Os colegas não votaram *em si próprios*.

(19) a. A Maria ofereceu um disco aos amigos *do Pedro*.
b. A Maria ofereceu um disco aos *seus próprios* amigos.

(20) a. Eu também me preocupo com os problemas *dele* (i.e., com os problemas do Luís).
b. Eu também me preocupo com os *meus* problemas.

Quando o pronome pessoal ou possessivo recuperado na expressão elíptica designa a entidade denotada pelo pronome na expressão antecedente (ou seja, o sujeito da primeira oração coordenada), diz-se haver **identidade precisa** ou **estrita** entre os dois; quando esse pronome designa não a entidade referida pelo pronome antecedente, mas sim a entidade referida pelo sujeito da oração em que ocorre a elipse, diz-se que há **identidade imprecisa** entre os dois pronomes. Assim, as paráfrases (a) de (18)-(20) explicitam as interpretações de identidade precisa dos pronomes recuperados no constituinte elíptico de (15)-(17), ao passo que as paráfrases (b) desses exemplos explicitam as interpretações imprecisas desses pronomes. Nos casos de interpretação de identidade imprecisa, a alteração da referência do pronome elíptico corresponde também a uma alteração nas marcas gramaticais (omissas) de pessoa, género e número[8].

Contrariamente às marcas gramaticais de pessoa, número ou género nos verbos e nos pronomes, há outras marcas gramaticais que não admitem alteração numa

[7] Cf. Sag (1980) e Fiengo e May (1994).
[8] De modo semelhante, a interpretação do pronome elíptico de (14bB), discutida acima no texto, é uma interpretação de identidade imprecisa, sendo a interpretação alternativa descrita na Nota 6 uma interpretação de identidade estrita.

expressão elíptica, mesmo em presença de material relevante no contexto linguístico local que poderia, *a priori*, permitir uma recuperação desse conteúdo diferente. Assim, nos casos em que a elipse afeta o verbo, o tempo verbal deste tem de ser idêntico ao do verbo antecedente (ou contido no antecedente), como mostram os contrastes de (21) e de (22):

(21) a. A Ana *sai* hoje e eu [-] amanhã.
b. *A Ana *saiu* ontem e eu [-] amanhã.

(22) a. *Fomos ao cinema* hoje e ontem também [-].
b. **Fomos ao cinema* hoje e amanhã também [-].

A não gramaticalidade dos exemplos (b) de (21)-(22) deve-se ao facto de o tempo do verbo no material elíptico ter de ser o mesmo do verbo no antecedente, o que é incompatível com a presença do advérbio temporal de futuridade *amanhã* (cf. ***a Ana saiu ontem e eu saí amanhã*, ***fomos ao cinema hoje e amanhã também fomos*). Exemplos como (21b) e (22b) mostram que a presença do advérbio no contexto local da elipse não é suficiente para permitir a recuperação do tempo verbal presente ou futuro que seria compatível com o advérbio (cf., respetivamente, *a Ana saiu ontem e eu saio/sairei amanhã* e *fomos ao cinema hoje e amanhã também vamos/iremos*)[9].

Se algumas marcas gramaticais, como pessoa, género e número, podem, por vezes, variar na expressão elíptica e na expressão antecedente, o mesmo não sucede com o conteúdo lexical dos elementos, cuja identidade tem de ser preservada. Assim, nos exemplos (14a) e (14b) acima, os verbos recuperados são, respetivamente, *ir* e *gostar*, não *assistir* ou *precisar* (entre outros que se poderiam mencionar), apesar de tanto *assistir* como *precisar* poderem ocorrer em frases estruturalmente idênticas (cf. *nós assistimos ao concerto* e *eu também preciso muito de ti/mim*) que, nesse contexto, também seriam congruentes, quer semântica quer pragmaticamente.

Na oração ou constituinte hospedeiro da elipse, nem todos os elementos são omitidos. Dá-se o nome de **material remanescente** às palavras ou constituintes que permanecem realizados no hospedeiro. Assim, nos exemplos (15)-(17), são remanescentes as seguintes expressões: em (15), o sujeito *os colegas* e o advérbio *não*; em (16), toda a oração hospedeira excetuando o complemento indireto (i.e., o sujeito *a Maria*, o verbo *ofereceu* e o complemento direto *um disco*); e em (17), o sujeito *eu* e o advérbio *também*.

> [2] A omissão de uma expressão nem sempre é caracterizada como elipse em linguística. Em particular, o sujeito nulo (cf. Cap. 43) e o objeto nulo (cf. Cap. 44), ilustrados em (i) e (ii), ainda que tradicionalmente incluídos na elipse, não são atualmente concebidos como tal:
>
> (i) a. [-] Encontrámos uma casa para alugar com um preço acessível.
> b. Os rapazes disseram [que [-] estavam à nossa espera].
>
> (ii) A bibliotecária pegou nos livros e guardou [-] na estante.

[9] Como veremos adiante, diferentemente do que acontece com o tempo verbal, é possível a variação de modo entre o verbo antecedente e o elíptico (cf., por exemplo, (24), em que o antecedente verbal ocorre no indicativo e o verbo elíptico é recuperado no conjuntivo).

Do mesmo modo, não são considerados elípticos os usos intransitivos de certos verbos de atividade, nos quais se infere um complemento direto com um valor implícito culturalmente consagrado ('comida' com *comer*, 'cigarros' com *fumar*, 'álcool' com *beber*, etc.; cf. Cap. 28):

(iii) a. A criança não *come*.
b. Ele *fuma* mas não *bebe*.

Não se considera também haver elipse nas orações que apresentam constituintes opcionais, quando não existe um contexto linguístico que sirva de antecedente ou uma situação pragmaticamente saliente da qual se possa inferir o conteúdo do constituinte em causa. Por exemplo, o verbo *requisitar* seleciona opcionalmente um complemento indireto (que pode ser, p.e., *à bibliotecária*, em (iva), entre outras possibilidades) e pode ser modificado por adjuntos adverbiais locativos (como, p.e., *na biblioteca da faculdade*, em (ivb), entre outros). No entanto, o exemplo (ivc), sem esses constituintes, se corresponder a um enunciado isolado produzido fora de qualquer contexto, não contém qualquer elipse, visto que não é possível recuperar uma interpretação específica que lhes corresponda:

(iv) a. Os alunos requisitaram o livro (*à bibliotecária*).
b. Os alunos requisitaram o livro (*na biblioteca da faculdade*).
c. Os alunos requisitaram o livro.

45.1.2 Contextos linguísticos de ocorrência da elipse

As frases compostas formadas por coordenação (cf. Cap. 35) e justaposição (cf. Cap. 34), em especial as sequências justapostas de diálogo, são os domínios preferenciais da elipse. Para além destes, a elipse também ocorre, embora com mais restrições, em estruturas de subordinação (cf. Caps. 36 a 39). Todos estes domínios exibem as condições estruturais e a complexidade de conteúdo necessárias para a ocorrência do constituinte elíptico e da expressão que permite a sua interpretação, i.e., o seu antecedente, como ilustram os seguintes exemplos:

(23) Os ambientalistas *estão preocupados com o aquecimento global* e [alguns governantes também ~~estão preocupados com o aquecimento global~~].

(24) *Eu vou-me embora* [quando tu quiseres ~~que eu me vá embora~~].

(25) a. *Vais ao cinema*? Quando ~~vais ao cinema~~?
b. A – Alguém tem *assistido aos debates da Assembleia da República*?
B – Temos nós ~~assistido aos debates da Assembleia da República~~.

Em (23), a elipse ocorre numa estrutura de coordenação (o hospedeiro da elipse é o segundo termo oracional); em (24), a elipse ocorre numa estrutura de subordinação adverbial (o hospedeiro da elipse é a oração subordinada)[10]; e em (25), a elipse ocorre em frases justapostas, quer no enunciado de um só falante (cf. (25a)), quer num diálogo (cf. (25b)), sendo o hospedeiro da elipse a segunda frase.

[10] Neste exemplo, o constituinte elíptico (rasurado) é uma oração completiva finita (cf. Cap. 36) subordinada à forma verbal *quiseres* da oração adverbial temporal. Repare-se que se recupera também a conjunção integrante *que* que introduz a oração, bem como o tempo presente no verbo *ir* (que é o mesmo do antecedente); quanto ao modo, recupera-se o conjuntivo, determinado por *querer*, ainda que o antecedente esteja no indicativo.

As elipses com antecedentes linguísticos podem, no entanto, ocorrer em frases simples que também contêm o antecedente, desde que estejam reunidas as condições para a identificação do material elíptico. É o que acontece em (26), em que o material elíptico (rasurado) *trabalhos de restauro* ocorre no adjunto adverbial temporal da frase simples:

(26) Os *trabalhos de restauro* do palácio iniciaram-se antes d[os ~~trabalhos de restauro~~ das estátuas do jardim].

As diferentes construções de elipse (cf. 45.2 e 45.3) não surgem todas nos mesmos contextos. Assim, p.e., a elipse verbal (cf. 45.2.4) pode ocorrer em estruturas de coordenação, como se ilustra em (27), mas não pode ocorrer em sequências de justaposição frásica, como se ilustra em (28), ou em domínios de subordinação, como se ilustra em (29)[11]:

(27) a. [Nós *demos um livro* ao João] e [eles ~~deram um livro~~ à Maria].
b. [A Ana *telefonou* ao Pedro hoje] e [[-] ~~telefonou~~ ao António ontem].

(28) a. A – Nós *demos um livro* ao João.
B – *Eles ~~deram um livro~~ à Maria.[12]
b. A – A Ana *telefonou* ao Pedro hoje.
B – *[-] ~~Telefonou~~ ao António ontem.

(29) a. *Nós *demos um livro* ao João e acho [que eles ~~deram um livro~~ à Maria].
b. *Não sei se a Ana *telefonou* ao Pedro hoje ou [se [-] ~~telefonou~~ ao António ontem].

Há outros tipos de elipse, como a elipse polar da oração (cf. 45.2.3), que são possíveis em orações subordinadas completivas (cf. (30a)), mas não em orações subordinadas adverbiais (cf. (30b)):

(30) a. Ela *gosta do Pedro* e penso [que a Ana também ~~gosta do Pedro~~].
b. *Ela só *vê televisão* [quando tu também ~~vês televisão~~].

Tal como a elipse verbal (cf. (27)), também a elipse polar da oração pode ocorrer em estruturas de coordenação oracional, como se ilustra em (31):

(31) [Ela *vê televisão à noite*] e [nós também ~~vemos televisão à noite~~].

---

[11] Em (27b), (28bB) e (29b), o sujeito da segunda oração é um pronome nulo, representado por "[-]" (cf. Cap. 43), não fazendo, portanto, parte do material elíptico. Repare-se que, embora os exemplos de (29) contenham uma estrutura de coordenação, o hospedeiro da elipse é uma oração subordinada (respetivamente *que eles deram um livro à Maria* e *se* [-] *telefonou ao António ontem*).

[12] Note-se que é aceitável uma resposta próxima de (28aB), mas diferindo da deste exemplo por ter uma rutura melódica forte separando o primeiro constituinte em itálico do segundo:

(i) A – Nós demos um livro ao João.
B – (Não.) *Eles*. *À Maria*.

No entanto, (28aB) e (iB) não instanciam a mesma construção elíptica: enquanto em (28aB) se ilustra a impossibilidade de ocorrência da elipse verbal (cf. 45.2.4), (iB) manifesta uma réplica retificadora abreviada, uma construção elíptica com características distintas (cf. 45.2.7.3). Na elipse verbal (cf. (27)), contrastam-se duas situações que podem coexistir; p.e., em (27a), o facto de nós termos dado um livro ao João é compatível com o facto de eles terem dado um livro à Maria. Pelo contrário, no exemplo (i) desta nota, a intenção de B consiste precisamente em veicular que a situação expressa pelo seu enunciado (de eles darem um livro à Maria) exclui a situação do enunciado de A (de nós darmos um livro ao João), ou seja, o enunciado de B serve para retificar o enunciado de A.

De entre as estruturas formadas por mais do que uma oração, as frases compostas (i.e., as que instanciam coordenação) são especialmente propiciadoras da elipse. Assim, os tipos de elipse que ocorrem em estruturas subordinadas (cf. (32)) ocorrem também, geralmente, em estruturas de coordenação (cf. (33); nestes exemplos, coloca-se entre parênteses retos a oração hospedeira)[13]:

(32) a. O professor perguntou quem tinha *feito o trabalho*, embora de antemão soubesse [que ninguém tinha ~~feito o trabalho~~].
b. Eu não *queria sair* e acho [que a Ana também não ~~queria sair~~].
c. O governo afirma que *a retoma económica* já *arrancou*, [ainda que nós não saibamos quando ~~a retoma económica arrancou~~].

(33) a. O professor perguntou quem tinha *feito o trabalho*, mas [ninguém tinha ~~feito o trabalho~~].
b. Eu não *queria sair* e [a Ana também não ~~queria sair~~].
c. O governo diz que *a retoma económica* já *arrancou*, [mas quando (~~é que~~) ~~a retoma económica arrancou~~]?

O inverso, no entanto, não é verdadeiro: ou seja, nem todas as construções elípticas que surgem em estruturas de coordenação podem ocorrer livremente em estruturas de subordinação, como se ilustrou no contraste entre (27) e (29).

As orações comparativas (cf. Cap. 40) merecem um destaque especial por admitirem construções elípticas que podem surgir também quer em estruturas de coordenação quer em estruturas de subordinação, como a elipse parcial do predicado (cf. (34a); comparar com (32a) e (33a)). Estas orações admitem igualmente construções elípticas que caracteristicamente só figuram em domínios de coordenação, como a elipse verbal (cf. (34b); comparar com (27) e (29))[14]:

(34) a. Nós temos *feito mais trabalhos* [do que o Pedro tem ~~feito (uma quantidade *x* de trabalhos)~~].
b. Eles *deram menos livros* ao João [do que nós ~~demos (uma quantidade *x* de livros)~~ à Maria].

Em suma, a associação, correntemente estabelecida, entre a elipse e as estruturas de coordenação, embora não seja destituída de fundamento, não pode ser tomada como exclusiva, porque as construções elípticas figuram igualmente em frases simples e em frases formadas por subordinação ou por justaposição (nomeadamente em contextos de diálogo).

45.1.3 Estrutura dos constituintes omitidos na elipse

O material elíptico, ainda que não foneticamente realizado, possui tipicamente uma estrutura sintática interna, podendo corresponder a um constituinte complexo, inclusive oracional. Assim, p.e., o material elíptico de (35a) corresponde a

[13] Nestes paradigmas, os exemplos (a) ilustram a elipse parcial do predicado (cf. 45.2.1), os exemplos (b) a elipse polar da oração (cf. 45.2.3) e os exemplos (c) a elipse parcial da oração interrogativa (cf. 45.2.5).
[14] Nalgumas análises, as estruturas comparativas são aproximadas das estruturas coordenadas (cf. Cap. 38 e também, entre outros, Hankamer 1973, Culicover e Jackendoff 1999, Lechner 1999, Matos e Brito 2002, 2008, Matos 2003c, Abeillé e Borsley 2006).

uma oração subordinada infinitiva (cf. (35b)), embora possa também corresponder a um pronome clítico "neutro" que retoma o conteúdo proposicional da oração antecedente (cf. (35c)); do mesmo modo, o material elíptico de (36a) corresponde a uma oração subordinada finita (cf. (36b)) ou a um pronome, clítico ou demonstrativo, que retoma o conteúdo proposicional da oração antecedente (cf. (36c); cf. Brucart 1999a, Depiante 2001, Cyrino e Matos 2006b):

(35) a. Ela *sai de casa* porque quer [-].
b. Ela *sai de casa* porque quer ~~sair de casa~~.
c. Ela *sai de casa* porque ~~o~~ quer.

(36) a. *A criança não vai à escola* porque está doente, e eu aprovo [-].
b. *A criança não vai à escola* porque está doente, e eu aprovo ~~que ela não vá à escola~~.[15]
c. *A criança não vai à escola* porque está doente, e eu aprovo~~-o~~/~~isso~~.

Em (37a), o material elíptico corresponde quer a um sintagma verbal (cf. (37b)) quer a uma locução verbal anafórica, formada pelo verbo *fazer* e um pronome clítico com a função de complemento direto, que denota o predicado antecedente (cf. (37c)):

(37) a. Os bombeiros *acorreram ao local do incêndio* e as populações locais também [-].
b. Os bombeiros *acorreram ao local do incêndio* e as populações locais também ~~acorreram ao local do incêndio~~.
c. Os bombeiros *acorreram ao local do incêndio* e as populações locais também ~~o fizeram~~.

Há casos, como (38a), em que o material elíptico inclui uma preposição regida pelo verbo da oração hospedeira, como se ilustra em (38b): a preposição *a*, regida por *recusar-se*, é omitida (compare-se com (38c), em que a preposição está obrigatoriamente presente quando não há elipse):

(38) a. Ele queria *passar férias no Brasil*, mas ela recusou-se [-].
b. Ele queria *passar férias no Brasil*, mas ela recusou-se {~~a passar férias no Brasil~~/~~a isso~~}.
c. Ele queria *passar férias no Brasil*, mas ela recusou-se {[a passar férias no Brasil]/[a isso]}.

O exemplo (38a) mostra, de novo, que o constituinte elíptico pode exibir estrutura interna: neste caso, um sintagma preposicional formado pela preposição *a* e pela oração (ou pronome) que essa preposição rege (cf. (38b,c)).

O material elíptico também pode corresponder a constituintes distintos, quer adjacentes, como em (39a), quer não, como em (39b,c):

(39) a. Ela põe [*açúcar*] [*no café*] e eu também ponho [~~açúcar~~] [~~no café~~].
b. A mãe *deu* um livro *à Maria* e o pai [~~deu~~] um telemóvel [~~à Maria~~].

[15] Note-se que o adjunto *porque está doente* pode ser opcionalmente recuperado juntamente com o material que obrigatoriamente constitui a oração, i.e., *que ela não vá à escola*.

c. Os *estudantes* de Linguística *da Universidade de Lisboa* jogaram contra os [~~estudantes~~] de Clássicas [~~da Universidade de Lisboa~~].

Em suma, na generalidade dos casos, o material elíptico tem uma estrutura interna complexa, sendo esta uma das propriedades que permite distinguir a elipse de outros tipos de omissão, como a omissão do sujeito e do complemento direto (cf., respetivamente, Caps. 43 e 44).

45.1.4 Natureza não focalizada dos constituintes omitidos na elipse

As elipses correspondem a material não realizado foneticamente e que, consequentemente, não pode receber acento. Do ponto de vista informacional, esta propriedade fonética tem um correlato: as expressões não acentuadas correspondem tipicamente a informação dada, partilhada pelos interlocutores, e não a informação nova interpretável como foco informacional, uma vez que este é usualmente marcado por um acento contrastivo (cf. Cap. 50). Consequentemente, o material elíptico nas construções com elipse corresponde a informação dada, não a informação nova[16].

A informação nova nas construções elípticas situa-se no material remanescente (ou seja, que é explicitamente realizado). Esta propriedade é bem evidente em exemplos como os seguintes, em que a oração hospedeira da elipse contém apenas o constituinte (sublinhado) que veicula informação nova e é interpretado como foco informacional (abstraindo da locução adverbial inicial em (41)):

(40) A – Quem *comprou o jornal*?
B – [~~Comprou o jornal~~ a Ana].

(41) Ao fundo da avenida *viras* na primeira rua à direita. Ou antes, [~~viras~~ na primeira travessa à esquerda]!

O exemplo (42) ilustra a mesma propriedade: ainda que os advérbios *também*, *sim* e *não* sejam tipicamente elementos com uma função focalizadora do material linguístico que introduzem, o constituinte elíptico introduzido por estes elementos corresponde claramente a informação dada, não focalizada, já apresentada no antecedente:

(42) a. Os livros *foram guardados* e as revistas também ~~foram guardadas~~.
b. Ela podia *ter resolvido a questão a contento de todos*; mas não ~~resolveu a questão a contento de todos~~!
c. Eu não *sei cozinhar*, mas tu, sim~~, sabes cozinhar~~!

A natureza não focalizada do material elíptico verifica-se igualmente nos casos em que este é inferível a partir do contexto situacional. Num exemplo como (43),

[16] Embora na maioria das construções elípticas o constituinte elíptico corresponda a informação previamente dada, existe um subconjunto restrito de construções deste tipo, que alguns autores designam como "elipses focais" (cf. Gretsch 2003, Duarte 2004), em que o constituinte elíptico corresponde a informação que não se encontra disponível no discurso anterior nem no contexto situacional, e que é apenas recuperável por informação posterior, implicitamente solicitada por um dos interlocutores ao outro, através de um silêncio, como ilustrado no exemplo seguinte:
(i) A – A salada prepara o Pedro, e a sobremesa prepara [-]...
B – A Maria.

o constituinte elíptico corresponde à expressão linguística esperada no contexto aí descrito e, consequentemente, constitui informação que o falante tem a expectativa de partilhar com o ouvinte (neste caso, a pessoa que está dentro de casa):

(43) (Alguém bate à porta, e pergunta:) – Posso ~~entrar~~?

45.2 Construções elípticas no domínio frásico

Nesta secção, caracterizam-se as principais construções de elipse que ocorrem em domínios frásicos[17].

45.2.1 Elipse parcial do predicado

A construção de **elipse parcial do predicado**[18] caracteriza-se pela omissão de todos os constituintes do predicado (ou seja, estruturalmente, do sintagma verbal) da oração hospedeira (argumentos e adjuntos adverbiais) idênticos a constituintes do predicado (do SV) da oração antecedente, à exceção de um verbo, seja este pleno, copulativo ou auxiliar (neste último caso, o verbo pleno é igualmente omitido)[19]. Nos casos mais típicos, que se ilustram em (44) e (45), o verbo realizado no predicado hospedeiro é o verbo flexionado em tempo, pessoa e número do predicado antecedente, em (45), o primeiro da sequência verbal[20]:

(44) a. A Ana [$_{SV}$ trouxe *o computador para a Faculdade hoje*] e a Paula também [$_{SV}$ trouxe ~~o computador~~ ~~para a Faculdade~~ ~~hoje~~].
b. A secretária [$_{SV}$ enviou *essas cartas aos clientes*] porque o patrão lhe disse para [$_{SV}$ enviar ~~essas cartas~~ ~~aos clientes~~].
c. A Maria [$_{SV}$ está *com gripe*] mas o irmão não [$_{SV}$ está ~~com gripe~~].

(45) a. A Faculdade não [$_{SV}$ tem *comprado muitos livros ultimamente*] mas a Biblioteca Nacional [$_{SV}$ tem ~~comprado~~ ~~muitos livros~~ ~~ultimamente~~].
b. A Ana só [$_{SV}$ vai *visitar os amigos* quando o Pedro [$_{SV}$ vai ~~visitar~~ ~~os amigos~~]].
c. A – [-] [$_{SV}$ Podes *trazer o computador para a Faculdade amanhã*]?
B – [-] [$_{SV}$ Posso ~~trazer~~ ~~o computador~~ ~~para a Faculdade~~ ~~amanhã~~].
d. As crianças [$_{SV}$ estão *a dormir*] e os pais também [$_{SV}$ estão ~~a dormir~~]!
e. As revistas ainda não [$_{SV}$ foram *catalogadas pela bibliotecária*], mas os livros já [$_{SV}$ foram ~~catalogados~~ ~~pela bibliotecária~~].

---

[17] Por serem excessivamente técnicos ou metafóricos, não usamos nesta Gramática os termos consagrados na literatura linguística para as construções de elipse, optando por designações alternativas mais transparentes; em nota de rodapé, referimos o nome por que essas construções são usualmente conhecidas na literatura.

[18] Esta construção é designada na literatura da linguística como "elipse do sintagma verbal" (cf. Raposo 1986, Matos 1992, Martins 1994b, Cyrino e Matos 2005).

[19] Designamos doravante o predicado que contém o material elíptico como **predicado hospedeiro** ou **sintagma verbal hospedeiro**, e designamos a oração que contém esse predicado como **oração hospedeira**; ao predicado que contém o material linguístico que serve de antecedente do material elíptico chamamos **predicado antecedente** ou **sintagma verbal antecedente**.

[20] Como se observa nos exemplos, o predicado hospedeiro da elipse parcial do predicado é frequentemente introduzido por um advérbio (como *já*, *não*, *também*, etc.), sobretudo quando a construção se manifesta em estruturas de coordenação. Para facilitar o processamento dos exemplos, deixamos estes advérbios fora dos parênteses que representam o sintagma verbal, ainda que estejam incluídos dentro do predicado (cf. Cap. 33).

Na elipse parcial do predicado, o verbo adjacente à elipse está sujeito a um requisito de identidade lexical relativamente a um dos verbos do predicado antecedente. Assim, os exemplos de (46) e (47) não são gramaticais, visto que o verbo do predicado hospedeiro é distinto do verbo do predicado antecedente:

(46) a. *A Ana [$_{SV}$ levou *o computador para a Faculdade*] e a Paula também [$_{SV}$ trouxe ~~o computador para a Faculdade~~]. (vs. *e a Paula também levou*)
b. *A secretária [$_{SV}$ enviou *essas cartas aos clientes*] porque o patrão lhe disse para [$_{SV}$ mandar ~~essas cartas aos clientes~~]. (vs. *porque o patrão lhe disse para enviar*)

(47) a. *A guerra [$_{SV}$ havia *devastado as culturas*] e a intempérie também [$_{SV}$ tinha ~~devastado as culturas~~]. (vs. *e a intempérie também havia*)
b. *Tu [$_{SV}$ hás de *ler esse livro*] e ele também [$_{SV}$ tem ~~de ler esse livro~~]. (vs. *e ele também há de*)
c. *A Maria [$_{SV}$ é *bonita*], mas a Joana não [$_{SV}$ está ~~bonita~~]! (vs. *mas a Joana não é*)
d. *A Maria [$_{SV}$ esteve *com gripe*] mas o irmão não [$_{SV}$ ficou ~~com gripe~~]. (vs. *mas o irmão não esteve*)

Embora sejam interpretáveis, estas frases não são aceitáveis, ainda que os predicados antecedente e hospedeiro sejam paralelos em praticamente todos os aspetos salvo a identidade dos seus verbos: (i) em (46), o verbo pleno de cada um dos predicados hospedeiros seleciona o mesmo tipo de complementos que o verbo pleno do predicado antecedente (tanto *levar* como *trazer*, em (46a), são verbos transitivos que selecionam um complemento direto e um complemento preposicionado, e tanto *enviar* como *mandar*, em (46b), são verbos ditransitivos); (ii) em (47a,b), o verbo auxiliar de cada um dos predicados hospedeiros seleciona no verbo seguinte uma morfologia verbal idêntica à selecionada pelo verbo auxiliar do predicado antecedente (tanto *haver* como *ter*, em (47a), são auxiliares de tempos compostos e selecionam o particípio passado na forma verbal seguinte, e tanto *haver* (*de*) como *ter* (*de*), em (47b), regem a preposição *de* e combinam-se com formas verbais no infinitivo); (iii) em (47c,d), tanto o verbo copulativo do predicado antecedente como o do predicado hospedeiro podem ocorrer com um predicativo do sujeito da mesma classe (adjetivos em (47c) e sintagmas preposicionais em (47d)). Para além disso, repare-se que, nos exemplos de (47), não há qualquer incongruência semântica entre o verbo auxiliar ou copulativo do predicado hospedeiro e o resto do predicado elíptico.

A presença no sintagma verbal hospedeiro de verbos auxiliares que não ocorrem no SV antecedente é admitida quando o verbo idêntico que se realiza lexicalmente é pleno, em vez de auxiliar, como se ilustra em (48):

(48) a. Ela [$_{SV}$ leva *o filho ao médico* quando [$_{SV}$ tem de **levar** ~~o filho~~ ~~ao médico~~]].
b. A polícia ainda não [$_{SV}$ pôde investigar *o caso*], mas [$_{SV}$ vai **investigar** ~~o caso~~ agora].

Nos casos em que o sintagma verbal antecedente apresenta uma perífrase verbal com mais do que um verbo auxiliar (cf. Cap. 29), apenas um deles, usualmente

o primeiro, é realizado no SV hospedeiro, sendo os restantes omitidos por serem idênticos a verbos auxiliares do SV antecedente (sublinham-se nos exemplos os verbos auxiliares no SV antecedente)[21]:

(49) a. Os bombardeamentos aéreos [$_{SV}$ têm *sido noticiados na televisão*] e os combates de rua também [$_{SV}$ têm ~~sido noticiados na televisão~~].
b. A – A criança [$_{SV}$ deve *estar a ficar doente*].
B – Pois [$_{SV}$ deve ~~estar a ficar doente~~].
c. Esses livros [$_{SV}$ devem *ter estado a ser requisitados pelos alunos*], mas não [$_{SV}$ deviam ~~ter estado a ser requisitados pelos alunos~~], pois só podem ser consultados na biblioteca.

Existem exemplos de elipse parcial do predicado em que o sintagma verbal hospedeiro contém mais do que um verbo lexicalmente realizado; nesse caso, apenas o último verbo da sequência verbal (i.e., o verbo adjacente ao material elíptico) tem de ser idêntico a um dos verbos do SV antecedente, como se ilustra em (50) (sublinha-se o verbo diferente e coloca-se em negrito o verbo realizado idêntico ao do SV antecedente):

(50) Os livros [$_{SV}$ têm estado *a ser constantemente requisitados*] e as revistas também [$_{SV}$ podiam **estar** ~~a ser constantemente requisitadas~~], se já tivessem sido catalogadas.

Inversamente, quando o sintagma verbal antecedente contém mais do que um verbo auxiliar, apenas um destes verbos, não necessariamente o primeiro nem o último, tem de ser idêntico àquele que se realiza no SV hospedeiro, como exemplificado em (51) – em (51a), o verbo que se realiza no SV hospedeiro (*foram*) é o último verbo auxiliar da perífrase verbal do SV antecedente; e, em (51b), o verbo do SV hospedeiro (*estão*) é o penúltimo verbo auxiliar da perífrase do SV antecedente:

(51) a. Os bombardeamentos aéreos [$_{SV}$ deviam ter sido *noticiados na televisão*] e não [$_{SV}$ foram ~~noticiados na televisão~~].
b. Esses livros [$_{SV}$ podiam ter estado a ser *requisitados pelos alunos*] e, efetivamente, [$_{SV}$ estão ~~a ser requisitados pelos alunos~~].

Nestes casos, os verbos auxiliares do sintagma verbal antecedente que precedem o auxiliar que é idêntico ao do SV hospedeiro não são recuperados no SV hospedeiro – assim, em (51a), nem *dever* nem *ter* são recuperados; e, em (51b), o mesmo acontece relativamente a *poder* e a *ter*.

Repare-se, no entanto, que os verbos do sintagma verbal antecedente que seguem o verbo auxiliar idêntico àquele que introduz o SV hospedeiro são, esses sim, recuperados no material elíptico: a forma verbal plena em (51a) (o particípio *noticiados*) e a sequência formada pelo auxiliar passivo seguido do particípio verbal, em (51b) (*ser requisitados*).

Todos os complementos do predicado antecedente têm de ser omitidos no predicado hospedeiro, como se verifica em (52) (comparar essa frase com *o Paulo*

[21] Como se verá, existem, no entanto, exemplos desta construção (cf. (51)) em que o verbo auxiliar do predicado antecedente idêntico ao verbo do predicado hospedeiro não é o primeiro.

tem oferecido livros de histórias aos filhos, mas a Ana não tem ~~oferecido livros de histórias aos filhos~~):

(52) *O Paulo [$_{SV}$ tem *oferecido livros de histórias* aos filhos], mas a Ana não [$_{SV}$ tem ~~oferecido livros de histórias~~ aos filhos].

Em particular, o predicado hospedeiro não pode conter complementos realizados que sejam diferentes dos complementos do antecedente, como se exemplifica em (53)[22]:

(53) a. ??O Paulo [$_{SV}$ tem *oferecido livros de histórias* aos filhos], mas não [$_{SV}$ tem ~~oferecido livros de histórias~~ aos sobrinhos].
b. *O Paulo [$_{SV}$ tem *oferecido* livros de histórias *aos filhos*], mas não [$_{SV}$ tem ~~oferecido~~ jogos ~~aos filhos~~].

Em contrapartida, os adjuntos do predicado antecedente não são necessariamente afetados pela elipse, como se ilustra em (54), onde ocorre explicitamente no predicado hospedeiro um adjunto da mesma área semântica mas com valor diferente daquele que ocorre no antecedente (compare-se com (55), em que os adjuntos são afetados pela elipse):

(54) a. O professor [$_{SV}$ falou *dessa obra* hoje], embora já [$_{SV}$ tivesse falado ~~dessa obra~~ ontem].
b. A Maria não [$_{SV}$ tem *comprado livros* na livraria Bertrand], mas [$_{SV}$ tem ~~comprado livros~~ na livraria Sá da Costa].

(55) a. O Pedro [$_{SV}$ tem *consultado muitos livros na biblioteca central*], mas o Luís não [$_{SV}$ tem ~~consultado muitos livros na biblioteca central~~].
b. Os alunos [$_{SV}$ foram *à biblioteca central hoje*] e o professor também [$_{SV}$ foi ~~à biblioteca central hoje~~].

A construção de elipse parcial do predicado pode ocorrer em todos os domínios frásicos: orações coordenadas (cf. (56a)), frases justapostas (cf. (56b)), orações subordinadas completivas (cf. (57a)), relativas (cf. (57b)) e adverbiais (cf. (57c)):

(56) a. [O Pedro [$_{SV}$ está *a estudar*]] e [o Paulo também [$_{SV}$ está ~~a estudar~~]].
b. A – O Pedro [$_{SV}$ está *a estudar*].
B – O Paulo também [$_{SV}$ está ~~a estudar~~].

(57) a. Como o Pedro tem *estado a estudar*, eu penso [$_{Or}$ que a Maria também [$_{SV}$ tem ~~estado a estudar~~]].
b. As revistas ainda não [$_{SV}$ foram *catalogadas*], mas há bastantes livros [$_{Or}$ que já [$_{SV}$ foram ~~catalogados~~]].
c. A Ana [$_{SV}$ vai *passar as férias ao Brasil*] [$_{Or}$ se tu [$_{SV}$ fores ~~passar as férias ao Brasil~~]].

[22] As seguintes frases, semelhantes às de (53), mas sem a ocorrência da forma auxiliar *tem* no predicado hospedeiro, são gramaticais: *o Paulo tem oferecido livros de histórias aos filhos, mas não aos sobrinhos* e *o Paulo tem oferecido livros de histórias aos filhos, mas não jogos*. Estas frases, no entanto, instanciam uma construção distinta da elipse parcial do predicado (cf. 45.2.3).

45.2.2 Elipse do complemento oracional

A **elipse do complemento oracional**[23] incide sobre o complemento oracional finito ou infinitivo de um verbo pleno ou semiauxiliar numa perífrase verbal (cf. Cap. 29)[24]. Estes dois casos são exemplificados, respetivamente, em (58) e (59) (sublinha-se o verbo que introduz o material elíptico):

(58) a. Eles pediram para *ir ao cinema hoje* mas a Maria não deixou [$_{Or}$ ~~que eles fossem ao cinema hoje~~].
b. Nós *trabalhamos tanto*, não porque gostemos ~~de~~ [$_{Or}$ ~~trabalhar tanto~~], mas porque precisamos ~~de~~ [$_{Or}$ ~~trabalhar tanto~~].

(59) a. A Maria não *consultou esse livro*, mas devia [~~consultar esse livro~~].
b. Há dez anos, a Maria começou a *ler Guerra e Paz*, mas ainda não está em vias de acabar ~~de [ler Guerra e Paz]~~.

Repare-se que a preposição que rege o complemento oracional infinitivo (cf. os exemplos (b) acima e os exemplos de (60)) também é afetada pela elipse.

A construção de elipse do complemento oracional tem semelhanças com a construção de elipse parcial do predicado (cf. 45.2.1); p.e., em ambos os casos, o predicado hospedeiro que resulta da elipse contém tipicamente uma só forma verbal[25]. No entanto, as duas construções são distintas.

Em primeiro lugar, contrariamente à elipse parcial do predicado, o verbo que introduz o complemento elíptico no predicado hospedeiro da elipse do complemento oracional não tem de ser idêntico – embora possa sê-lo – a qualquer verbo do predicado antecedente, como (58) e (59) mostram (p.e., em (58a), *pedir* e *deixar*, respetivamente).

Em segundo lugar, as duas construções diferenciam-se pela natureza do material elíptico: como se observou, a elipse do complemento oracional afeta orações, enquanto a elipse parcial do predicado incide sobre qualquer tipo de complementos de um verbo: oracionais, como em (60), mas também adjetivais (cf. (61a)), nominais e preposicionais (cf. (61b)) ou verbais (cf. (61c))[26]:

(60) a. A – [-] [$_{SV}$ Tens *de trabalhar durante todo o próximo fim de semana*]?
B – Sim, [$_{SV}$ tenho ~~de~~ [$_{Or}$ ~~trabalhar durante todo o próximo fim de semana~~]]!
b. Quando a Sónia chegou de Paris, o Luís [$_{SV}$ pensou *em convidá-la para jantar*], e eu confesso que também [$_{SV}$ pensei ~~em~~ [$_{Or}$ ~~convidá-la para jantar~~]].

(61) a. Eles [$_{SV}$ estão *contentes*], mas tu não [$_{SV}$ estás [$_{SA}$ ~~contente~~]].
b. A – [-] [$_{SV}$ Enviaste *as cartas aos clientes por correio prioritário*]?
B – [-] [$_{SV}$ Enviei [$_{SN}$ ~~as cartas~~] [$_{SP}$ ~~aos clientes~~] [$_{SP}$ ~~por correio prioritário~~]].
c. Eles [$_{SV}$ têm *trabalhado muito*], mas tu também [$_{SV}$ tens [$_{SV}$ ~~trabalhado muito~~]].

---

[23] Na literatura da linguística contemporânea, esta construção é conhecida pela designação de "anáfora do complemento nulo" (cf. Hankamer e Sag 1976, Depiante 2001, Cyrino e Matos 2006b, Gonçalves e Matos 2008, 2009).

[24] Ainda que o sintagma verbal pleno de uma perífrase verbal não seja propriamente um complemento do verbo auxiliar (no sentido em que se definiu "complemento" no Cap. 11; cf. também o Cap. 29), consideramos que estes dois casos ilustram a mesma construção, já que manifestam propriedades idênticas.

[25] Assim, p.e., Jackendoff (1972), um dos primeiros autores a estudar fenómenos de elipse, não distinguiu as duas construções. A distinção deve-se a Hankamer e Sag (1976).

[26] Em (61c), o material elíptico é o sintagma verbal pleno de uma perífrase verbal.

Em terceiro lugar, a elipse do complemento oracional difere da elipse parcial do predicado por admitir mais facilmente que o seu conteúdo seja estabelecido pelo contexto situacional:

(62) (Duas crianças jogam basquete. Uma delas encesta a bola, vira-se para a outra e diz:) – Agora é a tua vez de tentares [$_{Or}$ ~~encestar a bola~~].

Por fim, na elipse do complemento oracional, o verbo (omitido) do complemento elíptico pode apresentar diferenças estruturais que tenham a ver com a mudança de voz (ou diátese; cf. Cap. 13) entre a oração antecedente e o complemento elíptico, como se ilustra em (63):

(63) a. Os livros tinham de ser *transportados para a biblioteca* e todos os alunos se disponibilizaram ~~a transportar os livros para a biblioteca~~.
b. A mãe queria *ajudar a Ana*, mas esta recusou-se ~~a ser ajudada pela mãe~~.

Em (63a), o verbo do antecedente está na voz passiva, e em (63b), na voz ativa, mas o verbo reconstruído no material elíptico está, respetivamente, na voz ativa e na voz passiva. Na construção de elipse parcial do predicado, uma tal ausência de paralelismo produz resultados inaceitáveis, como atesta a impossibilidade de reconstruir o material elíptico em (64) na voz aí indicada[27]:

(64) a. *Os livros [$_{SV}$ estavam a ser *transportados para a nova biblioteca*] e todos os alunos [$_{SV}$ estavam ~~a transportar os livros para a nova biblioteca~~].
b. *A mãe acha que [$_{SV}$ devia *ajudar a Ana*], mas a Ana acha que [-] não [$_{SV}$ devia ~~ser ajudada pela mãe~~].

Porém, a elipse parcial do predicado e a elipse do complemento oracional nem sempre se distinguem. Assim, as frases em que o antecedente e o material elíptico são introduzidos pelo mesmo verbo (cf. (65)) podem ser analisadas como uma instância de uma ou da outra construção[28]:

(65) As crianças recusam-se *a comer sopa* porque tu também te recusas ~~a comer sopa~~.

Nem todos os verbos auxiliares podem introduzir o material elíptico na elipse do complemento oracional: é o caso de *ter* (*de*), *estar* (*a*) (cf. (66)) e dos auxiliares que selecionam o particípio passado no verbo seguinte (cf. (67)):

---

[27] Esta impossibilidade resulta em agramaticalidade para (64a). Em contrapartida, (64b) é gramatical mas não com a reconstrução do material elíptico aí indicada, que tem o verbo na voz passiva. O asterisco em (64b) indica, pois, que a frase não é interpretável com essa reconstrução. O exemplo é gramatical com a estrutura explicitada em (i), em que o verbo elíptico é reconstruído na voz ativa, mantendo o paralelismo com o verbo antecedente:
(i) A mãe acha que [$_{SV}$ devia *ajudar a Ana*], mas a Ana acha que [-] não [$_{SV}$ devia ~~ajudar a Ana~~].
Devido à diferença de voz no material elíptico, em (64b) o sujeito nulo da oração selecionada pelo verbo *achar* (representado por "[-]") tem como antecedente o sintagma nominal *a Ana*, ao passo que em (i) o sujeito nulo correspondente tem como antecedente o sujeito da primeira oração, *a mãe*. Ou seja, mesmo não sendo gramatical, a segunda oração coordenada de (64b) é parafraseável por 'mas a Ana acha que ela, Ana, não devia ser ajudada pela mãe', ao passo que a oração correspondente de (i) é parafraseável por 'mas a Ana acha que ela, a mãe, não devia ajudar a Ana'.

[28] Note-se que esta ambiguidade só surge com verbos que admitem a construção de elipse do complemento oracional. Assim, os exemplos (60) só podem ser interpretados como casos de elipse parcial do predicado, pois *ter* (*de*) e *pensar* não aceitam a primeira destas construções, como se mostra em (66a) e (68a,b).

(66) a. A – Precisas *de trabalhar no próximo fim de semana*?
B – *Sim, tenho ~~de trabalhar no próximo fim de semana~~!
b. *Ela pretende *trabalhar menos* e já está ~~a trabalhar menos~~.

(67) a. *Eles *trabalham muito*, mas tu também tens ~~trabalhado muito~~.
b. *No ano passado, *os professores* nunca *os repreenderam*, mas ontem eles foram ~~repreendidos pelos professores~~![29]

Também existem verbos plenos que não podem introduzir o complemento elíptico nesta construção; entre eles, contam-se *pensar* e *declarar* (cf. (68)):

(68) a. *Quando a Sónia chegou de Paris, o Luís *convidou-a para jantar*, e eu confesso que também pensei ~~em convidá-la para jantar~~.
b. **Ela conseguiu ganhar uma medalha nos jogos*, embora ninguém pensasse ~~que ela conseguiria ganhar uma medalha nos jogos~~.
c. *O Pedro *arranjou um emprego*. Ontem, quando chegou a casa, declarou, perante toda a família ~~que arranjara um emprego~~.

A elipse do complemento oracional não pode ocorrer em contextos de subida de um pronome clítico (cf. Caps. 29 e 42), i.e., quando o complemento elíptico corresponde a uma oração infinitiva e um pronome clítico complemento do verbo dessa oração se encontra foneticamente realizado, mas ligado ao verbo que introduz a oração infinitiva, como se ilustra em (69b) (comparar (69b) com a possibilidade de *a Joana devia-lhe telefonar*, a par de *a Joana devia telefonar-lhe*). Neste tipo de contexto, o pronome clítico tem de fazer parte do material elíptico, como em (69a) (cf. Depiante 2001, Gonçalves e Matos 2008, 2009):

(69) a. A Joana não *lhe telefonou*, mas devia ~~telefonar-lhe~~.
b. *A Joana não *lhe telefonou*, mas devia-lhe ~~telefonar~~.

[3] Não é inteiramente claro quais os verbos plenos que permitem introduzir a elipse do complemento oracional[30], havendo autores que sugerem que a ocorrência desta construção é aleatória e que deve ser vista como uma propriedade idiossincrática de alguns verbos[31]. Permitem a construção verbos de diferentes classes semânticas e com propriedades sintáticas diversas, entre os quais se encontram os seguintes[32]: (i) verbos plenos que exprimem uma atitude: *aceitar*, *aprovar*, *compreender*, *concordar* (*com*), *disponibilizar-se* (*a*), *duvidar* (*de*), *ousar*, *prontificar-se* (*a*), *queixar-se* (*de*), *recusar*, *recusar-se* (*a*), *tentar*; (ii) verbos de influência ou permissão: *autorizar* (*a*), *convencer* (*a*), *deixar* (*de*), *dissuadir* (*de*), *incitar* (*a*), *obrigar* (*a*), *persuadir* (*a*); (iii) verbos que exprimem sentimentos: *adorar*, *gostar* (*de*), *odiar*; (iv) verbos modais plenos: *necessitar* (*de*), *precisar* (*de*), *querer*; (v) verbos semiauxiliares modais: *dever*, *poder*; (vi) verbos

[29] Apesar de terem ambos a voz passiva na segunda oração coordenada, este exemplo é diferente de (64b), por ter explícito o verbo auxiliar *ser*, contrariamente a (64b), em que o auxiliar faz parte do material elíptico.
[30] Note-se, porém, que esta construção surge mais livremente em português do que noutras línguas românicas, em particular no espanhol. Assim, exemplos bem formados em português são marginais em espanhol:
(i) a. A mulher aprendeu russo, mas ele não conseguiu.
b. *Su mujer aprendió el russo, pero él no consiguió. (Brucart 1999a:2838)
[31] Vejam-se, entre outros, Hankamer e Sag (1976) e Brucart (1999a).
[32] Cf. Bosque (1984), Brucart (1999a) e Depiante (2001) para o espanhol.

semiauxiliares aspetuais: *acabar* (*de*), *começar* (*a*), *continuar* (*a*), *parar* (*de*), *voltar* (*a*). Os seguintes exemplos ilustram cada um destes casos[33]:

(i) a. *A lei aumentará a precariedade do emprego*, e os sindicatos não aprovam ~~que a lei aumente a precariedade do emprego~~.
b. Ela não queria *fazer o bolo*, mas eu obriguei-a ~~a fazer o bolo~~.
c. Tu gostas de *viajar*, mas o João odeia ~~viajar~~!
d. A Ana *pratica desporto* porque necessita ~~de praticar desporto~~.
e. A Ana não *pratica desporto*, embora devesse ~~praticar desporto~~.
f. A Ana queria *ler esse livro*. Já começou ~~a ler esse livro~~, e vai continuar ~~a ler esse livro~~.

45.2.3 Elipse polar da oração

Na **elipse polar da oração**[34], a oração hospedeira contém apenas um argumento ou adjunto do verbo em posição inicial, com a função de foco contrastivo. Este elemento contrasta com um constituinte da oração que contém o antecedente da elipse (a que chamamos aqui "oração antecedente"). Os dois constituintes são semântica e gramaticalmente paralelos, i.e., ambos são argumentos ou adjuntos, e têm a mesma função gramatical e o mesmo papel temático nas duas orações. Na oração hospedeira, o constituinte realizado é seguido de um advérbio ou de uma locução adverbial que marca o valor positivo ou negativo da oração (*sim*, *não*, *também* e *também não*), em oposição ou sintonia com o valor correspondente da oração antecedente. Nos exemplos ilustrativos dados a seguir, sublinham-se os dois constituintes em contraste (omitem-se sinais de pontuação relacionando o material elíptico com o material remanescente)[35]:

(70) a. *Eles faltaram* à reunião, mas às aulas não ~~faltaram~~.
b. *Eles* não *faltaram* à reunião, mas às aulas sim ~~faltaram~~.
c. *Eles* não *quiseram sair* ontem, mas hoje sim ~~eles quiseram sair~~!

(71) a. *Eles faltaram* à reunião, e às aulas também ~~faltaram~~.
b. *Eles* não *faltaram* à reunião, e às aulas também não ~~faltaram~~.
c. A – Eles *ainda não leram o jornal hoje*.
B – Nós também não ~~lemos (ainda) o jornal hoje~~![36]

Os advérbios *não* e *sim* na oração hospedeira são usados quando esta é contraposta a uma oração antecedente com valor oposto (cf. Cap. 14), positivo e negativo, respetivamente, como se ilustra em (70); *também* e *também não*, por sua vez,

[33] Para uma caracterização dos verbos que admitem esta construção em português europeu e brasileiro, vejam-se Cyrino e Matos (2006b) e Gonçalves e Matos (2008, 2009).
[34] Esta construção foi inicialmente chamada em inglês "*stripping*" (cf. Hankamer e Sag 1976, Lobeck 1995). Matos (1992, 2003a) denomina-a "despojamento". O termo "polar" designa aqui o valor positivo ou negativo da oração hospedeira.
[35] Na elipse polar da oração, o argumento ou adjunto realizado é um foco contrastivo anteposto e não um tópico (cf. Caps. 12 e 50). Diferentemente do que acontece com os tópicos, e à semelhança do que acontece com os focos contrastivos, nesta construção não pode ocorrer mais de um constituinte anteposto (cf. a impossibilidade de **ontem a Maria não viu o noticiário mas hoje, a telenovela sim* ~~a Maria viu~~).
[36] Quando o constituinte contrastado é o sujeito da oração hospedeira (cf. (71cB)), ocorre em posição inicial não por ser sujeito, mas sim por ser foco contrastivo (cf. também *eles faltaram à reunião, mas elas não* ~~*faltaram*~~).

ocorrem quando a oração hospedeira é contrastada com outra com o mesmo valor; *também* surge quando a oração antecedente é afirmativa (cf. (71a)) e *também não* quando esta é negativa (cf. (71b,c)).

A elipse polar da oração surge livremente em frases compostas formadas por coordenação (cf. (70) e (71a,b)) e por justaposição (cf. (71c)). Esta construção pode também ocorrer em domínios de subordinação completiva, mas apenas quando a oração hospedeira tem a função de complemento direto, como se ilustra em (72)[37]:

(72) a. A Ana já *tinha jantado*, mas julgo [que a Maria *não* ~~tinha jantado~~].
b. *Eles bebem* cerveja, e acho [que vinho [-] *também* ~~bebem~~]!

A ocorrência da elipse polar da oração numa oração subordinada está sujeita a outra limitação: essa oração tem de estar contida numa oração mais vasta que esteja parataticamente relacionada com a oração antecedente, quer esta relação se manifeste por coordenação quer por justaposição. Assim, os exemplos em (73) são bem formados, o mesmo não sucedendo com os de (74): em (74a), a oração subordinada hospedeira está contida numa oração – cujo verbo é *dizer* – subordinada à principal – cujo verbo é *levar* –, nenhuma delas se relacionando parataticamente com a oração hospedeira, que depende do sintagma nominal *o facto* (cf. Cap. 36.7.3.2) e constitui, juntamente com esse SN, o sujeito da oração principal; por sua vez, em (74b), a oração hospedeira está contida na oração principal – cujo verbo é *julgar* –, a qual subordina adverbialmente a oração antecedente em posição inicial (nos exemplos, sublinha-se a oração subordinada hospedeira e coloca-se entre parênteses retos a ou as orações que a contêm):

(73) a. [O Pedro *adorou o concerto*] e [disse que tu também ~~adoraste o concerto~~].
b. A – *A Teresa encomendou* todos os livros de que precisava?
B – [Julgo que os de Química [-] não ~~encomendou~~].

(74) a. *[O facto de o Pedro ter *adorado o concerto* levou-o a [dizer que tu também ~~adoraste o concerto~~]].
b. *Ainda que a Teresa não *encomendasse* todos os livros, [julgo que os de Química [-] sim ~~encomendou~~].

O constituinte contrastado da oração antecedente pode ser um sujeito nulo ou um complemento implícito, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(75) a. A – [-] Ainda não *li o jornal hoje*.
B – Nós também não ~~lemos o jornal hoje~~!
b. A – *Compraste algum livro*?
B – Às crianças não ~~comprei nenhum livro~~.

[37] A elipse polar da oração não ocorre em orações subordinadas completivas com a função de sujeito (cf. **dado que o desemprego aumenta, que a crise económica também ~~aumente~~ é a previsão generalizada dos comentadores políticos*) ou com a função de complemento de nomes (cf. **eles planeiam cuidadosamente as férias e nem sequer admitem a hipótese de que nós não ~~planeemos (cuidadosamente) as férias~~*); não ocorre também em orações relativas (cf. **embora muitos livros já tenham sido adquiridos pela biblioteca da Faculdade, há uma enciclopédia de linguística que não ~~foi adquirida pela biblioteca da Faculdade~~*) nem em orações adverbiais (cf. **ele não vai visitar os amigos se tu também não ~~fores visitar os amigos~~*).

Em (75aB), *nós* é contrastado com o sujeito nulo de (75aA), e, em (75bB), *às crianças* contrasta com um complemento indireto implícito (cf. *compraste algum livro a alguém?*).

[4] Na elipse polar da oração, o estatuto de foco em posição inicial do constituinte realizado na oração hospedeira distingue esta construção de outra, superficialmente semelhante, mas na qual o advérbio que marca o valor positivo ou negativo precede o constituinte realizado na oração hospedeira:

(i) a. Eles faltaram à reunião, mas [*não* às aulas].
b. Eles não faltaram à reunião, mas [*sim* às aulas].
c. Eles não quiseram sair ontem, mas [*sim* hoje]!
d. Eles faltaram à reunião, e [*também* às aulas].

Nesta construção, chamada **coordenação adversativa focalizadora** (cf. também o Cap. 35)[38], o advérbio que precede o constituinte contrastado focaliza-o diretamente e forma com ele um novo constituinte, como se assinala pelos parênteses retos em (i).

As duas construções divergem ainda pelo facto de não ocorrer na coordenação adversativa focalizadora a locução adverbial *também não*: cf. ??*eles não faltaram à reunião, e* [*também não às aulas*]. Em contrapartida, os advérbios focalizadores *ainda*, *só* e *apenas*, que apresentam um valor aditivo ou subtrativo, são possíveis na coordenação adversativa focalizadora (cf. (ii)), mas não na elipse polar da oração (compare-se (ii) com **vimos essa notícia na televisão, e uma reportagem ainda*, e **não vimos uma reportagem na televisão, mas uma notícia apenas/só*):

(ii) a. Vimos essa notícia na televisão, e [*ainda uma reportagem*].
b. Não vimos uma reportagem na televisão, mas [*apenas/só uma notícia*].

Finalmente, a coordenação focalizadora distingue-se de elipse polar da oração adversativa por não ocorrer em orações subordinadas (contraste-se (73a) com **o Pedro adorou o concerto e disse que também tu*).

45.2.4 Elipse verbal

A **elipse verbal**[39] é uma construção em que se omite um verbo ou uma sequência de verbos na oração hospedeira, deixando obrigatoriamente realizados pelo menos dois constituintes (não verbais), como se ilustra em (76):

(76) a. A Ana *lê* romances e a Maria ~~lê~~ poemas.
b. A Ana *tem lido* romances e a Maria ~~tem lido~~ poemas.
c. A Ana *pode ter estado a ler* romances e a Maria ~~pode ter estado a ler~~ poemas.
d. A Maria *tentou dançar* o tango e o Pedro ~~tentou dançar~~ o fandango.

Como os exemplos (76b,c) mostram, quando a oração hospedeira contém uma perífrase verbal (i.e., uma sequência constituída por um ou mais verbos (semi)auxiliares seguidos de um verbo pleno; cf. Cap. 29), a elipse opera sobre toda a sequência. Por sua vez, (76d) evidencia que ambos os verbos da sequência verbal elíptica podem

[38] Brucart (1987, 1999a), que estuda apenas os casos com a partícula de negação, denomina esta construção "negação corretiva". Reinhart (1991) usa o termo inglês "*bare argument ellipsis*". Matos (1992, 2003a) designa esta construção como "contraste sintagmático".

[39] Em inglês, esta construção é conhecida pela designação de "*gapping*" (cf. Ross 1970, Jackendoff 1971, Neijt 1979, Sag 1980, Johnson 2006, entre outros). Foi denominada "elipse lacunar" em Matos (1992, 2003a).

ser plenos; nesse caso, cada um deles é núcleo de uma oração (*tentar* é o núcleo da oração subordinante e *dançar* da subordinada) numa estrutura de subordinação argumental infinitiva (cf. Cap. 37).

Para além de verbos, podem também ser alvo da elipse verbal argumentos e adjuntos, como se ilustra em (77):

(77) a. O professor *tirou o livro* da estante e os alunos, ~~tiraram o livro~~ da pasta.
b. Ela *comprou* um vestido *nos saldos* e ele, ~~comprou~~ umas calças ~~nos saldos~~.
c. Hoje, *a Rita vai ao cinema* com as amigas, e amanhã, ~~a Rita vai ao cinema~~ com a irmã.

Em (77a), são omitidos o verbo (*tiraram*) e o complemento direto (*o livro*); em (77b), o verbo (*comprou*) e um adjunto (*nos saldos*); e em (77c), o sujeito (*a Rita*), o verbo (*vai*) e o seu complemento preposicionado (*ao cinema*).

Nesta construção, os constituintes realizados estabelecem relações de contraste com os seus correlatos na oração antecedente. Assim, em (77a), o sintagma nominal *os alunos* contrasta com o sintagma nominal *os professores* e o sintagma preposicional *da pasta* com o sintagma preposicional *da estante*; em (77b), *ele* contrasta com *ela* e *umas calças* com *um vestido*; em (77c), o advérbio *amanhã* contrapõe-se a *hoje* e *com a irmã* contrapõe-se a *com as amigas*. Este valor contrastivo dos constituintes numa e noutra oração pode ser realçado pela sua realização como tópico em posição inicial em cada uma das orações, como se ilustra em (78), em que *à Maria* contrasta com *ao Paulo*:

(78) À Maria, *eles ofereceram* flores, e ao Paulo, ~~eles ofereceram~~ um livro.

Como se observou acima, na elipse verbal, pelo menos dois constituintes têm de ser explicitamente realizados na oração hospedeira, o que se ilustra nos seguintes contrastes:

(79) a. A Ana *lê* romances e a Maria ~~lê~~ contos.
b. *A Ana *lê romances* e a Maria ~~lê romances~~.

(80) a. O João *tirou* um livro da estante e a Ana ~~tirou~~ um disco ~~da estante~~.
b. **O João comprou* um livro *hoje* e ~~o João comprou~~ um disco ~~hoje~~.[40]

A presença de um só constituinte remanescente na oração hospedeira não permite interpretar a estrutura coordenada como formada por duas orações; nesses casos, o falante processa o exemplo tentando integrar o constituinte remanescente na oração anterior, coordenando-o diretamente com o constituinte não oracional que o precede; ou seja, em (79b), tenta formar o constituinte [*romances e a Maria*], e em (80b), [*hoje e um disco*]. Os resultados são inaceitáveis sempre que essa coordenação se revele impossível semântica ou pragmaticamente, como acontece nestes casos.

A oração hospedeira da elipse verbal admite mais de dois constituintes realizados, como se ilustra em (81):

[40] Esta frase é (marginalmente) aceitável com uma pausa antes da conjunção copulativa *e*; trata-se, nesse caso, no entanto, de uma instância de coordenação parentética (cf. Cap. 35), e não de elipse verbal.

(81) a. A Ana *lê* histórias aos filhos e [a Maria] ~~lê~~ [poemas] [aos alunos].
b. Os alunos *tiraram* os cadernos da pasta e [o professor] ~~tirou~~ [o livro] [da gaveta].
c. A Ana *lê* romances em casa e [a Maria] ~~lê~~ [o jornal] [no café].
d. O Paulo *trabalha* no escritório todos os dias e [a Ana] ~~trabalha~~ [na livraria] [aos sábados].

A elipse verbal envolve tipicamente orações de valor idêntico – positivo ou negativo –, como mostram os seguintes contrastes de aceitabilidade:

(82) a. A Paula é simpática e o Pedro [-] inteligente.
b. A Paula não é simpática nem o Pedro [-] inteligente.

(83) a. *A Paula é simpática e o Pedro não [-] inteligente.
b. *A Paula não é simpática e o Pedro [-] inteligente.

Os domínios de ocorrência da elipse verbal são restritos; a construção está essencialmente limitada a estruturas coordenadas (cf. (84a)) e comparativas (cf. (84b))[41]:

(84) a. A Ana *lê* romances aos filhos e a Maria ~~lê~~ poemas aos alunos.
b. A Ana *lê* mais romances aos filhos do que a Maria ~~lê~~ poemas ~~aos filhos~~.

A elipse verbal pode ocorrer em fragmentos discursivos coordenados, como se ilustra em (85):

(85) A – O Pedro *comprou* uma moto.
B – E eu ~~comprei~~ um carro!

A elipse verbal pode ter por alvo um complemento oracional infinitivo (cf. (86a)) ou mesmo apenas parte desse complemento, como se ilustra em (86b), em que é remanescente o sintagma preposicional *com a irmã*, que faz parte da oração elíptica (omitem-se sinais de pontuação relacionando o material elíptico com o material remanescente):

(86) a. O Pedro *persuadiu* a Ana *a sair de casa* e o Paulo ~~persuadiu~~ a Maria [~~a sair de casa~~].
b. A Ana *lamenta ter perdido tanto tempo* com o irmão e o Paulo ~~lamenta~~ [~~ter perdido tanto tempo~~ com a irmã].

[5] Quando o complemento oracional é finito, o resultado da aplicação da elipse verbal é marginal, como se ilustra em (i):

(i) a. *A Ana *decidiu que* os filhos *iam ao espetáculo* e a Teresa ~~decidiu que~~ os sobrinhos ~~iam ao espetáculo~~.
b. ??Essa carta *diz que vais pagar* IRS e esta ~~diz que vais pagar~~ IVA.

[41] Em português, a elipse verbal está excluída de contextos de subordinação completiva (cf. (ia)), relativa (cf. (ib)) e adverbial (cf. (ic)):
(i) a. *O Pedro *vai* para o trabalho *de carro* e julgo [que a Maria ~~vai~~ para o ginásio ~~de carro~~].
b. *O Pedro *comprou* uma moto mas tem um amigo [que ~~comprou~~ um carro].
c. *Ele *pretendia* um andar modesto, [embora ela ~~pretendesse~~ uma moradia de luxo].

Nesse sentido, repare-se que, em (iia), aquilo que se recupera como predicado (no lugar de "[-]") não é a expressão *decidiu que a Ana assistisse*, mas sim apenas o verbo *assistisse*; ou seja, a elipse aplica-se numa estrutura de coordenação incluída na oração subordinada introduzida pelo complementador *que*, como se ilustra em (iib):

(ii) a. O Pedro decidiu que a Ana assistisse ao concerto e o Paulo [-] ao jogo.
b. O Pedro decidiu [que [[a Ana *assistisse* ao concerto] e [o Paulo ~~assistisse~~ ao jogo]]].

45.2.5 Elipse parcial da oração interrogativa

A **elipse parcial da oração interrogativa**[42] caracteriza-se pela omissão de todos os elementos de uma oração interrogativa subordinada parcial, à exceção do constituinte interrogativo que a introduz, como se ilustra em (87):

(87) a. *Vamos visitar-te* um dia destes, embora não saibamos exatamente quando ~~vamos visitar-te~~.
b. *O Luís encontrou a impressora que queria comprar*, mas eu não sei onde ~~o Luís encontrou a impressora que queria comprar~~.
c. A – *Trouxe* um presente *para a Maria*.
B – Pode saber-se o quê ~~trouxeste para a Maria~~?[43]
d. *Telefonou* alguém *para te dar os parabéns*. Adivinha quem ~~telefonou para te dar os parabéns~~!

Nesta construção, o constituinte *qu-* (interrogativo) na oração hospedeira correlaciona-se tipicamente com um sintagma indefinido da oração antecedente (sublinham-se ambos os elementos em (87)). Contudo, quando o constituinte interrogativo é um adjunto adverbial, a correlação pode ser estabelecida implicitamente, i.e., não é necessário haver um constituinte linguisticamente expresso na oração que contém o antecedente, como (87b) ilustra. Neste exemplo, *onde* correlaciona-se com uma expressão implícita indefinida parafraseável por 'em algum sítio'.

45.2.6 Elipse regressiva

A **elipse regressiva** é uma construção de elipse catafórica[44], i.e., em que o material elíptico precede o antecedente, como se ilustra em (88):

(88) a. Todos os sábados a Rita compra ~~o Expresso~~, e nós lemos, *o Expresso*.
b. A Maria detestou ~~o jantar~~, embora toda a família tenha adorado, *o jantar*.
c. A Ana precisa ~~de almoçar fora todos os dias~~, mas não gosta muito, *de almoçar fora todos os dias*.

Nesta construção, tanto o antecedente como o constituinte elíptico têm a função de complemento do verbo, ocorrendo no final da respetiva oração, como se verifica em (88).

---

[42] Em inglês, esta construção é conhecida sob a designação de "*sluicing*" (cf. Ross 1969, Merchant 2001, 2006, entre outros). Para uma análise destas estruturas em português europeu, cf. Mascarenhas e Mendes (1995).
[43] Repare-se que não há coincidência formal entre a forma tónica do constituinte interrogativo *o quê* que ocorre na oração hospedeira do exemplo (87cB) e a forma átona *o que* que ocorre na oração correspondente sem elipse (cf. *pode saber-se o que trouxeste para a Maria?*). Esta alternância deve-se a fatores fonológicos.
[44] Em inglês, esta construção foi designada "*right node raising*" (cf. Levine 1985, McCloskey 1986). Por envolver constituintes que ocorrem na periferia direita da oração, esta construção também é conhecida em linguística pelo nome de "elipse regressiva da periferia direita".

Os verbos *gostar*, *necessitar* e *precisar* regem obrigatoriamente um complemento preposicionado introduzido por *de* (cf. Cap. 36.9.1.2). Quando este complemento é elíptico, o seu antecedente pode, no entanto, ser um sintagma nominal com a função de complemento direto:

(89) a. A Maria gosta ~~de praia~~, mas tu detestas *praia*.
b. Quando a criança precisa ~~de atenção~~, a mãe dá-lhe *atenção*.

A elipse regressiva ocorre em estruturas coordenadas (cf. (88a) e (89a)) e em estruturas de subordinação adverbial, podendo o constituinte elíptico pertencer quer à oração principal (cf. (88b)) quer à oração subordinada (cf. (89b) e ver Goodall 1987).

> [6] As frases formadas pela elipse regressiva não são uniformemente aceites por todos os falantes. Para além disso, quando os dois constituintes afetados têm a função de complemento do verbo, muitos falantes preferem a construção com duas pausas, assinaladas por vírgulas em (88): uma no final da primeira oração (a oração hospedeira, em (88)) e outra precedendo o próprio antecedente.
>
> Devido a este facto, alguns linguistas sugerem que o antecedente não é, na realidade, um constituinte da segunda oração, mas sim da primeira oração, que seria descontínua (p.e., em (88a), *todos os sábados a Rita compra ... o Expresso*). Nesta análise, a oração hospedeira ocorre no interior da primeira como um aposto parentético, precedendo o antecedente, como se ilustra em (i), relativamente a (88):
>
> (i) a. Todos os sábados, a Rita compra [e nós lemos ~~o Expresso~~] *o Expresso*.
> b. A Maria detestou [embora toda a família tenha adorado ~~o jantar~~] *o jantar*.
>
> Explicar-se-ia, assim, a entoação especial dos exemplos de (88) pelo facto de conterem um aposto parentético, o qual requer usualmente pausas nas suas fronteiras inicial e final (cf. Caps. 34 e 35). Esta análise, no entanto, encontra um problema relativamente aos exemplos de (89), visto que o antecedente no final da frase, sendo um sintagma nominal, não satisfaz as propriedades de subcategorização do primeiro verbo, que requer um sintagma preposicional introduzido por *de*, como mencionámos no texto. É, portanto, difícil defender que se trata de uma oração descontínua neste caso, visto que não seria gramatical: cf. **a Maria gosta praia* e **a criança precisa atenção*.

A elipse regressiva pode também aplicar-se no domínio de palavras morfologicamente complexas, nomeadamente sobre o sufixo *-mente*, sobre o radical de base de algumas palavras formadas por prefixação e sobre o segundo radical de palavras formadas por composição morfológica, como se ilustra em (90)[45]:

(90) a. Ela leu o livro [rapida~~mente~~ mas atenta*mente*].
b. As vogais [pre~~tónicas~~ e pos*tónicas*] já foram estudadas.
c. Uma boa [foto~~montagem~~ ou video*montagem*] só pode ser feita por um profissional.

Dentro da palavra hospedeira, é o segundo constituinte a contar da esquerda que sofre elipse, independentemente do seu estatuto morfológico; a este respeito, note-se

[45] Cf. Vigário e Frota (2002) e Vigário (2003a).

que os advérbios em *-mente* e as palavras formadas com *pré-* são palavras complexas na fronteira entre afixação e composição, o que aproxima as elipses de (90a,b) da de (90c) (cf. Caps. 57 e 58).

45.2.7 Respostas, perguntas e réplicas retificadoras abreviadas

As construções de elipse surgem muitas vezes em diálogos. Quando estes contêm perguntas, respostas ou retificações de enunciados produzidos anteriormente, é frequente o material linguístico que lhes corresponde reduzir-se a um só constituinte, ainda que semanticamente corresponda a uma oração completa. Por outras palavras, estes enunciados correspondem a "fragmentos" de frases que sofrem elipse, sendo o material omitido recuperável a partir da frase (completa) que ocorre imediatamente antes no discurso. Nos paradigmas seguintes ilustram-se estas construções elípticas, respetivamente numa resposta (cf. os exemplos (B) de (91)), numa pergunta (cf. os exemplos (B) de (92)) e numa retificação (cf. (93B)):

(91) a. A – Compraste o jornal?
B – Não./Sim.
b. A – Onde compraste o jornal?
B – No quiosque.

(92) a. A – Os portugueses vão raramente ao teatro.
B – E ao cinema?
b. A – Vamos sair daqui imediatamente.
B – Para onde?

(93) A – Eles ofereceram uma moto à filha.
B – Ao filho!

Em (91aB), ocorre, como resposta, um dos operadores de valor positivo ou negativo (*sim* e *não*) e, em (91bB), um sintagma preposicional (*no quiosque*), que introduz a informação nova pedida através do uso do pronome interrogativo (*onde*) da pergunta. Em cada um dos exemplos de (92), o discurso prévio proferido pelo locutor A motiva uma pergunta exibindo apenas um constituinte: *ao cinema* em (92aB)) e *para onde* em (92bB)); e, em (93), o discurso proferido pelo locutor A é corrigido num aspeto específico pelo locutor B – quem recebe a moto é o filho e não a filha.

As estruturas elípticas de (91) chamam-se respostas abreviadas, as de (92), perguntas abreviadas, e as de (93), réplicas retificadoras abreviadas[46].

45.2.7.1 Respostas abreviadas

As **respostas abreviadas** exprimem apenas o constituinte que explicita a informação central solicitada na pergunta. Quando a interrogação é global, para além dos advérbios *sim* e *não* (cf. (91a) e (94)), podem ocorrer também advérbios que

[46] Sobre as respostas abreviadas e as réplicas retificadoras abreviadas, cf. Hankamer (1979), Morgan (1973) e Merchant (2004). Para alguns autores, as perguntas abreviadas parciais constituem um caso particular da elipse parcial da oração interrogativa.

modalizem a atitude epistémica do falante (cf. Cap. 18), como *quase* ou *talvez* (cf. (95))[47]:

(94) a. A – Apresentaram-se muitos candidatos ao concurso?
B – Sim~~, apresentaram-se muitos candidatos ao concurso~~.
b. A – Os ataques terroristas estão controlados?
B – Não~~, os ataques terroristas não estão controlados~~.

(95) a. A – As povoações já estão fora de perigo?
B – ~~As povoações já estão~~ quase ~~fora de perigo~~!
b. A – A Ana tem visto a Maria ultimamente?
B – ~~A Ana~~ talvez ~~tenha visto a Maria ultimamente~~.

Como se exemplifica em (94), os advérbios *sim* e *não* das respostas abreviadas ocorrem no início da oração hospedeira, e não internamente, entre o sujeito e o predicado, como o advérbio *não* em frases simples (cf. *os ataques terroristas não estão controlados*). Isso é particularmente claro nas respostas negativas, como se verifica pelo facto de o advérbio ocorrer uma segunda vez entre o sujeito e o predicado, quando se explicita o material elíptico (cf. *não, os ataques terroristas não estão controlados*). Quanto ao advérbio *sim*, em condições normais (não enfáticas), não ocorre em frases simples positivas entre o sujeito e o predicado (cf. a não gramaticalidade de ***os ataques terroristas sim estão controlados*, como asserção ou resposta neutra, não enfática; cf. Cap. 33).

Nas respostas abreviadas a perguntas parciais, o constituinte realizado corresponde a um argumento (cf. (96a,b)), a uma parte informacionalmente relevante de um argumento (cf. (96c)), a um adjunto (cf. (96d)) ou a uma parte informacionalmente relevante de um adjunto (cf. (96e)):

(96) a. A – *Quem* comprou o jornal?
B – ~~Comprou o jornal~~ a Ana.
b. A – A Ana comprou *alguma coisa*?
B – ~~A Ana comprou~~ o jornal.
c. A – *Quantos* candidatos se apresentaram ao concurso?
B – ~~Apresentaram-se a concurso~~ cento e trinta ~~candidatos~~.
d. A – *Quando* vais de férias?
B – ~~Vou de férias~~ em junho.
e. A – *Em que dia do mês de junho* entras em férias?
B – ~~Entro em férias~~ no dia 5 ~~do mês de junho~~.

Nesta construção, o constituinte único corresponde à informação nova solicitada pela pergunta, ou seja, é um foco informacional. Como os exemplos em (96) mostram, essas respostas podem ser desencadeadas quer pela presença na pergunta de uma palavra interrogativa *qu-* (*quem*, *quantos*, *que*, etc.) quer por uma expressão indefinida (*alguém*, *alguma coisa*, *algum lado*, etc.).

[47] Santos (2003) refere outro tipo de resposta, igualmente característico deste tipo de discursos, com uma forma do verbo *ser*:
(i) A – Ele já encontrou a chave?
B – É./Foi.

As respostas abreviadas podem surgir no interior de orações subordinadas completivas, como atestam os seguintes exemplos:

(97) a. A – *Quem* comprou o jornal?
B – Penso [que a Ana ~~comprou o jornal~~].
b. A – A Joana passa férias *nalgum lado*?
B – Julgo [que ~~a Joana passou as férias~~ no Algarve].

45.2.7.2 Perguntas abreviadas

São igualmente características dos diálogos as **perguntas abreviadas**. Tal como nas respostas abreviadas, também aqui apenas ocorre realizado um constituinte. As perguntas abreviadas podem instanciar estruturas interrogativas globais, como em (98)-(99), ou parciais, como em (100):

(98) A – *Os portugueses vão muito* ao teatro.
B – E ao cinema ~~os portugueses vão muito~~?

(99) A – Os portugueses *vão muito ao teatro*.
B – E os espanhóis ~~vão muito ao teatro~~?

(100) A – *Vou comprar* esse livro *para oferecer à Ana*.
B – Que livro ~~(é que) vais comprar para oferecer à Ana~~?

Do ponto de vista discursivo, as perguntas abreviadas correspondem a uma solicitação de informação adicional, por parte de um dos interlocutores, relativamente a uma asserção feita pelo outro interlocutor. No caso das perguntas globais abreviadas, o constituinte realizado é um novo tópico discursivo na posição inicial da oração hospedeira e é sobre ele que se solicita, como resposta, um comentário adequado.

45.2.7.3 Réplicas retificadoras abreviadas

O mesmo tipo de elipse surge nas **réplicas retificadoras abreviadas**, que ocorrem na sequência de informação apresentada no discurso prévio, corrigindo-se ou explicitando-se de forma mais precisa alguma informação por ele veiculada. Como (101) e (102) evidenciam, vários tipos de frases, incluindo as interrogativas globais e as declarativas, podem desencadear réplicas retificadoras abreviadas:

(101) a. A – *O Luís comprou* uma moto?
B – Não, ~~o Luís comprou~~ um carro!
b. A – *A Ana está de férias?*
B – Sim, ~~a Ana está de férias~~ no Algarve!

(102) a. A – *Eles ofereceram* uma moto *à filha*.
B – Não, ~~eles ofereceram~~ um carro ~~à filha~~!
b. A – *Desta janela vemos a casa* da Ana.
B – Diz antes, ~~desta janela vemos a casa~~ dos pais da Ana!

As réplicas retificadoras podem aparecer em orações subordinadas completivas, como mostram os exemplos seguintes:

(103) a. A – *O Luís comprou* uma moto?
B – Não, creio que [~~o Luís comprou~~ um carro]!
b. A – *A Ana está de férias?*
B – Sim, julgo que [~~a Ana está de férias~~ no Algarve]!

45.3 Elipse nominal

Tal como a frase, também o sintagma nominal favorece o aparecimento de elipses. Chama-se **elipse nominal** às construções que envolvem a omissão do nome que funciona como núcleo do sintagma nominal[48].

45.3.1 Propriedades gerais da elipse nominal

A elipse nominal tem por alvo o núcleo nominal de um sintagma nominal, com base na sua identidade formal com o núcleo nominal de outro sintagma nominal (ao qual chamamos "sintagma nominal antecedente"), como se ilustra nos seguintes exemplos, em que são omitidos os nomes *prova*, *lápis* e *pessoas* do segundo SN:

(104) a. No triatlo, [a *prova* de corrida] começa logo que [a ~~prova~~ de natação] termina.
b. Temos de comprar [*lápis* novos], porque [os ~~lápis~~ velhos] já estão gastos.
c. [As *pessoas* que se expõem ao sol] estão sujeitas a mais problemas de pele do que [as ~~pessoas~~ que se resguardam dos raios solares].

Juntamente com o nome, a elipse do SN pode afetar outros constituintes: complementos do nome, como em (105), modificadores do nome, como em (106) (ou parte de um modificador – cf. (106b)), incluindo pronomes possessivos (cf. (106c)) e ainda elementos quantificacionais pré-verbais de natureza adjetival, como em (107)[49]:

(105) a. [Os *praticantes de judo* portugueses] defrontaram [os ~~praticantes de judo~~ dos outros países].
b. [Os *estudantes de Linguística* da Universidade de Lisboa] jogaram contra [os ~~estudantes de Linguística~~ da Universidade do Porto].

(106) a. [A *destemida participação* dos velejadores] superou [a ~~destemida participação~~ dos lutadores].
b. [Os *estudantes da Universidade* de Coimbra] ganharam a[os ~~estudantes da Universidade~~ do Porto].[50]
c. [Os *nossos alunos* do primeiro ano] compareceram à reunião, mas [os (~~nossos~~) ~~alunos~~ do último ano] faltaram.

(107) Recordo-me dos *muitos amigos* que tive em criança e d[os (~~muitos~~) ~~amigos~~ que ainda hoje tenho].

[48] Cf., entre outros, os trabalhos de Jackendoff (1971), Lobeck (1995, 2006), Kester (1996), Sleeman (1996), Martinho (1998) e Raposo (2002).
[49] Sobre o estatuto gramatical dos pronomes possessivos e dos quantificadores adjetivais, cf. Cap. 20.3.4.
[50] Quando o sintagma nominal antecedente contém um sintagma preposicional, a elipse nominal pode aplicar-se apenas aos núcleos nominais, de forma descontínua, deixando os artigos e a preposição como material remanescente: cf. [*os estudantes da Universidade Católica*] *ganharam a*[*os ~~estudantes da Universidade~~ Lusíada*].

Os determinantes ou os quantificadores que funcionam como especificador único de um nome não podem ser omitidos na elipse nominal, como se verifica pela impossibilidade de *[*a camisa azul*] *é muito bonita, mas* [~~*a camisa*~~ *verde*] *é mais barata* (vs. [*a camisa azul*] *é muito bonita, mas* [*a* ~~*camisa*~~ *verde*] *é mais barata*) ou de **gosto de* [*alguns quadros antigos*] *e de* [~~*alguns quadros*~~ *modernos*] *também* (vs. *gosto de* [*alguns quadros antigos*] *e de* [*alguns* ~~*quadros*~~ *modernos*] *também*).

Uma vez que os nomes não selecionam obrigatoriamente os seus complementos, os sintagmas nominais com elipse nominal que têm por antecedente um SN contendo um nome e um complemento são frequentemente ambíguos entre uma interpretação em que é recuperado o nome e o complemento (como na interpretação de (105b) aí explicitada, em que se retoma a expressão *estudantes de Linguística*) e outra interpretação em que apenas é recuperado o núcleo nominal (em (105b), a interpretação correspondente a *os estudantes de Linguística da Universidade de Lisboa jogaram contra os* ~~*estudantes*~~ *da Universidade do Porto*). O mesmo acontece quando o antecedente contém um modificador, como, p.e., em (106a), em que é possível uma interpretação em que se recupera *destemida participação* e outra em que se recupera apenas *participação*; ou como em (106c), em que é possível uma interpretação na qual se recupera *nossos alunos* e outra na qual se recupera apenas *alunos*.

Embora um determinante não possa ser omitido na elipse nominal (ver a discussão dois parágrafos acima), não tem de ocorrer necessariamente num sintagma nominal elíptico, desde que o SN antecedente não elíptico que lhe corresponde seja também possível sem determinante. Tipicamente, isso acontece em estruturas em que os dois SN (antecedente e elíptico) têm como núcleo um nome contável no plural ou um nome massivo no singular (cf. Cap. 25) e o sintagma nominal em que se integra esse núcleo tem a função de complemento direto:

(108) a. Ela resolve [*problemas* de linguística] mais depressa do que nós resolvemos [~~problemas~~ de matemática].
b. Neste supermercado, só vendem [*queijo* de vaca], mas eu queria comprar [~~queijo~~ de cabra].

Os sintagmas nominais que manifestam elipse nominal podem aparecer em contextos variados: estruturas de coordenação (cf. (109a)), construções comparativas de grau (cf. (109b)), orações subordinadas completivas (cf. (110a)), orações subordinadas adverbiais (cf. (110b)) e ainda unidades discursivas envolvendo justaposição frásica (cf. (111)):

(109) a. [[A *atuação* do pianista] foi ótima], mas [[a ~~atuação~~ do violinista] foi péssima]!
b. [A *eleição* do Pedro *para presidente da Associação*] mobilizou [mais votantes do que [a ~~eleição~~ do Luís ~~para presidente da Associação~~]].

(110) a. [Os *tenistas* que venceram o torneio] disseram [que [todos os outros ~~tenistas~~ que nele tinham participado] eram de grande qualidade].
b. Eles compraram [um *carro* novo] [quando [o ~~carro~~ antigo] ficou avariado].

(111) a. Tivemos de ir n[o *carro* da Rita]: [o ~~carro~~ do Luís] estava na oficina.
b. A – Já consultaste [todos os *livros necessários para fazer o trabalho*]?
B – Só consultei [os ~~livros necessários para fazer o trabalho~~ que encontrei na biblioteca].
c. A – Tens [muitos *amigos de infância*]?
B – Só tenho [dois ~~amigos de infância~~].

A elipse nominal permite dois tipos de recuperação do conteúdo do constituinte elíptico: (i) por um antecedente linguístico, como nos exemplos anteriores, ou (ii) a partir do contexto situacional, como nos exemplos seguintes, em que se recupera o nome *quadro* e o nome *uvas* por haver quadros e uvas, respetivamente, salientes nesse contexto:

(112) a. (No museu do Prado, dois amigos admiram um quadro de Brueghel. Um deles diz:) – O [-] de Bosch é mais impressionante!
b. (Na frutaria, uma cliente, apontando para as uvas, pergunta ao empregado:) – Não tem umas [-] que estejam mais maduras?

Quando o material elíptico é recuperado por um antecedente linguístico, este geralmente precede-o. Contudo, a elipse nominal pode ser catafórica, como em (113):

(113) a. [Os ~~lápis~~ azuis] estão gastos, mas [os ~~lápis~~ vermelhos] são [*lápis* que quase nunca foram usados].
b. Ela comprou [as ~~maçãs~~ mais vermelhas] que viu na loja, porque só gosta de [*maçãs* dessa cor].

[7] Nos exemplos seguintes, em que o sintagma nominal contém um artigo e um adjetivo, não existe elipse nominal, mas sim recategorização do adjetivo num nome (cf. Cap. 31):

(i) a. Com a crise económica, [os *pobres*] aumentaram.
b. [Os *tristes*] só veem na vida motivos de apreensão.
c. [Os *audazes*] vencem sempre.

Também não são analisados como casos de elipse nominal a omissão do sujeito em orações finitas (cf. [-] *fomos ao cinema*) e a omissão do complemento direto (cf. *comprei um livro muito interessante hoje; vou emprestar* [-] *à Vanda*). Sobre estas duas construções, cf. Caps. 43 e 44, respetivamente.

45.3.2 Legitimação semântica da elipse nominal

Uma condição fundamental para a ocorrência da elipse nominal é que o sintagma nominal hospedeiro contenha material linguístico realizado que contraste com material paralelo do sintagma nominal antecedente. Assim, p.e., em (104a), *de natação* contrasta com *de corrida*; em (104b), *velhos* contrasta com *novos*; em (104c), *que se resguardam dos raios solares* contrasta com *que se expõem ao sol*; e assim por diante. A relação entre as expressões correlacionadas também pode consistir num contraste de especificação, como em (114) (cf. Martinho 1998):

(114) a. A exposição exibia [*quadros* de pintores famosos]. [O ~~quadro~~ de Paula Rego] chamou a nossa atenção.
b. Li [vários *livros de Saramago*], mas [esse ~~livro de Saramago~~] é particularmente interessante.

Assim, em (114a), o material realizado do SN hospedeiro restringe o universo dos quadros de pintores famosos (presentes na exposição) a um quadro de Paula Rego, apresentado (devido ao uso do artigo definido) como o único quadro dessa pintora exibido na exposição, e, em (114b), o determinante demonstrativo realizado no SN hospedeiro restringe os vários livros de Saramago considerados pelo falante àquele que está presente na situação discursiva, próximo do ouvinte.

Repare-se que o contraste entre o sintagma nominal hospedeiro e o sintagma nominal antecedente pode ser obtido apenas a partir de uma referência distinta dos dois, sem que o material linguístico de um apresente qualquer diferença relativamente ao material linguístico do outro; assim, p.e., o enunciado *ontem a Isabel experimentou* [*este vestido*] *e hoje a Luísa vai experimentar* [*este ~~vestido~~*] é perfeitamente aceitável desde que haja dois vestidos diferentes no contexto situacional, cada um deles referido por cada uma das ocorrências da forma dêitica *este* (o que pode ser reforçado por um ato de apontar por parte do falante).

Contudo, na ausência desse contraste referencial (p.e., se houver apenas um só vestido no contexto situacional), a elipse não é aceitável. Nesse caso, só se pode estabelecer uma relação anafórica entre os dois sintagmas nominais através da **pronominalização** do segundo na sua globalidade por um pronome pessoal, como em *ontem, a Isabel experimentou* [*este vestido*]*, e hoje a Luísa vai experimentá-lo* (*também*) (cf. Cap. 41).

De modo semelhante, quando o material linguístico realizado no sintagma nominal hospedeiro não apresenta propriedades contrastivas ou especificativas relativamente ao material paralelo do SN antecedente, a elipse nominal resulta em frases semanticamente inaceitáveis, frequentemente sentidas mesmo como não gramaticais pelos falantes; é o que acontece nos seguintes exemplos, em que os adjetivos sublinhados não estabelecem entre si nenhuma das relações relevantes[51]:

(115) a. *[A *atividade* profissional da mulher] é muitas vezes incompatível com [a ~~atividade~~ interessante]. (vs. *é muitas vezes incompatível com* [*a ~~atividade~~ doméstica*])
b. *[Os *livros* aborrecidos] demoram mais tempo a ler do que [os ~~livros~~ extensos]. (vs. *demoram mais tempo a ler do que* [*os ~~livros~~ interessantes*])

Por vezes, a colocação de um adjetivo no superlativo no sintagma nominal hospedeiro é suficiente para introduzir um valor contrastivo relativamente ao material do SN antecedente, valor esse que o adjetivo não teria por si só, como se ilustra nos seguintes exemplos:

(116) a. Havia [muitos *dicionários* na livraria], mas eu comprei [o ~~dicionário~~ mais barato]. (vs. **mas eu comprei* [*o ~~dicionário~~ barato*]).
b. Na loja havia [*carros* espetaculares], mas nós escolhemos [o ~~carro~~ mais económico]. (vs. **mas nós escolhemos* [*o ~~carro~~ económico*]).

[51] Sobre esta questão, cf. Sleeman (1996) e Martinho (1998), obra da qual se retiram os exemplos de (115).

45.3.3 Elipse nominal e uso pronominal dos especificadores do nome

A possibilidade de um sintagma nominal com elipse nominal ser introduzido por um especificador (cf. Cap. 20) está na origem do chamado "uso pronominal" destes elementos (cf. Cap. 23). Assim, p.e., a gramática tradicional considera a forma *o* (e variantes morfológicas) como um artigo no SN antecedente de (117), mas classifica essa mesma forma como um "pronome demonstrativo" no SN hospedeiro:

(117) A exposição exibia [os *quadros* de pintores famosos]. [O ~~quadro~~ de Paula Rego] chamou a nossa atenção.

Os exemplos mais característicos do uso pronominal dos especificadores são aqueles em que estes elementos são os únicos realizados no sintagma nominal hospedeiro, como se ilustra em (118)[52]:

(118) a. Li [vários *livros de Saramago*], mas [esse ~~livro de Saramago~~] é particularmente interessante.
b. [Os *livros*] invadiam o compartimento: [uns ~~livros~~] estavam nas estantes, [outros ~~livros~~] ocupavam a mesa e [muitos ~~livros~~] empilhavam-se em cadeiras ou no chão.
c. A – Na biblioteca estão representados [muitos *autores portugueses*]?
B – Estão representados [alguns ~~autores portugueses~~].
d. A exposição exibia [os *quadros* mais relevantes da obra de Paula Rego]. [Três ~~quadros~~], em particular, chamaram a nossa atenção.

Quando o sintagma nominal hospedeiro tem um quantificador adjetival ou um numeral na posição "intermédia" descrita no Cap. 20, são estes, mais próximos do material elíptico, que são considerados "pronomes": nas frases seguintes, respetivamente, o quantificador indefinido *outras* (cf. (119a)) e o numeral *três* (cf. (119b)):

(119) a. Ele não quis [essas *bolachas*], preferiu [as outras ~~bolachas~~].
b. A exposição exibia [três *quadros* de Paula Rego]. [Os três ~~quadros~~] chamaram a nossa atenção.

[8] Nem todos os especificadores usados pronominalmente são o resultado da aplicação de elipse nominal. Os especificadores quantificacionais *todos* e *ambos*, que se combinam com expressões nominais iniciadas por um artigo definido (cf. *todas/ambas as crianças*) devem o seu uso "pronominal" à omissão de um pronome pessoal dentro do SN hospedeiro (cf. Cap. 23.4.2.2):

(i) [Todas/Ambas as crianças] vieram à festa. [Todas/Ambas ~~elas~~] chegaram cedo.

Repare-se que a omissão do pronome é opcional com *todos*, mas obrigatória com *ambos* (cf. *todas elas chegaram cedo* vs. **ambas elas chegaram cedo*). No entanto, quando ocorre no interior do predicado, *ambos*, tal como *todos*, pode estar associado a um pronome pessoal: cf. *elas chegaram todas/ambas cedo*. Também neste caso o pronome pessoal pode ser omitido (ou seja, podemos ter um sujeito nulo):

[52] Repare-se que, nestes casos, o material contrastivo que legitima a elipse nominal é o próprio especificador, que restringe ou especifica o universo representado pelo sintagma nominal antecedente.

cf. [-] *chegaram todas/ambas cedo.* Este facto sugere que na segunda frase de (i), em que *todas* e *ambas* têm a função de sujeito, não há elipse, mas sim um sujeito nulo (equivalente a *elas*) combinado com os quantificadores.

45.3.4 Restrições sobre o artigo definido na elipse nominal

O artigo definido destaca-se dos restantes determinantes do nome por não poder ser o único elemento realizado no sintagma nominal hospedeiro da elipse nominal, como se ilustra em (120); este comportamento contrasta com o dos outros especificadores (cf. (118)), nomeadamente o dos determinantes com valor demonstrativo (cf. (121)), que podem ocorrer sozinhos no SN hospedeiro:

(120) a. *De [todos os *quadros* expostos], eu prefiro [o ~~quadro~~].
b. *A Maria provou [vários *vestidos*]. [O ~~vestido~~] fica-lhe muito bem.
c. *A exposição exibia [alguns dos *quadros* mais relevantes de Paula Rego]. [O ~~quadro~~] chamou a nossa atenção.

(121) a. De [todos os *quadros* expostos], eu prefiro [este ~~quadro~~].
b. A Maria provou [vários *vestidos*]. [Esse ~~vestido~~] fica-lhe muito bem.
c. A exposição exibia [alguns dos *quadros* mais relevantes de Paula Rego]. [Aquele ~~quadro~~] chamou a nossa atenção.

A impossibilidade de (120) deve-se a dois fatores, um de natureza fonológica e o outro de natureza semântica. Fonologicamente, o artigo definido é um item **proclítico**, ou seja, um item que não possui um acento lexical e que necessita apoiar-se numa palavra acentuada à sua direita dentro do grupo nominal do qual é especificador; ora, em (120), devido à elipse nominal, essa palavra não existe no sintagma nominal hospedeiro, por ter sido eliminada pela elipse.

Por outro lado, o artigo definido, por si só, não tem "riqueza" semântica suficiente para poder estabelecer a necessária relação de contraste ou de especificação relativamente ao material realizado no sintagma nominal antecedente (cf. 45.3.2).

Quando existe material adicional no sintagma nominal hospedeiro que lhe sirva de apoio fonológico e introduza um contraste semântico relevante (p.e., um complemento ou um modificador do nome), o artigo definido é perfeitamente legítimo, como já se mostrou em vários exemplos dados anteriormente (cf., por exemplo, (104)) e se volta a ilustrar em (122) (sublinha-se nestes exemplos o material legitimador do artigo definido e que introduz o contraste relevante)[53]:

(122) a. De [todos os *quadros* expostos], eu prefiro [o ~~quadro~~ de Paula Rego].
b. A Maria provou [vários *vestidos*]. [O ~~vestido~~ branco] fica-lhe muito bem.
c. A exposição exibia [alguns dos *quadros* mais relevantes de Paula Rego]. [O ~~quadro~~ da moldura preta] chamou a nossa atenção.
d. A exposição exibia [*quadros* de pintores famosos]. [O ~~quadro~~ que mais chamou a nossa atenção] pertencia ao Museu de Serralves.

Nestes exemplos, dentro do sintagma nominal hospedeiro, o artigo definido precede imediatamente, em (122a,c), um sintagma preposicional, em (122b), um

[53] Sobre esta questão, cf., entre outros, para o francês, Ronat (1977), Lobeck (1995, 2006), Sleeman (1996); para o espanhol, Brucart (1999a); e, para o português, Martinho (1998), Raposo (2002) e Miguel (2004).

adjetivo, e em (122d), uma oração relativa, elementos que providenciam, por um lado, o material linguístico acentuado que permite a sua legitimação fonológica e, por outro, o material semântico adequado com valor contrastivo ou especificativo relativamente ao sintagma nominal antecedente.

[9] No entanto, nem todos os complementos ou modificadores do nome legitimam a ocorrência do artigo definido no sintagma nominal hospedeiro da elipse nominal. Em particular, quando o complemento ou o modificador é um sintagma preposicional, a elipse nominal só é completamente aceitável quando a preposição introdutória é *de*, como se pode verificar no contraste entre os exemplos de (i) e (ii)[54]:

(i) a. [A *devoção* da Virgem] é tão forte como [a ~~devoção~~ do Menino Jesus].
b. [A *eleição* dos comunistas] é menos provável do que [a ~~eleição~~ dos socialistas].
c. Eles denunciaram [os *assaltos* dos bancos], mas não [os ~~assaltos~~ dos supermercados].
d. Ele não vê [*programas* sobre cultura]. Só vê [os ~~programas~~ de política].
e. Eles reconheceram [o *assaltante* sem óculos] mas não [o ~~assaltante~~ de óculos].
f. [Os *jantares* em casa] podem ser mais agradáveis do que [os ~~jantares~~ do restaurante].
g. [As *compras* de sábado] e [as ~~compras~~ de domingo] são geralmente feitas nos centros comerciais.

(ii) a. ??[A *crença* em Deus] é mais forte do que [a ~~crença~~ no Diabo].
b. ??[O *voto* pelos comunistas] é mais radical do que [o ~~voto~~ nos socialistas].
c. *Eles denunciaram [os *assaltos* aos bancos], mas não [os ~~assaltos~~ aos supermercados].
d. *Ele não vê [os *programas* sobre cultura]. Só vê [os ~~programas~~ sobre política].
e. *Eles reconheceram [o *assaltante* com óculos] mas não [o ~~assaltante~~ sem óculos].
f. ??[Os *jantares* em casa] podem ser mais agradáveis do que [os ~~jantares~~ no restaurante].
g. *[As compras ao sábado] e [as ~~compras~~ ao domingo] são geralmente feitas nos centros comerciais.

45.4 Observações finais

A elipse é um fenómeno linguístico que afeta quer domínios frásicos (cf. 45.2) quer domínios nominais (cf. 45.3). A elipse pode afetar qualquer expressão linguística, desde que o contexto situacional ou discursivo permita a recuperação do material elíptico; pode ocorrer em domínios paratáticos ou hipotáticos (cf. Cap. 34) e ter uma natureza anafórica ou catafórica.

Nas construções elípticas em que a recuperação do material elíptico é feita linguisticamente, este é idêntico ao material que lhe serve de antecedente, e é essa identidade que permite a sua recuperação. O material elíptico corresponde a partes delimitáveis da oração ou do sintagma nominal, e nem sempre é um constituinte único.

[54] Cf., entre outros, Raposo (2002) (de onde se retiram os exemplos (iia,b)) e Lobeck (2006). Para alguns falantes, a preposição *em* no SN hospedeiro também é aceitável (cf. (iia,b,f)).

Algumas construções elípticas permitem a recuperação do material elíptico através do contexto situacional, sem que necessitem de uma expressão antecedente para esse efeito.

Na expressão hospedeira (i.e., que sofre a elipse), permanece sempre algum material realizado, que tem como função permitir localizar linguisticamente o material elíptico.

Embora na retórica e nas gramáticas tradicionais de inspiração greco-latina a elipse seja considerada como uma figura de estilo, ela é um dos processos mais comuns do discurso quotidiano, tanto no registo escrito como no oral. Com efeito, o recurso à elipse permite ao falante ou escritor depurar os enunciados do material que considera redundante e, consequentemente, apresentar com mais economia a informação que pretende veicular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEILLÉ, Anne; Robert BORSLEY (2006) "La syntaxe des corrélatives comparatives en anglais et en français". *In* Brill, Isabelle; Georges Rebuschi (orgs.) *Faits de Langues: Revue de Linguistique* 28: 21-33.

ADAM, Jean-Michel (1990) *Éléments de linguistique textuelle – théorie et pratique de l'analyse textuelle*. Liège. Mardaga.

___ ([1997] 2005[2]) *Les textes types et prototypes: Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris. Armand Colin.

___ (2005) *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris. Armand Colin. (Trad. port. de Maria da Graça Soares Rodrigues; João Gomes da Silva Neto (rev. cient.); Luís Passeggi; Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin *A lingüística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo. Cortez. 2011[2]).

AKMAJIAN, Adrian (1977) "The complement structure of perception verbs in an autonomous syntax framework". *In* Culicover, Peter; Thomas Wasow; Adrian Akmajian (orgs.) *Formal Syntax*. New York. Academic Press: 427-460.

ALEXANDRE, Nélia (2000) *A Estratégia Resumptiva em Relativas Restritivas do Português Europeu*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

ALGa – *Atlas Lingüístico Galego*. Garcia, C.; A. Santamarina (dirs.). Fernández Rei, F. (coord.) (1990) Vol. I, 1 *Morfoloxía Verbal*. La Coruña. Fundación "Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa".

ALLWOOD, Jens; Lars-Gunnar ANDERSSON; Osten DAHL (1977) *Logic in Linguistics*. Cambridge. Cambridge University Press.

AMARAL, Vasco Botelho de (1947) *Glossário crítico de dificuldades do idioma português*. Porto. Livraria Simões Lopes.

AMBAR, Manuela (1988) *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento). Pub. Lisboa. Edições Colibri. 1992.

___ (1999a) "Aspects of the Syntax of Focus in Portuguese". *In* Rebuschi, Georges; Laurice Tuller (eds.) *The Grammar of Focus*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 23-53.

___ (1999b) "Infinitives vs. Participles". *In* Treviño, Esthela; José Lema (eds.) *Semantic Issues in Romance Syntax*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 1-20 (publicado também *in* Costa, João (ed.) (2000) *Portuguese Syntax. New comparative Studies*: 14-30).

AMBAR, Manuela; Manuela GONZAGA; E. NEGRÃO (2004) "Tense, Quantification and Clause Structure in EP and BP: Evidence from a Comparative Study on *Sempre*". *In* Bok-Bennema, R.; B. Hollebrandse; B. Kampers-Manhe; P. Sleeman (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2002*. Amsterdam. John Benjamins: 1-16.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; Oswald DUCROT (1977) "Deux mais en français?". *In* Reichling, A.; E. Uhlenbeck; W. Allen (eds) *Lingua* 43: 23-40.

ARIEL, Mira (1990) *Accessing Noun-Phrase Antecedents*. London/New York. Routledge.

ARNAULD, Antoine; Claude LANCELOT (1660) *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondements de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle*. Paris. Pierre le Petit.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (1971) *Para uma Gramática Estrutural da Língua Portuguêsa*. Rio de Janeiro. Ed. Gernasa.

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda; Maria Lúcia Garcia MARQUES; Maria Luísa SEGURA DA CRUZ (1987) *Português Fundamental*,Vol. II *Métodos e Documentos*. Tomo 1 *Inquérito de Frequência*. Lisboa. INIC-CLUL.

BAKHTIN, Mikhaïl (1979) *Estetika slovesnogo tvortchestva*. Moskva. Iskustvo. (Trad. franc. *Esthétique de la création verbale*. Paris. Gallimard. 1984).

BAPTISTA, Jorge (2000) *Sintaxe dos nomes predicativos construídos com o verbo-suporte SER DE*. Universidade do Algarve (dissertação de doutoramento). Publ. *Sintaxe dos predicados nominais com "ser de"*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2005).

BARBOSA, Jeronymo Soares ([1822] 1881[7]) *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados à nossa Linguagem*. Lisboa. Academia Real das Sciencias.

BARBOSA, Pilar (2000) "Clitics: a Window into the Null Subject Property". *In* Costa, João (org.) *Essays in Portuguese Comparative Syntax*. Oxford. Oxford University Press: 31-93.

___ (2002) "A propriedade do sujeito nulo e o princípio da projecção alargado". *In* Mateus, Maria Helena; Clara Nunes Correia (orgs.) *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa. Colibri: 51-71.

BARROS, Clara (1998) *A Organização e o Funcionamento dos Discursos: Estudos sobre o Português*. Tomo I. Porto. Porto Editora.

BEAUGRANDE, R. de; W. U. DRESSLER (1981) *Introduction to Text Linguistics*. London. Longman.

BECHARA, Evanildo ([1961] 1999[37]) *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro. Lucerna. (ed. rev. e ampl.).

BELLO, Andrés ([1847] 1970) *Gramática de la lengua castellana*. Buenos Aires. Editorial Sopena Argentina.

BERTA, Tibor; Ildikó SZIJJ; Judit TAPAZDI (1999) *In* Salvi, Giampaolo (org.) A *Subordinação Adverbial em Português*. Budapeste. Íbisz, Departamento de Português da Universidade Eötvös Loránd de Budapeste.

BIANCHI, Valentina (1999) *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Berlin. Mouton de Gruyter.

___ (2004) "Resumptive relatives and LF chains". *In* Rizzi, L. (ed.) *The Structure of CP and IP*. New York/Oxford. Oxford University Press: 76-114.

BIBER, Douglas; Stig JOHANSON; Geoffrey LEECH; Susan CONRAD; Edward FINEGAN (1999) *The Longman Grammar of Spoken and Written English. Harlow/New York. Longman.*

BLANCHE-BENVENISTE, Claire (1990) "Usages normatifs et non-normatifs dans les relatives en français, en espagnol et en portugais". *In* Bechert, J.; G. Bernini; C. Buridant. (eds.) *Toward a Typology of European Languages*. Berlin/New York. Walter de Gruyter: 317-335.

____ (1997) *Approches de la langue parlée en français*. Paris. Ophrys.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire e Colette JEANJEAN (1987) *Le Français parlé. Transcription et édition*. Paris. INaLF, Didier Érudition.

BLINKENBERG, Andreas (1960) *Le problème de la transitivité en français moderne: essai syntacto-sémantique*. Copenhagen. Munksgaard.

BONET, Eulàlia (1995) "Feature Structure of Romance Clitics". *Natural Language and Linguistic Theory* 13: 607-647.

BORBA, Francisco da Silva (coord.) (1990) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo. Editora Unesp.

BOSQUE, Ignacio (1984) "Negación y elipsis". *Estudios de Lingüística* 2: 171-199.

____ (1990) *Las Categorías Gramaticales. Relaciones y Diferencias*. Madrid. Síntesis.

____ (1999) "El sintagma adjetival. Modificadores y complementos del adjetivo. Adjetivo y participio". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A: 217-310.

BOSQUE, Ignacio; Violeta DEMONTE (dirs.) (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.

BOURCIEZ, Edouard ([1910] 1967[5]) *Eléments de Linguistique Romane*. Paris. Klincksieck.

BRAGA, Franklim Costa (1971) *Quadrazais. Etnografia e Linguagem*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

BRANCO, António (1991) "The vagueness of reciprocity". *Actas do Workshop sobre Anáfora (Ofir 1990)*. APL: 73-115.

BRANQUINHO, João; Desidério MURCHO (orgs.) (2001) *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. Lisboa. Gradiva.

BRAZ, Ana (2005) *A Expressão da finalidade em português europeu contemporâneo: aspectos sintácticos, semânticos e pragmáticos*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado).

BRESNAN, Joan (1973) "Syntax of the comparative construction in English". *Linguistic Inquiry* 4(3): 275-345.

BRITISH NATIONAL CORPUS (BNC). http://www.natcorp.ox.ac.uk/.

BRITO, Ana Maria (1984) "Sobre as noções de Sujeito e Argumento Externo: semelhanças entre a estrutura de F e a estrutura de SN em Português". *Boletim de Filologia* XXIX: 421-478.

____ (1991a) *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*. Porto. INIC.

____ (1991b) "Ligação, co-referência e o princípio evitar o pronome". *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes* (Porto 1987). APL: 101-121.

____ (1991c) "Próprio" as a local and long-distance anaphoric expression in Portuguese". *Actas do Workshop sobre Anáfora (Ofir 1990)*. APL: 116-138.

____ (1995) "As orações relativas restritivas nas variantes culta e oral em quatro línguas românicas, com incidência especial em Português". *Lusorama* 27: 70-81.

____ (2003a) "Orações Relativas e Construções Aparentadas". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 653-694.

___ (2003b) "Subordinação adverbial". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 695-728.

___ (2003c) "Tipologia e Distribuição das expressões nominais". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 795-826.

BRONCKART, Jean-Paul (1997) *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Paris. Delachaux et Niestlé. (Trad. de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo socio-discursivo*. São Paulo. EDUC. 1999).

BRUCART, José María (1987) *La elisión sintáctica en Español*. Bellaterra. Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona.

___ (1999a) "La elipsis". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A: 2787-2863.

___ (1999b) "La estructura del sintagma nominal: las oraciones de relativo". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 395-522.

BURZIO, Luigi (1986) *Italian syntax: a government-binding approach*. Dordrecht. Reidel.

BUSSE, Winfried (org.) (1994) *Dicionário sintáctico de verbos portugueses*. Coimbra. Almedina.

CALLOU, Dinah; Maria Fernanda BACELAR DO NASCIMENTO; Carolina SERRA; Afrânio Gonçalves BARBOSA; Florbela BARRETO; Raquel AMARO; Luísa Alice Santos PEREIRA; Amália MENDES; Rita VELOSO (2003) "A posição do adjectivo no sintagma nominal: duas perspectivas de análise". *In* Brandão, Sílvia F.; Maria Antónia Mota (orgs.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro. UFRJ: 11-35.

CAMACHO, José (1990) "Algunos problemas de la coordinación disyuntiva en español". *In* Martín Vide, C. (ed.) *Lenguajes naturales y lenguajes formales* 2. Barcelona. Promociones y Publicaciones Universitarias.

___ (1999) "La Coordinación". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A: 2635-2694.

CAMPOS, Héctor (1986) "Indefinite Object Drop". *Linguistic Inquiry* 17: 354-359.

___ (1999) "Transitividad e intransitividad". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 1519-1574..

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa; Maria Francisca XAVIER (1991) *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa. Universidade Aberta.

CAMPOS, Odette A. de Souza (1980) *O Gerúndio no Português. Estudo Histórico-Descritivo*. Rio de Janeiro. Presença.

CARBALLO CALERO, Ricardo (1975) "No galego de Rianxo esiste un xerundio flesional". *Grial* 50: 497-499. (republicado como Carballo Calero, Ricardo (1981) "Um exemplo de Gerúndio Flexional". *In Problemas da Língua Galega*. Lisboa. Sá da Costa Ed.: 129-133).

CARDOSO, Adriana (2008) "Relativas com núcleo interno e relativo de ligação na história do português". *In* Frota, Sónia; Ana Lúcia Santos (orgs.) *Actas do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Évora 2007*). Lisboa. APL: 77-92.

CARDOSO, Adriana; Susana PEREIRA (2003) "Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em Português". *Revista da ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística* 2(2): 159-181.

CARECHO, Judite (1996) *Sobre a semântica das construções com* quando. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

CARRILHO, Ernestina (2005) *Expletive* Ele *in European Portuguese Dialects*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

CARVALHO, José G. Herculano de (1980) "Construções com *senão* no quadro de uma comparação com o alemão". *In* Rheinfelder, Hans (ed.) *Iberomania. Zeitschrft für die iberomannischen Sprachen und Literaturen in Europa und Amerika*. Separata *Iberomania* 12. Tübigen. Max Niemeyer: 18-29.

CASTELEIRO, João Malaca (1981) *Sintaxe Transformacional do Adjectivo*. Lisboa. INIC.

____ (coord.) (2007) *Dicionário gramatical de verbos portugueses*. Lisboa. Texto.

CASTRO, Ana (2006) *On Possessives in Portuguese*. Universidade Nova de Lisboa/Université Paris 8 (dissertação de doutoramento).

CHAROLLES, Michel; Georges KLEIBER (eds.) (1999) "Associative Anaphora". *Journal of Pragmatics* 31(3): 307-310.

CHOMSKY, Noam (1957) *Syntactic Structures*. The Hague. Mouton.

____ (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass. The MIT Press. (Existe trad. port. (anotada) de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra. Arménio Amado. 1975).

____ (1966) *Cartesian Linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York/London. Harper & Row.

____ (1977) "On Wh-movement". *In* Culicover, Wasow; Adrian Akmajian (orgs.) *Formal Syntax*. New York. Academic Press: 71-132.

____ (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht. Foris.

____ (1982) *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

____ (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

CINQUE, Guglielmo (1988) "On *Si* Constructions and the Theory of *arb*". *Linguistic Inquiry* 19(4): 521-581.

____ (1994) "On the evidence for partial N-movement in the Romance DP". *In* Cinque, Guglielmo; Jan Koster; Jean-Yves Pollock; Luigi Rizzi; Raffaella Zanuttini (eds.) *Paths Towards Universal Grammar. Studies in Honor of Richard S. Kayne*. Washington D.C. Georgetown University Press: 85-110.

COELHO, Adolfo (1891) *Noções Elementares de Grammatica Portugueza*. Porto. Lemos & Cia. Editores.

COLAÇO, Madalena (1992) *Construções 'Across-the-Board' em Português Europeu*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

____ (1996) "O princípio 'Across-the-Board' e o Movimento Sintáctico em Estruturas de Coordenação". *In* Gonçalves, Anabela; Madalena Colaço; Matilde Miguel; Telmo Móia (orgs.), *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. Uma Abordagem segundo a Teoria de Princípios e Parâmetros*. Lisboa. Edições Colibri: 51-99.

____ (2004) "A Coordenação Comitativa". *In* Freitas, Tiago; Amália Mendes (orgs.) *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2003*). Lisboa. APL: 383-396.

____ (2005) *Configurações de Coordenação Aditiva: Tipologia, Concordância e Extracção*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

COLAÇO, Madalena; Gabriela MATOS (2010) "Estruturas coordenadas sem especificador realizado em português europeu". *Diacrítica* 24(1): 267-288.

CORDEMOY, Géraud (1668) *Discours Physique de la Parole*. Paris. Florentin Lambert.

COSTA, Ana Luísa (2005) "Aspectos Sintáctico-Semânticos de Estruturas Contrastivas". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2004*). Lisboa. APL: 495-507.

___ (2007) "Complexidade estrutural de conectores concessivos". *In* Lobo, Maria; Maria Antónia Coutinho (orgs.) *Textos Seleccionados. XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Coimbra 2006*). Lisboa. APL/Colibri: 287-302.

COSTA, João (1998) *Word Order Variation. A constraint-based approach*. The Hague. Holland Academic Graphics.

COSTA, João; Inês DUARTE (2003) "Objectos nulos em debate". *In* Castro, Ivo; Inês Duarte (orgs.) *Razões e emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. I. Lisboa. INCM: 249-260.

COUTINHO, Maria Antónia (2005) "Para uma Linguística dos géneros de texto". *Diacrítica* 19(1): 73-110.

CRESTI, Emanuela; Massimo MONEGLIA (eds.) (2005) *C-ORAL-ROM: Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins.

CRUSE, Alan (2004) *Meaning in Language. An Introduction to Semantics and Pragmatics*. Oxford. Oxford University Press.

CUERVO, Rufino José (1954) "Sobre o carácter del infinitivo". *Obras* 2. Bogotá. Instituto Caro y Cuervo: 47-57.

CULICOVER, Peter; Ray JACKENDOFF (1999) "The view from the periphery: the English comparative correlative". *Linguistic Inquiry* 30(4): 543-571.

CUNHA, Celso (1969) *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte. Ed. Bernardo Alvares S. A.

CUNHA, Celso; Luís F. Lindley CINTRA (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa. Edições João Sá da Costa.

CUNHA, Luís Filipe (2000) "Valores Temporais das Orações com *Quando*". *Cadernos de Linguística da Universidade do Porto* 8.

___ (2003) "Efeitos aspectuais da negação frásica". *In* Mendes, Amália; Tiago Freitas (orgs.) *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Porto 2002*) Lisboa. APL/Colibri: 315-325.

CUNHA, Luis Filipe; António LEAL; Purificação SILVANO (2008) "Relações Retóricas e temporais em Construções Gerundivas Adverbiais". *In* Oliveira, Fátima; Isabel Margarida Duarte (orgs.) *Actas do Colóquio O Fascínio da Linguagem em Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. (*Porto 2008*). Centro de Linguística da Universidade do Porto: 119-128.

CYRINO, Sonia; Gabriela MATOS (2002) "VP Ellipsis in European and Brazilian Portuguese – a comparative analysis". *Journal of Portuguese Linguistics* 1(2): 177-195.

___ (2005) "Local Licensers and Recovering in VP Ellipsis". *Journal of Portuguese Linguistics* 4(2): 79-112.

___ (2006a) "Anáfora do Complemento Nulo: anáfora profunda ou de superfície? Evidência do Português Brasileiro e Europeu". *Letras de Hoje* 41(1): 121-141.

___ (2006b) "Null Complement Anaphora in Romance: Deep or Surface Anaphora?". *In* Doetjes, Jenny; Paz Gonzalez (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2004*. Amsterdam: John Benjamins: 95-120.

DEMONTE, Violeta (1991) *Teoría sintáctica: de las estructuras a la rección*. Madrid. Síntesis.

____ (1999) "El adjetivo: Clases y usos. La posición del adjetivo en el sintagma nominal". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 129-216.

DEPIANTE, Marcela A. (2000) *The Syntax of Deep and Surface Anaphora: A Study of Null Complement Anaphora and Stripping/Bare Argument Ellipsis*. Connecticut University (PhD dissertation).

____ (2001) "On Null Complement Anaphora in Spanish and Italian". *Probus* 13(2): 193-221.

DEULOFEU, José (1981) "Perspective linguistique et sociolinguistique dans l'étude des relatives en français". *Recherches sur le Français Parlé* 3. Aix-en-Provence. GARS: 135-193.

DIAS, Augusto Epiphanio da Silva (1870) *Gramática Practica da Língua Portugueza*. Porto. Typographia do Jornal do Porto.

____ ([1876] 1921[13]) *Grammatica Portugueza Elementar*. Lisboa. A. Ferreira Machado e C.ª.

____ (1918 1970[5]) *Syntaxe Historica Portuguesa*. Lisboa. Livraria Clássica Editora.

DIJK, Teun A. van (1977) *Text and Context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London. Longman.

DIXON, Robert M.W. (1982) *Where Have All the Adjectives Gone? and other essays in Semantics and Syntax*. Berlin. Mouton Publishers: 1-62.

DONNELLAN, Keith S. (1966) "Reference and Definite Description". *The Philosophical Review* 75: 281-304.

DUARTE, Inês (1987) *A Construção de Topicalização na Gramática do Português*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

____ (1991) "Dependência vs. independência referencial e co-referência: algumas reflexões". *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes* (Porto 1987). APL: 141-153.

____ (1997) "Ordem de palavras: sintaxe e estrutura discursiva". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Oliveira; Isabel Pires de Lima; Rosa Maria Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto. Campo das Letras: 581-592.

____ (1998) "Verbos Causativos de Alternância Locativa". *Veredas* 1(2). UFJF: 91-101

____ (2003a) "Aspectos linguísticos da organização textual". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 85-123.

____ (2003b) "Padrões de colocação dos pronomes clíticos". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 847-867.

____ (2004) "Elipses Focais". *In* Oliveira, Fátima; Inês Duarte (orgs.) *Da Língua e do Discurso*. Porto. Campo das Letras: 299-309.

DUARTE, Inês; Ana Maria BRITO (1996) "Sintaxe". *In* Faria, Isabel Hub; Emília Ribeiro Pedro; Inês Duarte; Carlos A. M. Gouveia (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 247-302.

DUARTE, Inês; Anabela GONÇALVES; Matilde MIGUEL (2006) "Verbos leves com nomes deverbais em português europeu". *In* Oliveira, Fátima; Joaquim Barbosa (orgs.). *Textos Seleccionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Porto 2005*). Lisboa. APL: 315-328.

DUARTE, Inês; Madalena COLAÇO; Anabela GONÇALVES; Amália MENDES; Matilde MIGUEL (2009) "Predicados complexos do tipo <verbo leve-nome derivado>: uma análise baseada em *corpora*". *In* Hora, Demerval da (org.). *Anais do VI Congresso Internacional da Abralin*. João Pessoa. Ideia: 1858-1867.

DUARTE, Inês; Fátima OLIVEIRA (2010) "Particípios Resultativos". *In* Brito, Ana Maria, Fátima Silva, João Veloso e Alexandra Fiéis (orgs.) *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2009*). Porto. APL: 397-408.

DUCROT, O.; Carlos VOGT (1979) "De 'Magis' à 'Mais': une hypothèse sémantique". *Revue de Linguistique Romane*. Tome 43: 317-341.

ELISEU, André (1984) *Verbos ergativos do português: Descrição e análise*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica).

____ (1988) "Sobre a estrutura das frases reduzidas absolutas participiais", ms.

EMONDS, Joseph (1978) "The verbal complex V'-V'' in French". *Linguistic Inquiry* 9(2): 151-175.

ERNOUT, Alfred (1914) *Morphologie historique du latin*. (Trad. esp. *Morfología Histórica Latina*. Madrid. Editorial El Mensajero. 1924).

ESCANDELL VIDAL, María Victoria (1999) "Los enunciados interrogativos. Aspectos semánticos y pragmáticos". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 3929-3992.

ESTRELA, Antónia (2006) *A teoria da ligação. Dados do português europeu*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de mestrado).

FARIA, Ernesto (1958) *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica.

FARIA, Isabel Hub (1974) "Conjuntivo e a restrição da frase-mais-alta". *Boletim de Filologia* XXIII: 81-190.

FARRELL, Patrick (1990) "Null Objects in Brazilian Portuguese". *Natural Language and Linguistic Theory* 8(3): 325-346.

FERNANDES, Francisco ([1940] 2001[44]) *Dicionário de verbos e regimes*. São Paulo. Editora Globo.

FERNÁNDEZ LAGUNILLA, Marina (1999) "Las construcciones de gerundio". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (orgs.) *Las construcciones sintácticas fundamentales. Relaciones temporales, aspectuales y modales*. *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe S. A: 3443-3501.

FERNÁNDEZ LEBORANS, María Jesús (1999) "La predicación: Las oraciones copulativas". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe S. A: 2357-2460.

FERREIRA, Idalina (1996) *O Tempo nas Construções Condicionais*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado).

FIÉIS, Alexandra; Maria LOBO (2010) "Aspectos da sintaxe das orações gerundivas no Português Medieval e no Português Europeu Contemporâneo". *In* Brito, Ana Maria, Fátima Silva, João Veloso e Alexandra Fiéis (orgs.) *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2009*). Porto. APL: 419-434.

FIENGO, Robert; Robert MAY (1994) *Indices and Identity*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

FIGUEIREDO, José Nunes de; António Gomes FERREIRA ([s.d.] 1973[2], 1977, 1987[12]) *Compêndio de gramática portuguesa*. Porto. Porto Editora.

FIGUEIREDO, Olívia (2002) "O procedimento reclassificatório da anáfora resumativa: A propósito de *A Caverna* de José Saramago". *In* Duarte, Isabel Margarida; Joaquim Barbosa; Sérgio Matos; Thomas Hüsgen (orgs.) *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Vol. 2: 217-230.

FILLMORE, Charles (1968) "The Case for Case". *In* Bach, Emmon; Robert Thomas Harms (eds.) *Universals in Linguistic Theory*. New York. Holt, Rinehart and Winston: 1-88.

FLAMENCO GARCÍA, L. (1999) "Las construcciones concesivas y adversativas". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 3805-3878.

FORD, Cecilia; Sandra A. THOMPSON (1986) "Conditionals in Discourse: a Text-Based Study from English". *In* Traugott, Elizabeth Closs; Alice ter Meulen; Judy S. Reilly; Charles A. Ferguson (eds.) *On Conditionals*. Cambridge. Cambridge University Press.

GADET, Françoise (1995) "Les relatives non standard en français parlé: le système et l'usage". *In* Andersen, Hanne Leth; Gunnar Skytte (eds.) *La subordination dans les langues romanes. Actes du colloque international Copenhague 1994*. *Etudes Romanes* 34: 141-162.

GAFFIOT, Félix (1934) *Dictionnaire Latin-Français*. Paris. Hachette. (disponível em http://www.lexilogos.com/latin/gaffiot.php).

GARCÍA FERNÁNDEZ, Luis (1999) "Los complementos adverbiales temporales. La subordinación temporal". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 3129-3208.

GARRAPA, Luigia (2009) "Vowel elision in spoken Italian". *In* Torck, Danièle; W. Leo Wetzels (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2006: Selected papers from 'Going Romance'*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins Publishing Company: 73-88.

GARRIDO MEDINA, Joaquín (1999) "Los actos de habla: las oraciones imperativas". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 3879-3928.

GILI GAYA, Samuel (1970) *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona. Bibliograf.

GONÇALVES, Anabela (1999) *Predicados Complexos Verbais em Contexto de Infinitivo não Preposicionado em Português Europeu*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

GONÇALVES, Anabela; Gabriela MATOS (2008) "Restruturação e Anáfora do Complemento Nulo em Português Europeu". *In* Frota, Sónia; Ana Lúcia Santos (orgs.) *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Évora 2007*). Lisboa. APL: 207-223.

___ (2009) "Ellipsis and Reestructuring in European Portuguese". *In* Aboh, E.; E. Linden; J. Queer; P. Sleeman (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2007*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins Publishing Company: 109-129.

GOODALL, Grant (1987) *Parallel Structures: Coordination, Causatives and Restructuring*. Cambridge. Cambridge University Press.

GOUVEIA, Carlos (1996) "Pragmática". *In* Faria, Isabel Hub; Emília Ribeiro Pedro; Inês Duarte; Carlos A. M. Gouveia (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 383-419.

GRETSCH, Petra (2003) "Omission impossible? Topic and focus in focal ellipsis". *In* Schwabe, Kerstin; Susanne Winkler (eds.) *The Interfaces – Deriving and interpreting omitted structures*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins Publishing Company: 341-365.

GREVISSE, Maurice ([1936] 1993[13]) *Le bon Usage – Grammaire française*. Paris. Duculot (refondue par André Goosse).

GRICE, H. Paul (1975) "Logic and Conversation". *In* Cole, Peter; Jerry L. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics*. Vol. 3. *Speech Acts*. New York. Academic Press: 41-58.

GRIMSHAW, Jane (1990) *Argument Structure*. Cambridge Mass. The MIT Press.

GRIMSHAW, Jane; Armin MESTER (1988) "Light verbs and q-marking". *Linguistic Inquiry* 19: 205-232.

GROSS, Maurice (1981) "Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique". *Langages* 63: 7-52.

GROSZ, Barbara; Aravind JOSHI; Scott WEINSTEIN (1995) "Centering: A Framework for Modelling the Local Coherence of Discourse". *Computational Linguistics* 21(2): 203-225.

GRUBER, J. S. (1965) *Studies in Lexical Relations*. MIT (PhD dissertation). Publ. *Lexical Structures in Syntax and Semantics*. Amsterdam. North Holland. 1976.

GUERREIRO, António Machado (1968) *Colos (Alentejo) – Elementos Monográficos*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

HAEGEMAN, Liliane (1984) "Remarks on Adverbial Clauses and Definite NP-Anaphora". *Linguistic Inquiry* 15(4): 712-715.

___ (2002) "Anchoring to speaker, adverbial clauses and the structure of CP". *GUWPTL* 2: 117-180.

HALLIDAY, Michael A.K.; Ruqaiya HASAN (1976) *Cohesion in English*. London. Longman.

___ (1989) *Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford. Oxford University Press.

HANKAMER, Jorge (1973) "Why are there two *than*'s in English". *In* Corum, C.; T.C. Smith-Stark; A. Weiser (orgs.) *Papers from the 9th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Chicago: Chicago University Press: 179-191.

___ (1979) *Deletion in Coordinate Structures*. New York. Garland.

HANKAMER, Jorge; Ivan SAG (1976) "Deep and surface anaphora". *Linguistic Inquiry* 7(3): 391-426.

HARRIS, Zellig (1970) *Papers in Structural and Transformational Linguistics*. Dordrecht. Reidel.

HASPELMATH, Martin (ed.) (2004) *Coordinating constructions. Typological studies in language* 58. Amsterdam. Benjamins.

HASPELMATH, Martin; Ekkehard KÖNIG (1998) "Concessive conditionals in the languages of Europe". *In* Auwera, Johan van der (ed.) *Adverbial Constructions in the Languages of Europe*. Berlin/New York. Mouton de Gruyter: 563-640.

HEINÄMÄKI, O. (1972) "Before". *In* Peranteau, Paul M.; Judith N. Levi; Gloria C. Phares (eds.) *Papers from the Eighth Regional Meeting Chicago Linguistic Society* 1972. Chicago. CLS.

HELLAN, Lars (1981) *Towards an Integrated Analysis of Comparatives*. Tübingen. Narr.

HENDRIKS, Petra (1995) *Comparatives and Categorial Grammar.* Rijksuniversiteit Groningen (PhD dissertation).

HENGEVELD, Kees (1998) "Adverbial clauses in the languages of Europe". *In* van der Auwera, Johan (ed.) *Adverbial Constructions in the Languages of Europe*. Berlin/New York. Mouton de Gruyter: 335-419.

HERNANZ, M. Lluïsa (1990) "Referencia temporal e interpretacion arbitraria: los usos 'Universales' del Indice ARB". *Actas do V Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1989*). Lisboa. APL: 91-108.

___ (1999) "El infinitivo". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 2197-2356.

HERNANZ, M. Lluïsa; José María BRUCART (1987) *La sintaxis*. Barcelona. Crítica.

HOBBS, Jerry R. (1985) "On the Coherence and Structure of Discourse". Report No. CSLI-85-37. Center for the Study of Language and Information, Stanford University. (publicação electrónica: http://www.isi.edu/~hobbs/ocsd.pdf).

HOPPER, Paul J.; Elizabeth Closs TRAUGOTT (1993) *Grammaticalization*. Cambridge. Cambridge University Press.

HUANG, C.- T. James (1984) "On the distribution and reference of empty pronouns". *Linguistic Inquiry* 15(4): 531-574.

____ (1989) "Pro-drop in Chinese: A Generalized Control Theory". *In* Jaeggli, Osvaldo; Kenneth Safir (eds.) *The null subject parameter*. Dordrecht. Kluwer: 185-214.

HUANG, Yan (2002) *Anaphora: A cross linguistic approach*. Oxford. Oxford University Press.

HUBER, Joseph (1933) *Altportugiesisches Elementarbuch*. (Trad. port. de Maria Manuela Gouveia Delille *Gramática do Português Antigo*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1986).

HUDDLESTON, Rodney; Geoffrey K. PULLUM (2002) *The Cambridge Grammar of the English Language*. Cambridge. Cambridge University Press.

International Corpus of English (ICE). http://ice-corpora.net/ice/index.htm.

JACKENDOFF, Ray (1971) "Gapping and Related Rules". *Linguistic Inquiry* 2(1): 21-35.

____ (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

____ (1977) *X-Bar Syntax: a Study of Phrase Structure*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

____ (2002) *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar*. Oxford. Oxford University Press.

JAEGGLI, Osvaldo; Kenneth SAFIR (eds.) (1989) *The Null Subject Parameter*. Kluwer. Dordrecht.

JESPERSEN, Otto (1909-1949) *A Modern English Grammar on Historical Principles*. Heidelberg. C. Winter.

JOHANNESSEN, J. (1998) *Coordination*. Oxford. Oxford University Press.

JOHNSON, Kyle (2006) "Gapping". *In* Everaert, Martin; Henk Riemsdijk (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*. Vol. II. Malden, Mass./Oxford/Vitória. Blackwell Publishing: 407-435.

KAMP, Hans; Uwe REYLE (1993) *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht. Kluwer.

KARTTUNEN, Lauri (1971) "Implicative verbs". *Language* 47(2): 340-58.

KATO, Mary; Eduardo RAPOSO (1996) "European and Brazilian Portuguese Word Order: Question, Focus and Topic Constructions". *In* Parodi, C.; A. C. Quicoli; M. Saltarelli; M. L. Zubizarreta (eds.) *Aspects of Romance Linguistics*. Washington. Georgetown University Press: 267-277.

KAYNE, Richard (1991) "Romance clitics, verb movement and PRO". *Linguistic Inquiry* 22: 647-686.

____ (1994) *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

KEENAN, Edward; Leonard M. FALTZ (1980) "A New Approach to Quantification in Natural Language". *In* Rohrer, Christian (ed.) *Time, Tense, and Quantifiers. Proceedings of the Stuttgart Conference on the Logic of Tense and Quantification*. Tübingen. Max Niemeyer Verlag: 223-268.

KENNEDY, Christopher (1997) *Projecting the Adjective: The Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*. University of California, Santa Cruz (PhD dissertation).

KENNEDY, Christopher; Louise MCNALLY (2005) "Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates". *Language* 81(2): 345-381.

KESTER, Ellen-Petra (1996) *The Nature of Adjectival Inflection*. Utrecht. OTS.

KIPARSKY, Paul; Carol KIPARSKY (1970) "Fact". *In* Steinberg, Danny D.; Leon A. Jakobovits (eds.) *Semantics*. Cambridge. Cambridge University Press: 345-369.

KLEIBER, Georges (1990) "Sur l'anaphore associative: article défini et adjectif démonstratif". *Rivista di Linguistica* 2(1): 155-174.

___ (2001) *L'anaphore associative*. Paris. Presses Universitaires de France.

KORTMANN, Bernd (1991) *Free Adjuncts and Absolutes in English: Problems of Control and Interpretation*. London/New York. Routledge.

___ (1996) *Adverbial Subordination: A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. New York. Mouton de Gruyter.

KOVACCI, Ofelia (1999) "El adverbio". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A: 705-786.

KRIFKA, Manfred; Francis J. PELLETIER; Gregory CARLSON; Alice ter MEULEN; Gennaro CHIERCHIA; Godehard LINK (1995) "Genericity: An Introduction". *In* Carlson, Gregory; Francis J. Pelletier (orgs.) *The Generic Book*. Chicago. The University of Chicago Press: 1-124.

KURODA, Sige-Yuki (1972) "The categorial and the thetic judgement. Evidence from Japanese Syntax". *Foundations of Language* 9: 153-185.

___ (1992) *Japanese Syntax and Semantics*. Dordrecht/Boston/London. Kluwer Academic Publishers.

LACA, Brenda (1990) "Generic objects: some more pieces of the puzzle". *Lingua* 81: 25-46.

LAKOFF, Georges; Stanley PETERS (1969) "Phrasal Conjunction and Symmetric Predicates". *In* Reibel, David A.; Sanford A. Schane (eds.) *Modern Studies in English*. Englewood Cliffs, NJ. Prentice Hall: 113-142.

LAMBRECHT, Knud (1994) *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge. Cambridge University Press.

LANDAU, Idan (2000) *Elements of control: structure and meaning in infinitival constructions*. Dordrecht/Boston/London. Kluwer Academic Publishers.

LASCARIDES, Alex; Nicholas ASHER (1993) "Temporal Interpretation, Discourse Relations and Common Sense Entailment". *Linguistics and Philosophy* 16(5): 437-493.

LAUSBERG, Heinrich (1949) *Elemente der Literarischen Rhetorik*. München. Max Hueber Verlag. (Trad. port. de R. M. Rosado Fernandes (a partir da 2ª edição) *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1967).

LEAL, António (2001) *O Valor Temporal das Orações Gerundivas em Português*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado).

___ (2003) "O valor temporal das orações gerundivas em português". *In* Mendes, Amália; Tiago Freitas (orgs.) *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Porto 2002*). Lisboa. APL: 455-464.

LECHNER, Winfred (1999) *Comparatives and DP-Structure*. University of Massachusetts/Amherst (PhD dissertation).

LEE, David Y.W. (2001) "Genres, registers, text types, domains, and styles: clarifying the concepts and navigating a path through the BNC jungle". *Language Learning & Technology* 5(3): 37-72.

LEE, EunHee (2008) "Aspectual and focus adverbs in English and Korean". *Natural Language and Linguistic Theory* 26: 339-358.

LEPRE POSE, Carmen (2006) "El gerundio de posterioridad.¿Un proceso de cambio?". *In* Llamazares, Milka Villayandre (ed.) *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. Léon. Universidad de Léon, (publicação electrónica: http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas.htm).

LEVIN, Beth; Malka Rappaport HOVAV (1995) *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

LEVINE, Robert D. (1985) "Right node (non-) raising". *Linguistic Inquiry* 16: 492-497.

LEWIS, Charlton T.; Charles SHORT (1879) *A Latin Dictionary*. Oxford. Clarendon Press. (disponível em http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0059).

LIMA, José Pinto de (1996) "O papel da semântica e da pragmática no estudo dos conectores". *In* Faria, Isabel Hub; Emília Ribeiro Pedro; Inês Duarte; Carlos A. M. Gouveia (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 421-427.

___ (1997) "Caminhos semântico-pragmáticos da gramaticalização: o caso de *embora*". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Oliveira; Isabel Pires de Lima; Rosa Maria Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto. Campo das Letras: 643-655.

LOBECK, Anne (1995) *Ellipsis: Functional Heads, Licensing and Identification*. Oxford. Oxford University Press.

___ (2006) "Ellipsis in DP". *In* Everaert, Martin; Henk van Riemsdijk (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*. Vol. II. Malden, Mass./Oxford/Vitória. Blackwell Publishing: 145-173.

LOBO, Maria (2001a) "On Gerund Clauses of Portuguese Dialects". *In* Veiga, Alexandre; Víctor M. Longa; JoDee Anderson (eds.) *El Verbo. Entre el Léxico y la Gramática*. Lugo. Ed. Trim Tram: 107-118.

___ (2001b) "Para uma sintaxe das orações causais do português". *In* Correia, Clara Nunes; Anabela Gonçalves (orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Coimbra 2000*). Lisboa. APL/Colibri: 291-306.

___ (2002a) "Aspectos da sintaxe das orações gerundivas adjuntas do Português". *In* Gonçalves, Anabela; Clara Nunes Correia (orgs.) *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2001*). Lisboa. APL/Colibri: 247-265.

___ (2002b) "On the structural position of non-peripheral adjunct clauses". *Journal of Portuguese Linguistics* 1(1): 83-118.

___ (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Universidade Nova de Lisboa (dissertação de doutoramento).

___ (2006) "Dependências temporais: a sintaxe das orações subordinadas gerundivas do português". *Veredas* 10(1-2): 1-26.

___ (2008) "Variação morfo-sintáctica em dialectos do português europeu: o gerúndio flexionado". *Diacrítica* 22(1): 25-55.

LONGA, Victor (1993) "Gerundios Gallegos, Posición de Sujetos y Concordancia". Comunicação apresentada no *XXIII Simposio de la S.E.L.*. Lérida.

___ (1994) "The Galician Inflected Infinitive and the Theory of UG". *CatWPL* 4(1): 23-44.

LOPES, Ana Cristina Macário (1999) "Contributos para uma análise dos valores temporais e discursivos de *logo*". *In* Faria, Isabel Hub (org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa. Ed. Cosmos/FLUL: 433-443.

___ (2002) "Elementos para uma análise semântica das construções com *enquanto*". *In* Mateus, Maria Helena; Clara Nunes Correia (orgs.) *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa. Edições Colibri: 371-380.

LOPES, Helena Couto (2004) *Aspectos sintácticos, semânticos e pragmáticos das construções causais. Contributo para uma reflexão sobre o ensino da gramática*. Universidade do Porto (dissertação de doutoramento).

LOPES, Óscar (1971 1972²) *Gramática Simbólica do Português*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. (2.ª ed. corr.).

___ ([1983] 2005²) "Sobre as Contrastivas em Português". Comunicação apresentada no *17ème Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes* (*Aix-en-Provence*). *In* Oliveira, Fátima; Ana Maria Brito (coord.) (2005) *Entre a Palavra e o Discurso. Estudos de Linguística 1977-1993*. "Obras de Óscar Lopes". Porto. Campo das Letras: 177-191.

___ (1985) "Algumas peculiaridades do Português, especialmente do Português Europeu que importam à semântica linguística universal". *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa: ICALP: 85-108.

___ (1997 2005²) "Construções concessivas. Algumas reflexões formais lógico-pragmáticas". *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica* (*Santiago de Compostela 1989*). Sección I. A Coruña. Fundación Pedro Barrié de la Maza: 905-912. Reed. *In* Oliveira, Fátima; Ana Maria Brito (coord.) (2005) *Entre a Palavra e o Discurso. Estudos de Linguística 1977-1993*. "Obras de Óscar Lopes". Porto. Campo das Letras: 193-209.

LÓPEZ GARCÍA, Ángel (1999) "Relaciones paratácticas e hipotácticas". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 3507-3547.

LOPORCARO, Michele (1986) "L'infinito coniugato nell'Italia centro-meridionale: ipotesi genetica e ricostruzione storica". *L'Italia dialettale* XLIX: 173-240.

LUFT, Celso ([1987] 2003⁸) *Dicionário Prático de Regência Verbal*. São Paulo. Editora Ática.

LYONS, John (1968) *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge/New York. Cambridge University Press.

___ (1977) *Semantics*. Cambridge. Cambridge University Press.

MAGRO, Catarina (2007) *Clíticos: Variações sobre o Tema*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra. INIC.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (2008) *Produção textual, análise de géneros e compreensão*. São Paulo. Parábola.

MARQUES, Rui (2001) "O modo em condicionais contrafactuais e hipotéticas". *In* Correia, Clara Nunes; Anabela Gonçalves (orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Coimbra 2000*). Lisboa. APL/Colibri: 325-335.

___ (2006) "Multi-headed comparatives in Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics* 5(1): 5-35.

MARRAFA, Palmira (1993) *Predicação Secundária e Predicados Complexos em Português: Análise e Modelização*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

MARTINHO, Fernando (1998) *A Elipse Nominal em Português e em Francês*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado).

MARTINS, Ana Maria (1994a) *Clíticos na História do Português*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

___ (1994b) "Enclisis, VP-Ellipsis and the Nature of Sigma". *Probus* 6: 173-205.

____ (1997) "*Alguns, poucos, muitos, todos* e a relação Sintaxe–Semântica". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Oliveira; Isabel Pires de Lima; Rosa Maria Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto. Campo das Letras: 679-692.

____ (2001) *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa: da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa. INCM.

____ (2003) "Construções com *se*: mudança e variação no português europeu". *In* Castro, Ivo; Inês Duarte (eds.) *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. II. Lisboa. INCM: 19-41.

____ (2005) "Passive and impersonal *se* in the history of Portuguese". *In* Pusch, Claus D.; Johannes Kabatek; Wolfgang Raible (eds.). *Romance Corpus Linguistics II: Corpora and Diachronic Linguistics*. Tübingen. Gunter Narr Verlag: 411-430.

MARTINS, Maria Cândida C. E. dos Reis (2003) "Anáfora associativa – uma abordagem léxico-discursiva". *In* Mendes, Amália; Tiago Freitas (orgs.) *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Porto 2002*). Lisboa, APL: 515-526.

MASCARENHAS, Isabel; Mariana MENDES (1995) "As estruturas de escoamento (sluicing) em português". *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Évora 1994*). Lisboa. APL: 277-288.

MATEUS, Maria Helena Mira; Ana Maria BRITO; Inês DUARTE; Isabel Hub FARIA (1983, 1989[2]) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira; Ana Maria BRITO; Inês DUARTE; Isabel Hub FARIA; Sónia FROTA; Gabriela MATOS; Fátima OLIVEIRA; Marina VIGÁRIO; Alina VILLALVA (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho (5ª ed. rev. e aum).

MATIAS, Maria de Fátima de Rezende F. (1984) *Bilinguismo e níveis sociolinguísticos numa região luso-espanhola (concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Separata dos volumes XVIII e XIX da *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra.

MATOS, Gabriela (1991) "Coordenação, sujeito nulo e co-referência". *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes* (Porto 1987). APL: 123-140.

____ (1992) *Construções de Elipse do Predicado em Português – SV Nulo e Despojamento*. Universidade de Lisboa (tese de doutoramento).

____ (2000) "Across-the-Board clitic placement in Romance Languages". *Probus* 12(2): 229-259.

____ (2003a) "Construções elípticas". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 869-913.

____ (2003b) "Estruturas de coordenação". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 549-592.

____ (2003c) "Orações comparativas". *In* Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho: 732-754.

____ (2004) "Coordenação frásica vs. subordinação adverbial". *In* Freitas, Tiago; Amália Mendes (orgs.) *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2003*). Lisboa. APL: 555-567.

____ (2006) "Coordination de phrases vs. subordination adverbiale – propositions causales en portugais". *In* Brill, Isabelle; Georges Rebuschi (orgs.) *Faits de Langues: Revue de Linguistique* 28: 169-180.

____ (2009) "Appositive Sentences and the Structure(s) of Coordination". *In* Torck, D.; L. Wetzels (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2006*. Amsterdam. John Benjamins: 159-173.

MATOS, Gabriela; Ana Maria BRITO (2002) "On the syntax of canonical comparatives in European Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics* 1(1): 41-81.

___ (2008) "Comparative clauses and cross linguistic variation: a syntactic approach". *Actes du Colloque de Sintaxe et Sémantique à Paris*. (textes sellectionnés). ISSN 1769-7158. www.CSSP2007.

MATOS, Gabriela; Edite PRADA (2005) "Construções contrastivas de focalização: adversativas vs. concessivas". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2004*). Lisboa. APL: 701-713.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989) *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa. INCM.

___ (1994) *O Português Arcaico. Morfologia e Sintaxe*. São Paulo/Salvador. Contexto/EDUFBA.

McCAWLEY, James D. (1988) "The comparative conditional constructions in English, German and Chinese". *Proceedings of the 14th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*: 176-187.

McCLOSKEY, James (1986) "Right node raising and preposition stranding". *Linguistic Inquiry* 17: 183-186.

MEIRELES, José; Eduardo RAPOSO (1983) "Subjunctives and Disjoint Reference in Portuguese: Some Implications for the Binding Theory". Comunicação apresentada ao *1er Colloqui Internacional de Lingüistica Teòrica i Llengues Romàniques*, Sitges.

MENDES, Sara (2009) *Syntax and Semantics of Adjectives in Portuguese: analysis and modelling*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

MENDIKOETXEA, Amaya (1999) "Construcciones Inacusativas y Pasivas". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A.: 575-629.

MENUZZI, Sergio de Moura (1999) *Binding theory and pronominal anaphora in Brazilian Portuguese*. The Hague. Holland Academic Graphics.

MERCHANT, Jason (2001) *The syntax of silence: sluicing, islands and the theory of ellipsis*. Oxford/New York. Oxford University Press.

___ (2004) "Fragments and ellipsis". *Linguistics and Philosophy* 27(6): 661-738.

___ (2006) "Sluicing". *In* Everaert, Martin; Henk van Riemsdijk (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*. Vol. IV. Malden, Mass./Oxford/Vitória. Blackwell Publishing: 271-291.

MIGUEL, Matilde (2004) *O Sintagma Nominal em Português Europeu: Posições de Sujeito*. Universidade de Lisboa (dissertação de doutoramento).

MILLER, Jim; Regina WEINERT (1998) *Spontaneous spoken language. Syntax and Discourse*. Oxford. Oxford University Press.

MILNER, Jean-Claude (1976) "Réflexions sur la référence". *Langue Française* 30: 63-73.

MÓIA, Telmo (1992a) *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

___ (1992b) "Sobre Classes Semânticas de Adjectivos". *Cadernos de Semântica 7*. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

___ (1995) "Aspectos da Semântica das Expressões Temporais com *desde* e *até* - Questões de *Aktionsart*". *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Évora 1994*). Lisboa. APL: 341-358.

___ (2001) "Aspectos Sintáctico-Semânticos das Orações Relativas com *como* e *quando*". *In* Correia, Clara Nunes; Anabela Gonçalves (orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Coimbra 2000*). Lisboa. APL/Colibri: 349-361.

MÓIA, Telmo; Evani VIOTTI (2005) "Sobre a semântica das orações gerundivas adverbiais". *In* Duarte, Inês; Isabel Leiria (orgs.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2004*). Lisboa. APL: 715-729.

MOLTMANN, Friederike (1992) *Coordination and Comparatives*. MIT (PhD dissertation).

MONEGLIA, Massimo; Philippe MARTIN (2005) "The C-ORAL-ROM resource". *In* Cresti, Emanuela; Massimo Mognelia (eds.) *C-ORAL-ROM, Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins: 1-70.

MONTALBETTI, Mario (1986) "How Pro Is It?". *In* Jaeggli, Osvaldo; Carmen Silva-Corvalán (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht. Foris: 137-152.

MORGAN, Jerry (1973) "Sentence fragments and the notion 'sentence'". *In* Kachru, B.; R. Lees; Y. Malkiel; A. Pietrangeli; S. Saporta (eds.) *Issues in Linguistics*. Urbana. University of Illinois Press: 719-751.

MOTA, Maria Antónia (1998) "Les traits nombre et personne/nombre en portugais – l'oral dans ses variétés". *In* Bilger, Mireille; Karel van den Eynde; Françoise Gadet (eds.) *Analyse linguistique et approches de l'oral. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste*. Leuven-Paris. Peeters.

MÜLLER, Ana Lúcia (1996) *A Sintaxe e a Semântica dos Possessivos no Português do Brasil*. Campinas. UNICAMP (dissertação de doutoramento).

NAPOLI, Donna J. (1983) "Comparative ellipsis: A phrase structure analysis". *Linguistic Inquiry* 14(4): 675-694.

NEIJT, Anneke (1979) *Gapping: a contribution to sentence grammar*. Dordrecht. Foris.

NEVES, Maria Helena Moura (1999) *Gramática de Usos do Português*. São Paulo. Editora UNESP.

Nomenclatura Gramatical Brasileira, Portaria nº 36, de 28 de Janeiro de 1959.

Nomenclatura Gramatical Portuguesa, Portaria nº 22.664 do Ministério da Educação Nacional, publicada no Diário do Governo, I série, de 28 de Abril de 1967.

NUNES, José Joaquim (1919 1956[5]) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa. Fonética e Morfologia*. Lisboa. Livraria Clássica Editora.

OLIVEIRA, Fátima (1990) "Modais e Condicionais". *Actas do V Encontro da APL* (*Lisboa 1989*). Lisboa. APL: 145-161.

___ (1991) "Sobre condicionais". *Actas do VI Encontro da APL* (*Porto 1990*). s.l. APL/Colibri: 239-258.

PÁDUA, Maria Piedade Canaes e Mariz de (1960) *A Ordem das Palavras no Português Arcaico*. Coimbra. Instituto de Estudos Românicos.

PAREDES, Vera (2010) "Gêneros e tipos de texto: aproximações e distinções". *Diacrítica* 24: 471-489.

PAULINO, Maria de Lurdes Semedo (1959) *Arronches – estudo de linguagem e etnografia*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

PERES, João Andrade (1997) "Sobre conexões proposicionais em Português". *In* Brito, Ana Maria; Fátima Oliveira; Isabel Pires de Lima; Rosa Maria Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto. Campo das Letras: 775-787.

___ (2007) *Outras notas sobre a TLEBS revista, Novembro de 2007*. http://jperes.no.sapo.pt/.

PERES, João Andrade; Telmo MÓIA (1995) *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho.

PERES, João Andrade; Telmo MÓIA; Rui Ribeiro MARQUES (1999) "Sobre a forma e o sentido das construções condicionais em português". *In* Faria, Isabel Hub (org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa. Ed. Cosmos/FLUL: 627-653.

PERES, João Andrade; Salvador MASCARENHAS (2006) "Notes on sentential connections (predominantly) in Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics* 5(1): 113-169.

PERLMUTTER, David M. (1989) "Multiattachment and the Unaccusative Hypothesis: The Perfect Auxiliary in Italian". *Probus* 1(1): 63-119.

PHARIES, David A. (2007) *Breve historia de la lengua española*. Chicago. The University of Chicago Press.

PICA, Pierre (1984) "Liage et contiguïté". In Milner, Jean-Claude (resp.) *Recherches sur l'anaphore – Collection ERA 642 (UA 04 1028)*. Paris. Université Paris 7: 119-165.

PRADA, Edite (2001) *Produção de Construções Adversativas no Português Europeu*. Lisboa. Universidade Aberta (dissertação de mestrado).

___ (2002) "Coordenação adversativa: regularidades e singularidades". *In* Gonçalves, Anabela; Clara Nunes Correia (orgs.) *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 2001*). Lisboa. APL/Colibri: 377-385.

PRATAS, Fernanda (2007) *Tense features and argument structure in Capeverdean predicate*. Universidade Nova de Lisboa (dissertação de doutoramento).

PRINCE, Ellen F. (1990) "Syntax and Discourse: a Look at Resumptive Pronouns". *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*: 482-497.

PUSTEJOVSKY, James (1995) *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

QUIRK, Randolf; Sidney GREENBAUM; Geoffrey LEECH; Jan SVARTVIK (1972) *A Grammar of Contemporary English*. London. Longman.

___ (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London. Longman.

RABANALES, Ambrosio (1974) "Queísmo y dequeísmo en el Español de Chile". *Estudios Filológicos y lingüísticos. Homenaje a Ángel Rosenblatt en sus 70 años*. Caracas. Instituto Pedagógico: 413-444.

RANCHHOD, Elisabete (1990) *Sintaxe dos predicados nominais com Estar*. Lisboa. INIC.

RAPOPORT, Tova (1987) *Copular, nominal and small clauses: a study of Israeli Hebrew*. MIT (Ph.D. thesis). (publicação electrónica: http://hdl.handle.net/1721.1/14635).

___ (1990) "Secondary predication and the lexical representation of verbs". *Machine Translation* 5: 31-55.

RAPOSO, Eduardo Paiva (1979) *Introdução à gramática generativa: Sintaxe do Português*. Lisboa. Moraes.

___ (1985) "'Some asymmetries in the binding theory in Romance". *The Linguistic Review* 5(1): 75-110.

___ (1986) "On the null object construction in European Portuguese". *In* Jaeggli, Osvaldo; Carmen Silva-Corvalán (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht. Foris: 373-390.

___ (1987a) "Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese". *Linguistic Inquiry* 18(1): 85-109.

___ (1987b) "Romance infinitival clauses and Case theory". *In* Neidle, Carol; Rafael A. Núñez--Cedeño (eds.) *Studies in Romance Languages*. Dordrecht. Foris: 237-249.

___ (1988) "Romance Inversion, the Minimality Condition and the ECP". *In* Blevins, J.; J. Carter (eds.) *Proceedings of North Eastern Linguistic Society* 18: 357-374.

___ (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa. Caminho.

___ (1998) "Definite/Zero Alternations in Portuguese: Towards a Unification of Topic Constructions". *In* Schwegler, A.; B. Tranel; M. Uribe-Etxebarria (eds.) *Romance Linguistics: Theoretical Perspectives*. Amsterdam. John Benjamins: 197-212.

___ (2002) "Nominal Gaps with Prepositional Modifiers in Portuguese and Spanish: a Case for Quick Spell-Out". *Cuadernos de Lingüistica del I. U. Ortega y Gasset* 9: 127-144.

RAPOSO, Eduardo Paiva; Juan URIAGEREKA (1996) "Indefinite *SE*". *Natural Language and Linguistic Inquiry* 14: 749-810.

RATINHO, Maria Filipe Mariano (1959) *Monte Gordo. Estudo Etnográfico e Linguístico*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de licenciatura).

REBELO GONÇALVES, Francisco (1966) *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Coimbra. Coimbra Editora.

REINHART, Tanya (1991) "Elliptic conjunctions – non-quantificational LF". *In* Kasher, Asa (ed.) *The Chomskyan Turn*. Oxford. Blackwell: 360-384.

RENZI, Lorenzo; Giampaolo SALVI (1991) (eds.) *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*. Vol. II. Bologna. Il Mulino.

REULAND, Eric; Martin EVERAERT (2001) "Deconstructing Binding". *In* Baltin, Mark; Chris Collins (eds.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford. Blackwell: 634-669.

REY-DEBOVE, Josette (1981) "Pour une lecture de la rature". *La Genèse du texte, Les modèles linguistiques*. Paris. Ed. du CNRS: 103-128.

RIBEIRO, Maria Raquel (2002) *As ocorrências da forma de gerúndio na variedade padrão e numa variedade dialectal do Português Europeu*. Universidade Nova de Lisboa (dissertação de mestrado).

RIZZI, Luigi (1982) *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht. Foris.

___ (1986) "Null Objects in Italian and the Theory of *pro*". *Linguistic Inquiry* 17(3): 501-557.

ROBINS, Robert Henry (1967) *A Short History of Linguistics*. London. Longman.

RODYGINA, Olga Vadimovna (2009) *Colocação dos pronomes átonos nas orações infinitivas no Português Europeu*. Universidade do Minho. Instituto de Letras e Ciências Humanas (dissertação de mestrado).

RONAT, Mitsou (1977) "Une contrainte sur l'effacement du nom". *In* Ronat, Mitsou (ed.) *Langue, théorie générative étendue*. Paris. Hermann: 153-169.

ROSS, John Robert (1967) *Constraints on Variables in Syntax*. MIT (Ph.D dissertation). Reprod. Blomington, Indiana. Indiana University Linguistics Club. 1968.

___ (1969) "Guess Who?". *In* Binnick, Robert; Alice Davison; Georgia Green; Jerry Morgan et al. (eds.) *Papers from the Fifthth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago. Chicago Linguistic Society: 252-286.

___ (1970) "Gapping and the Order of Constituents". *In* Bierwisch, Manfred; Karl Eric Heidolph (eds.) *Progress in Linguistic*s.The Hague. Mouton: 249-259.

RULLMANN, Hotze (1995) *Maximality in the Semantics of Wh-Constructions*. University of Massachusetts, Amherst (PhD dissertation).

RUSSELL, Bertrand (1918) "The Philosophy of Logical Atomism". *The Monist* 1918. Reprinted *in* Marsh, Robert Charles (ed.) (1956) *Logic and Knowledge: Essays 1901-1950*. London, UK. Unwin Hyman: 177-281. Reprinted *in* Pears, David (ed.) (1985) *The Philosophy of Logical Atomism*. La Salle, IL. Open Court: 35-155.

SAG, Ivan (1976) *Deletion and Logical Form*. MIT (PhD dissertation). Publ. New York. Garland Publishers. 1980.

SAID Ali, Manuel ([1908] 1930[3], 1966[6]) *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica.

___ (1923, 1965[6]) *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo. Companhia Melhoramentos de São Paulo. (6.ª ed. rev. e coment. por Evanildo Bechara).

___ (1931, 1964[3], 1971[7]) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Edições Melhoramentos.

SÁNCHEZ López, Cristina 1999 "Los cuantificadores: clases de cuantificadores y estructuras cuantificativas". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A: 1025-1128.

SANTOS, Ana Lúcia (1999) *O Particípio Absoluto em Português e em Outras Línguas Românicas*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

___ (2003) "The Acquisition of Answers to yes-no Questions in European Portuguese: Syntactic, Discourse and Pragmatic Factors". *Journal of Portuguese Linguistics* 2(1): 61-91.

___ (2009). Minimal Answers. Ellipsis, Syntax and Discourse in the Acquisition of European Portuguese. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins.

SANTOS, Pedro (1992) "As condicionais *se...então*: semântica vs. pragmática". *Cadernos de Semântica* 10. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

___ (1993) "Condicionais I: observações sobre 'se... então' e 'só se'". *Cadernos de Semântica* 16. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

___ (2004) *Conditionals: apartheid and pragmatics*. Universidade de Lisboa. (dissertação de doutoramento).

SAUSSURE, Ferdinand (1916) *Cours de linguistique générale*. Paris. Payot.

SCORRETTI, Mauro (1988) "Le strutture coordinate". *In* Renzi, L. (ed.) *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*. Vol. I. Bologna. Il Mulino: 227-270.

SEARLE, John (1975) "Indirect speech acts". *In* Cole, P.; J. L. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics*. Vol. 3: *Speech Acts*. New York. Academic Press: 59-82.

SEGURA DA CRUZ, M. Luísa (1991) *O Falar de Odeleite*. Lisboa. INIC.

SERRA, Carolina; Dinah CALLOU; João Antônio de MORAES (2003) "A interface fonologia e sintaxe: prosódia e posição do adjetivo". *Letras de Hoje* 38 (4): 273-281.

SILVA, Augusto Soares (1999) *A Semântica de Deixar. Uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

SILVA, Fátima (1999) "A dimensão cognitiva na anáfora associativa: um exemplo". *Actas do 1.º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva* (*Porto 1998*). Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 253-268.

SINCLAIR, John (1996) "Tipologia textual EAGLES". *In* Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda; Maria Celeste Rodrigues; José Bettencourt Gonçalves (orgs.) *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1995*). Vol. I, *Corpora*. Lisboa. APL/Colibri: 39-91.

SLEEMAN, Petra (1996) *Licensing Empty Nouns in French*. The Hague. Holland Academic Graphics.

SPROAT, R.; SHIH, C. (1990) "The Cross-Linguistic Distribution of Adjective Ordering Restriction". *In* Georgopoulos, C.; R. Ishihara (eds.) *Interdisciplinary Approaches to Language: Essays in Honor of Sige-Yuki Kuroda*. Dordrecht. Kluwer Academic Publishers: 565-593.

STUMP, Gregory T. (1985) *The semantic variability of absolute constructions*. Dordrecht/Boston. Reidel.

SUÑER, Margarita (1998) "Resumptive restrictive relatives: A crosslinguistic perspective". *Language* 74: 335-364.

SWEETSER, E. (1991) *From etymology to pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge. Cambridge University Press.

SZABOLCSI, Anna (1986) "Comparative superlatives". *In* Fukui, N.; T. Rapoport; E. Sagey (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics* 8. Cambridge, Mass. The MIT Press: 245-265.

TARALDSEN, K. T. (1978) "On the NIC, Vacuous Application and the *that*-trace Filter". ms., MIT.

TORREGO, Esther (1999) "El complemento directo preposicional". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A: 1779-1805.

VARELA, Lina (2000) *Para uma semântica das construções concessivas e adversativas do português*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

VELOSO, Rita (2007) "Orações Relativas em Contextos Apresentativos: dados de um *corpus* oral". *Actas da Sessão de Estudantes Dissertando*. Comemorações do 75º aniversário do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

VIGÁRIO, Marina (2003a) "Quando meia palavra basta: apagamento de palavras fonológicas em estruturas coordenadas". *In* Castro, Ivo; Inês Duarte (orgs.) *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. II. Lisboa: INCM: 415-435.

___ (2003b) *The Prosodic Word in European Portuguese*. Berlin/New York. Mouton de Gruyter.

VIGÁRIO, Marina; Sónia FROTA (2002) "Prosodic word deletion in coordinate structures". *Journal of Portuguese Linguistics* 1(2): 241-264.

VINCENT, Nigel (1996) "Appunti sulla sintassi dell'infinito coniugato in un texto napoletano del '300'. *In* Benincà, P.; G. Cinque; T. de Mauro; N. Vincent (eds.) *Italiano e dialetti nel tempo. Saggi di Grammatica per G. Lepschy*. Bulzoni. Roma: 387-496.

___ (1998) "On the grammar of inflected non-finite forms (with special reference to Old Neapolitan)". *In* Korzen, I.; M. Herslund (eds.) *Clause Combining and Text Structure. Copenhagen Studies in Language* 22: 135-158.

VON STECHOW, Arnim (1984) "Comparing Semantic Theories of Comparison". *Journal of Semantics* 3(1-2): 1-77.

XAVIER, Maria Francisca (1992) "O Caso Inerente e a Preposição Nula". *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Lisboa 1991*). Lisboa. APL/Colibri: 490-503.

___ (1997) "Léxico em Diacronia. Dados da História do Português e do Inglês". *In* Castro, Ivo (org.) *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (*Braga-Guimarães 1996*). Vol II. Lisboa. APL/Colibri: 347-356.

ZUBIZARRETA, María Luisa (1999) "Las funciones informativas: tema y foco". *In* Bosque, Ignacio; Violeta Demonte (dirs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid. Espasa Calpe, S. A: 4215-4244.

FICHA TÉCNICA

Título
Gramática do Português, Vol. II

Comissão Organizadora
Eduardo Buzaglo Paiva Raposo
Maria Fernanda Bacelar do Nascimento
Maria Antónia Coelho da Mota
Luísa Segura
Amália Mendes

Colaboração de
Graça Vicente e Rita Veloso

Edição
Fundação Calouste Gulbenkian

Design
Ana Simões – FBA.

Paginação
Jorge Sêco

Impressão e acabamento
Gráfica de Coimbra

5000 exemplares

ISBN 978-972-31-1457-7
Depósito Legal ??????/13

Outubro de 2013